ROLLO

1085

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1085

(MC)

ACTA DE APERTURA DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION D E DE-FENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 23 de abril de 1992

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1990.-

IDENTIFICACION DEL PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E. Nro.9004310, Fs.001/144

REF. A: SECUESTRO DEL EMPRESARIO ABILIO DINIZ.

OPERARIO/S: Sdo.1ra. M. Nuñez.

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: Personal del Departamento II/DGID

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del Departamento II/D.G.I.D

CONTROL: Personal del Departamento II/D.G.I.D.

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del acta, se procede a la iniciación de la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL - DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA - A.G.I.I. - República O. del Uruguay

El Jefe del AGII DE LA D.G.I.D.

Cnel.

Nestor A. Desa.

Documentos correspondientes al

AÑO 1990

Departamento II / D.G.I.D.-

SECUESTRO

DEL

EMPRESARIO

ABILIO DINIZ

11 DIC 89

01-144

9004310

Sequestro de Abílio Diniz
C NI / E0238
Março/20
Brasil
F. Núcleo
1176?

INUR Nº 0055.4/31 JAN 90

ASSUNTO: SEQUESTRO DE ABÍLIO DINIZ.

1. Um dos endereços contidos numa das agendas dos seqüestradores do empresário ABÍLIO DINIZ, conduziram as investigações à INTERPRESS SERVICE, agência de notícias que, suspeita-se, seja financiada pelos governos líbio e cubano.

A INTERPRESS SERVICE, cuja sede seria em ROMA/ITÁLIA, tem como representante no BRASIL, CHISUO OSAVA, ex-guerrilheiro, militante, nos anos 60, da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA - VPR.

A INTERPRESS SERVICE utilizou, até 1986, a Caixa Postal nº 38017. Em 1984 esta mesma Caixa Postal estava registrada em nome de LEOPOLDO SARAIVA, representante no BRASIL, do jornal "BARRICADA INTERNACIONAL-BI", porta-voz da Frente Sandinista de Libertação Nacional - FSLN.

2. O jornal BI, financiado pelo governo da NICARÁGUA, é editado pela "PANORAMA NOTICIOSO", que utiliza a Caixa Postal nº 4895 esta,registrada em nome do cidadão argentino LEOPOLDO GUILHERME TALKSMAN (identidades MI-10.495.418 e Carteira de Identidade nº 5.014.844, ambas da ARGENTINA). Panfletos assinados pela COORDENADORA DE AGRUPAÇÕES LATINO-AMERICANAS-CAL, em 1984, condenando a "intervenção do imperialismo norte-americano na América Central" apresentavam como endereço para correspondências, a Caixa Postal nº 4895, da "PANORAMA NOTICIOSO".

3. WELLINGTON RIBEIRO DA SILVA, sócio de LEOPOLDO SARAIVA na "PANORAMA NOTICIOSO", participou, de 24 a 30 Set 83 , em LA PAZ/BOLÍVIA, de uma reunião das "Juventudes Políticas dos Partidos de Oposição do Cone Sul".

4. Constam da agenda dos seqüestradores, dentre outros, os seguintes nomes:

- CLOVIS MICHELS, que seqüestrou um avião da VASP, em 1970, do BRASIL para HAVANA. Em CUBA, MICHELS recebeu treinamento de guerrilha e cooperou com a DIRECCIÓN GENERAL DE INTELIGENCIA-DGI. No final da década de 1970 MICHELS integrou-se

9004310

à guerrilha na NICARÁGUA, como membro da FSLN.

- ZELIK TRAJBER (aparece na agenda como "ZIGA") nascido na POLÔNIA, militante da AÇÃO LIBERTAÇÃO NACIONAL-ALN, na década de 60. Viveu onze anos em CUBA onde recebeu treinamento de guerrilha.

- MIRIA CONTRERAS ou MIRIA CONTRERAS BELL, que foi secretaria particular de SALVADOR ALLENDE em 1970/73. Amiga particular do ex-presidente chileno que, segundo a imprensa da época, tinha em seu nome 20 automóveis e um sítio que eram usados pelo MOVIMIENTO DE IZQUERDA REVOLUCIONÁRIA-MIR. Conhecida como "LA PAYITA", MIRIA refugiou-se na embaixada da SUÉCIA , após a queda de ALLENDE, seguindo depois para ESTOCOLMO e HAVANA. O nome de MIRIA aparece em um cartão de visitas apreendido com um dos seqüestradores de ABÍLIO DINIZ, como gerente da HAVANATOUR em PARIS.

- RODOLFO PINO, seria RODOLFO PINO RAPOSO, chileno, 39 anos, que há cinco anos vem tentando obter asilo no BRASIL. RODOLFO, que é marinheiro, saiu do CHILE por ser militante do Partido Radical, que ajudou eleger SALVADOR ALLENDE.

- ORLANDO CONTRERAS, possivelmente chileno, foi correspondente, no CHILE, durante o governo ALLENDE, da agência de notícias cubana "PRENSA LATINA".

ORLANDO publicou na revista da Organização Internacional de Periodistas-OIP o artigo intitulado "Chile bajo al Facismo".

5. Em um bilhete apreendido com os seqüestradores, faz referência a "becas SUM": trata-se do Serviço Universitário Mundial, Organização de Frente do MCI. Diversos brasileiros, em 1970/73, receberam bolsas de estudo do SUM no CHILE. Em uma das agendas o SUM aparece com a sigla WUS (World University Service).

6. Movimentos de entrada e saída do BRASIL de alguns membros do grupo de seqüestradores:

- ULISSES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO, que usou o nome falso de PEDRO SEGUNDO SOLAR VENEGAS; entrou no BRASIL em 02 Out 89, por FOZ DO IGUAÇU/PR, à pé, como turista, procedente do PARAGUAI.

- PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LEMBACH, que usou o nome falso de JORGE ANTÔNIO FRANCO CORTEZ; entrou no BRASIL em 02 Out 89, por FOZ DO IGUAÇU/PR, à pé, como turista, procedente do PARAGUAI.

- HUMBERTO EDUARDO PAZ, que usou o nome falso de LEONARDO LUIZ BRUNI ROJAS: desembarcou em SÃO PAULO/SP, em 22 Fev 89, procedente do MÉXICO; embarcou em SÃO PAULO/SP, em 05 Mar 89, com destino ao CHILE; retornou ao BRASIL, em 04 Abr 89, por URUGUAIANA/RS, á pé, na condição de turista.

Desembarcou em SÃO PAULO/SP, em 13 Jul 89, procedente do URUGUAI; embarcou em SÃO PAULO/SP, em 22 Ago 89, com destino à BOLÍVIA.

- MARIA EMÍLIA HONÓRIA MARCHI BADILLA, que usou o nome falso de MARIA RABKIN BUSTOS; entrou no BRASIL em 12 Ago 89, por SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, por via aérea, procedente do URUGUAI e saiu de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, à pé, com destino ao URUGUAI, no dia 13 Ago 89. Em 16 Set 89 entrou novamente no BRASIL por CHUÍ procedente do URUGUAI.

Utilizando-se do nome falso de MARIA RABKIN BUSTOS, MARIA BADILLA efetuou as seguintes entradas e saídas do BRASIL:

URUGUAI-LIVRAMENTO/RS, à pé, em 14 Out 89;
LIVRAMENTO/RS-URUGUAI, à pé, em 16 Out 89;
URUGUAI-CHUÍ/RS, via aérea, em 20 Out 89;
CHUÍ/RS-URUGUAI, via aérea, em 29 Out 89;
URUGUAI-CHUÍ/RS, via aérea, em 12 Nov 89;
CHUÍ/RS-URUGUAI, via aérea, em 15 Nov 89;
URUGUAI-CHUÍ/RS, via aérea, em 18 Nov 89;
CHUÍ/RS-ARGENTINA, via aérea, em 22 Nov 89.

- CHRISINE GWEN WALKER, que usou o nome falso de LISA LYNNE WALKER; entrou no BRASIL em 05 Jul 89, desembarcando em SÃO PAULO/SP, procedente do PANAMÁ.

- DAVID ROBERT SPENCER, que usou o nome falso de PAUL JOSEPH GOMES MENDES; entrou no BRASIL em 05 Jul 89, desembarcando em SÃO PAULO/SP, procedente do PANAMÁ.

- SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA; entrou no BRASIL em 20 Nov 89, procedente da ARGENTINA, desembarcando em SÃO PAULO/SP.

3004310

- HECTOR RAMON COLLANTE TAPIA: entrou no BRASIL em 19 Ago 89, via aérea, procedente do URUGUAI, desembarcando em CHUÍ/RS.

- HORACIO HENRIQUE PAZ; entrou no BRASIL, à pé,por SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, procedente da ARGENTINA.

- RAIMUNDO ROSÉLIO COSTA FREIRE; entrou no BRASIL em 22 Jan 89, procedente dos EUA, desembarcando em SÃO PAULO/SP; em 06 Mai 89 embarcou em SÃO PAULO/SP, com destino ao EQUADOR.

- MARIA YVONE BRAECKMAN; em 25 Mar 89, embarcou em SÃO PAULO/SP, com destino ao EQUADOR.

Em 25 Mai 89, desembarcou em SÃO PAULO/SP, procedente do PERÚ.

MARIA YVONE BRAECKMAN, nascida em 12 Mar 52, na BÉLGICA, passaporte nº 664731, participou do grupo de apoio , alugando automóveis para os seqüestradores. A nomeada usou documentação com o nome de KATHERINE BAUNGARTNER. Há suspeitas de que a nomeada seja, na realidade, MARIE ANNE BEAUSIRE, mulher de ANDRÉS PASCHOAL ALLENDE, militante e um dos dirigentes do MIR. A nomeada até o momento não foi localizada pela polícia.

* * *

9004310

INUR Nº 0033.4 / 23 JAN 90

ASSUNTO : SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABÍLIO DINIZ - DECLARAÇÕES DOS SEQUESTRADORES

ANEXOS : RELACIONADOS NO FINAL DO DOCUMENTO

Em entrevistas realizadas com os seqüestradores' do empresário brasileiro Abílio dos Santos Diniz, foram obtidos, inicialmente, os dados abaixo:

- Declarações de David Robert Spencer
  Filiação: Willian Hartley Spencer e Jean Spencer
  DLN: 22 Jun 63 - Midleton/Canadá
  Nível de Escolaridade: Superior incompleto
  Endereço no Canadá: 63 Birchmount, Ovivo, Moncton, NB - Canadá

O entrevistado negou-se a responder às demais perguntas formuladas, alegando que só o faria na presença de seu advogado, conforme orientação recebida anteriormente por seu defensor.

- Declarações de Christine Gwen Lamont
  Filiação: Keith Lamonte E Marilyn Lamont
  DLN: 21 Abr 59 - Boston - Massachussets/EUA
  Nível de Escolaridade: Universitário incompleto(Artes)

A entrevistada negou-se a responder às demais perguntas formuladas, alegando que só o faria na presença de seu advogado, conforme orientação recebida anteriormente por seu defensor.

- Declarações de Horácio Henrique Paz
  Filiação: Santiago Paz e Romula Osuna Paz
  DLN: 18 Nov 51 - Argentina
  Endereço: Calle Curapaligue 754 - Buenos Aires
  Estado Civil: Solteiro
  Profissão: Ceramista(trabalhos com cerâmica)
  Passaporte: 7.087.443

O entrevistado negou-se a responder quaisquer' outras perguntas.

- Declaração de Sergio Martin Olivares Urtubia
Filiação: Martin Olivares Donoso(Sub-oficial ' do Exército chileno) e Eliana Urtubia Caiceo
DLN: 29 Nov 52 - Santiago/Chile
Identidade: 6.343.172-9 - Chile
Estado Civil: Solteiro - vive com Bessi Pino Robles - chilena residente no Canadá
Profissão: Técnico em eletrônica e metalúrgica
Endereço: 1) Calle Cautin 109, Vila Chena, San Bernardo - Santiago/Chile, 2)Preston 111, Winnipec/Industries - Canadá,4) Athabasca Steel - Canadá

O nomeado declarou ter militado no Movimento Estudantil(ME), em 1974/78, integrando grupos de resistência, vinculado ao Movimiento de Isquierda Revolucionária(MIR). Foi preso, processado e condenado a quatro anos de prisão. Exilou-se no Canadá. Em Set 88 retornou ao Chile onde atuou na Secretaria Política do MIR, organização política do ME.

Disse ainda, o nomeado, que conheceu no Chile, em Out 89, uma pessoa de nome Joaquim, sem outros dados; que recebeu de Joaquim convite para uma missão não declarada em São Paulo/Brasil. Que em Nov 89 recebeu mil dólares americanos de Joaquim para a viagem e que em 14/15 Nov viajou na rota Santiago-Buenos Aires-São Paulo.

Em Nov 89 "cobriu ponto de chegada" (manteve encontro de segurança) com Humberto Eduardo Paz, usando como senha um jornal e um exemplar da revista "Cambio". Recebeu de Humberto Paz, codinome "Juan Carlos", seicentos cruzados novos e foi residir em um apartamento juntamente com Ulisses Fernando Gallardo Acevedo e Pedro Alexandro Fernandes Lembach.

Quando residia no citado apartamento, cobria ponto de segurança (mantinha encontros da segurança) com "Juan Carlos". Em 10 Dez 89 fez reconhecimento do local do seqüestro ; em 11 Dez 89 participou do sequestro. Declarou que durante o se

qüestro encontravam-se; na ambulância: a) Joaquim, como motorista, b) Carlos, C) Humberto Paz ou "Juan Carlos", fardados de policial; no automóvel opala branco: a) Maria Emilia Marchi Badilla, como motorista, b) o próprio Sergio Urtubim armado com um revólver Calibre "38"; na rua: a) Ulisses Acevedo, b) Pedro Lembach.

Acrescentou o entrevistado que após o seqüestro, ele, Pedro Lembach e Ulisses Acevedo, mudaram-se para outra residência, onde encontraram Maria Emilia e Humberto Paz.

Disse ainda que após o término da ação deveria cobrir ponto com Joaquim em Santiago/Chile no cruzamento da Avenida San Diego e Matta na Segunda, Terça e Quarta-Feiras, no horário das 12:00h às 13:00h. Disse que já estava de posse da passagem para se deslocar para Santiago mas que não obteve vaga para viajar.

Disse ainda Sergio Urtubia que Joaquim é um homem moreno, com 1,78m de altura, pesando de 75 a 80Kg, com 37 a 42 anos, com cabelos castanho escuros, bigode preto e usava sempre paletó e gravata. Concluiu dizendo que o pai de sua companheira também é exilado chileno no Canadá.

- Declarações de Pedro Alesandro Fernandes Lembach

Codinome: "Esteban Sebastian" e "Jorge Antonio Franco Cortes"
Filiação: Raul Fernandes Sarratea e Nora Lembach Beiza
DLN: 18 Ago 51 - Santiago/Chile
Identidade: 6.776.939-2/Chile
Estado Civil: Separado
Profissão: Pedagogo, Orientador de Excepcionais, Garçon.
Endereço: 1) Poblacion Carlos Cortes, Bloco 5, apto 31, Santiago, 2) 85 Monson Row New Cross - Londres/Inglaterra.

Em suas declarações o nomeado disse ter participado de atividades e agitação e propaganda no Movimento Estudantil(ME). Foi dirigente da Federação Chilena de Estudantes(FCE) e de Grupos de Resistência; simpatizante do MIR. Foi preso no Chile, onde ficou detido de Mai 8 a Jan 87, quando exilou-se na

Inglaterra, indo residir em Londres, onde permaneceu até Jul 89.

Em Jul 89 foi convidado por um chileno, de nome Manoel (sem outros dados), militante do MIR, para uma missão na América Latina. Recebeu de Manoel uma passagem Londres- Montevideo. Desembarcou na capital do Uruguai em 28 Jul 89, tendo sido recebido por Manoel no aeroporto de Montevideo.

Permaneceu no Uruguai nos dias 28, 29, 30 e 31 Jul 89, e ali conheceu Maria Emilio Marchi Badilla.

No dia 01 Ago 89 viajou para São Paulo/Brasil, onde deveria encontrar-se com Humberto Paz, codinome "Juan Carlos". Para realizar o encontro deveria comparecer diariamente, às 13:00h, com um livro debaixo do braço, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo/SP. Recebeu de "Juan Carlos" a quantia de duzentos dólares americanos e hospedou-se durante dois meses em hotel no centro de São Paulo, em companhia de Ulisses Fernando Gallardo Acevedo, que lhe foi apresentado por "Juan Carlos".

Fez reconhecimento do local do seqüestro e do "alvo" Abílio Diniz por cinco vezes. Faziam parte do grupo de reconhecimento: Joaquim, Carlos e Pedro Lembach. Os grupos de seqüestro estavam assim constituídos: na ambulância: a) Joaquim, b) Carlos, c) "Juan Carlos", vestido de policial; no automóvel O pala branco: a) Pedro Lembach, b) Maria Emília; c) Horácio Henrique Paz; à pé: a) Ulisses Acevedo, b) Pedro Lembach. Acrescentou o entrevistado que no momento da ação usava uma bolsa para a sinalização da chegada do alvo e um martelo para quebrar o vidro do carro, se necessário. Após o sequestro tomou um taxi e foi para casa. Ao término da ação deveria retornar a Montevideo' para manter contato com Maria Emília.

O nomeado descreveu Manoel como um homem branco, com 1,68m a 1,73m de altura, com 75 a 80Kg, aproximadamente' 34 anos, cabelos castanhos claros, sem barba, sem bigode, usando óculos de grau. Disse que o preço a ser cobrado pelo resgate seria de vinte milhões de dólares.

Descreveu a formação do grupo de seqüestro como tendo uma equipe de reconhecimento, uma equipe de Informação, uma equipe de cárcere e uma equipe de seqüestro.

Disse ainda que recebeu o documento falsificado, que usava, em São Paulo, de um homem que se identificou como Juan Carlos Chiariano.

Acrescentou que acredita ser Joaquim o Chefe do grupo.

- Declarações de Ulisses Fernando Gallardo Acevedo

Codinome: "Pablo"(portava documento falso em nome de Pedro Segundo Solar Venegas)
Filiação: Luiz Gallardo Lopes e Maria Acevedo' Contreras
DLN: 25 Jan 54 - Santiago/Chile
Nível de Escolaridade: 3º ano incompleto de Sociologia em Universidade do Chile
Estado Civil: Viúvo de Eliane Maria Gonzalez Ruiz
Profissão: Pedreiro
Endereço: Rue Rethorique 39, Bruxelas/Bélgica

Declarou que Pedro Segundo Solar Venegas, de quem usava os documentos era um seu amigo que também militava no MIR, com o qual não tem contato desde 1975. O documento em questão foi obtido através de Jorge, na Argentina, com apresentação' de "Manoel".

Declarou que esteve preso no Chile, no período de Mar 77 a Dez 82, por questões ideológicas. Foi militante do MIR. Saiu do Chile, com a ajuda de membros do MIR, com destino à Bélgica, no final de Dez 82.

Da Bélgica foi para Buenos Aires, onde chegou em 20 Set 89. Na Argentina conheceu Jorge, que lhe apresentou "Manoel". Foi aconselhado por "Manoel" a vir para o Brasil, para retornar ao Chile após as eleições naquele país.

Chegou a São Paulo/Brasil, em companhia de Jorge, no dia 01 Out 89, tendo sido recebido no aeroporto por "Manoel", que os encaminhou a uma residência utilizada por outros membros do grupo. Que, por determinação de "Juan Carlos", mudou-se, juntamente com Jorge, para outro apartamento, também utilizado por membros do grupo. Que segundo instruções de "Juan Carlos", não deveria telefonar para ninguém e nem atender o telefone pois qualquer contato seria feito por "Juan Carlos" ou "Rubia".

Quando "Juan Carlos" queria falar apenas com ele ou com Jorge, saíam à rua ou iam a algum restaurante no centro da cidade.

Durante a entrevista, um outro entrevistador entrou na sala e chamou-o de "Pablo", Acevedo espantou-se, baixou a cabeça e não quis falar mais. Posteriormente confirmou que "Pablo" era seu codinome quando militava no MIR e disse não ter participado de nenhuma ação direta ou indiretamente relacionada ao seqüestro do empresário Abílio Diniz. Acrescentou que desconhecia como a polícia chegou ao hotel em que estava hospedado e porque foi preso. Disse achar normal que numa ação como a do seqüestro do empresário, participem pessoas de diversas nacionalidades pois o MIR há dezesseis anos presta e recebe solidariedade de diversos países. Descreveu "Manoel" como um homem moreno claro, cabelos castanhos escuros e lisos, com cerca de 1,70m a 1,75m de altura e cerca de 35 a 40 anos.

- Declarações de Hector Ramon Collante Tapia
  DN: 28 Fev 64 - Santa Rosa De Los Andes
  Identidade: nº 9.810.316-3/Chile
  Endereço: Calle 2 nº 42, Poblacion Hirmas -Renca, Santiago/Chile
  Profissão: Mecânico e Motorista de taxi

Declarou que trabalhava como motorista de taxi em Santiago/Chile e possuia diversos amigos na polícia. Que veio para o Brasil em 12 Ago 89 para tentar a vida como motorista de taxi a fim de auxiliar no tratamento de saúde de sua mãe que é cardíaca.

Disse que para chegar ao Brasil passou pela Argentina e Uruguai, tendo efetuado todo o percurso de ônibus. No Chile prestou serviço militar em uma unidade de cavalaria blindada, onde realizou apenas seis tiros, sendo depois designado para trabalhar como ordenança de um Capitão. Ao chegar ao Brasil trabalhou em um hotel no centro da cidade de São Paulo, deixando o emprego pouco tempo depois, após desentendimento com um brasileiro, depois do jogo de futebol Brasil X Chile.

Declarou que certo dia, andando pelo centro de São Paulo parou para conversar com um vendedor de artesanato, de origem chilena. Que um cidadão chamado Jesus, ouvindo a conversa e identificando o seu idioma chamou-o e fez-lhe algumas per

guntas. Ao responder a Jesus que era mecânico, este perguntou-lhe se sabia trabalhar como marceneiro. Disse o nomeado que sabia serrar e pregar tábuas e Jesus lhe ofereceu emprego de carpinteiro, prometendo-lhe um pagamento de dez dólares por dia. Que combinado o serviço marcaram encontro em um cruzamento no centro da cidade, tendo Jesus lhe recomendado que levasse suas roupas pois no local que iria trabalhar havia alojamento. No horário combinado Jesus chegou ao local em um carro Volkswagen Kombi juntamente com uma mulher. Jesus e a mulher o conduziram a uma casa que, posteriormente, viria a ser a residência utilizada para o cativeiro de Abílio Diniz. Que chegando à casa conheceu o casal de canadenses e recebeu ordens para não sair de casa e que receberia pagamento integral pelo serviço contratado após seu término. Que durante uma semana trabalhou deslocando-se do seu quarto, na parte superior da casa para o quintal. Que certo dia percebeu haver mais uma pessoa na casa e que esta pessoa era Horácio Paz. Que não entendia o diálogo entre Horácio e o casal canadense pois se comunicavam possivelmente em inglês. Que chegou à casa aproximadamente uma semana antes do seqüestro e que seu trabalho era fazer uma porta e um armário para uma adega de residência. Que somente quando foi preso soube que a porta dava acesso à entrada do poço onde Abílio Diniz ficou em cativeiro. Que no dia do seqüestro, após a chegada de um homem de terno azul, o nomeado recebeu ordens para não mais ir ao quintal, devendo permanecer todo o tempo em seus aposentos e que seria morto caso tentasse sair da casa. Acrescentou que quando houve tiroteio com a polícia ouviu uma rajada de metralhadora saindo de dentro da casa mas não soube quem disparou. Que na madrugada de sábado, 16 Dez 89, acordou com gritos de "Juan" dizendo que a casa estava cercada e que nesse momento apareceram várias armas. Que foi lhe dado um revólver e que, com medo, colocou-o no bolso e tentou convencer os demais a se entregarem . O brasileiro Raimundo chegou à casa no domingo 10 Dez 89 e o Chefe do grupo era "Juan" que dava ordens aos demais, inclusive mandando-os calar a boca. Que no momento de rendição fizeram-no colocar várias armas na cintura e nas mãos para entregá-las à polícia.

Disse que nunca foi preso antes e que não tem envolvimento com nenhum partido político nem com qualquer movimento.

Acrescentou o nomeado que colaborará em tudo que estiver ao seu alcance, pois foi envolvido pelo grupo sem saber do que se tratava. Disse ainda que tentou fugir da residência onde trabalhava (local que serviu de cativeiro de Abílio Diniz) mas que foi detido pelos membros do grupo.

- Declarações de Humberto Eduardo Paz
  Codinome: Juan Carlos
  Nacionalidade: Argentino

Declarou o nomeado que trabalha desde os 12 anos de idade. Que trabalhou em uma fábrica de bebidas como sapateiro e em serviços gerais. Acrescentou que em 1975 foi preso como subversivo, permanecendo na prisão por cerca de um ano. Após sua libertação viajou para o Peru onde permaneceu por cerca de um ano, retornando depois para a Argentina. Em seu país (Argentina) não conseguiu emprego regular devido a seus antecedentes políticos e passou a trabalhar, sem registro, em microempresas,com baixa remuneração. Permaneceu nessa condição até o início de 1989, quando veio para o Brasil (nada falou sobre a finalidade e os meios de viagem).

Disse que as autoridades brasileiras poderiam' ficar descansados quanto à possibilidade de eclosão de movimento armado neste país pois não existe nada neste sentido.

Deixou transparecer que as armas usadas na ação de seqüestro não foram adquiridas no Brasil mas sim trazidas do exterior para a ação.

Como prova de que não participou de seqüestros anteriores, falou sobre a forma modesta como vive sua mãe e sua irmã em Buenos Aires, sendo esta casada com um sapateiro e que sempre que pode envia dinheiro para seus familiares.

Disse saber, através de seus advogados, que seus companheiros presos estão bem, visto que está isolado dos demais membros do grupo.

Acrescentou que a presença de Dom Paulo Evaristo Arns no dia do sequestro foi por sugestão de Bresser Pereira (um dos negociadores e ex-ministro da Fazenda do Brasil) e do próprio Abílio Diniz.

Disse que o tratamento que vem recebendo na penitenciária é muito bom e que não tem nehuma queixa, a comida é boa e as pessoas que tem contato com ele tratam-no com respei

to. Não teme ser colocado junto com outros presos em celas comuns e não pensa na possibilidade de ser extraditado pois acha que nada deve à justiça Argentina ou de outros países. Afirmou que conhece Santiago/Chile somente de passagem nunca tendo trabalhado ou residido lá. Nunca esteve na Europa ou na América Central, e conhece muito pouco a cidade de São Paulo/Brasil.

Sobre o tratamento desumano dado ao seqüestrado Abílio Diniz (cárcere pequeno, luz acesa o tempo todo, música em volume muito alto, cômodo sem ventilação) nada declarou. Que alguns de seus companheiros presos embora estejam bem de saúde sofrem seqüelas resultantes das torturas recebidas.

Sobre o fato se ser apontado por todos como o Chefe do grupo, nada tem a declarar.

OBS: Advogados ligados ao Partido Comunista Brasileiro(PCB) estiveram no presídio na manhã do mesmo dia em que estas declarações foram prestadas, alertando aos presos, um a um que naquele mesmo dia eles seriam entrevistados por agentes dos Serviços de Informações e que nada deveriam declarar.

- Declarações de Raimundo Rosélio Costa Freire
  Codinome: Maguila
  DN: 26 Jan 65 - Jaguaribe - Ceará/Brasil
  Nível de Escolaridade: Iniciou mas não concluiu curso superior

Declarou ser oriundo de família de classe média e que começou envolver-se em política quando iniciou o curso de História na Universidade Estadual do Ceará, onde conheceu um grupo de militantes do grupo Convergência Socialista(CS).

Que com a separação de seus pais teve que trabalhar. Conseguiu emprego na rede hoteleira de Fortaleza/CE onde ganhou muito dinheiro com gorjetas dos"gringos" Que aos poucos teve que abandonar a militância na CS pois a organização exigia muito e ele, com o emprego, não dispunha de bastante tempo.

Que através do Comitê de Solidariedade à Nicarágua de Fortaleza/CE resolveu viajar àquele país, para onde se dirigiu, por meios próprios em 25 Mai 88, via Panamá. Na Nicarágua, através de contatos em Centros de Solidariedade dirigiu-se para o sul do país onde trabalhou no campo(plantações de cana de açúcar, sisal e mandioca). Que embora trabalhando no campo, teve pequena instrução de "Defesa" do tipo armamento e defesa de posi

ções (como defender-se no campo e como defender-se nos alojamentos coletivos). Que naquela área existiam poucos brasileiros mas havia muitos europeus (alemães, suíços e outros). Que não conseguiu ganhar quase dinheiro algum, ao contrário, gastou parte do que havia levado, razão pela qual resolveu retornar ao Brasil. Que chegou a São Paulo/SP em 15 Jan 89, ali permanecendo cerca de quinze dias, seguindo posteriormente para o Ceará a fim de visitar seus pais. Que junto à rede hoteleira de Fortaleza/CE, conheceu um cidadão de nome Rodriguez, que falava castelhano, que o convidou a ir para o Equador, onde, segundo Rodriguez haveria bons serviços para brasileiros no tocante ao ensino da Língua Portuguesa. Viajou para o Equador em Mar 89 e naquele país não fez nenhum trabalho, tendo suas despesas sido custeadas por Rodriguez. Retornou ao Brasil em Mai 89, juntamente com Rodriguez, sendo instalado em uma residência, em São Paulo, onde seu trabalho seria dar aulas de Língua Portuguesa para um casal de "gringos"e mais um homem de aparência castelhana, além de fazer os serviços caseiros, inclusive cozinhar. Os três residentes na casa diziam-se jornalistas e falavam espanhol. O nomeado disse ter identificado, na residência, um aparelho de rastreamento de freqüência rádio que o casal alegara ser para comunicarem-se com seus colegas jornalistas. A mulher chamava-se Maria. Na véspera do seqüestro, os residentes na casa pediram-lhe para comprar latas de cerveja, pois iriam para a casa de um amigo na praia. Após comprar as cervejas, as três pessoas começaram a beber e lhe ofereceram. O nomeado aceitou após muita insistência pois não gostava da bebida. Devido à insistência tomou uma lata de cerveja e recorda-se que Maria por diversas vezes disse-lhe que a partir de Domingo iriam tirar umas férias na praia. Não se recorda do que se sucedeu por ter entrado em estado de embriaguês. Recorda-se que no dia seguinte, ainda com muito sono foi colocado em um automóvel em direção à praia. Depois de muito rodar, chegaram a uma casa, mas em outro carro (não se lembra da troca de veículos devido a seu estado de embriaguês), possivelmente uma Kombi. Subiu para o andar superior da casa, onde acredita ter dormido por muito tempo. Quando acordou e desceu ao andar de baixo deparou com homens armados e Maria gritou com ele para que retornasse ao seu lugar. Após algum tempo foi levado por uma pessoa a um buraco, onde ajudou um homem amarrado a descer ao cativeiro. A

900430

chou que o homem estava drogado. Que recebeu ordens para cuidar de Diniz. Que só ele escrevia bilhetes ditados pelo Chefe do grupo e recebia bilhetes de Diniz para levá-los ao Chefe do grupo. Que após uma semana a polícia cercou a casa.

* * *

ANEXOS: 1. Fotografias
2. Termos de Interrogatório
3. Documento da Polícia Federal Brasileira
4. Documento da Polícia Federal do Chile

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 09 de janeiro de 19 89, nesta cidade de São Paulo, no(a) Fórum Min.Digo, no 1º Tribunal do Júri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal

Doutor(a) Roberto Caldeira Barioni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LEWBACH a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado ter como defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, Marco Antônio R. Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de Souza e Castro Valsecchi, Fabio Zinger Gonzales e Belisário dos Santos Júnior.

Encontram-se presentes também o Dr. Édison Luiz de Campos, Promotor de Justiça, e a intérprete juramentada Maria Del Pilar S. Martin.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LEWBACH, Preso com o nome de Jorge Antonio Franco Cortés
R.G. nº não tem — Naturalidade: Chile
Estado Civil: casado — Cor branca
Idade: 38a. — Data do Nascimento: 18 / 08 / 19 51
Filiação: Raúl FernandezSarratea e Nora Lewbach Beiza
Residência: 85, Monson Road - New Cros - London - SE 14-Inglaterra
Profissão: professor de educação especial(Para deficientes mentais)
Local do Trabalho: atualmente não tem
Sabe Ler e Escrever? sim, em castelhano e inglês — É Eleitor? não — Zona prejudicado

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo - fielmente da fita estenotipada.

J.: Em primeiro lugar eu queria observar ao Pedro Alejandro que o senhor não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo à sua defesa. Compreendeu bem?

Interrogando: Sim.

J.: Outra observação é que no sistema pena brasileiro existe a atenuante da confissão, ou seja, que na eventualidade de uma a

50.02.027

PARTES POCO LEGIBLE

9004310-

(parti-) cipação nessas discussões nunca se falou em formação de grupos armados ou ramos armados e eu não tinha conhecimento de nenhuma ação desse tipo e minha participação aqui em São Paulo foi exclusivamente na discussão em reuniões onde se discutiam assuntos somente políticos. Inclusive no apartamento onde eu morava com outro companheiro, havia documentos e artigos de revistas que nós tínhamos preparados que justificava essa ação política que nós estávamos realizando. Esses documentos, com certeza, estão em mãos da polícia aqui no Brasil. Fui detido quando saía do meu apartamento e de lá fui levado a um quartel da polícia, onde havia mais quatro pessoas - detidas e antes de perguntar nome e o que eu estava fazendo aqui em São Paulo, começaram a me torturar, perguntando: "onde está a casa? Onde está a casa?" Era a única pergunta que faziam. Isso durou várias horas e todas as pessoas que estavam lá fomos bastante torturadas e finalmente, um dos que estavam lá, disse que sabia onde estava a casa e onde estava o sequestrado. Aí assim começaram a perguntar os nomes, por que estávamos em São Paulo, qual era a nossa atividade. Volto a repetir que minha presença aqui está relacionada somente com motivo de caráter político e em que nenhum momento eu estive com ações tipo militar e isso é tudo.

J.: O senhor também está sendo acusado de ter colaborado na preparação e depois na execução do sequestro da pessoa de Abílio Diniz com o fim de resgate da família. O senhor não participou desse sequestro?

Intérp.: Não.

J.: No dia 11 de dezembro, uma segunda-feira, de manhã, o senhor estava aonde?

Intérp.: Eu estava num "flat", não me lembro o número, localizado na rua Aureliano Coutinho, junto com outro companheiro de nome Ulisses. Estive aí o dia todo.

J.: Qual o nome da organização política da qual o senhor estava fazendo parte?

Intérp.: Eu neste momento não faço parte de nenhuma organização política. As discussões que vinham tendo aqui em São Paulo era justamente para formar essa organização.

J.: E essa organização não foi formada?

50.18.024

SECUESTRO

DEL

EMPRESARIO

ABILIO DINIZ

11 DIC 89

01-144

9004310

Nº
TITU Sequestro de Abílio Diniz
P 2 N1/ e0238
F 11/6/20
Brasil
F. Militar 1116?

INUR Nº 0055.4/31 JAN 90

ASSUNTO: SEQUESTRO DE ABÍLIO DINIZ.

1. Um dos endereços contidos numa das agendas dos seqüestradores do empresário ABÍLIO DINIZ, conduziram as investigações à INTERPRESS SERVICE, agência de notícias que, suspeita-se, seja financiada pelos governos líbio e cubano.

A INTERPRESS SERVICE, cuja sede seria em ROMA/ITÁLIA, tem como representante no BRASIL, CHISUO OSAVA, ex-guerrilheiro, militante, nos anos 60, da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA - VPR.

A INTERPRESS SERVICE utilizou, até 1986, a Caixa Postal nº 38017. Em 1984 esta mesma Caixa Postal estava registrada em nome de LEOPOLDO SARAIVA, representante no BRASIL, do jornal "BARRICADA INTERNACIONAL-BI", porta-voz da Frente Sandinista de Libertação Nacional - FSLN.

2. O jornal BI, financiado pelo governo da NICARÁGUA, é editado pela "PANORAMA NOTICIOSO", que utiliza a Caixa Postal nº 4895 esta, registrada em nome do cidadão argentino LEOPOLDO GUILHERME TALKSMAN (identidades MI-10.495.418 e Carteira de Identidade nº 5.014.844, ambas da ARGENTINA). Panfletos assinados pela COORDENADORA DE AGRUPAÇÕES LATINO-AMERICANAS-CAL, em 1984, condenando a "intervenção do imperialismo norte-americano na América Central" apresentavam como endereço para correspondências, a Caixa Postal nº 4895, da "PANORAMA NOTICIOSO".

3. WELLINGTON RIBEIRO DA SILVA, sócio de LEOPOLDO SARAIVA na "PANORAMA NOTICIOSO", participou, de 24 a 30 Set 83 , em LA PAZ/BOLÍVIA, de uma reunião das "Juventudes Políticas dos Partidos de Oposição do Cone Sul".

4. Constam da agenda dos seqüestradores, dentre outros, os seguintes nomes:

- CLOVIS MICHELS, que seqüestrou um avião da VASP, em 1970, do BRASIL para HAVANA. Em CUBA, MICHELS recebeu treinamento de guerrilha e cooperou com a DIRECCIÓN GENERAL DE INTELIGENCIA-DGI. No final da década de 1970 MICHELS integrou-se

9004310

à guerrilha na NICARÁGUA, como membro da FSLN.

- ZELIK TRAJBER (aparece na agenda como "ZIGA") nascido na POLÔNIA, militante da AÇÃO LIBERTAÇÃO NACIONAL-ALN, na década de 60. Viveu onze anos em CUBA onde recebeu treinamento de guerrilha.

- MIRIA CONTRERAS ou MIRIA CONTRERAS BELL, que foi secretaria particular de SALVADOR ALLENDE em 1970/73. Amiga particular do ex-presidente chileno que, segundo a imprensa da época, tinha em seu nome 20 automóveis e um sítio que eram usados pelo MOVIMIENTO DE IZQUERDA REVOLUCIONÁRIA-MIR. Conhecida como "LA PAYITA", MIRIA refugiou-se na embaixada da SUÉCIA , após a queda de ALLENDE, seguindo depois para ESTOCOLMO e HAVANA. O nome de MIRIA aparece em um cartão de visitas apreendido com um dos seqüestradores de ABÍLIO DINIZ, como gerente da HAVANATOUR em PARIS.

- RODOLFO PINO, seria RODOLFO PINO RAPOSO, chileno, 39 anos, que há cinco anos vem tentando obter asilo no BRASIL. RODOLFO, que é marinheiro, saiu do CHILE por ser militante do Partido Radical, que ajudou eleger SALVADOR ALLENDE.

- ORLANDO CONTRERAS, possivelmente chileno, foi correspondente, no CHILE, durante o governo ALLENDE, da agência de notícias cubana "PRENSA LATINA".

ORLANDO publicou na revista da Organização Internacional de Periodistas-OIP o artigo intitulado "Chile bajo al Facismo".

5. Em um bilhete apreendido com os seqüestradores, faz referência a "becas SUM": trata-se do Serviço Universitário Mundial, Organização de Frente do MCI. Diversos brasileiros, em 1970/73, receberam bolsas de estudo do SUM no CHILE. Em uma das agendas o SUM aparece com a sigla WUS (World University Service).

6. Movimentos de entrada e saída do BRASIL de alguns membros do grupo de seqüestradores:

- ULISSES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO, que usou o nome falso de PEDRO SEGUNDO SOLAR VENEGAS; entrou no BRASIL em 02 Out 89, por FOZ DO IGUAÇU/PR, à pé, como turista, procedente do PARAGUAI.

- PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LEMBACH, que usou o nome falso de JORGE ANTÔNIO FRANCO CORTEZ; entrou no BRASIL em 02 Out 89, por FOZ DO IGUAÇU/PR, à pé, como turista, procedente do PARAGUAI.

- HUMBERTO EDUARDO PAZ, que usou o nome falso de LEONARDO LUIZ BRUNI ROJAS: desembarcou em SÃO PAULO/SP, em 22 Fev 89, procedente do MÉXICO; embarcou em SÃO PAULO/SP, em 05 Mar 89, com destino ao CHILE; retornou ao BRASIL, em 04 Abr 89, por URUGUAIANA/RS, á pé, na condição de turista.

Desembarcou em SÃO PAULO/SP, em 13 Jul 89, procedente do URUGUAI; embarcou em SÃO PAULO/SP, em 22 Ago 89, com destino à BOLÍVIA.

- MARIA EMÍLIA HONÓRIA MARCHI BADILLA, que usou o nome falso de MARIA RABKIN BUSTOS; entrou no BRASIL em 12 Ago 89, por SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, por via aérea, procedente do URUGUAI e saiu de SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, à pé, com destino ao URUGUAI, no dia 13 Ago 89. Em 16 Set 89 entrou novamente no BRASIL por CHUÍ procedente do URUGUAI.

Utilizando-se do nome falso de MARIA RABKIN BUSTOS, MARIA BADILLA efetuou as seguintes entradas e saídas do BRASIL:

URUGUAI-LIVRAMENTO/RS, à pé, em 14 Out 89;
LIVRAMENTO/RS-URUGUAI, à pé, em 16 Out 89;
URUGUAI-CHUÍ/RS, via aérea, em 20 Out 89;
CHUÍ/RS-URUGUAI, via aérea, em 29 Out 89;
URUGUAI-CHUÍ/RS, via aérea, em 12 Nov 89;
CHUÍ/RS-URUGUAI, via aérea, em 15 Nov 89;
URUGUAI-CHUÍ/RS, via aérea, em 18 Nov 89;
CHUÍ/RS-ARGENTINA, via aérea, em 22 Nov 89.

- CHRISINE GWEN WALKER, que usou o nome falso de LISA LYNNE WALKER; entrou no BRASIL em 05 Jul 89, desembarcando em SÃO PAULO/SP, procedente do PANAMÁ.

- DAVID ROBERT SPENCER, que usou o nome falso de PAUL JOSEPH GOMES MENDES; entrou no BRASIL em 05 Jul 89, desembarcando em SÃO PAULO/SP, procedente do PANAMÁ.

- SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA; entrou no BRASIL em 20 Nov 89, procedente da ARGENTINA, desembarcando em SÃO PAULO/SP.

- HECTOR RAMON COLLANTE TAPIA; entrou no BRASIL em 19 Ago 89, via aérea, procedente do URUGUAI, desembarcando em CHUÍ/RS.

- HORACIO HENRIQUE PAZ; entrou no BRASIL, à pé,por SANTANA DO LIVRAMENTO/RS, procedente da ARGENTINA.

- RAIMUNDO ROSÉLIO COSTA FREIRE; entrou no BRASIL em 22 Jan 89, procedente dos EUA, desembarcando em SÃO PAULO/SP; em 06 Mai 89 embarcou em SÃO PAULO/SP, com destino ao EQUADOR.

- MARIA YVONE BRAECKMAN; em 25 Mar 89, embarcou em SÃO PAULO/SP, com destino ao EQUADOR.

Em 25 Mai 89, desembarcou em SÃO PAULO/SP, procedente do PERÚ.

MARIA YVONE BRAECKMAN, nascida em 12 Mar 52, na BÉLGICA, passaporte nº 664731, participou do grupo de apoio , alugando automóveis para os seqüestradores. A nomeada usou documentação com o nome de KATHERINE BAUNGARTNER. Há suspeitas de que a nomeada seja, na realidade, MARIE ANNE BEAUSIRE, mulher de ANDRÉS PASCHOAL ALLENDE, militante e um dos dirigentes do MIR. A nomeada até o momento não foi localizada pela polícia.

* * *

9004310

INUR Nº 0033.4 / 23 JAN 90

ASSUNTO : SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABÍLIO DINIZ - DECLARAÇÕES DOS SEQUESTRADORES

ANEXOS : RELACIONADOS NO FINAL DO DOCUMENTO

Em entrevistas realizadas com os seqüestradores' do empresário brasileiro Abílio dos Santos Diniz, foram obtidos, inicialmente, os dados abaixo:

- Declarações de David Robert Spencer
  Filiação: Willian Hartley Spencer e Jean Spencer
  DLN: 22 Jun 63 - Midleton/Canadá
  Nível de Escolaridade: Superior incompleto
  Endereço no Canadá: 63 Birchmount, Ovivo, Moncton, NB - Canadá

O entrevistado negou-se a responder às demais perguntas formuladas, alegando que só o faria na presença de seu advogado, conforme orientação recebida anteriormente por seu defensor.

- Declarações de Christine Gwen Lamont
  Filiação: Keith Lamonte E Marilyn Lamont
  DLN: 21 Abr 59 - Boston - Massachussets/EUA
  Nível de Escolaridade: Universitário incompleto(Artes)

A entrevistada negou-se a responder às demais perguntas formuladas, alegando que só o faria na presença de seu advogado, conforme orientação recebida anteriormente por seu defensor.

- Declarações de Horácio Henrique Paz
  Filiação: Santiago Paz e Romula Osuna Paz
  DLN: 18 Nov 51 - Argentina
  Endereço: Calle Curapaligue 754 - Buenos Aires
  Estado Civil: Solteiro
  Profissão: Ceramista(trabalhos com cerâmica)
  Passaporte: 7.087.443

O entrevistado negou-se a responder quaisquer' outras perguntas.

- Declaração de Sergio Martin Olivares Urtubia
Filiação: Martin Olivares Donoso(Sub-oficial ' do Exército chileno) e Eliana Urtubia Caiceo
DLN: 29 Nov 52 - Santiago/Chile
Identidade: 6.343.172-9 - Chile
Estado Civil: Solteiro - vive com Bessi Pino Robles - chilena residente no Canadá
Profissão: Técnico em eletrônica e metalúrgica
Endereço: 1) Calle Cautin 109, Vila Chena, San Bernardo - Santiago/Chile, 2)Preston 111, Winnipec/Industries - Canadá,4) Athabasca Steel - Canadá

O nomeado declarou ter militado no Movimento Estudantil(ME), em 1974/78, integrando grupos de resistência, vinculado ao Movimiento de Isquierda Revolucionária(MIR). Foi preso, processado e condenado a quatro anos de prisão. Exilou-se no Canadá. Em Set 88 retornou ao Chile onde atuou na Secretaria Política do MIR, organização política do ME.

Disse ainda, o nomeado, que conheceu no Chile, em Out 89, uma pessoa de nome Joaquim, sem outros dados; que recebeu de Joaquim convite para uma missão não declarada em São Paulo/Brasil. Que em Nov 89 recebeu mil dólares americanos de Joaquim para a viagem e que em 14/15 Nov viajou na rota Santiago-Buenos Aires-São Paulo.

Em Nov 89 "cobriu ponto de chegada" (manteve encontro de segurança) com Humberto Eduardo Paz, usando como senha um jornal e um exemplar da revista "Cambio". Recebeu de Humberto Paz, codinome "Juan Carlos", seicentos cruzados novos e foi residir em um apartamento juntamente com Ulisses Fernando Gallardo Acevedo e Pedro Alexandro Fernandes Lembach.

Quando residia no citado apartamento, cobria ponto de segurança (mantinha encontros da segurança) com "Juan Carlos". Em 10 Dez 89 fez reconhecimento do local do seqüestro ; em 11 Dez 89 participou do sequestro. Declarou que durante o se

qüestro encontravam-se; na ambulância: a) Joaquim, como motorista, b) Carlos, C) Humberto Paz ou "Juan Carlos", fardados de policial; no automóvel opala branco: a) Maria Emilia Marchi Badilla, como motorista, b) o próprio Sergio Urtubim armado com um revólver Calibre "38"; na rua: a) Ulisses Acevedo, b) Pedro Lembach.

Acrescentou o entrevistado que após o seqüestro, ele, Pedro Lembach e Ulisses Acevedo, mudaram-se para outra residência, onde encontraram Maria Emilia e Humberto Paz.

Disse ainda que após o término da ação deveria cobrir ponto com Joaquim em Santiago/Chile no cruzamento da Avenida San Diego e Matta na Segunda, Terça e Quarta-Feiras, no horário das 12:00h às 15:00h. Disse que já estava de posse da passagem para se deslocar para Santiago mas que não obteve vaga para viajar.

Disse ainda Sergio Urtubia que Joaquim é um homem moreno, com 1,78m de altura, pesando de 75 a 80Kg, com 37 a 42 anos, com cabelos castanho escuros, bigode preto e usava sempre paletó e gravata. Concluiu dizendo que o pai de sua companheira também é exilado chileno no Canadá.

- Declarações de Pedro Alesandro Fernandes Lembach

Codinome: "Esteban Sebastian" e "Jorge Antonio Franco Cortes"
Filiação: Raul Fernandes Sarratea e Nora Lembach Beiza
DLN: 18 Ago 51 - Santiago/Chile
Identidade: 6.776.939-2/Chile
Estado Civil: Separado
Profissão: Pedagogo, Orientador de Excepcionais, Garçon.
Endereço: 1) Poblacion Carlos Cortes, Bloco 5, apto 31, Santiago, 2) 85 Monson Row New Cross - Londres/Inglaterra.

Em suas declarações o nomeado disse ter participado de atividades e agitação e propaganda no Movimento Estudantil(ME). Foi dirigente da Federação Chilena de Estudantes(FCE) e de Grupos de Resistência; simpatizante do MIR. Foi preso no Chile, onde ficou detido de Mai 8 a Jan 87, quando exilou-se na

Inglaterra, indo residir em Londres, onde permaneceu até Jul 89.

Em Jul 89 foi convidado por um chileno, de nome Manoel (sem outros dados), militante do MIR, para uma missão na América Latina. Recebeu de Manoel uma passagem Londres- Montevideo. Desembarcou na capital do Uruguai em 28 Jul 89, tendo sido recebido por Manoel no aeroporto de Montevideo.

Permaneceu no Uruguai nos dias 28, 29, 30 e 31 Jul 89, e ali conheceu Maria Emilio Marchi Badilla.

No dia 01 Ago 89 viajou para São Paulo/Brasil, onde deveria encontrar-se com Humberto Paz, codinome "Juan Carlos". Para realizar o encontro deveria comparecer diariamente, às 13:00h, com um livro debaixo do braço, em frente ao Teatro Municipal de São Paulo/SP. Recebeu de "Juan Carlos" a quantia de duzentos dólares americanos e hospedou-se durante dois meses em hotel no centro de São Paulo, em companhia de Ulisses Fernando Gallardo Acevedo, que lhe foi apresentado por "Juan Carlos".

Fez reconhecimento do local do seqüestro e do "alvo" Abílio Diniz por cinco vezes. Faziam parte do grupo de reconhecimento: Joaquim, Carlos e Pedro Lembach. Os grupos de seqüestro estavam assim constituídos: na ambulância: a) Joaquim, b) Carlos, c) "Juan Carlos", vestido de policial; no automóvel O pala branco: a) Pedro Lembach, b) Maria Emília; c) Horácio Henrique Paz; à pé: a) Ulisses Acevedo, b) Pedro Lembach. Acrescentou o entrevistado que no momento da ação usava uma bolsa para a sinalização da chegada do alvo e um martelo para quebrar o vidro do carro, se necessário. Após o sequestro tomou um taxi e foi para casa. Ao término da ação deveria retornar a Montevideo' para manter contato com Maria Emília.

O nomeado descreveu Manoel como um homem branco, com 1,68m a 1,73m de altura, com 75 a 80Kg, aproximadamente' 34 anos, cabelos castanhos claros, sem barba, sem bigode, usando óculos de grau. Disse que o preço a ser cobrado pelo resgate seria de vinte milhões de dólares.

Descreveu a formação do grupo de seqüestro como tendo uma equipe de reconhecimento, uma equipe de Informação, uma equipe de cárcere e uma equipe de seqüestro.

Disse ainda que recebeu o documento falsificado, que usava, em São Paulo, de um homem que se identificou como Juan Carlos Chiariano.

Acrescentou que acredita ser Joaquim o Chefe do grupo.

- Declarações de Ulisses Fernando Gallardo Acevedo

Codinome: "Pablo"(portava documento falso em nome de Pedro Segundo Solar Venegas)
Filiação: Luiz Gallardo Lopes e Maria Acevedo' Contreras
DLN: 25 Jan 54 - Santiago/Chile
Nível de Escolaridade: 3º ano incompleto de Sociologia em Universidade do Chile
Estado Civil: Viúvo de Eliane Maria Gonzalez Ruiz
Profissão: Pedreiro
Endereço: Rue Rethorique 39, Bruxelas/Bélgica

Declarou que Pedro Segundo Solar Venegas, de quem usava os documentos era um seu amigo que também militava no MIR, com o qual não tem contato desde 1975. O documento em questão foi obtido através de Jorge, na Argentina, com apresentação' de "Manoel".

Declarou que esteve preso no Chile, no período de Mar 77 a Dez 82, por questões ideológicas. Foi militante do MIR. Saiu do Chile, com a ajuda de membros do MIR, com destino à Bélgica, no final de Dez 82.

Da Bélgica foi para Buenos Aires, onde chegou em 20 Set 89. Na Argentina conheceu Jorge, que lhe apresentou "Manoel". Foi aconselhado por "Manoel" a vir para o Brasil, para retornar ao Chile após as eleições naquele país.

Chegou a São Paulo/Brasil, em companhia de Jorge, no dia 01 Out 89, tendo sido recebido no aeroporto por "Manoel", que os encaminhou a uma residência utilizada por outros membros do grupo. Que, por determinação de "Juan Carlos", mudou-se, juntamente com Jorge, para outro apartamento, também utilizado por membros do grupo. Que segundo instruções de "Juan Carlos", não deveria telefonar para ninguém e nem atender o telefone pois qualquer contato seria feito por "Juan Carlos" ou "Rubia".

Quando "Juan Carlos" queria falar apenas com ele ou com Jorge, saiam à rua ou iam a algum restaurante no centro da cidade.

Durante a entrevista, um outro entrevistador entrou na sala e chamou-o de "Pablo", Acevedo espantou-se, baixou a cabeça e não quis falar mais. Posteriormente confirmou que "Pablo" era seu codinome quando militava no MIR e disse não ter participado de nenhuma ação direta ou indiretamente relacionada' ao seqüestro do empresário Abílio Diniz. Acrescentou que desconhecia como a polícia chegou ao hotel em que estava hospedado e porque foi preso. Disse achar normal que numa ação como a do seqüestro do empresário, participem pessoas de diversas nacionalidades pois o MIR há dezesseis anos presta e recebe solidariedade de diversos países. Descreveu "Manoel" como um homem moreno claro, cabelos castanhos escuros e lisos, com cerca de 1,70m a 1,75m de altura e cerca de 35 a 40 anos.

- Declarações de Hector Ramon Collante Tapia
  DLN: 28 Fev 64 - Santa Rosa De Los Andes
  Identidade: nº 9.810.316-3/Chile
  Endereço: Calle 2 nº 42, Poblacion Hirmas -Renca, Santiago/Chile
  Profissão: Mecânico e Motorista de taxi

Declarou que trabalhava como motorista de taxi em Santiago/Chile e possuia diversos amigos na polícia. Que veio para o Brasil em 12 Ago 89 para tentar a vida como motorista de taxi a fim de auxiliar no tratamento de saúde de sua mãe que é cardíaca.

Disse que para chegar ao Brasil passou pela Argentina e Uruguai, tendo efetuado todo o percurso de ônibus. No Chile prestou serviço militar em uma unidade de cavalaria blindada, onde realizou apenas seis tiros, sendo depois designado para trabalhar como ordenança de um Capitão. Ao chegar ao Brasil trabalhou em um hotel no centro da cidade de São Paulo, deixando o emprego pouco tempo depois, após desentendimento com um brasileiro, depois do jogo de futebol Brasil X Chile.

Declarou que certo dia, andando pelo centro de São Paulo parou para conversar com um vendedor de artesanato, de origem chilena. Que um cidadão chamado Jesus, ouvindo a conversa e identificando o seu idioma chamou-o e fez-lhe algumas per

guntas. Ao responder a Jesus que era mecânico, este perguntou-lhe se sabia trabalhar como marceneiro. Disse o nomeado que sabia serrar e pregar tábuas e Jesus lhe ofereceu emprego de carpinteiro, prometendo-lhe um pagamento de dez dólares por dia. Que combinado o serviço marcaram encontro em um cruzamento no centro da cidade, tendo Jesus lhe recomendado que levasse suas roupas pois no local que iria trabalhar havia alojamento. No horário combinado Jesus chegou ao local em um carro Volkswagen Kombi juntamente com uma mulher. Jesus e a mulher o conduziram a uma casa que, posteriormente, viria a ser a residência utilizada para o cativeiro' de Abílio Diniz. Que chegando à casa conheceu o casal de canadenses e recebeu ordens para não sair de casa e que receberia pagamento integral pelo serviço contratado após seu término. Que durante uma semana trabalhou deslocando-se do seu quarto, na parte superior da casa para o quintal. Que certo dia percebeu haver mais uma pessoa na casa e que esta pessoa era Horácio Paz. Que não entendia o diálogo entre Horácio e o casal canadense pois se comunicavam possivelmente em inglês. Que chegou à casa aproximadamente uma semana antes do seqüestro e que seu trabalho era fazer uma porta e um armário para uma adega de residência. Que somente quando foi preso soube que a porta dava acesso à entrada do poço onde Abílio Diniz ficou em cativeiro. Que no dia do seqüestro, após a chegada de um homem de terno azul, o nomeado recebeu ordens para não mais ir ao quintal, devendo permanecer todo o tempo em seus aposentos e que seria morto caso tentasse sair da casa. Acrescentou que quando houve tiroteio com a polícia ouviu uma rajada de metralhadora saindo de dentro da casa mas não soube quem disparou. Que na madrugada de sábado, 16 Dez 89, acordou com gritos de "Juan" dizendo que a casa estava cercada e que nesse momento apareceram várias armas. Que foi lhe dado um revólver e que, com medo, colocou-o no bolso e tentou convencer os demais a se entregarem . O brasileiro Raimundo chegou à casa no domingo 10 Dez 89 e o Chefe do grupo era "Juan" que dava ordens aos demais, inclusive mandando-os calar a boca. Que no momento de rendição fizeram-no colocar várias armas na cintura e nas mãos para entregá-las à polícia.

Disse que nunca foi preso antes e que não tem envolvimento com nenhum partido político nem com qualquer movimento.

Acrescentou o nomeado que colaborará em tudo que estiver ao seu alcance, pois foi envolvido pelo grupo sem saber do que se tratava. Disse ainda que tentou fugir da residência onde trabalhava (local que serviu de cativeiro de Abílio Diniz) mas que foi detido pelos membros do grupo.

- Declarações de Humberto Eduardo Paz
Codinome: Juan Carlos
Nacionalidade: Argentino

Declarou o nomeado que trabalha desde os 12 anos de idade. Que trabalhou em uma fábrica de bebidas como sapateiro e em serviços gerais. Acrescentou que em 1975 foi preso como subversivo, permanecendo na prisão por cerca de um ano. Após sua libertação viajou para o Peru onde permaneceu por cerca de um ano, retornando depois para a Argentina. Em seu país (Argentina) não conseguiu emprego regular devido a seus antecedentes políticos e passou a trabalhar, sem registro, em microempresas,com baixa remuneração. Permaneceu nessa condição até o início de 1989, quando veio para o Brasil (nada falou sobre a finalidade e os meios de viagem).

Disse que as autoridades brasileiras poderiam' ficar descansados quanto à possibilidade de eclosão de movimento armado neste país pois não existe nada neste sentido.

Deixou transparecer que as armas usadas na ação de seqüestro não foram adquiridas no Brasil mas sim trazidas do exterior para a ação.

Como prova de que não participou de seqüestros anteriores, falou sobre a forma modesta como vive sua mãe e sua irmã em Buenos Aires, sendo esta casada com um sapateiro e que sempre que pode envia dinheiro para seus familiares.

Disse saber, através de seus advogados, que seus companheiros presos estão bem, visto que está isolado dos demais membros do grupo.

Acrescentou que a presença de Dom Paulo Evaristo Arns no dia do sequestro foi por sugestão de Bresser Pereira (um dos negociadores e ex-ministro da Fazenda do Brasil) e do próprio Abílio Diniz.

Disse que o tratamento que vem recebendo na penitenciária é muito bom e que não tem nehuma queixa, a comida é boa e as pessoas que tem contato com ele tratam-no com respei

Acrescentou o nomeado que colaborará em tudo que estiver ao seu alcance, pois foi envolvido pelo grupo sem saber do que se tratava. Disse ainda que tentou fugir da residência onde trabalhava (local que serviu de cativeiro de Abílio Diniz) mas que foi detido pelos membros do grupo.

- Declarações de Humberto Eduardo Paz
Codinome: Juan Carlos
Nacionalidade: Argentino

Declarou o nomeado que trabalha desde os 12 anos de idade. Que trabalhou em uma fábrica de bebidas como sapateiro e em serviços gerais. Acrescentou que em 1975 foi preso como subversivo, permanecendo na prisão por cerca de um ano. Após sua libertação viajou para o Peru onde permaneceu por cerca de um ano, retornando depois para a Argentina. Em seu país (Argentina) não conseguiu emprego regular devido a seus antecedentes políticos e passou a trabalhar, sem registro, em microempresas,com baixa remuneração. Permaneceu nessa condição até o início de 1989, quando veio para o Brasil (nada falou sobre a finalidade e os meios de viagem).

Disse que as autoridades brasileiras poderiam' ficar descansados quanto à possibilidade de eclosão de movimento armado neste país pois não existe nada neste sentido.

Deixou transparecer que as armas usadas na ação de seqüestro não foram adquiridas no Brasil mas sim trazidas do exterior para a ação.

Como prova de que não participou de seqüestros anteriores, falou sobre a forma modesta como vive sua mãe e sua irmã em Buenos Aires, sendo esta casada com um sapateiro e que sempre que pode envia dinheiro para seus familiares.

Disse saber, através de seus advogados, que seus companheiros presos estão bem, visto que está isolado dos demais membros do grupo.

Acrescentou que a presença de Dom Paulo Evaristo Arns no dia do sequestro foi por sugestão de Bresser Pereira (um dos negociadores e ex-ministro da Fazenda do Brasil) e do próprio Abílio Diniz.

Disse que o tratamento que vem recebendo na penitenciária é muito bom e que não tem nehuma queixa, a comida é boa e as pessoas que tem contato com ele tratam-no com respei

to. Não teme ser colocado junto com outros presos em celas comuns e não pensa na possibilidade de ser extraditado pois acha que nada deve à justiça Argentina ou de outros países. Afirmou que conhece Santiago/Chile somente de passagem nunca tendo trabalhado ou residido lá. Nunca esteve na Europa ou na América Central, e conhece muito pouco a cidade de São Paulo/Brasil.

Sobre o tratamento desumano dado ao seqüestrado Abílio Diniz (cárcere pequeno, luz acesa o tempo todo, música em volume muito alto, cômodo sem ventilação) nada declarou. Que alguns de seus companheiros presos embora estejam bem de saúde sofrem seqüelas resultantes das torturas recebidas.

Sobre o fato se ser apontado por todos como o Chefe do grupo, nada tem a declarar.

OBS: Advogados ligados ao Partido Comunista Brasileiro(PCB) estiveram no presídio na manhã do mesmo dia em que estas declarações foram prestadas, alertando aos presos, um a um que naquele mesmo dia eles seriam entrevistados por agentes dos Serviços de Informações e que nada deveriam declarar.

- Declarações de Raimundo Rosélio Costa Freire
  Codinome: Maguila
  DLN: 26 Jan 65 - Jaguaribe - Ceará/Brasil
  Nível de Escolaridade: Iniciou mas não concluiu curso superior

Declarou ser oriundo de família de classe média e que começou envolver-se em política quando iniciou o curso de História na Universidade Estadual do Ceará, onde conheceu um grupo de militantes do grupo Convergência Socialista(CS).

Que com a separação de seus pais teve que trabalhar. Conseguiu emprego na rede hoteleira de Fortaleza/CE onde ganhou muito dinheiro com gorjetas dos"gringos". Que aos poucos teve que abandonar a militância na CS pois a organização exigia muito e ele, com o emprego, não dispunha de bastante tempo.

Que através do Comitê de Solidariedade à Nicarágua de Fortaleza/CE resolveu viajar àquele país, para onde se dirigiu, por meios próprios em 25 Mai 88, via Panamá. Na Nicarágua, através de contatos em Centros de Solidariedade dirigiu-se para o sul do país onde trabalhou no campo(plantações de cana de açúcar, sisal e mandioca). Que embora trabalhando no campo, teve pequena instrução de "Defesa" do tipo armamento e defesa de posi

ções (como defender-se no campo e como defender-se nos alojamentos coletivos). Que naquela área existiam poucos brasileiros mas havia muitos europeus (alemães, suíços e outros). Que não conseguiu ganhar quase dinheiro algum, ao contrário, gastou parte do que havia levado, razão pela qual resolveu retornar ao Brasil. Que chegou a São Paulo/SP em 15 Jan 89, ali permanecendo cerca de quinze dias, seguindo posteriormente para o Ceará a fim de visitar seus pais. Que junto à rede hoteleira de Fortaleza/CE, conheceu um cidadão de nome Rodriguez, que falava castelhano, que o convidou a ir para o Equador, onde, segundo Rodriguez haveria bons serviços para brasileiros no tocante ao ensino da Língua Portuguesa. Viajou para o Equador em Mar 89 e naquele país não fez nenhum trabalho, tendo suas despesas sido custeadas por Rodriguez. Retornou ao Brasil em Mai 89, juntamente com Rodriguez, sendo instalado em uma residência, em São Paulo, onde seu trabalho seria dar aulas de Língua Portuguesa para um casal de "gringos"e mais um homem de aparência castelhana, além de fazer os serviços caseiros, inclusive cozinhar. Os três residentes na casa diziam-se jornalistas e falavam espanhol. O nomeado disse ter identificado, na residência, um aparelho de rastreamento de freqüência rádio que o casal alegara ser para comunicarem-se com seus colegas jornalistas. A mulher chamava-se Maria. Na véspera do seqüestro, os residentes na casa pediram-lhe para comprar latas de cerveja, pois iriam para a casa de um amigo na praia. Após comprar as cervejas, as três pessoas começaram a beber e lhe ofereceram. O nomeado aceitou após muita insistência pois não gostava da bebida. Devido à insistência tomou uma lata de cerveja e recorda-se que Maria por diversas vezes disse-lhe que a partir de Domingo iriam tirar umas férias na praia. Não se recorda do que se sucedeu por ter entrado em estado de embriaguês. Recorda-se que no dia seguinte, ainda com muito sono foi colocado em um automóvel em direção à praia. Depois de muito rodar, chegaram a uma casa, mas em outro carro (não se lembra da troca de veículos devido a seu estado de embriaguês), possivelmente uma Kombi. Subiu para o andar superior da casa, onde acredita ter dormido por muito tempo. Quando acordou e desceu ao andar de baixo deparou com homens armados e Maria gritou com ele para que retornasse ao seu lugar. Após algum tempo foi levado por uma pessoa a um buraco, onde ajudou um homem amarrado a descer ao cativeiro. A

9004310-

chou que o homem estava drogado. Que recebeu ordens para cuidar de Diniz. Que só ele escrevia bilhetes ditados pelo Chefe do grupo e recebia bilhetes de Diniz para levá-los ao Chefe do grupo. Que após uma semana a polícia cercou a casa.

* * *

ANEXOS: 1. Fotografias
2. Termos de Interrogatório
3. Documento da Polícia Federal Brasileira
4. Documento da Polícia Federal do Chile

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 09 de janeiro de 19 89, nesta cidade de São Paulo, no(a) Fórum Min. Digo, no 1º Tribunal do Júri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal

Doutor(a) Roberto Caldeira Barioni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LERBACH

a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado ter como defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, Marco Antônio R. Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de Souza e Castro Valsecchi, Fabio Binder Gonzales e Belisário dos Santos Junior.

Encontram-se presentes também o Dr. Édison Luiz de Campos, Promotor de Justiça, e a intérprete juramentada Maria Del Pilar S. Martin.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LERBACH, Preso com o nome de Jorge Antonio Franco Cortes

R.G. nº: não tem — Naturalidade: Chile

Estado Civil: casado — Cor: branca

Idade: 38a. — Data do Nascimento: 18 / 08 / 19 51

Filiação: Raúl FernandezSarratea e Nora Lerbach Beiza

Residência: 85, Ponson Road - New Cros - London - SE 14-Inglaterra

Profissão: professor de educação especial(Para deficientes mentais)

Local do Trabalho: atualmente não tem

Sabe Ler e Escrever? sim, em castelhano e inglês — É Eleitor? não — Zona prejudicada

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo - fielmente da fita estenotipada.

J.: Em primeiro lugar eu queria observar ao Pedro Alejandro que o senhor não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo à sua defesa. Compreendeu bem?

Interrogando: Sim.

J.: Outra observação é que no sistema pena brasileiro existe a atenuante da confissão, ou seja, que na eventualidade de uma c

50.02.027

PARTES POCO LEGIBLE

9004310-

plicação de pena, essa pena poderá ser atenuada. O senhor conhece, sabe quais são as adusações contra o senhor?

Intérp.: Não li a acusação, me pediram na cadeia que assinasse um papel, mas depois não me deixaram ler.

J.: O senhor está sendo acusado de praticar dois crimes diferentes: o primeiro deles é o da formação de bando ou quadrilha armada, é um crime autônomo, e o senhor está acusado de ter se associado a um bando armado, de maneira estável e permanente, tendo por finalidade o cometimento de sequestros de pessoas de projeção em vários países da América Latina, para a finalidade de obter resgates em proveito próprio. O senhor admite essa acusação?

Intérp.: Não.

J.: O senhor tem alguma coisa a declarar sobre essa acusação?

Intérp.: Eu gostaria de apresentar a minha versão completa para poder dar a minha opinião sobre o acontecido e porque eu me encontro nesse país, quais são as razões e por que estou preso.

J.: O senhor pode começar.

Intérp.: Bom, estou aqui no Brasil, em São Paulo, em razão de um convite que me foi feito há um tempo atrás para participar de uma série de discussões políticas com o fim de fazer parte de um movimento político, em formação, cujo objetivo era aglutinar todas aquelas pessoas que estavam descontentes com o desenvolvimento do processo democrático da América Latina. Durante muitos anos, especialmente no Chile, fui um lutador contra a ditadura. Fui torturado e detido e passei sete anos na prisão e depois me expulsaram do país para a Inglaterra. Durante o tempo que estive na Inglaterra, continuei interessado no processo democrático da América Latina e minha visão com respeito a isso é que, apesar de que na maiores dos países estavam terminando a ditadura, no fundo a situação econômica, social e humana da população continuava a ser a mesma, a fome, a miséria, a exploração e a repressão continuavam vigentes. Estes governos democráticos ou tido como democráticos, estavam mais interessados em proteger os interesses do Fundo Monetário Internacional e dos setores dominantes da burguesia, do que estabelecer as urgentes necessidades da população em geral. Nesse contexto eu fui convidado para uma série de reuniões políticas que seriam realizadas com o fim, como eu já havia dito antes, de formar um movimento que começasse a levantar as necessidades populares que não tinham sido satisfeitas com essas novas democracias. A minha parti-

9004310

Continuação do interrogatório de PEDRO A. F. LEIBACH fl. 02.

(parti-) cipação nessas discussões nunca se falou em formação de grupos armados ou raros armados e eu não tinha conhecimento de nenhuma ação desse tipo e minha participação aqui em São Paulo foi exclusivamente na discussão em reuniões onde se discutiam assuntos somente políticos. Inclusive no apartamento onde eu morava com outro companheiro, havia documentos e artigos de revistas que nós tínhamos preparados que justificava essa ação política que nós estávamos realizando. Esses documentos, com certeza, estão em mãos da polícia aqui no Brasil. Fui detido quando saía do meu apartamento e de lá fui levado a um quartel da polícia, onde havia mais quatro pessoas - detidas e antes de perguntar nome e o que eu estava fazendo aqui em São Paulo, começaram a me torturar, perguntando: "onde está a casa? Onde está a casa?" Era a única pergunta que faziam. Isso durou várias horas e todas as pessoas que estavam lá fomos bastante torturadas e finalmente, um dos que estavam lá, disse que sabia onde estava a casa e onde estava o sequestrado. Aí assim começaram a perguntar os nomes, por que estávamos em São Paulo, qual era a nossa atividade. Volto a repetir que minha presença aqui está relacionada somente com motivo de caráter político e em que nenhum momento eu estive com ações tipo militar e isso é tudo.

J.: O senhor também está sendo acusado de ter colaborado na preparação e depois na execução do sequestro da pessoa de Abílio Diniz com o fim de resgate da família. O senhor não participou desse sequestro?

Intérp.: Não.

J.: No dia 11 de dezembro, uma segunda-feira, de manhã, o senhor estava aonde?

Intérp.: Eu estava num "flat", não me lembro o número, localizado na rua Aureliano Coutinho, junto com outro companheiro de nome Ulisses. Estive aí o dia todo.

J.: Qual o nome da organização política da qual o senhor estava fazendo parte?

Intérp.: Eu neste momento não faço parte de nenhuma organização política. As discussões que vinham tendo aqui em São Paulo era justamente para formar essa organização.

J.: E essa organização não foi formada?

50.18.024

(formada,)

Intérp.: Bom, pelo menos o grupo que estava trabalhando aqui,não formou.

J.: O senhor disse que passou a manhã toda do dia 11 no seu "flat"?

Intérp.: Sim.

J.: Sozinho?

Intérp.: Não, estava também Ulisses.

J.: Passou o dia todo dentro do "flat"?

Intérp.: Não me lembro se foi o dia todo, mas pelo menos a manhã

J.: O senhor chegou ao Brasil quando?

Intérp.: Em outubro, em outubro do ano passado.

J.: Vindo da Inglaterra?

Intérp.: Vindo da Inglaterra, fiz Inglaterra, Argentina e Brasil

J.: O senhor ingressou no Brasil com esse nome falso?

Intérp.: Sim.

J.: Jorge Antônio Franco Cortés?

Intérp.: Isso.

J.: Por que razão o senhor veio para cá com nome falso?

Intérp.: Foi principalmente por uma razão de precaução. Eu estou proibido de ingressar no Chile e tenho antecedentes políticos desfavoráveis e que nesse momento ainda existe uma ditadura no meu país e quando eu cheguei na Argentina, as pessoas que ali me receberam e que sabiam que eu vinha a essas reuniões aqui no Brasil, me deram essa identidade falsa com o objetivo de não se detectar pelos órgãos,digo, pelos organismos de segurança chilenos que atuam no Cone Sul, em todos os países da América Latina.

J.: A ditadura chilena não acabou e as pessoas que tinham sido expulsas não foram anistiadas?

Intérp.: Não, digamos ainda que Pinochet está no poder, embora em março assuma novo presidente, Pinochet continua sendo durante oito anos comandante e chefe do governo e comandando ainda todo aparelho repressor, embora é certo que tenha havido uma certa anistia no sentido de permitir que os exilados possam entrar, mas ainda há uma grande quantidade deles que não têm permissão para entrar. Todos aqueles, por exemplo, que estão a menos de cinco anos fora do país, ainda não podem entrar e eu fui ex -

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de PEDRO A. P. LIEBICH - fl. 04.

(fui ex-) pulso no ano de 87, da caleia ao exílio. Estava apenas há três anos no exílio e eu havia solicitado uma - licença para entrar, o Consulado chileno da Inglaterra para ver a minha mãe e uma irmã que estão muito doentes no Chile, no entanto esta licença foi negada, argumentando ainda que eu estava proibido de entrar no país.

J.: Pedro Alejandro, consta que o senhor utilizou material fotográfico, tirando fotos, slides da vítima Célio - dos Santos Diniz. Isto é verdadeiro?

Intérp.: Não, é falso.

J.: O senhor tem equipamento fotográfico?

Intérp.: Não.

J.: Nunca usou equipamento fotográfico em São Paulo?

Intérp.: Não.

J.: Sabe manejar equipamento fotográfico?

Intérp.: O normal, somente. Eu não tenho nenhum curso e nenhuma especialização.

J.: Conhece Maria Célia Marchi?

Intérp.: Conheço.

J.: Consta que no dia do sequestro de Célio Diniz o senhor estava no Opala com ela e bateu no carro da vítima para obrigá-la a parar.

Intérp.: Não.

J.: O senhor nega isso?

Intérp.: Eu nego sim senhor, eu somente a vi em reuniões que participamos juntos, reuniões políticas.

J.: Os senhores fizeram muitas reuniões?

Intérp.: Sim, fizemos várias reuniões, porque queríamos elaborar um documento e que depois fosse distribuído, com os objetivos do grupo.

J.: Quantas reuniões os senhores fizeram?

Intérp.: Várias, não lembro quantas.

J.: Como o senhor se sustentava durante esse tempo todo, aqui?

Intérp.: Eu trouxe um dinheiro da inglaterra, eu paguei a minha passagem e trouxe ai um dinheiro extra e no apartamento que eu morava, estava alugado, não sei por quem, o entre - todos colocávamos dinheiro para a alimentação.

J.: Consta também que durante o sequestro, o senhor deve -

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

9004310-

(deva) cobertura aos demais, juntamente com o Ulisses, isto é verdadeiro?
Intérp.: Bom, eu não estava no seqüestro, portanto não podia - dar cobertura e nem estar num carro.
J.: O senhor já esteve alguma vez na casa da Praça Washiro Miyasaki?
Intérp.: Não.
J.: O senhor sabe qual é essa casa que eu me refiro?
Intérp.: Imagino que seja a casa onde estava o seqüestrado.
J.: Nunca esteve lá antes?
Intérp.: Nunca e nem conhecia a nenhuma das pessoas que lá estavam, somente a Humberto.
J.: Onde o senhor conheceu Humberto?
Intérp.: Aqui em São Paulo, no apartamento da rua Charles Darwin, ele era um dos que participava também das discussões políticas.
J.: O senhor poderia, por favor, observar a fotografia de fls. 223 e dizer quem o senhor conhece da fotografia?
Intérp.: Humberto, a terceira pessoa da esquerda para a direita; Maria Emília, a quarta pessoa; a quinta pessoa sou eu; a sexta pessoa, Sérgio; e, a sétima pessoa, Ulisses . Mais ninguém.
J.: E Maria Emília, o senhor conheceu também nessa viagem para São Paulo?
Intérp.: Aqui, todas as pessoas eu conhecia aqui em São Paulo , com exceção de Ulisses que conheci na Argentina.
J.: O senhor então nunca esteve no lugar do seqüestro antes, eu não preciso mostrar as fotografias da casa?
Intérp.: Não, somente eu conheci esta casa quando a polícia nos levou lá.
J.: Eu vou mostrar umas fotografias de um carro, págs. 501, 502, 503, 504 e 505, e eu queria que o senhor me dissesse se já viu esse carro anteriormente? (O réu ficou olhando as fotografias)
Intérp.: Sim, eu vi esse carro anteriormente, mas não como ambulância.
J.: Quando o senhor viu este carro?
Intérp.: Bom, um dia, não me lembro exatamente a data, Humberto me solicitou se eu podia levar o carro no mecânico, por

50.18.024

9004310=

PARTES POCO LEGIBLE

(por-) que tinha uma falha mecânica. Eu levei o carro e Humberto me pediu que consertasse rápido porque ele necessitava para o fim de semana. Eu o levei ao mecânico e o mecânico me disse que não sabia se podia estar pronto para o fim de semana. Eu dei o número do telefone onde nós nos reuníamos e disse a ele que, por favor, avisasse o carro e que me chamasse por telefone para ver se ele podia consertá-lo dentro do prazo que Humberto tinha me pedido. Depois eu fui buscar o carro e o entreguei a Humberto novamente e não o vi mais.

J.: O senhor entregou o carro a Humberto no domingo?

Intérp.: Não me recordo. Não, não foi num domingo, mas eu não lembro o dia.

J.: O senhor levou o carro sozinho ou se fez acompanhar de alguém?

Intérp.: Não, sozinho.

J.: E quando o senhor foi retirar o carro, o senhor foi sozinho?

Intérp.: Eu fui sozinho, o mecânico não estava e o ajudante dele me entregou o carro e eu paguei a conta, mas eu lembro que o mecânico, o chefe, não estava.

J.: Entretanto, duas pessoas disseram que o senhor não foi sozinho lá?

Intérp.: Não, eu fui só, buscá-lo e deixá-lo. Recordo bem, porque quando eu fui levar o carro estávamos reunidos e discutindo sobre a organização e Juan Carlos me pediu o favor de levar o carro. Eu o conhecia como Juan Carlos e fui sozinho e quando eu fui buscar o carro também estava sozinho.

J.: O senhor sabe por quê razão duas pessoas disseram que o senhor estava com mais outro individuo?

Intérp.: Não sei.

J.: O senhor se lembra o nome da pessoa a quem entregou o carro na oficina?

Intérp.: Era um senhor de cor, mas eu não lembro o nome.

J.: E quando o senhor foi buscar o carro, o senhor lembra-se quem o entregou?

Intérp.: Eu lembro que era um ajudante do mecânico, não era a mesma pessoa.

J.: Mas que tipo de pessoa era, o senhor saberia descrevê-

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de PEDRO A. F. LIEBACH - fl.07

(descrevê-) la?
Intérp.: Não, não poderia, não lembro.
J.: Branco?
Intérp.: Era um senhor de idade, aparentando ter 45, 50 anos, mas não me lembro se era branco.
J.: Foi o senhor quem fez o pagamento?
Intérp.: Sim.
J.: Quanto custou esse serviço?
Intérp.: Me parece que uns 3.000 ou 2.000 cruzados.
J.: O senhor pagou com dinheiro ou com cheque?
Intérp.: Com dinheiro.
J.: Alguém deu recibo ou nota fiscal pelo serviço?
Intérp.: Não.
J.: Não?
Intérp.: Não.
J.: O senhor já foi preso antes por algum crime comum?
Intérp.: Não, nunca, eu fui preso no Chile por razões políticas.
J.: O senhor disse que passou sete anos na cadeia?
Intérp.: É, do ano de 80 a 87, por infringir a Lei de Segurança do Estado. Nesse momento estou na qualidade de refugiado político, na Inglaterra.
J.: O senhor conhecia então apenas as pessoas que o senhor mostrou na fotografia?
Intérp.: Somente essas pessoas.
J.: Humberto o senhor conhecia como Juan Carlos?
Intérp.: Certo.
J.: E Maria Emília, conhecia como?
Intérp.: Maria, em geral a chamavam de Maria ou a "loira".
J.: O senhor não a chamava de "Duda"?
Intérp.: Não."Duda"?
J.: É.
Intérp.: Não.
J.: O senhor não conhecia David Spencer? Esse é o canadense.
Intérp.: Eu o conheci na polícia.
J.: Antes o senhor não o conhecia?
Intérp.: Não, eu o conheci no domingo quando voltamos à casa.
J.: O senhor disse que foi torturado na polícia?
Intérp.: Sim.
J.: De que maneira o senhor foi torturado?

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

(torturado?)

Int'rp.: Mal chegamos e antes de chegar, quando fomos detidos, - me tiraram a carteira e o dinheiro e quando chegamos - no quartel, me tiraram os óculos e começaram a me bater no chão com pontapés e começaram imediatamente a me - perguntar"onde estava a casa?" "Onde estava a casa?"Depois nos levaram para outro lugar e nos colocaram uma es pécie de capuz preto e me sentaram numa poltrona e começaram a perguntar "onde está a casa? Onde está a casa?" E aí me continuaram batendo e me puseram uns fios nos polegares e começaram a me aplicar choques elétricos e me diziam se eu não falasse onde estava a casa eles iriam me matar imediatamente. Depois me levaram para outro lugar, onde estava Humberto e o estavam torturando numa forma que se chama vulgarmente "pau de arara". Aí eles me disseram que se eu não falasse, ia acontecer o mesmo comigo. Depois me deixaram parado num canto e pude perceber que também estavam Ulisses e Maria. Ulisses estava ao meu lado nu, completamente machucado pela tortura. Depois também me puseram no "pau de arara" e sempre fazendo a mesma pergunta: "onde está a casa, onde Ubílio Vinis está?" Um dos policiais disse que: "este parece que não sabe nada". Outro policial falou: "o que acontece é que estes caras são treinados para suportar torturas..." Eu não sei como alguém pode ficar treinado para suportar torturas... Foi assim o tempo todo e ficamos fazendo rodízio e quando não estavam torturando, sempre havia alguém nos oferecendo a liberdade, dizendo que a gente poderia ir embora imediatamente se disséssemos onde estava a casa e que eles viam que nós éramos pessoas decentes e que os outros que eram os assassinos e sequestradores e que se eu falasse eu imediatamente iria sair livre. Bom, durante várias horas aconteceu isto, até que chegou o momento em que Humberto disse: "eu sei onde está a casa- e parem de torturar os outros que eles não sabem". Aí ficaram conversando com Humberto em outro lugar, depois voltaram e Humberto disse que ia levar a polícia onde estava a casa. Sobre tudo isso, até aquele momento, eu não sabia que casa me tratava. Eu pensava que era [illegible]

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

(Pelas) reuniões que estávamos realizando e não sabia por quê tanta brutalidade, tanta tortura. Depois - nos juntaram os quatro na mesma cela, onde se realizavam os atos mais brutais de tortura, enquanto isso Humberto saía com a polícia. Um tempo depois chegou a polícia enfurecida porque, ia nos matar a todos, porque Juan Carlos tinha se atrincheirado na casa com Abílio Dinis e com outras pessoas, eles diziam. Depois começaram a nos tirar do lugar, um a um, e aí a tortura começava a nos perguntar qual era o nosso nome e o que estávamos fazendo lá e se sabíamos onde estava a casa e por que não tínhamos dito. Pelo menos eu, disse que - não sabia de nada disso. Escutei os outros que também diziam a mesma coisa e dizendo que a única coisa é que a única coisa é que nós estávamos participando de reuniões políticas e eu disse imediatamente qual era o meu nome, porque estava com documento falso e o que eu estava fazendo aqui e qual era o meu objetivo. Depois começou a discussão com a polícia sobre a tortura e a única coisa que eles diziam é que os fins justificam os meios e que o dever deles era de proteger as pessoas, então nós lhes perguntávamos se nós também não éramos pessoas? Principalmente os policiais que eram mais jovens conversavam bastante conosco e então começou a estabelecer um relacionamento mais respeitoso e depois - soubemos que estavam negociando a polícia e as pessoas da casa e depois nos tiraram de lá e nos levaram para a casa, em vários veículos, para que as pessoas vissem que nós estávamos bem e depois voltamos todos para a - polícia outra vez.

J.: O senhor fazia parte de que movimento no Chile, antes- de ser preso, tinha algum nome esse movimento?

Interp.: Eu fazia parte do que se chamava "comitês de resistência. Eram organizações onde havia pessoas de todos - os partidos, cujo objetivo era lutar contra a ditadura do Pinochet.

J.: O senhor tem mais alguma coisa a declarar em sua defesa?

Interp.: Bom, em primeiro lugar quero agradecer o fato de poder

PARTES POCO LEGIBLE

9004310

(poder) exercer o meu direito d defender-me e pelo-
menos pensar que eu estou tendo um julgamento justo,no
qual posso ter uma defesa adequada, coisa que, efetiva
mente, nunca tinha acontecido comigo antes e por outro
lado volto a insistir que os meus objetivos para estar
aqui em São Paulo são apenas de caráter político e uma
perspectiva que posso criar um movimento que possa de-
fender os direitos que hoje são negados à grande maio-
ria dos povos. Este objetivo pelo qual aqui estou, eu
nunca soube de assuntos militares, nunca soube do movi
mento ao qual estava integrado,digo, estava me integran
do possuísse um grupo armado, uma quadrilha armada e
que também nunca fiz parte de nenhum grupo ou quadri -
lha em meu próprio benefício, ao contrário, sempre pa-
ra lutar politicamente por aquilo que considero justo.

J.: Eu vou ler o nome de uma relação de testemunhas que e-
xistem neste processo e o senhor vai me dizer se as co
nhece e em caso de conhecer se tem alguma animosidade,
alguma inimizade em relação a elas. Primeiro a vítima,
o senhor disse que não conheceu Abílio Diniz?

Intérp.: Não.

J.: Roberto Kawai, o senhor conhece?

Interrog:Não.

J.: Helênio Dell'Orso Prado?

Interrog:Não.

J.: Waldomiro Bueno Filho?

Interrog: Não.

J.: Luiz Carlos dos Santos?

Interrog: Não.

J.: Rodolfo Kindermann?

Interrog: Não.

J.: Berenice Rosa de Oliveira?

Interrog: Não.

J.: César dos Reis Simplício?

Interrog: Não.

J.: Armando Cândido da Silva Filho?

Interrog: Não.

J.: Cícero Maximiano?

Interrog: Não.

50.18.024

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Continuação do interrogatório de PEDRO A. F. LEBBACH - fl. 11

J.: Ricardo Ribeiro Petisco?
Interrog: Não.
J.: Sylvio Luiz Bueno e Gonçalves Pereira?
Interrog: Não.
J.: Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira?
Interrog: Não.
J.: Maria Emeida Cauchioli Leite?
Interrog: Não o mior.
J.: Valter Souza Freitas?
Interrog: Não.
J.: Laura Clarice Munhoz?
Interrog: Não.
J.: Eduardo Forelli?
Interrog: Não.
J.: Osvaldo Ferreira?
Interrog: Não.
J.: Vera Lúcia de Souza e Silva?
Interrog: Não.
J.: Eduardo Massaru Misiguti?
Interrog: Não.

NADA MAIS. Lido e achado conforme vai devidamente assinado na fita estenotipada. Eu,
Carlos, escr.,transc.,dat.,subscr., e dou fé.SP., 09.01.90.

VISTO - ROBERTO MENDES DE FREITAS BARBOSA
Juiz de Direito

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

Proc. nº 698/89

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 05 de janeiro de 19 90. nesta cidade de São Paulo, no(a) Plenário do 1º Tribunal do Juri, na sala de audiências. do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal. Doutor(a) Roberto Caldeira Barioni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu a ré presa MARIA EMILIA MARCHI BADILLA a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado serem seus defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, Marco Antonio R. Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de Souza e Castro Valsecchi, Fabio Zinger Gonzales e Belisário dos Santos Junior.

Presente o Dr. Iberê Bandeira de Mello, defensor da ré, os Drs. Mauricio da Silva e Edison Luiz de Campos, DDs. representantes do M.P. e a intérprete compromissada Maria Del Pilar Sacristan Martin

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: MARIA EMILIA MARCHI BADILLA
R.G. nº não tem Naturalidade: Chile
Estado Civil: separada Cor: branca
Idade: 43 anos Data do Nascimento: 20 / 07 / 19 46
Filiação: Carlos Marchi Guilhem e Maria Badilla Badilla

Residência: Calle Maua, 4158- Montevideu -Uruguai
Profissão: engenheira de execução em construção
Local do Trabalho: proprietária de uma lavanderia automática em Montevidéu em Calle Setembrino Perera, 3129-Montevideu
Sabe Ler e Escrever? sim, em espanhol É Eleitor? não Zona prej

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu:

MM. Juiz : Eu gostaria que a senhora falasse à Maria que ela não está obrigada às perguntas que lhe serão feitas mas o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa, e, que, a confissão espontânea do crime é uma atenuante no Código ~~de Processo~~ Penal. Eu gostaria que a senhora perguntasse se ela sabe do quê está sendo acusada.

Intérp : Ela não tem muito clareza, não sabe muito bem.

Interp. : (re-)percussão que tem o Brasil no contexto latino americano. Nesse contexto ela foi convidada para uma reunião - aqui em São Paulo para discutir o programa e a data para agir de agora em diante, como fazer o trabalho político como fazer contato com outras organizações sociais que - existirem tanto no Brasil como no resto da América Latina que nos permitiriam realizar esse projeto. Nós acredita - mos que nesse momento é preciso buscar soluçõ s de outro tipo, necessitamos de mais escolas, mais hospitais, mais creches para resolver esses problemas que são reais e concretos da atualidade. Essa é a estória de como ela se viu vinculada a isso. Ela, na sexta feira estava com Humberto e foram presos e levados à polícia e na polícia já foram torturados e aí começaram a perguntar a ela pessoalmente onde estava Abilio Diniz. Ela não sabia porque ela não tinha conhecimento do sequestro, assim ela se viu ligada a todo esse processo.

MM.Juiz : Em que dia ela foi detida?
Interp. : No dia 15.
MM. Juiz : Em que local?
Interp. : Na rua.
MM. Juiz : Andando na rua?
Interp : Saindo de um prédio.
MM. Juiz : De que prédio?
Interp. : Ela não sabe o endereço. Ela estava acompanhando Humberto.
MM. Juiz : Havia mais alguém com ela além de Humberto?
Interp. : Não, apenas ela e Humberto.
MM. Juiz : O que ela estava fazendo no prédio? Era prédio residencial ou comercial?
Interp. : Era um edifício residencial. Eles tinham ido visitar outros companheiros lá.
MM. Juiz : Ela pode dar os nomes dos companheiros que ela tinha ido - visitar?
Interp. : Ela conhece o nome de um que se chama Sérgio.
MM. Juiz : E naquele dia ela encontrou Sergio?
Interp. : Sim.
MM. Juiz : O Sergio foi preso logo depois?
Interp. : Ela não tem noção de tempo porque depois que ela chegou na polícia ela foi torturada e ela perdeu a noção de tempo.
MM. Juiz : Como ela foi torturada?
Interp. : Bateram na cabeça, fizeram com que ela tirasse a roupa, amarraram os pés e atiraram as mãos. Fizeram com que ela pusesse os joelhos nesse posição. Colocaram um pau por debaixo e a suspenderam não sabe em que coisa. Aplicaram choques elétricos na vagina, nos seios, na orelha, naboca. Jogaram-

cont. interrogatório de Maria Emilia Marchi Badilla (f. 3)

MM. Juiz : Esse carro era da propriedade dela, ou alugado, ou emprestado?
Interp. : Emprestado.
MM. Juiz : De quem?
Interp. : De um amigo.
MM. Juiz : Ela pode dar o nome desse amigo?
Interp. : Não o conhece.
MM. Juiz : Saindo da casa onde dormiu onde ela foi?
Interp. : Ela foi ver uns amigos.
MM. Juiz : Ela pode dizer em que local?
Interp. : Ela não sabe o endereço, porque passaram para buscá-la e a levaram.
MM. Juiz : Essa organização que ajudou a formar tinha finalidade de praticar sequestros?
Interp. : Que ela saiba não.
MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela já havia estado no casa da Praça Hachiro Myiasaki, 149. Se esteve alguma vez lá?
Interp. : Não, ela nunca esteve lá.
MM. Juiz : No dia 11 de dezembro de manhã ela não estava dirigindo um Chevrolet Opala?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Desde quando ela se encontrava em São Paulo?
Interp. : Desde o dia 26 de novembro.
MM. Juiz : Ela ingressou no país com passaporte ou sem?
Interp. : Com cédula de identidade.
MM. Juiz : Quanto tempo ela ficou com esse Fusca preto do seu amigo?
Interp. : Só algumas horas.
MM. Juiz : Ela usou algum outro veículo?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Ela já alugou algum veículo em São Paulo?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Nem comprou nenhum veículo?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Ela não alugou um Fiat Prêmio?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Não é verdadeiro que em poder dela foi encontrado um Fiat - Prêmio?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Ela escreveu algum bilhete especificamente à família da vítima?
Interp. : Não.
MM. Juiz : O prédio de onde, digo, O prédio onde ela foi presa, de onde ela estava saindo, a rua era a rua Charles Darwin, 257?
Interp. : Ela não sabe se o endereço, ela não sabe se é.

9004310=

- Cont. interrogatório de Maria Emilia Marchi Badilla (f. 4).

Interp. : Ela não dirigiu nenhum Opala e também não esteve no sequestro.

-MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela sabe quais são as testemunhas arroladas neste processo?

Interp. : Ela viu uma lista mas não os conhece.

MM. Juiz : A senhora diga que eu vou ler todos os nomes, são dezoito. Se ela conhecer algum é para ela dizer. Helenio Dell Orso Prado, Waldomiro Bueno Filho, Luiz Carlos dos Santos, Rodolfo Hindermann, Berenice Rosa de Oliveira , Cesar dos Reis Simplicio, Armando Candido da Silva Filho Cicero Maximiano, Ricardo Ribeiro Petisco, Sylvio Luiz - Bresser Gonçalves Pereira, Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira, Maria Eneida Cauchioli Zefa, Valmer Souza Freitas, Laura Clarice Munhoz, Eduardo Pomelli, Oswaldo Pereira, Vera Lucia de Souza Silva e Eduardo Massaru Nisiguti. Não conhece?

Interp. : Não, nenhum.

MM. Juiz : A senhora conhecia a vítima anteriormente ao sequestro?

Interp. : Nem antes, nem agora.

MM. Juiz : Se ela sabe que foram apreendidas armas, algumas de grosso calibre?

Interp. : Na polícia ela viu.

MM. Juiz : O Humberto não tinha essas armas?

Interp. : Não sabe.

MM. Juiz : Eu gostaria que a senhora perguntasse se ela entende haver algum motivo particular para ela ser acusada de participação no sequestro.

Interp. : Ela acha que a polícia tenta resolver alguns casos e para isso ela está envolvendo as pessoas.

MM. Juiz : Ela então não sabe porque está sendo acusada?

Interp. : Ela responde que pelas razões que Sua Excelencia diz na denúncia.

MM. Juiz : No começo eu disse do quê ela está sendo acusada, a pergunta agora é se ela sabe a razão pela qual ela está sendo acusada? A que ela atribui essa acusação?

Interp. : Ela acha que a polícia tem que resolver um caso e todas as pessoas que estão ao redor ela liga ao caso e acusa de diferentes coisas para eles resolverem o caso.

MM. Juiz : Ela sabe o nome de alguém envolvido neste sequestro?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Ela já foi presa ou processada alguma vez a não ser por motivos políticos?

Interp. : Ela esteve presa, nunca processada , e, por motivos políticos.

MM. Juiz : Se ela entende que a razão porque ela está sendo proces -

PARTES POCO LEGIVEL

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo
Proc. nº 696/89

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 05 de janeiro de 1990, nesta cidade de São Paulo, no(a) plenário do 1º Tribunal do Juri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal, onde o Doutor(a) Roberto Caldeira Parioni, mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu preso DAVID ROBERT SPENCER

a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado serem seus defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, Marco Antonio R. Nahum, Marcelo Quental, Luiz Carlos de Souza e Castro Valecchi, Fabio Zinger Gonçales e Belisário dos Santos Junior.

Presentes os DDs.representantes do M.P. Drs. Mauricio da Silva e Edison Luiz de Campos,bem como a interprete Elsa B.C. Marques.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: David Robert Spencer
R.G. nº não apresentou Naturalidade: Middledon-Nova Scocia-Canadá
Estado Civil: solteiro,pela lei canadense concubinato Cor: branca
Idade: 26 anos Data do Nascimento: 22/07/1963
Filiação: William Hartley Spencer
Jean Spencer
Residência: 69 Birchmount Drive - Moutin - New Brunswick
Profissão: desempregado
Local do Trabalho: - proj -
Sabe Ler e Escrever? sim,em inglês É Eleitor? não Zona -

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu:

M. Juiz : Eu gostaria que a senhora cientificasse o réu que ele não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas que o silencio dele pode ser interpretado em prejuízo da defesa. Qual a orisá-lo que a confissão é uma atenuante no Código de Processo Penal. Ele sabe do que está sendo acusado?

Interp. : Não exatamente. Ele não teve a chance de ler a acusação que foi feita a ele, réu.

9004310

Partes fora legível

Cont. - Interrogatório de David Robert Spencer - (f. 2)

MM. Juiz : E nos dias seguintes até que eles se rendessem, em algum momento ele usou arma?

Interp. : Houve momento em que ele manuseou alguma arma.

MM. Juiz : Quais as armas que ele manuseou?

Interp. : Um revólver.

MM. Juiz : Fuzil e metralhadora, ele usou algum?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Pistola automática?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Ele viu alguma arma pesada naquela casa? Antes da polícia chegar na casa.

Interp. : Antes da polícia ter entrado ele não viu nenhuma arma pesada.

MM. Juiz : Quanto tempo ele pretendia ficar no Brasil?

Interp. : Ele só tinha um visto para 45 dias, isso dependia de outro visto. Ele pediu outro visto.

MM. Juiz : Ele alugou a casa de Prefa Hashiro Myiasaki?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Por que ele quis pagar seis meses entecipadamente?

Interp. : O problema é que como estrangeiro não tinha fiador.

MM. Juiz : E por que ele ofereceu seis meses?

Interp. : Foi para conseguir alugar a casa porque os proprietários queriam fazer ali ponto comercial e havia outras pessoas interessadas na casa.

MM. Juiz : Por que ele não oferecem três meses de aluguel?

Interp. : Ele quer saber se foram de depósito ou aluguel.

MM. Juiz : Ele ofereceu seis meses de aluguel?

Interp. : Foi falado isso por causa do problema de fiador para a garantia do proprietário da casa e eles tiveram que fazer isso para conseguir.

MM. Juiz : A imobiliária aceitou os seis meses de pagamento?

Interp. : Parece que houve algum problema, houve reuniões e essas reuniões não estão claras na lembrança dele. Parece que é ilegal pelo lei brasileira depósito de seis meses.

MM. Juiz : Então quantos meses ele depositou?

Interp. : No final parece que foi tres meses de aluguel que foram postos na poupança e eles foram pagando.

MM. Juiz : Por quanto tempo eles fizeram o contrato?

Interp. : A única opção que ele teve era de um ano.

MM. Juiz : Um ano?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : A imobiliária não permitiria fazer o contrato por menos tempo?

Cont. - interrogatório de David Robert Spencer - (f. 3)

Interp. : Não.
MM. Juiz : Quando ele passou a morar na casa?
Interp. : Praticamente na primeira semana de outubro.
MM. Juiz : Por que eles estavam com mapas do lençol freático do Jardim Jabaquara?
Interp. : Ele não sabia que estava nà posse de teis mapas..
MM. Juiz : Quem fez o porão da casa para a construção do cárcere - e da ante câmara?
Interp. : Eu não tive nada a ver com isso. As pessoas entravam e saiam naquela casa mas eu não procurei saber o que eles faziam. Baseado na premissa de saber ele achou melhor - não procurar saber nada.
MM. Juiz : Ele viu o cárcere privado?
Interp. : Nao.
MM. Juiz : Ele sabe dizer quem foi que fez aquele lugar?
Interp. : Honestamente ele não pode dizer quem construiu aquilo.
MM. Juiz : Onde ele estava no dia 11 de dezembro, segunda -feira, de manhã.
Interp. : É provável... é a anamhã que antecedeu... o dia onze antecedeu de uma semana o dia em que eles foram presos, provavelmente ele estava em casa.
MM. Juiz : Ele ficou em casa durante o dia todo?
Interp. : Ele não lembra na realidade, mas não há muita possibilidade porque não era frequente ele passar o dia todo em - casa.
MM. Juiz : Havia mais alguém na casa no dia onze de dezembro?
Interp. : Ele diz que não pode afirmar nada porque a data de onze de dezembro não tem nada de especial. Ele sabe que sempre tinha gente entrando e saindo na casa e não pode afirmar se naquele dia tinha mais alguém. Não há nada que o faça lembrar.
MM. Juiz : Ele sabe quem são os demais acusados neste processo?
Interp. : Assim como um grupo não conhece, alguns ele viu antes, com alguns ele falou antes.
MM. Juiz : Quem ele viu antes?
Interp. : Ele pede se tem lista dos nomes, porque ele não tem certeza. Ou se tem fotografia.
MM. Juiz : Mostre a foto de fls. 223 para que ele aponte a(s) pessoa que ele conhecia antes da polícia cercar a casa.
Interp. : Christine, ele, o terceiro da esquerda para a direita, oitavo, nono e décimo da esquerda para a direita, que estavam na casa.
MM. Juiz : Por que ele dizia que as pessoas entravam e saiem da casa com frequencia?
Interp. : Ele não quer dizer que tem o movimento constante, mas

MM
900-310-
ATTES Pedro LEGIBLE

Cont. - Interrogatório de David Robert Spencer (f. 4)

MM. Juiz : Ele ajudou a formar essa nova organização?
Interp. : A primeira vez que ele ouviu falar na organização foi em Buenós Aires, mas ele não tinha nenhuma coisa a ver com a organização. A única coisa é que ele partilhava das idéias. O trabalho que ele fez, se quiser dar um nome a isso, foi só uma colaboração.
MM. Juiz : Ele fez mais algum trabalho além de aluger a casa?
Interp. : Umas duas ou três vezes ele comprou material de construção.
MM. Juiz: Que tipo de material de construção ele comprou?
Interp. : Madeira, um pouco de cimento, areia.
MM. Juiz : Ele lembra em que loja ele comprou isso tudo?
Interp. : Uma vez foi em Pinheiros.
MM. Juiz : Quem entregou os materiais na casa da Praça Moshiro Myiasaki?
Interp. : Ele só pode falar das 2 ou 3 vezes que ele comprou. Quando ele comprou ele mesmo levou, das outras vezes ele não sabe.
MM. Juiz : Sendo assim, para quem ele entregou os materiais?
Interp. : Ele levou para casa e pos no quintal.
MM. Juiz : Não entregou a ninguém, e quem pediu para ele comprar?
Interp. : Ele não lembra exatamente, mas ele lembra que era um problema sério traduzir do espanhol para o inglês quais os materiais.
MM. Juiz : Para qual finalidade foram comprados esses materiais?
Interp. : Nunca me disseram e eu também nunca perguntei. A única coisa que ele pode dizer é que as madeiras foram usadas para fazer umas prateleiras na parte atrás da casa, foi o que ele viu.
MM. Juiz : Ele tem conhecimento de carpintaria ou marcenaria?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Quem fez esse trabalho?
Interp. : Ele não se lembra mas ele lembra de algumas pessoas que estavam lá atrás trabalhando numa peça de mobiliário. Não fizeram isso num dia, e, essas pessoas não aparecem nas fotos.
MM. Juiz : Quantos dias demorou as pessoas lá trabalhando?
Interp. : Ele não sabe exatamente entre um dia ou um fim de semana.
MM. Juiz: Quantas pessoas trabalharam nesse serviço?
Interp. : Ele não pode dizer porque ele estava sempre saindo da casa e entrando de novo.
MM. Juiz : Ele não achou estranho aquele material de construção dentro de casa?
Interp. : Não, ele não achou estranho. Ele achava que eles deve

9004310=

NOTA: POCO LEGIVEL

Cont. -Interrogatório de David Robert Spencer - (f. 5) :

MM. Juiz : Por que os outros o tratavam de "Modesto"?
Interp. : Já tive uma porção, vários apelidos, já tive o apelido de Modesto, as pessoas eram latinas americanas e cada-um dava o nome que queria.
MM. Juiz : Sobre a Kombi foi ele que alugou ou comprou?
Interp. : Ele comprou.
MM. Juiz : Por quanto?
Interp. : Por volta de vinte e cinco mil cruzados novos.
MM. Juiz : E quando ele comprou essa Kombi?
Interp. : A data exata ele não lembra mas acha que foi em julho. Não tem certeza, nos papéis da Kombi deve dar.
MM. Juiz : Por qual razão ele comprou a Kombi ?
Interp. : É que eles pretendiam viajar não só pelo Brasil, mas - Amazonas e outros países e pensando na Kombi eles acharam mais vantagem comprar a Kombi e talvez usá-la como uma espécie de camping.
MM. Juiz : Ele emprestou a Kombi para mais alguém dirigí-la?
Interp. : Às vezes a Christine guiou , algumas vezes outras pessoas também mas ele não estava se importando porque - ele tinha seguro total.
MM. Juiz : E quanto à perua da Chevrolet foi ele que conseguiu, ou ele insiste em que nunca viu aquele carro?
Interp. : Eu não tive nada a ver com aquele carro, nos termos mais amplos possíveis .
MM. Juiz : Ele cuidou alguma vez do Abilio, durante o cativeiro?
Interp. : Ele quer diferenciar entre o período em que ele estava - lá atrás embaixo e no período em que a casa esteve cercada. Em qual período o senhor quer saber?
MM. Juiz : Nos dois.
Interp. : Primeiro que ele já esteva preso com a polícia quando - ele ficou sabendo que o nome da pessoa era Abilio Diniz. E, foi só na manhã em que a polícia cercou a casa é que ficou sabendo de Abilio Diniz, pela primeira vez . E, - nesse período entre a manhã de sábado e a tarde de domingo, por volta de 5 ou 6 horas ele conversou com Abilio um pouco em portugues, um pouco em espanhol, na medida que conseguiu falar.
MM. Juiz : Quando Humberto veio da Argentina? A pessoa que pediu - para ele alugar a casa.
Interp. : Quando ele chegou no Brasil ele não tinha, mas eu falei com ele na época em que o contrato foi assinado.
MM. Juiz : No Brasil?
Interp. : Aqui no Brasil.
MM. Juiz : Ele só assinou o contrato depois que o Humberto chegou?

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Cont; Interrogatório de David Robert Spencer (f.6)

MM. Juiz : Ele nunca ouviu berulho de exaustores de ar, de tubo de ventilação?

Interp. : O de exaustor, tinha o de gordura, da coifa do fogão mas não funcionava.

MM. Juiz : Então ele não ouviu barulho de exaustor ou de ventilador de ar?

Interp. : Nao.

MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ele viu o trabalho sendo feito nesses objetos mostrados na foto de fls. 45?

Interp. : Nao.

MM. Juiz : Na página seguinte dá par ele reconhecer os objetos?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Se ele viu alguém construindo os objetos das fls. 407/412? Se foi com a madeira que ele comprou que os objetos foram feitos?

Interp. : Este da página 408 ele reconhece, é um criado mudo que ele comprou pronto.

MM. Juiz : E os outros?

Interp. : Ele diz que achou que todas as fotos eram da mesma coisa.

MM. Juiz : E as fotografias de páginas 433 em diante. Eu gostaria de saber se ele reconhece a madeira que ela comprou?

Interp. : Ele não conhece muitas espécies de madeira, e, ele acha que madeira é madeira e não dá para reconhecer.

MM. Juiz : Quem partilhava a casa com ele?

Interp. : Cristine.

MM. Juiz : Quem mais?

Interp. : Eram pessoas que iam e vinham mas não tinha ninguém permanentemente.

MM. Juiz : Quem apresentou essas pessoas a ele?

Interp. : Ele realmente nunca foi apresentado formalmente para essas pessoas . A pessoa com quem ele foicu em Buenos Aires os apresentou para alguém. E essas pessoas a quem ele foi apresentado e as que ele não foi apresentado iam e vinham do mesmo jeito.

MM. Juiz : Eu só tenho mais uma pergunta: se ele quer acrescentar alguma coisa no depoimento dele.

Interp. : Sim , ele gostaria de falar sobre alguns pontos: ele quer dizer que a responsabilidade dessa disposição de colaborar com a organização é que ele tinha uma vaga idéia e, quando ele viu as condições de vida da América Latina , isso teve uma forte impressão em alguém que cresce numa sociedade conadense. E, ver as favelas em São Paulo é um choque, as crianças pedindo, e acha que ninguém pode discordar disso. Uma situação onde as pessoas se encontram -

PARTES POCO LEGIBLE

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

Proc. nº 698/89

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 05 de janeiro de 1990, nesta cidade de São Paulo, no(a) plenário do 1º Tribunal do Juri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal

Doutor(a) Roberto Caldeira Barioni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu a ré Christine Gwen Lamont a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado serem seus defensores os Drs. Ibere Bandeira de Mello, Marco Antonio R. Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de Souza e Castro Valsecchi, Fabio Zinger Gonzales e Belisário dos Santos Junior.- Presente os DDs. representantes do M.P. Drs. Mauricio da Silva e Edison Luiz de Campos e a intérprete Elsa B. O. Marques.

Antes do interrogatório o(a) Meritissimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: CHRISTINE GWEEN LAMONT

R.G. nº vide cópia de f.43 Naturalidade: Canadá

Estado Civil: solteira Cor: branca

Idade: 30 anos Data do Nascimento: 21 / 04 / 1959

Filiação: Keith Lamont e Marilyn Lamont

Residência: Vancouver-20431 Av. 46B A Langley- Columbia Britanica

Profissão: guarda livros

Local do Trabalho: em Langley, trabalha em casa, para seu pai.

Sabe Ler e Escrever? sim, em inglês É Eleitor? não Zona prej.

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu:

O Mm. Juiz pediu à intérprete avisar à Christine que ela não está obrigada a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas que seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa.

Interp. : Ela está ciente.

M.M. Juiz : Queira avisar também à Christine que no sistema penal brasileiro a confissão é uma atenuante que poderá ser

9004310

PARTES NÃO DIGITALIZÁVEIS

Cont. -Interrogatório de Christine Gwsen Lamont (f.2)

Interp. : Ela ainda não tem certeza.
MM. Juiz : A que título esses dois homens entraram na casa?
Interp. : David havia feito um acerto para a partilha, para dividir as despesas e a casa. E o acêrto que ele fez não foi com esses dois mas eles se apresentaram como as pessoas que - eram para ficar.
MM. Juiz : Por qual razão eles fizeram partilha da casa?
Interp. : Porque era menos caro par eles.
MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela reconhece na fotografia tirada de uma revista que está no processo às fls. 223, se ela reconhece algumas das pessoas que partilhou a casa com ela?
Interp. : Ela reconhece esses dois últimos.
MM. Juiz : Da esquerda para a direita, os dois últimos?
Interp. : Exatamente.
MM. Juiz : Ela conheceu essa terceira pessoa com a qual David teria - combinado a partilha?
Interp. : Ela veio até a casa no mesmo dia em quea polícia chegou à casa, mas ela não o conhecia antes.
MM. Juiz : Em que dia ela passou a morar na casa?
Interp. : Ela não lembra o dia certo, foi no início de outubro.
MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela esteve no Departamento de Águas e Energia para obter um mapeamento do lençol freático de - Jobaquara?
Interp. : Ela diz que não.
MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela elaborou a construção do túnel- e cômodo em que o sequestrado ficou?
Interp. : Não, ela não tinha ainda nem visto o local.
MM. Juiz : Ela tinha conhecimento da construção daquele local?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Foi alugada uma Kombi Furgão, ela usou essa perua dirigindo ou como passageira? Ela alguma vez andou na Kombi como passageira ou guiou ? Quem guiava ?
Interp. : David.
MM. Juiz : Somente David?
Interp. : Somente David, quando eles saiam durante o dia geralmente não levavam a Kombi.
MM. Juiz : Ela usou um automóvel Gol?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Ela alugou algum automóvel?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Ela comprou algum automóvel?
Interp. : Não.
MM. Juiz : E David alugou ou comprou algum?
Interp. : Ela está confusa porque ela acha que a Kombi era do David , não era alugado.

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Cont. - Interrogatório de Christine Gwen Lamont (f. 3)

MM. Juiz : (ar-)terial, diversos medicamentos como Vallium, analgésicos, seringas hipodérmicas, antibióticos. Ela sabe por que razão essas coisas estavam naquela casa?

Interp. : Ela não sabia e ela não acredita que tinha as coisas lá porque quando Juan recebeu o tiro eles não tinham nada para tratar, só aspirina e mesmo a aspirina acabou.

MM. Juiz : Consta também que foram apreendidos, nessa mesma casa, dois rádios gravadores, fones de ouvido, microfone, outro aparelho de som, máquina de escrever, rádio portátil, apenas uma máquina de escrever.

Interp. : Eles tinham essas coisas. Ela pergunta se é fora do comum ouvir rádio, ouvir fitas.

MM. Juiz : Eu só quero saber se eles tinham.

Interp. : Tinha.

MM. Juiz : Foi ela que comprou ou o David?

Intert. : Ela tinha um "walk man" e foi só isso que ela comprou. Essas outras coisas foram compradas por uma ou outra pessoa.

MM. Juiz : A única coisa dela desses aparelhos de som era o "walk man"?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Ela viu alguma arma , algemas, cápsulas, projéteis?

Interp. : Ela viu essas coisas no dia e nunca antes.

MM. Juiz : Em que dia?

Interp. : No dia que a polícia chegou.

MM. Juiz : Com quem estavam essas coisas?

Interp. : Só o que ela sabe é que ela estava na parte de cima da casa quando começou a confusão e ela não sabe de onde vieram essas coisas.

MM. Juiz : Foram diversas armas, cerca de 10 ou 12, algumas pistolas. Ela nunca viu nenhuma dessas armas lá?

Interp. : Ela nunca viu antes.

MM. Juiz : Ela sabe quem são os outros acusados do crime?

Interp. : Ela conhece o David, as duas outras pessoas que moravam na casa e o Juan que ela conheceu naquele dia, e um outro homem que estava na casa nadia em que a polícia chegou.

MM. Juiz : Eu gostaria de saber também se ela pode mostrar nesta fotografia a pessoa que ela chama de "Juan" (f. 223).

Interp. : De direita para a esquerda a terceira pessoa.

MM. Juiz : Da esquerda para a direita.

Interp. : Sim, desculpe, eu vi ao contrário.

MM. Juiz : Ela já tinha ouvido falar antes dessa pessoa Humberto Eduardo Paz ou Leonardo Luis Bruni Rojas ?

Interp: : Ela sabia que David já havia se encontrado com Juan antes mas ela não o conhecia.

MM. Juiz : Ela conhecia Maria Emilia Marchi Badilla, à outra acusada?

4 1

PARTES POCO LEGIBLE

900431

Cont. - Interrogatório de Christine Gwenn Lamont (f. 4)

MM. Juiz : Quanto tempo ela morou na Argentina?

Interp. : Mais ou menos um mês.

MM. Juiz : Ela veio ao Brasil apenas para fazer turismo?

Interp. : Sim. O motivo porque eles fizeram a viagem para América latina é que antes de acertar a vida e ter filhos eles pretendiam conhecer outras culturas.

MM. Juiz : Qual a fonte de rendimento dela? Como ela ganhava dinheiro para sobreviver?

Interp. : Antes da viagem eles trabalharam e economizaram. Ela vendeu o carro e com esse dinheiro eles estavam viajando.

MM. Juiz : Quanto tempo fazia que eles estavam viajando? Ela já disse mas...

Interp. : Do final de junho até agora.

MM. Juiz : Junho do ano passado?

Interp. : de Junho de 89 e por esta época estavam planejando voltar.

MM. Juiz : Ela estava presente quando David assinou o contrato de locação da casa?

Interp. : Ela teve que ir várias vezes, não foi uma só vez e estava pronto. Ela está tentando se lembrar. Ela não se lembra de ter visto ele assinar.

MM. Juiz : E quando ele assinou o pedido, a proposta de aluguel?

Interp. : Ela não acredita que tenha estado lá, mas ela não tem certeza.

MM. Juiz : Ela sabe porque David usava um outro nome, de Paul Joseph Mendes Gomes?

Interp. : Pelo que ela sabe é o mesmo motivo dele ter o outro passaporte, porque eles perderam os documentos.

MM. Juiz : Quanto tempo eles pretendiam ficar no caso do Par, digo, do Praça Hashiro Miyiaki ?

Interp. : Até que eles voltassem para o Canadá.

MM. Juiz : Quando eles tencionavam fazer isso?

Interp. : Depois do Natal, janeiro ou fevereiro de 90. A única coisa mais ou menos certa é que eles iam passar o Natal aqui.

MM. Juiz : Por que David quis pagar seis meses de aluguel?

Interp. : Ela pensa que para poder alugar você tem que fazer isso, mas a idéia de alugar uma casa é porque é mais barato do que morar em um hotel.

MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela já esteve no imóvel da rua Charles Darwin, 257?

Interp. : Nao.

MM. Juiz : Ela já esteve no apar, digo, no flat da rua Aureliano Coutinho, 338 ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Na rua Divinópolis, 234, ela já esteve lá?

0044102

PARTES POCO LEGIBLE

Cont. - Interrogatório de Christine Gwen Lamont (f. 4)

MM. Juiz : Quanto tempo ela morou na Argentina?
Interp. : Mais ou menos um mês.
MM. Juiz : Ela veio ao Brasil apenas para fazer turismo?
Interp. : Sim. O motivo porque eles fizeram a viagem para América latina é que antes de acertar a vida e ter filhos eles pretendiam conhecer outras culturas.
MM. Juiz : Qual a fonte de rendimento dela? Como ela ganhava dinheiro para sobreviver?
Interp. : Antes da viagem eles trabalharam e economizaram. Ela vendeu o carro e com esse dinheiro eles estavam viajando.
MM. Juiz : Quanto tempo fazia que eles estavam viajando? Ela já disse mas...
Interp. : Do final de junho até agora.
MM. Juiz : Junho do ano passado?
Interp. : de Junho de 89 e por este época estavam planejando voltar.
MM. Juiz : Ela estava presente quando David assinou o contrato de locação da casa?
Interp. : Ela teve que ir várias vezes, não foi uma só vez e estava pronto. Ela está tentando se lembrar. Ela não se lembra de ter visto ele assinar.
MM. Juiz : E quando ele assinou o pedido, a proposta de aluguel?
Interp. : Ela não acredita que tenha estado lá, mas ela não tem certeza.
MM. Juiz : Ela sabe porque David usava um outro nome, de Paul Joseph Mendes Gomes?
Interp. : Pelo que ela sabe é o mesmo motivo dele ter o outro passaporte, porque eles perderam os documentos.
MM. Juiz : Quanto tempo eles pretendiam ficar na casa do Par, digo, da Praça Hashiro Myiaeki ?
Interp. : Até que eles voltassem para o Canadá.
MM. Juiz : Quando eles tencionavam fazer isso?
Interp. : Depois do Natal, janeiro ou fevereiro de 90. A única coisa mais ou menos certa é que eles iam passar o Natal aqui.
MM. Juiz : Por que David quis pagar seis meses de aluguel?
Interp. : Ela pensa que para poder alugar você tem que fazer isso mas a idéia de alugar uma casa é porque é mais barato do que morar em um hotel.
MM. Juiz : Eu gostaria de saber se ela já esteve no imóvel da rua Charles Darwin, 257?
Interp. : Nao.
MM. Juiz : Ela já esteve no apar, digo, no flat da rua Aureliano Coutinho, 338 ?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Na rua Divinópolis, 234, ela já esteve lá?

PARTES POCO LEGIBLE

Cont. - Interrogatório de Christine Gwen Lamont (f. 5)

MM. Juiz : Existem algum outro fato ou pormenor que ela queira declarar?

Interp. : Não, não, ela só quer dizer que ela se sente péssima.

MM. Juiz : Ela já foi processada anteriormente?

Interp. : Não, nunca.

MM. Juiz : Eu gostaria que a senhora dissesse para ela que ela tem três dias para apresentar uma defesa preliminar.

Interp. : Ela tomou conhecimento do fato. Ela quer saber como hoje é sexta-feira, ela quer saber se o sábado e o domingo estão incluídos.

MM. Juiz : Não, começa a contar na segunda feira. Apenas mais uma pergunta. Quando a polícia chegou houve troca de tiros ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : E durante o tempo em que transcorreu entre a chegada da polícia e a libertação do seqüestrado, a entrega , não houve nenhuma troca de tiro?

Interp. : Sim, houve um tiro em que o Juan foi atingido e também à noite houve tiros, mas foi por um período curto de tempo. Foi isso que ela quis dizer quando ela pensou que estavam tentando entrar casa.

MM. Juiz : Os tiros eram de fora da casa ?

Interp. : O som era muito próximo dela, ela tem a impressão que era de dentro da casa.

Nada mais. Seguem na fita estenotipada as assinaturas devidas. Eu Eglayr V.Paneque Escrevente Chefe estenotipásta estenotipei, transcrevi, datilografei e dou fé do fiel apanhamento deste depoimento. S.P. 05/janeiro / 1990.

VISTO

Roberto Caldeira Barioni
Juiz de Direito

PARTE POCO LEGIBLE

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 05 de janeiro de 1989, nesta cidade de São Paulo, no(a) 1º Tribunal do Júri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª ª Vara Criminal

Doutor(a) Roberto Caldeira Barbiene, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu HUMBERTO EDUARDO PAZ a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado ter como defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, OAB nº 18.765., Marco Antonio R. Nahum, OAB nº 26.663, Marcelo Quental, OAB nº 41.375, Luiz Carlos de Souza e Castro Valsecchi, OAB nº 80.020, Fábio Zinger Gonsales, OAB nº 77.851 e Belisário dos Santos Júnior, OAB nº 24.720. Encontram-se presentes também os Drs Patrício da Silva e Edison Luis de Barros, ambos Promotores de Justiça e a intérprete Maria Del Carmen Pilar.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: HUMBERTO EDUARDO PAZ

R.G. nº: não tem — Naturalidade: Argentina

Estado Civil: solteiro — Cor: branca

Idade: 34a. — Data do Nascimento: 15 / 04 / 19 55

Filiação: Santiago Paz e
Remula Osuna de Paz

Residência: Calle Curapaligue, 754 - Tablada - La Matanza - Província de Buenos Aires

Profissão: eletricista

Local do Trabalho: trabalha por conta própria em casa

Sabe Ler e Escrever? sim, e consta nos autos — É Eleitor? não — Zona prejud.

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo fielmente da fita estenotipada.

J.: A senhora diga a ele que ele não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, contudo o silêncio dele será interpretado contra sua defesa e a confissão é uma atenuante no Código Penal Brasileiro (a intérprete deu ciência ao acusado). Ele sabe do que está sendo acusado?

Intérprete: A denúncia chegou ontem e eles ficaram 10 minutos com ela e nada mais. As provas e a denúncia do feito formalmente ele não se conhece?

50.02.027

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO PAZ fl.02.

(motivos polí-) ticos. Isso se refere à primeira parte da acusação. Ele respondeu essa parte também antes e quer ressaltar que não é em benefício de pessoas particulares.

J.: Sim, eu entendi bem essa parte. Agora eu gostaria que ele falasse sobre o sequestro?

Intérprete: Ele pede para repetir a segunda parte da acusação.

J.: Agora a segunda parte, consta que o senhor e demais pessoas escolheram uma vítima e incumbiram Pedro Alejandro Fernandez Lerbach a levantar os hábitos e costumes dessa pessoa e depois no dia 11 de dezembro pp., de manhã, após tudo preparado, cercaram a vítima e levaram-na para a casa da Praça Hashiro Myiasaki, 149, e ali mantiveram essa vítima sob cárcere privado, enquanto outras pessoas mantinham contato com a família da vítima para resgate de 30 milhões de dólares ou 40 milhões de dólares ou algo assim, e foram utilizadas algumas pessoas para esses contatos - que foram telefônicos ou através de bilhetes. E, finalmente, com a prisão de Ulisses Fernando Gallardo Acevedo, em primeiro lugar, começou-se a chegar então ao local onde estaria a vítima e que a vítima foi libertada no dia 17, se não me engano. Essa é a segunda acusação.

Intérprete: Quanto à segunda acusação, como ele dizia antes, dentro do grupo de acusados que existe, há pessoas que não tinham conhecimento do fato. Entre essas pessoas encontra-se Maria Emília Marchi, Ulisses, Pedro, Sérgio e inclusive parte das pessoas que estavam na casa que tinham apenas um conhecimento parcial, nem siquer sobre o fato, mas tinham sido convocados para realizar algum apoio, sem conhecer a finalidade que estava proposta.

J.: Se entre essas pessoas estavam David e Cristine?

Intérprete: Sim, a função que David cumpriu foi a de alugar a casa, sem que Christine tivesse conhecimento além desse fato do aluguel. David partiu de um apoio político, mas - não conhecia o fato em si e Christine não conhecia nada, era esposa de David. O senhor (juiz) disse que formou uma organização para operação no Brasil e não para começar uma organização, mas era uma organização de caráter político. Há uma diferença em criar uma organização para fazer operações e uma organização política que faz uma operação para conseguir fundos. Muda o objetivo final proposto.

50.18.874

9004310=

PARTES POCO LEGIBLE

(final proposto.)
J.: São dez os acusados, ele sabe quem são os dez acusados?
Intérprete: Sim.
J.: Todos faziam parte da organização com fins políticos?
Intérprete: Nem todos.
J.: Quem não participava da organização para essa finalidade política?
Intérprete: Ramon, Hector Ramon e ele não lembra do sobrenome todo.
J.: David participava?
Intérprete: David estava de acordo com a política.
J.: Os outros dez acusados, quem é que sabia que iria ocorrer o seqüestro?
Intérprete: Neste caso, as pessoas que manipulavam, principalmente eu e meu irmão.
J.: Quem é o irmão dele?
Intérprete: Horácio Henrique Paz.
J.: Quer dizer que ele considera a operação do seqüestro como uma operação militar?
Intérprete: Ele não sabe em que termos pode se definir, quem implicação tem definida essa operação militar.
J.: Quando a vítima foi abordada no dia 11 de dezembro, de manhã, quem estava em companhia dele, do réu?
Intérprete: Ele prefere não declarar.
J.: Quantas pessoas havia com o réu?
Intérprete: Ele não pode responder, prefere não responder.
J.: No dia do seqüestro, o que ele fez especificamente?.
Intérprete: Seqüestrou Abílio Diniz.
J.: Ele estava usando alguma arma?
Intérprete: Os dois, o Abílio Diniz e ele.
J.: Qual a arma que ele estava usando?
Intérprete: Um revólver.
J.: Qual o carro que estava usando, a perua ou o Opala?
Intérprete: A ambulância.
J.: Ele estava usando uma farda da Polícia Militar?
Intérprete: Sim.
J.: Foi o acusado quem atingiu a vítima com uma coronhada quando foi abordada naquele local?
Intérprete: Não, o que ele fez foi tirar a arma da vítima, mas em nenhum momento ele bateu na vítima.

PARTES POUCO LEGÍVEL

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO PAZ fl. 04.

(na vítima.)

J.: Ele declarou que o Ramon não sabia do sequestro ou não pertencia à organização?

Intérprete: Ramon não sabia do sequestro e foi convocado apenas para trabalhar na construção da casa, sem saber qual era a finalidade da construção.

J.: Ele tem alguma explicação para o fato de que a vítima reconheceu Ramon como sendo a pessoa que estava sentada ao lado do motorista da ambulância?

Intérprete: Ele não tem explicação, mas a resposta que ele pode dar é que Ramon estava trabalhando na casa e que ele não saiu da casa para nada.

J.: Como ele (réu) fez entrar com a vítima na casa sem que as demais pessoas, como David, Christine, Hector, assim como as demais pessoas citadas atrás, que a vítima estava entrando naquele local para ficar escondida ali, ficassem sabendo?

Intérprete: Ele não lembra exatamente desse momento, ele não tem certeza se estava no primeiro andar ou, sempre por ordem dele, que não estivessem ninguém nesse momento na casa.

J.: A operação de chegada à casa onde a vítima ficou encarcerada deve ter sido uma operação muito rápida, mas ao mesmo tempo com várias pessoas para dominar a vítima e levá-la para dentro da casa, de maneira que a resposta é um pouco vaga. Ou havia alguém na casa ou não havia. Se havia, como fizeram para entrar com a vítima lá sem que os demais percebessem?

Intérprete: Para chegar na casa, chegaram o irmão dele e ele e na casa estava o Raimundo e como ele tinha dito eles procederam a entrada.

J.: E o Hector não estava lá?

Intérprete: Muitas vezes em determinados atos que são realizados, que são feitos, eles pedem às pessoas da casa que saiam, seja para que eles não conheçam os companheiros, seja no caso em questão. A essa casa poderiam ter ido outras pessoas com ele e não necessariamente iam entrar em contato com as outras pessoas.

J.: O que ele tem a declarar sobre a última acusação, sobre o crime de resistência?

5d:18.024

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO PAZ fl. 05.

(resistência?)

Intérprete: Eu fui detido na sexta-feira e Ulisses foi detido muito mais cedo na mesma tarde. A partir daí fomos submetidos à tortura durante toda essa tarde e à noite de sexta-feira até o amanhecer do sábado. Tiraram nossas coisas pessoais, relógio, óculos, dinheiro e nessa noite eu presenciei a tortura de Maria Emília Marchi, de Pedro, de Sérgio e de Ulisses e a minha também com eletricidade nos órgãos genitais, no ânus, na boca, no pênis, com anfixia, sal na boca enquanto estávamos sendo torturados e golpes por todo o corpo, isso aconteceu durante toda a noite da sexta-feira. A partir de então eu decidi, eu via que corria perigo a vida dos meus companheiros e a minha, que era necessário que isso terminasse e por isso é que eu fui para casa. Chegando na casa consegui me libertar e entrar na casa. A partir de então começa uma negociação com a polícia que estava fora para garantir a nossa própria vida e inclusive a vida de Emílio Diniz. Então, a preocupação central que eu tinha e que tínhamos na casa era então que não continuassem torturando as pessoas que continuaram fora e que, consciente da brutalidade que fomos tratados, estava muito preocupado por nossas vidas e a vida dos outros. Por isso é que argumento - que não foi resistência, mas sim uma forma de garantir principalmente nossas vidas.

J.: Ele tem alguma coisa a acrescentar?

Intérprete: Sim, na mesma medida que eu aceito a Justiça e que estes fatos de tortura, não somente contra nós, mas contra qualquer pessoa, se fosse possível fossem eliminados, que se acabassem com essa tortura.

J.: Ele pode reconhecer essas pessoas que praticaram tais torturas?

Intérprete: Não tenho certeza, porque em muitos momentos estava vendado, mas se fosse possível fazer um reconhecimento, ele aceitaria, porque essa noite foi muito agitada.

J.: Humberto acompanhou a construção do cárcere?

Intérprete: Sim.

J.: Demorou quantos dias para se fazer esse cárcere, um, dois dias ... (?)

Intérprete: Ele não sabe exatamente quantos dias, mas aproximadamente 20 dias.

50.18.024

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO PAZ fl. 06

(20 dias.)
J.: De que maneira fizeram para que o David não percebesse nada?
Intérprete: O David sabia da construção, mas não sobre a finalidade. Esta mesma construção podia servir para armazenar materiais políticos ou outros que não quisessem que fossem conhecidos. A construção em si não tem relação com o fato que aconteceu.
J.: Eu vou ler uma relação das 18 testemunhas de acusação a fim de que ele possa esclarecer se conhece alguma, se tem alguma coisa contra elas e se deseja declarar qualquer coisa a respeito dessas testemunhas (a intérprete deu ciência ao interrogando). Dr. Helênio Dell'Orso Prado?
Interrogando: Não conheço.
J.: Waldomiro Bueno Filho?
Interrogando: Não.
J.: Luiz Carlos dos Santos?
Interrogando: Não:
J.: Rodolfo Kindermann?
Interrogando: Não.
J.: Berenice Rosa de Oliveira?
Interrogando: Não.
J.: César dos Reis Simplício?
Interrogando: Não conheço.
J.: Armando Cândido da Silva Filho?
Interrogando: Não.
J.: Cícero Maximiano?
Interrogando: Não.
J.: Ricardo Ribeiro Petisco?
Interrogando: Também não.
J.: Sylvio Luiz Bresser Gonçalves Pereira?
Intérprete: Esse nome sou alguma coisa para ele, mas ele não sabe se foi a pessoa que falou com ele na casa.
J.: Eu vou dizer se é ou não (o juiz começou a ler as declarações de SylvioLuiz Bresser Gonçalves Pereira na polícia).- Essa pessoa recebeu um telefonema em sua residência de uma senhora...
Interrogando: Não, não conheço.
J.: Depois recebeu mais telefonemas comunicando sobre o estado de Abílio Diniz.

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

9004310

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO PAZ - fl. 07

(Abílio Diniz.)
Interrogando: Não, não, eu não conheço.
J.: A seguinte é Luiz Carlos Bresser Gonçalv s Pereira?
Intérprete: Sim, esse porque esteve na negociação na casa.
J.: E antes dessas negociações teve algum contato com ele?
Intérprete: Nunca.
J.: Ele tem alguma coisa contra essa pessoa?
Intérprete: Não, o que eu queria reafirmar é que nós não ti - nhamos nenhum tipo de organização política e nem com essas pessoas como essas que lhe são perguntadas.
J.: Esclareça ao réu que a leitura das testemunhas,digo, testemunhas tem a finalidade de dar conhecimento a eles dos nomes das testemunhas a fim de que ele não fique prejudicado na sua defesa e para que ele diga se ele tem alguma animosidade com essas pessoas e explicar o motivo (a intérprete deu ciência ao réu). Eu vou continuar na leitura. Maria Eneida Cauchioli Zefa?
Interrogando: Não.
J.: Valmar Souza Freitas?
Interrogando: Não:
J.: Laura Clarice Munhoz?
Interrogando: Não conheço.
J.: Eduardo Bertolli?
Interrogando: Não.
J.: Oswaldo Ferreira?
Interrogando: Não.
J.: Vera Lúcia de Souza e Silva?
Interrogando: Hçao,digo, Não:
J.: E Eluardo Massaru Nishiguti?
Interrogando: Não.
J.: A respeito das armas que foram apreendidas de grosso calibre e munições, se ele tem alguma coisa a declarar, se ele sabe dessas apreensões e se ele tem alguma coisa a declarar?
Intérprete: Não tem nada a declarar.
J.: Ainda, a respeito do crime de quadrilha, se ele tinha intenção de praticar esse crime e se daí se esgotaria a ação do grupo ou se tinha a intenção de praticar mais seques - tros?

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO [illegible] fl. 08

(sequestros?)
Intérprete: Isso faz parte da primeira resposta que ele deu. - Nós não nos propomos em nenhum momento o sequestro como um fim, somente para o fim político que ele propôs anteriormente.
J.: Essa organização política tinha algum nome?
Intérprete: Não, porque ainda estava num processo de discussão sobre a realidade da América Latina, então ainda não estava formada como organização, não tinha nome.
J.: Qual era a proposta política dessa organização?
Intérprete: Estava em processo de discussão a proposta política, mas os eixos nos quais estava baseada, isto é, aquilo que nos levou a começar esse processo de discussão, foi essencialmente o fato que a realidade da América Latina e o Brasil como parte dessa realidade, encontra-se num processo de mudança, buscando formação democrática, mas sem dar respostas profundas a essa realidade que os nossos povos vivem, o analfabetismo, o desemprego, à miséria, é a partir daí que a nossa proposta é fazer que essas mudanças muito mais profundas possam ser realizadas não confiando somente na fachada democrática, entre aspas. Essa realidade foi vivida, por exemplo, na Argentina, que depois de um processo de ditaduras militares avançou em direção à formação democrática, mas por sua vez também avançou muito mais as condições de miséria de nosso povo, como é o caso argentino. E nós víamos que a mesma coisa vai acontecer aqui no Brasil, no Uruguai e em outros países como Chile, Peru e é em geral a realidade de nossos países.
J.: Eu não tenho mais perguntas a ele, eu só pergunto a ele, finalmente, se ele quer acrescentar alguma coisa ao depoimento dele?
Intérprete: Somente o que ele disse no princípio que nenhum dos acusados jamais haveria um fato em benefício próprio, é só.
N.B. N.I.S. Lido e achado conforme vai devidamente assinado.
O PROMOTOR: J.: Parece que o senhor tem alguma coisa a acrescentar?
Intérprete: Naquilo que ele propunha a dizer anteriormente, nós não temos nenhuma relação com partido político ou organi-

50.18.024

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de HUMBERTO EDUARDO PAZ fl.09

(ou organiza-) ação brasileira. Por relação a isso, na noite em que foram detidos, rasgaram as roupas deles e quando saíram de manhã colocaram uma camisa do "PT". Com relação a essa questão e com relação à última acusação de resistência, quando não saíram e essa foi com a decisão de aceitar a audiência e com toda a boa intenção estávamos dispostos a colaborar nesse sentido. É isto.

J.: Quem lhe pôs a camisa do "PT"?

Intérprete: Os mesmos que nos torturaram.

[illegible] Lido e achado conforme vai devidamente assinado na fita estenotipada. Eu,

Carlos, escr., datilogr., datilogr., subscr., e dou fé. [illegible], 05.01.90.

VISTO:

[illegible]

50.18.024

52

PARTES ILEGIBLE

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 05 de janeiro de 19 90, nesta cidade de São Paulo, no(a) 1º Tribunal do Júri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal

Doutor(a) Roberto Caldeira Barione, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu RAIMUNDO ROSILITO COSTA FREIRE a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado ter como defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, Marco Antônio R. Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de Souza e Castro Val secchi, Fábio Zinger Gonçalez e Belizário dos Santos Júnior. Encontra-se presente também a intérprete Maria Del Carmen Filar e os Drs. Paurício da Silva e Edison Luiz de Carlos, ambos Promotores de Justiça

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: RAIMUNDO ROSILITO COSTA FREIRE

R.G. nº 1482346-CE Naturalidade: Jaguaribe-CE.

Estado Civil: solteiro Cor: parda

Idade: 24a. Data do Nascimento: 26 / 01 / 19 65

Filiação: Raimundo Freire de Oliveira e
Maria Eulíria Costa de Oliveira

Residência: Rua Ribeiro Lacerda, 320 - Jd. da Saúde

Profissão: hoteleiro

Local do Trabalho:

Sabe Ler e Escrever? sim É Eleitor? sim Zona 82a-CE.

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo fiel-ente da fita estenotipada.

J.: O senhor não é obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo à sua defesa. E a confissão é uma atenuante de acordo com o Código Penal. Eu vou lhe fazer algumas perguntas. Primeiro, o senhor sabe quais são as acusações contra si?

I.: Não.

J.: O senhor está sendo acusado como incurso em três artigos: u

50.02.027

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

(como eu pos-) so falar? Se resistisse à polícia ... e as primeiras palavras que eu ouvi lá fora foi "nós vamos torturar os- que estão fora, então é melhor que vocês saiam para evitar problemas". Então é evidente que eu estava torado, então eu não acho digno uma pessoa ser torturada, podemos até discutir se a - quilo que nós fizemos com o seu Abílio Diniz era correto ou não, mas a questão é que pessoa humana, pelo que eu entendo, uma pessoa não pode ser torturada sem o direito mínimo dos Direitos Humanos e eu não posso negar como brasileiro e na minha condição- política e cultural, eu não tenho conhecimento disso que está - registrado na nossa Constituição e por isso houve aquele problema de ficarmos dentro da casa e eu repito mais uma vez, eu naquele momento não tinha, digamos assim, a mínima condição de imaginar que eles iam cumprir a palavra deles ou se iam torturar também ...

J.: Então quer dizer que você não se entregou com medo de ser torturado como você sabia que os demais tinham sido?

I.: Isso, perfeitamente.

J.: Quem dava as ordens a respeito do sequestro?

I.: A respeito do sequestro?

J.: Por exemplo, quem dava as ordens do que falar ao Abílio Diniz o que ele deveria escrever, quem dava esse tipo de ordem?

I.: Bem, evidente que eu cheguei naquela casa e de acordo com - os nossos princípios de organização, eu somente teria que - saber,primeiro:qual a tarefa que eu tenho que realizar; segundo; a pessoa que vai me passar essas tarefas. A orientação que me foi passada, a princípio, é que utilizaríamos capuzes, panos na cabeça para que não houvesse, digamos assim , contato com as pessoas que estavam naquela casa. Nos primeiros dias esse foi o procedimento normal. Quando o seu Adílio - chegou ...

J.: Quando quem?

I.: O seu Adílio.

J.: Abílio, a vítima, o seqüestrado...

I.: Quando o seu Abílio Diniz chegou na casa, as pessoas que o tratavam também utilizavam capuzes, enquanto era a minha primeira orientação, depois que eu tivesse colocado na ... bom, digamos assim, o cúbículo, eu teria que primeiro ... o pri-

Continuação do interrogatório de RAIMUNDO R. C. FREIRE fl. 03

(a pri-) meira coisa seria fazer uma verificação médica se o Sr. Abílio Diniz estava machucado, se necessitava de medicamentos. Isso não por uma questão que não tivesse nenhum sentido, mas pelo fato que se ele foi sequestrado poderia haver alguma ação violenta, então essa foi a minha primeira orientação. Eu repito, a pessoa que me passou a orientação utilizava um capuz, como também eu fui utilizado para que o Sr. Abílio Diniz não pudesse identificar e assim foi todo o meu procedimento. Quando fosse a hora da alimentação, essa pessoa me procurava e falava que tinha que descer com a alimentação e entregar ao seu Abílio. Depois, eu não deveria falar com o seu Abílio em hipótese nenhuma, só se me fosse passado instrução. Eu me senti,no respeito de como militante e como respeito aos meus companheiros, de que eu não deveria fugir das regras que me foram passadas. Esse foi o meu envolvimento do primeiro momento até quando a polícia ameaçava entrar na casa. Assim também continuei mantendo até que o seu Abílio Diniz saísse da casa. Isso por razão lógica,de falar o português claro, de que evitar devido a situação emocional que se encontrava o seu Abílio Diniz, já estava mais ... digamos, uma convivência. É claro que o seu Abílio Diniz só veio a me visualizar na manhã do sábado quando a polícia estava ameaçando entrar na casa e também aí foi que eu pude e creio que todos puderam presenciar claramente os rostos das demais pessoas que estavam na casa. Ademais , do companheiro que havia sido torturado e que entrou na casa e foi conduzido na casa pela polícia.

J.: Quem dava as ordens, quem era o seu contato exterior?

I.: Bom, os contatos exteriores que eu tive nesse processo foi nessa residência que eu vivia. Eu passei a residir nessa casa devido a nossa integração com o grupo, como grupo político tinham certos regulamentos e normas finais e nessa casa eu conheci apenas três pessoas. Dessas três pessoas nenhuma me foi colocado claramente que tarefas eu devia fazer objetivamente no sequestro do Sr. Abílio Diniz...

J.: Quem eram essas três pessoas?

I.: Bom, eram duas pessoas... as três pessoas falavam também em tratamento ... o senhor quer o nome dessas pessoas? Essas pessoas não estão aqui, eu não tenho o conhecimento do paradeiro dessas pessoas ...

55

PARTES POCO LEGIBLE

9004310

Continuação do interrogatório de RAIMUNDO R. C. FREIRE fl.04

(do paradei-) ro dessas pessoas.
J.: Sabe se estão sendo processadas?
I.: Não, não sei não senhor. Eu tenho certeza que essas pessoas não estão nesse momento, porque em todo esse processo as - pessoas que eu tive conhecimento foram com essas pessoas dentro da casa...
J.: E com o Humberto?
I.: É, posso concluir., a pessoa que claramente me conduziu da casa que eu residia até a casa que eu deveria permanecer e ocupar esse posto foi com o companheiro Humberto. Bom, eu o chamava de Juan, eu tinha a orientação para que chamasse de Juan. Digamos que desses companheiros que estão aqui embaixo, eu conheço o Juan. Os outros quatro que nós conhecemos na polícia eu nunca os havia visto, os que estavam na casa tampouco eu havia visto. O contato visual se deu após à chegada da polícia na casa quando as pessoas acharam ... - não sei se, digamos, se era orientação clara ou de desespero - ou questão emocional que as pessoas não se identificavam - com os capuzes e o companheiro Juan foi a pessoa que, objetivamente, me conduziu à casa e que depois também eu podia saber alguma coisa que ele pudesse me fazer, ou seja, alguma ordem que pudesse me dar dentro da casa.
J.: Qual foi o dia da sua chegada na casa?
I.: Eu cheguei na casa no domingo pela manhã, um dia antes do seqüestro.
J.: Antes disso nunca tinha estado naquela casa?
I.: Não, a verdade é que eu não sei onde está exatamente localizada essa casa, porque toda instrução que eu tinha é que deveria chegar com os olhos vendados e não deveria tomar razão ou motivo dessa ...
J.: O senhor chegou de olhos vendados?
I.: Sim.
J.: Quem levou o senhor foi o Juan?
I.: Foi.
J.: Depois que o senhor chegou lá, o senhor tirou a venda dos olhos?
I.: Não.
J.: Como foi isso aí?
I.: Eu saí da casa que eu estava, tive a orientação de chegar a

50.15.024

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de Raimundo R. C. Freire 11.05

(chegar a-) té essa casa com os olhos vendados, não deveria - tomar conhecimento para onde estava sendo conduzido, isso é evidentemente era colocado como uma norma de segurança do grupo, quando eu cheguei nessa casa eu fui conduzido a um quarto que era aonde deveria me alojar nesse quarto e com - exceção do companheiro Juan, eu não tomei contato visual - com ninguém,digo, com nenhuma outra pessoa ou com nenhum outro companheiro dentro da casa.

J.: E na segunda-feira de manhã, quem estava na casa?

I.: Na segunda-feira pela manhã, primeiro eu estava no meu quarto e pude perceber que chegou um veículo na casa e recebi um alerta para baixar, evidentemente de baixar de capuz que - foi improvisado com uma fronha do travesseiro e quando eu baixei, eu vi apenas duas pessoas que não posso objetivamente identificar porque utilizavam capuzes e essas duas pessoas estavam conduzindo o Sr. Abílio Diniz e apenas com gestos com as mãos me foi orientado que eu deveria ajudar a conduzi-lo até o cubículo, até onde ele deveria ficar mantido, então essas duas pessoas eu não pude visualizá-las perfeitamente, só vi até a metade de baixo para cima, não quer afirmar que esses companheiros que trouxeram o Sr. Abílio Diniz podem ser os mesmos companheiros que estavam na casa, como pode ser o nosso companheiro Juan que me conduziu até essa casa.

J.: Agora, uma questão a respeito do casa, o senhor conheceu, o senhor viu o casal que morava na casa quando o senhor chegou no domingo?

I.: Não, esse casal eu só fui tomar o conhecimento claro da presença física dos dois no dia, sábado pela manhã, quando a polícia chegou na casa.

J.: Quer dizer que quando o Abílio Diniz chegou na casa não havia ninguém a não ser a sua pessoa?

I. O seu Abílio Diniz foi chegado por intermédio da sala, quando eu baixei, eu sei claramente que estava nesse momento - presente, estava apenas eu e os dois companheiros de olhos vendados com capuz, assim também o seu Abílio Diniz e que nenhum deles apresentava ser os companheiros da casa pela sua estrutura, pelo seu aspecto físico. Então nesse processo todo eu tinha a orientação clara e objetiva que não deveria - me importar com esses companheiros que estavam na casa, nes

PARTES POCO LEGIBLE

9004310=

Continuação do interrogatório de Raimundo R. C. Freire fl. 06

(mes-) mo tomando conhecimento que tivessem mais companheiros na casa, eu não deveria tomar conhecimento do que faziam , nem tampouco os compartimentos que estavam alojados. Uma outra pergunta, quer dizer ... desculpe, eu estou sendo correto nas minhas afirmações? Desculpe ... é que eu,digamos , assim, eu estou iniciando no tribunal agora e eu quero saber se as minhas respostas estão sendo objetivas?

J.: Isso não é possível saber agora. Eu gostaria de saber se o senhor reconhece como sendo o local do cubículo que o senhor ficou com a vítima, fls. 430, 431, 432, 433, 434?

I.: Correto.

J.: Esse era o local que o senhor ficava?

I.: Correto, eu não ficava, eu somente abaixava na hora das 3 refeições, eu me conduzia a esse local três vezes para as refeições do seu Abílio Diniz.

J.: O senhor não ajudou a construir esse local?

I.: Não.

J.: Sabe quem construiu esse local?

I.: Também não sei quem construiu.

J.: O senhor tem alguma coisa mais a acrescentar em sua defesa?

I.: Não, eu acho que não, quer dizer, tudo que eu falei aqui é o que eu sei e que estou disposto a colocar claro, hoje, para a Justiça.

J.: Quer dizer que o senhor não tinha intenção de ingressar num banco armado ou quadrilha armada para praticar sequestros?

I.: Não, posso falar?

J.: Pode.

I.: Eu acho que a minha participação no sequestro do sr. Abílio Diniz não se deu por livre acordo ...

J.: Sim, mas a pergunta é se o senhor tinha a intenção de associar-se a um bando armado para praticar sequestros ou outros crimes?

I.: Com a finalidade de obter recursos para a organização não de um grupo criminal ou de um grupo como me foi colocado na primeira acusação. Eu não posso reconhecer que esse grupo - eu visualizasse como grupo marginal e que quisesse tirar recursos próprios ...

J.: Para proveito próprio.

I.: É, para proveito próprio, eu não haveria me engajado e isso

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de Raimundo R. C. Freire fl. 07

(e isso) eu afirmo com toda convicção que o fato de ter participado nesse processo de recepção, na casa, do seu Abílio Diniz e das instruções que me foram passadas, eu assim fiz - consciente que primeiro eu cumpri uma responsabilidade política dentro de um grupo revolucionário, se assim não fosse, eu não me colocaria na situação de fazer sequestros para - proveito próprio. Então, se me permite, eu não posso afirmar que a intenção da organização a qual estou vinculado se coloca no nível de tirar recursos de empresários para sustento próprio. Essa é a minha discordância com relação a acusação que me foi apresentada.

J.: Tem alguma coisa a acrescentar, Raimundo?

I.: Eu, se me permite, eu gostaria, digo, eu acho que gostaria - de fazer uma declaração de como brasileiro, como cidadão - brasileiro, até agora eu não pude me considerar fora da lei porque eu estou sendo julgado evidentemente, mas eu me coloco como brasileiro e como pessoa que o fato de ter sequestrado o Sr. Abílio Diniz, que eu reconheço como uma pessoa humana, mas essa minha indução a participar disso foi pelo caso que é impossível a gente tolerar como ser humano- as injustiças sociais como a gente vive no nosso país e assim, eu concluindo o meu raciocínio, eu creio que a intenção não era tirar, nem fazer mal à vida do seu Abílio Diniz, eu creía e ainda creio que o empresário tem uma fortuna e que- essa fortuna poderia ser um pouco mais aplicada para uma - causa mais digna, em outras palavras, a minha defesa é no - sentido de que eu estava tentando, na participação de um grupo, tirar dinheiro não, primeiro de um pai de família que - ganha salário mínimo e que também é massacrado nesse país, mas imaginava tirar dinheiro de um empresário que, digamos, que a quantia que lhe fosse retirada jamais lhe fosse colocar em situação econômica perturbadora e esse dinheiro que viria nas mãos da nossa organização lá iria contribuir muito para a organização e enriquecimento da consciencia dos trabalhadores. Isso eu coloco no sentido de que eu venho aqui colocar é que eu me considero um revolucionário, mas não é fácil porque como pessoa eu não gostava de velar o Sr. Abílio Diniz naquelas condições, mas eu me coloco em classes diferentes da dele, eu considero ele patrão e eu empregado,

5918024

9004310

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de RAIMUNDO R. C. FREIRE fl. 08

(eu empregado), então levando isso em consideração, o dinheiro que poderia ser nos fornecido, poderia para nós ser uma grande e eventual ajuda para a nossa luta. Eu tenho certeza e tampouco vou ser ingênuo de quer,digo, de crer que isso - seja uma coisa fácil, mesmo que trouxéssemos o dinheiro do seu Abílio Diniz, os problemas do país e os problemas da América Latina que eu também vivi lá fora e pude sentir,não iam se acabar, evidentemente, mas eu também não posso mais me colocar na situação em que hoje o nosso país depois de tanto tempo de um processo político, hoje o nosso poder público e policíco nesse país só vemos corrupção, promessas - demagogas, roubalheira, então eu cheguei a uma fase que a minha decisão de participar disso seria uma causa que ... - eu tenho 24 anos, não importa de onde eu sou, se do Norte - ou Nordeste, eu sou um brasileiro e que já nasci com uma dívida externa que não fiz, eu já nasci tendo que me colocar numa vida difícil, de batalha e então eu coloco num campo - de classe, que o senhor Abílio Diniz é uma pessoa humana , mas ele tem um poderio econômico que se contradiz com a minha convicção política. Essa é a minha declaração que eu faço, que o dinheiro do seu Abílio Diniz seria muito útil para esse grupo. Se me permite falar também, é que eu digo - que não suporto mais, eu estive vivendo em alguns países da América Latina e via que a situação lá fora é tão preta como aqui e o fato de eu ser um brasileiro, cearense, e estar associado com pessoas de outra nacionalidade, eu não tenho dúvida de que os mesmos problemas que os outros trabalhadores desses companheiros têm, o Brasil também tem, e eu como brasileiro, regressei ao Brasil e eu achei que poderia utilizar a minha experiência política, como fui militante político nesse país de forma mais objetiva, e com 24 anos eu não queria esperar aos 50, esperando a coisa melhorar como está, porque eu não creio mais no poder público e político desse país como a situação é colocada. Eu posso aqui, agora, nesse momento, eu me sinto na condição, porque eu sou um peixe pequeno nadando num mar de lama muito sujo que é o nosso país, então eu posso ter a coragem de falar que eu - fiz isso porque eu sou socialista, porque eu acho que tenho que tomar uma decisão mais objetiva. Então, eu faço um tan-

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

Continuação do interrogatório de RAIMUNDO R. C. FREIRE fl. 09.

(um tan-)to intrigado porque eu sei que tem pessoa lá fora que estão usufruindo de uma maneira suja, estão roubando e jamais vão ser colocados no banco dos réus e como brasileiro eu não queria nascer com uma dívida externa mas contas- que eu não fiz e também não quero morrer com essa dívida e também quero ter certeza que esses meus filhos que vão - nascer vê em mim uma pessoa que não fez nada em matar essa situação, eu não quero que os meus filhos nasçam também com essa dívida nas costas, então o que eu fiz, eu acho que ajudaria muito daqui a alguns anos ou de imediato, porque a culpa não é minha, a culpa é da pessoa que está com muito dinheiro e não faz nada para ajudar aqueles que não tem e vai ficando, ficando, ficando. Eu acho que eu sou um brasileiro que vou na empresa do seu Abílio Diniz e ele,na condição de empresário, vai me falar: "eu não tenho emprego - para você porque eu estou tendo prejuízo". E aí eu vou ficar me perguntando "por que aqui cada dia que passa aquele que está mais rico, fica mais rico e quem está mais pobre cada dia está mais pobre?" Então, a intenção não é que eu fui procurar emprego e o seu Abílio não me deu emprego. O seu Abílio Diniz é empresário igual a todos que tem nesse país e eu não estou escolhendo ele como sendo a pessoa culpada de tudo, eu poderia ter sequestrado e exigido dinheiro de um outro empresário e essa seria a minha convicção, seria o meu pensamento.

J.: É só isso?

I.: É.

NADA MAIS. Lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu fita estenotipada. Eu, _____, Carlos, escr.,transc.,dat.,subscr., e dou fé. SP.,05.01.90.

VISTO - _____

ROBERTO CARLOS BATISTA
Juiz de Direito

50.18.024

9004310=

PARTES POCO LEGIBLE

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 09 de janeiro de 1990, nesta cidade de São Paulo, no(a) Fórum Ministro Médigo, Plenário do 1º Tribunal do Juri, na sala de audiências, ao(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal.

Doutor(a) Roberto Caldeira Barioni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu [illegible].

a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado ser em seus defensores os Drs. Ibere B.de Mello, Marco A.R. Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de S. e C. Valsecchi, Fabio Z. Gonzales e Belisário dos Santos Junior.
Presente o DD.representante do M.P. Dr. Edison Luiz de Campos e a-interprete Maria del Pilar S. Martin.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 185 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: [illegible] HÉCTOR RAMON COLLANTE TAPIA
R.G. nº .210.3[illegible]6-7 (Chile) Naturalidade: Chile
Estado Civil: solteiro Cor: branca
Idade: 25 anos Data do Nascimento: 08 / 02 / 19 64
Filiação: Hector Hugo Collante Torres e Gregoria del Carmen Tapia

Residência: Clle Amunt[illegible], 2060 - Linares - 7ª Region - Chile
Profissão: [illegible]
Local do Trabalho: -desempregado atualmente-
Sabe Ler e Escrever? sim, em espanhol É Eleitor? - Zona -

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo:

M. Juiz: Em primeiro lugar Hector eu quero observar que o senhor não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas que o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa. Em segundo lugar eu quero observar que no Código Penal a confissão é uma atenuante, pode favorecê-lo na aplicação de eventual pena. O senhor sabe do que está sendo acusado?

56.02.027

6 2

PARTES ILEGIBLE

9004310

Interp. : Não.
J: O senhor está sendo acusado de três crimes diferentes. Primeiro da formação de quadrilha ou bando armado de característica permanente ou habitual com a finalidade praticar - sequestros de pessoas de projeção em países sul americanos com o fim de obter resgate em proveito próprio.
Interp. : A primeira acusação não. Eu vim aqui para trabalhar. A mim me contrataram para trabalhar.
MM. Juiz : Trabalhar no quê?
Interp. : Para fazer uma construção.
MM. Juiz : Em que local?
Interp. : Numa casa.
MM. Juiz : Para que finalidade?
Interp. : Não sei, nunca soube para que seria.
M . Juiz : Qi,digo, Quem o contratou?
Interp. : Um senhor que se chama Juan.
MM. Juiz : Juan Carlos?
Interp. : Não sei, Esse é o nome que ele me deu.
MM. Juiz : A pessoa que o contratou está nesse fotografia que eu vou lhe mostrar da página 223 do processo?
Interp. : Sim, o oitavo de direita para a esquerda.
MM. Juiz : Está com o nome de Humberto, na legenda abaixo?
Interp. : Sim.
MM. Juiz : Quando foi feito esse contrato?
Interp. : Eu sai do meu pais para trabalhar porque no meu pais não há trabalho decente suficiente para sobreviver. Eu fui - para a Argentina pensando que na Argentina havia mais - trabalho e estive 5 dias procurando trabalho na Argentina e então conheci um homem que se chama Jesus e esse homem me apresentoua Juan.
M . Juiz : Quando foi isso?
Interp. : Não me lembro que dia, Quando ele me apresentou o homem me perguntou se eu sabia carpintaria.
MM. Juiz : Quando foi isso?
Interp. : Em agosto.
MM. Juiz : Deste ano?passado?
Interp. : De 89. Eu disse então que sabia alguma coisa e ele me - disse que tinha um trabalho aqui no Brasil e me trouxe - para cá. Então quando estive aqui em agosto e setembro ' estive em hotel e no mês de outubro ele me levou para - uma casa para fazer uma construção de carpintaria. Ele ' me disse que era uma bleja, então eu disse que eu sabia- um pouco, mas comecei a trabalhar, fazer a escavação,depois preparar madeira e, depois um móvel. Nos dias que eu passei lá sempre esse homem,digo, lá sempre que esse ho-

9004310

Interp. : (esse ho-)mem chegava na casa me mandava ir para um quarto e fiquei quase sempre num quarto e por isso eu digo que dessa acusação eu sou inocente, porque eu - sempre fui um trabalhador honesto, eu trabalho para - manter-me e à minha mãe e por isso eu digo que sou - inocente.

MM. Juiz : Quanto tempo demorou a construção?

Interp. : Mais ou menos um mês.

MM. Juiz : Qual foi o pagamento que o senhor recebeu?

Interp. : Me ofereceram me pagar mas nunca me pagaram nada.

MM. Juiz : Quanto tempo o senhor ficou no hotel. Qual o nome do - hotel?

Interp. : Hotel Pink.

MM. Juiz : Onde fica o hotel?

Interp. : Parece que na rua Consolação.

MM. Juiz : Qual a diária do hotel?

Interp. : Setenta cruzados novos.

MM. Juiz : Quem pagava o hotel?

Interp. : Juan dava o dinheiro para pagar o hotel e para comer.

MM. Juiz : Durante todo esse tempo o senhor não fez nenhum outro- trabalho?

Interp. : Não.

MM. Juiz : O senhor está sendo acusado também de... uma segunda / acusação, de ter colaborado na organização e no seques tro da pessoa de Abilio dos Santos Diniz com o fim de extorsão de dinheiro da família.

Interp. : Essa acusação também é falsa porque eu sempre estive - na casa, do mes de outubro até agora que estou preso. E, nunca participei de nada disso porque eu não tenho - idéia do que está acontecendo.

MM. Juiz : O senhor viu quando os sequestradores chegaram com a pes soa de Abilio Diniz na casa?

Interp. : Não, porque quando eles chegaram eu estava dormindo.

MM. Juiz : O senhor não percebeu que a vítima se encontrava na casa

Interp. : Não.

MM. Juiz : Nem desconfiou?

Interp. : Não porque era uma casa totalmente normal.

MM. Juiz : O que o senhor quer dizer com uma casa normal?

Interp. : Uma casa com um casal, eles sempre agiam normalmente. A moça saia o rapaz ficava, para mim era uma casa normal- e eu estava bem, trabalhando , e, às vezes eu podia ver televisão. E, por isso não sabia até o momento em que - chegou a polícia. Aí eu percebi que se tratava de algo sério, porque eu nunca ia pensar sequestro. Sequestro - somente no cinema. Eu sou uma pessoa totalmente imatura,

9004310

Interp. : (imatura) inocente, que nunca pensa mal das pessoas. E, por isso que com todas essas acusações que estão contra mim, eu me sinto mal por isso, porque eu nunca estive - preso, porque sempre trabalhei em trabalho honesto e eu pensava que aí eu esteva trabalhando em trabalho honesto, porque era uma casal e eu sinto orgulho em trabalhar com pessoas que são de outro país, é algo muito - bom. Pra mim é um orgulho, porque eu sempre trabalhei - na terra, no ferro, cheio de graxa, sujo, então para - mim era um orgulho estar trabalhando.

MM. Juiz : Então, o senhor não sabia que a vítima, o sequestrado, estava na casa até o momento em que a polícia chegou?

Interp. : Isso.

MM. Juiz : O senhor está sendo acusado de resistência ilegal à ordem de prisão da polícia, quando a polícia chegou e cercou a casa. O que o senhor tem a dizer sobre essa - acusação, Sr. Hector?

Interp. : Nesse momento eu penso que qualquer pessoa se sente mal porque fica pensando que vão matá-la, porque nessa manhã quando chegou esse homem todo moído, machucado, ele disse que se a polícia entrasse ia matar todo mundo. Então, por isso eu não resisti a me entregar à polícia. Eu sempre quis me entregar à polícia, porque eu não tenho nada, eu não fiz nada, sou totalmente inocente. Eu nunca fiz nada contra ninguém então por isso que estejam - me acusando de resistir à Justiça é impossível, por isso quando o homem disse que era preciso me entregar eu disse que estava contente porque eu não tinha nada a ver com essa situação. Eu neste momento me sinto muito mal porque estou sendo acusado injustamente e porque estou preso.

MM. Juiz : O senhor preparou alguma arma quando a polícia cercou a casa?

Interp. : Me deram um revólver, mas eu nunca tinha tido um revólver nas minhas mãos. A única arma que eu usei, que tive nas mãos foi um fuzil quando fiz o serviço militar, mas eu só disparei três vezes no serviço militar porque foi ordenado por um capitão e ele sabe muito bem que eu sou incapaz de fazer mal a alguém.

MM. Juiz : Lembra o nome do capitão?

Interp. : Gerardo Corsen Pacchianelo.

MM. Juiz : O senhor não teve nenhumcontato com a vítima durante o tempo em que ela esteve lá?

Interp. : Não.

MM. Juiz : A vítima disse que o senhor lhe forneceu uma camiseta. Isso não é verdade?

Interp. : Não

9004310

(Não.)

MM. Juiz : Para vestir quando a vítima chegou ao cativeiro.
Interp. : Não, porque eu nunca o vi.
MM. Juiz : Os demais armamentos que estavam naquela casa êle nunca tinha visto antes?
Interp. : Não, nunca.
MM. Juiz : No dia do sequestro o acusado então não saiu de casa ?- No dia 11 de dezembro?
Interp. : Não, eu sempre estive em casa.
MM. Juiz : A vítima declarou que no dia em que ocorreu o sequestro o Hector esteva dentro da Caravan branca disfarçada de ambulância.
Interp. : É impossível que eu esteve porque eu sempre estive trabalhando na casa, empapelando o quarto e depois fui dormir.
MM. Juiz : Dormiu até que horas?
Interp. : Até às dez horas da manhã.
MM. Juiz : Eu gostaria também de perguntar ao Hector se ele reconhece o local que ele construiu nas fotos de fls. 431/436?
Interp. : Esse é o poço, essa é a descida do poço (f. 433). Sim, f. 434 . Isto também fui eu que fiz, f. 345 . F. 346 - sim, tudo isso.
MM. Juiz : Eu gostaria também que o Hector visse o objeto que se encontra às fls. 459. Foi ele que contruiu esse objeto?
Interp. : Não me recordo.
MM. Juiz : Sabe o que significa esse objeto?
Interp. : Um caixão.
MM. Juiz : Obviamente é um caixão. O senhor sabe para que serviria esse caixão?
Interp. : Não.
MM. Juiz : O senhor ficou na casa sózinho no dia onze de dezembro, Sr. Hector?
Interp. : Com o Sr. David e Dona Christine.
MM. Juiz : O senhor os viu? O senhor viu David e Christine na casa nessa manhã?
Interp. : Sempre os vis.
MM. Juiz : Mas especificamente no dia onze de dezembro o senhor pode dizer se eles estavam na casa?
Interp. : Eu não posso dizer porque eu estava dormindo.
MM. Juiz : E quando o senhor se levantou eles estavam lá?
Interp. : Sim, David em cima e Dona Christine também e me disseram que não descesse pra baixo que o senhor Juan disse que ninguém descesse.
MM. Juiz : Por que o David lhe disse que não descesse? O moço caneense porque lhe disse que não descesse?

0004310

(descesse.)
Interp. : Porque o Juan havia dito que não descesse.
MM. Juiz : Dona Christine falou com o senhor também?
Interp. : Não, ela nunca falava comigo porque eu não entendia quando ela falava.
MM. Juiz : E quando David fala o senhor entende?
Interp. : Muito pouco.
MM. Juiz : De que maneira o senhor entendeu que não era para descer ? Como ele se expressou?
Interp. : O Sr. Juan quando chegava na casa dizia a nós que tinhamos que subir então o Sr. David me disse que: não desce.
MM. Juiz : E o Sr. Raimundo estava na casa naquela manhã?
Interp. : Não conheço nenhum Sr. Raimundo.
MM. Juiz : Gostaria que ele olhasse a fotofrafia da página 223 do processo e dissesse quem ele conhece nesta foto.
Interp. : O primeiro, segundo, terceiro da esquerda para a direita e o primeiro da direita para a esquerda que o ajudou a trabalhar Os outros não conhece ninguém.
MM. Juiz : Ele disse que foi o primeiro da direita para a esquerda que o ajudou a trabalhar?
Interp. : Sim.
MM. Juiz : E quem o contratou para trabalhar?
Interp. : O terceiro da esquerda para a direita.
MM. Juiz : É o que ele conhece como Juzn?
Interp. : Isso.
MM. Juiz : Ele nunca viu a oitiv,digo, a oitava pessoa da esquerda para a direita?
Interp. : Agora que estão presos sempre se vêm, nunca tinha visto antes.
MM. Juiz : De maneira que ele nunca viu a oitiva pessoa, Raimundo. Nunca viu?
Interp. : Na casa, não.
MM. Juiz : O senhor andava pela casa?
Interp. : Eu trabalhava, levanteva para trabalhar, almoçava e continuava a trabalhar. No fim da tarde ia para o meu quarto e aí ficava até outro dia.
MM. Juiz : Quantos dias o senhor gastou no trabalho, Sr. Hector?
Interp. : Não posso lembrar porque tinha que eu trabalhava e outros que eu não trabalhava porque chegava o Sr. Juan e man ,digo, e me mandava para cima. Eu não posso lembrar exatamente quantos - dias levei.
MM. Juiz : Sr. Hector eu queria também observar que o senhor tem um prazo a partir de sexta feira para a defesa prévia que está a cargo de seu advogado, O prazo será de 3 dias. O senhor tem mais alguma coisa a declarar em sua defesa, Sr. Hector?
Interp. : A única coisa que digo é que sou inocente, a única testemunha que eu tenho é Deus e por isso eu digo que sou inocente de - todas as acusações que me dão porque pensava que era um tra - balho honesto, nunca pensei que fosse se tratar disso e que-

9004310

(e que) eu sendo uma pessoa tão honesta esteja metida aqui presa, acusada de algo que nunca fiz.

MM. Juiz : Eu queria saber se ele já viu esse carro anteriormente, pag 502?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Nunca esteve nesse veículo antes?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Ele sabe quem são as testemunhas?

Interp. : Não.

MM. Juiz : As vítimas Abílio dos Santos Diniz e Roberto Kwai, ele conhece?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Eu vou ler os nomes das testemunhas. Helenio Dell'Orso Prado, conhece?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Waldomiro Bueno Filho?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Luiz Carlos dos Santos ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Rodolfo Kindermann ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Berenice Rosa de Oliveira?

Interp. : Nao.

MM. Juiz : Cesar dos Reis Simplicio?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Armando Candido da Silva Filho ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Cicero Maximiano ?

Interp. : Não.

MM.Juiz : Ricardo Ribeiro Petisco ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Sylvio Luiz Bresser Gonçalves Pereira?

Interp. : Não.

MM.Juiz : Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Maria Eneida Cauchioli Zefa?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Valmar Souza Freitas ?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Laura Clarice Munhoz ?

Interp. : Não.

MM.Juiz : Eduardo Pomelli?

Interp. : Não.

MM.Juiz : Oswaldo Ferreira?

Interp. : Não.

0064310

Mm. Juiz : Vera Lucia de Souza e Silva ?
Interp. : Não.
Mm. Juiz : Eduardo Massaru Misiguti?
Interp. : Não.
Mm. Juiz : Não conhece nenhuma dessas pessoas?
Interp. : Não.

NADA MAIS. Segue-se nada fita estenotipada as assinaturas devidas. Eu Edgar Vasconcellos Taneque Escrevente Chefe estenotipei, estenotipei, transcrevi, datilografei e dou fé do fiel andamento do presente interrogatório nos 08 dias do mês de janeiro de 1990.

VISTO

Roberto Caldeira Barioni
Juiz de Direito

9004310

ANEXO 02

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo
Proc. nº 698/89

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 09 de janeiro de 19 90, nesta cidade de São Paulo, no(a) 1º Tribunal do Júri - plenário, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Criminal.

Doutor(a) Roberto Caldeira Bertoni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu preso ROBERTO ENRIQUE PAZ a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado serem seus defensores os Drs. Ibere B. de Mello, Marco A. Nahum Marcela Quental, Luiz Carlos de S. e C. Valsecchi, Fabio Z. Gonzales e Belisário dos Santos Junior.

Presente o Dr. representante do M.P. Dr. Edison Luiz de Campos e a interprete Maria Del Pilar Secriston Martin

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: ROBERTO ENRIQUE PAZ
R.G. nº10.326.694-Argentina Naturalidade: Argentina
Estado Civil: solteiro Cor: branco
Idade: 38 anos Data do Nascimento: 18 / 11 / 19 51
Filiação: Santiago Paz e Romula Cesma de Paz
Residência: Calle Curupaiti, 754-Tablada-Provincia de Buenos Aires
Profissão: corretista
Local do Trabalho: Bairro Atalaya -não se lembra o endereço
Sabe Ler e Escrever? sim,em espanhol É Eleitor? não Zona proj.

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo:

MM. Juiz: Em primeiro lugar eu quero observar que o senhor não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas e o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa. De acordo com o Código Penal a confissão é uma atenuante. O senhor sabe do que está sendo acusado Sr. Roberto?

Interp.: Não.

PARTES ELEGÍBLE

50 02.027

7 0

PARTES ELEGÍBLE

9004310-

Mm. Juiz : Em primeiro lugar o senhor está sendo acusado de ter infrigido o artigo 288 , parágrafo único do C.P. O senhor e os outros acusados formaram uma quadrilha armada de maneira estável e permanente tendo a finalidade de cometimento de sequestro de pessoas de projeção em vários países sul americanos. Objetivando da família a obtenção de resgates cujas importâncias seriam revertidas em seus próprios proveitos. O senhor admite essa acusação Sr. Horácio?

Interp. : Ele deseja a que se refere o art. 288 .

Mm. Juiz : Refere-se ao crime de formação de bando ou quadrilha armada. De acordo com o Código Penal é crime a formação de bando ou quadrilha para a finalidade de cometer crimes. Eu vou ler o artigo. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes. Parágrafo único: a pena é aplicada em dobro, se a quadrilha é armada. O senhor admite essa acusação?

Interp. : Não, ele não admite com relação ser uma quadrilha ou bando armado.

Mm. Juiz : Isso depois deve ser traduzido para ser transcrito e eu solicito que seja por partes para que a intérprete possa fazer a tradução do que o senhor falar.

Interp. : A acusação de quadrilha ou bando armado ele não admite. Como organização política sim, admite. Volta a repetir que somente como organização política.

Mm. Juiz : Qual o objetivo dessa organização política?

Interp. : O objetivo nosso, isto é, o motivo le que nós tenhamos feito isso aqui é porque aquilo que o Brasil os países latinos americanos acompanham. E nós estamos vendo o problema de falta de resposta com relação aos direitos humanos, por exemplo: a fome, nos locais mais humildade, as pessoas não tem oportunidade de se realizarem como pessoas. Como hoje de sabe pelos satélites onde há colheita, países onde há super produção de colheitas e os setores mais humildes passam fome... Sabem que crianças nascem hoje com problemas de saúde e não vão ter futuro e não vão se realizar como pessoas, doenças como tuberculose e outras. O que é necessário é dar-se casas dignas e que se realizem como pessoas, poder estudar , poder ter um futuro digno e isto não acontece. Pode citar Argentina, Chile, Bolivia, Uruguai e muitos outros países.

Mm. Juiz : O senhor já teve alguma militância política anteriormente?

Interp. : Sim.

9004310

Cont. - Interrogatório do réu Horacio Enrique Paz - f. 2

- (sim.)

MM. Juiz : Em que local?
Interp. : Na Argentina.
MM. Juiz : Já foi processado alguma vez?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Nem por nenhum crime?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Nem por atividade política?
Interp. : Não.
MM. Juiz : O senhor era filiado a algum partido na Argentina?
Interp. : Não.
MM. Juiz : Quando foi formada essa organização a que ele se refere?
Interp. : É uma nova organização que ainda está em formação.
MM. Juiz : Já tem algum nome essa organização?
Interp. : Ainda está em discussão política. Ainda está na etapa de - discussão política.
MM. Juiz : Dentre os objetivos dessa organização está a prática de - sequestro para obtenção de resgates?
Interp. : Não.
MM. Juiz : O segundo crime de que o senhor está sendo acusado, Sr.Horácio é o crime do art. 159, § 1º do C.Penal que diz o seguinte: sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do- resgate , § 1º : se o sequestro durar mais de vinte e quatro horas e o bando é armado , a pena é mais grave. E , -a acusação em si é que o senhor com mais nove pessoas praticaram o sequestro da pessoa de Abilio Diniz, com o fim - de obter resgate . O senhor admite que participou?
Interp. : Ele admite ter participado do sequestro dentro desses padrões políticos, sem nenhum benefício próprio. Se houves- se o resgate o dinheiro do resgate não seria em benefício- próprio.
MM. Juiz : Quais os atos que o senhor praticou, Sr. Horácio, durante - o sequestro?
Interp. : Retirei o senhor do veículo, o Sr. Abilio, e o levei até a casa onde estava sequestrado.
MM. Juiz : ANTES DO sequestro o quê o senhor fez, Sr. Horácio? Eu pe re : firo aos ator de preparação do crime de sequestro.
Interp. : Nenhum, a única coisa é que eu participei da construção da casa onde ficou o Sr. Abilio, somente isso , de mais nada do sequestro.
MM. Juiz : Da página 433 até a página 435, nesse processo, constam fotos do local onde o Sr. Abilio ficou sequestrado. Primeiro en - gostaria de saber se ele reconhece esse local como sendo o que ele construiu ou ajudou a construir.

PARTES ELEGIBLE

9004310

(construir).

Interp. : Sim, foi esse local.

MM. Juiz : Ele está sendo acusado também de praticar um terceiro crime. Quando os policiais cercaram a casa onde o sequestrado estava e deram ordem de prisão e as pessoas que estavam no interior da casa resistiram à essa ordem.O senhor admite essa - acusação?

Interp. : Não, porque o que nós fizemos permanentemente era negociar , querer negociar para que ninguém se machucasse, nem os que - estavam fora de casa, nem o Sr. Abílio, nem nós. Inclusive , sobre este tema, quando chegou o meu irmão, ele vem muito machucado, mal caminha, não se pode mexer quase, estava deformado, o rosto, braços.

MM.Juiz : Quantos veículos foram usados no ato do sequestro?

Interp. : Três, penso que eram três.

MM. Juiz : Em que veículo o senhor estava quando a vítima foi abordada?

Interp. : Ele estava no carro de trás .

MM. Juiz : E o que bateu no carro da vítima?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Ele estava dirigindo o carro?

Interp. : Não.

MM.Juiz : Estava sentado no banco da frente ou de trás?

Interp. : Da frente.

MM. Juiz : Quem dirigia o carro?

Interp. : Não sabe.

MM.Juiz : Quem estava sentado atrás?

Interp. : Não sei.

MM.Juiz : Quantas pessoas estavam ocupando o carro?

Interp. : Não sabe.

MM.Juiz : E no outro carro, na ambulância, quantas pessoas haviam?

Interp. : Não sabe.

MM.Juiz : Na casa, quem havia ficado aguardando?

Interp. : Ele prefere responder sobre a própria pessoa e não sobre os outros.

MM.Juiz : Horácio, o senhor usou arma durante o sequestro?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Que tipo de arma?

Interp. : Usar não usei, carreguei.

MM. Juiz : Sim, mas que tipo de arma ele carregou?

Interp. : Um revólver.

MM. Juiz : Quem comprou as armas que foram apreendidas?

Interp. : Não sabe.

(sabe.)

MM. Juiz : Alguma daquelas armas era sua, Sr. Horácio?

Interp. : Nenhuma.

MM. Juiz : Era da organização?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Sr. Horácio, o senhor sabe quem está sendo acusado neste mesmo processo juntamente com o senhor?

Interp. : As pessoas que fomos presas estamos sendo acusadas.

MM. Juiz : Eu gostaria de saber, Sr. Horácio, se o senhor conhece todas as pessoas que estão sendo processadas?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Eu gostaria que a senhora mostrasse a fotografia de fls. 223 e que ele dissesse quem ele conhece, quem elè não conhece.

Interp. : Da direita para a esquerda: o primeiro, o segundo, terceiro o nono e a décima.

MM. Juiz : Ele não conhece o oitavo?

Interp. : Sim, o oitavo, meu irmão.

MM. Juiz : E Maria Emilia, o senhor conhece?

Interp. : Não .

MM. Juiz : E os demais?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Quando ele conheceu David Spencer?

Interp. : O canadense?

MM. Juiz : Sim.

Interp. : Não lembro, se foi em outubro ou novembro.

MM. Juiz : Em que local, em que cidade ele conheceu David?

Interp. : Na casa onde foram detidos.

MM. Juiz : Christine ele também conheceu na mesma ocasião?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : E Hedtor? Quando ele conheceu?

Interp. : Na mesma época.

MM. Juiz : E Raimundo também na mesma época?

Interp. : Também.

MM. Juiz : E Ulisses?

Interp. : Não sei quem é.

MM. Juiz : Sr. Horácio, o senhor disse que essa organização política é recente. O senhor poderia dar detalhes mais precisos -

(precisos) sobre a época da formação dessa organização?

Interp. : Ocorre que eu estou entrando agora.

M.P.Juiz : E não sabe quando foi formada?

Interp. : Não.

M.P. Juiz : Em que cidade ela foi formada?

Interp. : Eu não sei porque o meu contato é por intermédio do meu irmão.

M.P.Juiz : O senhor ingressou nessa organização aqui, ou em Buenos Aires?

Interp. : Em Buenos Aires, com meu irmão.

M.P. Juiz : Durante o cativeiro do senhor Abilio, o senhor cuidou dele de alguma forma?

Interp. : Sim.

M.P. Juiz : Fazendo o quê?

Interp. : Levava comida, alimento. Eu ficava fora e isso era o que eu fazia.

M.P. Juiz : O senhor é que cuidava ou o senhor entregava os alimentos a outra pessoa que levava para o Abilio.

Interp. : Eu nem entregava, nem preparava nada, a única coisa que eu fazia era ficar lá.

M.P.Juiz : Mantinha contato com a pessoa que cuidava de Abilio?

Interp. : Sim.

M.P. Juiz : Essa pessoa era Raimundo?

Interp. : Sim.

M.P. Juiz : Raimundo ficava só lá embaixo no quarto ou ficava na casa e descia somente na hora de cuidar de Abilio?

Interp. : Andava pela casa, levava o alimento, a higiene...

M.P. Juiz : O senhor morou nessa casa? Viveu lá?

Interp. : Sim.

M.P. Juiz : Quanto tempo?

Interp. : Aproximadamente um mês.

M.P. Juiz : Em que dia o senhor chegou nessa casa?

Interp. : Não lembro bem, é a mesma data em que eu conheci as pessoas - la'.

M.P. Juiz : O senhor chegou lá sózinho ou com alguém?

Interp. : A mim me levaram.

M.P. Juiz : Quem levou ?

Interp. : Meu irmão, eu não conhecia a casa, o lugar.

M.P. Juiz : Foi nessa ocasião que o senhor ficou conhecendo o casal David e Christine?

9004310

- (Christine)

Interp. : Sim.

MM. Juiz : E quem pagava o aluguel da casa?

- Interp. : A organização.

MM. Juiz : E quem fazia o pagamento especificamente?

Interp. : Um deles, o casal que estave lá, Devid ou elá, eu não sei quem deles.

MM. Juiz : Em que dia o senhor tomouconhecimento de que seria sequestrado o Sr. Abílio Diniz?

Interp. : Eu não sabia quem ia ser sequestrado. Quando eu participo poucos dias antes sei que vou ir lá.

MM. Juiz : Ele falou de uma forma como ele estivesse acostumado a participar de sequestros ou de fatos semelhantes. Ele participou de outros?

Interp. : Não, de nenhum, e, eu não sei o que eu posso ter dito para dar essa impressão.

(Pode ser uma particularidade da lingua castílha: eu participo, mas se eu usar outra tradução eu posse estar deturpando. Não sei o que ele quer dizer, eu traduzo simplesmente)

- MM. Juiz : O senhor sabia que ia acontecer um sequestro?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Desde quando o senhor sabia isso?

Interp. : Pouco tempo antes de fazê-lo, não sei exatamente a data.

MM. Juiz : Alguns dias ou semanas?

Interp. : Não tem certeza, poderiam ser dias ou semanas.

MM. Juiz : Quem foi que fez a operação do sequestro?

Interp. : Eu não sei quem organizou ou participou com meu irmão. Eu recebo ordens do meu irmão.

MM. Juiz : A pessoa de Abílio dos Santos Diniz foi a escolhida para ser sequestrada, ele ficou sabendo quantos dias ou horas antes?

Interp. : Eu não sabia que era ele.

- MM. Juiz : Até o momento do sequestro ele não sabia?

Interp. : Eu não conheço o Sr. Abílio.

MM. Juiz : Quer dizer que até o momento do sequestro o senhor só sabia que ia ser sequestrada uma pessoa e não sabia quem era.

9004310

(era)

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Quanto tempo teria durado o sequestro senão fosse a polícia ter descoberto?

Interp. : Não sei.

M.M. Juiz : Tinha alguma previsão? Um limite máximo para a permanencia da vítima no cárcere?

Interp. : Eu não sei.

M.M. Juiz : O senhor fez todos os trabalhos de marcenaria, Sr.Horacio?

Interp. : Não, só colaborei no trabalho.

M.M. Juiz : Foi o senhor que fez o objeto da pagina 459?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Sabe para que serviria esse objeto?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Sabe o que é esse objeto?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Por qual nome o senhor chamava a Sra.Maria Emilia?

Interp. : Eu não sei quem é.

M.M. Juiz : Por que nomes o senhor chamava David e Christine?

Interp. : A canadense, o canadense.

M.M. Juiz : Onde ele ficou morando antes dele ir para essa casa onde foi construído o cárcere?

Interp. : Eu saia com uma mulher antes disso, ela não tem nada a ver - com o caso.

M.M. Juiz : Quando chegou em São Paulo, Horácio?

Interp. : No mes de julho, aproximadamente entre 15 e 18.

M.M. Juiz : Proveniente de Buenos Aires?

Interp. : Sim.

M.M. Juiz : Veio sózinho, Horacio?

Interp. : Sim.

M.M. Juiz : Foi o senhor, Sr.Horácio, que conseguiu o mapeamento subterrâneo do lençolfreático do Jardim Jabaquara onde estava localizada a casa onde a vítima ficou sequestrada?

Interp. : Não, ele não sabe o que é um lençol freático, ele não sabe o que foiperguntado.

M.M. Juiz : Ele viu algum mapa com aspecto de levantamento geológico do - local?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : O senhor escreveu algum bilhete para ser mandado para a família da vítima ?

9004310

Proc. nº 698/89 -
Cont. Interrogatório do réu Horacio Enrique Paz - f. 5

(vítima?)
Interp. : Não.
M. Juiz : Sr. Horácio o senhor tem mais alguma coisa a declarar - em sua defesa?
Interp. : Não.

NADA MAIS. Seguem na fita estenotipada as assinaturas devidas. Eu escrevente Chefe estenotipista, estenotipei, transcrevi datilografei e dou fé do fiel apanhamento deste depoimento. S. Paulo, 09.01.1990.

VISTO

ROBERTO CALDEIRA BARIONI
Juiz de Direito

9004310

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 09 de janeiro de 19 90, nesta cidade de São Paulo, no(a) 1º Tribunal do Júri, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1ª ª Vara Cri-inal

Doutor(a) Roberto Caldeira Barione, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado ter como defensores os Drs. Iberê Bandeira de Mello, Marco Antônio Mohum, Marcela Quintal, Luiz Carlos de Souza e Castro Volsechi, Fábio Zinger Gonzales e Deliberio dos Santos Júnior. Presentes também o Dr. Edison Luiz de Campos, Promotor de Justiça, e a intérprete Maria Del Pilar S. Martin.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA
R.G. nº 6.343.172-9(Chile) Naturalidade: Chile
Estado Civil: solteiro Cor: branca
Idade: 29a. Data do Nascimento: 29 / 11 / 19 52
Filiação: Martin Jesus OlivaresDonoso e Eliana Del Carmen Urtubia Caiceo
Residência: Calle Cautín, 109 - Villa Chena - San Bernardo - Chile
Profissão: técnico eletrônico
Local do Trabalho: na residência
Sabe Ler e Escrever? sim, e- castelha no É Eleitor? não Zona

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu o que abaixo transcrevo - fielmente da fita estenotipada.

Juiz: Eu quero observar ao Sérgio Martin que ele não está obrigado a responder as perguntas que eu vou lhe fazer, mas - que seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da sua defesa. Eu quero observar também que no Código Penal Brasileiro a confissão do crime é uma atenuante e que pode abrandar a pena em caso de eventual condenação. Ele conhece os crimes de que ele é acusado?

50.02.027

PARTES ILEGIBLE

9004310

Intérp.: Eu tive em meu poder um escrito, mas não pude lê-lo completamente, então eu não estou bem esclarecido.

Juiz: O senhor é acusado de dois crimes: o primeiro deles é o de ter se associado a uma quadrilha ou bando armado, de maneira estável e permanente, tendo por finalidade - o cometimento de sequestros de pessoas de projeção em vários países da América Latina, com a finalidade de obtenção de resgates em proveio próprio. O senhor admite essa acusação?

Intérp.: Não, eu nego.

Juiz: O senhor está sendo acusado também de ter colaborado na preparação e na execução do sequestro da pessoa de Abílio dos Santos Diniz, no dia 11 de dezembro, às oito horas da manhã, aproximadamente, com a finalidade de obtenção de resgate por parte da família. O senhor aceita essa acu ação?

Intérp.: Não, eu rejeito essa acusação.

Juiz: O senhor tem alguma versão que o senhor tem a apresentar da sua participação nesses fatos?

Intérp.: Sim senhor. Em primeiro lugar eu cheguei a São Paulo, - convidado a participar de uma reunião política com outros companheiros chilenos, cuja finalidade era analisar a situação política em que seencontram os países da América do Sul, em relação ao desenvolvimento de uma série de processos políticos que aconteceram depois do término das ditaduras militares. Então, digo, Interessava-nos analisar fundamentalmente as realidades que enfrentam - os povos ao entrar numa nova era de democracia e nesses termos tivemos três ou quatro reuniões, das quais participei com o companheiro Pedro, Ulisses e a companheira Maria, nas quais, em algumas dessas reuniões, esteve presente o companheiro Juan Carlos. Sobre esses temas que discutimos, fizemos, elaboramos alguns documentos, que devem estar em poder da polícia, e depois eu fui detido quando saía do apartamento na companhia de Pedro. Fui detido por policiais, policiais vestidos de civis e colocado num veículo onde tiraram parte da minha roupa e me puseram um capuz na cabeça. Repetiam várias vezes a mesma pergunta: "onde está a casa?" Sempre a mesma pergunta. Depois o veículo foi em direção, que eu não posso especificar, e chegou a um lugar onde me fizeram descer do veículo e me fizeram entrar num local, que não sei - precisar porque estava com o capuz, e começaram a me bater. Comigo estava Pedro. Me levaram a um outro quarto, onde me tiraram o capuz e me mostraram uma pessoa que - estava nua, pendurada num pau/ e me disseram: "este é Juan Carlos, o teu chefe". Eu neguei, porque eu não tinha chefe nenhum e voltaram a repetir a pergunta: "onde

9004310

Continuação do interrogatório de SÉRGIO M. O. URTUBIA - fl. 02

("onde) está a casa?" Me tiraram desse quarto outra vez e começaram outra vez a me bater. Me arrastaram novamente a esse quarto depois, me tiraram a roupa, me jogaram ao chão, jogando água em cima de mim, amarrando os cabos elétricos nos pés e outro nos órgãos genitais e procederam a me dar choques elétricos e sempre repetindo a pergunta: "onde está a casa?" Eu não podia - responder a pergunta porque não sabia a que se referia. Não posso precisar o tempo que eu estive recebendo tal tratamento, como também não podia responder essa pergunta. Me amarraram num pau que passa no meio das pernas e dos braços e continuaram me dando choques elétricos. Isto continuou por um tempo que também não sei com certeza quanto foi, pois eu desmaiava e começavam a fazer com que eu recobrasse a consciência e - novamente começavam o mesmo procedimento. Essa situação terminou, me tiraram de lá, fizeram com que eu colocasse a roupa e me tiraram desse quarto, levando-me a outro lugar. Deste lugar eu podia escutar os gritos da companheira Maria que também estava sendo interrogada da mesma maneira. Continuaram batendo em nós nesse outro lugar e sempre repetindo a mesma pergunta. Depois nos colocaram todos, a mim, a Pedro e Maria numa espécie de cela onde nos mantiveram. Também não posso precisar se era dia ou noite e aí nos deixaram ficar sem fazer perguntas, digo, sem nos fazer mais perguntas. Estivemos nessa cela em algumas oportunidades eles nos tiravam de lá para tirar fotografias e as impressões digitais. Também nos fizeram escrever uma mensagem, a qual estava em idioma português e uma parte em idioma espanhol. Na mensagem se pedia um resgate . Nós permanecemos nessa cela até que nos levaram em veículos e nos disseram que iam mostrar um lugar onde estava Juan Carlos com outras pessoas e que nós iamos ser mostrados para ele e que nós deveríamos dizer que estávamos bem e que não tinham batido em nós e que não tínhamos sido torturados. É isto que eu posso declarar com respeito a esse caso no qual me vejo envolvido.

50.18.024

Continuação do interrogatório de SÉRGIO M. O. URTUBIA - fl. 03

(envolvido.)
Juiz: Quando o senhor chegou ao Brasil?
Intérp.: Eu cheguei aproximadamente no dia 15 ou 16 de novembro.
Juiz: Proveniente de onde?
Intérp: Proveniente de Buenos Aires.
Juiz: Veio a convite de quem?
Intérp.: De um companheiro de nome Jesus.
Juiz: A finalidade então era participar de uma série de reuniões para uma análise política sobre a situação da América Latina?
Intérp.: Correto.
Juiz: Fizeram muitas reuniões?
Intérp.: Três ou quatro reuniões.
Juiz: Lembra-se os dias das reuniões?
Intérp.: Não posso precisar os dias.
Juiz: Em que local essas reuniões eram feitas?
Intérp.: Em dois lugares, no apartamento da Aureliano Coutinho e no apartamento da Charles Darwin, que é o apartamento onde eu fui detido.
Juiz: Dentre os demais acusados, quem mais participava dessas reuniões? O senhor já citou, mas eu queria que repetisse?
Intérp.: Estava Pedro, Ulisses, Maria e Juan Carlos.
Juiz: E havia outras pessoas que também participavam dessas reuniões?
Intérp.: Quando eu estive presente não havia ninguém mais.
Juiz: No dia 11 de dezembro, de manhã, onde o senhor estava?
Intérp.: Aproximadamente, às 10 hs. da manhã eu saí do meu apartamento e fui caminhar. Andei pela Paulista, almoçando depois no "Mc Donald's", não sei dizer a rua, mas é o "Mc Donald's" que está instalado numa casa cor-de-rosa. Voltei ao meu apartamento, aproximadamente, entre três e quatro horas.
Juiz: O senhor estava sozinho no apartamento nessa manhã quando o senhor saiu?
Intérp.: Não, estava no apartamento Pedro e Ulisses, quando eu saí.
Juiz: O senhor acordou que horas?
Intérp.: Aproximadamente às 9 hs. da manhã.
Juiz: Pedro e Ulisses estavam no apartamento nesse horário?

50.18.024

Continuação do interrogatório de SÉRGIO M. O. URTULIA - fl. 04

(horário?)
Intérp.: Sim.
Juiz: O senhor alugou um veículo?
Intérp.: Não.
Juiz: Ner comprou nenhum veículo?
Intérp.: Não.
Juiz: Usou algum veículo?
Intérp.: Não.
Juiz: Sabe dirigir?
Intérp.: Sim.
Juiz: O senhor foi preso sozinho ou estava em companhia de alguém?
Intérp.: Quando fui detido estava com Pedro.
Juiz: Maria Emília já estava detida quando o senhor foi detido?
Intérp.: Quando eu cheguei no lugar de detenção, ela já havia sido detida e estava lá.
Juiz: Eu vou mostrar-lhe as fotografias de um carro que se encontram às fls. 501 e seguintes e eu queria que o senhor examinasse e me dissesse se já viu esse carro antes? (O réu ficou olhando as fotografias constantes no processo, fls. 501 a 505)
Intérp.: Até a página 505, não conheço.
J.: Nunca viu esse carro antes?
Intérp.: Nunca.
Juiz: O senhor poderia olhar a fotografia de fls. 223 e mostrar as pessoas que o senhor conhece e as pessoas que o senhor já viu antes de ser preso?
Intérp.: Das reuniões políticas que participei, eu conheci esta pessoa, a quarta da direita para a esquerda; a quinta da direita para a esquerda, Ulisses; a sexta pessoa da direita para a esquerda, Pedro; a sétima pessoa, Maria; e, a oitava pessoa, Juan Carlos.
Juiz: As outras pessoas o senhor nunca viu em nenhum outro local?
Intérp.: Não.
Juiz: O senhor conhecia Humberto como sendo Juan Carlos, pelo que o senhor me disse. E a Maria Emília, o senhor conhecia por algum apelido?
Intérp.: Não, somente pelo nome de Maria.

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

9004310.

Continuação do interrogatório de SÉRGIO M. O. URUTUBIA - 21.06.

(Intérp.: Não.)
Juiz: Vera Lúcia de Souza e Silva?
Intérp.: Não.
Juiz. Eduardo Massaru Nishiguti?
Intérp.: Não conheço.
Juiz: O senhor tem mais alguma coisa a declarar em sua defesa?
Intérp.: Não.
Juiz: O senhor já foi processado anteriormente?
Intérp.: No Chile.
Juiz: E por que razão foi processado no Chile?
Intérp.: Pela Lei de Segurança Interior do País por causa política.
Juiz: Por algum atentado terrorista ou algo parecido?
Intérp.: Não, por infringir a Lei do Estado.
J.: Que ilícito político o senhor praticou?
Intérp.: Fui processado pelo Conselho de Guerra, composto por cinco membros das Forças Armadas, acusado de pertencer a uma organização de resistência anti-faxista na qual me foram feitas acusações de infração à Lei de Segurança Interior do Estado.
Juiz: O senhor nunca foi processado, nem preso por crime comum?
Intérp.: Não.
Juiz, O senhor tem mais alguma coisa a acrescentar em sua Defesa?
Intérp.: Não, eu declarei a verdade.

LIDA EM AUDIÊNCIA. Lido e achado conforme vai devidamente assinado na fita estenotipada. Eu, Carlos, escr.,transc.,dat.,subscr., e dou fé. LP., 09.01.90.

VISTO - ROBERTO CARDONE BARICNI
Juiz de Direito

50.18.024

PARTES POCO LEGIBLE

PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

Comarca: de São Paulo

Proc. nº 696/89

TERMO DE INTERROGATÓRIO

Em 09 de janeiro de 1990, nesta cidade de São Paulo, no(a) Tribunal do Juri - plenário, na sala de audiências do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito da 1 ª Vara Criminal

Doutor(a) Roberto Calceira Barioni, onde o mesmo se achava, comigo escrevente a seu cargo, no final nomeado e assinado, compareceu o réu preso ULISSES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO a fim de ser interrogado(a) sobre os termos da acusação inicial, tendo declarado serem seus defensores os Drs. Ibere B. de Mello, Marco A.R.Nahum, Marcela Quental, Luiz Carlos de S.e C.Valsecchi, Fabio Z.Gonzales e Belisário dos Santos Junior.

Presente o DD.representante do M.P. Dr. Edison Luiz de Campos e a interprete Maria Del Pilar Sacristan Martin.

Antes do interrogatório o(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito fez ao(à) acusado(a) a observação determinada no artigo 186 do Código de Processo Penal, respondendo ele(ela) às perguntas a respeito da sua qualificação da seguinte maneira:

NOME: ULISSES FERNANDO GALLARDO ACEBEDO

R.G. nº não possui documentos no Brasil — Naturalidade: Chile

Estado Civil: viúvo — Cor: branca

Idade: 35 anos — Data do Nascimento: 25 / 01 / 19 54

Filiação: Luis Gallardo Lopes e Maria Acevedo Contreras

Residência: 39 Rue De La Rethorique - Bruxelles - Belgica

Profissão: não tem qualificação profissional

Local do Trabalho: - prej -

Sabe Ler e Escrever? sim tem formação universitaria- 3º ano de sociologia — É Eleitor? não — Zona -

Depois de cientificado(a) da acusação, passou o(a) réu(ré) a ser interrogado(a) de acordo com o artigo 188, I a VIII, do Código de Processo Penal e às perguntas do(a) Meritíssimo(a) Juiz(a) de Direito, respondeu: o que abaixo transcrevo :

MM. Juiz : Sabe do que está sendo acusado?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Primeiramente eu queria observar que o senhor não está obrigado a responder as perguntas que lhe forem feitas, mas que o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de sua defesa. Outra observação é que a confissão é uma atenunante no Código Penal. O senhor está sendo acusado de praticar 4 crimes. O primeiro deles é o/cri-

9004310

(cri-) me da formação de bando ou quadrilha, que é um crime autônomo e que significa que ele está sendo acusado de ter se associado a outras pessoas em quadrilha armada para a finalidade de praticar sequestro de pessoas de projeção , em vários países sul americanos, visando das famílias a obtenção de resgate que seria revertido em seu próprio-proveito. O senhor admite essa acusação Sr. Ulisses?

Interp. : Não, em primeiro lugar não me foi permitido conhecer as-acusações. E , em segundo lugar, a partir do momento em-que fui detido fui submetido a sistem_et,digo, a sistemáticas torturas e até agora eu não tive os cuidados médicos necessários.

MM. Juiz : Sobre o crime de bando ou quadrilha o senhor não tem mais nada a declarar?

Interp. : Eu não fiz isso, eu não participei disso.

MM. Juiz : A segunda acusação é o da infringência do artigo 159, §1º, do C.P. O senhor está sendo acusado juntamente com as outras pessoas de terem planejado e executado o sequestro - .da pessoa de Abilio dos Santos Diniz, sequestrado no dia-11 de dezembro, com a finalidade de obter resgate por parte da família. O senhor admite essa acusação?

Interp. : Não.

MM. Juiz : Tem alguma justificativa? Alguma alegação para apresentar?

Interp. : A minha presença neste país deve-se a outras razões. Eu tive contato na Europa com representantes de uma organização de esquerda com bases no Brasil, na qual estão integrados-militantes de esquerda de diferentes nacionalidades. A organização comprometeu-se a me facilitar os meios para entrar no Chile durante as eleições e a instalação do novo - governo no meu país. Eu necessitava da ajuda porque em razão da minha condição de refugiado político eu não poderia entrar legalmente no Chile. Enquanto eu esperava que fossem criadas as condições para entrar no Chile foi-me pedido que pertipasse de diversas reuniões com outros integrantes dessa organização em São Paulo e reuniões sobre a situação da América Latina e particularmente do Brasil.

MM. Juiz : Quanto tempo o senhor morou na Belgica?

In erp. : Desde dezembro de 1982.

MM. Juiz : Em que cidade?

Interp. : Bruxelas.

MM. Juiz : Trabalhando em que local?

In terp. : Em diversos locais.

MM. Juiz : Várias profissões, várias atividades?

Interp. : É dificil ter um emprego estável quando não se tem qualificaçãoprofissional.

MM.Juiz : Você entrou na organização quando estava na Bélgica?

9004310

(Bélgica?)

Interp. : Eu não entrei naorganização, eu conheci pessoas que estavam tentando criá-la e conhecendo a minha condição de pessoa de esquerda conversaram comigo sobre seus projetos políticos e me ofereceram a ajuda que eu necessitava, para ir ao Chile.

MM. Juiz : E onde conheceu essas pessoas na Bélgica ou no Chile?

Interp. : Belgica.

MM. Juiz : O senhor está sendo acusado ainda de um quarto crime - que ocorreu quando o senhor foi abordado pelos policiais na rua Aureliano Coutinho nº 338, flat 56. Consta que - quando o senhor foi abordado o senhor deu um soco na boca de um policial. O senhor admite isso?O)senhor estava na casa?

Interp. : Primeiro eu quero uma explicação consta que fui detido na rua Aureliano Coutinho ou na casa? Há uma acusação - onde eu resisti e agora estou resistindo num outro lugar.

MM. Juiz : É uma conduta diversa, é um crime autônomo: Uma é a resistência e a outra foi anteriormente quando foi abordado num edificio da rua Aureliano Coutinho quando deu um soco no rosto de um policial. Admite essa acusação?

Interp. : Eu fui detido na rua Aureliano Coutinho saindo do prédio onde tinha morado e então essa detenção se procedeu sem nenhum incidente. A partir daí fui mantido em locais da polícia e depois na cadeia e o único fato violento produziu-se no local da polícia quando fui torturado pela polícia.

MM. Juiz : De que maneira o senhor foi torturado?

Interp. : Ao chegar ao local da polícia, me vendaram a cabeça, me tiraram a roupa, me ataram os pulsos, os calcanhares.Me atravessaram com um tubo ou ferro entre os braços e as pernas e nessa posição , conhecida como pau de arara,me mantiveram durante muito tempo. Nessa posição recebi - golpes distribuídos por todo o corpo, socos com os pés- e as mãos, isso durante horas.

MM. Juiz : Foi atendido por algum médico?

Interp. : Até agora não.

MM. Juiz : Se encontra debilitado em razão disso?

Interp. : Sim.

MM. Juiz : Com quem ele estava morando na rua Aureliano Coutinho?

=004310=

(Coutinho?)

Interp. : Com outro chileno chamado Pedro Fernandes.

M.M. Juiz : Pedro Fernandes também está sendo acusado desse mesmo - crime?

Interp. : Faz parte desse mesmo grupo de acusados.

M.M. Juiz : O senhor não colaborou de nenhuma maneira para que ocorresse o sequestro?

Interp. : Eu fiquei sabendo da existência do sequestro durante a detenção nas dependencias da polícia.

M.M. Juiz : O senhor sabia antes deste fato que ia ocorrer um se - questro?

Interp. : Não, eu esperava apenas participar de reuniões de caráter político.

M.M. Juiz : Quando o senhor chegouao Brasil ?

Interp. : Nos primeiro dias de outubro, não lembro exatamente o dia.

M.M. Juiz : Estava dirigindo algum carro naquela ocasião?

Interp. : Não sei dirigir automóvel.

M.M. Juiz : Alugou algum imóvel em São Pablo?

Interp. : O flat, da rua Aureliano Coutinho onde fui preso.

M.M. Juiz : Alugou mais algum?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : O senhor estava ocupando o Opala que abalrroou o carro do AbilioDiniz no dia do sequestro?

Interp. : Repito que eu não conhecia o sequestro até o momento em - que eu fui detido.

M.M. Juiz : Onde estava o senhor no dia onze de dezembro , pela manhã?

Interp. : Eu não posso dar certeza absoluta mas o mais provável é que eu estava no flat da rua Aureliano Coutinho?

M.M. Juiz : Sózinho?

Interp. : Em geral estava tambémPedro Fernandes.

M.M. Juiz : Já conhecia a vítima anteriormente?

Interp. : Nem antes, nem agora.

M.M. Juiz : Conhece alguma das testemunhas que foram arroladas no processo?

Interp. : Eu não sei a quem se refere. São as pessoas que foram detidos- comigo?

M.M. Juiz : Não, eu vou ler os nomes e se o senhor conhecer alguma dessas- pessoas o senhor deve me avisar. Roberto Kawai, vitima?

Interp. : Não.

9004310

Cont. - Interrogatório de Ulisses F. C. Acevedo - f. 3 :

(Não.)

M.M. Juiz : Helenio Dell Greo Prado ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Waldemiro Bueno Filho ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Luiz Carlos dos Santos ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz: Rodolfo Kindermann?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Berenice Rosa de Oliveira?

Interp. : A senhora Berenice me parece ser a pessoa que era do apartamento que nós ocupamos , na Vila Santa Catarina?

M.M. Juiz : Tem algo contra a senhora Berenice?

Interp. : Além de saber que ela é a dona do apartamento, não, não tenho mais nenhum relacionamento com ela.

M.M. Juiz : Cesar do Reis Simplicio?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Armando Candido da Silva Filho ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Cicero Maximiano ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Ricardo Ribeiro Petisco ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Sylvio Luiz Bresser Gonçalves Pereira?

Interp. : Não

M.M. Juiz : Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Maria Eneida Cauchioli Zefa?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Valmar Souza Freire?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Laura Clarice Munhoz ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Eduardo Pomelli ?

Interp. : Não.

M.M. Juiz : Oswaldo Pereira ?

Interp . : Não.

M.M. Juiz : Vera Lucia de Souza e Silva ?

Interp. : Não

M. Juiz : Eduardo Masaaru Nisiguti ?

Interp. : Não.

M. Juiz : Já tinha visto anteriormente as armas daorganização, que foram apreendidas?

Interp. : Não sabia que tinham armas.

M. Juiz : Já tinha estado alguma vez na casa da Praça Hashiro Myiasaki?

Interp. : Não, nãoconheço.

M. Juiz : Já tinha estado alguma vez no local onde a vítima ficou sequestrada?

Interp. : Não, daorganização apenas conheço dois endereços, o flat - que eu mesmo aluguei na rua Aureliano Coutinho e o apartamento da Vila Santa Catarina que a organização nos tinha - permitido ocupar.

M. Juiz : Já conhecia Maria Emilia Marchi?

Interp. : Não.

M. Juiz : Eu gostaria que visse a fotografia de fls. 223 e mostrasse as pessoas que ele conhece.

Interp. : Eu mesmo, Pedro Fernandes, Sergio e o companheiro que eu - conhecia como Juan Carlos e esta senhora que participou de uma série de reuniões em que estava também Juan Carlos. Esta senhora é a setima da direita para a esquerda.

M. Juiz : Não conhece os demais?

Interp. : Não.

M. Juiz : O senhor tem mais alguma coisa a declarar em sua defesa, Sr Ulisses?

Interp. : Em primeiro lugar quero declarar meu protesto pela forma como fui tratado pela polícia e pela falta de atenção médica, em consequência da tortura. Em segundo lugar declaro que a minha presença neste pais deve-se puramente a motivos políticos e pessoais. Eu esperava da organização os meios,digo, os meios que me tinham sido oferecidos para poder voltar ao Chile e observar o processo de transição democrática. Como-parte desta viagem também estava interessado em participar-das conversações com diferentes membros da organização e outras pessoas sobre a situação política e econômica do Brasil e da América Latina. Fui convidado a integrar a organização porém o meu maior interesse era conhecer a situação do Chile e ver a possibilidade de me integrar no Chile, noprocesso de reestru,digo, de reconstrução e de transição democráti

9004310

(democráti-)tica. Não foi a minha intenção participar de ações armadas e que não conheci os planos nem a realização destas ações.

MM.Juiz : Por que o senhor foi expulso do Chile, Sr. Ulisses?

Interp. : Eu tinha sido preso como subversivo.

M.. Juiz : Em que ano?

Interp. : No começo de 77.

MM. Juiz : Foi condenado lá?

Interp. : Fui condenado por delito subversivo.

MM.Juiz : Condenado a que tipo de pena?

Interp. : A principiopena de prisão que foi comutada posteriormente para expulsão do país.

MM.Juiz : O senhor declarou que não poderia entrar no Chile com seu verdadeiro nome, de maneira legal.

Interp. : Exatamente.

MM. Juiz : Mesmo agora terminada a dita dura continua sem poder entrar no Chile?

Interp. : Tenho conhecimento de que ainda existe uma lista de pessoas que estão proibidas de entrar no Chile e nessa lista consta o meu nome.

MM.Juiz : Não houve uma anistia no Chile?

Interp. : Era para pessoas que tinham sido expulsas pelo Poder Executivo e minha saída do país deveu-se a uma condenação do Poder Judiciário, o que me colocou numa situação particular junto com outros chilenos e que me deixa fora desta anistia.

MM.Juiz : Quem forneceu para ele os documentos falsos?

Interp. : Um membro da organização com quem tinha falado na Europa e que me recebeu na Argentina.

MM. Juiz : Com que nome o senhor vivia na Belgica?

Interp : Com o meu nome real, tenho passaporte e documento de identidade belga, com o meu nome real, o passaporte é das Nações Unidas.

MM. Juiz : Segundo uma testemunha foi encontrado no bolso da calça uma conta de luz relativa ao imóvel da rua Charles Darwin, 257 , apartamento 86.

Interp. : A conta de luz estava numa maleta de couro que eu levava no dia em que fui detido e pertence efetivamente ao apar

(apar-)tamento da Vila SantanCatarina que a organização mantinha e no anterior eu estava nessa casa e como tinha que ir do centro da cidade para entregar o apartamento da rua Aureliano Coutinho estabelecemos com os outros companheiros que estavam que providenciasse ,digo, que aproveitasse a ocasião e passasse no banco e pagasse a conta.

M.M.Juiz : Quel a pessoa que lhe deu a conta de luz para pagar?

Interp. : A conta chegava ao apartamento nós tínhamos ido morar nesse apartamento com Pedro Fernandes e Sergio e não havia uma pessoa que desse ordens, foi uma decisão comum pelo simples fato que eu ia ao centro da cidade.

M.M. Juiz : O senhor foi muitas vezes nesse apartamento da rua Charles-Darwin?

Interp. : Eu estive nesse apartamento desde que cheguei a São Paulo - até a semana,digo, até aproximadamente uma semana antes de alugar o flat da rua Aureliano Coutinho. Tínhamos recebido instrução de que era necessário sair dessa casa e ir para - outro lugar. A partir de então fomos morar na Aureliano Coutinho até asemana em que se procedeu a minha prisão quando nos tinha sido comunicado que podíamos voltar amorar no apartamento da rua Charles Darwin.

M.M. Juiz : Qual foi o último dia em que ele foi ao apartamento da rua-Charles Darwin?

Interp. : Dormi lá na noite anterior a que fui preso sai pela manhã e fui detido ao meio dia.

NADA MAIS. Seguem na fita estenotipada as assinaturas devidas .Eu Eglayr V .Paeque Escrevent Chefe estenotipista, estenotipei, transcrevi, datilografei e dou fé do fiel apanhamento deste dèpoimento. S.Paulo,09.01 1990.

VISTO

Roberto Caldeira Barioni

Juiz de Direito

ANEXO 03

SEQUESTRO DO EMPRESÁRIO ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ

Em 11 de dezembro de 89, na cidade de SÃO PAULO/SP, foi sequestrado o empresário ABÍLIO DINIZ.

Diligências encetadas pelo GRUPO ANTI SEQUESTRO da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP lograram identificar e capturar os sequestradores, bem como libertar o sequestrado.

O objetivo do sequestro seria a obtenção de determinada quantia a qual não foi precisada - se vinte ou trinta milhões de dólares americanos.

Foram presas as seguintes pessoas (diretamente envolvidas no evento):
a) CHRISTINE GWEN LAMONT, filha de Keith Lamont e Marilyn Lamont, DLN 21ABR59-CANADÁ; Outros nomes: LISA LYNNE WALKER;
b) DAVID ROBERT SPENCER, filho de Williahd Hartley Spencer e de Jean Spencer, DLN 22JUL63-CANADÁ; Outros nomes: PAUL JOSEPH GOMES MENDES;
c) HECTOR RAMON COLLANTE TAPIA, filho de Hector Hugo Collante Torres e de Gregoria del Carmen, DLN 28FEV64-SANTA ROSA DE LOS ANDES/CHILE; Não registra outros nomes;
d) HORACIO ENRIQUE PAZ, filho de Santiago Paz e de Remula Osuña, DLN 16NOV51-BUENOS AIRES/ARGENTINA; Não registra outros nomes;
e) HUMBERTO EDUARDO PAZ, filho de Santiago Paz e de Remula Osuña, DLN 15ABR55-BUENOS AIRES ARGENTINA; Outros nomes: LEONARDO LUIZ BRUNI ROJAS, CORTINA, JUAN;
f) MARIA EMILIA HONORIA MARCHI BADILLA, filha de Carlos Marchi Guilherm e de Maria Badilla Badilla, DLN 20JUL46-PEVINO/CHILE; Registra ainda os nomes MARIA RABKIN BUSTOS, MARIA BUSTOS, MARIA EMILIA MARCHI;
g) PEDRO ALEJANDRO FERNANDEZ LEMBACH, filho de Raul Fernandez Sarakia e de Nora Lembach Balca, DLN 18AGO51-PREVIDENCIA/CHILE; Registra ainda os nomes JORGE ANTONIO FRANCO CORTEZ;
h) RAIMUNDO ROSÉLIO COSTA FREIRE, filho de Raimundo Freire de Oliveira e de Maria Eulália Costa de Oliveira, DLN 26JAN65-JAGUARIBE/CE; Não registra outros nomes.
i) SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA, filho de Martins Olivares Donoso e de Eliana Caiceo, DLN 29OUT52-SAN FELIPE/CHILE; Registra ainda o nome LORO;
j) ULISES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO, filho de Luiz Gallardo Lopes e de Maria Acevedo Contreras, DLN 25JAN54-SANTIAGO/CHILE; registra ainda os nomes PEDRO SEGUNDO SOLAR VENEGAS, LOLO,DAVID,MARCOS.

Em poder dos sequestradores foram encontrados, dentre outras coisas: armas de grande calibre e farta munição; equipamentos de telecomunicações que monitoravam frequências de órgãos de segurança; instrumentação cirúrgica e grande quantidade de medicamentos; matrizes de documentos falsos; laboratório fotográfico; relação das frequências de rádiocomunicação privativas dos órgãos de segurança; uniformes policiais;

PARTES POCO LEGIBLE

9004310-

agendas telefonicas; cadernos de prestação de contas; plantas da rede de distribuição de esgotos e energia elétrica; panfletos e faixas de campanha política; dossiês pormenorizados de atividades de órgãos de informações e de segurança pública, etc.

Investigações sucessivas trouxeram a tona que os sequestradores se utilizavam de seis imóveis para a execução do ato criminoso, a saber:
a) Um sobrado na PRAÇA HACHIRO MIYAZAKI, 59, PARQUE JABAQUARA, atrás do AEROPORTO DE CONGONHAS (local do cativeiro do empresário);
b) Um aparthotel no ELDORADO RESIDENCE III, sito na RUA AURELIANO COUTINHO, 338 APTO. 56-HIGIENÓPOLIS/SÃO PAULO/SP, com período de locação de um mês, a vencer, quando da localização e prisão de ACEVEDO (PEDRO SEGUNDO SOLAR VENEGAS), em 14DEZ89. Teria sido alugado em nome de SEGUNDO e de RABKIN;
c) Apartamento sito à RUA CHARLES DARWIN, APTO 86, EDIFICIO SAINT TROPEZ, VILA SANTA CATARINA/JABAQUARA/SÃO PAULO/SP, onde havia material de propaganda do PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT), local onde foram presos H. PAZ, RABKIN, JORGE ANTONIO e SERGIO MARTIN. Aí foram encontrados uma barraca de camping, tres cartelas de Letra-set, possivelmente usadas no sequestro de LUIZ SALLES (JUL/OUT89);
d) Casa na RUA DIVINÓPOLIS, 234-BAIRRO DA SAÚDE/SÃO PAULO/SP, onde foram encontrados documentos, fotografias e objetos que comprovam ter sido ali o local onde um dos veículos utilizados no sequestro - uma CARAVAN branca - foi transformado em ambulância. ROSÉLIO e VITOR moravam nesta casa, onde foram também encontradas roupas de ABÍLIO DINIZ;
e) Apartamento na RUA ALVES GUIMARÃES 1317/112-PINHEIROS/SÃO PAULO/SP, onde funcionou a base de operações para falsificação de documentos (laboratório fotográfico);
f) Casa na RUA FRANCISCO PUGLIESE 295-JARDIM RIZZO/BUTANTAN/SÃO PAULO/SP.

Segundo dados inseridos nas anotações encontradas, foi gasta para a realização do sequestro a importância aproximada de US$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil dólares americanos).

Ao serem interogados na Delegacia de Polícia, quando da lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, responderam:
a) RAIMUNDO ROSÉLIO COSTA FREIRE: que se manifestaria apenas em juízo;
b) HORÁCIO ENRIQUE PAZ: que se manifestaria apenas em juízo;
c) HECTOR RAMON COLLANTE TAPIA: que se manifestaria apenas em juízo;
d) ULISES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO: que se manifestaria apenas em juízo, afirmando, todavia, ter participado, no CHILE, do MOVIMENTO DE ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA (MIR), razão pela qual foi expulso para a BÉLGICA;
e) SERGIO MARTINS OLIVARES URTUBIA: que se manifestaria apenas em juízo, afirmando, todavia, ter sido condenado, no CHILE, por motivos políticos, tendo se exilado no CANADÁ;

f) PEDRO ALEJANDRO FERNANDES LEMBACH: que se manifestaria apenas em juízo, afirmando, todavia, ter sido preso no CHILE por motivos políticos, tendo sido exilado na INGLATERRA;
g) HUMBERTO EDUARDO PAZ: que se manifestaria apenas em juízo, afirmando, todavia, ter sido preso em ROSÁRIO/ARGENTINA por ter descumprido preceitos da lei de estado de sítio;
h) MARIA EMILIA HONORIA MARCHI BADILLA: que se manifestaria apenas em juízo, afirmando, todavia, ter sido presa no CHILE por "associação ilícita";
i) CHRISTINE GWEN LAMONT: que se manifestaria apenas em juízo;
j) DAVID ROBERT SPENCER; que se manifestaria apenas em juízo.

Posteriormente ao interrogatório policial, alguns dos sequestradores foram entrevistados, tendo então respondido o seguinte:
a) RAIMUNDO ROSÉLIO COSTA FREIRE: que seu codinome é MAGUILA e que residiu durante tres ou quatro meses na casa da RUA DIVINOPOLIS em companhia de outros sequestradores; que adquiriu os uniformes policiais apreendidos em uma loja ao lado do quartel da POLÍCIA MILITAR (PM) TOBIAS AGUIAR;
b) ULISES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO: que seu codinome é PABLO, e que ingressou no BRASIL em companhia de PEDRO ALEJANDRO FERNANDES LEMBACH, fazendo o seguinte itinerário: BUENOS AIRES-PUERTO IGUASSU-FOZ DO IGUAÇU-SÃO PAULO;
c) PEDRO ALEJANDRO FERNANDES LEMBACH: que seus codinomes são: PANCHO e ESTEBAN; que participou de atividades no "GRUPO DE RESISTÊNCIA", vinculado ao MIR/CHILE, sendo responsável pelo setor de agitação e publicações clandestinas da organização, havendo exercido, por tres meses o cargo de Secretário Executivo da Coordenação de Presos Políticos; que foi preso no CHILE e exilado na INGLATERRA, onde foi recebido pelo ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR); que em LONDRES/INGLATERRA foi convidado para executar uma missão na AMÉRICA LATINA, recebendo uma passagem para o trecho LONDRES-MONTEVIDÉU; do URUGUAI seguiu para PORTO ALEGRE/RS, de onde seguiu para SÃO PAULO/SP;
d) SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA: que seu codinome é LUIZ e participou, no CHILE, do grupo "ORGANIZAÇÃO RESISTÊNCIA ARMADA" (ORA), ocasião em que realizou um assalto a um posto de gasolina; que foi preso e exilado para o CANADÁ, onde promovia eventos para arrecadar fundos para enviar ao CHILE; que retornou ao CHILE, onde ingressou no MIR, através do militante FRANCISCO SALAZAR; que, em seu país, o elemento de codinome JOAQUIM convidou-o a participar de uma ação em SÃO PAULO/SP;

As seguintes informações foram obtidas após diligências realizadas na ARGENTINA:
a) HUMBERTO EDUARDO PAZ: argentino, nascido em 18ABR55, filho de Santiago e Remula, solteiro, último domicílio registrado (1987) RUA CURAPALIGUE 754-LA TABLADA-PROVINCIA DE BUENOS AIRES/Argentina; Codinome: CORTINA; Em 28MAR75 foi detido, juntamente com outros extremistas políticos pertencentes ao

95 3004310

EXERCITO REVOLUCIONÁRIO DO POVO (ERP), ocasião em que foi apreendido em poder do grupo o croqui da fábrica de geladeiras COLUMBIA HUMBOLDT, a qual havia sido assaltada dias antes, resultando em tiroteio e feridos. Referido grupo havia participado anteriormente do sequestro do empresário BERNARDO MILESKY, executivo da empresa SUMA NEGRA, na cidade de AZUL-PROVINCIA DE BUENOS AIRES/ARGENTINA. Em 15MAI75 foi preso por antecedentes políticos subversivos. Em 29AGO75 foi banido do país com destino ao PERU; Em 1979 a polícia peruana solicita informações acêrca do nomeado;

b) HORACIO ENRIQUE PAZ: argentino, nascido aos 10NOV51, solteiro filho de Santiago e Remula, último domicílio registrado (1986) RUA CURAPALIGUE-LA TABLADA/PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES/ARGENTINA. Não registra antecedentes.

As seguintes informações foram obtidas após diligências realizadas no CHILE:

a) ULISES FERNANDO GALLARDO ACEVEDO: chileno, filho de Luis Gallardo Lopes e de Maria Acevedo, nascido em 25JAN54-SANTIAGO/CHILE, casado com ELIANA GONZALES RUIZ (falecida). Em 1972 realiza contato com PEDRO SOLAR VENEGAS, codinome MARCO, lugar-tenente do grupp G-8 (Grupo Político Militar) do MIR, com quem passa a distribuir o jornal EL REBELDE; Em 1976 integra um grupo que assaltou um armazém; Em 1977 é detido quando integrava um grupo denominado MOVIMIENTO DE POBLADORES REVOLUCIONARIOS (MPR), organizado pelo MIR, acusado de assaltos e posse ilegal de armas; Em 1980 é condenado a 15 anos de prisão; Em 1981 é transferido de presídio por estar organizando, no interior da penitenciária grupos terroristas;

b) MARIA EMÍLIA HONORIA MARCHI BADILLA: chilena, casada com EDUARDO MANUEL OJEDA DISSELKOEN; em 1974 é processada por implicações políticas e subversivas, recebendo orientação;

c) HECTOR RAMON COLLANTE TAPIA: chileno, sem quaisquer registros;

d) SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA: chileno filho de Martin Jesus e de Eliana Del Carmen, nascido em 29NOV52, em SAN FELIPE/CHILE; em 1974 milita no ORA, praticando assaltos para arrecadar fundos a fim de reorganizar o PARTIDO SOCIALISTA; preso, tem sua pena comutada em 1978, face seu banimento; em 1988 retorna ao CHILE;

e) PEDRO ALEJANDRO FERNANDES LEMBACH: chileno, nascido em 18AGO51; em 1980 é preso, acusado de colocar bombas posse ilegal de armas, imprensa clandestina e formação de escola de quadros para o MIR; em 1981 passa a ocupar o cargo de Secretário Executivo da Coordenadoria Nacional de Presos Políticos; em 1982 é condenado por formação de grupo paramilitar, fabricação e posse de explosivos; em 1986 é banido para a INGLATERRA.

Além dos antecedentes dos sequestradores presos, verificou-se que o sequestro de ABÍLIO DINIZ guarda semelhanças básicas com o de que foi vítima o Coronel do EXÉRCITO CHILENO CARLOS HERMAN CARRENO BARRERA, capturado no CHILE e solto em SÃO PAULO/SP, seja pela forma (abordagem, atos preparatórios, local do cativeiro), seja pelas motivações. Some-se ao fato que, tudo indica, o organizador do sequestro de ABÍLIO DINIZ foi o chileno "JOAQUIM"

96 001310

(foragido) e quem organizou a ação contra o Coronel CARRENO um chileno que usa o mesmo codinome. Restando ainda as semelhanças do retrato falado de um dos captores do militar chileno com SERGIO MARTIN OLIVARES URTUBIA.

Dos dados obtidos após análise do conteúdo das agendas aprcendidas em poder dos sequestradores verifica-se o entrosamento com residentes em território brasileiro conhecidos por seu extremismo político (Anexo I).

Pesquisas preliminares acerca do trânsito internacioal dos criminosos traduzem que contatos e ações foram efetuados em oito países diferentes: ARGENTINA, BRASIL, CANADÁ, CHILE, CUBA, INGLATERRA, PANAMÁ e URUGUAI.

ANEXO 04

ASUNTO: SECUESTRO DE ABILIO DINIZ.- -3-

NOMBRE Y APELLIDO: Mario Antonio DE LEON CROSSA.-
DOCUMENTOS : C.I.: 1.260.775-9; Pasaporte Nº B.026.656.-
DATOS PERSONALES : Oriental, casado, nacido en Montevideo el 2/1/950, hijo de Rufino Mario y María Idalema.-
DOMICILIO : Felipe Cardoso Nº2090,Block 5,Apto.27, en 1987.- Idem en 1990.-
OCUPACION : Sería propietario de un taller metalúrgico en el Barrio La Teja.- (1990).-

1) - ANTECEDENTES POLITICOS

ENERO/986: Integrante del Comité Ejecutivo del MLN-Tupamaros.
JUNIO/987: Reelecto como integrante del mismo y del Comité// Central del MLN-T en la Cuarta Convención del MLN desarrollada el 28 de dicho mes y año.----------
Se establece además-que en 1985 era Responsable de la Comisión de Información y Archivo del Frente Sindical del MLN y que desde ese año a la fecha (1990) ha desarrollado intensa actividad de difusión de la ideología de su grupo político, participando en calidad de orador en diferentes actos de tal tenor.------

2)- ANTECEDENTES POLICIALES

10/3/979: Es condenado por "Asociación Subversiva", "Atentado a la Constitución", "Depósito-de Sustancias Explosivas" y "Coautoría de Falsificación de Documento Público" por sus actividades dentro del MLN-T. 12/5/982: Recupera la libertad.------

3)- ACTIVIDADES EN EL EXTERIOR

1983: Abandona el país con destino a Brasil, violando el Régimen de Libertad Vigilada en que se hallaba.----------
19/8/985: Arriba al país en Vuelo 093 de Air France procedente de París.----------

ASUNTO : SECUESTRO DE ADILIO DINIZ.-

NOMBRE Y APELLIDO : Ariel Alberto MARCENARO CIGANDA.-
DOCUMENTOS : C.I.: 1.358.882-5 .-
DATOS PERSONALES : Oriental, casado, 32 años en 1986.-
OCUPACION : Operario de la Firma Plastiducto S.A.; en 1986.-
DOMICILIO : José Batlle y Ordoñez 5134, apto.6.-

) - ANTECEDENTES POLICIALES.

7/MAR/86: Detenido por personal de la Secc.7a. de Policía por amenazas al personal de la firma Camioneta Flat S.R.L. que se encontraba trabajando para Plastiducto S.A.. Indagado, aceptó los hechos. Enterado el Juez en lo penal de 1er. Turno dispuso su emplazamiento para el día 18/3/86.------
10/MAR/86: Detenido por personal de la Seccional 6a. por coartar la libertad de trabajo, encontrándose la firma// "Plastiducto S.A." en conflicto con sus obreros. Se dispuso su emplazamiento judicial para el 10/3/86.---------

==========

9 9004310=

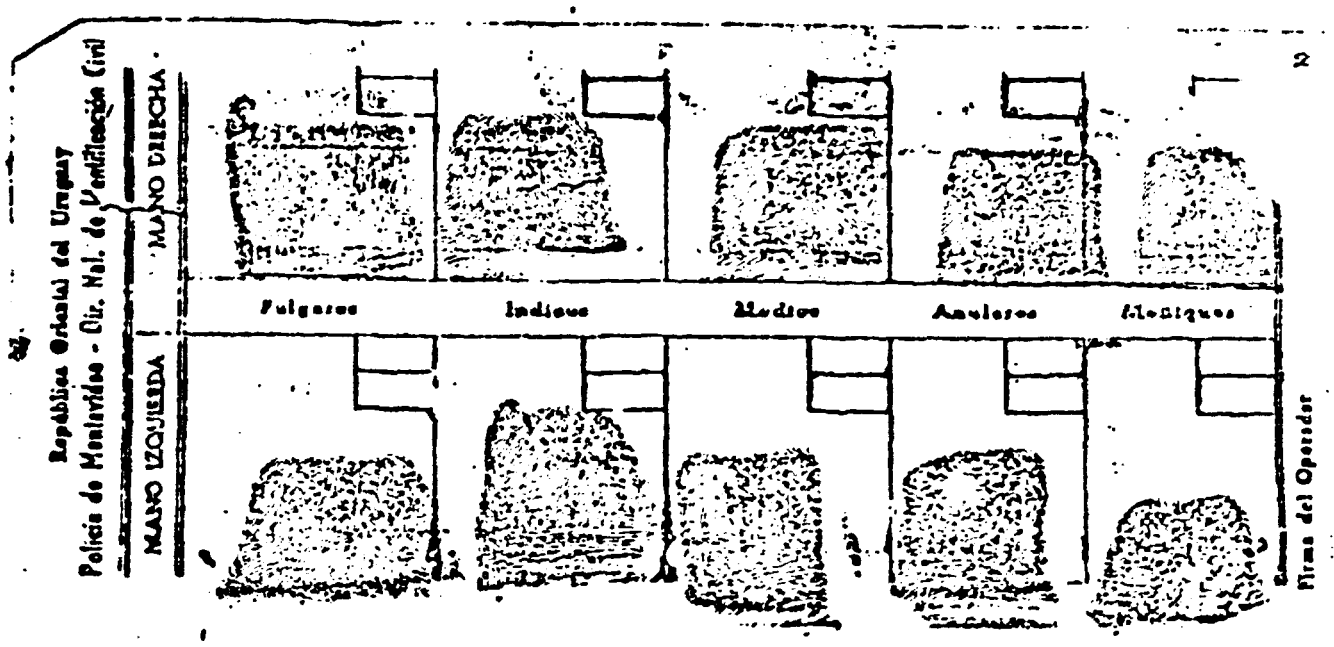
ASUNTO : SECUESTRO DE GUILLO DINIZ.

NOMBRE Y APELLIDO : Víctor MARTINEZ.-

SE TRATARIA DE: Víctor Ernesto MARTINEZ MACHADO.-
DOCUMENTOS : C.I.: 1.724.468.
DATOS PERSONALES : Oriental, nacido el 10/9/37.-
DOMICILIO : Rivera 2221, apto.505.-

) - ANTECEDENTES POLITICOS

1983: Presidente del Comité de Familiares de Presos Políticos Uruguayos en Brasil.----------
1986: Integrante de la Dirección del Movimiento 26 de Marzo en el Exterior.----------



C.I. 1.724.468-7 --Víctor Ernesto MARTINEZ MACHADO

100

ASUNTO : SECUESTRO DE ABILIO DINIZ.-

NOMBRE Y APELLIDO: Hugo Andrés CORES PEREZ (a) "ANSELMO"

DOCUMENTOS: Cód.Ident. Nº 548.557-4.- C.Cív. B.H.B. 26.310

DATOS PERSONALES: Ciudadano argentino, ciudadano natural uruguayo, nacido el día 17 de noviembre de 1937; hijo de Julio Andrés -/ (fdo.) e Irma Josefina.- Casado con María SALAVERRY DAS TORINO

DOMICILIO: Calle 14 de Julio Nº 1434 bis -ANTEL 784214-MONTEVIDEO (URUGUAY)

OCUPACION: Profesor de Historia (MAR988).- DIPUTADO NACIONAL (NOV989)

1 - ANTECEDENTES POLITICOS

1- ACTIVIDAD SOCIAL

21MAY969: "EL POPULAR" pág.5.- Electo para ocupar el cargo de 2do. VICE-PRESIDENTE de la CONVENCION NACIONAL DE TRABAJADO-/RES (C.N.T.)

MAY969: Electo para integrar el CONSEJO DIRECTIVO de la ASOCIA-/CION DE EMPLEADOS BANCARIOS DEL URUGUAY (A.E.B.U.).- Empleado del BANCO DE SEGUROS DEL ESTADO.-

19NOV985: "DIARIO OFICIAL" Nº 22.044 del 18OCT985.- Constituyó con Gerónimo DE SIERRA NEVES, por Contrato del 24JUL985 en / MONTEVIDEO a diez años prorrogables, con capital de NS / 6.000 y Administración indistinta, la sociedad "EDITO-//RIAL COMPAÑERO S.R.L."

04NOV986: Fue restituído a sus tareas en el BANCO DE SEGUROS DEL / ESTADO al amparo de la LEY Nº 15.737.-

ABR988: Integrante del "COMITE URUGUAYO DE SOLIDARIDAD CON NICARAGUA".-

2- ACTIVIDAD POLITICA NACIONAL

1958: Actuó como "CORREO" de la FEDERACION ANARQUISTA URUGUAYA (F.A.U.)

31DIC984: Regresó al territorio Nacional en el Vuelo 153 de PLUNA procedente de BUENOS AIRES.-

17MAY985: Director del Semanario "COMPAÑERO", órgano de prensa del PARTIDO POR LA VICTORIA DEL PUEBLO (P.V.P.) (

07ENE987: Integra la COMISION del FRENTE AMPLIO, encargada del "referendum" de la "LEY DE CADUCIDAD DE LA PRETENCION PUNITIVA DEL ESTADO"

01FEB988: Representante del P.V.P. ante la MESA EJECUTIVA del FRENTE AMPLIO en el período comprendido entre 1987 y 1989.-

MAR988: Designado SECRETARIO GENERAL del P.V.P.

21MAR988: "EL DIA" págs.1 y 5.- Confirmó que el M.L.N.-TUPAMAROS / integrarán el FRENTE AMPLIO a través de una alianza con el P.V.P. en la conformación de un nuevo sector denominado MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (M.P.P.)

27ABR988: "COMPAÑERO" pág.12.- Entrevista junto a Roberto CARVIDO al Comandante Tomás BORGE, con motivo de su visita a -/ nuestro país en su carácter de MINISTRO DEL INTERIOR DE NICARAGUA.-

..//..

900431

//.-

10MAY989: "MOVIMIENTO".- Integra el PLENARIO NACIONAL del FRENTE AMPLIO, decidido el día 06MAY989.-

01JUL989: "LA REPUBLICA" pág.3.- Integra la DIRECCION NACIONAL del MOVIMIENTO DE PARTICIPACION POPULAR (M.P.P.)

14SET989: "LA HORA POPULAR".- Mencionado en una lista de diez personas para ser votadas como candidatos al PARLAMENTO y la JUNTA DEPARTAMENTAL por el M.P.P.

20SET989: "TUPAMAROS" pág.2.- Candidato al PARLAMENTO por el M.P.P. para las elecciones Nacionales de NOV989.-

06DIC989: "KATE AMARGO" pág.5.- DIPUTADO electo por el M.P.P. en las elecciones Nacionales de NOV989.-

3- ACTIVIDAD POLITICA INTERNACIONAL

LA PLATA (ARGENTINA)

27MAY975: Detenido por la Policía argentina, conjuntamente con / Sergio Ruben PRAT, en LA PLATA, por su vinculación con grupos extremistas argentinos y pertenecer al R.O.E.

MILAN (ITALIA)

NOV976: Radio Lombardina, reproduce un reportaje realizado a este donde manifiesta su punto de vista sobre la situación política en URUGUAY.-

MEXICO (MEXICO)

27JUL977: En ocasión del III Encuentro de los Parlamentos de Europa y Latinoamerica que se llevó a cabo en MEXICO formuló un llamado público en contra del sistema de gobierno "Cívico-Militar".-

VENECIA (ITALIA)

MAY978: Participa los días 25-26-27MAY978 en varias Mesas Redondas en las "JORNADAS DE LA CULTURA URUGUAYA EN LUCHA"

BOLIVIA

24FEB979: Formula declaraciones sobre la situación en nuestro país, desde el punto de vista político, en representación del P.V.P.

PERU

MAY979: Se entrevista con el Secretario del A.P.R.A. y miembros del F.O.S.E.P. (TROTKISTA) así como con integrantes del P.S.T. y otros grupos

BRASIL

22FEB980: "JOURNAL DO BRASIL" pág.9.- Se informa que este falsificó el Pasaporte Italiano Nº 4.811.705 a nombre de María FERRANTE que utilizó para su ingreso al BRASIL, la ex-/ tupamara uruguaya Lilián CELIBERTI.

ARGENTINA

19AGO981: Figura en una relación de delincuentes terroristas ar-/ gentinos.-

BRASIL

05AGO982: "JORUNAL DO BRASIL" pág.4.- Realiza declaraciones sobre el presunto secuestro perpetrado por militares uruguayos a los ciudadanos Lilián CELIBERTI y Universindo RODRI-// GUEZ.-

ARGENTINA (BUENOS AIRES)

16DIC983: Participó activamente en en acto convocado por el FRENTE AMPLIO en BUENOS AIRES.-

9004310-

102

ASUNTO : SECUESTRO DE ABILIO DINIZ

-7-

(Hugo Andrés CORES PEREZ)

---..

MONTEVIDEO (URUGUAY)
31DIC984: Arriba al Aeropuerto Internacional de Carrasco procedente de BUENOS AIRES.-

LA HABANA (CUBA)
JUL985: Integra una delegacion de políticos uruguayos que se reunen en LA HABANA para tratar el tema "DEUDA EXTERNA".-

MONTEVIDEO (URUGUAY)
16NOV985: Arriba al Aeropuerto Internacional de Carrasco procedente de BUENOS AIRES.-

MONTEVIDEO (URUGUAY)
24FEB986: Arriba al Aeropuerto Internacional de Carrasco procedente de SAO PABLO

MONTEVIDEO (URUGUAY)
23JUN987: Arriba al Aeropuerto Internacional de Carrasco procedente de BUENOS AIRES

MANAGUA (NICARAGUA)
JUL987: Participó junto a otros delegados de grupos guerrilleros de la reunión denominada "CRISIS Y ALTERNATIVAS REVOLUCIONARIAS EN AMERICA LATINA" llevado a cabo en MANAGUA del 7 día 11 al 15JUL987.-

LA HABANA (CUBA)
01ENE989: Parte del Aeropuerto Internacional de Carrasco vía BUENOS AIRES con destino a LA HABANA

4 - ANTECEDENTES POLICIALES

30ABR971: Detenido por personal policial al intentar ingresar a la finca de Avda.Brasil Nº 3096 donde momentos antes fueron detenidos elemento extremistas.- Fue sometido a la Justicia competente, la cual dispuso que recuperara su libertad.-

21AGO972: Requerido por las FF.CC. por estar vinculado a la autodenominada "ORGANIZACION POPULAR REVOLUCIONARIA 33 ORIENTALES" (O.P.R.-33"

30MAY986: Interrogado en ACTA, en la Dirección de Investigaciones de la J.P.MONTEVIDEO, en relacion al homicidio de la sindicalista María Inés PATO BRAVO, deslindando su responsabilidad en los hechos.-

PARTES POCO LEGIBLE

9004310-

NOMBRE Y APELLIDO: Jorge Osvaldo MALIG ó Jorge Marig DARRICADES.-
SE TRATA DE : Jorge Osvaldo U. MALIC DARRICADES.-
DOCUMENTOS : C.I.: 3.655.217-2.
DATOS PERSONALES : , casado con María Cristina CARDOZO.
DOMICILIO : Suñer 3921 y Capdevila, en 1987.
OCUPACION : Empleado de la Escuela Hogar Helen Keller, en 1987.

) - ANTECEDENTES POLITICOS

FEB/987: Se establece que trabaja en la Escuela-Hogar Helen Keller, sita en Avda.San Martin Nº 2380. En dicho Instituto, dedicado a la atención siquiátrica de niños de escasos recursos económicos, la totalidad del personal está integrada por personas que se exiliaron por razones políticas, retornando al país merced a la actividad de la Comisión Nacional de Repatriación. ANR/988: Se establece que recibe apoyo económico de parte de la Comisión Nacional de Repatriación, de acuerdo con el Art.24 de la Ley 15.737.----------

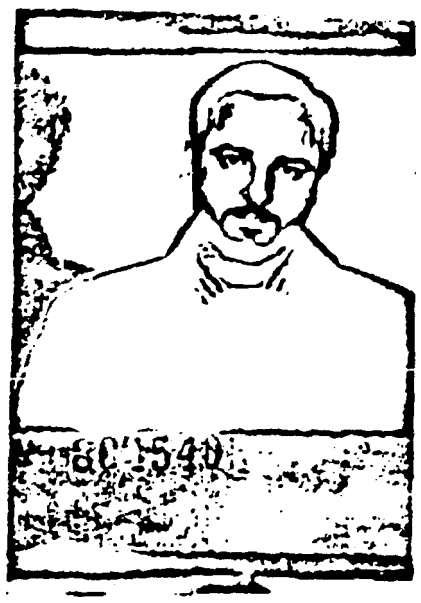
ASUNTO : SECUESTRO DE ABILIO DIAZ.-

DE LEON CROSSA, Mario Antonio

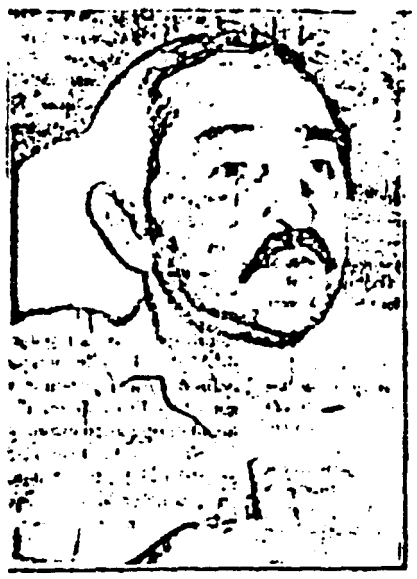
MARCHARO CIGANDA, Ariel Alberto.-

FERNANDEZ ARANDA, Mabel Lucerna.-

ASUNTO : SECUESTRO DE ABILIO DINIZ.- -10-



MARTINEZ MACHADO, Víctor Ernesto.



MALIG DARRICADES, Jorge Osvaldo U

CORES DIAZ, Hugo Andrés.-

ASUNTO : SECUESTRO DE ABILIO DIAZ.-

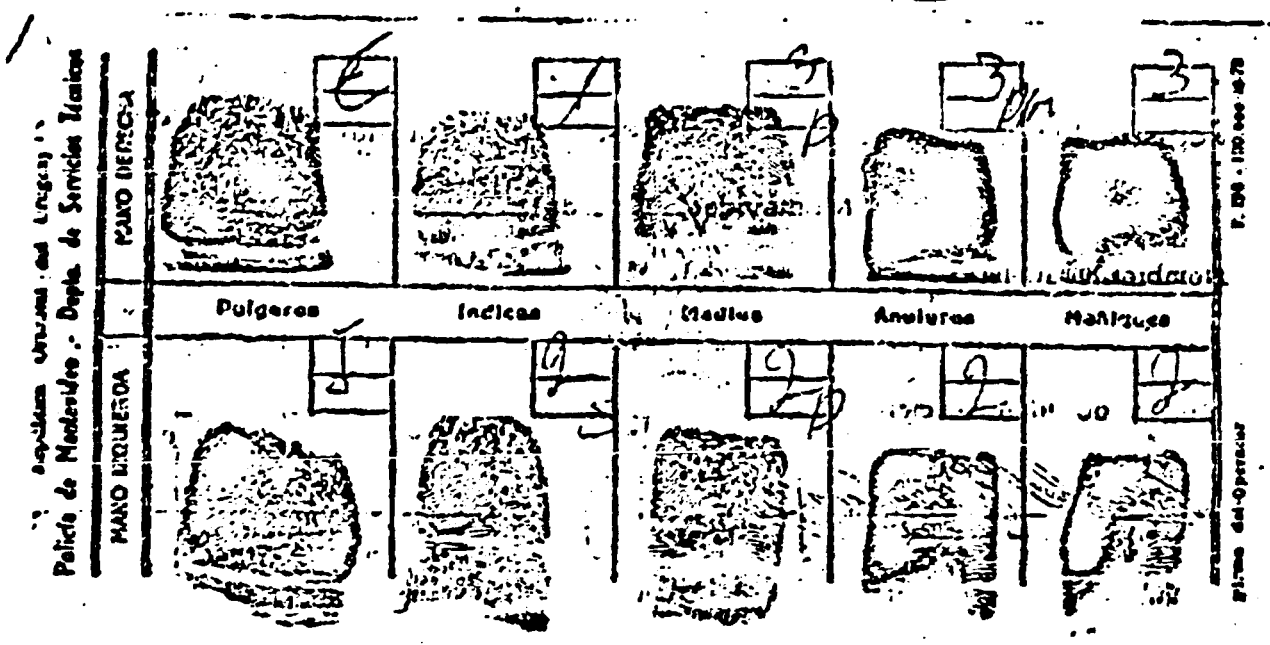
NOMBRE Y APELLIDO: Mabel Lucerna FERNANDEZ ARANDA.-

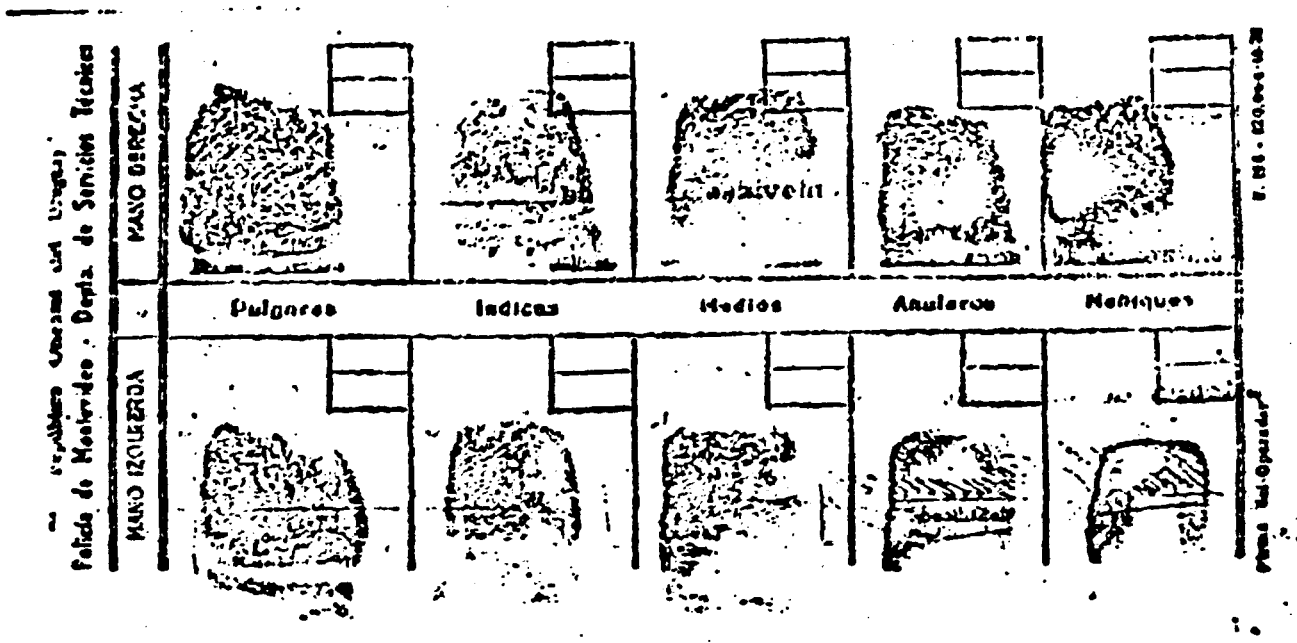
NO REGISTRA NINGUN TIPO DE ANTECEDENTE, EXCEPTUADOS LOS SIGUIENTES DATOS FARONOMICOS:

DOCUMENTOS: C.I.: 1.597.461.-

DATOS PERSONALES: Nacida el 10/8/955 en Montevideo, hija de Walter y Elsa.-

DOMICILIO: Pedro Cosio 2203, Apto.4.-





C.I. 1.597.461-6 --Mabel Lucerna FERNANDEZ ARANDA

12

09

9004810=

PIUR Nº 0054.4/30 JAN 90

ASSUNTO: SEQUESTRO DE ABÍLIO DINIZ.

Solicito informar os registros porventura existentes sobre LEONARDO ROQUE PESSINA BERNINI, militante ou estreitamente ligado ao grupo MLN-TUPAMAROS.

LEONARDO é companheiro de cidadã brasileira, funcionária da empresa SOCOAL (Sociedade Comercial de Produção e Serviços de Alimentos Elaborados) cujo nome consta de uma das agendas apreendidas em poder dos seqüestradores do empresário.

* * *

9004310

Brasil F. Militar (Jornal)

3/5/90

ENTRADO 29-5-90
CRUZADO 30 5 90

JUSTIÇA DEFINE PENAS PARA OS F. HILOSUBV SEQUESTRADORES DE ABÍLIO DINIZ

F H. (F[redacted] S.B.V.) 3/5/90 JORNAL DO BRASIL.

Justiça dá a seqüestradores de Diniz penas que somam 97 anos

Vasconcelo Quadros

SÃO PAULO — Os 10 seqüestradores do empresário Abílio dos Santos Diniz, vice-presidente do Grupo Pão de Açúcar, foram condenados ontem pelo juiz Roberto Caldeira Barioni a penas que variam de oito a 15 anos de reclusão, num total de 97 anos e quatro meses. Quem recebeu a pena mais pesada foi o líder do bando, o argentino Humberto Eduardo Paz, o *Juan Carlos*, condenado a 15 anos de reclusão.

A acusação, representada pelos promotores Maurício da Silva, Manoel Rene Nunes e Edison Luís dos Santos, pediu 27 anos, baseada em seqüestro qualificado, formação de quadrilha armada e resistência à prisão, e vai recorrer da sentença. O juiz condenou todo o bando apenas no crime de seqüestro. O secretário de Segurança na época da prisão dos seqüestradores, Luiz Antônio Fleury Filho, queria pena máxima para o grupo e se disse revoltado com a sentença.

No despacho anunciado no final da tarde de ontem, o juiz Roberto Barioni justifica que não considerou a acusação de formação de quadrilha "porque não há prova suficiente de que os acusados tivessem planejado outros crimes ou que tenham participado de outras ações delituosas em nosso país". Sobre a argumentação de que os seqüestradores resistiram à prisão, o juiz explica que o que ficou claro é que policiais e acusados fizeram "uma espécie de acordo" para que o líder do bando, *Juan Carlos*, entrasse no sobrado onde o empresário foi mantido em cativeiro para convencer seus companheiros à rendição.

Barioni condenou *Juan* a 15 anos porque considerou o argentino "perigoso e por ter sido o mais importante na ação criminosa". O irmão de *Juan*, Horácio Henrique Paz, e o brasileiro Raimundo Roselio Costa Freire pegaram 12 anos; o canadense David Spencer, 10 anos; Os outros seis seqüestradores, os chilenos Pedro Alejandro Fernandez Lembach, Hector Ramon Tapia, Sérgio Martin Olivares Urtubia, Ulises Fernando Gallardo Acevedo, Maria Emília Marchi Badylla e a canadense Christine Gwen Lamont, mulher de David, foram condenados à pena mínima de oito anos. Ulises, por ter agredido o delegado Roberto Kawai, do Grupo Anti-Seqüestro (Gas), recebeu mais quatro meses. A canadense Chiristine Lamont deverá ter sua pena convertida para prisão semi-aberta, sendo transferida para uma colônia penal, onde trabalhará e terá o privilégio de liberdade nos fins de semana.

9004310

Acusados no caso Diniz vão a júri

O juiz Ricardo Rodrigues Cardoso, do 1º Tribunal do Júri, decidiu ontem mandar a julgamento os quatro acusados de envolvimento na morte do empresário José Carlos Nogueira Diniz, assassinado em novembro de 89. Paulo Sérgio Mollo da Fonseca, o soldado da Polícia Militar Márcio Ferreira do Desterro, o ex-soldado da PM Geraldo Luis Gomes de Carvalho e o motorista da Polícia Civil Sérgio da Costa Maia foram acusados de pertencerem a grupo que roubava carros, praticava seqüestros com fins de extorsão e assassinatos.

Eles estão envolvidos nas mortes do soldado da Polícia Militar Vilmar da Silva, que servia no 9º BPM (Rocha Miranda), e do comerciante Sérgio de Sousa e Silva, morto na noite do dia 15 de novembro do ano passado, na Rua Gustavo de Andrade, em Vista Alegre, durante tiroteio no qual saiu ferido o informante de polícia Cláudio Silva — que também participou da morte de Nogueira Diniz. Além de pronunciar o grupo, o juiz manteve a prisão preventiva dos quatro.

No processo, também estão envolvidos o cabo da Polícia Militar Edmilsom Campos Dias, Valter Ricardo da Silva Carvalho, Hélio Rocha Fonseca (tio de Paulo Sérgio Mollo da Fonseca), Valdir de tal, o oficial de justiça Manuel de Oliveira, o *Manuelzinho*, que está foragido, além de Jacqueline Nogueira Diniz, viúva do empresário. O processo foi desmembrado em cinco, devendo a Justiça se pronunciar sobre os demais acusados dentro de um ou dois meses. O caso tem uma característica incomum: o informante Cláudio Silva e o motorista Sérgio da Costa Maia são vítimas e réus ao mesmo tempo. Ficou provado que os dois faziam parte da quadrilha, mas brigaram por partilha de roubo.

9004310

Pedido habeas para acusado no caso Diniz

Paulo Sérgio Mollo da Fonseca um dos acusados da morte do empresário Jose Carlos Nogueira Diniz Filho — assassinado no dia 26 de novembro, na Barra da Tijuca —, poderá ser solto em uma semana e responder processo em liberdade. Seus advogados, Jair Leite Pereira e Ronaldo Sá, vão encaminhar hoje ao Tribunal de Justiça pedido de habeas-corpus, pois afirmam que o despacho de prisão preventiva expedido em 7 de dezembro pelo juiz Paulo de Tarso não tinha fundamentação.

A solicitação do habeas-corpus vai ser distribuida para a 4ª Câmara Criminal. Seu presidente, desembargador Miranda Rosa, concedeu há dois meses habeas-corpus à viúva do empresário, Jacqueline Nogueira Diniz, que teve prisão preventiva decretada pelo 1º Tribunal do Júri por envolvimento em quadrilha de roubo de carros, seqüestro com fins de extorsão e assassinato. O habeas-corpus será julgado nas próximas sessões da Câmara Criminal, que se reúne às terças e quintas.

O advogado Ronaldo Sá explicou que a prisão preventiva havia sido decretada pelo juiz substituto do 3º Tribunal do Júri, Paulo de Tarso, que não cumpriu o que está disposto no Artigo 315 do Código de Processo Penal (todo despacho que decreta ou denega a prisão preventiva será sempre fundamentado). "No despacho decretando a prisão de Paulo Sérgio falta a fundamentação", afirmou o advogado Jair Leite Pereira. Segundo ele, como já terminou a fase de instrução criminal no 3º Tribunal do Júri, a 4ª Câmara Criminal deverá conceder o habeas.

9004310

O GLOBO 23/01/90. F. HK(SUN.)

Na Justiça, Abílio nada diz contra os seqüestradores

SÃO PAULO — O empresário Abílio Diniz praticamente eximiu de responsabilidades os dez presos apontados como autores de seu seqüestro. No depoimento de uma hora e 15 que prestou ontem, no 1º Tribunal do Júri, ao Juiz Roberto Caldeira Barioni, durante audiência de instrução, Abílio Diniz afirmou não poder reconhecer as pessoas que o seqüestraram, na manhã de 11 de dezembro, e disse ter sido arrastado de sua Mercedes por um negro fardado. A única coisa que ele disse dos integrantes do grupo foi que agiram "por interesses econômicos".

Parecendo muito calmo, o empresário ficou o tempo todo sentado à frente de seus seqüestradores, que, algemados dois a dois, conversavam e sorriam enquanto o Vice-Presidente do Grupo Pão de Açúcar respondia às perguntas.

Embora tivesse apontado na Polícia a chilena Maria Emília Marchi Badilla, a **Maria Rubia**, como a motorista do Opala branco que batera na traseira de seu carro, Abílio não confirmou na Justiça a acusação:

— Não pude ver com certeza quem estava dentro do Opala. Vi duas pessoas. Uma delas seria provavelmente uma mulher ou alguém caracterizado de mulher. Não posso afirmar com certeza.

Ele confirmou ter sido apanhado por seis ou sete pessoas, mas não soube dizer quais dos dez criminosos participaram da ação.

— A impressão que tenho é que vi o Horácio, irmão de **Juan**, fazendo sinal para os motoristas de outros carros. Tenho a impressão também que foi o Horácio que me retirou do cubículo, quando a Polícia cercou a casa onde ficava o meu cativeiro. Mas acho que seria leviandade acusar alguém, mesmo sem estar sob juramento — afirmou o empresário.

Abílio disse ter visto, duas semanas antes do seqüestro, duas pessoas vigiando sua casa. Indagado se poderia apontar quais dos acusados presentes seriam, respondeu que não era nenhum deles.

Abílio Diniz, obviamente, só reconheceu os seis seqüestradores presentes com ele no sobrado da Praça Hachiro Miyasake, no dia do cerco da Polícia. E apontou Umberto Eduardo Paz (**Juan**), seu irmão Horácio Henrique Paz, o chileno Héctor Ramon Collante Tapia, o brasileiro Raimundo Rosélio Costa Freire e os canadenses Christine Gwen Lamont e David Robert Spencer.

O Delegado Roberto Kwai, da Delegacia Anti-Seqüestro, segunda testemunha de acusação ouvida pelo Juiz Roberto Barioni, limitou-se a esclarecer detalhes sobre as prisões e confirmou ter levado um soco do seqüestrador Ulisses Fernando Gallardo Acevedo.

Depois foram ouvidos os Delegados Helénio Prado, Valdomiro Bueno Filho e Luiz Carlos Santos. Prado, muito nervoso, não disse sequer os nomes dos detetives que o ajudaram a prender os seqüestradores e chegou a ser repreendido pelo Juiz por falar de forma atropelada.

Bueno foi mais objetivo. Descreveu o papel de cada bandido no seqüestro, afirmou que o crime fora planejado em 1987, na Alemanha Ocidental, e que há um ano os seqüestradores vinham fazendo levantamentos sobre os hábitos de Abílio Diniz.

Agência Folhas

O empresário Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar, deixa o Tribunal do Júri

23/01/90

9004310

114

F.M.R (SUBV.)

Junto a Rodríguez Camusso, se entrevista hoy con el vicecanciller Jorge Tálice por el "caso Diniz"

Cores exigirá un inmediato desmentido público y una "reparación" a las autoridades brasileñas

■ El diputado electo Hugo Cores se presentará hoy junto al senador Francisco Rodríguez Camusso ante el vicecanciller Jorge Tálice para presentarle una nota en la que reclama a las autoridades brasileñas un **inmediato desmentido público** y una **reparación** por habersele implicado en el caso del secuestro del industrial Abilio Diniz.

Cores calificó la acción de la Policía Federal del país norteño -que mantiene un conflicto de competencias en el caso con la Policía Estadual de São Paulo- como lamentable y destacó que tras las requisas se obtuvieron fotos suyas pero no documentos.

"La idea es entregar una nota al canciller o al subsecretario para que le dé el trámite que entienda pertinente. Nosotros solicitamos su gestión ante las autoridades diplomáticas de Brasil referidas a las calumniosas denuncias que se hicieron contra mi persona", indicó Cores.

El dirigente del PVP precisó que "la nota tiene como objeto desmentido y una reparación, por lo que consideramos son perjuicios para nosotros, para nuestra familia y para nuestra colectividad política: el Frente Amplio".

Cores recordó el momento que se dio a conocer la información. "Imagínese la situación que se me crea abriendo un día las páginas de un diario y encontrando mi foto vinculada a una acción de carácter delictivo en la que no tenemos absolutamente nada que ver con sus protagonistas y con el lugar donde se desarrolló", alegó el diputado electo por el Movimiento de Participación Popular.

"Aparece esto, es un factor de descrédito", según Cores. Adujo sobre la denuncia "siempre aquella técnica de miente que algo siempre queda. Eso daña la imagen del Frente Amplio, daña la imagen del Movimiento de Participación Popular y ha revelado de parte de quienes lo hicieron un manejo irresponsable de los datos que se poseían y de las figuras que se manejaban".

El dirigente del PVP sostuvo que "por ahora lo único que sé, es que se encontraron fotos mías. Se dice que se han encontrado documentos. No tengo la menor idea de qué se refieren cuando hablan que se encontraron documentos. Se han publicado fotos mías como de otras personas uruguayas y chilenos, muchos de los cuales ya han tenido reacciones similares a la nuestra", dijo Cores.

Subrayó el dirigente de la coalición que "tratándose de nuestro caso que realizamos una actividad de carácter político-público, obviamente nuestra reacción es de naturaleza distinta a la de un ciudadano común y corriente. Nosotros exigimos un desmentido de carácter público puesto que nuestra actuación es de carácter público", concluyó Cores.

Hugo Cores calificó como "lamentable" la participación de la Policía Federal brasileña.

"Los secuestradores no tenían móviles políticos", asegura ahora policía paulista

São Paulo (UPI)

■ Los secuestradores del empresario Abilio Diniz son delincuentes comunes, sin vinculaciones con ningún grupo político de Brasil ni del exterior, afirmó en esta ciudad el comisario Wilberto Suárez Da Rocha, director del Departamento de Homicidios y Protección a las personas. Abilio Diniz, quien dirige uno de los grupos económicos mas poderosos de Brasil, fue secuestrado el pasado 11 de diciembre en São Paulo, pero la policía descubrió su paradero y logró liberarlo, tras capturar a cinco de sus raptores.

Los autores del secuestro, entre los cuales se encuentran argentinos, brasileños, canadienses y chilenos, habían afirmado que se proponían "aliviar la miseria de los pueblos de América Latina", pero el comisario Alves Da Cunha asegura que los detenidos están intentando dar carácter político al delito para tener derecho a penas menores. Si se comprueba que el delito obedeció a móviles políticos, en caso pasará a la órbita de la justicia federal y las penas podrán reducirse a entre tres y diez años de cárcel, de acuerdo con la Constitución brasileña.

Según el diario O Globo, la policía de São Paulo obtuvo informaciones y documentos de integrantes del Movimiento de Izquierda Revolucionario Tupamaro (MIR) Chileno, en grupo que se desarrolló en dicho país sudamericano, según los secuestradores [illegible] detenidos, [illegible] Chile, [illegible] según [illegible] 12 [illegible] detenidos [illegible] señalados como sospechosos de mantener vinculaciones con los secuestradores, pero nada pudo probarse al respecto. En efecto, poco después pudo saberse que entre los sospechosos se contaban dos ciudadanos brasileños que, tras presentarse a las autoridades, fueron liberados en pocas horas. La lista incluía también a políticos izquierdistas chilenos, quienes reaccionaron airadamente a las acusaciones, según pudo saberse luego.

La prensa brasileña atribuyó las confusiones de los comisarios [illegible] a la Policía Federal y la Policía Civil de São Paulo.

PARTES ILEGIBLES

ORIGINAL

9004310

7/01/90

Revelan planes de un detenido

CLARIN
7/01/90
F.MIL (8VOV)

SAN PABLO (UPI). — El secuestrador argentino **Humberto Paz**, preso desde el **16 de diciembre**, quien admitió ser el jefe del grupo que raptó al empresario brasileño **Abilio Diniz**, confesó ante un tribunal de San Pablo que estaba montando una organización política de ámbito latinoamericano.

Paz, conocido con el seudónimo de "Juan Carlos" entre los secuestradores, había militado en organizaciones guerrilleras argentinas en la década pasada, según informaciones obtenidas en Buenos Aires por la policía brasileña.

La organización que estaba estructurando ahora "era embrionaria, sin vinculaciones con ningún partido brasileño ni latinoamericano", según explicó **Paz** al juez encargado de su proceso.

El sedicioso argentino declaró también que no está en contra de la democracia, pero que su grupo "no confía en ciertas fachadas democráticas" que no identificó y aseguró que su propósito era de introducir "cambios profundos" en América latina.

Paz acusó a miembros del grupo antisecuestros (GAS) de la policía estatal de San Pablo de haberlo torturado hasta que reveló la dirección de la casa donde Abilio Diniz permanecía cautivo.

El secuestrador afirmó que solamente el y su hermano Horacio Paz, de 39 años, planificaron el secuestro de Diniz, mientras que los demás presos "tenían conocimiento apenas parcial del hecho militar", como llamó al secuestro.

Por otra parte, en los últimos días la prensa brasileña ha dedicado amplio espacio a los casos de tres dirigentes izquierdistas uruguayos acusados por la policía de mantener vinculaciones con los secuestradores, en particular del diputado **Hugo Cores**, quien se habría mostrado indignado ante las acusaciones.

9004310

7/01/90

Admitió que estuvo en Brasil cuando el secuestro pero aclaró que ingresó en forma legal vía TTL

Mario De León: "El MLN no tiene nada que ver ni personal ni colectivamente"

* *Marcenaro Ciganda, otro de los presuntos implicados, es compañero de trabajo suyo*

■ Mario De León Crossa, integrante del Comité Central del Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T) y uno de los presuntos involucrados en el secuestro del empresario brasileño Abilio Diniz dijo que los tupamaros "no tienen nada que ver" en el asunto.

No obstante De León, cuya foto aparece junto a las de otros 13 presuntos implicados en el ilícito, admitió que estuvo la semana pasada en Brasil y reveló que otros de los uruguayos cuya foto fué divulgada por la policía brasileña Ariel Marcenaro Ciganda es compañero suyo en el taller donde trabaja.

En declaraciones a "La Hora Popular", el dirigente tupamaro dijo que días atrás ingresó a territorio norteño "por TTL y a Migración le consta su salida y regreso al país. Es absurdo que quien estuviera comprometido en una organización de esa naturaleza ingresara al territorio norteño con su propia documentación y pasando por las aduanas en forma normal".

Para De León el hecho que se haya involucrado su nobmre y el de Hugo Cores "apunta al objetivo de enturbiar las excelentes relaciones de la izquierda uruguaya con los sectores brasileños progresista".

"Ni personal ni colectivamente los tupamaros tenemos que ver con esos secuestros. Esto es una provocación para dañar al PT y a las relaciones con los partidos hermanos uruguayos", agregó el dirigente del MLN.

De León dijo que la foto suya fue publicada en medios de prensa brasileros es "de algún viejo prontuario policial".

El integrante del MLN, que estuvo viviendo en Brasil durante su exilio, al ver la foto de Marcenario Ciganda, compañero suyo de trabajo, se limitó a expresar que con eso estaba "todo dicho".

F. MLN (SUBV.) 1er EJERCITO LA REPUBLICA...

9004310

7101/90

Admitió que estuvo en Brasil cuando el secuestro pero aclaró que ingresó en forma legal vía TTL

Mario De León: "El MLN no tiene nada que ver ni personal ni colectivamente"

* *Marcenaro Ciganda, otro de los presuntos implicados, es compañero de trabajo suyo*

■ Mario De León Crossa, integrante del Comité Central del Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros (MLN-T) y uno de los presuntos involucrados en el secuestro del empresario brasileño Abilio Diniz dijo que los tupamaros "no tienen nada que ver" en el asunto.

No obstante De León, cuya foto aparece junto a las de otros 13 presuntos implicados en el ilícito, admitió que estuvo la semana pasada en Brasil y reveló que otros de los uruguayos cuya foto fué divulgada por la policía brasileña Ariel Marcenaro Ciganda es compañero suyo en el taller donde trabaja.

En declaraciones a "La Hora Popular", el dirigente tupamaro dijo que días atrás ingresó a territorio norteño "por TTL y a Migración le consta mi salida y regreso al país. Es absurdo que quien estuviera comprometido en una organización de esa naturaleza ingresara al territorio norteño con su propia documentación y pasando por las aduanas en forma normal".

Para De León el hecho que se haya involucrado su nobure y el de Hugo Cores "apunta al objetivo de enturbiar las excelentes relaciones de la izquierda uruguaya con los sectores brasileños progresista".

"Ni personal ni colectivamente los tupamaros tenemos que ver con esos secuestros. Esto es una provocación para dañar al PT y a las relaciones con los partidos hermanos uruguayos", agregó el dirigente del MLN.

De León dijo que la foto suya fue publicada en medios de prensa brasileros es "de algún viejo prontuario policial".

El intregrante del MLN, que estuvo viviendo en Brasil durante su exilio, al ver la foto de Marcenario Ciganda, compañero suyo de trabajo, se limitó a expresar que con eso estaba "todo dicho".

F. MLN (SUBV.) 4 ENERO LA REPUBLICA..

9004310

7/1/90.

Su grupo, dijo, "no confía en ciertas fachadas democráticas"

Secuestrador argentino confesó que estaba montando una organización internacional

E. HIL (SNBV)

São Paulo, (UPI)

■ El secuestrador argentino Humberto Paz preso desde el 16 de diciembre pasado, quien admitió ser el jefe del grupo que raptó al empresario brasileño Abilio Diniz, confesó ante un tribunal en esta ciudad que estaba montando una organización política de ámbito latinoamericano.

Paz, que era conocido bajo el seudónimo Juan Carlos entre los secuestradores, había militado en organizaciones subversivas argentinas en la década pasada, según informaciones obtenidas en Buenos Aires por la policía brasileña.

Paz, sin embargo, no habría tenido participación, como se dijo, en el ataque subversivo al cuartel La Tabalada en Argentina. El diario porteño Sur informó ayer citando una fuente policial que Paz "carece de vinculación" con el asalto al regimiento militar. La fuente estimó que "hubo una confusión en los investigadores brasileños" que viajaron a Buenos Aires para indagar sobre los antecedentes de este ciudadano argentino.

La organización que estaba estructurando ahora "era embrionaria, sin vinculaciones con ningun partido brasileño ni latinoamericano", según explicó Paz al juez encargado de su proceso.

El sedicioso argentino declaró también que no está en contra de la democracia, pero que su grupo "no confía en ciertas fachadas democráticas que no identificó y aseguró que su propuesta era de introducir "cambios profundos" en América Latina.

Paz acusó a miembros del grupo antisecuestros (GAS) de la policía estatal de São Paulo de haberlo torturado hasta que reveló la dirección de la casa donde Abilio Diniz permanecía cautivo.

El secuestrador afirmó que solamente el y su hermano Horacio Paz, de 39 años, planificaron el secuestro de Diniz, mientras que los demás presos tenían conocimiento apenas parcial del hecho militar", como llamó al secuestro.

Segun la Policía brasileña, la detenida chilena María Machi Badilla perteneció al Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), de Chile, mientras que Paz militó en su país en el extinto Ejército Revolucionario del Pueblo.(ERP).

Por otra parte, en los últimos días la prensa brasileña ha dedicado amplio espacio a los casos de tres dirigentes izquierdistas uruguayos acusados por la policía de mantener vinculaciones con los secuestradores, en particular, del diputado Hugo Cores quien, según se informó aquí, se habría mostrado "indignado" ante las acusaciones.

7/ENE/90. LA REPUBLICA

9004310

"EL ESTADO DE SOSPECHA POLICIAL NO CONSTITUYE DELITO"

Dr. Sarthou: "Esto no tiene asidero ni respaldo judicial"

Para el diputado electo del MPP se intenta dañar la moral y la trayectoria de dirigentes como Hugo Cores, con clara intencionalidad política.

"Todo lo que uno ha venido siguiendo sobre estos hechos, demuestra la inconsistencialidad absoluta, las manchas y contramanchas en que se ha incurrido, la falta de todo sustento serio de un punto de vista jurídico o de un punto de vista de responsabilidad penal", dijo anoche a LA HORA POPULAR el Dr. Helios Sarthou, diputado electo por el Movimiento de Participación Popular, acerca de las versiones difundidas sobre el secuestro del empresario brasileño Abilio Diniz.

"De lo único que se oye hablar es de que se sospecha, de jefes de policía y de funcionarios policiales que opinan, cuando lo único que puede tomarse en cuenta para que una agencia de noticias de relativa seriedad difunda la información, sería la intervención de la autoridad judicial".

El abogado frenteamplista sostiene que "el estado de sospecha bajo la policía no constituye delito, ni autoriza a comprometer nombres de personas, como es el caso del diputado electo Hugo Cores, con toda una trayectoria política , con posiciones muy claras sustentadas en el marco legal del país. Nada autoriza a que un señor jefe de Policía, en base a quien sabe qué situaciones planteadas en Brasil, acuse bajo la idea de que se sospecha".

El Dr. Sarthou expresa que hay gente que cree que la policía tiene competencia para definir si una persona es culpable o no. "Quien tiene competencias es el Poder Judicial y acá no se habla en ningún momento de que exista el respaldo de alguna autoridad judicial en estas acusaciones. Es simplemente una publicación de fotografías de presuntos participantes de un episodio, que tiene ya dos desmentidos".

"Cores y Malig pueden iniciar acción penal en Brasil", afirmó el diputado electo Helios Sarthou.

En ese sentido, el diputado electo recuerda el desmentido realizado en LA HORA POPULAR por el ciudadano chileno Jorge Malig, quien declaró que nunca estuvo en Brasil y tiene pruebas de que no salió de Montevideo. "La propia policía política, según pude leer, reconoció que había cometido un error en la publicación de fotos de personas inocentes. Uno ve entonces la absoluta irresponsabilidad de comprometer la moral de la gente sobre la base de una sospecha".

Sarthou destacó igualmente las contradicciones entre una primera versión que "acusaba frontalmente al MLN y después dijeron que el MLN nada tenía que ver.

Esto no tiene ninguna seriedad, este es el colmo de irresponsabilidad de las fuentes de información".

Recuerda que la noticia del secuestro fue dada a la opinión pública el día mismo de las elecciones brasileñas, atribuyéndole la autoría al PT para tratar de desprestigiar a Lula, "porque sin duda la oligarquía estaba muy preocupada de que ganara".

Ahora "resulta que no era el PT, que era el MIR chileno, intentando afectar a personas y partidos que actúan a nivel de otros países".

Para Sarthou, estas maquinaciones persiguen una finalidad política repuesiva, a nivel de Brasil y de otros países de América, que involucre a los partidos de izquierda y a las organizaciones de derechos humanos.

El diputado electo entiende que "tanto Cores como Malig pueden iniciar en sede brasileña una acción contra el Estado por daños y perjuicios y daño moral, por haber intentado manchar la trayectoria de personas, sin ningún asidero ni respaldo judicial. Incluso debería determinarse el grado de responsabilidad de la empresa de noticias que trasmitió la información".

Los acusados denunciaron torturas

RIO DE JANEIRO (IPS). Los secuestradores del empresario brasileño Abilio Diniz denunciaron ante la Justicia de San Pablo que fueron víctimas de tortura por parte de miembros de la policía civil de ese estado, se informó ayer en Rio de Janeiro.

Cinco chilenos, dos argentinos, dos canadienses y un brasileño fueron detenidos entre el 15 y el 17 de diciembre, cuando la policía descubrió el paradero del empresario y consiguió, mediante negociaciones, la liberación de Diniz y la rendición de seis de los secuestradores.

El argentino Humberto Paz, que se declaró jefe del grupo, dijo el viernes al juez Roberto Barioni que la policía lo torturó con electricidad durante varias horas, al igual que a otros cuatro detenidos.

Paz se declaró dispuesto a reconocer a las personas que lo torturaron, a quienes pudo ver a pesar de que buena parte del tiempo de su detención permaneció con los ojos vendados.

Las denuncias sobre torturas fueron realizadas también por la chilena María Marchi Badilla, detenida junto a Paz y otros tres de los supuestos secuestradores dos días antes del rescate del empresario, el domingo 17 de diciembre, día en que se realizaron elecciones presidenciales en Brasil.

Tanto Paz como Marchi aseguraron que la acción del secuestro tenía una motivación política y negaron que se tratase de un secuestro para obtener dinero en beneficio personal.

"Somos una organización política", sostuvo Paz, considerado por la policía brasileña como un ex integrante de la organización argentina de extrema izquierda Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), que realizó acciones armadas en ese país en la década de 1970.

Paz subrayó en sus declaraciones al juez que su organización "es embrionaria", razón por la cual aún no tiene ni siquiera un nombre definido. El objetivo final del secuestro era "resolver problemas sociales no solucionados por los gobiernos democráticos", afirmó.

Cuatro de los cinco chilenos detenidos en San Pablo tienen ficha policial en Santiago como miembros del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), grupo al cual la policía de San Pablo atribuyó, hasta ahora, la acción.

El único brasileño preso, Raimundo Freire, también declaró que el secuestro fue una acción política. "Tengo responsabilidades políticas dentro de un grupo revolucionario", declaró, añadiendo que "me considero un revolucionario".

Los dos canadienses presos, así como Marchi, negaron tener conocimiento y haber participado en el secuestro. Los canadienses señalaron que sólo supieron de la existencia de Abilio Diniz en la casa (el empresario estaba en una salita subterránea) donde fueron detenidos el día de la rendición. Marchi fue detenida en otra casa.

Los otros cinco detenidos (un argentino y cuatro chilenos) declararán ante la justicia de San Pablo el martes.

"Lejos de la objetividad"

Coitiño expresó malestar con matutino

El dirigente del PVP, Carlos Coitiño fustigó la cobertura periodística realizada por "La República".

Carlos Coitiño, dirigente del PVP, señaló a esta redacción su profundo malestar por la cobertura que el matutino "La República" viene desplegando con relación a la presunta implicancia de militantes del MPP en el secuestro del empresario brasileño Abilio Diniz, luego de que fuera demostrada la falsedad de la especie proveniente de fuentes del país norteño.

"Es algo que está muy lejos de la objetividad periodística", manifestó el dirigente, subrayando que ni la prensa más conservadora se ha hecho eco de los infundios.

Tal como fuera revelado por LA HORA POPULAR en anteriores ediciones, y posteriormente confirmado por la propia prensa de Brasil, la razón del involucramiento de personas inocentes en el secuestro de Diniz provino de una pugna interna de jurisdicción entre la Policía Federal y estadual del vecino país.

Confirmado: el lunes en la cancillería

Francisco Rodríguez Camusso gestiona la reunión con el subsecretario Tálice.

Quedó confirmado ayer el adelanto exclusivo dado por LA HORA POPULAR, según el cual el diputado electo Hugo Cores, junto al senador Francisco Rodríguez Camusso, mantendrá una entrevista de alto nivel en la cancillería en el día de mañana.

En efecto, en la mañana del lunes Rodríguez Camusso se contactará con la subsecretaría del Ministerio de Relaciones Exteriores a fin de concretar la hora en que tendrá lugar la entrevista. Cabe consignar que el encuentro no será con el ministro Luis Barrios Tassano en razón de que éste se halla fuera de nuestra capital, por lo que el contacto se realizaría con Jorge Tílice, quien se desempeña como subsecretario de la cartera.

Como se recordará, el pasado viernes Cores dialogó con el ministro consejero de la embajada de Brasil, Claudio Lyra, quien se comprometió a enviar a Itamaratí la relación de hechos que le fuera aportada por el dirigente frenteamplista, referida a su absoluta desvinculación con el caso del secuestro del empresario Abilio Diniz.

9004310

06/01/90

~~EL DIA~~ EL DIA 06/01/90. F.MIL (SUBV.)

o 6 de enero de 1990

Cores aclaró ante legación de Brasil

El diputado electo por el Frente Amplio PVP, Hugo Cores, a quien la prensa y la televisión brsileña vinculan con el secuestro de un empresario de ese país, se reunió ayer con el ministro consejero de la Embajada de Brasil, Claudio Lyra, "para expresarle su desconocimiento del hecho y su preocupación por las noticias difundidas", informó a EL DIA el funcionario diplomático.

Cores, el militante tupamaro Mario De León, el "seispuntista" Víctor Martínez, Mabel Lucerna Fernández Aranda, María Magdalena Castro de Rosa, Ariel Alberto Marcenaro Cigarda y Rafael Martínez de Ponce, fueron involucrados por la prensa brasileña en el secuestro del empresario Abilio Diniz.

Fuentes policiales de Brasil consultadas por EL DIA aseguraron que los uruguayos no están acusados ni requeridos formalmente por el Grupo Anti-Secuestro (GAP) de San Pablo.

El ministro consejero de Brasil dijo que al respecto "no hay mucho que informar", y agregó que "no hemos recibido información oficial alguna sobre ese hecho". "Nos hemos enterado por la prensa uruguaya y por la de nuestro país de lo ocurrido, pero oficialmente no tenemos detalles del suceso", aseguró el funcionario.

Consultado acerca de la reunión mantenida con Cores ayer por la mañana, comentó que el dirigente frenteamplista "manifestó su preocupación y nos dijo que no tenía nada que ver con eso".

Añadió que a nivel oficial no se recibió información alguna sobre el posible viaje del comisario de la Policía Federal, Romeu Tuma Filho, como lo informara la prensa brasileña.

9004310

"Son todos sospechosos hasta que se pruebe lo contrario", dijo un jerarca brasileño

La policía paulista sigue sospechando de Hugo Cores

Conflicto entre las policías federal y estadual: "Ellos publicaron las fotos", afirmó Tuma Junior a LA REPUBLICA

Confirmaron vinculación de los delincuentes con el ERP y el MIR, pero no con tupamaros

■ En nueva comunicación telefónica con el comisario Romeu Tuma Junior, jefe de la Policía Federal de San Pablo y encargado de las investigaciones políticas, el jerarca confirmó a **LA REPUBLICA** que por el momento no viajará a Montevideo. "La marcha de las investigaciones que realizamos y el intercambio de información, permanente y fluido que mantenemos con Interpol y la policía uruguaya, hacen innecesario mi traslado. Está dispuesto que sea yo quien viaje si las circunstancias lo demandan, pero por el momento no lo haremos", agregó.

Aclarando los procedimientos realizados en torno al secuestro y a la difusión de las fotos de presuntos involucrados en el delito, el comisario Romeu Tuma Junior precisó que existen dos procedimientos separados. Uno está a cargo de la policía del estado de San Pablo, que es la que lleva todos los procedimientos relacionados con el delito común que es el secuestro.

"Ellos fueron quienes dispusieron la publicación de las fotos que sacaron todos los diarios. Había algunas que eran de personas inocentes que se presentaron en su momento denunciando la pérdida de sus documentos y otras de quienes tampoco tenían nada que ver con el caso Diniz".

En cuanto a la actuación de la Policía Federal, Tuma Junior fue claro al destacar que "la policía federal está investigando las ligaciones políticas de los secuestradores dentro del Brasil y con el exterior, principalmente con Argentina, Chile y Uruguay". Por lo mismo, agregó, "desconocemos el criterio seguido por la policía estadual para publicar esas fotos".

Al referirse a las probables vinculaciones de los delincuentes con las organizaciones de izquierda en Chile y en Uruguay, el comisario dijo: "Las ligaciones con el MIR chileno están probadas por la documentación que obra en nuestro poder, además de las manifestaciones del principal implicado, el argentino Humberto Paz. Igual sucede con el ERP, del cual tenemos también documentación. En cuanto a las probables implicaciones con el Movimiento de Tupamaros de Uruguay, en este momento sólo podemos decir que estamos intercambiando información con la policía uruguaya, con la que mantenemos relaciones estrechas".

Se ha comprobado -agregó Tuma Junior- que estas personas tuvieron entrenamiento en Nicaragua, pero por la estricta obligación constitucional que debemos cumplir, nos encontramos investigando en forma muy estricta antes de tomar ninguna decisión".

"Cuando haya alguna información concreta sobre los Tupamaros, nosotros le daremos la divulgación debida. Respecto de los uruguayos que aparecen en las fotos publicadas por la prensa, repito que no sé cuál fue el criterio aplicado por la policía estadual para divulgarlas. No sé si realmente están involucrados o no, porque no fue la Policía Federal la que actuó en esto".

* "¿Cómo sus documentos aparecieron entre los de los secuestradores?"

Río de Janeiro (IPS)

■ La policía civil del estado brasileño de San Pablo mantiene sus sospechas sobre el diputado uruguayo Hugo Cores y otras 11 personas, en torno al secuestro de un empresario, efectuado en Brasil en diciembre, según informaron hoy medios de prensa.

El director del Departamento de Homicidios y Protección a la Persona (DHPH), delegado Gilberto Cinhia, se mostró extrañado por la reacción de Hugo Cores, quien dijo que procesará judicialmente a los responsables que hicieron circular una foto suya en la prensa local, implicándolo como sospechoso en el secuestro de Abilio Diniz, según señala la edición de este viernes del diario **O Globo**.

Cores anunció que probablemente procesará judicialmente a los responsables por la divulgación de esas informaciones y señaló que se trata de una "imputación ridícula" porque en el momento del secuestro (entre el 10 y el 17 de diciembre) el estaba en Uruguay.

Si Cores no tuvo que ver con el asunto "¿Cómo sus documentos aparecieron entre los documentos de los secuestradores?", indagó el delegado Cunha, refiriéndose a un documento de identidad en que la foto corresponde a Cores pero el nombre es del argentino Fausto Manuel Ferraz.

Cunha recordó que esos documentos fueron encontrados en una maleta de doble fondo en una de las seis casas alquiladas por los secuestradores en San Pablo y añadió que "hasta prueba al contario, que todos son sospechosos", según informó este viernes el diario **O Estado de Sao Paulo**. En tanto, el diario **Jornal Do Brasil** da otro enfoque a la información, basándose en una entrevista telefónica al diputado uruguayo, Hugo Cores, del Partido de la Victoria del Pueblo (UP), que integra el izquierdista Frente Amplio.

"Diputado acusa a grupo anti-secuestro de querer involucrar a izquierda uruguaya" es el título de la información del **Jornal Do Brasil** de este viernes que entrega la posición del político, añadiendo que Cores vivió clandestinamente, durante la dictadura militar de su país, en varias naciones, entre ellas Brasil.

El grupo anti-secuestro (GAS) es una dependencia de la policía civil del Es martes, el GAS divulgó la foto de 12 personas supuestamente involucradas en el secuestro de Diniz, acción que fue atribuida al sector histórico del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, pero en que participaron además de cinco chilenos, dos argentinos, dos canadienses, y un brasileño, actualmente presos en San Pablo.

Entre las fotos divulgadas de los "sospechosos", además de Cores, aparece el dirigente del Movimiento de Liberación Nacional (MLN-Tupamaros), Mario De León Crossa, María Castro Rosa, integrante del PUP, y el chileno Jorge Marrig Darricades, exiliado en Uruguay, los cuales negaron cualquier relación con el secuestro. El **Jornal Do Brasil** sostiene también que el director general de la Policía Federal (PL) Romeu Tuma, fijó una reunión con el secretario de seguridad de San Pablo, Luiz Fleury Filho -que supervisa la policía civil- para delimitar las funciones de cada organismo en la investigación del caso.

Los viajes de Romeu Tuma Filho (hijo del director general de la PF) a Argentina y Chile para investigar la vida de los secuestradores presos en San Pablo, irritó a miembros del GAS, que sostienen que la "investigación paralela obstaculiza" la accion de la policía civil.

Por otra parte, medios de prensa de Brasil atribuyeron la divulgación de fotos de personas inocentes como sospechosos al hecho de que hay un conflicto de competencia por el caso entre la policía del Estado de San Pablo y la Policía Federal.

Cores se entrevistará el lunes con el canciller; le acompañará Rodríguez Camusso

El gobierno brasileño no ha emitido aún su opinión sobre el caso Diniz

* El diputado electo por el MPP presentó queja formal a la embajada de Brasil

■ "El encargado de Asuntos Políticos de la embajada brasileña me dijo que no se habían hecho indicaciones sobre el caso", dijo ayer a **LA REPUBLICA** Hugo Cores. El líder dirigente del Partido por la Victoria del Pueblo (PVP) se entrevistó ayer en horas de la mañana con el diplomático y le presentó una protesta formal por la divulgación de los nombres y fotos de varios uruguayos, presuntamente implicados en el secuestro del comerciante brasileño Abilio Diniz. Según el dirigente del PVP, el diplomático le comunicó que "no tenía ninguna instrucción de su gobierno sobre el tema de la implicación de Cores en el secuestro de un empresario brasileño". El político frentista informó que Lira le prometió que los antecedentes serían elevados a las autoridades de su país.

La exigencia del líder del PVP para con las autoridades brasileñas consiste en un "desmentido oficial sobre la información que circuló" implicándolo en el delito. Como se recordará, hace dos días, se divulgó, a través de varios diarios brasileños, la noticia -proporcionada por la policía federal brasileña-, de que Cores habría participado en el secuestro de un empresario norteño. El hecho ocurrió el 12 de diciembre pasado, un día antes de las elecciones brasileñas. Los datos llegaron a conocimiento de **LA REPUBLICA**, mediante un cable de la agencia **IPS**.

Cores, electo diputado del Frente Amplio por el Movimiento de Participación Popular, ha comenzado acciones legales en el país norteño por los perjuicios sufridos, utilizando los servicios de la Orden de Abogados de Brasil. El lunes, el político concurrirá a la cancillería acompañado del senador frenteamplista Francisco Rodríguez Camusso. Según el presunto implicado, en su caso "resulta extravagante" que se lo considere como participante del ilícito. "No tengo suficientes elementos para saber, a ciencia cierta, porque se ha dado esta maniobra", agregó Cores.

El lunes, en horas de la mañana se prevé que se concrete la reunión entre Cores, Camusso y el canciller interino Jorge Tálice.

El cardenal de San Pablo denunció torturas a los detenidos

El líder de la banda manifestó que los móviles eran políticos

Río de Janeiro

■ El argentino Humberto Paz, considerado jefe del grupo que secuestró al empresario brasileño Abilio Diniz en diciembre, dijo ante un tribunal en San Pablo que el dinero del rescate serviría para movimientos políticos de países latinoamericanos.

Paz dijo que todos los secuestradores presos (cinco chilenos, dos argentinos, dos canadienses y un brasileño) eran "simpatizantes" de las causas políticas de la organización cuyo nombre no fue divulgado por los informes de radioemisoras locales.

De acuerdo con la policía civil del estado de San Pablo, que investiga el caso, la organización responsable por el secuestro de Diniz entre el 10 y el 17 de diciembre, es el ultraizquierdista sector histórico del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile.

Humberto Paz, que perteneció en la década de 1970 a la organización de extrema izquierda argentina Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), según informó la policía brasileña, dijo también en sus declaraciones a un tribunal este viernes que sólo tres personas sabían del secuestro de Abilio Diniz.

Esas personas son el propio Paz, su hermano Horacio y el brasileño Raimundo Costa Freire, todos presos en San Pablo.

Humberto Paz, considerado el jefe del grupo de secuestradores, asumió "toda la responsabilidad" sobre los hechos.

Según los informes de la prensa brasileña sobre el caso, Paz fue detenido el viernes 15 de diciembre cuando la policía civil de San Pablo descubrió un local donde vivían algunos de los integrantes del grupo de secuestradores.

Por los interrogatorios a esos detenidos -que fueron torturados, según señaló el cardenal Paulo Evaristo Arns, de San Pablo- la policía llegó el sábado a la casa donde estuvo secuestrado Abilio Diniz.

En un primer intento de negociaciones entre los secuestradores y la policía, Humberto Paz escapó de la policía y se refugió en la casa del secuestro, de donde salió junto a otros cinco miembros del grupo el 17 de diciembre, cuando fue rescatado con vida el empresario secuestrado.

9004310

TOTAL RESPALDO DEL FRENTE AMPLIO

Cores entrevistará al canciller acompañado de Rodríguez Camusso

Tras mantener contactos con dirigentes de primera línea, el Frente Amplio le dio todo su respaldo político y personal al diputado electo por la coalición de izquierda, Hugo Cores, quien el lunes, acompañado del senador Francisco Rodríguez Camusso, habrá de entrevistarse en la cancillería con el ministro de Relaciones Exteriores, Luis Barrios Tassano.

En el día de ayer, el dirigente del Movimiento de Participación Popular se presentó en la embajada de Brasil donde fue recibido por el ministro-consejero, Claudio Lyra. El representante diplomático norteño aseguró a Cores que enviará a Itamaratí, en Brasilia, la pormenorizada relación de hechos aportada por el diputado frentemplista sobre su desvinculación con el caso del secuestro del empresario paulista Abílio Diniz. En la conversación mantenida con el diplomático Lyra, Cores le informó sobre su contacto con juristas de la Orden de Abogados de Brasil y de que está evaluando la iniciación de una demanda judicial contra los responsables de la divulgación de la especie, la Policía Federal brasileña.

Al respecto, el director del Departamento de Homicidios de la Policía Federal, comisario Gilberto Cunha, dijo mostrarse extrañado por la reacción de Hugo Cores: "Si él no tuvo que ver con el asunto, ¿cómo sus documentos aparecieron entre los documentos de los secuestradores?" indagó Cunha, refiriéndose a un supuesto documento de identidad en que la foto corresponde al político uruguayo pero el nombre es del argentino Fausto Manuel Ferraz. El sagaz pesquisa añadió que "hasta prueba en contrario, todos son sospechosos", según consigna el matutino "O Estado de Sao Paulo".

En tanto, el diario carioca "Jornal do Brasil" aporta otro enfoque a la información, basándose en la entrevista telefónica a Cores, y tituló en forma destacada: "Diputado acusa a Grupo Anti Secuestros de querer involucrar a izquierda uruguaya". Confirmando lo que informara ayer LA HORA POPULAR sobre que la pugna entre la Policía Federal y la Policía Estadual en torno al caso ha alimentado el mismo de cierta fantasía, "medios de prensa brasileños atribuyeron ayer la divulgación de fotos de personas inocentes como sospechosos, al hecho de que hay un conflicto de competencia por el caso entre la Policía del Estado de San Pablo y la Policía Federal", según consigna un despacho de la agencia noticiosa IPS. "Jornal do Brasil" sostiene también que el director general de la Policía Federal, Romeu Tuma, fijó una reunión con el secretario de Seguridad de San Pablo, Luiz Fleury (h), supervisor de la policía civil, para delimitar las funciones de cada organismo en la investigación del caso. Los viajes de Romeu Tuma (h) a Argentina y Chile, para investigar el pasado de los secuestradores detenidos en la capital paulista, irritaron a miembros del GAS que sostiene que "la investigación paralela obstaculiza" la acción de la policía civil, la que está decididamente inclinada a la tesis de que se trata de una gavilla delictiva con fines exclusivamente de lucro. En ello coincide también el propio ministro de Justicia de Brasil (equivalente a nuestro Ministerio del Interior), Saulo Ramos, quien descartó que el secuestro fuera responsabilidad de "terroristas chilenos de extrema izquierda" y calificó a los secuestradores como "criminales, rufianes profesionales movidos por el dinero", desmintiendo así al comisario Romeu Tuma quien insiste en adjudicar el secuestro a integrantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile.

El diputado electo Hugo Cores dialogó ayer con el ministro consejero de la embajada de Brasil, Claudio Lyra. El lunes, el miembro de la mesa política del Frente Amplio entrevistará al canciller Luis Barrios Tassano, acompañado del senador Francisco Rodríguez Camusso.

"Quiero ver ese documento que dice el comisario Cunha que tiene, a ver si es así o sólo una invención policial", reclamó Cores comentando para LA HORA POPULAR las afirmaciones del funcionario de la Policía Federal brasileña. En un intento por explicar este fenómeno provocado en el país norteño, el diputado electo por el Frente Amplio sostuvo que "quien lea con atención el know how que recomienda la Conferencia de Ejércitos Americanos puede advertir cómo están programados los servicios para actuar en situaciones de este tipo, con un amplio espectro de sospechosos. Y mientras tantos hacen una obra tremendamente nociva, enchastrando organizaciones, y personas. Se trata de mentir, porque algo queda", aseguró Cores a LA HORA POPULAR.

Zabalza: "¿Qué quieren, llevarse a Mario de León como a Noriega?"

"Para 'La República' aparecieron más miembros de nuestra organización, como por arte de magia, en esto de los secuestros", comentó el dirigente del Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) Jorge Zabalza, quien mostraba no lograr comprender ciertos titulares de las dos últimas ediciones de dicho matutino en relación a los hechos delictivos acaecidos en Brasil el pasado mes.

"Hemos desmentido categóricamente toda vinculación con esos sucesos, pero no quisimos entrar en explicaciones "porque no corresponde", enfatizó Zabalza, "pero después, en 'La República', cuando debí responder que el MLN no tiene nada que ver con esto, se me agregan puntos suspensivos para hacerle perder a la afirmación justamente ese aspecto afirmativo".

Zabalza sostuvo que "hay que tener mucho cuidado sobre todo este tipo de elucubraciones que surgen, agitando fantasmas del pasado con cosas sin fundamento, y por eso somos lo más escuetos posible".

Respecto de algunas informaciones que daban como seguro el arribo a Montevideo del comisario de la Policía Federal brasileña, Romeu Tuma (h), el dirigente tupamaro dijo que "parece la venida de Rambo a la búsqueda de cinco sospechosos. No sé si piensan hacer como en Panamá, intervenir directamente en Uruguay y llevarse a Mario de León a San Pablo como hicieron con Noriega". Zabalza llamó la atención sobre que en todo este episodio "diarios comprometidos con una posición política de derecha, como 'El Día', 'El País' o 'La Mañana' no han agitado este tema. No han creado fantasmas, no han tratado de confundir o oscurecer el panorama político. 'El Día', por ejemplo, tituló clarito: 'Niegan en Brasil complicidad de siete uruguayos en secuestro'. Y esa es la realidad".

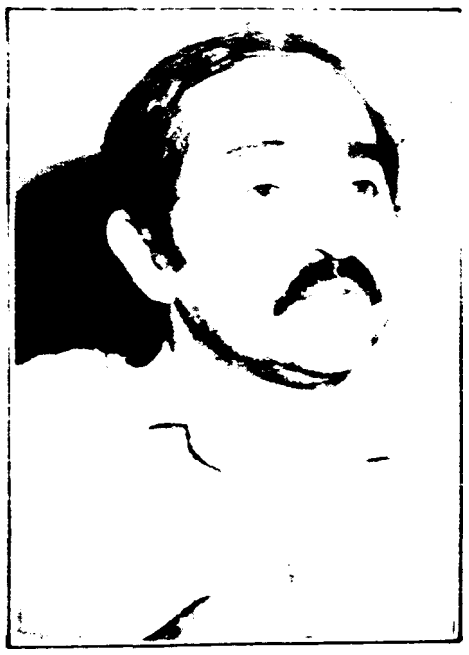
"ABSURDO Y SORPRENDENTE"

Años sin ir a Brasil

La ciudadana uruguaya Magdalena Castro, también involucrada por las autoridades de San Pablo como supuesta cómplice en el secuestro del empresario brasileño Abilio Diniz, se comunicó con la dirección de nuestro matutino para desmentir la especie difundida por los servicios de seguridad brasileños.

En una llamada telefónica desde el interior del país, ayer, dialogando perceptiblemente indignada, Magdalena Castro dijo que estuvo exiliada en Brasil entre 1979 y 1983, pero que hace tres años que no pisa la capital paulista.

Puntualizó que en enero de 1989 visitó Porto Alegre y su pasaje fronterizo lo hizo por el Chuy, tanto de ida como de vuelta, lo que debe constar en los registros de Migración.



CHILENO ACUSADO VISITO LA HORA POPULAR

Malig: "Nunca estuve en Brasil"

El ciudadano chileno Jorge Malig Darricades, residente en nuestro país como refugiado político, visitó LA HORA POPULAR para manifestar su indignación y sorpresa por las informaciones que propaló esta semana la Policía estatal de Sao Paulo (Brasil) haciéndole uno de los vinculados en el secuestro del empresario Abílio Diniz.

Malig Darricades vive en Uruguay desde agosto de 1985, y a partir de entonces desarrolló permanentemente actividades de solidaridad con el pueblo chileno, en forma pública, y hasta hace pocas semanas ocupaba el cargo de presidente del Comité Chile Democrático, y asimismo era encargado de las relaciones entre éste y el PIT-CNT.

El dirigente dijo que "evidentemente las fuerzas de seguridad del Brasil algo quieren hacer... y ya lo hicieron, por más que ahora se rectifiquen y pidan disculpas.

"Yo quiero recalcar que el error de la Policía civil paulista fue bien grande, si se tiene en cuenta que yo jamás estuve en Brasil", enfatizó.

Malig Darricades señaló que seguirá recorriendo otros medios de nuestra prensa local, para intentar que aunque más no sea le publiquen un comunicado que sobre el particular ha redactado.

La nota del exiliado chileno expresa textualmente: "Ante noticias provenientes de Brasil por intermedio de una información cablegráfica de la que se hicieron eco algunos medios uruguayos, en los cuales mi nombre aparece vinculado a un hecho policial ocurrido en aquel país, declaro: 1) que no tengo nada que ver ni de cerca ni de lejos con tales hechos. 2) Que yo nunca he estado en Brasil, y 3) que en la época en que sucedieron tales hechos yo me encontraba en Montevideo, lo cual puede ser corroborado por numerosas personas que estuvieron junto a mí en todo momento".

122

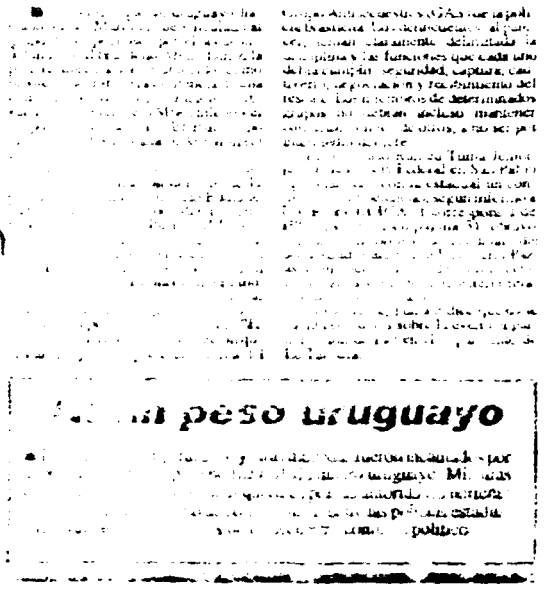
9004310

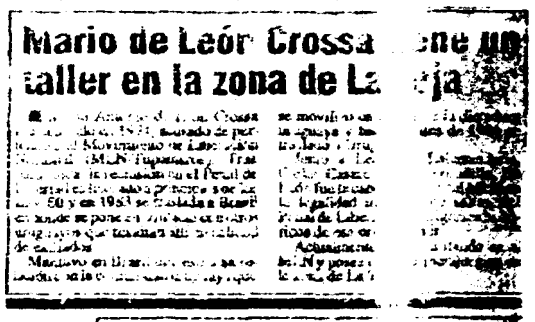
5/01/90

LA REPUBLICA (Sábado) 5/01/90

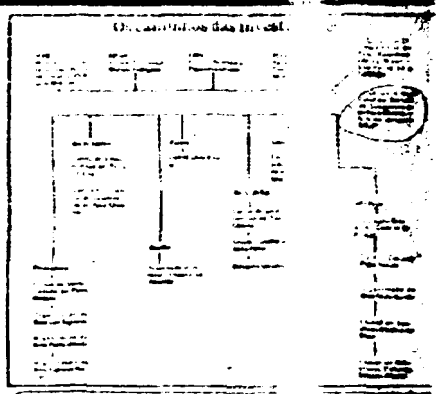
Caso Diniz: otro uruguayo incluido en la lista de sospechosos que "deberán explicar qué hacían sus documentos" junto a los de los secuestradores presos

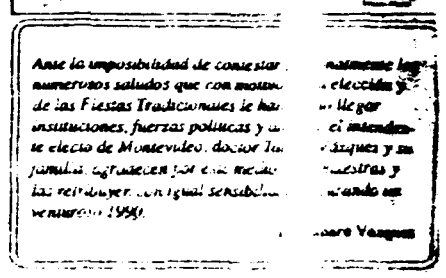
- El jefe de la banda, el argentino Humberto Eduardo Paz, fue miembro d ERP liderado por Enrique Gorriarán Merlo
- La Policía brasileña supone la actuación de una "red terrorista internac. ional" que incluye al MIR chileno y a los copadores de La Tablada





...Policía Federal divulgó un organigrama ...ando los caminos de las investigaciones"





PARTES ELEGIBLE

9004310

05/04/90

FMLC (SUBSV.)

ULTIMAS NOTICIAS 6/I/90

Brasil: La Policía niega complicidad de uruguayos

Altas fuentes de la Policía del Estado de San Pablo confirmaron ayer que los siete uruguayos involucrados por la prensa brasileña en el secuestro del empresario Abilio Diniz, no están acusados ni requeridos formalmente por el Grupo Anti Secuestro GAP, que encabezó las investigaciones tras el secuestro.

La prensa brasileña y la televisión de ese país, divulgaron el miércoles 3 de enero las fotografías de varias personas a las que responsabilizaban de estar relacionadas en el secuestro del empresario Diniz. También estarían implicados elementos del MIR chileno y del ERP argentino.

Entre los requeridos había siete uruguayos, figurando el diputado electo por el Frente Amplio, P.V.P., Hugo Cores (con el nombre de Fausto Ferraz, de nacionalidad chilena), el militante tupamaro Mario de León, el "seispuntista" Víctor Martínez y los militantes Mabel Lucerna Fernández Aranda, María Magdalena Castro de Rosa, Ariel Alberto Marcenaro Cigan-da y Rafael Martínez de Ponce.

El Comisario Antonio Fernández Costa, del GAP, afirmó en conferencia de prensa que el material publicado por la prensa brasileña, fue encontrado en el apartamento 112 de Rua Alvez Guimaraes 1317 en el barrio de Piñairos donde estuvo secuestrado Diniz y que el mismo sería utilizado por los secuestradores para falsificar documentos.

"Ese material, junto a las fotografías, fue exhibido a la prensa, la cual luego lo utilizó comprometiendo a los supuestos involucrados sin que la policía los considerara como tales", explicó Fernández Costa.

Agregó el policía paulista que "las investigaciones se están realizando en forma muy meticulosa, por lo que se puede ticulosa, pro lo cual no se puede anticipar ninguna participación directa de los uruguayos y hay que tomar las precauciones del caso.

Mientras tanto, otras fuentes periodísticas señalaron que el Comisario de Policía Federal, Romeu Tuma Filho, llegará próximamente a nuestro país para considerar el cariz de los sucesos descritos.

HUGO CORES, diputado por el P.V.P.

Cabe señalar asimismo, que otro de los involucrados en los despachos de prensa brasileña, el chileno Jorge Osvaldo Malig, maestro de profesión, reside en nuestro país desde hace años.

De acuerdo a lo que se informó con anterioridad, Abilio Diniz, es miembro de la familia Diniz, propietaria del grupo Pao de Azúcar, la cadena más grande de supermercados del Brasil, con ramificaciones en Europa y recientemente invitada a instalarse en la URSS.

Mientras en Brasil se anunciaba la desvinculación de los uruguayos con el secuestro del empresario, en nuestro país, la noticia tenía otras consecuencias. Hugo Cores, secretario general del Partido por la Victoria del Pueblo, electo diputado en las pasadas elecciones, señaló que había contratado abogados brasileños para que lo representen en eventuales acciones legales por el daño ocasionado a su imagen de político. Paralelamente, Hugo Cores mantuvo esta mañana en la Embajada brasileña una entrevista con el encargado de Asuntos Políticos de esa repartición diplomática, con el fin de plantear la preocupación por la situación generada en el Brasil.

9004310

5/01/90

LA REPUBLICA 5/01/90

La Policía Civil paulista cometió error en divulgar fotografías

Director de la Policía Federal de San Pablo tendrá a investigar presunta participación de cinco tupamaros en el secuestro

En entrevista exclusiva de LA REPUBLICA con el comisario Roméu Tuma Junior, hijo del d[illegible]ector federal

[illegible] Civil paulista [illegible] el rotativo atribuyó el error a un conflicto de competencia entre dos organismos policiales rivales.

Entre las personas perjudicadas por la difusión de su fotografía [illegible] del Partido [illegible] Federal [illegible] Victoria Grabois, [illegible] Universidad [illegible] Paulo.

Otras fotos divulgadas fueron [illegible] por las autoridades policiales a la prensa.

[illegible] el diario Jornal do Brasil [illegible] Correa [illegible] Frente Amplio de Uruguay "está [illegible] por el hecho de la divulgación de sus fotos".

El [illegible] cuyo [illegible] a las alegaciones [illegible] de [illegible] investigadas por la Policía y [illegible] que está [illegible] a viajar [illegible] para [illegible] Policía Federal.

Los [illegible] fotos [illegible] investigados [illegible] Policía de San Pablo, [illegible]

El rotativo atribuyó el error a un conflicto de competencia entre dos organismos policiales rivales.

Entre las personas perjudicadas por la difusión de su fotografía [illegible] del Partido [illegible] Federal [illegible] Victoria Grabois, [illegible] Universidad [illegible] Paulo.

El martes 2 a la misma hora, la Policía Federal de Brasil (PF) divulgó en San Pablo otro informe sobre los secuestradores detenidos y exigido por el comunicado tipo de relación con los secuestradores, diez de los cuales están presos.

El martes 2 a la misma hora, la Policía Federal de Brasil (PF) divulgó en San Pablo otro informe sobre los secuestradores detenidos y exigido por el comunicado [illegible] del Partido [illegible] Federal [illegible] Victoria Grabois, [illegible] Universidad [illegible] Paulo.

Otras fotos divulgadas fueron [illegible] por las autoridades policiales a la prensa.

El rotativo [illegible] el diario Jornal do Brasil [illegible] Correa [illegible] Frente Amplio de Uruguay "está [illegible] por el hecho de la divulgación de sus fotos".

El [illegible] cuyo [illegible] a las alegaciones [illegible] de [illegible] investigadas por la Policía y [illegible] que está [illegible] a viajar [illegible] para [illegible] Policía Federal.

Los [illegible] fotos [illegible] investigados [illegible] Policía de San Pablo, [illegible]

Raúl a Margidonia

Rafael Perez

[illegible] Castro Rosa, [illegible] Pérez Acre Macedonio [illegible] de Mario [illegible] de Emilio Cristo Vera Mendez, [illegible] Cristo, el [illegible] del [illegible] [illegible] Nacional según [illegible] [illegible] los [illegible] [illegible]

Uruguay. Si existiera una real necesidad, alguien viajará a Montevideo. Entre tanto, no.

-¿Como va progresando la investigación de los hechos?

-Está en el terreno de las investigaciones.

El martes 2 a la misma hora, la Policía Federal de Brasil (PF) divulgó en San Pablo otro informe sobre los secuestradores detenidos y exigido por el comunicado tipo de relación con los secuestradores, diez de los cuales están presos

POLICIA BRASILEÑA ACUSA A DOS URUGUAYOS POR SECUESTRO

Cores: "Es una patraña y una provocación contra el Frente"

"Es pura patraña y una gravísima provocación no ya personal sino contra el Frente Amplio", advirtió a LA HORA POPULAR el diputado electo por la coalición de izquierda Hugo Cores, al comentar la información difundida por la agencia de noticias IPS desde *Río de Janeiro*, en las que, apoyándose en fuentes policiales brasileñas, se acusa al dirigente del Movimiento de Participación Popular y miembro del comité central del Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros), Mario Antonio de León, de una presunta participación en el secuestro del empresario paulista Abilio Diniz ocurrido el pasado 11 de diciembre y concluido ocho días después, coincidiendo con las elecciones nacionales en ese país.

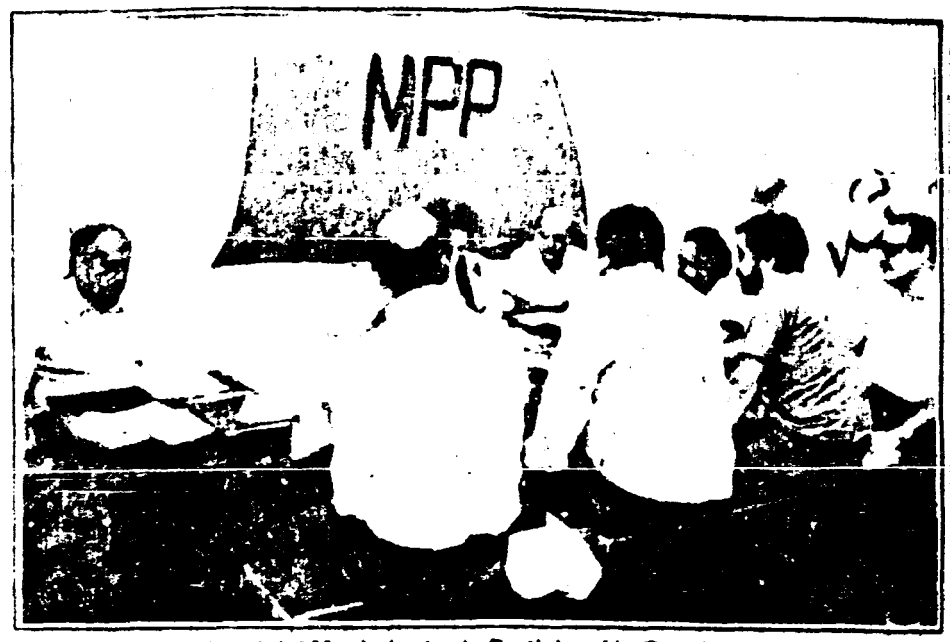
Por su parte, consultado el miembro del comité ejecutivo del MLN (T), Jorge Zabalza, sobre el involucramiento del integrante de su organización, aseguró que De León estaba en Montevideo contemporáneamente a esos hechos delictivos, sobre los que, además, "los tupamaros rechazan como organización toda acusación proveniente de los servicios brasileños, por estar totalmente ajenos a toda participación en los sucesos del país hermano y, en particular, con los que revisten esas características".

Según la información cablegráfica, la policía federal brasileña, dirigida por el comisario Romeu Tuma Junior, se moviliza tras los pasos de supuestos militantes de un grupo insurgente chileno (se atribuye el secuestro a miembros del sector histórico del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, MIR), junto a los que habrían participado –de acuerdo a las mismas fuentes policiales– cinco uruguayos, dos brasileños, dos argentinos y un hondureño. En los diarios del país norteño la policía difundió una fotografía que –según aseguró a IPS un uruguayo que prefirió no identificarse– "es la de Hugo Cores, un dirigente que desarrolla una actividad política absolutamente legal en el Uruguay", como toda prueba.

Cores, quien participaba anoche de una reunión urgente de la dirección del MPP, enfatizó a LA HORA POPULAR que la especie "es una provocación política sobre la cual todavía no tengo elementos para dimensionarla. Es público y notorio que yo estaba en el país en plena actividad política por el Frente Amplio y por el MPP cuando se produjo el secuestro de Abilio Diniz". Para el diputado de la coalición de izquierda que asumirá el próximo 15 de febrero, "se trata de un acto de difamación sobre un dirigente político uruguayo que considero de la mayor gravedad". Visiblemente consternado el dirigente del MPP descartó toda participación en los hechos de referencia.

De acuerdo a la policía brasileña, el objetivo del secuestro de Diniz fue "obtener recursos financieros para financiar la lucha armada en Chile y en otros países de América del Sur" y desliza la sospecha de que el grupo secuestró también al publicista brasileño Lusi Salles, por cuyo rescate su familia pagó dos millones y medio de dólares a mediados de 1989. Diniz fue rescatado de sus secuestradores el 17 de diciembre, día de la segunda vuelta de las elecciones presidenciales brasileñas, mientras Hugo Cores y Mario de León –según testimonio personal y de un dirigente tupamaro– realizaban sus actividades políticas en nuestro país.

"Resulta significativo que la información cablegráfica no aluda en el copete a nuestra particular filiación política sino a nuestra condición de dirigentes frenteamplistas", comentó Cores, por lo que no dudó en reiterar que se trata de "una maniobra oscura contra todo el Frente Amplio".



La dirección nacional del Movimiento de Participación Popular analizó anoche las informaciones que vinculan a dos de sus dirigentes con un secuestro producido en Brasil. La fotocopia del cable facilitado por LA HORA POPULAR centró la atención de la reunión.

DIRECCION NACIONAL DEL MPP SE ENTERO POR NUESTRO DIARIO

Abelenda: "No tiene sentido vincular al Frente Amplio"

El dirigente del Movimiento de Participación Popular (MPP), Marcos Abelenda, dijo que vincular al Frente Amplio y ese sector político no tiene ningún sentido, además de ser una burda provocación.

Abelenda, quien se enteró de la información proveniente de Brasil por LA HORA POPULAR durante una reunión del MPP, indicó que en primer lugar ésa no es la actitud de ninguno de los compañeros de la coalición, al tiempo que indicó que se trata de una maniobra para frenar los procesos de los pueblos que avanzan en Uruguay, Chile y Brasil.

El dirigente frenteamplista sostuvo que se tomarán todas las medidas del caso para aclarar la situación, no descartando gestiones ante las autoridades competentes, así como las que el Frente Amplio resuelva.

Marcos Abelenda, dirigente del MPP, informó a nuestra redacción sobre los pasos que la organización dará como respuesta a versiones periodísticas provenientes de Brasil, que involucran a dos miembros de esa organización.

Dr. Juan J. Crottogini: "Me parece un disparate"

Como de una "incalificable barbaridad" definió el vicepresidente del Frente Amplio, doctor Juan José Crottogini, la información difundida a fuentes policiales brasileñas sobre una presunta participación de dos dirigentes políticos de la coalición de izquierda en un secuestro extorsivo a un empresario paulista.

Crottogini se enteró del hecho a partir del trabajo periodístico de LA HORA POPULAR cuando a esta redacción llegó el cable de la agencia noticiosa IPS, pero comentó que "me parece un disparate".

126

Interpol se enteró por LA HORA POPULAR

"Nos enteramos por LA HORA POPULAR", aseguró anoche el oficial encargado de Interpol Uruguay, agente Rodríguez, cuando se le requirió información sobre si la filial brasileña había procedido en algún sentido respecto de los dos uruguayos a quienes la policía norteña involucra como presuntos participantes en el secuestro del empresario Abilio Diniz.

Rodríguez, quien sustituye actualmente en dicha repartición al subcomisario Elbio González, dijo no tener "conocimiento oficial" de ningún requerimiento por parte de Interpol sobre uruguayos vinculados a acciones de ese tipo.

El día del secuestro reporteamos a Hugo Cores

Hugo Cores estaba en Montevideo el pasado lunes 11 de diciembre, el mismo día en que fue secuestrado el empresario brasileño.

Un periodista de nuestra redacción lo entrevistó telefónicamente, en horas de la tarde, sobre una información publicada en el matutino "La República" de ese día, donde se notificaba a la población de la posible integración del equipo de gobierno del Dr. Tabaré Vázquez.

El diálogo mantenido con el dirigente del PVP, fue desde la redacción de nuestro diario con la casa de Cores.

La nota fue publicada en la página 5 de nuestro diario el martes 12 de diciembre.

Como es conocido el empresario brasileño fue liberado en la tarde del 17 de diciembre (domingo), y Cores participaba el martes 19 a las 10 horas, en una reunión de la comisión de programa del FA, que se realizó en el Palacio Legislativo. Nota que se publicó, acompañada de fotografía, el miércoles 20 de diciembre, en la página 9 de LA HORA POPULAR.

9004310

90
845
774
543

23H

9111 90.

4/1/90 JORNAL DO BRASIL

F.MIL 8086

Dois dos 12 suspeitos no caso Diniz são inocentes

SÃO PAULO — Os brasileiros José Francisco e Neil Bazarello — cujas fotografias foram encontradas junto com documentos dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, vice—presidente do Grupo Pão de Açúcar — são de São Paulo e prestaram depoimento ontem no Grupo Anti—Sequestro (GAS), onde negaram qualquer envolvimento com o bando. Depois que os jornais publicaram as fotografias dos dois, junto com outros 10 suspeitos, José Francisco, que é operário, foi denunciado à polícia e levado para o GAS.

Neil, que se diz entregador de mercadoria desempregado e até ontem fazia bico como guardador num estacionamento, viu sua fotografia nos jornais e foi procurar à polícia. Ele esteve primeiro num destacamento da Guarda Civil Metropolitana, depois foi ao Distrito Policial de Pinheiros, Zona Sul, de onde foi conduzido algemado para a sede do GAS, no Centro da cidade.

Inocentes — O delegado Fernando Costa, que preside o inquérito sobre o seqüestro de Diniz, disse que os dois argumentaram que haviam perdido seus documentos de identidade há cerca de três meses. José e Neil foram ouvidos pela manhã e liberados, mas continuam sendo considerados suspeitos. "Nós precisamos fazer uma investigação profunda para saber se o que eles alegam é verdade", disse o delegado, acrescentando que nenhum dos dois se preocupou em registrar um boletim de ocorrência sobre o extravio dos documentos na época. Fernando Costa acha, entretanto, que a falta de atenção para este tipo de detalhe é comum.

Antes de divulgar, anteontem, as fotografias das 12 pessoas apontadas como suspeitas, a polícia já havia feito um levantamento para localizá-las através do instituto de identificação paulista, sem sucesso. O GAS já pediu às polícias do Uruguai, Argentina, Chile, Honduras, México e Canadá informações sobre outros suspeitos de envolvimento nos seqüestros realizados no Brasil.

Ontem a polícia interceptou um telegrama enviado ao canadense David Robert Spencer — que se encontra preso na Penitenciária do Estado com mais nove dos participantes do seqüestro de Abílio Diniz— em que o remetente aconselha David a não falar mais à polícia sobre a organização e utiliza a expressão "calar a boca".

Se a polícia canadense não fornecer as respostas a um questionário que o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) preparou, o delegado Roberto Kaway, do GAS, poderá ser enviado àquele país em missão especial. A polícia paulista quer maiores informações sobre as atividades e o relacionamento de David Spencer e de sua companheira, Christine Gwen Lamont, canadense que também foi presa com o bando na Praça Hashiro Miyazaki, onde os seqüestradores mantiveram Abílio Diniz em cativeiro. O GAS divulgou ontem à tarde a prova de um panfleto com as fotografias de 13 integrantes do bando que participou do seqüestro. O panfleto é dividido em duas partes, a primeira dizendo quem são os procurados, em cima. Na parte de baixo, com as fotos dos 10 presos, a polícia pede a quem souber que dê informações sobre eles.

9004310

04.01.90.

Otra detención en San Pablo

SAN PABLO (ANSA). — La policía de San Pablo detuvo ayer al brasileño Noil Bazarello Caires, acusado de haber participado en el secuestro del empresario Abilio Diniz, vicepresidente del poderoso grupo económico Pan de Azúcar, quien fue rescatado el 17 de diciembre último por Agentes del Grupo Antisecuestro (GAS) tras permanecer seis días en poder de sus captores.

Bazarello Caires fue detenido en una zona periférica de esta ciudad por guardias de la alcaldía de San Pablo, que lo condujeron hasta la sede del departamento de Homicidios, cuyos agentes colaboran en las investigaciones que están a cargo del GAS y de la policía federal.

Hasta el momento, la policía paulista detuvo a otros diez secuestradores (cinco chilenos, dos canadienses, dos argentinos y un brasileño) y busca ahora a otros doce, cuyos retratos y probables identidades fueron divulgados por intermedio de la prensa. Se trata de cinco uruguayos, dos chilenos, dos argentinos, un hondureño, un brasileño y una mexicana.

Abilio Diniz, por cuya libertad iba a ser exigido un rescate de 30 mil dólares, fue localizado por agentes del GAS en un chalé de un barrio residencial de esta ciudad, y sus captores se entregaron a la policía gracias a la mediación del arzobispo de San Pablo, cardenal Paulo Evaristo Arns.

Según el director general de la policía federal, **Romeu Tuma**, está prácticamente comprobado que el grupo mantenía vinculaciones con organizaciones subversivas, como el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), que actúa en Chile, y el movimiento Todos por la Patria, que en enero de 1989 atacó el cuartel de La Tablada, en la Argentina.

Tuma reveló que recibió un informe de la policía argentina sobre los antecedentes del ciudadano de ese país, Humberto Eduardo Paz, que se hacía llamar "Juan Carlos" y fue señalado como líder del grupo de secuestradores.

De acuerdo con el informe de la Policía Argentina, **Paz** (que está detenido en San Pablo junto con su hermano **Horacio**) era integrante del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) y participó en el secuestro del empresario **Bernardo Mincsky**.

9004310

Informaciones provenientes de Brasil aseguran que varios uruguayos -entre ellos Hugo Cores y un dirigente tupamaro- participaron de un secuestro. Tanto Cores como el MLN se apresuraron a negar cualquier participación con el hecho. Sin embargo la foto del dirigente del PVP fue difundida en las últimas horas por la televisión. Se afirma que la policía lo busca; Cores dice que hace un año que no va a aquel país.

El secretario general del PVP desmiente la versión de lc

Acusan de secuestro tupamaro; el diputado

* Jorge Zabalza: "El MLN no tiene nada que ver..."

Un cable de la agencia Inter Press Service (IPS), fechado ayer en Río de Janeiro indica que el secretario General del Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), Hugo Cores y el dirigente tupamaro, Mario Antonio de León Crossa, figuran en una lista de requeridos por la policía de Brasil por su presunta participación en el secuestro del empresario Abilio Diniz, perpetrado el 17 de diciembre pasado en San Pablo. El dirigente pevepista consultado por LA REPUBLICA en la noche de la víspera deslindó toda responsabilidad en el asunto y aseguró que "hace un año" que no viaja al país norteño. El dirigente tupamaro, Jorge Zabalza, entre tanto, dijo que el MLN "no tiene nada que ver" con lo publicado por IPS. Por otra parte INTERPOL indicó a nuestro matutino que no tenían datos al respecto. Las versiones acerca del origen de la información son, por demás, contradictorias. El cable de IPS señala que la foto de Cores, de De León y de otras 12 personas, presuntamente implicadas en este ilícito, entre las que figuran tres uruguayos, más los ya mencionados, aparecen "en los diarios de este miércoles". LA REPUBLICA se contactó ayer con la redacción de los diarios brasileños "Jornal Do Brasil" y "Zero Hora" desde donde informaron que estas fotos no fueron publicadas por la prensa escrita. Al parecer la imagen de Cores y de los demás presuntos implicados, habría sido emitida por los canales norteños de televisión. Incluso un uruguayo residente en Río de Janeiro se comunicó telefónicamente con Cores para informarle sobre el particular. Ayer el matutino El Día publicó un cable de una agencia internacional la cual no aparece consignada, donde se informa que son seis los uruguayos involucrados en este secuestro. Entre éstos aparece el nombre de Mario Antonio de León Soisa y no Crossa como dice IPS. Las fotos encontradas en una de las moradas donde estuvieron los raptores de Diniz fueron divulgadas por la policía de Río de Janeiro. La foto de Cores no es atribuida por los funcionarios de seguridad a los nombres de quienes, se presume, son uruguayos, sino al de un argentino; Fausto Manuel Ferraz; esto fue lo que informó IPS. Sin embargo la información aparecida ayer en El Día, a la que hacíamos referencia anteriormente, dice que el argentino, presunto secuestrador, tiene por nombre Fausto Manuel Fernández y no Ferraz.

Para Cores, la violencia se justifica cuando "se viola el contrato de libertad pública y democracia"

Los movimientos de derecha "podrían canalizarse como partidos, si no están dispuestos a violar la ley de la revolución y no tienen conexiones con el extranjero" en un eventual régimen socialista a instaurarse en el Uruguay, sostuvo a LA REPUBLICA Hugo Cores. El secretario general del PVP defendió, sin embargo, las violaciones a la legalidad vigente en la década del '60 por parte del MLN-Tupamaros y el OPR-33 basándolas en la conflictiva situación política y social de ese período. Este es un extracto de una extensa entrevista que mantuvo Cores precisamente ayer con LA REPUBLICA sobre los complejos procesos políticos que viven los países de Europa Oriental, que será editada íntegra próximamente.

■ - La tesis del partido único pergeñada por Lenin, ¿no elimina la posibilidad del contralor político sobre el estado?

- No estoy seguro de que esa concepción sea de Lenin; por lo menos en los tres o cuatro años de la revolución la dirección era ejercida por un gobierno de alianzas. Lo que sí se atribuye a Lenin -y hay un gran debate en torno a eso- es la tesis del poder de las mayorías contra las minorías, contra los que no respetan la nueva legalidad revolucionaria.

- ¿El PVP sostiene esa tesis?

- Es una cuestión que no se ha vuelto a discutir... Tampoco es un tema en que nos hayamos definido a favor o en contra. El PVP se define como marxista y reconoce el aporte de Lenin. No nos definimos como marxistas-leninistas porque en los '70 eso era aparecer casi como los primos hermanos de los partidos comunistas, y nosotros queríamos reivindicar una filiación propia, reivindicando a Marx y a Lenin pero por una vía que no era la ortodoxa, la tradicional, la de las esciciones.

- ¿Lleva al despotismo la tesis del partido único?

- En principio no somos partidarios del régimen del partido único. Dentro del respeto a la legalidad revolucionaria, y en tanto las organizaciones no conspiran contra las realizaciones, es positivo que exista gente de distintas concepciones ideológicas. En América Latina -y en Nicaragua particularmente- se ve con claridad la existencia de una vertiente revolucionaria que proviene del catolicismo. El pluralismo siempre se debe ejercer dentro del mantenimiento de una vanguardia que tenga la capacidad de dirigir el proceso.

- ¿Cómo define la conspiración contra la legalidad revolucionaria?

- Se supone que una revolución debe lograr muy rápidamente un estado de derecho, un ordenamiento jurídico a partir del cual el que contravenga las normas queda al márgen de la legalidad. Las normas deben permitir la autonomía de los sindicatos, la más plena expresión de las ideas socialistas en la sociedad, en el arte, en la literatura... Como fue la revolución rusa en la época de Maiakovsky.

- ¿Qué margen queda para las ideas capitalistas, para las de derecha? No por perder vigencia un régimen dejan de ser un aporte a la humanidad... ¿Se canalizarían a través de partidos políticos?

- En ningún proceso revolucionario el peligro son las ideas. Pienso que podrían canalizarse como partidos, si no están dispuestos a violar la ley de la revolución y no tienen conexiones con el extranjero. Podrían propugnar incluso la vuelta a la economía del mercado, o a una sociedad capitalista.

- En Uruguay hubo grupos que violaron la legalidad, en forma cuestionable o no, como el MLN-Tupamaros y el OPR-33. ¿Cuál es la diferencia ética entre los tipos de conspiración?

- El principio de legitimación que tuvo la extrema izquierda en el Uruguay fue que la oligarquía estaba violando el contrato de libertades políticas y la democracia. En definitiva, lo de los '60 fue una reacción al autoritarismo y al hecho de que Pacheco se metiera la Constitución en el bolsillo y se ingresase en el terreno de la arbitrariedad. Se cerraron las puertas a la organización sindical, a la prensa. Entonces, la presión contenida por la sociedad estalló por la vía de la acción directa, porque se había cerrado cualquier otra posibilidad de debate.

- En 1962, cuando tienen lugar las primeras acciones del MLN, no se había generado aún esa situación.

- Me remito más al gobierno de Pacheco, que es cuando la acción pasa a formar parte de la vida real y con adhesiones crecientes.

Cores niega todo contacto con el MIR chileno, grupo que aparece involucrado en un secuestro a un empresario brasileño.

"Hace más de un año que no voy a Brasil"

Cores: "Lo difundido no tiene ningún fundamento, ni por nuestra conducta política ni por nuestras ideas"

■ "Tengo tanto que ver con este asunto como con el embarazo de la princesa de Mónaco", dijo ayer a LA REPUBLICA Hugo Cores. "Es una acusación totalmente gratuita y no tiene ningún asidero", agregó uno de los acusados del secuestro del industrial brasileño.

El líder del PVP señaló a LA REPUBLICA que la versión no tiene ningún fundamento "ni por nuestra conducta política, ni por lo que son nuestras ideas". Más adelante informó que, personalmente, no guarda ningún tipo de relación con el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) chileno, uno de los grupos inculpados en el delito.

Asimismo, Cores manifestó no sostener contacto alguno con "las personas que allí (en el cable) se mencionan". Consultado respecto a Mario de León -el otro dirigente izquierdista sindicado como partícipe miembro de la banda- el electo diputado por el MPP indicó "no conocerlo personalmente". A su vez, negó conocer a los demás uruguayos que aparecen en la lista de requeridos por la policía brasileña. "Hace más de un año que no voy al Brasil", manifestó Cores más adelante. Por otro lado, aseguró a LA REPUBLICA que sus abogados en Brasil ya están trabajando sobre el asunto. El dirigente fue avisado por un amigo, en horas de la noche de ayer, que su foto había salido por la TV brasileña y donde se le señalaba como delincuente prófugo.

9004310

agencia IPS: "Es tan cierto como que soy el responsable del embarazo de la princesa de Mónaco..."

en Brasil a Hugo Cores y a un electo niega haber estado allí

1

INTERPOL: "Sin novedades"

■ Efectivos de Interpol consultados ayer por LA REPUBLICA aseguraron que hasta el momento no habían recibido ninguna información acerca de que hubieran ciudadanos uruguayos implicados en el secuestro del empresario Abilio Diniz, perpetrado el pasado 17 de diciembre en San Pablo.

Al serle informado que dos de los presuntos implicados eran integrantes del Frente Amplio, uno de los funcionarios manejó la hipótesis de que la información podría haber llegado vía Ministerio de Relaciones Exteriores y desde allí haya sido derivada directamente a Información e Inteligencia. "Por ahí se canaliza todo lo que tiene que ver con temas políticos", acotó.

Los informantes señalaron que toda información que le es requerida a la filial brasileña de Interpol demora mucho tiempo en ser recibida.

Cable de IPS que, citando fuentes policiales, atribuye responsabilidades a Cores y de León

Río de Janeiro (IPS)

■ Dos dirigentes de la coalición izquierdista Frente Amplio de Uruguay, figuran en una lista de doce requeridos por la policía de Brasil por presunta participación en el secuestro de un empresario de la ciudad de San Pablo, se supo ayer.

Mario Antonio de León Crossa, de la dirección del Movimiento de Liberación Nacional (MLN-Tupamaros) y representante de ese grupo en el Frente Amplio, es uno de los supuestos secuestradores de Abílio Diniz identificados por la policía brasileña, según señalaron a IPS residentes uruguayos en esta ciudad.

El otro es Hugo Cores, secretario general del Partido por la Victoria del Pueblo y miembro de la dirección nacional del Frente Amplio, que aparece en una foto en los diarios de este miércoles con el nombre de Fausto Manuel Ferraz, de nacionalidad argentina.

"Es la foto de Hugo Cores, un dirigente que desarrolla una actividad política absolutamente legal en Uruguay", aseguró a IPS un uruguayo que prefirió no identificarse.

La policía brasileña rescató al empresario Abilio Diniz el 17 de diciembre y detuvo a seis integrantes del grupo internacional de secuestradores. Otros cuatro habían sido capturados dos días antes en San Pablo.

El Frente Amplio ganó el 26 de noviembre pasado la intendencia de Montevideo y fue tercero en las elecciones generales celebradas en esa fecha.

En cuanto al MLN, cuyos activistas son conocidos como tupamaros, desarrolló la lucha armada en Uruguay en los años sesenta y primeros años del setenta. Derrotado por las fuerzas armadas en 1972, se integró en 1985 a la actividad política legal, tras la amnistía que benefició ese año a sus integrantes.

También el PVP tiene presencia exclusivamente legal en la actividad política y sindical uruguaya.

De acuerdo con la policía de Brasil, el objetivo del secuestro de Diniz fue obtener recursos financieros para promover la lucha armada en Chile y en otros países de América del Sur.

Los secuestradores responden al sector histórico del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile, según las autoridades.

Los documentos de identidad de los doce sospechosos requeridos fueron hallados en una de las seis viviendas que los secuestradores alquilaron en San Pablo.

La policía sospecha que el grupo secuestró también al publicista brasileño Luis Salles, por cuyo rescate su familia pagó dos millones 500 mil dólares a mediados de 1989.

En la tarde de este miércoles se presentó a la policía el brasileño Neil Caires, uno de los doce supuestos secuestradores prófugos, quien negó toda participación en los hechos.

Caires, vigilante de un estacionamiento de automóviles, dijo que perdió sus documentos de identidad hace tres meses. La policía lo puso inmediatamente en libertad, aunque anunció que se investigará si tuvo participación en el secuestro.

Río de Janeiro (IPS)

La policía brasileña busca a catorce supuestos militantes de un grupo insurgente chileno, a los que acusa de participar en el secuestro de un empresario de la ciudad de San Pablo, que fue rescatado el 17 de diciembre.

La prensa brasileña publicó ayer las fotos de doce personas (tres mujeres y nueve hombres), que intervinieron al parecer en el secuestro del empresario paulista Abílio Diniz, atribuido oficialmente a activistas del sector histórico del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), de Chile.

Se trata de cinco uruguayos, dos brasileños, dos chilenos, dos argentinos y un hondureño. La persecución policial se dirigía anoche hacia esa ciudad.

Los doce requeridos públicamente fueron identificados en documentación hallada en una maleta con doble fondo, que se requisó en una de las seis viviendas que los secuestradores de Diniz, habían alquilado en San Pablo.

Las otras dos prófugas son la belga María Yvonne Brackmann (o Beatrice Boujois, que era su identidad falsa) y una brasileña cuyo nombre la policía desconoce.

La policía del estado de San Pablo reveló el martes que el jefe del grupo de secuestradores, el argentino Humberto Paz, preso desde el 17 de diciembre, fue miembro del Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), que desarrolló la lucha armada en Argentina en los años '70.

La información atribuyó a Paz, participación en el ataque al cuartel de La Tablada, en Buenos Aires, en enero de 1989, realizado por una fracción del llamado "Movimiento Todos por la Patria", que causó decenas de muertos, entre guerrilleros y soldados.

De acuerdo con la policía brasileña, Paz habría intervenido en los años setenta en el secuestro del ejecutivo Bernardo Milesky, de la empresa Loma Negra, de la ciudad argentina de Azul, en la provincia de Buenos Aires.

La policía del estado de San Pablo cree que los secuestros en Brasil fueron planificados por la chilena María Marchi Badilla, identificada inicialmente con el apodo de "Paby Bustos".

Al parecer, Marchi fue encargada por el MIR histórico de realizar los secuestros y otras acciones "fuera de Chile".

La lista de doce sospechosos divulgada comprende a los uruguayos Mabel Fernández Aranda, María Castro Rosa, Rafael Martínez Ponce, Ariel Marcenaro Cigando y Mario De León Crossa.

También, a los chilenos Jorge Malig Darricades y Daniel Vilches Sánchez, los brasileños José Francisco y Neil Caires, los argentinos Fausto Manuel Ferraz y Eva Baumbartner, y el hondureño José Corea Morán.

ULTIMO MOMENTO

Abogado brasileño: "El informe carece de seriedad"

■ Un integrante de la Orden de Abogados de Brasil -organismo similar al Colegio de Abogados uruguayo- informó esta madrugada a Hugo Cores que los informes policiales "carecen en absoluto de seriedad".

El jurista indicó en ese sentido que varias de las personas involucradas en el secuestro -cuyas fotos fueron difundidas por la televisión brasileña- se presentaron a la Policía para asegurar que nada tienen que ver en el asunto.

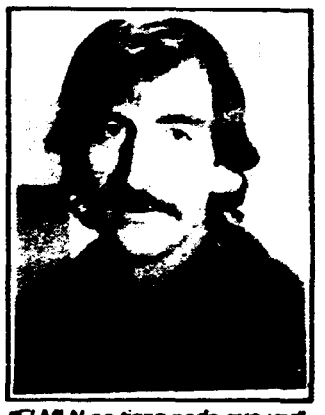
"Es una hipótesis que Mario de León haya participado"

Jorge Zabalza: "El MLN no tiene nada que ver con lo que se ha publicado"

■ "El MLN como organización política no tiene nada que ver con lo que se ha publicado", dijo ayer a LA REPUBLICA Jorge Zabalza, dirigente de esa corriente política. "Queremos que esto quede absolutamente claro", añadió el político.

Zabalza remarcó especialmente que "el MLN no tiene ni ha tenido nada que ver con acontecimientos ocurridos tanto en la Argentina como en el Brasil". El dirigente tupamaro desmintió categóricamente y hablando como vocero de su grupo político, la versión de un cable de la agencia IPS, procedente de Río de Janeiro, donde se consigna que dos políticos uruguayos, Mario de León y Hugo Cores estarían implicados en el secuestro de un empresario brasileño.

"Los nombre y las acusaciones o bien provienen de la policía o son un invento de la prensa brasileña", comentó Zabalza. El dirigente tupamaro opinó que estas acusaciones información "hay que probarlas". Respecto al nombre de Mario de León -que aparece en la lista de requeridos- "es una hipótesis que haya participado" en el secuestro, además no es dirigente del FA ya que no integra la Mesa Política. Agregó que a de León lo había visto en Montevideo "en los momentos previos al señalado ilícito".



"El MLN no tiene nada que ver", aseguró Zabalza, uno de los máximos dirigentes de esa organización.

Información publicada por "El Día" contradice la brindada por IPS

■ En la página 14 del matutino El Día se consignan los nombres de seis uruguayos presuntamente involucrados en el secuestro del empresario brasileño Abilio Deniz, difundidos por la policía norteña en base a fotografías incautadas.

Estos serían Mario Antonio De León Soisa, y no Crossa como señala IPS, Ariel Alberto Mecelano Sirganda, José Osvaldo Mariga Ricandes, Rafael Martínez Ponce, María Magdalena Castro de la Rosa y Mabel Lucerna Fernández.

Según la información aportada por el matutino batllista, el jefe de la Policía Federal Brasileña, comisario Romeu Tuma, se manifestó convencido de que el secuestro tuvo carácter político, pero su aseveración no le permitió descartar la hipótesis de trabajo de la policía de San Pablo, según la cual los delincuentes perseguían fines de lucro.

La lista de sospechosos se completa con un hondureño, un argentino y dos brasileños. La fotografía en que se basan las presunciones de la policía fueron incautadas en una de las seis casas utilizadas por los secuestradores para confinar al empresario Deniz. Las autoridades hallaron allí documentos de identidad de los sospechosos, unos 3.500 dólares en distintas monedas, material para falsificaciones, pasajes aéreos y documentos de identidad falsos de distintos países sudamericanos.

El cable publicado por El Día señala la presencia de un argentino entre los implicados: Fausto Manuel Fernández, este aparece como Fausto Manuel Ferráz en el cable de IPS a quien además se le habría atribuido la foto de Cores.

02/01/90

EL CASO DEL EMPRESARIO BRASILEÑO ABILIO DINIZ

CLARIN 03/01/90

Un secuestrador argentino tomó parte en La Tablada

La policía del Brasil confirmó ayer que el argentino Humberto Eduardo Paz, alias "Juan Carlos", quien fue el jefe de la banda que secuestró al empresario Abilio Diniz, había participado en el asalto al cuartel del Regimiento de Infantería 3 de La Tablada, en enero del año pasado, en el Gran Buenos Aires. Según las autoridades policiales brasileñas, Paz y su hermano, Horacio Enrique, "habrían integrado el ERP y en la actualidad son miembros del MIR, en Chile". El grupo de secuestradores era integrado, además, por seis chilenos, una mujer canadiense y un brasileño.

SAN PABLO, Brasil (EFE). — **La policía brasileña confirmó que el argentino Humberto Eduardo Paz, jefe de los secuestradores del empresario Abilio Diniz, detenido el 17 de diciembre pasado aquí, participó en el asalto al cuartel de La Tablada, en la periferia de Buenos Aires, en enero de 1989.**

La información fue facilitada a la prensa por el comisario **Romeu Tuma Junior**, tras regresar de Buenos Aires, donde obtuvo antecedentes de **Humberto Eduardo Paz**, alias **"Juan Carlos"**, y de su hermano **Horacio Enrique**, también detenido en el Brasil por participar en el secuestro.

Abilio Diniz, propietario de una de las mayores redes de supermercados del Brasil, fue secuestrado el 11 de diciembre y liberado seis días más tarde tras dos días de negociaciones entre los secuestradores y la policía, que descubrió y cercó la casa utilizada como cautiverio del empresario.

Los secuestradores de **Abilio Diniz**, que llegaron a exigir a la familia del empresario un rescate de **35 millones de dólares**, fueron relacionados inmediatamente con el secuestro del publicitario brasileño **Luis Sales**, ocurrido hace seis meses, quien fue liberado 65 días después tras el pago de 2,5 millones de dólares.

A partir de los datos obtenidos en Chile y la Argentina, la policía brasileña asegura también que los hermanos Paz formaban parte del grupo guerrillero argentino Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) y que en la actualidad son miembros del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) de Chile.

El asalto al cuartel de La Tablada, el 23 de enero de 1989, durante el gobierno del presidente **Raúl Alfonsín**, fue realizado por la organización izquierdista Movimiento Todos por la Patria (MTP), fundada por ex dirigentes del ERP.

Tuma Junior concluye en su investigación que todo el grupo detenido en **San Pablo** —compuesto por ocho hombres y dos mujeres, seis chilenos, dos argentinos, una canadiense y un brasileño— **pertenece al MIR y planeaba otros secuestros en el Brasil con el fin de obtener fondos para sus actividades políticas.**

9004310

02/01/90

Chave de cofre dá nova pista sobre seqüestradores de Diniz

F. Mil (SCUBU.)

SÃO PAULO — A descoberta da chave de um cofre particular de banco entre os pertences dos seqüestradores do empresário Abilio dos Santos Diniz, vice-presidente do grupo Pão de Açúcar, é a mais nova pista encontrada pela polícia de São Paulo. Ainda não se sabe de que banco é o cofre, onde ainda estariam os US$ 2,5 milhões pagos no resgate do publicitário Luiz Marcelo Dias Sales, presidente da agência de publicidade Salles Inter Americana, que esteve em poder dos mesmos seqüestradores.

De acordo com a polícia paulista, é possível que o dinheiro do resgate de Sales, seqüestrado em 31 de julho passado e libertado 65 dias depois, não tenha sido retirado do país. A Interpol ficou encarregada de rastrear as contas bancárias mantidas pelos seqüestradores no Chile e na Argentina, mas até agora nada informou. O cofre poderia conter também documentos sobre o funcionamento da organização.

Denúncia — O juiz Renato Gomes Correa, da 5ª Vara Criminal de São Paulo, recebe hoje a denúncia contra os seqüestradores de Abilio Diniz. Os dez integrantes do bando — oito homens e duas mulheres — são acusados de extorsão mediante seqüestro, formação de quadrilha armada, resistência à ordem de prisão e lesões corporais. A pena prevista para esses quatro crimes é de 29 anos de prisão, mas a Polícia Federal pedirá o enquadramento do grupo também nos crimes de contrabando, falsificação de documentos, uso de documentos falsos e porte de armas privativas das Forças Armadas.

A Polícia Federal poderá abrir outro inquérito para apurar a participação do bando no seqüestro do coronel Carlos Carregno, capturado no Chile e solto em São Paulo, em dezembro de 1968. Um dos seqüestradores do empresário Abilio Diniz, Sérgio Martín Olivares Urtubia, preso na Penitenciária do Estado, teria participado da ação. Quando esteve no Chile, o delegado Romeu Tuma Júnior obteve um retrato falado e uma fotografia de um homem cuja fisionomia é semelhante a de Urtubia. Na investigação que realizou na Argentina, na semana passada, Tuma Júnior confirmou que o líder do bando, Humberto Eduardo Paz, o *Juan Carlos*, e Horácio Henrique Paz, que também está preso, são irmãos e integrantes da organização chilena Mir (Movimento de Isquerda Revolucionário-Histórico) e participaram da invasão do quartel de La Tablada, na Argentina.

Livro — Parte do relatório que o delegado Tuma Júnior está elaborando sobre as atividades do grupo na Argentina será confidencial. A Polícia Federal está investigando também a ação do grupo no Brasil, onde ainda se encontrariam os seqüestradores que conseguiram escapar durante o cerco ao cativeiro de Abilio Diniz, na Praça Hashiro Miyazaki, no Parque Jabaquara, Zona Sul de São Paulo, no dia 17 de dezembro. O relatório de Tuma Júnior será entregue hoje ao superintendente da Polícia Federal em São Paulo, Marco Antônio Veronezzi, e ao secretário de Segurança, Luiz Antônio Fleury Filho.

Um livro encontrado pelos policiais do Grupo Anti-Seqüestro numa das casas ocupada pelo bando mostra que a organização contabilizava todas as despesas em São Paulo. Até uma semana antes do seqüestro do empresário Abilio Diniz, o grupo gastou — em aluguel de imóveis, compra, locação de carros e despesas de manutenção — US$ 230 mil. Alguns integrantes do grupo estiveram hospedados em hotéis cinco estrelas.

JORNAL DO BRASIL 02/01/90

Relatório aponta ligação com o Mir

O grupo que seqüestrou o empresário Abilio dos Santos Diniz, vice-presidente do Grupo Pão de Açúcar, é de fato ligado ao Mir, organização de esquerda do Chile, e planejava outros seqüestros no Brasil com o objetivo de conseguir fundos para ações armadas no Cone Sul, informou o delegado Romeu Tuma Júnior. Ele retornou dia 30 da Argentina com documentos sobre a participação do Mir na invasão do quartel de La Tablada, localidade próxima a Buenos Aires, em janeiro do ano passado. "Fechamos o cerco em torno do grupo", disse o delegado, que hoje entregará um relatório a seu pai, o diretor do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma, ao secretário de Segurança de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e ao superintendente regional da Polícia Federal, Marco Antonio Veronezzi.

Tuma Júnior não quis dar maiores detalhes sobre as investigações desenvolvidas na Argentina pela Interpol, mas afirmou que todas as suspeitas sobre as atividades do Mir se confirmaram. O argentino Humberto Eduardo Paz, o *Juan Carlos*, líder do grupo que seqüestrou o empresário Abilio Diniz, seria o braço direito do Mir no Brasil e teria participado da invasão do quartel de La Tablada. Não há certeza, porém, de que Horácio Henrique Paz — um dos dez seqüestradores presos em São Paulo — é irmão de *Juan*.

O comerciante Raimundo Freire de Oliveira, pai de Raimundo Rogério Costa Freire, brasileiro que faz parte do bando, chega hoje a São Paulo, procedente de Juazeiro do Norte, no Ceará, para tentar a contratação de um advogado. Segundo sua filha Rosineide, ele vai procurar o advogado Belisário dos Santos, da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, que junto com outros integrantes da entidade se retirou do caso.

Um funcionário da polícia de São Paulo confirmou que o chileno Hector Ramon Calcante Tapia, preso na Penitenciária do Estado, esteve hospedado entre os dias 26 e 31 de outubro passado no Hotel Park, na Rua da Consolação, junto com *Juan* e outros dois homens que estão sendo procurados. O Serviço de Polícia Aérea e Marítima de Fronteira da Polícia Federal está fazendo uma checagem de vários nomes que integram o grupo de seqüestradores e estão desaparecidos. O levantamento é feito por computador, co base no registro de dados sobre expedição de passaportes para estrangeiros que entram e saem do país.

9004310

21/12/89

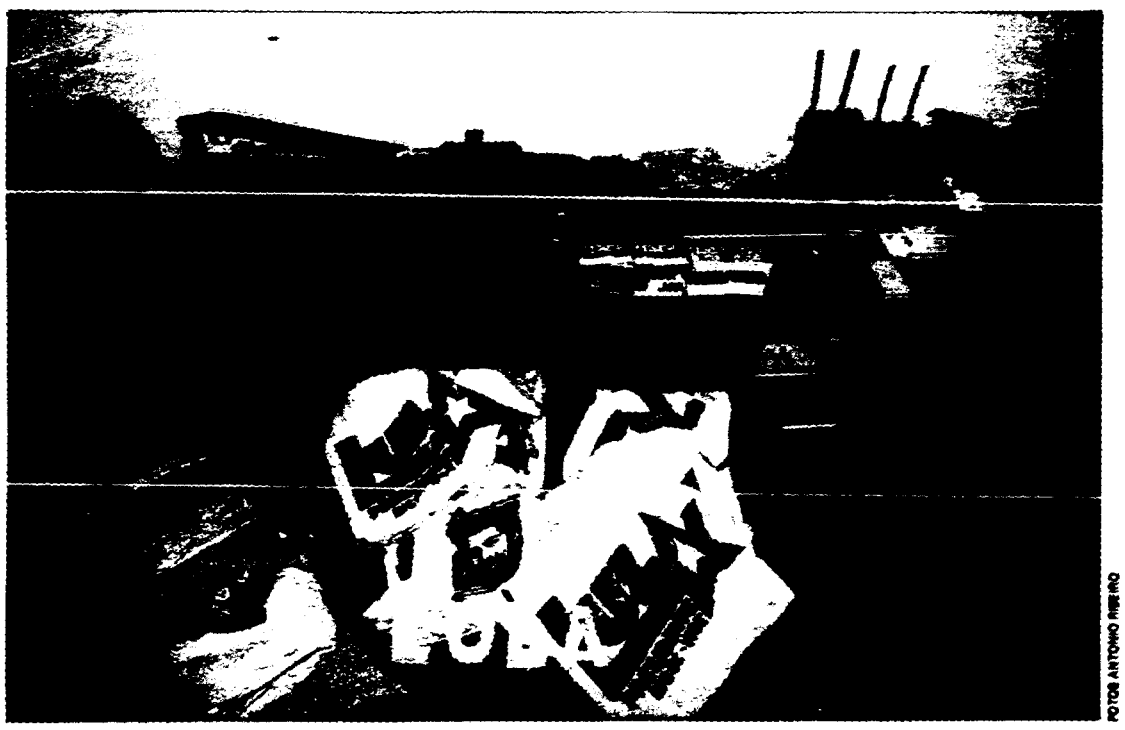


FOTO ANTONIO GIBOTTI

As armas apreendidas: um arsenal pesado, com submetralhadoras e equipamento sofisticado

SEQÜESTRO F.MIL (SUBN.)

Surpresa armada

As investigações sobre o seqüestro de Abílio Diniz conduzem a um grupo terrorista

VEJA 31/12/89

Quando terminou o seqüestro do empresário Abílio dos Santos Diniz, vice-presidente do grupo Pão de Açúcar, a polícia paulista consumou uma das maiores proezas da história policial do país. De uma só vez, foram apanhados dez seqüestradores, numa operação que chamou a atenção não só pela eficiência como pelo fato de que, entre todos os criminosos, havia cinco chilenos, dois argentinos, dois canadenses e apenas um brasileiro — o cearense Raimundo Rosélio Costa Ferreira. Na semana passada, descobriu-se que aquelas pessoas aprisionadas no domingo dia 17 e que foram exibidas algemadas nas telas das principais emissoras de TV do país guardavam novidades bem maiores do que se imaginara a princípio.

Uma dessas novidades: ao contrário do que supunha a própria polícia no início das investigações, os seqüestradores não são uma quadrilha de criminosos comuns — mas têm o comportamento e a estrutura de uma organização terrorista de extrema esquerda. Outra novidade: não se trata de um grupúsculo formado por desempregados do terrorismo da década de 70, equipado com um punhado de revólveres antiquados e espingardas enferrujadas. Também não se trata de um bando de retirantes estropiados, como os sobreviventes do ataque ao quartel argentino de La Tablada, em janeiro deste ano — acredita-se que até o líder do movimento, Gorian Merlo, tenha passado uma temporada no país. Entre os pertences do grupo, a polícia encontrou um arsenal pesado formado por um conjunto de armas modernas, que não podem ser adquiridas nos estoques de um contrabandista qualquer. Entre essas armas, foram descobertas três submetralhadoras de fabricação estrangeira: uma da marca Uzi, israelense, outra Beretta, italiana, e a terceira Ingram, americana.

Além das armas, a polícia apreendeu outros instrumentos sofisticados, como aparelhos de rádio capazes de sintonizar a mesma frequência da polícia e vigiar seus movimentos. Comprovou-se, por fim, que os seqüestradores possuíam uma grande infra-estrutura para executar seus serviços. Eles haviam alugado pelo menos seis imóveis como esconderijo, um deles um sobrado no bairro da Saúde, que ocupavam há mais de um ano. Também foram encontrados seis automóveis utilizados na operação.

Costa: "Eles são preparados"

Terroristas — "Tudo demonstra que são pessoas bem organizadas e preparadas, capazes de realizar ações espetaculares", afirma o delegado Fernando Costa, do Grupo Anti-Seqüestro, o GAS, de São Paulo, que liderou o trabalho de investigação que permitiu a localização e a prisão dos seqüestradores. "As armas utilizadas indicam a existência de uma conexão com algo maior", afirma Brian Jenkins, diretor da empresa de consultoria para assuntos de segurança Kroll, baseada na Califórnia, Estados Unidos, e considerado uma das grandes autoridades mundiais no estudo do terrorismo. As investigações policiais começaram a andar numa velocidade maior depois que um dos membros do bando aprisionado começou a prestar depoimentos mais detalhados sobre o seqüestro. Conforme o relato de um delegado a VEJA, essa pessoa admitiu que a finalidade do seqüestro de Abílio Diniz era financiar ações de propaganda política e a compra de armas — no exterior — sem precisar exatamente onde. A esse depoimento teria se somado um conjunto de evidências que ligam boa parte dos seqüestradores a uma das facções de um dos mais conhecidos grupos de extrema esquerda do Chile, o MIR, sigla que, em castelhano, quer dizer Movimento de Esquerda Revolucionário.

Conforme um relatório da polícia chilena, três seqüestradores já foram identificados como membros da

9004310

21/12/89

organização. Um deles, Sergio Martin Olivares Ortubia, técnico em eletrônica, pertenceu à Organização de Resistência Armada, a ORA, organismo ligado ao MIR. Martin foi acusado de participar de assaltos e de explosões no Chile e acabou exilado do país em 1978. O seqüestrador Pedro Alejandro Lembach chegou a ser condenado a 23 anos de cadeia por formação de grupo paramilitar, fabricação e porte de explosivos, conseguiu ser libertado e exilou-se na Inglaterra em 1987.

Outro membro do grupo, Ulises Acevedo, foi condenado a 15 anos de prisão por assaltos e atividades terroristas. Sobre a engenheira Maria Emília Badilla, a polícia chilena não dispõe de registro de filiação partidária. Sabe-se, contudo, que ela aos 23 anos de idade foi condenada a dez anos de cadeia, de 1974 a 1984, e exilou-se na Argentina depois disso. "Maria Badilla me disse que a esquerda no Chile não tinha possibilidades de crescer e o dinheiro dos seqüestros daria força aos setores de agitação e propaganda em seu país", afirma o superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma.

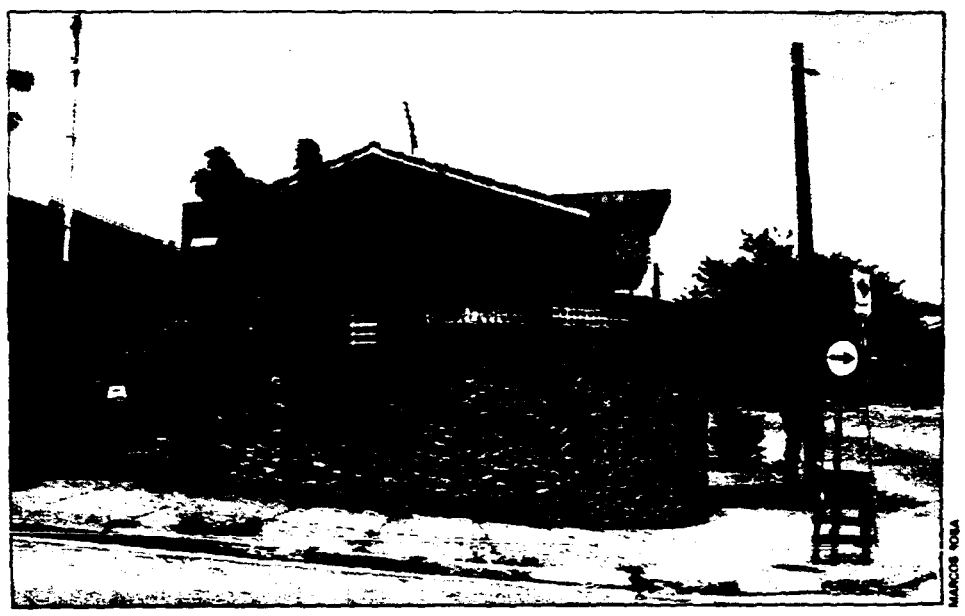
Sobre o conjunto dos seqüestradores, há, também, um ponto em comum: em épocas variadas, todos passaram por longas temporadas na Nicarágua, onde suspeita-se que tenham recebido treinamento militar. Até agora, no entanto, pouco se sabe a respeito de três deles. Um desses casos é o da canadense Christine Gwen Lamont. Na quinta-feira dia 21, os pais de Christine — Keith Lamont, que é cirurgião-chefe do hospital de Langley, em Vancouver, e sua mulher, Marilyn — desembarcaram em São Paulo para visitar a filha na cadeia e disseram que ela teria lhes contado que deixaria o Canadá no início deste ano para trabalhar na Nicarágua como tradutora de línguas. O maior problema, contudo, ainda é identificar os dois líderes do grupo. Um deles é o outro canadense, David Spencer. Sobre ele, sabe-se que liderava no Canadá um comitê de apoio aos rebeldes de El Salvador e que é o namorado de Gwen. Segundo as investigações, Spencer também seria quem planejava as ações da quadrilha e fazia as compras do grupo. O outro líder, conhecido como Juan, que se identifica como Humberto Paz, teria sido capitão do Exército, e a polícia investiga sua possível participação na invasão ao quartel de La Tablada, na Argentina. "Se eu fosse chileno, diriam que sou do MIR, e, se eu fosse uruguaio, diriam que sou Tupamaro", afirmou ele a um de seus advogados.

AGUSTO PERIN

País de Gwen: filha na Nicarágua

Traços Comuns – O que existe de concreto a respeito da suspeita de que os seqüestradores de Diniz seriam os mesmos do caso do publicitário Luiz Salles são alguns traços comuns. No sobrado no Jabaquara foi encontrada uma barraca de camping, que Salles acredita ser muito semelhante à que ele próprio ocupou nas últimas horas de seu cativeiro. Também foram encontradas redes com os seqüestradores de Diniz — no seqüestro de Luiz Salles, um dos seqüestradores vendia redes na praça em que o carro do publicitário foi abalroado. Havia com os seqüestradores de Diniz uma grande quantidade de cartelas de Letraset — o mesmo material empregado para produzir as cartas enviadas à família de Salles. Por último, há testemunhas que identificam a voz da mulher que telefonava para a família de Salles com a da seqüestradora que conversava com a família Diniz. Essa seqüestradora é conhecida como Maria Yvone Braeckman — a mesma que alugou dois imóveis utilizados como esconderijo pelos seqüestradores e ainda é procurada pela polícia. Também existem semelhanças entre o caso Diniz e o do diretor do Bradesco Antônio Beltran Martinez, como detalhes do cativeiro e a semelhança entre o retrato falado da mulher que comprava as flores em que eram enviados os bilhetes com instruções para o resgate e a descrição de Maria Emília Badilla.

Ao longo das investigações sobre o seqüestro de Abílio Diniz, a polícia exibiu um comportamento esquisito em relação a uma parcela do equipamento apreendido junto aos criminosos — as já célebres faixas e camisetas com propaganda do candidato do PT à Presidência da República, Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com a polícia, esse material foi encontrado num dos veículos utilizados pelo bando. Estranhamente, a própria polícia afirma que esse fato não tem qualquer relevância para o caso, e, em várias ocasiões, os delegados envolvidos nas investigações asseguraram que essa apreensão não indica nenhum tipo de envolvimento do PT no seqüestro. Apesar disso, na tarde de quinta-feira, quando apresentou para as câmaras de TV de todo o país o conjunto de armas e equipamentos utilizados pelos seqüestradores, a polícia paulista armou um cenário estranho. Os cartazes da campanha presidencial de Lula foram colocados bem à frente dos demais artigos em exibição, ocupando o primeiro plano e tornando-se muito mais chamativos do que as submetralhadoras e os cartuchos, por exemplo. É evidente que uma delegacia policial não é um teatro, onde existem profissionais especializados na montagem de um cenário e que conhecem, em profundidade, as técnicas que fazem realçar um detalhe — e esconder outro. Também é evidente, porém, que uma questão foi deixada no ar, e ela diz respeito a possíveis vinculações dos seqüestradores com o PT, coisa que até agora não foi provada por ninguém. Depois desse cenário, torna-se uma questão urgente para a polícia esclarecer o que pode haver de verdade nos cartazes — e o que é puro teatro. ■



MARCOS ROSA

Casa dos seqüestradores no bairro da Saúde: esconderijo alugado há um ano

90043/10

VEJA, 27 DE DEZEMBRO, 1989

30/12/89.

Advogados suspendem assistência a grupo que seqüestrou Diniz

SÃO PAULO — Os advogados Mário de Passos Simas e Maria Thereza Rocha de Assis Moura, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, deixaram de prestar assistência jurídica aos dez seqüestradores (oito homens e duas mulheres) do empresário Abílio Diniz que estão presos. Passos Simas disse que ambos já haviam cumprido o pedido feito pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, principal negociador da rendição dos seqüestradores na tarde do dia 17 dezembro, e que a missão estava esgotada.

O advogado frisou, entretanto, que se for solicitado pelos presos aceitará defendê-los na Justiça. "A impopularidade da causa, que fique bem claro, não é a razão que nos afasta do exercício de defesa, tanto que não a deixaríamos de assumir se nomeados pelo juiz do processo, caso os réus, até então, não tenham constituído advogados", diz Passos Simas em nota distribuída à imprensa. Ele garantiu, porém, que não aceitaria a causa se os honorários forem pagos pelo Grupo Pão de Açúcar, do qual Abílio Diniz é vice-presidente. O acordo para a libertação do empresário impôs a contratação de advogados pagos pelo Pão de Açúcar.

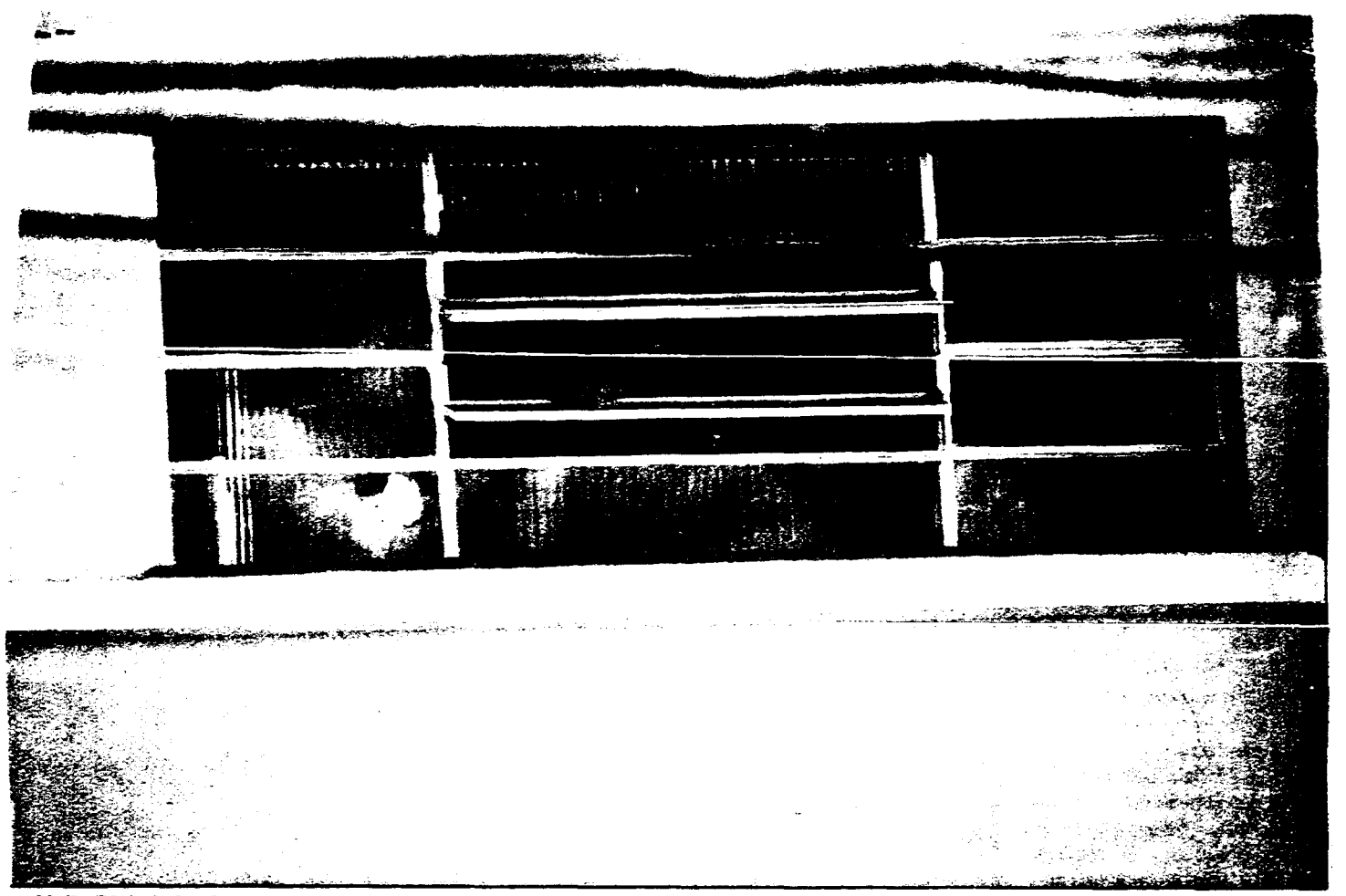
Os dez seqüestradores foram denunciados ontem à Justiça pelos promotores Manoel René Nunes, Maurício da Silva e Edson Luiz de Campos, que acompanharam toda a investigação realizada pelos policiais do Grupo Anti-Seqüestro (GAS). Todos são acusados de extorsão mediante seqüestro, formação de quadrilha e uso de documentos falsos e, se condenados, poderão ser punidos com até 20 anos de prisão. A denúncia será distribuída a um dos juízes do Fórum de São Paulo na próxima terça-feira.

Pistas — Numa operação que durou nove horas, a Polícia Federal voltou à casa número 59 da Praça Hashiro Miyazaki, no Parque Jabaquara, Zona Sul, onde os seqüestradores de Abílio Diniz o mantiveram por sete dias, e descobriu novas pistas sobre o bando. Um sabonete deixado no local levou os federais ao Hotel Pink, na Rua da Consolação, centro da cidade, onde o argentino Humberto Eduardo Paz, líder do grupo que se apresentara com o nome falso de *Juan Carlos*, esteve hospedado antes do seqüestro com mais dois homens, o uruguaio Nelson Farina Rodrigues e Juan Pablo Arguinazarra, cuja nacionalidade a polícia ainda não sabe. Não há, entretanto, qualquer confirmação de que Nelson ou Juan Pablo tenham alguma vinculação com o seqüestro.

FOLHA DE S. PAULO 30/12/89.

9004310

24/12/89



Abílio Diniz baleado por "Juan" e outro seqüestrador na janela basculante: "Piores momentos da vida"

FOLHA (SUDV.) CRIME VEJA 24/12/89

O bando se rende

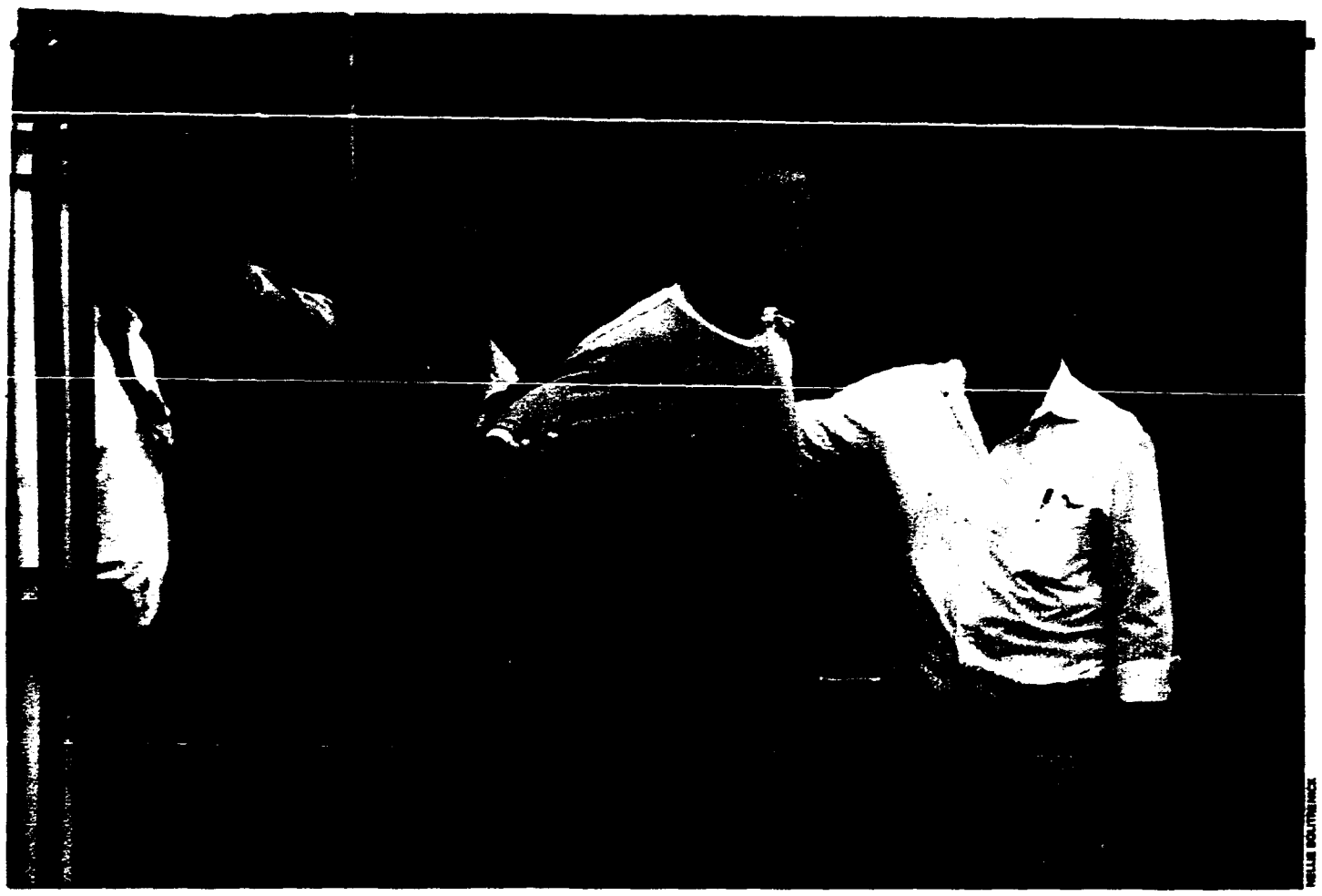
Numa ação cerebral, a polícia resgata com vida o empresário Abílio Diniz, cujos seqüestradores são presos sem derramamento de sangue

Um dos mais espetaculares seqüestros ocorridos no país em todos os tempos terminou carregado de emoção na tarde de domingo passado, em São Paulo, no exato instante em que se encerrava a eleição presidencial. A pistola calibre 9 milímetros sacudida no ar em triunfo pelo delegado Oscar Matsuo, do Grupo Especial de Resgate, GER, da polícia paulista, quebrou o silêncio tenso de uma multidão formada por policiais, familiares, repórteres e moradores que acompanhavam o desfecho do caso. Como um coro ao comando do policial, a assistência concentrada na maltratada Praça Hachiro Miyazaki, no bairro do Jabaquara, explodiu em aplausos. Poucos passos à frente de Matsuo, a figura exaurida, barbada e quase cambaleante do empresário Abílio Diniz, principal executivo do grupo Pão de Açúcar, encontrou o abraço dos familiares pondo fim, às 5 da tarde, a um cativeiro de seis dias. O gesto de Matsuo comemorava também a interrupção de um período obscuro em que a reputação da polícia esteve minada por uma onda de crimes bem arquitetados, envolvendo a captura de empresários, que nos últimos dois anos renderam aos criminosos pelo menos 6,5 milhões de dólares em resgates.

"Devíamos à sociedade o esclarecimento desses crimes e com o sucesso dessa operação pagamos a dívida", disse o secretário de Segurança Pública, Luiz Antonio Fleury Filho. Raríssimas vezes a polícia brasileira conseguiu agir de forma tão inteligente e profissional. Em menos de uma semana, sem disparar um único tiro letal, a polícia paulista localizou, prendeu sem fazer concessões e autuou em flagrante — sujeitando-os a penas de oito a vinte anos de cadeia — dez criminosos de um bando internacional, formado por dois canadenses, dois argentinos, cinco chilenos. Do único brasileiro entre os criminosos sabe-se apenas o nome, Raimundo Rosélio, e que é cearense. Foram duas operações igualmente impecáveis, a investigação que os levou à casa onde estava preso Diniz e a negociação com os seqüestradores. Das mãos da quadrilha, a polícia retirou uma presa enorme. Abílio Diniz comanda o maior grupo comercial do país, que fatura anualmente 2,5 bilhões de dólares. Na polícia, os bandidos contaram que planejavam pedir 30 milhões de dólares

9004310

38



Mateus comemora, Bresser sorri, enquanto Abílio, barbado e trôpego, começa a se recuperar: aplausos

de resgate. "Recuperamos nossa auto-estima", comemorou Gilberto Alves da Cunha, delegado chefe do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa, DHPP. Cunha tem certeza de que o bando preso no domingo passado é o mesmo que em agosto obteve da família do publicitário Luiz Salles 2,5 milhões de dólares em troca de sua soltura. E há boas chances de que sejam também os autores do seqüestro, há quase três anos, de Antonio Beltran Martinez, então vice-presidente do Bradesco. O golpe valeu 4 milhões de dólares.

Cativeiro no Sobrado – Além de ser o brasileiro com a melhor justificativa para não ter votado nesse domingo — ele marcaria um *X* no nome de Fernando Collor —, Diniz pode dizer que nasceu de novo nesse domingo de calor abafado em São Paulo. Quando os seqüestradores se renderam e ele saiu da casa número 59 da Praça Hachiro Miyazaki — um sobrado de linhas retas e pouquíssimas janelas —, usando tênis Adidas cor de vinho, calça de jogging azul da mesma marca e uma camiseta cinza, o empresário, que completa 53 anos na próxima quinta-feira, dia 28, teve certeza de que escapou da morte. "Os seqüestradores não se preocuparam em esconder o rosto de Abílio", diz Nelson Silveira Guimarães, 43 anos, treze de polícia, o delegado que jamais porta armas e conduziu com fria determinação todo o lento e desgastante processo de negociação com os bandidos. Para os policiais, esse aparente descuido dos seqüestradores significava uma condenação para Abílio Diniz. Além disso, para reforçar a imagem da hipótese lúgubre, os policiais encontraram um caixão num dos cômodos do sobrado.

"Foram os piores momentos de minha vida", disse Diniz, já na casa luxuosa do bairro do Morumbi que ocupou até dois anos atrás com a ex-mulher e os quatro filhos e onde deve ficar até pelo menos essa terça-feira. O empresário ficou confinado num cômodo subterrâneo a que se tinha acesso por um poço artesiano seco. O cômodo não tinha mais que 1,5 metro por 3 metros e era revestido de madeira, guarnecido de uma cama e um vaso sanitário de campanha. O cárcere privado foi projetado por uma das seqüestradoras, Maria Rablkin Bustos, que é engenheira civil. "São as mesmas condições descritas pelo publicitário Luiz Salles durante seu cativeiro de 65 dias", diz Roberto Kawai, delegado encarregado da maioria das buscas aos seqüestradores. Salles notou também que o lugar era sobrevoado por aviões e chegou a ouvir o canto de pássaros. Isso confere exatamente com o bairro do Jabaquara, vizinho da cabeceira 34 da pista do Aeroporto de Congonhas, onde os aviões pousam contra o vento norte, exatamente o que soprava tíbio na tarde de domingo passado.

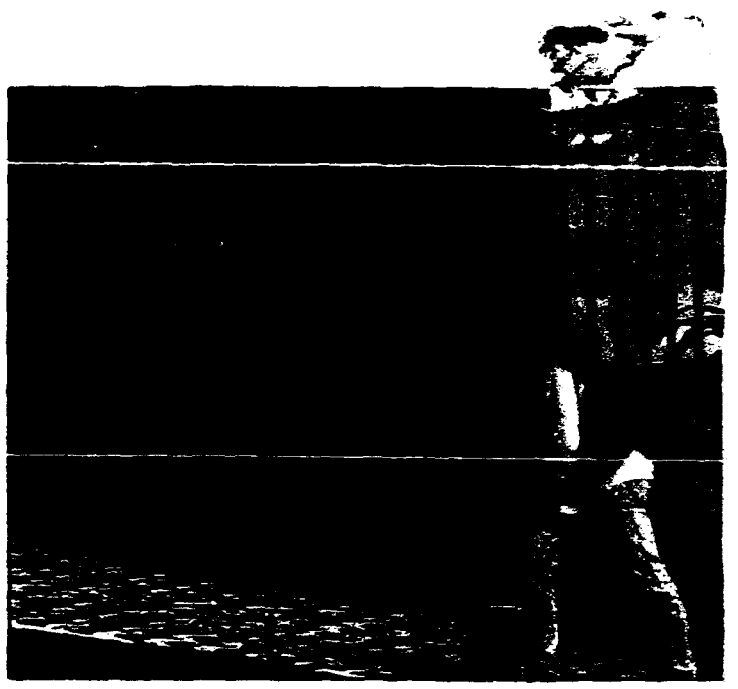
Para que o domingo de cão tivesse um final feliz foi preciso primeiro encontrar a casa onde Diniz estava preso. Como a sorte ajuda a quem trabalha, os investigadores acabaram bafejados por ela. Eles partiram das pistas deixadas no palco do seqüestro e em pontos diferentes da cidade no final das ações de captura de Diniz, na segunda-feira. O empresário foi pego quando dirigia sua Mercedes-Benz branca sozinho rumo ao trabalho. Ele foi fechado na Rua Sabuji, no elegante bairro residencial dos Jardins, por uma Caravan branca com sirene e cruzes vermelhas imitando uma ambulância. Um Opala também dos seqüestradores o abalroou por trás. Pensando tratar-se de um acidente corriqueiro — outra coincidência com o caso Salles —, Abílio Diniz abriu o vidro do carro para conversar com os dois homens que desceram da falsa ambulância, um vestido de soldado da PM e outro, de enfermeiro. Foi agredido e acabou dominado.

A ambulância usada para transportar Abílio foi deixada a alguns quilômetros da cena e tornou-se a principal peça do quebra-cabeça da investigação. Para dentro da parte interior da entrada de ar do painel da Caravan escorregara um cartão da oficina Auto-Elétrico São Jorge, de cujos serviços os seqüestradores se utilizaram para regular o câmbio e a marcha lenta do automóvel. "Para o dono da oficina não foi difícil lembrar-se daquela ambulância, cuja sirene não estava se-

900430

FOTOS HELLIO SOLTERNICK

SÁBADO, 13h50 — Maria Rablin Bustos, a engenheira civil que projetou o cativeiro de Diniz, é retirada da praça e levada à sede do Grupo Anti-Seqüestro, no centro de São Paulo



SÁBADO, 17h40 — Para alugentar os policiais, um dos seqüestradores dispara um tiro. "Vamos matar", grita o líder Juan. O delegado Guimarães responde: "Não vão matar nada"

quer ligada na bateria", diz o delegado Guimarães. O dono da oficina lembrou-se de que tinha um telefone deixado pelos fregueses da Caravan: 223-4738. Por incrível que pareça, era o número real de um dos seqüestradores, o chileno Pedro Venegas.

A FUGA DO CHEFE — Às 3 da tarde de quinta-feira, Venegas foi preso e contou à polícia sobre a existência de um segundo esconderijo, o apartamento 46 do Edifício Saint Tropez, na Rua Charles Darwin. Ali a polícia surpreendeu outros quatro seqüestradores. Entre eles estava Humberto Eduardo Paz, o "Juan", líder do bando. "Exatamente por ser o líder, Juan era o único que poderia nos levar ao cativeiro. Por segurança, esses bandos organizam-se de tal forma que apenas o líder conhece todos os aparelhos utilizados nas ações", diz o delegado Guimarães. Começou uma corrida contra o tempo, pois por segurança também os diferentes grupos mantêm contatos periódicos. Quando um deixa de responder, todo o bando fica sabendo que algo vai mal. "Se não agíssemos logo, eles poderiam executar Diniz e fugir", conta Guimarães. Guiada por Juan, às 2 da manhã de sábado, a polícia chegou ao sobrado da Praça Hachiro Miyazaki. Acompanhava os policiais também Maria Rablin Bustos, a "Rubia", mulher de Juan.

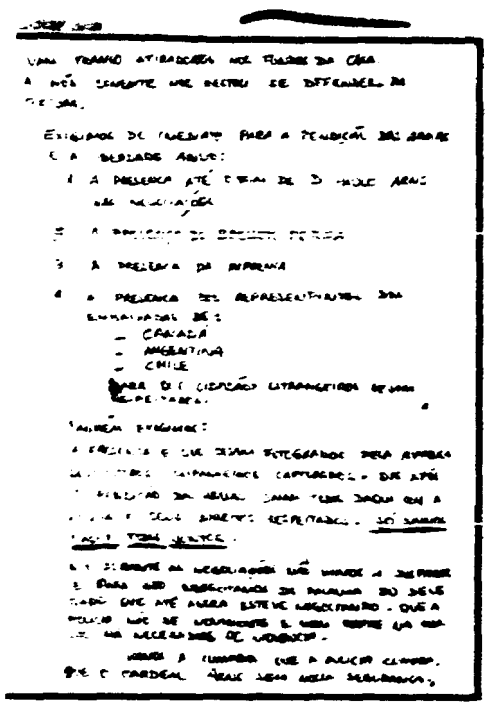
Na única vacilação dos policiais — ainda não totalmente explicada — ao chegar à casa, Juan conseguiu escapar e juntou-se aos companheiros. Esse passo adiou o final feliz. Pela violência dos interrogatórios, segundo os seqüestradores, ou por ter resistido à prisão, segundo a polícia, Juan estava bastante machucado com um hematoma no olho esquerdo. Foi o mais forte argumento que ele utilizou com os companheiros para demovê-los da idéia de rendição rápida. Sem Juan, a polícia tentou usar Rubia como mediadora das conversações, mas os seqüestradores não gostaram da idéia. Às 5 da manhã de sábado, com o sobrado do Jabaquara já cercado, a família Diniz foi avisada. Para os parentes de Abílio, foi o início das 36 horas mais agoniantes de suas vidas. "Não sei qual martírio é pior. Não saber on-

DOMINGO, 16h28 — Dois dos seqüestradores que haviam sido presos são exibidos para o líder Juan, na janela da casa. "Fizeram algo a vocês?", pergunta Juan. A resposta é negativa.

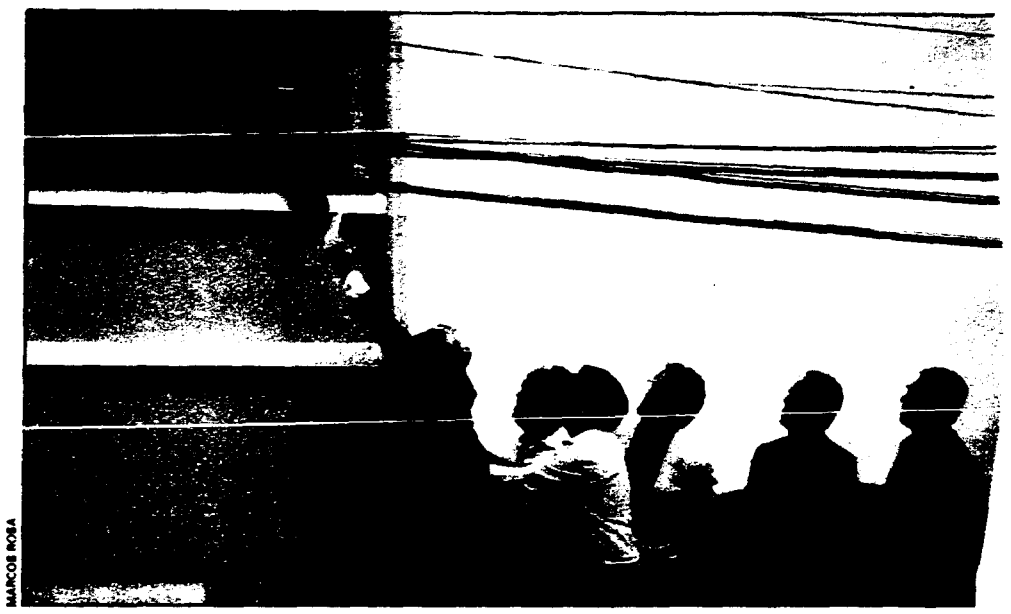
DOMINGO, 17h03 — O portão da casa é aberto. "Ajam com decência", diz o delegado Guimarães. "Tenham calma." O primeiro seqüestrador a sair é a canadense Christine Gwen

1138

9004310



Domingo, 12h36 — O bilhete dos seqüestradores exige a presença de dom Evaristo Arns até o final das negociações



MARCOS ROSA

Domingo, 16h — O cardeal Arns, ao lado dos representantes dos consulados do Canadá, do Chile e da Argentina, sobe na loja da casa vizinha e dá aos seqüestradores a garantia do respeito às reivindicações feitas anteriormente

de Abílio está ou saber e não poder fazer nada", dizia Arnaldo, irmão mais novo do empresário. Dos quatro filhos, a mais velha, Ana, aparentava maior sofrimento. A ex-mulher, Auriluce, não se desesperou em nenhum momento. O filho João Paulo se esforçou para participar das negociações, tirou o tênis Nike Air americano, tirou a camisa, andou para lá e para cá acompanhado de um soldado do Batalhão de Choque. Foi o primeiro membro da família a abraçar o pai — que saiu da casa amparado pelo delegado Matsuo, pelo ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira e por Luiz Fernando Furquim, diretor de assuntos corporativos do grupo Pão de Açúcar.

"Não Posso" — Foi Bresser quem conduziu as negociações, alternando sorrisos nervosos e bonés — ele usou três tipos, um preto, um branco e, finalmente, um azul. Chegou a prometer parte do resgate para os seqüestradores — o que está dentro de suas atribuições — e liberdade, o que foge totalmente de seus poderes. "Fuga não. Isso está fora de cogitação. A polícia paulista nunca deixou criminosos escapar nessas condições e não vai deixar agora", dizia Matsuo.

Lentamente, o foco das negociações se transferiu para o delegado Guimarães. Na noite de sábado, durante uma das negociações — que eram feitas com os seqüestradores falando de uma janela basculante por onde se pôde, a certa altura, entrever o rosto assustado de Diniz —, o delegado quase três dezenas de vezes disse um tipo de não a Juan. "Não, Juan, isso não posso" ou "Juan, por favor, peça algo que eu possa atender." Juan queria um carro-forte e avião para fugir. "Era hora de demoli-los psicologicamente", disse o delegado, que autorizou uma operação com o mesmo objetivo na madrugada. Essa operação consistia em fazer uma dupla de policiais golpear com a coronha a parede, para impedir que os seqüestradores dormissem. A demolição psicológica patrocinada por Guimarães funcionou — ainda que à custa de um susto: os seqüestradores, nesse instante, deram uma rajada de tiros de metralhadora. A partir da manhã de domingo, eles aceitaram a mediação

ANTONIO MILENA

Domingo, 17h08 — O chileno Humberto Eduardo Paz, ou Juan, o líder do grupo, deixa a casa. Depois dele, apareceria o empresário Abílio Diniz — era o final do seqüestro

Domingo, 17h09 — O fim do drama. Diniz está solto. Auriluce, ex-mulher do empresário, e sua filha Ana Maria, abrigadas numa das casas da vizinhança, choram com a liberdade

900431Q

ANDRÉ PENNER

Domingo, 18h, sede do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa: os dez seqüestradores são mostrados à imprensa*

de dom Paulo Evaristo Arns, desistirem do dinheiro, do carro-forte, do avião — enfim, trocaram a liberdade pelo direito de viver.

Sem Sangue — "Amigo Juan, aqui fala o cardeal de São Paulo. Deus os abençoe", disse dom Paulo ao chefe dos seqüestradores. A assistência na praça temia que o cardeal, 68 anos, um homem de modos suaves e desempenho atlético quase nulo, não conseguisse subir a escada de pedreiro que dava acesso aos negociadores à laje de onde se falava com os seqüestradores. O cardeal subiu por três vezes a escada de pedreiro — numa delas, desequilibrado, teve que ser amparado e conseguiu convencer os seqüestradores a sair. "Dom Paulo foi a gota que faltava para se resolver a situação", reconheceu o delegado Guimarães. No momento final da negociação, que começou às 4 e meia da tarde, dom Paulo conseguiu aparar uma última aresta. A polícia insistia em que os seqüestradores homens saíssem apenas de cueca. "Confio neles e eles confiaram em nós e devem sair de roupa", disse dom Paulo, que nesse domingo aplicou na prática *um tipo de teologia da libertação*. Os seqüestradores libertaram Diniz. Eles saíram primeiro, em fila indiana, o empresário por último. Abílio foi guiado pelo delegado na direção dos familiares, e os bandidos entraram num ônibus para a cadeia, acompanhados por policiais, por dom Paulo e pelos representantes consulares Leonardo Vial, do Chile, José Maria de Stagni, da Argentina, e Pierre Pichet, do Canadá.

Os presos tentaram dar coloração política à ação de seqüestro que empreenderam. Por enquanto, a polícia está cética quanto à vinculação que os seqüestradores dizem ter com o Movimiento Izquierda Revolucionária, o MIR, uma organização clandestina chilena cuja própria existência é colocada em dúvida pelas autoridades. "Eles esperavam talvez que a vinculação política aliviasse um pouco as penas, o que não tem a menor coerência jurídica", explica o secretário Fleury. "Só sei que é um grupo que seqüestrava empresários e que agora nós prendemos. Isso nos basta por enquanto", diz Cunha. Se toda vez que surgirem grupos seqüestrando pessoas, a polícia agir com a mesma presteza com que atuou no caso Diniz, vão interessar pouco mesmo suas motivações criminosas — o que vai ficar como ficou até agora nesse caso é a lembrança de que as tais ações foram anuladas sem derramamento de sangue. ■

A imprensa silencia de novo

A pedido da família de Abílio Diniz, jornais, emissoras de rádio e televisão não noticiaram o seqüestro do empresário, apesar de saberem o que se passava na manhã da própria segunda-feira dia 11. Repetiu-se o procedimento adotado pela imprensa, inclusive por VEJA, nos seqüestros de Antonio Beltran Martinez, do Bradesco, e do publicitário Luiz Salles. Em defesa de que não se noticiem seqüestros, argumenta-se que a divulgação pública atrapalha as investigações policiais. Surgem, por exemplo, pistas falsas, até fornecidas por pessoas bem-intencionadas, ou maldosos trotes telefônicos à família do seqüestrado. Também se afirma que, ao verem descumprida uma de suas exigências, os criminosos poderiam colocar em risco a vida do seqüestrado. Na maioria dos países, no entanto, justamente porque o silêncio dos órgãos de comunicação é uma exigência dos criminosos, a imprensa divulga os seqüestros logo que ocorrem. Tem-se como certo, no exterior, que a sonegação da notícia beneficia os bandidos. VEJA reconhece o peso dos argumentos contra a divulgação de notícias de seqüestros ainda em andamento. A revista entende, porém, que o dever da imprensa para com seus leitores é informar o que está acontecendo em quaisquer circunstâncias — inclusive nas de seqüestros.

* *Da esq. para a dir.: Christine Gwen, David Spencer, Humerto Paz, Maria Bustos, Jorge Antonio Cortez, Sergio Martin, Pedro Venegas, Raimundo Rosélio, Hector Ramon e Horácio Paz*

900430

BRASIL

COPIA No. 1

TELEGRAMA Nro.036/90.../Rel...FECHA...19/ENE/90.....

I.- PROCEDENCIA: EMBAJADA HUGO CORES

II.- REFERENCIA: PIE NO. 01/90 AG. 55-G

III. EVALUACION: B-2

IV.- T E X T O

En referencia a la denuncia hecha ante el Ministerio de Relaciones Exteriores por parte de HUGO CORES, ésta es afirmativa, la misma hecha en un sobre cerrado el cual se encuentra en poder del Embajador el que a su vez la entregará al Embajador del Brasil.-

00005

[illegible]
Fecha de Entrada: 23/1/90
D.I.I.
No. de Entrada 90019

9004310

COMENTARIOS PERSONALES - CONCLUSIONES - RECOMENDACIONES

-0005

DISTRIBUCION:

ORIGINAL : DPTO. III(ARCHIVO)

COPIA 1 : DPTO. II

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(s-t)

9004310

BRASIL

COPIA Nro. 1/1

INFORME Nro. 033/90 /.Rel...FECHA..19/ENE/90..

I.- ASUNTO: P.V.P

II.- REFERENCIA: P.I. 04/90 AG. 46-G

III.- EVALUACION: C-3

IV.- T E X T O

Se ha tomado conocimiento que la Policía Técnica habría recibido un caso de la Policía Brasilera con las huellas de HUGO CORTO.

0035

Dirección ... Técnica
23/1/90
D.C.I.
90018

9004310

COMENTARIOS PERSONALES - CONCLUSIONES - RECOMENDACIONES

T-00035

DISTRIBUCION:

ORIGINAL : DPTO. II (ARCHIVO)

COPIA 1 : DPTO. II

IDENTIFICACION DEL AGENTE

( )

9004310

BAC 49/ACM

No 4/90
June

Trends in Communist international organisations

More international front organisations have acknowledged their past dependence on Soviet support and are now trying to change their image, undergoing a period of self-criticism, and searching for new themes to exploit. They are particularly concerned with environmental issues. Meanwhile, for some of them, financial problems are causing cuts in their staff and publications.

WORLD PEACE COUNCIL (WPC)

Standing Committee Meeting, Athens, 20-22 April

The first meeting of the new Standing Committee assessed progress in reforming the WPC, in line with the decisions of the WPC's session in Athens from 6-11 February. The meeting endorsed activities that included the "People's Nuclear Test Ban Treaty", a campaign to cut military budgets, the establishment of a centre for naval disarmament, and a campaign for solving regional conflicts and against apartheid. Affiliates were encouraged to place special emphasis on 8 and 9 May by taking simultaneous action around the 45th anniversary of the victory over fascism in Europe and to take simultaneous action at the time of the Bush-Gorbachev Summit at the end of May, focussing on disarmament and reconciliation (Peace Courier, WPC publication, No 4-5, April-May 1990).

Information Activities

The Standing Committee meeting in Athens in April adopted guidelines for information activities. Information should include the continual exchange of materials, both directly between national organisations and regional centres, and between WPC bodies and member organisations (including non-WPC organisations and movements to meet the provisions of the new Charter); should not be "a family business" directed at and limited to WPC membership; should reflect the existing pluralism and consist of a dialogue - disagreement should not lead to administrative attempts to stop publication of material. Peace Courier, the main WPC information organ, should be an open, multifaceted paper raising urgent and even controversial issues. The Liaison Office ("the co-ordinating and communication body") should organise the information activities and "fulfill the functions of the editorial board for WPC publications". The Information Centre is "a specialised department within the Liaison Office". This new provision "should help overcome the sometimes unhealthy and even confrontational division between the former Secretariat and the Information Centre".

For financial reasons, Peace Courier is published only in English in Helsinki (although the regional WPC Information Unit in Cairo produces it in Arabic); the twice monthly Peace News Bulletin appears in English, French, German and Spanish; International Mobilisation against Apartheid and for the Liberation of Southern Africa, published in cooperation with the UN Centre against Apartheid, will continue to appear. A fund-raising campaign on behalf of WPC information activities was necessary: it would include the search for

9004311

sponsors among national and international organisations, including the UN (Peace Courier, No 4-5).

Editor Resigns

Marjut Helminen (Finland), editor-in-chief of Peace Courier, has resigned because of differences over editorial policy (Peace Courier, No 4-5 1990).

New President on Changes in WPC

With the changes made at the Athens session in February in mind, Evangelos Maheras (Greece), President, wrote in Peace Courier No 4-5, 1990: "The fact that the WPC [over the past 40 years] was supported by the USSR and socialist countries, the hostility of the USA and the indifference of the Western countries resulted in some one-sided positions which damaged its credibility. But now, the circumstances are completely different. We must see things from all sides and assign blame where it belongs. We must fight against all armaments, against every violation of human rights in whichever country it occurs; we must oppose every destruction of the environment and every action which entails a hazard for humankind as a whole or for one area alone. One very serious issue which has not been dealt with to date is the question of naval disarmament...

"On these and other issues, we must cooperate with all peace and ecology movements, with all scientific, trade union and social organisations which have the same goals; and we must create a broad worldwide movement for common global security, the protection of human rights and the environment, and for economic and cultural development in the Third World...".

9004311

AFRO-ASIAN PEOPLES' SOLIDARITY ORGANISATION (AAPSO)

International Conference on Disarmament in Asia/Pacific, Pyongyang, 19-20 June

Thirty-nine delegates from 24 countries and international organisations attended this International Conference for Disarmament, Cooperation and Development in the Asia/Pacific Region. They called for the dismantling of foreign military bases, withdrawal of foreign troops, establishment of nuclear-free zones, abandonment of military alliances and exercises, reduction of foreign naval and air activities, greater solidarity with the Korean people, ending of conflicts in Afghanistan and Cambodia, and an equitable and just economic order. (KCNA [North] Korean news agency, 20 June 1990).

CHRISTIAN PEACE CONFERENCE (CPC)

European CPC Established

A co-ordinating group on Europe, meeting in East Berlin on 12-13 January, agreed to establish a European CPC. (Other such regional associations already exist for Africa, Asia/Pacific, Latin America/Caribbean and North America.) The group stressed that one of its tasks should be to increase support for the Conference on Security and Cooperation in Europe, especially with regard to disarmament, the full guaranty of human rights, ecological responsibility and cultural diversity. The first meeting is planned for 27-28 August in West and East Berlin; the theme will be "Kairos Europe 1992", the title of a document issued in May 1989 by the European Ecumenical Assembly in Basel, a meeting jointly organised by the European Council of Churches and the Roman Catholic European Bishops' Conference (CPC Information, February 1990).

Debate to be Started about CPC's New Role and Tasks

The staff of the CPC headquarters in Prague recently discussed the impact of events in Eastern and Central Europe on the CPC's current and future activities. They considered "far-reaching structural changes, a new democratic constitution, an effective use of our financial resources and a more modest lifestyle to be just as important as rethinking our goals and methods of working ...". A discussion paper invited readers to engage in debate about the movement's future (CPC Information No 419, May 1990).

INTERNATIONAL ORGANISATION OF JOURNALISTS (IOJ)

Bulgarian Journalists' Union Demands Renewal of IOJ

According to a declaration by the Union of Bulgarian Journalists (UBJ), the union would like the IOJ to continue to exist and the UBJ to be a member - not as an organisation of the rejected, totalitarian Stalinist model, but as an international association, which guards and assists journalists. Bulgarian journalists viewed with bewilderment and disappointment the information that the IOJ was financially backed by the Czechoslovak Communist Party at the beginning of the 1970s. According to the UBJ, the latest changes in the IOJ

900431

were palliative, and the change of Secretary-General would hardly save the organisation. It believed that the IOJ should part not only with individuals, but also with certain habits and turn into an international organisation of energetic trade unions. The unions in the individual countries should change from "so-called creative organisations" into real trade unions for their members (BTA, Bulgarian news agency, 30 May 1990).

INTERNATIONAL UNION OF STUDENTS (IUS)

Editor on Changes in Eastern Europe

Karsten Knobbe (GDR), editor-in-chief of the IUS publication World Student News, said in its issue No 5, May 1990, that the IUS could not disregard the implications for the student movement of the changes in Eastern Europe: "This would, considering the newly emerged - or still emerging - student organisations in the Eastern European countries, have been possible only at the cost of the IUS' own disintegration, as it was mainly the organisations of these countries that have had in the past, and especially since the late fifties, a decisive influence on the political profile of the IUS - an influence which led to the rather orthodox policies of our organisation ... the IUS should not be dominated by one single ideological tendency, but be guided by specific values and aspirations. These cannot be decided upon only by the Secretariat and in a bureaucratic way. Discussion [with others] is essential, especially in view of the need to establish ... unity of the democratic student movement of all countries - a unity, though, of action and cooperation, and not of political orientation and viewpoints".

Regarding publications, he asked whether it was financially realistic to publish three magazines and two information brochures. In order to stay financially independent "the publications of the IUS would have to be newly defined and determined".

WORLD FEDERATION OF DEMOCRATIC YOUTH (WFDY)

Special Issue of "World Youth"

The WFDY has produced a special issue of its monthly publication, World Youth in the light of events in Eastern Europe. Uli Brockmeyer (GDR), Secretary and Head of the Press and Information Department, said on 11 January 1990 that the Department: "undertakes the risk of trying to explain to the readers of our publications the developments in the Eastern European countries. We will base ourselves mainly on information coming directly from these countries ... we will provide our readers mainly with a kind of 'historical material' which should be regarded as background information". He added: "We are also aware of the fact that in previous years we didn't provide our readers with appropriate information about socialist countries - due to 'objective' as well as 'subjective' reasons. But this should not be an obstacle for us to do it now, late but hopefully not too late ..."

9004311

Trends in Communist
international organisations

WORLD FEDERATION OF TRADE UNIONS (WFTU)

2nd Meeting of the TU Commission for the Environment, Prague, 27-28 March

Alain Stern (France), Secretary, and representatives from France, India, Poland, UK and USSR, and from five Trade Union Internationals (TUIs), discussed the role of workers and trade unions in protecting the environment and the work-place. Their discussion was based on a document entitled "Trade Union Positions on the Environment", drawn up by the international working group formed in spring 1989 after the Commission's first meeting. It is intended that the document should "contribute significantly" to the WFTU's 12th Congress in Moscow in November (Flashes, WFTU publication, No 15, 20 April 1990).

International Drafting Commission Meeting, Permon, Czechoslovakia, 17-20 April

Trade union representatives from 18 countries and three TUIs drafted the main document, entitled "Trade Union Strategies for the 1990s", for the 12th Congress. The drafting commission drew upon the conclusions of a number of expert panels set up as part of the Congress preparations. These considered problems of development, employment and technology, the environment, trade union rights, disarmament and other topics (Flashes No 17, 4 May 1990).

Trade Union School, Madagascar

The WFTU, the French Communist trade union organisation CGT and the Madagascan trade union centre FISEMA organised this school, attended by 25 representatives of trade union organisations and "many activists from major companies situated throughout the island" (Flashes No 15, 1990).

Delegations

Ibrahim Zakaria (Sudan), General Secretary, met leaders of the All-China Federation of Trade Unions (ACFTU) while attending the 20th Food and Agriculture Organisation regional conference for Asia and the Pacific in Peking, 23-27 April. The ACFTU delegation said that it would "consider favourably" the invitation to attend the WFTU's 12th Congress (Flashes No 18, 11 May 1990). Zakaria addressed May Day celebrations in Moscow (Flashes No 18).

Soviet and East German Reflections on the WFTU

Alexander Yarikov, Head of the International Department of the All-Union Central Council of Trade Unions of the USSR (AUCCTU), said in an interview with Flashes published in issue No 16, 27 April 1990, that the WFTU's 12th Congress "will be very representative". Delegates from trade unions affiliated to all the international trade union organisations were expected. The congress documents were being prepared "by independent experts, and not only WFTU representatives. The same principle of broad representation has been adopted in forming the drafting commission".

Yarikov said that "even before the congress and because of the events in the countries in Eastern Europe, some people have begun to talk about the 'dissolution' of the WFTU ... I would like to put the problem as follows: as

9004314

it is today, the WFTU is no longer really necessary. That is why the Moscow congress is to be a congress for the renewal of the WFTU. But as long as the split [in the world trade union movement] exists, the WFTU will exist. And it will always be a major international trade union centre.

"A lot of people consider the WFTU as an organisation representing only the interests of the world communist movement and the social system ... we think that today, as barriers dividing the world are coming down ... no international trade union centre, if it wants to make a positive contribution to these processes, can act as the spokesman for any political system, or serve as an instrument of State or 'bloc' policy".

Helga Mausch, President of the East German trade union organisation, FDGB, said in an interview during her visit to the WFTU's headquarters in Prague, "We want to take an active part in the work of the WFTU and are therefore remaining members, but we are insisting on its radical renewal and essential changes in its practical activities - its ideas, structure, financial activity, its efficiency. The aim must be to transform the WFTU into a genuine instrument of co-ordination and analysis ... [It] must be an organisation free from political and ideological leanings, with a strong industrial and occupational base guaranteeing effective regional participation ... At a later date the FDGB sees the WFTU taking on important responsibilities in the development of contacts with and aid to the trade unions of the Third World. The FDGB is for the redistribution of the WFTU's financial resources among the TUIs. It supports the convening of the 12th World Trade Union Congress in Moscow. Its task is to prepare a theoretical basis for the renewal of the WFTU, for the creation of a new efficient and flexible organisation which is capable of taking appropriate decisions" (Flashes No 17, 1990).

Deaths

Harry Bridges (USA), founder President of the Transport TUI, and Ernest De Maio (USA), WFTU representative to the UN from 1976-86, have died (Flashes Nos 14 and 15, 1990).

TRADE DEPARTMENTS

Commercial, Office and Bank Workers' TUI

The TUI and the WFTU were represented at the First Conference of Commercial Workers of Asia-Oceania in New Delhi, 8-12 January. The conference agreed to set up a commercial workers' co-ordinating committee for Asia-Oceania, composed of representatives from Australia, India, Malaysia, New Zealand, Pakistan and the USSR, and drew up a plan of action for 1991-92. This will include holding a symposium on new technology and commerce, a round-table meeting on the problems of regional intervention in foreign trade, and, jointly with the International Labour Organisation, a seminar on trade union rights. A Second Conference of Commercial Workers of Asia-Oceania will be held in Pakistan in 1992 (News, Commercial Workers' TUI publication, No 339, 1990).

The TUI's Executive Committee meeting in Paris, on 18-19 April, discussed a work plan which will reflect the "economic and political processes" taking place in Europe. Similar proposals for activity were also agreed for Asia, Latin America, Africa and the Arab countries. It was decided to develop the TUI's work in Eastern Europe (Flashes No 19, 18 May).

9004311

FORTHCOMING MEETINGS

DATE	PLACE	ORGANISERS	MEETING
July	New Delhi	WPC	Standing Committee Meeting
27-28 August	Berlin	CPC	1st Meeting of European CPC
4-16 September	Budapest	WPC/IOJ	2nd Peace Journalists' School
16-23 November	Moscow	WFTU	12th Congress
27 November-1 December	Paris	WFTU	Energy TUI: 2nd Conference
November	?	WPC	Executive Committee Meeting
December	?	IOJ	11th Congress
?	London	WFTU	ICTUR*: Seminar on Trade Union Rights in EC Countries
?	Lisbon	WFTU	Commerce TUI: First Meeting of Commercial Workers of Western Europe
?	Rio de Janeiro (Brazil)	WPC	Conference of Latin American Peace Committees
?	?	WFDY	13th General Assembly

June 1990

---

* International Centre for Trade Union Rights, a WFTU subsidiary

004311

Brasil - 10046 SECRETO

EJERCITO NACIONAL
COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II (INF) DEL EME
M O N T E V I D E O
19 - 0800 -JULIO- 1990

20159.

300/b

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION NRO. 017/B/DE/990.-

I.- EVALUACION:

II.- RESPONDE A: Información obtenida en el Departamento II del E.M.E.

III.- T E X T O:

-Adjunto al presente se remite la siguiente documentación recibida en el período.-

-PPI Nro. 006/AMB/90 del Señor Agregado Militar en la República Federal de Brasil.

IV.- DISTRIBUCION:

1.- 1er. Sub-Director de la D.G.I.D.

2.- A R C H I V O.

V.- ACCION TOMADA:

-Confección del presente Parte.-

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO II (E-2) DEL E.M.E.

CORONEL

EVER L. NUÑEZ.

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II
INFORMACIONES
REPUBLICA O. DEL URUGUAY

23/7/90
1738

SITUACION EN BRASIL

28/7/90
B 10046.

SECRETO 01.07

9004312

EMBAJADA DEL URUGUAY

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Brasília-DF
05 de julio de 1990
hora 1000

PARTE PERIODICO DE INFORMACION Nro. 006/AMB/990
(Período cubierto del 01 al 30 de junio de 1990)

I- FACTOR POLITICO
II- FACTOR ECONOMICO
III- FACTOR SICO-SOCIAL
IV- FACTOR MILITAR
V- FACTOR TECNICO-CIENTIFICO

DISTRIBUCION; 1 ejemplar al Sr. Jefe del E.M.E.
1 ejemplar para archivo

El Agregado Militar en Brasil
Coronel
CARLOS L. NUÑEZ

(Rel. Exterior) 16 JUL 1990 Bronze Recibido Jesus Perez
DISTRIBUCION
PROCESADO
RECIBIDO

EMBAJADA DEL URUGUAY

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

I- FACTOR POLITICO

A- NACIONAL

1-FRACASO DEL PACTO GOBIERNO-CUT

El proyectado pacto entre el gobierno y la CUT, fracasó este mes. El mismo preveía que durante 30 días las empresas no elevarían los precios de sus productos y el gobierno no reajustaría las tarifas y no dimitiría más funcionarios. Como contrapartida, los trabajadores no realizarían huelgas ni paros en el mismo período. Además, las tres partes involucradas discutirían la forma de reposición de pérdidas salariales, sin traspasarlas a los precios, a fin de cortar la espiral inflacionaria.

B- INTERNACIONAL

1-VISITA AL BRASIL DE NELSON MANDELA

Se confirmó oficialmente, que el líder sudafricano NELSON MANDELA realizará una visita al Brasil entre los días 10 y 12 de setiembre próximo. Las fechas aún no están definidas y dependen de la confirmación del líder negro que hará esta visita, aceptando la invitación realizada por el gobierno brasilero, formulada en mayo por el encargado de negocios en Africa del Sur.
No está definido aún cuales serán los lugares visitados.
Según Itamaratí, la invitación se encuadra en la política externa brasilera con relación a Africa, que busca dar un creciente dinamismo al relacionamiento mutuo.

2-EUA SUSPENDE SANCIONES CONTRA BRASIL

Como consecuencia directa de las medidas tomadas por Brasil, que ofrecerán una protección adecuada a las firmas de EUA, el gobierno americano anunció la suspención de todas las sanciones contra productos brasileros.-

II- FACTOR ECONOMICO

A- INFLACION

La inflación del mes de junio, según varios índices, se encuentra en el orden del 10%, lo que trae la preocupación del gobierno por la estabilidad del plan de reajuste económico implantado en marzo.
Fundamentalmente, se nota una pronunciada alta de los precios de productos alimenticios, tales como carnes y verduras.
Paralelamente, los salarios han tenido una sustancial pérdida, lo que ha motivado una sucesión de paros y huelgas solicitando la recuperación de los mismos.

B- PRECIOS DEL COMBUSTIBLE

El gobierno dispuso la liberación del precio de los combustibles en los puestos de venta, con el único control del precio máximo.
Según fuentes gubernamentales, esta medida tendrá como efecto, la baja de los precios, por la competencia que se introducirá en el mercado.
Según propietarios de estaciones de servicio, esta medida traerá como consecuencia un descenso en la calidad del servicio y dimisiones entre el personal.

9004312-

III- FACTOR SICO-SOCIAL

A- HUELGAS Y PAROS REGISTRADOS

Cortadores de caña de la región de Ribeirao Preto
Incluye 23 ciudades de la región e involucra unos 50.000 trabajadores
Portuarios
Afectó a varios puertos del país y a decenas de miles de trabajadores. La causa de la huelga es el anuncio de la dimisión de funcionarios y un anteproyecto de ley de extinguir la categoría de estibadores, sustituyendolos por empleados de los propios armadores.
Metalúrgicos
Por una reinvindicación de salarios del 166 %. Realizan huelga decena de miles de metalúrgicos de la zona de S. Pablo.
Funcionarios de electricidad
Contra los despidos y por recuperación salarial.
Funcionarios de refinerias
Contra despidos y por recuperación salarial de 166 %.

B- DIMISIONES DE FUNCIONARIOS PUBLICOS

Como inicio del programa gubernamental de reducir el número de funcionarios en 360.000, ya se han publicado el nombre de 70.000 de ellos, que han sido pasados a disponibilidad.

9004312

IV- FACTOR MILITAR

A- CARROS DE COMBATE "OSORIO"

El Departamento de Estado norteamericano está realizando presiones, contrarias a la venta de 315 carros de combate "OSORIO", fabricados por ENGESA (Ingeniería Especializada), a Arabia Saudita. Esta operación de venta representa 2.200 millones de dólares, lo que sacaría a la empresa de la situación negativa en que se encuentra. Esta venta se realizará como consecuencia de haber ganado una licitación internacional, en la cual concurrieron, entre otros, el tanque norteamericano M1A-2 Abrams.

B- CLUB MILITAR

La nueva comisión directiva del Club Militar prevée convocar a Asamblea Extraordinaria, con la finalidad de proponer alteraciones al estatuto de la institución. Se pretende que le sea permitido al club, realizar acciones ante la justicia cuestionando la inconstitucionalidad de sanciones a oficiales retirados.

9004312

EMBAJADA DEL URUGUAY

AGREGADO MILITAR
BRASÍLIA

V- FACTOR TECNICO-CIENTIFICO

Omitido.

DESCLASIFICADO
UC 43125

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período del 13AGO90 al 19AGO90

T E M A R I O

- AMERICA DEL SUR

B R A S I L

· 9004314

- AMERICA DEL SUR

- BRASIL

1.- FACTOR POLITICO

COPIA Nº .....

- VISITA DEL PRESIDENTE BOLIVIANO A BRASILIA

Los Presidentes de BRASIL, FERNANDO COLLOR y de BOLI - - VIA, JAIME PAZ ZAMORA, firmaron sendos acuerdos, durante la visita que éste último hiciera a BRASILIA entre el 14 y 16 de los corrien - tes. La compra de gas natural boliviano por parte de BRASIL, la au torización para la creación de un depósito franco en el Puerto de PARANAGUA para uso boliviano y el compromiso brasileño de comprar en un futuro energía eléctrica a BOLIVIA son los puntos más destaca bles de los acuerdos firmados por los Presidentes de ambos países. Los otros acuerdos firmados versan sobre la cooperación ecológica - de preservación y fiscalización de recursos naturales en la zona - fronteriza entre ambos países y la cooperación de producción animal la que incluye un intercambio de información sobre el control de ca lidad

Los acuerdos firmados tienen como consecuencia directa la in- tensificación de las relaciones bilaterales, el incremento de la in tegración que se está fomentando en la región. Indirectamente crea una cierta dependencia boliviana de BRASIL, dado que es a través de la firma de estos acuerdos que BOLIVIA logra la salida al Océano - ATLANTICO y siendo importante para que pueda lograr el financiamien to para la construcción de la Central Termoeléctrica de PUERTO - - SUAREZ el hecho de que BRASIL se comprometa a comprarle energía.

2.- FACTOR ECONOMICO

- SUPERAVIT DE JULIO SUPERO AL DEL MES ANTERIOR

Los resultados preliminares sobre el comportamiento de la balanza comercial del mes de julio indican un superávit de U$S1.500 millones, superando el que se verificara en el mes de junio pasado,

0064314

COPIA Nº

el cual fue de U$S1.170 millones.

3.- FACTOR SICOSOCIAL

CONFLICTO DE LOS TRABAJADORES DE LA ENERGIA ELECTRICA

Desde el 31 de julio próximo pasado 70.000 trabajadores de empresas relacionadas con la energía eléctrica iniciaron una huelga reivindicatoria de un 256% de mejora salarial para compensar las pérdidas causadas por el Plan COLLOR. Desde que se iniciara la misma no se ha realizado el mantenimiento del sistema de generación y distribución de energía, tampoco se han sustituido los equipos que presentan desperfectos y los turnos de trabajo permitidos por los huelguistas no pasan del 5% del efectivo normal. De persistir esta situación podrían producirse importantes averías en el sistema energético nacional.

Assuntos Económicos.
Serv. Sucessivo (20361)
17/7/90
Arquivo (65201)
Fac. Económico (11161)

1. **INCREASE IN TRADE WITH THE FAR EAST**

a. During 1989 Austria's trade with the Far East increased by 28,3 percent and 10,7 percent in import and export respectively. Exports to the Far East represent only 3,3 percent of Austria's exports, while imports from this region represent only 7,9 percent of Austria's imports.

b. Trade with the individual countries in the Far East is as follows :

- Japan : Exports increased by 24,9 percent to US$530 million and imports increased by 10 percent to US$2 200 million.

- Singapore : Exports increased by 30,4 percent to US$86 million.

- Taiwan : Exports increased by 113,1 percent to US$163 million.

- South Korea : Exports increased by 33,7 percent to US$112 million and imports increased by 9 percent to US$241 million.

- Hong Kong : Exports increased by 24 percent to US$129 million and imports increased by 9 percent to US$241 million.

2. CREDIT SUPPLY TO ANGOLA

During an Angolan delegation's visit to Austria recently, the RZB and Giro Bank made two credit lines, to the value of US$12 million, available to the Banco Nacional de Angola and the OBC of Angola. This credit facility will primarily be used for the purchase of consumer goods and investment in goods and equipment for production.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Postura del CNA. respecto a la nacionalización
Secr. Sudáfrica (90361)
17/7/90
Sudáfrica (10169)
Fac. Militar (11163)
Grupos Subversivos (11339)

1. With regard to its official policy, the ANC is currently committed to at least a measure of nationalization, but it is anticipated that this issue will become an increasing dilemma for this organization.

2. After the legalization of the ANC the concept of nationalization has once again become the focal point of the debate concerning a "post-apartheid economy", and it has become clear that the organization is making specific statements in this regard for specific audiences, without essentially deviating from the principle of nationalization as contained in the Freedom Charter.

3. Although the ANC does not have definite economic methods of approach, in official statements the organization is committed to action within the framework of the Freedom Charter, which makes provision for the nationalization of mines, banks and monopoly industries within an economy that will be managed on behalf of the entire population. The standpoint with regard to such an economy is, by implication, also contained in the ANC's Constitutional Guidelines, and is regarded as logical and imperative, not only in order to bring about a more equal (just) distribution of wealth and the elimination of inequalities, but also to enable an (ANC) government to finance its own envisioned upliftment programmes.

4. BUSINESSMEN

a. In private discussions with businessmen inside the country the ANC is following a more pragmatic approach by emphasizing the co-existence of a private sector and a government sector in a

mixed economy on the one hand, and, on the other hand, by emphasizing that immediate large-scale nationalization will not take place. Furthermore, ANC members are also of the opinion that a future nationalization plan can be tempered by the following :

* The "desirability" of economic growth
* The necessity of the uninterrupted production of foodstuffs
* A lack of expertise (in their own ranks) to manage nationalized sectors
* The political balance of power that will play a role in a future political dispensation.

b. In addition, businessmen are being assured that drastic economic changes will not be carried out without mutual consultation and further research.

5. <u>WHITES</u>

Whites are being "reassured" that although the ANC regards the breaking of their monopoly on the economy and on property ownership as essential, the large-scale expropriation of the property of Whites is not anticipated. It is also reasoned that 99 percent of the population (which includes a large percentage of whites) do not possess anything that can be nationalized and consequently they need not fear such a step. In addition, it is pointed out to whites that nationalization (as a method through which social inequalities can be eliminated) is neither an exclusively socialist measure nor is it foreign to the people of South Africa, as is proved by the creation of "state structures" (such as the postal service) to solve the poor white issue in the 1930's. As a result thereof the "re-nationalization of privatized services/companies" is proposed.

9004316

6. **ANC POWER BASE**

In statements aimed at the ANC's own power base nationalization is still maintained as the most obvious method to eliminate existing inequalities and to keep its promises with regard to wealth, free medical services, education and training, housing and a reasonable salary for everyone. This option also meets with a strong response amongst members of the ANC as a method through which the (agricultural) land can be redistributed.

7. **REFLECTION**

a. The redistribution of wealth and land, which were used as a lever and a mobilization cry for the revolution, have created specific expectations with respect to increased prosperity and improved socio-economic conditions amongst the black population in the country. At the same time the concept "nationalization" was established as a symbol for both the improvement in the prosperity of the broad black population and the realization of their ideals. Owing to the fact that the ANC created these expectations itself, it is also "committed" to the realization thereof (as far as possible), but even during the negotiation phase it will not be able to ignore economic realities.

b. While, due to its differentiated approach to the various target groups (which is aimed at allaying specific fears), the ANC could create the impression that the organization's standpoint with regard to nationalization has "softened", the realism that it revealed to the businessmen, for example, with regard to the "negotiability" of the nationalization idea must, however, still be regarded as primarily applicable to the dimension and time-scale linked to a nationalization programmme.

c. The "preference" that the ANC grants to nationalization is

9004316

strengthened still further by the fact that the SACP (which influences the ANC's economic arguments) is in favour of the socialist principle of the division of wealth and, in spite of its (the SACP) "realism" with regard to nationalization, the SACP does not regard a large private sector as beneficial (to the socialist ideal).

d. The ANC's dogmatic commitment to the idea of nationalization per se is in conflict with the current free market approach of the Government, amongst other things. Although the ANC is currently not prepared to place nationalization on a negotiation agenda, negotiation can be made considerably more difficult, in the light of the above-mentioned contradicting methods of approach, if/when the matter of nationalization is brought up.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004316

Nº. DOCUMENTO
TITULO Declaración de MOSHOESHOE II (Rey de Lesotho)
PROC Secr. Suiderico (90361)
FECH 17/7/90
VIDEO Lesotho (10117)
Fac. Políticas (11164)

(f.)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3126

DATE : 17 July 1990

LESOTHO : STATEMENT BY MOSHOESHOE II

- DECLARACION DE MOSHOESHOE II (REY DE LESOTHO)

1. King MOSHOESHOE II of Lesotho issued a statement in reaction to a recent statement by the Chairman of the Military and Ministers' Councils in Lesotho, Major-General J M LEKHANYA, in which the latter had commented on MOSHOESHOE's attendance of an international conference in Uganda. According to MOSHOESHOE he never intended to cause LEKHANYA any embarrassment by his action, but, as a result of certain differences, separation between him and the Military Council had crept in, namely :

   - the apparent refusal of the Military Council to return to a true democracy soon enough

   - the increasing level of corruption in higher circles, and

   - Lesotho's international image as a result of its policy towards the "liberation struggle" in South Africa.

2. MOSHOESHOE also said that these differences concern government policy and that he had not been involved in a conspiracy against anyone. He also said that his proposal that LEKHANYA should "step down" as Chairman of the Military and Ministers' Councils until the legal investigation into his involvement in the death of a Lesotho student has been completed, was only made in the interests of the Lesotho population.

3. With regard to his visit to Uganda, MOSHOESHOE said that he had received an invitation in his personal capacity to attend this conference and that the "powers" in Britain, after he had informed them in this regard, had not had any objections.

4. MOSHOESHOE also said that his exile had been forced upon him and that he had no control over the costs involved in his exile and where and how he should live. With regard to the possibility that his allowance could be suspended by the Lesotho government, he said that he would have no other alternative than to return to Lesotho owing to the fact that he did not possess the independent financial capability to remain in exile against his will. He also said that he would be glad to spare his country and people the cost of his exile and to return to circumstances where the integrity of his "office" and people would be acceptable and ensured.

5. Lastly, MOSHOESHOE appealed to everyone in Lesotho and outside the country in the meantime to continue their demands for a true democracy, for the re-institution of basic human rights and the preservation of national unity, the integrity and the sovereignty of the people of Lesotho.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

0004317

Nº. DOCUMENTO
TITULO Reformas Políticas y Descrédito en los sistemas de Partido único.
PROC Serv. Sudafrica (20361)
FECHA 17/7/90 a
VINCULO Africa (10922)
Fac. Política (11164)

REFERENCE : B/3131

DATE : 17 July 1990

AFRICA : POLITICAL REFORMS AND THE DISCREDITING OF ONE PARTY SYSTEMS
" : REFORMAS POLITICAS Y LA DESCONFIANZA EN LOS SISTEMAS DE PARTIDO UNICO

1. A large number of African countries are in the process of amending their political and economic systems in such a way that, at this stage, it stands out as the most important trend that can be observed on the continent. Given these African countries' shared culture of military and one party systems and indications that numerous of the reform-minded leaders are envisaging constitutional models that do not threaten established interests, these changes do not, however, simply qualify as democratization. Moreover, the process is still in an embryonic phase in the majority of these countries, and at the most, in a transitional phase in certain of the countries. In not one of the fourteen countries where leaders have committed themselves to one form of political liberalization or another has the process been carried through to its logical conclusion of free or multiparty elections being held.

2. On the face of it, it appears as if the changes in Africa are a direct result of the revolutions in Eastern Europe. Although the latter events were probably the most important catalyst in the civilian resistance in certain African countries, the causes of this resistance lie in widespread dissatisfaction with the governments concerned and their handling of economic issues. For example, the World Bank and the International Monetary Fund (IMF) compelled the governments of Gabon and the Ivory Coast to implement unpopular economizing measures in order for them to qualify for new loans from these institutions. This unleashed internal unrest, which in turn facilitated the subsequent political reforms. In both countries the governments have already made significant concessions with regard to groups/people that were not accommodated earlier within the parameters of a one party system.

9004318

3. In Gabon in March 1990, in the middle of strikes and protests that paralysed the country for three months, President BONGO convened a national conference to discuss Gabon's future. Upon this body's recommendation the power monopoly of the ruling Gabonese Democratic Party (PDG) was ended after twenty two years, a new Prime Minister was appointed and the ban on PA movements and parties was lifted so that they would be able to participate in the general election of September 1990. The newly appointed Prime Minister, Casimir MBA, formed a cabinet on 30 April 1990 that also comprised six members of the opposition. On 17 May 1990 BONGO indicated that he wished to resign as leader of the PDG so that he would be above party politics while the country moves towards a multiparty system

4. In the Ivory Coast the Politburo of the ruling Democratic Party (PDCI) issued a statement on 30 April 1990 instructing the government of President HOUPHOUëT-BOIGNY to legalise all new political parties. This statement followed the worst internal instability that the country has experienced since its independence in 1960. Since then twelve parties have been legalized, from an environment conservation party to a communist party. Greater clarity about the possible formalization of a pluralist system will probably come to the fore during the PDCI's party congress. Decisions about the holding of multiparty elections on a presidential and legislative level and the appointment of a successor for HOUPHOUëT-BOIGNY will be discussed at the congress. According to unconfirmed sources, HOUPHOUëT-BOIGNY will not announce his retirement during the congress, but shortly afterwards so that the Speaker of Parliament, Henri Konan BEDIé, can act as head of state in the interim, in accordance with the constitution, up until the next presidential election in November this year. This strategy is allegedly aimed at avoiding a leadership struggle during the congress. It is unclear whether BEDIé will actually stand as the PDCI's candidate in the multiparty presidential election, because the Minister of Defence, Konan BANNY, has strengthened his position within the context of the party after his

900

personal mediation ended a mutiny among national servicemen on 16 May 1990.

5. Unlike Gabon and the Ivory Coast, there has not been any visible pressure on President MOBUTU of Zaire to implement reforms. Despite this, on 25 April 1990 he announced a so-called ten point plan according to which Zaire must move towards a multiparty system. This plan makes provision for the functioning of three parties, including MOBUTU's ruling MPR; the abolition of the MPR's role as forefront party; the separation of the executive, legislative and judicial authority; the depoliticization of the army, public service and other security services; the disbanding of the current government, the Central Committee and other MPR bodies; the appointment of a new Prime Minister; and MOBUTU's resignation as president of the MPR in order to be above party politics.

6. In practice very few of these political guidelines have already been implemented. A new Prime Minister, Lunda BULULU, was appointed and he in turn formed an interim government on 4 May 1990. The government of forty members includes fifteen former cabinet members. Its task is to draft a new constitution for Zaire before April 1991, which will then be tested in a referendum. Meanwhile MOBUTU has been replaced by M'Singa ONGWAKELSI as president of the MPR. On 3 May 1990 one of the parties that is going to be legalized, the Union for Democratic and Social Progress (UDPS), rejected MOBUTU's transitional phase to a multiparty system because of the fact that amnesty had not yet been granted to political detainees and the army, police and security services are still controlled by MOBUTU. According to the UDPS, MOBUTU can use these instruments of power to intimidate the transitional government. The UDPS's attitude reflects the general scepticism in Zaire's opposition ranks and there are indications that certain groups are going to boycott the reform process if consensus is not reached with the opposition regarding the transition process.

7. Another three countries deserve mention. In Nigeria the military regime of President BABANGIDA lifted the ban on the formation of political parties on 3 May 1990 and accepted a new constitution. In October of the same year the registration of political parties took place. However, BABANGIDA rejected six parties' applications for registration because not one of the parties met with the military regime's requirements for the return to a civilian government in 1992. Instead, BABANGIDA legalized two new parties, the Social Democratic Party (SDP) and the National Republican Convention (NRC), to operate in the transition period. Both parties' constitutions are the same, while their manifestoes also address the same national issues. The SDP's manifesto is populist and emphasizes free education and medical services, and a centralized economy. The NRC's manifesto propagates a free market system. In addition, the military government has laid down strict conditions for both parties to contest future elections. In this way, for example, no politician or government official who has served in administration since Nigeria became independent, may take part in the activities of the two parties. Companies and organizations have also been banned from funding the two parties.

8. However, the most important facets of the transitional phase still have to be implemented. Elections for members of the parliaments of twenty-one federal states were to have taken place in the second quarter of 1990, but were postponed due to a failed coup attempt against BABANGIDA in April this year. The elections for local authorities will take place towards the end of 1991 and the general election for members of the national parliament will take place during the first half of 1992. The last six months of 1992 have been reserved for the presidential election, whereafter a new civilian head of state will be sworn in.

9. In Mozambique, FRELIMO announced comprehensive internal political reforms during its fifth party congress in July 1989. These included

9004318

the scrapping of Marxism-Leninism as the official ideology and attempts to liberalize the state system. Since then a new draft constitution has been drawn up which makes provision for the separation of the posts of head of state and party leader, and the direct secret election of the president and members of parliament. The draft constitution will be presented to the population in a referendum in July of this year to obtain their endorsement.

10. Earlier this year in Angola, the ruling MPLA decided that in future independent candidates would be allowed to contest elections, but still within the parameters of a one party system. The Central Committee nonetheless discussed the issue of democratization in February and approved suggestions that the MPLA move away from Marxism-Leninism; that democratic centralism within the party and the country be replaced by broader democratic norms; and that party and state structures be separated. These proposals will be submitted for debate at the MPLA's party congress in December 1990. The Central Committee also indicated that a recommendation would be made to the party congress that the current political system be developed into a multiparty system in a realistic manner.

11. Despite several similarities, the discrediting of the one party ideology in Africa differs from the process in Eastern Europe in two important aspects. Unlike Eastern Europe where the ruling classes have been ousted through mass resistance or violence, their counterparts in Africa are still in control. In actual fact it appears as if they are trying to control and manipulate the reforms to protect their own interests. The ability to do this may, however, be seriously jeopardized if the armed forces should decide to withdraw their support from the respective governments. Moreover, the political reforms in Africa are not a consequence of the population's rejection of a specific doctrine. They are occurring in traditionally moderate and pro-Western countries (Gabon, The Ivory Coast, Zaire and Somalia); former Marxist-Leninist countries (Benin, Congo, Ethiopia

9004318

and Mozambique); and "progressive" countries (Madagascar, Nigeria, Algeria, Sao Tomé and Cape Verde). Indications are therefore that dissatifaction with endemic corruption, maladministration, nepotism and a lack of say in politics, are the most important reasons for the rejection of the status quo in African countries.

12. At this stage it is still to early too speculate about how successful the unique constitutional models that African leaders have in mind will function in practice. Considering several realities, such as Africa's lack of a democratic culture and the possibility that a pluralist system may create ethnic division and instability, the misgivings of certain experts concerning the political reforms appear to be justified. Another opinion that is doing the rounds is that African leaders were forced to make the current directional adjustments owing to internal and external pressure, but that, in making these adjustments, they have attempted to protect their own power bases in order to be able to seize hold again if the experiment with multiparty systems results in chaos and disorder. In such a case the re-establishing of law and order and general stability might provide them with internal and external legitimacy once again.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004318

Nº DOCUMENTO
TEMA: Asuntos Políticos y económicos
FECHA: Sem. Suiza/prensa (20361) L
24/7/90
VARIOS: ZIMBABWE (10183)
Factor político (11164)
" económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3136

DATE : 24 July 1990

ZIMBABWE : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS

" : ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. *LIFTING OF STATE OF EMERGENCY UNDER CONSIDERATION*

The Zimbabwean Minister of Internal Affairs, Moven MAHACHI, recently stated that the Zimbabwean government is considering lifting the state of emergency. According to MAHACHI this step can be justified by the fact that Mozambican rebel activities on the border have decreased and the political changes in South Africa have lessened Zimbabwe's fears for its powerful neighbour. *Remark* : The state of emergency was instituted in Zimbabwe in 1965 and since then has been renewed every six months. It expires at the end of July 1990.

2. *EC : AID TO ZIMBABWE*

On 27 June 1990 Zimbabwe and the European Community (EC) recently signed an agreement in terms of which the EC is granting US$16,75 million to Zimbabwe for small-scale irrigation projects. Expansive training programmes and technical aid at a national level are included. *Remark* : The above sum contains a donation valued at US$6,9 million. The rest takes the form of a loan payable over forty years with a one per cent interest rate, and with a ten year period of grace before payment commences.

3. *BAHAMAS : BANK OPENS OFFICE IN HARARE*

The Meridien International Bank of the Bahamas, which has extensive interests in Africa, opened an office in Harare in June 1990.

According to the bank's Executive Vice President, Siyago MALUMO, the bank regards Zimbabwe as an important market with respect to merchant banking and commercial affairs. MALUMO also stated that this office will be drafting a list of possible development projects for Zimbabwe and the commercial bank division will probably help Zimbabwe to acquire foreign funding for the projects.

4. *AID FROM SWEDEN*

a. On 13 June 1990 Sweden and Zimbabwe concluded an agreement in terms of which the Swedish government undertakes to donate US$160 million to Zimbabawe over the next two years. This is an extension of the existing co-operation agreement in respect of the health and education sectors.

b. Furthermore, Sweden has granted US$270 million to Zimbabwe to finance public administration, transport and importing programmes. *Remark* : Since its independence in 1980, Swedish aid to Zimbabwe together with the above donations, now totals US$912 million.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004319

Nº. DOCUMENTO
TITULO Asuntos Políticos y Económicos.
Sem. Sudoj. (90361)
24/7/90
ZAMBIA (AC182)
Fac. Político (11164)
" Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3137

DATE : 24 July 1990

ZAMBIA : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS

" : ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. *KAUNDA REORGANIZES TOP STRUCTURE OF DEFENCE*

President Kenneth KAUNDA of Zambia announced recently that the Chief of the Zambian Defence Force (ZDF), Lt.Gen. G KALENGE, had been dismissed and that he had been replaced by the former deputy commander of the ZDF, Maj.Gen F SIBANDA. Furthermore, KAUNDA appointed the Chief of the Zambian Air Force (ZAF), Gen H LUNGU, as the new Minister of Defence. LUNGU was replaced as Chief of the ZAF by Maj.Gen H SIMUTOWE. *Remark* : The above re-organization is a further indication that KAUNDA does not trust the ZDF fully, but at this stage cannot afford to alienate them further from himself. This re-organization is also in line with KAUNDA's policy of divide-and-rule by playing the various components of the armed forces off against each other.

2. *EXTENT OF POVERTY*

The National Planning Consultant for the UN's Food and Agricultural Organization (FAO), C SIANDWAZI, stated recently in Lusaka (Zambia) that approximately one third of Zambia's total population and approximately forty per cent of all urbanites earn less than a living wage.

3. *BAN ON MEDIA COVERAGE OF MULTIPARTY SYSTEM*

The Zambian government placed a temporary ban on the publishing of

articles about a multiparty system or the broadcasting of quotes from proponents of a multiparty system in the media. Furthermore, the publishing of articles about the multiparty system will only be allowed with the commencement of a referendum about the implementation of such a system in Zambia. *Remark* : Although President KAUNDA of Zambia has granted permission for such a referendum to be held, he made it clear that he is not in favour of the implementation of a multiparty system. Furthermore, it has already been stated that no propagation or debating about a multiparty system will be allowed in Zambia at this stage.

4. *JUDGE VOIDS STATEMENT BY TEMBO*

a. In Lusaka recently Judge W MUZYAMBA found that the statement that had been given to the Zambian police by Lt.Gen Christon TEMBO (former commander of the Zambian Defence Force - ZDF) was not acceptable as state evidence in the court, since the police had used violence to obtain it. MUZYAMBA also found that TEMBO had been denied medical treatment, that threats against his family had traumatized him, and that in general he had not been treated according to prescribed rules.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

The court case, in which TEMBO and three others are being tried for high treason against the Zambian government, is receiving wide coverage in the Zambian media. The above court decision can be seen as a victory for TEMBO, who was regarded by the population as President Kenneth KAUNDA's successor during the recent food-related unrest. If TEMBO is acquitted during the referendum campaign it could create a considerable embarrassment for the Zambian government.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004390

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Asuntos Políticos y Económicos
PROC: Serv. Sudoeste (90361)
FECHA DE CREACION: 24/7/90
VINCULACIONES: Mozambique (10132)
Emb. Pretoria (11164)
" Lourenço (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3138

DATE : 24 July 1990

MOZAMBIQUE : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS

: ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. *EXILES PLAN CONGRESS IN PORTUGAL*

a. Mozambican political exiles in Portugal recently announced in Lisbon that the first congress for so-called Mozambican professionals abroad is going to be held in Lisbon from 12 to 14 October 1990. The congress is being arranged by two newly-formed organizations, the Movement for Peace and Democracy in Mozambique and the Associacao Pro-Civica Mocambicana, and its purpose is to enable dialogue about Mozambique to occur between Mozambican personalities abroad. All aspects of the Mozambican situation (politics, economics, development etc) will be taken into consideration. According to the leader of the Movement for Peace and Democracy in Mozambique, Antonio Rebelo DE SOUSA, the Portuguese President and Prime Minister and various other Portuguese politicians have already been invited, as well as President CHISSANO, the leaders of RENAMO, UNAMO, MONAMO, FUMO, CUNIMO and any other Mozambican movement that is represented in Portugal.

b. According to a leading figure from the Movement for Peace and Democracy in Mozambique, Domingos AROUCA, he is busy drafting a new constitution for Mozambique, at the request of President CHISSANO. *Remark* : AROUCA's statement cannot been confirmed.

2. *BEIRA CORRIDOR'S FREIGHT HANDLING INCREASES*

David ZAUSMER, Managing Director of the Beira Corridor Group (BCG),

recently stated that the Beira Corridor's freight handling had increased by 14 per cent in 1989. In the first three months of 1990 the Corridor handled 402 000 tons. According to ZAUSMER the Corridor will have increased handling of imports to and exports from Zimbabwe, Zambia and Malawi. *Remark* : The two phases of the Beira Corridor's ten-year development programme commence in January 1991.

DATE OF INFORMATION : July 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO
TITULO: Desarrollo Político y Económico.
Secr. Sudspico (20361)
FECHA: 24/7/90
NIGERIA (10136)
Fac. Políticos (11164)
" Económicos (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3141

DATE : 24 July 1990

NIGERIA : POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

1. *CHANGES TO THE DEFENCE FORCE*

The Nigerian Deputy Director of Training at the Nigerian Army Headquarters, Captain Raymond EKUMMU recently announced that the Nigerian government is going to decrease its army of almost 120 000 by a drastic number as an economizing measure. EKUMMU added that there are plans to establish a military college in 1991 with a view to more purposeful training of military personnel. A committee has already been appointed to manage the establishment of the college. *Remark* : The formation of this college is as a result of the inability of the Nigerian National Institute of Policy and Strategic Studies (NIPSS) to provide suitable military training for the Nigerian Army.

2. *BRITISH AID*

Britain is plannning to donate approximately US$663 million to Nigeria during 1990 to finance imports from Britain and to provide support to education and training projects. Furthermore, the British government will supply Nigerian schools with textbooks to the value of US$843 216 in order to alleviate a serious shortage in this regard.

3. *BABANGIDA DIRECTS WARNING TO CLERGYMEN*

In a strongly worded statement President BABANGIDA recently warned

internal church leaders not to threaten the law and order in Nigeria through "challenging statements". While BABANGIDA did not implicate any individual or group directly, observers believe that his reprimand is directed mainly at Christian figures, but especially at Anthony OKOGIE, the Archbishop of Lagos and Chairman of the Christian Association of Nigeria (CAN). *Remark* : Since January 1990 OKOGIE has periodically accused the government of favouring the Muslim population of Northern Nigeria through its policy trends, at the expense of the Christian population in Southern Nigeria. The comprehensive cabinet reshuffle in January 1990 was indicative of this fact, and consequently it was no surprise that the failed coup attempt against the BABANGIDA regime on 22 April was initiated by Christian military officers.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO ONA: El Futuro Constitucional de los Blancos Sudafricanos
PROC. Serv. Sudáfrico (20361)
FE. 24/7/90
VI. Sudáfrico (1162)
Fac. Militar (1163)
Grupos Subversivos (1334)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3145

DATE : 24 July 1990

AMC PERCEPTION OF THE FUTURE CONSTITUTIONAL POSITION OF WHITE SOUTH AFRICANS
PERCEPTION DEL ANC DEL FUTURO CONSTITUCIONAL DE LOS BLANCOS SUDAFRICANOS

1. In an ANC working document on the constitutional position of White South Africans it is argued that White interests can best be served/protected in a "united, non-racial democracy".

2. A document entitled The Constitutional Position of White South Africans in a Democratic South Africa, which was compiled by Albie SACHS (a prominent ANC/SACP member attached to the Institute of Commonwealth Studies in London and a member of the ANC's Constitutional Committee) and in which attention is given to the position of the Whites as a minority group in a future "non-racial, democratic South Africa" (under a "majority government"), is currently being distributed amongst members of the ANC for discussion and comment.

3. Although SACHS's document possesses no official status within the ANC, the standpoints contained therein are based on already recognized ANC approaches. In addition the author is a member of the ANC's Constitutional Committee and of the Advisory Committee, which will assist the organization during a process of negotiation, and he can be regarded as one of the chief formulators of the ANC's "post-apartheid standpoints". His argument surrounding a human rights charter, for example, is central to and is recognizably contained in the ANC's constitutional guidelines of 1988, the most recent official framework for a "post-apartheid dispensation".

4. POINTS OF DEPARTURE

SACHS bases his standpoints on the fundamental differences between the

approach to a future constitution on the part of the Whites (who regard racial segregation as the underlying factor in a constitution) and of the ANC (who advocate equality/ want to eliminate racial segregation). According to him Whites are more attuned to the constitutional protection of their (privileged) position as a minority group than to the realization of justice/democracy. In contrast to the approach of the Whites, however, SACHS argues that "white status" will be irrelevant in a future constitutional dispensation and that the coming into being of a new South African people presupposes the solution to the "White problem" (in other words, White domination must be eliminated/ Whites are ordinary citizens).

5. GROUP RIGHTS

According to SACHS the protection of group rights is based on the approach that race groups, and not the individual, are the fundamental unit in a state (in terms of the constitution). He also addresses the subject of the direct and indirect protection of group rights in various political models.

6. DIRECT ENTRENCHMENT OF GROUP RIGHTS

SACHS regards the application of the group rights concept, which is based on statutorially defined racial discrimination, as unacceptable and impracticable owing to the practical problems as a consequence thereof. He puts forward the following arguments with regard to the unacceptability/undesirability of the various methods/models through which group rights can be entrenched :

- A federal system is based upon the amalgamation of separate states in a federal unit, which, in the South African context, would involve the artificial creation of federated states (the existence of the "homelands" and the TBVC states is not recognized, although the recognition of Natal/KwaZulu can be

considered). In addition, there is an economic interdependence in South Africa and the essence of a future "non-racial, democratic South Africa" is not to be found in obtaining the most acceptable method through which groups can continue to exist in seclusion, but rather in the harmonious co-existence of all groups/cultures.

- The principle of universal suffrage on separate voters' rolls is rejected on the basis of the fact that it would bring about the entrenchment/strengthening of "apartheid", that the Population Registration Act would still be valid, that equality would occur between "blocks" instead of proportional representation as a result of numbers/support and that it would still not comply with the demand for one-man-one-vote and a joint voters' roll (as contained in the ANC's constitutional guidelines and the Harare Declaration). Furthermore, the principle of special votes/reserved seats in general is regarded as a method (corrective action) through which the positions of groups which were being discriminated against can be strengthened/protected. Against this a joint voters' roll and joint suffrage are presented positively as a fundamental indication of shared citizenship and loyalties, historical recognition of equality and a method through which the "inequality and injustices of the past" can be overcome in an "orderly, legal and democratic" manner.

- The protection of group rights by means of a system of "own affairs" is rejected because it is morally unacceptable, because it will hamper attempts to establish umbrella national systems for matters such as health, because it is administratively clumsy and because it will strengthen continued discrimination, group formation and the existing imbalance.

- The veto right, which is generally regarded as the highest

possible protection of group rights, is brushed aside as being weak/offering no protection for group interests (Whites), owing to the fact that the use thereof will lead to the use of counter-vetos by other groups, it will emphasize the current imbalance/injustices (15 percent controls the rest of the population) and it will be interpreted as an attempt to protect "unacceptable" values and interests ("apartheid"). In addition, the maintenance of "own affairs", exclusively or by means of a veto right, will write racism into a constitution.

- Although the consociative model can probably not be applied to the South African situation, owing to the fact that it can only be applied successfully in a situation where there is (more or less) parity and trust between the groups and where it is not founded on a racial basis (such as the Tricameral Parliament), certain positive aspects (in the short term or in a transitional phase) are linked to this model. This includes the handling of White fears (owing to the representation of all groups in the government) and the cultivation of trust. In addition, this model can also serve as a phase to bridge the gap between "apartheid" and "democracy".

7. <u>INDIRECT ENTRENCHMENT OF GROUP RIGHTS</u>

a. The indirect entrenchment of group rights by means of the protection of existing interests (which is equivalent to the maintaining of the socio-economic status quo) and the recognition of the inalienable right to enter into contracts and of the right of free association (which will give rise to further White group formation/racism) is rejected, owing to the fact that this would paralyse a programme of corrective action, aimed at restoring the balance.

b. Although SACHS "recognizes" White fears and the necessity of

attending to them, he tries to avert them by means of the "assurance" that "white status" is irrelevant to a constitution and will also not serve as the basis for "reverse discrimination".

8. WHITES WITHIN A "NON-RACIAL DEMOCRACY"

a. SACHS aknowledges that the initial adjustment to a "non-racial democracy" will be difficult, but he is of the opinion that in the long term such a system could protect White (group) rights more effectively. According to him the advantages of a "non-racial democracy", based on the principles of the Freedom Charter, are obvious, namely equal rights for all individuals, free elections on the basis of univeral suffrage by means of a joint voters' roll, a mixed economy, political pluralism within a multi-party state which is characterized by freedom of speech and association, the protection of basic human rights and freedoms based on a human rights manifesto and an independent, "non-racial" judiciary.

b. However, within this context specific attention will have to be given to White minority fears, such as the loss of basic freedoms and identity, as well as the collapse of the economy, when discussions are held on "democracy". In this regard SACHS argues as follows :

- On the one hand, the constitution should pertinently guarantee the fundamental (political) equality of all citizens on all levels of society and create applicable mechanisms by which this guarantee could be "enforced", and it should, on the other hand, recognize cultural diversity. Although the constitution need not necessarily address these and accompanying problems (e.g. the language issue) directly/specifically, both the broad principles with regard to the constitution as well as the mechanisms (including the

judiciary) through which it should be implemented, should be laid down. However, at the same time there is a warning against the merging of political pluralism and cultural diversity, or the granting of political rights on the basis of cultural diversity owing to the fact that this could lead to racial or ethnical grouping/polarization.

- Recognition shall be given to both the individual's right to privacy as well as the right to equal protection ("public domain"). However, at the same time, there are warnings against the possibility that the application of the individual's right to privacy could serve as an instrument to bring about the organized discrimination of one group against the other, in which case the right to equal protection will have a higher value.

- The constitution should not include or exclude any specific economic model, but, taking into account the government's "obligation" to restore the socio-economic balance, it should merely lay down the "principle of justice". Provision shall be made for such matters as the re-distribution of land, the absence of racially founded discrimination in the economy and corrective action with regard to the economy, statutorially founded and subject to principles of public interest, while the fundamental rights and freedoms of individuals should be taken into account throughout.

- The rights of workers should enjoy specific attention and protection on the basis of a constitutionally guaranteed (entrenched) workers' charter.

9. <u>CORRECTIVE ACTION</u>

A programme of corrective action, which should be implemented for at

least the length of one generation in the establishment of a "non-racial democracy", is central to a future constitution and a "post-apartheid dispensation". SACHS argues that a future constitution should be drawn up in such a way that the peaceful and orderly phasing out of inequalities (one of the state's main objectives) will be clearly evident and all legislation should be interpreted against this background. A programme of corrective action should be followed as a guarantee for the "have not's", on the one hand, that there will be active intervention in order to eliminate inequalities, and for the "have's", on the other hand, that such "recovery programme" will be statutorially controlled and that it will take place by means of "just and effective" methods. Although such programme should not be included in the constitution, the principles according to which it can be carried out should be included. In addition, SACHS is of the opinion that such a programme is necessary in order to prevent Whites (by means of a human rights manifesto or principle of equality) from being afforded the opportunity to appeal to a court, thereby jeopardizing any attempts/government intervention to change the status quo.

10. COMMENT

a. Throughout, SACHS's document strongly emphasizes the current imbalance in South Africa and the inevitable restoration thereof by means of a programme of corrective action, amongst other things. Although an apparent measure of realism with regard to this "reversal process" is being maintained (e.g. that posts that are currently held by Whites should only be filled by competent/skilled Blacks) and basic freedoms and diversities are being recognized, higher value is being attached to the process, which in the case of clashing interests, can nullify other rights/freedoms/values (eg with regard to freedom of association and an own language/culture) "guaranteed" in the constitution. Besides this a "constitutional obligation/machinery" is proposed

9004323

in accordance with which such process/programme will be implemented and it is anticipated that all laws should be interpreted against the background of these higher values/objectives.

b. The emphasis laid on a "united, non-racial democracy" as the only workable model should be judged against the background of the organization's striving towards a unitary state, in which it counts on the majority support of the population, and its attempts to cultivate acceptability/understanding/support for its objectives amongst the Whites. Moreover, emphasis is laid on a single voters' roll owing to the fact that, according to the ANC's calculations, it will provide the organization with sufficient support, on the one hand, in a constituent assembly, to write its own objectives/programme into a constitution in order to bring about the realization of such model, and, on the other hand, it will enable the ANC, from a position of governmental power, to implement its programme.

c. The ANC is apparently attempting, by means of this document, to give its members the assurance that the revolutionary objectives have not/are not being sold out. At the same time the organization is hoping, once this document has been accepted in its own ranks, to use it during a negotiation process to allay White fears with regard to an ANC government and to obtain support for an ANC government amongst Whites. In view of this exaggerated emphasis is being laid on the disappearance of "White status" as a factor regarding either a privileged or a disadvantaged position in terms of the constitution, regarding the equal position of all citizens and regarding the protection of individual rights (which should also serve as a guarantee for White groups and as a guarantee against "reversed racism"). Although "recognition" is given to White fears and the necessity to address them, at the same time the need for protection is

9004323

equated with an attempt/need to entrench White privileges and to maintain the status quo (with regard to the ANC's objectives). Besides this, emphasis is also laid on the morality/justice aspect and the comparison is made that current ANC demands are in reality synonymous with attempts in the past to bring about Afrikaner unity and to solve the poor White issue - a further attempt to find support amongst the Whites. In addition, the ANC is acknowledging indirectly that the "equating of Whites with ordinary citizens" is a prerequisite for the successful implementation of a "united, non-racial democracy".

d. Although the ANC's standpoints regarding the accommodation of Whites and their fears and the intended constitutional "guarantees" will seemingly also serve White interests, it should be kept in mind that the "guarantees" are made irrelevant by a programme of corrective action.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO
TITULO: Asuntos Políticos y Económicos
Serv. Suelo (20361)
FE: 6/7/90
VI: Namibia (10133)
Pol. Político (11164)
" Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3112

DATE : 6 July 1990

NAMIBIA : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS
" : ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. KENYAN TROOP WITHDRAWAL/NAMIBIAN TROOPS TO BE DEPLOYED

Early in June 1990 Namibia's Permanent Secretary for Defence, Frans KAPOFI, announced that the Kenyan military contingent would be withdrawing from Namibia at the end of June. He also announced that the first and second infantry battalions of the newly-formed Namibian army were going to be deployed in the northern regions of the country, in the near future.

2. NEED FOR DONATIONS DURING DONORS' CONFERENCE

Namibia's Prime Minister, Hage GEINGOB, stated in Geneva (Switzerland) recently that Namibia needed donations of approximately US$380 million from industrialised countries. These donations could be made at the donors' conference for Namibia, that was to be held at the UN head office in New York. GEINGOB also stated that Namibia had inherited approximately R500 million debt following its independence and expected a budget deficit of US$270 million. This could be attributed to salaries for public servants, agricultural improvements and the creation of job opportunities.

3. DIVISION OF REGIONS

a. During a conference in Ruacana recently, President Sam NUJOMA announced the appointment of eleven deputy ministers as provisional representatives of the central government in eleven

regions of the country. NUJOMA announced the following eleven regions in Namibia :

North Region (Oshakati)
Kavango Region (Rundu)
Caprivi Region (Katima Mulilo)
North Western Region (Khorixas)
Northern Central Region (Tsumeb)
East Region (Gobabis)
Central Region (Windhoek)
South Western Region (Luderitz)
South Eastern Region (Keetmanshoop)
Kaokoland Region (Opuwa)
West Region (Swakopmund)

Remark : The names of the eleven representatives were not announced.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

It is possible that the division of the eleven regions was announced with a view to regional elections that must take place in Namibia within the next eighteen months for the eventual composition of the second chamber in Parliament, the National Council.

4. ZAMBIA'S COPPER POSSIBLY TO BE EXPORTED VIA WALVIS BAY

According to a recent newspaper report, Zambia is currently investigating the possibility of exporting its copper via Walvis Bay. Zambia's Permanent Secretary in the Ministry of Mining, Patrick CHIWENDA, has already held discussions with officials in Namibia's mining industry about this possibility earlier in 1990. Remark : This

is apparently as a result of problems that Zambia is experiencing with exporting its copper via Dar es Salaam and the Beira Harbour. Zambia also intends acquiring expertise with regard to the mining industry from Namibia.

5. DIPLOMATIC RELATIONS WITH LIBYA

On 8 May 1990 Libya and Namibia entered into diplomatic relations at ambassadorial level. Greece also entered into relations with Namibia on 4 April 1990.

6. COOPERATION AGREEMENT WITH EGYPT

Namibia and Egypt concluded a friendship and cooperation agreement during May 1990. The agreement was signed by Theo-Ben GURIRAB during a visit to Cairo, where he attended the OAU's monitoring group on South Africa. The agreement must still be ratified by the Namibian government.

7. DIPLOMATIC RELATIONS WITH NAMIBIA

On 9 May 1990 the governments of Namibia and Libya issued a joint statement in Windhoek which stated that the existing mutual relations between these two countries would be strengthened to diplomatic relations at ambassadorial level. The statement was signed by the Namibian Deputy Minister of Foreign Affairs, Netumbo NDAITWAH, and the Secretary of Libya's office in Botswana, Salem EIHFALLAH.

8. MANAGEMENT OF THE NAMIBIA BROADCASTING CORPORATION

During a recent news conference the Minister of Information and

Broadcasting, Hidipo HAMUTENYA, announced the names of the new board for the Namibia Broadcasting Corporation (NBC). The Chairman of the board is Dr Zed NGAVIRUE. Nahum GORELICK is the Acting Director-General. The Deputy Director-General for Communication and Training is Obe Tulinane EMVULA; and for Programmes and News, Stuart SUPER. Karl Werner LIST, a former member, has also been reappointed. Monica KOEP, Petronella COETZEE, Pumootu MUUNDJA, Gwen LISTER, Reverend Fred JOSEPH, Charles KAURAISA and H D NAMUHUYA were also appointed as board members.

9. DEPARTURE OF REMAINING UNTAG MEMBERS

The last military personnel from UNTAG left Namibia on 15 May 1990. There are still 126 administrative personnel in the country. There were approximately 5 000 UNTAG members present in Namibia during the November 1989 election.

10. NUJOMA APPEALS FOR COOPERATION

During a recent visit to the Caprivi, President Sam NUJOMA of Namibia stated in Katima Mulilo that cooperation between the government and the inhabitants of a country was necessary for economic development. According to NUJOMA the SWAPO government respects and recognises traditional and community leaders in view of the role that culture plays in the Namibian society. However, in NUJOMA's opinion, traditions that violate human rights cannot be allowed.

11. SHORTAGE OF TRAINED PERSONNEL

The Namibia's Deputy Minister of Transport, Works and Communication, Klaus DIERKS, stated during a recent seminar in Windhoek that, with

regard to the compilation of feasibilty studies, Namibia was experiencing a shortage of trained engineers, architects, technicians and training personnel. DIERKS also said that the Namibian government would do everything in its power to protect, retain and train its present personnel.

12. ANGOLA ASKS NAMIBIA TO AID FAPLA

a. The Angolan Minister of Defence, Pedro Maria TONHA, issued an appeal to members of the Namibian army while in Oshakati, to aid FAPLA, if necessary, in its struggle against UNITA, considering that FAPLA provided SWAPO's military wing, PLAN, with aid during its liberation struggle. TONHA added that the Angolans' struggle was also the struggle of the Namibians. He stated that plans to disrupt UNITA activities would be made with consideration being given to the new security agreement between the two countries.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

During TONHA's visit Angola and Namibia concluded an agreement with regard to border security, in terms of which the security of the joint border will be maintained.

It is doubtful whether Namibia will actively support the Angolan government in its military activities against UNITA, since Namibia cannot afford it internationally to become involved in internal conflicts of neighbouring countries. It is however possible that apart from moral support, FAPLA will be given logistical support in the form of transport, supplies and freedom to make use of Namibian base facilities, especially landing strips, in its operations against UNITA.

13. NO DIPLOMATIC TIES WITH TAIWAN

a. The Namibian Deputy-Minister of Foreign Affairs, Hetumbo NDAITWAH, recently stated in Windhoek that diplomatic ties do exist between Namibia and the People's Republic of China, but not between Namibia and Taiwan, because Namibia only recognises a united China.

b. ELUCIDATION AND COMMENT

The Taiwanese Ambassador in South Africa has already revealed that there are no channels for aid to Namibia since the Namibian government had rejected cooperation gestures.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº [illegible]
Asuntos Económicos
Secr. Sudámerica (90361)
6/7/90
ZAMBIA (10162)
Fac. Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3108

DATE : 6 July 1990

ZAMBIA : ECONOMIC AFFAIRS

ASUNTOS ECONOMICOS

1. DONORS' CONFERENCE FOR THE ZAMBIAN RAILWAYS

A donors' conference in aid of financing the ten year development programme of the Zambia Railways (ZR), which was approved by the Southern Africa Development Coordinating Conference (SADCC) in January 1990, was recently held in Livingstone (Zambia).

2. INCREASE IN FOREIGN EXCHANGE RESERVES

Zambia's foreign exchange reserves have increased from US$138 183 in December 1988 to 178 858 US dollars at the end of 1989. Remark : In spite of the above, Mulondwe MUZUMGU (Zambian Deputy Minister of Finance and Planning) pointed out that Zambia is still crippled by a serious shortage of foreign exchange. The country's foreign debt increased by US$20 million to US$7,2 billion from January 1990 to April 1990.

3. DISSATISFACTION IN THE LABOUR FIELD

In a recent report, the Zambia Congress of Trade Unions (ZCTU) criticized the one party state and socialist management style in Zambia. Moreover, the ruling Zambian party, the United Independence Party (UNIP) was blamed for the country's prevailing high unemployment rate, high cost of living, corruption and racism in Zambia. At the same time this party was criticized for its involvement in South

African domestic affairs in favour of the ANC. The ANC was also criticized for its poor record with regard to human rights and the burden that it has placed on the Zambian state coffers. Remark : The ZCTU may be regarded as the largest representative of the organized labour force in Zambia.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENT :
TITRE : La opposicion escéptica sobre las propuestas de reforma
Sem. Sudcpriec (2036 ?)
19/6/90
ZAIRE (1016)
Fac. Politico (1164)

(1).

REFERENCE : B/3052

30/1804

DATE : 19 June 1990

ZAIRE : OPPOSITION SCEPTICAL ABOUT REFORM PROPOSALS

II : LA OPOSICION ESCEPTICA SOBRE LAS PROPUESTAS DE REFORMAS

1. A prominent member of the Democratic Union for Social Progress (UDPS - most important Zairean opposition group), Phillipe KABONGO, recently said that the UPDS had rejected President MOBUTU's proposed transition to a multi-party system and that the opposition feared that during the transitional phase, MOBUTU would try to take over "control" of the opposition.

2. Furthermore the UDPS is urging that all interested parties should negotiate about the provisions regarding the transition period, owing to the fact that MOBUTU has not yet made any mention of such matters as amnesty for political prisoners. The UDPS has also pointed out that the defence force, the police and the security services will remain under MOBUTU's authority and that he could use this to intimidate the transitional government. Consequently, the UDPS is urging the necessity of a transitional government that will exercise control over the defence force and the police.

3. COMMENT

Owing to the fact that MOBUTU has elevated himself above all political parties since his recent resignation as leader of the ruling party, the UDPS fears that MOBUTU could intervene at any time and exercise his authoritative power. Amongst opposition members there is a general feeling of scepticism with regard to MOBUTU's widely publicized intention of implementing a multi-party system in Zaire and it is already apparent that the opposition groups will not participate in the process before the provisions of the transition period are cleared up jointly.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01-12

1001326

38/1884

plan (1987 - 1992). Also in the political and diplomatic fields, relations between these two state have improved, especially with regard to Soviet support for Egypt, regarding the Middle Eastern issue.

c. The issue of the emigration of Soviet Jews to Israel, is a source of great concern for Arab leaders, who fear that the new immigrants will be settled in the occupied areas in Israel. They allege that the emigration is a stumbling-block in the path to a peace agreement in the Arab/Israeli conflict. Both Egypt and the Soviet Union are in favour of an international peace conference under the protection of the UN and are advocates of direct dialogue between Israel and the Palestinians.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004326

Nº DOCUMENTO
TEMA Desarrollo Político y Económico
PAÍS Serv. Sudafrica (20361)
FECHA 19/6/90
VINCULO Namibia (10133)
Fac. Político (11164)
" Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3048

35/1884

DATE : 19 June 1990

NAMIBIA : POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

" : DESARROLLO POLITICO Y ECONOMICO

1. YA OTTO ON ROLE OF TRADE UNIONS

a. John YA OTTO, General Secretary of the National Union of Namibian Workers (NUNW), said recently that he expected the Government, trade unions and employers in Namibia to co-operate closely in future to ensure that a healthy labour climate was created for the benefit of the country and its inhabitants. According to him there are numerous labour problems from the previous dispensation that still have to be solved. He also said that the main objective of the trade unions in Namibia is to ensure that the interests of workers in all sectors of society are protected and that trade unions should strive to ensure that workers receive sufficient remuneration in order to be able to maintain a realistic standard of living, so that social justice, economic independence and social security can be obtained.

b. Mr Hadino HISHONGWA, Deputy Minister of Labour, Government Service and Manpower Development, said during the same programme that trade unions had made a large contribution to the independence struggle and that it was the government's expectation that in future trade unions would also play an important role in the rebuilding of the country's economy and development. He said further that once the government has discussed the draft labour code that has already been drawn up, talks will be held with trade unions and employers.

CONFIDENTIAL

0004827

c. Both speakers pointed out that co-operation between the trade unions, the government and employers will correspond to the government's policy of national reconciliation and unity.

2. ADMITTED TO THE WHO

Namibia was recently admitted to the World Health Organization (WHO).

3. TRAINING IN TOGO

Approximately 1 000 Namibians will be trained at Bafilo, Nothern Togo, as an elite para-commando at the request of President NUJOMA. The group will form the core of the newly-formed defence force and will provide bodyguards for President NUJOMA.

4. CHANGE IN STATUS QUO

The Namibian Minister of Mining and Energy, Andimba TOIVO YA TOIVO, said in Tsumeb that the Namibian government would do everything possible to change the status quo that was prevalent in the country before Namibia's independence for thirty years. He said workers must be patient about promises made to them during the "liberation struggle" and the election.

5. DEVELOPMENT AID FROM AUSTRALIA

The Australian High Commissioner in Zambia, Helen WARE, said in Lusaka recently that agriculture is one of the aspects for which Australia might supply Namibia development aid. According to WARE the Australian government is also considering helping the Namibian

Department of Justice to bring about changes in legislation.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO
TITULO: Implicación Portuguesa en Angola y Mozambique.
FECHA: 18/6/90 (
VIDEO: Africa (UC22)
Europa (UC184)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : CB/3041

DATE : 18 June 1990

PORTUGAL'S INVOLVEMENT IN ANGOLA AND MOZAMBIQUE
IMPLICACION PORTUGUESA EN ANGOLA Y MOZAMBIQUE

1. Since Portugal's entry into the European Community (EC) in the early 1980's it is clear that, owing to its colonial ties with Mozambique and Angola, it has seen its opportunity to expand its influence in these states, especially in the role of an important "bridge-builder" between Africa and Europe. Consequently, Portugal gives Southern Africa in general particular priority, and particularly the PALOPS states (Portuguese speaking African states). Portuguese relations with Mozambique and Angola centre largely on the economic field, while there is also limited military involvement.

2. During a press conference on 2 October 1989 on Portugal's foreign policy, the Portuguese Prime Minister, Anibal Cavaco SILVA, spelled out Portugal's policy standpoints with regard to the region after his visit to Southern Africa at that time. Cavaco SILVA made it clear that Portugal would not act as a direct mediator in the Angolan and Mozambican conflicts and that his government would rather advocate direct negotiations between the Angolan government and UNITA and between the Mozambican government and RENAMO. Nevertheless, it was made clear that Portugal would continue to attempt, by means of diplomatic and other contacts, to contribute as a facilitator to internal reconciliation in these two states.

3. The above-mentioned aspect was repeated by the Under Secretary of Foreign Affairs and Co-operation of Portugal, Durao BARROSO, during a visit to Angola on 5 January 1990. According to him, Portugal is only interested in peace in Angola, and not in providing a "diplomatic show" or in degenerating into a role of go-between. The current direct negotiations between the Angolan government and UNITA in

27/1884

Portugal, reflect these policy standpoints of Portugal with regard to the Angolan conflict.

4. Moreover, the Portuguese government has repeatedly emphasized publicly that limited co-operation with Angola and Mozambique (in the military field as well) is a priority in the Portuguese foreign policy. Several agreements regarding military matters have been signed and according to them Portugal will supply the various states with logistics support, training and military advice. However, Portugal seems hesitant to become too closely involved in the internal security situation in Angola and Mozambique by means of large-scale military aid, because it would make heavy financial demands on the Portuguese government and also bring about international opposition.

5. With regard to Portugal's relations with Angola and Mozambique, Cavaco SILVA said in October 1989 that his government attached special importance to co-operation in the fields of language, culture, education, communication and in the business sector. With regard to the latter, SILVA emphasized that his government would like to create circumstances that would make it advantageous for Portuguese businesses to invest capital in Angola and Mozambique. In this regard, a large number of economic co-operation agreements have been signed with Mozambique and Angola recently.

6. On 29 September 1989 Portugal and Mozambique signed more than 14 agreements in Maputo, namely : a loan of US$9,35 million for Portuguese enterprises and businesses in Mozambique; a further rescheduling agreement with regard to Mozambique's debt to Portugal; an agreement in accordance with which US$5 million will be spent on the restructuring of the Mozambican television network; agreements with regard to research and training in the fishing sector, technical co-operation, cartographic matters and the industrial and energy sectors in Mozambique. Furthermore, Portugal has great financial interest in the Cahora Bassa hydro-electric scheme and it is actively

involved in the rehabilitation of the scheme. Mutual trade between Portugal and Mozambique amounted to about US$37,7 million in 1987.

7. Portugal is involved in several projects in Angola and recently several economic, trade, cultural and scientific co-operation agreements were signed. Trade between these states amounted to approximately US$144 million in 1988. Portugal chiefly exports agricultural products to Angola and Angola mainly exports oil to Portugal.

8. Owing to the fact that Portugal does not have sufficient financial means to meet the needs of all its former African colonies, it is also trying to involve other Western states (especially those belonging to the European Community - EC) financially in trilateral projects supplementary to the technical and practical support that Portugal itself can offer in particular.

9. Despite the uncertainties brought about by the war situation in both Mozambique and Angola, these two states benefit the most from the aid from Portugal. Both African states currently find themselves in a consolidation phase with regard to national unity, and economic development is regarded as a priority. In this regard the view is held that, owing to its strong historical links with Angola and Mozambique, Portugal has the ability to actively expand its influence and economic activities in these states.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TÍTULO Desarrollo Político
Sent. Socialista (20361)
19/6/90
Gabón (10077)
Fac. Político (1164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3045 27/1864

DATE : 19 June 1990

GABON : POLITICAL DEVELOPMENTS
" : DESARROLLO POLITICO

1. BONGO RESIGNS AS PARTY LEADER

a. President BONGO of Gabon said in a speech before a special congress of the ruling Democratic Party (PDG) in Libreville (Gabon) recently that he would like to resign as party leader so that he could place himself "above all biased preconceptions" while the state moves towards a multi-party system.

b. ELUCIDATION

Since 1968 Gabon has been a one-party state, but a National Conference that was held in March and April 1990, after internal unrest intensified, recommended that a multi-party system be implemented. In this regard 74 associations, movements and political parties were legalized, in order to enable them to participate in the general election that will be held in September 1990.

2. OPPOSITION LEADER ORDERED TO LEAVE FRANCE

a. According to an unconfirmed report, the French Minister of Internal Affairs, Pierre JOXE, has ordered that the leader of the People's Union of Gabon (Gabonese opposition groups - UPG), Pierre MAMBOUDOU, should leave France and go to Senegal because he is a threat to public security.

9004329

b. ELUCIDATION

[illegible] regime in Gabon with the aid of a retired French defence force officer (only known as Michel G). The conspiracy, codenamed "Scorpion", involves French businessmen, foreign currency forgers and the manager of a Belgian bank.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº [illegible]

Título: Desarrollo Político y económico.

[illegible]: Sec. Subdirección (G-361) ✓

12/6/90

Costa de Marfil (10062)

Fac Político (11164)

" Económico (11161)

CONFIDENTIAL

20/004

REFERENCE : B/3035

DATE : 12 June 1990

IVORY COAST : ECONOMIC AND POLITICAL DEVELOPMENTS

COSTA de MARFIL : DESARROLLO POLITICO y ECONOMICO

1. RECENT POLITICAL DEVELOPMENTS

a. The internal situation in the Ivory Coast has normalized following the serious unrest in the capital city on 14 May 1990 and which climaxed on 16 May 1990. The Minister of Defence, Jean Konan BANNY, recently held discussions with dissatisfied servicemen in the defence force and stated that certain steps would be taken to prevent similar events in the future.

b. In a statement that was released after the discussions, BANNY stated that the protesters had agreed to return to their barracks and that no one would be punished. He denied that servicemen from other areas were planning to advance to Abidjan, but did admit that servicemen in Yamoussoukro (political capital) had set similar demands to those made in Abidjan. These demands include that servicemen's working conditions and remuneration be revised and that they must be given the opportunity to join the defence force permanently, following their two-year period of service.

c. According to BANNY, certain of the grievances are justified, but he emphasized the fact that the Ivory Coast is experiencing serious financial problems and appealed for patience and calm.

d. ELUCIDATION AND COMMENT

The Ivory Coast government has been praised in diplomatic circles for the manner in which it dealt with the recent protests,

9004330

especially since direct confrontation and the consequent inevitable violence had been prevented.

2. **FRENCH ELITE UNIT PROVIDES ASSISTANCE**

A special French elite unit, Groupe d'Intervention de la Gendarmerie Nationale (GSIGN - an anti-terrorist squad), led by Lt-Col Alain LE CARO, arrived in the Ivory Coast recently, following the Ivory Coast government's request to France for assistance to help quell the internal unrest which reached serious proportions on 16 May 1990. GSIGN's task will be to monitor the situation and advise the government accordingly. Remark : The Ivory Coast has a defence agreement with France in terms of which 500 French troops and advisors are stationed near Abidjan.

3. **FRENCH FINANCIAL ASSISTANCE**

a. The French ambassador in Abidjan (Ivory Coast), Michel DUPUCH, recently announced that France had loaned US$236 million to the Ivory Coast as aid for the government's economic and financial programme.

b. **ELUCIDATION**

This loan is part of a bigger French aid project, which has amounted US$345 million since 1989. The loan is repayable over a period of fifteen years with an eight-year period of grace, at a concessional interest rate of four percent.

The Ivory Coast, the world's biggest cocoa producer, is presently in the grip of serious economic problems, especially since the

world market prices for its two most important export products, cocoa and coffee, declined sharply. The Ivory Coast's total forein debt currently amounts to almost US$12 billion.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO Desarrollo Político
Sov. Soviético (20361) a
12/6/90
Liberia (10119)
Fac. Político (11164)

CONFIDENTIAL

29/1064

REFERENCE : B/3034

DATE : 12 June 1990

LIBERIA : POLITICAL DEVELOPMENTS
" : DESARROLLO POLITICO

1. REBELS REJECT DISCUSSIONS WITH GOVERNMENT

a. Tom MOYOU, the American representative for the National Patriotic Front of Liberia (NPFL - Liberian opposition group) said in Washington, USA recently that the NPFL rejected the proposed discussions with the Liberian government and that the struggle, which has escalated since December 1989 to overthrow the DOE regime, will continue.

b. According to MOYOU, he recently visited occupied areas in Liberia and stated that the NPFL is convinced that it can overthrow the current Liberian government in a military coup d'etat.

c. ELUCIDATION AND COMMENT

The rebel's biggest fighting force of between 3 000 and 5 000 members is currently entrenched approximately 100 km away from the capital, Monrovia, and they are planning to attack the city soon. Attacks have already been launched against military institutions near Gbarnga, the capital of the Bong district (approximately 75 km north of Monrovia). Although the situation in Monrovia is calm there is concern about the possible consequences should the NPFL rebels besiege Gbarnga.

2. SPECIAL TASK FORCE READY FOR ACTION AGAINST REBELS

a. Members of the special task force of the ruling National

9004331

Democratic Party of Liberia (NDPL) said in a statement recently, that they were ready to join government troops that are currently fighting a rebel uprising.

b. According to the statement, these rebels have weakened the Liberian economy in a period when it was just beginning to show some progress. The task force asked for a meeting with Harry MONTRA, the Vice President, and the NDPL's legislative caucus, in order to discuss a strategy for total victory over the rebels.

c. ELUCIDATION

The NDPL's notorious task force comprises almost 2 000 members. During the election campaign of 1985, which was won by President DOE, they repeatedly made themselves guilty of intimidating the opposition. Task force members were accused of vandalism and assaulting opposition members, among other things, and the latter appealed to the government to ban the task force.

3. DOE IN RENEWED CAMPAIGN AGAINST REBELS

a. President Samuel DOE of Liberia appealed recently to all Liberians to become actively involved in the government's struggle against the rebels of the National Patriotic Front of Liberia (NPFL), who have been conducting a campaign against the DOE regime since December 1989. In this regard he called up all retired and reserve military personnel to active duty and gave the Department of Defence the instruction to intensify all attacks on rebel institutions.

b. DOE once again accused Bourkina Faso, the Ivory Coast and Libya of direct involvement in the rebellion and stated that recruits from these countries were fighting alongside the rebels.

According to allegations, five Libyan military personnel have already died in skirmishes in Northern Liberia.

c. ELUCIDATION AND COMMENT

Although DOE has already survived numerous coup attempts, it seems generally accepted that his regime is currently in serious danger. The army is undisciplined and incompetent in conducting guerilla warfare. The 3 000 youths that were recruited into the army since March, have succumbed to the rebels' pincer attack in Northern Liberia and the rebels have succeeded in moving to within 100 km of the capital, Monrovia.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO Asuntos Económicos.
PROC. Serv. Sudáfrica (20361)
FECHA 29/6/90
VIDEO Francia (65763)
Fac. Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3068

DATE : 27 June 1990

FRANCE : ECONOMIC AFFAIRS
FRANCIA : ASUNTOS ECONOMICOS

1. CO-OPERATION AGREEMENT WITH EASTERN BLOC COUNTRIES

The French government recently decided to treble their 1990 co-operation budget for countries in the Eastern Bloc to US$56 million. This money will be used in projects aimed at bringing market-orientated economies into existence, and to promote the French language and culture in these countries. Moreover, the French government is also encouraging companies to invest in the Eastern Bloc countries. Remark : This decision was taken after foreign investments in France increased by almost 300 percent during 1989, to US$35 billion.

2. FRENCH AID TO THE IVORY COAST

France and the Ivory Coast concluded an agreement in terms of which France granted a loan of US$236 million to this African country. The loan will be used to support the Ivory Coast government's economic and financial programmes. Remark : This loan forms part of France's total budget with regard to aid to the Ivory Coast, which amounts to US$345 million for the current financial year. It must also be viewed against the background of French businessmen's current lack of confidence in Africa in respect of possible investment, while the French government still remains in favour of aid to Africa.

CONFIDENTIAL

9004332

3. BANK PURCHASES SHARES IN THE BANK OF NAMIBIA

A Parisian bank, Societe Financiere pour les Pays Outre-Mer, recently decided to purchase approximately 70 percent shares in the Bank of Namibia, which has declared assets of US$123 million. Remark : Details concerning the price of these shares are not known.

4. FORMATION OF A NEW ORGANIZATION

A French parliamentary member, Jean-Marie DAULLET, formed an organization that will be known as the "Democrates sons Fronteres". This organization will endeavour to aid "emerging democracies" in the Eastern Bloc, Chili and Southern Africa.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

A. DOCUMENTS

TITLE Factores influyentes en la seguridad

PRO Sew. Sudafrica (20361)

DATE 21/6/90

VINCL Namibia (10133)
Fac. Sicio-Socio. (11165)
Shaw on Interno (11334)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3072

DATE : 27 June 1990

FACTORS THAT INFLUENCE THE NAMIBIAN SECURITY SITUATION

FACTORES INFLUYENTES EN LA ~~SITUACION DE~~ SEGURIDAD DE NAMIBIA

1. Since April 1990 there have been increasingly more rumours that the security situation has deteriorated rapidly in Namibia, and in the northern regions in particular. As a result of certain violent incidents that have taken place, the opposition party in the National Assembly (NA) have already demanded action by the government on several occasions. Owing to the fact that Ovambo is SWAPO's power base, it is evident that the Namibian government is sensitive about the situation in the northern parts of the country. Regular visits by cabinet members to these areas are proof that there is a serious realization that the situation in the north has to be normalized as soon as possible.

2. The perception that the security situation in Namibia is unstable can be inferred from the increasing trend in crime, intimidation by armed people, and the high expectations harboured by the population since independence. Social factors such as unemployment and the shortage of housing, contribute to the rising crime figures, especially in Ovambo. In addition, there are still a large number of weapons in circulation in this area that are evidently being used to rob innocent people and commit other atrocities, thereby also contributing to the high crime rate.

3. As a result of the large number of weapons in circulation, there have been incidents in which people have been intimidated by armed persons. Members of SWAPO's former armed wing, PLAN, apparently carry weapons and wear uniforms openly. Former members of the South West African Territorial Forces (SWATF), "Koevoet" and UNITA members have been involved in these incidents as well. There is still conflict

9004333

between the former "Koevoet"/SWATF members and PLAN members. The morale of the police in the region is low as a result of lack of co-operation from the population, and a lack of clear and direct instructions to the police on how to deal with the weapon issue. From the government's side, 31 May 1990 was set as the deadline for the handing in of all unlicenced weapons of war, but owing to the poor reaction, the authorities were forced to postpone this date to 30 June 1990. In addition, the government also sent police reinforcements to the north for border-guarding purposes as a result of the armed persons who are crossing the Namibian/Angolan border from both sides.

4. Owing to the large number of refugees that have returned (including former PLAN members), as well as the demobilization of former security force units, at present there are large numbers of unemployed people who contribute to an increased crime figure. Furthermore, the fact that the reconciliation between former PLAN members and security force members cannot be realized immediately, and the fact that they still regard each other with mistrust, must also be taken into account. In order to contribute to the normalization of the situation, the government has already announced that it will form so-called development brigades where the above-mentioned people will receive training to allow them to be able to enter civilian life. The success of this will depend on the extent to which mutual distrust can be eliminated and the rate at which the necessary job opportunities can be created.

5. It therefore appears as if the "unstable situation" is being exaggerated mostly by the press and the opposition so that they can gain politically from it. The government will, however, have to pay attention to the excessive number of weapons in the region, the mutual disrespect between former PLAN members and security force members, and the high unemployment figure. These factors do have a decisive influence on the situation in Namibia and unless enough attention is paid to them, the situation will remain volatile.

DATE OF INFORMATION : June 1990 02-02
RELIABILITY GRADING : 2

9004333

Nº. DOCUMENTO
TITULO Desarrollo Político
PROC Sec. Sudáfrica (2036)
FECHA 27/6/90
VISADO Lesotho (2017)
Fac. Político (1164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3073

DATE : 27 June 1990

LESOTHO : POLITICAL DEVELOPMENTS

" : DESARROLLO POLITICO

1. ESTABLISHED DIPLOMATIC LINKS WITH NAMIBIA

Lesotho's Minister of Foreign Affairs, Tom THABANE, announced that Lesotho and Namibia recently established diplomatic links. He also said that this was the beginning of an extensive programme of mutual co-operation between these two states in various fields.

2. LEKHANYA'S VIEW OF THE PROPOSED NATIONAL COUNCIL

At the beginning of June 1990, during a public meeting in Quthing, Major-General J M LEKHANYA, Chairman of the Military Council and the Ministers' Council in Lesotho, appealed to the Basotho to support the proposed National Council, to be established in June 1992, as a step closer to a democracy and to elect representatives to this council. Preparations for the nomination and election of candidates to the National Council will take place on a country-wide basis. According to LEKHANYA, the National Council will be involved in the formulation of a new constitution for Lesotho and will determine whether the status of the monarchy will be ceremonial or legislative. He also said that, although an appeal had been made for the repealing of Order No 4 of 1986 before the National Council was to begin with its activities, this order would not be lifted. He also said that this order had succeeded in bringing about peace and calmness in Lesotho and the military government did not wish to "dump the country into the confusion of party politics as in the days during the previous government".

9004334

3. KING HOLDS TALKS WITH UGANDAN PRESIDENT

During a recent private visit to Uganda, during which he attended an international conference on "the state and the crisis in Africa", King MOSHOESHOE II of Lesotho held talks with President MUSEVENI of Uganda.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO Expansión de las actividades de la oposición interna.
Sem. Suiza/pica (20361)
FECH 27/6/90
Costa de Marfil (10062)
Fac. política (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3075

DATE : 27 June 1990

IVORY COAST : INTERNAL OPPOSITION ACTIVITIES EXPAND

COSTA DE MARFIL: EXPANSION DE LAS ACTIVIDADES DE LA OPOSICION INTERNA

1. Since the recent declaration by the government of the Ivory Coast that a multi-party system would be implemented in the Ivory Coast, internal opposition activities have expanded with a view to a prospective general election.

2. The Secretary of the Ivory Coast People's Front (FPI - the most prominent opposition party), Laurent GBAGBO, requested that parliament be dissolved and that an interim government be set up until a general election is held. GBAGBO also proposed that all opposition parties should form a united front in order to be able to oppose the current government more effectively during the planned election. Nevertheless, he added that he was in favour of negotiation regarding a future political system in the Ivory Coast.

3. In turn the National Secretary of the Workers' Party of the Ivory Coast, Francois WODIE, requested that a national conference should be held in "preparation for the transition to democracy". He is also in favour of a negotiated political settlement. Nine parties have already applied for registration and it seems as if the ruling Democratic Party (PDCI) of HOUPHOUET-BOIGNY will have to reorganize itself drastically if it intends remaining a factor in future internal politics.

4. COMMENT

a. The fact that the PDCI has not yet officially reacted to the latest opposition activities may be ascribed to the fact that this party realizes that its supremacy without a formal

9004335

opposition might be terminated. Moreover, internal power struggles have contributed to the fact that the PDCI cannot present a united front. Consequently the possibility cannot be excluded that after HOUPHOUET-BOIGNY has stepped down, the PDCI might splinter into two factions, ie the moderate conservative faction, led by Henri BéDIé, and a reform-orientated faction, in which Philipe YACé, Chairman of the Economic and Social Council, plays a leading role.

b. Furthermore, a political power struggle is apparently being waged between the most likely successor to the presidency, Henri Konan BéDIé, and the Minister of Defence, Jean Konan BANNY, who apparently enjoys great respect amongst members of the PDCI.

c. The question of HOUPHOUET-BOIGNY's successor is complicated still further by the recent announcement that a multi-party system would be implemented in the Ivory Coast within the near future. Where in the past it was a formality that the President of Parliament, BéDIé, would, in terms of the constitution, stand in as interim president after HOUPHOUET-BOIGNY has stepped down and until a presidential election is held, currently a prediction cannot be made with regard to a likely successor for the presidency, the reason being that at least ten parties intend participating in the general election and will probably also nominate presidential candidates.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Desarrollo político.
Sec. Seguridad (SE361)
27/6/90
Somalia (AG160)
Fax Político (AA164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3082

DATE : 27 June 1990

SOMALIA : POLITICAL DEVELOPMENTS

" : DESARROLLO POLITICO

1. *ITALIAN DEPUTY MINISTER ADMITS DIFFICULTY IN MEDIATING*

a. While on a recent visit to Somalia, the Italian Deputy Foreign Minister, Senator Susanna ANGELLI, admitted the difficulty in mediating between the Somali government and various rebel movements in Somalia.

b. The Somali premier, SAMANTAR, asked ANGELLI to persuade the rebel movements to lay down their arms and take part in expected multi-party parliamentary elections later this year. He added that there can be no multi-party system without a ceasefire between the opposing parties.

2. *NEW GROUP CALLS FOR CARETAKER GOVERNMENT*

a. A newly-formed group, the Council for National Reconciliation and Salvation (CNRS) has recently called on Pres BARRE of Somalia to set up a caretaker government to restore human rights and order in Somalia. The group which consists of more than 100 laywers, intellectuals, politicians, elders and chiefs and is headed by Somalia's first President Aden Abdulle OSMAN, said that they could no longer remain passive on the sufferings, bloodshed and loss of life and property in the country.

b. ELUCIDATION

Despite BARRE's announcement on 30 August 1989 that a multi-party

system will be restored in Somalia and the subsequent forming of a constitutional commission, no progress has yet been made to reach an agreement with several rebel movements. Pres BARRE is also pressured by members of the government to continue with the reforms and to agree to a ceasefire with the rebels in order to restore Somalia's socio-economic problems.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO Empeño del gobierno por reavivar el proceso de paz-
PROC. Serv. Judopico (90364)
FECHA 27/6/90
VIDEO Etiopia (10073)
Fac. Político (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3083

DATE : 27 June 1990

ETHIOPIA : GOVERNMENT PLEDGES TO REVIVE THE PEACE PROCESS

ETIOPIA : EMPEÑO DEL GOBIERNO POR REVIVIR EL PROCESO DE PAZ

1. The Ethiopian Foreign Ministry released a statement recently in terms of which the government pledges to revive the peace process in Eritrea. The government, therefore, takes measures outside the procedures agreed upon for the preliminary talks with the Eritrean Peoples Liberation Front (EPLF) to enable the UN to serve as an observer in negotiations.

2. The government also agreed that the rebelheld port city, Masawa, may be used for the delivery of relief supplies, while the agreement between the United States and the Soviet Union to join in airlift operations, was also welcomed by the Ethiopian government.

3. ELUCIDATION

a. The latest development is a major concession by the MENGISTU government who had rejected previous calls from the EPLF to include the UN as an observer in peace negotiations. This point of view led to the failure of negotiations in November 1989 in Nairobi (Kenya). Since February 1990 several thousand tons of relief food had been destroyed by government air raids on Masawa and donor countries urged MENGISTU to allow that food be distributed among the five million drought-stricken people in Eritrea.

b. Apparently these concessions were brought about by the current military situation in Eritrea where the EPLF already controls Masawa and most of the rural areas. The Second Army (which is based in the Eritrean capital Asmara) is surrounded by the rebels

9004337

and depends on airlifts for their logistical needs. Furthermore it appears that international pressure especially from the US and Soviet Union, might have played a decisive role in the Ethiopian government's decision.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITU... Asuntos Políticos y económicos
Sec. Sudafrica (20361)
FE... 27/6/90
VIA... NAMIBIA (10133)
Fac. Político (11165)
" Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3084

DATE : 27 June 1990

NAMIBIA : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS
" : ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. BORDER VIOLATIONS THREATEN PEACE AND SECURITY

Simon KAUKUNGWA, the regional director for SWAPO in Ovambo, recently stated that the continued border violations by UNITA and former "Koevoet" members from Angola, were threatening the peace and security of this region. According to KAUKUNGWA, peace and security in the north of Namibia are essential in order to bring about stabilization in this area.

2. ELECTION OF DEPUTY SPEAKER

Zephania KAMEETA of SWAPO was recently unanimously elected by the National Assembly to the office of Deputy Speaker. According to the constitution, the Deputy Speaker will act in this capacity in the absence of the Speaker, Mosé TJITENDERO.

3. NUJOMA'S STATEMENTS ABOUT OAU MEMBERSHIP AND ECONOMIC DEVELOPMENTS

a. During a meeting in Rundu recently, President NUJOMA of Namibia stated that Namibia would become a full-fledged member of the OAU in July 1990. According to NUJOMA this is significant, because the OAU's 27th year of existence is being celebrated in a free and independent Namibia, the last colony in Africa.

b. With regard to Namibia's economy, NUJOMA stated that the Namibian government had reaffirmed its willingness by contributing to the

Southern African region's economic development through the SADCC. According to NUJOMA, in this way Namibia will meet with the expectations of the OAU's charter, which propagates unity in Africa, political and economic independence and social development of the continent. NUJOMA also asked the inhabitants of Namibia to maintain a spirit of good neighbourliness with the country's immediate neighbours, Angola, Zambia and Botswana, and to support people in South Africa in their struggle for a united, non-racial and democratic community.

4. OAU : DIPLOMATIC MISSION IN NAMIBIA

The head of the OAU's observation group in Namibia, Ulujimi JOLAOSO, announced that on 1 June 1990 the observation group obtained the upgraded status of a full diplomatic mission. According to JOLAOSO, the permanent mission will liaise between the OAU secretariat and the government in Namibia. Furthermore, on the one hand it will be used as a listening post for the situation in South Africa, and on the other hand it will be used to represent African countries that do not have diplomatic representation in Namibia. Remark : This is a deviation from the normal practice, since the OAU does not establish diplomatic missions in countries. Although the name of the head of the mission has not yet been announced, he will have the same status as other heads of missions.

5. APPLICATION FOR MEAT EXPORT TO THE EC

Namibia recently applied to the European Community (EC) for a meat export quota to the EC, in terms of which this country can export 19 000 tons of beef and between 2 000 and 3 000 tons of mutton annually to the EC. According to Gert HANEKOM, Namibia's Minister of Agriculture, Fisheries, Water and Rural Development, this will be the single most important advantage of Lomé Treaty membership for Namibia.

900[illegible]

6. KENYAN CONTINGENCY WITHDRAWS

The Kenyan contingency, that remained in Namibia after UNTAG's withdrawal to assist with securing northern Namibia, is going to withdraw from Namibia towards the end of June 1990.

7. DONORS' CONFERENCE

A donors' conference have been convened by the Secretary General of the UN in New York recently to mobilize financial and technical aid for Namibia. Ministers and other senior officials from Namibia will visit various countries that are regarded as possible donors and the headquarters of international aid and development agencies to answer any questions that potential donors may have.

8. UN AGENCIES VISIT NAMIBIA

A delegation of representatives from the various agencies of the UN have accepted a number of suggestions concerning the returnees in Namibia, following a recent visit to Namibia. A strategy that makes provision for aid to the returnees on the agricultural terrain in the form of capital investments and project support has been proposed and an immediate rehabilitation project has been envisaged.

9. AUDITING OF REHOBOTH AFFAIRS

The Attorney-General is busy with an investigation into the financial records of the Rehoboth National Investment Corporation (RENIC).

9004338

Other cases of irregularities have already been found but are being kept back in order to prevent Hans DIERGAARDT, leader of the Rehoboth Basters, from concealing other matters.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO Asuntos Políticos y económicos
PROC. Sem. Sudáfrica (120381)
FECHA 6/7/90
VISTO ZIMBABWE (10183)
Fac Político (11164)
Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3087

DATE : 6 July 1990

ZIMBABWE : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS

: ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. **APPEAL FOR MASS PROTEST AGAINST ONE-PARTY STATE**

The Zimbabwe Students' Union recently appealed to all democratically minded persons in Zimbabwe to form a "broad-based mass movement" in order to openly oppose President MUGABE's proposed one-party state. Remark : This statement, issued by the Chairman of the Students' Council of the University of Zimbabwe, Arthur MUTAMBARA, was the announcement of a resolution in which this appeal was contained and which was accepted during the general meeting of the student organization mentioned above.

2. **INVOLVEMENT OF ZEPP IN EXPORT EARNINGS**

The Programme Manager of the Zimbabwe Export Promotion Programme (ZEPP), Nahoor MEENAN, said during the annual congress of the Zimbabwe National Chamber of Commerce (ZNCC) in May 1990 at Victoria Falls that since its formation in 1987 the ZEPP had already generated more than US$76 million in exports. Remark : 85 percent of these exports were to Southern Africa, and this is a higher percentage than was initially anticipated.

3. **TEACHERS' ASSOCIATION CRITICIZES GOVERNMENT ACTION AGAINST STRIKING TEACHERS**

In a recent statement in Harare, the Zimbabwean Association of University Teachers criticized the Zimbabwean government for taking

9004339

action against striking teachers in terms of the emergency regulations. This association also appealed to the government to repeal the state of emergency as well as the Emergency Powers Act and Law and Order Maintenance Act because these laws are contradictory to effective control over and the protection of civil liberties. According to the statement, the strike by the teachers was merely the most recent example of a series of industrial actions by various groups and all the previous disputes were eventually settled by means of negotiations between the government and the parties concerned. Remark : After the striking teachers refused to return to work the Zimbabwean government declared education to be an essential service in terms of the emergency regulations, after which the strike was regarded as illegal. The government made use of the unrest police, amongst others, to disperse striking teachers during demonstrations, while those teachers who continued to strike after the emergency measures were enforced were dismissed.

4. PAYMENT IN LOCAL CURRENCY FOR EXPROPRIATION OF LAND

Legislation will shortly be introduced in the Zimbabwean Parliament in terms of which persons whose land is expropriated will in future be paid in the local currency and payment will only take place in Zimbabwe and not in countries abroad. Remark : The Lancaster House Agreement that fell away in April 1990, determined that all landowners whose land was to be expropriated should be paid in a foreign currency.

5. COMPULSORY SALARY INCREASES

In terms of an Extraordinary Gazette that appeared on 11 June 1990 all salaries in Zimbabwe, with the exception of a few special categories, will be increased by 10 percent as from 1 July 1990. Remark : The Zimbabwean Minister of Labour, Manpower Development and Social

9004339

Welfare, John NKOMO, had determined earlier in 1990 that all salaries would be increased by at least 10 percent as from 1 July 1990.

6. ECONOMIC POLICY HAMPERS SMALL BUSINESS DEVELOPMENT

The General Manager of the Zimbabwean Small Enterprise Development Corporation (SEDCO), Admos MTSHANI said during the annual meeting of the Employers' Confederation of Zimbabwe (EMCOZ) during the middle of May 1990 that the Zimbabwean government's economic control measures (eg price control and wage control as well as the allocation of foreign exchange quotas) are hampering the development of small business enterprises. MTSHANI also mentioned the fact that these enterprises currently have limited access to certain facilities such as bank loans.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO Plan del presidente MOBUTU para el futuro sistema pólitico
PROC Sec. Subdirec. (20361)
FECHA 6/7/90
VINCULO ZAIRE (10121)
Fac política (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3105

DATE : 6 July 1990

ZAIRE : PRESIDENT MOBUTU'S TEN-POINT PLAN FOR A FUTURE POLITICAL SYSTEM IN ZAIRE ZAIRE: EL PLAN DIEZ-PUNTOS DEL PRESIDENTE MOBUTU PARA EL FUTURO SISTEMA POLITICO DE ZAIRE

- **The implementation of a three-party system; the existing People's Revolutionary Movement (MPR) and two other parties**

- **The scrapping of the "leading role " of the MPR**

- **The separation of executive, legislative and legal powers**

- **The depoliticization of the armed forces, the civil service and other security institutions**

- **The dissolution of the government, central committee and other MPR organizations, the nomination of a Prime Minister and the appointment of an interim government (already manifested)**

- **The nomination of a constituent committee to draw up a new constitution, after which the latter will be tested in a referendum**

- **Legislation will shortly be passed in terms of which a three-party system will be legalized**

- **That he, MOBUTU, will be resigning from the MPR but that he will remain on as Head of State, and will be elevated above politics and will have certain arbitrary powers. He will not have to be accountable to the government or to parliament.**

900433

- The re-introduction of freedom of dress and of forms of address

- The re-introduction of free trade unions in contrast with the previous umbrella government-controlled trade union, the National Workers' Union of Zaire (UNTZA).

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº DE REGISTRO
TITULO: DESARROLLO REFERENTE A LA RESTRUCTURACIÓN AFRICANA.
PROC.
FECHA
VOLUMEN
Sen. Sudafrica (Sa361)
6/7/90
AFRICA (10022)
Fac. Publico (11464)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3114

DATE : 6 July 1990

DEVELOPMENTS REGARDING AFRICANIST RESTRUCTURING

DESARROLLO REFERENTE A LA RESTRUCTURACION "AFRICANISTA"

1. The changing political climate in South Africa and the legalization of the PAC, amongst other things, have compelled the internal Africanist group to make adjustments regarding its standpoint with respect to negotiation and its structural framework, and this has led to dissatisfaction amongst members of its own group.

2. During a congress in Bloemfontein, in a shift in emphasis with respect to its methods of approach regarding its policy, the PAC (Internal) expressed itself willing to become involved in a negotiation process that will centre on the mechanisms through which a one-man-one-vote elected constituent assembly can be brought about. This decision is in line with the PAC policy regarding negotiation.

3. At the insistance of the old guard amongst the internal PAC members (Zephania MOTHOPENG and ex-Robben Island prisoners) the PAC decided that the Pan Africanist Movement (PAM), which, since its formation in December 1989, has functioned as an umbrella body for internal Africanist structures such as the Azanian National Youth Unity (AZANYU), the Pan Africanist Students' Organization (PASO) and the African Women's Organization (AWO), should be dissolved in favour of an internal PAC wing. The reason given for this was that in the past "some PAM structures" were difficult to control. This wing, currently known as the PAC (Internal), is also responsible for the establishment of an internal PAC infrastructure and the creation of a support base.

4. However, these adjustments are being opposed, especially by AZANYU, the political home of militant youths within the Africanist group. Since the congress in Bloemfontein this organization has also

9004341

expressed its dissatisfaction with decisions regarding the negotiation debate and restructuring. With regard to the PAC's approach to negotiation, AZANYU is of the opinion that this still means negotiation with the "white settler regime" and can therefore be regarded as surrender. According to AZANYU it is not necessary to negotiate unless it is possible to weaken the "racist government" in such a way that power could be "taken over" purely by means of violence. AZANYU also announced that amongst the members of the internal Africanists there is a core group that reports directly to MOTHOPENG and that this group was responsible for the formulation of the negotiation standpoint as it is currently held. The organization is also of the opinion that the core group was responsible for the composition of an internal Africanist delegation that held talks with the PAC on the matter in Harare (Zimbabwe) already at the beginning of March 1990, and that it was composed in such a way that no persons who held standpoints that clashed with those of the PAC with regard to negotiation attended the talks. Only one Executive Management member of AZANYU, Nhlanhla LEBEA, for example, was involved in the talks (initially without the knowledge of the rest), but according to the organization he had no mandate to do so.

5. There was also opposition to the creation of an internal PAC wing on the part of AZANYU as well as some PAM members and the opinion was held that internal organizations do not want to be dependent on the PAC for funds. Owing to the fact that agreement could not be reached during the conference with regard to this issue MOTHOPENG was asked to take the final decision and he decided that the PAC "should not fall into the same trap that the ANC had fallen into regarding the establishment of too many structures", and that the PAM would in future be known as the internal wing of the PAC. Also when it was proposed during the congress that the PAM/PAC (Internal) and even the PAC abroad should in future not make use of the slogan "One Settler, One Bullet" because it could create a false impression with regard to the "struggle" of the Africanists, this was met with strong opposition

from the ranks of the youth. AZANYU members are of the opinion that this slogan corresponds with the revolutionary spirit of the Africanist group and that the old guard is afraid to act by means of confrontation. The military wing of the PAC, the Azanian People's Liberation Army (APLA), still makes use of this slogan.

6. The tension between AZANYU and the so-called old guard of PAC members is being manifest on a national and regional level and can be related back to the formation of AZANYU in 1981 when some PAC members inside the country were opposed to its creation as a PAC front and its consequent "independent action". For years AZANYU regarded itself as the only internal PAC front and is still of the opinion that, as the "guard of the Azanian revolution", it has to ensure that the purest form of Africanism is preserved inside the country.

8. A statement by MOTHOPENG during the Bloemfontein congress to the effect that AZANYU and the AWO should be dissolved so that the AWO could in future function as the PAC's women's section and AZANYU members could be included in a "task force" similar to the UDF's "marshalls", increased the disagreement with the old guard in the PAC inside the country. PASO, which is currently relatively well organized (in contrast to AZANYU), and which also does not take quite such opposing standpoints with regard to PAC leaders, should however, according to MOTHOPENG, remain as an independent organization.

9. The dissatisfaction within AZANYU, as a representative Africanist youth organization, with the current restructuring in the Africanist group is similar to the dissatisfaction amongst the militant Charterist youth with regard to the current negotiation initiatives and the apparent moderate stance of the ANC. Moreover, this dissatisfaction explains attempts, especially by the old guard amongst the members of the PAC, to give AZANYU less prominence in order to establish a more consolidated Africanist power base in South Africa. In spite of these levels of tension within the ranks of the

9004341

Africanists, this group has been gaining increasing ground since the legalization of the PAC on 2 February 1990 and they have been succeeding in gathering supporters at the expense of both the Charterists and the Black Consciousness group in South Africa.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº. DOCUMENTO
TITULO PANORAMA GENERAL DE SU SEGURIDAD
PAIS Emb. Sudafrica (90361)
FECHA 10/7/90
VIAJE Zambia (10182)
Emb. Sicq. Secol (11165)
Situacion Interno (11334)

SECRET

REFERENCE : CB/3115

DATE : 10 July 1990

ZAMBIA : OVERVIEW OF THE SECURITY SITUATION
11 PANORAMA GENERAL DE SU SEGURIDAD

1. As a result of the virtual doubling in the price of maize meal, Lusaka, Kafue and Kabwe were rocked by violent unrest since June 21, 1990 in which about 30 people were killed and scores more injured. More than a thousand people were arrested. Although economic factors precipitated the unrest it quickly acquired political undertones with students acting as agitators. In conjunction with the unrest, an attempted coup was launched against the KAUNDA government on the morning of June 30, 1990 when junior officers of the Zambia Defence Force (ZDF) gained control of the radio station in Lusaka. The seizure lasted more than three hours before the rebel spokesman, Lt LUCHEMBE, and his accomplices were arrested by soldiers loyal to KAUNDA. Unconfirmed information has it that LUCHEMBE was assisted by a senior officer, Lt-Col MWAMBAZI, of the ZDF. However, the crowds that surged through Lusaka in support of the coup bid underlines the mounting opposition to KAUNDA's leadership. It is interesting to note that several reports mention that General C TEMBO was seen by the crowds as an alternative to KAUNDA by the crowds.

2. According to a single and unconfirmed report KAUNDA fled to Zaire before the attempted coup, after being informed a few hours earlier by a loyal supporter. Pres MOBUTU of Zaire apparently agreed to give KAUNDA temporary shelter. In reaction to the failed coup KAUNDA did not want to return to Zambia, but agreed to do so after the managing director of Zambia Airways, G MULUNDIKA, pursuaded him to do so. According to this report the coup was planned by the Zambian Army. In accordance with to this plan Army units were to take strategic key points in Lusaka and arrest important officials. The report also mentions that the Air Force played a key role in averting the coup

insofar as Air Force personnel arrested LUCHEMBE and his accomplices. This explains why KAUNDA promoted Gen H LUNGU from Chief of the Air force to Minister of Defence and discharged the Commander of the ZDF, Gen G KALENGE, who was previously appointed from the ranks of the Army. It is uncertain whether KAUNDA suspected KALENGE of being involved in the coup attempt or merely wanted to take him to task for the political embarrassment it has caused. KAUNDA is already engaged in a drastic restructuring of the Armed Forces in order to forestall any further coup attempts.

3. The abortive coup should not be seen in isolation from the prevailing socio-political situation in Zambia. In was not an isolated incident but rather symptomatic of the dissatisfaction within the ranks of the ZDF against KAUNDA and UNIP's inept rule. The favourable reaction by the Zambian people to the news of the coup furthermore serves to illustrate the unpopularity of KAUNDA.

4. On the political front UNIP's agreement to hold a referendum on October 17, 1990 has brought to the fore a phalanx of pressure groups and individuals. The most prominent lobby in this regard is probably the influential Zambia Congress of Trade Unions (ZCTU) under the leadership of the outspoken and ambitious Frederick CHILUBA. KAUNDA was clearly taken aback by the volume of criticism levelled against his one-party system during a national convention in March 1990. He announced however that he will lead the campaign for the rejection of a multi-party system. In this regard UNIP supporters have already started a campaign of vilification against the advocates of a multi-party system. Concerning a prediction on the results of the referendum it appears that the rural areas will vote in favour of UNIP, since the vote can be organized by local chiefs and by the Women's League and the Youth League. The crucial vote however will be in the Copperbelt province and in the urban and rural areas in and around Lusaka. In conjunction with this the government-controlled media can deny coverage of the opposition's campaign. Nonetheless,

9004342

observers are cautious to predict a victory for KAUNDA because Zambians widely view the current system with resigned hostility.

5. The unpopularity of the KAUNDA family now extends to KAUNDA himself. Until recently he was considered to be above criticizm. Now he is accused of embezzling state funds (a figure of 4 billion dollars is mentioned) and having foreign bank accounts. A member of the family who is increasingly drawing attention, is Maj Wezi KAUNDA, Minister of State for Home Affairs, who controls the Paramilitary forces. He apparently also controls an "intelligence organisation" which reports directly to the KAUNDA family and reportedly specialises in activities against internal and external dissidents. In spite of the notable increase in criticism of KAUNDA and UNIP during the course of 1989 and 1990 it appears as if the opposition groups are still too scattered to pose a short term threat.

6. Although KAUNDA had to a certain extent curbed the influence of the military following the coup attempt against his government in 1988, and is using the police and paramilitary forces to counter the ZDF, the Armed Forces remain an unpredictable factor in Zambian politics. Senior army personnel are carefully reshuffled and the rules of tribal balancing are adhered to, which tends to divide their ranks. The subject of debate concerning the army revolves around the current trial of former General Christon TEMBO and three senior officers on charges of treason. It would seem that the Zambian government has not handled the case properly because the evidence against TEMBO and his co-accused is slim and some of it has already been rejected by the judge. Futhermore it has turned TEMBO into a national figure. If he were to be acquitted during the referendum campaign, it might prove to be a severe setback for the government.

7. Concerning the internal situation in Zambia, one can rightly say that the country is at a watershed. The generation of politicians who brought the country to independence and guided it, is about to pass.

90

The inherited copper-based economy is changing in a fundamental way that affects the social fabric of the nation and the fiscal basis of the state. Future Zambian politicians will have fewer policy options than the "freedom fighters" who brought the country to independence. In future the regime will probably continue to rely on foreign aid and grants and not be able (or indeed willing) to cope on their own. Concerning a future perspective it is clear that if the popular aspirations of the Zambian people (eg for a multi-party state) are ignored the scenario for futher unrest and a violent change of government is a very real possibility.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOSSIER
TITULO Eventos Recentes
PAÍS Sul. Sudafrica (Z 301)
FECHA 17/7/90
VIDE Namibia (10133)
Fac. Economica (1116)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3117

DATE : 17 July 1990

NAMIBIA : RECENT EVENTS

" : EVENTOS RECENTES

1. **DONORS' CONFERENCE**

During the recent Namibia Donors' Conference in New York aid to the value of more than US$292 million was promised. Among the states and institutions that promised aid were the following :

- India (US$11,7 million)
- South Africa (US$9,9 million)
- Britain (US$16,9 million)
- FRG (US$60,5 million)
- Nordic states (US$58,5 million, US$9,4 million of which was promised by Denmark and US$15,6 million by Sweden, as well as an additional US$48,8 million in the form of long-term loans)
- Egypt (US$1 million)
- USA (US$10 million)
- Italy (US$11,7 million)
- Turkey (US$1 million)
- Nigeria (US$1 million)
- African Development Bank (ADB - US$6,8 million).

Remark : After the conference Namibia's Minister of Foreign Affairs, Theo-Ben GURIRAB, said that Namibia's hopes and expectations had been fulfilled.

2. **AID FROM THE FRG**

The West-German Minister of Economic Co-operation, Jurgen WARNKE,

9004343

recently announced in Windhoek that the FRG is going to donate US$16,9 million to Namibia for conservation and to counter poverty. A further US$37,5 million will be made available in the form of loans. WARNKE also stated that in future the FRG may posssibly assist with the creation of a development bank for Namibia.

DATE OF INFORMATION : July 1990

RELIABILITY GRADING : 2

004343

Nº DOCUMENTO
TITULO Desarrollo político.
Sec. Subregional (20001)
17/7/90.
LESOTHO. (10117)
Doc. Política (11104)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3119

DATE : 17 July 1990

LESOTHO : POLITICAL DEVELOPMENTS

" : DESARROLLO POLITICO

1. **PRESS STATEMENT BY POLITICAL LEADERS**

a. In a recent press statement the leaders of political parties in Lesotho welcomed the announcement by Major-General J M LEKHANYA on 21 February 1990 that Lesotho would be returning to a democracy. However, they added that it appeared as if certain declarations and announcements by the military government in Lesotho are negating this announcement by LEKHANYA.

b. With regard to Order No 4 of 1990 the political parties are experiencing the following problems :

- According to this order the National Council will be making proposals regarding a constitution to the Military Council and it is understood that the latter will draft the constitution itself.

- The only way in which citizens can have a say in the National Council is by means of the indirect election of a member of the Development Council to the National Council. Only 20 of the 109 members of the National Council are elected, while the rest are either nominated or will serve ex officio on this Council.

- Order No 4 does not indicate whether and when the draft constitution will be presented to the population for approval.

9004344

- The above-mentioned order does not indicate which action will be followed should the Military Council not accept the recommendation of the National Council with regard to a constitution.

- There are no indications of the date on which a general election will be held after the drafting of the constitution.

Remark : Order No 4 of 1990 deals with the formation and functions of the National Council.

c. It was also said in the press statement that during a public meeting in Mokhotlong LEKHANYA announced that the most important task of the four defence force officers and four policemen who are nominated to the National Council is to monitor the statements of members of this Council. According to the political parties this is an indication that there will be no freedom in this Council and it is therefore unlikely that political leaders will be able to serve on the National Council, which is apparently without freedom of speech.

d. Moreover, it is said that the political leaders would like the following procedures to be followed with regard to the National Council :

- The Council should be comprised of members of the government, representatives of the tribal chiefs, churches and political parties (as indicated by the various parties). Furthermore the role of the Council should not only be advisory.

- The 1966 constitution should be re-implemented. According to the party leaders it is not contrary to Order No 2 of

1990, owing to the fact that preparations are being made for the establishment of a democratic government to give them time to revise the constitution themselves.

- Order No 4 should be rescinded owing to the fact that in terms of this order political meetings are banned and so debates cannot be held with the Lesotho people.

2. PROPOSED PROGRAMME FOR DEMOCRATIZATION PROCESS

The following programme was proposed for the democratization process in Lesotho:

- June 1990 : Formation of the constitutional National Council.
- January 1991 : The National Council submits the report on a future constitution to the Lesotho government.
- January - June 1991 : The Lesotho government considers this report.
- July - December 1991 : Finalization of legislation and other preparations are undertaken.
- January - June 1992 : The implementation of a multiparty system.

Remark : This programme was probably drawn up by the "political task force" in Lesotho.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

03 03

9004344

Nº. DOCUMENTO
TITULO DECLARACIONES REFERENTES AL AFRICA
FECHA Serv. Sudáfrica (90361)
17/7/90)
VIDEO URSS (10175)
AFRICA (10099)
Fac Ciencias (11641)
Relaciones Internacionales (11399)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3120

DATE : 17 July 1990

USSR : STATEMENTS BY SENIOR MEMBER OF AFRICA INSTITUTE WITH REGARD TO AFRICA

URSS: DECLARACIONES DE UN MIEMBRO DEL INSTITUTO AFRICA, REFERENTES AL AFRICA

Recently, during a conference that was presented by the South African Foundation in London, Leonid FITUNI, head of the department of the Soviet Africa Institute, made the following statements with regard to events in Africa :

- In the past Soviet policy regarding Africa was solely based on ideology.

- The Third World is regarded as a natural ally of the Soviet Union against imperialism.

- In many cases the Soviet Union entered into relations with African states even though the relations were not to the strategic advantage of the Soviet Union.

- Some African states became poorer despite the aid from the Soviet Union.

- For the Soviet Union Southern Africa is the most important region in Africa.

- Changes in the Soviet Union's approach to and support for Africa became clearly evident for the first time in 1986 with the visit by President CHISSANO of Mozambique to Moscow.

- The Soviet Union is making a positive contribution to attempts to settle the conflict in Angola by trying to bring the various parties together.

90043457

- There are currently differences of opinion amongst members of the Soviet leadership with regard to the possibility of entering into relations with South Africa in the near future.

- Both the Soviet Union and South Africa have a great need for reform.

- Soviet links with liberation movements in Southern Africa (e.g. the ANC) are still very good despite signs of mutual tension and misunderstandings.

- The Soviet Union's support to the ANC for the destruction of "apartheid" is still unchanged.

- At present there are many similarities between the situations in the Soviet Union and South Africa as a result of the developments/reforms that are taking place in these countries. According to FITUNI both these countries have developing economies, the government sector plays a leading role in events and both countries are economically dependent on the exporting of raw materials.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004345

Formacion de una asociacion como posible mediador entre el Frelimo y el Renamo.
Sov - Sudafrica (20361)
19/6/90
Mozambique (11132)
Esc. Tiétar (11163)

CONFIDENTIAL

45/1864

REFERENCE : B/3059

DATE : 19 June 1990

MOZAMBIQUE : FORMATION OF AN ASSOCIATION AS A POSSIBLE MEDIATOR BETWEEN FRELIMO AND RENAMO

MOZAMBIQUE. FORMACION DE UNA ASSOCIACION COMO POSIBLE MEDIADOR ENTRE EL FRELIMO Y EL RENAMO

According to unconfirmed reports a Mozambican civil association, Associacao Civica De Mocambique, was established in Lisbon (Portugal). The association's objectives are to act as a possible mediator between FRELIMO and RENAMO and to make the international community more aware of the poor living conditions in Mozambique. Remark : Jose MASSINGA (also involved in the Comite Pura a Uniao Mocambicana - CUNIMO) and Rahil Smassar KHAN are two of the founder members of the association.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004348

Nº DOCUMENTO
TITULO Desarrollo económico.
Sec. Sectorial (SE301)
19/6/90
KENIA (10114)
Fac. Económico (11161)

CONFIDENTIAL

44/1862

REFERENCE : B/3058

DATE : 19 June 1990

KENYA : ECONOMIC DEVELOPMENTS
KENIA : DESARROLLO ECONOMICO

1. **JAPAN INCREASES INVESTMENTS**

Japan and Kenya recently concluded an agreement in Nairobi. In accordance with the agreement, Japan undertook to finance four new projects in Kenya, namely :

- Modernizing the Mombassa Airport (US$58,21 million)
- Road construction for the Tana River Delta (US$42 million)
- Development of irrigation in the Tana River Delta (US$39 million)
- Construction of a cement factory (US$49 million).

2. **DEVELOPMENTS IN AIR TRANSPORT**

According to sensitive reports, the Kenyan Air Service and El Al of Israel recently concluded an agreement in Tel Aviv in which the two services agreed to encourage passengers to make use of El Al for flights to Europe and the USA and to make use of the Kenyan Air Service for flights to African countries.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01-01

9004347

Nº. DOCUMENTO:
TITULO: "Agenda" del Renamo en las discusiones con el gobierno de Mozambique.
FECHA: Sec. Suelto Nic (20361)
VIDEO: 19/6/90
Mozambique (10138)
Foc Miéias (11163)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3057

DATE : 19 June 1990

MOZAMBIQUE : RENAMO'S AGENDA FOR DISCUSSIONS WITH THE MOZAMBICAN GOVERNMENT

"AGENDA" DEL RENAMO EN LAS DISCUSIONES CON EL GOBIERNO MOZAMBIQUEÑO

RENAMO recently announced from Lisbon, Portugal, its official agenda for direct discussions with the Mozambican government. Its proposals for the agenda include :

- The signing of an agreement with regard to national reconciliation, followed by a cease-fire

- The establishment of a transitional government for a reasonable period

- Preparation by the above-mentioned transitional government for the election of a constitutional assembly that will be responsible for drafting a new constitution

- The holding of a general election.

Remark : Although the Mozambican government has not yet publicly reacted to the proposed agenda, it can be accepted that it will object in principle to RENAMO's standpoint about national reconciliation before a cease-fire, as well as RENAMO's insistence that a transitional government (of which RENAMO will naturally be a part) will be resonsible for the drafting of a new constitution.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01-01

900436

Nº DOCUMENTO .....

TITULO Amenazas libias en represalia al ataque a un convoy libio.
Sem Suelo prov. (90301)
1-6-90
CHAD (40054)
LIBIA (66333)
Fuerzas Militar (11163)
Cuerpos Internacionales (11400)

CONFIDENTIAL

42/1084

REFERENCE : B/3056

DATE : 19 June 1990

CHAD/LIBYA : LIBYA THREATENS TO RETALIATE FOLLOWING AN ATTACK ON A CONVOY

CHAD/LIBIA AMENAZAS LIBIAS EN REPRESALIA AL ATAQUE A UN CONVOY LIBIO.

1. The Chadian Charge d'Affairs in Tripoli (Libya) was recently summoned to the Libyan Department of Foreign Affairs and was warned that Libya would take retaliatory steps if a Libyan truck convoy, which was hijacked in western Sudan by Chadian government forces, was not returned. Libya is apparently already busy with intensive military preparations.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. The Libyan threat follows an incident in which a Libyan civilian truck convoy was hijacked by Chadian forces, while allegedly en route from the Al Khufrah oasis in southern Libya to Mallut in Sudan's western Dafur Province on an ordinary business trip. Chad however denies that it was a civilian convoy.

b. This incident took place in the midst of promises from both the Chadian and Libyan governments to try to reach a peaceful settlement concerning the territorial dispute of many years' standing. A Chadian delegation under the direction of the Minister of Foreign Affairs, Asheikh Ibn OUMAR, should be attending the fifth meeting on the Aouzou region in Tripoli, but in view of current developments, it appears as if bilateral peace attempts have been dealt a blow again.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01 01

CONFIDENTIAL

9004349

Nº DOCUMENTO .....
TÍTULO Crisis en una Compañía de Petróleo Amenaza la Economía.
Servicio Sudafrico (20361)
19/6/90
GABON (10077)
Factor Economico (11161)
Servicio [illegible]

CONFIDENTIAL

40/1884

REFERENCE : B/3054

DATE : 19 June 1990

GABON : CRISIS AT OIL COMPANY THREATENS ECONOMY

" CRISIS EN COMPAÑIA DE PETROLEO AMENAZA LA ECONOMIA

1. The Gabonese Minister of Information, Jean-Rémy PENDY-BOUYIKI, said recently in Libreville (Gabon) that as a result of large-scale anti-government unrest, that the state's total economy is being threatened, owing to the evacuation of the personnel from foreign oil companies in Libreville and Port Gentil. According to PENDY-BOUYIKI, Gabon is losing almost US$50 million in oil income daily and the economy will collapse if oil production is disrupted for longer than ten days.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. The oil company Elf-Aquitaine (French) and the Shell company (Anglo-Dutch) evacuated most of their personnel from Gabon on 27 May 1990, after the worst anti-government unrest in Gabon since this country's independence from France in 1960. Observers are of the opinion that Gabon only has two weeks of oil stores remaining.

b. The threatening oil crisis is a big set-back for BONGO's attempts to counter an unparalleled challenge by pro-democratic opponents. Although political reforms have already been implemented, opponents of the government are of the opinion that the pace of reform is too slow and they are constantly demanding BONGO's resignation as Head of State.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01-01

9004351

Nº DOCUMENTO
TITULO MUBARAK visita ao URSS
Sem. Sucessivas (20361)
19/6/90
Egipto (6584)
URSS (16175)
Factor Político (11164)
Relações Internacionais (11349)

(F)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3051

37/1684

DATE : 19 June 1990

EGYPT : MUBARAK VISITS SOVIET UNION

EGIPTO MUBARAK VISITA LA UNION SOVIET

1. President Hosni MUBARAK of Egypt visited the Soviet Union recently in an attempt to further improve bilateral relations. MUBARAK and GORBACHEV held talks on such matters as economic co-operation and the issue of the emigration of thousands of Soviet Jews to Israel. Remark : This visit was the final leg of MUBARAK's current trip abroad during which he visited the People's Republic of China and North Korea.

2. ELUCIDATION

a. This is the first time in 18 years that an Egyptian Head of State has visited the Soviet Union. During the Yom Kippur war in 1973, the Soviet Union provided Egypt with weapons, but during that same year the late President SADAT declared an end to Egypt's dependence on Soviet weapons and turned to the West for support in this regard. In September 1981 SADAT finally broke off all links with the Soviet Union.

b. However, relations between the Soviet Union and Egypt began to improve after SADAT's assassination in 1981 and subsequently in 1984 the Soviet Union appointed a new ambassador to Egypt. Moreover, the Soviet Union became increasingly involved in the development of the Egyptian economy after it was asked by the Egyptian government to help in the modernizing of the industrial infrastructure. Since then Egypt has benefitted from the improved bilateral relations, because, inter alia, its military debt has been rescheduled. Several barter agreements are already in existence and the Soviet Union decided, amongst other things, to finance 40 projects in terms of Egypt's economic five-year

Nº. DOCUMENTO
TITULO Assuntos Económicos.
Serv. Seul Afric. (90301)
FECHA 19/6/90
VINCULO Tanzania (10170)
Factor Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3049

36/1884

DATE : 19 June 1990

TANZANIA : ECONOMIC MATTERS

" : ASUNTOS ECONOMICOS

1. WITHDRAWAL OF LICENCES WITH RESPECT TO MINERAL TRADERS

Tanzania's Minister of Energy and Mineral and Water Resources, Major Jaboya KIKWETE, said recently in Dar es Salaam that mineral traders who had shown no sales in 1989 would have their licences withdrawn. Remark : Thirteen of the 34 companies with licences had shown no sales and gold and gem exports in 1989 amounted to approximately US$900 000.

2. UPGRADING OF ROADS

According to Mr Jared GHACHOZHA, Tanzania's Minister of Communication and Works, the Italian Company CMI Italstrade have commenced with preparation work to the Tanzam main road between Dar es Salaam and Chabrize. Remark : This forms part of the project to upgrade the Tanzam main road.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01/01

9004353

Nº. DOCUMENTO
TITU Conferência de cúpula de chefes
Sec. Sudáfrica (90361)
19/6/90
Zambia (10182)
Fac. Económico (11161)

CONFIDENTIAL

32/1084

REFERENCE : B/3047

DATE : 19 June 1990

ZAMBIA : EXCHANGE SHORTAGE CONTINUES

ZAMBIA : CONTINUA A ESCASEZ de DIVISAS

Zambia's Deputy Minister of Finance and Planning, Mulondwe MUZUNGU, pointed out recently that Zambia is heavily burdened by a serious exchange shortage. By the end of 1989 Zambian foreign exchange reserves amounted to US$178 858 in comparison with US$138 183 in December 1988, while the state's foreign debt increased by US$200 million to US$7,2 billion from January 1990 to April 1990.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004354

Nº. DOCUMENTO .....
TITU : Protestas Estudiantiles contra la matanza de estudiantes
PROC Secr. Sede principal (20361)
FE .19/6/90
VI ZAIRE (10181)
Fac Sico-Social (11165)
Complectos Sociales (11414)

CONFIDENTIAL

31/1084

REFERENCE : B/3046

DATE : 19 June 1990

ZAIRE : STUDENTS PROTESTING IN KINSHASA AGAINST THE KILLING OF STUDENTS

1. Renewed student unrest broke out in Zaire recently when students at the University of Kinshasa clashed with security forces. The demonstration was in solidarity with the students of the University of Lubumbashi who were killed by government troops on 11 May 1990.

2. ELUCIDATION

Although the official death toll after the incident at the University of Lubumbashi was one, students and eye-witnesses allege that between 50 and 100 students were killed by members of President MOBUTU's Presidential Guard. Two commissions are currently investigating these events.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004355

Nº. DOCU
TITL Partidos Políticos discuten de unidad.
F Sem. Sudáfrica (20361.)
F 12/6/90
VI Botswana (2045)
Factor político (1114)
Partidos políticos (1304)

CONFIDENTIAL

13/1084

REFERENCE : B/3032

DATE : 12 June 1990

BOTSWANA : POLITICAL PARTIES HOLD UNITY DISCUSSIONS

" : PARTIDOS POLITICOS DISCUTEN DE UNIDAD

Four political parties in Botswana held discussions about unity in Francistown recently. They were the Botswana People's Party (BPP), the Botswana Progressive Union (BPU), the Botswana National Front (BNF) and the Botswana Independence Party (BIP). During this meeting it was decided that individual parties would hold discussions within party regard so that the transition to a people's front will occur smoothly. Moreover, it was decided that unity discussions would soon resume to give the BIP, which did not attend the first meeting, the opportunity to prepare a working document. Remark : The BPP, BPU and BNF had already held talks about the possibility of unity at the end of March 1990.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

01 01

9004356

Nº DOCUMENTO
TITULO Discursos sobre fronteras.
PAIS Sen. Senegalia (90361)
FECHA 12/6/90
VINCULO SENEGAL (10156)
GUINEA BISSAU (10165)
FRENTE POLITICO (11164)
Relaciones Internacionales (11399)

CONFIDENTIAL

18/1884

REFERENCE : B/3031

DATE : 12 June 1990

SENEGAL/GUINEA BISSAU : DISCUSSIONS ABOUT BORDER DISPUTE
DISCUSIONES SOBRE FRONTERAS

1. Seydina OUMAR (Senegalese Minister of Foreign Affairs) and Manuel SANTOS (Minister of Finances for Guinea-Bissau) held discussions at an undisclosed venue recently in an attempt to resolve the continued border dispute between these two countries.

2. ELUCIDATION

a. In April 1989, relations between these two countries reached a low point when Senegal broke off diplomatic ties with Guinea-Bissau in reaction to violent border violations by the latter country. Guinea-Bissau in turn accused Senegal of violating its air space. From time to time both countries' navies pirated foreign fishing vessels in the controversial Senegalese territorial waters.

b. The dispute about the territorial waters flared once again on 15 May 1990 following joint accusations of border violations. Nevertheless, during the emergency meeting between the above-mentioned ministers on 23 May 1990, an agreement was reached that both countries would withdraw their troops from the border area.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01 01

CONFIDENTIAL

900357

Declaraciones sobre el sistema multipartidista
Serv. Secretarial (20361)
12/6/90
ZAMBIA (10182)
Doc. Político (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3028 1-/1884

DATE : 12 June 1990

ZAMBIA : STATEMENTS ABOUT THE MULTI-PARTY SYSTEM

1. Frederick CHILUBA (Chairman of the Zambia Congress of Trade Unions - ZCTU) stated recently that ZCTU is planning to launch a campaign in favour of the re-institution of a multi-party system, if a referendum concerning this issue is going to be held in Zambia. According to CHILUBA, the ZCTU has the following conditions with regard to such a referendum :

   - The state of emergency must be lifted
   - A neutral committee must be appointed to monitor the outcome of the referendum
   - Organizations that launch campaigns in favour of a multi-party state must receive the same media coverage.

2. President Kenneth KAUNDA of Zambia however intimated that he will conduct a campaign against the re-institution of a multi-party system in this country if a referendum indicates that the population are in favour of such a step. According to KAUNDA a multi-party system poses the threat of ethnicity. Remark : While the Central Committee have already approved the idea of a referendum, a final decision still has to be obtained from the national Council of the ruling United National Independence Party (UNIP), which meets later this year.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01 01

9001358

Nº DOCUMENTO :
TITULO : El Rey MOSHOESHOE II Niega la oposición al proceso de democratización.
FECHA : Jew Sudáfrica (90301)
FECHA : 12/6/90
VIAJE : LESOTHO (1117)
Fac. Pol Hco (11164)

CONFIDENTIAL

16/1884

REFERENCE : B/2989

DATE : 12 June 1990

LESOTHO : KING MOSHOESHOE II DENIES OPPOSITION TO DEMOCRATIZATION PROCESS

EL REY MOSHOESHOE II NIEGA LA OPOSICION AL PROCESO DE DEMOCRATIZACION

In recent letters to Maj Gen J M LEKHANYA, Chairman of the Military Council and Ministers' Council in Lesotho, King MOSHOESHOE II of Lesotho denied that he had opposed the democratization process in Lesotho. According to MOSHOESHOE, the introduction of a National Advisory Council by LEKHANYA as part of the democratization process, was an idea that could already have been implemented long ago. MOSHOESHOE said further that already during a meeting at Thaba Bosia in March 1989, there had been a proposal to implement the council before the end of 1989, but the reason the Military Council gave for the delay in the process was that "the armed forces were still being consulted". The King also said that his "family ties" with the former members of the Military Council (Sekhobe and Thaabe LETSIE) had played no role in his refusal to approve their dismissal from the Military Council and he had only requested that LEKHANYA give him an explanation for his action in this regard.

DATE OF INFORMATION : May 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01 01

CONFIDENTIAL

9004359

Fuite de capitaux "blancs"
Sem. Economique (SE861)
12/6/90
ZAMBIA (10182)
Fac Economico (11161)

CONFIDENTIAL

15/1024

REFERENCE : B/2988

DATE : 12 June 1990

ZAMBIA : EFFLUX OF WEALTHY WHITES

" : HUIDA DE CAPITALES BLANCOS

An outflow of wealthy Whites, accompanied by disinvestment, has been taking place in Zambia since the beginning of 1990. Consequently, businesses and houses are being sold at unrealistically low prices. Remark : This tendency can mainly be ascribed to the poor economic situation in the country and also holds further negative implications for the Zambian economy.

DATE OF INFORMATION : May 1990
RELIABILITY GRADING : 2

0 1 0 1

CONFIDENTIAL

Nº DOCUMENT
TITULO Ayuda Noruega y acuerdo de cooperación con Cuba.
PROV Sec. Sudáfrica (20384)
FECHA 12/6/90
VINCULO ZAMBIA (11182)
loc. Pol (1114) Relaciones internacionales (1.1305)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/2986 14/6/04

DATE : 12 June 1990

ZAMBIA : NORWEGIAN AID AND A CO-OPERATION AGREEMENT WITH CUBA

" : AYUDA NORUEGA Y ACUERDO DE COOPERACION CON CUBA

1. **NORWAY : AID FOR ZAMBIA**

Rolf SKUDAL (representative of the Norwegian Agency for International Development - NORAD - an emergency aid organization) announced recently that NORAD had granted US$43 million for several aid programmes in Zambia for the period 1990 to 1993. The funds will mainly be used for the maintenance of secondary schools, for the development of springs and for support for the Development Bank of Zambia.

2. **CUBA : DOCTORS FOR ZAMBIA**

With the recent signing of a co-operation agreement with Zambia, Cuba has offered to send 300 doctors to Zambia. Almost 150 doctors are already in Zambia and a further 20 are expected shortly.

DATE OF INFORMATION : May 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004361

Nº DOCUMENTO .....
TITULO Compromiso Cubano en Namibia
FOLIO Sen. Secr. Cipher (20361)
FECHA 17/7/90
VINCULO Namibia (1033)
Fac. Pesca (1116 4)
Relaciones Internacionales (1135)

SECRET

REFEREBCE : B/2976

FIELD REPORT

DATE : 17 July 1990

CUBAN INVOLVEMENT IN NAMIBIA
COMPROMISO CUBANO EN NAMIBIA

1. According to unconfirmed reports, Cuban representation in Namibia will be restricted to an embassy with a maximum of eight personnel.

2. The cooling of relations between SWAPO and CUBA can be ascribed to the following :

- The Cuban presence would be detrimental to national security because of Cuban involvement in Angola

- Closer ties with Cuba are not in line with Namibia's proposed policy of national reconciliation and pragmatism

- The Namibian government is looking at economic realities and is not willing to become too closely aligned with Cuba, fearing the alienation of Western investors

- Fidel Castro's radical point of view regarding the reformation of Marxism/Communism is not in line with present international perspectives.

DATE OF INFORMATION : May 1990
RELIABILITY GRADING : 3

01 - 1

SECRET

9004362

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO Ayuda financiera de la C.E.E.
PROC. Sec. Subprice (20361)
FECHA 27/6/90
VIAJE TANZANIA (10170)
Factor Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3067

DATE : 27 June 1990

TANZANIA : EUROPEAN COMMUNITY PROVIDES FINANCIAL AID

" : LA COMUNIDAD EUROPEA PROVEE AYUDA FINANCIERA

1. FRG : AID TO TANZANIA

According to a unconfirmed report, the West German government will make development aid to the value of US$95 million available to Tanzania in the 1990/91 book year. Of this, US$59 million will not have to be repaid.

2. EC SUPPLIES FINANCING

The EC has granted US$44,6 million to the Tanzania Railways Corporation (TRC) to purchase 13 locomotives and 80 railway trucks. This will increase the TRC's railway freight capacity by 300 000 tons.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

90043631

Nº DOSSIER
TITRE Africa del Sur como área de inversiones
Sem. Económica (90361)
24/7/90
Francia (65463)
Factor Económico (11161)

REFERENCE : B/3142

DATE : 24 July 1990

FRANCE : SOUTHERN AFRICA AS AREA FOR INVESTMENTS

: AFRICA DEL SUR COMO AREA DE INVERSIONES

Following a three-day visit to Southern Africa, the Chairman of the Federation of French Business Leaders (FEBE), Jean Pierre PROTEAU stated that French investors are ready to invest in a potentially profitable Southern Africa provided that the respective Southern African countries first unite themselves into an economic unit. PROTEAU also stated that the French private sector has identified Southern Africa as one of the three most important economic regions in Africa. *Remark* : FEBE is planning to formulate an investment policy concerning Southern Africa with regard to the next ten years. Initially French specialist working groups will visit Namibia to identify investment possibilities there.

DATE OF INFORMATION : July 1990

RELIABILITY GRADING : 2

9004364

Desarrollo económico y político
Serv. Sudáfrica (2286)
24/7/90
ANGOLA (1288)
Fac. Político (1166)
" Económico (1161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3140

DATE : 24 July 1990

ANGOLA : POLITICAL AND ECONOMIC DEVELOPMENTS
: DESARROLLO ECONÓMICO Y POLÍTICO

1. STATEMENT WITH REGARD TO ACTIONS IN NEIGHBOURING COUNTRIES

The Angolan Department of Defence recently issued a statement saying that Angola does not intend to launch military operations against UNITA in neighbouring countries. The statement also says that Angolan troops have never crossed the Angolan border in order to operate on foreign territory. Remark : This statement is probably in reaction to media reports that there are Angolan troops present in the north of Namibia for the purpose of acting against UNITA from there.

2. APPROVAL FOR REFERENDUM FOR MULTIPARTY SYSTEM

The Central Committee of the ruling Angolan MPLA party recently approved a proposal by President Jose Eduardo DOS SANTOS that a referendum be held to decide about a one-party or multiparty system in Angola. This referendum will be held as soon as a ceasefire has been achieved between UNITA and the MPLA.

3. NEW LEADER OF THE NEGOTIATION TEAM

The Angolan news agency, ANGOP, recently announced that the Chief of Staff for the Angolan defence force, FAPLA, Lt.Gen. Antonio FRANCO NDALU, has been appointed as leader of the Angolan government's negotiation team for the peace negotiations taking place in Portugal during July. Remark : This is the first time that the Angolan government is represented at this level. NDALU's appointment as chief negotiator reflects the Angolan government's serious attitude towards these discussions.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

0 1 0 1

CONFIDENTIAL

9004365

** B'D. .TO
TIT Ultimo paso en el proceso de democratizacion.
PT Sem. Secreta (20361)
24/7/90.
VI ZAIRE (10181)
Fac. Politico (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3132

DATE : 24 July 1990

ZAIRE : LATEST STEP IN THE DEMOCRATIZATION PROCESS

" : ULTIMO PASO EN EL PROCESO DE DEMOCRATIZACION

1. President MOBUTU of Zaire announced recently that three political parties will be allowed to participate in pre-elections in January 1991, and that any party that fulfills "basic criteria" will be allowed to function in the interim.

2. At the same time MOBUTU announced that a general election will also take place in 1991, with the purpose of electing a new parliament representative of the new political forces in Zaire. The presidential election that would have taken place in November 1990 has been postponed indefinitely. According to MOBUTU the organs of the new dispensation should be functioning fully by 1 January 1992. *Remark* : The legalization of three political parties is the latest step in the process of implementing a multiparty system in Zaire.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01 01

CONFIDENTIAL

9004366

Nº DOCUMENTO
TITULO FUERON ARRESTADOS CRITICOS AL SISTEMA ESTATAL DE PARTIDO UNICO
Sem. Suiza Africa (90361)
24/7/90.
KENIA ~~10944~~ (10114)
FAC. POLITICO (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3133

DATE : 24 July 1990

KENYA : CRITICS OF A ONE-PARTY STATE ARRESTED

KENIA : CRITICOS DEL SISTEMA ESTATAL DE PARTIDO UNICO ARRESTADOS

1. Two former Kenyan cabinet ministers, Kenneth MATIBA and Charles RUBIA, were arrested recently in connection with their opposition to the current one-party state system.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. During May 1990 these two took the lead with requests to the MOI government to institute a multiparty system in Kenya. Various church leaders and the Kenyan Order of Attorneys (who traditionally act as critics of the government) gave their support to these requests. However, the Kenyan government attempted to inhibit these developments by breaking up press conferences being given by the former ministers and by questioning editors of the most important daily papers. Unidentified persons attacked the homes of RUBIA and MATIBA and people were injured. Time and again President MOI emphasized his viewpoint with regard to maintaining a one-party system during mass meetings, and labelled MATIBA and RUBIA as traitors.

b. Since President MOI's power base is still strong, it is doubtful whether he would be prepared to allow further debate about the one-party system and his security forces will probably begin to be more intolerable towards critics.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004367

Nº. DOCUMENTO
TEMA: Estadísticas de la Población Africana.
FECHA: Sec. Sociafrica (20361)
FIRMA: 24/7/90
VISTO: AFRICA (11022)
FACTOR SOCIO SOC. AL. (11165)
Población (11325)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3134

DATE : 24 July 1990

UNPF : AFRICAN POPULATION STATISTICS

FPNU (FUNDACION DE NACIONES UNIDAS PARA LA POBLACION): ESTADISTICAS DE LA POBLACION AFRICANA

The Executive Director of the United Nations Population Fund (UNPF), Nafis SADIK, stated in the UNPF's annual report that Africa's population growth rate is expected to reach three percent during the nineties. By the year 2 025 there will be 1,58 billion people in Africa, which represents 23 percent of the world's population, compared with the present 12 percent. The UNPF predicts that Kenya, Rwanda, Somalia, Burundi, Lesotho and Malawi will experience a food shortage within the next 10 years.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004368

Nº. DOCUMENT .....
TITULO El gobierno anuncia Reformas políticas.
PAIS Sur. Sudafrica (SE361)
FECHA 24/7/90.
VINCULOS Congo (65605)
Facer Pétrole (11164)
Gob nacional (11362)
.....
.....

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3135

DATE : 24 July 1990

CONGO : GOVERNMENT ANNOUNCES POLITICAL REFORMS

" : EL GOBIERNO ANUNCIA REFORMAS POLITICAS

1. Recently, in Brazzaville (Congo), the Central Committee of the ruling Congolese Workers Party (PCT) announced that a multiparty system is going to be implemented. During an extraordinary congress in 1991 legislation in this regard will be passed. However, no indications have been given about the duration of the transitional period.

2. Furthermore, the Central Committee proposed that the ruling party should become a party of the masses and that Marxism-Leninism be removed as official policy. In future the party will also be separate from the state.

3. ELUCIDATION AND COMMENT

With the above announcement the Congo became the most recent African country which has rejected Marxism-Leninism as official policy. It is now siding with those countries that have already either announced comprehensive political reforms or implemented them.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01 1

CONFIDENTIAL

9004369

Nº. DOCU...
TITU... Conferencia Internacional sobre ayuda a Africa
Ser. Sectorial (90361)
17/7/90
HOLANDA (06157)
Foc. Político (11164)
Relaciones Internacionales (11349)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3127

DATE : 17 July 1990

THE NETHERLANDS : INTERNATIONAL CONFERENCE ON AID TO AFRICA

HOLANDA . CONFERENCIA INTERNACIONAL SOBRE AYUDA A AFRICA

According to unconfirmed reports the Dutch government and the World Bank held an international conference in the Netherlands from 2 to 4 July 1990 during which representatives of more than 50 African states and 20 Western states discussed the possibility of drastically increased aid to Africa. During the conference the following received attention :

- Methods to improve co-operation and mutual support between African states

- Methods to make the actions of governments more effective

- Measures for increased effective production and economic growth without damaging the environment in any way

- Methods to increase the effect of development projects and development programmes in Africa.

DATE OF INFORMATION : July 1990

RELIABILITY GRADING : 2

01 01 9004370

Nº. DOCUMENTO
TITULO Ayuda de Francia
Sec. Secretaría (SE361)
FECHA 17/7/90
VIN Malawi. (10125)
Fac. Económica (11161)

REFERENCE : B/3128

DATE : 17 July 1990

MALAWI : AID FROM FRANCE

AYUDA DESDE FRANCIA

1. Malawi and France recently signed an aid agreement of US$14,44 million. The following amounts were granted to Malawi in terms of the agreement :

   - US$12,46 million for the financing of construction work on the electric power cables between the Nkula Hydro-electric Power Station and Lilongwe

   - US$1,99 million for a feasibility study for the proposed irrigation scheme in the Shire Valley.

2. France also undertook to write off US$27,08 million of Malawi's foreign debt to France in terms of its debt alleviation programme for 35 poor African states.

DATE OF INFORMATION : July 1990

RELIABILITY GRADING : 2

01 01

90043711

Nº DOCUMENTO
TIT REBAJA EN AYUDA A LOS PAISES DEL 3º MUNDO
P SERVICIO SIDAMERICA
E 07.E7.90
VI 0ODE /2718

ENTRADO
CRUZ

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3129

DATE : 17 July 1990

OECD: REDUCTION IN AID TO THIRD WORLD STATES Reduce la ayuda a los países del 3er mundo.

OECD (ORGANIZACION PARA LA COOPERACION ECONOMICA Y EL DESARROLLO)

According to a recent report by the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), the development contributions of its 18 member states for Third World states that are administered by its Development Assistance Committee (DAC) dropped from about US $48,1 billion in 1988 to US$46,5 billion in 1989. Remark : Japan was the largest donor, with a contribution of US$8,96 billion, followed by the USA (previously the largest donor), with a contribution of US$7,66 billion. France was the third largest donor and the FRG was the fourth largest.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004372

Nº DOCUMENTO
TITULO El Gobierno fue derrotado en elecciones Municipales generales
FECHA Sem. Sudafrica (20361)
FECHA 17/7/90
VINCULO ARGELIA (10039)
Factor Político (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3130

DATE : 17 July 1990

ALGERIA : GOVERNMENT DEFEATED IN GENERAL MUNICIPAL ELECTION
ARGELIA : EL GOBIERNO DERROTADO EN ELECCIONES MUNICIPALES GENERALES

1. On 12 June 1990 the fundamentalist Islamitic Liberation Front (FIS) won an unexpected victory over the ruling FLN party in the first general municipal election in Algeria since 1962.

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. According to early indications the FIS party polled 55 percent of the total number of votes, while the FLN party could only succeed in polling between 30 percent and 35 percent of the votes cast. The percentage poll of 60 percent and the relatively poor show of the FLN party is being ascribed to the large number of stay-away votes not cast which, if they had been cast, might have made a marked difference to the result.

b. Political observers and diplomats predicted before the election that the ruling FLN party would have an easy victory over the other eleven registered parties and the Islamitic Liberation Front was not regarded as a significant threat to the government.

c. For the past 28 years the FLN party has been ruling according to a one-party system, but due to large-scale unrest in 1988 it was compelled to make certain democratic concessions (such as a general municipal election).

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01 01

CONFIDENTIAL

90043731

Nº DOCUMENTO
TITULO Anterior Premier Ministro de Rhodesia en favor de la privatizacion.
Sen. Zimbabwe (90361)
17/7/90
ZIMBABWE (10183)
FACTOR POLITICO. (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3124

DATE : 17 July 1990

ZIMBABWE : FORMER RHODESIAN PRIME MINISTER IN FAVOUR OF ENTREPRENEURSHIP

ANTERIOR PRIMER MINISTRO DE RHODESIA EN FAVOR DE LA PRIVATIZACION

A former Rhodesian Prime Minister, Garfield TODD, has expressed his support for entrepreneurship and has pointed out to the Zimbabwean government that it has nothing to fear from multinational companies, since these companies are also compelled to obey the laws of the country. According to TODD Zimbabwe's most important priority is internal and external investment in order to create job opportunities, but investment should not take place by means of a government loan, because this could give rise to excessive debt. Investment should be left to entrepreneurs who are prepared to take risks and who can supply the funds. Remark : Until recently TODD was a senator in Zimbabwe.

DATE OF INFORMATION : July 1990

RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

90043744

CIDA Agencia canadiense para el desarrollo internacional
Serv Sociológico (20.961)
17 dic-90
CDMS DA (654=6)
Serv Sociológico (20361)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3121

DATE : 17 July 1990

CIDA : AID FOR SADCC

CIDA (AGENCIA ~~DE RELACIONES INTERNACIONALES~~ CANADIENSE PARA EL DESARROLLO INTERNACIONAL)

During the opening of a recent three-day meeting in Ndola, a Canadian International Development Agency (CIDA) representative, Victoria SUTHERLANDS, announced that CIDA would be making US$10 million available to the SADCC states with regard to technical support for agricultural and forestry development in this region. This involves a seven-year project in terms of which a seed centre for trees will be created in each SADCC state. Moreover, CIDA will provide experts to initiate these schemes and also provide communications equipment, computers and technicians as well as training for local experts to man these centres.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004375

Nº. DOCUMENTO
TITU
FE
VI
Ayuda economica
Sec. Secretaria (20361)
17/7/90
Angola (10028)
Factor Económico. (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3122

DATE : 17 July 1990

ANGOLA : EC AID

ANGOLA : AYUDA ECONOMICA

Several European banks recently granted Angola credit lines amounting to US$62 million in order to import equipment and consumer goods in terms of the state's economic recovery programme. The Berliner Handelsbank and the Frankfurter Bank (FRG) made a credit line amounting to US$50 million available to Angola, the Genossenschaftliche Zentralbank (Austria) made a credit line amounting to US$3 million available and the Girozentrale & Bank der Osterreichischen Sparkassen (Austria) made a credit line amounting to US$9 million available. Remark : Repayment will be in the form of oil supplies.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

90043 76

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Delegacion Rebelde se encuentra con MUSEVENI
FECHA
VISTO

Sur. Sudafrica (50361)
17/7/90
Uganda (40134)
Fac. Politica (11104)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3118

DATE : 17 July 1990

UGANDA : REBEL DELEGATION MEETS MUSEVENI

" : DELEGACION REBELDE SE ENCUENTRA MUSEVENI

1. A delegation from the Uganda People's Democratic Movement (UPDM - most prominent rebel group) recently met President MUSEVENI in Entebbe (Uganda). During the meeting they handed the President a letter from their leader, Eric ALLIMADI (who is living as an exile in Britain).

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. This meeting apparently follows a meeting of the leadership corps of the UPDM in Britain on 13 June 1990 during which President MUSEVENI's invitation to rebel groups to settle disputes by means of dialogue was discussed.

b. Although the UPDM obtained several victories over the Ugandan defence force (especially from 1986 to 1988) which gave rise to instability in Northern Uganda, the rebel group has not been a match for the government forces since the death of its former leader, Bazilio OKELLO, and other senior officers. This situation gave rise to the fact that thousands of rebels surrendered to the government and were integrated into the defence force or were resettled.

c. This meeting could lead to the fact that MUSEVENI's position could be strengthened still further and that his national reconciliation policy and economic recovery programme could receive momentum.

DATE OF INFORMATION : July 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01-01

9004377

Nº DOC
TITU FUERON DECLARADOS NULOS LOS PODERES DEL PARLAMENTO.
D Sem. Sudáfrica (92361)
8/7/90
VI EGIPTO. (6<941)
FACTOR POLITICO (11464)
GOBIERNO NACIONAL (11302)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3088

DATE : 6 July 1990

EGYPT : POWERS OF PARLIAMENT DECLARED NULL AND VOID
EGIPTO : LOS PODERES DEL PARLAMENTO FUERON DECLARADOS NULOS

1. In terms of a ruling by the Supreme Court of Egypt on 1 June 1990, the powers of the Egyptian Parliament were declared null and void. This ruling was based on "unconstitutional practices" that occurred during the general election three years ago and consequently it is adduced that the election of members of parliament as such was illegal.

2. The ruling by the court stipulates, amongst other things, that parliamentary activities should cease within the next four months, that this body should be dissolved and that a general election should be called. No official date for the dissolution of parliament is known as yet, but observers are of the opionion that it will take place before the opening of the new parliamentary session on 1 October 1990.

3. ELUCIDATION

The above-mentioned "unconstitutional practices" refer to such things as the proportional representative electoral system that is currently in effect, according to which individual members (in this case) could not make themselves eligible for election unless they were members of a party. It is also required of political parties to poll at least eight percent of the total number of votes before a parliamentary candidate can be nominated.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01-01

9004378

Nº. DOCUMENTO
TITLE: Recibe ayuda económica del Canadá
Sem. Sudafrica (90361)
6/7/90.
Z.27/3/1. (00182)
Fac. Económico (11101)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3089

DATE : 6 July 1990

ZAMBIA : DONATION FROM CANADA
RECIBE DONACION DE CANADA

The Canadian government recently donated approximately US$34 million to Zambia over a period of four years as support for the balance of payments. Of this amount 50 percent will be spent in the Southern African Development Co-ordination Conference (SADCC) and Preferential Trade Area (PTA) member states. Remark : This donation follows Canada's promise of aid for Zambia during the latter's "consultative group" meeting in Paris (France) in April 1990.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

01-01

90043 79

Nº DOCUMENTO
TITU AYUDA PARA MOZAMBIQUE Y TANZANIA
FEC SERVICIO SUDAFRICA 9
FE C6-07-90
VI PNUD 12587
MOZAMBIQUE
TANZANIA
ENTRADO
CRUZADO

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3099

DATE : 6 July 1990

UNDP : AID FOR MOZAMBIQUE AND TANZANIA

UNDP (PROGRAMA PARA EL DESARROLLO DE LA O.N.U.). AYUDA PARA MOZAMBIQUE Y TANZANIA

1. **PLANNED INVESTIGATIONS INTO VIABILITY OF GOLD MINING INDUSTRY IN TANZANIA**

The United Nations Revolving Fund for Natural Resources Exploration, which falls under the United Nations Development Programme (UNDP), recently signed an agreement with the Tanzanian government in terms of which the former made US$1,6 million available for investigations into viable gold reserves at Geita in the Mwanza area (in northern Tanzania). Remark : In accordance with the agreement, the Tanzanian government will pay 1 percent of the total gold production into the fund mentioned above for a period of 15 years after viable production has commenced.

2. **AID FOR MOZAMBIQUE**

The United Nations Development Programme (UNDP) recently made an aid package of US$3,2 million available to Mozambique for the exploitation of the country's fishing resources. The funds will be utilized for the upgrading of quality control and the reduction of the dependence of the Mozambican fishing industry on foreign experts.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01 01

9004380

Nº DOCUMENTO
TITU Ajuda económica da ex URSS-
Sect. Sudafrica (20361)
F. P 6/7/90
VIN. L Africa (10022)
Fac. Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3100

DATE : 6 July 1990

SOVIET UNION : DONATIONS TO AFRICAN STATES

UNION SOVIETICA : DONACIONES A PAISES AFRICANOS

According to several Soviet Ministers the Soviet Union has provided African states with aid, mainly in the form of weapons. It gave Angola aid to the value of US$1,5 million and Ethiopia aid to the value of US$100 million. There are further estimates by Andrei KORTUNOV (Soviet Minister) that during the 1980's the Soviet Union sold weapons to the value of approximately US$3 billion to Third World states.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004381

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO EE.UU. Rebaja su ayuda al Africa.
PROC. Ser. Sudafrica (2C301)
FECHA 6/7/90.
VINCUL. Africa (10029)
Fac. Economico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3101

DATE : 6 July 1990

USA DECREASE IN AID TO SUB-SAHARAN AFRICA : LOW PRIORITY GIVEN TO SOUTHERN AFRICA EE UU. REBAJA SU AYUDA AL AFRICA SUB-SAHARIANA. POCA PRIORIDAD OTORGADA A AFR. A DEL SUR.

The Washington Office on Africa has recently pointed out that American development aid to sub-Saharan Africa has gradually declined. In this regard the organization pointed out that the immediate US aid package to sub-Saharan Africa from 1980 to 1986 amounted to US$1,6 billion, while similar aid in 1989 amounted to US$881 million. Furthermore, according to the report the US administration has budgeted a total amount of US$652,7 million for aid to 47 sub-Saharan African countries for the 1991 financial year. In comparison, US$3,5 billion have been budgeted for Israel; US$1,6 billion for Egypt; and US$1,1 billion in total for Portugal, Greece and Turkey. Remark : These figures (which have not yet been confirmed) were also made known by the WOA in order to point out the "low priority" that the US administration has given to development in Southern Africa, especially in comparison with aid to the "new" Eastern European countries, which already amounts to US$300 million.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

9004382

Nº DOCUMENTO
TITULO Nuevamente estalla la inquietud estudiantil
FECHA Sec. Sociedad (9E3E1)
6/7/90
Zaire (ZC1E1)
Factor Sico-Social. (11115)
Conflictos Sociales (11414)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3102

DATE : 6 July 1990

ZAIRE : RENEWED STUDENT UNREST BREAKS OUT

[illegible] : NUEVAMENTE ESTALLA LA INQUIETUD ESTUDIANTIL

1. The Zairean Deputy Prime Minister, Engulu LOKANGA, recently paid a visit to the capital of the Shaba Province, Lubumbashi, in order to conduct an enquiry into reports that student unrest had reached alarming proportions there and that two students had died in the recent violence.

2. LOKANGA held talks in this regard with local officials and lecturers in order to establish what the cause of the campus violence was.

3. ELUCIDATION

Recently, especially on the campusses in Kinshasa and Lubumbashi, Zairean students have increasingly begun demanding a return to democracy and independent trade unions, despite attempts by President MOBUTU to move away from the current one-party system to a multi-party democracy.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

01 01

9004383 λ

Nº REGISTO
DATA
PROC.
VISTO
Demandas por reformas políticas.
Sec. Sudáfrica (20361)
6/7/90
Camerun (00950)
Factor Político (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3103

DATE : 6 July 1990

CAMEROON : DEMANDS FOR POLITICAL REFORM
CAMERUN : DEMANDAS POR REFORMAS POLITICAS

1. The Cameroonian Minister of Territory Administration, Ibrahim Mbombo NJOYA, accused a banned opposition party, the Social Democratic Front (SDF - under the direction of John Fru NDI) of having received foreign funding, presumably from Nigeria. He stated moreover that members of the SDF could be found guilty of treason for having sung Nigeria's national anthem during a meeting in Bamenda (Cameroon).

2. ELUCIDATION AND COMMENT

a. In March 1990 the SDF applied for registration as a political party, but this has still not been approved by the government. In spite of this, party leaders decided to launch the SDF in Bamenda on 26 May 1990 and the event was attended by approximately 600 supporters. However, violence broke out and six people were killed when the police tried to disperse the crowd. In the meanwhile it is alleged that NDI has fled to Nigeria.

b. Cameroon, a one-party state, is the most recent West African country that has had to deal with pro-democracy protests. In view of the government's reaction to the SDF issue, it appears as if the government is not prepared to give in to demands for political reform at present.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01 01
9004384

Nº. DOCUMENTO
TITULO Asuntos Económicos
PROCE... Sec. Económica (20361)
FE...H... 6/7/90
VI...CUL... Swaziland (1016)
Foster Económico (1101)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3106

DATE : 6 July 1990

SWAZILAND : ECONOMIC AFFAIRS
SWAZILANDIA ASUNTOS ECONOMICOS

1. ASBESTOS DEPOSITS DISCOVERED

According to a spokesman for Tibiyo Taka Ngwane, a Swazi investment association, an asbestos deposit valued at approximately US$75 million was recently discovered in Swaziland. This could increase the life expectancy of the Havelock Mine in northern Swaziland by a further eight years. Remark : For the past year the Havelock Mine has not been profitable and the government was compelled to invest almost US$6 million in the mine.

2. US Businessmen To Visit Swaziland

A group of 40 to 50 American businessmen visited Swaziland recently to investigate investment possibilities in this country. Remark : According to the report, this visit was a result of the good impression made by a Swaziland delegation (consisting of government officials and businessmen) concerning investment possibilities in Swaziland during a USAID sponsored investment conference in Washington, D.C., in April 1990. Delegations from Malawi and Mauritius also made presentations at the conference. These countries had also been invited by USAID, along with Swaziland, to send delegations to the conference.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01
9004385

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO Angola insta a miembros del ejército de Namibia a asistir al FAPLA.
PROC. Sec. Suscripción (90361)
FECH... 6/7/90
VINCUL... Angola (11098)
Ref. Militar (11169)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3107

DATE : 6 July 1990

ANGOLA APPEALS TO NAMIBIAN ARMY MEMBERS TO ASSIST FAPLA

ANGOLA INSTA A MIEMBROS DEL EJERCITO DE NAMIBIA A ASISTIR AL FAPLA

The Angolan Minister of Defence, Pedro Maria TONHA (PEDALE), recently issued an appeal to members of the Namibian army in Oshakati, to aid FAPLA, if necessary, in its struggle against UNITA, considering that FAPLA provided SWAPO's military wing, PLAN, with aid during its liberation struggle. TONHA added that the Angolans' struggle was also the struggle of the Namibians. He stated that plans to disrupt UNITA activities would be made with consideration being given to the new security agreement between the two countries. Remark : During TONHA's visit Angola and Namibia concluded an agreement with regard to border security, in terms of which the security of the joint border will be maintained. At this stage Namibia will probably not participate actively in any military conflict in Angola, but it may provide FAPLA forces with logistical support.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004386

Nº DOCUMENTO
TITULO Conclusiones para ayudar a los países del 3er mundo
PROCE Sec. Subáfrica (20361)
FECH 6/7/90
VINCUL Gran Bretaña (10080)
Fac Económico (11161)

REFERENCE : B/3110

DATE : 6 July 1990

BRITAIN : CONDITIONS FOR AID TO THIRD WORLD COUNTRIES
GRAN BRETAÑA. CONDICIONES PARA AYUDAR A PAISES DEL TERCER MUNDO

Britain's Secretary of State for Foreign Affairs, Douglas HURD, stated during an Overseas Development Institute conference that development aid must be granted to third world countries that are democratic. Although HURD recognises the fact that relieving poverty, hunger and sickness is one of the most important objectives of aid, he stated that this aid would be best used in countries that follow a market directed economic policy. As an example HURD cited the economic success of South East Asia, where individual abilities and entrepreneurship are encouraged, compared with Africa, where very little success has been achieved with regard to improving living standards in the last thirty years. Remark : This remark by HURD will probably contribute to Africa's fears that aid will be channelled increasingly to Eastern Europe.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

9004387

Nº. DOCUMENTO
TITULO El gobierno civil se ve enfrentado.
PROC Sem. Sudafrica (00301)
FECHA 6/7/90.
VINCU... Burundi (00048)
Fac Politico (01164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3111

DATE : 6 July 1990

BURUNDI : CIVIL GOVERNMENT ENVISAGED

BURUNDI : EL GOBIERNO CIVIL SE VE ENFRENTADO

1. President Pierre BUYOYA of Burundi recently stated in Bujumbura (Burundi) that a unity charter had been compiled in an attempt to end the traditional dissension between the Hutu and Tutsi tribes, and to pave the way for a civil government. BUYOYA also announced that a commission is currently drafting a democratic constitution that will be tested later in a referendum.

2. However, BUYOYA did add that although communism had failed in Eastern Europe and large parts of Africa, he could not see a Western democracy as a viable option for Burundi. He does however intend to end military rule before the end of 1990.

3. ELUCIDATION

The charter, which is above the law, represents the start of a political process to end the traditional friction between the Hutu majority and the dominant Tutsi minority, and to ensure more power sharing. The friction between these tribes claimed the lives of almost 5 000 civilians in August 1988, following an uprising by Hutu members against the dominant role of the Tutsi in internal politics and the military regime.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

9004388

Nº. DOCUMENTO .....
TÍTULO Angola Britânico
FOLHA Sec. Subafrica (20361)
617/50
VINCULO Angola (10028)
Fac. Britânico (11161).

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3086

DATE : 6 July 1990

ANGOLA : BRITISH AID

On 7 June 1990 the British government announced that Britain had granted emergency aid to the value of US$892 000 to Angola for the drought-stricken areas. This grant followed a request for aid by the Secretary-General of the UN on 10 May 1990, for the four southern provinces in Angola. Remark : Since 1988 Britain has granted aid amounting to US$2,23 million to Angola, while the European Community (EC) has granted US$21,42 million of food aid to Angola during the same period.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

01 0

90043891

Nº. DOCUMENTO
TITULO Reacción Gubernamental a los hechos ocurridos en Lubumbashi
Sens. Sudafrica (20301)
FE 27/6/90
Zaire (10181)
Fac. Político (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3074

DATE : 27 June 1990

ZAIRE : GOVERNMENT REACTION TO EVENTS AT LUBUMBASHI

: REACTION GUBERNAMENTAL A LOS HECHOS OCURRIDOS EN LUBUMBASHI

1. The Prime Minister of Zaire, Lunda BULULU, recently said in Kinshasa that the Zairean government planned to establish a commission of enquiry as a result of events on 11 May 1990 when approximately 50 students from the University of Lubumbashi were allegedly murdered by members of President MOBUTU's personal guard.

2. However, BULULU said that his government was planning to lay a formal claim against the Belgian daily newspaper, Le Soir, after allegations in this newspaper about the incident at the university. He said that the Zairean Minister of Internal Affairs could find no evidence of the alleged attack on the students.

3. ELUCIDATION AND COMMENT

a. Although the alleged incident is being denied strongly in official circles, an unrecognized Zairean opposition party in the Congo, the Congolese Workers' party (POK), said that at least 150 students at the University of Lubumbashi had been murdered and that an unknown number of students were being detained as a result of their involvement in unrest incidents.

b. Zairean exiles in Belgium are also convinced that the incident did actually take place and they plundered the offices of Zaire's official news agency, AZAP, in Belgium in a search for information about the incident.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

CONFIDENTIAL

01 [illegible] 9004390

Nº DOCUMENTO
TITULO Ayudas Economicas
Ser. Judiciais (90361)
27/6/90.
Moçambique (11132)
Rel. Economicas (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3076

DATE : 27 June 1990

MOZAMBIQUE : ECONOMIC AID

1. UNDP : AID FOR MOZAMBIQUE

The United Nations Development Programme (UNDP) recently made an aid package of US$3,2 million available to Mozambique for the development of fishing resources. These funds will be utilized for the upgrading of quality control and for reducing the dependence of the Mozambican fishing industry on foreign experts.

2. WFP : DONATION TO MOZAMBIQUE

The United Nations World Food Programme (WFP) recently promised Mozambique about 75 000 tons of food aid to the value US$23,4 million until the end of 1991. 48 000 tons will be delivered by May 1991 and the remaining 27 000 tons will be supplied by the second half of 1991. According to the WFP director for Mozambique, Mark LATHAM, most of this aid will be channeled through the Mozambican government's emergency aid organization, the Disasters Control Office (DPCCN). Remark : According to the WFP, the value of this aid is the largest single amount that it has granted Mozambique until now, and this indicates the confidence that it has in the current Mozambican government.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº DOCUMENTO .....
TITULO CONTINUAN LAS HUELGAS POR MEJORAS SALARIALES.
FECHA Sow. Sudsjrace (20361)
27/6/90
FUENTE Costa de Marfil (10062)
VINCULO Factor Eco. Social (11165)
Bureaux Internes (11413)
.....
.....

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3077

DATE : 27 June 1990

IVORY COAST : STRIKES FOR HIGHER WAGES CONTINUE

COSTA DE MARFIL : CONTINUAN LAS HUELGAS POR MEJORAS SALARIALES CONTINUAN

1. Hospital staff, taxi drivers and factory workers are striking in Abidjan (Ivory Coast) for higher wages and better working conditions.

2. ELUCIDATION

a. Strikes have been taking place increasingly in the Ivory Coast since February 1990. Initially students began to strike in protest against such matters as overdue bursary settlements and inadequate facilities for board and lodging. Afterwards the strike spread out and military servicemen, members of the police, civil servants and emergency services staff expressed their dissatisfaction with their remuneration and working conditions by striking. The military servicemen even occupied the airport and the radio station.

b. In an attempt to defuse the continued strikes, the government recently announced a new package with less rigid economizing measures, aimed at checking the economic decline without reducing salaries, etc. drastically. At the same time the government is trying to obtain foreign assistance in this regard and to actively combat all forms of corruption and tax evation.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

Nº
TITL PESO DE LA DEUDA Y EL TURISMO
Servicio Informativo (90361)
27/6/90
Africa (L0022)
Factor Economico (1101)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3078

DATE : 27 June 1990

AFRICA : DEBT BURDEN AND TOURISM

PESO DE LA DEUDA / TURISMO

1. DEBT BURDEN

The African Development Bank (ADB) alleges that Africa's debt burden has become "unbearable" and at the end of 1989 it had already amounted to US$225,6 billion. The debt repayment ratio reached 31,5 percent during the 1980's and since 1985 the total debt burden has increased by 40 percent.

2. TOURISM

According to a report published in Paris, Northern Africa is attracting many more tourists than Sub-Saharan Africa. In 1989 Tunisia, Morocco and Egypt attracted 3,2; 2,5 and 1,2 million tourists respectively in comparison with Kenya's 500 000 and Senegal's 299 000 tourists in 1988.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

01 9004393

Nº. B/3079

TITLE: RECHAZO A LA PRESUNTA UNION DE BOPHUTHATSWANA.
Sew. Seattle (20361)
27/6/90
BOTSWANA (10045)
Fac. Pretoria (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3079

DATE : 27 June 1990

BOTSWANA : REJECTION OF ALLEGED RAPPROCHEMENT BY BOPHUTHATSWANA

: RECHAZO A LA PRESUNTA UNION DE BOPHUTHATSWANA

A spokesman for Botswana's Department of Foreign Affairs announced recently that the Botswana government had rejected clandestine and open attempts on the part of the Bophuthatswana government to bring about the amalgamation of the two states. The Botswana government is of the opinion that although there might be cultural and social links between the Tswana inhabitants of the two states, "this cannot be taken further".

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004394

Nº. DOCUMENTO
TITULO POSIBLE COOPERACION DE NIGERIA CON LA URSS.
FUENTE Serv. Suscripc. (90301)
FECHA 27/6/90
VIÑETAS N. GERIA (10136).
URSS (10125)
Factor Economico (11164)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3080

DATE : 27 June 1990

NIGERIA : POSSIBLE CO-OPERATION WITH USSR

. POSSIBLE COOPERATION WITH URSS

36 Soviet companies are currently investigating possible co-operation with Nigerian businessmen, especially with regard to joint enterprises. The Soviet companies are especially interested in the development of the Ajaokuta Steel Development Project.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

9004395

NUEVOS NOMBRAMIENTOS EN LOS BANCOS.
SEMT. Suiza (pag. 50361)
27/6/90
UGANDA. (10174)
FACTOR POLITICO (11164)
GOBIERNO NACIONAL (11302)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3081

DATE : 27 June 1990

UGANDA : NEW APPOINTMENTS IN BANKING INDUSTRY

: NUEVOS NOMBRAMIENTOS EN LA BANCA

1. Pres MUSEVENI of Uganda recently relieved the governor of the country's Central Bank, his deputy and the executive of Uganda's biggest commercial bank, from their duties.

2. The new governor of the Central Bank is Charles KIKONYOGO who has been the governor of Swaziland's Central Bank until 1987. His deputy, Dr Ezra SURUMA, was a professor in economics and worked as the Bank of Uganda's Director of Research prior to his new appointment. Sam OWORO was appointed executive director of the government owned Uganda Commercial Bank.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

Nº. D[illegible]
TI[illegible] AYUDA MILITAR AL EXTRANJERO A SER REVISADA
R[illegible] Secr. Sudeplano (20361)
27/6/90
V[illegible] URSS (AC175)
FACTOR MILITAR (1163)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3070

DATE : 27 June 1990

USSR : FOREIGN MILITARY AID TO BE REVISED

: AYUDA MILITAR AL EXTRANJERO A SER REVISADA

During a recent press conference preceding the US/Soviet summit meeting, Andrei GRACHEV (member of the Central Committee for the International Department of the Communist Party of the Soviet Union - CPSU) stated that in view of the political changes in the Soviet Union and Eastern Europe, foreign military aid programmes would be subjected to "radical changes" in the near future. Remark : This is the first top level statement of this nature to be issued by the CPSU. The so-called radical changes will probably result in the decrease/suspension of weapons supply, logistical aid and military training to the Third World.

DATE OF INFORMATION : June 1990
RELIABILITY GRADING : 2

TITL TAIWAN Y GUINEA BISSAU ENTRAN EN RELACIONES DIPLOMATICAS.
Secc. Seccion (2361)
23/6/90.
TAIWAN (20234)
GUINEA BISSAU (10085)
FACTOR POLITICO (11164)
RELACIONES INTERNACIONALES (11399)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3071

DATE : 27 June 1990

TAIWAN/GUINEA-BISSAU ENTER INTO DIPLOMATIC RELATIONS

ENTRAN EN RELACIONES DIPLOMATICAS

The Republic of China (Taiwan) and Guinea-Bissau recently entered into diplomatic relations. Remark : Apart from diplomatic relations with South Africa for a long period of time, since July 1989 Taiwan has entered into diplomatic relations with Swaziland, Malawi, Lesotho and Liberia. The People's Republic of China (China) will probably break off its ties with Guinea-Bissau, as it did with Lesotho. Guinea-Bissau has had diplomatic ties with China since 1974, but has not had an embassy in Beijing.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

[redacted]

[redacted]

DPTO. II (EX-...) BIBLEAS

El Día
10-1-90

Moderados en el gabinete de Aylwin

SANTIAGO DE CHILE, (EFE). — El presidente electo de Chile, Patricio Aylwin, demócrata cristiano, designó ayer a los miembros del gabinete ministerial que le acompañarán en el gobierno que asumirá en marzo. El equipo, considerado moderado, tiene a demócratas cristianos en los puestos claves salvo la cancillería, otorgada a un socialdemócrata.

De acuerdo a esta nómina, figuran 10 demócratas cristianos (DC); seis socialistas de sus diversas facciones (PS); dos radicales (PR); un socialdemócrata (SD) y un derechista democrático (PAC).

Jefe de gabinete y ministro del Interior fue nombrado el democratacristiano Enrique Krauss; en Relaciones Exteriores el radical Enrique Silva Cimma, y en Defensa, el democristiano Patricio Rojas.

Los nombres

El gabinete designado por Aylwin, es el siguiente:

Interior: Enrique Krauss (DC); Relaciones Exteriores: Enrique Silva Cimma (PR); Defensa: Patricio Rojas (DC); Hacienda: Alejandro Foxley (DC); Economía: Carlos Ominami (PS); Justicia: Francisco Cumplido (DC); Educación: Ricardo Lagos (PS); Secretaría General de Gobierno: Enrique Correa (PS); Salud: Jorge Jiménez de la Jara (DC); Vivienda: Alberto Etchegaray (DC); Trabajo: René Cortázar (DC); Oficina de Planificación Nacional, Odeplan: Sergio Molina (DC); Minería: Juan Hamilton; Agricultura: Juan Agustín Figueroa (PR); Obras Públicas: Carlos Hurtado (PAC); Transportes y Telecomunicaciones: Germán Correa (PS); Bienes Nacionales: Luis Alvarado (PS); Corporación de Fomento de la Producción, Corfo: René Abeliuk (SD); Comisión Nacional de Energía: Jaime Tohá (PS).

Es el primer gabinete totalmente civil de Chile en los últimos 16 años y deberá enfrentar temas sensibles como los derechos humanos, los reclamos sociales y la relación con los militares.

FICHAJE

01-01

F9004402X

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II *(EXTERIOR)*

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 20AGO90 al 26AGO90

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

B.- PERU

COPIA Nº .....

A .- BRASIL

- FACTOR SICOSOCIAL

- LA CENTRAL UNICA DE TRABAJADORES (C.U.T.) PROYECTA REALIZAR UNA HUELGA GENERAL

Durante la presente semana se realizó en la Escuela Sindical "7 de Octubre", en el Estado de BELLO HORIZONTE, un encuentro nacional de la C.U.T., en el que participaron 129 dirigentes de la organización sindical. Durante la misma se definió un calendario de luchas que servirá para la preparación de una huelga general de carácter nacional. El Presidente de la C.U.T., JAIR MENEGUELLI señaló que no se había marcado fecha alguna para la realización de la misma, pero añadió que se realizará en el presente año. El calendario de luchas será discutido con las otras centrales sindicales, pero no será condicionado el mismo a las anteriormente mencionadas.

El Presidente del PARTIDO TRABALHISTA (P.T.), LUIS INACIO"LULA"DA SILVA, considera inoportuna la decisión de realizar una huelga general por parte de la C.U.T., puesto que teme que ella fracase y la central sindical se desmoralice. La realización de la misma le provocaría al P.T. una perdida de votos en las próximas elecciones de octubre, dado que la población respalda muy poco a los movimientos radicalizados.

Cabe recordar que la huelga general planeada para el día 12 de junio próximo pasado por esta central sindical fracasó rotundamente. e incluso no se adhirió a su convocatoria la CONFEDERACION GENERAL DE TRABAJADORES (C.G.T.) por considerar inoportuno el momento para llevarla a cabo. Este hecho es el que lleva a la C.U.T. en esta ocasión a cambiar su táctica,proyectando realizar discusiones regionales, antes de marcar la fecha de realización de la huelga, en las cuales podría observar el apoyo que la misma podría tener.

COPIA Nº .....

B.- PERU

1.- SITUACION GENERAL

- El segundo Vice Presidente peruano CARLOS GARCIA, que recientemente había criticado la política económica del Gobierno, no - fue recibido por el Mandatario ALBERTO FUJIMORI, en un gesto que signi fica nuevas discrepancias en las filas oficiales. CARLOS GARCIA quien fuera presidente de la Conferencia Nacional Evangélica fue uno de los más estrechos colaboradores políticos durante la campaña presidencial de FUJIMORI.

Mientras tanto, el Gobierno anunció nuevos índices salaria les para el sector privado llevando el sueldo mínimo a 50 dólares, de- cretando además un incremento en las tarifas de los servicios públicos, cuyos precios aumentaron hasta 10 veces. Por su parte, el Ministro de Trabajo CARLOS TORRES, admitió la posibilidad de que muchas pequeñas em presas deban cerrar por no estar en condiciones de pagar los sueldos mí- nimos fijados por el Gobierno, mientras que el Presidente de la Sociedad Nacional de Industrias SALVADOR MAJLUF declaró que "es preferible que - las empresas den este mes vacaciones a su personal mientras se reacomoda la economía".

En otro orden, el día 21 del corriente se concretó el "paro armado" decretado por SENDERO LUMINOSO, mientras las FUERZAS ARMADAS a-- nunciaron que se aplicarían las medidas represivas en cumplimiento del - estado de emergencia. Paralelamente las centrales obreras de orientación marxista y aprista convocaron a una huelga nacional que finalmente con- tó con escasa convocatoria. Durante las jornadas de protesta que se lle- varon a cabo en el marco del paro armado, se produjeron diversos aten- tados terroristas en uno de los cuales un policía resultó muerto y otro herido al tiempo que 8 mil presos se declararon en huelga de hambre y unas 200 personas fueron detenidas por acciones violentas.

Mientras tanto, la empresa encuestadora "APOYO" difundió un sondeo de opinión realizado entre las diferentes clases sociales, donde el 51% de la población aprueba la gestión de Gobierno.

Por otra parte, el 50% de encuestados opinó que las me didas económicas pueden tener éxito. A su vez, algunas proyecciones indi

[redacted]004

COPIA Nº 2.-

can que la desocupación podría llegar en los próximos días a un 20% de la población activa lo que representa 1.400.000 personas

2.-CONCLUSIONES

La negativa del Presidente FUJIMORI de recibir al segundo Vice-Presidente CARLOS GARCIA evidencia un incremento en el divisionismo dentro de las filas de "CAMBIO 90", lo que ya había quedado de manifiesto anteriormente como consecuencia del cambio de orientación en la política económica del Gobierno. Por otra parte este hecho podría interpretarse como un distanciamiento entre el sector católico de CAMBIO 90 representado por FUJIMORI y el sector evangélico que respaldó económicamente la campaña presidencial.

En general los primeros días del Gobierno de FUJIMORI, se han caracterizado por una extrema inestabilidad del país tanto en lo económico como en los social. Es importante destacar que las FUERZAS ARMADAS han reiterado su apoyo al Gobierno, por lo que se presume que el sector militar tendrá un creciente protagonismo en el futuro político del país. Aparentemente la presencia militar ha significado un factor disuasivo para los planes desestabilizadores de la extrema izquierda, ya que el paro armado de SENDERO LUMONOSO se redujo a 24 horas en lugar de las 48 previstas inicialmente. Por otra parte, el paro general convocado por las dos Centrales Obreras numéricamente más importantes del país, no colmó las expectativas previstas, lo que se interpreta como un éxito del Gobierno al evitar por ejemplo la paralización de la industria minera, principal objetivo de los dirigentes sindicales de la FEDERACION NACIONAL MINERA. Se considera que por el momento el Gobierno mantiene el control de la situación principalmente por el respaldo de las FUERZAS ARMADAS, no descartándose sin embargo que el aumento de la desocupación y la falta de confianza del sector empresarial sean factores que sumados a un eventual incremento de las acciones subversivas lleven al Gobierno a una situación crítica.

9[illegible]4404

No. DOC
TIT: Fuga de presos políticos
Lima (Brasil 20362
11-7-90
PERU 66817
E-Y.1 11163
Sosu 11140

INUR Nº 484.21/240790

PERU

- Desdobramentos da fuga de presos políticos

A despeito de habituados ao já costumeiro sensacionalismo das notícias relativas à violência política que, há dez anos, acomete o país, os peruanos - a classe política em especial - foram certamente surpreendidos pela fuga, ocorrida em 09 Jul 90, de 61 presos políticos do presídio "MIGUEL CASTRO CASTRO", em CANTO GRANDE/LIMA, um estabelecimento penal considerado de máxima segurança.

Dentre os foragidos, todos militantes do "MOVIMIENTO REVOLUCIONÁRIO TÚPAC AMARU" (MRTA) - uma organização marxista-leninista alçada em armas desde 1984 e conhecida pelo caráter espetacular que costuma emprestar às suas ações - figura o chefe militar da organização, VICTOR POLAY CAMPOS ("COMANDANTE ROLANDO"). POLAY, que estava preso desde 04 Fev 89 e aguardava sentença judicial, foi companheiro de militância no Partido Aprista Peruano (PAP), há alguns anos, do Presidente ALÁN GARCIA PEREZ e de outros próceres do atual governo.

O inusitado no episódio - e certamente responsável pelo mal-estar que envolveu a alta esfera governamental, em especial os ministros do Interior e da Justiça - foi a forma espetacular como ocorreu a fuga, efetuada através de um túnel de cerca de duzentos e cinqüenta metros. Tal obra, construída a partir de uma casa edificada nas cercanias do presídio, foi dotada de recursos de ventilação, iluminação e perfuração que sugerem a participação de técnicos qualificados e experientes em tal tipo de empreitada.

É curioso observar que esse gênero de ação, apesar de inédito no PERU, não constitui novidade em outros países da AMÉRICA DO SUL flagelados pelo terrorismo, onde grupos com notórios vínculos com o MRTA já utilizaram com sucesso o artifício do túnel.

Com efeito, no CHILE, a "FRENTE PATRIÓTICO MANUEL RODRIGUEZ/LA FRACCION" (FPMR/F) executou, em 30 Jan 90, ação semelhante, propiciando a fuga de 49 militantes presos no Cárcere Público de SANTIAGO, um presídio cercado por altas muralhas e, até então, eficiente em medidas de segurança. Ainda pela similitude, cabe recordar a ação protagonizada pelo MOVIMIENTO 19 DE ABRIL (M-19), na COLÔMBIA, em Dez 78, quando construiu-se um extenso e sofisticado túnel sob instalações de um aquartelamento de apoio logístico do Exército, de onde foram subtraídas milhares de armas.

* * *

Documento elaborado em 11 JUL 90

01 - 1

►9004405◄

Nº [illegible]

T[illegible] Divergencia entre eleições e reunificação rompe coalizão governamental

Sem. BRASIL (20369)

27/7/90

ALEMANHA (10094)

FAICK Pólitico (11164)

INUR Nº 520.21/030890

6) ALEMANHA ORIENTAL

- **Divergência sobre eleições e reunificação rompe coalizão governamental**

Depois de o Governo alemão oriental conseguir impedir, momentaneamente, o rompimento de sua coalizão, através de uma solução de compromisso sobre a data das eleições, o Governo do Primeiro-Ministro LOTHAR DE MAZIERE entrou em colapso. O Partido Liberal, um dos sete que formam a aliança, retirou-se do Governo, onde ocupava dois postos e dispunha de 23 cadeiras no Legislativo, descontente com a posição adotada pelo Premier.

O incidente político veio da discordância entre os liberais e social-democratas, de um lado, e a União Democrática Cristã (CDU), que representa a maioria, de outro. A discussão prende-se à realização de eleições antes ou depois da reunificação alemã. Se estas ocorrerem depois, como desejam os primeiros, o pleito seria regido pelo regulamento eleitoral da ALEMANHA OCIDENTAL que exige um mínimo de 5% de votos para que um partido seja representado no Parlamento. DE MAZIERE e seu partido, ao contrário, desejam eleições antecipadas à reunificação e, portanto, separadas nas duas partes germânicas.

O objetivo da CDU visa a permitir que partidos pequenos, em especial o Partido do Socialismo Democrático - ex-Partido da Unidade Socialista Alemã (PUSA) - e o Novo Fórum consigam eleger seus representantes. Isto dividiria as forças de esquerda e prejudicaria os partidos médios, basicamente o Partido Social Democrata, principal opositor do Chanceler ocidental HELMUT KOHL.

O atual Governo de coalizão corre riscos, mas, em última instância, a CDU mantém ainda condições de permanecer no poder, mesmo tendo que dispor de um Gabinete minoritário. No momento, a saída dos 23 deputados liberais não compromete a maioria, mas se os social-democratas os seguirem, certamente o Governo não contará com os 2/3 necessários à reformulação constitucional para promover a reunificação. No entanto, a ruptura da coalizão e mesmo um colapso do Governo DE MAZIERE não chegam a ameaçar o andamento das negociações para a reunificação dos países germânicos, uma vez que há consenso entre os partidos quanto à sua necessidade.

* * *

Documento elaborado em 27 JUL 90

01-01

9004400

Tratados de liberalização comercial pelos países andinos
Serviço Brasil 20362
27-7-90

EEN 65890
T 701 11164
PRII 11399

INUR Nº 521.21/030890

ESTADOS UNIDOS

- Medidas de liberalização comercial para países andinos visando a desestimular a produção de narcóticos

O Governo norte-americano anunciou, em 23 Jul 90, um pacote de medidas que visa a avançar o processo de gradual liberalização comercial com a BOLÍVIA, EQUADOR, PERU e COLÔMBIA, iniciado em Nov 89, através de um conjunto de programas econômicos que conformam a Iniciativa Comercial para os Países Andinos. Este conjunto de programas possui como objetivo último reorientar as economias daquela região de produção de drogas, através da expansão do comércio e do crescimento econômico, enfoque este reafirmado posteriormente durante a Cúpula de CARTAGENA, realizada em Fev 90.

As medidas anunciadas nesta semana por ocasião da visita do Presidente equatoriano, RODRIGO BORJA, a WASHINGTON, compreendem quatro aspectos: estabelecimento de um regime de preferência tarifária não-recíproca e isenção para certos produtos; maior assistência ao desenvolvimento agrícola como forma de encorajar alternativas para a produção de narcóticos e para levar as exportações agrícolas a atenderem as exigências fitosanitárias impostas pela legislação norte-americana; inserção de 67 produtos da pauta de exportação daqueles países no Sistema Geral de Preferências (SGP) e negociação de acordos básicos para a liberalização de comércio e investimento, no contexto do programa "Iniciativa para as AMÉRICAS", anunciado em Jun 90.

A concessão de preferência tarifária para os mencionados países dependerá, ainda, da aprovação do Congresso, onde não deverá ser obstada, dado o consenso existente entre Executivo e Legislativo quanto à necessidade de desestimular e conter a produção de drogas naquela região, principal fornecedora ao mercado norte-americano.

Embora tais medidas não devam produzir resultados imediatos em termos de retração da oferta da cocaína e "marijuana" para o mercado norte-americano, nem mesmo contribuir de modo significativo para a erradicação do problema, seu conteúdo político mostra-se evidente.

De fato, o principal escopo parece residir, fundamentalmente, na intenção de atenuar resistências que já se esboçam na COLÔMBIA, PERU, BOLÍVIA e no EQUADOR à continuidade da manutenção dos esforços conjuntos antidrogas com os EUA, em virtude da pouca efetividade do apoio até então ofertado pelo Governo norte-americano, modulado, nos últimos meses, pelo seu caráter eminentemente repressivo.

* * *

Documento elaborado em 27 JUL 90

01-01

9004407

Relações entre o poder civil e os militares tornam-se sensíveis
Telex Austral - 20362
27.9.90.
CHILE 65709
4/1 1163

30044-

INUR Nº 522.21/030890

CHILE

- Relações entre o poder civil e os militares tornam-se sensíveis

Em 8 Jul 90, o jornal "El Magallanes", da cidade de PUNTA ARENAS-CHILE, publicou entrevista concedida por um suposto oficial do Exército, defendendo a atuação dos órgãos de Inteligência e das Forças Armadas quando da tomada do poder no país em 1973, em particular no que se refere aos constrangimentos físicos praticados. Além disso, teceu críticas quanto ao envolvimento do atual Governo com a esquerda, o que estaria descaracterizando a administração da democracia cristã.

No dia seguinte, o jornal "La Prensa Austral", da mesma cidade, publicou uma breve carta de um grupo que se identifica como "oficiales jóvenes" respaldando as aludidas declarações. Além disso, o General da Reserva LUÍS DANUS, ex-Ministro e ex-Intendente do Governo anterior, comentou que as afirmações anteriormente publicadas "pareciam representar o pensamento de muitos militares".

O fato teve expressiva repercussão na sociedade chilena, sendo que o Ministro da Defesa, PATRÍCIO ROJAS, pediu ao General AUGUSTO PINOCHET, Comandante-em-Chefe do Exército, a adoção de providências no sentido da apuração da identidade do "entrevistado" e demais responsabilidades, tendo em vista o descumprimento de normas constitucionais e regimentais vigentes.

Em 20 Jul, o Major-General ALEJANDRO GONZÁLEZ SAMOHOD, Comandante-em-Chefe da Região Militar Austral, sob cuja jurisdição está a cidade de PUNTA ARENAS, pediu seu afastamento do Exército, após admitir ter conhecimento antecipado da entrevista, cujo teor foi por ele corrigido. O referido militar acrescentou não ter conseguido identificar o aludido oficial.

No dia 21 Jul, o Exército do CHILE publicou declaração oficial acerca do episódio, na qual dá conhecimento de que fora aceito o pedido de renúncia do General GONZÁLEZ. Consta, ainda, da declaração, que o referido General estimou que o texto da entrevista não comprometia o Exército e que, ao contrário, estava destinado a contrapor-se à atual campanha de desprestígio dirigida à Instituição.

As implicações do fato constituem ponto de preocupação para o Governo na condução de seu projeto de busca da reconciliação nacional. Em primeiro lugar, por trazerem à tona o que poderia ser o pensamento de segmentos das Forças Armadas descontentes com as manifestações que vêm sendo publicadas na imprensa, contrárias à atuação do antigo regime; e, por último, porque configuram um modo de pressionar as autoridades constituídas a apurar os "crimes contra os direitos humanos" praticados durante a gestão anterior.

Em que pese as declarações oriundas do Governo e do próprio Exército, de que suas relações não foram abaladas com o episódio, estas tornam-se, ainda, mais sensíveis, a exigir do Governo especial cuidado na condução dos trabalhos de apuração dos crimes políticos.

* * *

9004408

Documento elaborado em 27 JUL 90

01 - 1

Nº DOCUMENTO
TÍTULO Primeiros Resultados Práticos del XXVIII Congreso del PCUS
FONTE Sec. BRASIL (00362)
DATA 27/7/90
ASSUNTO URSS. (10175)
TACTER POLITICO (11164)
GOV NACIONAL (11302)

INUR Nº 519.21/030890

URSS

- Primeiros resultados práticos do 28o. Congresso do PCUS

Contrariando a decisão do 28o. Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), de o partido ainda manter um certo grau de controle sobre determinados setores da sociedade soviética, o Presidente MIKHAIL GORBACHEV adotou duas resoluções de profundo significado na área interna e para as relações internacionais. Primeiro, pôs fim ao monopólio do PCUS sobre os meios de comunicação, revelando que a URSS prepara uma verdadeira revolução no rádio e na televisão. Em seguida, reafirmou o aval soviético para a filiação da ALEMANHA unificada à OTAN, mostrando que as decisões da Presidência Executiva apóiam-se na autoridade constituída do Conselho Presidencial.

Em outra oportunidade, GORBACHEV convocou os dois Conselhos - o Presidencial e da Federação - para acelerar a implantação dos programas de economia de mercado e para criar um novo mecanismo entre as Repúblicas federadas e a União. Para o primeiro assunto, o Presidente determinou à sua assessoria econômica que, até 15 Ago 90, apresente um melhor plano para a transição da economia regulada para a de mercado. Esta é a resposta mais moderada a um plano sugerido por BÓRIS YELTSYN e alguns novos economistas radicais pró-reformas imediatas.

GORBACHEV apresentou, ainda, a visão de uma associação de Repúblicas mais livres e com nova relação de entendimento com o poder central. Trata-se de mais um esforço para atenuar os efeitos da onda separatista, com previsão, inclusive, da elaboração de um novo regulamento da estrutura da União, a ser concluído em Dez 90. Antecipa-se que, nesse tratado, o poder central conservará ao menos oito áreas sensíveis do Governo: defesa e o sistema de inteligência; economia; política externa; justiça nos conflitos interétnicos; controle em caso de desastres naturais; além de ciência e tecnologia, energia e transportes. As chances desse novo tratado dependem do grau de independência que for conferido às repúblicas para administrar o vasto patrimônio hoje controlado pelo poder central.

Nas duas ocasiões, GORBACHEV mostrou que a autoridade do recém-criado Conselho Presidencial está acima da direção máxima do PCUS - o Politburo - e que a separação dos poderes, reforçada durante o último Congresso, é um fato concreto que veio para ficar. Por outro lado, faz da idéia de uma nova Federação - o "Commonwealth soviético" - e das mudanças na economia, a pedra de toque que deverá impulsionar as reformas. Para o líder soviético, o novo tratado de união de Estados, com ampla independência, no lugar do atual sistema atrelado ao poder central, ainda que embrionário, e a transição de sistema do rígido planejamento com uma economia regulada constituem as "duas faces de uma mesma moeda".

* * *

Documento elaborado em 27 JUL 90

9004409

01-01

DOCUMENTO
JUN GRUPO DE LOS 7
SERVICIO BRASIL
24.07.90
GRUPO DE LOS 7 - 12766

ENTRADO

INUR Nº 488.21/240790

· GRUPO DOS SETE

- Resultados da reunião favorecem a posição japonesa

Por ocasião do 16o. Encontro Econômico de Cúpula do Grupo dos Sete (G-7), realizado no período de 9 a 11 Jul 90, em HOUSTON/EUA, os interesses conflitantes dos países membros do G-7 sobre os principais temas em discussão levaram seus dirigentes a abrandar certas posições até então inflexíveis sobre algumas matérias em debate, na tentativa de obter uma reciprocidade de seus pares quando do exame de outros assuntos.

A ALEMANHA OCIDENTAL e a FRANÇA, apesar de não terem conseguido sensibilizar o G-7 a fornecer uma conjunta e imediata ajuda financeira à URSS, obtiveram dos EUA, REINO UNIDO e JAPÃO uma flexibilização de suas posições, no sentido de proporcionar uma assistência técnica capaz de impulsionar a implantação de medidas capitalistas na URSS e deixar a critério de cada país a decisão de fornecer um apoio financeiro imediato.

No tocante ao principal tema de interesse dos EUA - redução das barreiras protecionistas no comércio internacional de produtos agrícolas - a Comunidade Econômica Européia (CEE), pela primeira vez, acenou com um compromisso de dar impulso a negociações sobre a questão. Contudo, não foram estabelecidos prazos nem especificados quais subsídios e em que proporções seriam reduzidos.

O JAPÃO, ao adotar uma posição irredutível no sentido de relaxar o embargo econômico ora aplicado à CHINA, levou o G-7 a concordar em suavizar as suas sanções, ajustando-as gradual e proporcionalmente aos avanços já verificados no campo dos direitos humanos.

As resoluções tomadas em conjunto no Encontro de Cúpula refletem mais o desejo de não deixar transparecer uma divisão no Grupo, decorrente de posições antagônicas sobre os temas discutidos, do que sinalizam perspectivas de solução, a curto prazo, para os assuntos debatidos.

As condicionantes políticas tendem a continuar influindo sobre o grau e formas de apoio que cada país membro do G-7 prestará à URSS.

A incipiente evolução no trato da questão dos subsídios agrícolas indica que deverão persistir as dificuldades na Rodada do URUGUAI do Acordo Geral de Comércio e Tarifas Aduaneiras (GATT), cujo encerramento é previsto para Dez 90.

De uma maneira geral, o JAPÃO foi o país que obteve os melhores resultados durante o evento, pois, ao mesmo tempo em que conseguiu a aprovação para retomar sua ajuda à CHINA, manteve sensíveis questões comerciais do seu interesse fora dos debates.

* * *

Documento elaborado em 11 JUL 90

01-01

900[illegible]0

Nº DOC 70

TITU Tendo de apoio à to, privatizações no contexto do Plano Bush para as Américas

Banco Brasil 20362
20-7-90
LEG 65890
+ FCO 11161

30044

INUR Nº 501.21/300790

- Fundo de apoio às privatizações no contexto do Plano BUSH para as AMÉRICAS

Em depoimento perante à Subcomissão de Assuntos Exteriores da Câmara dos EUA, em 18 Jul, o Subsecretário para Assuntos Internacionais do Tesouro norte-americano, DAVID MULFORD, afirmou não ter dúvidas de que o JAPÃO, o CANADÁ e a CEE se unirão aos EUA para a criação de um novo fundo de investimentos de US$ 1,5 bilhão, a ser administrado pelo BID. O objetivo do fundo será apoiar os esforços de privatizações dos países latino-americanos, no contexto da proposta do Presidente GEORGE BUSH denominada "Iniciativa para as AMÉRICAS".

Dentre os três pontos básicos da iniciativa do Presidente BUSH - investimento, dívida externa e mercado comum americano -, o primeiro tópico é o que de fato apresenta melhores condições para ser viabilizado de modo mais imediato. Isto porque o fundo tem programa de desembolso no decorrer dos próximos cinco anos e as cotas anuais de cada parte serão relativamente pequenas - US$ 100 milhões dos EUA e US$ 200 milhões para os demais. Além disso, como o objetivo contempla o programa de privatização de indústrias e do setor financeiro, os resultados diretos vão ao encontro dos interesses dos países desenvolvidos. Cabe ressaltar, ainda, que a ajuda não deverá ser desvinculada de contrapartidas de ações efetivas de ajuste econômico dos países da AMÉRICA LATINA e CARIBE, em particular no tocante ao progresso de seus programas de privatizações.

É necessário destacar, também, que qualquer ação mais objetiva, principalmente do JAPÃO e da EUROPA, dependerá do maior detalhamento da proposta e da posterior autorização do Congresso norte-americano à participação dos EUA no novo fundo.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

-01

L900441,1X

Nº 0[illegible]
TITU[illegible] Senado aprova restrições às importações Têxtil e calçados
PR[illegible] Senado 20362
F[illegible] 7.7.90
V[illegible] EEUU 65890
TECO 11161
Comércio exterior 11409

3 0044-

INUR Nº 499.21/300790

- Senado aprova restrições às importações de têxteis e calçados.

O Senado dos EUA aprovou, em 17 Jul, por 68 votos contra 32, um Projeto de Lei que visa a limitar as importações de têxteis, roupas e calçados. Do projeto foram excluídas apenas as importações provenientes do CANADÁ e ISRAEL. A efetivação desse ato pode tornar efetivas as restrições às exportações brasileiras, após o término da vigência dos acordos em andamento.

As expectativas quanto ao cronograma da evolução do projeto são: aprovação pela Câmara; veto do Presidente GEORGE BUSH; e apreciação do veto pelo Congresso até Dez 90. Apesar da iniciativa ter recebido apoio significativo dos principais partidos no Senado, espera-se que o Legislativo encontre dificuldade para derrubar o veto presidencial.

A aprovação do projeto gerou críticas de membros do Governo norte-americano, em especial da Representante para Assuntos de Comércio Internacional, CARLA HILLS, que vislumbram dificuldades para o país defender suas posições liberais no âmbito do GATT. Entretanto, analistas internacionais vêem no ato do Senado uma forma de pressionar os negociadores norte-americanos no GATT e assim evitar concessões desfavoráveis às necessidades dos setores atingidos pelo projeto.

Com efeito, além das implicações sobre as negociações no GATT, a decisão do Senado norte-americano reforça a tese de que os interesses setoriais, defendidos pelos fortes "lobbies" dos países desenvolvidos, a exemplo do que ocorre com a Política Agrícola Comum (PAC) da CEE, tenderão a sobrepor-se à política em favor da multilateralidade no tratamento das questões comerciais. Neste contexto, é previsível que os países em desenvolvimento continuem, ainda durante algum tempo, apenas a refletir os resultados das ações dos países altamente industrializados.

* * *

documento elaborado em 20 JUL 90

-01

9004412

Nº. DOCUMENTO
TIT: Acordo com a URSS define bases para a reunificação
Sens. Brasil (20362)
20/7/90
Alemanha (10024)
Fator Político (11164)
URSS (10175)
Relações Internacionais (11399)

INUR Nº 498.21/300790

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA (RFA).

- Acordo com a URSS define bases para reunificação

Depois de dois dias de contatos, o Presidente soviético, MIKHAIL GORBACHEV, e o Chanceler alemão ocidental, HELMUT KOHL, chegaram a um acordo de oito pontos sobre a questão alemã, no que diz respeito a aspectos externos envolvidos. Os itens acordados abordam questões sensíveis, às quais se opunha, em maior grau, a URSS. Tal fato permite antever que os demais países integrantes da fórmula "2 + 4" também deverão aceitá-las.

Sobre essas questões, destacam-se como principais os entendimentos que incluem os seguintes aspectos: o quesito chave que especifica que a ALEMANHA reunificada, no exercício de sua soberania, poderá decidir a que alianças ou blocos pertencerá, abrindo caminho, assim, para a filiação à OTAN; a intenção de concluir um tratado com a ALEMANHA para a retirada das tropas soviéticas da ALEMANHA ORIENTAL, processando-se a evacuação completa em três ou quatro anos; e a redução do Exército alemão unido.

Cabe destacar que os mais recentes acontecimentos de vulto na arena internacional - a reunião de cúpula da OTAN, em LONDRES, o encontro dos sete países mais industrializados, em HOUSTON/EUA e o 28o. Congresso do PCUS - incluíram discussões e posicionamentos que muito contribuíram para o entendimento entre a URSS e a RFA.

Como principais conseqüências externas do acordo soviético-germânico, salienta-se o possível fortalecimento das relações bilaterais e o crescimento dos entendimentos no sentido da cooperação e da paz. Na área interna soviética, o acordo contribui para fortalecer a posição política de GORBACHEV, ao mesmo tempo em que abre novos espaços para amenizar as dificuldades econômicas, favorecendo, assim, as reformas em curso. Pelo lado alemão, há a consolidação das medidas em favor da reunificação, o fortalecimento da hipótese de que ela ocorra ainda no corrente ano e, finalmente, a possível eleição do Chanceler KOHL como dirigente da nova Nação alemã, a capitalizar eleitoralmente o sucesso do seu esforço no processo.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

01 - 1

900441,3

Nº DOCUMENTO

TÍTULO: Lento crescimento econômico e dificuldades no setor financeiro

29 Julio 90
Jurimo Bassi 20362
EEUU 65890
Eco 11161
Setor financeiro 11403

INUR Nº 500.21/300790

EUA

- Lento crescimento econômico e dificuldades no setor financeiro

A "Federal Deposit Insurance Corporation" (FDIC), agência federal que garante os depósitos bancários, anunciou, em 17 Jul, que o volume de suas reservas, atualmente de US$ 13 bilhões, deverá cair para US$ 11 bilhões até o final do ano, devido ao número de falências bancárias que vêm-se registrando nos últimos meses. Estima-se que cerca de 1.000 instituições bancárias, de médio porte em sua maioria, encontram-se em situação de sérias dificuldades e correm o risco de falir, a persistir o lento ritmo de crescimento econômico dos EUA.

A agência garante depósitos de até US$ 100 mil dos bancos comerciais e das instituições de crédito e poupança, que também têm enfrentado graves dificuldades, sendo protagonistas do que se considera o maior escândalo financeiro nos EUA. O atual volume de recursos da FDIC, embora tecnicamente em níveis abaixo do desejado, é ainda suficiente para bancar as falências previstas até o final do ano. Porém, a lentidão que vem caracterizando o crescimento da economia norte-americana - com possibilidade de recessão - acentua a tendência de aumentar o número de falências comerciais e de desemprego, agravando ainda mais a situação de inúmeras instituições bancárias e, conseqüentemente, da própria agência.

As dificuldades envolvendo o FDIC são sintomáticas dos desequilíbrios e incertezas que se abatem sobre o sistema financeiro norte-americano como um todo, acentuadas pelo descontrole do déficit público e pelo colapso das instituições de crédito e poupança, que resultaram no encolhimento do crédito para empresas e investidores.

Isso fez com que, em 13 Jul, o "Federal Reserve" decidisse injetar fundos para as reservas bancárias através de operações no mercado aberto, numa tentativa de forçar uma baixa das taxas de juros de modo a facilitar o crédito para as empresas no país, prenunciando a disposição do governo de adotar uma política monetária mais flexível.

A adoção de uma política de juros baixos, formalmente anunciada no dia 18 Jul, e a ser implementada somente após o governo definir as metas orçamentárias para o próximo ano, visa, em última análise, a criar condições para que o governo possa retomar o controle sobre as finanças públicas - é previsto um déficit de US$ 168 bilhões para 1991 - e revigorar o crescimento da economia que se estima agora em 2.0% e não mais 3.5% para o corrente ano. Em cerca de 16 Estados, já se caracteriza um clima de estagnação ou mesmo recessão, atingindo diretamente 1/3 de toda a população norte-americana.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

01 01

9004414

Termino el XXVIII Congreso del P.C.U.S
Sem BRASIL (20269)
20/7/90.
URSS. (10175)
FACTOR POLITICO (11100)

INUR Nº 497.21/300790

URSS

- Conclusão do 28o. Congresso do PCUS

Após doze dias de acirrados debates em que nenhuma das facções em luta - conservadores e ultra-reformistas - conseguiram se impor, terminou o 28o. Congresso do PCUS com mais uma vitória das forças moderadas de centro lideradas por MIKHAIL GORBACHEV, ao fazer aprovar várias proposições que garantem a continuidade de sua política de reformas em direção a uma nova federação soviética, mais integrada à EUROPA e ao mundo democrático.

Em que pese as críticas da ala conservadora, em maioria no congresso, GORBACHEV foi reeleito Secretário-Geral. A surpreendente votação - 3.441 votos contra 501 - denota seu êxito em atrair os descontentes do conservadorismo de YEGOR LIGACHEV e os reformistas menos radicais, adeptos de BORIS YELTSIN. Com a nova investidura, GORBACHEV põe-se fora do alcance de seus adversários, já que só um novo Congresso poderá destituí-lo da direção do partido.

No que respeita à reformulação partidária, o Congresso adotou, por maioria esmagadora, a proposta do Secretário-Geral por uma nova estrutura para o Politburo, transformando-o em um órgão representativo das 15 repúblicas soviéticas. Dotou-o, ainda, de uma Vice-Secretaria-Geral que permite ao Secretário-Geral dedicar-se aos assuntos de maior interesse do país. GORBACHEV atinge, desta forma, o duplo objetivo, perseguido como peça importante da reforma partidária, de dar maior representatividade às repúblicas ao mesmo tempo em que separa, ainda mais, o partido do governo. Por outro lado, propicia que um major número de reformistas na direção partidária neutralize o poder crescente dos conservadores, não obstante à manutenção do conceito do "centralismo democrático" nas decisões do PCUS o que constituiu uma das poucas vitórias dos conservadores.

YEGOR LIGACHEV foi o grande sacrificado com os resultados do Congresso, não tendo sequer sido designado para disputar o cargo de Secretário-Geral, para onde houve oito designações. Ademais, após ter sido vetado por 2.293 delegados, foi fragorosamente derrotado por VLADIMIR IVASHKO, indicado por GORBACHEV, na eleição para o recém-criado posto de Vice-Secretário-Geral.

Até o presente, o líder soviético conseguiu evitar uma cisão maior do PCUS, embora existam sinais evidentes de um quadro político-partidário sobre o qual a direção do partido parece não ter controle. As defecções havidas até o momento - cerca de uma dezena de lideranças - já eram previstas e tiveram início ainda no decorrer do Congresso com a saída de YELTSIN. Estas defecções são consideradas um auto-expurgo nos quadros do Partido, além de conduzir a URSS ao pluripartidarismo defendido por GORBACHEV.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

9004415

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Resultados eventuais de regimes comunistas com Organizações Terroristas
FONTE: Sec. Rres E. (20362)
DATA: 20/7/90
ASSUNTO: Europa del Este (11169)

INUR Nº 496.21/300790

LESTE EUROPEU

- Envolvimento com o terrorismo internacional

O desmoronamento dos regimes totalitários do LESTE EUROPEU e a reunificação alemã trouxeram consigo o desnudamento de pretéritos envolvimentos de governos comunistas com organizações terroristas bastante conhecidas no Ocidente.

Com efeito, periódicos alemães ocidentais têm obtido concretas evidências de que o Governo de ERICH HONECKER - anteriormente acusado de envolvimento nos tráficos de armas e de drogas - através de seu extinto Serviço de Inteligência e de Segurança, vulgarmente conhecido como "Stasi", apoiou operações terroristas conduzidas por ILYICH SANCHEZ RAMIREZ ("CARLOS, o CHACAL"), "ABU HISHAM" e "ABU DAUD".

"CARLOS", como se recorda, foi o protagonista principal das mais conhecidas ações terroristas executadas na EUROPA nos últimos anos, entre as quais um ataque a uma conferência dos Ministros do Petróleo da OPEP, em VIENA, em Dez 75. "ABU HISHA", por sua vez, é um conhecido especialista em explosivos do "Exército de Libertação da Palestina" (ELP), enquanto "ABU DAUD" foi um dos organizadores do ataque à equipe olímpica israelense, em MUNIQUE, em 1972.

A revelação do envolvimento do Governo HONECKER com o terrorismo internacional árabe-palestino vem somar-se às evidências de seu apoio aos terroristas da organização alemã "Fração do Exército Vermelho", que se homiziavam em refúgios da Stasi, na ALEMANHA ORIENTAL, depois de ações contra "alvos" ocidentais, normalmente banqueiros, empresários e políticos envolvidos com assuntos de segurança no Ocidente. Tais revelações, cumpre enfatizar, são graves mas não inéditas em termos de EUROPA ORIENTAL. De fato, há pouco soube-se do apoio do Governo húngaro à "Organização CARLOS", bem como, segundo revelações do próprio Presidente VACLAV HAVEL de que a TCHECO-ESLOVÁQUIA vendeu, durante os últimos anos, quase uma tonelada de explosivos plásticos "Semtex" ao Governo líbio.

A comprovação de que os governos comunistas do LESTE EUROPEU efetivamente apoiavam o terrorismo lança novas luzes sobre os acontecimentos que marcaram o atentado perpetrado por MEHMET ALI AGCA contra o Papa JOÃO PAULO II, quando as investigações procedidas conduziam à convicção - à época impossível de ser comprovada - de que o Governo búlgaro tinha uma parcela razoável de responsabilidade no episódio.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

9004419

Nº DOC.
TEMA: Violencia terrorista. Implicaciones economicas.
PAÍS: 20-7-90
FONTE: Jornal do Brasil 20362
VINC.: COLOMBIA 65592
Telex 11163
Telex 11140
300711

INUR Nº 495.21/300790

COLÔMBIA

- Violência terrorista. Implicações econômicas

A sistemática escalada da violência terrorista, patrocinada pelo Cartel de MEDELLÍN e pela guerrilha, vem incidindo diretamente na economia colombiana, a contribuir para a sua deterioração.

O ponto crucial da questão é a imperiosa necessidade de o Estado empregar vultosas verbas a fim de fazer frente ao "narcoterrorismo", mediante a sustentação de gigantesco aparato militar permanente mobilizado.

Em decorrência direta dessa situação, os setores produtivos, sociais e de infra-estrutura são colocados à margem, o que vem provocando a desaceleração do crescimento econômico. Com isso, os preços no mercado interno apresentam uma tendência ascensional.

Outro fator que tem acelerado a inflação são as desvalorizações da moeda nacional, acima dos índices de preços ao consumidor, o que cria expectativas negativas, levando o empresariado a cotar seus produtos de acordo com o aumento do dólar e não com base na inflação projetada pela área oficial.

A desvalorização, por sua vez, representa um esforço do governo para estimular as exportações, único meio de obter as divisas a serem utilizadas na manutenção do "esforço de guerra", contra o poder da estrutura financeira dos cartéis.

Além disso, a constante ameaça terrorista tem afastado os investidores estrangeiros, em virtude de considerarem os empreendimentos e o seu quadro de pessoal indefesos diante do terrorismo generalizado.

Como exemplo específico do resultado nefasto da violência, assinalam-se os prejuízos causados, este ano, à Empresa Colombiana de Petróleos (ECOPETOL), avaliados em cerca de US$ 43 milhões, decorrentes de atos de sabotagens promovidos pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). Quanto aos danos diretos causados pelo Cartel de MEDELLÍN, estes têm uma dimensão bem maior, porquanto envolvem centenas de instalações públicas e privadas destruídas ao longo dos últimos doze meses.

Ao mesmo tempo, a COLÔMBIA continua carecendo de apoio efetivo para sustentar a "guerra interna", pois o respaldo do principal interessado no desmantelamento dos cartéis da droga, os EUA, é predominantemente político e moral.

O quadro colombiano, haja vista as acentuadas variáveis adversas, tende a agravar-se mais ainda, a representar um substancial desafio ao novo governo, na solução do dilema de dar prosseguimento ao combate sem trégua ao narcotráfico, acentuando as dificuldades econômicas, ou sucumbir às suas pressões.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90
01-01

900417

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Manutenção de subsídios à política agrícola
PROC: Sec. Brasil (90369)
FECHA: 20/7/90
VIA: C.E.E (12640)

INUR Nº 494.21/300790

CEE

- Reflexos da manutenção de subsídios à política agrícola

No comunicado-conjunto divulgado ao final do 16o. Encontro Econômico de Cúpula do Grupo dos Sete (G-7), realizado em HOUSTON/EUA, os líderes das sete nações mais industrializadas concordaram em manter um compromisso de buscar reduções substanciais e progressivas dos subsídios agrícolas, sem contudo estipular prazos ou especificar maiores detalhamentos sobre a proposta.

Os EUA fazem da Rodada URUGUAI do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), com final previsto para Dez 90, uma prioridade em sua agenda econômica internacional e julgam indispensável ao sucesso da rodada o término do impasse entre o país e a Comunidade Econômica Européia (CEE), no tocante às discussões sobre a eliminação das barreiras protecionistas no comércio agrícola mundial.

A CEE concorda com as linhas gerais do comunicado do G-7, mas enfatiza que se faz necessário preparar prévia e politicamente os agricultores da Comunidade para as perspectivas de longo prazo, com destaque para as dificuldades que poderão advir com a retirada dos subsídios.

Cabe ressaltar que a CEE conta com cerca de 12 milhões de agricultores, os quais sobrevivem, principalmente, à custa de subvenções oficiais e possuem forte poder de pressão política. Isto tem motivado os ministros do comércio exterior dos países membros a não acenarem com perspectivas de concessões sobre agricultura. Por exemplo, o Ministro do Comércio da ITÁLIA, RENATO RUGGIERO, reportando-se ao comunicado final da reunião do G-7, advertiu que tentará levar a CEE a pensar nas implicações da proposta, por considerar que a agricultura européia não está preparada, a curto prazo, para fazer uma nova contribuição, além do já efetuado corte de US$ 10 bilhões em subsídios, nos últimos seis anos.

Verifica-se, portanto, um hiato entre o conteúdo do comunicado final do G-7 e o efetivo empenho da CEE quanto à adoção de medidas práticas para viabilizá-lo, o que permite antever um cenário de dificuldades nas negociações finais da Rodada URUGUAI do GATT.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

01 - 9004418

INUR Nº 489.21/240790

Atividades do Meio Ambiente Ecológico Internacional 01/07

SUI 2238

MEIO AMBIENTE — Atividades do Movimento Ecológico Internacional. Junho de 1990.

(09 Jul 90)

Alçada ao patamar de uma das mais importantes questões da pauta das Relações Internacionais, a Ecologia não pode, por isso, ser considerada como mais um dos "modismos" deste final de século. Na realidade, trata-se de um tema que está a constituir uma das preocupações mais dramáticas do mundo contemporâneo, com implicações em praticamente todas as esferas da atividade humana, e que está presente em todos os níveis do relacionamento entre os Estados. Com ramificações de ordem político-ideológica, científico-tecnológica, estratégico-militar e sócio-econômica, a questão do Meio Ambiente deverá determinar, também, uma nova acomodação de forças dentro da reorganização do Poder Mundial, com a diminuição das tensões do quadro de bipolarização ideológica que se seguiu à II Guerra Mundial e com as rápidas mudanças que os anos 80 trouxeram para o mundo.

Salienta-se, porém, que a Questão Ecológica, por possuir contornos bem presentes e palpáveis, não admite omissões e neutralidades, como no caso do conflito ideológico — que permitiu até o surgimento de "países não-alinhados". A problemática ambientalista, de fato, exige posições definidas, se constituindo deveras numa nova espécie de psicologia coletiva, em que, pela dinâmica da sobrevivência da vida no Orbe, todos são chamados e co-responsabilizados. Afinal, é quase impossível ocultar problemas como o progressivo aquecimento da temperatura ("efeito estufa"), a crescente destruição da camada de ozônio, as ameaças de acidentes nucleares, a extinção de várias espécies e formas de vida, os constantes acidentes ecológicos no mar e na terra, e a devastação das florestas tropicais.

Nesse universo de envolvimentos, registra-se que as questões ecológicas vêm gerando uma gama de atividades — conferências internacionais e nacionais, acordos entre Nações, programas de desenvolvimento a partir de parâmetros específicos, pressões sobre países que violam as leis do Meio Ambiente, atuação de Organizações e Organismos Internacionais, militância de grupos, criação de novos Partidos Políticos ("Verdes"), geração de

9004419

recursos da parte de Governos com fins ecológicos, controle dos rumos da economia mundial etc. Nesse sentido, o mês de JUNHO/90 deixa evidente os esforços governamentais, no âmbito mundial, para levar o assunto do Meio Ambiente para a mesa de negociações, pelos importantes eventos internacionais realizados em tão curto lapso. Desses acontecimentos ressaltam-se os seguintes:

— **DIA 5. "Dia Internacional do Meio Ambiente".** A data foi comemorada em muitos países, com a realização de eventos promovidos por Organizações Não-Governamentais Ecológicas e por Governos, que se utilizaram do acontecimento para apresentar programas governamentais para a proteção do Meio Ambiente. Nessa data, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) fez a entrega do "Prêmio Global 500" para as personalidades mundiais empenhadas na defesa da Ecologia. Este ano, entre os agraciados figuram os nomes dos seguintes brasileiros: CHICO MENDES — considerado o "mártir ecológico" —, o Dep. Fed. FÁBIO FELDMANN, o ecologista IVAN FONSECA, o biólogo ROBERTO KLEIN, o líder indígena PAULINHO PAIACÁ, o Padre PAULINO REITZ e a ativista MARY ALLEGRETTI. Apenas os EUA obtiveram mais laureados que o BRASIL, com nove vencedores.

— **DIAS 10 - 13. WASHINGTON D.C. — EUA.** "Encontro de Especialistas em Poluição", com a participação de cerca de 1000 pessoas, entre funcionários de Governos e enviados de empresas privadas, de 43 países. O evento foi patrocinado pela Agência de Proteção Ambiental, do Governo dos EUA. Na ocasião, foram tratados os problemas da poluição industrial, que seria a causa da morte precoce de milhares de pessoas nos países industrializados. Segundo GERALD KOTIAS, Diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, "o problema existe tanto nos países ricos como nos em via de desenvolvimento. Vários conferencistas enfatizaram a necessidade de novas tecnologias para combater a poluição em escala global.

— **DIA 15.** O Governo norte-americano anunciou que apoiará a criação de um fundo para prestar assistência financeira aos países em desenvolvimento, para que esses possam abolir o uso e a produção de clorofluorcarbonetos (CFC). O anúncio representou um êxito dos que defendem uma "política ecológica" mais

679 0044

aberta na Casa Branca, já que existe uma corrente contrária a financiamentos nessa área, sem a participação direta dos EUA na gestão dos recursos.

— **DIA 16.** DUBLIN — IRLANDA

"Reunião dos Ministros do Meio Ambiente da Comunidade Européia", a que compareceram 20 países do Velho Mundo, dos quais oito do Leste Europeu. Na ocasião, foi tratada a questão da futura cooperação Leste-Oeste sobre tratamento de resíduos tóxicos, transferência de tecnologia, planejamento nuclear e possíveis códigos de conduta para os países da Europa Oriental que venham a tornar-se membro da Comunidade Européia. A URSS, que não foi convidada, enviou seu Ministro do Meio Ambiente, NIKOLAJ VORONSTOV, que, desde o ano passado, vem lutando para que seu País seja beneficiado com o **"Programa Phare"**, mediante o qual os países europeus ocidentais estão investindo na recuperação dos países do Leste, cuja degradação ambiental foi considerada "assustadora" na POLÔNIA, REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ e TCHECOSLOVÁQUIA. O representante da Comunidade Econômica Européia, o italiano CARLO PIPA DI MEANA, propôs que sejam abolidas as normas que limitam as exportações de tecnologias avançadas para a Europa Oriental, argumentando que são fundamentais para padronizar a indústria de acordo com os atuais compromissos preservacionistas.

— **DIA 17.** CIDADE DO MÉXICO

O Governo mexicano reconheceu que **"a contaminação da CIDADE DO MÉXICO já é muito preocupante"**, advertindo que nem a sociedade, nem o Governo podem ignorar essa realidade. O Diretor de Proteção Ecológica da Capital — onde vivem 20 milhões de pessoas —, RAMÓN OJEDA MESTRE, enfatizou a **"necessidade de intensificar a luta contra a poluição"**, prevendo que em 1993 será inevitável suspender, parcialmente, o funcionamento de indústrias. Há oito meses, o Governo estabeleceu medidas que determinam a paralisação de cerca de 400 mil veículos a cada dia da semana. A situação crítica do Meio Ambiente na Capital mexicana está criando graves problemas políticos para o Governo, em face das críticas dos partidos de oposição, seja ao que consideram providências exageradas, seja ao que julgam omissões governamentais.

900449

— **DIA 20.** SANTIAGO — CHILE

Autoridades decretaram o "Estado de Alerta Ecológico Total", devido à má qualidade do ar sobre a Capital chilena, onde foi ultrapassado o nível tolerável de gases tóxicos, chegando a ser perigoso para crianças e idosos. Os colégios proibiram atividades esportivas. O Presidente chileno, PATRICIO AYLWIN, declarou que **"a cidade está à beira de um colapso ambiental"** e baixou uma série de medidas drásticas, inclusive a redução de 40% do trânsito de automóveis e a diminuição da carga horária em indústrias e escolas, além de proibir atividades físicas ao ar livre. Aumentou em 30% o número de doenças pulmonares e 200 mil habitantes de SANTIAGO sofrem de problemas respiratórios crônicos.

— **DIAS 20 - 29.** LONDRES — REINO UNIDO.

"II Conferência dos Países Signatários do Protocolo de MONTREAL sobre a Proteção da Camada de Ozônio". O evento foi promovido em duas fases: durante uma semana, foram realizadas várias reuniões dos conselhos, e nos dias 27, 28 e 29, ocorreu a Reunião de Ministros do Meio Ambiente dos 56 países signatários do **"Protocolo de Montreal"** (de 1987) e de 16 outros países participantes do encontro. Na oportunidade, ficou bem claro que não há uniformidade na concepção de uma política mundial para lidar com o gravíssimo problema da camada de ozônio, cuja destruição em ritmo veloz é creditada, em sua maior parte, aos países do Primeiro Mundo. O acordo mais importante do encontro tratou da criação de um Fundo Internacional para ajudar países do Terceiro Mundo a obterem tecnologia substitutiva para os produtos que causam dano à camada de ozônio, em particular o consumo de clorofluorcarbonetos. Administrado pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o valor disponível para o fundo, US$ 240 milhões, em três anos, foi considerado irrisório. O evento foi patrocinado pela Organização das Nações Unidas.

— **DIA 27.** GENEBRA — SUÍÇA.

O Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), MICHAEL HANSEN, afirmou, no final da Conferência da OIT, sob o tema **"O Mundo do Trabalho e o Meio Ambiente"**, que **"é justo o apelo dos países em desenvolvimento para que as Nações industrializadas reconheçam sua parcela de responsabilidade pela degradação**

9004419

do meio ambiente". Na oportunidade, HANSEN citou trechos do discurso proferido por ANTÔNIO ROGÉRIO MAGRI, Ministro do Trabalho do BRASIL, afirmando que "o discurso de MAGRI traduz as inquietações dos países em desenvolvimento a exigir uma tomada de posição dos países industrializados frente ao problema do meio ambiente". HANSEN também reconheceu que "a transferência de tecnologias limpas para a indústria e os recursos financeiros aos países endividados não vem sendo feita da maneira desejada". Além disso, o Diretor-Geral da OIT mostrou-se bastante preocupado com a constatação de que está aumentando a relação entre a degradação ecológica e o desemprego, reconhecendo, também, que o problema do financiamento para a retomada do crescimento econômico nos países do Terceiro Mundo será um dos pontos nevrálgicos dos debates da Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que será realizada em 1992, no BRASIL.

No tocante ao diálogo entre a URSS e os EUA, tendo como objetivo de interesse mútuo a Ecologia, cumpre assinalar que esses dois países estão estreitando relações de maneira o mais abrangente possível nesse campo e estão desenvolvendo, conjuntamente, vários programas ambientalistas. Nesse contexto, menciona-se o trabalho de cientistas estadunidenses e soviéticos na pesquisa e coleta de material nos bosques da SIBÉRIA-URSS e ALASKA e MINNESOTA-EUA, para determinar os possíveis efeitos das mudanças climatológicas que se registram em todo o mundo. Também, no mês de JUNHO/90, autoridades de ambos os países se reuniram no ALASKA, para discutirem ações conjuntas para a preservação ecológica do Mar de Bering. MOSCOU e WASHINGTON pretendem saber como a exploração econômica da região pode afetar a fauna, flora e o estilo de vida humana. Os EUA intencionam explorar o petróleo existente na sub-região de NAVARIN, que se situa na faixa de terra disputada pelos dois Estados. Cresceu, também, o interesse norte-americano em prestar auxílio aos países do Leste Europeu, tendo até mesmo a Agência de Proteção Ambiental dos EUA anunciado, no dia 21 JUN, que estabelecerá um escritório na HUNGRIA, para ajudar as Nações da Europa Oriental a solucionar seus graves problemas de poluição.

Quanto aos EUA, internamente, vários acontecimentos marcaram o mês de JUNHO, no campo do Meio Ambiente. Chamam a atenção os contínuos acidentes ecológicos ocorridos no mar ter-

ritorial norte-americano, que resultam em graves conseqüências para a flora e a fauna locais. Enquanto isso, a indústria petrolífera vem culpando o Congresso dos EUA pela inexistência de instrumentos jurídicos para previnir e punir os poluidores. Segundo o Instituto Americano do Petróleo, o Congresso impediu a aprovação final da chamada "Lei de Vazamento de Óleo e de Indenizações" em 1989.

A política do Governo BUSH, no tocante ao Meio Ambiente, tem sido ora tímida, ora surpreendente. Enquanto no mês de FEV/90, o Presidente norte-americano desapontava os cientistas, ao recomendar mais estudos sobre os efeitos poluentes das indústrias, para que o Governo tomasse as providências que julgasse pertinentes, agora começa a mudar de postura. Ao ser pressionado por vários governadores, para que os EUA adotem ações imediatas contra o aquecimento global e liderem uma estratégia internacional para enfrentar esse problema, BUSH deixou de agir de modo indiferente. O Presidente foi alertado das vantagens econômicas, para os EUA, de assumirem o combate, por exemplo, ao uso dos Clorofluorcarbonos, posto que países como a CHINA e a INDIA — que juntos reúnem 40% da população do planeta — devem comprar substitutos para os sistemas de refrigeração e de outros produtos, e a indústria norte-americana poderá entrar num lucrativo mercado de venda de manufaturados. No caso específico dos EUA, há um entedimento em WASHINGTON de que a defesa da ecologia dá certa legitimação para a intenção norte-americana de legislar para o mundo e tornar-se o guardião do Meio Ambiente. Citam-se, nesse contexto, a chamada "Lei do Ar Limpo", que, na prática, é uma legislação para maior abrangência que o território dos EUA; e o anúncio de que os EUA iniciaram uma investigação para determinar se o MÉXICO e o JAPÃO estão violando tratados internacionais sobre o abate de tartarugas marinhas, para, se comprovado o delito, sujeitar os dois países a sanções econômicas.

Nos EUA, ainda, é importante o fato de que uma pesquisa realizada no início de JUN/90 dá conta de que 62% dos nor-

te-americanos acreditam que seu País pode, concomitantemente, manter o crescimento econômico e o Meio Ambiente limpo, mas, no caso de uma opção entre um desses dois itens, 74% dos entrevistados preferem a desaceleração da economia. Além disso, o número de militantes ecológicos duplicou nos EUA, atualmente existindo cerca de 7.240.000 pessoas envolvidas com a defesa do Meio Ambiente, e a receita das organizações ecológicas aumentou 700%, graças aos incentivos de desconto, no Imposto de Renda, das contribuições.

Por sua vez, a URSS também privilegiou o problemática ambientalista como um dos componentes principais de sua política externa. De fato, segundo o Chanceler Soviético, EDUARD SHEVARDNADZE, "é necessário elaborar e adotar uma estratégia global de proteção ao meio ambiente e de aproveitamento racional dos recursos naturais". Ele defende um "Código Ecológico Mundial" e resume a posição da URSS: "Chegou o momento de pensarmos seriamente em criar um sistema internacional de controle ecológico global". É bem claro que as Superpotências estão inserindo a questão ambientalista no bojo da reorganização do Poder Mundial.

* * *

Documento elaborado em 11 JUL 90

Nº DOCUMENTO
INTERESSADO: Resumo sobre Plano Bush de integração as Américas.
PROCEDÊNCIA: Missão Brasil 20362
FOLHAS: 11-7-90
CUBA 65671
T. Pol 11164
RREE 11399

300111-

INUR Nº 482.21/240790

01/02

CUBA

- Reações ao Plano BUSH de integração das AMÉRICAS

Numa tentativa de se contrapor à proposta do Presidente GEORGE BUSH de uma nova aliança entre as três AMÉRICAS, através da criação de uma zona de comércio livre em todo o hemisfério, CUBA vem exortando à formação de uma "linha de defesa comum" entre todos os países da AMÉRICA LATINA e do CARIBE.

Segundo o órgão oficial do Partido Comunista Cubano (PCC), o GRANMA, o "Plano BUSH" aumentaria ainda mais a dependência comercial dos países latino-americanos em relação aos EUA. Adverte que a criação da zona de livre comércio encontra diversas barreiras sob os pontos de vista econômico, político, geográfico e cultural, e, por isso, é importante que os países da região recebam a proposta norte-americana com cautela.

O "Plano BUSH", elaborado pelo Secretário de Estado dos EUA, JAMES BAKER está sendo qualificado pelos cubanos como "imperialista" por considerar apenas os interesses norte-americanos e não os dos países envolvidos. Segundo eles, "a iniciativa do Presidente dos EUA pretende abrir completamente as economias nacionais à desleal concorrência com o aparato econômico imperialista".

Embora as diferenças de situações intra e interregionais dificultem a proposta do Presidente BUSH, os países latino-americanos parecem estar conscientes de que um caminho para a solução dos seus problemas econômicos é a união em torno da abertura econômica, ampliando as relações comerciais e financeiras da região com o resto do mundo. Nesse caso, é previsível que o Governo cubano, devido às dificuldades econômicas dos países do LESTE EUROPEU e os conseqüentes óbices em incrementar relações comerciais entre CUBA e os países do Leste, veja na iniciativa norte-americana mais um fator a possibilitar o aumento do isolamento cubano no cenário internacional.

A medida norte-americana, caso se concretize, também pode ser vista, sob a ótica cubana, como uma componente forte a induzir mudanças na condução dos aspectos econômicos da Ilha, sem o que dificultaria a manutenção e o fortalecimento dos vínculos cubanos com os demais países da região.

- Questões dos refugiados aumentam as dissidências internas

CUBA, em face da nova realidade da EUROPA ORIENTAL e, em especial, dos recentes acontecimentos na ALBÂNIA, encontra-se cautelosa pelo fato de 15 cubanos terem se refugiado nas Embaixadas da TCHECOESLOVÁQUIA e ESPANHA em HAVANA, e solicitarem asilo político. Dos 15 homiziados, a maior parte são ativistas membros de grupos dissidentes cubanos que pretendem divulgar os objetivos e programas do Movimento de Oposição Cubana.

9004420

Até o momento, a conduta do regime cubano tem sido de considerar normal quaisquer reações críticas ao sistema castrista, considerando-as "válvulas de escape", autorizadas pelo próprio Partido Comunista de CUBA (PCC). Entretanto, a questão dos refugiados representa um componente novo na conjuntura interna da Ilha, que somada à dissensão manifestada pela diversidade de opiniões de membros do PCC a respeito do aperfeiçoamento do sistema e do isolamento internacional em que CUBA se encontra, parece trazer maiores riscos à estabilidade do sistema político cubano, colocando em discussão os princípios marxistas-leninistas da revolução.

Diante da velocidade dos acontecimentos no contexto mundial, a tese cubana de que a crise na EUROPA ORIENTAL é localizada parece não ser muito adequada, tendo em vista que as mudanças naquele continente já estariam a pressionar FIDEL CASTRO a adotar medidas liberalizantes na Ilha.

* * *

Documento elaborado em 11JUL90

900444-0

Implicações estratégicas e econômicas de cortes nas Forças Armadas
Jornal Brasil 2362
5-7-90

EEUU 6589Q
I Eco. 11161
+ 4.1 11163
+ FAA 13065

30044

INUR Nº 481.21/240790

01/03

E U A

Implicações estratégicas e econômicas de cortes nas Forças Armadas.

(5 Jul 90)

O Secretário de Defesa DICK CHENEY entregou, recentemente, ao Congresso um estudo que avalia o impacto da desmobilização de 25% das Forças Armadas sobre o orçamento dos EUA, ao longo dos próximos cinco anos. A realização deste estudo foi decidida no dia 6 Jun 90 durante as negociações relativas ao orçamento, entre o Executivo e o Congresso, e que assinalou uma mudança de posição do Departamento de Defesa, que até então discutira cortes setoriais nas Forças Armadas, sem, no entanto, concretizar uma proposta e apresentar uma avaliação mais abrangente e suscinta quanto ao impacto orçamentário que adviria de tais cortes.

Com relação à proposta orçamentária do Executivo para o ano fiscal de 1991 - de US$ 303.3 bilhões para a Defesa -, há a previsão de uma diminuição de US$ 3 bilhões em relação ao corrente ano. As propostas da Câmara dos Representantes e do Senado prevêem reduções de US$ 11.5 bilhões e US$ 13 bilhões, respectivamente.

De acordo com o estudo apresentado por CHENEY, o corte de 25% no efetivo das Forças Armadas permitiria reduzir em 10% o orçamento militar ao longo dos próximos cinco anos, resultando em uma economia de cerca de US$ 4.3 bilhões no próximo ano fiscal, o que representa um montante bastante próximo da proposta do Executivo e muito abaixo do desejado pelo Congresso.

As discrepâncias entre as propostas do Executivo e do Congresso para o orçamento da Defesa revelam diferentes interpretações e expectativas quanto a três aspectos: (i) o papel das Forças Armadas norte-americanas no novo contexto geo-estratégico que se está delineando, sobretudo a partir das transformações no continente europeu e na UNIÃO SOVIÉTICA; (ii) o risco advindo dos cortes nas fileiras das Forças Armadas para a Segurança Nacional; e (iii) a destinação dos recursos a serem liberados com a redução do orçamento militar.

Especialistas em Defesa e mesmo estrategistas do próprio Pentágono apontam a tendência natural de que a estratégia norte-americana venha a se pautar em uma combinação mais flexível de forças nucleares e convencionais capazes de executar missões militares mais seletivas, o que deveria redirecionar os recursos de pesquisa e desenvolvimento para sistemas de tecnologia avançada mais leves e letais, adequados para utilização em conflitos de baixa intensidade em contextos regionais limitados. Essa concepção representa, sem dúvida, um afastamento das doutrinas estratégicas que refletiam a extensão dos compromissos de segurança assumidos pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) junto aos seus aliados no

900443 X

PARTES Poco LEGIBLE

contexto da confrontação Leste/Oeste. Outrossim, aponta no sentido de manutenção de uma capacidade de "deterrência discriminatória" que permita aos EUA responderem eficazmente a ameaças a sua segurança e interesses, bem como de seus parceiros, com os quais tal responsabilidade passará a ser crescentemente compartilhada.

Esta concepção estratégica conta com o apoio, também, das lideranças congressistas e parece destinada a pautar a Política de Defesa norte-americana nos próximos anos. Essa assertiva é válida, muito embora o governo venha assumindo uma posição bastante cautelosa frente às transformações que vêm ocorrendo no plano estratégico, procurando assegurar que as Forças Armadas mantenham sua capacidade de ação a nível global, tal como preconizado pelas doutrinas estratégicas que vigoraram ao longo do período de confrontação Leste/Oeste. São ilustrativos a este respeito a modesta redução do orçamento militar proposta pelo governo no início do ano, a disposição em consentir a redução de Forças mas sem avançar nas discussões de alterações de estrutura e missão destas, e os esforços de preservar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como principal pilar da segurança européia, contrapondo-se às propostas que impliquem na redução de sua influência neste sentido. Corrobora, ainda, esta visão a importância atribuída a projetos, como a Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), a aquisição de Bombardeiros "Stealth B-2", Caças A-2 e a instalação de Mísseis "Midgetman" e "MX", todos com dotações orçamentárias substanciais previstas na proposta do Executivo.

Esta posição cautelosa do governo e do Departamento de Defesa encontra resistência por parte do Congresso e mesmo de setores conservadores que entendem que o novo contexto geo-estratégico é muito favorável a que se procedam mudanças no setor de defesa, de modo a adaptá-lo ao novo cenário e às necessidades de ajuste orçamentário. Especialistas em defesa têm qualificado de tímidos os esforços do Departamento de Defesa em reestruturar as Forças Armadas, em função das transformações recentes, e têm apresentado propostas neste sentido, como a virtual retirada de tropas terrestres da Europa, o aumento dos contingentes de reserva e redução de gastos em armas nucleares de longo alcance. Embora nenhuma delas seja objeto de consenso, elas permitiriam, segundo seus proponentes, obter economias significativamente superiores àquelas previstas, ainda que se mantenha o nível de redução das forças em torno de 25%.

Outro ponto de dissenso entre o Executivo e o Congresso diz respeito à destinação dos "dividendos de paz". O primeiro é favorável a que os recursos liberados através dos eventuais cortes nos gastos militares em discussão e que podem atingir cerca de 170 bilhões ao longo dos próximos cinco anos se voltem para o revigoramento da economia, seja através da redução do déficit orçamentário, ou sob a forma de novos investimentos. Contudo, lideranças do Congresso, sobretudo do Partido Democrata, tendo à frente o Senador EDWARD KENNEDY, vêm defendendo a aplicação destes recursos em uma variedade de programas domésticos nas áreas de saúde, educação, transporte e comunicação. A alocação dos "dividendos da paz" apresenta-se como uma questão que tende a extrapolar o domínio das negociações orçamentárias ora em curso e se apresentar como um tema a ser explorado politicamente pelos democratas, tanto nas próximas eleições como nas de 1992.

9004421

Apesar de seu caráter eminentemente ilustrativo e das divergências mencionadas que suscita, o estudo apresentado por CHENEY assinala a existência de uma margem de consenso entre o Departamento de Defesa e lideranças do Congresso quanto à magnitude e natureza das Forças Armadas em futuro próximo, à medida que enfatiza unidades de combate mais leves e ágeis, como também forças navais melhor preparadas para atuar em conflitos localizados. Embora não constitua proposta oficial, o estudo em foco, dadas as circunstâncias e os objetivos de sua elaboração, também reflete em larga medida as premissas do Departamento de Defesa quanto à dimensão e ao papel contemplado para as Forças Armadas para os anos noventa, ainda que não articule de forma específica uma nova doutrina estratégica que reflita os objetivos, interesses e desafios que se colocam para os ESTADOS UNIDOS em um novo contexto de segurança. A apresentação dessa doutrina é esperado para o início do próximo ano, quando o Departamento de Defesa deverá apresentar um plano abrangente e detalhado para a próxima década.

Ainda assim, os contornos que vem assumindo o debate, não apenas quanto à dotação orçamentária para as Forças Armadas, mas principalmente quanto à orientação estratégica que lhes será conferida, reforçam a tendência de que os ESTADOS UNIDOS intensifiquem suas preocupações, sobretudo quanto à proliferação nuclear, de armas químicas e mísseis no Terceiro Mundo, onde tenderá a concentrar esforços no sentido de monitorar desenvolvimento nessas áreas, exercendo pressões no sentido de obstaculizá-los; por outro lado, afora o deslocamento do eixo das preocupações estratégicas para áreas periféricas, cabe ressaltar que a crescente relevância da dimensão sócio-econômica nas questões de segurança relativamente à sua dimensão militar, levam a que a combinação de fórmulas econômicas e militares na concepção dos instrumentos de persuasão, coerção e proteção desponte eventualmente como um aspecto significativo na nova orientação estratégica norte-americana.

* * *

Documento elaborado em 1 JUL 90

9004421

PARTES POCO LEGIBLE

ARGENTINA

- O reaparecimento da intimidação terrorista

Havendo silenciado suas armas após o período conhecido como o da "guerra suja", no início dos anos oitenta, o terrorismo de esquerda revolucionária marcou a sua ressurgência em grande estilo na ARGENTINA em 23 Jan 89. Na oportunidade, como se recorda, um "comando" do "Movimiento Todos por la Patria/Frente de Resistencia Popular" (MTP/FRP), nucleado por remanescentes do, até então, supostamente extinto "Ejército Revolucionário del Pueblo" (ERP), tomou de assalto o aquartelamento de LA TABLADA, nos arrabaldes de BUENOS AIRES.

A ação, mal-sucedida, causou profunda consternação no seio da própria esquerda argentina e os membros do MTP/FRP foram obrigados - pela repressão e pela rejeição - a cair na clandestinidade e procurar refúgio no URUGUAI e no BRASIL. Em território uruguaio, os foragidos foram apoiados pelo "Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros" (MLN-T), ora legal, enquanto no BRASIL receberam guarida de militantes da chamada Organização Revolucionária Marxista/Democracia Socialista (ORM/DS), uma corrente petista com estreitos vínculos com dirigentes de grupos sul-americanos adeptos da luta armada, estabelecidos a nível pessoal ainda no CHILE de ALLENDE.

Após o episódio de LA TABLADA, a ARGENTINA se manteve praticamente infensa a ameaças terroristas durante vários meses, o que pode ser interpretado como uma evidência de que os grupos clandestinos animados por ideais plenos de inconformismo político, de certa forma numerosos naquele país, mostravam-se incapazes de atuar operacionalmente ou, ainda, que não consideravam presentes no quadro local os elementos objetivos e subjetivos necessários à deflagração de "ações de estímulo revolucionário".

Ultimamente, contudo, têm sido assinaladas com crescente assiduidade indicações acerca da existência de uma autodenominada "Brigada CHE GUEVARA" (BCG), responsável por ações esporádicas, porém constantes nos quatro últimos meses em BUENOS AIRES e MAR DEL PLATA. Há poucos dias reivindicou um atentado a bomba em um banco na capital argentina e, em 9 Jul, a citada organização assumiu a autoria do seqüestro do filho de um dos principais dirigentes sindicais argentinos, sem exigir resgate. Como tem-se transformado em prática habitual, a chamada BCG expede um comunicado denunciando as privatizações de empresas públicas, alegando "comprometimento da soberania nacional e do futuro do país". A despeito da aparente xenofobia e do discurso, que poderia ser confundido com alguma espécie de nacionalismo de direita, talvez inspirado em pretéritos modelos peronistas, acredita-se que a BCG seja uma organização de esquerda revolucionária, não somente pelo caráter evocativo de sua denominação e pela natureza dos alvos de sua ação terrorista, como, também, porque na ARGENTINA, no auge da chamada "guerrilha urbana", já atuou um grupo com idêntico nome.

Com efeito, em 1969, como se recorda, organizou-se na ARGENTINA uma BCG, sendo, à época, um dos seus integrantes o terrorista JORGE LUIS MARCOS, que participou, posteriormente, dos episódios de LA TABLADA e do "justiçamento" de ANASTÁZIO SOMOZA DEBAYLE, em 1980. MARCOS, que após o assalto a LA TABLADA refugiou-se no BRASIL, mantém estreitos vínculos com organizações ideológicas atuantes no interior do Partido dos Trabalhadores (PT) e é amasiado com CÉLIA PEREIRA NUNES, brasileira, também participante da ação de 23 Jan 89, e irmã de ALDIRA PEREIRA NUNES, que morreu enfrentando tropas do Exército argentino.

Nesse contexto, ganham consistência as conjecturas formuladas acerca das origens da BCG e de suas ligações com o episódio LA TABLADA, as quais se revelam, ademais, preocupantes à medida que se julga entrever em sua pretérita trajetória pontos de afinidade com organizações ideológicas brasileiras ou mesmo o trânsito de seus supostos integrantes pelo BRASIL.

* * *

Documento elaborado em 13 JUL 90

[illegible]

Nº. DOCUMENTO
TITULO Texto de jornal de empresas brasileiras ... no exterior
PROC Banco Brasil 20362
F 11-7-90
VI CHILE 65709
F Eco. 11161 30044

INUR Nº 479.21/240790

CHILE

- Venda de ações de empresas nacionais no exterior

O Banco Central do Chile (BCC) aprovou, recentemente, o Capítulo XXVI do Compêndio de Normas sobre Câmbios Internacionais, que se constitui num mecanismo adicional para a incorporação de investimentos estrangeiros no país, abrindo perspectivas para o financiamento de projetos de empresas chilenas de grande porte.

As novas normas autorizam as empresas chilenas, que cumprirem determinadas condições, a venderem ações através de Bolsas de Valores no exterior, outorgando aos investidores acesso ao mercado cambiário formal para transferência dos eventuais lucros que perceberem, tanto por conceito de dividendos quanto pela revenda de suas ações. Inicialmente, será admitida apenas a participação no mercado primário de ações, o qual implica na entrada de recursos novos para as empresas.

O sistema operará através da cotização da Bolsa de Valores de NEW YORK de títulos equivalentes às ações das empresas chilenas. Tais títulos, denominados "American Depositary Receipts" (ADR), serão emitidos por um banco norte-americano e poderão ser adquiridos e negociados por residentes no exterior através de bolsas estrangeiras.

Nesse contexto, o BCC aprovou uma solicitação da "Compañia de Teléfonos de Chile" (CTC), para emissão e colocação de ações da empresa no exterior num montante correspondente a US$ 90 milhões. Essa emissão já foi assegurada pela "Interamericana Compañia de Seguros Generales S/A", que emitiu apólice amparando os possuidores de ações contra eventuais riscos.

Espera-se que, em 23 Jul, os ADR's correspondentes já estejam inscritos na Bolsa de Valores de NEW YORK, para que possam começar a ser negociados em 30 Jul próximo, segundo informações da CTC.

Outras empresas chilenas - MADECO, CARTONES, ENDESA, SOQUIMICH e CAP - aguardam autorização do BCC para colocação, inicialmente, de 10% de suas ações no mercado secundário norte-americano, utilizando-se, também, do sistema ADR. Tal autorização fica pendente de uma avaliação pelo banco, da completa operação de venda a ser efetuada pela CTC. A negociação de ações no mercado secundário tem o propósito de tornar as empresas conhecidas no mercado internacional e permitir com maior segurança, uma posterior ampliação de capital mediante subscrição de novas ações a serem comercializadas no mercado primário.

A colocação de ações no exterior pelo sistema ADR reveste-se de importância para o país no seu propósito de abertura econômica aos capitais estrangeiros, à proporção que abre acesso às empresas chilenas a uma das principais fontes de financiamento existentes atualmente no mundo, caracterizada pelos fundos de pensão e pelas companhias de seguros. Ressalte-se que, em 1987 e 1988, os fundos de pensão norte-americanos receberam fluxos de capitais da ordem de US$ 275 e 260 bilhões, respectivamente. Ademais, segundo autoridades do BCC, esses fundos estão interessados em ampliar suas carteiras de investimento com a compra de títulos de empresas estrangeiras.

9014423X

- Ameaças terroristas ao livre funcionamento das instituições políticas

Causaram forte impacto na Câmara de Deputados e no Senado chilenos as cartas contendo ameaças explícitas a representantes do Poder Legislativo enviadas nos últimos dias, supostamente, pelo "Movimiento de Acción Popular Unificado - Lautaro" (MAPU/Lautaro), onde os legisladores são acusados de "atuar contra o interesse popular" e advertidos de que estão sendo "observados" pela organização.

O MAPU/Lautaro é uma organização de inspiração marxista-leninista atuante no CHILE desde 1983, cuja ação veio a lume em Mai 89, após haver realizado na clandestinidade uma conferência nacional em que decidiu ingressar na luta armada, formando, na prática, frente com o "Movimiento de Izquierda Revolucionária/Político Militar" (MIR/PM) e a "Frente Patriótico Manuel Rodríguez/La Fracción" (FPMR-F), de pregressa atuação terrorista.

O MAPU-Lautaro, todavia, cedo se destacou dos demais grupos armados de esquerda pelo sua constituição atípica - calcada no recrutamento de jovens procedentes do "lumpemproletariado" residente nos arrabaldes de SANTIAGO e VALPARAÍSO - e no seu original "modus operandi", que inclui, além da "expropriação" de armas de carabineiros e assaltos a bancos, o roubo de eletrodomésticos em lojas de departamentos e habituais assaltos a vídeo-locadoras. Tal comportamento, "sui generis" para uma organização revolucionária, tem dificultado o seu enlace tático com outros grupos de esquerda atuantes no país.

Em que pese a possibilidade da autoria das cartas aos Deputados haverem sido falsamente imputadas ao MAPU/Lautaro, posto que ora abundam no CHILE grupos ditos de direita, interessados em provocar a adoção de medidas restritivas e num retrocesso político, tais ações revelam o caráter preocupante dos níveis que vem atingindo a violência política no CHILE após a assunção de PATRÍCIO AYLWIN.

Com efeito, longe de fazer silenciar as armas o congraçamento do povo com as urnas - tanto no plebiscito quanto na posterior eleição presidencial - acabou produzindo condições para o recrudescimento do terrorismo. As organizações de esquerda revolucionária mantêm-se em armas sob o pretexto de contribuir para combater a indesejável influência tutelar que PINOCHET mantém sobre o país, posto que legalmente comandará o Exército até 1997. Enquanto isso, as organizações clandestinas situadas à direita no espectro político recusam-se a ensarilhar armas por temor de um retrocesso aos padrões anteriores ao pronunciamento militar de 11 Set 73.

Em conseqüência, vive o CHILE hoje a situação de refém de posições extremistas que se digladiam em nome das instituições democráticas e do povo, sendo estes, exatamente, as duas principais vítimas do conflito interno cujo termo não se divisa a curto e médio prazos.

Documento elaborado em 11 JUL 90

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO: Atuais Relações com o Leste Europeu y Cuba.
F... Sec. Brasil. (20362)
F...
VI... 26/7/90.
Vaticano (Italia 20108)

INUR Nº 517.221/030890 01/04

VATICANO

Atuais relações com o Leste Europeu e CUBA.

(26 Jul 90)

A aproximação do VATICANO com os países do Leste Europeu começou após o Concílio Vaticano II (1962-1964), quando o atual Cardeal Secretário de Estado, AGOSTINO CASAROLI, pôs em ação a "östpolitik vaticana" (política para o Leste Europeu). Tendo colaborado com quatro papas, o Monsenhor CASAROLI pode agora ver os resultados de suas constantes visitas a países comunistas, quando ele nem sempre era bem recebido e seus esforços mal vistos.

Com a ascensão de KAROL WOJTYLA, oriundo da POLÔNIA, ao Pontificado em 1978, com o nome de JOÃO PAULO II, as relações da SANTA SÉ com os países do Leste Europeu tomaram novos rumos. Tendo experimentado a difícil vida religiosa num país profes samente ateu, o Papa acumulara a sabedoria necessária para orientar a Igreja Católica justamente no momento em que sua divisão entre conservadores e progressistas configurava a maior ameaça para a Instituição. Aos poucos e com paciência, o Sumo Pontífice começou a pôr em prática uma estratégia de revalorização da doutrina ortodoxa, espiritual, da Igreja, seguida de uma série de esforços para neutralizar o crescente trabalho dos Teólogos da Libertação, que agiam a partir da AMÉRICA LATINA e apoio de países do Primeiro Mundo.

Nesse sentido, a atuação de JOAO PAULO II parecia paradoxal. No Leste Europeu, ele era visto como um conservador extremado, e sua notória influência junto ao povo de seu país de origem - a POLÔNIA - criou o receio de que um reavivamento religioso surgiria em todo o Bloco socialista, a partir da ação do Sumo Pontífice. É nesse contexto que se insere o atentado sofrido por Sua Santidade, já que pairam suspeitas de envolvimento da URSS e BÚLGÁRIA no episódio. Tal violência, porém, não arrefeceu o trabalho do Papa, inclusive sua atuação política em assuntos internos da POLÔNIA. Por outro lado, o ideário dos Teólogos da Libertação latino-americanos inclui a adoção de teses marxistas, o que causa espanto ao Papa e revolta a seus auxiliares da Cúria Romana. Afinal, a proposta libertária, oferecida pelos teólogos progressistas, se aproxima demais dos postulados comunistas combatidos por ROMA.

01 04

9004424

Evidentemente, a grave situação sócio-econômica e política da AMÉRICA LATINA tem criado um quadro favorável à exploração ideológica por elementos extremistas, que pretendem modificar o "status quo" através da violência política. Na região, guerrilheiros e sacerdotes têm-se unido para lutar contra o que entendiam ser o inimigo comum — "o imperialismo norte-americano" — que é visto por eles como a causa de dificuldades regionais. No interim, a cúpula da Igreja Católica latino-americana havia legitimado diversas propostas progressistas, entre as quais se salientam a "Opção Preferencial pelos Pobres" e a criação das "Comunidades Eclesiais de Base". Assim, a imagem da Igreja começava a ser modificada.

Durante toda a década de 80, JOÃO PAULO II agiu em favor do restabelecimento da ortodoxia católica, impondo o pensamento oficial da Cúria Romana como regra de comportamento eclesiástico e teológico. Normalmente, porém, os Teólogos da Libertação têm emprestado uma nova interpretação às palavras do Papa e dado uma versão extremista à própria Doutrina Social da Igreja.

Essa situação deixou JOÃO PAULO II entre duas posições antagônicas: assumindo um papel mais político, com relação ao Leste Europeu, o Papa pretendia combater o materialismo dialético embutido no marxismo; e, na AMÉRICA LATINA, com base na sua autoridade eclesiástica, começou a lutar contra a adoção de teses marxistas pelos teólogos. Num primeiro momento, parecia que a cisão seria inevitável, pois os progressistas católicos formam um segmento de grande expressão na Igreja latino-americana. Além disso, há o permanente apoio — inclusive financeiro — das Igrejas da EUROPA, EUA e CANADÁ, que vêem no ideário de Teologia da Libertação um reavivamento para suas dioceses e que então passaram a atuar a partir de uma visão antropocêntrica (o homem como o objeto da religião) e tentam, com esse desiderato, reconquistar as amplas fileiras de católicos nominais que não mais freqüentam a Igreja, por discordarem de sua orientação sobre aborto, homossexualidade, controle da natalidade etc.

Com as mudanças em andamento no Leste Europeu, o cenário mundial se modificou e seus reflexos incidem, também, de maneira marcante, na religião. No início do processo de reformas do Presidente soviético — a "Perestroika" —, GORBACHEV convidou dignitários religiosos para visitar a URSS e, entre esses, os Teó

logos da Libertação latino-americanos e a cúpula da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ao retornarem, Frei LEONARDO BOFF e Frei BETTO fizeram a apologia do comunismo como sendo o estabelecimento do Reino de Deus na terra, sustentanto que a justiça social existente no Leste Europeu deveria servir de modelo para a AMÉRICA LATINA e que a santidade só era possível em regimes semelhantes àqueles dos países da chamada Cortina de Ferro, posto que, ali, "era impossível pecar".

Mas as mudanças em andamento na URSS e demais Estados socialistas europeus não resultaram em atender às expectativas dos Teólogos da Libertação latino-americanos. Pelo contrário, vieram a lume graves denúncias sobre o "modus vivendi" imposto pelo socialismo, criando uma onda de perplexidade entre os teólogos progressistas e em toda a esquerda da AMÉRICA LATINA. Além disso, a derrocada do regime sandinista, com as eleições livres realizadas na NICARÁGUA, e a crítica situação de FIDEL CASTRO — um adversário das reformas de GORBACHEV e último ditador das AMÉRICAS — também tornam a atuação dos teólogos muito desconfortável.

O VATICANO tem acompanhado esse cenário e pretende ocupar todos os espaços possíveis — no Leste Europeu e na AMÉRICA LATINA. No tocante aos países socialistas, a SANTA SÉ tem obtido várias vitórias diplomáticas, à medida que vão sendo oficializadas as relações com a POLÔNIA, TCHECOSLOVÁQUIA e HUNGRIA. Além disso, o diálogo entre VATICANO e MOSCOU encontra-se em bom nível, porque, na realidade, as mudanças em andamento no Leste Europeu resultaram no reconhecimento claro da importância do papel da SANTA SÉ nas relações internacionais.

Com relação a CUBA, a situação da SANTA SÉ é bastante confortável. É verdade que, desde 1975, FIDEL CASTRO vem modificando o relacionamento do regime com a Igreja, tendo mesmo iniciado um processo de abertura no campo religioso. No entanto, por estar cônscio de que qualquer investida marxista na AMÉRICA LATINA deveria contar, necessariamente, com o apoio de amplo segmento católico, o dirigente cubano, na realidade, desejava uma aproximação, a mais abrangente possível, com os Teólogos da libertação, para usá-los em favor da causa comunista. Politicamente, tentou, várias vezes, que o Papa realizasse uma visita à Ilha e, hoje, espera, anciosamente, que esse evento possa ocorrer em 1991, pois o Governo cubano atravessa uma crítica situação, nos âmbitos

9004424

interno e externo, e CASTRO pretenderia colher alguns dividendos políticos com a presença de JOÃO PAULO II no país. O VATICANO, porém, está bem apercebido da estratégia castrista e tem lidado com o assunto segundo os interesses da Igreja, máxime visando a cercear a instrumentação da religião católica com fins ideológicos.

Aproveitando-se, portanto, desse quadro favorável, o VATICANO começou a agir com maior firmeza contra os Teólogos da Libertação e seu "modus agendi", que ameaça a unidade da Igreja Católica. No passado recente, tomou várias medidas contra os teólogos e o Clero Progressista, como um todo; dividiu a diocese de São Paulo, pelo seu comprometimento com as teses avançadas; e emitiu documentos condenando os vezos teológicos. Uma das ações mais fortes da Cúria Romana foi o fechamento de seminários e a imposição de penas aos teólogos mais radicais, seja através do "silêncio obsequioso", seja pela proibição de que eles exerçam o magistério nas escolas e universidades católicas. A última ação da SANTA SÉ, nesse sentido, foi o documento "Instrução sobre a vocação eclesial do teólogo", divulgado em 26 JUN 90, o qual, em síntese, fixa os limites do trabalho dos teólogos, submetendo-os, hierarquicamente, à autoridade dos Bispos, e procura cercear a dissidência e o surgimento do "magistério paralelo".

* * *

Documento elaborado em 26/07/90

Nº. DOCUMENTO
TITULO Conjuntura actual Perspectivas
25-7-90
Serviço Inf. 2332
PERU 66017
T Pol 11164 30044

INUR Nº 518.21/030890 01/07

P E R U

Conjuntura atual. Perspectivas.

(25 Jul 90)

A realidade peruana pontifica-se como uma das mais caóticas da AMÉRICA LATINA, decorrente das imensas distorções e vulnerabilidades sócio-econômicas, que, por sua vez, são propícias ao incremento do narcotráfico e terrorismo.

As variáveis econômicas são indicadores da real situação de crise que vive o país. O PIB, "per capita", apresentou resultados negativos nos dois últimos anos (-10,7% e -12,4%), números que se destacam por serem os mais baixos da AMÉRICA LATINA e do CARIBE.

Como conseqüência, o contingente de desempregados aumentou substancialmente, provocando o aquecimento da economia informal, estrato predominante na pirâmide da população em idade economicamente ativa.

Para 1990 - devido aos resultados negativos apresentados pelos setores manufatureiro, piscicultor, agropecuário e da construção civil, ao longo do primeiro semestre - as projeções também são pessimistas, a indicarem um crescimento acumulado negativo do PIB em 7%, segundo o "Banco Central de Reservas" (BCR).

Outro aspecto preocupante diz respeito ao déficit fiscal. Cabe destacar que a arrecadação tributária perfaz atualmente apenas 3,5% do PIB, a apresentar o mais baixo coeficiente dos últimos 25 anos. Isso se deve, basicamente, à política fiscal adotada pelo Governo ALÁN GARCÍA, do Partido Aprista Peruano (PAP), praticamente a excluir de taxações as exportações e os preços dos bens e serviços públicos.

Em uma conjugação de causa e efeito, o déficit fiscal somado à política monetária adotada pelo governo, caracterizada por volumosas emissões para cobrir o déficit das estatais e propiciar o subsídio das tarifas públicas, impulsionaram a "pressão" inflacionária. Segundo indicadores oficiais, o índice do mês de Jun 90, que se manteve em níveis crescentes, foi de 42,6%, a indicar a anualização de 2.296,4%.

Acompanhando essa crescente espiral inflacionária, o dólar vem sendo cotado a taxas igualmente recordes. Nesse sentido, cabe salientar que a economia peruana encontra-se altamente dolarizada, conseqüência de um somatório de fatores econômicos negativos e de uma política cambial irreal.

Paralelamente, em um processo iniciado com a tentativa aprista de estatizar os bancos, o sistema financeiro formal

PARTES POCO LEGIBLE 01-07 9004425 X

encontra-se desmantelado, ensejando-se um similar informal, responsável por mais da metade das operações financeiras globais, fato justificado mais recentemente pela desmoralização da poupança em moeda nacional e pela especulação cambial.

Um outro indicador negativo é o baixo nível das reservas monetárias internacionais, provocado pelo artificialismo do aquecimento da demanda interna aprista. Segundo dados oficiais, FUJIMORI disporá de valores próximos a US$ 900 milhões. Contudo, ao se considerar compromissos imediatos, de caráter inadiável, inexistem reservas internacionais.

Contribui para esse quadro desfavorável o peso da dívida externa do país, de aproximadamente US$ 19 bilhões, cujos serviços são incompatíveis à capacidade econômico-produtiva do PERU. Deste total, US$ 6 bilhões referem-se a compromissos vencidos e US$ 1,8 bilhão a obrigações vincendas com o FMI, BID e BIRD.

Além disso, o país vive a mais grave seca das últimas três décadas. Fato que, primeiramente, comprometeu as produções agrícolas e agropecuárias e, posteriormente, o abastecimento hídrico e os serviços elétricos, estes últimos já afetados pela ação insurgente. Em conseqüência, o desabastecimento de gêneros alimentícios passou a afetar as grandes cidades, a ser sentido de maneira mais acentuada em função do grande êxodo campesino verificado nos últimos anos.

Cabe destacar que, paralelamente ao desabastecimento de gêneros alimentícios, há ainda o de combustíveis, distantes do consumidor por ação do fornecedor, que, ao julgar o preço defasado, agiu no sentido de inviabilizar a oferta, em uma tentativa de incrementar o preço do produto.

Às dificuldades econômicas somam-se as derivadas do narcotráfico e da atuação de organizações guerrilheiras, a destacar o "Partido Comunista del Perú - Sendero Luminoso" (PCP-SL) e o "Movimiento Revolucionario Túpac Amaru" (MRTA). Essa situação agravou-se a partir de 1988, quando ficou caracterizada a aliança tática entre os narcotraficantes e senderistas, que passaram a desenvolver ações articuladas no Vale do Alto Huallaga, região de maior produção da folha de coca do mundo, localizada em [illegible] Selva Central peruana.

Desde então, as forças guerrilheiras do SL passaram a atuar com o emprego de pesado e sofisticado armamento, fornecido pelos narcotraficantes, conformando o binômio identificado como "narcoterrorismo".

Respaldado por "narcodólares", a possibilitar o fortalecimento de sua estrutura logística, em diversos níveis, os senderistas recrudesceram ofensivas nas mais diferentes regiões do país, obtendo sucessivos êxitos, que assinalavam o seu alto grau de operacionalidade.

Dentro de uma concepção de "terra arrasada", o grupo sedicioso passou a intensificar suas investidas contra tudo aquilo que entendesse representar valores da sociedade capitalista peruana, mediante atos de sabotagens, "assassinatos seletivos", massacre de camponeses considerados delatores e choques diretos com as forças de segurança.

PARTES POCO LEGIBLE

Como resposta, os militares peruanos passaram a desenvolver ações mais dinâmicas de enfrentamento ao "narcoterrorismo". Todavia, em face da indisponibilidade de meios, optaram por uma concentração de forças no Alto Huallaga, inclusive com o apoio da "Drug Enforcement Agency" (DEA), que estabeleceu uma base na região, a qual, em duas oportunidades, foi palco de enfrentamentos com os senderistas, apoiados por narcotraficantes.

A forte reação policial-militar provocou a retração do SL na Selva Central, onde, contudo, continua exercendo forte influência político-militar. Por outro lado, demonstrando seu poder de mobilidade, o "partido" acentuou suas atividades na Cordilheira dos Andes e priorizou as incursões sobre LIMA.

Quanto ao último pleito nacional, realizado em Abr 90, os atos senderistas não tiveram a intensidade suficiente para abalá-lo. Isso decorreu tanto de um eficiente trabalho de desinformação dos Serviços de Inteligência peruanos como também do desprendimento do eleitorado de comparecer às urnas, desafiando as ameaças senderistas. Afora isso, o controle sobre a população, nesse caso, tornou-se mais difícil aos guerrilheiros, que tiveram de enfrentar maciça concentração das forças de segurança em LIMA e nas províncias mais importantes.

A quase plena normalidade das eleições presidenciais, associada a defecções e ao desmantelamento de um aparelho de uma organização de frente senderista, em LIMA, conduziu o governo a alardear o malogro da guerrilha e a prognosticar para breve sua derrota definitiva.

Entretanto, não existem, na realidade, indicadores do declínio substantivo da organização. Ao contrário, ao longo dos anos se desconhece qualquer derrota significativa, a comprometer sua estrutura organizacional, de modo a reduzir sua eficiência. Afora isso, após o período de latência, em termos de atos ostensivos, os senderistas vêm desencadeado investidas em várias regiões, a destacar o "justiçamento" de 46 pessoas em povoados do interior do país, o de dois militantes do "Cambio 90" e a destruição de diversas torres de retransmissão de energia elétrica. Ao mesmo tempo, o sendero está executando persistente trabalho de massa e doutrinação ideológica na periferia limenha.

É necessário assinalar, ainda, que o SL tem presença marcante no Departamento de UCAYALI, limítrofe ao BRASIL. Ali, mais especificamente na Capital PUCALPA, conforma-se um quadro de extrema violência, reflexo da luta do SL com o MRTA, em busca do controle de áreas onde é intenso o narcotráfico. Todavia, a selva amazônica peruana não é área prioritária da guerrilha, sobretudo por facilitar a repressão, em virtude da rarefeita distribuição demográfica e do fácil acesso de helicópteros de guerra.

A respeito do MRTA, este tem desenvolvido estratégias e táticas diferenciadas do SL. Ao contrário deste, repudia os atentados indiscriminados, principalmente de camponeses, e busca conferir sensacionalismo às suas ações, através da "propaganda pela ação".

Seguidor do modelo "castrista", dedica especial atenção ao trabalho de massas e atua em colunas guerilheiras regularmente uniformizadas, como se representassem um verdadeiro exército popular.

9001425

PARTES POCO LEGIBLE

A ineficiente compartimentação e o emprego de tropas agrupadas, facilmente identificadas, mais o "idealismo romântico", findaram por conduzir o MRTA a sucessivas derrotas ante às forças oficiais e ao próprio SL. O caráter "ético" de sua filosofia e prática revolucionária fizeram com que perdesse o apoio dos camponeses dedicados ao cultivo ilegal da folha de coca.

Em Jan 90, o assassinato do ex-Ministro de Defesa ENRIQUE LOPEZ ALBUJAR parecia indicar um desvio da linha de procedimento do MRTA, pois o crime foi praticado de forma premeditada e seletiva. No entanto, o fato apenas correspondeu a uma exceção à regra.

No momento, o grande feito da organização foi a fuga de diversos de seus militantes, a incluir VITOR POLAY CAMPOS, um dos principais líderes tupacamaristas, de um presídio de segurança máxima, o que significou vasto espaço propagandístico, além de desgastar mais ainda o Governo ALÁN GARCÍA.

Quanto ao narcotráfico, a tendência é expandir-se no território peruano, onde cresce o número de bases, laboratórios e postos de comercialização da pasta básica da coca. Contribui para isso a existência de terras férteis para a cultura "cocaleira", a concentração do esforço policial-militar no combate à subversão, o emprego de largo contingente populacional na lavoura da coca e a vizinhança com a COLÔMBIA. Afora esses aspectos objetivos, é notório que o Governo ALÁN GARCÍA não teve vontade política nem disponibilidade financeira para impulsionar decidida ofensiva contra o narcotráfico. O primeiro aspecto é justificado ao se considerar que os "narcodólares" são o fator de maior peso da economia informal peruana, responsável pela sobrevivência de mais da metade da população.

Além disso, a solução militarista para o problema, mediante a erradicação das plantações de coca, sem o apoio financeiro para a substituição por outros gêneros alimentícios rentáveis, resultaria no agravamento da já drástica situação social, a corresponder, por via de conseqüência, no fortalecimento dos movimentos guerrilheiros. Particularmente na Serra Central, a extinção violenta do cultivo da coca deixaria dezenas de milhares de desempregados, a propiciar condições para a atuação senderista, muito influente na região.

Essa turbulenta conjuntura tem provocado, ao longo dos últimos dois anos, rumores constantes sobre a possibilidade de golpe militar. De fato, o clima nos quartéis esteve tenso em diversas ocasiões, em virtude da insatisfação dos militares com os rumos do Governo ALÁN GARCÍA, em especial, no que se confere ao combate à subversão. As Forças Armadas, na verdade, foram seriamente prejudicadas pela política anti-subversiva do Governo aprista, porquanto, embora com a atribuição de enfrentar a guerrilha e o narcotráfico, não tiveram respaldo político nem financeiro para o cumprimento da missão.

Ademais, os meios castrenses são mal remunerados, o que provoca reais descontentamentos nos vários escalões hierárquicos, inclusive na oficialidade. A má remuneração tem, no âmbito policial, originado manifestações de protestos, às vezes materializadas por greves, havendo algumas sido energicamente reprimidas pelo Exército.

9004425

PARTES POCO LEGIBLE

Todavia, apesar dessa gama de fatores a induzir a perspectiva de golpe, tal alternativa revelou-se inviável, porquanto não dispunha de respaldo popular nem político. Ademais, os próprios militares não se inclinam a essa aventura, pois se sentem desgastados pelo período de ditadura militar e têm consciência que levariam o país à guerra civil.

Recentemente, quando da eleição de FUJIMORI, as especulações golpistas voltaram intensivamente à tona. Isso foi decorrente da reconhecida inclinação da oficialidade pela candidatura VARGAS LLOSA, em função, principalmente, de seu projeto de combate ao "narcoterrorismo" e, ao mesmo tempo, no descrédito na capacidade do presidente eleito de fazer frente aos antagonismos nacionais.

A complexidade e as disfunções que marcam a realidade peruana são acentuadas pelas indefinições no campo político-partidário. Nesse aspecto, os problemas fundamentais estão relacionados às expectativas em torno da linha de ação a ser adotada pelo futuro presidente, que, em última análise, orientarão as composições político-partidárias.

Logo após a definição do pleito presidencial, manifestava-se a clara tendência de que o futuro governo seria formado a partir de uma composição entre o vitorioso "Cambio 90", o "Partido Aprista Peruano" (PAP), a "Izquierda Unida" (IU) e a "Izquierda Socialista" (IS), forças que atuaram integradas no segundo turno eleitoral em oposição a MÁRIO VARGAS LLOSA.

Contudo, paulatinamente, FUJIMORI passou a deixar patenteado o desprendimento de pôr em prática um programa de ajuste econômico, fundamentado em modelos ortodoxos. Além disso, a nível externo, o presidente eleito enfatizou a intenção em reatar com a comunidade financeira internacional, rever a questão da dívida externa e atrair investimentos multilaterais. É oportuno destacar que faz parte dos planos do presidente eleito atrair investimentos japoneses voltados para a mineração, siderurgia, petroquímica e pesca, a viabilizar o incremento produtivo interno e, em contrapartida, oferecer ao JAPÃO a ponte necessária para concorrer com mais agressividade nos mercados norte-americano, canadense, mexicano e chileno. Essa nova linha de ação está causando ressentimentos nos partidos que o apoiaram no segundo turno, os quais reclamam o desvirtuamento da proposta defendida em campanha e já se manifestaram condicionando um possível apoio parlamentar à manutenção do anteriormente proposto.

Desse modo, o futuro Presidente peruano deverá iniciar o seu governo respaldado por significativa parcela da conservadora FREDEMO, dissidentes apristas e parcelas minoritárias da IU e da IS.

*

Como forma de viabilizar o apoio congressual, FUJIMORI vem anunciando uma equipe governamental eminentemente técnica, composta por várias facções ideológicas. Com isso, espera atenuar resistências políticas a seu programa de governo e dar substância ao início da gestão administrativa.

PARTES POCO LEGIBLE

Com base nos fatos expostos, são permissíveis as seguintes conclusões e avaliações prospectivas:

- o futuro Governo peruano, apesar da retórica populista de campanha, deverá incrementar rigoroso e ortodoxo programa de ajustes econômicos, de vez que é a única alternativa viável para superar a crise, cujas dimensões podem conduzir o país ao caos;

- a carência de investimentos determinará substanciais esforços do novo governo no sentido de reatar as relações com os credores internacionais e buscar novos empréstimos em condições facilitadas. Todavia, a curto prazo, dificilmente o PERU obterá êxito em tal intento, porquanto a reorganização da economia doméstica demandará um prazo bastante significativo;

- o terrorismo, particularmente o praticado pelo SL, persistirá como fator de alto potencial desestabilizador, a desafiar o Estado, criando empecilhos para a retomada da confiança do investidor estrangeiro e obstaculizando a normalidade democrática;

- simultaneamente, o narcotráfico tende a recrudescer suas atividades, sobretudo caso se mantenham os níveis de repressão na COLÔMBIA;

- nesse contexto, a região da selva amazônica peruana, nas fronteiras com o BRASIL, poderá ser explorada com maior intensidade pelos narcotraficantes, como alternativa à área do ALTO HUALLAGA, hoje assediada pelas forças de segurança;

- por outro lado, os senderistas dificilmente buscarão as faixas de fronteira com o BRASIL, nem para o estabelecimento de bases operacionais nem como "santuário", porquanto as condições objetivas e a falta de identificação cultural com a população brasileira são obstáculos à atuação na área;

- as Forças Armadas, apesar das insatisfações pelo desprestígio, baixos salários e das preocupações com o futuro nacional somente tentarão um golpe-de-estado caso se verifiquem convulsões sociais incontroladas pela polícia, ou se o SL ingressar na fase de "ofensiva estratégica", a colocar em risco o poder constituído; e

- em termos político-partidários, o governo deverá contar, em princípio, com o respaldo das agremiações conservadoras e dos moderados de esquerda. Isso provocará a reação dos segmentos esquerdistas extremados que farão forte contestação ao governo.

Em síntese, a drástica situação peruana não é passível de solução a curto e médio prazos. As expectativas de melhoras centram-se na capacidade de FUJIMORI conseguir aglutinar as forças políticas e os diversos segmentos sociais em torno de um programa sócio-econômico realista. Transparece que isso, porém, não será tarefa fácil.

* *

No que concerne especificamente aos atos relativos à

posse de FUJIMORI, os indicadores apontam para uma gigantesca concentração de tropas policiais e militares em LIMA. Dessa forma, a exemplo de acontecimentos anteriores de idêntica magnitude, o Estado deverá prover solenidades e a sociedade de um modo geral da necessária segurança. Exceto através de "ações suicidas", que não são parte da tática da guerrilha, dificilmente ocorrerão atentados a prejudicar a transmissão de posse.

* * *

Documento elaborado em 25/07/90

Conjuntura cómica) perspectivas
Embaixada Brasil 20362
24-7-90
CHILE 65709
T 121 11164 5 0044

INUR Nº 523.21/030890

01/06

C H I L E

Conjuntura atual e perspectivas

(24 Jul 90)

A atualidade chilena é marcada pela posse do um governo civil, empossado em 11 Mar 90, o que caracteriza o início da transição política no país, após dezesseis anos sob o regime militar. Tal fato traz para o país novas perspectivas, notadamente sob o aspecto político-social, onde residem questões fundamentais a demandar soluções necessárias à consolidação da normalidade democrática.

O novo governo é composto por uma frente que reúne dezesseis partidos políticos, de diversas tendências ideológicas, liderados pelo Partido Democrata Cristão (PDC), cujo expoente é o próprio Presidente da República, PATRICIO AYLWIN DE AZOCAR. Essa heterogeneidade ideológica resulta em dificuldades para o governo na condução de sua política, derivadas de pressões por parte dos diversos agrupamentos da coligação. Os partidos mais à esquerda exigem reformas imediatas para a solução dos graves problemas sociais, revisão das leis herdadas do regime militar e apuração dos "crimes políticos" praticados durante sua vigência. As demais agremiações, com destaque para o PDC - de maior representatividade no Parlamento - defendem a necessidade de compatibilizar a solução dessas questões com o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo anterior, calcado em princípios neoliberais, e que logrou colocar o país em posição de destaque no cenário regional.

A esse quadro de dificuldades, acrescentam-se a atuação dos partidos de oposição - Renovação Nacional (RN) e União Democrática e Independente (UDI) - além de setores registrados de tendência conservadora, os quais deram sustentação política ao regime militar. A tais organizações não convém a apuração das práticas delituosas ocorridas durante aquele regime, pela possibilidade de virem a ser consideradas corresponsáveis. Dessa forma, procuram questionar as investidas governamentais, tanto na apuração de delitos, quanto na revisão das leis de Segurança do Estado, criando óbices à aprovação de projetos do Executivo, direcionados a tal fim.

Sob esse clima de pressões, o Governo AYLWIN instituiu, em 25 Abr, a chamada Comissão de Verdade e Reconciliação (CVR), para, num prazo de seis a nove meses, apresentar informe consolidado quanto aos crimes contra os direitos humanos" ou "crimes políticos", praticados de 73 a Mar 90. A apuração desses "crimes" constitui-se, sob a ótica governamental, de fundamental importância para o alcance da reconciliação nacional.

9004426

PARTES ILEGIBLE

De imediato, a criação da CVR encontrou forte rejeição do Exército - cujo Comandante-em-Chefe, General AUGUSTO PINOCHET, tem prerrogativas constitucionais de continuar no cargo até 1993 - dos partidos de oposição e de outros segmentos ligados ao antigo regime. A situação tem criado constrangimento entre o poder civil e o estamento militar, sobretudo o Exército, que vislumbra na atuação da referida comissão a possibilidade de tentativa de imputar como crime as ações anti-subversivas, consideradas, pelos seus responsáveis, como um processo legítimo, de defesa da segurança nacional, conduzido de forma a assegurar as bases da tranquilidade hoje estabelecida. Além disso, tanto os militares como seus antigos aliados declaram temer que a CVR abra, indiretamente, espaço para atos de vingança por parte da extrema-esquerda, perguntando diversos nomes possivelmente envolvidos na repressão durante o Governo PINOCHET estão sendo expostos, através de amplo, e por vezes sensacionalísticos, noticiários de imprensa.

Todavia, a recente descoberta de um cemitério clandestino em PISÁGUA, no qual foram encontrados corpos de pessoas detidas ou desaparecidas durante o regime militar, deu novo curso às discussões e reforçou as pressões sobre o governo para prosseguir na apuração dos "crimes".

Com o acontecimento, que confere caráter de irreversibilidade à ação da CVR, o próprio Exército tornou pública a sua versão acerca dos atos praticados e que hoje não contam com a aceitação pela sociedade. A organização, na pessoa do General PINOCHET, considera que o CHILE viveu nos fins de 1970 uma situação de guerra, a qual demandava ações compatíveis do governo que se instalava, necessárias ao restabelecimento da normalidade política-econômica-institucional do país.

Essa postura do Exército, na opinião de membros do governo, constitui um passo importante na busca do esclarecimento dos fatos. Ressalta-se que as demais organizações militares não se têm oposto ao propósito governamental, conferindo ao Exército uma posição isolada no caso. Ademais, a partir de "PISÁGUA" os próprios partidos de oposição passaram a rever suas posições quanto à apuração dos "crimes políticos", o que se conforma com os propósitos do governo.

Paralelamente, o governo soma esforços para a promoção de modificações nas leis herdadas do regime militar, em particular as leis de segurança do Estado - Lei de Controle de Armas e Lei Antiterror - e as leis trabalhistas. Quanto às primeiras, busca-se um abrandamento no que se refere à tipificação dos crimes e respectivas penas. Em relação às leis trabalhistas, o objetivo é estabelecer melhores condições para os trabalhadores nas eventuais demandas com o setor patronal.

Em ambos os casos, verifica-se a presença de forças contrárias à efetivação das modificações propostas. Os partidos de oposição consideram que o abrandamento das leis de segurança implica na liberação de "criminosos perigosos" e em estímulo a novas ações terroristas. Por sua vez, eventuais modificações nas leis trabalhistas não poderão comprometer a eficiência e a viabilidade do sistema produtivo. Com isso, as propostas vêm sendo amplamente discutidas no Congresso.

9004426

PARTES ILEGIBLE

No aspecto psicossocial, a situação vigente no CHILE apresenta-se bastante complexa, o que é resultante, em parte, de disfunções do modelo econômico do país, tais como o desemprego - atualmente na ordem de 6% e as dificuldades das camadas mais carentes, de certo modo alijadas dos benefícios decorrentes do processo de desenvolvimento produtivo experimentado pelo país.

Simultaneamente, acentua-se a escalada terrorista, materializada por atentados diversos, a incluirem "assassinatos seletivos" e assaltos, reivindicados tanto por grupos de esquerda quanto de direita. Entre os primeiros, destacam-se a "Frente Patriótica Manuel Rodríguez - La Fracción" (FPMR-F) e o "Movimiento de Acción Popular Unificado Lautaro" (MAPU/Lautaro). Em relação à direita, assinala-se a Frente Nacionalista (FN), sobre a qual os dados disponíveis não permitem identificar com clareza sua estrutura organizacional.

A reversão desse quadro constitui um dos grandes desafios do Governo AYLWIN, que busca enfrentá-lo em duas vertentes distintas. No aspecto eminentemente social, empreende esforços para reduzir os desequilíbrios e minorar as carências das camadas desprivilegiadas, mediante um realístico programa de assistência social, que venha a dar maior acesso à educação, à saúde e à habitação. Para tanto, obteve a aprovação de uma nova lei tributária, ampliando de 16 para 18% o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de modo a criar recursos orçamentários destinados a combater a pobreza.

No que concerne ao terrorismo, afora obter o apoio da sociedade, inclusive dos partidos de esquerda, à tomada de medidas enérgicas para debelar a violência política, o governo criou a Direção de Inteligência de Carabineros (DICAR), encarregada de velar pela segurança do Estado.

No campo econômico, mercê do modelo de desenvolvimento adotado, alicerçado na iniciativa privada, nos capitais externos e no comércio internacional, a caracterizar uma economia aberta, o país goza de singular estabilidade, tendo crescido nos últimos cinco anos um crescimento médio de 3%, cerca de 1% em 1989 e que chegou aos 10%. O setor exportador mostra-se cada vez mais responsável por cerca de 33% do PIB, gerando, com os contínuos saldos comerciais, recursos para novos investimentos no país. Os salários reais apresentam tendência de recuperação, sendo esta uma política a ser mantida pelos atuais governantes.

Além do afluxo de recursos através dos saldos comerciais, a economia chilena tem atraído a presença de capitais externos sob diversas modalidades, sendo as mais recentes as caracterizadas pelos empréstimos voluntários - a envolver negociações diretas entre um grupo financeiro privado do exterior e uma empresa privada chilena - e pela venda de ações de empresas do CHILE no exterior, através do sistema "American Depositary Receipts" (ADR) - títulos equivalentes às ações das empresas chilenas, emitidas por um banco estrangeiro.

Sob a modalidade de "empréstimos voluntários", foram assinalados recentemente dois contratos, um com banco privado holandês no valor de US$ 10 milhões, destinado à empresa de geração de energia, recentemente privatizada; outro, com o "Kredistanstalt Sur Wiederausban" (KSW), entidade do Governo alemão, no valor de US$ 30 milhões, a ser aplicado pelo Banco do Chile (BC) no financiamento da compra de bens de capital alemães.

PARTES ELEGIBLE

9004426

Quanto à venda de ações no exterior pelo sistema "ADR", a "Compañia de Teléfonos de Chile" (CTC) foi a primeira empresa do país autorizada a subscrever novas ações, num montante equivalente a US$ 90 milhões, a serem comercializadas através da Bolsa de Valores de NOVA IORQUE, já a partir de 30 Jul 90.

Em que pese os resultados favoráveis, existem setores cujo desenvolvimento não apresentam níveis compatíveis com o mercado internacional, no que concerne à qualidade e à competitividade. Nesse contexto, insere-se a Agricultura, em particular a tradicional que, a despeito da conquista da auto-suficiência em alguns produtos, continua a demandar a presença do poder público na solução de questões como endividamento e investimento. Por outro lado, setores como o florestal e o frutícola lograram modernizar-se, apresentando resultados expressivos no comércio exterior. O setor apresenta expectativas bastante favoráveis, com possibilidade de vir a dobrar a produção destinada ao mercado externo nos próximos quatro anos. Todavia, a fruticultura passa por um período de reorganização, haja vista ter crescido desordenadamente.

Em meio a essa conjuntura, a economia chilena passa por um programa de reajuste embasado na prática de juros altos, o qual tem o propósito de reverter o processo inflacionário - iniciado no país a partir de 1989 - como resultado dos excessivos gastos governamentais realizados naquele ano eleitoral - e criar condições mais favoráveis para a renegociação da dívida externa, da ordem de US$ 17 bilhões, previstas para Set 90.

Contudo, a majoração dos impostos, realizada por imperativo de criar disponibilidades de caixa para a execução de programas sociais, contrapõe-se à meta antiinflacionária, porquanto determinou o imediato repasse dos novos encargos do empresariado para o preço final dos produtos. Apesar dessa contratempo e da reação dos setores produtivos, o governo mantém inabalado o encaminhamento de sua política econômica e estima, em bases realistas, o crescimento do PIB na ordem de 3 a 4%.

Quanto à política externa, o Governo AYLWIN vem buscando uma maior aproximação com os diversos países do mundo, dentro do contexto, não só de resgatar o prestígio [illegible] do CHILE, desgastado pelos anos de ditadura militar, como também, e principalmente, visando à ampliação e criação de mercados e captação de novos investimentos. Assim, já nos primeiros dias de governo foram restabelecidas as relações diplomáticas com os países do LESTE EUROPEU, UNIÃO SOVIÉTICA e MÉXICO, as quais haviam sido rompidas por ocasião do golpe militar de 1973.

No que se refere à busca de ampliação das relações comerciais, a equipe de governo tem revelado [illegible] interesse pelos países da EUROPA OCIDENTAL e da Bacia do Pacífico, bem como pelos ESTADOS UNIDOS, por constituírem mercados sólidos e de expressivo potencial. Essa opção vem gerando resultados bastante significativos para o país, haja vista os contratos comerciais e de cooperação econômica-financeira já firmados, bem como as perspectivas de novos negócios.

O êxito que vem sendo alcançado devem-se à nova situação política do país, caracterizada pelo retorno às práticas democráticas, e pela estabilidade de sua economia, cujo traço principal é a abertura ao exterior.

90044-6

PARTES ILEGIBLE

Ainda no contexto do comércio bilateral, o Governo AYLWIN tem procurado solucionar junto aos EUA - seu maior parceiro comercial - as questões impeditivas de um maior [illegible] chilenos em direção àquele país. Desse modo, além da revisão das leis trabalhistas, as quais motivaram a retirada do país [illegible] Geral de Preferências [illegible] (SGP), por entender serem estas desfavoráveis aos trabalhadores, vem sendo reformulada a lei de patentes industriais, onde o governo tem o propósito de realizar modificações que permitam a efetiva proteção dos direitos do inventor, e promovam facilidades a uma maior inserção do país na economia internacional. Ressalte-se que a iniciativa chilena foi bem recebida junto às autoridades norte-americanas, prenunciando um desfecho favorável às suas pretensões ainda em 1990.

Com fundamento nos fatos expostos, é prudente fundamentar as seguintes conclusões e avaliações prospectivas sobre a conjuntura chilena:

- apesar da heterogeneidade ideológica da coalizão situacionista, esta deverá continuar sustentando a política adotada pelo governo, de forma a respaldar suas principais iniciativas. Isto decorre do pragmatismo que norteia as forças no poder, que as levará, independente de efetivação de algumas pressões sobre o Executivo, a fazer as necessárias concessões ideológicas, de modo a assegurar a manutenção das novas conquistas sociais;

- a questão dos direitos humanos, com ênfase na revisão de atos praticados pelo regime militar, continuará gerando fortes polêmicas na sociedade chilena, e provocará áreas de atrito entre o poder civil e militar;

- Entretanto, a moderação e, ao mesmo tempo, a firmeza do Presidente da República, referendado pela [illegible] das correntes políticas, tende a levar o país a uma solução conciliatória, embora sob a reação dos extremos ideológicos;

- a onda de atentados terroristas, por sua vez, tende a ter prosseguimento, porquanto os setores radicais, em variados matizes ideológicos, não admitem a reinserção do país na democracia, em decorrência de concepções distintas, porém fundamentadas na idéia de regimes de força;

- nesse contexto, a iniciativa governamental de destinar recursos à melhoria da ordem pública e da segurança cidadã ganha singular importância, pois cria a expectativa de superar as causas de conflitos sociais espontâneos;

- a sustentação do modelo econômico em vigor, com as necessárias correções de rumo, assegura a confiança dos setores empresariais, ao mesmo tempo em que amplia o apoio da sociedade. Em conseqüência, o CHILE deverá ganhar melhores condições de vir a garantir o desenvolvimento econômico, dentro de um capitalismo moderno; e

- o reingresso do país à normalidade democrática o torna credenciado a maior aproximação com o bloco dos países desenvolvidos, o que propicia oportunidades de diversificação do comércio exterior e, por conseguinte, de solidificar o mercado interno, que se tornou mais atraente aos investimentos internacionais.

Em suma, o processo de transição democrática nos

PARTES ILEGIBLE

vivenciado pelo CHILE, apesar das dificuldades enfrentadas, terá uma rápida consolidação, em virtude da favorável situação econômica e da maturidade política alcançada pela maioria dos agrupamentos partidários e da sociedade de um modo geral. O próprio estamento militar, cujo prestígio e influência são marcantes, deverá acomodar-se à nova realidade, embora sejam esperados alguns outros atritos com o governo, sobretudo da parte do Exército, em virtude da reabertura de casos relativos à violação dos direitos humanos pelo Governo PINOCHET.

* * *

Documento elaborado em 24 JUL 90

9004426

PARTES ILEGIBLE

Nº [illegible]
TIT: Ciclo político-eleitoral.
Sem. Brasil (20362)
26/7/90
Tempo de Este (1169)

INUR Nº 524.21/030890

LESTE EUROPEU

Ciclo político-eleitoral. Conseqüências e perspectivas.

(26 Jul 90)

Nos últimos meses, os países do Leste da EUROPA completaram um ciclo político-eleitoral que se insere num quadro de maior amplitude no contexto internacional, cujo resultado mais aparente é a formação de um novo cenário político regional.

Após mais de quatro décadas de efetivo domínio comunista, seis países realizaram suas primeiras eleições parlamentares num estágio de transição para um sistema democrático — POLÔNIA, ALEMANHA ORIENTAL, HUNGRIA, TCHECO-ESLOVÁQUIA, ROMÊNIA e BULGÁRIA.

A POLÔNIA se configura no conjunto político do Leste, onde cada país tem formas diversificadas de transição para a democracia, como pioneira do novo processo político. Os antecedentes de Gdansk, já em 1981, fizeram aflorar os sentimentos reformistas, os quais foram respaldados, neste percurso, pelo "Sindicato Solidariedade" — verdadeiro precursor das mudanças naquele país.

A virada democrática na política polonesa se evidenciou com a derrota do Partido Operário Unido Polonês (POUP) — ex-Partido Comunista — no plebiscito convocado para dar credibilidade ao plano econômico do governo. O resultado das eleições regionais já atestavam o isolamento do POUP e o fortalecimento do "Sindicato Solidariedade". Atualmente, o país se concentra prioritariamente na solução dos problemas econômicos, básico para a estabilidade do regime, visto que as próximas eleições parlamentares se realizarão em 1991 e as presidenciais em 1995.

Na República Democrática da Alemanha (RDA), as eleições parlamentares de março, que enfatizavam o tema "unificação das Alemanhas", teve como vencedor a União Democrata Cristã (CDU) e significaram um aval à virtual anexação da RDA à ALEMANHA OCIDENTAL, iniciada no mês de julho com a entrada em vigên

9004427

cia do tratado de união monetária econômica e social, além da adoção do marco alemão ocidental como moeda.

O Fórum Democrático Húngaro (FDH), apresentando-se como uma aliança de Centro-Esquerda e que reúne desde populistas até democratas cristãos liberais, foi o vencedor das eleições parlamentares de 8 de Abr e formou uma coalizão de Centro-Direita, liderada pelo Primeiro-Ministro JOZSEF ANTALL. Nestas eleições, os comunistas reformistas, não obstante terem iniciado a transição para a democracia, sufragaram somente 10% dos votos.

Para alcançar este resultado, o FDH conseguiu transformar-se, em curto prazo, de um grupo que defendia o "socialismo de mercado" e marchava ao lado do Partido Socialista, em uma organização conservadora, afinada com a Democracia Cristã Alemã Ocidental, encentando uma verdadeira "jogada de oportunismo político" que lhe valeu a vitória.

Na ROMÊNIA, a Frente de Salvação Nacional (FSN), representando o velho PC, venceu, em 20 Mai, as primeiras eleições livres realizadas no país em 53 anos, após uma campanha eleitoral tumultuada, com a exacerbação do quadro político e as constantes manifestações da oposição anticomunista. A FSN conquistou 68% dos votos contra 6,96% da União Democrática Húngara da Romênia (UDHR) e 5,83% do Partido Liberal Nacional (PLN). Com este resultado, a UDHR, partido da minoria húngara do país, aparece como a principal agremiação oposicionista.

A fácil vitória do antido PC se justifica, principalmente, pelo fato de a FSN representar, aos olhos dos partidários da revolução de TIMISOARA e de BUCARESTE, a legitimidade. Hoje, para a opinião pública, os membros do antigo governo provisório foram os que assumiram a responsabilidade pela deflagração da rebelião que culminou com a queda do ditador CEAUSESCU. Por outro lado, a pregação massiva do Presidente ION ILIESCU, da necessidade de uma reforma gradual para evitar p desemprego, sensibilizou segmentos da população, particularmente os mineiros e os trabalhadores dos estaleiros.

Entretanto, o processo político romeno ainda encontra sérios obstáculos. A oposição está ativa e as recentes repressões policiais e de "mineiros" — uma espécie de elite do país — contra grupos de jovens oposicionistas que ocupavam a Praça

da Universidade, símbolo da ruptura, gerou profundas repercussões internas e internacionais. A atuação dos mineiros a mando do governo foi considerada uma ação paramilitar típica da ditadura comunista deposta em Dez 89. Muitos políticos comparam esses trabalhadores — que recebem, pelo menos, duas vezes mais que o salário médio romeno — à "securitate", a temida polícia política de CEAUSESCU.

No campo externo, os reflexos da situação do país se fizeram sentir imediatamente. Os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) e a Comunidade Econômica Européia (CEE) anunciaram o corte na ajuda econômica à ROMÊNIA.

Na TCHECO-ESLOVÁQUIA, o Fórum Cívico do Presidente VACLAV HAVEL — ex-dissidente convertido em dirigente inspirador da nova democracia — obteve 46% dos votos nas eleições de 10 Jun e disporá de 169 das 300 cadeiras do Parlamento. No entanto, contrariando as expectativas, o Partido Comunista conseguiu 48 cadeiras, superando a União Democrática Cristã (com 40 cadeiras), apontada pelas pesquisas como a segunda força política do país.

Com este resultado, os tcheco-eslovacos renovaram a sua confiança no governo de transição, o qual durante seis meses se dedicou a duas prioridades básicas: organizar eleições livres e iniciar a passagem para a economia de mercado.

Na BULGÁRIA, o Partido Socialista Búlgaro (PSB), ex-Partido Comunista, adotando uma plataforma s o c i a l - d e m o c r a t a, num esforço para se distanciar do rótulo do totalitarismo, venceu as eleições parlamentares de 17 Jun, conquistando 211 das 400 cadeiras. O principal adversário do PSB foi a União das Forças Democráticas (UDF) que obteve 144 cadeiras. Em 3º lugar ficou o Movimento por Direitos e Liberdade (MDL), representante da minoria étnica turca, com 23 cadeiras. Apesar da vitória, o PSB não alcançou a maioria de 2/3 necessária para aprovar sozinho as mudanças na Constituição.

Destarte, a BULGÁRIA, que foi nas últimas décadas a mais ortodoxa defensora das posições soviéticas, terá pela frente uma longa e complicada travessia para chegar a um regime pluripartidário combinado a uma econômia de mercado.

9004427

A Federação iugoslava, sustentando divergências e antagonismos e ameaçada por pequenas "guerras de secessão", vive momentos de instabilidade política, como reflexos das rivalidades entre suas Repúblicas e do agravamento dos problemas étnicos.

Nas eleições da ESLOVÊNIA e da CROÁCIA, ocorridas no mês de abril último, as forças democráticas derrubaram o poder do Partido Comunista, resultando numa grande ameaça a República da SÉRVIA.

A ESLOVÊNIA é a República iugoslava que mais se identifica com o Ocidente, em grande parte por ter fronteiras com a ÁUSTRIA e a ITÁLIA. Suas tendências liberais e reformistas atraíram a vizinha CROÁCIA, mas provocaram também a hostilidade da SÉRVIA — a maior República iugoslava. As manifestações pró-reformas e eleições pluripartidárias se acentuam e atualmente já é exigida a renúncia do Partido Comunista sérvio.

A ALBÂNIA, diferentemente dos demais países do Leste Europeu, mantém, ainda, um regime político fechado, sob influência do Partido do Trabalho da Albânia (PTA), que é dominado por uma corrente ortodoxa e conservadora, a qual teme à realização de reformas mais profundas com receio de uma eventual "contaminação da pureza ideológica do dogma marxista-leninista". Mesmo assim, o atual Presidente, RAMIZ ALIA, deu os primeiros passos no rumo de uma abertura política, anunciando reformas em todos os campos do poder, rompendo um isolamento de muitos anos ao se aproximar do Ocidente.

Entretanto, as recentes manifestações em TIRANA que resultaram na invasão de várias Embaixadas e o posterior translado dos refugiados para alguns países da EUROPA tiveram vários reflexos internacionais e agravaram, ainda mais, a situação interna do país, gerando uma crise que poderá ter conseqüências imprevisíveis, além de precipitar uma luta pelo poder entre as correntes mais ortodoxas e a mais liberal do PTA.

A rigor, cada país da EUROPA do Leste tem tido uma forma distinta no processo de desenvolvimento de suas reformas liberalizantes. Em verdade , alguns meses depois das grandes mudanças que sacudiram esses países, pode-se visualizar tipologias diferentes: na HUNGRIA, houve a "Revolução elegan-

9004127

te, inteligente"; na TCHECO-ESLOVÁQUIA, a "Revolução de veludo", coroada, agora, com os votos a favor de VACLAV HAVEL; na POLÔNIA, uma transformação difícil mas vitoriosa; por fim, a revolução séria na ALEMANHA ORIENTAL, intermediada pela ALEMANHA OCIDENTAL. Somente dois países fugiram desse esquema. A ROMÊNIA, onde um grupo de comunistas, auxiliado sutilmente por GORBACHEV, conseguiu ao mesmo tempo fazer a revolução e confiscá-la. Na BULGÁRIA, igualmente, através de uma "Revolução de Palácio", o atual Presidente destituiu o ex-dirigente TODOR JIVKOV e deu continuidade ao sistema. De qualquer forma, esses dois países cumpriram os desejos de MOSCOU: acabar com a dinastia dos déspotas na EUROPA ORIENTAL, mas assegurando a sobrevivência de um Partido Comunista reformado e com novas cores.

Findo o ciclo de eleições do Leste Europeu, é factível alinhar-se as seguintes perspectivas:

- a ALEMANHA ORIENTAL concretizará a reunificação com a ALEMANHA OCIDENTAL e obterá benefícios do Ocidente. Possivelmente, integrará a OTAN, entretanto a URSS continuará a estimular a criação de um novo Organismo de Segurança Européia com base nos termos de Helsinque;

- a HUNGRIA continuará a incrementar o relacionamento com o Ocidente, através de acordos econômicos. O Fórum Democrático Húngaro (FDH) deverá consolidar as instituições democráticas. É viável o afastamento do "Pacto de Varsóvia", em 1991;

- a IUGOSLÁVIA viverá dificuldades internas, particularmente em face dos conflitos ideológicos e das rivalidades entre as Repúblicas. Os problemas étnicos em KOSOVO poderão agravar o relacionamento com a ALBÂNIA;

- na POLÔNIA, embora a política interna esteja em processo de normalização, os aspectos econômicos continuarão a pressionar a sociedade polonesa;

- a TCHECO-ESLOVÁQUIA, assim como a HUNGRIA, deverá ampliar o relacionamento com o Ocidente. Internamente, prevê-se a manutenção de uma política voltada à estabilidade das instituições e para a solução dos problemas econômicos.

9004427

- na ROMÊNIA, é viável um retrocesso político, tendo em vista a forma repressiva adotada pelo Governo da FSN nas manifestações da oposição. Prevê-se, em conseqüência, dificuldades na consolidação da transição para a democracia. As limitações econômicas e estruturais serão óbices à consecução do plano de governo. Faltará apoio externo;

- a BULGÁRIA enfrentará obstáculos para superar a tensa situação política, principalmente em face do resultado das últimas eleições parlamentares. É possível a continuação de manifestações de protesto pela oposição contra o Governo comunista. Em termos internacionais, não deverá ter uma cooperação mais efetiva do Ocidente; e

- a ALBÂNIA é sempre uma incógnita. As recentes invasões de embaixadas estrangeiras em TIRANA geraram uma crise que poderá vir a se tornar o início da revolução no país, bem como está precipitando uma luta pelo poder entre comunistas ortodoxos e reformistas.

* * *

Documento elaborado em 26 JUL 90

9004427

(ANEXO 1)

OS PCs DO LESTE EUROPEU APÓS OS MOVIMENTOS LIBERALIZANTES

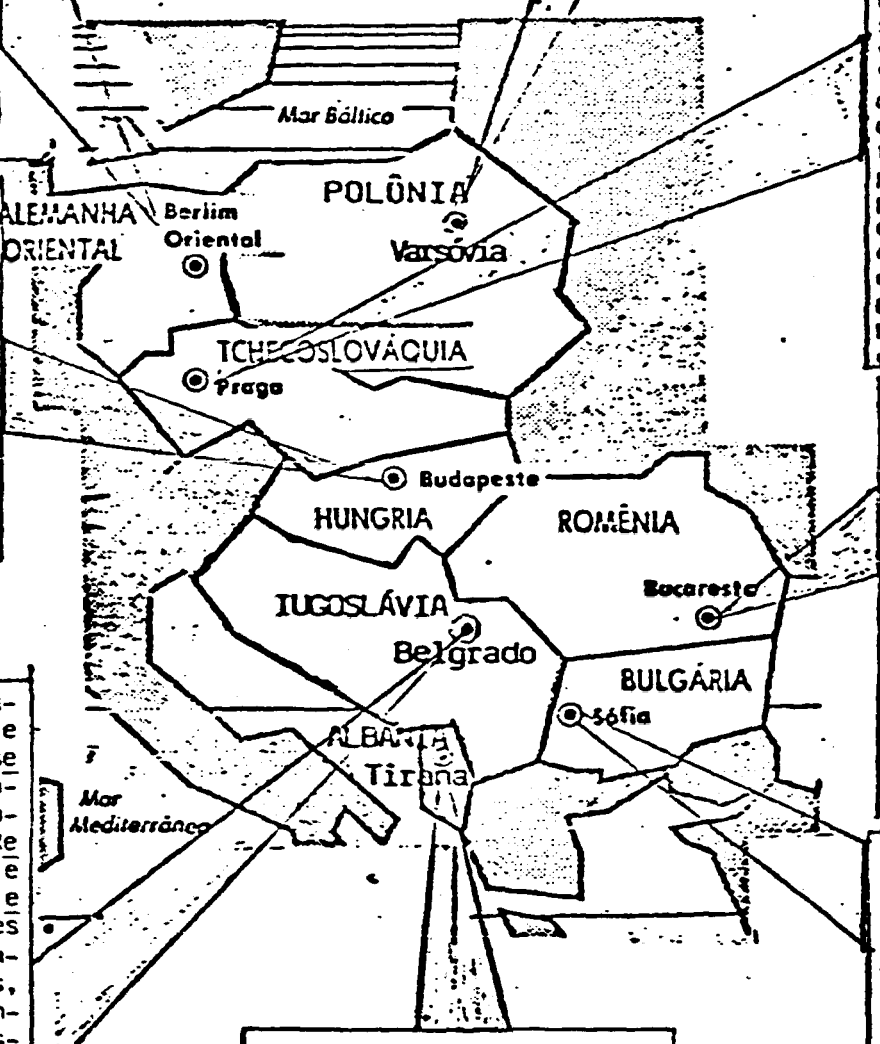
(Quadro sintético)

Nas eleições parlamentares de março 90, cujo tema principal foi a reunificação das Alemanhas, teve como vencedor a União Democrata Cristã (UDC) e significou um aval à virtual anexação da RDA à Alemanha Ocidental. O Partido Social Democrata (PSD) ficou em segundo lugar com 15,5% dos votos.

Em 88, o Partido Operário Unido Polônes (POUP) foi derrotado no plebiscito convocado para dar credibilidade ao plano econômico de governo, fortalecendo o sindicato solidariedade. Nas eleições de 89, a coalizão sindicato solidariedade obteve todas as cadeiras no Senado e na Câmara, destinadas à organização.

Durante os 20 anos que se seguiram à supressão da "Primavera de praga" pelo "Pacto de Varsóvia", o PC Tcheco exerceu o poder com mão de ferro. Pressionado por manifestações populares, o partido entregou o poder em 89. Na eleições de Jun 90, o Fórum Cívico de VACLAV HAVEL, obteve 46% dos votos.

O PC húngaro liderou o processo de reformas do Leste Europeu, antecipando-se às pressões da população. Nas eleições parlamentares de Abr 90 o Fórum Democrático Húngaro (FDH), aliança democrática do centro esquerdo de tendência liberal cristã, sufragou 46% dos votos. Os ex-comunistas somente alcançaram 10% dos votos.



Após a revolução de Dez 89, a Frente de Salvação Nacional (FSN), composta de ex-comunistas, governou o país e preparou as eleições parlamentares de Mai 90, saindo vencedora com 66% dos votos, entretanto, na atualidade, enfrenta sérios problemas políticos, inclusive uma intensa pressão do grupo oposicionista.

A Federação Iugoslava vive divergências e antagonismos como conseqüência de antigos problemas étnicos e nacionalistas. Somente as Repúblicas da Eslovênia e da Croacia realizaram eleições parlamentares pluripartidárias, saindo vencedor, em ambos, os partidos de tendência liberais reformistas. Acentuam-se as manifestações na Sérvia, exigindo a renúncia do PC e a realização de eleições livres.

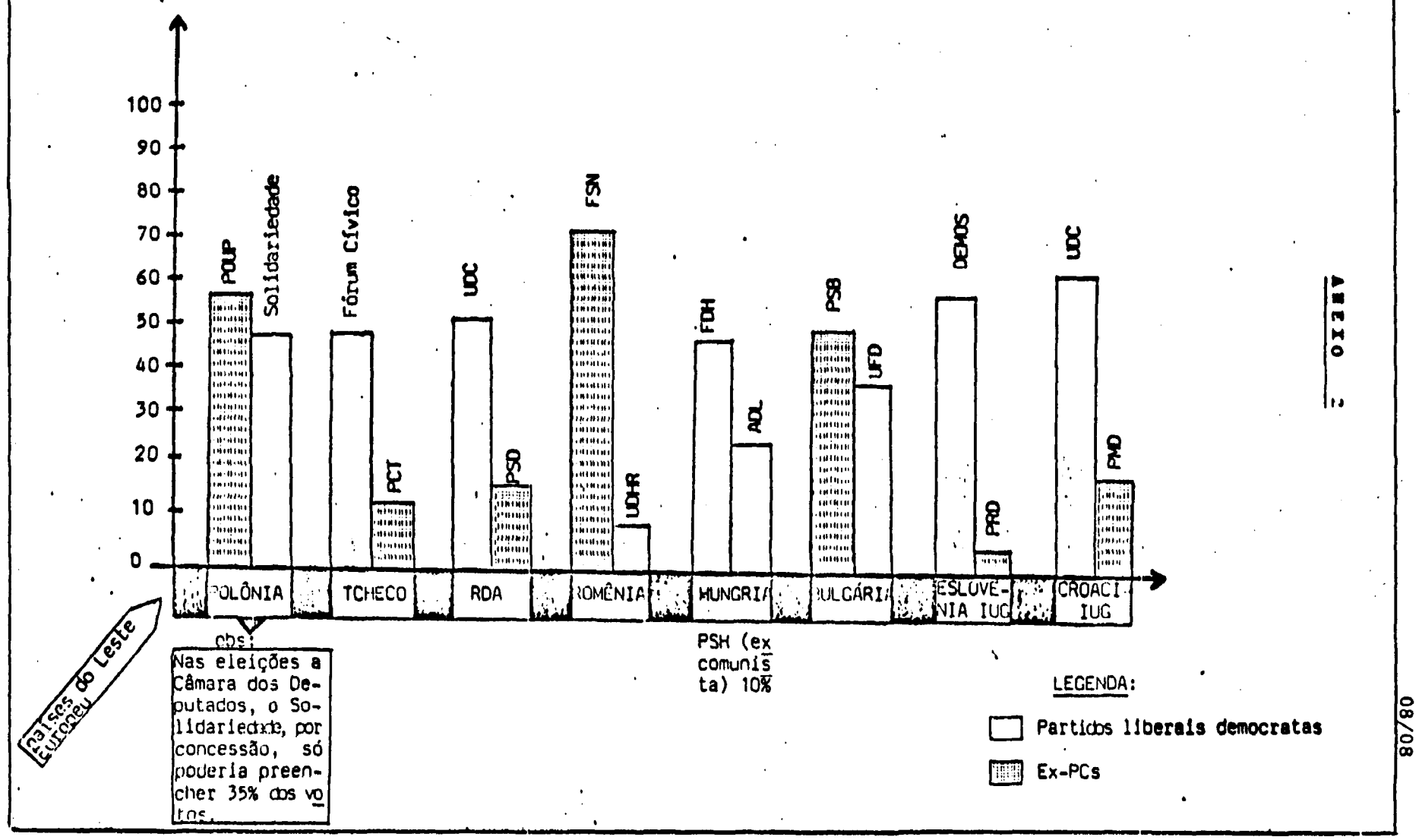
No final de 89, os dirigentes gorbachevistas do PC búlgaro afastaram os ortodoxos de TODAR JIVKOV. O partido mudou de nome e passou a chamar-se Partico Socialista Búlgaro (PSB) e venceu as eleições de 17 Jun 90 com quase 50% dos votos.

Diferentemente dos países do Leste, ainda mantém regime político fechado. O atual Governo RAMIZ ALIA tem dado alguns passos no sentido de quebrar o isolacionismo albanês, entretanto, forças ortodoxas e conservadoras do Partido do Trabalho da Albânia (PTA) vem se opondo às reformas mais profundas, criando óbices ao atual Presidente.

RESULTADO DAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES DO LESTE EUROPEU

PARLAMENTARES

(Dados comparativos)



9004427

Conjuntura atual. Evolução e perspectivas.
Serviço Brasil 20362
19-7-90
Venezuela 67340
7 Pol 11164 30044

INUR Nº 502.21/300790

V E N E Z U E L A

Conjuntura atual. Evolução e perspectivas

(19 Jul 90)

Ao tomar posse, em Fev 89, o Presidente CARLOS ANDRÉS PÉREZ encontrou a VENEZUELA atravessando um processo de graves problemas sócio-econômicos, decorrentes, principalmente, da queda dos preços do petróleo e das más administrações anteriores.

Demonstrando pragmatismo e afastando-se drasticamnte de suas propostas de campanha, embasadas em plataforma de cunho populista, o Presidente decretou, logo no início de sua gestão, um rigoroso Plano de Ajustes Econômicos.

De imediato, o programa gerou reações sociais, traduzidas em saques e violentas manifestações de rua, que exigiram a intervenção do Exército e provocaram centenas de vítimas.

Todavia, após uma curta fase de turbulência, o governo reassumiu o controle da situação e passou a dar prosseguimento à sua política econômica, apesar das resistências internas, sobretudo por parte dos movimentos trabalhista e da classe média em geral.

Em contrapartida, recebeu o apoio da classe empresarial venezuelana e de investidores estrangeiros que externaram, publicamente, sua confiança na retomada do crescimento econômico do país.

Na verdade, após 17 meses de sua implementação, o Plano tem obtido alguns êxitos expressivos, em termos de reorganização da economia doméstica. A inflação acumulada no primeiro semestre do ano (14,8%) está dentro das expectativas, observando-se substancial redução quando comparada a igual período de 1989 (51,6%). Além disso, as taxas de juros bancários caíram substancialmente, o que tem contribuído para a reativação do mercado de crédito e o aquecimento da demanda interna, que havia decrescido cerca de 60% em 1989. As exportações estão em ritmo ascensional, enquanto se espera maior volume de importações, em virtude da redução das alíquotas e da abertura do comércio. Em conseqüência, há a expectativa de dinamização do setor produtivo, em razão da competitividade, o que viria a influir na baixa dos preços.

A obtenção de divisas continua, entretanto, sendo uma dificuldade crucial do país, haja vista a necessidade de cumprir as obrigações referentes à dívida externa e impulsionar os setores produtivos nacionais.

Nesse contexto, o fator petróleo reafirma sua tradicional importância, como elemento fundamental para a consecução de superávits comerciais e captação de moeda forte. No momento, o país depara-se com dificuldades nessa área, tendo em vista a orientação da OPEP de reduzir sua cota de exportação. Isso acarretaria, momentaneamente, menores receitas, o que vai de

900428

encontro às necessidades do Tesouro venezuelano.

Por outro lado, considerando perspectivas de médio e longo prazo, o Governo ANDRÉS PEREZ acena com um audacioso plano de investimentos no setor petrolífero, a ser sustentado por elevado montante de recursos financeiros, visando a expandir a produção de 2,85 milhões b/d para 3,5 milhões. A consecução dessa meta, mediante a aplicação de capital interno, é inviável, em virtude de indisponibilidade da esfera estatal, que mantém o monopólio do setor.

Consciente dessa realidade, o governo vem envidando esforços no sentido de flexibilizar a Lei de Nacionalização, de modo a assegurar a proteção de apenas parte da atividade petrolífera, a excluir a produção, refinação e comercialização de combustíveis não-convencionais. Isso seria o passo inicial de um projeto mais amplo de privatização do atraente mercado de petróleo, que tem potencial para movimentar altos investimentos da iniciativa privada, nacional e internacional.

Paralelamente, no bojo da liberação da economia e da redução dos gastos do Estado, estuda-se um plano específico para o setor agrícola. Tradicionalmente, um dos pontos mais vulneráveis da economia venezuelana, a agricultura conseguiu relativo incremento por meio de subsídios, carreados dos lucros com a venda do petróleo. Porém, as circunstâncias atuais não mais permitem ao Estado financiar a produção agrícola, nos níveis de agora, o que conduzirá, inevitavelmente, a cortes nos gastos estatais com o setor. Tendo em vista essa realidade, está em curso a elaboração de um projeto destinado a capacitar a agricultura de técnicas mais modernas e eficientes, de forma a garantir sua subsistência diante da concorrência externa, porquanto as importações serão ampliadas para assegurar o suprimento do mercado interno, o que provocará a competitividade e a busca de eficiência dos produtores nacionais.

Toda essa austeridade e o gradativo reordenamento da economia doméstica foram, é necessário salientar, adotados não só pelas exigências das próprias condições objetivas do país, como também pelas expectativas de renegociação da dívida externa em condições favoráveis, dentro do contexto do Plano BRADY, em simetria com o exemplo mexicano.

No entanto, a evolução dos acontecimentos deixou patenteada a inexeqüibilidade das aspirações venezuelanas, particularmente no que diz respeito a um rápido acordo com o FMI e a banca credora privada e ao acesso a novos créditos com juros facilitados.

Mesmo assim, após longo período de negociações, a VENEZUELA estabeleceu as bases de um acordo com os bancos comerciais, mediante o qual garante a redução do principal da dívida e dos juros, bem como credencia-se a novos créditos. Os representantes dos bancos credores têm demonstrado receptividade ao elenco de opções oferecidas e espera-se que a redação do convênio esteja concluída até Set ou Out 90.

Os êxitos no campo macroeconômico não são, todavia, correspondidos na esfera social. Os sindicatos, historicamente ligados à situacionista Ação Democrática (AD), fazem restrições enérgicas à política econômica e mobilizam-se em torno de reivindicações salariais e de manifestações contra o desemprego. A

sociedade em geral, nos seus estratos médio e baixo, reage à erosão do poder aquisitivo e do aumento de preços, notadamente dos combustíveis.

Movimentos grevistas parciais e marchas de protesto ocorrem, sistematicamente, criando um clima de inquietação social. Esse quadro, apesar de não representar, no momento, um indicador de instabilidade pode vir a se agravar a ponto de conduzir a conflitos semelhantes aos de Fev 89. Aliás, essa revolta ainda quase latente das massas fez o governo retroagir na decisão de elevar, mais uma vez, os preços dos combustíveis, por recear a eclosão de turbulências generalizadas. Porém, em virtude da imprescindibilidade de manter o déficit público contido, o aumento não poderá ser adiado por muito tempo.

No universo político-partidário, os reflexos do Plano Econômico também repercutem sobremaneira, influenciando as atividades e articulações das principais agremiações. Nas hostes da AD, assinala-se a dissidência da corrente conservadora, liderada pelo ex-Presidente JAIME LUSINCHI, que discorda do modelo econômico neoliberal. Contudo, a desgastada imagem de LUSINCHI, responsável por uma administração cambiante, incapaz de encarar com realismo a situação decadente do país, não o credencia a opor-se aos renovadores.

No âmbito oposicionista, a expressão de maior peso, o Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI), integrado à Democracia Cristã, está, também, dividido entre os que estão de acordo com as reformas econômicas e os que as contestam. Afora isso, o Partido não tem conseguido capitalizar em proveito próprio as insatisfações sociais, em razão de não ter um projeto alternativo, capaz de ser apresentado como solução dos problemas nacionais.

Quanto às esquerdas, por décadas marginalizadas dentro do espectro político-eleitoral, por força do apogeu econômico, vêm, através do Movimento ao Socialismo (MAS), ganhando espaços junto ao eleitorado. Todavia, seu poder é, ainda, incipiente e as dificuldades de penetração nas massas são notórias, particularmente por não controlar as entidades sindicais e ter pouca influência nos movimentos populares organizados.

Assinala-se que, apesar das divergências na AD, e das contestações sociais, o governo vem conseguindo aprovar, no Congresso Nacional, as medidas consideradas vitais à estabilização da economia. Para tanto, contribui a coesão da AD quando das votações no Parlamento e o apoio da maioria do COPEI, embora com restrições ao processo de privatização, o que poderá postergá-lo ou mesmo inviabilizá-lo, pelo menos nos termos pretendidos pelo Executivo.

No domínio da política externa, as questões limítrofes e a dinâmica atuação de ANDRÉS PEREZ na busca de afirmação como liderança regional destacam-se como aspectos predominantes.

Em relação aos problemas fronteiriços, ressaltam-se os existentes com a COLÔMBIA, a GUIANA e TRINIDAD-TOBAGO, aos quais se acrescenta o relacionado à invasão dos garimpeiros brasileiros.

A pendência com a COLÔMBIA refere-se à posse do ARQUIPÉLAGO DE LOS MONGES e suas águas. A área encontra-se em poder da VENEZUELA, que não admite cedê-la, porquanto considera a hipótese

900423

da existência, no local, de reservas petrolíferas.

Os dois países decidiram, em 6 Mar 90, reiniciar as negociações diretas sobre a questão, interrompidas há mais de nove anos, quando ficaram definidas posteriores estudos, para delimitar as áreas marinhas e submarinas, os marcos fronteiriços e a coordenação de outras questões.

A disputa com a GUIANA é pela região de ESSEQUIBO, área de 150 mil Km/2, anexada pelo REINO UNIDO à sua colônia sul-americana no século passado. Com a independência, o território passou a integrar a GUIANA e desde então várias tentativas de acerto não obtiveram sucesso.

Em Nov 89, os dois países chegaram a um acordo para que o assunto fosse tratado com um intermediário designado pela ONU. Em 28 Abr 90, houve a primeira reunião conjunta, de caráter preliminar e em clima cortês, destinada a estabelecer futuros procedimentos negociáveis.

As relações bilaterais entre a VENEZUELA e a GUIANA passam por excelente fase de cordialidade, com a assinatura de vários projetos de cooperação e acordos comerciais.

O dissídio com TRINIDAD-TOBAGO culminou com a assinatura de um acordo entre o Primeiro-Ministro ARTHUR ROBISON e o mandatário venezuelano, na visita que o dirigente caribenho fez a CARACAS, em 17 Abr 90. Pelo acordo, foram estabelecidos os limites marítimos entre os dois países, com base no reconhecimento da zona econômica exclusiva de 200 milhas.

No tocante à atuação de ANDRÉS PEREZ, sua preocupação em se projetar como liderança continental o tem levado a sucessivas viagens ao exterior, a fim de manter contatos com outros congêneres, bem como recepcioná-los em CARACAS. Durante sua gestão, a VENEZUELA tem sido palco de uma série de encontros internacionais, que incluem reuniões de Estados; de organismos de cooperação regional; de entidades sindicais; e de outras tantas organizações e movimentos representativos de causas de caráter mundial, a exemplo do meio ambiente e dos direitos humanos. Afora isso, tem atuado sistematicamente nas questões da AMÉRICA CENTRAL, onde busca aprofundar a influência venezuelana.

Essa agenda direcionada ao exterior vem sendo criticada por alguns segmentos da sociedade, que consideram a inconveniência dessa postura, quando os problemas internos exigem uma atenção bem maior por parte do Presidente.

Com base nos conhecimentos expressos, são cabíveis as seguintes conclusões e avaliações prospectivas sobre a conjuntura venezuelana:

- apesar dos indicadores macroeconômicos assinalarem resultados favoráveis, a VENEZUELA terá dificuldades em retomar o crescimento que sustentou durante as últimas décadas, em virtude da diminuição das receitas do petróleo, base da sua economia, como também pelo acúmulo da dívida externa e da má gestão administrativa à época dos governos populistas;

- a necessidade de gerar superávits na balança comercial, a fim de cumprir com as obrigações da dívida externa,

deverá criar embaraços ao Governo no seu intuito de abertura do mercado, porquanto as importações além de obrigarem a gastos de divisas deverão crescer em proporção maior que as exportações o que poderá exigir uma desvalorização maior da moeda nacional para a incentivar o setor exportador;

- a desvalorização, por seu turno, exigirá a atualização das tarifas públicas e, particularmente, dos combustíveis, estes com os preços já defasados;

- nesse contexto, a renegociação da dívida externa torna-se um ponto fundamental para a retomada do crescimento, sobretudo se propiciar o retorno dos investimentos externos;

- afora isso, a VENEZUELA conta com a elevação da cotação do preço do petróleo no mercado internacional, perspectiva que alenta a aplicação de recursos para dinamizar a produção e captar a participação do capital estrangeiro;

- o processo de privatização deverá ter curso, apesar das pressões "nacionalistas", embora seja complexo o relacionado ao setor petrolífero, pela emotividade com que a questão é tratada no Congresso;

- os conflitos sociais, no momento de baixa intensidade, poderão acentuar-se caso persista a subida de preços sem nenhuma compensação salarial, sobretudo porque a classe média ficou habituada, por longo tempo, a uma ostentação incompatível com a real situação do país.

- em conseqüência, o governo poderá sofrer fortes pressões sociais, cuja intensidade abriria a possibilidade de influenciar o fortalecimento das oposições no Congresso Nacional, a ponto de dificultar a manutenção do Plano.

Entretanto, o conservadorismo do COPEI e a necessidade da AD de manter-se fiel ao Presidente, sob pena de naufragar junto com um possível malogro do plano, são fatores que favorecem o governo a obter o referendo do Legislativo às medidas direcionadas à consolidação das reformas econômicas;

- as questões fronteiriças litigiosas tendem a continuar sendo tratadas com moderação, sem prejuízo dos interesses nacionais; e

- em síntese, no corrente ano a situação sócio-econômica da VENEZUELA continuará delicada, a exigir a manutenção do rigor nas reformas em andamento, para o que requer habilidade e determinação do governo e equilíbrio da classe política. Contudo, mesmo que se radicalizem as pressões sociais, a tendência é a irreversibilidade da atual política econômica, pois é a única alternativa viável para o país superar a crise a que foi conduzido pelo paternalismo do Estado e populismo de suas lideranças.

* * *

Documento elaborado em 19 JUL 90

900[illegible]

Nº DOCUMENTO
TITULO MEIO AMBIENTE
PROCEDENCIA SERV. BRASIL
FECHA 30.07.90
VINCULO CEPAL

ENTRADO
CRUZADO

MEIO AMBIENTE

A questão sob a óptica da CEPAL

(Síntese - 19 JUL 90)

Em recente reunião realizada na BOLÍVIA, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) apresentou suas conclusões sobre a questão do Meio Ambiente. Na oportunidade, argumentou que os países latino-americanos e caribenhos devem utilizar-se da "dívida ambiental" como instrumento útil no plano das negociações da dívida externa, cujo resultado determinará, em importante medida, as condições sociais futuras dos países da região. Não deve confundir-se esta posição com a conversão da dívida em recurso para a conservação de áreas naturais, procedimento que até agora obteve aceitação limitada. Trata-se, portanto, de estabelecer outros termos de negociações. Neste sentido, a CEPAL recomenda inversões para os setores mais diretamente ligados à recuperação ambiental, como o reflorestamento e manejo de bacias hidrográficas.

Outra proposta da CEPAL é que os países da região façam valer sua condição de "exportadores de clima", com o fim de obter financiamento para programas de desenvolvimento ambiental sustentável. Ressalta-se que a conservação das funções ecossistêmicas das grandes bacias, especialmente a Amazônica, tem uma importância significativa na manutenção do clima da região, podendo estender seus efeitos para o resto do mundo, segundo os últimos estudos científicos. Esta proposição tem relevância se considerados os esforços externos por influir no manejo desses espaços. Para a região, uma posição prioritária deve ser a do respeito pela soberania das Nações e o reconhecimento do direito de cada país dispor livremente de seus recursos naturais. Caso entendam que esses princípios não estejam sendo violados, os países da região poderiam utilizar a importância ecossistêmica de seus espaços como um elemento a mais em suas negociações com os países desenvolvidos.

As conclusões da CEPAL são oportunas e racionais. As questões do Meio Ambiente, atualmente, foram privilegiadas como um dos principais temas dos debates internacionais, em vários ní-

9001429

veis. Assim, parece que o melhor caminho, para os países que possuem extensas áreas de florestas tropicais, é compatibilizar a implementação de projetos de desenvolvimento com o compromisso de preservar o Meio Ambiente. Com isso, é possível esvaziar as pressões que pairam sobre a região e obter recursos econômicos para atender necessidades setorias urgentes, ligadas aos problemas ecológicos.

Em suma, fazem-se necessárias ações integradas para que a questão do Meio Ambiente possa ser tratada na sua globalidade e multiplicidade de aspectos. A melhora no trato das questões relacionadas com a preservação da natureza, segundo a óptica cepalina, é perfeitamente possível, mas está a exigir um novo quadro das relações econômicas internacionais, que possibilite a superação das pobreza, desemprego e marginalidade nos países periféricos.

* * *

Documento elaborado em 19 JUL 90

900423

Nº. DOCUMENTO
TITULO OTAN retoma a iniciativa e anuncia nova era de paz. Implicações para a URSS.
PROC Sec. Brasília (2036 2)
DATA 20/7/90
VIAS Europa (AUSEA)

INUR Nº 506.21/300790

01/02

E U R O P A

OTAN retoma a iniciativa e anuncia nova era de paz.

Implicações para a URSS.

(20 Jul 90)

No encerramento da reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), realizada em LONDRES, a 6 Jul último, com a presença dos dezesseis Chefes de Estado e Governo dos países-membros, o Presidente dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), GEORGE BUSH, fez um anúncio histórico de mudanças no cenário político e estratégico da EUROPA.

Na comunicação, foram arroladas uma série de medidas no sentido de transformar o organismo - dando-lhe uma ênfase mais política do que a atual militar - direcionado para a conformação de uma nova EUROPA, livre da divisão ideológica, o que, em uma última análise, apóia os esforços de democratização do LESTE EUROPEU e da própria URSS.

Os objetivos dessa iniciativa, além de amenizar o confronto no Continente e livrá-lo da guerra fria - que por mais de quatro décadas colocou em perigo a paz mundial -, visam a facilitar a presença de um novo importante ator nesse cenário - a ALEMANHA unificada, procurando demonstrar que sua inserção na Aliança Ocidental não constitui perigo para a UNIÃO SOVIÉTICA e o Bloco Oriental.

A OTAN, que foi criada em 1949 para dissuadir o Bloco Soviético de atacar a EUROPA OCIDENTAL e se transformou num poderoso sistema militar, contrapondo-se ao bloco de países liderados pela URSS, passa por alterações de grande significado. A mudança pode ser percebida nos termos do documento final, de 23 pontos, denominado "Declaração de LONDRES sobre a Transformação da Aliança Atlântica" e num convite ao Presidente da URSS, MIKHAIL GORBACHEV - impensável em outros tempos e já informalmente aceito -, e aos demais líderes do Leste para que, na qualidade de convidados (não como membros mas com direito a observar e trocar idéias), "tomar a palavra ante o Conselho do Atlântico Norte", em BRUXELAS.

O pacote de medidas inclui o abandono, por parte da OTAN, da tradicional estratégia dos EUA da "resposta flexível", que deixa implícito o uso de armas nucleares em caso de ataque esmagador do Leste, mesmo que apenas com armas convencionais. A FRANÇA e a INGLATERRA, que possuem seus próprios arsenais nucleares, mostraram-se insatisfeitas com a expressão "em último recurso" constante em acordos anteriores. Assim, o documento final enfatiza que as armas nucleares continuarão a cumprir um papel essencial na estratégia geral da aliança para prevenir, e não vencer, os confrontos.

Uma vez concluído o tratado inicial sobre as Forças Convencionais na EUROPA (FCE), serão realizadas conversações para limitar os efetivos militares na região, incluindo-se, também, as tropas para uma ALEMANHA unificada.

PARTES POUCO LEGÍVEIS

9004430

De modo geral, essa mudança demonstra que a OTAN só admitirá o uso de armas atômicas em última instância, não aceitando, ainda, a tese soviética de renúncia, por parte dos dois lados, ao "primeiro uso" das armas nucleares, mas acenando com a possibilidade da assinatura de um futuro acordo de não-agressão - uma espécie de acerto de intenções pacíficas - entre o organismo e o Pacto de VARSÓVIA. A Aliança Ocidental também se dispõe a retirar as granadas de artilharia com ogiva atômica que os EUA instalaram na ALEMANHA OCIDENTAL.

O recado claro de tais mudanças visa a dar à URSS um sinal bem definido de que a OTAN não deve mais ser vista como uma ameaça, esperando-se, assim, que MOSCOU aceite agora a presença da ALEMANHA unificada nesse contexto. GORBACHEV vinha rejeitando a presença da nova ALEMANHA na OTAN com o argumento de que a Aliança ficaria muito mais poderosa, além de considerar os aspectos históricos e recordações da Grande Guerra.

Cumpre ressaltar, também, que o anúncio não poderia ser mais oportuno para os desígnios de GORBACHEV, em face do desenrolar simultâneo do 28o. Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), onde o líder soviético vinha sofrendo severos ataques por parte dos conservadores, exatamente sobre o problema da disparidade entre os blocos militares. Indubitavelmente, a nova posição ocidental reforçou a política desenvolvida por GORBACHEV e seus seguidores, embasando sua posição de centro, com condições de dar seqüência à "perestroika".

O triunfo de GORBACHEV seria completo se a ajuda econômica que está solicitando ao Ocidente fosse atendida. Nesse particular, a ALEMANHA OCIDENTAL vem conclamando aos demais países o levantamento de fundos da ordem de US$ 15 bilhões para apoiar a reestruturação soviética, tendo já liberado cerca de US$ 3 bilhões, independentemente dos demais. A FRANÇA apóia a concessão de empréstimos, mas os EUA e a INGLATERRA, além do JAPÃO, reagem a essa iniciativa. Este último condiciona o apoio à resolução do antigo impasse sobre a soberania das Ilhas KURILAS. Já os EUA, cautelosos nesse campo, informaram que não irão dar ajuda financeira à URSS, enquanto MOSCOU continuar gastando US$ 5 bilhões por ano para sustentar o regime de FIDEL CASTRO em CUBA. Dessa forma, a declaração da OTAN também serve aos interesses norte-americanos concernentes tanto a não perder terreno na EUROPA, principalmente no campo econômico, como também nas questões atinentes à estratégia global.

Assim, o gesto de amizade e cooperação da OTAN não significa que o Ocidente irá descuidar sua defesa e abandonar seus objetivos políticos, mas sim, mais uma iniciativa que poderá trazer dividendos positivos para todos os atores envolvidos.

Resta, finalmente, após os acertos entre a URSS e ALEMANHA OCIDENTAL, a indagação acerca da viabilização das condições delas decorrentes para a aceitação da nova ALEMANHA no âmbito da OTAN. De qualquer forma, entretanto, esse novo passo indica a eminente configuração de uma nova ordem internacional, com o surgimento e/ou a valorização de outros atores.

* * *

Documento elaborado em 20 JUL 90

PARTES POCO LEGÍVEIS

DOCUMENTO
TITULO: Objetivo del programa "Iniciativa para las Americas"
PROC. Suma Brasil 20362
FECHA 17 julio 90
VIA ~~Embajada~~ EECO 65890
= Pol 11164
~~Ministerio~~ RREE 11349
R. Eco. 11161

3044

INUR Nº 503.21/300790

01/03

E II A

Objetivos do programa "Iniciativa Para as AMÉRICAS".

(17 Jul 90)

O programa "Iniciativa Para as AMÉRICAS" anunciado em 27 Jun pelo Governo dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) resultou de uma revisão da política econômica para a AMÉRICA LATINA conduzida sob orientação do Secretário do Tesouro, NICHOLAS BRADY. Foi formalmente apresentado como um meio de "encorajar o crescimento nas AMÉRICAS", de reafirmar o compromisso dos EUA com o desenvolvimento econômico e social do continente americano e, ainda, como uma resposta às preocupações quanto à crescente marginalização da AMÉRICA LATINA no quadro da economia mundial.

Em que pese os seus objetivos a longo prazo (criação de uma zona de livre comércio em todo o continente, a remoção de barreiras ao investimento direto e o equacionamento da problemática do endividamento externo), a proposta norte-americana emerge em um contexto que põe em relevo importantes objetivos mais imediatos que os oficialmente anunciados.

É evidente a intenção de consolidar o processo de democratização na AMÉRICA LATINA e de forjar uma identidade hemisférica a partir de temas essenciais como comércio, endividamento externo e investimento, pilares básicos da proposta, de forma a contar com apoio para as posições que o Governo norte-americano vem defendendo na Rodada URUGUAI do Acordo Geral de Comércio e Tarifas Aduaneiras (GATT), particularmente no tocante ao comércio agrícola. Sobre esta questão convergem os interesses dos EUA e dos países latino-americanos frente à Comunidade Européia. O atual impasse quanto a este tema pode inviabilizar um acordo abrangente sobre comércio ao fim da Rodada do URUGUAI, objetivo prioritário da política comercial norte-americana no presente momento. O Governo BUSH tem-se manifestado contrário a endossar quaisquer propostas no GATT que não incluam a liberalização do comércio agrícola.

Além da questão agrícola, a suspensão das barreiras ao investimento, regulamentação do comércio de serviços e o estabelecimento de normas de proteção intelectual são também temas essenciais para o Governo norte-americano na Rodada URUGUAI. O anúncio da "Iniciativa Para as AMÉRICAS" no atual contexto visa, neste sentido, a gerar um clima de convergência de interes-

900443 X

ses que viesse a viabilizar alternativas à possibilidade de fracasos das negociações no âmbito do GATT.

A iniciativa vem também responder à necessidade de reduzir o déficit comercial norte-americano, ponto essencial para reequilibrar o setor externo de sua economia. Neste sentido, é oportuno destacar que o comércio com a AMÉRICA LATINA acusa um déficit anual de cerca de US$ 10 bilhões. Contudo, não é a dimensão deste déficit que revela a importância que ocupa as relações comerciais com a AMÉRICA LATINA para o reequilíbrio do comércio externo norte-americano, e sim o seu potencial de importação, sobretudo de bens manufaturados.

A recuperação da capacidade de importação do mercado latino-americano se apresenta como um elemento importante a contribuir para reverter a tendência de redução de crescimento da economia norte-americana que vem-se registrando nos últimos meses e para afastar a possibilidade de recessão. Este processo de abrandamento do crescimento econômico tem-se feito sentir em particular no setor manufatureiro: desde Mar 89 até o momento registra-se uma perda de 335 mil empregos neste setor, sendo que 31 mil dos quais ocorridos no mês de Junho passado. O setor responde por 25% do mercado de trabalho norte-americano. A reativação das exportações de manufaturas para a AMÉRICA LATINA é importante para reaquecer aquele setor de forma imediata. O acesso ou expansão das exportações de manufaturas norte-americanas a outros mercados, sobretudo no Leste Europeu, deve-se processar em um contexto muito mais competitivo e dado o tempo necessário à consolidação de estruturas de mercado naquela região, com retorno menos imediato que o pretendido pelo Governo norte-americano para reverter as tendências atuais de sua economia.

No plano estratégico, a proposta norte-americana, ao estimular o processo de democratização na AMÉRICA LATINA através de sua contrapartida econômica a ser efetivada por meio de reformas estruturais, visa a gerar um contexto favorável aos seus interesses de segurança no continente. Estes tendem a se desvincular do embate ideológico para se centrarem em questões que derivam do agravamento dos problemas econômicos e sociais que afligem a região, tais como o narcotráfico e a crescente entrada de imigrantes ilegais nos ESTADOS UNIDOS, sem desconsiderar ainda as constantes preocupações quanto à proliferação nuclear.

O fortalecimento dos vínculos econômicos com a AMÉRICA LATINA sem dúvida abre perspectivas de uma mais estreita cooperação no combate ao narcotráfico e de contenção da onda de imigração ilegal para o território norte-americano. Da mesma forma, o carater assimétrico da interdependência entre os EUA e seus parceiros latino-americanos tende a conferir aos primeiros uma mais ampla margem de barganha e pressão frente aos últimos no trato de questões como energia nuclear, proliferação de armas, meio-ambiente, acesso a materiais estratégicos e novos materiais, e outras percebidas como de interesse para a segurança norte-americana.

Finalmente, a esperada desmobilização de forças de defesa tanto internamente quanto no exterior, a ocorrer a partir do próximo ano, abre a possibilidade de que os ESTADOS UNIDOS venham a buscar novas bases para a cooperação militar com os países latino-americanos, tanto no que concerne a problemas regionais, como o narcotráfico, quanto à comercialização de equipamento bélico e modernização de instalações militares. O nível de aproximação política que pode resultar da implementação do programa "Iniciativa Para as AMÉRICAS" geraria indubitavelmente um contexto favorável a iniciativas neste sentido.

Em conclusão, os objetivos do Governo norte-americano com o programa "Iniciativa Para as AMÉRICAS" transcedem o revigoramento do crescimento econômico na AMÉRICA LATINA e a liberação comercial em todo o continente americano e se voltam para o equacionamento de desajustes internos e externos de sua economia e a consolidação de um contexto político favorável aos seus objetivos de segurança regional.

* *

Documento elaborado em 17 JUL 90

EJERCITO NACIONAL
COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II (INF)DEL EME
M O N T E V I D E O
22 -0900- -AGOSTO- 1990

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION NRO. 020/B/DE/990.-

I.- EVALUACION:

II.- RESPONDE A: Información obtenida en el Departamento II del E.M.E.

III.- T E X T O:

-Adjunto al presente se remite la siguiente documentación recibida en el período.-

-PPI NRO. 007/990 del Agregado Militar a la Embajada de la República Oriental del Uruguay en la República Argentina.

-PPI NRO. 07/990 del Señor Agregado de las Fuerzas Armadas del - Uruguay en Perú.

IV.- DISTRIBUCION:

1.- 1er. Sub-Director de la D.G.I.D.

2.- A R C H I V O.

V.- ACCION TOMADA:

-Confección del presente Parte.

EL JEFE DEL DEPARTAMENTO II (E-2) DEL E.M.E.

CORONEL

JOSE E. SCAFFO

ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II
REPUBLICA O. DEL URUGUAY

24 AGO. 1990
Folio 1 CLASIFICADO
Nº de Orden 339

9004432

EMBAJADA DEL URUGUAY
AGREGADO MILITAR

[illegible] de 1990.-

[illegible].-

A.- [illegible].....FOLIO DEL 1 al 5

[illegible].....FOLIO DEL 6 al 7

B.- FACTOR MILITAR.....FOLIO DEL 9 al 9

CONCLUSIONES.....FOLIO 10

C.- FACTOR BLICO-SOCIAL.....FOLIO DEL 11 al 13

[illegible].....

D.- FACTOR [illegible].....FOLIO DEL 15 al 16

[illegible].....FOLIO 17

[illegible] AGREGADO MILITAR A LA EMBAJADA DE LA REPUBLICA

ORIENTAL DEL URUGUAY EN LA REPUBLICA ARGENTINA.-

[illegible]CORONEL

[illegible].-

PARTES POCO LEGIBLE

9004432

PACTOS POLITICOS:

-Un mes de relativa calma, [illegible] aparente estabilidad pero ca-
racterística que de costado, pero [illegible] cuotas contrarían [illegible] -
[illegible] [illegible].-

-New York Times, dijo que el estilo de gobierno [illegible] puede ser lo -
que necesita la Argentina, negociador y desdibujador de conflictos en -
bien del país.-

-Según encuestas, algo muy común en este medio, la imágen del presidente cuenta con el apoyo del 55 % de los encuestados, frente al 42 % del mes -
[illegible].-

-[illegible] un mes de gobierno [illegible] ha puesto la hiperin-
flación, la libertad de prensa [illegible], las privatizaciones que se-
cumplen en los plazos previstos, son algunas de las metas propuestas y -
que se han concretado.-

-Queda mucho por hacer, pero hay voluntad de cambio pese a la lentidud,-
como por ejemplo el proyecto [illegible] "duerme" en el ar-
chivo sin ser estudiado; [illegible] voluntad en todos los nive-
les.-

-[illegible] mirando al futuro se estudia la reforma de la Constitución Nacio-
nal, [illegible] partidos políticos, con miras a darle mayor fluidez al -
[illegible].-

-El presidente [illegible] mediación en el-
conflicto Chile-Argentina, [illegible] cubanos en la re-

PARTES POCO LEGIBLE

9004432

bajada española, actitud reprobada por Fidel Castro.-

-Además urgió a sus colaboradores la [illegible] aprobación del proyecto - de ley de fuerte en este año electoral [illegible] de acciones de mayor envergadura.-

-Como demostración de su capacidad organizadora y reconciliadora, el desfile del 9 de Julio, alcanzó un singular éxito y ámplio apoyo popular, - pese a que el factor clima no estuvo de su parte, en este acto hizo un - llamado a la unidad de los militares, recuperando así su orgullo y dignidad, además de convivir nuevamente con el resto de la ciudadanía, a - [illegible] propuesta de reconciliación.-

-El respaldo más destacado que recibe en estos días la gestión del Dr. - Menem es la del Dr. Eduardo ANGELOZ, quien parece distanciarse definitivamente del Alfonsinismo, a pesar de su cautela por falta de poder interno en la Unión Cívica Radical.-

-También JORGE BCRN respalda la acción de gobierno pero no estaría de acuerdo con los planteos económicos.-

-Con "reservas" adhirió al supuesto plan "veraneo" o "primavera", en [illegible] de [illegible] IMBELLIN, lo cierto es que aparecieron panfletos - de un supuesto Comando 2 de Abril, en [illegible] y las declaraciones - [illegible] interesado critica más que [illegible] a las decisiones- [illegible] organismos y [illegible], [illegible] los intereses de- [illegible] nación, [illegible] ni tampoco confirma

0 4

PARTES POCO LEGIBLE

una posible alianza con Saúl [illegible].-

-Continúan ronando las discrepancias entre D. [illegible], donde últimamente se han [illegible] informes confidenciales que podrían derivar con el relevo - de su Jefe y asesor de gobierno D. [illegible], un [illegible] de [illegible] un "hombre de inteligencia" de la Fuerza Aérea, que [illegible] no estaría aún representada en los cargos más importantes en esta materia.-

-Con la renuncia presentada por el magistrado Dr. Remigio GONZALEZ MORENO, se frustra el juicio político que pocas veces se ha empleado en este país (el juez Gonzalez Moreno es acusado de extorsión por el caso del [illegible]).-

-Los cuales acontecidos en torno a la salud, fueron [illegible] en la sustitución de la Subsecretaria de Salud, Dra. Matilde [illegible] por Daniel PERLMUTTER y el subsecretario de acción social Oscar [illegible] por Claudia BELLO respectivamente.-

-Presento cartas credenciales el Embajador Británico en este país Humphrey MAUD, formalizándose de esta manera las relaciones con Gran Bretaña. Monseñor Antonio [illegible], representante y Nuncio de la Iglesia no asumirá su cargo hasta el mes de Mayo, ya que la crisis no se resuelven los problemas, [illegible] en estos difíciles momentos.-

-La reciente reunión entre los presidentes Argentino y Brasilero derivó en la [illegible] común, motivando - [illegible], [illegible] logro y ahora se ri

PARTES POCO LEGIBLE

9004432

ente desplazado, también se [illegible] el avión CBA-123 de pasajeros (construido entre estos dos países).-

-Continuando con el plan de refinanciación [illegible], se dispuso el cierre de 21 de las 58 sucursales del Banco Hipotecario, además se adjudicó la licitación de Aerolíneas a la empresa Iberia de España y las áreas petroleras secundarias, también se llama a licitación para la concesión del ferrocarril Urquiza.-

-El Gral.(R) Domingo BUSSI titular del partido Fuerza Republicana se muestra sumamente confiado en cuanto a obtener importantes logros en 1991- [illegible].

-[illegible] acepta [illegible] como candidato a gobernador de Buenos Aires, pero acataría la resolución en tal sentido de las 62 organizaciones.-

-A pesar de que el gobierno no teme una escalada subversiva y se atribuyen ciertos actos a otros grupos, se elabora un plan de seguridad para tranquilizar a la población.-

-Las izquierdas o extremismo constitucional que recientemente se reunió en- [illegible], Brasil, [illegible] representantes del MAS, Convergencia, Izquierda Democrática Popular, MAI, Peronismo de las Bases, M. I.- 25 de Mayo, Partido Intransigente y Partido Obrero de Argentina, coincidieron con [illegible] concordancias en reivindicar las luchas armadas - para [illegible].-

-A escasos [illegible] de la Reforma - Constitucional [illegible] y el Alfo.-

PARTES POCO LEGIBLE

9004432

sirismo, luego de comenzar con buen impulso, ha decaído y en estos momentos de acuerdo a las últimas encuestas se registra que el 31,1 % votaría por el Si, el 30,2 % por el No y el 3,7 no se decidió. Cabe destacar que la Federación Rural, Partido Fuerza Republicana, apoyan el No, además de la intensa campaña desarrollada por el M.S, Aldo RICO y el diputado ALBAMONTE DE la U.CE.DE., que van inclinando la balanza a su favor. - Interpretándose como un castigo al mal gobierno de Cafiero y al hecho de apoyar Alfonsin esta reforma, a pesar del apoyo de Menem y la CGT.-

9004432

CONCLUSIONES DEL FACTOR POLITICO:

-A pesar de que el gobierno no cuenta con elementos de real destaque en- su cúpula, donde todos luchan por su propio prestigio, el Dr. MENEM pare se destacarse cada vez más, como el más íntegro, serio y responsable.-

-De sus alocuciones se desprende que de a poco se van obteniendo logros, todo cuesta pero al final se alcanzará la meta fijada.-

-Por encima de todos los conflictos que puedan surgir siempre encuentra- una solución pacificadora, como el acto del 9 de julio.-

-Ultimamente han surgido indicios de buenos presagios como es el apoyo - que de a poco va vertiendo el Dr. ALFONSIN, [illegible] BORN etc. - pesar de criticar la conducción económica.-

-Ante versiones o rumores que circularon últimamente acerca de un posi-- ble plan de desestabilización, les restó importancia el presidente y ca- lificó como "malarracho", es decir son algunos de "poca monta" sin tra-- yectoria política que pretenden pasar al frente.-

-Como ya lo expresó en otras oportunidades, la Iglesia está a favor del- gobierno, apoya el indulto y reconoce cual es su visión, sin mezclarse - con la política.-

-Con la visita del presidente del Brasil Fernando COLLOR DE MELLO se acg lleraron las tratativas de creación del mercado común, el cual se dice - que posteriormente se integrarán Uruguay, Chile y Paraguay principalmen- te y que además se cuenta con el aval de [illegible].-

-En el plano de las [illegible], se [illegible] tando las privatizacio-

9004432

nes que se propuso el gobierno, permitiendo de esta manera reducir en - una cantidad considerable la deuda externa y también el gasto estatal.- -La izquierda continental, luego de la reunión en Brasil a la cual no - concurrieron los Sandinistas, decidieron reivindicar la lucha armada, - aunque con algunos reparos, habiendo contado entre sus colaboradores entre otros a Alfonsin y Cafiero.-

-Precisamente el nombre de estos dos personajes como impulsores del Si,- han llevado en los últimos días a un aumento de los votantes por el No y a la indecisión de un número importante de votantes.-

FACTOR MILITAR:

-Un almuerzo con sindicalistas que pretenden reeditar el grupo de los - "15", organizado por Armando CAVALIERI (Mercantil) y al cual concurrió - algún Militar, provocó algunos roces que aún no se conocen sus derivaciones ni consecuencias posibles.-

-Se investigan una serie de hechos sin confirmación oficial, como ser el atentado a un Sgto.1º. del Ejército, ataque a balazos a una ambulancia y un presunto atentado al Colegio Militar de la Nación, además de algún otro hecho que permanece oculto por el hermetismo y falta de información reinante.-

-En esferas del gobierno y por intermedio del Ministerio de Defensa se - confirmó que en setiembre se entregarán las áreas de esta cartera que pasan a manos privadas, cuyos fondos se asegura, se utilizarán para mejorar los sueldos y compras de materiales y equipo.-

-El desfile del 9 de Julio motivó un gran despliegue de efectivos de las Fuerzas Armadas, sirviendo de momento para suavizar la tensa situación - reinante, pero no de solución a los muchos inconvenientes.-

-El Poder Ejecutivo Nacional dispuso un aumento del 20 % para los militares, es decir el 50 % más por arriba del costo de vida del mes estimado- en 13,9 %.-

-El nuevo Arzobispo de Buenos Aires, Monseñor Antonio Quarracino que visita frecuentemente a los Ex-Comandantes, dijo que "son Cristianos que están sufriendo y deberían estar en libertad desde hace tiempo".-

9004432

-Continúa en vigencia el proyecto para que las FF.AA. participen contra-el narcotráfico, en razón de ello viajaron a Estados Unidos el ministro-[illegible]ERO y el Jefe del Estado Mayor Conjunto V/A. Emilio OSSES, a cuyo regreso se tendrá un panorama clarificado de la situación, a pesar que no-se ve como imprescindible su participación, por parte de los militares.-

-Hace poco más de un mes se desarrolló un programa "la sociedad agredi--da", donde se destaca el sacrificio de los Militares por combatir la subversión y como en agradecimiento a ello fueron condenados y aún permanecen presos, mientras sus verdaderos agresores como "los montoneros" se pasean por todos lados, [illegible] de gobierno, etc., y los-Ex-Comandantes siguen presos y además no obtuvieron ningún reconocimiento, y lo que es más aún, ahora se especula con una Amnistía y reparación de daños (en esta amnistía serían liberados hasta los atacantes de la Tablada, que figuran condenados a cadena perpetua).-

-A pesar del enorme hermetismo reinante y a la negación de informes, en-el seno del Ejército existen varios problemas, que pueden acarrear el -riesgo del pase a retiro de su J.E.M.G. y algún otro General más. Al problema económico, tanto para sueldos como para materiales y equipos, se -[illegible] otros de índole disciplinario, de poca connotación y trascendencia pero que afecta el normal funcionamiento. Se sabe que un número de sub-oficiales estan siendo manipulados desde el exterior, explotando las circunstancias económicas, como también algunas diferencias en cuanto a las promociones jerárquicas.-

9004432

CONCLUSIONES DEL FACTOR MILITAR:

-Compleja situación atraviesa el Ejército, enfrentado a una serie de manipuleos externos, quizás un tanto favorecidos por algunas acciones internas, como ser participación de un almuerzo con sindicalistas etc., - una serie de atentados contra este sector se vienen perpetrando ultimamente, sin existir hasta el momento adjudicación de algún sector, o reivindicando a algún grupo extremista.-

-Las privatizaciones también llegan al área de defensa y setiembre es el mes clave para ello, se van a privatizar una serie de empresas de esa - cartera y se estima que lo recaudado será [illegible] en su beneficio.-

-Un aumento del 20 %, es decir 6 puntos arriba de la inflación, fué otorgado a las FF.AA., pero aún sin hacer efectivo el cobro, además de ser - considerado insuficiente.-

-Continúan los reclamos de libertad para los Ex-Comandantes y se recibió el respaldo de Monseñor QUARRACINO, quien además se comunica con ellos.-

-Continúa el análisis de la casi segura participación de las FF.AA. contra el narcotráfico.-

-En esferas del E.M.G.E. se especula con cambios para fin de año debido- a algunos roces entre sus generales y parte del poder político.-

9004432

FACTOR PSICO-SOCIAL:

-Ha despertado mucha espectativa en la población el anuncio del tratamiento FAINSI, supuestamente cura cierta clase de cáncer y a pesar de la resistencia del organismo de salud, los enfermos continúan haciendo largas colas para conocer el tratamiento y obtener medicamento que pueda de alguna manera prolongar su vida.-

-La FAMUS encabezada por su presidenta Leonor M. de BARCELO, organizaron una misa por los caídos contra la subversión, esta activa organización - siempre busca reivindicar a quienes combatieron y lograron preservar los valores fundamentales del país.-

-La fundación "Operación Dignidad -Tte.Cnel. Gustavo Martínez Zuviría" - que preside Aldo RICO, recibió dinero a cambio de un artículo escrito para New York Times de EE.UU., sobre la situación militar.-

-Mario FIRMENICH sigue siendo noticia y recientemente se pidió un recurso extraordinario para su causa, la cual a su vez se pidió el rechazo.-

-En la localidad de Florencio Varela (La Plata) estalló una bomba en un- local de Entel, el alto poder de la misma provocó derrumbe de la puerta- de acceso (de hierro) y destrozó cabinas públicas al frente.-

-Un singular operativo (al parecer delincuentes comunes) llevaron a cabo desconocidos para hurtar 3.200.000 australes destinados al pago del sueldo y medio aguinaldo de los funcionarios de la localidad de Merlo.-

-Un [illegible] de la [illegible] estaría [illegible] en una serie de delitos, - uno de ellos sería el autor [illegible] de un joven y herida a otros -

9004432

dos que viajaban en un coche Fiat en San Miguel y otro participó activamente en el asesinato de Guillermo IBAÑEZ (hijo del gremialista Diego - IBAÑEZ, brazo derecho de Lorenzo Miguel).-

-Dos integrantes del ERP fueron capturados cuando asaltaban un anciano - en Villa Ballester, uno de ellos fué abatido tratándose de Ricardo CEÑE-TE (36 años) y el otro que fué herido se trata de Gerardo ROMANO (26).-

-GREMIAL:-"El grupo de los 15" vuelve a escena, Armando CAVALIERI (mercantil e integrante de las 62 organizaciones) sería el principal líder,- quién organizó un almuerzo con militares y además apunta hacia las elecciones que deberían llevarse a cabo [illegible] finalizar el mandato de- Saúl UBALDINI (CGT azopardo).-

-Por su parte Luis BARRIONUEVO lanzó nuevamente la "Mesa Sindical Menem-Presidente", contó con la presencia de integrantes del Grupo de los "25" José Pedraza (ferroviario), Roberto García (Taxis), de la Mesa de Enlace José Rodriguez (mecánico), del grupo de los "15" Armando Cavalieri (mercantil), ex-ubaldinistas Gerardo Martinez (UOCRA) y Andrés Rodríguez de- la UPCN.-

-Varios gremios mantuvieron conflictos este mes, siendo el más destacado la UOM, los metalúrgicos recién a fin de mes lograron acuerdo salarial - con aumentos del 37 %, pero Renault suspendió a 3700 obreros, Fiat a - 1300 y 400 obreros las empresas chicas, por este conflicto que aún no se solucionó. Los docentes por su parte [illegible] período de descanso no- han tenido mucha actividad pero es [illegible] no se reanuden las cla

9004432

ses luego de las vacaciones por pares ya fijados.-

-DROGAS:-Con la casi segura participación de las FF.AA. en la represión- del narcotráfico y previendo una unión de las izquierdas (luego de la -- reunión de San Pablo) lo que derivaría en el Narcoterrorismo, continúa - la campaña de prevención en este campo que aumenta en forma alarmante, - una jóven Boliviana (Celedoña VELAZQUEZ MENDEZ, 28 años) fue detenida - portando 25 Kgs. de hojas de coca, otro cargamento de 30 Kgs. de marihuana fue apresado en Posadas, proveniente de Paraguay y muchos operativos- dentro del País con descomiso de considerables cantidades de drogas.-

-Según Prensa Confidencial el Cártel de Cali [illegible] inversiones en este país adquiriendo supermercados, chacras medianas, lo mismo que empresas de transporte internacional que tendría relación con ex-subversivos.

9004432

CONCLUSIONES DEL FACTOR PSICO-SOCIAL:

-El descubrimiento de la droga que supuestamente cura el cáncer (método HAMAT, aunque en medios de La Salud se considera como tratamiento homeopático), ha despertado muchas expectativas en la población, entre quienes se encuentran afectados por este mal.-

-Siguen los atentados y robos como aconteció con el local de Entel y el hurto del dinero destinado al pago de sueldos en la localidad de Merlo.

-La captura de integrantes del ERP., muestra como aún se mantienen activos y en la clandestinidad algunos de sus miembros, que ensayan diferentes operativos a modo de entrenamiento.-

-En el aspecto gremial aparecen en escena el grupo de los "15", los"25" y el sector "Menem presidente", especulando con la finalización del mandato de UBALDINI, previsto para noviembre de este año.-

-Muchos gremios mantienen conflictos, por supuestas reivindicaciones salariales, siendo la UCM el que más perjuicios causó por la paralización de ese ramo en la industria.-

-La droga continúa siendo un flagelo al cual habrá que dedicar mucho esfuerzo para combatir, se mantienen sospechas de una escalada narcoterrorista en vista del deterioro y retroceso de las izquierdas en gran parte del mundo.-

9004432

FACTOR ECONOMICO:

-En reciente visita el Director Gerente del F.M.I. Michel CAMDESSUS, - manifestó su apoyo al plan económico, pero sostuvo que el alza mensual- entre el 5 y 10 % en el costo de vida, son una ranga para que cualquier circunstancia provoque hiperinflación, dijo además que respaldará la ne gociación com los bancos acreedores a su regreso a Estados Unidos.-

-El asesor presidencial Ingeniero Alvaro ALZOGARAY en conferencia de - prensa dió a conocer un proyecto para cancelar la deuda con los bancos- acreedores, ofreciendo como pago un "paquete de empresas estatales". Pe ro esto despertó controversias con el Ministro de Economía Erman GONZA- LEZ y no fue tenido en cuenta.-

-El costo de vida aumentó este mes un 10,8 %, superando las aspiracio-- nes del gobierno de que no pasara el dígito, por su parte los precios - mayoristas se incrementaron 3,9 % y la construcción el 3,7 %.-

-El 10,8 % surge del aumento de: Alimentos y bebidas 11,3 %; Indumenta- ria 9,3 %; Vivienda 7,7 %; Equipamiento y funcionamiento del hogar 9,1- %; Salud 14,4 %; Transporte y comunicaciones 7,6 %; Esparcimiento 16,7- %; Educación 16,8 %; Bienes y servicios varios 6,4 %.-

-La composición del 3,9 % de los precios mayoristas surge del incremen- to del 11 % de productos agropecuarios, 3,2 % los productos de minas y- canteras (carbón, petroleo, gas y minerales) y del 3 % para los produc- tos industrializados, esto en cuanto a los productos nacionales, en cam bio los productos importados bajaron el 0,1 % en general.-

9004432

-La variación del 3,7 % de los precios de la construcción se debe al aumento del 5,1 % en los materiales, el 4,4 % en los gastos generales y - la baja del 0,5 % de la mano de obra.-

9004432

CONCLUSIONES DEL FACTOR ECONOMICO:

-La visita de inspección de Candessus si bien manifestó su apoyo al plan económico, hizo algunas aclaraciones e insinuaciones para ajustarmás aún, logrando bajar al dígito la inflación.-

-El plan presentado por el asesor de gobierno Alvaro Alzogaray no tuvoandamiento por ahora, los responsables de la economía se manifestaron molestos con esta actitud sin consultarlos.-

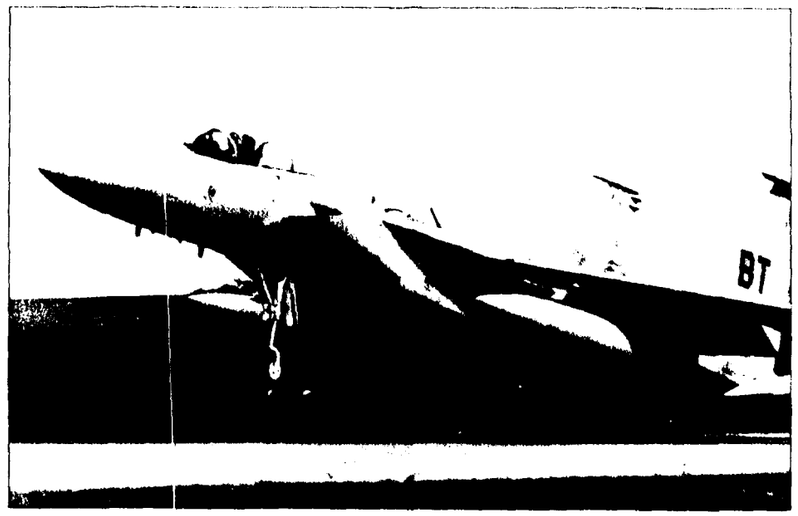
-El índice general del costo de vida acumuló en los siete meses del año 804,2 % de aumento y en los últimos doce meses el 2.047,7 %.-

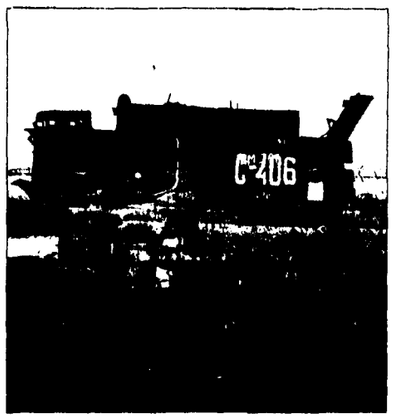
9004432

VOL 13 NO 10 10 MARCH 1990

JDW

JANE'S DEFENCE WEEKLY





NATO air power after CFE

F-117 'Just Cause' details

Cut 'Whiskey', build 'Delta'

Deserters prove Vietnam's role

Several Vietnamese deserters have confirmed that they had been fighting in Cambodia since September.

Thousand of Vietnamese soldiers have returned to Cambodia to reinforce Cambodian Government (CPRAF) troops besieged by guerrillas in the north-west of the country (*JDW* 3 March), according to Vietnamese deserters and captured CPRAF troops interviewed this week by *JDW*.

"I left Cambodia in September, but was sent back in November," said Phu Long Hip, 25, a Vietnamese soldier from southern Vietnam. "They told us we had to come back because we had not completed our mission."

First Lt Nguyen Yang Minh, 28, said he was with the 303rd division stationed in Bolang district, Battambang Province, since 1982 and did not leave Cambodia last September, when the Vietnam said it had withdrawn all of its troops.

CAMBODIA

BY NATE THAYER

BOEUNG TRAKUEN

"In July we switched to Cambodian Government uniforms," he said through an interpreter.

On his left arm a tattoo said in Vietnamese: "I have left home but I stay close to my mother." On his right arm, "Kampuchea 8/82" was tattooed.

Western intelligence officials say they recorded battlefield radio transmissions in Vietnamese language last week. They say specialists confirm they have Hanoi accents.

"Mostly we are infantry troops," said Phu Long Hip, but Vietnamese officers also command tank and artillery units.

"The Vietnamese went home, but they came back last month," said Prom Saret, 21, a Cambodian soldier captured last week by the guerrillas.

"More than 1000 (Vietnamese) lived with us," another captured Cambodian, Top Sten, said. "They are dressed in our uniforms. They came back because we could not beat the resistance alone."

USN, RNZN break ice

ANZUS

Informal discussions between US Navy and Royal New Zealand Navy officers are expected this month in the United States, *writes Frank Cranston*.

Military ties between the ANZUS-allied countries were frozen by Washington after USN warships were refused permission five years ago to visit Wellington unless they were declared "nuclear free."

However, USN technical officers have reportedly agreed to talk to RNZN officers accompanying Royal Australian Navy officers in talks over the FMC model 127 mm gun for the MEKO 200-based ANZAC frigates. The other contender for the gun is OTO Melara of Italy.

Rebels show captured arms

Below: Weapons captured by the resistance Khmer People's National Liberation Front from Cambodian Government forces at Dong Ruk. Many of these may be being pressed into service with the resistance because of shortages believed to be due to logistics problems. Weapons pictured include M16 rifles, Chinese Type CQ rifles and AK-47s. Chinese Type 53 and Type 63 light and Type 54 heavy machine guns are also visible. The anti-tank weapon appears to be the Soviet B-10. RPG-7s and M60s were also captured. The carriage mounted machine gun is of an unknown type.

CAMBODIA

Research ship order

[illegible] has announced an L[illegible]40 million Italian [illegible] order for the construction [illegible] oceanographic research [illegible]. According to Italian sources, the design of the 38 m hull of the new ships could also be used for a new class of smaller-sized coastal minehunters. This smaller length, down from the 50 m lengths of other ships being built by Intermarine such as the *Osprey* minehunters, may find a market in the Gulf.

First 'agile' test aircraft rolls out

AEROSPACE

BY J R WILSON

PALMDALE

The Rockwell-MBB X-31A Enhanced Fighter Maneuverability aircraft, pictured right after roll-out at Palmdale, California, is a joint US-West German effort to develop and test technologies for controlled, agile manoeuvring at speeds below the stall point.

The USA has invested around $135 million in the programme under the Nunn-Quayle Initiative to encourage NATO co-operative programmes. West Germany has invested about DM100 ($59 million).

The US Defense Advanced Research Projects Agency, the West German Defence Ministry and the US Navy are overseeing the project.

West Germany is responsible for about 20 per cent of the programme, although Oskar Friedrich, president of MBB's military aircraft division, said his government had authorised only a fixed contribution, "so we had to step in with MBB funds. For example, we had to put up an additional DM10 million to finish the wings."

X-31A reflects MBB's configuration for the European Fighter Aircraft. Many components come from existing aircraft, with the F/A-18 providing the canopy and landing gear components coming from the F-16.

Three reinforced carbon-carbon deflector paddles extend from the exhaust at equidistant intervals. This thrust vectoring device permits deflection of the F404-GE-400 engine exhaust at full power up to about 10 deg. That provides about 17 per cent of engine thrust in any lateral direction.

In an operational aircraft, the paddles would be replaced by an integrated thrust vectoring system, but this was not available for the X-31A.

Flight tests totalling 400 hours are scheduled to begin at Edwards AFB next month. A second X-31A, now in final assembly at Rockwell, will join those tests in June. Early next year, the flight test programme is expected to move to the US Navy's Patuxent River, Maryland, facility.

Contras 'must go'

The election defeat of the Sandinista government means major adjustments in the roles and structure of the Nicaraguan armed forces, as well as the end of the US-backed Contras.

Defeated President Daniel Ortega has made the demobilisation of the Contras a condition for transfer of power to the new government, scheduled for 25 April.

UNO President-elect Violeta Chamorro, echoing Ortega's demand, called on the Contras to "put aside their rifles," saying that "the causes which originated the civil war have disappeared."

There is less accord on the fate of the government's military forces. High-level Sandinista officials said after the election they intended to retain control over the army and security forces, although some have since appeared to back down from this position.

NICARAGUA

BY JOHN BOATMAN

WASHINGTON DC

One of the most challenging tasks will be to dismantle the well-trained, highly politicised security forces under the control of hardline Interior Minister, Tomas Borge.

One US specialist on the Nicaraguan Army told *JDW* that Chamorro would like to form a 5000- to 10 000-member constabulary force that would include the security forces as well as a drastically curtailed army, which currently numbers about 70 000.

The Sandinistas, he says, would like to retain the army, albeit sharply reduced to around 25 000 to 30 000 troops.

IN BRIEF

LANTIRN deal

Martin Marietta has received a $29.3 million long-lead production contract to provide 10 Low Altitude Navigation and Targeting Infra Red systems for Night for South Korean F-16C/Ds.

Atlantis returns

US space shuttle Atlantis returned to Edwards AFB after successfully deploying a 16 900 kg military reconnaissance satellite.

M16A2 testing

FN Manufacturing Inc has completed First Article Testing and Test Report of the M16A2 rifle, the first schedule required under a 1988 contract to supply 266 961 units to the US Army as part of the 5.56 mm Weapons System.

Joint exercise

About 5000 Czech and 1200 Soviet troops took part in a joint exercise in Western Czechoslovakia, four days after the beginning of the Soviet withdrawal from Czechoslovakia.

Iran-Soviet link

The Soviet Union and Iran are to co-operate on defence issues, according to the Iranian news agency IRNA. Iran's Moscow ambassador Naser Heyrani-Nobari, said "the main objective of the Islamic Republic was the transfer of technology for the manufacture of defensive arms."

NVA 'ineffective'

NATO sources suggest that the East German National People's Army (NVA) is virtually ineffective as a fighting force following mass defections and the ignoring of call-up orders.

RAF abandons Nimrod upgrade

MARITIME AVIATION

BY DOUGLAS BARRIE
LONDON

The Royal Air Force has abandoned a planned mid-life upgrade (MLU) for its Nimrod MR 2 maritime reconnaissance aircraft *(right)* because of corrosion problems and revised airframe fatigue estimates.

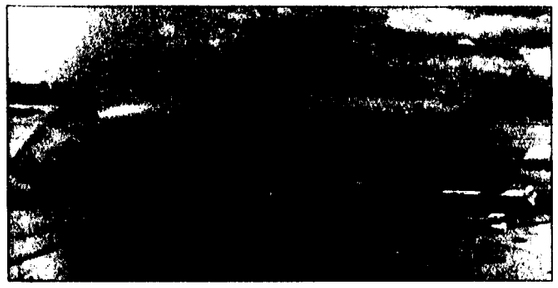
An RAF spokesman said: "We have no plans for a major enhancement programme." The MoD's Equipment Procurement Committee is believed to have questioned the value of the MLU, which would run to several hundred million pounds.

The MLU, including extensively revised mission avionics, was intended to enable the Nimrod MR 2 to serve well into the next century.

The RAF intended to keep the aircraft, the first of which entered service in 1970, flying until around 2010.

An industry source close to the programme now says: "The Nimrod isn't going to last the course, so the upgrade isn't going to go ahead." He claims the aircraft will need to be replaced by 2000.

The Nimrod airframe has suffered extensive corrosion on the control surfaces as well as on the air intakes, *JDW* was told. "The MLU is basically a non-starter because of doubts over the airframe," said another source.



He added that estimates of the airframe fatigue life had been reduced and suggested that the Nimrod MR 2 would now need to be replaced, starting around the end of the century.

The MoD is expected to make a statement on Nimrod later this month.

The upgrade was originally intended to provide the RAF with upgraded aircraft by 1995 (*JDW* 24 June).

The MLU was under budgetary pressure even before the full effect of the corrosion problems were analysed.

Rather than being issued as a single Air Staff Requirement, it was to be carried out through a number of contracts: SRA 909 was for a new acoustic sonobuoy processing suite; SRA 910 was for a central tactical system; and SRA 911 was for a mission systems integrator to oversee the programme.

Path cleared for P-7 MoU

WEST GERMANY

West Germany is expected to approve funding for the Lockheed P-7 maritime patrol aircraft next month, clearing the path for a development MoU to be signed between West Germany and the USA.

The original MoU on West German P-7 involvement was signed over a year ago, but a second MoU for releasing funds and setting up a joint programme office is still outstanding.

Sources suggest the delay in signing the second MoU is due to West German cost concerns.

AT-3 trainers test flown

Taiwan has test flown two modified AIDC AT-3 trainers to evaluate whether to upgrade its remaining 45 aircraft of this type.

The two aircraft have been fitted with upgraded avionics, including the Westinghouse

TAIWAN

APG-66 radar and fire control system. The aim of the programme is to provide the aircraft with a close air support capability.

F-117 development details revealed

AEROSPACE

BY BILL SWEETMAN
MINNESOTA

More details of the Lockheed F-117A Stealth fighter have been disclosed by Ben Rich, director of Lockheed's Advanced Development Projects division — the legendary so-called 'Skunk Works' — throughout the development of the aircraft.

Speaking in Washington, Rich said the F-117A was developed "in less time and for less cost than comparable fighter aircraft in a non-adversarial, problem-solving atmosphere using a minimum number of people."

All but two of the planned 59 production aircraft have been delivered to the 37th TFW at Tonopah Test Range, Nevada. The 37th TFW has 2500 personnel, 200 of whom live in the Las Vegas area and commute weekly on Boeing 727 airliners.

All 175 pilots that have flown the F-117A so far are volunteers with at least 1000 flying hours, mostly in fighters. "The hours are required not for proficiency but for maturity", Rich said.

Pilots learn to fly the aircraft in daytime before being assigned to one of the two operational F-117 squadrons for combat readiness training, which is conducted at night. Once they are designated combat-ready, the pilots fly up to 65 per cent of their missions at night.

Rich discussed the pilot fatigue problems which afflicted the F-117 when all operations were being conducted in the dark. Hangar doors could not be opened until 30 minutes after sunset, and "the unit didn't turn a wheel until around nine o'clock. As a result, our flying window could go as late as 3.30 in the morning."

"Pilot fatigue in such an environment is a genuine concern. The air force has worked very hard to overcome the typical fighter pilot attitude that 'it's not manly to say you're too tired to fly.' In the 37th TFW, it's considered a sign of strength to admit that you're not ready to fly." *See also p421.*

Spanish update plans detailed

NAVAL FORCES

BY FERMIN GALLEGO

MADRID

The Spanish Navy has unveiled its building programme for the next decade, its Plan de Alta Mar (High Seas), with emphasis on rapidly modernising its frigate fleet.

Under the plan, which has Defence Ministry approval, the navy will have 15 modern frigates in service by 2002 following the retirement of its ageing US-supplied destroyers.

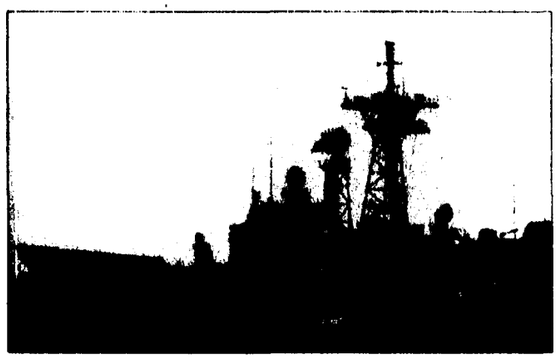
The aim is to have five modernised *Baleares* class and six *Santa Maria* class frigates, plus four of the new F-100 class to be built and designed by Bazan. Overall, the plan allows for 33 new vessels to be built.

The F-100, currently at the definition stage, is intended primarily as an ASW vessel optimised for Mediterranean operations. Its role will be to protect Task Force Alfa, centred on the *Principe de Asturias* carrier.

Four F-100s are to built at the rate of one a year from 1997 to 2000.

Beyond 2002, the Spanish Navy is looking at an advanced frigate, the F-110, to fill the requirement which was to have been met by the ill-fated NFR-90 NATO frigate programme. The first F-110 is due to enter service in 2002, replacing the modernised *Baleares* class.

The plan also spells out the Spanish requirement for fleet replenishment vessels. A fleet auxiliary oiler is currently under construction, while a logistics replenishment ship is being designed by Bazan in co-operation with Dutch company Nevesbu. The navy will also receive eight minehunters based on the UK *Sandown* design. The first is expected to be delivered in 1993 with order completion in 1998.



Santa Maria *class frigate — a total of six will be in service by 2002*

A LPD amphibious warfare vessel is expected to be laid down in 1998.

Upgrading the submarine fleet will begin in 1999 with the laying down of the first of the S-81 class boats. These will eventually replace the four S-60 'Daphne' vessels now in service. The S-70 'Agosta' class boats will undergo a substantial refit.

Rebels sign ceasefire

PAPUA NEW GUINEA

BY FRANK CRANSTON

CANBERRA

A ceasefire has been signed between secessionists on the Papua New Guinea island of Bougainville and the Port Moresby government.

The rebel Bougainville Liberation Army has been fighting the central government for more than a year.

The war has forced the closure of the large copper mine which accounts for 20 per cent of the national income. More than 100 have died in the fighting.

Under the terms of the ceasefire Port Moresby will withdraw the several hundred troops and paramilitary police which it has deployed against the secessionists.

Talks on a permanent settlement of the Bougainville grievances are expected to result in concrete proposals to the government in the near future.

Saab seeks PATS project partner

Saab Scania AB is planning to bid for the joint US Air Force/Navy Primary Aircraft Training System (PATS) programme.

Saab Aircraft Division is to offer the twin turbofan-engined Saab 2060, derived from the Saab 105 trainer/light attack jet in service in Sweden and Austria.

The PATS programme stems from USAF's decision to buy an off-the-shelf aircraft to replace its ageing Cessna T-37s. It is scheduled to take delivery of PATS aircraft starting in the mid-to-late 1990s; navy deliveries would

AIRCRAFT

BY JOHN BOATMAN

WASHINGTON DC

commence several years later. A total of 900 aircraft could eventually be procured.

Saab will have to team with a US airframe manufacturer who would become prime contractor, and with a second US manufacturer of flight simulators.

Saab Aircraft of America spokesman Ron Sherman said his company has a short-list of about five airframe makers, though he declined to name them.

The process of finding a simulator partner is not as far advanced, he added.

Only a few companies have signed PATS teaming agreements. These are Agusta and Grumman, with the Pratt & Whitney turbofan-powered S-211, and Aermacchi, which together with Lockheed Aerospace and Hughes Aircraft is offering the Aermacchi MB-339 powered by the Rolls-Royce Viper turbojet.

Saab intends to use Garrett TFE-109 turbofan engines on the 2060, although Williams/R-R FJ44s and other engines are also being evaluated.

The 2060 will feature advanced avionics, side-by-side seating, and multi-functional displays.

Detailed: F-117's 'Just Cause' role

PANAMA

BY JOHN BOATMAN

WASHINGTON DC

The US Army has revealed that six Lockheed F-117A Stealth fighters were deployed during the December 1989 invasion of Panama.

However, only two of the six aircraft were actually used in combat, according to a leading US military commander in the operation.

Lt Gen Carl Stiner, responsible for planning and executing the Panama operation, said that bombing accuracy, rather than 'stealthiness', was the main reason for using the fighters in Operation 'Just Cause', as the Panama operation was codenamed.

Of the six F-117As allocated for the Panama mission, two carried out bombing raids on the Rio Hato military base in support of a US airdrop, two others were to be used to flush out Panamanian leader Gen Manuel Antonio Noriega from a suspected redoubt at La Escondida and the remaining two were placed on standby, Stiner said.

Gen Stiner, Commanding General of the 18th Airborne Corps at Ft Bragg, North Carolina, said that once it was determined that Noriega was not at La Escondida, the second pair of F-117As were called off.

Those and the two standbys, which had been in the air, were stood down to be used in reserve roles to hit other targets, he said.

He added that the F-117As flew from the USA and back without landing, and that they had been aerially refuelled about four or five times by the time their mission was completed.

The F-117: used for its precision and because it had the "wallop"

Gen Stiner said his rationale for calling in the Stealth jets on Rio Hato was based on their ability to deliver 2000 lb (900 kg) bombs with precision. He had asked for a weapon system that could place the bombs 150 m from the Rio Hato barracks. "I wanted something that would act like a giant stun grenade so that I could stun them in the barracks long enough to get the US Army Rangers on the ground. But I did not want to collapse those barracks and kill them all (the Panamanian soldiers)."

Apart from the Comandancia, headquarters of the Panamanian Defence Forces (PDF), Stiner said he considered Rio Hato the most challenging target because it was the headquarters of two elite infantry companies, contained major arms caches and an airfield, and has NCO and cadet schools.

Gen Stiner said he ruled out the use of Lockheed AC-130 gunships in the Rio Hato mission because they cannot fire in low cloud cover.

Although McDonnell Douglas AH-64A Apache attack helicopters were considered, they were urgently needed elsewhere and in any event did not "have the wallop," stated the General.

Gen Stiner said he was under no pressure from any higher authority to use the F-117As. During a visit to Panama prior to the invasion, Stiner was given data showing the F-117A had the capabilities for the "surgical targeting" he was seeking.

He added that he did not request similar data on other delivery systems such as the F-111 aircraft. Although such aircraft might have been able to do the job, Stiner said, "I wanted at least a 95 to 98 degree assurance.

"It would have been very easy just to go in there and blow those barracks off the map and kill everybody, but I didn't want that. Our philosophy from the beginning was (to) minimise casualties, death, destruction and damage because this was a very unusual mission."

The F-117As are operated by USAF's 37th Tactical Fighter Wing and are based at the Tonopah Test Range Airfield in the Nevada desert.

Security leaks compromised US invasion

Gen Stiner has stated that the Panama operation was "compromised" by security breaches in the critical hours before the invasion was to have started at 0100 hrs on 20 December.

He said advance information available in Panama removed a critical element of surprise, giving the Panamanian Defense Forces (PDF) time to organise.

Gen Stiner listed three possible sources for the breach, which tipped off PDF officers that a US incursion was imminent.

One was that a US State Department official apparently telephoned a Panamanian friend at the Panama Canal Commission to warn him of the attack. The Panamanian then presumably warned his own friends.

The second possibility, Stiner said, was that there was a "burst broadcast" from Cuba that alerted the Panamanians.

The third case was a news report that the 82nd Airborne Division had left Ft Bragg in North Carolina and was presumed to be en route to Panama. At around 2200 hrs on 19 December, Gen Stiner continued, broadcasts from the Comandancia, the headquarters of the PDF, were intercepted. "They were saying such things as 'they're coming' and 'the ball game is at one o'clock in the morning,'" Gen Stiner said.

Crossbow 70 launched

AIR DEFENCE

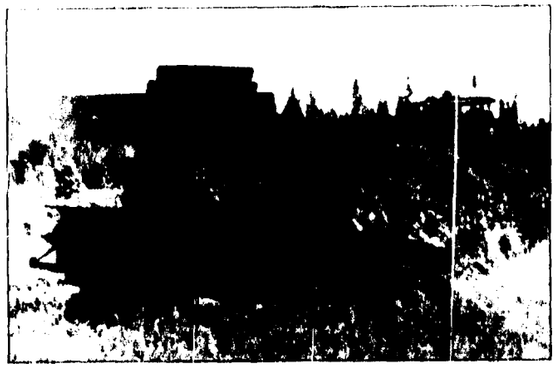
BY IAN KEMP
LONDON

Joint development of a low level air defence system for military and naval use has been started by Bofors and LTV Missiles and Electronics Group.

Crossbow 70 combines the Bofors RBS 70 surface to air missile with the LTV Crossbow pedestal weapons mount.

LTV developed Crossbow in an unsuccessful bid to meet the US Army's requirement for a Pedestal Mounted Stinger. Crossbow 70 replaces the Stinger launcher pods with 2 pods each containing two Rb70 Mk 2 missiles.

Crossbow is a modular unit which can be mounted on wheeled and tracked vehicles and naval vessels. Initial tracking and launching trials were conducted at the Bofors proving range in December, with Crossbow 70 mounted on a High Mobility Multi-purpose Wheeled Vehicle, and in January aboard a Royal Swedish Navy *Jagaren* class fast attack craft.



RBS 70 surface-to-air missile being launched from a Crossbow pedestal weapons mount during tests in Sweden

Tigers to be converted

SINGAPORE

The Republic of Singapore Air Force (RSAF) is converting eight of its Northrop F-5E Tiger II interceptors into RF-5E Tiger-Eye reconnaissance aircraft, *writes Robert Karniol*.

Modifications on the first aircraft, including changes to the forward fuselage and installation of advanced navigation/communication systems, are due to begin this month. The programme should take about three years to complete.

The conversion work is being carried out by the aerospace subsidiary of government-owned Singapore Technologies with engineering and on-site technical support from Northrop.

'Leaner, fitter' force for Soviets

The Soviet Union is continuing to modernise many categories of conventional ground-based equipment in advance of a treaty reducing conventional armed forces in Europe, according to the latest set of United States Department of Defense figures on Soviet military production.

However, the figures also reflect the decline in some areas of weapons production as a result of the Intermediate-range Nuclear Forces treaty which was signed in 1987.

SOVIET UNION

BY BARBARA STARR
WASHINGTON DC

The figures, which have been released by Paul Wolfowitz, Under-Secretary of Defense for Policy, are being used to emphasise the United States belief that the Soviets are moving towards a smaller, but more modern and higher-quality force, especially as pending conventional (CFE) and strategic arms control (START) agreements are concluded.

Testifying before the House Armed Services Committee, Under-Secretary Wolfowitz called for the United States military to move towards "more efficient role specialisation," as the Soviet threat continues to diminish.

These roles include strategic deterrence, global power projection, protection of sea lines of communication, and maintaining a secure mobilisation base, Wolfowitz told the committee.

	1988	1989	Per cent change*
Tanks	3500	1700	-51
Lighter armoured vehicles	6000	6500	+8
Field artillery/MRLs	2500	1850	-26
Artillery type mortars	300	500	+66
Anti-aircraft artillery	100	250	+150
Military helicopters	400	400	0
Fighters/fighter-bombers	700	625	-11
SRBMs	650	700	+8
SSBNs	1	2	+100
ICBMs	150	140	-7
SLBMs	100	100	0
IRBMs	50	0	N/A
LRCMs	400	400	0
Bombers	45	40	-11
Tanker aircraft	5	10	+100
ABMs	50	50	0
Strategic ground-based SAMs	5000	4000	-20
AWACS and C³ aircraft	6	6	0
Other submarines	8	7	-12
Aircraft carriers	0	1	N/A
Cruisers	1	1	0
Destroyers	3	3	0
Frigates and corvettes	5	7	+40
Minor surface combatants	51	54	+6
Anti-ship cruise missiles	1100	1100	0
ASW aircraft	5	5	0
Space launch vehicles	120	110	-8
Spacecraft	100	75	-25

*From the 1988 base year. All figures are Dept of Defense calculations
N/A = not applicable

Harrier T10s for RAF

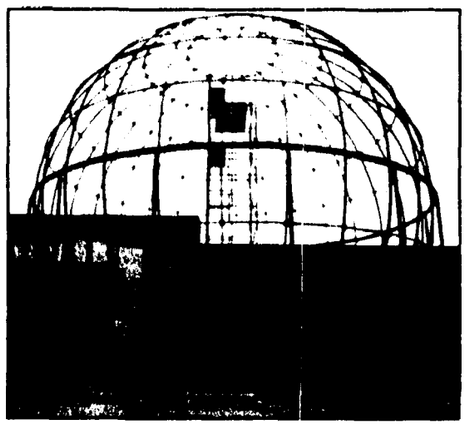
AIR FORCES

BY TONY ROBINSON
LONDON

The Royal Air Force is to order 14 Harrier T 10 trainer aircraft, with a contract value of about £250 million ($425 million).

The aircraft are similar to the United States Marine Corps TAV-8Bs, but will be equipped with forward looking infra-red and night vision systems to the same standard as the single-seat Harrier GR 7, making the two-seaters fully combat capable.

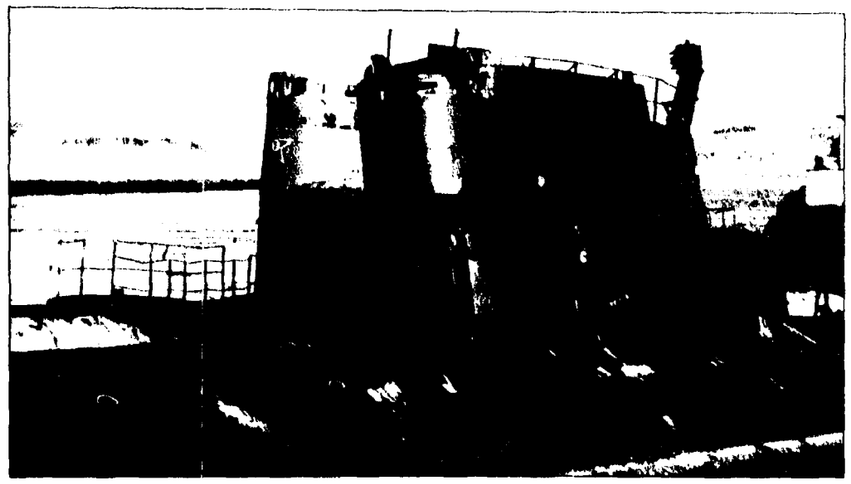
Final assembly will take place at BAe's Dunsfold, UK, facility, with deliveries due to start in early 1994.



THE EXPERTS IN CURVED SCREENS AND DOMES

3-D STRUCTURES, Inc.
R.R. 1 Box 127 Avondale Pa., 19311 USA
(215) 869-8500 FAX (215) 268-0200

Soviet submarine build continues



'Whiskey' submarine en route to the scrapyard

NAVAL FORCES

BY BARBARA STARR

WASHINGTON DC

The Soviet Union is expected to continue its current annual submarine construction programme of nine vessels this year, although total displacement tonnage launched should be slightly less than the 65 000 tonnes launched last year, according to Rear Adm Thomas Brooks, US Navy Director of Naval Intelligence.

He confirmed that the Soviets built nine submarines last year, one more than 1988.

Despite troop withdrawals and weapons cuts, there "is no indication of any slowdown" in Soviet submarine construction, Brooks told a US Naval Institute seminar. Any future slowdown is years away, he said. The US Navy notes that the much-publicised retirement of Soviet submarines in recent months generally only includes older, diesel-electric 'Whiskey' and 'Zulu' classes.

Brooks estimated that by the mid-1990s, the Soviets will have scrapped more than 100 older hulls, but only a handful of these will be modern nuclear-powered submarines.

"The picture we are left with is a substantially shrunken Soviet submarine force," said Brooks. However, he warned "it is dangerously misleading" to believe that the force will be any less capable.

Newly-deployed 'Delta IV' submarines have more missile tubes and warheads than the types they are replacing. Ballistic missile submarines will make up 30 per cent of Soviet strike capability.

In fleet submarines, Brooks predicts the Soviets will scrap some 24 hulls, including 'November' and 'Echo I' boats, in return for fielding some 18 new modern construction vessels. By mid-decade, he estimates, the Soviets will be operating a fleet of 75-80 SSNs.

Brooks said the Soviets are expected to continue to focus on building greater depth and speed parameters into new boats, aiming for a dived speed of 30 kts and a depth in excess of 1000 m.

Army unites former foes

NAMIBIA

Namibia's first national army, made up of former South African-trained soldiers and guerrillas from the South West African People's Organisation (SWAPO), has been established.

The country, which will achieve UN-supervised independence on 21 March, appears to have so far successfully unified into a single force soldiers previously on opposing sides of the drawn-out struggle.

CN-235 vies for F-27 role

NETHERLANDS

BY JORIS JANSSEN LOK

THE HAGUE

A decision is expected later this year on a mixed fleet of heavy and medium transport aircraft to replace the Royal Netherlands Air Force's ageing 12-strong fleet of F-27s.

The new force will comprise two or three long-range aircraft with full air refuelling tanker capability and about six medium transports.

Airtech CN-235s are favoured for the transport requirement, according to sources close to the project.

The need for an F-27 replacement was highlighted by the first deployment of RNlAF F-16s to Northern Norway last month.

The tanker/transport is likely to be the Boeing 707, although conversion of a widebody aircraft, or the purchase of a KC-10 Extender derivative are also being examined.

Recruitment push pays off

AUSTRALIA

More than 230 aircrew and ground technical staff from overseas services have applied for transfer to Australia following the Royal Australian Air Force's recruitment push.

A worldwide advertising campaign generated hundreds of inquiries which have been sifted to 232 firm applications. Most came from the Royal Air Force, the Royal Navy, the Royal New Zealand Air Force and the United States Marines Corps.

The first batch of overseas recruits is expected to be inducted into the RAAF by mid year.

Two Germanies weigh up military options

The military status of a united Germany in general, and the position of East Germany in particular, is set to be the main subject of forthcoming negotiations between the two Germanies and the four wartime allies, France, the Soviet Union, the UK and the United States. This is the 'two plus four formula' agreed at last month's meeting of the 23 NATO and Warsaw Pact foreign ministers in Ottawa, Canada.

The main problem centres on whether a unified Germany should stay within the military structure of the Western Alliance.

The status of France, which although a NATO member does not take part in the alliance's integrated military structure, has been cited as a possible model for allowing Germany to continue its NATO membership while taking Soviet security interests into consideration.

Various other scenarios have been put forward. One foresees a transitional period, during which US and Soviet forces would continue to be stationed in Germany, the Bundeswehr would continue to be part of NATO's integrated military structure in what is now West Germany, while national German contingents — that is, territorial army units, which are not assigned to NATO — could be stationed in what is now East German territory.

Under another option, Germany would continue to be a member of NATO, but would not allow foreign troops to be stationed on its soil.

All these alternatives, however, raise as many questions as they answer and their resolution may prove far from easy. Substantial differences of opinion are already emerging in Bonn. Defence Minister Gerhard Stoltenberg and Foreign Minister Hans-Dietrich Genscher have clashed over whether a unified Germany should remain within NATO.

Stoltenberg suggested that the "protective impact" of Articles 5 and 6 of the NATO Treaty — which state that an attack against any NATO member would be interpreted as an attack against the alliance as a whole — be applied to the whole German territory.

With reunification seemingly inevitable, Heinz Schulte considers the military status of a united Germany

While NATO forces should not be deployed in East Germany after unity has been achieved, German forces not assigned to NATO ought to be stationed there, Stoltenberg suggested. These forces would come under national German command. A united Germany, however, would continue to remain in NATO.

Stoltenberg's suggestion met with a sharp rebuke from Genscher, who is opposed to extending NATO's jurisdiction to East German territory.

Genscher sees a consensus on this matter within the alliance which cannot be undermined by the deployment of German contingents in East Germany.

Soon after, a leading Soviet expert on Germany and former ambassador in Bonn, Valentin Falin, warned against continued German participation in NATO after unity. The Soviet Union still considers military neutrality as the best option, and Falin suggested that the Soviet Union might evoke its rights as a victorious power if East Germany did not continue to fulfill her treaty obligations.

This warning has been repeated several times by senior Soviet officials, including President Mikhail Gorbachev and Foreign Minister Eduard Shevardnadze.

In the meantime, Chancellor Kohl reaffirmed the stance of the Bonn government last month during his meeting with US President George Bush at Camp David. West Germany's continued membership in the Atlantic Alliance would not be extended to East Germany, Kohl said. He added that the military status of East Germany would have to be negotiated with the new East German Government and in close consultation with the four victors.

Similar problems arise when considering how the armed forces of East and West Germany might be brought together to create a single, national army. The Bundeswehr consists of the field army, comprising 12 divisons assigned to NATO, and the territorial army, which fields the West German contribution to the Franco-German brigade, as well as six cadre home defence brigades and nine home defence regiments.

East German Defence Minister, Adm Theodor Hoffmann, has proposed that a united Germany should field between 200 000 and 300 000 troops in a federal army which would be made up of Bundeswehr and National People's Army (NVA) units. However, he added, a united Germany could not be a NATO member.

In addition, Hoffmann suggested that the East German Army should be reorganised into a 70 000-strong professional force, for defensive purposes only, by 1993.

Bonn military sources portray this as a desperate attempt to halt the erosion of the NVA — many thousands of East German troops are believed to be absent without leave — by presenting the professional cadre with an attractive future.

The military posture of a reunified Germany is sure to be a central issue in the forthcoming East and West German elections. **JDW**

China's changing doctrine

As the PLA modernises its forces to accommodate the doctrines of 'peripheral defence', G Jacobs examines the military thinking behind such moves

Recent Chinese military writing has focused on military modernisation as it relates to China's current 'peripheral defence' doctrines.

The *Liaowang* weekly overseas edition carried an article summarising PLA accomplishments in the modernisation of three armed service components, in which it noted that motorised troops now comprise one-tenth of the army's total strength.

This meant several thousand trucks and APCs distributed among several hundred thousand troops.

According to the article, the military factories can now produce about 10 000 military vehicles annually.

Liaowang indicated that the People's Liberation Army/Navy (PLAN) had improved 'combined arms' operations and that the navy would develop further in this direction. Its marine corps (*den lubu-dui* or 'landing force'), it noted, would be developed into a modern force capable of conducting amphibious landings, defending coastal bases and islands, and supporting other military operations.

Such a programme is consistent with recent Western observations regarding increases in the PLAN's naval forces and China's multi-service 'peripheral defence' doctrines.

The 'peripheral defence' doctrines focus on employment of military forces for limited political objectives and what the Chinese term 'shallow battlefields'. The doctrine represents a bridge between the strategy of 'active defence' at home and limited operations in geographic regions bordering China.

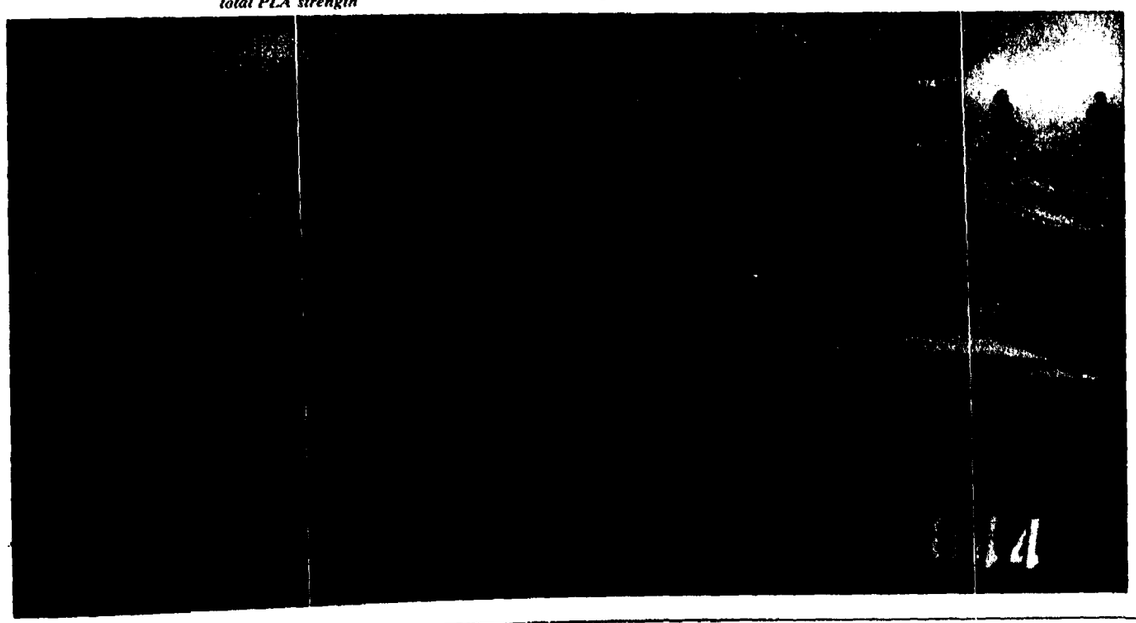
It is a strategy that has similar foundations to the mid-1970s debates among Legalists and Confuscianists, and one that will place a premium on the PLA strengthening strategic border areas, but without the earlier emphasis on Maoist 'People's War' concepts.

Senior Chinese military leaders have concluded that Soviet perestroika *does mean an increasing likelihood of peace in this decade*

The Chinese appear to view 'People's Wars' as a difficult strategy to conduct when a potential aggressor like the Soviet Union possesses such an overwhelming force of armour, speed and firepower.

China recognises itself as primarily a regional power; even the Western terminology of 'strategic deterrence' is lacking in Chinese defence concepts.

As a regional power, the PLA must be prepared to deal with three kinds of



Chinese mechanised infantry on manoeuvres. Motorised troops now comprise one-tenth of total PLA strength

'localised wars': regional, bilateral, and unilateral.

The Chinese are already changing their view of the Soviet military threat in the north.

One article in *Liberation Army Daily* noted the changes in Soviet military doctrine, President Mikhail Gorbachev's emphasis on "sufficiency" of military forces and the shift from offensive to defensive forces.

In the Chinese view, it is a defensive strategy that fits well with current Chinese concepts of limited political and offensive military objectives in future local wars.

Senior Chinese military leaders have concluded that Soviet *perestroika* does mean an increasing likelihood of peace in this decade, as long as Gorbachev remains in power (though they are highly critical of these reforms as 'subversion of socialism' and an undermining of the Communist political power base, especially after the overthrow and execution of Romania's dictator Nicolae Caeusescu).

Author Jean V DuBois's *New directions in Chinese strategy* (*International Defence Review*, No 11/89) states: "The PLA was in danger of becoming an army without coherent doctrine or motivation" — an interpretation that this analyst disagrees with.

China's Group Armies' reorganisation and 'combined arms' doctrines have been in place since the late 1970s; only the latest concepts for their use being promulgated since the mid-1980s under the banner of 'peripheral defence' concepts.

The *houfa zhiren* or 'strike-back' doctrines represent a new evolution of the 'peripheral defence' concept, one that places a premium on limited retaliation and seizing the initiative during any future conflict around China's borders.

In the Chinese view, it is a defensive strategy that fits well with current Chinese concepts of limited political and offensive military objectives in future local wars.

The Chinese are clearly anxious to expand their 'combined arms' forces into more mobile and flexible organisations.

There remain limitations, most of which are technical in nature.

The Military Council released a directive in September 1985 stating that the PLA/Air Force (PLAAF) military transport forces were to be placed under centralised leadership and new management — and greatly augmented. It appears the programme is presently on hold for budgetary reasons.

Since 1986, there has been an expanded and regular working relationship between PLAAF authorities and civil aviation authorities, for which the latter undertakes military air transport tasks at the former's request.

So few are the airlift forces that the PLA contracted with civil airlines in the airlift of 14 000 PLA recruits and veterans to and from Tibet last spring.

To support the AEW/C³I requirements for employment of rapidly deployable forces, China is obtaining assistance from Israel.

An Israeli company is reportedly undertaking conversion of a Shaanxi (STAF) Yun-8 (An-12/Colt) transport for conversion to airborne early-warning configuration, with solid-state L-band conformal phased array antennas, monopulse IFF and a possible ESM system.

Such a system would support PLAAF air defence efforts with rebuilt Shenyang (SAC) Jian-8 (J-8-II) interceptors in north-east China as well as distant over-water operations in the South China Sea. As with many earlier ground forces modernisation programmes, Israel has remained a key source of Western technology.

A new doctrine maybe premature: any effort at change in the immediate future will be difficult — if done for non-political reasons — given reduced budgets, depressed morale and isolation from many foreign technologies. **JDW**

New doctrines, new uniforms: as the PLA moves away from the ideology of the 'People's War', the traditional Maoist uniforms have disappeared

As the new 'peripheral defence' doctrines place an emphasis on strengthening key border areas, Chinese amphibious capabilities will become increasingly important

Alliance approach outdated

Although Hungary opposed new CFE manpower levels suggested by the Soviet Union and East Germany (*JDW* 3 March), it was not the first time that Hungary has differed with its Warsaw Pact partners.

On aircraft, for example, Hungary believes that all combat aircraft must be included in CFE — yet, formally, it still supports the Soviet position.

"We have accepted the Warsaw Treaty proposals only to enable the treaty to move forward," the Deputy Head of the Hungarian delegation, Dr Istvan Gyarmati told *JDW*. "But our national position is that all land-based combat aircraft must be in.

"However, interpretation of the situation can be different; some of the more pessimistic countries believe that the positions on aircraft are too far apart.

"Although the numerical parameters proposed by the Soviet Union and NATO are far apart — and I would like to underline that on the one hand there is a NATO proposal, on the other, a Soviet, not a Warsaw Treaty proposal — NATO has for the first time accepted the notion of a specific category and limitation for air defence aircraft, while the Soviet Union has agreed to include all its combat aircraft, except land-based naval aviation.

"The situation should be interpreted as that the conceptual framework has been found. This may look a little bit too optimistic, but we don't share some people's feelings that the issue must be postponed for CFE-2."

Gyarmati sees a need for CFE-2, although he thinks it should be within a wider framework. This could include the 35 nations presently involved in the Conference on Security and Co-operation in Europe process, that is all European nations except Albania, and the USA and Canada. He sees the prospect of a re-united Germany as crucial to the future of CFE — and of the Warsaw Pact.

"Almost certainly, we think, German reunification will have one very important consequence: the break-up of the Warsaw Pact. If East Germany leaves the Pact, Hungary would have great difficulty not to do the same. The end of the Pact would mean that the present CFE framework will not survive German unification."

Gyarmati also believes that CFE is being left behind by political developments in Eastern Europe.

"The bloc-to-bloc approach inherent in the CFE mandate has been overtaken by events. However, we understand that the necessity to reach an agreement as early as possible — and certainly in 1990 — is so important that we cannot change the structure. But if we keep the bloc-to-bloc approach, putting ceilings on alliance forces, then the treaty may not survive its signature. Therefore, we have proposed strengthening national obligations under the treaty."

On the last day of Round V, Hungary circulated a statement which sought to create a framework setting out each CFE signatory's national obligations, reinforcing Hungary's concerns that the alliance-based approach is fast becoming irrelevant.

Gyarmati explained the main points of the statement. "First, that every country declares, at signature, which national ceilings that country will want after the common ceilings have been established. Second, these holdings can be changed only, one, if the change does not result in exceeding the common ceilings; two, the country can reduce its forces further, and so create headroom in its national ceiling, but that would not automatically create the possibility for other forces in these alliances to use that headroom" — that is increase their own national holdings to compensate for another nation's reductions.

Although Hungary's armed forces are already set to be reduced by around one-third (*JDW* 3 February), Gyarmati believes that CFE will mean more cuts.

"My guess is that the final result will be that the armed forces will be reduced to about 50-55 per cent of present levels, in personnel terms. In other fields it may be less. By that, I think, for example, the present strength of 1500 tanks will be reduced to about 600-700."

French coming to terms with cuts

French Defence Minister Jean-Pierre Chevènement has pledged that France would bear its share of cuts resulting from CFE, *writes J A C Lewis*.

"France will, in due time, take part in reductions," Chevènement *(right)* told French radio, although he refused to be drawn on the scope of the cuts, saying only that the issue was "currently under study."

The Minister's words appeared to differ from his earlier claim that CFE would not bring any substantial drop in French arms levels (*JDW* 10 February).

Analysts say his latest statement reflects the French Government's growing realisation that France could not hope to avoid making significant reductions.

In Brussels, a source close to the High Level Task Force, which is helping to craft Western CFE proposals and is expected to play a key role in apportioning any cuts required, said that France, which does not belong to NATO's integrated military structure, had given the strong impression that French cuts were on the cards.

"The French have generally played it straight in tabling their inventory and saying where cuts might be envisaged. They haven't taken any initiatives, but neither has there been any visible foot-dragging."

However, a French diplomat in Brussels appeared less convinced of his nation's willingness to embrace CFE cuts.

He said that Paris might be prepared to jettison some MBTs, armoured fighting vehicles and artillery, just as it could envisage scrapping some combat aircraft to save its force of Mirage IV nuclear bombers.

"In short, France will brook no cuts that could weaken its *force de frappe* (independent nuclear deterrent), jeopardise French security interests, compromise its concept of a European defence or hit its capacity to carry out its overseas missions," the diplomat said. "That means there will be few meaningful reductions, if any."

Israel's road to reform

Israeli companies must adapt to changing needs, Director-General of the Israeli Defence Ministry Gen David Ivry tells Peter Allen-Frost

Israel's defence and allied industries employ up to 60 000 people, with annual exports in the region of $1.5 billion. However, "basing oneself on the large-scale production of defence exports is very risky," said Gen Ivry.

"Defence products are only as stable as the countries purchasing them. Regimes change, one no longer has control, one cannot keep check of what is happening in all countries. A downfall of a particular market can cause the business downfall of the whole country.

"For several reasons, the world faces defence cuts, and competition is becoming more difficult. Whoever does not see this or correctly read the map will simply face more difficulties. Thus we must seek viable civilian alternatives."

Ivry stresses that Israel has a continuing local security need. However, increased efficiency means that fewer people needed on production lines. "Instead of firing those not needed, we hope to find employment for them in civilian industry," Ivry says. He said the objective is not to transform the entire Israeli defence industry into civilian projects, but "rather turn a part of the defence production into civilian production."

In addition, the defence establishment plans major changes for MoD-owned defence industries such as the TA'AS military industries and Rafael.

Ivry said TA'AS, whose sales in 1988 amounted to $650 million, of which $460 million was accounted for by exports, will formally become a limited company "within a matter of weeks," once problems involving work relations, pensions, etc have been solved. While owned by the Israeli Government, it will operate on commercial lines, rather than having the defence ministry met its expenses.

Rafael will remain as a defence ministry unit "dealing only in direct defence," said Ivry, but will form subsidiaries which will look for civilian applications for its products.

Rafael has been criticised for having grown at what was described as an inflated rate. Though Ivry describes it as one of the most advanced R&D industries in Israel — in some fields, in the world — "it grew beyond the proportions of the budget we could allow. Therefore we have reached a situation there that we must fire people. An alternative solution is to make a partial transition towards export. We are working towards both ends to achieve an economic balance."

Another government-owned company under scrutiny is Israel Aircraft Industries (IAI), which made the transition from a defence ministry unit to a limited company with its own board of directors. Israeli Finance Ministry officials say the company has received $2.5 billion in orders to be filled over the next three years. This should make IAI a more attractive proposition when, as planned, shares are offered for sale as part of Israel's privatisation plans.

Ivry believes Israel has four years to adapt its defence industries to the changing realities, "to prepare products so we can compete in other fields."

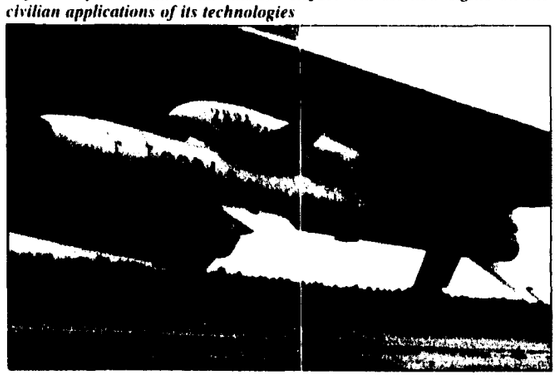
"Testing and control systems, for example, are one aspect of where we can adapt to civilian fields. If someone produces systems of such a high reliability that when you shoot or press a button you hit the target, then this is quality control which can be utilised in very precise testing equipment, which for example is good for medical equipment."

Another area of application, he said, "is in programming capabilities — taking large amounts of parameters, checking them and getting results. Defence know-how can be used in a wide range of disciplines."

The US reappraisal of defence issues and budgets has affected Israel. The Israelis receive US$1.8 billion in military aid annually (mainly credits) which, Ivry said, is eroded by the regular fall in the purchasing power of the dollar. "If it continues as it is now, then each year we buy some 3.5 per cent less in real terms."

How does this erosion affect the Israeli Defence Ministry? "If US military aid continues at $1.8 billion per annum then it's reasonable. But if the USA reduces it, then we face a security problem, mainly in our defence purchases. Most of our own budget goes towards maintaining our forces — we rely mainly on the USA for acquisitions. So any cut in US funding will make it very difficult for us to buy what we need." **JDW**

Rafael's Python-3 air-to-air missile. Rafael will set new sights on the civilian applications of its technologies



IAI's TCM-20 dual 20 mm anti-aircraft gun mount — IAI's $2.5 billion order book will make its share sale attractive

El Regimen de Li Peng.
150290
90.08.01.
10158.
11164.
11302.

ENTRADO VK
CRUZADO VK

INSIDE CHINA MAINLAND August 1990

29/8/90

INSIDE CHINA MAINLAND

Vol. 12 No. 8 Issue No. 140 ISSN 0250-961X

August 1990 INSTITUTE OF CURRENT CHINA STUDIES P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, R.O.C.

BEIJING STUCK BETWEEN A ROCK AND A HARD PLACE

ENTRADO
CRUZADO

(Hong Kong, The Nineties Monthly[九十年代月刊], June 1990, pp. 44-45, excerpts)

Li Peng Regime in Dilemma

(The author, Chen Yizi, formerly served as Director of the Research Institute, State Economic Structure Reform Commission. He now resides in America as Director of the Modern China Research Center.)

The forecast for the immediate future of the Li peng regime may be summed up in the phrase "a harrowing year on a storm-tossed sea."

In the aftermath of the June 4th Massacre, the trend toward free marketization of the Chinese mainland economy is now being replaced by central planning; political reform in the direction of democratization is being supplanted by centralization of power; the development of a more pluralistic cultural and intellectual environment is being replaced with authoritarianism. Every talented person who has made a contribution of note in any sector of the society during the past ten years has now either been imprisoned, put on the wanted list, criticized, or totally silenced. the June 4th Massacre has thoroughly destroyed the last thread of hope the people had in the Chinese Communist Party and the communist social system. The basis of the Communist regime's claim to legal respectability has now utterly collapsed, and it cannot keep itself from becoming a bodiless head.

Trouble Ahead

On every question of importance, the Li Peng regime is in a dilemma. It would like to press forward with greater centralization of power, but it lacks the means to effectively do so. It opposes reform, but it doesn't dare to openly criticize it. It pays lip service to strengthening ties with the people, but in fact it is not promoting a system which is of benefit to the people's development or welfare. In the end, everything it does is in its own narrow, minority self-interest.

In fact, every major policy of the Li Peng regime is at odds with the demands of the people as well as with the tide of world developments as a whole. The strengthening of central planning, for example, can only bring back the economic stagnation of bygone days, throwing the Chinese economy into a complete mess. Increasing centralization of power cannot provide the basis for the people's free development; it can only exasperate antagonism between the Li Peng regime and the people. That regime perfunctorily criticizes official corruption but it cannot deal with the most egregious official corruption among the ranks of its own top managers. Even less is it prepared to take substantive measures against the corruption which it publicly decries, for corruption is a hand-in-glove feature of the present political system.

This present situation is no accident. It has been determined by the conflict between the road being pursued by the Li Peng regime and the overall momentum of historical forces. Any political regime which does not have the support of the people cannot persist. The bayonets and tanks of June 4th Incident have shocked the Chinese people into an unprecedented awakening to reality, bringing them into a rancorous confrontational relationship wiht exactly this sort of regime. Lies can prop up appearances for a time, but their lameness must inevitably become obvious.

Wherever one goes on the mainland one finds a surly, silent, uncooperative attitude among the people. Chinese youth just look for fun and chances to let off steam from pent-up frustrations; intellectuals are groping for a way out of their sufferings; laborers are spiritless and lazy. More importantly, Communist Party cadres gravely doubt the wisdom of the present social system and its line of development.

Can anyone so defiant of all standards of decency, anyone so lacking in virtue, knowledge, or talent, anyone whose hands are so blood-stained as Li peng's long lead the Chinese people? As an old saying goes, "Thousands of accusing fingers point, and death beats sickness to the punch."

Ideological Clash

The next question is how long the Communist hard-line stance in general can last. Hard-liner policies are in sharp conflict with the social situation which has come into being as the result of the past 10 years of political and economic reform, and I believe that this conflict will bring about the rapid downfall of the hard-liners. Prior to the reform movement, the central government received 70% of total government revenues, while local governemtns received only 30% of the total. After reform, the central government now receives 30%, local governments 70%. Local governments and enterprises must inevitably oppose and stymie hardliners' efforts

34

900443

to return to the old dispensation because allowing them to do so would of course damage their new-found economic muscle of the local governments and their industries.

Of 80 million agricultural laborers who are having to find new, nonagricultural employment at a time when the rural industrial sector is on the downturn, 25 to 30 million will end up unemployed. The pressure exerted by these people is an important factor contributing to social instablity. While tight economic policies have succeeded in bringing spiraling demand and inflation under control, it has brought on structurally inherent shrinkage of the economy as a whole, weakness of the market, and a decline in living standards. Forced purchases of government bonds and treasury bonds, government nonpayment of funds, and partial payment of wages, are other important factors which will fan discontent at every level in the society.

The people's dissatisfaction can only mount as the Li Peng regime pushes them to forget what they have withnessed happening abroad, give up reform-stimulated prosperity, and go back to the good old days. Political freedom was originally quite limited in Communist China. There was no freedom to move, no freedom to choose one's vocation, no freedom of speech, no freedom of the press, no freedom of political gatherings, etc. The recent decade of reform brought about a tremendous liberation of the people's political awareness. If people were not allowed to speak from the moment of birth, they would think themselves unable to speak; but if they are first allowed to speak and then later forbidden to do so, they will of course be unhappier than if they had never been allowed to speak. therefore, a return to the days of the Cultural Revolution can only engender extreme feelings of resentment and the most resistance in political sector.

In Transit

An even deeper cause for resentment and resistance is that in the midst of an developing nation's transition from a subsistence economy to a surplus-production economy, the requirements of its people begin to broaden, and they demand greater diversity within the economic structure. The very process of development requires that the economic structure undergo adjustments. For one thing, those adjustments must address the fact that economic pluralism accompanied by growing disparities in income and a widening gap between the rich and the poor will bring about social instability. Political discontent will likewise grow if rising levels of education stimulate the people's desire to participate in the political process but the existing system of governance is unable to assimilate this demand for participation.

Thus, development inevitably occasions problems which are not easily solved. If we add to these problems the fact that mainland China's political system not only shows no flexibility but is now following a regressive course, we get a much more complicated pattern of aggravations. The contradiction between the unavoidable requirements of development on the one hand and the stagnation of the political system on the other has necessarily resulted in political, economic, and social instability.

At the same time, developments in the international arena, especially those in the soviet Union and Eastern Europe, have dealt the present political regime of China a critical blow. Under these circumstances, the only way out for China is continued reform. It is for this reason that the hard-liners' stance cannot but collapse.

Future Shock

The Chinese mainland has entered into the culminating days of a period of multi-layered convulsion. What alternative scenarios might we expect in the coming days given this situation?

Is it possible that mainland China will come under a military dictatorship or that it will be partitioned into multiple warlord domains? This is the scenario which we most abhor. However, it is also one which cannot easily occur because, whether we look at things from the standpoint of international relations, purely domestic considerations, conditions within the ranks of the military, or conditions within the present leadership, the necessary preconditions for this eventuality do not exist. Furthermore, looking at just the military command part of the equation, and considering the impact which the 1989 democracy movement had upon the military rank and file, it is not a foregone conclusion that if another June 4th type massacre were to occur, the rank and file would not mutiny.

Another scenario is that a rift may widen between central and local government units. While local governments cannot plausibly set themselves up as autonomous military powers, is it nevertheless not possible for them to organize themselves as autonomous economic units, using the economic clout which they already have to counter central government power? As I see it, this possibility is quite likely. I think we will see a movement toward a new balance between strengthened local governments and a weakened central government.

Succession Theory

There is still another possibility: amidst the movements and struggles during the past decades, opposition to the present regime will at first be kept in check, and its second-generation successors will persist in obstructing change and putting off thorough reform. The ineffectuality of their policies, however, will ignite occasional social conflagration here and there and lead to a final all-out convulsion.

Regardless of which scenario is played out, many options will be open to us. Especially during a period of great convulsion, it is quite likely that we will see dramatic shifts in political power configurations at all levels of organization. to wit, I foresee the formation of a grand coalition of democratic reform elements within the Chinese Communist Party, within every sector of the mainland Chinese society, and within Chinese groups in Taiwan, Hong Kong, and elsewhere which will transform the Chinese mainland polity. The likelihood of this happening in the next five to eight years is very high, yet we must actively strive to make it come true.

I Can Wait

The time of execution arrived for a prisoner given the death sentence. The police called him awake and asked him what he wanted for breakfast. The prisoner was taken aback for a moment, and then said, "I feel like eating everything I love eating." "Ah yes. I know," said the prisoner to the policeman, "My favorite food is peaches."

"This is wintertime. Where are we going to get any peaches?", the policeman replied in an exasperated tone.

"That's alright. I can wait!"

YET ANOTHER PROGRAM LOOMING

(Hong Kong, The Perspective Monthly[南北極月刊], June 18, 1990, pp.59-60)

CCP on Verge of All-Out Anti-Zhao Purge

"Determination of the appropriate response to this sort of social disruption, which violated national law, depends upon an analysis of subjective and objective factors at that time. the decisive factor is the fact that there was a difference of opinion within the Party's leadership. Zhao Ziyang committed the mistake of supporting social disruption and dividing the central leadership, leading to a delay in adoption of appropriate measures and leaving no choice but to adopt the measures which were subsequently taken."

This is the Chinese Communist authorities' latest explanation of the June 4th Incident published in the June 11 overseas edition of the weekly magazine "Outlook."

Judging from this essay, entitled "Telling the Truth on the Anniversary of June 4th," the position of the CCP authorities is unequivocal; Zhao Ziyang is blamed not only for supporting social disruption and splitting party ranks but for the resultant necessity of having to "quell anti-revolutionary violence."

Good V. Bad

Not long ago, the evaluation by Li Peng, Deng Xiaoping, and Jiang Zemin of the June 4th Incident seemed to show signs of moderation and this led many foreign analysts to believe that the Chinese Communists were showing "repentance." Subsequent facts have proven that this presumption was too naive. New China News in Hong Kong has recently issued an essay in which it details the contents of a conversation between Deng Xiaoping and West Germany's Helmut Schmidt in order to correct the misperceptions of outside observers. Said Deng, "We have never blamed the students. It was a matter of problems within the Party — including high-level party members." Deng added that a lot of students were sucked into the movement because of the mistaken belief that they had strong supporters within the Party. "Supporters within the Party" of course refers to Zhao Ziyang.

Form this we can see that the Chinese Communist "repentance" theory does not have a leg to stand on. If there was ever any doubt on this point, it was cleared up during a Xinhua News Agency broadcast of an interview granted by Jiang Zemin to American television reporter Barbara Walters; The word "mistake" was slipped from a sentence in which Jiang said, "We will learn a lesson from this mistake."

Time Table

News reports from Beijing have it that once the sensitive period of the June 4th anniversary has passed the authorities will conduct an adjudication of those directly involved in last year's democracy movement. Some of the officials and intellectuals who played a direct role in the organization and planning of that movement will be indicted and sentenced. The authorities are particularly emphasizing "organizers" and "planners," not mere "supporters." The list of names such as Dai Qing, Zhou Duo, and Gao Xin who have been released are all in the "supporters"

News sources also state that the so-called "organizers" and "planners" supposedly refer mainly to members of a Zhao Ziyang "braintrust" and certain intellectuals including Zhao's political secretary Bao Dung, the State Economic Structure Reform Commission's representative in America, He Weiling, and Others. In the event of conviction, they may be sentenced to more than 10 years' imprisonment.

In an interview in Hong Kong, Shanghai mayor Ju Rongji made disclosures from which we can draw certain inferences. He told reporters that the only person formally arrested in Shanghai at the time of the disturbance last year was Hong Kong student Yao Yongjan. As for the novelist Wang Ruowang, Ju said he hoped that he would soon be released. The case of "World Economic Review" journalist Qin Benli, said Ju, is a matter of party regulations and will be decided in accordance with those regulations.

The situations of these three people — Yao, Wang, and Qin — can serve as a representative portrait of the fates of those involved in the 1989 democracy movement. Yao Yungjan was deeply involved in the 1989 democracy movement, having organized the "Self-uplifting Confederation" and the "Dare to Die Battalion" which stormed Shanghai government offices — "offenses" which cannot be considered minor. In view of the simplicity of his background and because he was a Hoong Kong resident. However, it was apparently judged that his release would have a moderating influence on the high emotions of the Hong Kong populace. Thus, in spite of the gravity of his misdeeds and with seemingly no hope of being released, he was nevertheless miraculously freed and sent back to Hong Kong.

As for the author Wang Ruowang, who has dared to challenge the thought of Mao Zedong and has long been a thorn in the side of the Communist authorities, it was only natural to expect that he would be "detained and questioned" for having gone into the streets and publicly supporting the students. Judging from Mayor Ju's words, Wang's release is not far off in the future.

Kind Regards

In contract with the authorities' gentle treatment of Yao and Wang, it is how they regard Qin Benli which gives us pause for concern. The "World Economic Review" has been branded as Zhao Ziyang's mouthpiece and those working for it as being among Zhao's braintrust, including journalists Yen Jaichi and Su Zhaozhi, whom events have left stranded abroad. All three of them published a long series of articles to muster public opinion in support of Zhao Ziyang's reforms.

To a Communist Party which regards public opinion as a "vital root," those articles constitute a major source of the "disruption" and "anti-revolutionary violence," and the Party will not deal leniently with the matter. As an example of how sensitive the Chinese Communists are to the guidance function of public opinion formation, of the troops deployed on the eve of the Tiananmen bloodbath, some soldiers were disguised as civilians and sent into the city ahead of the others to occupy the television

deification of "Mao Zedong Art and Literature Thought" with emphasis on how this is to guide the world's concepts of art and literature, as well as creative and theoretical research. Second, the persistent criticism of those concerned with "bourgeois liberalization", those "foreign compradors" and "magnates of foreign business firms" who would twist art and literature to fit "their capitalist aims". third, the censure of those involved in the worlds of art or literature who "slander or deliberately belittle" Lu Xun, Guo Morno, Mao Dun, Zhao Shuli, He Qifang, or other "revolutionary writers", or who "try vainly to apply Hu Shi Art and Literature Thought to clearly oppose Mao Zedong Art and Literature Thought", and moreover oppose "Mao Zedong Art and Literature Thought" and the "socialist art and literature" of CCP leaders. Fourth, praise Deng Xiaoping's so-called "perspective on revolutionary art and literature", emphasize the carrying on and development of Deng Xiaoping's "Mao Zedong thought", and raise "opinions of a guiding nature" with respect to "anti-bourgeois liberalization".

The "minutes" of the "Dalian Conference" and those of the Cultural Revolution "Army Forum on Art and Literature", headed by Jiang Qing and Lin Biao, amount to the same rubbish. The "Treatise on the Dictatorship and Lin Biao, amount to the same rubbish The "Treatise on the Dictatorship and the Black Line of Art and Literature", concocted by Jiang Qing, rings a bell when compared to the Dalian Conference's "Black Tide of Hu Shi Art and Literature Thought" and the "rampant flood of bourgeois liberalization".

Yenan Spirit's Stress

The "China, Yenan Spirit Research Conference" was opened in Beijing on May 18th according to the plan of Peng Zhen. The honorary chairman of the conference was also Ping Zhen and was presided over by current Political Consultative Conference Vice Chairman and former First Secretary of Shanxi Province, Ma Wenrei.

At the opening of the conference, Ma Wenrei declared that the "Yenan Spirit" feared neither hardship nor suffering and never bowed it's head when faced with a formidable enemy, but was the spirit that dared to conquer any hardship and vanquish any enemy. In keeping with this tone, Peng Zhen told the assembly that the spirit of Yenan was the "crystallization" of the CCP's "experiences of revolutionary struggle" and "the spirit of great victory that is achieved through the overcoming of a powerful enemy."

This "research conference" put special emphasis on the "fearless meeting of hardship" and the "struggle against enemies" as it applied practically with "international environment". On the one hand, the people should face the sanctions placed on China by foreign countries with the same "fearless meeting of hardship". The people should "contribute selflessly" to the Party. This, along with the entreaties urging observance of the "Lei Feng Spirit", amount to idiotic propaganda. On the other hand, the consciousness of the people with regard to "facing enemies" must be strengthened and opposition to the "Soviet-Eastern European Wave" (the Soviet and eastern European wave of revolution) and Western ideological trends be fostered.

This "research conference" makes it obvious that the CCP's "Intractables" reject notions of democracy and are maintaining a "closed-door" policy with respect to Western civilization. This appears to be a step backward for reform.

Yenan Spirit Conference

From the composition of the "leadership" of the "China, Yenan Spirit Research Conference" it's not difficult to discern the "intractable faction's" anti-democratic attitude and lack of modern thinking.

This "research conference's" oldest member, 88-year-old Peng Zhen, is a bona fide disciple of "religious Maoism", having used a great deal of energy to lash out at the free hiring of workers to engage in production and the "Wenzhou Model". In 1986, after taking part in his deposition, he cooked up charges against Hu Yaobang. He is not in charge of the ideology of art and literature, yet he convened the "Yenan Art and Literature Old Soldiers" for a conference to propagate Mao Zedong "Yenan Lecture" spirit. The 78-year-old conference chief, Ma Wenrei, is also famous for his dogmatism.

The vice conference chief and most of the consultants are 70 to 80-year-old men and a good many of them are also confirmed "intractables". Out of the five vice conference chiefs, Wang Pu, Yang Zhilin, Qiang Shaochu are all old, retired, longtime CCP cadres, while the pragmatic Yu Wen and Huang Gang are known in cultural circles as the most vigilant left wing fighters.

72-year-old Yu Wen, originally occupied a "second line" position by holding an "in name only" Deputy Director of the Nationalities Committee in the National People's Congress. But because of his past close association with Wang Zhen and Deng Liqun, he was able to stage a comeback after June 4th and become the Deputy Secretary of the Academy of Social Sciences and Vice President of the Academy. The position he holds at the Academy is only slightly inferior to that of Hu Sheng, and was responsible for rehuffling the positions of certain members of the leadership at the Academy following June 4th.

Political "Intractables"

Huang Gang, a extreme left-wing arts and literature hatchet man, published his "Report on Literature" in the early eighties. At that time, he, along with Liu Baiyu, the Cultural Minister in the Military General Political Department took part in the "Anti-Bourgeois Liberalization Campaign" under the command of Hu Qiaomu, led the struggle sessions against Bai Hua and his book "Portrait of a Fanatic", thus earning the title Yao Wenyuan II by those in art and literary circles.

Consultant Huang Huoqing, formerly of the CCP Public Inspectorate Office, has used his position as the Chief Inspector to implement a virtual dictatorship. Fang Qian, He Jinnian, Mo Wenhua and Wei Chuantong are all military men around 80 years of age and find no common ground with "modernist" thinking. Xiong Fu, Wu Lengxi, He Jingzhi, and Lu Ji make up the dogmatic extremist contingent in both political and cultural circles. Xue Ju, former Zhejiang Provincial Communist Party Secretary, now serves as Vice principal of the CCP Cintral Party School where he buries himself with the management of the "anti-Bourgeois Liberalization Campaign" through repeatedly citing Jiang Zemin's speech on the "three things that must not be underestimated": 1) Never underestimate the influence which the international enemies will undergo peaceful transition process in the socialist countries; 2) Never underestimate the damage that will be inflicted on the CCP's constructive creations by the rampant spread of petty bourgeoise thinking and bourgeois liberalization; 3) Never underestimate the chaos created inside the CCP or the tremendous loss of real work that was caused by Zhao Ziyang's mistakes.

9004434

PAYING A SMALL PRICE FOR A BIG HOAX

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly[爭鳴月刊], July, 1990, p. 3)

A Critique of the CCP's Release of Fang Lizhi and Wife

As far as the professional and non-professional work of professors Fang Lizhi and Li Shuxian is concerned, the release of both by the Chinese Communists is a good thing. But this is no reason to praise the communists or to invest in them unrealistic, illusory hopes.

We have three points of view about the "magnanimous handling" of Fang Lizhi and other political criminals by the Chinese Communists.

Number one is the CCP's submission to very real pressure. The pressure following the June 4th Massacre came from the economic sanctions of Western nations, alienation from the international sphere, antagonism from the Chinese people on the domestic front, dissatisfaction from overseas Chinese, stagnation and crisis in the national economy, and from the waning fortunes of autocratic regimes. In the face of all this pressure, the Chinese Communist could not but bow to reality.

In the eyes of the CCP, the sticking point of all these problems was the stalemate in Sino-U.S. relations. The release of Fang Lizhi, over which Sino-U.S. relations became deadlocked, is a key move in resolving international isolation, dissolving Western economic sanctions, and recovering from economic crisis. Li Peng remarked on June 25 to a visitor from Germany that, "we have undertaken a policy of magnanimity towards the participants in last year's disturbances . . . this is not a result of pressure from Western nations." Talk of this sort is gross delusion. There is no one who will believe that the Chinese Communists are not releasing the Fangs as a political exchange in return for most-favored-nation status and other benefits from the United States.

Sorry for What?

Number two is that the release of the Fangs and other political prisoners does by no means indicate any repentance on the part of the Chinese Communists for suppression of the democracy movement. Although they have, for the sake of appearances, superficially moderated the tone of their judgment on the 1989 democracy movement, still, on June 25, the spokesman for the Public Security Department insisted on referring to the event as a "riot" and indicated that the Fangs "participated in the riots in Beijing last year."

And on top of that is the contemptible insult to the Fangs of the claim that "a letter written by the Fangs to the authorities concerned" indicates that these two professors "have already expressed repentance." This letter from the Fangs has not been released, but even if the Chinese Communist base their claim on a few sentences quoted in their habitually distorted, misleading style, this still cannot be interpreted as "repentance" on the part of the Fangs. The spokesman for the Public Security Department stated that in the letter, the Fangs "admitted to opposing the Four Cardinal Principles and violating the Constitution of the People's Republic of China" and, the spokesman continued, "Fang Lizhi and Li Shuxian indicated that they would not carry out any anti-China activities after leaving the country."

What the Fangs "admit to," "indicate," and "repent for" here does not hold together. I deeply believe that the Fangs do not agree with the Four Cardinal Principles, and disagree with the drafting of these principles into the preface of the Constitution. If they did use the words "oppose" and "violate" in their letter, it could only mean that they actually had thoughts of that kind. Moreover, the Fangs did not say that they would not "oppose" and "violate" in the future. And as for their "not carrying out any anti-China activities in the future," they only opposed the Chinese Communist autocracy and are not "anti-China." As it has been in the past, so it will certainly be in the future. How can all this be taken as evidence of "having already expressed repentance?" The way the Chinese Communist meddle with the written words and distort the meanings of others only proves that the Chinese Communists themselves know neither repentance, reasonableness, nor shame.

Sow's Ears to Silk

Number three is that the Chinese Communists are trying hard to use the maxim "bad things can be changed into good things," a phrase from Mao Zedong's philosophy of political trickery, to transform the shame of having bowed to pressure into an outcome that serves their interests. One of the most important means of doing this is propaganda. The Chinese Communists have gone on a propaganda offensive. They are on one front devising ways to water down and cover up the pathetic image they have acquired by submitting to pressure from the U.S.A. and other Western nations. Before the release of the Fangs, they also released a number of other "participants in the riots," including Hou Dejian and Wang Xuezhi (a teacher at the Hunan University of Technology), in order to diminish the shock waves produced by the release of the Fangs. On another front, they are twisting the facts by false claims Fang Lizhi and Li Shuxian have "repented" and by brazenly proclaiming the two were released for "humanitarian considerations."

Clearly the Chinese Communists are facing an unstable situation and are attempting to use the release of the Fangs as a means of altering this situation. Li Peng has even said that the release of political prisoners "is a sign that circumstances in China have stabilized." There is a question we would like to ask Li Peng: if the situation in China has stabilized, why has there been so much elimination of high-level dissenting personnel (including those in the seven major military regions)? And why has Tiananmen Square been closed off on all special days so that innocent children can be herded in for activities?

These three points of view can be summed up as one: the Chinese Communists were forced by circumstances to release the Fangs (and other political criminals), and they are willing to pay this small price in order to win by deception the support of international public opinion, domestic sentiments, and Western politicians. The goal is to consolidate the Chinese Communist Party rule and strengthen the one-party dictatorship to resist the smoldering embers of the democracy movement and

9004431

great tide of democracy emanating from Eastern Europe and the Soviet Union. Anyone who believes that the Chinese Communists have any humanitarian spirit, that they have abandoned their antagonism to the democracy movement, or that they have come even an inch closer to democratic government, has fallen into the trap of their lies and hypocrisy.

I believe that no hoax can ever avoid collapse or exposure in the end. The falsity, duplicity and hypocrisy of the Chinese Communists shall be revealed to its core.

I would like to "sing the 'Branch Mountain Song' for the Party" in "7/1" time (the birthday of the Chinese Communists): the Party's salvation does not lie in crooked, evil ways, nor does it lie in the "Four Cardinal Principles." It lies in casting off Leninism, one-party dictatorship, following the will of the people and the tide of history, and it striving for the realization of democracy and democratic socialism. Let our hearts (and Eastern Europe) be our teacher as we move into a glorious future!

ECONOMIC ILLS GETTING WORSE

(Hong Kong, The Mirror Monthly[鏡報月刊], June 10, 1990 pp.56 57, excerpts)

The Reason for Mainland China's Soft Markets

Wages Mark Time

According to figures announced by the State Statistical Bureau, consumer spending in 1988 hit 125 billion Rmbs as a result of an 18.5% rise in inflation, while the real incomes of 34.9% of all households dropped and the consumer cost of living index rose 20.7 over that of the previous year. For the entire year of 1989, the nation's inflation figure remained high at 17.8%, only 0.7 percentage points lower than 1988's figure. As a result, the nation's consumers again sacrificed at least 120 billion Rmbs, incurring a loss of real income based solely on the higher prices of goods for 35.8% of all households in 1989.

Mainland China has suffered this sort of fierce inflation for two straight years, and the result has been severe losses for the expanding population of the nation pushing the masses of common working class people to the limit of their capacity to endure. From a material standpoint, it seems mean average wages have increased only an average of 0.96% over the years 1986 to 1989, and they actually decreased during the two consecutive years of 1988 and 1989. For administrative and industrial workers in particular, while prices have risen dramatically year after year, their wages have been "marking time" at the exact level they were at in previous years. Despite the fact that everyone receives a small sustenance allowance, in the face of such staggering inflation, such a pittance amounts to trying to put out a forest fire with a garden hosean utterly inadequate measure. In 1989, particularly in the lower half year, such factors as strict credit control, a slowdown in basic construction, market weakness, stockpiling of merchandise, and severe debt accumulation led to the inability of many factories to meet production schedules. A lot of factories have at present either completely or partially halted production, and over 20% of factories in some areas currently face this condition. At the moment, many production facilities are in fact waiting to borrow money from banks before they pay their employees salaries. This is nothing more than a bid to borrow at high interest to preserve the status quo. Other factories have simply given workers an "extended vacation", with each worker receiving a monthly "living allowance" stipend of several tens of Rmbs.

Still more businesses have not even given any living allowance, choosing instead to present such things as shoes or whatever the particular factory produces to the workers in lieu of salary and telling them to go out and hawk these goods on their own. When it comes to this, when factory workers make their living by personally taking to the streets to sell the products they make, how can anyone expect them to be able to afford to buy anything on the open market?

Supply – Demand

According to the Statistical Bureau's public report, the total average income for agricultural workers in 1988 and 1989 equalled less than half that of urban workers for the same period. For the entire year of 1989, the average annual income for agricultural workers reached only 602 Rmbs, which is equivalent to US$127.30 based on current exchange rates. It does not take much imagination to understand how low this income really is.

Furthermore, the State Council's Economic Development Leadership Team for Poverty-Stricken Areas has revealed that there are over 100 counties, with a combined population of more than 40 million people, whose total yearly income is less than 200 Rmbs. These people have still not shaken off their poverty, and are still consumed with finding adequate food and clothing. At the same time, many of the poor areas which have risen above the fight to stay warm and fed still lead a very shaky existence, and a large number of communities rise temporarily out of poverty only to sink back into destitution. Several places reflect this trend very precisely; with the heavy inflation of this year, the average net income of many topped 200 Rmbs, but in the future they will find it very difficult to find adequate food or clothing. They can only continue simple production on a low level and lack any power to expand production in the years ahead.

In many farming communities, credit certificates were received by farmers for selling agricultural products to the State. Before these amounts owed were paid back, the farmers again received credit certificates for their goods in 1989. In an effort to procure cash in order to buy daily necessities and materials to be used in farming for coming years, with some having no alternative but to resell these "white slips" at a reduced price. Such actions have given some units and personnel opportunities exploit the farmers by "eating up" large quantities of these slips, causing farmers to receive even less while paying ever more.

Consequently, some people are now making clearly statements to the effect that in order to resolve the problem of weak sales, "don't put any stakes on the agricultural market."

Few Tourists

The shrinking of basic construction projects has caused a slowdown in the formerly vigorous consumer demand. Statistics show that the investment in social fixed assets for the entire nation in 1989 was about 50 billion Rmbs less than for the previous year – a drop of 11%. If the price element is removed, the actual drop in investment comes to over 20%. Furthermore, after rectification, the nation resolved to suspend work on more than 18,000 construction projects, possibly shrinking investment by 70 billion Rmbs over the next few years. With approximately 30 of mainland China's investment in fixed assets being switched to consumption, the sole factor of the slow down in basic construction alone has made for a "no-buyer" situation for several billion Rmbs worth of necessities and commodities on the Chinese market in 1989.

The reduction in inflow of foreign currency resulting from a drop in the number of tourists visiting China has reduced the intake of foreign currency, which in turn is affecting the market to a certain extent. From the statistics we see that the number of foreign tourists, overseas Chinese, Taiwan/Hong Kong/Macau compatriots and other visiting foreigners numbered 24,500,000 in 1989, a 22.7% drop over the previous year's figure. This caused a 19.6% reduction in the amount of foreign currency taken in. Owing to this smaller amount of "moneyed guests", less money was spent, causing a decline in native foreign exchange markets and the nation's tourism industry, generating still more business "chill".

The negative side of mainland China's soft markets and the detrimental effects caused thereby have made themselves clear, and the grave consequences generated from this are worrisome indeed. Meanwhile, "tighten the belt" is seldom heard, while "high consumption" is rarely criticized. What we hear instead is "encourage the masses to appropriate levels of consumption". Only the test of reality can prove whether or not this motto will have its desired effect.

PLANNING THE ECONOMY – THE HARD WAY

(Beijing, Worker's Daily [工人日報], May 18,1990, p.3)

Seven Taboos in Economic Decision Making

Over the course of economic reform, it is vital that economic policy be continually adjusted by decis on makers, and in a meaningful manner of speaking, the means by which these corrections find their way into administrative policy will decide the success or failure of economic reform. A great man once said, "Policy and decision making is the lifeblood of the Party." Moreover, the correction of policy mistakes and the writing of policy decisions are intimately interconnected. In reviewing mistakes in policy made over the past few years, I feel there are seven items to be avoided in making economic policy decisions.

Arbitrary One-sided Policy. In the past, a number of economic policy decisions were insufficiently thorough, arbitrarily limited and lacking in coordination and accompanying policy regulations. Especially for those decisions in which possible negative effects are impossible to foretell, limiting and preventative measures are even less in evidence. As a result, we often see policy revi sions aimed at rectifying policies which have in the process of implementation either gone awry or backfired. One example is the policy of a few years back of making "a few people rich first". There is, of course, nothing wrong with a formulation like this, but the problem is: what sort of people should become rich first and how are they to achieve this. This particular set of policies was rather inadequate, with the result that many people did indeed become rich, albeit by less than honorable, and usually illegal means. Another example has been in the assigning of responsibility for carrying out financial duties and business contracts. Government regulations have always emphasized profit stimulation, while regulations for limiting profit-taking are rarely drafted, all with the result that certain regions and enterprises have gone overboard in the quest for personal profit. The result has been a deteriorating economic environment and a chaotic economic order. This important lesson is one we must ardently embrace in the formulation of economic policy in the years ahead.

Sideshows

Policy Based on Experience. Few policy decision makers base their decisions on experience. Policy errors result from relying on one's own short-term feelings while lacking a clear understanding of new problems and situations, and acting according to the democratic tide of public pressure without first investigating. A case in point was when the Southern Forest Areas Collective was given responsibility for forestry production in 1982. Due to the fact that some areas had an incomplete understanding of the duel-level management theory in collective farming, and adding also that they were unfamiliar with the particularities of production in an areas other than their own, they simply employed the previously successful agricultural "responsibility system" and allocated out forest land to each household. As a result, instead of the "protecting the forest as the masses protect their own homes" phenomenon which the policy had been designed to produce, the opposite situation resulted, and the forests were severely damaged by random lumber plundering, causing inestimable damage to our forest timber resources. Because of this, Central Government Document 20 (1987) could not but raise the policy of "Collective Management, Unified Protection" and put special stress on the fact that unallocated land could no longer be distributed. This tells us that relying on what may seem obvious and trusting to old experiences is not workable. Policy decisions must be made to ride firmly in the track of science, standardization and procedural method.

Wanting More

9004434

Impatience for Results. Forty years since the nation's founding, we still suffer from "over-anxiousness". It is fine to wish for the quick construction of our economy; hope is always good, but because we're always looking for instant success and making policy aimed at reaching our goal in one giant step, our economic condition climbs and drops sporadically. After 1984, when the economy overheated and policy was formulated to control the rise, more and more policy was drawn up as prices rose higher and higher until finally the economy ended up expanding even faster. This is a sign of the "impatience syndrome". The Fifth Plenum of the 13th CCP Central Committee brought up this issue, saying that economic construction cannot be rushed, just as neither reform nor consolidation of control be rushed. This is profound summary of the lessons of history.

Rampant Slanting. Over the past few years, a few places have pushed for so-called "reform without spending money" by using all means at their disposal to get policy from the higher authorities. And many at the policy-making level have tried to acquiesce to their demands. This has caused rampant slanting and wide interpretation of policy. Of course, policy should be differentiated, for without the ability to handle people or things in different ways, there is no policy. However, slanted depth and lack of commitment in policy decisions have caused a large degree of "regionalism" in policy. Some areas which don't deserve favors are the target of special treatment, and some policy decisions which are meant to be applied across the board end up being "awarded" to a small number of areas. Therefore, benefits which favor the whole nation or those areas which do not receive special treatment are sacrificed, and finally more policy must drawn up for adjustment. It's clear that regional favoritism of any kind should be barred from the realm of policy decision making.

Flawed Thinking

First Knock Down, Then Rebuild. A folk saying goes "nothing can be erected while the old structure still stands". While old policy is still in effect, it's difficult to enact new policy. However, this ideal should not be taken to mean the dismantling of old policy with no new guidelines to take its place. In the past, before the macrostructure of the new system had been finalized, many places had already stripped the financial and planning aspects of the old system of managerial power, destroying the essence of macroeconomic structure and rules of precedence. This is a vital lesson which we must keep in mind. Before knocking down, all the preparations for rebuilding must first be drawn up, then the knocking down and rebuilding should be embarked on at once.

Multiple Authorities. In such a giant country with a tangled forest of authorities, every one of which has its own administrative power, it often happens that different authorities have different goals in mind when forging policy, and the places from which policy is issued also differ. Or else the areas from which profit can be made are more clear to one office than they are to another, so that different criteria are used in the application of the same policy. Sometimes the policy becomes the opposite of its intended application, with lower departments unable to know how to follow the policy. Therefore, to guarantee that the nation's policy is unified, the prevention of this situation of multiple authorities should be made an issue of importance during the making of policy decisions. Towards this, a special department should be set up which is allied with higher departments of policy authority to unify the policies of all associated authorities, and prevent deviations from policy and any "arguments" from occurring. In view of this, the Research Lab for Party Policy established by the Central Government for all areas could later serve as a liaison office for this purpose.

Top Down

Administrative Convenience. Government policy depends on administrative structure to organize and supervise implementation, so policy decisions must consider the demands of economic development and also serve the benefit of administration. This is indeed mutually beneficial policy. Of course, ten years of reform had not brought about any change in administrative duties, and many departments are unable to handle the responsibility of supervising and controlling macroconomic functions in a coordinated manner, and therefore cannot take a leading position in the organization of microeconomic production activities. However, this structure already exists, and we have had to resort to issuing simple policy slogans for them to use, further easing the work of administrators. The result of this has been extreme simplification of the administrative process, to the point where the slogans being used actually serve to staunch economic development instead of further it. This kind of policy is necessarily doomed to a short existence. However, this is exactly what is occurring more and more frequently. To avoid the spread of this malady, the most basic means is none other than carrying out of structural reform, so that the implementation out of new economic controls and new administrative functions does not produce any negative effects.

ALL FOR ONE OR ONE FOR ALL ?

(Beijing, Economy & Management Studies[經濟與管理研究], No. 2, 1990, excerpts)

Five Features of the New Egalitarianism

Although in some respects the last 10 years of reform has altered the formerly prevalent "one-rice-pot" version of income distribution egalitarianism, this malady has not only been cured, but, in some sectors of the society, has become even more acute. We shall refer to the mutant strain of income distribution egalitarianism which has incubated amidst reform efforts to overcome the old one as "new egalitarianism." The special features of new egalitarianism may be described as follows:

(1) The scope of new egalitarianism is narrower than that of the old one-rice-pot system of egalitarianism, limited mainly to state enterprises and organizations in urban areas. Despite this decrease in scope, the degree of equalization of incomes has increased. Except for rare cases of exceptionally high salaries, the gap between higher and lower salaries has shrunk rather than expanded. Symptomatic of this is the fact that in this low-income country of ours, ordinary working class families in large and middle-sized cities commonly have color televisions and refrigerators.

(2) The leveling of differences between manual labor wages and thought-intensive "brain labor" wages has progressed to a very high degree, and in some cases, the pattern of differences has even been reversed. Although during the past years of reform, we Chinese have emphasized the key role of intelligentsia and have taken steps to improve their lot, economic reform has resulted in a radical change in income structure which has left the wage levels of teachers, medical professionals, scientists, and government administrators well below those of job categories which require little brain labor.

(3) The new egalitarianism is characterized by extreme leveling of income which is supplemental to basic set wages. Prior to the reform movement, the old egalitarianism was reflected mainly in the basic-wage portion of personal income. Now, after years of reform, the importance of that portion of personal income — as only one portion among several — has steadily diminished. Various sorts of bonuses, subsidies, fringe benefits, and direct material issuance have multiplied rapidly and accounted for an ever-increasing portion of total personal income. Bonuses alone commonly account for more than 50% of peronal income, and in many cases they account for more than 70%. In principle, bonuses are shared equally, and disbursements of perks, subsidies, benefits, and material goods take no account of how great or small are workers' individual contributions to the company or organization.

(4) Within any given department or perhaps in a given enterprise as a whole, personal income disparities are decreasing. Under the old economic system, there was an established standardized gradation of wage scales. That is, within any given job category, wages were about the same from department to department or from enterprise to enterprise, and between those wage scales there were certain fixed differences. Under the new dispensation, due to the fact that workers' wages are pegged to the economic performance of the particular enterprise or organization to which they belong, income disparities between workers who have the same job classification but who work in different subsidiaries, product departments, or enterprises have widened, while the income disparities between different job classifications within the same department, subsidiary, or enterprise as a whole have steadily shrunk.

(5) Development of the new egalitarianism within a more limited scope seems to go hand-in-glove with development of increasing income disparities in the overall scheme of things. This refers not only to the abovementioned differential of wage scales in different product departments or competing enterprises; it also refers to the ratio between the wage scales of rank-and-file workers and the incomes of the boss-owners of any given, single, private enterprise. Private enterprise bosses use their personal power to rake in incomes in the hundreds of thousands or millions of Rmbs — extremely higher than what they are paying the hired rank-and file. The co-development of new egalitarianism and income disparities is complicating income distribution conflicts. For one thing, on the income disparity side the picture is covering up and disguising the harmfulness of new egalitarianism, making it difficult to recognize and deal with.

MEANWHILE, BACK ON THE FARM...

(Beijing, Farmer's Daily[農民日報], May 10, 1990, p.4, excerpts)

A Glimpse at the Modern Farmer's Outlook

People say that village people enjoy a different view on life from a special window, so let's visit the homes of 100 country families in rural Jiangsu province and interview them about what this view consists of:

Economics: The individual responsibility system as the nucleus of agricultural reform has brought a great deal of development in farming and considerable economic prosperity. In 1986, when the production potential of Sucining county was developed, the peasants there worked with relative enthusiasm. However, following rises in the cost of agricultural production, and adding in increases in the size of tax revenues collected, the price hikes in agricultural materials needed, and lower selling prices for farm commodities, the former enthusiasm of these farmers has gradually disappeared, and agriculture throughout the area has fallen into a slump.

In Qiuji district, a local resident described in detail his experience in farming one mu (0.1647 acres) of wheat, saying, "Last year (harvest year), I paid 7 yuan for plowing and seeding by tractor, 58 yuan for 35 catties of nightsoil and 100 catties of ammonium carbonate, 12 yuan for pesticide weed killer, 20 yuan for seed, 2 yuan for irrigation service, 7 yuan to rent a harvester, 5 yuan for a thresher, and another 50 yuan for land-use planning and river work taxes. Based on a harvest of 600 catties of wheat, I earned 322.50 yuan, which left me with a net profit of 128.5 yuan when the above costs were figured in. This means that for an entire season of farming, I earned the same amount that a furniture mover can earn in a few days of work. For the future, I am going to farm as a sideline and start trying to make money in other ways outside. I'm not about to let myself be strapped to that piece of land and die on it."

Crop Out

A Taoyuan area investigator gave me some figures on raising hogs: In March of 1988, he bought a 54-catty hog for 95 yuan, 1.75 yuan per catty. In March of 1989, he sold the hog for 478.50 yuan at 290 catties. In raising the hog, he used 600 catties of corn (0.36 yuan per catty) which cost 216 yuan, 500 catties of rice bran (0.20 yuan per catty) at 100

9004434

9004434

yuan, 1000 catties of sweet potatoes (0.07 yuan per catty) at 70 yuan, 100 catties of corn starch (0.04 yuan per catty) which cost 4 yuan, and 1000 catties of stewed vegetable hog feed (0.03 yuan per catty) for 30 yuan. Not counting the cost of green fodder, the above came to 515 yuan he paid in expenses, compared with the 478.5 yuan he got back, adding up to a net loss of 36.50 yuan after a year of raising the hog.

Profit Motive: Nowadays in agricultural villages, the minds of farmers are no longer as narrow and confined as they once were. Beside the stove, under the willow tree and everywhere else, talk of how to improve one's livelihood is heard constantly. Such things as "It's better to scrape up a profit than it is to study from books; your stomach will be satisfied", and "Buy in one place, sell in another; this is a plan for survival" are often heard. A 60-year old farmer from Yaoji said, "I only allowed our third child to graduate from elementary school. It's enough to be able to read a short note and add up a bill. Look at the people who are opening up shops and businesses, fixing bicycles, selling popsicles, doing construction work, restoration, etc.. For which of these jobs does anyone have to study for ten years at school to make a living at?"

Making Hay

The profit incentive is even stronger among young people. They make references to "fools who waste time studying, failures who enlist in the military, poor people who work for others, and rich people who run vendor stalls", which have made a deep impression on their attitudes. They are restless and unwilling to follow the lawful, established route to earning a living, and many will jump at an opportunity to break the law. Some have taken a lonely route by leaving home to work as contract field laborers. Those with skills they have learned bravely set off for distant parts to try and make a way for themselves.

Politics: People's convictions of late are becoming more and more vague. No matter what sort of government mandates are passed down from on high, average folks simply go on with business as usual. Official proclamations are less than sacred in the hearts of many as well. Strained relations between bureaucrats and locals lead cadres to complain "A thousand lines on above all lead down to a pinpoint below. Province, region, county, district. . . they all have their hands out asking for money, grain, our lives even, but they offer too little to the peasants." On the office's gate of Mayuan village in Sweicheng, there are a couplet as follows: "The people's ears are constantly assaulted by the sound of cursing anger and blame, but we are the ones who always take care of the emergencies, problems and disasters."

Bull Chips

People Complain "whether they're yellow (People's Police) or blue (Combined Services), all they want is money." They randomly increase surveillance checks and enforce impromptu punishment, while regularly increasing the amount they collect in land use planning taxes they collect. The people have no recourse except to swallow their bitterness. There are also many village cadres who care nothing for the hardship of the people, and only think "Let the ones who have the means to do so enjoy themselves", eating and drinking to their limit. No wonder the children sing, "Cadres big and small get no promotions if they don't feast and drink, policemen big and small are lying if they say they don't skim revenue and extort money" and other songs. Like this, people have enough to concern themselves with just in making ends meet, without getting involved in politics.

Life Cycles

Love and Childraising: People live a lifetime, grass lives a season: birth, marriage, old age and death still constitute the unalterable course of our lives. Among the young people of the 100 households surveyed, 17 of them had gotten married since the year 1982, and 92% of these marriages involved a matchmaker and were a "marriage first, love later". All of the couples felt there was really no difference, and said they could get along with anyone and have a happy life together. Among these couples are certain to be found examples of relative swapping and bought marriages, as well as arranged and free-choice marriages. As far as having children and raising families, due to the village's current low level of production power, manual labor is still the primary means of production. The men bear the responsibility of carrying out the more difficult labor, such as plowing, soil turning, tractoring, and so forth. Therefore, such occurences as early marriage (82.7% of the 17 women had been married between 19 and 22 years of age), early childbirth, favoring sons and looking down on daughters, abortion, and unregistered children enjoy fairly widespread sympathy among the public at large. According to our research, unregistered children among the 100 households surveyed numbered 16, 3.05% of the resident population. This is a problem in society which certainly warrants alarm.

TOILING ON THE LAND JUST TO PAY TAXES

(Beijing, Farmer's Daily[農民日報], May 7, 1990, p.4)

Peasants Appeal for Reductions in Their Economic Burdens

In recent years, various government organs and departments have ceaselessly imposed levies and fees on the nation's peasants. Their economic burdens, growing heavier every year, have finally grown to great for the peasants to tolerate. This reporter has recently made a thorough investigation of the situation in certain villages of Hengyang county in Hunan province, discovering a total of 67 such fees, contributing to a yearly average burden of over 100 yuan.

The farmers' burden can be essentially divided into three parts. The first is moneys levied by the national government and related departments. These include the following forty-eight items: an occupational tax, a special forestry products tax, a

9004434

cultivated land usage tax, a deed tax, a tax on slaughtering animals, a stamp tax, a tax on raw lumber and bamboo, a tree seedling deposit, an educational deposit, educational surcharges, a certificate issuance fee, a periodicals fee, a broadcast fee, a solicitations fee, a contract management fee, a paddy contract fee, a farm machinery management fee, construction fees, a sanitation and anti-epidemic fee, a veterinary anti-epidemiology fee, a quarantine fee, an anti-rodent fee, a food handling procedure fee, a cotton production subsidy fee, a property title certification fee, a posts and telecommunications construction fee, a mail delivery fee, a labor service fee, a road maintenance laborers subsidy fee, a folk art management fee, a financial affairs auditing fee, a variety of insurance fees, (such as home insurance, enterprise insurance, life insurance, cadre retirement insurance, active service military insurance, student insurance, property insurance, vehicle insurance, crop insurance, and environmental insurance), rapeseed oil and tea oil payments, an armed judicial personnel equipment fee, construction levies assessed by courts, and nitrogenous fertilizer factory capitalization fees.

Feudal System

The second category is comprised of regionally imposed levies. These include the following fourteen items: a militia training fee, a disabled servicemen support fee, film projection fees, a broadcast maintenance fee, a family planning fee, a student desk maintenance fee, a power line erection fee, water fees, and labor management subsidy fees for agricultural technology workers, irrigation workers, telephone operators, cultural exchange workers, sanitation and anti-epidemiology workers, and family planning and contraception workers.

Empty Hands

The third category is of levies imposed at the town or village level. These includes wages for local cadres, village management fees, the "five guarantees" support fee, and wages for maternity and child care workers. According to the investigation of Gu Feng township in Hengyang county, in 1989 the central government and related departments collected a total of 1,348,202 yuan from the township on twenty of the above items. The township-level collected 48,900 yuan on ten items, while the villages retained 101,890 yuan from four items. This adds up to a total of about 1.5 million yuan, or 120 yuan per peasant, an effective 25 cut in the average farmer's yearly income.

Many of the preceding fees and taxes are appropriate, but there are others that constitute an unfair burden on the peasant. These include the array of government-dispatched "workers" support subsidies, management fees, equipage fees, etc., that have been disproportionately placed on the peasant's shoulders. There are also government departments that, indifferent to the burden born by the peasants, repeatedly impose fees for the same service. In Gu Feng township, for instance, a fee is collected three times for property title certification. The first is the township construction planning charge, at 1.5 yuan. Then the home property company assesses an additional fee of five yuan. Thirdly, the National Territory Office collects another five yuan. The peasants therefore angrily say, "We are like a bulb of garlic from which the cloves are plucked one by one until nothing remains but the stem."

Hopefully, all relevant departments and units will thoroughly implement the spirit of the sixth plenary session of the thirteenth CCP Central Committee Meeting decision to lighten the peasants' burden, thinking of the peasants concerns, finding an efficacious way to reduce the peasants' unnecessary burdens, and tightening relations between the party and the masses.

MISMANAGING THE FUTURE AS IF BY DESIGN

(Beijing, Asia Pacific Economic Times[亞太經濟時報], Jan. 28, 1990, excerpts)

Abuses of a Crude and Lax Management Style

In today's China, industrial management is still in the crude stages of its development. In pursuit of the main goal of rapid increases in production volume, China's industries are consuming excessive amounts of resources. The main drawback of this approach is that it spurs growth of unnecessary and redundant production and leads to redundant purchases and construction. This results in wasted investments and a tendency towards uniformity in each region's industrial structure.

Crude management practices cause waste of resources in production. High-consumption is used in attempt to attain high growth speed. Taking energy resources as an example, China's energy resource userate is approximately 30%. But in the U.S. and Japan the rate is above 50%. The gross national energy consumption in China is 6.1 times that of Japan, 2.3 times that of the U.S., and 1.7 that of the USSR.

Crude management practices slow the progress of technological development and result in lowgrade products and processing. They also diminish the worth of additional labor.

Partly as a result of crude management practices, the economy has become over-heated. This has had the inevitable effect of inflation and structural imbalances. In 1987, China's steel production was 56.28 million tons, 55% higher than West Germany's; total electrical output was 491.3 billion, 18 higher than West Germany's; coal production was 928 million tons, 380% higher than West Germany's. But during the same year, West Germany's total domestic production was 240% higher than China's, and the amount of its exports was 646% higher than China's.

Therefore, we should switch from a crude, lax management style to a more concentrated and tighter style as quickly as possible. We should switch from the high-speed model to the profit-producing, advanced technology, resource-conserving strategy.

9004434

A PRESCRIPTION FOR DISASTER

(Beijing, Modern Enterprise Monthly[现代企业月刊], No. 3, March, 1990, excerpts)

Business Practices Which Have Caused Lowered Economic Efficiency

During these times in which China is suffering from shortages of energy, raw materials, and money, the following six types of business practices have caused every aspect of economic efficiency to drop.

Forced Replacements — Rather expensive goods of "too good" quality or cheap goods of poor quality are used to replace the material which is in short supply. The result of such forced replacements is that either the quality of the product drops or its cost rises.

Forced Adjustments of the Production Structure Based on Current Investments — Though society might clearly need "A", the business perversely produces "B". Because of existing shortages, products soon or later will be sold. If the consumer does not consciously make the purchase, soon or later, under conditions of forced replacements, he will make the purchase.

Hoarded Materials — In the past, when one ordered steel, one always wanted to have some "longline" products left over. Nobody was concerned about this. But last year, when products were ordered, less scrupulous business made no distinction between "long-line" and "short-line" products, sweeping them all up. This hoarding furthers the self-propagation of shortages.

Getting Worse

Rashness Regarding Quantity — The more severe the shortage, the more intense the effort to produce large quantities. As a result, over the longterm, enterprises only concern themselves with output and profit and do not concern themselves with the investments that this output and profit are eating up.

Rash Expansions — In a situation where resource restrictions and budget restrictions are softening, enterprises can lose money, but can't go bankrupt. They can always seek help in the form of additional payments, reduced taxes, increased subsidies, higher prices for products, or adjustments in the number of contractors in order to escape their difficulties. Therefore their needs are not subject to the restriction of the ability to make compensation payments. They are always seeking to acquire the greatest possible number of investments so as to avoid shortages becoming obstacles to production. The only limit to this rash expansion is the limited quantities of resources.

Increases in Prices — The more severe the shortage, the more likely the buyer can tolerate the seller's open or hidden price rises. Therefore, rises in prices of raw materials are one of the factors that influences the economic profitability of an enterprise.

PLA TOP BRASS PLAYING MUSICAL CHAIRS

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly[争鸣], June, 1990, pp. 14— 17, excerpts)

Unusual Personnel Shifts in the Seven Military Regions

There are two unique circumstances readily apparent in the latest round of shifts of top military personnel in mainland China. One is that these transfers (of commanding officers and political commissars including assistant commander of the Shenyang military region Zhu Dunfa, transferred to the commanding post of the Guangzhou region, the Guangzhou military region's original commander, Zhang Wannian, transferred to the commanding post of the Jinan military region, former Guangzhou deputy political commissar Gu Shanqing, switched to the position of political commissar of the Chengdu military region, former Nanjing military region deputy commanding officer Wang Chengbin, who replaced Zhou Yibing as commanding officer of the Beijing region, Zhang Gong, the former director of the Beijing military region political department, who replaced Liu Zhenhua as the political commissar, etc.) have suddenly occurred under Communist China's current emphasis on "stability is paramount" and on "no more major personnel shifts for one year." Secondly, the present personnel changes are much different from those of the past, which were announced at military commission meetings. Instead, Yang Baibing is announcing them quietly in turn at each major military region.

Crossing Swords

Actually, both before and after Deng Xiaoping's retirement from the chairmanship of the Central Military Commission, there were contradictions within the army leadership. In one working meeting of the commission last November, Hong Xuezhi and Yang Baibing became involved in an intense dispute. Yang Shangkun ordered that no word of the argument be leaked, saying, "These men are old soldiers with fiery tempers. It is perfectly normal for them to argue when they come to disagreements in the course of their work. But if word leaks out, it may be misinterpreted as indicating instability within the army."

Hong Xuezhi, frequently labeled a moderate within the army, is in fact no moderate. He is a firm and unyielding military general. But after that meeting where he argued with Yang, he has very seldom been present at Military Commission meetings.

According to rumors within the army, it was his conflict with Yang Baibing that was a major factor leading to the former Military Commission Assistant Secretary being excused from his military responsibilities and shifted to the unobtrusive post of CPPCC vice-chairman.

The conflict between Hong and Yang is just one example of dissatisfaction in the top echelons of the military with the two Yangs. Another prominent example is the letter sent by eleven generals to Deng Xiaoping expressing their concerns about the ambitions of certain persons toward military power. They did not mention these persons' names, but everyone agrees that to name names would have been superfluous.

Seven Brothers

Faced with the enormous pressure of opposition to their leadership in the army, Yang Shangkun and Yang Baibing started planning to reorganize the seven military regions even before the end of last year. Furthermore, they planned to reorganize the various branches of the armed services and the branch headquarters in hopes of making the army theirs.

Before Deng had given up his Military Commission chairmanship, Yang Shangkun, Yang Baibing, and Jiang Zemin came to him with a collective report. One of the items in the report regarded preparations for changing the dispositions of military leaders. Deng Xiaoping expressed the following attitude: "Do not implement radical adjustments too quickly. Reform the system gradually by shifting people around. With adjustments will come greater harmony and a greater military efficiency. This is the only way to proceed." In any event, the policy of shifting top military personnel in the seven regions had the full backing of Deng.

Yang Baibing Behind the Transfers

From all indications, the reorganization of the military leadership is primarily the work of the Yangs, especially Yang Baibing. While it is true that Jiang Zemin is the Chairman of the Military Commission, he only runs the actual meetings. The crucial opinions all come from the Yangs. At meetings, the Yangs frequently introduce major issues as follows "We went to Comrade Xiaoping with this question, and he gave it his support." Or perhaps they might say, "We have discussed this question not only with Deng Xiaoping, but also with several other senior comrades like General Xu and General Nie." This approach effectively silences opposing opinions of Commission members and upperlevel cadres. Also, at each Commission meeting, Jiang Zemin repeatedly says, "I agree with the opinions of comrades Shangkun and Baibing." The Commission has proceeded in much the same way in dealing with the latest problems involving the military region reorganizations.

The result is that the Military Commission invariably approves the entire agenda of the Yangs.

Turning Point

There are two prominent characteristics of the latest round of military transfers.(1) Protegees and supporters of the Yangs have risen while opponents have fallen.(2) Those personnel who supported the Tiananmen massacre have risen, while those who opposed it, who were irresolute in their support, or who had an ambiguous attitude, have seen their fortunes fall.

The former Director of the Beijing military region, Zhang Gong, is exemplary in his loyalty to the Yangs' cause. It was because of his"brilliant performance" during the June 4th incident that he was raised two levels to his current position as the Beijing military region political commissar. This is an example of the benefits of getting on the Yangs' good side. The previously rising general Hong Xuezhi, however, was ousted altogether from the military hierarchy because of his opposition to the Yangs. As for others among their opponents, nothing need even be said of their fates.

Power Play

Even at the end of March and the beginning of April, Yang Baibing on three occasions summoned officials in charge of army reports, and once, contrary to regulations, summoned a person in charge of the air force reports and a person in charge of the engineering corps reports for meetings. In the discussions on intra-military cooperation, he emphasized the necessity of cleansing the army of bourgeois elements and of those favoring bourgeois liberalization. Allegedly, most articles in recent military reports have been on this subject, revealing bourgeois elements within the army.

At the same time, Yang Shangkun directed the military security authorities to conduct a thorough investigation into opponents within the military. He indicated also that the government and army were going to get stricter and stricter, and that there would definitely be no relaxation or moderation. The military security department reported to him that current problems were more numerous than ever before, especially in the Beijing and Chengdu military regions.

Needless to say, the so-called "bourgeois elements" and "hostile elements" are actually those who oppose the Yangs or the massacre at Tiananmen Square. The various appellations with which they have been labeled have the sole purpose of facilitating efforts to eliminate them.

Inside Out

According to those who have contacts with the Yangs, Yang Baibing has another principle along which he deals with high-ranking military personnel— removing the ends and keeping the middle. This "removing the ends" is just the removal of senior members on the one hand and young, untested (in their loyalty to the Yangs) on the other. The senior military personnel are usually very recalcitrant when it comes to obeying the Yangs' directives. They are a thorn in the Yangs' side, and so are being eliminated one by one. This includes the majority of the seventeen new generals. Even recently promoted upperlevel cadres in their forties, believed to unreliable, are being demoted and transferred to positions of little significance. What is it to be "unreliable"? To use Yang Baibing's fond phrase, they are those with tendencies towards "bourgeois liberalization". But to use the phrase of the masses, they are those with dynamic thinking who are uncomfortable with autocracy. One Beijing region leading cadre of about fifty years of age was, according to sources, transferred to the Shijiazhuang infantry school vice presidency, a serious demotion. And one logistics department staffer in his forties who had been promoted to be Yang Baibing's personal assistant was demoted (in effect) to the position of assistant staff officer leader of the Nanjing military region.

Surprise Attack

Because the Yangs are afraid of stirring fierce waves of unrest in the military with their large-scale transfers, they are not formally announcing them at Military Commission meetings as was done in 1973 and 1985. Instead, they are doing it quietly and suddenly

Yang Baibing appears suddenly

9004434

at military region headquarters and issues the personnel transfer orders on the spot.

The person to be transferred never receives any advance knowledge of the move.

The orders always stipulate that the transferee is to leave immediately, bring no one with him, and start his new duties right away.

Officials and officers ordered to retire must vacate their posts immediately, and may not return to oversee the arrangement of personnel.

Hard Fight

The manner of the personnel transfers illustrate that Yang Shangkun and Yang Baibing, despite already having been allotted a great deal of military authority by Deng Xiaoping, and despite gaining an ever higher status within the military, still face unsolved contradictions and instability within the armed forces.

The fact of the matter is that discontent in the army over the Yangs increasing power and tyrannical temperament is growing more and more widespread. The "principle of removing the ends and keeping the middle" will certainly give rise to new conflicts, and will fail to extinguish the differing opinions of many cadres regarding the June 4th massacre. Most of the old senior generals and the seventeen new generals are not on the side of the two Yangs. These factors will constitute grave challenges and threats to Yang Baibing's plans to amass influence in the military. Yang Baibing's future indeed looks clouded.

Positions of Key Figures in the Seven Major Military Regions of the People's Liberation Army After Transfers
(Wide Angle Monthly, 9(6), June, 1990, p. 78)

Name	Year of Birth	Home Province	Year Conscripted into Army	Year of Entry into Party	Education	Current Position	Date Appointed	Military Rank
Wang Chengbin	1928	Ye County, Shandong	1945	1945	Military academy (1981)	Beijing Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Zhang Gong	1935	Yuanping, Shandong	1951	1953	Political academy, Beijing Armed Police spokesman	Beijing Military Region Political Commissar	May, 1990	Major general
Liu Jingsong	1933	Shishou, Hubei	1951	1954		Shenyang Military Region Commander	June, 1985	Lieutenant General
Song Keda	1928	Yancheng, Jiangsu	1944	1945		Shenyang Military Region Political Commissar	November, 1987	Lieutenant general
Gu Hui	1930	Gai County, Liaoning	1946	1947		Nanjing Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Shi Yuxiao	1933	Baoji, Shaanxi	1951	1951		Nanjing Military Region Political Commissar	May, 1990	Lieutenant general
Zhu Dunfa	1927	Pei County, Jiangsu	1939	1945	Military academy (1960)	Guangzhou Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Zhang Chongxian	1926	Weishan, Shandong	1940	1941	Political academy (1963)	Guangzhou Military Region Political Commissar	June, 1985	Lieutenant general
Zhang Wannian	1928	Longkou, Shandong	1944	1945	Military academy, (1961)	Jinan Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Song Qingwei	1929	Ling County, Shandong	1945	1945		Jinan Military Region Political Commissar	November, 1987	Lieutenant general
Fu Quanyou	1930	Yuanping, Shanxi	1946	1947	Higher military academy (1960)	Lanzhou Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Cao Yaoqi						Lanzhou Military Region Political Commissar	May, 1990	Major general
Zhang Taiheng						Chengdu Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Gu Shanqing	1931	Fu County, Liaoning	1947	1949		Chengdu Military Region Political Commissar	May, 1990	Major general

MILITARY LEADERS GET MARCHING ORDERS

(London, BBC, June 15, 1990, broadcast)

Military Region Command Shake up

In this program we will focus on the recent reorganization of command structures in the major military region of China. According to reports which first surfaced in Hong Kong, the top Chinese leadership is conducting a major reshuffle of top military commanders. To date, this has not been officially announced, but several broadcasting stations have confirmed it. Let us now consider an analysis by our Beijing correspondent Xing Wenlang.

As in the case of the quietly conducted 1985 restructuring of the military into the currently-existing seven major military regions, this latest reorganization is viewed by most observers as an attempt to prevent top commanders from establishing local power bases and to assure that local commanders remain loyal to Beijing—in particular to the budding Yang Shangkun dynasty. Six of the seven regions have new commanders, all appointed without formal announcement during the past two months.

This latest round of promotions, dismissals, and retirements of commanders was conducted by the military's General Political Department, headed by Yang Shangkun's little brother Yang Baibing. Many Chinese observers disparagingly refer to the clique of Yang family members and their minions in key military posts with the sobriquet "Yang Jia Jiang." [Translator's Note: The spoken Mandarin word "jiang" here has a double meaning, rendering "Yang Jia Jiang" as either "the Yang clan Generals" or, more jocularly, as "Yang Clan Sauce."]

Western diplomatic corps observers believe that the Yang clan's wielding of personal power has created resentment among China's young professional officer corps. Young officers feel the placement of Yang sycophants in important command posts has damaged the professionalization of the military under way in recent years and the systematized promotion of officers instituted in 1988.

General Yang Baibing for his part last month berated the shortcomings of some officers' work styles and command methods, accusing leadership cadres of setting themselves above the masses and above practical realities and chastising them for being arbitrary and subjective. Translated, that means they did not follow orders with alacrity.

In addition to expansion of Yang clan power, the recent military command reorganization has provided an opportunity to reward those who demonstrated their loyalty at the time of last year's massacre in Beijing and to summarily dismiss those who hesitated in supporting suppression of the student movement. At a press conference held soon after the massacre, for example, the official spokesman for the martial law troops, who had until then occupied the position of Director of the Beijing Military Region Political Department, was decorated and promoted to the position of Political Commissar of that region, while both the former Political Commissar and the Commander of the Beijing Region were dismissed in apparent retaliation for their lack of enthusiasm in joining the massacre. Similarly, because Shenyang Military Region troops responded positively to orders, Vice Commander Zhu Dunfa of that region was promoted to the top commander of the Guangzhou Military Region, while the former commander of the Guangzhou Region, Zhang Wannian, was transferred to the Jinan Military Region.

Some observers say that in both military and economic circles there is friction between Guangzhou and Beijing. Guangdong Province is doing its best to counter Beijing's attempt to recoup the centralized economic power which it has ceded to Guangdong in recent years. If Beijing succeeds in that endeavor, it will adversely effect Guangdong's interests, stripping it of many of the boom town benefits which its residents have enjoyed by virtue of that province's liberalized economic policies.

In the aftermath of last summer's massacre, the Guangzhou Military Region was one of the last districts to come out and publicly voice its support of the martial law troops' occupation of Beijing. Moreover, it is rumored that some political dissidents and student leaders such as Chai Ling, who generaled the student occupation of Tiananmen Square, escaped the country via the Guangzhou Military Region with the complicity of its authorities.

Foreign diplomats laugh at the notion that the Guangzhou Military Region could be of service in buttressing Guangdong Province's aspirations toward greater autonomy from Beijing. They point out that China's greatest concentration of military might is in the Northeast and that the strength of the Guangzhou garrison is weak by comparison.

Another factor in the military shake-up—and another reason why the military General Staff and the Party bosses in Beijing are touchy about the Guangzhou command in particular—is that Guangdong's influential governor Ye Xuanping has enjoyed highly placed connections in the military, friends of his deceased father, the late Field Marshal Ye Jianying.

SHAMEFUL "BLOOD MONEY" AWARDS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 9, 1990, p. 38)

Tiananmen Incident "Awards" Handed Out: Eight Generals Dismissed

In the recent transfers of high-ranking People's Liberation Army officers, those that "contributed" in the Tiananmen incident have been promoted on a large scale. At the same time, of seventeen generals, eight have been removed from their commands.

The Japanese Sankei Shinbun's report from Hong Kong, quoted a mainland source as saying the latest round of military personnel shifts were as follows:

* Chief of Staff Chi Haotian will retain his position.
* Assistant Chiefs of Staff Xu Xin and He Qizong will retain their positions.
* The Director of the General Political Department Yang Baibing will retain his position.
* Yu Yongbo, former Director of the Nanjing Military Region Political Department, will serve as Deputy General Political Department Director.
* The Director of the General Logistics Department, Zhao Nanqi, will retain his position.
* The Deputy Director of the General Logistics Department will be Li Jiulong, formerly Commander of the Jinan Military Region.
* Air force Commander Wang Hai will retain his position. Navy commander Zhang Lianzhong will retain his positin.
* Commander of the Second Artillery, Li Xuge, will retain his post.
* The President of the National Defense Academy Zhang Zhen will retain his position and add to it that of Political Commissar.

The report mentioned that among the recently shifted personnel, the one who has received the most attention is the former mid-level cadre Yu Yongbo, who was promoted

9004434

to an important central position. During the Tiananmen disturbance he led the reluctant troops of the Nanjing military region to the support of Yang Baibing. His promotion and the dismissal of former Nanjing military region commanding officer Xiang Shouzhi constitute a stark and illustrative contrast.

In the latest military personnel moves, the eight generals who were removed from their posts were: Hong Xuezhi, Deputy Secretary of the Central Committee Military Commission, Li Desheng, the National Defense University Political Commissar, Guo Lingxiang, Deputy Director of the General Political Department, You Taizhong, Second Secretary of the Records Research Committee of the Central Committee Military Commission, Li Yaowen, Navy Political Commissar, Wan Haifeng, Chengdu Military Region Political Commissar, Xiang Shouzhi, Commanding Officer of the Nanjing Military Region, and Wang Chenghan, Political Commissar of the Military Science Institute.

Most of these generals were men over 65 years of age from the "Second Field Army" who had accumulated a great deal of military power. For the most part they were critical of Yang Baibing and Yang Shangkun's unyielding policies. Li Desheng in particular had been a thorn in the Yangs' side.

COMMITTING ENVIRONMENTAL SUICIDE

(Hong Kong, Wen Wei Po[文滙報], June 4, 1990, p.18)

China's Ecological Damage Severe

From Beijing comes word that the average amount of polluting dust in a cubic centimeter of air in Chinese industrial cities is over 600 micrograms and sometimes reaches as high as 1,000 micrograms. To put that into perspective, the average figure for Tokyo is only 22 micrograms, 48 for London, and 93 for Hong Kong last year, while the upper limit for healthful air set by the World Health Organization is 90 micrograms. It is now universally believed that air pollution is one of the major causes of cancer. Shanxi, for example, is both China's major coal production area and an area of very high incidence of lung cancer.

The major cause of air pollution in China is its dependence on coal as its major energy source. Coal burning and the acid rain produced by it are ubiquitous. There are 17 cities along the easter seaboard and 18 more in the Yangtze River Valley where acid rain has been recognized as a major problem.

Poison Damage

Reports say that water pollution is threatening 381 cities. In a 1987 study of the Yangtze River, it was found that only 20 kilometers of its 6,300 km length were unpolluted, and that little stretch of river is probably the only unpolluted stretch in all of China.

Forest destruction in China has become serious and is accelerating. Lowland forests have now totally disappeared. This depletion of forests has very grave consequences for the environment.

One of those consequences is soil erosion. Forests in the upper reaches of the Yellow River already disappeared hundreds of years ago. Every year 5 billion tons of topsoil are washed away in China's rivers. That means a layer of soil one Centimeter thick for the entire area of land now under cultivation. The amount of nitrogen, phosphorus, and potassium washed away in that topsoil is about 40 million tons, which is about equal to the entire yearly production of all the chemical fertilizer factories in China.

Other studies of rural water supplies reveal that 30% of drinking water is contaminated by polluting gases, 80% of water sources are in danger of pollution, and nearly 700 million people are drinking water which has an excessive level of germ contamination, including viruses and bacteria which cause flu, hepatitis A, and dysentery. The volume of water supply to cities is also a problem; half of them are facing water shortages.

The monetary value of ecological damage in China for the year 1988 has been estimated at 14.2 billion Hong Kong dollars, which represents about 10% of China's GNP. Of this total, about 8.25 billion is accounted for by damage to the physical environment, while the remaining 6 billion was caused by air pollution, water pollution, and use of chemical fertilizers. The trend is toward ever greater ecological damage.

HEATING UP

(Hong Kong, Wen Wei Po[文滙報], June 20, 1990,)

Carbon Dioxide Release And Deforestation

Zhang Jijia, Deputy Director of the National Meteorological Bureau has issued a warning regarding the adverse effect which human factors are having upon China's climatic resource. In a special interview published in Shanghai's "Liberation Daily News", Zhang stated that internationally accepted measurement and forecast techniques used by the Research Institute of the National Meteorological Bureau have led it to predict that a doubling of the current volume of carbon dioxi e emissions will lead to average winter temperature increases in various northern and central regions of China of anywhere from 2 to 6 degrees Celsius, and those locales will have increasingly higher summer temperatures as well. China's warm, moist, sunny southern breadbasket, by contrast, may experience a drop in average temperatures.

9004434

Because of the overall warming trend, the sea level along the coast south of the Yangtze River has already risen 20-30 Centimeters. Besides this, the northwest is steadily becoming more arid: the once marshy Lop Nor Basin has already become bone dry, and the Qinghai, lake levels are dropping while snow lines in the mountains are rising. For four years in a row, the middle and lower reaches of the Yangtze River Valley have had warm winters, and the Fujian and Guangdong regions have suffered repeated floods. The hot and rainy seasons which used to come and go together are getting out of step. Originally clear blue skies have become a leaden gray, rains are no longer sweet, and the winds waft weird odors.

Zhang Jijia believes that although there are natural causes for abnormal and worsening worldwide climatic conditions, such as cyclical variations in solar activity, levels of volcanic activity, etc., the human factor has now clearly become equally prominent. This is especially evident in the case of China. Carbon dioxide and methane emission levels in China are presently third highest in the world. Due to ravaging of forests, the percentage of China land mass with tree cover has dropped in recent years from 13 to 8.9%. One consequence of this rapid deforestation is an increase in the incidence of mountain slope avalanches and mud slides in the southwest.

Zhang urges the immediate adoption of measures to prevent further development of all human factors contributing to deterioration of China's climatic resources. Among them, says Zhang, steps to reduce carbon dioxide emissions are of paramount importance. China, after all, is the world's third largest consumer of coal, and in fact only 30% of the coal consumed is actually "used" 70% of it is released into the atmosphere as carbon dioxide during the combustion process.

IGNORANCE ADDS TO ECOLOGICAL TRAGEDY

(Beijing, People's Political Consultative News[人民政協報], May 29, 1990, p. 4)

How Many People Know about the "Environmental Declaration"?

While on the train, one often sees travelers carelessly throwing the boxes from their carry-out meals out of the window. It seems that people have not realized how they will pollute our environment by doing this! Thinking about this problem also leads me to wonder about our nation's role in the destruction of the ecosystem.

It seems that everyone is aware of the problems of environmental pollution and destruction of the ecosystem. But how many people know just how serious these problems are? For instance, how many people have heard about the country's first "Environmental Declaration" (also called the "Yueshan Declaration")?

In November 1987, the Chinese Ecological and Environmental Development Trends and Policies Research Convention convened at Yueshan in Sichuan. The Academy of Sciences of China, the National System for the Protection of the Environment, and experts and professors from institutions of higher learning united to publish the "Environmental Declaration". At the end of 1988, the nation had over six thousand experts, researchers, and cadres respond by signing their names to it. Their active interest, enthusiastic and patriotic support, and genuine concern deserve admiration.

The "Environmental Declaration" points out that China's destruction of the ecosystem and the environment has reached shocking proportions. Our nation has stored approximately 2.6 billion cubic meters of felled wood. Nevertheless, every year, over 300 million cubic meters of wood continue to be felled. If we continue chopping such enormous quantities of wood in this fashion and reach the point of shaving our land "bald," what is the use of waiting for the next century? During the fifties, our nation had one billion mu of desert land. Now, already 1.92 billion mu of land has become arid. In the span of thirty or so years, an area sixteen times the size of Taiwan has become barren and worthless. Also, there is the Yangtze River valley which loses 2.4 billion tons of soil every year, and the Yellow River valley of which less than three percent is covered by forests.

Then there are also problems of water pollution, air pollution, plant pollution, and garbage pollution. According to statistics, five percent of the nation's population has difficulties obtaining water. In the countryside, about fifty percent of the population has been making long-term use of water which does not meet sanitation requirements. Moreover, our country's economic losses due to environmental pollution reach 3.6 billion yuan per year. In addition, the nation also loses fifty billion yuan per year due to economic losses caused by ecological damage. Are these figures still not shocking enough?!

During these last ten years, in confronting the nation's task of protecting the environment, a 100,000-member professional environmental protection group has been formed. In addition, everywhere, a series of measures have been adopted to protect the ecosystem and the environment. However, the pace of management is not keeping up with the increase in pollution. The pace of construction lags far behind the pace of ecological destruction.

These problems are related to our lack of long-term nation-wide educational programs about the environment and the ecosystem and also to our lack of sound policies protecting natural resources. However, the thinking of most people in this regard is narrow and short-sighted. Thus, they stress the prevention and elimination of pollution but take lightly protection of the ecosystem. This has also contributed to the widespread destruction of the ecosystem and the environment.

Thus, I believe all citizens who truly love their country should read the "Environmental Declaration" and then proceed to take action.

9004434

THE EDUCATION SYSTEM MIRED IN POLITICS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 1, 1990, p. 30, excerpts)

Speaking of China's Educational Problems

After establishing power in China, the CCP in the 1950's put a great deal of effort into expanding education and advocating universal education. However, the educational developments at the time went so far as to repudiate both Western-style education and traditional Chinese education as they were fully modeled on Russian educational methods. The goal of education was to train and create personnel knowledgeable about Soviet style socialism.

After the 1950's, Sino-Soviet relations broke down. Mao Zedong advocated the "Great Leap Forward" and the "Three Red Flags Campaign". Schools carried out "educational reform," and instruction in culture and science began to be neglected. When the slogan "red and expert" was devised, schools essentially became "thought training classes". Instruction in culture was never again stressed in education. During the early 1960's, due to economic problems and famine, many universities, middle schools, and elementary schools "got off the horse" (closed down) and discontinued classes. Although only some schools formally "got off the horse" most of them still could not maintain a normal schedule of classes.

After the famine was brought under control and just as the schools were regaining normalcy in 1966, the Cultural Revolution began with a clash of thunder. Classrooms turned into battle fields, students denounced teachers and universities, middle schools, and elementary schools throughout the nation chaotically discontinued classes and made revolution in a turmoil which lasted for ten years. A full generation of people were unable to receive formal education in schools as a result of the revolution.

Wrong Approach

After the CCP put down the rebellion during the Cultural Revolution and restored order, it once again stressed the improvement of education. During the ten-year period of reform which followed, education expanded significantly. However, this was only an increase *in quantity and certainly not in* quality. Due to the severe shortage of teachers after the Cultural Revolution, those who graduated from middle school taught middle school, those who graduated from elementary school taught elementary school, and even those who had never graduated either from middle school or elementary school were able to teach at the middle school and elementary school level. Of course, among these teachers, there were a few talented self-taught people. But in most cases, because the teachers were not sufficiently educated and because they had not received specialized training, they were not qualified for their work.

In addition to the teachers' incompetence, there was also the problem of teachers not having the desire to teach and students not having the desire to learn. It was a common phenomenon to see schools run as businesses rather than academic institutions. Also, the practice of university and middle school students, their hearts set on passing the TOEFL examination to study overseas and using their connections to leave the country "through the back door" can also be attributed to the backwardness of the educational system and its inability to satisfy the students' thirst for knowledge.

Since the Tiananmen Incident, eduction has once again returned to the old road of "putting politics in command". In the last forty years of development and change in Chinese education, we can see clearly that the stagnation of the educational system has been due to interference by political movements, short-sighted utilitarianism in planning its development, and the constant changing of its direction according to the political struggles withing the CCP. During the 1950', the CCP advocated "Five Loves Education" and the "Three Goods" whose goal was to "train ordinary laborers to understand socialism in the areas of health, study, and work". Although this slogan was taken from the soviets, it was still fairly thorough.

During the 1960's, the CCP stressed that "education must serve the proletariat government and be combined with production work." Under *the slogan of "combating and preventing revisionism"*, the educational line was torn to shreds by extreme leftist thought. After reforms and liberalization, the motto "revitalize China" became the collective ideal of all teachers and students. If only this motto were taken as the goal and direction for developing education, it would have given a great deal of impetus to it and would have been very persuasive since the slogan was patriotic and also stressed the importance of culture and science.

However, the CCP has consistently seen public education as being a party undertaking and a struggle with domestic and international class enemies for control of the nest generation. Thus if there is any sign of the slightest disturbance on the domestic or international scene, the CCP immediately wants to puts the pressure on education. "Pressure" here refers to the organization of school political activities and criticism of the bourgeoisie. These movements always include a slackening of instruction in culture and acience in exchange for extolling of instruction in culture and science in exchange for extolling worthless political rhetoric lacking in practical benefits.

Change Needed

In the last ten years of reform, although the importance of education and the trtaining of personnel to carry out the "Four Modernizations" has always been stressed, long-held beliefs about "revolutionary thought" and methods stressing politics and neglecting knowledge have never changed. In coping with any kind of problem in the development of education, *the first solution is always to* "increase the establishment of organized groups of teachers and increase the teachers' level of political awareness" rather than increasing the amount and quality of education and improving the dissemination of scientific and cultural knowledge. If this kind of guiding ideology does not change at the root, the tasks of wanting to better the level of Chinese education and making it universal are completely impossible.

The nation's ever more serious shortage of educational funds is another reason for the backwardness of education. The yearly national allocation of educational funds is barely enough to cover the low salaries of teachers in state schools. As for locally run schools, they are allocated a budget only half that of the publicly-owned schools. Asking that the schools be managed well with funds this low is like "making a meal without rice".

In this kind of a situation, not only is it impossible to ameliorate the livelihood and salaries of teachers, it is also impossible to give underprivileged children the opportunity to go to school. However, we often read in the papers about New China's successful long-term development of basic education since its founding years and the enrollment rate for school age children rising to 97.1%. We also read that illiteracy has decreased from 80% during the first years of the Republic to 20% at the present time. The discrepancies between these ideal figures and reality are very greatly, however, and from this we can see that China's record is blemished.

9004434

PROFESSIONAL CAREERS GROW IN PUBLIC ESTEEM

(Beijing, Popular Tribune Monthly[人民], No. 5, May 17, 1990)

The Joy And Distress of "Old Nine"

A Beijing-based sociological organization recently performed a "public opinion poll" and discovered that most of the respondents felt that careers in science carried the most prestige, followed by the engineering and medical fields. Other professions received public respect in the following order: architect, attorney, government official, entrepreneur, banker, and accountant.

Of these best-respected professions, one will note the appearance of the terms "expert" (jia) and "master" (shi). Because of their overall similarity and the like career requirements of the two, both, for the most part, are placed under the rubric of "intellectual". That is to say, they were in the past vilified with the nickname "stinking old nine". These days, the situation for the "old nine" is changing. Moreover, according to the poll, at least eight or nine careers under the category of the "stinking nine" now enjoy the public's admiration and respect. Since these last few decades of political activity have repeatedly seen intellectuals associated with "causing a stink", they now ought to be jumping for joy.

Few Teachers

But stop for a moment and think it over. On the one hand, there is joy, on the other, there is distress. The distress is that among all of these "experts" (jia), there is not one that corresponds to "educational expert" and among all the "masters" (shi), there is not a single "teacher".

The old Bingxin (a famous novelist Xie Bingxin) are thoughtfully to ask the question, "what will workers, farmers, soldiers, scholars, and merchants do without teachers?" Here too we ought to reflect for a moment: where would this and that "expert" come from without an instructor? And where would all those "masters" gain their knowledge without a teacher?

Schools are the cradles in which these intellectuals are nurtured and instructors are the nurses who tend the experts.

The human resources that will realize the"Four Modernizations" will be nourished by the blood, sweat, and tears of teachers who quietly hoe their row ought to be enjoying the respect of all society. The occupation of teacher should be society's most revered and admired. But among those ten most-respected professions from the "public opinion poll" listed above, there is not a single reference to "teacher". The reason for this, alas, is primarily due to the miserable salaries with which teachers are rewarded. This fact has most to do with the serious situation created by the topsyturvy value of "brawn over brains". One joke that makes one want to cry goes like this: no matter where you go nowadays, one seldom comes across a teacher wearing the emblem of the school with which he is associated. A professor at one university, however, makes sure that every time he steps out into the street, his school's emblem is emblazoned squarely across his chest. And when he was asked why he did this, he replied, "nowadays, public security is not what it should be. Getting on the bus or making a trip to the market is much safer when I'm wearing my school emblem. One look at it, and the *local* thieves know not to bother with me!" Even a thief should not steal from a poor person, let alone those who accept the heavy responsibility of rearing the countless pillars and beams of our society and the cream of our race. Is there any redeemable logic in this pathetic reflection on the order of our society?

Poor Pay

It seems that there is no solution to the salary problems of teachers and no feasible way to raise their status in society, and so the task of making the teaching profession the "most respected and worthy of admiration" can never be practically accomplished. Moreover, since educators will never really enjoy the respect of all of society, those "experts" (jia) and "masters" (shi) now receive a sort of esteem from society that is nothing but pie in the sky, water without a source and trees without roots.

This is not just a bit of sensationalism. There was an article that appeared in the "People's Daily, Overseas Edition", dated December 21, 1989, in which a Beijing professor commented to a reporter that he hoped the nation would take quick and decisive action to deal with the problem the "missing generation" of secondary teachers. This professor cited the following example: the faculty population of one of Beijing's "key" technical universities comes to 612 total. Of this figure, 279 are 50 years of age or older, and 244 are 35 years of age or younger. There are

9004435

only 90 faculty members between the ages of 35 and 49, while most of the faculty places its age above 50. Between now and 1993, it is likely that 143 of these older teachers will retire, of which, more than half bear the title of "professor" or "associate professor". This means that over the next three or four years, most of that university's professors and associate professors will retire.

Who will fill these vacancies? Please consider this: those forces of younger professors who have reserves of strength are really put into an untenable position. In the first place, the number of graduates of higher education programs, including those who have attended graduate school, that are willing to go into the teaching profession is extremely small. Even those assigned to education as a career don't feel good about teaching. In the second place, in recent years it has become a common practice for intellectuals to try to study abroad. Sixty to seventy percent of our young teachers have their minds elsewhere and are just waiting for the opportunity to go abroad. This phenomenon of our most talented assets flowing away has become the sort of grave problem that makes one concerned not only for our intellectuals, but even more for the future fate of our nation's people.

Perhaps this is just the scattered talk of the "prophets of doom". But only if the time comes when even these "doom-seekers" are not worried, can intelligent people feel that the "world is at peace".

BEIJING'S EDUCATION IN CRISIS: REFORMS NEEDED

(Hong Kong, The Mirror Monthly[鏡報], June 10, 1990, p. 39)

China's Educational Plans Must All Be Reexamined

Reading Premier Li Peng's governmental work report (from now on referred to simply as the "report") given at the Third Session of the Seventh National People's Congress and the speech he gave when addressing members of the "International Symposium on Facing 21st Century Education" (from now on referred to simply as the "speech"), I felt the authorities, 1) seem not to have fully analyzed and evaluated the present state of education; 2) do not take enough responsibility for education; and 3) do not have a complete layout of the educational structure. Thus, the authorities will be unable to build confidence in the vitalization of education in (mainland) China.

1) The Current Structure of China's Education Is Like a "Cracked Pagoda" The Premier's speech refers to Chinese education as being divided into four parts: basic education, vocational education, higher education, and adult education. In reality, Chinese education is a "pagoda" style combined structure. As there are several hundred million illiterate and semi-illiterate people in China, the pagoda is built on an "illiterate" and barren desert. Basic education can be called the base of the pagoda. However, nine-year compulsory elementary and middle school education has been carried out ineffectively. There have been unnecessary legal restrictions and assistance, and in many places, elementary school children quit school to engage in petty business or to work and thus return once again to the half-illiterate or illiterate state they were in when younger. This can be compared to falling through the base of the pagoda onto the sandy desert. The base of the pagoda is not even or sturdy, and the effect of the burden on the pagoda is great and long-lasting.

The "body of the pagoda" should include layers of vocational education and higher education. However, there are very few vocational schools in the nation. There are thirty times as many junior middle school students as vocational high school students, and the number of high school students is equal to five times the number of vocational high school students. Vocational and higher education has become disjointed to the point of the former's seeming weak and limited in number and constituting but a narrow portion as slender as a "wasp's waist" of the pagoda.

As for higher education, of the nation's approximately one thousand colleges and universities, some are following a new trend and becoming prosperous money-making "institutions of higher learning". There are several dozen institutions of higher learning nationwide, and of these, there are only a dozen or so truly excellent publicly recognized institutions. It is these schools which are the true tip of the pagoda.

My calling the pagoda "cracked" means that some layers are incomplete, have fissures, and are facing the problem of destruction by the ravages of time. If the body of the pagoda is kept as narrow as a "wasp's waist", these hidden dangers will naturally continue to exist.

2) The Layout of the Structure of Education Should Be Fully Reexamined

The Premier's speech points out that education requires "three directions". Although from the point of view of current educational policies, "facing modernization" is certainly not realistically connected with these three directions" Everyone stresses economics and is eager for instant success and benefits. Thus, the popular theories that "studying is useless" and "education may as well be prolonged" are becoming popular again under the new conditions of modern history.

To cope with the above dangerous situation of the "cracked pagoda," its structure should quickly be reshaped and straightened. In addition, from now on, experiments in complete reformation of education in cities and villages in certain areas should be carried out. According to knowledgeable sources, Yantai of Shandong province has already been designated as a test site This is good news. Yantai's population of close to six million (the same as Hong Kong) has always stressed basic education and vocational training. These last few years, the city has also pooled its resources to build Yantai University.

Presently, this area has over 5300 schools all together with close to a million students enrolled. This means an average of one in six people are enrolled in school. The universal education system has already been extended to the second year in junior middle high school, and the enrollment rate, consolidation rate and graduation rate for elementary schools have on the average increased to over 90. Last year, the city sent over 5000 students to institutions of higher learning throughout the country. The present state of education in Yantai is pleasing. Carrying out more complete reforms in areas like Yantai will certainly allow for more successes and can give impetus to reform and progress in education throughout the country.

3) The Government Should Bravely Shoulder Responsibility for Education and Should Work Diligently Until Results Are Seen

Whether it be in his "speech" or his "report", criticism is aimed at the lower levels of government, and duties are assigned to the lower levels, whereas the government (especially the Central Government) never assumes enough responsibility for its mistakes on past projects.

In his "speech", the Premier points out that the necessity of "throwing oneself into education". However, he follows this statement by pointing out the difficulties involved, and then places his hopes on "the whole society". But the government wants to prolong its own process of "throwing itself in" to a mineing pace. It is problems like these which the National People's Congress and the Chinese People's Political Consultative Conference yell and fight and struggle about nearly every time they meet. Yet their struggles never amount to commitment to or support for basic construction, national defense, industry or agriculture.

The Premier's report stressed the policy of "respecting knowledge and human resources". However, whether the policies aimed at the nation's several million intellectuals suit the state of the nation or the pattern of development of objective matters is not certain. Actually, it is this which is really the pivotal point in the vitalization or weakening of education in China, and avoiding this key point by speaking of grandiose plans for revitalization is like building a pagoda on sand!

POPULATION EXPLOSION IS THE NEXT TRIAL

(Beijing, Fortnightly Chat [半月談], May 10, 1990, pp.11–14, excerpts)

Thoughts and Observations on the Quality of Population

The alert on mainland China's abrupt population increase still has not been called off.

Following on the heels of this population increase is a difficult new challenge which concerning the quality of population.

Raise the quality of the population; reinvigorate the roots of mainland China has become the call of the age. This sacred concern for the quality of our nation's population has deeply touched the hearts of every mainland Chinese. An unprecedented ideology of crisis and struggle now surges through the veins of the Chinese people.

Stark Facts

Just as mainland China was about to whip the horse of the Four Modernizations into a gallop, we were reined in by something within ourselves: low population quality. It lays before us like a hidden reef, preventing us from making the leap forward.

What the data reveals:

30 million of our people suffer from hereditary defects. 1.07% of children between the ages 0 and 14 suffer from some form of mentally-debilitating illness. The national birth defect rate is 13.07%. In some provinces, this rate is as high as 20%. Every year more than 850,000 babies are born with biological defects. Of a total of 300 million children nationally, more than 10 million suffer mental retardation due to inherited and other factors, and over 2 million of these suffer incurable hereditary mental retardation.

51.64 million people nationwide have some form of debilitating illness. Approximately 10.71 million of these are mentally disabled.

One-fifth of all the families in the nation have a family member with a debilitating illness. Among these the rate of disabilities caused by hereditary factors exceeds 50%.

Sick Children

In heavily populated Sichuan, 336,000 out of 30 million children suffer from mentally-retarding illnesses. There is on the average more than one mentally-retarded child for every 100 children. In culturally developed Beijing, the rate of mentally-disabling illness is 9.38%. From this percentage, it can be deduced that of the long-term city residents 86,000 are mentally retarded. There are 27.8 thousand mentally-retarded persons in the province of Gansu, and every year 2,000 retarded new-born babies add to this figure. In the mountain districts of Wannan and Dabie in Anhui Province, the rate of hereditary birth defects is as high as 44.1%.

Nor do nutritional conditions give any cause for optimism. According to the calculations of experts, defect free babies born in Chinese mainland are no less healthy than those born outside of mainland China's borders. But later on, the nurturing gap becomes more and more obvious.

Cultural quality. Following "Liberation", and especially during the first ten years of reform, mainland China's education developed rapidly. The number of schools, the number of students in school, and enrollment rates for school-age children all increased geometrically. The pre-Liberation illiteracy rate of 80% dropped to approximately 20%.

Poor Record

Nevertheless, for a variety of reasons, the average level of education nationally is less than five years. About one fifth of the population is illiterate or semi-illiterate. 10.8% of 12 to 15 year-old youths are illiterate. In 1987 in mainland China, there were 18.2 university students for every 10,000 people. In Japan, the rate is 205, and in Austria, it is 203.5.

Almost all of our current workforce can be described as "three lows and one few": low cultural level, low technical level, low management level, and few technical personnel. Of

9004434

a national working population of 500 million, there are only approximately 26 million skilled technical personnel, a mere 5%. This is far below the ratio for many nations.

The crisis is most severe in the countryside. In the mainland Chinese countryside, 35.9% of the people are il literate or semi illiterate. 37.2% have only a primary school education. For every ten-thousand people, there are only four university students. This is below the education level of 1907 Japan.

Yet the situation is even more serious than this: the mainland Chinese 5-year elementary school system is not yet universal. There is a severe shortage of instructors. According to calculations, during the seventh five year plan, the nation needs to recruit 1.1 million elementary school teachers, but high school teachers are only capable of producing 900,000; the nation needs to recruit 900,000 junior high school instructors, but it is only capable of producing 500,000; it needs to recruit 300,000 high school instructors, but the current education schools can not perform this task. At present, the nation has 2 million elementary school teachers, and the need for training junior high school teachers has risen. But the current advanced schools and education colleges simply do not have the resources to carry out the tasks they wish to carry out.

Falling Standards

It is an incontestable fact that the overall quality of the population is low. However, the source of mental weakness which has everyone worried still cannot be controlled.

In most areas of the mainland Chinese countryside, there is a desert-like lack of superior education and superior students. Pre-marital tests and prepartum care are regarded as unnecessary trouble. In some places, a woman, having given birth to a mentally-retarded, will go on to bear a second and even a third child. In Mang County in Gansu Province, there is a mentally-deficient couple which has given birth to eight children, not one of whom is free from mental retardation genes.

In spite of repeated prohibitions, marriages between close relatives continue. Many frequently violate each others forbidden areas and, running a red light, add many bitter fruits to the family tree. According to surveys, 1.5% of marriages in mainland China are between close relatives. In some places the rate is as high as 15%. The great majority of peasant marriages are between inhabitants of a 25-kilometer wide circle. In some places, marriages between close relatives over a long period of time have resulted in "idiot villages" and "deaf and dumb villages".

As for raising the cultural level, there is little cause for optimism.

During the past few years, the pursuit of ideals has been twisted by money, and in the rush to engage in commerce, many have dropped out of school. Eagerness for quick success and instant profit and short-sighted behavior has resulted in a rapid increase in illiterates of 2 million new ones annually. The drop-out rate of junior high students in Fujian province is 8%, which means that every year 30,000 people enter society without having graduated from junior high school.

Fearful Prospects

In life, there are always people who regard odd phenomena as nothing unusual. The problem of population quality, and the threat it poses to the nation and the development of the people is not appreciated by people to the degree that it ought to. Statistics of the Ministry of Civil Affairs indicate: mainland China has 2 million hereditary idiots, each requiring a total of 500 yuan for nourishment, care, and medical treatment, which means that the nation must spend 10 billion yuan annually.

There are more than 40 million families in mainland China with disabled members. Half of these need nursing care. This burdens the family with heavy economic and psychological pressures.

HAVING "FUN" WITH FIGURES

(Hong Kong, The Trend Monthly[動向], June, 1990, pp. 53-54)

The Marvels of Mainland Statistics

Various mainland Chinese government departments have recently released reports concerning the nation's livelihood and social conditions. Common sense would lead us to suppose that because there is only one official mouthpiece for news dissemination at home and abroad, namely the Xinhua News Agency, we should get a consistent picture of things. But reports coming from the same agency source often show huge discrepancies from one report to the next, causing the people to wonder what the score really is. A few examples might be instructive.

Garbage In

Zhang Jungji, spokesman for the State Statistiel Bureau stated that as of the end of 1989, the number of urban unemployed totaled 3.78 million, and the rate of urban unemployment was 2.6%. The Ministry of Labor, however, issued a report stating that as of the end of November in 1989 preliminary estimates of total urban unemployment stood at 5.5 million, fora rate of 4.2%. The discrepancy between the two reports is more than 45%.

At the beginning of this year, when the Central Committee's Work Convention was in progress, newspapers and magazines published the words of an authority whom they quoted as saying that by conservative estimates, there were at least 7.5 million urban unemployed, and the number of idled rural workers who had left the farm in search of jobs had reached 8.7 million — a deviation from official figures of from 50% to 98%.

During the 20th session of the United Nations' Asia-Pacific Regional Agricultural Organization convened in Beijing, mainland Chinese Minister of Agriculture He Kang stated that mainland China has 4 million people whose basic foodand clothing needs have not been met. Ever since 1984, during sessions of the National People's Congress or in statements for foreign consumption, the CCP has emphasized that mainland China has basically solved the problem offeeding and clothing its 1 billion people. CCP's Secretary General Jiang Zemin has repeated this assertion in recent conversations with foreign dignitaries.

Nevertheless, the (mainland) Chinese Academy of Social Sciences has issued materials indicating that nationwide, there are 8 million inadequately fed and clothed people in mainland China. Sichuan, Guizhou, Shenxi, Gansu, Shanxi, and Ningxia provinces and the autonomous regions taken alone account for 3.5 million of that figure. This is a far cry from the picture painted in official statements and the conversations of the Party Secretary General.

Garbage Out

Chief Procurator of the Supreme People's Procuratorate, Liu Fuzhi, stated in a report to the National People's Congress that the total number of criminal cases investigated and prosecuted in mainland China last year was 370,000, for a rate of only 3.2 per 10,000 people — a mere one-ninetieth of the crime rate in America and one of the lowest in the world.

But just what are the actual conditions in provinces and cities praised by the Public Security Ministry as exemplary? In an article that appeared in the "Liberation Daily News", a spokesman for the Shanghai Municipal People's Procuratorate pointed out that the total number of criminal cases prosecuted in Shanghai last year came to more than 12,000, or 10 cases per 10,000 people — more than 3 times higher than the national average. In a "South Daily News" article, the Deputy Chief Procurator of the Guangdong Provincial People's Procuratorate stated that the number of cases in his province for last year totaled more than 80,000, or about 12 per 10,000 people, more than 3 times the national rate. In "Jinan Daily News" report, the Chief Procurator for Shandong Province quoted a total of 32,000 cases for that province, or 9.2 per 10,000 people, 2.8 times the national rate.

As for not-so-exemplary locales such as Shanxi or Anhui Provinces, the crime rate exceeded 35 cases per 10,000 people (see reports in the "Legal Daily" which circulates publicly in mainland China.)

An official at the Senjun City (in Guangong Province) Public Security Bureau has explained that there can be great discrepancies in crime rate estimates depending upon the method of calculation. At present, some provinces and cities omit from their calculations such categories as economic crime, suspended-sentence cases, work-rehabilitation cases, etc.. A more objective estimate of the average national crime rate, therefore, would be more like 20 cases per 10,000 people. That's 7 times higher than the supposed average for the 1960's and 13 times higher than the 1950's average.

Wild Talk

Ministryof Foreign Economics Relations and Trade Vice-Minister Li Lanching stated at a National People's Congress news conference that the number of companies authorized to directly import goods from abroad has increased from a nationwide total of about 3,000 in the 1970's to a present total of more than 5,000.The same ministry's Vice-Minister for Party Organization said during a general meeting of the NPC that it was very difficult to estimate the number of such companies because of their being widely scattered over the country. But he went on to guess "probably about 8,000" — an estimate 60% higher than Li Lanching's.

The chairman of the (mainland) China Insurance Company stated to a group of visiting foreign insurance company executives that the mainland Chinese insurance industry was developing well and that of the companies authorized to import goods from abroad, 6,000 had so far bought insurance (see Hong Kong's "Wen Wei Po"). The additional number of authorized importers who are not insured is not yet known, but we can gather from this statement that even the number of insured companies already exceeds Vice Minister Li's estimate for the total.

From this we can see, even top administrators in the Foreign Economic Relations and Trade Ministry whose job it is to approve applications for the right to import, do not know how many companies are officially registered and documented and feel no compunction at all about casually tossing out arbitrary guesses. Too weird for words!

The above is just a small random sampler of the myriad contradictory statements of mainland Chinese officialdom. Could the problem be just a question of statistical analysis techniques, or is it not in fact a matter of the moral turpitude and quality of Communist Chinese leaders? Readers may judge for themselves.

HEADCOUNTING RAISES FEARS OF TOO MANY PEOPLE

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 20, 1990, p.49)

The Census and the Present Population Situation

It has already been eight years since mainland China's third census in 1982. The population, regional distribution, structure and quality have all undergone great change. There are clear signs that the amount of population mobility has increased, and in some villages family planning limitations have been seriously exceeded. Statistics show that the entire country's mobile population is about 60 to 70 million, among which those who have been on the move for over a year number 20 million. The country's "underground children", children who are in excess of family planning limits and who not registered for family residence permits, number more than 20 million.

The State Council Census Office's Assistant Director and State Statistiel Bureau Population Department Director, Shen Yimin, recently said that beginning this year on July 1st, the Fourth National Census will be conducted. The emphasis of this

9004434

year's census will be placed on accurately calculating these two segments of the population and on systematically and comprehensively determining the newest population figures including birth rate, death rate, and natural growth rate, mobility, health quality, cultural level, employment and occupation information, the occupational structure, marriage and birth data, racial structure data and other important data.

Public Ignorance

Shen Yimin has participated in every census since the first national census began in 1953, therefore he knows mainland China's population situation like the back of his hand. He believes that although the mainland began to institute family planning from the early 70's to control excessive population growth, the people's awareness of population problems remains quite low. Controlling the population is the goal of many years of hard work, but at the same time people have neglected the problem of population quality.

He listed some figures: mainland citizens on the average receive less than five years of education, illiterates and semiliterates comprise one fourth of the whole population, 10.8% of youngsters between twelve and fifteen are illiterate, and almost half of those between fifteen and nineteen years old have not gone to junior high school. In rural areas the illiterate and semiliterate population is as high as 44%, and those at an elementary school level make up 37.2%. In the industrial sector, engineering technicians only make up 2.8% of all staff members and 80% of the workers' cultural education levels are below the junior high school level.

Quality of health is another serious problem in mainland China. According to the statistics, the rate of marriage between close relatives is 1.5% in mainland as a whole, and in some places the rate is as high as 17%. Nationwide there are 30 million people with every kind of congenital defect, and every year among newborn babies, 850,000 have physical defects. Handicapped people of all types number about 50 million, among whom about ten million are mentally handicapped.

Shen Yimin said the quantity and quality of the population are two pressing problems waiting to be solved. This national census will provide information to assist in the resolution of these problems in order to aid to the country in its formulation of population and population-related policies.

Complex Task

In reference to this census, Shen Yimin said that back in 1986 the State Council decided to conduct national censuses every ten years beginning in 1990. "The People's Republic of China's Statistical Method of Implementing Detailed Rules and Regulations" has also drafted regulations to this effect. In May of 1989 the State Council established the Census Organization, and in October announced "The Fourth National Census Measures". These measures differ from past censuses in that the fourth census contains twenty-one new items, and strict census policies aimed at the mobile population and unregistered infants have also been adopted. Close to 7 million census employees have been trained and are in position, and national population reorganization work performed for purposes of getting an idea of the population's base figure was completed at the end of May.

TRAGEDY OF ABANDONED CHILDREN

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 1, 1990, p.9)

Abandoned Babies Annually Exceed One Million

The cities and the countryside all have illegal children.
The welfare bureaus are filled to the bursting point.

According to the Civil Affairs Ministry's latest figures, the mainland China's present number of abandoned babies has already surpassed one million, of which Guangdong Province accounts for about one percent. The problem of abandoned babies is no longer limited to a few large and midsized cities the same problem is also quietly spreading in the countryside.

Shocking Practice

As the population continues to expand, the problem of abandoned babies gets more serious day by day. Among these tens of thousands of abandoned babies, some are in the care of welfare institutes, but still more starve, freeze, die of disease, are drowned or are stolen away. And many become "underground children" beyond the reach of population planning. In a village in Jiangsu, the abandoned baby market has "prospered" along with economic development. In less than three years a medium-sized orphanage has received 37 abandoned babies. A farming family eagerly longing for a girl pasted up a poster in front of their village asking for a girl, not expecting that within three days there would be six abandoned babies laid neatly on their doorstep. This same household, fearing that during the night still more "goods" would be sent to their door, then rushed to paste up another notice about giving away girl babies. In the ancient city of Xian the abandoned baby phenomenon has been extremely serious in recent years. The Xian Metropolitan Child Welfare House took in 120 abandoned babies in 1985, 160 in 1987, and 260 last year. Their doors have been bursting with abandoned children for quite some time.

Guangdong's number of abandoned babies has shot up at shocking rate. According to the Provincial Civil Administration's Committee for Investigating the Problem of Abandoned Infants, studies carried out in five counties revealed that in less than two years time the number of abandoned babies stood at 920. Meanwhile, the Guangzhou Civil Affairs Bureau and the Children's Welfare House receive an average of three to four abandoned children each week.

Mental Illness

9004434

Among the abandoned children many are congenital idiots or mentally infirm due to near-relative marriages or hereditary illnesses.

Many infirm babies are sent to train or bus stations, docks, hospitals or and other places by unfeeling parents. Others are simply drowned.

The entire country now has 860 welfare institutes, which so far have accepted over 11 thousand children. With every child's yearly expenses calculated at 2,000 yuan, the country institutes expends more than 20 million annually on this matter. For example, in all of Guangdong Province's 1,377 cities, counties and districts only forty welfare institutes have been constructed, and according to the plan 88 new welfare bureaus are still needed, but because of the lack of capital, construction cannot begin on most of the bureaus. To take in these abandoned children, Guangdong's Provincial Government adopted three methods: adoption by social welfare institutes or special organizations, adoption by the masses, and adoption by private individuals. As to the expense, with every infant's yearly provision calculated at 1,200 yuan, yearly support provisions will be more than 1[illegible] million yuan, not including the part that private people shoulder.

Ever since the late 70's the mainland has been talking about the basic national policy of family planning, strictly controlling the population's increase, elevating the quality of the population and adopting some relevant administration methods along with the supervision of public opinion. However, there still exist a few weak links, and a lack of a complete set of strict policies. And concerning the problem of abandoned babies' households, every place adopts different policies, which gives those who abandon infants space to hide. There are a few regions that only use fines to solve this problem, but fines cannot stop the daily increaseof abandoned babies, and population growth cannot be stopped by fines.

(Selected from "Humor & Satire" of People's Daily, No. 263, June 5, 1990)
A cadre is seated in a small boat which is leaking, but is also inside a whirlpool. The four characters on the boat read "serious damage." The caption says "repairing the leak in the heart of the river" and refers to the document the cadre is holding labeled "review" or "selfcriticism."

MAJOR EVENTS IN JUNE

June 1: Gyaincain Norbu was elected chairman of the people's Government of the tibet autonomous Region at the third session of the fifth tegional People's Congress, said Xinhua News agency.

— Xinhua News Agency said the teh census in the tibet autonomous Tegion started today, one month earlier than other regions, due to its vastness and sparse population

June 2: Wan Li, chairman of the Standing Committee of the National People's Congress (NPC), met a cuban delegation led by Tene Todriguez Cruz, president of the Leduban Institute for Ffriendship with Foreign People.

— AFP reported from Beijing that the Communist Chinese authorities, fearing a new bout of unrest on the anniversary of the tiananmen Square massacre, closed the square to the public.

— Communist China announced that it has broked diplomatic relations with the West Aftican state of Guinea-Bissau for setting up ties with the Tepublic of China on Taiwan.

June 3: A mainland Chinese man who tried to display a portest poster near Tiananmen Square to mark the anniversary of pro-democracy protests last June was immediately attested by public security police, accofding to Associated Press (AP).

June 4: The People's Daily, organ of chinese communist Party's Central Committee, published an editorial asserting that "stability" is above everything after the quelling of the "turmoil and the counter-revolutionary rebellion" in Beijing last June.

— The China Daily said mainland China's first scholastic book on religious studies has come off the press, called "A General survey of Teligious studies" complied by the Institute of Religion of chinese Academy of social sciences.

— Li Ruihuan, a Standing Committee member of the Political Bureau of the Chinese Communist Party Central Committee (CCPOC), met a Soviet delegation led by U.K. Kosolev, president of the Culture foundation of Moscow, and briefed its members on Communist China's "ideological education," in Beijing, according to Xinhau News Agency.

— The U.S. Embassy in Beijing protested to the Chinese Communist government against the assault and harassment of American reporters in Beijing Meanwhile, the Foreign Cor-

9004434

respondents Club of China in Beijing protested police violence against reporters covering the first anniversary of the suppression of the pro-democracy movement.

June 5: Sin Chongde, a psychology professor of beijing Normal University, released his surbey report on divorce, which said that 9 million people a year get divorced, reported China Daily.

— The Legal daily said Communist chinese police authorities have "criticized, educated, and fined" 12 "rowdy" rock fans as a lesson for potential troublemakers during the asian Games. The fans "stripped off their jackets, baring torsos, waved straw hats in the air and yelled continuously," police officials were quoted as saying.

June 6: The Communist chinese authorities have released another 97 di-ssidents after they "pleaded guilty and 'voluntarily' confessed their wrongdoings and expressed a willingness to repent," Xinhua News agency said, quoting the Public Security Ministry. Those freed include chou Fengsuo, a student at Qinghau University and No. 5 on Beijing's list of "21 most wanted" student leaders who attended pro-democracy activities at Tiananmen Square last year.

June 7: China Daily said a five-year program on diarrhea will begin this year in mainlnd China. A survey by the Ministry of Public Hearth in 21 provinces and municipalities esti mated 836 million cases annually, reported the official newspaper.

— The State Pharmaceutical Adnainistration ordered a complete ban on the illegal trading of pharmaceuticals and a "rectification" of the wholesale drug market before the end of this year. Qi Moujia, director-general of the administration, said only State-owned pharmaceutical commercial unite will be allowed to do wholesale business.

— The 4th meeting of the Committee for the Drafting of the Basic Law of Macao opened today in Beijing.

— Jiang Zemin met a delegation from India's ruling People's party led by its Bice-President Rama Krishna Hegde in Beijing.

— State Vice-President Wang Zhen met with his Syrian counterpart Mohammed Zouheir machankah. The Syrian Vice-President and his wife arrived in Beijing for an official visit to communist china.

— Li Jinhua, a Foreign Ministry spokeswoman, said Communist China has expressed its concern over the statement made by Australian government that the more than 20,000 Chinese students now studying in australia may remain there. Li said the australian government's reason to extend the stay of students who supported pro-democracy protests was "intolerable."

June 8: State Council spokesman Yuan Mu claimed in a June 5 interview with NKH Broadcasting Company of Japan that Communist china's political situation is developing "relatively well" and social order has rapidly retuned to normal, reported Xinhua news Agency.

— Xinhua News Agency said the Central Commission for Discipline Inspection of the Communist Party of China announced that former vice-Minister of Railways Luo Yunguang has been expelled from the Communist Party for accepting bribes.

— Reuters News Agency reported that Lin Yenchih, a deputy Communist Party secretary of Beijing University, warned students that police will be used against future unrest on campus.

June 9: The State Education Commission claimed the regular universities and colleges are to admit about 620,000 undergraduates and students this uear, 20,000 more than lsast year's admissions. More than 2.46 million middle school students will compete for the 620,000 openings by taking the National College Entrance Examinations set for July 7-9.

— Xinhua News Agency said Guangdong People's Government approved Zheng Niangyu as the new mayor of shenchau City, a key commercial center in southern mainland China.

June 10: People's Daily reported elections for deputies to the People's Congress have been completed in 60 percent of the 3,8000 counties and 60,000 townships.

— Communist China's foreign trade total was US$39.4 billion in the first five months of this year, 3.2 percent down from the same period last year, according to figures from the General administration of Dustoms.

— Communist China's economic retrenchment program and a continuing market slump forced 400,000 people out of work in april, the official China daily reported.

— Communist China will soon open four new ports to foreign trade, and expects to open 10 more over the next two years, said China Daily.

June 11: Public Security Minister Wang fang announced the launching of a government nationwide crackdown on crime, which has been rising sharply in recent months. Police action will focus on arson, murder, robbery, theft and opganized-gang crimes.

— People's Daily reported more than 180 party and government officials in Jiangxi Provine have been punished for abusing privileges to build private houses.

— Jiang Zemin, General secretary of the CCP, addressed a national united front work meeting in Beijing, saying the guture task of "united front" work is to hold high the banner of "patriotism" and socialism, unite all the forces that can be united, mobilize all "positive" factors and pool various wisdom and strength to consolidate and develop political stability and unity to promote socialist modernization and reform and opening to the outside world. Jiang stressed that "Leadership of the chinese Communist Party over united frount work must continue."

— The Foreign Ministry claimed that last week's meeting between U.S. Vice-president dan Quayle and pro-democracy student leader chai Ling represented "gross interference in (mainland) China's internal affairs."

June 12: reuters said Tibet's exiled leader, the Dalai Lama, predicted a bloody collapse of communism in mainland China within two years.

— Xinhua News Agency, reporting eight major changes of ranking officials, said Ying Ruocheng and Wang Jifu, both deputy ministers of the ministry of Culture, have been replaced, but gave no reason for the shake-up. New vice-Ministers are Xu Wenbo and chen Changben.

June 13: UPI said Israel is now the biggest supplier of advanced military technology to Communist China since the U.S. banned military sales in the wake of Beijing's bloody crackdown on student-led pro-democracy protest last year.

— Foreign Minister Qian Qichen met with soviet deputy Foreign Ministry E. A. Rogachov, who was on a special trip to brief Communist China on the recent Soviet-U.S. summit, Xinhua News Agency reported.

June 14: The People's daily quoted Jen Juanzin, president of the Supreme Pweople's Court, as saying a "serious smashing struggle" must be launched to maintain social stability. The newspaper said the 126,900 crime cases in the first 4 months of this year represent a big increases over the same period last year. Liu Fuchi, procurator general of the Supreme People's Procuratorate announced on television that more than 217,000 common criminals were arrested in the first 5 months of the year.

900434

June 15: According to figures from the Ministry of machinery and Electronics Industry reported in china Daily, the production of mainland China's machinery and electronics industry during the past 5 months was 73.4 billion yuan (US$15.62) , a decrease of 5.2 percent from the same period last year.

— Liu Huaging, vice-chairman of the Central Military Commission, flew back to Beijing after his official visit to the Soviet Union.

— State Statistical Bureau director-General Chang Sai announced at a news conference that couples who have violated the strict one-child policy areurged to report all their children during the upcoming national door-to-door census. Chang stressed accurate reporting of family size is critical even if it means families must face penalties for exceeding the one-child limit.

June 16: The China shipping Company, a major mainland chinese shipping concern, has asked South Africa to release 38 mainland Chinese seamen it said are being detained "as hostages" in Cape Town, said the china daily.

— Xinhua news agency reported that a team of archaeologists have excavated 19 ancient tombs dating back 7,000 years in Wenshang County, shandong province.

— Serious floods have hit nine prefectures and cities of Harn Peocinxw, killinf moew rh< 100 people and flooding 345,600 hectares of farmland since the befinning of this months, Xinjua News Agency reported.

June 17: Xinhua News Agency said a national scientific expedition has found that the glaciers at Geladandong on the Qinghai-Tibet Plateau, the source of the Yangtze River, are rapidly melting and shrinking.

— Beizhen Manchu Autonomous county was officiallu set up in China's Lnoning province. The area has China's largest concentration of Manchus, 303,000 or 58.2 percent of the total population of Manchus.

— China Daily admitted that sales of short-wave radios soared during the pro-democracy demonstrations last year despite heavy government jamming of Western short-wave news broadcasts. The newspaper said a record 870,000 radios were sold in June 1989, the first month of the bloody military crackdown.

June 18: National People's Congress spokesman Chang Husheng revealed at a news conference that 355 people remain behind bars for their alleged roles in last year's democracy movement.

— Jiang Zemin told american political science students at California Sate Polytechnic University in a letter that Communist China sees massive political changes in Eastern Europe not as s collapes of communism but only a setback in its' development. The text of the letter, written on June 11, was reprinted in the China Daily.

— Reuters said Communist China and Laos have completed the first joint survey of the Mekong River to see if the waterway can be opened to expanded trade.

June 19: Zhou Duo, one of three well-known dissidents detained by police before the anniversary of last year's democracy movement on trial for "counter-revolutionary" crimes.

— The Beijing authorities plan to expel more than 100,000 itinerant laborers in a bid to clean up the city ahead of the 11th Asian Games, said the China Daily.

— A military delegation led by Minister of National Defense Qin Jiwei returned to Beijing after an official visit to Eqypt and Jordan.

June 20: Despite reduced inflation, per cpita income among mainland China's 800 million farmers dropped 1.6 percent during the first quarter of 1990 over the same period last year, according to a report in China Daily.

— The Standing Committee of the NPC began to study draft laws on copyright, the state's tobacco monopoly, and desecration of the Chinese Communist flag.

— The Ministry of Public Health announced that the central government has launched a crackdown on illegal collection and suply of blood, claiming that "underground" blood banks and profiteers in blood products would be wiped out by the end of 1991.

June 21: Song Jina, State Councilor and minister in charge of the state Science and Technology Commission, met a Pakistan government scientific and technological cooperation delegation headed by Tariq Mustafa, secretary of the Ministry of Science and Technology, in Beijing.

June 22: state President Yang shangkun and Premier Li Peng separately held talks with Idris abdul Wakil, second vice-president of Tanzania.

June 23: Vice State President Wang chen, one of Communist China's most hard-line leaders, in an article published in People's Daily, sharply attacked the "moderate elements," branding some as traitors and warning Beijing will defend socialism "no matter what the cost."

— Yuan Lu, spokesman for the State Council, told Japanese reporters he sees no early end to sametions by Western governments on communist China after last year's crackdown on pro-democracy movements, reported People's Daily.

June 24: Reuters said Communist China is maintaining a tight security clamp on towns in the far western region of Xinjiang, to prevent ethnic unrest ahead of Moslem festivals nest month.

June 25: Professor Fang Lizhi and his wife Li Shuxian left mainland China for Britain, more than a year after they took refuge in the U.S. Embassy in Beijing. Eang has been mainland China's best known dissident and called a "traitor" for his oppositon to the Communist Chinese authorities.

— China daily, quoting a survey report by the State education Commission, said that the shortage in education funds continues despite the increase in education allocations in the past six years.

— Li peng, in talks with Hans Stercren, chairman of the Foreign affairs Committee of the Federal Assembly of West Germany, said he hopes all "far-sighted" Western statesmen will exercise their wisdom and courage to improve relationships between Western countries and Communist China.

June 26: Fang Lizhi released a statement expressing his thanks to U.S. President George Bush for U.S. efforts to secure his release from Communist China. At the same time Desaiz Anderson, deputy assistant secretary of State, arrived in Beijing for talks with Communist Chinese officials.

— The CCPCC opened its 11th Standing Committee Session in Beijing. The five-day session will discuss "united front work," said the People's Daily.

— Li Peng met with Hasni Ould didi, minister of foreign affairs and Cooseperation of Mauritania.

June 27: Soviet and Communist Chinese officials met in Beijing to discuss the number of troops and arms to be withdoawn from their borders, said a spokesman of the Soviet Embassy in Beijing.

—Li peng held talks with visiting Chad President Hussein Harbren in Beijing, during the talks, Li stressed that developing countries should strengthen their unity and cooperation to cope with the current international situation, said Xinhua news Agency.

— Xinhua News Agency, quoting vice-minister Wang Mingda of the State Education Commission, re-

900434

ported that adult education for college diplonas in mainland China will face re-examination because colleges have been enrolling too many students and issuing too many diplomas.

June 28: Li Jinhua, a spokeswoman of the Foreign Ministry, warned at a press conference that Australia's decision to allow mainland China students who were in Australia during the Tiananmen Square crack down last year to stay for another four years will have a "detrimental" impact on bilateral relations between the countries.

— Xinhua News Agency reported Liu Chungyi has succeeded He Kang as minister of agriculture. The agency said the appointment, proposed by Li Peng, was approved by the Standing Committee of the NPC.

June 29: Xinhua News Agency said Communist China's first flag law passed by the Standing Committee of the NPC, providing for punishment for anyone damaging the national flag.

— Zhao Fusan, a member of the Standing Committee of the 7th NPC, has been removed from committee membership and from the NPC's Foreign Affairs Committee. Zhao has been accused by the Beijing authorities of making statements attacking the Chinese Communist Party and government, said Xinhua News Agency.

— Li Peng held a formal talk with Bangladesh President Hussain Mohammed Ershad in Beijing.

June 30: People's Daily said Chinese Communist Party officials must attend meetings to undergo self-criticism twice a year to help build "democracy" and strengthen party discipline. The official paper announced the meetings of criticism and self-criticism are mandatory and those who fail to attend will be disciplined.

— Jiang Zemin said in a speech on the eve of the CCP's 69th birthday that corruption and provocation from "reactionary" forces has severely damaged the Communist Party's relations with the masses. Jiang also asserted that the Communist Party must strengthen rule over mainland China.

Profile

NEWLY-APPOINTED MILITARY REGION COMMANDERS

Wang Chengbin [王成斌] –Beijing Military Region Commander

Born in 1928. Native of Ye County, Shandong.

Joined Eighth Route Army and Chinese Communist Party (CCP), 1945. Served as platoon commander of independent division of Jiaodong Military Region 1946, and company commander of eastern China Field Army, 1948.

Participated in Jiaodong, Jinan, Huai-Hai, Crossing Yangtze, Shanghai, and Fuzhou campaigns. After 1949, served as battalion commander, regiment chief of staff, regiment commander, division chief of staff, division commander, and deputy army commander. Graduated from Military Academy, 1981. Later served as president of Nanchang Ground force school, 1983. Became deputy commander of Nanjing Military Region 1985.

Member of CCP 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988. Awarded 3rd Class Order of Liberation.

Gu Hui [固輝] –Nanjing Military Region Commander

Born in 1930. Native of Gaiping, Liaoning.

Joined People's Liberation Army (PLA), 1947, and CCP, 1948. Became office secretary in battalion headquarters, Fourth Field Army, 1949, and participated in Liaoxi-Shenyang and Peiping-Tianjin campaigns. Went to Korean War, 1950, and acted as regiment staff officer of operations and training, Chinese People's Volunteers in Korea. After returning home became chief of regiment operations and training section, 1955, and regiment deputy chief of staff, 1956, PLA. Graduated from Basic Department, PLA Military Academy, 1961. Later made chief of division operations and training section, 1961, regiment commander, 1966, and deputy division commander, 1969; deputy director of training Department, Military and Political Cadre School, Guangzhou Military Region 1975; division commander, 1978; and army commander. Became deputy commander of Jinan Military Region, 1985.

Alternative member of CCP 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988.

Zhu Dunfa [朱敦法] –Guangzhou Military Region Commander

Born in 1927. Native of Pei County, Jiangsu.

Joined Eighth Route Army, 1939. Joined CCP, 1945. Appointed Commander of scout company in Shanzi-Hebei-Shandong-Henan Field Army, 1947. Won Outstanding Merit Citation and named 3rd Class Combat Hero during Northern Henan Campaign in 1947, and another Outstanding Merit Citation during Huai-Hai campaign in 1948. Served as head of scout section and battalion commander in Second Field Army, 1949. Fought in Handan, Longhai, Crossing Yangtze and South Western China campaigns. From 1951, served as head of scout section and regiment commander. Joined Chinese People's Volunteers in Korea and served as regiment commander, 1953. Graduated from department of Combined Army Commanding, PLA Military Academy, 1960. Later served as deputy division commander, division commander, chief of staff of army, deputy army commander and army commander. Assumed deputy commander position in Shenyang Military Region, 1985.

Deputy to 6th and 7th National People's Congress (NPC). Given rank of lieutenant general, 1988. Winner of 3rd Class Order of Liberation.

Zhang Taiheng [張太恆] –Chengdu Military Region Commander

Born in 1931. Native of Guangrao, Shandong.

Joined PLA, 1945, and CCP, 1948. Served as platoon leader, Eastern China Field Army, 1949–51, and participated in Jinan, Huai-Hai, Crossing Yangtze and Shanghai campaigns. Won First Class Merit Citation twice. From 1952, served as company commander, Eastern China Military Region, 1952–53; battalion chief of staff and battalion commander, Nanjing Military Region, 1954–55. Graduated from Basic department, PLA Military Academy, 1961. Later became regiment commander, 1966–69, division deputy chief of staff, 1970, deputy division commander and concurrently division chief of staff, 1976–78, division commander, 1978–81, army chief of staff, 1981–83, and army commander 1983–85. Became deputy commander of Chengdu Military Region, 1985.

Deputy to 7th NPC. Given rank of lieutenant general, 1988.

Zhang Wannian [張萬年] –Jinan Military Region Commander

Born in 1928. Native of Huang County, Shandong.

Joined Eighth Route Army, 1944. Became member of CCP, 1945. Served as deputy company political instructor of North Eastern Democratic United Army, 1947–48; and chief of Regiment Communication Section of NE Field Army, 1949–50. Fought in Xinkailing and other campaigns. Rendered meritorious services in Tashan Blocking Action, 1948. Later fought in Peiping-Tianjin and Guangxi campaigns. After 1950, served as chief of Regiment Combat Section and army combat staff officer, 1950–51, and deputy regiment commander and concurrently chief of staff, 1956–58. Graduated from Basic Department of Military Academy, 1961. Later served as regiment commander, 1961–66; deputy director of Military Region Combat Department, 1968; division commander, 1968–78; deputy army commander, 1978–81, and army commander, 1981–82; and deputy commander of Wuhan Military Region, 1982. Became commander of Guangzhou Military Region, 1987.

Deputy to CCP 9th National Congress and alternative member of CCP 12th and 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988. Awarded 3rd Class Order of Liberation.

Liu Jingsong [劉精松] –Shenyang Military Region Commander

Born in 1933. Native of Shishou, Hubei.

Entered PLA 7th Infantry Academy, 1951. Joined CCP, 1954. Became platoon leader in Training Battalion, First Mechanized Division, 1954;commander of AA Gun Company, Tank Regiment, 1955; regiment staff officer of Operations and Training, 1960; division staff officer of Operations and Training, 1964; chief of staff, 1966, and deputy commander, 1969, of AA Gun Regiment; head of corps Training Unit, 1971; division chief of staff, 1977; division deputy commander, 1978; division commander, 1980; and army commander, 1983. Became commander of Shenyang Military Region, 1985.

Member of CCP 12th and 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988.

Fu Quanyou [傅全有] –Lanzhou Military Region Commander

Born in 1930. Native of Gou County, Shanxi.

Joined PLA, 1946, and CCP, 1947. Served as deputy company commander, North Western Field Army, 1948–50, and participated in Yichuan and Lanzhou campaigns. Won Merit Citation, First Class, in Yanqing campaign, 1947. After 1950, made company commander and battalion chief of staff. Went to korean war, 1953, and served as battalion commander, Chinese People's Volunteers in Korea, 1953–56. Graduated from Department for Command of Combined Arms unit, PLA Higher Military Academy, 1960. Later became regiemtn chief of staff, 1961–64; division chief of staff, 1968–69; division commander, 1978–80; army chief of staff, 1981–83; and army commander, 1983–85. Assumed command of Chengdu Military Region, 1985.

Member of CCP 12th and 13th Central Committee. Received rank of lieutenant general, 1988.

CHINESE COMMUNIST TERMS

Local Enterprises [鄉鎮企業]

Local enterprise are businesses established in villages, towns, and counties by farmers either collectively, as a joint venture, or individually. Majority of local enterprises still fall under the collective ownership system. Thus, in order to make the business operations more flexible and competitive, a great majority of these local enterprises either adopt the contractual management and leased operations sytems wherein ownership and management rights are separated.

Local enterprises absorb excess rural manpower which results form the implmentation of the responsibility system in rural economy. they also provide a large quantity of cheap raw materials and supplementary facilities needed by state-owned businesses classified as people-owned and town collective ownership enterprises. Furthermore, the majority of profits gained by local enterprises is used to develop villages and improve people's livelihood, thus playing a key role in improving rural economy.

Since Communist China adopted open-door reformist policies ten years ago, the number of locl enterprises has grown sharply to some eighteen million, employing a total work force of almost 100 million and contributing about one-fourth of the total annual industrial output of Chinese mainland. Local enterprises have become an important part of the structure of the mainland's manufacturing sector. But since Communist China carried out its tightening policies, some 1.8 milliion local enterprises have either gone bankrupt or stopped operation. Another 3.6 million local enterprises are in semi-active conditions. These have resulted in a grave unemployment problem.

With the purpose of establishing a legal status for local collectively-owned enterprises, and for more appropriate planning and management, the State Council has drafted the first comprehensive local enterprises management regulations entitled "Regulations Governing Local Collective enterprises" scheduled to take effect July 1 this year.

Serious Smashing Struggle [嚴打爭鬥]

To effectively clamp down on the

9004434

9004434

daily growing ciminal activities in mainland China and maintain social peace and order, mainland's security, investigation, and judicial agencies are presently pushing a widespread and thorough "Serious Smashing struggle."

Reports made by Beijing's Xinhua News Agency on June 15 this year said that while speaking to reporters about the participation of investigative agencies in the "Serious Smashing Struggle", Liu Fuzhi, chief of the highest Peoples' Investigative Administration pointed out: All levels of investigative agencies must actively join the "Serious Smashing struggle" in firmly carrying out this objective by thoroughly implementing this legal and speedy process. By the end of May, the Highest People's Investigation Administration issued a memorandum for all levels of the investugation bureau urging active participation in the operation. The memorandum urged that under the leadership of the party committees, investigative agencies must fully exercise the supervisory power of laws by close coordination with security agencies in actively carrying out anti-crime operation. It also pushed for a strict punishment of ciminal elements, fast action in carrying out-arrests and speedy trial in accordance with law. In order to achieve this, they must participate in forensic and pre-trial operations carried out by security agencies on important criminal cases. The memorandum also pressed for resolute action in smashing crime syndicated and the arrest of criminal elements, especially focusing on grave cases greatly affecting the localities where they are committed so as to effectively affecting the localities where they are committed so as to effectively supress deteriorating criminal activities. In implementing anti-crim operations, investigative agencies are urged to reach a balance between strict and considerate punitive policies by clearly drawing the line between what is crime and what is not. The agencies are asked to closely coordinate operations, make appropriate suggestions, and help agencies concerned to make up for loopholes in operations. Lastly, all parties are requested to improve all adminstrative, investigative, and supervisory systems and policies.

According to reports, although the "Serious Smashing Struggle" was successful in rounding up a considerable number of hardened criminals since it was started at the end of May, the movement faced resistance in some areas. For instance, contempt of arrest warrants by criminals and their relatives have been reported in some provinces and localities, including cases where security personnel assigned to carry out arrests were subjected to physical assaults. In connection with this, security agencies have also been asked to exercise caution in carrying out their duties by strictly taking all necessary safety precautions.

EDITOR'S NOTE

A year after their crushing of the June 4th Democracy Movement, the Chinese Communists have allowed astrophysicist and leading political dissident Fang Lizhi and his wife, Li Shuxian, to leave the U.S. Embassy in Beijing and go to England. They have done this, say the Communists, to reward Fang Lizhi's repentance and as a humanitarian gesture, to allow him to receive necessary medical treatment. That, of course, is poppycock.

In addition to Fang Lizhi, others detained for participating in last year's democracy movement have been freed-- likewise for reasons quite different from the image of "magnanimous concern" purveyed by the Chinese Communists.

Observers of the Chinese Communists know that the already grave problems facing the Communists have been aggravated by the pressures of economic sanctions and ostracism abroad and heightened discontent at home brought on by last year's Tiananmen Square Massacre. As explained in the incisive article "Paying A Small Price for A Big Hoax" from the July issue of Hong Kong's Cheng Ming Monthly, the release of Fang and others is just a ploy to moderate those pressures.

For the Chinese Communists to make any headway in solving the political and economic problems bedeviling mainland China, they will have to vigorously pursue policies of reform and openess. Although in the wake of June 4th power-wielding leftist hardliners have loudly proclaimed their commitment to continued reform and openness, their deeds have fallen for short of their words. Indeed, they have not only hesitated to move forward but have in fact gone backward. As discussed in several insightful articles selected for this issue of "Inside China Mainland," the Chinese Communists' efforts to extricate themselves from the morass of political and economic problems in which they find themselves must be stymied as long as the present leftward wind keeps blowing.

Including the recent shake-up of command in mainland China's seven military regions, there have been three major reorganizations of the military in the history of Communist China. Although the circumstances surrounding each reshuffle have been somewhat different, there is one salient feature which they share: they were conducted not to strengthen national defense but to strengthen the hand of those in power and silence domestic competitors. "Cheng Ming" magazine's commentary, Personnel Shifts in the Seven Military Regions, gets to the hart of this matter.

Inconsistencies in Chinese Communist statistics issued at different times or by different sources are commonplace, and fanciful figures are "de rigueur", leaving China analysts and others concerned about China continually groping for the truth. There are two reasons for this. One is the cavalier sloppiness of local bureaucrats, who perfunctorily use a "30/70 fact/guess formula" to crunch out statistics that look somewhat plausible. The other reason is the Communists' deep rooted proclivity for creative falsification. Fudged figures from the lowest rung of the bureaucracy are progrssivley embellished at every step up the ladder. As discussed in "The Trend" magazine, "The Marvels of Mainland statistics", the final figures just don't fit the fact.

9004434

What's Going On?

Find Out From Our China Study Series

1) What They Say: This is a collection of accurate and reliable texts of wall posters that have appeared on the Chinese mainland. As far as possible, photostatic copies have been used. These have been supplemented with a few articles from underground magazines that have circulated (illegally) on the Chinese mainland. In some cases, printed copies of such articles have also been pasted up as wall posters.

What They Say is offered to readers who take a keen interest in following developments on the Chinese mainland. We hope the material presented will contribute toward broadening and deepening the reader's understanding of current events in that area. Hardback, US$14.00, 1980 edition postage included.

2) A Catalog of Chinese Underground Literature, Vol. I, II: People on the Chinese mainland have employed various methods in their struggle for freedom; the main ones have been the dissemination of handbills, the putting up of wall posters and the issuing of "people's publication." However, because Communist-style information and publication policies are enforced in mainland China, only the government is permitted to possess instruments of idea dissemination; mainland Chinese "people's publications" have no way of gaining legal status. For this reason we have titled the catalogue of wall posters and "people's publications" recorded in this book "underground literature."

In mainland China's unusual social environment "underground literature" has its definite maening and value; however, the amount that is published or reprinted in newspapers, periodicals and magazines abroad (such as in Hong Kong, Taiwan or the United States) is tiny. For the sake of preserving "underground literature's" special historical value, and being unable to publish completely at the present time all the works that have been released, we have edited this catalogue volume. We hope that it will provide the impetus for further efforts to preserve mainland China's "underground literature," and that it will be an aid to those ho are concerned about the mainland Chinese people and who wish to research "underground literature." Hardback, US$14.00 for each volume, 1982 edition, postage included.

3) Pai Hua and "Unrequited Love": Pai HUa is a writer in the realistic tradition who has suffered long imprisonment and "reform through labor" because his works differ from the "official picture" the Communists wish to project. He is famous as a writer of "scar literature" depicting the sufferings of the people under the ugly conditions that exist on the Chinese mainland. Recently he has come under extremely intense attack for his secenario entitled "Unrequited Love." The attack on this work has been made the center of a new crackdown on literature and the arts.

In this volume we have published the full text of "Unrequited Love" along with additional materials to round out the picture of the situation created by this daring expose. These include Pai Hua's most recent address to the Chinese Communist Writer's Conference and criticisms which the work has provoked from the Communists. We have also added an introduction giving the broad background of the situation. This book is an important collection of first-hand reference material on this central problem in Communist China's literary world. US$10.00 1981 edition, postage included.

4) Natural Calamities on Chinese Mainland vs Destruction of Ecological Balance: For several years the Chinese mainland has repeatedly suffered disasters of flood or drought or even both. The Communists refer to these events as "natural calamities." Is that all there is to it?

Professor Ching Hsueh-chia, a renowned China-watcher, develops the argument, based on the Communists own reportage, that the misfortunes in question are actually man-made. His discussion covers a broad range of topics, including forest ecology, animal husbandry, the enclosure of lakes, deep well funnels and conditions along the Yangtze River, all with reference to the severe floods and drought that have been occurring recently. Paperback, US$6.00, 1981 edition, postage included.

5) Inside China Mainland Vol. VI: The 11th year of INSIDE CHINA MAINLAND. The twelve issues January-December, brought together and bound in a single volume. It joins the previous 1979 and 1988 volumes in offering coverage of important issues regarding Communist China in a convenient format. An invaluable asset to any research library and of absorbing interest to all who are closely concerned with current events on the mainland of China.

Because this is a limited edition, we urge all interested readers not to delay but to order a copy (or several) as soon as possible. We will meet all orders in the order in which they are received. Why not take advantage of this excellent opportunity immediately? Hardback, US$18.00, postage included.

INSIDE CHINA MAINLAND

Published by
Institute of Current China Studies
P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, ROC

行政院新聞局出版事業登記局版台誌字第1990號

中華郵政台字第4220號 執照登記為第一類新聞紙類

Manager: A. R. Hsu

Editor: T. L. Wang

Subscription Rates
(By Airmail, Postage included)

Area	Per year	Per copy
America	US$15.00	1.50
Europe	US$15.00	1.50
Asia	US$12.00	1.20
Other Areas	US$15.00	1.50

9004434

WHAT'S INSIDE

POLITICS

Beijing Stuck between A Rock And A Hard Place: Li Peng Regime in Dilemma 1
Yet Another Program Looming: CCP on Verge of All-out Anti-Zhao Purge 3
Beijing's Revolving Doors Keep Turning: Deng Xiaoping's Chats with Zhao Ziyang 4
In Beijing's Ideological Warfare the Past Prevails: Is "Old Intractable" Using the "Yenan Spirit" to Combat the "Soviet-Eastern Europe Wave"? 5
Paying A Small Price for A Big Hoax: A Critique of the CCP's Release of Fang Lizhi And Wife 7

ECONOMY

Economic Ills Getting Worse: The Reason for Mainland China's Soft Markets 8
Planning The Economy---The Hard Way: Seven Taboos in Economic Decision Making 9
All for One or One for All?: Five Features of the New Egalitarianism 10
Meanwhile, Back on the Farm...: A Glimpse at the Modern Farmer's Outlook 11
Toiling on the Land Just to Pay Taxes: Peasants Appeal for Reductions in Their Economic Burdens 12
Mismanaging the Future As If by Design: Abuses of A Crude and Lax Management Style 13
A Prescription for Disaster: Business Practices Which Have Caused Lowered Economic Efficiency 14

MILITARY

PLA Top Brass Playing Musical Chairs: Unusual Personnel Shifts in the Seven Military Regions 14
Military Leaders Get Marching Orders: Military Region Command Shake-up 16
Shameful "Blood Money" Awards: Tiananmen Incident "Awards" Handed Out–Eight Generals Dismissed 17

ENVIRONMENT

Committing Environmental Suicide: China's Ecological Damage Severe 18
Heating Up: Carbon Dioxide Release And Deforestation 18
Ignorance Adds to Ecological Tragedy: How Many People Know about the "Environmental Declaration"? 19

EDUCATION & INTELLECTUALS

The Education System Mired in Politics: Speaking of China's Educational Problems 20
Professional Careers Grow in Public Esteem: The Joy And Distress of "Old Nine" 21
Beijing's Education in Crisis---Reforms Needed: China's Educationl Plans Must All Be Reexamined 22

SOCIETY

Population Explosion Is The Next Trial: Thoughts And Observations on the Quality of Population 23
Having "Fun" with Figures: The Marvels of Mainland Statistics 24
Headcounting Raises Fears of Too Many People: The Census And the Present Population Situation 25
Tragedy of Abandoned Children: Abandoned Babies Annually Exceed One Million 26

REGULAR FEATURES

Major Events in June, Profile & Chicom Terms 27

EDITOR'S NOTE 32

*The articles published herein are all first hand material dealing with behind the scenes developments or the present situation on the China mainland. These materials have made their way through various channels to Taipei, Hong Kong, Tokyo or other regions in the vicinity of the China mainland. They are published here in English translation for the benefit of all interested persons. Readers are welcome to quote from these articles. Please cite **INSIDE CHINA MAINLAND** as the source of your quotations. Also let us know you have used our material and, if convenient, send us a clipping.*

34 | 34 9004434

Situacion en China Continental
ISC290
90-06-01
ICD51
11334

ENTRADO VR.
CRUZADO VR

31/7/90
SDE
Nº. de identificación 3770

INSIDE CHINA MAINLAND

Vol. 12 No. 7 Issue No. 139

ISSN 0250-561X

June 1990 INSTITUTE OF CURRENT CHINA STUDIES P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, R.O.C.

DO THE MEANS ALWAYS JUSTIFY THE END?

(Hong Kong, The Nineties Monthly[九十年代], May 1990, pp. 32–33, excerpts)

The Many Faces of the Reign of Terror

During sensitive days in April [the anniversary of former Premier Hu Yaobang's death and the beginning of the ill–fated student movement of 1989], the Chinese Communists arrayed a mighty show of armed force in Tiananmen Square, as if in preparation for an imminent attack by a powerful enemy. The people had been warned not to go to the Square during those days and not to conduct activities in commemoration of the death of Hu Yaobang. The Chinese Communists not only issued no commemorative statement but even arrested a young man on the Square wearing a white commemorative flower of mourning, later stating that he was "mentally disturbed."

More Instability

Tiananmen Square is decidedly not a sensitive security zone, being located at quite a distance from the offices and residences of top CCP leaders. It's just a dull, empty space with a memorial stone and little else of interest. Thus, this show of armed might in the Square is truly incredible. The correct explanation would seem to be that the CCP fears the people. To the CCP, congregation of people in this place is proof enough that they are "antirevolutionary agitators." Even the gathering of people in the Square to commemorate former leaders who have devoted their entire lives to the realization of the CCP mission would be labeled by the present day authorities as dissident activity. It would be viewed by them as proof that the mourners are not satisfied with them or even hate them. So nerve–rattled and paranoid are present CCP leaders about the people's motives that the wearing of a white flower by anyone on Tomb Sweeping Day, the anniversary of Hu Yaobang's death, is regarded as subversive activity! Who is it, after all, that is "mentally disturbed" or "abnormal?"

The CCP is on the one hand terrified of the people and on the other hand governs by terror — keeping an army of fighters ready to strike at the slightest hint of an expression of mourning, in keeping with Chen Xitong's dictum "nip it in the bud." But just what sort of threat can a solitary glasses–wearing intellectual pose to the People's Republic by merely carrying a flower and wearing a headband inscribed with praise for Hu Yaobang's brave self–sacrifice in the cause of freedom and democracy? What sort of "agitation" is that? Nonetheless, the CCP has seen fit to nip that sort of personal expression of mourning in the bud — an excellent demonstration of how entrenched dictators resort to rule by terror, is it not?

Of course that is only a visible expression of the use of terror. Less visible are the mass arrests, largescale purges, and interrogations and arrests of college students on their campuses in preparation for the coming sensitive days.

Terror Within

To maintain solidarity among their cadre ranks, the Chinese Communists have heretofore always depended upon education, report–making, and discussion of theory and practice at all levels within the party. But now, the Chinese Communists do not dare to face their own "glorious history" because in reviewing the past, the treachery of the present leadership becomes more apparent. They do not dare to examine the contributions of their predecessors because examination of the work of Zhou Enlai and Hu Yaobang only serves to show how irrational and stupid Li Peng's leadership really is.

In support of the administrative policies at any given time, the CCP leadership has traditionally always looked for precedents which they can use to prove that the present party line is the correct one, complying with Marxist scripture and the interest — albeit the very long–term interest — of the people. In the 13th Party Congress of 1987, Zhao Ziyang brought forth the "Theory of the First Stage of Socialism" which was a sort of justification of the policies being followed at the time. Without such a theoretical, ideological underpinning, the party leadership could not convince even itself of what it was doing, not to mention rank–and–file cadres, least of all the people.

Terror Without

In fact, however, the present leadership has offered no coherent defense of their actions other than to say such absurd prattle as "not even one person died in Tiananmen Square." The newspapers are full of model–citizen stories and words of praise for the top leadership. Take for example an article entitled "The Jiang Zemin We Know," which appeared in the Shanghai publication "Wenhui Monthly." It is just a compilation of vignettes meant to show

9004435

how people-loving Jiang is — allowing his babysitter to eat at the same table with him, receiving a lower salary than a hotel worker, and other affectatious tidbits. As for Jiang's concrete past accomplishments, nothing has appeared in Chinese Communist propaganda to date.

Thus, the only thing the top leadership is counting on to assure unanimity of the party rank and file is terror. The main theme of propaganda within party ranks regarding Eastern Europe and Rumania is that the downfall of the communist regimes there was brought about by their weakness and that the demise of the Rumanian communists resulted in a grizzly end not only for Ceaucescu but for cadres at all levels within the party. The hard-line CCP leaders are thus cultivating the horrific fears of rank-and-file cadre in order to make them follow their lead.

People Wait

Under the present regime, which rules by terror and employs brute military force to maintain stability, undoubtedly the most pained in heart are those cadres and intellectuals who have spent their whole lives working in the party. Take for example Wang Chaohua, wanted by the Chinese government for sedition, who recently surfaced in California on Tomb Sweeping Day. She stated that she could never have dreamed that her fervor in promoting democratic reform would result in her official listing as a wanted criminal. Wang's father is communist old-school literary critic Wang Yao. The "China Whispers" column of last month's issue of "The Nineties" included his "unshakable conclusion" made on the eve of his death "The horizon shows no glimmer of light, the road endlessly winding." This accurately reflects the heartbreak of all cadres and intellectuals who have embraced such propagandistic sayings as "The horizon is bright though the road is winding."

As for the youth of China, sunk in despair with no way to resist, there is nothing to do but wait. In last month's "China Whispers" column, there were three sentences which sum up their feelings: "You can't win us over with words; we can't beat you with force; you can't outlive us." That is to say, there is no way the youth of China will follow the lead of the present leadership, but given the present situation, there is nothing for it but to wait. Wait for the old fogies to die. Perhaps, after all, that is indeed the only way China can have a new beginning. *

CHANGING THE GUARDS AT BEIJING

(Hong Kong, The Mirror Monthly[鏡報], May 10, 1990, pp. 38-39, excerpts)

The Old Guard Is Gradually Being Eliminated from the Governing Elite

Currently in Beijing, those in the know about the political mood in the Zhongnanhai say that although Deng Xiaoping has already retired, actually, he has withdrawn but is not resting. He is still acting as the "helmsman" for the CCP and for China. Jiang Zemin is acting as a key member of the Standing Committee of the Political Bureau of the Central Committee and still actively takes instructions from Deng Xiaoping relying on Deng's authority to unify opinion and to promote projects. Although the situation is as such, since the Tiananmen Incident, Deng Xiaoping's authority has decreased, and his influence has also lessened. In addition, because of the natural law which does not allow the Old Guard the power to protest and because of the need to allow Jiang Zemin to quickly master the arena of control, the old men are also gradually leaving the political stage. This is currently an important trend in mainland Chinese politics.

The most obvious proof and example of the gradual thinning out of the Old Guard is that the key governing elite in the mainland Chinese political leadership has recently already changed members. The number of Old Guard members who originally participated in the governing elite has been greatly reduced. The new governing elite is composed of six standing committee members: Jiang Zemin, Li Peng, Qiao Shi, Yao Yilin, Li Ruihuan, and Song Ping, and Yang Shangkun, and Bo Yipo for a total of eight members. Yang Shangkun represents the army; Bo Yipo represents these eight old men. Of course, when it comes to important decisions, in the end it is still Deng Xiaoping who keeps time to the music. This is one way in which Deng Xiaoping is carrying out the "complete overhaul of ranks." Most people believe that since Deng Xiaoping has fully retired, the "joint hands" of Jiang Zemin and Yang Shangkun will become increasingly visible in the future. Jiang is the nucleus established by Deng of mainland China's "third-generation" leaders; Yang is the man possessing real power in the military whom Deng has signaled out to assist Jiang. Jiang does not have a base in the military. Without the support of Yang, he has no way of controlling it. Furthermore, Yang has the responsibility of supporting Jiang. This will inevitably promote the increasingly close relations between Jiang and Yang. The "joint hands" of Jiang and Yang will be advantageous in stabilizing the domestic political situation and will also have the possibility in the future of a surprising performance in the arena of politics. For a long time to come, although there will be reorganization in the ranks of high level personnel, the "joint hands" of Jiang and Yang will be difficult to shake apart.

Party Succession

It has been said that in order to promote a system which would abolish the life tenure of cadres and in order to resolve the problem of "switching the new and the old," Deng Xiaoping has recently once again mentioned that this year he hopes a decision will be made as to the problem of dissolving the Central Advisory Commission. The Central Advisory Commission is the "transitional organizational body" for the retirement of old cadres established according to the ideas of Deng Xiaoping during the 12th Paray Congress in 1982. Deng is planning to dissolve this transitional body by the 14th Party Congress in 1992 at the latest. However, in actuality, he hopes to abolish the Central Advisory Commission and to institute a retirement system earlier in order to relinquish his grasp and let Jiang's inner circle of third generation mainland Chinese leaders control all aspects of Party, government, and military power.

Those in the know have also said that the authorities originally considered instituting a certain amount of personnel changes during the third session of the seventh National People's Congress held in March and April. However, because of the need for stability, in the end, except for Jiang Zemin's formally accepting a post as chairman of the Chinese National Military Commission and the National Military Commission's routine reorganization, all the other personnel changes were temporarily put aside in accordance with Deng Xiaoping's instruction of "no entering and no leaving." However, most believe that the lack of personnel changes during this session is actually a brewing up of even greater personnel changes in the future. The reasons why are: first, appropriate top level authority personnel adjustments are necessary due to considerations of domestic and international affairs; second, Deng Xiaoping insists on selecting outstanding cadres from the provincial level, the Central Committee of the Party, and the State Council to enter pivotal positions in high level leadership. Presently, high level leadership does in fact need to be replenished with such new blood to increase its vitality.

Power Elite

On these grounds, knowledgeable sources believe that if the Zhongnanhai wants to free itself of the domestic and international problems caused by the Tiananmen Incident, it must first consider the problem of finding a new premier. The treachery of the current premier in the eyes of foreigners is known by all in China. Western countries do not need to say it; even the people of the Soviet Union, the birthplace of socialism, honorably opposed addressing and treating him as a "visitor of the state" when he visited the Soviet Union in April, thus humiliating Beijing even further. Finding a new premier will answer two questions: first, where Li Peng will be placed, and second, who will replace Li Peng. Li Peng is the hero of the Tiananmen Incident in the eyes of the Old Guard. If the Old Guard wants to change horses, it can only transfer him to a position equal in rank to his present one and cannot leave him without a post because doing so would be the same as acknowledging that the Tiananmen actions were a mistake. For the sake of stability, replacing the premier could possibly be delayed until 1992. As for who will be chosen as the next premier, the authorities will doubtless consider not only whether his image can be accepted nationally and internationally, but will pay even greater attention to whether he has talent in managing state affairs. *

CAN CHINA RESIST WINDS OF CHANGE?

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly [爭鳴], May 1990, p.3, editorial)

Peaceful Evolution Will Save China

Since the sudden developments in Eastern Europe, the CCP has persistently spoken of "the struggle between promoting peaceful evolution and opposing peaceful evolution." In the eyes of the CCP, this series of great transformations and democratization in Eastern European countries is the result of peaceful evolution. Their opposing this peaceful evolution is especially to prohibit a development of Eastern European style peaceful evolution in China. The CCP's use of these methods is an effort to counter history, to counter the will of the people.

The idea of peaceful evolution should be the transformations brought about by autocratic socialist countries using peaceful means to promote reformation of their institutions. It can also be said to be peaceful revolution. The CCP always misconstrues Western countries' hope, advocacy, and encouragement of revolution in communist countries into support for "peaceful evolution." This is both a distortion and a confusion of semantics and philosophy. If a country has successfully carried out peaceful evolution, the deciding factors of its success lie in the country's government and not in strength from the outside. The numerous developments in Eastern Europe prove this point.

When and How

Eastern Europe's resorting to peaceful revolution against the Soviet Union is a denial of violent revolutions over forty to seventy years ago. Over seventy years ago, Lenin and the Bolsheviks used violent methods to introduce to Russia an autocratic socialism not adhering to the logic of history, not in accord with the will of the people, and not advantageous to the civilization of the world. They followed this with exporting revolution and exporting violence (including troops, ammunition, military advisors, etc.) to create "unpeaceful revolution" or "violent revolution." Later, from the Stalin era to the Brezhnev era, this so-called world proletariat revolution continued unabated. After these violent revolution, the CCP also followed Lenin's precedent and exported violent revolution to many South East Asian countries. Consequently, there developed an increasingly more communist world where human rights and democracy do not exist. These illegitimate autocratic socialist systems are sustained by rifles, tanks, imprisonment, torture, the Berlin Wall, and "Barren North" of Mainland China. In 1989, the peaceful evolution in Hungary, Poland, East Germany, Czechoslovakia, and other countries were the rectification of erroneous products of history. The changes are the rejection of totalitarian political systems (one-party autocracies) and totalitarian economic systems and are the inevitable result of several decades of democratic movements in these countries and the overcoming of selfishness and dogmatism by certain powerful Communist Party members under the pressure and openness of these movements. There is no doubt that the changes in the systems of Eastern European countries following their great revolutions like replacing one-party autocracy with multi-party political systems, replacing the plan-

ned economy with a market economy, and replacing bureaucratization of property rights with privatization of property rights will involve a difficult and complicated process full of fluctuations. However, it can be expected that under democratic political systems where the people control the country's fate, transitional or temporary difficulties, dangers, and calamities can all be overcome. Although the dawn of this historical period will be somewhat longer, in the end, the sun will burst from the clouds.

Historic Trends

What is wrong with such peaceful evolution? It is bad only for the autocrats and the killers; it's great for the people! The Chinese people want to struggle for the victory of change, and although they do not exclude using violence when they have no other choice as the Romanian army and people did, in principle, they still use peaceful and nonviolent methods of rebellion. Presently, in face of domestic and international difficulties and the drastic attacks of democratic revolutions on the communist world, the division and internal struggles in the Chinese government are intensifying. New revolutionary factions (including military personnel which are actually quite small in number) can appear. They are one of the strengths of peaceful evolution. This area of strength and the principal strength of change (that of democracy for the Chinese people) in addition to the strength of democracy overseas will be twisted together into one rope that will hang autocratic socialistic systems to their death.

The last words of the great Chinese revolutionary, Mr. Sun Zhongshan, (Sun Yatsen) were, "Peaceful struggle will save China." We would like to change one word in this sentence: "Peaceful evolution will save China!" *

BIG BUCKS FOR CAPITALIST ROADERS

(Hong Kong, The Nineties Monthly[九十年代], May, 1990, p. 90)

PRC High Level Officials Stationed In Hong Kong Invest And Return With Fruitful Results.

In March and April the China Investment Organization located in Hong Kong made many big shifts at its mid and upper management levels. Most of these people have already served two consecutive terms, some three terms, and some are already fifth term senior statesmen (one term is four years). According to the PRC State Council document regulations most people serving the four year terms should be transferred afterwards, and for those in mid-level posts, transfers should come after two years. But it's common knowledge that mainland China's laws and its State Council regulations are a hollow structure, and that more precisely, what matters is position, power to control the law and special relationships that can be used to bend the rules and get in the back door. Therefore these leaders and officials just have to go to Shenzhen to diligently study for a period of time, then they will return to Hong Kong and be transferred to another position in the China Investment Organization.

Those in leadership levels, stationed in Hong Kong in the China Investment Organization are called the "New Aristocracy" in the Mainland. Among them are many who have through both proper and improper means gotten almost everything they can get. For their sons, daughters and relatives they scheme to take advantage of new opportunities in recent years from "opening up" and to pursue personal interest, and it's very likely they have gotten all they can get and can now return to the mainland for rest and relaxation.

Money Machine

According to the Xinhua News Agency in Hong Kong and the Hong Kongbased China Investment Group's internal investigation, over 55% of mid and upper level officials in the China Investment Group have family members who have passed through the special relationship net to settle down in Hong Kong and work (not with special work permits), and some already have a three star permanent residence certificate. Over 35% of these officials' children have also gone to Hong Kong to work in airline companies, travel agencies, or offices. Some of these have gone to Europe or America for a few years to improve the impressiveness of their background, and then received residence rights to return to Hong Kong and work. This is what the concerned Mainland authorities have asserted to be the fruits of advertisements abroad aimed at overseas Chinese students, convincing them to return to work in the China Investment Organization. If we say that the greater part of the leadership cadres are laymen when it comes to economic construction, then they are remarkably expert at how to use the last minute of every special privilege within their grasp to plunder for gold.

According to revelations by people on the inside, one of China Bank Group's member bank assistant manager received instructions to return to Beijing. However his wife and daughter are Hong Kong residents and live in a villa which is part of the free housing provided by the Group for high level personnel. Moreover he used his wife's name to purchase a residence in Tai Koo Shing, from which he receives a monthly rent of 12,000 HK. A boardmember and manager who just returned to the mainland last week used the special rights afforded to his position in his bank to get information to give one last shot at speculating on the English pound and the Japanese Yen. His personal gain as a result was 17,000 HK dollars.

Ideological Lapse

Supposedly this kind of phenomenon at the China Bank group on the part of some high level personnel is commonplace. A director of a certain department head who is in the know honestly cannot stand the situation. He complains "This kind of leader who simply wears communist clothing is wheeling dealing and cheating his way from China to Hong Kong and back."

A board member during the Cultural Revolution who "studied Mao Zedong's works on how to be a model soldier" and "Excellent Communist Party Member" brazenly defended himself, "Racehorse owners can use inside information to get resources and invest. To give it one's best shot is legal. Those of us in the bank are also human, to speculate on foreign exchange and earn a little exchange profit is quite normal." Is it normal? According to a certain director's knowledge, "A few upper level speculators on foreign exchange use swindling and speculation, as well as information which they get before the opening of the market and from the earlier London markets. They are almost certain to earn and can't lose. This is called business without capital."

Profit Power

On April 1st I spoke to a customs official and learned that from the middle of March motorcycles imported duty free were seven times more than average. As for 10,000 and up stereo systems, on the busiest day 18 were brought in. The official said that a manager recalled to the mainland brought eleven pure gold bracelets, fourteen gold rings, not counting the two he wore. He even said to the customs official, "That's not that much! This is a rare opportunity, and I probably still don't have enough to give out (to family & friends)." A boardmember of a certain group whose name is often seen in the papers was escorted by five people to Shenzhen. When he passed through customs with trunks and bags all stuffed full he reported to customs that these things were gifts to be given to his colleagues. On his wrist he wore a diamond set Count watch and as he went through customs it was as if he were returning from battle with the spoils of war. That customs official said, "With things like this how will the country ever do well? How can the people be convinced? Sometimes we really feel exasperated by this. Some of the young customs officials see the officials stationed in Hong Kong bringing in all sorts of things, and their eyes get red with jealousy, and in the end they turn to crime."

Haven't the authorities in Beijing expressed their desire to rectify the situation many times? In that case please investigate these officials who return laden with profit as well as their family members living in Hong Kong and find out where it is that all of their wealth comes from. *

CHINA'S COST OF SOLIDARITY WITH VIETNAM

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], May 22, 1990, p. 9)

PRC Reveals Actual Amount Of Aid To Vietnam

Mainland China and Vietnam have used the hundredth anniversary of the birth of the late Ho Chi Minh, May 19, as an opportunity to exchange conciliatory messages.

The Mainland China official newspaper (The People's Daily) on the anniversary printed an article under the name of Hong Zuo Jun, "Vietnam's Historic New Era is Starting", in which he praises Ho Chi Minh's outstanding achievements as well as "Chairman Ho Chi Minh was able to use revolutionary friendship as the basis of his relations with China, and regard correctly the past historic relationship between Vietnam and China". In the fifth issue of International Relations, a magazine printed by Vietnam's Ministry of Foreign Affairs, there was also printed an article titled 'Recalling Uncle Ho's diplomatic activities with China". Moreover, it revealed that in the late sixty's Ho Chi Minh appointed the current General Secretary, Ruan Wen Ling, to act as his special representative and to make Mao Zedong aware of Vietnam's changing situation, and its need to open up its diplomatic relations activities.

On the eighteenth of this month Ruan Wen Ling held a memorial gathering for Ho Chi Minh at which he made a speech in which he broke the rule and priased Chinese aid as "effective". Ever since the China and Vietnam waged war in 1979 the Vietnam Communist leaders have neglected to mention China whenever discussing international aid to Vietnam.

Chinese Largesse

Mainland China has contributed an enormous amount to Vietnam, including 10 billion RMB in economic assistance and large scale military aid. Not long ago the Chinese Communist Party's Historic Information Publishing House published a specialized book concerning the periodical history of the Liberation Army, in which, for the first time there is a detailed briefing on the amount of aid given to Vietnam during that period. According to this book's revelation, from 1950 to 1974 China's aid to Vietnam in terms of military goods and materials could equip two million men, and was worth about 4 billion 206 million RMB. That includes more than 2,130,000 guns, more than 70,000 cannons, more than 1 billion, 244 million bullets, more than 18 million shells, 176 submarines, 552 mid scale, land and water tanks, over 170 airplanes, 16,000 cars, 11 million uniforms, as well as large scale oil resources, medical supplies, and food supplies

More Investment

After the successful research and production of new equipment China's priority was to make large scale contributions to Vietnam, even before their own troops were equipped, in order to ensure Vietnam's urgent needs in its American resistance were met. When China had just produced 3 thousand of its new model 63 radio it only kept a small number for itself, and the greater amount were given as aid to South Vietnam.

When Vietnam's demands exceeded China's production capacity they drew on equipment in storage and transferred material that was in use in order to satisfy Vietnam's urgent needs. Vietnam's former Vice Premier Fan Xiong, at one point brought up their urgent need of 107mm rocket cannons to then Vice Premier Li Xian Nian. At that time China had already stopped producing them, so the Liberation Army's Headquarters of the Ministry of Political Warfare took the stored equipment of this model and without any reservations gave it all to Vietnam. From 1971 through 1972 China gave to Viet-

nam, from active use in the PLA, 14 airplanes, 180 "Red Flag No. 2" land to space guided missiles and three bases for its land equipment, as well as over 200 large caliber cannons, 20 amphibious tanks, and two bridges formed by stringing barges together.

In 1965 Vietnam's leaders made many requests to China to send troops to coordinate with Vietnams troops in waging war and fixing roads. From June of that year China sent air defense, engineering, railroad maintenance, as well as other kinds of support troops, altogether numbering 320,000 people, and at its height, 170,000 people. In addition they could use precious foreign exchange in opening up the famous Ho Chi Minh Trail, and allowed the transport of Soviet and Eastern Europe contributions to Vietnam amounting to 630,000 tons in goods and equipment without having to pay the customs tax, which would have been 83 million RMB.

At the end of the sixties China responded to Vietnam's request and sent air defense artillery troops to fight a life and death battle with the Vietnamese for three years against the American airmen, who had modern equipment. They were engaged in battle continuously, a total of 2153 times, having shot down 1,707 and damaged 1,608 airplanes. *

CHINA'S OPTIONS FOR FUTURE DEVELOPMENT

(Hong Kong, The Tide Monthly[潮流], May 15, 1990, pp. 23-25, excerpts)

June 4th, the Probable Evolution of Peking's Political Situation

Marx said that a nation's economic base would determine its political thought and social development, but in China, events up to now, have forcefully shown that political development has had a greater influence than the economic base on the infrastructure. Therefore, to discuss what might happen in China over the next ten years has significant meaning. This article will present various assumptions in order to analyze a probable course for future political development in China.

It is possible to examine the future of Communist Party dominance in China: new crisis are deepening the rift between the leaders and the people, and clashes between Chinese society and the Chinese Communist Party are increasing, all of which make evident the contradictions within the present Communist system. These problems can no longer be resolved because of the Tiananmen Massacre of June 4, 1989, so Communist Party control is bound to collapse and be replaced by a new system. However, no one can know when China will finally expurgate the toils of Marxist-Leninist thought.

False Prophets

We can forecast four different situations for political development in China in the 1990's.

First, there will be a steady rule that may last a long time, but whose power base will slowly deteriorate.

This means that hard-line leaders will repress reforms, but that graft and the underground economy will weaken the hard-liner's support as well as the national economy. This, in turn, will adversely affect government-run businesses, government planning, and the agriculture work teams. Faced with these problems, the leaders will refuse to expand the economy beyond 1988 levels.

This economic turndown will bring about further government control as officials seek more personal benefits. Conflicts between government and various profit-seeking sectors of the economy will increase resulting in a nervousness that will show itself through further violent protest. The government will repress each new demonstration, but in the long run, there will be a large and extremely volatile conflict that will bring down the Communist Party.

Second, the reformers will reassert their influence over the Party and its policies.

Under this kind of situation, the new leaders will try to push through economic reforms which include loosening price controls, allowing for private ownership, removing limits on private enterprises, and giving private enterprises a freer hand.

Political change will accompany these bold reforms as the leaders take steps toward direct elections. The current system of county elections will be expanded to first the provincial level and then to the national level. Electors will be able to choose from a wide variety of candidates. The Party will also permit more local autonomy.

However, these reforms will cause inflation and greater income discrepancy. The Party will have to face public dissatisfaction as well as economic and political difficulties. This will gradually erode the absolute authority of the Party, as happened in Poland, and a more varied political environment will peacefully appear.

Military Threat

Third, reform will return to the fore in China as the reformers take the reins of Party policy and institute economic and political change. Under such a situation, the hardliners will strike back or even engineer a coup with the help of the military. This coup will reverberate throughout society and lead to a national revolution involving military units on both sides of the political spectrum. The ensuing violence will destroy Communist Party control.

Fourth, the current economic crisis, though not serious yet, willr apidly worsen, and when Deng Xiao-ping and Chen Yun and other aging leaders pass away, there will be a leadership crisis as well.

These crises might come earlier than most observers imagine and protests will appear even stronger than those of 1989. Under the impact of these protests, most military leaders will not be willing to support the leaders against the people. The internal make-up of the government will crumble and the Party will find it impossible to continue. The current Chinese system will transfer without the need for bloodshed to another political system free of Communism. This will happen before the 21st century.

It is extremely difficult to predict which of these four situations will appear, but from what happened at Tiananmen in 1989, we know the legitimacy of Communist rule in China is disappearing. The strong disaffection of the Chinese people towards their government makes the first or fourth situation more probable than the second or third, and among the latter, the third situation is more likely to occur than the second. If the first or fourth situation occurs, the whole world will be ready to see a new China free of Communism. There is a great possibility we will see a change as early as the next two to five years, or as late as the second decade of the 21st century.

Taiwanese Model

If we underestimate the function of the Republic of China on Taiwan with respect to the future situation in China, we will be making a big mistake. When the crisis in China happened, many people felt that Taiwan should have used its military force to intervene, but this was merely the opinion of private individuals. Yet to discount the value of Taiwan's political system as a model for Chinese development is irresponsible as well. Various political factors have emerged in Taiwan that, though primitive in a democratic sense, have already influenced democratic activities in China. The Republic of China on Taiwan, of course, cannot restore itself in China after the Communist system collapses because those who dedicate themselves to creating a new system will not hand over political power to the leaders in Taipei.

Taiwan can provide a legal standard that includes lenient restrictions concerning political parties and freer publication laws. At the same time, Taiwan can provide highly trained managers and political administrators, and an education system that may have its shortcomings, but it very advanced in comparison with China's education system. The introduction of Taiwan's experience into China will give the Republic of China an important role in an age of political balance after the Communist system is through. *

CHINA'S POLITICAL OUTLOOK UNCERTAIN

(Hong Kong, The Perspective Monthly[南北極], May 18, 1990, pp. 45-47, excerpts)

The Political Weather in China Is Still Cloudy

On May 10th, according to a sudden announcement by the Ministry of Public Security, 211 "offending staff members who illegally participated in the unrest and anti-revolutionary violence" of last spring and summer "passed investigation," received "lenient treatment," and were released. The Ministry of Public Security also announced the names of six well-known intellectuals in the group: Cao Siyuan, originally Director of the Stone Company Research Institute for Societal Development, Zhou Duo, originally Director of the Stone Company Comprehensive Planning Department, Yang Baikui, originally Director of the Academy of Sciences for the Study of Chinese Society Political Science Institute Research Office, Li Honglin, originally Director of Fujian Province Academy of Sciences for the Study of Sociology, Li Nanyou, originally Assistant Director of the World Knowledge Publishing Company Book Editing Office, Dai Qing, a reporter for the Guang Ming Daily Newspaper and others. The rest of the 205 names have yet to be released. It has been said that except for the six intellectuals listed above, the majority of the others are "average Beijing citizens arrested in error," so the Ministry of Public Security does not dare disclose their names. If these people's names were released, there is fear that "turbulence" could be provoked.

The above 211 people have never been prosecuted before, so they really cannot be called "offending violators of the law," yet they have undergone ten months of "thorough investigation." This is unthinkable for Hong Kong people who live in a society of rule by law.

False Confessions

Of the six "models" who were persuaded by the Ministry of Public Security that "admitting one's guilt is better" and thus "treated leniently," none of them actually violated Chinese law.

For instance, Cao Siyuan, Director of the Stone Company Research Institute for Societal Development, was arrested. Due to his genuine concern over national problems, at a time when the Chinese political situation was extremely chaotic, Hu Jiwei, a member of the Standing Committee of the National People's Congress, implored Cao to contact the Standing Committee members to sign their names in support of convening an emergency committee meeting. He accepted the task. At the time, he called over fifty members to sign their names. According to the regulations of the Chinese Constitution, a two-thirds majority vote of the Standing Committee of the National People's Congress members is required to convene a committee meeting. However, the CCP hardliners were not thinking of the constitution. They criticized Hu Jiwei of "violating the law," and the members who agreed to sign the proposal went back on their promise. Moreover, these same Standing Committee members then signed their names to a proposal criticizing the Stone Company "meddler." Cao was subsequently arrested. This kind of indiscriminate arresting of people is a phenomenon that could only happen in a totalitarian nation.

The situation has been similar for Li Honglin, Director of Fujian Province Academy of Sciences for the Study of Sociology. He merely exercised his civil rights in when he signed a petition requesting the release of Wei Jingsheng and other political prisoners but met with the misfortune of being arrested.

Other well-known intellectuals such as Wang Ruowang, Bao Tong, Bao Zunxin, Bai Nanfeng, Wang Juntao, Chen Ziming, Wang Peigong, Ren Wanding, Liu Xiaobo, and Zhang Weiguo, in addition to others on the wanted list and those student pro-democracy movement leaders not placed on it but on the record, and also Fang Lizhi and his wife were all not mentioned.

According to disclosures made by CCP officials, there are still 431 people who continue to be investigated.

900435

Panic Stations

The first priority is to ameliorate the CCP's image on the international scene. Since the Tiananmen Incident last year, the image of the CCP has greatly deteriorated. Its decline is as much talked about as the execution of the Romanian leader, Ceaucescu, and has become the symbol of "despotic rule." Although the CCP is making amends after the Tiananmen Incident releasing several people arrested in error, and lifting martial law in effect in Lhasa for one year, because the CCP insisted on using real rifles and bullets to crush the student pro-democracy movement, with a correct point of view, international human rights organizations believe China's human rights record has still not improved. Recently, when the director of Australian Ministry of Foreign Affairs met with Qi Yuanjing, Head of the Chinese Ministry of Metallurgical Industry, he once again attacked China's human rights record as being abominable. He also stressed that Qi Yuanjing's visit to Australia does not mean Sino-Australian relations have returned to normal.

China's image is still terrible in the eyes of the Western world. However, in order for China's economy to grow, it must continue to rely on assistance from the West. This last instance of releasing 211 political prisoners arrested in error was carried out in an effort to improve China's image in the West.

Trade Winds

The second priority is to struggle for maintaining Most Favored Nation status with the United States. Since the Tiananmen Incident last year, China has vehemently opposed protection by the West of participants of the Chinese student pro-democracy movement and extension of Chinese students' visas. The CCP is especially opposed to the United States wanting China to carry out "peaceful evolution" and has once again labeled the United States its "archenemy." (Deng Xiaoping denies this.) Since the Tiananmen Incident, the CCP has continued to arrest participants in the student democracy movement. This has particularly aggravated the United States Congress which wants to impose further sanctions against Communist China and revoke China's Most Favored Nation status. Revoking China's Most Favored Nation Status would be no loss to America, or at most, the losses would be very minute. (Everyday products originally imported from China can be replaced by products imported from other countries.) However, with respect to China, the losses would be great, and not only would they be so in China itself, they would also be sizable for Hong Kong. (According to estimates, the losses for Hong Kong would amount to US$9 billion per year to $10 billion per year.) With respect to 1997 when China regains sovereignty over Hong Kong, this is a great weight for everyone to bear. As time draws ever closer to June 4th, in a feigned move to heed the warning from last year's failure, the Chinese government is releasing 211 student pro-democracy movement demonstrators to win the support of American congressmen and maintain China's Most Favored Nation Status.

The third priority is to stabilize the tense domestic political situation. Since the Tiananmen Incident, Chinese authorities have adopted policies of suppression inside the country. They have used intimidation, arrests, and rifle to maintain a superficial level of "stability" and have caused a great deal of discontent among the people, especially among the students and intellectuals. On the anniversary of the May 4th Movement, Secretary General Jiang Zemin made another lengthy speech trying to win the support of intellectuals. In an effort to decrease their dissatisfaction against the government and to stabilize the atmosphere of suppression, before the anniversary of the Tiananmen Incident, a group of pro-democracy demonstrators were released to effectively maintain stability. In other words, the purpose was to alleviate the unprecedented contradiction betweenthe CCP and the Chinese people caused by the Tiananmen Incident.

The above three points are what the writer believes is the basis of the CCP's abruptly releasing people arrested in error and are also the goals of the CCP.

Cloudy Prospects

First, on January 18th, Chinese authorities released 573 people arrested in error. Since then, every area has continued to release small amounts of prisoners. In addition to the group released on May 10, in all, 1004 people have been released. However, according to newspaper reports, last year 200,000 pro-democracy demonstrators were arrested (see the May 10, 1990 issue of Xin Bao, the second edition). Two hundred thousand compared to one thousand only amounts to one in two hundred, and that really is too few. Moreover, Chinese authorities have announced that there are still 431 people whose activities continue to be investigated. Obviously, this number has been greatly understated.

Second, there is a group of pro-democracy student leaders well-known domestically and internationally such as Wang Dan, Liu Gang, Zhou Fengsuo, Xung Yian and others who have been blacklisted in addition to student participants from Hong Kong and Macao. There is also a group of well-known Chinese scientists who were arrested. Fang Lizhi, Li Shuxian, and others escaped arrest by the CCP. The CCP is still not willing to loosen its grip, however.

Third, there is a group of true patriots who have escaped arrest and have fled overseas such as Liu Binyan, Yan Jiaqi, and Wan Runnan among others and a group of student leaders who have escaped overseas and continue to be labeled by the CCP as "selling the country off" and "relying on foreign power."

Fourth, without any intention of remorse or change in policy, the Chinese authorities still "emphatically" declare last spring and summer's student pro-democracy movement as being a form of "upheaval and anti-revolutionary violence." The CCP still believes that using tanks, armored cars, machine guns, and automatic rifles to crush the movement is "necessary."

Fifth, the Chinese government believes the student pro-democracy movement demonstrators still searched for and arrested continuously inside the country are more detrimental to society than the hardheads using rifles to plunder and kill and practicing corrupt politics. It is actually the corrupt officials who ruin socialism and prevent the restoration to power of the people most in support of capitalism. The Chinese government supports ideologically oriented CCP hardliners and corrupt officials who ruin the society rather than student demonstrators who merely demand democracy.

Sixth, internally, the CCP continues to restrict the media and tolimit the people's freedom of expression creating fear throughout thesociety.

Under the above conditions, it will be difficult to see a clearing up of the "weather" in Chinese politics.

9004435

CHINA'S UNENVIABLE ECONOMIC PROSPECTS

(Hong Kong, Wen Wei Po[文滙報], May 16, 1990, p. 2)

Economy Still in Peril An Interview with Industrial Production Commission Vice Director Zhao Weichen

State Council Industrial Production Commission (IPC) Vice Director Zhao Weichen today analyzed this year's Chinese economic conditions here in Guangdong. The IPC is a newly established agency whose mandate is about the same as the now-defunct State Economic Structure Reform Commission.

Triple Threat

According to Zhao, the three most troubled production sectors are the machine, textile, and building materials industries, and the main factors are infrastructure and pricing policies. The textile industry is in the worst trouble. In Hubei Province, 20% of the cotton weaving factories are idle, and in cotton-producing areas such as Shandong, Hubei, and Jiangsu Provinces the cotton harvest has been very poor. In a good year 30 million piculs of cotton can be harvested, but this year only 18 million piculs was harvested. Hubei, with a potential of 12 million piculs, produces only 6 million piculs. Further more, the accuracy of the figures reported to the government is compromised by the added bulk of moisture since much of the raw cotton is immediately sent for processing at neighboring factories. Zhao stressed that future quotas must by all means be met, for if this is done, cotton mills will be saved from their troubles.

In the area of transportation and shipping, Zhao noted that in the first quarter, coal shipments reached more than 200 million tons, an increase of 7.3% over the figure for the same period last year. In spite of this, and although there is a trend toward reduced coal consumption, the coal supply outlook is not so good. Zhao predicts that Guangdong, Hubei, Jiangsu, Zhejiang, and the Shanghai region will experience shortages. During the first quarter, the number of passenger trips came to 320 million, constituting the first drop in recent history, possibly caused by a drop in the volume of business-related travel and the rise in prices of train tickets.

Zhao pointed out that since April of this year, 17 provincial and municipal economic areas have reported rises in value of industrial production. Among them, Jiangsu Province had the highest production value—64.4 billion yuan, a 3.2% increase; Shandong Province posted a production value of 47.3 billion yuan, an increase of 5.3%; Guangdong Province reported production worth 46.4 billion yuan, for a gain of 5.5%. The figure for Shanghai was 46.0 billion yuan, a negative growth of 0.9%.

Weak Measures

Zhao further announced that policies designed to deal with the downturn in industrial output, as they apply to infrastructure investment, have already been carried out in the first quarter. Although the investment total was equal to that of the same period last year, there were increases in critical sectors. The energy sector received 6.8 billion yuan, an increase over last year of 11.2%. The transportation and telecommunications sectors received 2.3 billion, an increase of 23.2%. The State Council also adopted a series of infrastructure investment measures amounting to an overall increase of 5.0 billion and featuring the following: a time-extended 4.0 billion yuan expenditure for technical upgrades and equipment replacements; a central bank infusion of 25.0 billion yuan into the general money supply and a special allocation of 5.0 billion for business loans to undo the knot of pyramidal indebtedness related to cash-flow problems; loosening of controls on enterprise purchasing.

These measures have helped production. As Vice-Premier Yao Yilin has remarked, however, although the correct prescription was given, the dosage was not strong enough and came a bit too late. Zhao predicts a total national production value of 640 billion yuan for the first half of this year, only slightly higher than last year's figure, indicating tough problems yet to be solved.

Serious Problems

Zhao stated that the most serious problem facing China is its ailing market. Private savings and private cash in hand presently amounts to about 700 billion yuan, whereas the value of available goods is about 350 billion yuan. How to get that 700 billion into the market is a big question. In Zhao's opinion, the only way to get this money consumed is to commercialize the housing industry. He feels that the present cost of housing can be reduced, thereby attracting more buyers. He remarked that he feels that the continued weakness of the market is due in part to the excessively high rate of interest for both savings and loans. The recent 1.26% drop in interest on savings has apparently had little effect, for new savings deposits for the first quarter reached a record-breaking 46 billion yuan.

Zhao pointed out a number of other indicators of the economy's troubles: productivity is continuing to decline; government tax and interest revenues for the first quarter were 27.7 billion yuan, a drop of 26%; there was a foreign trade deficit of 6.2 billion yuan, representing a 70% jump; overall government revenues were the lowest for any quarter since 1980; with a continued relatively tight money supply and pyramidal indebtedness standing at more than 300 billion yuan, there are still serious cash-flow and credit problems; organizational buying is down 5.5%, contributing to the already weakened condition resulting from depressed personal consumption.

In the opinion of Zhao, this situation cannot be improved unless proper emphasis is placed upon stimulating consumption. Judging from the country's economic performance for the first four months of this year, it would appear that mere administrative tinkering with the economy without stimulating consumption may prove to be largely ineffective.

9004435

DECENTRALIZATION CREATES NEW PECKING ORDER

(Beijing, Economic Studies Magazine[經濟研究], No.3, March, 1990.)

Systemization of Feudal Economic Practices Inhibits Development.

Observing the results of recent reforms allowing more power to the regions, economic theorists are describing the situation as a new economic pattern "Feudal Economics".

"Feudal Economics" was heralded by the "regionalization" of responsibility ushered in by the dispersion of financial power. At the time this reform broke unity in receipts and payments, the "communal rice bowl" tradition of the financial system. It further mobilized regional production increases and practices in thrift as well as encouraged rises in income over expenditures. However, with the good effects also came several problems, foremost among these being the rise in regional benefits and regionalist attitudes. From this, regional governments have gone from being managers of economic activity to becoming the principle players in this activity and profit making, turning their areas into an antagonistic "independent kingdom".

The current overheated expansion and increase in demand has much to do with Feudal Economics. This can be seen in 1) The increased pace of construction. The various regions ignoring their own actual capital supply and the limit of the [illegible] investment expansion. To achieve high rates of growth in their own economies, everyone encourages investment. The effect is that investment goes beyond that which was planned out of the control of both national and local governments, making investment demand excessively high. Perhaps this is one direct factor in our society's expanding gross domestic demand. 2) Increased consumption. Most apparent in industry, it is applied by excessive award of bonuses, subsidies, and all kinds of gifts. Worthy of greater attention is the side of public consumption. Local governments serve to aid the expansion over increasing collective purchasing power of government demand. 4) Vicious circle. Viewing product inflation as proof expansion of income creates a reached effect of economic expansion. This leads to ever higher product prices and falling benefits. Increasing incomes by further increasing the speed (of economic expansion) has become a vicious circle bringing over-expansion and thus advancing inflation. 5) Opposition to control. The phrase, "Those above have policy, those below have counter policy" refers to this characteristic of opposing authority.

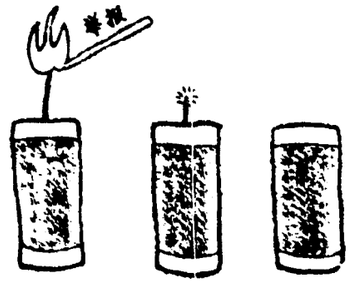
Subservience

"Feudal Economics" brings with it the division of and competition between different regions, as well as the consolidation of structures. This is apparent in 1) "Short, smooth and fast". The policy of "short, smooth and fast" leads to unbalanced regional industrial development, establishing an immense processing capacity as well as an immense demand for power and materials. However, there simply cannot be a similar corresponding rise in supply and is thus an important factor in driving upinflation. 2) Independently established systems. From the provincial, to the municipal, to the county levels, there is an all out pursuit for "large and complete" or "small and complete". This results in the consolidation of localized systems and structures, diluting their individual comparative advantages. 3) Mutual exclusion. Using their administrative powers, regional governments practice mutual commercial exclusion and struggle over natural resources. This is a serious inhibitor on market growth and a fetter to the growth in productive capability. 4) "Following one's own foolishness". When carrying out macro-level adjustments of local economies, regional governments always display the curative and changeable attitude of their particular level of authority and refuse to compromise with others. There is a notable lack of unity and consistency.

Regional Disparity

The dual status of regional governments, weighted more heavily towards its interest in economic benefit, is the factor which gives "Feudal Economics" its depth. The situation was brought about when reforms wove industry and regional government together. Therefore, using various methods at their disposal, if one happens to make use of something of benefit to those in power, there is no choice but for the one to concede. The judge is also the accused and thus no just settlement can be achieved. Not only has it led to the current depth of "Feudal Economics", it also provides for rigidity in benefits and structures. Complete involvement on the part of regional governments has proved the key issue behind the general inflation and structural weakness found in "Feudal Economics".

Unfair competition has encouraged inappropriate use of power, strengthening "Feudal Economics". Following the economy's structural reform, power apportioned to regional governments have crippled macro-economic controls. Moreover, such power is disparate, producing unfair competition and leading to different rates of development indifferent areas. Each carries forth economic policies favorable to their own individual development. *



Cartoon # 1:
(Selected from "Humor & Satire" of People's Daily, No. 261, May 5, 1990)
Three celebratory fireworks are being lit. The match, which is labeled "report," refers to the current campaign urging people to "report" suspicious activities of their colleagues, neighbors, etc., especially in regard to the pro-democracy movement. One firecracker is burning brightly, the second one only dimly, and the third not at all. The implication is that this campaign is "fizzling", as the caption reads: "soaping wet."

POLITICAL COVERUP MAKES BAD BUSINESS WORSE

(Beijing, Development Studies Magazine[發展研究], No. 3, March, 1990.)

The more losses in foreign trade are covered, the greater the losses become

Since the founding of the People's Republic in 1949, and especially during the last ten years of reform and liberalization, China's success in foreign trade has been a focus of attention world-wide. However, accompanying China's growth in exports, there has been an increasing number of serious deficits and growing pressure to take fiscal measures to cover these deficits. This is causing the following vicious cycle: increases in exports— abrupt increases in losses— expansion of financial deficit— skyrocketing inflation rate — currency restricted— high economic growth rates sacrificed.

There are eight main reasons why China's foreign trade enterprises have fallen into this predicament: 1) A woefully unsound and inadequate system to manage the economy makes it very difficult for a well-functioning foreign trade system to form and exacerbates foreign trade losses with respect to exports. 2) The overall low technological level of the export industry structure ensures that the composition of export products is low-grade and that losses in exports are hard to avoid. 3)Protectionism in international trade is growing more intense by the day. Chinese export products are subject to discrimination and restrictive barriers, exacting a heavy price from currency-producing exports. 4) An economy strapped by shortages, pressing domestic needs, and business costs that are high and not to be lowered easily, have resulted in a situation where products for foreign trade must be purchased at high prices, but then exported at a loss. 5) The over-valued Renminbi hinders exports and restricts the reduction of foreign trade losses. 6) The stagnant and backwards foreign currency management system works against the forward-looking aims of the foreign trade economy, thus worsing foreign trade losses. 7) With the administration pushing exports, change-over costs are too low, foreign-exchange settlements are too high, and the burden of the export mission too heavy. This means that the greater the amount of exports, the heavier the losses. 8) Deteriorated mechanisms for covering foreign trade losses have resulted in a situation where the more that losses are covered, the heavier the losses become. Losses which have accumulated overtime have created a mountain of problems which is increasing difficult to deal with. This accumulation of losses has also resulted in a "for hire"credit policy and occasionally in situations where foreign trade enterprises are unable to procure loans.

Wrong Method

The causes described above explain the concrete and objective inevitability of losses in China's foreign trade. In the short term, it will be difficult for China to rid itself of this burden. Only relying on financial and tax mechanisms to cover losses makes it impossible for China to escape its current predicament. The realistic choices should be to reduce losses and to cover them at the same time.

1) Deepen reforms of the economic system; seek the ideal link between a planned economy and a market economy.

2) Modify the structure of the export industries; switch from the broad, crude track to the advanced sophisticated track so as to improve the export structure and reduce losses.

3) Rationalize and improve international trade relations; reduce the limiting effects on Chinese exports of international trade protectionism.

4) By beginning with improvements in the internal administration of export processing industries and of foreign trade enterprises, promote and put into effect comprehensive quality control; seek an effective way in which the production and administrative costs can be lowered so as to raise the competitiveness of products.

5) Reform the current foreign currency management system in order to adapt to the foreign trade system.

6) Switch from the current track where the administration force exports to a track where exports are profit driven. In this way, the self-elimination function can be strengthened for dealing with export losses.

7) Establish a set of inter-acting mechanisms to cover foreign trade losses.

8) Reform the system that manages imports; loosen import trade restrictions as suitable. With respect to large firms suffering export losses, they should be permitted to import highly beneficial, high-class durable consumer items; make use of an integrative and flexible administrative method which uses imports to stimulate exports and vice versa. Only such an approach can encourage the emergence of complimentary trends including a fostering of self-management, self-reliance, self-reform together with future self-development in foreign trade enterprises. *

OBSOLETE KEY INDUSTRIES HINDER PROGRESS

(Beijing, Economic Daily[經濟日報], April 20, 1990, excerpts)

The backward state of the machinery and electronics industry has formed an economic development bottleneck

The most obvious "bottleneck" which is now restricting China's economic development is not energy resources nor is it the rawmaterials industry, but rather the machinery and electronics industry.

The main reasons for shortages of energy resources and raw mate-

9004435

rials are an economy that has been over-heated over an extended period of time and high energy consumption.

It is impossible to deny that our nation's energy resources and raw-materials industries are suffering shortages. We will begin to seek the cause of these shortages by analyzing the "energy resources growth coefficient". People, in the course of practical experience, have compiled a set of economic statistics, among which is energy resource growth. It is proposed that an energy resource—including coal, hydroelectric, nuclear-electric, etc. —growth coefficient should be at least 0.5 and that the electric power growth coefficient should be above 1. Otherwise a normal functioning of the national economy cannot be guaranteed. According to calculations, the energy resource growth coefficient during the 6th five-year plan was 0.5. However, the electric power growth coefficient was only 0.54. Shortages of electricity were severe. During the first three years of the 7th five-year plan, these two coefficients were, respectively, 0.26 and 0.67, and within the first three years, the figures with 1988 were, respectively, 0.29 and 0.57, all far below normal levels. Thus, the shortage of energy resources was a matter of nation-wide urgency.

Wanton Waste

In investigating the energy resource growth index, one cannot simply look at the rate of energy growth, nor can one simply look at the degree to which energy resources are limited. One must also carry out an investigation so as to determine whether or not the growth rate of the entire economy is too fast. If energy resource growth has already reached a rather high level, yet energy resources are still felt to be insufficient, there can only be two reasons: One is that the economic growth rate is too high; the other is that energy consumption is high. There are only two ways to solve this problem: one is to control over-heating of the economy; the other is to intensify energy conservation efforts.

The real reason why energy supplies have been tight in the past is not that energy resource growth has been too slow, but that the economy has been over-heated, growth rates year after year have been too high, the economic structure is not rational, and use-rates for energy resources have been low. The use-rate for energy resources in China is approximately 30%. In developed countries, the rate is 50% or more. The gap between the two is quite broad. Thus, if we don't solve the problem of a too high energy consumption coefficient and place excessive emphasis on having the energy-growth coefficient maintain a certain level, then this would mean that we would only be preserving a high-energy consumption economy. Therefore, rather than say energy shortages are a restricting factor with respect to China's economic growth, we ought to say that excessively high energy consumption is a lethal problem for the Chinese economy.

Internal Chaos

Another even more prominent "bottleneck" which is restricting economic development is China's electronics and machinery industries.

China's electronics and machinery industries are quite large. Its production value is more than one fourth of total industrial production value. However, its technological foundation is weak. For example, basic machinery, basic parts, and basic technical skills are all backwards. The manufacture of machinery and equipment for light industry has particularly been overlooked. Funds and equipment are insufficient, technological capability is wanting, few new products are developed, and it is extremely rare that automated production lines are designed and built for various kinds of light industry products. The backwards state of the electronics and machinery industry severely restricts economic development and technological progress.

Considering the energy and raw materials industry to be the bottleneck will only further slow the rate of technological growth and will weaken the motivating force—which is technological progress—behind the creation of an advanced industrial structure. The traditional economic structure has remained steady for a long time, and the intensity of industrial technology has not been obvious. In recognizing the situation of, and the importance as a bottleneck of, the electronics and machinery industries, it is necessary to see that the core of the problem is the technological level and the leading role which technology should play. If there is no rapid progress in electronics and machinery technology, there can be no change in the technology of every area of agriculture, industry, communications, or transportation—it will not be possible to have technological progress for all of society.

In order to raise in a fundamental way the level of secondary-production in Chinese society, we should: switch from crude, dispersed-management to specialized, concentrated management; national economic growth rates should be appropriately controlled in accordance with needs; the wanton development of the processing industry should be appropriately controlled; much stress must be placed on the use of new technologies; reforms and modifications in the electronics and machinery industries must be hastened; every economic organization in the country should be equipped with advanced electronics and machinery products. The above measures will lower labor consumption for industry and the entire national economy and will cause the national economy to become advanced, technology-led, resource-conserving, and high-efficiency. Only in this way can representative industries and the processing industry—which sets the level of development for the entire economy—rapidly travel along the road to modernization. *

PERILS IN FOOD PRODUCTION

(Hong Kong, Ta Kung Pao[大公報], May 2, 1990, p. 13)

Agricultural Ecology in China Is in Peril

As everyone knows, for China's 1.1 billion people, agriculture is a matter of vital importance. Agriculture depends on natural resources for sustenance. In the case of the land of the great Country, what is the agricultural ecology like? This is a question that has people concerned. Experts outline the problem thus: The population increases annually; resources decrease annually; the soil becomes more barren by the day; water sources are polluted; grasslands are on a decline; wildlife species face extinction. These are the stark facts of ecology that face us.

This being the case, what on the average is the extent of China's primary natural resources? The average land area cultivated by Chinese is 32% of the world; fresh water sources are 24% of the world average; forested land is 13% of the world average; and grasslands are 33%. It is clear that primary natural resources in China are substantially below the world average. And even these are continually subject to pollution from industrial waste and contamination by agricultural-use chemical materials. According to statistics, approximately 8% of the "three wastes" produced by the nation's industries is dumped into the agricultural environment. More than 16,400,000 acres have been polluted. As a result, annual food output has been reduced by approximately 5 billion kilograms. Therefore, to protect the agricultural ecology is to protect production strength.

"Ecodeficit"

The national "Environmental Protection Laws" have been made public many times. However, the environmental consciousness of a number of local officials is still quite weak. They have always only given consideration to immediate economic interests, thus sacrificing long-term environmental interests. For example, in a number of backward areas, including mountain areas, the people, in an attempt to escape poverty, destroy forests and claim land at will for agricultural use. They open up mines, establish factories, and thereby pollute and ruin farmland, forest land, and riverwater. This was the case at Shi-zui-shan in Ningxia. An electric power plant there was hastily built before environmental protection equipment was completed. It dumped large quantities of waste solids and waste waters inexcess of standards and caused more than 460 acres to become wasteland.

People call this tendency of sacrificing the ecology for immediate economic interests an agricultural "ecodeficit". This kind of anti-scientific short-sighted behavior is already keeping agricultural production from continuing to develop. In Hebei province, because of industrial "three wastes" pollution caused by agriculture itself, over 900,000 acres of farmland have been damaged. Every year agricultural losses in excess of 300 million kilos are incurred.

Once precious agricultural land has been ruined, it is difficult to restore. During the last several years in Yunnan and Guizhou, the people were refining sulfur using primitive methods with the result that throughout the entire refining area mountains were bald and the land was bare. Neither grasses, shrubs, nor trees would grow and water sources were polluted, causing a large area of cultivated land to become barren. A few people became wealthy, but more than 10,000 farmers lost their livelihood.

Laws Ignored

Many countries around the world place much value on the use of legal measures to protect the ecology. Moreover, they have achieved definite results. In recent years, China, in order to protect the ecology and its limited natural agricultural resources, created "Regulations for the Protection of the Agricultural Environment" and "Regulations for the Protection of the Environment with respect to Rural Enterprises". Of course, it's always better to make a law than not to have any laws at all. But if the goal is to have the people fully understand the laws, it is necessary to carry out a thorough and extensive publicity campaign. According to investigations, in some places the phenomenon of authority taking the place of law is quite widespread. In the area of the city of Jinzhou, the government of a certain township in a certain county set up a chromic anhydride factory, which national law prohibited. When personnel at the local county environmental protection department expressed opposition, a certain leader in that county exploded in anger, saying: "The peasants want to better themselves economically, and you come and oppose this. Don't make yourselves disliked by the peasants!" Then this leader ordered that the project should continue. Later on, the project stopped, but only because higher-level cadres criticized it. A number of experts state that if the people want to thoroughly put into effect measures for protecting the agricultural ecology, the people will have to make a much greater effort. *

URBAN WATER CRISIS SPREADS TO RURAL

(Beijing, New China News Agency[新華社], May 8, 1990, excerpts)

Water! Even This Spells Danger In Farm Villages

China' water crisis is not limited to the large cities; small rural villages are also showing signs of impending disaster. To take the example of the Langfang District of Hebei province, in the 1970's the annual precipitation maintained a level of 800 millimeters, but after 1983 averaged only 300 millimeters. Most streams have since run dry. Water inirrigation channels is also extremely low, and surface water resources have become dangerously depleted. In order to survive, and in order to promote the development of industry, people have no choice but to continue to bore new wells to get water from below the ground.

Because of the unremitting exploitation of groundwater, groundwater resources have also become severely depleted. Currently, groundwater levels are falling at an annual rate of over one meter, and as much as four to five meters in some places. In the south of Langfang, it is now necessary to drill well exceeding 300 meters in depth in order to obtain any water. The price for a set of such motor-pumped wells exceeds 100,000 yuan. In the North the sinking of the water table is a bit slower—the shallowest wells are still under eighty meters deep, and cost under 10,000 yuan to drill. These motor-pumped wells can guarantee two or three yearly irrigations to at most 300 mu of land; based on average crop yields, the wells are not a worthwhile investment. Moreover, water extraction installations have already switched from the more basic

centrifugal pumps to submersible pumps. Lift pumps have been constantly replaced with newer ones, from the original twenty-meter or thirty-meter ones to forty or even as much as eighty meters.

Poor Management

According to the results of an investigation by the Department of Water Conservancy, the Langfang district has the above and below-ground water resources to supply 900 million cubic meters of water annually. Of this figure, underground resources comprise over seventy percent. Human needs, however, exceed 1.4 billion cubic meters per year, 500 million over capacity. Agriculture accounts for about eighty-five percent of water use. It is thus clear why local villages are experiencing water shortages, and why the price of obtaining water has skyrocketed. In some places it is said that the water is as precious as if it were oil. A vicious circle has developed of increasing competition for diminishing water supplies, causing prices to rise, encouraging people to drill more wells, causing a further decrease in the amount of available water. Furthermore, water resources and land area are both limited; indiscriminate drilling of wells cannot continue indefinitely. In the smallest of Langfang's nine counties, the Dachang Ethnic Hui Autonomous Region, there are at present 1,666 wells spread out over the 178,000 mu of land, for an average density of one well per 106.8 mu. The distribution of wells has already reached the saturation point with respect to water resources, so drilling more is not an option.

People must pause and soberly consider the current problems of water utilization, for even though water resources are currently very scarce, the agricultural water utilization rate is only thirty percent. Irrigation ditches waste a lot of water through seepage; according to the careful measurements of the Department of Water Conservancy, one hundred cubic meters of water will lose an average of 11.3 percent of its volume for each hundred meters of irrigation ditch through which it flows. One hundred cubic meters of water will not even reach the field if it has to flow through more than 300 meters of ditches— it will all have been lost to seepage. Add to this the problem of frequent power stoppages in the countryside and one finds that irrigation attempts are only rarely completely successful.

Permanent Draught

The need for water is acute. For example, the farmer Ma Junqing of Majiamiao village of Dachang Ethnic Hui Autonomous Region, has 300 meters of irrigation ditches in his wheat field. He must turn on the water for three hours before it even gets to his field. To irrigate each mu of land requires forty-eight units of electricity at a cost of 0.3 yuan per unit. Thus, the electricity cost alone to irrigate one mu of land once is 14.4 yuan. In the village of Bei-Xiao-Zuang, each 200 mu wheat field, each monthly irrigation costs 1700 yuan. From this it is clear that in the Northern, the difficulties facing agricultural water users are extremely severe. But it could get worse. Indeed, there are some who worry that if development continues at its present rate, the day will soon come when water may not be available at all, for any price. *

CHINA'S PER CAPITA INCOME BY PROVINCES

(Beijing, New China News Agency[新華社], May 20, 1990)

The following information was obtained by the State Statistical Bureau under the State Council, from Urban Social Economic Survey figures.

Announcement of per capita income figures for all districts (except-Taiwan, Hainan, and Tibet).

Guangdong	1947.4 yuan	Fujian	1440.5 yuan	Qinghai	1136.8 yuan
Shanghai	1860.7 yuan	Tianjin	1374.6 yuan	Anhui	1133.8 yuan
Zhejiang	1648.8 yuan	Jiangsu	1372.3 yuan	Gansu	1132.7 yuan
Beijing	1597.1 yuan	Kuangxi	1304.2 yuan	Ningxia	1104.6 yuan
		Liaoning	1289.3 yuan	Guizhou	1063.3 yuan
		Shandong	1254.1 yuan	Shanxi	1041.4 yuan
		Hebei	1234.1 yuan	Heilongjiang	1033.9 yuan
		Sichuan	1226.3 yuan	Jilin	1019.5 yuan
		Hunan	1209.8 yuan	Henan	1015.0 yuan
		Yunnan	1183.8 yuan	Jiangxi	1006.6 yuan
		Xinjiang	1175.8 yuan	Inner Mongolia	957.1 yuan
		Shenxi	1147.4 yuan	* (Ed. Note: 4.7103 yuan against per U. S. dollar)	
		Hubei	1145.5 yuan		

POLITICAL DISCORD IN HIGH PLACES

(Hong Kong, Ta Kung Pao[大公報], May 3, 1990, p. 1)

Decision of Personnel Reshuffle in the Seven Military Regions Transmitted by Yang Baibing.

According to information from Guangzhou, Yang Baibing, Secretary of the CCP's Central Committee Military Commission, today (May 2nd) at the Zhu Jiang Guesthouse spoke on the changes among high level military officials in the Guangzhou Military Region.

14 900435

The Commanding General in charge of the Guangzhou Military Region, Zhang Wannian has been reassigned as commander of the Jinan Military Region. Deputy Commander of the Shenyang Military Region, Zhu Dunfa is taking over Zhang Wannian's post in Guangzhou. Former Deputy Director of the Political Department of the Guangzhou Military Region, Gao Tianzheng was promoted as Deputy Political Commissar within the same Region. Li Xilin, formerly Chief of Staff at Guangzhou Military Region Headquarters, has now been promoted to Deputy Commander of the Region. Deputy Commissar for the Guangzhou Military Region, Gu Shanqing is now to be Commissar for the Chengdu Military Region. Finally, Liu Xinzeng of the Lanzhou Military Region has been assigned as Deputy Commissar for the Guangzhou Military Region. This reshuffling in personnel further includes the advancement of several Deputy Chiefs of Staff and Corps Commanders.

Yang Baibing arrived in Guangzhou yesterday (May 1st). Previous to this, he was present in the Lanzhou and Chengdu Military Regions to announce personnel changes in those Regions as well. According to sources, he will fly on to the Jinan Military Region tomorrow (May 3rd)to announce the changes to take place there. This shake up affects top officials in all of China's seven major military regions.

Talking with a journalist, an officer said such change at the top was understandable. Looking at historical events, the officer said, changes in military region leadership is overly common and thus has become quite the norm.

(Editorial reference: In 1985, all seven military regions underwent reshuffling and, after this, there were changes in individual regions. Regions and their original Commanders and Commissars are as follows: Beijing Military Region–Zhou Yibing, Commander and Liu Zhenhua,Commissar. Shenyang Military Region–Liu Jingsong, Commander and Sungkeda, Commissar. Guangzhou Military Region–Zhang Wannian, Commander and Zhang Zhungxian, Commissar. Nanjing Military Region–Xiang Shouzhi, Commander and Fu Kuiqing, Commissar. Jinan Military Region – Li Jiulong, Commander and Song Qingwei, Commissar. Lanzhou Military Region–Zhao Xianshun, Commander and Li Xuanhua, Commissar. Chengdu Military District–Fu Quanyou, Commander and Wan Haifeng, Commissar.) *

STRONGER PARTY CONTROL OVER PLA

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], May 24, 1990, p. 2)

Zhang Taiheng Gains Control Over the Chengdu Military Region.

Deputy Commander of the Chengdu Military Region of the People's Liberation Army (PLA), Zhang Taiheng, has just received his promotion to full Commander. This makes the third change in commanding Generals in China's seven military regions this month. Diplomats in Hongkong are saying that this is one way Beijing is guaranteeing the loyalty of the nation's armed forces.

The Chengdu Military Region comprises strategically important Sichuan Province, Tibet, with all of its separatist intentions, as well as Yunnan and Guizhou on the border with Vietnam.

A report from Reuters quotes a Western diplomat as saying, "Sichuan is Deng Xiaoping's native province and power base. Therefore, the appointment of Zhang Taiheng holds other implications."

The appointment was broadcast by the Sichuan Provincial Radio Network and monitored in Hongkong. It is furthermore the third report of a change in military leadership reported domestically this month.

Rising Stars

Officials of the Foreign Ministry have confirmed that former Commanding General of the Guangzhou Region, Zhang Wannian, has been appointed now as Commander of the Jinan Region. The vacancy opened will be filled by Zhu Dunfa. An Asian diplomat in paying close attension to Chinese military affairs said, "Deng Xiaoping has taken the strategy of reducing the number of changes in central and local government personnel. The shuffle of military region leadership reveals that increasing control over the military is the most important task for the Beijing leadership."

PLA Daily in a February commentary stated, "Deciding who controls military power is the key issue in the long term struggle between us and the supporters of bourgeois liberalization."

In February, China appointed Zhou Yushu in charge of 500,000 armed police.

An Asian diplomat stated, "the current reshuffling could be a normal action taken to prevent the establishment of separatist military factions."

In both 1973 and 1985, China carried out military leadership changes on a national scale. Foreign diplomats feel this is done to prevent high ranking officers from establishing their own local bases of power.

Biographical Material

Born in 1931, Zhang Taiheng is a native of Guangyao in Shandong Province. He joined the PLA in 1945 and the CCP in 1948. He was a field platoon leader in Eastern Military Region, a veteran of the Jinan, Huai Hai, Yangtze Crossing, Shanghai, etc. campaigns. Zhang twice received the Merit Citation First Class. From 1952 on, Zhang Taiheng served as a regimental commander in the Eastern Military Region, battalion chief of staff in the Nanjing Military District, and battalion commander.

Zhang Taiheng graduated from the Military Academy's basic course in 1961 and went on to become a regional commander, division deputy chief of staff, division deputy commander, division chief of staff, division commander, army chief of staff, and finally army commander. Since 1985, Zhang served as deputy commander of the Chengdu Military Region and, during the 7th National People's Congress in 1988, he was made a representative. Zheng Taiheng was promoted to lietenant general in 1988, and has now been promoted as commander of the Chengdu Military Region. *

900435

PLA RESHUFFLE LEAVES TOP BRASS INTACT

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], May 4, 1990, p.8)

Generals Rarely Change Posts

A bulletin from Guangzhou says that the Secretary General of the Military Commission of the Central Committee of the CCP, Yang Baibing, announced on the second of this month in Guangzhou orders for high level personnel changes in the Guangzhou Military Region. Zhu Dunfa, originally Assistant Commanding Officer of the Shen Yang Military Region, will serve as Commanding Officer of the Guangzhou Military Region. Liu Xinzeng, originally at Lanzhou, will serve as Deputy Political Commissar of the Guangzhou Military Region. Li Xilin, originally Chief of Staff of the Guangzhou Military Region, will be promoted to the post of Deputy Commanding Officer. Gao Tianzheng, originally Deputy Director of the General Political Department, will serve as Deputy Political Commissar. Zhang Wannian, originally Commanding Officer of the Guangzhou Military Region, has been assigned to serve as Commanding Officer of the Jinan Military Region. Gu Shanqing, originally Deputy Political Commissar, has been assigned to serve as Political Commissar of the Chengdu Military Region. This round of reassigning high level officials has also included some promotions of important officials at the assistant chief of staff level and the group army level.

Before this, Yang Baibing already announced the personnel changes at the Lanzhou and Chengdu Military Regions. It is reported that Yang Baibing flew to Jinan yesterday to announce the personnel changes there. This major reorganization of personnel involved high-ranking officials at the seven national military regions. However, the military says that these personnel changes are just a routine matter.

Since the Tiananmen Incident, the CCP has recurrently emphasized that "stability is the whole which topples all." The conservatives long ago wanted to criticize and humiliate Zhao but were all restrained by Deng Xiaoping. Thus, even though Zhao committed the crime of "dividing the Party," he could still keep his post as a representative in the National People's Congress. During the last session of the National People's Congress, it was rumored both inside and outside of China that there would be high level personnel changes in the State Council, but in the end, it was decided that stability was the most important factor. One change was not as good as one area left in peace.

In-fighting

The contradictions of the different factions within the military are long-standing. After rifles were fired during the Tiananmen Incident, the struggle between those supporting the students and those against the magitated the contradictions. Important generals at strategic positions on the border of the struggle had differing opinions which used to be forbidden by the central authorities. Everyone says that major changes in the military are absolutely necessary. Prolonged lack of change is in fear of stiring up a mutiny and encourage the destabilization of the general situation.

The two major military transfers in these last forty years of CCP military history have both been alarming. In December of 1973, when Mao Zedong convened a enlarged meeting of the Military Commission of the Central Committee, he first conducted the generals in singing the "Three Big Disciplines and Eight Observations" and stressed the Party's tradition of conducting the rifles. He ordered the commanding officers of the eight major military regions, Shenyang, Beijing, Nanjing, Guangzhou, Jinan, Wuhan, Fuzhou, and Lanzhou to change posts and wanted them to hold these new posts within time limit. Each person could only have about seven people accompany him to the new post including a secretary, a security guard, a doctor, a nurse, a driver, and a cook. Originally, Mao Zedong entrusted Lin Biao with military strength to stir up the Cultural Revolution and steal Liu, Zhou, and Deng's power. However, the military world had a strong grasp on power, and Mao himself was almost made into a mere figurehead. Thus, Mao consequently eliminated Lin Biao and after Huang, Qiu, Li, and Wu's clique stabilized the central authorities, Mao Zedong once again changed the posts of the eight major commanding officers threatening a complete break up of the military.

In 1985, Deng Xiaoping convened a meeting of the Military Commission of the Central Committee and decided to merge the eleven military regions into seven regions. He discharged one million soldiers and forced a large group of high-level generals to retire. The power of Deng Xiaoping's original "Second Field Army" was suddenly increased.

Command Crises

The details of the major personnel changes instituted this time in the military regions are not clear. However, it can be seen from the changes that the area of the Guangzhou Military Region is the national center of openness and reform. It was also the "dragon's place of prosperity" for Zhao Ziyang. The effect of "freedom" on officers has been great. Last year they sided with the students. It is rumored that Zhang Wannian and others planned to send troops to save Zhao Ziyang. They were powerless because there were not enough Guangzhou Military Region soldiers experienced in doing field operations to form five divisions. None of the units were armored or mechanized. At the Jinan Military Region, there were two mechanized army groups. Jinan also has the country's most advanced tank divisions which were defending Jing Guang railway at the time. The Guangzhou Military Region did not dare attack.

After the Tiananmen Incident, the seven big military regions were ordered to make their position clear to the central authorities and to Support "suppress violence." The Guangzhou Military Region made its position known last, so Zhang Wannian was assigned to Jinan. Perhaps his assignment was meant as a kind of punishment. Shenyang and Lanzhou Military Regions made their positions known the earliest, so Zhu Dunfa "became promoted," and Liu Xinzeng "became rich" (he was moved from the cold, miserable, and remote Northeast to rich and agreeable Guangzhou). Of course, he received rewards from the central authorities.

9004435

COMMUNIST HERO DEBUNKED AS PHONEY MODEL

(Hong Kong, The Open Monthly[開放月刊], April, 1990, pp. 21 22)

Lei Feng Is A Fake Model.

In March twenty-seven years ago, the CCP wanted its people to endure through the "critical days" brought on by the famine of 1962 and created the model of Lei Feng for the whole country to study. What was there to learn from Lei Feng? It can be seen from the CCP's many Lei Feng movements that studying Lei Feng is nothing but obeying what the Party dictates, living simply during times of hardship, and performing food deeds. Although the speeches of encouragement given by the great heads of the CCP glorify Lei Feng as a "great soldier of communism," this only proves that the glory of the CCP is fake because Lei Feng did not at all understand what communism stands for.

Twenty-seven years since then, due to the collapse of the economy cuased by the June 4th Massacre, the CCP is once again digging up the stiff corpse of Lei Feng to correspond with wanting the people to "endure several years of critical days". The new generation of butcher leaders, Li Peng, Qiao Shi, and men like Yang Baibing, have once given numerous and confused words of encouragment to the people and are scheming to maintain long-term power and peace. However, a vulgar activity such as studying Lei Feng can only be used with young students and bestial soldiers; the majority of Chinese know what communism stands for and long ago developed an instinctual aversion to such activities on the part of the CCP because they are just too superficial.

In 1986 when mainland China was at its freest, some people began to delineate the negative image of Lei Feng. At the time, the editor Yang Shaoping, of the Propaganda Department of the Party Central Committee controlled magazine, was in the process of compiling a book to introduce Lei Feng in a new light. A lot of first-hand materials were collected for the book and were very authoritative in reintroducing Lei Feng and in presenting him as a person rather than a god-like idol.

New Revelations

The book reveals that the writer investigated An Mountain, Fushun, and other places where Lei Feng lived and worked and found several old people who knew Lei Feng when he was alive. In speaking with them, he found out many facts which were concealed by officials. The god-like image of Lei Feng painstakingly created by the CCP is very much unlike the real Lei Feng who had all the possible human emotions and frustrations.

Lei Feng died on August 15, 1962. After the establishment of the CCP government, this was the year when the economy was at its weakest, and the standard of living was very low. According to people's recollections, at that time, the living standard in the cities amounted to fifteen yuan per month per person. Those who received less than nine yuan applied for a hardship allowance.

'However, according to the recollections of people close to Lei Feng, that year, he wore an "Elegant" watch which at the time was worth 270 yuan (Rmbs). The leather shoes he wore were worth 28.01 yuan a pair. In addition, he also had a short leather coat which was worth 100 yuan. At that time, these were all considered luxury items, so, of course, Lei Feng's things could not have been bought with the few dollars of spending money he earned every month in the military. They were probably brought from home or were bought with money received from his family or from other sources. It can be seen from Lei Feng's things that his family was not at all poor as officials had said. Some people have estimated that materially, at the time, Lei Feng lived on the level of an assistant university professor.

Faked Story

It cannot be disputed that before the CCP controlled China, Lei Feng's family was indeed poor. However, after the CCP took power, the fate of Lei Feng's family changed, and like all CCP cadres, his family entered the privileged class and rode roughshod over the heads of the Chinese people. Like Mao Zedong, Lei Feng became a depraved and immoral tyrant who perpetuated every kind of villainy. Nevertheless, he was glorified as a "great leader" who lived simply during times of hardship and was both ethical and devoted to the people, although Lei Feng was not as corrupt as Mao Zedong, he was also not as the CCP made hime out to be.

In a time of war, the CCP created the "heroes," Zhao Yiman, Liu Hulan, and Dong Cunrui. In times when peace had already been established, these kinds of "heroes" did not appear. In accordance with Mao Zedong's order that thousands of heroes has to be created, the CCP's encouraging and clapping officials searched everywhere for suitable models. Lei Feng was created in just this kind of an atmosphere.

Truth Hidden

According to information revealed by knowledgeable sources at the Chen Yang Unit, after Lei Feng died while on duty on august 15, 1962, his achievements were reported to the General Political Department and the Military Commission of the Central Committee on the basis of his exemplary performance in the Chen yang Unit. At the time, Chen Yanglian acted as commander of the Chen Yang Unit, and Zhou Huan acted as political commissar. In reporting Lei feng's achievenemts to the General Political Department, Chen and Zhou of course wanted to glorify Lei Feng into a hero because in this way they could use the matter to their advantage in climbing up the political ladder. Since at the time, the atmosphere of telling lies did not compare to the Cultural Revolution, there was still some authenticity in the achievements of Lei Feng. And exactly because of this, there were not enough incidents of the greatest heroes. Thus, Lei Feng's achievements were rejected by the General Political Department.

However, movements for creating god-like models did not stop. The Chen Yang Unit continued to idolize Lei feng, and the Central Committee of the Communist Youth League also wanted greatly to establish an idol for the youth. Therefore, after instituting the "Anti-Right Movement," as a result of the people's defying the party and the natural and man-made calamities

9004435

which happened in 1962 during the people's commune movement, at the time, the CCP especially needed to find a model for government administration to overcome three years of economic troubles and to rebuild the ideals of young people.

Also at the time, a bi-weekly publication (Chinese Youth) of the Central Committee of the Communist Youth League, published a combined fifth and sixth issue especially devoted to Lei Feng at the beginning of March, 1963. Before this, in order to strengthen the movement for creating god-like models, the committee asked intellectuals, especially Mao zedong, Zhou Enlai, and others, to write words of encouragement in favor of studying Lei Feng and published them in this issue. Liu Shaopi, Zhu De, Dong Biwu, Lin Biao, He Ljong, Chen Yun, Deng Xiaoping, Kang Sheng, and others subsequently also wrote encouraging words of studying Lei Feng, whereupon a national movement to study Lei Feng began, and formalism spread uncontrollably through the country and gove Mao Zedong the idea to create a cultural revolution. During the Cultural Revolution, it was rumored that Lei Feng's diary was not written by Lei Feng but was concocted by scholars in accordance with the leadership's intentions. According to knowledgeable sources, this rumor was completely true. Lei Feng's diary contained no more than just a few of Lei Feng's actual words. It was made up mostly of careerists' high flown thetoric and nonsense.

In actuality, those who wrote Lei Feng's diary and encouraged studying it did not learn from Lei Feng. In Lin Biao's words of encouragement, he stated, "Read the words of Chairman Mao, listen to the words of Chairman Mao, and be good soldiers for chiarman Mao!" In the end, what happened to Lin Biao? The CCP is currently once again chaotically digging up the words of Mao Zedong, Zho Enlai, Liu shaoqi, Dong Biwu, and others to print and publish. However, Lin Biao, Kang Sheng, and others' speeches about Lei Feng are never mentioned. This clearly proves that the CCP has ghosts in its heart. The so-called studying of Lei feng is nothing but a trick to deceive people. The Chinese people saw through this trick long ago. *

ROLE MODEL FOR CHINA: ONE-MAN BAND

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly[爭鳴月刊], May 1990, p.62)

And Speaking Also of Lei Feng

Lately, mainland China has once again grandly begun a movement to "study Lei Feng." Selflessness and Loyal to the Communists like that of Lei Feng is a usual characteristic of CCP models. There is no question that this movement is being orchestrated by the CCP solely for the sake of expediency in the prevailing political situation.

Furthermore, not taking into account whether a "model" like Lei Feng can provide China with answers to its problems with modernization, it is important to see whether Lei Feng could even accustom himself to this almost one generation (the last thirty years) of rapid changes in China and in the rest of the world. Whether the CCP officials in charge of this movement can truly make themselves adopt the "Lei Feng spirit" is a big question —"studying Lei Feng" certainly cannot be propagated too excessively.

Past Tense

An article in the March 6, 1990 edition of the Washington Post, an American newspaper, states that Lei Feng's grave is in Fushun, an industrial city in northeast China. Recently, a leading cadre from the Communist Party Youth League told reporters that the spirit of Lei Feng belongs to all. He said, "We have heard that the West Point Military Academy (America's most famous military academy) is now studying Lei Feng." The Post also said that Chinese newspapers are widely publicizing the popularity of Lei Feng at the West Point Military Academy. The Beijing Daily News published by the Beijing Municipal Commission of the Communist Party of China said, "In one of the halls at West Point hang the portraits of five heroes. Lei Feng is the first."

With this kind of propaganda, does the CCP really have a right to say that since even America's military academies are studying Lei Feng, how is it that Lei Feng is not regarded more highly, and should it not be that the Chinese people study him all the more? The kind of propaganda the CCP uses is considered a "domestic affair," and outsiders are not allowed to interfere with it. Not surprisingly, a spokesman for the West Point Military Academy, Andrea Hamburger, said, "No one at West Point recollects having studied any thing about Lei Feng. There are also no pictures or statues of Lei Feng on West Point grounds."

When the people here saw this article, they could not help laughing. This kind of subliminal propaganda by the CCP makes people wonder if it's the CCP after all who are really the "worshipers of the West," as CCP seems to be saying, "why, Westerners study him, shouldn't you?"

If only this were another case of Western reporters not telling the truth. *

OPPORTUNISM RIFE IN PLA RANKS

(Beijing, Liberation Army Daily[解放軍報], May 5, 1990, p. 3)

What Does It Mean That Reversal Flow of Subsidy from Provision allowance into Production Profit

Comrade Editor:

The aim of military units engaging in part-time agricultural work is both to lighten the nation's burden and to improve standards of living at the primary level. However while working in one such unit, I discovered that some are taking a lopsided approach in pursuing such goals, scrambling to make the most of new opportunities– only for themselves. They extract the provision allowance of soldiers in order to "increase" side-line agricultural earnings. The result is a "reversal of profit flows", now running from provision allowances into production profits and affecting military personnel at the lower levels. This "reversal" can be recognized through the following:

After food is processed, the standard price is changed to the going market rate. Provisions supplied at standard prices to the military are much lower than market prices. Not a few company-level mills, upon turning government supplied provisions, oil and soy beans into noodles, crullers, beancurd, etc., sell their products to company kitchens at market prices. One special company took two months' worth of soy beans, 320 *jin* (about 16 ounces) purchasec from national stores at 0.12 yuan per jin, and produced 850 *jin* of beancurd. It was "sold" to the company kitchens for the going rate of 5 yuan per *jin*. In one instant, over 350 yuan was snatched from the company provision expense account and entered as profits of side-line production. Still, some companies use course grains supplied by the state to fatten pigs, neither recording feed expend tures nor even the capital required to purchase the piglets. Lock, stock and barrel, it is recorded as pure profit on the record books.

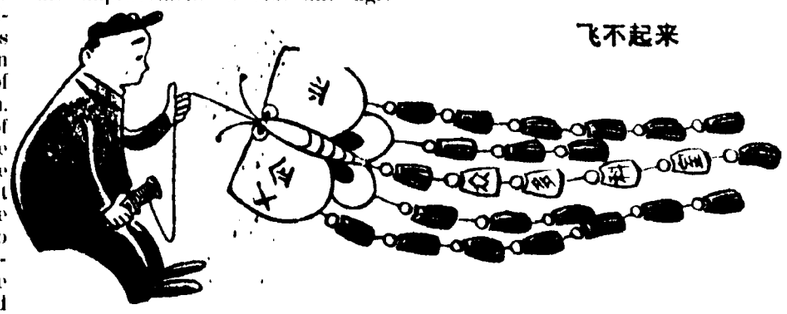
Self-cultivated vegetables become pricey commodities where everyone "makes" their own profits. When consumed by soldiers, the price charged by some primary level units exceed the market price by 15, 20 or even 100%. Mugwort, rapeseed, etc., selling at a market price of ten or twenty cents per *jin* are sold by individual units for forty or fifty cents jin. The eighth company of a certain regiment purchased 1,500 *jin* of radishes for 4 cents a *jin* in March. Adding 150 *jin* of salt at a price of 0.14 yuan per *jin*, the radishes were pickled and then "sold" to the same company for 1 yuan per *jin*. Just like that, over 800 yuan out of the provision allowance was given up to profits of production. One disgruntledsoldier spoke out saying, "In the future, I'm afraid that steaming bread frying vegetables will also include production expenses. If the trend continues, how can company food allowances handle it?"

Dishonest Conduct

The reporting of false production levels and overstatement of expenses. Much of the production of primary-level units is not weighed, entering the accounting books as an approximate figure. In one such book of a certain company, May records accounted for the production of 1,800 *jin* of kidney beans and 5,000 *jinjin* of red peppers. However, based on the climatic conditions of that particular area, the best season for these two crops is after July. Moreover, the company lacked the plastic sheeting and shacks with which to attain an early crop. These agricultural statistics were obviously faked. However, the money deducted from provision allowances was quite real. Then there is a company whose materials for producing beancurd and pickles were already reported in provision expense accounts. After producing a finished product, yet another sum of money was taken from the provision allowance and placed in production revenue. A further example comes from a company which took the extra money provided by their superiors to cover a provision expense deficit and placed it directly into production earnings.

Corrupt Soldiers

While focused on production profit statistics, these lower-level units are making slight of, or simply tossing out, the company provision account book. This has resulted in the company's doing an "reversal-service" by participating side-line agricultural ventures. But, where lie the reasons? I have personally carried out extensive research and analysis. Some primary level units realize the deviations in a workable "outline". This "outline" requires the improvement of side-line agricultural production, and its purpose is to improve life at the basic level. However, some units, in their efforts to achieve high production profit figures and break new records, do not spend enough energy on developing or advancing side-line agricultural production. Scheming to spare extra effort, accounting records run in circles, and earning "sweatless" money, doing reversal service. This is certainly not in the spirit ofthe original "outline". Some land at which units are stationed is naturally unfavorable to agricultural, limited in size or otherwise in capable of supporting side-line production. Superiors, disregardingwhether the unit is capable or not, press for compliance with directives without reasonable direction or help in overcoming real difficulties. They who order and those who are ordered are in mutual contradictory positions. To "fulfill directives", however, those below need only to confuse the situation. What is more, the possibilities for production earnings are great, including company awards, banquets for guests, purchases of prizesas well as tobacco, liquor, tea, sugar and so on. Purchases made from production profits are more convenient, more freely flowing. Provision allowances are the foundation of a unit s day to day life. The disturbing and exploitation of this base brings a hundred calamities without a single gain. Profits now flowing from provision allowances into production earnings reduce benefits to soldiers. Action must be taken now. My suggestion is that related departments take measures towards rectification, guaranteeing that food allowances reach the mouths of soldiers and making sure production profits truly benefits the lives of those in the company. *



Cartoon #2:
(Selected from "Humor & Satire" of People's Daily, No. 261, May 5, 1990)
A disheartened "cadre" is shown holding a kite which the caption informs us "can't fly anymore." The reason is that the tail is composed not of floaters, but of weightys, which read "so many enterprises," referring to what has happened to the experiment in capitalism in mainland China.

900435

CAMP FOLLOWERS CROWD ARMY BARRACKS

(Beijing, Liberation Army Daily[解放军報], April 17, 1990, p. 3, excerpts)

The Problem of Greater Numbers of Volunteer Soldiers' Families Living on Military Bases

These last few years, a greater number of volunteer soldiers' family members have begun living on military grounds, and the number of applications is still increasing. There are three kinds of volunteer soldiers' families living on military bases: those who married on the base and have settled down there, those who followed the soldier to a post away from his home and live on the base or in its vicinity, and those who have lived on the base or in its vicinity for a long time. According to a certain investigation, the above three situations applied to 14% of already married soldiers in 1985 and abruptly rose to 33.6% last year.

The increase in volunteer soldiers' families living on military bases has brought many difficulties to working there. One problem has been the diffusion of soldiers' energy. Some soldiers often take leave, and some do not adhere to the system of rotating vacations. The moment they are off work, they immediately slip away and go home. In addition, on Sundays and holidays, they are also not at their posts, so there is no one to supervise the privates. Another problem has been the increasing difficulty in managing the troops. Some family members who live there long-term stay in temporary guest houses, and since the guest houses are often "bursting full," when officers' families come to the bases, their only choice is to stay in *company dormitories*, a situation which is inconvenient for them. The third problem is the high incidence of privates' families misusing the rights of the soldiers. Some volunteer soldiers both conspicuously and slyly take the company "profits," so there is a serious drainage of company food, oil, and vegetables. The soldiers in charge have very strong opinions about this issue.

Outside Forces

There are two main reasons for the increase in volunteer soldiers' families living on bases. First, there are some units which do not timplement the proper measures widely enough. The Military Commission of the Central Committee of the CCP and the general headquarters have clear stipulations concerning the management of volunteer soldiers. For instance, while on duty, volunteer soldiers cannot make girl friends at the base, and their families cannot live on the base for more than a month. However, lower-ranking officers distort these regulations. Some officers are clearly aware that privates are making girl friends at the base yet do not promptly take appropriate measures. Rather, they close one eye to the activities. In some cases the cadres in undertook the tasks, but did the job inefficiently or and even stopped in the middle without finishing. Furthermore, there are some privates who, because of their connections, are able to move their families onto the base. There are no specific regulations for this type of situation, and the cadres are proving difficult to prohibit. *

BLOODY-HANDED SOLDIERS FIND NO PEACE AT HOME

(Hong Kong, The Open Monthly[開放月刊], May 1990, p. 26, excerpts)

Groups of "Guardians of the Republic" Present A Petition to Beijing

The so-called "Guardians of the Republic" in the past year have been returning home after an ostensibly honorable discharge from the PLA shock troops, only to find that relatives cast them out claiming they have humiliated the family. Not given work and dispirited by their experience, they have banded together to petition Beijing pleading for a better understanding from Premier Li and President Yang.

According to most overseas speculations, continued underground activities orchestrated by participants in the pro-democracy movement are presently giving Beijing authorities a big headache. However, according to well-informed sources from the Beijing military, the group composed of Li Peng, Yang Shangkun, and Chen Xitong are having the biggest problems, and the matter causing the most pain is the "Guardians of the Republic" petition to Beijing.

Beginning at the end of last year, the Communist Chinese Army has been carrying out a policy of discharging soldiers and letting them return to their home village and recruiting new soldiers to join the army and work.One large group of these soldiers participated in the suppression of students during the Tiananmen Massacre last year. They became known by the self-designated title of the "Guardians of the Republic," and some were able to enter Merit Citation Class I, Merit Citation Class II, or Merit Citation Class III on the basis of their display of "valor." Those discharged soldiers having been praised for meritorious service have been returning to their home villages only to be shunned by their kinfolk. According to the Military Commission of the Central Committee and the State Council, the regulations of the Civil Administration and the Ministry of Labor and Personnel state that the home villages of those peasant soldiers who had been entered in merit citation Classe II and above during their term of military service had the responsibility of finding work for them in publicly-owned or collective enterprises and

organizations. In other words, these soldiers would no longer be working in agriculture and holdingout their "iron rice bowl."

Silent Rebuff

However, after these "Guardians of the Republic" returned to their home village, as time passed day by day, most did not receive work notices. People in the village do not at all see them as heroes who have shed blood in battle or as protectors of their country. Some say, "What's wrong with university students fighting for democracy and freedom and wanting to eliminate corruption in government? Why does the government need to shoot them with guns and crush them with tanks?" Others say, "What great political principles? We country people don't understand them. Those students were unarmed, but you still shot them. What kind of heroes are you? You don't bring glory to the village. You're an embarrassment. We here in the countryside don't acknowledge such heroes!" Thus, in many places there is antagonism toward these soldiers. These "Guardians of the Republic" are not given good jobs.

Objectively speaking, since Li Peng adopted policies limiting economic growth, not only have many village enterprises gone bankrupt, public and collective enterprises have also half-died. Organizations are overstaffed and although some areas dare not defy government orders, they have difficulties in finding work for these "Guardians of the Republic."

As the "Guardians of the Republic" anxiously hold out their "iron rice bowl" and do not see the situation improving, they increasingly want to use "revolutionary tactics." Since they were successful in suppressing the' student pro-democracy movement, the soldiers are firm in their beliefs and impervious to reason adding to the aggravation of the unpleasant feeling of civil administration cadres. In the end, the more the matter was battled over the more stubborn everyone became. These "Guardians of the Republic" banded together and wanted to go up to Beijing to petition "Premier Li and President Yang" to reason with them. In some places in Hunan and Sichuan, these "guardians" bought train tickets.

Fearing Trouble

When the news reached Yang Baibing in Beijing, he became so anxious he broke out in a sweat because, since the Tiananmen Incident, in order to handle the incident successfully, he relaxed the requirements for meritorious service. Consequently, there are some soldiers who were only scratched up or beaten but received a Second Class Merit Citation. In some companies, out of one hundred soldiers, one-third received a Second Class Merit Citation. Obviously, if the situation were to be investigated, Yang would not escape being accused of "altering merit standards without authorization." Yang then sent down an urgent order wanting every major and provincial military region to block the march of the "Guardians of the Republic" into Beijing and not letting even one person enter into the city. Moreover, Yang also instructed Li Peng that the Ministry of Civil Affairs should use "stability" as its base for overcoming obstacles. It should manage well groups like the "Guardians of the Republic" as precious political resources and quickly find works for them. *

FREED STUDENTS VICTIMS OF TERROR

(Bonn, Deutsche Welte, Voice of Germany Broadcast, May 6, 1990)

Chinese Student Nightmare

During the past few weeks, some of the Chinese students arrested in June of last year have been released by authorities from detention without formal announcement. Now, after more than 9 months of imprisonment without trial, they do not dare to speak about anything, even with friends. At most, they recount their lives in jail to their families. For most Chinese youth, it has been a tragic nightmare to see the cause upon which they embarked with so much hope end up being labeled as a subversive conspiracy and become the pretext for a nationwide purge of dissident elements.

When in April of 1989, students marched the 20 kilometers from their university campus into downtown Beijing and Tiananmen Square, sending cries of democracy and freedom echoing through the streets, people just smiled. As time went by, however, people became awed, and finally lent their willing support. Originally organized as a commemoration of the death of the deceased leader Hu Yaobang, who had enjoyed the popular support of the people but had been censured by the Chinese Communist Party, the demonstration was a demand for reform and a criticism of corruption withinthe CCP cadre ranks, but it was conducted in an atmosphere of peace and happiness. It was a time of great hopes.

Top Heavy

After the event, we learned that the CCP leadership was divided in their opinions about how to respond to the student demonstration. At first they treated the students very circumspectly, neither condemning them nor saying anything of a conciliatory nature to them. Early on, forces of opposition to the student movement among the CCP leadership made themselves felt. On April 26, an editorial reputedly penned by Deng Xiaoping himself appeared in People's Daily castigating the movement as an intentionally instigated social disruption aimed at opposing both the CCP's leadership role and socialism. That was the official pronouncement of the Communist party.

Following the government's ruthless June 4 suppression of the student movement, propaganda agencies portrayed the movement as internal troublemaking and antirevolutionary rioting, necessitating suppression by armed military force. In fact, this was not at all the case. The government knew it, the Beijing city folk knew it, and the residents of every city in mainland China knew it, too.

Long Memories

Now, a year after the Tiananmen affair, the Chinese government most fears that people will once again take

to the streets to commemorate its anniversary. The entire Beijing area military establishment has been put on alert, and the situation in the capital is in reality no different from martial law days. The only difference is that those maintaining the socalled "social order" aren't soldiers but a strongly reinforced army of armed police, including plainclothes policemen roaming all over Tiananmen Square.

The Beijing city government has issued instructions to all enterprises and organizations forbidding their members to go to Tiananmen Square during the dangerous periods between April and June, forbidding commemorative activities, forbidding gatherings, and even forbidding insinuating smirks. Old women who do Taiji Chuan (Chinese exercise) in the early morning hours have been instructed to cease gathering in groups and to practice alone instead. The government fears the people.

And the people look down on the government. A government still controlled by such as Premier Li Peng, national party chairman Yang Shangkun, or Beijing mayor Chen Xitong, who advocated military suppression of the student movement, a government manipulated behind the scenes by Deng Xiaoping, who has publicly relinquished all of his official powers — such a government cannot win the renewed confidence of the people. Even now, when Beijing folk mention the matter of the People's Liberation Army actually opening fire on the people, it is in a voice of bewilderment and disbelief.

As for developments in the government during the past year, it has used all of the propaganda facilities at its disposal to on the one hand justify its actions and on the other hand to conduct a campaign of one-sided inparty criticism, euphemistically referred to in communist jargon as "reaching a consensus." Former party leader Zhao Ziyang has been censured as an antirevolutionary and been put under house arrest. Zhao supporters have been removed from positions of power. Armed police and military leaders who refused to give the order to fire on demonstrators have been replaced. Party cadres with leadership roles in civil groups such as labor unions and women's associations who showed sympathy with the students have been forced from their positions.

Cleaning House

The so-called "Work Committee" of the CCP has focused its inhouse investigations upon the Academy of Social Sciences, newspapers, radio stations, and TV stations. Reporters who took part in the demonstrations, including editors of the People's Daily and even its general editor, have been replaced. All party members have been required to reregister, those accused of being capitalist bourgeois liberals are not being allowed to stay in the party.

At all of the universities, beginning with Beijing University, which served as the center of the student movement, students have been forced to write confessions and make self-criticisms. Almost none of them now dare to engage in any political activity. Incoming first year students at Beijing University are now required to first perform one year of military service as practical training. Although this latter measure is not one which is entirely welcome among party intellectuals, it is nevertheless one which may well be extended to all colleges.

Watch Dogs

Under the government's tightened control and surveillance of students, there are still signs of revolt. Large posters are continually being pasted up by brave students, if only to be immediately torn down. It has been reported that in recent days, more students in Beijing and other cities have been arrested for participation in underground organizations. Although such signs of discontent are widespread, the power of dissidents is very weak, the leaders of last year's movement having either fled the country or been arrested.

In the aftermath of the Eastern European revolution, the government has tightened its control of all elements in the society which might offer opposition. The severe measures taken to crush the student movement and forestall opposition from newly arising revolt has put the question of human rights in Communist China in the international spotlight. Sanctions adopted by Western countries have dealt a severe blow to Communist China, and the Communist Chinese government is feeling the self-inflicted pain of its loss of American friendship.

Nonetheless, while Communist China has softened its stance toward Washington and is not relaxing its repressive measures at home, forcing Chinese dissident Fang Lizhi to remain holed up in the U.S. Embassy in Beijing. *

AFTER THE STICK COMES THE CARROT

(Beijing, People's Daily, Overseas Ed., May 11, 1990, P.1, excerpts)

The Placating of the Intellectuals

Western diplomats and Chinese intellectuals now believe that the Communist Chinese authorities are about to embark on a campaign to placate the nation's intellectuals. This is despite the fact that in recent months intellectuals have been subject to continued castigation and disgrace stemming from the tragic events of last year.

Last Monday the official People's Daily quoted Liu Zepeng, a vice director of organization Department under the Party Central Committee, as saying that Communist China "sincerely hopes for and welcomes increased criticism and suggestions from intellectuals in order to aid us in our efforts to reform the country." In the same article, the Peoples' Daily declared, "Party leader at all levels ought to make friends with intellectuals and exchange ideas with them in order to promote common understanding and maintain close connections. "Western diplomats regard Liu Zepeng's statement, coming as it did in the midst of a set of one year anniversaries of the events of the people's pro-democacy movement of last year, as an obvious attempt to mollify intellectuals.

Devious Design

The Peoples' Daily also quoted Liu Zepeng as saying that Jiang Zemin's "May 4th" speech embodies Communist China's "earnest" expectations and requirements that it holds toward intellectuals. He said further that the speech is a guide for intellectuals to step forward in the right direction in their work, a summary of the proper work of an intellectual. The speech, he said, is of tremendous current and historical significance.

Last week Beijing released from detention 211 people, including many intellectuals, who had been arrested last year in connection with the Tiananmen protestors. Western diplomats believe that this latest action by the Communist Chinese authorities is aimed at reducing tensions internally, improving Communist China's damaged image abroad, and most especially at preventing the United States from revoking Communist China's most favored nation trade status.

According to Western diplomats, the recent moves will not be likely to have any concrete effect on the situation of Communist China's intellectuals. One diplomatic official stated, "This is just a plot to lure the intellectuals into complacency with sweet but empty words. The authorities are terrified of any instability, so they are trying to seem a little nicer to everyone."

The intellectuals are thus still extremely wary. In the words of one, "No one believes the authorities. How could they possibly think we would want to make friends with any of them We still have not forgotten the Hundred Flowers (confession) Movement." *

SOME JAILED ACTIVISTS RELEASED

(Xinhua News Agency, Beijing, May 10)

The Ministry of Public Security of the People's Republic of China today announced the release of 211 criminals who had participated in the counter-revolutionary disturbance in Beijing last spring. The announcement said that the release came because a thorough investigation of their cases indicated the appropriateness of lenient action. The released prisoners included Cao Siyuan, the former head of Sihtung Company's Social Development Research Institute; Yang Baikui, formerly in charge of the School of Political Science of the Chinese Social Science Academy; Zhou Duo, former director of the Sihtung Company's Synthesized Planning Department; Li Hung lin, former president of the Fujien Province Social Science Institute; Li Nanyou, former assistant editorial chief of the World Knowledge Publishing Company; and Dai Qing, former reporter for the Guangming Daily News.

Before this, the Ministry of Public Security had announced last January 18th that 573 criminals arrested in the violent counter-revolutionary disturbance had, in the course of investigations into their activities, confessed to their crimes and displayed a penitent attitude and would therefore be released.

In Prison

The Public Security Ministry spokesman added that there were 431 criminals still under investigation by Beijing public security authorities for their part in the counter-revolutionary disturbances. In the course of the investigations some were found to have committed crimes that demand punishment; the judicial organs are currently dealing with their cases according to the law.

The spokesman also mentioned that there was rarely a single, definite crime with which participants in the counter-revolutionary disturbances could be charged. If the criminals confess, evince a penitent attitude, and demonstrate a desire to mend their ways, they are dealt with leniently no matter what the category of their offense. From the very beginning of the affair, the public security authorities have been very lenient, for they want to salvage what they can and educate those offenders who can be educated. But unrepentant and intractable offenders, those likely to continue doing evil deeds, must be subject to the strictest application of the law. *

INVOKING GUT FEELINGS IN SELF-JUSTIFICATION

(Beijing, People's Daily, Overseas Ed., May 4, 1990, p. 1, excerpts)

Patriotism and the Mission of the Intellectuals: Jiang Zemin's Speech Commemorating the "May 4th Movement"

Throughout history the Chinese people have rallied around the banner of patriotism in their cooperative struggles. Patriotism has propped up the people's collective spirit, maintained the nation's unity, stymied foreign aggressors, and promoted the forward progress of society. Under

the spirit of patriotism, the Chinese nation and the Chinese people have undergone a complete self-renewal, acquiring unprecedented cohesion and vitality.

The significance of patriotism depends on the historical age in which it exists. The concrete meaning of patriotism varies in the many different stages and eras of societal development. The patriotism of which I am speaking is one that has become a profound and lofty national spirit of the masses, intimately connected with the furtherance of historical development, the national self-determination of China, and the improvement of the people's lives. In the new era of democratic reform, the most important expression of patriotism is to devote oneself to the struggle against imperialism, feudalism, and bureaucratic capitalism, to transform the old, dark China into a shining new China. In the current stage of development, patriotism's essential expression is selfless devotion to the cause of establishing and maintaining modern socialism, and selfless devotion to the promotion of national unity. As Comrade Deng Xiaoping pointed out: "The people of China have a sense of dignity and self-respect toward their nation and race. To devote all one's energies to the forging of a socialist China is the greatest glory, while to harm the interests of socialism or of China is the greatest shame." This is a penetrating summary of the special nature of patriotism in our times.

Parroting Phrases

In today's China, patriotism and socialism are one and the same. The establishment of a socialist system and the development and consolidation of new democratic reforms will guarantee a bright future for national productivity and social progress. These are an embodiment of the basic needs of the nation, the race, and the people. In the forty years since its establish ment, socialism has healed the land of its devastation and reversed the decline of its people. China has taken the first steps toward prosperity. Socialism is the historic choice of the people; it is the only road that will lead them into the modern age. Today, laborers in the cause of socialism as well as patriotic advocates of socialism have come to recognize that only socialism is able to save China and promote its development. Patriotic supporters of national unification have already made and are still making great contributions to the unification and prosperity of the nation. And we believe that in the future more and more people will become, like them, friends of socialism. In order to promote unification we have proposed the idea of "One nation, two systems." We do not require that all patriots in favor of unification support the implementation of a socialist system on the mainland; we want only that they accept the idea of "One nation, two systems" as a basis for increased cooperation.

Poisoned Wells

In the current China, patriots, those in favor of popular democracy and those advocating democratic socialism are actually supporting the same thing. In the real world, there is no such thing as an absolute democracy—this is just an abstraction. Democracy is a relative, concrete term. The form a democracy takes depends on the structure of the society in which it is implemented. There are fundamental differences between capitalistic and socialistic democracy. The implementation of democracy must come in stages, and the level of its development is closely related to cultural and economic conditions. From its inception, the Communist Party has struggled to bring democracy to the people. Today, we are still striving to gradually promote socialist-style democracy and a democratic legal structure. Under the leadership of the communist party, the people are the rulers; they have established and are managing their own country. This is the essence of democratic socialism. To sustain and develop democracy under socialism is the central embodiment of patriotism.

Many of China's internal and external enemies hope to use peaceful means to subvert our socialist system and strip the people of their right to determine the fate of their own nation. They wish to make China a mere vassal of the West. But if China loses its right of national self-determination, its independence, and its sense of national dignity, the Chinese people will be sure to lose their democracy and even the most basic of human rights. The tiny minority who instigated, planned and directed the violent counter-revolutionary disturbances of 1989, those traitorous rioters who have fled the country, did more than just attempt to overthrow socialism. They served the interests of hostile foreign powers, they worked to harm the Motherland, they opposed the activities of the masses; in short, their violent actions embodied the heart and soul of selling away one's country. They rejected the character of the nation and the character of the people; what right, then, did they have to call themselves patriots, or to say they advocated democracy or human rights

In order to carry on and develop traditional patriotism under the new historical conditions of today, it is necessary to implement a broadbased and farreaching program of patriotism education. This education should begin in childhood, for it is especially important that young people assiduously study the nation's history—particularly its recent history. Our race has a long history. Our ancestors created a glorious material and spiritual civilization on this land, a civilization that underlies China's cultural tradition and to which all human civilization owes a great debt. However, the long era of feudalism impeded our nation's social development. After the opium war China again suffered terribly under imperialism, and the people experienced great hardships. This is the reason for the poverty and weakness of China today. The Chinese people will never submit to foreign power. In striving for national salvation, the people overturned the "three great mountains" (imperialism, feudalism, and bureaucrat-capitalism), laying down their lives selflessly, indomitable and unyielding in the face of bitter struggle. This struggle produced some of history's greatest heroes and altruists. The study of the recent history of China is just the same as the study of the patriotic struggle of the Chinese people.

Twisted Rationale

We must become familiar with an accurate version of Chinese history and be able to separate the dross from the essence. In this way we can integrate the fruits of thousands of years of civilization into a modern socialist society, ensuring a magnificent future for our nation.

The fostering of the spirit of patriotism must be accomplished through practical means. We must instill ourselves with a high level of selfrespect and the will to improve. We must be resolute in our struggle against those who would promote national disunity, damage the interests of the people, or act to undermine the progress of socialism. We must identify with socialism, we must believe its interests are our own interests. Each of us must study hard and work sedulously to promote the thorough establishment and continuing reform of socialism. ✱

9004435

STUDENS' OPINION: PARTY FLUNKS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [明報], June 14, 1990, p. 18)

A Survey by the Beijing Authorities Concerning "June 4th" Reveals Student Discontent

Beijing: A survey by the (Communist Chinese) authorities carried out in eight universities in Beijing in March of this year has revealed that the majority of students remain strongly dissatisfied over the events of June 4th, 1989 and that the bulk of the students believe that the purification-investioation work now being performed in institutes of higher learning is no more than "a deterred settling of political scores in yet another political movement". The results of this survey to some extent explain the campus protest activities that have been taking place in Beijing this month.

This questionnaire-type survey, written up in a question and answer format and labelled "An Investigation of the Ideological Status of University Students", was administered in eight Beijing universities by the state Education Commission and the Beijing Municipal Party Committee.

A majority of students, while answering the question, "What is your opinion on the 1989 political disturbances?", chose the reply, "an emotional expression of dissatisfaction on the part of the masses towards corruption and unfair work assignments". Only an extreme minority chose "counterrevolutionary riot".

The majority of students also believe that "purification of spiritual pollution, opposition to bourgeois liberalism" is "necessary politically, but interferes in academic freedom".

The results of the survey indicate a general belief among university students that "the current major trend of the world" is "towards the gradual fusion of socialism and capitalism" (42% of respondents) rather than "the victory of socialism over capitalism" (only 7.1% of respondents).

The students feel that after ten years of reform, the main problems extant in (mainland) China are "an unhealthy atmosphere in the (communist) Party, a drop in morals, social degradation and a worsening of public order". 31.8% of the respondents wrote that "the key reasons behind these problems are the effects of old systems and old concepts", while only 6.4% felt that these problems arose from "rampant bourgeois liberalist thinking." The "method for solving these problems", rather than being "method for solving these problems", rather than being "reliance on the leadership of the Communist Party to help the people of the nation weather hard times" (8.8%), is "political plurality and striving for greater democracy and freedom" (25.4%).

Fully half of the participants in the survey indicated that they were "without party affiliation", and 7% indicated a willingness to join a democratic party. The majority of those who had entered the Communist Party did so in order to "make their lives easier" rather than because of "a belief in communism" (17.3%).

Presented with the idea of "Jiang Zemin as the core of the third-generation leadership collective", half of the survey respondents felt that "conclusions are hard to draw before events have progressed and his performance could be evaluated" (44.5%). Respondents who chose the answer "accurate decision making, highly competent and supported strongly by the people" numbered the least, occupying only 5.3% of the total.

In response to the question, "what would you do if there was another student movement?, 35% of the students chose "observe", 10% chose "boycott", 9% chose "active participation" and 25% chose "unconcerned".

38.2% of the students polled expressed indifference towards "the current program of socidlist oduration in institutes of higher learning", and 34% believe that it is "unnecessary".

40% of the students are insistent in opposing the state Education Commission's new regulations initiated in February of this year concerning personally financed study abroad, with 25% more expressing disapproval. Moreover, one-third of the students "are devising ways to go abroad as quickly as possible", 29% are awaiting policy changes, and only 10% "have no plans to go abroad".

It is said that the results of this survey attracted the attention of high-level authorities upon its submission to the Political Bureau of the CCP Central Committee. The Bureau believes that there are still definite problems as regards student ideology and are determined to sustain fundamental education. However, the Bureau has already shown itself to be amenable to the resolution of the problems appearing on the questionnaire reply forms. The Bureau has, for instance, attempted to solve the problem of work assignments by taking forceful action against all organizations, thereby alleviating some of the dissatisfaction and oppositional sentiment among the students. ✱

POOREST OF CHINA TAKE TO THE ROADS

(Beijing, Law and Life Magazine [法律與生活], No. 4, 1990, pp. 38 39, excerpts)

The Itinerant Beggar Phenomenon Swelling of Beggar Ranks Alarming

The extent of mainland China's growing vagrancy problem is most clearly indicated by the disturbing numbers.

✱ Migrant workers in China presently number 60 million. The movement is from the countryside and small towns to big cities. They constitute anywhere from 20 to more

9004435

than 30 of the populations of such major cities as Beijing, Shanghai, Guangzhou, Wuhan, Chungching, Xian, or Chingdao. (Guangming Daily, November 12, 1989)

* The migrant population of Shanghai in 1982 was 560,000. A year later, it was 700,000. The figures for the following three years were 1.02 million, 1.65 million, and 1.83 million. By the end of 1988, the total stood at 2.09 million. (Wenwei Pao, April 24, 1989).

* Talian city presently has a migrant population of 500,000.

In recent years, motor vehicles, trains, and boats have carried all sorts of people from every corner of China into the big cities. As time has passed, some of them have gone home or gone to other rural areas, but a large number of them have stayed on, either in mercantile trade, as workers, as artisans, as unemployed vagrants, and in many cases, as beggars. The rapid, nonstop flow of beggars into big cities has put an increasing burden on cities which are already having a hard time getting by.

There are among the troubling conclusions to which this writer has come after a week of personal observations and investigation in the densely populated areas in the vicinity of the ten biggest hotels and ten largest thoroughfares in city "H". During that time, I interviewed individuals in various departments of the city government, hotel workers, street patrolmen, sanitation workers, and passersby.

These beggars have a gallery of styles. Some loiter about the streets exposed to the elements with hardly a shred of clothing. Some wander about dressed in heavy winter gear with poles on their shoulders. Some shout curses at the government with uplifted heads and outstretched hands. Others, legless or armless, lie on the ground seeking pity. Some, with yellowed, shriveled faces and bodies, spend their time curled up against shop walls, apparently dead yet breathing.

Their presence in the streets evokes different reactions from city folk. Those with sympathetic hearts shake their heads and sigh. The curious crowd around and gawk. The disgusted drive them off with sticks. Traffic jams are a common result.

As described by street patrolmen, the beggars spend their days wandering the streets and their nights under eaves. When hungry, they eat tidbits off the streets, relieving themselves also on the streets. Some of the more mentally disturbed often overturn garbage cans or sometimes set fire to their contents.

Instances of beggars asking for money or food at hotels are numerous and frequent. A survey in city H produced a daily average of 169 instances at the 10 largest hotels, an average of 17 per hotel—39 at one hotel alone. Timewise, that translates into an average of 12.14 hours of beggar visitations per hotel, 43.1 minutes per beggar visitation. Some hotels have beggars at their doors from the time the doors open in the morning until they close at night. When the guests are there, they are there.

The rising wave of itinerant begging and its attendant bad influences has provoked a strong reaction from the city's permanent residents.

Ecology and Social Order

Itinerant beggars have put great pressures upon the cities, exerting a great influence upon environments and social order in particular:

1) Misuse of public spaces has hurt the appearance of the cities. Beggars stay in cities a minimum of several months and as long as several years, becoming "honorary residents." To solve their housing problems many of them erect shanties, some abutting tall permanent structures, some overflowing into the cities' scenic spots, in general creating eyesores. Shanghai's central district, once the exclusive locale of various organizational offices, has now become the site of beggar encampments which has ended efforts to beautify that area of the city.

2) Cities' already overtaxed resources are being further strained. There are 100 very large and large cities in China which have inadequate water supplies, now worsened by the influx of beggars. Frequent water supply cutoffs have come to seriously affect the lives of longterm residents. The originally very crowded living space has become even more cramped. This has meant a 20 to 30% decrease in the surface area of public park space per person in Beijing and Shanghai.

3) The living conditions of the beggars themselves is extremely poor. For one thing, their cultural level is wanting and they lack civilized habits, a condition accompanying their "filthy" profession. Secondly, they live only for the moment and therefore disregard the environment, leaving their detritus wherever they go. This makes the cities into incubators for diseases that threaten the lives of both the itinerant beggars and the permanent residents.

4) The incidences of traffic mishaps and various crimes have skyrocketed. Reports show that of the traffic accidents which occurred in Beijing in 1988, for example, at least 1514 accidents leading to the deaths of at least 110 people were caused by beggars, contributing to an increase in traffic – related deaths of 26.7% over the previous year.

Beggar – committed crimes accounted for 32% of the capital's total for that same year. In Shanghai, beggars committed at least 176 murders, bombings, robberies, rapes and other major crimes in 1988. *

BORN TO SUFFER

(Hong Kong, Ta Kung Pao〔大公報〕, May 1, 1990, P. 12)

The Serious Problem of Birth Defects

A specialist in eugenics research announced that each year in mainland China there are approximately 380,000 defective children born. And Chen Mingxia, a research associate at the Social Science Academy of China's Legal Research Institute, estimated before an international conference in Beijing that of the nearly 100 million births since 1986, babies with congenital birth defects have numbered two million, with the cost of caring for these babies running as high as ten billion yuan (Rmbs).

Especially alarming about the seriousness of the problem of birth defects is the fact that in mainland China there are already 51.64 million people with deformities. This means that of every hundred people, five are physical deformed in some way.

Chen Mingxia said that deafmutes, the mentally retarded, the mentally ill, and those who suffer from multiple deformities constitute the overwhelming majority of people with physical defects in mainland China.

The specialist called for new laws restricting each citizen. He warned that without immediate and effective measures, mainland China's family planning policy will receive a tremendous blow.

Chen Mingxia believes that mainland China has the basic apparatus in place to warrant announcing a eugenics plan. According to a statistic of five years ago, from 1980 to 1985 the percentage of couples in their child – bearing years who have more than one child dropped from 31.0% to 19.7%.

Chen also said that mainland China has adjusted its eugenics program several times, and that the program is now approaching maturity. The latest draft would codify into law medical opinion on which illnesses should preclude marriage. The specialist believes that schizophrenics, manic–depressives, and others with serious mental illnesses, as well as those with sexually transmitted diseases or diseases defined by law as infectious, should be required to postpone marriage until they are healthy. He further says that those suffering from mental illnesses or communicable diseases ought to demonstrate proof of sterilization or longterm contraceptive measures before being able to acquire the health certificate necessary to be legally married.

Chen Mingxia averred that if mainland China immediately takes the step outlined above, it will be able to reduce congenital birth defects by an average of 30,000 a year. He particularly emphasized that this is the most humane way to maintain a healthy human race in an overcrowded world. *

A 'MERRY–GO–AROUND' THE LAW

(Hong Kong, Ta Kung Pao〔大公報〕, May 10, 1990, p. 12)

The Variety of Illegal Marriages

Figures released by the State Family Planning Commission indicated that the problem of illegally early marriages and births is very serious. In 1987 alone, the nation had 6.1 million people marry before reaching the legal minimum age, resulting in 2.5 million early pregnancies, or about ten percent of the total.

According to a survey made by Marriage Management Department under the Ministry of Civil Affairs, unmarried cohabitating couples— unofficial "marriages"— comprise about thirty percent of all new marriages, a figure which is on the rise.

Many Sorts of Illegal Marriages

Marriage law constitutes the basic norms for marriage/family relations; it is a set of rules for regulating these relations. But for a variety of reasons, many people disregard the law and live together as if they were legally married. The ways and means of circumventing the law are truly dizzying in their number and variety.

Relative Exchange: Two or three sets of parents, without their children's consent, exchange them with the sons and daughters of the other families and force them to live together as married couples.

Marriage Buying and Selling: On the pretext of introducing a young unmarried woman to a prospective suitor, or of helping an older woman get a job, the operator tricks a woman into coming with him, then sells her offto be someone's wife.

Forced Marriages: Young men and women who do not wish to marry are forced to by their parents.

Remarry:People who have not gone through divorce procedures remarry or illegally cohabitate with another partner.

Cousin Marriages: Blood relatives with a common ancestor less than three times removed marry each other.

Illegally registered marriages: Couples who have not reached the legal minimum age for marriage acquire false certificate, alter their residence cards, lie about their age, or use bribes or other backdoor methods to obtain marriage licenses.

Infant marriages: Two sets of parents with young children agree to force the children to marry when they grow up.

Marriage in fact: A couple simply live together as husband and wife and present themselves as such to all acquaintances without actually getting married.

At the end of March, 1989, the city of Shenyang dealt with 11,000 marriages that were in one way or another illegal. Of these, over 9,000 were the results of unregistered and unlicensed so–called "firecracker weddings." And the problem of widespread illegal weddings, already a serious societal malady, is becoming worse daily. In Sichuan province there is a certain county where the problem of illegally early marriage is particularly acute, with some townships experiencing early marriage rates of fifty percent and marriage ages as young as fourteen. And, shockingly enough, of the 203 illegal early marriages discovered in that county, 198 had been registered with the authorities.

Not Just Social Problem

Illegal marriages are not just an independent social phenomenon. The problem is rather the result of the interaction of a number of factors: political,economic, modernization–related, and those related to traditional culture and ideological consciousness.

First among the reasons for illegal marriages is that the people have a very weak concept of and respect for legal structures. Rural peasants often do not know that a legal minimum age for marriage even exists. Individual political cadres in comparatively high positions sometimes use their own power or persuasiveness to pull strings for underage couples so they can get there license there are also a minority of petty officials and clerks who use the law for their own profit, effectively giving thegreen light to those who marry illegally or engage in related shady activities.

The next–most important reason for early marriage is the traditional Chinese attitude toward marriage and the family. Many rural people believe, "A son's early marriage has three benefits: a daughter–in–law will join the family, the family will sooner gain grandchildren, and the family

9004435

will be able to acquire more land." And as to registering marriages, they will say, "My parents never had a marriage certificate, and my grandparents never even saw one. No one is going to refuse to recognize my marriage if I don't have one."

The third reason is the erosive effect of the recent wave of Western "sexual freedom" and "sexual liberation." In recent years, relaxation of ideological work and the permeation of the bourgeois concept of personal-freedom have caused some people to take an extremely lax and irresponsible attitude toward the marital relationship. Many youths of shallow experience profess to believe the fashionable "new concept" that "A little pleasure is hard to come by in one's whole life," and consequently evince an indifferent and nonchalant attitude towards sex and marriage.

The fourth reason is the unsound structure of the nation's legal system– there is really no provision to punish people who have illegally married. The law says "Wife buying and selling, forced marriages, and other interference in marriages is prohibited," but provides no definite penalties for violators. Neither the "Marriage Law" or the "Marriage Registration Procedure Law" offer any clear guidelines for dealing with the problems mainland China faces in these violators. The result is that the judicial departments interpret laws in general, but do not enforce the law; as for the departments of civil affairs, they manage properly registered marriages but do not concern themselves with unregistered ones; departments of family planning, on the other hand, are in charge of granting permission for couples to have children, but are not concerned with determining the validity of applicants' marriage certificates. Some courts dispose of cases involving illegal marriages simply by granting them legal status. And children of unwed mothers, illegally married couples, and of couples who have already had their maximum number of children, areuniformly granted the same legal rights and privileges as other children. The system lacks any sort of coordination or cooperation among various government departments.

In addition, widespread violation of marriage regulations as well as a multitude of various fees have directly affected marriage registration. Many places which originally did not bother with background checks for marriage applicants are now enforeing a policy of "no check, no license." So many couples, rather than have to face this check and have to pay a family planning deposit, agricultural tax, and buy national victory bonds, simply go ahead and get married without bothering to register.' *

MAJOR EVENTS IN MAY

May 1: The People's Daily said State Council has decided to adopt a "mutual pledge" policy toward the leading state-run industrial enterprises this year. Under this policy, the central government will ensure the supply of power, raw materials, transportation, funds to the key enterprises while the enterprises must pledge to fulfill their production quota set by the government's annual plan.

— From March 20 to April 10, the railway police investigated 881 criminal cases and apprehended 2,148 suspects. Rail passengers in Chinese mainland have often been robbed or even killed on the trains, according to a report in the Railway News.

— The Dalai Lama said the lifting of martial law in Tibet was just a "public relations exercise" by the Communist Chinese government, according to an AP report.

— The provincial radio in the city of Guangdong reported the public security authorities have executed 14 of 31 people convicted of murder, rape, robbery, and other serious crimes.

— Vietnam's Deputy Foreign Minister Dinh Nho Liem arrived in Beijing to exchange views with Communist Chinese officials over problems of Cambodia.

May 2: Wang Mingda, a vice-minister of the State Education Commission, told a national conference on adult education in Shanghai that many schools were found to have overcharged students and have abused their authority of issuing diplomas or graduation certificates for specific training.

— Jiang Zemin, General Secretary of the Chinese Communist Party (CCP) gave an interview to American ABC network anchorwoman Barbara Walters in Beijing. Jiang answered questions concerning the military crackdown on pro-democracy protests last June. Jiang said he has no regrets about the way Beijing handled the demonstration in Tiananmen Square where thousands of protesters were killed by troops.

— Cheng Chihping, director of the State Price Administration, was quoted in the China Daily as saying that the central government will launch a campaign to reform its "illogical" price system this year, signalling what diplomats called a minor resumption of market-oriented changes halted after last year's military crackdown.

May 3: Premier Li Peng urged developed countries to take a "wise" attitude toward the debt issue in order to "contribute" to the improvement of north-south relations and the "maintenance" of world peace. Li made the statement in a meeting with visiting Ecuadorian Foreign Minister Diego Cordovez Zeger in Beijing.

— The Farmer's Daily reported that one million villagers in mountainous regions in Hebei Province who used to have difficulty obtaining drinking water, now have clean and safe water. The paper said a survey found that more than 3,000 mountainous villages had a water problem, especially in the border areas such as Taihangshan, Yanshan, and Hengshan regions.

— Communist China has decided on a major reshuffle of commanders of its seven military regions, said the Beijing-controlled Ta Kung Pao newspaper in Hong Kong.

— Li Guixian, governor of the People's Bank of China, called on the Asian Development Bank to renew loans suspended since last June's military crackdown in Beijing.

May 4: State President Yang Shangkun and Premier Li Peng held talks with Chairman of Grand People's Hural (Parliament) of the Mongolia Punsalmaagiin Ochirbat in Beijing, the first talks between Communist Chinese and Mongolian heads of government since 1962.

Jiang Zemin, General Secretary of the CCP, claimed in Beijing that reforms in mainland China include economic as well as political reforms and they should be carried out "side by side." Jiang made the remarks while talking with Michis Watanabe, a Japanese Diet member.

— The State Administration of Foreign Exchange Control announced

that Communist China's foreign loans totaled US $ 41.3 billion by the end of 1989. This includes US $ 37.03 billion in medium and long-term debts and US $ 4.27 billion in short-term debt.

— A UPI report said the Mainland Democratic Compatriots Committee, an underground group led by pro-democracy dissidents, emerged in Beijing on the 71st anniversary of the "May 4th Movement" and demanded political reform in Communist China.

May 5: The China Daily said a new section of the Great Wall, the Huangyaguan Pass in Jixian County of Tianjin, a two hour drive from Beijing, will open soon.

— He Liang, an official of the Ministry of Agriculture, said the energy shortage is expected to persist through the year 2000, and the central government hasdecided that energy conservation must accompany efforts to develop new energy sources.

— An official of the State Administration of Foreign Exchange Control admitted that "some" enterprises are having difficulty repaying foreign debts. The official, quoted by Xinhua News Agency, ascribed the problems to "temporary difficulties" in foreign trade, tourism, and borrowing overseas.

May 6: The number of tourists to mainland China during the first three months of this year dropped 7 percent as compared with the same period last year, said China Daily.

— The population of mainland China's cities totaled 315.7 million at the end of 1989, accounting for 28.6 percent of the total population of the country and about 14.89 million more than at the end of 1988, according to a report by the Ministry of Public Security.

— The 1990 Spring China Export Commodities Fair in Guangzhou, the capital of Guangdong Province, closed today.

— Some 10,000 students have taken part in Beijing campus "salons" to discuss Marxist theory, said the official Guangming Daily.

May 7: A joint communique was signed in Beijing between Communist Chinese and Mongolian leaders. It said the two sides believe it is useful to exchange information and experience on socialist construction" and "economic reform."

— Jiang Zemin met with Begum Nusrat Bhutto, Chairperson of the Pakistan People's Party at the Great Hall of the People in Beijing.

— Jiang Zemin and Li Peng held separate meetings with former Japanese Prime Minister Sosuke Uno in Beijing.

— The People's Daily, in a lengthy commentary, renewed its attack on the Voice of America, accusing the U.S. government radio of opposing China's Communist Party and socialism.

— Communist Chinese authorities in Tibet announced strict new controls on foreign travel to the region, with each traveler required to submit an advance application to local officials, said Xinhua News Agency.

May 8: Jin Xin, director of State Tax Administration, said the central government is determined to push ahead with plan to collect 205.8 billion yuan (US$43.7 billion) in taxes this year. Jin admitted that the State now faces grave budgetary problems, reported the China Daily.

— State President Yang Shangkun met with the President of the United Arab Emirates (UAE) Sheikh Zayed Bin Sultan Al-Nahayan in Beijing. This marked the first visit of a UAE president as well as the first of heads of the six Gulf states.

— Minister of the Textile Industry told a technical innovation conference that Communist China will be forced out of the world textile market unless it rapidly updates its textile technology.

May 9: The China Environment News reported that due to ignorance, none of the rare species in the northeastern Qinghai – Tibetan Plateau region is adequately protected. Of the 250 wild animal species, only 40 are officially protected. The paper urged a crackdown on poaching and trading in endangered animals.

— The China News Service reported that a Taoism college with 48 students from 32 Taoist temples opened at Beijing's White Cloud Taoist Temple.

May 10: Foreign Ministry spokeswoman Li Jinhua confirmed at a weekly news briefing that Communist Chinese and Vietnamese officials met in Beijing for an informal exchange of views on the Cambodian question, which she said is the main obstacle to normalization of Sino-Vietnamese relations.

— China Daily said China Metallurgical Construction will send 350 technical advisors to Libya's steel complex.

— A new air route between Urumqi, capital of Xinjiang Uyghur Autonomous Region, and Xiamen, on the coast of Fujian Province, opened officially.

— Xinhua News Agency said 211 "law breakers" involved in last year's democracy protests have been released. Among them is Tai Ching, a prominent journalist active in a campaign for press freedom, and Zhou Tuo, one of four hunger strikers in Tiananmen Square.

— Wang Shouqiang, a vice-minister of the Ministry of Water Resources, warned that the Yangtze is likely to see its worst flood for more than 30 years this summer. Wang, who is also director of the State Flood Control Headquarters, was speaking at a special conference on Yangtze flood control in Beijing.

May 11: Premier Li Peng, in talks with Yassar Arafat in Beijing, exchanged views on the Middle East situation and the Palestinian issue, reported Xinhua News Agency.

— Vice-Minister of State Nationalities Affairs Commission Zhoi Jyal stressed the central government will continue its efforts to "stabilize" the situation in Tibet.

— Luo Long, an economist of the State Council Research Center, in an article in the Beijing-based bimonthly Management World, made the criticism that while eagerly seeking more foreign trade relations, Communist China has to keep in mind the importance of the domestic market — on which its economic development ultimately depends.

— In a meeting on Macao's Basic Law, Beijing stated its intention to station troops there after the former Portugese colony returns to Chinese control in 1999, said AFP.

May 12: Jiang Zemin and Premier Li Peng held separate talks with visiting Egyptian President Muhammed Hosni Mubarak in Beijing.

— Xinhua News Agency stated more than 100 mainland Chinese seeking to make short trips abroad to visit relatives have been blocked from leaving the country because foreign embassies in Beijing gave them official asylum or visas to immigrate.

— Without the permission Communist Chinese authorities, Xu Chiatun, former Hong Kong director of Xinhua News Agency, arrived in the USA to take a rest according to the Hong Kong South China Morning Post. The report stated his recall to Beijing was due to his sympathy for last year's democracy protests after which some hard-line Beijing leaders accused him of turning Hong Kong into a base to subvert Chinese Communist rule.

May 13: State President Yang Shangkun left Beijing to visit Mexico, Brazil, Uruguay, Argentina, and Chile. Wan Li, Chairman of the Standing Committee of the National People's Congress, returned to Beijing after official visits to Pakistan.

Iran, and Iraq.

— East mainland China financial officials gathered in Shanghai to seek a solution to the debt default and triangle debt chain problem in the area, China Daily reported.

— According to AFP, Beijing authorities have started to mobilize pro Communist forces in Hong Kong to ensure obedient return of Hong Kong in 1997. Qi Pengfei, head of the Hong Kong and Macau Affairs Office, reportedly urged left-wing labor unions to "consider setting up a rule-Hong Kong squad."

May 14: Li Guixian, governor of the People's Bank of China, said in an article in the People's Daily that Communist China will continue to keep a tight rein on the money supply while regulating loans and credits if necessary.

— Qiu Shousi, division chief of the Pest and Disease Prevention and Control Department under the Ministry of Forestry, urged local governments throughout mainland China to stop the spread of pests and diseases which have damaged or destroyed nine million hectares of forest this spring. He warned that if pests and diseases are not controlled in time, 10 million cubic meters of timber will be lost.

— The official People's Public Security News (a biweekly) said district and city public security bureaus in Lhasa, capital of Tibet, have drawn up a 4-point program to "ensure social order" and guard against "subversion" by "international reactionary forces" after the lifting of martial law.

May 15: A research team led by Professor Ouyang Ziyuan, director of the Geochemical Institute under the Chinese Academy of Sciences, has found new evidence supporting the claim that the impact of an asteroid or comet caused the mass extinction of animals and plants near Lhasa 65 million years ago, reported Xinhua News Agency.

— Shen Chuejen, a vice minister of Foreign Economic Relations and Trade, admitted in an interview with American journalists that Beijing stands to lose nearly US $ 10 billion in exports, one-fourth of its annual total, if Washington cancels most-favored-nation trade status, said an AP report.

— The number of foreign tourists visiting mainland China dropped 23 percent in the first quarter of 1990 from the same period last year, said the State Tourism Administration.

May 16: Construction Minister Lin Hanxing claimed in a press conference that "necessary" urban construction would not be affected by the current austerity programs.

—The Sixth Annual Meeting on Chinese Workers' Political and Ideological Work opened today in Guangzhou, the capital of Guangdong Province.

— The Xinhua News Agency and Portugal's Lusa News Agency signed an agreement on news exchange in Beijing.

— Xinhua News Agency reported that the Communist Party secretary of Lusyang in Henan Province, Wu Zhenguo, has been removed from his office for taking bribes.

May 17: In a circular drafted by the State Pharmaceutical Administration, the State Council has urged local governments to tighten control of medicine production to protect public health and national interests." The circular says pharmaceutical distribution is out of control in some provinces and various trading groups are profiting from the sale of medical products.

— The State Statistical Bureau said mainland China's total volume of wages in the first four months was 83 billion yuan, up 8.6 percent from the same period last year.

— Foreign Ministry spokeswoman Li Jinhua accused U.S. President George Bush of interfering in Communist China's internal affairs by criticizing Beijing's human rights record. She also rejected as groundless an Amnesty International report that thousands of people are still behind bars after last June's crackdown on pro-democracy protesters.

May 18: The Foreign Ministry stated that Communist China canceled a huge deal with the U.S. Grumman Corporation to modernize its F-8 fighters because the company raised its prices, said a Reuters report.

— Labor Minister Ruan Chongwu called on labor officials at all levels to help 11 million people find jobs this year. He said the government is trying to lower the unemployment rate in urban and township areas to below 3.5 percent by the end of this year.

May 19: Reuters said Communist China is tightening security along its border with Mongolia, strengthening intelligence networks, and stockpiling police gear to help maintain stability."

— An AFP report said Communist China and Vietnam are considering a new round of talks in Hanoi in early June on normalizing their strainedrelations.

May 20: Ganshu, Communist China's first province to approve a mandatory sterilization law for the mentally retarded, performed 5,000 operations in the first 14 months after the law took effect, reported China Daily.

— Jiang Zemin told a delegation from the Socialist Party of Japan that non-interference in each other's "internal" affairs should be a guiding principle in handling foreign relations.

— The production value of mainland China's machinery and electronics industry was 56.59 billion yuan (US $ 12.04 billion) between January and April, a decrease of 6.7 percent from the same period last year, said Zhi He, a high-ranking official of the Ministry of Machine-Building and Electronics.

— Premier Li Peng, in a tough statement on the first anniversary of the imposition of martial law in Beijing, said that the lessons of last year's political "unrest" are that Communist China can not abandc its communist principles and has t strengthen its security forces and ideological work while opening to the outside world.

May 21: Communist China plans to operate plants supplying 6,000 megawatts of nuclear power by the end of this century. Two plants, one near Shanghai and one in Guangdong Province, are already under construction, said Executive Vice-President Chen Zhaobo of the China National Nuclear Corporation.

— Jiang Zemin met with Helmut Schmidt, former chancellor of the Federal Republic of Germany, in Beijing.

May 22: Cheng Kai, former chief editor and Communist Party secretary of the state-run Hainan Daily, has been stripped of his party post and fled the country. An UPI report, quoting an official paper, said Cheng supported last spring's democracy movement and "made severe political mistakes."

— A high-ranking Soviet Communist Party delegation led by Boris Karlovich Pugo, alternate member of the Politburo, arrived in Beijing for ten days of talks with Chinese Communist Party officials.

May 23: The official Guangming Daily claimed about 14,000 graduating college students have already found employment, and the remaining 20 percent should find jobs by August.

— Public Security Forces have launched a dragnet for more than one million illegal residents in Beijing to assure "social order" ahead of the Asian Games, said the official Beijing Daily.

— Chang Taiheng, commander of Communist China's strategic heart-

9004435

land of Sichuan Province and also Guizhou, Yunnan, and Tibet, has been appointed commander of the sensitive Chengdu Military Region. According to Ta Kung Pao, the Beijing-controlled Hong Kong newspaper, this represents a major military reshuffle aimed at ensuring armed forces' loyalty to Communist leadership.

May 24: Liu Ching, prominent mainland Chinese dissident freed last December after a 10 year jail sentence for "counter-revolutionary crimes" was again arrested about ten days ago in Beijing, according to Reuters.

— Xinhua News Agency said the "first" major modern Chinese dictionary including 15,000 Chinese characters and 300,000 entries will soon be published by Sanhuan Publishing House.

May 25: Xinhua News Agency stated that "A small number of Americans, under the pretest of so-called human rights, opposed the renewal of China's most-favored-nation trade status. Their arguments have been strongly rejected by the majority of the American people." This followed the statements by some American congressmen that they will fight PresidentBush's extension of the MFN status for one year for Communist China.

— Jiang Zemin met a Tanzanian military delegation led by Minister of State J.M. Makwetta in Beijing.

May 26: China Daily, quoting Ministry of Public Health sources, reported the construction of new toilets and the renovation of older ones is a major task for mainland China. The paper said most of the toilets in mainland China were constructed in a very simple and crude way and no more than 20 to 30 percent meet State sanitary standards.

— Xinhua News Agency said mainland China has opened its first-ever snake museum in the Pohai Sea near the northwest port city of Lushun. "Snake Island Museum" displays 25 different kinds of snakes in seven exhibition halls.

May 27: Peng Jung, a Beijing University student leader who appeared anonymously on the June 4, 1989 cover of the New York Times Magazine, was arrested for counter-revolutionary activity, one day after U.S. President Bush renewed Communist China's MFN trade status, said an AP report.

— Eleven train robbers were executed and another eight sent to prison in the eastern province of Henan, said the Workers' Daily.

— Three mainland Chinese democracy activists — rock singer Hou Techien, university professor Gao Xin, and economist Zhou Tuo, have written an open letter to Beijing's leaders urging the release of politicalprisoners, said Reuters in Beijing.

May 28: Tibet's communist authorities have adopted public security measures sharply limiting political and religious demonstrations after the lifting of martial law in the Lhasa region, according to the China News Service.

— The Beijing-centered hunt for illegal residents has spread to nearby Tianjin where 5,000 people were arrested and sent back to home provinces, according to the Tianjin Legal News.

May 29: Yuan Mu, a government spokesman, said in an open speech in Beijing that socialism is imperfect, the Communist Party fallible, and some student protests last year were imbued with the "good intention" of advancing democracy. Foreign diplomats in Beijing said the comments were intended to present a more liberal face to the West and to soften resentment among Chinese ahead of the anniversary of last June's military crackdown, reported Reuters News Service.

— China Daily reported that 10 percent of commodities sold in Shanghai were found to be of bad quality, according to a survey conducted by officials of the city.

May 30: Xinhua News Agency said Tibet's regional government plans to extend birth control policy by limiting rural families to three or four children.

May 31: According to the State Statistical Bureau quoted in the China Daily, private business earnings tumbled 15.8 percent in the first quarter of this year.

— A Soviet Embassy spokesman in Beijing said that a high-level delegation from Moscow, headed by Politburo member Yuri Maslyukov and possibly including Deputy Foreign Minister Igor Rogachev, will arrive in Beijing for sensitive talks on the problem of the divided Korean Peninsula.

— A Foreign Ministry spokesman denied Communist China has deployed 60,000 to 75,000 troops along its Tibetan border with "the South Asian Neighbors." But diplomats in Beijing believe 150,000 Communist Chinese soldiers are regularly on duty in Tibet, most of them along its border with India, Bhutan, Nepal, and Indian-controlled Kashmir, according to AFP in Beijing.

— The Chinese Communist authorities have asked people in Beijing to stay away from Tiananmen Square on June 4, the anniversary of the military crackdown on student-led pro-democracy protests at the square, said an AFP report. *

Profile

Yang Rudai (楊汝岱)

An incumbent member of the Standing Committee of the Political Bureau of the CCP Central Committee, the Sichuan Province committee secretary Yang Rudai was born in 1926 in the county of Renshou in Sichuan province. At the beginning of 1950, the young Yang participated in the communistsponsored land reform in his native county. He shouldered organizational responsibilities for the Renshou county land reform corps. After joining the communist party in 1952, he became, successively, the assistant head and then the head of the Fujia district land reform organization, then the corps leader, the Fangjiadistrict assistant leader, and the district committee secretary. In 1954 he became the assistant department head of the organizational department of the Renshou county committee, from which he advanced to become the assistant secretary and then the committee secretary.

In 1970, Yang attained the position of assistant director of the Renshou county revolutionary committee, which he held in addition to the county committee secretary post. In

9004435

1977 he served as committee secretary of the Sichuan Province Leshan local committee as well as assistant director of the district revolutionary committee. In December of the same year, he was promoted to assistant director of the Sichuan Province Revolutionary Committee the director at the time was Zhao Ziyang, who was General Secretary of the Communist Party until his ouster last year. Two years later he was chosen to serve as a member of the Sichuan Party Committee's standing committee, onto which was added the post of Lieutenant Governor of Sichuan Province.

In 1980, Yang became the secretary of the Sichuan provincial committee, followed in January, 1982, by his ascension to the post of secretary of the standing committee. In October of that year he was selected as a Sichuan representative to the twelfth convocation of the National People's Congress, and on the tenth of this month was chosen as a member of the Twelfth Communist Central Committee. On February 4, 1983, he was chosen as a member of the fourth Sichuan Party Committee, attaining standing membership status and the position of committee secretary. In February of 1984, he added the position of director of the Sichuan province people's militia committee, and in February of 1985 after a change in the governmental structure of Sichuan province, became still the provincial Party Committee secretary. In July of the same year he took on the additional post of First Political Commissar of the Sichuan military district. In 1987 he represented Sichuan Province in the Thirteenth National People's Congress, and was chosen in November to continue serving as a national Central Committee member in its thirteenth session. He was also selected at this time to serve as a member of the Political Bureau. On April 30, 1988 he was chosen to hold the post of Secretary of the fifth session of the Sichuan Party Committee. On January 14, 1989, he was made honorary president of the Sichuan Province International Friendship Society.

In his days in Renshou county, Yang Rudai usually wore straw sandals in his grass-roots interactions with the poor peasants, earning him the nickname "the straw-sandal secretary." At that time Zhao Ziyang held power in Sichuan province. Yang Rudai's simple and straightforward manner impressed him deeply, and together they promoted the "policy of fixing farm output quotas" for each household, achieving a measure of success in the province. After Zhao became a prominent member of the Central Committee he pulled Yang up with him to membership in the Political Bureau. But Yang still remained in Sichuan province; this was probably the reason that the repercussions of Zhao's ouster did not spread to Yang.'

Communist Chinese Terms

"Red hat enterprises"
"紅帽子企業"

"Red hat enterprises" are individual and private businesses in Jiangsu and Zhejiang that operate out of national or collective economic units. These enterprises use the collective or government operating licenses and brand names for their own profit. Local residents have given them the appellation "red hat enterprises."

There are essentially four reasons for the recent inundation of "redhat enterprises" in mainland China.

1. The Communist Chinese mainland government's prejudice against individual and private enterprises has put them under great pressure. State-owned and collective enterprises in the Zhejiang district are expressly forbidden to entertain guests at privately owned restaurants, to fix their vehicles at private repair establishments, or to buy electronics, accessories, or basic materials. If they violate this stricture they are unable to receive reimbursement for the items bought or expenses incurred. Some public opinion blames recent inflation, unequal distribution of wealth in society, general economic disarray, and a variety of other problems on individual entrepreneurs and private enterprises. These pressures force such businesses to "wear the red hat," and seek the protection of collective enterprises.

2. There are abundant advantages to using the name of a collective enterprise to do business: their reputation is "good"; signing contracts is "convenient"; it is easy to do business; products are easy to market; the area of business operations broadens; and the taxation rate for collect iveenterprises is very loweducational and civil administrative enterprises have tax free status. Furthermore, collective enterprises can write unlimited receipts, but private enterprises only a limited amount. Once they exceed it they are required to go to the Tax Department office, where they have to go through interminable procedures and pay fees at every step.

3. Some lower-echelon organizations, citizens' street party committees, and schools, faced with personnel shortages and under difficult financial straits, let private economic enterprises use their collective license in exchange for management and contract fees.

4. The Communist chinese authorities have always stressed large production volume and rapidity in its development—high quantity, low quality. Leaders' performances are assessed largely on the basis of their fulfillment of production quotas. Economically backward rural villages, lacking capital, technology, and personnel, often accept individually- and privately-owned enterprises into township, village, and group collectives as a kind of short cut to increased production.

The broad popularity of red hat enterprises has resulted in the following corrupt or harmful practices:

1. Tax evasion, harming public interests to the benefit of private interests, and contributing to socio-economic inequalities Last year, an investigation of Changzhou city's tax collection revealed that the vast majority of all tax evaders of amounts over 100,000 yuan claimed affiliation with collectively or staterun enterprises.

2. Disturbing economic order: The capital, management, and distribution of wealth of "red hat enterprises" are all directed toward the enrichment of private persons and completely unconcerned with anything else. Because the Department of commerce and industry has implemented outside supervision of collective enterprises and has a shortage of manpower, private enterprises have proliferated. The authoritieses sentially turn a blind eye to the "red hat enterprises," and the

9004435

problem of illegal, unlicensed enterprises has become very serious.'

3. It is unclear to which civil authorities the law assigns the relevant responsibilities. Departments supervising economic activity and the judicial organs have had terrible difficulties enforcing the law. Many of the "red hat enterprises" are in grave financial straits. They commonly disappear with their customers' money; when the aggrieved parties press their claims in court, it is the host unit that ends up having to take on the burden of remunerating them.

The "Green Certificate" System
(綠色證書) 制度

On June 2 of this year, a high-ranking official of the Division of Education under the Ministry of Agriculture announced at a Beijing press conference that, "Communist China's vast countryside is already sufficiently prepared to implement the internationally recognized "Green Certificate" system and that test sites are starting to be implemented in various localities. This measure signals the strides which are being made towards the standardization and systematization of rural technology education, and has great significance for the modernization of agriculture and the achievement of agricultural prosperity through technology." He further stated that, "the Green Certificate System is currently utilized internationally as a system of certification for rural technology. Rural technology certification refers to certification that agricultural workers are engaged in some type of production in compliance with the regular requirements of their production unit. Because the corresponding certificate usually has a green cover, it is internationally known as a 'Green Certificate'. Many countries around the world such as England, France, the United States and India regard with importance the development and perfection of this system."

The Communist Chinese government has announced that there are now over 120 million junior and senior high school graduates engaged in agricultural production activity and the number of agricultural workers who have received some type of technical training is already as high as 140 million. These groups constitute a vital new force on mainland China's agricultural front. In just the past few years, Article 978 on Agricultural Technology has had a direct economic impact of as much as 14 billion due to their efforts in promoting it. Moreover, Chinese mainland's countryside is gradually perfecting its system of agricultural education and training. There have already been established close to two thousand county-level centers for the promotion of agricultural technology as well as county-level veterinary centers for treatment of livestock. Over fifty thousand agriculture-related professional schools such as schools of agricultural broadcasting and agricultural technology are further proving a direct force in the effort to achieve "agricultural prosperity through technology".'

Editor's Note

The period from May to August of this year, when the 11th Asian Games will be held in Beijing, is a time of great worry for the Communist Chinese authorities. In Beijing and all of the big cities of mainland China, the Communists have mobilized a large force of armed police and supporting troops as though in preparation for a formidable enemy's attack. On college campuses, student activities are being tightly controlled by reinforced guards and secret police.

The Chinese Communists have repeatedly stated that instigators of social unrest and anti-revolutionary rioters constitute a "small" minority of capitalist bourgeois liberals. Judging, however, from the CCP's grand-scale marshaling of the troops in defense of their hold on power, one wonders how small that so-called "minority" can be!

What is the direction of development within the Communist regime now, in the aftermath of the June 4th Tiananmen Square bloodbath? For thoughtful answers to this question, the July issue of ***Inside China Mainland*** offers the article "Likely Changes in Beijing Politics After June 4th", which appeared in Hong Kong's Chaoliu Monthly.

The Chinese Communist "Bao Gan" program (a system of direct financial and material aid distribution) which has been in operation for the past several years has led to the establishment of local vested interests and the strengthening of provincial mentality centered upon local government. These local bodies have in effect placed embargoes on each other and thereby have brought into being a territorial fragmented "baronial (feudal princes) economy." The CCP policy of "relinquishing power and profit" has served merely to transform the central government's monopolistic control of the economy to scattered local "barons" who have monopolistic control of their sectors. It has served merely to change the unified, centrally-decreed, planned economy into may little planned economies each with its own agendas and decrees. This state of things has not only failed to promote a more lively market system but has actually given rein to corruption and incompetence on an unprecedented scale.

A famous aphorism of Mao Zedong is "From the gun barrel issues the right to govern." Every Communist rule, in other words, must secure a firm grip on the military in order to assure their hold on power. In maintaining that grip, Communist leaders are especially concerned that military commanders might become too proud and threaten their positions of power. It was that motivation which prompted Mao Zedong in 1955 to reorganize the country's six major military districts into eleven districts, and Deng Xiaoping in 1985 to consolidate the thenexisting 11 districts into only 7. Now we are witnessing the Chinese Communist leadership reshuffling the commanders of the 7 districts. The reason is clear: Although Deng Xiaoping has announced his retirement, Jiang Zemin's power base is as yet shaky. How can he sit secure without a tight grip on the army? Deng Xiaoping for his part wants to use his remaining years to pull string shehind the scenes to help Jiang to achieve that objective "prop up your horse another mile", as some communists put it. The question is whether the power of the outgoing leadership is adequate to reinforce the new administration's grip on the reins.'

9004435

WHAT'S INSIDE

POLITICS

Do the Means Always Justify the End?: The Many Faces of the Reign of Terror 1
Changing the Guards at Beijing: The Old Guard Is Gradually Being Eliminated from the Governing Elite 2
Can China Resist Winds of Change?: Peaceful Evolution Will Save China 3
Big Bucks for Capitalist Roaders: PRC High Level Officials Stationed in Hong Kong Invest And Return with Fruitful Results 4
China's Cost of Solidarity with Vietnam: PRC Reveals Actual Amount of Aid to Veitnam 5
China's Options for Future Development: June 4th, the Probable Evolution of Peking's Political Situation 6
China's Political Outlook Uncertain: The Political Weather in China Is Still Cloudy 7

ECONOMY

China's Unenviable Economic Prospects: Economy Still in Peril--An Interview with Industrial Production Commission Vice-Director Zhao Weichen 9
Decentralization Creates New Pecking Order: Systemization of Feudal Economic Practices Inhibits Development 10
Political Coverup Makes Bad Business Worse: The More Losses in Foreign Trade are Covered, the Greater the Losses Become 11
Obsolete Key Industries Hinder Progress: The Backward State of the Machinery And Electronics Industry Has Formed An Economic Development Bottleneck 11
Perils in Food Production: Agricultural Economy in China Is in Peril 12
Urban Water Crisis Spreads to Rural: Water! Even This Spells Danger in Farm Villages 13
China's Per Capita Income by Provinces 14

MILITARY

Political Discord in High Places: Decision of Personnel Reshuffle in the Seven Military Regions, Transmitted by Yang Baibing 14
Stronger Party Control over PLA: Zhang Taiheng Gains Control over the Chengdu Military Region 15
PLA Reshuffle Leaves Top Brass Intact: Generals Rarely Change Posts 16
Communist Hero Debunked As Phoney Model: Lei Feng Is A Fake Model 17
Role Model for China One-Man Band: And Speaking Also of Lei Feng 18
Opportunism Rife in PLA Ranks: What Does It Mean That Reversal Flow of Subsidy from Provision Allowance into Production Profit 18
Camp Followers Crowd Army Barracks: The Problem of Greater Numbers of Volunteer Soldiers' Families Living on Military Bases 20
Bloody-Handed Soldiers Find No Peace at Home: Groups of "Guardians of the Republic" Present a Petition to Beijing 20

INTELLECTUALS

Freed Students Victims of Terror: Chinese Student Nightmare 21
After the Stick Comes the Carrot: The Placating of the Intellectuals 22
Some Jailed Activists Released 23
Invoking Gut Feelings in Self-Justification: Patriotisms And the Mission of the Intellectuals--Jiang Zemin's Speech Commemorating the "May 4th Movement" 23
Students' Opinion: Party Flunks: A Survey by the Beijing Authorities Concerning June 4th Reveals Student Discontent 25

SOCIETY

Poorest of China Take to the Roads: The Itinerant Beggar Phenomenon 25
Born to Suffer: The Serious Problem of Birth Defects 26
A "Merry-Go-Around" the Law: The Variety of Illegal Marriages 27

REGULAR FEATURES

Major Events in May, Profile & Chicom Terms 28
EDITOR'S NOTE 33

*The articles published herein are all first hand material dealing with behind the scenes developments or the present situation on the China mainland. These materials have made their way through various channels to Taipei, Hong Kong, Tokyo or other regions in the vicinity of the China mainland. They are published here in English translation for the benefit of all interested persons. Readers are welcome to quote from these articles. Please cite **INSIDE CHINA MAINLAND** as the source of your quotations. Also let us know you have used our material and, if convenient, send us a clipping.*

34 | 34 84 9004435

Title: Acontecimientos internos Cubanos
Date: Julio 2 - Agosto 20 395
From:
To: CUBA 65671
FRD 11164

300411

Servicio americano

SECRETO

ACONTECIMIENTOS INTERNOS CUBANOS:

A. DURANTE EL MES DE JUNIO SE REALIZARON EN TODO EL PAIS, PLENOS A NIVEL PROVINCIAL DEL PARTIDO COMUNISTA CUBANO (PCC) EN PREPARACION PARA EL CUARTO CONGRESO DEL PCC QUE SE CELEBRARA A PRINCIPIOS DE 1991. LOS PLENOS PROVINCIALES DIERON COMIENZO EL 1 DE JUNIO EN LA HABANA. ESTUVIERON PRESIDIDOS POR JORGE LEZCANO PEREZ, PRIMER SECRETARIO DEL COMITE DE LA PROVINCIA DE LA CIUDAD DE LA HABANA DEL PCC, Y SE TRATARON DOS TEMAS PRINCIPALES: (1) LA RECTIFICACION DE LA DIRECCION DE LA ECONOMIA; Y (2) EL PARTIDO EN SU MAGNITUD MAS AMPLIA--METODOS, ESTILO DE TRABAJO Y TRABAJO POLITICO. LAS REUNIONES DEL PCC A NIVEL MUNICIPAL Y POPULAR HAN AHORA COMENZADO.

EN UN EXTENSO DOCUMENTO QUE FUE HECHO PUBLICO EL 23 DE JUNIO, EL BURO POLITICO DEL PCC DIO A CONOCER UN AVANCE DE LOS TEMAS PRINCIPALES QUE SERAN DISCUTIDOS EN EL CONGRESO VENIDERO. EL BURO POLITICO INDICO QUE EL DEBATE QUE ESTA AHORA SIENDO DIVULGADO TIENE COMO OBJETIVO ESENCIAL EL ENCONTRAR FORMULAS PARA LOGRAR QUE SU LABOR EN DIRIGIR LA SOCIEDAD SEA MAS EFICIENTE. UN TEMA CENTRAL EN ESTO CONSTITUYE LA SEPARACION DE LAS FUNCIONES DEL ESTADO Y GOBIERNO, TRABAJO POLITICO E IDEOLOGICO, Y TRABAJO ECONOMICO Y ADMINISTRATIVO. ESTE DEBATE PODRA INCLUIR TALES AREAS COMO POLITICA DE DESARROLLO, CLASES DE INGRESOS, METODOS PARA ESTABLECER CANDIDATURAS, Y LA ELECCION DE ORGANOS DE DIRECCION Y ORGANIZACIONES. DENTRO DE LOS ESFUERZOS POR MEJORAR EL TRABAJO DEL GOBIERNO SE PODRIA INCLUIR EL ENCONTRAR MANERAS DE HACER QUE LAS INSTITUCIONES DEMOCRATICAS DE CUBA SEAN MAS REPRESENTATIVAS Y DAR MAS AUTORIDAD A LOS DELEGADOS Y ASAMBLEAS. EL BURO POLITICO INDICO, SIN EMBARGO, QUE CUBA SE VERA SERIAMENTE RESTRINGIDA EN SU CAPACIDAD PARA RESOLVER SUS PROBLEMAS Y RECALCO QUE LA SUPERVIVENCIA DEL PAIS Y DE LA REVOLUCION DEPENDEN DE LA UNIDAD PROPORCIONADA POR EL MANDO DE UN SOLO PARTIDO.

B. EL JUICIO A SIETE ACTIVISTAS DEL MOVIMIENTO INTEGRACIONISTA DEMOCRATICO (MID) ACUSADO DE "REBELION Y CONSPIRACION" HA TERMINADO, Y EL CASO AGUARDA AHORA LA SENTENCIA. DE ACUERDO CON EL FISCAL, EL OBJETIVO DE LA CONSPIRACION ERA EL DE "CAMBIAR LA NATURALEZA POLITICA, ECONOMICA Y SOCIAL DEL REGIMEN". SE PIDIO UNA MAXIMA SENTENCIA DE DOCE ANOS PARA EL DIRIGENTE DEL GRUPO, ESTEBAN GONZALEZ, Y SENTENCIAS MENORES DE DOS ANOS Y MEDIO HASTA DIEZ ANOS PARA LOS OTROS. (COMENTARIO: A DIFERENCIA DE OTROS GRUPOS ACTIVISTAS, EL MID SE INVOLUCRO MAS QUE CON LOS DERECHOS HUMANOS. A PESAR DE QUE PROPUGNO EL CAMBIO PACIFICO, ES PROBABLE QUE SU OBJETIVO DECLARADO DE "CAMBIAR LAS INSTITUCIONES" HAYA SIDO PERCIBIDO POR EL GOBIERNO COMO UNA AMENAZA.

C. DE ACUERDO CON LA PRENSA CUBANA, CUBA SE ESTA "PREPARANDO PARA LO PEOR", CON RESPECTO A ENTREGAS DE PETROLEO POR PARTE DE LA UNION SOVIETICA, Y RECIENTEMENTE ANUNCIO MEDIDAS TECNICAS PARA

9004437 X

CONSERVAR COMBUSTIBLE MEDIANTE EL MEJORAMIENTO DE LOS SISTEMAS DE COMBUSTION EN LAS CALDERAS Y HORNOS DE APROXIMADAMENTE 184 EMPRESAS CUBANAS. A PESAR DE QUE LA RENOVACION DE LOS ACUERDOS ECONOMICOS Y COMERCIALES GARANTIZAN EL ABASTECIMIENTO DE PETROLEO, EL GOBIERNO CUBANO APARENTEMENTE TEME QUE LOS ACONTECIMIENTOS POLITICOS O ECONOMICOS PUEDAN IMPEDIR QUE MOSCU CUMPLA CON LOS ACUERDOS. ESTE TEMOR AUMENTO LUEGO DE LA ASCENCION POLITICA DE BORIS YELTSIN COMO NUEVO PRESIDENTE DEL PARLAMENTO RUSO. YELTSIN ALEGA ESTAR CONTRA EL PROPORCIONAR RECURSOS NATURALES A PAISES DEL TERCER MUNDO QUE LUEGO LOS REVENDEN A OTROS PAISES DEL TERCER MUNDO.

ACONTECIMIENTOS CON AMERICA LATINA:

A. EL MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES CUBANO ISIDORO MALMIERCA VISITO VARIOS PAISES SUDAMERICANOS EN EL MES DE JUNIO, REALIZANDO VISITAS OFICIALES A GUYANA, BOLIVIA Y ECUADOR, Y TAMBIEN HACIENDO ESCALAS EN VENEZUELA Y PERU. EN GUYANA FIRMO UN ACUERDO DE VISADOS ASI TAMBIEN COMO ACUERDOS DE COOPERACION ENTRE AMBOS MINISTERIOS DE RELACIONES EXTERIORES. DURANTE SU VISITA A LA PAZ, MALMIERCA FIRMO ACUERDOS DE COOPERACION EN LOS CAMPOS ECONOMICO, CIENTIFICO, TECNICO Y CULTURAL. TAMBIEN SE LLEVARON A CABO CONVERSACIONES ACERCA DE LA POSIBILIDAD DE LLEGAR A UN ACUERDO SOBRE LA COOPERACION ANTI-DROGA. EN ECUADOR, SE LLEVARON A CABO CONVERSACIONES SOBRE AGRICULTURA Y GANADERIA. A SU REGRESO A LA HABANA, DURANTE EL TRANSCURSO DE UNA CONFERENCIA DE PRENSA, MALMIERCA COMENTO QUE FUE RECIBIDO POR LOS PRESIDENTES DE VENEZUELA Y PERU, ASI TAMBIEN COMO CON EL RECIENTEMENTE ELECTO PRESIDENTE ALBERTO FUJIMORI.

B. EL 4 DE JULIO, EL GOBIERNO PANAMENO ORDENO LA EXPULSION DE PANAMA DE TODOS MENOS CUATRO DIPLOMATICOS CUBANOS, E INFORMO A LA EMBAJADA CUBANA QUE SOLO EL ENCARGADO DE NEGOCIOS, EL CONSUL Y LOS AGREGADOS ECONOMICO Y COMERCIAL PODIAN PERMANECER. A LOS DIPLOMATICOS EXPULSADOS SE LES DIO DIEZ DIAS PARA DEJAR EL PAIS. EL MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES PANAMENO JULIO LINARES AMENAZO CON ROMPER RELACIONES CON CUBA SI LA HABANA CONTINUA PONIENDO EN DUDA LA LEGITIMIDAD DEL GOBIERNO PANAMENO. EN DECLARACIONES ANTERIORES A LA PRENSA CONCERNIENTES A LA RELACION BILATERAL, LINARES COMENTO QUE LA RUPTURA DE RELACIONES DIPLOMATICAS NO OBSTACULIZARIA EL COMERCIO DE PANAMA CON CUBA, Y MUCHOS COMERCIANTES PANAMENOS FAVORECEN LA CONTINUACION DEL INTERCAMBIO COMERCIAL. EL PRESIDENTE DE LA ASOCIACION DE COMERCIANTES DE LA ZONA FRANCA COLON, EL PRESIDENTE DE LA CAMARA DE COMERCIO, Y EL EX-DIRIGENTE DE LA ASOCIACION DE INDUSTRIALES PANAMENOS HAN TODOS PUBLICAMENTE DEFENDIDO EL DERECHO DE LA COMUNIDAD EMPRESARIAL PANAMENA DE COMERCIAR CON CUBA.

C. EL 27 DE JUNIO, CUBA Y MEJICO FIRMARON UN ACUERDO DE COOPERACION BILATERAL CONTRA EL NARCO-TRAFICO EN LA HABANA. EL ACUERDO ESTABLECE QUE REPRESENTANTES DE LOS DOS GOBIERNOS SE REUNIRAN CADA DOS ANOS PARA REPASAR EXPERIENCIAS Y EXAMINAR LAS POSIBILIDADES DE CONTINUAR ESTRECHANDO LA COOPERACION. SEGUN INFORMES, ESTE ACUERDO CONSTITUYE EL PRIMER ACUERDO BILATERAL DE COOPERACION ANTI-NARCOTICA QUE CUBA HA FIRMADO CON OTRO PAIS. EN

9004437

OTRO ACONTECIMIENTO BILATERAL, EN UNA VISITA QUE REALIZO A CUBA A MEDIADOS DEL MES DE JUNIO, EL GOBERNADOR MIGUEL BORGE MARTIN, DEL ESTADO DE QUINTANA ROO DEL SUR DE MEJICO, FIRMO VARIOS ACUERDOS MUTUOS DE COOPERACION ENTRE QUINTANA ROO Y CUBA. ESTOS ACUERDOS ABARCAN INTERCAMBIOS TECNICOS, COMERCIALES, Y CULTURALES.

D. LUEGO DE UNA VISITA REALIZADA A MEJICO A PRINCIPIOS DEL MES DE JUNIO, EL PRESIDENTE SALVADOREÑO ALFREDO CRISTIANI COMENTO A LA PRENSA QUE LE HABIA SUGERIDO AL PRESIDENTE DE MEJICO CARLOS SALINAS DE GORTARI QUE MEJICO INTERCEDIERA CON CASTRO PARA PONER FIN AL APOYO QUE CUBA LE DA A LA VIOLENCIA EN CENTROAMERICA, EN PARTICULAR A EL SALVADOR. CRISTIANI DIJO QUE RECIENTEMENTE SE HA NOTADO UNA CAMBIANTE DISPOSICION POR PARTE DE CUBA, Y SUGIRIO QUE CASTRO PODRIA ESTAR DISPUESTO A APOYAR EL PROCESO DE PAZ DE EL SALVADOR. DE ACUERDO CON CRISTIANI, SALINAS EXPRESO EL DESEO DE PARTICIPAR COMO INTERMEDIARIO PARA PROMOVER LA PAZ EN VEZ DE LA VIOLENCIA.

E. LA LINEA CREDITICIA DE CUBA CON COLOMBIA HA SIDO SUSPENDIDA LUEGO DEL INCUMPLIMIENTO DE LOS PAGOS POR PARTE DE LA HABANA. SE DICE QUE EL ATRASO DE CUBA ASCIENDE A 3.4 MILLONES DE DOLARES SOBRE UNA DEUDA GENERAL DE 31.4 MILLONES DE DOLARES.

ACONTECIMIENTOS CON AFRICA:

A. EL 4 Y 5 DE JUNIO SE LLEVO A CABO EN LA HABANA LA OCTAVA REUNION REGULAR DE LA COMISION CONJUNTA SOBRE EL SUDOESTE DE AFRICA. LOS PUNTOS TRATADOS EN LA REUNION FUERON LA INCORPORACION FORMAL DE NAMIBIA COMO MIEMBRO EN LA COMISION, Y EL ACUERDO GENERAL ACERCA DE LA IMPORTANCIA DE LA PAZ Y LA SEGURIDAD EN LA REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA. LA PROXIMA REUNION REGULAR TENDRA LUGAR EN WINDHOEK.

B. EL 7 DE JUNIO, EL EMBAJADOR DE LOS EEUU EN JARTUM, CAPITAL DEL SUDAN, RECIBIO LA CUSTODIA DE DOS EMPLEADOS DE SANIDAD CUBANOS --UN MATRIMONIO-- QUE FUERON PUESTOS EN LIBERTAD EL 5 DE JUNIO POR EL "FRENTE DE LIBERACION DE OROMO" DE ETIOPIA. LA SRA. YOLANDA HERNANDEZ BOGA Y EL DR. PEDRO ULACIA MARIN, UNA ENFERMERA PEDIATRA Y UN MEDICO PEDIATRA RESPECTIVAMENTE, FUERON CAPTURADOS EL 5 DE ENERO EN EL PUEBLO ETIOPE DE ASSOSA POR EL FRENTE DE LIBERACION DE OROMO, QUE LUEGO LOS LIBERO A LA CUSTODIA DEL GOBIERNO DE SUDAN. LOS CUBANOS FUERON ENTREGADOS AL EMBAJADOR DE LOS EEUU POR EL GOBIERNO DE SUDAN. LUEGO DE DESCANSAR Y RECUPERARSE EN LA RESIDENCIA DEL EMBAJADOR, LOS DOS CUBANOS VIAJARON A CUBA VIA LONDRES. EL FRENTE DE LIBERACION DE OROMO TODAVIA RETIENE CAUTIVOS A DOS EMPLEADOS DE SANIDAD CUBANOS.

ACONTECIMIENTOS CON LA UNION SOVIETICA Y EUROPA ORIENTAL:

A. LA COMISION CONJUNTA CUBANO-SOVIETICA PARA LA COOPERACION COMERCIAL, ECONOMICA Y CIENTIFICO-TECNICA, SE REUNIO EN LA HABANA LA PRIMER SEMANA DEL MES DE JUNIO PARA ESTUDIAR LAS BASES PARA LA COOPERACION EN LOS PROXIMOS CINCO ANOS. PARA LA PRIMAVERA DE 1991 LA COMISION HABRA LLEVADO A CABO VARIAS REUNIONES EN LA HABANA Y MOSCU. ESTA PRIMERA REUNION, DIRIGIDA POR EL MINISTRO DE ECONOMIA SOVIETICO KONSTANTIN KATUSHEV Y EL MINISTRO DE COMERCIO EXTERIOR CUBANO RICARDO CABRISAS, RESULTO EN LA FIRMA DE UN ACUERDO PROTOCOLAR PARA EL FORTALECIMIENTO DE LOS LAZOS BILATERALES ECONOMICOS Y COMERCIALES.

B. EL PRIMER VICE MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES CUBANO JOSE RAUL VIERA VIAJO A MOSCU PARA CONSULTAS POLITICAS REGULARES. EN UNA REUNION CELEBRADA CON LOS VICE-MINISTROS DE RELACIONES EXTERIORES SOVIETICOS VICTOR KOMPLETOV Y YURIY CHIVISTINSKI, LOS DOS FUNCIONARIOS EXPRESARON INTERES MUTUO EN MANTENER EL DIALOGO POLITICO-OPERATIVO, TENIENDO EN CONSIDERACION LOS PROCESOS DINAMICOS QUE ESTAN TENIENDO LUGAR EN TODO EL MUNDO.

C. A PESAR DE QUE LAS FUTURAS RELACIONES ECONOMICAS ESTAN SIENDO DETENIDAMENTE EXAMINADAS, MOSCU NO TIENE LA INTENCION DE ABANDONAR A CUBA, DE ACUERDO AL EMBAJADOR SOVIETICO YURIY PETROV. SE CREE, SIN EMBARGO, QUE PETROV Y MUCHOS DIPLOMATICOS SOVIETICOS EN LA HABANA MANTIENEN RESERVA RESPECTO AL DOGMATISMO Y LA INEFICIENCIA DEL SISTEMA CUBANO. ESTE PUNTO DE VISTA ES COMPARTIDO POR LA PRENSA DE MOSCU QUE CONTINUA EXAMINANDO DETENIDAMENTE A FIDEL CASTRO. UN ARTICULO DE "IZVESTIYA" APARECIDO RECIENTEMENTE, MIENTRAS QUE NO ATACA A CASTRO DIRECTAMENTE, CRITICA IMPLICITAMENTE SU INTOLERANCIA DE LA DISIDENCIA, Y PRESENTA UN RETRATO GENERALMENTE POCO HALAGADOR DEL "FIDELISMO". MAS SORPRENDENTE ES EL HECHO QUE EL ARTICULO CITA DETALLADAMENTE LAS OBSERVACIONES DE UN DISIDENTE CUBANO ACERCA DE LAS RAZONES POR LAS CUALES CASTRO DEBE MARCHARSE, Y CITA UNA PROPUESTA PARA LA CELEBRACION DE UN REFERENDUM EN LA ISLA AL ESTILO DEL DE CHILE.

D. LA FLOTA "GRUPO DE ACCION DE SUPERFICIE" COMPUESTA POR TRES BARCOS SOVIETICOS LLEGO A LA HABANA EL 25 DE JUNIO PARA UNA VISITA OFICIAL DE SEIS DIAS. LA FLOTA ESTABA COMPUESTA POR EL "AZOV", UN CRUCERO ANTISUBMARINO DE LA CLASE KARA, EL DESTRUCTOR "GREMIASHY" DE LA CLASE SOVREMMENY, Y EL BUQUE TANQUE "GASANOV" DE LA CLASE BORIS CHILIKEN. BAJO EL MANDO DEL CONTRAIMIRANTE A.V. GORBUNOV, JEFE DE LA FLOTA DEL MAR NEGRO, EL DESTACAMENTO SOVIETICO FUE RECIBIDO POR EL JEFE DE LA MARINA CUBANA PEDRO PEREZ PETANCOURT EN EL CUARTEL GENERAL DE LA MARINA. DE ACUERDO A LA PRENSA CUBANA, EL CONTRALMIRANTE PEREZ DECLARO QUE LOS LAZOS DE AMISTAD CUBANO-SOVIETICOS SON FUERTES Y QUE LA VISITA NAVAL ASI LO DEMUESTRA PARA AQUELLOS EN EL TERRENO INTERNACIONAL "QUE ESTAN TRATANDO DE SEPARARNOS Y DE DESTRUIRNOS".

9004437

3. HUBO VARIOS ACONTECIMIENTOS EN LAS RELACIONES CHECOESLOVACAS DURANTE EL TRANSCURSO DEL MES, TANTO EN EL TERRENO POLITICO COMO EN EL ECONOMICO. EL MAS IMPORTANTE CONSTITUYO EL INTERCAMBIO DE CARTAS ENTRE EL PRESIDENTE CHECOESLOVACO VACLAV HAVEL Y CASTRO. HAVEL ENVIO UNA CARTA A CASTRO SOLICITANDO LA LIBERTAD INMEDIATA DE TODOS LOS PRISIONEROS POLITICOS, UN DIA LUEGO QUE UN FISCAL CUBANO EXHORTO A IMPONER SENTENCIAS DE PRISION A LOS SIETE DISIDENTES. HAVEL MANIFESTO EN SU CARTA QUE EL UNICO CRIMEN DE LOS DISIDENTES "....ERA EL HECHO DE QUE DEMANDABAN QUE CUBA EMPRENDIERA EL CAMINO HACIA EL PLURALISMO, LA DEMOCRACIA Y UNA ECONOMIA DE MERCADO; ES DECIR, HACIA EL CAMINO QUE SIGUEN HOY TODOS LOS PAISES EN EUROPA CENTRAL Y ORIENTAL QUE ANTERIORMENTE ERAN TOTALITARIOS." HAVEL CONTINUO PROTESTANDO LA DECISION DE LA CORTE Y LA VIO COMO "....UNA FLAGRANTE VIOLACION DE LOS DERECHOS HUMANOS BASICOS, Y COMO UN INSULTO AL MUNDO CIVILIZADO." CASTRO ENVIO UNA RESPUESTA SEVERA EN LA CUAL AFIRMABA QUE EL MENSAJE DE HAVEL DEMOSTRO SU "....ABSOLUTA IGNORANCIA DE LOS PROBLEMAS DE NUESTRO PAIS SOBRE EL CUAL TUVO LA OSADIA DE EXPRESAR SU OPINION, NO CONOCIENDO LAS CIRCUNSTANCIAS Y CON UNA ABSOLUTA FALTA DE RESPETO A NUESTROS ORGANOS JUDICIALES." CASTRO AGREGO QUE LAS PERSONAS QUE FUERON ENJUICIADAS NO ERAN LUCHADORES DE LA LIBERTAD, RECALCANDO QUE LOS DERECHOS DE LOS CIUDADANOS CUBANOS ESTABAN PROTEGIDOS POR LA CONSTITUCION Y QUE NO HABIA NECESIDAD DE QUE EL PRESIDENTE DE CHECOESLOVAQUIA LOS PROTEGIERA. LOS SIETE ERAN "....MEROS INSTRUMENTOS DEL IMPERIALISMO NORTEAMERICNO QUE A UD. LE AGRADA TANTO APOYAR SIN RECORDAR SU HISTORIA DE AGRESION DE LA CUAL PANAMA ES SOLO EL EJEMPLO MAS RECIENTE." LUEGO DE RECIBIR LA RESPUESTA DE CASTRO, HAVEL DECLARO EN UNA ENTREVISTA DE PRENSA, "DESDE MI PUNTO DE VISTA, CUBA TARDE O TEMPRANO SE VERA AFECTADA DE UNA U OTRA FORMA POR LO QUE ES HISTORICAMENTE INEVITABLE, ES DECIR QUE LOS SISTEMAS TOTALITARIOS DEL TIPO COMUNISTA ESTAN SIENDO POR LO MENOS TRANSFORMADOS EN ALGO MAS O DESINTEGRANDOSE; QUE MAS CONDICIONES DEMOCRATICAS ESTAN FORMANDOSE.

CON ANTERIORIDAD, DESDE EL 28 DE MAYO HASTA EL 2 DE JUNIO SE LLEVO A CABO EN LA HABANA LA DECIMOCUARTA SESION DE LA COMISION INTER-GUBERNAMENTAL PARA LA COOPERACION ECONOMICA Y CIENTIFICO-TECNICA ENTRE CUBA Y CHECOESLOVAQUIA. SIN EMBARGO, LA COMISION NO LOGRO LLEGAR A ACUERDOS SOBRE UN CIERTO NUMERO DE PUNTOS. LOS TEMAS CON PROBLEMAS CONSTITUIAN EL CAMBIO A PRECIOS MUNDIALES, LAS CONDICIONES ADUANERAS PREVALENTES EN EL MERCADO INTERNACIONAL, LA LIQUIDACION DE CUENTAS EN MONEDA CONVERTIBLE, Y EL METODO DE PAGAR CUOTAS DE PRESTAMOS VENCIDOS. ADEMAS, EL MINISTERIO DE COMERCIO EXTERIOR CHECOESLOVACO INTERRUMPIO TEMPORARIAMENTE ALGUNAS ENTREGAS CHECOESLOVACAS A CUBA YA QUE CUBA HABIA SOLO ENTREGADO EL NUEVE POR CIENTO DE LA MERCADERIA ACORDADA, MIENTRAS QUE CHECOESLOVAQUIA HABIA ENTREGADO EL 22 POR CIENTO. EN RESPUESTA, CUBA HA SUSPENDIDO SUS ENTREGAS DE AZUCAR, NIQUEL Y OTROS PRODUCTOS HACIA CHECOESLOVAQUIA.

F. LOS MEDIOS DE PRENSA HAN INFORMADO QUE EL GOBIERNO CUBANO HA ORDENADO A AQUELLOS CUBANOS QUE ESTUDIAN EN HUNGRIA Y CHECOESLOVAQUIA, A REGRESAR A CUBA AL FINAL DEL AÑO UNIVERSITARIO. LA PRENSA TAMBIEN HA INFORMADO QUE EXPERTOS DE EUROPA ORIENTAL SERAN RETIRADOS DE CUBA Y QUE LAS MISIONES DIPLOMATICAS EN LA HABANA SE VERAN REDUCIDAS AL PRINCIPIO DE ESTE VERANO. ESTOS CAMBIOS HAN TENIDO LUGAR COMO RESULTADO DE LOS DIFERENTES PUNTOS DE VISTA POLITICOS ENTRE CUBA Y LAS NACIONES DE EUROPA DEL ESTE. SEGUN INFORMES, APROXIMADAMENTE LA MITAD DE 500 ALEMANES ORIENTALES QUE SE ENCUENTRAN EN CUBA NO REGRESARAN LUEGO DE SUS VACACIONES ESTIVALES, SOLO DOS O TRES EXPERTOS HUNGAROS PERMANECERAN EN CUBA, Y SIMILARES REDUCCIONES AFECTARAN A CIENTOS DE CHECOESLOVACOS Y BULGAROS EN CUBA. LA ESCUELA POLACA YA HA CERRADO. ADEMAS, PARA AQUELLOS QUE PERMANECEN EN CUBA, LA VIDA SE HARA MAS DIFICIL ECONOMICAMENTE YA QUE NO PODRAN MAS REALIZAR COMPRAS CON MONEDA NO CONVERTIBLE. LAS ENTIDADES CUBANAS, QUE SUELEN RECIBIR PAGOS EN MONEDA LOCAL, HAN AUMENTADO SUS ARRENDAMIENTOS CONSIDERABLEMENTE, SUPUESTAMENTE COMO POLITICA DE RECIPROCIDAD.

IMPLICACIONES DE LAS REFORMAS EN EL ESTE EUROPEO.
BRASIL (ENERGE) - SERVICIOS - 11377
7/6/90
ALBANIA - 65054
FACTOR POLITICO - 11164
gobierno nacional - 11302

ALBÂNIA. IMPLICAÇÕES DAS REFORMAS NO LESTE EUROPEU.

A ALBÂNIA, país mais pobre e subdesenvolvido da EUROPA, caracteriza-se como um Estado que mantém linha ideológica própria independente de qualquer vinculação às superpotências, além de considerar-se como o único país praticante do "verdadeiro marxismo-leninismo".

Historicamente, a ALBÂNIA sofreu dominações e foi invadida pelos godos, macedônios, sérvios e búlgaros. Em 1939, as tropas fascista ocuparam o país, oportunidade em que emergiu uma resistência comunista, organizada e liderada por ENVER HOXHA que, após a libertação, governou o país com autoritarismo até 1985, quando faleceu, fazendo antes seu sucessor e atual governante, RAMIZ ALIA. A partir de 1945, por razões ideológicas, rompeu relações com vários países, inclusive com a CHINA, IUGOSLÁVIA e UNIÃO SOVIÉTICA.

Sob regime comunista, transformou-se de uma sociedade semifeudal numa economia agroindustrial, carente de recursos, isolada do mundo, vivendo uma completa estagnação, fruto de uma sistema planificado rígido e improdutivo.

A ALBÂNIA não participa de nenhuma organização internacional, exceto as Nações Unidas, bem como, até pouco tempo, não participava de negociações multilaterais por considerá-las dominadas pela URSS e pelos ESTADOS UNIDOS. Foi o único país em toda a EUROPA que não assinou o acordo para a paz e cooperação européia, em HELSINQUE. Apesar de ter sido membro fundador do "Pacto de Varsóvia", suspendeu, em 1961, a participação na aliança militar, depois do rompimento com a UNIÃO SOVIÉTICA.

Juntam-se aos graves problemas internos e de relacionamento externo a questão étnica. Após a 2ª Grande Guerra, contigentes de albaneses resolveram deixar o país, instalando-se em KOSOVO, no território iugoslavo, expulsando, praticamente, a população sérvia original. Tal fato tem provocado na atualidade sucessivos conflitos na região e tornando cada vez mais difícil o relacionamento entre os dois países.

9004436

Entretanto, as ações liberalizantes do Leste Europeu já estão surtindo, embora timidamente, alguns efeitos na ALBÂNIA. A necessidade de se reciclar mais rapidamente, para não ficar completamente à margem das grandes correntes políticas e econômicas que movimentam a EUROPA do Leste, neste final de século, está fazendo o país sair da estagnação total. Alguns sinais vislumbram uma vontade de realização de reformas democráticas.

No mês de abril, foi instalado um sistema D D I entre os EUA e a ALBÂNIA, à prova de escuta, realizado pela "American Telephon and Telegraph Company", a maior empresa de telefones norte-americano. Até então, as chamadas telefônicas estrangeiras eram proibidas pelo regime de TIRANA.

Por outro lado, a imprensa oficial albanesa vem, desde o início de abril, exortando os dirigentes comunistas a aprofundarem as reformas democráticas, publicando artigos suscitando a necessidade de democracia como "uma nova solução no caminho do socialismo".

A rigor, mais cedo do que o esperado, as pressões da imprensa começaram a ganhar espaços. Durante as conversações entre o Secretário-Geral da ONU, JAVIER PERÉZ DE CUÉLLAR, e o Primeiro Ministro albanês, ADIL CARCANI, em TIRANA, no dia 12 de maio, o Governo comunista de ALIA anunciou a aprovação de um "pacote de reformas democratizantes", os quais restauram a liberdade religiosa, reduzem os crimes definidos como traição e permitem, pela primeira vez em 45 anos, que albaneses adquiram passaportes e viagem para o exterior. Na oportunidade da visita, o Primeiro Ministro ressaltou que estas mudanças são "cruciais, essenciais e dinâmicas".

Efetivamente, as reformas aprovadas pelo Parlamento albanês enquadraram-se num plano de RAMIZ ALIA para romper o isolamento diplomático imposto ao país pelo ex-dirigente ENVER HOXHA e reestruturar a situação interna em todos os campos do poder. Entretanto, ALIA não tem consenso no interior do Partido do Trabalho da Albânia (PTA) e, conseqüentemente, algumas propostas esbarram na corrente mais ortodoxa e conservadora, encabeçada pela viúva de HOXHA, a qual teme que tais reformas poderiam "contaminar a pureza ideológica do dogma comunista". Portanto, para a

9004436

consecução de seus objetivos, ALIA terá que alijar aqueles que manifestem resistências às suas propostas democratizantes.

Outro passo importante no quadro político, concomitantemente com a aprovação das reformas pelo Parlamento, é a pretensão da ALBÂNIA de integrar-se à Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), que reúne todos os demais países europeus, além dos EUA e do CANADÁ. Observa-se, contudo, que uma das condições para o ingresso no CSCE é a aceitação dos princípios sobre os "Direitos Humanos e Liberdades Individuais" contidas na Ata Final de HELSINQUE. Na reunião de 5 de Jun 90, em COMPENHAQUE, já participou na condição de observadora.

No campo econômico, as novas medidas pretendem aperfeiçoar o sistema vigente, que está sendo fortemente obstaculizado por um formalismo rígido e uma excessiva burocratização. Na consecução das metas, corporificadas no atual plano de governo, alinham-se prioritariamente a descentralização da economia, estimulando a independência financeira das empresas e aumentando a responsabilidade dos trabalhadores, a assegurar incentivos à produtividade, particularmente no setor primário, bem como o estímulo à produção agrícola. A adoção dessas medidas inovadoras em caráter de urgência bem demonstra a precariedade da conjuntura econômica albanesa. Certamente, os dirigentes albaneses temem, acima de tudo, a marginalização do país do processo de cooperação européia e suas possíveis conseqüências econômicas.

Em que pese a vontade democrática de uma abertura política, o arbítrio ainda se impõe sobre a sociedade albanesa. Em maio de 90, cinco agentes da polícia invadiram a Embaixada da GRÉCIA em TIRANA para prender um jovem que se havia refugiado para pedir asilo político, criando, assim mais um incidente diplomático com seu vizinho do sul.

A despeito de todas as intenções reformistas, o governo albanês faz questão de frisar que "a ALBÂNIA permanece uma Democracia Socialista, em que a preponderância do Partido Único continua e mudanças tão radicais quanto as ocorridas em outros países do Leste Europeu não seriam admitidas".

Assim é factível concluir-se que não é viável, a curto prazo, a ocorrência de mudanças profundas no sistema político-ideológico da ALBÂNIA. Pequenos avanços no campo econômi-

co e na política interna e externa poderão ocorrer, no sentido de demonstrar, particularmente à EUROPA, a preocupação do governo com a democracia, objetivando, principalmente, melhorar a imagem do país no exterior, obter dividendos econômicos e amenizar as condições de vida da população.

* * *

Documento elaborado em 07 JUN 90

9004438

FORMACION DE UN GOBIERNO DE COALICION
BRASIL (EMBAIXADA) - SERVICIOS - 11377
15/6/90.
ISRAEL - 40407
FACTOR POLITICO - 41164
Gobierno nacional - 41302

INUR Nº 388.21/280690 01/02

ISRAEL. Formação do Governo de coalizão. Reflexos para o conflito árabe-israelense.

Após quase três meses de impasse político, o Primeiro-Ministro em exercício de ISRAEL, YITZHAK SHAMIR, conseguiu formar um Governo de coalizão entre o LIKUD e mais seis partidos pequenos de direita. A coalizão, liderada pelo Partido LIKUD, é uma das mais conservadoras da história israelense e deixa de fora do governo o Partido Trabalhista - de centro-esquerda - , pela primeira vez desde 1984.

Apesar do declarado compromisso da coalizão de buscar o entendimento no conflito árabe-israelense — ao defender a iniciativa de paz feita por ISRAEL, em Mai 89, que inclui um plano de eleições nos territórios ocupados da CISJORDÂNIA e faixa de GAZA —, a administração de SHAMIR, efetivado como Primeiro-Ministro, enfrentará a pressão dos partidos direitistas que defendem a anexação dos territórios ocupados e invocam a expansão da presença judaica na área. A ala mais radical da coalizão tentará a aprovação de medidas mais rígidas no combate à "Intifada" — o levante palestino nos territórios ocupados que já perdura por 31 meses. Os partidos religiosos ultra-ortodoxos que emprestam seu apoio ao Governo, por sua vez, procurarão lutar por seus interesses políticos e religiosos, eis que já estão comprometidos com a aprovação de uma legislação para a observância da lei judaica e com a expansão de sua influência sobre os serviços sociais e de saúde do governo.

As diretrizes do novo governo também incluem a rejeição de conversações diretas ou indiretas com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), embora admita entendimentos com os palestinos dos territórios ocupados. Porém, reiteram a determinação de não incluir JERUSALÉM em qualquer negociação de paz. Na verdade, a grande estratégia do LIKUD — maioria no atual governo — é não abrir mão da soberania da CISJORDÂNIA e da faixa de GAZA. Dessa forma, SHAMIR repudia a ameaça do Presidente da UNIÃO SOVIÉTICA, MIKAIL GORBACHEV — endossada pela Primeira-Ministra britânica, MARGARETH THATCHER — de restringir ou

9004439

suspender a emigração de judeus soviéticos a ISRAEL, se o Governo manter a política de assentamento nos territórios ocupados.

A reação dos países árabes, em face do anúncio do novo Governo israelense, de um modo geral, reflete o receio de uma ameaça para o equilíbrio de forças na região. Enfatizam que o direcionamento político do Governo judeu apresenta características expansionistas, o que tornam mais distantes as perspectivas de entendimento sobre a questão palestina. Já o Presidente do EGITO, HOSNI MUBARAK, rechaça as opiniões de uma importante autoridade militar israelense de que uma guerra no ORIENTE MÉDIO é inevitável e insiste na iniciativa egípcio-norte-americana de paz baseada em conversações entre a OLP e ISRAEL, no CAIRO. Tal proposta nunca teve receptividade por parte de SHAMIR, o que representou um dos principais motivos para o colapso do Governo de coalizão entre o LIKUD e o Partido Trabalhista, no início deste ano.

A direção da OLP não manifestou sua posição quanto à nova situação em ISRAEL. A preocupação do líder YASSER ARAFAT, no momento, é atender as condições impostas pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) — condenação e a desvinculação da OLP à incursão armada e a tomada de medidas punitivas a ABUL ABBAS, em face do ataque a uma praia perto de TEL AVIV - para que seja mantido o diálogo com a sua organização. ARAFAT condenou genericamente os ataques guerrilheiros contra civis de qualquer espécie sem mencionar, porém, especificamente o ataque a ISRAEL.

Em síntese, o atual governo de caráter nitidamente direitista de YITZHAK SHAMIR dá mostras de uma tendência à radicalização para alcançar seus objetivos políticos e estratégicos no bojo do contencioso árabe-israelense. Tal posicionamento põe em alerta os países árabes, elevando a tensão na região, em face da ameaça em potencial de uma ação armada por parte de ISRAEL. Ao mesmo tempo, a mudança do atual estágio do processo de negociações sobre a questão palestina estaria vinculada à reação armada de grupos palestinos radicais contra alvos israelenses e ocidentais, dentro ou fora do Estado judeu. O atual quadro no ORIENTE MEDIO reacende a preocupação internacional pela possibilidade de mais um conflito armado na região, o que traria reflexos negativos ao processo de distensão das relações Leste-Oeste.

* * *

Documento elaborado em 15/06/90

9004439

Nº
ASS: CONFERENCIA PARA LA SEGURIDAD Y COOPERACION EN EUROPA -
BRASIL (ENLACE) - SERVICIOS - 11377
6/7/90
EUROPA - 10184
FACTOR POLITICO - 11164
Relaciones Internacionales - 11349

INUR Nº 467.21/160790

CONFERÊNCIA PARA A SEGURANÇA E COOPERAÇÃO NA EUROPA

- Papel nas mudanças européias

A Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) é constituída de 35 países europeus mais os EUA e CANADÁ, tendo sido organizada em 1975, quando foram firmados os acordos em HELSINQUE que reconheceram formalmente as fronteiras européias estabelecidas depois da 2a. guerra mundial.

A CSCE tem tido uma grande importância na Europa por um elevado número de razões. Principalmente, tem desempenhado um indispensável papel na transformação da Europa, que passa de um continente dividido para um de maior união, onde é inegável a existência de um crescente movimento no sentido de cooperação.

É interessante verificar que os demais integrantes da CSCE estão colocando os EUA e a URSS como parte das considerações sobre o processo europeu e estes dois países estariam vislumbrando a possibilidade de ampliar as suas presenças no continente europeu.

Especialmente as emergentes democracias do LESTE EUROPEU podem estar vendo na CSCE um veículo para expressar independência, soberania e integridade, longe do envolvimento hegemônico de quaisquer superpotências.

A Conferência passa, assim, por uma marcante dinâmica. O recente encontro de junho, em COPENHAGE/DINAMARCA, deu-se num momento indispensável à sua evolução, de vez que a Ata Final de HELSINQUE assume, atualmente, uma grande importância no desenvolvimento da EUROPA, especialmente quando são notados fortes interesses em torno da institucionalização da CSCE, item presente nas negociações dos aspectos externos da reunificação alemã.

Documento elaborado em 06 JUL 90

TARDES POCO LEGIBLE

9004410

Nº D
ASS DIVERGENCIAS EN LA REUNION DEL P.C DE RUSIA.
PROC BRASIL (ENLACE) - SERVICIOS - 11377
F 22/6/90
VI URSS - 10175
FACTOR POLITICO - 11164
Gobierno nacional - 11302

(2)

INUR Nº 408.21/280690

URSS

- Divergências na reunião do PC da RÚSSIA

Em tensas reuniões para a reativação do Partido Comunista da REPÚBLICA DA RÚSSIA, MIKHAIL GORBACHEV vem sofrendo severas críticas por parte da maioria conservadora dos delegados da República. As críticas centram-se em divergências em torno da autoridade e do relacionamento entre o Partido e o Governo.

Para a maioria conservadora, reunida em Assembléia desde o dia 19 Jun, GORBACHEV teria sido, no mínimo, condescendente com os ultra-radicais do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) ao aceitar a proposta apresentada pelo Legislativo da República, estabelecendo o que eles consideram uma distinção entre o Partido e o poder do Estado.

Desde a reunião de cúpula de WASHINGTON, vinha-se especulando quanto à necessidade de GORBACHEV conquistar à impressão de que ainda é uma figura com autoridade e a principal liderança responsável pela nova conjuntura internacional e pelo êxito das reformas na URSS e no LESTE EUROPEU.

Indiscutivelmente, a autoridade do Presidente da União e do Secretário-Geral do PCUS tem sido arranhada ultimamente pelas duas facções em luta na estrutura do Estado soviético. Parece que sua autoridade vem diminuindo à medida que se vê obrigado a tomar providências de caráter impopular, como as necessárias no campo econômico, o que lhe tem acarretado desgaste e apoio menos efetivo.

GORBACHEV, no momento, acompanha os acontecimentos, administrando os diversos pontos de crise, garantindo às forças de centro a evidência necessária, enquanto polemiza com conservadores e enfrenta o ímpeto dos reformistas ultra-radicais.

A reação do Secretário às críticas adversárias, mais uma vez ameaçando deixar a liderança partidária, traduz de forma apropriada as dificuldades pelas quais passam o PCUS e sua liderança. A realização do XXVIII Congresso do PCUS, no próximo dia 2 Jul, convocado justamente para decidir sobre a hegemonia do partido e sua direção, poderá optar, ainda que com pouca probabilidade, por outro Secretário-Geral. Contudo, o nome a ser escolhido deverá ser da mesma corrente de GORBACHEV e o cargo de maior importância - a Presidência da URSS - ficará em suas mãos até março de 1995.

* * *

Documento elaborado em 22/06/90

PARTES POCO LEGIBLE

01 - 1

9004441

DIVERGENCIAS EN LAS TRANSFERENCIAS PARA EL ESTE EUROPEO
BRASIL (ENLACE) > SERVICIOS - 11377
15/6/90
EUROPA DEL ESTE - 11169
FACTOR TECNOLOGICO - 11166

INUR Nº 394.21/280690

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- Divergências nas transferências para o LESTE EUROPEU .

O Departamento de Comércio dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) bloqueou o projeto de construção de um cabo de fibras óticas que deveria atravessar a UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS). O referido projeto, avaliado em US$ 500 milhões, deveria ser implementado por uma "joint-venture", formada pelo Ministério de Telecomunicações da URSS e um consórcio de empresas ocidentais do setor.

O veto teria ocorrido em razão de influências do Pentágono, que se preocupou com um possível aproveitamento do cabo, pelos soviéticos, para fins militares. Argumenta-se, também, que a Agência Central de Inteligência (CIA) e os serviços de segurança de outros países teriam manifestado apreensão, de vez que a instalação desse equipamento avançado tornaria mais difícil o monitoramento do tráfego telefônico na URSS. No entanto, as empresas ocidentais envolvidas anunciaram que solicitarão revisão da decisão, pois acreditam que sua implementação contribuirá para a abertura da sociedade naquela região.

A atitude do Pentágono vinha sendo esperada há algum tempo, principalmente a partir da publicação, por aquele órgão, da lista onde constam 22 tecnologias consideradas "estrategicamente críticas", incluindo itens militares juntamente com outros de importância comercial.

Segundo analistas norte-americanos, é provável que a decisão dos EUA seja apoiada pelos membros do Comitê de Coordenação de Controle das Exportações Multilaterais (COCOM) - formado pela maioria dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além do JAPÃO e AUSTRÁLIA -, que se reuniram em 6 e 7 Jun, em PARIS-FRANÇA, para a revisão nas regras sobre as exportações de alta tecnologia para a EUROPA ORIENTAL.

Setores norte-americanos acreditam que, com o arrefecimento da tensão EUA x URSS, o Pentágono deve direcionar suas preocupações para a questão tecnológica, não diferenciando tecnologia militar de comercial. Esse pensamento vem, inclusive, causando divergências internas, que já culminaram com a demissão do Chefe de Pesquisas daquele órgão.

Assim, em se tratando de alta tecnologia, as divergências quanto à transferência tendem a proliferar, não somente em relação aos países do LESTE EUROPEU, mas também quanto a outros países carentes de tecnologia sofisticada, como é o caso do BRASIL. Ressalta-se, entretanto, que a pressão dos demais países ocidentais dentro do COCOM tende a flexibilizar a posição dos EUA, sob pena de esvaziar a função do órgão, considerado de importância estratégica pelo Governo norte-americano, no tocante ao controle de transferência tecnológica.

* * *

Documento elaborado em 15/06/90

9004442

CONFLITO ARABE ISRAELI
BRASIL (ENLACE) - SERVIÇOS - 11377
22/6/90
ISRAEL - 10107
FACTOR MILITAR - 11163
Valoración interna - 11334

INUR Nº 395.21/280690

ORIENTE MÉDIO

- Desdobramentos da crise árabe-israelense

O quadro de instabilidade político-militar em que se encontra o ORIENTE MÉDIO, gerado pelos desacertos entre as partes do conflito árabe-israelense, tende a se agravar em face dos últimos acontecimentos.

O estabelecimento de um governo de extrema-direita em ISRAEL reduz as opções para a retomada do processo de paz, patrocinado pelos EUA e EGITO. A indisposição do Primeiro-Ministro isralense, YITZHAK SHAMIR, em negociar com a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) deteriora a imagem do EGITO como mediador perante as nações árabes radicais e à própria OLP. Com isso, o CAIRO, cada vez mais impaciente com o que qualifica de "manobras permanentes de ISRAEL" para adiar as conversações de paz, poderia abandonar a predisposição de defender um acordo pacífico para a questão.

A inflexibilidade do Governo de SHAMIR para com os palestinos evidencia-se também na atitude tomada pelos EUA que suspenderam os contatos diplomáticos com a OLP, em razão de YASSER ARAFAT ter-se recusado a condenar o dirigente da facção radical Frente de Libertação da Palestina (FLP), ABU'L ABBAS, responsabilizado pelo frustrado ataque marítimo a ISRAEL, em 30 Mai 90. A decisão de WASHINGTON reitera a conhecida posição de apoio a ISRAEL, representando assim a primeira vitória política do novo Governo israelense que, conseqüentemente, deverá manter-se intransigente em não negociar com a OLP. O Presidente norte-americano, GEORGE BUSH, no entanto, tem insistido, junto ao Governo israelense, no encaminhamento da iniciativa de paz apresentada por SHAMIR no ano passado, que prevê eleições nos territórios ocupados com a participação dos palestinos locais, excluídos aqueles ligados à OLP.

Como conseqüência do rompimento do diálogo com os EUA, ARAFAT, que nos últimos dois anos empreendeu à OLP uma linha de moderação política nas negociações - motivo de permanentes divergências internas -, ver-se-á pressionado pelas facções extremistas palestinas para assumir uma postura mais radical no conflito árabe-isralense, sob pena de ter ameaçada sua liderança com possíveis cisões na organização.

A reafirmação do Presidente iraquiano, SADDAM HUSSEIN, de investir militarmente com armas químicas contra ISRAEL, como represália, se este cumprir suas ameaças de atacar o IRAQUE ou qualquer outro país árabe - inclusive a rival SÍRIA, com a qual disputa a hegemonia no mundo árabe -, elevou a tensão na região. Outros fatores agravantes, como a continuação da "intifada" - o levante palestino - na Faixa de GAZA e na CISJORDÂNIA; a prometida reação conjunta da SÍRIA, JORDÂNIA e IRAQUE em retaliação às ameaças de ataques israelenses à LÍBIA, acusada de ter treinado o grupo palestino responsável pela recente ofensiva em TEL AVIV; além de notório melhoramento da capacidade militar do IRAQUE, suscitam o ímpeto militarista dos atores envolvidos diretamente no contencioso árabe-israelense.

* * *

Documento elaborado em 22/06/90

9004443

PARTES POCO LEGIBLE

SITUACION EN ANGOLA
BRASIL. (ENLACE) - SERVICIOS - 11377
25/6/90
ANGOLA - 40028
FACTOR POLITICO - 11464

ANGOLA - Conjuntura atual. Perspectivas.

1. Situação político-militar

O processo de independência da REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA teve início a partir da assinatura dos Acordos de Alvor em janeiro de 1975, que estabeleciam um governo de transição, com a anuência dos três principais movimentos de libertação então atuantes no país - Movimento Popular para a Libertação de ANGOLA (MPLA), Frente Nacional para a Libertação de ANGOLA (FNLA) e a União Nacional para a Libertação Total de ANGOLA (UNITA). As diferenças político-ideológicas entre os grupos e o sectarismo étnico tornaram os acordos inexeqüíveis, contribuindo para o esfacelamento do governo de transição e para o desencadeamento dos conflitos armados pela soberania do país.

Em meio à luta pelo poder, as autoridades e os militares portugueses abandonaram o país e, no dia 11 de novembro de 1975, o então líder do MPLA, ANTONIO AGOSTINHO NETO, proclamou unilateralmente a independência de ANGOLA. Em 1977, em seu primeiro congresso, o MPLA adotou a linha marxista-leninista e a denominação MPLA - Partido do Trabalho (MPLA-PT).

Desde então, a guerra civil perdura com violentos combates entre as tropas das Forças Armadas Populares pela Libertação de ANGOLA (FAPLA), do Governo angolano, e a UNITA, liderada por JONAS SAVIMBI, refletindo negativamente para a situação sócio-econômica do país.

Com a assinatura, em 22 de dezembro de 1988, em NOVA IORQUE, dos acordos bilateral (ANGOLA e CUBA) - referente à retirada dos cerca de 50.000 soldados cubanos de ANGOLA - e trilateral (ANGOLA, CUBA e ÁFRICA DO SUL) - que proporcionou a independência da NAMÍBIA -, surgiram as primeiras perspectivas reais de paz no país.

Em atendimento aos termos do acordo bilateral, mais de 30.000 soldados já se retiraram de ANGOLA, sendo que a saída total deverá ser completada até 1º de julho de 1991.

9004444

Estimulados pelo clima de distensão na ÁFRICA AUSTRAL em face dos acordos assinados, o Governo de LUANDA e a UNITA iniciaram um processo de entendimento que resultou numa declaração de cessar-fogo, firmado dia 23 Jun 89, entre o Presidente angolano, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, e o líder JONAS SAVIMBI em GBADOLITE (ZAIRE), no primeiro encontro entre os dois dirigentes. Dentre os pontos para discussão de um acordo de paz incluiam-se a criação de um governo de unidade nacional, com a participação da UNITA; e um exílio auto-imposto a SAVIMBI por dois anos. Porém, devido principalmente a este último ponto, o cessar-fogo foi rompido pela UNITA, que desfechou ataques em diversos pontos do país. Anteriormente, as discussões quanto à participação dos rebeldes no governo haviam sido suspensas por sugestão do Presidente do ZAIRE, MOBUTU SESE SEKO, mediador entre as partes, para que a UNITA avaliasse as exigências do MPLA quanto ao processo de integração.

Os esforços para as negociações de paz foram retomados em Out 89 com uma série de encontros que o Presidente do ZAIRE manteve no Sul da FRANÇA com o líder da UNITA; o Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos, dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), HERMAN COHEN; o Ministro das Relações Exteriores angolano, PEDRO DE CASTRO VAN DUNEM (LOY); e o Ministro das Relações Exteriores sul-africano, ROELOF (PIK) BOTHA.

Na ocasião, SAVIMBI externou que a UNITA estaria disposta a conversações prévias para um cessar-fogo, seguido de negociações diretas para a libertação dos prisioneiros em poder de ambas as partes. Conforme a proposta, três meses após o cessar-fogo chegariam a ANGOLA observadores estrangeiros para acompanhar os compromissos; nove meses depois poderia ser formado um governo de unidade nacional; e, passados mais seis meses, seriam realizadas eleições diretas. Entretanto, os encontros não levaram a nenhum resultado concreto, o que culminou na intensificação de ações armadas no país a partir de Dez 89. Durante os combates foram mortos vários soldados cubanos, ocasionando, temporariamente, a suspensão da retirada do contingente militar de CUBA do território angolano em Jan 90.

No plano político-diplomático, as expectativas do Governo angolano também foram revertidas com a proposta de WASHINGTON de adiamento, "sine die", da reunião da Comissão de Verificação dos Acordos de NOVA IORQUE, prevista para a segunda quinzena de Fev 90,

destinada a solucionar o impasse criado pela suspensão da saída das tropas cubanas de ANGOLA. LUANDA havia, inicialmente, condicionado a realização da reunião sob garantias dos EUA e da ÁFRICA DO SUL de que a UNITA não voltaria a atacar as tropas cubanas. Nesse sentido, WASHINGTON negou-se a assumir tal compromisso e acusou HAVANA de descumprir os Acordos de NOVA IORQUE.

Recentemente, a UNITA afirmou ter recuperado posições inicialmente perdidas para as tropas das FAPLA desde Dez 89 — em especial a estratégica cidade de MAVINGA.

Paralelamente aos combates armados entre as FAPLA e a guerrilha de SAVIMBI, as partes demonstraram o interesse em negociar o fim das hostilidades. Assim, em Abr 90, o Governo de LUANDA dispôs-se a retomar as conversações de paz, diretamente e sem condições prévias, com a UNITA. Os primeiros contatos entre os representantes para uma provável reunião entre os dois líderes foram realizadas nos dias 24 e 25 Abr, mas os temas, local e data dos futuros encontros não foram divulgados. Sabe-se, entretanto, que as conversações deverão ser promovidas com a mediação de PORTUGAL, uma vez que o Governo JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS tem sérias desconfianças quanto à efetiva isenção do Presidente MOBUTU SESE SEKO. Como se recorda, o ZAIRE foi um dos patrocinadores de um dos principais grupos armados de oposição do Governo marxista angolano, a FNLA de HOLDEN ROBERTO. Isto explica a recente divulgação em LISBOA de um comunicado de JONAS SAVIMBI, no qual expunha a intenção da UNITA em negociar com o Governo angolano sem pré-condições e reafirmar a confiança no Presidente do ZAIRE como mediador. PORTUGAL, mesmo depois da independência, continua a dispor de grande ascenção política sobre a maioria de suas ex-colônias e ANGOLA não é exceção. Nesse contexto, a mediação portuguesa parece constituir, de certa forma, um bem aceito avalista para o sucesso das gestões de paz.

2. Situação sócio-econômica

Desde a independência, ANGOLA vem tendo sérias dificuldades nas áreas social e econômica, em decorrência da saída

da mão-de-obra especializada portuguesa e do conflito interno, que demanda um alto custo financeiro e de pessoal qualificado nas frentes de combate.

Os confrontos, notadamente no interior do país, provocaram um fluxo migratório desordenado da população para os centros urbanos. A infra-estrutura ineficiente das cidades não possibilitou a absorção do grande contigente, tornando deficientes as áreas de educação, saúde, habitação, saneamento básico e serviços públicos. O índice de analfabetismo atinge 80% da população e tem ocorrido sensíveis quedas no ingresso nas escolas de nível primário e secundário. O atendimento médico-hospitalar é precário, agravado pelo deslocamento de médicos para o "front". Doenças como a malária e a cólera, consideradas como erradicadas no passado, têm sido de ocorrência freqüente. O sistema habitacional é precário e apenas pequena parcela da população tem acesso à habitação condigna e saneamento básico. Os serviços de transportes urbanos e interurbanos são ineficientes e por vezes inoperantes.

Embora seja um dos países mais ricos da ÁFRICA em recursos naturais — amplas reservas de petróleo, largo potencial hidrelétrico, valiosas jazidas minerais (como diamante e minério de ferro) e grande extensão de terras agricultáveis —, ANGOLA teve agravada a sua situação econômica quando da queda dos preços internacionais do petróleo (que representa mais de 90% das exportações), afetando sensivelmente a captação de divisas. Os constantes confrontos entre a UNITA e as FAPLA no interior do país deterioram o desempenho dos setores agrícola (a produção caiu em cerca de 80%), industrial e extrativista (de diamantes), além de comprometerem o sistemas viários, a incluir as ferrovias que foram substituídas pelos transportes aéreo e rodoviário para o escoamento da produção agrícola e mineral para os centros urbanos. Além disso, o país sofre com seguidos déficits na balança comercial, provocados pelo volume das importações destinadas a suprir a escassez de alimentos e de manufaturados.

A alocação de significativa parcela do orçamento para a defesa nacional, cerca de 60%, tem prejudicado o desempenho sócio-econômico do país. O quadro de guerra civil afugentou os investimentos externos, embora observem-se tentativas de aproximação de ANGOLA com os países ocidentais. No entanto, para atrair o capital estrangeiro, além do fator político, LUANDA deverá avan

9004444

çar na execução do plano de saneamento econômico, iniciado em Jan 88, o qual conta com a assessoria de organismos internacionais. Cabe ressaltar que as mundanças já processadas no país permitiram integrá-lo ao Acordo de LOMÉ, pelo qual a Comunidade Econômica Européia (CEE) dá tratamento especial aos países do CARIBE, ÁFRICA e ÁSIA. Em Set 89, ANGOLA tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional (FMI), viabilizando, assim, a possibilidade de usufruir das linhas de créditos de outras intituições financeiras internacionais. No entanto, essa ajuda está a depender, além de uma melhor performance da economia, de um maior esforço para a estabilização política do país.

4. Considerações finais.

Os Acordos de NOVA IORQUE têm representado um relevante instrumento de incentivo à busca da paz em ANGOLA. O abandono das exigências de condições prévias pelas partes e a flexibilização de LUANDA em favor de uma abertura política abrem perspectivas de entendimento nas conversações.

O MPLA e a UNITA têm sido pressionados, no âmbito regional e internacional, a buscar um diálogo. O Governo angolano se depara com o alto custo da guerra, com a iminente retirada total dos soldados cubanos e com o fato de a UNIÃO SOVIÉTICA, empenhada com a "Perestróika", estar pretendendo reduzir, gradualmente, a considerável ajuda econômica e militar concedida a LUANDA, embora mantenha o apoio político. Ademais, a própria situação dos países do Leste europeu conduz à diminuição ou à eliminação de ajuda econômica, pois darão prioridade a seus planos de desenvolvimentos internos em detrimento de ajuda anteriormente dada aos seus "aliados tradicionais", como é o caso de ANGOLA.

A UNITA também vem sendo incentivada pelos EUA a buscar uma solução para o conflito, ainda que isso não seja uma ameaça ao corte da ajuda norte-americana à organização de SAVIMBI. Ressalte-se, ainda, que a posição de WASHINGTON em relação ao regime de LUANDA é inflexível quanto ao seu reconhecimento. A ÁFRICA DO SUL, que participou decisivamente para o processo de independência da NAMÍBIA e, atualmente, vem tentando resolver seus problemas in

ternos, também demonstra interesse na pacificação da ÁFRICA AUSTRAL. Dessa forma, a participação das superpotências, empenhadas na manutenção do atual clima de distensão no contexto das relações Leste-Oeste, tem sido de grande importância para a solução das pendências na região e, conseqüentemente, o problema interno angolano.

No plano econômico, o atual estado de desgaste da economia exige de LUANDA um maior empenho para a solução da guerra interna com a UNITA. O sucesso das negociações de paz - que se configuram num processo complexo - contribuiria para a amenização da instabilidade política, possibilitando a recuperação da economia, através do estímulo aos investimentos estrangeiros.

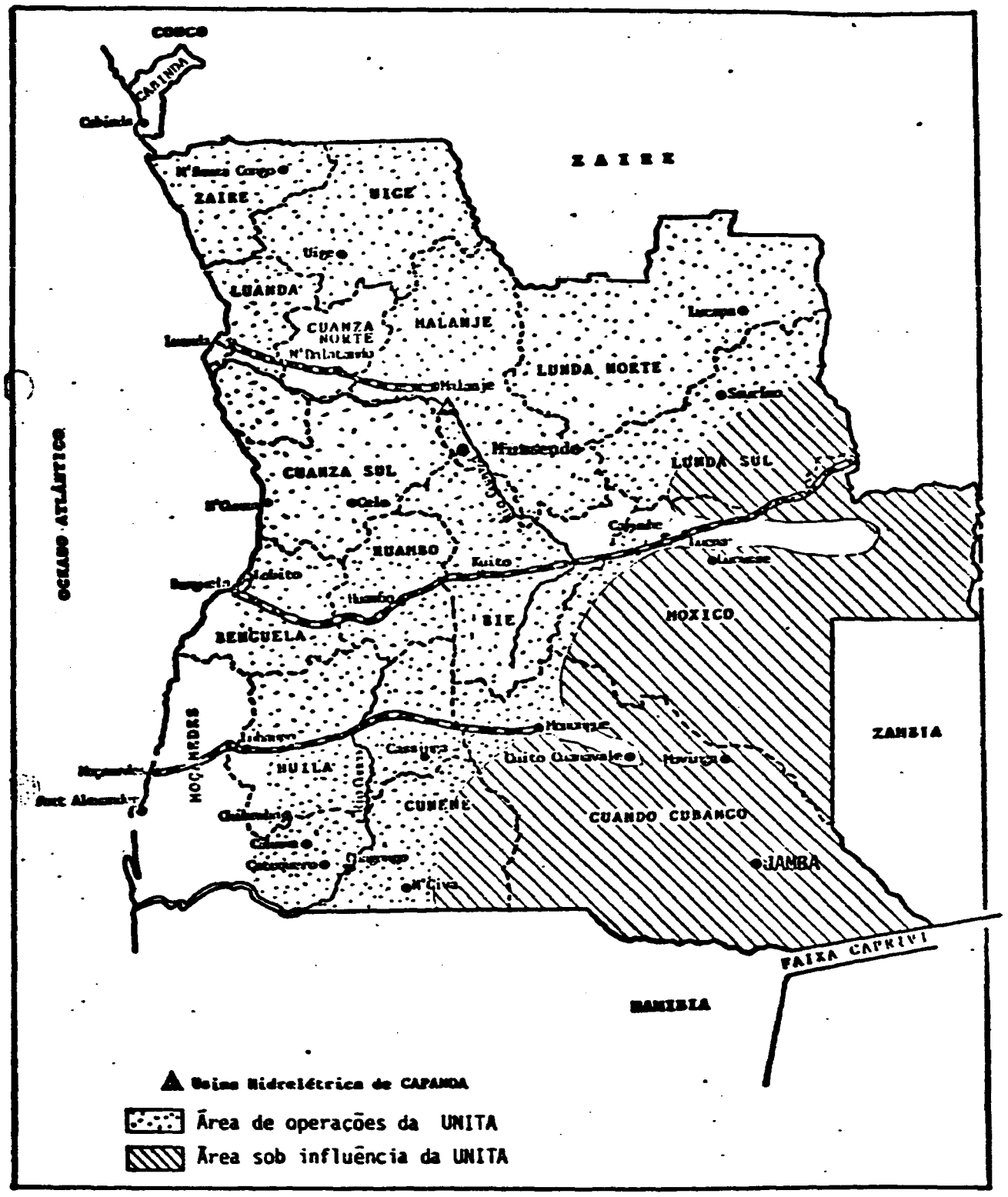
Embora a UNITA e o MPLA tenham negociado oficialmente de forma direta pela primeira vez desde a independência, a situação permanece extremamente instável e qualquer resultado positivo dependerá da vontade das partes em fazer concessões substancias em relação às suas posições, o que atualmente parece improvável, a não ser que haja uma pressão crescente tanto militar quanto diplomática.

* * *

Documento elaborado em 25/06/90

9004444

Mapa ANGOLA



9004444

COMUNISTAS AUN SE RESISTEN EN ALGUNOS PAISES DE LA REGION.
BRASIL. (ENLACE) - SERVICIOS 11377
8/6/90
EUROPA DEL ESTE — 11169
FACTOR POLITICO — 11164

INUR Nº 372.21/210690 01/02

LESTE EUROPEU

- Comunistas ainda resistem em alguns países da região

A passagem da fase de transição entre a ditadura absoluta e a liberdade relativa ainda encontra obstáculos em alguns países do LESTE EUROPEU.

A TCHECOESLOVÁQUIA, às vésperas de sua primeira eleição parlamentar livre em décadas, enfrenta problemas de toda a ordem, em face das resistências de grupos de oposição comunistas. O Foro Cívico, a coalizão a favor da democracia, que conduziu a **"Revolução de Novembro"**, acusa a ex-polícia secreta de encetar uma campanha de desinformação para sabotar as próximas eleições parlamentares.

No último dia 3 Jun, o Ministro do Interior afirmou que o atentado a bomba ocorrido no centro de PRAGA está provavelmente relacionado com as eleições dos dias 8 e 9 Jun, tendo responsabilizado os ex-membros da polícia secreta pela ação. Por outro lado, as autoridades tcheco-eslovacas encontram dificuldades na identificação dos ex-colaboradores da polícia secreta, porque os 10.000 expedientes confidenciais foram extraviados após a revolução e as únicas cópias existentes devem estar em mãos da KGB soviética.

A BULGÁRIA, que terá eleições em 10 e 17 Jun próximo, enfrenta, igualmente, problemas com os comunistas. A campanha anteriormente denominada **"Manhã Azul"**, lançada pelas forças democráticas, tem irritado os comunistas ainda no poder, os quais reagem qualificando a campanha de vandalismo político. Ressalta-se que os partidos anticomunistas rechaçaram um acordo de não agressão proposto pelo governo, acusando os comunistas de solapar a campanha eleitoral mediante a intimidação. No dia 2 Jun, um grupo de pessoas que participava de uma concentração patrocinada pelos comunistas se lançaram contra um dirigente da **"União de Forças Democráticas"**, que foi salvo pela intervenção de agentes de segurança.

A IUGOSLÁVIA, às voltas com problemas internos de algumas repúblicas que desejam a independência, se depara, também, com dificuldades de ordem político-ideológica, em decorrência da realização de eleições multipartidárias nas Repúblicas da CROACIA e da ESLOVÊNIA, em abril, onde os comunistas foram derrotados. O governo central chegou a ameaçar intervir nas duas repúblicas.

Já na ROMÊNIA, o candidato da Frente de Salvação Nacional (FSN), ION ILESCU, representante do antigo Partido Comunista (PC), venceu, após tumultuada campanha eleitoral, as eleições do último dia 20 Mai, chegando a 85% dos votos. A fácil vitória situacionista se justifica pelo fato de a FSN representar, aos olhos dos partidários da **"Revolução de TIMISOARA e de BUCAREST"**, a legitimidade. Hoje, para a opinião pública romena, os ex-membros do governo provisório foram os que assumiram a responsabilidade pela deflagração da revolução que culminou com a queda do ditador CEAUSESCU. A pregação passiva de ILESCU da necessidade de uma reforma gradual para evitar o desemprego sensibilizou sobremaneira os trabalhadores.

A ALBÂNIA, em que pese os primeiros passos nas direção

PARTES POCO LEGIBLES

de uma abertura, ainda persiste sob a orientação comunista. Se, por um lado, proclama a adoção de reformas democratizantes e tenta quebrar o isolacionismo, por outro, declara fidelidade à ortodoxia marxista-leninista.

O quadro apresentado demonstra que, particularmente nos países balcânicos, ainda existe uma certa resistência a uma abertura para a democracia. Evidentemente, as dificuldades de ordem política e econômica configuram obstáculos à completa reformulação da estrutura do Estado. A rigor, o medo de mudanças ainda predomina, principalmente nos países mais carentes de recursos.

* * *

Documento elaborado em 08/06/90

DIFICULDADES EM LA TRANSICION POLITICA.
BRASIL - (ENLACE) - SERVICIOS - 11377
12/6/90
EUROPA OCIDENTAL - 11169
FACTOR POLITICO - 11164

LESTE EUROPEU. Dificuldades na transição política

A combinação de uma democracia incipiente com as animosidades de origem étnica e nacionalista, existentes no Leste Europeu, dificultará a transição do comunismo para um sistema multipartidário.

Embora alguns países do leste já tenham desencadeado o processo político de escolha de dirigentes e de formação de um Parlamento, problemas internos de ordem institucional têm-se constituído em óbices à realização dos objetivos imediatos em sua plenitude.

Nesse contexto, nota-se o esforço de alguns dos atuais governos no sentido de minimizarem a situação vigente. Recentemente, foram realizadas reuniões de Presidentes e Chanceleres, acordos comerciais, estabelecimento de relações diplomáticas, encontros políticos, como tentativa de diversificar o relacionamento e ampliar as perspectivas de cooperação internacional, a se configurar em apoio econômico aos países do leste.

As discussões para o restabelecimento das relações diplomáticas com o VATICANO por alguns países do Leste Europeu, além do estabelecimento dessas relações, mais recentemente, com a POLÔNIA, HUNGRIA, TCHECO-ESLOVÁQUIA e ROMÊNIA, têm certamente contribuído para melhorar a imagem da EUROPA ORIENTAL perante as nações democráticas do mundo.

Em 9 de Abr do corrente ano, realizou-se na TCHECO-ESLOVÁQUIA a "Reunião de BRASTILAVA" , onde três democracias emergentes - POLÔNIA, HUNGRIA e TCHECO-ESLOVÁQUIA - estabeleceram conversações com a finalidade de dar os primeiros passos para a criação de novas relações de trabalho, visando a substituir o "Pacto de VARSÓVIA" e o "COMECON" , bem como apressar a integração com o resto da EUROPA. Ressalta-se, também, que o Presidente tcheco-eslovaco, VACLAV HAVEL, em discurso na Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa, reunido em ESTRASBURGO (FRANÇA), em 10 de maio, apresentou uma proposta de criação de uma zona de segurança européia, com a fusão das alianças militares da OTAN e o "Pacto de VARSÓVIA" .

Além disso, durante uma conferência sobre desenvolvimento econômico, promovida pelo Banco Mundial, o porta-voz da TCHECO-ESLOVÁQUIA ressaltou que seu país quer evitar tanto as reformas econômicas limitadas, que a experiência demonstrou não surtirem efeito na EUROPA CENTRAL e ORIENTAL, como as abrangentes, as quais preferem as mudanças em favor da perfeição. Por outro lado, o Governo tcheco-eslovaco admitiu que as reformas econômicas mais significativas só poderão ser legitimadas após as próximas eleições parlamentares .

9004446

A TCHECO-ESLOVÁQUIA e os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) negociaram recentemente uma acordo sobre comércio, sendo este o primeiro convênio comercial estabelecido formalmente com as novas democracias da EUROPA do leste, cujo objetivo é estimular o comércio e o turismo norte-americano naquele país. Assinala-se, ainda no campo econômico, a assinatura em BRUXELAS, no dia 7 de maio, de um Acordo de Cooperação Econômica e Comercial, incluindo intercâmbio no uso da energia nuclear, entre a TCHECO-ESLOVÁQUIA e a Comunidade Econômica Européia (CEE), como o primeiro passo na direção da pretendida integração com a Comunidade.

Merece, igualmente, destaque a decisão do Governo tcheco-eslovaco de suspender a exportação do explosivo plástico "SEMTEX" - utilizado por grupos terroristas em atentados, particularmente em aeronaves - pela repercussão favorável no mundo ocidental.

Assim, são visíveis os esforços do Presidente VACLAV HAVEL em direcionar a sua política exterior para o ocidente, bem como de atuar em favor de um melhor relacionamento internacional.

Na busca de recursos e novas opções, o Primeiro-Ministro da BULGÁRIA visitou a Comunidade Européia, oportunidade em que expressou o desejo de ver seu país pertencer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) a ao Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD).

Em BUDAPESTE, foi realizada uma Conferência entre sete Chanceleres latino-americanos, com a presença, inclusive, do BRASIL, e sete Chanceleres do Leste Europeu, cujo desiderato foi discutir uma cooperação mútua no setor comercial, na luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas. Efetivamente, a identidade de problemas entre a EUROPA do leste e a AMÉRICA LATINA, máxime porque os citados países se configuram como democracias emergentes, conduz a uma maior aproximação entre esses Estados no sentido de substituir a anterior dependência unilateral, em relação às superpotências, por formas de cooperação multilateral.

Em 18 Mai, o Presidente ARPAD GONCZ, mandatário da HUNGRIA, em visita ao Presidente dos ESTADOS UNIDOS, declarou que seu país deseja atrair empresas norte-americanas e ampliar os laços culturais com os EUA, salientando que "a morte do comunismo em seu país é final e irreversível". Registra-se, inclusive, a proposta do Parlamento húngaro de, a curto prazo, sair do "Pacto de VARSÓVIA".

A rigor, a opção da HUNGRIA pela democracia foi evidenciada pela escolha do primeiro Parlamento democraticamente eleito em quatro décadas, caracterizando um fato histórico de relevo e uma mudança na estrutura do poder.

Como já foi explicitado, as dificuldades de alguns países do Leste estão sendo contornadas ou minimizadas pelos acordos que estão de certa forma sendo elaborados. Entretanto, os países balcânicos ainda vivem um clima de violência e até de insegurança em decorrência dos variados problemas com as minorias étnicas, o que agrava sobremaneira as relações entre os Estados. A grande ameaça à paz nos BALCÃS seria a eventual separação da República da ESLOVÊNIA da Federação Iugoslava. Tal fato poderia não somente precipitar um conflito civil, como estimular uma escalada de violência sem precedentes nos territórios vizinhos em função, igualmente, de antigas reivindicações étnicas e culturais.

A ROMÊNIA, depois de uma campanha eleitoral tumultuada com a exacerbação do grupo político e as constantes manifestações da oposição ao governo provisório da Frente de Salvação (FSN), elegeu um Presidente, ION ILESCU, que representa o velho PC. Entretanto, em que pese suas declarações em favor da democracia, do plurarismo político e da economia de mercado, é possível que neste percurso enfrente sérias dificuldades. Ressalta-se, no campo externo, a intenção de uma aproximação com a CEE.

A IUGOSLÁVIA, por sua vez, dá um passo importante no caminho de uma integração com a EUROPA OCIDENTAL, com o anúncio da Comunidade Européia de estreitamento das relações comerciais e de aumento da ajuda financeira ao país.

A ALBÂNIA deu um tímido sinal de abertura quando, durante um "Encontro do Partido Comunista" realizado no final do mês de abril, o dirigente albanês, RAMIZ ALIA, declarou que pretende reatar relações diplomáticas com os ESTADOS UNIDOS. Entretanto, o fato mais importante foi a visita oficial do Secretário-Geral da ONU, JAVIER PÉRES DE CUELLAR, ao país no dia 12 de maio, oportunidade em que o governo anunciou a aprovação de um "pacote de reformas democratizantes", as quais restauram a liberdade religiosa, reduzem os crimes definidos como traição e permitem que os albaneses viajem para o exterior. Cabe destacar, também, a condição do país de observador na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), realizada em 5 de jun, em COPENHAGUE.

Quanto à ALEMANHA, a transição política na EUROPA só será completa com a reunificação. Observa-se que os interesses da CEE e as aspirações do povo alemão parecem convergir para esse ponto. O mais significativo é que o novo Governo da República Democrática Alemã (RDA), de ostentação conservadora, pronunciou-se pela rápida reunificação e pela possibilidade da integração na OTAN, até que seja criado um novo sistema de segurança para a EUROPA.

No entanto, é no aspecto da segurança que surgem problemas sensíves por englobarem interesses das superpotências e de vários outros Estados. O próprio processo da reunificação só terá curso se esses países se certificarem que tal iniciativa não contrariará seus interesses, principalmente no tocante à segurança da Comunidade Européia. A possibilidade da criação de uma "zona de segurança européia", englobando as duas alianças militares, parece ser o primeiro passo nesse sentido.

A esses problemas eminentemente políticos, aliados às dificuldades de implantação do novo sistema econômico, somar-se-ão no Leste da EUROPA outros obstáculos, que só serão vencidos com a implantação de uma nova ordem política e institucional, acrescida de uma substancial ajuda do ocidente. Em sintonia com esse aspecto, já se manifesta na ONU uma versão adaptada do "Plano Marshall", objetivando promover uma conversão mais rápida dessas nações para o sistema de livre mercado, a exigir ampla participação, inclusive dos países em vias de desenvolvimento. Enfim, os países do Leste terão que superar a fase da transição entre a ditadura absoluta e a liberdade relativa.

* * *

Documento elaborado em 12 JUN 90

9004446

AMIENTO DE LA CRISIS PALESTINA Y PERSPECTIVAS DE INTENSIFICACION DE ACTOS
BRASIL. (ENLACE) TERRORISTAS Y POSIBLE CONFLICTO MILITAR.
25/6/90 SERVICIOS - 11377
ISRAEL (10107)
FACTOR MILITAR - (11163)
SITUACION INTERNA (11334)

INUR Nº 441 21/060790 01/03

ORIENTE MÉDIO - O agravamento da crise PALESTINA e as perspectivas de intensificação de atos terroristas e de eclosão de um conflito militar.

A frustrada tentativa de desembarque anfíbio com propósitos terroristas nas praias de TEL-AVIV, em 30 Mai 90, efetuada por um "comando" da FRENTE DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA(FLP) — organização dirigida por ABU'L ABBAS, e apoiada pelo IRAQUE e pela LÍBIA — continua produzindo reverberações no conflito árabe-israelense, que ameaçam frontalmente as gestões de paz até aqui esboçadas para a região.

Um dos desdobramentos do episódio é o verificável dentro da própria ORGANIZAÇÃO PELA LIBERTAÇÃO DA PALESTINA (OLP), onde se digladiam partidários e opositores de YASSER ARAFAT e onde se observa um gradual estreitamento da base política daquele líder, em razão da constatação de que não têm fluido resultados favoráveis à causa palestina de suas posições abertamente conciliadoras.

ABU'L ABBAS , como se sabe, desde o seu rompimento com a FRENTE POPULAR DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA — COMANDO GERAL (FPLP/CG), de AHMED JIBRIL, e com a SÍRIA, converteu-se em um dos principais aliados de ARAFAT no interior do movimento nacional palestino. Embora não aceite os termos do "Acordo do Cairo", em que ARAFAT renunciou ao terrorismo, e ainda persista na execução de ações armadas contra ISRAEL, ABU'L ABBAS , como aliado de ARAFAT no seio da OLP, cumpre ainda outro importante papel: desfruta da privilegiada condição de beneficiário do apoio iraquiano, o que é útil para ARAFAT, que é rejeitado, como se sabe, pela SÍRIA, a outra nação árabe que, além da LÍBIA e do próprio IRAQUE, patrocina a causa palestina.

Nesse contexto, as exigências formuladas pelo Governo dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), para que ARAFAT "punisse" ABU'L ABBAS pela sua ação de 30 Mai 90, como condição "sine qua non" para a manutenção dos vínculos diplomáticos encetados em Dez 88, entre aquele país e a OLP, foram interpretadas pela maioria dos ativistas palestinos e mesmo pelos governos dos países integrantes da liga árabe como um pretexto para obrigar

9004447

a Organização a um recuo e para inculpá-la pelo fracasso das negociações, o qual, nos últimos meses, já se esboçava.

De fato, a exigência norte-americana, desde a sua formulação, ato continuo à incursão da FLP, já se afigurava dé difícil concretização, notadamente porque só o Congresso Nacional Palestino — onde a maioria favorável a ARAFAT tem-se mostrado politicamente volúvel — detém o poder para aplicar sanções contra seus membros. Por outro lado, não escapa certamente à percepção internacional que ARAFAT não pode mais arriscar a sua liderança, já precária, isolando um dos seus principais aliados.

Assim, afigura-se para os árabes moderados que a intransigência norte-americana nessa questão praticamente forçou a suspensão das negociações, fato concretizado em 20 Jun 90, esvaziando de maneira definitiva o plano de paz elaborado pelo Secretário JAMES BAKER, já fragilizado pela posição israelense.

Consequência da suspensão das negociações de paz, do fracasso das posições moderadas e do estreitamento da base política de ARAFAT é o natural fortalecimento dos grupos atuantes no Movimento Nacional Palestino contrários a qualquer acordo com ISRAEL. Afinal, o reconhecimento por ARAFAT do ESTADO DE ISRAEL — contrariamente à Carta Nacional Palestina, firmada em 1964, em JERUSALÉM —, a aceitação da Resolução 242 da ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), que, na prática, transforma os palestinos em refugiados em seu próprio país, e a decisão de suspender o emprego de ações militares contra o que chamam de "inimigo sionista" são medidas que aprofundaram a cisão dentro da OLP, mas que se revelaram inócuas, posto que, conforme entendem seus ativistas, não resultaram em ganhos para a causa nacional palestina.

A posição intransigente do novo Governo israelense formado pelo LIKUD e integrado por conhecidos defensores de uma política voltada para a incorporação dos territórios árabes conquistados na guerra de Jun 67, como ARIEL SHARON, MOSHE ARENS e pelo próprio YITZHAK SHAMIR, contribuiu para afastar ainda mais as possibilidades de um acordo de paz para a região. Aliás, a descrença na possibilidade de ocorrência de uma saída pacífica para o conflito palestino vem sendo reforçada ultimamente pela predisposição revelada pelo Governo SHAMIR em assentar as cente

nas de milhares de judeus provenientes da UNIÃO SOVIÉTICA nos territórios ocupados da CISJORDÂNIA e da FAIXA DE GAZA, onde, a propósito, dezenas de novas colônias judaicas foram implantadas nos últimos anos. Tal situação, por sua vez, tem produzido notórios reflexos no comportamento da população palestina residente naquelas regiões, que tem aderido em grande número à "INTIFADA", ou "rebelião das pedras", objeto, em muitos casos, de violenta repressão policial israelense.

O encaminhamento natural dos últimos acontecimentos no ORIENTE MÉDIO é, previsivelmente, a deterioração da situação interna dos territórios ocupados, com o provável aumento do número de casos de distúrbios civis e de manifestações populares palestinas.

Outra conseqüência previsível é, certamente, a decorrente do fortalecimento da posição dos grupos palestinos pró-SÍRIA e favoráveis à luta armada, afigurando-se, destarte, provável a intensificação das ações de natureza terrorista, mesmo fora do ORIENTE MÉDIO.

Uma prognose igualmente permissível é a que se desenha no caso de ARAFAT manter a sua posição favorável ao diálogo, ou, então, caso venha a recriminar publicamente ABU'L ABBAS, fatos que poderão abrir novas dissidências no seio da OLP, inclusive dentro da própria "AL FATAH", a organização de ARAFAT;

O agravamento da crise palestina produz, como é notório, reflexos diretos no conflito árabe-israelense, já se tornando assíduas nos últimos dias ásperas trocas de acusações entre os governos líbio e iraquiano e o de ISRAEL, o que, certamente, aumenta a temperatura política na região.

* * *

Documento elaborado em 25/06/90

REPERCUCION DE LOS CAMBIOS EN EL ESTE DEL MUNDO
BRASIL. (ENLACE) SERVICIOS - 11377
28/6/90
EUROPA DEL ESTE - 11169
FACTOR POLITICO - 11164
Relaciones Internacionales - 11399

LESTE EUROPEU - As mudanças na região. A nova postura do Ocidente. Implicações para a AMÉRICA LATINA.

(28 Jun 90)

Nos últimos cinco anos, o mundo assistiu, de certo modo incrédulo, a realização de profundas reformas na URSS e nos países do bloco soviético, com mudanças inesperadas no cenário político-ideológico do Leste Europeu. Por detrás dessa abertura, ergue-se a figura de MIKHAIL GORBACHEV, que, hoje, é considerado "o homem que mudou o mundo". A deflagração do processo de reestruturação — a "perestroika" —, no entanto, não parece ter antevisto o alcance de suas realizações, nos vários campos do Poder soviético e, muito menos, da capacidade nacional dos países socialistas de buscarem caminhos além de qualquer expectativa de controle, por parte do Kremlin.

Esse quadro tem ultrapassado as fronteiras da URSS e se materializado, em forma de preocupação constante, nos Governos dos ESTADOS UNIDOS DA A M É R I C A, EUROPA OCIDENTAL e JAPÃO. De fato, o Ocidente tem-se postado não só favorável às políticas reformistas do Presidente soviético, mas, há algum tempo, e muito mais agora, assumindo o papel de guardião da continuidade da "perestroika". Para isso, tem sido necessário oferecer a MOSCOU mais que o respaldo político, eis que MIKHAIL GORBACHEV realmente tem carecido de apoio econômico, para implementar programas capazes de viabilizar, para o público interno, uma boa imagem dos "novos tempos" trazidos pelas reformas.

No Ocidente, a concepção do que realmente se passa nos países do Centro e Leste Europeus tem causado um posicionamento contraditório entre a ação dos Governos e a investida das Empresas Multinacionais. Enquanto estas últimas apenas vislumbram os novos mercados, os Governos observam aspectos mais abrangentes, insertos dentro da estratégia de Poder Mundial, em que se percebem traços políticos, ideológicos, militares e também econômicos. Entre os próprios países ocidentais, não há uniformidade de entendimentos. À guisa de exemplo, o REINO UNIDO vem defendendo uma sorte de ajuda econômica moderada, sob o argumento de que ainda é cedo para uma avaliação dos rumos da "perestroi-

ka", enquanto os ESTADOS UNIDOS, pressionados pelas multinacionais, parecem estar mais apressados em fornecer a ajuda que entendem necessária para a consolidação das reformas e a própria sobrevivência política de GORBACHEV, com quem já encetaram um "diálogo confiável". Ademais, em face da aproximação de 1992, que trará a unificação européia, a questão do futuro e do novo papel da URSS na EUROPA não tem senão criado dificuldades para uma maior aproximação entre os três principais países europeus — REINO UNIDO, FRANÇA e ALEMANHA OCIDENTAL —, máxime devido ao problema da unificação alemã. Além disso, com a unificação da EUROPA e a aproximação maior da URSS com os países europeus ocidentais, debaixo da estratégia da "casa comum européia", proposta pelo Presidente soviético, parece que o destino dos EUA é buscar e ocupar maiores espaços no Hemisfério americano.

No bojo desse cenário internacional, com as rápidas mudanças em andamento, é mister inserir-se a AMÉRICA LATINA, como um todo. No momento, porém, são os componentes econômicos que pesam mais para os latino-americanos, em face de sua grave situação como Nações devedoras.

Nesse contexto, o programa de reformas na URSS e Leste Europeu exacerbou, num primeiro momento, entre políticos e economistas latino-americanos, o receio de que, com a abertura dos países socialistas para o capital estrangeiro, a AMÉRICA LATINA perderia todo o interesse dos países credores, para novos investimentos. Em parte, essa tese possuía seu lado verdadeiro, mas há algum excesso de temor. É verdade que, agora, há novas opções para os países ricos, máxime os da EUROPA OCIDENTAL, que pretendem privilegiar os países do mesmo continente, por razões estratégicas. Com relação à posição dos EUA, recentemente em seminário realizado em BUENOS AIRES, o ex-Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos do Governo REAGAN, ELLIOTT ABRAMS, disse que os EUA "estão cada vez menos interessados na AMÉRICA DO SUL e dedicando maior atenção ao que acontece na EUROPA ORIENTAL e na ÁSIA". Na ocasião, também afirmou que "o BRASIL é uma exceção, porque é um mercado grande". Mencionou que o MÉXICO, a curto prazo, e a AMÉRICA CENTRAL, a médio prazo, estão insertos no âmbito de interesses vitais para uma possível zona de livre comércio da AMÉRICA DO NORTE. Segundo ABRAMS, no momento, WASHING

TON consideraria uma "estupidez" continuar investindo na AMÉRICA DO SUL, "se o dinheiro pode ser melhor aplicado na TCHECOSLOVÁQUIA e na ÁSIA".

No entanto, cumpre salientar que as mudanças no Leste Europeu trouxeram para a mesa das discussões internacionais uma nova realidade no modus faciendi do Estado moderno: a atual etapa de estagnação do socialismo como forma de organização político-econômica deixou marcas no organismo social dos países onde o sistema foi adotado. Nesse prisma, os componentes ideológicos do nacionalismo exacerbado e da estatização da economia que assolaram os países do Terceiro Mundo e que formam um conjunto de óbices para o desenvolvimento dessas Nações, começaram a perder credibilidade. A modernização dos países da AMÉRICA LATINA, com o objetivo de formar uma paridade entre o estágio de amadurecimento político e o desenvolvimento econômico, tem exigido que o Estado seja repensado, em termos ideológicos, no que concerne à verdadeira natureza do nacionalismo e da necessidade de desestatizar a economia a níveis aceitáveis e proveitosos para a estabilidade político-institucional.

Dentro do cenário de mudanças internacionais, a AMÉRICA LATINA, em particular os países de maior expressão, podem ocupar um espaço importante. Os anos 80 representaram para o continente latino-americano uma "década perdida", embora assinalem um período de profundas reformas na URSS e no Leste Europeu, que buscam novos caminhos para o desenvolvimento. Portanto, há lições embutidas para a AMÉRICA LATINA, nesse esforço de mudanças em andamento na EUROPA ORIENTAL, principalmente quando se observa que os elementos ideológicos foram minimizados, eis que outros valores se tornaram mais vitais para os povos . GORBACHEV tem sido claro: "Eu sou um comunista. Sei que essa declaração hoje em dia não entusiasma ninguém, mas também não deixa mais as pessoas em pânico. Para mim, ser comunista representa colocar os valores humanos universais acima de todas as coisas".

Com a ascensão de novos Governos, em vários países latino-americanos, é normal que o clima de expectativa seja crescente e que as exigências das populações também aumentem. A responsabilidade da AMÉRICA LATINA, em atrair novos investimentos e tentar superar sua crise, porém,deve passar, necessariamente , pela reformulação do Estado e pela busca da competência, em to-

9004443

dos os níveis, como modelo de superação das dificuldades e inserção da região no novo mundo que começa a ser divisado neste final de século.

Finalmente, a nova proposta dos EUA que surpreendeu a muitos, embora parecesse inevitável, em face da tendência mundial de formação de Blocos Econômicos, à semelhança do Mercado Comum Europeu (MCE), vem a confirmar as expectativas de que a AMÉRICA LATINA, como um todo, poderá ocupar um lugar importante, no novo cenário internacional, para o que se configura a necessidade de modernização do Estado e rejeição de componentes,que têm obstruído o caminho do desenvolvimento.

* * *

Documento elaborado em 28/06/90

ESTABILIDAD EN LOS PRECIOS DEL PETROLEO Y DESGASTE DEL SISTEMA DE CUOTAS DE PRODUCCION
BRASIL (ENERGE) 22/6/90 SERVICIOS = 11377
OPEP - 12636

INUR Nº 407.21/280690

OPEP

- Estabilidade nos preços do petróleo e desgaste do sistema de cotas de produção

Em estudo publicado no boletim mensal do "Gulf International Bank", de BAHRAIN, o economista e especialista em mercado de petróleo, HENRY AZZAN, previu que o preço do produto será mantido por mais dois anos na faixa dos 18 dólares o barril, devido ao excesso de oferta. Presumiu, também, que o sistema de cotas da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) não será descartado até, pelo menos, 1993.

Segundo o trabalho, a partir daquele ano, o esperado aumento da demanda permitirá ao cartel, cuja participação na oferta deve se aproximar dos 50%, produzir a níveis adequados e de acordo com suas necessidades financeiras. Essa condicionante deve motivar duas conseqüências: a elevação do preços até US$ 27 barril no ano 2000, de acordo com a inflação média anual de 4,5% estimada para os países industrializados; e o abandono do sistema de distribuição de cotas de produção, um dos principais pontos de divergências dentro da OPEP, que vem sendo criticado e descumprido por alguns de seus membros.

O estudo prevê, ainda, além do aumento da capacidade produtiva da OPEP, que - ao final da presente década - os preços do petróleo serão ditados pelo custo de combustíveis competitivos, tais como o petróleo sintético, e pelo custo marginal de produção mais caro fora do cartel.

A análise e as projeções citadas reforçam estimativas sobre a relativa estabilidade dos preços do petróleo nesta década, inclusive pela possível ocorrência de uma nova variável - o abandono do sistema "cartelizado" de cotas de produção.

* * *

Documento elaborado em 22/06/90

PARTES POCO LEGIBLE

01-01 9004419

COPIA No. 1/1

MEMORANDUM Nro...027/90/.REI...FECHA.17.01.90....

I.- ASUNTO: LIBIOS

II.- REFERENCIA: PIE No. 03/90 AG. 53-G

III.- EVALUACION:

IV.- T E X T O

- Se adjunta trabajo titulado : El Fenómeno socio-político y cultural Libio, pretende insertarse en nuestro país.-

Nº. DOCUMENTO
TITULO El Fenómeno socio-político y cultural libio pretende insertarse en nuestro país.
PROCEDENCIA REI (Dpto. III) → 20001
FECHA DE [illegible] 17-1-90
VINCULACIONES LIBIA - 66333
Fenómeno Político - 11164
Relaciones Internacionales - 11394
120 90

E-1-90
9004450

COMENTARIOS PERSONALES - CONCLUSIONES - RECOMENDACIONES

DISTRIBUCION: ORIGINAL - DPTO. III (OP) - ARCHIVO
COPIA 1 - DPTO. II (EXTERIOR)

IDENTIFICACION DEL AGENTE

(j -f)

Montevideo, 8 de enero de 1990.-

REFERENCIA: El fenomeno socio-politico y cultural Libio, pretende insertarse en nuestro país.

TEXTO:

I.- A MODO DE INTRODUCCION.-

a) Ubicación GEOGRAFICA: esta situado en el Norte de Africa, a orilla del Mar Mediterráneo, limita al Oeste con TUNICIA y ARGELIA; por el Sur, con NIGER y CHAD; por el Sud-Este con el SUDAN; al Este con EGIPTO.

Su relieve geográfico esta compuesto de Norte a Sur por una llanura costera, una "altiplanicie" esteparia y parte del Desierto del SAHARA, rocoso y arenoso. En el Sur del país su principal accidente es el TIBESTI. Los ríos no tienen curso permanente. El clima "MEDITERRANEO" en la costa, y, seco y caluroso en el interior(al SUR) caracteriza su producción agrícola.

b) GEO POLITICA:

Forma de Gobierno: REPUBLICA;

Superficie: 1.759.540 KM2 ;

Población: 2.346.000 habitantes

Grupos ETNICOS: Arabes, "Beréberes", "Tubus", negros y negroides.

Lengua Oficial: Arabe; OTROS: Inglés, Italiano, Dialectos "Beréberes"

Religión Oficial: Islamismo;

Capital: TRIPOLI; aproximadamente 500.000 habitantes;

Ciudades Principales: BENGASI, El Beida, Sebha.

Recursos Económicos: Su riqueza económica se basa en la explotación de los yacimientos petrolíferos y de gas natural. Su agricultura produce: CEBADA, TRIGO, TOMATES, ACEITUNAS y DATILES. En otros se destaca el CEMENTO y la crí de OVINOS en "CAPATAS" para reproducción.

RECURSOS INDUSTRIALES: .....a pesar de los esfuerzos del Régimen logra superar una Industria calificada internacionalmente de "INCIPIENTE".

c) RESEÑA HISTORICA: La parte Oriental del país fue Colonizada por Griegos, (CIRENAICA), mientras la Occidental cayó bajo el dominio FENICIO y aginés. Al introducirse el Islam, por su progresivo expansionismo, las dos re- fueron integradas en el "IMPERIO MUSULMAN".

.../

900450

//... Tras la Guerra Italo- Turca (1911-1912),Libia fue cedida a Italia Durante la II Guerra Mundial fue primero ocupada por el Eje (ROMA-BERLIN y finalmente en 1943 fue conquistada por los Aliados.El predominio de estos se mantiene hasta 1951 en que se le concede la Independencia ,en forde "ESTADO FEDERADO".

El descubrimiento del petróleo en 1959,transformó radicalmente la tructura económica del país. En 1969,una Junta Militar,de tendencia "nasista" y "pan-islamica" destronó al monarca reinante,"REY IDRIS I" e instró la República que hasta la fecha se mantiene. En 1970,paso a Presidir Consejo de la Revolución el Coronel MUAMMAR al -GADDAFI; a partir de lo se salió de la órbita de influencia occidental. Es de señalar que ya desde 1953 estaba integrada a la denominada LIGA ARABE creada en marzo de 1945 inspiración de Gran Bretaña.

En POLITICA EXTERIOR,vale recordar,que fracasaron varios intentos de FEDERAR países vecinos.Tras un aparente retiro(1970) el Chel. GADDAFI convirtió en el árbitro de la evolución política de su país,asumiendo las funciones de un JEFE DE ESTADO,y ABDUL SALAM JALUD fue nombrado Primer Minis

En 1977,concreta una definición política largamente anunciada y prosible,impulsando una reestructuración institucional,más superficial que r y proclamó la " REPUBLICA ARABE LIBIA POPULAR Y SOCIALISTA".

En 1980,Libia y Siria anunciaron un Plan destinado a fusionar paulatinamente ambos Estados,y desde esa época el Ejército Sirio y el Libio han incurcionado en conflictos Bélicos con sus vecinos,por ejemplo,interviniendo en Guerras Civiles tales como la del "CHAD".

II.- Penetración LIBIA en el Río de la Plata.

a) En la República Argentina: en ésta se pueden reconocer tres vertientes,a saber:

- a nivel Empresarial y de Negocios en General con el área,en torno al magnate industrial HORACIO CALDERON. Este,ha escrito dos libros sobre el proceso Revolucionario Libio y su Líder,uno en 1981,"KHADAFI,la OPERACION JERUSALEM",el segundo en 1988,"KHADAFI,el Punto de Partida ".(F.T. 1

Es además autor de varios libros sobre los más espinosos problemas del Medio Oriente,y un reconocido especialista en Asuntos Libios.

Por tal razón,tiene una"Empresa Consultora sobre Negocios con el Medio Oriente",desde la cual asesora a la "YAMAHIRIA LIBIA" sobre sus posible proyecciones en el Continente Americano especialmente América del Sur.

...///

9004450

///... En su primer libro, estudió la experiencia de la Revolución de "A
FATEH", (1969), al mismo tiempo que declaraba públicamente su respaldo a
aspectos medulares de la "TERCERA TEORIA UNIVERSAL ", esta tercera posic
en el marco de la política internacional, se plasma en los hechos, a trav
de una presencia combatiente en defensa de pueblos que, como el PALESTIN
el ARABE, el AFRICANO y el LATINOAMERICANO, están librando una batalla po
su verdadera emancipación y para escapar definitivamente de la Depender
Neo-Colonialista de la Ocupación Extranjera y del Dominio Imperialista,
los ha sumido en el caos, la miseria y la desintegración.

El análisis del Cnel. KHADDAFI está claramente explicitado en el
nocido "LIBRO VERDE"; y ambos textos* han presentado a la consideración d
mundo, y muy especialmente a aquellas áreas de tensión social, una base p
la solución de los problemas políticos, económicos y sociales contempora

En el segundo libro, el autor CALDERON pretende, no solo un reconoc
miento al hombre que en cumplimiento de sus principios y promesas, arriesg
los intereses Libios a escala internacional para apoyar incluso, hasta en
sus momentos postreros, a las Fuerzas Militares Argentinas en su disputa
tra el Imperialismo Británico y sus secuaces Europeos y Norteamericanos;
la del autor una propuesta concreta, ..."apoyar a LIBIA en la lucha que de
rrolla en todos los campos, estudiar seriamente la experiencia histórica,
la Revolución de "Al -Fateh", lograda gracias a la aplicación de la "Ter
ra Teoría Universal", y proponer que la figura del Cnel. MUAMMAR AL-KHADDA
sea el "PUNTO DE PARTIDA" ejemplar para aquellos que, en el MARCO DE UN M
MIENTO NACIONALISTA REVOLUCIONARIO, estén DISPUESTOS A DECLARAR Y SOSTENE
UNA GUERRA SIN CUARTEL CONTRA LOS CENTROS MUNDIALES DE DECISION, contra e
SINARQUIA PUTRO-FACTA que tantas veces denunciara el Gral. PERON, rechazan
CUALQUIER TIPO DE DEPENDENCIA o COMPLICIDAD con los GRANDES BLOQUES DE P
TENCIAS ALINEADAS CON EL CAPITALISMO Y EL COMUNISMO INTERNACIONAL."

Hemos entresacado lo anterior, de los textos mencionados a los efe
de explicar como una REVOLUCION del Medio Oriente ha prendido en la pobl
ción civil, profesional y militar Argentino, sobre los mismos elementos qu
mencionaramos para explicar el fenómeno de la penetración IRANI: ambos f
menos se han trasladado no solo por las respectivas colectividades y la
culación RELIGIOSA ISLAMICA, sino basándose en tres puntos... NACIONALISMO
ANTI/IMPERIALISMO, TERCERMUNDISMO, y, como consecuencia REVOLUCIONES NACION
LISTAS, ANTI SIONISMO, INTEGRACION REGIONAL Y CONTINENTAL.

b) La Segunda Vertiente la constituye en el Partido Justicialista,
un Grupo de Centro muy vinculado a "GUARDIA DE HIERRO", denominado "ESCUE
SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA Y SINDICAL", fundado el 2 de Abril de 198

.../////

* de H. Calderón, pues el "Libro Verde", se divide a su vez en Tres "Libros", uno de los cuales desarrolla la "Tercera Teoría Universal"

900450

////...A título de ejemplo ilustrativo de lo anteriormente expresado, utilizaremos la CARATULA del 1er. número de el período de la mencionada "ESCUELA", adjuntando FOTOCOPIA DEL MISMO. (Sede, Hipolito Yrigoyen 78

También agregamos la página tres del mismo donde en el editorial explicitan los conceptos del como y el porque de la unidad de Sectores tianos de Centro-Derecha del Peronismo con estas concepciones REVOLUCIO surgida en MEDIO ORIENTE.

Si CALDERON aportaba los vínculos EMPRESARIALES E INDUSTRIALES a apoyo de la REVOLUCION LIBIA Y SU EXPANCION MUNDIAL, Norberto CHINDEMI y COLABORADORES; aporta el apoyo a la causa de un sector político, "el Peronis

- en Argentina: CARLOS RAUL BARRO ...Prov. de Cordoba;
- Dr. José Camilo GOMEZ;
- Lic. SERGIO CERON;
- Ricardo J. NIN...Sec. de Organización;
- Rev. Padre Lic. José Antonio DA COSTA;
- Lic. Elena Marta CURONE;
- Dr. Alberto MONDRAGON;
- Lic. Pablo HERNANDEZ;
- Vilma BIRO. ALEMAN;
- Tte. Cnel.(R) Alberto GARCIA DE LEONARDO;
- José Antonio YELPO.-

- COLABORADORES ESPECIALES: Pedro TSHAMAMIAN ...Director d Periodico "AL- WATAN"*; Dr. Miguel Julio ELIAS, Dirigente de "FEARAB"*; Dr. Ame CAHAUD, Coordinador de la Asociacion "YABRUDENCE".-

Se han incorporado recientemente:

- Martin GARCIA CASABAL...Prov. Rio Negro, Ciuda de Bariloche;
- Asadur IEMSEVAN....Salta, Prov. de Salta;
- Jorge Luis VERCELLI, Tartagal, Prov. de Salta;

- CORRESPONSALES EN EL EXTERIOR:
  - Carlos PEREZ HERRERA .....PANAMA
  - Helena NARANJO.....Venezuela
  - Raul ROSENDE.....Uruguay
  - Homero CASTRO PALACIOS, Juan GONZALEZ CARBO, ambos por ECUADOR;
  - Rogerio LOBATO.....PORTUGAL;
  - Andres GALANAKIS.....GRECIA;

:::://///

* "Al- watan" - "La Patria" -

9004450

* FEARAB - "Federación Arabe" - No incluye entre sus miembros a los "Emiratos Arabes Unidos"; "Jordania"; "Arabia Saudita"; "Omar "Chad".-

/////.... El COORDINADOR CONTINENTAL es un Diputado del "LABORAL PART de la Isla DOMINICA, de la Pequeñas Antillas, perteneciente al Archipiél de las WINDWARD, residente en su Capital, ROSEAU, que de acuerdo a sus man festaciones públicas no es SOCIALISTA, sino SOCIAL-DEMOCRATA, de nombre DOUGLAS ROSSIE.-

Las dos vertientes mencionadas pertenecen a la denominada "LI BA" o sea la acción proselitista y de interrelación política que se va a cabo a través de la CANCILLERIA.

c) la Tercera la Constituye la Embajada, que con Sede en Buenc Aires atiende el Río de la Plata, y que salvo los negocios ya acostumbra no propicia otras actividades de interés para nuestros Servicios.

III.- Proyectos para nuestro país.

De momento, el único Grupo de los mencionados dispuestos a cum plir una serie de pasos tactos en la Estrategia de Penetración es el b) que se propone cumplir una serie de actividades previas a la meta final la cual sería abrir una "ESCUELA" similar a la Argentina.

Para ello NORBERTO CHINDEMI, prevee, luego de las celebraciones del 1ero. de Setiembre, inicio formal de la Revolución "Al-Fateh" en 196 y del Encuentro del "DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIDAD CON EL PUEBLO PAL TINO", que se celebra el 29 de Noviembre de cada año, viajaría nuevamente nuestro país para celebrar tres tipos de reuniones:

- de carácter comercial para estudiar el mercado de futuras in versiones o negocios sin intermediarios de Libia con nuestro país;

- de carácter informativo con los representantes de las FF.AA Uruguay que acompañaran al Cnel. Argentino A.M. SEINELDIN en su pasaje nuestro suelo cuando regresaba de Panamá para conducir la revuelta Mili tan promocionada; buscando evaluar que apoyo puede esta concepción "NACIO LISTA", "ANTI-IMPERIALISTA" y " TERCERMUNDISTA" puede recibir en los Mili res Uruguayos. Debe señalarse que ya han habido visitas de militares uru yos a la Argentina para entrevistarse con el mencionado Cornel Argentir y sus seguidores.

- de carácter político, este sector lo hará con las autoridades del Partido Nacional, del cual espera apoyo por su definición "nacionalis pero es importante destacar que DOUGLAS ROSSIE ha logrado la concurrenci en Agosto- Setiembre de 1989 de integrantes del M.L.N. "Tupamaros" a Tri poli, y se han intercambiado Delegaciones de un "COMIENZO DE RELACIONES", con l cual se pretenden ampliar las relaciones con nuestro medio.

.../////

//////... Finalmente,habiendo cambiado substancialmente su relación de Fuerzas en América Latina con la caída de NORIEGA en Panamá,deben buscarse nuevos lugares de penetración y de acuerdo al éxito de IRAN en el medi Libia por idéntico mecanismo,PERONISMO-PARTIDO NACIONAL-COMERCIO-INVERSIO /CREACION DE UN CENTRO,se ha elegido Uruguay,contando con un Gobierno don esperan encontrar un Nacionalismo muy firme y claro y una "Gobernacion"o tendencia,que en manos de la IZQUIERDA local,debería ser proclive a atend los temas de el tríptico mencionado con verdadero interés.

Otra vez se va a repetir que la inquietud de un Partido Tradicional Local,por porveerse de FONDOS,para servir de puente para el ingreso de un Grupo Extranjero,que más allá de las inversiones que pudieran realizar, deben constituirse en objeto de permanente seguimiento de sus actividades, pues su anti-imperialismo en América Latina es marcadamente "anti-EE.UU"y "anti-Sionismo",más que otra cosa,de donde su accionar debe ser controlado d forma tal que no se desmadren y se limiten a bases de promoción,(caso IRAN) sin intentar otros extremos de su accionar.

Si las condicionantes internacionales asi lo impusieran,en tal c so,se considera,salvo mejor opinión del superior,repetir el caso IRAN,mant ner por lo menos dos fuentes nacionales y realizar visitas abiertas a los representantes LIBIOS que vengan,para fijar las reglas del juego.

Se entiende,como en el ejemplo señalado,que el Uruguay no puede perder las posibilidades de negocios que permitan estos países tan ricos,p podemos desde nuestra parte,con el correspondiente aval del superior limit a ESE PUNTO,el accionar de éste u otros grupos similares de colectividades que pretendan introducirse en el medio.-

****

ALGUNOS ELEMENTOS QUE DEBEN TENERSE EN CUENTA PARA ACTUAR EN EL AREA LIBIO.-

1.- Debemos entender que si bien se actúa en conjunto sobre el tema del "PUEBLO PALESTINO" y su defensa,cada organización ,y en este caso cada vertiente tiene su propio "centro" de irradiación para la captación del apoyo de l colectividad ARABE,primero,el pueblo "NACIONALISTA,....." despues.

Así las cosas,las Embajadas y los Consulados de los países ARABES, han impulsado desde el "X Aniversario del AL-FATEH",(1979),con el apoyo de la "COLECTIVIDADES RESPECTIVAS",la creación del " COMITE DE SOLIDARIDAD CON LA NACION Y EL PUEBLO PALESTINO". (Fotocopia Nro. 12)

Para el "XX Aniversario de la REVOLUCION o el AL-FATEH",las vertientes de CALDERON y CHINDEMI fundan la "ASOCIACION DE COOPERACION ARGENTINO-LIBIA- A.C.A.I.".(1989- FOTOCOPIA Nro. 10)

Evidentemente,la primera de las ORGANIZACIONES es CONTINENTAL y la segunda es NACIONAL.

El " PROYECTO URUGUAY" incluye,obviamente para el futura la instalación de una filial CONTINENTAL y la creación de una local,(pro-LIBIA).-

9004450

//... -minado "PARTIDO PANAMEÑISTA REVOLUCIONARIO", sobre cuyas bases se crearon grupos paramilitares de apoyo al Cral. Noriega y que fueran especialmente entrenados por el Cnel. M.A. SEINALDIN para apoyar al depuesto GENERAL NORIEGA.-

f) El apoyo político a a los grupos políticos de la "política exterior Libia" no parece pasar por un presupuesto ideológico que vaya más de los tres puntos fundamentales y el último mencionado:

- NACIONALISMO
- ANTI-IMPERIALISMO.....incluye a los EE.UU., Gran Bretaña e Israel, muy ocacionalmente al marxismo leninismo; esto en la PRACTICA, en los HECHOS;
- TERCER MUNDISMO.....acompañado por un fuerte acento "integracionista" para poder concretar efectivamente los tres puntos
- adhesión a la "CAUSA PALESTINA", que debe ser acompañada por sentimiento anti-sionista claro y sin concesiones.-

2.- El anti-sionismo oriental [illegible] o no, pero no olvidemos que existe por lo menos una sensación de desprecio hacia el "JUDIO", sea esti sionista o no, alimentado por grupos minoritarios de ultra derecha que pr mueven por motivaciones supuestamente religiosas y de de soberanía, ataques al pueblo JUDIO, sin distinción.(En el pasado reciente se ha llega a la agresión físico contra locales religiosos y de algunos rubros come ciales, tales como la venta de libros de propaganda Judía.)
La izquierda por su parte, al defender los DERECHOS DEL PUEBLO PALESTINO tangencialmente también contribuye a alimentar este sentimiento no de o pero si de rechazo.
No olvidemos tampoco que el Partido Colorado, que recibiera un important rechazo electoral, recientemente, se ha caracterizado por jactarse del ap yo que esta Colectividad le daba para sus actividades proselitistas.

3.- Para ayudar a comprender que los dineros LIBIOS pueden ser presentados por un sector de Centro o Centro Derecha, pero pueden terminar financia do cualquier GRUPO que reúna a los tres puntos, la DEFENSA DEL ESTADO P LESTINO EN SU LUCHA CONTRA ISRAEL, veamos algunos ejemplos:

a) Brasil.. ...el apoyo económico va a un Partido fusionado elec ralmente al de "LULA" DA SILVA;

b) Argentina.... el apoyo va a la "ESCUELA" y a su órgano de pre "DOCTRINA", ubicado en el CENTRO del Partido Justicialista; sería el que esta en mejores condiciones para incidir en nuestro país, ya que cuenta con el apoyo directo de un sector de "POR LA PATRIA", PARTIDO NACIONAL; y ha iniciado relaciones de intercambio con el M.L.N. "TUPAMAROS";

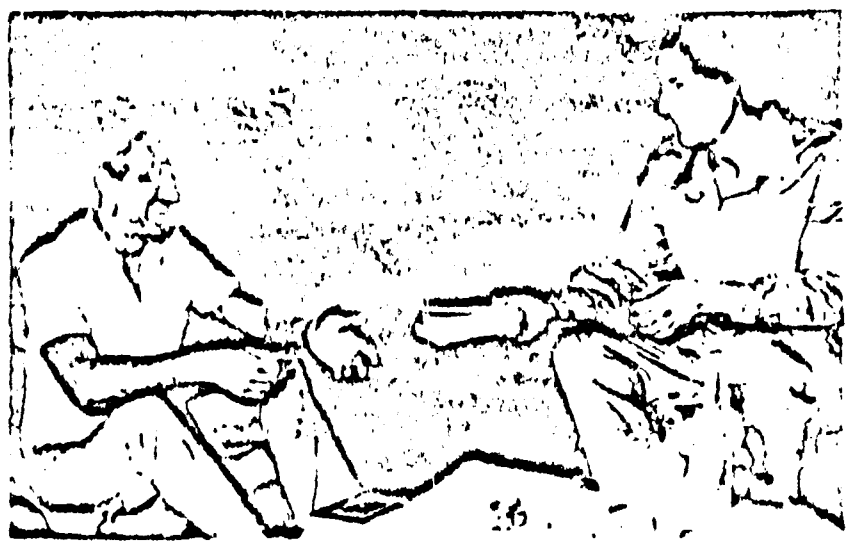
c) Ecuador.....un Partido Político de izquierda moderada en su imagen exterior, poco definido, comparable al "NUEVO ESTADO";

d) CARIBE....Isla Dominica.....financia al "LABORAL PARTY", que r ponde a la SOCIAL/DEMOCRACIA INTERNACIONAL;

e) PANAMA.....hasta los recientes acontecimientos apoyan al den

INCOMPLETO

9004450



El coronel Muammar Khaddafi con el autor.

Horacio Calderón, autor de varios libros sobre los más espinosos problemas del Medio Oriente y especialista en asuntos libios, defiende en esta polémica obra la personalidad del coronel Muammar Khaddafi, a quien lo une, no sólo una amistad de años, sino también profundos lazos de comunión ideológica y de solidaridad política.

La persona, el carácter y los horizontes del líder revolucionario árabe, su doctrina, las transformaciones logradas en su tierra y sus luchas contra toda forma de imperialismo y de colonialismo, son sólo algunos de los temas que el autor aborda, para proponer finalmente que el coronel Muammar Khaddafi comande un nuevo bloque mundial unificado sobre la base de una Tercera Posición.

Este libro, ya traducido a la lengua árabe, ha sido adoptado por las fuerzas revolucionarias libias como un verdadero manual del combatiente. [illegible] Escrito por un viajero incansable, testigo veraz y apasionado de muchos acontecimientos trascendentales acaecidos en los Estados Arabes.

ISBN 950-43-1934-3

CALDERON
Printing & Publishing

PARTES POCO LEGIBLE

Horacio Calderón

KHADDAFI
el punto de partida

9004450

FSCP y S

DOCTRINA
para el MOVIMIENTO NACIONAL

PERIODICO DE LA ESCUELA SUPERIOR DE DOCTRINA POLITICA Y SINDICAL

AÑO 1 Nº 1 — 2 de Abril de 1988 - $ 2

PALESTINA

Levantamos, de acuerdo a las más puras tradiciones argentinas, la bandera contra toda discriminación y antisemitismo; porque no es posible aceptar exclusivismos de ninguna raza ni pretendidas misiones especiales de determinada comunidad.

Por eso nos aflige profundamente la situación del Pueblo Palestino que, robado en sus tierras y perseguido en su propia Patria, se encuentra hoy bajo los planes fanatistas del Estado de Israel.

El mismísimo enviado del gobierno británico, David Mellor, describió la vida en los campamentos palestinos como un "insulto a los valores de la civilización" denunciando, además, que el dinero que el poder ocupante recauda en los territorios árabes va a parar a las arcas de Tel Aviv.

Si hasta Reagan -lo que es mucho decir- aparenta estar preocupado. Por primera vez desde 1948, Estados Unidos no vetó una resolución condenatoria de los procedures israelíes (la 607 que hace referencia a los ilegítimamente deportados de sus tierras). Por su parte, la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas, reunida en Ginebra, pidió a Israel por treinta votos contra cuatro en contra a retirarse de los territorios árabes ocupados y apoya la creación de un Estado Palestino. Al mismo tiempo denuncia "las prácticas brutales y los crímenes de genocidio de Israel contra el Pueblo Palestino y sus actos de liquidación física con el objetivo de eliminar la cuestión palestina". Y hasta los doce países de la Comunidad Económica Europea descalifican las medidas represivas que "violan la ley internacional y los derechos humanos".

En defensa de estos derechos y de esas leyes mientras condenamos el terrorismo que se tiene sistemáticamente aplicando desde hace cuarenta años, apoyamos las justas reivindicaciones del Pueblo Palestino en su lucha por su liberación. No es con palos contra mujeres, ancianos y niños, o enterrando vivos a jóvenes como se acallarán las voces exigiendo justicia; ni es quebrando los brazos de adolescentes ni castigando a personas con los ojos vendados como se evitará que veamos las manos acusadoras que se levantan en todo el mundo. Estamos seguros de esto.

A pesar de que, según la oficina de prensa de la Embajada de Israel en Buenos Aires, la culpa la tienen los ... fundamentalistas "extremistas, agresivos y fanáticos" contra el deseo de Israel de continuar "con su búsqueda de la paz".

Y estamos seguros también de que... los próximos palestinos podemos ser nosotros.

SUMARIO

[illegible]	Pág. 1
[illegible]Pueblos entran en [illegible]-Irán-Panamá.	Pág. 2
[illegible]Sector [illegible]idad Nacional.	Pág. 3-4
[illegible]dez	Pág. 5
[illegible]. [illegible]Gómez	Pág. 6
[illegible]n Pueblo en [illegible] [illegible]una Bio Alemán.	Pág. 7
[illegible] Democracia [illegible]una alianza histórica?	Pág. 8-9
[illegible]octrina.	Pág. 10
[illegible]ópico del mes.	Pág. 11
[illegible]ta a Gorbachov o a los [illegible]de Houston?	Pág. 12-13
[illegible]ón [illegible]Vertebral. [illegible]cia Della Costa	Pág. 14
[illegible]nades y Movimiento [illegible] [illegible]	Pág. 15
[illegible]rios y el [illegible]Nacional.	Pág. 16

"A las doctrinas existentes, hay que oponer la DOCTRINA PERONISTA porque a una doctrina no se la puede vencer sino con otra doctrina mejor".

Gral. Juan D. Perón

PARTES POCO LEGIBLE

9004450

DOCTRINA

periódico de la
ESCUELA SUPERIOR DE
CONDUCCION POLITICA
Y SINDICAL

Fundado el 2 de Abril de 1958

DIRECTOR:
Norberto CHINDEMI
SECRETARIOS DE
REDACCION
Norberto LIUCCI
Héctor BRUNO

COLABORAN EN ESTE
NUMERO:
BERG ALEMAN, Vilma
CEFERIN, Sergio
GARCIA DELLA COSTA,
Fernando
GOMEZ, José Camilo
HERNANDEZ, Pablo
OFICIAL "X"
PUBLICIDAD:
Carlos Segura Alvarez
DIAGRAMADOR:
Leopoldo López Salvatore

CORRESPONSALES:
ARGENTINA:
CORDOBA:
Carlos Raúl BARRO
VENEZUELA:
Elena NARANJO

SEDE CENTRAL
H. Yrigoyen 788 - 2°
(1086) Buenos Aires
Argentina
SUBSEDE:
H. Yrigoyen 1407
Florida (Pdo. Vicente López)

Procesado en Técnica Laser
por Agencia Periodística
NOTENOT
Hipólito Yrigoyen 788 3°
Tel. 34-5058

EDITORIAL

Iniciamos hoy una nueva etapa: nace el periódico oficial de la ESCUELA SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA Y SINDICAL que se denominará "DOCTRINA para el Movimiento Nacional". Y lo hacemos conscientes del momento que estamos transitando, plagado de asechanzas y peligros, no sólo dentro del Movimiento Peronista, sino -y lo que es más grave aún- en el seno de la Patria misma. Porque contra esta se han confabulado los enemigos de afuera (que desde la gloriosa gesta de Malvinas se han sacado la careta), con los traidores de adentro (infames traidores a la Patria).

Nuestro periódico, de clara connotación peronista, va a transitar dos caminos: primero, el del MOVIMIENTO NACIONAL. Porque para que la Argentina retome su camino de grandeza se hace imprescindible la reconstrucción del mismo con todos los sectores orgánicos y vitales de la Comunidad, combatiendo la esclerosis en la que nos intenta mantenernos paralizados la partidocracia, autocrática y totalitaria. Esto, lógicamente, supone la superación de toda connotación partidista; resulta harto evidente que no todos los nacionales son peronistas, ni todos los que se dicen peronistas son nacionales.

Reflexión incómoda -si se quiere- pero necesaria para no encegueserarnos con falsas declaraciones. Segundo, el de la REVOLUCION NACIONAL. Argentina necesita su Revolución, definitiva y pendiente, que libere a la Patria y dignifique a su Pueblo. Revolución que culminará la obra de ese gigante de América llamado JUAN DOMINGO PERON.

Hacer esta revolución no es caer en las infidelidades peronistas -de quererlo todo- que indefectiblemente lleva al conformismo burgués -de no hacer nada-. El pasado reciente de los "revolucionarios" de los años setenta que hoy están cómodamente instalados en los escalones de las multinacionales y financieras, nos lo demuestra acabadamente. Porque, en suma, no hay contradicción esencial entre esos grupos, aparentemente opuestos, pero que siempre se ponen de acuerdo en los momentos claves de nuestra historia: 1945, 1955 y 1976 son algunos de esos ejemplos.

Revolución que, como fruto de la evolución, deberá poner a la Argentina a la altura de su misión en el mundo, en la búsqueda del común destino nacional, como medio para la reconstrucción de la PATRIA GRANDE IBEROAMERICANA.

Revolución que, lógicamente, deberá transitar el camino de las grandes mayorías populares; no son pretendidos iluminismos de pocos que teorizan una Nación sin Pueblo para terminar en masas sin Patria, los que podrán dar respuesta válida a esa necesidad. Los mesianismos, de derecha y de izquierda, han demostrado hasta el hartazgo su fracaso: "sin el calor popular quedarían archivadas las más bellas creaciones de la mente", nos enseña Perón. (Mensaje a los legisladores 1° de mayo de 1949).

Revolución que se enmarcará en los moldes nacionales, desechando los ideologismos trasnochados de las internacionales de turno, sean estas liberales o marxistas, se llamen socialdemócratas o demócratas-cristianas. Revolución, entonces, que nada tiene que ver con la subversión de estilo gramsciano-marxista que ciertos ideólogos del partido desgobernante pretenden imponernos.

NUESTRO CAMINO ES EL NACIONAL-POPULAR-HUMANISTA-CRISTIANO, y, portanto, profundamente REVOLUCIONARIO ya que esta vocación nos viene desde lo más profundo de nuestras raíces. A fin de que el Peronismo sea la posibilidad válida y cierta para la transformación de la Argentina, necesita reafirmar esa vocación fundamental. De otro modo, asistiremos a los funerales de la mayor agrupación política de Occidente, cuyos despojos ya se están disputando algunos pretendidos herederos.

Estamos a tiempo de reaccionar, a pesar de la diligencia claudicante y contubernista. Porque entre esta y Perón, que enseña: "Es

(Continúa en Pág. 4)

9004450

CUANDO LOS PUEBLOS ENTRAN EN ACCION

LIBIA

El 2 de marzo de 1977, en la localidad de Sebha, distante 750 kms. al sur de Trípoli (desierto de por medio), el Congreso General del Pueblo, allí reunido, aprobó la "Declaración de la autoridad del Pueblo" instaurándose oficialmente la YAMAHIRIA ARABE LIBIA POPULAR SOCIALISTA.

A partir de entonces, poder, armas y riquezas son patrimonio exclusivo del Pueblo Libio, para la felicidad común.

Esta Yamahiria que, con la "ayuda de Dios, clemente y misericordioso", institucionalizó la gloriosa Revolución que el 1º de setiembre de 1969 llevaran a cabo los doce Oficiales Unionistas Libres, con la conducción del Hermano Coronel MUAMMAR EL GADHAFI, fue preanunciada en Sebha porque esta ciudad ha merecido el título de "la chispa de la Revolución".

En efecto, en 1961 el entonces joven Muammar fue expulsado del colegio y de la región por encabezar las manifestaciones que protestaban contra la ruptura de la unión siro-egipcia; ya entonces comprendía esa joven que sólo con la unión de los pueblos hermanos se podrá hacer frente al dominio colonialista.

LIBIA es hoy claro ejemplo de aquello que tantas veces nos enseñara el Gral. Perón: el protagonismo popular.

GADHAFI presenta en su Tercera Teoría Universal condensada en el "LIBRO VERDE" una clara posibilidad para un mundo que va buscando relaciones justas entre los hombres y entre los Pueblos, más allá de imposiciones imperialistas, ya provengan del Este o del Oeste.

De allí el odio creado en torno a su persona; odio criminalmente manifestado en el ataque demencial que lanzara la administración terrorista de Reagan el 15 de abril de 1986, oportunidad en que fuera asesinada la hija adoptiva del Coronel Hana de tan sólo 16 meses de edad.

Hana. Hija adoptiva del Coronel Gadhafi. A los 16 meses Reagan la asesinó ¿Quién es terrorista?

Hana es símbolo de todos los niños del Tercer Mundo que mueren, no sólo bajo las balas asesinas sino a causa del subdesarrollo, el hambre, la carrera armamentista de las superpotencias y sus aliados, las injusticias, el Fondo Monetario Internacional y las deudas inmorales.

Saludamos, entonces, a la Nación y Pueblo Libios y a su digno Guía, el Coronel Gadhafi. Estamos con ellos, como ellos estuvieron con nosotros cuando la gloriosa epopeya del Atlántico Sur.

IRAN

El 11 de febrero pasado se recordó el IXº Aniversario de la Revolución Islámica, que bajo el lema: "Ni Este ni Oeste. Revolución", derrotara a la monarquía más antigua del mundo cuyos cimientes ya habían colmado la paciencia popular.

El IMAN JOMEINI, fiel exponente de las ansias de liberación de los oprimidos, condujo al Pueblo a esa victoria; victoria que se está profundizando en la ciclópea acción que está llevando a cabo la República Islámica del Irán, tendiente a:

a) la reconquista de su ser cultural y religioso;

b) la instauración de un Tercer Camino que no permita que la riqueza se acumule ni en manos privadas ni en un grupo o clase, sino que en función social aproveche a toda la comunidad;

c) la construcción de un poder militar suficiente para defender el derecho, ya que éste es ilusorio sin

aquel

d) la defensa irrestricta del Pueblo en sus derechos esenciales porque es el protagonista y artífice de su destino.

PANAMA

Como no podía ser de otra manera, saludamos desde nuestras humildes páginas, la heroica lucha del PUEBLO PANAMEÑO y auguramos a su Conductor, el GENERAL MANUEL NORIEGA, el mejor de los éxitos en la misión emprendida.

Por supuesto que el ex-mandatario (de los Estados Unidos) Erick Del Valle, que el año pasado realizara un viaje a Israel no como Jefe de Estado, sino como peregrino que retorna a la "madre patria", va a seguir luchando por "la democracia". ¡Faltaba más, cuando sus altos intereses y amos así lo exigen.

PARTES POCO LEGIBLE

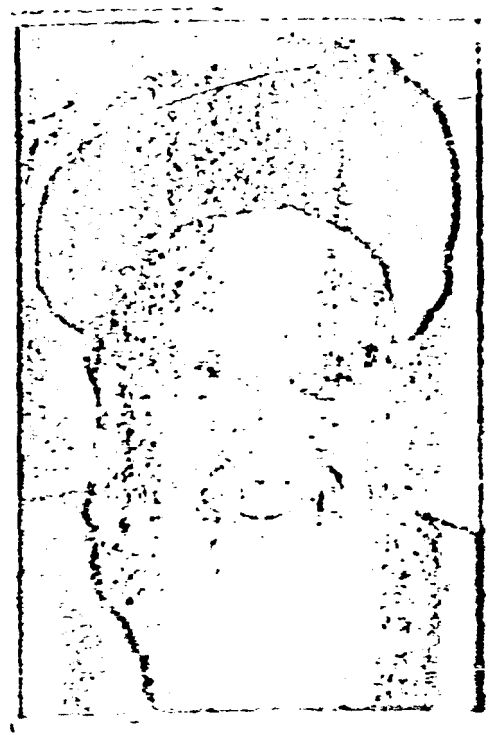
9004450

IRAN

Una vez más, la REPUBLICA ISLAMICA DEL IRAN se ha visto agredida por Estados Unidos; en esta ocasión, por medio de un alevoso ataque a un avión de pasajeros que produjo la muerte de 298 personas. Una más, entre las agresiones contra ese Pueblo desde que en 1979 comenzara una Revolución que al grito unisono de "NI ESTE NI OESTE" hace temblar el infame andamiaje pergeñado en Yalta. Porque los que preocupan en politica internacional no son los que están controlados por alguna de las superpotencias, sino justamente los que muestran independencia, siguiendo un tercer camino libre de cualquiera de aquellas. Por eso molestan Irán y su Revolución; por eso le impusieron una guerra inicua, embarcando a Irak en una aventura de la cual no sabe como salir. Por eso las calumnias que diariamente lanzan los medios internacionales, sostenedores de los más tenebrosos intereses, contra un Pueblo que quiere ser fiel a sus raices, a sus costumbres, a su tradición, a su religión y a su destino.

"Accidente comprensible", lo calificó el jefe de la mafia norteamericana, Mr. Reagan, agregando cinicamente en su informe al Congreso que fue "en defensa propia" considerando "cerrado el incidente".

Fue un "accidente", como accidente fuera el asesinato de SANDINO en Nicaragua, el fracasado intento de VILLAROEL en Bolivia, el intento de asesinato del GRAL. PERON en Caracas, la invasión a SANTO DOMINGO y CUBA, las masacres de VIETNAM, la agresión al EGIPTO de Nasser, la muerte del GRAL. TORRIJOS en Panamá, la intervención en GRANADA, el bombardeo a LIBIA, la infame acción en MALVINAS...



Algunos regimenes del Golfo (*) temerosos de que EE.UU. los deje librados a su suerte (y, entonces, tronaría el escarmiento de sus respectivos Pueblos) siguen besando las manos verdugas contra las santas tradiciones del Islam. ¿Qué tiene que hacer la flota pirata merodeando las aguas del Golfo y circundando el Mediterráneo? ¿Acaso Estados Unidos tiene limites en alguna de esas latitudes?.

Es lógico que en esta lucha estemos con quienes debemos estar. Por la liberación contra la dependencia; por la justicia contra el imperialismo; por la vida contra la muerte; por la libertad contra el despotismo. Porque como lo recordara el gran JOMEINI: "Es la guerra de los oprimidos contra los opresores, igualmente dirigida contra la desigualdad comunista o capitalista".

Que Dios bendiga los esfuerzos de nuestros hermanos musulmanes, ya que "EL PUEBLO IRANI ES CONSCIENTE DE QUE AHORA SE TRATA DE UNA GUERRA CONTRA TODOS LOS SATANES QUE ULTRAJAN LOS DERECHOS DE LOS DESHEREDADOS".

(*) En la última votación de la Asamblea General de las Naciones Unidas sobre Malvinas, ocurrida el 17 de noviembre de 1987, se abstuvieron los Emiratos Arabes Unidos, Jordania y Arabia Saudita, mientras votó a favor de la posición anglosajona, Omán.

"Pensamos sacar las raíces del sionismo, del capitalismo y del comunismo en el mundo".

Imán Jomeini

PARTES POCO LEGIBLE

9004450

MUAMMAR EL GADHAFI Y LOS DERECHOS HUMANOS

por HELENA NARANJO
(Corresponsal en Caracas - Venezuela)

Con gran satisfacción podemos decir que a pesar de los múltiples intentos del imperialismo colonialista por destruir al Coronel Gadhafi y su Revolución, Libia está superándose cada día en una senda que es digna de imitar por los pueblos del Tercer Mundo.

Y, además, su ejemplo extraordinario de preocupación y desprendimiento lo podemos constatar en su solidaridad moral y económica a la Causa Palestina; su apoyo a los países de nuestro continente agobiados por bloqueos económicos, bélicos y sicológicos; las naciones africanas, tan cercanas al corazón del Líder, encuentran también respaldo en su lucha contra el "apartheid", vergüenza de nuestro tiempo, sólo comparable a la esclavitud de la era colonial. Pero aquel supera en abominabilidad cualquier otra afrenta pasada por la humanidad por su pretensión de consagrar legal e institucionalmente al racismo como filosofía de gobierno, con una legislación que ampara a cinco millones de blancos y le niega los derechos civiles a veintiocho millones de negros. Y a esta sistemática y abierta violación de los derechos humanos aportan Estados Unidos y Gran Bretaña su apoyo, mientras pregonan por el mundo entero "luchar" por aquellos que conculcan.

El Libro Verde habla muy claro sobre la problemática de estos sistemas gubernamentales: *"En el mundo actual, la totalidad de los regímenes políticos son el resultado de la lucha que libran los distintos sistemas de gobierno para alcanzar el poder; ya sea esta lucha pacífica o armada, como lucha de clases, de sectas, de tribus, de partidos o de individuos, se liquida siempre por uno de estos sistemas, individuo, grupo, partido o clase y por la derrota del pueblo, en consecuencia, la derrota de la verdadera democracia"*. Regímenes dictatoriales, como el del Apartheid, son un cáncer que se contraponen a nuestra civilización y que no pueden convivir con ella.

Nuestra Corresponsal en el "Centro Internacional de Estudios e Investigaciones del Libro Verde", cuya dirección ejerce el Dr. Ibrahim Ibjad.

En Trípoli he asistido al Encuentro Internacional promovido por el Líder en favor de los derechos humanos en el cual participaron veintisiete organizaciones y ciento cincuenta intelectuales, humanistas y periodistas de los cinco continentes. En la oportunidad le fue otorgada una plaqueta al gran patriota sudafricano, Nelson Mandela, recibida por su hija. Mandela ocupa un lugar especial en la historia de la lucha por la libertad en Sudáfrica, como fuente de inspiración para su oprimido pueblo. La realización de ese importante encuentro internacional no sólo honra a Mandela en el momento de la conmemoración del 13º aniversario de la sublevación del Soweto, sino que se honra en él a todos los pueblos que luchan contra el injusto sistema racista. Gadhafi, abanderado de los derechos humanos, inscribe así su acción en favor de los desheredados, los perseguidos, los privados de sus legítimos derechos.

"La ley de la sociedad es el otro problema paralelo al del sistema de gobierno", leemos en el "Libro Verde"; *"la constitución es una ley positiva fundamental y tiene necesidad de una fuente en la que pueda basarse para que se justifique. El problema de la libertad en los tiempos modernos reside en que las constituciones se han convertido en la ley de la sociedad, y en que las constituciones no se apoyan más que sobre las concepciones de los sistemas de gobiernos dictatoriales, dominantes en el mundo, bien se trate de un individuo o de un partido"*.

El Encuentro Internacional en favor de los Derechos Humanos y los lazos de solidaridad y amistad del Líder y su Pueblo con los Pueblos de Africa, Asia y América Latina es página dorada en la historia de las grandes epopeyas en las luchas de liberación contra el yugo del colonialismo, la miseria, la opresión, la discriminación.

No podemos callar. No debemos perder jamás la indignación que nos obliga a seguir solidarios

PAG. 8 - DOCTRINA

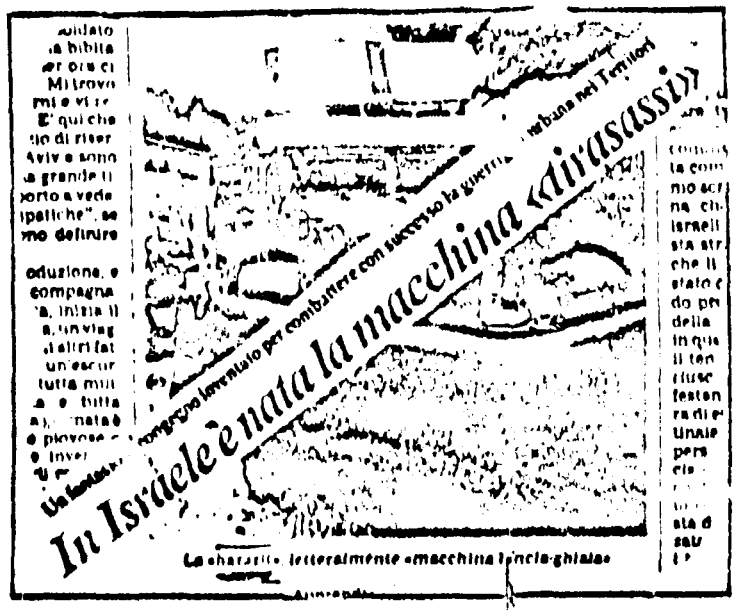
9004450

LA CUESTION PALESTINA

Históricamente, la cuestión palestina se remonta a 1917, cuando el Primer Ministro de la "Pérfida Albión", también conocida como "Gran Bretaña", Arthur James Balfour, en carta del 2 de noviembre de ese año a Lord Rotschild, declara la simpatía del gobierno inglés para la creación de un "Hogar Nacional Judío" de acuerdo al principio: "una tierra sin pueblo para un pueblo sin tierra". Lo que no decía el ministro de esa "gran... pérfida" era que la pretendida "tierra sin pueblo" estaba, pacíficamente, habitada desde hacía siglos y siglos. Seis semanas después de la declaración "de simpatía", el general Allenby conquistó Jerusalén.

Sobre esas tierras, tras la partición del 29 de noviembre de 1947, fue creado el Estado de Israel el 15 de mayo de 1948, convirtiéndose el mismo, por "natural" expansión de sus elementos constitutivos, en uno de los lugares más explosivos de la geopolítica mundial. En el citado estado, en efecto, han prevalecido los elementos radicalizados de la comunidad asquenazí (en detrimento de la sefaradí y de los judíos orientales y negros; lo cual explica mucho de la visión sionista del asunto en cuestión); es el enclave en Cercano Oriente de uno de los imperialismos dominantes. La seguridad que le brinda a la entidad sionista esta situación, le ha permitido las agresiones contra Egipto, Líbano, Siria y Jordania; la invasión al Líbano en 1982, la ocupación de Beirut; las masacres de Deir Yasin, Sabra y Shatila; los ataques "preventivos", con total burla del derecho, a Irak, Túnez; y los "punitivos" para castigar a los "terroristas" en cualquier parte del mundo, como el asesinato de Khalil Ibrahim Machmu al-Wazir (Abu Jihad).

Tras la guerra de 1947, y con diversos pretextos, fue confiscado el 52% del territorio de Cisjordania y el 40% de Gaza. Además, para obligar a abandonar el trabajo agrícola a los árabes, los colonos israelíes se apropiaron del 42% de las mínimas necesidades de agua de los colonos palestinos. Prohibiciones sobre la pesca han reducido esta un 60% respecto al pasado; restricciones sobre el comercio, salarios inferiores para los árabes, impuestos siempre en alza. De acuerdo a datos de la Cruz Roja Internacional, a partir de 1967 fueron arrestados medio millón de palestinos, lo que equivale al 33% de la población. A partir de 1985, las autoridades israelíes comenzaron con la "detención administrativa" en los territorios ocupados, que consiste en privar de la libertad a los sospechosos, sin necesidad de ser juzgados, permaneciendo a disposición de la autoridad militar. Tal estado puede prolongarse por el tiempo que esta considere conveniente siendo punible de tal sanción vocear consignas a favor de la O.L.P. (Organización de Liberación de Palestina) o mostrar la bandera patria, por ejemplo. Por su parte la "Federación Internacional de Periodistas" ha denunciado en su Boletín correspondiente a marzo-abril del corriente año, que todos los miembros del comité directivo de la Asociación de Periodistas Arabes (AJT) fueron detenidos, incluyendo a su presidente, Radwan Abu Ayyash, además de otros dieciocho periodistas. Es la famosa detención administrativa que se renueva cada seis meses. Además de las consiguientes prohibiciones incluso a periodistas extranjeros, para desplazarse por los territorios usurpados.



En estos, son violados, permanentemente, los más elementales derechos humanos, intentando revestir tal situación con la excusa de la defensa de "principios universales" (¿?).

Entretanto, el tren sionista de la muerte sigue avanzando: nuevas técnicas comenzaron a operar para dominar la justa lucha popular; entre ellas, una máquina denominada **Napah**, para dispersar manifestaciones. Es una camioneta blindada, detrás de una especie de pala removedora de nieve y, encima, una cabina con metralleta; esta provista de todo tipo de elementos, pudiendo albergar cinco personas simultáneamente.

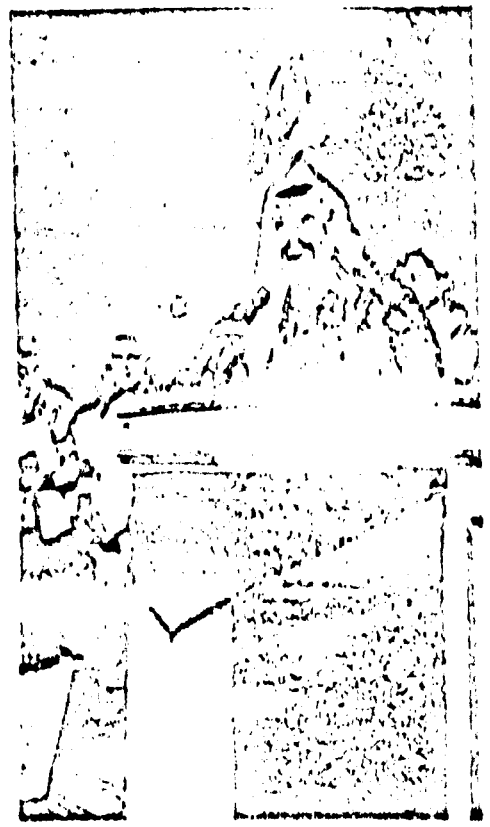
Otra máquina es la "lanza piedras", llamada **Hezasit**, que puede largar proyectiles de tres tamaños diversos, a una distancia de 100 metros y una tonelada y media por vez, como indica una nota aparecida en el diario italiano "Il Giornale" del 22 de junio pasado y firmado por Simonetta Della Seta. El teniente israelí que atendió a la periodista para mostrárselas "jovensísimo... con aire aristocrático, nombre británico y acento inglés-oxfordiano" agregó, de acuerdo al testimonio de aquella, que las piedras son lanzadas también desde helicópteros y que, además, debido a nuevos elementos puestos en juego, los proyectiles siguen saliendo como locos y los palestinos no pueden recogerlos para devolverlos. "Alguien -finaliza el artículo de marras- quiere agregar algo, pero es obligado a callar; entendemos que Israel está preparando nuevos proyectiles de aluminio de velocidad acelerada".

Si existió el horror de los campos de concentración, la lección fue bien aprendida. Un equipo de médicos estadounidenses, al finalizar el trabajo de catorce días en los territorios ocupados de Gaza y Cisjordania, pudo constatar "una epidemia de violencias incontroladas por parte del ejército y la policía, que ha alcanzado un grado de dureza que la opinión israelí no sospecha... El apaleamiento de las personas detenidas no es excepcional, constituye, prácticamente, la norma".

La "SUBLEVACION DE LA INDIGNACION" habrá de continuar ya que los jóvenes luchan porque amasan la paz, pero justa, en el reconocimiento de los derechos de la Nación Palestina, condición imprescindible para que el Pueblo no sea más paria en su propia tierra. Que es lo que nos enseñara Peron: artífices del destino común, pero nunca instrumento de la ambición de nadie.

Y en este caso, esta ambición se encuentra condenada como racismo por la Resolución N° 3379 emanada de la Asamblea General de las Naciones Unidas en 1975.

Como alguien dijera, esta es la cuestión.



"Hubo intentos de desviar la cuestión palestina. Pero llegaron [illegible] con las piedras y dijeron: no queremos ser esclavos en una jaula de oro".

Ing YASER ARAFAT

9004450

EL DRAMA PALESTINO

ORIGEN, DESARROLLO Y ACTUALIDAD DEL CONFLICTO

LCDO. CARLOS PACHA

Comenzamos en este número a dar a conocer las clases dictadas durante 1988, sobre el tema del epígrafe, impartidas por el Lcdo. Carlos Pachá.

El autor que es el presidente de CAUSA ARABE, Ateneo de Estudios, Investigación y Difusión de la Cultura y Problemática Arabe de la ciudad de Córdoba, nos ha autorizado, con suma gentileza, la difusión del interesante curso.

Antes de entrar estrictamente en materia sobre el conflicto ya desencadenado, resulta imprescindible realizar un reconocimiento sobre los actores del drama. Los actores principales y víctimas de la tragedia a narrar son, obviamente, los árabes. ¿Qué y quiénes son los pueblos y hombres que llamamos árabes? Eso que llamamos "Mundo Arabe" o "Nación Arabe", está integrado por un conjunto numeroso de países, cuya ubicación geográfica se asienta en el Próximo Oriente y a casi todo lo largo de la Costa Norte de Africa y la Zona Oriental de ese continente, conocida como el "Cuerno de Africa".

La "Liga Arabe", que es el organismo que nuclea a estos países reconoce en su seno a 22 representaciones oficiales, incluyendo a la Palestina como a la de un miembro pleno. En esa extensa comarca observamos similitudes y diferencias en algunos casos apreciables; los árabes de Omán con los de Mauritania o los de Siria con los de Djibuti, etc. Por eso nos preguntamos: ¿Cuál es el elemento catalizador que va a amalgamar a todos estos pueblos, bajo la altiva pretensión de unificarse en el linaje árabe? En realidad no constituyen una raza uniforme, porque advertimos diferencias sustanciales en aspectos decisivos de la misma, dúctil conformación craneana, apreciables diferencias de estatura o tez, una estructura física distinta.

Otro de los aspectos a considerar es el religioso, que deviene en consolidarse como uno de los puntos en común que resulta altamente aglutinante, no obstante, si bien el 95% de los habitantes de esos países, practican la fe islámica, existen pequeños bolsones de comunidades cristianas, sobre todo en el Líbano, parte de Siria de rito ortodoxo; de rito copto en Egipto y algunas pequeñas comunidades en el Norte de Africa y en Irak y Jordania. También, antes de los conflictos con Israel, existían pequeños grupos de judíos de fe mosaica, sobre todo en Africa del Norte (Marruecos, especialmente) e inclusive en lugares tan singulares o sorpresivos como el Yemen y que sirvieron de refugio a la judería mundial durante las diversas persecuciones y "pogrom" llevadas a cabo en su contra y generalmente por europeos.

La fe islámica puede ser considerada como un elemento aglutinador primordial, aunque en el aspecto político, si hablamos del nacionalismo árabe, que es su más importante doctrina, los pensadores nacionales, no necesariamente han sido musulmanes, por el contrario, los primeros en elaborar la teoría del nacionalismo árabe fueron cristianos. Y no debemos perder de vista que el nacionalismo fue la fuerza motriz decisiva en la lucha contra la sujeción del yugo turco. Por eso dicho imperio, en la decadencia de su poderío, se encargó de que las pequeñas diferencias en el campo religioso se volcaran hacia la arena política, generándose en este siglo, y merced al invento de turcos y occidentales, algunos conflictos religiosos que culminaron en masacres y persecuciones con su interminable secuela de venganzas y que sólo sirvieron para favorecer espurios intereses políticos o de facción que se escudan tras la fachada religiosa.

El nexo de unión fundamental entre los árabes es de tipo cultural y dentro de ello, la lengua, es decir el idioma se constituye en el vehículo indispensable para tal lo-

Y aquí sí debemos detenernos

PARTES POCO LEGIBLE

rendir homenaje a la sabiduría política del profeta Mahoma que difundió la fe islámica con la proposición dogmática que Dios sólo entendía el idioma del profeta, es decir, para dirigirse al Altísimo debía, necesariamente, hacerlo en árabe. Con esta premisa ritual logra unir una serie de tribus dispersas, a través del idioma, fuente principal de la cultura de los pueblos, y hace de ellas una nación que por la fuerza de sus principios prevalecerá en un gran imperio.

Por último, digamos que el colonialismo occidental, es culpable que el mundo árabe se reparta o divida, en la actualidad en ese heterogéneo mosaico de países y que incluso algunos de ellos, en su conformación, no respondan a divisiones lógicas o naturales sino que se han establecido por imperio de intereses meramente comerciales del ocupante u opresor colonial de turno.

Lo correcto hubiera sido establecer las cuatro grandes regiones que conforman el mundo árabe:

A) La zona de Mischrek o del Este que abarca los actuales países del Líbano, Siria, Palestina, Jordania e Irak.
B) El Mahgreb o el Oeste, con todos los países ubicados en el Africa del Norte, como por ejemplo, Mauritania, Marruecos, Argelia, Túnez, Libia
C) La llamada civilización del Nilo con Egipto, Sudán y los árabes del Cuerno de Africa como Somalia y Djibuti.
D) La zona de la península arábiga, como Arabia Saudita, los dos Yemen, Kuwait, Omán, Qatar, Bahrein y Emiratos.

Quizás así se hubiera conformado coherentemente el mundo árabe, si no hubiera actuado el descubridor colonialismo y muy otro pudo ser el desarrollo de esos países .....

PALESTINA: ZONA DEL CONFLICTO

La tierra árabe de Palestina fue elegida por el sionismo internacional para, en este siglo, llevar a cabo una serie de reivindicaciones de la etnia judía para compensarse por la persecución que soportaban de los europeos. Y para ello eligieron a un pueblo inocente y ajeno a tales luchas religioso-étnicos políticas que se desarrollaban en Europa a las grupas de los nacionalismos agresivos de la época. La agresión a Palestina no se concretará contra un pueblo inerme o aislado, sino que estará sobre la presencia de un acto de mutilación de un [illegible] territorial material como esencialmente en el plano espiritual. [illegible] Santa se realizaron [illegible] argumentos de los derechos históricos, bíblicos, medievales y del cercano y mentira apelegranda de "Demos a un pueblo sin tierra una tierra sin hombres".

LOS DERECHOS HISTORICOS:

A través de los relatos poco objetivos de la Biblia, el sionismo pretende hacer creer a la humanidad que los judíos o hebreos estuvieron asentados desde siempre en Palestina. El colmo de la farsa lo representa el hecho de que quienes afirman tal aserto, son europeos cuyo único punto de contacto que pueden presentar con los antiguos hebreos es de índole religiosa ya que ni siquiera comparten el idioma, que hemos dicho es el referente cultural por excelencia, ya que, como sabemos se expresaban en iddisch que es un dialecto degradado del alemán. Luego de ocupar Palestina se impusieron la tarea de elevar el hebreo a idioma oficial del Estado y por consiguiente lo practicaron obligadamente.

Desde el punto de vista geográfico podemos comprobar la imposibilidad del sucesorio de civilizaciones de manera homogénea, en una región que se ha destacado por ser un corredor o pasillo por donde han transitado numerosos pueblos de la antigüedad que desde la península arábiga se trasladaban a la zona del creciente fértil, en busca de mejores tierras, produciéndose a su paso el desplazamiento de otros pueblos que desaparecían de la escena o la conquista de los mismos con el consabido copamiento y exterminio de sus gentes. Esto hace que nadie pueda argumentar una pureza racial determinada, porque a través de los tiempos y a consecuencia de lo antedicho, todos los pueblos fueron sufriendo diversas mutaciones étnicas.

Si nos valemos de la historia para identificar a los primeros pobladores o a aquellos que permanecieron más tiempo como dueños de la región, nos encontramos con el siguiente relevamiento:

Siguiendo a autores doctos en la materia como Paul Garelli éste nos dice que unos 3.000 años antes de Cristo se puede fechar el asentamiento de algunas ocupaciones de troglodytas.

(Continuará en el próximo número)

- INTIFADA. Tras un año del levantamiento *popular en los territorios árabes, ilegalmente e ilegítimamente ocupados por el estado sionista, la ORGANIZACION DE LIBERACION DE PALESTINA* dio a conocer un mensaje a la Comisión de los Derechos Humanos de las Naciones Unidas indicándoles que, tras un año de la brutal represión israelí, hay:

- 354 palestinos muertos;
- 22.500 heridos, entre ellos, 5.000 discapacitados;
- 2.300 detenidos sin orden judicial;

y por uso de gases y torturas físicas, se produjeron 1.800 casos de aborto en mujeres embarazadas.

Las piedras de la resistencia son lanzadas acompañadas del grito "ALLAH-U-AKBAR", es decir, DIOS ES GRANDE. Y Dios que es más grande que cualquier imperialismo, como dice el Coronel Gadhafi, hará triunfar la verdad.

Esto esperamos.

- Con motivo del *airbus iraní derribado* por un misil disparado por Estados Unidos en las aguas del Golfo y que causó la muerte a 290 pasajeros, la *"Organización de Aeronavegación Mundial"* "lamentó el hecho".

¿Nos imaginamos cómo se alborotaría el palanqueo si la cosa hubiese sido distinta o, sin cuerpo, se le hubiera pegado un *calibre a algún sionista*? Si el simple hecho de haberse manifestado, como se manifestó el AYATOLA JOMEINI cuando ese hindú nacionalizado inglés que no queremos nombrar blasfemó, creyendo hizo, de la santidad del Islam, produjo tal cantidad de palabras *lanzadas al vacío... o a las mentes vacías de la ultraderecha*.....

Para reflexionar...

- "Hay que pelear por un ideal. Y no hay más que dos, que hacen un apostolado de la vida del hombre: Dios y la Patria. Y si todos los hombres no pueden estar al servicio de Dios entendiendo ese servicio como sacerdocio, todos, absolutamente todos, deben estar en servicio de la *Patria*".

Enrique P. Osés (Artículo: *"La sinceridad en el Nacionalismo"*)

- LENIN, ya gravemente enfermo, en el último discurso público les había manifestado a las delegaciones muy altas de los Partidos Comunistas de diversas naciones:

"Ustedes han visto esta revolución que es rusa y que es *imposible* de repetir. Ahora deben volver a sus países y trabajar en cada uno de ellos por una revolución original, auténticamente adecuada a sus características nacionales propias".

Los "camaradas" que viven en la Argentina, desoyendo el sabio consejo de Lenín, siempre trataron de hacer una "revolución" copiada y en contra del Pueblo donde se los vió en 1930, en 1945, en el 55, 76 y 89... ¡Así les va!...

9004450

¿SINARQUIA O 3ra. POSICION JUSTICIALISTA?

EDUARDO DESIDERIO GARCIA

La Patria que queremos

1 • **La Nación continente:** Es el fruto de la heredad hispánica, simbiosis del aborigen y el español, cuyo fruto es esa América gaucha que se extiende desde América del Norte hasta el Polo Sur en la Antártida, que habla una misma lengua, que le reza al mismo Dios y que espera un destino común. La Revolución Justicialista es la síntesis superior y totalizadora de los esfuerzos físicos, intelectuales y espirituales de la Nación en pos de cumplimentar su gran destino histórico, retomando su presencia y su camino material de liderazgo revolucionario acorde a un ritmo geopolítico pautado en lo inspiracional por la heredad artiguista y en lo andino por la heredad Sanmartiniana, y en lo tercermundista como reaseguro geopolítico, y lo universalista como etapa superior filosófica, la heredad viva Peronista.

2 • **Geopolítica de la Cuenca del Plata:** La epopeya sanmartiniana es el más claro ejemplo de que la Cuenca del Plata es el espacio geopolítico generador de la Nación Continente. He aquí nuestra gran tarea, recomponer el viejo Virreinato del Río de la Plata.

La historia nos indica que durante el reinado de España en nuestras tierras, Portugal comenzó después de Tordesillas un avance hacia el oeste y litoraleño por el Atlántico Sur buscando las costas del Plata, el Imperio de Brasil fue fiel a su herencia colonialista a expensas del Plata hispánico. Luego esa trayectoria la continúan los EEUU del Brasil y ya el enfrentamiento no es entre España y Portugal, al que debemos agregar el R.U. de la Gran Bretaña en sus incursiones invasoras de 1806 y 1807, que continuó en los enfrentamientos con la Confederación Argentina que nos recuerda los 12 años de guerra exterior y la gloriosa batalla de la Vuelta de Obligado y los honrosos pactos que Rosas obligó a firmar a esos imperialistas. No faltó Brasil en ese período, todos recordamos la triste y desgraciada batalla del Arroyo de Morón (que los liberales llaman de "Caseros") como ejemplo de su intromisión en las mismas puertas de Buenos Aires, acciones directas o de apoyo la llevan a cumplir un papel de subimperialismo, antes de los Británicos y a posteriori de USA. Ahora tiene una oportunidad histórica de quebrar su tradición agresora y traidora a Hispanoamérica, es por eso que puede y debe revertir su posición definitivamente más que para nuestro bien para el suyo propio, dada su inferior situación geopolítica respecto de la supremacía geopolítica de Hispanoamérica.

3 • **Geopolítica de la penetración marxista:** Su acción concreta y decisiva la da la instalación en 1959 en Cuba en su Estado de "los barbudos verde oliva"; luego la Tricontinental de La Habana que en América Española soñaba convertir a la Cordillera de los Andes en otra Sierra Maestra mayúscula. Es así que su foco infeccioso empieza a contaminar toda Hispanoamérica, hoy una división completa de las FFAA soviéticas estacionadas en su territorio la afianzan y ayudan a controlar la situación interna, mientras los soldados cubanos invaden Africa para afianzar la hegemonía de la URSS en ese continente sobre los restos de las colonias portuguesas, convirtiéndose en un subimperialismo. En estos momentos estamos sufriendo las consecuencias de esa penetración en los pequeños países-islas del Mar Caribe y en el istmo-centroamericano así como en el sur continental las guerrillas urbanas izquierdistas marxistas, que nuestra querida Argentina padeció hasta que la decidida voluntad patriótica de nuestro Pueblo, sumada a la fuerza del último Estado Nacional Justicialista bajo la férrea conducción de Isabel posibilitó, en 1975, no sólo en los montes tucumanos, sino en todo el país, la derrota estratégica definitiva de la subversión, como corolario de lo iniciado por Perón el histórico 1º de Mayo de 1974 en Plaza de Mayo.

4 • **Geopolítica de la integración Andina:** A la luz de los hechos en torno a las Malvinas, podemos afirmar que la integración comenzó su marcha, la respuesta de la OEA (Organización de Estados Americanos) y el TIAR (Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca) son un hecho concreto; estos recuerda a la ATLAS (Agrupación de Trabajadores Latinoamericanos Sindicalistas), del 1º y 2º Gobierno Justicialista, que el hecho más distintivo y característico de la unión existente en nuestros pueblos obra de la CGT de la R.A. (Confederación General del Trabajo de la República Argentina) y nuestros "agregados obreros", verdaderos embajadores de la unidad, que en una acción combinada sin precedentes demuestra que "sólo los pueblos

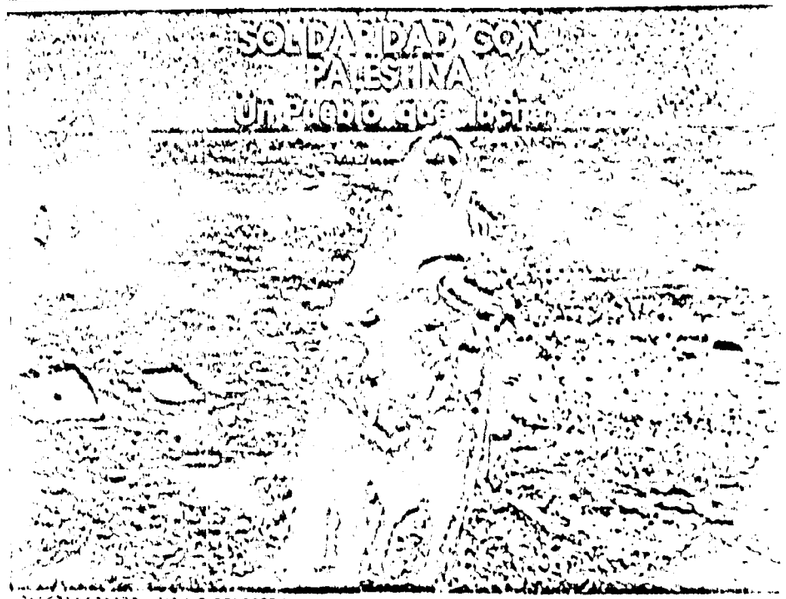
Sobre la base de un pasado común, en lo histórico, religioso y cultural, la Cordillera de los Andes será la columna vertebral geopolítica de la unidad continental y los trabajadores la levadura humana necesaria y suficiente para amalgamar la Nación Continente que soñaron San Martín, Rosas, Yrigoyen y, como decía Perón, "el año 2000 las encontrará unidas o dominadas".

ESCUELA SUPERIOR PERON

DOCTRINA
para el MOVIMIENTO NACIONAL

REVISTA DE LA ESCUELA SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA Y SINDICAL

AÑO 2 - Nº 16 NOVIEMBRE 1969 A 400



ESCRIBEN TAMBIEN:

- Alberto A. Mondragón
- Juan M. Vigo
- Jose A. Yelpo
- Elena Marta Curone
- Ricardo Auer
- Julio J. Villaverde
- Mario A. Corvalán
- Roberto J. Pey
- José L. Fernández Erro
- Eduardo D. García
- Carlos Pachá
- Daniel Schumacher.

• *Reportaje de*
Vilma Biro Alemán

DEFENSA NACIONAL

CONFERENCIAS
JUAN D. PERON
Y MARIA ESTELA
MARTINEZ DE PERON

CUADERNOS PARA LA ACCION Nº 1

9004450

"La Tercera Teoría trae buenos augurios a las masas para su definitiva liberación de todas las cadenas de la injusticia, del abuso de la explotación y de la dominación política y económica para crear la sociedad de todos en la que todo el mundo es libre, en igualdad de poder, de riqueza y de armas, con el fin de que la libertad triunfe total y definitivamente."

LIBRO VERDE

20

20 ANIVERSARIO DE LA GRAN REVOLUCION DE AL FATEH

1969

1° de setiembre

1989

ESCUELA SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA SINDICAL

E.S.C.P.yS.

1.9004450

"La Tercera Teoría trae buenos augurios a las masas para su definitiva liberación de todas las cadenas de la injusticia, del abuso de la explotación y de la dominación política y económica para crear la sociedad de todos en la que todo el mundo es libre, en igualdad de poder, de riqueza y de armas, con el fin de que la libertad triunfe total y definitivamente"

LIBRO VERDE

20 (A)

20 ANIVERSARIO DE LA GRAN REVOLUCION DE AL FATEH

1969

1° de setiembre

1989

ESCUELA SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA SINDICAL

E.S.C.P.yS.

1.9004450

Con motivo de la celebración del XX Aniversario de la Revolución de Libia, la ESCUELA SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA Y SINDICAL invita a Usted a los actos que con tal motivo se desarrollarán de acuerdo al programa que acompañamos.

Esperando contar con su presencia saludamos a Usted muy atentamente.

Lcdo. Ricardo J. Nin
Secretario de Organización

Dr. José C. Gómez
Secretario Docente

Dr. Norberto Chindemi
Director

Buenos Aires, agosto de 1989

PROGRAMA

AGOSTO

Viernes 11: "La Histórica Posición Tercerista: Perón - Nasser Gadhafi".
Dr. *José Camilo Gómez*

Viernes 18: "Economía y libertad en el Libro Verde".
Escritor *Horacio Calderón.*

Viernes 25: "El fundamento social en la Tercera Teoría Universal".
Prof. *Elena Marta Curone* - Escritor *Pablo Hernández.*

SETIEMBRE

Viernes 1°: DIA ANIVERSARIO DE LA REVOLUCION.
"La verdadera democracia: el Poder del Pueblo"
Comp. *Alejandro Alvarez.*

Viernes 8: "Malvinas - Palestina: dos caminos de liberación".
Escritor: *Sergio Cerón.*

Las conferencias antedichas se realizarán en la Sede Central de la Escuela, sita en Hipólito Yrigoyen 788, 2° piso, Capital Federal, a la hora 19.45.

Viernes 15: PANEL "Libia, una realidad liberadora".
Integrantes: *Lcdo. Fernando A. Lavore - Sr. Antonio Mario Rotundo - Diputado Miguel C. Nacul - Lcdo. Ricardo Lobo - Lcdo. Gustavo L. Breide Obeid.*
Coordina: Lcdo. *Carlos Domínguez*

Lanzamieto de la ASOCIACION DE COOPERACION ARGENTINO-LIBIA (A.C.A.L.)

El acto se efectuará en el salon de la Asociación del Personal Superior de Segba (A.P.S.S.) - San José 233, Capital Federal, a partir de la hora 19.45.

20 (B)

9004450

RECORDACION DEL XX ANIVERSARIO DE LA REVOLUCION LIBIA

De acuerdo a lo programado, a partir del día 11 de agosto se realizaron las conferencias alusivas al tema, que finalizaron el 15 de setiembre con una MESA REDONDA llevada a cabo en el salón de actos de la ASOCIACION DEL PERSONAL SUPERIOR DE SEGBA. Fueron sus panelistas: Lcdo. FERNANDO A. LAVORE, presidente de la citada organización gremial; el Lcdo. RICARDO LOBO, subsecretario de la Secretaría de Prensa de la Presidencia de la Nación; el Dr. JOSE CAMILO GOMEZ, Secretario Docente de nuestra Escuela, siendo conducida la misma por el periodista Lcdo. CARLOS DOMINGUEZ.

Se recibieron numerosas adhesiones, incluso del exterior, y la numerosa concurrencia siguió con atención las notables exposiciones de los panelistas, tras las cuales se contestaron las preguntas formuladas por los presentes.

Al finalizar el Acto Académico, el Director de la Escuela anunció la creación de la ASOCIACION DE COOPERACION ARGENTINO-LIBIA (A.C.A.L.), oportunidad en que nuestro Asesor, Espiritual, Rdo. P. JOSE A. DA COSTA procedió a bendecir la Bandera Libia donada por la "FUNDACION POR LA PAZ Y LA AMISTAD DE LOS PUEBLOS", cuya presidencia ejerce el Sr. ANTONIO MARIO ROTUNDO.

Aquellos que deben adherirse a la A.C.A.L., cuyo objetivo fundamental es propiciar las buenas relaciones y conocimiento entre los Pueblos de la Argentina y de la Yamahiria Arabe Libia Popular Socialista, pueden enviar el siguiente cupón:

APELLIDO..... NOMBRES.....
Domicilio..... C.P.....
Localidad..... Provincia.....
Tel.:..... Profesión.....
Domicilio profesional.....
Tel. profesional: .....
.....
(firma)
.....
(lugar y fecha)

¿...Y las madres de Plaza de Mayo, porque no se solidarizan con las madres de Palestina?

("AL WATAN" (La Perla) 8-3-83)

¿Por qué no se solidarizan?
¿Quizás porque fueron recibidas solemnemente en el Parlamento israelí?

"Pero ellos no son seres humanos, no son gente, todos ellos son arabes".
DAVID HACOHEN, presidente de la Comisión de Asuntos Exteriores del parlamento israelí. 18-10-83.

MENAHEM BEGUIN. El 9 de abril de 1948 ocurrió la *masacre en Deir Yassin*, en la que fueron asesinados 254 personas, entre ellas 35 mujeres embarazadas. La misma fue realizada por los grupos terroristas denominados "IrgunZvai Leumi" y "Stren Gang" (Banda Cruel). Dijo al respecto el premio nobel de la Paz, en "Jewish Newsletter", el 3-X-1960: *"La masare fue no solamente justificada, sino que no habría existido un Estado de Israel sin la victoria de Deir Yassin".*

DOCTRINA - P. 3. 21

9004450

ESTADOS UNIDOS: EXPERTO EN PIRATERIA Y TERRORISMO

Ha aparecido la versión, en nuestros diarios "serios", haciéndose eco de la versión de agencias internacionales de la noticia de que el Coronel Gadhafi había manifestado a la revista egipcia Al Mussawar que "se halla arrepentido de haber apoyado al terrorismo y que está dispuesto a un diálogo con los Estados Unidos".

El director de "DOCTRINA" tiene el *privilegio* de ser asiduo visitante de la tierra leída y ha escuchado y discutido varias veces con esa monumental figura que es el LIDER INTERNACIONAL hermano Coronel MUAMMAR EL GADHAFI. Y conociendo perfectamente la acción y el pensamiento del mismo, estamos en condiciones de afirmar:

1) NO ES EXACTO que el Coronel Gadhafi esté arrepentido de haber apoyado al terrorismo porque jamás lo hizo. Para el pensamiento del Líder, el terrorismo por el terrorismo no tiene sentido alguno.

2) Si por apoyar al terrorismo se entiende estar al lado de los débiles, de los perseguidos, de los marginados, pelear junto a los pueblos despojados de sus tierras, luchar por la dignidad y justicia en el mundo, estar con la causa de Malvinas Argentinas, sostener a Nicaragua, defender a Nicaragua, manifestar contra la inicua discriminación racial sudafricana, ayudar a Palestina, etc. etc. Gadhafi, sí, es "terrorista".

Confesamos sinceramente que en este caso también lo somos nosotros.

3) Frente a la inicua acción del máximo terrorismo mundial encabezado por los Estados Unidos, Gadhafi asumió la actitud que corresponde a los hombres del destino. Estados Unidos, cuya acción depredadora los latinoamericanos conocemos muy bien ¿pueden acusar seriamente de terrorista a Gadhafi? Tenemos ejemplo de la acción yanqui contra Malvinas en 1831, destrozando las defensas criollas de las Islas por defender los intereses de un barco pirata que enarbolaba la bandera de la barra y las estrellas, experta en piratería (hija natural de la pérfida Albión), el robo contra Méjico, la pérdida contra Colombia cuando la secesión de la provincia de Panamá, la intervención en Guatemala, la invasión de la República Dominicana, el ataque contra Granada, la descarada acción contra nosotros en 1982. ¿No son los Estados Unidos quienes prohijan la invasión de las sectas para romper la unidad espiritual de nuestra América y, por consiguiente, su unidad política? ¿De qué terrorismo pueden hablar los yanquis? No queremos recordar las atrocidades cometidas durante la conquista del oeste norteamericano ("el mejor indio, es el indio muerto"), ni de las realizadas durante la última guerra se capa de la defensa de la civilización occidental contra la "lacra del nazismo". ¿No armaron los Estados Unidos a las hordas bolcheviques que se arrojaron como bestias feroces sobre los pueblos del este europeo, tras ser apoyados tecnológica, económica y militarmente desde 1917 jalonando el triunfo comunista con sesenta y cuatro millones de muertos?

Los estudios serios sobre la segunda guerra mundial están demostrando hasta la saciedad que jamás las tropas del III Reich cometieron las atrocidades que efectuaron los aliados.

4) El Coronel Gadhafi -y esto personalmente se lo hemos escuchado manifestar a él- está dispuesto a iniciar cualquier diálogo serio, incluso con los Estados Unidos, dentro del mutuo respeto y siendo el mismo abierto y público para que todos los pueblos se enteren del mismo y puedan juzgar por sí mismos, y no por las mentiras que a diario vierten las agencias de noticias manejadas por el sionismo internacional y se reproducen en los grandes rotativos.

¿A qué terrorismo puede ser acusado el Coronel Gadhafi? ¿Del de la CIA? ¿Del de la MOSSAD? ¿Del desplegado por esa prolongación yanqui que es el estado israelí? ¿Del terrorismo que significa la inmoral deuda externa que condena al hambre, a la desesperación, al subdesarrollo a millones de nuestros hermanos latinoamericanos?

Vamos ¡yanquis! a otra cosa ...

Que no por nada por nuestra América pasaron un SAN MARTIN, un ARTIGAS, un BOLIVAR, un SANDINO, un VELASCO, un TORRIJOS, un PERON.

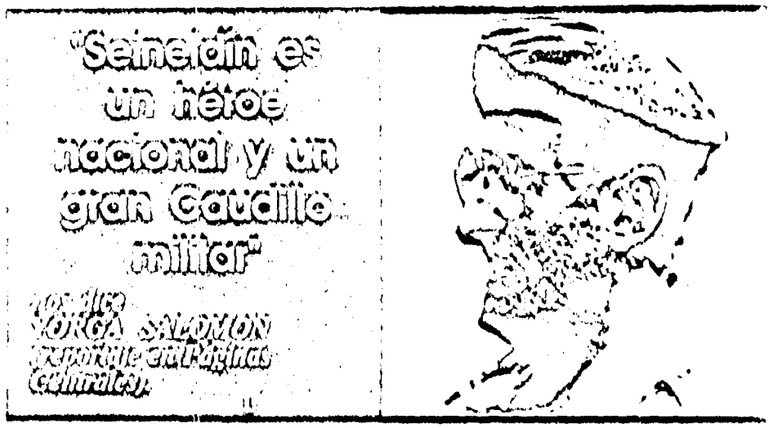
Y de ellos aquendimos -y también de ustedes- que debajo de palabras formalmente similares entre la Argentina y los Estados Unidos HAY COSAS QUE SON ESENCIALMENTE DIVERSAS.

DOCTRINA
para el MOVIMIENTO NACIONAL

REVISTA DE LA ESCUELA SUPERIOR DE CONDUCCION POLITICA Y SINDICAL

AÑO 2 - Nº 19 DICIEMBRE 1989 A $ 500

• La pérfida oligarquía y el sentido heroico de la vida. (Editorial).
• EE. UU.: experto en piratería y terrorismo. (pág. 28).
• La visión de Perón y el desarrollo nuclear argentino. (págs. 6 y 7).
• ¿Quiénes hacen discriminación?. (págs. 22 y 23).



INCLUYE:

CUADERNOS PARA LA ACCION Nº 12
con la Tercera Parte del LIBRO VERDE y
... GRAN CARTA VERDE DE LOS DERECHOS DEL HOMBRE.

9004 450

Julio en la memoria de la Patria

JUAN FELIPE IBARRA

Escribe ALBERTO MONDRAGON

Nace JUAN FELIPE IBARRA en Matará (Santiago del Estero) el 1º de mayo de 1787, inscripto en el Colegio de Montserrat (Córdoba) cursa el ciclo juvenil dejando sus estudios para alistarse en el "Batallón de Patricios Santiagueños" y recibiendo su bautismo de sangre frente a los ingleses en Buenos Aires en 1806. De ahí en más inicia la carrera de las armas como guerrero de la Independencia a las órdenes del General Belgrano estando en las batallas de "Las Piedras", "Tucumán" y "Salta", llegando al grado de Capitán.

Para 1814 es agregado Estado Mayor del General San Martín y luego nuevamente con Belgrano como Ayudante de Campo en el Ejército del Norte; en conjunción con Güemes en Salta ejerce la Comandancia del Fortín de Abipones.

Firme puntal federalista del Norte es su Santiago del Estero en 1820. El eje del interior pasa por la Provincia manteniendo el equilibrio de las luchas entre unitarios y federales y en esa fecha, el 25 de abril, se proclama la autonomía de Santiago del Estero como baluarte federal expresado por inspiración de Ibarra como Gobernador en el Acta donde se declara: "No reconocer otra soberanía ni superioridad sino la del Congreso de nuestros coestados que van a reunirse para organizar nuestra federación".

IBARRA imprime a su mandato una férrea política económica-social siendo precursor de la futura aplicación del año 1835 de la ley proteccionista, ya que Santiago del Estero -madre de ciudades- sufrió como ninguna la destrucción de su industria artesanal por la introducción de mercadería inglesa posterior a 1810.

Hasta el fin de su vida JUAN FELIPE IBARRA -fallece el 15 de julio de 1851- es el antemural del federalismo norteño, pasando por embates de peligrosidad: la invasión de su ex-amigo el Gral. Paz con la soldadesca de Deheza, el ataque del Gobernador Araoz de Tucumán, la insidia de Cullen, la presión del cónsul francés, las intrigas de Cuevas de Catamarca, la Coalición del Norte, etc., que son para IBARRA nuevas pruebas de su lealtad a la causa federal, fue primero con Juan Facundo Quiroga en el pacto del Norte, luego con Estanislao López en adhesión al Pacto Federal y luego con Juan Manuel de Rosas en la consolidación de la Confederación Argentina testimonian la convicción de su carácter. La carta de IBARRA a Cuyas del 3 de febrero de 1839 certifica lo antedicho. Dice así: "Hablando a usted con la franqueza propia de nuestra amistad, debo decirle que no solamente debemos estar prevenidos, sino también contra los pérfidos consejos que los unitarios disfrazados se atrevan a darnos bajo la máscara del bien público, con el detestable fin de ponernos en el caso de dar pasos falsos, para de este modo hacernos perder nuestra verdadera fuerza, que consiste en la perfecta unidad de sentimientos y marcha política que hasta aquí hemos observado. La medida de retirar las facultades concedidas al Ilustre Argentino, nuestro amigo el General Rosas, forma parte del plan que los unitarios se han propuesto para dar en tierra con la Santa Causa de la Federación; porque creen que de este modo complicarán más la posición del Sr. Rosas y echarán abajo esa columna fuerte que en la provincia de Buenos Aires sostiene el gran edificio federal".

Significativo es anotar que Juan Manuel, Juan Facundo y Juan Felipe, fueran las columnas de la Confederación Argentina, y esto con saberlo el pueblo fué y es la razón de que la copla santiagueña lo recuerde en:

"Fue la columna más fuerte
de la Confederación
Nuestro bando se perdió
porque nos quitó la muerte."

III 3RD
MARCHA
Actividad
política general
Y cultural
3R9
Rep. Argentina
Mar del Plata
LUNES
MIERCOLES
Y VIERNES
DE 17 A 21

COMITE DE SOLIDARIDAD CON LA NACION Y EL PUEBLO PALESTINO

Se ha constituido tal Comité con el objeto de:

- defender los derechos del Pueblo Palestino, en un todo acorde a las resoluciones emanadas de las Naciones Unidas;
- promover el conocimiento de la justicia de los mismos en el Pueblo Argentino;
- propender, por todos los medios posibles, a concretar una solidaridad efectivo para que firmemo p[illegible] ta viva en paz en su tierra.

c.c. 4[illegible] - Correo C[illegible] - 1[illegible] Bs. As.

ESPERAMOS SU APOYO

DOCTRINA - PAG. 5

PARTES POCO LEGIBLE

9004450

El primero de septiembre pasado se cumplieron los 20 años de la revolución libia. El "Estado de las masas" festejó, orgulloso, el cúmulo de logros alcanzados bajo la guía del coronel Muammar el Gaddafi; en primer lugar, el simple hecho de sobrevivir a los ataques del imperialismo norteamericano. Muchos de esos logros son fácilmente perceptibles; otros, en cambio, requieren una "adecuación" a los criterios occidentales. El siguiente es el informe de dos enviados especiales de **Mate Amargo** *que asistieron a los festejos y registraron los contactos políticos facilitados por la presencia, en Trípoli, de 21 jefes de Estado del Tercer Mundo.*

20 años de la Revolución Libia

LA NOCHE 100: SURREALISMO ÁRABE

por
Samuel Blixen
Sergio Márquez

Un palo de madera labrada que producía un escualido rectangulo de sombra, desentonaba, solitario, en el asfalto calcinado de la pista de aterrizaje de Meetega, una escuela militar norteamericana de las afueras de Trípoli. Hoy convertido en un aeropuerto de la Fuerza Aérea Libia saturado de modernos cazas de combate, helicópteros artillados y pesados aviones de transporte, todos de fabricación soviética.

Tan incongruente como el palo era la alfombra que zigzagueaba por la pista y bordeaba los hangares, conduciendo hasta una inmensa carpa beduina alhajada con alfombras, sillones y mesas de estilo europeo.

Detrás de la carpa, un tercer elemento disonante en ese escenario militar: un inmenso ómnibus con ventanas ciegas, transformado en casa rodante.

Bajo el sol vertical del mediodía, sólo un hombre permanecía inmóvil, estatuario, en la pista calmada de soldados, mecánicos, brigadas juveniles, escuadras femeninas, faluchos de cabotaje bullanguero, comunistas fotogénicos y bancas de muchos que bullen enfrascados, coloridos (y seguramente nauseabundos), uniformes. Bi-corne: Muammar el Gaddafi fingía ajustar la arruga de su nombre que cruzaba la pista como un himno arrancado repentinamente por mil gargantas incansables.

En medio de aquel caos ordenado y colorido a la vez, donde los soldados se confundían con los diplomáticos y donde los distintos servicios de seguridad parecían vigilarse entre sí, Gaddafi actuaba como si fuera el único hombre en un desierto poblado. Bajo el palo, el jefe de la revolución no se permitió el más leve gesto que indicara una emoción, un sudor, un padecimiento, durante las horas que permaneció en el aeropuerto, ese 31 de agosto, viviendo de las celebraciones de la "yamahiria".

Vestido de blanco, con una capa ribeteada en oro y los atributos militares que lo avalaban como guía político-militar de esta Libia estimulante, sólo sus ojos, incansables, estudiaban sobre, a veces, parecían tan sólo La pose, estudiada y calculada, a una imagen que el líder de la revolución verde parece cultivar con su puesta en escena actitud que para los occidentales provoca un distanciamiento necesario de aquella imagen que se cultiva; pero también, sin dudas, expresaba una intención política, que los presidentes y jefes de estado de los países árabes y los aliados del África negra, que fueron llegando con cuentagotas de quince minutos, esa mañana seguramente interpretaron.

Tal tipo de mensajes, de hechos que merecían una sobre lectura, se recibirían con profusión a lo largo de los días, durante las ceremonias. Por ejemplo: Incontables veces Gaddafi caminó la pista alborotada, desde la escalerilla del avión hasta la carpa, donde un asistente leía por él las protocolares palabras de recibimiento a los presidentes y primeros ministros de Yemen del Sur, de Madagascar, de Togo, de Siria, de Gambia, de Tanzania, que fueron arribando a lo largo del día. En cambio, para el arribo del presidente del recientemente creado Estado Palestino, Yasser Arafat, se hizo presente en la escalerilla del avión al mayor Khweldy Hamedy, a quien señalan como el hombre número tres en la escalera del poder libio, y uno de los militares que permanecen leales a Gaddafi desde el levantamiento que derrocó a la monarquía corrupta y entreguista de los senusiya.

Nadie preveía la llegada de Arafat para las celebraciones libias, puesto que las relaciones entre Gaddafi y el líder palestino soportaban, una vez más, un período particularmente turbulento. Libia no reconoció el gobierno palestino en el exilio que preside Arafat, aunque mantiene su apoyo a la intifada, la rebelión del pueblo palestino en los territorios ocupados por Israel. Solo la mentalidad a dos puntas característica del tercio de la abducción recibimiento, en el aeropuerto, de canciones locas y consignas vivando a Arafat y simultáneamente, el desaire de Gaddafi.

En la carpa, mientras Arafat bebía té y saludaba con un auténtico cariño a uno de los hijos de Gaddafi (un joven de unos veinte años, de pelo ensortijado que llevaba de la pacha, visiblemente, por el uniforme camuflado y su pistola al cinto, pero que después, en una madrugada en que su padre mantenía una maratónica sesión de contactos políticos con los dirigentes del África negra, vimos con [illegible] por los pasillos con [illegible] preguntamos a un [illegible] por Gaddafi que permanecía a unos metros, en [illegible] su [illegible] casa- [illegible]

Una obra faraónica

De todas las realizaciones que acomete la revolución libia, esta bien puede ser considerada la faraónica, el Gran Río Artificial, es un despliegue de esfuerzo y determinación asombrosos.

Básicamente consiste en sacar el agua descubierta en [illegible] subterráneos y llevarla a los centros urbanos, donde será almacenada en depósitos cubiertos a lo largo de 2 mil kilómetros.

Para la construcción del Río de la Vida se emplea, un [illegible] de albergar 300 millones de metros cúbicos. [illegible] en perfo desde 10. Las fábricas fabricas de cañerías, una en la costa y [illegible] en pleno desierto, producen caños de siete metros de diámetro.

El entubado permite evitar [illegible] Solamente por año, tanto en esta que a medida que avanza el río artificial se van construyendo [illegible] tales, sistemas de comunicaciones y redes de abastecimiento [illegible].

El proyecto fue diseñado para extraer, a menor costo, un caudal de agua que será destinado a hacer cultivables extensas zonas costeras. La idea es que la nueva disponibilidad de agua permitirá aumentar la producción de bienes agrícolas, "no solo en beneficio de la Yamahiria sino en todo el gran mundo árabe, en el nombre de Alá, el compasivo".

34 mate amargo

2/9/89

PARTES POCO LEGIBLE

9004450

Arafat. "Gaddafi está chiflado". Fue la lacónica y malhumorada respuesta.

El patriótico bendito

El culto del dictador parece del pasado. Es una manifestación de la modernidad. Está, en todo caso, incorporado a la forma de comunicación. Y ello se advierte no sólo en las artes efímeras, sino en la vida cotidiana y a propósito de las relaciones políticas. Los monumentos de exaltación suelen ser una de las formas imaginadas para perpetuar que alguna vez existió un dictador. Los mismos de hace 20 años son sólo la posibilidad de construir su destino.

En Trípoli todos los signos de la revolución verde –las fabulosas autopistas hablan de una inversión total de la riqueza del país. Nos dicen que Trípoli, como el culto de la época de la dominación italiana, y una ciudad destinada para consumo del visitante, fue construida a partir de 1969. Y en efecto, los bloques de apartamentos, las viviendas colectivas (que disimulan el inevitable dibujo de cajón con pequeños detalles arquitectónicos árabes), son recientes. Los grandes edificios, entre ellos algunas hermosas mansiones, albergan institutos de enseñanza, hospitales, policlínicos y oficinas públicas, que los guías exhiben con orgullo. "Aquí antes no había nada", es la explicación recurrente cuando el automóvil recorre barrios antiguos.

Desde el punto de vista urbanístico, Trípoli no tiene solución. Los cambios que se han producido en los últimos años son tan profundos, que cualquier intento de ordenamiento a partir de lo existente es imposible. Es una ciudad de los años setenta y ochenta, en el mundo árabe, en la época del petróleo. Las avenidas, las casas, los edificios, todo parece diseñado para un tipo de vida que no existe en la ciudad. Las calles están llenas de automóviles, en el momento de la hora pico. Grandes avenidas, como la que conduce al aeropuerto, son intransitables. Los semáforos, que no existían hace 10 años, son insuficientes. Las aceras, que no existían hace 10 años, son insuficientes. Las aceras, que no existían hace 10 años, son insuficientes. Las aceras, que no existían hace 10 años, son insuficientes.

Por todo lado se advierte la ausencia de la modernidad. No hay semáforos, ni señales de tránsito, ni nombres de calles que, además, Trípoli no tiene. En las calles a un mismo lado, a un borracho, a un drogado, no se sabe en qué lugar se encuentra. Las viviendas, en particular las de los barrios populares, son de una fealdad que ofende.

Sin embargo, hay ciertos trabajos que los libios no hacen, y quizás sea la riqueza del país la que fomenta una cierta discriminación. Con una endémica carencia de mano de obra, Libia acoge hoy a unos 500 mil trabajadores (tunecinos, egipcios, marroquíes, sudaneses) que invariablemente son destinados al sector servicios o se perdían, como los 50 mil surcoreanos que trabajan en la construcción del Río de la Vida (ver recuadro), para dentro de unos años pasar a otra estructura.

El estilo Gaddafi

En gran medida, esta conducta libia [illegible] cubre en la clandestinidad.

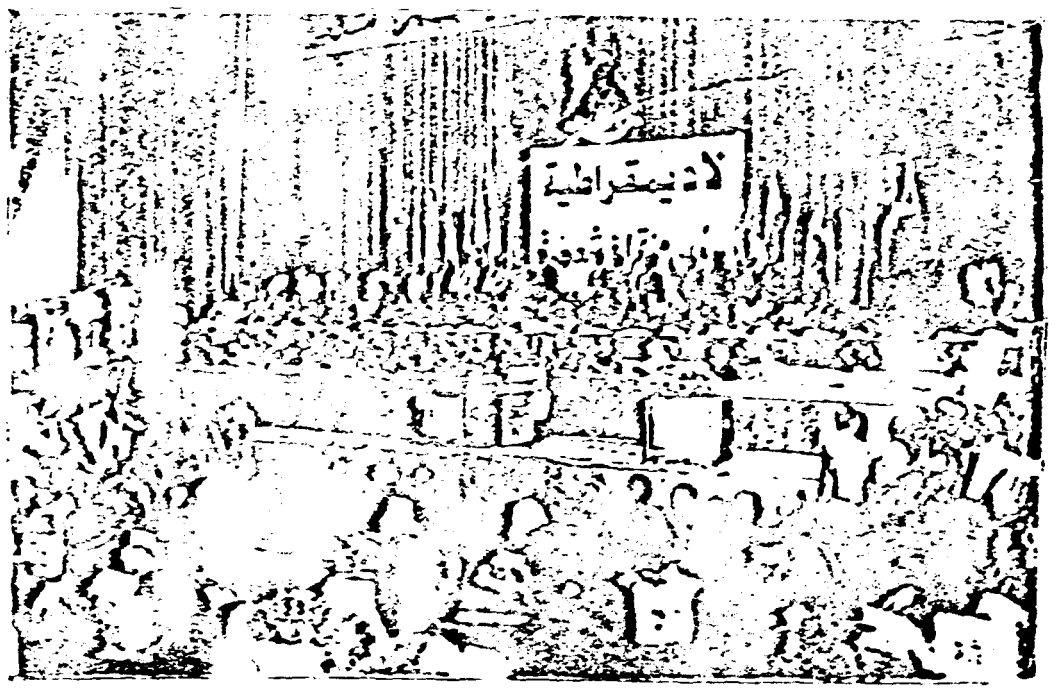
Los amigos que el régimen libio conserva por aquí y allá dicen que Gaddafi, pese a todo, sigue siendo el líder que fue en los años setenta, cuando los proyectos de Khadafi incluían una gran federación musulmana antes que la árabe-africana.

Hoy, el guía de la jamahiriya prefiere concentrarse en los asuntos del Magreb (Argelia, Marruecos, Túnez, Libia y Mauritania), cuya integración imagina como un tema sostenido y este proyecto sufre dificultades (por ejemplo las que surgen de una supuesta complicidad con Hassan II), o parálisis, como las del Sahara Occidental, cuyo Frente Polisario del Liberación Nacional surgió para sustraerse en Trípoli.

Los festejos del primero de septiembre [illegible], precisamente, el mito de una cumbre del Magreb que fortalezca y perfeccione una unidad. La asistencia de Mauritania no hubiera sido un contratiempo, en cambio, los enfrentamientos tuareg de Hassan II y el empantanamiento de Gaddafi (que a veces se vuelve inadmisible) arruinaron los planes. Para el recibimiento de Hassan, a su llegada a Trípoli, estaba previsto un despliegue de camellos y jinetes. Unos tuareg se alinearían en el muelle donde atracaría el buque de Hassan. Gaddafi se trasladaría a caballo hasta el lugar donde recibiría a los demás mandatarios, y allí un tuareg sellaría el histórico pacto de reconciliación entre Libia y Marruecos. El barco llegó, el helicóptero descargó la gente apropiada y las fuerzas de seguridad cumplieron su papel. Pero Hassan, cuya [illegible] le hace temer por [illegible] un atentado, prefirió no desembarcar. Los tuareg quedaron [illegible] y en la ciudad, los guardaespaldas de Hassan pusieron [illegible] a la seguridad local; hubo tiroteos, Hassan se dio vuelta disgustado, un ministro blandió un revólver. Gaddafi se ofendió, Hassan renunció estar presente en la ceremonia del Congreso del Pueblo. Gaddafi dejó de asistir a una cena ofrecida por el rey marroquí y la cumbre del Magreb naufragó en pequeños desastres.

Con ese humor, el día de los festejos centrales, Gaddafi hizo esperar dos horas a los 20 mandatarios que colmaban el estrado principal para presenciar un desfile. Los huéspedes no se dieron por enterados, y mientras Gaddafi asumía, una vez más, un aire estudiantil, abajo, más de 100 mil soldados y milicianos, hombres y mujeres, armados con fusiles AKA, desfilaban bajo la mirada de su líder. No hubo tanques ni artillería, ni transportes ni despliegue de armamento alguno. Solo hombres que pasaban, en un río interminable.

Era, en verdad, un pueblo en armas.



35

mate am

c

10/89

PARTES. POCO LEGIBLE

25 / 25

9004450

Nº DOC:
TITU: Comentarios de E. EVDOMIKOV sobre Bulgaria.
PRE: Nota (ECD)
FE: Enero/90
VIAJE: Bulgaria (ECD)

1-11-90

Evdokim Evdomikov

NO WAY TO TURN THE CLOCK BACK IN BULGARIA

Although with perhaps some delay Bulgaria also became the stage for a strong movement of reforms, for religious freedom and human rights. The delay was due not to the so-called loyalty of the Bulgarian people to Moscow but only because they had paid a heavy price in blood and persecutions in resisting the Communist regime. According to conservative appraisals the number of victims of the installation of Communism in Bulgaria until 1952 goes well over 150,000. This includes the liquidation of the political, spiritual and cultural elites, of the Parliamentarian opposition as well as the victims of the farmers collectivisation. Since then with certain exceptions the opposition of the Bulgarian people against Communist oppression became rather passive by mainly boycotting and paralysing the economic plans of the Communist Party. Plans which were anyway doomed to failure.

As time passed the dissatisfaction and resentment of the population with the policy of Russification and with the worsening economic and political situation started to grow and look for articulation. This became obvious after the Helsinki Conference and especially during the last two years which saw the birth of numerous independent groups, organisations, clubs, movements etc.

This article does not pretend to present the history of the opposition movement in Bulgaria but rather to analyse the latest developments. The fact is that after many mass meetings in the capital as well as in the provinces, on December 7th, 1989, in Sofia the founding of the Union of Democratic Forces took place. It consists of:

1. The Independent Association for the Defense of Human Rights in Bulgaria
2. The Independent Union "Ecoglasnost"
3. The Independent Labour Federation "Podkrepa"
4. The Committee for Defense of Religious Freedom and Spiritual Values
5. The Club of All Oppressed and Politically Persecuted After 1945
6. The Independent Students Association
7. The Movement for Citizens Initiative
8. The United Bulgarian Labour Social Democratic Party
9. The Bulgarian Agrarian Union Nikola Petkoff

The founding organisations stated that they will maintain their independence but will unite and co-ordinate their efforts to speed the process of democratisation of the country. Besides the demands for the installment of political pluralism, market economy, a multi-party system and a state based on legality for everybody, they will fight for the introduction of new labour and social laws guaranteeing the right to strike and the defense of the weak in society, equality for all kinds of property, a new democratic constitution, depolitisation of the army and police, democratic elections for a new parliament, rehabilitation of all the persecuted in the period of totalitarianism, autonomy for the educational system, independence for the mass communication media, full freedom of speech, meetings and associations, freedom for religious activity and the guarantee for the treatment of ethnic minorities in accordance with the Charter of Human Rights. The Union of Democratic Forces functions through its co-ordinating council with President — Dr. Phil. Jelu Jelleff, Secretary — the biologist P. Beron, and speakers — G. Spassoff and R. Wodenitscharoff.

Following a tactic of protraction, the Bulgarian Communist Party and the new

01-03

90 [illegible]

army the right to vote. In protest to this, LDP availed itself of the newly adopted law on Referendum and collected 400,000 signatures demanding to hold a referendum on the question of the servicemen's right to participate in the elections.

The signatures have been submitted to the Supreme Soviet and acknowledged as valid. This question will be considered at the next session on 15th January 1990.

In my opinion after the elections the LDP will present a strong opposition to governmental bodies.

It should be noted that the LDP which had started its activity by nation consolidating actions — such as organising rallies, arranging demonstrations to mark Georgian events — established itself as a considerable political force which does not declare socialism as the system acceptable for social development and which resolutely calls for a truly democratic state.

Yet at present the LDP, like all other parties, is undergoing a crisis. There is a deliberate attempt to divide the party into fractions by infiltrating people into it who oppose its programme. On the other hand it must be stated that it is very difficult to adhere to the democratic principles within the party in a totalitarian state. There always exist objective conditions which obstruct the freedom of thoughts and actions within the party.

However we have every reason to believe that under the multi-party system the LDP will enjoy the support and sympathy of a considerable part of the nation.

Freedom of Europe is impossible without the freedom of the Baltic States.

We hope for your active help in our fight for Independence

DECLARATION OF INDEPENDENCE FOR ESTONIA

Feb. 2, 1990 — A joint convention of Estonian People's Deputies (to local soviets and to Moscow's People's Deputies Congress and Supreme Soviet) and the Supreme Soviet of Estonia today, Feb. 2, in Tallin, approved a Declaration of Independence on the terms of the Feb. 2, 1920 ("Tartu") Peace Treaty between the Republic of Estonia and Soviet Russia. It also decided to form a Special Committee to start negotiations with the Government of the USSR, on the basis of said Peace Treaty, to regulate the relations between Estonia and the USSR, primarily in order to achieve DE FACTO recognition of the Republic of Estonia from the Soviet Government.

In speeches preceding the vote it was emphasized that DE JURE recognition of the Republic already exists under international law, a reference to the Western non-recognition of the 1940 Baltic annexations by the Soviet Union. The continuing validity of the Tartu Peace Treaty was underscored by many speakers. Others called for evacuation of Soviet forces, repatriation of Estonian youth serving in Soviet armed forces outside of Estonia, and formation of indigenous army units.

A counterproposal condemning the Resolution was read by a deputy from Kohtla Jarve, in the name of his, Narva's and Sillamäe's constituents (*all belonging to the* North East of the most russified district of Estonia). The counterproposal was not discussed.

Of the participating 2191 deputies, 2073 votes were cast in favor of the Resolution, 101 were against (mostly members of the pro-Russian Interfront), and 17 abstained.

President Arnold Rüütel made a preliminary proposal as to the composition of the negotiating Special Committee. It appears that the proposed list includes representatives of most (or all) of the various political groupings and both the registered and [illegible] parties such as the Estonian National Independence Party

3004432

government agreed finally to negotiations with representatives from the opposition and with the different organisations and groups at the round table. Only under pressure from mass demonstrations and the threat of strikes did the government and Bulgarian Communist Party make several concessions: they agreed to negotiations instead of consultations, they showed willingness to abandon their monopoly of state power, they offered the opposition representatives to participate in the government, they are speaking of pluralism and market economy and last but not least they spoke about elections not later than May 1990. All this is going on not without certain resistance on the part of the Party nomenclatura and many of those enjoying the privileges of the regime. They try by all possible means to disturb or even to make impossible the activities of the independent groups and organisations by refusing them equal opportunity in using public building and facilities, communications, media, the press and television.

Until now this resistance has not brought the situation to the point where the peoples' anger could explode and provoke tragic developments of the kind which happened in Rumania. Everything depends on the ability and willingness of the so-called reformers in the party to adjust to the peoples desire for freedom and democracy, and to make the necessary concessions. One thing is clear: there is no way for turning the clock back. The last personnel changes in the party and government show that the Communist leaders are trying to comply with this fact. By clearing the party apparatus from the prominent Zhivkoff supporters and by making some small concessions they are trying to create the impression that fundamental changes are on the way. But this will hardly settle the peoples desire for true democracy, for political and economic reforms, and if decisive steps are not taken soon in this direction we will certainly witness an increase of tension and pressure from below.

January 1990

03 03

90011452

US fears Libyan connection in Liberia

The US is traditionally the paymaster of the Liberian government, but the rebellion against Samuel Doe's regime, led by Charles Taylor, has posed uncomfortable questions for American policy, *reports an Intelligence Digest diplomatic observer.*

Charles Taylor, the rebel leader, is a popular man, as would be anyone who posed an effective challenge to the corrupt, inefficient, and bloodthirsty regime of Samuel Doe.

The US has no illusions about the abuse of human rights and other misdeeds committed by Samuel Doe, but they're very concerned by Taylor's Libyan links.

Taylor is still on the US Department of Justice's wanted list having absconded from a US prison. After his escape he sought asylum from the pro-Libyan leftist regime of Thomas Sankara in Burkino Faso (Upper Volta). It was through Sankara that Taylor apparently obtained Libyan help for his rebellion. Two years ago Taylor sent about 100 young Liberians to Libya for training.

The US has refused to respond with military aid to the beleaguered Samuel Doe, but equally it's shown no willingness to support Taylor. Rather, the US policy has been to try to establish a dialogue between the two.

Fears of US trap

But Taylor is wary of the US, fearing a trap, and so the Americans have approached certain foreign journalists to mediate.

There's panic in Monrovia, and many people, fearing a Libyan-style terror regime, are preparing to leave. All Protestant schools have been closed and the Catholics are about to follow suit.

Indian houses of Parliament.

☐ **Discussions** about opening a Novosti office in Johannesburg – with the possibility that SA will open a similar one in Moscow – take place between the two governments. If such an office responsible for news gathering and the dissemination of information, is opened, it wil be the first "official" Soviet presence in SA in nearly four decades. 0590

Mr John Toerien, Chairman of the NorthernTransvaal Chamber of Commerce (le front), and Dr Andrzej Arendarski, Chairman the Polish Chamber of Commerce and Industr sign an agreement of co-operation between businessmen of SA and Poland. At the back a Minister of Trade, Industry and Tourism Mr Ke Durr, and Mr Tadeusz Kaminski, Johannesbu representative of the Polish Chamber.

Nº DOCUMENTO
TITULO ECONECCION LIBIA EN LIBERIA
PROCEDENCIA IMX (SC.103)
FECHA DE PUBLICACION E/C/SC
CLASIFICACIONES LI.3.2 (SC.33)
LI.350.4 (SC.44)

1.01

9004453

: Holding Their Own

ys Bulgaria's Ethnic Turks

Minority rallies to recover identity after forced assimilation.

Socialist Party and the Union of Democratic Forces, Bulgaria's main opposition group, and the Bulgarian Agrarian Party.

"Our main goal is to bring down the Bulgarian Socialist Party from the political scene in this country," said the movement's leader, Ahmed Dogan, 36 years old, who was released from prison last December after serving more than 3 years of a 10-year sentence for organizing opposition to the assimilation campaign.

"We can harbor no illusions about their attitude," he said.

The Bulgarian Communist Party, which has ruled the country for the last 45 years, renamed itself the Socialist Party earlier this year.

Bulgaria's Socialist Prime Minister, Andrei Lukanov, recently called the assimilation campaign "a moral scandal and a national tragedy."

The Government has moved toward some accommodation of the Turkish minority's demands, but it has so far not heeded the appeal for the dismissal of local officials who carried out the campaign.

Mr. Dogan has campaigned in earnest since the movement registered as a political party in April. Every day he stumps at least two or three of the mountain villages and industrial towns in Bulgaria's Turkish-populated regions.

"We were placed in an unequal position in the pre-election campaign," Mr. Dogan said to members of the American Congress who are in Kirdzhali to observe the election.

He explained that the movement has been denied newsprint, has had only nominal access to the broadcast services and was not allotted a party headquarters.

Direct Contact Instead of TV

"From a shortcoming this has turned into an advantage," he added with a smile. "Immediate direct contact with the people here is more effective than television."

Mr. Dogan, who has a wide following and is regarded as the Turkish minority's main political leader, last week drew more than 10,000 people to a rally here. Last spring, while he was still in prison, he was able to direct demonstrations from his jail cell.

The absentee voting rules adopted in Bulgaria, although perhaps the most liberal yet implemented in Eastern Europe, could cost the movement a sizable number of votes. The system requires an individual to have been outside the country for at least five years to qualify for an absentee ballot.

Foreign election observers suspect that this requirement was introduced to deny a voice in the election of an estimated 100,000 ethnic Turks of voting age who remain in Turkey after a mass exodus from Bulgaria last year.

The system must have had the support of both the Bulgarian Socialist Party and the Union of Democratic Forces to have been adopted as part of Bulgaria's new election regulations at this spring's roundtable negotiations.

The Muslim movement's leaders hope that it can pull itself to third place in the voting on Sunday. Despite its deep antipathy for the Socialists, the movement is not a member of the Union of Democratic Forces, a coalition bound together by its members' opposition to the former Communists.

Mr. Dogan has in fact bitterly criticized Democratic Forces leaders for failing to emphasize the pride of Bulgaria's ethnic Turks and other minorities.

Sense of Being Manipulated

"They should be for us," said Stefan Tafrov, head of the Democratic Forces' International Department, who charged that the Muslim movement is being manipulated by the Socialists. "The union includes many people who risked their lives against the campaign against the Turks."

"It is one thing to declare one's self in favor of human rights and another to wage a lasting struggle to prevent these rights from being taken away," Mr. Dogan retorted, charging that Union leaders have attempted to discredit both him and his movement.

Despite this disagreement, movement supporters have been instructed to vote for candidates of the Union of Democratic Forces in areas where they have no candidates of th
Mr. Dogan also said today movement will join the union i tion to prevent the Socialists fr ing control of Bulgaria's next ment.

He played down the prospect ethnic Turks' entry onto the B political stage might provoke alist backlash from ethnic Bulg

"If the Bulgarians provoke u will be at their expense," he sa

Round One: Elections Begin In 't

THE VOTE

Two rounds of secret-ballot voting will be held to fill the 400 seats in Bulgaria's unicameral Grand National Assembly. In its next session, the Assembly will function both as a constituent assembly and as a legislature.

The first round of voting is today and the second is June 17. It is the first free, multi-party election in Bulgaria since the Communists took power after World War II.

Voters will elect deputies by a simple majority, one each in 200 electoral districts, the other 200 deputies will be elected by proportional representationin 28 multimember districts. There are about 3,100 candidates.

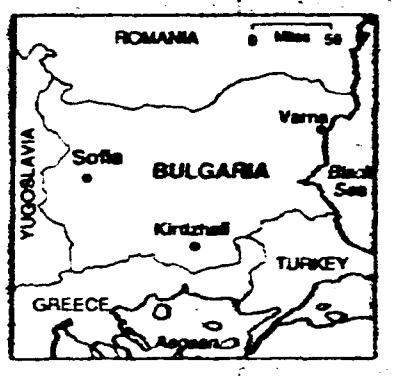
About 6.7 million of Bulgaria's 9 million people are registered to vote. A heavy turnout is expected.

THE PARTIES AND MOVEMENTS

Bulgarian Socialist Party

Formerly the Bulgarian Communist Party. It has monopolized Bulgarian political life since World War II. Its main strength lies in its financial resources and still entrenched party apparatus, in the government bureaucracy, economic enterprises and military. Its platform endorses the multiparty political system and the introduction of a market-based economic system.

The party leader, Aleksandar Lilov, and Bulgaria's President, Petar Mladenov, and Prime Minister, Andrei Lukanov, won popular support after unseating the Communist dictator, Todor Zhivkov, in November. The Socialist Party's support has waned as the opposition has solidified and struggled to focus attention on the party's 45 years of totalitarian rule rather than the reforms it has introduced in the last six months.



A coalit
parties
the Unic
Forces
group. I
an envir
Glasnos
indepen
Vasil G
is name
and that
Bulgaria
Social C

Opposit
coalition
together
a divid
support
gained n
Commu

Bulgaria
Organi
Party, th
Union le
purged i
authorit
opposit
last mo

The
The
The lead
against e
ethnic Tu
minority

The

PARTIES ELEGIBLE

9004454

.nic Turks

e the mo ment registered as party in April. Every day ne at least two or three of the villages and industrial towns nes Turkish-populated re-

ced in an unequal posi- election campaign," Mr. to members of the Amer- ress who are in Kirdzhali to e election.

ined that the movement has ed newsprint, has had only ess to the broadcast serv- s not allotted a party head-

Contact Instead of TV

a shortcoming this has an advantage, he added e. "Immediate direct con- e people here is more effec- levision."

n, who has a wide following ded as the Turkish minori- political leader, last week 70,000 people to a rally spring, while he was still in was able to direct demon- om his jail cell.

ntee voting rules adopted in although perhaps the most mplemented in Eastern Eu- cost the movement a siz- er of votes. The system re- ndividual to have been out- ntry for at least five years r an absentee ballot.

election obser rs suspect quirement ntroduced ce in the e n of an esti- 00 ethnic ks of voting nam in Tu after a mass n Bulgaria year.

m must h had the sup- f the Bu rian Socialist the Union of Democratic ave been adopted as part of new election regulations at s roundtable negotiations.

ing movement's leaders ar itself to third place g on Sunday. Despite its ny for the Socialists, the is not a member of the mocratic Forces, a coali- together by its members' the former Communists.

n has in fact bitterly criti- cratic Forces leaders for mphasize the pride of Bul- Turks and other minori-

of Being Manipulated

uld be for us," said Stefan of the Democratic ternational Department, that the slim move- manipulated by the So- nion includes many peo- ed their lives against the amst the Turks."

"It is one thing to declare one's self in favor of human rights and another to wage a lasting struggle to prevent these rights from being taken away," Mr. Dogan retorted, charging that Union leaders have attempted to discredit both him and his movement.

Despite this disagreement, movement supporters have been instructed to vote for candidates of the Union of Democratic Forces in areas where they have no candidates of their own. Mr. Dogan also said today that the movement will join the union in a coalition to prevent the Socialists from gaining control of Bulgaria's next government.

He played down the prospect that the ethnic Turks' entry onto the Bulgarian political stage might provoke a nationalist backlash from ethnic Bulgarians.

"If the Bulgarians provoke tension, it will be at their expense," he said.

Movement leaders emphasize instead that they have won the backing of some ethnic Bulgarians and are running about 15 Bulgarian candidates.

"I decided to run with the movement because the world is exploring space while we are still fighting each other like animals," said Roza Georgieva, a Bulgarian woman running in Plovdiv. "I'll fight for these people who have had such trouble. And it is not just me, but all honest people."

Round One: Elections Begin in Bulgaria

[redacted]

Two rounds of secret-ballot voting will be held to fill the 400 seats in Bulgaria's unicameral Grand National Assembly. In its next session, the Assembly will function both as a constituent assembly and as a legislature.

The first round of voting is today and the second is June 17. It is the first free, multi-party election in Bulgaria since the Communists took power after World War II.

Voters will elect deputies by a simple majority, one each in 200 electoral districts; the other 200 deputies will be elected by proportional representation in 28 multimember districts. There are about 3,100 candidates.

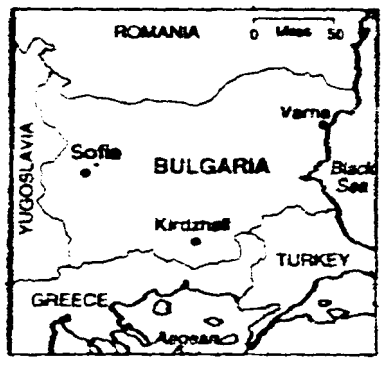
About 6.7 million of Bulgaria's 9 million people are registered to vote. A heavy turnout is expected.

[redacted]

Bulgarian Socialist Party

Formerly the Bulgarian Communist Party. It has monopolized Bulgarian political life since World War II. Its main strength lies in its financial resources and still entrenched party apparatus, in the government bureaucracy, economic enterprises and military. Its platform endorses the multiparty political system and the introduction of a market-based economic system.

The party leader, Aleksandar Lilov, and Bulgaria's President, Petar Mladenov, and Prime Minister, Andrei Lukanov, won popular support after unseating the Communist dictator, Todor Zhivkov, in November. The Socialist Party's support has waned as the opposition has solidified and struggled to focus attention on the party's 45 years of totalitarian rule rather than the reforms it has introduced in the last six months.



[redacted]

A coalition of 16 political parties and organizations, the Union of Democratic Forces is Bulgaria's largest opposition political group. Member organizations include Ecoglasnost, an environmental organization; the Club for Glasnost and Democracy, Podkrepa, an independent labor union; the Bulgarian Agrarian National Union-Nikola Petkov, a party offshoot that is named for an agrarian leader executed in 1947 and that is opposed to the Communist takeover of Bulgaria after World War II; and the Bulgarian Social Democratic Party.

Opposition to the Socialist Party bonds the coalition's disparate member organizations together. Under the chairmanship of Zhelyu Zhelev, a dissident philosopher, it has won considerable support in the capital, Sofia, and has recently gained momentum in the countryside with its anti-Communist message.

Bulgarian Agrarian National Union

Once a satellite party to the Bulgarian Communist Party, the the official Bulgarian Agrarian National Union left the government last November and purged its former leaders. Its chairman, Viktor Vasilev, has proclaimed the party a part of the opposition. It is a [redacted] party whose main goal is land restitution.

The [redacted]

The [redacted] in recent weeks has emerged as the principal representative of Bulgaria's two million ethnic Turks, Bulgarian Moslems and Gypsies.

The leader, Ahmed Dogan, who spent more than three years in prison for leading demonstrations against enforced cultural assimilation of Bulgaria's ethnic Turks in 1984-85, hopes that [redacted] to 40 Assembly seats and plans to work to insure minority and religious rights.

Other Parties

There are 32 other, smaller parties, ranging from extreme right-wing nationalists to a party that wants a return of the monarchy from exile.

The New York Times

[redacted]

DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE
OBSERVACIONES

PARTES ILEGIBLE

9004454

Evolution in Europe: Holding Their Own

Election Buoys Bulgaria's Ethnic Turks

By CHUCK SUDETIC
Special to The New York Times

KIRDZHALI, Bulgaria, June 9 — After decades of harassment and an official campaign of forced cultural assimilation, Bulgaria's ethnic Turkish minority appears set to re-emerge from this country's political underground in Sunday's multiparty election.

As recently as nine months ago, Bulgaria's former Communist Government denied even the existence of the country's ethnic Turks, labeling them instead "Turkified" Bulgarians.

The authorities forced the ethnic Turks to assume Slavic names, closed mosques and prayer houses, abolished Turkish-language publications, banned the use of Turkish in official places and carried out a terror campaign against those who resisted.

In the final weeks of a political campaign leading up to Sunday's elections, the first free voting in Bulgaria since World War II, a mainly Muslim political party, the Movement for Rights and Freedom, has gathered broad support among the country's roughly two million ethnic Turks, Bulgarian Muslims and gypsies.

Reaffirming a Muslim Identity

The movement has built a campaign around its call for the restoration of Muslim names, religious freedom, minority-language schools and publications and other rights. The groups account for more than a fifth of Bulgaria's nine million people.

They are running 152 candidates for the 400-seat Grand National Assembly, and its leaders hope to win 40 seats.

Despite campaign hardships, the movement has placed a solid fourth in public opinion polls, behind the ruling Socialist Party and the Union of Democratic Forces, Bulgaria's main opposition group, and the Bulgarian Agrarian Party.

"Our main goal is to bring down the Bulgarian Socialist Party from the political scene in this country," said the movement's leader, Ahmed Dogan, 36 years old, who was released from prison last December after serving more than 3 years of a 10-year sentence for organizing opposition to the assimilation campaign.

"We can harbor no illusions about their attitude," he said.

> Minority rallies to recover identity after forced assimilation.

The Bulgarian Communist Party, which has ruled the country for the last 45 years, renamed itself the Socialist Party earlier this year.

Bulgaria's Socialist Prime Minister, Andrei Lukanov, recently called the assimilation campaign "a moral scandal and a national tragedy."

The Government has moved toward some accommodation of the Turkish minority's demands, but it has so far not heeded the appeal for the dismissal of local officials who carried out the campaign.

Mr. Dogan has campaigned in earnest since the movement registered as a political party in April. Every day he stumps at least two or three of the mountain villages and industrial towns in Bulgaria's Turkish-populated regions.

"We were placed in an unequal position in the pre-election campaign," Mr. Dogan said to members of the American Congress who are in Kirdzhali to observe the election.

He explained that the movement has been denied newsprint, has had only nominal access to the broadcast services and was not allotted a party headquarters.

Direct Contact Instead of TV

"From a shortcoming this has turned into an advantage," he added with a smile. "Immediate direct contact with the people here is more effective than television."

Mr. Dogan, who has a wide following and is regarded as the Turkish minority's main political leader, last week drew more than 10,000 people to a rally here. Last spring, while he was still in prison, he was able to direct demonstrations from his jail cell.

The absentee voting rules adopted in Bulgaria, although perhaps the most liberal yet implemented in Eastern Europe, could cost the movement a sizable number of votes. The system requires an individual to have been outside the country for at least five years to qualify for an absentee ballot.

Foreign election observers suspect that this requirement was introduced to deny a voice in the election of an estimated 100,000 ethnic Turks of voting age who remain in Turkey after a mass exodus from Bulgaria last year.

The system must have had the support of both the Bulgarian Socialist Party and the Union of Democratic Forces to have been adopted as part of Bulgaria's new election regulations at this spring's roundtable negotiations.

The Muslim movement's leaders hope that it can pull itself to third place in the voting on Sunday. Despite its

Round One: Elections Begin in Bulgaria

THE VOTING

Two rounds of secret-ballot voting will be held to fill the 400 seats in Bulgaria's unicameral Grand National Assembly. In its next session, the Assembly will function both as a constituent assembly and as a legislature.

The first round of voting is today and the second is June 17. It is the first free, multi-party election in Bulgaria since the Communists took power after World War II.

Voters will elect deputies by a simple majority, one each in 200 electoral districts; the other 200 deputies will be elected by proportional representationin 28 multimember districts. There are about 3,100 candidates.

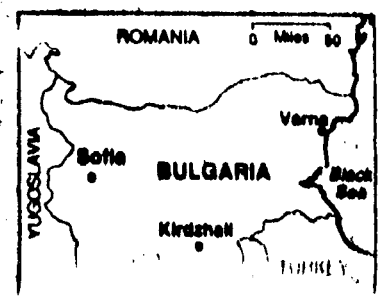
About 6.7 million of Bulgaria's 9 million people are registered to vote. A heavy turnout is expected.

THE PARTIES AND MOVEMENTS

Bulgarian Socialist Party

Formerly the Bulgarian Communist Party. It has monopolized Bulgarian political life since World War II. Its main strength lies in its financial resources and still entrenched party apparatus, in the government bureaucracy, economic enterprises and military. Its platform endorses the multiparty political system and the introduction of a market-based economic system.

The party leader, Aleksandar Lilov, and Bulgaria's President, Petar Mladenov, and Prime Minister, Andrei Lukanov, won popular support after unseating the Communist dictator, Todor Zhivkov, in November. The Socialist Party's support has waned as the opposition has solidified and struggled to focus attention on the party's 45 years of totalitarian rule rather than the failures of [illegible]



[redacted]

A coalition of [redacted] organizations, the [redacted] group. Member organizations include [redacted], an environmental organization; the [redacted], an independent [redacted]; the [redacted], a party offshoot that is named for an agrarian leader executed in 1947 and that is opposed to the Communist takeover of Bulgaria after World War II; and the Bulgarian [redacted]

Opposition to the Socialist Party binds the coalition's disparate member organizations together. Under the [redacted] it has won [redacted] gained momentum in the countryside with its anti-Communist message.

[redacted]

Party, the [redacted] Union [redacted] It has [redacted] main goal is [redacted]

The [redacted]

The [redacted] in [redacted] Turks, [redacted] parties.

The leader [redacted] who spent more than [redacted] years in prison [redacted] demonstrations against enforced cultural assimilation of Bulgaria's ethnic Turks in 1984-85, [redacted] to insure minority and religious rights.

[redacted]

PARTIES ELIGIBLE [illegible]64

Scandinavia's Soviet worries

Sweden and Finland are increasingly concerned about what appears to be a Soviet contingency plan for an attack against their territories and seizure of strategic points, particularly airfields, in case of crisis.

On 25 May Swedish defence forces identified a foreign submarine lurking beneath a Swedish naval exercise in the Baltic sea.

from the Baltic.

The commander of Swedish armed forces General Bengt Gustafsson has told an ***Intelligence Digest*** source in Stockholm that the Russians are especially interested in the Malmo area.

The Finnish general staff is also worried. They now expect the USSR to demand a return of the base 40km from Helsinki which the Russians held from 1945 to 1955. The problem for the Russians is that given the new developments in the Leningrad area, with a total population of about 5 million, adjacent industrial centres, and Moscow itself being not very far inland, Soviet defences and early warning times have been reduced to a minimum.

There's particular Soviet concern about their nuclear bases on the Kola peninsula. According to our sources, these military installations are now being reinforced.

of independence itself. Sweden and Finland believe this was not what provoked the Russians so much as the appeal of the Lithuanian government to its young countrymen to desert the Soviet armed forces, and the moves to create an independent Lithuanian defence force.

Time is on the side of the Balts

Notwithstanding the above, Sweden and Finland are convinced that time is working for the Balts and that the Russians will eventually grant them independence. Both countries have strengthened their ties with the three Baltic republics.

However, the two Scandinavian governments also fear that Gorbachev will not survive the present economic and political crisis in the USSR. A tougher government, backed by the military, could be expected to suppress the nationalist upsurge in the Baltic.

Nº. DOCUMENTO
TITULO PROCESOS EN LA PENINSULA ESCANDINAVA
PROCEDE
FECHA DE
VINCULACIONES

9004457

According to experts as many as 30 submarine sightings occur every year.

Scandinavia's new significance

The Swedish high command believes Soviet contingency plans in Scandinavia have assumed a new significance with the loss of Soviet air bases around Berlin and possible Russian withdrawal from the Baltic.

The commander of Swedish armed forces General Bengt Gustafsson has told an ***Intelligence Digest*** source in Stockholm that the Russians are especially interested in the Malmo area.

The Finnish general staff is also worried. They now expect the USSR to demand a return of the base 40km from Helsinki which the Russians held from 1945 to 1955. The problem for the Russians is that given the new developments in the Leningrad area, with a total population of about 5 million, adjacent industrial centres, and Moscow itself being not very far inland, Soviet defences and early warning times have been reduced to a minimum.

There's particular Soviet concern about their nuclear bases on the Kola peninsula. According to our sources, these military installations are now being reinforced.

The threat posed to Scandinavian countries by their giant neighbour explains the ambiguous stance adopted in Helsinki and Stockholm in regard to the current nationalist revival in the Baltic. The two Scandinavian governments have told the Latvians and the Estonians not to follow the example of Lithuania.

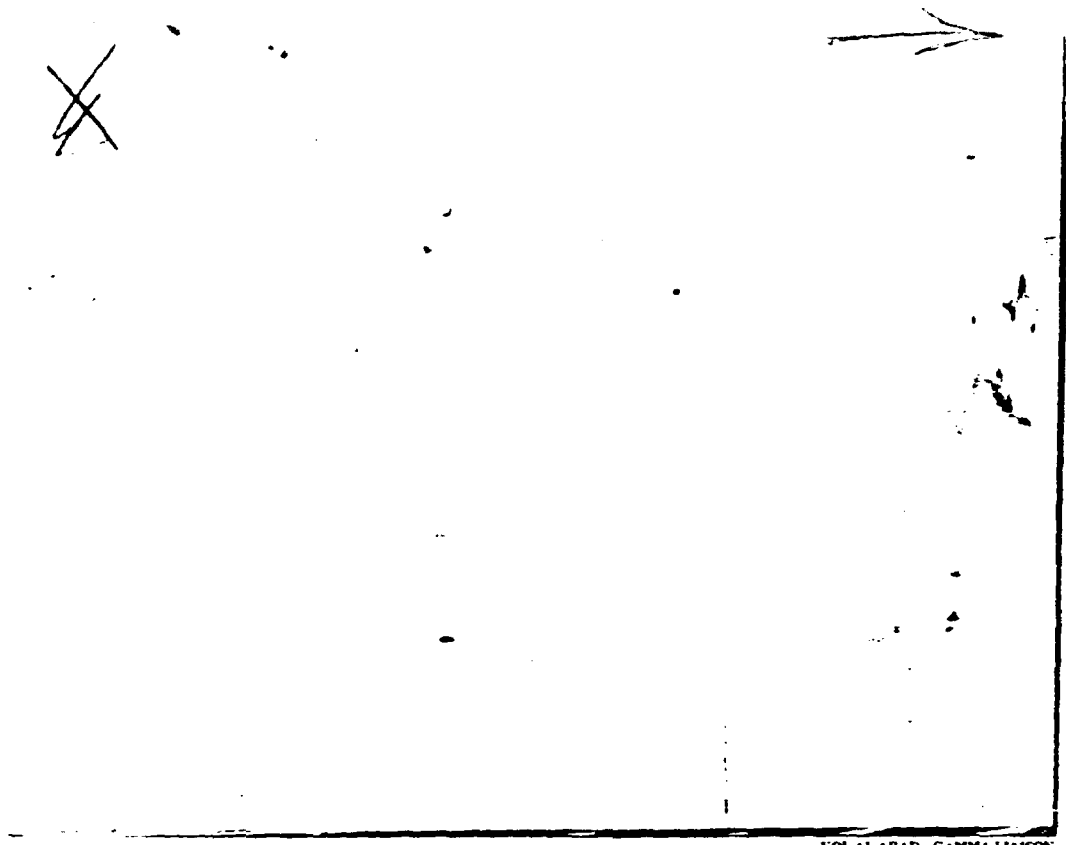
The problem's not so much the declaration of *independence* itself. Sweden and Finland believe this was not what provoked the Russians so much as the appeal of the Lithuanian government to its young countrymen to desert the Soviet armed forces, and the moves to create an independent Lithuanian defence force.

Time is on the side of the Balts

Notwithstanding the above, Sweden and Finland are convinced that time is working for the Balts and that the Russians will eventually grant them independence. Both countries have strengthened their ties with the three Baltic republics.

However, the two Scandinavian governments also fear that Gorbachev will not survive the present economic and political crisis in the USSR. A tougher government, backed by the military, could be expected to suppress the nationalist upsurge in the Baltic.

9004457



KOL AL ARAD—GAMMA-LIAISON

Less destructive arms can be more dangerous: *Soviet-built weapons systems on parade in Baghdad*

Speeding Up the High-Tech Arms Race

The Middle East is bristling with missiles

BY RAY WILKINSON AND THEODORE STANGER

Iraq's nuclear ambitions are in the spotlight, but many other Mideast countries are racing to develop high-tech arsenals—notably missiles that deliver chemical or conventional warheads. These weapons are less devastating—but potentially more dangerous—than their nuclear cousins. The reason: since they do not threaten nuclear holocaust, generals are more likely to use them. And once the missiles start flying, any Arab-Israeli missile war could quickly go nuclear. "This is not business as usual. If you have hundreds of missiles coming at you, if the survival of Israel is threatened, then military men might have to consider the nuclear option," warns Gerald Steinberg, a missile specialist at Hebrew University in Jerusalem, adding that a nuclear attack could mean "the destruction of a Baghdad or a Cairo."

In the past decade, Israel and the Arab states have upped the ante steeply. They are now spending as much as $40 billion annually on their armed forces including missile research, construction and deployment. For the moment, Israel, whose conventional army could overwhelm any individual Arab opponent, leads the missile race as well. Its arsenal includes an array of Jericho Is (range: 300 miles) and Jericho IIs (900 miles); a planned 4,000-mile Jericho III could strike anywhere in the Arab world and beyond. Two years ago Israel launched the Shavit rocket, which is capable of lifting military reconnaissance satellites into low Earth orbit. Jerusalem's trump card, however, is its atomic-nuclear stockpile. Western intelligence experts say it probably contains at least 100 atomic bombs and a dozen more powerful nuclear warheads.

The Arabs are trying hard to trim Israel's lead. A $5 billion Argentine-Egyptian-Iraqi collaboration on the Condor II, which would have been the Arab world's most sophisticated missile, is believed to have folded after America exerted financial pressure on Egypt and blocked the export of essential technology. But Iraq managed to cannibalize the Condor and build its own missiles: the medium-range Al Hussein and Al Abbas, which could strike Israel, and the long-range Tammouz. Two years ago Saudi Arabia secretly purchased as many as 60 Chinese CSS-2 East Wind missiles, which are antiquated but have a 1,500-mile range. Libya has been trying to buy Brazilian SS-300 intermediate-range missiles and is doing limited missile research of its own. Syria has been trying unsuccessfully to update its fleet of Soviet Scuds and SS-21s by buying newer Chinese or Soviet missiles.

Deadly scenarios: Military officers on both sides believe the next Middle East war could take thousands of lives before one soldier leaves the barracks. Consider this Israeli planning scenario: Syrian SS-21s packed with deadly mustard and nerve gas slam into airfields in Israel, only two minutes after launch. Clouds of chemicals neutralize Israeli pilots for critical hours as Arab shock troops attack the Golan Heights, which Syria lost in the 1967 war. Deep within the Kiria, the Israeli Defense Ministry compound in Tel Aviv, commanders hurriedly ponder options: an attack on Damascus or Baghdad by surviving bombers? A chemical missile counterthrust? Or the last resort, a nuclear strike? On the other side, Arab strategists have similar fears of a pre-emptive Israeli missile strike.

Among the Arab countries, only Iraq is believed to be aggressively developing nuclear warheads. But several nations, including Iraq, Egypt, Iran, Syria and Libya, have been working on chemical weapons—the "poor man's bomb"—which are easier and cheaper to produce. Iraq may now be the largest poison-gas producer in the developing world, with an annual production capacity of more than 13,000 tons. And though a fire recently damaged Libya's Rabta poison-gas plant, Muammar Kaddafi will undoubtedly try again.

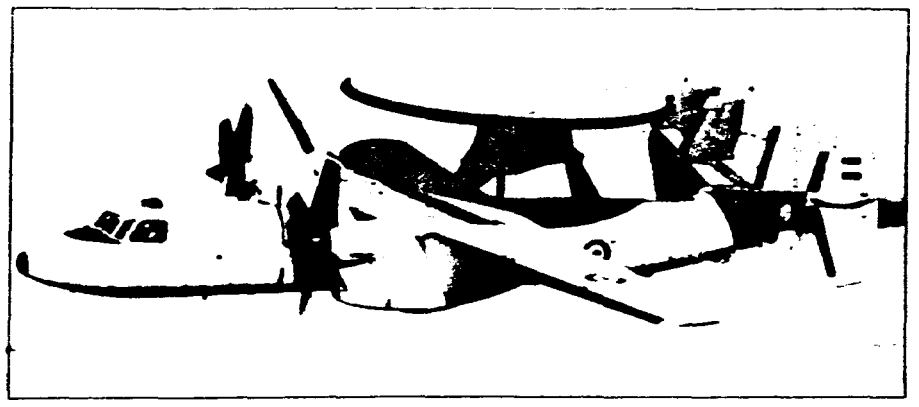
Many Mideast leaders, including Arabs and Israelis, argue that missiles deter their traditional enemies from attacking, for fear of bringing a rain of missiles down on their own heads. In other words, missiles actually stabilize the region. This is a variation on the theory of Mutual Assured Destruction (MAD)—the American notion that shared fear of a holocaust prevents the superpowers from ever using their nuclear missiles. But not only are the Mideast's conventional missiles more likely to be

9004459

AVIATION SYSTEMS

Middle East airborne EW

Analysis of conflict highlights the critical role played by airborne electronic warfare and surveillance in the Middle East. Martin Streetly surveys the airborne EW capabilities of the region's air forces



One of Egypt's five E-2C Hawkeyes

Israel's willingness and ability to project its power through its air forces has opened up the need for Middle Eastern countries to defend themselves and provide early warning of attack.

The inability to wrest air superiority from Israel by conventional means has led Arab nations to rely heavily on the surface-to-air missile for air defence, a reliance which has heightened the need for airborne electronic warfare (EW) protection in an attacker.

Meanwhile the Super Powers continue to supply this high tension region with advanced weaponry.

ALGERIA

With a front-line strength of approximately 350 MiG-21, MiG-23, MiG-25, Su-7, Su-20 and Mi-24 aircraft and attack helicopters, there is no evidence that the Al Quwwat al Jawwiya al Jaza'eriya — the Algerian Air Force — has any EW provision other than the Sirena-series radar warning receivers (RWRs) and SRO-2 IFF systems normally fitted to such Soviet aircraft.

BAHRAIN

As a result of the Gulf War, Bahrain has ordered 16 F-16C/D aircraft to bolster its air defences. They will be fitted with Litton's AN/ALR-69 radar warning systems and, most probably, Tracor AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

ALR-69 is designed to detect and identify signals from missile tracking and control radars, provide threat warnings to the aircraft's crew and automatically activate on-board EW systems. Bahrain's eight existing F-5E interceptors do not appear to have any EW provision included in their general equipment.

EGYPT

Traditionally equipped with Soviet aircraft, the Egyptian Air Force has procured Selenia SL/ALQ-234 jamming pods to equip a proportion of its fleet of 200+ MiG-21/F-7 and 74 Mirage 5s.

ALQ-234 is a dual-mode system covering pulse and CW signals in the 6-18 GHz frequency band. The equipment features power management and an integral superheterodyne 'set-on' receiver.

In addition, Egypt's MiG-21s are being extensively updated with Western avionics, a re-fit programme which probably includes installation of Racal's 0.5-18 GHz processor-controlled Prophet RWR.

The country's 16 Mirage 2000E interceptors are likely to be fitted with the Thomson-CSF Serval 2.5-18 GHz RWR. The aircraft could also carry Thomson's 6-18 GHz Remora dual-mode jamming pod but this is felt to be unlikely in view of their interceptor role.

Another tentative option might be the installation of Electronique Serge Dassault's (ESD) ABD 2000 internally mounted 'detector-jammer' equipment.

Egypt's 33 F-4E interceptors carry Litton's AN/ALR-46(V)3 2-18 GHz digital RWR and are probably fitted with both Westinghouse AN/ALQ-119(V) dual-mode jamming pods and Tracor AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

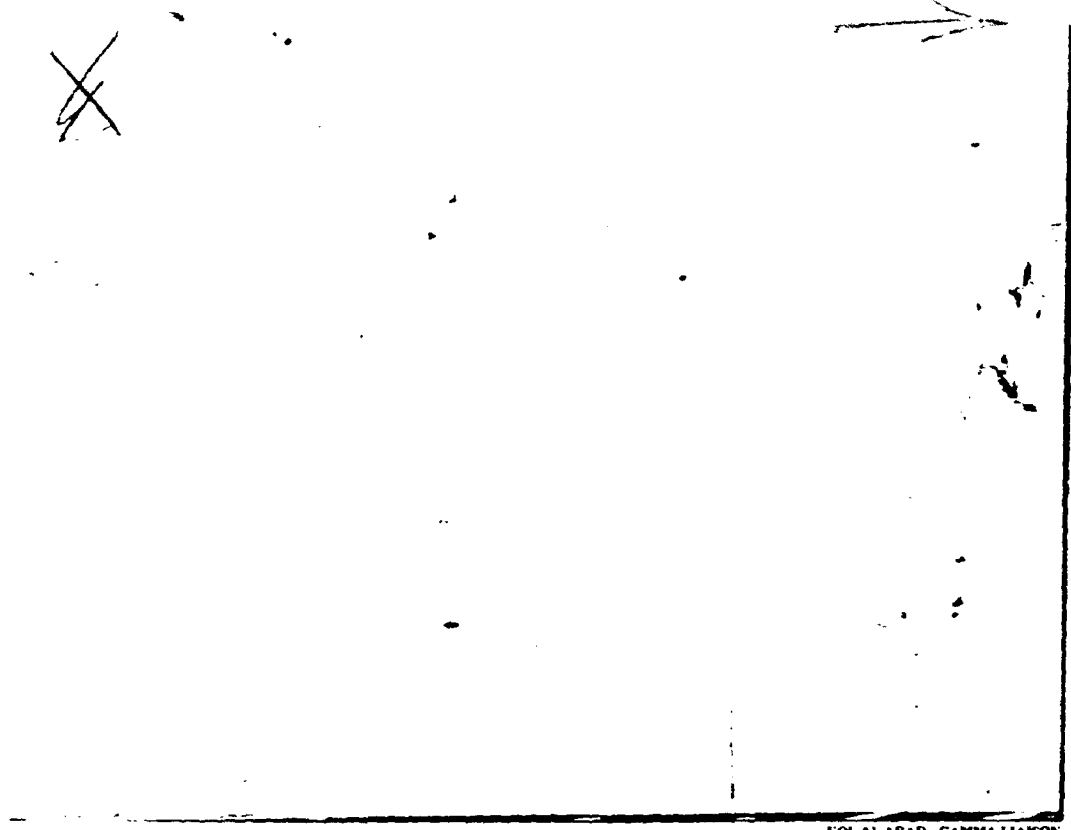
Westinghouse is supplying at least 40 examples of its third generation AN/ALQ-131(V) jamming pods to Egypt for use, it is presumed, on the country's growing fleet of F-16 aircraft (38 F-16A/Bs delivered, 47 F-16C/Ds on order). Egyptian Fighting Falcons are also fitted with the AN/ALR-69 radar warning system and, presumably, AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

For pure electronic countermeasures (ECM) operations, the Egyptian Air Force has four Westland Commando 2E helicopters fitted with Selenia's IHS-6 combined electronic support measures (ESM) jamming equipment.

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCED
FECHA
VINCULACION

1.04

9004460



KOL AL ARAD—GAMMA LIAISON

Less destructive arms can be more dangerous: *Soviet-built weapons systems on parade in Baghdad*

Speeding Up the High-Tech Arms Race

The Middle East is bristling with missiles

BY RAY WILKINSON AND THEODORE STANGER

Iraq's nuclear ambitions are in the spotlight, but many other Mideast countries are racing to develop high-tech arsenals—notably missiles that deliver chemical or conventional warheads. These weapons are less devastating—but potentially more dangerous—than their nuclear cousins. The reason: since they do not threaten nuclear holocaust, generals are more likely to use them. And once the missiles start flying, any Arab-Israeli missile war could quickly go nuclear. "This is not business as usual. If you have hundreds of missiles coming at you, if the survival of Israel is threatened, then military men might have to consider the nuclear option," warns Gerald Steinberg, a missile specialist at Hebrew University in Jerusalem, adding that a nuclear attack could mean "the destruction of a Baghdad or a Cairo."

In the past decade, Israel and the Arab states have upped the ante steeply. They are now spending as much as $40 billion annually on their armed forces including missile research, construction and deployment. For the moment, Israel, whose conventional army could overwhelm any individual Arab opponent, leads the missile race as well. Its arsenal includes an array of Jericho Is (range: 300 miles) and Jericho IIs (900 miles); a planned 4,000-mile Jericho III could strike anywhere in the Arab world and beyond. Two years ago Israel launched the Shavit rocket, which is capable of lifting military reconnaissance satellites into low Earth orbit. Jerusalem's trump card, however, is its atomic-nuclear stockpile. Western intelligence experts say it probably contains at least 100 atomic bombs and a dozen more powerful nuclear warheads.

The Arabs are trying hard to trim Israel's lead. A $5 billion Argentine-Egyptian-Iraqi collaboration on the Condor II, which would have been the Arab world's most sophisticated missile, is believed to have folded after America exerted financial pressure on Egypt and blocked the export of essential technology. But Iraq managed to cannibalize the Condor and build its own missiles: the medium-range Al Hussein and Al Abbas, which could strike Israel, and the long-range Tammouz. Two years ago Saudi Arabia secretly purchased as many as 60 Chinese CSS-2 East Wind missiles, which are antiquated but have a 1,500-mile range. Libya has been trying to buy Brazilian SS-300 intermediate-range missiles and is doing limited missile research of its own. Syria has been trying unsuccessfully to update its fleet of Soviet Scuds and SS-21s by buying newer Chinese or Soviet missiles.

Deadly scenarios: Military officers on both sides believe the next Middle East war could take thousands of lives before one soldier leaves the barracks. Consider this Israeli planning scenario: Syrian SS-21s packed with deadly mustard and nerve gas slam into airfields in Israel, only two minutes after launch. Clouds of chemicals neutralize Israeli pilots for critical hours as Arab shock troops attack the Golan Heights, which Syria lost in the 1967 war. Deep within the Kiria, the Israeli Defense Ministry compound in Tel Aviv, commanders hurriedly ponder options: an attack on Damascus or Baghdad by surviving bombers? A chemical missile counterthrust? Or the last resort, a nuclear strike? On the other side, Arab strategists have similar fears of a pre-emptive Israeli missile strike.

Among the Arab countries, only Iraq is believed to be aggressively developing nuclear warheads. But several nations, including Iraq, Egypt, Iran, Syria and Libya, have been working on chemical weapons—the "poor man's bomb"—which are easier and cheaper to produce. Iraq may now be the largest poison-gas producer in the developing world, with an annual production capacity of more than 13,000 tons. And though a fire recently damaged Libya's Rabta poison-gas plant, Muammar Kaddafi will undoubtedly try again.

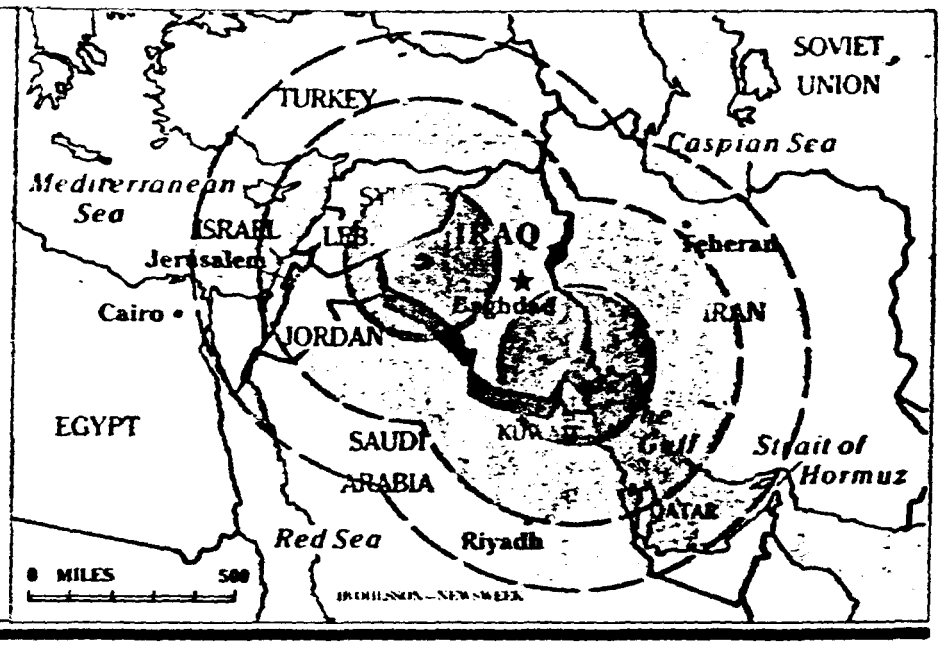
Many Mideast leaders, including Arabs and Israelis, argue that missiles deter their traditional enemies from attacking, for fear of bringing a rain of missiles down on their own heads. In other words, missiles actually stabilize the region. This is a variation on the theory of Mutual Assured Destruction (MAD)—the American notion that shared fear of a holocaust prevents the superpowers from ever using their nuclear missiles. But not only are the Mideast's conventional missiles more likely to be

9004459

In Iraq's Sights

Iraq could fire an array of missiles from its western launch base or an old rocket site on the Iran border.

MISSILE	RANGE IN MILES
Scud (Soviet) Deployed	190
Al Hussein (Iraqi) Deployed	400
Al Abbas (Iraqi) Test fired	560
Tammous (Iraqi) Experimental	1250



used than nuclear missiles are, there are also other instabilities associated with any type of missile. False warnings of incoming enemy missiles or unfounded reports of new missile capabilities on the opposing side could mistakenly prompt a pre-emptive attack.

Potential antagonists: Such miscalculations may be more likely in the Middle East than between the superpowers. The Middle East holds not two but many potential antagonists, in various stages of missile development, thus multiplying the possibilities for error. Israel and the Arab countries are easy targets that [illegible] up against one another; a land [illegible] could quickly escalate into a missile

Already many countries are moving to protect themselves against that possibility. Western experts believe Israel could deploy a relatively small $4 to $5 billion antiballistic missile (ABM) system, partly funded under the American Star Wars program, by the end of the century. Iraq claims to have test-fired its FOW-1 antimissile missile, but Western experts say it is years behind Israel's Arrow. Western European, Soviet and American military strategists are planning for the day when their own cities could be vulnerable to Arab or Israeli missiles. U.S. national-security adviser Brent Scowcroft recently defended [illegible]her Star Wars development on the grounds that the system might protect against [illegible]cidental attacks or "a third-country threat such as ... intermediate-range missiles widely deployed in the Mideast."

Efforts from outside the [illegible]rake the Middle East missile [illegible]been ineffectual. Western nations, including the United States, have signed [illegible]s limiting the export of missile [illegible]nology, but Israel still has wide access to U.S. technology. The Soviet Union and China have not even signed the accords. Last December China assured the United States that it would no longer export intermediate-range missiles, but it may have shipped missiles to the Middle East just last week. Western diplomats say witnesses claim to have seen flatbed trucks carrying two dozen elongated objects out of Beijing. The diplomats believe the cargo was M1-B surface-to-surface missiles destined for Iran.

Bleak prospects: The Middle [illegible]antagonists have never engaged in [illegible]ontrol talks, and prospects for an [illegible]ent in the next few years are extremely [illegible]Iraq, for example, has smuggled [illegible]ology, hired hundreds of foreign experts [illegible]d even purchased control of foreign firms to build its missile and military industry. Officials in Baghdad vow they will do whatever is necessary to keep their industry going. Israel claims the right to a superior [illegible] deterrent because it is surrounded by numerically superior conventional armies dedicated to its destruction. In this climate, the race seems more likely to speed up than abate. As an Iraqi government official contends: "When you feel the [illegible] of your enemy at your head and his [illegible] your throat, you have the legitimate right to protect yourself." No doubt [illegible]ol-atile Middle East, buying [illegible]ro-tection very well may lead [illegible]de-struction instead. ■

Chemical warfare: *Students in Jerusalem wear gas masks during a practice drill*

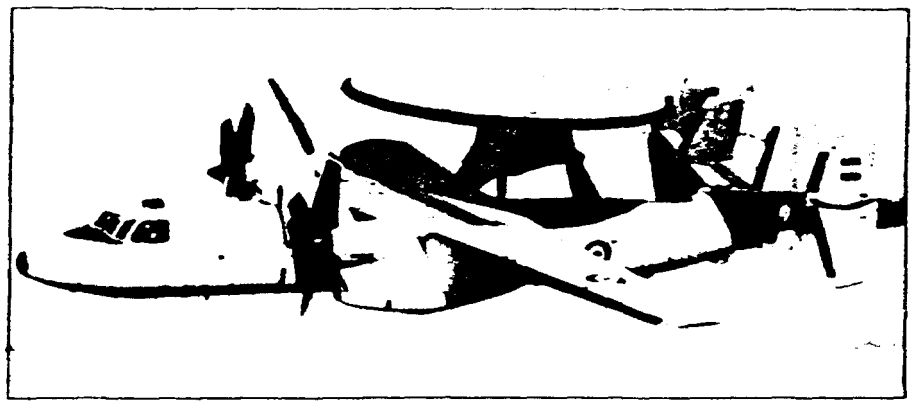
PARTES ILEGIBLE

900459

AVIATION SYSTEMS

Middle East airborne EW

Analysis of conflict highlights the critical role played by airborne electronic warfare and surveillance in the Middle East. Martin Streetly surveys the airborne EW capabilities of the region's air forces



One of Egypt's five E-2C Hawkeyes

Israel's willingness and ability to project its power through its air forces has opened up the need for Middle Eastern countries to defend themselves and provide early warning of attack.

The inability to wrest air superiority from Israel by conventional means has led Arab nations to rely heavily on the surface-to-air missile for air defence, a reliance which has heightened the need for airborne electronic warfare (EW) protection in an attacker.

Meanwhile the Super Powers continue to supply this high tension region with advanced weaponry.

ALGERIA

With a front-line strength of approximately 350 MiG-21, MiG-23, MiG-25, Su-7, Su-20 and Mi-24 aircraft and attack helicopters, there is no evidence that the Al Quwwat al Jawwiya al Jaza'eriya — the Algerian Air Force — has any EW provision other than the Sirena-series radar warning receivers (RWRs) and SRO-2 IFF systems normally fitted to such Soviet aircraft.

BAHRAIN

As a result of the Gulf War, Bahrain has ordered 16 F-16C/D aircraft to bolster its air defences. They will be fitted with Litton's AN/ALR-69 radar warning systems and, most probably, Tracor AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

ALR-69 is designed to detect and identify signals from missile tracking and control radars, provide threat warnings to the aircraft's crew and automatically activate on-board EW systems. Bahrain's eight existing F-5E interceptors do not appear to have any EW provision included in their general equipment.

EGYPT

Traditionally equipped with Soviet aircraft, the Egyptian Air Force has procured Selenia SL/ALQ-234 jamming pods to equip a proportion of its fleet of 200+ MiG-21/F-7 and 74 Mirage 5s.

ALQ-234 is a dual-mode system covering pulse and CW signals in the 6-18 GHz frequency band. The equipment features power management and an integral superheterodyne 'set-on' receiver.

In addition, Egypt's MiG-21s are being extensively updated with Western avionics, a re-fit programme which probably includes installation of Racal's 0.5-18 GHz processor-controlled Prophet RWR.

The country's 16 Mirage 2000E interceptors are likely to be fitted with the Thomson-CSF Serval 2.5-18 GHz RWR. The aircraft could also carry Thomson's 6-18 GHz Remora dual-mode jamming pod but this is felt to be unlikely in view of their interceptor role.

Another tentative option might be the installation of Electronique Serge Dassault's (ESD) ABD 2000 internally mounted 'detector-jammer' equipment.

Egypt's 33 F-4E interceptors carry Litton's AN/ALR-46(V)3 2-18 GHz digital RWR and are probably fitted with both Westinghouse AN/ALQ-119(V) dual-mode jamming pods and Tracor AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

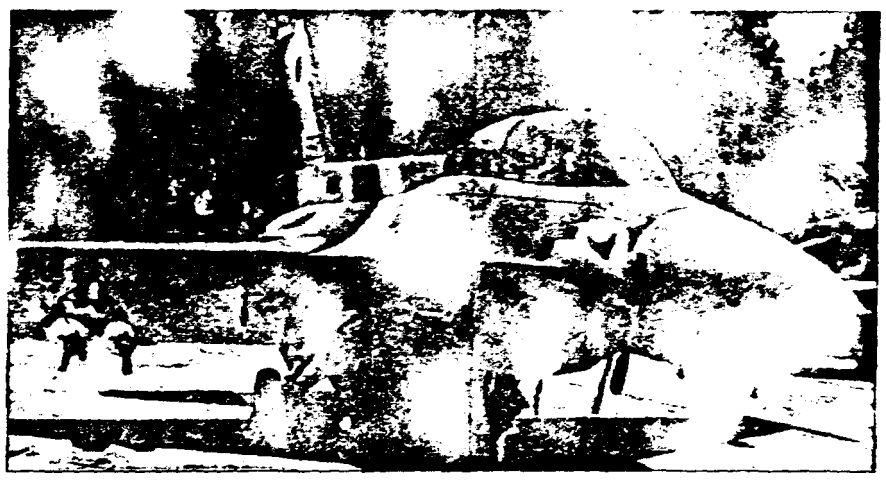
Westinghouse is supplying at least 40 examples of its third generation AN/ALQ-131(V) jamming pods to Egypt for use, it is presumed, on the country's growing fleet of F-16 aircraft (38 F-16A/Bs delivered, 47 F-16C/Ds on order). Egyptian Fighting Falcons are also fitted with the AN/ALR-69 radar warning system and, presumably, AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

For pure electronic countermeasures (ECM) operations, the Egyptian Air Force has four Westland Commando 2E helicopters fitted with Selenia's IHS-6 combined electronic support measures (ESM) jamming equipment.

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE RECEPCION
VINCULACIONES

1.04

9004460



Israel operates more than 60 F-16A, 50+ F-16C, and 24 F-16D aircraft (with a further 60 F-16s on order), distributed among at least three squadrons. Exactly what EW provision these aircraft carry is confused.

Some aircraft were or are fitted with the standard Fighting Falcon AN/ALR-69 RWR, and others may be fitted with Elisra's version of the Rapport III suite. The Peace Marble aircraft on order will be fitted with Israeli systems.

In this context, Elisra's SP-3000 and a derivative of Elta EW suite developed for the Lavi (EL/L-8240?) are candidates. A Rapport III, but with Elisra/Elta/Rafael adaptations is another possibility.

The picture is further confuse the F-16D (*above*), having a dorsal ics 'hump'. What electronic equip if any, is to be installed in these ngs is unknown.

The IHS-6 comprises the 1-18GHz RQH-5(V) receiver system and the TQN-2 jammer covering up to four radar bands, including the 8-18 GHz frequency range. For the airborne early warning (AEW) role, Egypt operates five Grumman E-2C Hawkeye aircraft fitted with GE AN/APS-125/138 family surveillance radar and Litton's AN/ALR-73 passive detection system.

For electronic intelligence (ELINT) gathering, the country's air force operates two EC-130H aircraft and has procured four specially configured Beech 1900C platforms.

No details concerning the equipment carried by these machines has been released although it is likely that in the case of the EC-130Hs, the mission electronics originated in the USA and may be associated with a $28.2 million 1978 contract for "two airborne reconnaissance and ground processing systems."

A candidate system for the Beech 1900C aircraft could be ESL's Guardrail system which offers signals intelligence (SIGINT) coverage of the 20-75, 100-150 and 350-450 MHz frequency bands. Sources suggest that at least one MiG-21US training aircraft has been fitted with a locally-manufactured jamming pod to provide EW training.

IRAN

Accurate analysis of the operational status of the Islamic Republic of Iran Air Force is difficult. Estimates suggest a front line strength of approximately 60-65 F-14A interceptors, between 40 and 50 F-4D/F-4E/RF-4E attack and reconnaissance aircraft, around 75 F-5E multi-role fighters, upwards of 40 F-6/F-7 fighters and three or four P-3F Orions which are intended for use in the maritime reconnaissance and airborne command post roles.

However, their EW capabilities are suspected of being non-existent. Iraq has observed no EW activity by those aircraft, neither during nor after the Gulf War.

With the original aircraft deliveries, the USA supplied Iran with some EW equipment including AN/ALR-46(V) RWRs for a proportion of the 177 F-4Es delivered, 172 Dalmo Victor AN/ALR-62 RWRs and 80 Westinghouse AN/ALQ-199(V) jamming pods.

How much, if any, of this equipment remains operational is a matter of speculation. Equally tentative must be the status of any EW equipment (Sanders AN/ALQ-126 internally mounted deception jammers and Litton AN/ALR-45 RWRs) fitted to the country's F-14s.

Equally interesting is the fate of the three Ibex SIGINT C-130H aircraft supplied to the Imperial Air Force during the mid-1970s.

Probably fitted out by E-Systems, these aircraft carried part of their mission (communications intelligence — COMINT) electronics in underwing pods and a retractable radome below the fuselage. One of these aircraft is known to have been written off prior to the fall of the Shah and of the remaining two is obscure.

Iraqi claims have shot-down one Ibex. Their main roles were intended to be COMINT/ELINT, in conjunction with four US-built ground stations: one near Tabriz, one on Mount Kerents in central Iran, one at the Bushehr Air Base and another, navy operated, at Chah Bahar.

IRAQ

The Iraqi Air Force operates predominantly Soviet aircraft including early versions of Tu-22s and Tu-16s, MiG-21s, MiG-23s, MiG-25s, MiG-27s, Su-7s and Su-25. In all cases, there direct evidence that these aircraft c equipment other than standa RWRs. In addition the servi ies some 120 Chinese F-6/F-7 f mbers together with 90+ Mirage F ck aircraft.

These French machines are ted with Thomson-CSF's Type BF crystal video RWR and are capa of carrying the company's Remo Barem (dual-mode 6-20 GHz ncy range) jamming pods to with Matra's Sycomor chaff/fla ensing system.

There is a possi that such equipment has bee pplied to Iraq but this cannot be co d. Indeed, there has be siderat formation co ing Fren ary exports to Iraq, making analysis lt.

In light of this, equal scepticism should be given to reports that Iraq has received Matra's ARMAT anti-radiation missiles for use on its F1s.

ISRAEL

Israel is without doubt the largest user of EW and airborne surveillance equipment in the region.

A-4H/N Skyhawks are currently flown by three attack squadrons, the Israeli Air Force operates approximately 40 A-4Hs and around 70 A-4Ns. While these aircraft have certainly been fitted with EW protection, the nature of the equipment is unknown. More certain is the introduction of an extended tail pipe as a counter to *infra-red* (IR) missiles.

PARTES ELEGIBLE

9004460

During the 1982 Bekaa Valley operations, the Syrians claim that Skyhawks were used as jamming platforms. Another theory is that Skyhawks were used to trigger ground-based radar illuminations for detection and analysis by other aircraft.

Israel operates four E-2C Hawkeyes in the AEW role. Like their Egyptian counterparts, these aircraft are fitted with AN/APS-125/138 family surveillance radar and the AN/ALR-73 passive detection system.

Israel currently flies 100+ F-4E Phantom fighter-bombers divided between five squadrons (based at Ramat David, Hatzor, Hatzerim and Tel Nof).

As delivered, most of these aircraft were most likely to have been fitted with the AN/APR-36/37 radar homing and warning (RHAW) system or AN/ALR-46(V) and AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers.

As standard, the aircraft were capable of carrying the AGM-45 Shrike ARM (Israel receiving 200 such missiles during August 1978) while Block 60-and-up aircraft delivered between October 1974 and May 1975 could also handle the more powerful AGM-78B Standard ARM.

In Israeli service, AGM-78 rounds have been subject to a local upgrade programme code-named Purple Fist under which the original seeker head has been replaced by a more capable unit.

For active EW protection, Israeli Air Force F-4s probably make use of locally modified Westinghouse AN/ALQ-119(V) dual-mode jamming pods and/or locally produced jamming equipment.

In this context, there is photographic evidence of an internal Phantom installation utilising Elta's EL/L8231 6-18 GHz CW jammer unit. Another candidate would be the same company's 4-18 GHz EL/L8230 internally-mounted, dual-mode pulse radar jammer.

Equally likely is replacement of the original RWRs with a local system such as Elisra's SPS-200 unit covering the 0.7-18 GHz frequency band.

Currently, Israeli contractor Elbit is co-ordinating a major upgrade of the F-4s, avionics, a process which is likely to include more advanced EW provision.

Two air force squadrons fly 35 F-15A Eagle aircraft and there are an additional 11 F-15Cs on order. As delivered, the F-15A aircraft were equipped with Loral's AN/ALR-56A RWR.

In US service, ALR-56 forms part of the Eagle's TEWS (tactical electronic warfare system) which comprises the Northrop ALQ-185(V) radar jammer, the ALR-56 RWR, the Magnavox AN/ALQ-120 threat warning receiver and the AN/ALE-45 chaff dispenser.

Almost certainly, the Israeli aircraft were delivered without the jamming portion of the system installed, a hypothesis given credence by Israeli's procurement of 20 Westinghouse AN/ALQ-131(V) jamming pods specifically for use on the F-15.

The nature of the EW provision on the F-15Cs to be delivered remains unclear although there is some suggestion that an Elisra system designated SPS-3000 might be a candidate. While not confirmed, SPS-3000 could be a derivative of Elisra's variant of Loral's Rapport III integrated EW suite.

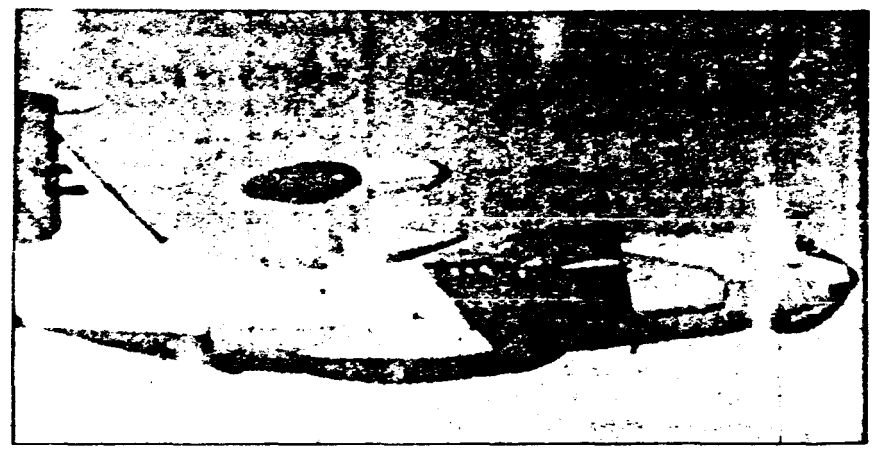
The air force currently operates around 100 Kfirs distributed between three interceptor and one attack squadrons. Such aircraft are fitted with Elisra's SPS-200 or 2000 RWR systems and probably carry Israel Military Industries' MPMN-36(V) chaff/flare dispenser and Elta's 3-18 GHz EL/L8202 jamming pod. No further updates on this aircraft are likely.

Israel operates at least one Boeing 707-320 equipped to carry out strategic SIGINT missions. The strongest candidate for the mission suite used is Elta EL/L-8300 equipment which comprises the 0.5-18 GHz L-8312A ELINT, the 20-500 MHz COMINT and L-8350 command/analysis subsystems. During the 1990s, this suite may be fleshed-out by the addition of the company's Phalcon phased array AEW radar.

In addition to this strategic system (or systems), there are unconfirmed reports that the service has a small number of IAI-201 and American RU-21A/RC-12D aircraft configured for tactical SIGINT missions.

If this is the case, the IAI-201s most probably carry a suite made up of 0.5-18 GHz EL/L8310 ELINT and 20-1000 MHz COMINT stations, packaged in a 'roll-on, roll-off' format.

If they exist, the RU-21A aircraft are likely to be fitted out for airborne direction-finding against hostile communications nets, while the RC-12Ds are probably fitted out as per those in service with the US Army, with the Guardrail V system as the primary sensor.



Iraq has developed an indigenous airborne early warning system, the Adnan-1 *(above)*, based on the Il-76 airframe.

This is the second system Iraq has produced, the first model mating a Thomson-CSF Tiger G ground-based radar to the same airframe. The Adnan-1 utilises a more conventional rotodome arrangement for the radar scanner.

JORDAN

The Royal Jordanian Air Force has 16 Mirage F1-C interceptors (15 of which are to be converted to F1-E standard), 17 Mirage F1-E attack aircraft and 52 modernised F-5E interceptors. Despite reports to the contrary, French sources maintain that a Jordanian order for 12 Mirage 2000s still stands.

EW is provided by Mirage F1s which carry the standard Thomson Type BF RWR and are likely to be provided with jamming pods (Barem or Remora) and chaff/flare dispensers (Sycomor). It is not clear whether the country's F-5s have been fitted with EW gear, while the Mirage 2000s, if they appear, will be fitted with Thomson's ICMS internal suite.

ICMS comprises Thomson management, low-band radar jamming and RWR (Serval?) subsystems combined with an ESD high-band jammer. Matra's Spirale chaff/flare dispenser and SAT's DDM IR missile detector.

0.3

9010440

KUWAIT

The Kuwait Air Force has approximately 25 Mirage F1-C interceptors and around the same number of A-4KU attack aircraft. The country has ordered 32 F-18C interceptors.

The Mirage F1-Cs probably carry the standard Thomson Type BF RWR while no data of EW provision on the Skyhawks has been unearthed. Bearing in mind the use of Sanders' AN/ALQ-126B deception jammers on other export Hornets, a similar fit for Kuwait's aircraft would not be surprising. Kuwait has also purchased a Westinghouse Low Altitude Surveillance System (LASS) using modified AN/TPS-63 radars suspended from aerostats.

LIBYA

Libya's Air Force operates a mixture of Soviet and French front-line aircraft.

There is no evidence of EW provision other than the standard RWRs. However, there are Egyptian reports that the Libyans operated a number of radar jamming Mi-8 helicopters during the early 1980s. Whether or not these platforms are still in service is unclear.

MOROCCO

Morocco has a front-line strength of approximately 100 aircraft made up of Mirage F1-C/E fighter-bomber, F-5A/E attack, OV-10A COIN, Alpha Jet attack/training and CM.170 COIN training types. Operations against the Polisario guerrillas in the Western Sahara caused losses, which has resulted in the country's Mirage F1s (at least) being fitted with chaff/flare dispensers, probably of French origin.

For surveillance purposes, two of the FARM's C-130H transports have been fitted with side-looking radar (SLAR) to monitor the sand 'wall' built to keep out the Polisario. Although not confirmed, the SLAR used appears to be Motorola's 8-18 GHz AN/APS-135 unit.

In addition to the above, there are consistent reports of two FARM Falcon 20s being configured for ECM duties, the nature of which remains unclear.

NORTH YEMEN

The Yemen Arab Republic Air Force operates around 75 Soviet (MiG-17F, MiG-21 and Su-22) and US (F-5E) front-line aircraft. To date, there is no evidence of EW equipment being fitted.

OMAN

The core of the Sultan of Oman's Air Force is the 18 Jaguar S strike aircraft flown by two squadrons based at Masirah AB. These carry a Marconi Defence Systems' (MDS) RWR (probably the 2-18 GHz ARI.18228 unit fitted to the RAF's Jaguar GR Mk1s) and are fitted with an unidentified chaff/flare dispenser. The Omanis would like to acquire ADV Tornados and Hawks. If these orders materialise, the aircraft are likely to carry similar equipment.

QATAR

The Qatar Emiri Air Force's aircraft include 12 Mirage F1-E fighter-bombers and six Alpha Jet attack/trainers. Apart from the Thomson Type BF RWRs fitted to Mirage F1-s as standard, there is no evidence of any other EW provision within this force.

SAUDI ARABIA

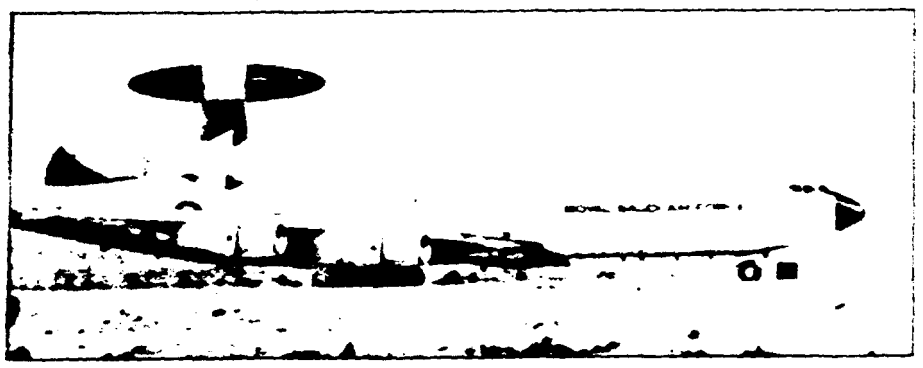
The Royal Saudi Air Force (RSAF) is without doubt the strongest in the Gulf region. For interception duties, the service operates 42 F-15C aircraft, all of which are fitted with the AN/ALR-56C RWR. Whether or not the rest of the Eagle IEWS is carried remains unclear. To supplement these, the Saudis have ordered 24 Tornado ADVs, delivery of which is in progress. These aircraft carry the same MDS RHAWS and chaff/flare dispensers as their RAF counterparts.

In the attack role, Saudi Arabia operates 62 F-5E aircraft which may be fitted with analogue AN/ALR-46(V) RWRs and AN/ALE-40(V) chaff/flare dispensers or Northrop's fully-automatic AN/ALQ-17(V) countermeasures suite. The country is taking delivery of 48 Tornado IDS aircraft, all of which are fitted with MDS RHAWS, chaff dispensers and the Skyshadow jamming pods. Skyshadow is another MDS product and is a dual-mode 'smart' system.

As part of the same 'Al Yamamah' programme, the RSAF may also receive light attack Hawk 200 aircraft which could well be fitted with the Vinten's Vicon 78 chaff/flare dispenser and either Racal's Prophet or MDS's 2-18 GHz Sky Guardian 200 RWR.

Saudi Arabia's surveillance needs are fulfilled by a force of five E-3A Sentry AWACS aircraft fitted with the AN/APY-2 surveillance radar.

Saudi Arabia's E-3A Sentrys are fitted with the AN/APY-2 surveillance radar



SOUTH YEMEN

With a front-line strength of around 140 Soviet-built aircraft (Il-28, MiG-17, MiG-21, MiG-23 and Su-22), the Air Force of the People's Republic of Yemen shows no evidence of EW equipment other than, possibly, standard RWRs.

SYRIA

Syria operates an effective air force equipped almost entirely with Soviet-built aircraft (MiG-21, MiG-23, MiG-25, MiG-29, Su-22 and Mi-24). There is no firm evidence as to the extent of the air force's EW equipment. Unconfirmed reports also suggest that Syria is interested in acquiring Tu-126 AEW aircraft.

TUNISIA

The Republic of Tunisia Air Force's main combat strength is 15 F-5E aircraft currently being delivered from the USA. The service also operates a small number of single-seat MB-326 strike aircraft. There is no evidence of EW provision.

UNITED ARAB EMIRATES

Made up of the seven Gulf states, the United Arab Emirates Air Force's main strength lies in 23 Mirage 5AD interceptors. These are being supplemented by 22 Mirage 2000 aircraft.

The only EW provision within the force is for the Mirage 2000s, with either ESD ABD 2000 6-18 GHz internal jammers or Italian ECM equipment. ABD 2000 incorporates an integrated receiver subsystem which classifies threats, cues and jammer and provides crew threat warning. UAE Hawk 100 aircraft on order appear to be fitted with the Vicon 78 chaff/flare dispenser and presumably an associated RWR. **JDW**

PARTES ELEGIBLE

04 4

9004460

Nº DOCUMENTO
(20395)

RELS/90/1055 21 AUGUST, 1990

CURRENT ASSESSMENT

THE IRAQ CRISIS: RECENT MOVES

1. THIS PAPER ASSESSES SADDAM'S POSITION IN THE LIGHT OF RECENT DEVELOPMENTS AS AT 20 AUGUST 1990.

THE US POSITION

2. PRESIDENT BUSH CONTINUES TO REITERATE FORCEFULLY THE DEMANDS OF THE UN SECURITY COUNCIL RESOLUTION CALLING FOR THE IMMEDIATE AND UNCONDITIONAL WITHDRAWAL OF ALL IRAQI FORCES FROM KUWAIT: AND THE RETURN OF THE LEGITIMATE KUWAITI GOVERNMENT. HE HAS ALSO DECLARED THAT THE US HOLDS THE IRAQI GOVERNMENT RESPONSIBLE FOR THE SAFETY OF ALL FOREIGNERS IN KUWAIT AND IRAQ. THE ADMINISTRATION CONTINUES TO STRESS THAT IT WILL ONLY USE FORCE IN RESPONSE TO AN IRAQI ATTACK. NONETHELESS, PRESS REPORTS FROM WASHINGTON, ARE TALKING OF US MILITARY ACTION IN ANY EVENT.

3. WASHINGTON HAS ALSO BEEN MOVING CLOSER TO AN EXPLICIT STATEMENT ON THE RELATIONSHIP BETWEEN THE UN RESOLUTION ON SANCTIONS AND THEIR NAVAL ENFORCEMENT (WHICH THE AMERICAN AND BRITISH GOVERNMENTS BELIEVE IS PERMISSABLE UNDER ARTICLE 51 OF THE UN CHARTER). THE US HOPES THAT IT WILL BE POSSIBLE TO ACHIEVE A UNIFIED POSITION ON THE INTERPRETATION AT THE UN. INFORMAL DISCUSSIONS BETWEEN THE PERMANENT FIVE HAVE TAKEN PLACE OVER THE WEEKEND TO DISCUSS THE POSSIBILITY OF EXTENDING UN COVER TO FORCES IN THE REGION WITHIN THE CONTEXT OF THE UN MILITARY STAFF COMMITTEE. MEANWHILE, THE PRESIDENT HAS ORDERED

/THE ...

9004482

THE US NAVY TO ''INTERDICT'' SHIPS TRYING TO BREECH THE EMBARGO: AND A US VESSEL FIRED WARNING SHOTS ACROSS THE BOWS OF TWO IRAQI TANKERS AS THEY APPROACHED THE GULF.

4. THE THREE US AIRCRAFT CARRIERS IN THE REGION (IN THE GULF, THE RED SEA AND THE MEDITERRANEAN) TOGETHER HAVE UP TO 120 AIRCRAFT CAPABLE OF ATTACKING GROUND TARGETS, 60 FIGHTERS AND A FURTHER 60 AIRCRAFT FOR EARLY-WARNING, RECONNAISSANCE AND ELECTRONIC WARFARE. IN ADDITION, THERE ARE NOW 290 AIRCRAFT IN THE ARABIAN PENINSULA CAPABLE OF GROUND ATTACK: OVER 40 FIGHTERS, AND 20 B-52 BOMBERS ARE ALSO BASED IN THE REGION. SUCH A FORCE WOULD BE CAPABLE OF INFLICTING MASSIVE DAMAGE ON IRAQ. (US GROUND FORCES NOW TOTAL 30,000 AND ARE EXPECTED TO RISE TO 80,000).

OTHER INTERNATIONAL DEPLOYMENTS

5. THE UK HAS DEPLOYED 12 GROUND ATTACK, 18 AIR DEFENCE AND 3 RECONNAISSANCE AIRCRAFT. HMS JUPITER, BATTLEAXE AND YORK ARE ON STATION IN THE GULF: HMS ORANGELEAF IS IN THE STRAITS OF HORMUZ: AND HMS HERALD IS IN THE RED SEA. OTHER VESSELS ARE EN ROUTE TO THE REGION. A FRENCH AIRCRAFT CARRIER GROUP IS PROCEEDING DOWN THE RED SEA TO JOIN FRENCH SHIPS ALREADY IN THE GULF. FRENCH FORCES IN THE REGION MAY EVENTUALLY REACH 3,500 ACCORDING TO THE DEFENCE MINISTER. THE FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY IS SENDING 3 MINESEARCHERS, 2 MINESWEEPERS AND A TENDER TO THE EASTERN MEDITERRANEAN: BELGIUM HAS ALSO AGREED TO SEND TWO MINESWEEPERS AND A TENDER: WHILE THE NETHERLANDS WILL DEPLOY TWO FRIGATES TO THE GULF. NORWAY WILL REPLACE NATO VESSELS SENT TO THE REGION FROM THE NORTH SEA AND THE NORTH ATLANTIC. ITALY WILL DEPLOY TWO FRIGATES TO THE EASTERN MEDITERRANEAN. GREECE, DENMARK AND SPAIN MAY ALSO MAKE A

/CONTRIBUTION ...

9004482

CONTRIBUTION. EARLIER, THE AUSTRALIAN AND CANADIAN GOVERNMENTS ALSO DECIDED TO PROVIDE NAVAL SUPPORT IN THE GULF.

6. A NUMBER OF ARAB AND MUSLIM COUNTRIES HAVE DEPLOYED FORCES TO SAUDI ARABIA. EGYPT NOW HAS 5,000 TROOPS THERE: 1,000 MOROCCAN TROOPS HAVE ARRIVED, WITH POSSIBLY ANOTHER 2,500 TO FOLLOW. SYRIAN OFFICERS HAVE VISITED RIYADH: COMBAT TROOPS ARE REPORTEDLY PREPARING TO DEPLOY FROM SYRIA. PAKISTAN HAS AGREED TO A SAUDI REQUEST TO SEND ONE INFANTRY BRIGADE: AND BANGLADESH IS PREPARED TO SEND INFANTRY TROOPS. GULF COOPERATION COUNCIL (GCC) MEMBERS HAVE ALSO BEEN INCREASING THEIR MILITARY EFFORT.

7. ON THE POLITICAL FRONT, GCC MEMBERS ARE SOLIDLY BEHIND INTERNATIONAL ACTION TAKEN SO FAR. GCC INFORMATION MINISTERS ISSUED AN UNCOMPROMISING STATEMENT ON 15 AUGUST. THE PUBLIC IN THOSE ARAB COUNTRIES WHICH HAVE DEPLOYED TROOPS APPEAR TO BE GENERALLY SUPPORTIVE OF THEIR LEADERS.

SANCTIONS

8. IRAQ'S LAND FRONTIER WITH TURKEY IS CLOSED TO TRADE: ALTHOUGH JORDAN CONTINUES TO TRADE WITH IRAQ (ESPECIALLY FOOD), THE TRANSIT OF GOODS THROUGH AQABA HAS DECLINED TO A TRICKLE. HOWEVER, THE ABSENCE OF RELIABLE ECONOMIC STATISTICS MAKES IT DIFFICULT TO JUDGE EXACTLY WHEN AND HOW HARD SANCTIONS MIGHT BITE. IT IS NOT KNOWN, FOR EXAMPLE, WHAT FOOD STOCKS IRAQ HAD WHEN THE CRISIS BEGAN.

9. ESTIMATES MADE BY COUNTRIES WHICH HAVE BEEN SUPPLYING GRAIN TO IRAQ IN RECENT YEARS AND SUCH INFORMATION AS HAS BEEN AVAILABLE ALL SUGGEST THAT IRAQ'S RESERVES OF GRAIN ARE AT LEAST ENOUGH TO LAST FOR 3 MONTHS AT NORMAL RATES OF

/CONSUMPTION ...

GRS 0087
NNNN

CONSUMPTION. ALTHOUGH CONSUMPTION COULD BE REDUCED TO MAKE STOCKS LAST, PEOPLE WILL TRY TO INCREASE THEIR CONSUMPTION OF STAPLES AS THE AVAILABILITY OF OTHER FOODS DECREASES. THE MAIN COMMODITY PROBLEM AREAS FOR THE IRAQIS ARE LIKELY TO BE SUGAR AND RICE (IRAQ'S HOMEGROWN CROP IS ONLY ENOUGH TO FEED THE POPULATION AT NORMAL RATES OF CONSUMPTION FOR 17 AND 70 DAYS RESPECTIVELY). RICE, SUGAR AND COOKING OIL - ALL CONSIDERED ESSENTIALS BY IRAQIS - HAVE ALREADY DISAPPEARED FROM BAGHDAD SHOPS. THERE ARE ALSO LIKELY TO BE PROBLEMS WITH POWDERED MILK AND CHICKENS.

10. SADDAM IS ALREADY TAKING SOME ACTION TO ADDRESS THE PROBLEM. IRAQ IS TRYING TO STRIKE DEALS WITH A NUMBER OF COUNTRIES. SADDAM HAS ALSO IMPROVED INCENTIVES FOR FARMERS PRODUCING GRAIN AND ROOT CROPS. BUT IT WILL BE SOME MONTHS BEFORE INCREASED INVESTMENT IN AGRICULTURE PRODUCES RESULTS.

11. IN THE MEANTIME, IRAQIS ARE UNLIKELY TO BE IMPRESSED WITH SADDAM'S CALL FOR THEM TO EAT LESS. HOWEVER, IT SHOULD BE NOTED THAT AFTER EIGHT YEARS OF WAR, IRAQIS ARE USED TO SHORTAGES. NONETHELESS, DISCONTENT WILL RISE WHEN OPTIONS FOR SUBSTITUTION START TO DISAPPEAR.

12. IN THE SHORT TERM, THE DEPARTURE OF MIGRANT WORKERS AND THE WITHDRAWAL OF FOREIGN EXPERTISE IS LIKELY TO HAVE THE MOST DIRECT IMPACT. EGYPTIANS ARE LEAVING IN DROVES. THIS WILL AFFECT THE DAY-TO-DAY RUNNING OF THE ECONOMY. MOREOVER, IRAQ DEPENDS TO A GREAT EXTENT ON FOREIGN EXPERTISE FOR THE MAINTENANCE OF UTILITIES. ALREADY, THERE ARE REPORTS THAT DESALINATION AND POWER GENERATION INSTALLATIONS IN KUWAIT HAVE /BEEN ...

BEEN AFFECTED. SPARE PARTS COULD ALSO BE A MAJOR PROBLEM, AS IRAQI COMPANIES TEND TO MAINTAIN THE BARE MINIMUM OF STOCKS.

SADDAM'S ACTIONS
PROGAGANDA AND DIPLOMATIC INITIATIVES
13. IN THE PAST TEN DAYS, SADDAM HAS BEEN ACTIVE ON BOTH THE DIPLOMATIC AND PROPAGANDA FRONTS. THERE HAS BEEN A BARRAGE OF PROPAGANDA CALLING FOR THE OVERTHROW OF HIS OPPONENTS (ESPECIALLY, THE SAUDIS THE EMIRATES AND THE EGYPTIANS).

14. IRAQI DIPLOMATS HAVE CONTINUED TO PLAY UP SADDAM'S ''THREE WITHDRAWALS PROPOSAL''. THIS CALLED FOR ISRAEL TO WITHDRAW FROM THE OCCUPIED TERRITORIES, AND SYRIA FROM LEBANON, IN RESPONSE TO WHICH IRAQ COULD WITHDRAW FROM KUWAIT ''TAKING ACCOUNT OF IRAQ'S HISTORICAL RIGHTS TO ITS LAND AND THE CHOICE OF THE KUWAITI PEOPLE''. THE IRAQIS COMPLAIN THAT PRESIDENT BUSH AND OTHERS IN THE WEST HAVE REJECTED THE PROPOSAL WITHOUT GIVING IT DUE CONSIDERATION. IN PRACTICE, IT WAS NEVER A SERIOUS OFFER, BUT WAS RATHER INTENDED TO IMPROVE SADDAM'S IMAGE AS THE CHAMPION OF ALL ARAB INTERESTS.

15. A THIRD THEME HAS BEEN TO RESTATE IRAQ'S PLEDGE NOT TO ATTACK SAUDI ARABIA - AND THUS TRY TO UNDERMINE THE JUSTIFICATION FOR THE DEPLOYMENT OF FOREIGN FORCES (ESPECIALLY AMERICAN) TO THE REGION. IN A FURTHER EFFORT TO REDUCE THE RISK OF PREVENTIVE STRIKES, SADDAM HAS SAID THAT HE WILL NOT USE CHEMICAL WEAPONS UNLESS THE US LAUNCHES A NUCLEAR ATTACK ON IRAQ.

/SADDAM'S

SADDAM'S IRANIAN INITIATIVE

16. SADDAM'S BOLDEST DIPLOMATIC MOVE SO FAR HAS BEEN THE PROPOSALS HE HAS MADE TO IRAN FOR A COMPREHENSIVE PEACE SETTLEMENT. ON 14 AUGUST, BAGHDAD RADIO READ OUT A LETTER FROM SADDAM TO RAFSANJANI ACCEPTING RAFSANJANI'S TERMS - SET OUT IN A LETTER OF 8 AUGUST. THESE INCLUDED IRAQI ACCEPTANCE THAT THE INTERNATIONAL BORDER SHOULD BE THE MEDIAN LINE OF THE DEEPEST CHANNEL FOR THE SHAAT-AL-ARAB WATERWAY, IN LINE WITH THE 1975 ALGIERS AGREEMENT: AND EXAMINATION OF THE QUESTIONS OF RESPONSIBILITY FOR THE WAR AND POST-WAR RECONSTRUCTION. SADDAM ALSO OFFERED, AS A GOODWILL GESTURE, TO BEGIN WITHDRAWING TROOPS FROM APPROXIMATELY 1,000 SQUARE MILES OF IRANIAN TERRITORY ON 17 AUGUST (IT HAS SINCE BEEN ANNOUNCED THAT WITHDRAWAL WILL BE COMPLETED BY 22 AUGUST): AS WELL AS AN IMMEDIATE AND COMPREHENSIVE EXCHANGE OF PRISONERS-OF-WAR, STARTING WITH THE REPATRIATION OF THE FIRST BATCH OF IRANIANS ON 17 AUGUST.

17. SADDAM TOLD RAFSANJANI THAT HIS ACCEPTANCE OF IRANIAN CONDITIONS WAS INTENDED TO ENABLE IRAQ TO ''CONFRONT PROVOCATIONS IN THE REGION AND FACE FOREIGN AGGRESSION''. IN PRACTICE, HE PROBABLY HOPES FOR BENEFITS IN A NUMBER OF AREAS AT LITTLE OR NO SHORT-TERM COST.

18. SADDAM MAY ALSO BE HOPING THAT, AS A RESULT OF THE SETTLEMENT, THE WEST WILL BE LESS ABLE TO EXPLOIT IRAN IN THE CONFRONTATION WITH IRAQ. ALTHOUGH HE WILL STILL NEED TO GUARD AGAINST A POSSIBLE STAB IN THE BACK BY THE IRANIANS, HE WILL BE ABLE TO REDEPLOY SOME OF THE APPROXIMATELY 45 DIVISIONS FACING IRAN ALONG THE LENGTH OF THE BORDER. SOME WOULD PROBABLY BE MOVED WEST TO THE SYRIAN AND JORDANIAN BORDERS WHERE THERE ARE

/CURRENTLY

GRS 00909
NNNN

CURRENTLY NO TROOPS: SOME WOULD HAVE TO REMAIN IN THE NORTH TO GUARD AGAINST THE TURKISH AND KURDISH THREAT: OTHERS COULD BE USED TO RELIEVE SADDAM'S LOYAL REVOLUTIONARY GUARD DIVISIONS IN KUWAIT TO ENABLE THEM TO RETURN TO THE REGION AROUND BAGHDAD, WHERE THEY FORM A STRATEGIC RESERVE. HOWEVER, THE BORDER DIVISIONS ARE STATIC. AS THEY DO NOT HAVE THEIR OWN TRANSPORT, REDEPLOYMENT COULD BE SLOW.

19. THE RETURN TO IRAQ OF UP TO 60,000 PRISONERS OF WAR COULD SUPPLEMENT ITS MILITARY CAPABILITY. ALTHOUGH MOST WILL BE OUT OF CONDITION AND THE LOYALTY OF SOME MAY BE DOUBTFUL AS A RESULT OF PROLONGED EXPOSURE TO IRANIAN PROPAGANDA, THEY COULD NONETHELESS BE USED FOR NON-COMBAT DUTIES, AND COULD FILL GAPS LEFT BY DEPARTING MIGRANT WORKERS. THE RETURN OF THE PRISONERS SHOULD ALSO BOOST THE MORALE OF IRAQIS GENERALLY. BUT IF HARDSHIP SHOULD CONTINUE, THE POPULATION WILL START TO WONDER WHETHER THE SACRIFICES THEY MADE DURING THE WAR WERE WORTHWHILE, GIVEN SADDAM'S CONCESSIONS.

20. SADDAM PROBABLY HOPES THAT A SETTLEMENT WITH IRAN WILL PROVIDE HIM WITH ANOTHER MEANS OF CIRCUMVENTING UN SANCTIONS. THE ABSENCE OF A PIPELINE WOULD MAKE IT DIFFICULT FOR HIM TO BREAK THE OIL EMBARGO, BUT HE WOULD PROBABLY BE WELL SATISFIED WITH RENEWED CROSS-BORDER TRADE, AND THE SUPPLY OF GOODS FROM THIRD COUNTRIES. IF IRAN WERE TO CO-OPERATE FULLY, THIS COULD HAVE A SIGNIFICANT EFFECT ON IRAQI STOCKS OF CERTAIN VITAL COMMODITIES. EVEN IF IRAN WERE TO CONTINUE TO ADHERE TO ITS COMMITMENT TO APPLY UN SANCTIONS, SMUGGLING WOULD INCREASE, BUT WITHOUT HAVING A SIGNIFICANT IMPACT ON IRAQI STOCKS. IN ANY EVENT, AS IRAN IS UNABLE TO INCREASE ITS OIL PRODUCTION IN

/THE ...

1.9004482

THE SHORT TERM FOR TECHNICAL REASONS, IT WILL CONTINUE TO BACK CALLS WITH IN OPEC FOR MAINTAINING A HIGH OIL PRICE.

21. DESPITE HIS PEACE INITIATIVE, SADDAM REMAINS THE GREATEST LONG-TERM THREAT TO IRANIAN SECURITY. NONETHELESS, DIFFERENT IRANIAN GROUPS HAVE DIFFERENT VIEWS ABOUT WHERE IRAN'S INTEREST LIE. BEFORE SADDAM MADE HIS PROPOSAL, IT WAS CLEAR THAT IRAN, WHILE SEEKING TO AVOID MILITARY INVOLVEMENT, WANTED TO EXPLOIT THE CRISIS TO DEVELOP ITS OWN RELATIONS WITH SAUDI ARABIA, THE GULF STATES AND THE WEST. SUBSEQUENTLY, SOME SENIOR IRANIAN OFFICIALS HAVE ARGUED THAT IRAN'S INTEREST LIES IN ENSURING THAT SADDAM DOES NOT FALL, AS ANY SUCCESSOR REGIME WOULD PROBABLY BE PRO-AMERICAN. THEY ARE UNCERTAIN WHETHER SADDAM'S PROPOSAL HAS ANY STRINGS ATTACHED AND HOW FAR SADDAM COULD BE TRUSTED.

22. IT IS DOUBTFUL WHETHER TEHRAN WILL WISH TO LEND ITS ERSTWHILE ENEMY POSITIVE SUPPORT. STATEMENTS BY IRANIAN LEADERS SO FAR SUGGEST THAT THEY INTEND TO POCKET THE BENEFITS, WHILE MAINTAINING THEIR REAL OPPOSITION TO THE IRAQI INVASION AND WESTERN INVOLVEMENT IN THE AREA. RAFSANJANI HAS SAID THAT THE IRAN/IRAQ PEACE SETTLEMENT WAS INDEPENDENT OF IRAQ'S OCCUPATION OF KUWAIT AND THAT IRAQ MUST WITHDRAW. AT THE SAME TIME, THE TEHRAN TIMES, WHICH REFLECTS RAFSANJANI'S VIEWS, HAS SAID THAT IRAN WOULD NOT ENGAGE IN WAR WITH IRAQ FOR THE SAKE OF WESTERN INTERESTS: ''THE ISLAMIC REPUBLIC FIRMLY CONDEMNS THE PRESENCE OF FOREIGN POWERS IN THE REGION''. THE IRANIAN AMBASSADOR TO THE UN HAS SAID THAT IRAN WILL STAND BY ITS SUPPORT FOR THE UN RESOLUTIONS AGAINST IRAQ. BUT IT IS NOT KNOWN WHETHER SOME SECRET QUID PRO QUO HAS BEEN AGREED.

/MEANWHILE ...

MEANWHILE, THE IRANIANS HAVE EXPRESSED INTEREST IN MILITARY SPARE PARTS THAT ONLY THE US CAN SUPPLY.

FOREIGN NATIONALS
23. THE IRAQIS HAVE BEEN BLUNT ABOUT THEIR INTENTIONS AS REGARDS FOREIGN NATIONALS IN KUWAIT AND BAGHDAD. THEIR STATEMENTS THREATEN THAT NATIONALS OF ''AGGRESSIVE'' WESTERN NATIONS WILL BE HELD AT KEY INSTALLATIONS, WITH THE IMPLICIT INTENTION BEING TO DETER US AIR ATTACKS. THE IRAQI AMBASSADOR IN PARIS SAID THAT IRAQ HOPED THAT THE FAMILIES OF FOREIGN NATIONALS WOULD PUT PRESSURE ON THEIR GOVERNMENTS TO END THEIR AGGRESSION AGAINST IRAQ.

24. BAGHDAD IS USING THE QUESTION OF FOREIGN NATIONALS TO WEDGE-DRIVE IN THE INTERNATIONAL COMMUNITY. IN SOME INSTANCES, IT IS SUGGESTING THAT IT WILL RELEASE THE NATIONALS OF A PARTICULAR COUNTRY IN RETURN FOR AN AGREEMENT TO SUPPLY FOOD. IN OTHERS, AS A ''GOODWILL GESTURE'', WESTERNERS FROM COUNTRIES WHICH HAVE NOT SENT FORCES TO THE GULF HAVE BEEN ALLOWED TO LEAVE. BY CONSTANTLY CHANGING ITS STANCE ON THE ISSUE, IRAQ IS ALSO DILUTING AND SIDE-TRACKING DIPLOMATIC EFFORT. MOREOVER, THE DETENTION OF FOREIGN NATIONALS WILL ALSO ACT AS A DETERRENT TO MILITARY ACTION.

25. DIPLOMATICALLY AT LEAST, THE TACTIC MAY BE BACKFIRING. THE DISCUSSION OF THE ISSUE AT THE UN AND THE UNANIMOUS SECURITY COUNCIL VOTE CONDEMNING IRAQ ON 18 AUGUST, REVEALED A HARDENING OF ATTITUDES AGAINST BAGHDAD.
/JORDAN
GRS ØØ826
NNNN

1.9004482

JORDAN

26. KING HUSSEIN HAD NO MESSAGE FROM SADDAM WHEN HE MET PRESIDENT BUSH ON 16 AUGUST: NOR DID HE MENTION WHAT HE HAD DISCUSSED WITH SADDAM IN BAGHDAD ON 14 AUGUST. INSTEAD, HE LAMENTED JORDAN'S PROBLEMS AND THE LACK OF UNDERSTANDING OF HIS OWN POSITION. HE TOLD BUSH THAT JORDAN WAS TAKING STEPS TO ENSURE COMPLIANCE WITH UN SANCTIONS: AND THAT HE HAD SENT LAWYERS TO NEW YORK TO GET CLARIFICATION OF THE RESOLUTION FROM UN OFFICIALS, ESPECIALLY AS REGARDS THE EMBARGO ON FOOD SUPPLIES. THE KING ALSO HOPES THAT JORDAN WILL BE ALLOWED TO ACCEPT OIL IN PAYMENT OF DEBT FROM IRAQ (THIS COULD HAVE RELEVANCE FOR THE SOVIET UNION AND EASTERN EUROPEAN COUNTRIES). THE KING CLAIMED THAT JORDANIAN ACTION COMBINED WITH US STATEMENTS HAD EFFECTIVELY ENSURED THAT AQABA WAS NO LONGER A SANCTIONS-BUSTING PORT. THERE WAS NO SERIOUS DISCUSSION OF POSSIBLE ECONOMIC ASSISTANCE FOR JORDAN TO COMPENSATE FOR THE ADVERSE EFFECTS OF SANCTIONS.

27. KING HUSSEIN PROBABLY WANTED TO GET A PERSONAL FEEL FOR US POSITIONS BY TRAVELLING TO WASHINGTON - HE ATTACHES IMPORTANCE TO HIS PERSONAL RELATIONSHIP WITH THE PRESIDENT. HIS TRIPS TO BAGHDAD AND THE US WILL ALSO HAVE BOLSTERED HIS IMAGE AT HOME AT A VERY DIFFICULT TIME. HE HAS BEEN ABLE TO PORTRAY HIMSELF AS A WORLD STATESMAN AND POSSIBLE MEDIATOR.

28. ACCORDING TO US OFFICIALS, THE VISIT RESTORED PERSONAL RELATIONS BETWEEN THE PRESIDENT AND THE KING. THE DIFFERENCE OVER POLICY REMAINS. HOWEVER, WITH AQABA IN PRACTICE UNDER BLOCKADE, THE DECISION MAY HAVE BEEN TAKEN OUT OF THE KING'S HANDS ANYWAY - WHICH COULD RELIEVE THE PRESSURE ON HIM, WITHOUT FORCING HIM TO MAKE A MAJOR SHIFT IN HIS PUBLIC POSITION. BUT /UNTIL ...

UNTIL JORDAN IS SEEN TO BE APPLYING SANCTIONS MORE FULLY, EXTERNAL ASSISTANCE, PARTICULARLY FROM ARAB STATES, IS UNLIKELY TO MATERIALISE.

ISRAEL

29. ISRAEL HAS BEEN ONE OF THE MAIN BENEFICIARIES OF THE CRISIS. THE US AND OTHERS HAVE ENCOURAGED IT TO KEEP A LOW PROFILE IN ORDER TO PREVENT THE CRISIS DEVELOPING INTO AN ARAB/ISRAEL DISPUTE. GOVERNMENT STATEMENTS HAVE BEEN RELATIVELY LOW KEY, ALTHOUGH, THEY HAVE MADE IT CLEAR THAT ISRAEL WILL RESPOND TO AN IRAQI INCURSION INTO JORDAN. BUT ISRAELI ARMED FORCES ARE NOT AT A HIGH ALERT STATE AT PRESENT.

TERRORISM

30. THE THREAT FROM IRAQI AND IRAQI-SPONSORED TERRORISM IS STILL THOUGHT LIKELY TO GROW AS TENSION INCREASES. THERE ARE INDICATIONS THAT THE IRAQI REGIME MAY BE CONSIDERING FORMING A SPECIAL TERRORIST UNIT, WHICH WOULD BE RESPONSIBLE FOR CARRYING OUT ATTACKS AGAINST WESTERN TARGETS.

CONCLUSIONS

31. SADDAM CONTINUES TO CONSOLIDATE HIS POLITICAL AND ECONOMIC HOLD OVER KUWAIT. HE HAS GIVEN NO INDICATION THAT HE IS SERIOUSLY INTERESTED IN NEGOTIATING HIS WAY OUT OF THE CRISIS. INSTEAD, HE APPEARS DETERMINED TO KEEP KUWAIT AND FORCE THE CRISIS INTO AN ARAB/WESTERN CONFRONTATION, WITH HIMSELF AS THE CHAMPION OF THE ARAB CAUSE.

32. THE RE-GROUPING OF IRAQI FORCES IN KUWAIT FOLLOWING THE INVASION CONTINUES. THEIR DEPLOYMENT IS NOW CONSISTENT WITH /THE ...

THE EXPECTATION THAT THEY WILL HAVE TO DEFEND THEMSELVES AGAINST AN OFFENSIVE.

33. GIVEN THAT SADDAM'S PRIMARY AIM IS STILL TO RETAIN KUWAIT, HE DOUBTLESS VIEWS HIS CONCESSIONS TO IRAN AS BEING OF SECONDARY IMPORTANCE, NOT A SIGN OF WEAKNESS. HIS MAIN HOPE HAS PROBABLY BEEN TO REDUCE THE EXTENT TO WHICH THE WEST CAN EXPLOIT IRANIAN HOSTILITY TOWARDS IRAQ, THEREBY MAKING IT EASIER FOR HIM TO THIN OUT HIS TROOPS ALONG THE FRONTIER WITH IRAN. HE PROBABLY ALSO HOPES TO OPEN UP SOME TRADE WITH IRAN. HOWEVER, IRAN WILL VERY PROBABLY WANT TO POCKET THE GAINS AND MAINTAIN ITS PUBLIC OPPOSITION TO THE IRAQI INVASION, THOUGH ITS GENUINE COMMITMENT TO SANCTIONS REMAINS TO BE SEEN.

34. AT ONE LEVEL, SADDAM'S ACTIONS SUGGEST HE BELIEVES TIME TO BE ON HIS SIDE. HE IS CLEARLY TRYING TO DRIVE A WEDGE INTO THE INTERNATIONAL CONSENSUS ON SANCTIONS IN THE HOPE THAT, OVER TIME, HE CAN PICK STATES OFF AND ERODE THE EFFECTIVENESS OF THE SANCTIONS (JORDAN WILL BE AN IMPORTANT PRECEDENT IN THIS RESPECT). AND HE CONTINUES TO TAKE A COMBATIVE LINE WITH THOSE WHO OPPOSE HIM. HE WILL USE THE DETENTION OF FOREIGN NATIONALS AS A MEANS TO EXERT PRESSURE ON THEIR GOVERNMENTS, DILUTE AND SIDETRACK DIPLOMATIC EFFORTS, AND DETER ANY HOSTILE MILITARY ACTION.

35. AT THE SAME TIME, THE MILITARY BALANCE IS SWINGING AGAINST HIM. THE MULTI-NATIONAL FORCE IS INEXORABLY GROWING INTO A SUBSTANTIAL MILITARY PRESENCE IN THE REGION, WITH THE BUILD-UP OF AIRCRAFT CAPABLE OF OFFENSIVE ACTION BEING PARTICULARLY MARKED. SADDAM FACES NOT ONLY THE PROSPECT OF MASSIVE RETALIATION IF HE SEEKS TO REGAIN THE MILITARY INITIATIVE, BUT HE PROBABLY BELIEVES THAT AT SOME STAGE HE WILL BE ATTACKED IN ANY EVENT.
GRS 00825
NNNN

9004482

R E S E R V A D O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 27AGO90 al 02SET90

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

B.- COLOMBIA

II.- MEDIO ORIENTE

A.- CONFLICTO IRAK-KUWAIT

III.- ASUNTOS

A.- ORGANIZACIONES INTERNACIONALES DE FRENTE COMUNISTA

B.- CONFERENCIA PERMANENTE DE LOS PARTIDOS POLITICOS DE AMERICA LATINA (CO.P.P.P.A.L.)

9004483

COPIA Nº

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

- SABOTAJES EN REDES DE TRANSMISION DE ENERGIA ELECTRICA

La Policía Federal informó que los sabotajes realizados desde comienzos de agosto último en las redes de transmisión de energía eléctrica en siete Estados de la nación, que provocaron bajas de tensión y cortes de luz en varias ciudades, partieron de un comando central formado por integrantes de sindicatos estaduales que representan a los trabajadores que se hallan en huelga, así como también a grupos ajenos a dicho gremio. Ante este hecho el Ministro de Justicia, BERNARDO CABRAL, anunció que el diálogo que se estaba realizando con los huelguistas quedaba cerrado.

COPIA Nº .....

B.- COLOMBIA

1.- FACTOR MILITAR

ANUNCIO DEL EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (E.L.N.)

- El EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (E.L.N.), anunció a través de un comunicado de prensa divulgado el 29 de agosto próximo pasado que se convierte en el "organismo directríz"de la COORDINADORA GUERRILLERA SIMON BOLIVAR (C.G.S.B.), organismo que nuclea a todo el grupo subversivo de COLOMBIA incluyendo las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA (F.A.R.C.). Este movimiento armado, por su parte, también anunció su "disponibilidad total" para dialogar con el Gobierno, pidiendo al Presidente CESAR GAVIRIA flexibilizar el proceso de paz.

2.- CONCLUSIONES

- Dentro del proceso de pacificación entre el Gobierno y los grupos armados rebeldes, el anuncio del E.L.N. tiene una importancia muy significativa, por tratarse de la organización más radical dentro del espectro subversivo colombiano y durante sus 23 años de actividad es la primera vez que se muestra proclive al diálogo de paz. Por otra parte, el hecho de que haya tomado la dirección de la COORDINADORA, se debe a la muerte del ideólogo de las F.A.R.C, JACOBO ARENAS, quien era el portavoz de la C.G.S.B..

Si bien las F.A.R.C. hasta el momento no han realizado ninguna desvinculación oficial con la Coordinadora, se considera que el hecho de haber realizado un anuncio de diálogo en forma independiente podría interpretarse como un distanciamiento de la C.G.S.B. en el mismo momento en que el E.L.N. anuncia que toma la dirección del nucleamiento subversivo. Corresponde considerar que las F.A.R.C. suscribieron un acuerdo de tregua en el año 1984, durante el Gobierno de BELISARIO BETANCUR, el cual nunca se concretó totalmente. Todas estas iniciativas podrían quedar concretadas antes de las elecciones para designar a los integrantes de la Asamblea Nacional Constituyente, que se realizarán el próximo 9 de diciembre. Los distintos grupos subversivos aspiran a tener participación en dicha Asamblea, tras la incorporación del M-19 a la vida política del país.

COPIA Nº .....

II.- MEDIO ORIENTE

A.- CONFLICTO IRAK-KUWAIT

Continúa llegando material bélico, fundamentalmente proveniente de los ESTADOS UNIDOS, a la zona del GOLFO PERSICO, lo que pone en evidencia que aún continúa latente el peligro de una acción militar en el área. El propio Gobierno francés endureció su posición y anunció que no dudará en "recurrir a la fuerza" si es necesario. El Presidente BUSH ha pedido ayuda financiera para hacer frente al elevado costo que significa mantener a tantos efectivos en la región. Por su parte la Primer Ministro británica MARGARET THATCHER ha criticado a la mayoría de las naciones de EUROPA OCCIDENTAL por no ayudar lo suficiente a WASHINGTON en este sentido.

En lo que concierne a IRAK, el Presidente SADDAM HUSSEIN se mantiene firme en su posición respecto a no retirarse de KUWAIT, al que proclamó como la 19º provincia de su país.

En el campo diplomático se destacan las intensas gestiones que vienen llevando a cabo tanto el Rey HUSSEIN de JORDANIA, como el Secretario General de las NACIONES UNIDAS, JAVIER PEREZ DE CUELLAR. En el primer caso mencionado la gira que realiza el monarca jordano, pone de manifiesto su preocupación respecto al giro que pueden tomar los acontecimientos en su propio país. Si continúa con su política tradicional de alineamiento con OCCIDENTE, corre el riesgo de distanciarse peligrosamente de su pueblo, el que ve con simpatía la causa del Presidente SADDAM HUSSEIN. Si por el contrario se vuelca a favor de IRAK, pierde el apoyo de OCCIDENTE, fundamentalmente económico. Se estima que la ayuda de ESTADOS UNIDOS solamente, se aproximó el año próximo pasado a unos 80 millones de dólares en "donaciones" y unos 200 en distintos tipos de crédito. JORDANIA, situada entre IRAK e ISRAEL, jugará en caso de que estalle la guerra, un rol clave en el desarrollo de la misma, ya que una eventual alineación del Rey HUSSEIN con BAGDAD, involucraría de inmediato al Estado judío. Respecto a la gestión de PEREZ DE CUELLAR, los resultados de la misma no fueron satisfacto

COPIA Nº .....

rios, esperándose ahora la reunión que mantendrán el próximo domingo 9 GORBACHOV y BUSH en HELSINKI, para tratar la crisis en el GOLFO PERSICO.

Al endurecerse las posiciones se dificultan cada vez más las negociaciones diplomáticas, no previéndose un desenlace en el corto plazo ni en este plano ni en el militar. Ambas partes juegan con el factor tiempo, ya que este es decisivo tanto para IRAK por el bloqueo que lo afecta, como para la flota internacional que opera en la región en conflicto, por los enormes esfuerzos logísticos que demanda su operación.

COPIA Nº .....

III .- ASUNTOS

A.- ORGANIZACIONES INTERNACIONALES DE FRENTE COMUNISTA

- CONSEJO MUNDIAL DE LA PAZ (C.M.P.)

En el pasado mes de febrero se llevó a cabo en GRECIA un encuentro del CONSEJO MUNDIAL DE LA PAZ(C.M.P.). Durante el mismo se decidió descentralizar las actividades que lleva a cabo el mismo.

A efectos de cumplir con tal disposición se llevaron a cabo dos reuniones, una en SANTIAGO DE CHILE y otra en CANELA (BRASIL).

- CONFERENCIA POR LA PAZ Y EL DESARROLLO DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Desde el 30 de agosto hasta el 01 de setiembre se realizó en CANELA (RIO GRANDE DEL SUR-BRASIL) la"Conferencia por la Paz y el Desarrollo de América Latina y El Caribe".Asistieron a la misma además de los 40 delegados regionales de la organización internacional, las siguientes personalidades:

EVANGELOS MAHERAS, de nacionalidad griega, y presidente del C.M.P.

RAY STEWARD, de NUEVA ZELANDA y Vice Presidente del C.M.P.

ANTONIO PINHEIRO MACHADO NETO, Director del C.M.P.

LIBER SEREGNI, de URUGUAY, Presidente del FRENTE AMPLIO y Vice Presidente del C.M.P.

ROMESH CHANDRA, de INDIA, ex Presidente del C.M.P., y representante de las NACIONES UNIDAS , de la que la organización internacional"pacífista" es miembro asesor.

MANUEL XAVIER, de nacionalidad uruguaya y representante del MOVIMIENTO POR LA VIDA Y POR LA PAZ (MOVIPAZ)

ABRAHAM DIAMANT, uruguayo y representante de MOVIPAZ.

Durante la misma se trataron los siguientes temas:

- Acciones en favor del desarme
- Por la paz y seguridad mundial
- Reducción de los arsenales nucleares y de los armamentos de exterminio de masa.
- Prohibición de realizar pruebas nucleares
- Eliminación de las bases extranjeras
- Defensa de los derechos de los pueblos latinoamerica-

COPIA Nº .....

nos y caribeños.

- Conflicto en el GOLFO PERSICO
- Situación de los pueblos indígenas

Se analizó la creación de un centro regional de la organización internacional para AMERICA LATINA, el cual podría ser la organización intermedia entre el CONSEJO MUNDIAL DE LA PAZ y el COMITE SUDAMERICANO DE LA PAZ, desconociéndose las funciones que el mismo vaya a tener.

- SEMINARIO INTERNACIONAL "GOBERNABILIDAD Y SEGURIDAD DEMOCRATICA"

Entre los días 16 y 18 de agosto se llevó a cabo en SANTIAGO DE CHILE el Seminario "Gobernabilidad y Seguridad Democrática", el cual fue organizado por la COMISION SUDAMERICANA DE LA PAZ(C.S.P.)

La C.S.P. fue creada en abril de 1987 en BUENOS AIRES, teniendo su sede permanente en MONTEVIDEO.Los lineamientos y propuestas que maneja dicha comisión son coincidentes en un todo con los mencionados, en reiteradas oportunidades y en distintas reuniones realizadas por organizaciones miembros del CONSEJO MUNDIAL DE LA PAZ; así como también por el propio Consejo. En oportunidad de realizarse en junio de 1988 la segunda reunión plenaria del C.S.P. se presentó el documento "Seguridad Democrática Regional: una concepción de seguridad integral". En el cual se menciona la realización de acuerdos de paz y cooperación en las fronteras, reformulación del sistema de seguridad hemisférica, puesta en marcha de las condiciones para la gestación de un sistema latinoamericano de seguridad, adopción de políticas y medidas de confianza mutua, especialmente en la limitación de los gastos militares y de la mantención de la Antartida como zona desmilitarizada, etc..

Son integrantes de la C.S.P.: ROBERTO ASIAIN y JUAN RAUL FERREIRA de URUGUAY;ADOLFO BARRANTES de PERU; CARLOS ANDRES PEREZ de VENEZUELA; BELISARIO BETANCUR y GABRIEL GARCIA MARQUEZ de COLOMBIA; - - ADOLFO PEREZ ESQUIVEL y FEDERICO PAGURA de ARGENTINA; JUAN SOMAVIA y RAUL SILVA HENRIQUEZ de CHILE; LYDIA GUEILER de BOLIVIA, entre otros.

9004483

COPIA Nº 3.-

Durante la realización del seminario nombrado anteriormente se destacó la presencia de cinco ex presidente sudamericanos, RAUL ALFONSIN(ARGENTINA), JOSE SARNEY(BRASIL), JULIO SANGUINETTI(URUGUAY), BELISARIO BETANCUR (COLOMBIA)y LYDIA GUEILER(BOLIVIA).

El Seminario analizó la gobernabilidad desde las siguientes perspectivas: las crisis económicas y las políticas de - - "shock"; la consolidación democrática; el papel de las Fuerzas Armadas; los procesos internacionales y la marginalización de AMERICA DEL SUR y finalmente la reforma general y económica como base de la gobernabilidad. Se sostuvo la necesidad de asegurar y profundizar la paz en la región para consolidar el establecimiento democrático, y se consideró especialmente el tema de las fronteras como paso fundamental para lograr una integración total.

Al finalizar el Seminario los cinco ex mandatarios - presentes, propusieron declarar a la región "zona de paz y seguridad democrática". Se suscribió,además, una propuesta para la declaración de la paz y la cooperación en las fronteras del continente.- Esta propuesta, contenida en siete páginas, se hará llegar por parte de los antes mencionados a los mandatarios de los países que integran el GRUPO DE RIO (VENEZUELA, COLOMBIA, MEXICO, PERU, URUGUAY, BRASIL y ARGENTINA. PANAMA está suspendido),el cual se reunirá en el próximo mes de Octubre.-

COPIA N° 1.-

B.- CONFERENCIA PERMANENTE DE LOS PARTIDOS POLITICOS DE AMERICA LATINA (CO.P.P.P.A.L.)

Desde el 31 de agosto hasta el 02 de setiembre se realizó en BUENOS AIRES un encuentro juvenil de la CO.P.P.P.A.L.. La reunión fue organizada por la JUVENTUD PERONISTA y estuvieron representadas juventudes políticas de BRASIL, CHILE, ARGENTINA y URUGUAY(delegación integrada por siete representantes de la coordinadora de juventudes del FRENTE AMPLIO).

Esta reunión es preparatoria de la 2da. Conferencia Juvenil de la CO.P.P.P.A.L., la que se realizará en la primera quincena del mes de octubre próximo en MEJICO.

Los temas que se trataron en la reunión de BUENOS AIRES fueron: narcotráfico, deuda externa, derechos humanos y democracia.

Nº DOCUMENTO
TITULO NEGROS ANALISAN EL MER CADO DE TRABAJO
PROCEDENCIA ZERO HORA 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 13/08/90
VINCULACIONES OIEC 12738
CMP 12561
Campaña contra la Segregación Racial 50106
Brasil 10046

Negros analisam o mercado de trabalho

Mais de 200 trabalhadores negros do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina estiveram reunidos neste final de semana na colônia de férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Cidreira para discutir a situação do negro no mercado de trabalho. O encontro, que teve sua abertura oficial na última sexta-feira, em Porto Alegre, contou com a presença de painelistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Holanda. O holandês Kaas de Jonge, fotógrafo que durante muito tempo viveu na África do Sul, onde como turista branco apoiava e participava da luta do Congresso Nacional Africano contra o apartheid, foi a estrela maior do encontro.

Depois de uma manhã monótona, no sábado, o encontro começou a crescer no final da tarde com a apresentação teatral do grupo "Iya Dudu", de Porto Alegre, que através de esquetes demonstrou diversas situações pelas quais o negro passa no mercado de trabalho ou em busca de um emprego. Promovido pela comissão de negros do PT e Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, o segundo fórum "O Negro no Mercado de Trabalho" aprofundou discussões em torno de assuntos como raça e classe e a situação do trabalhador neste contexto.

Representantes da CUT e candidatos negros à eleição deste ano também participaram do evento, que também gerou a polêmica de que se a luta do trabalhador negro se dá individualmente ou dentro do contexto geral da classe trabalhadora. Diversas questões de exploração do trabalho negro, principalmente no que se refere à mulher, foram amplamente discutidas nestes dois dias em Cidreira. Nesta semana deverá ser divulgado o documento com as principais resoluções do encontro.

01-01

9004484

Nº DOCUMENTO
TITULO CRITICA A COLLOR DE LA IGLESIA
PROCEDENCIA JORNAL DO BRASIL 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 160590
VINCULACIONES OIEC 127 38
CCP 11189
CMI 125 61
Brasil 10046

Igrejas enviam pelo correio crítica a Collor

BRASÍLIA — Certos de que "o arrocho salarial e a dispensa de trabalhadores jamais contribuíram para a solução dos problemas da sociedade", 12 representantes das igrejas católica, metodista, presbiterianas e luteranas reuniram-se ontem em Brasília, para uma análise do momento nacional, e produziram um documento crítico à atuação do governo Collor. Os bispos e presidentes de igrejas fazem parte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), que, segundo garante o presidente da entidade, pastor Gottfried Brakmeier, representa 80% da população brasileira e já gerou polêmicas quando, durante a Constituinte, divulgou um documento falando da iminência de uma revolução.

A idéia dos representantes do Conic era entregar o documento de três páginas ao presidente Fernando Collor, em audiência solicitada há 10 dias. Mas a assessoria do Planalto alegou que a visita do presidente chileno ao Brasil roubara tempo na agenda palaciana. "Nós somos o povo e falamos o que o povo sente", disse o presidente do Conic ao se queixar do fato de o dinheiro das igrejas ter ficado retido pelo Plano Collor, o que causou o fechamento de seminários, desativação de obras e dificuldade de pagamento dos funcionários.

O documento, que Collor deverá receber pelo correio, fala na "infância desprotegida, no desemprego que joga famílias no desespero da violência, que permanecem opção marginal". Entre outros pontos relacionados como "nossas angústias", estão também a violência nas grandes cidades, as cenas de seqüestros e matanças de menores, o recrudescimento dos conflitos agrários e o livre mercado, apontado como "novo ídolo em nome do qual novamente sacrifícios e vítimas são imolados".

"Só com o verdadeiro desenvolvimento, entendido como o processo combinado de fatores de melhoria das condições materiais e humanas, da participação e da autodeterminação da nação, podemos alcançar com firmeza e paz a consolidação de uma sociedade justa", diz o documento, antes de relacionar 10 tarefas urgentes na solução dos problemas nacionais. Enfatizando muito a necessidade de uma ação participativa e solidária pelos diversos segmentos sociais, o Conic propõe um acordo nacional em torno da reforma agrária, da proteção à infância, apoio às iniciativas geradoras de emprego e renda, recuperação do poder de compra dos salários, aposentadorias e pensões e revisão do processo de pagamento da dívida externa, "questionando sua validade e revertendo esses fundos para programas de cunho social interno".

O documento, que também será entregue a políticos e autoridades judiciais, encerra conclamando os partidos, centrais sindicais, meios de comunicação e movimentos sociais organizados a considerar o momento de crise, como apelo para que, juntos, repensem o projeto de desenvolvimento, atendendo às aspirações populares.

9004485

Miércoles 1º de agosto de 1990 La República

Los capitalistas "son corredores de 100 metros que se aprestan a una maratón, y a los 150 metros están con la lengua por el piso"

Jorge Altamira (Partido Obrero):"La izquierda no entiende lo que está pasando, especialmente la que no es trotskista"

- ***"Cuando se habla de una ofensiva liberal se comete un error: ni es ofensiva ni es liberal"***
- ***"Durante 40 años había que mirar hacia la Unión Soviética, y ahora que todo se derrumba hay quien no quiere hacer suyas las calenturas ajenas"***

reportaje de
Jorge García Ramón

Jorge Altamira, 48 años, periodista, director del semanario **Prensa Obrera**, ex candidato presidencial del Partido Obrero de Argentina (que obtuvo un 0,5 % de la votación, parejamente repartido en todo el territorio argentino), tendrá a su cargo una charla y debate sobre "La crisis en Europa oriental y la izquierda latinoamericana", el próximo viernes a las 19.00 horas, en el local del Partido de los Trabajadores, Convención 1194. En una extensa entrevista con **LA REPUBLICA**, de la que seguidamente se ofrece una apretada síntesis, se refirió al perfil del trotskismo, a la crisis de la Europa oriental, a la situación actual de la izquierda y a las tareas del movimiento obrero, que podrían sintetizarse en reconstruir el internacionalismo proletario.

■ -Creo que la imagen generalizada del trotskismo es la de un grupo minoritario, con un alto bagaje teórico, que se caracteriza por discrepar frontalmente con todos los demás sectores, en particular con los de izquierda.

-Esa es probablemente la visión de los militantes de izquierda que se han formado o en el Partido Comunista o en otras tendencias simpatizantes, pero no es el punto de vista de los obreros en general. En el caso argentino, cuando se produce el fenómeno del peronismo el Partido Comunista aparece aliado a la derecha o a las fuerzas que desde la derecha combaten al peronismo, pero las corrientes trotskistas procuraron comprender el fenómeno, y hubo militantes trotskistas con una activa militancia sindical junto a trabajadores peronistas, cuando el resto de la izquierda pateaba en contra. Nosotros no podemos explicar qué es un trotskista en una asamblea de fábrica a través de la historia de cuatro internacionales, porque sería un documento de identidad demasiado grueso en páginas. Entonces, decimos cuál es nuestra posición frente a esa lucha concreta, cómo creemos que debe ser desenvuelta, con una posición combativa y antipatronal, y hablamos como trotskistas. La gente empieza a identificar al militante trotskista, al militante del Partido Obrero, como aquel que siempre ocupa una trinchera determinada junto a los explotados si se trata de una lucha de clases interna, o una trinchera nacional si se trata de una lucha que enfrenta a la nación con el imperialismo. En el caso de Malvinas defendimos la posición argentina, diciendo de una manera un poco gruesa: "Estamos con Argentina, conducida por esta bárbara y asesina dictadura militar, contra la democrática flota británica, que es la que en realidad puso a esta dictadura en el poder".

El trotskismo, como antes ha ocurrido con el leninismo y antes con el marxismo, no pretende una singularidad. El trotskismo se considera a sí mismo una expresión consecuente del marxismo. En ese sentido, el trotskismo es esencialmente la defensa del internacionalismo de la clase obrera, porque sin una acción y una organización internacional de la clase obrera no puede haber una lucha victoriosa contra el capitalismo mundial. La lucha por reconstruir la organización internacional de la clase obrera, por darle nuevamente protagonismo mundial, diría que en síntesis definiría al trotskismo y consecuentemente al marxismo en la época actual.

-Precisamente ese es uno de los temas que hoy se encuentran en discusión: el de la posibilidad de construir el socialismo en un solo país.

-Lo que en este momento le da una actualidad al trotskismo, y en particular a Trotski, es que la historia ha demostrado el acierto extraordinario de sus pronósticos políticos. Allí donde los burócratas stalinistas aseguraban la construcción victoriosa del socialismo, desde el punto de vista trotskista lo que había en realidad era el desenvolvimiento de un régimen burocrático que había expropiado al proletariado que hizo la revolución, y en la medida en que se consolidaba ese régimen una tendencia a la desigualdad social y por lo tanto a la restauración del capitalismo.

Para el trotskismo la alternativa era que la clase obrera derrocara a la burocracia e instaurara una verdadera dictadura del proletariado, o el capitalismo más las fuerzas internas interesadas en el progreso de la desigualdad social promoverían una restauración capitalista. Este pronóstico se ha confirmado de una manera extraordinaria.

-¿Qué situación se abre ahora? ¿Otro 1917?

-Este fue el tema central de una reunión de partidos de izquierda que se realizó en San Pablo (organizada por el Partido de los Trabajadores que lidera Luis Inacio da Silva, Lula) al cual concurrimos. La posibilidad que se abre es la de reconstruir el internacionalismo proletario, que por un lado plantea la acción común y por otro la organización común. Podrá darse en la medida en que el movimiento obrero de distintos países sepan separar a la clase obrera de Europa del este de sus burocracias, y por lo tanto apoyar sus luchas contra esas burocracias, lo cual a su vez va a servir para que esa clase obrera vea quién es su aliado en el resto del mundo, y esa acción convergente pueda superar toda una serie de limitaciones que el movimiento obrero mundial tiene en este momento.

Si pensamos que la revolución de 1917 fue, por sobre todas las cosas, el intento más extraordinario de hacer valer el internacionalismo proletario como política, en esa medida tenemos realmente la posibilidad de producir otro 1917 a escala mundial. Pero el eje es ese: una política mundial de la clase obrera.

-Pero no parece fácil en estos momentos de ofensiva del liberalismo.

-Cuando uno plantea la reconstrucción del internacionalismo proletario pienso que se formula una idea clara, pero no pensamos plantear una tarea fácil.

Trazar un rumbo es tener una claridad de objetivos y también de métodos, que no lo hacen fácil pero lo facilitan, porque en política lo más difícil es actuar cuando se está confuso.

Creemos que cuando se hacía

Otra revolución de 1917, pero a escala mundial.

de una ofensiva liberal se comete un error. Cuando se emprende toda esta campaña de privatizaciones se trata de una reacción táctica, porque el imperialismo no está en condiciones estratégicas de emprender una ofensiva. Lo prueba la quiebra del sistema bancario norteamericano; la quiebra simultánea de todas las Bolsas hace dos años, que se repitió a fines del año pasado; lo prueba la caída de la Bolsa de Tokio a principios de este año y nuevamente la caída de la Bolsa norteamericana hace una semana.

En cuanto a que esa supuesta ofensiva sea liberal, nosotros creemos que es una concesión ideológica al imperialismo calificarla así. A lo que asistimos en todos lados es a una presencia como nunca antes del Estado, que interviene en forma directa para expropiar a los sectores explotados. Collor congela todos los depósitos, pero luego, por distintas vías, devuelve la plata a los capitalistas mientras los pequeños ahorristas, trabajadores, quedaron agarrados allí y no van a ver un peso hasta dentro de un año y medio, si es que lo ven, y devaluado. La deuda externa no fue contraída por el Estado, pero en todos los países fue estatizada y la paga el consumidor por vía de impuestos. Entonces asistimos a un fenómeno que es perfectamente antiliberal, que es la acción extraeconómica del Estado de expropiación del obrero.

Cuando el Estado suplanta en tal medida a la clase capitalista en el proceso de acumulación, estamos asistiendo al ocaso de esa clase. Eso no tiene nada de liberal, y creo que no sólo es errado hablar de ofensiva liberal o neoliberal, sino que de parte de la izquierda tiende a llamar la atención sobre una potenciación del capitalismo, cuando en realidad hay una degradación y un síntoma profundo de que hay un régimen que no puede sobrevivir.

Entonces, no hay una ofensiva imperialista, y sí la posibilidad de una ofensiva del movimiento obrero. A cuatro meses de gobierno de Collor, sus propios partidarios consideran que el Plan Collor está terminado. Son corredores de cien metros que se aprestan a una maratón, y a los 150 metros están con la lengua por el piso.

Creo que la izquierda no entiende lo que está pasando, especialmente la que no es trotskista, porque la trotskista se estuvo preparando largos años para estos acontecimientos.

-No parece claro para la izquierda cómo actuara parti[illegible] de estos acontecimientos.

-En este encuentro de Sa[illegible] Pablo, alguien planteó: "N[illegible] hagamos nuestras las calentura[illegible] ajenas". Poco después, esa ide[illegible] es retomada en un semanario d[illegible] Partido Comunista argentino. [illegible] sea: "Viejo, acá en Améric[illegible] Latina tenemos claro lo d[illegible] imperialismo norteamericano[illegible] etcétera, etcétera, y lo que pas[illegible] allá no nos interesa". Es sorpres[illegible] dente: durante 40 años había qu[illegible] mirar hacia el Este y seguir [illegible] rumbo luminario de la Unió[illegible] Soviética, en nombre del inter[illegible] nacionalismo -que no era t[illegible] porque se trataba de la subord[illegible] nación del movimiento obrer[illegible] mundial a una burocracia. [illegible] ahora que todo se derrumba, n[illegible]

nos interesa nada y vamos para adelante con lo nuestro.

Primero, no podemos darle la espalda a los acontecimientos históricos. Además de que calentarse con las calenturas de los demás tiene un alto contenido revolucionario, esta posición supondría que América Latina tendría una salida en un marco mundial en el que se admitiría que el capitalismo puede ser restaurado en Europa oriental y en la Unión Soviética. ¿Tendría una salida? De ninguna manera: vamos hacia la esclavitud. Antiimperialismo latinoamericanista sí, pero no concebido como una estrategia que da soluciones al continente en el marco de una economía dominada por el imperialismo.

-Varios partidos de izquierda han redefinido la concepción del acceso al gobierno y la construcción del socialismo, pronunciándose por una vía consensual de amplios sectores sociales, no ya como tarea de la clase obrera como sujeto de los cambios sociales.

-El marxismo considera un reduccionismo absurdo considerar que la sociedad está compuesta sólo de capitalistas y obreros. Eso lo decía Lasalle. Indudablemente hay clases intermedias, que el proletariado debe esforzarse para llevar a su campo para evitar que sean llevadas, como ha ocurrido en experiencias derechistas, al campo del enemigo. Pero la práctica política demuestra que la clase obrera juega el papel de vanguardia. Y yo no creo que pueda haber un pasaje consensual a una sociedad socialista, porque eso significaría consensuar con los explotadores la emancipación de los explotados. Honestamente, me parece que no es serio. Si un político pide una interpelación al ministro Braga para denunciar el colosal fraude del Banco Comercial, los préstamos colaterales, el vaciamiento, que se lo enchufan al Estado, que lo quieren reprivatizar, lo que no es más que un botón de una brutal política de expropiación, y cuando termina la interpelación se pone a teorizar sobre la consensuación del pasaje al socialismo, no está atando las cosas de la realidad, el abismo entre el explotado y el explotador.

He leído un comentario a las resoluciones del PT brasileño, para el cual el socialismo ya no es el resultado de las contradicciones del sistema económico, sino un principio ético por el cual hay que luchar.

En esto seguimos siendo imitadores del extranjero. Esto es de Berlinguer de hace veinte años, es de Ochetto, del Partido Comunista italiano. Discos rayados que vienen de afuera, y, como de costumbre, veinte años después.

9004486

La ética no existe en el aire, un proyecto político no puede nacer de lo que uno entiende que es ético, sino de las contradicciones que surgen de la propia sociedad.

1.01

Nº DOCUMENTO
TITULO MOVIMIENTO POR LA VIDA Y LA PAZ REALIZA ACTO.
PROCEDENCIA LA REPUBLICA 150023
FECHA DE PROCEDENCIA 06/08/90
VINCULACIONES OIFC 12738
CHP 12561
MOVIPAZ 12764

Recordando los 45 años de Hiroshima y Nagasaki

Movimiento por la Vida y por la Paz realiza acto y afirma que "hay que dignificar la vida"

En los 45 años del aniversario de Hiroshima y Nagasaki el "Movimiento por la Vida y por la Paz, contra el Horror Nuclear" emitió un mensaje público.

■ "Desde este pequeño país, queremos compartir la inquietud de la humanidad por su futuro.

La acumulación desmedida de armamentos, lejos de brindar seguridad, generó como nunca, un estado de incertidumbre.

Los cambios operados en el ámbito internacional, fueron desdibujando la existencia de adversarios que actuaban como punto de partida para justificar el armamentismo.

Los afanes de lucro de quienes se benefician con la fabricación y venta de las armas, no deben actuar como condicionantes en las relaciones internacionales, ni deben moldear la vida económica ni el mercado laboral de las naciones.

El poderío militar, debe definitivamente dejar de ser el punto de apoyo para la intervención de unas naciones en los asuntos internos de las otras. De igual manera se debe desistir de imponer modelos de organización social por medio de las armas.

Conscientes que una guerra con armamento moderno implicaría el fin de la vida, se impone una voluntad colectiva para la reducción gradual, hasta su total eliminación, de todas las armas de carácter ofensivo.

Igual voluntad es necesaria para prevenir las alteraciones del equilibrio ecológico, garantía de existencia sobre este planeta.

El inmenso esfuerzo intelectual de científicos y técnicos, que insume la carrera armamentista, debe ser revertido en pos de la dignificación de la vida.

Los cuantiosos recursos económicos hoy dilapidados al servicio de planes de destrucción y muerte, deben volcarse a las necesidades vitales del género humano. Ello permitiría cambios de una magnitud inimaginable.

Nuestro continente está entre los que más sufren estas consecuencias. Injustas y asfixiantes normas económicas, cortan todo camino hacia el desarrollo.

Una grosera incidencia a través de los medios de comunicación, introduce la exaltación de la violencia y de elementos atípicos y extraños, que amenazan con distorsionar el ser histórico, nacional y cultural de cada uno de esos pueblos.

La trágica experiencia vivida por el hermano pueblo de Panamá, nos afecta y conmueve. Deseamos que ese pueblo tenga la oportunidad de construir su futuro, atendiendo a sus intereses y peculiaridades, sin estar expuesto a imposiciones. Nuestro continente es también objeto de agresión, cada vez que sus territorios o mares, son empleados como depósitos de residuos nucleares y desechos industriales de alta peligrosidad, poniendo en peligro tanto el medio ambiente como el futuro de la riqueza ictícola y otras.

Informaciones nunca desmentidas, se refieren a la presencia de rampas de lanzamiento de misiles nucleares en nuestro continente, así como la circulación de naves de guerra portadoras de ese tipo de armas en el Atlántico Sur, violando las normas aprobadas por el Tratado de Tlatelolco y su organismo de control, la Opanal.

No basta con que no haya guerra para afirmar que vivimos en paz. Esta debe ser enmarcada por la vigencia de derechos humanos y por el ejercicio real de la soberanía y la autodeterminación.

Para que estas aspiraciones se cumplan nos convocan los pacifistas del mundo y los mártires de Hiroshima y Nagasaki.

En su memoria y para bien de toda la humanidad, hagamos que reine la paz en nuestro planeta.

Por otra parte, el miércoles 8 a las 19.30 horas, en el teatro de la Asociación Cristiana de Jóvenes, Colonia 1870, "Movipaz" realizará un acto recordando las víctimas de la bomba atómica. En el trancurso del acto, la actriz Estela Castro leerá un mensaje a propósito del tema y además se contará con la actuación del Coro "Juventus" bajo la dirección de Dante Magnone, Washington Carrasco y Cristina Fernández y el Coro "Zmer" de la Comunidad Israelita del Uruguay bajo la dirección de Ana Wagner.

Washington Carrasco y Cristina Fernández estarán presentes en el acto que organizado por "MoviPaz" recuerda los 45 años de Hiroshima y Nagasaki.

PARTES POCO LEGIBLE

01.01

900448

Nº. DOCUMENTO
TITULO Elección de sede para organizaciones regionales del CMP
PROCEDENCIA ZERO HORA 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 31/08/90
VINCULACIONES OIEC 12738
CMP 12561
BRASIL 10046

Conselho da Paz exige retirada dos iraquianos

O presidente do Conselho Mundial da Paz, **Evangelos Maheras**, deixou ontem a Conferência Pela Paz e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, que acontece em Canela, levando em sua bagagem uma enérgica crítica do advogado gaúcho e membro do Conselho no Estado, **Antônio Pinheiro Machado Netto**. O gaúcho discordou abertamente da posição tomada pela entidade em relação ao conflito Iraque e Kuwait.

Na sexta-feira, Maheras foi cobrado por alguns dos participantes da Conferência sobre a posição oficial da entidade em relação ao conflito. Ontem, antes de se despedir do encontro (embarcou para Atenas, onde reside), Maheras disse que o Conselho quer a retirada imediata das forças do Iraque que invadiram o Kuwait, de acordo com um cronograma estabelecido pela ONU. Qualquer medida tomada em relação ao conflito deve seguir os princípios ditados pela ONU e a solução precisa servir como base para os demais conflitos existentes hoje no Golfo Pérsico, explicou.

O Conselho Mundial da Paz também respeita o embargo anunciado ao Iraque. Maheras disse que o fato da ONU não ter condenado a invasão dos Estados Unidos ao Panamá não dá o direito para que outras nações tomem, através da força, países vizinhos.

TÍMIDA E INCOMPLETA — Em seguida, foi a vez do advogado gaúcho tomar o microfone e não deixar por menos. Taxou a proposta apresentada pelo presidente da entidade como "tímida e incompleta". Afirmou que a situação na região do Golfo Pérsico só poderá ser resolvida globalmente, com a retirada das forças iraquianas do Kuwait e a total saída das tropas dos Estados Unidos do local. "Mais uma vez, os americanos se precipitaram à posição da ONU e, de forma policialesca, enviaram tropas para a região", criticou Pinheiro Machado.

Em tom enérgico, disse que não aceitava o tratamento dispensado à ocupação americana no Panamá, colocado algumas vezes por Maheras como "mais uma invasão". O advogado gaúcho afirmou que o Panamá está sendo esmagado e os homens e mulheres vivem uma situação de total miserabilidade.

Na intervenção seguinte, o secretário-geral do Conselho Mundial da Paz na Argentina, **Jorge Kreynes**, pediu que a ONU reveja sua maneira de agir nessas situações. Sugeriu que a entidade parta para a adoção de uma democracia em sua formação, pois, afirmou Kreynes, é inadmissível que apenas cinco países — Estados Unidos, União Soviética, China, França e Inglaterra — façam parte do Conselho de Segurança da ONU. "Precisamos acabar com esta [illegible] internacional", afirmou Alexandre Bach, enviado especial

Conferência da Paz debate a invasão do Kuwait

O presidente iraquiano Saddam Hussein certamente não sabe onde é o Rio Grande do Sul e muito menos deve imaginar que existe uma cidade chamada Canela. Hussein e sua atitude de invadir o Kuwait, no entanto, deve ser o assunto principal numa discussão que envolve pacifistas de toda a América Latina e que iniciou ontem à noite no Hotel Laje de Pedra, na cidade serrana. Até domingo, aproximadamente 50 delegados de todas as partes da América discutem a paz mundial na Conferência Continental Pela Paz e Desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Na prática, os representantes do México, Argentina, Uruguai, Porto Rico, Paraguai, Cuba, Equador, República Dominicana, Chile e os delegados brasileiros que já estão em Canela vão iniciar a estruturação da representação do Conselho Mundial da Paz no continente americano. Por uma decisão da entidade, o conselho será descentralizado e passará a ter uma representação em cada um dos cinco continentes. O encontro, que encerrará com a divulgação da Carta de Canela com as conclusões dos debates, terá a participação do presidente do Conselho Mundial da Paz, o grego Romehs Chandrat.

Outro assunto que será alvo de muitos debates é a redução dos arsenais nucleares, com ações em favor do desarmamento em busca da paz e da segurança global. Os participantes pretendem buscar alternativas para respaldar a defesa dos direitos dos povos da América Latina e do Caribe. A situação dos povos indígenas e a defesa do meio ambiente também serão debatidos.

A sessão de encerramento do encontro deverá contar com a presença do governador Synval Guazzelli. Ontem, num contato telefônico com os organizadores do evento, o arquiteto Oscar Niemayer disse que está com um problema de labirintite. Se melhorar até sábado, viajará para participar do evento.

1.05 .9004488

Nº DOCUMENTO MERCEDES SOSE VA A CANELA
TITULO PARA LA REUNION SOBRE LA PAZ
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 29/08/90
VINCULACIONES

Mercedes Sosa vai a Canela para a reunião sobre a paz

□Encontro reunirá personalidades de 40 países durante três dias. Organizadores esperam a participação até de Gabriel Garcia Marquez

A cantora argentina Mercedes Sosa confirmou sua participação na reunião do Conselho Mundial da Paz, programada para acontecer de amanhã a domingo em Canela. Ela é apenas uma das personalidades esperadas para esse encontro internacional de pacifistas, inédita em termos de Rio Grande do Sul, e que deverá congregar representantes de 40 países. Os organizadores do evento ainda tentam acertar a vinda do escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, Prêmio Nobel de Literatura. Em contrapartida, já está certa a presença do general uruguaio Liber Seregni (ex-candidato à presidência daquele país por uma coalização de esquerda), do indiano Romish Chandra (representante das Nações Unidas) e do pintor Carlos Scliar. Caso a saúde permita, o arquiteto Oscar Niemeyer também comparecerá.

Luis Tajes Arquivo/ZH

Mercedes: *falando de paz*

"Num momento em que a tensão volta a ganhar espaço com a crise do Oriente Médio, nada mais oportuno que uma conferência reafirmando os valores pacifistas", analisa o advogado gaúcho Antônio Pinheiro Machado Neto, diretor do Conselho Mundial da Paz (órgão reconhecido pela ONU) e um dos organizadores do encontro em Canela.

Os delegados, hospedados no Hotel Laje de Pedra, vão debater durante três dias os tipos de ações necessárias para a redução dos arsenais atômicos e convencionais, a desmilitarização da terra e do espaço e a proibição de testes nucleares. Será discutida ainda a situação dos povos indígenas, a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento, bem como a criação de um centro regional para a América Latina do Conselho Mundial da Paz.

"As viagens serão custeadas pelos próprios participantes", ressalta Pinheiro Machado. Ele informa, sem especificar, que "uma grande ajuda" em relação à hospedagem foi conseguida junto ao próprio Hotel Laje de Pedra e à Prefeitura de Canela. O encontro inicia às 20h30min de quinta-feira, com debates entre os delegados (sem interferência do público), e encerra no domingo à noite, com a presença do governador Synval Guazzelli e tema livre. Já chegaram os representantes de Cuba, Equador, Porto Rico, República Dominicana e Paraguai. "Agora é esperar o resultado", conclui o organizador.

Canela vai falar de paz

□O grande encontro, com representantes de vários países, começa hoje à noite. Alguns dos principais destaques do evento já chegaram

Começaram a chegar ontem a Porto Alegre os participantes do encontro do Conselho Mundial da Paz, que inicia hoje, estendendo-se até domingo, no Hotel Laje de Pedra, em Canela. Um dos destaques do evento - o soviético Glinkin - vice-presidente da Academia de Ciências da União Soviética, desembarcou às 17h30min no Aeroporto Internacional Salgado Filho. Pela manhã chegaram 10 integrantes da comitiva do México, que possui dois delegados.

O coordenador do encontro, Antônio Pinheiro Machado Neto, calcula que 50 pessoas, entre delegados e participantes de vários países, debaterão problemas ligados à paz. O ex-candidato à presidência do Uruguai, Liber Seregni, confirmou sua presença, mas a cantora Mercedes Sosa, famosa por sua militância pela paz mundial, não estará em Canela, conforme contato mantido ontem com os organizadores.

Arquivo/ZH

Liberação: *Liber Seregni, político uruguaio, confirmou vinda a Canela*

O encontro do Conselho Mundial da Paz inicia hoje, às 20h30min, com reunião dos delegados, terminando domingo, com tema livre. Entre os temas constam o estudo de ações para a redução das armas convencionais e atômicas, a desmilitarização da terra e do espaço e a proibição dos testes nucleares. A defesa do meio ambiente, a criação de um centro regional para a América Latina do conselho Mundial da Paz e o desenvolvimento do planeta também constam da pauta de assuntos a serem debatidos nos quatro dias do encontro.

9004488

Nº. DOCUMENTO
TITULO DELEGADOS ESCOGEN NUEVA SEDE DELCMP
PROCEDENCIA ZERO HORA
FECHA DE PROCEDENCIA 27/08/90
VINCULACIONES

Uma conferência para a paz em Canela

□Encontro reúne 40 delegados da América Latina, além de vários especialistas, durante quatro dias, no Hotel Laje de Pedra

No momento em que o mundo todo volta sua atenção e expectativa para o desenrolar do conflito do Golfo Pérsico, o Conselho Mundial da Paz, organismo vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), realiza nos diferentes continentes suas conferências pela paz. O Rio Grande do Sul foi escolhido para sediar a Conferência Pela Paz e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, que será realizada, no Hotel Laje de Pedra, em Canela, de quinta-feira a domingo próximos. Além da presença dos 40 delegados latino-americanos, várias personalidades já têm confirmada sua participação, estando entre elas o pintor Carlos Scliar, Oscar Niemayer e Liber Seregni.

Sob a execução do Centro Brasileiro de Defesa da Paz e pelo Conselho Brasileiro de Defesa da Paz (Condepaz), o evento deverá servir para a discussão, não só sobre o conflito do Golfo Pérsico, como também sobre ações em favor do desarmamento, pela paz e a segurança em escala global, redução dos arsenais nucleares e do restante dos armamentos de extermínio em massa, proibição de testes nucleares, eliminação das bases estrangeiras, além de iniciativas de respaldo à defesa dos direitos dos povos latino-americanos e do Caribe.

Mas como enfatiza o diretor do Centro Brasileiro de Defesa da Paz, advogado Antônio Pinheiro Machado Neto, a entidade tem objetivos mais abrangentes lutando pelo desenvolvimento dos povos e pela ecologia. Isto porque, como justifica, um povo desenvolvido e com suas necessidades básicas satisfeitas têm mais condições de conscientização sobre a necessidade da paz e do entendimento entre a humanidade. As condições saudáveis de vida no planeta também são considerados elementos necessários à paz, como lembra Pinheiro Machado Neto.

Ao mesmo tempo, atendendo às determinações do último encontro mundial realizado em Atenas, em fevereiro deste ano, de descentralizar as atividades do Conselho Mundial da Paz, criando coordenadorias nos diversos continentes, como o que reúne agora aqui os países da América Latina e do Caribe. O Conselho Mundial da Paz foi criado há 40 anos, ainda sob os efeitos destruidores da Segunda Guerra Mundial, tendo hoje sua sede em Helsinque, na Finlândia, e reunindo representantes de movimentos pela paz de 140 países. Funciona como órgão de assessoramento da ONU, em várias questões, sendo seu presidente o grego Evangelos Maheras.

Conferência: *delegados esperam para hoje a chegada de Mercedes Sosa e Liber Seregni*

11483

Delegados escolhem nova sede do Conselho da Paz

□Escritório centralizará as questões ligadas à América Latina, dentro da regionalização buscada pela entidade. Mexicano deve ser o presidente

ALEXANDRE BACH
Enviado Especial/ZH

Os 38 delegados dos 14 países que estão reunidos em Canela, na Conferência pela Paz e Desenvolvimento da América Latina e Caribe, decidem hoje qual país sediará o escritório do Conselho da Paz para a América Latina e Caribe e quem será seu presidente. Ontem, no primeiro dia do encontro, o nome mais lembrado para a função foi o do ex-presidente do México, Luiz Echeverría, que atualmente está na Venezuela.

A descentralização do Conselho Mundial da Paz — criado em 1950 e com sede central em Helsinque, na Finlândia — faz parte da nova política da entidade. Em fevereiro deste ano, com a eleição do grego Evangelos Maheras para a presidência, a entidade repensou sua atividade em nível mundial. "Depois da guerra, todos os problemas mundiais eram semelhantes. Hoje, no entanto, há conflitos e situações diferentes em cada parte do mundo, que precisam de soluções com caráter regional", explica Maheras, um advogado de 71 anos.

Ainda que apenas um país seja escolhido para sediar a representação do Conselho, o atual presidente não descarta a possibilidade da criação de diversas sub-regiões em outros países da América Latina, devido ao tamanho do continente.

Atualmente, o conselho congrega representantes de 40 países em todo o mundo e faz parte de um departamento da Organização das Nações Unidas (ONU) que reúne entidades pacifistas não governamentais. Basta ver a multiplicidade de línguas faladas pela direção-geral do movimento para se ter uma idéia da verdadeira integração mundial que propicia. O atual presidente, um grego, sucedeu ao hindu Romesh Chandra e tem como secretário geral o neozelandês Raymond Stewart. Entre os fundadores do Conselho Mundial da Paz estão o pintor Pablo Picasso, o escritor Pablo Neruda, e o filósofo Jean Paul Sartre.

JUSTIÇA SOCIAL — Os debates de ontem, com participantes da Grécia, Finlândia, Nova Zelândia, Uruguai, Cuba, Índia, Brasil, União Soviética, Argentina, México, Porto Rico, República Dominicana, El Salvador e Equador mostraram que a verdadeira paz buscada pelo conselho está um pouco mais além da eliminação de armas nucleares e o cessamento de conflitos bélicos em diversas partes do planeta. É claro que estas duas medidas foram exigidas com muita determinação e veemência pelos debatedores. A invasão do Kuwait pelo Iraque, por exemplo, foi condenada por todos e comparada com as constantes intervenções dos Estados Unidos na América Central, com atenção especial para a invasão dos americanos no Panamá, que ainda se mantém.

Também foi considerada como hipocrisia a atitude dos Estados Unidos de condenar um possível uso de armas químicas no conflito. Na mente de todos os pacifistas que estão em Canela ainda estão gravadas as cenas que mostraram os americanos retirando em caminhões produtos de igual periculosidade da Alemanha.

A busca pela paz do Conselho Mundial tem um enfoque baseado na justiça social. "Hoje, paz não é só parar com tiros e bombas. É também proteção ao meio ambiente e respeito às minorias raciais, por exemplo", afirma o grego Maheras. Sobre o Brasil, diz que uma paz duradoura só será obtida a partir de um melhor desenvolvimento da economia. "A dívida externa é um fator que atrapalha esse desenvolvimento. Por isso, precisa ser cancelada sem que os brasileiros tenham que pagar alguma coisa", sentencia o presidente do conselho.

O Rio Grande do Sul foi o local escolhido como sede da conferência por ter uma situação geográfica confortável no tão falado processo de integração da América Latina, que começaria pelo Cone Sul. A integração é defendida com vigor por todos os participantes do encontro que pensam que o processo deve acontecer sem a participação dos Estados Unidos e Canadá. Afinal de contas, explicam, as realidades são diferentes. Os latino-americanos começariam a crescer a partir da integração de suas pobrezas.

PERSONALIDADES — Começa hoje pelo Hotel Laje de Pedra, que sedia a Conferência da Paz, o desfile de personalidades ilustres do Brasil e do exterior que têm suas vidas e obras ligadas à paz. A grande expectativa é a cantora Mercedes Sosa, que deverá chegar à tarde, junto com Líber Seregni, candidato na última eleição presidencial do Uruguai. Amanhã, está confirmada a presença do pintor brasileiro Carlos Scliar.

As grandes ausências ficam por conta do arquiteto Oscar Niemayer e do escritor Gabriel Garcia Marquez. Niemayer, com problemas de saúde, mandou uma mensagem agradecendo o convite. Já Garcia Marquez, até ontem à tarde, não havia respondido ao convite feito pela comissão organizadora do evento.

9004488

Nº DOCUMENTO .....

TITULO SEREGNI SE REUNIO CON PRESIDENTE DE CMP

PROCEDENCIA LA HORA POPULAR

FECHA DE PROCEDENCIA 30/08/90

VINCULACIONES .....

.....

.....

.....

.....

Seregni se reunió con presidente de CMP

El general Líber Seregni se reunió ayer con el presidente del Consejo Mundial de la Paz (CMP), Evangeloz Maheras, y el secretario de ese organismo, Ray Stewart. El presidente del Frente Amplio, que integra el organismo dirigente del CMP, estuvo en el recibimiento a los visitantes en el aeropuerto de Carrasco y cenó con ellos.

Maheras y Stewart participarán en la Conferencia por la Paz y el Desarrollo de América Latina y el Caribe, que se desarrollará entre hoy y el 2 de setiembre en Brasil, y a cuyo acto de clausura asistirá Seregni.

La conferencia, a la que está invitado el Movimiento por la Paz de Uruguay, centrará sus deliberaciones en el desarme, la preservación ecológica y los derechos al desarrollo independiente y la autodeterminación de los pueblos de nuestro continente.

En el evento se propondrá la creación del Centro Regional para América Latina y el Caribe del CMP.

Durante su breve estadía en Montevideo, Evangeloz Meharas y Ray Stewart se reunieron con el canciller Héctor Gros Espiell y con integrantes de la comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Diputados.

05/05

2004488

Nº. DOCUMENTO .....

TITULO ALFONSIN Y OTROS CUATRO EX PRESIDENTES PROPONEN QUE AMERICA SEA "ZONA DE PAZ"

PROCEDENCIA LA NACION 15 0925

FECHA DE PROCEDENCIA 20/08/90

VINCULACIONES OIFC 12738
CMP 12561
CHILE 65709

Alfonsín y otros cuatro ex presidentes proponen que América sea "zona de paz"

SANTIAGO, Chile, 19 (EFE).- Cinco ex presidentes de países latinoamericanos propusieron declarar a la región "zona de paz y seguridad democrática", en una reunión de dos días sobre fronteras y gobernabilidad.

La propuesta está contenida en una declaración de siete páginas, que los ex gobernantes harán llegar a los presidentes de los países que integran el Grupo de Río, que se reunirá en octubre.

La declaración fue firmada por los ex presidentes [redacted], Julio María Sanguinetti (Uruguay) y José Sarney (Brasil).

Los ex jefes de Estado señalaron que este compromiso de paz debe incluir la cooperación en las fronteras, para hacer de ellas "lugares de encuentro, de diálogo, y territorio del desarrollo".

"Para fortalecer la región debemos adquirir la certeza de que no se hará uso de la fuerza en las relaciones entre los Estados", manifestaron los cinco políticos.

Asimismo, convocaron a los Parlamentos, a los partidos y a todos los sectores sociales a impulsar acciones que conduzcan "a lograr, en breve plazo, que se haga realidad la paz en la subregión".

También exhortaron a los gobiernos a que suscriban un compromiso de paz y cooperación en las fronteras "que exprese la voluntad política del proceso de reconstrucción democrática por el que atraviesa el continente".

La reunión en Santiago fue organizada por la Comisión Sudamericana de Paz.

Ayer regresó Sanguinetti; en reunion con Aylwin conversó sobre el caso Letelier

El ex presidente Julio María Sanguinetti retornó ayer luego de participar en un congreso de la comisión Sudamericana de Paz que se desarrolló en Santiago de Chile con la participación de varios ex mandatarios.

En la oportunidad se consideró el tema de las fronteras en América, asunto considerado esencial y primario para lograr una integración total.

El resultado que arrojó esta reunión es que "mientras haya un problema fronterizo no se podrá lograr una integración como la europea, que a raíz de no tenerlos pudo establecer la unión de los distintos países que conforman el Viejo Mundo".

El doctor Sanguinetti además de tomar parte en estas jornadas junto a los ex-presidentes Raúl Alfonsín de Argentina y José Sarney de Brasil, entre otros, también mantuvo una extensa entrevista con el Jefe de Estado Argentino Patricio Aylwin. Entre los puntos considerados en esa reunión figuró el del caso Letelier en el que Sanguinetti representa a Chile en el juicio que le planteó Estados Unidos por este tema.

El ex Jefe de Estado no formuló declaraciones a su regreso, pero fuentes cercanas a él indicaron que por el momento no ha previsto otra actividad internacional, aunque no se descarta que pueda recibir alguna invitación en los próximos días para participar en algún otro foro.

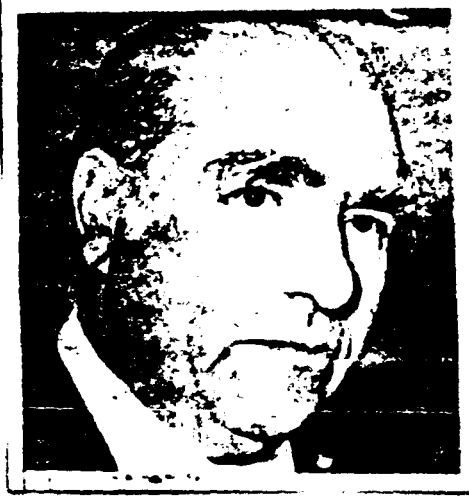
Sanguinetti regresó ayer luego de entrevistarse con presidentes y ex presidentes de Sudamérica.

02 · 02

900448

Nº DOCUMENTO .....
TITULO Ex PRESIDENTES ABOGAN POR CONSENSO REGIONAL
PROCEDENCIA LA MAÑANA
FECHA DE PROCEDENCIA 20/02/90
VINCULACIONES .....

Ex-Presidentes abogan por consenso regional



Dr. Julio María Sanguinetti

El ex Presidente de la República, Dr. Julio María Sanguinetti, afirmó que el desafío de nuestras democracias, más que político es cultural, donde hay que formar ciudadanos democráticos, al participar de un encuentro de ex mandatarios latinoamericanos.

El problema de la deuda externa, la urgencia de la integración latinoamericana y la importancia del consenso regional, fueron subrayados en Chile por cinco ex Presidentes latinoamericanos en un encuentro que culminó en la víspera en la ciudad de Santiago de Chile.

Del mismo participaron el brasileño José Sarney, el argentino Raúl Alfonsín, el colombiano Belisario Betancur, la boliviana Lydia Gueiler y el uruguayo Julio María Sanguinetti.

En la reunión se suscribió una propuesta para la paz y la cooperación en las fronteras de América del Sur, en el que se afirma la necesidad de que los países sudamericanos suscriban un compromiso en este sentido, afianzando la cooperación en las fronteras, como expresión de la voluntad política del actual proceso de reconstrucción democrática.

Asimismo se sostiene que es necesario asegurar y profundizar la paz, ya que Sudamérica es la región pacífica del mundo en la relación entre los estados, dado que hace medio siglo no hay guerra entre los países de la región porque, a pesar de incidentes aislados, y más allá de la [illegible] la mayoría han formulado una política de convivencia.

"Nuestra paz constituye una realidad positiva. Es necesario consolidarla y profundizarla en el marco del establecimiento democrático y de la nueva realidad internacional", afirman los declarantes de los ex Presidentes.

INTEGRACION FRONTERIZA

Por otra parte, la [illegible] integración fronteriza en América del Sur es un [illegible] "ya que las zonas de frontera son los puntos de articulación de la política por los que deben ser democráticas, con facilidad de tránsito, con [illegible] jurídicos adecuados".

Participará Julio María Sanguinetti y otros cuatro ex presidentes

Inauguran hoy en Santiago de Chile seminario sobre "Gobernabilidad y Seguridad Democrática"

El ex presidente de Argentina, Raúl Alfonsín, inaugura hoy, jueves 16, el seminario internacional "Gobernabilidad y Seguridad Democrática", organizado por la Comisión Sudamericana de Paz, en Santiago (Chile).

Durante el acto intervendrán también el ministro secretario general de Gobierno, Edgardo Boeninger, y el secretario general de la Comisión, Juan Somavía.

En la Academia Diplomática Andrés Bello, Alfonsín expondrá el tema "Gobernabilidad y Legitimidad Democrática", ante la presencia de dos ex presidentes, Lydia Gueiler y Belisario Betancur, y más de cuarenta invitados argentinos e internacionales.

Entre los participantes extranjeros se encuentran: el ministro de Gobierno de Bolivia, Gustavo Fernández; el asesor de Relaciones Exteriores del presidente Collor, Celso Pinheiro; el asesor de la presidencia del Ecuador, Francisco Borja; el senador argentino, Adolfo Gass; el almirante (r) brasileño, Armando Ferreira Vidigal; el director del Programa para la Superación de la Pobreza del PNUD en Ecuador, Simón Pachano; el asesor del ex presidente Alfonsín, Alberto Ferrari; y el coordinador académico de Clacso-Argentina, Waldo Ansaldi.

Para el secretario ejecutivo de la Comisión, Carlos Contreras, el problema central de los nuevos gobiernos democráticos es que "han suscrito el compromiso de satisfacer, aunque sea en forma mínima, las urgentes necesidades de salud, vivienda, educación y empleo y participación política que experimentan los países. Pero deben hacerlo en el marco de una profunda crisis económica y de serios problemas en el funcionamiento del sistema político".

Para enfrentar esta realidad de crisis, los gobiernos sudamericanos "cuentan con recursos económicos y políticos escasos que no alcanzan para satisfacer las demandas sociales de la población. Esto frustra las expectativas de la ciudadanía y aumenta la tensión social y la inseguridad".

Por estas razones, este seminario analizará la gobernabilidad desde las siguientes perspectivas: las crisis económicas y las políticas de "Shock" como ejes de la gestión de gobierno; la consolidación de la democracia y el papel de las Fuerzas Armadas; los procesos internacionales y la marginalización de América del Sur; y finalmente, la reforma política y económica como base de la gobernabilidad.

El seminario concluirá el sábado 18, con una mesa redonda donde expondrán cinco ex presidentes sudamericanos: José Sarney, Lydia Gueiler, Julio María Sanguinetti, Belisario Betancur y Raúl Alfonsín; sobre "La Gobernabilidad y la Consolidación Democrática".

Nº. DOCUMENTO.....

TITULO ALFONSIN Y OTROS CUATRO EX PRESIDENTE PROPONEN QUE AMERICA SEA "ZONA DE PAZ"

PROCEDENCIA LA NACION 15 o 25

FECHA DE PROCEDENCI. 20/08/90

VINCULACIONES OIEC 12738
CMP 12561
CHILE 65709

Alfonsín y otros cuatro ex presidentes proponen que América sea "zona de paz"

SANTIAGO, Chile, 19 (EFE).- Cinco ex presidentes de países latinoamericanos propusieron declarar a la región "zona de paz y seguridad democrática", en una reunión de dos días sobre fronteras y gobernabilidad.

La propuesta está contenida en una declaración de siete páginas, que los ex gobernantes harán llegar a los presidentes de los países que integran el Grupo de Río, que se reunirá en octubre.

La declaración fue firmada por los ex presidentes [redacted], Julio María Sanguinetti (Uruguay) y José Sarney (Brasil).

Los ex jefes de Estado señalaron que este compromiso de paz debe incluir la cooperación en las fronteras, para hacer de ellas "lugares de encuentro, de diálogo, y territorio del desarrollo".

"Para fortalecer la región debemos adquirir la certeza de que no se hará uso de la fuerza en las relaciones entre los Estados", manifestaron los cinco políticos.

Asimismo, convocaron a los Parlamentos, a los partidos y a todos los sectores sociales a impulsar acciones que conduzcan "a lograr, en breve plazo, que se haga realidad la paz en la subregión".

También exhortaron a los gobiernos a que suscriban un compromiso de paz y cooperación en las fronteras "que exprese la voluntad política del proceso de reconstrucción democrática por el que atraviesa el continente".

La reunión en Santiago fue organizada por la Comisión Sudamericana de Paz.

Ayer regresó Sanguinetti; en reunion con Aylwin conversó sobre el caso Letelier

■ El ex presidente Julio María Sanguinetti retornó ayer luego de participar en un congreso de la comisión Sudamericana de Paz que se desarrolló en Santiago de Chile con la participación de varios ex mandatarios.

En la oportunidad se consideró el tema de las fronteras en América, asunto considerado esencial y primario para lograr una integración total.

El resultado que arrojó esta reunión es que "mientras haya un problema fronterizo no se podrá lograr una integración como la europea, que a raíz de no tenerlos pudo establecer la unión de los distintos países que conforman el Viejo Mundo"

El doctor Sanguinetti además de tomar parte en estas jornadas junto a los ex-presidentes Raúl Alfonsín de Argentina y José Sarney de Brasil, entre otros, también mantuvo una extensa entrevista con el Jefe de Estado Argentino Patricio Aylwin. Entre los puntos considerados en esa reunión figuró el del caso Letelier en el que Sanguinetti representa a Chile en el juicio que le planteó Estados Unidos por este tema.

El ex Jefe de Estado no formuló declaraciones a su regreso, pero fuentes cercanas a él indicaron que por el momento no ha previsto otra actividad internacional, aunque no se descarta que pueda recibir alguna invitación en los próximos días para participar en algún otro foro.

Sanguinetti regresó ayer luego de entrevistarse con presidentes y ex presidentes de Sudamérica.

02-02

900448

"LA HORA POPULAR"

DIEGO MOLES, ESTUDIANTE URUGUAYO EN PRAGA:

Habla "una sociedad que alentó el doble discurso, la doble moral, el carrerismo"

"En Checoslovaquia, para ir a la Universidad había que afiliarse a la juventud comunista"

• *Diego Moles*, estudiante de sociología, delegado de la FEUU en la Unión Internacional de Estudiantes, con sede en Praga, Checoslovaquia, donde reside desde agosto del 89, vivió los acontecimientos de ese país, donde se enteró, entre otras cosas, que para ser estudiante universitario en el régimen anterior había que afiliarse a la juventud comunista.

En gira por Latinoamérica para contactar con organizaciones estudiantiles, Diego Moles, que hasta el año próximo integrará el secretariado permanente de la UIE, hizo escala en nuestro país, manteniendo este diálogo con LA HORA POPULAR.

—¿Cómo ha visto el proceso que transformó a un país socialista en un país que marcha hacia el capitalismo?

—Bueno, habría que preguntarse si es correcto caracterizar al régimen que había en Checoslovaquia como socialista, pero no entremos en esa polémica. Para empezar, desde el momento en que con mi compañera pisamos Praga, al llegar al país en agosto del año pasado, tuvimos la sensación de la dictadura: la estructura de militarización del aeropuerto fue el primer dato. Sufrimos el rechazo a los extranjeros en una sociedad que parece creer que sus problemas se deben a cosas como la ayuda al Tercer Mundo.

—¿Usted tuvo problemas?

Muchos. Desde que me tiraron la basura frente a mi casa a que me cortaran las gomas del auto, hasta gestos de indiferencia.

—Hablemos de los cambios políticos. ¿Cómo se dieron?

—Allá se le llama la revolución de terciopelo: esta vez no intervinieron los tanques. La policía tampoco, salvo en la represión a la manifestación del 17 de noviembre, día internacional del estudiante, convocada por las llamadas organizaciones informales, por la juventud comunista y por la UIE. Luego vino la huelga estudiantil universitaria, la ocupación de las facultades y un paro general de diez minutos que fue decisivo para que el gobierno abdicara. El hecho de que no se reprimiera acrecentó la participación, que se expresó en manifestaciones de centenares de miles de personas. La gente se movilizó contra el régimen que imperó durante cuarenta años, por la democracia y por mejores condiciones de vida. Pero las acciones tuvieron muchas veces un contenido antisoviético.

Hasta tal punto que ahora muchos sostienen que Checoslovaquia no se liberó en el 45 por la entrada del Ejército Rojo sino por el ingreso de las tropas norteamericanas, que, como se sabe, llegaron hasta la frontera. En este fervor antisoviético cabe todo.

—¿Cómo se explica que la juventud comunista haya participado en las acciones contra el régimen anterior?

[illegible] en un cuadro de gran incidencia del movimiento estudiantil, en cuyas asambleas los círculos de la juventud comunista se autodisolvían y hasta sus dirigentes pasaban a participar en la conducción del movimiento huelguístico.

—¿Estaban renegando del marxismo?

—Pese a las lecturas obligatorias y los planes de enseñanza, la juventud no fue ideologizada. No sé si corresponde decir que reniega del marxismo. Si reniega de una concepción que procuró introducirle el marxismo interpretado por el estalinismo y por el modelo que se aplicó en la URSS antes de la perestroika. Doy un dato: para ingresar en la Universidad había que ser afiliado a la juventud comunista. Eso explica las quemas públicas de los carnés al caer el régimen.

—Pero, ¿era un requisito constitucional ser afiliado?

—No había ninguna ley al respecto, pero era una sociedad donde las leyes que no estaban escritas solían ser más fuertes. Una sociedad que alentó el doble discurso, la doble moral, el carrerismo.

RFA: el paradigma

—¿Quieren volver al capitalismo los checos?

—Como dije al principio, habría que ver si alguna vez salieron de él. Lo que quieren es vivir mejor, y tienen como paradigma a la RFA.

—¿Cómo es el nivel de vida?

—Checoslovaquia y la RDA tienen un nivel de vida superior al resto de los países del este. Comparado con nuestro país, se ciaro que viven mejor. Pero ellos se comparan con la RFA.

—¿Qué orientación tiene el Foro Cívico, principal fuerza política en la actualidad?

—Está dirigido por un conjunto más bien heterogéneo de intelectuales. Se propone reinsertar a Checoslovaquia en el mercado mundial. Algunos de sus dirigentes, como el primer ministro Havel o como Dubcek, son partidarios de aplicar gradualmente las medidas económicas de modo de evitar el impacto social. Estos son los llamados gradualistas. Otros, los radicales, entre los que está el ministro de Economía, que aunque resulte extraño era miembro del comité central del Partido Comunista y responsable de la planificación económica del gobierno anterior, procuran hacer el pasaje a la economía de mercado capitalista en pocos meses, drásticamente.

—¿Qué inversiones extranjeras se están haciendo en Checoslovaquia?

—Sobre todo de capitales de la RFA y de Austria, que invierten prioritariamente en el área del turismo.

—¿Qué pasa con los servicios de seguridad?

—¿La Cheka? Sigue.

—Pero al servicio de los que están ahora.

—Cambió la orientación, pero no está desmantelada. Igual pasa en Rumania, donde estuve en enero, cuando todavía volaba algún tiro. Claro, la situación en Rumania es especialmente dramática por las secuelas de los enfrentamientos y por la miseria que hay, cosa que no sucede en Checoslovaquia, donde prácticamente no hay marginación. En Rumania se ve gente en los trenes tratando de vender algo para comer, y también gente que intenta robar. Y existe pánico, una paranoia colectiva. Los estudiantes nos decían que la Securitate sigue activa, reprimiendo.

Diego Moles: "Se vio lo que se quiso ver y no la realidad de países que no creo que fueran socialistas".

—Pero ahora dirigida por el nuevo gobierno.

—Por lo que he visto, me quedan muchas dudas sobre el grado de democratización de esa sociedad.

—Para terminar, y volviendo a Checoslovaquia, ¿a qué atribuye que su visión sobre esa sociedad difiera tanto de la que trasmitían muchos uruguayos que conocieron ese país?

—Ah, no voy a acusar a esa gente. También me siento responsable, porque muchas cosas que ellos trasmitían yo me las compré y las salí a vender. Se vio lo que se quiso ver y no la realidad, que tenía muchas cosas positivas pero también esto que ahora emerge con claridad. Lo importante es la conclusión a extraer: debemos vivir con la realidad y la verdad, discutir francamente, opinar y elaborar colectivamente. No más verdades reveladas.

9004490X

01-01

DELEGACION JUVENIL RECIBIDA EN ENCUENTRO DE COPPPAL
PROCEDENCIA LA HORA POPULAR 150253
FECHA DE PROCEDENCIA 29/08/90
VINCULACIONES COPPPAL 1251/P
ARGENTINA 10033

"Estamos acorralados; solo saldremos todos juntos"

Vicepresidente de la Conferencia de Partidos Políticos de América Latina (CoPPAL) y Secretario de Asuntos Internacionales del Partido Revolucionario Democrático (PRD, fundado por el general Omar Torrijos), Nils Castro dialogó con Mate Amargo ***a su paso por Montevideo. Figura destacada de los sectores nacionalistas y antiimperialistas panameños, dijo en el transcurso del diálogo cuya síntesis se ofrece a continuación, que*** *"estamos acorralados en una situación de la que solo saldremos todos los latinoamericanos juntos".*

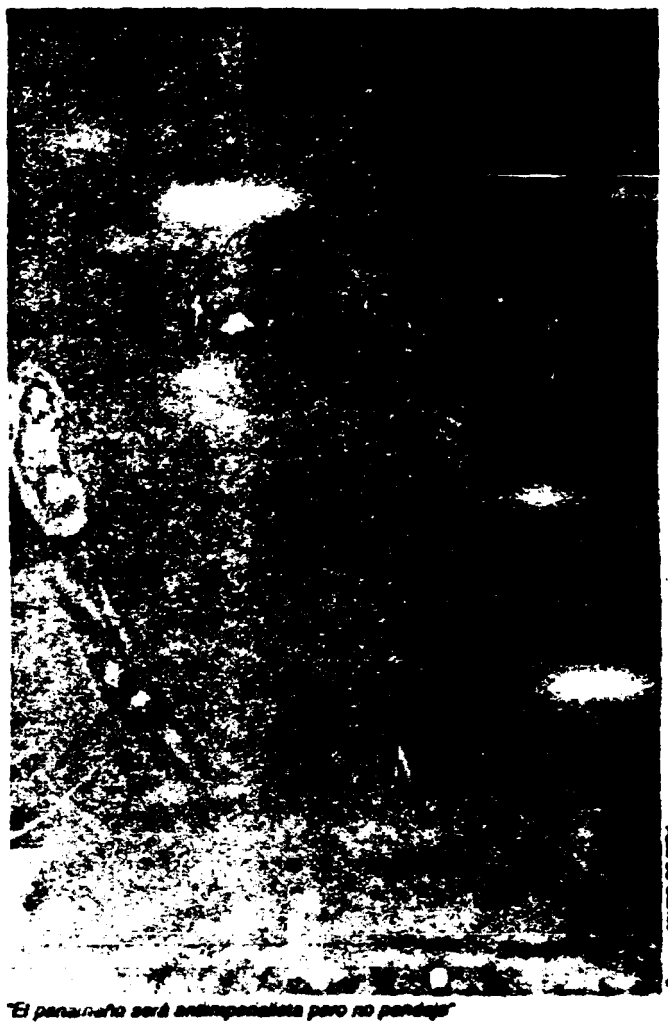
Las agencias internacionales divulgaron la idea de que la intervención estadounidense en Panamá fue apoyada por grandes sectores de la población. ¿Esto es cierto?

—Parcialmente; los sectores oligárquicos sí apoyaron la invasión. Algunas capas sociales, que en primera instancia se mostraron indiferentes ante el avasallamiento, en la actualidad observan con preocupación la presencia de las tropas yanquis. Pero voy a relatarte algo que recién termino de contar: cuando se produjo la invasión, mi hija estaba fuera del país por motivos personales; mi esposa y yo tampoco nos encontrábamos en Panamá y mis nietos –son dos, la nena es la mayor– quedaron en manos de gente amiga y mi hija y nosotros recién pudimos reencontrarnos con ellos luego de mucho tiempo. La preocupación que teníamos era obvia, ya que los soldados norteamericanos apresaban –como práctica común– a los hijos de militantes para obligar a los padres a que se entregaran. Una vez que estuvimos con ellos, mi señora les hacía todo tipo de preguntas. En determinado momento, le pregunta a la nena: *"Oye, ¿tú te escondiste cuando llegaron los soldados a la casa en la que estabas?"*..Y la nena, muy rápido, le contesta: *"Pero abuela, ¿tú estás mal?; cuando entraron los soldados yo los saludé"*.

Yo cuento esto porque a mí me parece que muchos panameños hicieron lo mismo que mi nieta cuando llegaron los invasores. El panameño será antiimperialista pero no pendejo. Aquel que estaba contra el yanqui, se cuidó muy bien de no decirlo en un primer momento.

—¿Cuál es la situación de los presos políticos?

—Ha habido mucha saña contra aquellos detenidos que supuestamente abatieron soldados norteamericanos; Enrique Thompson es uno de esos casos. Pero en general el trato dado a los presos ha sido brutal. Además, déjame decirte que la represión continúa. Ahora hay selectividad. No se apresa a dirigentes conocidos pero sí a cuadros medios,



"El panameño será antiimperialista pero no pendejo"

esos que aun su nombre no les dice mucho al pueblo. Por otra parte existe una enorme población flotante de presos. Los detienen unas semanas, nada más, y luego recuperan su libertad, pero esto genera una situación de tremenda inseguridad de todo tipo: familiar, laboral, etcétera. A su vez hay torrijistas asilados en diferentes embajadas. Por ejemplo, Rafael Arosemena, quien fuera Gerente del Banco Nacional de Panamá. Tiene problemas de salud importantes, ya que es diabético. Está Luis Gómez, ex Vicepresidente de la Asamblea Legislativa. Ambos tienen dificultades en obtener un salvoconducto para poder viajar hacia el exterior.

—¿Cuál fue –es– el objetivo de la invasión norteamericana a Panamá? ¿Lo esencial fue la confrontación con el general Manuel Noriega?

—Lo esencial desde el punto de vista estadounidense es el sistema de bases que ellos poseen en Panamá. El caso del general Manuel Noriega fue solamente una pantalla, un ataque al sector más vulnerable del proceso panameño. Los tratados Torrijos-Carter son realmente un programa de descolonización. Estos son muy precisos en su texto y allí está establecido que el volumen de tropas norteamericanas –en lo que ellos llaman la Zona del Canal– debe ser decreciente año a año, de modo tal que el último mediodía del siglo se retire el último soldado gringo. Ahora, existe un artículo en los tratados que no nos agrada pero allí está, que dice que si Panamá no logra articular un ejército que asegure la custodia del Canal, entonces los norteamericanos serían los encargados de hacer esta tarea. Y allí tu te explicas que el blanco de la invasión en realidad no fue la figura de Noriega, sino que se atacó y destruyó la base y la estructura de las Fuerzas de Defensa Panameñas. En isla Galeta hay una plataforma submarina que es considerada esencial por el Comando Sur establecido en Panamá. Esa plataforma es de una sofisticación única en el mundo. Para poder tener instalaciones así en su propio país –digamos por ejemplo en Miami– los Estados Unidos deberían gastar miles de millones de dólares y esto ellos no lo pueden hacer, su economía no se lo permite, pero además no tienen ninguna intención.

—¿La distensión podrá influir favorablemente o tiene mucho de cuento chino?

—Hoy en día, entre los rubios, podrá haber distensión y desarme, pero eso es entre ellos; nosotros no contamos. Las bases gringas no están destinadas a los panameños sino a todos los latinoamericanos. Por otra parte, los panameños no podemos echar esas bases de ahí con nuestras solas fuerzas.

cotidiana?

—De la totalidad de empresas cerradas cuando la invasión, el 30 por ciento no ha reabierto aún. Las compañías de seguros no han pagado nada porque dicen que en ningún lado estaba prevista una situación de guerra. En números redondos, Panamá perdió con la invasión cerca de 3.000 millones de dólares.

Además, la tan mencionada ayuda norteamericana no ha aparecido; porque, una vez atrapada la presa, ¿para qué pagar? Los criterios neoliberales de privatización no han dado resultado. El gobierno quiere vender empresas estatales y no hay quién las compre; no han podido vender nada. Así está la economía del país y su credibilidad.

En lo social te voy a dar un dato. Los norteamericanos abrieron las cárceles de par en par y todos los delincuentes salieron a la calle. Esto ha provocado un fenómeno particular. Los policías panameños, desarmados, siempre aclaran que ellos son empleados públicos. *"Yo trabajo de tal hora a tal hora, y si luego de finalizar mi horario asaltan el banco de aquí al ladito, mala suerte"*, dicen. Es que ¿qué puede hacer un policía desarmado frente a bandas de delincuentes armados con M-16 y Uzi?

—¿Cómo se está organizando la resistencia?; ¿qué sucede con el Frente Unitario Patriótico?

—La vida política en este momento es muy dinámica. A partir de la convocatoria de cuatro partidos políticos, el Frente Unitario Patriótico se ha desarrollado con mucha rapidez gracias a la adhesión de múltiples grupos sociales que antes no tenían definición política. Organizaciones femeninas, sindicales, juveniles, campesinas y barriales han dado lugar a un movimiento social que rebasa los límites de la convocatoria original. Me da la impresión de que se está generando algo que recuerda al PT brasileño. Pero sería muy difícil decir cuál será la conformación que tendrá el Frente Patriótico, si conservará ese nombre, si seguirá con sus actuales líneas orgánicas.

—¿Qué perspectivas futuras tendrá el proceso panameño a la luz de una ocupación que parece extenderse en el tiempo?

—En mi pueblo hay una tradición combativa que tiene cerca de 180 años, siempre como producto de la presencia constante de las tropas norteamericanas. Creo que nuestro proceso de liberación cursará por el aglutinamiento de diferentes fuerzas cada vez más amplias. Sin embargo –en un país tan chico– esta tarea no se puede realizar en soledad. No somos el FMLN, ni pensamos en hacer 10 años de guerra para negociar después y que eso sea la solución. Por el contrario, creemos que éste es un problema muy latinoamericano. Fijate que las 14 bases gringas le deberían importar a todos los latinoamericanos. Estamos acorralados en una situación de la que solo saldremos todos juntos. La firma de los Tratados nos dejó la enseñanza de que los países chicos pueden lograr objetivos a través de la movilización conjunta de los latinoamericanos.

9004491

Entrevista de :

DELEGACION JUVENIL RECIBIDA EN ENCUENTRO DE COPPAL
PROCEDENCIA LA HORA POPULAR 150>53
FECHA DE PROCEDENCIA 29/08/90
VINCULACIONES COPPAL 12516
ARGENTINA 10033

"Estamos acorralados; solo saldremos todos juntos"

Vicepresidente de la Conferencia de Partidos Políticos de América Latina (CoPPAL) y Secretario de Asuntos Internacionales del Partido Revolucionario Democrático (PRD, fundado por el general Omar Torrijos), Nils Castro dialogó con Mate Amargo ***a su paso por Montevideo. Figura destacada de los sectores nacionalistas y antiimperialistas panameños, dijo en el transcurso del diálogo cuya síntesis se ofrece a continuación, que*** *"estamos acorralados en una situación de la que solo saldremos todos los latinoamericanos juntos".*

Las agencias internacionales divulgaron la idea de que la intervención estadounidense en Panamá fue apoyada por grandes sectores de la población. ¿Esto es cierto?

—Parcialmente; los sectores oligárquicos sí apoyaron la invasión. Algunas capas sociales, que en primera instancia se mostraron indiferentes ante el avasallamiento, en la actualidad observan con preocupación la presencia de las tropas yanquis. Pero voy a relatarte algo que recién termino de contar: cuando se produjo la invasión, mi hija estaba fuera del país por motivos personales; mi esposa y yo tampoco nos encontrábamos en Panamá y mis nietos –son dos, la nena es la mayor– quedaron en manos de gente amiga y mi hija y nosotros recién pudimos reencontrarnos con ellos luego de mucho tiempo. La preocupación que teníamos era obvia, ya que los soldados norteamericanos apresaban –como práctica común– a los hijos de militantes para obligar a los padres a que se entregaran. Una vez que estuvimos con ellos, mi señora les hacía todo tipo de preguntas. En determinado momento, le pregunta a la nena: *"Oye, ¿tú te escondiste cuando llegaron los soldados a la casa en la que estabas?"*. Y la nena, muy rápido, le contesta: *"Pero abuela, ¿tú estás mal?; cuando entraron los soldados yo los saludé"*.

Yo cuento esto porque a mí me parece que muchos panameños hicieron lo mismo que mi nieta cuando llegaron los invasores. El panameño será antiimperialista pero no pendejo. Aquel que estaba contra el yanqui, se cuidó muy bien de no decirlo en un primer momento.

—¿Cuál es la situación de los presos políticos?

—Ha habido mucha saña contra aquellos detenidos que supuestamente abatieron soldados norteamericanos; Enrique Thompson es uno de esos casos. Pero en general el trato dado a los presos ha sido brutal. Además, déjame decirte que la represión continúa. Ahora hay selectividad. No se apresa a dirigentes conocidos pero sí a cuadros medios,

"El panameño será antiimperialista pero no pendejo"

Foto de Carlos Amorín

esos que aun su nombre no les dice mucho al pueblo. Por otra parte existe una enorme población flotante de presos. Los detienen unas semanas, nada más, y luego recuperan su libertad, pero esto genera una situación de tremenda inseguridad de todo tipo: familiar, laboral, etcétera. A su vez hay torrijistas asilados en diferentes embajadas. Por ejemplo, Rafael Arosemena, quien fuera Gerente del Banco Nacional de Panamá. Tiene problemas de salud importantes, ya que es diabético. Está Luis Gómez, ex Vicepresidente de la Asamblea Legislativa. Ambos tienen dificultades en obtener un salvoconducto para poder viajar hacia el exterior.

—¿Cuál fue –es– el objetivo de la invasión norteamericana a Panamá? ¿Lo esencial fue la confrontación con el general Manuel Noriega?

—Lo esencial desde el punto de vista estadounidense es el sistema de bases que ellos poseen en Panamá. El caso del general Manuel Noriega fue solamente una pantalla, un ataque al sector más vulnerable del proceso panameño. Los tratados Torrijos-Carter son realmente un programa de descolonización. Estos son muy precisos en su texto y allí está establecido que el volumen de tropas norteamericanas –en lo que ellos llaman la Zona del Canal– debe ser decreciente año a año, de modo tal que el último mediodía del siglo se retire el último soldado gringo. Ahora, existe un artículo en los tratados que no nos agrada pero allí está, que dice que si Panamá no logra articular un ejército que asegure la custodia del Canal, entonces los norteamericanos serían los encargados de hacer esta tarea. Y allí tu te explicas que el blanco de la invasión en realidad no fue la figura de Noriega, sino que se atacó y destruyó la base y la estructura de las Fuerzas de Defensa Panameñas. En Isla Galeta hay una plataforma submarina que es considerada esencial por el Comando Sur establecido en Panamá. Esa plataforma es de una sofisticación única en el mundo. Para poder tener instalaciones así en su propio país –digamos por ejemplo en Miami– los Estados Unidos deberían gastar miles de millones de dólares y esto ellos no lo pueden hacer, su economía no se lo permite, pero además no tienen ninguna intención.

—¿La distensión podrá influir favorablemente o tiene mucho de cuento chino?

—Hoy en día, entre los rubios, podrá haber distensión y desarme, pero eso es entre ellos; nosotros no contamos. Las bases gringas no están destinadas a los panameños sino a todos los latinoamericanos. Por otra parte, los panameños no podemos echar esas bases de ahí con nuestras solas fuerzas.

cotidiana?

—De la totalidad de empresas cerradas cuando la invasión, el 30 por ciento no ha reabierto aún. Las compañías de seguros no han pagado nada porque dicen que en ningún lado estaba prevista una situación de guerra. En números redondos, Panamá perdió con la invasión cerca de 3.000 millones de dólares.

Además, la tan mencionada ayuda norteamericana no ha aparecido; porque, una vez atrapada la presa, ¿para qué pagar? Los criterios neoliberales de privatización no han dado resultado. El gobierno quiere vender empresas estatales y no hay quién las compre; no han podido vender nada. Así está la economía del país y su credibilidad.

En lo social te voy a dar un dato. Los norteamericanos abrieron las cárceles de par en par y todos los delincuentes salieron a la calle. Esto ha provocado un fenómeno particular. Los policías panameños, desarmados, siempre aclaran que ellos son empleados públicos. *"Yo trabajo de tal hora a tal hora, y si luego de finalizar mi horario asaltan el banco de aquí al ladito, mala suerte"*, dicen. Es que ¿qué puede hacer un policía desarmado frente a bandas de delincuentes armados con M-16 y Uzi?

—¿Cómo se está organizando la resistencia?; ¿qué sucede con el Frente Unitario Patriótico?

—La vida política en este momento es muy dinámica. A partir de la convocatoria de cuatro partidos políticos, el Frente Unitario Patriótico se ha desarrollado con mucha rapidez gracias a la adhesión de múltiples grupos sociales que antes no tenían definición política. Organizaciones femeninas, sindicales, juveniles, campesinas y barriales han dado lugar a un movimiento social que rebasa los límites de la convocatoria original. Me da la impresión de que se está generando algo que recuerda al PT brasileño. Pero sería muy difícil decir cuál será la conformación que tendrá el Frente Patriótico, si conservará ese nombre, si seguirá con sus actuales líneas orgánicas.

—¿Qué perspectivas futuras tendrá el proceso panameño a la luz de una ocupación que parece extenderse en el tiempo?

—En mi pueblo hay una tradición combativa que tiene cerca de 160 años, siempre como producto de la presencia constante de las tropas norteamericanas. Creo que nuestro proceso de liberación cursará por el aglutinamiento de diferentes fuerzas cada vez más amplias. Sin embargo –en un país tan chico– esta tarea no se puede realizar en soledad. No somos el FMLN, ni pensamos en hacer 10 años de guerra para negociar después y que eso sea la solución. Por el contrario, creemos que éste es un problema muy latinoamericano. Fijate que las 14 bases gringas le deberían importar a todos los latinoamericanos. Estamos acorralados en una situación de la que solo saldremos todos juntos. La firma de los Tratados nos dejó la enseñanza de que los países chicos pueden lograr objetivos a través de la movilización conjunta de los latinoamericanos.

9004491

Entrevista de

Delegación juvenil del FA en encuentro de COPPPAL

Una delegación integrada por siete representantes de la Coordinadora de Juventudes del Frente Amplio participará desde el viernes hasta el domingo próximos en el encuentro juvenil de la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COOPPAL) a realizarse en Buenos Aires.

En la reunión, que es organizada por la Juventud Peronista, representadas juventudes políticas de Brasil, Paraguay, Chile, Argentina y Uruguay.

La misma es preparatoria de la 2ª Conferencia Juvenil de la COOPPAL que tendrá lugar en México en la primer quincena del mes de octubre.

El encuentro de este fin de semana en Buenos Aires funcionará en tres talleres. Uno tendrá como tema el narcotráfico, otro la deuda externa y el restante versará sobre derechos humanos, democracia y nuevas formas de participación.

9004491

El documento básico para la discusión de este último problema será elaborado y presentado por la delegación de la Coordinadora de Juventudes del Frente Amplio.

02 · 02

Nº DE FUNCIONÁRIO
TÍTULO MULHERES PEDEM AMPLIAÇÃO DE PLANOS SOCIAIS
PROCEDÊNCIA ZERO HORA 150099
FECHA DE PROCEDENCI 08/08/90
VINCULACIONES OIFC 12738
FIVD 12736
BRASIL 10046

Mulheres pedem ampliação dos planos sociais

A Federação das Mulheres Gaúchas reuniu ontem, na sede do Sindicato dos Comerciários de Porto Alegre, presidentes de associações de mulheres de todo o Estado. Segundo [redacted], presidente da Federação, a grande preocupação das mulheres é que o aumento do desemprego hoje é muito grande e os programas sociais começam a ser reduzidos. Por isso, classificaram a situação como desesperadora.

As mulheres gaúchas estão realizando um abaixo-assinado ao Governo Federal, pedindo a ampliação do programa do leite e o não recadastramento de novas entidades, sem o prévio aval das existentes. Elas tentarão uma audiência com a direção da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a finalidade de obter uma definição sobre a situação destes programas sociais.

01·01

9004492

CUT y CGT se reúnen para ...
JORNAL DO BRASIL 150028
22/5/90
BRASIL 10046
F SINDICAL 11165
SINDICATO 500854

CUT e CGT se reúnem para ação conjunta

SÃO PAULO — *As duas maiores centrais sindicais do país, CUT e CGT, reuniram-se ontem por duas horas e decidiram estabelecer um programa mínimo de ação conjunta. O principal ponto que congrega os dois tradicionais adversários é o combate, no Congresso Nacional, à Medida Provisória 185, que permite ao Tribunal Superior do Trabalho anular por cinco meses as decisões dos tribunais regionais.*

Além disso, as duas centrais decidiram lutar em conjunto contra a livre negociação, nos termos em que o governo a coloca, reconhecer como base de reposição de perdas o índice calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e começar a mobilização para uma eventual greve geral, que os bancários sugerem que seja no dia 6 de junho.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), presidida por Francisco Canindé Pegado — indicado pelo ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, como seu sucessor no cargo —, prometeu apoiar, ainda que não participe, a greve dos trabalhadores do setor de transportes, que começou à meia-noite, segundo informou o tesoureiro-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Delúbio Soares de Castro.

Estratégia — *O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, já traçou uma estratégia que prevê atuação em duas frentes. Na primeira, seu sindicato está terminando levantamento de todas as empresas que estão com a saúde melhorada. "Aquelas em que a febre já baixou terão que pagar, no mínimo, o IPC", diz Medeiros, prevendo uma série de ações sindicais, incluindo greves. Em outra frente, Medeiros pretende pressionar o Congresso para elaborar uma nova política salarial. O sindicato também vai atacar o processo de privatização. A principal argumentação de Medeiros é que o governo prometeu ouvir todas as partes interessadas e está deflagrando o processo sem consultar os trabalhadores.*

Enquanto Medeiros estabelece sua estratégia, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, reunido ontem com seu colega da CGT, Francisco Canindé Pegado, definiu o que pretende: "Liberdade de negociação só existe para aumentos reais. A inflação deve ser reposta, simplesmente." A CUT discute, amanhã, na reunião da sua diretoria executiva, a proposta dos bancários, de greve geral no dia 6. Fontes sindicais, entretanto, consideram que a greve geral, se sair, será no final do próximo mês. A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) quer reunião com lideranças de trabalhadores ainda amanhã para iniciar negociações sobre salários e demissões. Ontem, os presidentes dos sindicatos patronais autorizaram o empresário a negociar em nome de todos.

ENTRADO 10/9/90 cb
CRUZ DO 15/5/90 cb

9004493

Nº DOCUMENTO
TITULO SE CIERRAN 21 SIDERURGICAS EN MATO GROSSO
PROC. JORNAL DO BRASIL 15002E
FL 22/5/90
VI... BRASIL 10000
FOLHA DE MG 1165
CENFLOG
DIARIO 1404

Ibama fecha 21 siderúrgicas em MG

15

□Por não cumprirem as exigências do Pifi, que determina o replantio de áreas, as siderúrgicas vão ser fechadas

A presidente interina do Ibama, Tânia Munhoz, vai anunciar às 15 horas de hoje, em Belo Horizonte, o fechamento de 21 siderúrgicas no Estado de Minas Gerais por não cumprirem as exigências do Plano Integrado Floresta-Indústria (Pifi), que determina que as siderúrgicas, para explorarem o carvão vegetal, têm de promover o replantio de áreas, correspondentes às devastadas. Além disso, Tânia Munhoz, que estará reunida na sede do Ibama na capital mineira com industriais do setor siderúrgico e com representantes de produtores de carvão vegetal, vai informar também que das 94 siderúrgicas mineiras nenhuma teve o Pifi aprovado pelo Ibama.

Desse número, 73 siderúrgicas tiveram o Pifi aprovado com condicionantes. Isto é, não estão plenamente autorizadas a funcionarem. Para que isso aconteça, terão de apresentar documentos comprovando a propriedade de florestas com o seu respectivo inventário vegetal. Após o anúncio de hoje em Belo Horizonte, as empresas siderúrgicas que serão desativadas terão prazo de 15 dias, a contar desta terça-feira, para desligar seus altos-fornos. As demais em situação irregular serão convocadas a comparecerem à sede do Ibama em Belo Horizonte para pegar as notificações referentes ao descumprimento do Pifi.

Desde o dia 9 de março, último prazo para que as siderúrgicas apresentassem ao Ibama os seus respectivos Pifis, fiscais do órgão estão percorrendo todo o Estado de Minas Gerais, onde está concentrado o maior número de siderúrgicas do País, a fim de examinar, além do cumprimento do Pifi, a exploração das florestas com vistas ao aproveitamento industrial. Nos últimos 15 dias, só em Minas Gerais, foram aplicadas multas que totalizaram 2 milhões e 700 mil BTNs (aproximadamente Cr$ 108 milhões). (ABR)

22-05-90

ENTRADO 20/9/90 ES
CRUZ DO 13/9/90 ES

1 1

L.9004494

Nº. DOCUMENTO

TITU: MAGRI DEFENDE POLÍTICA PROVISÓRIA DE SALÁRIOS

PUBL: JORNAL DO BRASIL 1500 2E

FL: 22/5/85

VI: BRASIL 0004
F ECONÔMICO 1116 1
POLÍTICA ECONÔMICA 1392

Magri defende política provisória de salários

O ministro do Trabalho e da Previdência, Antônio Rogério Magri, defendeu ontem uma política salarial provisória — antes de entrar em vigor a negociação salarial livre anunciada pelo governo —, com o pagamento da inflação de 3,29% medida em abril pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo) para a correção dos salários de maio. "O movimento sindical vive um dos momentos mais difíceis da sua história. A situação é delicada para os trabalhadores com esta recessão branda e desemprego", reconheceu.

Magri participou ontem, em Niterói, no Grande Rio, de um encontro com sindicalistas na Federação dos Metalúrgicos do estado, onde receitou à platéia "a mobilização, partir *pro pau* mesmo", como fórmula para conquistar melhores salários. Mesmo favorável à livre negociação, o ministro reconheceu que são necessários ainda dois a três meses do que chamou de política salarial provisória. Depois deste período, ele calculou que haverá a retomada do crescimento econômico e, então, será possível uma negociação direta entre patrões e empregados.

Em entrevista, o ministro frisou por três vezes que vai buscar as lideranças dos empresasários — citou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — e dos trabalhadores com vistas a encontrar uma fórmula de consenso em torno desta política salarial provisória. A proposta de Magri, na verdade, é muito semelhante à fórmula defendida pelo ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, de estabelecer uma regra de transição antes de começar a vigorar a livre negociação dos salários.

O ministro concordou com os sindicalistas em marcar um encontro com a presença também da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, as centrais sindicais e as confederações dos trabalhadores, para iniciar a discussão. "O ponto de partida é a inflação", ressalvou. Ele não poupou críticas à proposta da CUT, de fazer uma greve geral contra a livre negociação. "A greve geral atrapalha o processo político e neste momento é, no mínimo, impatriótica", disparou.

Magri visitou ontem pela manhã o município de Três Rios, para atuar como mediador na metalúrgica Santa Matilde, na qual 380 metalúrgicos não recebem desde fevereiro e outros 300 foram colocados em disponibilidade há 18 meses.

ENTRADO 10/7/1985
CRUZ DO 15/5/1985

9004495

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO CENTRAIS SINDICAIS VÃO A LUTA PARA REPOSIÇÃO SALARIAL
PROC. JORNAL DO BRASIL /500
FOLHA 22/5/90
VINCULO BRASIL 1000
FOLHA 1116
SINDICATO 500 EU

Centrais sindicais vão brigar pela reposição

F.SS (S.ND.)

As antagônicas centrais sindicais - CUT e CGT - estão unidas contra o Plano Collor e propõem uma greve geral pelas perdas desde março

Os trabalhadores gaúchos não estão intimidados com as ameaças de desemprego, redução da jornada e diminuição dos salários e prometem uma ampla mobilização para recuperar as perdas salariais provocadas pelo Plano Collor. A livre negociação de salários entre empregados e patrões — uma antiga bandeira do movimento sindical brasileiro —, chegou no momento impróprio e apenas serviu para apressar a revolta dos assalariados e unir as antagônicas Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). A preocupação dos trabalhadores, que já articulam uma greve geral, volta-se para a reposição das inflações de março, abril e maio, ignoradas pela equipe econômica do governo Collor.

"A palavra de ordem é unir e agregar o movimento sindical, que não vai aceitar este assalto inescrupuloso que o governo Collor de Mello está aplicando no bolso da classe trabalhadora", desabafou o diretor regional da CGT, Walter Souza. Para buscar a reposição nos salários de 84,32% da inflação de março, o representante da CGT (que aglutina cerca de 450 sindicatos no Estado), revelou que está sendo formada uma frente estadual unitária para exigir a recuperação das perdas. "Não vamos recuar, porque os trabalhadores não querem continuar pagando a conta de todos os planos econômicos", enfatizou Souza.

A disposição da classe trabalhadora é buscar uma unidade nacional, "que pode alcançar a mesma mobilização que o movimento das Diretas Já obteve". O diretor da CGT disse que os sindicatos devem trabalhar de forma coesa e não interromper o movimento sem atingir a proposta básica de recuperar a inflação, "mesmo que uma greve geral seja necessária". O sentimento não é diferente na CUT, que abriu as negociações individuais nos sindicatos para repor a inflação e, independente destes resultados, concentra as suas forças para a greve geral nacional, marcada para a primeira quinzena de junho, com um indicativo para o próximo dia 6.

"Acabou a fase de marketing do Plano Collor e o trabalhador está convencido do caráter recessivo e do arrocho nos seus salários", admitiu o secretário de política sindical da CUT, Miguel Rosseto. Ao decretar o fim da prefixação e acenar com a livre negociação, "o Governo abre mão de sua responsabilidade, porque a inflação deve ser automaticamente incorporada aos salários, e os aumentos reais é que devem ser buscados na mesa de negociações". A CUT, que mobiliza diretamente 122 sindicatos no Estado, trabalha com a perspectiva de greve nos metroviários, ferroviários, bancários e metalúrgicos de Canoas. Além disso, irá recorrer ao judiciário e pressionar o Congresso para uma política salarial.

"O descontentamento da categoria é muito grande, porque o Governo deixou o trabalhador à mercê com a livre negociação, quando se exigia um mecanismo imediato de reposição das perdas", informou o secretário do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Luís Antônio Maia. Atrás das perdas acumuladas da inflação de março (84,32%), abril (44%) e maio (ainda sendo calculada), os bancários preparam-se para uma mobilização nacional no dia 6 de junho, e sem o índice deste mês, reivindicam uma reposição de 167%.

ZERO HORA 22/05/90

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZ DO 15/9/90 ES

A 9004496

Número de servidores filiados à CUT aumenta em 172%

Denise Neumann

SÃO PAULO — A defesa intransigente que os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) fizeram do emprego público, na reunião com o governo e os empresários na última segunda-feira, tem uma explicação bastante simples: a participação de funcionários públicos dentro da CUT cresceu 172% em cinco anos (1983 a 1988). Essa não é, entretanto, a única razão. A CUT se define basicamente como socialista e tem revelado, desde a sua fundação em agosto de 1983, que não se sente confortável negociando dentro das regras do capitalismo nem fazendo acordos com o governo. Essa intransigência tem provocado divergências e suscitado críticas dos sindicatos de setores industriais avançados, que buscam relações trabalhistas mais modernas.

Embora a grande maioria dos dirigentes da CUT (90% se os 20 membros da executiva forem tomados como amostra) use barba, isso não indica que a central sindical seja um bloco no qual todos pensem e atuem da mesma forma. Pelo contrário, a disputa pelo poder no interior da entidade é extremamente acirrada. Três grandes grupos se enfrentam dentro da CUT. Na célebre assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 2 de maio de 1989, na qual o presidente da entidade, Vicente Paulo da Silva, o *Vicentinho*, foi vaiado, foram militantes da própria CUT, da vertente Convergência Socialista, que puxaram os apupos.

Quem é quem — A força majoritária — 60% dos 1.100 sindicatos filiados — é conhecida como *Articulação*, tem origem nos sindicatos do ABC paulista (indústria automobilística e metalúrgica) e seus principais representantes são o presidente da CUT, Jair Meneguelli, e o secretário-geral da entidade, Gilmar Carneiro dos Santos. O primeiro-tesoureiro Durval de Carvalho, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas, é porta-voz da segunda maior força em atuação na central sindical, conhecida como *CUT pela base*. Esse setor controla, atualmente, cerca de 24% dos sindicatos filiados. O terceiro grupo se apresenta nos encontros da entidade com o nome de *CUT é para lutar*. Liderado pelo presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Cyro Garcia, detém 16% dos sindicatos e é o braço sindical da Convergência Socialista, considerado como o agrupamento político de esquerda mais radical do país.

Em meio a essas divergências ideológicas, aparece o outro e mais recente problema — a forte presença do funcionalismo público e de empregados de estatais dentro da CUT. No III Congresso Nacional da CUT, realizado em 1988, 15,7% dos 6.244 delegados eram servidores federais. Se essa participação for somada à dos trabalhadores de empresas estatais, chega-se à conclusão de que os empregados da administração direta e indireta do governo federal controlam cerca de 20% dos sindicatos filiados à CUT. Em 1983, apenas 68 dos 937 delegados presentes no congresso de fundação da CUT eram servidores e empregados públicos; em 1988, dos 1.157 militantes sindicais presentes ao congresso da CUT, 182 eram trabalhadores do setor público.

Roberto Faustino — 21/12/89

Jair Meneguelli

Mabel Arthou — 17/4/86

Ciro Garcia

Moderação — Os sindicatos vinculados à *Articulação* têm uma atuação mais moderada, valorizam a formação dos seus militantes e incentivam a organização dos trabalhadores por local de trabalho. Os outros dois grupos — *CUT pela base* e *CUT é para lutar* — se unem em diversos momentos para tentar minimizar a força do grupo vinculado a Meneguelli e procuram marcar sua atuação pelo radicalismo. Essas duas facções eram contra o cancelamento da greve geral marcada para o dia 12 último, enquanto a *Articulação* defendeu e conseguiu aprovar sua suspensão, depois de avaliar que o movimento seria um fracasso. Os outros dois grupos insistiam na necessidade de fazer uma demonstração de força para o governo federal.

Em duas greves marcadas pela radicalismo da atuação sindical — Mannesman, de Belo Horizonte, em 1989, e General Motors, de São José dos Campos, em 1985, ambas com ocupação da unidade de produção pelos grevistas — a *CUT é para lutar* comandou o movimento, auxiliada pela *CUT pela base* e com a restrição da maioria dos integrantes da direção da CUT.

Em 1991, a CUT vai eleger uma nova diretoria. Meneguelli não vai disputar a quarta reeleição (ele é presidente da CUT desde 1983). Dentro da *Articulação*, dois amigos de Meneguelli já procuram costurar alianças para ficar com a sua vaga: Gilmar Carneiro dos Santos e *Vicentinho*; pelos outros dois grupos, Durval de Carvalho e Cyro Garcia devem novamente disputar a presidência, a exemplo do que fizeram no encontro de 1988. Se a CUT refletir o que aconteceu no PT, que observou o indesejável crescimento das tendências mais radicais, a central década ficará entre a intransigência (numa mistura de socialismo e corporativismo) e a tendência de alcançar relações trabalhistas mais modernas, dentro do capitalismo.

01 · 01

Central perdeu com plano

A CUT tem uma razão adicional para não gostar do presidente Fernando Collor. O plano de estabilização abriu um rombo de Cr$ 20 milhões no orçamento da entidade, entre fevereiro e maio. Muitos sindicatos filiados, por não receberem de seus associados, também não pagaram a central. A despesa mensal hoje é de Cr$ 10 milhões, dos quais 50% estão comprometidos com a folha de salários de 75 funcionários.

São 1.096 sindicatos formalmente filiados, que devem, pelas regras da entidade, contribuir com 5% de sua receita (mensalidades e outras taxas). A tesouraria, comandada pelo professor goiano Delúbio Soares de Castro, negociou um convênio com o Banco do Brasil para fazer a cobrança automática. Castro nega que a CUT receba dólares do exterior. "Todos os convênios com centrais de outros países ou organismos internacionais de apoio são para cursos de formação ou seminários específicos", garante, sem revelar o valor total dessas contribuições.

A CUT passa 40% do que arrecada para a organização estadual, 25% para a regional, 10% para os departamentos e fica com 25%. São 25 CUTs estaduais, 45 regionais e 11 departamentos. Em fevereiro, quando preparava o novo sistema de arrecadação, a tesouraria da CUT estimou potencial de arrecadação de Cr$ 40 milhões, a nível nacional. No mesmo mês, entretanto, em vez de receber Cr$ 10 milhões (a parcela de 25%), a CUT nacional contou com Cr$ 6 milhões. O déficit de Cr$ 20 milhões vem desta diferença entre a despesa mensal (Cr$ 10 milhões) e a arrecadação. Com o plano os sindicatos tiveram queda de 30% nas receitas. A cobertura do déficit foi feita por 10 dos maiores sindicatos filiados à CUT.

A CUT mantém 75 funcionários, tem duas sedes alugadas por um total de Cr$ 170 mil (um aluguel de seis anos de Cr$ 50 mil e outro recente de Cr$ 120 mil) e tem três microcomputadores, mais telex, fac-símile e outros equipamentos básicos de infraestrutura operacional. Dois diretores da entidade recebem ajuda de custo integral e outros, com salários considerados baixos, recebem auxílio-despesa. (*D.N.*)

O peso de cada categoria

Ramo	Participação no total de filiados
Indústria	30%
Petroleiros	9,7%
Urbanitários	1,8%
Comércio e Serviços	12%
Saúde	7,6%
Transportes	5%
Financeiros	4%
Educação	6%
Func. Públicos	4,8%
Agricultores	2,66%
Prof. Liberais	3,0%
Rurais	38,4%

Fonte: CUT
Obs: Além das entidades específicas do funcionalismo, há ainda os casos especiais de associações de funcionários e de sindicatos de estatais, nos níveis federal, estadual e municipal, nos setores de petroleiros, saúde, educação, urbanitários, financeiro.

A divisão do poder

Grupo	Principais representantes	Principais sindicatos	% na CUT (*)
Articulação	Jair Meneguelli, Gilmar C. dos Santos, Vicente Paulo da Silva, Avelino Ganzer	Metalúrgicos São Bernardo e de Santo André, Bancários de São Paulo, maioria dos rurais	60,48 %
CUT pela Base	Durval de Carvalho, Delúbio Soares, Chico Gordo	Metalúrgicos Campinas, Bancários SH, oposição metalúrgicos SP	23,28 %
CUT é p/lutar	Cyro Garcia, Paulo C. Rocha, Gerard	Bancários RJ, Metalúr. gráficos, servidores	16,24 %

(*) A [illegible] CUT, realizado em setembro de 1988, em São Bernardo

Professora é a voz de servidor

Ricardo Miranda Filho

BRASÍLIA — A maior adversária da reforma administrativa do governo na capital, a professora cearense Maria Laura Salles Pinheiro, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sinsep), não só condena o enxugamento da máquina governamental como ousa defender a ampliação do funcionalismo público. Responsável pela filiação de seu sindicato à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Maria Laura, petista trotskista da tendência *O Trabalho*, recebe salário líquido de Cr$ 105,8 mil como professora da Universidade de Brasília (UnB) e acredita que a CUT está deixando de ser uma central de metalúrgicos para representar o funcionalismo público.

"Estou muito satisfeita com a conscientização da CUT sobre seu papel na defesa do serviço público", declara. "O governo mente ao justificar sua reforma administrativa num suposto excesso de servidores públicos. O correto seria ampliar o funcionalismo através de concurso público".

Foi por concurso que Maria Laura ingressou no serviço público, há 23 anos, como professora da Universidade Federal do Ceará. Iniciou sua carreira sindical em 1976, quando veio para Brasília como funcionária requisitada pelo Ministério da Educação em Brasília. No ano passado, foi transferida para o Departamento de Serviço Social da UnB, onde é professora-adjunta em período integral. Maria Laura tornou-se conhecida na capital há três anos ao fundar o Sindicato de Servidores Públicos de Brasília, que hoje abriga dez mil filiados, e dar-lhe um estilo de atuação que mistura passeatas pela Esplanada dos Ministérios e invasões de ministérios.

Maria Laura diz que tem urticária só de ouvir o nome do presidente Fernando Collor, "um menino autoritário que está brincando de governar". Denuncia que "o desmonte promovido pela reforma serve a uma política de desmoralização do funcionalismo e privatização do patrimônio público", convencida de que as demissões do governo vão trazer graves problemas sociais. "Os marajás continuam e estão sendo cortados apenas motorista, vigilantes e porteiros".

19004497

BRASIL - FACRE SICS(CNAL(CSINDICATOS) 21/5/90
10046 ZERO HUPD 11/ES 21-05-90
150029

CUT PREPARA HUELGA POR
RECUPERACIÓN DE PÉRDIDAS SALARIALES

Salários: CUT reage e prepara nova greve

□Protesto deverá começar em São Paulo, contra a livre negociação e pela recuperação das perdas salariais

A livre negociação de salários numa época em que a atividade econômica está reduzida, com o medo de uma recessão profunda, desemprego e redução da jornada de trabalho, pode ser o estopim para a greve geral sempre perseguida pelo movimento sindical, especialmente a corrente ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os sindicalistas entendem que não é possível negociar reposição das perdas salariais determinadas pelo Plano Collor com o risco de demissões em massa e por isso querem um protesto nacional.

E a articulação da greve geral, proposta pela direção da CUT no mesmo dia em que o Governo anunciou a liberação de preços e salários, já começou. Os 150 mil trabalhadores do setor de transportes coletivos de São Paulo (metroviários, rodoviários e ferroviários), estão sendo convocados pela central sindical dominada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para uma assembléia amanhã à noite na Praça da Sé na qual esperam paralisar todo o transporte da cidade de São Paulo deixando 10 milhões de pessoas sem meios de locomoção.

Os trabalhadores do setor de transportes de São Paulo contariam com o apoio dos funcionários de empresas estatais paulistas que abastecem atividades essenciais da capital paulistana, como a Cetesb (saneamento básico), Sabesp (água e esgoto) e Eletropaulo (energia elétrica). A partir do sucesso dessa paralisação, que teria início na madrugada da terça-feira, o movimento se estenderia para o resto do País, inclusive o Rio de Janeiro, segundo fontes da CUT.

Os trabalhadores de transporte são 750 mil em todo o País e teriam data-base em 1º de maio, com os reajustes e recuperação das defasagens salariais, não fosse o Plano Collor. Eles reivindicam uma reposição salarial de 166,89%, cobrando inclusive os 84,32% não pagos com a introdução da reforma econômica.

EMBRIÃO — Essa movimentação seria o embrião da greve geral, que desta vez poderá contar com a participação da CGT liderada por Francisco Canindé Pegado, que foi colocado na direção da Central exatamente pelo atual ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri. Pegado tem uma reunião já marcada com o presidente da CUT, Jair Meneguelli, para hoje à tarde. O objetivo é negociar essa greve dos transportes de forma conjunta. O presidente da CGT acha que poderá aderir ao movimento.

A greve geral pode ser engrossada até pelo líder do sindicalismo de resultados Luiz Antonio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América Latina, com 500 mil sócios. Medeiros, que vem pedindo insistentemente a "cabeça" da ministra Zélia Cardoso de Mello, chamando-a de "trapalhona" e inexperiente, acha que a livre negociação salarial neste momento é o mesmo que "soltar a raposa no galinheiro". Para ele, o Governo e seus líderes no Congresso devem urgentemente elaborar uma legislação salarial, pois o trabalhador está totalmente desamparado em termos salariais. (AG)

2810 HORA 21/05/90 F.SS (SIND.)

ENTRADO 17/5/90
CRUZADO 17/5/90
01-01

9004498

BRASIL

100Ub

Os trabalhadores ficaram ainda mais enfraquecidos

Se os empresários festejam o fim da prefixação, os trabalhadores dizem que vão estrear na livre negociação de salários sem o menor poder de barganha e já programam greves. "Nenhuma categoria tem condições de negociar quando a prioridade é preservar emprego", sustenta o economista do Departamento Intersindical de estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Ricardo Dathein. Com base no mesmo argumento, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) planeja uma greve em âmbito nacional e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo promete lutar por nova política salarial via Congresso Nacional.

"Isto demonstra que o sindicalismo brasileiro ainda prefere o paternalismo, embora o condene em tese", reage o presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Dagoberto Godoy. Mesmo assim, o empresário admite que "não há margem para conceder reajustes em curto prazo. Isto seria uma violência contra a economia". Tão grave quanto a situação dos salários, para Dathein, é o rumo que a inflação pode tomar com a liberação dos preços.

"Por falta de confiança no governo, os empresários podem reajustar abusivamente os preços e a inflação pode disparar novamente", alerta o economista. Para o presidente em exercício da Federação do Comércio do Estado do Rio Grande do Sul (Federasul), Antônio Carlos Biederman, este risco existe mas o governo tem meios para evitá-lo. "Basta cortar efetivamente os gastos públicos e recuperar a credibilidade, profundamente abalada com a insegurança demonstrada nos últimos dias", afirma. Pelos cálculos de Biederman, a alta dos preços deverá ser modesta na maioria dos setores, uma vez que a produção promete cobrir com folga a demanda. Os reajustes de peso vão ocorrer, por exemplo, na indústria automobilística, segundo o empresário.

01-01

F 9004499

BRASIL - FACTOR SICOSOCIAL (SINDICATOS) 11165 500854
JORNAL DO BRASIL 18-05-90
10046 /50028

18-05-90

CGT e CUT se unem
em contra del plan economico -

CGT e CUT se unem contra plano

SÃO PAULO — O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé Pegado, marcou ontem uma reunião com dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para a próxima segunda-feira, disposto a articular, pela primeira vez, uma reação conjunta das duas centrais contra uma medida do governo. Ele fala até em greve geral.

Pegado levará à CUT a idéia de propor às entidades empresariais a manutenção da prefixação de salários, independentemente da decisão do governo de acabar com essa garantia. "Sempre fomos a favor da livre negociação, mas o governo apareceu com essa decisão justamente no momento em que os trabalhadores estão enfraquecidos pela recessão", explicou. "Essa é uma oportunidade única para união da CUT e da CGT", disse Pegado, que não descarta a hipótese de uma greve geral, caso a pressão das duas centrais sobre os empresários não dê resultado.

Na verdade, há um movimento muito mais amplo envolvendo as poderosas entidades sindicais no confronto com a equipe econômica do governo. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antônio de Medeiros, que acertou com o governador Orestes Quércia, há duas semanas, a criação de um plano anti-recessivo no estado, defendeu há dois dias a substituição da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, pelo secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Luís Gonzaga Belluzzo.

JORNAL DO BRASIL 18/05/90 FSS (SIND)

ENTRADO 11/9/90 EG
CRUZADO 13/9/90 EG

01 01

9004500

24-3-90

Brasil 10046

CUT PRETENDE FORMAR FRENTE CONTRA LAS
11165 MEDIDAS DEL GOBIERNO
FSS (SIND) 500854

CUT pretende formar frente contra arrocho

As regras de reajuste de salários representam um novo confisco salarial, uma vez que a inflação de 15 de fevereiro a 31 de março foi expurgada de qualquer reajuste, e a livre negociação — uma reivindicação antiga dos trabalhadores — exige liberdade e autonomia sindical. Para reverter esta situação, a Central Única de Trabalhadores (CUT/RS) está formalizando uma grande frente popular contra as medidas econômicas impostas pelo presidente Fernando Collor, e já convocou o Cpers, CGT, correntes classistas, Fracab, OAB, PT, PDT, PSDB e Partidos Comunistas para uma reunião unitária no dia 31 de março.

"O Plano Collor conseguiu o recorde de promover o maior arrocho salarial de toda a história mundial, porque expurga 45 dias de uma inflação, estimada em 120%, enquanto determinou o congelamento dos preços no pico máximo", revelou o diretor de política sindical da CUT/RS e presidente do Sindipólo (Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas do Pólo Petroquímico), Miguel Rossetto. Por isso, a CUT não abre mão da reposição integral da inflação real de 15 de fevereiro a 31 de março aos salários; reajuste mensal dos salários de acordo com a inflação real corrente do mês e reposição das perdas salariais anteriores.

O presidente regional da CUT, Gilmar Pedruzzi, lembrou que é urgente, ainda, a estabilidade no emprego de seis meses, porque o Plano Collor é altamente recessivo e já está ocasionando um número surpreendente de demissões. "Nosso conselho é que o trabalhador não assine documento de rescisão antes de passar no sindicato, porque estão acontecendo casos de empresas que obrigam a assinar a rescisão com data anterior a 15 de março", denunciou Pedruzzi. Para controlar a onda de demissões gerada pelo Plano Collor, começa a funcionar na CUT/RS uma Central Especial para quantificar as dispensas e determinar a categoria profissional.

ZERO HORA 24-3-90 F.S. (SIND)

150029

ENTRADO 17/3/90 EG
CRUZ DO 17/3/90 EG

N. 9004501

12 3 90

Brasil 10046

CUT PREVÊ CONFRONTACIÓN Y CRISIS CON EL GOBIERNO. 11/65 FSS (SIND) 500854

CUT prevê confronto e crise com novo governo

Se depender da Central Única dos Trabalhadores, não haverá saída negociada para a crise brasileira. O presidente da entidade, Jair Meneguelli, não acredita, para começar, que o novo governo esteja disposto ao diálogo. A expectativa da CUT, ao contrário, é de que prevaleça a "atitude raivosa" que Collor demonstrou durante a campanha e que, segundo Meneguelli, vai levar o presidente a fazer de tudo para fazer valer suas idéias. Para ele, se antes da indicação de Antônio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho a CUT já rejeitava a tese de entendimento nacional como arma eficaz contra a crise, agora então qualquer discussão é impossível.

"O Magri voltou a usar aquela maldita expressão que é greve política, e vai fazer disso pretexto para reprimir os trabalhadores", afirma. Análises nos bastidores da CUT dão conta de que o sindicalista da CGT não dura mais do que cinco meses no governo, pois não terá trânsito junto ao funcionalismo público e de estatais nem junto aos trabalhadores do setor privado mais organizados. Terá ainda dificuldade de explicar para sua base (que é de eletricitários de estatais) as teses privatistas do governo.

Para as primeiras semanas de governo, já está definido o front da batalha inicial: o serviço público. Meneguelli garante que 90% do funcionalismo organizado está ligado à CUT e vai reagir ao anúncio de demissão de 180 mil servidores. Mais do que medir forças, Meneguelli vê neste primeiro embate a oportunidade de denunciar a distorção do papel do estado no projeto neo-liberal de Collor de Mello. (AE)

ZERO HORA 12/3/90. F. SILOSOL (SIND.).

Informativo especial $150023

ENTRADO 17/9/90 ES
CRUZADO 17/9/90 ES

01 · 08

9004502

NUEVO DIRIGENTE DE LA CGT
DESEA ENTENDIMIENTO

Novo dirigente da CGT deseja entendimento

SÃO PAULO — O novo presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé Pegado do Nascimento, concorda em participar de um pacto social com o governo de Collor de Mello e vai conceder um voto de confiança de 100 dias ao futuro ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, a quem sucedeu na CGT. A confederação não faz muitas exigências para negociar um entendimento nacional. Aceita, até mesmo, uma eventual perda salarial no início do governo, "desde que, no bojo do plano econômico, esteja garantida a recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores".

Pegado assumiu a direção da CGT na última sexta-feira, quando Magri se licenciou do cargo que ocupava desde abril do ano passado. Ele espera, agora, continuar o trabalho de implantação efetiva da entidade em todos os estados. Além disso, a Comissão Executiva da entidade decidiu criar na CGT departamentos por categoria profissional. A prioridade, explicou Pegado, é com a organização dos servidores públicos de todos os níveis.

O novo presidente da CGT não considera que a indicação de Magri para o Ministério do Trabalho vá comprometer a independência da entidade com relação ao novo governo. E também não acredita que serão efetuadas 180 mil demissões de servidores, embora defenda que todos os funcionários públicos contratados por conta dos *trens da alegria* sejam demitidos.

9004502

CUT PREVÊ PERDAS
Y DESEMPLEO

DSS (SIND)

CUT prevê recessão e grande desemprego

SÃO PAULO — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criticou duramente o plano econômico divulgado ontem pela equipe econômica do governo Collor. Para o sindicalista, Jair Meneguelli, o salário foi confiscado e a economia vai sofrer uma paralisação, "provocando o desemprego de milhares de trabalhadores". A executiva da CUT se reúne extraordinariamente neste fim de semana para definir um plano de ação contra as medidas. Embora não descarte a convocação de uma greve nacional, Meneguelli, acha mais provável que as greves comecem pelas categorias com data-base em abril e maio, caso dos metalúrgicos do ABC paulista.

O presidente da CUT considerou positivas a taxação sobre os ganhos do capital e os limites para saques da caderneta de poupança. Mas criticou: "Sempre pedimos que se penalizasse o capital, mas o plano penaliza também os descamisados que Collor tanto falou em defender", disse. A direção da CUT ainda não sabe calcular o valor da perda salarial que considera estar sendo imposta aos trabalhadores, uma vez que ela seria proporcional a inflação de março menos o percentual a ser prefixado em 15 de abril.

A CUT teme também uma profunda recessão econômica. "O que a Autolatina vai fazer com a paralisação da economia?", perguntou Meneguelli, referindo-se à *holding* que controla as atividades da Ford e da Volkswagen. "Não vai demitir?", questionou Meneguelli, respondendo: "Só não sei é quantos serão demitidos". A possibilidade de livre negociação de salários não é real, segundo o presidente, que não vê os trabalhadores com total liberdade de organização já quetribunais ainda julgam greves ilegais.

ES004502

CUT EVALUA LA SITUACION DEL TRABAJADOR.
ZERO HORA 28-3-90. P. 35. (SIND.)

CUT avalia situação do trabalhador

□Seminário que deveria debater organização sindical do funcionalismo público acabou tendo como tema o novo pacote do governo Collor

O seminário promovido ontem pela Central Única dos Trabalhadores para discutir a organização sindical do funcionalismo público acabou tendo o seu foco de atenções quase todo voltado para o plano econômico do governo federal. Mais uma vez, as lideranças da CUT insistiram nos pontos embutidos no pacote que consideram prejudiciais aos trabalhadores. "Houve um arrocho salarial muito grande", disse Joceílio Drummond, da direção nacional da entidade. Ele aponta a inflação ocorrida entre 16 de fevereiro e 30 de março, "de uns 80% pelo menos", que não será compensada nos salários, além de um aperto no próprio salário mínimo, que, pela lei salarial aprovada no Congresso, vinha sendo contemplado com um acréscimo de 3% ao mês, além do IPC, ou 10% no trimestre. O plano reduz o aumento real para 5% a cada três meses, "atingindo a camada mais sofrida da população", conforme o líder da CUT.

Drummond considera ainda mais grave a política recessiva do pacote e o favorecimento "à internacionalização da economia", favorecendo empresas "transnacionais" e não tocando na questão da dívida externa. Drummond disse que também é preocupante a situação dos servidores federais, que correm o risco de serem decapitados pelo enxugamento da máquina administrativa. Neste final de semana, haverá uma plenária nacional dos funcionários pela defesa dos empregos e dos salários. Cogita-se a adoção de medidas como a ocupação de prédios e até uma greve geral.

O presidente da Faspers, Lúcio Barcellos, também está preocupado com a situação dos servidores do Estado. A medida 159, segundo ele, obriga os estados e municípios a adotar a política salarial do governo federal. Barcellos teme, com isto, que a lei do funcionalismo aprovada em janeiro acabe sendo arquivada. Por ela, a categoria teve descontados 20% do IPC de abril, que seriam repostos em maio. "Vamos lutar para garantir o cumprimento desta lei", disse Barcellos.

9004502

SINDICALISTAS PROTESTAM CONTRA PLANO DE GOVERNO.

Sindicalistas protestam contra plano do governo

Alertar a sociedade para os efeitos do pacote econômico é o objetivo do ato público que acontece hoje a partir das 17 horas na Esquina Democrática. O protesto — o primeiro no Rio Grande do Sul contra o Plano Collor — faz parte do Dia Nacional de Luta, que está sendo organizado em todas as grandes cidades do país por inúmeros sindicatos de trabalhadores, o Fórum das Estatais e Servidores Públicos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento Estudantil, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Federação das Associações de Bairros (Fracab) e os partidos políticos PT, PDT, PSB, PCB e PCdoB.

Todas estas entidades acham que o Congresso Nacional, com a exceção de alguns parlamentares, não está disposto a aprofundar as discussões sobre os reflexos das Medidas Provisórias que, de acordo com a interpretação dos manifestantes, "têm como objetivo desmantelar o Estado, desnacionalizar a economia e marginalizar a sociedade brasileira". Neste sentido, as críticas se concentram principalmente contra o expurgo da inflação de março (84,32%) dos salários, a recessão, que já começa a se manifestar na economia, via demissão ou repouso remunerado para os trabalhadores da construção civil, do setor metalúrgico e coureiro-calçadista.

Além disto os manifestantes vão protestar contra a extinção e a privatização das empresas estatais. "Não concordamos com as atual situação do serviço público e das estatais, mas nem por isto podemos deixar que o governo entregue o patrimônio público ao capital estrangeiro ou à iniciativa privada sem uma ampla discussão com a sociedade", defende Renato Martinez, coordenador do Forum das Estatais. Segundo ele, já existe a possibilidade de uma greve geral no país no próximo dia 24, cujo indicativo deve ser votado no dia 18, em Brasília, no Fórum das Estatais, dos Servidores Públicos e Trabalhadores de Estatais.

9004502

27/4/90

CUT PROPONE FRENTE CONTRA LA RECESIÓN

CUT propõe frente contra recessão

Diante da recusa da Fiesp em se unir com os trabalhadores numa trégua para evitar desemprego, o presidente da CUT, Jair Meneguelli, anunciou ontem a formação de uma frente nacional contra a recessão, composta por entidade políticas, civis e sindicais. Meneguelli disse ainda que irá orientar todos os sindicatos filiados à CUT para reivindicar, via [illegible] 84,32%, referente à inflação de março, além dos 24% previstos pelo Dieese como índice inflacionário até o dia 11 de abril.

O presidente da entidade contou que as montadoras, que retornam às atividades dia 2, já chamaram os sindicatos dos metalúrgicos para propor redução da jornada de trabalho. Mas a orientação da CUT é para resistir à redução dos salários [illegible] bém da jornada de trabalho. O sindicalista acusa os empresários e a Fiesp de contribuir para aumentar a recessão que, em seu entender, aumenta diariamente. Se os empresários não conseguem suspender as demissões até dia 10 de maio, é porque eles contam com esta situação. Nossa alternativa é manter a produção e os salários dos trabalhadores, disse.

ZERO HORA 27/4/90. FSS (SIND)

9004502

VII CONFERÊNCIA LATINO AMERICANA DE AÇÃO SOCIAL (SIND). 25/8/90

ZERO HORA 2-9/4/90.

Conta paga pelos trabalhadores

F.SS(SIND)

SALÁRIOS

Na 7ª Conferência Latino-Americana de Ação Social, realizada esta semana em Brasília, sindicalistas de toda a América Latina afirmaram que os pianos econômicos de cada país da região impuseram sacrifícios aos trabalhadores, além da monitorização do FMI

GISELLE CHASSOT
Brasília ZH

A crise econômica comum à maioria dos países latino-americanos é herança dos governos ditatoriais e resultado de políticas econômicas elaboradas fora do Continente. A conclusão é dos 49 líderes sindicais, de 19 países, reunidos em Brasília durante toda a semana para a 7ª Conferência Latino-Americana de Ação Social. Os dirigentes integram a Central Latino-Americana do Trabalho (CLAT), uma entidade com sede em Caracas, na Venezuela, que representa 12 milhões de trabalhadores de 41 países da América Latina.

O secretário-geral da CLAT, o chileno Eduardo Garcia, diz que as ditaduras latino-americanas impuseram sacrifícios aos trabalhadores que continuam existindo (e chegaram se acentuar, em alguns países), mesmo com os regimes democráticos e planos de ajustes para reorganizar a economia de cada país. "Todos os planos impuseram recessão imediata, marginalização e crescimento da economia informal". Para Garcia, os do Brasil, Argentina, Bolívia e Venezulela são muito semelhantes. Segundo afirmou, existem alguns aspectos dos planos que foram impostos por países "de quem a América Latina depende". "Em linhas gerais os planos são os mesmos, embora o desenvolvimento e algumas idéias sejam bastante particulares", comentou, afirmando que os países latinos tiveram que aceitar condições definidas pelos credores internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

PONTOS COMUNS — Em comum, segundo o secretário geral da CLAT, os planos de estabilização econômica têm a defesa da acumulação de capital, a o controle de salários, a liberdade vigiada de preços, a economia voltada para a exportação, a privatização de empresas estatais e sacrifícios aos aspectos sociais (saúde, educação, e previdência). As conseqüências, disse são as mesmas: baixos salários, recessão e desemprego brutal.

O Plano de reestruturação econômica brasileiro têm, também, características muitos particulares: "elementos heterodoxos e surpreendentes", analisa Garcia. A CLAT recusa-se a julgar as razões e objetivos do presidente Collor, mas o secretário-geral lembrou que o Brasil é diferente, aos olhos internacionais, dos outros países latino-americanos: "O papel do Brasil na economia mundial é distinto", comenta, lembrando que enquanto os países latinos são basicamente exportadores de matéria-prima, o Brasil é um país com características industriais. Garcia afirmou também que o plano brasileiro tem claras motivações eleitorais. "Esse é um ano de eleições e é até natural que a equipe do governo busque resultados positivos para seu partido nas eleições", declara lembrando ainda que é importante, para o futuro do Plano, que o governo tenha maioria no Congresso.

Para os líderes sindicais da CLAT, a democracia chegou ao poder, em todo o Continente, nas piores condições, com dívidas impagáveis, estruturas econômico-sociais injustas e ineficientes. São injustas, segundo a avalização dos líderes dos trabalhadores, porque favorecem a má distribuição de riquesas. Para eles, os trabalhadores recebem muito pouco das riquezas que produzem. Além disso, essas mesmas estruturas são incapazes de promover o desenvolvimento econômico. Além disso, a estrutura político partidária dos países recém-saídos de regimes de força é muito frágil, com estruturas sindicais delicadas. "Tudo isso traz, como conseqüência, a crise econômica e social", lembrou Eduardo Garcia, comentando que, em todo esse quadro complicado, os mais afetados são sempre os trabalhadores.

As posições da CLAT

A Central Latino-americana do Trabalho (CLAT) é uma entidade que congrega trabalhadores de diversas correntes político-ideológicas. Embora defendam a independência da entidade de vínculos partidários, os dirigentes da CLAT admitem que a tendência da maioria de seus integrantes é a esquerda. No Brasil, a entidade defende a unidade dos trabalhadores e mantém tanto relações com a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que defende o sindicalismo de resultados, quanto com a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Segundo dados da CLAT, são 2,5 milhões de trabalhadores brsileiros ligados à entidade, através de federações estaduais e sindicatos estaduais. No Brasil, a Central atuou no combate ao regime militar. O secretário geral da CLAT, Eduardo Garcia, lembra que a entidade era proibida de atuar no país durante o período de exceção, os dirigentes cassados e os representantes internacionais expulsos. Eduardo Garcia faz questão de afirmar que a CLAT está engajada no combate a qualquer tipo de ditadura, "tanto de direita quanto de esquerda".

Entre a greve e a televisão

A greve não é mais um instrumento de pressão tão eficaz. Partindo desse princípio, os trabalhadores filiados à CLAT acreditam na reformulação do sindicalismo latino-americano. "Hoje é mais importante fazer um programa de televisão que organizar paralisações", explica o secretário-geral da entidade, Eduardo Garcia, um dos defensores da idéia de que é preciso formar opinião. O "novo sindicalismo" da CLAT acredita que criando um estado de consciência pública de permanente apoio à reivindicações dos trabalhadores, os resultados políticos podem ser muito melhores. "Acreditamos em greves, mas em momento e lugares oportunos e depois de criar opinião pública favorável à mobilização", ensina Garcia.

A reunião em Brasília serviu para discutir os planos econômicos nos países latinos e os seus resultados, para o trabalhador avaliar como os movimentos de trabalhadores devem atuar e as novas formas de organização. É consenso que o sindicalismo tradicional está em crise. O encontro também teve como objetivo promover a unidade de ações e a união dos trabalhadores brasileiros com o restante da América Latina.

Depois da reunião de uma semana, os dirigentes latinos partem para diversos encontros em todo o país com líderes sindicais brasileiros. No Rio Grande do Sul uma parte da delegação tem encontros marcados com representantes dos sindicatos de vestuário. Nos próximos dias 10 e 11, os dirigentes da CLAT voltam a se reunir em São Paulo, para avaliação do movimento. (Brasília/ZH)

9004502

2/5/90

MENEGHELLI APOYA LA INSTALACIÓN DE MONTADORAS.

Meneghelli apóia decisão

VOLTA REDONDA, RJ — O presidente Fernando Collor de Mello, conquistou ontem, Dia do Trabalhador, uma surpreendente adesão à sua idéia de abrir o país a novas montadoras de automóveis. Em visita a este município, onde participou das manifestações contra o projeto de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, admitiu, sem qualquer cerimônia, que apóia a decisão de Collor. "Acho ótimo", afirmou. "Aqui sempre houve um cartel formado pela Volks, Ford e General Motors."

Para desconforto de alguns assessores — que, ao ouvirem suas declarações, olharam surpresos para o líder —, Meneguelli ainda defendeu a Fiat, que, segundo ele, "pesou" para conseguir entrar no Brasil. "A Toyota tem uma fabriqueta em São Bernardo com 400 empregados e, por imposição desse cartel, só pode produzir uma cota limitada de carros por ano. Mesmo assim, desde que seja com motores Mercedes. Ela não pode ampliar uma vírgula, senão o cartel chia", criticou.

"Os empresários brasileiros falam em capitalismo sem saber o que é isso. Capitalismo é eficiência e competência. O que se faz aqui no Brasil é um capitalismo burro", disparou Meneguelli, aconselhando Collor a agir com força em seu projeto. "Desafio os fornecedores de autopeças para, *juntos*, denunciarmos a queda de braço que as montadoras estão travando com o governo para implodir o plano", disse, minutos antes de criticar duramente, em discurso na Praça Juarez Antunes, nesta cidade, o plano de privatização do governo Collor.

F 55
(SIND.

O país engata a ré e cai no sufoco

O pacote asfixia as empresas, intranqüiliza os trabalhadores e põe a economia à beira da paralisação

ORLANDO BRITO

Os brasileiros, capazes de se adaptar a praticamente tudo que venha de Brasília em forma de revoluções econômicas, tentavam se acostumar na semana passada a um desafio novo: a longa marcha para trás. Depois de enfrentar com bom humor a criação de três novas moedas em cinco anos e de ter experimentado nesse período aquela curiosa sensação de dormir com uma inflação africana e acordar para uma estabilidade suíça — com algumas semanas de duração —, o país mergulhou num estado de dormência desconhecido e espantoso no qual trocou-se repentinamente a operação de somar pela de diminuir. Nos núcleos industriais, a produção caiu em muitas fábricas para aqueles níveis do tempo do mil-réis, e empresas fortes, financeiramente saudáveis, não têm caixa sequer para pagar os empregados. Com 80% do seu dinheiro confiscado pelo governo, até mesmo um parque fortíssimo como o das montadoras de carros e das indústrias de autopeças que se reúnem na região do ABC paulista está passando o chapéu pelos bancos para levantar recursos destinados a seus gastos imediatos.

Fora dali, no resto do país, o sangue também congelou nas artérias das empresas e na veia dos empregados, que temem a demissão. Falta dinheiro para pagar a conta de luz, do transporte ou da alimentação dos funcionários. Os empresários, com a sensação de que não há outro caminho senão o de apoiar o Plano Collor de estabilização, mesmo porque a ameaça de uma hiperinflação era mais assustadora, continuam a dar seu aplauso público ao pacote econômico do novo governo, mas deixaram praticamente de comprar e de vender, pararam de exportar e gastam as energias procurando dinheiro para cobrir as folhas salariais, que em março engordaram em 72%, com o acréscimo da inflação de fevereiro, enquanto a capacidade de fazer cruzeiros a curtíssimo prazo se tornou muito baixa através das vendas e muito cara através dos bancos. Na semana passada, os juros para empréstimos oscilavam entre 22% e 35% ao mês — uma taxa cavalar num país com inflação virtualmente igual a zero.

"JÁ É DEMAIS" — "Se a coisa continuar nesse ritmo, vamos todos por água abaixo", diz o empresário Sérgio Luiz Bergamini, um dos poucos caciques da Federação das Indústrias de São Paulo que saiu abertamente à praça com críticas ao cenário desenhado de Brasília pela equipe econômica do governo. Bergamini acredita que a maior parcela da capacidade produtiva das indústrias está paralisada e que essa situação deve durar ainda por alguns dias — o tempo necessário para que as indústrias de alguma forma retomem suas encomendas de matéria-prima e recomecem a produzir. "Se a indefinição do mercado demorar mais do que uns quinze dias, os danos podem ser muito grandes", afirma o empresário.

É provável que se terá de esperar muito mais tempo pela volta à normalidade. Na semana passada, seguindo o exemplo de montadoras como a Autolatina e a General

ANTONIO MILENA

"A capacidade ociosa das empresas chegou aos 90% desde que o plano foi anunciado"
SÉRGIO BERGAMINI,
diretor da Fiesp

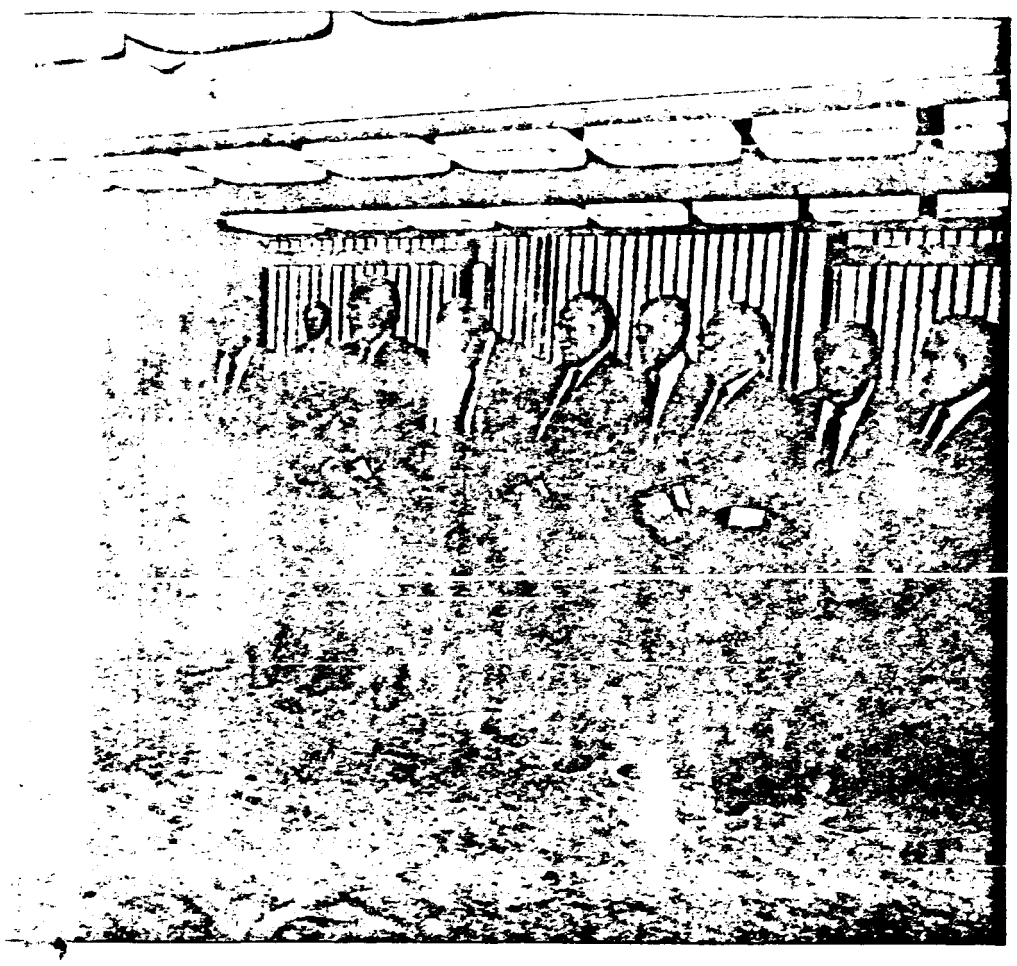
MOREIRA MARIZ

"As empresas devem negociar com seus funcionários o pagamento parcelado dos salários"
SÉRGIO NASCIMENTO,
chefe de gabinete de Zélia

JOÃO RAMID

"Sugiro que parcelem o salário da mãe dele"
LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS,
presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo

DEPARTAMENTO
VEJA 150040
ASSINATURA 4 | 90
BIBLIOTECA 10046
FILIAL SUCURSAL 11165
ORGAM NACIONAL
EMPREGADORES 11324
01 08
ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZ DO 15/3/90 ES
K 9004503



"VIREM-SE",

disse Collor a industriais que lhe pediram liberação de dinheiro para pagamento de salários

O PREÇO DA VIRAÇÃO

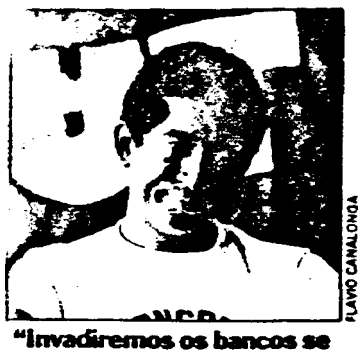
Para obter dinheiro emprestado, pagam-se juros de 22% a 35% ao mês

MEIA SOLUÇÃO

O governo anunciou quinta-feira que o Banco Central emprestará até 15 milhões de cruzeiros para o pagamento de salários. A quantia dá para uma empresa de 500 empregados pagar os funcionários apenas uma vez

Motors, os fabricantes de autopeças do ABC paulista puseram seus funcionários em regime de licença remunerada, porque não têm serviço para eles e sabem que gastam menos cruzeiros se paralisarem suas linhas de produção. Há 65 000 pessoas paradas nessa região industrial, que é a mais dinâmica do país — tudo por falta de dinheiro em quantidade suficiente para dar de novo a partida na máquina empresarial brasileira. Há letargia também na construção civil, na indústria de máquinas pesadas, na agricultura. Supermercados, shopping centers, lojas de aparelhos de som e algumas outras vitrines do consumo nacional andaram com suas vendas aquecidas há uma semana, mas nem os comerciantes nem os economistas se iludiram com a animação demonstrada pelos compradores nessas excursões. "É um fenômeno negativo, porque reflete a preocupação dos compradores de fazer estoque. É um indicador de que existe desconfiança em relação ao que vem por aí", diz o economista Carlos Alberto Longo, professor da Universidade de São Paulo.

Ninguém esperava que se pudesse vencer a inflação de quase 100% ao mês gerada no governo Sarney com as mesmas medidas brandas que puseram a pique os planos dos ministros Dilson Funaro, Luiz Carlos Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega. O país que exigiu medidas radicais contra o seu mal-estar inflacionário começa, no entanto, a se perguntar se não há algum excesso no pacote da ministra Zélia Cardoso de Mello quando indústrias como as multinacionais Nestlé e General Motors precisam peregrinar pelos bancos com o objetivo de levantar dinheiro para pagar os funcionários. Pode-se fazer a mesma pergunta diante da situação de poderosas empresas brasileiras, como a siderúrgica Belgo-Mineira ou a construtora Andrade Gutierrez. "Vamos fazer das tripas coração para fechar a folha de pagamento no dia 6 de abril", diz Eduardo Andrade, diretor da empreiteira, que precisa de 610 milhões de cruzeiros para entregar o envelope de pagamento a 20 000 empregados. Na Belgo-Mineira, tradicional indústria na lista das maiores nacionais, usam-se curiosamente expressões muito parecidas para descrever as dificuldades atuais. "Estamos nos virando de cabeça para baixo para pagar a folha de março", afirma Francisco Moyen, diretor financeiro da empresa. Um dos problemas da Belgo são os juros em vigor nos empréstimos bancários. "Trinta por cento por mês já é demais", diz Moyen. "Isso nós nos recusamos a pagar." O perigo num quadro como esse é a recessão virar uma depressão — ou seja, uma recessão em dose elefantina, capaz de jogar a economia toda dentro de um ralo e criar um clima de alta insegurança política para o governo de Fernando Collor de Mello.



FLAVIO CANALONGA

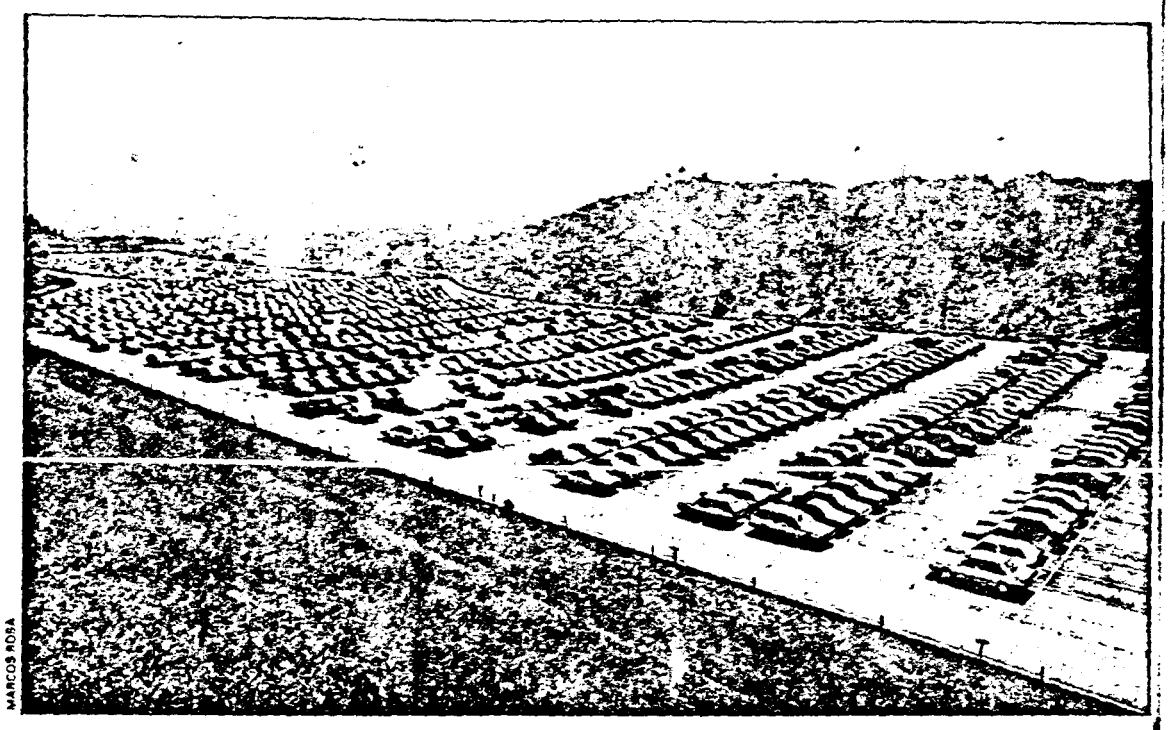
"Invadiremos os bancos se não liberarem o dinheiro"
VICENTE PAULA DA SILVA,
presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo

MARCOS ROSA

"Não adianta invadir os bancos porque eles não têm o dinheiro para emprestar"
LÉO COCHRANE JR.,
presidente da Febraban

GIRAFA DE SEIS PERNAS – Desde que saiu, o pacote econômico tem recebido elogios unânimes por sua coerência interna, mas ele também desperta temores. No Brasil, teme-se que o pacote tenha as virtudes e os defeitos de uma bomba de nêutrons, aquela que deixa as pessoas vivas, mas destrói tudo em volta delas. No Primeiro Mundo, as med-

das econômicas da equipe de Zélia deixaram apreensiva a comunidade de investidores que tem algum dinheiro enterrado no Brasil, pois é um enorme risco instalar-se num país em que o presidente da República acorda um dia com a disposição de confiscar 80% dos ativos financeiros e apresenta essa decisão como coisa inegociável. Na comunidade acadêmica internacional, no entanto, o pacote brasileiro causa delírio. "Por enquanto, todos estão dando a ele a mesma atenção que dispensariam a uma girafa de seis pernas num zoológico", diz o ex-ministro Mário Henrique Simonsen.


MARCOS ROSA

A verdade é que não existe em país algum do mundo e em nenhum escaninho da História uma experiência semelhante que sirva de parâmetro para julgamento da reforma econômica brasileira. Confiscou-se quase todo o dinheiro da nação, transferindo-se riqueza pesada da mão de particulares para o setor público, numa operação chamada técnica e candidamente de "aperto na liquidez". Se isso ocorresse num país em mudança do capitalismo para o socialismo, ninguém se espantaria. "A grande contradição, já apontada por diversos setores", diz Simonsen, "é o discurso liberalizante do presidente Collor e a radical centralização da economia." Costuma-se comparar essa alteração drástica da vida nacional com o que ocorreu na Alemanha em 1948, mas ali vivia-se uma situação muito especial num país derrotado na guerra e sob regime de racionamento. Confiscou-se dinheiro das pessoas, mas não havia mesmo o que comprar. No Brasil, há mercadorias, mas falta dinheiro para que se estabeleça a troca entre as duas pontas — pelo menos na visão de economistas e empresários que gostariam de ter um pouco mais de liquidez no mercado.

Diálogo Rispido — Em Brasília, as coisas são vistas por outro ângulo. Na semana passada, preocupados com a situação de caça ao cruzeiro que se instalou no país, presidentes de federações de indústrias de todos os Estados foram à capital pedir socorro à equipe econômica do governo. "Negociem com os trabalhadores o parcelamento dos salários", aconselhou Sérgio Nascimento, chefe de gabinete de Zélia, como se fossem os sindicatos que tivessem confiscado dinheiro do governo e pudessem agora sustentar seus associados com esse empréstimo. O problema, para os trabalhadores, seria convencer os supermercados a negociar com eles o parcelamento do pagamento de suas compras, uma dificuldade que certamente seria tão grande na hora de fazer a mesma proposta ao cobrador do ônibus. "Sugiro que parcelem o salário da mãe dele", respondeu no calor do momento Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. "A falta de salários poderá provocar quebra-quebra nas ruas", alertou o sindicalista, um dos muitos figurantes empenhados na semana passada em conseguir a liberação de um financiamento governamental para as empresas quitarem suas folhas.

O financiamento acabou saindo. Num primeiro momento, logo após o pacote, o governo abriu o over para empresas com folhas de pagamentos até 500 000 cruzeiros e garantiu crédito a juros baixos para firmas com um máximo de 3 milhões de cruzeiros empenhados nos cheques de funcionários. Na quinta-feira, decidiu-se elevar o limite para 15 milhões de cruzeiros. Até essa quantia, o empresário poderá tomar dinheiro na rede bancária com juros de 10% ao ano, mais correção monetária, que o Banco Central bancará o empréstimo. É ótimo, mas insuficiente. Todo ano milhares e milhares de pequenas empresas abrem e fecham sem que ninguém se dê conta dessas marés de nascimento e morte. São muito menos numerosas as empresas brasileiras com folhas superiores a 15 milhões de cruzeiros mensais, mas são elas os alicerces da produção nacional porque fazem o tecido que vai para as confecções modestas, o plástico que é transformado em objetos de consumo pela ação de muitas fabriquetas ou o aço que alimenta centenas de milhares de indústrias menores.

Rugido de Sindicalista — Antes de retornar a seus Estados, os presidentes das federações de indústrias experimentaram um encontro com o temperamento despachado do presidente Fernando Collor de Mello. Queixaram-se a Collor da falta de linhas de crédito, reclamaram de uma asfixia financeira no mercado e ouviram um conselho que Sarney nunca daria. "Virem-se", disse o presidente. A determinação com que Fer-

Um tiro pela culatra

A criação do câmbio flutuante foi um tiro que saiu pela culatra para os exportadores brasileiros. Antes do plano do presidente Fernando Collor de Mello, os exportadores reclamavam que a defasagem do dólar, estimada em cerca de 30%, estava prejudicando as suas vendas para o exterior e apostavam suas fichas em uma maxidesvalorização do cruzado novo que seria promovida pelo novo governo. A máxi não veio. Em seu lugar, vieram a extinção do câmbio oficial e a criação do câmbio livre, uma outra reivindicação dos exportadores. Com isso, parecia que a maioria dos problemas do setor de exportação tinha terminado. Mas o que se viu foi exatamente o contrário. Enquanto o dólar no câmbio flutuante estava cotado na semana passada, em média, a 38 cruzeiros, a moeda americana era vendida no câmbio paralelo por até 60 cruzeiros — e, em vez de diminuir, a defasagem aumen-

0 8

F 9004503

ADAUTO PERIN

Em São Bernardo do Campo (GP), a Volkswagen [illegible] o [illegible] de [illegible] para as [illegible]. Para [illegible] [illegible] com [illegible] da. **Também em São Bernardo, os funcionários da Mercedes-Benz, em licença por dezessete dias, espantam as preocupações com um carteado no bar da esquina *(à dir.)*.**

Collor [illegible]nde a essência do seu pa[illegible]em um as[illegible]to positivo no fato de que [illegible]inha de [illegible]bate acabará por matar a [illegible]ão sem nenhum erro possível. A ques[illegible]ue se coloca a seguir é delicada — sa[illegible]para onde se está caminhando quando [illegible]e risco sobre recebimento de salários [illegible] mês.

É incoerente liberar 20% do over, qualquer que seja a aplicação que a pessoa dará [illegible]nheiro, e, ao mesmo tempo, reter re[illegible]s que seriam usados em folha de paga[illegible]o", diz Luiz Gonzaga Belluzzo, um [illegible]ais do Plano Cruzado, que atualmente [illegible]a a Secretaria de Ciência e Tecnologia [illegible]verno paulista. É fácil encaminhar as [illegible]as aos guichês dos bancos na esperan[illegible]que essa viagem possa resolver toda a [illegible]de liquidez do mercado. Não resolve. [illegible]começar, alguns bancos estão com dificuldades para pagar a seus funcionários pelo mesmo motivo das indústrias — e, na melhor das hipóteses, eles mantêm-se na defensiva porque, duas semanas depois da divulgação do pacote, com todo o seu amontoado de determinações jurídicas, não sabem sequer qual é o próprio saldo de que podem dispor para repassar a terceiros. Os bancos, até sexta-feira, simplesmente não tinham dinheiro à vontade para emprestar — é isso que as pessoas não estão entendendo, a começar pelos maiores prejudicados na história, os que vivem de salário e temem ficar sem ele. "Se não quiserem liberar dinheiro, vamos invadir as agências dos bancos", ameaçava na semana passada Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. "Não adianta invadir os bancos porque eles não têm dinheiro para emprestar", rebateu Léo Cochrane Jr., presidente da Federação Brasileira dos Bancos, Febraban. Por enquanto, a ameaça de Vicente pode ser entendida como aquele tipo de rugido que os sindicalistas se sentem obrigados a encenar à menor ameaça sobre envelopes de pagamento. Na região do ABC, por exemplo, batalhões de trabalhadores em férias forçadas ou licença contra a vontade ainda encontravam algum divertimento em jogos de futebol, carteado no bar da esquina ou encontros no sindicato. Se a disponibilidade financeira das empresas continuar tão débil como nos últimos dias, no entanto, podem-se prever dificuldades. O fato é que mesmo empresas grandes e sólidas estão encontrando resistências para levantar papagaios nos bancos — e não se sabe o que acontecerá se a rodada de empréstimos tiver de ser renovada no mês que vem. Afinal, empresas praticamente paralisadas terão de acertar contas com dois credores — os próprios empregados e os banqueiros.

Bancos Quebrados — Talvez a maior injustiça que se possa fazer aos economistas que cercam *Zélia* e cuidam do plano de estabilização seja imaginar que eles não sabem aonde querem chegar. Eles querem chegar exatamente aonde se está chegando — a um estado de alto e arriscado esfriamento da economia para livrá-la da febre inflacionária que suportou por tanto tempo. O que existe de frágil no Ministério da Economia não é a capacidade de sua cúpula de traçar as grandes linhas do plano, mas a de fazer andar o cotidiano que se esconde entre essas diretrizes. Na quarta-feira, o sindicalista Luiz Antônio de Medeiros precisou municiar a ministra Zélia com um painel do valor médio das despesas salariais das empresas brasileiras — ela simplesmente não tinha dados sobre o assunto. Pode-se classificar no mesmo rol de problemas a sugestão infeliz e até desrespeitosa de Sérgio Nascimento para o parcelamento dos salários dos trabalhadores. Parou-se de pagar seguro-desemprego no país porque, com a reforma administrativa, o Tesouro não sabe os endereços para onde deve remeter verba — as chamadas unidades orçamentárias. Enfim, a máquina

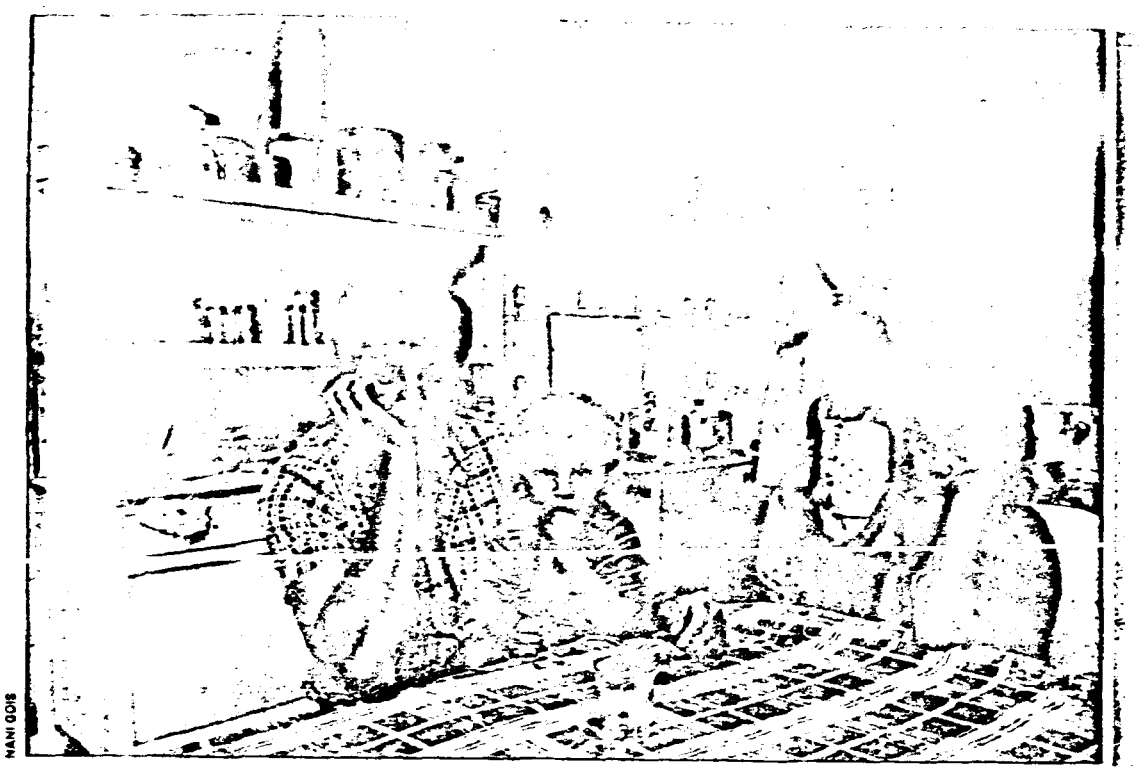
"O dólar p[illegible]o exportador [illegible]ia estar na [illegible]a dos 55 cru[illegible]", calcula [illegible] empresário [illegible]mbucano [illegible]on Mororó [illegible]a presidê[illegible] do grupo [illegible]um dos [illegible]ores fabricantes [illegible]baterias do [illegible]país. "Os ex[illegible]iores terão [illegible]ejuízo com o [illegible]a 38 cru[illegible]uros", repica [illegible]e Setúbal, [illegible]etor da Asso[illegible]o Brasileira das Indústrias [illegible]Fundição. D[illegible]te do baixo [illegible]o do dólar, [illegible] exportadores [illegible]am até a s[illegible]mana passada [illegible]tendo o mesmo ritmo vaga[illegible]de vendas do[illegible]nal do gover[illegible]arney.

ADAUTO PERIN

Moura: problema no câmbio

04

ESCOLA[illegible]



NANI GOIS

O carpinteiro paraense João Francisco de Oliveira foi um dos muitos trabalhadores a ficar desempregados na semana passada. Oliveira foi demitido porque a construtora em que trabalhava não tem cruzeiros para tocar as obras já começadas. Para sustentar os três filhos, ele conta agora apenas com os 200 cruzeiros que a mulher, Sandra, ganha como diarista. "Não está fácil achar um outro emprego", diz Oliveira.

foi consertada pela equipe que entrou, mas ainda não existe uma máquina nova em boas condições de funcionamento para substituir a antiga. Nada disso derrete os arcabouços do plano de estabilização que os economistas comandam em Brasília, mas é preciso entender que a complexidade da reforma é bem pequena perto das dificuldades monumentais de aplicá-la na prática.

Na tarde da quinta-feira, corriam boatos de que várias instituições financeiras, inclusive grandes bancos, estavam quebradas em conseqüência do confisco de dinheiro imposto pelo plano. Espalhou-se a informação de que, no dia seguinte, seria decretado feriado bancário. Não houve nem feriado nem quebras. Mas todo esse clima foi criado pelo fato de estarem fora do ar, desde a decretação do plano até a quinta-feira passada, dois dos mais importantes instrumentos de controle da saúde do sistema financeiro, a Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados, Cetip, e o Sistema de Liquidação e Custódia de Títulos Federais do Banco Central, Selic — que fazem a radiografia de quanto cada banco ou instituição financeira tem em recursos, títulos, compromissos e obrigações.

Inicialmente, atribuiu-se essa paralisação apenas à inexperiência administrativa da nova equipe do governo. Mas pouco a pouco começaram a transpirar indícios de que vários bancos possivelmente estavam com problemas de caixa por causa do pacote — e o Banco Central tentava pôr a casa em ordem antes de colocar os seus computadores para rodar normalmente. "O governo precisa decidir o que vai fazer com essas instituições. Se vai deixá-las quebrar ou vai lhes dar recursos", imaginava o economista Adroaldo Moura da Silva, ex-vice-presidente de operações internacionais do Banco do Brasil. "Por enquanto, o que há é uma enorme dúvida sobre a solidez dos bancos", acrescentava.

Um pulo no escuro

Na quarta-feira passada, as Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio negociaram cerca de 50 milhões de cruzeiros em ações. Isso equivale a

1/40

da média diária de negócios antes do Plano Collor

A Festa das Luzes — Uma parábola circulava em Brasília na semana passada para traduzir o que, no fundo, os autores do pacote estão fazendo. Segundo essa comparação, o Brasil até semanas atrás seria como uma festa excessivamente iluminada na qual a pintura das mulheres ficasse de maneira desfavorável e as rugas dos homens pudessem ser esquadrinhadas nas mais íntimas dobras. Ao chegar, a equipe de Collor apagou todas as luzes de uma vez só, deixando a sala na escuridão. Na confusão que se instalou, as pessoas estão tropeçando em cadeiras, virando mesas e quebrando copos. As luzes, agora, serão acesas, mas uma a uma, até que tudo se normalize. A vida dentro da sala, contudo, nunca mais será a mesma, porque muita coisa se quebrou ou se perdeu. Mas a luz será mais natural, sem os excessos que havia antes.

Traduzida para a vida real, a parábola mostra que o Plano Collor fará vítimas — e o governo sabe disso. "Podem quebrar muitas empresas que já estavam mal antes do plano", reconhece o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, economista que tem a reputação de ser tão determinado quanto bem equipado intelectualmente para produzir revoluções como a que está acontecendo neste momento no país. "E nós sabíamos que muitas grandes empresas teriam dificuldades para conseguir empréstimos a juros razoáveis", acrescenta Eris. Ou seja, ele é um dos poucos brasileiros que não estão surpresos com o que ocorre na vida das empresas, dos trabalhadores e da classe média, que também foi intimamente tocada pelo pacote econômico. Segundo os cálculos de Eris, se o governo liberasse integralmente os recursos necessários para as empresas pagarem os salários dos empregados, a quantidade de moeda circulando na economia pularia de 10% para 14% do PIB. "Seria um crescimento muito grande", diz Eris. Na opinião dos formuladores do pacote, a grande dificuldade, porém, está na taxa de juros que os bancos estão cobrando. Nenhuma empresa teria condições de sobreviver por muito tempo pagando juros de 35% ao mês, com uma inflação perto de zero, como acontece atualmente. Para se ter uma idéia do absurdo desses juros, basta compará-los aos praticados nos países desenvolvidos, onde nunca passam de 10% ao ano. "Mas essas taxas não vão durar muito tempo", diz Eris. "Devem cair logo."

05

9004503

NUS DE ...URA — No meio dessa discus- ... ministra Zélia ainda precisou desmentir ...rmação de que o governo provavelmen- o devo... eria o dinheiro confiscado no daqui a ...ezoito meses, como fora pro- lo no la...çamento do plano. "Ele devolvi... o sob a forma de bônus ...ções das ...estatais", alertava o em- ...rio An... ... E...rio de Moraes, ...r do g... ... Votorantim, que teve 500 ...ões de ...lares de suas empresas retidos ... Plano C...llor no over. A suspeita de An- o Ermíri... ocorre a muita gente e traz à ...ção a ...rgentina dos "bonex" — títu- ...ntregues aos cidadãos em ... de um c...nfisco de seu di- ...ro. A ex...riência passada ...a que s...mpre que o go- o brasile...o avançou sobre as economias ...essoas, ...ja sob a forma de empréstimos ...pulsórios, ...seja de bônus, seja de confis- ...le nunca ...devolveu a importância tunga- ...Há brasile...os hoje que são donos de refí- ...s tão ina...ditáveis como os bônus de ...ra, lançados em 1942. Deveriam render ...de juros ao ano, mas nunca renderam um ...o aos seus titulares. Mais re- ...mente, os proprietários de ...móveis tiveram de ajudar o ...erno Samey com um emprés- ...mpulsório para irrigar o Fundo Nacio- ...desenvolvimento. Não há uma única ...a caridosa que ainda tenha esperança de ...ber de volta esse dinheiro.

...lém do mau hábito desenvolvido pelos ...ernos nesse terreno, há uma dificuldade ...ional que praticamente impede a devolu- ...tranqüila de todo o dinheiro confis- ... há duas semanas. Na hora de de- ...er a bolada de 110 bilhões de dóla- ...o governo estará injetando cerca de ...ilhões de dólares por mês na economia — ...volume suficiente para reaquecer de tal ...a o mercado que todo o esforço antiinfla- ...ário seria jog...do fora. "Isso não é verda- ...nós vamos d...volver o dinheiro", garante ...O fato, p...rém, é que os atuais ocupan- ...os gabinete... ...e Brasília já disseram antes ...não fariam ...uma coisa que acabaram ...do. Duran... ...a campanha eleitoral, Col- ...nedrontou ...a parte do eleitorado ...do seu ...versário, o deputado ...scio Lula ... Silva, de ter a inten- ...e confiscar ... caderneta de poupan- ...s brasileiro... Collor foi eleito e fez ...mesmo o co...nfisco. Antes da decretação ...acote, Zélia ...ranqüilizou os investidores ...rosos de qu... seu dinheiro aplicado no ... fosse confis...do dizendo que suas eco- ...uas também estavam lá. Admite-se que ... autoridade econômica que planeja ações ...icas como um congelamento de preços ...pode mesmo ...izer qual é a sua verdadeira ...nção, sob pena de ministrar um remédio ...venenado. O ...esmo raciocínio leva pes-

A batalha dos salários

As dificuldades para fechar a folha

REFRIGERAÇÃO PARANÁ S.A.

A Refrigeração Paraná, dona da marca Prosdócimo, tomou emprestados 70% dos 65 milhões de cruzeiros que devia a seus 3 500 funcionários em março. "A venda dos estoques terá de garantir os salários de abril", diz Antônio Romanoski, diretor da Refripar.

GESSY LEVER

A Gessy Lever é uma exceção no Brasil de hoje. Não precisou de empréstimos para pagar salários. Sua folha de 250 milhões de cruzeiros em março saiu dos 20% que restaram de suas aplicações no over. Além disso, a empresa vende seus produtos a supermercados, que estão recebendo em cruzeiros desde o primeiro dia depois do choque e não têm problemas para pagar seus fornecedores.

SIEMENS

Para completar os 10 milhões de dólares com que pagou seus 16 000 funcionários em março, a Siemens, empresa que fatura meio bilhão de dólares por ano no setor elétrico, precisou passar o chapéu pelos bancos. "Foi uma situação inusitada, criada pelo pacote", explica o diretor Paulo Hatheyer.

LORENZETTI

Para a Lorenzetti, fabricante paulista de equipamentos elétricos, não foi difícil levantar os 40 milhões de cruzeiros dos contracheques do mês de março. "O duro foi engolir as taxas de até 35% ao mês cobradas pelos bancos", diz o dono da empresa, Aldo Lorenzetti. Com o que sobrou de suas aplicações, a companhia poderia pagar seus 5 000 funcionários. Mas, então, seria preciso correr aos bancos para recompor seu capital de giro.

Monsanto

A Monsanto, do setor químico, antecipou créditos de exportação, trocando dólares por cruzeiros, para pagar os salários no dia 31. "Foi uma das saídas para levantarmos parte dos 10 milhões de cruzeiros de nossa folha", *dizia o diretor* Francisco Morales Céspede. Outra parte dos recursos veio de empréstimos a taxas de até 25% ao mês.

A American Express, uma das maiores administradoras de cartões de crédito do país, pagou juros de 30% ao mês para conseguir 15 milhões de cruzeiros e garantir a seus 1 100 funcionários os salários do dia 25. "O problema agora será o adiantamento do dia 10", diz o presidente da empresa, Jean Rozwadowski.

GM

O presidente da General Motors, André Beer, não diz quanto a empresa precisou tomar emprestado para cobrir sua folha mensal de 20 milhões de dólares, mas sabe-se que a GM precisou amparar-se nos bancos, pagando juros de 28% ao mês. Beer se confessa ansioso para escorar-se em parte na nova linha de crédito, com juros de 10% anuais, criada na semana passada pelo Banco Central para atender a esses casos.

Sadia

Até as vésperas do dia 31, quando os 34 000 funcionários da Sadia deveriam receber seus contracheques de março, a direção da empresa *não sabia* de onde sairia o dinheiro do pagamento. "Estamos juntando os cruzeiros", dizia na última quinta-feira Raul Mena Barreto dos Reis, presidente executivo do grupo Sadia, que fatura mais de 1,2 bilhão de dólares por ano. "Talvez seja preciso recorrer aos bancos e esticar o pagamento para o dia 5."

Nestlé

A Nestlé foi uma das empresas que não conseguiram pagar a seus funcionários na segunda-feira dia 19, após o feriado bancário. O dinheiro de seus 13 500 empregados só chegou no dia 21, depois de uma peregrinação da empresa pelos bancos. Na semana passada, o mesmo caminho voltou a ser percorrido. "Vamos aos bancos quantas vezes for necessário", diz o gerente de comunicações da Nestlé, Carlos Faccina. Não é intenção da empresa pedir dinheiro à sua sede, na Suíça.

PARTES POCO LEGIBLE

0

503

soa como Antônio Ermínio a pensar que poderia ter algum bônus na carteira dentro de um mês e meio em vez de dinheiro.

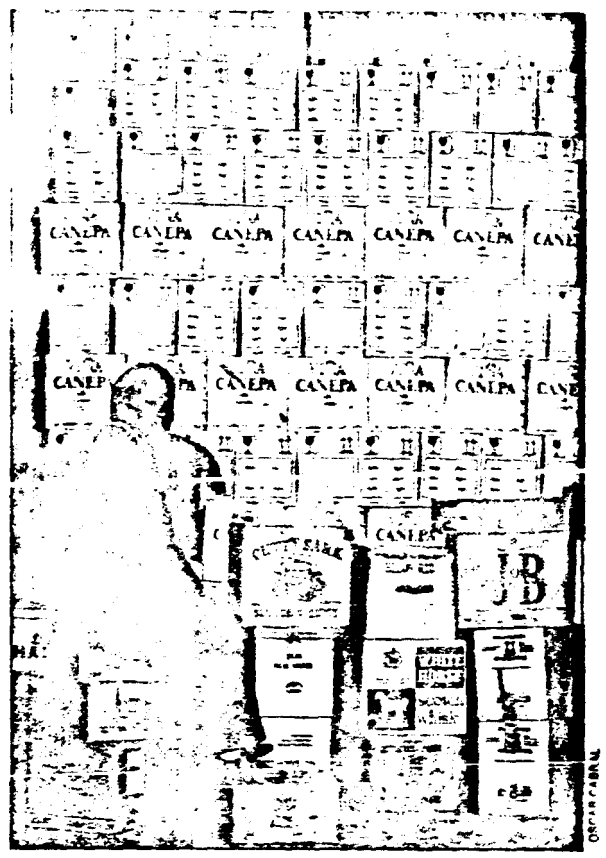
Nas duas semanas que se seguiram ao pacote, todo o país — dos 10% mais endinheirados aos descamisados do discurso de Collor — tratou de se ajustar às novas regras que controlam a economia. A indústria pernambucana Estrela Fatori, fabricante de tampinhas para garrafas, deu licença remunerada para 120 de seus 340 funcionários e diminuiu em 50% a sua produção. Seus gerentes passaram a se preocupar com gastos aos quais jamais deram muita atenção. Quando sai de sua sala, cada funcionário é obrigado a desligar o ar-condicionado. Nenhum caminhão sai da empresa carregado pela metade — o motorista agora fica mais tempo parado mas faz uma viagem em lugar de duas.

Reação Japonês – Esses cuidados podem parecer exagerados, mas as empresas estão tateando em busca de outras soluções antes de partir para o sacrifício de seus empregados. "Não queremos demitir, porque se a economia se reaquecer teremos que contratar os mesmos funcionários novamente", diz Luiz Alberto de Castro Wille, diretor de O Boticário, a grande cadeia de águas de colônia, sabonetes e outros produtos de perfumaria. Muitas vezes, ao demitir, a empresa manda para casa um empregado que levou um certo tempo para ser treinado e se adaptar ao trabalho. Contratar outro, dentro de algum tempo, significa investir novamente em algo que já se tinha ao alcance da mão. Por isso, as empresas preferem cortar em gastos nunca antes controlados e adiar investimentos que estavam programados a curto prazo. Apesar dos percalços, contudo, nenhum empresário diz que antes do pacote vivia tempos melhores. "Estávamos convivendo com aumentos de matérias-primas cada vez maiores e não conseguíamos mais repassá-los para os clientes", diz Wille. Além disso, ninguém se arrisca a prever qual vai ser o comportamento da economia brasileira nos próximos meses. A recessão poderá ser curta embora profunda. E todas as empresas querem estar preparadas para disputar o mercado com vigor quando ele se reativar. Se a recessão se aprofundar, contudo, as demissões serão inevitáveis.

Em alguns setores da economia, contudo, os empresários foram pegos totalmente de surpresa e tiveram que demitir de imediato. Com o pacote, a negociação de ações nas Bolsas despencou dramaticamente, chegando a níveis quarenta vezes inferiores aos de antes do pacote. A Bolsa do Rio de Janeiro, numa reação rápida, demitiu, na quarta-feira passada, quatro de seus diretores, inclusive o superintendente, Carlos Von Doellinger, que já fora presidente do conselho da casa. De comum acordo com a direção da Bolsa, os salários dos 690 funcionários da casa foram reduzidos em troca de uma estabilidade de dois meses no emprego. É comum verem-se acertos dessa ordem em economias mais eficientes, como a japonesa. No Brasil, o fato é inédito e mostra que as crises podem ter sempre um lado didático. Entre os sacrificados pelo pacote estão milhares de habitantes daquele mundo que o governo Collor define como o dos 90% mais pobres, como é o caso do carpinteiro paranaense João Francisco de Oliveira. "Não está nada fácil", diz Oliveira, pai de três filhos e morador de São José dos Pinhais, município vizinho de Curitiba.

O temor do desemprego ainda não chegara com força, na semana passada, àquela parcela da população que fica entre os donos das empresas e os trabalhadores: a classe média. Era possível, no entanto, localizar sérias preocupações entre as pessoas que viviam da economia informal, que ocupa uma parcela significativa da classe média hoje. A proibição do uso dos cheques ao portador tendia a sufocar a atividade dessas empresas, cujos lucros vêm muito mais do fato de elas fugirem do pagamento de impostos do que de sua eficiência. Para muitos, a solução é esperar para ver.

Na semana passada, o dono da distribuidora de bebidas importadas J.M. Silva, do Rio de Janeiro, José [illegible] publicou um anúncio de página inteira nos jornais cariocas dizendo que precisava de cruzeiros e oferecendo ainda desconto de até 70% na venda de qualquer bebida. Matias da Silva precisa de 15 milhões de cruzeiros para pagar dívidas com os fornecedores. "Não posso perder o meu crédito", diz ele.



As torneiras do governo

Desde que o Plano Collor tirou da praça o equivalente a dois terços dos cruzados novos e transformou o restante em cruzeiros, a grande interrogação da economia é saber como e quando o governo voltará a injetar moeda no mercado. A questão é crucial. O ritmo em que os cruzeiros começarão a fluir novamente determinará os rumos do Plano Collor e o futuro do país. "A equipe econômica caminha hoje sobre o fio de uma navalha", comenta um dos economistas que participaram da elaboração do Plano Cruzado, em 1986. Se o dinheiro vier em excesso, a inflação volta à carga. Se vier de menos, o país mergulhará numa profunda recessão. "Tão profunda que pode transformar-se numa depressão, ou seja, uma hiper-recessão", alerta o ex-ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen.

Em suas explicações, o presidente Fernando Collor costuma falar em "torneira" para definir com uma imagem a retranca imposta à circulação da moeda. Na verdade, são várias as "torneiras" de que o governo dispõe. Ele tem em seu poder toda a massa de moeda confiscada pelo pacote e depositada no Banco Central. Embora esse dinheiro não exista sob a forma de papel-moeda — trata-se de moeda puramente escritural, que existe como um registro nos computadores do BC —, pode voltar à economia. Basta, por exemplo, elevar os limites de saques em contas e aplicações financeiras. Outra forma possível de retorno são os leilões

PARTES POCO LEGIBLE

01

9004503

A empresa carioca Apolo, fabricante de tubos de aço para a construção civil, é uma das muitas organizações que estão sofrendo com o Plano Collor. A Apolo acumula um prejuízo de 4,5 milhões de dólares por ter deixado de exportar 8 000 toneladas de tubos, que estão estocadas. "Se a situação não melhorar um pouco até o próximo mês, teremos que cortar 25% da produção, e, conseqüentemente, demitir pessoal", reclama o diretor da Apolo, Cid Sampaio.

o de impostos e outras obrigações do que odutividade do negócio propriamente di-

naior parte das microempresas que nam no Rio de Janeiro não deve ter fa- nada desde que o pacote saiu", diz Otávio Simões Athayde, vice-presidente ssociação Fluminense das Pequenas e as Empresas.

A renda da minha família caiu à meta- queixava-se na semana passada o arqui- paulista Ronaldo Ranieri. Sócio de um tório especializado em projetos de lojas shopping centers, Ranieri viu todos os tos que tocava escapar por entre seus de- epois que foi anunciado o pacote. "Já no dia 19 meus clientes cancelaram tudo", quei- xa-se. "A minha esperança é que o governo agora libere dinheiro para a construção civil."

Na semana passada, o governo tratou ainda de fechar uma das torneiras que davam um certo alívio aos problemas enfrentados pela maioria das empresas desde a decretação do pacote. A ministra Zélia estabeleceu que os bancos só poderiam receber cheques em cruzados novos até a quinta-feira dia 29. Com essa tranca, ela procurou interromper a frenética ciranda de trocas de cruzados novos por cruzeiros que se estabelecera na economia. Empresas e pessoas comuns que necessitavam de cruzeiros ofereciam cruzados novos a quem tivesse dívidas a pagar nessa moeda, fazendo a troca por um câmbio de meio cruzeiro para cada cruzado novo. A criatividade brasileira já havia inventado vários artifícios que possibilitavam essa troca sem que nenhuma das partes fosse flagrada cometendo qualquer ilegalidade. "Nós proibimos não tanto por causa dos valores que estavam sendo trocados, mas para não corrermos o risco de o país ficar operando em duas moedas", diz Zélia.

Com seu pacote, o governo de Collor impôs um regime de sacrifício a todo o país e ele será aceito. Em primeiro lugar, todo mundo estava convencido da necessidade de derrotar os maus hábitos e inaugurar um país novo, não apenas sem o tumor inflacionário mas também menos injusto e menos hipócrita nas relações de trabalho, de ganhos e de nichos sociais. Será preciso aceitar o sacrifício nos moldes arbitrados pela equipe econômica do governo também por uma questão de fatalidade. Ao ir fundo em seu choque, Collor bombardeou as pontes e cortou a possibilidade de retorno. Não há escolha a não ser seguir em frente — para vencer, como quer Collor, ou em direção a uma derrota fragorosa e a uma experiência de cauterização cuja profundidade é impossível medir neste momento. Diante do sacrifício imposto a todos, as vítimas esperam do governo que ele tome a iniciativa de sacrificar-se, também, num grau mais profundo do que tratou de fazer até agora.

Não basta, embora já seja um bom sinal, que a administração em Brasília venda automóveis, mansões de ministros e apartamentos de funcionários. É preciso desmanchar a parte carunchada da máquina governamental que os contribuintes sustentam sem qualquer benefício para o país, como é o caso de dezenas e dezenas de empresas deficitárias que se tornaram cabides de emprego e latifúndio de políticos sem escrúpulos. Na semana passada, porém, a iniciativa mais vistosa no caminho dos cortes saía de fora do governo, através de um projeto do deputado José Serra (PSDB-SP). No projeto, Serra prevê cortes equivalentes a 10 bilhões de dólares no orçamento federal. São providências perfeitamente possíveis, garante o deputado. A previsão de cortes prevista pelo próprio governo é de um décimo desse patamar sugerido por Serra. Segundo o deputado, se o governo cortar fundo suas despesas, o torniquete sobre a iniciativa privada poderá ser afrouxado sem prejuízo para o plano de combate à inflação. Se quiser manter a boa vontade que a população demonstrou por seu pacote, é bom que Collor comece desde já a usar a tesoura na própria roupa. ■

OLANDO BRITO

is: controle moeda

de conversão de moeda, em que se comprariam cruzeiros com cruzados, de acordo com a cotação definida pelo mercado.

Um dos mecanismos clássicos de controle da chamada liquidez são os títulos públicos. Se a intenção é retirar moeda do mercado, o governo eleva os juros e vende esses papéis. Quando se trata de aumentar a liquidez, faz o inverso: recompra seus títulos. O Banco Central também pode aumentar a oferta de cruzeiros no mercado comprando os dólares conseguidos pelos exportadores. Essa seria uma via rápida de revitalização da economia. "A liquidez aumentaria e as exportações serviriam como uma poderosa arma anti-recessiva", observa o ex-presidente do Banco Central Carlos Langoni. Outras ferramentas são a criação de linhas especiais de crédito e a redução dos depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central — tanto uma como outra permitiriam a ampliação do crédito e, portanto, aumentariam a quantidade de moeda em circulação.

PARTES ILEGIBLE

08.08

F9004503

Nº DOCUMENTO
TÍTULO COTIZACION DEL ORO SUFRE UNA BAJA DE 6,4%
PERIÓDICO V DO B 150821
FECHA DE EDIÇÃO 29/8/90
VINCULAÇÃO BRASIL 10046
F. ECON. 11161
SECT. FINANC 11403

Cotação do ouro sofre queda de 6,4%

SÃO PAULO — A crise do Golfo Pérsico continua a ditar o comportamento do ouro no mercado brasileiro. Ontem foi dia de baixa nos preços do petróleo e do metal no mercado internacional, o que provocou uma desvalorização de 6,46% nas cotações do ouro no mercado à vista da Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F). O grama encerrou o dia valendo Cr$ 1.013, o que representa uma queda de Cr$ 70 em relação à última sexta-feira.

A baixa violenta nos preços do ouro — que equivale a um prejuízo, em um único dia, de mais da metade do que o over rendeu durante todo o mês de agosto — não foi sentida no mercado paralelo do dólar. Embora interligados, a moeda americana não apresentou qualquer alteração ontem, continuando a ser negociada por Cr$ 82 para compra e Cr$ 83 para venda. Os profissionais explicaram a estabilidade do dólar dizendo que não há mais espaço para os preços caírem, já que a diferença para o oficial está muito pequena. Além disso, argumentam, o dólar não acompanhou a subida de preços ocorrida com o ouro em função da crise no Oriente Médio.

No mercado de juros, os investidores já fazem as contas para avaliar o comportamento dos juros este mês, que acaba na sexta-feira. A inflação não deverá ultrapassar os 10%, segundo prevêem os executivos financeiros, embora o BTN fiscal tenha sido reajustado ontem para 9,5% ao mês, contra os 9% que apontava até a semana passada. No mercado futuro, a aposta dos profissionais está em 9,91%. Como o overnight está projetando uma rentabilidade bruta de 11,5% para agosto, tudo indica que o mês poderá ser do over. Ontem, a taxa mensal subiu para 14,2% mensais, contra os 13% da semana passada.

Taxas em alta — A expectativa dos agentes econômicos continua sendo em torno do que o Banco Central fará com o sistema financeiro a partir de setembro. Há um sentimento generalizado de que as taxas de juros vão subir, mesmo que o BC recue na sua ameaça de retirar mais cruzeiros de circulação. É que setembro possui apenas 19 dias úteis, contra 23 dias úteis de agosto. Por isso, a taxa do over diária vai ter que subir para compensar o número menor de dias que remunerará as aplicações.

Por isso, os bancos estão tentando captar a maior quantidade possível de dinheiro longo nesse fim de mês, apostando que terão que pagar mais depois. A ida maciça dos bancos ao mercado está forçando as taxas dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que foram emitidos ontem por até 385% ao ano, para resgate em 30 dias. Ao mês, essa taxa equivale a um rendimento bruto de 14,06%. Um diretor financeiro explicou que os aplicadores que estiverem com caixa sobrando deverão lucrar se deixarem os recursos no curto prazo até sexta-feira e deixarem para comprar títulos mais longos a partir da semana que vem.

ENTRADO 11/9/90 às 15
CRUZ DO 13/9/90 às 15

9004504

Nº DOCUMENTO
TEMA: GOBIERNO CONTROLARA' PRODUCCION Y VENTA DE ORO
FECHA: J do B. 150028
FECHA DE RECEPCION: 20/8/90
VINCULACIONES: BRASIL 10046
F ECON. 11461
SEC. MINERO 11406.

Governo controlará produção e venda de ouro com maior rigor

BRASÍLIA — O governo brasileiro pretende adotar mecanismos legais para garantir, a curto prazo, um controle rígido sobre a produção e comercialização de ouro em território nacional. Uma das primeiras providências nesse sentido será a assinatura de convênios entre a Secretaria de Receita Federal e as secretarias estaduais da Fazenda para que a comercialização seja controlada. Outra será a realização de um censo nacional para saber, exatamente, quantos garimpeiros estão em atividade no Brasil, quantos garimpos existem e qual o número de pessoas diretamente envolvidas na atividade garimpeira, responsável por mais de 90% da produção nacional de ouro.

"O Banco Central nos informou que controla 95% de toda a comercialização de ouro no Brasil", revelou o secretário da Receita Federal, delegado Romeu Tuma, que ontem presidiu uma ampla reunião com a presença de lideranças garimpeiras, como a do presidente da União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), José Altino Machado; o diretor-geral do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), geólogo Elmer Salomão, e Luiz Masagão, presidente da Bolsa Mercantil & de Futuros de São Paulo, entre outros.

"O Brasil do presidente Collor estourou o mercado internacional do ouro, vendendo 180 toneladas nos últimos 42 dias", afirmou o presidente da Usagal, José Altino Machado, discordando das declarações do diretor do Banco Central, Isney Manoel Rodrigues, de que o BC controla a comercialização no país. "Mais da metade do ouro produzido nos garimpos continua sendo desviada e não entra na contabilidade do governo", emendou José Altino Machado.

O país conta atualmente com 1.180 garimpos, envolvendo 1,3 milhão de pessoas. A produção oficial de ouro no Brasil atinge 100 toneladas anualmente, sendo 77 nos garimpos e apenas 23 toneladas das empresas mineradoras, das quais a Anglo American, na mina de Morro Velho, em Minas Gerais, é a maior produtora, com nove toneladas anuais.

Menos contrabando — "O descaminho do ouro brasileiro, via contrabando, está diminuindo acentuadamente, pois o ouro está alcançando preços compatíveis ao do exterior aqui mesmo no Brasil", assegura Luiz Masagão, presidente da Bolsa Mercantil & de Futuros, ressaltando que somente de janeiro a junho deste ano foram negociadas 729,4 toneladas de ouro, contra 821,1 toneladas negociadas durante todo o ano passado. Quanto ao contrabando, Luiz Masagão revela que em 1980, atingia 57% da produção nacional, mas hoje atinge apenas 5%.

No próximo dia 21, segundo anunciou Romeu Tuma, haverá uma nova reunião com todos os segmentos que atuam na produção e comercialização de ouro no Brasil e, desta vez, com a presença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), preocupado com os grandes danos ambientais causados pelos garimpos da Amazônia, através da larga utilização de mercúrio. "A criação de novas reservas garimpeiras somente acontecerá com aprovação do Ibama, que exige um estudo ambiental prévio nas áreas, o que é muito difícil de viabilizar", garantiu Elmer Salomão, do DNPM.

17

ENTRADO 11/9/90 CS
CRUZADO 13/9/90 CS

01-01

9004505

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZ DO 13/9/90 ES

Capital estrangeiro poderá comprar até 40% de estatal

TITULO CAPITAL EXTRANERO PODRA' COMPRAR HASTA UN 40% DE LAS EMPRESAS.
PROCEDENCIA J do B 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 19/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. ECON 11161
EMP. ESTAT. 11312

Collor anunciou a regulamentação na presença da ministra Zélia e de Eduardo Modiano

9004 50 6

BRASÍLIA — O capital estrangeiro poderá adquirir até 40% do capital votante de empresas estatais brasileiras e no processo de privatização também poderão ser utilizados cruzados novos bloqueados no Banco Central pela reforma monetária de março. Estas são as maiores novidades dos dois decretos, divulgados ontem, que regulamentam a privatização das primeiras dez empresas estatais e a venda da participação acionária do governo em empresas dos pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul. Até o fim do ano devem ocorrer os primeiros leilões com os quais o governo espera arrecadar US$ 17 bilhões.

As dez estatais listadas ontem no decreto do presidente Collor são: Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor), Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Usiminas, Usinas Mecânica (Usimec), Mafersa, Companhia Petroquímica do Sul (Copesul), Indústria Carboquímica Catarinense (ICC), Goiás Fertilizantes (Goiásfértil), e Mineração Caraíba. A Pertroquisa venderá as ações que tem nos pólos petroquímicos de Triunfo (RS), Camaçari (BA) e na Companhia Petroquímica do Nordeste (Copene).

"Estamos deslanchando o programa de privatização", proclamou Eduardo Modiano, presidente do BNDES e da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, esclarecendo que as empresas escolhidas fazem parte da estratégia do governo de redução da presença do estado na economia. Na escolha das 13 estatais, o governo considerou, também, que são empresas "atraentes" para a iniciativa privada.

O governo espera que até o início de 1992 possa arrecadar US$ 9 bilhões com a privatização das 13 empresas listadas no decreto. O presidente do BNDES admitiu que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Volta Redonda (RJ), "poderá fazer parte da próxima lista, pois seu setor é prioritário".

O primeiro passo, agora, será o exame dos editais de licitação para contratação de consultores e auditores, que farão a avaliação econômico-financeira das empresas. Para isso, a Comissão Diretora reúne-se segunda-feira na sede do BNDES, no Rio. Depois de definidos os consultores, num prazo máximo de 30 dias, começam as avaliações, que vão durar de 30 a 90 dias, dependendo do tamanho da empresa.

Prontas as avaliações, virão os leilões de privatização. Qualquer pessoa física e jurídica poderá participar, sem limite de aquisição. Os cruzados novos bloqueados no Banco Central também poderão ser usados sem limite, para aquisição das ações das estatais. De acordo com Modiano, as pessoas físicas terão mais vantagens se comprarem através dos fundos de Certificados de Privatização, fundos de cruzados novos, e fundos de participação, cujo funcionamento será regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Deficitárias — As empresas do primeiro lote de privatizações, segundo Modiano, têm rentabilidade de média a boa. "Há algumas deficitárias, não há dúvida", disse. "Mas têm condições de passarem a ser lucrativas nas mãos do setor privado". Ao contrário de outras tentativas de privatização, o governo não deverá aplicar recursos para sanear essas empresas. "Em princípio, o governo não vai fazer nenhuma forma de injeção de recursos nas empresas deficitárias. O governo poderá, no entanto, fazer uma reestruturação do passivo de algumas delas", ressalvou.

Uma das preocupações da Comissão Diretora é evitar que a venda dessas empresas aumente o poder dos oligopólios. "Queremos diminuir o poder de oligopólio de algumas dessas empresas", confirmou Modiano. Para evitar isso, ele sugeriu a orientação de preços, o estímulo a criação de agências de regulação e ações de classe especial que protegam os consumidores, garantindo o "aumento da competitividade nos diversos setores".

Para Modiano, a Copene, por exemplo, é "candidata a ser a primeira privatizada", já que a participação acionária do governo é minoritária e suas ações já são transacionadas na Bolsa de Valores. A Usiminas e a CST, muito maiores, deverão ficar no final da fila. O presidente do BNDES não garantiu que haja alguma privatização ainda este ano. "Mas nós vamos no empenhar", prometeu.

As próximas medidas da privatização

A indicação das dez primeiras empresas estatais privatizáveis dá início efetivo ao processo de privatização, mas ainda não há nenhum prazo definido para as diversas etapas do processo. O governo deseja que entre novembro e dezembro sejam leiloadas pelo menos seis empresas constantes da lista (duas grandes e quatro pequenas), que rendam ao menos US$ 4 bilhões. As vendas não seguirão nenhuma ordem previamente estabelecida, e dependerão da velocidade de cada empresa de auditoria responsável pela avaliação. O programa somente deverá tomar fôlego a partir do próximo ano. Os próximos passos do governo serão os seguintes:

■ Nesta terça-feira a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização se reúne no Rio de Janeiro para definir os critérios de escolha das empresas independentes de auditoria e consultoria que farão a avaliação das estatais. A escolha destas empresas será feita por intermédio de licitação pública, cujo edital deverá ser divulgado na próxima semana.

■ Os administradores das estatais constantes da lista terão até terça-feira para transferir as ações para o Fundo Nacional de Desestatização, que terá poderes para aliená-las.

■ As empresas de auditoria selecionadas farão um levantamento da situação da empresa para saber quanto ela vale pelo preço de mercado. Para isto levarão em conta o patrimônio da empresa, o nível de endividamento, a capacidade de geração de receita, etc. A empresa elaborará um projeto de privatização, sugerindo entre a venda das ações, em bloco ou individualmente, a abertura do capital, o aumento do capital por parte dos sócios privados, ou a transformação, locação, fusão, cisão da empresa ou de partes.

■ A Comissão Diretora deverá aprovar o projeto de privatização e divulgá-lo no Diário Oficial da União e em dois jornais de grande circulação. O programa deverá ser acompanhado de informações da empresa, como justificativa da privatização, situação econômico-financeira, recursos recebidos da União, aumentos de preços e da inflação ocorrida nos últimos três exercícios, número de empregados existentes e a quantidade que permanecerá após a privatização.

■ Nos prazos determinados, a empresa será alienada em leilões nas bolsas de valores ou por intermédio da distribuição de ações a preço fixo. A Comissão poderá limitar a quantidade de ações a ser adquirida por um único grupo, para garantir a pulverização do controle acionário.

■ O pagamento das ações poderá ser feito com cruzeiros, cruzados novos congelados, certificados de privatização ou assumindo dívidas da instituição controladora da estatal.

■ A União poderá ficar com ações especiais que lhes darão direito a interferir em decisões da empresa, mesmo após a privatização, como elevação de preços, mudança de controle acionário, etc. Isto se dará principalmente nas empresas que não enfrentam concorrência. As regras serão definidas pela Comissão.

O início de uma nova fase

A idéia de privatizar empresas estatais sempre fez parte dos planos dos sucessivos governos, que assim esperavam reduzir a participação do estado na economia e, em contrapartida, gerar receita para os investimentos públicos. O Programa Brasileiro de Desestatização foi o primeiro de uma série de programas. Criado em 1979, durante o governo Figueiredo, pelo ministro Hélio Beltrão, do extinto Ministério da Desburocratização, esse programa relacionava 80 empresas, mas até a criação do Conselho Federal de Desestatização (CFD), em 1988, com Sarney na presidência, apenas 27 tinham passado para a iniciativa privada.

A proposta do CFD era privatizar 114 das 179 empresas públicas. As intocáveis eram Petrobrás e subsidiárias, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, BNDES, BNDESPar, Banco Nordeste do Brasil, Caixa Econômica, Casa da Moeda, Eletrobrás, Correios, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás e controladas. De uma centena, Sarney conseguiu vender apenas 17 empresas.

A lista divulgada ontem abre uma nova etapa nesse processo e sepulta uma velha prática dos governos, de prestar assistência financeira a empresas em dificuldades. Das dez empresas relacionadas, quatro fazem parte do portifólio de controladas pelo BNDES. São a Mafersa, Cosinor, Caraíba e Usimec. Elas são os últimos pacientes do que se convencionou chamar de hospital do BNDES.

02-02

Nº DOCUMENTO
TITULO FMI APOIA EL PLAN DE LA MINISTRA DE ECONOMIA
PROC. 1 Jdo 8 / 50028
FOLHA 11/8/90
VINCULO BRASIL 10046
F. ECON. MIEL
RELAC. C/ME
DE CREDITO
1142

Zélia cobra do FMI apoio a seu plano

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deixou a modéstia de lado e fez a defesa de seu programa econômico ao chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann. "Seria estranho o FMI não apoiar um programa como este", comentou. Sem constrangimento, aproveitou a conversa, eminentemente política, para também mandar um recado direto aos bancos credores da dívida externa, que pressionam para que o governo brasileiro regularize o pagamento dos juros em atraso, da ordem de US$ 8 bilhões. "O governo não pode aceitar que questões sejam criadas para dificultar os entendimentos", avisou.

Zélia não gostou do tom das declarações do presidente do Citibank, John Reed, e do vice-presidente do Banco de Tóquio, Eisho Matsumoto, que na quinta-feira exigiram o pagamento dos juros, ao falarem no seminário sobre a dívida externa promovido pelo Senado Federal. Ela já havia dado demonstração de que não se intimidaria com o FMI, expressando seus pontos-de-vista sem constrangimento. Isso aconteceu, por exemplo, no início desta semana, quando Reichmann foi pela primeira vez a seu gabinete. Como não houve tempo de concluir a conversa, a ministra da Economia não se intimidou. "Ainda não se esgotou a sua pauta e nem entramos na minha", disse a Reichmann, acertando a nova reunião.

Sem surpresa — As declarações do banqueiro Eisho Matsumoto, ameaçando com a possibilidade do Brasil não receber novos recursos de empresas privadas japonesas não surpreenderam. Na quarta-feira, ele havia sido bastante claro com Zélia: o Banco de Tóquio aceita negociar, mas quer receber os atrasados. Também não se esqueceu de defender uma negociação que passe pelo comitê assessor de bancos credores, preocupado com a intenção do governo brasileiro de conduzir os entendimentos a partir de conversas individuais. "As negociações não excluem o comitê. As conversas individuais com os maiores credores são para buscar uma proposta mais convincente a comunidade financeira", explicou a ministra.

Leopoldo Silva — 21/3/90

Zélia reagiu à pressão dos bancos

Ontem, na nova rodada de conversas com o FMI, ficou definido que a missão estenderá sua permanência no Brasil possivelmente até setembro. A previsão inicial era de que toda a discussão técnica se esgotasse na próxima semana. Reichmann foi lacônico no comentário sobre os entendimentos: "Ainda falta muita conversa para chegarmos aos números". O embaixador Jório Dauster, negociador oficial, explicou que as conversas ainda giram sobre o desempenho fiscal do último ano do governo Sarney, para que a instituição possa avaliar o esforço fiscal a partir do programa de estabilização.

Ajuste — A reunião de Reichmann com a ministra não desceu aos detalhes técnicos. "Foi uma conversa política sobre as linhas mestras do plano", resumiu Jório Dauster. Mantendo a conversa no nível político, Zélia lembrou que o programa de ajuste adotado pelo Brasil é muito rigoroso e atende a todos os requisitos do FMI. "O FMI não pode deixar de apoiar. Seria estranho não apoiar o Brasil", insistiu com Reichmann, sem, no entanto, impor constrangimento ao representante do FMI. Pelo contrário, reforçou a disposição de negociar do governo brasileiro.

O cenário para o comportamento da economia no próximo ano, como informou ao chefe da missão, não será diferente deste ano. "A política monetária e fiscal continuarão rigorosas". Ou seja, Zélia acena com a mesma mão de ferro na condução dos gastos públicos e no limite de dinheiro em circulação na economia. As taxas de juros, da mesma forma, continuarão reais (acima da inflação) e o nível do desenvolvimento da economia vai depender da necessidade de ser mais restritiva ou não na condução da política monetária.

ENTRADO 13/3/2026
CRUZADO 13/3/2026

1 9004507

Nº DOCUMENTO
TIT: MULFORD PRESENTA OPCIONES PARA REDUCCION DE LA DEUDA.
FECHA: J do B 150028
FECHA DE CIERRE: 23/8/90
VINCULACIONES: BRASIL 10046
F. ECON 1/1/61
DEUDA EXTERNA 11314

Mulford mostra chances para redução da dívida

BRASÍLIA — O subsecretário do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, permaneceu por pouco mais de 24 horas no Brasil. Tempo suficiente para que as autoridades soubessem das chances concretas de redução da dívida brasileira junto aos cofres norte-americanos. De um total de US$ 2,2 bilhões da "dívida oficial", o governo brasileiro, através de esquema redução previsto no Plano Bush, poderá anular parte do débito, inclusive junto ao Eximbank dos Estados Unidos, que financia as linhas comerciais.

O esquema não foi detalhado porque a implantação do Plano Bush (que envolve questões de redução de dívida e estímulo a abertura de um mercado livre na América Latina) ainda depende de adaptações da legislação interna, como informou Mulford à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A idéia é separar o que se convenciou chamar de dívida consencional de US$ 1 bilhão, da dívida comercial de US$ 1,2 bilhão junto ao Eximbank. O tratamento seria o seguinte: para o US$ 1 bilhão, contraído pelos governos anteriores para o financiar aquisição de alimentos, aplicar uma redução de até 60%. Nos 40% restantes, a parcela referente ao pagamento dos juros não seria remetida ao exterior. Ficaria no país, em cruzeiros, para financiar os projetos de meio ambiente. O débito com o Eximbank poderá ser reduzido em até 20%, mantendo o escalonamento natural para os cerca de US$ 900 milhões, explicou o negociador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster.

Essa estratégia será tentada com todos os credores oficiais. A partir de agora, quando a ministra começa a sentir um alívio das pressões do dia a dia da administração do programa de estabilização, a área externa passa a ser a prioridade. Inclusive junto ao Congresso Nacional, como foi comunicado ontem em almoço com o presidente da Comisão de Economia e Dívida Externa, Severo Gomes. O subsecretário foi informado disso e a ministra espera que possa disseminar a linha de ação entre os credores buscando uma postura positiva em relação as negociações com o governo brasileiro. Um entendimento prévio com o Tesouro dos Estados Unidos significa menos problemas no relacionamento com os bancos e outros países credores, analisam as autoridades. "Ficou clara a limitação da capacidade de pagamento do país em função das restrições fiscais", comentou Jório Dauster.

O subsecretário foi informado, por exemplo, que a moratória brasileira está restrita aos bancos comerciais. Nada menos que US$ 7,5 bilhões serão remetidos ao exterior na forma de pagamento de débitos junto a organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano), instituições oficiais de crédito, como os Eximbanks, e para as linhas de curto prazo.

☐ Começa hoje, com a visita de dois técnicos do banco francês Credit Lyonnais, a negociação individual que o governo brasileiro travará com os credores externos. Até dia 12 de setembro o embaixador Jório Dauster, negociador extraordinário da dívida externa, receberá, no Banco Central, a visita de representantes de sete bancos que foram os únicos, até agora, a responder o convite do governo brasileiro feito aos 30 maiores credores do país. Além da visita do Credit Lyonnais já estão marcadas a vinda do Morgan Guarantee (dia 27), do Manufacturers Hannover (dia 29) e do Bank Paribas (dia 30). Em setembro as visitas recomeçam dia 5 quando estarão no Brasil os técnicos do Bank of America e do Société Générale e no dia 12 será a vez do Bank of Montreal.

ENTRADO 11/5/90 ES
CRUZADO 15/5/90 ES

01-01 F 9004508

FMI pode ajudar Brasil a pagar pela alta do petróleo

Nº. DOCUMENTO
TITULO FMI PUEDE AYUDAR BRASIL
PROCEDENCIA JdoB 150028
FECHA DE [illegible] NCIA 29/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. ECON 11161
RELACIONES C/ORG.
DE CREDITO 11412.

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional (FMI) está considerando a concessão de empréstimos para repor os gastos adicionais com a importação de petróleo causados pela crise do Golfo Pérsico, informou ontem o *The Wall Street Journal*, citando um integrante do Departamento do Tesouro dos EUA. Em entrevistas ao *JORNAL DO BRASIL*, funcionários do Tesouro e do FMI confirmaram que o Brasil poderia recorrer à Reserva de Financiamento de Emergência (*Contingency Finance Facility*), um mecanismo que permite a concessão de empréstimos a países prejudicados por súbitas variações nos preços de produtos importados.

Entretanto, as fontes que falaram ao JB disseram desconhecer que qualquer acordo para a concessão destes empréstimos esteja em discussão. "É apenas uma possibilidade que talvez tenhamos de considerar", disse uma porta-voz do Departamento do Tesouro, que pediu que seu nome não fosse mencionado.

Segundo ela, a notícia publicada pelo *Wall Street Journal* está "essencialmente correta" mas observou que "o jornal deu importância demais a uma declaração vaga, feita apenas de passagem". A previsão do membro do gabinete do Tesouro foi feita numa entrevista sobre o programa Iniciativa para as Américas, uma proposta do governo Bush para diminuir as barreiras comerciais e estimular o investimento estrangeiro no continente: "A questão de acesso (a recursos do FMI) pode ter de ser considerada", disse ele, comentando os efeitos da crise do Golfo Pérsico sobre a economia do Brasil.

Embora a porta-voz do Departamento do Tesouro acredite que a concessão desses empréstimos "não será acertada em nenhum futuro próximo", um analista do governo dos EUA familiar com o Brasil, acha que o país está vivendo uma "situação típica" em que a aplicação do financiamento de emergência é "lógica". Segundo um diplomata brasileiro situado em Washington, um aumento de 50% nos preços do petróleo implicaria em gastos extras de US$ 1,4 bilhão nas importações. Embora "suportável pela economia", o peso a mais do lado dos gastos da balança comercial teria "um impacto significativo", contou o diplomata, nas reservas de divisas e no fluxo de caixa do país, hoje em torno de US$ 8 bilhões.

Intenções — O empréstimo de recursos de emergência, liberados sempre a curtíssimo prazo, é concedido somente a países que mantêm programas de ajuste econômico com o Fundo — o que o Brasil está decidido a fazer a partir de hoje, quando a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deve assinar uma carta de intenções. Os recursos poderiam atingir até 65% da cota do Brasil no FMI, que equivale a US$ 2,8 bilhões.

"É uma ajuda destinada a manter um programa do Fundo no curso planejado", explicou um diplomata latino-americano do FMI, que disse não ter conhecimento de que um auxílio deste tipo estivesse sendo discutido entre o governo brasileiro e a missão do Fundo, em Brasília. "Isso permitiria ao Brasil retornar à situação de balança de pagamentos que existia antes do aumento nos preços do petróleo", explicou o analista do governo dos Estados Unidos. O preço do barril de petróleo fechou ontem na bolsa de futuros de Nova Iorque a US$ 27,88 — antes da invasão do Kuwait, a média estava em torno de US$ 22.

Apesar dos prejuízos causados pela crise do Golfo Pérsico, diplomatas brasileiros disseram que o impacto dos aumentos do petróleo é hoje muito menor do que nos anos 70 e 80. Em 1973, o Brasil importava 80% do petróleo que consumia. Hoje, esta percentagem está reduzida a 45%. Além disso, combustíveis alternativos, como o álcool, e a multiplicação das exportações brasileiras, que no ano passado atingiram cerca de US$ 34 bilhões, diminuíram a influência que o preço do óleo tem na economia brasileira.

"O pior problema que a crise do petróleo pode trazer é o aumento dos juros, já que isso se refletiria diretamente na dívida brasileira", comenta um diplomata brasileiro. Desde junho de 1989, o Brasil não paga os juros da dívida externa, que somaram ano passado US$ 10 bilhões de dólares. "Imagine se os juros subirem ainda mais", comentou o diplomata. Segundo a recente edição da revista *Fortune* sobre o mercado de petróleo, o pesadelo do governo brasileiro deve se realizar: os juros devem subir pelo menos um ponto percentual em 1991, prevê.

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

F 9004509

Senado mantém veto de Collor

□ Deputados haviam rejeitado o veto por 265 votos favoráveis à derrubada, 125 contrários e 15 abstenções. No Senado, o veto foi mantido apesar dos 34 votos pela derrubada. Faltaram mais quatro

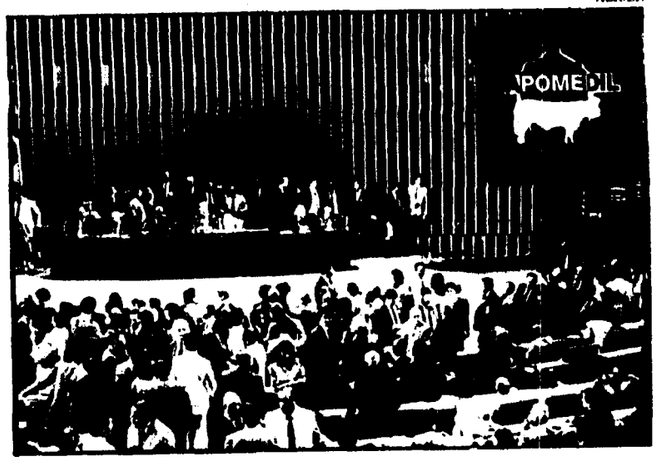
O Congresso Nacional manteve ontem à noite o veto do presidencial à politica salarial aprovada pelo Legislativo. O veto foi derrubado na Câmara por 265 votos a 125, com 15 abstenções. A votação na Câmara surpreendeu até mesmo os cálculos das oposições, que confiavam na derrubada do veto mas não com a margem de facilidade que acabou se consumando — eram necessários 248 votos, foram obtidos 265. Quando às 22h20min o painel eletrônico evidenciou os números , a euforia tomou conta dos partidários da derrubada e das dezenas de líderes sindicais que lotavam as galerias.

No Senado, porém, o governo foi vitorioso: apenas 34 senadores — quando seriam necessários 38 — acompanharam a votação da Câmara. Vinte e quatro senadores votaram a favor da manutenção do veto e dois se abstiveram. Com este resultado, fica vigorando a medida provisória 199, que trata das perdas salariais do Plano Collor e fortalece a livre negociação.

A oposição, porém, diante da manutenção do veto, traçou uma nova estratégia: tentará aprovar um projeto de conveersão da medida provisória 199, o mais abrangente possível. Entre as propostas está a inclusão, no projeto de conversão, da política salarial vetada pelo presidente. Para quem ganha até cinco salários mínimos, reajustes trimestrais com um gatilho de 10 ou 15%. O que exceder a estes índices seria pago no mês seguinte e o acumulado no fim do trimestre.

O governo, por sua vez, até o final da noite de ontem ainda não tinha definido uma posição ,mas extra-oficialmente a tendência era de não votar a MP 199, que perde a validade no próximo domingo, permitindo ao governo reeditá-la, possivelmente com modificações.

ABR/ZH



A decisão: *oposição não conseguiu votos necessários*

O líder do PSDB na Câmara, deputado Euclides Scalco (PR), não acredita que vá haver quórum nos próximos dias, por causa da proximidade das eleições de outubro. No encerramento da votação do veto na Câmara, o clima de vitória imrompeu nas galerias lotadas de prefeitos que foram a Brasília pressionar pela aprovação da emenda que repassa parte dos recursos arrecadados pelo IOF, para estados e municípios, mas quando foi anunciado o resultado do Senado, a galeria jogou notas de Cr$ 1,00 no plenário e atacou com um coro de vendidos, vendidos. Nova sessão foi convocada para hoje, às 14 horas. **(Brasília/ZH-AE)**

01·01

Nº DOCUMENTO
TITULO SENADO MANTEENE VETO DE COLLOR.
PROCEDENCIA ZH 150029
FECH. DE PROCEDENCIA 23/8/90
VINCULAÇÕES BRASIL 10046
E. POLITICO 01164
GOBVAC 11302

ENTRADO 11/9/90 EG
CRUZADO 13/9/90 EG

E9004510

Nº DOCUM
TITU CUT PROMOVERA EL "DIA NACIONAL DE LUCHA"
ZERO HORA 150029.
29/8/90
BRASIL 10046
F SICOSOCIAL 11165
SINDICATOS 500854.

GRANDE PROTESTO EM VOLTA REDONDA

Volta Redonda será mais uma vez palco de grande manifestações nesta terça-feira. A CUT promoverá o "Dia Nacional de Luta", com protestos e manifestações contra a demissão de 55 operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O Sindicato dos Metalúrgicos daquela cidade fluminense entrou ontem com uma medida cautelar contra as demissões, no Tribunal Regional do Trabalho. Isto porque o julgamento da ação impetrada na Justiça da cidade foi adiado por 60 dias. (AE)

ENTRADO 11/9/90 às 16
SAÍDA DO 12/9/90 às 16

01 | 01

* 9004511

Nº. DOCUMENTO
TITULO PRODUTO BRUTO INTERNO DECRECIÓ EN EL 2O TRIMESTRE.
PROCEDENCIA J. DO B. 150028
FECHA DE PUBLICACION 25/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. ECON 11161
P. B I 11311.

IBGE anuncia queda de 6,04% no PIB do 2º trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre deste ano caiu 6,04% em comparação ao trimestre anterior, quando também foi negativo. Em relação ao segundo trimestre de 1989, a queda do PIB foi ainda mais acentuada, de 8,8%. Ao divulgar seus cálculos, o IBGE destacou que estas são as menores taxas do PIB nos últimos dez anos. Todas as outras taxas de variação do PIB indicam, também, resultados negativos ou em declínio, reforçando a tendência de queda que vem sendo observada desde o último trimestre.

Segundo o IBGE, as atividades mais fortemente atingidas pela retração foram as indústrias de transformação e da construção e ainda o comércio, que, em conjunto, respondem por 57% da formação do PIB. De um trimestre para o outro, a indústria de transformação sofreu uma queda de 12,9%, com influência significativa da redução da demanda causada pelo choque de liquidez, a partir de março. Este também foi um dos principais fatores para a queda de 16,5% na indústria da construção. Quanto à queda de 9,4% no comércio, o Departamento de Contas Nacionais do IBGE a atribui à diminuição dos rendimentos reais e ao declínio do nível de emprego.

A agropecuária ainda sofre as consequências dos problemas de financiamento ocorridos no ano passado e caiu 5% no segundo trimestre deste ano, comparado ao mesmo período do ano passado. Outros dados apontam a retração do consumo e quedas na produção de bens de capital (10% no semestre) e na construção civil (9,5%). Para o IBGE, estes são indicadores de redução no volume de investimentos.

No primeiro semestre deste ano, o PIB acumulou uma perda de 3,3% em relação a 1989.A agricultura deve fechar o ano com uma queda de 6,2%. O IBGE ressalta que o segundo trimestre refletiu todo o impacto dos ajustes do plano de estabilização econômica, o que pode permitir alguma estabilidade no segundo semestre. Mas, dificilmente, a queda poderia ser amortecida em relação ao desempenho do ano passado.

ENTRADO 11/12/2025
CRUZADO 13/12/2025

0 0

9004512

Nº. DOCUMENTO
TITULO ZÉLIA ESTUDA AUMENTO A MILITARES.
PROCEDÊNCIA 2.H. 15002.9
FETH. DE PRODUÇÃO 5/8/90
VINCULAÇÃO BRASIL 10046
F ECON 11161
POL. ECON 11392.

Zélia estuda aumento aos militares

Arquivo/ZH

Militares: *abono é limitado*

□A ministra esteve ontem com os seus colegas do Exército, Aeronáutica e Marinha para tratar do assunto. Eles pedem um reajuste de no mínimo 23%

A ministra Zélia Cardoso de Mello estudará nos próximos dias a possibilidade de conceder um reajuste aos salários dos militares. Segundo Zélia, o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) está elaborando um novo plano de cargos e salários abrangendo Exército, Marinha e Aeronáutica e, assim que ele estiver concluído, será enviado ao Ministério da Economia para uma análise mais detalhada.

Nos cálculos preliminares realizados no EMFA os militares necessitariam de um reajuste de 23% nos soldos para recuperar as defasagens. Ontem, um passo adiante no assunto foi dado em uma reunião realizada no Ministério da Aeronáutica, da qual participam os ministros militares, Sócrates Monteiro, Carlos Tinoco e Mário César Flores, e mais Zélia Cardoso de Mello e Bernardo Cabral.

QUEIXAS — Depois do encontro, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates Monteiro, fez de novo referências aos baixos salários dos militares. Segundo ele, o abono de Cr$ 3 mil a ser concedido aos trabalhadores de baixa renda, não foi significativo para os militares. Segundo ele, a medida vai atingir somente as patentes mais baixas, que recebem salários inferiores a Cr$ 26 mil. "O abono minimiza os efeitos da defasagem salarial, embora os maiores beneficiados tenham sido os servidores civis", observou o ministro, depois de almoçar com os ministros da Justiça, Bernardo Cabral, da Economia, Zélia Cardoso de Mello, do Exército, Carlos Tinoco, e da Marinha, Mário Cesar Flores.

O abono vai beneficiar cerca de 170 mil militares, o que representa 42%do efetivo do Exército, Marinha e Aeronáutica. As patentes mais baixas, a que se referiu o ministro Sócrates, são as de cabo, soldado e taifeiros de 1ª e 2ª classes. Entre estes somente aqueles com menos de cinco anos de serviço terão direito ao abono integral, a ser pago no mês de agosto.

ENTRADO 11/12/1990
CRUZADO 13/12/1990

0 0 9004513

Nº. DOCUMENTO
TITULO CSN DESPIDE 54 FUNCIONARIOS (12 PARTICIPARON EN LA HUELGA)
PROC... J do B 150028
FECHA ... 23/8/90
VINCUL... BRASIL 10046
F. ECON. 11161
EMP. EST. 11312.

CSN demite 54 funcionários que participaram da greve

VOLTA REDONDA, RJ — A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) demitiu ontem 54 funcionários, entre eles 12 sindicalistas e integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que participaram recentemente da mais longa greve da empresa. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda acionou o seu departamento jurídico para entrar com uma medida cautelar contra a CSN. "A se admitir que a CSN faça essas demissões, ela terá que fazer demissão coletiva de todos os participantes da greve, sob pena de afrontar ao princípio constitucional da isonomia", disse João Campanário, advogado dos sindicalistas.

O argumento utilizado pela direção da CSN para as dispensas foi excesso cometido por trabalhadores durante a greve, como ameaças e operações pente-fino (realizadas para retirar os metalúrgicos que não estavam autorizados pelo sindicato a manter os setores essenciais em funcionamento). A greve dos 22 mil metalúrgicos da CSN durou 31 dias e causou prejuízo de US$ 170 milhões à empresa. As cartas de demissão por justa causa foram entregues aos trabalhadores em suas casas. "A empresa preferiu não divulgar uma lista de nomes por achar deselegante", disse Sebastião de Farias, diretor de operações da CSN.

O advogado do sindicato disse também que, de acordo com a lei 7.783/89, a abusividade da greve, declarada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), não induz à demissão por justa causa. "A simples adesão à greve não constitui falta grave", comenta ele. Hoje, a Justiça do Trabalho da cidade deverá dar o parecer sobre o pedido da concessão de liminar para os trabalhadores da CSN. "A ameaça de demitir é ilegal porque a questão ainda não passou por todas as instâncias e há ainda a possibilidade de recorrermos ao próprio TST", revela o advogado.

Para o presidente do sindicato, Vagner Barcelos, as demissões foram motivadas por espírito de revanchismo da empresa contra os trabalhadores. "Os demitidos terão absoluta assistência do sindicato. E tenho certeza que dentro de pouco tempo eles estarão reintegrados aa empresa", afirmou Barcelos. O sindicato não fará nenhuma manifestação contra as demissões enquanto não se esgotarem as medidas judiciais. Ontem à noite, os metalúrgicos de Volta Redonda se reuniram com os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, com os ferroviários e eletricitários para prepararem uma campanha que esclareça os motivos para as sucessivas greves dos trabalhadores.

Por causa da greve dos ferroviários, que entra hoje no seu 15º dia, a CSN foi obrigada a contratar quatro empresas de transportes de carga pesada que começaram, desde ontem, a transportar diariamente 5,8 mil toneladas de carvão mineral importado. Em oito dias, as empresas devem descarregar 40 toneladas do minério para alimentar a coqueria da usina. O produto está sendo desembarcado no Porto de Sepetiba e chega a Volta Redonda através de 200 carretas, que levam cinco horas para percorrer os 120 quilômetros de percurso pela Serra das Araras. O valor do frete rodoviário é quatro vezes superior ao do ferroviário. Cada quilômetro rodado pelos caminhões custa Cr$ 1.550.

9004514

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

01/01

Nº. DOCUMENTO
TITULO MEDIDA BENEFICIA A 10 MILLONES DE JUBILADOS
PROCEDENCIA E. H. 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 20/8/90
VINCULACION BRASIL 10046
F ECON 11161
POL. ECON 11392.

Medida beneficia 10 milhões de aposentados

Os aposentados e pensionistas da Previdência Social que ganham até Cr$ 23.017,30 (4,4 salários mínimos) receberão, ainda este mês, o abono salarial de Cr$ 3.000,00 concedido pelo governo aos trabalhadores. Os que percebem entre este valor e Cr$ 26.017,30 (5 salários mínimos) terão um abono decrescente. Acima deste valor, não há nada a receber. A decisão foi tomada sábado à tarde pelo presidente Fernando Collor após reunião no Palácio do Planalto, com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Antonio Rogério Magri, e o secretario Nacional de Politica Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir.

A medida vai beneficiar cerca de 10 milhões de aposentados e pensionistas. A concessão do abono aos segurados da Previdência representará um gasto adicional de Cr$ 32 bilhões aos cofres da instituição. Antonio Rogério Magri informou que o abono aos aposentados será concedido apenas uma vez, como ocorreu no caso dos trabalhadores que estão na ativa.

Não existe perspectiva dos Cr$ 3.000,00 serem incorporados aos benefícios. Além do abono salarial o ministro Antônio Magri falou também, após a reunião no Planalto, sobre o funcionamento do comércio aos domingos. Segundo o ministro, o presidente Fernando Collor deverá assinar até amanhã um decreto regulamentando o assunto. O ministro explicou que abrir ou não o comércio aos domingos deve ser uma decisão tomada por patrões e empregados.

Reafirmando que a demora do governo em se decidir pelo pagamento do abono a aposentados e pensionistas foi conseqüência da necessidade de se "tomarem decisões responsaveis", que não tivessem efeito maléfico sobre a economia, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, garantiu que os Cr$ 34 bilhões que entrarão em circulação na economia através dos aposentados não deverão pressionar a taxa de inflação. Ela reconhece que parte desse dinheiro será dirigido para o consumo. (AG)

ENTRADO 11/9/90 EZ
CRUZ DO 13/5/2025

9004515

BRASIL 100416
E ECON 11161
S. FINANC 11403

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

SEDE: PRAÇA MURILLO BORGES
Nº 1 – FORTALEZA-CEARA
SOCIEDADE DE CAPITAL ABERTO
– CARTA PATENTE Nº 3 465 –
C.G.C. Nº 07.237.373/0001-20

[redacted]

[redacted] PATRIMONIAL EM 31 DE [redacted] DE 1990

Direção Geral e Agências no País

ATIVO

	30.06.90 Cr$ Mil	30.06.89 NCz$ Mil	15.03.90 NCz$ Mil
CIRCULANTE	76.082.656	2.196.139	58.547.425
DISPONIBILIDADES	161.088	4.325	112.440
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3.828.800	284.811	7.427.030
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18.913.249	397.136	15.362.060
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	12.583.961	158.040	3.747.132
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	247.526	3.492	–
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	27.676.961	1.023.514	21.838.305
Operações de Crédito:			
Setor Público	8.536.244	334.840	4.480.106
Setor Privado	18.427.393	592.292	13.663.105
Operações de Crédito em Atraso:			
Setor Público	451.548	27.045	1.340.115
Setor Privado	765.388	68.337	2.354.979
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(503.562)	–	–
OUTROS CRÉDITOS	11.542.565	323.024	8.008.040
OUTROS VALORES E BENS	88.484	1.797	52.418
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	63.807.197	1.205.047	29.544.370
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	1.300.398	57.062	664.888
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	433.931	10.834	136.253
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	61.088.400	1.129.638	28.687.481
Operações de Crédito:			
Setor Público	19.437.680	496.005	10.801.124
Setor Privado	42.530.720	633.631	18.246.473
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa:			
Setor Público	3.388.742	48.117	388.133
Setor Privado	7.181.829	27.386	483.336
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(10.580.671)	(73.502)	(1.202.585)
OUTROS CRÉDITOS	104.468	7.515	46.768
PERMANENTE	2.872.908	83.530	2.324.551
INVESTIMENTOS	26.856	945	20.110
IMOBILIZADO DE USO	2.796.238	81.294	2.264.562
DIFERIDO	50.814	1.291	39.889
TOTAL DO ATIVO	142.742.760	3.484.716	89.416.346

PASSIVO

	30.06.90 Cr$ Mil	30.06.89 NCz$ Mil	15.03.90 NCz$ Mil
CIRCULANTE	59.656.624	1.837.152	39.898.676
DEPÓSITOS	13.276.482	272.661	4.781.641
Depósitos à Vista	11.373.512	156.987	1.124.992
Depósitos de Poupança	1.250.364	110.378	2.986.728
Depósitos Interfinanceiros	–	5.070	–
Depósitos a Prazo	652.606	226	671.226
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	5.133.167	458.506	14.919.999
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.019.353	104.738	1.350.230
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	108.830	19.686	18.167
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	12.369.419	222.152	5.077.649
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS	6.761.792	162.641	3.941.270
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	2.230.924	61.850	1.641.201
OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.758.647	474.918	7.560.513
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	68.183.708	1.172.877	37.157.394
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	3.391.106	25.706	2.232.940
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	1.880.039	56.884	1.340.668
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS	27.882.911	753.297	16.720.836
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR	12.177.644	338.208	7.848.587
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23.362.407	–	9.014.672
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	55.441	985	13.353
Resultados de Exercícios Futuros	55.441	985	13.353
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14.846.986	473.702	11.346.921
Capital:			
De Domiciliados no País	3.149.993	143.240	3.149.993
De Domiciliados no Exterior	7	–	7
CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	10.715.143	187.766	7.775.764
RESERVAS DE CAPITAL	60.629	60.437	–
RESERVAS DE LUCROS	921.214	82.257	180.684
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	–	–	240.473
TOTAL DO PASSIVO	142.742.760	3.484.716	89.416.346

[redacted] DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO [redacted]

	30.06.90 Cr$ Mil	30.06.89 NCz$ Mil	15.03.90 NCz$ Mil
RECEITAS OPERACIONAIS	108.858.713	1.844.688	53.123.378
DESPESAS OPERACIONAIS	97.840.279	1.286.536	46.408.218
RESULTADO OPERACIONAL	11.018.434	259.154	6.718.160
RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS	64.868	3.530	20.047
DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS	(28.718)	(2.994)	(4.075)
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	37.950	536	15.972
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	(8.596.478)	(212.491)	(6.241.012)
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA	56	(1.797)	–
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	2.457.961	46.902	493.120
IMPOSTO DE RENDA	(1.129.067)	(15.917)	(190.809)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(225.334)	(4.769)	(44.757)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(27.228)	(992)	–
LUCRO LÍQUIDO	1.076.348	23.824	257.557
Nº de Ações	7.392.000 Mil	672.000 Mil	7.392.000 Mil
Lucro Líquido por lote de mil ações	145,60	35,45	34,84

[redacted] DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO			RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	CORREÇÃO MONETÁRIA				
SALDOS EM 31.12.89	143.240		2.123.606	414.637	520.617		3.202.100
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES						(9.087)	(9.087)
AUMENTO DE CAPITAL:							
– Provenientes de Reservas:							
Transferência para Aumento de Capital		3.006.760	(2.123.600)	(414.637)	(468.523)		
OUTROS EVENTOS:							
– Subvenções para Investimentos				52.994			52.994
CORREÇÃO MONETÁRIA			10.715.137	7.635	177.200	(32.952)	10.867.030
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO						1.076.348	1.076.348
DESTINAÇÕES:							
– Reservas					691.920	(691.920)	
– Dividendos						(255.689)	(255.689)
– Provisão para o Imposto sobre o Lucro Líquido						(96.100)	(96.100)
SALDOS EM 30.06.90 (Cr$ Mil)	143.240	3.006.760	10.715.143	60.629	921.214	–	14.846.986
MUTAÇÕES DO PERÍODO	–	3.006.760	8.591.537	(354.008)	400.597	–	11.644.886
SALDOS EM 31.12.89	15.740		127.508	25.137	28.490		197.925
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES						188	188
AUMENTO DE CAPITAL:							
– Provenientes de Reservas:							
Transferência para Aumento de Capital		127.500	(127.500)				
OUTROS EVENTOS:							
– Ajustes de Destinação do Resultado do Exercício Anterior					139	(139)	
– Subvenções para Investimentos				1.568			1.538
CORREÇÃO MONETÁRIA			187.759	33.712	38.836	27	260.334
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO						23.824	23.824
DESTINAÇÕES:							
– Reservas					13.792	(13.792)	
– Dividendos						(10.080)	(10.080)
SALDOS EM 30.06.89 (NCz$ Mil)	15.740	127.500	187.769	60.437	82.257	–	473.702
MUTAÇÕES DO PERÍODO	–	127.500	60.259	35.250	53.767	–	275.776
SALDOS EM 31.12.89	143.240		2.123.606	414.637	520.617		3.202.100
AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES						(4.928)	(4.928)
AUMENTO DE CAPITAL:							
– Provenientes de Reservas:							
Transferência para Aumento de Capital		3.006.760	(2.123.600)	(414.637)	(468.523)		
CORREÇÃO MONETÁRIA			7.775.758		128.580	(12.158)	7.892.180
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO						257.557	257.557
SALDOS EM 16.03.90 (NCz$ Mil)	143.240	3.006.760	7.775.764	–	180.684	240.473	11.346.921
MUTAÇÕES DO PERÍODO	–	3.006.760	5.652.158	(414.637)	(339.933)	240.473	8.144.821

Fortaleza, CE., 09 de julho de 1990

JORGE LINS FREIRE
Presidente

FRANCISCO LEÃO DE FREITAS
Diretor, em exercício

ANTÔNIO ARNALDO DE MENEZES
Diretor

JOSÉ CÉLIO FELÍCIO DE MENEZES
Diretor, em exercício

CÉLIO LOUREIRO CAVALCANTE
Contador Jurídico

JOSÉ NAZARENO MOREIRA
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-RN nº 1369-T-CE
CPF nº 014816224/04

JOSÉ ALDRO LUIZ DE OLIVEIRA
Diretor, em exercício

OLIVER CUNHA SAMPAIO
Diretor, em exercício

PEDRO BRITO DO NASCIMENTO
Superintendente Financeiro

9004516

Banco Itaú S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

1 - Estamos submetendo a V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Itaú S.A., relativas ao primeiro semestre de 1990. A apresentação observa os dispositivos estabelecidos pela Circular nº 1667 do Banco Central do Brasil e pela Instrução nº 118 da Comissão de Valores Mobiliários.

CENÁRIO ECONÔMICO E PLANO BRASIL NOVO

2 - A economia brasileira conviveu, no primeiro semestre deste ano, com dois cenários claramente distintos.
O primeiro, até meados de março, foi marcado por uma gravíssima exacerbação do processo inflacionário. No final desse período, a alta de preços, atingindo taxa mensal da ordem dos 85%, ameaçava seriamente o controle da economia.
O segundo, iniciado com o anúncio do plano de estabilização do novo Governo, foi dominado pela implementação de uma radical reforma econômica. Esta, além de um drástico ataque às causas mais imediatas do processo inflacionário, trouxe no seu bojo mudanças de natureza estrutural à economia brasileira, através de profundas alterações introduzidas na política industrial e na política de comércio exterior. Com elas, objetiva-se tornar nossa economia mais aberta e competitiva no campo das relações internacionais.
No contexto do programa "Brasil Novo", ganharam enorme acuidade as providências tributárias visando a eliminação do déficit público em 1990 e as medidas destinadas a enxugar a liquidez da economia com o bloqueio, à ordem do Banco Central do Brasil, de cerca de cinquenta por cento do montante dos ativos financeiros até então detidos pelo público.

3 - Estas últimas medidas, aliadas ao esquema de conversão de cruzados novos em cruzeiros, tiveram profundas implicações, durante a segunda metade do mês de março, no funcionamento das instituições bancárias.
O Banco Itaú soube responder aos complexos desafios criados pelo plano de estabilização, graças aos avançados recursos tecnológicos de que dispõe e à capacitação profissional e dedicação de seus funcionários. Assim, em menos de 48 horas, o Itaú duplicou seu sistema contábil, passando a apresentar, na prática, o registro de dois bancos: um em cruzados novos e outro em cruzeiros. Os trabalhos empreendidos nestas mudanças, que envolveram cerca de quatro mil programas de computador, tiveram seu mérito reconhecido pela nossa clientela que pôde, mais uma vez, comprovar o grau de sofisticação de nossos serviços, dotados de grande rapidez de execução e de indiscutível segurança.

RESULTADOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

4 - O lucro líquido do nosso Banco, no semestre em apreço, alcançou a cifra de Cr$ 4.852 milhões, equivalentes a US$ 79,5 milhões. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido situou-se em 6,5% no semestre e em 13,4% ao ano, inferior à de 18,4% obtida no exercício de 1989.
Aferidos pela metodologia da correção integral, que releva o efeito inflacionário, os resultados do período posterior ao lançamento do plano "Brasil Novo" (3,5 meses-Cr$ 2,3 bilhões) foram sensivelmente mais baixos do que os apurados até 15.03. (2,5 meses-Cr$ 2,5 bilhões). Não poderia ser outra a evolução, em face dos encargos decorrentes das pesadas incidências do imposto sobre operações financeiras, da queda das taxas de juros e das receitas de "floats" e dos dispêndios administrativos resultantes das modificações introduzidas na operacionalidade do Banco, em conseqüência do plano de estabilização.
A cada lote de 1.000 ações correspondeu o lucro líquido de Cr$ 755,82 e o valor patrimonial de Cr$ 11.563,10.

5 - O patrimônio líquido ascendeu a Cr$ 74,2 bilhões, equivalentes a US$ 1,2 bilhão.
O montante do patrimônio líquido e o valor dos ativos constituem os dois critérios internacionalmente reconhecidos como definidores da grandeza das instituições financeiras. O Itaú detém, conforme levantamento da revista "Euromoney", a 157ª posição entre os bancos de todo o mundo, com base no dimensionamento de seu patrimônio líquido.
A forte solidez de nossa Instituição é ainda salientada pela baixa alavancagem expressa pela relação de 11,3 entre ativos totais e patrimônio líquido.
A Assembléia Geral Extraordinária de 19.02. homologou a elevação do capital social de Cr$ 350 milhões para Cr$ 1 bilhão, realizada por subscrição dos acionistas. No final do semestre, entretanto, o capital social totalizava Cr$ 7 bilhões por incorporação de reservas, aprovada em 26.03.
Os dividendos propostos, referentes ao período, somaram Cr$ 1,4 bilhão, corrigidos monetariamente.
Por sua vez, também corrigidos para 30.06., os impostos já recolhidos ou a recolher por conta do semestre, perfizeram Cr$ 9,6 bilhões.

RECURSOS CAPTADOS

6 - O montante global dos recursos captados junto ao público pelo Itaú atingia em 30.06. o valor de Cr$ 601,0 bilhões, correspondentes a US$ 9,8 bilhões. Daquela cifra, Cr$ 201,6 bilhões eram representados por valores à ordem do Banco Central do Brasil, constituídos por força dos dispositivos do plano de estabilização.
Este provocou acentuada monetização da economia, gerando no Itaú crescimento real de 66,7% na rubrica de depósitos à vista.

ATIVOS, EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO

7 - Os ativos do Banco montaram, no fechamento do balanço semestral, a Cr$ 841,2 bilhões, ou US$ 13,8 bilhões.

8 - Dentre os ativos, o componente empréstimos totalizou Cr$ 213,1 bilhões. A expansão destes foi fortemente condicionada pela política monetária do Governo. Neste particular, deve-se registrar a severa limitação imposta ao crédito pessoal e ao crédito direto ao consumidor.
A carteira de crédito rural figurava com o saldo de Cr$ 27,3 bilhões, registrando aplicação superior em Cr$ 4,6 bilhões relativamente ao montante da exigibilidade.
A carteira de Finame, cuja expressão revela o apoio oferecido pelo nosso Banco ao investimento, apresentava o saldo de Cr$ 16,6 bilhões, o que manteve o Itaú como principal agente privado daquele programa.

9 - As rubricas de "Créditos em Liquidação" totalizaram Cr$ 6,7 bilhões, estando com rigor nelas lançados todos os empréstimos vencidos há mais de sessenta dias.
Para assegurar adequada cobertura aos riscos das carteiras de empréstimos, as "Provisões para Devedores Duvidosos" montavam a Cr$ 10,7 bilhões.

ATUAÇÃO NA ÁREA INTERNACIONAL

10 - Ao longo do semestre, os contratos de operações de câmbio junto a clientes elevaram-se a cerca de US$ 1 bilhão. As garantias e os financiamentos a longo prazo, obtidos através de instituições oficiais internacionais, destinados à importação de equipamentos, atingiam ao final do semestre o saldo de US$ 120 milhões.

11 - Para o apoio ao desenvolvimento do nosso comércio exterior, contamos com uma sólida base de linhas de longo e curto prazo e com expressivo volume de recursos próprios de nossas agências de New York e Cayman. Estes últimos são da ordem dos US$ 133 milhões.
Nossa agência de Buenos Aires, com um patrimônio líquido de US$ 14,2 milhões, completou, no mês de junho, dez anos de existência. A recente ampliação das relações de comércio externo entre Brasil e a Argentina cria expectativas à expansão dos negócios daquela nossa unidade no exterior.
Em março do ano em curso, os acionistas do Libra Bank - banco consórcio com sede em Londres e do qual nosso Banco no Brasil participava com 8% - decidiram a dissolução da Instituição por considerarem esgotadas as finalidades que haviam presidido à sua fundação. Na execução dessa dissolução, o Itaú recebeu uma carteira de créditos sobre o Brasil que se acha contabilizada a valor de mercado.

REDE DE ATENDIMENTO, INFRA-ESTRUTURA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

12 - A rede de atendimento do Itaú permite atualmente que mais de 97% das transações sejam operadas "on line real time".
A rede de nossas agências conta com 884 unidades fortemente concentradas nos mercados de maior potencial e abrange 280 municípios do País, além dos 952 postos de atendimento instalados em empresas clientes.
Para ampliar o atendimento e melhorar suas condições, continuamos instalando caixas eletrônicos fora de nossa rede de agências e multiplicamos o número de balcões eletrônicos, que facultam a realização de um crescente número de operações pelo próprio cliente, nos recintos de nossas unidades de atendimento. Temos 300 caixas eletrônicos funcionando nas praças mais importantes do País e já dispomos de 377 balcões eletrônicos colocados em agências e postos de atendimento bancário.

Companhia Aberta — C.G.C. nº 60.701.190/0001-04

13 - No plano interno, demos prosseguimento ao programa de instalação de estações administrativas, que permitem às agências proceder a consultas ou operar diretamente com os computadores da administração central do Banco. No final do semestre, 256 agências já estavam dotadas desses terminais operacionais e de gestão de alta velocidade.
Para a prestação de serviços à nossa clientela e para assegurar o registro de dados, que digam respeito às operações e à administração e controle do Banco, o Itaú conta com recursos de hardware capazes de processar 451 milhões de instruções por segundo, incluindo características como:

- 102 centros, subcentros e núcleos de processamento;
- 22.773 terminais instalados em agências;
- 1.510 terminais instalados em empresas clientes;
- 1.464 megabytes de capacidade de armazenamento em memória interna;
- 1.680 gigabytes de capacidade de armazenamento em disco.

Com essa gama de recursos, o Itaú realizou no mês de junho a média diária de:

- 6,9 milhões de documentos processados, dos quais 3,2 milhões de lançamentos em contas correntes;
- 5,4 milhões de documentos microfilmados;
- 5,5 milhões de transações on-line, sendo que 101,0 mil foram efetuadas através dos caixas eletrônicos;
- 121,0 mil consultas Itaufone;
- 2,4 milhões de cheques compensados;
- 290,3 mil recebimentos de contas, convênios, arrecadações de tributos e contribuições previdenciárias;
- 180,0 mil títulos entrados na carteira de cobranças;
- 782,0 mil correspondências expedidas.

RECURSOS HUMANOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

14 - O quadro de funcionários do Banco e de suas controladas era composto em 30.06 por 71.224 funcionários.
Durante o semestre, prosseguiram os investimentos em treinamento para formação e desenvolvimento de nossos recursos humanos, que beneficiaram 23.916 funcionários.
As remunerações ao pessoal, acrescidas dos encargos sociais obrigatórios, montaram no semestre a Cr$ 24,2 bilhões, em moeda de junho.

15 - No decurso deste período foram implantados esquemas de alimentação que abrangeram integralmente o quadro de nossos funcionários, tanto na administração central, como nas agências.
No elenco de nossos benefícios sociais espontâneos, além de alimentação, destacam-se a assistência médica e odontológica, os serviços sociais, a previdência complementar e o lazer representado pela manutenção de clubes de campo e colônias de férias. Nestes benefícios foram aplicados, no semestre, Cr$ 2,3 bilhões corrigidos monetariamente.

ALTERAÇÕES NA DIRETORIA

16 - Tendo presente que, no final do mês de julho, o Diretor Presidente José Carlos Moraes Abreu, que acumulava estas funções com as de Diretor Geral, deixaria estes cargos, por atingir a idade limite prevista nos estatutos para o exercício de funções na Diretoria, o Conselho de Administração decidiu, em 25 de junho, proceder a eleições com vistas ao preenchimento daqueles postos. Por unanimidade, foram eleitos os atuais Vice-Presidente Executivo Carlos da Câmara Pestana e Diretor Executivo Roberto Egydio Setubal para os cargos, respectivamente, de Diretor Presidente e Diretor Geral, fixando-se as posses para o final do mês de julho.
Na ocasião, o Conselho prestou homenagem a Moraes Abreu, relembrando a inexcedível dedicação e os extraordinários serviços por ele prestados ao Banco, de forma ininterrupta desde 1961. Foi igualmente realçado que Moraes Abreu continua estreitamente ligado ao comando do Grupo Itaú por permanecer Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco e Diretor Geral da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.

AGRADECIMENTOS

17 - Cumpre-nos, finalmente, externar aos senhores acionistas os mais sinceros agradecimentos pela confiança e apoio com que nos continuaram distinguindo e manifestar aos nossos colaboradores o reconhecimento pelo meritório trabalho realizado em mais uma etapa da vida de nossa Instituição.

(aprovado na reunião do Conselho de Administração de 30.07.90)

1900451 6

BANCO RURAL S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SINTÉTICAS EM 30/JUNHO/1990

(EM MILHARES DE Cr$ E DE NCz$)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	14.590.268	CIRCULANTE	14.134.067
Disponibilidades	77.163	Depósitos	4.525.184
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.087.732	Obrigações por operações compromissadas	3.081.050
Títulos e valores mobiliários	2.461.630	Relações interfinanceiras	2.066.516
Relações interfinanceiras	2.755.804	Relações interdependências	21.671
Relações interdependências	58.779	Obrigações por empréstimos e repasses	1.415.199
Operações de crédito	5.676.481	Outras obrigações	3.024.447
Outros créditos	1.412.424	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.455.187
Outros valores e bens	60.275	Obrigações por empréstimos e repasses	71.711
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.257.622	Outras obrigações	1.383.476
Relações interfinanceiras	1.181.785	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	12.554
Operações de crédito	75.837	Receitas de exercícios futuros	12.554
PERMANENTE	1.456.080	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.702.162
Investimentos	888.697	Capital social	208.313
Imobilizado de uso	521.379	Correção monetária do capital	708.601
Diferido	45.984	Reservas de capital	1.258
		Reservas de lucros	57.630
		Lucros acumulados	726.360
Total do ativo	17.303.970	Total do passivo	17.303.970

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
1º SEMESTRE DE 1990

RECEITAS OPERACIONAIS	11.543.363
DESPESAS OPERACIONAIS	10.192.777
Lucro operacional	1.350.586
LUCRO NÃO OPERACIONAL	1.270
RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	206.017
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA	31.559
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	1.526.314
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	195.660
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	615.230
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS	75.670
Lucro líquido do semestre	639.754

As Demonstrações Financeiras completas estão publicadas no Jornal do Commercio (RJ), Diário Oficial RJ e Hoje Em Dia (BH) em 26/Julho/1990.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
SABINO CORRÊA RABELLO

Vice-Presidentes
AJAX CORRÊA RABELLO
ANTÔNIO TAVARES SABINO
MÁRCIO GOMES SANT'ANNA

Conselheiros
GUILHERME ROCHA RABELLO
MÁRCIO MANOEL GARCIA VILELA

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
SABINO CORRÊA RABELLO

Diretora 1º Vice-Presidente
JÚNIA RABELLO

Diretores Vice-Presidentes
HOLTON GOMES BRANDÃO
VALMIR JACINTO PEREIRA
PÉRICLES DIAS BICALHO
PAULO NAGEM
WALTER LEITE AZEVEDO
JOEL BONIFÁCIO DA COSTA
JOSÉ AUGUSTO DUMONT
JOÃO BOSCO PISCITELLI
MARCELO GOMES SABINO (licenciado)

Diretores
DANTON DE ALENCAR
ALLÚ MARQUES SARTI
LEDA CORRÊA RABELLO CARVALHO
CARLOS ROBERTO MAGALHÃES
PLAUTO GOUVÊA

9004516

Montreal Bank

Banco de Montreal S.A.
MontrealBank

C.G.C. nº 33.254.319/0001-00

CONSELHO CONSULTIVO

William D. Mulholland
Presidente

Allan Archibald Hodgson — Allan Joseph MacEachen — Edmundo Penna Barbosa da Silva — Hugo Miguel Etchenique

José Ephim Mindlin — Antonio de Vicente da Silva Salgado — Pedro Leitão da Cunha

BALANÇOS PATRIMONIAIS
levantados em 30 de junho de 1990 e 1989 e em 15 de março de 1990

ATIVO	Em milhares de cruzeiros	Em milhares de cruzados novos	
	Em 30 de junho de 1990	Em 30 de junho de 1989	Em 15 de março de 1990
CIRCULANTE	**35.220.734**	**535.075**	**16.410.518**
Disponibilidades	**549.026**	**2.743**	**325.518**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**7.667.916**	**101.896**	**7.316.537**
Aplicações no mercado aberto	507.522	1.250	2.939.926
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.100.394	100.646	4.376.609
Títulos e valores mobiliários	**11.123.448**	**11.587**	**667.309**
Carteira própria	3.890.634	11.575	27.266
Vinculados a compromissos de recompra	7.232.814	–	640.043
Outros	–	14	–
Relações interfinanceiras	**5.411.771**	**42.052**	**799.414**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	4.110.750	7.041	533
Créditos vinculados – depósitos no BACEN	307.641	9.413	198.397
Repasses interfinanceiros	311.662	6.234	186.415
Correspondentes	681.518	19.364	411.969
Operações de crédito	**5.000.487**	**100.263**	**4.006.663**
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos – setor privado	3.179.957	101.365	2.742.191
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos – setor público	1.551.517	35.588	1.009.239
Direitos creditórios de operações de créditos adquiridos	42.726	15.680	18.605
Operações de crédito em liquidação	–	–	1.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.673)	(516)	(22.733)
Direitos creditórios de arrendamento mercantil adquiridos	229.960	6.126	256.336
Outros créditos	**5.527.026**	**126.279**	**3.333.636**
Carteira de câmbio	5.134.390	67.226	2.936.729
Rendas a receber	35.670	–	4.809
Negociação e intermediação de valores	–	55.751	–
Diversos	356.966	3.302	390.098
Outros valores e bens	**19.066**	**255**	**19.443**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**11.634.853**	**196.309**	**4.577.263**
Títulos e valores mobiliários – carteira própria	**2.035.554**	**24.737**	**1.046.603**
Relações interfinanceiras	**4.519.656**	**19.226**	**335.598**
Créditos vinculados – depósitos no BACEN	4.023.809	–	–
Repasses interfinanceiros	495.247	19.220	335.598
Operações de crédito	**4.598.696**	**152.479**	**3.192.479**
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos – setor privado	3.571.051	106.704	2.414.335
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos – setor público	1.020.743	36.651	755.456
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.376)	(406)	(18.369)
Direitos creditórios de arrendamento mercantil adquiridos	10.278	9.521	41.057
Outros créditos	**481.547**	**1.862**	**2.583**
PERMANENTE	**2.749.506**	**74.156**	**1.683.078**
Investimentos	**2.380.771**	**66.299**	**1.636.520**
Participações em coligadas e controladas – no país	2.367.438	66.019	1.634.685
Outros investimentos	2.333	280	1.835
Imobilizado de uso	**314.972**	**7.348**	**218.663**
Imóveis de uso	145.211	4.817	114.426
Outras imobilizações de uso	287.660	5.114	180.809
Depreciações acumuladas	(117.899)	(2.583)	(81.572)
Diferido	**33.757**	**509**	**32.895**
Total do Ativo	**49.599.087**	**807.540**	**22.870.859**

PASSIVO	Em milhares de cruzeiros	Em milhares de cruzados novos	
	Em 30 de junho de 1990	Em 30 de junho de 1989	Em 15 de março de 1990
CIRCULANTE	**39.864.377**	**496.511**	**16.085.132**
Depósitos	**7.871.676**	**336.965**	**4.262.199**
Depósitos à vista	29.355	77	4.408
Depósitos de poupança	36	–	20
Depósitos interfinanceiros	4.043.863	162.716	3.484.272
Depósitos a prazo	3.798.422	174.192	773.499
Captações no mercado aberto	**11.651.642**	**–**	**5.225.219**
Carteira própria	11.144.128	–	2.293.120
Carteira de terceiros	507.514	–	2.932.099
Relações interfinanceiras	**3.218.617**	**18.660**	**91.969**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	3.007.177	12.547	511
Repasses interfinanceiros	182.998	1.573	60.360
Correspondentes	28.742	4.540	31.098
Obrigações por empréstimos e repasses	**8.111.848**	**88.808**	**3.151.569**
Empréstimos no país – instituições oficiais	3.626.160	–	–
Empréstimos no exterior	4.485.688	88.808	3.151.569
Repasses do país – instituições oficiais	**187.070**	**4.979**	**144.496**
FINAME – Financiamento Nacional de Máquinas e Equipamentos	187.070	4.633	144.493
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	–	158	–
Outras instituições	–	188	–
Repasses do exterior	**5.445.519**	**34.015**	**850.365**
Outras obrigações	**3.317.705**	**13.064**	**2.359.333**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	14.808	13	462
Carteira de câmbio	2.089.125	2.689	1.469.755
Fiscais e previdenciárias	480.202	7.878	303.700
Negociação e intermediação de valores	631.283	–	481.328
Diversos	102.287	2.484	104.088
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**6.074.163**	**187.276**	**4.086.987**
Relações interfinanceiras – repasses	**9.708**	**–**	**69.653**
Obrigações por empréstimos e repasses	**1.034.067**	**–**	**–**
Obrigações por insuficiência no recolhimento – Lei nº 8024/90	1.034.067	–	–
Repasses do país – instituições oficiais	**289.150**	**9.930**	**224.376**
FINAME – Financiamento Nacional de Máquinas e Equipamentos	289.150	9.930	224.376
Repasses do exterior	**1.184.349**	**176.114**	**3.745.181**
Outras obrigações	**3.556.888**	**1.232**	**47.777**
Carteira de câmbio	453	–	739
Fiscais e previdenciárias	36.051	1.232	39.510
Valores a ordem do Banco Central – Lei nº 8024/90	3.520.385	–	7.528
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**26.148**	**1.145**	**5.026**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.634.399**	**122.608**	**2.693.712**
Capital – de domiciliados no país	464.471	29.351	29.351
Correção monetária do capital	1.579.957	38.471	1.581.663
Reservas de capital	343.804	10.141	246.634
Reservas de lucros	453.295	32.863	549.480
Lucros acumulados	852.872	11.782	286.584
Total do Passivo	**49.599.087**	**807.540**	**22.870.859**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
referentes aos semestres findos em 30 de junho de 1990 e 1989 e ao período findo em 15 de março de 1990

	Em milhares de cruzeiros	Em milhares de cruzados novos	
	Semestre findo em 30 de junho de 1990	Semestre findo em 30 de junho de 1989	Período de 1 de janeiro a 15 de março de 1990
RECEITAS OPERACIONAIS	**21.638.278**	**307.472**	**13.312.825**
Rendas de operações de crédito	6.506.185	150.146	4.748.403
Rendas de arrendamento mercantil	376.793	11.996	249.638
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.065.368	94.294	4.527.881
Rendas de títulos e valores mobiliários	4.708.708	23.867	2.881.489
Rendas de prestação de serviços	55.168	1.999	13.338
Rendas de participações em coligadas e controladas	423.208	5.665	83.747
Outras receitas operacionais	1.502.846	19.505	808.129
DESPESAS OPERACIONAIS	**19.642.206**	**265.650**	**12.476.539**
Despesas de captação	10.470.367	127.542	7.666.844
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses do país	550.347	7.090	367.610
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses do exterior	6.296.395	107.480	3.389.235
Resultado de câmbio	821.120	6.815	596.556
Resultado de transações com títulos e valores mobiliários	181.228	3.265	177.899
Despesas de honorários – diretoria e conselho de administração	61.636	976	4.995
Despesas de pessoal – proventos, benefícios, treinamento e encargos sociais	364.771	5.305	77.635
Outras despesas administrativas	253.650	3.150	44.849
Aprovisionamento e ajustes patrimoniais	95.293	335	70.698
Outras despesas operacionais	447.399	3.692	80.218
Resultado operacional	**2.996.072**	**41.822**	**836.286**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**5.393**	**(777)**	**684**
AJUSTES DO PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA	**(223.836)**	**–**	**–**
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	**(526.832)**	**(26.166)**	**(487.177)**
Resultado do período antes do Imposto de renda	**1.250.801**	**14.879**	**349.793**
IMPOSTO DE RENDA	**(402.821)**	**(4.437)**	**(127.198)**
Lucro líquido do período	**847.980**	**10.442**	**222.595**
Lucro líquido por lote de 1.000 ações do capital social no final dos períodos (número de ações: 1.944.450.550)	Cr$ 436,10	NCz$ 5,37	NCz$ 114,48

As demonstrações financeiras, de forma completa, foram publicadas nos jornais O Globo de 31.07.90, Jornal do Commercio de 01.08.90 e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 02.08.90.

DIRETORIA

Pedro Leitão da Cunha
Presidente

Antonio de Oliveira Novais
Vice-Presidente, Crédito

João Henrique de O. Cristovão
Vice-Presidente, Tesouraria

Pierre Jamil Antaki
Vice-Presidente, Finanças e Administração

Aristeu Zanuncio
Vice-Presidente, Investimentos

Pedro Paulo Gomes de Castro
Diretor, Operações Externas

Antônio Ramos Moreira
Téc. Cont. CRC-RJ 028-821-4
CPF 183.405.207-68

Banco de Montreal S.A. Montrealbank
Montrealbank Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos
Montrealbank Leasing S.A. Arrendamento Mercantil
Montrealbank S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Montrealbank Corretora de Seguros Ltda.
Fundo de Investimento PAIT Montrealbank
Montrealbank Fundo de Conversão de Capital Estrangeiro
Fundo em Condomínio de Renda Fixa Montrealbank
Fundo Empresa de Renda Fixa Montrealbank
Fundo de Pensão Montrealbank
Fundo Montrealbank de Aplicações Nominativas de Curto Prazo
Fundo Mútuo de Ações – Brascan Montrealbank
Montrealbank Fundo Mútuo de Ações

9004516

BCN Banco de Crédito Nacional SA

NOSSAS AÇÕES SÃO NEGOCIADAS NAS BOLSAS DE VALORES

FUNDADOR FRANCISCO CONDE - Carta Patente nº 2188 de 11.12.1939 - SOCIEDADE ABERTA - CGC nº 60.898.723/0001-81 - Endereço Telegráfico "BECEENE". Matriz: RUA BOA VISTA, 228 - São Paulo - Filial: RUA 1º DE MARÇO, 31/33 - Rio de Janeiro - "TELEX INTERNACIONAL" 011-21284.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos à V.Sªs., as Demonstrações Financeiras do Banco de Crédito Nacional S.A. acompanhadas das notas explicativas e parecer dos auditores independentes, relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 1990.

AMBIENTE ECONÔMICO

Nesse semestre a economia brasileira apresentou um comportamento bastante instável, caracterizado pela elevação dos índices inflacionários nos primeiros meses e de drástica redução no nível da atividade econômica a partir de 15 de março em conseqüência do Programa de Estabilização Econômica implantado pelo governo.

O impacto inicial com o bloqueio dos ativos financeiros das pessoas físicas e jurídicas foi traumático. As dificuldades para liberação de recursos para saldar compromissos inadiáveis instalou um clima de perplexidade generalizada na economia, postergando, mais uma vez, os investimentos previstos antes do Plano Brasil Novo.

O Sistema Bancário, o mais afetado operacionalmente, foi extremamente exigido para a implementação das medidas, sofrendo fortes pressões de clientes que de maneira geral buscavam nos Bancos explicações sobre seus investimentos. Para tanto, os Bancos tiveram que recorrer à mobilização de pessoal de diversas áreas, com o objetivo de interpretar e divulgar normativos às agências, sobre as Medidas Provisórias, além de adaptar os sistemas automatizados para atender as exigências impostas pelo Plano.

Assim, para se avaliar o desempenho operacional do BCN no primeiro semestre deve-se levar em consideração os aspectos supramencionados, já que estes determinaram expressivas mudanças em sua forma de atuação.

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Resultado Líquido auferido pelo BCN no período, Cr$ 1.781 milhões, correspondeu a uma rentabilidade de 16,7% sobre o Patrimônio Líquido e propiciou um lucro por lote de 1.000 ações de Cr$ 2.350,00. No semestre, o BCN distribuiu dividendos no montante de Cr$ 580,00 por lote de 1.000 ações que acrescidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, representaram 30,06% do resultado ajustado. O Patrimônio Líquido do BCN apresentou um crescimento real de 12,5% no primeiro semestre, atingindo Cr$ 10.647 milhões em 30.06.90.

CAPTAÇÕES, APLICAÇÕES E SERVIÇOS

As captações de recursos efetuadas pelo BCN totalizaram Cr$ 47.110 milhões em 30.06.90, distribuídos entre Depósitos à Vista, a Prazo, Poupança, Interfinanceiros, Mercado Aberto e Fundos. Dentre estes produtos, os Depósitos à Vista apresentaram o maior crescimento no primeiro semestre, principalmente, em função da extinção da conta remunerada e da queda nominal das taxas de juros após o Plano. Outro produto que nesse período apresentou uma sensível evolução em termos reais, 118,1%, foi o Depósito a Prazo, cujo saldo em 30.06.90 atingiu Cr$ 13.490 milhões. Cabe destacar ainda que o saldo dos Valores à Ordem do BACEN em 30.06.90 somou Cr$ 23.471 milhões.

Quanto às aplicações, observou-se que o saldo das Operações de Crédito, incluindo-se os Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio totalizou Cr$ 35.908 milhões em 30.06.90, correspondendo a um crescimento real de 74,1% em relação a 31.12.89 e 120,5% sobre 15.03.90.

Na área de Crédito Rural destaque-se que as alterações promovidas pelo BACEN nas regras então existentes, associadas ao crescimento dos Depósitos à Vista permitiram ao BCN atingir um saldo de Cr$ 2.183 milhões. Este saldo, que se encontra rigorosamente enquadrado dentro das novas regras do setor, cresceu 639,5% em termos reais sobre 31.12.89.

O BCN, através de sua Área Internacional, manteve o tradicional apoio ao comércio exterior contratando operações que no primeiro semestre/90 totalizaram US$ 1,1 bilhão, representando um incremento de 17% sobre igual período do ano anterior. As operações de financiamento de exportação, somaram US$ 555 milhões e as operações de importação US$ 158 milhões, evoluindo 9,5% e 146,8%, respectivamente. Com esse desempenho o saldo da Carteira de Câmbio do BCN atingiu Cr$ 27.934 milhões, em 30.06.90.

A partir de 15.03.90, com o menor fluxo de recursos no mercado e a queda nas taxas de juros, os Bancos passaram a ser mais rigorosos na cobrança de tarifas para fazer frente aos seus custos operacionais, representando no BCN 0,5% das Receitas Operacionais após o Plano, contra 0,1% nos meses que antecederam ao Plano.

REDE DE ATENDIMENTO

Os clientes do BCN contaram com uma rede de 108 agências no país e 108 Postos de Atendimento Bancário, além de 2 agências no exterior (New York e Grand Cayman) e um quadro de profissionais de 8.960 funcionários em 30.06.90.

RECURSOS HUMANOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

O investimento em treinamento técnico profissional somou neste período Cr$ 7 milhões, que será intensificado no segundo semestre/90, cuja programação terá como alvo a gerência geral e os funcionários de atendimento da rede de agências.

Com relação aos benefícios sociais, o BCN, proporcionou aos seus funcionários e dependentes, serviços de assistência médica e odontológica, bem como subsídios à compra de medicamentos. No semestre, somente em São Paulo foram realizadas 35.707 consultas médicas e as solicitações de auxílio farmácia atingiram 22.698 a nível nacional. Em termos de lazer, as duas colônias de férias do BCN, em Itanhaém (SP) e Recreio dos Bandeirantes (RJ) registraram um total de 35.789 diárias.

AGRADECIMENTOS

Manifestamos os nossos agradecimentos aos senhores acionistas pela confiança, aos clientes pela compreensão, e aos funcionários pela colaboração, que muito contribuíram, nos difíceis momentos de adequação ao Programa de Estabilização Econômica, tornando possível o rápido reestabelecimento do nosso atendimento normal.

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 1990

Em Cr$ Mil

ATIVO

CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	150.275.039
Disponibilidades	226.329
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.755.875
Títulos e Valores Mobiliários	31.363.561
Relações Interfinanceiras	50.910.432
Operações de Crédito	23.346.127
Carteira de Câmbio	27.933.654
Outros Valores e Bens	3.739.061
PERMANENTE	10.200.128
Investimentos	8.631.050
Imobilizado	1.173.998
Diferido	395.080
TOTAL DO ATIVO	160.475.167

PASSIVO

CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	149.814.296
Depósitos	23.873.629
Captações no Mercado Aberto	20.309.597
Relações Interfinanceiras	13.998.532
Obrigações por Empréstimos	42.494.611
Repasses do País e Exterior	3.602.924
Outras Obrigações	45.530.003
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	14.069
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.646.802
TOTAL DO PASSIVO	160.475.167

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 1990

RECEITAS OPERACIONAIS	94.541.011
DESPESAS OPERACIONAIS	92.954.071
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	1.231.717
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	89.112
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	89.329
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	2.818.874
IMPOSTO DE RENDA	(791.927)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(184.787)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(61.500)
LUCRO LÍQUIDO	1.780.660

A DIRETORIA

(*) A íntegra das demonstrações financeiras foi publicada no jornal "Gazeta Mercantil" de 15 de agosto de 1990.

KYOSHI MIYABARA
CONTADOR - CRC-SP Nº 50.882

9004516

BANCO REAL S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO

(Em Cr$ mil)

ATIVO	30/06/90	PASSIVO	30/06/90
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**233.100.533**	**CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	**229.248.959**
Disponibilidades	966.047	Depósitos à Vista, a Prazo e Títulos Cambiais	33.216.262
Operações de Crédito, Financiamentos e Refinanciamentos	15.864.894	Relações Interbancárias e Interdepartamentais	47.902.704
Aplicações Mobiliárias e Outras	50.741.212	Obrigações p/ Empréstimos, Financiamentos e Repasses	35.840.305
Créditos em Liquidação	102.130	Outras Obrigações - Depósito BACEN Lei 8024/90	79.070.122
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(479.524)	Outras Obrigações e Exigibilidades	33.219.566
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	47.954.396	**RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS**	**9.210**
Créditos Vinculados ao BACEN Lei 8024/90	79.673.683	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**20.036.740**
Outros Créditos e Valores	38.277.695	Capital Social	1.706.100
PERMANENTE	**16.194.376**	Reservas de Capital	8.301.857
Investimentos	8.351.564	Reservas de Lucros	10.028.783
Imobilizado	7.125.326		
Diferido	717.486		
TOTAL DO ATIVO	**249.294.909**	**TOTAL DO PASSIVO**	**249.294.909**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Cr$ mil)

	30/06/90
Receitas Operacionais	96.097.715
Despesas Operacionais	(86.237.685)
Receitas Não Operacionais	1.991.808
Despesas Não Operacionais	(811.203)
Resultado de Correção Monetária	(1.188.873)
Resultado do Semestre Antes do Imposto de Renda	9.851.762
Provisão p/ Imposto de Renda	(5.375.808)
Contribuição Social	(1.170.839)
Lucro Líquido do Semestre	3.305.115

9004516

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS REAL

BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO AGRUPADO

(Em Cr$ mil)

(BANCO REAL S.A., BANCO REAL DE INVESTIMENTO S.A., CIA. REAL DE INVESTIMENTO, CIAS. REAL DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO)

ATIVO	30/06/90
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**325.795.127**
Disponibilidades	1.248.771
Operações de Crédito, Financiamentos e Refinanciamentos	71.421.319
Aplicações Mobiliárias e Outras	76.740.875
Créditos em Liquidação	1.021.098
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(1.790.459)
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	55.254.193
Créditos Vinculados ao BACEN Lei 8024/90	79.673.683
Outros Créditos e Valores	42.225.647
PERMANENTE	**26.071.668**
Investimentos	16.439.559
Imobilizado	8.910.921
Diferido	721.188
TOTAL DO ATIVO	**351.866.795**

PASSIVO	30/06/90
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**316.159.148**
Depósitos à Vista, a Prazo e Títulos Cambiais	58.080.137
Depósitos de Poupança	21.840.794
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	48.005.874
Obrigações p/ Empréstimos, Financiamentos e Repasses	73.657.798
Outras Obrigações - Depósitos BACEN Lei 8024/90	79.070.122
Outras Obrigações e Exigibilidades	35.504.423
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	**33.468**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**35.674.179**
Capital Social	2.882.430
Reservas de Capital	13.822.316
Reservas de Lucros	18.969.433
TOTAL DO PASSIVO	**351.866.795**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em Cr$ mil)

	30/06/90
Receitas Operacionais	196.498.608
Despesas Operacionais	(181.386.075)
Receitas Não Operacionais	2.854.934
Despesas Não Operacionais	(1.376.815)
Resultado de Correção Monetária	(5.855.456)
Resultado do Semestre Antes do Imposto de Renda	10.735.196
Provisão p/ Imposto de Renda	(5.676.859)
Contribuição Social	(1.219.325)
Lucro Líquido do Semestre	3.839.012

0004516

Badesul apresenta o balanço do semestre

□Lucro líquido até junho foi de Cr$ 63 milhões, com saldo total nas operações de Cr$ 16,7 bilhões. Química é setor que mais pede recursos

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul) teve um lucro bruto de Cr$ 167 milhões — Cr$ 63 milhões líquidos — no primeiro semestre do ano, mantendo a tradição de crescimento da sua receita operacional, que neste período ficou em 9,8%, contra 9,1% em 1989. No seu balanço do semestre, o banco apontou um saldo de operações ativas de Cr$ 16,7 bilhões, equivalente a 379,4 milhões de BTN, o que representa um crescimento real de 40% sobre igual primeiro semestre de 1989.

Segundo o presidente do Badesul, James Giacomoni, embora o banco não tenha a finalidade de lucro, pois é uma instituição voltada ao repasse de financiamentos para o desenvolvimento dos setores produtivos, sempre tem havido um desempenho operacional positivo, com algum crescimento. Nos últimos três anos, ressaltou, o comportamento dos resultados operacionais, no primeiro semestre, foram de 6,3% em 1988, 9,1% no ano passado e 9,8% neste ano.

Arquivo/ZH

Giacomoni: novo perfil

Os setores que estão em busca de mais recursos são os de química, petroquímica, metal mecânico e agroindústria, alimentos, papel e papelão. A Região metropolitana ficou com 32% dos recursos e 68% para o interior do Estado, de um total de 679 operações de financiamento, envolvendo a quantia de 9,2 milhões de BTNs, de janeiro a junho. O presidente do Badesul ressalta, entretanto, que como o crédito rural não está [illegible] entre as prioridades e não [illegible] *proprietários rurais têm tido para obtenção de empréstimos junto ao Banco do Brasil, no momento", disse ele.*

Giacomoni aponta, em sua análise sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo banco, a alteração do perfil da clientela. No balanço do anual de 1987, o setor privado ficava com 59,3% dos recursos, contra 40,7% para o setor público. Neste primeiro semestre, por exemplo, o setor privado está com 73,6% dos recursos, ficando apenas 26,4% para o público. Esse resultado, afirma o diretor-presidente da instituição, deve-se a uma decisão administrativa assumida pelo próprio governo estadual, que vem dando resultados.

ENERGIA — Neste primeiro semestre coube ao Badesul administrar também os recursos do Pimes (Programa Integrado de Melhoria Social), uma verba de Cr$ 2 bilhões e 250 milhões, proveniente de acordo firmado entre o Banco Mundial e o Governo do Estado. Os recursos destinam-se ao financiamento de projetos para a área de infra-estrutura básica dos municípios. A Corsan já teve aprovado financiamento de Cr$ 900 milhões (saneamento básico), para alguns municípios; cinco municípios estão com seus projetos já avaliados, em fase final, envolvendo a quantia de Cr$ 86 milhões e 26 outros projetos estão em análise, envolvendo a quantia de Cr$ 500 milhões. Porto Alegre também está pleiteando recursos para a área de saneamento.

Outro projeto inédito que o Badesul aprovou e começa a ser implantado em setembro é destinado à eletrificação rural. Num sistema de mutirão, e utilizando material mais barato, será fornecida energia elétrica para cerca de 24 municípios, um total de quatro mil pessoas, todos pequenos proprietários rurais. O projeto — chamado de sistema Monofilar, que foi desenvolvido há cerca de [illegible] de

RECORTE INCOMPLETO

08.08

9004516

Nº. DOCUMENTO
TITULO INFLACION DEBE BAJAR EN AGOSTO A 8,5%.
PROCEDENCIA J do B. 150028
FECHA DE PRODUCCION 12/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. ECON 11161
INFLAC. 11300

Inflação deve cair para 8,5% em agosto

A equipe econômica já dispõe de novas informações dos institutos de pesquisa, que sinalizam para a queda da inflação em agosto. Com base nesses dados, a ministra Zélia Cardoso de Mello e seus principais assessores trabalham com uma expectativa de inflação de 8,5% em agosto pela metodologia de média contra média e uma taxa entre 6 e 7% pelo método ponta a ponta.

A Fipe divulga amanhã a variação dos preços na primeira semana de agosto, que ficou abaixo dos 2,49% registrados na primeira semana de julho. Essa taxa confirma a tendência de queda da inflação como resultado da política monetária restritiva praticada pelo Banco Central, contenção rigorosa dos gastos do governo e retração generalizada da demanda interna. Esse quadro de recessão programada — a equipe trabalha com uma queda de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1990 — permite a assessoria da ministra prever uma trajetória descendente da inflação, chegando em 3% no mês de dezembro.

ENTRADO 11/9/2025
CRIT. DO 5/5/2025

01 01

9004517

Nº. DOCUMENTO
TITULO NUEVAS FUENTES TRABAJO - PRODUCE
PROCEDENCIA JdO B. 150028
FECHA DE DOCUMENTO 12/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. ECON 11161
EVOL. VARIAC. ECON 11320.

ENTRADO 13/8/90 ES
CRUZADO 13/8/90 ES

IBGE constata queda no índice de desemprego

A taxa de desemprego diminuiu em junho, o que não ocorria desde dezembro do ano passado. O IBGE divulgou ontem que, em junho, o número de pessoas desocupadas entre as consideradas economicamente ativas (com mais de 15 anos de idade) foi de 4,90% em junho, contra os 5,27% de maio, quando chegou ao maior patamar dos últimos cinco anos. Em números absolutos, a massa de desempregados passou de 919.973 para 858.925 pessoas (61 mil a menos), nas seis regiões metropolitanas pesquisadas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

O número de pessoas ocupadas — 16,6 milhões — aumentou principalmente no setor de serviços, que apresentou em junho 341 mil posições a mais que em maio. O aumento da ocupação também foi expressivo no comércio, que fechou junho com um aumento de 170 mil pessoas no seu contingente. Até na construção civil houve algum aumento: 13 mil pessoas. A retração continuou, mesmo, foi na indústria de transformação, que de um mês para o outro ficou com 81 mil pessoas ocupadas a menos, pelas contas do IBGE.

O resultado de junho último não apaga, porém, o fato de que o país está vivendo uma das conjunturas de desemprego mais graves das últimas décadas, pelo que se pode deduzir das estatísticas da Pesquisa Mensal de Emprego. Para se ter uma idéia, em junho de 1989 o contingente fora do mercado de trabalho, procurando colocação, era de exatamente 567.411 pessoas — ou seja, hoje são 291.514 pessoas a mais. O número dos empregados com carteira assinada permaneceu estável, em 9,4 milhões de pessoas, mas aumentaram aqueles sem carteira (de 3 milhões para 3,19 milhões) e os por conta-própria (de 2,8 para 3,1 milhões).

Dieese registra 122 mil novos empregos em São Paulo em julho

SÃO PAULO — O número de desempregados na Grande São Paulo diminuiu 0,2% no mês de julho, o primeiro resultado positivo depois de seis meses contínuos de taxas de crescimento. A pesquisa mensal realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) apurou que foram criados 122 mil novos postos de trabalho, a maioria de autônomos. Ou seja, existe um número maior de pessoas trabalhando por conta própria, como alternativa à retração na oferta de empregos.

"Os dados indicam estabilidade da taxa de desemprego, o que é um dado positivo porque, pelo menos, as pessoas deixaram de perder o emprego", analisou o diretor do Seade, Márcio Percival Alves Pinto. "O problema é que o número total de desempregados na Grande São Paulo, 1 milhão de pessoas, ainda é muito elevado", ponderou o diretor-técnico do Dieese, Sérgio Mendonça. Entre os 8,4 milhões que compõem a População Economicamente Ativa (PEA) — pessoas trabalhando ou procurando emprego —, 11,9% estão desempregadas, segundo os dados da pesquisa. Deste total, 443 mil perderam o emprego desde janeiro.

Troca — O desemprego tem aumentado entre os chefes de família e diminuído para as mulheres e os jovens entre 15 e 17 anos. Esse pode ser um indicador de que as empresas estejam trocando profissionais mais experientes e de maiores salários por funcionários de salários mais baixos, admitem os coordenadores da pesquisa Seade/Dieese.

A jornada semanal de trabalho aumentou no mês de julho, passando de 42 horas para 43 horas. Na indústria, a jornada média semanal passou de 42 para 44 horas, entre junho e julho; no comércio, a jornada passou de 45 horas semanais para 47 horas e no setor de serviços, aumentou de 41 para 42 horas. Esse resultado, segundo Mendonça, é muito mais um reflexo da redução anterior das jornadas de trabalho do que um dado seguro de que a economia esteja retomando definitivamente suas atividades. No mesmo mês de 89, a jornada média semanal foi de 45 horas.

'Bicos' — Do total de 122 mil novos postos de trabalho criados na Grande São Paulo em julho, 45 mil foram gerados pela indústria; 34 mil pelo comércio e 52 mil por atividades de serviços. O setor de construção civil e serviços domésticos eliminou 9 mil empregos. Esse crescimento, entretanto, não revela um aumento de contratações de assalariados (trabalhadores com vínculo empregatício formal), mas uma elevação no número de pessoas que procuraram *bicos* como alternativa de sobrevivência.

Os rendimentos médios reais dos ocupados aumentaram 4,5% em junho, enquanto os salários médios reais subiram 1,6% nesse mesmo mês com relação aos ganhos de maio. A análise dos salários, segundo Alves Pinto, revela que esse crescimento foi puxado por uma elevação de 4,7% nos salários mais altos. Os salários mais baixos sofreram redução neste mesmo período. Com relação à média de 1985, os assalariados da indústria acumulam perdas de 38,9%; os do comércio, 27% e dos serviços, 35,5%.

Indústria — A indústria paulista continua contratando trabalhadores. Na segunda semana de agosto foram admitidos mais 1.733 empregados, o que representa uma elevação de 0,09% no nível de emprego industrial. Nas duas semanas de agosto foram criados um total de 4.116 postos de trabalho, segundo a pesquisa semanal realizada pelo Departamento de Documentação e Estatística (Decad) da Federação das Indústrias no Estado de São Paulo (Fiesp) junto a 46 sindicatos da indústria. Desde janeiro já foram extintos 163.791 empregos.

Para o presidente da Fiesp, Mário Amato, existem sinais de recuperação da economia, mas "o ritmo ainda é muito lento". Ele admitiu, entretanto, que "as esperanças se refortaleceram".

Os empresários estão preocupados com a possibilidade de derrubada, pelo Congresso Nacional, do veto presidencial sobre a política salarial elaborada pelos parlamentares, que prevê correção mensal de salários até 10 mínimos pela inflação do mês anterior. "Seria uma volta ao antigo estado de coisas, onde aumento de salário provoca aumento de inflação", ponderou Amato. Emerson Kapaz, um dos coordenadores do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), afirmou que a indexação dos salários é um equívoco quando a inflação está em queda. Para Paulo Francini, da Coldex-Frigor, "não se pode utilizar uma política salarial correta para momentos de inflação alta quando a inflação está em baixa porque ela somente serviria para impulsionar a taxa para cima".

0004518

Nº. DOCUMENTO
TITULO BAHIA PRODUCIRA MIL TONELADAS DE URANIO POR AÑO
PROCEDENCIA Jdo B 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 7/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
FECON. 11161
S. ENER. 11404
S. MINERO 11402.

Bahia produzirá mil toneladas de urânio por ano

SALVADOR — A partir de 1995, a Bahia vai produzir anualmente 1 mil toneladas de urânio, extraído das reservas do município de Caetité, a 757 quilômetros desta capital. A Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB), antiga Nuclebrás, já encerrou os trabalhos de sondagem e agora aguarda apenas o término da elaboração do projeto de engenharia para iniciar a construção do complexo de exploração e enriquecimento do urânio, obra avaliada em US$ 100 milhões.

A área, no centro-sul da Bahia, reúne reservas avaliadas globalmente em 93.100 toneladas do mineral, ainda intactas. Só na fase inicial de exploração e produção do urânio já enriquecido, a INB terá um faturamento estimado em US$ 63 milhões anuais. A implantação do complexo marca a primeira participação da iniciativa privada no programa nuclear brasileiro, através do grupo Andrade Gutierrez, associado à Urânio do Brasil, subsidiária da INB.

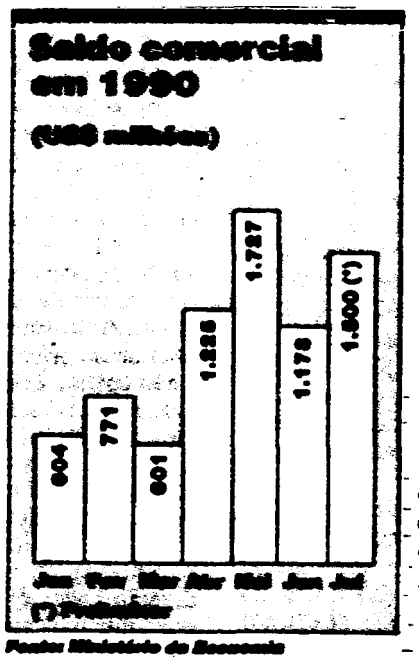
ENTRADO 11/5/90 ES
CRUZADO 13/5/90 ES

L.9004519

Nº. DOCUMENTO
TITULO SUPERAVIT DE JULIO ALCANZÓ LOS U$ 1.500 MILLONES.
FECHA J DO B 15002/8
FOLIO CENCIT 14/8/90
VINCULO BUSCA 100416
F. ECON 11161
COMEXT 11409.

Superávit de julho já atingiu US$ 1,5 bilhão

Resultados preliminares sobre o comportamento da balança comercial brasileira em julho estão apontando para um superávit em torno de US$ 1,5 bilhão. É um saldo que já supera, com alguma margem, o verificado em junho, de US$ 1,17 bilhão. Mas o Ministério da Economia está mesmo comemorando outros números da balança: aqueles que indicam um crescimento da corrente de comércio com o resto do mundo, ou seja, um aumento tanto das exportações quanto das importações.



O secretário Nacional de Economia, João Maia, revela que as contas parciais estão indicando exportações brasileiras superiores a US$ 3 bilhões em julho, contra US$ 2,52 bilhões em junho. Em maio, elas chegaram a US$ 3,23 bilhões, mas na época o resultado foi interpretado muito mais por um acúmulo de vendas externas que ficaram retidas antes, durante e pouco depois do Plano Collor. Fora isto, apenas em agosto de 1989 houve um resultado semelhante: US$ 3,37 bilhões.

Do lado das importações, as estimativas são de que fiquem acima dos US$ 1,5 bilhão. As compras externas que estavam proibidas até o início de maio, dentro do extinto Anexo C, continuam sem pressionar fortemente a balança comercial, explicou Maia. Dos produtos que antes estavam na chamada *lista negra* do comércio exterior brasileiro, o que se notou nas últimas semanas foi um crescimento nas compras de brinquedos, que chegaram a US$ 2 milhões desde maio — com o detalhe de que estão com as tarifas aduaneiras mais elevadas, chegando a 105%.

FMI — Agora, o que o governo pretende é desvincular os resultados da balança comercial da figura dos megasuperávits. "É preciso acabar com a cultura superavitária", acentua Maia. Os saldos elevados estão ligados a um passado de dificuldades no balanço de pagamentos, quando se precisava cumprir metas estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional, onde o receituário prescrevia exatamente a busca dos megasuperávits.

Sem contar o atípico mês de maio, o melhor resultado da corrente de comércio nos últimos meses aconteceu em agosto de 1989, quando a soma das exportações e importações foi de US$ 5,28 bilhões. Se esse movimento ficar em US$ 4,9 bilhões em julho — na hipótese de exportações de US$ 3,2 bilhões e de importações de US$ 1,7 bilhão —, será 26% superior ao que o Brasil conseguiu em junho (US$ 3,87 bilhões).

Com a mesma previsão para o mês passado, a corrente de comércio entre janeiro e julho de 1990 ficaria em US$ 28,42 bilhões, aproximando-se dos US$ 29,46 bilhões do mesmo período em 1989. Por outro lado, o saldo comercial, com um superávit de US$ 1,5 bilhão no mês passado, ficaria em US$ 7,6 bilhões acumulados este ano.

ENTRADO 11/8/90 ES
CRUZ DO 13/8/90 ES

9004520

Governo convida 30 credores para visitas individuais

BRASÍLIA — O governo brasileiro decidiu convidar os 30 maiores bancos credores privados da dívida externa para visitas individuais ao Brasil, entre 20 de agosto e 14 de setembro. Ao inaugurar esta nova forma de negociação, o governo transmitirá o convite através de telex, pedindo que cada um dos 30 principais credores — juntos, eles respondem por US$ 33,5 bilhões — apresente sua proposta para negociar a dívida brasileira. Os demais credores, cerca de 700 instituições às quais o Brasil deve outros US$ 47 bilhões, deverão encaminhar as sugestões por escrito. O objetivo do governo, com os convites individuais, é o de reunir as propostas e consolidá-las num cardápio de opções para a negociação da dívida, com conhecimento prévio dos critérios e limites que venham a ser apresentados pelos credores.

A nova estratégia foi anunciada, ontem, pelo embaixador extraordinário para a negociação da dívida externa, Jório Dauster, depois de encontrar-se oficialmente pela primeira vez com o chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann. Dauster explicou que o convite aos credores privados será efetuado exatamente no momento em que o Brasil e o Fundo estabelecerem um calendário de trabalho. Ele explicou, também, que a tentativa de abertura de um canal direto de negociação da dívida externa não significa que a fase anterior de contatos, através do banco assessor dos bancos, esteja definitivamente descartada.

Segundo Dauster, para impedir que uma instituição obtenha vantagem em relação às outras, será formado um comitê ou mesmo subcomitês, durante as negociações a exemplo do que foi feito pela Venezuela. Isso demonstra que o governo brasileiro tentará novas formas de negociação em relação ao comitê assessor já existente, que é composto por quatorze bancos credores. No momento, porém, explicou o embaixador, ainda não há propostas definitivas sobre a formação deste comitê, ou sobre quem ou quantos bancos deverão integrá-lo.

Despesas — No telex que será enviado a partir de hoje, assinado pelo embaixador Jório Dauster, o governo brasileiro esclarece que todas as despesas dos bancos com a vinda a Brasília serão de responsabilidade do próprio credor. Exatamente por isso, os negociadores brasileiros da dívida admitem que boa parte dos 30 convidados — entre eles o Citicorp (maior credor), o Chase Manhattan e o Banque Nationale de Paris — poderá atender apenas parcialmente o convite, mandando suas sugestões por escrito.

O texto do telex do governo brasileiro lista três pedidos: primeiro, que sejam especificados os tipos de instrumentos ou técnicas financeiras que a instituição consideraria indispensáveis na negociação da dívida brasileira; o segundo pede informações sobre o tratamento contábil e fiscal das sugestões feitas e qual o impacto que elas teriam no caso do Brasil; e, por fim, o governo brasileiro quer saber quais as formas mais rápidas para uma negociação que satisfaça as duas partes interessadas.

Assim, na avaliação do embaixador Dauster, o Brasil espera realizar uma negociação mais rápida, que facilite o programa de redução da dívida externa. Para isso, a disposição do governo brasileiro é, inclusive, a de conversar com os governos onde estão sediados os bancos credores para eliminar empecilhos jurídicos ou fiscais que possam surgir. Quanto às formas de redução do estoque da dívida, Dauster admite que os instrumentos clássicos, como a recompra de títulos, por exemplo, poderão constar do novo cardápio de opções. O embaixador ressalvou que "agora, é prematuro tentar fazer qualquer detalhamento".

Brasília — Jamil B ttar

Dauster (D) encontrou-se ontem pela primeira vez com Thomas Reichmann

A quem o Brasil deve mais

Em US$ milhões

Nº Ordem	Credor	Valor	%
01	Citicorp	3.445,0	3,47
02	Chase Manhattan Corp.	2.320,0	2,34
03	Bankamerica Corp.	1.898,1	1,9[illegible]
04	Lloyds Bank Group	1.544,7	1,56
05	Midland Bank Group	1.506,2	1,52
06	Morgan Guaranty	1.496,7	1,52
07	Crédit Lyonnais	1.414,4	1,42
08	Manufactures Hannover	1.404,7	1,41
09	Banque Nationale de Paris	1.300,0	1,31
10	Bank of Tokyo	1.249,4	1,26
11	Bresoner Bank	1.139,1	1,15
12	Banque Française du Commerce Exterieur	1.118,4	1,13
13	Chemical New York Corp.	1.066,2	1,07
14	Royal Bank of Canada	913,8	0,92
15	Banque Paribas	887,1	0,90
16	Libra Bank Ltd.	886,9	0,89
17	Mitsubishi Bank	879,6	0,89
18	Sumitomo Bank Ltd.	849,1	0,86
19	Societé Generale S.A.	780,8	0,79
20	Bank of Montreal	753,1	0,76
21	Bankers Trust	751,9	0,76
22	Union Bank of Switzerland	742,8	0,75
23	Canadian Imperial Bank of Commerce	709,3	0,71
24	Bank of Nova Scotia	709,1	0,71
25	Fuji Bank Ltd.	670,0	0,67
26	Industrial Bank of Japan	655,5	0,66
27	Long Term Credit Bank of Japan	641,1	0,65
28	Deutsche Bank	634,9	0,64
29	National Westminster Bank	606,1	0,61
30	Sanwa Bank	577,8	0,58
Totais		[illegible]	[illegible]

Posição em 31/12/89
Fonte: Bacen/Firge
(*) % em relação à dívida global

9004521

ENTRADO 4/3/90 E6
CRUZADO 13/3/90 E5

01 · 01

Cabrera lança pacote e prevê reconstrução do campo

BRASÍLIA — O governo Collor lançou ontem um pacote de medidas alterando radicalmente a política agrícola. O novo programa para a agricultura injetará Cr$ 446 bilhões na safra deste ano e recupera em até 57% os preços mínimos, especialmente de arroz, feijão, milho e mandioca. Reduz as taxas de juros anuais de 12% para 9% mais correção monetária, porém regionaliza o incentivo à produção com juros menores, por exemplo, para quem plantar milho no Sudeste, e maiores para Rondônia e norte do Mato Grosso. Também foi reduzida em 50% a alíquota para importação de insumos e equipamentos, como fertilizantes e tratores. Com essas medidas, o governo pretende minimizar a perda estimada de 15% na produção de grãos e, simultaneamente, dar início a um ambicioso programa agrícola para os próximos cinco anos.

"Estamos dando os primeiros passos para a reconstrução do nosso campo", afirmou o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, ao anunciar o pacote agrícola, ao lado do presidente da República e da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Visivilmente satisfeito, Cabrera convocou os agricultores a responder à ação governamental : "Tirem seus arados debaixo da mangueira, desenferrugem as suas plantadeiras, engraxem novamente os seus tratores, porque o governo federal cumpre a sua missão de liberar recursos no momento e na hora certa, para uma atividade cujo relógio é a natureza".

A safra 1990/91 é apenas parte do novo programa agrícola que inclui medidas de médio e longo prazos como o investimento de US$ 2,25 bilhões em cinco anos e a redução de 50% no valor das alíquotas de importação de insumos, ferramentas, máquinas e equipamentos agropecuários. Constam, também, do pacote agrícola o fechamento antecipado das operações de câmbio nas exportações, a regulamentação do mercado futuro e o financiamento do setor através de diversas fontes de recursos internos e externos, como BNDES, Banco Mundial e programas especiais de Governo. Serão liberados, por exemplo, 140 milhões de dólares do Banco Mundial para o financiamento de exportações.

Brasília — João Ramid

Collor, Cabrera e Zélia anunciam a nova política agrícola

Sob o nome de "Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura ", o pacote do governo Collor fundamenta-se na tentativa de estabelecer novas relações no campo, com a redução da participação do Estado e o aumento de competitividade. Dois programas nortearão as ações oficiais : o programa de competividade agrícola (PCA) e o programa de regionalização da produção agrícola (PRPA).

Liberdade — Segundo o ministro da Agricultura, agora será implantada a "liberdade de planejar, produzir, comprar e vender, longe das desastradas interferências do Estado, que se estendem até a liberdade do produtor de comprar os seus insumos no mercado internacional". Ele ressaltou que, dessa forma, será atendido um grande anseio dos produtores, aposentando o seguinte provérbio do setor: "Nos ajudem a nos livrarmos do governo, que nós nos livramos de São Pedro". Lembrou, entretanto, que será necessário o apoio dos governos estaduais para que o projeto seja vitorioso.

Após lançar o lema "plantar é preciso", o ministro garantiu que o governo federal, nesta nova fase de democracia, cumprirá a sua parte para que "não falte alimentos ao povo brasileiro", pois os principais estímulos se destinam às culturas da cesta básica, principalmente para o feijão. E destacou que o governo está construindo uma agricultura livre e forte, que será um dos principais instrumentos para o país romper as redes das desigualdades sociais.

Na opinião de Cabrera, a sua geração vê hoje o início de um plantio com uma economia estável, com uma inflação controlada, o que fortalece a nossa principal moeda, que é a relação de trocas, pois a pior praga que existia para a agricultura era exatamente a inflação. Com este plano, explicou, "estamos voltando com a renda ao campo e diminuindo o êxodo no sentido de que estamos fixando o homem no seu local de origem".

O ministro da Agricultura anunciou ainda uma tributação justa para a agricultura que "não precisa de favorecimentos, e nem de estar atrás ou à frente de nenhum outro setor da economia, mas ao lado deles". Ao defender a diminuição dos impostos para os produtos agrícolas, Cabrera lembrou que "é inadmissível que um quilo de feijão sofra a mesma tributação que um quilo de caviar ou um vidro de perfume".

As mudanças na agricultura

☐ A valorização de produtos agrícolas que compõem a cesta básica, como feijão, arroz, milho e mandioca, e o incentivo à regionalização da produção foram dois dos principais objetivos do pacote agrícola divulgado pelo governo. Com as medidas anunciadas ontem, o governo pretende aumentar a disponibilidade de recursos para a agricultura, sem emitir moeda ou títulos públicos. A seguir, um resumo das medidas:

☐ **Recursos** — Um total de Cr$ 446 bilhões será destinado à safra que começa a ser plantada e será colhida no primeiro semestre do próximo ano. Somente para o plantio das lavouras (custeio), o governo estará liberando cerca de Cr$ 350 bilhões, contra Cr$ 200 bilhões liberados no ano passado.

☐ **Valores de financiamento** — Os Valores Básicos de Custeio (VBC), usados como unidade de cálculo para a concessão do crédito agrícola, foram aumentados em 43%, em média, acima da inflação.

☐ **Preços mínimos** — Os preços mínimos, com base nos quais o governo compra a produção quando o produtor não encontra preço melhor no mercado, também tiveram aumentos acima da inflação para a maior parte dos produtos, com percentuais médios também superiores a 40%. O governo reduziu de 20 para 10 o número de produtos garantidos pela política de preços mínimos. Os dez produtos são: arroz, feijão, milho, mandioca, soja, algodão, juta e malva, sisal, uva e carnaúba.

☐ **Juros** — Foi reduzida de 12 para 9%, além de correção monetária, a taxa de juros anual cobrada pelos bancos oficiais e privados, dentro da faixa obrigatória de concessão de crédito a produtores agrícolas. O total de recursos a serem emprestados a essa taxa é de Cr$ 136 bilhões, cerca de 40% do total do crédito de custeio disponível para o setor.

☐ **Novos financiamentos** — Foram anunciadas novas fontes de financiamentos para o setor agrícola. A primeira delas vem da regulamentação, feita ontem, da Lei 8.023. Essa lei criou um fundo de aplicações para produtores rurais junto ao sistema financeiro. Através desse sistema, o valor do saldo médio das aplicações feitas pelo produtor ao longo do ano será usado para abater, no próximo ano, a renda para cálculo do Imposto de Renda. Outra fonte de recursos será a liberação, por parte do Banco Central, de Cr$ 14 bilhões recolhidos dos bancos, nos meses de abril e maio últimos.

O Banco Mundial também vai emprestar US$ 370 milhões ao setor agrícola para investimentos, dos quais US$ 70 milhões serão liberados neste semestre e o restante no próximo ano. Outros US$ 140 milhões serão emprestados pelo Banco Mundial para financiar a exportação de produtos agrícolas. O restante dos recursos para o setor virá do Tesouro Nacional; da obrigatoriedade para que os bancos múltiplos e sociedades de crédito imobiliário destinem parte de seus recursos ao setor; da Caderneta de Poupança Rural, do Banco do Brasil; e de programas de financiamento do BNDES e do Finame. Também começa a funcionar este ano o Fundo de Desenvolvimento, criado pela Constituição, que destina parte da arrecadação do Imposto de Renda à produção agrícola.

☐ **Seguro** — Outra inovação é o Seguro Rural, que começa a ser estudado por uma comissão interministerial que tem prazo de 90 dias para apresentar proposta.

☐ **Mercado futuro** — Para difundir informações sobre a necessidade de fortalecimento das bolsas de mercadorias e de negócios à futuro com produtos agrícolas, o governo vai contratar os serviços de uma empresa especializada que vai realizar cursos e palestras sobre o assunto, nas bolsas, em órgãos do governo e junto a outros setores interessados.

☐ **Importação de máquinas** — Foi reduzida em 50% a tarifa para a importação de tratores. Essa redução, somada a outras reduções de tarifa para equipamentos e insumos agrícolas que o governo já anunciou e outras que irá anunciar, deverá aumentar rapidamente a disponibilidade de tratores e implementos no mercado interno, com possibilidades de importação da Argentina a curto prazo.

☐ **Equalização** — O governo também vai reduzir a taxa de equalização destinada a nivelar, em todas as regiões do país, os preços do açúcar e do álcool. Essa redução vai aumentar a remuneração do produtor e evitar aumentos adicionais de preços ao consumidor. Para os produtores de cacau, foi prorrogado por mais um ano, a partir de outubro próximo, o prazo de isenção do imposto de exportação, considerada a queda do preço desse produto no mercado externo.

☐ **Programas especiais** — O governo praticamente ressuscitou três programas, com recursos de Cr$ 27 bilhões. Eles são o Profir (financiamento à irrigação), o Prodecer (desenvolvimento dos cerrados) e o PAPP (apoio ao pequeno produtor).

9004522

01.01

ENTRADO 11/9/2026
CRUZADO 12/9/2026

TITU... CANETEIRAS FALTAM RECURSOS
DE... João B 150028
F... 29/8/90
VI... BRASIL LONG
F. ECON 11161
COM Y TRANSP. 11411.

ENTRADO 1/9/90 25
CRUZ-DO 13/9/90 25

O caos nas estradas federais. Faltam recursos

DNER não tem recursos para conservar as rodovias federais e um patrimônio de US$ 3 bilhões está sendo sucateado. Até transportadoras e as prefeituras precisam ajudar a tapar buracos nas estradas

Trecho entre Rosário e Alegrete. Patrimônio sendo sucateado

Desde 1985 o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), que tem sob sua jurisdição 4.980 quilômetros de rodovias asfaltadas no Rio Grande do Sul, somente concluiu uma obra no estado: a ligação da BR-116 com a cidade de Pelotas. Todas as demais estão paradas por falta de recursos, que, no momento, estão disponíveis unicamente para o Programa SOS Rodovias. Neste ano os investimentos federais no setor rodoviário gaúcho ficarão em 10% do ideal, o que está sucateando as estradas troncais: não há conservação, restauração e muito menos construção, embora existam muitos projetos.

Avaliadas em cerca de US$ 3 bilhões no estado, essas rodovias são um patrimônio em contínua desvalorização e de recuperação muito demorada e difícil. Para cerca de 2.500 quilômetros repletos de buracos em todo o estado, somente 620 estão sendo atendidos pelos recursos do SOS Rodovias. As residências do DNER de São Leopoldo e Osório ainda procuraram amenizar os problemas em suas regiões tapando buracos com as sobras de caixa, muitas vezes colocando terra quando faltava asfalto, mas, recentemente, parte dos operários que faziam o serviço foi colocada em disponibilidade.

Diante da gravidade da situação, o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do estado e algumas prefeituras se mobilizaram para suprir as deficiências do DNER. "Não dava mais para aceitar os custos impostos por uma rodovia liquidada. Chegamos ao limite suportável e, como o DNER não tinha dinheiro, precisávamos fazer alguma coisa", explica o presidente do sindicato, Romeu Luft. A entidade já investiu até agora cerca de Cr$ 2 milhões, fornecendo asfalto, brita, areia e em alguns casos até mão-de-obra.

Prefeituras e uma unidade do exército em Alegrete que cedeu 20 soldados, também estão participando com mão-de-obra, enquanto o DNER empresta máquinas e dá assistência técnica. Graças a isso já foram tapados os buracos em 300 a 350 quilômetros, com prioridade para os trechos mais desgastados das BRs-290 (que conduz a Uruguaiana) e 386 (da capital a Iraí), que não estão no SOS Rodovias.

REDUÇÃO — O Rio Grande tem a segunda maior malha rodoviária federal, o terceiro trecho mais movimentado do país - Porto Alegre a Canoas, utilizado diariamente por uma média de 70 mil veículos -, mas os investimentos por quilômetro asfaltado caem a cada ano. Enquanto em 1986 foram destinados US$ 2.390 para conservação, por quilômetro, neste ano os recursos previstos envolvem pouco mais de US$ 500 por quilômetro.

Embora as obras rodoviárias do governo federal no estado tenham sido insignificantes desde 1985, no resto do país a situação não é muito melhor. Elas limitaram-se a 17 estados, com recursos cada vez menores. Ocorre que, nos últimos anos, o DNER

perdeu diversas receitas, a começar pela Taxa Rodoviária Única (TRU), que passou aos estados, na forma do IPVA. Na Constituinte, foi eliminado o Fundo Rodoviário Nacional e o selo pedágio também não resolveu o problema - pouco acrescentou à arrecadação do DNER.

Como exemplo, técnicos do DNER no Rio Grande do Sul mostram que, apesar de os investimentos do órgão no estado terem sido mínimos nos últimos anos, foram maiores do que a arrecadação do selo. A valores correntes, durante o ano passado foram arrecadados Ncz$ 30,30 milhões e investidos (da arrecadação feita com selo pedágio) Ncz$ 34,42 milhões, dos quais Ncz$ 5,16 milhões na BR-101. Em termos globais, o selo pedágio não representou mais do que 6 a 7% de todos os investimentos do DNER durante 1989, e perdeu qualquer expressão neste ano, mesmo quando ainda era exigido nas rodovias: no primeiro semestre foram arrecadados pouco mais de Cr$ 204 milhões.

CAPINHA — Em 1990, com recursos do selo pedágio, o DNER somente fez até fevereiro um "tapa-buraco" e aplicou uma "capinha" de asfalto entre Rosário do Sul e Alegrete. No momento, acredita-se que a operação tapa-buraco desenvolvida dentro do Programa SOS Rodovias nas BRs-101, 116 e 392, e na free-way, utilize também esses recursos, embora o montante a ser aplicado ultrapasse, mais uma vez, o total arrecadado no estado.

A situação das estradas federais existentes no Rio Grande do Sul se agravou pelo fato de não terem sido enviados ao estado Cr$ 497,73 milhões de um programa especial que, ainda no final do governo anterior, previa a restauração de 13 trechos de sete rodovias, e a construção de 15 trechos de 11 rodovias, e de mais Cr$ 371,01 milhões da previsão orçamentária que também programava obras em quatro rodovias.

O chefe do 10º Distrito do DNER, Vinícius João Gomes Pinto, entretanto, acredita que a situação deverá melhorar no próximo ano. De um lado, há a expectativa de aprovação do Programa Plurianual de Investimentos, enviado para a administração central do órgão no dia primeiro deste mês, pleiteando recursos de Cr$ 50,64 bilhões para aplicação entre 1991 e 1995, a valores de julho último, visando a conservação sistemática, a continuidade nas obras paradas e iniciar outras. De outro lado, há a intenção de restaurar no próximo ano, em todo o país, cerca de cinco mil quilômetros de rodovias danificadas, dos quais, se 500 ficarem no Rio Grande, "isto já seria uma grande coisa", segundo Vinícius. O DNER também pretende destinar recursos para conservação no montante de US$ 3 mil por quilômetro ao ano, o que, se for concretizado, é considerado suficiente.

01 01

9004523

Nº. DOCU
TITULO BANCO CENTRAL Y LA POLITICA MONETARIA DURANTE "SETIEMBRE NEGRO".
FOR J de B. 15/08/90
FE
VINC BRASIL /0046
F. ECON 11161
S. FINAN 11403.

Arrocho monetário não levará ao 'setembro negro'

Soraya de Alencar
e Consuelo Dieguez

BRASÍLIA — A partir de setembro o Banco Central passa a contar, segundo seu presidente, Ibrahim Eris, com "um poderoso instrumento de política monetária": o fim do financiamento de cruzados novos às instituições financeiras em débito com a instituição. A medida dá ao governo poder de tirar do mercado, de uma só penada, Cr$ 950 bilhões. Esse financiamento vem sendo feito desde o início do Plano Collor, quando o governo bloqueou 80% do dinheiro depositado nos bancos e muitas instituições ficaram com volume de cruzados novos em caixa (as chamadas reservas bancárias) abaixo do exigido pelo BC. As instituições tiveram, então, a alternativa de cobrir a diferença com cruzeiros, produto escasso na época, ou tomar os cruzados emprestado do BC. A maioria optou pelo refinanciamento mensal do débito, que termina no dia 17 de setembro. O fim do empréstimo significa que as instituições estão obrigadas a quitarem suas dívidas.

Eris garante, no entanto, que esse novo encaixamento será de forma parcelada, porque "se fosse feito de uma só vez, metade do sistema financeiro quebraria". É inimaginável, segundo ele, obrigar as instituições a quitarem seus débitos de uma só vez. Para se ter uma idéia, a quantidade de moeda a ser retirada do mercado é superior à soma de todos os depósitos de poupança do país, que hoje são de Cr$ 910 bilhões, e também ao total dos depósitos à vista nos bancos e ao dinheiro em poder da população, que atingem Cr$ 850 bilhões. É um volume tão grande de recursos que, mesmo sendo retirado aos poucos do mercado, permite ao BC dosar a quantidade de dinheiro que a equipe econômica quer em circulação. "O aperto será maior ou menor, de acordo com o comportamento da inflação. Por esta razão, nem os bancos nem as empresas precisam se preocupar com o que está se chamando de *setembro negro*. Não queremos nenhuma quebradeira", explica o presidente do BC.

Segundo Eris, o prazo de pagamento será dado às instituições do Sistema Financeiro de Habitação, que levam até 20 anos para receberem seus créditos. O escalonamento será feito levando em conta a situação de cada uma delas. "O Banco Central tem que ter sensibilidade para não ultrapassar as possibilidades do mercado", assegura. Ao dispor desse mecanismo, o governo se protege das pressões inflacionárias que ocorrerão até o final do ano, resultantes do acúmulo de dissídios coletivos no segundo semestre, do aumento do preço do petróleo no mercado internacional e também do pagamento do décimo-terceiro salário. "Mesmo que seja utilizado de forma branda, o importante é que eu tenha este controle na mão", enfatiza o presidente do BC.

ENTRADO 11/9/90 CB
CRUZ DO 3/9/90 CB

01-01

9004524

Bancos lucram apesar do bloqueio de cruzados

Ronaldo Lapa

O bloqueio de cruzados novos no Banco Central, determinado pelas medidas de austeridade econômica do Plano Collor, não atingiu os recursos do sistema bancário. Minucioso levantamento realizado pelo economista Sérgio Goldenstein, assessor econômico do Sindicato dos Bancários do Rio, com base nos balanços dos 10 maiores bancos do país, mostra que o BC não recolheu os cruzados novos dessas instituições. Há dois meses — quando os balanços foram divulgados — a "insuficiência em cruzados novos" dos 10 bancos analisados chegava a Cr$ 130 bilhões. Hoje, o débito total do sistema atinge a estonteante cifra de Cr$ 900 bilhões ou mais precisamente US$ 12,5 bilhões.

A maior *insufuciência* estava em junho com o Banco Econômico, que acumulava uma dívida de NCz$ 33,8 bilhões no Banco Central. A segunda colocação nesse *ranking* ficava com o Nacional, insuficiente em NCz$ 31,5 bilhões, seguido pelo Unibanco (NCz$ 26,1 bilhões) e Itaú (NCz$ 23,5 bilhões). A quitação dessas dívidas vem sendo negociada sucessivamente entre os bancos e o BC, que estipulou o dia 11 de setembro como último prazo para resolver a pendência. Se o governo decidisse exigir que o sistema bancário recolhesse aos cofres do Banco Central todos esses recursos na moeda antiga, a rentabilidade dos bancos seria bem menor que a apresentanda nos balanços deste primeiro semestre.

O levantamento realizado por Sérgio Goldenstein deixa evidente que os bancos não possuem cruzados novos em quantidades suficientes para lastrear suas obrigações com os cruzados novos dos clientes. Ou seja: além de o Plano Collor não ter atingido o capital próprio das instituições bancárias, ainda permitiu que, num primeiro momento, o sistema lucrasse com um aumento de capital de giro na moeda atual, facilitando a conversão de suas aplicações para cruzeiros em volumes bem maiores do que o montante devido aos clientes.

Favorecimento — Esse tratamento concedido aos bancos, segundo o levantamento do economista, foi o responsável pelas dificuldades iniciais do Plano Collor e também pelo elevado nível de cruzeiros em circulação nos primeiros meses de vigência do plano. Depois desse período, a política adotada pelo governo foi bastante "tortuosa", segundo o documento. "Embora o BC tenha baixado normas exigindo o complemento dessas insuficiências de cruzados novos para cruzeiros, prorrogou por várias vezes o prazo de pagamento das dívidas. Seria o mesmo que permitir aos correntistas que tiveram recursos bloqueados pelo Plano Collor o saque de uma parcela de suas poupanças.

Essa diferença de tratamento ficou mais evidente quando o BC iniciou a emissão de novos títulos da dívida pública (Letras do Tesouro Nacional) com taxas de juros elevadas na tentativa de diminuir a "inesperada liquidez adicional". Segundo o documento, "não é por acaso que o total de LTNs no mercado é praticamente igual ao montante de deficiências em cruzados novos das instituições financeiras, estimadas pelo próprio BC em Cr$ 900 bilhões". Para Goldenstein, a política que o governo está colocando em prática acabou se transformando em um grande subsídio aos bancos. "Isso porque se cobra apenas a variação do BTN fiscal mais 6% pelas insuficiências em cruzados, ao mesmo tempo que esses recursos são aplicados pelos bancos que conseguem remunerações com base nas LTNs.

Saldo de cruzados bloqueados
30 de junho *(em Cr$ milhões)*

Banco	Obrigações em cruzados	Posição líquida	Insuficiência em cruzados
	Em NCz$	Em NCz$	Em NCz$
Bradesco	*290 821*	*288 542*	*2 279*
Itaú	*201 028*	*177 430*	*23 598*
Bamerindus	*98 669*	*94 028*	*4 641*
Unibanco	*65 592*	*39 471*	*26 121*
Nacional	*43 081*	*11 491*	*31 590*
Econômico	*39 163*	*5 288*	*33 875*
BCN	*25 595*	*22 648*	*2 947*
Merc. São Paulo	*22 234*	*19 739*	*2 495*
Noroeste	*12 080*	*10 786*	*1 294*
Bandeirantes	*10 280*	*9 044*	*1 236*
TOTAL	*808 543*	*678 467*	*130 076*

Fonte: Balanços
Elaboração: Assessoria Econômica do Sindicato dos Bancários.

Lucros — O levantamento realizado pelo economista deixa claro também que a tão falada lucratividade do sistema bancário não chegou a ser ferida de morte pelo Plano Collor como muitos imaginam. Embora todos esperassem uma grande redução do lucro grupo apurado neste período, não foi bem isso o que aconteceu. Comparando-se os resultados desse semestre com os alcançados no mesmo período do ano passado — época em que o sistema financeiro conseguiu sua maior lucratividade — observa-se que agora houve uma diminuição da soma do lucro bruto desses bancos em apenas 7,12%.

Um outro fator contribuiu para essa pequena diminuição na apuração da lucratividade bruto. Muitos bancos aproveitaram para abater integralmente neste semestre os saldos dos ajustes dos contratos de financiamentos de habitação do Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS), embora o BC permitisse parcelar esses compromissos até 1997. Através desse artifício, muitas instituições reduziram contabilmente os lucros apurados no primeiro semestre. Goldenstein acredita que, se isso não tivesse ocorrido, os lucros deste ano poderiam chegar perto dos níveis apurados em 1989.

"Antes da decretação do Plano Collor havia uma enorme massa de recursos depositados nos bancos, através dos quais a ciranda financeira era municiada", explica Goldstein. O economista observa, no entanto, que naquele período a taxa de *spread* (diferença entre a taxa de juros que remunera os recursos captados e a das aplicações em crédito) estava reduzida. A maioria da clientela tinha absorvido muitos truques do sistema financeiro, deixando pouco dinheiro em depósito à vista para aplicar grande parte dos recursos excedentes em fundos, over, etc.

Antes do Plano Collor, a situação dos 10 bancos analisados apresentava a seguinte composição: em média, apenas 3,5% dos recursos captados eram depósitos à vista; 3,6% depósitos a prazo, enquanto 64,8% estavam no mercado aberto. Depois do plano essas posições foram invertidas, já que os depósitos à vista começaram a representar 14,2% do total captado, ao passo que os depósitos a prazo passaram para 25,3%. Isso significa um barateamento do custo de captação com aumento do *spread*, o que, ao lado da cobrança pelos serviços prestados, contribuiu para que os bancos resistissem em diminuir seus lucros depois do Plano Collor.

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 12/9/90 ES

01·01 9004525

Nº. DOCUMENTO
TITULO GRUPO CAEMI INVIERTE EN AMAPA U$ 15 MILLONES.
PESO Jelo B 150028
FECHA 5/8/90
VINCULO BRASIL 18046
F. ECON 11161
S. MINERO 11406.

(EXTERIOR) 12.9.90 SP RECIBIDO

Grupo Caemi investe no Amapá US$ 15 milhões

Ronaldo Brasiliense

SANTANA, AP — Em meio a montanhas de finos de manganês — minério de baixo teor e de mercado restrito no exterior — centenas de peões trabalham num ritmo frenético neste pequeno município amapaense, localizado às margens do Rio Amazonas, para colocar em funcionamento, ainda este mês, o mais novo empreendimento mineral do grupo Caemi no Amapá. Diversificando suas atividades no estado, o empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, proprietário do grupo, pretende acionar na segunda quinzena de agosto o forno de redução da Companhia Ferro-Liga do Amapá (CFA), com investimentos de US$ 15 milhões.

Quando ativar o forno da fábrica da CFA, implantado em Santana, a 25 quilômetros de Macapá, Azevedo Antunes viabilizará a produção de 22 mil toneladas/ano de ferro-manganês, numa estratégia adotada pelo Caemi para aproveitar milhares de toneladas de finos de manganês produzidos pela Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), subsidiária do grupo, que desde a década de 50 vem explorando as jazidas do minério na Serra do Navio. Além de ferro-manganês, a fábrica da CFA estará apta para produzir, também, 18 mil toneladas/ano de ferro-cromo, aproveitando economicamente uma jazida de cromo descoberta no município de Mazagão pela Icomi na década de 70, avaliada inicialmente em 7,8 milhões de toneladas.

O grupo Caemi foi um dos primeiros a se implantar no Amapá, firmando ainda em 1953 contrato com o governo federal para a exploração, por 50 anos, das gigantescas jazidas de manganês descobertas na Serra do Navio, que até hoje continuam sendo exploradas, embora estejam em fase de exaustão. "Tivemos que paralisar as atividades da usina de pelotização de manganês, a única em atividade no mundo, por uma questão de custos do insumo principal, o óleo pesado (BPF)", revela o engenheiro metalúrgico Itaquê Mariano da Silva, um carioca de 42 anos, há 18 anos no Amapá, gerente de metalurgia da CFA.

Um dos gigantes do setor mineral brasileiro, o grupo Caemi decidiu implantar a CFA em Santana após realizar um amplo levantamento nos mercados nacional e internacional sobre a viabilidade de produzir ligas de manganês e cromo, aproveitando toda a infra-estrutura montada no Amapá a partir da década de 50 para a exploração de manganês pela Icomi, que construiu uma ferrovia de 190 quilômetros, uma vila residencial para os funcionários e um porto para a exportação do minério.

Com um grande estoque de finos de manganês e a decisão de explorar as jazidas de cromo descobertas em Mazagão nos anos 70, o Caemi decidiu implantar a CFA para a produção de ferro-manganês, ferro-cromo e, ainda, ferro-silico-manganês. Ao lado da fábrica em Santana, a CFA já possui estocadas milhares de toneladas de finos de manganês que, transformados em ligas, serão destinadas quase que inteiramente ao mercado internacional.

Energia — A CFA inicia sua produção colocando no mercado ferro-manganês mas, desde já, se defronta com um fator limitador para expadir sua produção: a carência de energia elétrica no estado do Amapá. "A fábrica vai consumir de 8 a 8,8 Mw, o que representa praticamente 50% do consumo de energia do município de Macapá, com 150 mil habitantes", compara Itaquê.

A única usina hidrelétrica do Amapá, Coaracy Nunes, popularmente conhecida como Paredão, produz apenas 40 Mw, em duas turbinas, e a esperança da CFA é que a Eletronorte cumpra a promessa de ampliar Paredão, com a instalação de uma nova turbina de 30 Mw. Augusto Trajano de Azevedo Antunes já implantou a Jari Enérgetica S.A. (Jesa) para construir no rio Jari, na fronteira do Pará com o Amapá, a hidrelétrica de Santo Antônio, que viabilizará não apenas o Projeto Jari, no qual Antunes possui 46% do capital acionário, mas, também, a ampliação da capacidade de produção da CFA, em Santana.

Para fugir da linha de tiro das entidades ambientalistas nacionais e internacionais, a CFA já iniciou o projeto de reflorestamento de uma área de 4.500 ha de cerrado, onde serão plantados 7,5 milhões de acácias mangium, trazidas da Indonésia. Como o Amapá não é um estado produtor de carvão, a CFA inicia suas atividades consumindo coque fino (*breeze*) no processo de sinterização e coque metalúrgico no forno de redução.

ENTRADO 11/5/90 E5
CRUZADO 9/7/90 E5

01.01 9004526

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO BRASIL PIERDE POSICION EN EL MERCADO DEL CAFE
PROC: JDO B 150028
FECH: 5/8/90
SIGNOUT: BRASIL 10046
F. ECON 11161
COM. EXT. 11409.

País perde posição no mercado de café

Sérgio Costa

Felizes eram os tempos em que falar de Brasil, lá fora, era lembrar de um país imbatível em futebol, Carnaval e café. Os anos se passaram, com um longo jejum de conquistas de Copas do Mundo e a escassez de turistas estrangeiros, que hoje preferem até o Extremo Oriente às folias de Momo. Agora o gosto amargo da derrota está chegando também ao café: concorrentes como a Colômbia ocupam a cada dia mais espaço no comércio mundial, desbancando quem antes reinava absoluto.

A realidade é dura: a qualidade do café brasileiro não é a desejada por um mercado consumidor mundial cada vez mais exigente nas suas encomendas. Os números não mentem: entre janeiro e junho, o país exportou US$ 465 milhões em café verde (cru), quase 50% a menos que no primeiro semestre de 1989. É um desempenho triste para um país que, em anos mais felizes, precisava apenas vender café para pagar as suas importações de petróleo — as quais, por sinal, chegaram a US$ 1,5 bilhão no primeiro semestre de 1990. O Brasil ainda é o maior produtor mundial com 35 milhões de sacas na safra 88/89, mas vem perdendo espaço nas exportações.

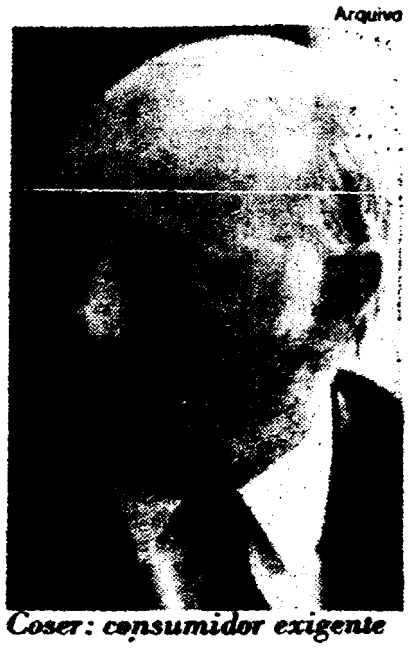
"Recuperação? Só mesmo na safra de 1992", resume Carlos Calmon, presidente da Federação Brasileira dos Exportadores de Café, a Febec. O fim da limitação de quotas pela Organização Internacional do Café (OIC), em julho de 1989, provocou uma verdadeira enxurrada do produto no mercado e os preços caíram. Mas, mesmo depois da recuperação — a saca de 60 kg do arábica brasileiro custava US$ 65,93 e, no último dia 31, chegou a US$ 70,32 —, o café brasileiro não marca a mesma presença nas mesas pelo mundo, como fazia antes.

Quedas — As previsões não são boas: Calmon fala em exportações equivalentes a 16 milhões de sacas de café verde e solúvel em 1990, enquanto no ano passado as vendas somaram 18,2 milhões de sacas. Em divisas isto significa, neste ano, a entrada no *cofre* dos exportadores de algo em torno de US$ 1,2 bilhão — US$ 600 milhões a menos que em 1989, quando obteve US$ 1,8 bilhão de receita com vendas do produto.

Arquivo

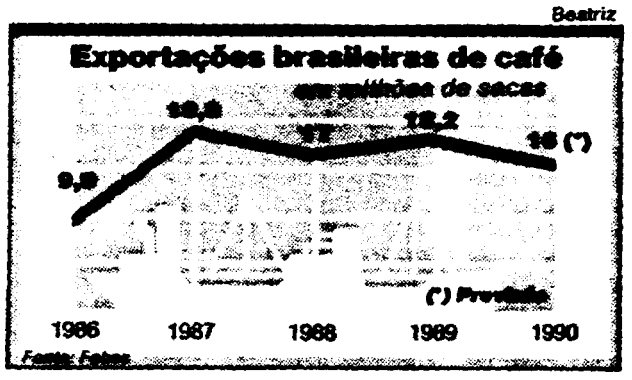
Calmon: mais qualidade

Arquivo



Coser: consumidor exigente

Beatriz



Para os exportadores, o que está acontecendo nada mais é do que uma espécie de *ressaca* de quase 30 anos de intervenção do governo no setor cafeeiro — um período que somente agora chegou ao fim, com a liquidação do Instituto Brasileiro do Café. Calmon acentua que um dos instrumentos da política governamental para o setor, o crédito agrícola, não foi utilizado para incentivar o aumento de produtividade e qualidade. "A produtividade dos cafezais brasileiros é uma das mais baixas do mundo, uma média de seis sacas por hectare", revela.

O resultado está se vendo agora. A Colômbia aproveitou o *boom* de suas exportações e investiu exatamente em produção maior e melhor. Ganhou espaços importantes que eram do Brasil junto aos países do Mercado Comum Europeu. O México, por sua vez, abocanhou fatias no vizinho mercado americano, maior cliente do produto brasileiro. Para completar, importadores como o Japão (10% das compras) já sabem que existe até uma mistura de cafés produzidos por países da América Central que substitui sem grandes problemas o arábica brasileiro.

Exigências — "O perfil do consumidor mundial mudou nos últimos cinco anos", atesta Jair Coser, presidente da Unicafé, maior exportador brasileiro do produto, com vendas para nada mais, nada menos, que 37 países. "Quem mais aumentou o consumo ficou mais exigente: Alemanha e Japão", completa ele, que em 1989 exportou 1,3 milhão de sacas e que este ano está trabalhando com um volume 10% inferior. "O comércio exportador de café ainda se ressente muito do trauma de 27 anos sob domínio do governo", acrescenta.

Sem o IBC, acredita Coser, quem produzir café de má qualidade vai ter de aceitar um preço mais baixo ou ficará sem comprador. Isto porque, não existe mais o IBC garantindo encomendas, mesmo com o produto apresentado não sendo lá dos melhores. "Para recuperar as exportações é preciso qualidade", ensina. "Só assim o consumo mundial de café vai aumentar, e não pelo preço baixo". Carlos Calmon, da Febec, também vê outra vantagem no fim da intervenção do Estado: espaço para um planejamento estratégico de prazo mais longo pelas empresas.

Esse planejamento estratégico certamente inclui um cobiçado mercado: o Leste Europeu, que nos últimos meses parece ter sido alçado à condição de *menina dos olhos* de quem fala em bons lucros com o mercado externo. "A potencialidade é enorme", garante Haroldo Bonfá, gerente de exportação do Café Cacique, o maior grupo exportador de café solúvel, responsável por quase metade (13,2 mil toneladas) das vendas brasileiras do produto no resto do mundo, de janeiro a junho.

Mercado soviético — No caso da Cacique, explica Bonfá, o Leste já é uma realidade: seu maior cliente é a União Soviética, para onde embarcou 5,5 mil toneladas no primeiro semestre. Os contatos começaram, por mais estranho que pareça, em 1964, quando os militares assumiram o poder no Brasil. Os frutos maiores começaram mesmo 20 anos depois, em 1984, quando o mercado soviético começou a superar o americano na avidez pelo consumo de café solúvel brasileiro.

As empresas de café solúvel vivem uma situação diferente das suas *primas*, encarregadas da exportação de café verde: a receita com as vendas lá fora está caindo, mas os volumes exportados vão aumentando — principalmente para países do Leste. Mesmo assim, os cenários não eliminam a disputa palmo a palmo por mercados, no médio prazo, ainda mais quando se oficializar (em 1992) a unificação do Mercado Comum Europeu. "Eles (os países da Europa Ocidental) vão fazer qualquer coisa para conquistar o mercado do Leste", comenta o executivo da Cacique.

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 12/9/70 ES

01 01 9004527

Nº. DOC.
TITULO: BANCO CENTRAL ESTUDA POSIBILIDADE DE LIBERAR CRUZADOS.
PROC. ZH-150028
FE. 9/8/90
VIA: BRASIL 10046
E. GRUPO 11161
SEC FINAN 11403.

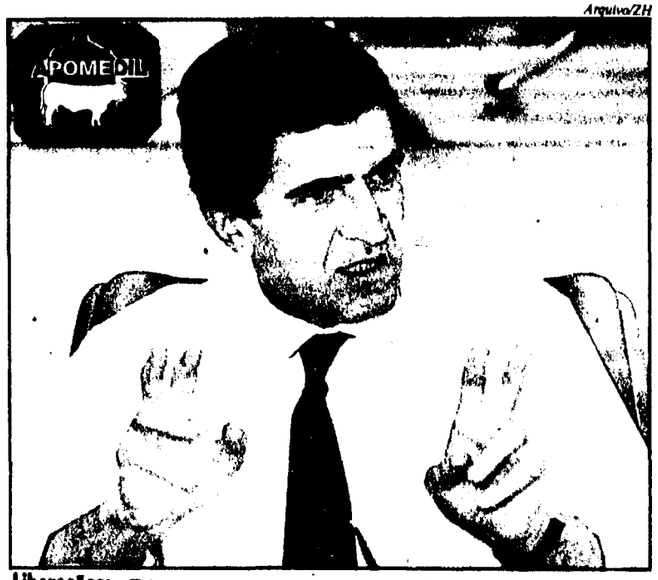
Liberação para pequenos saldos

Banco Central estuda a possibilidade de liberar os cruzados bloqueados em contas de pequeno valor. Isso é caro para os bancos

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, prometeu, ontem, que vai estudar a possibilidade de liberar, em curto prazo, os cruzados bloqueados quando o valor for inferior a Cr$ 5 mil. O pedido foi feito pela Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC) durante reunião-almoço com Eris. O presidente da Associação, José Carlos de Campos, mostrou a ele que 75% das contas bloqueadas estçao com valores abaixo de Cr$ 5 mil e 62% com valores abaixo de Cr$ 2 mil.

O grande problema, explicou José Carlos de Campos, é que o custo para manter essas contas é bem mais alto que os valores bloqueados. Hoje, um simples extrato da conta bloqueada custa aos bancos Cr$ 150 ao mês. Com a grande preocupação do governo é com uma possível impacto mometário pelas liberações, os bancos se comprometeram a cobrir o valor a ser liberado, isto é, depositam a quantia liberada tirando, assim, o dinheiro novo que entraria no mercado.

Arquivo/ZH



Liberações: *Eris examina contas até NCz$ 5 mil*

BANCOS NOVOS — Outra queixa apresentada pelos dirigentes da ABBC ao presidente Ibrahim Eris, foi que os bancos novos estão com problemas para sobreviver. Quando estavam apresentando os primeiros resultados, veio o governo e bloqueou 80% do seu capital. Mas esse problema o presidente Eris deixará sem solução. Não vai liberar recursos para os bancos.

Os bancos pediram um tratamento diferenciado, isto é, conforme a sua estrutura. Um exemplo citado por eles foi a determinação que apenas 30% do patrimônio líquido pode ser emprestado. Para um banco grande esse valor é alto, mas os pequenos ficam com uma margem de negociação muito pequena. Eris ficou de analisar, o assunto, mas não em curto prazo. **(Brasília/ZH)**

ENTRADO 11/9/90 EG
CRUZ DO 12/9/90 EG

01-01

F 9004528

Nº. DOCUMENTO
TITULO IMPORTAÇÃO DE ALIMENTOS URUGUAIOS
PROCESSO Z.H. 150029
FECHAMENTO 19/8/90
VINCULAÇÃO BRASIL 10046
F. ECON 11161
COM. EXT. 11409.

A importação de alimentos uruguaios

Antes mesmo de se instalar no Brasil, há pouco mais de três anos, a Câmara de Indústrias del Uruguay, sabia que teria muito trabalho quando fosse deflagrado o inevitável processo de integração no Cone Sul. "O aumento de 40% a 50% no volume de pedidos de informação não nos surpreende", comenta Julio Martinez Reyes, gerente para o Brasil da Câmara, informando que o número de consultas atualmente varia entre 15 a 20 por dia. A representação da Camara de Industrias del Uruguai no Estado tem funções semelhantes as das outras Câmaras. "Nós ajudamos o industrial brasileiro a vender seus produtos para os uruguaios e viceversa, de uma forma que ambos façam bons negócios", resume Julio Martinez Reyes.

Segundo ele, a entidade contribui, ainda, na aproximação de parceiros para a formação de *joint ventures*, embora, por enquanto, a grande maioria dos brasileiros esteja mais interessada em importar alimentos e outros bens de consumo. Uma prova disto é que, no ano passado, a balança comercial entre os dois países foi, pela primeira vez na história, favorável em US$ 112,5 milhões ao Uruguai. "Se os brasileiros mantiverem seu interesse, a tendência é que o Uruguai amplie este superávit", analisa o gerente da Camara para o Brasil.

Todas as informações e os contatos articulados pela Camara de Industrias del Uruguay são gratuitas, pois são os industriais uruguaios que mantém a estrutura da representação no estado, que consome cerca de Cr$ 520 mil por mês. Além da Camara de Industrias, os brasileiros interessados em negócios com o Uruguai podem contar também com a ajuda da Câmara de Comércio Brasil-Sul/Uruguay, uma entidade que se mantém com a contribuição de seus 75 associados e, desde 1987, está se reestruturando com o objetivo de aproximar os empresários dos dois países.

ITALIANOS — Antes mesmo da abertura da economia brasileira, a Câmara de Comércio Italiana para o Rio Grande do Sul passou a viver um momento de rara efervecência desde sua implantação no Estado, em 1931. É que no ano passado o governo italiano assinou um convênio com o Brasil, pelo qual a Itália destinaria US$ 1,1 bilhão, para financiar investimentos de pequenas e médias empresas. O dinheiro ainda não chegou, mas desde que foi anunciado os cinco funcionários da Câmara não têm descanso.

"Recebemos de 20 a 30 pedidos de informações por dia", conta Carlo Bicchieri, presidente da entidade. A Câmara Italiana custeia suas despesas fixas, que chegam a Cr$ 200 mil por mês, com a arrecadação das anuidades dos 100 associados e com as subvenções que recebe do governo brasileiro. Segundo Bicchieri, a Câmara funciona como uma espécie de banco de dados e um canal de aproximação para empresários brasileiros e italianos.

ENTRADO 11/9/1990
CRUZADO 12/9/1990

01 01 9004529

Nº. DOCUMENTO
TITULO COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO REDUZEM GASTOS
PROC JOB 150028
FE 23/1/90
VI BRASIL 10014
F ECON 11161
S. COMER 11407

Companhias de capital aberto reduzem despesa

SÃO PAULO — A redução de gastos foi um dos principais recursos utilizados pelas empresas para enfrentar o aperto de liquidez provocado pelo Plano Collor. Pesquisa feita pela Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca) revelou que 82,1% das 56 empresas consultadas cortaram despesas para se adaptar às mudanças na economia. Feita entre o dias 2 e 30 de julho, o levantamento — um diagnóstico do nível de atividade das empresas de capital aberta que será repetido trimestralmente — mostrou também que a contenção não foi obtida apenas com cortes no pessoal. Só 20,6% das empresas demitiram trabalhadores, enquanto 38,5% preferiram conceder férias, 20,6% deram licença remunerada e 10,3% mantiveram o quadro de pessoal inalterado.

A pesquisa demonstra ainda que essas companhias estão praticando políticas salariais que independem de intermediação do governo. Em 71,4% das consultadas houve reposição de salários, concedida sob a forma de antecipação, 16,1% não reajustaram as remunerações e apenas 3,6% informaram que negociaram reduções. Segundo a pesquisa, nenhuma companhia suspendeu definitivamente as aplicações programadas; 34% mantiveram investimentos, 19,6% reformularam suas previsões, 26,8% suspenderam temporariamente e 12,5% alargaram o cronograma.

Captação — Mais da metade das empresas pesquisadas (53,5%) não pretende captar recursos no período 1990/91. Das 41,1% que responderam afirmativamente à questão, 28,6% indicaram valores que, no total, somam US$ 291,1 milhões. Só 4% das consultadas desmobilizaram algum ativo para fazer caixa, apesar do faturamento de 46,4% das companhias ter caído depois do Plano Collor.

Quanto à utilização da capacidade instalada, as respostas mostram que as reduções informadas, que atingiram 44,6% das empresas pesquisadas, ocorreram, em geral, em setores como a indústria de bens de capital, construção pesada, fertilizantes e gases industriais, enquanto atividades como as de fabricação de artigos de limpeza e têxtil aumentaram a produção. Ramos como o agrícola, de higiene, alimentos e material de construção mantiveram o mesmo nível de antes do plano.

Para 53,6% das empresas de capital aberto, a política econômica do governo está permitindo segurar a inflação. Embora apenas 7,1% das respostas apontem como certa uma tendência de queda, 24% apostam em taxas inferiores a 15% ao mês e só 5,4% acreditam em uma inflação mensal superior a 20%. Para 57,1%, a redução da atividade econômica não vai levar o país a uma recessão mais intensa.

A pesquisa da Abrasca foi feita em empresas localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pará. A quase totalidade das companhias consultadas (94,6%) são de capital privado nacional e atuam em 35 setores da atividade econômica.

ENTRADO 11/12/90 E5
CRUZADO 12/12/90 E5

01 0 9004530

EMBRATEL OBTIENE PRESTAMO POR US 175 MILLONES PARA SATELITES.
JdoB. 1/8/90
30/8/90
BRASIL 10046
F. TECN. 11166.

Hughes fornecerá 2 satélites à Embratel por US$ 175 milhões

Finalmente terminou ontem o último capítulo da tumultuada concorrência internacional para a aquisição dos dois satélites que substituirão os Brasilsat I e 2. Um ano e meio após a abertura da concorrência para a fabricação da segunda geração do sistema brasileiro de comunicações por satélite, a vencedora Hughes Communications International assinou com a Embratel o contrato no valor de US$ 175 milhões.

O Brasilsat B1 será colocado em órbita em abril de 1994 e o B2 em outubro do mesmo ano. A fabricação do primeiro satélite está prevista para começar daqui a quatro meses, quando já terão sido fechados os prazos de contratos de financiamento e obtidas as licenças de importação. O programa está sendo 100% financiado pelo Eximbank com taxas de juros de 9,65% ao ano. A divida será amortizada num período de 10 anos.

De acordo com o presidente da Embratel, Carlos de Paiva Lopes, que assinou o contrato com o vice-presidente da Divisão de Sistemas Comerciais da Hughes, David Braverman, o próximo passo será a contratação de um seguro para os satélites. "Estamos estudando com quem será feito e quais as formas de pagamento." O seguro deverá ser efetuado pelo menos um ano antes do lançamento de cada um. Além disso, a empresa francesa Arianespace, que fornecerá o foguete lançador para os satélites brasileiros, oferece uma espécie de seguro, que é a garantia de relançamento caso ocorra algum problema no momento de colocá-los no espaço.

O contrato para o lançamento, também financiado pelo Eximbank, será fechado na próxima segunda-feira com a Arianespace, responsável pelo envio, em 1985 e em 1986, dos dois Brasilsat A1 e A2. Para obter a garantia de relançamento, a Embratel deverá desembolsar 10% do valor do contrato. Os dois novos satélites serão colocados no mesmo lugar onde se encontram hoje os da primeira geração, numa altitude de 36 mil quilômetros.

Durabilidade — Uma das principais vantagens da segunda geração de satélites é a maior durabilidade. Enquanto os satélites A1 e A2 têm vida útil estimada entre oito e 10 anos, os novos terão 12 anos de vida. Outra novidade da segunda geração é a existência de um *transponder* (canal de comunicação) em cada satélite, na banda X, que é o canal de comunicação militar para controle de fronteiras.

Apesar de ser uma exigência do edital, a banda X correu o risco de ficar de fora do pacote da Hughes, porque o Departamento de Estado norte-americano considerou, no ano passado, o Brasil um país de relações comerciais difíceis. O impasse foi contornado e a Hughes colocou a banda X no programa.

O mercado mundial de satélites hoje gira na órbita de US$ 2 bilhões; assim somente a negociação do Brasilsat representa quase 10% das vendas globais. Isso explica a mobilização dos dois gigantes do setor, a norte-americana Hughes Aircraft Company e a canadense Spar Aerospace Limited para obter a conta brasileira.

Desde março de 1989, quando foram abertas, simultaneamente, as cartas-proposta de cada uma das empresas, as duas buscaram angariar a preferência do governo brasileiro que enviou um questionário com mais de 350 itens para ser respondido sobre o assunto. Ganhou a Hughes, após um longo período de indecisão do governo que quase colocou em risco o sistema de comunicações no país, pois havia a possibilidade de os próximos satélites não ficarem prontos antes que os atuais entrassem em colapso.

A Hughes fez uma proposta 10% mais barata do que a da Spar, o que, segundo os técnicos da Embratel, foi o principal fator de decisão do governo. Além disso, ela promete no seu pacote algumas vantagens comerciais através da empresa líder do grupo, a General Motors, que em 1979 adquiriu a indústria criada na década de 50 pelo legendário Howard Hughes. A GM comprará produtos industriais brasileiros no valor equivalente ao custo total do projeto e ainda oferecerá apoio técnico ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) no valor de US$ 10 milhões.

Para cumprir a exigência do governo de associação com uma empresa nacional, a Hughes ficou sócia da Promon Engenharia. Foi exatamente esta exigência que colocou a Hughes e a Spar em confronto. Elas haviam trabalhado em conjunto no fornecimento da primeira geração de satélites brasileiros.

ENTRADO 11/8/90 26
CRUZADO 12/9/90 25

01·01

9004531

Nº. DOC
TITULO BRASIL PRODUCIRÁ RESINA DE FIBRA OPTICA
PRECO Jornal do Comércio
FONTE 20/8/90
MICRO BRASIL 10046
E. TECNOL. 11166

Brasil passa a produzir resina de fibra óptica

Maurício Corrêa

BRASÍLIA — Ainda neste semestre, o Brasil deixará de importar o revestimento para fibras ópticas. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CpqD) transferiu a tecnologia do composto fotocurável (uma resina que é aplicada sob forma líquida na fibra óptica, evitando que ela se rompa no processo de enrolamento) à empresa paulista RDD Dielétricos, que já se prepara para lançar o produto no mercado. "A nacionalização dessa etapa permitirá uma economia de até 50% dos US$ 300 mil gastos anualmente pela indústria brasileira de fibras ópticas", comentou o superintendente do CpqD, Fernando Vieira de Souza.

A fibra óptica é considerada como *o futuro* no mundo das telecomunicações. Ela já substitui cabos telefônicos de cobre entre centrais telefônicas dentro de uma mesma cidade e a Telebrás já programa a sua implantação nos cabos interurbanos. A tecnologia da resina que será comercializada pela RDD Dielétricos foi desenvolvida pelo CpqD. Até agora, a Telebrás utilizava o silicone solidificado por processo térmico como revestimento das fibras ópticas, mas, segundo Atílio Reggiani, que coordenou o projeto no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, o novo tipo de revestimento, que utiliza o ultravioleta, "dá maior resistência mecânica," aumentando a vida útil da fibra e a sua produtividade".

Todas as questões em torno das fibras ópticas têm provocado muita divergência no governo. Enquanto na Secretaria de Ciência e Tecnologia a fibra óptica é considerada como um bem de informática e, por isso, seria enquadrada nos rigores da lei de reserva de mercado, os especialistas da Secretaria Nacional das Comunicações acham que a fibra não passa de fio mais sofisticado. Atualmente, apenas uma indústria brasileira, a ABC-Xtal, produz a fibra óptica, embora uma outra companhia, a Bracel, já esteja se preparando para lançá-la comercialmente.

Ao substituir um produto importado pelo similar nacional, a Telebrás se livra da burocracia estatal. Como a resina só pode ser utilizada até seis meses após a fabricação, a vida útil dos estoques tem sido pequena, pois só o processo de importação tem levado pelo menos três meses.

Orçamento de US$ 70 milhões

Instalado em Campinas (SP), o CpqD já assinou 223 contratos de fornecimento de tecnologia com companhias privadas. "No gênero, sem dúvida, o CpqD é uma das mais avançadas instituições de pesquisa em todo o mundo", afiança o seu superintendente, Fernando Vieira de Souza, esclarecendo que o orçamento deste ano alcança US$ 70 milhões.

O CpqD está diretamente vinculado à presidência da Telebrás, reunindo 1.546 pessoas. Atualmente, o CpqD está finalizando diversos projetos que serão incorporados ao mundo das telecomunicações brasileiras. Um deles é o chamado *Trópico RA*, que vem a ser a primeira central telefônica digital de grande porte construída no país. Numa fase inicial ela terá capacidade para 35 mil terminais, podendo chegar a 100 mil assinantes. O centro também trabalha num sistema de comunicação de dados via satélite (o *Somsat*) e no projeto de telefone público eletrônico acionado por cartão magnético. Para 1992, o CpqD já anuncia o lançamento comercial do *Intelitel*, que vem a ser uma espécie de telefone *inteligente*. (*M.C.*)

ENTRADO 11/9/90
CRUZ DO 12/9/90

01·01

· 9004532

PROJECTO PROHIBE FABRICACION DE BOMBA ATOMICA
J 20 B /50028
8/8/90
BRASIL /0046
F TECNOLOGICO 11166.

Projeto proíbe a fabricação da bomba atômica

O deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP) apresentou ontem, na Câmara, projeto de lei, de iniciativa popular, que proíbe a importação, pesquisa e fabricação de artefatos nucleares pelo Brasil. Pelo projeto também são proibidos o armazenamento e o transporte desses artefatos. Projeto de lei semelhante foi apresentado pelo deputado Alberto Aramowni, do Partido da Democracia Popular, na Argentina, numa iniciativa de integração entre os Parlamentos dos dois países.

O projeto, segundo Feldmann, resulta de uma mobilização popular para impedir a fabricação da bomba atômica. Na justificativa, o parlamentar considera a ação Brasil-Argentina como símbolo de novos tempos, "ditados pela consciência democrática, em defesa do meio ambiente, da paz e da vida". Propositadamente, os projetos foram divulgados na segunda-feira, dia em que uma bomba atômica destruiu a cidade japonesa de Hiroshima, há 45 anos.

Feldmann aponta como principal fonte de preocupação para ecologistas, cientistas e políticos o documento "Subsídios para o controle de tecnologia nuclear pelo Congresso Nacional", elaborado pela Sociedade Brasileira de Física —SBF—, que mostra a viabilidade técnica de construção e testes, no Brasil, de bomba semelhante à de hiroshima, "apenas com meios que as Forças Armadas possuem, fora de salvaguardas". Para ser apreciado pelo Congresso, o projeto necessita de 828 mil assinaturas em cinco Estados da Federação (ABR)

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZ DO 12/9/90 ES

L 9004533

Nº. DOCU
TITU TECNOLOGIA PUEDE RECIBIR MAS INCENTIVO
PE J do B. 150028
2/8/90
BRASIL 10046
F. TECN. 11166.

Tecnologia pode receber mais incentivo

Os investimentos do setor privado em pesquisa e desenvolvimento tecnológico representam apenas 10% do total aplicado em ciência e tecnologia no país. "E o desejado é que os investimentos das empresas privadas cresçam 30% ao ano", disse ontem o secretário-adjunto de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, Edson Machado de Souza. Ele admitiu, entretanto, que esta taxa talvez seja "insuportável", levando em conta a previsão de crescimento do PIB, estimada em 3% nos próximos cinco anos, reconhecendo que caberá ao governo criar mecanismos de estímulo. Vale lembrar que, no total, os investimentos neste setor representaram apenas 0,64% do PIB no ano passado.

Machado revelou que o governo trabalha com a hipótese de conceder incentivos fiscais e até mesmo promover política de incentivos casada com redução de tarifas de importação de insumos, desde que a renúncia fiscal não cause problemas para as contas nacionais e não seja choque com a orientação do governo. Ele lembrou ainda que o fato de as novas Constituições estaduais vincularem de alguma forma a receita tributária à ciência e tecnologia abrem novas perspectivas, citando como exemplo que o estado de São Paulo aplicou 0,5% da arrecadação do ICMS (US$ 160 milhões) no setor.

Programa — Todas as ações que o governo pretende deslanchar estarão reunidas no Programa de Capacitação Tecnológica, que estará concluído em 26 de agosto, junto com o projeto que trata da nova política industrial. Ele adiantou que, dentro do programa, o governo trabalhará em duas frentes: numa ponta, vai estimular a formação de recursos humanos, a montagem e a modernização de laboratórios e centros de pesquisa. De outro lado, entra o financiamento direto às empresas. Machado reconheceu que não existe no sistema financeiro nacional linhas de crédito para aporte de capital de risco nem tampouco para apoio à comercialização, dando a entender que o programa vai estabelecer alguma coisa nesse sentido. O estímulo à formação de consórcios também está nos planos do governo.

ENTRADO 11/9/20 ES
CRUZ 12/5/30 ES

F 9004534

Nº. DE ORDEM
TIPO: COLLARES CULPA ALGOB POR EL AUMENTO DE CRIMINALIDAD.
DATA: 2.H 150029
30/8/90
VINCULO: BRASIL 10046- F. POLÍTICO 11164- GOB NAC 11302.

ENTRADO 19/20 65
CRUZADO 19/20 63

Collares culpa governo pelo aumento da criminalidade

☐ Para ele, administração desaparelhou Segurança Pública e não investiu como devia na Educação, "única forma de evitar delinqüência juvenil"

J.C. TERLERA
Editoria Política/ZH

Alceu de Deus Collares, natural de Bagé, onde nasceu no dia 7 de setembro de 1927, foi quitandeiro, vendedor de jornais, condutor de malas e telegrafista antes de formar-se em Direito, em 1960, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele iniciou sua carreira política como vereador de Porto Alegre, exercendo mandato de 1964 a 1970. De vereador, Collares elegeu-se direto para a Câmara Federal em três eleições consecutivas: 1970, quando foi o mais votado pelo então MDB; 1974, quando foi o mais votado no Estado; e 1978, novamente o mais votado do Rio Grande.

Em 1982, Collares concorreu ao Governo do Estado pelo PDT, perdendo para Jair Soares (eleito) e para Pedro Simon (segundo colocado), tendo superado a Clóvis Ilgenfritz que concorreu pelo PT. Em 1985, disputou a Prefeitura de Porto Alegre e ganhou a eleição por larga margem. Foi empossado a 1º de janeiro de 1986 e governou o município por três anos — duração do mandato dos primeiros prefeitos eleitos das capitais após a abertura. Agora, concorre ao Governo pela coligação Frente Progressista Gaúcha, integrada pelo PDT, PSDB e PC do B.

ZH — É sabido que o senhor obedece a diretriz de Leonel Brizola. Também é sabido que o Rio tem interesses que contrariam os do Rio Grande. Por exemplo: o Pólo Petroquímico e a indústria automobilística. E se o "chefe", como governador do Rio, priorizar aqueles empreendimentos em detrimento do Rio Grande, qual será seu comportamento como governador dos gaúchos?

Juntos: *Collares anuncia ação com Brizola pelos pólos daqui e do Rio*

Collares — Não. Nós vamos encontrar uma indústria automobilística para o Rio de Janeiro e uma para o Rio Grande; vamos encontrar um pólo para o Rio e garantir o crescimento do nosso. Nós temos este acordo entre nós e lutaremos juntos para que o Governo Federal viabilize os dois pólos.

ZH — As denúncias que o PT anuncia contra o senhor não o assustam?

Collares — De jeito nenhum. Tenho a consciência tranqüila dos atos que pratiquei dentro da lei. O PT usa esta arma como desespero para esconder a incompetência e o desastre de sua administração. É o povo que fala e que diz já ter saudade do meu governo.

ZH — Que análise faz, a propósito, sobre a administração do PT

Collares — Desastrada.

ZH — E a do PMDB no Estado?

Collares — Pior ainda

ZH — Com que base faz estas afirmações?

Collares — Com relação ao PT registro o abandono de todas as obras a partir da Usina do Gasômetro, do Projeto Praia do Guaíba, do Ginásio Municipal, do abandono das 22 casas da criança. Aliás, já estamos estudando a possibilidade jurídica de responsabilizar o PT. Não pelo fato de ter abandonado todas estas obras, mas, especialmente por não ter tido o zelo que deveria ter no trato do dinheiro público, que é patrimônio do povo.

ZH — E a do PMDB?

Collares — Já em relação ao PMDB bastam três: a educação foi um desastre, começou com uma greve e terminou com outra. Não teve competência e nem sensibilidade para contornar os conflitos com o magistério e além disso deixou a rede escolar estadual em estado precário. Há quase 200 mil excedentes por falta de matrícula. Além disso, há a questão da Segurança, já que basta conversar com qualquer policial ou brigadiano que ele te mostra o contracheque e aí se vê que eles foram subnetidos pelo atual governo ao maior castigo que a Segurança já recebeu.

ZH — Castigo por que?

Collares — Pelo salário ridículo, pela falta de viaturas — e quando há viaturas não há dinheiro para combustível, não há equipamentos. O Governo do PMDB abandonou propositadamente a área da Segurança Pública.

ZH — O senhor está dizendo, então, que o PMDB é o responsável pela falta de segurança?

Collares — Os índices de criminalidade e da própria violência são efeitos da fome, da miséria, da falta de condições mínimas para viver, da falta de moradia e do desemprego. E o Governo peemdebista não combateu os efeitos e muito menos as causas porque, em abandonando a educação, estas crianças começam a entrar no mundo do crime.

ZH — Mas o senhor está responsabilizando o PMDB pelo aumento da criminalidade. É isso que quer dizer?

Collares — Indiscutivelmente. O Governo não aparelhou o setor da segurança pública; não deu uma remuneração razoável para as polícias civil e militar; e tirou de lá e não proviu, em média, 35% das lotações dos respectivos efetivos, lotações estas previstas para 1978. Com o crescimento da população, esta lotação já era carente e agora está totalmente defasada.

ZH — E o terceiro ponto crítico do Governo?

Collares — É a Saúde. Apesar do SUDS, o Governo que aí está nada fez além da discriminação. Como prefeito de Porto Alegre, eu recebia Cr$700 milhões por mês, enquanto municípios vizinhos de menor expressão recebiam muito mais dinheiro.

900535

Marchezan quer recuperar força política do Estado

□Sua candidatura, afirma, já assumiu um caráter suprapartidário, pois tem ganho apoio em segmentos de todas as siglas

J.C. TERLERA
Editoria Política/ZH

O advogado Nélson Marchezan nasceu em Santa Maria a 4 de maio de 1938, onde começou sua carreira eleitoral elegendo-se vereador em 1960. Em 1962, conseguiu seu primeiro mandato de deputado estadual também pelo PDC. Interrompeu sua carreira na eleição de 1966, por não ter sido reeleito, mas voltou a eleger-se em 1970 tendo interrompido o mandato para assumir a Secretaria do Trabalho de 1972 a 1974, no Governo Euclides Triches.

Em 1974, conquistou seu primeiro mandato como deputado federal, tendo sido o mais votado do Estado, reelegendo-se em 1978 e em 1982. Em 1979, foi líder do Governo Geisel e em 1980, 1983 e 1984 liderou o Governo Figueiredo na Câmara dos Deputados.

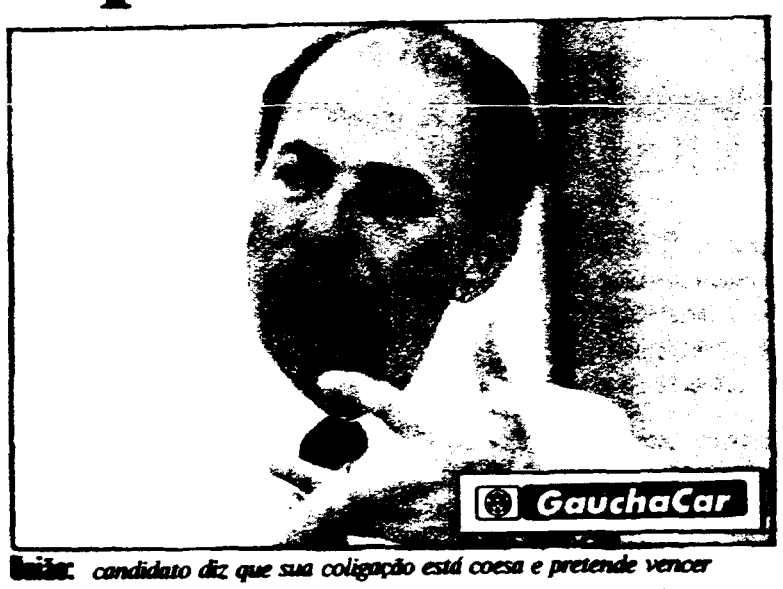
Como deputado federal é autor de 80 projetos, todos convertidos em lei e ainda em vigor na sua maioria. Liderou em Brasília, como líder do Governo, a mobilização que trouxe para o Estado o Pólo Petroquímico e o superporto de Rio Grande, além de mobilizações em favor da produção agrícola.

ZH — A candidatura Marchezan representa o Governo Collor no Rio Grande do Sul?

Marchezan — A minha candidatura nasceu da união de cinco partidos que formaram a União por um Novo Rio Grande e graças a Deus hoje ela ultrapassa estes limites e tem aceitação de outros segmentos partidários e não partidários. Minha candidatura nasceu no Rio Grande com um projeto para tirar o Rio Grande do sufoco.

ZH — E sua relação com Collor?

Marchezan — Votei na última eleição no presidente Collor porque entendi que era uma proposta moderna que havia no País. Quem pode dizer se tem candidato num ou noutro estado é o presidente. Não cabe a mim dizer que sou candidato de A ou B. Por enquanto eu sou candidato de uma magnífica parcela dos gaúchos que vai se tornar maioria e vou chegar ao Governo. Agora, no Governo, vou precisar do presidente Collor para fazer o Rio Grande crescer. E este bom relacionamento que tenho com o presidente interessa para resolver os sérios e graves problemas que o Rio Grande tem para voltar a crescer. Este canal eu pretendo usar integralmente, intensamente, a favor do desenvolvimento do nosso Estado.



União: *candidato diz que sua coligação está coesa e pretende vencer*

ZH — Esta ligação, mesmo que indireta, com o presidente o ajuda ou o prejudica eleitoralmente?

Marchezan — A inflação que o País estava vivendo ameaçava nos levar para uma convulsão social. Parece claro que o presidente está conseguindo controlar a inflação; a proposta de aumentar de 35 para 65 ou 70 a massa salarial reduzindo lucros, juros e aluguéis merece o aplauso; a modernização do livre mercado também é aplaudida. Apesar disso, eu ponderei ao Governo Federal o reexame do bloqueio de recursos das cadernetas de poupança e a extensão do abono aos aposentados. Assim eu não saberia dizer se ele me prejudica ou me ajuda. Sei que ele como presidente me ajudará muito como governador, logo não posso dizer que ele vai me prejudicar.

ZH — Ele é um cabo eleitoral?

Marchezan — Todo mundo tem padrinho, eu não tenho. Tenho um presidente para ajudar a governar o Rio Grande e não tenho um cabo eleitoral porque o presidente não se presta para isso. Os outros candidatos têm padrinhos, mas como ninguém vai votar na padrinho eu acho que isso até vai me distinguir dos outros candidatos.

ZH — Quem é quem nesta questão dos padrinhos?

Marchezan — O Collares tem seu padrinho, o meu amigo Leonel Brizola; o Tarso tem trazido para cá o Lula; e o Fogaça tinha profundas divergências com o ex-governador, expressas até na imprensa, tinham mágoas recíprocas, mas agora mudou todo relacionamento quando ele é elogiado pelo candidato.

ZH — Como funciona a sua coligação que abriga PDS e PFL, ou seja, o mesmo PDS que elegeu o governador Jair e o senador Chiarelli e que depois foi despejado do Governo por eles. Houve arrependimento?

Marchezan — São coisas passadas. Houve este desentendimento. Na oportunidade o governador Jair entendeu que deveria sair do partido para ajudar o Rio Grande e o fez e o ministro Chiarelli saiu para ajudar a fundar outro partido. Nós permanecemos, mas de minha parte ninguém viu nenhuma restrição pública ao Jair ou ao Chiarelli. Nos divergimos no enfoque, na interpretação, mas continuamos nos respeitando. Agora, aconteceu esta idéia de nos unirmos, não houve no meu caso nenhum atrito, não há ferida a cicatrizar. E isso, embora seria bom que não tivesse acontecido, ocorre nos mais altos termos. É uma união que visa a abrir caminhos para a modernidade, crescimento, justiça social. Há na união também o PL, o PRN e o PSC e felizmente posso dizer que também lideranças de outros partidos que se têm incorporado a nós. Esta aliança, que tem também gente do PMDB e do PDT, é suprapartidária.

ZH — Não há divisões na coligação?

Marchezan — Se até nos partidos que concorrem sozinhos existem divisões, eu seria hipócrita se disesse que elas não existem na coligação. Existem pequenos problemas em alguns pontos da base, mas já contornados. Em 99% dos municípios o relacionamento é excelente, em razão dos objetivos que temos.

ZH — O Collares está contando com o apoio de Jair

Marchezan — Eu acho que o governador Jair deve estar feliz porque, estando me apoiando, receber a visita de um adversário para discutir o apoio, como foi o caso do Collares, que no passado o agrediu, ele deve estar muito feliz e isso me alegra. Eu fico feliz que ele esteja sendo homenageado. Isso deve ser um arrependimento do Collares. Tardio, mas é um arrependimento. A visita é um pedido de desculpa dele à injustiça que fez com o governador Jair. E isso é muito bom.

ZH — É o grupo majoritário do PDS gaúcho, como está em relação à sua candidatura sabendo-se que o senhor rejeitou apoiá-lo em 84 e em 89?

Marchezan — Em janeiro quando surgiram algumas divergências dentro do PDS eu renunciei à minha candidatura e disse que se não pudesse fazer uma união com outros partidos também não seria candidato. Por unanimidade os partidos me indicaram. Não existe mais malufista nem anti-malufista. Na última eleição é sabido que eu não acompanhei o candidato Maluf, mas também é sabido que o Diretório deixou questão em aberto e me liberou de votar e não agravei a situação. Se ocorrer alguma dissenção, será sem nenhuma expressão do ponto de vista das bases que eu tenho percorrido e não vejo problemas. Pode haver algum caso pessoal que eu espero esclarecer, mas não tem nenhuma expressão partidária.

9004535

9004535

Nº. DOC.
TITULO: GOBIERNO PUEDE ACABAR CON IMPUESTO SINDICAL
J do B. 150028
29/8/90
BRASIL 10046
F. POLITICO 11164
GOB VAC 01302

Governo pode acabar com imposto sindical

BRASÍLIA — O ministro do Trabalho e da Previdência Social, Antônio Rogério Magri, levou ontem ao presidente Fernando Collor o texto de uma medida provisória que acaba com a cobrança do imposto sindical. O texto elimina os artigos da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que estabelecem a obrigatoriedade do recolhimento do imposto, de valor equivalente a um dia de trabalho de todos os assalariados, no mês de março, e de parcela do capital das empresas, no mês de janeiro.

Assessores de Magri comentam que, pelo fato de a arrecadação do imposto ser automática, muitos sindicalistas não se preocupam com suas bases e vivem às custas desse capital sem qualquer esforço. Há, porém, controvérsias entre alguns juristas da área trabalhista, que acreditam ser inconstitucional a extinção do imposto sindical. O 4º parágrafo do Artigo 8º da Constituição fala da contribuição descontada em folha, "independentemente da contribuição prevista em lei".

"A Constituição é ambígua", confirma o advogado Evaristo de Moraes Filho, um dos relatores da Comissão Afonso Arinos, que levou ao texto constituinte. "Como está previsto na CLT, o presidente só pode fazer modificações através de medida provisória ou de projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso", afirmou o advogado trabalhista. "Eu parabenizo o governo. Lutei minha vida inteira contra o imposto sindical, que criou os pelegos, que não precisam lutar porque estão com a barriga cheia", acrescentou o advogado.

O artigo da Constituição garante a liberdade de organização sindical e proíbe a interferência do poder público na vida dos sindicatos, e embora não cite nominalmente o imposto sindical, cria polêmica. Um dos principais assessores de Magri assegura que o imposto será extinto: "Vamos acabar com essa vírgula acrescentada às escondidas pelos pelegos na Constituição."

Magri disse que o fim do imposto sindical é urgente e vai revolucionar a relação entre sindicatos, empresas e governo, acabando com a principal tutela do Estado sobre as relações trabalhistas. A pressa do ministro para acabar com o imposto sindical, por meio de medida provisória, se deve à votação pelo Congresso Nacional, em breve, do orçamento da União para 1991. O orçamento, que será enviado pelo Executivo ao Congresso na próxima sexta-feira, teria que incluir os 20% relativos ao recolhimento do imposto sindical destinados ao Ministério do Trabalho, equivalentes a Cr$ 3 bilhões.

A distribuição do imposto sindical, recolhido tanto de empresas quanto de trabalhadores, prevê 60% para os sindicatos, 15% para as federações e 5% para as confederações. Os 20% restantes vão para o Ministério do Trabalho. A preços de hoje, sindicatos, federações e confederações vão receber cerca de Cr$ 12 bilhões. Com o fim do imposto, acreditam os assessores do ministro, os dirigentes sindicais vão representar melhor suas bases e devem decidir, em assembléia, sem interferência do governo, quanto vão cobrar de seus associados para a sobrevivência das entidades sindicais.

Governo vai terminar com imposto sindical

Com apoio da CUT e da CGT, o governo decidiu editar uma medida provisória acabando com o imposto sindical, contribuição obrigatória de um dia de salário descontada dos contra-cheques dos trabalhadores todo mês de março. A minuta da medida, com duas alternativas de texto, foi entregue ontem ao presidente Fernando Collor pelo ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri. De manhã ele passou duas horas discutindo com os ministros da Justiça, Bernardo Cabral, e da Economia, Zélia Cardoso de Mello, além do consultor-geral da República, Célio Silva.

Representantes das duas principais centrais sindicais de trabalhadores defenderam a extinção, como forma de fortalecimento do movimento sindical. O presidente em exercício do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (filiado à CGT), Antonio Flores, acha que a existência do imposto "fere o princípio da autonomia das entidades" e acredita que o fim dessa contribuição obrigará os sindicatos a reforçar a participação da categoria, aumentar o número de filiados.

O secretário-geral da CUT de Brasília, José Lucimar Alves de Lima, lembrou que o fim do imposto já é defendido há muito tempo pela central, acredita que essa medida representará o fim "dos pelegos que vivem exclusivamente dessa contribuição", mas critica que isso seja feito por medida provisória. "Não há urgência, porque o imposto deste ano já foi recolhido em março e a questão só voltará a ser discutida no ano que vem", argumentou.

ENTRADO 11/9/95
CRUZADO 12/9/95

9004536

01.01

Governo inicia campanha para economizar combustível

BRASÍLIA — Com o preço do barril de petróleo já ultrapassando a barreira dos US$ 30, o governo brasileiro começa a tomar as primeiras medidas para reduzir o impacto da crise no Golfo Pérsico no plano de estabilização econômica. Ontem, o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, anunciou que a Petrobrás iniciará nos próximos dias uma campanha nacional de orientação para reduzir o consumo de combustíveis, enquanto fontes do Palácio do Planalto informavam que o presidente Fernando Collor de Mello vai reativar o programa do álcool e estimular a utilização de fontes alternativas de energia.

Ozires Silva comentou que o preço do óleo cru acima de US$ 30 configura um mercado "muito alto e especulativo", mas a situação no Golfo Pérsico tende a agravar-se e pode levar à guerra. Segundo o ministro, um aumento dos preços no mercado internacional será suficiente para inibir o consumo.

Segundo fontes do Palácio do Planalto, o presidente Collor viajará quarta-feira a Maceió, onde vai anunciar, em rede nacional de rádio e televisão, um ambicioso programa de produção de energia para a próxima década, que inclui estímulos ao programa do álcool e à utilização do bagaço de cana-de-açúcar como fonte alternativa. Collor vai abrir um encontro internacional sobre a utilização do bagaço de cana para a produção de energia.

Ao mesmo tempo, ainda ontem, o governo recebeu a confirmação da estatal iraniana National Iranian Oil Company (NIOC) para o fornecimento de mais 100 mil barril diários de petróleo, além de outros 100 mil que já recebe desde julho. Com esses 200 mil barris iranianos está suprido o déficit ocasionado pela suspensão da compra de 100 mil barris do Iraque e 30 mil barris do Kuwait.

Um técnico da Petrobrás revelou que os gastos com as importações de petróleo esse ano deverão aumentar em US$ 1,3 bilhão, devido à escalada dos preços no mercado internacional, e podem chegar aos US$ 4,7 bilhões se a cotação do barril se mantiver em torno de US$ 30 FOB (sem custo do frete) — preço que a empresa já começou a pagar, conforme revelou um técnico da empresa. Somente os aumentos da última semana representam um dispêndio adicional da ordem de US$ 300 milhões até o final do ano.

A crise no Golfo alterou completamente o quadro das importações. Em março, as previsões de gastos com importação eram de US$ 3,4 bilhões, sendo US$ 3,17 bilhões com a compra de 554 mil barris diários de óleo bruto e US$ 283 milhões referentes a 57 mil barris diários de derivados, segundo dados da Petrobrás. No início do mês, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo elevou o preço do barril de US$ 18 para US$ 21 e logo depois da invasão do Kuwait começou uma alta contínua dos preços no mercado internacional, com os preços chegando a US$ 26.

Na primeira escalada dos preços, a Petrobrás calculava um gasto adicional da ordem de US$ 900 a US$ 1 bilhão até o final do ano, conforme informou na época o diretor comercial, Breno Cauduro. Semana passada os preços voltaram a subir (ontem recuaram ligeiramente), e a Petrobrás já pagou, em algumas importações, US$ 32 CIF (com frete) por barril. Com o custo do frete, o preço de cada barril de petróleo sofre um aumento de US$ 2 a US$ 2,50.

Desde o início da crise no Golfo Pérsico, a direção da empresa vem tentanto demonstrar tranqüilidade em relação ao abastecimento de combustíveis e até informou que não se precipitaria fechando contratos a preços elevados, pois o fornecimento poderia normalizar-se e os preços voltarem aos níveis anteriores à crise. O principal argumento usado pelo diretor Breno Cauduro, transmitindo um pensamento da direção da empresa, era de que o país contava com estoques de petróleo e derivados por 70 dias — suficientes para as necessidades do país até outubro. Mas a crise se agrava dia a dia e à medida que as tensões crescem o mercado reage com novos aumentos.

Petróleo pára de subir

O preço do petróleo, que quinta-feira atingiu em Londres US$ 32,50 causando pânico nos principais mercados de ações, caiu ontem para US$ 30,26 o barril. Esse ligeiro recuo, o primeiro em três semanas de aumentos contínuos, foi atribuído pelos analistas ao clima de expectativa criado em torno de uma reunião informal da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) marcada para domingo em Viena.

Desde o início da crise do Golfo Pérsico, no dia 2, o mercado vem sendo determinado pelo receio da guerra e de uma conseqüente recessão, pois ainda não há escassez de óleo. Com o embargo imposto ao Iraque pelas Nações Unidas dia 6, os mais de 4 milhões de barris diários que o Iraque e o Kuwait exportavam desapareceram do mercado, mas os países cosumidores, que aproveitaram para comprar quando os preços estavam baixos, têm hoje os maiores estoques dos últimos oito anos.

Tanto compradores como vendedores estão prevendo um grande pulo nos preços do óleo cru: para US$ 50 se houver guerra; ou para US$ 20 se for encontrada uma solução pacífica. "Estamos sentados num foguete que pode nos levar ao céu", comenta um negociante citado pela agência Reuters. "Mas também pode nos jogar no chão, como uma pedra".

Mas a Opep, que por sua capacidade de jogar 4,8 milhões de barris diários adicionais no mercado é a entidade com maior poder para regular os preços, ainda não chegou sequer a um acordo sobre a conveniência de reunir-se, formalmente, para avaliar a situação e traçar uma política. Semana passada, a Arábia Saudita e a Venezuela, os países-membros mais interessados num aumento da produção, pressionaram o cartel a fazer uma reunião de emergência, mas nada foi decidido.

Empurrado de um lado por sauditas e venezuelanos e do outro por iraquianos e iranianos, que em matéria de aumento preferem o dos preços, o presidente da Opep, o argelino Sadek Boussena, anunciou que vai estar na sede da organização em Viena a partir de domingo, "à disposição" dos países-membros eventualmente interessados. Ele evitou usar a palavra "reunião".

Não é, portanto, um encontro formal, para tomar decisões conjuntas, mas uma série de consultas separadas, nos quartos de hotel das várias delegações, num arranjo concebido em parte para satisfazer o Iraque, que se opõe a qualquer alteração nas cotas fixadas no final de julho. Se ficar demonstrado que a maioria assim o deseja, um encontro oficial poderá ser finalmente marcado.

Mas até o final da tarde, apenas seis dos 13 membros indicaram que vão comparecer: Argélia, Qatar, Indonésia, Nigéria, Irã e Gabão. A Arábia Saudita e a Venezuela não se manifestaram, embora sua presença seja tida como certa. Um analista da agência de notícias UPI acha possível que os países contrários ao aumento de produção, como o Iraque e a Líbia, se reúnam em separado — uma atitude que poderia lançar as bases para um futuro racha no cartel.

Sauditas e venezuelanos já se mostraram dispostos a aumentar suas cotas por conta própria para atenuar o impacto da crise do Golfo, mas preferem agir com o aval do cartel. Eles alegam que a Opep, fundada há 30 anos, e responsável por terremotos na economia mundial na década de 70, deve ser um fornecedor confiável de energia, com uma política de preços definida e razoável. E estão conscientes de que uma nova recessão é perigosa também para o cartel, pois após os choques de 1973 e 1979 os países consumidores, desenvolvendo fontes alternativas de energia, conservando e explorando novas jazidas, se tornaram menos dependentes do seu petróleo. Essa é também a posição dos Emirados Árabes Unidos, do Qatar, do Equador e do governo exilado do Kuwait.

Outros acham que os países consumidores devem usar seus estoques para regular os preços. "Os países industrializados devem contribuir também para estabilizar o mercado mundial, o que podem fazer cedendo parte dos seus estoques a países em desenvolvimento", disse o ministro da Energia da Indonésia, Ginanjar Kartasasmita.

Mas os países industrializados ainda não estão convencidos de que devem começar a utilizar suas reservas estratégicas. "Os governos não vêem nenhuma lacuna que precise ser preenchida por seus estoques", disse um porta-voz da Agência Internacional de Energia (AIE), organização de monitoramento de reservas de energia dos países ricos sediada em Paris.

Nº. DOC.
TITULO GOBIERNO COMIENZA CAMPAÑA PARA ECONOMIZAR COMBUSTIBLE
J do B. 150021
25/8/90
BRASIL 10046
F POLITICO 11164
GOB. NAC 11302.

J do B 25/8/90

ENTRADO 11/9/90 EG
CRUZADO 12/9/90 EG

01.01

9004537

Collor adverte que racionamento pode ser inevitável

JdoB 30/8/90

Rita Tavares

MACEIÓ - Preocupado com a crise no Golfo Pérsico, que considera de "extrema gravidade", o presidente Fernando Collor de Mello pediu ontem aos consumidores que economizem todos os tipos de combustíveis e também a energia elétrica. Collor advertiu que o racionamento e o aumento dos preços serão inevitáveis, caso não haja redução do consumo. "É fundamental a participação de todos de modo que possamos manter os preços dos derivados a um nivel tal que não venha pesar demasiadamente no bolso do brasileiro", afirmou o presidente da República, ao abrir, nesta cidade, um seminário internacional sobre a energia produzida a partir da cana de açúcar.

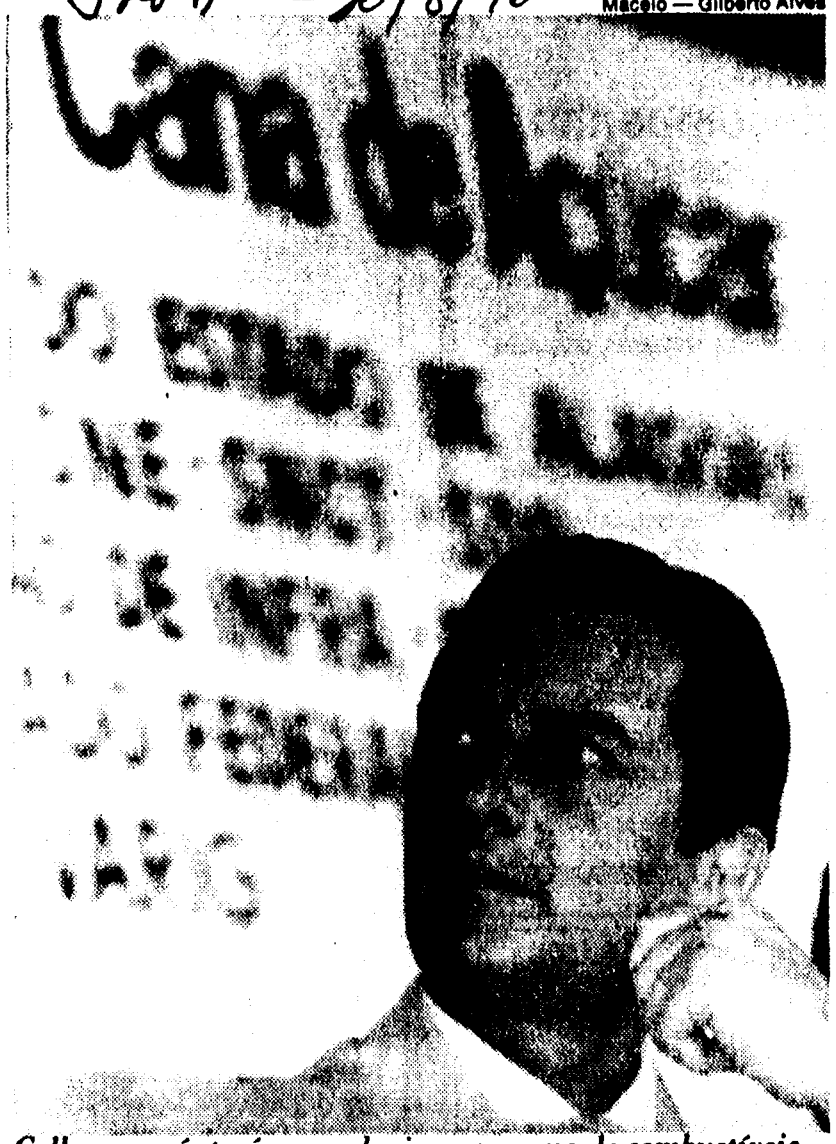
Além de anunciar essa "cruzada para sair da crise", o presidente deu uma boa notícia aos donos de carro à álcool: a retomada do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Collor justificou a continuidade do Proálcool até mesmo pelo estimulo que foi dado aos consumidores pelos governos passados para que trocassem seus carros à gasolina por movidos à álcool. "É um projeto vitorioso que não pode ser mexido", sustentou, fazendo com que uma dezena de usineiros presentes ao seminário o aplaudissem.

Produtividade — Apesar de ter anunciado a retomada do Proálcool, ele não detalhou o que o governo pretende fazer. Disse apenas que o essencial e aumentar a produtividade de áreas já plantadas. Desde 1.986, o Brasil tem sua produção da cana de açúcar estagnada em 220 milhões de toneladas. Para incentivar o aumento da produtividade, a Eletrobrás assinou ontem um convênio com o Estado de Alagoas para instalar uma usina modelo na produção de energia elétrica através do bagaço de cana. Em três anos, essa única usina estaria produzindo energia suficiente para atender todo o consumo de Alagoas. Das 220 milhões de toneladas de cana, resultam 170 milhões de toneladas de bagaço, que seriam capazes de produzir 40 milhões de megawatts/hora - o equivalente a 20% da energia produzida atualmente pelas hidrelétricas do pais.

A conclusão das obras da hidrelétrica de Xingó, na divisa dos estados de Alagoas e Sergipe, até 1994 , foi assegurada pelo presidente Collor. "Xingó não irá parar mais e será concluída e inaugurada antes do final do meu governo", disse. Ontem, a Eletrobrás assinou um convênio com a Chesf de US$ 1,5 bilhões, que garante, em contrapartida, o empréstimo de outros US$ 1 bilhão pelo BNDES e por bancos estrangeiros. Outro convênio também assinado ontem entre a Secretaria Nacional de Energia com a Chesf, no valor de US$ 150 milhões, completa o dinheiro necessário para a conclusão da hidrelétrica.

ENTRADO 31/8/90
CRUZADO 31/8/90 EB

Maceió — Gilberto Alves



Collor: o país terá que reduzir o consumo de combustíveis

Nordeste conhecerá plano

O governo anuncia amanhã, na reunião da Sudene em Recife, o Plano Nordeste, que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento dos sete estados nordestinos até o ano 2000. "É uma proposta singular que apresento à nação", disse ontem o presidente Fernando Collor de Mello, explicando que até o final deste ano o Nordeste já receberá mais de Cr$ 1 trilhão. "O plano fixa um marco referencial: a consolidação de uma economia competitiva com base em suas potencialidades."

As empresas estatais destinarão Cr$ 148 bilhões à região, enquanto os bancos estatais abrirão linhas de crédito, fixadas num total de CR$ 243 bilhões. Outros Cr$ 172 bilhões serão gastos em investimentos pelo próprio Tesouro Nacional. Para completar Cr$ 1 trilhão, o governo federal repassará, conforme está previsto pela Constituição, Cr$ 489 bilhões aos estados e municípios. O presidente Collor disse que pela primeira vez a presidência da República, através da secretaria do Desenvolvimento Regional, conseguirá direcionar a ação de cada um dos ministérios e de cada orgão federal num mesmo projeto. Antes, esse trabalho ficava desamarrado, o que limitava a eficiência de qualquer programa. "É imprescindível a integração das ações e investimentos", argumentou Collor.

Ao lado do presidente Collor, o ministro da Saúde, Alceni Guerra, anunciou investimentos no total de US$ 800 milhões para melhorar a rede pública de saúde no Nordeste nos próximos cinco anos. O chamado "Projeto Nordeste II" inclui a construção, ampliação e recuperação de postos de saúde dos estados da região. Alceni mostrou que o Nordeste é hoje um campeão em doenças: tem 74% dos casos de sarampo e 50% dos casos de difteria e tétano, além de ter colecionado todos os casos de peste bubônica ocorridos no país no ano passado.

01.01

9004538

Nº D...
T...
D...
V...
COLLOR VISITARÁ CHECOSLOVAQUIA
Z.H. /50025
27/8/90
BRASIL 10046.
F. POLITICO 11164
RQ. II 11899.

Collor vai a Praga no dia 1º de outubro

O Itamaraty confirmou ontem, em Brasília, que o presidente Fernando Collor vai visitar a República Federativa Tcheca e Eslovaca, nos dias 1º e 2 de outubro. A ida de Collor àquele país atende a convite do presidente Vaclav Havel e visa o estreitamento do relacionamento bilateral. O presidente brasileiro seguirá para Praga de Nova Iorque, onde, nos dias 29 e 30 de setembro, participa de um encontro de cúpula promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para tratar da situação das crianças no planeta.

Em Praga, o presidente da República deverá visitar uma exposição industrial brasileira, promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Tcheco e Eslováquia, com vários produtos de interesse daquele país. Na agenda de Collor e Havel consta a dinamização do comércio bilateral, que no ano passado alcançou a marca dos 135 milhões de dólares, nos dois sentidos.

Funcionários dos dois governos, contudo, acham que a cifra não reflete a potencialidade do comércio entre os dois países. O Brasil é o maior parceiro comercial da Tcheco e Eslováquia na América Latina , com a pauta de importação composta por equipamentos para as indústrias de cimento, fornos e têxteis , além de turbinas e, tradicionalmente, lúpulo e malte. Os dois países assinaram recentemente um acordo de cooperação econômica que prevê, até o ano 2.000, trocas comerciais de até um bilhão de dólares anuais.

De acordo com as expectativas de funcionários dos governos dos dois países, com as mudanças políticas e econômicas na Tcheco e Eslováquia, serão ampliadas as possibilidades de cooperação bilateral, inclusive para a realização de investimentos mútuos. (ABR)

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 12/9/90 ES

.01.01.

9004539

Nº DOCUM
TITU REZEK BUSCA MAS RECURSOS EN JAPON.
Z. H. 150029
30/8/90
BRASIL 10046
F. POLITICO 11164
RR. II 11399.

REZEK BUSCA MAIS RECURSOS NO JAPÃO

O Brasil deseja receber mais recursos do Fundo Nakasone e este deve ser um dos principais assuntos das conversações que o ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, manterá com o chanceler japonês Taro Nakayama e empresários japoneses durante sua visita ao Japão, entre os próximos dias três e quatro. O fundo foi criado pelo primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone em 1987 com recursos do superávit da balança comercial japonesa para financiar projetos em países do Terceiro Mundo. Recentemente, segundo o Itamaraty, os recursos alocados no fundo passaram de US$ 35 bilhões para US$ 65 bilhões. O Brasil já obteve US$ 1,5 bilhão do Fundo Nakasone. Desse total, US$ 500 milhões foram destinados a quatro projetos: ampliação do porto de Santos, em São Paulo, eletrificação rural em Goiás e mais dois projetos de irrigação. (ABR)

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 12/9/90 ES

01.01 9004540

Nº DO DOC
TIPO: MURIO SENADOR AFONSO ARINOS
Z-H 150028
L918/50
BRASIL 00046
F POLITICO 11164
[redacted]

Morreu o senador Afonso Arinos

□Afonso Arinos de Melo Franco, escritor, professor, parlamentar e diplomata, jurisconsulto e erudito, faleceu ontem, aos 85 anos, de um enfarte e foi sepultado no Rio

O senador Afonso Arinos de Melo Franco, que faria 85 anos em novembro e estava internado desde o último dia 13 no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) do Hospital Pró-Cardíaco, no Rio, em consequência de um enfarte, morreu na madrugada de ontem. O estado de saúde do senador se agravou na última semana devido a forte hemorragia digestiva e ele sofreu três transfusões de sangue. Operado, no fim de semana, de uma úlcera e para extrair o baço, Arinos começou a apresentar deficiências circulatórias, renais e cerebrais.

O corpo do senador deixou o hospital às 7h30min, para sua casa, na rua Dona Mariana, em Botafogo, onde foi velado até às 17 horas. Parentes, amigos, ex-alunos, acadêmicos e políticos lá estiveram para prestar suas últimas homenagens. A pedido da viúva, dona Ana, com quem Afonso Arinos estava casado havia 61 anos, não foi permitida a presença da imprensa no velório.

CONDOLÊNCIAS — Durante todo o dia chegaram a casa do senador várias coroas de flores enviadas pela Fundação Getúlio Vargas, José Olympio Editora, funcionários do Banco do Brasil — onde trabalhou como advogado — prefeito de Duque de Caxias, Hydekel de Freitas, Ordem dos Advogados do Brasil e Marly e José Sarney juntamente com Maria do Carmo e Marcos Vilaça. O ministro da Justiça, Bernardo Cabral, representando o presidente Fernando Collor, e o ex-presidente José Sarney, telefonaram para manifestar condolências à viúva.

A missa de corpo presente de Afonso Arinos foi rezada por dom Marcos Barbosa, poeta e monge do mosteiro de São Bento, na casa da família. O corpo deixou a rua Dona Mariana por volta das 17h e seguiu direto para o cemitério São João Batista, onde o senador foi enterrado no mausoléu da Academia Brasileira de Letras.

SENADO — O Senado encerrou a sessão de ontem com uma homenagem póstuma ao senador Afonso Arinos (PSDB/RJ). Em data a ser marcada será realizada sessão especial para reverenciar o ex-deputado, ex-chanceler, ex-senador, escritor, jurista e professor mineiro, um dos fundadores da extinta UDN e que representava atualmente o PSDB do Rio de Janeiro. Afonso Arinos, apesar do Senado semideserto, teve sua atuação lembrada por vários senadores, entre os quais Afonso Sancho (PFL/CE), Lourival Baptista (PFL/SE), Francisco Rollemberg (sem partido/SE), Mauro Benevides (PMDB/CE) e Matta Machado (PSDB/MG), seu antigo companheiro udenista. Na Câmara e no Senado a bandeira nacional foi hasteada a meio-mastro.(AG/AE)

Hidekel substituirá Arinos no Senado

O Rio tem desde ontem um novo senador. Ele é o prefeito de Duque de Caxias, Hidekel de Freitas (PFL). À saída do velório de Afonso Arinos, de quem era primeiro suplente no Senado, Hidekel anunciou que renunciará em favor de seu vice, José Carlos Lacerda, para assumir a vaga. "Este é o meu caminho, o meu destino. Não posso fugir da responsabilidade", disse. O segundo suplente é Rockfeler de Lima, também do PFL, candidato a vice na chapa de Nélson Carneiro.

Orgulhoso, Hidekel prometeu "continuar a luta de Arinos" no Senado. Mas ressalvou, constrangido: "Antes de pensar nisso, preciso absorver a idéia de que o Brasil perdeu hoje um grande político, um jurista brilhante, um homem que deixa a vida material para entrar na História". Depois do enterro, ainda no cemitério de São João Batista, o próprio Hidekel transmitiu ao presidente do Senado, Nélson Carneiro, a decisão de renunciar à Prefeitura de Duque de Caxias para assumir a vaga de Afonso Arinos.

Hidekel é político polêmico na Baixada Fluminense, uma das regiões mais carentes do estado. É casado com uma das filhas de Tenório Cavalcanti, considerado *dono* de Caxias nas décadas de 50 e 60 e até hoje lembrado como *o homem da capa preta*. Prefeito *biônico* da cidade durante o regime militar, Hidekel herdou do sogro o estilo clientelista e assistencialista de fazer política.

Ele foi um dos últimos a chegar ao velório de Arinos, no casarão da Rua Dona Mariana. "Vim render minha última homenagem a esse grande talento, a esse grande caráter, a esse grande intelectual que nós, todos brasileiros, acabamos de perder", afirmou.

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 12/5/90 ES
01.01
9004541

PROALCOOL PROPAGANDA DEL GOBIERNO
2.H 150029
30/8/90
BRASIL 00046
F POLITICO 1116-4
GOB VAS 1132

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 12/5/90 ES

Proálcool: é hora de agir

□Collor anuncia prioridade ao programa ao mesmo que exige maior produção da Petrobrás. O presidente reiterou o cumprimento total do bloqueio ao Iraque

Ao abrir ontem em Maceió, o I Encontro Internacional de Energia da Cana-de-açúcar, o presidente Fernando Collor anunciou que seu governo vai dar *prioridade* absoluta ao Proálcool, em razão da crise no Oriente Médio, mas ao mesmo tempo estimulará a Petrobrás para que aumente a produção de petróleo.

O presidente negou que em algum momento de sua gestão cogitou-se de enfraquecer ou mesmo acabar com o Proálcool. Disse que houve apenas o aparecimento de posições críticas em relação ao programa energético brasileiro, particularmente ao Proálcool, por causa da queda dos preços do petróleo no mercado internacional.

Afirmou, entretanto, que ao fazer-se uma avaliação equilibrada do Proálcool chega-se a conclusão de que este programa, embora represente apenas 4% da matriz energética nacional, contribui bastante para reduzir a poluição nos grandes centros e representa a melhor alternativa de combustível líquido aos derivados do petróleo.

Segundo o presidente, que estava acompanhado da primeira dama, dona Rosane, e dos ministros Alceni Guerra, da Saúde, e Antônio Cabrera, da Agricultura, a crise no Oriente Médio obriga o Brasil a ficar atento "as suas conseqüências na economia nacional" e, embora torça para que o conflito seja solucionado pela via diplomática, não pode deixar de contemplar os cenários mais pessimistas.

BLOQUEIO — Segundo ele, o Brasil poderia ter encarado com mais responsabilidade a sua política energética desde o primeiro choque do petróleo, em 1973, da qual, aliás resultou o nosso Proálcool, mas acabou secundarizando os cuidados nessa área em razão da crise econômica em que esteve mergulhado.

Agora, porém, é hora de agir. E o primeiro passo já foi dado com o plano de estabilização econômica, que equilibrou as finanças públicas e reduziu a inflação de 90 para 10%. O segundo é redefinir a matriz energética nacional pela busca permanente de fontes alternativas de energia.

— Nossa obediência rigorosa às resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas impõe que façamos tal esforço nesta hora — afirmou o presidente, salientando que o Brasil cumprirá à risca as decisões da ONU ainda que torcendo para que o conflito Iraque-Kuwait seja solucionado sem o emprego de recursos bélicos.

GÁS NATURAL — O uso do gás natural e a retomada das obras da hidrelétrica de Xingó foram dois assuntos que também constaram do discurso do presidente. Quanto ao primeiro, disse que a Petrobrás já domina a tecnologia que fará com que a sua produção seja ampliada, e sobre o assunto prometeu que até o final do seu governo estará inaugurando a primeira turbina da nova hidrelétrica. Para tanto assistiu, ontem mesmo em Maceió, a assinatura de um contrato entre a Chesf e a Eletrobrás, no valor de Cr$ 137 bilhões, para a retomada das obras de Xingó. Encerrando seu discurso, o presidente fez um apelo aos brasileiros para que poupem ao máximo o consumo de energia porque esta diminuição pode ter tanto êxito na solução de nossa crise energética. O presidente anunciou ainda que na próxima sexta-feira o secretário nacional de Desenvolvimento Regional da presidência da República, Egberto Batista, estará na Sudene, em Recife, para apresentar o Plano de Desenvolvimento para o Nordeste, de 1991 até o final deste milênio. (AG)

AMR/ZH

Collor: *faltou responsabilidade ao programa energético*

Collor: Proálcool é estratégico

□Presidente assina convênio na quarta-feira para pesquisa do bagaço de cana. O objetivo é o de baratear os custos da produção do álcool

O presidente Fernando Collor anunciará na quarta-feira, ao abrir o 1° Encontro Internacional de Energia de Cana-de-Açúcar, em Maceió, que o governo considera o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) estratégico. Por isso, o governo estimulará o uso do bagaço de cana para a produção de energia elétrica, a ser vendida às companhia de eletricidade.

O uso do bagaço na geração de energia permitirá as usinas reduzir em até 30% o custo do álcool, viabilizando o Proálcool, que durante o governo Sarney esteve praticamente abandonado, já que foi um período de estabilidade nos preços internacionais do petróleo. Em Maceió, Collor inclusive participará da assinatura de um convênio entre a Eletrobrás e o Governo de Alagoas para pesquisa do uso do bagaço de cana na produção de energia.

O uso do bagaço de cana tem defensores dentro e fora do governo. No governo, seu maior entusiasta é o físico José Goldemberg, secretário de Ciência e Tecnologia. Fora do governo, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) tem lutado para que o Proálcool não morra de inanição. Vilela acha que a biomassa poderá ser a base de um novo modelo energético para o Brasil, principalmente levando-se em conta a instabilidade internacional da energia baseada no petróleo.

O senador defendeu, ainda, a participação da iniciativa privada na exploração de energia. (AG)

Arquivo/ZH

Goldemberg: *maior entusiasta do Proálcool*

9004542

Nº DOC
TITULO: CESSÃO FUNÇÕES EL SECRETARIO DEL MINISTERIO INFRAESTRUCTURA
PROC: J do B 150028
DATA: 27/8/90
VINC: BRASIL 10046
F POLITICO 11169
GOB NAC 11302.

Ribeiro pede demissão um mês após briga com Ozires

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor aceitou ontem à tarde o pedido de demissão do secretário nacional de Transportes do Ministério da Infra-Estrutura, Marcelo Ribeiro. O secretário alegou razões de natureza pessoal para o gesto, que surpreendeu até seus assessores mais próximos, pois o episódio responsável pelo desgaste de suas relações com o ministro Ozires Silva, por causa das obras do Programa SOS Rodovias, era considerado superado.

O substituto de Ribeiro deverá ser o atual presidente do DNER, José Henrique D'Amorim, homem de confiança do ministro da Infra-Estrutura, que o escolheu para o cargo. Os atritos entre Ozires e Ribeiro tornaram insuportável a convivência entre os dois no ministério.

As divergências públicas entre Ozires e Ribeiro duraram pouco mais de um mês. A rigor, Ribeiro nunca esteve integrado à equipe de Ozires, que o encarava como uma indicação estranha ao *staff* do Ministério. A disputa que culminou com a saída do secretário começou quando Ribeiro propôs que o governo realizasse parte das obras previstas no Programa SOS Rodovias com um ritual simplificado de licitação pública. O programa é destinado a recuperar, em caráter de urgência, 15 mil quilômetros de estradas por todo o país.

Resistência — A proposta do secretário encontrou resistência por parte do consultor jurídico do Ministério da Infra-Estrutura, Geraldo Vieira, que alegou a necessidade de se realizar o processo completo de licitação pública, o que significa um tempo maior para a escolha dos empreiteiros e critérios mais rígidos para a sua seleção.

Mesmo assim, a proposta foi endossada pelo ministro junto ao presidente Fernando Collor, que chegou a transformá-la no Decreto 99.314, no dia 27 de junho. No dia seguinte, entretanto, o presidente revogaria seu ato, atendendo, mais uma vez, às ponderações do ministro Ozires Silva, convencido, àquela altura, de que a proposta de licitação simplificada poderia gerar dúvidas sobre os critérios de escolha das empreiteiras.

Depois desse episódio, todo o *staff* do ministro se declarou abertamente contra o secretário dos Transportes. Embora Ozires Silva tivesse pedido a Collor a exoneração do seu secretário, sob o argumento de quebra da hierarquia, o presidente decidiu, naquele momento, manter Marcelo Ribeiro.

Na segunda semana de julho, Marcelo Ribeiro iniciou um contra-ataque. No último dia 8, entregou um dossiê ao secretário-geral da Presidência da República, Marcos Coimbra, mostrando que sua proposta de concorrência simplificada estava amparada pela legislação e fundamentada por parecer do jurista Hely Lopes Meirelles. Mostrou ainda que o ministro Ozires Silva tinha conhecimento prévio da proposta e dela não tinha discordado, até sua publicação. Collor convenceu-se da lisura do procedimento do secretário e decidiu mantê-lo no cargo. Além disto, recomendou a seus assessores que defendessem Ribeiro das insinuações feitas pela equipe do ministro Ozires Silva.

Com a autorização do presidente, Ribeiro repassou o dossiê a diversos parlamentares. No último dia 11, ao falar para uma platéia formada por empresários do setor de transporte de passageiros, na Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, Ribeiro demonstrava muita confiança e tudo indicava que suas divergências com o ministro Ozires já tinham sido eliminadas.

ENTRADO 11/5/1990
CRUZ DO 11/5/1990.

01.01 9004543

Nº
TITULO GOVERNO LIBERA ENTRAVES BUROCRÁTICOS
PRO V do B 150023
25/8/90
VINCUL BRASIL 10026
F. POLITICO 11164
BOB NAC. 11302

ENTRADO 11/5/90
CRUZADO 11/2/90

entraves burocráticos

Brasília — Gilberto Alves

Governo liberta economia dos

BRASÍLIA — A partir de segunda-feira o brasileiro, especialmente o empresário, começa a manter com o Estado uma nova relação. Ontem, o presidente Fernando Collor aprovou o Programa Federal de Desregulamentação. Essa nova realidade está sendo iniciada com um pacote de 20 medidas destinadas a facilitar a vida dos cidadãos e das empresas, e auxiliar no esforço de modernização da economia. As medidas abrangem da extinção do mensalão até a derrubada de controles burocráticos para a abertura de novas empresas, passando pela redução das exigências feitas aos turistas em viagens ao exterior.

Mas esse é apenas o começo. Todos os meses, até o final deste ano, a equipe econômica detalhará novas ações que permitam à economia brasileira modernizar-se e operar com ganhos de produtividade e uma forte concorrência interna. Um dos alvos na mira dos técnicos são as concessionárias de automóveis, reguladas por uma legislação protecionista que impede até mesmo a venda de veículos por preços abaixo da tabela.

O ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, que abriu a solenidade de lançamento do programa no Palácio do Planalto, ressaltou que as medidas cumpriam o preceito do parágrafo 170 da Constituição Federal, que assegura a todos "o livre exercício da atividade econômica". Com este objetivo, ressaltou, o governo está lutando para fortalecer a iniciativa privada e reduzir a interferência do Estado. Segundo a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, as medidas reduzirão as despesas da empresa com atividades burocráticas, o que aumentará a produtividade e deverá beneficiar o consumidor.

A desregulamentação atingiu até o Ministério da Saúde. O ministro da pasta, Alceni Guerra, informou que foram extintos diversos procedimentos na área de controle sanitário. Em contrapartida, o governo construirá 300 laboratórios para fiscalizar os produtos fabricados no Brasil e no exterior.

Golpe duplo — O Programa de Desregulamentação é considerado ambicioso por seus idealizadores, como o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir. "É um programa que permite um duplo golpe: atinge os que agiam dentro do Estado, administrando privilégios, e os escritórios de lobby que sustentavam os privilégios", disse.

Esta nova empreitada está sendo levada avante com um risco calculado. "Temos que confiar nos atores econômicos", admitiu Kandir, mandando, entretanto, um aviso a quem pretenda aproveitar-se do fim dos controles burocráticos. "Se algum agente resolver não agir de maneira moderna, o Estado intervirá através da lei", afirmou. Ou seja, a outra face da moeda da liberação da economia é o rigor da lei de abuso do poder econômico expressa na Medida Provisória 204, que estabelece medidas em defesa da livre concorrência.

A desregulamentação da economia passa a constituir mais um vetor do programa econômico do governo Collor, um mosaico formado por seis pontos básicos que inclui também a abertura do comércio exterior, o estímulo ao capital estrangeiro, a privatização, a defesa da concorrência e o programa de capacitação tecnológica, todos amparados pela estabilização econômica. A equipe econômica acredita, informou Kandir, que a excessiva proteção do Estado acabou se transformando em um mal para o país. "As relações se deterioraram prejudicando o aumento de produtividade das empresas e o combate à inflação", resumiu.

Collor e seus ministros anu

médicas no imposto de renda

O mensalão vai acabar e as pessoas físicas voltarão a abater despesas

Os contribuintes podem se preparar para novas mudanças no acerto de contas com o Imposto de Renda, a partir do próximo ano. O governo decidiu incluir a declaração de renda no seu programa de desregulamentação da economia e as conseqüências são: o mensalão (pagamento mensal do Imposto de Renda, para o contribuinte com mais de uma fonte de rendimento) acabará; as despesas médicas voltarão a ser abatidas na sua totalidade; e um universo de 350 mil empresas ficou livre de procedimentos burocráticos, que apenas complicavam sua contabilidade. Mais ainda: o contribuinte ficará livre da apresentação de certidão negativa, que só será exigida para casos específicos como contratação de empréstimo em instituições oficiais de crédito. Quem quiser comprar um imóvel, por exemplo, está desobrigado da apresentação da certidão negativa, bastando uma simples declaração das pessoas envolvidas no negócio.

Ontem, o diretor-adjunto do Departamento da Receita Federal, Agenor Manzano, anunciou que as mudanças no Imposto de Renda serão detalhadas no prazo de 90 dias. Existe a expectativa de que o novo formulário do Imposto de Renda, para a declaração 1991, fique pronto em 30 dias. A idéia é eliminar as 12 contas que os contribuintes com mais de duas fontes de renda foram obrigados a fazer na declaração deste ano.

As principais medidas:

☐ **Mensalão** — Os estudos que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, determinou à Receita Federal não impedirão que o contribuinte com mais de uma fonte de renda continue fazendo o mensalão, a partir do próximo ano. Na verdade, este recolhimento deixará de existir apenas na legislação. Ou seja, o contribuinte não estará preso a datas para efetuar o recolhimento. Assim, o ajuste poderá ser mensal ou a qualquer tempo por quem desejar antecipar pagamento de Imposto de Renda. Quem preferir, poderá pagar o imposto na declaração de ajuste do final do ano. Segundo dados da Receita, 2 milhões de contribuintes recebem salário de mais de uma fonte. Em princípio, eles poderiam recolher o mensalão, mas somente cerca de 500 mil optavam pelo ajuste mensal. Os outros 1,5 milhão de contribuintes preferiram acertar o pagamento do imposto no ajuste anual.

A Receita não vai alterar o recolhimento de imposto pelo carnê leão, que continuará obrigatório. Trata-se de um ajuste mensal feito por profissionais autonômos e assalariados que recebem complementação de renda através, por exemplo, de imóvel alugado.

☐ **Formulário** — A simplificação do formulário do Imposto de Renda foi decidida pelo governo porque o contribuinte encontrou uma enorme dificuldade para fazer sua declaração adotado este ano. Os que recolheram mensalão, por exemplo, foram obrigados a fazer 12 contas separadas, e um outro tanto para saber se ainda tinha algum imposto a pagar. Em 1991, assegurou o diretor-adjunto Agenor Manzano, fazer declaração de renda será muito fácil.

☐ **Abatimentos** — No processo de simplificação está embutido o retorno do abatimento integral das despesas médicas, no momento em que o contribuinte fizer a declaração de ajuste anual. Atualmente, as despesas com médico e dentista só podem ser abatidas a cada mês, se superarem 5% da renda bruta.

Com o retorno do abatimento integral, o contribuinte que tiver um gasto elevado com as despesas médicas poderá receber restituição. Com as mudanças que o governo passado introduziu na legislação do Imposto de Renda, pouquíssimos contribuintes têm direito a restituição. Isso porque acreditava-se que o imposto recolhido pelo contribuinte pessoa física era efetivamente o devido.

☐ **Consolidação** — A Receita Federal concluirá até o final deste ano a consolidação de toda a legislação tributária. Segundo Manzano, não se trata de uma revisão das leis, mas apenas a atualização das medidas legais ainda em vigor em um único documento. Existem cerca de 500 leis, decreto-leis e atos de regulamentação, que depois de ordenados darão ao contribuinte uma melhor compreensão do campo de incidência do Imposto de Renda.

☐ **Certidão negativa** — Um decreto presidencial simplificou as exigências para comprovação de quitação de tributos. A medida beneficia os cidadãos e as empresas. Estima-se que mais de 280 mil certidões negativas deixarão de ser expedidas pelo Departamento da Receita Federal.

Segundo o decreto, a prova de quitação dos tributos somente será exigida em quatro casos: transferência de domicílio para o exterior; concessão de concordata; venda de estabelecimento comercial ou industrial através de leilão; participação em licitação pública promovida por órgãos governamentais; e operações de empréstimo ou financiamento junto a instituição financeira oficial.

Para os demais casos em hoje se exige a certidão negativa, bastará a apresentação de uma declaração de que não há débito com o fisco. Se ficar comprovado que a declaração é falsa o declarante estará sujeito a sanções previstas em lei.

☐ **Empresas** — Instrução normativa da Receita Federal isentou as empresas que recolhem impostos equivalentes até 200 BTNs (Cr$ 10.681,42, atualmente) da apresentação da Declaração Mensal de Contribuição de Tributos Federais (DCTF). O limite de isenção era de 100 BTNs (Cr$ 5.340,71).

Os técnicos da Receita constataram que se tratava de uma complicação burocrática que prejudicava as empresas de pequeno porte. A ampliação do limite de isenção beneficia 350 mil empresas, reduzindo para 60 mil o número das que continuam obrigadas a apresentar o DCTF, responsáveis por 97% da arrecadação.

01-03

1900544

Vantagens no mercado financeiro

O preenchimento de cheques vai ser simplificado, passando a ser dispensado o registro por extenso dos centavos. A medida entretanto, que faz parte do Programa Federal de Desregulamentação, vai demorar um pouco para ser implantada. É que para qualquer alteração no que diz respeito a cheques é necessário um projeto de lei. A elaboração desse projeto de lei está a cargo do Departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central.

Na área do Banco Central várias medidas vão ser adotadas, num prazo que varia de 30 a 60 dias, com o objetivo de desburocratizar e simplificar normas do sistema financeiro. Atualmente a instituição financeira que quiser constituir fundos de renda fixa ou aplicações de curto prazo ou ainda que quiser instalar novas agências, participar do capital de outras empresas e captar recursos no mercado aberto, precisa de prévia autorização do BC. Isso vai acabar com o programa de desregulamentação. Em todas essas situações vão ser dispensadas as autorizações prévias.

Também está em estudos a simplificação das normas para homologação de diretores de instituições financeiras e os procedimentos relativos ao crédito rural. Para o crédito rural o BC está elaborando medidas que visam a liberação dos recursos diretamente na conta corrente do produtor, no caso de operações de valor superior a 600 Maior Valor de Referência (MVR). Também está em exame a possibilidade de extinção do Proagro, com a transferência do seguro à iniciativa privada.

As principais medidas de desregulamentação na área do BC são as seguintes:

☐ Em breve o cidadão estará dispensado de preencher, por extenso, o valor dos centavos nos cheques.

☐ Os bancos e outras instituições financeiras não precisarão mais consultar previamente a direção do Banco Central para captação de recursos no mercado aberto; para a constituição de fundos de renda fixa ou aplicações de curto prazo ; para participação no capital de outras empresas ; e para a instalação de agências.

9004544

☐ Serão simplificadas as exigências para a autorização de emissão de debêntures pelas sociedades de arrendamento mercantil; para homologação, pelo BC, dos nomes de diretores de instituições financeiras.

☐ O crédito rural será alcançado mais diretamente pelo produtor e o governo pretende substituir o Proagro pela formação de um seguro rural simplificado, administrado pela iniciativa privada.

02. [illegible]

9004544

As medidas pretendem ajudar a quebrar alguns cartéis e cartórios que se formaram na economia

Foram adotadas oito medidas que simplificam as relações industriais e de comércio exterior, beneficiando as empresas e até mesmo os turistas em viagem ao exterior. Segundo o diretor do Departamento de Indústria e Comércio do ministério da Economia, Luiz Paulo Veloso Lucas, as medidas deverão ajudar a quebrar alguns cartéis e cartórios que se formaram na economia brasileira e acabar com as proteções incompatíveis com a nova política industrial e de comércio exterior.

Nesse momento os principais setores afetados são os de química fina e carboquímica, onde era exigida uma autorização especial do extinto CDI-Conselho de Desenvolvimento Industrial, para a instalação de qualquer nova indústria. O objetivo era proteger as novas empresas instaladas na década de 80 para substituir as importações brasileiras. O temor era o de que o surgimento sem controle de novas indústrias poderia ameaçar o fornecimento de matérias primas estrangeiras ou o mercado consumidor restrito. Agora que o objetivo do País é sua integração com a economia internacional, sem protecionismos, estas restrições perderam o sentido, segundo Veloso Lucas.

Casuísmo — O governo desmontou também o antigo jeitinho que a extinta Cacex utilizava para impedir a entrada no País de produtos que não tinham sua importação proibida, mas cuja internalização não interessava às autoridades. Segundo o coordenador do sistema de Controle Aduaneiro da Receita Federal, Antônio Carlos Portinari, a Cacex tinha por hábito engavetar os pedidos de guias destes produtos considerados indesejáveis. Se o importador se arriscasse a trazê-lo sem a guia, os fiscais aduaneiros tinham instruções para não deixá-lo entrar, mesmo que houvesse interesse em se pagar a multa pela importação irregular. Até agora, o produto ficava em depósitos da Alfândega, pagando taxas de permanência, e somente era liberado após uma consulta à Cacex. Segundo confessou Portinari, na maioria das vezes a Cacex sequer respondia às consultas. Como não há mais interesse em segurar importações, a autorização não será mais solicitada.

As principais medidas na área da indústria e comércio são as seguintes:

☐ **Viajantes ao exterior** — Quem viajar ao exterior com máquinas fotográficas, filmadoras ou quaisquer outros produtos importados, não mais necessitará apresentar a nota fiscal do bem. Bastará ao viajante, na saída do País, fornecer uma relação dos equipamentos que estão sendo levados ao exterior.

☐ **Fim das cotas na indústria carboquímica** — Não será mais exigida autorização especial do governo para a instalação de indústrias químicas que utilizam como matéria-prima resíduos de carvão das usinas siderúrgicas. Antes estes projetos tinham que ser aprovados previamente pelo CDI, e dependiam da disponibilidade de cotas de insumos fornecidos pela Siderbrás. O sistema de cotas foi revogado e as empresas terão que assinar com os fornecedores novos contratos de fornecimento de matéria prima, se necessário, apelando aos fornecedores internacionais.

☐ **Fim da autorização para química fina** — As empresas de química fina também não necessitarão mais de autorização prévia do governo para se instalarem. Esta autorização, concedida pelo extinto CDI, era exigida pela Portaria Interministerial nº 4, revogada ontem. Será solicitada apenas a autorização da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, já que os produtos serão matérias-primas para a indústria farmacêutica. Segundo Veloso Lucas, o objetivo agora é estimular estas indústrias através da abertura das importações e com incentivos para a capacitação tecnológica, e não mais com impedimento de instalação de empresas concorrentes. O governo também dará prioridade nas compras governamentais às empresas que realizarem pelo menos um terço dos processos industriais de um produto químico, e que estejam se capacitando tecnologicamente.

☐ **Fim do exame prévio para o Befiex** — As empresas que participam do programa Befiex poderão fazer suas importações sem necessidade de que as listas de produtos sejam analisadas previamente pelas entidades de classe, como a Abimaq. A medida tem a finalidade de acelerar o processo de importação dos projetos ainda existentes do Befiex. Este programa foi extinto pelo atual governo durante o corte de incentivos fiscais e subsídios, mas ainda restam 542 projetos com direito adquirido, que deverão ser concluídos nos próximos dez anos. O Befiex concedia ao importador a isenção de impostos na importação de máquinas e equipamentos, desde que a empresa se comprometesse a cumprir limites mínimos de exportações.

☐ **Permissão para entrepostagem** — As empresas poderão novamente armazenar produtos importados em seus entrepostos comerciais (armazéns vigiados pela Receita Federal) e pagar os impostos sobre estes produtos somente à medida em que forem sendo utilizados em suas instalações. Este procedimento praticamente havia sido impedido desde 1975, quando o governo proibiu o depósito em entrepostos da maioria dos produtos importados pelo Brasil. Desta forma, quem importava tinha que pagar imediatamente a tarifa aduaneira e os demais impostos, o que obrigava as empresas a reduzirem as quantidades de suas compras, e, em conseqüência, aumentando o valor do frete. Agora somente ficará proibida a entrepostagem de máquinas e equipamentos usados, de produtos com importação proibida (armas, drogas, materiais radioativos, pornográficos, entre outros), ou restringidos por acordo internacional (como ocorre hoje com o Iraque).

☐ **Mercadorias sem guia de importação** — O importador que não tiver guia de importação para seu produto poderá retirá-lo após o pagamento das multas e taxas exigidas por Lei. Não será mais necessária autorização extra do Decex, órgão que substituiu a Cacex.

☐ **Facilidades para containers** — Foram abolidos diversos controles burocráticos sobre os containers. Até agora, por exemplo, o container tinha que sair do País pelo mesmo porto por onde entrou, o que dificultava a movimentação interna destes equipamentos, que totalizam 800 mil unidades por ano no território nacional.

☐ **Simplificação dos formulários de importação e exportação** — O governo está estudando uma simplificação dos documentos utilizados no comércio Exterior. O número de campos das guias de importação que precisam ser preenchidos pelo importador deverá cair de 35 para 28. Os campos das guias de exportação deverão ter um corte pela metade, de 60 para 30, e os das declarações de exportação (guias de exportação simplificadas) cairão de 50 para 28. O governo estuda também a ampliação do número de produtos que possam ser exportados com a simples declaração de exportação, onde a fiscalização é feita posteriormente.

Cartel dos solventes sofre golpe

Com 15 medidas de caráter administrativo, o Governo Federal aprofundou o programa de desregulamentação e agora quer aumentar a eficiência e a competitividade entre as empresas, nas áreas de derivados de petróleo, produtos siderúrgicos e transportes.

Medidas na área de derivados de petróleo:

☐ **Postos** — Os postos de serviços são, a partir de hoje, os únicos responsáveis por eventuais infrações cometidas. A legislação, até agora, penalizava não só os revendedores, mas, também, os distribuidores. Isso obrigará os postos de gasolina a melhorar seu atendimento.

☐ **Asfalto** — O Governo acabou com o fechado grupo de seis empresas que distribuía asfalto no país. Havia um excesso de burocracia, no governo federal, que, na prática, beneficiava apenas essas grandes companhias.

☐ **Solventes** — O cartel de distribuição de solventes, até agora com apenas 22 grupos, foi fulminado com uma medida que exige para a formação de uma empresa apenas um pedido ao Departamento Nacional de Combustíveis (substituto do Conselho Nacional do Petróleo) e capacidade mínima de tancagem para cada produto equivalente a 20 dias da média mensal de retiradas no ano anterior, sendo de 15 mil litros o volume mínimo.

☐ **Óleos lubrificantes** — Foi simplificado o processo de classificação dos óleos lubrificantes automotivos. Com essa decisão, o governo deu significativo passo à frente, no sentido de melhorar a qualidade dos óleos vendidos no Brasil. As empresas que vendem óleos de baixa qualidade terão prazo de 180 dias para se adaptarem à nova legislação.

Medidas na área siderúrgica:

☐ **Distribuição de produtos** — Acabou um dos mais fortes cartéis da economia brasileira, que era o de distribuição de produtos siderúrgicos. Até agora, se uma empresa quisesse comprar aço plano ou inoxidável produzido pelas siderúrgicas estatais, forçosamente teria que fazer seu pedido a uma distribuidora. O governo eliminou esse ponto intermediário e as usinas poderão fornecer seus produtos diretamente aos clientes. Essa decisão também colocou um ponto final numa das maiores maracutaias dos parlamentares, que era a exigência de cotas de distribuição junto às usinas, em troca da aprovação de propostas de interesse do governo no Congresso. Também foi liberada a distribuição de produtos carboquímicos, que são subprodutos da atividade siderúrgica.

Medidas na área de transportes

☐ **Transporte e embarque de produtos** — O governo simplificou os processos de exportação de algodão, café e cacau. Até agora, os portos só autorizavam os embarques mediante a indicação prévia dos nomes dos navios, que tinham que pertencer às chamadas conferências de fretes — acordos bilaterais entre os armadores nacionais e estrangeiros que formavam cartéis nas linhas marítimas. Em 1989, por exemplo, o setor cafeeiro pagou US$ 100 milhões em fretes excessivos, devido a essa obrigatoriedade, embora houvesse disponibilidade de navios não pertencentes às conferências e com fretes mais baratos.

☐ **Transporte de carga** — A partir de agora, qualquer empresa poderá transportar cargas, bastando um registro com uma declaração no DNER. O governo eliminou uma parafernália de documentos, inclusive uma exigência absurda que obrigava as transportadoras a manter filiais em todos os estados da Federação. Até para comprar caminhões ou registrar os veículos nos Detrans era necessária uma autorização governamental. Com isso, o governo quer aumentar a competitividade no transporte de cargas para reduzir os fretes.

03.03

E9004544

Nº D[illegible]
TI[illegible] COLLOR VA A REEDITAR LEY SALARIAL.
[illegible] J do B 150023
[illegible] 23/8/90
VE[illegible] BRASIL 10046
E POLITICO 11164
GOB NAC 11302.

Collor vai reeditar lei salarial

Dora Kramer

BRASÍLIA — Com a manutenção do veto presidencial à política salarial do Congresso, que indexava à inflação os salários até a faixa de dez mínimos, o governo reedita hoje a medida provisória que estabelece um cálculo para a recomposição de perdas salariais, trata da livre negociação e proíbe o repasse de aumentos aos preços.

Os funcionários públicos, civis e militares estão excluídos dessa política salarial, que também não servirá de base para a correção de aposentadorias e pensões. Essa é a segunda reedição da medida, que embora não tenha sido votada pelo Congresso no prazo de 30 dias tem força de lei por novo período de um mês. Mesmo que o Legislativo continue sem apreciá-la, o governo pode reeditar o texto quantas vezes quiser.

Na nova versão, constará para os pensionistas e aposentados a concessão do abono de Cr$ 3 mil que os trabalhadores que ganham até cinco mínimos receberam em agosto. O benefício será pago em setembro. A área econômica do governo não concordou, como queriam os políticos, em incorporar esse abono aos salários de quem já recebeu, mas o presidente Collor já disse a deputados que o apóiam que, depois de 10 de setembro, voltará a pensar no assunto. Ele argumentou que é preciso, primeiro, verificar qual o impacto que o pagamento do abono teve sobre a economia para decidir se a incorporação é possível.

Limite — Com a política salarial que está em vigor, o governo permitiu a recomposição de perdas salariais das categorias com data-base a partir de julho último, mas limitou a concessão desses aumentos a, no máximo, duas vezes por ano. Uma vez no dissídio da categoria profissional e outra antes da próxima data-base, se isso constar do acordo coletivo. A recomposição não é integral, mas calculada pela média dos salários dos últimos 12 meses. Ela será maior ou menor dependendo da data do pagamento do salário de cada um e dos aumentos e antecipações recebidos ao longo do ano.

Para calcular os aumentos, o governo divulga todo mês uma tabela com a variação diária do Fator de Recomposição Salarial — uma espécie de BTN fiscal para os salários — que serve para a empresa calcular o salário médio. A política salarial do governo não impede que as empresas dêem aumentos. O FRS será extinto em agosto do próximo ano, a partir de quando o governo imagina que a livre negociação vai nortear os aumentos salariais. Apesar de os políticos terem feito pressão, o governo continuou, com o novo texto, a não dar solução para as categorias com data-base em março, abril, maio e junho deste ano. Eles só poderão discutir recomposição de perdas no próximo ano, apesar de que já estavam há doze meses sem ter aumentos reais.

ENTRADO 11/9/90 às
CRUZ DO 11/9/90 às

01-01

9004545

29/8/90
BRASIL 10148
RELAÇÕES INTERNAC 11399
CRUZADO

A negra história das relações entre Brasil e Iraque

A venda clandestina de urânio a Hussein e outros negócios de uma longa parceria

Ex-ministro Leônidas Pires

Teodomiro Braga e Mário Rosa

SÃO PAULO — O barril de pólvora detonado pelo presidente do Iraque, Saddam Hussein, ao invadir o Kuwait, foi abastecido durante quase 10 anos por uma rede de relações tortuosas e sinistras entre militares brasileiros e autoridades iraquianas. O lado mais explosivo da parceria teve sua base em vendas clandestinas de urânio concentrado, o chamado *yellow cake*, a matéria-prima usada na fabricação da bomba atômica, desde que submetida a processo de enriquecimento. Na sua dobra mais visível e não menos controvertida, a conexão Brasil-Iraque ajudou Hussein a montar o arsenal bélico com que, agora, o ditador ameaça dinamitar o equilíbrio no Oriente Médio e abalar o resto do mundo.

Sob a inspiração do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Conselho de Segurança Nacional, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) fez três remessas secretas para o Iraque do urânio processado em instalações brasileiras, conforme revelaram na semana passada ao JORNAL DO BRASIL dois ex-ministros do governo Figueiredo e ex-funcionários de empresas fornecedoras de armas ao Iraque. A carga fazia parte de um contrato de venda de 100 toneladas do minério, que não chegou a ser totalmente cumprido. Segundo um desses ex-ministros, o governo brasileiro tinha pleno conhecimento de que a intenção de Hussein era utilizar o minério com o objetivo de construir a sua bomba atômica. Os embarques ocorreram no início da década passada e foram cercados de espessa nuvem de mistérios.

A operação incluía a utilização de contas secretas do Banco do Brasil em Paris, movimentadas pelo SNI. As primeiras revelações sobre o fornecimento clandestino de urânio brasileiro foram feitas em junho de 1981 pelo jornal *The Guardian*, de Londres, e provocaram intensa polêmica no Congresso, na imprensa e no governo brasileiro. Desmentida de maneira categórica pelo Planalto, a denúncia revelou apenas uma parte da transação. O Brasil não só vendeu ao Iraque o urânio puro, conforme publicado na época, mas forneceu também cargas de urânio concentrado, o *yellow cake*.

Outros aspectos até agora desconhecidos da parceria nuclear mostram ativa participação de especialistas brasileiros no esforço iraquiano para ter acesso à tecnologia do urânio. No início de 1980, dois ex-funcionários da Nuclebrás (Empresas Nucleares Brasileiras), estimulados por seus superiores, criaram a firma Minerart Tecnologia Mineral Ltda para projetar a exploração de uma jazida de urânio no deserto de Ogaden, na Somália, cujo principal financiador era o Iraque. Cinco anos depois, a mesma Minerart era contratada pelo governo iraquiano para participar da exploração de uma reserva de urânio na região de Abu Skahir, cerca de 250 quilômetros ao sul de Bagdá. Também em 1985, três funcionários da *Geological Survey*, estatal iraquiana do setor mineral, permaneceram três meses no Rio de Janeiro aguardando exames de amostras de urânio de Abu Skhair.

A história da conexão contém passagens que lembram cenas de filme de aventura. De acordo com o relato de um ex-dirigente do SNI, antes dos embarques clandestinos de urânio, um avião Bandeirante cedido pelo governo a uma empresa criada e custeada pelo SNI foi metralhado pela aviação da Etiópia, quando fazia trabalho de aero-fotogrametria no espaço aéreo da Somália. A tripulação era composta por técnicos brasileiros em busca de urânio e outras riquezas minerais da Somália, então em guerra com a Etiópia. A empresa, que vivia de caixa 2 do SNI, prestou serviços semelhantes à Mauritânia, à Líbia, do ditador Muammar Kadaffi, e ao Iraque.

"Havia um forte interesse do governo brasileiro em intensificar a exportação de serviços ao Iraque na área nuclear", diz o engenheiro Francisco Barros Filho, presidente da Minerart e um dos pioneiros do projeto de Abu Skhair. A conexão Brasil-Iraque exibe em seus contornos, visíveis ou subterrâneos, a marca mais patética do espólio autoritário legado pelos governos militares: a megalomania. Numa surrada combinação de lemas como "segurança nacional", "Brasil-potência" e "autonomia energética", as oficinas do SNI pavimentaram as ligações especiais entre Brasília e Bagdá.

Numa via, o poder militar no Brasil ajudava o ditador Saddam Hussein a concretizar seu sonho militarista. Na outra, os militares brasileiros pretendiam garantir o suprimento de

A megalomania uniu Brasília e Bagdá num projeto nuclear para ter a bomba atômica

petróleo ao país, dinamizar a indústria bélica nacional e, em seu ponto final, reforçar o poder de fogo das forças armadas. "Todo o acordo Brasil-Iraque foi montado pelo SNI sob uma visão estratégica", diz um ex-ministro que participou de perto de todos os lances da aproximação entre os dois países. "O objetivo final era formar uma associação militar com o Iraque que viabilizasse a fabricação da bomba atômica também no Brasil, pois a premissa do SNI era de que o Iraque tivesse o controle de uma tecnologia avançada em algumas fases do processo nuclear", acrescenta.

A estratégia de aproximação entre Brasil e Iraque contemplava duas outras frentes bem mais conhecidas por todos aqueles que não usam fardas e que só tomam conhecimento desse tipo de assunto pelos jornais ou pela televisão. A mais famosa relaciona grandes empresas brasileiras com a exportação de produtos para o Iraque. A Volkswagen, por exemplo, chegou a exportar 150 mil modelos do Passat para Bagdá. E a empreiteira Mendes Júnior construiu uma estrada de 550 quilômetros entre Bagdá e Kaime, na fronteira com a Síria. Ao longo de uma década, o movimento comercial brasileiro para o Iraque gerou exportações de quase US$ 4 bilhões — o que serviu para reduzir, em parte, a sangria nas contas brasileiras representada pelos US$ 20 bilhões de importações de petróleo iraquiano, realizadas no mesmo período.

A segunda frente comercial no Iraque foi formada por um restrito grupamento de empresas bélicas nacionais, no qual se destacam a Engesa e a Avibras Aeroespacial. De acordo com um executivo ligado a uma empresa de armamentos sediada em São Paulo, as vendas brasileiras de equipamentos de guerra para o exército de Saddam Hussein alcançaram a cifra de US$ 3 bilhões, que apenas parcialmente é contabilizada pelas estatísticas oficiais. Na verdade, as vendas de produtos não-bélicos pelo Brasil foi um efeito colateral da aproximação desencadeada por Brasília logo após o primeiro choque do petróleo em 1973, quando as cotações do produto saltaram de US$ 3 para US$ 10 o barril. Para tentar reduzir o peso dessa conta, a saída brasileira foi intensificar as relações econômicas com o Oriente Médio.

A sintonia com Bagdá, que acabaria levando à conexão nuclear, nasceu no auge da primeira crise do petróleo. "Na época, o Iraque se comprometeu a entregar as quantidades de petróleo estipuladas nos contratos com o Brasil, dando uma demonstração de boa vontade num momento extremamente difícil em que a procura do combustível era muito maior do que a oferta", lembra um ex-ministro. Em contrapartida, na esteira do choque do petróleo, o general Ernesto Geisel, como presidente da Petrobrás, recusou-se a acompanhar uma tentativa de boicote contra o Iraque articulado pelas maiores companhias mundiais de produção de petróleo. Ao mesmo tempo, pelo caminho diplomático, o presidente Emílio Garrastazu Médici instalou uma embaixada em Bagdá, num gesto definitivo das intenções brasileiras de elevar o nível das relações com o Iraque.

Ao longo dos cinco anos de mandato do general Ernesto Geisel na presidência da República, a distância entre Bagdá e Brasília só fez diminuir. São dessa fase os primeiros grandes contratos de exportação de produtos brasileiros. Foi no governo do general João Figueiredo, porém, que a ligação com o Iraque assumiu seu traço fortemente militarista. Figueiredo despachou para a embaixada em Bagdá o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o general Samuel Alves Corrêa. O general Corrêa seria sucedido em 1983 por outro general, Alacyr Frederico Werner. Por trás da nova estratégia, estava o ministro-chefe do SNI, general Octávio Aguiar de Medeiros. "O Medeiros achava que o Iraque deveria se transformar no grande aliado do Brasil no Oriente Médio", conta outro ex-ministro do governo Figueiredo. "Ele apostou que seria possível desenvolver um projeto nuclear conjunto, que beneficiasse os dois países".

Das pranchetas do SNI, a convivência entre executivos das indústrias bélicas nacionais e graduados funcionários da administração federal começou a escorrer para um ambiente nebuloso. Tornou-se uma tarefa difícil, então, distinguir onde terminava o interesse público e começava a atividade privada. No antigo prédio do ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, agentes do SNI mantinham intermináveis reuniões com empresários dispostos a investir no Iraque, oferecendo todo tipo de auxílio — inclusive financeiro. Numa dessas rodadas no ministério da Fazenda, foi decidida a criação da empresa privada de aero-fotogrametria patrocinada pelo SNI — ou melhor, pelos cofres públicos — para atuar no Iraque e nos territórios de seus aliados.

A conexão Brasil-Iraque contou com o decisivo suporte financeiro do Banco do Brasil, através de operações financeiras pouco comuns à carteira da instituição. Todos os veículos de combate exportados ao Iraque, como o Urutu e o Cascavel, da Engesa, ou o sistema de lançamento de mísseis Astros, da Avibrás, foram produzidos graças a uma linha de crédito. O Banco liberava uma quantia em favor das indústrias para a fabricação dos equipamentos. Depois de prontos, os armamentos seguiam em direção ao cliente no Oriente Médio. Então, o comprador repassava à Petrobrás, em barris de petróleo, os dólares correspondentes à transação. Por fim, a estatal transferia o óleo para a Interbrás, sua subsidiária. A Interbrás vendia o combustível no mercado internacional e transferia a receita ao Banco do Brasil.

Do outro lado do balcão, as empresas privadas também desempenharam seu papel. Nos seis anos de gestão de Figueiredo, ocorreram pelo menos seis vôos do Boeing 707-

9004546

01 - 02

O SNI coordenava as operações com contas secretas do Banco do Brasil em Paris

320 da Engesa, levando a bordo altos figurões para Bagdá. Voaram pelas asas da Engesa o general Diogo Figueiredo, irmão do presidente, e o então diretor do Departamento de Material Bélico do Exército, general José Albuquerque, que ao ser reformado foi trabalhar na companhia. Nas poltronas do Boeing, tomaram assento autoridades pouco relacionadas com o dia-a-dia da fabricação de tanques de guerra, como o delegado da Polícia Federal, Romeu Tuma, que ocupava a superintendência do órgão em São Paulo, e o diplomata Paulo Tarso Flexa de Lima, hoje embaixador em Londres.

O passageiro mais ilustre do "escritório voador" da Engesa, como é conhecido o 707 da empresa, foi o o ministro do Exército do governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, que embarcou em outubro de 1987 para um giro pelo Oriente Médio, com escala em Riyad. O general viajou na condição de *garoto-propaganda* do tanque EE-T1, mais conhecido como Osório. A motivação do então ministro era a promessa feita por José Luiz Whitaker Ribeiro, presidente da Engesa, de repartir os dividendos do esforço de vendas do Osório: para cada tanque exportado com a ajuda de Leônidas, a Engesa retribuiria com a doação de uma unidade ao Exército.

O diálogo de Saddam e Medeiros foi precedido por uma romaria de ministros brasileiros a Bagdá para contatos diretos com o ditador iraquiano. No primeiro ano do governo Figueiredo, estiveram com Hussein os ministros Camilo Penna, da Indústria e Comércio; Delfim Netto, do Planejamento; Karlos Rischbieter, da Fazenda. Chegar a Hussein era uma tarefa que envolvia dificuldades. Um dos ministros teve que circular durante 50 minutos pelas ruas de Bagdá conduzido pela segurança local, para despistar eventuais ataques terroristas. Muitas missões de menor calibre desembaracariam ainda em Bagdá para arquitetar negócios, sob o mesmo clima de perigo.

"Costumávamos ficar no hotel Holiday Inn e havia uma disputa pelos quartos situados nos andares mais baixos", relata um executivo da indústria bélica. "Tínhamos medo de que pudesse ocorrer um bombardeio qualquer momento. Quem estivesse mais perto do chão certamente teria mais chance de sobreviver". Nem todos os empresários brasileiros com interesses no comércio exterior estaram rojões com a definição do regime militar de fazer a opção preferencial pelo Irã. Esse contingente era constituído, principalmente, pelos donos de empresas voltadas para o comércio com o Irã, arqui-inimigo do parceiro do Brasil. Foi o caso do empresário paulista Jaques Ellouf, dono da empresa de exportação IAT, responsável por vendas de papel e açúcar ao Irã. Com a deflagração da guerra Irã-Iraque, Ellouf percorreu, inutilmente, os gabinetes econômicos de Brasil em busca de uma posição mais neutra de seus interlocutores diante do conflito.

A essa altura, o dispositivo atômico de relações Brasil-Iraque já havia sido acionado. A missão percursora, nessa área, foi uma delegação iraquiana que visitou secretamente as instalações nucleareas brasileiras, ciceroneada por militares e peritos do CNEN, a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Do lado brasileiro, a primeira investida foi na Somália, onde três empresas brasileiras participaram de projeto para exploração da jazida de urânio no deserto de Mogaden. Além da Minerart, dirigida pelo engenheiro Francisco Barros Filho as outras empresas que entraram no empreendimento foram a Natron Coonsultoria e Projetos e a construtora Andrade Gutierrez. A empreitada foi bancada, em grande parte, com recursos do Iraque, carreados pela Arma (Arabe Mining Company), multinacional mineração do mundo árabe.

O recrudescimento da guerra entre Irã-Iraque jogou por terra os planos de exploração da jazida, quando os trabalhos ainda estavam na fase inicial (US$ 1,5 milhão queimado pelas companhias brasileiras na tentativa). "Foi a nossa primeira aventura com o Iraque", diz Francisco Filho. Aventura, mesmo, ocorreria no primeiro semestre de 1981. Conforme revelou ao JORNAL DO BRASIL um ex-ministro do SNI, três cargamentos de *yellow cake* foram embarcados secretamente em aeronaves de bandeira iraquiana entre janeiro e junho daquele ano.

General Diogo Figueiredo

General José de Albuquerque

continuação da página anterior

A cooperação tinha mão dupla. Nas missões oficiais do governo a Bagdá, os militares brasileiros faziam questão de contar com a companhia dos representantes das indústrias de armamento. Essa facilidade abria aos empresários o acesso aos governantes dos países visitados. Os dois homens de negócio mais freqüentes eram Whitaker, da Engesa, e João Verdi Leite, o presidente da Avibras. Numa delegação chefiada pelo general José Albuquerque, em 1981, Whitaker e Verdi circularam pelos mais importantes gabinetes militares de Bagdá. Foram visitar, também, diversos quartéis localizados nas cercanias da capital. Em um deles, situado a 80 quilômetros do centro da cidade, puderam testemunhar os frutos de seu trabalho. "Todos os equipamentos, dos jipes aos carros de combate, eram brasileiros", recorda um dos integrantes da comitiva.

A viagem que cristalizou de vez a aliança especial do Brasil com o Iraque foi feita pelo principal idealizador da estratégia do lado brasileiro. No segundo semestre de 1981, o general Octávio Medeiros voou sigilosamente, sem nenhum acompanhante, para Bagdá. Lá, manteve um demorado encontro com Saddam Hussein, numa audiência conseguida pelo general-embaixador Samuel Corrêa em meio à guerra Irã-Iraque, quando o Brasil manifestava oficialmente uma postura de neutralidade em relação ao conflito. Segundo um interlocutor a quem Medeiros relataria depois a conversa com Hussein, o tema-chave da reunião foi a colaboração entre os dois países na área nuclear. Medeiros reiterou a Hussein o compromisso de Brasília de ampliar o intercâmbio tecnológico no setor.

aviões decolaram de um aeroporto de São José dos Campos, no interior de São Paulo, com direção a Bagdá. "Os embarques só pararam por causa da publicação de notícias sobre o carregamento", diz um ex-ministro.

Não foi o único fiasco associado à conexão Brasil-Iraque na área nuclear. Com a suspensão dos trabalhos no deserto de Ogaden, o Iraque passou a alimentar o sonho de beneficiar o urânio que estivesse dentro de suas fronteiras. Em 1984, a Geological Survey, a estatal do Iraque que cuida do setor mineral, convidou o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) para analise química de amostras retiradas da reserva de urânio de Abu Skhair. O urânio iraquiano, coletado por brasileiros no local, foi trazido para testes em laboratórios no Brasil.

Três técnicos do Iraque aguardaram durante três meses os resultados finais do CETEM, que indicaram a existência de uma concentração de urânio suficiente para tornar Abu Skhair passível de exploração. Os técnicos da Minerart foram chamados a Bagdá para examinar as possibilidades de extração da matéria. "Nós desaconselhamos qualquer investimento porque a área de lavra estava situada em um pântano, a quase 60 metros de profundidade. O custo de produção seria absurdamente elevado", explica o engenheiro Ramiro Dias Toledo, sócio da Minerart. Francisco e Toledo voltaram ao Brasil com uma condecoração do Iraque, numa homenagem oficial pelos serviços prestados.

9004546

Iraque retém brasileiros que conhecem segredo militar

J do B 22/8/90

Teodomiro Braga

BRASÍLIA — Os engenheiros brasileiros que estavam em missão secreta no Iraque e agora encabeçam a relação dos 200 e poucos brasileiros proibidos de sair do país participavam de um projeto militar secreto que buscava, entre outros objetivos, aumentar o alcance e melhorar a precisão dos mísseis iraquianos, segundo fontes do Itamarati. Em função de seu trabalho, eles detêm informações essenciais sobre o atual estágio do projeto e por isso diplomatas que acompanham a crise no Golfo Pérsico se mostram pessimistas sobre a possibilidade de sua libertação pelo governo de Saddam Hussein.

Receia-se até que os engenheiros brasileiros, cujo número é calculado entre 20 e 30, estejam correndo risco de vida pelo conhecimento de segredos cruciais que interessam diretamente aos inimigos dos iraquianos, especialmente os Estados Unidos e Israel. O poder de fogo de Saddam Hussein depende em grande parte da distância a que os mísseis de sua Força Aérea conseguirem levar suas ogivas carregadas de bombas convencionais ou das temíveis armas químicas anunciadas pelo ditador iraquiano. Ainda não é possível calcular o número exato de engenheiros brasileiros aprisionados no Iraque, pois, segundo informações recebidas pelo Itamarati, alguns deles conseguiram escapar no início da conflito, antes que Bagdá reforçasse a vigilância nos aeroportos e estradas.

As conversações com as autoridades de Bagdá sobre o caso dos engenheiros estão sendo feitas diretamente pelos dirigentes da empresa responsável pelo seu engajamento no projeto secreto iraquiano, a HOP, comandada pelo brigadeiro Hugo Piva, ex-diretor do Centro Técnico Aeroespacial. O maior obstáculo para uma atuação mais efetiva dos diplomatas brasileiros em favor dos engenheiros é o véu de sigilo que envolve sua missão no Iraque, realizada sem o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores.

Sigilo — A embaixada iraquiana em Brasília concedeu os vistos para a viagem dos engenheiros a Bagdá sem qualquer interferência do Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Os diplomatas do Departamento do Oriente Próximo do Itamarati, ao qual cabe a coordenação das relações do Brasil com os 22 países árabes e mais Israel, só vieram a saber da existência de engenheiros brasileiros trabalhando a serviço da Força Aérea iraquiana no dia 14 de maio passado, ao ler artigo em que a revista *Veja* denunciou mais essa conexão entre o Brasil e Iraque.

Após a publicação do artigo, contam os diplomatas do Itamarati, o Departamento de Oriente Próximo designou alguns de seus funcionários para levantar a extensão dos serviços prestados pelo pessoal do brigadeiro Piva. O trabalho incluiu contatos com oficiais da Aeronáutica, arma à qual pertencia Piva, e conversações com dirigentes da Avibrás e outras exportadoras brasileiras de armas. Entre as atividades que os engenheiros enviados pelo brigadeiro Piva vinham realizando desde novembro passado no Iraque, apuraram os diplomatas, estava a transferência aos cientistas iraquianos da tecnologia desenvolvida pelo Brasil no projeto de construção do míssel Piranha, que visava a equipar os aviões caça AMX da FAB. O projeto foi interrompido por falta de verbas.

Impasse — Os engenheiros levados por Piva a Bagdá eram ex-funcionários do Centro Técnico Aeroespacial ou da Órbita, fábrica paulista de foguetes. O brigadeiro ganhou prestígio no mundo científico por ter projetado a série de foguetes Sonda. Lançados da Barreira do Inferno, em Natal, os Sonda foram os primeiros foguetes produzidos no Brasil. Segundo Piva, o seu engajamento com os iraquianos teve o aval do ministro da Aeronáutica do governo passado, o brigadeiro Octávio Moreira Lima. O ex-ministro admitiu que sabia do envolvimento da empresa de Piva com os militares iraquianos, mas negou que a parceria tivesse contado com o endosso oficial.

"Entre os pouco mais de 200 brasileiros que não conseguem sair do Iraque, a situação mais complicada é a do pessoal do Piva", confirma um diplomata do Itamarati que participa dos entendimentos com as autoridades de Bagdá. O segundo caso mais difícil é o dos trabalhadores da construtora mineira Mendes Júnior, que estavam no Iraque preparando a retomada das obras das empresa no país. Como a HOP, a Mendes Júnior também vem fazendo negociações diretas com as autoridades iraquianas, por intermédio de seu representante no Iraque e com a participação da direção da empresa, sediada em Belo Horizonte.

Os entendimentos da Mendes Júnior, entretanto, contam com o respaldo do Ministério das Relações Exteriores, o que não acontece com as conversações realizadas pela empresa do brigadeiro Piva. Além de transmitir à embaixada brasileira em Bagdá mensagens por telex informando o andamento de suas negociações com os iraquianos, o representante da construtora mineira no Iraque vem pedindo ao encarregado de negócios do Brasil, René Loncan, que envie comunicações ao Ministério das Relações Exteriores iraquiano, dando respaldo oficial às propostas da empresa.

Após quase três semanas de permanentes discussões, as negociações entre a Mendes Júnior e o governo iraquiano estão num impasse. De seu lado, a construtora mineira insiste para que Badgá autorize a liberalização dos vistos de saída de seus funcionários até o dia 25, sábado próximo. Como parte do acordo, a empreiteira quer que Bagdá concorde com a anulação dos contratos para a realização das obras assumidas pela empresa no país — a construção de um trecho da rodovia Expressway, que liga Bagdá à fronteira com a Jordânia, e de um canal sob o rio Eufrates, para abastecimento de água potável para a região.

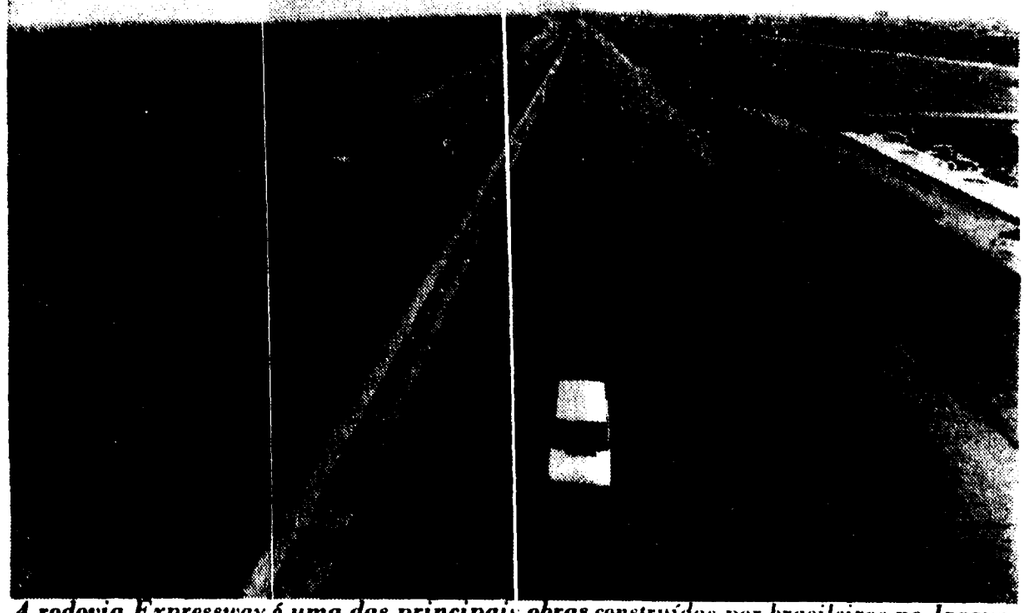
A constutora mineira quer ainda que os iraquianos aceitem o distrato, mas sem considerar a inadimplência da empresa, que dessa forma teria condições legais para continuar reivindicando o pagamento de US$ 400 milhões que vem pleiteando há anos, a título de aumento de custos de seus serviços nas obras, decorrente da guerra Irã-Iraque. Foi o fracasso nas gestões para receber essa indenização que levou a Mendes Júnior a suspender pela primeira vez suas obras no Iraque, no final de 1987. A empresa estava retornando ao país quando as tropas de Hussein invadiram o Kuwait, deflagrando a atual crise.

O último ítem da proposta da Mendes Júnior a Bagdá prevê que o governo iraquiano ficaria com a guarda dos equipamentos utilizados pela empresa no país — dos quais parte pertence à própria Mendes Júnior, avaliados em US$ 130 milhões, e o restante é de propriedade do Banco do Brasil, que os adquiriu da empreiteira mineira em 1986, por US$ 230 milhões, e em seguida os alugou à Mendes Júnior.

Exigências — Até agora, as autoridades do Iraque não aceitaram quaisquer dos ítens da proposta da Mendes Júnior, exigindo que a empresa mantenha as atividades no país. A situação torna-se ainda mais difícil porque, segundo as normas iraquianas, cabe às empresas contratantes de obras junto a companhias estrangeiras o fornecimento de um documento sem o qual os empregados de fora não podem solicitar visto de saída ao Ministério da Residência. A State Comission for Irrigation and Reclamation Projects (Scirp) e a State Comission for Roads and Bridges (Scrb), as estatais iraquinas que contrataram as obras junto à Mendes Júnior se recusam a dar esses documentos, aumentando a confusão.

O governo iraquiano também se nega a assumir a guarda dos equipamentos em caso de retirada dos funcionários da empreiteira mineira. A ameaça foi confirmada ontem em Brasília, pelo embaixador iraquiano, Qais Taweﬁq Al-Mukhtar, que voltou a expor a exigência de Bagdá para que os trabalhadores brasileiros no Iraque continuem no país. Apesar dessas posições, ele rechaça a acusação de que o Iraque esteja fazendo chantagem com o Brasil. "Se não há guerra, por que os trabalhadores brasileiros querem sair?", questiona ele.

Arquivo



A rodovia Expressway é uma das principais obras construídas por brasileiros no Iraque

Uma tática para ocultar a realidade

Flamínio Fantini

BELO HORIZONTE — Algumas empresas brasileiras que têm negócios com o Iraque adotaram a tática da retranca no trato com a opinião pública, temerosas de que o fornecimento de informações possa afetar a segurança dos seus funcionários instalados naquele país ou os seus negócios (ou as duas coisas). Evita-se a todo custo caracterizá-los como reféns, mesmo depois que o embaixador iraquiano em Brasília, Qais Tawfiq al-Mukhtar, foi mais do que taxativo anteontem, ao declarar que os brasileiros "não poderão deixar o país enquanto não cumprirem totalmente seus contratos de trabalho".

Disse mais, que se houver racionamento de comida para os cidadãos do Iraque por causa do bloqueio econômico das Nações Unidas, os estrangeiros, brasileiros inclusive, passarão fome. Ora, nestas circunstâncias, boa parte dos brasileiros com contrato a cumprir são mais do que reféns — estão condenados ao trabalho forçado para poder conquistar o direito de deixar o país. Fonte do Itamarati chega mesmo a usar a palavra escravo, em tom indignado, para classificar a situação de seus compatriotas.

A construtora mineira Mendes Júnior insistia ontem em afirmar ao JORNAL DO BRASIL *que a demora na concessão dos vistos a seus funcionários se devia ao acúmulo de serviços nas repartições iraquianas encarregadas dessa função. A empresa também não considerava "oficial" a declaração ameaçadora do embaixador do Iraque em Brasília.*

Na última nota oficial, distribuída pela Mendes Júnior terça-feira, lê-se o seguinte: "Nos contatos mantidos hoje com o acampamento da Expressway, a empresa foi informada de que a situação ali continua normal, embora o nível de apreensão e ansiedade entre os trabalhadores tenha aumentado devido à morosidade no processo de concessão de vistos de saída pelo governo iraquiano". Convenhamos, a situação no acampamento da Expressway pode ser tudo, menos normal.

Todos torcem pelo final feliz para os 350 brasileiros, mas, a prevalecer a exigência de que só deixa o Iraque quem tiver terminado seu contrato de trabalho, o horizonte fica bem sombrio. A começar pelos funcionários da Mendes Júnior que trabalhavam na obra batizada de Sifão, mais próxima da fronteira com o Kuwait, em projeto de recuperação das terras pantanosas. A empresa simplesmente levantou acampamento e transferiu todos os 155 funcionários para o alojamento da Expressway, mais seguro, com melhor infra-estrutura, e sobretudo mais perto da fronteira com a Jordânia.

A obra do Sifão estava apenas na metade — para recomeçá-la, a empresa teria obviamente de voltar com os funcionários e reabrir as portas. Também a rodovia Expressway não está terminada, embora em fase final de acabamento, tipo pintura do asfalto e sinalização.

Situação não menos inquietante vivem 18 funcionários da Volkswagen que prestam serviço à estatal iraquiana Gamco Machinery, importadora de 160.000 Passats do Brasil nos últimos anos. São técnicos, mecânicos, eletricistas e estoquistas, encarregados da manutenção e cursos sobre a mecânica Volkswagen, que prestavam serviço em Bagdá. Também não conseguiram vistos para sair e estão vivendo entre a capital iraquiana e o acampamento da Mendes Júnior, em sistema de rodízio para atender à demanda da Gamco. O contrato de trabalho deve durar até o final deste ano.

O governo iraquiano está jogando duro na liberação dos vistos, evitando concedê-los para quem pode ser útil ao país, numa demonstração de que a ameaça do embaixador em Brasília pode não ser mera bravata, em meio a um conflito que ninguém tem bola de cristal para assegurar quanto tempo dura. Enquanto o carimbo do governo do Iraque não marcar os passaportes dos 350 brasileiros, a atitude perante a opinião pública só pode ser a de mantê-la corretamente informada, no caso em que se discute a de considerá-los, no mínimo, reféns.

9004547

01.12

9004547

Governo avalia prejuízo

Mário Rosa

BRASÍLIA — O impacto inicial da crise no Golfo Pérsico sobre a economia brasileira já foi oficialmente calculado. Entre importações mais caras de petróleo e cortes das exportações para o Iraque e Kuwait, o Brasil vai registrar um prejuízo direto de US$ 3,3 bilhões em suas contas externas até dezembro de 1991. Ao mesmo tempo, o plano Collor será afetado por um impacto indireto "muito grande", em virtude do repasse aos preços dos reajustes nas tarifas de combustíveis.

As previsões fazem parte de um extenso dossiê que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, apresentou na semana passada ao subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford. Elaborado pela equipe econômica, o mesmo dossiê foi apresentado também à missão de técnicos do Fundo Monetário Internacional que se encontra em Brasília. No capítulo intitulado *"Possíveis impactos da crise no Golfo Pérsico"*, o estudo revela que o impasse na região pode provocar efeitos colaterais que resultarão em perdas ainda maiores para o Brasil.

"Indiretamente, as exportações totais do país também serão afetadas pela queda no ritmo de crescimento da Comunidade Econômica Européia, em especial as exportações para os Estados Unidos, onde a crise no Golfo veio agravar tendência já declinante do Produto (*Interno Bruto*)", diz o documento.

Expectativas — No trabalho, que leva em conta apenas a hipótese de que os desdobramentos da crise não evoluam para uma situação de guerra aberta, um trecho inteiro foi utilizado para tentar avaliar as conseqüências do conflito sobre o programa de estabilização. Na parte mais otimista, o relatório lembra que o impacto anual sobre o índice de preços "será da ordem de 1,25%, uma vez que o peso dos combustíveis e lubrificantes no IPC é de apenas 2%". Ou seja, por essa análise, caso a inflação brasileira fosse de 100% em 1990, passaria a ser de 101,25%, considerado apenas o reflexo da alta do produto no índice de preços isoladamente, sem levar em conta os aumentos em cadeia em outros produtos da economia. No capítulo mais realista, o documento em poder da ministra da Economia é mais vago, mas traça um cenário de dificuldades adicionais para o plano econômico.

"Um aumento de 62,5% (US$ 10,00 barril) no preço dos combustíveis terá um impacto indireto muito grande, em função do fato de que os combustíveis são insumo para a maior parte das atividades. Além disso, há o impacto sobre as expectativas", ressalta o estudo. No ano passado, a Petrobrás gastou US$ 3,8 bilhões com a importação de petróleo e devivados. Para este ano, devido à queda que vinha sendo observada nas cotações do produto no mercado internacional, a estatal esperava gastar menos para adquirir os 630 mil barris que o país compra diariamente no exterior: US$ 3,5 bilhões. Logo depois da explosão da crise no Golfo, a Petrobrás chegou a calcular um gasto adicional de US$ 1 bilhão este ano nas compras de óleo, tendo por base a premissa de que o preço do barril fosse se situar em US$ 27,00.

Agora, de acordo com a avaliação exibida ao FMI e ao subsecretario do Tesouro americano, o governo trabalha com a hipótese de uma estabilização da cotação em US$ 25,00/barril, o que representaria uma despesa a mais de US$ 660 milhões este ano na conta petróleo. No ano que vem, a fatura ficaria ainda mais salgada. "A diferença de preço do petróleo da ordem de US$ 10,00, se os preços se estabilizarem no atual patamar, implicará um acréscimo de dispêndio com importações da ordem de US$ 2 bilhões", diz o relatório oficial. Para chegar aos US$ 3,3 bilhões de prejuízos, a área econômica levou em conta também a interrupção das vendas brasileiras ao Iraque e ao Kuwait.

Além dos US$ 2,6 bilhões de acréscimo nas importações, de acordo com o levantamento, a perda nas exportações seria de US$ 200 milhões, este ano, e de US$ 400 milhões em 1991, "a julgar pelo comportamento das exportações verificadas de janeiro a junho/90". Um dos aspectos mais otimistas do relatório encontra-se na avaliação feita pela área técnica do governo em relação ao suprimento do petróleo. Depois de ressaltar que seria necessário substituir a importação de 200 mil barris, uma tarefa já praticamente concretizada pela Petrobrás, o trabalho aposta que eventuais dificuldades de abastecimento no Brasil ocorreriam apenas durante um curto período. "O efeito, se houver, será portanto apenas nos meses de outubro e novembro, uma vez que até lá a substituição de fontes já terá sido feita", prevê o estudo. "Os estoques mundiais são os maiores da década, o que provavelmente permitiria uma substituição com relativa rapidez."

O preço do conflito

A anexação do Kuwait pelo Iraque vai custar US$ 3,3 bilhões para o Brasil, sem contar os efeitos colaterais provocados pela crise no Golfo.

☐ O Brasil vai gastar US$ 660 milhões a mais este ano nas importações de petróleo;

☐ Em 1991, caso o barril de óleo fique cotado em US$ 25,00 como acredita o governo, as despesas adicionais serão de US$ 2 bilhões, o que significaria que o país gastará US$ 5,5 bilhões no próximo ano nas compras do combustível;

☐ As empresas brasileiras deixarão de vender US$ 200 milhões até dezembro ao Iraque e ao Kuwait;

☐ No próximo ano, o Brasil deixará de exportar US$ 400 milhões para os dois países;

☐ O Brasil poderá registrar também uma queda nas suas vendas aos Estados Unidos e Europa, devido à redução na atividade econômica nos países desenvolvidos;

☐ O governo ainda não fez estimativas precisas, mas trabalha com a hipótese de uma alta muito grande da inflação, em decorrência do repasse aos preços dos reajustes dos combustíveis;

☐ O racionamento, por enquanto, está descartado, mas há riscos de que haja dificuldades de abastecimeto em outubro e novembro.

Embaixada vira acampamento

Cerca de 500 paquistaneses estão acampados, desde segunda-feira, nos jardins da embaixada do Brasil em Bagdá. Apesar dos esforços do encarregado de negócios, René Loncan, para que levem suas tendas para outro lugar, eles alegam que não têm para onde ir enquanto aguardam seus vistos de saída. Situada no luxuoso bairro de Al-Mansur, a representação brasileira é separada da rua por um pequeno muro, que os invasores saltaram facilmente para instalar-se no gramado e numa área entre tamareiras.

A *invasão* paquistanesa é apenas outro sintoma das dificuldades que os estrangeiros estão enfrentando para conseguir deixar o país. As autoridades iraquianas parecem não ter pressa em conceder vistos e a burocracia consular pode levar os pedidos a percorrerem até cinco ministérios. A via-crucis começa no da Imigração, que manda ouvir, no caso dos brasileiros, o da Construção, Irrigação, Comércio ou Interior, conforme o funcionário seja contratado por empresa ligada a um ou a outro desses ministérios.

Ao entrar com pedidos de visto para brasileiros no Iraque, a embaixada incluiu os 387 nomes de que dispunha na época. A Mendes Júnior, a Volkswagen e a Maxion pediram que as autoridades diplomáticas fizessem gestões especiais para atender a seu pessoal. As empresas pretendem retornar ao país uma vez superada a crise. Desde sexta-feira nenhum brasileiro consegue visto.

O Itamarati reconhece que o clima não está bom em Bagdá, onde chegam notícias de que um grupo de algumas dezenas de japoneses está desaparecido na cidade do Kuwait. O porta-voz José Vicente Pimentel afirmou que soube pelo telefone, ontem de manhã, que a embaixada brasileira no Kuwait — onde ficou apenas um funcionário — "não está sendo agredida", fato que atribui à circunstância de o prédio estar localizado próximo à representação americana.

O governo ainda não sabe do paradeiro da menina Leena Whalid Ajiewi, de 1 ano de idade, filha da brasileira Alaíde Damásio Trigo, e que estava com o pai no Kuwait quando estourou o conflito. Assim como Alaíde, que não recebe notícias da família, Sandra Martins, cujo marido também é kuwaitiano, não consegue comunicação. O Itamarati diz que não tem como ajudá-las. Sobre as famílias dos outros 41 brasileiros que não quiseram seguir para o Iraque, as autoridades do Ministério das Relações Exteriores alegam que ficaram lá por sua conta e risco, uma vez que lhes foi oferecida a oportunidade de deixar o Kuwait.

Grupo Piva ignora apelos

Teodomiro Braga e Thaís de Mendonça

O grupo de engenheiros brasileiros levado ao Iraque pelo brigadeiro reformado Hugo Piva continua ignorando os apelos do governo brasileiro para interromper sua participação num projeto militar secreto iraquiano. Os 22 integrantes do grupo já detectados no Iraque — mencionados na lista de reféns brasileiros divulgada pelo Itamarati como "funcionários a serviço do governo iraquiano" — ainda não procuraram a embaixada brasileira em Bagdá para pedir vistos de saída, como fizeram os outros em serviço no país, informou ontem o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, José Vicente Pimentel.

Pela primeira vez o porta-voz do Itamarati forneceu informações sobre o grupo, revelando que os 22 engenheiros moram em Bagdá no mesmo bairro em que vivem outros funcionários contratados pelo governo iraquiano, altas autoridades e diplomatas do governo de Saddam Hussein. O bairro é dotado de supermercado e o grupo brasileiro sempre utiliza ônibus oficiais em seus deslocamentos no país. Segundo Pimentel, eles evitam contato com o restante da comunidade brasileira em Bagdá, nunca falam sobre o que estão fazendo no Iraque e se identificam apenas como "engenheiros autônomos".

Em seus contatos com outros brasileiros no Iraque, os engenheiros também não revelam que foram para o Iraque contratados pela HOP, a empresa de consultoria do brigadeiro reformado Hugo de Oliveira Piva, cujo paradeiro o Itamarati oficialmente diz desconhecer. Diplomatas e militarem envolvidos no caso, entretanto, asseguram que ele está em Bagdá. "Não temos informações sobre o trabalho da HOP", afirma o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores. "O Itamarati trata de relações exteriores e não de empresas brasileiras", justifica ele. Ainda segundo Pimental, as outras três empresas com atividades no Iraque — Volkswagen, Maxion e Mendes Júnior — solicitaram ao governo brasileiro que intercedesse no processo de obtenção de vistos para saída de seus funcionários do país. A HOP, porém, ainda não fez qualquer contato com o governo ou a embaixada brasileira em Bagdá para discutir a situação dos 22 engenheiros.

A expectativa do Palácio do Planalto, de que "o grupo do Piva", como a equipe vem sendo chamada em Brasília, acabe atendendo o apelo do governo brasileiro para abandonar o projeto secreto iraquiano. "Eles têm de considear o fato de que a sua formação profissional foi financiada pelo governo e, portanto, custeada pelo povo brasileiro. E nesse momento, os interesses do Brasil requerem sua saída do Iraque", diz um assesssor do presidente da República, referindo-se à posição brasileira de apoiar o embargo econômico contra o Iraque, em represália pela anexação do Kuwait.

9004547

O caso do projeto secreto

Governo adverte oficiais da FAB e ameaça punição

(Continuação da 1ª página)

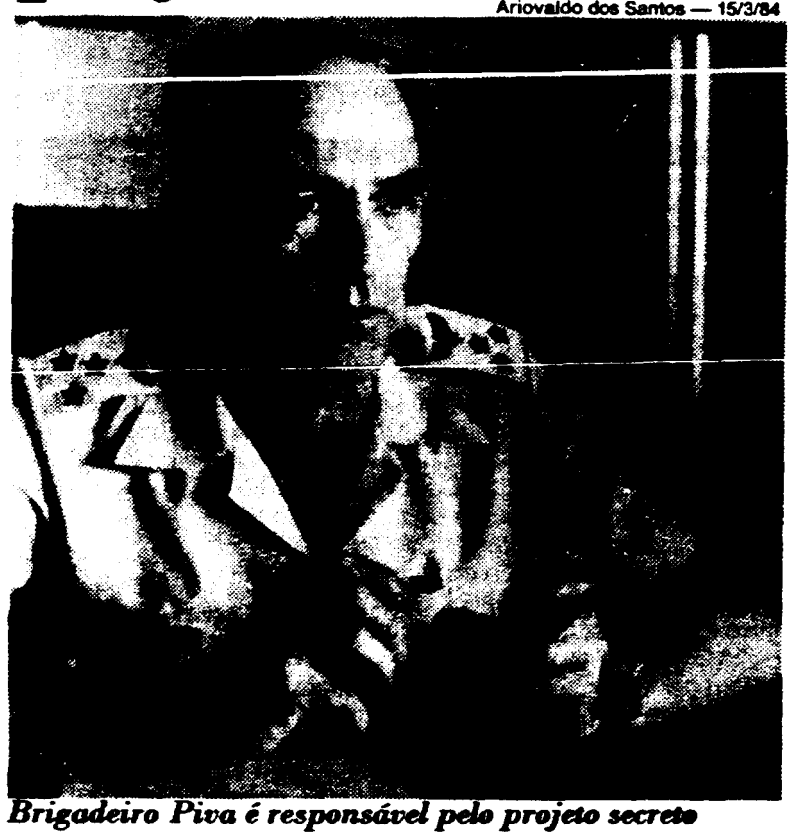
O recado aos militares reformados que querem ficar no Iraque, transmitido via embaixada em Bagdá, inclui ameaças de punições por desobediência aos regulamentos disciplinares das Forças Armadas. As punições em cogitação variam de simples censura pública até prisão quando regressarem ao Brasil. Entende a cúpula militar brasileira que esses integrantes da FAB são obrigados a acatar a ordem para retornar ao país porque ainda estão sujeitos a determinados aspectos dos regulamentos disciplinares das Forças Armadas. Em relação aos técnicos civis que optaram por permanecer no Iraque, o governo reconhece que nada pode fazer para tentar forçá-los a se juntar aos outros brasileiros que já tomaram a iniciativa de pedir o visto para se retirar do país.

Os telefones do brigadeiro na cidade paulista de São José dos Campos, onde está o escritório de sua empresa, estão permanentemente ocupados ou não atendem. O nome da empresa formada por Piva para atuar junto aos iraquianos é formado por suas iniciais: HOP. As viagens do brigadeiro a Bagdá parecem ter sido freqüentes nos últimos meses. Em maio passado, um brigadeiro atualmente lotado no Ministério da Aeronáutica, em Brasília, recebeu um cartão de cumprimentos pelo aniversário enviado por Piva da capital iraquiana.

A saída do pessoal do "grupo do Piva", como os engenheiros são chamados em Brasília, depende ainda do incerto recuo do governo de Saddam Hussein na proibição à retirada dos brasileiros com contrato de trabalho no Iraque. A dificuldade em mudar a posição iraquiana é ainda maior em relação aos especialistas do brigadeiro Piva, porque eles detêm segredos militares que interessam aos inimigos de Saddam Hussein. Por suas delicadas implicações, o problema provocado pelo "grupo do Piva" transformou-se num caso à parte no drama dos reféns brasileiros no Iraque.

Irritação — Diplomatas que participam das negociações com as autoridades iraquianas não escondem sua irritação com a situação, devido à controvertida natureza das atividades exercidas pelos homens, e ao menos uma mulher, levados por Piva ao Iraque. Na interpretação de qualificados militares e diplomatas, eles são integrantes da legião estrangeira de mercenários arregimentada pelo ditador iraquiano. "O mais grave é que, enquanto mercenários vendem o próprio corpo e energia a um governo estrangeiro, os integrantes do grupo do Piva venderam conhecimentos técnicos que eram de propriedade do governo brasileiro", diz um graduado diplomata, referindo-se à transferência aos iraquianos da tecnologia obtida pelo brigadeiro Piva e seus companheiros durante sua participação no projeto brasileiro para produção do míssil Piranha, com o qual a FAB pretendia equipar os seus aviões caça AMX.

Ariovaldo dos Santos — 15/3/84



Brigadeiro Piva é responsável pelo projeto secreto

Ao repassar a uma potência estrangeira conhecimentos tecnológicos secretos relacionados com um projeto oficial patrocinado pelo governo brasileiro, o grupo do brigadeiro Piva praticou um ato equivalente à espionagem, entendem importantes militares e diplomatas. O aspecto mais tenebroso do caso é que essa conexão secreta com o Iraque teria contado com o consentimento de autoridades militares do governo passado, segundo denúncia endossada por altas personalidades do atual governo. A parceria nasceu no ano passado, após a suspensão do projeto de construção do Piranha, que era desenvolvido pelo Centro Técnico Aeroespacial (CTA), do Ministério da Aeronáutica, em conjunto com a Órbita, empresa constituída pela Embraer e a Engesa.

Para manter o projeto, o brigadeiro Hugo Piva convenceu um grupo de oficiais reformados da Aeronáutica e engenheiros civis ligados ao empreendimento para continuar as pesquisas no Iraque, a serviço do governo de Saddam Hussein. Segundo a versão corrente nos altos escalões em Brasília, a iniciativa de Piva contou com o aval do seu amigo e ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima. "A associação permitiria ao Iraque produzir o seu míssil, enquanto o Brasil receberia o restante da tecnologia e os protótipos desenvolvidos no Iraque para fabricar também o seu foguete", explica um militar. "No fundo, o Iraque financiaria o desenvolvimento, em seu território, de um projeto militar iniciado no Brasil."

O "grupo de Piva" também estava trabalhando em outro projeto para o governo de Hussein: a melhoria da performance e do alcance dos mísseis Scud, comprados pelo Iraque na União Soviética. Os brasileiros civis que fazem parte da equipe são engenheiros eletrônicos especialistas em combustíveis sólidos, aerodinâmica e sistemas de direção eletrônica. As Forças Armadas do Iraque também contavam com a assistência de diversos técnicos da Engesa, especializados na manutenção e operação de armamentos. Quando as tropas de Hussein invadiram o Kuwait, dia 2 passado, só havia dois especialistas da Engesa no país mas eles já conseguiram retornar ao Brasil. Os outros haviam voltado antes, em conseqüência dos sucessivos atrasos nos pagamentos do governo iraquiano à Engesa. (T.B.)

I 9004547

Empresa já retirou mulheres e crianças

Belo Ho izonte — Françoise Imbrosi

Eliane deixou o marido, Édson Tavares, no Iraque

BELO HORIZONTE — Do grupo de 38 brasileiros que deixaram o Iraque na última sexta-feira, onze pessoas ligadas à Construtora Mendes Júnior, entre funcionários, mulheres de funcionários e crianças, desembarcaram ontem, às 7h30 no Aeroporto Internacional de Confins, após descerem no Aeroporto do Galeão, no Rio, procedentes de Zurique. Com essa saída, o acampamento da Mendes Junior na Expressway, a 800 quilômetros da fronteira com o Kuwait, passou a ser ocupado exclusivamente por homens.

Existem atualmente 216 brasileiros acampados, quase todos operários, segundo informou a ex-secretária da construtora, Eliane Moreira Fernandes Tavares, 20 anos, ao desembarcar ontem em Confins. Apenas há quinze dias Eliane foi transferida do acampamento do Sifão, a 300 quilômetros do Kuwait, para o acampamento da Expressway onde deixou o marido, o professor de inglês da construtora, Édson Tavares, 31 anos. Ela admitiu a existência de um clima de descontentamento dos peões da construtora que não entendem a dificuldade para obter visto de saída do Iraque.

Ao buscar a nora Patrícia e os netos no Aeroporto de Confins, o comerciante Éber Ferreira dos Santos, 62 anos, não escondia a angústia de ter o filho ainda retido no acampamento da Mendes Junior. Éber Ferreira Filho, 37 anos, é médico da construtora. "Só falta ele morrer por lá sem ao menos a gente vê-lo pela última vez", desabafou o comerciante. Mais tarde, na casa da nora, Éber tranquilizava-se com a presença dos netos e com o telefonema do filho do Iraque, que ligou para saber da viagem da mulher e das crianças. "Ele contou que o visto de saída dele deve sair ainda esta semana", disse Éber mais confortado.

Analisando o comportamento do grupo de brasileiros que permanecem no acampamento da construtora, Patrícia disse que é normal, semelhante ao de um grupo qualquer. "Se é difícil analisarmos o comportamento de um grupo de dez pessoas, imagine em um acampamento com mais de 200 pessoas. Tem uns mais nervosos que os outros, mas isso é coisa da própria natureza de cada um", contou Patrícia. "Meu marido acabou de ligar de Bagdá. Disse que lá a vida continua", completou.

Segundo Patrícia, os brasileiros acampados na *vila*, ou seja, o conjunto de alojamentos do acampamento, procuram criar uma rotina para que ninguém fique sem trabalho.

Polícia secreta é obstáculo

O principal obstáculo à liberação dos 293 brasileiros retidos no Iraque são os integrantes da polícia secreta, os *Mukhaberats*, que controlam o Departamento de Residência do Ministério do Interior iraquiano, informaram fontes do Itamarati. Em seus contatos com a embaixada brasileira em Bagdá, os diplomatas do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Iraque afirmam que autorizaram a concessão dos vistos de saída aos brasileiros mas a ordem não é cumprida pelo Departamento de Residência do Ministério do Interior, órgão encarregado da concessão de vistos para os estrangeiros não diplomatas.

Ontem não houve qualquer progresso nas conversações do Encarregado de Negócios do Brasil e representantes das empresas brasileiras em Bagdá junto ao governo iraquiano sobre o caso dos reféns brasileiros, um dos maiores grupos estrangeiros retidos pelo regime de Saddam Hussein. Não há perspectiva de solução à vista, reconhecia no início da noite uma fonte do Palácio do Planalto. O impasse, informa-se no Itamarati, é agravado pela predominância dos *mukhaberat* sobre os diplomatas iraquianos. A solução fica ainda mais complicada devido à rígida disciplina militar a que são submetidos os funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros iraquiano. "Eles demoram a tomar decisões pois receiam cometer erros e serem executados sumariamente, como é costume no Iraque", explica um diplomata familiarizado com os problemas iraquianos. (T.B.)

'Só de ver tv dá vontade de chorar'

Thais de Mendonça

A última vez em que Sandra Martins falou com o marido foi no dia da invasão do Kuwait por tropas iraquianas. Casada há sete anos com um piloto kuwaitiano, ela tem medo até de dizer o sobrenome do marido e, de alguma forma, piorar a situação dele no país. Como faz todos os anos, para se livrar dos dias mais quentes do verão no Golfo Pérsico, Sandra chegou mais cedo para as férias no Brasil, trazendo os filhos de três e dois anos.

O casal se falou por duas vezes, no dia 2 de agosto. De manhã, o piloto da Kuwaitian Airlines telefonou para dizer que havia concluído um curso nos EUA e já estava de volta. À tarde, com as notícias da invasão, Sandra conseguiu ligar para casa, mas só teve tempo de dizer ao marido: "Tente fugir!" Ele, porém, já tinha ido até o aeroporto e virá a pista de decolagem recém-estourada.

Sandra vai escrever uma carta ao ministro das Relações Exteriores, Francisco Rezek, pedindo ajuda para localizar seu marido e as amigas que ficaram para trás: a baiana Jarlena, a niteroiense Cecília, a curitibana Cicera, a gaúcha Icléia e Nilta, do Rio Grande do Norte, todas casadas com estrangeiros e que decidiram ficar no Kuwait.

A família da baiana Jarlena Ventura Cardoso, 25, há um mês não recebe notícias da moça, casada com um engenheiro kuwaitiano e convertida ao islamismo. Mas a mãe da niteroiense Cecília, casada com um inglês, soube que a filha estava bem, através de recados de jogadores de futebol que regressaram.

"Só de ver TV me dá vontade de chorar", diz Sandra Martins, que conheceu o marido lá mesmo no Kuwait, onde foi morar com o pai, o treinador de futebol Rolando Peçanha, há 10 anos. "Já perdi dois quilos e fico pensando no pior: como vou criar meus filhos sem o pai? Será que vai estourar a guerra? ", pergunta, confessando "insegurança e ansiedade".

Para Sandra, a vida no Kuwait era muito boa. Há escolas para todas as crianças e o governo do Emir Jaber Al-Sabah pagava estudos superiores no exterior para quem quisesse. Quem se casa também recebe ajuda do governo. "Eu nunca tranquei a porta da minha casa, não há ladrões, nem mendigos", conta, acrescentando que os aluguéis são muito baratos e já incluem despesas de água e luz.

Jarlena, morena alta e bonita, viveu uma história de amor com o kuwaitiano que conheceu em Salvador, há seis anos. Ele viera num navio, passou apenas uma semana e depois foi para São Paulo. De lá, mandou chamá-la. Jarlena foi passar o fim-de-semana e pediu aos pais para se casar.

A mãe de Cecília tranqüilizou-se depois que um grupo de amigos lhe trouxe notícias da filha. "Ela está bem, está em casa", garante, embora ressalve que eles só saem para fazer compras e são obrigados a retornar logo. O marido de Cecília era diretor financeiro do banco Chase Manhattan e os dois se conheceram no Rio. Há três anos, casaram-se e ele foi transferido para a capital do Kuwait.

Sandra Martins acha que os 41 brasileiros, do grupo de 61 que moravam no Kuwait e resolveram permanecer no país, "estão desassistidos, depois do fechamento da embaixada. O encarregado de negócios, George Firmeza, fechou as portas da representação brasileira no último dia 19 e conduziu a caravana até a Jordânia.

9004547

Em Rio Grande, cumprimento do bloqueio

Navios que transportam cargas para portos do Iraque e Kuwait estão deixando o porto de Rio Grande incompletos, devido ao bloqueio econômico do Brasil — obedecendo a uma determinação da Organização das Nações Unidas — a esses países. Mesmo assim, esse problema não deverá interferir na arrecadação, já que as exportações para o Golfo Pérsico não ultrapassam 1% da receita total. A informação é do diretor de tráfego do porto de Rio Grande, engenheiro Dante Dapuzzo, ao dizer que costumam ser operadas para aqueles países cargas gerais, como tratores, madeira, carne de frango e bovina, celulose e cigarros.

Em conseqüência da medida adotada pelo Brasil em repúdio à invasão do Kuwait pelo Iraque, alguns navios estão sendo desviados de rotas, levando produtos que não descarregam nesses países. Ontem, o navio IBN-Abdoun, de bandeira de Bahrain, carregou no porto de Rio Grande 2.222 toneladas de carga geral, deixando carga que se destinava ao Kuwait e Iraque. Na semana passada, o Gilfar, que levou madeira para o Kuwait, deixou a mercadoria em outro país do Golfo. A agência de navegação Orion informou não ter previsão da chegada de nenhum navio com destino ao Golfo Pérsico.(Central do Interior/ZH)

Brasileiros projetam satélite espião

Teodomiro Braga

BRASÍLIA - A equipe de engenheiros brasileiros levados ao Iraque pelo brigadeiro reformado Hugo de Oliveira Piva também colaborava num projeto iraquiano para construção de um satélite de observação atmosférica que poderia ser empregado para fins militares. A informação é de qualificada fonte do governo. Até então se sabia apenas que o grupo de engenheiros, que inclui civis e oficiais reformados da Força Aérea Brasileira, ajudava os iraquianos num projeto secreto para desenvolvimento da tecnologia de mísseis.

Até o início da noite de ontem, o governo brasileiro ainda não havia recebido qualquer resposta ao seu apelo aos engenheiros brasileiros envolvidos no projeto secreto que querem continuar no Iraque. Na sexta-feira, em telefonema de Bagdá ao ministro Ozires Silva, da Infra-Estrutura, o brigadeiro Hugo Piva informou que havia conseguido a promessa do governo iraquiano de liberar a sua equipe. O pedido para que os cientistas abandonem a colaboração com o regime de Saddam Hussein foi feito pela embaixada em Bagdá em atendimento a uma determinação do presidente Fernando Collor de Mello. Entende o presidente que a participação de brasileiros num projeto militar secreto iraquiano contraria a decisão do Brasil de aderir ao bloqueio ao Iraque.

As amenizadoras declarações sobre o caso feitas no sábado pelo ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, foram interpretadas como uma tentativa do brigadeiro de amenizar a repercussão do episódio, em razão do envolvimento de antigos oficiais da Força. A presença de militares reformados da Aeronáutica no grupo de engenheiros vinculados ao projeto iraquiano, que o brigadeiro disse desconhecer, é confirmada por diplomatas do Itamarati.

A colaboração brasileira com o projeto iraquiano de construção de um satélite começou no final da década passada, quando o governo de Saddam Hussein pediu à Embraer e outras empresas brasileiras propostas para construção de um satélite de observação militar. Segundo uma fonte do governo, o grupo de engenheiros comandado pelo brigadeiro Hugo Piva vinha fornecendo aos iraquianos seus conhecimentos tecnológicos. A falta de satélites para registro das posições adversárias é uma das principais deficiências de Hussein, juntamente com a ausência em seu arsenal de mísseis de longo alcance.

Antes de ir para o Iraque, parte dos integrantes da equipe de Piva em Bagdá trabalhava na Órbita, fábrica paulista especializada na construção de foguetes e de satélites. O próprio brigadeiro Hugo Piva é um profundo entendido do assunto: ele é considerado o "pai" dos foguetes Sonda, produzidos pelo Centro Técnico Aeroespecial (CTA), o organismo do Ministério da Aeronáutica que dirigia antes criar a sua própria empresa, a HOP. Em entrevista um jornal paulista, no início deste ano, o brigadeiro Piva negou que a colaboração brasileira com o Iraque na área espacial buscasse a construção de um satélite militar.

9004547

Brasil fica sob fogo cruzado na guerra do petróleo

Silvio Ferraz
Correspondente

PARIS — Se os desdobramentos nos campos militar e político se sucedem a grande velocidade, com não menos rapidez a crise do Golfo Pérsico provocada pelo Iraque fustiga a economia internacional, muito particularmente nos países dependentes de petróleo e altamente endividados. Neste quadro, segundo especialistas, é o Brasil o mais atingido. Embora já incorporado ao grupo dos países em vias de desenvolvimento — com uma expressiva base industrial —, o Brasil ainda importa 600 mil barris de petróleo por dia (pouco mais da metade de seu consumo), e tem a pesar sobre sua economia uma dívida externa de US$ 114 bilhões — pagando, anualmente, de juros, US$ 15,3 bilhões.

Com o preço do petróleo aumentado em quase 50% desde que o Iraque invadiu o Kuwait, a economia brasileira sofrerá por todos os lados, garantem esses especialistas. A conta do petróleo está cada dia mais salgada e as disponibilidades de obtenção de financiamento nos bancos internacionais cada vez mais remotas. Lado a lado com o Brasil estão os países africanos não produtores de petróleo. "Se o preço do barril de petróleo estabilizar-se em US$ 25, a inflação mundial crescerá 2,5% e a economia encolherá 2%", prevê Keith Skeoch, economista da empresa de petróleo James Cappel.

Ontem, o West Texas chegou ao preço recorde de US$ 31 o barril, e o Brent — o petróleo de referência do Mar do Norte — sofria um aumento de 18 centavos de dólar, desde o fim da semana. Quando explodiu o conflito no Oriente Médio, os especialistas se debruçaram sobre uma hipótese pessimista — o barril do petróleo se estabilizaria em US$ 25. Hoje, com o preço do petróleo em torno de US$ 28, a hipótese inicial já é otimista. Com dois terços de sua importação de petróleo procedentes do Golfo, o Brasil viu, em apenas duas semanas, a fatura de suas compras elevar-se em nada menos que US$ 2 bilhões.

Agora, de Riyad, chega a notícia de que a Arábia Saudita suspenderá suas exportações de óleo refinado, com o objetivo de atender às necessidades das tropas americanas e reabastecer as esquadrilhas e a frota ocidental. A decisão, sem dúvida, terá reflexos imediatos no mercado internacional.

Instabilidade — Embora de menor impacto nos países com capacidade de refino, como o Brasil, a alta dos produtos refinados pegará especialmente num mau momento Índia e Paquistão. Estes dois países não apenas dependem extremamente da importação do petróleo do Golfo, como também dos produtos refinados no Kuwait, agora sob domínio militar iraquiano.

"Enquanto se precise de óleo, o mundo será obrigado a contar com esta região economicamente heterogênea e politicamente instável, onde se confrontam regimes feudais, ditaduras laicas e teocracias", adverte Patrick Criqui, pesquisador do Instituto de Economia e Política de Energia da Universidade de Grenoble. Mais de 60% das reservas de petróleo conhecidas estão concentradas em cinco países: Arábia Saudita, 25%; Iraque, 10%; Kuwait, 9%; Irã, 9%; e Emirados Árabes Unidos, outros 9%.

Complica o quadro de dificuldades brasileiras, em particular, a repercussão que esta alta do petróleo terá sobre o conjunto das economias do primeiro mundo. A cada dólar de aumento no preço do barril, mais dificuldades para a economia e, conseqüentemente, menos importações. Menos importações do primeiro mundo significa menos exportações para o Brasil e menos saldo na balança comercial. Segundo economistas, a recessão mundial que se avizinha poderá fustigar as economias dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos mais ainda do que a alta do preço do petróleo em si mesma.

A recessão econômica dos países industrializados certamente empurrará para cima as taxas de juros. "O declínio das exportações poderá ser de até 10%", afirma o economista Bill Cline, do Instituto de Economia Internacional, de Washington. E o pior: o novo choque do petróleo provocado por Saddam Hussein, embora de intensidade menor que os de 1973 e 1979, chega num momento em que as economias dos países latino-americanos estão arrasadas por uma década dominada pela dívida, pela exportação maciça de capital para amortizá-la e com os preços das matérias-primas em queda livre. Desde 1970, o preço do café caiu 35% e o do cacau mais da metade, para ficar em apenas dois produtos vitais para as economias do Terceiro Mundo.

Em contrapartida, para o México, a Venezuela e mesmo o Equador e a Nigéria, a alta dos preços do barril de petróleo compensará largamente a queda de suas exportações para o primeiro mundo. Os especialistas calculam que cada dólar de aumento no preço do petróleo engordará os cofres mexicanos em US$ 54 milhões por mês. Já os venezuelanos conhecerão uma engorda de US$ 45 milhões. O déficit comercial do México, da ordem de US$ 1 bilhão no primeiro semestre, poderá se reduzir à metade no fim do ano, e ficará totalmente zerado se o barril do óleo mexicano atingir US$ 19 — hoje está custando US$ 16 e há um mês, US$ 11.

Na Europa e nos Estados Unidos, a crise do Golfo não pára de bater firme no mercado financeiro — como um *efeito dominó*. Cai a Bolsa de Tóquio, repercute na de Paris, resvala na de Londres, esbarra na de Frankfurt e desaba com maior intensidade em Wall Street. Enfim, o mundo financeiro está apavorado com as perspectivas de uma guerra cujo desenlace ninguém prevê.

Motta Veiga: grandes perdas

Petrobrás quer aumento de 30%

Maurício Corrêa

BRASÍLIA — Repetindo um ritual praticado por seus antecessores no governo Sarney, o presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, quer que o governo Collor também pratique *realismo tarifário* em relação à empresa. Ele está reivindicando um reajuste de 30% nos preços dos derivados de petróleo com o argumento de que a cotação internacional do óleo bruto, depois da crise no Golfo Pérsico, obriga a Petrobrás a contabilizar uma perda mensal de US$ 170 milhões. Motta Veiga também acredita que os preços dos combustíveis devem subir para inibir o consumo. "Como é difícil executar o racionamento, o aumento é uma precaução inteligente, pois o país deve poupar um pouco", ponderou.

Durante três horas e 30 minutos, Motta Veiga prestou depoimento na Comissão Mista do Congresso Nacional que examina o déficit de caixa da Petrobrás. Como explicou, a companhia tem a receber do governo créditos no montante de US$ 584 milhões. A sua principal preocupação, no entanto, é com a estrutura de preços. Enquanto no último aumento a Petrobrás recebia US$ 15,19 por barril, o óleo importado já estava custando US$ 26.

Motta Veiga entende que a questão dos preços dos derivados de petróleo deve ser resolvida de forma compatibilizada com o programa de estabilização econômica. Assim, ele admite que a Petrobrás não deve ser privilegiada e precisa arcar com parte do sacrifício de combate à inflação. Os 30% de aumento solicitados ao Ministério da Infra-Estrutura correspondem ao preço médio por barril importado de US$ 21. "Estamos atravessando uma crise grave e a Petrobrás tem que sofrer um pouco", declarou após o depoimento aos congressistas.

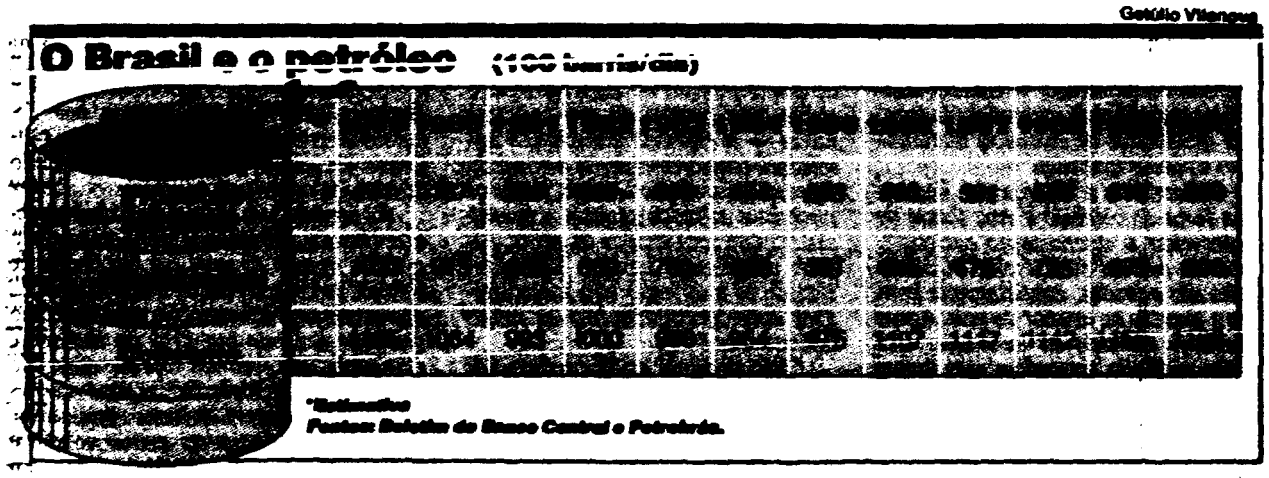
Déficit — No final do ano passado, o déficit de caixa da Petrobrás era calculado em US$ 1,4 bilhão, resultante da forte compressão dos preços praticada no governo Sarney. Motta Veiga disse que, com a nova administração, a Petrobrás experimentou um "sensível alívio" em sua posição de caixa, recuperando parte do capital de giro e reduzindo a insuficiência para US$ 893 milhões no final de maio.

Mas o congelamento de preços durante quase cinco meses (de 16 de março a 3 de agosto), junto com a elevação da taxa cambial e do reajuste do óleo bruto importado, "acarretaram uma inversão das perspectivas financeiras com que então se contava e provocou novo agravamento da situação da companhia", alegou. Na sua opinião, o governo determinará, a curto prazo, "e sem perder de vista a luta contra a inflação", uma adequação dos preços dos combustíveis à realidade do mercado.

O presidente da Petrobrás alegou que, embora a estatal já esteja adquirindo óleo bruto importado na faixa de US$ 29 por barril, a estrutura interna dos preços dos combustíveis não pode ser calculada nesse patamar.

9004547

Getúlio Vilarouca



Crise pode levar o país à estagflação

Um sensível agravamento do quadro recessivo, levando o país a uma situação de estagflação, com uma elevação geral dos preços e a redução da oferta de produtos, acompanhada da criação de novos e fortes mecanismos para a contenção do consumo, é a mais imediata e grave conseqüência da crise do Golfo Pérsico na economia brasileira. Essa é a conclusão a que chegaram os economistas da Confederação Nacional da Indústria, que prevêem gastos adicionais de US$ 900 milhões com a importação de petróleo esse ano, por conta do aumento dos preços internacionais.

Para os técnicos da CNI, a elevação dos preços do petróleo, apesar de provocar um impacto menor do que as crises de 1973 e 1979, inevitavelmente causará o desiquilíbrio na política governamental de controle da inflação, justamente no momento em que "começava a apresentar os primeiros sinais de controle do processo inflacionário".

O estudo, consolidado no documento *Conflito do Golfo Pérsico — Observações sobre o impacto macroeconômico*, baseou-se na estimativa, considerada mais otimista, de que o preço médio do barril de petróleo ficará este ano em US$ 26 (previsões consideradas pessistas falam em até US$ 30), contra os US$ 17,44 de 1989. Desse modo, as compras brasileiras de petróleo bruto e derivados que no ano passado foram de US$ 3,8 bilhões atingiriam US$ 4,7 bilhões.

Destacam os economistas da CNI que, apesar de significativo, o impacto financeiro desse aumento no preço do barril de petróleo (de US$ 20 na véspera da invasão do Kuwait, no último dia 2, passou para US$ 28) será muito menor do que em 1973, quando os preços quadruplicaram e de 1979, quando triplicaram. Naquela ocasião, as importações de petróleo passaram de US$ 606 bilhões, em 1972, para US$ 4 bilhões no ano seguinte e para US$ 6,2 bilhões em 1979. Hoje, o petróleo representa na pauta de importações brasileiras menos de 25% (US$ 3,8 bilhões de um total de US$ 18,281 bilhões em 1989) contra mais de 50% (US$ 9,844 bilhões de um total de US$ 18,084 bilhões) no início da década de 80.

Um outro aspecto positivo é o que diz respeito às necessidades de importação. Resultado do programa de ajustes que o país desenvolveu depois do segundo choque do petróleo, em 1979, com o aumento da produção nacional e a política de alternativas energéticas, a produção interna aumentou de apenas 20% em 1977 para atualmente pouco mais da metade do consumo diário, que é de 1,1 milhão de barris/dia. Há também a questão do estoques internacionais que hoje seriam suficientes para mais de três meses de consumo, o que compensaria por até dois anos o corte nas exportações do Iraque e do Kuwait (juntos, 3,8 milhões de barris/dia) e, assim, inibiria uma alta desenfreada dos preços.

A questão que mais preocupa os economistas da CNI diz respeito às condições e ao grau de manobra do governo para enfrentar os efeitos da atual crise na economia doméstica. De acordo com o documento, a própria política de combate à inflação que reduziu sensivelmente os graus de liberdade da política econômica dificulta a adoção de algumas soluções tradicionais. Uma delas seria a de recorrer a empréstimos externos, como o país fez na década de 70. Com o país em virtual moratória de sua dívida externa, fica afastada essa possibilidade.

Uma outra possibilidade seria através da política cambial. Diante dos novos custos das importações de petróleo, o governo poderia vender divisas, o que diminuiria as conseqüências de uma desvalorização cambial e o impacto sobre os custos da Petrobrás. No entanto, essa estratégia somente seria recomendável se a expectativa fosse de uma solução rápida para o conflito, já que o nível das reservas brasileiras não permite esta opção como estratégia de longo prazo.

A hipótese mais provável mencionada no documento da CNI é a do repasse interno do aumento do preço internacional do petróleo, o que levaria o governo a formular um programa de ajustes em sua política de combate à inflação. Um indício dessa política, segundo a CNI, seriam os dois recentes aumentos nos preços do combustível interno.

A conseqüência seria então um aprofundamento do quadro recessivo, com fortes indicativos de estagflação, com a elevação dos preços relativos em geral de um lado e de outro a queda na produção, cuja duração dependerá do nível que chegarão os aumentos de preços e da capacidade de resposta da economia brasileira.

900547

A vida num acampamento no deserto

Roselena Nicolau e
Marili de Souza

Gustavo Miranda

Ao desembarcar, brasileiros falaram da vida no Iraque

BELO HORIZONTE — A demora do governo iraquiano em conceder vistos de saída aos brasileiros no Iraque pode tornar espinhosa a vida no Acampamento da Expressway, a rodovia em fase de acabamento que a construtora Mendes Júnior constrói a 400 km da fronteira com a Jordânia. O Itamarati decidiu concentra-los lá, o que fez inchar a população local para quase 400 pessoas. "Eles aproveitaram ao máximo o espaço e no meu quarto tinha umas 30 pessoas dormindo em beliches", disse ao *JORNAL DO BRASIL* o mecânico Edson Nascimento, um dos nove empregados da Mendes Júnior que retornou quarta-feira a Minas. Seus companheiros de quarto eram funcionários da Volkswagen e da Massey-Ferguson.

Edson não entende a razão da superlotação, pois segundo diz há casas vazias. Os residentes anteriores estão alojados mais confortavelmente em casas para até três pessoas. Quinta-feira, 155 empregados da construtora que estavam no Acampamento do Sifão (obra de irrigação de terras pantanosas no sul do país), a 300 km da fronteira com o Kuwait, juntaram-se aos colegas da Expressway. A mudança atende a determinação do governo brasileiro, porque a concentração de todos os funcionários no Acampamento da Expressway facilitará seu eventual deslocamento para a Jordânia.

Para o Expressway também estão sendo deslocados quatro empregados do Acampamento da Ferrovia (obra já concluída, a 120 km de Bagdá). Assim, o número de brasileiros nesse acampamento sobe para 370 (já descontados os 28 que partiram), entre funcionários da Mendes Júnior, da embaixada e de outras empresas que têm negócios com o Iraque, como Volkswagen, Massey-Ferguson, Avibrás, Engesa e Interbrás, com familiares.

Sem álcool — A chegada de 128 brasileiros de outras empresas alterou a rotina da comunidade, segundo o auditor Paulo Rodrigues de Oliveira, também integrante do grupo de funcionários que retornou quarta-feira. Uma das primeiras mudanças foi a proibição de bebidas alcoólicas, como medida de segurança para evitar problemas internos, já que se passou a conviver no acampamento com um grupo de pessoas estranhas, na avaliação de Paulo.

As pessoas podem sair do acampamento para ir à vizinha Ramad fazer compras ou mesmo a Bagdá, se tiverem condução, segundo o auditor Aulo Prado de Morais. Há uma recomendação da embaixada brasileira para que evitem ficar muito tempo na capital iraquiana. "À noite é preciso autorização para sair do acampamento, mas isso acontece mesmo em tempo de paz", diz Aulo.

O auditor contou que já existem caminhões carregados com combustíveis, pneus, alimentos e água, que formarão um comboio em caso de saída de emergência para Amã. O motorista Jefferson Lincoln descreveu esse comboio: quatro peruas Toyotas com capacidade para oito pessoas cada uma, duas caminhonetes, três ônibus especiais para 38 pessoas cada, um caminhão-pipa com 7.500 litros de óleo para abastecer a frota durante a viagem, um caminhão para bagagem, um caminhão frigorífico para transportar alimentos e outro para sobressalentes.

Férias — O mecânico Edson disse que era costume do pessoal do seu quarto ficar conversando até uma hora da madrugada sobre o conflito. "Todo mundo está meio assustado", disse Edson. Ele trabalhava na obra do Sifão, tinha visto de saída concedido anteriormente à invasão do Kuwait pelo Iraque e, enquanto aguardava o embarque, foi transferido para a Expressway a fim de ajudar a instalar um gerador de energia. "Esse acampamento tem melhor infra-estrutura que o do Sifão", contou.

Depois desse trabalho, o mecânico não teve mais o que fazer. "Era como se estivesse de férias, e eu passava o tempo como as outras pessoas, jogando bola, sinuca, vendo televisão e batendo papo", diz. "A gente tinha que relaxar". Segundo ele, a obra da Expressway está totalmente parada — só trabalham o pessoal da manutenção e os encarregados da *prefeitura* (sede do acampamento).

Informações — A falta de informações detalhadas sobre o desenrolar do conflito é uma das maiores dificuldades da comunidade. "Chegamos a ficar até dois dias sem qualquer informação no acampamento do Sifão", lamenta Aulo Prado. "O clima de tranqüilidade se deve à falta de informações. Lá no acampamento, não se sabe a dimensão do conflito", completa o colega Paulo.

Quando o conflito começou, de acordo com o auditor Paulo, o acesso dos funcionários da Mendes Júnior ao telefone foi cortado. Ele só foi restabelecido uma semana depois, e assim mesmo com restrições (uma telefonista centraliza as ligações, que para serem completadas precisam de autorização da direção do acampamento). Para os funcionários de outras empresas, armou-se o seguinte esquema: o diretor de cada empresa reúne-se diariamente, às 8h e às 21h, com o líder dessa empresa, que repassa as informações aos colegas.

Sem contato direto com o Brasil, o Acampamento do Sifão recebia informações sobre o conflito de maneira ainda mais precária que o da Expressway. "As notícias eram dadas pelos árabes que moravam no acampamento, que estavam ficando cada vez mais arredios, com medo de se abrir", observou o empregado da Mendes Júnior.

Os brasileiros, obviamente, não levam muito a sério a fonte de informação mais regular: o noticiário da TV iraquiana, em árabe e pró-Saddam. "A notícia da anexação foi dada de forma muito simplista, como se para efetivá-la bastasse um trâmite burocrático", lembra Aulo. "Não se mencionou a ocupação armada".

Segundo Aulo, mesmo as ondas de rádio estrangeiras de âmbito mundial, como a BBC e a Voz da América, não eram captadas com facilidade no Acampamento do Sifão. "Foram poucas as vezes que conseguimos ouvir esses noticiários", relata. Restam como fonte os telefonemas diários com a direção da empresa, feitos pela sede em Belo Horizonte, ligações que demoram horas para ser completadas. Um quadro, enfim, que pode ser caracterizado como de jejum informativo quase completo.

F 9004547

Brasil passa a comprar petróleo de países africanos

Teresa Lobo

A Petrobrás conseguiu comprar ontem petróleo no mercado spot (fora de contrato) junto a países africanos, com preço futuro, ou seja, a ser fixado na data de embarque. O óleo chegará ao Brasil no final de setembro ou início de outubro, informou o diretor comercial, Breno Cauduro, sem revelar o preço nem o volume importado, dizendo apenas que será mais de um carregamento. A empresa reduziu as exportações de derivados de petróleo, que antes da crise no Oriente Médio estava em 40 mil barris diários, basicamente para os Estados Unidos. E também suspendeu o pagamento ao Iraque pelo petróleo que ainda está a caminho e dos carregamentos que chegaram no início do mês.

A suspensão do pagamento ao Iraque poderá afetar as empresas brasileiras que exportam para aquele país. Do total do óleo iraquiano importado, 25% têm contrapartida de produtos brasileiros e muitas empresas recebem diretamente da Petrobrás, num acerto de contas entre os dois países, admitiu Cauduro. A estatal ainda está examinando como fica a situação desses exportadores.

A Petrobrás continua negociando um aumento de cota junto aos seus fornecedores tradicionais, informou Cauduro. Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes e Venezuela são os países que a Petrobrás aposta para incrementar as exportações para o Brasil. " Estamos fazendo um trabalho comercial, sem precipitações, para comprar a preços compensadores", argumentou o diretor. Ele admitiu que a empresa já está pagando cerca de US$ 10 a mais junto a alguns fornecedores. O preço pago pela Petrobrás é baseado nas cotações da Bolsa de Londres e os contratos de longo prazo geralmente são renegociados a cada três meses.

Esse mês chegarão ao Brasil 7,4 milhões de barris de petróleo do Irã, o que dá a média diária de 240 mil barris. Esse volume, explicou Cauduro, engloba a importação de 100 mil barris diários, de acordo com contrato de longo prazo firmado no final do mês passado, e o resto foi adquirido no mercado spot. Em julho, a Petrobrás, além de diversificar os fornecedores, também aumentou o volume das importações para aproveitar os preços baixos, afirmou o diretor, sem admitir claramente que a empresa já previa algum conflito no Oriente Médio. Se não houver um agravamento do conflito, disse ele, o Brasil poderá passar a crise sem maiores transtornos no abastecimento de petróleo.

A British Petroleum, que detem um bloco de exploração de petróleo no Mar do Norte com participação de 2,5% da Braspetro, subsidiária da Petrobrás, concluiu um poço que revelou, em testes, produção de 6.470 barris/dia de óleo e 278 mil metros cúbicos de gás por dia. Perfurações adicionais serão realizadas para definir o potencial da estrutura.

Governo não vai aumentar

BRASÍLIA — O governo não está estudando reajustes nos preços dos derivados do petróleo nem pretende decretar qualquer tipo de racionamento no consumo de combustíveis. A informação é da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, para quem os eventuais reflexos da crise no Golfo Pérsico sobre a cotação do petróleo não serão sentidos pelo país a curto prazo. A minsitra lembra que os contratos firmados pela Petrobras ainda vão durar alguns meses, regidos por preços mais baixos do que os atuais do mercado internacional, em virtude da guerra.

Na decisão da ministra pesaram dois fatores. O primeiro deles foi a reação do presidente Fernando Collor de afastar a possibilidade de iniciativas precipitadas por parte do governo. Tanto Collor quanto Zélia acreditam que o contencioso no Oriente Médio pode ser resolvido a qualquer momento. Além disso, Collor confidenciava ontem à noite em seu gabinete no Palácio do Planalto que, como o Iraque não está agindo em bloco com outros países produtores de petróleo e existe forte resistência mundial contra a inicitiva iraquiana, a reação dos países importadores deverá ser global, já que todos de uma maneira ou de outra acabaram sendo afetados.

O segundo fator que levou o governo a descartar, ao menos temporariamente, a oficialização de um racionamento foi de natureza prática. Os técnicos da área econômica consideram muito difícil a tarefa de definir uma limitação no consumo de derivados. O secretário executivo do ministério da Infraestrutura, Paulo Ximenes, também defende a cautela na ações do governo. "No caso do Brasil, o problema é que os aumentos do petróleo podem se refletir em toda a cadeia inflacionária", diz Ximenes.

A ministra da Economia tem recebido com surpresa o que chama de "catastrofismo recorrente", que teria aflorado com a invasão feita pelo Iraque. "Do modo como a questão está sendo noticiada, até parece que o Brasil é o país mais afetado pelo Iraque depois do Kuwait", ironiza. "Estão fazendo uma tempestade num barril de petróleo".

9004547

BC bloqueia contratos com o Iraque

BRASÍLIA — O Banco Central bloqueou ontem todos os contratos de câmbio a serem fechados com o Iraque e com o Kuwait. Isso significa que nenhuma remessa de dinheiro poderá ser feita por pessoas físicas ou jurídicas para qualquer dos dois países. Uma exceção é aberta para os casos de tranferências com finalidades médicas ou humanitárias.

Também está bloqueado o pagamento de fretes contratados por importadores brasileiros a armadores iraquianos ou kuwaitianos. Neste caso, segundo o diretor de Câmbio e Assuntos Internacionais do Banco Central, Antônio Carlos Sochaczwiski, o pagamento é feito em cruzeiros e o armador depois faz o câmbio, ou seja, troca a moeda. Os que já tiverem recebido o pagamento dos fretes também estão impedidos de retirar o dinheiro do país, embora já tenham a posse dos cruzeiros.

No caso dos bônus da dívida externa brasileira tomados pelo Kuwait, o Banco Central bloqueou o resgate. Ou seja, até que cesse o bloqueio determinado pelo Conselho de Segurança da ONU, o Brasil não pagará nem os juros nem o principal destes bônus ao Kuwait. Já os brasileiros que tenham parente residindo num dos dois países e queiram enviar dinheiro só poderão fazê-lo se a finalidade for, comprovadamente, médica ou humanitária.

Inflação — Na avaliação do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o conflito no Golfo Pérsico ainda "é uma situação muito confusa, com um quadro indefinido". Ele acredita que a inflação não deverá ser afetada pela alta dos preços do petróleo no mercado internacional e por isso o governo ainda não pensa na elaboração de uma política preventiva que garanta a estabilidade do Plano Collor. Segundo Eris, também não deverá ocorrer problema de abastecimento, já que na semana passada o governo concedeu reajuste para os derivados de petróleo.

Golfo mobiliza os bancos

Sócios no Brasil diversificam e refazem planos

Coriolano Gatto

Os bancos sediados no Brasil que têm sócios no Iraque e no Kuwait estão vivendo desde a semana passada um clima apreensivo, mas não mudaram a rotina por conta da guerra no Golfo Pérsico, limitando-se apenas a suspender todas linhas de financiamento mantidas com os dois países. "Congelaram o nosso dinheiro aqui (em função do Plano Collor) e lá fora", lembra José Carlos de Oliveira, diretor do Gulfinvest, banco que tem dois sócios no Kuwait. Juntos, eles detêm 20% do capital da instituição. A guerra, na verdade, trouxe um problema bem prático para os executivos brasileiros do banco: eles não conseguem entrar em contato com os sócios.

Só depois de uma complicada operação telefônica — seguramente tão enrolada quanto uma transação financeira —, os brasileiros descobriram, através de contatos na Arábia Saudita e em Londres, que os sócios do Kuwait ainda estão vivos. José Carlos torce para o conflito acabar logo, pois os parceiros já tinham planos, antes de estourar o conflito, de aumentar os investimentos aqui.

"A idéia é trazer investimento daquela região para o Brasil", resume o executivo, que em setembro ia embarcar para o Kuwait, onde ocorreria uma reunião da diretoria do Gulfinvest, banco que possui 200 clientes, e encerrou o ano passado com um ativo de Cz$ 50 milhões (valores da época). Se o Iraque anexar definitivamente o Kuwait, o banco vai enfrentar um outro problema prático: a nacionalidade dos seus sócios.

Impacto maior — O presidente do Banco Brasileiro-Iraquiano (BBI), Joaquim Ferreira Amaro, já conseguiu absorver a guerra. Afinal, lembra ele, na época em que foi gerente do Banco do Brasil — instituição que tem a metade do capital do BBI — em Nova York, enfrentou uma situação mais complicada em fevereiro de 1987: a decretação da moratória brasileira.

"Pela magnitude, o impacto foi maior", resume. O BBI, com cinco mil clientes, ativo de US$ 35 milhões e que tem como sócio o Rafidain, banco comercial do governo iraquiano, diversificou bastante os negócios desde 1982, quando foi fundado. Assim, hoje as operações com o Iraque representam entre 15% a 20% do volume financeiro e com o Kuwait a fatia oscila entre 5% a 10%. Com o bloqueio das operações com os dois países, o BBI vai deixar de movimentar perto de US$ 3 milhões, tomando por base os negócios fechados nos últimos 40 dias.

Amaro estima que a redução da atividade do BBI deve ficar entre 30% a 40%. Para superar este problema, o executivo tem planos para intensificar os negócios no Brasil — que envolvem basicamente pequenas e médias empresas — e ampliar as operações do BBI para outros países.

F9004547

Petrobrás suspende compras e Ozires espera aumento

BRASÍLIA — Enquanto a Petrobrás suspendia, em obediência ao embargo decretado pela ONU, três carregamentos de petróleo já encomendados ao Iraque, o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, disse ontem que o governo não pensa em corrigir os preços internos dos derivados de petróleo a curto prazo, mas, em decorrência da crise iniciada com a invasão do Kuwait, os consumidores terão mesmo que absorver a alta dos preços internacionais do óleo bruto registrada nos últimos dias. "Não queremos alarmar ninguém. O mundo todo vai pagar mais caro pelo combustível", afirmou o ministro, que autorizou a Petrobrás a utilizar qualquer navio disponível para "buscar petróleo onde exista".

Hoje, em Brasília, técnicos dos Ministérios da Infra-Estrutura e da Economia começam a avaliar o eventual impacto da crise no Golfo Pérsico no abastecimento doméstico de derivados de petróleo. O estoque atual de óleo é um número estratégico: enquanto o presidente da Petrobrás, Luiz Octávio da Motta Veiga, diz que é suficiente, no momento, para cobrir o consumo relativo a 70 dias, Ozires Silva afirma que há petróleo no país para 45 dias. Qualquer que seja o estoque, o ministro descartou medidas na direção de um eventual racionamento, frisando que "o problema não é dificuldade de suprimento: a questão é unicamente preço".

Para Ozires Silva, a situação é difícil, mas não chega a ser dramática. Nas suas contas, a compra diária ao Iraque era de 160 mil barris, mais 30 mil ao Kuwait. Com o embargo econômico total aprovado pela ONU, o Brasil terá que buscar outros fornecedores. O ministro comemora no entanto o fato de, poucos dias antes da invasão, o Brasil ter assinado um contrato com o governo do Irã, para a compra de 100 mil barris/dia. O déficit, portanto, seria de 90 mil barris — e a National Iranian Oil Corporation (Nioc, a estatal iraniana de petróleo) ainda estaria disposta a aumentar a cota contratada com o Brasil, segundo garante Ozires Silva.

No seu entendimento, a crise atual deve ser vista com mais otimismo, quando comparada com os reajustes no preço internacional do óleo bruto ocorridos na década de 70. "O mundo aprendeu a economizar energia. Os automóveis ficaram mais leves e mais econômicos e o consumo caiu. Além disso, os países árabes têm receio de jogar o preço a níveis elevados, levando o mundo à recessão", argumentou, acrescentando que "entre 1973 e 1979, o preço do petróleo foi multiplicado por 10. Agora, não se pode imaginar que o preço do barril poderá passar de US$ 20 para US$ 200."

Carregamentos — Dos três carregamentos de petróleo do Iraque que já estavam programados e foram cancelados pela Petrobrás, um representava 1,1 milhão de barris. Mas continua a caminho do Brasil o petroleiro *Maraca*, com 950 mil barris de óleo iraquiano, devendo chegar a São Paulo no próximo dia 11. Este carregamento foi contratado antes das sanções impostas pela ONU, e por isso não será suspenso. O gasto adicional com a importação de petróleo nos próximos seis meses ficará entre US$ 900 milhões a US$ 1 bilhão, de acordo com estimativas da direção da estatal, baseada em uma cotação de US$ 26 por barril.

Os técnicos do departamento comercial da Petrobrás *racharam* em relação às importações de petróleo: uns defendem a importação imediata para suprir os 190 mil barris diários que deixaram de ser comprados do Iraque e do Kuwait, enquanto outros consideram mais apropriado esperar algum tempo para ver como vai ficar o mercado internacional, evitando-se uma importação precipitada a preços mais elevados.

Ficou decidido que todo o estoque de óleo iraquiano (tipo Basrah, usado para a produção de querosene de aviação e nafta com gás) será destinado à refinaria de Paulínea (São Paulo), sendo cortado o suprimento para as refinarias do Rio Grande do Sul, Araucária (Paraná) e Duque de Caxias (RJ), que passarão a utilisar outro tipo de óleo. Decidiu-se, ainda, importar querosene de aviação como uma medida de precaução.

A diretoria da Petrobrás, estatal responsável pelo fornecimento de combustíveis no país, recusou-se a prestar informações sobre a situação de abastecimento de petróleo. Através do porta-voz Rogério Coelho Netto, a empresa informou apenas que a direção está buscando outras fontes de abastecimento para cobrir as importações do Iraque e do Kuwait. Contraditoriamente, a empresa informou que durante 23 dias o Brasil ainda receberá óleo iraquiano. Não foi explicado, no entanto, como fica o pagamento desse carregamento que está vindo para o Brasil, pois a fatura é paga em um prazo de 30 dias.

No momento, um petroleiro está carregando ao sul do Golfo Pérsico, no terminal de Umm Said, devendo seguir para Omã, fora do Golfo, para complementar a carga. O navio *José do Patrocínio* chega dia 10 à Arábia Saudita, para carregar 754 mil barris de petróleo, e deveria seguir depois para o Iraque, mas o carregamento foi suspenso nesse país. O navio fretado *Rep Norness* encontra-se carregando petróleo no Irã, enquanto o petroleiro *Al Sama Al Arabia* chega dia 14 à Arábia Saudita, onde o *Doce Canyon* atraca hoje. O *Barão de Mauá* está carregando petróleo ao sul do Golfo Pérsico, devendo seguir para a Arábia Saudita. A Petrobrás ia fretar mais dois navios para a importação dos carregamentos do Iraque que foram cancelados. Nos dias 4 e 6 chegaram aos portos brasileiros os petroleiros *Arabian Sea* e *Marau*, com uma carga de 3,2 milhões de barris de óleo do Iraque. O último carregamento de óleo iraquiano chega dia 11.

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, disse que o governo acompanhará por mais uma semana os desdobramentos do conflito no Golfo Pérsico para avaliar os efeitos do bloqueio às importações de petróleo e às vendas de produtos brasileiros para o mercado iraquiano. Ela se recusou no entanto a analisar as conseqüências do conflito na economia brasileira. "Ainda é prematuro para se fazer avaliações", disse.

☐ **A partir de hoje, a resolução da ONU de bloqueio econômico ao Iraque já é lei no Brasil.** O Diário Oficial da União **publica hoje o seguinte decreto: Artigo 1º: Ficam as autoridades brasileiras obrigadas no âmbito de suas respectivas atribuições ao cumprimento do disposto na resolução 661, adotada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, no dia 6 de agosto de 1990. Artigo 2º: O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Assinado, Fernando Collor de Mello, presidente da República; Francisco Rezek, ministro das Relações Exteriores; Bernardo Cabral, ministro da Justiça.**

Brasileiros perdem com o bloqueio

Sérgio Costa

O bloqueio econômico que as Nações Unidas decretaram para o Iraque vai secar uma fonte de lucro de 85 empresas brasileiras que negociavam com o governo de Saddam Hussein, exportando desde carne de boi desossada até motocompressores destinados a aparelhos de ar condicionado, passando por produtos siderúrgicos como barras de aço. A relação, levantada pela Coordenadoria de Intercâmbio Comercial, inclui alguns dos maiores grupos do país, nacionais e multinacionais, como Embraco, Villares e Gillette.

Os negócios, é verdade, já viveram tempos melhores. Entre janeiro e junho, o Iraque comprou produtos *made in Brazil* no valor de US$ 83,5 milhões. Enquanto isso, em 1989, o Brasil exportou US$ 342,9 milhões para o seu ex-parceiro comercial. As encomendas iraquianas começaram a minguar depois da guerra que aquele país manteve com o Irã durante oito anos e agora, às vésperas do bloqueio, estavam cada vez mais tímidas. A listagem não inclui a exportação de armamentos, feita sob a classificação de *operações especiais*.

Esses contratempos quase chegaram a desbancar a empresa que, durante anos, ficou no topo do ranking dos fornecedores brasileiros à economia iraquiana: a Petrobrás Comércio Internacional, ou simplesmente Interbrás, que foi a maior *trading company* brasileira até a mudança de governo. No primeiro semestre de 1990, a Interbrás exportou US$ 19,5 milhões e ficou pouco acima da Maxion, que vendeu US$ 12 milhões em colhedeiras combinadas para um país mais lembrado pelo petróleo e pelos desertos.

Alumínio — Atingida pelo bloqueio também fica a empreiteira Mendes Júnior, que por intermédio de sua *trading* estava vendendo principalmente equipamentos para construção, como revelou o mapeamento da CIC. No primeiro semestre a empresa exportou US$ 5,4 milhões, contra US$ 1,2 milhão em todo o ano passado. A Cia. Brasileira de Alumínio perdeu, por sua vez, um bom comprador de ligas desse metal, que de janeiro a junho encomendou US$ 3,5 milhões.

Na área siderúrgica e de indústria pesada também são de renome os *órfãos*: Pains e Cosinor, que exportavam barras de ferro e aço, dentadas, conseguindo faturar, respectivamente, US$ 2,9 milhões e US$ 1,4 milhão no primeiro semestre. A Villares vendia blocos, até de ligas de aço, que lhe renderam US$ 1,2 milhão no mesmo período. Na outra ponta estão frigoríficos: o Bordon já tinha vendido, este ano, US$ 2,7 milhões em boi desossado, contra US$ 682 mil da Swift-Armour.

No levantamento da CIC, só não se descobriu o que atraiu tanto o Iraque para comprar US$ 5 milhões da Nemo S/A Comercial e Exportadora e outros US$ 2,1 milhões da Promoexport Comércio Internacional. O computador indicou apenas que os produtos não estavam na Nomenclatura Brasileira de Marcas, a NBM, que alinha todos os itens exportados pelo Brasil, em números de série.

Os fornecedores brasileiros do Iraque (US$)

Empresa e principal produto	1990 (Jan/Jun)	1989 (Jan/Dez)
Interbrás	19.572.851	219.137.865
☐ Lâminas planas	9.315.224	6.245.733
Maxion	13.197.958	-
☐ Colhedeiras combinadas	12.000.855	-
Mendes Jr. Trading	5.426.675	1.243.148
☐ Guias e defensas p/construção	4.875.605	1.609.494
Nemo S/A Comercial e Exp.	5.024.140	13.924.594
Cia. Brasileira de Alumínio	3.586.900	20.649.973
☐ Ligas de alumínio	3.586.900	16.361.120
Frigorífico Bordon	3.568.632	5.467.514
☐ Peças desossadas de bovinos	2.702.346	5.173.939
Cia. Siderúrgica Pains	2.972.550	11.451.930
☐ Barras de ferro e aço, dentadas	2.972.550	11.415.930
Embraco	2.203.300	1.110.250
☐ Motocompressores p/refrigeração	2.203.300	1.110.250
Projexport Com.Internacional	2.173.456	3.332.611
Forlab Chitec S/A Com.Int.	1.804.031	3.266.706
☐ Papel tipo kraft	1.510.539	2.008.699
Ligett e Myers do Brasil Cigarros	1.507.000	4.092.203
☐ Tabaco tipo Virginia	1.472.000	3.997.207
Cosinor	1.474.248	3.111.675
☐ Barras de ferro e aço, dentadas	1.474.248	3.111.675
Villares	1.272.657	-
☐ Blocos, até de ligas de aço	1.272.657	-
Embraer	974.015	1.952.864
☐ Ap.de radiocomunicação p/aeronaut.	109.332	-
Swift-Armour	682.396	1.358.517
☐ Peças desossadas de bovinos	682.396	-
Gillette da Amazônia	267.120	575.373
☐ Lâminas de barbear de segurança	267.120	532.312
Totais das 85 empresas	83.531.281	342.907.515

Fontes: CIC

9004547

Brasil tem muitos laços com Bagdá

Thaïs de Mendonça

BRASÍLIA — O envolvimento da indústria bélica brasileira com o governo iraquiano está limitando uma ação diplomática mais dura em relação à invasão do território kuwaitiano. Nos últimos anos o Iraque foi o principal comprador dos armamentos produzidos pela Engesa e Avibrás, apesar de não realizar pagamentos desde 1987. Ontem à noite, um assessor do presidente Fernando Collor dizia: "Se o Brasil romper com o Iraque quebra definitivamente a indústria bélica nacional".

O Iraque, com quem o Brasil inaugurou relações diplomáticas oficialmente em 1967, representou uma espécie de Eldorado para empresas brasileiras interessadas em expandir seus negócios no exterior. Foi durante o governo do presidente João Figueiredo (1979-1985) que este processo atingiu o auge. Se, em 1972, as trocas comerciais com o Iraque não passavam de US$ 67,5 milhões, seis anos depois saltaram para US$ 1,3 bilhão para, em 1980, alcançarem US$ 4,1 bilhões.

Enquanto as empresas construtoras começavam a avançar em território iraqueano e as fornecedoras de alimentos descobriam um país enriquecido e ávido de produtos estrangeiros, a Braspetro já havia, desde 1972, assinado um contrato de risco com a Iraqi National Oil Company, empresa estatal de petróleo, para a exploração de poços até 1996. Duas jazidas de tamanho considerável foram registradas por brasileiros em Majnun e Nahr Umr. Os investimentos deveriam ser reembolsados em 14 anos, a partir da entrada em produção.

Sonho — A guerra do Golfo, em 1980, fez ruir o sonho brasileiro. Até o ano anterior, o Brasil conseguiu receber a contrapartida dos recursos empregados em território iraqueano através de quotas de petróleo, mas depois todas as atividades foram interrompidas. Empresas como a Perdigão, a Promon — autora do projeto de metrô de Bagdá — e a Esusa, que concluiu a construção de dois hotéis nas cidades principais do Iraque, têm créditos de quase US$ 10 milhões a receber. Isto sem contar a Mendes Júnior, que executou projetos de uma ferrovia e estradas no interior do país e hoje chora débitos de quase US$ 500 milhões.

Quando o chanceler iraqueano Tarik Aziz esteve no Brasil em maio de 1988, o que mais surpreendeu o meio diplomático foi a confissão de que seu país estava fazendo uso de armas químicas na guerra contra o Iraque. O assunto da venda de armamentos bélicos sempre fora um tabu nas relações internacionais e, no entanto, Aziz não teve nenhum pudor em expressar sua opinião sobre as armas brasileiras que entravam no Iraque desde 1979, sem que os governos admitissem isto publicamente: "São de boa qualidade", qualificou.

Projetos — A Construtora Mendes Júnior concluira importantes projetos no Iraque: 500 km da ferrovia Bagdá/Al Qaim/Akashat; 110 km da Expressway nº 1; várias pontes no Sul e um sifão para extração de água do rio Eufrates e reclamava dos prejuízos da guerra. O ministro das Relações Exteriores prometeu nessa ocasião que as empresas brasileiras seriam indenizadas, "se conseguissem provar seus danos". A empresa fez uma cordo com o governo do Iraque e espera liqüidar a dívida até setembro.

O posto de embaixador em Bagdá foi ocupado por dois generais, Alacyr Frederico Werner e Samuel Augusto Alves Correa, designados por Figueiredo. Em sua gestão foram firmados os contratos de exportação de armamentos por duas fábricas brasileiras de material bélico: a Engesa e a Avibrás. Se um observador mais atento for olhar as etiquetas dos tanques que o Iraque usou na invasão do Kuwait provavelmente encontrará a chancela brasileira em muitos deles: a Engesa vendeu, até hoje, 200 tanques Cascavel e 800 blindados Jararaca aos iraqueanos e as contas da Avibrás, cujas primeiras encomendas datam de 1981, chegaram a US$ 470 milhões.

Não apenas carros de guerra entraram no Iraque pelas mãos dos brasileiros. Em março de 1983, a Volkswagen do Brasil operou a venda de 50 mil veículos, uma operação de US$ 300 milhões, que o Banco do Brasil financiou em condições muito especiais. Nas estradas construídas pela Mendes Júnior, rodam outros 110 mil carros de passageiros fabricados nas indústrias brasileiras da Volkswagen.

Falência — País falido por causa da guerra — as dívidas com a Europa, Estados Unidos e União Soviética, e outros países árabes montam a US$ 80 bilhões —, o Iraque começou a enfrentar dificuldades de quitar seus compromissos, no final da década de 80, e isto atingiu o Brasil. Os produtos brasileiros, que totalizaram US$ 371,5 milhões em 1986, decresceram para US$ 304,4 no ano seguinte e até o mês de junho passado haviam chegado à marca dos US$ 184,3, o que era considerado um registro auspicioso.

O Brasil tem ainda um Protocolo sobre Comércio e Cooperação Econômica com o Iraque, assinado em 1987, mas que só entrou em vigor em setembro de 1989. Ele já gerou contratos superiores a US$ 200 milhões e tem validade de dois anos. A construtora Geotécnica ainda está no Iraque, envolvida em serviços de geologia e contenção de encostas junto à represa de Derbendikhan, no norte do país. E a Promon espera receber convite para participar das obras do metrô de Bagdá, se um dia o projeto for iniciado.

A venda de armamentos

Tânia Monteiro

BRASÍLIA — A invasão do Kuwait poderá ajudar o governo da Arábia Saudita a decidir pela compra de 315 tanques brasileiros Osório, de fabricação da Engesa, para se armar e desestimular qualquer tentativa de incursão de Saddan Hussein. Essa é a avaliação pragmática feita ontem, em Brasília, por oficiais-generais, que acreditam que o Exército iraquiano não necessitará de reforço externo, nem mesmo de peças para reposição ou munição, para dar prosseguimento aos combates, devido à desproporção de forças. Esses militares acham que não há a menor chance de venda de equipamento bélico para o Iraque e que a única vantagem que o Brasil poderia tirar dessa guerra seria indiretamente, com a venda do Osório para os árabes.

As negociações para a venda aos sauditas de US$ 2,5 bilhões em carros de combate foram iniciadas há quatro anos e até agora estão sem definição. Em 1987, para tentar convencer os árabes da vantagem do negócio o então ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, foi a Riad fazer propaganda da Engesa, tendo garantido que a sua Força só não dispunha do equipamento por falta de recursos.

Em junho último foi a vez do presidente Fernando Collor de Mello fazer a sua parte. Ele foi ao campo de instrução do Exército, em Formosa (GO), prestigiar o armamento brasileiro, onde pilotou o Osório, que classificou como "fantástico" e acionou o sistema de direção de tiros Astros II. Nem assim houve qualquer aceno de conclusão do negócio. A situação do Brasil tornou-se um pouco mais complicada para a efetivação da venda quando os árabes resolveram comprar dos Estados Unidos, há um mês, 300 tanques M-1 Abrams, que venceram, justamente com o Osório, a concorrência para a aquisição pela Arábia desse tipo de equipamento. A assinatura do contrato com os árabes seria a tábua de salvação para a Engesa, que está pressionada por uma dívida exorbitante, depois de investir US$ 500 milhões nesse carro de combate.

As exportações de armamentos para o Iraque, de acordo com informações extra-oficiais obtidas junto às Forças Armadas, alcançaram números extraordinários, principalmente diante da grande concorrência internacional neste campo. Há dados informando que pelo menos quatro mil carros de combate foram vendidos para os iraquianos, sendo dois mil Urutus, 1.200 Cascavéis e 800 Jararacas, todos em diferentes versões.

O Iraque adquiriu ainda 72 aviões de treinamento Tucano, da Embraer, seis grupos de artilharia equipados com Astros II, várias centrais de tiro da Avibrás, do tipo Fila, além de foguetes SS-30, SS-40 e SS-60 para equipar o Astros. Possuem também foguetes 106 milímetros, um dos primeiros que a Avibrás fabricou e centenas de caminhões da Engesa. Os iraquianos haviam manifestado o interesse em comprar o avião de combate brasileiro AMX, o carro-tanque Urpe da Argentina.

O Exército, assim como outros setores do governo, está encontrando dificuldades de comunicação com seus funcionários. O Brasil tem no Iraque um adido militar, coronel do Exército, de quem ainda não obteve informações concretas sobre a invasão. Ele já completou seu tempo no exterior, mas sua volta ao Brasil poderá ser retardada por causa da crise. Naquela área, há ainda adidos no Irã, no Egito e em Israel.

9004547

9004547

PETROLEROS EXAMINAM PROPOSTA DE REAJUSTE
JT do B 150028
29/8/90
BRASIL 00046
F. SS. 11165
CONF. LABORAL 1964/3

Petroleiros examinam proposta de reajuste e podem parar dia 4

Mais uma greve pode estar sendo deflagrada nos próximos dias. Os 55 mil trabalhadores da Petrobrás rejeitarão hoje, em assembléias pelos sindicatos regionais, a proposta da empresa de 83% para o reajuste salarial da categoria, com data-base no dia 1º de setembro. O comando nacional dos petroleiros reinvidica reposição salarial de 288%, referente a inflação do Plano Collor; reincorporação de 1.200 funcionários, demitidos por motivos políticos ou reinvidicatórios; não contratação de mão-de-obra de empreiteiras; e fim dos subsídios ao álcool e a petroquímica.

"A proposta da Petrobrás está muito aquém das nossas reinvidicações e por isso as assembléias de amanhã (hoje) darão o indicativo de greve nacional para o dia 4 de setembro", afirmou Wilson Santa Rosa, presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e participante do comando nacional, formado por outros oito presidentes de sindicatos. "Pelo nível de descontentamento dos petroleiros e a intransigência do governo, essa greve deverá ser maior do que a de 1988, quando ficamos parados 11 dias", revela Santa Rosa.

Segundo ele, as negociações com a Petrobrás começaram no dia 6 de agosto, quando foi apresentada a pauta de reinvidicação dos petroleiros. No dia 21, a Petrobrás propôs reajuste de 77,7% e, nos dois dias seguintes, o comando e a direção continuaram negociando um acordo. "Ontem a Petrobrás apresentou sua última proposta e colocou que não haveria mais negociação", comentou o sindicalista. Para ele, a posição da Petrobrás será semelhante a adotada pela Eletrobrás e CSN, ou seja, não negociará até o julgamento do dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. "Mesmo sabendo da posição da estatal, estaremos procurando negociar".

☐ O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro organiza hoje, às 18h, a passeata Correndo atrás do Prejuízo, **com início na Igreja da Candelária até a Cinelândia, pela Avenida Rio Branco. Essa manifestação faz parte do** Dia Nacional das Categorias em Luta, **promovida pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), e da campanha salarial da categoria. Os bancários, com data-base em 1º de setembro, reinvidicam reposição salarial de 288%; salário mínimo de Cr$ 55 mil; reajuste mensal dos salários; e estabilidade no emprego. Se não houver acordo com a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) até o dia 31 de agosto, a categoria entra em greve no país no dia 12 de setembro.**

Greve pode parar 120 mil petroleiros

☐ Funcionários da Petrobrás e suas subsidiárias querem uma reposição de 280%. Empresa oferece 83%. Greve começa na terça

Na próxima terça-feira, 4 de setembro, a greve dos petroleiros poderá paralisar 120 mil em todo o País com a adesão ao movimento dos operários dos setores petroquímico e de fertilizantes. Os funcionários das subsidiárias da Petrobrás (Petroquisa, Petrofértil, Petrobrás Distribuidora (BR) e Braspetro) têm data-base também em 1º de setembro e suas reivindicações são as mesmas dos petroleiros. As empresas também estão oferecendo os 83% propostos pela Petrobrás "holding".

Foi realizada ontem, um dia após toda a categoria ter rejeitado a proposta da empresa, mais uma nova reunião entre os representantes dos 19 sindicatos dos petroleiros e a direção da Petrobrás. O superintendente do serviço de recursos humanos da Petrobrás, Francisco Gomes Ramalho, considerou que houve um avanço de ambas as partes, uma vez que a maioria das cláusulas foi aprovada, restando apenas as quatro referentes às questões econômicas. Os sindicalistas continuam reivindicando uma reposição de 280% e a Petrobrás manteve os 83%.

Ramalho ressaltou, que em função do índice da inflação de agosto, o reajuste poderá ser um pouco superior aos 83%, mas ressaltou que a empresa não pode oferecer nada mais além do previsto na Medida Provisória 211. A empresa prometeu estudar a readmissão de funcionários demitidos por motivos políticos e por greve, mas descartou a hipótese de rever as demissões feitas pela reforma administrativa do Governo Federal. (AG)

ENTRADO 11/3/90 ES
CRUZADO 11/3/90 ES

01/01

9004548

Nº [illegible]
TITULO TRIBUNAL SUPERIOR TRABAJO CONDENA HUELGA DE ELECTRICISTAS.
PROC. JdoB. 150028
FOLIO 30/9/90.
VINCULO BRASIL 10046.
F 55 01165
SINDICATOS 500854

TST condena greve dos eletricitários

BRASÍLIA — Antecipações escalonadas entre Cr$ 6 mil e Cr$ 12 mil. Foi tudo o que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu aos 57 mil eletricitários do sistema Eletrobrás em greve há 31 dias. Por sete votos contra dois, o TST julgou a greve abusiva. Hoje, às 17h, a categoria realiza assembléias em todo o país para decidir se mantém o movimento. "A probabilidade da greve continuar é muito grande", adiantou, no Rio, Luis Gonzaga Ulhôa Tenório, diretor da federação dos urbanitários e membro do comando nacional da greve.

A reivindicação dos eletricitários era de reajuste salarial de 256%, mas a maioria dos ministros da seção de dissídio coletivo do TST entendeu que a Eletrobrás e suas concessionárias não devem nada aos eletricitários, que ganham apenas a antecipação a ser compensada à época da data-base, no dia 1º de novembro, e paga a partir deste mês.

A proposta de antecipação, formulada pelo ministro relator, Marcelo Pimentel, e sustentada também pelo ministro Almir Pazzianotto, consiste em pagar Cr$ 12 mil para quem recebe até cinco salários mínimos (Cr$ 26.017,30); Cr$ 8 mil para quem recebe acima desse valor até 15 salários mínimos (Cr$ 78.051,90) e Cr$ 6 mil para quem ganha acima dessa faixa de salário.

O pagamento dessa antecipação vai proporcionar aumento de cerca de 30% na folha salarial das empresas, conforme o advogado dos empregadores, Dráusio Rangel. O ministro Marcelo Pimentel disse que não poderia conceder abonos maiores porque forçaria reajuste de cerca de 30% a 60% das tarifas de energia elétrica. Os votos contabilizados foram de seis a três em favor da antecipação, que será paga todos os meses até novembro, época de novo acordo coletivo.

Sobre a abusividade da greve, o ministro relator do processo de dissídio coletivo, Marcelo Pimentel, alegou em seu parecer, acatado pela maioria, que os blecautes ocorridos em Brasília e outras capitais foram "flagrantemente ilegais", além de os grevistas terem ocupado as instalações da Eletrobrás e de suas concessionárias, o que caracterizou "invasão de propriedade".

Os únicos votos favoráveis à legalidade e legitimidade da greve dos eletricitários foram dados pelos ministros Norberto Silveira (classista que representa os empregados e revisor do processo de dissídio coletivo) e Orlando Teixeira da Costa (ministro togado). Os demais ministros votaram pela abusividade da greve, concordando que não sejam pagos aos trabalhadores os dias parados. O advogado da Eletrobrás, Dráusio Rangel, garantiu, entretanto, que a empresa vai descontar parceladamente os dias parados.

Além de Marcelo Pimentel, votaram pela abusividade da greve os ministros Marco Aurélio Prates de Macedo, presidente do TST, Wagner Pimenta, Hylo Gurgel, Guimarães Falcão, Antônio Amaral (classista que representa as empresas) e Almir Pazzianotto, que fez entretanto, uma ressalva para que fossem pagos os dias parados. Apesar da ponderação de Pazzianotto, seu voto foi vencido, pois a Lei 7.783 — que regula a greve — prevê o desconto dos dias parados em caso de haver abuso do direito, conforme alegou Pimentel.

"As greves atuais são de caráter coativo. É intolerável a invasão de propriedade e não se pode admitir que a greve seja um arrastão da categoria", disse Pimentel em seu parecer. Norberto Silveira alegou, em contrapartida, que a Eletrobrás e suas concessionárias não vinham cumprindo o acordo coletivo de trabalho, firmado em novembro, época da data-base, que previa reajuste automático mensal a cada vez que a inflação ultrapassasse os 30%.

A direção da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) entrou ontem à tarde com uma representação criminal na Polícia Federal, em Pernambuco, contra os sindicalistas que cometeram abusos nos piquetes realizados em frente à sede da empresa, a cinco quilômteros de Recife. O presidente do Sindicato dos Urbanitários, Edvaldo Gomes, e a sindicalista Jaqueline Saunders, são citados como os "comandantes dos abusos".

ENTRADO 11/9/90 25
CRUZADO 11/9/90 25.

F.9004549

Decisão do TST divide eletricitários

Um dia após o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ter decretado a abusividade da greve, boa parte dos 57 mil eletricitários do sistema Eletrobrás decidiram ontem, em assembléias realizadas pelo país, voltar a trabalhar, depois de 31 de paralisação. Acre, Brasília, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul decidiram voltar ao trabalho hoje. Os estados que decidiram pela continuidade do movimento foram Bahia, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Rio de Janeiro, este com 23 mil trabalhadores.

A decisão dos eletricitários dos quatro estados que resolveram manter o movimento foi contrária à orientação do comando nacional, que defendeu a suspensão imediata da greve. Eles exigem duas condições para voltar ao trabalho: que os dias parados sejam descontados em diversas parcelas e que Eletrobrás não puna os grevistas com demissões. Além de considerar a greve abusiva, o TST disse que a reivindicação de 256% era improcedente. Foram concedidos abonos salariais escalonados que variam de Cr$ 6 mil a Cr$ 12 mil, favorecendo os assalariados de menor remuneração.

Os 700 eletricitários paulistas das Centrais Elétricas de Furnas decidiram que voltam hoje ao trabalho. Em assembléia realizada ontem à tarde na sede do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, cerca de 250 trabalhadores decidiram, por unanimidade, acatar a determinação do TST de retorno imediato ao trabalho. Em Florianópolis, numa assembléia muito dividida, cerca de 1.200 trabalhadores da Eletrosul decidiram pela volta ao trabalho.

Os eletricitários fazem nova assembléia no Rio, hoje, às 15h, e às 17h nos demais estados, para decidir sobre a continuidade do movimento. O presidente do Sindicato dos Urbanitários do Rio, Luis Carlos Machado, disse que os eletricitários consideraram "precipitada e equivocada" a orientação do comando nacional de encerrar a greve ontem. Luiz Gonzaga Ulhôa Tenório, diretor da Federação Nacional dos Urbanitários e membro do comando nacional dos eletricitários, negou que a decisão da categoria, contrária à orientação do comando, represente enfraquecimento da liderança. "O comando indica, mas é a base que define. Isso só prova o caráter democrático dos trabalhadores", justificou Tenório.

Através da assessoria de comunicação, o presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira de Barros, disse que aceita negociar o desconto dos dias parados — previsto pelo TST em, no mínimo, quatro vezes —, desde que os eletricitários voltem ao trabalho. Representantes da categoria, que se reúnem hoje com diretores da Eletrobrás, no Rio, esperam que a estatal desconte os dias parados em pelo menos 12 vezes.

Durante a reunião na empresa, os eletricitários prometem fazer uma vigília em frente ao prédio da Eletrobrás, na Avenida Presidente Vargas, 642. Segundo Luis Carlos Machado, as equipes de emergências estão saindo apenas para casos de risco de vida ou atendimento aos hospitais. "O problema do Centro da cidade não está na lista das emergências e por isso não vamos colocar equipes trabalhando lá", disse.

☐ **O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, disse ontem que em momento algum acusou os sindicatos dos eletricitários de serem os responsáveis pelas sabotagens descobertas nas linhas de transmissão de energia elétrica de vários estados durante a greve da categoria. Segundo Tuma, a Polícia Federal constatou nos inquéritos a suspeita de que alguns sindicalistas teriam participado de alguns atos de sabotagens. Ao se referir às críticas que lhe foram feitas pelo ministro Almir Pazzianotto, do TST, que o acusou de estar contribuindo para o acirramento dos ânimos dos eletricitários, Tuma disse: "Nunca fui arbitrário, mas a lei tem de ser cumprida a qualquer custo."**

1993549

Nº [illegible]
ENCUENTRO DE RECTORES DEL CONO SUR.
2 H 150029
29/8/90
BRASIL 10046.
F SS. 11165
EDUCACION 11316
F. POLITICO 11164
R.R. II 11399

Encontro de reitores do Cone Sul

□Projetos de integração estão sendo discutidos em Santa Maria por integrantes de universidades de países sul-americanos

CARLOS ADAMATTI
Editoria Política/ZH

Mais de 150 reitores e professores das universidades públicas e particulares da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai e dos três estados do Sul participam, em Santa Maria, do 2º Encontro Universitário Argentino-Brasileiro e do 1º Encontro de Reitores das Universidades do Cone Sul, buscando a criação de um organismo capaz de coordenar e de incentivar o desenvolvimento de programas de integração, através de um planejamento conjunto.

A abertura dos trabalhos foi ontem, no Salão de Convenções do Itaimbé Palace Hotel, contando com a presença do ministro da Educação, Carlos Alberto Chiarelli, e do secretário para Assuntos Internacionais, Luís Otávio Vieira, representando o governador Synval Guazzelli.

Falaram, também, os reitores Tabajara Gaúcho Costa, da Universidade Federal de Santa Maria, anfitriã dos encontros, e Frederico Eduardo Kainer, da Universidade Nacional do Nordeste Argentino. Ambos ressaltaram a importância das universidades no processo de integração, lamentando que nos Estados Unidos, na Europa, Japão e até na União Soviética existam mais institutos especializados de estudos sobre a América Latina do que em nosso continente.

Os trabalhos prosseguiram à tarde, com um painel sobre "O Processo de Integração", apresentado pelo ex-governador Pedro Simon, e uma discussão em plenário sobre a proposta de fundação da Associação das Universidades do Cone Sul.

ENTRADO 11/9/90 ES
CRUZADO 11/9/20 ES

Ação conjunta para criação do mercado comum

O secretário para Assuntos Internacionais, Luiz Octávio Vieira, que representou o governador Synval Guazzelli, e o sub-secretário de Comércio Exterior argentino, Diego Ojeda, foram os painelistas de abertura dos trabalhos, ontem, dos encontros Universitário Argentino-Brasileiro e dos Reitores das Universidades do Cone Sul, em Santa Maria. O moderador foi o professor José Mariano da Rocha Filho, fundador da Universidade Federal de Santa Maria, que anunciou a criação da Casa das Nações.

Vieira defendeu uma ação conjunta para levar a bom termo a criação de um mercado comum latino-americano. Destacou, também, que interessa ao Rio Grande do Sul a integração, de um modo particular, pois, por estar geograficamente afastado dos centros de decisão do País, passou a ficar à margem do desenvolvimento. Agora, segundo Vieira, o processo de integração faz com que o Rio Grande do Sul se torne o palco, inclusive, pela afinidade com as províncias do Norte argentino e do Chile, que também ficam afastados dos seus respectivos centros de decisão e consumo.

Chiarelli assina convênios no valor de Cr$22 milhões

Ao abrir, ontem, os Encontros Universitários Brasileiro-Argentino e de Reitores das Universidades do Cone Sul, em Santa Maria, o ministro da Educação, Carlos Alberto Chiarelli, anunciou que a partir do ano que vem, o Governo Federal vai abrir mais vagas à noite nos estabelecimentos públicos de ensino superior para proporcionar maior acesso aos alunos pobres.

Informou, também, que está no Congresso Nacional para ser votado um projeto de lei que destina 100 milhões de dólares (Cr$ 8,5 bilhões) para equipar as universidades brasileiras e promover a pesquisa, e que o Governo, numa campanha inédita, irá investir mais de 250 milhões de dólares para combater o analfabetismo.

Chiarelli falou cerca de meia hora as quase 150 reitores e professores presentes ao encontro, oriundos de diversos países do Cone Sul e dos três Estados do Sul, destacando a oportunidade do evento. Ressaltou que o Cone Sul ganhou, nos últimos anos, uma nova fisionomia geopolítica, decorrente, inclusive, da formação mundial de grupos, como o Mercado Comum Europeu, e o dos Estados Unidos com o Canadá.

VERBAS — O ministro Carlos Chiarelli, depois da palestra aos reitores, dirigiu-se, a pé, até a prefeitura municipal de Santa Maria, onde assinou o primeiro "pacote" de convênios, num total de Cr$ 120 milhões para 22 municípios gaúchos.

O ministro foi alvo de uma manifestação ruidosa da parte de estudantes de estabelecimentos particulares de ensino superior, liderada por integrantes da UNE, que protestavam contra o descaso do Governo Federal em relação a estes estabelecimentos, enquanto Alceu Cardoso, da Executiva da UNE, tentava convencer o Ministro a receber um ofício para marcar uma audiência com o órgão máximo dos estudantes, em Brasília. Chiarelli limitou-se a dizer que eles deviam protocolar o ofício no Ministério, para ter a resposta oficial. Alceu Cardoso, entretanto, explicou que, há quatro meses, a UNE fez isso, mas não recebeu retorno.

A universidade integrada

O reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Tabajara Gaúcho da Costa, foi eleito por nove dos 17 votos dos representantes das universidades brasileiras e argentinas, para a presidência da Associação de Integração Regional Universitária, criada para canalizar recursos institucionais e promover a cooperação em todas as áreas entre as universidades dos três estados do sul do Brasil e seis províncias do nordeste argentino. Para a vice-presidência, foi eleito, por aclamação, o reitor da Universidade Nacional do Nordeste, o argentino Federico Eduardo Kaenel.

A Associação foi o principal resultado do I Encontro de Reitores das Universidades do Cone Sul, que encerrou ontem à noite, em Santa Maria. Tabajara Gaúcho da Costa disse que sua principal meta é conseguir o compromisso formal dos dois países para facilitar a assinatura de convênios e alocação de recursos. A Associação pretende que a cooperação cultural e técnico-científica aconteça como complementariedade, evitando o desperdício de recursos humanos e verbas.

A UFSM entregou aos reitores argentinos um documento com cópias dos mais de 80 projetos de pesquisas que estão em andamento na instituição. Estes projetos, que envolvem os oito centros da UFSM, são o ponto de partida para materializar a integração. Durante o II Encontro Universitário Argentino-brasileiro, que aconteceu paralelamente, foi acertada a criação de uma revista internacional na área de Engenharia, para difundir as pesquisas em andamento nos dois países. Esta revista terá o apoio da Unesco e da Estrutura Ibero-americana de Apoio ao Ensino de Engenharia. Por último, foi proposta a realização do I Forum de Informática do Cone Sul, que deve acontecer ainda este ano em Santa Maria. **(Lúcia Ritzel, Central do Interior/ZH)**

01 02
9004550

Reitores do Cone Sul reúnem-se amanhã e terça em Santa Maria

□Representantes de seis países discutirão temas da integração. Chiarelli estará presente no ato de abertura. Argentina e Brasil criam conselho

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, e o governador Synval Guazzelli participarão em Santa Maria, na próxima segunda-feira, da abertura do 1° Encontro dos Reitores das Universidades do Cone Sul, que reunirá na cidade representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e dos três estados da Região Sul do Brasil, com o objetivo de discutir o projeto de unificação da América Latina.

Paralelo ao encontro, acontece a 2ª Reunião das Universidades Brasileiras e Argentinas, onde vai ser analisada a proposta de estatuto que regerá a instituição. O anteprojeto prevê a criação de um conselho de reitores, cuja presidência e vice-presidência serão divididas entre representantes dos dois países.

No ano passado, durante o primeiro encontro das universidades argentinas e brasileiras, os argentinos propuseram um intercâmbio de planos de estudos, programas e pesquisadores, sugerindo um estudo de enfoque interdisciplinar para o fenômeno inflacionário e alternativas para aumentar o movimento de mercadorias. Todas essas questões serão definidas agora. O encontro encerra terça-feira. **(Central do Interior/ZH)**

02 02

Nº
TI... POLUCION DE CANDIOTA UNE BRASIL Y URUGUAY.
P... JDO B. 15002P
... 30/9/90.
VI... BRASIL 10006.
F. SS. 11165
M. AMBIENTE 11295
F. POLITICO 11164.
RELAC C/URUGUAY 10020.

Poluição de Candiota une Brasil e Uruguai

BRASÍLIA — Brasil e Uruguai dão hoje o primeiro passo concreto para solucionar os danos ao meio ambiente provocados pela usina termelétrica de Candiota 2, em Bagé, no Rio Grande do Sul. Técnicos ambientalistas dos dois países estarão reunidos até amanhã em Jaguarão (RS), próximo à fronteira, para discutir um programa de monitoramento da água, do ar e do solo da região. Candiota despeja na atmosfera 57,5 mil toneladas anuais de dióxido de enxofre e segundo denúncias — principalmente da imprensa e dos produtores rurais uruguaios — estaria provocando uma chuva ácida que destrói árvores e pastagens e prejudica a lã das ovelhas.

Além da chuva ácida levada pelo vento, o Uruguai sofre também com a poluição da usina, que chega ao rio Jaguarão e à lagoa Mirim, na fronteira entre os dois países, ambos usados para irrigar as grandes plantações de arroz, principalmente do município de Treinta y Tres. O município é o principal produtor de arroz do Uruguai e exporta parte de sua produção para o Brasil.

O governo uruguaio está preocupado principalmente com o impacto da anunciada ampliação de Candiota 2, que começará em 1994. Candiota 1 foi inaugurada em 1961, gerando apenas 20 megawatts de energia. Em 1974, entrou em operação a primeira fase de Candiota II, produzindo 120 mw, e a partir de 1976 a segunda fase acrescentou outros 120 mw. Atualmente, para produzir 240 megawats de energia, a usina consome 2,6 milhões de toneladas anuais de carvão mineral e acaba poluindo o ar com quase 60 mil toneladas de dióxido de enxofre. Até o ano de 2010, Candiota 3 estará produzindo 2.100 megawats de energia, consumindo 10,9 milhões de toneladas de carvão mineral e despejando pelo menos 310 mil toneladas anuais de dióxido de enxofre na atmosfera.

Em maio deste ano, o presidente do Uruguai, Luis Alberto Lacalle, que na época em que era senador fez vários pronunciamentos sobre o assunto, enviou em missão oficial a Brasília uma comissão integrada por técnicos do recém-criado Ministério do Meio Ambiente. Dessa visita à Secretaria Especial de Meio Ambiente ficou decidida a reunião de técnicos dos dois países, que começa hoje.

"Existem fortes indícios de que Candiota realmente provoca danos ao meio ambiente, mas ainda não temos como quantificar esses malefícios", admite afirma o diretor de Planejamento e Coordenação de Política Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, Bruno Pagnoccheschi.

Depois de definir a metodologia e quantidade de unidades necessárias para a coleta de dados, Brasil e Uruguai voltam a discutir as formas de obtenção de recursos para a criação dessa rede de monitoramento.

ENTRADO 11/9/90 E
CRUZADO 10/9/90 E5

01.01

9004551

Nº. DOCUMENTO
TITULO CUT ATACA COLLOR.
PROC J do B. 150028
FE 26/10/90
VINCUL BRASIL 10046.
F SICOSOCIAL 11165 - SINDICATOS 500954.

ENTRADO 10/5/90
CRUZADO 15/5/90

CUT ataca Collor e sonha com socialismo

Octávio Costa

Em pleno inferno zodiacal, a CUT anda brava. Vinda de uma sucessão de malogros que inclui uma greve geral fracassada, sentenças acachapantes da Justiça do Trabalho contra os metalúrgicos de Volta Redonda e os ferroviários, sem falar em flagrantes embaraçosos — pois já apareceu misturada com os colonos gaúchos que decapitaram um PM em Porto Alegre e com uma suspeita de sabotagem no blecaute de Brasília — a maior e mais irredutível central sindical agora promete parar o país em setembro.

Parece bravata, sobretudo numa fase tão ruim. Mas o secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro diz estar convencido de que "existe potencial para as greves de setembro e nós vamos utilizá-lo". Preocupados com os efeitos colaterais de um excesso de agressividade sobre a campanha eleitoral, lideranças do próprio PT — partido normalmente visto como irmão xifópago da CUT — criticaram a empreitada. Mas os sindicalistas estão em outra campanha: "A estratégia é de confronto. Por incrível que pareça, a gente acredita mesmo no socialismo", explica o diretor executivo Sebastião Lopes Neto. Para ele, à força de muita greve, o projeto de "modernização" administrativa do governo Fernando Collor acabará sendo politicamente "modernizado".

Gilmar Carneiro, que também é presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, tem diploma de administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo — uma verdadeira fábrica de aspirantes a yuppies — e é considerado provável sucessor de Jair Meneguelli no comando da central, está convencido de que "é preciso ser radical, esta é uma necessidade que a sociedade nos impõe". Não é isso o que o sociedade parece dizer em pesquisas de opinião, que ultimamente apontam o crescimento da popularidade do presidente Collor na razão inversa dos índices de inflação.

Carneiro é imune a pesquisas. "Inflação de 10% ao mês é péssimo, significa uma inflação anual de 235%", ele argumenta. "Da posse de Collor até agora, o quilo da cebola aumentou 1.200%, enquanto o salário de um caixa de banco é de 15 mil cruzeiros. Tudo isso abala a credibilidade do governo". Para a direção da CUT, esta é a hora ideal para radicalizar, pois setembro é mês de dissídios de categorias importantes, como petroleiros, bancários, funcionários da Caixa Econômica Federal e servidores públicos. Carneiro destaca também que se estará na véspera da eleição. Segundo ele, "as greves são políticas como causa, e não como efeito. Se o PT e o PDT fizerem 30% do Congresso, inviabilizam a governabilidade de Collor e o obrigam a negociar com a esquerda".

São Paulo — José Thomas Carvalho

José Varela — 1-5-89

Para Neto, a luta não foi só para eleger o presidente; para Gilmar, a radicalização é necessária

Essa lógica é o avesso da que a CUT adotou na eleição presidencial do ano passado, quando ficou notório que certas greves, quando paralisam serviços essenciais, costumam prejudicar antes de mais nada o eleitor pobre, que descarrega o mau-humor nos candidatos de esquerda. Foi durante uma trégua sindical que a candidatura de Lula à presidência da República cresceu a ponto de se tornar, mesmo derrotada em segundo turno, um marco da história política brasileira. O secretário geral da CUT não se abala. Atribui a reação negativa da opinião pública aos meios de comunicação — como se alguém precisasse de um jornal ou de televisão para notar quando falta luz em casa. "O que vale no Brasil é a versão dos empresários e do governo, nunca os fatos", afirma Carneiro.

Críticas — Diante da estratégia da CUT, que reúne 1.400 sindicatos, representando 18 milhões de trabalhadores, alguns parlamentares e cientistas políticos criticam o movimento sindical por confundir a época da resistência à ditadura com o atual período de consolidação democrática. Ressaltam, também, que Collor possui a legitimidade de quem foi eleito por 35 milhões de votos. Os dirigentes da CUT sabem dessas críticas, mas não se deixam intimidar por elas. Para Carneiro, "Collor está confundindo a sua eleição com carta branca para fazer o que quer". Sebastião Lopes Neto, que também dirige a Oposição Metalúrgica de SP, é ainda mais enfático: "Não lutamos tantos anos apenas para eleger um presidente. Nós lutamos por um processo de convencimento da sociedade, que leve à implantação de um projeto socialista no país."

Socialismo no Brasil? Logo agora, depois da Muro de Berlim, da deserção em massa do comunismo pelos países do Leste Europeu? "As mudanças do Leste mostram que a cidadania colocou a liberdade de ir e vir acima das necessidades do partido e do estado. Não significam que o socialismo acabou, mas sim que se ajustou do ponto-de-vista social e da preservação das individualidades", responde. O diretor Neto vê a coisa por um ângulo original: "Quem deve se preocupar é a burguesia. No mundo inteiro, cria-se um convencimento de que o socialismo ou é democrático ou não é socialismo."

Já que o projeto socialista parece uma hipótese remota, não é temerário incentivar a realização de greves por motivos políticos, considerando-se que os resultados econômicos têm sido desastrosos, a exemplo do que aconteceu com os metalúrgicos de Volta Redonda e com os ferroviários? Gilmar Carneiro, mais uma vez, descarta qualquer possibilidade de erro de avaliação e credita os recentes fracassos à intransigência do Judiciário: "O TST se prostituiu, não é mais foro para nada, deixou de ser um elemento estabilizador e obriga as partes a irem para o tudo ou nada. Dar 14% para os trabalhadores da CSN foi uma provocação. Assim, vamos passar por uma convulsão social".

Tendências - O que mais impressiona na estratégia de radicalização da CUT é que, no momento, estão unidas todas as correntes que compõem a central sindical, o que não tem sido freqüente em seus sete anos de existência. Desta vez, a Articulação, que é encabeçada por sindicalistas que seguem a orientação do PT e detém a hegemonia na CUT, não enfrentou a tradicional oposição das correntes à sua esquerda. As decisões tomadas na reunião plenária de Belo Horizonte, onde se tratou dessa tática de confronto com o governo, contaram com o apoio de todas as outras correntes que compõem a CUT — ou sejam: **CUT pela Base** (Vertente Socialista, Democracia Socialista, Nova Esquerda, etc...), **Democracia e Luta** (Convergência Socialista no movimento sindical), da **Causa Operária** (trotskistas), da **Corrente Sindical Classista** (PC do B), **Força Socialista** (Movimento Comunista Revolucionário), e **Partido de Libertação Proletária** (ex-prestistas).

De acordo com Carneiro, que pertence à **Articulação**, a CUT não é monolítica, mas existe a tradição de acatar as decisões da maioria. Em Belo Horizonte, porém, houve discussão, mas nenhuma divergência mais profunda. Tanto assim, que Sebastião Lopes Neto, um dos líderes da CUT pela Base, é o primeiro a defender o presidente Jair Meneguelli, também da **Articulação**, das críticas que lhe são feitas pela estratégia de confronto com o governo Collor. Segundo Neto, "tentam apresentar o Jair como incendiário. Em relação às decisões de Belo Horizonte, ele tem o respaldo de todas as correntes da CUT. Se ele é incendiário, todos nós somos."

01.08

9004552

A nova geração de líderes

Objetivo é preparar 50 mil dirigentes nos próximos 5 anos

O esforço de formação de novos líderes e dirigentes sindicais da CUT já está dando resultado. Para isso, além do núcleo pioneiro de Cajamar, um pequeno município da região metropolitana de São Paulo, já estão produzindo seus primeiros frutos outros centros formadores de dirigentes, como o Quilombo dos Palmares, no Recife, e até a recém-inaugurada Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte, com capacidade para formar 400 líderes por ano. Nos próximos cinco anos, a CUT pretende preparar 50 mil pessoas para a direção sindical.

Na nova geração de líderes alguns já começam a se destacar. É o caso, por exemplo, de Luís Marinho, 31 anos, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, um dos líderes da última greve da Ford, a mais longa da história do agitado sindicato, célula formadora de uma revolução dos trabalhadores brasileiros no fim dos anos 70. Ou de Jairo Cabral, 38 anos, há seis meses à frente da CUT regional pernambucana com presença marcante. Dirigindo a formação desse renovado quadro de sindicalistas está o mineiro Jorge Lorenzetti, secretário nacional de Formação da CUT, com base em Belo Horizonte e ação nacional.

Recife — Léo Guedes

Cabral: diálogo com patrões

São Paulo — Ariovaldo Santos

Marinho: susto com a Ford

Um susto — Luís Marinho nem parece um líder saído do mesmo centro que formou Lula. Ao contrário do mais conhecido sindicalista da moderna geração brasileira, Marinho não consegue superar a sua timidez, a não ser quando em ação prática com os companheiros de categoria. Não gosta de falar com jornalistas, mantém sempre o mesmo tom de voz baixo, pensa muito antes de responder, não esconde que é um espírito cheio de dúvidas, quase perplexo diante da gravidade do momento brasileiro. Marinho levou um susto diante da reação da "peãozada" na última greve da Ford. Nem era para menos, como ele conta:

— Os operários estavam virando e queimando carros, revoltados com o atraso dos salários. Não havia condições de segurá-los, a peãozada estava brava. Nem consegui subir no carro de som para me comunicar com a base, que tinha decidido tirar o sindicato do foco do conflito. Nem num bar em frente me deixaram ficar. "Pode ir embora daqui, agora é com a gente", eles diziam. Foi um *baita* nó — contou Marinho, que não sabe como desatá-lo diante da queda real do salários dos metalúrgicos ("Sessenta por cento em relação a 1982). E lembra que, no ABC, a que já foi chamada de "a elite do operariado brasileiro" ganha hoje um salário médio de Cr$ 22 mil. Assim acha ele, "a tendência é aumentar o grau de violência".

Sempre presente — O pernambucano Jairo Cabral está há seis meses à frente da CUT regional de seu estado. Radical assumido, isso não o impediu de ser o primeiro sindicalista a procurar setores conservadores do empresariado pernambucano, na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fetape) e na Associação Comercial de Pernambuco, para discutir o Plano Collor. Temperamento ativo, não é só na CUT que Jairo trabalha pela organização de trabalhadores. Quando, em 1979, começou a trabalhar na IBM como técnico em informática, partiu logo para estruturar uma associação, ao ver que os profissionais da área não tinham profissão regulamentada nem sindicato. Em pouco tempo fundou-se o sindicato, que hoje tem 6 mil sócios. Jairo, na verdade, é uma presença viva em quase todas as lutas de trabalhadores na região.

Nem parece que um homem de tal forma agitado seja, ao mesmo tempo, um intelectual. É o que Jairo Cabral é. Além de pós-graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Jairo só não se entregou ainda às exigências de um doutorado exatamente pela dedicação que dá em tempo quase integral ao sindicato. O que não o impede de, na hora do repouso, ter sempre à mesa de cabeceira autores tão variados como o espanhol Jorge Semprún, o poeta Tiago de Melo e o indispensável Karl Marx para todo militante pela luta dos trabalhadores.

A estratégia da formação de novos líderes surgiu na CUT em 1987. Nestes três anos que se passaram formaram-se 15 mil dirigentes, mas o mineiro Lorenzetti acha que o sindicalismo "vai exigir nos anos 90 uma qualidade de ação sindical muito superior à praticada até aqui". Com isso, pretende-se formar mais e mais líderes, na certeza de que a quantidade trará também a qualidade. Além dos centros de Cajamar (SP), Recife e Belo Horizonte e da criação em breve de outros no Pará e no Rio Grande do Sul, a entidade conta com estruturas regionais capazes de formar dirigentes.

— A própria ação do governo está exigindo mais organização do sindicalismo e o resultado vai aparecer imediatamente — encerrou

F 9004552

Cajamar, SP — Arlovaldo Santos

A 50 quilômetros de São Paulo, o conjunto do Cajamar tem 26 quartos e biblioteca com 3 mil livros

Uma escola para formar quadros sindicais

Na quarta-feira da semana passada, enquanto o país discutia a greve dos eletricitários e o veto do presidente da República à lei salarial do Congresso, 20 sindicalistas estavam fechados em uma sala do Instituto Cajamar, na Via Anhanguera, a 50 quilômetros de São Paulo, acompanhando uma aula sobre os melhores métodos de transmissão do conhecimento para novos militantes sindicais. A aula faz parte do curso de "formação de formadores", que qualifica sindicalistas para o trabalho de formação de novos quadros, uma das principais preocupações da CUT.

Segundo o diretor técnico geral do Instituto Cajamar, Gilberto Carvalho, o método de ensino adotado foge ao modelo tradicional, que é mais livresco. "Nosso método é dialético. Passamos da reflexão sobre a prática sindical para a teoria, até que se assimile uma prática superior", explica. Os futuros formadores, com o auxílio de monitores, avaliam os métodos de luta sindical, comparando sua experiência com a de outras categorias e de outros povos. A leitura dos clássicos da esquerda é fundamental. "O modelo marxista de análise permanece como a principal referência, mas não é a única. Temos de criar um campo socialista próprio", afirma Carvalho, que é bacharel em filosofia pela Universidade Federal do Paraná.

O Instituto Cajamar foi fundado em 1986, como uma sociedade civil sem fins lucrativos. Nas dependências que ocupa, à beira da estrada que liga São Paulo a Campinas, funcionava o *Complexo Dallas*, um prostíbulo. O imóvel foi comprado com a contribuição de 110 sócios fundadores, todos da Articulação do PT, entre eles Lula, Jair Meneguelli, Frei Beto, Frei Leonardo Boff, Florestan Fernandes e Marilena Chauí. Os sócios-fundadores assumiram a responsabilidade política e jurídica da casa, que é presidida pelo educador Paulo Freire.

Nas antigas instalações, existem 26 quartos, que alojam até 150 pessoas, uma cozinha, refeitório, videoteca, salas de aula e uma igreja com vitral alemão. Há três anos, foi construído um novo prédio, no lugar de um posto de gasolina. Neste anexo, há salas de aula, setor administrativo, auditório para 200 pessoas e uma biblioteca com 3.000 livros. A grande maioria dos títulos se refere à política, filosofia, história e sindicalismo, mas se encontram também títulos de literatura nacional e estrangeira.

Convênios — O Cajamar possui 65 funcionários, desde monitores a funcionários da administração. Sua folha de pagamentos chega a Cr$ 2,5 milhões. A principal fonte de receita é a contribuição dos participantes de cursos e seminários, uma diária de 12 BTNs, mais de Cr$ 600 por cabeça. Em geral, as diárias são pagas pela CUT ou pelos sindicatos. Além disso, há os convênios com entidades estrangeiras. O maior deles é com a Confederação Italiana Sindical de Trabalhadores (CISL), que envolve cursos, seminários e intercâmbio. O valor desse convênio não é revelado e oscila de acordo com o volume de trabalho. Outro convênio liga o Cajamar à ICCO, entidade ecumênica da Holanda, que envia US$ 90 mil anuais para o aprimoramento de lideranças do movimento popular e das comunidades de base. O Movimento de Leigos para a América Latina (MLAL) contribui com US$ 10 mil anuais para o desenvolvimento de recursos audiovisuais.

No curso para formadores, Marx é ainda a principal referência

Gilberto Carvalho

O programa de cursos do Instituto Cajamar é extenso. Na área de formação sindical, o curso básico inclui a radiografia do modelo capitalista brasileiro e metodologias de análise da conjuntura. Os cursos de "formação de formadores", segundo Gilberto Carvalho, aprofundam a teoria e a reflexão sobre as práticas de formação cutista, adaptando os métodos às diferentes regiões e setores profissionais. Existem programas semelhantes para o movimento popular, que se destinam às lideranças de associações de moradores, movimentos de mulheres, de negros e de deficientes físicos.

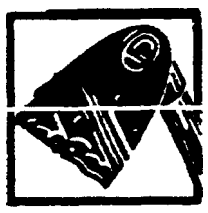
Uma terceira área trata da formação política, também com a mesma dinâmica dos outros programas. O curso básico discute um projeto político para os trabalhadores. "Esses cursos são um momento de questionamento, e não apenas de discussões sobre a CUT e o PT. Discutimos sobre instrumentos de mudança da sociedade e que tipo de sociedade pretendemos alcançar", explica Carvalho.

Um dado curioso é que, apesar de conviverem com o esforço de formação, nem todos os funcionários do Instituto Cajamar votaram em Lula na eleições do ano passado. "Isso aconteceu porque os operários e trabalhadores dessa região de São Paulo são atrasadíssimos. Poucos têm a cabeça feita", afirma Carvalho. Ele conta que, durante a campanha eleitoral, houve um dia de paralisação dos funcionários, que foi contornado após uma difícil negociação. Agora, os funcionários têm acesso à contabilidade do Cajamar, incluindo a folha de pagamento e os balanços. (O.C.)

9004552

TRAS SENTENCIA DEJAN EL PARQUE DE RONDINHA
2. HORA. 15:00:29.
29/3/90.
BRASIL 00046.
F. SOCIAL 11163
CONF. SOCIALES 11414.

Sem-terras deixam o Parque de Rondinha dentro do prazo



□Confirmação da compra de 287 hectares para onde vão 20 famílias das 250 que ocuparam a área por 21 dias facilitou retirada em paz. Colonos tentarão audiência com Guazzelli

NILSON MARIANO
Enviado Especial/ZH

A ocupação do Parque Florestal Estadual de Rondinha por 250 famílias de colonos sem terra, que causou inquietação e temores durante 21 dias, teve um desfecho favorável, na tarde de ontem. Ao receberem a confirmação de que o Governo comprou uma área de 287 hectares para assentar 20 famílias, os colonos deixaram o parque pacificamente, dez minutos antes de terminar o prazo concedido pelo procurador do Estado na região, Sérgio Barcellos Boehl.

Acampados na Fazenda Annoni (Sarandi) desde outubro de 1986, essas famílias ocuparam o Parque de Rondinha, de mil hectares, no mesmo dia em que ocorreu o confronto entre colonos e brigadianos, no centro de Porto Alegre. Essas famílias exigiam que o governo estadual cumprisse a promessa de prosseguir os assentamentos. Na sexta-feira, justamente quando terminou o prazo concedido pela justiça de Ronda Alta para a desocupação do parque, iniciaram as negociações.

Ontem, foi selado o acordo. Os colonos vibraram com o assentamento de mais 20 famílias, numa área de 287 hectares, localizada a dez quilômetros de São Miguel das Missões. "Vou começar vida nova. Chega de sofrer", desabafou Paulo Volmar de Melo, 31 anos, um dos beneficiados. O sorteio das famílias teve a participação do procurador Sérgio Barcellos, que intermediou as negociações habilmente, evitando um possível conflito.

Retirada: *colonos saem do parque 10 minutos antes do prazo*

ADVERTÊNCIA — O impasse surgido em Rondinha, no Alto Uruguai, foi contornado. No entanto, os colonos avisaram que mais 230 famílias continuam esperando o seu lote. Ari de Oliveira lembrou que essas famílias da Annoni já organizaram 12 ocupações de propriedades, nos últimos cinco anos, como forma de pressionar o Governo. Só o Parque de Rondinha foi invadido quatro vezes. Nos próximos dias, os colonos tentarão marcar uma audiência com o governador do Estado para garantir os futuros assentamentos.

Se o governo estadual demorar na compra das terras, os colonos exercerão novas pressões. E as ocupações "não estão descartadas". Os colonos podem voltar até a invadir o Parque de Rondinha. "Aí, nós não vamos sair mais", alertou um dos camponeses. As autoridades estaduais, porém, estão preocupadas com a preservação da reserva, encravada entre os municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha. O diretor do parque, Aldo Rech, assinalou que os 700 hectares de mata, os 50 de campestre e os 200 de campo da reserva ajudam a regular o clima da região. O parque também é uma importante fonte de água pura, banco genético de árvores em extinção e abrigo de animais selvagens.

INQUÉRITO — O provável atentado contra três agricultores que transitavam nas proximidades do Parque de Rondinha, no dia 13, será investigado pela Brigada Militar. O major Juarez Chagas, do 16° Batalhão de Polícia Militar, disse que pretende apurar as denúncias de que Aldoir Pedott, Antonio Siqueira e Ivan de Conto foram espancados e torturados por alguns brigadianos. O major Chagas anunciou que vai concluir o Inquérito Policial Militar (IPM) antes do prazo previsto de 42 dias.

Ontem, o escrivão do IPM, capitão Lair Vieira, ouviu os agricultores. Aldoir, 19 anos, Antonio, 22 anos, e Ivan, 18 anos, disseram que foram brutalmente agredidos. Uma das torturas era acionar o gatilho do revólver descarregado na cabeça dos rapazes. Devido às lesões, Antonio ficou quatro dias no hospital de Ronda Alta. Os soldados, possivelmente do 3° Regimento de Polícia Montada de Passo Fundo, pensaram que esses agricultores tinham participado do confronto de Porto Alegre, quando o cabo Valdeci de Abreu Lopes foi morto com um golpe de foice. Mas eles nem integram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

ENTRADO
CRUZ

9004553

Nº. DOCUMENTO
TITULO P.T TEME PERDER ELECTORES CON RADICALIZACION DE LA CUT.
PROCEDENCIA J do B. 150028
FECHA DE RECEBIMENTO 12-8-90
VINCULAÇÕES BRASIL 10046
F. SICOSOCIAL 11165
SINDICATOS 500854

com radicalização da CUT

PT teme perder eleitores

Rita Tavares

BRASÍLIA — Desde sábado, quando soube que a CUT pretende comandar uma greve geral no final de setembro, o presidente naçional do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva, está aflito. Freqüentador assíduo de portas de fábricas, ele teme um movimento fracassado, que desmoralizaria a central sindical. "Nunca, na história da CUT, foi tão arriscado anunciar uma greve geral", ponderou ontem Lula a um deputado do PT na Câmara. "Há o risco de a greve fortalecer o governo." Se dependesse de Lula, o PT hoje não daria seu apoio instantâneo à CUT.

Contrário à radicalização das greves, o presidente do PT lamentava, na conversa com seu companheiro de bancada, o blecaute que paralisou Brasília durante 11 horas na segunda-feira. "Na medida em que os líderes sindicais politizam as greves, o governo sai ganhando", disse Lula. Segundo seu raciocínio, a sociedade ainda está indefinida em relação ao governo de Fernando Collor. Os trabalhadores amargam salários achatados, mas são tentados a apostar no futuro com o índice de inflação em baixa.

Prejuízo — Lula sabe que o PT perde votos nas urnas com o *setembro negro* engendrado pelo presidente da CUT, Jair Meneguelli. A prova mais concreta de que movimentos mais radicais têm pouco respaldo na sociedade foi a queda de 3%, nas pesquisas eleitorais, de Tasso Genro, candidato do partido ao governo do Rio Grande do Sul, após o sangrento conflito dos sem-terra com a Brigada Militar em Porto Alegre. O PT ainda não deslanchou em nenhum estado e a greve geral pode tirar as chances de eleição de uma boa bancada do partido para a Câmara dos Deputados.

Até agora, a CUT não decidiu o dia da greve geral. Mas Meneguelli já anunciou que os dissídios dos bancários e dos petroleiros, em setembro, podem ser suficientemente fortes para puxar uma greve nacional. Dentro da CUT, os líderes dos sindicatos de funcionários públicos, que têm muito poder de influência e decisão, são os grandes defensores da radicalização das greves: desde março, o governo congelou os reajustes salariais dos servidores, além de ter demitido milhares e ter posto outros em disponibilidade.

O deputado Paulo Paim (PT-RS) alerta, no entanto, para o risco de um movimento frustado pela falta de interlocutores. Na noite de segunda-feira, um dirigente da greve dos metroviários gaúchos, em telefonema a Paim, deu um bom exemplo da atual perplexidade e falta de perspectiva dos sindicalistas: "Qual é a saída ?", perguntou, ante a indefinição do movimento. Paim nada respondeu. "Os sindicalistas estavam acostumados com um governo fraco e sem objetivos, mas que conversava. Agora, os grevistas não têm com quem conversar", pondera o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

Fome de leão — A partir do momento em que o governo se negou a conversar com grevistas, as lideranças sindicais passaram a perder poder. "O movimento de massas está a um passo da anarquia", afirma Paim, com a experiência de ex-vice-presidente da CUT. Ele cita, como exemplo, a greve de 12 mil sapateiros na cidade de Campo Bom (RS), no mês passado. Ao longo de 14 dias de paralisação, a radicalização dos trabalhadores cresceu tanto que os comerciantes da cidade temiam saques. Para conter a ira dos grevistas, o sindicato distribuiu alimentos. Saldo final: 1.200 demitidos e nenhuma reinvidicação atendida.

"A radicalização faz com que todos percam", admite Paim, que cobra do ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, uma política salarial e a reposição das perdas salariais. Se o governo não conceder isso, a CUT não terá como "segurar a fome" dos trabalhadores, que são os "responsáveis pela radicalização do movimento", segundo Paim. Nas portas das fábricas, o deputado consegue atenção e apoio dos trabalhadore quando diz: "Até o leão, quando está com fome, mata." A CUT não é a culpada, segundo ele, dessa violência. "É besteira pensar que nós temos tanto controle sobre os trabalhadores para induzi-los a atos radicais. O radicalismo começa de baixo para cima, provocado pela miséria."

ENTRADO 10/9/90ES
CRUZ 00 13/9/90ES

1 2

30041554

Nº. DOCUMENTO
TITULO CUT CONVOCA A HUELGA GENERAL
PROCEDENCIA J do B. 150028
FECHA DE REFERENCIA 20-8-90
VINCULOS BRASIL 10046
FISCO SOCIAL 11165
SINDICATOS 500854

CUT encerra encontro anunciando greve geral

BELO HORIZONTE — A Central Única dos Trabalhadores (CUT) definiu ontem, último da plenária nacional da entidade, um calendário de lutas que servirá para a preparação de uma greve geral. Segundo o presidente da CUT, Jair Meneguelli, não foi marcada nenhuma data mas é certo que a greve geral será ainda este ano. Ele explicou que a CUT resolveu fazer o processo inverso da última greve, em março de 1989, e promoverá discussões regionais antes de marcar a data da paralisação.

A plenária decidiu também pela unificação de ações de categorias diferentes e uma pauta comum de reivindicações. A primeira manifestação proposta pela CUT será no próximo dia 22, em Brasília, com um ato pela derrubada do veto presidencial à política salarial aprovada no Congresso e contra o Tribunal Superior Eleitoral. Meneguelli reafirmou que haverá acirramento da luta sindical. "É obvio que haverá um aumento das greves. Ninguém sobrevive às perdas salariais que estão sendo impostas ao trabalhador", justificou.

Segundo o presidente da CUT a preparação para uma greve geral não implica dizer que haverá "represamento" de ações isoladas de diferentes sindicatos. "Às vezes, a direção da CUT não pode fazer discussões longas, em função da própria conjutura", comentou. "Nós vamos colocar o movimento nas ruas com ações concretas que vão se confrontando com mensagens passadas pelo governo".

Meneguelli negou que o objetivo da CUT seja a derrubada do governo. "Nós lutamos para conquistar reivindicações de trabalhadores", disse, culpando o presidente Fernando Collor pela radicalização do movimento sindical. "Se quiserem pegar a pessoa mais violenta deste país, basta fazer um cerco no Palácio do Planalto. Ele (presidente Collor) substituiu os tanques pelas medidas provisórias".

O presidente da CUT afirmou que não existe orientação da entidade para o comportamento dos sindicatos na deflagração de greves e durante as negociações. Meneguelli anunciou também que o calendário proposto pela CUT será discutido com outras centrais sindicais, mas adiantou: "Não condicionaremos o nosso calendário de lutas a outras centrais sindicais".

Divisão — A possibilidade de uma ação conjunta com setores empresariais no enfrentamento do governo divide a CUT. O presidente regional da central, Carlos Calazans, disse que as bases em Minas são totalmente contra a qualquer discussão com "empresários ou setores burgueses da sociedade", porque "neste momento temos de reafirmar o classismo".

Segundo Calazans, existe uma divisão de opiniões dentro da CUT sobre estratégia de luta, embora todas as facções concordem na necessidade de um enfrentamento global, com a união de diferentes categorias em movimentos que listariam algumas reivindicações básicas.

Como exemplo de divergência quanto à estratégia de luta, o presidente da CUT em Minas disse que alguns dirigentes nacionais aceitam discutir com representantes do Pensamento Nacional de Base Empresarial (PNBE), uma dissidência da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). "Não há possibilidade de encontrarmos em qualquer momento um caminho comum. Isso seria cair em um canto de areia", afirmou Calazans. O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, negou que haja qualquer divisão e disse que "não existe nenhum empresário disposto a fazer aliança com trabalhadores".

02-02

9004554

Nº. DOCUMENTO
TITULO JUBILADOS PRESIONAN POR LA CONCESION DE PRESTAMO
PROCEDENCIA ZERO HORA 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 5/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
FISICO SOCIAL 11165
CONF SOCIALES 19414.

Aposentados pressionam pela concessão do abono

"Os aposentados ameaçam votar nulo e branco nas eleições de 3 de outubro se o Senado Federal não decidir sobre o projeto de lei de custeio e benefícios da Previdência". Esta advertência foi feita na sessão de ontem da Câmara dos Deputados pelo deputado José Genoino (PT-SP), um dos parlamentares a comentar a questão nos discursos de plenário. Para a grande maioria dos oradores, além de não verem aprovado o projeto que lhes interessa, os 11 milhões de aposentados e os dois milhões de pensionistas reclamam que foram discriminados pelo Governo, que não concede o abono previsto na Medida Provisória 199.

O deputado Jorge Uequed (PSDB-RS) também protestou, lembrando que "a inflação existe para todos, mas os aposentados e os funcionários públicos foram esquecidos na hora da concessão do abono". Como ele, vários deputados esperam que o Governo estenda o benefício do abono aos demais trabalhadores e aos aposentados e pensionistas.

Genoíno e o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) fizeram um apelo para que o Senado marque data, de preferência o próximo dia 8, para a votação do projeto de lei de custeio da Previdência. Eles esperam que o Congresso corrija as distorções derrubando o veto do presidente Collor ao projeto de lei salarial. (Brasília/ZH)

ENTRADO 10/8/90
CRUZADO 13/8/90

9004555

01 · 01

Estudantes brasileiros estão consumindo mais drogas

SÃO PAULO — O consumo de drogas entre os estudantes brasileiros da rede pública e privada está crescendo, seguindo uma tendência mundial. No Rio de Janeiro, houve um crescimento de 14,4%. E embora isto dispense a adoção de medidas de emergência, deve exigir um cuidado especial nas formas de combate, para que seja contido o avanço.

Esta é a principal conclusão do *2º Levantamento Nacional sobre o Uso de Psicotrópicos em Estudantes de 1º e 2º graus* desenvolvido por quatro pesquisadores do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), da Escola Paulista de Medicina, e lançado ontem em livro. Durante o ano passado, técnicos comandados pela equipe paulista entrevistaram mais de 47 mil estudantes entre 10 e 17 anos em 10 capitais e sete cidades do interior e descobriram que desde 1987, ano em que foi realizado o primeiro levantamento, cresceu em 23,8% o consumo de drogas no país.

"Este é um crescimento preocupante, mas não alarmante", comenta a socióloga Beatriz Carlini-Cotrim, uma das autoras da pesquisa. "É um aumento discreto, previsível em face às tendências mundiais", pondera, diante dos números encontrados, que no entanto são bem reveladores. Em 1987, 21,1% dos entrevistados já haviam consumido algum tipo de droga. No ano passado, este número cresceu para 26,1%. Entre os que consomem droga freqüentemente — seis ou mais vezes no último mês — também houve um aumento. De 2,7% em 1987, o índice subiu para 3,5% em 1989.

Alterações — Outra novidade apontada pela pesquisa é a alteração do quadro em algumas cidades. Em Brasília, por exemplo, houve uma queda em 8,7% do consumo. Em 1987, 26,3% dos brasilienses dessa faixa etária já haviam experimentado drogas. No ano passado, o número baixou para 24%. As cidades que apresentaram maior crescimento foram Belém, com 60% — 13,5% em 1987 e 21,6% em 1989 — e Belo Horizonte, com 58,3% — 21,6% em 1987 e 34,2% no ano passado, por sinal a cidade em que mais jovens consumiram drogas, de acordo com o último levantamento. No interior, a situação é muito parecida e às vezes pior que nas capitais. Em Espírito Santo do Pinhal, cidade a 200 quilômetros da capital paulista, 36,2% dos jovens já experimentaram drogas. Em São Paulo, apenas 30,6%.

No Rio de Janeiro o crescimento foi de 25,6% para 29,3% — o que coloca a cidade abaixo da média nacional. Mas o que mais chamou a atenção dos pesquisadores em relação aos jovens cariocas foi o consumo da cocaína. Enquanto a média nacional de consumo da droga é de 0,7%, no Rio, é de 1,8%, ou seja, é a cidade brasileira com maior taxa de consumo desta droga. "É um número discreto, mas digno de atenção", alerta a pesquisadora Beatriz.

Solventes — Na verdade, como já havia sido notificado no primeiro levantamento, a grande maioria dos estudantes não se dirige a traficantes para obter suas drogas. "Eles utilizam drogas que estão em casa ou na esquina, como em farmácias", comenta o psicofarmacologista Armando Ramos Silva Filho, também autor do trabalho. Em todas as cidades pesquisadas, o primeiro tipo de droga apontado pelos jovens são os solventes — cola de sapateiro, lança-perfume, loló e outros produtos depressores do sistema nervoso central, que podem causar alucinações.

Nas capitais, os ansioliticos — calmantes — ficaram com o segundo lugar. As anfetaminas e os anorexígenos, que inibem a fome e funcionam como excitantes quando usados junto com bebidas alcoólicas, ficaram com o terceiro lugar, acompanhados, em alguns locais, pela maconha. No interior há uma maior mescla entre os segundo e terceiro colocados das capitais.

Os pesquisadores paulistas elaboraram, também, algumas propostas de prevenção do consumo de drogas no país. O primeiro ponto, segundo eles, é não diferenciar estratégias contra drogas ilegais e drogas legais. "É necessário educar a sociedade para perceber que produtos lícitos também são droga, e que a cola de sapateiro e os remédios para emagrecer, por exemplo, provocam problemas muito sérios", diz Beatriz. Além da educação e de campanhas de esclarecimento nas escolas, a socióloga propõe a criação de alternativas para os usuários, como o oferecimento de espaços de lazer. "Eles precisam de espaço livre para soltar a imaginação", continua. Mas tudo, é claro, respeitando as características de cada cidade.

Meninos de rua reduzem dependência

SÃO PAULO — Ao contrário do que acontece com os estudantes, o consumo de drogas entre meninos de rua de São Paulo e Porto Alegre diminuiu nestes últimos dois anos. Apesar disso, uma análise do quadro do uso de drogas por meninos de rua no país é alarmante. O aviso parte do psicofarmacologista Armando Ramos Silva Filho, pesquisador do Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), que dentro de dois meses deverá publicar os resultados de um levantamento, feito no ano passado, sobre o consumo de drogas entre 284 meninos de rua de 6 a 17 anos que freqüentam voluntariamente instituições de atendimento ao menor em São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza. "A taxa de uso de droga é alarmante, elas fazem parte da vida deles", constata o pesquisador. Na capital paulista, 80% dos entrevistados já consumiram algum tipo de droga. Em Porto Alegre este número cai para 52% e em Fortaleza para 49%. "Se o governo pretende fazer algum tipo de prevenção no país, é urgente que inicie o trabalho pelos meninos de rua".

Esta é a segunda vez que Silva Filho faz um levantamento com meninos de rua. O primeiro foi em 1987 e abrangeu São Paulo, Porto Alegre e Salvador, esta última substituída por Fortaleza no ano passado por problemas de execução da pesquisa. Nas duas primeiras cidades houve uma diminuição relativa considerável: 7% na capital paulista, que em 1987 apresentou consumo de droga em 86% dos entrevistados, e 11% em Porto Alegre, que, há dois anos, apresentava uma taxa de 64%. Para o pesquisador, há duas hipóteses para explicar esta dimunuição. A primeira seria uma verdadeira redução provocada pelo eficiente trabalho das instituições. A segunda, o fato de que nestes dois anos os verdadeiros usuários de drogas se afastaram das instituições. "Se for isto, o quadro é preocupante", avisa. A maior redução constatada pelos pesquisadores nas duas cidades que constaram dos dois levantamentos se refere ao uso freqüente de drogas — de 5 a 7 dias por semana. Em São Paulo, verificou-se uma diminuição de 45% em 1987 para 20% em 1989. Em Porto Alegre, de 34% há três anos para apenas 3,5% no ano passado.

Dilmar Cavalher

Remédio contra mal de Parkinson provoca alucinação

Como os estudantes, os meninos de rua elegem os solventes — principalmente loló, feita basicamente de éter e clorofórmio, e cola de sapateiro — como a droga preferida. Em São Paulo, eles são utilizados por 93% dos entrevistados, na capital gaúcha por 100% e em Fortaleza por 92%. Mas quase todos são poliusuários e, muitas vezes, tomam várias drogas ao mesmo tempo. A segunda droga de maior consumo entre os entrevistados das três capitais é a maconha. Ela é consumida por 63% dos meninos de São Paulo, 36% dos de Porto Alegre e 35% dos de Fortaleza.

Os anticolinérgicos — principalmente o Artani, indicado para portadores do mal de Parkinson, mas que provoca alucinações em não doentes — ficam com o terceiro lugar. São consumidos por 40% dos meninos de rua paulistanos, 27% dos porto-alegrenses e 30% dos fortalezenses entrevistados. Os meninos de rua, assim como os estudantes, preferem utilizar drogas consideradas lícitas, mas também fazem uso de drogas mais pesadas, como a cocaína, encontrada em 24% das entrevistas feitas em São Paulo, 7,5% das feitas em Porto Alegre e 4% das realizadas em Fortaleza. As drogas injetáveis aparecem em pequena escala, mas já fazem parte da vida de muitos dos entrevistados que, além da cocaína, dissolvem comprimidos de anticolinérgicos. As injetáveis são usadas por 10% dos menores de rua em São Paulo, 7% em Porto Alegre e 5% em Fortaleza.

1 · 0 2

-900556-

Consumo de drogas provoca prejuízo de 7,9% do PIB

Waldomiro Junior

SALVADOR — O uso de drogas no Brasil vai representar para o país um prejuízo estimado, somente este ano, em 7,9% do PIB (ou US$ 27,8 bilhões), equivalente aos orçamentos dos Ministérios da Saúde e da Educação, juntos. Mas, ao contrário do que se pode imaginar, a maconha e a cocaína pouco contribuem para essa cifra. O principal vilão é o álcool, a droga mais consumida no país, que onera a União em 5,4% do PIB (cerca de US$ 19 bilhões).

A conclusão é do presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas (Abead), Sérgio de Paula Ramos, que está em Salvador participando do XI Congresso Brasileiro de Psiquiatria. Para ele, a estratégia adotada até agora no combate às drogas no Brasil foi um completo equívoco, por priorizar a maconha e a cocaína que, de acordo com estudos realizados pela Abead, são as drogas menos usadas em todas as faixas etárias e sociais.

O álcool é, disparadamente, segundo o presidente da Abead, a droga mais usada no Brasil. Mas uma droga pesada, mais difundida recentemente no país, a cocaína, foi experimentada por quase 1% da população (cerca de 1,4 milhão de habitantes), e fazem uso freqüente perto da metade desse contingente populacional, quase (700 mil pessoas). As bebidas alcoólicas já foram experimentadas por 126 milhões de brasileiros, sendo que 28 milhões as utilizam freqüentemente e 14 milhões de pessoas (10% da população total) são dependentes.

Além do álcool, o fumo, os medicamentos com psicotrópicos e inalantes, como lança-perfume e éter, têm consumo bem mais expressivo que a maconha e a cocaína, apesar da ampla propaganda que se faz contra essas duas substâncias tóxicas.

O combate ao álcool, na opinião do psiquiatra Sérgio Ramos, deve ser priorizado pelo governo federal, não apenas pela importância social do problema, mas também pelo seu aspecto econômico. Ele explica que os gastos da União com vítimas de acidentes e tratamentos médicos, somados aos prejuízos com a queda de produtividade de trabalhadores, em função do alcoolismo, chegam a cerca de US$ 19 bilhões (5,4% do PIB), enquanto que a receita proporcionada pela indústria de bebidas alcoólicas representa apenas US$ 7 bilhões, o equivalente a 2,4% do PIB.

"Alguém pode estar ganhando com o descaso de uma falta de política institucional de combate ao alcoolismo. Mas, certamente, não é o governo", disse o presidente da Abead, evitando opinar sobre a droga que causa maiores prejuízos e dependências: "Entre o álcool, a maconha e a cocaína, seria o mesmo de se perguntar se a melhor forma de morrer é com um tiro ou [illegible]

9004556

9004556

Nº. DOCUMENTO
TITULO AMENAZA DE MUERTE A SUCESOR DE CHICO MENDES.
PROCEDENCIA EL PAÍS 15-0004
FECHA DE PROCEDENCIA 8/3/90
VINCULACIONES BRASIL 10016
F SS 11165
M. AMBIENTE 11295
CONF SOCIAL 11414

ENTRADO 14/3/90 E6
CRUZADO 9/5/1025

En el Salvaje y Anárquico Amazonas Amenazan de Muerte al Sucesor de Chico Mendes

RIO DE JANEIRO, 1º (por Michael Stott de REUTER). — Un año y medio después de que Chico Mendes, un enérgico defensor de las selvas tropicales, fue muerto a balazos, poco ha cambiado en el salvaje y anárquico territorio brasileño de la Amazonia donde el líder dejó su vida.

Osmarino Amancio, que asumió el liderazgo dejado por Mendes al frente de los obreros del caucho en el estado de Acre, al Oeste del país, dijo el martes que los hacendados que buscan tierras para su ganado siguen depredando los bosques tropicales y amenazan de muerte a quienes se les oponen.

Amancio dijo en conferencia de prensa que había recibido unas ocho amenazas de muerte por teléfono este año. "Los que llamaban preguntaban: ¿Cómo está Chico Mendes?", contó Amancio. Y luego decían: "¿Qué te parece sentirte como Chico Mendes?".

Algunas de las amenazas eran llamadas colectivas, agregó.

Unos 50 trabajadores del caucho y activistas fueron muertos desde el asesinato de Mendes en diciembre de 1988, incluido uno de los principales testigos del crimen, que, según Amancio, fue asesinado en Kapuri, la misma localidad de la Amazonia Occidental donde murió Mendes.

"La violencia sólo se detendrá cuando la tierra deje de estar controlada por media docena de personas", señaló Amancio. "Hay personas que poseen hasta 900.000 hectáreas de selva tropical".

"Hoy los buscadores de oro están contaminando nuestros ríos y están envenenando y destruyendo nuestras selvas", aseguró.

"Dicen que la gente va a ser castigada y multada por esto, pero los mineros y los taladores pueden pagar millones de cruceiros en multas porque reciben millones de dólares por sus actividades", dijo.

El dólar se cotiza actualmente a unos 80 cruceiros brasileños en el mercado negro.

Entretanto, el juicio a los dos hombres acusados de matar a Mendes —un ganadero y su hijo— ha sido una y otra vez aplazado, y aún no se ha fijado fecha para llevar el proceso a la Corte.

"Gran cantidad de gente que debería haber sido convocada a testimoniar no ha sido citada", dijo Amancio. "La cabeza de la cobra aún no fue afectada", expresó.

El líder dijo que los caucheros querían saber por qué el periódico local, que apoya a los hacendados, tenía un fotógrafo y un periodista en el lugar del hecho cuando Mendes fue asesinado y por qué publicó un misterioso artículo días antes del asesinato donde decía que estaba ocurriendo algo que tendría repercusiones internacionales.

"Sabían que se estaba planeando la muerte de Mendes", aseveró Amancio. "¿Por qué no fueron citados a testimoniar en la investigación por el asesinato?".

Mendes dejó su vida luchando por la creación de las denominadas "reservas extractivas", en referencia a bosques protegidos para permitir a los caucheros ganarse el sustento sin el temor de que los rancheros quemen y destruyan la vegetación para tener pasturas.

Su idea es una de las de más adeptos actualmente sobre la manera de salvar a los bosques amenazados.

Más de tres millones de hectáreas de selva amazónica han sido protegidos hasta el momento para reservas extractivas, dijo Amancio, pero estas áreas deben ser demarcadas oficialmente y expropiadas por el Gobierno.

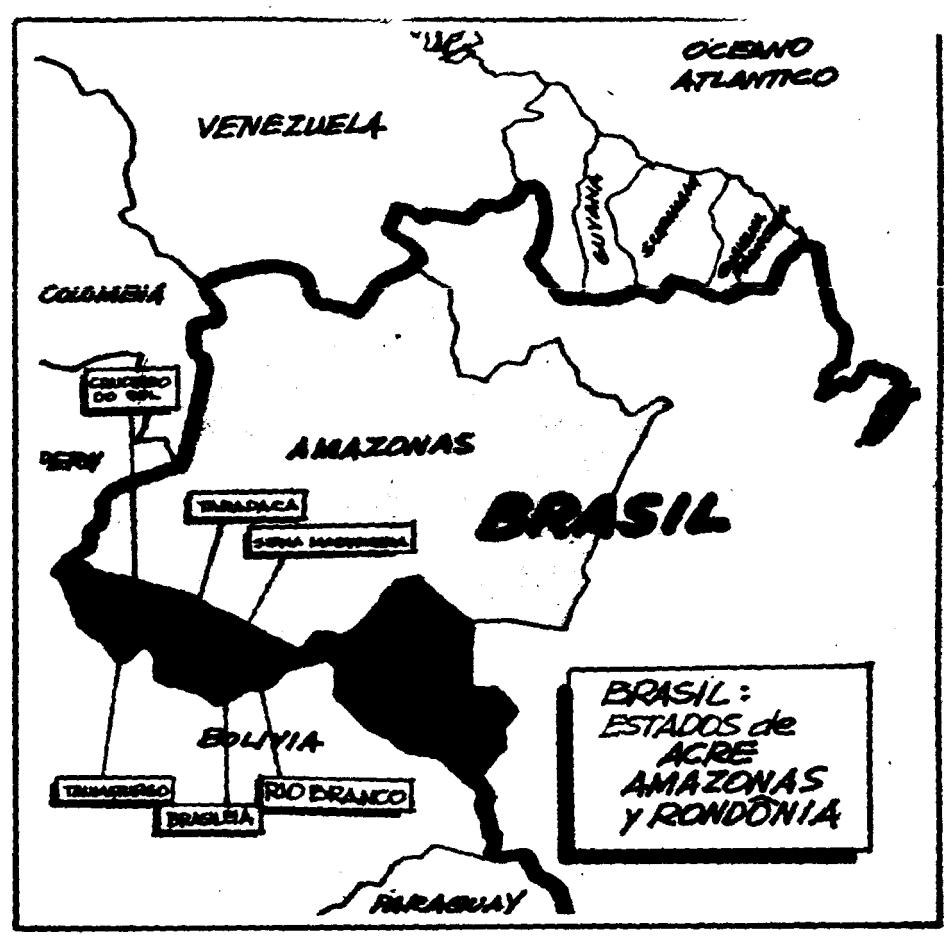
Amancio denunció, junto con otros ecologistas brasileños, que no existe una acción enérgica por parte del gobierno del presidente Collor de Mello para respaldar sus promesas ecológicas.

"No puede pensar en una sola medida concreta que haya tomado el Gobierno para mejorar las cosas", dijo.

Amancio rechazó una oferta del ministro de Justicia Bernardo Cabral de protección especial de la policía y usa en cambio a cuatro colegas como guardaespaldas.

"Mendes estaba a 50 metros de distancia de un policía civil cuando fue muerto y a 80 metros de un puesto de control de la Policía Militar", comentó.

"Me acordé de lo que le ocurrió y pedí que cuatro compañeros fueran designados como mis guardaespaldas".



BRASIL. El mapa muestra la zona del Amazonas

E 9004557

Americanos dizem que enviaram dólares a seringueiros

Anabela Paiva

WASHINGTON — A briga que hoje divide o movimento dos seringueiros que era liderado por Chico Mendes até o seu assassinato, em dezembro de 1988, se reflete nesta capital, cuja única semelhança com a Amazônia é a abundância do verde, ainda que domesticado em parques e praças. As duas entidades ecológicas americanas que trabalham mais próximas ao Brasil tomaram o partido do Conselho Nacional dos Seringueiros contra a viúva do ativista, Ilzamar. Seus diretores garantem que Ilzamar não disse a verdade na entrevista publicada pelo **JORNAL DO BRASIL**, denunciando não ter recebido um centavo dos dólares que estas entidades reuniram para auxiliar a família e o movimento dos seringueiros. Mas confirmam, alto e bom som, que o grosso do dinheiro não foi para a viúva nem para a Fundação Chico Mendes, que ela controlava.

"Nós não estamos aqui para ajudar indivíduos, e sim para ajudar grupos que têm um trabalho efetivo. A Ilzamar traiu o movimento dos seringueiros", disse a diretora de Programas Internacionais da National Wildlife Federation (NWF), Barbara Brumble. "A Ilza não trabalha junto com as demais entidades. Ela não se entende com ninguém que esteja fazendo um trabalho substancial. Não seria responsável dar dinheiro para ela ou colocar na Fundação Chico Mendes, que já começou sua existência numa briga judicidal entre a Ilzamar e outros ativistas", alegou Steve Schwartzman, diretor do Environmental Defense Fund (EDF).

Ele também refutou a visão pessimista de Ilzamar, segundo a qual "o sonho de Chico Mendes está ameaçado de morte" pela divisão causada pela diretora do Instituto de Estudos Amazônicos, Mary Alegretti, e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros.

"Ela não mencionou a obtenção da reserva Chico Mendes nem da fundação da primeira cooperativa de processamento de castanha dirigida por seringueiros, em Xapuri. Estas são vitórias importantes conseguidas com o trabalho das pessoas a quem ela criticou."

Steve Schwartzman foi mencionado diretamente por Ilzamar, durante a entrevista: "Eu tenho uma carta para quem quiser ver provando que o Steve pediu ajuda em nome da família do Chico e do movimento. Em março do ano passado, ele telefonou para a minha casa dizendo que já tinha US$ 70 mil para a Fundação e uma porcentagem para a família. Esse dinheiro não apareceu até hoje".

US$ 80 mil — Apareceu sim, desdiz o ecologista, que fala um português eficiente e que organizou as vindas de Chico Mendes aos EUA, levando-o para encontrar-se com diretores do Banco Mundial. Segundo Schwartzman, US$ 80 mil dólares doados ao Fundo Chico Mendes foram enviados ao Brasil, em cheques sempre levados por algum portador.

O primeiro cheque destinava-se à Fundação Chico Mendes, de acordo com recibos emitidos pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e mostrados por Schwartzman ao **JORNAL DO BRASIL**. "Informamos que os US$ 25.000,00 que vocês nos enviaram foram trocados no câmbio paralelo por NCz$ 65.000,00 e distribuídos da seguinte forma", diz uma carta, de 31 de agosto de 1989 e assinada por Júlio Barbosa de Aquino, presidente do Conselho. Seguem-se várias organizações e os valores destinados a cada uma, incluindo a "Fundação Chico Mendes: 7.000,00 cruzados novos".

Mas não consta recibo desta quantia nem das outras que teriam sido destinadas às demais organizações citadas na carta.

Mais um recibo assinado por Júlio Barbosa, com timbre do Conselho, de 31 de agosto, informa que outros US$ 25 mil foram trocados por NCz$ 75 mil, dos quais a Fundação teria recebido NCz$ 20 mil. Outros documentos do Conselho acusam o recebimento de mais US$ 36 mil, descritos como "doações" do EDF.

Filme — A essa altura, em outubro de 1989, a Fundação Chico Mendes já existia, mas Schwartzman preferia continuar a trabalhar com o Conselho, já que os desentendimentos entre Ilzamar e outras entidades se acentuavam. A decisão "unilateral" da viúva de Chico Mendes de escolher a produtora JN Filmes para fazer o filme entornou ainda mais o caldo, contou o ecologista. "Este filme conseguiu fazer em meses o que os fazendeiros de Xapuri não fizeram em anos", lamenta, contando que hospedou Ilzamar quando esta veio conversar com produtores internacionais nos EUA. (Schwartzman participou da comissão de avaliação das propostas, ao lado de Ilzamar, Mary Alegretti e Gilson Pescador).

Barbara Brumble, do NWF, concorda com Steve Schwartzman: "Ela disse que iria tomar as decisões com o conjunto dos seringueiros, mas assinou um contrato unilateralmente. Então decidimos que a Fundação Chico Mendes não era o que tínhamos em mente".

De acordo com os arquivos do National Wildlife Federation, US$ 22.091,41 já foram enviados ao Brasil desde janeiro de 1989, para financiar três encontros, inclusive o congresso de índios e seringueiros em Altamira. Segundo ela, pelo menos US$ 3.500 deste dinheiro foram dados a Mary Alegretti para que entregasse a Ilzamar. A fundação americana Better World Society também levantou, através de um comercial divulgado em algumas redes de tevê americana, US$ 25 mil, dos quais parte o Conselho de Seringueiros diz, em ata do dia 29 de julho de 1989, ter enviado pelo mesmo canal a Ilzamar: "Mary Alegretti enviou para Ilzamar Gadelha Mendes uma doação feita pela Better World Society no valor de NCz$ 13.100,00, que foi depositada na conta da Fundação".

Uma carta da Better World, assinada por Tom Beldford, então um dos diretores, explica que "US$ 5.000 foram enviados para a Fundação Chico Mendes através de Ilzamar Mendes". Os restantes US$ 20 mil foram gastos na produção do documentário *Voz do Amazonas*, produzido pela sociedade em associação com a produtora Miranda Smith.

Ricardo Lessa — 22/3/89

Ilzamar: nenhum centavo dos dólares

Flávio Rodrigues — 9/3/89

Schwartzman: desavença começou com filme

01·02

9004558

A herança de Chico Mendes

Mulheres brigam na Justiça pelo dinheiro verde

Ronaldo Brasiliense

BRASÍLIA — Um processo por difamação amparado em dezenas de recibos de depósito bancário e ordens de pagamento ameaça despencar nos próximos dias sobre a viúva de Chico Mendes, Ilzamar Mendes, que garante jamais ter recebido qualquer recurso de fundações e associações ambientalistas internacionais depois da morte do líder seringueiro, exceto os direitos autorais de um filme. A presidente do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), de Curitiba, Mary Allegretti, vencedora este ano do prêmio Global 500 da Organização das Nações Unidas (ONU), promete abrir processo porque se considera difamada pela viúva de Chico Mendes, que a acusou, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, de estar enriquecendo às custas de dinheiro remetido à família de Chico Mendes.

"É um absurdo o que Ilzamar está fazendo", diz Mary Allegretti, uma das pessoas mais próximas de Chico Mendes e hoje inimiga de sua viúva. Mary diz possuir documentos que desmentem Ilzamar, como uma ordem de pagamento emitida no dia 4 de janeiro do ano passado, no valor de Cr$ 1,2 milhão, para que ela comprasse uma nova casa em Xapuri. "A casa foi comprada e é onde ela mora atualmente", afirma a presidente do IEA.

Mary Alegretti revela ainda que no dia 16 de maio de 1989 repassou a Ilzamar um depósito no valor de NCz$ 13,1 mil, equivalentes a US$ 5 mil, pelo câmbio da época — doação da Better World Society para a Fundação Chico Mendes. "Ilzamar, por solicitação minha e de outras pessoas, continua recebendo uma bolsa mensal de US$ 800 da Fundação Ashoka, que havia escolhido Chico Mendes como bolsista", afirma a ecologista. "A Fundação Ashoka transferiu a bolsa para Ilzamar, abrindo uma exceção na Fundação, que não costuma apoiar herdeiros", emendou, garantindo que os três primeiros meses da bolsa, no valor de US$ 2,4 mil, foram entregues por ela a Ilzamar na inauguração do Memorial Chico Mendes, em Curitiba. "As demais contribuições foram encaminhadas diretamente pela Ashoka, até setembro de 1989, totalizando US$ 7,2 mil", completa.

Alegando que contribuía com dinheiro para Ilzamar mesmo antes do assassinato do marido, a presidente do IEA apresenta ainda recibos assinados por Chico Mendes. "Sei que o Chico destinou esses recursos para comprar a casa onde morava em Xapuri com sua família quando foi assassinado", garante, exibindo também nota fiscal de 1º de fevereiro de 89, em nome dela, referente à compra de duas bicicletas. Segundo Mary, a compra foi destinada aos filhos de Chico Mendes, cumprindo promessa que ele havia feito às crianças como presente de Natal. Chico Mendes foi assassinado às vésperas do Natal de 1988.

Sasakawa — Acusada por Ilzamar Mendes de ter representado Chico Mendes na entrega do Prêmio Sasakawa, no México, sem autorização da família, Mary Allegretti alega que foi convidada diretamente pela Fundação Sasakawa, do Japão, recebendo o prêmio em nome do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasiléia. "Eu estava no México para a cerimônia de entrega do Prêmio Global 500 e fiquei muito orgulhosa por ter recebido o Prêmio Sasakawa em nome dos companheiros do CNS", diz ela, apresentando documento enviado pela secretária do Comitê de Seleção da Fundação Sasakawa, Elizabeth Muchira.

Sem esconder sua frustração com as duras acusações de Ilzamar Mendes, Mary Allegretti admite que a Fundação Chico Mendes, criada logo após o assassinato do líder ecologista, em dezembro de 1988, está sendo desvirtuada, de fato, mas atribui a responsabilidade à própria Ilzamar. "A Fundação Chico Mendes virou coisa de família", denuncia. Ela defende a ambientalista Barbara Bamble, da National Wildlife Federation (NWF), maior organização ecológica não-governamental dos Estados Unidos, e Steve Schwartzman, diretor da Environmental Defense Fund (EDF), também dos EUA, acusados por Ilzamar de estarem embolsando recursos destinados à Fundação Chico Mendes.

"A Ilzamar perdeu a noção das coisas e está inventando tudo isso", acusou. Mary alega que as entidades ambientalistas internacionais têm toda razão quando destinam recursos obtidos no exterior para entidades como o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e os sindicatos de Trabalhadores Rurais de Xapuri e Brasiléia, criados com o incentivo de Chico Mendes. "As organizações não-governamentais dos Estados Unidos obtêm doações para entidades que defendem uma causa, executam trabalhos para preservação do meio ambiente e não para destinar a pessoas", disse Mary Allegretti.

Legitimidade — "Ilzamar está tentando tirar a legitimidade de um trabalho sério que estamos executando há anos junto aos seringueiros do Acre", disse Mary. A entidade que preside firmou convênio com o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) para acelerar a criação de novas reservas extrativistas na Amazônia — o sonho de Chico Mendes — numa área de 25 milhões de hectares.

Outra questão que divide as duas mulheres é o contrato assinado por Ilzamar com a J.N. Filmes, que adquiriu os direitos de filmagem da vida de Chico Mendes e depois os repassou direitos a um produtor norte-americano. "A Ilzamar fez um contrato com a J.N. Filmes com base num nacionalismo exacerbado. Ela não enxerga o que está acontecendo à sua frente", acusou Mary. "A J.N. Filmes repassou aqueles direitos para um produtor americano que já havia manifestado interesse, recebendo grande soma apenas para servir de intermediária na negociação."

A presidente do IEA promete apresentar à Justiça todas as provas de que Ilzamar Mendes recebeu recursos do exterior destinados à Fundação Chico Mendes e desmascarar a "negociação esdrúxula" que teria havido entre a J.N. Filmes e produtores norte-americanos para a filmagem da vida do líder seringueiro.

02 02 004558

TITULO RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES,
PROCEDENCIA J do B. 150028
FECHA DE RECEPCION 21-9-90
VINCULACIONES BRASIL. 10046
F. SICOSOCIAL 11165
VIVIENDA 1149.

ENTRADO 10/5/30 ES
CRUZADO 13/9/30 ES

SURGE A RESERVA CHICO MENDES

A partir de outubro próximo, o Ibama começará a demarcar a área da Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada no Estado do Acre. A reserva, uma das primeiras a ser criada, ocupa uma área de 970 mil 570 hectares. Vivem ali cerca de três mil famílias. Os recursos para a demarcação da reserva, da ordem de Cr$ 47 milhões, são do Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas (Pmaci) , financiado pelo BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento. A área de influência é o trecho da BR-364, que liga Porto Velho (RO) a Rio Branco (AC). Ao todo, nove mil famílias moram nas quatro reservas extrativistas existentes na Amazônia. Elas sobrevivem da extração do látex (matéria-prima da borracha) e da coleta da castanha do pará. (ABR)

F 9004559

Nº DE DOCUMENTO
TEMA Denuncias realizadas por representantes de indios en Italia
PROCEDENCIA Fdo H. 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 23/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046.
F. SS. 11165
CONF. SOCIALES 11414

ENTRADO 10/9/90 E5
CRUZ DO 12/9/90 E5

Antropóloga diz que ainda há massacre de índios no Brasil

□Denúncia foi feita pela professora da USP, Lux Vidal, em reunião na Itália, na Festa do Perdão, onde foram debatidos problemas relacionados à Amazônia

MARIELZA AUGELLI
AE/ZH

O Governo Federal ainda não apresentou nenhuma proposta política para o problema dos índios no Brasil. A questão indigenista está paralisada desde o início de julho, quando o presidente Fernando Collor de Mello criou, por decreto, uma comissão de representantes ministeriais para "rever a política indigenista brasileira". Estas foram algumas das várias denúncias feitas sexta, na pequena cidade de L'Áquila, 200 quilômetros a nordeste de Roma, por antropólogos e representantes dos índios brasileiros, convidados pela prefeitura daquela cidade da região de Abruzzo para participar da "Festa della Pardonanza" ("Festa do Perdão"), em um dia de debates sobre a Amazônia e o meio ambiente. A antropóloga e professora da Universidade de São Paulo, Lux Vidal, denunciou a paralisia das autoridades brasileiras para a questão dos índios e relatou, para uma platéia de 80 italianos, o "verdadeiro massacre" que continua acontecendo com os índios, principalmente das tribos ianomamis em conflito com seringueiros.

DIREITOS — Ela defendeu também a Constituição brasileira, explicando que "pela primeira vez na História do Brasil, os índios têm seus direitos assegurados pela Carta Magna". Já o porta-voz dos índios de Roraima, Valdir Mateus, foi quem criticou "o teatro" de Collor em visita ao Estado de Roraima: "O presidente mandou explodir sete pistas de aterrissagem em Roraima, mas os garimpeiros já reconstruíram quatro delas", acrescentou. Entre os 70 brasileiros, além dos representantes indígenas, viajaram oito fotógrafos que apresentaram em L'Áquila os seus trabalhos sobre a Amazônia, além de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda e suas respectivas bandas que vieram participar da mesa redonda sobre a Amazônia.

Deveria comparecer como orador o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, que acabou se desculpando por não poder viajar. O cantor e compositor Gilberto Gil fez parte da mesa dos debates como conselheiro da prefeitura de Salvador, mas se recusou a responder a uma ingênua pergunta de um estudante italiano, que queria saber se a eleição do presidente Collor de Mello trouxe alguma mudança na situação da preservação da Amazônia: "O Plano Collor foi caracterizado por uma tentativa de dramatização de um momento político. Há aqueles que interpretam essa dramatização como desproposital. E há aqueles que acreditam que essa dramatização seja intencional, permitindo à Nação brasileira a tomada de posição nas questões sociais", disse Gil. Como o estudante pediu para que explicasse melhor, ele replicou:

— Você quer uma posição política, minha, em relação ao Collor, mas eu não tenho por que fazer isso". Já a convidada de honra, a viúva de Chico Mendes, Ilzamar Mendes, em sua quarta viagem à Itália, em um ano, foi obrigada a responder as mesmas perguntas de sempre: "Quem era seu marido? Por que ele foi morto?" Mas Ilzamar também fez a sua denúncia, explicando aos italianos que a preocupação maior no Estado do Acre, hoje, é que "um dos mandantes do assassinato de Chico Mendes possa ganhar a eleição para governador". Ilzamar insistiu: O candidato Rubem Branco deveria ser punido pela Justiça, em vez de se candidatar a governador", explicou para uma platéia atônita.

01·01 : 9004560

Nº. DOCUMENTO
TITULO HUELGA DE LA CSN ABUSIVA
PROCEDENCIA J do B. 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 20/8/90.
VINCULACIONES BNASL 10046
F. SICOSOCIAL 11165
CONF LABOR. 11413.

ENTRADO 10/5/90 ES
CRUZADO 13/5/90 ES

O que a lei determina

O TST declarou a greve da CSN "abusiva" baseado na Lei 7.783, aprovada pelo Congresso, que regulamentou o direito de greve nos termos do Artigo 9º da Constituição. Por 7 votos a 2, os ministros entenderam que houve abuso do direito de greve. Hoje, lembrou o ministro Almir Pazzianotto, a legislação está abrandada, porque não mais considera uma greve ilegal, como a Lei 4.330, de 1964, que impunha condições difíceis para o exercício da greve, e como o Decreto-Lei 1.632, que proibia greve em setores essenciais. O termo "abusivo" é aplicado, por exemplo, quando há descumprimento do artigo da lei que obriga comunicação à empresa, com 48 horas de antecedência, sobre data e hora do início da paralisação. O ministro Marcelo Pimentel considerou a falta de comunicação do sindicato à empresa e a violência praticada pelos grevistas. A decisão implica desconto dos dias parados na folha dos empregados e até demissão dos responsáveis pelos abusos

Resultado firma jurisprudência

Quebrando uma tradição de 47 anos, ao negar reajuste do salário dos trabalhadores com a reposição do poder aquisitivo perdido ao longo do último dissídio, o TST firmou ontem uma nova jurisprudência cujo resultado significa que, daqui em diante, o trabalhador só receberá o que estiver no limite da realidade econômica da empresa. Desde 1944, quando Getúlio Vargas criou a CLT, a justiça trabalhista sempre orientou suas decisões em benefício do empregado, assumindo um papel de justiça social, sem motivos para se comprometer com as políticas salariais do governo.

O próprio ministro Almyr Pazzianoto, que derrubou a proposta apresentada do relator Marcelo Pimentel, sugerindo o pagamento de um adicional de Cr$10 mil para todos os trabalhadores da CSN, lembrou aos juízes que não cabia ao TST se preocupar com a política salarial do governo. "Não me cabe apoiar ou repudiar o plano governamental. Não há plano econômico, por bem elaborado que tenha sido, que justifique o desemprego maciço", afirmou ele, acrescentando a seguinte ironia: "reduzir a inflação a zero é simples. Basta o aniquilamento da atividade econômica".

A nova forma de reajuste criada ontem pelo TST em cima da idéia de Pazzianoto passou ao largo dos 166% reivindicados pelos operários da CSN para repor as perdas salariais sofridas desde maio do ano passado. O ministro, que tem um ano e meio no TST, não detalha como chegou à conclusão de que deveria ser pago um adicional de Cr$ 10 mil, mas explicou que não podia se basear em nenhum índice para fixar esse reajuste. Ex-advogado dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, desde 1979, ele já sustentava que a reposição com base num percentual era muito frágil. "Conceder aos trabalhadores um valor real, como Cr$ 10 mil, é um método de resultados mais claro e constitui um sistema de aumento único, que beneficia mais quem ganha menos", disse.

O mais longo confronto

Daniel Stycer

A mais longa greve da história da Companhia Siderúrgica Nacional deixa uma ferida difícil de cicatrizar em Volta Redonda. Não só pelos prejuízos que causou diretamente — US$ 43,5 milhões, perda de clientes e de US$ 160 milhões em faturamento —, mas pela *batata quente* em que se transformou esse velho símbolo da industrialização do país.

A greve, iniciada no dia 11 de julho, foi o resultado do crescente clima de hostilidade e desconfiança mútua criado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda e a nova diretoria da CSN. A posse do engenheiro Roberto Procópio de Lima Netto, então diretor do grupo Monteiro Aranha, em 19 de abril, com a missão de privatizar a empresa no prazo de um ano, levou a CSN a um nível de radicalização poucas vezes visto em Volta Redonda.

No primeiro mês, Lima Netto não acreditava na recuperação da empresa, em estado pré-falimentar, com dívida de US$ 2,6 bilhões. Tanto que nem trouxe seus pertences pessoais para o novo escritório. Mas, na tentativa de impressionar Brasília e convencer o governo federal a financiar US$ 600 milhões para o saneamento da empresa, Lima Netto foi duro no discurso de posse, prometendo fazer 5 mil demissões.

Acirramento — O dinheiro do governo jamais chegou. Mas o discurso de Lima Netto foi o bastante para acirrar os ânimos do sindicato mais combativo do estado, ainda ressentido com a morte de três companheiros durante a desastrada operação do Exército para desocupar a usina tomada pelos metalúrgicos em greve, em novembro de 1988.

Lima Netto começou a desativar setores, dispensou 1.500 dos 6 mil metalúrgicos ligados a empreiteiras de Volta Redonda e colocou 1.500 mineiros de Criciúma, em Santa Catarina, em disponibilidade, fechando a mina de carvão. Em resposta, os metalúrgicos ocuparam a Usina Presidente Vargas no dia 14 de maio.

O movimento durou apenas 12 horas. Conscientes de que o momento era delicado para a empresa — 200 mil toneladas de aço estavam estocadas nos armazéns por falta de comprador, uma conseqüência da retração causada pelo Plano Collor —, os metalúrgicos recuaram. "Não era o momento para decretar a greve", reconheceu, na ocasião, Vagner Barcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

Lima Netto conseguiu uma trégua com o sindicato e prorrogou por 60 dias a negociação do dissídio da categoria, marcado para 1º de maio. No começo de julho, revoltados com a falta de definição da empresa sobre o pagamento dos ganhos conquistados na Justiça nos últimos dois anos — um total de US$ 110 milhões, relativos a perdas com os planos Bresser e Verão —, os metalúrgicos resolveram agir.

Sem acordo — A CSN prometeu que ia começar a pagar os atrasados, mas a greve estava definida. A grande maioria dos 23 mil metalúrgicos da CSN e os 6 mil de empreiteiras pararam no dia 11. Quatro 4 mil empregados continuaram trabalhando para manter em funcionamento os equipamentos.

Durante toda a greve, a 12ª desde 1984 — quando ocorreu a primeira paralisação desde a fundação da usina, em 1941 —, o presidente da CSN manteve-se irredutível na posição de não negociar enquanto os metalúrgicos não voltassem ao trabalho. Todos os dias, cerca de 6 mil metalúrgicos ansiosos se reuniam na Praça Juarez Antunes, palco do atentado que destruiu, em 1º de maio do ano passado, o monumento em homenagem aos metalúrgicos mortos na greve de 1988.

Lima Netto repetiu ao longo de toda a greve que as reivindicações dos trabalhadores por reposição salarial eram justas, mas que a empresa não tinha condições de pagar os 166% exigidos. O presidente da empresa tentou um acordo, ofereceu pagar os atrasados em até 12 meses e pediu uma trégua de um ano e meio sem greves. Não foi atendido e passou a acusar diretamente a CUT de estar insuflando a greve, transformando Volta Redonda em base de resistência ao governo Collor.

1 · 0 2

I 9004561

Nº. DOCUMENTO
TITULO HUELGA EN LA CSN ACABÓ SIN CONQUISTAS.
PROCEDENCIA J do B 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 12/8/90
VINCULACIONES BRASIL 1004G
F. SS. 11165
CONF LABOR. 11413

Greve na CSN acaba sem conquistas

Iuri Totti

VOLTA REDONDA, RJ — A mais longa greve da história da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) acabou ontem sem ganho para os trabalhadores. Após 31 dias de paralisação, a decisão foi tomada de manhã, em assembléia de três mil metalúrgicos, na Praça Juarez Antunez. Os 22 mil metalúrgicos voltaram ao trabalho ao meio-dia. "Não fomos derrotados nem estamos em debandada, mas realizando uma retirada estratégica para voltarmos mais fortes e melhor organizados", declarou Vagner Barcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, antes de dar por encerrado o movimento.

Iniciada no dia 11 de julho, a greve tinha como reinvidicação a reposição salarial de 166% — referente à inflação de março e abril —, o pagamento dos salários atrasados e o cumprimento do acordo coletivo do ano passado. A empresa oferecia 17,34% de reajuste e o pagamento dos atrasados em 52 meses. Durante a greve não houve entendimento entre a direção da CSN e o sindicato.

Depois de três audiências de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, o TST julgou o dissídio e considerou a greve abusiva. Mas determinou que a CSN escalonasse os salários dos metalúrgicos — com reajustes que variam de 105% (para os salários menores) a 3,4% (para os maiores) e pagasse os atrasados em cinco, dez e doze meses, de acordo com as faixas salariais. "Entramos nessa greve sabendo que não ganhariamos nada e, no final, aumentamos a folha de pagamento em 25%", comenta Barcellos.

Segundo o diretor de produção da CSN, Sebastião de Faria, a usina volta à sua operação normal em 30 dias. "Tivemos uma perda de faturamento de US$ 170 milhões e um prejuízo de US$ 45 milhões com a interrupção da produção diária de sete toneladas de aço", revela Faria. Ele acrescenta que o faturamento deste ano será de cerca de US$ 1 bilhão.

A possibilidade de uma nova greve não foi descartada pelo presidente do sindicato dos metalúrgicos. "Dentro de seis meses, se não forem tomadas medidas para sanear a empresa, haverá nova paralisação porque o peão quer salvar a CSN do sucateamento e da privatização", afirma Barcelos.

Projeto — Essa semana, Barcelos tem encontro marcado com a Comissão de Economia do Congresso Nacional para transformar o plano de saneamento da CSN — elaborado pelo deputado federal César Maia (PDT-RJ) — em projeto de lei. Coincidência ou não, a proposta do sindicato para o saneamento da CSN, com uma dívida de US$ 2,6 bilhões, é semelhante à da direção da empresa. A diferença é que o sindicato propõe o lançamento no mercado de debêntures para pagar os compromissos sociais.

A divida com o governo, de US$ 1 bilhão, seria transformada em ações, pelas duas propostas. O outro US$ 1 bilhão devido à credores seria submetido a rolagem por 15 anos, com um deságio de 40%. Com o setor privado e empregados a divida é de US$ 600 milhões, que seriam pagos com o aumento da produção de aço. Tanto Faria quanto Barcelos são de opinião de que, posto em prática o projeto, em um ano a CSN estará saudável.

A greve que se encerrou ontem, a 12ª desde 1984, foi pacífica, sem nenhum incidente grave. Perdida a causa, os metalúrgicos realizaram duas assembléias tensas. Na segunda reunião de sexta-feira, com a decisão do fim da greve tomado pela diretoria do sindicato, o clima de apreensão tinha chegado a seu ponto máximo. Um tumulto provocado por um bêbado levou à transferência da assembléia para a manhã de ontem. Cabeças frias, os peões optaram pelo encerramento do movimento. "O retorno ao trabalho é sempre difícil e a maior luta agora será administrar a tensão", disse Vagner.

O sindicato pretende combater também as demissões. Segundo João Campanário, advogado sindical, a empresa, de acordo com o dispositivo constitucional que trata da abusividade das greves, diz que não poderá haver demissões individuais mas sim coletivas. "A demissão isolada é inconstitucional e o sindicato irá defender o direito dos metalúrgicos", revela Campanário. Faria admite que há uma lista de demissões de empregados que abusaram do direito de greve. "A lista está com o nosso presidente, Roberto Procópio de Lima Netto, mas não sei quantos serão demitidos", diz o diretor da CSN.

9004561

Nº. DOCUMENTO
TITULO BOICOTE Y HUELGA DE FUNC DE EMPRESAS DE ENERGIA ELECTRICA
PROCEDENCIA TRIB. 150028
FECHA DE PRODUCCION 30/8/90.
VINCULACIONES BRASIL 1990-6
F.S.C. 11165
CORP. LABORALES 11513
F. MILITAR 11163
SUPERSINDICAL AAAHO

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZADO 6/3/9023

Polícia atribui blecautes a grupo

A Polícia Federal informou ontem que as sabotagens realizadas desde o início deste mês nas redes de transmissão de energia elétrica de sete estados, que nas últimas semanas provocaram quedas de tensão e blecautes em várias cidades, partiram de um comando central formado por integrantes dos sindicatos estaduais dos eletricitários e grupos estranhos à categoria.

Ao tomar conhecimento das conclusões da Polícia Federal, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, anunciou que o "diálogo com os eletricitários está encerrado, a partir dos relatórios do doutor Tuma (delegado Romeu Tuma) mostrando evidências da participação dos eletricitários sindicalizados nos incidentes da semana passada".

Até o momento, foram abertos inquéritos policiais em cinco estados — Pernambuco, Bahia, Goiás, Paraná e Santa Catarina — e em todos há pelo menos um sindicalista apontado como suspeito de participação em sabotagem na rede elétrica. Nos próximos dias serão abertos inquéritos em Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul. Ainda ontem o delegado Romeu Tuma, diretor da Polícia Federal, encaminhou cópias dos inquéritos ao presidente Fernando Collor. O ministro Bernardo Cabral disse que o governo vai aguardar a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que julga hoje o dissídio dos eletricitários.

De acordo com as conclusões que os cinco delegados federais responsáveis pelos inquéritos apresentaram a Tuma, em pelo menos dois estados — Goiás e Bahia — há fortes suspeitas de que dirigentes sindicais teriam participado dos atos de sabotagem que deixaram às escuras Brasília, Salvador e cidades vizinhas.

Com base nas informações dos delegados, a Polícia Federal preparou um resumo dos cinco inquéritos que ontem mesmo foi entregue pelo delegado Romeu Tuma ao ministro da Justiça. Tuma disse que nos sete estados investigados houve emprego da violência por parte dos eletricitários como forma de pressão contra as companhias energéticas, que se negaram a negociar.

Tuma disse que, como ficou constatada a existência de um comando central dos atos de sabotagem, as superintendências da Polícia Federal passarão a atuar nos estados de maneira coordenada, trocando informações que possam levar aos responsáveis pelos blecautes.

Segurança — O diretor da Polícia Federal informou que seus agentes vão auxiliar as polícias estaduais no trabalho de proteção e manutenção da ordem que estas farão a partir de hoje nas usinas geradoras de energia elétrica. O policiamento terá por finalidade impedir depredações, caso a decisão do TST seja desfavorável aos eletricitários.

Em todos estados, explicou Tuma, haverá a partir de hoje um esquema especial de proteção às instalações dos parques geradores de energia elétrica. Ele esclareceu que as pessoas que já foram intimadas a depor nos inquéritos da Bahia e de Goiás não terão suas prisões preventivas decretadas a pedido dos delegados que presidem os respectivos inquéritos. Os pedidos de prisão preventiva ficarão a cargo do Ministério Público.

9004562

Ozires exige fim da greve dos eletricitários

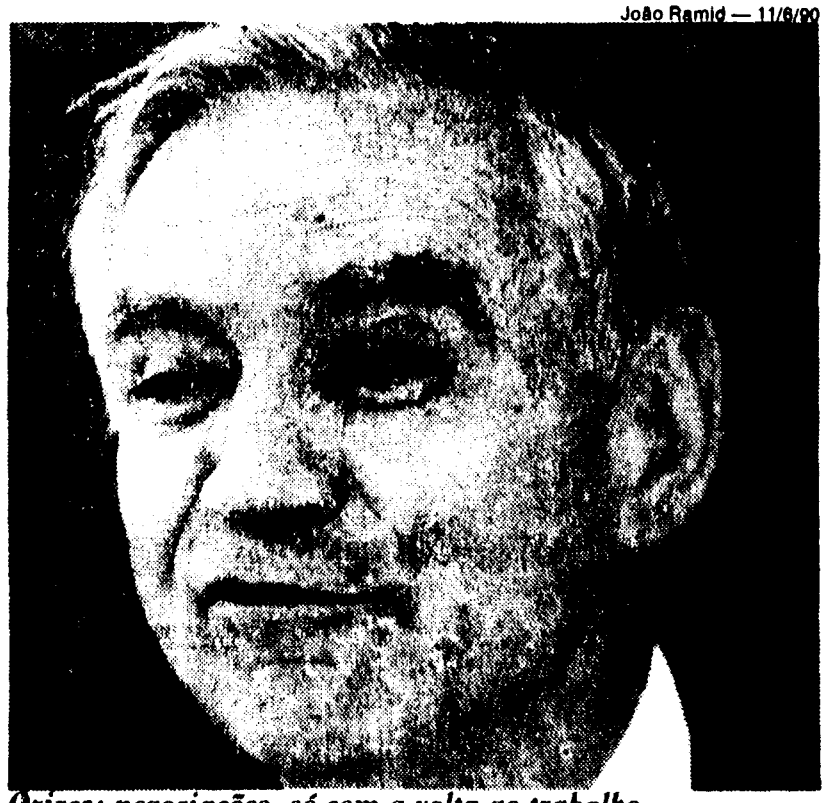
Um dia depois de o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, com autorização do presidente Fernando Collor, retomar o diálogo com os eletricitários, concedendo audiência ao comando de greve da categoria e ao presidente da CUT, Jair Menegueli, o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, afirmou ontem que o retorno ao trabalho é condição essencial para que a negociação seja retomada. "Caso contrário, o TST julga e liqüida o assunto", disse Ozires, acrescentando que o Tribunal Superior do Trabalho marcou para terça-feira o julgamento do dissídio da categoria.

O reajuste salarial de 256%, reivindicado pelos eletricitários, foi considerado inadmissível por Ozires Silva. "Esse número nem pensar", afirmou o ministro ao deixar o prédio da Eletrobrás no Rio, onde se reuniu por mais de três horas com o presidente da companhia, José Maria Siqueira de Barros. "A Eletrobrás está com um nível de endividamento extremamente elevado. Está devendo para supridores e não tem recebido das empresas estaduais", justificou. O valor da dívida interna e externa da Eletrobrás é de US$ 12 bilhões.

Para Ozires, o reajuste salarial concedido pelas empresas estaduais do setor elétrico, após o Plano Collor, foi elevado. "Essas empresas estão dando aumento por conta da dívida com a Eletrobrás. O sindicato (dos eletricitários) devia olhar isso", disse o ministro, que declarou desconhecer "o teor das negociações" entre o ministro da Justiça e o presidente da CUT. "O Bernardo Cabral ainda não me passou as decisões. Pelo que eu fui informado, ele conversou com o Menegueli, mas ainda não tenho o resultado", disse Ozires Silva.

A denúncia do comando dos eletricitários, de que militares visitaram as instalações da Light no Rio, foi recebida com surpresa pelo ministro. "Não tenho conhecimento. Nossos militares não são para isso", disse. O ministro foi à reunião da Eletrobrás acompanhado pelo secretário nacional de Energia, Rubem da Costa Vaz.

João Ramid — 11/6/90



Ozires: negociações, só com a volta ao trabalho

Polícia intima quatro a depor

BRASÍLIA — A Polícia Federal intimou ontem quatro eletricitários que teriam contribuído para a sabotagem nas linhas de transmissão de Furnas, que na última segunda-feira deixou sem energia Brasília e vários municípios de Goiás. Os intimados, que deverão prestar depoimento na segunda-feira em Brasília, são Carlúcio Gomes, diretor do Sindicato dos Eletricitários do Distrito Federal, e Raimundo Terceiro, Francisco Assis Moraes e Pedro Araújo.

Segundo a Polícia Federal, na madrugada de segunda-feira os quatro interceptaram em Sobradinho, cidade satélite de Brasília, os técnicos de Furnas Vagner Santa Cruz e Josias dos Reis Andrade, que se dirigiam para o município goiano de Alexânia, onde ocorreu a primeiro defeito nas linhas de transmissão que abastecem a capital federal. O superintendente da Polícia Federal em Goiás, delegado Antônio Ricardo Carvalho, disse que os dois técnicos foram abordados, respectivamente, às 2h e às 4h da madrugada, e dissuadidos pelos quatro eletricitários a não viajar para Alexânia. Lá, eles deveriam fazer o rastreamento determinado por Furnas após a localização do defeito nas linhas de transmissão.

O técnico Josias dos Reis Andrade, de acordo com o superintendente da Polícia Federal, foi levado em uma Caravan para se juntar aos grevistas que por volta das 4h da manhã montavam piquetes em frente à Estação de Furnas, em Brasília. O procedimento dos quatro eletricitários, segundo o delegado Antônio Carvalho, deixa a suspeita de que eles já tinham conhecimento da sabotagem efetuada nas linhas de transmissão de Furnas.

O assessor de Imprensa da Superintendência da Polícia Federal em Brasília, Clóvis Venuto, desconhecia até o final da noite de ontem que os eletricitários intimados irão depor na capital federal. Se a instimação se confirmar, explicou Venuto, os depoimentos serão tomados ou por carta precatória ou então o delegado encarregado do inquérito em Goiânia, Gilberto de Moraes Castro, virá a Brasília para o interrogatório.

Sindicalista nega acusação

O presidente do Sindicato dos Eletricitários do Distrito Federal, Antônio Amaral Rodrigues, negou ontem que seja um dos responsáveis pelo blecaute ocorrido em Brasília na segunda-feira passada. Filiado à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e articulador do comando nacional da greve dos eletricitários, Amaral disse que o departamento jurídico do sindicato foi acionado para sua defesa e que, apesar das acusações da Polícia Federal, nenhum sindicalista foi chamado para depor.

A presidente da CUT do Distrito Federal, Alzira Maria, defendeu Amaral, comentando que "esse filme de culpar a CUT nós já conhecemos". Os 2 mil funcionários da Centrais Elétricas de Brasília (CEB) já voltaram ao trabalho, permanecendo ainda paralisados os demais 4 mil funcionários da Eletronorte, Eletrobrás e Furnas no Distrito Federal. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou em primeira instância o dissídio, concedendo 30% de reajuste salarial aos eletricitários e condenando a greve como abusiva.

O julgamento definitivo será, porém, na terça-feira, no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Amaral disse que a greve dos eletricitários é "legítima", porque as empresas não cumpriram cláusulas do acordo coletivo do ano passado. Ele considerou "um ato de força lamentável" a ocupação das duas subestações de Furnas em Brasília por soldados da Polícia Militar, após o blecaute.

"Também queremos descobrir quem é o responsável pelo blecaute. Nós do sindicato temos o maior interesse em que tudo seja apurado, pois não somos baderneiros nem arruaceiros", afirmou Andrade.

Os eletricitários querem uma audiência com o vice-presidente Itamar Franco e o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, mas até agora não conseguiram horário. O único apoio que receberam foi do presidente da Comissão do Trabalho da Câmara, deputado Amaury Müller (PDT-RS), numa carta endereçada a Ozires, ao ministro do Trabalho, Antônio Magri, e ao governador do Distrito Federal, Wanderley Vallim.

Na carta, o deputado Amaury Müller estranha a notícia, publicada ontem pelo **JORNAL DO BRASIL**, de que a Polícia Federal considera Amaral como principal suspeito da sabotagem que causou o blecaute de segunda-feira. O deputado pedetista pede a apresentação de provas conclusivas para a punição dos culpados. A Polícia Federal não quis comentar as declarações do presidente do Sindicato dos Eletricitários do Distrito Federal.

Denúncia — Em defesa de Amaral, o comando nacional de greve dos eletricitários divulgou ontem no Rio nota oficial denunciando a presença de militares nas subestações da Light da Barra da Tijuca, Pavuna, Itapeba, Flamengo e Curicica, desde o dia 17. Operadores da Light identificaram os sargentos Luiz Augusto Barbosa e Marco Aurélio da Silva Anelhe que estariam nas estações "em função de um levantamento das instalações para uma possível ocupação por parte do exército."

Segundo o comando, os setores da Barra da Tijuca e Bandeira estão sendo visitados e fotografados por grupos da Polícia do Exército (PE) constituídos por um major, dois tenentes e seis sargentos. "Os militares, continua a nota, revelaram conhecimento do sistema elétrico, manobras, rede etc — e os funcionários da Light estranharam as visitas pois não há entre os operadores qualquer tendência de abandonar as instalações."

Os operadores estão dispostos a confirmar, no caso de abertura de inquérito, a presença dos militares nas instalações da Light e a identificá-los. Na nota, o comando de greve repudia as acusações contra os sindicalistas de Brasília e reafirma sua posição contrária a qualquer ato de sabotagem.

Empresa garantiu quem quis entrar

FLORIANÓPOLIS — Cumprindo liminar concedida pelo juiz Pedro Abreu, da 2ª Vara Cível desta capital, 15 agentes da Polícia Federal e o delegado Jaime Assunção ocuparam os acessos da sede da Eletrosul nas primeiras horas da manhã de ontem, permitindo o ingresso de diretores e funcionários que não aderiram à greve dos eletricitários, que completa hoje seu 25º dia. Com revólveres e algemas à mostra na cintura e um deles com um equipamento de vídeo que gravava os grevistas do outro lado da rua, a PF permitiu que os diretores e pouco mais de 30 funcionários — a maioria assessores — voltassem a cumprir expediente nas instalações da Eletrosul. "Além da liminar, estamos cumprindo o que determina o Código Penal", informou o delegado.

Paralela à intervenção da Polícia Federal, que criou a primeira animosidade na greve dos cerca de 6 mil funcionários da Eletrosul, ontem também foram registradas as primeiras quedas nos níveis de tensão em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Quase todo o estado do Rio Grande do Sul foi afetado pela queda, avaliada em 9% dos níveis normais, entre 10h30 e 10h45 e 14h25 e 14h40. Em Santa Catarina o problema foi maior, com quedas de até 16,6%.

Notificação — "Notificamos a Polícia Federal os nomes dos operadores de plantão nas subestações no momento das quedas de tensão", informou Miguel Sedrez, chefe da assessoria de relações empresariais da Eletrosul. O presidente da Eletrosul, Amilcar Gazaniga, declarou que confia na "co-gestão entre os sindicalistas e a empresa para a manutenção do sistema, que ainda não está sob risco". Gazaniga também espera dispensar a presença da PF na entrada da empresa, "desde que os funcionários abandonem a truculência dos piquetes".

Nilo Kaway Júnior, advogado do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e da Intersul (Intersindical dos Eletricitários da Região Sul), ingressou ontem com recurso junto à 2ª Vara Cível, tentando suspender a liminar concedida. "O presidente da Eletrosul mente ao dizer que usamos a força, pois os piquetes apenas convenciam as pessoas da necessidade da adesão", explicou.

900456

Nº DOCL...
TITU...
PROCE... J do B. 150028
FEL.H...DE P...E.LN.: 22/8/90.
VINCUL...TES:

Minas apura curto-circuito

BELO HORIZONTE — A Polícia Federal e a delegacia de Piunhi, Oeste de Minas, estão investigando sabotagem ocorrida em quatro das sete linhas de transmissão da Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais) que abastecem a região central do estado. A sabotagem ocorreu em 13 de agosto, quando por 15 minutos foi detectada queda de energia correspondente à perda de 400 quilovolts, o que significa tirar do sistema de transmissão a Usina de Três Marias ou então meia turbina de Itaipu.

A sabotagem foi detectada às 19h29 do dia 13, em duas linhas que ligam a subestação de Jaguara, no Triângulo Mineiro, a Pimenta, Oeste de Minas. Nessa linha, a 25 quilômetros de Piunhi, a polícia e técnicos da Cemig encontraram restos de arame galvanizado e de fio de nylon. Para a Cemig, tudo indica que o curto-circuito no sistema foi provocado por uma ação que se repetiu em mais duas linhas (uma que liga Jaguara a Ouro Preto e outra que liga Jaguara a Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte). Mas o material que indica a sabotagem só foi encontrado na linha de Jaguara a Pimenta. A Cemig está usando helicóptero no rastreamento das linhas.

Segundo a empresa, o sabotador amarrou o fio de nylon (do tipo que se usa em pescaria) a uma das pontas do arame. A outra ponta do arame ficou presa no solo. Com o fio de nylon, o arame foi jogado por cima das linhas de transmissão, causando curto-circuito. O clarão e o barulho foram muito grandes, contaram fazendeiros da região ao delegado Mozart Nunes, de Piunhi.

O sistema só voltou à normalidade às 19h44, mas o incidente não chegou a provocar blecaute na região central de Minas. Os prejuízos ficam por conta das indústrias afetadas, que receberam menos energia. A queda de energia aconteceu durante o horário de pico, quando existe uma demanda de 4 milhões de quilowatts. Caso acontecesse um blecaute, apenas a região central de Minas seria afetada. O delegado Nunes disse que ainda não tem pistas e que o inquérito estava sendo mantido em sigilo por pedido da própria Cemig.

☐ Quatro funcionários graduados da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) já foram ouvidos pelo delegado Joel de Almeida, da Polícia Federal, que investiga os dois blecautes ocorridos na Bahia no dia 9, quando duas cadeias de isoladores foram rompidas, provavelmente a tiros, no município de Olindina, a 170 quilômetros da Usina de Paulo Afonso. A polícia, porém, só divulgará informações sobre o assunto depois de concluído o inquérito. Mesmo o resultado da perícia feita no local foi mantido em sigilo. No dia 9, com a destruição de 23 dos 26 isoladores das redes da Chesf, duas linhas de 500 quilovolts foram desligadas, deixando 80% do estado sem energia por quase duas horas.

1.9004562

Nº. DOCUMENTO
FOLHA
PROCESSO
FECHADO
VINCULO

Governo acusa eletricitários radicais

O blecaute que paralisou a capital federal ontem por quase 11 horas — Brasília ficou sem energia das 6h30 às 17h20 — foi denunciado pelo governo como o desdobramento de um plano de sabotagens articulado por grupos radicais de eletricitários, como são chamados os trabalhadores em empresas de energia elétrica, em greve em todo o país. O governo, que ontem mesmo anunciou o fim das negociações com a categoria, já iniciou investigações para chegar aos responsáveis pela interrupção de energia para Brasília e garantiu, por ordem direta do presidente Fernando Collor, punir exemplarmente os culpados. "São vândalos", acusou o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, ao deixar o Palácio do Planalto às 16h, onde constatou que Collor estava revoltado. "O presidente não aceita coisas dessa natureza", disse Ozires.

O blecaute mobilizou todo o governo desde cedo e instalou um clima de tensão e revolta em todo o primeiro escalão tão logo ficou confirmada a sabotagem em quatro linhas de transmissão que alimentam Goiás e Brasília. As operações clandestinas foram efetuadas em pontos estratégicos entre os municípios de Itumbiara/Goiânia e Goiânia/Brasília, deixando todo o estado de Goiás sem energia e a capital federal reduzida a 30% de sua carga normal. A Polícia Federal, que já iniciou as investigações, foi informada que a sabotagem obedeceu a critérios técnicos e estratégicos ao alcance apenas de pessoas com alto nível de sofisticação técnica.

No final da tarde, depois que uma ação sincronizada da Eletrobrás e de Furnas Centrais Elétricas devolveu a normalidade à capital, o governo reuniu no Palácio do Planalto o ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, o diretor da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, e os presidentes da Eletrobrás, José Maria Siqueira de Barros, da Eletrosul, Amilcar Gazaniga, de Furnas, Eliseu Rezende, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Marcos José Lopes, e da Eletronorte, Armando Araújo, para formalizar a denúncia de sabotagem. Todos eles, comandados pelo secretário nacional de Energia, Rubens Vaz da Costa, protagonizaram, ao invés de uma entrevista coletiva, um ato de protesto inédito na apertada sala de entrevistas do Palácio do Planalto.

"Estamos aqui para declarar a nossa mais profunda indignação diante dos atos de vandalismo que objetivaram deixar Brasília às escuras, com prejuízos indiscriminados e graves", disse Rubens Vaz da Costa, abrindo uma série de declarações carregadas de revolta que marcaram toda a entrevista coletiva.

Os presidentes das empresas de energia elétrica convocados a Brasília passaram, então, a descrever atos de sabotagem ocorridos em suas regiões, numa sucessão de episódios que vão de Erechim, no Rio Grande do Sul, a Rio Branco, no Acre, passando por Caruaru, em Pernambuco, Salvador, Campo Grande, Goiânia e Brasília. Todos eles ressaltaram o descumprimento da legislação sobre greves, que prevê a formação de grupos de manutenção durante as paralisações em setores considerados essenciais. O presidente da Eletrosul, Amilcar Gazaniga, contou que um paciente internado na UTI do Hospital São João Batista, em Erechim, chegou a pedir para que desligassem os aparelhos que o mantinham vivo. Segundo explicou, o doente não suportava mais as oscilações provocadas pela alternação da tensão, que afetava diretamente o sistema eletrônico do hospital.

"O governo repudia essas ações criminosas, esses atos de terrorismo e vandalismo que colocam em risco a vida de pessoas", continuou Rubens Vaz da Costa.

Apesar das definições de terrorismo que as ações de sabotagem ganharam durante todo o tempo nas palavras das autoridades escaladas para explicar o blecaute, o delegado Romeu Tuma assegurou que não se cogita lançar mão de qualquer medida de exceção (boatos davam conta de que o governo aplicaria medidas de emergência). Segundo Tuma, os culpados serão enquadrados em artigos combinados do Código Penal, da Lei de Greve e da legislação trabalhista. Uma combinação que o ministro do Trabalho, o ex-eletricitário Antônio Magri, torce para resultar em, pelo menos, 30 anos de cadeia. "Bota um verme desses 30 anos na cadeia e eu quero ver eles repetirem isso", disparou. Magri culpou o comando de greve pelos acontecimentos. "Greve é um risco e se eles não têm o controle, têm que assumir o risco."

O momento mais tenso da entrevista resultou da pergunta de um repórter sobre a versão surgida entre os eletricitários de que o próprio governo sabotara as linhas de transmissão para jogar a opinião pública contra os grevistas. "Se não fosse uma pergunta profissional, eu diria que o governo está sendo infamado", reagiu o secretário Rubens Vaz da Costa. "Puseram em dúvida a dignidade do governo", acrescentou Romeu Tuma. "Daqui a pouco vão dizer que foi o presidente Collor e eu", completou Magri, o mais irritado com a pergunta.

O mais grave, segundo admitiu o próprio delegado Romeu Tuma, é que o governo não tem como impedir novas ações, caso venham a ocorrer. As longas distâncias entre as numerosas torres de tensão espalhadas por todo o país tornam inviável uma ação policial preventiva. Segundo Tuma, deve-se torcer para que as vistorias habituais feitas com helicópteros possibilitem, por sorte, um flagrante. "Tomara Deus que peguemos um criminosos desses em ação", disse.

F 9004562

Nº DOC.

TITULO: HUELGA Y BOICOTS EN FUNCIONAMOS DE "ELECTRICITARIOS"

PROCEDENCIA: J 20 B. 150028

FECHA DE PUBLICACION: 22-8-90

VINCULACION: BRASIL 10046.
F. SICOSOCIAL 11165
CON LA BOLAES 11413

Um grupo de eletricitários em greve invadiu e ocupou ontem, entre 11h e 19h30, a sala de comando da usina de Furnas em Alpinópolis, região de Passos (Sul de Minas Gerais), a 370 quilômetros de Belo Horizonte. Os eletricitários tentaram ocupar, sem sucesso, a usina de Estreito, também pertencente a Furnas e localizada no Rio Grande, entre os Estados de Minas e São Paulo.

Um terceiro grupo invadiu a subestação de Ivaiporã, no Paraná (a 400 quilômetros de Curitiba), interligada à subestação de Foz do Iguaçu. Esta subestação tem função estratégica na distribuição de energia para as regiões Sul e Sudeste, pois para ela converte a energia de Itaipu, empresa binacional que não está em greve. Os incidentes ocorreram um dia após o blecaute, provocado por sabotagem, que deixou Brasília e 207 municípios de Goiás praticamente às escuras durante onze horas.

A ocupação de subestações é uma determinação do comando nacional dos eletricitários desde o início da greve, no dia 31 de julho. "Estamos ocupando as subestações para evitar que pessoas não qualificadas na operação coloquem a rede em risco", afirmou Vicente Andreu, coordenador nacional dos urbanitários da Central Única dos Trabalhadores e diretor do Sindicato dos Eletricitários de Campinas. Na verdade, os grevistas querem ampliar o seu raio de ação: além de controlar as turmas de manutenção que atendem nas ruas os casos de queda de fornecimento, os eletricitários querem assumir o controle total da distribuição da energia no país.

"Os eletricitários decidiram radicalizar o movimento de greve para forçar o governo a tomar uma decisão que os beneficie em termos de salários", disse o presidente de Furnas, Eliseu Rezende. O presidente do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas, Paulo Baggio, admitiu que a ocupação foi comandada pelo próprio sindicato como forma de protesto contra a decisão da empresa de contratar empreiteiras para fazer a manutenção da usina e de uma estação repetidora, interrompida desde o início da greve, há 23 dias.

No início da tarde, Furnas enviou para Alpinópolis o superintendente de sua região Leste, Mauro Ferraz, para conseguir que a Justiça local determinasse a reintegração da posse da usina. Para que a polícia não os desalojasse à força, os grevistas concordaram em sair no começo da noite. Foram para o alto da barragem e armaram novamente o piquete, que funciona desde o começo da greve. A usina tem cerca de mil funcionários. Baggio acusa a direção de ter danificado os equipamentos em tentativas anteriores de conserto. "Mantemos 400 grevistas no pátio da usina", garantiu, à tarde. Os números não coincidiam com os da PM (cem ocupantes) e os da empresa (40 pessoas).

"Apesar de ter pequeno impacto sobre a região Sudeste — a usina representa apenas 5% da capacidade instalada da região — a qualidade da energia ficou prejudicada", explicou o diretor de operação da Eletrobrás, Lindolfo Ernesto Paixão. "Essa ocupação é bem semelhante à que ocorreu na subestação de Camaçari, na Bahia, no dia 10, que resultou naquele blecaute de Salvador", disse Paixão.

A Eletrobrás e Furnas pediram ontem que a polícias militares reforcem a segurança das subestações para evitar outros atos de sabotagem. O diretor de operação da Eletrobrás admite, porém, ser impossível vigiar os 120 mil quilômetros de linhas de transmissão de energia elétrica, com cerca de 500 mil torres.

O presidente da Eletrobrás, José Maria Siqueira de Barros, garantiu que não se pode dizer que a falta de investimentos provocou o blecaute de anteontem, que deixou Goiás e o Distrito Federal sem energia. "Estamos investindo cerca de US$ 3 bilhões anualmente e não há insuficiência de equipamentos. Houve, na verdade, uma violenta interferência no sistema" ressaltou Siqueira de Barros.

O secretário nacional de Energia, Rubens Vaz da Costa, não tem dúvidas de que o blecaute foi provocado por especialista em eletricidade, mas prefere aguardar o resultado da investigação que está sendo feita pela Polícia Federal. Na sua opinião, o episódio da Bahia, o blecaute do Distrito Federal e as invasões de Passos e Ivaiporã indicam que existe "uma coisa orquestrada".

9004562

O Brasil desigual

Em seis anos, o número de miseráveis cresceu de 23,1 milhões para 33,2 milhões de pessoas

O relatório do Banco Mundial classifica a distribuição da renda no Brasil "entre as menos equitativas do mundo em desenvolvimento". Pelo critério de pobreza adotado no estudo — renda per capita de US$ 370 por ano, o equivalente a um quarto do salário mínimo real de 1980 — o número de pobres da população cresceu de 23,1 milhões, em 1981, para 33,2 milhões, em 1987, acumulando um crescimento de 43,48%.

Na análise dos programas de ajuste da economia tentados nos governos João Figueiredo e José Sarney, o Banco Mundial considera que essas políticas fracassaram porque não combateram o déficit público e assinala que a pobreza aumentou por causa dos baixos salários. O fracasso na redução do déficit anulou os esforços para debelar a inflação e os vultosos empréstimos internos do setor público agigantaram a especulação financeira. Os ganhos dos salários durante o Cruzado foram rapidamente anulados pelo recrudescimento da inflação, fazendo com que a pobreza atingisse em 1987 nível maior do que no início da década.

A estatística da incidência da pobreza por região mostra que quase metade dos pobres (44,2%) estão no Nordeste, segundo dados de 1987. Na região Sudeste, a mais próspera do país, o percentual de pobres cai para 13%. Nas demais regiões, os percentuais são: Norte (16,8%), Sul (17,3%) e Centro-Oeste (18,5%). O fosso da pobreza também separa as populações urbana e rural. No campo, os pobres variam de 25 a 33% da população; nas cidade, de 10 a 20%.

A redução da taxa de mortalidade infantil (número de óbitos por 1 mil nascimentos) é um dos poucos pontos positivos apresentados no estudo do Banco Mundial. A mortalidade caiu de 76,2% para 53% no país, entre 1980 e 1986 e essa redução ocorreu nas cinco regiões. O Nordeste continua, entretanto, a ter a maior taxa (74,7%) e o Sul tem a menor (37%).

No Brasil, assinala o relatório, o Imposto de Renda não cumpre a função que deveria ter porque a progressividade das alíquotas não acompanham o crescimento da renda. Nos anos 80, a receita do Imposto de Renda não chegou a 4% do PIB (Produto Interno Bruto) e cerca de metade foi arrecadada através de retenção na fonte.

Apesar de ter obtido resultados importantes no crescimento da agricultura, o Brasil não conseguiu traduzir esse êxito em maior justiça social no campo. As razões apontadas pelo Banco Mundial são a distribuição desigual da terra e um sistema de tributação e crédito rural que enriquece ainda mais os grandes proprietários. Com o objetivo de incentivar a produção, o governo reduz em até 90% o imposto territorial rural que incide sobre os latifúndios. O resultado, assinalar o relatório, é acumulação de grandes propriedades e aumento do preço da terra.

Os gastos sociais, segundo o Banco Mundial, são "a área na qual as políticas do governo fracassaram mais rotundamente". Saneamento básico é privilégio determinado pelo nível de renda. Dados extraídos de uma pesquisa realizada em 1987 mostram que só metade da população dispõe de serviços de abastecimento de água e de esgotos considerados adequados.

A educação é considerada pelo relatório como o exemplo mais evidente do fracasso da política social dos governos brasileiros. As universidades federais drenam renda para manter o privilégio do ensino gratuito para seus alunos, metade dos quais vêm de famílias com renda superior a dez salários mínimos. Na avaliação do Banco Mundial, as universidades federais recebem anualmente uma transferência de US$ 1 bilhão.

O Brasil reserva 23% dos gastos com educação pública para as universidades e apenas 9% para as escolas secundárias. No Nordeste, o investimento dos governos estaduais por aluno de curso de 1º grau são apenas 60% do que é dispendido no Sudeste. Ainda no Nordeste, as verbas destinadas às escolas públicas dos centros urbanos são três vezes superiores às escolas das zonas rurais.

Na saúde, os gastos beneficiam menos os pobres, embora eles sofram mais de doenças infecciosas e não transmissíveis, e se concentram nas regiões mais ricas. A capacidade de leitos hospitalares e instalações ambulatoriais no Sul e Sudeste é o dobro da existente no resto do país.

Causas — Os principais fatores responsáveis pelo crescimento da pobreza no Brasil registrado na última década são a má distribuição da renda e a adoção de políticas sociais erradas. Quem diz é o economista-chefe do Departamento do Brasil do Banco Mundial, o israelense Michael Michaely, que divulgou ontem em Recife o relatório sobre a probreza nos países em desenvolvimento.

"As políticas de desenvolvimento no Brasil têm sido erradas, não existe meio termo com relação a isso. Todas levam ao crescimento da probreza,,seja por omissão ou comprometimento", disse Michaely. Ele destacou a política educacional, "que só privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente, já que 60% da mão-de-obra são analfabetos". O economista do Banco Mundial criticou também a política de subsídios, "que nos países pobres são presumivelmente voltados para a população de baixa renda, mas no Brasil terminam sempre sendo herdados pelos ricos".

Taxas de mortalidade infantil

(óbitos por 1.000 nascimentos)

Região	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Brasil	76,2	69,7	62,7	63,8	68,2	55,0	53,0
Norte	60,1	58,8	52,6	63,5	63,8	56,2	58,4
Nordeste	120,1	109,3	91,1	101,1	113,7	81,6	74,7
Sudeste	53,5	50,1	57,8	44,9	46,5	39,4	38,4
Sul	54,7	47,5	42,6	39,0	44,4	38,6	37,0
Centro-Oeste	59,0	56,5	39,4	62,9	47,1	45,5	40,7

☐ *Os dados desta tabela indicam diferença substancial da taxa de mortalidade infantil entre as regiões, bem mais elevada no Nordeste.*

Indicadores de pobreza

(Percentagem da população)

	1980	1981	1983	1985	1986	1987
Total do Brasil	17,7	19,7	30,9	25,4	16,1	23,3
Meio urbano	9,4	11,5	21,6	17,1	9,4	14,8
Meio rural	36,2	37,9	54,2	47,1	33,7	46,3
Regiões						
Norte	19,7	13,8	24,8	18,0	10,9	16,8
Nordeste	32,5	36,5	52,5	46,3	32,9	44,2
Sudeste	10,1	10,4	19,4	15,5	8,2	13,0
Sul	15,1	12,7	25,1	17,4	10,8	17,3
Centro-Oeste	14,0	18,1	28,1	20,9	10,4	18,5

☐ *Esta tabela mostra a parcela da população que vive em famílias cuja renda é classificada como subminima — renda per capita equivalente a 1/4 do salário mínimo real de 1980.*

Acesso a serviços de saneamento

(percentagem da população)

		Renda per capita (em salários mínimos)				
Setor	Total	Menos de 1/4	1/4-1/2	1/2-1	1-2	Acima
Brasil						
Total	100,0	10,8	17,5	23,6	22,6	25,5
Adequados	50,4	0,9	3,5	9,9	14,7	21,4
Inadequados	49,6	9,9	14,0	13,7	7,9	4,1
Urbano						
Total	75,7	4,2	10,1	17,8	19,6	24,0
Adequados	48,1	0,6	3,2	9,2	14,0	20,9
Inadequados	27,6	3,4	6,9	8,6	5,6	3,1
Rural						
Total	24,3	6,6	7,4	5,8	3,0	1,5
Adequados	2,3	0,1	0,3	0,7	0,7	0,5
Inadequados	27,0	6,5	7,1	5,1	2,3	1,0

☐ *Esses dados referem-se ao acesso da população brasileira a serviços de saneamento, como água potável e tratamento de esgotos, outro componente básico do padrão de vida. A pesquisa foi realizada em 87, abrangendo mais de 32 milhões de domicílios.*

Piores são Honduras e Serra Leoa

Os dois únicos países cuja distribuição de renda, segundo o Banco Mundial, está aquém da do Brasil — Honduras e Serra Leoa — são bem insignificantes se comparados com aquele que se pretende a oitava economia do mundo. Honduras, na América Central, tem 112 mil quilômetros quadrados, uma população inferior à do Rio de Janeiro — 4 milhões de habitantes em 1987 — e mantem a agricultura como carro-chefe de sua economia. Seu Produto Nacional Bruto (PNB) em 1986 foi de apenas US$ 3,3 bilhões, gerando uma renda per capita de US$ 740. Em 1987 a população economicamente ativa correspondia a 29,3% do total de habitantes e o país convivia com 40,5% de analfabetos. O país tinha três universidades e 2.163 habitantes para cada médico.

Já Serra Leoa, na África, tem um território de apenas 71 mil quilômetros quadrados, uma população de 3 milhões de habitantes, em 1985 e 33% do seu PNB — que foi de US$ 1,7 bilhão em 1986 — vieram da agricultura. A renda per capita naquele ano ficou em US$ 310. Um ano antes, sua população economicamente ativa correspondia a 38% do número total de habitantes. O país convivia ainda com uma taxa de 70% de analfabetos. Há apenas uma universidade e 17.906 habitantes para cada médico.

O Brasil, por sua vez, tem 8 milhões de quilômetros quadrados, uma população estimada em 147 milhões no ano passado, PNB de US$ 351,9 bilhões e renda per capita de US$ 2.437 no ano de 1988. A indústria respondia por 26,5% da economia em 1986.

01·02

19004 00 3

Nº. DOCUMENTO
TITULO ONU INVESTIGA LA CALIDAD DE VIDA EN BRASIL
PROCEDENCIA Z.H. 150029
FECHA DE PRODUCCION 4/8/90.
VINCULOS BRASIL 10046
F. SS. 11165

ONU investe na melhoria da qualidade de vida no Brasil

Para melhorar o nível de vida da população brasileira a ONU, através do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), deverá investir no Brasil, nos próximos cinco anos, mais de 15 milhões de dólares. Serão programas de treinamento de técnicos para trabalharem em planejamento familiar e pesquisas sobre as condições de vida da população carente. Também receberão ajuda programas de saúde materno-infantil e controle do meio ambiente.

O diretor-executivo do Fundo de População, Tatsuro Kunugi, que está no Brasil para manter contato com as autoridades envolvidas com os programas financiados pelo Fundo, explicou que nos últimos cinco anos foram aplicados no Brasil 15 milhões de dólares. A partir do próximo ano virão recursos e um dos trabalhos mais importantes será analisar o fenômeno de migração para as regiões mais sensíveis como Amazônia e Rondônia, que estão sendo depredadas, e os efeitos negativos para o meio ambiente.

"No aspecto da taxa de crescimento, o Brasil está bem. Mas existem questões específicas como o problema de má distribuição dos benefícios nas regiões mais desenvolvidas e também a ocupação espacial", acrescentou Kunugi. Segundo ele, o mais importante é que não se pode esquecer que o Brasil é o país líder do hemisfério sul e tudo o que for feito para melhorar o nível da população será transmitido aos outros países.

Além disso, diz ele, em 1962, quando o Brasil sediará o Encontro Mundial sobre a conservação do Meio Ambiente, que está sendo promovido pelas Nações Unidas, "o mundo todo estará voltado para ver como o País está lidando com este assunto e também para o bem estar de sua população. Pode se transformar num excelente exemplo".

A população mundial, atualmente de 5,3 bilhões, crescerá ainda outro bilhão nos próximos dez anos. É provável que dobre ou triplique no próximo século, diz o relatório anual do Fundo de População. Das 5,3 bilhões de pessoas, cerca de 1 bilhão vivem na mais absoluta miséria. Além disso, o nível de analfabetismo adulto é em torno de 18%, ou seja, 900 milhões de pessoas. **(Brasília/ZH)**

02 02 9004563

Nº. DOCUMENTO
TITULO METROVIARIOS CONTINUAM PARALIZADOS
PROCEDENCIA ZERO HORA 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 23/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. SICOBOOM 11165
CONF. LABOR 11413

ENTRADO 10/9/90 E5
CRUZ DU 13/9/90 E5

Metroviários continuam paralisados

□Às 11 horas de hoje eles fazem nova assembléia de avaliação, confiando nas negociações que são feitas no Rio. Presidente da empresa garante normalidade

Os funcionários da Trensurb, em assembléia geral realizada no final da tarde de ontem, resolveram manter a greve na empresa até a manhã de hoje, quando realizam nova avaliação do movimento, às 11h. Os trabalhadores estão na expectativa de uma possível negociação nacional marcada para o Rio de Janeiro. A assembléia foi realizada fora do pátio da empresa, pois os grevistas estão sendo impedidos de ingressar no local por soldados da Brigada Militar que ocupam a sede da empresa. Segundo a direção do Sindicato dos Metroviários, a adesão ao movimento, com exceção do setor administrativo, chega a 90% da categoria.

Segundo Eduardo Webber, presidente do sindicato dos metroviários, os trens que se encontram circulando deverão parar nas próximas horas por falta de manutenção, já que neste setor a greve está muito forte. Os grevistas pretendem intensificar os piquetes nas estações hoje. Eles reclamam que em outros movimentos nunca foram impedidos de ingressar no pátio da empresa, o que estão considerando uma atitude arbitrária da direção da Trensurb neste episódio.

O presidente da Trensurb, Paulo César Sampaio, afirmou ontem que não existe greve na empresa. "São apenas meia dúzia de malucos, que deverão ser punidos, pois teimam em não acatar a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que considerou o movimento abusivo", observa. Segundo ele, sete trens estão funcionando hoje atendendo tranqüilamente a todos os usuários. Ele garante que não haverá problemas com o transporte durante a Expointer. Disse ainda que está muito satisfeito com a compreensão dos funcionários que estão trabalhando normalmente e não aderiram à paralisação.

Fotos Genaro Joner/ZH

Decisão: *movimento continua, pelo menos até hoje*

Proteção: *brigadianos nos trens e nas estações*

Direção confia no esvaziamento do protesto

Foi uma manhã muita tensa entre os trabalhadores. No meio da manhã começaram a circular quatro composições protegidas por brigadianos e as roletas foram liberadas para o público. O pelotão de brigadianos que tinha ocupado as instalações da empresa no dia anterior foi reforçado. Próximo ao meio-dia os funcionários reuniram-se em uma barulhenta assembléia no portão principal da empresa para discutir os caminhos que a greve seguiria. Se a greve persistir poderá atrapalhar o transporte de visitantes à Expointer, que começa no sábado no Parque Assis Brasil em Esteio.

Enquanto os trabalhadores gritavam palavras de ordem no portão da empresa, a poucos metros dali o diretor financeiro da Trensurb, Erico Michels, falava à imprensa. Ele disse que a tática para acabar coe a greve seria ir colocando aos poucos os trens em movimento. Ontem, dos 15 trens normais, circularam apenas quatro. "De graça tudo bem", comentou o operário Carlos Rodrigues Silva, que não se incomodou em esperar um trem durante 20 minutos. Segundo Michels, assim que conseguir uma adesão maior de funcionários ao trabalho a passagem gratuita irá acabar

A tática de esvaziamento da greve da direção da Trensurb não vai dar certo, comentou Eduardo Weber, presidente do Sindicato dos Metroviários. Ele disse que os trabalhadores estão paralisados porque o governo federal não quer negociar. Condenou a colocação de soldados da Brigada no pátio da Trensurb e nas estações. "Nós fizemos um acordo com a direção de que não haveria piquetes, portanto não são necessários os soldados. Acreditamos que trouxeram as tropas para nos amedrontar", afirmou. O tenente brigadiano Goulart mostrava-se nervoso com a movimentação dos trabalhadores no portão da Trensurb pela manhã. Apesar do ambiente tenso não aconteceu nenhum incidente.

0 1 0 1

9004564

Nº. DOCUMENTO
TITULO GREVE ABUSIVO DE FERROVIÁRIOS.
PROCEDENCIA J do B 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 18/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10006
F. SICOSOCIAL 11165.
CONFLABORAIS 11413

ENTRADO 19/9/90 ES
CRUZ DO 13/9/90 ES

BRASÍLIA — O Tribunal Superior do Trabalho (TST), repetindo o julgamento da greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional, há dez dias, decidiu ontem, por sete votos contra um, que é abusiva a greve dos ferroviários da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) e da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que reivindicavam reposição salarial de 166% para recuperar perdas sofridas com o Plano Collor. Por cinco votos contra três, o TST concedeu aos ferroviários reajustes, variáveis por faixa salarial, de Cr$ 500,00 a Cr$ 3.800,00.

Segundo o TST, os ferroviários abusaram do direito de greve porque não comunicaram à Rede e à CBTU com 72 horas de antecedência, conforme determina a Lei 7.783, o dia e a hora do início da paralisação. Com a decisão, as duas empresas, que congregam um total de 82 mil funcionários, não vão pagar os dias parados. Os empregados fizeram a primeira greve no período entre 24 e 31 de maio e a segunda foi deflagrada no último dia 9 e ainda persiste.

O único ministro que votou contra o abuso do direito de greve foi Norberto Silveira, que representa os empregados. Votaram a favor o presidente do TST, Marco Aurélio Prates de Macedo; o relator do processo de dissídio coletivo dos ferroviários, Wagner Pimenta; Marcelo Pimentel, Hylo Bezerra Gurgel, Orlando Teixeira da Costa, Almir Pazzianotto e Antônio Amaral.

"Existe uma nova lei de greve e é obrigação cumpri-la", disse o ministro Marcelo Pimentel. Para o ministro Teixeira da Costa, os sindicatos ainda não tomaram consciência dos dispositivos da Lei 7.783.

De acordo com a Rede e a CBTU, o aumento concedido pelo TST aos ferroviários representa uma elevação de 20% nas folhas de pagamento. O menor salário das duas empresas, Cr$ 8.846,54, receberá o maior aumento (Cr$ 3.800,00), o que significará uma elevação de cerca de 42,5%. O maior salário, Cr$ 136.656,82, será reajustado em apenas Cr$ 500,00.

A Rede e a CBTU queriam que os aumentos fossem concedidos a seus empregados em forma de abono. O TST transformou a proposta em aumento salarial retroativo a 1º de maio, com os votos dos ministros Marcelo Pimentel, Wagner Pimenta, Hylo Bezerra Gurgel, Antônio Amaral e do presidente Marco Aurélio Prates de Macedo. Votaram a favor da reposição de 166% reivindicada pelos ferroviários os ministros Norberto Silveira e Orlando Teixeira da Costa. O ministro Almir Pazzianotto apresentou uma proposta que elevava o aumento para uma faixa variável entre Cr$ 8 mil e Cr$ 12 mil, mas a Rede e a CBTU não aceitaram, alegando que a folha de pagamento sofreria uma acréscimo de Cr$ 650 milhões.

L9004565

Nº. DOCUMENTO
TITULO ALEMANES DENUNCIAN MASACRE DE IANOMAMI
PRÓCE[illegible] A ZERO HORA 150028
FECH[illegible] 18-8-90
VINCUL[illegible] BRASIL 10046
F SOCIOSOCIAL 1116T
CONF. SOCIAL 11014

ENTRADO 19/9/90 ES
CRUZADO 3/5/90 ES

Alemães denunciam o massacre dos ianomami

O massacre de índios ianomami pelos garimpeiros brasileiros continua com total impunidade, segundo denunciaram várias organizações humanitárias, que convocaram uma manifestação de protesto para ontem, em frente à embaixada do Brasil em Bonn, capital da Alemanha Ocidental. Para os grupos alemães da Anistia Internacional e do movimento ecológico Greenpeace, 1990 pode ser o ano da extinção dos ianomamis. Segundo os porta-vozes desses grupos, restam apenas cinco mil índios desta tribo e 90% sofrem de doenças tropicais ou trazidas pelos garimpeiros, que estão protegidos pelas Polícias Federal e Militar brasileiras.

Um dos dirigentes da Sociedade para os Povos Ameaçados, Rdiger Nehberg, disse que os garimpeiros dizimam os ianomamis como se fossem macacos. "Estupros, assassinatos e outros crimes são moeda corrente", acrescentou.

Os organizadores da manifestação, da qual participam cerca de 50 pessoas, divulgaram o conteúdo de uma carta aberta dirigida ao presidente Fernando Collor de Mello, na qual pedem para que ele intervenha em favor dos índios e faça com que os tribunais julguem e punam seus agressores. (AFP)

01-01 I 9004566 V

Nº. DOCUMENTO
TITULO GARIMPEIRO NO SE RINDE
PROCEDENCIA EL DIA 150005
FECHA DE PRESENTE 13/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. SS - 11165
CONF. SOCIALES 11410

ENTRADO 10/9/90 E5
CRUZADO 13/9/90 E5

Un garimpeiro no se rinde

RIO DE JANEIRO. (ANSA). — Cientos de "garimpeiros" (buscadores de oro) y un número indeterminado de pistoleros a su servicio, invadieron el área indígena "Vale do Guapore" en el noroeste de Brasil, para buscar oro en el río Sao Domingos (Santo Domingo).

La reserva indígena Vale do Guapore tiene 240 mil hectáreas y está ubicada en el Municipio de Comodoro, en la frontera de los estados de Mato Grosso y Rondonia.

Está habitada por indios sarare, wassusso, alantessu, manairissu, alaktessu y waikessu, y el contacto con los garimpeiros provocará enfrentamientos, además del envenenamiento de los indios con el mercurio usado en el tratamiento del oro y las enfermedades trasmitidas por el hombre blanco.

Las autoridades que ya tomaron conocimiento de la situación, como la FUNAI (Fundación Nacional del Indio), la Policía Federal y la Policía Militar del Municipio de Comodoro, temen que se repita, aunque en menor escala, el enfrentamiento que caracteriza la relación entre los garimpeiros invasores y los indios yanomani, en Roraima, frontera con Venezuela, aunque no han tomado ninguna medida para evitar esa situación.

El jefe del puesto indígena manairissu de la FUNAI, Francisco de Assis Costa, descubrió a los garimpeiros invasores en las márgenes del río que hace de división natural con la estancia Maringa, cuyo propietario Antenor Duarte Do Vale, facilitó la entrada de los garimpeiros a cambio de una participación en los derechos de comercialización del oro que allí encuentren.

La Policía Militar de Comodoro informó a la FUNAI que la ciudad está llena, literalmente, de garimpeiros, que se dirigen al área indígena y que las consecuencias son imprevisibles.

01-01

1.9004567

ITO
ESCOBRIMIENTO ARQUEOLÓGICO
Z. HOJA 150029
PROCEDENCIA 15/8/90
ES BRASIL 10046
F. SOCIOECON. 11165
MEDIO AMB. 11295

ENTRADO 14/5/90
CRUZADO 12/5/90

Uma descoberta arqueológica no Pantanal

Fotos Divulgação/ZH

Lajedos: *índios deixaram várias inscrições em chão liso*

Estudos: *petróglifos semelhantes aos do Araguaia e Tocantins*

□Pesquisadores gaúchos encontraram sinais de uma civilização que teria vindo da Bolívia e Paraguai. Trabalho levará mais quatro anos

ELIZABETH BERTINATTO
Editoria Local/ZH

Um dos maiores sistemas naturais preservados do País e que serve de cenário para a novela que se tornou a sensação na televisão brasileira no momento, o Pantanal matogrossense é o centro agora da primeira pesquisa na área de Arqueologia, desenvolvida pelo Instituto Anchietano de Pesquisas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, através de um convênio firmado entre as três instituições. A equipe, coordenada pelo presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira e pesquisador da Unisinos, Pedro Ignácio Schmitz, realizou há 20 dias a primeira saída de campo no Mato Grosso e encontrou vestígios de uma população ainda não conhecida no Brasil.

Nesta fase de levantamento dos sítios arqueológicos, a equipe descobriu três elementos importantes para mostrar as populações indígenas que ocuparam o Pantanal ou passaram por ele, vindos de diversas regiões do Brasil, Bolívia ou Paraguai. Segundo o pesquisador Pedro Ignácio Schmitz, foram descobertas imensas inscrições (petróglifos) em lajedos planos naturais feitas pelos índios, semelhantes as conhecidas no Alto Rio Araguaia e Tocantins, documentados pela mesma equipe de arqueólogos, além de pesquisadores do Rio de Janeiro.

Outra descoberta importante foram as aldeias guaranis, localizadas nas encostas dos morros e bem próximas a Corumbá. Os restos destas antigas aldeias são da mesma população indígena que no século XVII foi aldeada no Sul do Estado, onde os jesuítas fundaram as missões. A presença destes sítios surpreendeu os pesquisadores, já que o guarani é uma população amazônica, que migrou para as florestas do Alto Paraná e Uruguai e deve ter refluído para o Pantanal. A partir deste dado, a equipe analisará alguns documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII para verificar que grupos viviam naquela época e fazer uma relação com o que foi encontrado.

TRADIÇÃO NOVA — O terceiro achado foram os aterros — elevação do terreno em forma circular, em áreas baixas, onde são encontrados esqueletos, cerâmicas e restos de comida — que caracterizam o Pantanal. Nestes locais foi encontrado um tipo de cerâmica nunca visto antes, mas que os pesquisadores acreditam pertencer a um grupo recente, com cerca de mil anos e que pode formar uma tradição nova, um grupo não conhecido no Brasil. No corte feito para ver a estratigrafia, observou-se que embaixo dessa camada existiam grupos pré-cerâmicos que podem datar de 6 a 8 mil anos. Durante as escavações, foram recolhidos carvão e conchas, que servirão para auxiliar a descobrir desde quando essas populações constroem aterros no Pantanal.

A pesquisa deve durar em torno de quatro anos. "Mas este período poderá ser estendido, já que a área é extremamente rica e nunca ninguém pesquisou aqui", argumenta o professor Schmitz, acrescentando que para o ano que vem a equipe já terá à sua disposição uma base no próprio Pantanal, cedida pela Universidade Federal do Mato Grosso. O grupo de pesquisadores também irá analisar fotos aéreas para localizar os sítios e pretendem formar uma equipe local, com participação de diversas áreas, tornando o projeto multidisciplinar.

Um fato que preocupa o professor Pedro Ignácio Schmitz é o aumento do fluxo turístico na região pantaneira, em virtude da novela "Pantanal", que pode prejudicar o ecossistema local, gerando poluição e destruição de um dos locais mais selvagens e naturais do Brasil.

01/01 L.9004568

ENTO
GOB. ITALIANO APOYARÁ ACCIONES DE SALUD
CIA 2.H.150029
RECIBIDO 8/8/90
ONES BRASIL 10046
F. SS. 11165
SALUD PUB. 13101

ENTRADO 10/8/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Itália vai apoiar ações de saúde no País

Serão criados os distritos sanitários em oito Estados, incluindo o Rio Grande do Sul

O Governo italiano vai apoiar ações de saúde em oito Estados brasileiros, entre eles o Rio Grande do Sul. Um dos distritos sanitários a ser criado na cidade do Rio de Janeiro será beneficiado pelo projeto. A Itália, que há dez anos vem desenvolvendo um programa de reforma sanitária, quer investir recursos nesses distritos e acompanhar sua implantação e gerenciamento. A informação é do ministro da Saúde, Alceni Guerra, que disse ter o Governo italiano comunicado sua disposição de investir US$ 1 bilhão em ações de saúde em diversos países do Terceiro Mundo, principalmente no Brasil.

O assunto ainda vem sendo discutido entre os ministérios das Relações Exteriores dos dois países. Alceni disse não ter ainda conhecimento do montante de recursos que a Itália destinará ao Brasil. Mesmo sem saber com quanto poderá contar, Alceni já decidiu que, além do Rio de Janeiro, serão contemplados com distritos sanitários os Estados de São Paulo, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Sul e Paraná. O programa proposto prevê desde recursos para a implantação dos distritos sanitários até recuperação de hospitais como o Humberto Primo, de São Paulo. Os distritos sanitários são áreas geográficas onde postos e hospitais serão responsáveis pela prestação de atendimento à população residente nas proximidades.

Hoje, Alceni Guerra embarca para Buenos Aires, onde discutirá com o Governo argentino a proposta de adoção de parâmetros comuns de produção e controle de qualidade de alimentos, medicamentos e produtos de higiene e limpeza. (AG)

01.01

F 9004569 V

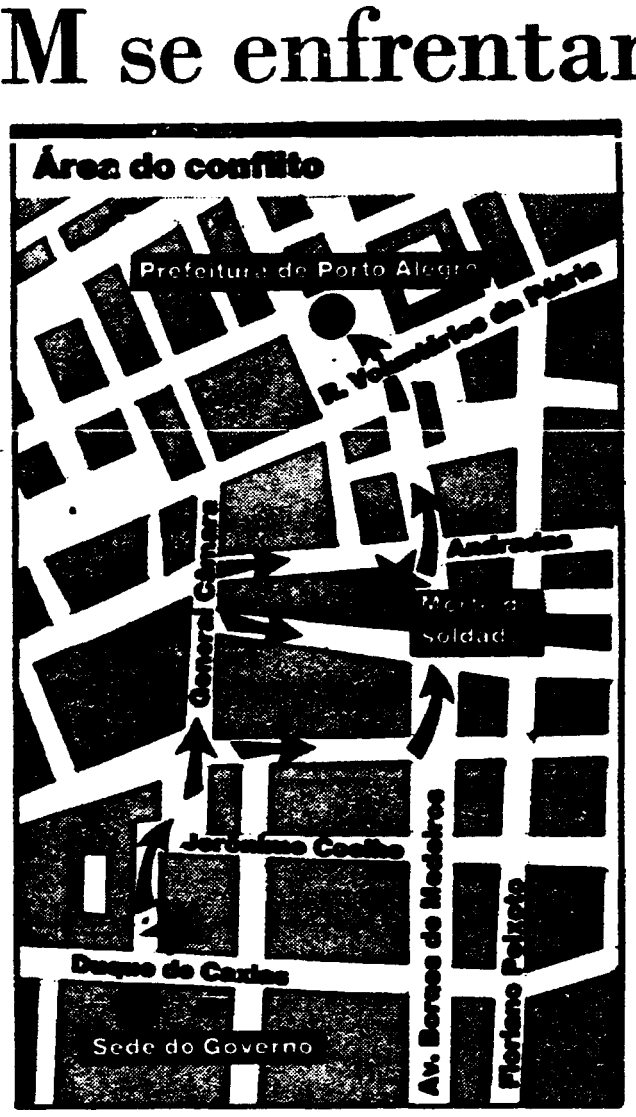
Nº DOCUMENTO
TITULO SINTIERRA Y POLICIA MILITAR SE ENFRENTAN.
PROCEDENCIA V do B 150029
FECHA DE PRODUCCION 9/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. SS 11165
CONF. SOCIALES 11414

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Sem-terra e PM se enfrentam

Reprodução

Valdeci: cerco na rua



PORTO ALEGRE — Cerca de 600 sem-terra em confronto com 300 soldados da Brigada Militar (a PM gaúcha) transformaram ontem, por mais de duas horas, o Centro desta capital em praça de guerra. Um soldado morreu degolado por um grupo de colonos, 80 pessoas foram feridas, entre lavradores e populares, e houve 40 prisões. O tumulto se espalhou pelas ruas próximas à Praça da Matriz, onde começou o conflito. Comerciantes fecharam suas lojas, o trânsito foi interrompido e o pânico tomou conta de populares, que tentavam se defender na entrada dos prédios. Mais de 100 colonos conseguiram fugir da polícia e invadiram a prefeitura, a poucas quadras da praça, onde foram cercados por brigadianos que exigiam a rendição dos assassinos do soldado. Dez feridos foram internados em estado grave.

O tumulto começou a se desenhar às 6h da manhã, quando os sem-terra ocuparam a Praça da Matriz, no Centro desta capital — onde estão localizados o Palácio Piratini (do governo estadual), a catedral e a Assembléia Legislativa —, para exigir reforma agrária e o cumprimento de promessas de assentamento. Eles chegaram em oito ônibus, vindos dos acampamentos das fazendas Annoni, em Sarandi, Boa Vista, em Santa Cruz do Sul, e Capela, em Capela de Santana. Logo cedo, começaram a montagem de 30 barracas na praça, colocaram faixas e cartazes pedindo o assentamento das 1.700 famílias acampadas nas três propriedades há cinco anos e hastearam bandeiras vermelhas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Ao mesmo tempo em que ocorria a ocupação da Praça da Matriz, 230 famílias de sem-terra se instalavam no Parque Florestal da Secretaria da Agricultura, em Rondinha, a 341 quilômetros de Porto Alegre. Eles reivindicavam 600 hectares de terras não arborizadas do parque e foram vigiados à distância por poucos soldados da Brigada Militar. Os colonos também eram provenientes do acampamento da Fazenda Annoni, já desapropriada pelo governo federal e onde vivem 1.500 famílias de sem-terra. Tudo indica que a invasão em Rondinha obedeceu a um plano conjunto de ação.

Cerco — Meia hora depois da ocupação da Praça da Matriz, enquanto alguns lavradores aqueciam água para o chimarrão em fogões de campanha, começaram a chegar os primeiros contingentes da Brigada Militar. Informado da ocupação, o governador Sinval Guazzelli chamou ao Palácio Piratini seus secretários de Segurança, José Eichemberg, e da Agricultura, Marcos Palombini. Horas depois, a Brigada Militar havia mobilizado 300 homens, a cavalo e a pé, e pelotões de choque montavam guarda nas ruas próximas da praça.

Por volta das 10h, o deputado José Fortunatti (PT), o candidato petista ao governo gaúcho, Tarso Genro, e a ex-vereadora Jussara Cony iniciaram as negociações com os colonos. A esta altura, o clima já estava tenso e os sem-terra começaram a esboçar reação quando a praça foi cercada por tropas de choque. Os soldados formaram um quadrilátero em torno da praça e os colonos também se colocaram em forma. Armados de foices, enxadas, facões e pedaços de pau, gritavam palavras de ordem, como "resistir, lutar, ocupar e produzir" e "reforma agrária já". A polícia era comandada pelo coronel da Brigada Jair Portela, que exigia a saída dos invasores.

Às 11h10, o deputado Irani Müller (PMDB) comunicou aos sem-terra o ultimato do coronel Portela: a praça deveria ser desocupada em 10 minutos e todos deveriam se encaminhar para o Parque da Harmonia, próximo ao Centro, onde seriam recebidos à tarde pelo secretário da Agricultura. Caso não aceitassem a proposta, seriam retirados à força. Como a resposta dos colonos foi negativa, Müller, acompanhado por Jussara Cony e José Fortunatti, foi ao palácio tentar uma solução pacífica. Ao passar pelo coronel Portela, o deputado pediu "pelo amor de Deus" que ele esperasse pelas negociações.

Conflito — Minutos depois, começou o conflito. Segundo testemunhas, a Brigada Militar iniciou a retirada dos colonos — não se sabe se por ordem do Palácio Piratini ou por iniciativa do coronel Portela —, avançando sobre o acampamento, destruindo barracas e jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os lavradores reagiram a pedradas e o conflito se generalizou. Houve pânico e correria, tiros ecoaram na praça e as bombas de gás lacrimogêneo formaram uma nuvem de fumaça no local. Com foices, enxadas e facões, os sem-terra reagiam às armas e cassetetes dos soldados. O coronel Portela alegou, porém, que os sem-terra começaram o confronto, atacando os soldados pelos flancos.

Grupos de colonos corriam para todos os lados, buscando abrigo na Assembléia, Tribunal de Justiça e residências. Muitos tentaram a fuga pelas avenidas Borges de Medeiros e General Câmara, sendo perseguidos pelos soldados. Houve início de quebra-quebra e os comerciantes fecharam suas lojas. O trânsito já havia se transformado num caos e os motoristas trafegavam pela contramão para sair da área do conflito. Começaram a chegar ambulâncias para retirar os feridos e soldados a cavalo invadiram a praça, enquanto os sem-terra avançavam com foices e facões.

Morte — Perto dali, na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas, a chamada *Esquina Democrática*, um grupo de 12 lavradores em fuga cercou o soldado da Brigada Valdeci de Abreu Lopes e o degolou com um golpe de foice. Segundo a Brigada Militar, sete testemunhas prestaram depoimento acusando três sem-terra do assassinato. Valdeci foi levado para o Hospital do Pronto-Socorro, onde morreu logo depois.

O advogado Edison Siqueira, que assistiu da janela de seu escritório à morte do soldado, desabafou, revoltado: "Ele foi vítima de uma chacina covarde, aquilo não era um grupo de sem-terra mas de bandidos." Valdeci de Abreu Lopes, de 28 anos, soldado do 9º BPM, fazia patrulhamento de rotina com outro companheiro, quando foi informado pelo rádio do tumulto. Estacionaram na esquina da Rua dos Andradas com a Avenida Borges de Medeiros, a chamada *Esquina Democrática*, quando passavam lavradores armados de facas e foices.

"Três colonos prenderam seus braços, enquanto outros fizeram uma roda. Antes de ser preso, o soldado havia dado dois tiros para o chão, mas logo entregou a arma. Tentou então voltar para o carro, mas foi cercado e atingido por um golpe de foice", contou o advogado. Valdeci estava na Brigada Militar há sete anos, era casado e tinha uma filha de 2 anos. Morava numa vila modesta no município metropolitano de Viamão e, segundo boletim da corporação, era de "disciplina exemplar".

Com a mesma ferocidade dos assassinos do soldado, os policiais perseguiam e espancavam os colonos, dividindo-se em grupos de cinco. Na esquina da Avenida Borges de Medeiros com a Jerônimo Coelho, um sem-terra foi apanhado por 10 soldados, que lhe desferiram mais de 30 golpes de cassetete na cabeça. "Vão matar esse homem", gritou de seu táxi o motorista Paulo de Moura. O apelo do motorista não foi atendido e o colono, desmaiado, foi levado por um carro da Brigada.

01 -03

9004570

e soldado morre degolado

Acordo põe fim a longo cerco policial à sede da prefeitura

Depois de dez horas de negociações, o prefeito Olívio Dutra (PT) aceitou um acordo com o comando da Brigada Militar que previa a retirada dos 176 colonos, entre eles os três assassinos do soldado Valdeci de Abreu Lopes, que se refugiaram na sede da prefeitura desde o início da tarde. Os colonos foram transferidos para o pavilhão do centro esportivo da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul onde os três assassinos do soldado deveriam ser indentificados por sete testemunhas.

Durante quase toda a noite, a sede da Prefeitura de Porto Alegre permanecia cercada por tropas da Brigada Militar que se recusava a suspender o cerco enquanto os assassinos do soldado Valdeci não fossem identificados. O impasse se prolongou porque o prefeito Olívio Dutra resistia à exigência dos policiais.

Depois de sete horas de conversações, a prefeitura aceitou desocupar o prédio transferindo os colonos para o Parque de Exposições Menino Deus, da Secretaria da Agricultura. "Lá, eles serão identificados enquanto a Brigada desocupa a praça", disse o conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, que participava das negociações. A idéia, entretanto, foi recusada pelo comando das tropas da Brigada Militar e pelos secretários da Justiça, Luís Carlos Madeira, e da Segurança, José Eichenberg. No final da noite, ficou acertado que os colonos seriam transferidos para o centro esportivo, a quatro quilômetros da sede da prefeitura e ao lado do parque da Secretaria de Agricultura.

O cerco da Brigada Militar à prefeitura foi iniciado ao meio-dia por mais de 300 soldados. Os colonos permaneceram sentados no saguão do Paço Municipal onde receberam leite, pão e frutas por ordem do prefeito. Os primeiros a chegarem, muitos feridos, foram atendidos pelos médicos da Secretaria Municipal de Saúde e, em seguida, removidos para o Hospital de Pronto Socorro (HPS). Assim que retornou do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, o prefeito Olívio Dutra lamentou o episódio: "Faltou sensibilidade ao governo federal para resolver a questão da reforma agrária que é uma causa justa".

"Aqui ninguém entra e ninguém sai", gritavam os soldados para os populares que queriam entrar na prefeitura. Com muita dificuldade para chegar até a porta central do prédio, sete testemunhas da morte do soldado se apresentaram aos policiais civis que tomavam os primeiros depoimentos dos colonos. "Queremos contar tudo o que vimos nas ruas dessa cidade", disse um deles, sem se identificar. Os depoimentos espontâneos, segundo a polícia, serão anexados ao inquérito comandado pelo Departamento de Polícia Metropolitana (DPM).

Conflito acentua lógica perversa na questão agrária

É paradoxal que numa região onde haja fartura de terras e a situação fundiária seja razoavelmente organizada possa haver tantos conflitos agrários. Este é o quarto confronto entre colonos e a Brigada Militar somente nos últimos três anos. Ironicamente, o conflito de ontem na Praça da Matriz acentua uma lógica perversa desta questão: O Rio Grande do Sul é o único estado brasileiro onde os últimos governadores, Jair Soares (PDS, depois PFL), Pedro Simon e, agora, Sinval Guazzelli (PMDB), procuram, ainda que de forma parcial, solucionar a questão agrária e as invasões de terra, comprando terras para reassentamento.

Só na administração do governador Pedro Simon foram adquiridos 17 mil hectares para reassentamento de 1.300 famílias. Como num buraco sem fundo e numa esdrúxula situação onde a União, responsável constitucionalmente pela reforma agrária, finge que o problema não é com ela, há uma sucessão de invasões de terras, públicas ou privadas, desde o pioneiro acampamento de Encruzilhada Natalino, em 1982, no município de Sarandi. Mais de 70 invasões ocorreram desde então.

De acrodo com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), o Rio Grande do Sul é um estado onde há uma forte concentração das terras nas mãos de poucos proprietários. Já o presidente da Farsul (Federação da Agricultura), Ari Marimon, dirigente desta entidade que representa os grandes proprietários de terras, nega essa situação, alegando inexistência de áreas a desapropriar. Além disso, dependendo da região, os preços da terra são elevadíssimos (mais de Cr$ 200 mil o hectare). E que, numa equação perversa, típica do capitalismo selvagem, as terras aumentam de preço quando o governo estadual procura comprar áreas para novos reassentamentos.

A quantidade de conflitos e invasões demonstra também a melhor e mais oroganizada entidade de sem-terra do país, iniciada com o acampamento de Encruzilhada Natalino e da Fazenda Annoni, em 1982. Na época, colocou em confronto o Conselho de Segurança Nacional, SNI e Polícia Federal, de um lado, e de outro, colonos e membros da igreja católica. A chamada ala progressista da Igreja ajudou na formação inicial dos sem-terra. Mas hoje, eles são uma entidade praticamente autônoma, com esquemas de treinamento de invasões, equipes diferenciadas (de segurança à cozinha), e que se sofisticou. A ponto de criar escolas de orientação para plantio de diversas culturas nas áreas de reassentamento, e que já permitiu a colheita de várias safras de produtos agrícolas.

9004570

Nº. DOCUMENTO
TITULO INVASORES CULPAN AL PT y PDT POR LA CONFRONTACION CON POLICÍA
PROCEDENCIA J do B 16002 8
FECHA DE PUBLICACION 9/9/80
VINCULACIONES BRASIL 00046
F. SS 11165
Conf Sociales 1114

Invasora culpa PT e PDT pelo

PORTO ALEGRE — Uma das poucas colonas a conseguir fugir da Praça da Matriz sem ser ferida, Marinês dos Santos Krupinsky, de 37 anos, acusou "cabos eleitorais do PT e do PDT por essa tragédia". Segundo Marinês, que só escapou dos golpes de cassetetes da Brigada Militar porque atravessou a praça escudada pela filha de 4 anos, a invasão da Matriz foi tramada há 15 dias por um grupo que nunca havia aparecido na Fazenda Boa Vista, em Cruz Alta, onde os colonos estão acampados há mais de um ano. Ela contou que tudo foi tratado por uma comissão de sem-terra (formada só por homens), chamados pelos cabos eleitorais à sede do município de Cruz Alta.

O marido de Marinês, Clemente Krupinsky, "caído a laço na praça", desapareceu depois do tumulto na Praça da Matriz. Segundo Marinês, os homens do acampamento, inclusive seu marido, comentavam os preparativos para a viagem até a capital. "Eles é que nos falavam que os políticos do PDT e do PT iam pagar tudo *prá* gente", disse.

De acordo com o relato da colona, "os tais políticos do PT e do PDT" tinham uma proposta determinada. Em troca do aluguel dos ônibus e de alimentos para 15 dias, os colonos dariam "a pessoas indicadas por eles (políticos), dois mil votos de acampados na Fazenda Boa Vista". Os patrocinadores, na versão de Marinês, não se limitaram a arcar com as despesas financeiras, orientando também os colonos sobre como agir na chegada a Porto Alegre. "Até as armas que nós tínhamos que trazer, eles é que determinaram", garantiu. Os sem-terra levaram para Porto Alegre 500 enxadas, foices e facões usados na luta contra a Brigada Militar.

Orientações — "Chegando lá não desanimem. Tem que lutar pela terra. Depois que a gente ganhar o governo do estado, aí sim vamos dar a terra que vocês merecem", disse a colona, reproduzindo a orientação dada pelos patrocinadores da invasão, ainda não identificados. Acomodada no gabinete do deputado estadual Erani Müller (PMDB), Marinês confessou que está cansada da vida de invasora e de promessas. "É sempre a mesma politicagem. Nos tiram de onde estamos e mandam invadir terras dos outros. Quero voltar para casa", pediu. Ela contou que é proprietária de cinco hectares em São Valentim, distrito de Nonoai, a 416 quilômetros da capital.

Surpreso com as declarações da colona, o líder da bancada do PT na Assembléia, deputado José Fortunatti, rechaçou as acusações: "O PT vem até tentando se aproximar dos colonos para discutir a questão da reforma agrária. Mas eles têm recusando a aproximação sob a alegação de que são autônomos", defendeu-se Fortunatti. O vice-líder do PDT na Assembléia, deputado Hilário Pasin, também inocentou seu partido. "A reforma agrária que fizemos quando Leonel Brizola era governador do Rio Grande foi pacífica. Não tivemos participação nesse episódio", disse ele, afirmando que seu partido é contrário a esse tipo de agitação.

Cabrera repudia prática política

BRASÍLIA — O ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, criticou, ontem, duramente, o conflito ocorrido no Rio Grande do Sul entre trabalhadores sem-terra e tropas da polícia e estranhou que o confronto tenha se dado praticamente às vésperas do anúncio de uma solução para o problema. "As lideranças dos colonos do Rio Grande do Sul não querem solução, mas sim a continuidade do problema", denunciou Cabrera. "Eles querem usar a questão agrária como bandeira política", acrescentou.

Antônio Cabrera lembrou que tão logo assumiu o ministério, procurou encontrar uma solução pragmática para os conflitos pela posse da terra no Rio Grande do Sul, em comum acordo com o governo do estado. O ministro mostrou que na semana passada foram adquiridos 1.000 hectares de terra, sendo 500 hectares pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 500 hectares pela secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. "Exatamente no dia 15 de agosto, daqui a uma semana, iríamos começar o reassentamento dos sem-terra na região de Cruz Alta", garantiu Antonio Cabrera. Para o ministro, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) influenciaram os sem-terra e incentivaram o conflito. "Acho estranho que faltando uma semana para a solução de um problema que se arrastava há 9 anos tenha sido gerado essa demonstração de violência", disse.

"Esperamos que não degenere para a exploração política", afirmou, por seu turno, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, ao comentar os conflitos ocorridos em Porto Alegre. "Por enquanto, ainda estamos em fase de expectativa", revelou o ministro, explicando que precisaria receber maiores informações sobre os incidentes antes de se posicionar sobre o assunto.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Augusto Rocha, bispo de Picos, Piauí, criticou as denúncias do ministro Antonio Cabrera contra a CUT e a CPT, responsabilizadas pelo conflito de ontem. "Ele (Cabrera) se apresenta muito mais como juiz do que como ministro da Agricultura", acusou o bispo.

Em cadeia regional de televisão, o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli, lamentou o episódio e advertiu que o governo "apurará a qualquer custo as responsabilidades". Guazzelli questionou os "motivos reais" da manifestação e criticou "a maneira exaltada e hostil com que os agricultores ocuparam a praça".

Para o secretário de Segurança, José Eichemberg, existem "inequívocas intenções políticas" na ocupação da praça pelos colonos. Ele acha que os sem-terra tentam enfrentamentos para conseguir vítimas.

O secretário da Agricultura, Marcos Palombini, é da mesma opinião. Palombini afirmou que "as lideranças e quase a totalidade dos acampados obedecem ordens da CUT" e, lamentando o conflito, ressaltou que na quinta-feira da semana passada havia se reunido com líderes dos sem-terra para definir futuros reassentamentos. Durante a manifestação, o secretário identificou os líderes Valdir Vathier, Ênio Borges e Antônio Ademir: "Eles faziam parte do grupo que negocia com o governo e sabem muito bem das providências que estão sendo tomadas."

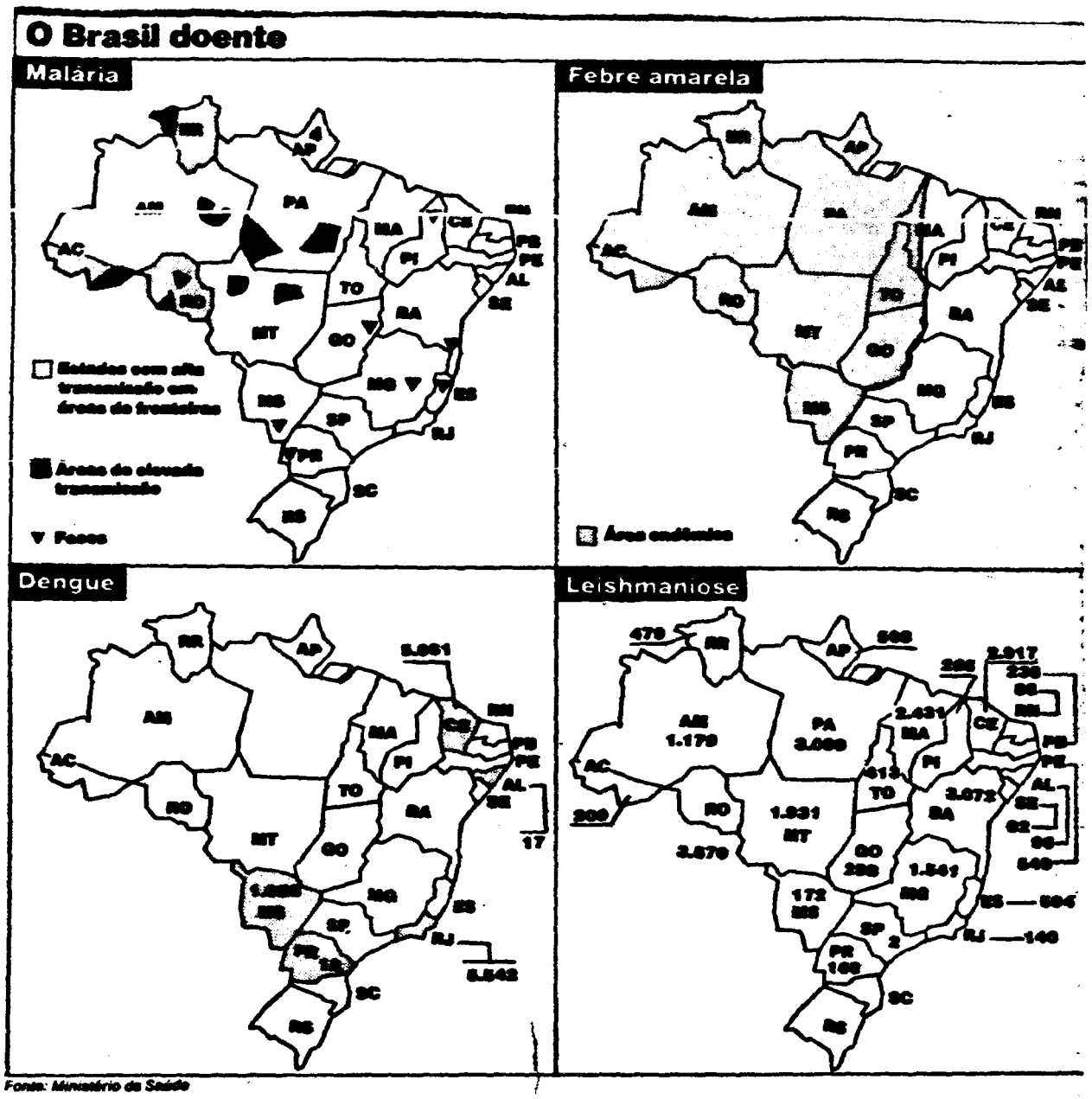
Segundo o secretário, o governo gaúcho já adquiriu 17.958 hectares para reassentamento das 1.356 famílias cadastradas no início da administração do então governador Pedro Simon. "Já assentamos 719 famílias, mas algumas desistiram e pelos nossos cálculos há ainda 250 a serem assentadas."

03:03

310153

Nº. DOCUMENTO
TITULO MINISTERIO DE SALUD ADMITE EXPANSION DE DOLENCIAS
PROCEDENCIA J. do B. 150028
FECHA DE PUBLICACION 11/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F SS. 11165
SALUD PUB. 13101.

ENTRADO 10/9/90ES
CRUZADO 13/9/90ES



Fonte: Ministério da Saúde

Ministério admite a expansão de doenças endêmicas em 1990

BRASÍLIA — As previsões do Centro Nacional de Epidemiologia este ano para a população brasileira são sombrias. A tendência das principais doenças que atormentam o país está em curva ascendente. O Ministério da Saúde prevê para 1990 a ocorrência de 600 mil novos casos de malária — 150 mil apenas em Manaus — e o início da urbanização da doença.

Além disso, estima-se um aumento significativo de doenças como tuberculose, que hoje afeta 80 mil pessoas com 5 mil óbitos anuais; Chagas, que atinge 5 milhões de pessoas com 7 mil óbitos anuais; hanseníase, que ataca 256 mil brasileiros, mas o próprio Ministério admite que este número possa chegar a mais de 500 mil porque só a metade dos casos são notificados; leishmaniose, com 74.336 casos e teme que neste verão aconteça uma explosão de dengue hemorrágico, principalmente no Rio de Janeiro, com a possibilidade de infectar entre 30 mil e 100 mil pessoas.

"A malária fugiu do nosso controle. Por isso solicitamos o apoio das Forças Armadas para combatê-la"— admite o ministro Alceni Guerra, que também vai contar com a ajuda dos militares para deter uma possível epidemia de dengue. "Nossa situação hoje é parecida com a de Cuba em 1981. Por analogia, poderíamos ter entre 35 mil e 55 mil casos no Rio, com um índice de mortalidade entre 1% e 2%. Mas isto é apenas um exercício matemático e não vai acontecer. Nós temos a chance de combater a dengue antecipadamente, evitando uma catástrofe maior", afirma Alceni Guerra, que está implantando um plano emergencial para o estado, com um repasse imediato de Cr$ 900 milhões para a compra de insumos e equipamentos.

Dilermando Fazito de Rezende, 46 anos, coordenador do Programa de Malária da Fundação Nacional de Saúde, está aterrorizado com a possibilidade de uma epidemia de febre amarela. Apesar de no ano passado terem sido registrados apenas dois casos, este ano o número subiu para nove e o epidemiologista não descarta a possibilidade de haver mais notificações. O raciocínio de Rezende se baseia na atual epidemia de dengue, que é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* e que pode se tornar transmissor da febre amarela.

O coordenador do Programa da Malária, no entanto, está confiante na erradicação da doença nas zonas urbanas e na redução de novos casos na área rural. Ele acredita que até 1994, o número de casos de malária cairá para 100 mil anuais. Mas se mostra cético em relação aos garimpos abertos e frentes de desmatamento. "Nestes locais é praticamente impossível erradicar a malária. Hoje não existe uma tecnologia única para combater a doença e não temos meios para atacar a malária nesses casos", admite. Rezende lembra que das 577 mil notificações registradas no ano passado, 560 mil foram na Amazônia Legal e 244 mil em regiões de garimpo de Rondônia.

O coordenador do Centro Nacional de Epidemiologia, Pedro Tauil, aponta o desmatamento descontrolado como o maior responsável pelo aumento de casos de leishmaniose, doença causada por um protozoário transmitido por um inseto conhecido popularmente como mosquito palha ou birigui. Recorda que a leishmaniose tegumentar, que causa úlceras por todo o corpo, apareceu no país durante a construção da estrada de ferro de Bauru (SP). "O homem deve parar de agredir o meio ambiente para evitar males maiores", adverte.

571
900571

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA DE PROCEDENCIA
VINCULACIONES

Dengue pode se tornar maior epidemia do país

Apesar da falta de verbas para afastar o risco de uma epidemia de dengue hemorrágica neste verão, o coordenador de combate à doença da diretoria regional da Fundação Nacional de Saúde (extinta Sucam), Guilherme Franco Neto, garantiu ontem que, mesmo com deficiências, o trabalho de eliminação do *aedes aegypti* vem sendo feito no Rio e em mais dez municípios. "Nossos recursos são limitados. Se não houver uma decisão do ministro da Saúde de repassar recursos para o combate à dengue, será a maior epidemia de uma doença provocada por vetores. Talvez a maior do século no Brasil", alertou Franco Neto.

Ele disse reconhecer que o número de mata-mosquitos em ação no Estado é insuficiente para o combate em todo o Estado: 743 no município do Rio; 85 em Nova Iguaçu; 32 em Duque de Caxias; 22 em São João de Meriti; 31 em Nilópolis; 7 em Paracambi; 12 em Itaguaí; 107 em Niterói; 145 em São Gonçalo; 15 em Itaboraí e 30 em Campos. No total, são 1.230 homens.

Além da falta de recursos, o coordenador apontou como empecilhos ao trabalho dos técnicos as brigas entre a secretária de Saúde do Estado, Maria Manuela Alves dos Santos, e o secretário municipal, Pedro Valente, e a incompatibilidade entre a Feema e a Comlurb. "A Sucam — que foi extinta e não tem ainda oficializada sua incorporação à Fundação Nacional de Saúde — está no meio de um tiroteio, sendo bombardeada pelo Ministério da Saúde, pelo Governo do Estado e pela Prefeitura.".

Sobre a falta de inseticidas para o combate de larvas e para o *fumacê*, Franco Neto disse que o estoque dá para um mês: 55.000 quilos de Abate (para matar larvas) e 15.000 litros de Cythion 95% para o *fumacê*. Segundo Franco Neto, o Ministério da Saúde já comprou uma pequena quantidade dos dois produtos, mas ainda são necessários 1.823.769 quilos.

A chefe do Departamento de Epidemiologia da Fundação, Cláudia Ferro Nazareno, informou que já foram notificados 63 casos de dengue 2 no Grande Rio e 44 moradoras em 24 bairros do município do Rio. Foram registrados também 11 casos em Niterói, dois em São Gonçalo, três em São João de Meriti e dois em Nova Iguaçu. Do início do ano até o dia 28 de julho, 7.410 foram atingidas pela doença dos tipos 1 e 2, em todo o Estado.

02.02

9004571

Nº. DOCUMENTO
TITULO MOBILIZACION PARA ALFABETIZACION
PROCEDENCIA J do B. 150028
FECHA DE PUBLICACION 7/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. SS. 11165
EDUCACION 11316

ENTRADO 10/9/90 E5
CRUZADO 13/9/90 E5

MEC mobiliza para a alfabetização

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, iniciou a mobilização da sociedade para o Programa Nacional de Alfabetização, a ser lançado oficialmente no dia 8 de setembro, por São Paulo. Após reuniões com lideranças sindicais e empresariais paulistas, Chiarelli recebe hoje representantes do Conselho de Secretários Estaduais de Ensino e da União dos Dirigentes Municipais do Ensino (Undime). O ministro já esteve com líderes como Mário Amato, presidente da Fiesp, e Jair Meneghelli, presidente da CUT.

Conforme explicou Chiarelli, o programa pretende alfabetizar os maiores de 14 anos e chegar a 70% deles no País até o final do governo Collor. No entanto, o ministro ressalta que o programa não é estático e terá de ter seguimento nos governos posteriores, até mesmo para não recair em erros do Mobral e da Fundação Educar.

Além de Meneguelli e Amato, Chiarelli recebeu o presidente do Sindicato dos Publicitários de São Paulo, Dalton Amaral, que representou o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Francisco Canindé do Nascimento. Ana Martha Capelli representou o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Medeiros e, pelo Sindicato dos Professores de São Paulo, estava o presidente da entidade, Fábio Zamboni. A Federação do Comércio de São Paulo também participou e o seu presidente, Abram Azaiman foi representado por Francisco Cordão. **(Brasília/ZH)**

01 01 9004572

Nº. DOCUMENTO
TITULO COMERCIANTES APOYAN A REFORMAS DE COLLOR
PROCEDENCIA Jdo B 150028
FECHA DE PRODUCCION 8/3/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F SS 11165
ORG. EMPRES 11324

ENTRADO 13/3/90 ES
CRUZ 13/3/90 ES

Comércio diz a Collor que apóia as reformas

Depois de analisar a política econômica que vem sendo adotada pelo atual Governo, os dirigentes das 27 Federações de Associações Comerciais do Brasil aprovaram um documento encaminhado ao presidente Fernando Collor, no qual dizem constatar com satisfação que "tanto os objetivos governamentais de estabilizar e modernizar a economia como as medidas que vêm sendo adotadas para este fim coincidem, em grande parte, com as posições e proposições defendidas" pelos empresários que fazem parte da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). A informação é do presidente da entidade, Cesar Rego Valente, que ontem solicitou uma audiência com o Presidente da República para entregar-lhe pessoalmente uma cópia do documento, já enviada ao Palácio do Planalto através de telex.

"O objetivo maior de abertura, privatização, modernização da economia e sua inserção no mercado internacional, que norteia a política governamental — dizem os empresários no documento — corresponde àquilo que a entidade sempre propugnou, ou seja, a criação de uma economia de mercado moderna, competiva, na qual o talento, a criatividade, o trabalho e a coragem de assumir riscos do empresários sejam o fator predominante do sucesso ou fracasso da atividade empresarial".

INFLAÇÃO — O documento da Confederação foi aprovado em reunião do Conselho Diretor, segundo Valente, porque muitos empresários comentam favoravelmente às medidas adotadas pelo Governo Federal, mas até agora ninguém havia feito um apoio explícito e claro à nova política econômica". "Se os resultados não são ainda o esperados — diz o documento da CACB — percebe-se, no entanto, que a tendência é de reversão do processo inflacionário. Na medida em que acredita no acerto de tudo o que sempre defendeu, e que vê agora sendo implementado, a entidade não só pode manifestar sua confiança na política econômica adotada e no seu sucesso. A direção está correta e o Governo vem revelando determinação para atingir seus objetivos".

A entidade apóia a política de liberalização econômica do Governo Collor, segundo seu documento, na certeza de que a estabilização da economia, o aprimoramento da máquina burocrática, a modernização do parque produtivo e a abertura externa e interna serão atingidas na medida em que o Governo continue a perseguir esses objetivos e que os diversos segmentos da sociedade se integrem aos esforços nesse sentido. A entidde acredita que trabalho e sacrifícios serão necessarios e muitos problemas precisam ser resolvidos.

0 1 - 0 1

9004573

Nº. DOCUMENTO
TITULO IGLESIA Y LOS ELECTORES CATOLICOS
PROCEDENCIA J.do B. 150028
FECHA DE PROCEDENCIA 4/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. SS. 011 65
IGLESIA 11020

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZ DO 13/2/90 ES

Mandamentos do candidato

Igreja diz a quem eleitor católico deverá dar o voto

BELO HORIZONTE — De acordo com um perfil traçado pela Arquidiocese desta capital, em documento a ser difundido por todas as paróquias e comunidades católicas, o bom candidato às eleições de 3 de outubro deve considerar "inaceitáveis o nepotismo, o empreguismo, a compra e venda de voto e, sobretudo, a auto-concessão de vantagens descabidas, incompatíveis com os baixos salários da maioria dos brasileiros, quando não salários de fome".

Esse é o último de uma lista intitulada *Os dez mandamentos do bom candidato*, divulgada ontem em Belo Horizonte, a ser distribuída em 300 mil volantes e 3 mil cartazes, a partir da próxima semana. "A corrupção destrói o senso comum, desmoraliza a vida pública e marginaliza os honestos", prega o décimo mandamento, a respeito da "restauração da dignidade da função pública".

Além dos cartazes e volantes, serão produzidas peças para rádio e televisão, dentro de uma campanha de conscientização do eleitor. A intenção, segundo o arcebispo metropolitano, dom Serafim Fernandes de Araújo, "é divulgar critérios que devem ser cobrados do candidato, como o seu passado, a sua participação na vida pública, os seus objetivos. É de interesse público que tenhamos uma boa Assembléia e um bom Congresso. É de interesse da nossa igreja que tenhamos o maior número de deputados católicos".

No decálogo, a igreja se posiciona claramente em relação a questões polêmicas. Protesta contra "a onda de imoralidade que invade os programas de televisão" e apóia "as ações que visem assegurar a permanência do pequeno agricultor no campo e garantir uma reforma agrária justa, ágil e eficaz".

Já no primeiro mandamento, posiciona-se em defesa da vida e condena o aborto, eutanásia e tortura. No decálogo, a igreja prega ainda a justiça social, defende o direito à moradia e as minorias étnicas, cobra a votação das leis complementares à nova Constituição e classifica a família de "base natural da sociedade", além de condenar a destruição do meio ambiente.

Dom Serafim, que tem estimulado os fiéis a ingressar em partidos políticos, ressaltou que "a igreja, como instituição, não tem partido, mas tem consciência de sua força e faz uso dela". A iniciativa da Arquidiocese de Belo Horizonte está em sintonia com a opinião do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida.

"O papel da igreja nesta eleição será desenvolvido de maneira formativa, ou seja, através de reuniões com as comunidades eclesiais de base, reflexões sobre programas de candidatos, para ajudar a população a valorizar cada vez mais o conteúdo das propostas dos candidatos e o nível de compromisso com as causas populares", afirmou o presidente da CNBB.

Compromisso em decálogo

☐ **Defesa da vida e promoção da dignidade de pessoa humana**: A vida humana, supremo dom de Deus, merece, desde o primeiro instante da concepção, ser preservada, sustentada e valorizada. Oponho-me a tudo o que fere esse direito e diminui a dignidade da pessoa (aborto, eutanásia, tortura, etc).

☐ **Política Agrária**: Apoiarei as ações que visem assegurar a permanência do pequeno agricultor no campo e garantir uma Reforma Agrária justa, ágil e eficaz.

☐ **Direito à moradia**: "Sobre a propriedade pesa uma hipoteca social" (João Paulo II). O solo urbano não pode ficar à mercê dos caprichos do mercado, responsável pelo favelamento e pelo numeroso contingente dos sem-teto. Apoiarei as iniciativas que visem corrigir essa situação injusta.

☐ **Meio ambiente**: Nossa sobrevivência depende da preservação ambiental. Combaterei vigorosamente toda forma de exploração predatória dos recursos naturais e todos os agentes de poluição.

☐ **Justiça social e combate à pobreza**: "A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática" (CNBB). Lutarei pelo emprego, justo salário, sindicalização livre, proteção contra acidentes, participação nos lucros e na gestão da empresa para todos os trabalhadores e prioridade nos projetos oficiais para as necessidades das populações carentes.

☐ **Minorias étnicas**: Assumo combater qualquer forma de discriminação contra grupos ou minorias, por razões étnicas ou culturais, como o sistemático desrespeito à cultura e direitos da população afro-brasileira e condeno os atentados e ameaças à sobrevivência dos povos indígenas, escorraçados e privados da posse de suas terras.

☐ **Estabilidade da família**: Defenderei intransigentemente a família, "base natural da sociedade" e seus valores contra as forças desagregadoras que a agridem: permissividade, erotismo, individualismo, desemprego e subemprego, carência de alimentação, saúde, moradia, lazer, educação e transporte.

☐ **Meios de comunicação social**: Associo-me no protesto contra a onda de imoralidade que invade os programas de televisão, ferindo o preceito constitucional que manda respeitar os valores éticos da pessoa e da família.

☐ **Leis complementares e aplicação da Justiça**: Empenhar-me-ei pela imediata votação das Leis Complementares, sem as quais a Constituição não tem plena vigência e se frustram as conquistas populares. E batalharei por uma Justiça que seja aplicada a pobres e a ricos com imparcialidade e isenção.

☐ **Restauração da dignidade da função pública**: A corrupção destrói o senso do bem comum, desmoraliza a vida pública e marginaliza os honestos. Considero inaceitáveis o nepotismo, o empreguismo, a compra e venda de voto e, sobretudo, a auto-concessão de vantagens descabidas, incompatíveis com os baixos salários — quando não salários de fome — da maioria dos brasileiros.

01 · 01

1.9004574

Nº. DOCUMENTO
TITULO SINDICALISTA MEDEIROS FUE INTERNADO POR SU SALUD
PROCEDENCIA J do B 150028
FECHA DE PROCEDENCI 23/1/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F 55 11165

ENTRADO 20/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Medeiros passa mal em Brasília e está internado em São Paulo

Brasília — Wilson Pedrosa/Agência Estado

Magri (D) passou toda a noite ao lado de Medeiros

SÃO PAULO — O sindicalista Luiz Antônio de Medeiros está internado desde ontem na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Unicor, em São Paulo, recuperando-se de um pré-enfarte que sofreu em Brasília na noite de terça-feira. Segundo dois boletins médicos assinados pelo cardiologista Renato Duprat Filho, diretor-clínico do hospital, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos teve obstrução da artéria coronária esquerda, que só não se transformou em enfarte graças ao tratamento de dilatação da artéria a que foi submetido. Medeiros permanecerá em observação por 72 horas. "Ele está bem, não sentiu dor no peito durante o dia e isto é um ótimo sinal", afirmou Duprat, no início da noite.

Aos 42 anos, Medeiros, segundo amigos próximos, estava vivendo uma rotina estressante. "Ele fumava mais de três maços de cigarros por dia", contou Décio Cardoso, assessor direto de Medeiros. Ultimamente, estava preocupado com a votação pelo Congresso do veto do presidente Fernando Collor à lei salarial e da Medida Provisória 199, que prevê reposição de perdas salariais.

Dores — Medeiros viajou para Brasília na segunda-feira, acompanhando de cerca de 20 sindicalistas paulistas. Na terça-feira, depois de vários encontros com os principais líderes políticos do Congresso, Medeiros preparava-se para voltar ao Hotel das Nações, onde estava hospedado, quando sentiu uma forte dor no peito. Levado ao Hospital Santa Lúcia, fez eletrocardiograma e nada foi constatado. Às 23h30, diante de um prato de sopa e um cinzeiro cheio de cigarros Free no Restaurante Florentino, na Asa Sul de Brasília, voltou a sentir dores e foi internado no Santa Lúcia, onde passou a noite. Informado por assessores, o ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, ficou ao lado do ex-companheiro de sindicalismo até de manhã.

Os colegas de Medeiros, em rápida reunião, decidiram removê-lo para São Paulo, contou Wagner Cinchetto, assessor da entidade. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos acionou a UTI aérea do Unicor. Quinze minutos antes de o avião aterrissar no Aeroporto de Congonhas, com o sindicalista a bordo, uma das turbinas do Lear-Jet pifou, voltando a funcionar quando o aparelho iniciou a operação de pouso. O paciente nada percebeu.

Internado desde as 8h40, poucas pessoas conversaram com Medeiros. Às 18h30, Maria Luisa Medeiros Serqueira, irmã mais velha do sindicalista, disse que ele está conversando e comendo bem. "Estou com medo de morrer", teria ele confessado. Maria Luisa contou que o sindicalista também estava preocupado com a saúde da mãe, Maria de Lourdes, de 79 anos, internada em Fortaleza. Iara, mulher do sindicalista, está nos Estados Unidos desde quarta-feira, com a filha mais nova do casal, Carolina, de 1 ano e 7 meses. A viagem de Iara é cercada por sigilo. Um parente, que não quis se identificar, afirmou que ela viajou para tratamento médico. O governador Orestes Quércia esteve no Unicor e o ministro do Trabalho deixou Brasília às 19h para visitar o amigo.

Porteiro — A vida de Medeiros pode ter sido salva pelo porteiro José Albely Mesquita, do Restaurante Florentino, na Asa Sul de Brasília. Por volta da meia-noite de terça-feira, Medeiros jantava com amigos quando sentiu uma indisposição, saindo do restaurante para tomar ar fresco. O porteiro, conhecido como *Zé Careca*, vendo o sindicalista piorar, deu-lhe um comprimido de Isordil (remédio para o coração).

Os primeiros sintomas do enfarte começaram mais cedo, cerca de 18h, após uma forte discussão com o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos, no cafezinho do Congresso Nacional e só não chegaram aos tapas porque os amigos comuns impediram. No final da tarde de ontem, Calixto estava preocupado com a saúde do adversário. "O sindicalismo precisa dele, todos nós precisamos dele", disse Calixto.

O cardiologista Vagner Nogueira Amorim, do Hospital Santa Lúcia, contou que Medeiros, ao ser atendido pela segunda vez, apresentava quadro de enfarte agudo do miocárdio. O sindicalista foi submetido a uma estreptoquinase, uma recanalização da coronária obstruída.

0 1 1

9004575

Collor vem ao Rio apoiar movimento para que Unesco tombe Floresta da Tijuca

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor de Mello anuncia sábado, no Rio de Janeiro, que a Floresta da Tijuca deve ser declarada patrimônio da humanidade pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura) em dezembro. Collor, que viajará ao Rio com o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, participará de um passeio promovido pelo movimento ecológico Pró-Floresta da Tijuca, entidade que luta para que a área seja tombada pela Unesco. Do passeio, que começa às 7h30, também participará a presidente do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), Tânia Munhoz.

O Comitê Internacional do Patrimônio Mundial da Unesco vai se reunir de 10 a 14 de dezembro na cidade de Banff, no Canadá. No encontro, analisará a proposta do governo brasileiro para o tombamento da maior floresta urbana do mundo. Além disso, é o único exemplo de reflorestamento heterogêneo feito predominantemente com espécies tropicais que obteve sucesso. Não há qualquer obstáculo ao tombamento e a resposta dever ser positiva. As negociações com a Unesco vêm sendo mantidas pelo Ministério das Relação Exteriores, através de uma comissão que inclui representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Ibama e entidades ambientalistas brasileiras.

Os primeiros contatos visando ao tombamento da Floresta da Tijuca foram feitos pelo embaixador brasileiro junto à Unesco, José Guilherme Merquior, amigo do presidente Collor. A Unesco dará seu parecer com base em dados fornecidos pelo Ibama, que mostrou a importância da Floresta da Tijuca para a preservação de espécies nativas da fauna e flora brasileiras.

Embora a área, devastada para a cultura do café, no século passado, tenha sido reflorestada, existem nela plantas e animais típicos da Mata Atlântica. Dessas espécies nativas, algumas correm risco de extinção, como o periquito tiriba; entre os vegetais, ainda existe na floresta o pau-brasil, hoje raro em todo o país.

Dentro da floresta, ocupando uma área de 3.200 hectares, fica o Parque Nacional da Tijuca, criado em 6 de junho de 1961, que, de acordo o Ibama, deverá receber, este ano, cerca de 4 milhões de visitantes. No parque ficam também algumas das mais belas montanhas do Rio, como o Corcovado e o Pico da Tijuca. Nos limites da floresta, embora fora da parque, fica a Pedra da Gávea.

Ciclo do café teve início na região

A região da Floresta da Tijuca começou a ter seus vales e encostas ocupados com a expansão da cidade. Em meados do século 18, por exemplo, foi concluído o Aqueduto da Carioca, que abastecia os chafarizes da Carioca e das Marrecas. A água era captada no Rio Carioca, nas encostas do Corcovado. Já no início do século 19, a beleza da região atraiu pessoas como o pintor Nicole Antoine Taunay, integrante da Missão Francesa, chegada ao Brasil em 1816, que morou próximo à cascatinha que hoje tem o seu nome. Logo Taunay foi seguido por outros franceses.

A riqueza da floresta atraiu também os naturalistas, que, aproveitando a abertura do país aos estrangeiros, após a mudança da família real para o Rio, vieram estudar a fauna e a flora tropical. Entre esses cientistas, estão Darwin, Spix, Martius e Saint-Hilaire.

Dando início ao ciclo do café no Brasil, os nobres da Missão Francesa abriram as primeiras fazendas na região, começando também o processo de devastação que viria a pôr em risco os mananciais que abasteciam a cidade. Por volta de 1857, o ministro do Império e deputado Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro Barão do Bom Retiro, desapropriou áreas, principalmente na bacia do Rio Cachoeira, para proteger a floresta. Em 1861, o major Manuel Gomes Archer foi escolhido para reflorestar a região. Do seu sítio, no Caminho do Cabuçu, em Guaratiba, Archer levou, ao longo de 60 quilômetros e em lombo de mulas, 100 mil mudas, plantadas em 13 anos com a ajuda de apenas seis escravos.

Em 1943, o industrial e historiador Raimundo de Castro Maya retomou os trabalhos de replantio e conservação da floresta. Apontado por pesquisadores como principal responsável pela conservação da floresta, foi Maya quem transformou uma parte dela em parque, pagando muitas obras.

Área oferece também sossego e lazer

A Floresta da Tijuca não se destaca apenas pela sua exuberância. Considerada a maior floresta urbana do mundo, é um dos pontos mais procurados, nos fins de semana, por pessoas que buscam uma pouco de paz e sossego. Situada no Maciço da Tijuca — que divide as zonas Norte e Sul do Rio —, a floresta é o ponto mais próximo para os que desejam escapar das tensões do dia-a-dia da cidade grande. Piqueniques, excursões e escaladas são alguns dos programas.

No meio da floresta está o Parque Nacional da Tijuca, com cerca de 3.300 hectares. Ali o visitante encontra paisagens belíssimas e passeios variados. O mais tradicional e famoso é pegar o bondinho que parte do Cosme Velho e leva ao Corcovado, onde está o Cristo Redentor, imagem símbolo da cidade. Há alternativas, como visitar algumas das inúmeras cascatas e cachoeiras.

Embora bem maior, a Floresta da Tijuca se confunde na cabeça de muita gente com o parque nacional. Os pontos mais significativos da área, como o Pico da Tijuca, o Bico do Papagaio e o Corcovado, estão no parque propriamente dito. Também estão no parque pontos turísticos dos mais procurados, como a Cascatinha, o Açude da Solidão e a Capela Mayrink. No entanto, estão fora do parque áreas também muito conhecidas, como o Horto Florestal, o Jardim Botânico e o Parque Lage, que são extensões da floresta.

Além da beleza, a floresta tem também problemas e perigos. Uma das maiores críticas do Movimento Pró-Floresta da Tijuca é que a direção regional do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) não tem cuidado do parque. A área, abandonada pelas autoridades, está suja e maltratada.

Principais espécies da fauna e flora

Geribá

Os bichos

Aves
Juriti
Jacu
Bacurau
Cigarra-bambu
Juruviara
Tangará
Teimpera-viola
Coruja
Uru
Saíra
Tico-tico

Mamíferos
Sagüi
Macaco-prego
Quati
Guaxinim
Gato-do-mato
Caxinguelê
Tatu
Tamanduá-mirim

Répteis
Cobra caninana
Cobra-coral
Jararaca
Jararacuçu

Borboletas
Azulão
Capitão-do-mato

As plantas

Murici
Ipê-amarelo
Ipê-tabaco
Angico
Caixeta-preta
Cambuí
Urucurana
Pau-ferro
Sapucaia
Jequitibá
Cedro
Ingá
Juçara (palmito)
Pau-brasil
Peroba
Vinhático
Jaqueira
Baba-de-boi (geribá)
Cangerana
Brejaúba

Tico-tico

9004576

01·01

Nº. DOCUMENTO
TITULO COLLOR VISITA ACADEMIA DE LA F. A. B.
PROCESSO 2 H 150028
FOLHA 8/8/90
VIDE BRASIL 10046
F MILITAR 1163

ENTRADO 10/9/1990
CRUZADO 13/9/1990

Collor visita Academia da FAB e voa num avião Tucano

□O presidente Collor viaja hoje para o interior paulista, para conhecer as instalações do "Ninho das Águias"

O presidente Fernando Collor viaja hoje para Pirassununga, no interior de São Paulo, onde conhecerá as instalações do "Ninho das Águias", a Academia da Força Aérea Brasileira. A chegada àquela cidade está prevista para pouco antes do meio-dia. Depois de receber explicações sobre o funcionamento da Academia, que fica a 200 quilômetros da capital paulista, Collor participará, como co-piloto, de um vôo de 30 minutos em um avião Tucano T-27. Aeronave fabricada pela Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) e destinada a treinamento militar, o Tucano é hoje utilizado também pela "Esquadrilha da Fumaça".

De volta à escola, onde deverá permanecer durante cinco horas, o presidente receberá uma maquete da Academia, seguindo-se solenidade de descerramento de placa alusiva à visita e entrega de espadim aos novos oficiais. Terminada a cerimonia, ele embarcará de volta a Brasília, às 17 horas.

Criada em 1919 como escola de aviação militar, o "Ninho das Águias" ganhou a denominação de escola de Aeronáutica em 1941, com a criação do Ministério da Aeronáutica, e só em 1969 mudou para Academia da Força Aérea. Até então, funcionou no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e dois anos depois foi transferida para Pirassununga.(ABR)

01.01 90045777

Nº. DOC.
TIT.
F.
F.
V.

90 OFICIAIS PRESOS EN RIO
Z H. 15002 9
24/8/90
BRASIL 10046
F. MILITAR 11163
SIT INTERNA 11334

ENTRADO 10/5/90 ES
CRUZADO 12/5/90 ES

80 oficiais presos no Rio

□Cerca de 80 oficiais e sargentos estão presos, incomunicáveis, em quartéis do Rio de Janeiro. São da reserva e entraram na Justiça

O advogado Henrique Pinto entrou ontem no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, com um mandado de segurança contra o ministro do Exército, general Carlos Tinoco, para exigir que ele determine a libertação de cerca de 80 oficiais e sargentos que estão presos, incomunicáveis, em quartéis do Rio de Janeiro. Segundo o advogado, estes militares foram presos pelo general Barata, comandante do Comando Militar do Leste, como punição por terem conseguido sua reintegração ao Exército através de medida judicial.

— Estes oficiais e sargentos R2 foram presos por pleitear seus direitos na Justiça. Eles estão incomunicáveis", afirmou Henrique Pinto.

Os chamados R2 são os jovens que fazem o CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) ou NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) e depois se habilitam como aspirantes a oficial ou sargentos.

Anualmente, segundo Henrique Pinto, que também é militar da reserva, são formados cerca de três mil aspirantes a oficiais R2 e dez mil sargentos R2. Parte deste pessoal é mantido como "temporário".

De acordo com duas portarias do Ministério do Exército de outubro de 1989, este pessoal, quando superar o período de quatro anos e oito meses de serviço, terá que ser licenciado, o que significa ser dispensado do Exército. (AG)

01/01

E 9004578 V

Nº. DOCUMENTO
TITULO F.A.B CONSEGUE 88 milhões de Cruzeiros.
PROC J do B 150028
FE H 22/6/90
VINCUL BRASIL 10046
F MILITAR 11163

ENTRADO 16/7/2025
CRUZ-DO 13/9/2025

FAB consegue Cr$ 88,8 milhões com leilão de 4 Bandeirantes

São Paulo — Ariovaldo Santos

Coronel Mesquita: leilão foi decisão do ministério

SÃO PAULO — Depois dos concorridos leilões de automóveis promovidos pelo governo federal, chegou a vez dos aviões. Na manhã de ontem, o Ministério da Aeronáutica transformou quatro de seus aviões Bandeirantes em Cr$ 88,8 milhões, em leilão realizado no Parque Aeronáutico da capital paulista. Durante uma hora e meia, sete interessados, representantes de empresas de mineração, de táxi aéreo e de empresas de transporte de carga e passageiros, além de duas pessoas físicas, disputaram os aviões em um evento não muito concorrido.

Dos quatro aviões colocados em leilão, apenas um, o Bandeirante número 2144, fabricado em 1974 e utilizado para transporte executivo em Brasília, foi vendido a um preço acima do lance inicial determinado pela Força Aérea Brasileira (FAB). De um valor inicial de Cr$ 18,9 milhões, o preço da aeronave saltou para Cr$ 27,2, no lance proposto pela Mineradora Taboca, do Grupo Paranapanema, principal mineradora no país de cassiterita, a matéria-prima do estanho. "Foi um negócio da China", vangloriava-se o engenheiro civil Oswaldo Santana, da empresa. Segundo ele, o 2144 — com 16 anos e apenas 9 mil horas de vôo — saiu bem barato. "Um avião desta idade costuma ter 25 mil horas de vôo e custa cerca de Cr$ 73 milhões", informou. Dentro de no máximo 30 dias, o Bandeirante será retirado do Parque Aeronáutico e transportará pessoal e material em uma mina da Taboca instalada a 200 quilômetros ao norte de Manaus.

Os outros três aviões, apesar do bom estado e de não muitas horas de vôo, foram vendidos pelo preço inicial fixado pela FAB. O mais velho deles, um Bandeirante de primeira safra, fabricado em 1972 e utilizado em observação aérea em Santa Maria (RS), ficou com a Total Aero Táxi, do Rio, por Cr$ 22,6 milhões. Outro avião, fabricado em 1974 e utilizado para instrução em Pirassununga (SP), saiu por Cr$ 17 milhões para a Nordeste Linhas Aéreas Regionais. O último deles, outro Bandeirante de 1974 que servia ao Correio Aéreo Nacional no Rio, foi para a Gonair Taxi Aéreo, de Barbacena (MG), por Cr$ 22 milhões.

O leilão dos Bandeirantes, pagos à vista, tem como objetivo enxugar os gastos da FAB. "Foi uma decisão do Ministério da Aeronáutica, para participar do Plano Brasil Novo", explicou o coronel Marco Mesquita, o leiloeiro designado. Segundo ele, a economia de manutenção dos aviões poderá chegar até US$ 1 milhão ao ano — o que não significa muito nos gastos totais do ministério.

A FAB vai vender mais oito Bandeirantes em breve, mas ainda não decidiu se o fará por leilão. O Ministério da Aeronáutica vai avaliar o resultado deste leilão. Se não for considerado proveitoso, será estabelecer nova forma de venda

01.01 : 9004579

Nº. DOCUMENTO
TITULO COMANDANTES ARRESTADOS
PCDOB JdoB 150028
FE 10 29/8/90
VINCUL.. BRASIL 10046
F MILITAR 11163
SIT. INTERNA 11334.

ENTRADO 20/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Comandante e subcomandante da Base de Anápolis são presos

BRASÍLIA — Por determinação do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, o comandante da Base de Anápolis, coronel Gildo Fernandes de Souza, e o subcomandante, tenente-coronel Ubirajara Fernandes da Cunha, estão desde ontem detidos em dependências do 6º Comando Regional Aéreo (Comar), em Brasília. Eles permanecerão presos até a conclusão do inquérito aberto para apurar as torturas sofridas pelo soldado Rober Soares da Silva e três colegas em instalações da Base no dia 6 de agosto.

O presidente Fernando Collor, segundo o Palácio do Planalto, só foi informado do caso de tortura na Base Anápolis no final da tarde de sexta-feira passada, 18 dias após os quatro soldados terem recebido socos, pontapés e choques elétricos para confessar o roubo de duas pistolas cometido por um outro soldado.

Na rampa — Collor acabava de encerrar a solenidade de descida da rampa do Planalto, na sexta-feira, quando o chefe do Gabinete Militar, general Agenor Homem de Carvalho, relatou o que havia ocorrido em Anápolis. Imediatamente, determinou que Agenor entrasse em contato com o brigadeiro Sócrates Monteiro, exigindo que o caso fosse tratado "exemplarmente".

O ministro da Aeronáutica também só tomou conhecimento do caso na sexta-feira, por volta de 11h30, pouco depois de regressar do Planalto. Sócrates fora ao palácio para tratar da presença de oficiais da reserva da Aeronáutica em Bagdá, prestando serviços ao governo iraquiano no desenvolvimento de projetos bélicos.

José Varella — 17/1/90

Planalto critica Sócrates

Segundo a Aeronáutica, o ministro soube do que ocorrera em Anápolis através do comandante-geral do Ar, tenente-brigadeiro Márcio Teresino Drumond, que acabara de ser informado do caso pelo major-brigadeiro João Felipe Sampaio de Lacerda Junior, comandante do 6º Comar, ao qual a Base de Anápolis está subordinada. Lacerda recebera telefonema do comandante da Base, coronel Gildo Fernandes.

Imediatamente, o comandante do 6º Comar determinou que o coronel Gildo Fernandes embarcasse para Brasília para prestar esclarecimentos sobre o caso. Após ouvir as explicações, Lacerda avisou seu superior, brigadeiro Drumond, que, por sua vez, deu ciência do caso ao ministro. O brigadeiro Sócrates mandou abrir Inquérito Policial Militar (IPM) e determinou o afastamento do coronel Gildo Fernandes e do tenente-coronel Ubirajara Fernandes da Cunha.

Versões — Sócrates, segundo o Palácio do Planalto, só esqueceu de uma coisa: avisar o presidente Collor. O Ministério da Aeronáutica nega a falha e afirma que o brigadeiro Sócrates informou o presidente, através do secretário-geral da Presidência da República, embaixador Marcos Coimbra. Ainda segundo a Aeronáutica, naquela mesma sexta-feira, por volta de 21h, Sócrates e Coimbra voltaram a se falar, para dar novas notícias ao presidente.

Na versão do Planalto, entretanto, Collor só ficou sabendo das torturas ao terminar de descer a rampa, através do general Agenor Homem de Carvalho. Ainda de acordo com o Planalto, por volta de 20h o general Agenor telefonou para a casa do brigadeiro Sócrates, que jantava com amigos, dizendo que o presidente Collor queria que o caso fosse tratado exemplarmente.

O ministro da Aeronáutica, segundo o Planalto, respondeu que o comandante e o subcomandante da Base de Anápolis já haviam sido afastados e que um novo IPM havia sido aberto para que se descobrisse, inclusive, por que um fato de tamanha gravidade, ocorrido no 6 de agosto, só foi comunicado aos escalões superiores no dia 24 de agosto.

01/01

9004580

MANIFESTACION DE LOS OFICIALES DE RESERVA
J do B 150028
5/8/90
BRASIL 10046
F MILITAR 11163
SITUAC INTERNA 11334.

ENTRADO 00/7/1989
CRUZADO 13/7/1989

Oficial da reserva faz passeata contra as demissões no Exército

Militares filiados a Associação Brasileira de Oficiais de Reserva do Exército (Abore) fizeram ontem uma manifestação contra as demissões que vêm ocorrendo na categoria e também o não cumprimento de lei federal que garante indenização para os demitidos. Numa carreata com cerca de 50 veículos, os militares saíram de Bonsucesso e, passando pelo Centro e o Aterro do Flamengo, foram até à praia do Leblon, na Zona Sul. Os manifestantes fizeram buzinaços e, além de megafones, levavam várias faixas de protesto. "Nós temos deveres e direitos", dizia uma delas.

"Estamos manifestando, de forma disciplinada, nossa indignação com o fato de pais de família estarem sendo demitidos sem nenhum direito trabalhista" explicou o presidente da Abore, o 2º Tenente Henrique Pinto. Os militares da Abore, classificados no exército como R2, são formados por escolas como o CPOR (Centro Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva) e NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva). Em outubro de 1989, o então Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, assinou portarias (nº 948 e 949) determinando que os militares R2 com mais de quatro anos e oito meses de serviço fossem demitidos.

O exército considera os R2 como militares temporários. "Não é possível que a pessoa fique 10 anos dentro de uma instituição e depois seja mandada embora sem nenhuma indenização", disse Henrique Pinto. "Como essa mão de obra especializada em manuseio de fuzis e canhões, por exemplo, vai conseguir emprego na vida civil?", questionou o presidente da Abore. "Militares exigem o cumprimento imediato da lei 7.963", dizia uma faixa, referindo-se à lei sancionada pelo Congresso, em dezembro do ano passado, que garantiu aos militares R2 o direito a indenização por tempo de serviço.

Pelos números da Abore, os R2 representam hoje 80% do efetivo de 2º Tenentes e Capitães, 60% dos sargentos e 80% de cabos e soldados na ativa do Exército. No Rio de Janeiro, são 6 mil oficiais, 12 mil sargentos e 34 mil cabos e soldados. Na carreata, algumas faixas também denunciavam que os militares que conseguiram retornar aos quartéis por liminar da justiça estão sendo presos por seus comandantes. O direito à estabilidade com cinco anos de serviço, em equiparação dos militares as funcionários públicos também é outra bandeira da Abore.

José Roberto Serra

A carreata dos militares tomou conta do Aterro

F9004581

Nº. DOCUM.
TITULO EJERCITO DEBE GARANTIZAR LA DEMOCRACIA.
PROC. 2. H. 150028
FOLIO 23/8/90
VOLUM. BRASIL 0046
F. MILITAR 11163

ENTRADO 90/9E6
CRUZ DO 23/8/90E5

"Exército deve garantir democracia"

□Presidente almoçou pela primeira vez no Clube Militar e disse que cabe ao Exército garantir ao povo o direito de decidir sobre o futuro da Nação, num ambiente democrático

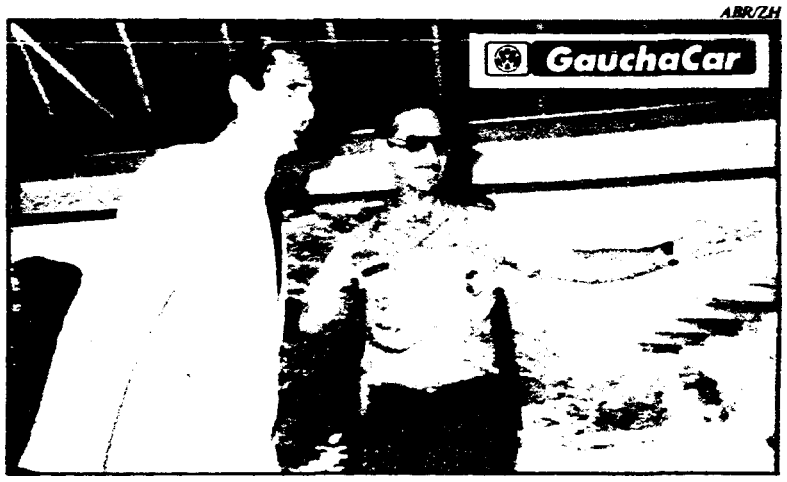
Pela primeira vez na história recente do Exército, o presidente da República compareceu, ontem, ao almoço de confraternização dos oficiais da ativa e da reserva, como parte das comemorações da semana do Exército brasileiro. Em seu discurso, o presidente Fernando Collor afirmou que cabe ao Exército garantir ao povo o direito de decidir sobre o futuro da Nação, uma vez que o Brasil quer, também, "um ambiente em que o jogo da democracia seja praticado com dignidade e correção".

"A sociedade", continuou o presidente, "não se deixará enganar por versões distorcidas dos fatos nem por inverdades muitas vezes a serviço de rancores pessoais e o Exército guarda entre as suas mais ricas tradições a defesa do moderno e a vocação desenvolvimentista".

DESENVOLVIMENTO — Ao final de seu pronunciamento, Fernando Collor deixou uma mensagem aos oficiais. Pediu-lhes que se orgulhem "de ser soldados de uma democracia". O ministro do Exército, Carlos Tinoco, afirmou ao presidente, também em discurso, que o Exército cumprirá fielmente sua missão constitucional, "no sentido de contribuir para que o Governo avance firmemente na conquista de melhores dias para a Nação, a fim de que o povo brasileiro possa, definitivamente, alcançar seu verdadeiro ideal de desenvolvimento, harmonia e justica social".

O presidente Fernando Collor chegou ao Clube do Exército, às margens do Lago Paranoá, às 13 horas, recepcionado pelo ministro Carlos Tinoco. Compareceram ao almoço de confraternização 507 oficiais, sendo 383 da reserva e 124 da ativa. Durante o almoço, foram servidos salada de chucrute, filé alto com molho de ervas, estrogonofe de frango, arroz branco e batata palha, com sobremesa de gelatina acompanhada de calda de ameixa e acompanhamento de vinhos branco e tinto, além de refrigerantes e agua.(ABR)

ABR/ZH



Almoço: *General recebe o presidente na chegada ao Clube do Exército*

DIAS MELHORES — O ministro do Exército, ao saudar os presentes, comentou que, na ativa ou na reserva, as aspirações de todos se concentram no ideal de servir à pátria, "irmanados e orientados pelas lições de nosso patrono, Duque de Caxias". Ao referir-se especificamente ao convidado de honra, o presidente Fernando Collor, Carlos Tinoco reafirmou o compromisso do Exército de fazer tudo para que o Governo conquiste dias melhores para a Nacão. "a fim de que o povo brasileiro possa, definitivamente, alcançar seu verdadeiro ideal de desenvolvimento, harmonia e justiça social", afirmou, brindando em homenagem ao presidente.

Fernando Collor lembrou que sua presença na comemoração foge às determinações rígidas das obrigações protocolares do Chefe de Estado: "Vim porque pretendo homenagear, como presidente e como comandante supremo das Forças Armadas, a trajetória de dedicação às causas da pátria, que é a história do Exército brasileiro". (ABR)

01-01

F 9004582

Nº. DOCUMENTO
TITULO: MINISTRO W. PIRES DEL GOBIERNO FIGUEIREDO ES SEPULTADO.
FECHA: 2-H. 150029
FUENTE: 15/8/90
VIA: BRASIL 10046
F. MILITAR 11163.

ENTRADO 20/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

UDTO. DE TEXTEROR (RJ)
7.9.90
SP
RICHARD

Walter Pires é sepultado

Arquivo/ZH

Walter Pires

O corpo do ministro do Exército no Governo do general Figueiredo, general Walter Pires, foi enterrado ontem à tarde no cemitério São João Batista, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro.

Entre os presentes estavam o ex-presidente da República, general João Figueiredo, e os ex-ministros Leônidas Pires Gonçalves e Fernando Bethlem. Quando o corpo chegou ao cemitério foi saudado com honras militares com três salvas de tiros pelo Batalhão de Guardas do Exército.

O sepultamento foi ao som do toque de silêncio. O general Walter Pires Carvalho de Albuquerque tinha 75 anos e ocupou o Ministério do Exército durante quase todo o Governo Figueiredo, de 1979 a 1985.

Ele morreu de enfarte agudo do miocárdio na sede desportiva do Clube Militar, no Jardim Botânico, no Rio. Ele começou a passar mal quando nadava na piscina do clube. O ex-ministro Walter Pires deixa viúva, dona Ruth, e um filho, Marcos. (ABR)

01-01

F9004583

IO ANUNCIA LA SUMA DE MIL MILLONES DE CRUCEIROS PARA RESTAURAR LAS RUTAS

lo B 150028
16/8/90
BRASIL 10046
POL 1164
B NOTA 11302

ENTRADO 10/8/1990
CRUZADO 13/8/025

Novo secretário anuncia Cr$ 1 bilhão para rodovias

Brasília — João Ramid

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor vai liberar na segunda-feira Cr$ 1 bilhão para o Programa SOS Rodovias. A informação foi prestada ontem pelo novo secretário nacional dos Transportes, engenheiro José Henrique D'Amorim de Figueiredo, diretor-geral do DNER, cuja indicação para a vaga de Marcelo Ribeiro será publicada segunda-feira no *Diário Oficial* da União.

Ontem, acompanhado pelo secretário-executivo do Ministério da Infra-Estrutura, Paulo César Ximenes, Figueiredo foi ao Palácio do Planalto, por volta de meio-dia. Não confirmou, porém, se tinha sido recebido pelo presidente Collor. Embora não recusasse cumprimentos pela promoção na burocracia federal, o diretor-geral do DNER evitou entrevistas e disse que, por uma questão de ética, só falaria após a confirmação de seu nome como secretário dos Transportes no *Diário Oficial*.

No Ministério da Infra-Estrutura, a indicação de José Henrique D'Amorim de Figueiredo para o DNER sempre foi atribuída ao ex-prefeito de Recife Joaquim Francisco, que é candidato numa coligação partidária encabeçada pelo PFL ao governo de Pernambuco. Com 34 anos de idade, Figueiredo formou-se em engenharia pela Universidade Federal de Pernambuco e trabalhou, de 1980 a 1985, na Companhia de Transportes Urbanos de Recife, onde exerceu diversas funções de chefia e chegou à presidência.

Figueiredo assumiu a direção-geral do DNER no dia 9 de março e logo teve que enfrentar três problemas: a transferência da sede do departamento do Rio de Janeiro para Brasília, o encaixe do DNER na nova estrutura do Ministério da Infra-Estrutura e a elaboração dos estudos básicos que resultaram no Programa SOS Rodovias, com o qual o governo pretende restaurar cerca de 15 mil quilômetros de estradas federais.

Como diretor-geral do DNER, Figueiredo sempre enfatizou a necessidade de recuperação da malha rodoviária. Quando foi anunciada a entrada do Exército no programa de restauração das rodovias federais, coube a ele a maior parte da negociação com o diretor do Departamento de Obras de Cooperação, general Victor Fortuna.

01-01

9004584

AENTO
CANDIDATOS POR ESTADO Y PARTIDO.
CCION JdoB. 150028
DE PROCEDENCIA 19/8/90
ACIONES BRASIL 10046
F. Pol 11164
PPP 11304

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

ESTES CONCORREM A GOVERNADOR EM OUTUBRO

Estados	Candidatos	Partidos *
RS	Alceu Collares	PDT/PSDB/PC do B
	Jose Fogaca	PMDB
	Nélson Marchezan	PDS/PFL/PL/PRN
	Tarso Genro	PT/PSB/PCB
SC	Américo Fara	PRN/PTR
	Dirceu Carneiro	PSDB
	Nelson Wedekin	PDT/PT/PSB/ PCB/PC do B
	Paulo Afonso Vieira	PMDB
	Vilson Kleinubing	PFL/PDS/PL/ PTB/PDC/PSC
	Nilton Matheus	PMN
PR	Henrique Pizzolato	PT/PSB
	José Carlos Martinez	PFL/PDC/PSC
	José Richa	PSDB/PCB/PC do B
	Lanfolfo Júnior	PL
	Roberto Requião	PMDB/PMN/PT do B/PST
SP	Almino Affonso	PDT/PMN
	Adhemar de Barros Filho	PRP/PPD/PTR/ PCN/PT do B
	Luiz Antônio Fleury Filho	PMDB/PL/PFL
	Mário Covas	PSDB
	Paulo Maluf	PDS/PRN/PTB/PDC
	Plinio de Arruda Sampaio	PT/PSB/PCB/PC do B
RJ	Jorge Bittar	PT/PSB
	Leonel Brizola	PDT/PL B/PC do B
	Nelson Carneiro	PMDB/PFL/PDS/PTB/PRN
	Ronaldo Cesar Coelho	PSDB
ES	Albuino Cunha de Azeredo	PDT
	Antônio Carlos Dutra	PL
	José Inácio Ferreira	PST
	Paulo Lourenço	PRN/PDC
	Rogério Medeiros	PT/PSB/PCB/PC do B
	João Calmon	PMDB
MG	Hélio Garcia	PRS/PL/PTB
	Hélio Costa	PRN/PTR/PSC/PSD
	Oscar Corrêa Júnior	PFL
	Pimenta da Veiga	PSDB/PDT/PMN
	Ronan Tito	PMDB
	Virgílio Guimarães	PT/PSB/PC do B/PCB
BA	Antônio Carlos Magalhães	PFL/PDS/PTB/ PL/PDC/PSC
	Joaci Góes	PSDB
	José Sergio Gabrielli	PT
	Luiz Pedro Irdjo	PRN/PTR
	Roberto Santos	PMDB
	Ludice da Mata	PC do B/PCB/PSB/ PSDB/PDT
SE	Carlos Alberto Menezes	PDT
	João Alves	PFL/PDS/PMDB/PL PSDB/PDC/PCN/PRT
	Jose Eduardo Dutra	PT/PSB/PC do B
AL	Geraldo Bulhões	PSC
	Renan Calheiros	PRN
	Antônio Moura	PT/PSB/PCB/PC do B
PE	Alexandre Santos	PSL
	[illegible]	PFL/PRN/PST/ PTR/PDS/PSD
	Jarbas Vasconcellos	PMDB/PDT/PSB/ PS/PMN/PC do B
	Maxwell Sampaio	PTB/PL
	Paulo Rubem Santiago	PT
PB	Genival França	PT/PSB/PCB/PC do B
	João Maia	PRN/PDS
	Ronaldo Cunha Lima	PMDB/PSDB
	Wilson Braga	PDT/PL/PFL/ PSC/PRT/PTB
RN	Ana Catarina Alves	PTR
	Jose Agripino Maia	PFL/PCB/PL PDS/PRN/PDC/PSDB
	Lavoisier Maia	PDT/PMDB/PTB/PST
	Salomão Gurgel	PT/PSB/PC do B
CE	Aguiar Junior	PRN
	Ciro Gomes	PSDB/PDT/PDC
	João Alfredo	PT/PCB/PC do B/PSB
	Paulo Lustosa	PFL/PDS/PMN/PTB
PI	Antonio Freitas Neto	PFL/PDS/PCS/PTB
	Antonino Neto	PT/PDT/PSB/PC do B
	Wall Ferraz	PSDB/PMDB/PRN/ PDC/PL/PTR
MA	Conceição Andrade	PSB/PT/PDT/PCB/PC do B
	Edison Lobão	PFL/PSC/PTB
	João Castelo	PRN/PMDB/PDC/ PSDB/PDS/PL
PA	Almir Gabriel	PSDB/PSB/PDT/ PCB/PC do B /PT
	Jader Barbalho	PMDB/PST
	Sahid Xerfan	PTB/PDS/PFL/PRN/PL
AP	Abelardo Vaz	PDS/PTB
	Anibal Barcellos	[illegible]/PMN
	Antônio Cabral	PST
	Bernardo Rolim	PMDB
	Guaracy Nunes	PDC
	Gilson Rocha	PT/PSB/PCB/PC do B
	José Maria Papaléo	Prona
RO	Iniácio Lenke	PT
	Leônidas Rachid Jaudy	PRN
	Otavo Pires Filho	PTB/PDT/PDS/PRS/PST
	Oresies Muniz Filho	PL/PMDB/PSB/PMN/PDC
RR	Bergerac Vilela Batista	PSC
	Ottomar de Souza Pinto	PTB
	Roberto Dagoa	PT/PV
	Romero Juca***	PFL/PDS/PMDB/PL
AM	Deuzamir Pereira	PRN
	Gilberto Mestrinho	PMDB/DPC/PFL
	Wilson Alecrim	PSDB/PC do B/PT/PSB
AC	Edmundo Pinto Neto	PDS
	Jorge Nei Macedo Neves	PT/PDT/PCB/PC do B
	Osmir Albuquerque Lima Filho	PMDB
	Rebeca Soares Branquinho	PL/PRN/PTB/PDC/ PFL/PL/PMN
TO	Ari Valadão	PDS
	Moisés Abrão	PDC
	Moisés Avelino	PMDB
	Célio Alves Moura	PT
GO	Iram Saraiva	PDT/PSDB/PC do B
	Íris Rezende	PMDB
	Paulo Roberto Cunha	PDC/PFL/PRN
	Valdi Camárcio	PT
DF	Carlos Saraiva e Saraiva	PT
	Elmo Serejo	PL/PMDB
	Joaquim Roriz	PTR***
	Maurício Corrêa	PDT/PC do B/PSDB
	Carlos Magno	PCB/PSB
	Adolfo Lopes	PRN
		PT do B
MT	Agripino Bonifia Filho	PMDB
	Antônio Amaral	PRN
	Jaime Campos	PFL/PTB/PDS/PL/PTR
	Luiz Escalope	PT/PDT/PSD/PCB/PC do B
	Luiz Soares	PSDB
MS	Gandi Jamil	PDT/PMDB/PTR
	Manoel Bronze	PT/PSB/PC do B
	Pedro Pedrossian	PTB/PRN/PST/PDS/ /PL/PSD

* O partido do candidato é o que aparece primeiro
** Coligação pelos seguintes partidos: PRN/PFL/PTB/PSD/PDS/ PDC/PAS/PSC/PSL/PCN/ PBM/PSU/PCN/PLT
***candidaturas impugnadas na Justiça Eleitoral local, pendentes de decisão do TSE

9004585

Nº. DOCUM
TITULO SENADO APROVA BENEFICIOS PARA VIÚVAS
PROCEDEN 2.A 150029
FECHA DE 10/8/90
VINCULACIO BIAS-G 10046
F. DEX 11164
GOB NAC 11302
ENTRADO 17/8/90 ES
CRUZADO 17/9/90 EL

Senado aprova novos benefícios da Previdência

□Substitutivo de Floriceno Paixão sofreu pequenas modificações. Líder do Governo diz que novos benefícios custarão Cr$ 25 bilhões

O Senado aprovou ontem, por 35 votos a favor e quatro abstenções, o projeto que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, de acordo com o substitutivo do deputado Floriceno Paixão (PDT/RS), com pequenas modificações. A matéria foi aprovada após várias horas de discussão e tentativa dos líderes de Governo de evitar a decisão. Em plenário, lutando por este resultado, além de Paixão, estavam os deputados gaúchos Vicente Bogo e Hermes Zanetti, do PSDB, acompanhando representantes de entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura e o Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais, as "Margaridas".

Na tentativa de evitar a votação ou aprovar o texto com emendas, o Governo encaminhou ontem 29 emendas ao projeto, que pretendia derrubar por ser originário do Governo Sarney e totalmente modificado pela Câmara dos Deputados. Deste conjunto de sugestões de mudança, segundo avaliação do senador Almir Gabriel (PSDB/PA), que foi relator da matéria no Senado, 16 emendas, se aprovadas, alterariam substancialmente o plano de benefícios. Citou como exemplo as propostas de só pagar um salário mínimo aos trabalhadores rurais registrados pelo empregador e suprimir o pagamento da diferença do 13º de 1989 aos aposentados.

O líder do Governo no Senado, José Inácio (PST/ES), advertiu que a Previdência não terá como arcar com os custos do projeto, que serão da ordem de Cr$ 25 bilhões, segundo cálculos do Governo. O presidente Collor tem 15 dias para sancionar a matéria ou vetá-la. Os senadores têm que votar ainda o projeto que institui o plano de custeio da seguridade social, complementando mais uma parte da regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos a esta questão.(Brasília/ZH)

Projeto: *substitutivo de Floriceno teve poucas modificações*

Os pontos fundamentais do projeto

O deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), que foi relator na Comissão de Saúde e Previdência Social da Câmara e elaborou substitutivo ao projeto 2.570/89, enviado ao Congresso pelo ex-presidente Sarney, destacou ontem os pontos fundamentais do projeto aprovado:

□ **Reajuste dos benefícios de acordo com índice do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos).**

□ A pensão por morte será igual ao valor da aposentadoria que receberia o segurado falecido.

□ **Os recursos interpostos pela Previdência Social contra decisão de juiz local não poderão evitar o pagamento imediato do benefício objeto da ação.**

□ O benefício em dinheiro deverá ser pago diretamente aos beneficiários.

□ **A diferença do abono Natal (13º salário dos aposentados) relativo ao ano de 1989 será paga até 60 dias após a publicação da nova lei, com correção monetária.**

□ Revisão de todas as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 8 de outubro de 1988. O pagamento dos atrasados será feito com correção monetária.

□ **Mantidos o auxílio-funeral, o auxílio-natalidade e o abono permanência em serviço.**

□ O período de carência para aposentadoria por idade, por tempo de serviço e especial será de 96 contribuições.

□ **O auxílio-doença terá um valor correspondente a 80% do salário de benefício mais 1% por cada ano de contribuição até o máximo de 90%. A aposentadoria por invalidez corresponderá a 100% do salário de benefício.**

□ Acabou o limite de idade para qualquer modalidade de aposentadoria especial concedida aos segurados que exercem atividades insalubres, penosas ou perigosas.

□ **Os segurados que desde 1987 tiveram seu salário de contribuição vinculado ao salário mínimo de referência podem recolher contribuição complementar e depois efetuar a revisão de cálculo de benefício que já tenha sido concedido.**

□ A concessão de pensão não será adiada por falta de habilitação de outro presumível dependente.

□ **Entidades legalmente representativa de aposentados podem processar pedidos de benefícios através de convênio com a Previdência Social.**

□ Qualquer benefício concedido com atraso será pago com correção monetária.

□ **A aposentadoria por tempo de serviço será devida ao homem com valor de 80% do salário de contribuição aos 30 anos mais 4% para cada novo ano completo de atividade até o máximo de 100% aos 35 anos de serviço. Para a mulher, com os mesmos percentuais, aos 25 e aos 30 anos de serviço.**

□ A aposentadoria por idade será concedida aos 65 anos para o homem e aos 60 para a mulher. O trabalhador rural tem estes limites reduzidos para 60 anos para o homem e 55 para a mulher. Será de 70% do salário benefício a renda mensal do aposentado por idade mais 1% por cada ano de contribuição até o limite máximo de 30%.(Brasília/ZH)

01.01
90045867

Nº. DOCUMENTO
TITULO HELIO GARCIA FUNDARÁ UM PARTIDO CENTRO-REFORMISTA.
PROCESSO ZH 150029
FECHAMENTO 5/9/90
VINCULO BRASIL 10046
F POL 11164
PPP 11304

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

OPTO II (EX-) 10.9.90 SP ARQUIVADO

Hélio Garcia quer fundar partido centro-reformista

O candidato ao governo de Minas Gerais, ex-governador Hélio Garcia, disse ontem ter iniciado conversações para formação de um novo partido político após as eleições de outubro. Embora negue contatos com as lideranças do governo, ele admitiu que o partido terá o perfil centro-reformista e poderá dar sustentação ao presidente Fernando Collor. Menos de quatro meses depois de formar o Partido das Reformas Sociais (PRS), para abrigar a sua candidatura, o ex-governador adiantou que a nova sigla tambem poderá abrigar a sua já anunciada candidatura à Presidência da República.

Para Hélio Garcia, a formação de um partido nacional tem que, necessariamente, ser costurada a partir de Minas Gerais. Com esse objetivo ele está mantendo contato por telefone com as lideranças mineiras e de outros estados. O ex-governador, entretanto, não quis dizer quais. "Nomes são para depois das eleições. O novo partido terá dimensão nacional e, se os interesses do Governo Federal coincidirem com os de Minas, daremos sustentação a ele", disse Hélio Garcia.(AG)

..01.01

F 9004587

Nº. DOCUMENTO
TITULO PTE BOLIVIA VISITA EL PAIS
PROCESO 2.H. 150029
FECH 14/8/90
VINCUL BRASIL 10046
F. BOL 11164
RR II 11389
BOLIVIA 10043

ENTRADO 15/8/90 E5
CRUZADO 15/8/90 E5

Presidente da Bolívia inicia hoje visita oficial ao País

□ Acordos comerciais e um futuro gasoduto estão na pauta dos presidentes Collor e Paz Zamora, que chega hoje ao País

O presidente Fernando Collor recebe, hoje, na Base Aérea de Brasília o presidente da Bolívia, Jaime Paz Zamora, que faz sua primeira visita oficial ao Brasil desde que assumiu, em 1989. Hoje ainda, os dois presidentes terão a primeira reunião de trabalho, quando deverão analisar diversos acordos comerciais e discutir a agilização das obras para a construção do gasoduto que ligará Porto Soares (Bolívia) a Corumbá, no Mato Grosso. Também será tema de conversa entre os dois presidentes uma maior integração entre os dois países.

Amanhã, após sessão solene do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, acontece o segundo encontro de trabalho entre os presidentes Fernando Collor e Paz Zamora com a assinatura dos atos. Serão assinados três acordos: o primeiro trata da proteção dos recursos naturais (flora e fauna) nas fronteiras entre os dois países. O segundo é a autorização para a criação de um depósito franco no porto de Paranaguá, onde a Bolívia poderá controlar o trânsito dos produtos que está exportando e importando. Por fim, haverá um acordo na área de produção animal, com a troca de informações sobre a questão e controles de qualidade.

PROCESSO — Quanto à contrução de uma termoelétrica e um gasoduto que fornecerá gás ao Brasil, os dois presidentes deverão divulgar uma nota explicando o processo. Este projeto, que já tem 50 anos de existência, ao que tudo indica até 1992 sairá do papel. O Governo brasileiro, aproveitando a visita do presidente Zamora divulgará documento garantindo a compra do produto. Esta garantia, chamada ajuste técnico, é que deverá abrir as torneiras do Banco Mundial para o financiamento da obra, de 650 a 750 milhões de dólares. Pelo acordo assinado em 1989, a Bolívia se compromete a construir um gasoduto ligando Porto Soares a Corumbá e também uma hidroelétrica, em Porto Soares. O Brasil, por sua vez, garante que comprará gás, uréia e polietileno da Bolívia e pagará 70% do débito de compra com moeda forte.

GASODUTO — A construção de um gasoduto ligando a cidade boliviana de Porto Soares à Corumbá, no Mato Grosso, que deverá sair do papel, após 50 anos de estudos e negociações, não inviabiliza o projeto do Rio Grande do Sul, que também quer construir um gasoduto para comprar gás da Argentina. A garantia foi dada, ontem, por um conselheiro do Itamarati, ao explicar que existe mercado para o gás dos dois países.

Ressaltando que são visões comerciais completamente diferentes — o gás de Corumbá, junto com a uréia e o propileno, auxiliará no desenvolvimento da região Centro-Oeste que começará a crescer industrialmente — o conselheiro brasileiro explicou apenas que "tudo depende da iniciativa privada". Se houver disposição comercial dos empresários em garantir a compra do gás argentino, nada impedirá a construção do gasoduto. "O gasoduto boliviano não tem nada a ver com o Rio Grande do Sul. A única dificuldade é que ele terá que ser desenvolvido pela iniciativa privada. O Governo não vai mais investir em projetos deste nível", acrescentou o conselheiro.

A Argentina tem muito gás natural para vender e o Sul tem um mercado amplo para o produto. Fica faltando apenas a disposição dos empresários em levar avante o projeto. (Brasília/ZH)

01.02 E900458 8

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCED.
FECH.
VINCUL.

Collor e Zamora fazem acordo para compra de gás boliviano

BRASÍLIA — A compra de gás natural boliviano pelo Brasil e a utilização do Porto de Paranaguá pela Bolívia, livre de tarifas alfandegárias, são os pontos mais importantes do acordo assinado ontem pelos presidentes dos dois países. O primeiro passo será a reunião, dentro de 60 dias, da Subcomissão de Energia e Hidrocarbonetos, para estudar a comercialização e industrialização do gás boliviano. O Presidente Boliviano, Jaime Paz Zamora, falando de improviso, na solenidade realizada no Palácio do Planalto, enalteceu o acordo "esperado há 54 anos". Zamora referiu-se à tentativa de antigos presidentes dos dois países em concretizar um acordo energético, sempre sem sucesso. Pelo Brasil, o presidente Fernando Collor, num rápido pronunciamento, destacou a importância do "desenvolvimento", "agora amparado pela consciência ecológica". Os acordos, assinados no Palácio do Planalto, foram o ponto alto da visita de Zamora ao Brasil, que encerra hoje de manhã.

Num item do acordo entre os dois países, o Brasil se compromete a adquirir energia elétrica, como forma de viabilizar o financiamento de um gasoduto e de uma termoelétrica por organismos internacionais de crédito. A Bolívia quer construir o Gasoduto Rio Grande-Puerto Suárez e a Termoelétrica de Puerto Suárez, mas para isso, precisa da garantia que o Brasil irá adquirir a energia elétrica produzida na Bolívia. É o aval que a Bolívia necessita para conseguir os recursos internacionais. A energia será repassada pela Ende à Eletrosul. A compra de gás boliviano, uma etapa futura do acordo, barateará os custos de aquisição de gás natural pelo Brasil, hoje comprados da Arábia Saudita. A compra, equivalente a 300 milhões de dólares anuais servirá ainda para equilibrar a balança comercial bilateral. Hoje, o Brasil compra 22 milhões e exporta 250 milhões de dólares.

O grande interesse boliviano imediato é a saída para o mar, perdida na partilha das terras americanas. Um convênio assinado entre ambos permitirá o estabelecimento de um depósito franco no Porto de Paranaguá, no Paraná. O artigo 1 do convênio determina que o Brasil compromete-se a admitir, armazenar e expedir mercadorias de procedência e origem bolivianas, destinadas à exportação, além de mercadorias importadas pela Bolívia, tudo livre de tributação, com exceção da prestação de serviços. "Chegar ao Atlântico" é uma das grandes conquistas de Zamora, destacada no seu discurso. Os outros convênios referem-se a cooperação ecológica, para preservação, conservação e fiscalização dos recursos naturais nas áreas de fronteira, com duração de dez anos, e a cooperação na área de produção animal, previsto para durar seis anos.

Bolívia atrai investimentos

A Bolívia quer atrair investimentos privados brasileiros. Ontem o presidente Paz Zamora, informou que durante sua viagem manteve contatos com vários empresários brasileiros dispostos a investir no país. E não é para menos. Uma lei de estímulos a investimentos estrangeiros no país, que deverá ser votada pelo Congresso boliviano até o final do mês, prevê a criação de zonas francas para a entrada de produtos e tecnologia brasileira naquele país. Estas zonas francas serão utilizadas também para montagens de produtos brasileiros a serem reexportados para outros países, inclusive os Estados Unidos.

O presidente da Câmara dos deputados boliviana, Tito Hox de Vila, explicou que os produtos brasileiros montados nestas zonas francas serão reexportados com a marca de origem boliviana irá facilitar a entrada de produtos brasileiros no mercado norte-americano que hojem sofrem algumas restrições de comércio. "Os produtos brasileiros reexportados com a marca boliviana entrarão nos Estados Unidos em condições preferenciais, já que o nosso comércio com aquele país é livre", explicou. Os principais produtos a serem comercializados nas zonas francas serão têxteis, couros e produtos agroindustriais.

A lei a ser votada pelo Congresso boliviano permitirá ainda que empresas brasileiras construam estradas na Bolívia em troca de exploração de pedágio por um período de 20 anos. Assim, as estradas terão que ser construídas com capital brasileiro e o investimento recuperado através da cobrança do pedágio. Mas a nova lei, que permitirá a remessa livre de dividendos, de investimentos bolivianas é muito mais ampla e visa atrair não apenas investimentos brasileiros mas de todos os interessados.

De acordo com Tito Hox, esta lei de incentivos ao investimento estrangeiro prevê também livre acesso ao mercado do dólar, liberdade total de importação e exportação, onde se cobrará uma taxa fixa de 16% para todos os produtos importados, a exceção dos bens de capital, que sofrerão uma taxação de 5%. Com esta abertura total ao comércio exterior, a Bolívia passa a seguir os mesmos rumos já adotados pelo México e Venezuela e começa a ser acompanhado pelo Brasil. Estas medidas atenderão plenamente as linhas mestras propostas pelo Plano Brady, no governo Reagan, ampliada agora pelo Plano Bush.

Por essa razão, o presidente boliviano defendeu ontem a necessidade de os países sul-americano se anteciparem ao Plano Bush a apresentarem suas propostas de integração comercial das Américas. "É de interesse dos países sul-americanos esta integração, para aumentar o seu comércio e permitir uma maior desenvolvimento", afirmou. Zamora assegurou que as obras para a construção do gazoduto que permitirá a venda de gás da Bolívia para o Brasil deverão começar em junho do ano que vem. O investimento foi estimado em US$ 600 milhões.

02 02 9004588

Nº. DOCUM...
TITU... COLLOR CONTRA REINDEXACION EN LA T.V.
PROC... J do B. 150028
FECH... 22/8/90
VINCUL... BRASIL 10046
F. POL 11164
GOB. NAC 11302

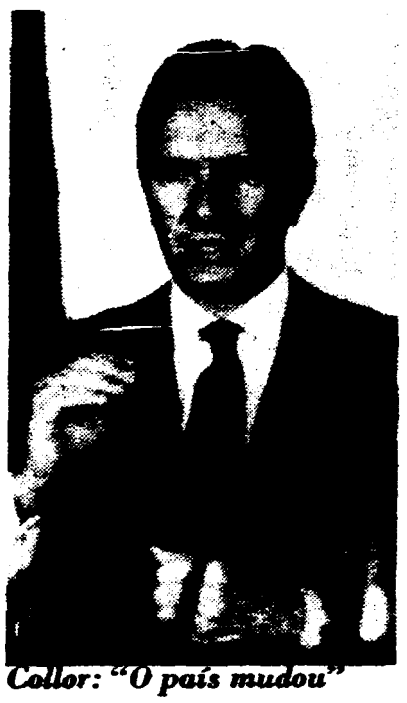
ENTRADO 19/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Collor fala contra reindexação na TV

BRASÍLIA - Menos de 24 horas antes do Congresso se reunir para apreciar a política salarial, o presidente Fernando Collor de Mello ocupou, por oito minutos e trinta segundos uma cadeia de rádio e televisão, para condenar a tentativa de reindexação dos salários, defendida pelos partidos da oposição, que desejam derrubar hoje o veto presidencial à política para o reajuste dos salários aprovada pelo Congresso. "Neste momento, alguns menos atentos estão tentando iludir o trabalhador, acenando com a indexação dos salários, como se isso fosse uma solução" - advertiu o presidente, acentuando que "indexação é inflação" e que a única coisa que pode fazer o trabalhador recuperar seu poder de compra é uma inflação baixa e controlada, uma economia organizada, com recuperação dos investimentos e, sobretudo, com produtividade aumentada.

O presidente Collor não falou diretamente sobre o blecaute que tomou conta ontem da capital do país, mas gravou seu pronunciamento pela manhã, no Palácio do Planalto, sob o impacto dos transtornos provocados pela falta de energia. Após lembrar que a greve é uma arma legítima, advertiu que "greve com baderna, greve política, acaba sempre em prejuízo para o trabalhador e para a sociedade". Disse ainda que "a sociedade já está farta, cansada e indignada com greves com fins eleitoreiros que prejudicam o seu dia a dia, transtornando o seu cotidiano". De acordo com o presidente, o governo não pode e não vai ser juiz das disputas trabalhistas, mas não se omitirá, estando sempre ao lado do trabalhador responsável.

Suicídio - "Ninguém de bom senso, minha gente, tem o direito de acenar com a indexação, que teria como resultado hiperinflação, falências, desemprego em massa e uma brutal recessão" - declarou o presidente, insistindo que "ninguém de bom senso tem o direito de tentar conduzir o trabalhador a um verdadeiro suicídio, propondo a greve como arma política, o conflito, a baderna, a desordem". O presidente Collor apresentou alguns dados sobre o período em que havia indexação dos salários,



Collor: "O país mudou"

colhidos em um órgão sindical, que não identificou.

Segundo o presidente, de 1988 a 1989, todos os meses, o salário teve indexação; a hiperinflação chegou a quase 1400% e a perda do trabalhador foi de quase oito salários durante o ano. Justificou ainda que, em quase um ano, somando todos os salários, recebendo todo mês a tal indexação, o trabalhador perdeu mais de 60% do seu poder de compra. "Não queremos voltar às práticas de um passado em que a maioria sempre perdeu e eu tenho certeza de que a maioria compreende, hoje, que indexar os salários seria voltar atrás e novamente perder" - declarou o presidente.

Collor lembrou ainda que o governo, sensível ao problema salarial, concedeu um abono que beneficiou a mais de 80% da população trabalhadora. Esclareceu ainda que o benfício foi estendido aos aposentados, somente após serem feitas, com responsabilidade, as contas necessárias, pois de nada adiantaria conceder tal abono levando a Previdência Social à falência. "Isso seria, minha gente, uma ilusão, uma mentira. E as mentiras, como vocês sabem, não têm vez no nosso governo".

01.01

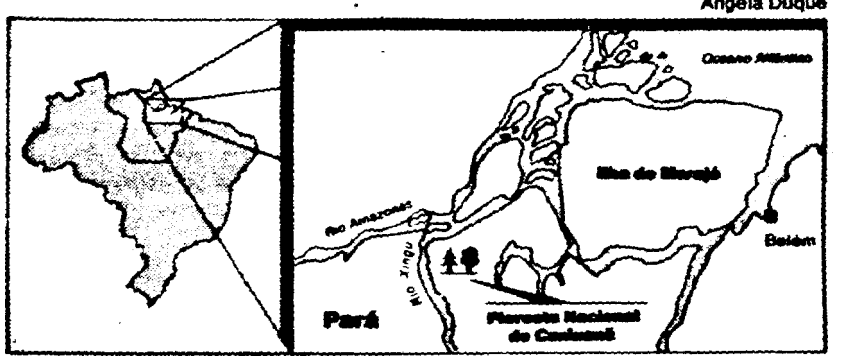
F.9004589

Nº DOCUMENTO:
TIT: PRÍNCIPE CARLOS DE INGLATERRA DONÓ 3 MILLONES DE DOLARES.
PROC: J do B. 150028
F: 2/8/90
VIN: BRASIL 10046
F. POL. 11164
RR IT 11389
GRAN BRETAÑA 10080
FCS 11465
MARGINAL 11295

ENTRADO 10/5/30 E5
CRUZ-DO 13/9/90 E5

Charles dá US$ 3 milhões para reserva ecológica na Amazônia

Ângela Duque



BELÉM — Os US$ 3 milhões doados pelo príncipe Charles, da Inglaterra, ao museu paraense Emílio Goeldi, [illegible] criação da estação científica de pesquisa ecológica de Caxiuanã, no Pará, não devem ser considerados apenas um gesto de generosidade com os pesquisadores e estudiosos da Amazônia. Antes de tudo, representam um investimento com retorno garantido aos próprios ingleses, que poderão, pelos acordos assinados com o Museu Goeldi, enviar seus cientistas à região para participar de estudos com os pesquisadores nacionais nas mais diversas áreas, como botânica, zoologia e outros ramos da ciência.

Os US$ 3 milhões foram liberados em boa hora, pois o Museu Goeldi, como todas as instituições superiores de pesquisa, não tinha como instalar a estação, localizada no município de Melgaço, a 400 quilômetros de Belém, às margens do Rio Curuá, afluente pela margem esquerda do Rio Caxiuanã.

Quando o príncipe Charles chegar ao Pará, em outubro, para conhecer Caxiuanã, não encontrará ainda a estação de pesquisa montada, mas terá oportunidade de conhecer um dos ecossistemas mais exuberantes e complexos do mundo. Caxiuanã tem 33 mil hectares e representa uma síntese considerável de toda a natureza amazônica. Charles, portanto, não terá motivos para voltar decepcionado a Londres. Ao contrário, seguramente ficará orgulhoso de estar colaborando com um dos projetos mais ambiciosos de preservação ambiental e objetivo científico já concebidos para a Amazônia.

A coordenadora do projeto, Ima Célia Vieira, disse que até outubro não será possível construir nada na área, pois só agora, com a notícia da liberação dos recursos, será aberta a licitação para a base física da estação ecológica. Mas o príncipe conhecerá a maquete e terá todas as informações que julgar necessárias, além daquelas que já foram transmitidas por várias missões britânicas enviadas ao Pará com a finalidade de conhecer Caxiuanã.

"É uma área de composição vegetal impressionante, com florestas típicas de terra firme, várzeas e igapós (pântanos) ainda intactas, além de uma biodiversidade muito grande", explica a pesquisadora Ima Vieira. Ela afirma, também, que Caxiuanã tem muitos interesses para a ciência e poderia, não fosse a intervenção do Museu Goeldi, ter tido o mesmo destino de tantas outras, devastadas pelo homem.

A área foi descoberta pelo professor João Pires, da Faculdade de Ciências Agrárias, que também é pesquisador do Goeldi e da Embrapa. No início dos anos 60, Pires já pensava em criar ali uma reserva ecológica, mas não encontrou apoio oficial algum. Só ano passado, mediante um convênio assinado pelo diretor do Goeldi, Guilherme la Penha, e o então presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando Mesquita, foi possível criar oficialmente a reserva.

Ima Vieira e sua equipe já descobriram em Caxiuanã espécies de mamíferos consideradas em extinção em outros pontos da Amazônia, como o peixe-boi, ariranha, capivara, anta e porcos selvagens, além de tartarugas. Também já identificaram algumas espécies vegetais importantes, como a itauba (*Dipterix magnifica*), sucupira amarela (*Abowdichia aritida*), seringueira (*Ervea brasiliensis*) e até mogno.

Com a doação de Charles, o Museu Goeldi vai construir no local um amplo laboratório multidisciplinar, casas para os pesquisadores, técnicos, funcionários do museu e guardas florestais, uma casa na cidade de Breves, na Ilha de Marajó, para servir de apoio aos pesquisadores, e comprará um barco e um carro de serviço.

.01.01

9004590

Nº DOCUMENTO
TITULO LA REPRESENTACION EN LA CAMARA CAMBIARA EN LOS ESTADOS
PROCEDENCIA ZH 150029
FECHA DE PROCEDEN. 23/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
E POL 11164
GOBIERNO NE 11302

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Muda a representação dos estados na Câmara

□Decisão do STF obriga o Congresso Nacional a votar até fevereiro a lei que fixará número dos deputados. Isto beneficia RS e SP

O Congresso Nacional está obrigado a votar em tempo útil, antes de 15 de fevereiro de 91, a lei complementar que vai fixar o número de representantes de cada estado junto à Câmara Federal. Essa decisão foi adotada ontem depois de quase cinco horas de discussões pela maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, ao deferir parcialmente o mandado de injunção impetrado por parlamentares paulistas. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina podem ter uma representação maior.

Até o final da tarde de hoje o presidente do Congresso receberá a comunicação oficial do STF dizendo que a Justiça reconheceu a omissão do Poder Legislativo, e, portanto, que se encontra em mora, devendo suprir o problema. Os sete ministros que votaram a favor da supressão da lacuna determinaram também que a solução deve ser encontrada antes da instalação da nova legislatura, tendo em vista a proximidade das eleições.

Na forma do que estabelece o parágrafo primeiro do artigo 45 da Constituição, nenhuma unidade da Federação poderá ter menos de oito ou mais de 70 deputados. Assim sendo, é possível que a resolução que fixou 31 parlamentares para o Rio Grande do Sul e 16 para Santa Catarina (a decisão do TSE foi adotada pela inexistência da lei complementar) sofra alterações, isto é, possa ser aumentada, e a representação total superar até os 503 anteriormente previstos.

MINORIAS — A primeira parte do julgamento do STF foi para deliberar sobre a legitimidade de parlamentares (José Serra, PSDB/SP, foi quem encabeçou o processo) ingressaram com mandado de injunção.

No mérito, o relator do mandado, ministro Luís Octávio Gallotti, se manifestou pelo preenchimento da lacuna, argumentando que o Congresso estava descumprindo a Constituição e, por isso, precisa votar a lei em tempo adequado. O ministro Paulo Brossard destacou que o Supremo estava resolvendo um ponto sensível por estar tratando da organização do Estado e da representação parlamentar. (Brasília/ZH)

01.01 9004591

Nº DOCUMENTO
TITULO INDICE DE APROVACION DE GOBERNADORES
PROCEDENCIA J do B 130028
FECHA DE PROCEDENCIA 22/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
F. POL 11164
GAB ESTADUAIS 11303

ENTRADA 17/9/90
CRUZADO 17/9/90

OPTO II (EXTERIOR)
12,9,90
SP.
FICHADO

Os índices de aprovação

Governadores	
Tasso Jereissati (Ceará)	51
Orestes Quércia (São Paulo)	48
Álvaro Dias (Paraná)	46
Siqueira Campos (Tocantins)	39
Carlos Wilson (Pernambuco)	37
Moacyr Andrade (Alagoas)	35
Gilton Garcia (Amapá)	34
Hélio Gueiros (Pará)	33
Tarciso Burity (Paraíba)	32
Max Mauro (Espírito Santo)	30
João A. de Souza (Maranhão)	29
Vivaldo Frota (Amazonas)	29
Geraldo Melo (R. G. do Norte)	28
Casildo Maldaner (Sta. Catarina)	27
Sinval Guazzelli (R. G. do Sul)	26
Antônio C. Valadares (Sergipe)	26
Nilo Coelho (Bahia)	25
Newton Cardoso (Minas)	24
Rubens Vilar (Roraima)	24
Wanderley Valim (D. Federal)	22
Henrique Santillo (Goiás)	21
Alberto Silva (Piauí)	19
Edson Cadaxo (Acre)	18
Marcelo Miranda (M. Grosso do Sul)	16
Jerônimo Santana (Rondônia)	15
Carlos Bezerra (Mato Grosso)	14
Moreira Franco (Rio de Janeiro)	14

01.01

9004592

A visita de Rosane Collor ao Estado

■Primeira dama assinou dois convênios e um protocolo e lançou o projeto "Minha Gente". Assediada pela imprensa, negou que esteja grávida

A primeira dama da República e presidente da Fundação Legião brasileira de Assistência (LBA), Rosane Collor, visitou ontem o Rio Grande do Sul pela primeira vez, após a eleição de seu marido. A visita tinha como objetivo a assinatura de dois convênios e um protocolo de intenções em Porto Alegre mais o lançamento do projeto "Minha Gente", em Canoas e Erechim. Rosane Collor veio acompanhada de uma comitiva oficial de 13 pessoas, que incluiu o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, e a irmã do presidente Fernando Collor, embaixatriz Leda Coimbra.

A primeira dama desembarcou no aeroporto internacional Salgado Filho às 9h45min e foi recebida por autoridades dos governos Estadual e Federal, entre elas o governador Synval Guazzelli, a presidente regional da LBA, Heloisa Mabildi, e toda a chapa majoritária da coligação União por um Novo Rio Grande (PDS, PFL, PRN, PL, PSC), para as próximas eleições. Também esteve presente a presidente da fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Jone Sirotsky, e o presidente da Confederação Brasileira das Associações Comerciais, César Rogério Valente.

Vestida com uma saia preta e um spencer bastante colorido, Rosane Collor deixou o avião presidencial, que a trouxe de Brasília, e foi direto para a sala VIP, onde permaneceu por poucos minutos. Em seguida, embarcou em um Opala preto rumo à sede da LBA em Porto Alegre, sempre protegida por um forte esquema de segurança montado pela Polícia Federal e pela Brigada Militar. Durante todo o trajeto do aeroporto à LBA, o policiamento paralisou o trânsito para a passagem dos veículos da comitiva, que por sua extensão impressionou quem andava pelo Centro de Porto Alegre. Além do Opala que transportava Rosane Collor seguiram dois ônibus com a sua comitiva e autoridades que a recepcionaram no aeroporto, além dos carros da segurança.

CONVÊNIOS — Chegando na sede da LBA, a primeira dama foi recepcionada com palmas pelos convidados para a cerimônia de assinatura de convênios. No momento de sua entrada no auditório muitos fizeram comentários que variavam desde a atuação de Rosane Collor à frente da LBA, até o colorido de seu casaquinho. Após a confusão inicial causada pelo grande número de pessoas que disputava um espaço no pequeno auditório, foi dado início à solenidade em que foram assinados dois convênios e um protocolo de intenções.

O primeiro convênio a ser celebrado foi entre a LBA e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil, para reforma e conclusão de 25 creches comunitárias na capital, cujas obras estão paralisadas desde o final do ano passado e serão custeadas pelos empresários da construção civil. "Todas serão recuperadas graças ao apoio e à consciência social destes empresários", disse ela em seu discurso, acrescentando que a recuperação também faz parte do projeto "Minha Gente". O segundo convênio, no valor de Cr$ 18 milhões, envolve a LBA, o Ministério da Educação e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais no Rio Grande do Sul e tem como objetivo o treinamento de 1.250 técnicos em atendimento a portadores de deficiência.

Por fim, a presidente nacional da LBA assinou um protocolo de intenções com o Hospital de Clínicas para colaboração nos serviços de ensino e pesquisa prestados pelas duas entidades. Pelo termo assinado, deverá ser implantado e colocado em funcionamento o Sistema Nacional de Informações sobre Agentes Teratogênicos (SIAT), que tem como objetivo orientar mulheres sobre os riscos reprodutivos de uma gravidez planejada ou já em curso. O protocolo estabelece também programas conjuntos na área da saúde, em especial da mulher e do adolescente para implantar um sistema de referência e contra-referência entre os Centros Sociais e outras unidades da LBA e o Hospital.

Fotos Beth Santos/ZH

Cerimônia: *Rosane Collor assinou convênios de atuação na área social*

DESLIZE — Ao iniciar o seu discurso, a primeira dama cometeu um pequeno deslize que terminou rompendo o clima formal que até então caracterizava o encontro: trocou as letras do nome do governador Guazzelli e o chamou de **Guallezzi**. "É que está tudo rabiscado aqui", justificou, rindo juntamente com os convidados. Em seu discurso, Rosane Collor agradeceu a hospitalidade gaúcha e ressaltou a importância dos acordos firmados. Ela ainda reafirmou seu compromisso de atingir suas metas prioritárias, que são diminuir a taxa de mortalidade infantil, aumentar o consumo de alimentos básicos entre a população de baixa renda e colaborar com a universalização do ensino de 1° grau. Assediada pelos jornalistas, negou que estivesse grávida.

Dois módulos do "Minha Gente" em cada Estado

A presidente nacional da Legião Brasileira de Assistência, Rosane Collor, disse ontem, em Erechim, que o projeto Minha Gente é o grande programa social do governo Collor para o País. Ela esteve durante três horas na cidade, para o lançamento da pedra fundamental do complexo social que envolve a construção de uma creche para cerca de 100 crianças de zero a seis anos.

O complexo contará também com salas de aula para jovens até 14 anos, posto de saúde, lavanderia comunitária - onde as mães das crianças terão oportunidade de emprego -, e lar dos idosos. Segundo Rosane Collor, o projeto pretende desta maneira atingir seu objetivo de integrar a família em sua própria comunidade. A meta da LBA é instalar 54 complexos do programa "Minha Gente" em todo o país, com dois módulos por Estado. A iniciativa privada executa e participa da sua construção.

Durante sua visita a Erechim, a primeira dama esteve acompanhada do ministro da Educação, Carlos Alberto Chiarelli, e do presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Cesar Rogério Valente. No local de lançamento da pedra fundamental do complexo social, Rosane Collor foi recebida por muitas crianças dos bairros mais carentes da cidade. Por diversas vezes quebrou o protocolo para beijá-las ou conceder autógrafos. Durante o almoço num clube da cidade, o ministro Carlos Chiarelli acompanhou a assinatura de convênios com 11 prefeituras da região para aplicação de Cr$ 25 milhões em escolas e equipamentos.

MUTIRÃO — Na oportunidade, anunciou também que o Ministério tem um programa nacional para alfabetizar 18 milhões de brasileiros em cinco anos, e que o ciclo de convênios aberto ontem em Erechim se estenderá a todo Brasil. Disse ainda que a LBA ajudará num mutirão que pretende erradicar o analfabetismo no País. A comitiva que acompanhou Rosane Collor saiu de Erechim às 15 horas, dirigindo-se para Canoas, onde fez lançamento do mesmo projeto. **(Central do Interior/ZH)**

Nº. DOCUMENTO
ASSUNTO VISITA DE ROSANE COLLOR À RIO GRANDE
DATA 24. 150029
DATA DE PROCEDÊNCIA 20/8/90
REMETENTE BRASIL 20046
F. POL 11164
ENTRADO 10/9/29 E6
CRUZADO 13/9/2025
10.9.90 SP
01.01
9004593

COLLOR VIAJARA A CANADA Y ONU.
J do B 1/5002 P
20/8/90
BRASIL 10046
F. POL 11164
RR II 11399
CANADA 65466
REL. CONORG INTERN. 11305

ENTRADO 19/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

Depois da ONU, Collor viajará para o Canadá

BRASÍLIA — O porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva, confirmou ontem a presença do presidente Fernando Collor na abertura da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, no dia 23, em Nova Iorque. No dia seguinte, Collor fará uma palestra na Universidade de Yale, viajando logo depois para Ottawa, onde chegará dia 26, atendendo a um convite do governo canadense.

Como o presidente Collor precisará voltar a Nova Iorque nos dias 29 e 30 de setembro, para participar de uma reunião de 60 chefes de Estado sobre os problemas da infância, é possível que aceite um convite do governo tcheco, para visitar aquele país nos dias 27 e 28 de setembro. Ao todo, o presidente ficará de oito a 10 dias fora do país.

Cláudio Humberto disse que não há nenhuma previsão de viagem do presidente à União Soviética. Collor deverá ir, isso sim, a Portugal, mas em outubro. A viagem à Argentina, que estava marcada para o período de 23 a 25 deste mês, está adiada, mas será realizada ainda antes da ida à ONU, em dia da primeira quinzena de setembro a ser marcado.

Generais — O presidente Fernando Collor defendeu ontem, durante discurso de saudação aos 18 oficiais-generais promomovidos dia 31 de julho, "a paz como meta que deve e pode ser alcançada". A cerimônia contou com duas novidades: a presença das famílias dos promovidos, que foram cumprimentados um a um, por iniciativa do próprio presidente Collor, e da banda do Batalhão de Guarda Presidencial, que tocou o Hino Nacional, cantado com emoção pelo presidente.

Collor tem novo encontro marcado com os militares hoje de manhã. Participará da solenidade de entrega de espadins aos cadetes formandos, em Resende, Estado do Rio. No dia 22 o presidente irá a um almoço de comemoração da Semana do Exército e dia 25 estará presente às festividades do Dia do Soldado, data máxima da Força, com entrega das medalhas da Ordem do Mérito Militar, no Setor Militar Urbano de Brasília. Após ressaltar que "a paz - entendida como ausência de conflagração - é ainda uma realidade frágil", o presidente Collor disse que ela deve ser um bem a ser defendido pelas nações. Lembrou ainda que o Brasil fez a sua transição democrática quando essa ainda não era uma tendência universalmente generalizada. "Colocamo-nos na vanguarda da história, na linha de frente da luta pela liberdade

01.01

9004594

Nº. DOCUMENTO
TITULO TRIBUNAL REGIONAL ELECTORAL VETA CANDIDATURA DE ROLIZ
PROC. TJ do B. 150028
FE 15 ENCL. 11/1/90
VI [illegible] BRASIL 10046
F. POL 11169
PARTIDOS POLITICOS 11304.

ENTRADO 10/10/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

TRE veta candidatura de Roriz a governador

BRASÍLIA — O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) impugnou ontem a candidatura do ex-ministro da Agricultura Joaquim Roriz ao governo do Distrito Federal, por três votos contra dois. Venceu a tese de que Roriz, que ocupou o mesmo cargo, por nomeação do ex-presidente José Sarney, de 17 de setembro de 1988 a 12 de março passado, é inelegível. O Artigo 14, parágrafo 5º da Constituição veda a candidatura, para o período subseqüente, dos ocupantes dos cargos de presidente e vice-presidente da República, governadores de estado e vices, governador do Distrito Federal e prefeitos e vices, ou quem os houver sucedido nos seis meses anteriores ao pleito.

O julgamento da candidatura de Joaquim Roriz, líder em todas as pesquisas eleitorais feitas até agora no Distrito Federal, com mais que o triplo de intenções de voto à frente do segundo colocado, foi longo e teve momentos de muita tensão — chegou a ter um placar de dois a dois. Dos seis juízes do TRE, um deixou de votar: Fernando Neves da Silva, filho do consultor-geral da República, Célio Silva, e irmão de um dos advogados do empresário Paulo Octávio, candidato a deputado federal na coligação que sustentava a candidatura de Roriz e um dos melhores amigos do presidente Fernando Collor, de quem o ex-governador foi ministro por exatos 12 dias.

Os advogados de Joaquim Roriz, Eri Varella e o ex-ministro do TSE Pedro Gordilho, sustentaram a tese de que o candidato, por ter sido nomeado e não eleito, era um mero funcionário público, demissível *ad nutum*, não se enquadrando, portanto, na proibição constitucional de concorrer ao cargo que deixou há menos de sete meses. O procurador regional eleitoral, Ítalo Fioravante, acatou as impugnações feitas pelos partidos PSDB, PT do B, pelo candidato Sigmaringa Seixas, do PSDB, e pelo advogado Adelmir Araújo, do PL. Eles alegaram que a Constituição não fala de mandato eletivo, e sim em cargo — o princípio é o da inelegibilidade e não o da irrelegibilidade, frisaram —, aplicando-se portanto a Roriz.

Surpresa — À noite, quando soube da decisão dos ministros, Roriz refugiou-se na sua propriedade, afastada da capital. O clima no comitê eleitoral era de surpresa pela decisão. Agora, de acordo com um de seus assessores, restam apenas duas hipóteses de saída política para Joaquim Roriz. A primeira, mais provável, será trocar sua candidatura a governador com a do postulante a senador na sua chapa, Valmir Campelo, que concorre a reeleição. A segunda, recorrer da decisão ao TSE, mas essa é considerada improvável, pois demandaria muito tempo para uma campanha que precisa ser retomada.

01.01

9004595

TITULO: MERCADO COMUN
PROCEDENCIA: EL CLARIN 15/8/90
FECHA: 2/8/90
VINCULACION: BRASIL 10046
F. POL 11164
RR II 11399
MERCADO COMUN
ARGENTINA 10033
CHILE 05-709

ENTRADO 10/8/90
CRUZADO 13/8/90

Nuevos socios para un mercado

BRASILIA (Enviado especial). — El futuro mercado común argentino-brasileño tiene, desde ayer, un nuevo socio en ciernes, el Uruguay, y otros dos potenciales, Chile y el Paraguay. Esta suma de voluntades integradoras hizo que las diplomacias hablen ya de la existencia de un virtual "nuevo gran espacio económico" en el Cono Sur latinoamericano.

Tal es el resultado de una jornada de deliberaciones de los cancilleres y ministros de Economía de cuatro países (el gobierno paraguayo fue consultado telefónicamente ayer) que también dejó en evidencia la especial combinación de entusiasmo y duda que motiva en ellos la Iniciativa para las Américas (la apertura de una zona de libre comercio) anunciada en junio pasado por George Bush.

Otra decisión fue postergar el proyecto de enviar una misión conjunta a Washington —idea que fue prematuramente anunciada por Carlos Menem— hasta después de la primera sesión del Grupo de Trabajo Mercado Común, que se creó aquí el martes, y de la gira latinoamericana que Bush realizará en setiembre.

La voluntad de negociar en común con los Estados Unidos —y eventualmente con otros países o grupos de países— fue "plenamente ratificada" según fuentes del encuentro.

Los ministros presentaron ayer en conferencia de prensa —introducidos por Fernando Resek, el canciller huésped— un comunicado cuyos puntos más destacados son:

• Ratificar la decisión de colaborar para el éxito de la ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Intercambio y Tarifas) en la medida en que este vaya en dirección de un sistema de comercio internacional "libre, multilateral y no discriminatorio".

Washington hizo saber por varios canales que las negociaciones con América latina solo tendrán sentido cuando se conozcan los resultados de la ronda Uruguay que finalizará en diciembre.

Aunque no lo digan en voz alta los países del Cono Sur temen que la iniciativa sea solo una efímera zanahoria norteamericana destinada a tornar atractiva la posibilidad de un acuerdo general en el cuarto de la ronda. Sucede que si ella es coronada con éxito, habría dejar un esquema de comercio internacional tan eficiente para los intereses del mundo industrializado que haga ociosa la idea misma de la iniciativa.

• Ampliar el proyecto del Mercado Común a través de la participación plena del Uruguay que comenzará a ser negociada de inmediato.

Los uruguayos trajeron aquí el recuerdo de las promesas, las declaraciones y los acuerdos que les concedieron los estados brasileño y argentino en las personas de José Sarney y Raúl Alfonsín.

En la intimidad del intercambio de ayer el canciller uruguayo, Roberto Green Estill, admitió que su pedido era insostenible y que antes de llegar a Brasilia el gobierno de Luis Lacalle había manifestado estas mismas preocupaciones. La conclusión fue: el costo de quedar al margen de la integración era mayor que el de enfrentar ahora la reconversión productiva que supone una nueva división regional del trabajo.

• Evaluar las propuestas de Chile que se ubicaron en una franja intermedia entre el Mercado Común y la zona de libre comercio. Sus ministros, Enrique Silva Cimma (Relaciones Exteriores), y Carlos Ominami (Economía) propusieron el libre tránsito de bienes, capital y servicios pero dejaron en claro que Chile desea conservar las ventajas competitivas que suponen para su comercio internacional haber establecido un arancel único del 15 %. La Argentina y el Brasil están por encima del 20 % (considerando barreras arancelarias y no arancelarias) y el Uruguay oscila entre el 15 y el 35 por ciento según los productos.

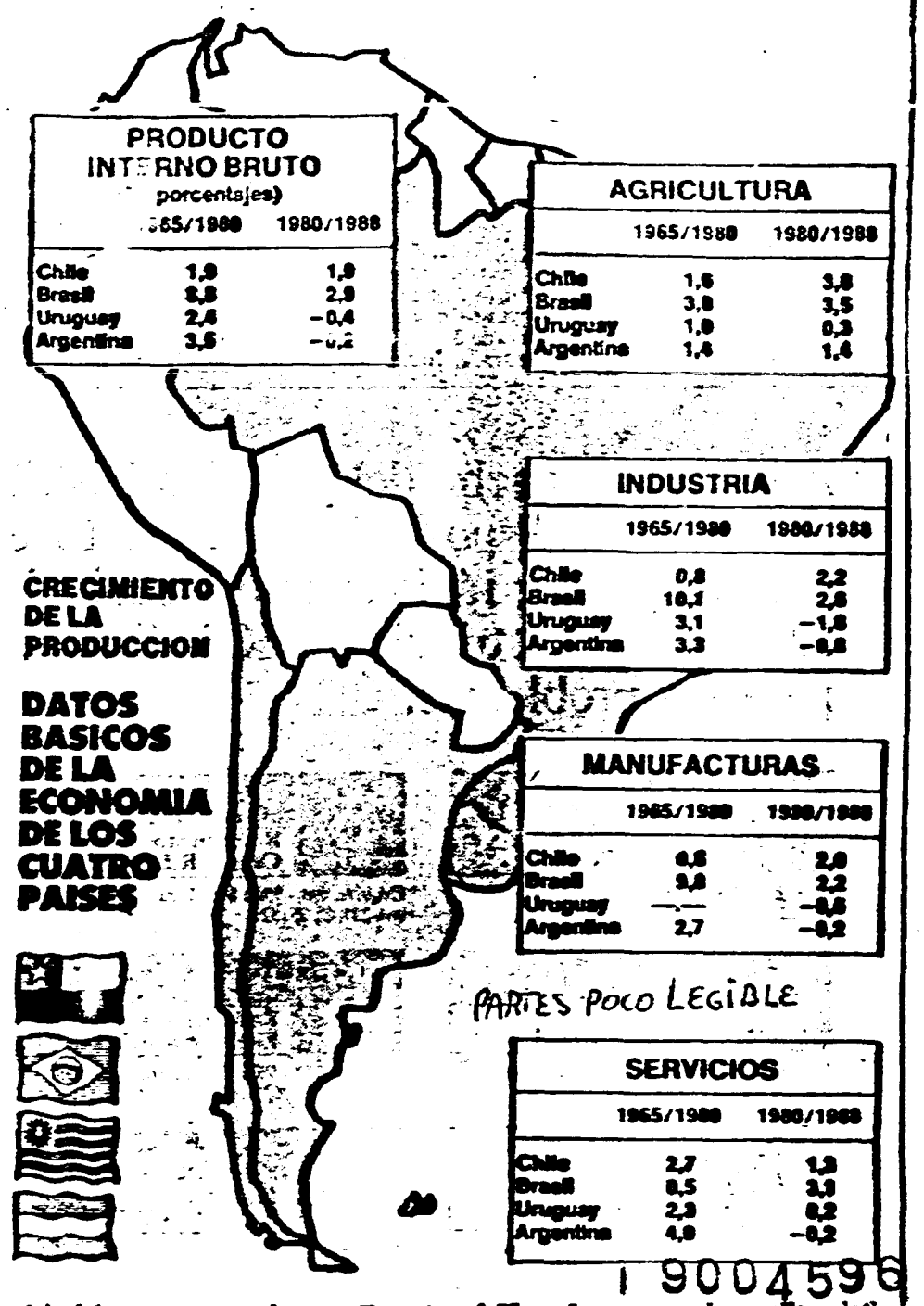
• Coordinar esfuerzos con el Pacto Andino y proseguir con el trabajo en el marco de la ALADI, pese, en este último caso, a [illegible] que el área perdió vigencia relativa.

• Elogiar una vez más, la Iniciativa para las Américas pero no sin advertir que el fondo previsto por la iniciativa es magro (300 millones de dólares) y que algunas sugieren desde los Estados Unidos dar cabida [illegible] los países de menor desarrollo relativo, entre los cuales no se cuentan los que ayer se reunieron aquí.

El impacto entre la afinidad entre el Brasil y la Argentina es grande en el Cono Sur. Los vecinos pueden observarla con optimismo o escepticismo pero, en ningún caso, ignorarla.

Hay una atención que genera el proyecto en la que pesa, y mucho, la historia. Chile y el Uruguay conocieron tiempos tormentosos en su relación con la Argentina. Los chilenos no olvidan lo cerca que estuvieron de la guerra a fines de la década del 70.

Los brasileños tienen una reputación bien ganada de ser un país con el que es extremadamente difícil convivir. Es un acreedor que desconoce la elementalidad [illegible] que pretende en las [illegible] regionales con fuerza que, por [illegible], se acercó a la violencia, pero que importa apenas el 5 % de su PBI, el índice menor de cualquiera de las economías de mercado.



PARTES POCO LEGIBLE

PARTES POCO LEGIBLE

1 9004596

9004595

TIPO DE DOCUMENTO
TÍTULO COLLOR LANÇARÁ UN PROGRAMA DE DESARROLLO EN EL NORDESTE.
FECHA Z-H 150829
PROCEDENCIA 7/8/90
REFERENCIAS BRASIL 11006
F. DZ 11164
GOB NAC 11302

ENTRADO 10/9/90 ES
CRUZADO 13/9/90 ES

ZH 7/8/90.

Collor lançará um programa para desenvolver o Nordeste

□Um plano "como jamais foi visto na história da região". É o que pretende o Planalto, após reunião preliminar sobre aquela região

O presidente Fernando Collor deverá anunciar, na semana que vem, um plano de desenvolvimento do Nordeste para os próximos cinco anos. A promessa do Governo Federal, conforme anunciou ontem, em Brasília, o secretário de Desenvolvimento Regional, Egberto Batista, é que esse será um plano de desenvolvimento "como jamais visto na história da região". Em relação a planos anteriores, a principal mudança está no enfoque: o Governo quer agora direcionar o desenvolvimento do Nordeste, explorando as potencialidades e estimulando as atividades econômicas que são consideradas vocação da região.

Para discutir as ações que poderão ser desenvolvidas pelo Governo Federal no Nordeste, o presidente Fernando Collor reuniu ontem, durante duas horas, alguns ministros e secretários, no Palácio do Planalto. O plano de desenvolvimento vai privilegiar os três setores que, segundo o secretário Egberto Batista, são os que apresentam tendências de crescimento na região: agricultura, agro-indústria e turismo:

— A idéia é maximizar os recursos, evitando a sobreposição e colocando-os onde eles tenham a resposta mais rápida", disse o secretário de Desenvolvimento Regional.

MAXIMIZAÇÃO — Para alcançar essa "maximização" dos recursos, o Governo está estudando a criação de pólos de desenvolvimento no Nordeste. Eles serão criados a partir de um zoneamento econômico da região, que está sendo concluído pela Secretaria de Desenvolvimento Regional e vai identificar os potenciais econômicos de cada área.

Na agricultura, a diretriz do presidente Fernando Collor é estimular a produção de alimentos para o mercado interno, ao invés de destiná-la para a exportação. Na indústria, o principal ramo a ser beneficiado deve ser o agro-industrial. O turismo será incentivado nas regiões do litoral.

Para driblar a seca e as dificuldades naturais da região, o Governo está estudando formas de difundir entre os produtores rurais as informações sobre o clima que são apuradas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em São José dos Campos (SP). Uma das idéias é montar uma rede de coleta de dados como índices pluviométricos e de umidade relativa do ar. Para melhorar a produtividade da agricutura, outra idéia é disseminar entre os produtores os estudos de solos da Embrapa, que indicam que tipo de cultura é mais propício em determinados solos.

GERENCIAMENTO — O Governo está estudando também o lançamento de um projeto de gerenciamento hídrico, que está sendo desenvolvido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, que prevê a perenização dos rios da região:

— O problema do Nordeste não é a falta de água, mas evitar que haja perda dágua durante determinadas épocas", afirma o secretário de Desenvolvimento Regional.

Os recursos para o plano de desenvolvimento ainda não estão definidos. Na próxima semana, em uma nova reunião no Palácio do Planalto, o secretário-executivo do Ministério da Economia, Eduardo Teixeira, deverá apresentar uma estimativa dos recursos orçamentários, com o que o plano de desenvolvimento poderá contar. No caso dos investimentos em infra-estrutura turística, uma das possibilidades em estudos é aproveitar os recursos das conversões da dívida externa. (AG)

Collor anunciará programa

Mário Rosa

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor vai anunciar nesta quarta-feira, em Maceió, investimentos no total de US$ 800 milhões para melhorar a rede pública de saúde do Nordeste. Batizado como "Projeto Nordeste II", o programa a ser lançado pelo presidente é formado, em sua maior parte, por regursos obtidos pelo Ministério da Saúde junto ao Banco Mundial, a serem aplicados nos próximos cinco anos na construção, ampliação e recuperação dos postos de saúde dos 10 estados que compõem a região. Somente serão contemplados com o projeto unidades hospitalares de pequeno porte, com capacidade de até 50 leitos, que estiverem instaladas na área rural.

Em sua quarta visita como presidente da República ao estado que governou antes de assumir seu atual posto, e a quatro semanas das eleições estaduais, Collor pretende aproveitar sua passagem por Alagoas para fazer outros anúncios de impacto — todos na área de saúde. No Palácio dos Martírios, sede do governo de Alagoas, Collor vai oficializar a implantação do SUS (Sistema Único de Saúde) no nordeste, um prgrama que prevê a transferência de hospitais hoje sob o comando do governo federal para a alçada de estados e municípios. Na mesma cerimônia, o presidente vai instituir um *plano de emergência*, com orçamento de US$ 50 milhões, destinado a reformar prontos-socorros nos hospitais situados nas capitais.

Investimento pesado — Inicialmente, a idéia dos assessores do Palácio do Planalto era levar o presidente à Sudene, em Recife — onde se reúnem os 10 governadores nordestinos — para que anunciasse as medidas na área de saúde em favor da região. Collor, porém, preferiu incluir o lançamento desse pacote na programação de sua viagem a Alagoas. Trata-se do mais pesado investimento federal no setor de saúde do nordeste. Em 1986, o presidente José Sarney lançou o "Projeto Nordeste I", no valor de US$ 60 milhões. O projeto, que acabou não sendo implantado porque os governos estaduais não investiram a sua parte no programa, beneficiava apenas quatro estados: Bahia, Rio Grande do Norte, a região norte de Minas Gerais (integrada à Sudene) e o Maranhão, terra natal de Sarney.

Agora, além de Alagoas, todos os estados nordestinos serão contemplados por uma verba mais de dez vezes maior do que o primeiro plano. No total, o "Projeto Nordeste II" vai contar com um orçamento de US$ 630 milhões, dos quais US$ 450 milhões do Banco Mundial, graças a um empréstimo concedido pela instituição já aprovado pelo Senado Federal. O restante dos recursos será coberto por dotações do governo federal e também será comporto por uma participação minoritária dos estados e municípios que forem beneficiados. "O principal objetivo do governo com o Projeto Nordeste II é melhorar a rede básica de saúde do Nordeste, atuando principalmente na prevenção e não apenas no tratamento de doenças", diz o secretário-executivo do ministério da Saúde, Luiz Romero Farias. Além do "Nordeste II", a visita de Collor a Alagoas vai render aos estados nordestinos a transferência dos hospitais federais, avaliados em pelo menos US$ 150 milhões.

01.01

9004597

Nº. DOCUMENTO
TITULO BRASIL & ARGENTINA AGILIZAM INTEGRACION
PROCEDENCIA Edição Nº 150028
FECHA DE PROCEDEN 29/8/90
VINCULACIONES BRASIL 10046
E. POL 11164
RR II 11398
ARGENTINA 10033

ENTRADO 10/9/90 EG
CRUZADO 12/9/90 EG

Brasil e Argentina agilizam integração

Os integrantes das delegações comerciais do Brasil e da Argentina, em reunião realizada no Rio, propuseram a formação de um Acordo de Complementação Econômica (ACE), que juntaria todos os acordos comerciais entre os dois países, tanto privados quanto da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (Aladi). O objetivo é viabilizar o desmantelamento de barreiras tarifárias e não-tarifárias até 31 de dezembro de 1994 e concretizar a meta de integração econômica.

"Estamos falando é de integração mesmo", resumiu o embaixador José Artur Denot Medeiros, diretor do Departamento de Comércio Exterior (Decex). As delegações concluíram que o ideal é montar um esquema de redução tarifária progressiva e automática, um cronograma de redução de alíquotas de importação, entre os dois países, que se estenda até o final de 1994 — o que, por sinal, já vem sendo feito internamente pelo Brasil, em sua nova política de comércio exterior.

As reuniões ocorridas esta semana, no Rio, são o desdobramento de contatos feitos na reunião de 1º de agosto, em Brasília, e vão subsidiar a primeira reunião do Grupo de Mercado Comum, dia 3 de setembro, em Buenos Aires. Entre Brasil e Argentina, explicou Medeiros, é preciso haver um novo instrumento jurídico e se criar um regime de liberalização comum. A redução progressiva das tarifas aduaneiras, por exemplo, começaria a partir de 1º de janeiro de 1991.

Exceção — Além do programa de revisão tarifária, os técnicos dos dois países começam a discutir a redução das chamadas *listas de exceção*, que incluem os produtos considerados mais sensíveis, por um e outro governo, cuja entrada livre provocaria problemas para a indústria local. Esses setores *sensíveis* incluem queijos, manteiga e outros produtos lácteos, vinhos e bens de informática, do ponto de vista brasileiro; e siderúrgicos, têxteis e subsetores de bens de capital, na ótica argentina.

No caso dos acordos privados, fora da Aladi, existem hoje três protocolos com a Argentina, tratando do comércio de bens de capital, alimentos e veículos, que ficariam sendo anexos do Acordo de Cooperação Econômica. A idéia é de acabar com o regime de cotas não só nos protocolos, mas também nas *listas de exceção*.

01.01

9004598

Resumen Trimestral de Inteligencia
JID (12694)
Resumen Abril-mayo-junio/90
ABR - MAY - JUN/90.

9. 10175 - 10162
10069 - 65671 cuba.
10232 - 65456 cuba
10133 - 66810 cuba
10028 - 66917 Cuba.
10182 - 10070 el Salv.
66153 cuba. 10233 Nicaragua.
66603 Nicaragua. 10043 Bolivia
65644 cuba Nica 65767 chile
66719 Panama. 66723 Paraguay.
66817 Peru
65574 Uruguay
66730 cuba.

10006

JID SECRETO

INFORME TRIMESTRAL DE INTELIGENCIA
RESUMEN
(ABRIL - MAYO - JUNIO 1990)

SR. PRESIDENTE DE LA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA
SR. VICEPRESIDENTE
SRES. JEFES DE DELEGACION Y DELEGADOS
SR. DIRECTOR DEL ESTADO MAYOR
SR. DIRECTOR DEL COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA
SR. VICEDIRECTOR DEL COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA Y
SRES. OFICIALES DEL ESTADO MAYOR
DAMAS Y CABALLEROS

DE ACUERDO A LA REGLAMENTACION VIGENTE, ME CORRESPONDE EL HONOR DE PRESENTAR EL RESUMEN TRIMESTRAL DE INTELIGENCIA CORRESPONDIENTE AL SEGUNDO TRIMESTRE DEL AÑO 1990.

I. INTRODUCCION

A. RESUMEN DEL INFORME TRIMESTRAL ANTERIOR.

1. LAS ENMIENDAS A LA CONSTITUCION PROPUESTAS POR GORBACHEV PARA AFIANZAR SU PODER Y LA DECLARACION DE INDEPENDENCIA ADOPTADA POR LITUANIA, CONSTITUYERON LOS PRINCIPALES HECHOS DE LA URSS.

2. LAS REFORMAS PRODEMOCRATICAS Y LAS CAMPAÑAS PACIFISTAS QUE TRATA DE IMPONER GORBACHEV ANTE EL MUNDO LIBRE, NO SIGNIFICA QUE LA URSS HAYA VARIADO SUS OBJETIVOS DE CONSOLIDAR Y EXPANDIR EL COMUNISMO. POR EL CONTRARIO, HA CONTINUADO APOYANDO LOS REGIMENES TOTALITARIOS CON MAYOR ESFUERZO E INTERES.(AVIONES MIG-29 A CUBA, ARMAMENTO MODERNO Y MISILES TIERRA-AIRE A NICARAGUA ETC.)

3. ALGUNOS PAISES DEL BLOQUE SOCIALISTA HAN RETIRADO SU APOYO A CUBA QUE SIGUE AYUDANDO LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS DE AMERICA LATINA.

4. EL NUEVO GOBIERNO DE NICARAGUA ESTARA PRESIONADO POR LOS SANDINISTAS QUE BUSCARAN TODAS LAS ACCIONES LEGALES O ILEGALES PARA CREAR LAS CONDICIONES NECESARIAS QUE PERMITAN DEBILITAR EL GOBIERNO DE LA PRESIDENTA CHAMORRO Y TENGA DE ESTE MODO QUE ACCEDER A SUS REQUERIMIENTOS.

5. LOS PAISES INTEGRANTES DEL SISTEMA, AFECTADOS POR EL FLAGELO DE LA DROGA ESTAN DESARROLLANDO INGENTES ESFUERZOS PARA ATACAR CONJUNTAMENTE EL PROBLEMA.

6. LAS DEMOCRACIAS DE AMERICA LATINA ESTAN BUSCANDO ALTERNATIVAS CUYOS POSTULADOS SE ORIENTEN HACIA ECONOMIAS DE LIBRE MERCADO.

Copia 7

9004599

B. HECHOS MAS IMPORTANTES DEL TRIMESTRE.

1. CONTINUA EL DESCONTENTO DENTRO DE LA URSS ANTE LA CRISIS ECONOMICA Y LAS IDEAS DE LIBERTAD QUE ESTAN CRECIENDO EN EUROPA ORIENTAL.

2. VIAJE DE GORBACHEV A EE.UU.

3. ELECCION DE BORIS YELTSIN COMO PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DE RUSIA.

4. CUBA CONTINUA APOYANDO LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS DE LA REGION Y DESARROLLANDO UNA INTENSA CAMPAÑA DIPLOMATICA A FIN DE EVITAR SU AISLAMIENTO.

5. NUEVA POLITICA DE EE.UU. HACIA AMERICA LATINA.

6. PROBLEMA INTERNO CANADIENSE.

7. DIALOGO GOBIERNO SALVADOREÑO-GUERRILLA.

8. REDUCCION PARCIAL DEL EJERCITO SANDINISTA Y DESMOVILIZACION DE LOS CONTRAS.

9. ARSENALES NICARAGUENSES ENCONTRADOS EN HONDURAS.

10. ELECCIONES PRESIDENCIALES EN COLOMBIA.

11. ELECCIONES PRESIDENCIALES EN PERU.

12. REUNION DE LA XX ASAMBLEA DE LA OEA EN PARAGUAY.

II. SITUACION

A. ENEMIGO.

1. LA URSS Y EL BLOQUE COMUNISTA.

a. PROBLEMAS INTERNOS.

SIN CONSIDERAR LA SITUACION ECONOMICA QUE SE HA CONVERTIDO EN UN MAL ENDEMICO PARA EL PUEBLO SOVIETICO, LOS JERARCAS DE LA URSS HAN TENIDO QUE AFRONTAR DURANTE EL PERIODO ENTRE OTROS LOS SIGUIENTES PROBLEMAS:

(1) DURANTE EL TRADICIONAL DESFILE QUE SE REALIZA CADA 1º DE MAYO, EN LA PLAZA ROJA DE MOSCU, UN GRUPO DE MANIFESTANTES DESFILARON JUNTO A LAS AUTORIDADES, EXPRESANDO POR PRIMERA VEZ CON CONSIGNAS Y PANCARTAS, EL PROFUNDO RECHAZO AL SISTEMA IMPERANTE. ANTE LA MAGNITUD Y LO INSOLITO DE LOS HECHOS, GORBACHEV Y LAS ALTAS AUTORIDADES OPTARON POR RETIRARSE.

(2) SIGUIENDO LA PAUTA DE LITUANIA Y ESTONIA, LETONIA PROCEDIO A DECLARAR SU INDEPENDENCIA DE LA URSS.

(3) COMO RESULTADO DE LAS REFORMAS ECONOMICAS ANUNCIADAS POR GORBACHEV, SE PRODUJO UN PANICO DENTRO DE LA POBLACION, QUE TRAJO COMO CONSECUENCIA UNA ESCASEZ DE AQUELLOS ALIMENTOS BASICOS, SITUACION QUE AFECTO POLITICAMENTE AL LIDER SOVIETICO.

(4) LA ELECCION DE BORIS YELTSIN COMO PRESIDENTE DE LA REPUBLICA DE RUSIA, SIGNIFICO UN SERIO REVES PARA GORBACHEV. ESTE NUEVO LIDER DEL ALA REFORMISTA, BUSCA DEBILITAR EL PODER CENTRAL DEL PARTIDO COMUNISTA QUE TIENE SOBRE LAS REPUBLICAS. YELTSIN, CON EL APOYO OBTENIDO, NO TITUBEO EN RETAR LA AUTORIDAD DEL GOBIERNO DE LA URSS, AL LOGRAR QUE LA REPUBLICA DE RUSIA, DECLARARA QUE SUS LEYES TIENEN PRIORIDAD SOBRE LAS LEYES DE LA UNION SOVIETICA.

b. EL LIDER SOVIETICO FUE RECIBIDO CORDIALMENTE POR EL GOBIERNO DE CANADA Y EE.UU. A PESAR DE LA DESVENTAJA DERIVADA DE LOS PROBLEMAS ECONOMICOS Y POLITICOS, GORBACHEV NO HIZO CONCESIONES SOBRE AQUELLOS PUNTOS IMPORTANTES COMO ES EL PROBLEMA DE LA UNIFICACION ALEMANA, LOS PAISES DEL BALTICO O SU APOYO INCONDICIONAL A CUBA.

2. CUBA.

a. EL GOBIERNO CUBANO HA ESTADO EMPEÑADO EN UNA CAMPAÑA DIPLOMATICA ORIENTADA A REDUCIR SU AISLAMIENTO INTERNACIONAL, ESPECIALMENTE COMO CONSECUENCIA DE LOS CAMBIOS RADICALES QUE SE SIGUEN PRODUCIENDO EN EUROPA ORIENTAL, PROMETIENDO A TRAVES DE SU MINISTRO DE RELACIONES EXTERIORES CAMBIOS Y REFORMAS DEL SISTEMA COMUNISTA CON EL OBJETO DE MAXIMIZAR SU EFICIENCIA.

b. A MEDIADOS DEL PERIODO, SE CELEBRO EN MIAMI UNA CONFERENCIA ENTRE REPRESENTANTES DEL GOBIERNO SOVIETICO Y EXILIADOS CUBANOS. DURANTE ESTA REUNION, LAS AUTORIDADES SOVIETICAS REAFIRMARON UNA VEZ MAS SU IRRESTRICTO APOYO A CUBA EN LOS PROXIMOS AÑOS, TANTO EN LA PARTE ECONOMICA COMO MILITAR.

3. CONCLUSIONES SOBRE EL ENEMIGO.

a. LA URSS Y EL BLOQUE.

(1) LA SITUACION POLITICA, ECONOMICA Y SOCIAL DE LA URSS, ATRAVIESA POR UNA INESTABILIDAD SIN PRECEDENTE. EN EFECTO, EL LIDERAZGO DE GORBACHEV CONFRONTA UN RETO TANTO DE AQUELLOS LIBERALES QUE MANIFIESTAN QUE LAS REFORMAS Y CAMBIOS SON DEMASIADO LENTOS, COMO DE LOS CONSERVADORES QUE CULPAN A LAS REFORMAS, POR LOS ACONTECIMIENTOS EN EUROPA ORIENTAL. EL LIDER SOVIETICO EN UNA POSICION CENTRISTA, APARENTEMENTE, SE HA DEBILITADO EN SU FRENTE INTERNO.

(2) LA ELECCION DE BORIS YELTSIN COMO PRESIDENTE DE LA REPUBLICA RUSA REFLEJA EL DESEO DE LA POBLACION DE OBTENER UNA MAYOR AUTONOMIA ANTE EL DOMINIO TRADICIONAL DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA UNION SOVIETICA.

(3) EL SENTIMIENTO ANTICOMUNISTA GENERALIZADO EN LA MAYORIA DE LAS REPUBLICAS DE LA URSS UNIDO A LA NECESIDAD DE MEJORAR SUS ECONOMIAS Y A LOS DESEOS DE LIBERACION E INDEPENDENCIA, HACEN QUE LA POSICION AUTORITARIA TOTALITARIA SOSTENIDA POR EL PARTIDO COMUNISTA, LA KGB Y EL EJERCITO ROJO, SEA CADA VEZ MAS DIFICIL.

(4) A PESAR DE LA SITUACION INTERNA DE LA URSS, GORBACHEV RECIBE LA APROBACION DE LAS POTENCIAS OCCIDENTALES AL FIRMAR VENTAJOSOS ACUERDOS, ESPECIALMENTE EN EL CAMPO DEL DESARME (LA DECISION DE EE.UU. DE PERMITIR LA MODERNIZACION DE LOS MISILES INTERCONTINENTALES SS-18 CONSTITUYE UNA VENTAJA ESTRATEGICA PARA LA URSS).

(5) LA COMBINACION DEL GRAN PODERIO MILITAR DE LA URSS Y LA PRONUNCIADA INESTABILIDAD INTERNA, CREA UNA SITUACION DE GRAN PELIGROSIDAD PARA EL MUNDO LIBRE, DE MODO QUE ES PRUDENTE CONDICIONAR LA AYUDA ECONOMICA DE OCCIDENTE, A LA SIGNIFICATICA REDUCCION DE SUS FUERZAS ESTRATEGICAS Y CONVENCIONALES, Y DE SU ASISTENCIA MILITAR A SATELITES COMO CUBA.

b. CUBA.

(1) COMO CONSECUENCIA DE LOS CAMBIOS DE GOBIERNO EN PANAMA Y NICARAGUA Y EL AISLAMIENTO PRODUCIDO POR LOS EVENTOS EN EUROPA ORIENTAL, CUBA SE HA VISTO OBLIGADA A DISMINUIR EL APOYO A LAS OPERACIONES SUBVERSIVAS. NO OBSTANTE, EL FSLN INCREMENTO EL APOYO LOGISTICO AL FMLN EN EL SALVADOR.

(2) EL GOBIERNO CUBANO FOMENTARA LA INESTABILIDAD DEL GOBIERNO DE NICARAGUA PARA FORTALECER AL FSLN Y MANTENER UN NIVEL DE SUMINISTRO PARA EL FMLN EN EL SALVADOR Y OTROS.

(3) LA CAMPAÑA DIPLOMATICA INICIADA POR EL GOBIERNO CUBANO PARA SALIR DE SU AISLAMIENTO, SOLO SERA EFECTIVA SI MATERIALIZA REALMENTE LOS CAMBIOS EN SU SISTEMA DE GOBIERNO.

(4) A PESAR DE LA GRAVE SITUACION ECONOMICA IMPERANTE EN LA URSS, EL GOBIERNO SOVIETICO CONTINUA APOYANDO UNILATERALMENTE Y ECONOMICAMENTE A CUBA POR UN MONTO DE 6.000 MIL MILLONES DE DOLARES ANUALES.

B. SISTEMA INTERAMERICANO.

1. AMERICA DEL NORTE.

a. CANADA.

EL PROBLEMA DE LA ENMIENDA CONSTITUCIONAL CONOCIDA COMO ACUERDO DEL LAGO DE MEECH CREO UN SERIO PROBLEMA INTERNO AL PAIS A RAIZ DE LAS INTENCIONES SEPARATISTAS DE QUEBEC.EL MENCIONADO ACUERDO OTORGA A QUEBEC EL STATUS DE "SOCIEDAD DIFERENTE" Y ES RECHAZADO POR LAS DEMAS PROVINCIAS EN ATENCION A QUE DA A ESTA REGION DE HABLA FRANCESA, DERECHOS Y PRIVILEGIOS NO PREVISTOS PARA TODAS. LA SITUACION FAVORECE A LOS SEPARATISTAS DE QUEBEC, CUYA FUERZA SE BASA EN SU PODER ECONOMICO PUES MANTIENE ESTRECHAS RELACIONES CON LOS ESTADOS DE NUEVA INGLATERRA Y NUEVA YORK EN EE.UU.

b. ESTADOS UNIDOS DE AMERICA.

(1) EL SECRETARIO DE DEFENSA PRESENTO ANTE EL CONGRESO UNA PROPUESTA PARA REDUCIR LAS FF.AA. EN UN 25% EN UN PERIODO DE 5 AÑOS. ESTA PROPUESTA INCLUYE REDUCIR FUERZAS PESADAS DE SUPERFICIE Y UNIDADES AEREAS EN EUROPA CONSERVANDO FUERZAS LIVIANAS CON MAS MOVILIDAD DE COMBATE Y UNA ARMADA DEL TAMAÑO NECESARIO PARA LA INTERVENCION EN LOS PAISES DEL TERCER MUNDO.

(2) EL PRESIDENTE BUSH SE OPONE A UNA PROPUESTA FRANCO ALEMANA PARA SUMINISTRAR AYUDA ECONOMICA A LA URSS MIENTRAS SIGA SUBSIDIANDO A CUBA.

(3) EL VICEPRESIDENTE DEL CONSEJO NACIONAL AFRICANO NELSON MANDELA RECIBIO TRATAMIENTO DE "PERSONA MUY IMPORTANTE" EN SU VISITA A LOS EE.UU. EN SUS DECLARACIONES AGRADECIO EL APOYO PRESTADO POR LOS EE.UU A SU CAUSA Y ELOGIO A LOS LIDERES KADHAFI Y ARAFAT, COMO ASI MISMO CITO A FIDEL CASTRO COMO UN BALUARTE DE LOS DERECHOS HUMANOS Y DE LA LUCHA POR LA LIBERTAD.

(4) EE.UU. PRESIONA A LOS PAISES LATINO AMERICANOS PARA EL EMPLEO DE SUS FF.AA. EN EL COMBATE CONTRA EL NARCOTRAFICO.

(5) A FINES DE JUNIO EL PRESIDENTE BUSH ANUNCIO UNA COMPLETA REVISION A LA POLITICA EXTERNA AMERICANA PARA AMERICA LATINA. LA IDEA PRINCIPAL ES ESTIMULAR UN AMPLIO ACUERDO ENTRE LOS EE.UU. Y AMERICA LATINA CONFORMANDO UN BLOQUE ECONOMICO UNIFICADO, CON EL PROPOSITO DE APROXIMAR AL CONTINENTE AL NUEVO TIEMPO HISTORICO QUE YA ESTAN VIVIENDO EUROPA Y ASIA.

(6) EN EL ENCUENTRO CON GORBACHEV SE ACORDARON LOS SIGUIENTES PUNTOS:

(a) REACTIVAR DOS TRATADOS PREVIOS NO RATIFICADOS QUE ESTAN RELACIONADOS CON PROCEDIMIENTOS DE VERIFICACION DE PRUEBAS CON ARMAMENTO NUCLEAR Y TAMBIEN SE FIRMO UN ACUERDO PARA LA DESTRUCCION DE LA MAYORIA DE LAS ARMAS QUIMICAS DE LOS DOS PAISES.

(b) PARA LOS ASUNTOS CIVILES SE DESTACA LA COOPERACION EN LA INVESTIGACION DE ENERGIA NUCLEAR Y OCEANOGRAFIA, EXPANSION DEL TRANSPORTE AEREO Y MARITIMO, INTERCAMBIO CULTURAL, PROTECCION DEL MEDIO AMBIENTE, ADUANAS, COMERCIO DE GRANOS Y OTROS.

c. ESTADOS UNIDOS MEXICANOS.

A FINES DE MAYO EL PRESIDENTE CARLOS SALINAS DE GORTARI VISITO EE.UU. PARA INICIAR NEGOCIACIONES SOBRE UN ACUERDO DE LIBRE COMERCIO ENTRE LOS DOS PAISES, ESTA INICIATIVA PODRIA CREAR UNA ZONA COMERCIAL QUE SE PROLONGARIA CON CANADA. LA IDEA ES EXPORTAR PRODUCTOS Y NO SERES HUMANOS COMO LO EXPRESARA EL PRESIDENTE MEXICANO EN SU RECIENTE VISITA.

2. CENTROAMERICA Y EL CARIBE.

a. GUATEMALA.

(1) A FINES DE MAYO SE REUNIERON EN MADRID, REPRESENTANTES DEL GOBIERNO, DE PARTIDOS POLITICOS Y DE LA GUERRILLA GUATEMALTECA BAJO EL AUSPICIO DE LA ONU, SE ACORDO NO ENTORPECER EL PROCESO ELECTORAL DE NOVIEMBRE PROXIMO.

(2) A MEDIADOS DE JUNIO, SE REALIZO EN EL PAIS LA 8ª CONFERENCIA DE PRESIDENTES CENTROAMERICANOS PARTICIPANDO TAMBIEN COMO OBSERVADOR EL PRESIDENTE PANAMEÑO. LA REUNION CUMBRE ANALIZO ENTRE OTROS EL PROBLEMA ECONOMICO CENTROAMERICANO Y SE ACORDO REVIVIR EL MERCADO COMUN CENTROAMERICANO. LOS PRESIDENTES TAMBIEN ACORDARON APOYAR LAS NEGOCIACIONES ENTRE LOS GRUPOS SUBVERSIVOS Y LOS GOBIERNOS AFECTADOS DE CENTROAMERICA.

b. EL SALVADOR.

(1) A PESAR DE LAS NEGOCIACIONES DE PAZ ENTRE EL GOBIERNO Y EL FMLN REALIZADAS CON EL AUSPICIO DE LA ONU Y OEA, EL GRUPO GUERRILLERO HA CONTINUADO SUS ATAQUES TERRORISTAS SELECTIVOS EN LA CAPITAL Y EN LAS PRINCIPALES CIUDADES DEL PAIS, DESTACANDOSE EL AMETRALLAMIENTO A LAS RESIDENCIAS DEL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA, DONDE FALLECIO EL CAPITAN ALFONSO CHAVEZ GARCIA, QUIEN RESCATO AL SECRETARIO GENERAL DE LA O.E.A. EN EL HOTEL SHERATON DURANTE LA OFENSIVA DE NOVIEMBRE PASADO, Y DEL MINISTRO DE TRABAJO, EMBOSCADA AL PRESIDENTE DE LA ASAMBLEA NACIONAL Y ATAQUES INDISCRIMINADOS AL SISTEMA ENERGETICO Y DE COMUNICACIONES.

(2) EL COMITE DE APROPIACIONES DE LA CAMARA DE REPRESENTANTES DE EE.UU. ESTA CONSIDERANDO REDUCIR LA ASISTENCIA ECONOMICA A EL SALVADOR EN UN 50% PARA EL AÑO FISCAL 90/91.

c. HONDURAS.

900599

(1) A MEDIADOS DE MAYO LA POLICIA DESCUBRIO 2 ARSENALES PROCEDENTES DE NICARAGUA Y DESTINADOS AL FMLN DE EL SALVADOR. EL ARMAMENTO DECOMISADO CONSISTIA EN: GRANADAS DE MORTERO, ARMAMENTO ANTITANQUE (RPG-7), AMETRALLADORAS M-60 Y MUNICION PARA FUSIL AK-47 DE FABRICACION SOVIETICA.

(2) A FINES DEL PERIODO Y BAJO LA SUPERVISION DE ONU Y OEA, SE DESACTIVARON TODOS LOS CAMPAMENTOS DE LA RESISTENCIA NICARAGÜENSE EN HONDURAS.

d. NICARAGUA.

(1) LOS SANDINISTAS, LIDERADOS POR DANIEL ORTEGA ORGANIZARON HUELGAS EN EL SECTOR PUBLICO, TOMAS DE INSTALACIONES DEL GOBIERNO POR LA FUERZA, CON EL PROPOSITO DE ENTORPECER LOS CAMBIOS ECONOMICOS, POLITICOS Y SOCIALES PROPUESTOS POR EL ACTUAL GOBIERNO.

(2) EL DESARME DE LA RESISTENCIA NICARAGÜENSE CONCLUYO EL 27 DE JUNIO, CUANDO EL LIDER DE LOS CONTRAS ISMAEL GALEANO (COMANDANTE FRANKLIN) Y UN GRUPO DE UNOS 100 ELEMENTOS ENTREGARON SUS ARMAS A LA ONU.

(3) SE SUPONIA QUE EL DESARME DE LOS CONTRAS CUMPLIRIA CON EL REQUISITO PARA UNA REDUCCION DEL EJERCITO POPULAR SANDINISTA A UN NIVEL DE PARIDAD CON LAS FF.AA. DE HONDURAS (22.000 EFECTIVOS) SIN EMBARGO, LA PRESIDENTA CHAMORRO DECLARO EN GUATEMALA QUE EL EPS SE REDUCIRIA SOLAMENTE A 41.000 EFECTIVOS Y QUE NO CONTINUARIA LAS REDUCCIONES HASTA QUE EL SALVADOR Y GUATEMALA REBAJARAN SUS FUERZAS SUBSTANCIALMENTE.

(4) SE HA TENIDO INFORMACION QUE EL APARATO REPRESIVO DEL MINISTERIO DEL INTERIOR, LA DIRECCION GENERAL DE SEGURIDAD DEL ESTADO HA PASADO A DEPENDER DE LA INTELIGENCIA MILITAR DEL EPS, LOGRANDO ASI EL FRENTE SANDINISTA MANTENER EL CONTROL DE TODOS LOS ELEMENTOS MILITARES Y REPRESIVOS DE LA NACION.

(5) EL GOBIERNO DE ESTADOS UNIDOS APROBO 300 MILLONES DE DOLARES EN ASISTENCIA ECONOMICA.

e. COSTA RICA.

EL 8 DE MAYO ASUME EL MANDO DE LA NACION EL LICENCIADO RAFAEL ANGEL CALDERON FOURNIER, QUIEN SEÑALO QUE EN EL AREA ECONOMICA INCENTIVARA A LA EMPRESA PRIVADA Y EN LA PARTE POLITICA, CONTINUARA SUS RELACIONES DIPLOMATICAS CON CUBA.

f. PANAMA.

(1) EL GOBIERNO DE EE.UU. APROBO 420 MILLONES DE DOLARES EN ASISTENCIA ECONOMICA.

(2) A FINES DEL PERIODO, EL GOBIERNO EXPULSO A VARIOS DIPLOMATICOS CUBANOS, DEJANDO LA EMBAJADA REDUCIDA A NO MAS DE 4 FUNCIONARIOS.

g. COLOMBIA.

(1) DURANTE EL PERIODO SE HA INTENSIFICADO LA CAMPAÑA DE TERRORISMO INDISCRIMINADO, DESATADO POR EL NARCOTRAFICO FUNDAMENTALMENTE EN BOGOTA Y MEDELLIN, EN RESPUESTA A LA POLITICA IMPUESTA POR EL GOBIERNO TENDIENTE A TERMINAR CON EL TRAFICO DE DROGAS EN EL PAIS. EL EMPLEO DE CARROS-BOMBAS Y ASESINATOS A POLICIAS HAN SIDO LOS METODOS MAS EMPLEADOS Y QUE HAN DEJADO CIENTOS DE VICTIMAS.

(2) SE HA HECHO MAS EVIDENTE LA VINCULACION CADA VEZ MAS ESTRECHA ENTRE LAS FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS COLOMBIANAS CON EL NARCOTRAFICO, CREANDO ORGANIZACIONES DE SEGURIDAD ADIESTRADAS POR MERCENARIOS EXTRANJEROS, PROCEDENTES DE ISRAEL, GRAN BRETAÑA ESPAÑA, EN TACTICAS DE GUERRILLA, USO DE EXPLOSIVOS Y DE FRANCOTIRADOR.

(3) LOS RESULTADOS DE LAS ELECCIONES PRESIDENCIALES EFECTUADAS A FINES DE MAYO, PERMITEN DETERMINAR DOS ASPECTOS DE TRASCENDENCIA PARA EL FUTURO DEL PAIS.

(a) EL PUEBLO COLOMBIANO ELIGIO AL UNICO CANDIDATO QUE SE OPONIA EN FORMA CLARA Y DECIDIDA AL COMERCIO DE LA DROGA.

(b) AL INTEGRARSE EL M-19 A LA LUCHA POLITICA Y OBTENER ALREDEDOR DEL 12% DE LOS VOTOS, PASANDO A SER LA TERCERA FUERZA, ABRE LA POSIBILIDAD PARA QUE OTROS GRUPOS GUERRILLEROS, AUN EN ACTIVIDAD, SE INCORPOREN A LA POLITICA ACTIVA, DEJANDO LAS ARMAS Y LA VIOLENCIA.

h. VENEZUELA.

(a) A FINES DE MAYO, HUBO GRAVES DISTURBIOS (SAQUEOS, INCENDIO DE VEHICULOS) EN CARACAS Y OTRAS CIUDADES DEL PAIS A RAIZ DE UN AUMENTO EN EL PRECIO DE LA GASOLINA, SIN EMBARGO, SE ESTIMA QUE, EL FONDO DEL PROBLEMA ES EL MALESTAR DE LA POBLACION ANTE EL DETERIORO DEL NIVEL DE VIDA SIN PRECEDENTE EN LA HISTORIA DEL PAIS.

(b) LOS MINISTROS DE RELACIONES EXTERIORES DE VENEZUELA Y GUAYANA SE REUNIERON PARA BUSCAR UNA SOLUCION AL PROBLEMA DEL ESEQUIBO, CUYA SOBERANIA SE DISPUTAN AMBAS NACIONES. EL LITIGIO DEL ESEQUIBO DATA DE 1899 CUANDO UN LAUDO ARBITRAL CONCEDIO A GRAN BRETAÑA, LA REGION QUE OCUPABA "DE FACTO". EN 1966, GUYANA SE INDEPENDIZA DEL REINO UNIDO Y SUS GOBERNANTES JUNTO

A VENEZUELA RECURREN A LA MEDIACION DEL SECRETARIO GENERAL DE LAS N.U.

3. AMERICA DEL SUR.

a. ARGENTINA.

(1) EL GOBIERNO SE ENCUENTRA DECIDIDO A LLEVAR ADELANTE SU PLAN DE REFORMAS AL CONCRETAR LAS PRIMERAS VENTAS Y/O ADJUDICACIONES DE BIENES BAJO CONTROL DEL ESTADO, REVIRTIENDO UN PROCESO DE ESTATIZACIONES DE CASI 50 AÑOS. LAS MEDIDAS PUESTAS EN PRACTICAS PARA REENCAUSAR LA ECONOMIA HAN LOGRADO ESTABILIZAR EL VALOR DEL DOLAR Y CONTENER LA INFLACION,

(2) NO OBSTANTE LO EXPRESADO, EL GOBIERNO ENCUENTRA RESISTENCIA EN VARIOS SECTORES, MOTIVADOS POR CAUSAS ECONOMICAS, COMO SON LOS BAJOS SALARIOS QUE OCASIONAN PAROS Y HUELGAS EN DIFERENTES GREMIOS Y OTRAS SON CAUSAS POLITICAS, COMO LAS PRIVATIZACIONES QUE HAN LOGRADO DIVIDIR AL EMPRESARIADO, AL GREMIALISMO, A LOS POLITICOS E INCLUSO AL MISMO PARTIDO GOBERNANTE, QUE VEN EN EL PROCESO, EL FIN DEL ESTADO PROTECTOR Y BENEFACTOR.

(3) EL GOBIERNO CONTINUA CON LA POLITICA DE ESTRECHAR VINCULOS CON EL PROPOSITO DE PROMOVER LA INTEGRACION DE LA REGION. COMO UN PRIMER PASO, JUNTO A BRASIL, ESPERA CONFORMAR DENTRO DE LOS PROXIMOS 5 AÑOS, UN MERCADO COMUN QUE INTEGRE EN UNA PRIMERA ETAPA A CHILE Y URUGUAY Y EN UNA SEGUNDA ETAPA A PARAGUAY Y BOLIVIA.

(4) EL 22 DE JUNIO, 3 POLICIAS QUEDAN HERIDOS AL ESTALLAR UNA BOMBA QUE INTENTABAN DESACTIVAR. EL ATENTADO SE LO ATRIBUYO UNA AUTODENOMINADA "BRIGADA CHE GUEVARA", AUTORA DE OTROS 8 ATENTADOS DINAMITEROS.

b. BOLIVIA.

(1) EL CANCILLER CUBANO ISIDORO MALMIERCA, VISITO AL PRESIDENTE BOLIVIANO, RATIFICANDO ALGUNOS CONVENIOS DE COOPERACION ECONOMICA Y CULTURAL ENTRE AMBOS PUEBLOS.

(2) EN UN PLAZO DE 5 AÑOS, BOLIVIA PODRIA CONSTITUIRSE COMO UNO DE LOS PRINCIPALES EXPORTADORES DE SOYA, AL MATERIALIZAR EL PROGRAMA DE SUSTITUCION DE LOS CULTIVOS DE LA COCA.

(3) EL MINISTRO DE DEFENSA INFORMO QUE BOLIVIA NO ACEPTARA ARMAMENTO OBSOLETO E INSERVIBLE, COMO AYUDA DE EE.UU. PARA COMBATIR EL NARCOTRAFICO. DURANTE LA VISITA DEL PRESIDENTE PAZ ZAMORA A WASHINGTON, EE.UU. SE COMPROMETIO POTENCIAR 4 BATALLONES POLICIALES COMO FUERZAS DE REPRESION AL NARCOTRAFICO, CON EQUIPOS, ARMAS Y AVIONES POR UN MONTO DE 33.2 MILLONES DE DOLARES.

c. BRASIL.

(1) EL PRESIDENTE COLLOR DE MELO HA LOGRADO REDUCIR LA INFLACION DE 85% A 6.5% MENSUAL AL ADOPTAR UNA POLITICA DE REDUCCION DE LA ACTIVIDAD ECONOMICA, DISMINUYENDO DRASTICAMENTE LA LIQUIDEZ DE LA ECONOMIA.

(2) EN EL COMBATE AL DEFICIT PUBLICO, EL GOBIERNO, BUSCO ENTRE OTRAS MEDIDAS, UNA REDUCCION DE LA PARTICIPACION DEL ESTADO EN LA ECONOMIA, EN BASE A UN PLAN DE PRIVATIZACION DE EMPRESAS.

(3) DENTRO DEL PLAN "BRASIL NUEVO", INCLUYE LAS DIRECTRICES PARA INICIAR UN AMPLIO PLAN DE MODERNIZACION DE LA INDUSTRIA TERMINANDO CON MAS DE CUARENTA AñOS DE SUCESIVAS POLITICAS PROTECCIONISTAS.

(4) EN LA ACTUALIDAD, EL PRESIDENTE COLLOR DE MELO HA PERDIDO CIERTA POPULARIDAD, PRODUCTO DE LAS SEVERAS MEDIDAS QUE IMPACTARON TODOS LOS SEGMENTOS DE LA SOCIEDAD.

d. CHILE.

(1) NUMEROSOS DIRIGENTES DEL PARTIDO COMUNISTA HAN RENUNCIADO PUBLICAMENTE SEñALANDO SEVERAS CRITICAS AL SISTEMA COMUNISTA, BASANDO ESTAS EN EL DESMANTELAMIENTO DE LAS TEORIAS Y ESTRUCTURAS SOCIOPOLITICAS DE LA CASI TOTALIDAD DEL BLOQUE SOCIALISTA, CAUSANDO PROFUNDA CRISIS EN EL PARTIDO COMUNISTA, QUE AUN MANTIENE COMO PRINCIPIO, LA POLITICA DE "REBELION POPULAR DE LAS MASAS".

(2) A FINES DE JUNIO, EL PRESIDENTE BARCO VISITO EL PAIS. DURANTE SU PERMANENCIA SE FIRMARON VARIOS ACUERDOS RELACIONADOS CON EL NARCOTRAFICO, PROTECCION DEL MEDIO AMBIENTE, ECONOMICOS Y CULTURALES. LLAMO LA ATENCION LA INTEGRACION EN EL CAMPO DIPLOMATICO DONDE AMBAS CANCILLERIAS ACORDARON ESTABLECER MISIONES DIPLOMATICAS CONJUNTAS EN DETERMINADOS PAISES, CON EL PROPOSITO DE LLEVAR UNA PROYECCION COMUN Y ECONOMICA EN LA GESTION DE AMBOS PAISES.

(3) LA EXTREMA IZQUIERDA HA DESATADO UNA INTENSA CAMPAñA DE DESINFORMACION PARA CREAR PROBLEMAS ENTRE EL GOBIERNO Y SUS FUERZAS ARMADAS.

(4) A CUATRO MESES DE GOBIERNO DEMOCRATICO, LOS ACTOS TERRORISTAS HAN CONTINUADO CONTRA EL SISTEMA ECONOMICO (BOMBAS EN EDIFICIOS PUBLICOS Y EN TORRES DE ALTA TENSION), COMO ASIMISMO ATACANDO A LA FUERZA POLICIAL.

e. ECUADOR.

010 90 0599

(1) EN JUNIO, SE EFECTUARON LAS ELECCIONES PARLAMENTARIAS, OBTENIENDO LA PRIMERA MAYORIA EL PARTIDO SOCIALISTA CRISTIANO, LIDERADO POR EL EXPRESIDENTE LEON FEBRES CORDERO.

(2) EL GRUPO SUBVERSIVO "ALFARO VIVE CARAJO" HABRIA DECIDIDO PARTICIPAR EN LA POLITICA NACIONAL. SEGUN LO MANIFESTADO POR PEDRO MONCADA, DIRIGENTE DE DICHA ORGANIZACION.

f. PARAGUAY.

EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA, AL INAUGURAR LA VIGESIMA ASAMBLEA GENERAL DE LA OEA MANIFESTO QUE: "ENTRE NOSOTROS PERSISTE LA DESIGUALDAD Y LA DISCRIMINACION NORTE-SUR" Y PROPUSO LA CREACION DE UN CONSEJO PERMANENTE DE JEFES DE ESTADO.

g. PERU.

(1) LA MASIVA CONCURRENCIA A LAS URNAS Y LA NORMALIDAD DE LOS COMICIOS, FUERON LAS PRINCIPALES CARACTERISTICAS DE LAS ELECCIONES PRESIDENCIALES EFECTUADAS A COMIENZOS DEL MES DE JUNIO, QUE TUVO COMO TRIUNFADOR AL CANDIDATO, INGENIERO ALBERTO FUJIMORI CON UN 57% APROXIMADAMENTE Y COMO GRAN DERROTADO AL GRUPO SUBVERSIVO SENDERO LUMINOSO QUE HABIA DECIDIDO BOICOTEAR POR MEDIO DEL TERROR Y DEL CAOS , EL PROCESO ELECCIONARIO.

(2) EL 17 DE MAYO DE 1990, APARECIERON LOS PRIMEROS SINTOMAS DE LA CRISIS QUE PRESUNTAMENTE ESTA VIVIENDO EL GRUPO SUBVERSIVO DE SENDERO LUMINOSO, AL ENCONTRARSE EN LA CIUDAD DE AYACUCHO, PANFLETOS QUE SEÑALABAN QUE HA LLEGADO EL MOMENTO DE ACABAR EL CRIMEN POR EL CRIMEN Y EL CULTO A LA PERSONALIDAD. POSTERIORMENTE, LA POLICIA UBICO EL CUARTEL GENERAL DE LA ORGANIZACION EN LIMA, ENCONTRANDO ADEMAS ARCHIVOS, NOMBRES, PLANES DE ACCION, CODIGOS, ETC... QUE DEJAN A ESTA ORGANIZACION EN UNA POSICION DEBIL Y MAS VULNERABLE.

h. URUGUAY.

EL GOBIERNO HA TENIDO SERIOS PROBLEMAS PARA PONER EN EJECUCION SU PLAN ECONOMICO ANTE LA INTRANSIGENCIA DE LA OPOSICION Y DE LOS SINDICATOS QUE SE OPONEN ABIERTAMENTE A LAS PRIVATIZACIONES DE LAS EMPRESAS ESTATALES. EL INDICE DE PRECIOS EN LOS ULTIMOS 5 MESES ALCANZA AL 39,6% Y EN LOS ULTIMOS 12 MESES, AL 102%.

i. ORGANIZACION DE ESTADOS AMERICANOS.

(1) DEL 4 AL 8 DE JUNIO SE LLEVO A CABO LA XX ASAMBLEA GENERAL DE LA O.E.A. EN ASUNCION, PARAGUAY, CON LA ASISTENCIA DE SEIS PRESIDENTES Y LOS REPRESENTANTES DE LOS 32 PAISES MIEMBROS. EL RESULTADO DE LA REUNION FUE DIFUNDIDO POR MEDIO DE UN COMUNICADO OFICIAL DENOMINADO DECLARACION DE ASUNCION QUE EN EXTRACTO SEÑALA:

(a) EL DOCUMENTO REAFIRMO LA VALIDEZ DE LOS IDEALES DE LOGRAR UN ORDEN DE PAZ Y DE JUSTICIA, DE PROMOVER LA SOLIDARIDAD, ROBUSTECER LA COLABORACION Y DEFENDER LA SOBERANIA, LA INTEGRIDAD TERRITORIAL Y LA INDEPENDENCIA DE LOS ESTADOS AMERICANOS.

(b) ASIMISMO ENFATIZO LA VIGENCIA DE LOS PRINCIPIOS DE IGUALDAD SOBERANA DE LOS ESTADOS Y DE NO INTERVENCION A LOS QUE CALIFICO COMO PIEDRAS ANGULARES E HISTORICAS DEL SISTEMA AMERICANO.

(c) TAMBIEN SUBRAYO LA FE EN LA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA Y LA CALIFICO COMO EL METODO QUE GARANTIZA MAS ADECUADAMENTE LOS FINES Y PROPOSITOS DEL SISTEMA INTERAMERICANO.

(d) OTRO PARRAFO DE LA DECLARACION MANIFESTO LA OPOSICION FRONTAL A LA AMENAZA O EL USO DE LA FUERZA Y EL APOYO AL PRINCIPIO DE SOLUCION PACIFICA DE LAS CONTROVERSIAS.

(e) EL TERRORISMO FUE OBJETO DE UN RECHAZO EXPLICITO COMO MEDIO Y OBJETIVO, CUALESQUIERA SEAN SU FORMA Y CAUSA.

(f) AL ABORDAR ASPECTOS SOCIOECONOMICOS, LA DECLARACION DE ASUNCION HIZO HINCAPIE EN QUE EL DESARROLLO CONSTITUYE EL COMETIDO PRIORITARIO DE LA SOLIDARIDAD CONTINENTAL.

(g) POR OTRA PARTE CONSTATO LA URGENTE NECESIDAD DE IMPULSAR PROCESOS DE INTEGRACION REGIONAL O SUBREGIONAL A LA LUZ DE LA ACTUAL TENDENCIA HACIA LA GLOBALIZACION; ADVIRTIENDO QUE LA FORMACION DE GRANDES BLOQUES ECONOMICOS NO DEBE CONSTITUIRSE EN OBSTACULOS AL LIBRE DESARROLLO DE LAS RELACIONES ECONOMICAS INTERNACIONALES.

(h) AL ABORDAR EL TRAFICO DE ARMAS; REITERO EL COMPROMISO DE ADOPTAR MEDIDAS EFICACES PARA COMBATIRLO, Y ADVIRTIO QUE ESE DELITO PUEDE AFECTAR LA PAZ Y SEGURIDAD DEL HEMISFERIO, LA ESTABILIDAD DE LAS INSTITUCIONES DEMOCRATICAS Y LA PLENA VIGENCIA DE LOS DERECHOS HUMANOS.

(i) SOBRE EL NARCOTRAFICO, PROMETIO UN ESFUERZO SERIO, EFICAZ Y DECIDIDO TANTO EN LOS PLANOS BILATERAL, REGIONAL Y UNIVERSAL, PARA ELIMINAR EL CONSUMO, PRODUCCION Y TRAFICO ILICITO.

j. CONCLUSIONES DEL SISTEMA INTERAMERICANO.

(1) EL SISTEMA ECONOMICO DE LIBRE COMERCIO, FACTOR PREPONDERANTE PARA SALIR DEL SUBDESAROLLO QUE INTENTAN MUCHOS GOBIERNOS LATINOAMERICANOS, EN MUCHOS CASOS, HAN TENIDO LA CERRADA OPOSICION DE GRUPOS DE PODER POR UNA PARTE, QUE TEMEN

PERDER SUS PRIVILEGIOS Y DE LOS PODEROSOS GREMIOS Y SINDICATOS, ACOSTUMBRADOS A TENER AL ESTADO COMO PROTECTOR Y BENEFACTOR.

(2) AUN CUANDO LOS PROCESOS DE DEMOCRATIZACION HAN CONTINUADO EN AMERICA, LA SUBVERSION Y EL NARCOTERRORISMO CONTINUARAN PRESENTANDO UNA SERIA AMENAZA PARA EL SISTEMA INTERAMERICANO.

(3) LA CAPACIDAD CUBANA DE PROPORCIONAR ARMAMENTO SOVIETICO AL FMLN A TRAVES DE NICARAGUA, AUN BAJO LA SUPERVISION DE LA ONU Y OEA, INDICAN QUE LA AMENAZA SUBVERSIVA EN CENTROAMERICA NO HA DESAPARECIDO EN LA REGION, MAS AUN, CUANDO HA FINALIZADO LA DESMOVILIZACION DE LA RESISTENCIA NICARAGUENSE.

(4) LA TENDENCIA A UNA MAYOR COLABORACION ENTRE LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS Y EL NARCOTERRORISMO, REPRESENTA UNA SERIA AMENAZA A LA PAZ DEL CONTINENTE, Y SOLO PUEDE SER NEUTRALIZADA POR LA ACCION COLECTIVA Y COORDINADA DE TODOS LOS GOBIERNOS DEL SISTEMA.

(5) EL EXITO OBTENIDO POR EL MOVIMIENTO M-19 AL INGRESAR A LA CONTIENDA POLITICA COLOMBIANA, DEJANDO LAS ARMAS Y LA VIOLENCIA, ABRE GRANDES PERSPECTIVAS PARA QUE SE PRODUZCA UN CONTAGIO EN EL RESTO DE LOS GRUPOS SUBVERSIVOS DEL CONTINENTE.

(6 LA VOLUNTAD INTEGRACIONISTA DE LOS GOBERNANTES REQUIERE HECHOS CONCRETOS A LA BREVEDAD PARA RECUPERAR EL TIEMPO PERDIDO.

C. OTRAS AREAS GEOGRAFICAS DE INTERES.

1. EUROPA.

a. ALEMANIA.

(1) LOS MINISTROS DE RELACIONES EXTERIORES DE LOS PAISE OCCIDENTALES, RECHAZARON UN NUEVO PLAN SOVIETICO QUE PRETENDIA IMPONER SEVERAS CONDICIONES ANTES DE ACEPTAR LA UNIDAD DE ALEMANIA. LOS PARTICIPANTES EN LAS CONVERSACIONES POR EL FUTURO DE ALEMANIA DENOMINADOS "DOS MAS CUATRO" (AMBAS ALEMANIAS, EE.UU., GRAN BRETAÑA, FRANCIA Y LA URSS), QUE SE REALIZARON EN BERLIN, ASEGURARON QUE LLEGARAN A UN ACUERDO ANTES DE FIN DE AÑO. EL MAYOR PROBLEMA PARECE SER LA PARTICIPACION DE LA ALEMANIA UNIFICADA EN LA OTAN, ACCION QUE ES RECHAZADA POR EL LIDER SOVIETICO.

(2) A PARTIR DEL 1º DE JULIO SE ESTABLECIO LA UNIDAD MONETARIA, SOBRE LA TASA DE 2 MARCOS ORIENTALES POR UNO OCCIDENTAL.

(3) ACTUALMENTE SE TRABAJA EN UNA ACCION CONJUNTA ENTRE ALEMANIA Y POLONIA QUE GARANTIZARA LA PERMANENCIA DE

900158

LAS FRONTERAS ACTUALES Y EL COMPROMISO DE NO EFECTUAR RECLAMOS EN EL FUTURO.

2. AFRICA.

a. NAMIBIA. (VER ANEXO A)

SE HA ELABORADO UN PEQUEÑO RESUMEN SOBRE LOS ACONTECIMIENTOS EN NAMIBIA Y EN ANGOLA, CONSIDERANDO QUE LA RETIRADA DE LAS TROPAS CUBANAS PUEDEN CREAR NUEVOS FOCOS DE INTRANQUILIDAD EN ALGUNA PARTE DEL ORBE. LA PREGUNTA DIFICIL DE RESPONDER ES: A DONDE SE DIRIGIRAN LOS EFECTIVOS CUBANOS DESPUES DE SALIR DE ANGOLA?

D. ORGANIZACIONES Y GRUPOS DE PODER INTERNACIONALES.

1. ORGANIZACION DEL TRATADO DEL ATLANTICO NORTE.

A. ENTRE LOS TEMAS CONSIDERADOS POR LOS PRESIDENTES BUSH Y GORBACHEV EN LA CUMBRE DE WASHINGTON, ESTUVO PRESENTE EL DE ALEMANIA UNIDA Y LA OTAN. EL PRESIDENTE DE EE.UU. EXIGE QUE UNA VEZ REUNIFICADA ALEMANIA, PERTENEZCA A LA OTAN, MIENTRAS QUE EL LIDER SOVIETICO INSISTE QUE DEBE SER NEUTRAL.

B. NO OBSTANTE LO MANIFESTADO, EL GOBIERNO DE ESTADOS UNIDOS EXPRESO QUE LA U.R.S.S. PODIA MANTENER TEMPORALMENTE SUS TROPAS EN ALEMANIA ORIENTAL Y QUE ACTUALMENTE SE ESTIMAN EN 380 MIL EFECTIVOS, CANTIDAD QUE TENDRIA QUE SER REDUCIDA EN ATENCION AL ACUERDO DE VIENA QUE ESTABLECE QUE ENTRE EE.UU. Y LA URSS NO PUEDEN TENER MAS DE 195 MIL EFECTIVOS.

2. PACTO DE VARSOVIA.

EL 25 DE JUNIO LA LEGISLATURA DE HUNGRIA SE MANIFESTO POR SU SEPARACION DEL PACTO, CONSIDERANDO LA POSIBILIDAD DE RETIRARSE TOTALMENTE DE ESTA ORGANIZACION.

III. CONCLUSIONES

A. CONCLUSIONES GENERALES.

1. LAS PROTESTAS QUE POR PRIMERA VEZ EL PUEBLO SOVIETICO HA PODIDO EXPRESAR PARA RECHAZAR EL SISTEMA IMPERANTE, REFLEJAN LOS GRAVES PROBLEMAS ECONOMICOS, SOCIALES, POLITICOS Y ETNICOS QUE AFRONTA LA URSS.

2. A PESAR DE LA SITUACION DESFAVORABLE QUE EXISTE COMO CONSECUENCIA DE SUS PROBLEMAS INTERNOS, LA URSS MANTIENE INTACTO SU PODERIO MILITAR Y MANTIENE LOS FUERTES PROGRAMAS DE ASISTENCIA

MILITAR A SATELITES QUE, COMO CUBA (MAYOR RECIPIENTE), APOYAN A LA SUBVERSION EN EL CONTINENTE.

3. EL CAMBIO DE POLITICA PARA AMERICA LATINA PROPUESTA POR EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS, ABRE GRANDES ESPERANZAS A LAS DEBILITADAS ECONOMIAS LATINOAMERICANAS QUE REQUIEREN ATENCION ESPECIAL Y A NUEVAS FORMULAS DE VINCULACION INTRAHEMISFERICAS, PARA LOGRAR EL DESARROLLO Y BIENESTAR DE SUS PUEBLOS.

4. EL CONTROL DEL FSLN SOBRE EL EJERCITO POPULAR SANDINISTA Y LOS ORGANOS DE REPRESION, UNIDO A LA CAPACIDAD DE PARALIZAR EL PAIS A TRAVES DE ORGANIZACIONES DE MASAS, IMPOSIBILITA QUE EL GOBIERNO NICARAGUENSE MANTENGA EL CONTROL DE TODO EL PAIS Y MAS BIEN INDICA QUE ESTA SUJETO A LAS PRESIONES PERMANENTES DE LOS LIDERES SANDINISTAS.

5. LA TENDENCIA A UNA MAYOR COLABORACION ENTRE LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS Y EL NARCOTERRORISMO OBSERVADO DURANTE EL TRIMESTRE, REPRESENTA UNA SERIA AMENAZA A LA PAZ Y LA SEGURIDAD DEL CONTINENTE AMERICANO. ESTA AMENAZA, DISPONIENDO DE ABUNDANTES RECURSOS FINANCIEROS Y DE EFECTIVA ACCION INTERNACIONAL POR PARTE DE LOS CARTELES DE LA DROGA Y DE REDES INTERNACIONALISTAS SUBVERSIVAS, NO PUEDE SER EFECTIVAMENTE NEUTRALIZADA POR LA ACCION INDIVIDUAL DE LOS GOBIERNOS AFECTADOS SINO QUE AMERITA LA CONSIDERACION DE LA ACCION COLECTIVA DEL SISTEMA EN TODOS LOS CAMPOS DEL PODER.

B. VIGENCIA DE LA A.S.E.

LAS CONCLUSIONES GENERALES CONTENIDAS EN LA APRECIACION DE LA SITUACION ESTRATEGICA (DOC T-0263) MANTIENE SU VALIDEZ. SIN EMBARGO EN EL CASO ESPECIFICO DE NICARAGUA ES POSIBLE QUE LA CONCLUSION "ENEMIGO POTENCIAL" CAMBIE, SIEMPRE Y CUANDO LAS AUTORIDADES DE GOBIERNO ELEGIDAS DEMOCRATICAMENTE, HAYAN CONSOLIDADO, EN UN FUTURO CERCANO EL TOTAL CONTROL DE LA NACION Y LOGREN DAR FIN A LOS ESFUERZOS DE ABASTECIMIENTO DE MATERIAL BELICO A LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS DEL CONTINENTE PROPORCIONADO POR CUBA A TRAVES DEL FSLN EN NICARAGUA.

ANEXO A

NAMIBIA

LOS TERRITORIOS DEL SUR OESTE AFRICANO QUE HABÍAN ESTADO BAJO EL CONTROL DE ALEMANIA, DESDE 1884, SON OCUPADOS EN 1915 POR SUDÁFRICA CONFORME AL MANDATO OTORGADO POR LA LIGA DE LAS NACIONES, SIN EMBARGO, FINALIZADA LA II GUERRA MUNDIAL, LAS NACIONES UNIDAS CANCELAN DICHA AUTORIZACIÓN QUE SE OFICIALIZA EN 1966. TAMBIEN LA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTICIA, SEÑALA EN 1971, LA ILEGALIDAD DE LA OCUPACIÓN DE LOS TERRITORIOS DE NAMIBIA.(NOMINACIÓN OFICIAL OTORGADA POR LAS NACIONES UNIDAS EN 1968). SUDÁFRICA SE NIEGA A DEJAR EL CARGO DE FIDEICOMICIO DE LOS TERRITORIOS DEL SUROESTE AFRICANO.

ANTE ESTA SITUACIÓN, EN 1966 NACE LA ORGANIZACIÓN SWAPO (SOUTH WEST AFRICA PEOPLE'S ORGANIZATION), CUYO OBJETIVO BÁSICO ERA LA CONQUISTA DE LA INDEPENDENCIA DE ESOS TERRITORIOS, INICIANDOSE DE ESTE MODO LA GUERRA POR LA INDEPENDENCIA.

POR OTRA PARTE, ANGOLA PAÍS UBICADO AL NORTE DE NAMIBIA, SE INDEPENDIZA DE PORTUGAL EN 1974 DESPUES DE UN GOLPE DE ESTADO. INMEDIATAMENTE DESPUÉS EMPIEZA LA LUCHA DE LAS FRACCIONES POR EL PODER, ENTRE EL MPLA (MARXIST POPULAR MOVEMENT FOR THE LIBERATION OF ANGOLA), APOYADO ABIERTAMENTE POR CUBA Y LA URSS, Y UNITA (UNIÓN FOR THE TOTAL INDEPENDENCE OF ANGOLA). SUDÁFRICA ENVÍA TROPAS Y MATERIAL DE GUERRA PARA APOYAR UNITA, COMO UNA FORMA DE CONTRARRESTAR UNA FUERZA DE 15.000 CUBANOS Y ARMAMENTO MODERNO QUE YA EN 1976 POSEÍA EL MOVIMIENTO MARXISTA MPLA.

90 459

EN 1978 EL CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS ADOPTA LA RESOLUCIÓN Nº 435 (VER APÉNDICE A) QUE LLAMA DE INMEDIATO A UN CESE DEL FUEGO EN EL TERRITORIO DE NAMIBIA. ESE AÑO, SUDÁFRICA REALIZA LAS ELECCIONES EN NAMIBIA, SIN EMBARGO, SON BOICOTEADAS POR LA SWAPO Y NO SON RECONOCIDAS A NIVEL INTERNACIONAL.

EN EL AÑO 1982 SUDÁFRICA ESTABLECE UNA FORMAL PROPOSICIÓN PARA ACEPTAR LA INDEPENDENCIA DE NAMIBIA QUE ESTÁ CONDICIONADA AL RETIRO DE LAS TROPAS CUBANAS DE ANGOLA.

EL GRUPO DE CONTACTO OCIDENTAL CONDUCE LAS NEGOCIACIONES CON SUDÁFRICA, ANGOLA Y LA SWAPO, ORIENTADAS A LLEGAR A UN ACUERDO Y HACER VER LA IMPARCIALIDAD DE LAS N.U.

EN 1983, EL MINISTRO DEL INTERIOR DE ANGOLA ESTABLECE CONVERSACIONES SOBRE EL PROBLEMA DE LAS TROPAS CUBANAS EN SU TERRITORIO, CON EL VICEPRESIDENTE BUSH EN LA CAPITAL ESTADOUNIDENSE. SUDÁFRICA LANZA LA MAYOR OFENSIVA CONTRA LAS GUERRILLAS DE LA SWAPO, AL NORTE DE NAMIBIA, CERCA DE LA FRONTERA CON ANGOLA (SANTUARIO PARA ESTA ORGANIZACIÓN).

EN 1984 SE REUNEN EN ZAMBIA REPRESENTANTES DE ANGOLA, SUDÁFRICA Y EE.UU. EL ACUERDO DE LUSAKA ESTABLECE LOS DETALLES DE LA RETIRADA DE LAS TORPAS DE ANGOLA Y SUDÁFRICA. ANGOLA PROPONE PARA COMENZAR, LA RETIRADA PARCIALIZADA DE LAS TROPAS CUBANAS.

EN 1985, COMO RESPUESTA AL MASIVO APOYO SOVIÉTICO Y CUBANO AL

900459

MOVIMIENTO MPLA, EL CONGRESO DE EE.UU. REVOCA UNA ENMIENDA QUE IMPEDÍA LA ASISTENCIA A CUALQUIERA DE LOS BELIGERANTES DEL CONFLICTO DE ANGOLA.

EN UN ESFUERZO POR LLENAR EL VACÍO ENTRE LAS POSICIONES DE SUDÁFRICA Y ANGOLA SOBRE EL RETIRO DE LAS TROPAS CUBANAS, LOS EE.UU. PROPONE EL RETIRO TOTAL DE LAS TROPAS DE LA ISLA CARIBEÑA EN UN PLAZO DE 2 AÑOS.

1986. EL PRESIDENTE SAVIMBI DE LA ORGANIZACIÓN UNITA, VISITA WASHINGTON D.C. Y RECIBE EL APOYO DE EE.UU., DESPUÉS DE 10 AÑOS DE INTERRUPCIÓN.

SUDÁFRICA ANUNCIA SU DISPOSICIÓN PARA PONER EN EJECUCIÓN LA RESOLUCIÓN 435 SIEMPRE QUE LAS TROPAS CUBANAS SE RETIREN DE ANGOLA. LA PROPUESTA NO FUÉ ACATADA NI RESPONDIDA POR EL GOBIERNO DE ANGOLA.

1987. LAS NEGOCIACIONES ENTRE EE.UU. Y ANGOLA SE REINICIAN EN BRAZZAVILLE, CON LA ASISTENCIA DEL PRESIDENTE CONGOLEÑO.

LOS CONTACTOS ENTRE EE.UU. Y ANGOLA SE INTENSIFICAN DURANTE EL RESTO DEL AÑO, EN UN ESFUERZO PARA LOGRAR UN ACUERDO PARA LA RETIRADA DE LAS TROPAS CUBANAS Y QUE PERMITA RENEGOCIAR CON SUDÁFRICA.

1988. EN ENERO LOS REPRESENTANTES CUBANOS PARTICIPAN EN LAS NEGOCIACIONES COMO PARTE DE LA DELEGACIÓN ANGOLEÑA. EN MARZO,

90 4599

ANGOLA Y CUBA PUSIERON POR PRIMERA VEZ EN LA MESA DE NEGOCIACIONES UNA PROPUESTA FORMAL PARA EL RETIRO TOTAL DE LAS TROPAS CUBANAS DE ANGOLA. EN EL MISMO MES, EL REPRESENTANTE DE LOS EE.UU. SE REUNE CON LOS MINISTROS DE RELACIONES EXTERIORES DE SUDÁFRICA EN GENOVA CON EL PROPÓSITO DE REINICIAR LAS NEGOCIACIONES.

EN MAYO, LAS DELEGACIONES DE SUDÁFRICA, ANGOLA, CUBA Y EE.UU., SE REUNEN EN LONDRES PARA BUSCAR PRONTAMENTE LAS BASES DE UN ACUERDO. POSTERIORMENTE SE ENCUENTRAN EN NUEVA YORK, DONDE ESTABLECEN LOS PRINCIPIOS BÁSICOS PARA UN ACUERDO.

EN AGOSTO, LA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, CUBA Y SUDÁFRICA ACUERDAN EL CESE DEL FUEGO EN ANGOLA Y SE INCLUYE EL RETIRO TOTAL DE LAS TROPAS CUBANAS Y SUDAFRICANAS. ADEMÁS SE INICIARÍA EL PLAN PARA LA INDEPENDENCIA DE NAMIBIA.

EL 13 DE DICIEMBRE, EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA, CUBA Y SUDÁFRICA FIRMAN EL PROTOCOLO DE BRAZZAVILLE EN EL CONGO. EL PROTOCOLO RECOMIENDA LA IMPLEMENTACIÓN DE LA RESOLUCIÓN 435 DE FECHA 1 DE ABRIL DE 1989 Y CREAN LA COMISIÓN CONJUNTA QUE ESTÁ COMPUESTA POR REPRESENTANTES DE LOS SIGNATARIOS CON LA PRESENCIA DE OBSERVADORES DE EE.UU. Y LA URSS, CON EL OBJETIVO DE SOLUCIONAR CUALQUIER DISPUTA ENTRE LAS PARTES EN RELACIÓN A LA INTERPRETACIÓN DEL ACUERDO TRIPARTITA.

EL 22 DE DICIEMBRE, LA REPÚBLICYA POPULAR DE ANGOLA, CUBA Y SUDÁFRICA FIRMAN EL ACUERDO TRIPARTITA, COMPROMETIÉNDOSE LAS PARTES

9004599

A CUMPLIR LA RESOLUCIÓN 435 E INICIAR EL RETIRO DE LAS TROPAS CUBANAS A PARTIR DEL 1 DE ABRIL DE 1989, PARA FINALIZAR CON EL RETIRO TOTAL EL 1 DE JULIO DE 1991. EN LA MISMA CEREMONIA LA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA Y CUBA, FORMAN UN ACUERDO BILATERAL PARA ESTABLECER UN PROGRAMA PARA EL RETIRO DE LAS TROPAS CUBANAS DE ANGOLA, QUE SERÍA CONTROLADO POR UNA MISIÓN DE VERIFICACIÓN DE LAS N.U.

1989. A COMIENZOS DE ENERO LA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE ANGOLA, ANUNCIA EL RETIRO DE LAS PRIMERAS TROPAS CUBANAS, ANTES DE LO DISPUESTO.

A MEDIADOS DE FEBRERO, EL CONSEJO DE SEGURIDAD DE LAS N.U. ADOPTA LA RESOLUCIÓN 632 QUE DISPONE QUE LA UNTAG (U. N. TRANSITION ASSISTANCE GROUP), ESTABLECISO POR LA RESOLUCIÓN 435, ACTÚE EN NAMIBIA.

LA UNTAG ESTÁ COMPUESTO DE 4.650 SOLDADOS DE INFANTERÍA Y APOYO DE TROPAS, 500 CONTROLADORES MILITARES, 500 CONTROLADORES CIVILES Y CERCA DE 3.000 ADMINISTRADORES Y EXPERTOS EN ELECCIONES. EL GOBIERNO DE TRANSICIÓN DE UNIÓN NACIONAL INSTALADO POR S.A. Y BOICOTEADO POR LA SWAPO, FUÉ DISUELTO.

EL 1 DE ABRIL, LA EJECUCIÓN DEL PLAN DE LAS N.U. COMIENZA FORMALMEMNTE. A PESAR DEL CESE DEL FUEGO ENTRE SWAPO Y LAS FUERZAS S.A., UN ELEVADO NÚMERO DE GUERRILLEROS DE SWAPO LANZARON ATAQUES EN NAMIBIA A LO LARGO DE LA FRONTERA CON ANGOLA. UNOS 300

SU 14599

SOLDADOS DE SWAPO MURIERON EN LA LUCHA. EL 8 DE ABRIL SWAPO ANUNCIA SU ACUERDO AL CESE DE LAS HOSTILIDADES Y A LA RETIRADA DE SUS FUERZAS PARA ANGOLA.

EN JUNIO, SE ANUNCIA UNA AMNISTÍA PARA LOS NAMIBIOS QUE PERMANECÍAN EN EL EXTERIOR COMO UNA MANERA DE INCENTIVAR SU RETORNO.

EN JULIO LOS REGISTROS ELECTORALES EMPIEZAN A FUNCIONAR BAJO LA SUPERVISIÓN DE LAS N.U.

EL 1 DE NOVIEMBRE, EL 50% DE LAS TROPAS CUBANAS HAN REGRESADO Y EL RESTO PERMANECE AL NORTE DEL PARALELO 13 (VER APÉNDICE 2). ENTRE EL 7 Y EL 11 DE NOVIEMBRE SE EFECTÚAN LAS ELECCIONES PARA ELEGIR LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE NAMIBIA, QUE DEBE REDACTAR LA CONSTITUCIÓN Y ESTABLECER EL DÍA DE LA INDEPENDENCIA.

SWARO RECIBE EL 57% DE LOS VOTOS EMITIDOS, GANANDO 41 DE 72 ASIENTOS, MUY CERCA DE LOS 2/3 REQUERIDOS PARA TENER LIBERTAD DE ACCIÓN EN EL BORRADOR DE LA CONSTITUCIÓN DEL PAÍS. EL 14 DE NOVIEMBRE EL REPRESENTANTE DE LAS N.U. CERTIFICA QUE LAS ELECCIONES FUERON "LIBRES Y LIMPIAS".

EL 31 DE ENERO LA ASAMBLEA DECLARA EL 21 DE MARZO DE 1990 COMO EL DÍA DE LA INDEPENDENCIA DE NAMIBIA. EL 9 DE FEBRERO, LA ASAMBLEA ADOPTA POR UNANIMIDAD UNA CONSTITUCIÓN QUE GARANTIZA LOS DERECHOS INDIVIDUALES.

9004599

EL 16 DE FEBRERO LA ASAMBLEA CONSTITUYENTE PASA A DENOMINARSE COMO LA ASAMBLEA NACIONAL. ESTE MISMO DÍA ELIGE AL JEFE DE LA SWAPO COMO PRESIDENTE ELECTO DE LA REPÚBLICA DE NAMIBIA QUIEN JURA EL DÍA DE LA INDEPENDENCIA ANTE LA PRESENCIA DEL SECRETERIO GENERAL DE LAS N.U.

90 4593

APENDICE 1 AL ANEXO A

RESOLUCIÓN Nº 435 DEL CONSEJO DE

SEGURIDAD DE LAS NACIONES UNIDAS (29 SEP. 1978)

REVOCADAS LAS RESOLUCIONES 385 DE 30 - I 1976, LA 431 DE 1978 Y LA Nº 432 DE 27 DE JULIO DE 1978.

- TENIENDO EN CUENTA EL INFORME DEL SECRETARIO GENERAL SOMETIDO DE ACUERDO AL PÁRRAFO 2 DE LA RESOLUCION 431 Y SU INFORME EXPLICATIVO HECHO EN EL CONSEJO DE SEGURIDAD EL 29 DE SEPTIEMBRE DE 1978.

- TOMANDO NOTA DE LA IMPORTANTE COMUNICACIÓN DEL GOBIERNO DE SUDÁFRICA ENVIADA AL SECRETARIO GENERAL.

- TOMANDO NOTA TAMBIÉN DE LA CARTA FECHADA EL 8 DE SEPTIEMBRE DE 1978 DEL PRESIDENTE DE LA ORGANIZACIÓN DEL PUEBLO DE AFRICA OCCIDENTAL REMITIDO AL SECRETRIO GENERAL.

REAFIRMANDO LA RESPONSABILIDAD LEGAL DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE NAMIBIA.

1º APRUEBA EL INFORME DEL SECRETARIO GENERAL SOBRE LA SITUACIÓN DE NAMIBIA Y SU INFORME EXPLICATIVO.

2º REITERA QUE SU OBJETIVO ES EL RETIRO DE LA ADMINISTRACIÓN

9004595

ILEGAL DE NAMIBIA Y DE TRANSFERIR EL PODER AL PUEBLO DE NAMIBIA CON LA ASISTENCIA DE LAS N.U. DE ACUERDO CON LA RESOLUCIÓN DEL CONSEJO DE SEGURIDAD Nº 385 DEL 30 DE ENERO DE 1976.

3º DECIDE ESTABLECER BAJO SU AUTORIDAD UN GRUPO DE ASISTENCIA DE TRANSICIÓN DE LAS N.U., DE ACUERDO CON EL INFORME PRESENTADO POR EL SECRETARIO GENERAL POR UN PERÍODO DE HASTA 12 MESES Y APOYAR AL REPRESENTANTE ESPECIAL PARA LLEVAR A CABO EL MANDATO CONFERIDO POR EL CONSEJO DE SEGURIDAD EN EL PÁRRAFO 1 DE LA RESOLUCIÓN 431 (1978), QUE ASEGURA LA PRONTA INDEPENDENCIA DE NAMIBIA A TRAVÉS DE ELECCIONES LIBRES BAJO LA SUPERVISIÓN Y CONTROL DE LAS N.U.

4º SE AGRADECE LA PREDISPOSICIÓN DE LA SWAPO PARA COOPERAR EN EL INFORME DEL SECRETARIO GENERAL, INCLUYENDO SU EXPRESA Y PRONTA DECISIÓN DE FIRMAR Y OBSERVAR EL CESE DEL FUEGO TAL COMO LO MANIFIENTAN EN SU CARTA DEL 8 DE SEPTIEMBRE DE 1978.

5º LLAMADO A SUDÁFRICA PARA QUE DE INMEDIATO COOPERE CON EL SECRETARIO GENERAL EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LA PRESENTE RESOLUCIÓN.

6º DECLARA QUE TODAS LAS MEDIDAS UNILATERALES TOMADAS POR LA ILEGAL ADMINISTRACIÓN EN NAMIBIA, CON RELACIÓN AL PROCESO ELECTORAL, O LA TRANSFERENCIA DEL PODER, EN CONTRAVENCIÓN CON LA RESOLUCIÓN 385 DE 1976, Y LA PRESENTE RESOLUCIÓN SON INVÁLIDAS Y NULAS.

7º PIDE AL SECRETRIO GENERAL REPORTAR AL CONSEJO DE

90 4599

SEGURIDAD, NO MÁS TARDE DEL 23 DE OCTUBRE DE 1978 SOBRE LA IMPLEMENTACIÓN DE LA PRESENTE RESOLUCIÓN.

9004599

El tráfico clandestino de drogas.
CID. (12694)
4-MAY-90.

66603 Miami.
10010 El Salvador.
65705 Chile
65671 - CNP
~~66603 - Miami~~

CID.

S-2211
(T-426)

INTER-AMERICAN DEFENSE BOARD
2600 - 16th Street, N.W.
Washington, D.C. 20441

4 de mayo de 1990

MEMORANDUM PARA TODOS LOS JEFES DE DELEGACION

ASUNTO: Estudio de Estado Mayor - El Tráfico Clandestino de Armas

1. En la Sesión 958, el Estado Mayor informó al Consejo de Delegados sobre el Documento T-426.

2. Les rogamos que nos envíen, por escrito, las observaciones que deseen formular sobre dicho Documento, antes del 6 de junio de 1990.

AGAPITO DE LA GARZA
LTC, U.S. Army
Acting Secretary

Adj: Lo anunciado

X
900450

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA
2600 16th N.W.
Washington, D.C. 20441

30 de abril de 1990

ESTUDIO DE ESTADO MAYOR

EL TRAFICO CLANDESTINO DE ARMAS Y SUS CONSECUENCIAS PARA LA PAZ Y SEGURIDAD DEL CONTINENTE

REFERENCIAS :

- Directiva para el Trabajo del Estado Mayor 1989-1990, Documento C-2612
- Resumen Especial de Inteligencia sobre Cuba, marzo 1982, Documento T-381
- Documento No. 122 de 1 de Noviembre de 1989 de la Delegación de Colombia
- Informe sobre el arsenal encontrado en Chile en 1986

I. PROBLEMA

El tráfico clandestino de armas y sus consecuencias para la paz y la seguridad del Continente.

II. SUPUESTOS

El término "clandestino", se aplica generalmente, a lo que se hace o se dice secretamente por temor a la ley o bien para eludirla. Bajo esta perspectiva, es indudable que todo el Continente está afectado, de una u otra forma, con el tráfico clandestino o ilegal de armas.

La industria bélica constituye hoy en día, una de las principales fuentes de divisas para los Estados que poseen tecnologías avanzadas, de modo que gastan ingentes esfuerzos por penetrar los mercados potenciales tanto de las FF.AA. como de organizaciones paramilitares. La idea es vender a ultranza, soslayando cualquier tropiezo que se presente.

Los envíos de armas son remitidos por vía aérea, terrestre o marítima, usando diferentes mecanismos para camuflar los cargamentos y distraer la atención de las autoridades.

Facilita esto también la topografía de la región que posee grandes superficies de bosques y selvas, lo cual unido a las extensas costas de muchos países, hace casi imposible mantener un control adecuado que evite la internación o salida de armamento sin tener la autorización correspondiente de las autoridades respectivas.

900460

III. HECHOS QUE INCIDEN EN EL PROBLEMA

A continuación, se señalan aquellos factores que directa o indirectamente han afectado o están involucrados en el problema del tráfico ilegal de armas en el Continente.

A. Política Exterior Cubana

Desde que Fidel Castro asume el poder en Cuba, comienzan en América Latina los primeros movimientos subversivos orientados a desarticular las economías y el sistema democrático de los Estados, con el propósito de llegar al poder por la vía violenta. Esta nueva orientación que disemina la política expansionista revolucionaria cubana, ha traído consigo la necesidad de instruir el personal reclutado y adaptar sistemas logísticos específicos con alternativas diferentes a fin de armar a los diferentes grupos guerrilleros. Esta última actividad ha obligado a crear redes y organizaciones clandestinas a fin de trasladar a las diferentes regiones, el armamento y el equipo necesario para el combate.

Para tener una visión más amplia de la exportación de la violencia que desarrolla el Gobierno cubano, se detalla a continuación los aspectos más relevantes de los vaivenes de la política exterior isleña desde 1959 hasta la fecha:

1. Primer Período o de la Teoría Foquista (1959 - 1967)

Se caracteriza por la resolución de expandir su revolución por el continente latinoamericano basado en la guerrilla rural. La teoría señalaba que una revolución marxista continental podría llegar a desarrollarse a través del establecimiento de focos armados en zonas rurales, como pequeñas bandas de guerrillas que estarían diseminadas en varios países de la región.

Basado en esta idea principal, Castro rechaza a los Partidos Comunistas ortodoxos latinoamericanos por considerarlos poco efectivos y en su lugar apoya a los grupos que estaban dedicados a la violencia armada, aún cuando sus ideas marxistas no estuvieran completamente maduras.

Ejemplos claros de la intervención cubana en este período fueron los siguientes:

- Contra Panamá, República Dominicana y Haití en 1959.

- En la década del 60, Guatemala, Colombia, Venezuela, Perú y Bolivia tuvieron que enfrentar varias tentativas de focos guerrilleros donde quedó comprobada fehacientemente la

intervención directa e indirecta de Cuba. Se destaca en este periodo el fracaso experimentado en Bolivia que finaliza con la muerte del "Che" Guevara.

2. Segundo Período o de Acercamiento a la URSS

La politica exterior que mantenía Cuba, de incitar a la lucha armada, provocó sospechas y fricciones con la URSS., que preferia trabajar con los partidos comunistas regionales establecidos en los diferentes países latinoamericanos que se mantenian fieles a la línea de Moscú. Ante esta perspectiva, el país caribeño reacciona y busca un acercamiento hacia la Unión Soviética. En 1968, no titubea en apoyar la intervención rusa en Checoslovaquia, aceptando abiertamente los puntos de vista del bloque oriental en la relación Este-Oeste.

3. Tercer Período o de Intervención Directa (1970-1989)

Se caracteriza por su abierta intervención en otras regiones del planeta, haciendo su centro de gravedad en Africa (Etiopia, Angola) y luego en América Central. En este último campo, su objetivo primordial es consolidar la revolución sandinista en Nicaragua y luego derrocar los gobiernos de El Salvador y Honduras sin dejar a un lado la desestabilización de otros gobiernos del hemisferio. El caso de Chile en 1973 es un buen ejemplo de la intervención en los asuntos internos de otros Estados, al comprobarse la presencia de alrededor de 10.000 cubanos que estaban presentes al producirse el derrocamiento del gobierno marxista de Salvador Allende. Además, se establece la magnitud del envío de armamento soviético que a través de diferentes formas ingresaban clandestinamente al pais. (En 1972 arribaron más de 10 vuelos desde Cuba, transportando "obras de arte", según el comunicado oficial y eran desembarcadas sigilosamente en la noche. Otra forma de ingreso era dentro de los sacos de harina que el gobierno cubano habia enviado como ayuda a la empobrecida economía nacional).

El suministro de armamento a Nicaragua, tanto por vía aérea como marítima, se ha intensificado en los últimos años. Ver Anexo 1 y 2.

El apoyo a Noriega en Panamá que proporcionaba Cuba, constituia un eje La Habana-Managua-Panamá real y efectivo.

B. Nicaragua /

Mirando retrospectivamente el panorama nicaragüense, tenemos que recordar que el Frente Sandinista de Liberación Nacional, se funda en Tegucigalpa, Honduras, en julio de 1961, en una reunión entre Tomás Borge, Carlos Fonseca y Silvio Mayorga,

tres estudiantes que tenían simpatías por la revolución cubana. Después de una serie de fracasos, los diferentes grupos que se oponian a Somoza, se unen en una gran alianza a fin de aunar esfuerzos y derrotar al dictador, con el apoyo incondicional de Cuba. A partir de ese momento, las operaciones encubiertas de apoyo, tanto en la parte de instrucción, como aporte de armamento y munición, se fueron incrementando considerablemente día a día. Los embarques de armamento se efectuaban directamente desde Cuba, empleando barcos y aviones que dejaban su cargamento en playas y pistas secundarias de Costa Rica o bien en Nicaragua mismo.

En julio de 1979, a las pocas semanas de la caída de Somoza en Nicaragua, el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), estaba reafirmando su internacionalismo y solidaridad con los guerrilleros de otras partes de Centroamérica. Tomando en consideración el estrecho contacto con Cuba, la URSS y otras naciones del bloque oriental, el Frente Sandinista empezó a forjar el monopolio del poder interno y convertir a Nicaragua en otro centro de operaciones del marxismo internacional.

"La política exterior de la revolución Sandinista del Pueblo, se basa en el cabal ejercicio de la soberanía y la independencia nacional y en el principio del internacionalismo revolucionario"
Documento de las 72 horas del FSLN. Sep 1979.

"Esta revolución va mas allá de nuestras fronteras. Nuestra revolución siempre fue internacionalista desde el momento en que Sandino libró su primera batalla".
Tomás Borge 19 de Julio de 1981.

"No podemos dejar de ser internacionalistas a menos que dejemos de ser revolucionarios".
Bayardo Arce 6 de mayo de 1984.

El germen revolucionario que tiene el Sandinismo queda claramente expresado en la citas anteriores, de modo que es difícil que permanezca indiferente a todos los movimientos subversivos de América Central. Tanto es así, que han creado dos organizaciones con el propósito de coordinar el apoyo a los movimientos 'patrióticos' de América y en especial a los que están a su alrededor.

En efecto, el Departamento de Relaciones Internacionales, copia fiel del Departamento de América del Partido Comunista Cubano, brinda apoyo administrativo a los educandos políticos de Centroamérica. Además tiene la responsabilidad de crear y mantener redes de apoyo para el Quinto Directorio de Inteligencia que es el otro organismo organizado para los mismos fines.

C. Situación Económica de América Latina

El empobrecimiento paulatino de la gran mayoría de los países del Sistema ante el crecimiento negativo que han tenido sus economías, producto de la pesada deuda externa, el manejo desordenado de sus políticas económicas y la falta de probidad en las altas esferas de algunos gobiernos, está creando una efervescencia popular, difícil de contrarrestar, especialmente cuando los gobiernos son débiles. La inestabilidad de las masas ante la falta de credibilidad de los gobiernos por una parte y ante la dificultad para satisfacer sus necesidades básicas, está siendo captada por ideologías totalitarias que buscan justamente la insatisfacción de las personas para orientarlas en sus maquiavélicos objetivos.

La década del 80 que acaba de terminar, ha sido calificada por los economistas como la década perdida para América Latina al analizar y comparar las cifras más bien negativas que tuvieron la gran mayoría de los países integrantes del Sistema. Hoy, lamentablemente tenemos que señalar que hay más pobres que hace 10 años y que las posibilidades del individuo por satisfacer sus necesidades básicas son más reducidas.

D. Tráfico de Armas

El tráfico ilegal de armas se está constituyendo en un negocio tan lucrativo que la mayoría de los países que tienen tecnología para fabricar sistemas de armas, buscan cualquier alternativa viable para vender su producto. En este sentido no importa el destinatario ni el objetivo. Sólo interesa que se cancele oportunamente en moneda dura. El mercado de armas está en todas partes y al alcance de cualquier organización que tenga la capacidad de adquirirlo. Los mercaderes de armas no tienen escrúpulos para cumplir con su trabajo. Algunos países se prestan para "blanquear" cargamentos completos de armas, sin importar su procedencia y lo que es más grave, sin importar el destinatario.

Sobre la materia, hay muchos casos que la prensa ha comentado extensamente; sin embargo, no se tiene los antecedentes suficientes para asegurar que un determinado país, haya enviado armas en forma clandestina. Embarques del Medio Oriente y de Europa se han detectado en numerosas ocasiones, pero ha sido imposible determinar fehacientemente la responsabilidad de los Estados involucrados. Por otra parte, países del Sistema también aprovechan la demanda de armas para exportar sus productos, muchas veces empleando alternativas poco lícitas.

Sobre el particular se detalla los principales hechos que se han descubierto sobre el tráfico ilegal de armas que han ocurrido en el Continente durante los últimos años y que estaban destinados fundamentalmente para subvertir el orden

establecido o bien para fortalecer las organizaciones del narcotráfico en los diversos paises integrantes del Sistema Interamericano. Se han omitido muchos por no tener la información necesaria; sin embargo, todos ellos perseguían los mismos objetivos señalados anteriormente.

1. Chile

En 1986, se descubre en el norte del país un cargamento de armas, que por su magnitud se ha constituído como el arsenal más grande que haya ingresado ilegalmente a un Estado en los últimos años.

Antes de informar en detalle sobre el particular, es conveniente retroceder un poco en el tiempo a fin de presentar algunos antecedentes que permitirán orientar con una mayor precisión la génesis de este contrabando de armas, como también deducir los objetivos que estaban detrás de toda esta operación de tan alto costo.

a. Antecedentes

- En marzo de 1965, se reúnen en Bolivia los dirigentes de los principales grupos subversivos de América Latina, con el objeto de efectuar las coordinaciones necesarias para mejorar el apoyo recíproco y buscar fórmulas para incrementar la inestabilidad de los países, incentivando aquellas aspiraciones básicas de las grandes mayorías. Las reuniones se efectuaron en Tarija y Cobija y estuvieron representantes de los siguientes movimientos subversivos:

. ERP y Montoneros de Argentina.
. MIR y Frente Manuel Rodriguez de Chile.
. Sendero Luminoso de Perú.
. Tupamaros de Uruguay.
. Movimiento Bandera Roja de Venezuela.
. FAR de Brasil.
. M-19 y FAR de Colombia.

- A comienzos de 1986, se reúnen en Nicaragua, 170 delegaciones de 115 organizaciones y partidos de izquierda latinoamericanos, incluyendo el partido comunista y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile, con el propósito fundamental de analizar la situación en el Continente y orientar la mayor parte de los recursos a desestabilizar aquellos países cuyos gobiernos son de tendencia antimarxista.

- En el mes de febrero de 1986, el MIR de Chile recibe el apoyo del régimen Sandinista al proporcionarle instrucción y entrenamiento de guerra a un contingente de sus

militantes con el objeto de materializar un plan subversivo-terrorista en gran escala en el país y que en términos generales contemplaba:

- Preparación de 200 militantes para hacerlos ingresar clandestinamente en septiembre de 1986 a Chile y otros 200 a comienzos del año 1987. Estas fuerzas paramilitares debían servir de Cuadros Directivos a organizaciones terroristas-subversivas-guerrilleras, destinadas a iniciar y sostener una sublevación nacional a partir de 1987.

- En el mes de octubre de 1985, se descubre en el litoral peruano, cerca del límite con Chile (Tacna), un arsenal clandestino que contenía fusiles automáticos, lanzacohetes soviéticos y otros elementos y equipos de apoyo, (Lanchas, botes, motores fuera de borda, equipos de comunicaciones).

b. Desarrollo de los Acontecimientos

A partir del año 1986, y en base a los antecedentes que se fueron acumulando, se inicia una intensa investigación destinada a desbaratar los planes de los grupos subversivos que apoyados por potencias extranjeras estaban tratando de desestabilizar el país. Este esfuerzo permite, a comienzos de agosto, descubrir uno de los arsenales clandestinos más grandes de toda América Latina, desde que Cuba inicia la exportación de su violencia. En efecto, en el Norte de Chile, en pleno desierto, (unas 500 millas de Santiago), los servicios de seguridad encuentran grandes cantidades de armas y equipos empaquetados en plásticos, en las profundidades de minas abandonadas que existen cerca del litoral nortino. El monto total de las armas, munición y equipo alcanzó a las siguientes cantidades: Ver Anexo 3.

De acuerdo con informaciones obtenidas de las autoridades marítimas, el buque ALTAVIA de bandera de Singapur, recaló en el Puerto de Coquimbo (unos 400 kilómetros al norte de Valparaíso), un día después de lo previsto en el plan de navegación. Además, este navío declaró como puerto de origen Panamá, en circunstancia que en realidad correspondía a Santa Isabela en Cuba.

La zona principal de desembarco fue en Carrizal Bajo, un lugar habitado por recolectores esporádicos de algas, desde donde se transportaba el material hacia los depósitos adaptados para tal efecto. (Cavernas de minas abandonadas).

Para encubrir las operaciones de desembarco y pasar desapercibidos, los subversivos constituyeron una sociedad comercial, legalizada por escritura pública, destinada

a la explotación de algas marinas. Para desplazar a la competencia, ofrecieron precios muy superiores a los habituales, quedando en corto tiempo como los únicos compradores de la zona.

La tripulación del pesquero ASTRID SUE, declaró que su barco había sido contratado para transbordar carga de navíos cubanos y/o soviéticos que se encontraban en alta mar (fuera del límite de 200 millas del litoral) hasta las costas del norte chileno. Este pesquero poseía un equipo de comunicaciones similar al encontrado en Carrizal Bajo.

Los fusiles M-16, encontrados en el Norte, tienen su número de serie ilegible debido a orificios hechos con taladro, con el objeto de impedir absolutamente su identificación. No obstante lo anterior, muchas de estas armas, traían marcas incrustadas de escritura vietnamita.

2. El Salvador./

Antes que los sandinistas derrotaran a Somoza, había una acción subversiva en El Salvador que efectuaba ataques esporádicos a pequeñas guarniciones militares en el interior del país, asaltos e intimidaciones a la población civil, a fin de recolectar dinero para mantener sus operaciones. Estos movimientos estaban divididos y solamente en 1980 se unen para formar el Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), conforme a las precisas instrucciones emitidas por Cuba como condición para continuar apoyándolos, dejando al Frente Democrático Revolucionario (FDR), como su brazo político.

Las primeras acciones destinadas a revitalizar el FMLN., fueron abrir las redes establecidas en Costa Rica durante la lucha contra Somoza. Allí, los sandinistas mantenían almacenado armamento vietnamita. Con participación de Cuba y Nicaragua, se inicia un puente aéreo, trasladando una cantidad considerable de armamento y munición hacia El Salvador. En junio de 1980, se estrella un bimotor dejando la evidencia de lo señalado anteriormente. Durante este período, se envía también armamento por vía terrestre y marítima, con la ayuda del FSLN, el Partido Comunista Hondureño y el Grupo subversivo Cinchoneros de este último país.

A partir de 1980, Nicaragua se convirtió en el centro del flujo clandestino de armas. Era obvio, pues su gobierno marxista por excelencia, propicia la lucha armada y no escatima esfuerzos para satisfacer los objetivos que imponen Cuba y la URSS para la desestabilización de América Central. Por otra parte, Managua se constituía en un lugar seguro y favorable para las comunicaciones y transporte, desde y hacia Cuba, tanto por vía aérea como marítima.

0 9

A fines de 1980, empieza a llegar el apoyo al movimiento guerrillero del FMLN, enviado desde Vietnam que consistía fundamentalmente en fusiles M-16 de fabricación americana, dejados en dicho país después de la retirada de los EEUU. en 1973. Este primer aporte, permitió equipar completamente a un batallón de infantería. El cargamento llegaba directamente a Managua por vía aérea desde Cuba. Posteriormente pasaba a El Salvador. El reclamo ante esta abierta intervención de Nicaragua en los asuntos internos de otro país, no prosperó ante la falta de pruebas concretas; sin embargo, Tomás Borge, señalaba en 1981: "Dicen que estamos enviando armas a El Salvador, pero no han ofrecido prueba real alguna de ello. Supongamos, sin embargo, que las armas han llegado a El Salvador partiendo de aquí. - Esto es posible. - Más que eso, es posible que algunos combatientes nicaragüenses hayan ido a El Salvador, pero de esto no se puede culpar a ninguna decisión nuestra".

Así pasan los años y Cuba como principal fuente de suministro de armas no deja de abastecer a las unidades del FMLN. En 1982, en los tres primeros meses, ingresaron a El Salvador, miles de cartuchos de dinamita (TNT) y detonantes como asimismo armas pesadas que incluían fusiles sin retroceso de 57 mm. y armas antitanques M-72. Este apoyo masivo significó aumentar considerablemente la potencia de fuego de la guerrilla.

En 1983, Napoleón Romero, desertor del FMLN, informó que en 1982, estaban recibiendo 50 toneladas cada 3 meses como promedio en armamento y equipo. Este importante ex-miembro de la guerrilla reveló en detalle la forma como funcionaba el sistema de apoyo logístico que se le otorgaba desde afuera al movimiento subversivo salvadoreño. Sobre el particular, Romero, señalaba que el primer 'puente' puesto en funcionamiento fue por vía aérea desde Nicaragua. Posteriormente - dijo - las remesas por este medio se habían suspendido ante las pérdidas ocasionadas por las FF.AA. salvadoreñas. Buscaron como alternativa la vía marítima, medio que les ha reportado mejores dividendos hasta la fecha. En su descripción, indicó que los cargamentos se embarcaban en el Departamento de Chinandela, Nicaragua o de islas como La Concha, para introducirlas en las costas del Departamento de Usulután.

En julio de 1989, Honduras logra capturar un camión que transportaba las siguientes cantidades de armamento y equipos:

- 20 fusiles AK-47 (13 de fabricación soviética y el resto de Polonia, Bulgaria y de Alemania Oriental).
- 9 fusiles Galil de fabricación israelí.
- 17 subametralladoras M-3 de cal. 45
- 13 subametralladoras Madsen (fab. danesa)
- 6 subametralladoras Sterling de 9 mm.

- 1 mortero de 60 mm.
- 1 lanzador RPG-7
- 2 pistolas de 9 mm. (soviética y española)
- 1 fusil M-1 Garand.
- 3 fusiles FAL de 30 mm.
- 1 ametralladora A-4
- 295 municiones diferentes tipos.
- 553 granadas de mortero.
- 30 granadas RPG.
- 102 granadas de mano.
- 3 minas tipo Claymore. (2 soviéticas)
- 15 libras de pólvora negra.
- 20 rollos de cable detonador.
- 1 caja de equipos electrónicos de relojería.
- 4 equipos de comunicaciones HF.
- 19.000 tiros de diferentes calibres.

El día 25 de noviembre de 1989, se accidenta un bimotor en el Departamento de Usulután, perteneciente al gobierno de Nicaragua y donde mueren 4 personas. Tres de los muertos son identificados como nicaragüenses, incluyendo al piloto, un capitán de la Fuerza Aérea Sandinista y un cubano.

La aeronave, que quedó semidestruída, transportaba el siguiente armamento para la guerrilla del FMLN:

- 24 misiles SAM-7 (tierra - aire)
- 1 misil RED-EYE
- 1 cañon sin retroceso y 21 granadas de 75 mm.

En la misma fecha se encuentra otro avión de carga, destruído en una pista secundaria del Departamento de Zacatecoluca y se estima que transportaba armamento similar al anterior y que fue incendiado en tierra ante un inconveniente mayor que le impedía despegar a fin de no delatar su procedencia. La Fuerza Aérea Salvadoreña ha reportado 4 ataques con misiles SAM-7 en el mes de diciembre de 1989.

E. Narcotráfico

1. El tráfico de drogas

A comienzo de la década del 70, se produce una gran demanda de drogas en todo el mundo, especialmente en EEUU., de modo que este negocio pasó a constituir una atrayente actividad para individuos inescrupulosos. En efecto, los dividendos que obtienen los traficantes de drogas, les permiten crear organizaciones tan poderosas en un Estado, que pueden desarticular y

desarmar cualquier iniciativa gubernamental que vaya contra los intereses de ellos. El empleo de la violencia y el terror constituyen la forma natural de llegar a sus objetivos.

La guerra que Colombia inició en 1989 contra el narcotráfico, ha permitido avalar lo dicho anteriormente. En efecto, el ejército halló más de 33 millones de dólares en efectivo y 160 kilos de oro en distintas propiedades del narcotraficante Gonzalo Rodriguez Gacha "El Mexicano" abatido en las últimas semanas del año 1989. El Comandante de la decimotercera brigada del ejército, general Ramón Eduardo Niebles Uscategui, señaló que el tesoro camuflado se encontraba en seis fincas de las localidades de Pachoy Guaduas. Junto al dinero se encontró una estación repetidora, 213 fusiles y 7.664 proyectiles de diferentes calibres. El valor del tesoro supera el presupuesto del ejército colombiano durante un año, según lo manifestado por el Ministerio de la Defensa.

A comienzos del año 1990, un mayor de la reserva del ejército estadounidense fue acusado de conspiración para vender cohetes, lanzagranadas, ametralladoras, rifles y explosivos al cartel de la droga de Cali, en Colombia. En efecto, obert Wayne Waddell, de 49 años, es el tercer hombre en ser acusado como resultado de un operativo concluído el pasado nueve de junio.

Waddell, de Texas, fue arrestado en un comercio de empeños que posee en Houston.

2. Vínculos del narcotráfico con la Subversión.

A comienzos de 1970, el narcotráfico inicia un acercamiento hacia la subversión como una forma de aumentar la seguridad en sus actividades clandestinas. En efecto, la simbiosis que se produce entre estas dos organizaciones, se traduce en un apoyo mutuo al recibir los narcotraficantes, seguridad para sus laboratorios en las zonas de influencia subversiva, a cambio de armas y munición.

- El secuestro de un avión de la Empresa Aeropesca efectuado en Colombia el año 1981 permitió transportar gran cantidad de armamento para el movimiento guerrillero M-19. Ese mismo año las FF.AA., hunden el buque 'Karina' que intentaba entregar un gran arsenal adquirido por los narcotraficantes al M-19.

- En diciembre de 1988, el buque "Copacabana", carga en el puerto de Setúbal en Portugal, unas 10 toneladas de armamento con destino a la guerrilla colombiana FARC. El cargamento fue decomisado en Jamaica y consistía en lo siguiente:

. 1000 fusiles G-3 calibre 7.62
. 1000 cargadores o proveedores para G-3.

. 250 ametrallalladoras calibre 7.62.
. 10 Morteros de 60 mm Tipo comando.
. 60 Granadas para mortero de 60 mm.

Todo el armamento señalado anteriormente fue adquirido con fondos del narcotráfico como asimismo su traslado.

- El día 18 de Diciembre de 1989, fue capturado un moderno hidroavión en un río de la Amazonia, en el valle del Alto Huallaga en el Perú. Esta aeronave estaba cargada con 1000 kilos de cocaína destinada a Colombia. La policía informó que además de la droga encontró un arsenal de armas de origen israelí compuesto de:

. 9 fusiles automáticos
. 6 escopetas de cañón corto.
. 12 subametralladoras.
. 15 pistolas de 9 mm.
. 6.000 proyectiles de diferentes calibres.

IV. DISCUSION

A. La Subversión en América Latina

Es evidente que la estrategia marxista en Latinoamérica, busca a ultranza la desestabilización de los regímenes democráticos, especialmente aquellos que se interponen o se contraponen a esos objetivos. La violencia que desatan los grupos subversivos tiene su génesis y su apoyo logístico en Cuba y Nicaragua. En efecto, la subversión ha visto que la forma más efectiva para penetrar en la población es aprovechar el clamor y el descontento ante la insatisfacción de sus necesidades básicas. Esta energía es canalizada inteligentemente para ganar más adeptos a su causa. Ahora bien, mientras mayor sea la dificultad del gobierno para satisfacer sus requerimientos, mayor será la efervescencia en la población.

La acción guerrillera no titubea un minuto en ir destruyendo metódicamente el sistema económico a fin de crear un caos artificial y desangrar los recursos de la nación que en estos casos, deben orientarse a contrarrestar la acción terrorista por un lado y neutralizar la desinformación de todo un aparataje de comunicación de masas (prensa,TV, radio etc..) establecido a nivel mundial, que permite adormecer los hechos más deleznables ante la opinión pública internacional y atacar la acción "represiva" de los Estados involucrados, a través de organizaciones de fachada que de inmediato levantan la voz, para defender los derechos humanos de aquellos individuos detenidos por actos terroristas. Resulta paradójico entonces, que países víctimas de la agresión armada de

grupos paramilitares (guerrilla), se conviertan en los opresores y en los violadores de los derechos humanos. La impunidad de las acciones descritas anteriormente, ha permitido que las acciones terroristas por una parte y el tráfico ilegal de armas que es el tema de este estudio proliferen sin tener la sanción respectiva.

B. Presencia de Cuba y Nicaragua en América Latina

El apoyo cubano tanto en personal como en armamento al gobierno chileno durante el período de Salvador Allende entre 1970 y 1973, a fin de consolidar un régimen de corte netamente marxista, y el envío de un arsenal capaz de equipar a una división completa, a los movimientos guerrilleros marxistas, constituyen hechos irrefutables de la intromisión de Cuba en la desestabilización de un país.

Por otra parte, el hallazgo de armas destinadas al Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), encontradas en un vehículo que procedía de Nicaragua, unido al armamento antiaéreo encontrado en una avión siniestrado en El Salvador, con matrícula y tripulación perteneciente a la Fuerza Aérea de Nicaragua, son muestras, también irrefutables de la abierta intromisión de Nicaragua en El Salvador, especialmente durante el presente año.

C. El Narcoterrorismo

El narcotráfico se desenvuelve en todos los ámbitos del quehacer nacional. En efecto, tiene conexiones en el Congreso, en los tribunales, en la policía y en cuanta organización haya que sea de utilidad para sus objetivos. Sus armas preferidas son el terror (mata a uno y asusta a mil - Proverbio chino), el chantaje y el soborno. Esta gran capacidad operativa, unida a los medios económicos, le permite enfrentar sin mayores dificultades cualquier desafío que vaya en beneficio de sus objetivos. Así, se han unido a las diferentes guerrillas donde tienen sus centros de producción y elaboración, con el propósito de "comprar seguridad" para operar libremente, a cambio de suministro de armamento y equipo. Este apoyo mutuo ha significado un aumento del tráfico de armas en la región, que incide naturalmente en la alteración del orden público y por ende en la estabilidad de los Estados.

Ahora bien, en los últimos cinco años, con motivo de los problemas centroamericanos y el narcotráfico, el contrabando de armas se ha incrementado enormemente, constituyendo un problema grave, tanto por la cantidad y características como por el uso o destino del armamento.

El territorio de México, por su situación geográfica y la problemática del narcotráfico, es empleado como "trampolín" para trasladar considerables cantidades de armamento, utilizando medios aéreos, terrestres y marítimos hacia Centro y Sudamérica. Este

contrabando de armas tiene dos características bien definidas. El más importante es el contrabando organizado que es desarrollado por grupos u organizaciones dedicadas al narcotráfico que montan todo un sistema para vender armas a grupos subversivos. El otro sistema es el contrabando aislado que comprende a personas que adquieren armas de diferentes calibres en los EE.UU. de Norteamérica y las introducen en forma ilegal al país.

V. CONCLUSIONES

A. El tráfico ilegal de armas altera abiertamente la vida democrática de los países afectados, al proporcionar a fuerzas paramilitares el medio necesario para lograr sus objetivos por medio de la fuerza.

B. El narcotráfico ha sido una excelente alternativa que los movimientos subversivos han tenido para obtener armamento.

C. Cuba y Nicaragua se han convertido en los principales proveedores de armas a los grupos subversivos, creando una inestabilidad permanente en la mayor parte de los Estados integrantes del Sistema.

D. Los hallazgos de armamento encontrados en diferentes países y en especial los últimos habidos en El Salvador, constituyen una agresión contra el Sistema Interamericano, poniendo en peligro la paz de América, al transgredir los Artículos 27 y 28 de la Carta de la OEA, y los Artículos 3, 6 y 7 del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca.

VI. RECOMENDACION

Al comprobarse fehacientemente que el tráfico ilegal de armas no es un problema individual, sino que es una actividad irrefutable que se enmarca dentro del contexto general del narcotráfico y la subversión, con el propósito de desestabilizar los gobiernos, se recomienda lo siguiente:

A. Solicitar a los gobiernos incrementar:

1. El intercambio de inteligencia entre los países del Sistema, relacionada con el tráfico de armas, narcotráfico y subversión.

2. El control sobre las compañías o fábricas de armamento en el cumplimiento de normas y disposiciones establecidas sobre exportación y venta de material bélico.

3. El control específico de fronteras, especialmente sobre el tráfico aéreo y marítimo con el propósito de detectar oportunamente el tráfico de armas.

3004600

4. La capacitación y entrenamiento de las fuerzas especiales que cada país mantiene para reprimir el tráfico de armas.

B. Solicitar a los gobiernos, una legislación más estricta en la venta de armas a particulares u organizaciones privadas, con el propósito de evitar las facilidades que existen en determinados países para adquirir armamento menor.

C. Solicitar a los gobiernos se convoque al Comité Consultivo de Defensa de la Organización de los Estados Americanos, con el propósito de analizar los antecedentes que se derivan de las Conclusiones del presente trabajo y que afectan directamente la seguridad del Continente.

ANEXO 1

Relación de armamento y material de guerra internado clandestinamente en el norte de Chile y encontrado a partir de agosto de 1986.

- Fusiles M-16.....	3.115
- Lanzacohetes (URSS).....	114
- Fusil FAL	102
- Cargadores M-16 30 cart.	832
- Cargadores M-16 50 Cart.	25
- Ametralladoras M-60 (USA)	6
- Cartuchos 5.56 (M-16) 1	.950.000
- Cartuchos 7.62	6.900
- Cohetes Law.....	167
- Bombas de mortero.....	9
- Granada de mano (URSS).....	1.942
- Espoletas para granadas.....	36
- Cargas de proyección	315
- Transceptor de radio y acc....	3
- Transceptor navegac.marit.yacc.	1
- TNT cajas (2500 kilos).....	78
- Cajas de T-4 (rollos de 1K.)	28
- Detonadores	4.700
- Granadas de mano tipo piña....	37
- Tirafrictores.....	10.140
- Motor fuera de borda y acc....	5
- Equipo Submarino y acc.....	16
- Carpas.....	1
- Chalecos antibalas.....	2
- Chalecos salvavidas.....	2
- Bidones plásticos.....	8
- Lamparas tipo Petromax.....	2
- Herramientas dif. tipos.....	47
- Servicio para alimentación....	50

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA

Consejo de Delegados, Sesión _____

CONVOCACION DEL ORGANO DE CONSULTA
Y DEL COMITE CONSULTIVO DE DEFENSA

CONSIDERANDO QUE:

1. El tráfico de armas altera abiertamente la vida democrática de los países al proporcionar a fuerzas paramilitares los medios necesarios para lograr sus objetivos por medio de la fuerza.

2. El narcotráfico es una excelente alternativa que los movimientos subversivos tienen para recibir armamento.

3. Los hallazgos de armamento encontrados en diferentes países integrantes del Sistema y en especial los encontrados en El Salvador, constituyen una agresión contra el Sistema Interamericano, poniendo en peligro la paz de América, al transgredir los Artículos 27 y 28 de la Carta de la OEA y los Artículos 3,6 y 7 del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca.

El Consejo de Delegados:

RESUELVE:

Solicitar a los Gobiernos Miembros, que inicien las acciones necesarias para que se convoque una reunión del Comité Consultivo de Defensa de la Organización de Estados Americanos a fin de estudiar las consideraciones expuestas, relacionadas con el tráfico ilegal de armas que afecta a gran parte de los países del Sistema, provocando trastornos que alteran la paz del Continente Americano.

RESUMEN MENSUAL DE INTELIGENCIA
J. I. D. 12694
90-05-09
AMERICA NORTE 10026
AMERICA SUR 10027
EUROPA 10181
ASIA 10034
OEA 500889

Original: Español

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA
ESTADO MAYOR
DIVISION DE INTELIGENCIA

9 de mayo de 1990

SESION DEL CONSEJO DE DELEGADOS No. 959

RESUMEN MENSUAL DE INFORMACIONES

HECHOS MAS IMPORTANTES

HECHOS MAS IMPORTANTES

I. La URSS y El Bloque Oriental

1. Después de sufrir una serie de presiones de diversa índole (embargo económico, cierre de fronteras, demostraciones de fuerza, etc.), llevadas a cabo por la URSS para hacer desistir a Lituania de proseguir con sus acciones separatistas , el gobierno lituano aceptó una iniciativa europea para suspender las medidas tendientes a lograr su ya declarada independencia, sin aceptar las demandas soviéticas de anular la misma.

2. Estonia y Latvia han manifestado sus intenciones de independizarse de la URSS. Estonia ya dio pasos concretos y Latvia lo hará próximamente. El proceso de independencia será negociado para que sea aceptado por el Kremlin.

3. Cuba

a. Las transmisiones de TV Martí a Cuba fueron interferidas electrónicamente por el gobierno cubano quien amenazó con extender dichas interferencias a las transmisiones normales de TV y radio en EE.UU. Castro ha manifestado que las transmisiones de TV Martí constituyen un acto de agresión estadounidense. Hasta el momento no se han detectado interferencias cubanas en territorio de EE.UU.

b. El gobierno ha incrementado la represión contra toda manifestación de oposición, destacándose los arrestos de líderes de movimientos de derechos humanos y de acuerdo a declaraciones oficiales,también se estudia la posibilidad de aplicar la legislación existente sobre traición a quienes actuen en estos movimientos.

II. Sistema Interamericano

A. América del Norte (Sector Norte)

1. Canadá

1 · 0 6

ENTRADO ✓
CRUZ ✓

9004601

La viceministro de este país encargada de América Latina y el Caribe hizo una visita oficial a Cuba, donde trató aspectos relacionados con la reunificación familiar, derechos humanos y asuntos regionales internacionales. Con esta visita, Canadá inicia su acción para descongelar las relaciones entre los EE.UU. y Cuba, así como tratar de terminar con el aislamiento de la nación caribeña.

2. Estados Unidos de América

a. Haciendo referencia a presunta inactividad del gobierno salvadoreño en las investigaciones referentes al asesinato de los sacerdotes jesuítas ocurrido el pasado noviembre, el Comité de Relaciones Exteriores de la Cámara de Representantes de EE.UU., resolvió disminuir en un 50% la asistencia a El Salvador en este año. La medida requiere la aprobación de la Cámara y del Senado.

b. El departamento de defensa informó que por razones presupuestales y en consideración a los eventos en los países del Pacto de Varsovia, se harán cortes significativos en los programas de modernización de las Fuerzas Armadas, entre ellos, la producción del bombardero B-2; fuentes en el Congreso sin embargo, expresaron que las rebajas propuestas por la administración del presidente Busch no eran suficientes.

3. Estados Unidos Mexicanos

a. El gobierno mexicano dirigió una protesta a los EE.UU. por el secuestro del médico mexicano Humberto Alvarez Machain, presunto cómplice en el caso de Enrique Camarena, agente de la DEA asesinado en México en 1985 por narcotraficantes. Alvarez Machain fué conducido por agentes de esa organización desde Guadalajara (México) a El Paso (Texas) donde se le someterá a juicio por su complicidad en el caso.

b. Con auspicio de la OEA el gobierno Mexicano llevó a cabo la reunión ministerial sobre consumo, producción y tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias sicotrópicas.

B. Centroamérica y el Caribe

1. Nicaragua

a. El 25 de abril, asumió la presidencia de la República la Sra. Violeta Barrios de Chamorro. En ceremonia pública, se instaló el gobierno democrático en este país sustituyendo a un régimen marxista-leninista que dominó a la nación desde el 19 de julio de 1979.

b. La nueva presidente decidió mantener al General Humberto Ortega, miembro de la Junta de Comandantes del anterior régimen sandinista, como Jefe de las Fuerzas Armadas del país. Esta decisión produjo serias divisiones dentro de la coalición política Unión Nacional Opositora que incluyó fuertes críticas de parte del nuevo vicepresidente nicaragüense. También ocasionó que algunos Comandantes de la Resistencia que ya habían acordado la desmovilización de sus fuerzas, ahora demanden la salida de Ortega como condición para cumplir con el acuerdo previsto.

2. El Salvador

a. Los grupos subversivos lanzaron una serie de ataques en la capital y en el interior del país. Los mismos fueron de escasas consecuencias y se realizaron en momentos en que se llevaban a cabo negociaciones de paz entre el gobierno y el FMLN.

b. El presidente Cristiani publicó una carta abierta en el Washington Post, detallando los marcados avances de la democracia en su país. La carta también aludió al impacto negativo que las medidas propuestas en la Cámara de Representantes pueden tener en el futuro de la democracia salvadoreña y en la región centroamericana.

3. Honduras

a. Bajo la supervisión de la ONU, y con anticipación a la toma de posesión del nuevo gobierno de Nicaragua, las fuerzas de la Resistencia Democrática Nicaragüense en Honduras, comenzaron a entregar sus armas. Tropas venezolanas destacadas bajo la ONU en este país participaron en esta acción recogiendo y destruyendo las armas que fueron entregadas.

b. El presidente de la República visitó EE.UU. y se entrevistó con el presidente Bush y otros funcionarios gubernamentales. En general, se mostró confiado que el proceso de paz centroamericano bajo la ONU daría los frutos deseados, sin embargo, manifestó serias inquietudes con respecto a la situación económica de la región. Al ser entrevistado por la prensa expresó que a pesar de que una delegación del Congreso hondureño visitaba a Cuba en esos momentos, él era de la opinión de que la OEA no debería permitir la reintegración de Cuba a esa organización considerando que Castro era el último dictador de habla hispana en el hemisferio y que el mismo no contemplaba extender la libertad y democracia a su pueblo.

4. Panamá

El Presidente Endara visitó EE.UU. entrevistándose con el presidente Bush y con altos líderes del Congreso estadounidense. Coincidió su visita con las sesiones

0 3 9004601

llevadas a cabo en esa institución con respecto a la asistencia económica de emergencia para Panamá y Nicaragua.

5. Colombia

a. La Unión Patriótica (UP) liderada por Diego Montana, anunció su disolución y separación del Partido Comunista con el fin de crear una nueva organización política de tendencia social demócrata, uniéndose al movimiento 19 de abril (M-19) y otras fuerzas de izquierda.

b. El Narcoterrorismo reinició su ofensiva contra el gobierno, asesinando autoridades policiales y ejecutando atentados dinamiteros y secuestros; destacándose en estos hechos el asesinato del candidato Carlos Pizarro (Ex Jefe Militar del M-19) así mismo los grupos subversivos han intensificado su accionar con la finalidad de obstaculizar el próximo proceso electoral.

6. Venezuela

a. El país acordó con la banca acreedora un programa de reducción sustancial de su deuda externa.

b. Se completó el envío a Centroamérica de las fuerzas venezolanas que actuarán bajo los auspicios de ONUCA. Los efectivos enviados corresponden a un regimiento de paracaidistas (700 hombres) y 12 oficiales que se desempeñarán como observadores.

C. América del Sur

1. Argentina

El gobierno del presidente Carlos Menen continúa su política de reajuste económico, habiendo encontrado permanentemente presiones empresariales y sindicales para desviar el rumbo del programa económico definido como capitalismo "Humanizado y Social".

2. Bolivia

a. Los juzgados especiales creados recientemente para combatir el narcotráfico, fueron eliminados por ineficientes y a su vez fueron creados dos tribunales de máxima seguridad para tal fin.

b. La Central Obrera Boliviana (COB) convocó a una huelga general indefinida a partir del 19 de abril exigiendo el cumplimiento del "Pliego Unico de Peticiones" presentado hace cinco meses. Las principales demandas tienen relación con el aumento de salarios, creación de fuentes de empleo, protección de

4 9004601

las empresas estatales, reconversión agrícola de las zonas productoras de la hoja de coca y mayores asignaciones fiscales para educación y salud pública.

3. Brasil

Las drásticas medidas económicas adoptadas redujeron la inflación a cero y el gobierno del presidente Collor inició la segunda fase de su plan al disminuir gradualmente el control sobre la economía, liberando los precios y la moneda para evitar un período más prolongado en el proceso de recesión.

4. Chile

El nuevo gobierno del presidente Patricio Alwyn enfrenta una serie de presiones para la liberación de los presos políticos. Ante esta situación el gobierno firmó un Decreto Supremo creando la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación destinada a conocer en forma serena e imparcial el problema de los derechos humanos.

5. Ecuador

Los gobiernos de Colombia y Ecuador firmaron un convenio orientado a la integración fronteriza entre ambos países enfatizando los problemas de salud, migración y comercio.

6. Perú

a. Desde el 1 hasta el 10 de abril las Fuerzas Armadas y la Policía Nacional asumieron el control total de Lima y el vecino puerto del Callao, como medida extrema para hacer frente a la ofensiva terrorista desatada por el grupo Maoista Sendero Luminoso (SL); sin embargo, continúan las explosiones dinamiteras, voladura de torres de alta tensión, explosiones de coches bombas, orientadas a intimidar a la población.

b. El alcalde de Chiquian en el departamento de Cajamarca, el Juez de Paz y Gobernador del distrito de Layo de la ciudad del Cuzco y el ex presidente del Instituto Nacional de Seguridad Social fueron asesinados por grupos subversivos. Así mismo, el 21 de abril en la noche fue liberado el Sr Genaro Delgado Parker, asesor de la presidencia de la República, quien fuera secuestrado por el Movimiento Revolucionario Tupac Amarú (MRTA) el 04 octubre de 1989.

c. El 10 de junio se realizará la segunda vuelta para elegir al presidente de la nación entre el escritor Mario Vargas LLosa, quien obtuvo el 34 % de los votos y el ingeniero Alberto Fujimori que alcanzó el 29 % en las elecciones del 8 de abril.

5

9004601

7. Uruguay

El severo programa de ajuste económico que pondrá en práctica el nuevo gobierno, obtuvo la aprobación del parlamento. El plan abarca un importante aumento de la presión fiscal que se traducirá en fuertes alzas de los impuestos al consumo, nuevos tributos sobre los salarios y drásticos recortes de los gastos estatales; paralelamente se llevará a cabo un plan de asistencia para ayudar a las familias de menores recursos.

III. Organizaciones Internacionales

1. Organizaciones de Estados Americanos

Se efectuó en México la "Reunión Ministerial sobre Consumo, Producción y Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas" auspiciado por la OEA y el gobierno de México, para fortalecer el combate al narcotráfico y la prevención contra la fármaco dependencia, así como también debatir la forma de perfeccionar la cooperación internacional para desmantelar los consorcios mundiales que controlan el tráfico de drogas a través de programas que supervisen el lavado de dinero, contrabando de armas y la producción de precursores químicos. A dicha reunión asistieron 32 ministros de diferentes países americanos, observadores de 25 países de Europa, Asia y Africa y delegados de 21 organismos regionales e internacionales.

9004601

Resumen Trimestral de Inteligencia comp. el 1er trimestre del año'90.
JID (12694)
RE FE3-HD1/90.

11164. 10175 [illegible]
65671-Cuba 66057 Ecuador. 65592 - Canada. 66817 Perú
65456 Canada. 10010 El Salv 67350 Uruguay
65890 EEUU 66153 Brasil 66123 Haiti
10231 Mexico. 66603 Nicarag. 10033 Argentina
65644 C Rica 10043 Bolivia
66718 Panama. 65705 Chile
65738 Ecuador.

JID SECRETO

INFORME TRIMESTRAL DE INTELIGENCIA
RESUMEN
(ENERO - FEBRERO - MARZO 1990)

SR. PRESIDENTE DE LA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFENSA
SR. VICEPRESIDENTE
SRES. JEFES DE DELEGACION Y DELEGADOS
SR. DIRECTOR DEL ESTADO MAYOR
SR. DIRECTOR DEL COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA
SR. VICEDIRECTOR DEL COLEGIO INTERAMERICANO DE DEFENSA
Y SRES. OFICIALES DEL ESTADO MAYOR
DAMAS Y CABALLEROS

DE ACUERDO A LA REGLAMENTACION VIGENTE, ME CORRESPONDE EL HONOR DE PRESENTAR EL RESUMEN TRIMESTRAL DE INTELIGENCIA CORRESPONDIENTE AL PRIMER TRIMESTRE DEL AÑO 1990.

I. INTRODUCCION

A. RESUMEN DEL INFORME TRIMESTRAL ANTERIOR.

1. EN EL INFORME ANTERIOR, SE MENCIONO LA EVOLUCION DE LA SITUACION EN LA URSS Y EL BLOQUE, ENCAMINADA A REFORMAR EL REGIMEN Y SE OBSERVO QUE EL AVANCE DE LOS MOVIMIENTOS PRO DEMOCRATICOS AMENAZABA LA INTEGRIDAD POLITICA DE LA URSS, ESPECIALMENTE EN LOS PAISES BALTICOS Y PARTICULARMENTE EN LITUANIA.

2. ASIMISMO, SE HIZO NOTAR EL INCREMENTO DE AYUDA MILITAR DE LA URSS A CUBA Y NICARAGUA Y A TRAVES DE ELLOS AL FMLN EN EL SALVADOR.

3. TAMBIEN SE MENCIONO QUE LA INTERVENCION ESTADOUNIDENSE EN PANAMA PODRIA HABER AFECTADO LAS RELACIONES ENTRE LOS PAISES LATINOAMERICANOS Y EE.UU. SIN EMBARGO, SE NOTO QUE EL CAMBIO DE GOBIERNO EN PANAMA PODIA PERTURBAR LAS OPERACIONES DEL NARCOTRAFICO INTERNACIONAL, DEL TRAFICO DE ARMAS Y LAS ACCIONES DE CUBA Y NICARAGUA EN APOYO DE LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS QUE OPERAN EN ALGUNOS PAISES DEL CONTINENTE.

4. SE OBSERVO QUE LA CRISIS ECONOMICA QUE AFECTA LA MAYORIA DE LOS PAISES LATINOAMERICANOS, DEBILITA LAS DEMOCRACIAS Y QUE EN LA DECADA DEL 80, EL BIENESTAR DE LOS PUEBLOS HA DECAIDO PROVOCANDO GRANDES PRESIONES SOCIALES QUE SON FAVORABLES A LA SUBVERSION.

5. LAS CONCLUSIONES DEL INFORME REAFIRMARON LAS CONCLUSIONES GENERALES DEL ASE (DOC T-0263).

B. HECHOS MAS IMPORTANTES DEL TRIMESTRE

1. SITUACION INTERNA DE LA URSS Y EL BLOQUE

2. CUBA RECHAZA LAS REFORMAS DEMOCRATICAS

CUBANO TIENE LA CAPACIDAD DE TOMAR MEDIDAS PARA ENTORPECER EL CONTROL DEL NUEVO GOBIERNO NICARAGUENSE Y MANTENER ACTIVIDADES CLANDESTINAS EN ESE PAIS.

3. CONCLUSIONES SOBRE EL ENEMIGO

a. LA URSS Y EL BLOQUE.

(1) PESE A LAS REFORMAS POLITICAS DE LA URSS Y AL RESQUEBRAJAMIENTO DEL PACTO DE VARSOVIA EL APARATO MILITAR SOVIETICO CONTINUA LA MODERNIZACION, TANTO EN EL CAMPO ESTRATEGICO COMO EN EL CONVENCIONAL. LA ENORME CAPACIDAD BELICA Y LA RECIENTE EVIDENCIA DE QUE LOS SOVIETICOS HAN PROPORCIONADO ARMAS ESPECIALES A GRUPOS SUBVERSIVOS DENTRO DEL SISTEMA, INDICAN QUE LA URSS CONTINUA SIENDO UN ENEMIGO REAL DEL MISMO.

(2) LA SITUACION EN LITUANIA REPRESENTA UN GRAVE PELIGRO PARA LA COHESION ESTRUCTURAL DE LA URSS. AUN CUANDO LOS SOVIETICOS HAN ANUNCIADO QUE NO CONTEMPLAN EL EMPLEO DE LA FUERZA ARMADA PARA IMPEDIR LA INDEPENDENCIA, SE ESTIMA QUE UTILIZARAN TODOS LOS RECURSOS NECESARIOS PARA LOGRAR SU OBJETIVO Y PREVENIR OTRAS ACCIONES SIMILARES EN LA UNION SOVIETICA.

b. CUBA

A PESAR DE LOS REVESES OCASIONADOS EN PANAMA, EL SALVADOR, NICARAGUA Y EL AISLAMIENTO POLITICO CAUSADO POR LOS EVENTOS EN EUROPA ORIENTAL, CUBA NO HA ABANDONADO SU ESTRATEGIA DE EXPANSION REVOLUCIONARIA EN EL CONTINENTE Y EN ESPECIAL EN AMERICA CENTRAL. SE ESTIMA QUE CONTINUARA APOYANDO A MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS DESDE NICARAGUA EN EL PERIODO DE TRANSICION DE GOBIERNO EN ESE PAIS Y PUEDE PROPICIAR UNA SITUACION DE CAOS QUE IMPOSIBILITE EL EFECTIVO CONTROL DE LAS NUEVAS AUTORIDADES NICARAGÜENSES.

B. SISTEMA INTERAMERICANO

1. AMERICA DEL NORTE

a. CANADA

(1) EL GOBIERNO CONDONO A 11 PAISES ANGLOPARLANTES DEL CARIBE LA SUMA DE 182 MILLONES DE DOLARES CANADIENSES ALIVIANDO SUSTANCIALMENTE LAS ECONOMIAS DE ESTA COMUNIDAD.

(2) EN UN FUTURO CERCANO, CANADA SE CONVERTIRA EN MIEMBRO DE LA COMISION INTERAMERICANA CONTRA DROGAS (SICAD).

SUBMARINOS	34	15	2,3:1
BUQUES DE SUPERFICIE	34	21	1,6:1
BOMBARDEROS	190	103	1,8:1
CAZAS	2.750	1.850	1,4:1

PRODUCCION DE ARMAS ESTRATEGICAS
1985 -1988

ARMAS	URSS	EE.UU.	REL
MISIL BALISTICO INTERCONTINENTAL	450	56	8:1
MISIL BALISTICO DE SUBMARINO	375	107	3,5:1
MISIL CRUCERO NAVAL	4.400	2.250	1,9:1
MISIL BALISTICO DE CORTO ALCANCE	2.150	0	2.150:0

2. CUBA

a. MANTENIENDO SU FIRME ADHESION AL MARXISMO-LENINISMO, CASTRO HA RECHAZADO Y CONDENADO LOS PROCESOS DE REFORMAS DEMOCRATICAS EN LA URSS Y EUROPA ORIENTAL. ESTA ACTITUD LE ESTA OCASIONANDO SERIAS DIFICULTADES POLITICAS Y ECONOMICAS CON LOS NUEVOS GOBIERNOS QUE AHORA LE DEMANDAN EL PAGO POR ADELANTADO, TIENDEN A SU AISLAMIENTO POLITICO Y DEBILITAN SU BASE EN ORGANISMOS INTERNACIONALES.

b. EL PRIMER INDICIO DE EROSION DE APOYO INTERNACIONAL AL GOBIERNO DE CASTRO OCURRIO CUANDO CHECOSLOVAQUIA Y HUNGRIA APOYARON UNA RESOLUCION DE LA COMISION DE DERECHOS HUMANOS DE LA ONU QUE DEPLORO LOS ABUSOS COMETIDOS EN CUBA Y DETERMINO PROSEGUIR SUS INVESTIGACIONES EN ESE PAIS.

c. EN ESTE PERIODO DE AISLAMIENTO, LA ASISTENCIA DE CASTRO A LA TOMA DE POSESION DEL PRESIDENTE COLLOR DE MELLO EN BRASIL LE OTORGO CIERTO RECONOCIMIENTO.

d. EL FRACASO DE LA OFENSIVA DEL FMLN EN EL SALVADOR, LA CAIDA DE NORIEGA EN PANAMA, Y LA DERROTA ELECTORAL DEL GOBIERNO SANDINISTA EN NICARAGUA CONSTITUYEN SERIOS REVESES A LA ESTRATEGIA CONTINENTAL DE CASTRO Y CONLLEVA A LA POSIBILIDAD DE QUE SE VEA IMPOSIBILITADO DE SOSTENER EL CUANTIOSO APOYO BELICO QUE PROPORCIONA A MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS EN EL CONTINENTE Y EN ESPECIAL AL FMLN EN EL SALVADOR. EN ESTA SITUACION EL GOBIERNO

CUBANO TIENE LA CAPACIDAD DE TOMAR MEDIDAS PARA ENTORPECER EL CONTROL DEL NUEVO GOBIERNO NICARAGUENSE Y MANTENER ACTIVIDADES CLANDESTINAS EN ESE PAIS.

3. CONCLUSIONES SOBRE EL ENEMIGO

a. LA URSS Y EL BLOQUE.

(1) PESE A LAS REFORMAS POLITICAS DE LA URSS Y AL RESQUEBRAJAMIENTO DEL PACTO DE VARSOVIA EL APARATO MILITAR SOVIETICO CONTINUA LA MODERNIZACION, TANTO EN EL CAMPO ESTRATEGICO COMO EN EL CONVENCIONAL. LA ENORME CAPACIDAD BELICA Y LA RECIENTE EVIDENCIA DE QUE LOS SOVIETICOS HAN PROPORCIONADO ARMAS ESPECIALES A GRUPOS SUBVERSIVOS DENTRO DEL SISTEMA, INDICAN QUE LA URSS CONTINUA SIENDO UN ENEMIGO REAL DEL MISMO.

(2) LA SITUACION EN LITUANIA REPRESENTA UN GRAVE PELIGRO PARA LA COHESION ESTRUCTURAL DE LA URSS. AUN CUANDO LOS SOVIETICOS HAN ANUNCIADO QUE NO CONTEMPLAN EL EMPLEO DE LA FUERZA ARMADA PARA IMPEDIR LA INDEPENDENCIA, SE ESTIMA QUE UTILIZARAN TODOS LOS RECURSOS NECESARIOS PARA LOGRAR SU OBJETIVO Y PREVENIR OTRAS ACCIONES SIMILARES EN LA UNION SOVIETICA.

b. CUBA

A PESAR DE LOS REVESES OCASIONADOS EN PANAMA, EL SALVADOR, NICARAGUA Y EL AISLAMIENTO POLITICO CAUSADO POR LOS EVENTOS EN EUROPA ORIENTAL, CUBA NO HA ABANDONADO SU ESTRATEGIA DE EXPANSION REVOLUCIONARIA EN EL CONTINENTE Y EN ESPECIAL EN AMERICA CENTRAL. SE ESTIMA QUE CONTINUARA APOYANDO A MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS DESDE NICARAGUA EN EL PERIODO DE TRANSICION DE GOBIERNO EN ESE PAIS Y PUEDE PROPICIAR UNA SITUACION DE CAOS QUE IMPOSIBILITE EL EFECTIVO CONTROL DE LAS NUEVAS AUTORIDADES NICARAGÜENSES.

B. SISTEMA INTERAMERICANO

1. AMERICA DEL NORTE

a. CANADA

(1) EL GOBIERNO CONDONO A 11 PAISES ANGLOPARLANTES DEL CARIBE LA SUMA DE 182 MILLONES DE DOLARES CANADIENSES ALIVIANDO SUSTANCIALMENTE LAS ECONOMIAS DE ESTA COMUNIDAD.

(2) EN UN FUTURO CERCANO, CANADA SE CONVERTIRA EN MIEMBRO DE LA COMISION INTERAMERICANA CONTRA DROGAS (SICAD).

SOBRE EL PARTICULAR, EL GOBIERNO LLEVARA A CABO EL AÑO PROXIMO, UNA CONFERENCIA SOBRE LA APLICACION DE LEYES ANTIDROGAS EN AMERICA LATINA Y EL CARIBE.

b. ESTADOS UNIDOS DE AMERICA

(1) EL DEPARTAMENTO DE DEFENSA DESTINARA 2.000 MILLONES DE DOLARES DE SU PRESUPUESTO PARA LLEVAR A CABO OPERACIONES ANTIDROGAS EN LA REGION DEL CARIBE Y EN SU FRONTERA SUR, DESDE CALIFORNIA HASTA FLORIDA, POR DOS AÑOS. LOS PLANES INCLUYEN:

(a) INCREMENTO DE PATRULLAS AEREAS CON AVIONES AWACS.

(b) EMPLEO DE UNA RED DE RADARES EN GLOBOS AEROSTATICOS.

(c) AUMENTO DE ASESORAMIENTO Y ADIESTRAMIENTO MILITAR EN ALGUNOS PAISES SUDAMERICANOS.

(d) MAYOR CONTROL DEL TRAFICO DE DROGAS EN EL PACIFICO.

(2) DURANTE EL PERIODO SE RETIRARON A SUS BASES EN EE.UU. TODAS LAS FUERZAS DE COMBATE QUE FUERON DESPLEGADAS PARA LA INTERVENCION MILITAR A PANAMA EL PASADO DICIEMBRE.

c. MEXICO

(1) MEXICO Y LA BANCA PRIVADA INTERNACIONAL FIRMARON UN ACUERDO HISTORICO QUE PERMITE REDUCIR, POR PRIMERA VEZ, LA DEUDA EXTERNA DE UN PAIS EN DESARROLLO AL REBAJARLA EN 20.000 MILLONES DE DOLARES.

(2) EL GOBIERNO DE MEXICO RESTABLECIO RELACIONES DIPLOMATICAS CON CHILE.

2. CENTROAMERICA Y EL CARIBE

a. GUATEMALA

(1) DESPUES DE LA DENUNCIA PUBLICA DEL MINISTRO DE DEFENSA EL PASADO FEBRERO, QUE MIEMBROS DE LA UNION REVOLUCIONARIA GUATEMALTECA (URNG) SE HABIAN REUNIDO CON GENERALES CUBANOS Y VIETNAMITAS EN UN PAIS CENTROAMERICANO (PRESUNTAMENTE NICARAGUA) PARA PLANIFICAR LA NUEVA ESTRATEGIA SUBVERSIVA EN GUATEMALA, LAS ACCIONES TERRORISTAS CONTRA LA POBLACION CIVIL Y EL SABOTAJE CONTRA LA ECONOMIA SE HAN INTENSIFICADO CONSIDERABLEMENTE. SE PRODUJERON TRES ATAQUES CONTRA POBLADOS CIVILES Y LA DESTRUCCION DE PUENTES Y REDES DEL TENDIDO ELECTRICO.

(2) DENTRO DEL MARCO DE ESTA NUEVA SITUACION, EL GOBIERNO ACEPTO LAS GESTIONES INTERNACIONALES PARA REANUDAR EL DIALOGO CON LA URNG COMENZADO EL 27 DE MARZO DEL PRESENTE AÑO.

b. EL SALVADOR

(1) NUEVE MIEMBROS DE LA FUERZA ARMADA HAN SIDO ACUSADOS DEL ASESINATO DE LOS 6 SACERDOTES JESUITAS PERPETRADOS EN SAN SALVADOR DURANTE LA OFENSIVA DEL FMLN EL PASADO NOVIEMBRE. LOS MILITARES ARRESTADOS SE ENCUENTRAN A DISPOSICION DE LA JUSTICIA.

(2) DESPUES DE LA OFENSIVA DEL FMLN EN EL PERIODO PASADO, ESTE TRIMESTRE SE HA CARACTERIZADO POR ACCIONES SUBVERSIVAS DE MENOR INTENSIDAD Y OPERACIONES DE CONTRASUBVERSION DE LA FUERZA ARMADA PARA EVITAR LA REORGANIZACION DEL ENEMIGO Y PREVENIR OTRO ATAQUE. EN EL MARCO DE ESTA SITUACION SE HA RESTABLECIDO EL DIALOGO ENTRE EL GOBIERNO Y EL FMLN PARA BUSCAR UNA SOLUCION PACIFICA CON LA ASISTENCIA DE LA ONU Y OEA.

(3) POR PRIMERA VEZ SE CAPTURO ARMAMENTO ESPECIAL (SILENCIADORES Y MUNICION SUBSONICA "MOKRIE DELA") SOVIETICO PARA EL ANIQUILAMIENTO SILENCIOSO DE PERSONALIDADES IMPORTANTES. Y SE DIO A CONOCER EL SIGUIENTE LISTADO:

ARMAMENTO Y MUNICION CAPTURADOS
EN EL SALVADOR, 1989

FUSILES M-16 (VIET NAM)	1.180
FUSILES AK-47 (SOV)	752
AMETRALLADORAS M-60/RPK	57
ANTITANQUE (RPG-2-7-18)	190
FUSIL DRAGUNOV (FT SOV)	15
MORTERO 81.82mm	22
MORTERO 60mm	26
MUNICION AK-47 (CUBA)	2.000.000
MUNICION M-16 (VIET NAM)	750.000
MISILES ANTIAEREOS SA-7 (SOV)	24

c. HONDURAS.

(1) TOMO POSESION DE LA PRESIDENCIA NACIONAL EL SEÑOR LEONARDO CALLEJAS ROMERO (DE TENDENCIA CENTRO DERECHA). EXCEPTUANDO A ORTEGA ASISTIERON LOS MANDATARIOS CENTROAMERICANOS, EL VICEPRESIDENTE DE EE.UU. Y ALTOS DIGNATARIOS DE NUMEROSOS PAISES.

(2) DESDE LA TOMA DE POSESION, EL PRESIDENTE HA TRABAJADO ACTIVAMENTE CON LA ONUCA PARA LOGRAR LA DESMOVILIZACION Y REPATRIACION DE LAS FUERZAS DE LA RESISTENCIA NICARAGUENSE QUE SE ENCUENTRAN EN TERRITORIO HONDUREÑO.

(3) ARRIBO UN CONTINGENTE DE MILITARES ESPAÑOLES PARA UNIRSE A LOS ESFUERZOS DE PAZ REALIZADOS POR LA ONU Y OEA QUE YA CUENTAN CON MAS DE 260 OBSERVADORES MILITARES DE CANADA, IRLANDA, ALEMANIA OCCIDENTAL, COLOMBIA Y VENEZUELA.

d. NICARAGUA.

(1) PESE A LAS PROMESAS DE GORVACHEV DE NO ENVIAR ARMAMENTO SOVIETICO A CENTROAMERICA, LLEGÓ AL PAIS UN CARGAMENTO DE CUATRO HELICOPTEROS MI-17. ESTOS QUE FUERON DECLARADOS COMO ASISTENCIA CIVIL, SON SIMILARES A LOS USADOS EN OPERACIONES MILITARES CONTRA LA RESISTENCIA NICARAGUENSE Y EN INFILTRACIONES A HONDURAS Y EL SALVADOR.

(2) EL SORPRESIVO TRIUNFO DE VIOLETA CHAMORRO Y SU UNION NICARAGÜENSE OPOSITORA (UNO) HA PRODUCIDO UNA INESPERADA Y CONFUSA SITUACION. POR UN LADO SE VISLUMBRA LA POSIBILIDAD QUE BAJO EL NUEVO GOBIERNO SE LOGRE LA RECONCILIACION NACIONAL Y EL FIN DE LOS ESFUERZOS DE APOYO A LA SUBVERSION COMUNISTA EN EL CONTINENTE, MEDIDAS NECESARIAS PARA LA ESTABILIDAD Y DESARROLLO ECONOMICO DE LA REGION CENTROAMERICANA. POR OTRO LADO, HAN SURGIDO EVIDENCIAS DE QUE EL FRENTE SANDINISTA PODRIA IMPEDIR EL TRASPASO ORDENADO DEL PODER A UNO Y A LA NUEVA PRESIDENTE.

(3) DESPUES DE HABER ACEPTADO EL TRIUNFO DE LA OPOSICION, EL PRESIDENTE ORTEGA ANUNCIO QUE LA DESMOVILIZACION DE LA RESISTENCIA ANTES DE LA TOMA DE POSESION DEL NUEVO GOBIERNO ERA UNA CONDICION PARA QUE EL FSLN ENTREGARA EL PODER. PERO, RECIENTEMENTE EN CARACAS, ORTEGA MANIFESTO LO SIGUIENTE:

"LA PRESIDENTE ELECTA DE NICARAGUA, VIOLETA CHAMORRO, CORRE EL RIESGO DE UN GOLPE MILITAR SI TRATA DE DESMANTELAR AL EJERCITO SANDINISTA...YO NO QUIERO ENTREGARLE EL PODER MILITAR PARA QUE SEA REDUCIDO Y SE HAGA MENOS SIGNIFICATIVO. ESTOY HABLANDO FRANCAMENTE, SI LA PRESIDENTE SE ATREVE A ESO, EL NUEVO GOBIERNO CORRE UN RIESGO DE GOLPE MILITAR".

(4) AL FINAL DEL PERIODO, LA RESISTENCIA ACEPTO UN ACUERDO PROPICIADO POR EL NUEVO GOBIERNO Y EL CARDENAL OBANDO Y BRAVO BAJO EL CUAL RESPETARIA UN CESE DEL FUEGO SUPERVISADO POR LA ONU Y OEA QUE PERMITIRIA SU DESMOVILIZACION VOLUNTARIA.

(5) LA CONDUCTA DEL LIDERAZGO SANDINISTA Y SU ESTRECHA CONECCION CON LOS INTERESES ESTRATEGICOS DEL GOBIERNO CUBANO NO PERMITEN VISLUMBRAR CON CERTEZA SI EL FSLN ACEPTARA ENTREGAR EL PODER EN FORMA ORDENADA Y PACIFICA. DE EJECUTAR UN GOLPE DE ESTADO, EL FSLN PODRIA PROVOCAR UNA SITUACION DE VIOLENCIA DE IMPREVISIBLES CONSECUENCIAS NACIONALES Y REGIONALES. ESTO REPRESENTARIA UN VERDADERO DESAFIO PARA EL SISTEMA

INTERAMERICANO Y LA ONU Y PODRIA OCASIONAR EL EMPLEO DE FUERZAS ARMADAS DEL SISTEMA EN FORMA UNILATERAL O COLECTIVA ANTE UN REQUERIMIENTO EXPRESO DEL NUEVO GOBIERNO DEMOCRATICO DE NICARAGUA.

e. COSTA RICA

SE CELEBRARON ELECCIONES PRESIDENCIALES EN EL PAIS RESULTANDO GANADOR RAFAEL ANGEL CALDERON FOURNIER DEL PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA QUIEN TOMARA POSESION EL 8 DE MAYO PROXIMO. LA VICTORIA DE CALDERON REPRESENTA UN GIRO HACIA EL CONSERVADORISMO EN COSTA RICA.

f. PANAMA

(1) EL TRES DE ENERO, EL GENERAL MANUEL ANTONIO NORIEGA SE ENTREGO A AUTORIDADES ESTADOUNIDENSES EN PANAMA Y FUE POSTERIORMENTE TRASLADADO AL ESTADO DE FLORIDA, EE.UU. DONDE HA SIDO MANTENIDO EN PRISION PREVENTIVA EN ESPERA DE SU JUICIO POR SUPUESTOS DELITOS RELACIONADOS AL TRAFICO ILICITO DE DROGAS.

(2) EL GOBIERNO DEL PRESIDENTE ENDARA ORGANIZO LA FUERZA PUBLICA DE PANAMA, LA CUAL INTEGRA A LA POLICIA NACIONAL, EL SERVICIO AEREO NACIONAL Y EL SERVICIO MARITIMO NACIONAL COMO UN ORGANISMO "POLITICAMENTE NO DELIBERANTE" BAJO EL MANDO DIRECTO DEL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA.

(3) EL GOBIERNO EXPULSO AL EMBAJADOR DE CUBA EN ESE PAIS COMO SEÑAL DE PROTESTA POR LA DECISION DEL GOBIERNO CUBANO DE NO RECONOCER AL GOBIERNO DE ENDARA LA ACCION PUEDE PRODUCIR LA RUPTURA DE RELACIONES ENTRE AMBOS PAISES.

g. COLOMBIA

(1) LA REUNION DE LOS PRESIDENTES DE COLOMBIA, PERU, BOLIVIA Y EE.UU. EN EL PAIS PRODUJO LA RESOLUCION DE CARTAGENA QUE HASTA EL MOMENTO CONSTITUYE UNO DE LOS ESFUERZOS MAS PROFUNDOS EN LA LUCHA CONTRA LA PRODUCCION, TRAFICO Y CONSUMO DE LA COCAINA.

(2) LA GUERRA CONTRA EL NARCOTRAFICO, LAS ACCIONES SUBVERSIVAS Y LOS CRIMENES COMUNES HAN DESATADO UNA OLA SIN PRECEDENTES DE SECUESTROS Y ASESINATOS EN EL PAIS QUE INCLUYO LA MUERTE DE BERNARDO JARAMILLO OSSA, CANDIDATO A LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA POR LA ORGANIZACION IZQUIERDISTA UNION PATRIOTICA.

(3) COMO RESULTADO DE LOS ESFUERZOS DE DIALOGO ENTRE EL GOBIERNO Y EL GRUPO SUBVERSIVO M-19 SE LOGRO UN ACUERDO PARA LA DESMOVILIZACION DE MAS DE 800 GUERRILLEROS DE ESTE GRUPO QUE SE HAN INCORPORADO AL PROCESO POLITICO CONSTITUCIONAL.

h. VENEZUELA

(1) EL GOBIERNO VENEZOLANO RESTABLECIO RELACIONES DIPLOMATICAS CON EL NUEVO GOBIERNO DE PANAMA A COMIENZOS DEL MES DE MARZO RECONOCIENDO AL PRESIDENTE ENDARA.

(2) FUENTES OFICIALES HAN ANUNCIADO LA PARTICIPACION DE UN BATALLON DEL EJERCITO VENEZOLANO EN LOS ESFUERZOS DE PAZ CONDUCIDOS EN CENTROAMERICA POR LA ONU Y OEA.

i. HAITI

ANTE VIOLENTAS Y FUERTES PRESIONES SOCIALES EL GENERAL PROSPER AVRIL, QUIEN ASUMIO EL PODER MEDIANTE EL GOLPE MILITAR DE SEPTIEMBRE DE 1989, ACCEDIO A ENTREGAR EL GOBIERNO A LA RA. ERTHA PASCAL TROUILLOT. LA NUEVA PRESIDENTE, QUIEN HASTA EL MOMENTO OCUPABA UN CARGO COMO MIEMBRO DEL TRIBUNAL SUPREMO DE JUSTICIA, ANUNCIO QUE CONVOCARIA A ELECCIONES LIBRES Y DEMOCRATICAS EN UN PLAZO DE SEIS MESES. ES LA PRIMERA VEZ EN LA HISTORIA DE ESTE PAIS QUE UNA MUJER ASUME LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA.

3. AMERICA DEL SUR

a. ARGENTINA

(1) LOS GOBIERNOS DE ARGENTINA E INGLATERRA REANUDARON RELACIONES DIPLOMATICAS. SE LEVANTO LA "ZONA DE EXCLUSION" ALREDEDOR DE LAS MALVINAS Y SE MANTUVO "BAJO UN PARAGUAS" EL TEMA DE LA SOBERANIA.

(2) LOS CAMBIOS ESTRUCTURALES Y LA DUREZA DE LAS MEDIDAS ADOPTADAS POR EL GOBIERNO HAN GENERADO REACCIONES EN DIVERSOS SECTORES. SE PRODUJERON UNA SERIE DE PAROS LABORALES Y DESORDENES EN DONDE SE DETECTO LA PRESENCIA DE AGITADORES PERTENECIENTES AL MOVIMIENTO AL SOCIALISMO (MAS) DE EXTREMA IZQUIERDA.

b. BOLIVIA

LA UNIDAD MOVIL DE PATRULLAJE RURAL (UMOPAR) QUE LUCHA CONTRA EL NARCOTRAFICO, DENUNCIO QUE SE HA DETECTADO LA ORGANIZACION DE FUERZAS IRREGULARES DE PROTECCION A DICHA ACTIVIDAD DOTADAS CON ARMAMENTO MODERNO DE PROCEDENCIA ARGENTINA.

c. BRASIL

(1) CON LA PRESENCIA DE NUMEROSOS PRESIDENTES Y ALTAS AUTORIDADES DE DIFERENTES PAISES EL 15 DE MARZO TOMO POSESION EL NUEVO PRESIDENTE DE LA REPUBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL FERNANDO COLLOR DE MELO, MANTENIENDO SEGÚN LAS ENCUESTAS UN 81% DE LA OPINION PUBLICA FAVORABLE A SU GOBIERNO.

(2) EL PRESIDENTE HA ADOPTADO UN SEVERO PLAN DE RESTRUCTURACION ECONOMICA QUE POR SU DUREZA NECESITARA DE TODA LA HABILIDAD DEL GOBIERNO PARA FORJAR ALIANZAS EN EL LEGISLATIVO QUE PERMITAN LOGRAR EL APOYO LEGAL PARA SU APLICACION.

d. CHILE -

(1) CON LA PRESENCIA DE NUMEROSOS MANDATARIOS DE AMERICA Y ALTAS AUTORIDADES DE DIFERENTES PAISES EL DÍA 11 DE MARZO ASUMIO LA PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA EL SR. PATRICIO AYLWIN. TAMBIEN ASUMIERON SUS PUESTOS 47 SENADORES Y 120 DIPUTADOS.

(2) EL NUEVO GOBIERNO ENCUENTRA UNA SITUACION ECONOMICA FAVORABLE YA QUE EN LOS ULTIMOS 5 AÑOS CHILE MANTUVO UN CRECIMIENTO ECONOMICO SOSTENIDO DE MAS DEL 5% ANUAL Y REDUJO LA DEUDA EXTERNA POR MÁS DEL 25%.

e. ECUADOR

COMO RESULTADO DE LA GUERRA DECLARADA AL NARCOTRAFICO EN COLOMBIA Y NO RECIBIR ECUADOR AYUDA MILITAR O ECONOMICA EXTERNA PARA COMBATIR TAL AMENAZA, SE ESTIMA QUE LOS CARTELES APROVECHARAN LA SITUACION PARA INICIAR OPERACIONES EN ESTE PAIS. AL RESPECTO EL PRESIDENTE DE LA REPUBLICA ENVIO AL CONGRESO UN PROYECTO DE LEY QUE PONE ENFASIS EN LA REPRESION Y SANCION DE LAS ACTIVIDADES RELACIONADAS CON EL NARCOTRAFICO.

f. PERU

(1) EL GRUPO SUBVERSIVO SENDERO LUMINOSO PUSO EN MARCHA SU PLAN "MARZO UNA ETAPA PREELECTORAL SANGRIENTA" ORIENTADO AL ASESINATO SELECTIVO DE CANDIDATOS PARA FRUSTRAR LAS ELECCIONES DE ABRIL.

(2) EL 23 DE MARZO, EL GOBIERNO DECRETO EL ESTADO DE EMERGENCIA EN LIMA Y EL PUERTO DE CALLAO COMO MEDIDA EXTREMA PARA HACER FRENTE A LA OFENSIVA TERRORISTA DE SENDERO EN TODO EL PAIS, A DOS SEMANAS DE LAS ELECCIONES.

(3) EL 28 DE MARZO, SENDERO EXHORTO A UN PARO ARMADO EN LIMA, PRODUCIENDO ATAQUES DINAMITEROS Y RESTRICCION EN EL TRANSPORTE, SIN EMBARGO, LA POBLACION ASISTIO A SUS LABORES CON LA PROTECCION DE LAS FUERZAS ARMADAS.

(4) SE ESTIMA QUE ESTOS ACTOS SON LA CONTINUACION DE UNA ESTRATEGIA DE GUERRA POPULAR PROLONGADA DE SENDERO QUE TIENE COMO OBJETIVO INMEDIATO LA INSTAURACION DE LA REPUBLICA POPULAR DE LA NUEVA DEMOCRACIA.

(5) EN LA CONTIENDA POLITICA LAS ENCUESTAS FAVORECEN AL CANDIDATO DE FREDEMO MARIO VARGAS LLOSA. SIN EMBARGO, CRECEN LAS ESPECULACIONES Y LAS DIFERENCIAS ENTRE LOS PARTIDOS

POLITICOS QUE PODRIAN OCASIONAR QUE NINGUN CANDIDATO ALCANZARA MAS DEL 50% DE LOS VOTOS, PARA GANAR EN LA PRIMERA VUELTA, SUSCITANDOSE UNA SEGUNDA ELECCION ENTRE LOS DOS CANDIDATOS MAYORITARIOS. PROBABLEMENTE EN LA PRIMERA SEMANA DE JUNIO.

g. URUGUAY

EL DÍA PRIMERO DE MARZO CON LA ASISTENCIA DE PRESIDENTES Y ALTAS AUTORIDADES DE DIFERENTES PAISES ASUMIO COMO PRESIDENTE DE LA REPUBLICA LUIS ALBERTO LACALLE DE CENTRO DERECHA, QUIEN IMPLANTO UN SEVERO PLAN DE AJUSTE ECONOMICO ORIENTADO A DISMINUIR EL ABULTADO DEFICIT FISCAL, ABATIR LA INFLACION Y SANEAR LA SITUACION GENERAL DE LA ECONOMIA DEL PAIS.

h. CONCLUSIONES DEL SISTEMA INTERAMERICANO

(1) LOS RESULTADOS DE LAS ULTIMAS ELECCIONES PRESIDENCIALES DESARROLLADAS EN ALGUNOS PAISES INTEGRANTES DEL SISTEMA, DEMUESTRAN QUE LOS PUEBLOS CONTINUAN BUSCANDO ALTERNATIVAS CENTRISTAS CON LIBERTADES POLITICAS Y SUS LIDERES ADOPTANDO ECONOMIAS DE MERCADO, AL VERIFICAR QUE LOS SISTEMAS SOCIALISTAS CON UN ESTADO EMPRESARIO PODEROSO NO HAN SATISFECHO LAS ASPIRACIONES POPULARES.

(2) LAS FRECUENTES REUNIONES MULTI Y BILATERALES EFECTUADAS EN EL TRIMESTRE ENTRE NUMEROSOS PRESIDENTES DE PAISES DEL SISTEMA ESTAN PRODUCIENDO UN MAYOR ACERCAMIENTO Y CREANDO LAS CONDICIONES FAVORABLES PARA CONCRETAR LAS BASES DE INTEGRACION POLITICA Y ECONOMICA ENTRE LOS PAISES MIEMBROS.

(3) LA DUREZA DE LAS MEDIDAS ECONOMICAS NECESARIAS POR LA MAYORIA DE LOS GOBIERNO DEL SISTEMA TIENDEN A PRODUCIR REFORMAS DE ESTRUCTURAS ECONOMICAS QUE GENERAN RESISTENCIA EN DIVERSOS SECTORES Y CREAN SITUACIONES DE INESTABILIDAD SOCIAL QUE FAVORECE A LOS MOVIMIENTOS EXTREMISTAS QUE BUSCAN EL PODER A TRAVES DE LA VIOLENCIA.

(4) LA GUERRA CONTRA EL NARCOTRAFICO PROFUNDIZADA EN LA REUNION DE CARTAGENA, SOLO TENDRA REPERCUSIONES A MEDIANO Y LARGO PLAZO,SIEMPRE QUE EXISTA LA VOLUNTAD POLITICA PARA CUMPLIR LAS ACCIONES ESTABLECIDAS.

(5) AUNQUE LAS ELECCIONES EN NICARAGUA SON MUY POSITIVAS, LAS CORRIENTES SUBVERSIVAS EN AMERICA CENTRAL SIGUEN PRESENTANDO UNA SERIA AMENAZA PARA LA PAZ Y EL DESARROLLO. EL FUTURO DE LA REGION ESTÁ MUY LIGADO A LA CAPACIDAD DEL NUEVO GOBIERNO PARA LOGRAR EL CONTROL Y RECONCILIACION DEL PAIS Y FINALIZAR EL APOYO A LA SUBVERSION REGIONAL. SE VISLUMBRA QUE:

a. SI EL FSLN Y CUBA ACEPTAN LA VOLUNTAD DEL PUEBLO NICARAGÜENSE, PUEDEN LOGRARSE SOLUCIONES PACIFICAS EN EL SALVADOR, GUATEMALA Y HONDURAS. EN CORTO PLAZO.

b. DE FOMENTAR LA VIOLENCIA O DAR UN GOLPE DE ESTADO, LA SITUACION PUDIERA PROVOCAR EL USO UNILATERAL O COLECTIVO DE FUERZAS ARMADAS DEL SISTEMA ANTE UNA SOLICITUD EXPRESA DEL NUEVO GOBIERNO.

C. OTRAS AREAS GEOGRAFICAS DE INTERES

EUROPA OCCIDENTAL

ALEMANIA ORIENTAL SE PRONUNCIO POR UNA ECONOMIA DE MERCADO TENDIENTE A INICIAR LA UNIFICACION ECONOMICA CON LA REPUBLICA FEDERAL EN TANTO LOS "ALIADOS" EE.UU., FRANCIA, INGLATERRA Y LA URSS ACUERDAN LAS CONDICIONES PARA LA UNIFICACION POLITICA Y GEOGRAFICA.

D. ORGANIZACIONES Y GRUPOS DE PODER INTERNACIONALES

OTAN Y PACTO DE VARSOVIA

EN FEBRERO PASADO SE LLEVO A CABO UNA REUNION DE MINISTROS DE LA OTAN Y EL PACTO DE VARSOVIA EN OTAWA, CANADA, DONDE SE ACORDO LA REDUCCION DE EFECTIVOS MILITARES DE EE.UU. Y LA URSS EXCLUSIVAMENTE A 195.000 HOMBRES CONSIDERANDO UNA RESERVA DE 30.000 EFECTIVOS FUERA DE LA ZONA CENTRAL EUROPEA.

III. CONCLUSIONES

A. CONCLUSIONES GENERALES

1. LOS SIGNIFICATIVOS ESFUERZOS DE PRODUCCION Y MODERNIZACION DE ARMAMENTO ESTRATEGICO Y CONVENCIONAL SOVIETICO, AL TIEMPO QUE LOS PAISES DEL MUNDO LIBRE REDUCEN SU PODERIO MILITAR DEBILITAN LA CAPACIDAD DE DEFENSA DEL OCCIDENTE.

2. A PESAR DE LOS DESMENTIDOS, LA POLITICA SOVIETICA-CUBANA DE APOYO A LOS MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS EN EL CONTINENTE, EN ESPECIAL EN LA AMERICA CENTRAL, NO APARENTA HABER CAMBIADO HASTA EL PRESENTE.

3. LA CRISIS ECONOMICA EN LA MAYORIA DE LOS PAISES DEL SISTEMA CONTINUAN AMENAZANDO A SUS GOBIERNOS. LAS NECESARIAS MEDIDAS DE RESTRUCTURACION ECONOMICA APLICADAS POR LOS MISMOS GENERAN GRANDES PRESIONES SOCIALES QUE CREAN SITUACIONES FAVORABLES PARA LA SUBVERSION.

4. LA CONDUCTA DE LOS LIDERES SANDINISTAS Y LOS INTERESES ESTRATEGICOS DE CUBA EN LA REGION CENTROAMERICANA NO PERMITEN VISLUMBRAR CON CERTEZA SI EL FSLN ACCEDERA AL TRASPASO DEL PODER EN UNA FORMA ORDENADA Y PACIFICA. DE MANTENERSE EN EL PODER A TRAVES DE LA FUERZA, EL FSLN PUEDE PROVOCAR UNA SITUACION DE VIOLENCIA INTERNA DE IMPREVISIBLES CONSECUENCIAS. ESTA SITUACION PRESENTARIA UN VERDADERO DESAFIO PARA EL SISTEMA INTERAMERICANO Y

LA ONU QUE PODRIA OCASIONAR EL EMPLEO DE FUERZAS ARMADAS DEL SISTEMA EN FORMA UNILATERAL O COLECTIVA ANTE UN REQUERIMIENTO EXPRESO DEL NUEVO GOBIERNO DEMOCRATICO DE NICARAGUA.

5. LA GUERRA CONTRA EL NARCOTRAFICO PROFUNDIZADA EN LA REUNION DE CARTAGENA TENDRA BUENOS RESULTADOS, SIEMPRE QUE EXISTA LA DECISION DE LOS GOBIERNOS DE PAISES PRODUCTORES Y CONSUMIDORES DE CUMPLIR LAS ACCIONES ESTABLECIDAS.

B. VIGENCIA DE LA ASE

LAS CONCLUSIONES GENERALES CONTENIDAS EN LA APRECIACION DE LA SITUACION ESTRATEGICA (DOC T-0263) MANTIENEN SU VALIDEZ. SIN EMBARGO, EN EL CASO ESPECIFICO DE NICARAGUA, ES POSIBLE QUE ACONTECIMIENTOS FUTUROS QUE OCURRAN COMO CONSECUENCIAS DE LOS SORPRESIVOS RESULTADOS DE LAS ELECCIONES GENERALES EN ESE PAIS DURANTE ESTE TRIMESTRE PUEDAN REFORZAR O NEGAR LA CONCLUSION DE "ENEMIGO POTENCIAL" REFERENTE A ESA NACION. LA SITUACION NO PUEDE SER PREVISTA CON EXACTITUD Y POR ELLO MERECE ATENCION CONTINUA EN EL PROXIMO TRIMESTRE.

CHILE

13 JUL 1990

Interaccion sindicatos gobierno empresariado

EL 31ENE90, los Presidentes de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), Manuel BUSTOS HUERTA Y de la Confederacion de la Produccion y del Comercio, Manuel FEUIU, maximos representantes de los trabajadores y del empresariado, suscribieron un acuerdo de principios para avanzar en las mejoras de las relaciones laborales.

El 27ABR90, se signo un acuerdo tripartito (sindicato - empresariado - gobierno) mediante el cual se concuerda en la necesidad de lograr un sostenido crecimiento de la economia nacional y desarrollar un dialogo permanente que permita superar las diferencias y llegar a entendimientos de mutua conveniencia.

Asimismo, se resolvio buscar los mayores acuerdos posibles del gobierno con las organizaciones sindicales y empresariales para la elaboracion de los proyectos de ley sobre legislacion laboral que se envien al Congreso.

En las postrimerias del mes de junio se produjo la primer crisis entre el Ministerio de trabajo y la CUT al romperse las negociaciones que mantenian para reformar las leyes laborales. Las principales diferencias se referian a temas concernientes a la negociacion colectiva, cotizacion y recaudacion de las cuotas sindicales, sistemas de mediacion gubernamental, estabilidad laboral y profundas modificaciones al derecho de huelga severamente restringido en la actualidad.

Cabe recordar que la legislacion heredada del regimen anterior permite que los empresarios contraten nuevos trabajadores para reemplazar sus empleados en huelga , y si no hay acuerdo en 60 dias autoriza el despido de quienes hayan paralizado sus labores.

La Union Democratica Independiente, cuyos afiliados son en su mayor parte empresarios, planteo sus discrepacias con la estrategia elegida por el gobierno, cuestionando fundamentalmente el tener como unico interlocutor a la CUT ,en lugar de permitir una mayor participacion de otras organizaciones sindicales.

Por su parte el presidente de la CUT, Manuel Bustos, senalo que las reformas laborales que se hagan en CHILE deben estar de acuerdo con las normas de la OIT, especialmente con los convenios de los que el pais es parte.

Ante el estancamiento de las conversaciones la CUT amenazo al Gobierno con suspender el viaje a WASHINGTON, donde el dirigente Diego OLIVARES (Vicepresidente de la CUT) debia interceder ante la comision especial del Congreso de EE.UU. para lograr el levantamiento de la exclusion del sistema generalizado de preferencias que fuera impuesto a CHILE en 1987, por peticion del ex Comando Nacional de Trabajadores.

La mediacion presidencial permitio reencauzar las tratativas entre empresarios, sindicatos y el Ministro de Trabajo. Al mismo tiempo, OLIVARES viajo a WASHINGTON a los fines previamente citados, obteniendo aparentemente exito en su gestion.

APRECIACION

La firma del acuerdo marco mas alla de las diferentes interpretaciones que ha recibido en los medios sindicales y politicos, marco el inicio de una nueva actitud tanto laboral como empresarial.

La crisis desencadenada recientemente exhibe los diferentes intereses que impulsan a los empresarios y sindicalistas.

En esta circunstancia el Presidente AYLWIN mostro la suficiente capacidad politica para distender la situacion, quedando la incognita sobre el curso futuro de los acontecimientos, teniendo en cuenta que recien en la escala mas alta del poder se pudieron alcanzar las coincidencias minimas para evitar la ruptura.

La intervencion de AYLWIN se justificaria en la necesidad de contar con el apoyo de la CUT en WASHINGTON, durante las tratativas llevadas a cabo, a fin de lograr el reingreso de CHILE al sistema generalizado de preferencias. Es factible que el primer mandatario haya sido presionado por el sector empresarial para que tome un rol mas activo ante el conflicto planteado, dado que el levantamiento de las sanciones permitiria que los empresarios ingresen al mercado norteamericano productos por cifras cercanas a los U$S 100 millones.

Las incognitas que se plantearian de aqui en mas son si las negociaciones se encuentran en un impasse o en la practica estan bloqueadas (dada la coincidencia ideologica de los representantes de la CUT y AYLWIN es factible que hayan arribado a un arreglo circunstancial) y la actitud a adoptar en el futuro por el sector empresarial una vez obtenidas las ventajas señaladas previamente.

Finalmente cabria señalar que un factor mas que podria incidir creando tension en la interaccion Gobierno-empresarios sindicatos descansa en el hecho de que en las negociaciones participa solo la CUT, que cuenta con 350.000 afiliados sobre una masa laboral de 4.000.000 de trabajadores.

9004604

SIDE

27JUL90

ESTADOS UNIDOS

NUEVA POLITICA HACIA EL SUDESTE ASIATICO

En un cambio de politica respecto a la region, EE.UU. anuncio el 18JUL90, el retiro del reconocimiento a la colicion guerrillera kampucheana -que incluye a la faccion comunista "Khmer Rouge"- y la inciacion de negociaciones con VIETNAM sobre dicho conflicto. La nueva postura surge a partir del encuentro que llevaron a cabo en PARIS, el Secretario de Estado, James BAKER, y el Canciller sovietico, Eduard SHEVARDNADZE. Por otra parte, BAKER anuncio que se reunira nuevamente con su par sovietico en IRKUTSK, ciudad siberiana, el 01AGO90, a efectos de continuar tratando estos problemas regionales con mayor profundidad.

Cabe recordar que el "Khmer Rouge" gobernó KAMPUCHEA entre 1975 y 1978, tras derrocar a un gobierno militar respaldado por WASHINGTON, periodo durante el cual se trato de eliminar toda influencia occidental y urbana. VIETNAM invadio el pais en 1978 y reemplazo al "Khmer Rouge" por un gobierno prosovietico liderado por Hun SEN. En consecuencia, dicho grupo guerrillero se unio a una coalicion de resistencia compuesta por dos facciones no comunistas: guerrilleros leales a Nordom SIHANOUK, ex monarca de KAMPUCHEA, y al ex premier Son SANN.

El giro de la politica estadounidense consistira en fortalecer la asistencia humanitaria a KAMPUCHEA y en retirar el apoyo en la ONU al reclamo de la coalicion opositora sobre una representacion en la misma. Asimismo, la Administracion BUSH continuaria suministrando ayuda a las facciones guerrilleras no comunistas mencionadas precedentemente, a fin de mantenerlas politicamente activas hasta que se puedan celebrar en KAMPUCHEA elecciones supervisadas internacionalmente.

Apreciacion

El muevo enfoque de la CASA BLANCA respecto al SUDESTE ASIATICO, en el que se destacan dos aspectos, el abandono del apoyo que hasta ahora habia brindado a la guerrilla kampucheana y la decision de abrir un proceso de dialogo con VIETNAM sobre el futuro de KAMPUCHEA, obedeceria a tres factores:

- En SEP89 se produjo la retirada de las fuerzas vietnamitas de KAMPUCHEA, condicion que habia sido impuesta por WASHINGTON y PEKIN;

- Un eventual triunfo del "Khmer Rouge", posibilidad no tan remota dado el avance militar de este grupo, cuyas tropas se encuentran a 40 km de la capital kampucheana, PHNOM PENH, no solo colocaria a estos en posiciones claves de poder sino que tambien provocaria una nueva ofensiva vietnamita;

- Se ha registrado una creciente oposicion en el Congreso estadounidense a la concesion de ayuda financiera y militar a la resistencia nacionalista, lo cual reflejaria una mayor conviccion dentro del gobierno de EE.UU. de que fuerzas del "Khmer Rouge" estan dominando la coalicion opositora y proximas al poder en KAMPUCHEA.

El cambio de politica hacia INDOCHINA acontece en el marco de un creciente entendimiento entre las superpotencias, en el cual WASHINGTON observa el desinteres de la URSS por esa region -a causa de sus propios conflictos nacionalistas y la compleja situacion economica-. En este contexto aparece un tercer poder regional, CHINA, que podria operar esencialmente brindando apoyo logistico a la guerrilla rebelde.

En lineas generales, la Administracion BUSH buscaria revertir la politica aislacionista impuesta por James CARTER, lanzando asi, una propuesta de dialogo abierto que indirectamente tenderia a favorecer un principio de entendimiento con PEKIN y MOSCU en esta area.

F 9004

03AGO90

ESTADOS UNIDOS

Maxima alerta en el GOLFO PERSICO.

El 02AGO90, ante el ataque iraqui sobre KUWAIT, el Presidente BUSH ordeno el congelamiento de todos los bienes y haberes iraquies en EE.UU. y en las filiales extranjeras de los bancos norteamericanos y el cese de toda transaccion comercial con BAGDAD, incluyendo las importaciones petroleras. Asimismo, EE.UU. ha duplicado u presencia militar en el Golfo, sin haber acudido -hasta el momento- a las acciones militares.

El Jefe de Estado norteamericano ha calificado la situacion como una extraordinaria amenaza para la seguridad nacional y afirmo que la Administracion se encontraba preparada para defender los intereses norteamericanos en la region y, si bien descarto una intervencion militar inminente -no obstante lo solicitado por KUWAIT- no excluyo ninguna opcion.

Por su parte, la URSS ha sumado a la condena la supresion de la entrega de armas a IRAK -de la cual es la principal proveedora- de acuerdo con lo solicitado por WASHINGTON.

El 28JUL90, el Senado norteamericano habia aprobado sanciones economicas contra IRAK, señalando en tal ocasion que la decision tenia el objeto de marcar la inquietud del Congreso por la politica exterior beligerante del Presidente Saddam HUSSEIM y su denunciada represion interna.

Las relaciones entre EE.UU. e IRAK, que han resultado conflictivas a partir de la culminacion de la Guerra del GOLFO PERSICO debido al uso de gases venenosos por parte de BAGDAD en la lucha contra los civiles kurdos y las reiteradas amenazas contra ISRAEL, habian encontrado un nuevo escollo en la reciente estrategia de Saddam HUSSEIM de ejercer fuerte presion - recurriendo a amenazas militares y reactualizando antiguos litigios territoriales con sus vecinos arabes-, a efectos de lograr un aumento en el precio internacional del petroleo.

El incremento de la tension interarabe se inicio a principios de MAY90, cuando el Presidente iraqui acuso a los estados vecinos de estar asociados con WASHINGTON para multiplicar la produccion de petroleo y hacer caer los precios mundiales. Paulatinamente, las acusaciones fueron focalizandose sobre KUWAIT, sindicandolo como responsable de robar petroleo de los campos de RUMEILA (sur de IRAK) y de agresiones contra territorio iraqui, argumentos que fueron usados por Saddam HUSSEIM para desplazar tropas a la zona fronteriza en conflicto. La reaccion estadounidense en tal ocasion consistio en movilizar sus siete buques asentados en el Golfo, con la intencion de producir un efecto disuasivo.

En este sentido, cabe señalar que la aprobacion de sanciones en el Capitolio se produjo el mismo dia en que los paises integrantes de la OPEP acordaron aumentar el valor del crudo, elevando el precio del barril de US$ 18 a 21, y limitando la produccion a 22,5 millones de barriles diarios.

Actualmente, ante el agravamiento de la situacion a partir de la intervencion militar de IRAK, el Presidente BUSH -quien ha pedido a los aliados de la OTAN un embargo total a las importaciones de petroleo iraqui- ha comenzado a analizar con la Primer Ministro britanica, Margaret THATCHER, posibles medidas conjuntas contra BAGDAD. Entre las sanciones previstas, figuraria la suspension de los derechos de IRAK como miembro de la ONU.

Apreciacion

Para los objetivos estadounidenses en el area, la nueva crisis desatada en el GOLFO PERSICO representa un desafio, debido a que la situacion compromete el equilibrio militar y politico en el area, la estabilidad de los precios del petroleo y la capacidad internacional para frenar las ambiciones hegemonicas de un lider como Saddam HUSSEIM.

El mundo arabe ha presentado repetidas veces dificultades a la politica exterior norteamericana en razon del marcado nacionalismo regional y de la impredecibilidad de sus lideres, por un lado, y de los objetivos contrapuestos que EE.UU. tiene sobre el area, por otro.

En este ultimo sentido, puede decirse que WASHINGTON, mientras busca preservar la influencia en el GOLFO PERSICO avanzando en una politica que asegure la provision petrolera a buen precio y pagable con armas, ha pretendido que dicha estrategia no altere el balance militar arabe-israeli, ni la estabilidad interarabe.

Cabe recordar que, las relaciones entre BAGDAD y WASHINGTON observaron su mejor nivel durante la guerra irano-iraqui (1981- 88), momentos en que EE.UU. se inclino decididamente a favor de IRAK y mantuvo una importante presencia naval en las aguas del Golfo, con el objeto de garantizar el flujo petrolero y la integridad de los paises ribereños.

Con la culminacion del conflicto belico, las ambiciones hegemonicas de Saddam HUSSEIM, el uso de armas quimicas en la represion interna, el objetivo de adquirir capacidad nuclear y las reiteradas amenazas contra ISRAEL, transformaron a BAGDAD - con el equipamiento militar mas poderoso del mundo arabe- en un factor de desestabilizacion potencial en el conflicto que enfrenta el mundo arabe con ISRAEL y en un elemento conflictivo interarabe.

9004606

A diferencia de la estrategia utilizada durante la Guerra del Golfo , en cuyo marco EE.UU. y la URSS compitieron por los reditos e influencias que cada uno pudiera obtener en la region, el grado de distension alcanzando actualmente en las relaciones ESTE-OESTE, permitirian esperar un grado aceptable de acuerdo que permita en esta ocasion la adopcion de medidas conjuntas mas efectivas.

No obstante, la politica dura mantenida por EE.UU. en la region ha generado en repetidas ocasiones un efecto disuasivo que se esperaria repetir con la aplicacion de sanciones comerciales sobre IRAK, aunque dicho pais haya sido un importante comprador de productos agricolas y el sexto proveedor de crudo a EE.UU.

En sintesis, para WASHINGTON la seguridad del flujo petrolero a traves del GOLFO PERSICO representa un objetivo prioritario en la region y cabria suponer que, al producirse un conflicto regional que lo amenaza, la intervencion norteamericana se incremente, como durante los 8 años de guerra entre IRAN e IRAK. De todos modos, resulta altamente probable que EE.UU., junto con la comunidad internacional, ensaye presiones economicas y politicas sobre BAGDAD, antes de recurrir a la via militar.

29JUN90

HONDURAS

Reacciones frente a la política económica

El Presidente Rafael CALLEJAS -quien asumio la Presidencia de la Nacion el 27ENE90- implemento una serie de medidas economicas a fin de paliar la grave crisis que afecta al pais. Dichas medidas incluyeron la devaluacion del lempira en un 100%, la creacion de nuevos impuestos, la privatizacion de varias empresas publicas, el incremento en un 50% del precio de los combustibles y el despido de 5000 de los 60000 empleados publicos.

En protesta por las medidas economicas adoptadas por el gobierno y en reclamo de mejoras salariales, el 29JUN90 la Federacion de Sindicatos de Trabajadores Nacionales de HONDURAS (FESITRANH) y sus 54 sindicatos afiliados iniciaron una huelga general en apoyo a la medida de fuerza declarada por el Sindicato de Trabajadores de la Tela Railroad Company (SITRATERCO), el que cuenta con aproximadamente 15.000 trabajadores que reclaman mejoras salariales, paralizando las labores de cultivo y exportacion de bananas.

Al anunciar la huelga, el Presidente de SITRATERCO, Rene AYESTAS, declaro que habia comunicado tal decision al Presidente CALLEJAS y tambien al Comandante de la 15 Brigada de Infanteria, Cnl Rene FONSECA, dado que era necesario poner en conocimiento de las autoridades la negativa de la empresa a llegar a un acuerdo con el sindicato.

Asimismo, desde la 2da. semana de JUN90 el Sindicato de Trabajadores de la Industria de la Medicina, Hospitales y Similares (SITRAMEDHYS) esta llevando a cabo un movimiento de fuerza para impedir la privatizacion de los servicios de salud del pais, el que se ha extendido debido a los despidos de huelguistas ordenados por el Ministerio de Salud.

Dirigentes del SITRAMEDHYS, entre ellos su presidente Celeo ALVAREZ CASILDO, al anunciar que su posicion es "irrenunciable", habrian comentado que "ante la actitud intransigente del Ministerio de Salud... creemos que tendremos que volver al año 1970, o sea recurrir a los batallones militares para que sea alli donde se resuelva el conflicto".

A este panorama se suma la huelga de unas 2.000 personas del Sindicato de Trabajadores de la Empresa TEXACO CARIBBEAN, la unica fuente de abastecimiento de combustibles del pais. El presidente de este sindicato, Roberto SALDIVAR, anuncio que se suspenderian las ventas y que solo se aprovisionaria combustible a las FFAA.

Por otra parte, la Confederacion de Trabajadores de HONDURAS (CTH) -la central obrera mas poderosa del pais con mas de 250.000 afiliados- lanzo un advertencia por medio de su vicepresidente Carlos SPILBURY, expresando que si no se solucionaba el conflicto de SITRATERCO tambien se sumaria a la huelga. Este sindicato agrupa principalmente a los trabajadores de las empresa privada y a la Asociacion Nacional de Campesinos de HONDURAS, considerada la mas fuerte (100.000 afiliados) y activa de las organizaciones campesinas del pais. Por su pate, Oscar MENOCAL, Secretario General de la Federacion Central de Sindicatos de Trabajadores Libres, que agrupa a por lo menos 30.000 afiliados de tendencia centrista, indico que "respaldamos incondicionalmente ese paro y no descartamos que nuestra organizacion se sume al mismo".

Asimismo, si bien hasta el momento no paralizo sus tareas, la opositora Federacion Unitaria de Trabajadores de HONDURAS (FUTH) tambien manifesto su apoyo a la huelga de SITRATERCO. La FUTH reune a los trabajadores del estado, en especial a los dependientes del area de telecomunicaciones, agua y energia electrica, con un total de 50.000 afiliados.

Por otra parte, los partidos politicos opositores tambien cuestionan el plan economico adoptado por el gobierno mientras que las FFAA se muestran a favor del reajuste practicado por entender que el mismo es indispensable para reactivar la economia del pais. En este sentido, un alto jefe militar admitio que las FFAA estan listas para actuar frente a la creciente ola de huelgas y acuso a los dirigentes sindicales de "corruptos" y "anarquistas".

APRECIACION

La dura politica desarrollada por el Presidente CALLEJAS a fin de reactivar la economia hondureña ha impactado negativamente sobre la poblacion en general y sobre los sectores sindicales en particular incrementando la conflictividad interna y deteriorando la imagen gubernamental.

En este contexto, el frente sindical muestra un accionar coordinado y una importante gravitacion sobre las bases, condicion que utilizaria para fortalecer su posicion frente al gobierno. Asimismo, contaria con el apoyo del opositor Partido Liberal el cual, tras un velado respaldo a las medidas de fuerza, exhibiria su oposicion a la politica economica del gobierno.

A su vez, la estrategia sindical de concitar la atencion de las FFAA tendria como objetivo imponer una presion adicional a la administracion de CALLEJAS para que esta adopte una actitud conciliatoria, estrategia que aparentemente no habria obtenido el resultado esperado si se consideran las declaraciones de voceros del sector castrense en favor del plan economico y en contra de los dirigentes sindicales.

9001-07

En efecto, el apoyo de las FFAA a la politica gubernamental le otorga a CALLEJAS cierto margen de maniobra, posibilitandole la consecucion de su proyecto economico sin efectuar concesiones demasiado significativas a los sectores sindicales. Sin embargo, el eventual surgimiento de una alianza gobierno-FFAA podria derivarse en una suerte de dependencia del poder politico respecto del sector castrense.

Por ultimo, es posible suponer que en caso que el conflicto sindical se profundice, y ante un pedido concreto del gobierno al respecto, las FFAA podrian intervenir directamente a fin de encontrar una solucion al conflicto y evitar focos de violencia provenientes de los sectores mas radicalizados del movimiento obrero, lo cual profundizaria la alianza antes mencionada y los riesgos que la misma impone al sistema hondureño.

N I C A R A G U A

S I T U A C I O N P O L I T I C A I N T E R N A

1 5004608

I- SITUACION

1. EVOLUCION DE LA HUELGA GENERAL

2. ACONTECIMIENTOS RELEVANTES EN EL SENO DE LA UNION NACIONAL OPOSITORA (UNO)

3. ACONTECIMIENTOS RELEVANTES EN EL SENO DEL FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL (FSLN)

3.1. ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DEL FSLN

3.2. REACCION DEL FSLN CON POSTERIORIDAD A LA HUELGA GENERAL

4. CONFORMACION DE UNA NUEVA AGRUPACION POLITICA

II- APRECIACION

III. PROBABLE EVOLUCION

9004608

S I T U A C I O N

9004608

I. SITUACION

27JUL90

1. EVOLUCION DE LA HUELGA GENERAL

La huelga que convocó el pro-sandinista FRENTE NACIONAL DE TRABAJADORES (FNT) el 27JUN90 y que se extendió por un lapso de casi dos semanas afectando alrededor de 90.000 trabajadores, finalizó el 13JUL90 con un acuerdo entre el gobierno de Violeta CHAMORRO y los huelguistas.

En virtud de dicho acuerdo, se revocó un decreto conforme al cual se facilitaba a los antiguos terratenientes a arrendar sus propiedades expropiadas como un paso previo a su recuperación, se otorgó a los trabajadores un aumento salarial del 43%, se acordó revisar la política de despidos de empleados públicos -mayoritariamente sandinistas-, se dejó sin efecto las sanciones previstas a los huelguistas, etc. Quienes se adhirieron al paro, a su vez, aceptaron cooperar para que empresarios, sindicatos y gobierno discutieran en un "gran diálogo nacional" la aplicación del plan de reactivación económica de Violeta CHAMORRO.

Las negociaciones entre el FNT y el gobierno se encaminaron luego de que Humberto ORTEGA, jefe del Ejército Popular Sandinista (EPS), manifestara el respaldo de dicha institución a la Primer Mandataria y procedió a levantar las barricadas erigidas por los huelguistas en las calles de MANAGUA y a desalojar a los trabajadores que mantenian en su poder instituciones gubernamentales, sin haber utilizado la fuerza.

En tanto, funcionarios cercanos al grupo que lidera el Vicepresidente Virgilio GODOY habían puesto en tela de juicio la disposición del Gral. ORTEGA de actuar contra los huelguistas. Incluso GODOY anunció la creación de un Comité de Salvación Nacional con el apoyo de la Presidente de la Asamblea, Miryam ARGUELLO, ocho partidos políticos de la UNO y del Consejo Empresarial liderado por Gilberto CUADRA.

Por su parte, Daniel ORTEGA declaró publicamente que el FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL (FSLN) estuvo en condiciones de dar un golpe de estado, pero no lo hizo por respeto a la Constitución al tiempo que denunciaba que GODOY encabezaba un grupo de ultraderecha que trataba de desestabilizar al país.

2. ACONTECIMIENTOS RELEVANTES EN EL SENO DE LA UNION NACIONAL OPOSITORA (UNO)

La gubernamental UNO da muestras de una profunda división atento a que los partidos considerados como de "línea dura", encabezados por el Vicepresidente Virgilio GODOY critican severamente a la Presidente CHAMORRO por su actitud moderada puesta de manifiesto ante los dirigentes del FSLN, quienes en la práctica controlan importantes factores de poder (sindicatos, FFAA y de Seguridad).

La UNO, coalición de 14 partidos politicos ha vivido

9004608

en riesgo permanente de ruptura, desde que logró el triunfo electoral, por cuanto 8 de los mismos han decidido cortar el apoyo a la Presidente.

Cabe recordar que GODOY, no cuenta con oficina propia dentro del Palacio Gubernamental y ha acusado reiteradamente a la Primer Mandataria de haber integrado un "gabinete de tecnócratas" y de no abrir espacio de poder real a la coalición.

A la línea "dura" de la UNO se le ha sumado en su actitud crítica los empresarios, quienes también aseguran que la Presidente lleva a la práctica una política de complacencia y permisividad, como así también de haber implementado una estrategia económica negativa.

Los dirigentes de los partidos coaligados crearon en oportunidad del último conflicto sindical un Comité de Salvación Nacional del cual no tomó parte CHAMORRO ni sus asesores más próximos.

Esta fractura de la UNO parece ser irreversible, ya que los sectores más radicales buscan la desintegración de los sandinistas, mientras que los moderados entienden que para lograr algunos avances en materia tanto política como económica, no tienen otra alternativa que pactar con el FSLN.

3. ACONTECIMIENTOS RELEVANTES EN EL SENO DEL FRENTE SANDINISTA DE LIBERACION NACIONAL (FSLN)

3.1. ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DEL FSLN

El 17JUN90, la Dirección Nacional del FSLN, convocó a una Asamblea Extraordinaria en la que participaron 300 miembros del partido y donde fueron analizados temas de vital importancia para el futuro del movimiento frentista. Asistieron además la plana mayor de la comandancia sandinista, el ex Canciller Víctor Hugo TINOCCO y los dirigentes históricos, Comandantes Francisco RIVERA y Gladys BAEZ.

Globalmente la Asamblea ratificó la necesidad de mantener la unidad y la cohesión del frente, proceder a la revisión de las causas de la derrota electoral y nuevos cursos de acción de lucha que condujeran al fortalecimiento del FSLN.

Los principales objetivos delineados fueron:

- Estructuración de un ordenamiento jurídico que permita la implementación de mecanismos democráticos.
- Transformación del FSLN, en un partido dotado de una verdadera estatura política.
- Reorganización de sus bases en todos los niveles.
- Reelaboración de claras metas y objetivos, adaptándolos

9004608

a la presente situación.

- Eventual renovación de sus cuadros dirigentes.

Cabe señalar que, según la información recibida, la Asamblea partidaria presentó serias desaveniencias internas y fue escenario de graves recriminaciones entre los distintos grupos del partido que se imputaron culpabilidades mutuas por las razones que llevaron a la derrota de las elecciones.

El Comandante Luis CARRION -considerado de extrema izquierda- abogó por la revisión del "programa histórico" del sandinismo y por evitar el fraccionamiento partidario. CARRION reconoció que los dirigentes sandinistas se equivocaron al "tratar de impulsar un programa revolucionario que no era necesariamente del consenso de toda la población y por eso la contrarevolución armada se llegó a convertir en un movimiento campesino que tenía hasta sus propios dirigentes". "De esa forma, la alianza entre la revolución y un sector importante del campesinado se rompió".

El Comandante sandinista sostuvo asimismo "que la reforma agraria tuvo un efecto contradictorio, ya que si bien algunos sectores del campesinado se vieron reinvindicados por la distribución de tierras, una gran parte de ellos se sintieron amenazados por razones fundamentalmente ideológicas, al interpretar la ley como una negación de sus posibilidades de llegar a convertirse en grandes propietarios".

3.2. REACCION DEL FSLN CON POSTERIORIDAD A LA HUELGA GENERAL

El 14JUL90 la Dirección Nacional del FSLN celebró una reunión en la que participaron importantes dirigentes de la cúpula frentista, encabezados por Daniel ORTEGA, Henry RUIZ y Luis CARRION.

La reunión tuvo por objeto principal, fijar la posición del frente en relación a los sucesos que vivió el país, los cuales derivaron en graves hechos de violencia.

Daniel ORTEGA afirmó que el levantamiento del paro nacional, significó un rotundo triunfo de la revolución (sandinista) y una seria derrota del gobierno de Violeta CHAMORRO y formuló un enfático llamamiento al pueblo sandinista para que se mantuviese en estado de alerta, presionando al gobierno para cumplir sus compromisos y, a la vez, prestos a enfrentar a las agrupaciones paramilitares y escuadrones de la muerte.

ORTEGA confirmó que el FSLN decidió, ante el grave cariz que habían alcanzado los acontecimientos, participar activamente en la búsqueda de soluciones, ante la irresponsabilidad y la intransigencia del gobierno.

Enfatizó que "el FSLN no pretende reemplazar en su

9004608

lucha al FRENTE NACIONAL DE TRABAJADORES (FNT) sino aunar fuerzas" y tampoco intentaba "derrocar al gobierno" aunque infirió que estaban dadas todas las condiciones para lograr ese objetivo. Asimismo, denunció a los sectores extremistas de la UNO, que mantuvieron sitiada a la Ciudad Jardin -centro de MANAGUA- y produjeron graves enfrentamientos armados, responsabilizando a ese sector de la voladura de la planta transmisora de radio Corporación y de la toma de otra radio denominada Ya. Al respecto, cabe señalar que el 08JUL90 en Ciudad Jardín se registraron enfrentamientos entre sectores antagónicos, grupos armados de la UNO (apoyados por ex-contras) atacaron a militantes sandinistas que mespaldaban la huelga.

4. <u>CONFORMACION DE UNA NUEVA AGRUPACION POLITICA</u>

Israel GALEANO, más conocido como Comandante FRANKLIN, expresó en un discurso luego de la entrega de las armas por parte de los contras, que éstos habían desaparecido como una fuerza militar, pero no como una fuerza política.

Seguidamente anunció conjuntamente con otros ex combatientes de la Resistencia Nacional (RN) la formación de un partido nacional que se denominará CONFEDERACION DE TRABAJADORES AGRARIOS (CONTRA) que operará principalmente en los polos de desarrollo, es decir en las zonas donde se han comenzado a asentar los ex rebeldes con sus familias. Allí han recibido tierras y U$S 47 millones de ayuda otorgados por el gobierno de los EEUU.

A P R E C I A C I O N

9004608

II. APRECIACION

Desde su asunción al poder, Violeta CHAMORRO ha debido soportar dos huelgas generales, la segunda de las cuales generó enfrentamientos armados y dejó traslucir las debilidades y las fortalezas de cada uno de los actores del escenario político interno.

Efectivamente, a raíz de la huelga convocada por el pro-sandinista FRENTE NACIONAL DE TRABAJADORES (FNT), que culminó con un acuerdo entre el gobierno y los huelguistas, quedaron definidas las distintas posturas y las fuerzas con que cuentan el gobierno, la UNO, el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), el Ejército Popular Sandinista (EPS) y el FNT.

Desde la perspectiva gubernamental, si bien el acuerdo con el FNT representó para CHAMORRO una solución inmediata a una situación que se estaba tornando incontrolable, las diversas concesiones otorgadas a los trabajadores sandinistas habrían dejado en total evidencia su endeble posición frente a los sectores opositores, al mismo tiempo que dicha negociación habría producido un distanciamiento aún más profundo entre la Presidenta y el resto de sus aliados electorales de la UNO.

En este contexto, el anuncio de GODOY de crear un Comité de Salvación Nacional no sólo fue visto como una maniobra desestabilizadora del Vicepresidente en perjuicio de Violeta CHAMORRO sino que también significó, prima fascie, la ruptura total del Consejo Politico de la UNO con el resto de la estructura política de la coalición, a escasos tres meses de su arribo al poder.

Esa decisión de GODOY revelaría en cierta forma la existencia de un vacío de poder que, sumado a sus innegables ansias de protagonismo político, a su declarada posición antisandinista y a su evidente marginación dentro del gobierno, podría llevarlo -en caso de que las circunstancias le fueran propicias- a adoptar drásticas medidas tendientes a poner fin a la política de entendimiento entre la Presidenta y los hermanos ORTEGA para reemplazarla por un curso de acción más radicalizado.

Estas fuerzas centrífugas en el seno de la coalición gobernante habrían sido dinamizadas por la débil respuesta del EPS frente a las órdenes impartidas por la Presidenta para restablecer el orden ya que, al demostrarse la magra influencia del ejecutivo sobre la institución castrense, se fortaleció la posición del Consejo Político de la UNO, el que siem-

pre se manifestó en contra de mantener a Humberto ORTEGA al frente de dicha institución. Así, con los sucesos recientemente ocurridos se habría confirmado la especulación de que el EPS, al poseer un carácter partidario, a la hora de actuar lo haría respondiendo a su ideología y no a los intereses de la nación.

Por su parte, el sandinismo habría logrado con este acuerdo doblegar al gobierno, obligándolo virtualmente a establecer un "gobierno de colaboración", limitando de plano el programa de reforma económica del gobierno y afectando las medidas de austeridad fiscal esenciales para detener el grave proceso inflacionario del país.

Conforme lo expresado, la estrategia del sandinismo apuntaría a desgastar la administración CHAMORRO, socavando su cada vez más escaso poder político y explotando las divergencias internas del gobierno, a fin de convertirse en una alternativa válida en el futuro. Más aún, forzando al gobierno a suavizar sus estrictas medidas de austeridad pero sin vulnerar el orden institucional, el FSLN no sólo logra que no se lleven a cabo algunas políticas con las que disiente totalmente sino que también obtiene un gran rédito político frente a los sectores populares que son, a su vez, los más afectados por dichas medidas.

A pesar de los logros obtenidos a través de este manejo de la crisis, la huelga general también habría impactado en forma negativa sobre el Frente al actuar como catalizador de reacciones al interior de la agrupación, la que estaría atravesando por un proceso de revisión que la llevaría a determinar cual de sus líneas tendría preeminencia en el futuro.

En primer término, resulta conveniente destacar que dicha medida de fuerza habría generado ciertas fricciones entre el FSLN y el FNT, el que demostró una gran capacidad de convocatoria y de versatilidad en su accionar. En este sentido, la autonomía puesta de manifiesto por el frente sindical habría alarmado a la dirigencia del FSLN en razón de quemuchas circunstancias observadas durante el paro habrían escapado del control de la Dirección Nacional, lo cual también explicaría la búsqueda distensión de la situación por parte de ORTEGA.

En segundo término y en íntima conexión con lo expresado precedentemente, la actitud del FSLN frente al conflicto sindical habría profundizado las diferencias que existen en su seno. En efecto, los sectores duros -dirigidos principalmente por Tomás BORGE- habrían decidido apoyar abiertamente el movimiento de fuerza y el levantamiento de barricadas en MA-

9004608

NAGUA, en el supuesto de que el EPS y la policía también apoyarían a los huelguistas. Por el contrario, los sectores moderados -liderados por los hermanos ORTEGA- habrían optado por distender la situación al acordar que ambas agrupaciones ayudarán a restablecer el orden.

En esta ocasión la posición de los hermanos ORTEGA habría primado por considerar que, en el presente, la mejor estrategia a seguir sería mantener el orden constitucional. De ahí que ORTEGA haya hecho pública la negativa del FSLN a participar en un golpe de estado, a pesar de haber estado operativamente en condiciones de efectuarlo. Esta declaración del ex presidente buscaría, por un lado, demostrar la fortaleza de su partido en el escenario político nicaragüense y, por otro, evidenciar la moderación y la voluntad de la organización de no alterar el orden constitucional, a la espera de recuperar el gobierno en 1996 en forma democrática.

Cabe agregar al respecto que este proyecto del FSLN de volver al poder en 1996 - o incluso con anterioridad a dicha fecha- se basaría en un anterior plan sandinista que implicaba la formación de una alianza entre el FSLN y sectores progresistas de la UNO en la Asamblea Nacional para convocar a una Asamblea Constituyente, aprobar una nueva Constitución y llamar a elecciones antes de 1996, cuya reactivación en los últimos tiempos provendría de un grupo dentro del sandinismo al que se ha denominado "los fundamentalistas" (quienes estarían enfrentados a los ORTEGA, en particular por haber acordado con el gobienno la reducción del EPS).

9004608

PROBABLE EVOLUCION

1.9004608

III. PROBABLE EVOLUCION

Por el momento, el gobierno no mostraría interés en aceptar una negociación sobre la reforma constitucional. No obstante, dado el progresivo desgaste que la gestión de CHAMORRO evidencia a escasos tres meses de haber asumido el poder, no se descarta que este proyecto pudiera materializarse en el mediano plazo.

En síntesis, se considera que los próximos meses -teniendo en cuenta además la celebración del Congreso Partidario Sandinista en FEB91- serían determinantes para el futuro político de la agrupación en particular y de la situación interna del país en general, ya que la unidad del FSLN podría verse afectada por presiones de los sectores duros para que se adopten medidas más drásticas, en caso de que la política moderada de los hermanos ORTEGA perjudique lo que el FSLN considera "intereses claves del partido".

Si bien se estima que el FSLN intentará mantenerse unido, a sabiendas de que su verdadera fuerza se basa en la unidad, no se descarta que -en caso de que las diferencias surgidas en su seno no pudieran conciliarse- el Frente pueda dividirse en el largo plazo en dos partidos: uno abrazando los principios de la socialdemocracia y otro adhiriendo a la línea tradicional ortodoxa marxista-leninista.

Para completar el panorama nicaragüense restaría observar la evolución del proyecto de los ex integrantes de la RN de constituir un partido con base en el campesinado, toda vez que esta nueva organización política podría componer una fuerza de envergadura al defender los intereses de un sector que, históricamente, no ha sido debidamente contemplado y que, tanto social como económicamente, representaría una fuerza importante en el interior del país.

9004603

.I. No.151 90.- MAYOR [illegible] A.D.O I.-

Solicito a usted se sirva proporcionar los antecedentes de:

JORGE GUILLERMO [illegible] DE LA ALIANZA LIBERAL NACIONALISTA)

Saluda a usted atentamente

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Coronel

Carlos A. Silva

MINISTERIO DE GOBIERNO
Dirección General de Migración
Fecha de Entrada
Fecha de Salida
Pase a
No. de Identificación 9004604

.01 /. 1

9004609

Nº DOCUMENTO
TITULO Reunificacion.
PUBLICACION EL PAIS (15007)
FECHA 30/7/90
VIÑETAS COREA DEL SUR (11001)
COREA DEL NORTE (11060)
FACTOR POLITICO (11164)
RELACIONES INTERNACIONALES (~~11399~~) (11349)

EL HIELO DE LA GUERRA FRIA SE QUIEBRA EN COREA

"En el 40 aniversario del estallido de la Guerra de Corea en 1950, tras la cual las Naciones Unidas tomaron medidas colectivas a fin de repeler el ataque de Corea del Norte contra el Sur, el gobierno y el pueblo de la República de Corea (del Sur) expresan su profundo agradecimiento a las Naciones Unidas por su invalorable asistencia en el restablecimiento de la paz y la seguridad en la península de Corea".

Así fue como la Misión Observadora de la República de Corea recordó la Guerra de Corea y la "acción policíaca" de las Naciones Unidas que comenzara el 25 de junio de 1950. Bajo el comando de las Naciones Unidas y bajo la bandera de las Naciones Unidas, unidades militares de 16 estados miembros repelieron la agresión: Australia, Bélgica, Canadá, Colombia, Etiopía, Francia, Grecia, Luxemburgo, los Países Bajos, Nueva Zelandia, Filipinas, Tailandia, Turquía, Sudáfrica, el Reino Unido e Irlanda del Norte y los Estados Unidos. Como recordatorio de los soldados caídos en la "guerra olvidada", también llamada "la más fría de las guerras", se ha colocado un monumento de bronce en el hall del cuartel general de la ONU, cerca del vitral de Chagall. Mas de tres millones de coreanos y chinos, así como 54.000 norteamericanos murieron en la guerra.

Luego de 37 meses de lucha, la Guerra de Corea finalizó con un alto el fuego firmado en Panmunjon. La península de Corea fue entonces dividida en el paralelo 38 por una zona demilitarizada, una tierra de nadie.

La Misión Observadora de Corea del Sur llamó la atención acerca del hecho que Corea aún está dividida, y "la nube de la Guerra Fría aún se cierne sobre la península de Corea". En nombre de la estabilidad y la pacífica unificación del pueblo coreano, tanto Corea del Sur como del Norte, debieran incorporarse a las Naciones Unidas como miembros plenos. Las dos partes de la península de Corea sólo cuentan con la categoría de "observador, sin voto", al igual que el Vaticano, Mónaco y Suiza.

Pero ahora se está terminando el tiempo de los países divididos; ambos Yemenes se han unificado, y dentro de poco habrá una sola Alemania. En los debates de la Asamblea General del año pasado, los representantes de 42 países apoyaron la incorporación como miembros plenos de ambas Coreas. "Solicitamos a todos los miembros de las Naciones Unidas el apoyo pleno al principio de la universalidad con respecto a la incorporación coreana", rogó la Misión Observadora de la República de Corea. Esta, de hecho, es un espléndido ejemplo de desarrollo acelerado: pasó en 25 años de ser un pobre país del Tercer Mundo, a poseer una próspera economía y ser uno de los países más dinámicos del universo.

Varios delegados ante las Naciones Unidas predicen que es posible que próximamente las Naciones Unidas admitan ambas Coreas como miembros de esta organización mundial. Esta predicción se vio fortalecida por una reunión inesperada en San Francisco entre el presidente, Roh Tae-woo, y el presidente Mijail Gorvachov. Esta fue la primer reunión entre un líder coreano y un líder soviético, y, de acuerdo con informes de Corea del Sur, "Gorvachov prometió 'hacer todo lo posible' para convencer a Corea del Norte a tomar el camino de las reformas". El presidente Roh mismo ha dicho: "Luego de San Francisco, el hielo de la Guerra Fría en la península de Corea, ha comenzado a resquebrajarse".

Con la economía soviética en ruinas, Moscú está buscando desesperadamente créditos y préstamos. Informes desde Seúl indican que Corea del Sur podría autorizar hasta cinco billones de dólares en préstamos a la Unión Soviética. En un año, el comercio bilateral entre Moscú y Seúl se ha duplicado y continúa creciendo. Ultimamente, numerosos hombres de negocios y ejecutivos han estado visitando la Unión Soviética, incluyendo Moscú y Leningrado.

"La estrategia del presidente Roh Tae-woo parece estar logrando resultados", dijo Suh Jong-hwan, de la Misión Observadora de la República de Corea". Comenzó a poco de iniciado su gobierno, en julio de 1988, cuando el nuevo presidente anunciara su "política para el Norte": intentaba reducir las tensiones con Corea del Norte a la vez que buscaba un acercamiento con algunos países de Europa Oriental. El primero de éstos fue Hungría: en setiembre de 1988 Seúl estableció relaciones diplomáticas con Budapest. Luego de Hungría, en los primeros meses de 1990 estableció relaciones diplomáticas plenas con seis otros países del bloque del este: Polonia, Yugoslavia, Bulgaria, Rumania, Checoslovaquia y Mongolia.

Un gran paso en la estrategia de Corea del Sur fue dado con la organización de los Juegos Olímpicos de Seúl, con la participación de la Unión Soviética.

Aparentemente las olas de Europa Oriental han alcanzado a algunas regiones de Asia. Kim Il-sung de Corea del Norte está totalmente aislado, y, sin embargo, se resiste a conversaciones directas con el presidente Roh. El Presidente de Corea del Sur cree que Moscú puede persuadirlo: él ha dicho que "intentaremos la ruta directa a Pyong-yang, pero si se encuentra bloqueada, abriremos la ruta a Corea del Norte vía Moscú".

Juan Forcasy

FECHA 30
9004618

Nº D
T
Avances hacia la Unificación Coreana.
LA NACION (1SC095)
20/8/90
COREA DEL SUR (W006A)
COREA DEL NORTE (W006D)
Fac. pol. (1164)
~~RELACIONES INTERNACIONALES (1139)~~
RELACIONES INTERNACIONALES (1139)

Avances hacia la unificación de Corea

Después de las conversaciones mantenidas por el presidente de Corea del Sur, Roh Tae Woo, con los jefes de Estado de la Unión Soviética y los Estados Unidos, en Washington, todo inducía a pensar en una rápida evolución de las gestiones encaminadas a la unificación de las dos Coreas, aun cuando no se descartaran eventuales dificultades a lo largo de las negociaciones. No ha dejado, sin embargo, de sorprender el acuerdo firmado el 27 de julio, en Panmunjóm, por el cual los primeros ministros de ambos países se reunirán por primera vez tras cuatro décadas de guerra fría.

Las conversaciones se realizarán en septiembre y octubre próximos en las capitales de ambas naciones: Seúl y Pyongyang. Los temas por considerar serán básicamente el alivio de las tensiones políticas y militares, la promoción del intercambio comercial y el fomento de la cooperación.

En esta columna expresamos, hace poco más de un mes, que los pasos dados por los principales protagonistas del conflicto abrían expectativas favorables no sólo para la unificación de ambas Coreas, sino para la reanudación de relaciones diplomáticas entre la Unión Soviética y Corea del Sur, así como para el mejoramiento de los vínculos entre el gobierno de Pyongyang y el de los Estados Unidos.

Hace pocas semanas, Corea del Sur decidió abrir su frontera con el Norte del 13 al 17 de este mes para conmemorar el 45º aniversario de la liberación del poder colonial japonés, que se cumple el 15, pero esta decisión fue rechazada por Pyongyang, como lo había sido una proposición similar de Corea del Norte hace menos de dos meses. No obstante, las conversaciones continuaron y han culminado con el acuerdo para la reunión de los primeros ministros. La importancia que ambas partes asignan al encuentro se advierte por el nivel de las delegaciones, integradas por seis viceministros, cifra que incluye hasta dos jefes militares de alta graduación y 33 funcionarios y expertos. Cada país autorizará, además, la presencia de 30 periodistas.

El acuerdo es el paso más importante dado hasta ahora en las gestiones de unificación, y debería conducir a una reunión de los jefes de Estado de ambas naciones. Por lo pronto, implica el reconocimiento recíproco de la legitimidad de ambos gobiernos, decisión que Corea del Norte no había querido tomar hasta el momento. Todo lleva a suponer, entonces, que no está lejano el día en que el único país que todavía se mantiene dividido después de la última guerra mundial pueda congregar en el territorio común a hombres y mujeres de la misma nacionalidad, enfrentados durante cerca de 40 años por los vaivenes de la política mundial.

C 1 C 1
1.9004619

Camino a la Reunificación
CLARIN (900624)
21/8/90
COREA DEL SUR (10001)
COREA DEL NORTE (10000)
FACTOR POLITICO (11364)
RELACIONES INTERNACIONALES (11394)

REPORTAJE A UN ALTO FUNCIONARIO DE COREA DEL SUR

CLARIN

Camino a la reunificación

La mejora en las relaciones entre Corea del Sur, la Unión Soviética y la República Popular de China abrió nuevos canales de negociación para el diálogo entre las dos Coreas. Un enviado del presidente surcoreano, Roh Tae-Woo, explicó a Clarín los alcances de las conversaciones entre delegaciones de ambos países.

Osvaldo Caillet Bois

Kwang Soo Chai, emisario personal del presidente de Corea del Sur, Roh Tae-Woo.

Con el propósito de dar a conocer los lineamientos de nuevas fórmulas para la reunificación de la península coreana, visita el país, en misión oficial, **Kwang Soo Choi**, un emisario personal del presidente de **Corea del Sur, Roh Tae-Woo**. Sostuvo, en la semana, sendas entrevistas con el presidente **Carlos Menem** y con el canciller ***Domingo Cavallo***. El enviado presidencial coreano hizo entrega a Menem de una carta personal del presidente Roh y departió con ambos en torno de la situación internacional, el estado de las relaciones bilaterales y la actualidad de las conversaciones con el régimen de **Corea del Norte** en torno de la reunificación.

Kwang Soo Choi, ex canciller y ex embajador en **Arabia Saudita** y las **Naciones Unidas**, ocupó también a lo largo de una dilatada carrera la titularidad en las carteras de **Asuntos Políticos** y de **Comunicaciones** y fue viceministro de **Defensa**. Entrevistado por **Clarín**, trazó con precisión una suerte de mapa de situación en referencia con la reunificación de Corea.

—¿Hubo respuesta de Corea del Norte sobre las propuestas de reunificación del presidente Roh?

—No han existido, por ahora, respuestas concretas. Pero, en cambio, hubo en el curso de este año algunos logros, que abren camino a la esperanza. Desde ya, una reunión oficial, a nivel parlamentario, que se realizó en la **Villa de la Tregua, en Panmunjom**, que concluyó sin grandes anuncios, pero que sirvió para conversar en torno de la reunión de primeros ministros, que se efectivizará en dos rondas, en Seúl en setiembre y en **Pyong Yang** en octubre. Entretanto, continuamos en la búsqueda de fórmulas que permitan la concreción de una reunión negociadora con nivel presidencial, que reúna a los mandatarios **Roh** y **Kim Il-Sung**.

—Obvio, la reunificación alemana debería servir de catapulta para reformas en el mapa político, militar y estratégico de la península coreana. ¿Hay, en ese sentido, una tendencia definida?

—Hay una tendencia que se inicia con aquel acontecimiento histórico y se prolonga con la mejoría de las relaciones entre **Seúl** y **Moscú** y entre **Seúl** y **Pekín**. Consideramos que se han abierto nuevos canales para la negociación. Con la **URSS** se acordaron relaciones consulares, tras la histórica reunión de **San Francisco** entre el presidente Roh y **Mijail Gorbachov**.

Una delegación de empresarios y economistas surcoreanos viajó ya a Moscú con el objetivo de tratar temas específicamente dirigidos a las respectivas economías y otros de interés mutuos, que pasan por inversiones, comercio bilateral y exportación de tecnología. Una segunda reunión se realizará en Seúl, el mes próximo. Con **China** no existen aún contactos diplomáticos oficiales, pero el comercio bilateral alcanzaría un volumen de 3.000.000 de dólares.

—En su momento, Roh propuso que Corea del Sur y Corea del Norte adopten la Carta de la Comunidad Nacional, a fin de formar la comunidad coreana, como una asociación interina de ambas cartas de Corea en preparación para la reunificación nacional. ¿Hay avances en tal sentido?

—No, por lo menos en el corto plazo. Nosotros tenemos dos maneras para abrir los canales de diálogo, frente a una sociedad cerrada, abroquelada, como es la de **Corea del Norte**. Por un lado, insistir con las negociaciones bilaterales. Por otro, esperar y colaborar para la coexistencia pacífica, buscando mayor distensión en lo político y militar. Hasta ahora, sin embargo, colisionamos con cerradas negativas de la otra parte. Ello colaboró para que no haya cambios drásticos en la cuestión militar y, pese a nuestros deseos, no ha sido posible una reducción de efectivos.

—¿En qué medida influye la cuestión militar en las respectivas economías?

—Nosotros tenemos 600.000 efectivos, con gastos que insumen el 5,5 por ciento del PBN. Corea del Norte tiene en pie de 800.000 a 1.000.000 de efectivos, con un costo del 25 por ciento de su PBN.

—¿Podría enumerar algunos de los intentos de acercamiento en el último año?

—Por un lado, nuestra propuesta de intercambio de cartas y regalos entre las familias separadas por la quiebra territorial. Además, en el campo deportivo, el ofrecimiento para constituir una delegación única en los **Juegos Asiáticos de Pekín** (1992). También esta semana, en consonancia con la celebración del **Día Nacional** (independencia del yugo japonés), se concretó un experimental intercambio garantizado por los gobiernos, en cuyo marco personas o núcleos familiares podrán pasar la línea separatoria, algunos después de muchos años. Quiero puntualizar, también, que **Corea del Sur** permite y alienta la entrada de productos norcoreanos (pesca, minerales, productos agrícolas) con excepciones arancelarias. **Pyong Yang** no ha dado aún un correlato a estas intenciones.

01-01

Jorge Gottling

©Copyright Clarín, 1990

ENTRADO
CRUZ
9004620

La difícil reformulación de la OTAN

Kissinger reclama un enfoque creativo que conecte a la CE con la defensa

Está en la naturaleza de las revoluciones el destruir el equilibrio entre los conceptos y la realidad. Lo que resulta más extraordinario de los disturbios políticos ocurridos el año pasado es la creciente obsolescencia no sólo de los conceptos tradicionales sino también de los mecanismos para el diseño de otros nuevos.

Durante la Guerra Fría las amenazas a la seguridad de Occidente eran aparentemente claras y esencialmente militares. Había un amplio consenso sobre la necesidad de contener a la Unión Soviética.

Durante cuarenta años el mundo no comunista tembló ante lo que se presumía era una sofocante superioridad convencional de la Unión Soviética, pero en el futuro previsible, los conflictos étnicos y las tensiones domésticas hacen ahora altamente improbable que la Unión Soviética pueda desplegar grandes fuerzas terrestres fuera de sus fronteras sin ser adecuadamente advertidos. Es más que probable, además, que Moscú necesite destinar a sus mejores hombres al control de la inquietud interna.

Por otro lado, el control del Kremlin sobre su arsenal nuclear estratégico es probablemente el más firme elemento de su estructura de poder. Aún luego del acuerdo START en negociación, la Unión Soviética poseerá más de 10.000 cabezas de guerra. Un ataque directo sobre Estados Unidos se ve imposibilitado por el tamaño y la variedad del arsenal nuclear norteamericano. El acuerdo START contribuirá como un elemento adicional de estabilidad. Pero estos mismos factores hacen que otros países que están al alcance de las armas nucleares soviéticas sean más vulnerables al menos sicológicamente. En relación a muchos de ellos, la Unión Soviética posee el monopolio nuclear; hacia todos ellos una potencialmente devastadora superioridad nuclear.

¿Cómo evalúa uno la disposición política del Kremlin a recurrir a su potencial militar en estas circunstancias? ¿Cómo puede la **deténte** nuclear norteamericana ser más creíble para los países distantes, sin importar cuán estrechamente relacionados con Estados Unidos estén? ¿Invitará el período de debilidad soviética interna y la destrucción mutua asegurada a un chantaje nuclear soviético o a un período de conciliación? ¿Qué tan permanente es la crisis soviética? ¿Aún es válido el viejo axioma de que Rusia nunca es tan poderosa como aparenta, pero tampoco es nunca así de débil?

La doctrina de la defensa

Ninguna de estas cuestiones se estudia en la lucha entre el Departamento de Defensa norteamericano y el Congreso sobre el llamado dividendo de la paz. El actual presupuesto de la defensa está basado en un programa de cinco años que refleja una evaluación de la amenaza que en esencia está sobrepasada por los eventos. Hay una necesidad crucial de llegar a un acuerdo sobre una doctrina estratégica para definir tanto probables peligros y cómo enfrentarse a ellos como objetivos nacionales y cómo obtenerlos.

Desafortunadamente, la elaboración de una doctrina estratégica nunca ha sido el lado fuerte de los norteamericanos. Hasta las últimas dos décadas, los recursos de Estados Unidos eran enormes en comparación con las probables amenazas. Como resultado, su presupuesto de defensa ha reflejado históricamente la adjudicación entre las suposiciones conflictivas de los diversos servicios militares. Cada uno de ellos basaba su estrategia en cansar al adversario; cada uno demandaba una porción más o menos igual del presupuesto militar. Durante los períodos de abundancia presupuestaria, los incrementos se tradujeron en peticiones de un sistema de armamento cada vez más grande. De igual forma, los períodos de restricción se concentraron en el personal porque el personal es caro y las reducciones pueden revertirse con mayor facilidad.

En suma, la fuerza en la planificación de la defensa norteamericana no ha sido tanto desarrollar una estrategia como proteger los sistemas de armamento. Cuando se reducen los presupuestos, una reducción del 10 por ciento en gastos normalmente se traduce en una reducción del 25 por ciento en las fuerzas enlistadas. Pero lo contrario no es cierto. La actual tendencia del complejo militar norteamericano va en dirección de más y más sofisticados sistemas de armamentos y menos y menos fuerzas enlistadas.

Además, durante los períodos de abundancia presupuestaria, la sofisticación tecnológica y la abundancia tienden a oscurecer esta situación. Pero tan pronto como la reducción del presupuesto de la defensa llega a ser una cuestión política importante, la capacidad militar de Estados Unidos comienza a deteriorarse rápidamente. Utilizar un presupuesto basado en viejas evaluaciones de la amenaza como punto de partida de cortes simétricos entre los servicios es seguramente una receta para la obsolescencia progresiva. Esta tendencia se acelera cuando los reductores presupuestales en el Congreso se centran en sistemas particulares de armamento, prestando aun menos atención a las contingencias al largo plazo.

El rol político-militar

Existe un problema comparable dentro de la Alianza del Atlántico, en donde la compartimentalización también corre cada vez más en contra de la realidad política. Las cuestiones militares se discuten dentro de la OTAN; las cuestiones políticas encuentran su punto de foco en la Comunidad Europea. Y así será cada vez más al construir Europa su unidad política. Al adquirir inercia el proceso, las fuerzas militares norteamericanas podrían convertirse en auxiliares pasivos para las decisiones políticas de otros. Estados Unidos ha tratado de contrarrestar esta tendencia proponiendo un nuevo papel político para la OTAN. Pero la propuesta topa con la sospecha histórica de algunos europeos, de que Estados Unidos manipula de alguna manera a la OTAN para debilitar la unificación europea. En la OTAN Estados Unidos trata individualmente con los países europeos; la Comunidad Europea como institución no está representada.

Al mismo tiempo, Estados Unidos está excluido para todo propósito práctico de las deliberaciones políticas de la Comunidad Europea. El procedimiento rutinario es que el consejo de ministros presente sus conclusiones a Estados Unidos mediante un presidente que cambia cada seis meses. Pero este ministro del Exterior es en efecto un mensajero instruido sin flexibilidad de negociación. Lo mejor que puede hacer es informar a sus colegas de las opiniones norteamericanas. Pero ya que sus decisiones normalmente emergen tras meses de dolorosas deliberaciones y difíciles consensos, los integrantes de ese consejo se muestran comprensiblemente renuentes a cambiar su posición. Así, las cuestiones de seguridad se ven relegadas a un foro afín a la identidad europea, mientras que las cuestiones políticas son manejadas en un foro que excluye a Estados Unidos de una participación significativa.

Esta incongruencia hace cada vez más difícil que Europa y Estados Unidos de América definan sus papeles y estrategias en cuestiones cruciales. Por ejemplo, no hay un acuerdo general de que las fuerzas norteamericanas deban permanecer en Europa. Dos argumentos son propuestos con mayor frecuencia: que la OTAN es el único nexo institucional de Estados Unidos con Europa, y que la OTAN es un medio para ligar inextricablemente a Alemania con Occidente. Pero las instituciones sólo se fortalecen cuando están basadas en un propósito común; no pueden crearlo. La OTAN puede seguir siendo el nexo norteamericano con Europa y el nexo alemán con Occidente sólo si responde a un propósito común ampliamente compartido y a una estrategia generalmente comprendida.

Ello presenta dos cuestiones: el nivel de las fuerzas norteamericanas y la difícil cuestión de las armas nucleares. El nivel de fuerzas norteamericanas es parcialmente una cuestión militar, pero también es una cuestión sicológica; las fuerzas deben ser lo suficientemente grandes para no dejar dudas de que un ataque convencional sobre Europa involucraría a Estados Unidos. Ir mucho más abajo de 100.000 presentaría graves cuestiones en tal aspecto.

¿Protección sin riesgo?

La cuestión nuclear es casi totalmente sicológica. El público norteamericano debe convencerse de que la defensa de Europa contra una amenaza nuclear que no afecta a Norteamérica es de interés nacional. Y Europa debe aceptar el hecho de que una garantía nuclear, para ser creíble, requiere algún despliegue norteamericano en el continente para proteger a las fuerzas norteamericanas, y algún arreglo dentro de la OTAN que haga de la defensa nuclear una cuestión aliada.

Las armas nucleares que permanezcan en el continente europeo luego del acuerdo INF serán ya redundantes para la **deténte** estratégica, o aun una vergüenza. Redundantes porque no serán un contrapeso para una amenaza nuclear desde el territorio soviético y una vergüenza porque no amenazarían al agresor sino al territorio aliado o amigo.

Para proveer un contrapeso aliado a las amenazas nucleares desde el territorio soviético, dadas las limitantes actuales sobre control de armamento, las armas tendrían que ser misiles aéreos de alcance medio o sistemas basados en el mar bajo el control operativo del comandante de la OTAN. Tal fuerza desalentaría las amenazas estratégicas sólo contra Europa porque aun una pequeña fuerza nuclear controlada por la OTAN podría infligir un daño inaceptable a la Unión Soviética.

Esto, porque la Unión Soviética nunca podría estar segura de que el comandante de la OTAN no tendría autoridad predelegada para responder a un ataque nuclear. Y el congelamiento estratégico general desalentaría presiones simultáneas contra Estados Unidos. Así la defensa de Europa y Estados Unidos seguiría ligada orgánicamente.

Al mismo tiempo, será difícil construir tal fuerza de manera que satisfaga los requisitos políticos tanto como los militares. Los sistemas de aeroplanos son demasiado vulnerables, basados como están en sólo unos cuantos aeropuertos y los sistemas marinos pueden ser percibidos tanto por los aliados como por los adversarios como una extensión de la toma de decisiones unilateral de Estados Unidos de América.

Esto llevará a la separación sicológica de Europa y Estados Unidos a menos que los europeos, y especialmente los alemanes, sean sensibles a la manera en que la cuestión del despliegue de armas nucleares tácticas se discute. Demasiadas personas justifican en Alemania su creciente oposición al estacionamiento de cualquier arma nuclear en su territorio con la meta de acabar con el riesgo nuclear en territorio alemán. En Estados Unidos un importante grupo favorece el estacionamiento de todas las ramas militares estratégicas dentro de Estados Unidos o en el mar para retener el control unilateral de la decisión de llegar a la guerra nuclear. El dilema político de la Comunidad del Atlántico es que mientras los europeos busquen la protección nuclear sin riesgo nuclear, los norteamericanos se cuestionarán la necesidad de correr riesgos en la defensa de países aliados cuando ellos mismos los están evitando. El final de este camino es una creciente desasociación.

El espejismo simétrico

Todo ello sugiere que la cuestión nuclear debe encararse explícitamente sin demora. No debe salir a la superficie como una decisión adquisitiva; por ejemplo, la adquisición para la OTAN de misiles de rango intermedio lanzados desde el aire. Debe haber una definición de los propósitos estratégicos y políticos. De otra forma, la alianza se dividirá entre la desnuclearización de Europa central y una estrategia que haga a la misma alianza una importante cuestión política.

Los mismos dilemas existen respecto al control de armamento. Cuando comenzaron las negociaciones para el control convencional de armas, la línea divisoria política pasaba por el centro de Alemania y se asumía que las fuerzas soviéticas terrestres eran vastamente superiores. En tales circunstancias, la meta de niveles iguales de fuerza era una importante contribución hacia la estabilidad. Desde entonces, los regímenes comunistas de Europa del este han colapsado; la mayoría de los gobiernos sucesivos han pedido a la Unión Soviética que retire a sus fuerzas. Por un período intermedio la reducción simétrica de fuerzas ayudará a acelerar el retiro soviético sin obligar a Estados Unidos a realizar mayores reducciones que las que demandan las restricciones presupuestarias. Pero con cada incremento en el retiro, el principio de las fuerzas simétricas se establecerá más firmemente. El control de armamento, sin embargo, corre el riesgo de legitimizar más fuerzas en Europa del este que las que desean los países anfitriones. O también podría generar presiones sobre Estados Unidos para retirar todas sus fuerzas de Europa central. Ningún resultado refleja la revolución política del año pasado. El enfoque simétrico de hecho estará progresivamente en conflicto con las realidades políticas.

Obviamente, problemas tan sustantivos no pueden resolverse mediante un procedimiento. Pero la ausencia de procedimientos apropiados garantiza el estancamiento. Un enfoque creativo requeriría no sólo buenas ideas sino un consenso doméstico y aliado igualmente amplio. Un modelo útil podría ser el Consejo Asesor de Seguridad Social establecido por el presidente Gerald F. Ford, compuesto por los líderes del Congreso y la administración, que maquinó un enfoque capaz de sobreponerse a la discordia doméstica y guió el proceso legislativo.

El Departamento de Defensa, correctamente, se muestra renuente a renunciar a su presupuesto a una comisión bipartisana. Al final, el presupuesto de la defensa es arbitrario y vulnerable a menos que se relaciones con una doctrina estratégica que defina prioridades. Las conclusiones de la comisión integrada por el Ejecutivo y el Legislativo no sólo proveerían una guía sino una red de seguridad para la administración, que le protegería de ataques arbitrarios.

Ya he indicado que la OTAN necesita un enfoque similar bajo las líneas del reporte Harmel, de hace dos décadas. Debe encontrarse una forma mediante la cual la Comunidad Europea quede institucionalmente representada en el consejo de la OTAN cuando se discutan cuestiones políticas y Estados Unidos tenga acceso a las deliberaciones de la Comunidad Europea antes de que éstas traguen en decisiones formales.

Es esencial que emerja, de los procesos sugeridos aquí, una visión coherente de las relaciones este-oeste, la estrategia y las negociaciones sobre el control de armamento. Debe haber una pausa luego de la primera fase en las negociaciones sobre el control de armas convencionales, para permitir la elaboración de una mezcla apropiada entre los elementos políticos y de seguridad. En particular, debería haber un cuidadoso examen del concepto de constituir a los estados satélites en un cinturón neutral a cada lado del cual se establecería un régimen de control de armamento.

Una época de disturbios presenta tantos retos, que no siempre es fácil encontrar las respuestas adecuadas. Pero sería una lástima ser gobernados por procedimientos que no nos permitieran ya preguntar las cuestiones correctas.

Henry Kissinger

(c) 1990, "Los Angeles Times Syndicate"

ENTRADO
CRUZADO
01-01
9004621

OPINIONES DE [illegible]
LA [illegible]
5/2/90
OTAN (1562)

Exclusivo

Es demasiado pronto para que la OTAN se relaje

Alexander Haig

Fue Secretario de Estado de los Estados Unidos bajo la Administración de Reagan, de 1981 a 1982, y sirvió como Comandante Aliado Supremo de la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN) de 1975 a 1979. Fue promovido a General de cuatro estrellas en el ejército norteamericano en 1972, y al año siguiente fue nombrado Jefe de Personal de la Casa Blanca por el entonces Presidente Richard Nixon.

WASHINGTON. Aunque hemos visto una afortunada reducción en las tensiones entre el mundo libre y la Unión Soviética, sería de muy corta vista concluir que la amenaza a la seguridad ha desaparecido, y es muy prematuro hablar de restructuración fundamental alguna de la OTAN, especialmente en cuestiones de la detente nuclear.

La recién concluida cumbre de la OTAN en Londres pudo ofrecer un paliativo a la paranoia soviética sobre el futuro de la OTAN y la membresía de la Alemania unida en ella, sin hacer concesiones irreversibles que pondrían en serio peligro la defensa integrada de Europa o deteriorarán el concepto de la detente.

Por suerte los líderes de la OTAN salvaron estas trampas en una época en que la naturaleza intrínseca en la competencia militar con la Unión Soviética sigue siendo incierta, aunque más favorable. La historia confirma que los rusos, ya hablemos de la Unión Soviética o la Rusia zarista de ayer, han pasado por oleadas de comportamiento imperialista hacia Europa del Este. Como observó alguna vez Josef Stalin al enviado norteamericano Averell Harriman, los zares llegaron a París mientras que él había llegado únicamente hasta Berlín.

Lo que sea que la Unión Soviética termine siendo cuando la *perestroika* se acabe a sí misma, retendrá aún el ejército más grande del teatro europeo y la más impresionante capacidad nuclear del planeta. Ha habido muy poco más que retórica en este llamado periodo terminal de la Guerra Fría, que sugiera alguna disposición de la Unión Soviética por renunciar a la principal marca de su estatus de superpotencia, las miles de cabezas nucleares estratégicas capaces de montar un primer golpe contra Occidente. Y hasta ahora, sólo unos 20.000 de los soldados soviéticos estacionados en Europa del Este han sido retirados.

Es importante recordarnos que la dirección de la historia tiene tendencia a cambiar muy rápidamente. A finales de 1920, se consideraba a la Unión Soviética como potencia de tercera clase, envuelta en dificultades domésticas mucho más graves que las que representan los disturbios actuales. Millones de ciudadanos soviéticos fueron ejecutados en las purgas de Stalin y la economía soviética estaba hecha añicos. Pero menos de una década después, los rusos habían formado el mayor y uno de los mejor equipados ejércitos de Europa, en segundo lugar del de la Alemania de Hitler.

Por el futuro visible, entonces, la mayor amenaza creíble para las democracias aliadas bajo la OTAN continuará siendo la Unión Soviética. Además, por mucho que nos guste el derrocamiento de los regímenes comunistas de Europa del Este, la situación allá sigue siendo volátil e incierta.

Aún hay cabida para la esperanza. En Polonia y en todo sitio, la gente parece estar dando a la democracia el beneficio de sus sacrificios y sus sueños. El nacionalismo, aunque es una fuerza potencialmente peligrosa en ciertas circunstancias, puede moverse en una dirección positiva si los líderes de las democracias occidentales tienen una visión y coraje equivalentes al de sus predecesores.

La opción de Occidente en términos políticos es clara: nada menos que una revolución democrática. Las "promesas" firmadas por quienes buscan sólo recursos de nuestra parte deben ser rechazadas. La ayuda de emergencia y a corto plazo debe relacionarse a programas convincentes de libertad política y reforma económica. Pero también se necesita una visión más avanzada para Europa del Este.

Debemos alentar a los "europeos del centro" a enderezar el rumbo y no sólo por lograr su progreso económico. En lugar de actuar como una pasiva zona amortiguadora, llena de conflictos que invitan la intervención extranjera, la región debe llegar a ser una potencia activa e independiente por derecho propio.

Estas naciones dependen de la fuerza de la OTAN para liberarse tanto del poder soviético como de un pasado trágico.

En este contexto, el principal objetivo de la cumbre de la OTAN fue encontrar una manera de eliminar la permanente oposición soviética a una Alemania unificada miembro de la OTAN, resistiendo al mismo tiempo la presión soviética por modificar la alianza, cambiando en efecto su naturaleza a tal grado que la membresía de la Alemania unificada no tuviera sentido.

En esta vena, los cambios ofrecidos por Occidente -una invitación a Mijail Gorbachov para hablar a la OTAN en su reunión de diciembre y la declaración del uso de fuerza nuclear como "último recurso" junto a un voto de no violencia- fueron principalmente paliativos. Son concesiones profilácticas a las preocupaciones soviéticas que no reducen fundamentalmente el carácter militar integrado de la alianza (lo que significa una fuerte y creíble presencia norteamericana y membresía de la Alemania unificada) ni se aparta en ninguna manera fundamental de la estrategia de una respuesta flexible que sostiene la detente.

Sin duda hablar del uso de la fuerza nuclear como "último recurso" siembra el terror en los corazones de quienes sostienen una línea dura dentro de la milicia occidental, pero en verdad siempre ha sido la realidad práctica de la estrategia de la OTAN. Las armas nucleares nunca han pensado usarse excepto "in extremis" como un último recurso para detener la agresión a cualquier nivel, convencional o nuclear.

Ahora que las tensiones se han reducido lo suficiente en la frontera militar entre Oriente y Occidente, y ya que la Unión Soviética está tan debilitada internamente que sería difícil a corto plazo organizar una agresión, la situación "extremis" no debe presentarse al principio de la batalla, como quizá hubiera podido ser en el pasado. Así, en términos puramente militares, la necesidad práctica de recurrir a las armas nucleares como recurso primario ha cambiado. Naturalmente, en algún punto del futuro, si las amenazas soviéticas resurgieran y las tensiones aumentaran, Occidente tiene la opción de regresar a una postura más ambigua, siempre que las defensas nucleares de Occidente no sean abandonadas en la actual marejada de euforia.

Como con el voto de no agresión, la OTAN nunca se ha proclamado ser nada más que una alianza defensiva compuesta de miembros voluntarios.

Sin embargo, sería frívolo decir que el mensaje de reafirmación ofrecido por Occidente en la Cumbre no tiene sentido. Aunque lejos de las concesiones buscadas por los soviéticos, inicia cautelosamente una era nueva y diferente para la alianza del Atlántico.

La labor de la OTAN es ahora triple:

-Salvaguardar contra un excesivo celo alemán por suavizar el proceso de reunificación haciendo concesiones unilaterales o aceptando limitantes políticas a la soberanía de Alemania.

-Resistir la noción del "paralelismo" entre la presencia militar soviética en Europa del Este y la reserva militar norteamericana en Europa occidental. Debemos ser extremadamente cautelosos en que las negociaciones de reducción de armas convencionales no lleguen a ser un vehículo para codificar una presencia "a nivel del suelo" de tropas soviéticas en Europa.

-Evitar, en el proceso de disminuir los niveles de fuerzas aliadas, deteriorar la tríada de la detente de la OTAN, defensa convencional, defensa nuclear de pantalla y defensa nuclear estratégica. Esto requerirá la retención de una capacidad nuclear creíble en la arena europea, que pudiera atacar a la Unión Soviética, por tanto tiempo como los soviéticos puedan amenazar objetivos de Europa occidental.

También requiere que los Estados Unidos reparen más de una década de negligencia construyendo y desplegando tan pronto como sea posible un misil móvil capaz de amenazar los objetivos soviéticos más protegidos. No cumplir con estos retos en último término producirá serios problemas.

El retiro de las fuerzas soviéticas dará margen de espacio y aumentará el tiempo de advertencia. Pero debemos poder reaccionar rápidamente a una renovada amenaza. Si no existe una fuerza nuclear de pantalla, si tenemos en Norteamérica lo que sólo podría llamarse inferioridad estratégica, estaremos en una decisiva desventaja si la historia se repitiera.

Uno de los más grandes peligros al avanzar Alemania hacia una mayor reunificación es su comprensible deseo de calmar los temores de los soviéticos y de otras naciones respecto al poder militar de Alemania. Los soviéticos temen al Bundeswehr (ejército alemán) tanto por cuestión de memoria histórica como por consideraciones prácticas. Para Moscú, el principal objetivo durante los meses previos a las próximas negociaciones para la reducción de armas, que se realizarán en Viena, conocidas como pláticas CFE, será limitar al Bundeswehr y fijar una agenda de retiro de las fuerzas norteamericanas de Europa de Occidente, al unísono con la eliminación de las fuerzas soviéticas de Europa del Este. Occidente debe definitiva y valientemente evitar ambas trampas.

Aunque está claro que la recesión del poder soviético ha abierto la puerta a una Europa íntegra y libre, no podemos y no debemos construirla basados en la presunción de que la Unión Soviética será la misma Unión Soviética que vemos hoy, la presunción de que los soviéticos están débiles y serán débiles para siempre. Tampoco debe ser nuestro propósito excluir a la Unión Soviética de Europa. Más bien, debería ser acabar con la amenaza de una agresión soviética contra Europa, sin importar la fuerza o debilidad soviética. Debemos entonces sostener un papel abierto y constructivo para Moscú dejando al mismo tiempo claro que los viejos objetivos de dominio y los viejos métodos de intimidación están fuera de alcance.

La base para lograr esto es el sustento de la fuerza de la OTAN.

Pero la OTAN sólo puede ser una parte de la historia. Otra parte debe ser una reforma económica en la Unión Soviética, que acerque a su pueblo al consenso europeo emergente en favor de una sociedad justa y un orden justo internacional guiado por el gobierno de la ley.

Eso llevará tiempo, pero en algún punto habrá progresado lo suficiente para considerar la participación soviética en un foro de seguridad europeo de nueva creación, posicionado en algún sitio entre la OTAN y la CSCE, lo suficientemente pequeño para que pudiera trabajar rápidamente en el desarrollo de una solución a los problemas, pero lo suficientemente grande como para que pudiera considerar todos los legítimos intereses europeos.

Tal consejo o comisión no deberá ser un sustituto para la cohesión de las potencias democráticas dentro de la OTAN. Pero podría ofrecer a los soviéticos, a las otras grandes potencias europeas y a representantes conjuntos de Estados más pequeños, una mesa cómoda alrededor de la cual consultar los cursos comunes de acción.

Al llegar al siglo más sangriento de la humanidad, tenemos una poderosa oportunidad. Cuando Churchill describió el fracaso de las democracias por lograr la paz luego de la Segunda Guerra Mundial, describió una tragedia que nació por desear demasiado en muy poco tiempo, por no comprender lo que estaba en juego y aun cuando se comprendía, por no hacer el esfuerzo necesario.

Hoy, Occidente debe comprender sobre todo lo que puede y lo que no puede hacer. Podemos completar nuestro propio capítulo con la reunificación de una Alemania dentro de la OTAN, y lograr una integrada comunidad europea. Son grandes metas al alcance de la comunidad del Atlántico. Y una vez que se logren, será muy difícil deshacerlas.

90046 22

(c) 1990, New Perspectives Quarterly. Dist. by Los Angeles Times Syndicate.

Nº DOCUMENTO
TIT Actualidad de los No Alineados
EL PAIS (15000?)
F 3/8/90
VI Países No Alineados (1120)

ACTUALIDAD DE LOS "NO-ALINEADOS"

EL tan forzado y tergiversado concepto de "no alineación", que sigue siendo fundamento del llamado Grupo de los No-alineados, un conglomerado de países que se ubicaban, convenciendo a pocos, como equidistantes entre los polos hegemónicos característicos del pasado reciente de la relación internacional, se muestra todavía deseoso de actividad y aparentemente, quiere hacer por recuperar la fuerza que su lamentable preferencia por el polo de la izquierda, le quitaron a lo largo de los años, con la pérdida de prestigio causada por el autofabricado liderazgo de Fidel Castro.

Se habla ahora de la necesidad de redefinir el concepto de "no alineación", a la luz de la desaparición de los polos hegemónicos como tales, pero para llegar a una reflexión positiva al respecto sería necesario que los activistas de la estrategia de izquierda dentro del Grupo, quedaran desplazados en la conducción del movimiento.

NO obstante sus dificultades internas, el dictador cubano intentó una vez más, asumir protagonismo dentro del Grupo.

Sin saberse con que objeto, convocó a una reunión de los países latinoamericanos integrantes del NOAL, en La Habana.

Afortunadamente, varios gobiernos de la región mostraron su desinterés por esa reunión y el encuentro fue suspendido, pero está en pie la reunión plenaria del Grupo a realizarse en 1992, correspondiendo se efectúe en territorio latinoamericano.

Según informaciones, Argentina no se ha interesado en ser sede del encuentro, no obstante solicitaciones del secretariado, y, al presente, se piensa que la reunión pueda efectuarse en Venezuela.

EN un lugar u otro, en el cariz que han tomado las relaciones internacionales con la apertura del Este y el entendimiento Este-Oeste, el Grupo "no-alineado" nacido como tercera fuerza, supuestamente neutral entre los dos grandes conductores de la interrelación internacional, debe, a riesgo de desaparecer, redefinir según se ha dicho, el concepto de "no-alineación", dándole al mismo un realismo en consonancia con la evolución de los acontecimientos, sin dejar caer el rol que podría asumir dentro de la escena común, si no reincide en sus preferencias por una de las partes lo cual desvirtúa el carácter de no-alineados que le daba fuerza moral.

Los países del continente que integran como miembros plenos, el Grupo son Argentina, Bahamas, Barbados, Belice, Bolivia, Colombia, Cuba, Chile, Ecuador, Granada, Guyana, Guatemala, Nicaragua, Panamá, Perú, Santa Lucía, Trinidad-Tobago, Surinam y Venezuela, disculpándonos de integrar la nómina con los caribeños anglo-parlantes por cuanto oficialmente, integran la Organización de Estados Americanos, aunque por nuestra parte seguimos extrañándonos de que así ocurra.

URUGUAY ha venido actuando como observador en las reuniones del Grupo y es éste un tema que la Cancillería debe analizar.

Si bien el no participar como miembro nos ha evitado aparecer detrás de resoluciones reñidas con el pensamiento uruguayo, también ahora que han comenzado a prevalecer los gobiernos moderados que pueden lograr una reubicación del Grupo, beneficiosa para sus integrantes y para el equilibrio internacional, la presencia uruguaya sumada a los que defienden posturas centristas racionales, podría ser un aporte eficaz hacia la buena incidencia del tercermundismo, en los vaivenes de la política internacional.

ENTRADO
CRUZ DO
01 · 01
.9004623

DE:
TITULO: Documento de los Paises No Alineados.
LA PRENSA (15 CC 90)
4/8/90
Paises No Alineados (11908).

Documento de los Países No Alineados

Caracas (UP) — El presidente de la Comisión del Sur del Movimiento de Países no Alineados, Julius Nyerere, presentó el informe "Reto del Sur" que contiene un análisis de los problemas que afectan al "tercer mundo" y que traza los objetivos de desarrollo y cooperación Sur-Sur para el siglo XXI.

La presentación del documento se efectuó en una ceremonia en el teatro Teresa Carreño de Caracas, a la que asistieron el presidente Carlos Andrés Pérez; el primer ministro de Malasia, Mahathir Mohamad, y representantes de países de Africa, Asia y América latina.

Nyerere indicó que el informe de la comisión del Sur representa el trabajo de tres años y su contenido es el resultado del estudio de numerosas propuestas y recomendaciones que ayudan a reactivar y mantener el proceso de desarrollo del "tercer mundo".

ENTRADO
CRUZ DO

9004624

01-01

Nº D...
TEMA: BIELORRUSIA APROBO UNA DECLARACION DE SOBERANIA.
PRO... LA NACION. (150045)
FE... 28/7/90.
VI... URSS (10175)
FACTOR POLITICO (11164)
GOBIERNO NACIONAL (11305)

Otra república soviética se suma al desafío de los países del Báltico

Bielorrusia aprobó una declaración de soberanía

MOSCU, 27 (Reuter). – El Parlamento de Bielorrusia aprobó una declaración de soberanía, sumándose así a las repúblicas soviéticas que presentaron un desafío al control de Moscú en un intento por reafirmar sus respectivas identidades.

El voto fue unánime, aunque sólo había 230 de los 350 diputados presentes en la Cámara, informó la agencia de noticias bielorrusa Belta desde Minsk, capital de la república que cuenta con una población de unos 10 millones de personas.

Las repúblicas de Rusia y Ucrania hicieron declaraciones similares en junio y julio, mientras que Moldavia y Uzbekistán declararon que sus propias leyes tendrían preponderancia sobre la ley soviética.

Sin embargo, ninguna otra república ha ido tan lejos como Letonia, Estonia y Lituania, que declararon su intención de abandonar la unión. Los presidentes de las tres repúblicas bálticas se reunían hoy en Riga para coordinar las negociaciones con el presidente Mikhail Gorbachov.

Los países del Báltico

El líder soviético quiere mantener unidas a las 15 repúblicas dentro del marco de un nuevo y más flexible acuerdo de unión, sin embargo Vitautas Landsbergis, de Lituania, Anatolijs Gorbunovs, de Letonia, y Arnold Ruutel, de Estonia, insisten en obtener plena independencia.

El político populista Boris Yeltsin, presidente de la Federación Rusa, también se hospeda en el centro turístico báltico de Jurmala, a 25 kilómetros de Riga, donde se encuentran los tres presidentes.

"Yeltsin no participará oficialmente en la reunión, pero podría asistir a algunas sesiones. Se hospeda en el mismo edificio", dijo un vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores letón.

Yeltsin, que ha manifestado su apoyo por la independencia de los países del Báltico, dijo que la Federación Rusa firmaría tratados con las tres repúblicas dentro de cuatro a seis semanas. Rusia y Letonia tienen dispuesto celebrar conversaciones a partir del lunes.

"La independencia letona debe ser reconocida en la primera sección política de nuestro tratado", dijo a la televisión letona.

Grupos armados

Mientras tanto, Gorbachov, ha tomado medidas para controlar a los grupos armados en las inestables repúblicas del sur del país, especialmente Armenia, donde se impartió la orden para que se disolvieran dentro de un plazo de 15 días.

Pero el líder del principal grupo paramilitar armenio, Raznik Vasilyan, dijo que correría sangre si las tropas intentaban imponer la orden. "Es mejor morir que traicionar al pueblo", dijo.

Nuevos problemas sobre el horizonte económico también acechaban a Gorbachov. Pravda, el diario del Partido Comunista, informó que los trabajadores de las granjas colectivas habían formado comités de huelga en por lo menos tres regiones.

Los campesinos, que pretenden terminar la cosecha pese a la escasez de combustible y de mano de obra, han amenazado con no entregar su producción a menos que las ciudades envíen trabajadores y equipos.

En muchas industrias se han registrado problemas sindicales en los últimos dos años, sin embargo, por el momento, el anticuado sector agrícola se ha mantenido libre de protestas organizadas.

ENTRADO...
CRUZADO...

9004625

Nº DOC.:
TIT.: LAS REPUBLICAS BALTICAS NO VAN A NEGOCIAR.
DIP.: CLARIN. (A500 24)
FEC.: 30/7/90
VIÑ.: URSS. (AC 175)
FACTOR PODER (AA 641)
GOBIERNO NACIONAL (A 1302)
SITUACION INTERNA (A 1334)

LA FORMACION DE UN ESTADO FEDERAL

Las bálticas no van a negociar

MOSCU, 29 (Por **Michael Park**, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — Las repúblicas bálticas de **Estonia, Letonia y Lituania** anunciaron este sábado **que no participarán de las negociaciones tendientes a transformar a la Unión Soviética en un estado federal con amplia autonomía para sus miembros.**

Los tres presidentes de estas repúblicas indicaron que, en lugar de ello, entablarán conversaciones **sobre su independización de la Unión Soviética** y sobre sus futuras relaciones con Rusia y otras repúblicas que siguen estando dentro de la unión.

Arnold Ruutel de Estonia, Anatolijs Gorbunovs de Letonia y **Vitautas Landsbergis** de Lituania acordaron asimismo **negociar en forma conjunta con el gobierno central soviético o, en caso de que Moscú** no estuviera de acuerdo con esta fórmula "tres más uno", **coordinar sus conversaciones sobre el tema de la independencia.**

La decisión de estas tres repúblicas bálticas —si bien se esperaba— **afectará seguramente los intentos del presidente Mijail Gorbachov por mantener unida a la URSS en momentos en que se registran grandes presiones de creciente corte nacionalista, en casi todas sus 15 repúblicas.**

Gorbachov, quien a pesar de todos estos acontecimientos lucha por preservar la integridad de la URSS como Estado, confiaba en que las repúblicas bálticas participarían, al menos, de las negociaciones sobre el tratado que crea una nueva **"unión federal"**, aunque no se incorporaran a ella.

Su decisión de no actuar ni siquiera como observadores podría confirmar incluso la sensación que ya se percibe en repúblicas como **Armenia, Georgia y Ucrania** de que tal como están planteadas **las negociaciones son inútiles y deberían dejarse de lado, en favor de conversaciones sin límite de tiempo fijo y sin ideas preconcebidas sobre su resultado.**

♦ Acuerdo con Yeltsin

El movimiento independentista báltico se vio apreciablemente fortalecido gracias **al acuerdo** entre los **presidentes** de Estonia, Letonia y **Lituania** con **Boris Yeltsin**, el popular presidente de la república de Rusia (la más grande de la URSS), **sobre la necesidad de mantener la cooperación aun cuando se separaran de la Unión Soviética.**

En los próximos dos meses se elaborarán una serie de tratados **que deberían contribuir a garantizar una transición ordenada** y a reconocer la independencia de los estados del Báltico.

En el acuerdo alcanzado con Yeltsin, los tres presidentes de la repúblicas bálticas enfatizaron que deben iniciarse negociaciones **de inmediato** sobre la cooperación a largo plazo en las áreas económica, de desarrollo, comercial, tecnológica y cultural. Estos tratados incluirán también el tema de la **ciudadanía, el de la repatriación y el de los beneficios sociales.**

En lo que tiene que ver con la política soviética, en particular, el acuerdo coloca a Yeltsin **en una posición mucho más ventajosa que Gorbachov** en la solución de la **inminente desintegración** del país ya que Rusia, con la dirección de Yeltsin, jugará un papel mucho mayor y más efectivo seguramente en la consolidación de la nueva relación que el gobierno central.

"La independencia de Letonia debe estar reconocida, definitivamente, en la primera sección política de nuestro tratado", declaró Yeltsin.

Yeltsin se reunió con los tres presidentes de la región báltica en **Jurmala** —un lugar de veraneo en **Letonia en donde** acostumbra a pasar sus vacaciones— y luego los invitó a cenar junto con sus esposas. **Landsbergis**, concertista y profesor de música, tocó el piano para amenizar la reunión, y la esposa de Yeltsin le sacó fotografías a todo el grupo.

Tal como mostró la televisión en una transmisión en directo desde Jurmala, la imagen jovial y distendida de Yeltsin marca un claro contraste con la de **Gorbachov**, quien por lo general se muestra **tenso e irritable** cuando tiene que discutir el tema del Báltico. El mensaje —el deseado, tal vez— que deseaba transmitir la TV letona era que Yeltsin es un hombre con quien se puede dialogar.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9004626

Líder lituana se confiesa socialdemócrata

La primera ministra de Lituania, Kazimiera Prunskiene, afirmó que se siente inclinada hacia el pensamiento socialdemócrata ya que "el futuro comunista se encuentra muy al margen del entendimiento de la situación actual" de su país, en esta entrevista efectuada por "APN" y que EL DIA reproduce en exclusividad.

La dirigente lituana también señaló en la entrevista que la elección del reformista Boris Yeltsin para la presidencia del Soviet Supremo de Rusia le ha dado "más seguridad" ya que "la lección de Yeltsin significa una victoria de las fuerzas democráticas de Rusia".

—Señora Prunskiene: ¿cuánto tiempo podrá resistir Lituania?

—Depende de qué se entienda por "resistir". Si por ello se entiende la posición de independencia, Lituania se seguirá manteniendo firme. Pero otra cosa es la situación económica en que nos vamos a encontrar. Actualmente, la industria y el sector energético están a punto de colapsar. De la energía térmica depende el funcionamiento de la central atómica que hoy por hoy aporta el grueso de la energía eléctrica. Cada día nos reunimos para analizar la situación por sectores.

—Todo parece indicar que en Vilna el consumo de energía está restringido...

—Tratamos de satisfacer las necesidades energéticas de los hospitales, establecimientos preescolares y centros de servicios públicos. En las demás esferas hay restricciones. Las mercancías que ahora entran en Lituania constituyen un 30-40% del volumen de antes. Pero también se necesita medios de transporte y combustible, cuyo suministro fue suspendido el 18 de abril, para hacer llegar las mercancías a los centros de consumo.

—Su política de supervivencia en tan duras condiciones económicas ¿cuenta con un apoyo unánime en el gabinete de ministros o choca con una oposición?

—En el gabinete de ministros, creado recientemente, hay bastante unanimidad. Yo misma presenté las candidaturas de mis adjuntos y de los ministros. Mención aparte merece mi adjunto Brazauskas, conocido en la URSS como primer secretario del Partido Comunista de Lituania y como uno de los pretendientes a máximos cargos en la dirección de la república. Brazauskas conoce bien la industria, el sector energético y la economía en su conjunto, y ahora está realizando grandes esfuerzos para superar las consecuencias del bloqueo de la forma más racional posible.

—Me parece que en su vida profesional Alguirdas Brazauskas ya está acostumbrado a desempeñar papeles de primer orden. ¿Cómo se siente él en la presente situación?

—Creo que el suyo es uno de los papeles de primer orden, sobre todo ahora, en medio del bloqueo económico. No nos estamos disputando competencias sino que tratamos de asociar nuestras posibilidades y potenciales. Sumadas a las de otro adjunto, cabe decir que nuestro trío trabaja con bastante eficacia y, lo que es fundamental, en buena avenencia.

—¿Brazauskas sigue siendo miembro del Partido Comunista?

—Sigue siendo primer secretario del Partido Comunista de Lituania.

—¿Entonces, sigue creyendo, pese a todo, en el futuro comunista de Lituania?

—Pienso que eso del "futuro comunista" se encuentra muy al margen del entendimiento de la situación actual. Me parece que el Partido Comunista lituano, y conste que me refiero al partido autónomo e independiente del PCUS, tiene un programa que tiende más a las ideas socialdemócratas. Y a juzgar por cómo marchan las cosas, el cambio de nombre del partido es algo inevitable.

—¿Sigue habiendo contactos entre Brazauskas y Gorbachov?

—Creo que sus contactos están muy limitados debido a las tensas relaciones políticas entre Lituania y la URSS. Que yo sepa, en las últimas semanas no se ha producido entre ellos contacto alguno, aunque como primer secretario Brazauskas es libre en sus acciones. Y como primer secretario del Partido Comunista puede mantener contactos con el PCUS. Está en su pleno derecho de hacerlo. Estamos creando una sociedad democrática, y en esta esfera de las libertades políticas no cabe poner obstáculos ni establecer una rigurosa vigilancia. En cuando al gobierno de Lituania y a las relaciones con Moscú, desde finales de febrero a esta parte, nadie, salvo yo, se ha reunido con el presidente Gorbachov.

Café selecto

—¿Se reúne usted con sus colegas, digamos con los señores (Vytautas) Landsberguis y Brazauskas, al margen de los asuntos profesionales y agendas oficiales, es decir, en un ambiente informal?.

—Ahora disponemos de muy poco tiempo para tales reuniones. Por supuesto, con frecuencia mantenemos conversaciones, sobre todo Landsberguis y yo. Son conversaciones informales que no se reflejan en la prensa. Nos reunimos los dos cuando el caso lo exige para discutir situaciones concretas. Y debo decir que en lo fundamental nos entendemos. Yo, por ejemplo, no suelo hacer secreto de nada y siempre procuro exponer abiertamente lo que pienso, le guste o no a una u otra persona. Creo que tal rectitud ayuda a evitar malentendidos, y me propongo mantener la misma postura. Por lo que respecta a otros colegas míos, con frecuencia tomamos café juntos. Fui yo quien sentó la tradición. Una vez formado el gobierno, invité a todos sus miembros a una comida. Después de la misma, los ministros pasaron a una habitación aparte donde pudieron intercambiar opiniones con directores de algunos departamentos en torno a una larga mesa con tazas de café humeante. Pienso que ellos deben tener la posibilidad de reunirse no sólo en los despachos y salas de sesiones.

La líder lituana Kazimiera Prunskiene manifiesta su simpatía reformista y reniega del "futuro comunista".

La primer ministra de Lituania, Kazimiera Prunskiene, manifestó que "el futuro comunista está muy al margen de la situación actual".

—Señora Prunskiene, ¿el café lo tienen hoy en Lituania sólo los miembros del Gobierno o es un producto asequible para cualquier ciudadano?

—Lamentablemente, el café escasea. Se vende en algunas tiendas a precios muy altos. Hay grandes dificultades con el suministro de café. Todos los productos de importación figuran en la lista de suministros suspendidos, aunque todavía recibimos cereales a cambio de carne.

Razones fundadas

—Después de la elección de Boris Yeltsin para la Presidencia del Soviet Supremo de la Federación, ¿usted y su gabiente se sienten más seguros?

—Sí, nos sentimos más seguros, y esa seguridad consiste precisamente en el hecho de que la elección de Yeltsin significa una victoria de las fuerzas democráticas de Rusia. Las intenciones que el señor Yeltsin viene proclamando nos dan motivos para confiar en la posibilidad de unas relaciones bilaterales basadas en el entendimiento recíproco y exentas de sanciones.

—¿Está usted segura, a la luz de antecedentes históricos, de que el señor Yeltsin no va a cambiar de rumbo, sobre todo ahora que tiene poderes reales?

—Quisiera creer que no ha de ocurrir un cambio así. Pero cualquier creencia debe tener razones fundadas que en nuestro caso podremos saber cuando hayamos iniciado contactos directos.

—¿Usted personalmente cree en el fenómeno Yeltsin y en su fuerza real?

—La fuerza tiene su confirmación en el hecho de haber ganado. Mas no cabe hacer valoraciones apresuradas. Hay que ver qué tipo de gobierno se va a ejercer.

—Usted vive en una república báltica. La región del Báltico se diferencia de Rusia por una serie de causas. ¿Cree usted posible no sólo como político sino desde un punto de vista meramente humano, que Rusia sea capaz de superar algún día la situación en que se encuentra?

—Creo que muchas cosas han de hacerse para conseguir una mejora. Por supuesto, es necesario descentralizar el poder no sólo a escala de la Unión Soviética sino también a escala de Rusia. Si Yeltsin comienza a centralizar la dirección económica a nivel de rusia, los resultados serán nulos. Los problemas deben resolverse empezando por el nivel local. Este criterio era el principal en la anterior etapa de la autonomía económica de las tres pequeñas repúblicas bálticas. Pero también podría funcionar en las condiciones de la gran Rusia, porque el grado de socialización es alto y la ausencia de iniciativa local y de vínculos estables entre empresas locales hacen necesario rehacer muchas cosas para intensificar este proceso.

Relaciones internacionales

—¿Qué idiomas habla usted?

—Hablo con soltura el alemán y un poco el portugués, porque tengo parientes en Brasil y voy a verlos de vez en cuando. Puedo hacerme entender en polaco y, naturalmente, hablo lituano y ruso. El lituano es para mí la lengua fundamental porque en ella puedo expresar mis pensamientos con el mayor grado de claridad.

—No cabe hacer secreto de que su reciente periplo por varios países occidentales ha suscitado gran satisfacción en determinados medios de Moscú. Me refiero a las noticias recogidas en la prensa soviética en el sentido de que Occidente acoge con reserva las aspiraciones de Lituania. ¿Qué le dijeron en realidad?

—Lo que apareció en la prensa era más bien una anticipación de lo que quisieran que fuese. Pude comprobar que nos apoyan no sólo organizaciones sociales, sino parlamentarios, congresistas y senadores de EE.UU. Esto es indudable. Hubo casos muy raros en que alguien adoptaba una postura crítica. Con dudas y temores se preguntaba qué pasará en la Unión Soviética o qué será del presidente Gorbachov cuando Lituania se independice. En cuanto a los dirigentes y personalidades oficiales, hay que comprender que existe una determinada ética del comportamiento entre las dos grandes potencias, la URSS y EE.UU. Una cosa es apoyar a Lituania y otra es la actitud hacia los dirigentes de la URSS. En Occidente encontré suficiente apoyo y muestras de voluntad coparticipativa en cuanto a solución positiva del problema lituano. Es cierto que a ambas partes se las empuja en un determinado sentido, pero también es evidente que a la otra parte se le tiene que empujar más hacia la apertura de negociaciones y hacia una solución positiva. Es decir, se trata de entablar negociaciones para llegar a un compromiso que confirme la independencia real de Lituania. Así fue en todos los países

9004627

donde estuve yo y donde me entrevisté con jefes de Estado. Esto lo puedo confirmar sin atisbo de duda.

—¿Está usted de acuerdo con la opinión de que las dificultades se debían en gran medida a la magnificada imagen que la URSS y su dirigente Gorbachov tiene en Occidente?

—Cuando yo declaraba algo en Occidente, no lo hacía con la intención de empañar esa imagen. Simplemente procuraba exponer mis juicios sobre determinados procesos reales, tratando de hacer valoraciones no sólo a partir de la posición de Lituania sino también desde la perspectiva del triángulo Lituania-URSS-Mundo.

—¿Se siente usted extranjera en Moscú?

—No, no me siento extranjera en Moscú, pero también digo que no me siento tan a gusto como quisiera sentirme. Moscú es una ciudad hospitalaria, aunque mi deseo es que tengamos buenas relaciones, sin bloqueos económicos y sin malentendidos, no sólo con el Moscú democrático sin con toda la Rusia democrática.

El frente interno

—¿Hay oposición a Landsberguis y a usted en el seno del pueblo lituano?

—Hay, sin duda, una cierta oposición por parte de aquellos que quieren una Lituania independiente. El rumbo a la independencia, esa gente lo relaciona con la figura de Landsberguis por ser presidente del Soviet Supremo que adoptó la declaración de independencia. Se le hace reproches y críticas. También hay oposición en mi caso.

Quizás sea menos fuerte que en el caso de Landsberguis, porque no me cuesta trabajo escuchar a quienes piensan de otra forma y discutir con ellos. Ultimamente he tenido contactos con representantes de diferentes fuerzas políticas. El gobierno incluso ha adoptado una resolución expresando en ella su voluntad de negociar e intensificar relaciones con las fuerzas políticas que crean esa tensión y que representan los intereses de la Unión Soviética. Hace poco me reuní con el grupo que representa los intereses rusos en las empresas transformadoras del petróleo. No constituyen una oposición fuerte, pero sí un interés especial. En cualquier caso hay que escuchar sus opiniones. Para decidir cómo eliminar la tensión es necesario normalizar la situación en la medida suficiente para que la otra parte se perciba como interlocutor antes de comenzar las negociaciones.

Hacia el horizonte

—¿Qué rasgos negativos ve usted en su propio carácter?

—Creo que a veces reacciono con demasiada rapidez a los factores negativos. Me dejo llevar por esas emociones negativas cuando noto un entorno hostil. Ahora consigo dominarme en la mayoría de los casos. Al menos así me parece después de hacerme un examen de conciencia.

—Usted es primera ministra de Lituania. ¿Es la culminación de su trayectoria política o su hora estelar no ha llegado todavía?

—Nunca me lo he pensado. Estoy contenta con el ámbito de mis competencias. Pero hay dos condiciones para poder trabajar normalmente. La primera es la posibilidad de relacionarse libremente con el Este y el Oeste, con la URSS y otros países, es decir, es la eliminación del aislamiento. La segunda condición consiste en una estricta delimitación de funciones entre el gobierno y el Soviet Supremo, para evitar que un diputado o un miembro del Presidium pase a mediatizar las competencias del gobierno. Pienso que ahora que estamos adquiriendo experiencia parlamentaria, este período es simplemente inevitable. Superar semejantes desequilibrios es cuestión de tiempo.

—¿Dónde cree que están los mejores momentos de Lituania: en el pasado o en el porvenir?

—En el porvenir, desde luego. Se nos vaticina un gran futuro, habida cuenta de nuestra situación geopolítica y de las nuevas posibilidades que se abren en las relaciones entre el Este y el Oeste. Si las relaciones políticas se normalizan, el desarrollo de Lituania será también un factor de desarrollo de sus vecinos orientales que ahora no nos ven con buenos ojos.

—En Rusia hay quienes piensan que en Lituania no quieren a los rusos...

—No estoy de acuerdo con los que piensan así. En Lituania no quieren al centralismo y a la ideología comunista venidos de Rusia. No es cierto que Lituania sea hostil a los rusos. En Lituania los rusos siempre se han sentido a gusto, incluso en los duros tiempos que corremos. En territorio de Lituania viven ya durante siglos los adeptos del viejo rito ortodoxo, y esa gente conserva perfectamente la identidad rusa. Tengo un montón de amigos de distintas nacionalidades. Tal vez hoy me identifico más con los lituanos en la concepción del objetivo fundamental a que aspiramos y que los rusos no siempre entienden en la medida en que lo entendemos nosotros. Recibo muchas cartas, más de rusos de Rusia que de lituanos. Sus autores expresan un enérgico apoyo. Son pocas las cartas donde se me hacen reproches. En la mayoría de las cartas se nos anima a seguir adelante y se condena al bloqueo económico y a los que lo han empezado.

9004 62

DOCUMENTO
Repúblicas Soviéticas cuyos parlamentos han declarado soberanía o Independencia
EL PAIS (150007)
12/8/90
URSS (10175)
Factor Político (11164)
Gob. Provinciales. (11303)

REPUBLICAS SOVIETICAS CUYOS PARLAMENTOS HAN DECLARADO SOBERANIA O INDEPENDENCIA

República	Declaración	¿Ciudadanía separada?	Política económica	Política militar	Política exterior	¿Idioma oficial local?
Azerbaijan	Declaración de soberanía declarada el 23 de setiembre de 1989	Doble ciudadanía. La soviética está permitida	Busca transferencia gradual de control sobre petroleo y otros recursos	No hay arreglos especiales aunque el Frente Popular pide Ejército independiente.	Un comité trabaja en una política exterior independiente. Hay tratados sobre comercio y fronteras con Turquía.	Sí
Estonia	Declaración de independencia el 30 de marzo. Transición a negociar con el Kremlin	Ciudadanía para todos los habitantes. Votan sólo los nacidos allí.	Control total de la economía. Quiso introducir moneda propia en diciembre. Tiene precios propios.	Permite alternativa al servicio militar.	Se estudia política exterior totalmente independiente	Sí.
Latvia	Se declaró República Democrática Independiente al 4 de mayo, pero retuvo la mayoría de las leyes soviéticas.	Sí, aunque el comité de ciudadanos registra su propia lista alternativa.	Total contral de su economía con declaración del 4 de mayo.	Permite alternativa al servicio militar.	Se permite política exterior independiente.	Sí.
Lituania	Declaración de independencia total aprobada el 11 de marzo, congelada por cien días cuando empezaron conversaciones con el Kremlin	Son ciudadanos todos los que vivían en la república antes del 11 de marzo.	No se permite jurisdicción soviética desde el 11 de marzo, aunque está sujeto a negociaciones con el Kremlin.	"Servicio de Defensa Nacional" (conscriptos), instituido el 17 de julio.	Total independencia por declaración del 11 de marzo.	Sí.
Moldavia	Declaración de soberanía aprobada el 24 de junio. Rigen leyes soviéticas sólo con ratificación local.	Son ciudadanos todos los que viven en la República.	Control total sobre su economía.	Ninguna, pero se propondrá en el parlamento en otoño.	Primera República en reconocer a Lituania, como estado independiente.	Sí. (Exige que la palabra "Moldova" sea escrita en caracteres latinos en todo documento ruso).
Rusia	Declaración de soberanía aprobada el 12 de junio.	No.	Transfiere ministerios y bancos soviéticos a control ruso. Precios de materias primas rusas se elevarán a niveles mundiales.	Ninguna	Negociaciones en curso con Lituania y otras Repúblicas.	Por supuesto.
Ukrania	Declaración de soberanía aprobada el 16 de julio.	Sí. También se permite ciudadanía soviética.	Los recursos se transferirán a control local. Proyecta emitir moneda propia.	Formará su propio ejército. Proyecta ser un estado neutral.	Ya es miembro de las Naciones Unidas. Proyecta desarrollar política exterior propia.	No.
Uzbekistán	El 20 de junio aprobó declaración de soberanía que, confusamente, también dice que la Constitución sigue siendo subsidiaria de la de la Unión Soviética.	Sí. No hay pasaportes independientes, pero los que viven en la República pueden ser registrados como ciudadanos.	Los ministerios soviéticos continúan siendo dueños de empresas, pero deben pagar impuestos especiales.	Ninguna. Los nativos pueden se eximidos del servicio militar mediante arreglo especial con Ministerio de Defensa soviético.	Negociaciones especiales con la Unión Soviética para la venta de "Bienes estratégicos", como el algodón.	Sí.

ENTRADO
CRUZADO

01·01

9004628

Letonia

El objetivo es restaurar la independencia

Por Ivars Godmanis

Letonia fue un estado independiente por veinte años y creemos que Letonia debe ser independiente de nuevo. Alcanzar este objetivo no será fácil, pero nuestro programa bosqueja cómo planeamos conseguirlo. Primero y ante todo, nos comprometemos a la democracia; usaremos los medios parlamentarios que se nos han abierto para trabajar en favor de la independencia. En última instancia, queremos establecer una democracia parlamentaria multipartidista en Letonia. Mientras tanto, continuaremos con formas pacíficas de protesta; concentraciones masivas, manifestaciones, peticiones y cosas similares.

Letonia debe tener soberanía económica. Nosotros podemos resolver nuestros propios problemas; no hay razón para que dependamos de Moscú. Los gobiernos locales deben tener control sobre sus ingresos y gastos, cosa que no tienen en estos momentos. Después, tendremos que llegar a acuerdos con Moscú y otras repúblicas en cuanto a precios y comercio. Además, la soberanía económica significa que nos sea permitido llevar a cabo nuestro comercio exterior como estimemos mejor. En general, los burócratas de Moscú han decidido más en nuestra economía que nosotros mismos, y esa burocracia es una gran carga para nosotros.

Segundo, todas las instituciones que han sido usadas para la represión –el Ministerio del Interior, la KGB, los tribunales, la policía, las fuerzas especiales– deben quedar bajo el control de Letonia y no de Moscú.

Cambios en el área militar

La tercer área en que se necesitan cambios es la militar. No tenemos idea de lo que se propone el Ejército soviético en Letonia. El Estado Mayor de las fuerzas armadas soviéticas para la región del Báltico se encuentra en Letonia, pero nosotros no tenemos control sobre la misma. Queremos establecer un comité en el Soviet Supremo con poder para supervisar las fuerzas armadas. Esperamos también asegurar el derecho de que los jóvenes de los estados bálticos realicen el servicio militar en los estados bálticos. Nuestros jóvenes son maltratados en otras partes de la Unión Soviética; incluso los rusos de los estados bálticos son objeto de abusos cuando los envían al Este. Después, queremos el restablecimiento de nuestra propia fuerza de seguridad. Letonia tuvo su propia fuerza de seguridad hasta 1956 –doce años después de terminada la guerra– pero fue disuelta después de los motines que ocurrieron ese año en Georgia.

El paso final de la reorganización de las relaciones militares con Moscú será el cambio de *status* de las bases soviéticas en Letonia. La situación es comparable con la de, digamos, las bases que tienen los Estados Unidos en Italia o España. No veo problemático un acuerdo al respecto; la independencia de Letonia no debe representar una amenaza para la seguridad soviética.

A los políticos de Moscú les gustaría pensar que todo lo que tienen que hacer es admitir lo que todo el mundo ya sabía, y eso será el fin. Pero están equivocados. Si los protocolos secretos eran ilegales, como ahora reconoce el gobierno soviético, entonces la ocupación de Letonia por 200.000 tropas soviéticas fue ilegal, como ilegales fueron las elecciones celebradas en 1940, la creación de la República Socialista Soviética de Letonia, y la incorporación de Letonia a la Unión Soviética. Pero, por supuesto, hay una considerable diferencia entre el *status* legal de los estados bálticos y la realidad. Un largo y tortuoso camino se extiende ante nosotros antes de que alcancemos la independencia.

La única salida: descentralización

Estamos tratando de mostrar a las otras repúblicas y a los que toman las decisiones en Moscú que la única salida de la actual crisis es la descentralización. Todo debe ser descentralizado: el gobierno, la economía, la política, todo. Cada república debe decidir por su cuenta cómo proceder para la descentralización y hasta qué punto llegar. Para los estados bálticos, que no firmaron el tratado estatal de 1922 (por el que se creó la Unión Soviética), la descentralización significa la restauración de la independencia. No creo que muchas repúblicas sigan nuestro ejemplo para separarse de la Unión Soviética. Y hay que destacar que al favorecer la descentralización no tratamos de minar a Gorbachev. Pura y simplemente, la única forma que la Unión Soviética tiene de resolver sus problemas es que Moscú abandone su control.

La creación de una federación de estados independientes es cosa del futuro, pero ya hay planes para una federación económica. Actualmente, el plan es establecer un "mercado báltico" en 1993. Esta unión no se basaría en una economía socialista, ya que una economía socialista no significaría ninguna economía. En vez de ello, estableceríamos relaciones de mercado entre los tres estados bálticos. También habrá un acuerdo de ayuda mutua; por ejemplo, nos ayudaríamos mutuamente si las repúblicas orientales organizaran alguna forma de boicot contra nosotros o si hubiera problemas con las materias primas. Nuestros economistas calculan que, en una "situación extrema", podríamos cubrir el 85 por ciento de nuestras necesidades agrícolas y el 75 por ciento de nuestras necesidades industriales.

Tal y como yo lo veo, la cuestión es si Moscú comprenderá lo útil que una Letonia independiente –y una Estonia y una Lituania– pudiera ser para la Unión Soviética. Los estados bálticos pudieran servir de modelo al estilo de Hungría o, tal vez más apropiadamente, de Finlandia. Finlandia fue parte del Imperio ruso hasta 1917; hoy existe como nación independiente que tiene frontera con el imperio soviético. ¿Por qué no tener a los estados bálticos como vecinos amistosos? Después de todo, no tenemos otra opción que mantener nuestra amistad con la Unión Soviética. Simplemente queremos gobernarnos y, como estados independientes, nos encantaría establecer relaciones económicas y políticas con la Unión Soviética.

Sería en interés de Moscú tener a Estonia, Letonia y Lituania como puentes con el Occidente. Imagínense lo que es tratar de hacer negocios con la Unión Soviética: no existen las relaciones básicas de mercado, y los precios carecen de significado. Es muy difícil establecer conexiones económicas directas de cualquier tipo con la Unión Soviética. Pero los estados bálticos pueden servir de ayuda. Nosotros cubrimos nuestras cuotas de producción y tenemos excedentes. Nosotros estamos preparados para una economía de mercado libre.

(Ivars Godmanis es vicepresidente del Frente Popular de Letonia)

01-01

9004629

Devuelven nacionalidad (URSS) a importantes personalidades
La República 16/6/90
URSS (Moscú)
Fuentes Públicas (AFP)
Ipub Nacional (11306)

Fue derogada la disposición que regía desde 1966

URSS: devuelven nacionalidad a importantes personalidades

París (AFP)

■ La medida que -desde 1966- despojaba de la ciudadanía soviética a numerosas personalidades del país, anulada este miércoles por el presidente Mijaíl Gorbachov, concierne a numerosas celebridades.

Entre los beneficiarios de la anulación de pena figuran los siguientes:

-Alexandre Solyenitsin: uno de los más famosos intelectuales soviéticos, autor del Archipiélago de gulag y Premio Nóbel de Literatura en 1970, había sido privado de la ciudadanía soviética en 1974. Nacido en 1918 en el Cáucaso, vive en Estados Unidos desde 1976.

-Valery Chalidz: jurista y fundador del Comité (declarado ilegal) de Derechos Humanos de la URSS. Fue privado de la ciudadanía en 1972, luego de dar una serie de conferencias en Estados Unidos, acusado de haber cometido "actos contrarios al honor de los ciudadanos de la URSS".

-Oleg Rabin: uno de los más importantes disidentes soviéticos, fue despojado de la ciudadanía en 1978, luego de un viaje a París, por haber cometido "actos atentatorios al prestigio de la URSS".

-Víctor Kortchnoi: uno de los mejores ajedrecistas del mundo, fue privado de la ciudadanía de 1976, por haberse negado a regresar a la URSS en 1977, luego de un torneo disputado en Holanda.

-Gunnar Rodos: militante de los derechos humanos y disidente letón, privado de la ciudadanía en 1980, por haber realizado en Suecia "una propaganda calumniosa anti-soviética".

-Lev Kopalev: escritor anti-sionista, fue privado de la ciudadanía luego de un viaje a la RFA.

-Vasili Axionov: novelista contemporáneo notable, debió abandonar la URSS en 1980, luego que se le prohibiera ejercer su profesión, en 1981 se le quitó la ciudadanía.

-Víctor Kovalenko y Vladimir Valsevitch: escritores refugiados en Occidente, acusados de haber "calumniado" a la URSS, perdieron la ciudadanía en 1981.

-Michel Heller: historiador soviético que vivía en Francia desde 1969, fue privado de ciudadanía en 1980.

Otros beneficiarios de la medida anunciada, pero que ya habían fallecido, entre ellos figuran:

-Valeri Tarsis: uno de los primeros escritores disidentes soviéticos, que perdió su ciudadanía en 1966 y falleció en Suiza en 1982.

-Alexandre Galitch: poeta disidente, privado de la ciudadanía en 1974, falleció en París en 1977.

-General Piotr Grigorenko: uno de los fundadores del Comité de vigilancia de los acuerdos de Helsinki en 1976, privado de la ciudadanía en 1978, falleció en 1987 en Nueva York.

Por otra parte, las autoridades soviéticas restituyeron últimamente la ciudadanía a algunas personalidades.

El músico Mstislav Rostropovich y su esposa, la cantante Galina Vishnevskaia, privados de su ciudadanía en 1978, [illegible] en 1990.

PARTES POCO LEGIBLE

ENTRADO
CRUZ-DO

01 - 01

9004 530 -/

Cambios en la URSS.
EL PAIS (15000?)
19/8/90
URSS. (1175)
Fax. publico (11164)
Situacion interna. (1334)

CAMBIOS EN LA URSS

La URSS, tal y como está actualmente constituida, es una entidad política y socialmente inestable, que encara un prolongado período de tumultuosos cambios. En este período el foco principal de la política estadounidense debe ser el fortalecimiento de la vida democrática independiente en la URSS.

Desde la distensión política que se ha producido bajo Mijail Gorbachov, la URSS ha visto el despertar de profundas fuerzas sociales y movimientos políticos. El "glasnost" y la "perestroika", tal y como originalmente fueron concebidos, buscaban inspirar una distensión política y económica controlada y dirigida por el Partido Comunista. Pero pronto surgieron organizaciones públicas que escapaban del control del Partido. Se crearon frentes populares democráticos e independientes que presionaron a favor de los pueblos del multinacional imperio soviético. La inquietud obrera y las huelgas llevaron a la creación de las primeras organizaciones obreras democráticamente dirigidas en la URSS. Grupos culturales, ecológicos y religiosos, comenzaron a patrocinar sus intereses y a reconstruir la sociedad civil.

La Federación Americana del Trabajo y el Congreso de Organizaciones Industriales (AFL-CIO) saluda de todo corazón a los movimientos independientes de la URSS. Damos la bienvenida, en particular, a la aparición de sindicatos obreros libres, basados en la masa trabajadora. En el contexto de las dificultades económicas soviéticas, lo más probable es que en los meses venideros surjan nuevos y más poderosos movimientos dirigidos por los obreros.

Hoy, los grupos sindicales obreros independientes —muchos de los cuales funcionan dentro de los márgenes legales de la sociedad soviética carecen de un status legal. La AFL-CIO se ha comprometido a asistir moral y materialmente a estos grupos. Se propone también intensificar los contactos con los movimientos obreros independientes en la URSS, al tiempo que ignora a los frentes sindicales controlados por el Estado, el Consejo Central Unificado de Sindicatos Obreros. Todos los activistas de los derechos humanos y de los sindicatos democráticos de la URSS, que se han entrevistado con funcionarios de la AFL-CIO, han respaldado nuestra política de ignorar a los sindicatos controlados por el Estado soviético. Ahora, en momentos en que los obreros soviéticos están creando sus propias instituciones libres, la AFL-CIO no dará ayuda a los instrumentos estatales que por tanto tiempo han sofocado las asociaciones libres y los intereses de los trabajadores.

La AFL-CIO está convencida de que la reforma en la URSS se debe, principalmente, a la crisis que aflige a la economía soviética, y a la ansiedad, de la URSS por participar en la economía mundial. Tales condiciones soviéticas pueden ser usadas como palanca constructiva para impulsar el proceso de democratización en la URSS.

Por eso, la AFL-CIO apoya la tensión del status de nación más favorecida a la URSS y, separadamente, a Lituania, Letonia y Estonia, por un período de prueba de un año, sujeto a revisión congresional y sujeto al respeto soviético de los derechos básicos humanos y de los trabajadores.

Reafirmamos nuestro apoyo al trabajo de Radio Libertad y Radio Europa Libre, que han sido faros de esperanza y fuente de información vital para los pueblos de la URSS. Y pedimos al Congreso que aumente los fondos del fondo Nacional para la Democracia, de modo que éste pueda ayudar a los grupos democráticos independientes en la URSS. LANE KIRKLAND

(El autor es Presidente de la AFL-CIO)

ENTRADO
CRUZADO
L9004631

Falta Aprobar el Texto Completo

LA REPUBLICA ARMENIA DEJARA DE SER "SOCIALISTA Y SOVIETICA" COMO ANTES

MOSCU, 22 (EFE).— El Parlamento de Armenia volvió a aplazar hoy la votación definitiva de su Declaración de Soberanía hasta mañana, al no lograr un acuerdo respecto a la inclusión de un punto referente al genocidio armenio realizado por Turquía en 1915.

Los 10 puntos fundamentales de la Declaración, ya han sido aprobados de forma separada, por lo que únicamente queda por aprobar la cuestión relativa al genocidio y el texto en su conjunto.

La Declaración de Soberanía de Armenia elimina los calificativos de "socialista" y "soviética" para la República pero no hace mención expresa a la secesión de la URSS.

Una de las cuestiones centrales de la Declaración es que la República contará con todas las instituciones propias de un Estado independiente, incluidas fuerzas armadas, embajadas y moneda propia.

La intención del Parlamento al decretar la creación de las fuerzas armadas es legalizar de algún modo los destacamentos armados ya existentes, siempre que éstos se subordinen al Legislativo.

Las discusiones en el Soviet Supremo de Armenia, presidido por el nacionalista Levon Ter Petrosian, incluyeron estos días la definición del papel y lugar de las Fuerzas Armadas de la República.

Pogosian señaló que la intención del Parlamento es legalizar la situación de los grupos nacionalistas armados e integrarlos en la policía o en las tropas del Ministerio del Interior.

Según el servicio de noticias "Interfax", el Soviet Supremo de Armenia creará las Fuerzas Armadas de la República, las tropas del Interior y los Organos de Seguridad del Estado, y decidió que no podrán ser empleadas sin el permiso del Parlamento de la República.

Las discusiones del Soviet Supremo se celebran mientras se han incrementado los enfrentamientos armados entre los grupos nacionalistas armenios y azerbaiyanos en la frontera de ambas repúblicas transcaucásicas, según informó hoy la agencia TASS.

Durante las últimas 24 horas, han resultado dos personas heridas en el distrito Kazajski de Azerbaiyan por los disparos de armenios desde la zona fronteriza, y en el distrito de Ilichovsk de la república autónoma de Nachijevan, perteneciente a Azaerbaiyan, también hubo tiroteos.

En varias zonas de Armenia también hubo víctimas, dijo TASS, aunque no precisó si eran muertos o heridos ni cuántos, y apareció el cadáver de un policía que estaba secuestrado desde el pasado día.

Por otra parte el tráfico ferroviario entre la región Kazajski de Azerbaiyan y la vecina Armenia está interrumpido por el recrudecimiento de los enfrentamientos en la frontera entre ambas repúblicas.

ENTRADO
CRUZADO

01·01

9004632

Nº. DOC.
TITULO MOSCU MANTENDRA LAZOS COMERCIALES CON LA INDIA.
PROCE CLARIN (150024)
FECHA 24/7/90.
VINCULO URSS (40175)
FACTOR ECONOMICO (44161)
CONTEXTO EXTERIOR. (11407)

Moscú promete mantener los lazos comerciales con la India

MOSCU, 23 (Reuter y EFE). — La Unión Soviética aseguró hoy a la India que el comercio entre los dos países no sufrirá como consecuencia de las reformas económicas del presidente Mijail Gorbachov, informaron fuentes indias.

El primer ministro indio Vishwanath Pratap Singh mantuvo conversaciones con Gorbachov y el premier soviético Nikolai Ryzhkov al iniciar una visita de cuatro días a Moscú, sobre el fortalecimiento de vínculos económicos hasta 1995.

Moscú es el principal abastecedor de armas de la India y un socio comercial clave.

Se trata de la primera visita de Singh a Moscú desde que derrotó al Partido del Congreso de Rajiv Gandhi en las elecciones de noviembre.

Las fuentes aseguraron a Singh que la Unión Soviética no estaba descuidando sus lazos con la India, el más influyente aliado asiático de Moscú.

Las dos partes reafirmaron en una declaración su compromiso de eliminar las armas nucleares del mundo, diversificar los recursos de las armas del desarrollo, proteger el medio ambiente y crear nuevas estructuras de seguridad global.

"Más que en ningún otro momento antes en la historia reciente, la humanidad tiene la perspectiva de construir una nueva estructura de cooperación y hermandad entre las naciones y los pueblos", dijo.

"India y la Unión Soviética están decididos a contribuir constructiva y vigorosamente para lograr este objetivo", informó la declaración.

La URSS se encuentra en este momento sumida en una terrible crisis económica que le obliga a pedir todo tipo de ayuda a Occidente, Japón y a organismos internacionales como las organizaciones [illegible] los gobiernos amigos a precios de mercado, por lo que uno de los temas de las conversaciones del primer ministro indio será la compra y el modo de pago de productos energéticos y armamento.

En el terreno político, Nueva Delhi espera que la iniciada normalización de relaciones entre las dos grandes potencias asiáticas, la URSS y China, no afecte sus contactos privilegiados con Moscú.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9004633

Nº DOCUMENTO
TEMA COMPRAS EN MONEDA EXTRANJERA.
PROC. CUBZIN. (150094)
FECHA 26/7/90
VINCUL. U.R.S.S. (00175)
FACTOR ECONOMICO (11161)
SEC. COMERCIAL (11407)

Compras en moneda extranjera

MOSCU, 25 (AP). — Los soviéticos podrán utilizar moneda extranjera al realizar compras en tiendas especiales a partir del 1º de agosto, sin tener que informar al gobierno dónde obtuvieron la moneda, indicó hoy la agencia oficial de noticias TASS.

Los nuevos reglamentos fueron anunciados ayer durante una conferencia de prensa del vicecanciller Stepan Sitarian, jefe de la comisión económica extranjera, señaló TASS.

Sitarian dijo que los ciudadanos soviéticos tienen unos 200 millones de rublos (324 millones de dólares) en moneda extranjera que han adquirido legalmente pero que no pueden gastar en la Unión Soviética, excepto en tiendas para extranjeros, que tienen solo una limitada cantidad de artículos.

"De acuerdo con la resolución, se establecerá en la Unión Soviética una red de casas comerciales y tiendas propiedad de la firma, donde las empresas y organizaciones soviéticas, al igual que los ciudadanos con moneda extranjera podrán comprar artículos importados y domésticos de alta calidad", agregó TASS.

De acuerdo con la actual ley, solo algunos soviéticos, como aquellos que han trabajado en el extranjero o con firmas extranjeras, o en restaurantes de cooperativas, pueden tener cuentas bancarias en fondos extranjeros.

Pero cuando gastan el dinero en las tiendas especiales, conocidas como beriozkas, o abren una cuenta con fondos extranjeros, no les exigen explicar de dónde provienen los fondos.

"Ya no será requerida la declaración obligatoria sobre la fuente de donde proviene la moneda", afirmó TASS y agregó que "esto hará posible que muchos ciudadanos soviéticos que tienen moneda extranjera la puedan legalizar y utilizar en territorio soviético".

No se indicó cuándo podrían abrir las nuevas tiendas.

Al tiempo que se reducirán los problemas bancarios para los soviéticos con acceso legal a la moneda extranjera, los nuevos reglamentos aparentemente permitirán que los taxistas, las prostitutas, el mercado negro y otros que obtenían ilegalmente el dinero puedan abrir cuentas bancarias con moneda extranjera y posteriormente retirar su dinero para comprar en las tiendas especiales.

Aunque casi todos los soviéticos tienen prohibido por ahora poseer moneda extranjera, muchos no cumplen con la ley y se les puede ver los fines de semana en comercios pagando con moneda extranjera por alimentos y artículos importados.

TASS citó a Sitarian al decir que "aún es necesario tomar pasos y posibilitar a las empresas estatales, cooperativas, granjas colectivas y a los individuos que tengan moneda, a gastarla en la Unión Soviética".

Sitarian agregó que los depósitos proporcionarían una suma considerable a las reservas de moneda extranjera que el Estado soviético podría utilizar para sus propios fines.

ENTRADO
CRUZADO
01-01
9004634

Gorbachov Reclamó ayuda Occidental.
(1 COL)
27/7/90
URSS (10175)
Factor Económico (11161)
Política Económica (11392)

Durante la visita a Moscú de Giulio Andreotti

Gorbachov reclamó ayuda occidental

MOSCU, 26 (AP). – El presidente Mikhail Gorbachov manifestó hoy que su país necesita asistencia de Occidente para reconstruir sus industrias de artículos de consumo en los próximos dos años, cruciales en su programa de reformas.

En sus declaraciones a periodistas, tras una reunión con el primer ministro italiano, Giulio Andreotti, Gorbachov también expresó que la reciente decisión de la NATO de transformar la alianza militar fue un elemento clave para que estuviera de acuerdo en que una Alemania reunificada sea parte de una alianza occidental.

Elogios al Papa

Por otra parte, formuló cálidos elogios al papa Juan Pablo II y no excluyó la realización de una visita papal a la Unión Soviética.

La Unión Soviética recibió conceptos favorables del Vaticano a traves de los funcionarios italianos que se encuentran aquí, indicó Gorbachov. "Las relaciones están en marcha. El Vaticano y el Papa personalmente han desempeñado un gran papel", agregó.

Andreotti, que preside la Comunidad Europea durante el segundo semestre de este año, encabeza la posición europea de que debe brindarse ayuda a la Unión Soviética, y considera que el programa de reformas de Gorbachov no puede tener éxito sin una rápida asistencia de Occidente.

Durante las conversaciones aquí –manifestó Andreotti–, se trató el tema de créditos financieros italianos a este país, aunque no se llegó a acuerdos sobre una ayuda italiana o europea al programa de reformas de Gorbachov.

A principios de este mes Gorbachov había dicho que su programa, iniciado hace ya cinco años, tendría que mostrar resultados en los próximos dos años o de lo contrario las autoridades deberían dejar sus cargos.

Este año el gobierno tiene que formular varias directivas y el Parlamento del Soviet Supremo debe aprobar la legislación para reformar el sistema bancario, para dar a las fábricas un mayor acceso a compañías extranjeras y para quebrar el control gubernamental sobre la economía, indicó Gorbachov.

Exhortación de Yeltsin

MOSCU, 26 (AP). – El presidente de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, exhortó hoy a los obreros agrícolas a impedir la "catástrofe" de una escasez de alimentos en la mayor de las repúblicas soviéticas y les pidió que recojan las cosechas de este año de la forma más eficiente posible.

Yeltsin expresó que el gobierno otorgará como incentivo cupones de la cosecha del 90 a los obreros agrícolas, desde campesinos y conductores de tractores a procesadores de alimentos.

"La situación actual alimenticia en nuestra república es crítica", afirmó Yeltsin, en una exhortación aparecida en la primera plana del diario Sovietskaya Rossia.

ENTRADO
CRUZADO

1.9004635

Nº D...
TIT... GORBACHOV NO QUIERE QUE SE ROMPA LA UNIDAD MONETARIA.
PR... LA NACION. (15(0)25)
FE... 30/7/90
VI... URSS (10175)
FACTOR ECONOMICO. (11161)
POLITICA ECONOMICA (11392)

Gorbachov no quiere que se rompa la unidad monetaria

MOSCU, 29 (Reuter). – El presidente soviético, Mikhail Gorbachov, denunció hoy a su principal oponente en el ala radical, Boris Yeltsin, con un decreto en el que ratificó el control central sobre los bancos del país.

El decreto, difundido por la agencia noticiosa TASS, indicó que el sistema existente para el manejo de créditos y pagos seguirá en vigor hasta que esté listo un nuevo "Tratado de Unión" que establezca las relaciones entre las 15 repúblicas y el gobierno central.

Pero Gorbachov trató de atemperar el impacto de su medida diciendo que, hasta que el nuevo tratado esté listo, la política bancaria será dirigida en forma conjunta por el banco central soviético (Gosbank) y los bancos centrales de las distintas repúblicas.

El Parlamento de la Federación Rusa, de la que es presidente Yeltsin, aprobó una resolución en junio que reivindica el control sobre todos los bancos soviéticos existentes en su territorio.

El presidente del Gosbank, Viktor Gerashenko, exhortó a Gorbachov el 18 de julio a suspender la resolución.

El nuevo decreto no menciona específicamente a Rusia, pero señala que debe elaborarse en forma conjunta una serie comun de principios para regular las relaciones financieras y de crédito en la Unión Soviética, por ser incluidos en el Tratado de Unión.

Un comité integrado por el jefe del Gosbank y los jefes de los bancos centrales de las repúblicas elaborará una política crediticia y monetaria y el control conjunto del sistema bancario hasta que esté listo el nuevo tratado.

"Hasta la conclusión del nuevo Tratado de Unión, seguirá en vigencia el orden legal existente para la emisión de créditos y pagos", señaló.

"Se recomienda que los parlamentos de las repúblicas se abstengan de aprobar y poner en vigor actos legales que violen el sistema financiero y bancario", indicó.

El presidente soviético, enfrentado una creciente agitación por parte de sectores nacionalistas de las repúblicas más pequeñas y de reformistas de Rusia, la mayor de las repúblicas, ha depositado grandes esperanzas en el proyectado tratado.

Ha propiciado negociaciones sobre un amplio temario con el fin de estructurar un marco flexible que dé a los gobiernos republicanos más control sobre sus propios asuntos.

Pero, según un estrecho colaborador, Grigory Revenko, cree que ocho sectores claves, entre ellos los de Defensa, Moneda y Seguridad Interna, deben permanecer bajo control central soviético.

No imprimir

MOSCU, 29 (AP). – El presidente soviético, Mikhail Gorbachov, exhortó hoy a que las diversas repúblicas no impriman sus propias monedas, porque perjudicarían los esfuerzos para reformar el sistema bancario y de créditos.

Gorbachov formuló la aplicación en una directiva que puso en marcha un análisis del sistema financiero soviético, a cargo de funcionarios de las distintas repúblicas y de Moscú.

En su aplicación, difundida por la agencia noticiosa TASS, Gorbachov dijo que quiere que las repúblicas comprendan las "negativas consecuencias socioeconómicas que podrían resultar de quebrar el sistema monetario unido del país, el único moneda de la república que adopte una enfoca cerrada de circulación. Para corregir las finanzas del país necesita la fuerza de todas las repúblicas de la Unión y la realización de una activa política de estabilización coordinada y financiera-económica".

Las repúblicas de Lituania, Letonia y Estonia están abocadas a planes para imprimir sus propias monedas al tiempo que intensifican sus esfuerzos para lograr la completa independencia de la Unión Soviética. A principios de este mes, la república de Ucrania también incluyó planes sobre una moneda propia en su declaración de soberanía.

Jacques Delors, presidente de la Comunidad Europea, organismo que busca formas de ayudar a la economía soviética, dijo en la visita que efectuó el 20 de julio que si las repúblicas empezaran a imprimir sus propias monedas sería un golpe "devastador" a los intentos soviéticos de integrarse a la economía mundial.

ENTRADO
CRUZADO
01-01
F 9004636

Nº DOCUMENTO
TITULO GRAVE DETERIORO
PROCESO CLARIN. (150094)
FECHA 31/7/90
VINCULO URSS (10175)
FACTOR ECONOMICO (11161)
INFLACION (11300)
POLITICA ECONOMICA (11342)

LA ECONOMIA SOVIETICA

Grave deterioro

MOSCU, 30 (Por **Michael Parks**, de **Los Angeles Times** especial para **Clarín**).— El **Comité de Estadísticas del Estado** informó este domingo que la crisis económica de la **Unión Soviética** —grave de por sí— **está empeorando** a pesar de los esfuerzos del presidente **Mijail Gorbachov** para sacar al país de su decadencia.

El producto nacional bruto cayó el uno por ciento en la primera mitad del año —en contraste con 1989—, en tanto que la productividad se redujo al 1,5 por ciento y los ingresos nacionales en un 2 por ciento. **La mayoría de las cifras del rubro producción cayeron más aún.**

Lo que aumentó fue **la inflación, el déficit comercial, la deuda y la desocupación** porque el gobierno no logró controlar los problemas económicos **del país.**

"No hubo ninguna recuperación económica. Se agudizó la crisis de la economía nacional", indicó, por su parte, la agencia de noticias oficial **TASS.**

La desocupación en la URSS, en **estos momentos**, alcanza a **8 millones de ciudadanos, de una fuerza de** trabajo de 164 millones. Los **precios aumentaron** oficialmente **el 5 por ciento en este primer semestre del año y tres veces más extraoficialmente.** Los ingresos del gobierno son 20 por ciento inferiores a lo que se esperaba, lo cual hace crecer el **déficit presupuestario.** Además, un aumento en las **importaciones** ha elevado el déficit comercial **el 150 por ciento.**

Este comité explicó que el efecto de todo esto ha sido que **los trabajadores ganan más dinero por una producción más baja y, como resultado, pagan precios mucho más altos por bienes de consumo básicos como son los alimentos.**

El precio de las papas, por **ejemplo, aumentó el 10 por ciento**, el de la fruta **el 14 por ciento y el de la** verdura **el 9 por ciento.** Es decir que la gente gastó el 14 por ciento más en bienes y servicios elementales a pesar de **que aumentó el desabastecimiento de casi** todos los productos.

● Impaciencia y descontento

El daño político que le produce a Gorbachov toda esta situación podría ser mayor de lo que sugieren las estadísticas ya que la paciencia de la población se está agotando y el descontento social está aumentando. Además, los conservadores han comenzado a quejarse de que ellos ya habían advertido **que el país necesitaba una planificación y una dirección mejores y no una transición hacia la "economía de mercado regulada" que desea Gorbachov.**

Algunos de los principales analistas económicos soviéticos (reformistas radicales o liberales, en su mayoría) le recordaron al presidente Gorbachov **que prácticamente ya se le ha acabado el tiempo para sus reformas, y que el fracaso de ellas para revertir la decadencia del país le está costando el apoyo político que necesita para seguir adelante.**

"El tiempo que tenemos es catastróficamente escaso", le habría dicho a Gorbachov **Nikolai Shmelev**, uno de los economistas, según la información que publicó el diario soviético **Izvestia** sobre esa reunión de cuatro horas que mantuvieron los analistas con el presidente. Shmelev le advirtió asimismo al número uno de la URSS que el creciente **desabastecimiento de alimentos y productos de consumo de todo tipo era un fenómeno socialmente peligroso que no debía prolongarse demasiado.**

"No debemos perder tiempo", le recordó Shmelev a Gorbachov, al tiempo que lo urgió a solicitar créditos en el extranjero de modo de financiar la importación de productos.

"Sin dichas importaciones, la tensión social aumentará inevitablemente, en tanto que la eficiencia de la economía declinará ya que mientras los comercios permanezcan vacíos cada vez habrá menos estímulos para trabajar", sostuvo Shmelev.

Igor Klyamkin fue un poco más allá y le manifestó a Gorbachov **que el gobierno del primer ministro Nikolai Rizhkov ha perdido toda credibilidad al igual que las reformas económicas que propuso.**

1 - 0 1

ENTRADO
CRUZADO
9004637

Nº D...
TITU... Acuerdo Gorbachov - Yeltsin aceleraría la reforma económica.
P... LA PRENSA (ISC026)
F... 6/8/90
VI... URSS. (ALA75)
PODER ECONOMICO (A1161)
POLITICA ECONOMICA (A1345)

El acuerdo Gorbachev-Yeltsin aceleraría la reforma económica

Moscú (Reuter) — Dejando de lado sus diferencias, Mikhail Gorbachev y su hasta ahora acérrimo crítico Boris Yeltsin han allanado el camino a una rápida trasformación de la economía soviética y pueden provocar un cambio radical en el equilibrio del poder político.

Un inesperado acuerdo sobre reforma económica firmado por el presidente soviético y el presidente parlamentario de la Federación Rusa también ilustra vívidamente la declinación de la influencia del partido Comunista en cuanto a orientar los asuntos del país.

Gorbachev firmó el decreto, por el que se establece un equipo de expertos para producir un programa para la transición hacia una economía de mercado, en su residencia de descanso veraniego, este fin de semana.

El primer documento firmado en forma conjunta por ambos fue elogiado por reformistas, como un cambio radical por parte de Gorbachev esperado desde hace tiempo.

Kostantin Rosev, del semanario pro-economía de mercado "Kommersant", indicó que, por el acuerdo, el poder central representado por Gorbachev "de hecho aceptó una sensible radicalización de la próxima reforma económica".

Economistas sin prejuicios

Bajo el acuerdo, anunciado cuando Yeltsin también estaba de vacaciones pero aún enfrascado en negociaciones políticas con las rebeldes repúblicas bálticas, el nuevo programa será elaborado por un grupo dominado por economistas con pocos prejuicios ideológicos.

Entre ellos se cuentan Stanislav Shatalin, miembro del Consejo Presidencial de Gorbachev, quien no oculta sus opiniones socialdemócratas, y Nikolai Petrakov, asesor del jefe del Kremlin pero también firme crítico de los planes de reforma gubernamentales.

De la parte de Yeltsin está Boris Fyodorov, el ministro de Finanzas de 32 años de edad del nuevo gobierno ruso, y su principal reformista en economía Grigory Yavlinsky, entre los autores principales de su plan de "500 días" para remodelar la gigantesca Federación.

El equipo trabajará bajo la supervisión de Gorbachev y de Yeltsin, y presentará su "concepto" de la transición a una economía de mercado el 1º de septiembre, poco antes que el Parlamento del país se reúna para su sesión de otoño.

"Cualquier programa para pasar a una economía de mercado necesitará un amplio consenso", indicó Mikhail Berger, del decididamente reformista diario "Izvestia", otrora portavoz del gobierno soviético pero ahora canal para expresar opiniones populares.

"Pero esfuerzos conjuntos y una acción coordinada de los dos, indudablemente los líderes más autorizados de nuestro país, asegurarán que el programa tendrá un nuevo crédito de confianza y, teniendo en cuenta todos nuestros problemas, parecen tener mayores probabilidades de éxito", agregó "Izvestia".

El nuevo programa reemplazará a dos variantes anteriores de reforma planteadas por el gobierno del primer ministro Nikolai Ryzhkov, la última de las cuales fue rechazada por el Parlamento en junio.

Rosev, de "Kommersant", indicó este fin de semana que algunos especialistas soviéticos estiman que el acuerdo entre Gorbachev y Yeltsin implica que el propio gobierno tendría que renunciar en el otoño.

Yeltsin, quien ganó la presidencia del Parlamento de la Federación en mayo a pesar de un intento de Gorbachev de impedirle el acceso a ese importante cargo, quiere que se avance mucho más rápido hacia la economía de mercado e insiste en que el poder concentrado en manos de los burócratas comunistas debe ser restringido

ENTRADO...
CRUZADO...

1 9004638

Moscú admitirá empresas extranjeras sin participación del Estado soviético

El presidente Mijail Gorbachov y el jefe de la Federación Rusa, Boris Yeltsin, decidieron ayer intervenir directamente en la preparación del programa de transición económica de la URSS. En el marco de las reformas se permitirá por primera vez en ese país la instalación de empresas extranjeras sin participación soviética.

Agencia AP

Gorbachov, de regreso en Moscú

MOSCU, 17 (Reuter, TASS, ANSA y Scott Shane, de The Baltimore Sun, especial para Clarín). — El gobierno soviético informó hoy que permitirá, por primera vez, que **se instalen en el país empresas extranjeras sin participación soviética,** en el marco de los esfuerzos del Kremlin por consolidar el pasaje hacia una economía de mercado.

El presidente soviético, **Mijail Gorbachov,** interrumpió sus vacaciones para controlar personalmente la tarea del grupo de trabajo —creado hace tres semanas por decisión del presidente de la URSS y del presidente del Parlamento de la Federación Rusa, **Boris Yeltsin**— que prepara el programa de reforma y de transición al mercado para todo el país, según anunció un vocero gubernamental el jueves.

Entretanto, Yeltsin se reunió con un grupo de economistas, increpó a los burócratas por ocultarle información crucial y declaró que el plan del primer ministro **Nikolai Ryzhkov** está muerto y no podrá ser resucitado. Concretamente acusó a los ministerios de Defensa y de Finanzas de negarle información.

El primer ministro Ryzhkov, en un evidente intento de disimular la declinación de su sino político, aseguró que el plan ya revisado prevé **la mantención de congelamiento de precios en los alimentos aunque esto signifique altos subsidios de mantenimiento por parte del Estado.**

♦ Lucha política

Las posiciones de Gorbachov, Yeltsin y Ryzhkov reflejan la intensa lucha política e ideológica que existe en torno al plan de reforma económica que será presentado a comienzos del mes próximo.

En el proyecto de ley sobre inversiones extranjeras presentado por Ryzhkov al Parlamento contempla "el establecimiento de empresas de capitales exclusivamente extranjeros en el territorio soviético".

"Es imposible avanzar hacia una economía de mercado mientras el país permanezca aislado de la economía mundial", dijo el primer ministro ante el presidium de Consejos de Ministros, según informó la agencia oficial TASS. "No podemos limitarnos solamente a los emprendimientos conjuntos".

Se ignora si el texto que será debatido por el Parlamento en setiembre impone restricciones a las operaciones y ganancias de las empresas extranjeras.

Sin embargo, un alto funcionario de la Comisión de Relaciones Económicas Internacionales que pidió conservar el anonimato aseguró que la ley otorgaría sustanciales exenciones a los emprendimientos conjuntos en los que la inversión extranjera superara el 30% del capital.

♦ Hacia la reforma

Boris Yeltsin expresó la esperanza de que, desde el 1º de octubre, se comience a cumplir el programa de reforma económica y transición a la economía de mercado preparado por el grupo de trabajo creado a tales efectos.

Entretanto, Ryzhkov señaló la necesidad de consolidar los esfuerzos para preparar el programa de transición al mercado. "Debemos encontrar un lenguaje común ya que la confrontación nos llevará a un atolladero", declaró en directa respuesta a las críticas de Yeltsin sobre la actividad del gobierno de la URSS.

"El gobierno soviético está preparando el programa de pasaje a la economía de mercado por encargo del Soviet Supremo. Este trabajo seguirá haciéndose. Además estamos dispuestos a utilizar todo lo valioso que haya en el programa que prepara el grupo de expertos creado por acuerdo entre el presidente Gorbachov y Boris Yeltsin", agregó.

♦ Urgencias

Al ser consultado por la agencia TASS sobre la utilidad de elaborar dos programas paralelos, Ryzhkov respondió: "Me asombra que el grupo creado para analizar los problemas de la transición en el marco de la preparación del nuevo tratado federal hoy se ocupe de preparar un programa alternativo. Su trabajo no lo hemos visto pero todo lo valioso que haya estamos dispuestos ha aprovecharlo".

Posteriormente agregó que si existieran divergencias de principio "ello puede tener consecuencias impredecibles para toda la Unión Soviética".

Como claro signo de la urgencia y la pugna que rodea al trabajo, tanto Boris Yeltsin como Gorbachov decidieron intervenir directamente en las discusiones. El presidente de la Federación Rusa voló de vuelta a Moscú el miércoles por la noche, mientras Gorbachov suspenderá sus vacaciones.

Yeltsin comentó a la prensa con respecto al trabajo del grupo que "sobre la base del programa podríamos llegar a un acuerdo económico, o comunidad económica, entre las repúblicas que en general apoyan los principios cimentados en este".

Según el presidente de la Federación Rusa, el grupo alcanzó también un acuerdo con respecto al paquete de medidas extraordinarias para el pasaje, para evitar el caos en el período de transición.

ENTRADO
CRUZADO

9001639

Nº. DOC
TIT PARLAMENTO ARMENIO LANZA NUEVO DESAFIO A GORBACHOV.
PROC CLARIN. (150094)
FEC 30/7/90.
VIN URSS (11175)
FACTOR MILITAR (11463)
SITUACION INTERNA (11334)

URSS: el Parlamento armenio lanza nuevo desafío a Gorbachov

MOSCU, 29 (Reuter). — El Parlamento armenio desafió al presidente soviético **Mijail Gorvachov** al votar **la suspensión de un decreto de éste que reclamaba el desarme de todos los grupos paramilitares dentro de un plazo de 15 días**, informó hoy un grupo nacionalista.

Shavarsh Kocharyan, que representa al Movimiento Nacional Armenio, dijo que el Parlamento armenio decidió en la tarde del sábado, por un amplio margen, suspender el decreto en la pequeña república lindante con Turquía.

El decreto, emitido la semana pasada, estaba dirigido principalmente a los varios grupos armados en Armenia.

En la vecina Georgia, las autoridades comenzaron a evacuar a cientos de personas de un total de 25.000 embarcadas en trenes cuyo tránsito fue suspendido por manifestantes que han bloqueado las líneas en reclamo de la posibilidad de registrar partidos políticos.

El Ministerio de Ferrocarriles soviético solicitó al Ministerio del Interior y al Servicio de Seguridad KGB que ayuden a poner fin **al bloqueo de cuatro días en la región de Abkhazia.**

Kocharyan dijo en una entrevista telefónica desde Erevan, capital de Armenia, que el Parlamento realizaría el lunes un segundo voto para confirmar la suspensión.

Dijo que pronto se celebraría una elección presidencial en la república, en la que seguramente se enfrentarían el líder nacionalista **Levon Ter-Petrosian** y el jefe del Partido Comunista, **Vladimir Movsisyan.**

La suspensión del decreto es el último desafío a los esfuerzos de Gorbachov por restaurar el orden en las convulsionadas repúblicas y concluir un nuevo **Tratado de Unión** que vuelva a definir su relación con la autoridad central.

♦ Separación

Las tres repúblicas del Báltico, que han declarado su intención de separarse, anunciaron este fin de semana que no participarán en ningún debate sobre el tratado (ver nota).

Otras cinco repúblicas, dirigidas por la Federación Rusa, que preside el populista **Boris Yeltsin**, declararon su soberanía dentro de la Unión Soviética y proclamaron la supremacía de su legislación por encima de las normas jurídicas soviéticas.

Militantes y políticos armenios denunciaron el decreto de Gorbachov como una **interferencia en los asuntos internos de la república.**

El comandante del principal grupo paramilitar armenio dijo la semana pasada que desafiaría la orden y **advirtió sobre la posibilidad de un enfrentamiento** en caso de que las tropas soviéticas intenten forzar su aplicación.

La agencia oficial de noticias **TASS** dijo el sábado que desde la puesta en vigor del decreto no había sido entregada ningún arma en Nagorno-Karabaj, un enclave armenio situado en la república de Azerbaiján.

ENTRADO
CRUZADO
1 - 0 1
9004640

Nº
TEMA TRES BUQUES SOVIETICOS EN LA BAHIA DE SAN DIEGO ; EE.UU.
CLARIN (1SC(24)
2/8/90
UESS(10175)
FACTOR MILITAR (1116 3)
RELACIONES INTERNACIONALES (11399)

Inédita camaradería naval

SAN DIEGO, 1º (Por **Nora Zamichow**, de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — Tres buques de guerra soviéticos ingresaron este martes en las aguas (prohibidas en otros tiempos) de la bahía de **San Diego (EE.UU.). Su llegada fue considerada histórica ya que es la primera vez en más de un siglo que los militares soviéticos visitan la costa oeste norteamericana.**

Los dos destructores y el petrolero de la **Unión Soviética** ingresaron en la **Estación Naval 32º** luego de intercambiar varias salvas de cañonazos sus colegas norteamericanos.

Los soviéticos fueron escoltados por pequeñas lanchas de paseo, embarcaciones de la guardia costera y balsas de goma con integrantes de **Greenpeace** a bordo, que se dedicaron a desplegar **pancartas en ruso pidiendo el desarme nuclear.** Los marineros soviéticos no reaccionaron mal al ver las pancartas, y la ceremonia pudo continuar sin mayores dificultades.

"El mundo está cambiando a pasos agigantados. Si un año atrás me hubieran preguntado si pensaba que era posible venir a los EE.UU., la respuesta hubiera sido no", indicó el almirante **Gennadiy Alexandrovich Khatov**, comandante de la **Flota Soviética del Pacífico**, a través de un intérprete.

Los oficiales de marina de ambas naciones confesaron tener grandes ambiciones por esta visita sin precedentes, pero muchos de los 850 marineros soviéticos admitieron tener objetivos distintos.

"Ante todos nos decían que el capitalismo era malo y ahora que es bueno. Lo único que quiero es caminar por ahí y hablar con la gente", comentó **Oleg Ozlev**, un oficial de 20 años, que vive en las afueras de Vladivostok.

Por su parte, el teniente primero **Dmitri Abramov** confesó en un inglés muy rudimentario que lo que quería era visitar **Sea World**, el famoso acuario de esta ciudad.

♦ Programa de intercambio

La llegada de los tres buques soviéticos —el **Almirante Vinogradov**, el **Boyevoy** y el **Argun**—, para una visita de cinco días, representa la segunda etapa de un programa de intercambio creado por el almirante norteamericano **William Crowe** —ex titular del **Estado Mayor Conjunto de los EE.UU.**— y el mariscal **Sergei Akhromeyev** —ex presidente del mismo organismo en la URSS—.

La primera etapa de este acuerdo tuvo lugar **en julio de 1989** cuando la marina soviética visitó la base naval norteamericana de **Norfolk, Virginia.** Al mes siguiente, la marina norteamericana emprendió viaje hacia **Sevastopol en Crimea.** Y en setiembre de este año tres barcos de los EE.UU. visitarán **Vladivostok**, asiento de la **Flota Soviética del Pacífico**

El almirante **Charles Larson**, comandante de la **Flota Norteamericana del Pacífico**, comentó que todas estas visitas tienen como objetivo **promover la buena voluntad entre ambas naciones.**

"Deseamos intercambiar ideas y opiniones de modo de entendernos mejor", precisó Larson.

Tras su arribo, a las 9 de la mañana (hora local), los buques soviéticos izaron sus banderas en medio de una espesa columna de humo. Acto seguido sus marineros formaron fila y allí tuvieron su primera vista panorámica del sur californiano. Grandes grúas amarillas comenzaron a hacer su trabajo en el muelle, mientras los barcos aseguraban sus amarras y la banda militar soviética comenzaba a tocar.

Luego de escuchar los discursos de Larson y de la alcaldesa de San Diego, **Maureen O'Connor**, los marineros soviéticos recibieron autorización para mezclarse con sus colegas norteamericanos, que habían ido a recibirlos a bordo del crucero **Leahy**, la fragata **McCloy** y el destructor **Merrill.**

♦ Aliados no, enemigos

Los marineros soviéticos y norteamericanos intercambiaron recuerdos, se sacaron fotografías y se saludaron calurosamente. Los norteamericanos quisieron intercambiar sus gorras con los soviéticos, pero estos se negaron, ya que como explicó luego un oficial solo tenían una.

"Se supone que ellos no son nuestros aliados sino nuestros enemigos. Pero aquí están intercambiando con nosotros datos, prendedores, cinturones y todo tipo de recuerdos", observó **Steve Fralin**, un norteamericano de Albuquerque que se incorporó a la marina hace dos años.

Pero hubo otros norteamericanos que aprovecharon la visita para otros fines. El cabo norteamericano **Dave Tepper**, por ejemplo, subió a bordo de uno de los barcos soviéticos cargando una cámara de video, con la cual filmó subrepticiamente el puente de navegación y los sistemas de radar. (Tepper, un operador de sonares, fue entrenado durante años para detectar embarcaciones como la que acababa de visitar).

0 1 0 1

ENTRADO
CRUZ DO

90046 41

Realidad Soviética Expuesta en OIT: Prevén Gran Aumento del Desempleo

"En los años noventa el mundo se abre a nuevas esperanzas. Esperanzas provocadas por los procesos de renovación, por la mejora de la atmósfera internacional, por una conciencia cada vez mayor de la interdependencia entre los diversos países del mundo y de la unidad de la humanidad" comenzó diciendo al hacer uso de la palabra en la 77ª Conferencia de la Organización Internacional del Trabajo, el presidente del Comité Estatal de Trabajo y Asuntos Sociales de la Unión Soviética, Sr. Cherbakov.

CATASTROFES ECOLOGICAS EN LA URSS

Al referir el tema central de la Conferencia, "El medio ambiente y el mundo del Trabajo", Cherbakov citó las desgracias ocurridas en su país mencionando a Chernobyl, lo que —dijo— provocó "la contaminación radiactiva de grandes territorios densamente poblados que nos ha obligado a enfrentar no sólo a toda una serie de problemas médicos y sanitarios, sino también a desplazar cerca de 400.000 personas a las que ha habido que asegurar empleo, alojamiento y una cobertura social. Además, durante varias décadas, un territorio de una superficie equivalente a varios estados importantes no podrá tener producción agrícola".

Otro "problema grave" mencionado es el registrado en la cuenca del Mar de Aral, que rebasa los límites regionales y está desapareciendo de la faz de la tierra saliendo los fondos marinos a la superficie salinizando tierra que antes fueron fértiles y que alimentan cientos de miles de personas en las zonas de Kazakstan y Uzbekistan. "Digo esto para mostrar que estamos dispuestos a celebrar conversaciones francas, y sobretodo para mostrar cuál es la amplitud de los problemas que el Gobierno soviético debe resolver hoy".

ECONOMIA DE MERCADO ERA INDISPENSABLE

Continuando con su exposición, el delegado ruso ante la OIT entró en el tema económico diciendo: "Quisiera llamara la atención sobre el problema socioeconómico que tiene lugar actualmente en nuestro país. Al analizar la situación de la economía, las tendencias de su desarrollo y la experiencia internacional, hemos llegado a la conclusión de que era indispensable pasar a unas relaciones de mercado, lo que a nuestro juicio permitirá incentivar eficazmente la productividad, superar las actitudes de dependencia, mejorar la distribución y eliminar carencias y desequilibrios, lo que favorecerá la creación de condiciones para una integración mejor de nuestra economía en la economía mundial. En la actualidad, tratamos de crear las instituciones e instrumentos de mercado necesarios en relación con las mercancías, las inversiones, capitales, acciones y los mercados de trabajo y de servicios".

"La base jurídica para las reformas está constituida por las leyes adoptadas recientemente en la Unión Soviética sobre la propiedad, la tierra y el arrendamiento y otros instrumentos legales sobre desnacionalización y eliminación de monopolios están en curso de elaboración, lo que permitirá la creación del libre mercado y el desarrollo de una economía de empresa. Estas leyes crean un clima favorable de desarrollo, de acuerdo con las prácticas occidentales comúnmente aceptadas. Estamos poniendo las bases para acercar nuestra economía a la del resto del mundo" afirmó Cherbakov.

1.500.000 DESOCUPADOS EN LA URSS DESEMPLEO PUEDE SUBIR DOS, TRES Y DOCE VECES

También mencionó otras dificultades, como el empleo. "El desempleo puede subir entre dos, tres o doce veces, según qué camino se elija para dirigirse a la economía de mercado. Los problemas ecológicos pueden agudizar el desempleo. El año pasado, más de mil empresas o grandes instalaciones de producción interrumpieron su labor por problemas ecológicos, lo que tuvo consecuencias directas en la producción. Las relaciones sociales y laborales así como en el nivel de los salarios. Las reivindicaciones de los trabajadores cada vez conceden mayor importancia a las cuestiones ecológicas, y más a menudo se interrumpe el trabajo por esta razón. Esto no basta, pero tiene importancia para explicar nuestra nueva legislación sobre garantías de los derechos laborales".

Dijo que hasta hace poco el empleo de la mano de obra en la URSS estaba garantizada por "una economía planificada y junto a ello existía una economía insuficientemente eficaz, con salarios bajos". Agregó que "existe ya un desempleo estructural de 1.500.000 personas en la Unión Soviética".

PREVEN EMIGRACION DE 2 MILLONES DE PERSONAS

Se refirió también a medidas de carácter internacional dada la inminente adopción de una Ley sobre condiciones de entrada y salida del país. "Según las previsiones, consideramos que la liberalización de los procedimientos de salida de los trabajadores nos permitirá liberar a un flujo migratorio de un millón y medio a dos millones de personas, aparte de aquellos que emigren por otros motivos que, naturalmente, podrían aumentar esta cifra".

CONSULTA TRIPARTITA Y DEMOCRATIZACION ECONOMICA

Finalmente, y entrando en materia estrictamente laboral, el delegado soviéticamente la OIT manifestó: "Creemos que un requisito importante para establecer un mercado que funcione satisfactoriamente en nuestro país es la democratización de la gestión económica por medio de un mecanismo de concertación de los copartícipes sociales, es decir, el Gobierno, los sindicatos y los empresarios".

Agregó "Todavía no tenemos un sistema que permita repartir las responsabilidades entre las diversas entidades económicas, pero estamos comenzando a encontrar una solución instaurando los principios del sistema tripartito, en especial la idea de empresa libre y estructuras de empleadores adecuados.

"LA PRIVATIZACION HA COBRADO VELOCIDAD"

"El proceso de privatización, o como lo denominamos en nuestro país —desnacionalización de la propiedad— esta cobrando velocidad. Para 1995 tenemos previsto transferir más del 65% de la propiedad estatal a otros tipos de propiedad. Hemos privatizado ya el 20 o 30 por ciento de la propiedad estatal y estamos elaborando un programa de ayuda a la pequeña y mediana empresa", aseguró.

REESTRUCTURA RELACION GOBIERNO-SINDICATOS

Aclaró también Cherbakov que se está reestructurando el sistema de relaciones Gobierno-Sindicatos, y acotó que el año pasado "se produjo, por primera vez, una verdadera oleada de huelgas. Por primera vez en nuestra historia, este año los sindicatos han llevado a cabo cuatro protestas contra medidas gubernamentales. En el movimiento sindical está surgiendo el pluralismo y se van creando nuevas estructuras".

"Pensamos que la adopción de un sistema de mercado reglamentado solo resultara satisfactoria si al mismo tiempo establecemos un sistema eficaz de protección social". Destaco que se han implementado medidas ya para el mejoramiento de la condicion de la mujer, la proteccion de familia, madre y el niño y para resolver los problemas de los ex combatientes, los minusválidos, los jóvenes, las familias numerosas y otros grupos sociales que se encuentran en situaciones desfavorables.

Dijo que al tiempo se piensa introducir en la URSS un mecanismo que permita la indexación de los ingresos de la población".

ENTRADO
CRUZADO

9004642

Nº D...
TITU... VISITA DE EL PAPA EN EL 91
... EL PAIS (15/OCT/89)
FE... 19/8/90
VI... URSS (11175)
FACTOR SOCIAL (11165)
Iglesia (11000)

MOSCU: EL PAPA IRIA EN EL 91 Y ADEMAS INVITARON A NOBEL SOLZHENITSIN

MOSCU, 13 (ANSA y EFE).— Juan Pablo II podría aceptar la invitación que le hiciera el propio Mijail Gorbachov, y visitaría Moscú durante el verano boreal de 1991, dijeron hoy aquí a "ANSA" fuentes eclesiásticas.

Las fuentes lograron, que además de la visita del Papa, antes de la próxima Navidad los católicos esparcidos por la Federación Rusa, la más grande de las Repúblicas Soviéticas, tendrán un obispo, cuya sede estará en esta capital.

Según las fuentes consultadas por "ANSA", Juan Pablo II expresó personalmente a un pequeño grupo de católicos rusos su esperanza de poder visitar la Unión Soviética entre junio y setiembre del año próximo.

Sin embargo, varias personalidades vaticanas habrían agregado que la realización del gran deseo del Papa de cumplir un "peregrinaje" a la Unión Soviética dependerá de varios factores.

En el Vaticano se señala entre esos factores la solución positiva del problema de los "Uniatos", los católicos ucranianos de Rito Bizantino, y de las tirantes relaciones entre el Kremlin y Lituania, cuya población es en gran parte católica.

Durante su histórico encuentro con Juan Pablo II en el Vaticano, el 1 de diciembre pasado, Mijail Gorbachov invitó al Papa a visitar la Unión Soviética.

Poco después, el 15 de marzo de este año, Moscú y la Santa Sede establecieron relaciones oficiales.

INVITACION PERSONAL A SOLZHENITSIN

Por otra parte, el primer ministro de la Federación Rusa y jefe del Ejecutivo, Ivan Silayev, envió una carta al escritor soviético y Premio Nobel Alexander Solzhenitsin, en la que le pide que él y su familia acepten "ser mi invitado personal en el momento que más le convenga".

En la carta, publicada hoy por el diario "Sovietskaya Rossia", Silayev señala que, al dirigirse al "gran hijo del pueblo ruso, me guía el amor que compartimos por la tierra y el pueblo rusos".

Silayev afirma que Solzhenitsin logró con sus obras que el mundo conociera a Rusia en este siglo, y ahora que han llegado a la URSS, "se han convertido en necesarias en todas las esferas de la vida, religioso-espiritual, cultural, estatal y económica".

Así, su invitación la dicta "el interés del Estado y su futuro", y Rusia necesita la vuelta de Solzhenitsin "como el aire".

El escritor disidente recuperó el pasado día 15 la nacionalidad soviética por un decreto del presidente Mijail Gorbachov, que incluye a 23 personalidades de la cultura y de la ciencia que viven actualmente en el extranjero.

En 1976, Solzhenitsin fue privado de su nacionalidad y expulsado de la URSS, acusado de "traición a la patria".

Vadim Borisov, representante literario de Solzhenitsin en la URSS, señala hoy en el diario "Trud" que el decreto sólo devuelve la ciudadanía soviética al escritor, pero "una acusación no retirada puede hacer a una persona vulnerable ante la ley", y si Solzhenitsin reconoce el decreto "se traicionará a sí mismo".

"Anular una acusación presentada formalmente por la Fiscalía no es una prerrogativa presidencial sino judicial", dice Borisov; así, hasta que no se halle un fórmula aceptable desde todos los puntos de vista, Solzhenitsin no reconocerá este decreto, postura que no impide "su deseo inquebrantable de morir en Rusia".

ENTRADO...
CRUZADO...
01 01
9004643

Nº D...
T... Creciente fundamentalismo islámico en China
EL PAIS. (15000 C7)
9/8/90
Reacción Islámica (1212)

■ **Islamismo**

BEIJING, 1 (REUTER). — El jefe de seguridad del Partido Comunista de China ha ordenado que se intensifique la represión en la región fronteriza de Xinjiang, donde el dogma marxista ortodoxo está siendo enfrentado por un creciente fundamentalismo islámico.

ENTRADO.....
CRUZ DO.....
01·01
9004644

Nº DOC.
TEMA: Se entregaron al gobierno los rebeldes de Trinidad y Tobago.
CLARIN (150094)
2/8/90
Reacción Islámica (119-14)

Se entregaron al gobierno los rebeldes de Trinidad y Tobago

PUERTO ESPAÑA, 1º (Reuter, AFP y EFE). — El líder de los rebeldes musulmanes que intentaron un golpe de Estado contra el gobierno de Trinidad y Tobago se rindió hoy y sus seguidores empezaron a liberar a los 40 rehenes que mantenían cautivos desde el viernes.

Aunque versiones gubernamentales aseguraban que los insurrectos habían depuesto su actitud incondicionalmente los testimonios de los hombres de prensa no podían asegurar esta noche que todos los rehenes mantenidos en el edificio del Parlamento —donde se hallaban varios miembros del gabinete— hubieran sido liberados.

Algunos testigos dijeron a la agencia Reuter que Yasin Abu Bakr, el ex policía que lideró la intentona golpista, había abandonado el edificio del canal estatal de televisión con los brazos en alto, sosteniendo un fusil, y que 29 personas hasta ese momento mantenidas como rehenes habían sido liberadas de la emisora, donde estaban retenidas desde el viernes pasado.

El vocero del ejército, Dave Williams, dijo a la misma agencia que la liberación de los cautivos en el canal de TV constituía la primera fase de la rendición, y que una vez completada los rebeldes apostados en el Parlamento empezarían a entregarse.

Pero un periodista de la agencia France Press aseguró que hacia las 15.30 hora local, y después de que las versiones gubernamentales anunciaran la rendición, se habían escuchado varios disparos en el interior de la Casa Roja, el palacio legislativo trinitario.

Soldados del ejército que custodian ese edificio dijeron a la misma informante que solo dos de los 17 rehenes allí retenidos habían sido liberados. Uno de ellos, que fue sacado en una camilla, podría ser el ministro de Defensa, Salwyn Richardson, de acuerdo con esos testimonios.

Richardson había sido herido de bala durante el copamiento del viernes, al igual que el primer ministro Arthur Ray Robinson, dejado en libertad el martes.

Algunas especulaciones señalaban que fuentes de los servicios de inteligencia ya habían señalado anteriormente que existían serias disidencias dentro del grupo rebelde Jamaat al Muslimeen, encarnadas por Abu Bakr y —precisamente— el jefe de los rebeldes apostados en el Parlamento, Bilal Abdullah.

Los rebeldes habían anunciado en los dos últimos días un acuerdo con las autoridades, por el cual el primer ministro Robinson renunciaría, los insurrectos serían amnistiados y se convocaría a elecciones en 90 días.

En una entrevista mantenida durante la madrugada de hoy con la BBC de Londres, Abu Bakr había asegurado que la crisis había concluido. "Esto es una pequeña disputa familiar", dijo en un momento el líder rebelde.

Mientras tanto el portavoz oficial, Anthony Smart, declinaba responder a las preguntas sobre si Robinson había renunciado a la jefatura de gobierno, e insistía en el carácter "incondicional" de la rendición de los insurrectos.

ENTRADO
CRUZADO
9004645

Nº DOCUMENTO
TITU Musulmanes en la OEA
EL PAIS (15007)
6/8/90
Reuchcion Istèmica. (11212)

MUSULMANES EN LA OEA

La situación vivida en Trinidad-Tobago, tan confusa para nosotros como quizás lo es también para los habitantes de aquella isla paradisíaca, no exenta de violencia y pasión humana, replantea la interrogante sobre el fundamento, lógico de que los países anglo-parlantes del Caribe integren la Organización de Estados Americanos.

Trinidad-Tobago merece todo el respeto y es entre aquellas islas, la que más tiempo lleva independiente, razonablemente organizada en su vida cívica. Por eso nos duelen sus dramas y nos admira el nivel de algunos de sus conductores, que han sobresalido en los cónclaves interamericanos y mundiales. Aún así, no nos podemos habituar a la concepción que hizo de los pueblos y territorios aludidos, asociados de los países latinoamericanos en el seno de su organización política.

En el episodio reciente, con los gobernantes mantenidos como rehenes, con bombas atadas a sus cuerpos, los rebeldes son el grupo musulmán "Jamaat Al Muslimee".

Un problema musulmán irrumpe en la escena y a través de Trinidad-Tobago, entra en la OEA por más que ésta, al parecer, no se ha dado por enterada de lo ocurrido, y obliga a preguntarse si en la concepción del panamericanismo estaba prevista la incidencia musulmana.

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9004646

En el 2001 la población del Medio Oriente Superará la de Europa.
EL PAIS (15007)
12/8/90
Rec. Ydiomas (11-12)

EN EL 2001 LA POBLACION DEL MEDIO ORIENTE SUPERARA LA DE EUROPA

El costo económico de reedificar Alemania del Este a principios de los años 90, y de Europa Oriental más tarde en la década, significará el tercer shock financiero en la economía mundial desde que terminó la guerra de Vietnam. El primero fue la decisión de la OPEP de cuadruplicar el precio del petróleo en 1973. El segundo lo constituyó el programa económico estadounidense de principios de los años 80. Ambos pusieron en marcha una revolución de capitales, tasas de cambio y pautas comerciales que dominaron la economía mundial durante casi una década.

Aunque Alemania Occidental no jugó un papel directo, como el de Japón, en la financiación del déficit externo estadounidense, fue posible la compra de acciones norteamericanas por valor de cien billones de dólares por parte de compañías británicas a fines de los años 80, gracias a la habilidad de Londres para atraer fondos procedentes de Frankfurt. En la actualidad, mientras el exceso en ahorros alemanes sale de Paris, Londres y Nueva York para reconstruir el Este europeo, es posible que las tasas de interés se eleven en todo el mundo, no sólo en Alemania.

La magnitud de la presión hacia arriba dependerá de cómo Alemania decida financiar la unificación. ¿Elevará las tasas? ¿Restringirá la presión inflacionaria aumentándolas? ¿Revaluará el marco?

Un aumento de las tasas para este año y el próximo parece la salida más plausible. Khol ha prometido a los alemanes que no lo hará. Queda por ver si los líderes occidentales le pedirán que rescinda su compromiso para disminuir la presión en las tasas de interés mundiales.

De consecuencias más perdurables en el largo plazo, son las oportunidades económicas que la liberación de Europa del Este proporcionará a Alemania. No parece exagerado predecir que la economía europea en el 2010 puede tener más en común con la de 1910 que cualquier otro período en el medio.

En la década anterior a la 1ª Guerra Mundial, la Alemania imperial era la potencia económica más importante en Europa y un rival industrial de Estados Unidos y Gran Bretaña.

No es difícil imaginar una Alemania unificada emergiendo como el país dominante en un bloque comercial y financiero que se extienda desde Moscú a Lisboa. Antes de la reunificación, Alemania Occidental tenía sesenta y dos millones de habitantes y un Producto Bruto Nacional de 1.2 trillones de dólares, un treinta por ciento más elevado que el de Francia. Después de la reunificación contará con una población de setenta y ocho millones de habitantes y un Producto Bruto potencial de 1.6 trillones.

La perspectiva de una Alemania que recobre la estatura económica y política que tenía antes de 1914, provocó que muchos quisieran acelerar el federalismo europeo para contenerla.

Mientras los hechos del siglo XX hacen que esos sentimientos sean inevitables, se dejan de lado diferencias históricas críticas entre la Alemania de 1870 y la de 1990. Cuando Bismarck utilizó el potencial militar prusiano para unificar a Alemania ciento veinte años atrás, la población creció de cuarenta millones en 1870, a cincuenta millones a principios de 1890, y a sesenta y ocho millones cuando empezó la 1ª Guerra Mundial.

La Alemania de hoy, en cambio, tiene una energía demográfica mucho menor. Antes de la caída del Muro de Berlín, los demógrafos veían una declinación de la tasa de nacimientos en la República Federal que haría disminuir la población de sesenta y dos a cincuenta millones a principios del siglo XXI.

No es probable que una sociedad caracterizada por el envejecimiento y la despoblación, sea tan agresiva como la Alemania de principios de siglo. Al contrario, la tasa de nacimiento en Europa es tan baja, que los historiadores pueden mirar la caída de la Cortina de Hierro no meramente como el fin de la conflictividad este–oeste, sino como el comienzo de una realineación mayor en conflictos norte–sur que dominó la política exterior en Europa antes de la revolución industrial.

El norte de Africa y Medio Oriente constituyen la bomba demográfica de tiempo en la actualidad. En 1950, su población combinada era un tercio de la de Europa Occidental. Hoy, Europa Occidental tiene trescientos ochenta y cinco millones de habitantes, Europa Oriental ciento treinta y ocho millones, y la periferia islámica de Africa y Medio Oriente doscientos setenta y ocho millones. Si persiste la actual tasa de nacimientos, la población de la periferia islámica superará la de Europa Occidental en el 2001.

La inestabilidad que podría resultar de tan rápida expansión de población, verdadera amenaza a la seguridad europea del siglo XXI, es más probable que llegue del sur del Mediterráneo y de Medio Oriente, que de una Alemania unificada que disfruta de uno de los más altos standards de vida en el mundo, y otros logros económicos que el militarismo le negó en este siglo.

David D. Hale

Fuente: "The International Herald Tribune"

Traducción: *Blanca Giuria*

ENTRADO
CRUZADO
9004647

Actualidad del mundo Islámico
LA PRENSA. (1500 p.)
1918/90
Revolución Islámica (1112-12)

Actualidad

Islam, un origen común que no alcanza para la unidad

Tres razones fundamentales se sindican para explicar cierta endémica inestabilidad del mundo islámico: la errónea partición de territorios amalgamados durante siglos; el ideal inconcluso de la unidad regional; y las diferencias religiosas dirimidas en el terreno de las armas. Detrás de los sueños expansionistas de Saddam Hussein aletean ahora algunas de esas razones

(Reuter)

La lucha entre facciones ha sido siempre una herida abierta en la comunidad musulmana

01 | 02

9004648

Uno de los fenómenos que más ha inquietado a Occidente durante este siglo es la sucesión de conflictos en el mundo islámico, cuya última expresión es, precisamente, la aventura militar del régimen iraquí.

Intriga, en especial, como una comunidad ("umma") con una identidad y unos vínculos de relación tan sólidos, amasados durante siglos, no haya podido alcanzar un equilibrio regional que haga posible la paz duradera y el desarrollo sostenido.

Las causas han sido rastreadas desde distintos planos y han motivado infinidad de ensayos. Se esbozan motivaciones no sólo de orden político o económico, sino también se bucea en el campo de la cultura e, inclusive, de la religión.

Daniel Pipes, catedrático de la Universidad de Harvard, sitúa a principios de este siglo y fines del pasado una de las razones que explicarían cierta inestabilidad endémica que ha afectado al mundo musulmán desde su independencia.

En su minuciosa obra "El Islam", este profesor subraya que la irrupción del concepto de nación –tal como lo conoce Occidente desde la Edad Moderna– entró en contradicción con uno de los conceptos más caros para esta cultura: la unificación de "Dar al-Islam", es decir de los territorios gobernados por los musulmanes.

"La creación de Estados, según el modelo europeo, que exige la fidelidad de sus ciudadanos, enfrentó a los musulmanes con un conflicto entre dos lealtades: la de la civilización islámica frente a la de la nación, mientras que el Islam podía un único Estado, el nacionalismo divide a los pueblos en unidades territoriales. Así, como dobles ciudadanos de la "umma" y de una nación, los musulmanes se encontraban divididos entre dos lealtades poderosas e incompatibles. Las consecuencias de este choque fueron significativas y explican las turbulencias de los últimos cincuenta años".

Esto se agravó, explica Pipes, por cierta arbitrariedad de la colonización europea que trazó fronteras a regla y compás, muchas veces a espaldas de profundas tradiciones históricas. Si bien se conformaron naciones en unidades culturales ya existentes, como Marruecos, Egipto e Irán; también se delinearon límites irracionales que han engendrado rencores solapados que tarde o temprano salen a la luz. El caso prototípico es la "vivisección" de la India que dio lugar al estado islámico de Paquistán, con el saldo de un 1.000.000 de muertos en 1948.

La fragilidad de las fronteras

Es significativo que la órbita de los países musulmanes en general y de los árabes en particular, sea quizás la única parte del globo donde casi ninguna frontera es aceptada mutuamente y de manera permanente.

Esto, además de por lo expuesto, es interpretado por la influencia de la histórica aspiración del califato; es decir, la unificación de los pueblos que hoy están diseminados desde Asia Central hasta el Atlántico africano.

A pesar de que el nacionalismo desarticuló su formalización conceptual, el sentimiento panislámico inspiró muchos intentos de unión de estados árabes, incluso de aquellos que no son vecinos. El primer y más importante intento fue el de la República Arabe Unida, la unión de Egipto y Siria, pergeñada por Gamal Nasser, que duró de 1958 a 1961. Su fracaso constituyó una tremenda desilusión.

Asimismo el mismísimo Saddam Hussein discutió con Siria una eventual integración, a fines de la década del setenta. Al frente de Damasco y Bagdad, hoy enemigos irreconciliables, se encuentra el mismo partido: el Baas (apalabra que significa resurgimiento), que concibe al conjunto del mundo árabe "como una unidad política y económica indivisible, en la que ningún país, por sí solo, puede reunir las condiciones necesarias para su vida independiente de los demás".

Cotejada con la historia reciente, esa definición de principios resulta anacrónica, pero explica el trasfondo cultural de donde surgen vigorosos liderazgos –Nasser, Pahlevi, Khadafy, Hussein– que esgrimiendo el ideal de unificación, paradójicamente agregan otra cuota más de inestabilidad, al alterar los frágiles equilibrios regionales.

Ese impulso integrador –agrega Pipes– ha desorganizado la vida política en otro sentido más, "debilitando la dicotomía entre cuestiones nacionales e internacionales, y alentando la injerencia de un estado en lo que normalmente se consideraría cuestiones internas de sus vecinos".

Fe y política

En rigor, si en algo coinciden los analistas, es justamente en señalar que las convicciones islámicas son aún lo suficientemente poderosas como para motivar las intolerancias más cerriles.

El factor religioso ya no es visto como una mera coartada para disimular pleitos de otra naturaleza; por el contrario, se lo sindica como un formidable motor de conductas que con mayor o menor énfasis influye en el vasto juego de intereses de la política.

El Líbano es la prueba más certera de esto. Además de la lucha entre cristianos y árabes que virtualmente despedazó a esa nación de sólo 10.000 kilómetros cuadrados; distintas facciones islámicas periódicamente se enfrentan con una tenacidad digna de mejores causas.

Los mismos protagonistas reconocen que las luchas entre sunnitas y shiítas, la persecución de alguna minúscula facción heterodoxa, el encono entre integristas o laicistas; o de los shiítas entre sí, constituye otro capítulo negro de la región.

Baste recordar, en tal sentido, la despiadada Guerra del Golfo que durante nueve años desangró a Irán e Irak, donde los analistas precisaron motivaciones teológicas, además de las consabidas razones de orden geopolítico.

Hussein dijo entonces encarnar una "cruzada árabe" contra la nación persa que, como casi ninguna otra provincia del antiguo califato, a lo largo de los siglos conservó una sospechosa individualidad. Por su parte, el régimen teocrático de Khomeini –paradigma de la imbricada mixtura entre fe y poder público– llamó a luchar contra el laicismo "ateo" de Hussein, bajo el lema "a Jerusalén pasando por Bagdad".

Esa fraseología, según el profesor Pipes, connota el poder movilizador que las invocaciones religiosas tienen en esa parte del globo, como desesperada búsqueda de identidad o, como en el Irak de hoy, de superioridad.

No extraña, entonces, el llamado del viernes de Saddam Hussein a librar "una guerra santa" contra las tropas extranjeras que ocupan los santuarios del Islam en Arabia.

Ese factor subjetivo es –en consecuencia– otra clave para entender las tensiones que siguen azotando a la comunidad musulmana.

Guillermo Balcare

9004648

Rebelion en Trinidad y Tobago
LA NACION (1500 25)
17/8/90
Redacción Islámica (1212)

Rebelión en Trinidad

¿Levantamiento absurdo, aventura sin sentido o simplemente la presentación en sociedad de un nuevo foco de violencia en el Caribe? Todas las opciones son, al menos, posibles, aunque la acción que protagonizó en Trinidad un grupo musulmán en los últimos días de julio no pasa de ser una rareza: es la primera acción con semejanzas a un golpe de Estado en la historia de esa nación insular ubicada frente a las costas de Venezuela.

Trinidad y Tobago, con una población de 1.250.000 personas, de las cuales solamente un 6 % son musulmanas, vivió días de angustia cuando militantes musulmanes ocuparon el Parlamento (la Casa Roja) y tomaron como rehenes al primer ministro y a su gabinete. Los habitantes de la capital, Puerto España, se enteraron de la intentona a través de la radio gubernamental y de un anuncio emitido por la televisión oficial, que informó que la jefatura de policía capitalina había sido destruida en un atentado con artefactos explosivos.

Los rebeldes –de algún modo deben ser denominados– conducidos por Yasin Abu Bakr, ex policía cuarentón que encabezaba un grupo de musulmanes negros denominado Jamaat Al-Muslimeen (grupo musulmán), asentado en la capital, formularon algunas declaraciones. Todas ellas carecían del mínimo contenido político o ideológico, e hicieron recordar a algunas de las frases con que el extinto ayatollah Khomeini solía adormecer a los fieles en las calles de una Teherán convertida en fragua por el sol del mediodía.

Condenas a la política económica de la administración del presidente interino, por ausencia del titular del Ejecutivo, Eammon Carter, llamado a elecciones y una suma de cargos contra el primer ministro, Ray Robison, intentaron, en vano, una coherencia que no tardó en diluirse.

Antes de ser detenidos, los musulmanes negros demandaron a las autoridades un salvoconducto para viajar a Libia, cuyo líder, Muammar Khadafy, habría brindado –como lo hace con excesiva continuidad– su aporte de armas a los rebeldes.

Hubo incendios y saqueos y también enfrentamientos armados en los que murieron 38 personas. En apenas seis días, las pérdidas por daños sumaron millones de dólares. Al renacer la calma, con los atacantes en prisión, comenzó para Trinidad una nueva etapa. Que no se transforme en laboratorio de subversivos depende de la decisión de las autoridades ante un hecho inédito hasta el presente. Detrás de este episodio está, evidentemente, el terrorismo internacional impulsado, por ahora, por la Libia subversiva. Pero puede haber otros interesados en la desestabilización de Trinidad. Esta especie de "cabecera de playa" conducida por Yasin Abu Bakr fue una primera movida. No tomar precauciones podría ser un acto suicida.

ENTRADO
CRUZADO
9004649

Nº F

Auge del Racismo y la Xenofobia
EL DIA (Uruguay)
28/7/90
Europa - Racismo

Europa: auge del racismo y la xenofobia

El racismo y la xenofobia están en auge en Europa, denuncia un informe del Parlamento Europeo. Se multiplican los ataques de carácter racista y la ultraderecha gana terreno. Los gobiernos de la CE mantienen leyes discriminatorias contra los inmigrados de países terceros, a pesar de que, como media, llevan 13 años residiendo en Europa. El mercado único en 1993 corre el riesgo de nacer con dos clases de ciudadanos: los que tienen todos los derechos y los marginados.

En Alemania Occidental y Suecia se están poniendo de moda unos videojuegos que distribuye la extrema derecha británica. Tienen nombres tan sugerentes como Jugar en Treblinka o Cuando el gas haya terminado su trabajo habrás ganado. El jugador consigue puntos "matando" a judíos, turcos, homosexuales y ecologistas al son de Deutschland ober alles (Alemania ante todo). Los turcos son descritos en las instrucciones como "peligrosos no arios" que destruyen la sociedad, y una de las maneras de acabar con ellos es el campo de concentración.

Los belgas y alemanes occidentales, según las encuestas, son los ciudadanos europeos que admiten albergar más sentimientos racistas. Pero es en Francia y en el Reino Unido donde la violencia y xenofobia racial se muestran con más virulencia. En los últimos cuatro años se han producido en Francia 20 asesinatos racistas. Las víctimas eran norteafricanos de nacionalidad o de origen. Los motivos a veces eran del tenor de que "habían hecho ruido". Seis jóvenes de cabeza rapada mataron a patadas a un tunecino, padre de cinco hijos, y el oficial de policía que los detuvo contó que lo que más le chocaba era que no tenían sensación de haber hecho nada reprobable. Otros tres jóvenes mataron a tiros a un muchacho harki (francés de origen argelino) "para divertirse". El 76 por ciento de las personas encuestadas tras el asesinato de tres norteafricanos en marzo de este año declaró que "el comportamiento de algunos de ellos puede justificar las reacciones racistas en su contra".

El año pasado se produjeron en Londres seis incidentes racistas al día. El Instituto de Estudios de la Policía estimó en 7.000 los casos conocidos de racismo al año en el país, pero sugirió que la cifra real podría ser 10 veces superior porque las víctimas temían denunciar las agresiones, entre otras cosas "por falta de confianza en la policía". Una madre asiática soportó que sus hijos fueran escupidos y apedreados ("pensaba que era comportamiento normal" hacia los extranjeros) y no buscó ayuda "hasta que a sus hijos les tiraron cuchillos". La prensa se hizo eco de la mujer bengalí embarazada que perdió a su hijo después de que unos jóvenes azuzaran a un perro contra ella.

En Italia los ataques a extranjeros están adquiriendo una frecuenica y un furor inesperados, alentados por una riada creciente de inmigrados clandestinos, cuyas estimaciones han pasado en pocos meses de 1 millón a 1,5 millones de personas. En España, la furia contra marroquíes, portugueses o africanos es una reacción social en alza, pero la discriminación elige como presa también a una minoría de españoles, los gitanos. "Estos últimos ascienden en España a alrededor de medio millón de personas y, como en el caso de los negros en Estados Unidos, se aprecia mucho su baile y su música. Sus problemas empiezan cuando dejan los teatros y tratan de integrarse en la sociedad española". Todas estas acusaciones provienen de un informe del Parlamento Europeo.

LAS COSAS EMPEORAN

Lejos de mejorar, las cosas han empeorado, señala el voluminoso estudio de ocho capítulos que ha elaborado y aprobado la Comisión de Investigación del Racismo y la Xenofobia creada por el Parlamento Europeo y presidida por el eurodiputado Glyn Ford. Ni la Comunidad Europea ni los gobiernos de los estados miembros han tomado medidas para corregir una situación alarmante que ya denunciaba el informe Evrigenis adoptado en 1986. El mito de Europa como tierra de asilo se ha caído.

La propia Comisión Europea, el órgano ejecutivo de la CE, en un documento confidencial debatido hace un año admite que "no es el estatuto de extranjero, sino más bien el hecho de pertenecer a una categoría étnica lo que condiciona la pertenencia de los emigrantes no comunitarios a las categorías más desfavorecidas del país de acogida". Los inmigrados o "trabajadores invitados", que es el nombre legal que reciben en la República Federal de Alemania (RFA), fueron bien recibidos como mano de obra barata y necesaria hasta 1973. Después los países del norte de la Comunidad cerraron a cal y canto sus fronteras, mantienen leyes discriminatorias y, en algunos casos, se niegan a conceder el derecho al reagrupamiento familiar. Los países del sur, no importa el color del gobierno, siguieron la misma tónica. En ninguno de los países de la CE la legislación nacional recoge los compromisos asumidos en convenios internacionales y tratados bilaterales. El extranjero de país pobre está discriminado y su permiso de residencia pende, en ocasiones, de un hilo policial. En Bélgica, algunos coches de la policía llevan pegatinas ultras.

Los grupos neonazis se revitalizan y la extrema derecha, a través del fenómeno de Le Pen en Francia, "ha conferido cierta respetabilidad al comportamiento racista, introduciéndole nociones de defensa de la cristiandad contra el islam, de orgullo nacional y prioridad para los nacionales de un país", afirma el informe del Parlamento Europeo. En realidad, la extrema derecha está adquiriendo fuerza parlamentaria y extendiendo su eco social en base a un eslogan muy simple: menos extranjeros y menos impuestos. De esta forma, el Frente Nacional de Jean Marie Le Pen obtuvo el 14,38 por ciento de los votos en las elecciones presidenciales francesas de 1988. Los republicanos de la RFA cuentan con seis eurodiputados y ganan terreno en Berlín y en muchos lander. En Dinamarca, el Partido del Progreso, con el 9 por ciento del total, duplicó sus votos en 1988. Su homónimo en Noruega es la tercera fuerza electoral del país con el 12,2 por ciento del electorado. El informe del Parlamento Europeo denuncia el auge del racismo en Suiza (donde se han llegado a producir ataques con ametralladora contra inmigrados) y muchos de los países del este. Advierte contra el peligro creciente de racismo que se alberga en países que aspiran a ingresar en la CE, en alusión indirecta a Austria, Noruega e incluso Suecia.

MINORIAS ACTIVAS

"Los años noventa", según Ford, "serán los de la reestructuración y coordinación de estas fuerzas a nivel europeo". El modelo servido por Le Pen de un mensaje político que permita amalgamar desde la extrema derecha clásica al pujadismo es el centro del debate en el Movimiento Social Italiano-Derecha Nacional (MSI) y los republicanos de la RFA. El esquema se intenta transportar a países como España y el Reino Unido, donde la ultraderecha es aún electoralmente simbólica.

El activismo racista lo protagonizan minorías que hoy aspiran a representar a un amplio espectro social y, sobre todo, grupúsculos neonazis cuya fuerza propagandística es mayor que nunca. En Escocia creían que el racismo era "un problema inglés" hasta que en 1984 el Partido Nacional Británico (BNP) abrió una oficina en Glasgow y "desde entonces se ha producido una escalada de violencia racista". La ultraderecha constituye la punta de lanza de un fenómeno que tiene raíces profundas, pero las complicidades van más lejos.

El informe parlamentario denuncia la frase pronunciada por el presidente francés, el socialista Francois Mitterrand, el pasado 22 de noviembre. "El límite de tolerancia" en materia de inmigración, dijo, se había alcanzado en los años setenta. Todo el arco democrático, derecha, centro e izquierda, teme perder votos. En Italia, donde operan grupos como la Brigada Goebbels, el arzobispo de Ravena afirmó hace unos meses que "Europa llevaba 10 años islamizándose y que Italia corría el riesgo de libanizarse debido a la incapacidad que para vivir juntas manifestaban las personas de distintas culturas, religiones y razas".

EVOLUCION DISPAR

La xenofobia y el racismo tienen un grado de maduración diferente, según cada país, y esta evolución dispar se explica en parte por las cifras. En la CE son 13,2 millones las personas que viven fuera de su país de origen. Cinco millones son ciudadanos comunitarios y para ellos, a nivel legal, no existe ningún obstáculo. De los ocho millones de residentes procedentes de países terceros (el 2,55 por ciento de los 320 millones de población total de la CE), 1,8 millones son nacionales de países ricos y, por tanto, inmigrados de lujo. El problema lo constituyen esos 6,4 millones de llegados del Tercer Mundo, aunque llevan como media 13 años residiendo en Europa. Su número ha crecido levemente en los últimos cuatro años, pero la causa es sólo el reagrupamiento familiar. A estos inmigrados se les acusa de ser demasiado prolíficos, y no se tiene en cuenta que constituyen un grupo de población joven, ni que en la segunda generación han adoptado ya la pauta de natalidad del país en el que viven.

A estas estadísticas "poco fiables", según la Comisión Europea, hay que añadir los inmigrados clandestinos, un flujo que amenaza a los países del sur: 300.000 en España y 1,5 millones en Italia, según las últimas estimaciones. El 87 por ciento de los 6,4 millones de inmigrados de países pobres que residen legalmente en la CE se concentran en sólo tres países: RFA, Francia y el Reino Unido. En 1989 un 75 por cien de los alemanes occidentales encuestados estimaba que había demasiados extranjeros en la RFA y el 93 por ciento es partidario de reducir el número de los trabajadores inmigrados. El sentimiento antijudío es albergado por un 60 por ciento de la población de forma viva o latente. Los estudios de opinión reflejan que la quinta parte de los alemanes siente odio racial contra africanos y asiáticos, además de opiniones muy negativas sobre los turcos.

Alemania occidental está a la cabeza de Europa en cuanto a sentimientos racistas, pero en toda la CE se abre camino la opinión de que los inmigrados son "gente que quiere aprovecharse de nuestro bienestar social". El "Daily Star", un periódico sensacionalista de Londres, acunó la frase de "refugiados gorrones". Sin embargo, las cifras reflejan que en la población extranjera el paro es dos, tres y hasta cuatro veces más alto. Los comerciantes y vendedores callejeros son los que antes reaccionan contra unos competidores obligados a ello porque se quedan fuera del mercado de trabajo. "El estatuto inferior de los inmigrados", subraya el informe, "es mantenido y reforzado por un racismo institucionalizado, permitido por legislaciones nacionales muy discriminatorias".

LA INTEGRACION Y LAS CIFRAS

La integración que proclaman los gobiernos se queda en nada en cuanto se analizan las cifras. Los matrimonios mixtos sólo son significativos en Francia, con un porcentaje del 8,7 por ciento del total. En la RFA, de 36.000 naturalizaciones acordadas sólo 1.200 correspondieron a turcos, la comunidad extranjera más numerosa (1,5 millones de personas). El derecho al reagrupamiento familiar no se reconoce ni en la RFA ni en Bélgica. En Francia algunos alcaldes, entre ellos uno comunista, se han negado a escolarizar a hijos de inmigrados. Lo mismo sucede en Madrid y Barcelona con niños gitanos.

La xenofobia y el racismo son todavía una amenaza vacilante y la población europea se enfrenta a veces al sentimiento de vergüenza. Esa fue la reacción con la profanación de Carpentras y otros cementerios en Francia que desembocó en una reacción unitaria de todas las fuerzas democráticas. Por el contrario, la guerra del chador en Francia, y en menor medida en Bélgica, provocó el rechazo ante lo que fue interpretado como un intento de invasión ideológica y religiosa por parte de quienes vienen a quitar puestos de trabajo a los propios nacionales. En un colegio británico se zanjó la polémica al permitir a las chicas islámicas llevar velo si éste era del mismo color que el uniforme.

Al rechazo creciente contra turcos, africanos y asiáticos se une en Europa un problema que está comenzando a agravar la segregación que sufren los inmigrados. El informe señala que a la RFA afluyeron el año pasado 343.854 ciudadanos de la RDA y otros 720.909 europeos orientales (polacos y rusos, sobre todo) de origen alemán. Las solicitudes de asilo ascendieron a 121.318. Este flujo ha agravado la escasez de viviendas y acentuado la discriminación laboral de los turcos, que se ven obligados a desplazarse hacia regiones menos congestionadas en busca de trabajo. Se trata de la primera fase del "peligro de eurocentrismo" que denuncia el Parlamento Europeo.

(c) "El País", Madrid

9004650

Occidente socava su propia cohesión y su doctrina nuclear es incomprensible
EL DIA (15/6/5)
29/7/90
ECONOMIA (NUEVA)

Occidente socava su propia cohesión y su doctrina nuclear es incomprensible

Raramente un grupo de líderes ha tenido oportunidad de reunirse tras haber logrado tan completamente sus objetivos, como lo hicieron los que participaron en la reunión cumbre de la OTAN en Londres. Con el comunismo derrumbándose como filosofía operacional, incluso en la Unión Soviética, el Pacto de Varsovia desintegrándose y Alemania unificándose, la guerra fría ha realmente terminado. Todo esto culminó además con el acuerdo de Mijail Gorbachov de que una Alemania unificada esté dentro de la OTAN.

En la euforia que estos eventos conllevan puede parecer capciosa una palabra de cautela pero no puedo evitar el desagradable sentimiento de que mientras Occidente está celebrando, su propia cohesión está siendo socavada.

Es cierto que las instituciones existentes deben ser cambiadas a la luz de los dramáticos acontecimientos del año pasado.

Pero, contrariamente a lo que indica la sabiduría convencional y a riesgo de causar dolor a algunos valiosos amigos, he llegado a la conclusión que el progreso hacia la unificación alemana ha sido más rápido que el progreso respecto a soluciones de los problemas estructurales subyacentes. Incluso hay un peligro implícito en el comunicado lanzado por la OTAN en Londres: el mundo que prevé será seguro solamente en la suposición de una debilidad soviética permanente; supone que con el tiempo Alemania se desgarrará entre sus lazos con Occidente y su tentación hacia el Este y que EE.UU. se volverá progresivamente irrelevante para la evolución de Europa.

La lucha misteriosa

Una razón para que los aliados eviten estas tendencias es que comprendan el grado con el que Gorbachov ha hipnotizado a la opinión pública occidental.

Indudablemente Gorbachov pasará a la historia como una figura fundamental que ha cambiado para siempre el destino de su pueblo. Pero ¿comprendemos realmente lo que se requiere para ayudarlo en el violento proceso que está teniendo lugar en Moscú? ¿Y los líderes occidentales lo están ayudando a largo plazo al tomar partido en la misteriosa lucha por el poder en Moscú? Explicar tantas de las previsiones del comunicado de la reunión cumbre como "salvadores de imagen", sin mucha sustancia ¿ayuda o daña? ¿Serán engañados los opositores de Gorbachov? Y Gorbachov que después de todo es un estadista experimentado ¿no buscará darle un significado operacional a las palabras emitidas para obtener un efecto público? En una situación tan fluida ¿no sería el único rumbo sano para la Alianza el presentar un programa sostenible por sus méritos ante cualquier probable líder soviético?

Existió la tendencia en Londres de buscar cooptar las críticas tradicionales y reasegurar el liderazgo soviético, terminando con las premisas de 30 años de propaganda anti-OTAN. Algunos voceros aliados argumentaron que el comunicado le permitiría a Gorbachov decirle a sus colegas que la OTAN ya no es una amenaza para la Unión Soviética.

¿Pero en qué forma fue alguna vez la OTAN una amenaza para la Unión Soviética? El fin de la guerra fría no requiere de una negación de la historia de 40 años de crisis, represiones y asistencia documentada al terrorismo global. Lo que sí requiere es de una respuesta a dos preguntas: ¿contra qué amenaza y con qué significado debe ser dirigida la Alianza? ¿Y cuál será el rol político de la OTAN?

Con respecto a la seguridad, el comunicado de Londres anuncia las drásticas reducciones de armas convencionales y una nueva estrategia nuclear. Pero dado que el comunicado no define a qué amenaza soviética se deben adecuar esos cambios, las varias medidas en el campo convencional —la reducción de fuerzas, el techo de fuerzas alemanas, la menor disponibilidad y una mayor dependencia en fuerzas de auxilio— son difíciles de valorar.

En cualquier caso, los tumultos domésticos en la Unión Soviética hacen que un ataque convencional sea muy poco probable en un futuro próximo. Pero incluso después de un acuerdo de armas estratégicas, la Unión Soviética tendrá un arsenal nuclear 10 veces mayor que las fuerzas nucleares combinadas británicas y francesas, y esta será la más plausible amenaza soviética.

En este contexto, la nueva doctrina nuclear de la OTAN es incomprensible. La cumbre de Londres anunció la modificación de la doctrina de respuesta flexible, la disposición de retirar todas las armas nucleares de corto alcance del continente, y el compromiso de usar armas nucleares solamente como un último recurso.

Desnuclearización de hecho

¿Pero por qué el criterio de "respuesta flexible" se ha vuelto repentinamente tan controvertido? Lo que siempre se afirmó fue que la OTAN usaría la mínima fuerza necesaria para repeler una agresión. Por lo tanto, incluso en una guerra nuclear una serie de cortafuegos serán intentados antes del último recurso. ¿En qué forma difiere la nueva doctrina? ¿El último recurso de quién? ¿De Alemania? ¿De Estados Unidos? ¿Qué cambio ve Gorbachov en la nueva doctrina, dado que la mencionó como una de las razones para cambiar su posición respecto a la pertenencia de Alemania a la OTAN? ¿Quedará algún arma nuclear bajo el control directo del comandante de la OTAN?

Estamos de hecho en el medio de un proceso de desnuclearización de Europa —en gran medida conducido por la política interna alemana— que ha pasado por el retiro de misiles de alcance intermedio al retiro de armas de alcance medio y ahora a la artillería nuclear. Después que las armas nucleares de corto alcance hayan sido eliminadas, tan sólo quedarán las bombas nucleares y la fuerza aérea táctica. ¿Cuánto pasará hasta que ellas también estén bajo ataque? Incluso, ¿cuál es la razón para mantenerlas?

Lo que es más aún, es poco probable que la desnuclearización sea el final de la historia. Si Alemania es seria en su intención de hacer desaparecer el riesgo de la guerra nuclear de su territorio, pasará a interpretar la doctrina de "último recurso" como que no haya utilización de armas nucleares. Entonces se pedirá a Estados Unidos que corra el riesgo de una devastación nuclear en beneficio de un país que no está dispuesto a enfrentar esos riesgos por sí mismo. ¿Esa no es precisamente la definición de desacoplamiento de Estados Unidos de Europa que 40 años de política de la OTAN ha procurado evitar y la política soviética ha buscado? ¿Volvimos a la doctrina de represalia masiva, de la cual han buscado escapar todas las administraciones de Estados Unidos desde la década del '50, debido a la falta de credibilidad de la elección que propone entre suicidio y rendición? ¿Soportará esta política el pueblo estadounidense en su disposición post Guerra Fría?

1 . 0 2

4651

Ambigüedad y disociación

En cualquier caso, Gran Bretaña y Francia se han disociado del nuevo concepto nuclear. Otros europeos parecen confundidos, oscilando entre no ver en ello nada significativamente nuevo, o equiparándolo a un no primer uso de armas nucleares. ¿Ayuda esa ambigüedad a la disuasión? ¿No acelera la ilegitimación de armas nucleares a los ojos de los pueblos europeos y estadounidense? ¿No enmascara una suposición subyacente de que no hay nada de que preocuparse porque la Unión Soviética seguirá siendo permanentemente débil? Una curiosa posición para los líderes aliados, que siguen proclamando su compromiso con el éxito de la perestroika destinada a volver fuerte a la Unión Soviética.

¿Qué hay sobre el redefinido papel político para la OTAN? Tan sólo dos propuestas políticas concretas relevantes para la Alianza fueron hechas: que Gorbachov se dirija al Consejo de la OTAN, y que misiones conjuntas de la Unión Soviética y de otros países de Europa Oriental sean establecidas en el Consejo de la OTAN.

¿Cuál es el propósito de cada una de esas medidas? Desde los días de Stalin la Unión Soviética ha buscado volver irrelevante a la OTAN ofreciendo unirse a ella. ¿Qué es lo que espera exactamente la Alianza de una reunión con el líder soviético, que no sea reciclar las afirmaciones a menudo repetidas de que la OTAN es innecesaria, si no peligrosa? Más aún, la reunión es redundante dado que Gorbachov ya estará asistiendo —más o menos al mismo tiempo— a una reunión cumbre de la Conferencia de Seguridad Europea, en donde también se reunirá con todos los líderes de la OTAN. ¿Cuánto tiempo soportará la opinión pública democrática una alianza que llama a su ex adversario "socio en la seguridad"?

¿Y qué se supone que lograrán esas misiones conjuntas? ¿A quién acreditan? Si es al Consejo de la OTAN, ¿pueden los observadores soviéticos asistir a sus sesiones? Aun cuando no sea así, las misiones tomarán parte del proceso de decisiones de Bruselas o duplicarán el papel actual de las misiones soviéticas en capitales aliadas. Significativamente, el comunicado es silencioso sobre el papel político de la OTAN que será verdaderamente nuevo: algún mecanismo para tratar los conflictos fuera del área de la OTAN.

Se cuela un sustituto

El fracaso en definir un serio rol político para la OTAN se vuelve más inquietante si se lo compara con la relativa precisión del comunicado en lo que tiene que ver con el rol de la Conferencia de Seguridad y Cooperación Europea. Aunque el comunicado se refiere a esa conferencia como subsidiaria, en la práctica esto es de la boca para fuera. La Conferencia de Seguridad y Cooperación Europea —que comprende 35 estados de Europa y Norte América— ha sido solicitada durante años tanto por los soviéticos como por los opositores de la OTAN como una alternativa a la Alianza Atlántica. La propuesta conferencia cumbre de la CSCE incluye en su ayuda la prevención de conflictos y la conciliación de disputas entre los estados miembros, junto al establecimiento de un secretariado permanente. Esto bordea a la conferencia en el campo de la seguridad, donde el veto de cada miembro iguala la amenaza con el remedio.

El creciente énfasis del nacionalismo será estimulado por la proliferación de reuniones cumbres. En un periodo de seis meses habrá dos cumbres de la OTAN, una Conferencia de Seguridad Europea, una reunión económica y las regulares cumbres mensuales de la Comunidad Europea. Dado que los mismos líderes se reúnen con diferentes etiquetas casi mensualmente, la diferencia de cada una de las instituciones se erosionará. Una especie de Ley de Gresham amenaza con comenzar a operar mientras la conferencia más amplia —sobre Seguridad Europea— dominará a todas las otras: no se puede esperar que las malas conferencias, conduzcan a una buena conferencia. Todo esto es cierto porque es en la CSCE que los soviéticos estarán presentes y su oportunidad de tener publicidad será mayor.

Este laberinto de instituciones le permitirá a los países regodearse entre los varios organismos para buscar aquel que mejor sirve a sus intereses. Las reuniones cumbres serán entonces para ratificar las decisiones nacionales en vez de moldearlas por consenso. Por ejemplo, Alemania anunció un importante programa de ayuda a la Unión Soviética poco antes de la cumbre de la OTAN; Japón proclamó una abrogación de sanciones contra China justo antes de la cumbre económica; y la Comunidad Europea aceptó una reunión de la CSCE —para la misma fecha— a pesar de la conocida frialdad de Estados Unidos frente a esos esquemas y antes de ninguna consulta al respecto en las varias reuniones cumbres. Incluso las reuniones de ministros de Relaciones Exteriores de las cuatro potencias sobre la unificación de Alemania han sido reducidas a un foro para ratificar las decisiones previamente tomadas bilateralmente entre Alemania Occidental y la Unión Soviética.

Círculos concéntricos

Una explicación para este estado de cosas es la inusual complejidad del entorno internacional contemporáneo. Cada líder debe considerar no sólo la sustancia del tema a tratar sino también su distrito electoral doméstico, así como los distritos electorales de todos sus miembros opositores. Y siempre hay alguien para ser reelecto. En el proceso, bosquejar un comunicado puede ser el único propósito; los procedimientos y las políticas internas inadvertidamente sobrepasan los pensamientos a largo plazo.

Esta es la razón por la que uno de los resultados más dramáticos de la cumbre de la OTAN fue el rol dominante de Alemania. Ningún líder occidental tiene un problema más inmediato que el canciller federal Helmut Kohl quien, con divertida perseverancia y habilidad, está completando el extraordinario "tour de force" de unificar Alemania y ganar una elección nacional el mismo año. Sus imperativos son claros: reasegurar a los soviéticos y pagar fiscal y políticamente lo que sea necesario para culminar su magistral diplomacia.

Desde su perspectiva, esto tiene sentido. Kohl tratará con sus notas promisorias después de haber logrado el tal vez nunca recurrido momento de unificación. Lo que queda menos claro es la renuencia estadounidense a introducir una perspectiva más amplia —y digo esto como amigo de larga data del canciller Kohl, que urgió la inevitabilidad de la unificación alemana mientras muchos en Washington dudaban por miedo a que ese rumbo amenazara la supervivencia de Gorbachov.

Pero ahora existe el peligro real de que la pertenencia de Alemania a la OTAN sea utilizada para sacarle la sustancia militar a la Alianza y para sumar su rol político a la Conferencia de Seguridad Europea. Si las actuales tendencias continúan, la OTAN en el mejor de los casos se convertirá en una garantía nuclear unilateral estadounidense, permitiéndole a las naciones europeas individualmente, especialmente a Alemania, proseguir sus metas nacionales en el Este por su cuenta. En el peor de los casos, las presiones políticas en Estados Unidos podrían socavar esa garantía.

Los líderes occidentales todavía tienen todas las oportunidades para definir una genuinamente nueva relación con la Unión Soviética, para integrar a Alemania a un sistema mayor y para fortalecer los lazos entre Estados Unidos y Europa. Pero deben elevarse a una visión del mundo por la cual se esfuerzan. De otra forma, la cumbre de Londres será recordada no por la renovación de la Alianza Occidental sino por el comienzo de su fallecimiento.

Henry Kissinger

(c) "Los Angeles Times"

9004651

UN PROYECTO PENDIENTE
LA PRENSA (1000 Zt)
7/6/92
EUROPA (2064)

Europa: un proyecto pendiente

Por Gustavo Federico Poch

La propuesta decimonónica

La causa europea fue abrazada al igual por inveterados conservadores como Metternich como por apóstoles revolucionarios como Proudhon. Proclamada por el idealismo nacionalista de Mazzini, Europa es la panacea que puede conjugar sin oponer la unidad con la separación. El socialismo se suma a la tarea de impulsar el sueño europeo aportando fórmulas nuevas aunque no menos contradictorias: un Estado unitario y centralizado que respetará a ultranza el derecho de las nacionalidades. Las aspiraciones republicanas y nacionales desencadenadas en 1848 depositan sus esperanzas en una "república europea" cimentada en la fraternidad.

Más allá de retóricas declamaciones y contradictorios sueños, existían ya por lo menos tres Europas opuestas: la de los soberanos, poderosa y agresiva; la de los republicanos, que alberga en su seno la oposición entre burgueses y obreros; la de los proletarios, flamante y amenazadora.

Simultáneamente se consolidan las propuestas acerca de la organización política. Proudhon expone su tesis federalista y Napoleón III replica con su programa europeo rabiosamente unitario. A partir de 1870 las barreras del nacionalismo y el poderoso Imperio Alemán opacan las iniciativas europeístas. Los conflictos bélicos y la desesperada búsqueda capaz de eludir un enfrentamiento europeo generalizado ocupaban las mentes de políticos, militares e intelectuales. El desastre no pudo ser evitado y las Conferencias de Paz de 1919 produjeron solamente una tregua que preludiaba la batalla final.

Los Estados Unidos de Europa

En 1929 Arístides Briand, ministro francés de Asuntos Extranjeros, propuso un ambicioso aunque vago programa para hacer realidad la unidad europea. Su convocatoria europeísta perseguía superar la precariedad del esquema diseñado para Europa al finalizar la Primera Guerra Mundial. El Tratado de Versalles (1919) representaba una solución parcial e imperfecta al delicado problema del equilibrio político en Europa central. Briand percibió la apremiante necesidad de resolver en forma definitiva las seculares disputas francoalemanas. Los países europeos respondieron con la misma vaguedad, ya que la propuesta preveía la creación de organismos supranacionales que restringirían las soberanías nacionales.

Aunque las iniciativas económicas fueron acogidas favorablemente ya que resultaban poco comprometedoras, la propuesta estaba condenada al fracaso o a la indiferencia. El rearme alemán no suscitaba en Italia o en Gran Bretaña el mismo temor que en Francia. El proyecto Briand fue archivado definitivamente en 1933. Soplaban vientos totalitarios y la posibilidad de unirse por el libre consentimiento quedó postergada. Hitler iba a intentar unir a Europa por la fuerza.

Durante la Segunda Guerra Mundial, las resistencias locales, reivindicaron la realización del ideal europeo como objetivo final de su lucha. La amenaza hitlerista había producido un hecho inédito: comunistas y republicanos, liberales y socialistas, se daban la mano y proclamaban su indeclinable voluntad de contribuir todos juntos para la formación de los Estados Unidos de Europa.

Pero una vez alcanzada la victoria en 1945, la unanimidad y la coincidencia dejaron paso a la discordia y al triunfo de los intereses partidarios y nacionales. Aunque el peligro alemán había sido conjurado al parecer definitivamente, y los aliados se repartían el botín de guerra, un nuevo y formidable obstáculo se consolidaba en el Este contra las posibilidades de unidad europea: la Unión Soviética y su incontrastable poder militar.

Si bien esa amenaza originó una comunidad de intereses e ideales entre Europa y los Estados Unidos, estableció al mismo tiempo las premisas de un dilema no resuelto hasta el momento: la tensión entre dos solidaridades, una regional y europea, la otra más amplia, denominada atlántica u occidental. Los soviéticos habían obstaculizado cualquier proyecto de asociación europea desde el período de entreguerras y, una vez producida la ruptura entre los tres grandes en 1947, se intensificaron las presiones soviéticas contra cualquier tipo de integración o unificación de Europa occidental.

La amenaza comunista surtió el mismo efecto que la agresión alemana en 1939. Europa comenzó a producir respuestas galvanizando el sentimiento europeo. Las corrientes europeístas y las iniciativas individuales se multiplicaron aportando distintas propuestas para la construcción de Europa.

Churchill, como Briand en 1929 y Proudhon en 1850 lanzó la consigna: los Estados Unidos de Europa. Su proyecto contemplaba la inevitable incorporación de la vituperada Alemania a la familia europea, la convivencia franco-alemana y la cooperación anglo-francesa.

Los franceses se sintieron desilusionados: eran firmes partidarios de la causa europea pero no estaban dispuestos a pagar por ella un precio tan alto.

Gran Bretaña no demostró ningún entusiasmo ante una propuesta de tan vasto alcance. Tenía prioridades políticas internas e imperiales y no deseaba involucrarse en los problemas de la política continental europea.

La Italia democristiana de De Gasperi tenía muchas y muy buenas razones para recibir con alivio la convocatoria europeísta. El partido Comunista italiano había luchado heroicamente en la resistencia, estaba financiado por la Unión Soviética y obedecía ciegamente a los dictados de Moscú. Rechazaba la idea de una Europa integrada, el plan Marshall, y la alianza político militar con los Estados Unidos. De Gasperi insertó a Italia en Europa para posibilitar su recuperación económica y su gobernabilidad política.

Alemania era la manzana de la discordia. Francia deseaba prolongar su indefensión y retrasar su recuperación económica. Gran Bretaña era indiferente, pero su compromiso con los objetivos norteamericanos la llevaban a apoyar la reconstrucción alemana.

La Europa comunitaria

El panorama económico europeo de posguerra era desolador. Las industrias destruidas o desmanteladas, los stocks de materias primas agotados, los circuitos comerciales paralizados y las deudas o reparaciones producidas por la guerra cuantiosas. La integración económica que era inevitable promovería al mismo tiempo la contención y la canalización de los sentimientos nacionalistas europeos.

El apuntalamiento financiero y militar de los Estados Unidos a través del plan Marshall y la OTAN era imprescindible, pero tocaba a los europeos forjar sus propios y exclusivos vínculos cimentados en intereses e ideales comunes.

Los apóstoles del flamante credo europeísta se agrupaban en dos tendencias. El primer grupo propiciaba respetar el tradicional mosaico de estados-naciones creando los organismos comunes imprescindibles para una eficaz cooperación económica. Preconizaban la integración por áreas funcionales y restaban todo enfasis a la unidad política. Gran Bretaña y los países nórdicos adherían a este punto de vista denominado funcionalista. El segundo grupo proponía superar la antiguas unidades políticas y reemplazarlas por una estructura política supranacional y federal. Identificados como los federalistas eran los auténticos portavoces de una Europa que pugnaba por no quedar atrapada en los estrechos límites de la contienda Este-Oeste.

El método "comunitario", cuya meta es la construcción de los Estados Unidos de Europa, no persigue la colaboración entre gobierno sino la plena unión económica y política. El marco institucional comunitario quedó conformado entre 1950 y 1960. En 1950 la Comunidad del Carbón y del Acero inauguró el sendero de la integración. En 1958 la Eurotom y el Mercado Común trazaron los perfiles definitivos de la denominada Comunidad Europea. Los logros inmediatos fueron espectaculares. La unión aduanera era un hecho en 1968 y la política agraria común fue obtenida tras una áspera disputa entre Francia y los otros socios europeos.

De Gaulle no compartía los puntos de vista federalistas de sus compatriotas socialistas y republicanos europeístas, a quienes tildaba de "euróeratas utópicos". No era ventajoso para Francia ceder cuota alguna de su soberanía, ya que existían graves divergencias de fondo entre los pilares de una futura "Federación Europea". Gran Bretaña, Alemania y Francia debían seguir cada una su propio camino según la fórmula acuñada por de Gaulle: la Europa de los Estados. En vano intentaba Adenauer ganar al líder francés para su programa: la Europa de las patrias.

Presente y futuro

Las crisis y el estancamiento signaron el derrotero comunitario de Europa desde 1970. La unión aduanera y la política agrícola común disimulan mal la evidente frustración del ambicioso proyecto suscripto en 1958, que contemplaba la unión económica y monetaria y preveía la unificación política del continente.

Mitterrand, Kohl y Thatcher coinciden a la hora del diagnóstico: Europa carece de identidad política propia y padece de una dependencia crónica en materia de defensa respecto de los Estados Unidos y de la OTAN. Un abismo se interpone al momento de prescribir la terapéutica: Francia solitaria y prescindente: Alemania, maniatada por la coyuntura y agobiada por el pasado, intenta compatibilizar su formidable desarrollo económico con su escasa estatura política y Gran Bretaña en su secular aislamiento.

Hoy, como en 1950, las iniciativas auténticamente europeístas insisten en la creación paulatina de ideales comunes a partir de pequeños intereses reales. Los políticos replican: es lo mismo ceder la soberanía en cuotas que delegarla o entregarla al contado.

Mientras tanto la Comunidad Económica Europea ha crecido y se ha consolidado hasta erigirse junto con Japón y los Estados Unidos en el tercer bloque económico mundial. Sin embargo la unión económica, la adopción de un sistema monetario común y la creación de un ejército y de un dispositivo de seguridad exclusivamente europeo han sido nuevamente postergados hasta 1993.

No puede haber una Europa realmente unida sin una moneda común, sin una política exterior unificada y mucho menos sin una acción defensiva común. Europa deberá producir respuestas urgentes y adecuadas frente al inminente repliegue soviético, que la trasforman de espectador en protagonista.

9004652

Nº [illegible]
TITULO INFORME DEL F.M.I SOBRE LAS REFORMAS.
CLARIN (15/0/94)
23/7/90
EUROPA DEL ESTE. (11169)

PERON

INFORME DEL FMI SOBRE LAS REFORMAS

El sistema económico en el Este

Una sistemática evaluación de las reformas económicas y la presente situación en los países de Europa oriental y la URSS, ha publicado el FMI dentro de su World Outlook correspondiente a mayo de este año. Tres de esos países, Hungría, Rumania y Polonia, son desde antes miembros del Fondo, y dos (Bulgaria y Checoslovaquia) han presentado solicitud de ingreso. En cuanto a Alemania Democrática, su próxima fusión con Alemania Federal significa que automáticamente será miembro del Fondo como Alemania unificada. Queda solamente la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas al margen del organismo fundado en Bretton Woods en 1944.

♦ Hungría

La primera reforma económica se introdujo en Hungría en 1968, pero hubo contradicciones entre el plan y el papel de los mercados, así como oposición a la descentralización. Los veinte años siguientes se dedicaron a mejorar *este* nuevo mecanismo económico.

En 1987 Hungría se embarcó en un programa de ajuste que empezó a fallar en 1989. **Ese año disminuyó el producto por la reducción de la producción industrial y la inflación fue del 19%.** Ante la reducción de reservas de moneda convertible, las autoridades magiares introdujeron a fines del año pasado, **medidas destinadas al ajuste interno y externo**, con un endurecimiento de la política monetaria y fiscal y reducción de exportaciones a los países del CAME, de moneda no convertible.

En lo estructural, hay programas para acelerar la privatización de empresas públicas y reducir la intervención estatal en la economía, incluida la seguridad social, y se fijó el marco para creación de una Bolsa de Valores.

♦ Polonia

Las graves perturbaciones que sufrió la economía polaca a partir de 1979 determinaron que en 1988 el producto bruto fuera inferior al de 1978. El gobierno de coalición encabezado por **Solidaridad** a partir de setiembre de 1989 empezó a contener las tendencias desestabilizadoras de la economía y sentó las bases de un radical programa de ajuste y reforma que se está ejecutando. Los aumentos salariales por encima del 80% del alza del costo de la vida son castigados mediante un "impuesto al exceso salarial". Prácticamente todas las subvenciones al consumo alimentario quedaron eliminadas y se evitó que el déficit del Estado excediera el 6% del PBI.

Como resultado de estas medidas, a pesar de una inflación mensual de más del 30% en el último trimestre del año pasado el salario real disminuyó notablemente en ese período y se logró contener el deterioro de la balanza comercial en moneda convertible. La producción industrial y la inversión disminuyeron y el consumo se mantuvo estancado.

En lo estructural se avanzó sustancialmente hacia la liberalización de la economía al decidirse, a fines de 1989, no preparar un plan central anual para 1990, lo que significó apartarse de lo que se hizo en los 40 años anteriores. Solo quedó sujeto al sistema de precios máximos el 5 % de la producción.

♦ Rumania

Las perturbaciones derivadas de la caída del régimen de Nicolae Ceausescu originaron cierta desorganización de la producción pues la estructura tradicional de planificación central quedó desmantelada. El gobierno da prioridad al aumento de la producción agrícola, permitiendo que los agricultores privados y cooperativistas cobren precios de mercado y decidan dónde vender sus productos. Se están abrogando leyes que obstaculizaban las relaciones económicas con el resto del mundo, como la prohibición de obtener crédito del exterior y otorgar crédito a la exportación.

Agencia AFP

La remoción de uno de los puntos del Muro de Berlín, símbolo de los cambios en el Este.

♦ Checoslovaquia

Fue el país de Europa oriental que pudo lograr un equilibrio interno y externo hasta los primeros años de la década del 70. La inflación reprimida en este país es inferior a la de los demás del área. Sin embargo, hay problemas de insuficiente inversión, una masa de capital cada vez más anticuada y problemas de medio ambiente.

Se ha reducido paulatinamente el monopolio estatal del comercio exterior y se inició la reforma del sector financiero, limitando la función del banco del Estado a banca central e incentivando bancos comerciales. El nuevo gobierno que asumió en diciembre de 1989 ha hecho hincapié en la reforma económica y hay diversas leyes que están siendo presentadas al Parlamento para eliminar restricciones a la actividad privada, desnacionalizar las actuales empresas estatales, establecer un procedimiento para casos de quiebra y, en fin, establecer una economía más competitiva y flexible, capaz de reaccionar rápidamente ante la reforma de precios y la liberalización de los salarios.

♦ Bulgaria

País de elevado crecimiento económico real, las alzas salariales excedieron la productividad del trabajo en los últimos años y se acumuló considerable ahorro en el sistema bancario. Los precios se mantienen estrictamente controlados y el sistema económico se está orientando muy paulatinamente hacia el mercado. Se han establecido nuevos incentivos económicos para la agricultura, incluido el pago en moneda dura. Se estima que cerca de la mitad de la capacidad productiva instalada está obsoleta y la productividad de la mano de obra es baja, lo que obliga a recurrir a subvenciones del Estado por una cuarta parte del gasto público. Actualmente se preparan nuevas reformas, incluida la liberación de precios, el ajuste de los tipos de interés, la creación de una red de protección social y la privatización.

♦ Alemania oriental

Entre 1980 y 1988 la tasa anual media de crecimiento económico en la RDA fue del 4% y los precios se mantuvieron literalmente estables, no existiendo desempleo. Sin embargo, hay indicios de graves problemas estructurales y la evolución debe haber sido mucho peor que lo que indican las cuentas oficiales. Desde comienzos de los años setenta se hizo hincapié en la planificación central, y la concentración de la inversión en pocos campos, como la microelectrónica, dio lugar a un deterioro de la masa de capital en la industria de bienes de consumo durable y sector público. La contaminación atmosférica es grave y el mercado laboral está muy reglamentado. El objetivo primordial de la futura política de la RDA y también de la RFA es reducir la brecha entre los niveles de vida de ambos países.

♦ Unión Soviética

Si bien se estima que la deuda externa de la URSS en moneda dura es de 57.000 millones de dólares, se ve en parte compensada por cuantiosos activos, como tenencias de oro y depósitos en bancos que declaran datos.

La tasa de inflación es del 3 al 5% anual, mientras que el tipo de cambio del dólar en el mercado negro se ha duplicado con creces en los últimos tres años: entre 12 y 15 rublos por dólar, comparado con el tipo oficial comercial de 0,64 rublo por dólar y no comercial de 6,26.

La prioridad de las autoridades soviéticas es la estabilización macroeconómica y la reducción de las presiones inflacionarias, incluyendo impuestos del 200% sobre los aumentos salariales superiores al 5%. El plan inicial marcaba que la reforma de precios se aplicará en primer lugar a los precios al por mayor en 1991 y se haría extensiva a los precios al por menor en 1992. En 1991 se implantaría un sistema uniforme de tributación de las empresas y se reducirá a la mitad la importación de bienes que pueden fabricarse en el país, incentivando la conversión de producción militar a civil.

Ultimamente, las autoridades soviéticas están encarando una considerable aceleración de las reformas en todos los campos, debido a los temores sobre inciertos resultados en los programas más graduales.

90044225

TITU: CAMBIOS EN LA UNIÓN SOVIÉTICA
EL DÍA (150005)
F: 30/7/90
V: EUROPA DEL ESTE (11169)

Europa oriental y el sistema internacional

En el último bienio, los cambios que se han producido en el sistema internacional son mucho más importantes que aquellos verificados en las últimas décadas. Desde el Plan Marshall, la comunización y sovietización de Europa del este, la guerra fría y sus consecuencias inmediatas como el muro de Berlín y la guerra de Corea, no ha habido una época en la historia de las relaciones internacionales de la posguerra, más llena de sorpresas, de alianzas reformuladas, de conglomerados que se compactan y otros que se desunen, de resurgimiento de nacionalismos y aparición de supranacionalismos, etc.

Al este de Europa

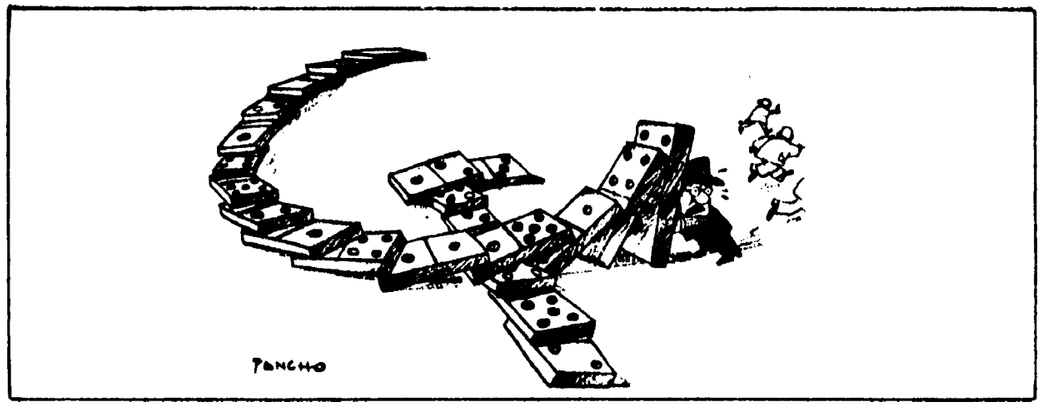
El llamado efecto "dominó" se comprobó detrás de la cortina de hierro haciendo desaparecer en algunos meses 45 años de stalinismo, brezhnevismo y otros ismos. Y el propio jefe de la diplomacia soviética Shevardnadze —que tiene mucho más el porte de lord Carrington o de Paco Fernández Ordóñez que el de Gromyko o Molotov— avala la caída de la primera ficha del dominó en mayo de 1989 a la revista "Time", cuando el reportero le pregunta: "¿Puede usted imaginarse la posibilidad de que por problemas internos de un país del Pacto de Varsovia, se produzca una intervención militar soviética?"; el canciller contesta simplemente: "No, no puedo imaginarlo".

En realidad ya existía un plan Gorbachov para la "descomunización" de los satélites, colocando al frente de los gobiernos a lo que el periodista francés Jacques Renard ("L'Express") califica de "gorbachovitos". Esto dicho sin entrar en la polémica de si las intenciones del presidente soviético son las de reformar verdaderamente el sistema o lo que sostienen algunos, como el escritor disidente Vladimir Bukovski, sencillamente de salvar la vieja idea marxista-leninista, reformándola desde adentro.

Cohabitación polaca

Todos los países del Este han tenido elecciones en este último bienio. Polonia, aun con características especiales de "cohabitación" puesto que permanece el jefe de Estado Jaruzelski, es el primero en comicios libres —el 4 de junio de 1989— y es el primero en ver fracasar a su "gorbachovito": Mieczyslaw Rakowski. En efecto las elecciones las gana Tadeusz Mazowiecki, un extrapartidario, apoyado por Lech Walesa.

Aunque disguste a los excéntricos, a mi entender el imperio romano verdaderamente se derrumbó, dijo el politólogo británico Samuel Finer y yo digo que aunque disguste a los excéntricos, a mi entender el marxismo-leninismo verdaderamente se derrumbó. (Jean-Francois Revel).



Porque además Polonia es el único que tiene un sindicalismo fuerte, Solidarnosc y un líder carismático, Walesa. ¿Por cuánto tiempo más? No sabemos. Walesa ganó otra batalla al hacer salir del gobierno a los tres ministros comunistas pero es evidente que ya no es lo mismo que cuando todos marchaban detrás del jefe hasta la victoria. Una vez el objetivo logrado (el pluralismo), el enemigo derrotado (el comunismo), la estrella del Premio Nobel de la Paz —símil de Churchill en la historia— parecería querer apagarse.

Hungría fue el primero en derrocar al stalinismo imperante (Janos Kadar) y reemplazarlo por su "gorbachovito": Karoly Grosz, quien no duró mucho y además fue el primero en fisurar la cortina de hierro, cortando sin aviso los alambres de púa de su frontera con Austria. Actualmente el jefe de gobierno es una suerte de social-demócrata liberal llamado Jozsef Antall y el gorbachovismo obtuvo solamente el 8,5% en las elecciones.

"Gorbachovito Krenz"

La RDA que fue en un inicio de los más recalcitrantes en las reformas luego de manifestaciones populares y de declaraciones del presidente soviético en claro tono de reprimenda para el viejo Honecker, en octubre de 1989 éste es reemplazado por el "gorbachovito" Egon Krenz. A los pocos días se permiten los viajes a la RFA y el caudal incontenible de emigrantes termina por derrumbar el tristemente famoso muro de Berlín. Como termina por reemplazar a Krenz y seguir el mismo proceso que los otros países con elecciones libres el 18 de marzo de 1990. De ellas resulta el actual gobierno de coalición encabezado por el democristiano Lothar de Maiziere. A más de eso la reunificación de las dos Alemanias está en una marcha a todo vapor.

Checoslovaquia vive una situación similar. El viejo poder encarnado por el presidente Husak y el secretario general del PC, Milos Jakes, pretende ser puesto en jaque por el primer ministro "gorbachovito" Ladislav Adamec, quien, ajeno a la evolución de los demás satélites, fomenta una manifestación-revolución el 17 de noviembre de 1989, cuya represión hace caer a Husak y a Jakes, pero... también a Adamec. Los culpables de esas caídas conforman un grupo heterogéneo nucleado en el Foro Democrático y que ganó las elecciones libres del 8 de junio de 1990.

Más al este aún

Como lo hemos venido desarrollando, el plan Gorbachov para los países satélites fracasa en Polonia, Hungría, la República Federativa Checa y Eslovaca y en la RDA. No se puede decir lo mismo de los países cuyo pasado más bien pertenece al Imperio Otomano que al Austrohúngaro: Rumania y Bulgaria. Además de esta, existe otra diferencia y es que los primeros tienen una tradición democrática que no poseen los segundos y por lo tanto realizaron elecciones libres y sin presiones, en las cuales el comunismo pasa a ser una fuerza marginal, cosa que no ocurrió con las convocatorias electorales de Rumania y Bulgaria, muy controvertidas y donde el comunismo se disfraza pero no se desplaza del poder.

En Rumania el primer reflejo del efecto "dominó" se cumple: derrocamiento —y esta vez sangriento— de Ceausescu, pero Ion Ilescu gorbachoviano de palabras, es lo más parecido al stalinismo ortodoxo en los métodos. Y si no que lo digan los que sufrieron la represión de los milicias mineras. El 20 de mayo pasado, pese a eso, ganó unas elecciones de las cuales lo menos que se puede decir es que fueron discutibles.

Mientras tanto en Bulgaria —único país del bloque que perteneció por entero al Imperio Otomano y que aún tiene una importante minoría turca— Todor Jivkov estaba en el poder desde hace 36 años y fue derrocado por un complot del "gorbachovito" local, el canciller Petar Mladenov. Este si bien asumió la presidencia, renunció a la secretaría general del PC y cambió el nombre del partido en PSB (Partido Socialista Búlgaro). Hace unos pocos días Mladenov tuvo que dimitir pero el PSB —que había ganado las elecciones del 17 de junio pasado— sigue teniendo mayoría parlamentaria.

Pese a la gran diversidad y características particulares de cada país, todos los ex satélites están encarando un destino común, tanto del punto de vista económico como cultural y este destino mira insistentemente al Occidente —incluso la meta final es la CEE (menos la RDA que ya está prácticamente en ella y en la OTAN)— al mismo tiempo que no quiere dar la espalda a la URSS. Desafío difícil de coordinar, pero no imposible y que por lo tanto da plena validez a la idea del plan Bush para América Latina, dado que por el lado europeo, en general, las perspectivas para la región no son muy alentadoras. Por los cambios en Europa del este, por la unión política y económica de los países de la CEE y por las posibilidades de acoplamiento de uno y otro sistema.

Adolfo Castells Mendívil

F. 9004654

01-01

Informe Especial

Diversidad de Partidos y Novedosas Coaliciones Tras la Caída del Comunismo

RESURGE LA DEMOCRACIA EN EUROPA ORIENTAL: UN NUEVO MAPA POLITICO

The Economist

Derechos Exclusivos de EL PAIS

LONDRES (Servicio Exclusivo de "The Economist"). — La democracia resurge en Europa Oriental. Luego de las elecciones parlamentarias realizadas en seis países, el mapa político quedó configurado de la siguiente manera:

■ BULGARIA

Votaron el 10 y 17 de junio para integrar un Parlamento unicameral con mandato por dos años, de 400 miembros, que deberá redactar una nueva Constitución para el país.

	% de Votos	Bancas
Partido Socialista Búlgaro (ex-Comunistas)	47	211
Unión de Fuerzas Democráticas (Alianza anti comunista)	36	144
Unión Agraria (agricultores y granjeros)	8	16
Movimiento por Derechos y Libertad (Turcos étnicos)	6	23
Otros	3	6

PRESIDENTE: **Zhelyu Zhelev** (Unión de Fuerzas Democráticas), designado por el Parlamento, por amplia mayoría.

PRIMER MINISTRO: **Andrei Lukanov** (Socialista).

Bulgaria desea ingresar al Fondo Monetario Internacional y al Banco Mundial. Deuda externa estimada en 8.000 millones de dólares. Ha solicitado su solicitud de ingreso al Consejo de Europa y espera firmar un acuerdo comercial y de cooperación con la Comunidad Económica Europea. Bulgaria es miembro del Pacto de Varsovia, pero no hay tropas soviéticas en su territorio.

■ POLONIA

Es un caso especial. Las últimas elecciones generales para elegir una Cámara de Representantes de 460 bancas y una Cámara de Senadores de 100 bancas, se efectuaron en junio de 1989.

En las elecciones para el Senado, que fueron totalmente libres, el movimiento anti comunista "Solidaridad" conquistó 99 de las 100 bancas.

Las elecciones para la Cámara de Representantes fueron parcialmente libres, ya que el régimen comunista autorizó en ese momento a "Solidaridad" a competir por sólo el 35% de las bancas.

El propósito de establecer una nueva Constitución en mayo de 1991. Luego, se realizarían elecciones totalmente libres, aunque es posible que sean adelantadas.

PRESIDENTE INTERINO: **General Wojciech Jaruzelski** (elegido por el Parlamento).

PRIMER MINISTRO: **Tadeusz Mazowiecki** ("Solidaridad").

Polonia es miembro del FMI y del Banco Mundial. Su deuda externa se calcula en 38.000 millones de dólares. Ha solicitado su ingreso al Consejo de Europa. Tiene un acuerdo comercial y de cooperación con la Comunidad Económica Europea.

En territorio polaco hay 40.000 soldados de la Unión Soviética. No se ha solicitado su retiro, hasta el momento.

■ CHECOSLOVAQUIA

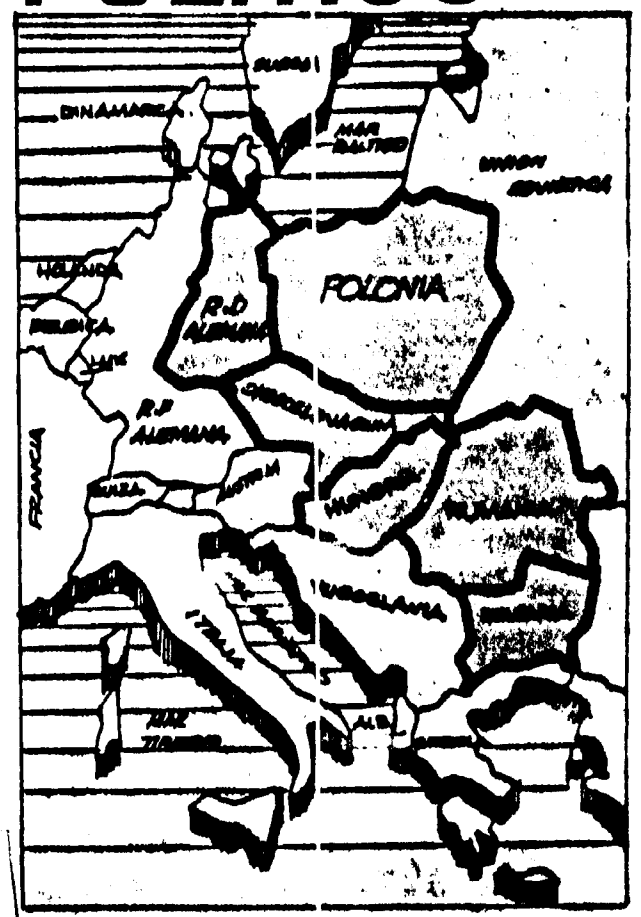
Las elecciones tuvieron lugar los días 8 y 9 de junio, de las que surgieron un Parlamento Federal por un período de dos años, formado por la Cámara del Pueblo con 150 diputados (101 de la República Checa y 9 de Eslovaquia), y una Cámara de las Naciones de 150 escaños (75 Checos y 75 Eslovacos). Las dos ramas parlamentarias deben redactar una nueva Constitución para 1992.

	% de Votos	Bancas
Foro Cívico - Mov. Contra la Violencia (Alianza anti comunista)	47	87
Comunistas	14	23
Democracia Cristiana	12	20
Autonomistas de Moravia y Silesia	5	9
Partido Nacional Eslovaco	4	6
Coalición de otras minorías	3	5

PRESIDENTE: **Vaclav Havel** (Foro Democrático).

PRIMER MINISTRO: **Marian Calfa** (Movimiento Contra la Violencia).

Checoslovaquia solicitó ser miembro del FMI y del Banco Mundial. Deuda externa calculada en 5.000 millones de dólares. Se prepara para firmar un acuerdo comercial y de cooperación con la Comunidad Europea. La Unión Soviética aceptó retirar sus fuerzas (alrededor de 71.000 soldados) de territorio checoslovaco a más tardar en mayo de 1991.



posible que establezca nuevas normas para la elección del Presidente y la definición de sus potestades.

1.02

1900 4655

Vaclav Havel accedió a la Presidencia de Checoslovaquia. Antes había sufrido persecución y prisión

Lothar de Maiziere encabezó la coalición triunfadora en las elecciones de Alemania Oriental

■ RUMANIA

Las elecciones parlamentarias se efectuaron el 20 de mayo para un período legislativo de dos años. Eligieron 396 Diputados y 190 Senadores, quienes en conjunto deben estructurar una nueva Constitución que debe tener vigencia a fines de 1991.

	% de Votos	Bancas
Frente de Salvación Nacional (ex-comunistas, algunos comunistas, oficiales del Ejército y ex-disidentes)	66	233
Unión Democrática	7	29
Liberales (centro-derecha)	6	29
Partido Verde	3	12
Partido Nacional de Agricultores	3	12
Otros Partidos	15	81

PRESIDENTE: Ion Iliescu (Frente de Salvación Nacional) fue elegido el 20 de mayo con el 85% de los votos.

PRIMER MINISTRO: Petre Roman (Frente de Salvación Nacional).

Rumania es miembro del FMI y del Banco Mundial. No se conoce el monto de su endeudamiento externo. La Comunidad Económica Europea aplazó la firma de un nuevo acuerdo comercial y de cooperación. Rumania integra el Pacto de Varsovia, pero no hay unidades militares soviéticas en su territorio.

■ HUNGRIA

Los 386 miembros del Parlamento unicameral fueron elegidos por votación ciudadana el 25 de marzo y 8 de abril. El Parlamento tiene un período de duración de cuatro años. Es

	% de Votos	Bancas
Foro Democrático (centro-derecha)	25	165
Demócratas Libres (centro-liberal)	21	92
Pequeños Productores Independientes	12	43
Socialistas (ex-Comunistas Reformistas)	11	33
Jóvenes Demócratas (centro-liberal)	9	21
Democracia Cristiana	7	21
Partido Socialista de los Trabajadores (ex-Comunista)	[illegible]	[illegible]
Social Demócratas	[illegible]	[illegible]
Otros Partidos	[illegible]	[illegible]

PRIMER MINISTRO: Josef Antall [illegible] lleva un gobierno de coalición con el Partido de los Pequeños Productores Independientes y la Democracia Cristiana.

PRESIDENTE INTERINO: Arpad Goncz (Partido Demócrata Libre) fue elegido por el Parlamento.

Hungría es miembro del FMI y del Banco Mundial. Su deuda externa se estima en 19.000 millones de dólares. Tiene un acuerdo comercial y de cooperación con la Comunidad Económica Europea y aspira a ser miembro pleno de la Comunidad a breve plazo. Es miembro del Pacto de Varsovia, a pesar de que propone la disolución de dicha alianza militar. La Unión Soviética aceptó retirar sus fuerzas de territorio húngaro (80.000 soldados) a más tardar en julio de 1991.

■ ALEMANIA ORIENTAL

El 18 de marzo se efectuaron las elecciones legislativas. Quedó integrado un Parlamento unicameral de 400 legisladores por un período de cuatro años.

	% de Votos	Bancas
Alianza por Alemania (Coalición Demócrata-Cristiana)	48	163
Social Democratas	22	87
Socialistas Demócratas (ex-Partido Comunista)	16	66
Liberales	5	21
Otros Partidos	9	34

PRIMER MINISTRO: Lothar de Maizière (Democracia Cristiana). El 1º de julio se concretó la Unión Monetaria de Alemania Oriental con la República Federal de Alemania y a fines del corriente año habrá elecciones para un Parlamento unificado, como paso final hacia la fusión de los dos países. Hay 380.000 soldados soviéticos en territorio de Alemania Oriental.

9004655

Las nuevas democracias de Europa Oriental

Un nuevo mapa político: quiénes gobiernan y con qué partidos

¿Quién es quién dentro de los antiguos países socialistas? La rápida transformación vivida en Europa del Este ha significado un profundo cambio político y geográfico en la región. La vieja "cortina de hierro", como la denominara Winston Churchill, hoy no es más que una franja de países que marchan aceleradamente hacia la consolidación democrática.

¿Cuáles son sus partidos, quiénes sus nuevos gobernantes, qué proporción guardan las diferentes fuerzas políticas dentro de los respectivos parlamentos? A estas preguntas intentó responder Búsqueda mediante los servicios de las agencias. Un reciente informe publicado por la conocida revista británica, "The Economist", responde a preguntas similares. Así se conformó esta guía básica sobre la nueva realidad política, la integración parlamentaria (en cada caso, los porcentajes y número de escaños corresponden a las cámaras bajas en los sistemas bicamerales) y los objetivos políticos (nueva constitución, etc.) trazados a corto plazo en todos estos países.

Bulgaria

Bulgaria tuvo sus elecciones el 10 y el 17 de junio pasado, con lo que integró su parlamento de 400 bancas. El período completo de este parlamento es de dos años y tiene el cometido de presentar para 1992 un proyecto de nueva constitución.

El actual presidente de Bulgaria es Petar Mladenov (del partido Socialista ex comunista) y el primer ministro es Andrei Lukanov, también socialista.

En las mencionadas elecciones el Partido Socialista Búlgaro (excomunistas) sacó el 47 por ciento de los votos, el equivalente a 211 de las 400 bancas. La Unión de Fuerzas Democráticas (una alianza anti-comunista) sacó el 36 por ciento de los votos (144 bancas), la Unión Agraria (un partido de granjeros), sacó el 8 por ciento, con 16 bancas. Un grupo étnico de origen turco logró el 6 por ciento, es decir 23 bancas. Otros partidos lograron las seis bancas restantes.

La deuda externa de Bulgaria se estima en 8 mil millones de dólares. Bulgaria pidió ingresar al Banco Mundial, el FMI y quiere ser parte del Consejo de Europa. Integra el Pacto de Varsovia, pero no hay tropas soviéticas estacionadas en su territorio.

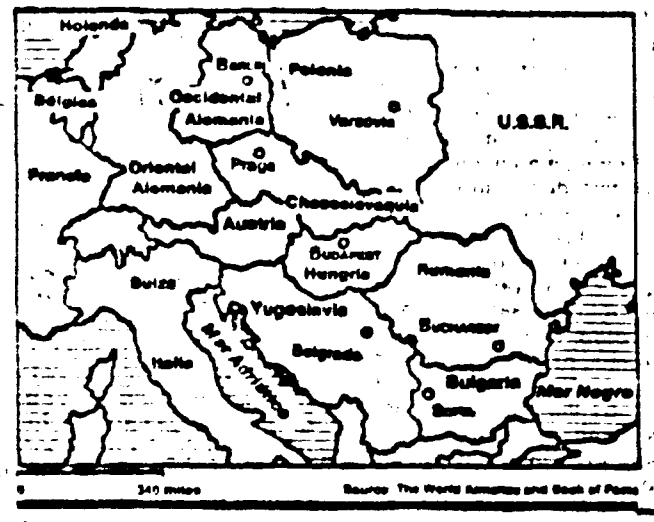
Checoslovaquia

Las elecciones checoslovacas se hicieron el 8 y 9 de junio para integrar un parlamento por dos años. Se trata de dos cámaras federales. Una Cámara del Pueblo con 150 bancas (101 para la república checa y 49 para la eslovaca). También se integró una Cámara de las Naciones, con 150 bancas, pero repartidas por igual en cada caso. Para 1992 ambas deberán presentar una nueva constitución.

El actual presidente es Vaclav Havel del Foro Cívico, cuyo mandato debe ser confirmado por el Parlamento. El primer ministro es Marian Calfa del partido "Público Contra la Violencia" (socioeslovaco del Foro Cívico).

El Foro Cívico y el Público Contra la Violencia (una alianza checa y eslovaca anticomunista) obtuvo 47 por ciento de los votos y 87 bancas. Los comunistas lograron 14 por ciento de los votos y 23 bancas. Los democristianos 12 por ciento (20 bancas), los autonomistas de Moravia y Silesia sacaron el 5 por ciento de los votos con nueve bancas, el Partido Nacional Eslovaco el 4 por ciento (con seis bancas) y una coalición de partidos minoritarios obtuvo el 3 por ciento (cinco bancas).

También este país pidió su ingreso al Banco Mundial, al FMI. En lo regional pretende integrar el Consejo de Europa. Su deuda externa se calcula en 5 mil millones de dólares. La Unión Soviética se comprometió a retirar todas sus tropas para mayo de 1991.



Alemania Democrática

Las elecciones se hicieron el 18 de marzo para integrar un parlamento de una única cámara, con 400 bancas y, teóricamente, por un período de cuatro años. Las negociaciones para que se hagan elecciones conjuntas (con Alemania Federal) a fin de este año o comienzos del otro (y consagrar así la reunificación), sin embargo, podría variar esta situación.

El primer ministro es el demócrata cristiano Lothar de Maizière.

La coalición encabezada por la Democracia Cristiana obtuvo el 48 por ciento de los votos, es decir que alcanzó 193 bancas. Los socialdemócratas obtuvieron 22 por ciento (87 bancas), los socialistas democráticos (antiguos comunistas) sacaron el 16 por ciento de los votos, lo que equivale a 65 bancas. Los liberales un 5 por ciento, con 21 bancas y otros grupos pequeños se repartieron las restantes 34 bancas.

Alcanzada ya la unidad monetaria, resta dar ahora el paso final, que es la unificación geográfica y política. Con eso Alemania Democrática dejará de ser tal ante la comunidad internacional. Queda por resolver el tema de la seguridad, la afiliación a la alianza atlántica y los términos de un eventual retiro de tropas soviéticas, que actualmente suman unos 380.000 efectivos.

Hungría

Las elecciones se hicieron el pasado 25 de marzo y el 8 de abril. Se trata de un parlamento unicameral de 386 escaños. El mandato parlamentario tiene un período de cuatro años, en los que deberá formular nuevas regulaciones para la elección del presidente y la definición de sus poderes.

El primer ministro es Jozsef Antall (del Foro Democrático) que encabeza una coalición con el partido de los granjeros y la Democracia Cristiana. El presidente interino es Arpad Gonez, de los Demócratas Libres, elegido por el parlamento.

El Foro Democrático (centro derecha) obtuvo el 25 por ciento de los votos y 165 bancas. Los Demócratas Libres (liberales) sacaron 21 por ciento, con 92 bancas. El partido de los granjeros logró el 12 por ciento, con 43 bancas. Los socialistas (comunistas reformadores) tuvieron 11 por ciento (33 bancas). Los Jóvenes Demócratas (centro-liberales) 9 por ciento (21 bancas), los democristianos 7 por ciento (21 bancas), el viejo partido Comunista un 4 por ciento (sin banca alguna). Otros partidos minoritarios sumaron las restantes 11 bancas.

La deuda externa húngara es de 18 mil millones de dólares aproximadamente, y es socio del Banco Mundial y del FMI. Pertenece al Pacto de Varsovia aunque reclama su disolución. Las tropas rusas se retirarían para julio de 1991.

Polonia

Por estar entre los primeros países que hicieron su apertura democrática, el de Polonia es un caso especial. La última elección general se hizo en junio del 89 para integrar una cámara baja de 460 bancas y una cámara alta de 100 escaños. En la elección, totalmente libre para el Senado, Solidaridad obtuvo el 99 por ciento de los escaños. Pero para la cámara baja las elecciones fueron solo relativamente libres, ya que Solidaridad solo podía competir por el 35 por ciento de las bancas.

Se supone que para mitad de 1991 debería estar pronta la nueva constitución y que las próximas elecciones, totalmente libres, se realizarían entonces. Todo hace suponer, en cambio, que ese plazo será adelantado.

El actual presidente, elegido por el parlamento es el general Wojciech Jaruzelski, militar comunista que gobernaba Polonia antes del cambio. El primer ministro es Tadeusz Mazowiecki de Solidaridad.

Polonia ya es miembro del Banco Mundial y del FMI. Su deuda externa es estimada en 38 mil millones de dólares. Pidió para ingresar al Consejo de Europa. Hay 40.000 efectivos soviéticos estacionados en Polonia y no se conoce ningún requerimiento formal para su retiro.

Rumania

Las elecciones rumanas se realizaron el 20 de mayo para integrar un parlamento de dos cámaras (396 bancas en la cámara baja y 190 en la alta). Ambas deben presentar una nueva constitución para fines del año próximo.

El presidente rumano es Ion Iliescu del Frente de Salvación Nacional que fue elegido en forma directa con el 85 por ciento de los votos. El primer ministro, del mismo partido, es Petre Roman.

El Frente de Salvación Nacional (formado por ex comunistas y no tan ex comunistas, militares y antiguos disidentes) obtuvo el 66 por ciento de los votos y 233 escaños. La Unión Democrática Rumana logró el 7 por ciento de los votos y 29 bancas. Los liberales (de centro derecha) sacaron el 6 por ciento con 29 bancas también. Los Verdes y los granjeros sacaron 3 por ciento cada uno, por lo que les corresponde 12 bancas a cada uno. Otros partidos reunieron un total de 15 por ciento de los votos lo que, conjuntamente, implica 81 bancas.

Rumania es miembro del Banco Mundial y del FMI.

Ex dirigente comunista se adapta bien al capitalismo polaco

Tildado de "hombre más rico de Europa del este" por una publicación económica británica, Mieczyslaw Wilczek sonríe modestamente: "se trata de un malentendido, sólo en Polonia conozco por lo menos a diez personas más ricas que yo".

Este hombre de negocios polaco, de 58 años, que se hizo rico vendiendo carne de cerdo a los soviéticos y sirviendo de cabeza de puente a los capitales japoneses, es el último ministro de industria del antiguo gobierno comunista.

Aunque ya era rico antes de ingresar en el gobierno, su éxito ejemplifica la perfecta adaptación al capitalismo de los antiguos dirigentes comunistas.

Hasta tal punto que acaba de ser impugnado por [illegible] (parlamentaria) que lo reprocha un [illegible] con el cierre de los astilleros de [illegible] esto Solidaridad, por razones políticas.

Los diputados bien pudieran reclamar la competencia ante la justicia de este hombre, considerado por Solidaridad como el tipo mismo de "sanguijuela comunista" que Lech Walesa abomina.

Wilczek, impávido, sólo lamenta ante la AFP "no haber cerrado todos los talleres no rentables", antes de rendir homenaje al muy liberal ministro de finanzas actual.

Tras haber ganado "el primer millón de zlotys en 1986 vendiendo detergente", Wilczek abandonó todo en menos de su primera esposa antes de entrar en el gobierno de Rakowski.

Hoy posee un matadero y una fábrica de acondicionamiento de carne porcina, y tiene en proyecto tres fábricas más en zona franca de la frontera polaco-soviética, con vistas a la venta al mercado de la URSS. La etapa siguiente será -dice- una fábrica en la propia Unión Soviética.

Wilczek estimó que lo que más le ayudó fue su conocimiento de los mercados del COMECON (Mercado Común de los Países Socialistas), adquirido mientras estaba en el gobierno. (AFP)

9004656

ENTRADO
CRUZADO

01.01

Cayó el gobierno de Liberia
LA NACION (150095)
28/7/90
LIBERIA (10119)
Factor Político (11164)
Gob. Nacional (11302)

Samuel Doe

Cayó el gobierno de Liberia

LONDRES, 27 (Reuter).- El líder rebelde liberiano, Charles Taylor, anunció por radio que sus fuerzas controlan el país y que el régimen del presidente Samuel Doe había sido reemplazado.

La radio rebelde Elwa, captada en esta metrópoli, anunció que Taylor era el nuevo "presidente del Frente Patriótico Nacional de Liberia".

Taylor, en su breve alocución radial afirmó que la administración de Doe había sido "disuelta y reemplazada por el gobierno de la Asamblea Patriótica Nacional de Reconstrucción" bajo "mi liderazgo".

Agregó que la constitución liberiana "ha dejado de tener validez" y anunció un toque de queda entre el ocaso y el amanecer.

También dijo que el nuevo gobierno se propone celebrar elecciones en un plazo no mayor a seis meses. Al señalar los objetivos del "nuevo gobierno", Taylor expresó que uno de ellos sería el de permitir el "retorno y reasentamiento de aquellos que se vieron obligados a huir por el genocidio de Doe".

Si bien se carece de información directa, algunas versiones señalaron que poco antes del anuncio radial, más de 300 rebeldes irrumpieron en el centro de Monrovia (capital de Liberia) y libraron violentos combates en las calles para arrebatar el control de la ciudad a las tropas de Doe.

Al anunciar por radio el derrocamiento de Doe, Taylor subrayó que había llevado adelante el golpe de Estado "porque el gobierno de Doe no nos dio a nosotros, el pueblo de Liberia, la oportunidad de elegir libre y lealmente a nuestro gobierno y a nuestros representantes."

01-01

ENTRADO
CRUZADO
9004657

Evacuan ciudadanos norteamericanos de Liberia

Más de 200 infantes de marina de los Estados Unidos fueron desembarcados en ese país para realizar el operativo

WASHINGTON, 8 (AP). – Más de 200 infantes de marina de los Estados Unidos desembarcaron hoy en Liberia para evacuar a los norteamericanos reunidos en su embajada, sobre los que, según dijeron fuentes oficiales estadounidenses, se cierne una "inminente amenaza".

Los infantes de marina fueron transportados en helicópteros artillados.

El secretario de prensa de la Casa Blanca dijo que en Liberia había unos 70 funcionarios norteamericanos y otras 300 personas de la misma nacionalidad y "nos llevaremos a todos los que quieran salir".

"La operación parece ir bien", informó una fuente del Departamento de Defensa acerca de la evacuación emprendida en la nación del oeste africano, donde se libra una sangrienta guerra civil desde hace ocho meses.

El presidente George Bush ordenó la evacuación después que uno de los jefes de los rebeldes que tratan de derrocar al presidente Samuel Doe anunció que ordenó la detención de todos los extranjeros que se hallaran en la capital, Monrovia, con la esperanza de provocar una intervención internacional en la sangrienta guerra civil, expresó Fitswater.

Añadió que "los infantes de marina permanecerán en Liberia el tiempo necesario para dar seguridad a los ciudadanos norteamericanos en ese país".

Sin embargo, advirtió que "la presencia de los infantes de marina no indica ni constituye ninguna intervención de parte del gobierno de los Estados Unidos de intervenir militarmente en el conflicto de Liberia.

"El propósito de esta operación es preservar vidas, dejar en la embajada de los Estados Unidos una dotación de personal mínima y dar seguridad nacional a los que se queden."

Algunos pelotones de infantes de marina fueron desde la embajada hasta el centro de transmisión de la Voz de América, la emisora gubernamental norteamericana, para dar seguridad a los que trabajan allí.

Como es común en estos casos, los infantes de marina desembarcados en Liberia están especialmente entrenados para realizar operaciones de rescate y constituyen unidades especiales de combate, que se caracterizan por su aptitud para afrontar situaciones de alto riesgo.

Fitzwater dijo que los infantes no hallaron resistencia. Destacó que los Estados Unidos mantuvieron barcos estacionados frente a la costa de Liberia "durante cierto tiempo" pero no tomó parte en la lucha. Cuatro unidades navales estacionadas allí tienen a bordo unos 2100 infantes de marina.

Los efectivos que participan en la operación constituyen una compañía de fusileros reforzada y fueron transportados desde el portahelicópteros Saipan. El barco tiene doce helicópteros CH-46 Sea Knight para transporte de personas y varios CH-53 Sea Stallion, que pueden llevar armas, vehículos de transporte y otra carga. Se trata de material militar de última generación para esa clase de operaciones.

Acusación de Taylor

ABIDJAN, Costa de Marfil, 8 (AP). – El jefe rebelde liberiano Charles Taylor acusó hoy a los Estados Unidos de enviar a sus infantes de marina para mantener en el poder al acosado presidente Samuel Doe.

Doe sostuvo que la presencia de los efectivos de la Unión era necesaria para proteger a los ciudadanos norteamericanos.

Taylor convocó a civiles y combatientes a movilizarse en oposición a la intervención de los infantes de marina.

A través de una radio de la población norteña de Yekepa, instó a la movilización para "defender el país" y "en oposición a toda intervención extranjera".

"Enfrentamos el desafío de una nueva colonización como en la época de la esclavitud", añadió Tauylor.

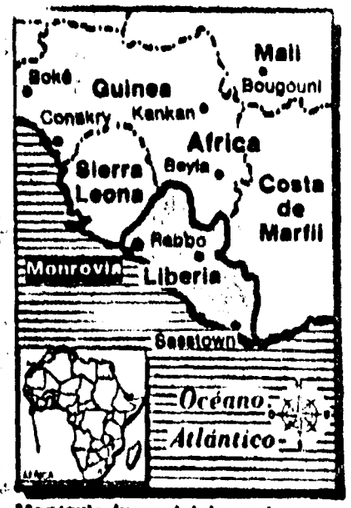
Liberia fue fundada en 1847 por esclavos norteamericanos libertos entre los que había antepasados de Taylor.

El jefe rebelde instó a la comunidad internacional a "respetar nuestra soberanía y dejar a los liberianos que formen un nuevo gobierno que garantice los derechos humanos y revitalice la economía".

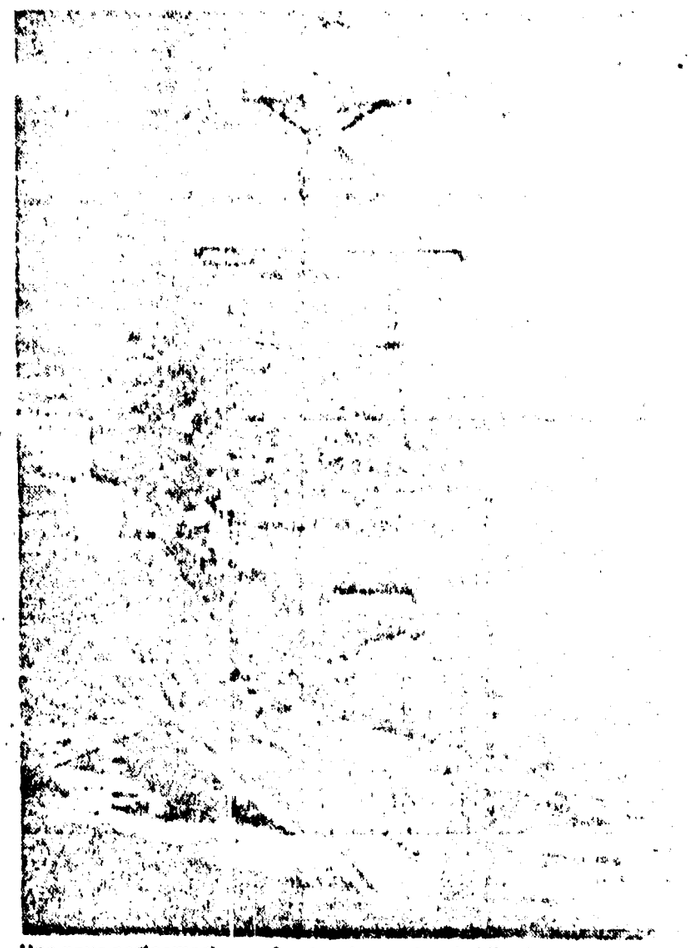
Washington había expresado dudas sobre el compromiso de Taylor con la democracia.

El jefe rebelde declaró que "es evidente que todo esto se orquestó para mantener a Doe en el poder".

Fitswater (AP)



Monrovia, lugar del desembarco



Una nave norteamericana, frente a las costas de Liberia

PARTES POCO LEGIBLE

9004653

INFORME ESPECIAL Paris

Inflación Anual no Supera 2.5%; Mitterrand Enfrentó Cierta ola de Pesimismo

FRANCIA VIVE PLENA EBULLICION DEL CONSUMO Y UN CRECIMIENTO SOSTENIDO

PARIS. (Especial para EL PAIS por Daniel Herrera Lussich. Gentileza de "DHL WORLDWIDE EXPRESS).— "Yo no creo en la depresión de los franceses, tengo confianza en la gran vitalidad de Francia", esta afirmación buscaba salir al cruce de un sentimiento de cierto pesimismo que ha surgido en torno a la situación general en las charlas callejeras, en medios empresariales y en los círculos intelectuales, a lo largo de los últimos *meses, sumado a la perdida del protagonismo que Francia* ostentaba hacia un buen tiempo en el continente europeo. François Mitterrand ("El Dieu" para la mayoría, no tan poderoso como el año anterior o "Tonton", el término cariñoso para el protector que daba la seguridad de una vida tranquila) se vio obligado a irrumpir en los medios de difusión para intentar una inyección de optimismo, aun cuando la economía luce cifras muy positivas. Muchos observadores adjudican ese desencanto al hecho de que el Primer Ministro publicitara forzadas e inesperadas *reducciones presupuestales extras* ("Es necesario un enfriamiento económico y sacrificios en algunos sectores", dijo el fuerte político del gobierno, Michel Rocard), también que salieron a luz desencuentros entre las principales figuras del partido gobernante —dura salida pública del ministro de Educación, Lionel Jospin, hombre muy fuerte en las filas oficialistas— las que permiten vaticinar un caótico y difícil futuro Congreso del Partido Socialista, del cual se piensa puede surgir el nombre del candidato a suceder a Mitterrand en la próxima carrera presidencial.

En tanto las impecables calles de París continúan colmadas de gente que corre de un lado a otro, soportando intensos calores que abrasan desde muy temprana hora de la mañana hasta la misma madrugada, o dejan ver las terrazas de "pubs", *restoranes, bares, siempre a "full"* de clientes disfrutando de un multifacético panorama desde lo que asemejar a a butacas de platea avanzada de una buena sala de teatro. "Pese a los treinta y pico de grados de temperatura sigue llegando turismo, julio fue un mes record a la vez que muchos parisinos aun no han salido de vacaciones", dice un periodista amigo que trabaja para UNESCO.

El corresponsal de EL PAIS en una visita a Francia recorrió como siempre los lugares tradicionales, visitó los monumentos y *museos, deambuló por las grandes avenidas* y las clásicas callejuelas, conversó extensamente con colegas, algunos que siguen los pasos de los habitantes del magnífico Palacio del Eliseo y de allegados a la Alcaldía de París, donde tiene asentadas sus fuerzas el líder de la oposición, Jacques Chirac. Escuchó asimismo largas elucubraciones de algún taxista, los cabildeos de los usuarios de repletos ómnibus y a los mozos que sólo a la hora del desayuno tienen tiempo de comentarios. Esta suma de datos permitió elaborar el siguiente Informe Especial.

■ "TOUT VA TRES BIEN..."

El presidente Mitterrand fue categórico en su aparición ante los preocupados franceses: "La situación económica ha mejorado, es un hecho demostrable, tenemos un franco fuerte, un crecimiento sostenido, una inflación controlada, que ha descendido a niveles nunca imaginados diez años atrás".

El mandatario hizo referencia a temas que ocupan los primeros planos de Francia: "Reconozco el mérito de los ecologistas, ellos han prevenido los problemas de la naturaleza, la relación hombre-naturaleza, la necesidad de proteger el *medio ambiente, ese es su mérito, pero ahora son las otras* formaciones políticas que deben invertir en sus propias concepciones para salvar esa situación". Se hará la reducción a diez meses del servicio militar obligatorio, es una fase primera e indispensable que probablemente se aplique a partir de 1992. Hay que ayudar a Gorbachov, sabemos que necesita tiempo para cimentar la política de cambio, en cuanto al voto de los inmigrantes, yo apoyo el proyecto, pero la mayoría de Francia no quiere esa reforma", fueron a grandes rasgos sus principales frases.

El gobierno francés ha tenido a su vez que realizar algunos ajustes en los proyectos presupuestales para el '90 y '91, procurando disminuir el déficit, pese a lo cual oficialmente se prevé un mantenido, dentro de un marco levemente más lento, crecimiento económico. "La economía francesa va bien", acaba de sentenciar nada menos que el proio Chirac en reciente Forum televisivo, aunque alertando a los dirigentes de gobierno de que "no deben bajar la guardia en materia de Defensa".

Las cifras publicitadas para este año 1990 incluyen una previsión de crecimiento del Producto Bruto Interno del 3% contra el 3,5% del '89 y el 3,7% del '88. Simultáneamente los *voceros oficiosos* han aportado datos que permiten al ciudadano francés una visión más o menos comparativa de la situación económica del país en relación a otras grandes potencias: "el PBI de los ocho principales socios comerciales de Francia, que había llegado promedialmente a un 4,3% en 1988 y 3,3% en 1989, **según estimaciones, estará en un 2,6% frente al 3% francés**".

Otro aspecto sobre el cual se pone especial énfasis desde las alturas gubernamentales es el vinculado al consumo de los hogares: se afirma que al finalizar el año '90 habrá mejorado el poder de compra a un ritmo del 2,5% en tanto el salario medio se incrementará un 3,8% con un alza del 2,5% de los precios. El ahorro se estima en altas fuentes llegará a un 12,6% de las entradas anuales del núcleo familiar.

■ ALGUNA BARRERA

La economía francesa aun en su constante crecimiento arrastra *—ahora con cierta tendencia al alivio— un viejo déficit* en la balanza comercial y también en el presupuesto del Estado.

Los voceros oficiales que estiman habrá un aumento de las exportaciones de un 5,7%, *sitúan el desnivel comercial en 7 mil* millones de dólares contra los 8 mil millones del año anterior. En esta materia se destaca el esfuerzo llevado a cabo para exhibir un crecimiento promedio en los últimos cinco años de las exportaciones de algo más del 9%, contra un aumento del 6,7% de las importaciones en el mismo período.

Otra inquietud que agita a los franceses se origina en las cifras de desempleo, pese a que son inferiores a la de los últimos años, los números obligan a una permanente y tensa lucha por la creación de fuentes de trabajo. En marzo de 1989 las estadísticas desnudaban la existencia de 2.308.000 desempleados, en enero del '90 esa abultada legión de desocupados había disminuido a 2.222.000.

■ EL AUGE DEL CONSUMO

El "mimo" que reúne a cientos y cientos de personas con su actuación o la gente que se acomoda en las sillas de los bares de "Champs Elysées" para observar durante horas el ir y venir de olas humanas de todas las razas y credos, son escenas que se repiten en cualquier avenida o calle más o menos importante de la incomparable París. El constante trajinar, los miles de autos que se "embotellan" y que parece *nunca más adelantarán un* centímetro o los que estacionan en formas casi acrobáticas sobre cordones de veredas o plazas, el público con todo tipo de paquetes, luciendo las más variadas y exóticas vestimentas. La linda chica o la señora con algunos años y algunos kilos de más que exhiben un short, casi invisible o la blusa que es más decorativa que un real atuendo, caminan imperturbables intentando escapar del agobiante calor o dejando que se explayen los rayos del abrasador sol de agosto parisino. A su lado pasa la señora de pollera o pantalón tradicional y blusa o *remera ligera*, la musulmana que inunda las calles francesas, con larguísimas túnicas blancas y sus cabezas cubiertas que dejan al descubierto sólo los ojos, la nariz y la boca. El hombre no le va en zaga, desde el ejecutivo con obligado traje de hilo o alpaca, más o menos *arrugado según han corrido las horas*, hasta aquél que eligió un short tres talles más chicos y una musculosa para "caminar" París o el que a la "moda" transita con un pantalón liviano, camisa de manga corta y el cinturón que hoy hace "furor", con la bolsa para dinero y documentos sobre el ombligo. Todo vale. Nadie mira a nadie, ni nadie detiene su andar, pase lo que pase, salvo algo que lo distraiga del ajetreo y los problemas cotidianos. No se buscan complicaciones, ni se alborotan o se alarman ante la aparición de mujeres o jovencitas semi-desnudas, hombres en *trajes de baño en pleno centro o con los pies refrescándose en* las fuentes del Louvre o en las proximidades del Museo Pompidou.

"Estos excesos diez años atrás no se permitían, no los dejaban entrar", protesta una señora de unos buenos años cuando subía las escaleras del Museo D'Orsay y a su lado una chica con un brevísimo *soutien de colores, una pequeña malla* brillante pegada al cuerpo, muy breve por cierto, intercambiaba arrumacos con su compañero y pegaba grandes sorbos a una gigantesca botella de plástico de agua mineral ya no muy helada.

En el exterior las bocinas sonaban, también alguna sirena policial clásica de los "Citroën" que se repiten en todas las películas francesas, y también un pequeño conjunto entonaba música boliviana atrayendo a la gente joven. Un mundo que se mueve y que luce su inmenso poder de consumo. Las estadísticas son categóricas sobre *el bienestar del francés: hay un* televisor y un vehículo o auto de paseo cada tres habitantes y un teléfono cada dos personas. En ese panorama sin embargo, no pasa desapercibido un agudo problema de vivienda, no es fácil para una pareja de recién casados acceder a un techo más o menos razonable. Las ciudades dormitorio proliferan en las afueras. La gente sólo viaja para dormir. Se dice que dos millones de parisinos entran y salen todos los días del centro de la ciudad para ir a sus casas o apartamentos a varios kilómetros de distancia.

Los medios de locomoción son normalmente excelentes, siempre que se pueda escapar a las "horas pico", tanto ómnibus, ferrocarriles o subtes cumplen rigurosamente sus horarios y se desplazan a velocidades normales. Hay sendas para que los *embotellamientos no se transformen en una "guerra" para el* transporte colectivo.

En ese agitado mundo de París, alcanzar una entrada para un buen espectáculo obliga a reservas con dos y tres o más meses de anticipación. Es imposible la música, ballet, concierto, óperas sin las previsiones de conocer el día de comienzo de venta de entradas. Todo está siempre a "full", lo mismo que el teatro de revistas, cines, largas colas, casi interminables es lo habitual, sin pensar en viernes o sábado a la noche. Y no hay *edad para el publico. Vimos mucha gente joven en la extensa fila* para entrar a la muestra de Andy Warhol en el Pompidou o para llegar hasta la exhibición de Picasso. También mucha gente visitó la muestra de Torres García, la que casi durante tres meses, acompañada de excelente publicidad callejera y periodística, atrajo al público parisino.

En cuanto a la idea de comer algo rápido no es fácil. Los restoranes siempre al "tope", entrar significa una buena espera, con la posibilidad, salvo en los lugares con el respaldo de una *calificación de varios cubiertos, de compartir la mesa con varias* personas, aun en los de "moda". No hay espacio en casi toda Europa, ante el avance consumista para pretender "la mesa". Un almuerzo liviano no baja de los 20 o 25 dólares por persona, un sandwich de pan "baguette" con manteca, salame, jamón y queso y una bebida, redondea los 10 o 12 dólares. Si se piensa en cenar en la Ile de la Cité o la Ile Saint Louis o en Saint Germain, hay que redondear de los 30 a 50 dólares por cabeza. Un restorán de cierto lujo pasa los 100 dólares, cifras normales para un Viejo Continente de moneda cada día más fuerte. Y en todos los restoranes y bares, desde la zona más céntrica a la más alejada, aparecen en las puertas los anuncios de menús fijos a precios más o menos accesibles para estos lares: incluyen dos platos (entrada fría y segundo plato caliente), postre, un vaso de vino o agua mineral oscilan entre los 8 a 10 dólares. Se trata de ensaladas varias o caldo, luego pescado o pollo o pasta y un helado o ensalada de frutas.

■ TEMAS Y PROBLEMAS

En una Francia donde las encuestas de publicaciones diarias y semanales avisan que lo más leído en este momento es "Voyage de Noces" de Patrick Modiano, "El péndulo de Foucault", de Umberto Eco, "El General en su laberinto" de García Márquez, "La inmortalidad" de Milan Kundera, "El Presidente" de Giesbert o "La Máquina" de René Belleto, las noticias están dedicadas al problema del voto y la permanencia de los inmigrantes, la unidad alemana, la apertura del Este, la constante baja del dólar, las perspectivas de la OTAN, Cuba y Albania.

La gente proveniente del Magreb y los africanos negros exhiben en un constante deambular o en improvisada venta de chucherías sobre las veredas de las calles o avenidas principales uno de los más serios problemas que enfrenta Francia. Más de tres millones de personas profesan la religión islámica, unos tranquilos y adaptados a la vida occidental, otros, afortunadamente los menos, radicalizados y prontos a la reacción violenta. El tema preocupa al gobierno y está a las puertas del Palacio del Eliseo desde el comienzo de la presidencia de Mitterrand.

Tal en síntesis una impresión de Francia, todo un abanico de grandes luces, potencialidad, permanente desarrollo y máximo confort, también las lógicas sombras, normales para un continente donde los sucesos se precipitan a ritmo de vértigo, donde nadie puede asegurar o aventurar qué noticia cubrirá las primeras planas al día siguiente. Todos tienen plena conciencia de que no hay posibilidad de altos en el camino, lo ocurrido en el Este es el ejemplo que asoma en la conversación general. Hoy el francés, tradicionalmente retraído y a veces hasta hosco en sus respuestas, está abierto y dispuesto a la charla, el crecimiento constante y las comodidades cotidianas han cumplido su obra, pese al actual manto pesimista que obligó a la referencia pública del presidente François Mitterrand.

01/01

9004659

Nº [illegible]
[illegible] Mitterrand amnistió terroristas pro iraníes.
EL DIA. (LA PLATA)
28/7/90
FRANCIA (6583)
FUERZA MILITAR (1116)
SUBVERSION (1140)

Mitterrand amnistió terroristas pro iraníes; negociarían rehenes

PARIS, (EFE). — El presidente francés, Francois Mitterrand, amnistió a cinco terroristas pro-iraníes condenados a cadena perpetua en Francia, según informó ayer el Ministerio de Justicia de este país.

Los cinco terroristas, autores de un atentado frustrado en París en 1980 contra el ex primer ministro iraní Chapur Bajtiar, en el que murieron dos personas, han sido expulsados esta misma tarde de Francia, en una medida que se espera agilice la liberación de rehenes franceses en el Líbano.

Los amnistiados son Anis Naccache, Mehdi Nejad Tabrizzi, Fauzi Mohamed el Satari, Mohamed Jauat Jenab y Salahedine Mohamed el Kaara, todos ellos implicados en el atentado contra el ex primer ministro del Sha, en el que fallecieron un policía y una viandante.

Naccache y tres de sus cómplices fueron condenados por el tribunal antiterrorista de París el 10 de marzo de 1982 a cadena perpetua, y el quinto miembro del grupo a veinte años de prisión.

Según informaba el pasado mes de enero el semanario satírico parisiense "Le canard enchainé", Mitterrand se había comprometido con las autoridades iraníes a conceder la gracia a Naccache.

Este compromiso presidencial permitió que Naccache cesara la huelga de hambre que había emprendido en la cárcel el 8 de setiembre de 1989.

Anis Naccache

Culminan negociaciones

Con el compromiso de Mitterrand culminaba una serie de negociaciones diplomáticas concluidas el 26 de enero pasado en París entre Francois Scheer, número dos del ministerio francés de Asuntos Exteriores y Mahamud Vaezi, viceministro iraní de Asuntos Exteriores.

El abogado de Naccache, Jacques Verges, manifestaba a "Le Monde" el 30 de enero pasado que su cliente había abandonado su huelga de hambre "por expresa petición" del presidente iraní, Ali Akbar Hachemi, y del guía supremo de aquel país, ayatolá Ali Jameini.

La versión de la revista parisiense del compromiso presidencial no fue en su momento confirmada ni desmentida por la propia presidencia de la República, ni por el Gobierno.

La amnistía presidencial para los terroristas pro-iranies se ha presentado aislada de las tradicionales medidas de gracia que adopta el presidente con ocasión de la fiesta nacional francesa del 14 de julio.

Estas medidas afectaron este año a unos 200 reclusos con pequeñas condenas y en cuyo favor obraban circunstancias especiales.

[illegible]
1 · 0 1
9004660

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO: SHIMON PERES SE MANTIENE AL FRENTE DEL PARTIDO LABORISTA ISRAELI.
PROC: CLARIN (150094)
FECHA: 24/7/90
VISADO: ISRAEL (10117)
FACTOR POLITICO (11164)
PARTIDOS POLITICOS (11304)

Shimon Peres, quien revalidó su liderazgo en el laborismo israelí.

Triunfo de Shimon Peres

JERUSALEN, 23 (AFP). — Ante la sorpresa general, **Shimon Peres se mantiene al frente del Partido Laborista israelí,** luego del voto del comité central, y gracias a esa victoria conserva todas las posibilidades de encabezar la lista de su partido en las legislativas de 1992.

De esta forma, Peres podrá preparar desde una posición de fuerza el congreso laborista previsto para junio de 1991, que designará el candidato al puesto de primer ministro para las elecciones de 1992, declaró este lunes **Yaacov Gil**, responsable laborista por Jerusalén.

La sorprendente victoria de Peres, lograda el domingo con el 54% de los votos de los 1.363 miembros del comité central de su partido, contra su rival **Yitzhak Rabin**, ex ministro de Defensa, pone nuevamente en carrera al hombre que todos creían perdedor, se indicó este lunes en medios cercanos al líder laborista.

La victoria de Peres parece haber sorprendido hasta a sus propios partidarios.

Peres "es como el Fénix, renace de las cenizas", afirmó entusiasmado Noami, miembro del comité central laborista.

"El éxito de Peres se debe, sobre todo, a su combatividad y a su profundo conocimiento de las estructuras de base del partido, en particular del comité central, mientras que su competidor ignora completamente la organización interna", comentó por su parte un periodista del diario Davar (órgano del Partido Laborista).

Sin embargo, los observadores estimaron que Rabin tenía todas las cartas para ganar. En primer lugar los sondeos que en los últimos días lo presentaban como el hombre más popular entre los responsables políticos israelíes.

El 4 de julio, Peres había sido responsabilizado de la última derrota electoral. A pedido de Rabin, que pedía su destitución, se reunió el buró político del partido, y 28 de los 38 diputados presentes votaron a favor del ex ministro de Defensa.

ENTRADO.....
CRUZADO.....
9004661

E.SERCITO (11328)

CATALOGO
CRUZ ROJA

PEBLP

LA SITUACION EN

Los EE.UU. seguirán respaldando los programas militares de Israel

Los Estados Unidos aprueban una venta de armamentos a Arabia Saudita por 4.000 millones de dólares, pero confirmaron que continuarán apoyando a Israel en un programa de defensa misilística. La nueva retórica contemporizadora de Siria plantea también una nueva relación de fuerzas y amistades en Oriente Medio.

WASHINGTON, 21 (Por **Norman Kempster** de **Los Angeles Times**, especial para **Clarín**). — El secretario de Defensa, **Dick Cheney** aseguró el viernes a Israel **que los Estados Unidos continuarán apoyando el programa de defensa israelí de misiles Arrow** —que tiene un costo de 160 millones de dólares— **a pesar de los recortes sufridos en el presupuesto norteamericano.**

El ministro de Defensa israelí, **Moshe Arens**, señaló a los reporteros en el Pentágono que Israel **"atribuye la mayor importancia"** al proyecto Arrow, que en un 80% es financiado por el gobierno estadounidense.

En la actualidad, el proyecto se encuentra en su segunda etapa de investigación y desarrollo, luego de dos años de haber comenzado como parte del programa norteamericano de defensa misilística norteamericano conocido como **guerra de las galaxias.**

No obstante, el Pentágono dio a conocer un comunicado en el que señala que los detalles de la segunda fase del proyecto **aún deben ser analizados.**

La reunión de dos horas de Cheney con Arens fue el primer contacto de alto nivel entre la administración Bush y el gobierno derechista del primer ministro **Yitzak Shamir**, surgido hace cinco semanas.

El Pentágono afirmó que Cheney **"subrayó la amistad entre los dos países y reafirmó el compromiso de los Estados Unidos en cuanto a la seguridad de Israel".**

Al mismo tiempo, el Departamento de Estado anunció que su secretario, James Baker, podría tener la primera reunión con el nuevo canciller israelí, **David Levy**, el 9 o 10 de agosto en Washington. Baker fue siempre mucho más crítico que Cheney hacia el gobierno de Shamir, la primera coalición desde 1984 que incluye solo sectores conservadores y nacionalistas.

La vocero del Departamento de Estado, **Margaret Tutwiler**, dijo que Baker espera que la reunión ayude a **"desarrollar bases creíbles sobre las cuales avanzar en el proceso de pacificación".**

Baker acusó a Shamir de socavar los esfuerzos de Estados Unidos para iniciar un diálogo entre Israel y los representantes palestinos. El mes pasado Baker invitó irónicamente a los israelíes a que lo llamasen por teléfono **"cuando quisieran hablar de paz en serio".**

El secretario de Estado sugirió haber tenido un encuentro con el canciller Levy a principios de esta semana en París, pero Levy, que se está recobrando de un leve ataque cardíaco, dijo que **estaba demasiado enfermo como para hacer el viaje.**

Fuentes israelíes dijeron que Levy prefirió tener su primera reunión con Baker en Washington en vez de un tercer país, para enfatizar la importancia de la relación entre Israel y Washington. El hecho de que aceptara tan rápidamente la realización de un viaje mucho más largo, luego de la supuesta reunión en París, da algunos visos de credibilidad a su declaración.

La importancia que Israel atribuye al proyecto Arrow se basa en que **este sistema permitirá derribar los misiles de corto alcance que los países árabes adversarios de Israel ya han instalado o están desarrollando.**

El programa fue propuesto como una contribución internacional a la Iniciativa de Defensa Estratégica, comúnmente llamada **guerra de las galaxias.** Desde el punto de vista tecnológico, la defensa contra misiles de corto alcance plantea mucho menos resistencia internacional que la defensa con misiles estratégicos, que es el corazón de la **guerra de las galaxias.**

Una vocero israelí afirmó que Arens señaló al ministro de Defensa norteamericano que la primera fase del proyecto Arrow **"está funcionando muy bien, y esperamos seguir avanzando con la segunda etapa".** Israel espera instalar el armamento en cinco años.

En tanto, Tutwiler explicó que la postergación de la reunión sobre ayuda militar a Israel hasta setiembre **no se debe a un deseo de presionar un avance en el diálogo con los palestinos, sino que el de la ayuda a Israel es uno de los asuntos del presupuesto que está siendo negociado entre el Congreso y la Casa Blanca.** Hasta que no sea acordado el presupuesto, agregó, no hay posibilidades de estar pensando de qué manera invertir el dinero.

"Nuestro compromiso —aseguró— en la seguridad de Israel y en la preservación de adecuados márgenes de seguridad, permanece incommovible".

Dick Cheney, secretario de Defensa de los EE.UU.

Moshe Arens, ministro de Defensa israelí

PEBLA

Nuevo discurso del presidente sirio

JERUSALEN y TUNEZ, 21 (Por **Alain Frachon** y **Michel Deur**, de **Le Monde**, y **Hugh Carnegy**, del **Financial Times**, especial para **Clarín**). — En medios oficiales israelíes se estima que **la cumbre siria-egipcia de Alejandría confirmó el "cambio de tono" que ha adoptado Siria desde hace algunos meses.** Estos medios se congratularon por esta nueva retórica y recordaron que el presidente **Hafez el-Assad** habla ahora de política mucho más que de guerra. De todos modos, **Israel** sigue mostrándose **cauteloso** en lo que respecta al alcance de estos cambios, y de la reciente declaración del jefe de Estado sirio, **quien se manifestó dispuesto a sumarse al proceso de paz pero con otras condiciones, es decir, no según las condiciones de Egipto —que sigue promoviendo un diálogo palestino-israelí.**

Lo que desean destacar con todo esto los israelíes es **que Siria sigue exigiendo la convocatoria de una conferencia internacional y la restitución de las alturas del Golán** antes de que se inicien las conversaciones, lo cual **no es un punto "aceptable" para Israel.**

Los israelíes observan, en lo que concierne a **la reconciliación entre Egipto y Siria —importante evento para Oriente Medio—**, que esta se está realizando sin que **El Cairo** haya manifestado un solo instante **la intención de volver a revisar una de las cláusulas del tratado de paz egipcio-israelí.**

♦ La Liga Arabe y la OLP

Una vez más, los palestinos deberán contentarse con un apoyo árabe acordado **"con poco convencimiento".** El Consejo Ministerial de la **Liga Arabe**, reunido este domingo y lunes en **Túnez** —a pedido de la OLP (Organización para la Liberación de Palestina)— **no condenó formalmente la decisión de Washington de suspender su diálogo con el organismo palestino.** Se limitó, simplemente, a declararse solidaria con el rechazo a las exigencias norteamericanas, de las que tanto habló **Yasser Arafat** desde el inicio de las deliberaciones.

Entre la presión de El Cairo, en favor de un diálogo norteamericano-palestino, la categórica oposición de **Libia** y la ironía de **Siria** —sorprendida de que la Liga Arabe haya sido llamada para una cuestión sin que la consultaran— resulta sumamente difícil hallar algún terreno de entendimiento.

El Consejo Ministerial se contentó con una promesa bastante imprecisa de **intensificación de los contactos con la administración norteamericana para retomar las conversaciones pero sobre nuevas bases.**

♦ La inmigración de judíos soviéticos

En otro orden, la **Corte Suprema** de Israel revocó hoy las **facultades para "construcciones de emergencia"** que le había otorgado el gobierno —este mes— a **Ariel Sharon** —el ministro de Vivienda israelí— para ayudar a superar la grave falta de viviendas **provocada por la inmigración de decenas de miles de judíos de la Unión Soviética.**

A pesar de que había sido presentada por Sharon como **"una medida esencial"** para el aceleramiento de los programas de vivienda, la Corte Suprema israelí **falló en favor de una petición hecha por Abraham Poraz —un miembro del Parlamento— y declaró que las facultades aprobadas por el gabinete el primero de julio eran "ilegales e irracionales".**

A raíz de los graves retrasos en los planes de construcción de viviendas y del precio de los alquileres, **que en el lapso de pocos meses aumentaron al doble**, esas "facultades especiales" que se le habían otorgado a Sharon (responsable absoluto del tema de la inmigración) le permitían pasar por alto durante tres meses todos los procedimientos habituales para construcciones. En ese tiempo **Sharon pretendía importar y ensamblar 3.000 unidades de viviendas prefabricadas en nueve puntos del país.**

♦ Críticas

Sin embargo, los planes de Sharon provocaron **grandes críticas.** Desde el temor de que su proyecto diera lugar a la aparición de **"villas de inmigrantes"** a objeciones sobre la otorgación de tantos poderes para Sharon —cuyos antecedentes como ministro incluyen el haber conducido a Israel a la desastrosa invasión al Líbano, en 1982 —. En este sentido, el fallo de la Corte **"le cortó las alas abruptamente"** al ministro de Vivienda.

De todos modos, no está claro —por el momento— el verdadero efecto que surtirá la decisión de la Corte en los planes de vivienda. Desde que se le otorgaron a Sharon esas **"facultades de emergencia"** se aprobaron [illegible] que no hacen sino modificar procedimientos para la aprobación de proyectos de construcción. Su decisión podría importar, con el tiempo, cerca de [illegible] viviendas prefabricadas no parece haber sido afectada.

Sin embargo, el fallo sacó a la luz la gran confusión y clima de crisis que existe en torno del tema de falta de viviendas.

El gobierno israelí, que está haciendo todo lo posible para enfrentar la fuerte llegada al país de cerca de [illegible] **inmigrantes soviéticos —en los próximos 12 meses— se ha visto sumamente presionado** en estas últimas semanas por comunidades de bajos ingresos que se quejan por el aumento en los alquileres y por los subsidios que se le otorgan a los nuevos recién llegados.

En diversas ciudades del país, decenas de familias —sin vivienda ya, o con la perspectiva de ser desalojadas— han montado **tiendas de campaña en parques públicos como forma de protesta contra el gobierno.**

Y para complicar aún más los problemas de Ariel Sharon, **Gideon Patt** —el ministro de Turismo— **declaró que se opondría a un plan que aspira a ubicar temporariamente en hoteles a los inmigrantes cuando no haya viviendas en donde ubicarlos.**

01-01
0004662

TEMA: CRONOLOGIA
PROG: LA REPUBLICA (1500 23)
FECH: 22/7/90
VISUAL 1: POLONIA (00061)
FACTOR POLITICO (01164)
GOBIERNO NACIONAL (01302)

Las fichas de LA REPUBLICA

Polonia

por Daniel Mazzone

1) Con 312.677 quilómetros cuadrados y 36 millones quinientos mil habitantes en 1983, de los cuales algo más de un millón y medio vivían por ese entonces en Varsovia, Polonia es uno de los países que a lo largo de su historia han sufrido dolorosamente los avatares del constante cambio del mapa a que la llevó la inestable política europea durante los últimos dos siglos.

2) El primer reparto de Polonia entre Austria, Prusia y Rusia, data de 1772; en 1807 Napoleón independizó una pequeña porción del territorio y creó el ducado de Varsovia, pero éste volvió a formar parte de Rusia por los tratados de 1815. Mientras dos nuevas insurrecciones -en 1830 y 1863- fueron aplastadas en forma sangrienta, el Tratado de Versalles, al finalizar la Primera Guerra, legitima la independencia de Polonia.

3) Sin embargo será recién en 1945, cuando Polonia ceda a la URSS 170.000 quilómetros cuadrados y reciba de Alemania 100.000 quilómetros cuadrados -están situados al norte y al oeste del país y constituyen la línea fronteriza del Oder-Neisse cuya legitimación ha estado en discusión y ha sido recientemente asegurada por la futura Alemania unificada- en que se constituirá la República Popular de Polonia.

4) En 1956 ocurre el primer gran levantamiento en Poznán (437 mil habitantes), con características de insurrección armada, por mejoramiento de condiciones de trabajo y cuestionamiento político del sistema. Culmina con represión cruenta.

5) Diciembre de 1970: levantamiento en la costa del Báltico. Se reprime a los trabajadores de puertos y astilleros. Cincuenta muertos según cifras oficiales, quinientos, según los cálculos obreros.

6) En 1975 vuelven a ocurrir manifestaciones masivas en varias ciudades en contra del incremento de los precios en productos básicos.

7) Un día de primavera de 1977, Tomasz Strzyzewski, código "Z 14", naural de Cracovia, se convirtió en el primer censor polaco que haya pasado a Occidente. En su refugio de Lund, ciudad universitaria del sur de Suecia, Z 14 narró para L'Express en qué consistía su función: controlaba a los periodistas, borraba, recortaba, tachaba, reformaba, amputaba artículos. Y las emisiones de radio y TV, los manuscritos de libros, periódicos, piezas teatrales. Ponía en el índex las caricaturas, verificaba afiches. En Polonia nada escapa a la guillotina de la censura -dijo-, ni siquiera el primer secretario del Partido. Ni el deporte. Se prohíbe el reportaje en directo de ciertos tramos de la Ciclística Varsovia - Berlín - Praga cuando se teme que los soviéticos sean vencidos por europeos del este, demasiado despiertos.

8) "Lo que me indignó fue que me eligieran para vigilar que nunca se divulgara la lista de las víctimas de Katyn. Mi propio abuelo estaba en esa lista".

9) "Es algo hermoso la destrucción de palabras. al final haremos imposible el crimen del pensamiento, porque no habrá palabras para expresarlo" (un personaje de la novela de George Orwell, **1984**).

10) En 1977, Edward Gierek -que había sucedido a Wladislaw Gomulka en diciembre de 1970-, autorizó con reticencias, un filme polémico: **El hombre de mármol**, de Andrzej Wajda. Condición 1: modificar su final en que se veía una tumba con la inscripción "Gdansk 1970", que aludía sin ambages a la revuelta obrera sofocada ese año en los astilleros. Condición 2:No debía haber críticas, entrevistas, notas o reportajes. Nadie debía saber que el filme se estrenaba.

Obviamenteimpresionantes colas lo rodearon desde su estreno.

11) En 1978, comienza la formación de pequeños núcleos de trabajadores, el germen de lo que posteriormente sería Solidaridad. Comenzaba a predominar la organización opositora, en contra de las tácticas espontáneas que habían sufrido derrota tras derrota hasta el momento.

12) El 16 de octubre de 1978, el Vaticano sorprende al mundo al elegir el primer Papa no italiano. Karol Wojtyla, a partir de allí Juan Pablo II, comenzaría un largo y vigoroso papado que incidiría profundamente en los asuntos terrenos, en su país de origen y en el mundo, particularmente en el concierto europeo.

13) En 1980 estalla una gran huelga nacional. El 17 de setiembre nace Solidaridad. Se produce el abandono masivo de los viejos sindicatos oficiales, mientras que cifras cercanas a la mitad de la base del Partido Obrero Unificado Polaco (POUP), pasan a militar en filas de la nueva organización. El gobierno opta por legalizar a Solidaridad, llegando a los seis millones de afiliados, a lo largo del año que funcionó legalmente.

14) "Después de todo ha sido preciso esperar al siglo XIX para saber lo que era la explotación, pero quizá todavía no sabemos qué es el poder. Marx y Freud quizá no bastan para ayudarnos a conocer eso tan enigmático, a la vez visible e invisible, presente y oculto, ocupado en todas partes, que se llama el poder. La teoría del Estado, el análisis tradicional de los aparatos del Estado, no agotan sin duda el campo de ejercicio y funcionamiento del poder (...). Cada lucha se desarrolla alrededor de un lar particular de poder (puede ser un jefecillo, un guardia, un director de prisiones, un juez, un responsable sindical, un redactor jefe de un periódico)" (Michel Foucault, **Un diálogo sobre el poder**, con Gilles Deleuze, Alianza Editorial, 1981).

15) "Como Dios y la KGB lo saben, en la Polonia unipartidista pululan los partidos semiclandestinos. Nacionalistas, socialistas y todo un arco iris de matices cristianos. Los hay para todos los gustos, con una excepción: los comunistas. Durante toda mi estancia intenté conocer a un comunista. Uno que fuera de verdad verdadero, tan moscovita -digamos- como Georges Marchais; ¿un verdadero comunista? no miembros del Partido, sino que crea en el comunismo... no hay quien piense que pueda existir" (periodista francés Guy Sitbon, abril de 1981, en la revista argentina **Vigencia**).

16) Una respuesta de Lech Walesa a Guy Sitbon (abril de 1981): "Mi madre estaba en los EEUU. Necesitaba tres mil dólares para morir. Cuando uno está enfermo, es la misma cosa: no hay dinero, no hay atención médica. Para un cristiano, el capitalismo es peor que el socialismo. Cuando uno no piensa más que en dinero, la conciencia se degrada. Bajo ese aspecto, somos mejores que en Occidente. Pero ustedes están mejor organizados, producen mejor. Cuando demos al obrero la responsabilidad de su trabajo, cuando nuestro pueblo sea verdaderamente libre, entonces el socialismo será en todos los dominios mejor que el capitalismo".

17) En enero de 1981, Solidaridad lanza la consigna de pasar a un sistema de autogestión obrera, con el objetivo evidente de marchar hacia la toma del poder. Es el momento de la transformación de Solidaridad en un frente político-sindical que asume la forma de un sindicato.

18) En los meses que van de octubre a diciembre de 1981 se produce un acelerado proceso de descomposición. Masiva desafección de cuadros partidarios en el oficialismo.

19) La fuerte presión de su flanco económico, lleva a Polonia a solicitar el restablecimiento de sus lazos económicos con el FMI. El país, que había sido abastecedor de alimentos hasta mediados de la década anterior, debió gastar durante 1980 fuertes sumas en importaciones por ese concepto.

20) Noviembre de 1981; Solidaridad exige el adelantamiento de las elecciones parlamentarias y a todos los órganos representativos del Estado. Por primera vez esas elecciones debían ser libres y plurales.

21) En diciembre de 1981, Polonia vive condiciones de insurrección generalizada. Según encuesta interna de Solidaridad del 8 de diciembre, el 88% de sus miembros, alrededor de seis millones en total, estaba dispuesto a cualquier medida de enfrentamiento, hasta la caída del gobierno.

22) El 12 de diciembre se reúne la cúpula de Solidaridad en Gdansk. Agenda: la cuestión del poder económico y político. De las dos posiciones sustentadas (huelga general por tiempo indeterminado hasta la toma del poder o convocatoria a un referéndum sobre el sistema para una posterior convocatoria a elecciones anticipadas) triunfó la segunda, pero sin un consenso general sobre la táctica de fondo.

23) El día siguiente, 13 de diciembre de 1981, acabó con todas las discusiones, el autogolpe de Jaruzelski, puso punto final a la apertura iniciada en el '80.

24) "La utopía se vuelve siniestra cuando creemos poseer una especie de técnica de apocalipsis, un instrumento para dar vida real a nuestras fantasías. Entonces, con tal de alcanzar aquel noble fin, ningún sacrificio nos parecerá pequeño" (Leszek Kolaskowski, profesor de la Universidad de Varsovia hasta 1968, uno de los principales teóricos y militantes del "marxismo humanista").

25) El 18 de enero de 1989, el gobierno polaco acordó la relegalización de Solidaridad, con sus dirigentes. El primer ministro. Mieczyslaw Rakowski, informaba que Solidaridad funcionaría "a prueba" hasta el 3 de mayo de 1991.

26) En un material suministrado por la agencia oficial polaca **Interpress**, el profesor universitario Jerzy Kleer, afirmaba en abril de 1989 que "el anterior paradigma de la economía socialista ha sido sustituido por otro". Esa afirmación era complementada por declaraciones del viceprimer ministro, Ireneusz Sekulax: "La economía polaca ha entrado en una fase de su desarrollo totalmente nueva. La estrategia del gobierno para los próximos años tiende a consolidar los mecanismos del mercado y limitar al mismo tiempo el campo de acción de las decisiones administrativo-burocráticas".

27) El domingo 4 de junio de 1989, el oficialismo sufría la primera aplastante derrota a manos de la oposición. Eran las primeras elecciones libres y plurales, pero en las que de las 460 bancas de la Cámara Baja (Dieta) que se ponían en juego, 299, los tenía asegurados de antemano el POUP. En la segunda ronda, realizada el 18 de junio, se manifestaron las mismas tendencias y Solidaridad se aseguró 160 de las 161 bancas en juego.

La abstención se incrementó con respecto a la primera vuelta; sólo el 19,5% de los 27 millones de de electores hizo uso de su derecho.

28) El 26 de julio de 1989, el presidente Wojciech Jaruzelski, manifestó que si "cedía" el gobierno a Solidaridad, esa decisión sería mal percibida por algunos países vecinos, entre los cuales citó a la RDA, Checoslovaquia y la URSS.

29) El 29 de julio, Jaruzelski renunció a la Secretaría del POUP, en lo que significaba el comienzo de la separación de los aparatos estatal y partidario. Asumía esa función el premier Rakowski, que renunciaba a esa función y sufriría, el 1º de agosto, un problema cardíaco.

30) Mijaíl Gorbachov declaraba en Moscú que "ahora es evidente que no existe un modelo socialista universal ni nadie que tenga el monopolio de la verdad".

31) El Parlamento polaco designó como Premier, en dividida votación, a Czeslaw Kiszczak. Los votos a favor, fueron 237, en contra 173 y 10 abstenciones.

32) El 7 de agosto, en medio de una gran oposición al nuevo Premier, Lech Walesa propuso una alianza de gobierno con exclusión de los comunistas. Comenzaba a evidenciarse la frágil situación emergente de unas elecciones que no lo habían puesto todo en juego. La propuesta naufragaría por la falta de apoyo de otros partidos.

33) Un portavoz oficial soviético, lanzó desde Moscú una velada advertencia a la oposición: "No desestabilizar la situación polaca".

34) Diez días después, el 17 de agosto, en medio de una ola de huelgas contra la carestía y un amenazante deterioro, el presidente Jaruzelski aceptó la propuesta de Walesa. Mientras el premier Kiszczak preparaba su renuncia escrita, Walesa declaraba que no asumiría la jefatura del gabinete ministerial, "soy la última bala", fundamentó.

35) El 21 de agosto, un asesor de Walesa, el abogado católico Tadeusz Mazowiecki, asumía como Premier polaco. Simultáneamente se desencadenaba una ola de reacciones en diversos partidos comunistas del mundo, ante lo que significaba la primera resignación de una importante cuota de poder en un país socialista. El 26 de agosto, un editorial del periódico oficial del PC vietnamita, **Nhan Dan**, acusaba a los EEUU por el "golpe de Estado contrarrevolucionario" en Polonia, afirmando que Vietnam confiaba en que el POUP "aprenda las lecciones pasadas y pueda aplastar el golpe".

36) Tras arduas negociaciones y en medio de una disminución de las huelgas, el nuevo Premier anunció su gabinete en el que sólo fueron adjudicadas cuatro carteras a los comunistas, de veintidós ministerios.

Doce fueron reservados para miembros de Solidaridad y seis a sus aliados en el poder.

37) El nuevo canciller polaco, no comunista, Krzystof Skubiszewski, anunció que respetaría los acuerdos de su país con el Pacto de Varsovia.

38) El 13 de abril de 1990, la URSS admitió la matanza de quince mil soldados polacos hace cincuenta años, conocida como "masacre de Katyn".

39) El 8 de mayo, el general Jaruzelski, reveló que en diciembre de 1981, al imponer la ley marcial y forzar el ingreso de Solidaridad en la clandestinidad, evitó una invasión soviética, permitiendo de ese modo el surgimiento de líderes como Gorbachov y Mazowiecki.

40) El 10 de mayo estallaba la primera huelga en los astilleros de Gdansk contra el gobierno de Mazowiecki, con acuerdo de Walesa.

Al día siguiente, el líder sindical acusó al premier de "olvidar su origen obrero".

41) Surge fuerte entredicho entre el ideólogo de Solidaridad, Adam Michnik y Lech Walesa. Según aquél, éste estaría actuando como "el monarca de un imperio poscomunista".

42) El 23 de junio renunciaron 63 miembros del Comité Cívico de Solidaridad, que acompañan la gestión del premier Mazowiecki, entre los que se encuentran Adam Michnik, Jacek Kuron, Bronislaw Geremek, quienes pidieron a Walesa la disolución del comité de unos doscientos miembros porque "ha concluido la tarea".

Walesa respondió nombrando a cuarenta miembros y postergando un mes la decisión al respecto.

43) Tras la crisis, Walesa quedó solo en su carrera hacia la Presidencia. "Nos piden una aceleración -dice Geremek, el 25 de junio-, pero en realidad sólo se nos propone la Presidencia de Walesa".

44) El 28 de junio, Walesa declaraba que Solidaridad debía escindirse, de manera que pudieran expresarse las diversas tendencias en que está dividido.

45) Durante la primera semana de julio, Solidaridad se transformó en partido político.

ENTRADO CRUZ DO
9004663
9004663

Antisemitismo en Polonia
EL PAIS (15/10/89)
2/8/90
POLONIA (66261)
FACTOR SOCIOECONOMICO (11165)
CONFLICTOS SOCIALES (11414)
AGRUPACIONES DE
DERECHA /2537

ANOMALIA EN POLONIA: ANTISEMITISMO SIN JUDIOS

En la pared de una sinagoga en ruinas, en lo que fue una vez el barrio judío de Cracovia, alguien garabateó la palabra "Zrzyd", una forma incorrecta de escribir judío en polaco. Con un pedazo de tiza, el vándalo dibujó una flecha que apuntaba a la puerta cerrada de la sinagoga.

Con ese acto de profanación, un delincuente casi analfabeto trató de degradar a judíos que ya no asisten a la sinagoga porque está cerrada, ubicada en un barrio que ya no es judío. Se trata de un símbolo curioso de antisemitismo que ha brotado en la Polonia post-comunista.

Se trata, fundamentalmente, de *anti-semitismo sin judíos*.

La población judía de la Polonia de pre-guerra, que era la más importante del mundo, prácticamente ha desaparecido. Se estima que 2.900.000 judíos polacos perecieron en los campos nazis de exterminio. La mayoría de los que sobrevivieron abandonaron el país. Quedan alrededor de 10.000 judíos en un país que tiene 38.000.000 de habitantes.

Aún así, existe una clara evidencia de un creciente sentimiento anti-judío. Recientemente, organizaciones judías entregaron una carta al gobierno y a la Iglesia Católica Romana, estableciendo que "se han constatado durante el último año actos anti-semitas de variada índole, en proporciones que no se habían visto por años".

La carta especificaba la profanación de monumentos judíos, la destrucción de tumbas, y mencionaba una svástica nazi pintarrajeada en la sinagoga de Varsovia y en un teatro judío. En Cracovia, también se pintaron svásticas en la puerta del antiguo cementerio judío.

Menachem Joskowicz, un ciudadano israelí nacido en Polonia que retornó el año pasado para convertirse en el primer rabino oficial desde la 2ª Guerra Mundial, informó que había sido atacado junto a dos israelitas en una calle de Varsovia, por jóvenes polacos. "Si el antisemitismo aumenta", dijo, "no habrá otra alternativa que la de evacuar los judíos que quedan en Polonia. No es un problema, no son más de 10.000".

Más serio que los actos aislados de vandalismo, dicen los especialistas en relaciones judío-polacas, es que la nueva democracia de Polonia se vea empañada por acusaciones de anti-semitismo, teorías sobre conspiraciones, y búsqueda de víctimas propiciatorias. Uno de los ejemplos de esas acusaciones es el movimiento Solidaridad, que tiene unos pocos líderes con antepasados judíos.

En las elecciones locales que tuvieron lugar en mayo la palabra judío fue pintarrajeada en miles de posters políticos en los que aparecían los candidatos de Solidaridad. En entrevistas llevadas a cabo en varias ciudades polacas, votantes de la clase trabajadora se quejaron de que la democracia había sido escamoteada por los judíos. Algunos acusaron al Primer Ministro Tadeusz Mazowiecki de ser un "judío en secreto". De hecho Mazowiecki es un católico devoto.

Durante una reciente huelga de granjeros, en la que miles de ellos utilizaron sus tractores para paralizar el tráfico en Polonia, varios huelguistas afirmaron que los judíos eran responsables del bajo precio de las cosechas.

"Es la *mafia judía* que se ha apoderado del Parlamento", dijo Roman Mosinski, un granjero del pueblo de Blonie, cerca de Varsovia. Sus amigos asintieron con la cabeza mientras Mosinski se embarcaba en una vaga y sirada explicación de cómo los "productos judíos" eran importados en Polonia, para perjudicar a las granjas pequeñas.

"A nivel de pensamiento, hay un rebrote de anti-semitismo en Polonia", afirmó Stanislaw Musial, sacerdote católico de Cracovia y experto en relaciones judío-polacas. "Esto es muy malo, porque el pensamiento precede a la acción. Estamos en una muy mala situación económica, tenemos que inventar un nuevo orden social. En estas circunstancias, se buscan explicaciones simples. La más simple consiste en afirmar que los judíos son los responsables de todos los problemas".

En un intento para educar a los católicos y evitar un posible brote de violencia anti-semita, la Iglesia Católica polaca está preparando un documento que se enviará en breve a todas las parroquias del país, que es abrumadoramente católico.

El crecimiento del anti-semitismo en las nuevas democracias de los países de Europa del Este no se limita a Polonia. Es la razón principal del éxodo acelerado que han emprendido los judíos de la Unión Soviética, y desempeñó un papel en las elecciones celebradas en Hungría, Checoslovaquia y Rumania.

Blaine Harden

Fuente: "The Washington Post"
Traducción: Blanca Giuria

PARTES POCO LEGIBLE

ENTRADO
CRUZADO
9004664

CREACION DE ESTADOS FEDERADOS EN LA ALEMANIA UNIDA.
EL PAIS. (USOCC7)
9/8/90
ALEMAN A. (UCO24)
FACTOR POLITICO (UU164)
GOB. NACIONAL (UU352).

¿CUANTOS ESTADOS FEDERADOS TENDRA LA ALEMANIA UNIDA?

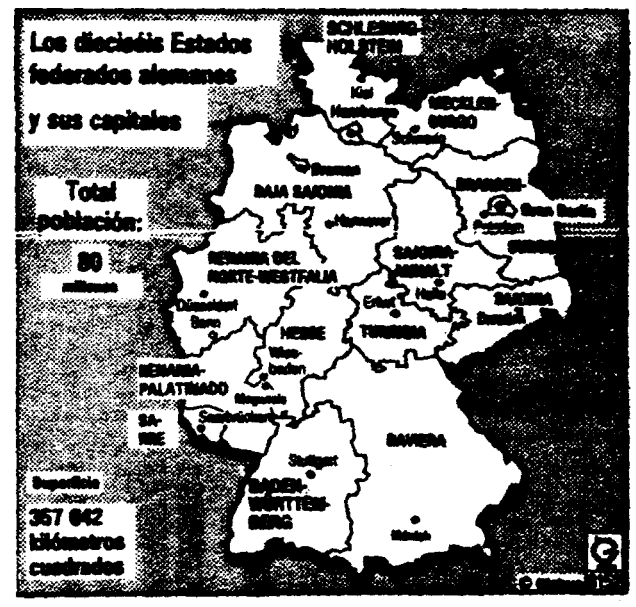
Aunque la RDA no está dividida en Estados federados (Länder), el objetivo declarado de una ley discutida en la Cámara del Pueblo, es reinstaurar los antiguos Länder —Mecklenburgo, Brandenburgo, Sajonia-Anhalt, Sajonia y Turingia— diluidos sin mayores ceremonias en distritos.

Berlín Este, el décimo quinto distrito de la RDA, obtendrá, según prevé la recién presentada ley de instauración de los Länder, "un estatuto con competencias de Land", por así decirlo, el sexto Estado federado en el territorio de la RDA hasta la unión de las dos partes de Berlín. Sumados a los 11 Länder de Occidente, harían un total de 17 Estados federados, una perspectiva que horroriza a más de un político. Porque ello significaría que en la nueva República de Alemania habría que celebrar anualmente una media de cuatro elecciones a los Parlamentos regionales. Además ha de considerarse la capacidad de supervivencia económica de los Länder menores.

El vocero en política interior del grupo parlamentario de la CDU/CSU, Johannes Gerster, comenta: "Redunda en beneficio de una Alemania unida la creación de Estados federados grandes". Un Land como Bremen es inconcebible en una Alemania unida, lo mismo que serían "excesivos" 16 Estados federados, 16 Gobiernos regionales y 16 Parlamentos regionales. Gerster, que abogó por la unión de Hesse, Renania-Palatinado y el Sarre en un Estado del suroeste, considera que siete Estados federados serían suficientes.

Algo semejante promovió a mediados de abril pasado el senador hamburgués Horst Gobrecht (SPD). Para evitar Estados minúsculos, Gobrecht propone cinco Länder en el Oeste y dos en el Este. Según su proyecto, sólo Baviera, Renania del Norte-Westfalia y Baden-Württemberg no experimentarían modificaciones. Los Länder septentrionales Schleswig-Holstein, Baja Sajonia, Hamburgo y Bremen se convertirían en un Estado del Norte, con doce millones de habitantes, y los tres centrales formarían el Estado Rin-Meno-Sarre, con once millones de habitantes. El territorio de la RDA se debería dividir en dos Länder, según Gobrecht: Mecklenburgo-Brandenburgo con la inclusión de Berlín, con ocho millones de habitantes, y Sajonia-Turingia, incluido Sajonia-Anhalt, con diez millones.

Esta es, con seguridad, la propuesta más radical. Pero en vista de la reacción de los concernidos —al igual que en anteriores propuestas en el territorio federal— no existen muchas perspectivas de éxito. El Gobierno federal ha hecho saber que no ve la necesidad de una reestructuración. Renania-Palatinado, el Sarre y Hesse han anunciado su oposición. Heinz Volkert (CDU), presidente del Parlamento de Renania-Palatinado, sustentó que no existen diferencias entre 11 ó 16 Estados federados.



Como Berlín acabará uniéndose, según el objetivo declarado del Senado (Oeste) y el Consejo (Este), en un futuro cercano surgirá un Estado Berlín.

Todavía se dirime la cuestión de si este Land se unirá al territorio vecino, formando el Estado Berlín-Brandenburgo. Por ello, la nueva República de Alemania tendrá once más cinco Estados federados. En lo que concierne al Bundesrat (Cámara de los Länder), ello significará 85 votos en lugar de los 45 actuales, porque los cinco Länder de la RDA son todos, en cuanto a la cifra de habitantes, Estados medianos con cuatro votos; sólo Estados con más de seis millones de habitantes tienen cinco votos.

Eberhard Jung
(Del "General-Anzeiger", Bonn)

ENTRADO
CRUZADO
01 01
9004665

DIFICIL UNIDAD: BUROCRACIA Y DESEMPLEO EN ALEMANIA ORIENTAL

The Economist

Derechos Exclusivos de EL PAIS

BONN (Servicio exclusivo de "The Economist"). Unificar la economía de las dos Alemanias parece más difícil de lo que se esperaba. Las inversiones en el lado Este son cautelosas, y el enfermo parece estar más grave de lo que se pensaba.

Los fines de unión económica y monetaria y los pesimistas aumentan. Lo advertimos: El desempleo en Alemania Oriental está creciendo, muchos de los bienes de consumo escasean y el gobierno oriental, confrontado a un déficit presupuestario mucho más grande del que había sido previsto a través de las concesiones que hubieron de hacer unas semanas atrás, recurre por más crédito al gobierno occidental de Bonn. Pero la ola, hay muy pocos síntomas del esperado boom en la inversión privada del exterior, que podría crear puestos de trabajo que son necesarios hasta la desesperación. Aun las firmas de Alemania Occidental, con alguna excepción notable, se retiran a pesar de los vínculos históricos y emotivos con el Este.

No es para asombrarse. Son muchos los "clavos" fácilmente identificables en cuanto a posibilidades de inversión, en Alemania Oriental: fábricas de maquinaria estancadas, pésimas telecomunicaciones y conexiones de transporte, polución crónica, y una base energética débil. Desde la breve euforia que marcó el "día del dinero", el 1º de julio, cuando Alemania del Este adquirió una moneda dura y —en principio al menos—, una economía de mercado, varios obstáculos se han hecho evidentes.

1) Partida lenta para privatizar las *ocho mil firmas* cuyo dueño era el Estado (eufemísticamente llamadas los "negocios del pueblo" por los comunistas), que constituyen el grueso de la industria oriental. El organismo encargado de la privatización (Treujandanstalt) existe desde marzo, pero recién le salieron dientes y le surgió una administración dirigida por el Oeste en este mes. Enfrenta una tarea difícil, luchando por reestructurar y vender firmas que se tambalean con la competencia occidental, aturdidas por el cambio en los métodos de planeamiento central a que estaban acostumbradas.

■ AUMENTAN SALARIOS

2) A pesar de que la productividad de Alemania Oriental es el 40% de la de Alemania Occidental, el aumento de salarios desde la unión monetaria y económica ha sido de alrededor del 30% y más. Los patronos están en un atolladero, porque si no pagan, los obreros pueden franquear la frontera que desaparece rápidamente y buscar salarios más altos en Occidente. Pero si la *tendencia se generaliza*, el exceso de personal (obrero y jerárquico) de las firmas de Alemania Oriental las hará menos competitivas, los inversores potenciales perderán interés, y desaparecerán todavía más puestos de trabajo.

3) Hay incertidumbre acerca de la propiedad. Antes de la unión monetaria y económica, las dos Alemanias estuvieron de acuerdo en que aquellos despojados sin razón de sus casas o negocios en el Este, desde que se fundó el Estado en 1949, podrían recobrarlos o *recibir una compensación*. Suena justo, pero el acuerdo está abierto a interpretación. Mantendrá ocupados a los abogados (el sector que más *trabaja en el país*), en lo que puede convertirse en decenas de miles de casos en disputa. Los inversores no están dispuestos a invertir dinero hasta que estén seguros de que son dueños de la propiedad por la que han pagado.

■ BUROCRACIA NO CEDE TERRENO

4) La mentalidad burocrática, masificada por cuarenta años de gobierno comunista, permanece siendo fuerte. En un anexo del acuerdo para la unión económica y monetaria, Alemania del Este se comprometió a que la empresa privada dispondría de propiedades adecuadas para instalarse. Pero los que quieren hacerlo a menudo reciben la respuesta de que no hay locales porque "no se necesitan" los bienes o servicios que ofrecen. Y aún cuando la "necesidad" se *compruebe*, es *interminable* el número de trámites que hay que llevar a cabo.

Para empeorar las cosas, la atmósfera entre los dos gobiernos se ha agriado desde que el acuerdo para la unión monetaria económica fue firmado en mayo, entre sonrisas y champagne. A Alemania Oriental se la acusa de moverse demasiado lentamente para terminar con los monopolios, y, por lo tanto, de mantener los precios más altos de lo que debieran estar. Es posible, pero algunas firmas de Alemania Occidental han querido pasarse de vivos con los consumidores del Este que no están acostumbrados a manejar *marcos occidentales*, aumentando los precios de los productos que se van a vender al otro lado de la frontera.

El gobierno de Bonn también se quejó porque el de Alemania Oriental entregó el monopolio de los seguros a "Allianz", la aseguradora más importante del lado occidental. Afirman que ello crea un mal precedente en un país que justamente necesita ampliar el espectro de firmas competitivas, especialmente las de mediana envergadura que son las que forman la columna vertebral de la economía en Alemania Occidental.

■ NO LE DAN LOS NUMEROS

El más enojado de todos es el Ministro de Finanzas de Alemania Occidental, Theo Waigel. Ya traspasó la suma de 24.000 millones de marcos (14.800 millones de dólares) para ayudar a financiar el presupuesto del Este que asciende para este año a 64 billones de marcos, y se encuentra con que Berlín Este quiere más porque le dieron mal los números. Molesto por supuesto, pero hay que tener en cuenta que el gobierno de Alemania Oriental se ha visto superado por la tarea legislativa que tuvo que enfrentar desde que asumió, cuatro meses atrás. Sus errores hubieran podido ser mucho peores.

¿Quiere decir todo esto que lo del "milagro económico" era una burbuja? No necesariamente: los milagros requieren tiempo. Alemania Oriental se está manejando mucho mejor que cualquiera de sus vecinos del Este que enfrentan una transición similar, de economía dirigida a economía de mercado.

Alemania Oriental tiene una moneda dura y convertible, financiamiento masivo por parte de la República Federal (a pesar de los graznidos de Waigel), la certeza de una unificación próxima —probablemente este año—, y la perspectiva de un rápido acceso a los mercados de la Comunidad Europea.

A medida que se solucionen los problemas técnicos y legales, mayor cantidad de firmas del sector occidental seguirán a los inversores pioneros en el Este, como Volkswagen, Opel y Daimler-Benz en la industria automotriz; Siemens y Bosch en electrónica, y Springer y Gruner & Jahr en el negocio editorial.

Analistas de Alemania Federal opinan que en un año o dos el crecimiento económico de lo que es hoy Alemania Oriental estaría en alrededor de un 10% al año, la tasa alcanzada por Alemania Occidental cuando se produjo el boom, al inicio de los años 50. Aun así, el doloroso primer mes de vida de la unión monetaria y económica da la impresión de que se prolongará en numerosos llantos y vagidos.

Primer Ministro de Alemania Oriental, Lothar de Maizière: ¿será tan diestro en la conducción política como ejecutando el violín?

ENTRADO
CRUZADO

01-01

9004666

Nº DOC.
TITULO: P.C SUDAFRICANO SE REINSTALA EN LA ESCENA POLITICA.
PROC: LA REPUBLICA (1500 23)
FECHA: 29/7/90
TEMAS: SUDAFRICA (10169)
FACTOR POLITICO (11164)
PARTIDOS POLITICOS (11364)

Es el principal aliado del CNA, que lidera Nelson Mandela, junto a quien compartió decenas de luchas y exilios

El partido comunista sudafricano se reinstala en la escena política después de cuarenta años

● Nacido en 1921 y dirigido actualmente por el líder blanco Joe Slovo, reinicia la acción política legal con la sombra de seguir apegado a sus teorías más ultras

El Partido Comunista sudafricano volverá hoy a la escena política del país después de 40 años de proscripción, en una atmósfera de esperanza por un futuro país "más justo y democrático" pero con la sombra de no haber abandonado las teorías más ultras. El PC sudafricano es el principal aliado del Congreso Nacional Africano (CNA), cuyo vicepresidente y cabeza visible es el líder antiapartheid Nelson Mandela. El PC y el CNA sufrieron decenas de exilios y de luchas que culminaron ahora en la apertura de un diálogo con el gobierno tendiente a hacer nacer un nuevo país y a cancelar la odiosa herencia de la segregación racial.

Ciudad del Cabo (ANSA-AFP) por Nino Allmendi

■ El PC nació en 1921 por obra de algunos obreros blancos que, por una de las ironías de la historia, querían defender su puesto de trabajo contra la siempre creciente presencia de mano de obra negra y mal paga.

En 1947 el partido llegó a tener un diputado en la Asamblea, hasta 1984 la única Cámara "toda blanca" del Parlamento sudafricano.

Con la toma del poder por parte del Partido Nacionalista, la vida para el Partido Comunista resultó cada vez más difícil, hasta que fue prohibido en 1950 después de la entrada en vigor de la ley sobre la "supresión del comunismo".

Inmediatamente después del fin de la Segunda Guerra Mundial, el Partido Comunista sudafricano inició y reforzó cada vez más su compromiso con la causa de la liberación de los negros hasta aliarse con el CNA.

Los hombres políticos del partido, entre ellos el actual secretario Joe Slovo, un abogado blanco de origen lituano, no cesaron sus actividades con la prohibición, sino que se reagruparon en un movimiento denominado Congreso Democrático.

Luego de una serie de arrestos, Slovo dejó Sudáfrica en 1963 y reapareció en Mozambique en 1977 -dos años después de la independencia de aquel país de Portugal- para guiar las operaciones de guerrilla del ala militar del CNA -"Umkhonto Wa Sizwe" (lanza de la nación)- de la cual había sido, con Mandela, uno de sus líderes.

Slovo debió dejar Mozambique después de la firma de un acuerdo de buena vecindad y no agresión entre Maputo y Pretoria en 1984.

En tanto, su esposa Ruth First, con la que se casó en 1949, había sido muerta por una carta-bomba en la Universidad Eduardo Mondlane de Maputo. Recientemente, Slovo abandonó las actividades "militares" para concentrarse en la dirección de su Partido Comunista.

Hoy, en el curso de una ceremonia de masas programada en el estadio de "Soccer City" a mitad de camino entre Johannesburgo y la megalópolis negra de Soweto, el PC sudafricano tendrá su relanzamiento interno, fuerte, al menos en el papel, con el apoyo del proletariado urbano y de algunos sectores del trabajo rural.

Además de Slovo, hablarán en el mitin el vicepresidente del CNA, Mandela y el actual jefe del ala militar del movimiento, Chris Mani.

Numerosos observadores sostienen que el PC sudafricano ha permanecido muy ligado a los viejos esquemas de la ortodoxia marxista y miraría más a un Fidel Castro que a un Mijaíl Gorbachov.

Las acusaciones vertidas estos días sobre el partido y el posible pedido por parte de De Klerc a Mandela para que elimine el nombre de Slovo de la lista de delegados del CNA para el próximo encuentro entre el gobierno y el movimiento, arrojan posibles sombras sobre el papel del renovado partido.

Mandela leerá en el acto un "mensaje de apoyo" al PC, muchos de cuyos miembros forman parte del Umkhonto Wa Sizwe, brazo armado del ANC.

A nivel internacional, la emergencia del PC sudafricano, que sigue ostentando una hoz y un martillo en su emblema, se produce tras la caída de los regímenes de Europa del este que durante largo tiempo le sirvieron de referencia.

Slovo trata de convencer a la opinión pública desde su regreso del exilio que su formación ya rompió definitivamente con ese pasado stalinista.

"Tendríamos que avergonzarnos y hacer de modo que ello no se reproduzca", declaró recientemente el secretario general, refiriéndose a las prácticas poco democráticas y al "alineamiento ciego", según sus propias palabras, del PC sudafricano tras las posiciones del Kremlin.

De manera general, el mitin permitirá develar parte de los misterios que rodean al PC y a sus nexos con el ANC.

Las especulaciones sobre el porcentaje de comunistas que figuran en el Comité Ejecutivo Nacional del ANC varían de la mitad al 75% de sus miembros.

En la Soccer City, 24 integrantes de la dirección interna del PC saldrán de la sombra y podrá comprobarse cuántas de ellas ocupan posiciones en el ANC.

La composición del Comité Central así como los efectivos del partido permanecerán sin embargo secretos hasta dentro de un año, dado que "el proceso de democratización no es aún irreversible", según declaró recientemente Slovo.

CUATRO MUERTOS EN UN "TOWNSHIP" DE EL CABO

Cuatro muertes causó indirectamente el viernes la agitación reinante en la provincia de El Cabo, cuando un camión apedreado por los manifestantes del poblado ("township") de Kayelitsha atropelló a dos mujeres y dos hombres, anunció el viernes la policía sudafricana. En Kayelitsha y otros siete poblados negros o mestizos cercanos a Ciudad del Cabo, la multitud atacó coches policiales y civiles e incendió 16 y numerosas cabañas. En la mañana del viernes, sus calles seguían cubiertas de piedras, botellas y otros objetos.

Según el diario The Star, la causa inmediata de la oleada de violencia fue una operación policial llevada a cabo el jueves para impedir que colegiales y escolares acudieran a una manifestación en el centro de Ciudad del Cabo.

El mismo parte policial anunciaba la muerte de otros cuatro africanos en luchas entre facciones políticas negras: tres en la provincia de Natal y uno en la de Transvaal.

El líder Nelson Mandela, vicepresidente del CNA, leerá un mensaje de apoyo, en el mitin del partido comunista sudafricano a realizarse hoy en el estadio Soccer City. (Telefoto de AFP)

ENTRADO
CRUZADO
1900467

ANUNCIAN LA SUSPENSION DE LA LUCHA
CLARIN (150094)
7/2/90
SUDAFRICA (10162)
FACTOR MILITAR (11163)
GRUPOS SUBVERSIVOS (11339)

Sudáfrica: anuncian la suspensión de la lucha

PRETORIA, 6 (AP). — El Congreso Nacional Africano (CNA) anunció hoy que suspenderá inmediatamente sus ataques armados contra el gobierno minoritario blanco de Sudáfrica.

"Debido a que buscamos llegar lo más rápidamente posible a un acuerdo político de paz negociado, y en el contexto del acuerdo concretado, el CNA anunció que suspendió todas las acciones armadas inmediatamente", dice un comunicado conjunto emitido por el congreso africano y el gobierno tras reunirse durante 16 horas.

Las delegaciones encabezadas por el presidente F.W. de Klerk y el vicepresidente del Congreso, Nelson Mandela, dijeron que también acordaron abordar el tema de la liberación de prisioneros vinculados con el CNA, y la impunidad para cerca de 20.000 exiliados sudafricanos que desean regresar a su país.

La declaración conjunta agrega que el gobierno continuará revisando leyes relacionadas con la seguridad nacional, que han sido la base de decenas de detenciones de miembros del CNA en las últimas semanas, entre ellos un miembro del comité ejecutivo nacional del CNA.

La policía ha dicho que está investigando un supuesto plan de miembros comunistas del CNA para provocar una revuelta y tomar el poder por la fuerza en caso de que fracasaran las negociaciones. A pesar de que la facción guerrillera del CNA, llamada Lanza de la Nación, no ha ejecutado ataques mayores contra el gobierno en el último año, funcionarios del CNA admitieron que los guerrilleros continuaban llegando al país para almacenar armas y planear ataques.

"No habrá más actividad armada relacionada con el CNA y su facción militar, Mkhonto we Sizwe (Lanza de la Nación)", dice la declaración.

Mandela antes había rehusado renunciar formalmente a la lucha armada de la banda guerrillera que él ayudó a fundar en 1961, un año después que el gobierno declaró ilegales al CNA y a otras organizaciones políticas de negros.

9004668

DETERIORO DEL RÉGIMEN SOCIALISTA
EL PAIS. (15000 7)
25/2/90
BIRMANIA. (10042)
FACTOR POLITICO (11164)
GOB. REVOLUCION (11302)

BIRMANIA: LA INTERMINABLE AGONIA DE UN SOCIALISMO DEPREDADOR

Birmania, cuenta con una población de alrededor de cuarenta millones de habitantes. Está ubicada entre la Meseta del Tibet y la península Malaya. Una importante parte de su vegetación es selvática: en su valle central, rodeado al Este, Norte y Oeste por montañas, la principal actividad agrícola es el cultivo de arroz. Su clima es tropical, con una estación lluviosa que discurre entre los meses de mayo y octubre. Hipotéticamente es un país rico. Sus recursos naturales van desde el petróleo, la madera, el caucho, las piedras preciosas, hasta una tierra enormemente fértil. Hacia 1965, era uno de los principales países exportadores de arroz de Asia, y solía creerse que la nación nunca conocería el hambre.

Antigua provincia de la India Británica, el 4 de enero de 1948 obtuvo su independencia, e inmediatamente debió enfrentar rebeliones internas lanzadas por grupos comunistas y varias tribus no birmanas (entre ellas, las etnias Karens, Kayan, Shan, Kashin, minorías de origen tamil, chino e hindú). El 2 de marzo de 1962, el ejército, argumentando esta situación de conflicto, derrocó al gobierno establecido e instaló uno militar revolucionario, bajo la dictadura del general Ne Win, basado en la ideología del Camino Birmano al Socialismo. Con una nueva Constitución, el 3 de enero de 1974, el país se transformó en la República Socialista de la Unión de Birmania. En 1982, Ne Win se retiró del gobierno, y fue sustituido por el presidente San Yu. En julio de 1988 San Yu y Ne Win renunciaron a sus puestos en el partido del Programa Socialista (PPS), único oficial, y teóricamente se retiraron a la vida civil. Sein Lwin, el Dr. Maung Maung y el general Saw Maung han sido los sucesivos presidentes del país hasta el momento actual. Por su parte, durante estos casi treinta años de dictadura, el general Ne Win es el indiscutido "hombre fuerte" del gobierno, tras bambalinas.

El deterioro progresivo que ha minado el régimen socialista, reconoce sus orígenes en la crisis económica de 1973. A la ineficiencia de las empresas estatales, aquejadas por la corrupción y la mala administración, se sumó el auge del mercado negro y la apertura del gobierno a empresas trasnacionales, sin contar el endeudamiento externo. Aún así, las protestas internas no se transformaron en un movimiento de masas hasta marzo de 1988.

La chispa inicial fue encendida cuando en setiembre de 1987, en un intento por frenar la inflación, el gobierno decretó que todos los billetes de 25, 35 y 75 kyats perdían su valor. Este decreto eliminó de circulación entre un 60 y un 80% de la moneda en curso, y arrasó con los ahorros de pobres y ricos por igual. Veintiséis años de frustraciones y represión, desembocaron en sucesivas manifestaciones estudiantiles, a las que en marzo de 1988 adhirió el pueblo en general. Los levantamientos se prolongaron hasta junio, dejando tras de sí un saldo de trescientos manifestantes muertos a manos de la Lon Htein (policía de choque), cuarenta personas asfixiadas al ser retenidas por varias horas en un vehículo policial cerrado, e innumerables arrestos. Cuando en mayo los primeros detenidos fueron liberados, trajeron con ellos historias de torturas y violaciones que debieron soportar en las prisiones del gobierno.

El cambio de fachada en la conducción del PPS, con la sustitución de Ne Win por Sein Lwin y la posterior designación de éste como presidente, no trajeron el respiro que podría haberse esperado. La elección del sucesor invalidó la posibilidad de un verdadero cambio. Sein Lwin, ex-jefe de facto de la Lon Htein, era conocido desde la masacre de marzo como el "Carnicero de Rangún". las primeras medidas que adoptara su gobierno —ley marcial y arrestos a opositores— desencadenaron una huelga nacional y numerosas manifestaciones el 8 de agosto. El gobierno reaccionó a esto con una brutalidad sin precedentes. El ejército disparó sobre los manifestantes desarmados, mientras carros blindados hacían fuego indiscriminadamente por las calles de Rangún. Contra esta violencia respondieron cientos de miles de manifestantes armados de espadas, lanzas y catapultas caseras. El 12 de agosto, cuando los disturbios llegaron a su fin, el número de muertos, sólo en Rangún, oscilaba entre los 1000 y 3000. Muchas de estas personas habían sido asesinadas en sus casas, alcanzadas por ráfagas de ametralladoras.

El siguiente cambio, de Sein Lwin por Maung Maung, y el levantamiento de la ley marcial, no aplacaron al pueblo. Las huelgas y manifestaciones aumentaron su intensidad. En el interin, varios prominentes ciudadanos birmanos emergieron al liderazgo de los movimientos en favor de la democracia, entre ellos Aung Gyi, el depuesto general Tin U y la carismática Aung San Suu Kyi, hija de uno de los héroes de la independencia. Su demanda principal: un gobierno interino de coparticipación previo a elecciones nacionales.

Sustituido Maung Maung por el general Saw Maung, la crisis interna no conoció tregua. Drásticas medidas de seguridad acarrearon más de 1000 manifestantes muertos por el ejército, arrestos en masa, ejecuciones sumarias y la prohibición de reuniones públicas. Numerosos jóvenes emigraron hacia las zonas fronterizas con China, India y Tahilandia, donde operan grupos rebeldes de minorías étnicas. Para entonces, Birmania era una bomba de tiempo. La resistencia pasiva de la población se había generalizado. Se logró la promesa de elecciones libres a realizarse en mayo de 1990, y la abolición del sistema de partido único. Surgieron, al amparo del nuevo marco legal, alrededor de 220 partidos políticos, el más importante de ellos, la Liga Nacional Democrática (LND), fundada por Aung Gyi, Tin U y Aung San Suu Kyi. Bajo la sombra de la ley marcial; con los más destacados dirigentes políticos encarcelados o detenidos en su domicilio —tal el caso, por casi un año, de Suu Kyi— el 27 de mayo pasado, en Birmania se votó, por primera vez en 30 años. Y los birmanos se pronunciaron desafiantes contra el régimen militar, concediéndole una aplastante victoria a la LND de alrededor de un 70%.

Aún cuando una amplia mayoría de la población claramente se ha pronunciado en favor de la democracia, este resultado no garantiza el fin automático del actual régimen socialista. La Junta Militar ha advertido que el poder sólo será transferido a manos civiles tras la redacción de una nueva Constitución por el recién elegido Parlamento. Por su parte, la oposición garantiza que será paciente durante las negociaciones. No es de extrañar, entonces, que el pueblo birmano se permita apenas un cauteloso optimismo. Las elecciones marcan apenas el principio del fin para el régimen despótico de Ne Win. Pero gracias a sus resultados, Birmania, un país de grandes riquezas naturales, donde la gran mayoría de la población vive en la pobreza, las casas son en general chozas de bambú, los edificios se derrumban solos por el peso del deterioro, la electricidad es una rareza, la agricultura un asunto de manos humanas y ocasionales animales de tiro; abriga fundadas esperanzas de un futuro mejor.

Laura Alvarez Goyoaga

9004669

LA CONEXION LIBIA
CLARIN (15/6/90)
1/6/90
LIBIA (GL333)
TRENES DE LUJO (A1163)
GRUPOS SUBVERSIVOS (A1339)

Versiones sobre la conexión libia

WASHINGTON, 31 (Por **Mark Matthews** de **The Baltimore Sun**, especial para **Clarín**). — Expertos norteamericanos revelaron este lunes que las fuerzas rebeldes que trataron recientemente de derrocar a los gobiernos de **Liberia** y de **Trinidad y Tobago** (ver información en página 21) son solamente **dos de cierto número de grupos internacionales que reciben asistencia y entrenamiento como parte del apoyo que le brinda Libia a organizaciones revolucionarias**

Según informaciones de inteligencia de los **Estados Unidos**, **Libia ha patrocinado a más de 30 grupos internacionales, incluyendo a varios "clientes" terroristas.**

Tal como confirman investigaciones recientes, si bien ha ampliado sus contactos diplomáticos y **"frenado" aparentemente las acciones terroristas de algunos de sus protegidos**, Libia **sigue manteniendo contacto con grupos que buscan derrocar al gobierno en Africa, Asia y Latinoamérica.**

El apoyo de Libia a los rebeldes de Liberia y de Trinidad Tobago **está encuadrado, precisamente, en este proyecto de apoyar a las agrupaciones extremistas del mundo entero.**

♦ **Sin relación**

De todos modos, estas fuentes norteamericanas estiman que en la estrategia seguida por **Trípoli** no existe una relación entre la rebelión —en Liberia— de los hombres de **Charles Taylor** y la de los musulmanes negros de Trinidad —liderados por **Abu Bakr** quien tomó como rehenes este lunes al primer ministro y a otros 30 oficiales—.

"Libia está implicada en todo esto pero en forma externa", comentó otra fuente norteamericana, este lunes. **"Estimamos que no se trata de una participación especial"**, agregó. De todos modos, el apoyo de Libia (a estas dos rebeliones) **es mínima en comparación con la participación que tuvo en Filipinas, por ejemplo, en donde la nación árabe apoyaría al Nuevo Ejército del Pueblo, brazo guerrillero del Partido Comunista.**

Por su parte, un vocero del Departamento de Estado de los EE.UU., **Richard Boucher**, confirmó este lunes que el grupo de Abu Bakr **"tiene contactos directos con Libia"** y que **"algunos de sus miembros han sido entrenados, incluso, en ese país".**

"No sería más que un nuevo ejemplo de la conexión de Libia con violentos grupos extremistas internacionales. De todos modos, quisiera aclarar que, en esta ocasión, no parece existir un lazo directo entre el accionar de este grupo y la nación árabe", agregó Boucher.

Los hombre de Taylor, en Liberia, fueron **entrenados durante tres años en Libia y también recibieron el apoyo de Burkina Faso, nación del oeste africano que mantiene una estrecha relación con Libia**

Charles Taylor —líder de uno de los grupos rebeldes— ha anunciado ya que desea mantener las buenas relaciones que tiene Liberia con **Washington**, lo cual llevó a un funcionario estadounidense a indicar hace poco que Taylor aceptó la ayuda de Libia por oportunismo.

♦ **Dondequiera que sea**

Varias fuentes norteamericanas **coinciden en que el objetivo general de Libia es apoyar a movimientos radicales dondequiera que sea, y aunque se trate de gobiernos con los que mantiene buenas relaciones.**

De hecho, en la capital libia —**Trípoli**— existe un centro **antiimperialista** —unos de los brazos propagandísticos de Muamar Kadafi— que convoca con cierta regularidad a diversos grupos para ofrecerles conferencias que tienen por objetivo **profundizar los contactos con Libia.**

Expertos estadounidenses sostienen que además de apoyar al grupo Abu Bakr, **Libia ha "apadrinado" al Movimiento Tupac Amaru en Perú y al Ejército Rojo japonés.**

En un discurso que pronunció el primero de setiembre del año pasado, Kadafi prometió seguir brindándole su apoyo **"a todos los que luchan por la libertad en Nicaragua, Panamá, Palestina y Centroamérica".**

2004670

Aprobó ley de privatizaciones
CLARIN. (15009 4)
1/8/90
RUMANIA (10153)
Factor Político (11169)
Sub. Unidad (11302)

Rumania aprobó una ley de privatizaciones

BUCAREST, 31 (Reuter). — Rumania dio hoy su primer paso hacia la instalación de una economía de libre mercado, con una ley de privatizaciones que intenta transformar al país en una nación de accionistas.

Tras dos semanas de debate el Parlamento aprobó una ley que libera a las empresas del control estatal y otorga a los directivos mayor responsabilidad en la adopción de decisiones.

Se ofrecerá a todo rumano adulto una libre participación en firmas destinadas al cambio.

"Esta es una ley importante, que da el primer paso hacia una economía de mercado", dijo Radio Bucarest.

El primer ministro Petre Roman prometió al asumir hace un mes transformar la economía centralizada de Rumania en un moderno mercado libre basado en la competencia y la iniciativa.

La ley empresaria requerirá que la mayoría de las compañías de propiedad estatal, incluyendo las agrícolas, transfieran un 30 por ciento de su valor estimado a una nueva Agencia Nacional de Privatizaciones. Un analista económico del Instituto de la Economía Mundial de Bucarest dijo que los ferrocarriles, minas e industrias de defensa y servicios públicos no serán afectados.

"Bajo esta ley las empresas estatales se transformarán en compañías comerciales. Es sólo el primer cambio y un gran cambio que se eliminarán en el futuro mediano del otro 70 por ciento de las acciones de la compañía", explicó.

La Agencia Nacional de Privatizaciones, establecida para planificar un programa extraordinario de participación ciudadana, pondrá a disposición de cada rumano una acción por un valor de [illegible] (200 dólares).

"La gente tendrá que mantener estos papeles durante un año antes de que pueda venderlos o comprarlos", dijo el analista.

El gobierno informó que estaba planeando más leyes para regular un programa completo de privatizaciones y el analista dijo que creía que estas propuestas incluirían normas para las transacciones con títulos.

Las cifras indican que la economía rumana ha desmejorado durante los primeros seis meses de 1990. La producción cayó, las importaciones aumentaron significativamente y las exportaciones para financiar la transición económica disminuyeron.

9004671

Nº D
TITU LA CRISIS POLITICA
LA PRENSA (1CC26)
FE 11/8/90
RESOLUCION (10149)
FACTOR POLITICO (11164)
GOB. NACIONAL (11302)

La crisis política en Paquistán

La destitución de la primera ministra de Paquistán, Benazir Bhutto, por parte del presidente Ghulam Ishaq Khan ha puesto de relieve, de manera elocuente, que la situación política en dicha nación no se ha estabilizado desde la muerte, en un enigmático accidente aéreo, del anterior líder Zia ul-Haq, ocurrido en agosto de 1988. En los comicios de noviembre de ese mismo año, Bhutto había sido elegida para cubrir el cargo que ahora se ha visto forzada a abandonar.

El escenario del poder paquistaní no puede ser presentado como una mera antinomia entre las fuerzas armadas y el partido Popular, al que pertenece la dirigente derrocada. En realidad, el trasfondo de las disputas es preeminentemente religioso. Si bien la mencionada agrupación política se cuenta entre las más importantes del país, los militares todavía encarnan la representatividad de los sectores pobres y del campesinado que compone el 70 por ciento de una población de 110 millones de habitantes caracterizados por sus hábitos conservadores y una fuerte adhesión al culto islámico. Este grupo social, cuyos intereses de alguna manera representa el presidente Ishaq Khan, era el que más resistía la presencia de una mujer —habitualmente relegada a un segundo plano en los países musulmanes— en el gobierno.

Por otra parte, además de ser poco aceptadas las políticas laicistas de Bhutto, otros factores externos contribuyeron a debilitar la posición de la ex primera ministra. En primer lugar, el prolongado conflicto con la India por el territorio de Kashmir (Cachemira), al nordeste de Paquistán, lejos de ser resuelto, continuó agravándose hasta alcanzar, en algunos momentos, picos de tensión que parecían anunciar enfrentamientos armados.

Otro factor que adquirió una importancia considerable en los últimos años fue la presencia en el territorio paquistaní de casi tres millones de refugiados afganos, entre los que estaban incluidos los guerrilleros "mujaheddeen" que combatían a las tropas soviéticas en Kabul. Estos últimos introdujeron corrientes fundamentalistas que comenzaron a gravitar con creciente intensidad en varios estratos de la población. Tanto es así que hoy por hoy en las calles de Karachi, la capital, es común ver retratos del ayatollah Khomeini a cuyo pie se trascriben proclamas islámicas. La mayor importancia que adquirieron los movimientos integristas fue otro de los elementos que jugó en contra de Bhutto.

Finalmente, tampoco debería descartarse que la destitución de la primera ministra fuera parte de una mera disputa por el poder. El presidente Ishaq Khan habría aprovechado las circunstancias descriptas para reforzar aun más su autoridad en este país flanqueado por un Afganistán devastado por una guerra que ya lleva más de diez años, y por una India belicosa. Si a este cuadro se agregan las difíciles condiciones internas, se advertirá que en Paquistán aún no se presenta un marco propicio para el establecimiento de un verdadero régimen democrático.

01·01

9004672

Negocios con España
Cambio Financiero (15C27)
1/8/92
ESPAÑA (10092)
FACTOR FINANCIERO (1116)
Polit[illegible] (11392)

Aprovecha la etapa de privatizaciones pese a temores nacionalistas en Lisboa

Ahora España se lanza a comprar en Portugal

Escribe Judith Matloff
de la agencia "Reuter"

Enemigos históricamente en la península Ibérica, España y Portugal están descubriendo ahora la era de los negocios mutuos, fundamentalmente por el interés despertado en Madrid ante la ola de privatizaciones que lleva adelante el gobierno luso. Pese a las todavía existentes sospechas mutuas y al temor de que los españoles se quieran aprovechar de la situación económica portuguesa, las inversiones hispanas se cuadruplicaron desde 1988. Teniendo en mente la unificación europea del '92, los empresarios españoles van y vienen de Lisboa, comprando todo lo que se pone a su alcance, fundamentalmente bancos y empresas privatizadas. De las más atrasadas naciones de Occidente en este siglo, España y Portugal son, desde su incorporación a la CEE, las economías de más acelerado crecimiento en los dos últimos años, creando un próspero mercado futuro.

Felipe González

Lisboa — España se ha embarcado en una campaña de compras de empresas portuguesas, desde cervecerías hasta bancos, que ha reavivado **ancestrales temores** en Portugal de que su vecino más rico esté tratando de aprovecharse de su situación de relativo atraso.

El dinero español está afluyendo a través de la frontera de 800 kilómetros y si bien los dos vecinos comparten vínculos culturales y la condición de miembros desde 1986 de la Comunidad Económica Europea, **sospechas mutuas** afloran aún en una larga e inestable relación.

Algunas de las firmas portuguesas más grandes han forjado alianzas con consorcios españoles en preparación para el **mercado unificado europeo después de 1992** pero el clima general es de aprensión.

El año pasado, las inversiones españolas en Portugal **se cuadruplicaron desde 1988,** llegando a **44.000 millones de escudos (310 millones de dólares),** quedando a la zaga sólo de las británicas y las francesas.

A pesar de un auge en las exportaciones a España, el déficit comercial de Portugal con su vecino creció hasta **182,3 millones de escudos (1,28 millón de dólares)** el año pasado, desde **159,7 millones de escudos (1,12 millón de dólares)** en 1988. En 1987 había sido de 112,2 millones de escudos.

Las inversiones y el comercio en la península Ibérica han recibido un **fuerte impulso** derivado de la **liberalización del comercio como prólogo a la unión económica de la CEE** y también como consecuencia del crecimiento espectacularmente rápido de ambos países desde que se sumaron al bloque continental de 12 naciones.

Sus economías fueron **las de más acelerado crecimiento en la CEE en los últimos dos años,** creando un próspero mercado de consumo y oportunidades de negocios a través de la frontera.

"El interés de los españoles en Portugal es **notorio**", señaló un reciente artículo del semanario "Sábado".

Proliferan estereotipos mutuos, quejándose los portugueses de una presunta **agresividad y arrogancia** de los españoles y mirando los españoles a sus vecinos con desdén como gente **lela y atrasada.**

Para irritación del consumidor portugués promedio, los **helados españoles** se expenden en casi todos los bares, cafés y playas.

Y, en el corazón de Lisboa, españoles han comprado edificios de valor histórico como el **Cine-Teatro Tivoli,** sobre la elegante **Avenida da Liberdade.**

Pero quizás en ninguna parte la presencia española en Portugal se ha hecho sentir tan palmariamente como en los **bancos y en el programa de privatizaciones encarado el año pasado,** áreas sensibles que muchos funcionarios y ejecutivos de la industria preferirían que permanezcan **en manos nacionales.**

El **Banco Santander de España** y su socio el **Royal Bank of Scotland** han adquirido desde febrero más de **50 por ciento** del banco privado portugués **Banco de Comercio e Industria.**

• Imagen

El **Banco Hispano Americano** copó el **10 por ciento** permitido a los extranjeros en la venta de **49 por ciento** de la cervecera Unicer en abril de 1989. Retornó a la campaña de privatizaciones portuguesas tres meses más tarde para obtener, junto con el **Banco Español de Crédito SA,** una gran proporción del banco comercial **Banco Totta e Acores.**

En lo que un destacado analista financiero portugués describió como **"la tercera advertencia"**, el mes pasado el **Banco Bilbao y Vizcaya** adquirió las operaciones portuguesas de **Lloyds Bank Plc.,** una venta que para muchos portugueses sirvió como confirmación de la imagen de **ave de presa** que proyectan los españoles, a los que algunos ven como aprovechándose de un país empobrecido.

"La compra de **Lloyds** por parte del **Banco Bilbao y Vizcaya** demuestra que los españoles están apostando resueltamente **al mercado portugués,** que no les importa pagar altos precios y que quieren aprovechar las oportunidades **lo más rápido posible"**, señaló un editorial en el influyente periódico financiero "Semanario Económico".

Sin embargo, cualesquiera sean las reservas que expresen funcionarios en privado, los gobiernos de los dos países han estado celebrando **reuniones cumbres amigables** que han conducido a comisiones conjuntas y a cooperación en áreas que van desde bancos hasta empresas industriales.

"No importa lo que uno piense de los españoles, es mucho lo que se puede ganar trabajando con ellos", admitió un funcionario gubernamental.

Reprivatización de banco despierta fuerte interés

Lisboa** (Reuter) — Inversores acudieron ayer en gran número **a la Bolsa de Lisboa** para participar en una nueva etapa de la **radical campaña portuguesa de reprivatización,** la emisión de otro **31 por ciento** de las acciones del banco comercial **Banco Totta e Acores (BTA).

*La operación transformará al BTA **en el mayor banco privado del país,** después de haber sido el **cuarto mayor banco comercial en términos de activos.** Es la primera institución financiera en la que se vende una participación mayoritaria del paquete accionario.*

*Agentes bursátiles informaron de una **fuerte demanda** por la emisión y dijeron que podría igualar a la de la venta de **49 por ciento de BTA** hace un año, para la cual hubo ofertas que superaron **4,5 veces la prevista.***

*"Es excelente", declaró a los periodistas el presidente de BTA, **Alipio Dias.***

*Ahora están en venta **7,75 millones de acciones** de las que se estima que permitirán recaudar por lo menos **22.500 millones de escudos (158 millones de dólares).** El precio básico ha sido fijado en **3000 escudos (21 dólares)** por acción.*

• Favorito

*La magnitud del BTA y su **notable crecimiento** lo han convertido en un blanco favorito para los inversionistas dentro de las empresas incluidas en el ambicioso programa lanzado por el gobierno de centro-derecha el año pasado **para revertir las estatizaciones de la revolución izquierdista de 1974.***

*Entre los más interesados en la privatización está el **Banco Español de Crédito SA (Banesto)** que, en la primera emisión, compró alrededor de **cinco por ciento del paquete accionario.***

*Banesto también ha forjado alianzas con un grupo portugués que incluye al consorcio de inversiones **Valores Ibéricos** que posee **18 por ciento** de BTA.*

*Preocupaciones por la eventualidad de que un grupo foráneo domine el BTA impulsaron al gobierno socialdemócrata a retener **20 por ciento del capital accionario** por ahora.*

*A fin de atraer a más inversionistas nacionales, a varios grupos se están ofreciendo **acciones a precios preferenciales.** Los empleados de BTA pueden adquirir acciones a **2700 escudos (19 dólares)** mientras que pequeños inversionistas y portugueses residentes en el exterior pueden adquirirlas a **2800 escudos (19,70 dólares)** cada una.*

01 01

9064673

A CASI UN AÑO DE LA MUERTE DE KHOMEINI

Irán, en grave situación política

A un poco más de un año de la muerte del ayatollah Ruhollah Khomeini, el régimen iraní sigue inmerso en furiosas luchas intestinas; lejos de acallar los conflictos que opone a las diversas tendencias dentro de esa república islámica, el reciente terremoto que azotó a Irán ha puesto de relieve una vez más las contradicciones del régimen y el agudo deterioro de la situación económico-social. Alianzas del jefe del Estado, Alí Akbar Rafsandjani con el ayatollah Alí Khamenei y el hijo del difunto imán Khomeini. Carta abierta liberal contra la "dictadura religiosa". Temor ante un posible estallido popular.

TEHERAN, 12 (Por Yves Heller, de Le Monde, especial para Clarín) El presidente iraní, **Alí Akbar Hachemi Rafsandjani**, convertido en el indiscutible **hombre fuerte** del país, no cesa de tropezar —sin embargo— con numerosas dificultades para convalidar su autoridad, de cara a los elementos **más radicalizados**.

Al parecer, **la hora del ajuste de cuentas ha sonado en Irán**, luego de las fluctuaciones e inmovilismo del **poder islámico**, consecutivos a la desaparición del ayatollah **Ruhollah Khomeini**. El tiempo apremia, ya que la situación **es muy grave** y corre el riesgo de empeorar si las dificultades de todo tipo no son objeto de algún **tratamiento urgente**.

La escena política está **silenciosa pero, tras bastidores, la lucha es encarnizada"**, apuntó un **diplomático y observador de larga data de la revolución iraní. Según esta fuente, el presidente Rafsandjani dispone de poco más de algunos meses para volver a poner al país en movimiento, si no es tarde ya.** Ello implica el riesgo de quedar **a merced de sus rivales.**

Inversamente: **algunos** de los numerosos problemas que confronta el régimen no han podido ser **"metidos en caja"** todavía, en razón de los conflictos internos que minan y paralizan al poder. Dicha **batalla** confronta entre sí a **dirigencias religiosas con puntos de vista muy divergentes**, en cuanto a cuál sería la **"mejor usanza islámica"** **para encarar los entuertos.**

♦ Batallas peligrosas

La actual parálisis es tanto más grave cuanto más **quemantes** son los **grandes temas**, cuya resolución mejor o peor determinará **el porvenir de la república.** Esta se agita en la tela de araña del **conflicto con Irak**, los **problemas regionales**, las relaciones con Occidente —más específicamente, con los **Estados Unidos y Gran Bretaña**— así como **la situación económica desastrosa.**

Por otra parte, al cabo de **desórdenes y confrontaciones en 11 años de revolución**, esos grandes temas han sido **monopolizados por uno u otro grupo rival, lo que impide desarrollar políticas globales.**

Las oposiciones internas y luchas fratricidas no son en absoluto una novedad en el Irán islámico, donde la revolución que derrocó al **cha Mohammed Rezha Pahlevi ha devorado a muchos de sus promotores.**

Pero luego de la muerte de su líder máximo y **Guía de la Revolución**, se ha modificado de cabo a rabo la relación de fuerzas: ha desaparecido, con el imán Khomeini, el **árbitro supremo capaz de amortiguar y subordinar las numerosas querellas; al menos, en forma provisional.**

Huérfanos y desorientados, los herederos del imán saben hoy que están doblemente expuestos. Que en ausencia de un cimiento sólido y de una personalidad con el suficiente carisma para asegurar la perennidad de la república, una batalla abierta entre ellos tendrá terribles efectos sobre el edificio entero, y podría ser fatal al régimen.

En los enfrentamientos actuales, que se desarrollan con ferocidad detrás de la escena y contrastan con las riñas públicas de antaño, Hachemi Rafsandjani continúa dominando el panorama aun si bajo la presión de los grupos rivales, él ha debido avanzar con la más extrema prudencia. Su habilidad le permitió no solo emerger sino, sobre todo, no dejarse tumbar, tras haber desplegado su táctica en las sombras.

"Quemar las cartas de sus adversarios, sin quemarlos a ellos mismos", así resumió esta táctica un allegado a los arcanos del poder.

♦ Las alianzas del poder

Para lograrlo, Rafsandjani ha tramado una **alianza que debió anudar tempranamente con el Guía de la República Islámica**, el ayatollah **Alí Khamenei. Y, en fecha** más reciente, con el **hijo del difunto imán, Ahmed Khomeini. Una alianza** que, pese a haber sido gestada entre dos hombres que ambicionan, cada uno, ocupar el primer lugar del escenario, permite una perfecta distribución de los roles y transmite la imagen de una **reconciliación entre la lógica de la revolución y la del Estado.**

A Khamenei, en efecto, le cabe la ideología; esto es, la defensa de **"los principios de la revolución"**. A Rafsandjani, la práctica de los asuntos de Estado. En lo que concierne a Ahmed Khomeini, guardián de la herencia de su padre, es la garantía indispensable para todos.

El funcionamiento de esta alianza es relativamente simple. Khamenei, por ejemplo, defiende el dogma al insistir en que la condena a muerte dictada por el imán Khomeini contra el escritor británico —de origen judío— **Salman Rushdie**, es **"irrevocable"**. Al día siguiente de esa declaración, Rafsandjani no tiene más que atrincherarse detrás de las palabras del **"Guía"** para —realismo obliga— dejar sin embargo la puerta abierta a un restablecimiento de relaciones diplomáticas con Gran Bretaña, diciendo así este tema del decreto o **"Fatwa"** de Khomeini.

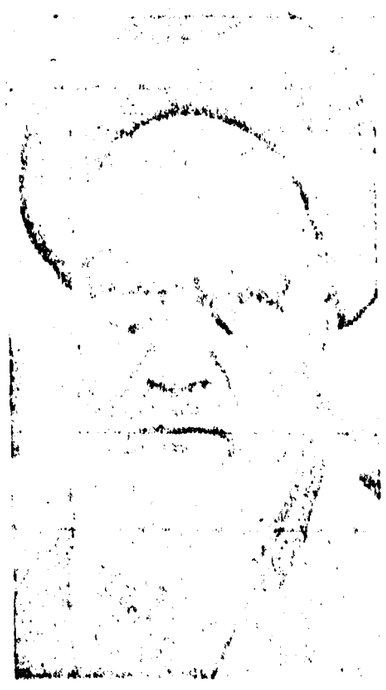


Foto de archivo del ayatollah Ruhollah Khomeini, el fallecido líder iraní.

Rafsandjani ha estado, además, tentado de utilizar una nueva carta para contraponerla a sus rivales radicalizados, a la cabeza de los cuales se encuentra **el diputado por Teherán y antiguo ministro del Interior, Alí Akbar Mohtashemi**; se trata de la oposición liberal, que aquel había contribuido a apartar del poder, en el marco de la toma como rehenes de personal diplomático norteamericano, en Teherán, en noviembre de 1979.

En efecto, en un gesto excepcional habida cuenta de la dureza de la represión, los amigos de **Mehdi Bazargan** —quien fue el primer jefe de gobierno designado por Khomeini apenas este retornó de su exilio, en febrero del '79—, se han manifestado de manera espectacular, el 12 de mayo: publicaron una **"carta abierta" a Rafsandjani denunciando el "pillaje" del país por una "dinastía clerical"**, cuyo **"despotismo"** ha conducido a Irán **"al borde del precipicio"**.

Contra todos los pronósticos, el jefe del Estado reaccionó con moderación a tal audacia, declarando que "ninguna persona podría repudiar a aquellos que se consagraron a servir al pueblo". Pero, esta vez, ha sido el propio Rafsandjani quien se dejó quemar esta carta: luego de que Mohtashemi denunció el **"complot de esos liberales, perros guardianes de los Estados Unidos"**, los allegados a Bazargan —entre ellos, varios ex ministros signatarios de esa carta abierta al presidente— fueron arrestados el 14 de junio.

Si la pendencia de Rafsandjani le ha permitido sobrevivir entre los "duros" de la revolución, ello le ha atado las manos y paralizado los mecanismos del poder: algo que, acaso, pueda volverse algún día en su contra.

De todos los peligros que lo amenazan, el mayor es hoy, sin duda, el de una explosión social, en la medida en que la falta de una gestión coherente ha contribuido a degradar la situación interior, no obstante las enormes potencialidades del país.

Rafsandjani ha visto erosionada su popularidad sin cesar ante las dificultades angustiosas de la vida cotidiana.

01-01

1 9004674

Un ex preso político fue elegido como presidente de Hungría

PERU

BUDAPEST, 3 (EFE, UPI, AP, AFP y Reuter). — El Parlamento eligió hoy oficialmente presidente de la república al escritor y ex preso político Arpad Goencz, menos de una semana después que fracasó un plebiscito sobre el sistema de elección para el cargo, por escasa concurrencia de votantes.

la elección de Goencz, que en su momento fue condenado a prisión perpetua por su participación en la rebelión anticomunista de 1956 aplastada por las tropas soviéticas, simbolizó una ruptura con el pasado comunista.

El nuevo presidente se declaró hoy independiente de los partidos políticos húngaros y afirmó que no será "servidor o sirviente de los partidismos".

Goencz aseguró además que se considera elegido por todo el Parlamento, en el que consiguió el apoyo de 295 diputados y el rechazo de 13, aunque dijo que "hubiera preferido haberse medido directamente con el pueblo".

Coencz, de 68 años, fue designado presidente interino el 2 de mayo por el Parlamento democrático poco después de su instalación el año pasado. Su confirmación era anticipada después que fracasó el referendo en que se debía decidir si el presidente tenía que ser electo por votación popular directa.

♦ "Defensor de los desamparados"

La concurrencia de votantes fue de menos del 14 por ciento. La ley requiere la participación de más del 50 por ciento del electorado para que el plebiscito sea válido.

El presidente manifestó que, debido a su historia personal, puede afirmar que "seré el defensor de los desamparados, quienes no tuvieron la palabra en los regímenes anteriores a 1945, durante la etapa de los más

Agencia AI-P

Arpad Goencz, ex preso político, fue elegido presidente del nuevo gobierno no comunista de Hungría.

iguales entre los iguales", en referencia al anterior período comunista.

♦ De escritor a obrero

Cuando los comunistas tomaron el control del gobierno en 1948, Goencz perdió su posición de prominente escritor y fue obligado a trabajar como obrero manual.

En 1956 marchó en la primera línea de la frustrada revuelta húngara contra el stalinismo y pagó por ello con 6 años de cárcel, hasta que fue beneficiado en 1963 por una amnistía que lo libró de su condena a prisión perpetua.

Una vez en libertad se dedicó a traducir novelas norteamericanas y británicas al húngaro, y posteriormente publicó varias novelas y cuentos cortos propios.

En la década del 70 se asoció con opositores que firmaron peticiones y publicaron manifiestos clandestinos en una campaña para forzar a las autoridades comunistas a conceder algunas libertades y respetar los derechos humanos.

En 1988 fue miembro fundador de la Liga de Demócratas Libres, actualmente el segundo partido de Hungría y el principal opositor en el Parlamento.

Goencz, el tercer intelectual democrático electo presidente en Europa oriental, dijo hoy que "he tenido a suerte de ser obrero, campesino e intelectual libre... No estoy en condiciones de servir intereses de clase".

01.01

9004675

La India avanza en su programa espacial

El programa espacial de la India, que ha llevado a ese país a la primera línea de la tecnología espacial, surgió modestamente hace tres décadas, cuando se lanzaron pequeños cohetes experimentales desde la estación Thumba.

La esfera de actividades se fue extendiendo gradualmente y la India lanzó su primer satélite, el "Aryabhatta", en 1975, desde la Unión Soviética, seguido de otros pequeños satélites experimentales.

El uso de sistemas espaciales operacionales comenzó con la adquisición a los Estados Unidos del Satélite Nacional Indio de primera generación INSAT-I.

El INSAT-I fue concebido como un sistema de satélites multi-propósito para comunicaciones domésticas, observaciones meteorológicas y trasmisión de datos y de televisión a toda la nación.

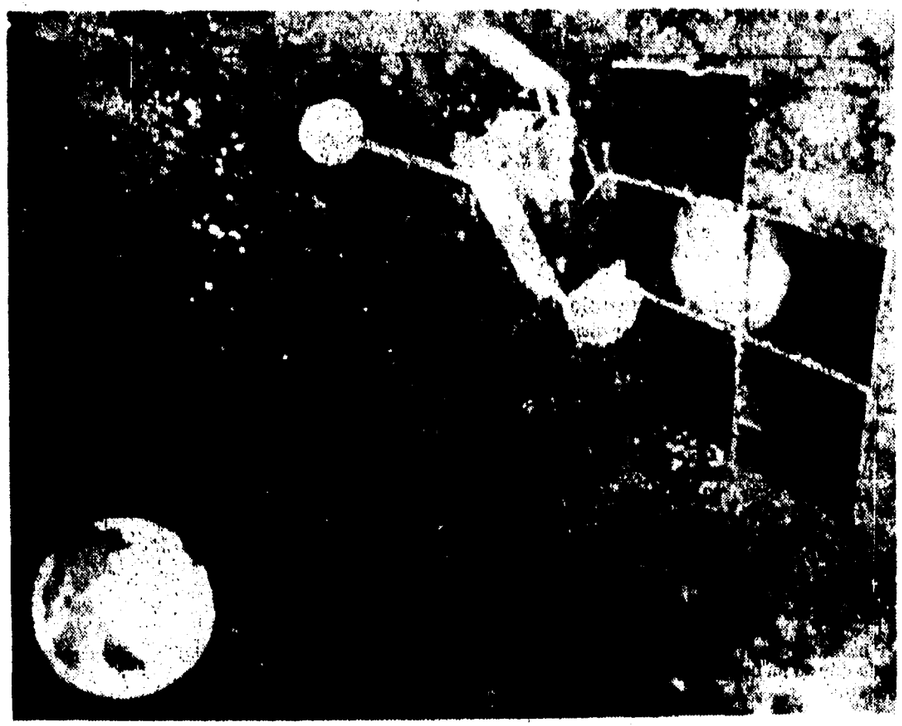
Ya se han lanzado cuatro INSAT-I, de los cuales el último salió de los Estados Unidos. El éxito ha sido variado; dos de los satélites INSAT-I fracasaron. Pero el programa, de todos modos, ingresó a la India la primera utilización de tecnología espacial para telecomunicaciones, trasmisiones de radio y televisión, y servicios de datos meteorológicos.

La nave INSAT-I, lanzada desde el extranjero, será gradualmente reemplazada por naves INSAT-II de segunda generación, fabricadas y lanzadas desde la India, en la década del noventa.

Otro hito en el programa espacial de este país fue el lanzamiento, en marzo de 1988, del Satélite Sensor Remoto Indio (IRS), que se ha convertido en el sostén principal para el relevamiento y manejo de recursos naturales, habiendo proporcionado ya, más de 180.000 imágenes de la superficie de la India.

También se están llevando a cabo programas avanzados para fabricar vehículos que puedan poner satélites en órbita y se estableció una Terminal Local India, que ha llevado a ese país a ser el primero del continente asiático en ingresar a la red del Programa Internacional de Búsqueda Asistida y Rescate de Satélites.

Treinta años de grandes esfuerzos para planear y poner en ejecución un programa espacial multidimensional está dando frutos, y probablemente, pueda convertirse en un aporte valioso de la India para los demás países en desarrollo de Asia y Africa.



Uno de los cuatro satélites de la India que han sido lanzados: el INSAT-IB

01.01

9004.676

DOCUMENTO

Taiwán rompió relaciones con Arabia
LA PRENSA (15006t)
7/8/90
China (Taiwan) (90934)
ARABIA (10031)
RELACIONES INTERNACIONALES (11399)

Taiwán rompió relaciones con Arabia

La representación del gobierno de Taiwán en la Argentina informó que la decisión de Arabia Saudita de establecer relaciones diplomáticas con el régimen de Pekín dañó tan severamente los antiguos y provechosos lazos que se mantenían, que obligó a la República de China en Taiwán a cortar sus relaciones formales con el reino saudiárabe.

El gobierno de Ryad señaló lo doloroso que resultaba esta opción. No en vano durante 44 años esas relaciones fueron estrechas, basadas en un código de honor que ambas partes honraron cabalmente. Hasta hoy son los acuerdos firmados entre ambos países y muchas las misiones de asistencia técnica en todos los terrenos que envió Taipeh. Por otra parte, cuando todo el mundo árabe se volcó hacia Pekín, Ryad hizo honor a sus compromisos y mantuvo sin hesitar su reconocimiento a Taipei. El intercambio de visitas por los más altos dignatarios reafirmó esa amistad, que ahora se rompe.

9004677

EEUU RETIRE SU RESPALDO A LA RESISTENCIA CAMBOYANA
CLARIN (15024)
20/7/90
CAMBOYA (10119)
FACTOR MILITAR (10163)
GUERRA CON VIETNAM (10177)
SITUACION INTERNA (11374)

Críticas a EE.UU. por retirar su respaldo a la resistencia camboyana

BANGKOK y PEKIN, 19 (AFP, Reuter, AP y UPI). — El príncipe **Norodom Sihanouk**, jefe de la resistencia camboyana, **criticó enérgicamente a los Estados Unidos** por su decisión de entablar un **diálogo con Vietnam** y **retirar el apoyo a la coalición tripartita que combate al régimen comunista provietnamita que gobierna en Phnom Penh.**

El anuncio de Washington, realizado el día anterior por el secretario de Estado **James Baker**, también fue rechazado por el gobierno de China, que prometió **mantener su ayuda a la guerrilla camboyana del Khmer Rojo**, principal integrante de la coalición opositora.

La decisión de Washington implica un giro diametral de la política estadounidense, que nunca ha reconocido al gobierno presidido por **Hun Sen** (instalado en Camboya desde la **invasión vietnamita a ese país**, en 1978), y en cambio ha dado respaldo a la representación opositora que, incluso, mantuvo hasta ahora un sitial en las Naciones Unidas.

Baker había explicado que el objetivo del viraje era "evitar el regreso al poder del Khmer Rojo", la guerrilla pro china dirigida por el ex primer ministro **Pol Pot**, a la que se acusa de haber asesinado a más de un millón de personas durante su régimen, entre 1975 y 1978.

El secretario de Estado aclaró que no se buscaba la normalización de relaciones con Vietnam, sino de dialogar con el gobierno de Hanoi para poner fin a la guerra civil camboyana y posibilitar allí la elección de un nuevo gobierno, elegido por vía democrática.

Sihanouk, que lidera uno de los dos movimientos no comunistas aliados al **Khmer Rojo**, sostuvo en un comunicado publicado en la capital tailandesa que la decisión estadounidense constituye "un acto de gravísima injusticia" y una "formidable recompensa" ofrecida a Vietnam y al gobierno de Phnom Penh.

El vocero de la Cancillería china, **Jia Guihua**, criticó el sorpresivo vuelco de la postura estadounidense, y adelantó que "mientras Vietnam no retire sus tropas de Camboya, China continuará apoyando al pueblo camboyano en su resistencia". Pekín es el **principal proveedor de armas del Khmer Rojo.**

Una familia del Khmer Rojo se traslada hacia el norte del país.

Posición china

PEKIN, 19 (Por **Francis Deron de Le Monde** especial para **Clarín**). — La primera reacción de Pekín, formulada hoy a la tarde por el vocero del Ministerio de Relaciones Exteriores con respecto al "abandono" del **Khmer Rojo** por parte de Washington, pone de manifiesto la profunda confusión de China frente a la opción estratégica que se impone a partir de ahora.

"No hay que dejar vacante la representación de Camboya en las Naciones Unidas, como desea Washington ahora, ya que se corre el riesgo de perjudicar un acuerdo político para el conflicto" afirmó este vocero. En cuanto a la iniciación de un diálogo entre Washington y Hanoi, el vocero indicó que se trataba de "un asunto que deben decidir ambos países". Y agregó que "el obstáculo principal que da lugar a este impasse en la negociación camboyana sigue siendo la posición de Vietnam y del gobierno ilegal de Phnom-Penh". (Otra manera de decir que al dialogar con Hanoi los Estados Unidos traicionan su propio compromiso — que tiene 11 años de vigencia — en favor de China).

Pero ¿cuáles serán las opciones de China? "¿Continuará China apoyando al pueblo camboyano (...) en su lucha por la independencia?". Lo que no hizo este vocero fue confirmar las declaraciones del hijo del príncipe **Sihanouk, Norodom Ranariddh** —en **Bangkok**—, quien aseguró que Pekín había prometido duplicar la ayuda de 7 millones de dólares que suministran los Estados Unidos a los movimientos nacionalistas aliados del Khmer Rojo. El ministerio se limitó a reiterar la garantía anterior de que a Pekín no le gustaría volver a ver a los Khmer Rojos en el poder, en Phnom-Penh.

No se puede excluir por completo que los chinos hayan recurrido a la "carta militar" volviendo a poner en pie la "maquinaria" del Khmer Rojo. La decisión norteamericana molesta especialmente a Deng Xiaoping, que fue el artífice de la estrategia de aislamiento de Vietnam en el sudeste asiático convenciendo a los estadounidenses de que ello era conveniente para el mundo occidental a raíz del avance del hegemonismo soviético

9004678

En Vietnam

HANOI, 19 (Por **George C. Wilson, de The Washington Post**, especial para **Clarín**).— El joven intelectual vietnamita —un veterano del ejército con impecables credenciales del **Partido Comunista**— miró con cuidado quiénes estaban en el restaurante antes de discutir con *sus compatriotas* si se rebelarían, o no, contra el régimen comunista de Hanoi al igual que hicieron el año pasado los chinos y europeos orientales.

"Estoy preocupado", confesó finalmente "nuestro gobierno debe crear un millón de empleos nuevos por año para la gente joven. *No puede hacerlo.* Y ahora miles de nuestros jóvenes están perdiendo sus trabajos en Europa oriental y regresando a casa. Aquí no hay trabajo para ellos. Me preocupa qué es lo que puede ocurrir en el futuro".

Luego de pasar un mes viajando por distintos sitios, desde **Hanoi a Ho Chi Minh**, entrevistando a líderes comunistas y a ciudadanos comunes, lo que pudo recoger este cronista es que muchos vietnamitas —tanto de dentro cuanto fuera del gobierno— están preocupados por la situación política actual, y por lo qué podría ocurrir si aumentaran las dificultades sociales y económicas.

Funcionarios de la "línea dura", encabezados por el ministro del Interior, **Mai Chi Tho**, han advertido que un movimiento democrático similar al que sacudió a China en 1989 podría originarse aquí y es por ello que han presionado para que se apliquen duras medidas disciplinarias contra los disidentes. Pero otros, entre los que se cuenta el ministro de Relaciones Exteriores **Nguyen Co Thach**, se manifiestan a favor de una vasta reforma política y están promoviendo, cada vez con mayor insistencia, una mayor apertura hacia Occidente, de modo de obtener asistencia y tecnología que les permita fortalecer su devastada economía.

El gobierno reveló la magnitud de sus temores sobre posibles disturbios al emitir a principios de este mes una declaración en la que admitió el descontento generalizado que reina en el ejército vietnamita, y en la que *se preguntaba* cuántos soldados responderían si recibieran la orden de reprimir un movimiento democrático.

Según fuentes vietnamitas y norteamericanas con contactos en el gobierno, los arrestos aumentan cada vez más en medio de una constante lucha por el poder en el Politburó gobernante. Los funcionarios del Ministerio del Interior temen un levantamiento de los ciudadanos vietnamitas —o de agitadores extranjeros— auspiciado por los Estados Unidos o por exiliados que viven en ese país en caso de que se suavicen los controles.

Michael Morrow, un editor de revistas que estuvo en Vietnam esta primavera (boreal) por asuntos de negocios, pero que ya había estado varias veces allí, fue arrestado y demorado durante varios días para ser sometido a un interrogatorio. "Una de las personas que me interrogó y que acababa de volver de una gira por el este europeo estaba convencida de que la CIA había jugado un papel de importancia en la desestabilización de los gobiernos comunistas de esta región, y de que la política norteamericana planeaba hacer lo mismo ahora con Vietnam".

01 01

Nº. DOSSIER:
TITULO: ARABIA Y CHINA RESTAURAN RELACIONES DIPLOMATICAS
PROCEDENCIA: CLARIN (150024)
FECHA: 23/7/90
VALORES: ARABIA. (10033)
FACTOR POLITICO (11164)
CRUZAR CON CHINA (10252)
RELACIONES INTERNACIONALES (11399)

Arabia Saudita y China deciden reanudar los lazos diplomáticos

NICOSIA, 22 (Reuter). — Arabia Saudita, un reino estrictamente musulmán que hasta hace poco repudió al mundo comunista como ateo, ha establecido relaciones diplomáticas con China y se estima que la Unión Soviética será la próxima en la lista.

El ministro saudita de Relaciones Exteriores, príncipe Saud al-Faisal, al anunciar la medida anoche, la describió como "un paso significativo que beneficiará... los intereses de nuestra nación árabe y musulmana".

Algunos diplomáticos estiman que solo es cuestión de tiempo para que el mayor exportador mundial de petróleo, que anteriormente no mantenía ningún lazo con el bloque comunista, dé pasos para establecer relaciones con la Unión Soviética.

Las relaciones con Moscú, suspendidas durante más de 30 años, entraron en una etapa de deshielo después que el reino medió para lograr el retiro de tropas soviéticas desde el Afganistán musulmán a comienzos de 1989. Con posterioridad dos importantes funcionarios soviéticos visitaron el reino.

"Arabia Saudita reconoce que el gobierno de la República Popular China es el único gobierno legítimo que representa a todo el pueblo chino", consignó una declaración conjunta

El canciller de Arabia Saudita, Saud el-Faisal, con su colega chino, Qian Qichen

del príncipe Saud y el visitante ministro chino de Relaciones Exteriores, Qian Qichen.

"Este es un paso significativo para nosotros porque China desempeña un papel internacional prominente. Esto tendrá un gran impacto", dijo el ministro saudita.

Taiwán, que se considera el gobierno legítimo de China, suspendió formalmente las relaciones diplomáticas con Arabia Saudita, pero probablemente se preserven valiosos lazos económicos.

Algunos diplomáticos estiman que la embajada saudita en Taipei será rebajada en su jerarquía al nivel de una misión comercial. El ministro de Relaciones Exteriores de Taiwán, Frederick Chien, declaró el sábado que Taipei está dispuesto a negociar sus futuras relaciones con Riyad pero no dio detalles.

Chien atribuyó la medida a la "diplomacia de los misiles" seguida por China y a activas gestiones diplomáticas de acercamiento de Pekín al reino saudita desde 1988.

Afirmó que Pekín vendió misiles por valor de 3.500 millones de dólares a Arabia Saudita después que el congreso de los Estados Unidos bloqueó importantes ventas de armas al reino. Pekín también ayudó a Riyad a lanzar satélites valuados en aproximadamente 3.100 millones de dólares.

En 1988, China vendió a Arabia Saudita misiles no nucleares CSS-2, de alcance intermedio, que podrían llegar hasta blancos de Israel e Irán.

La medida, si bien había sido prenunciada hace varios días, es un golpe diplomático para Taiwán, reconocido actualmente solo por 27 Estados. Arabia Saudita era el último país árabe que mantenía lazos diplomáticos con él.

9004679

Nº D
TITU CRISIS EN EL CATOLICISMO SUIZO
EDIC LA PRENSA (150096)
FECH 24/7/96
VINCUL SUIZA (67998)
FACTOR SOCIOSOCIAL (11105)
IGLESIAS (11096)

Crisis en el catolicismo suizo

Pula

Un obispo como hacía falta

Por Patricio H. Randle

Hace poco tiempo –estando en Suiza– tuve ocasión de asistir a misa en un pueblito perdido en los Alpes, adonde algunos domingos viene un sacerdote a oficiarla en los sótanos de un almacén (no hay capilla cerca), al cual acude un grupo no muy numeroso, pero piadoso, de fieles. Me sorprendió que, entre otras originalidades en el rezo de la misa, el sacerdote omitiera nada menos que el Credo, y así se lo manifesté al concluir el oficio. Me respondió que el Credo alargaba demasiado la misa, que por eso lo suprimía, aunque la reunión mundana que se desarrolló en el lugar una vez acabada la misa se prolongó unos buenos veinte minutos, demostrando que nadie tenía apuro.

Sin contar que el sermón pudo ser más breve, aun sin entrar a juzgar su contenido.

Lo cierto es que si para muestra basta un botón, pronto tuve muchos otros indicios del apartamiento de la tradición y de la ortodoxia por parte de los católicos suizos, otrora ejemplares, que supieron tener desde un obispo santo como Francisco de Sales en Ginebra, hasta un laico lúcido y virtuoso como Gonzague de Reinold.

El colmo de la subversión

Pero como los excesos amenazaban ya con la disolución misma de la Iglesia en Suiza, el Papa reinante Juan Pablo II se ha decidido a retomar las riendas igual que ya lo había hecho recientemente al reemplazar obispos en Brasil, en Holanda, en Perú, en Austria, donde la crisis arreciaba.

Al nombrar sucesor del viejo obispo de Coire –diócesis que abarca en su territorio la importante área metropolitana de Zurich– el Vaticano escogió al joven monseñor Wolfgang Haas para "defender, reforzar y trasmitir –guste o no guste–" según las palabras de un teólogo de la Universidad de Friburgo, la sustancia de la Fe católica.

La opinión de este sacerdote no es casual pues se trata del padre dominico austríaco Cristoph Schonborn, a [illegible]ón miembro de la comisión teológica internacional y partícipe en la redacción del Catecismo Universal, quien no disimula la gravedad en que se halla inmerso el catolicismo suizo al cuestionar la fe en la Eucaristía, la veneración de la Virgen María y la comunión con el Papa; tres fuentes que, según el teólogo, es urgente proteger llevando adelante un doloroso proceso de clarificación y de severidad de cara a la intercomunión con los protestantes.

Como quiera que sea, el campo estaba minado antes de que llegara monseñor Haas. Así no es de extrañar que un día las paredes del obispado estuviesen cubiertas con pintadas con la leyenda STOP ROM (Detener a Roma) pero con el agravante de que la "O" de Rom había sido reemplazado –como en la campaña contra el SIDA– por un preservativo rosa.

Una Iglesia sin sacerdotes

Católicos de otras diócesis suizas no se han manifestado con igual insolencia pero reivindican como un derecho adquirido un supuesto poder para elegir a sus propios obispos acusando a Roma de autoritarismo y altanería. Así pues el padre Zimmermann, después de haber cerrado un domingo su parroquia y dejado un letrero en la puerta diciendo que la misa había sido reemplazada por un servicio ecuménico en una capilla protestante, hizo declaraciones a la prensa afirmando que "el autoritarismo de Roma no es compatible con la democracia que vivimos".

Claro que este sacerdote repele la autoridad de Roma porque pide que los laicos ocupen puestos de mayor responsabilidad en la Iglesia y que las mujeres puedan ser consagradas sacerdotes. No en vano el padre Schonborn insiste en recobrar la fidelidad al Papa so riesgo de que se produzca una escisión. El ecumenismo en Suiza –como en otros sitios de Europa– ha llegado a la práctica de la intercomunión, entre católicos y protestantes, la absolución se ha hecho colectiva, los teólogos laicos han copado las diócesis y las parroquias por la sencilla razón de que los estudiantes de teología no se ordenan sacerdotes porque no quieren aceptar la sumisión a la jerarquía ni el celibato.

Roma acepta la confrontación

Según la revista suiza **L'Hebdo**, que dedica un largo artículo a la cuestión, "todo sucede como si Roma hubiera deliberadamente elegido meter un hierro candente en la herida y aceptar la división y la confrontación". Y así es en efecto. Aunque el día de la consagración de monseñor Haas como obispo de Coire un número elevado de fieles se acostase en el pavimento delante de la catedral para expresar su oposición, la ceremonia se cumplió y el obispo ha tomado valientemente las riendas sobre una feligresía díscola, seguramente agitada por un grupo minoritario, como siempre sucede.

Uno de los agitadores –que como es habitual tiene "mucha prensa"– es interrogado por la mencionada revista. Se trata de Daniel Amman, teólogo que no se hizo sacerdote pues prefirió especialmente vivir con Sylvia Schroer (ella también comprometida con esta pseudo iglesia) quien reconoce que su "trabajo" comenzó como consecuencia del Concilio y que estuvo trabajando mucho tiempo en Perú –la patria de Gustavo Gutiérrez, el inventor de la "teología de la liberación"– en la formación de comunidades de base o "defendiendo los derechos del hombre tanto como su alma" hasta que la jerarquía local lo acusó, junto con su grupo, de haber abandonado el Evangelio y tuvo que regresar a Suiza.

La experiencia de Coire no es insólita pero parece enseñar una cosa: que el Papa ha comprendido que es urgente revertir la escalada progresista antes de que sea definitivamente tarde. Y que como con cierto estupor, confirma la citada revista, ha aceptado la confrontación, por eludir la cual durante décadas se ha llegado a este tipo de situaciones.

Quien quiera que fuese monseñor Haas anteriormente, deberá actuar como el obispo que hace falta. A juzgar por otros nombramientos de obispos que ha hecho el Vaticano recientemente –como en otro caso, más próximo a nosotros– es el que hace falta.

9004680

Nº D
TITULO: TRIUNFO PARCIAL DEL P.C. EN MONGOLIA
PROC: LA NACION (150095)
FECHA: 25/7/90
VARIOS: MONGOLIA (10001)
FACTOR POLITICO (11164)
PARTIDOS POLITICOS (11304)

Triunfo parcial del PC en Mongolia

ULAN BATOR, 24 (AP). - Los candidatos del Partido Comunista, que intentan retener el poder tras 70 años de gobierno, vencieron a la mayoría de los opositores en la vuelta inicial en las primeras elecciones multipartidarias en el país.

Según los resultados parciales de las elecciones de ayer, 101 de los 336 candidatos de cinco partidos opositores sobrevivieron la primera vuelta, comunicó el vicepresidente de la Comisión Nacional Electoral, Jurmitbek. En total 700 candidatos pasaron a la segunda vuelta prevista para el domingo, la mayoría comunistas.

"Para ser el primer intento, el resultado es bueno", declaró Zorig, dirigente de la Asociación Democrática de Mongolia.

El presidente del Partido Comunista, Gompojavyn Ochirbat, sostuvo que una victoria de su partido no significaría que comerían los caníbales anunciados en Mongolia desde dirigente libre, que tienen como objetivo imponer el pluralismo político y las relaciones con Occidente.

9004681

TENDENCIAS HACIA UNA CONFEDERACION

El mosaico yugoslavo

Agencias AFP

Protestas en Kosovo: intervienen fuerzas especiales de la policía yugoslava.

Yugoslavia exhibe, desde hace largos meses, el rostro de *un sistema político-institucional en permanente ebullición*. Más aún, estos días se han reactivado los **temores** por la propia **integridad nacional** de esa —hasta hoy— federación de seis repúblicas, dos provincias semiautónomas, una veintena de etnias a veces duramente enfrentadas, tres lenguas, cuatro cultos religiosos y dos alfabetos: un rompecabezas nada fácil de armar.

Este "puzzle" parecería ahora bordear el riesgo de que sus piezas quieran funcionar por separado. Lo alertó la reciente elección, en comicios libérrimos, de gobiernos centro derechistas y pro occidentales en Eslovznia y Croacia, las dos repúblicas más prósperas de la federación yugoslava. No por azar, son las implantadas más al norte de este país-damero e históricamente ligadas a Austria, Italia y Hungría.

Pero el mayor toque de alarma lo dieron las amenazas eslovena y croata de adoptar antes de fin de año sendas constituciones que legalizarían la "plena soberanía" local, que en el caso esloveno fue declarada el 2 de julio. También instituirían la preeminencia de su propia legislación sobre la federal, y el control sobre los efectivos militares instalados en sus territorios.

Paradójicamente o no, estas crepitaciones ocurren al tiempo que las audaces reformas introducidas por el primer ministro yugoslavo Ante Markovic desde diciembre del '89 llevaron a partir de abril último a nivel cero la anterior hiperinflación de cuatro dígitos, y transformaron al dinar en la primera divisa convertible del este europeo; además, Markovic redactó una muy liberal legislación sobre inversiones extranjeras, que dotó a Yugoslavia del mercado más abierto de la región. En Zagreb se ha constituido el primer banco por acciones.

En contraste, Tone Persak, parlamentario y notorio dramaturgo esloveno, acaba de advertir que la declaración de soberanía en Ljubljana implica automáticamente "el establecimiento unilateral de una confederación con el resto de Yugoslavia", para apuntar: "No reconoceremos, nunca más, la existencia de una federación" (como lo es la actual República Federativa Socialista de Yugoslavia).

De prosperar tal esquema, cuyo enfático planteo obligará a inmediatos diálogos de todas las partes, no habría ya un gobierno y un Parlamento federales en Belgrado sino un consejo administrativo para encarar materias de interés común que se rotaría entre Ljubljana, Zagreb y Belgrado. Recuérdese que, por ejemplo, los ferrocarriles son, ya, de propiedad de cada república. El mayor embrollo se daría en materia de defensa: si se "regionalizan" los batallones, ¿cómo se haría con la aviación y la marina?, se desvelan, por resolverlo hay los expertos.

Eslovenia delineó los más concretos planes independentistas, pero Croacia dio signos de que puede seguir sus pasos. En tal caso, Serbia intentaría probablemente un tercer bloque de tal confederación, junto con Macedonia, Montenegro y Bosnia-Herzegovina.

♦ La añoranza del bienestar

Es un mosaico enormemente complejo y de una asombrosa fluidez. Por ejemplo: Serbia, la más grande de esas repúblicas, concretó esta semana la fusión de la hasta ahora gobernante Liga de los Comunistas Serbios y del frente social-político Alianza Socialista —que nació cuando la lucha contra el invasor fascista—, en una nueva y única organización: el Partido Socialista de Serbia.

Aunque los opositores juren que el nuevo partido es "una nueva pantalla para mantener al comunismo en el poder", la plataforma electoral del PS serbio propicia elecciones libres, libertad de prensa, economía de mercado y la parcial privatización de empresas estatales.

Sin embargo —y aquí surge otro cono de discordia—, la flamante agrupación se opone a la total privatización del capital social propugnada, hace 15 días, por el primer ministro Markovic, cuyas reformas son aceptadas por muchos que añoran un retorno al tan añorado bienestar que reinó hasta 1980, pero mal miradas por los más ortodoxos. Hasta aquí, ellas han deparado una inédita estabilidad y relativa tranquilidad en el plano económico. Como señaló días atrás en Los Angeles Times el columnista Carol Williams, "mientras el mundo se conmovía por el colapso del comunismo en Europa Oriental, en Yugoslavia se llevó a cabo una revolución económica que pasó casi inadvertida".

Otras pruebas de este fenómeno: además de domar la inflación, al menos hasta el momento, se redujo la deuda externa de 23.000 millones de dólares a 16.000 millones, mediante los canjes de deuda por acciones de interés variable: para ello se abrieron bolsas de valores en las ciudades de Belgrado, Ljubljana y Zagreb. Estas últimas, capitales de Eslovenia y Croacia. Es verdad: la desocupación aún supera el 17 por ciento promedio en todo el país, y quizá se incremente por las privatizaciones.

♦ Impulsos encontrados

Por cierto, junto a los virus centrífugos también hay intensas fuerzas centrípetas en este "país-meccano".

Así, más de las tres quintas partes del comercio de Serbia, adscripta al culto religioso ortodoxo, tiene lugar con su vecina y eterna rival, la muy católica Croacia; en suelo croata viven centenares de miles de serbios. No se podrían barrer de un sólo plumazo esos y otros lazos, muy fuertes; tampoco, los vínculos derivados de las migraciones internas, los jurídico-culturales y los que surgen del mismo poder central, aunque este se halle hoy bastante debilitado.

Un poder afectado también, claro está, por sus propios errores burocráticos, pero más aún por los celos y resentimientos históricos entre los fieles de las religiones ortodoxa, católica, protestante (no tan influyente) y musulmana.

En efecto: el Islam ha sentado sus reales en Bosnia-Herzegovina, una república metida como una cuña entre Serbia y Croacia. Junto con ellas, más Eslovenia y las sureñas (y, por tanto, más pobres) Montenegro y Macedonia, se conforma el mapa yugoslavo.

Los fieles de Mahoma son asimismo mayoría en la provincia de Kosovo, enclave que posee una población mayoritariamente albanesa; al igual que la otra provincia de Vojvodina (cuya población es, en gran parte, de origen húngaro). Kosovo se halla enquistada dentro de Serbia.

Pero las pretensiones separatistas de los kosovenses alimentan una cruenta rivalidad con la nacionalidad serbia allí gobernante. En especial, con quien irrumpió desde hace algo más de un año como un líder en fulminante ascenso, temido por todos los no serbios: Slobodan Milosevic, el para muchos carismático y para otros prepotente demagogo que es, desde mayo de 1989, presidente serbio, y ahora titular allí del flamante PS.

Sus enemigos acusan a Milosevic no solo de atizar los enfrentamientos entre serbios y rebeldes albaneses de Kosovo —cuya autonomía, dispuesta por el Mariscal Tito en 1974, él derogó mediante una reforma constitucional—, sino también de pretender con ello algo más duradero: la perpetuación de la supuesta "dominación serbia" sobre el resto del país. Y braman: "Fue Milosevic quien empujó al voto antisocialista en Eslovenia y en Croacia".

Jorge Ariel Madrazo

Copyright Clarín, 1990

- 0 1

9004682

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 03SET90 al 09SET90

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

ANEXO "ALFA":- APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA ARGENTINA

9004097

COPIA Nº 2.-

mer turno de los comicios de octubre, al contrario de lo que hacían anteriormente; en que las alianzas las hacían recién si tenían vo - tos suficientes para pasar a un segundo turno.

Los resultados de la encuesta realizada indican que en 13 Estados (AMAPA, RORAIMA, GOIAS, MATO GROSSO DEL SUR, MATO GROSSO, MARANHAO, PIAUI, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE, BAHIA, DISTRITO FEDERAL y MINAS GERAIS) la situación es favorable al Pte. COLLOR; en cambio en RIO DE JANEIRO, CEARA y RIO GRANDE DEL SUR le es adversa.

2.- FACTOR SICOSOCIAL

- IGLESIA

- LA IGLESIA ENJUICIARIA AL GOBIERNO

La Diócesis de SANTA MARIA(RIO GRANDE DEL SUR)demandará al Gobier no Federal para poder conseguir la liberación de Cz$7.000.000 que fueran bloqueados por el Plan Collor; funda su demanda en los beneficios que el Gobierno otorgara a pensionistas,jubilados, embarazadas y otros con respecto a sus cuentas de ahorro - bloqueadas.Según lo expresado por el Obispo de la diocesis mencionada, IVO - - LORSCHEITER, esta medida tiene como fin cumplir con la decisión tomada la pasada semana, en BRASILIA, durante la realización de una reunión de la CONFERENCIA NACIO NAL DE LOS OBISPOS DE BRASIL. En dicha reunión se resolvió que las Arquidiócesis y Diócesis deberían encaminar acciones aisladas ante la Justicia para - desbloquear los recursos retenidos por el BANCO CENTRAL.

El Obispo LORSCHEITER ha calificado de "ilegal e inconstitucional"el bloqueo de los bienes de la IGLESIA CATOLICA.

COPIA Nº .....

I.- AMERICA DEL SUR

A.- BRASIL

1.- FACTOR POLITICO

- GOBIERNO

- EL PRESIDENTE COLLOR DE MELLO ACABA CON EL IMPUESTO SINDICAL

El Pte. COLLOR decretó la Medida Provisoria 215, que extingue el descuento de la contribución sindical del salario de los trabajadores. Dicho descuento se hacia en forma anual, en el mes de marzo y tenía por valor el equivalente a un día de trabajo.
La idea de finalizar con dicha contribución partió del Ministro de - Trabajo, ANTONIO ROGERIO MAGRI, habiendo comenzado a descontarse a - los trabajadores la misma en 1940, durante el gobierno de GETULIO - VARGAS .

El sindicalista, LUIS ANTONIO DE MEDEIROS, Presidente de la CONFEDERACION NACIONAL DE LOS METALURGICOS -organización de gran prestigio a nivel nacional, que reúne a un número considerable de afiliados, integrantes de otras centrales sindicales regionales - que se encuentran vinculadas a la CONFEDERACION GENERAL DE TRABAJADORES(C.G.T.) y a la CENTRAL UNICA DE TRABAJADORES(C.U.T.)- considera de gran importancia la decisión adoptada por el Gobierno.

- PARTIDOS POLITICOS

- ESTADISTICAS DE I.B.O.P.E. CON RELACION A LAS PROXIMAS ELECCIONES DE OCTUBRE

Según el análisis de las últimas encuestas realizadas por el INSTITUTO BRASILEÑO DE OPINION PUBLICA Y ESTADISTICAS - - (I.B.O.P.E.) en 16 Estados Brasileños, las elecciones para gobernador podrán ser decididas en el primer turno y por lo menos 5 candidatos ya están prácticamente electos .
Según lo expresado por el Director Ejecutivo del instituto, CARLOS AUGUSTO MONTENEGRO, ello se produciría porque los partidos políticos han realizado todas las alianzas posibles para presentarse en el pri

Relações com EUA, América Latina
Agência Brasília 342
5-6-90
MÉXICO. 10131
FBU 11164
RRU 11399

INUR Nº 342.21/ 110690 01/03

MÉXICO. Relacionamento com os EUA e a AMÉRICA LATINA

Os programas de crescimento econômico do MÉXICO têm-se respaldado numa contínua estabilidade de preços e na modernização da economia. Para atingir esses objetivos, o Governo mexicano vem praticando uma política apoiada em quatro pontos: internacionalização da economia, inovação tecnológica, eliminação de entraves burocráticos e promoção de exportação de artigos não derivados do petróleo.

A proximidade do MÉXICO com os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), que sugere "determinismo geográfico e dependência econômica histórica", tem sido decisiva para a política mexicana (interna e externa), orientando a ações de governo, ao mesmo tempo em que restringe, na prática, o incremento do seu comércio com outros países.

Além do interesse na estabilidade mexicana, os EUA têm fortes razões econômicas para desejar ampliar a negociação comercial com esse país, pelo fato de o mesmo ser um grande e crescente mercado. Desse modo, emergem as expectativas de amplo acordo entre os dois países, a incluir a revogação gradativa de todas as barreiras tarifárias em ambos os lados, a revogação de barreiras não-tarifárias para bens e serviços, o estabelecimento de um mecanismo de disputa comercial e a formalização de liberdade para o investimento direto.

No MÉXICO, politicamente, a discussão para relaxar as restrições comerciais apresenta-se até certo ponto difícil. Soberania é a palavra-chave da questão. Porém, há sensibilidade suficiente para o fato de que a flexibilização do mercado, conduzida como parte da modernização da economia, tem trazido dividendos favoráveis ao país.

No dia 24 Mai 90, o acordo de livre comércio entre o MÉXICO e os EUA deu um passo decisivo, quando o Senado mexicano aprovou as conversações que vêm sendo desenvolvidas desde Out 89 entre o Presidente SALINAS e o Governo norte-americano e estabeleceu as bases para futuras negociações. Entre os temas que devem ser objeto de negociação com os EUA, estão a imigração ilegal de trabalhadores mexicanos para o país vizinho e o abandono das barreiras tarifárias e não-tarifárias, além de medidas unila

terais que visem à criação de "uma atmosfera de clara reciprocidade".

Com referência à AMÉRICA LATINA, o MÉXICO é o país da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) com menor índice de integração. Seu intercâmbio comercial representa apenas 3,4% do seu comércio total.

A 5ª Reunião da ALADI, realizada na capital mexicana no início de Mai 90, não conseguiu chegar a um acordo para aumentar em 50% a preferência tarifária nacional, proposta defendida pelo BRASIL, CHILE e ARGENTINA, em virtude de recusa do MÉXICO. Este não concordou com a idéia de que se deve dar aos países da região uma preferência maior do que a concedida a terceiros mercados.

Posteriormente, o Chanceler mexicano, em carta enviada aos 11 países da ALADI, comentou que "as relações com a AMÉRICA LATINA são prioritárias" e que o seu governo compreende as diferenças políticas macroeconômicas na região e as vantagens especiais que devem ser concedidas aos parceiros de menor desenvolvimento relativo. Ao mesmo tempo, solicitou ao Secretário-Geral da ALADI um documento sobre a conveniência de adoção de menores tarifas máximas, já que o MÉXICO está interessado na diminuição das alíquotas para aumentar a relação entre exportação e importação (coeficiente) no processo de integração com a região.

Porém, logo após o Presidente SALINAS inaugurar a Conferência "AMÉRICA LATINA na economia mundial: uma estratégia a longo prazo", afirmou que enquanto no mundo de hoje domina a tendência à globalização da economia, a AMÉRICA LATINA continua a desejar a integração mais no pensamento do que na ação.

No caso específico do BRASIL, que ocupa o 9º lugar na lista dos seus maiores parceiros, o MÉXICO mostra-se interessado em maior aproximação econômica, política e cultural entre os dois países. O MÉXICO tem condições de vender no mercado brasileiro artigos têxteis, cimento e vidro. No âmbito da ALADI, ambos mantêm um acordo, onde estão listados 6 mil produtos cujas trocas podem ser feitas com isenção tarifária, embora esse acordo mereça ser revisto pelo fato de os artigos nele inseridos produzirem pouco comércio.

O quadro de atenções, programas e recursos internacionais dedicados ao MÉXICO faz parte da estratégia dos EUA, de

tornar o país vizinho confiável sócio-economicamente, e assim inibir futuros problemas políticos e sociais que pudessem vir conturbar a vida norte-americana.

É ilusório pensar que a economia mexicana possa ficar fora da órbita de influência dos EUA. Se a história atingiu muitas vezes de antagonismo o relacionamento entre os dois países seu destino geopolítico e sua dinâmica econômica, como foram enfatizados, os conduzem a estreitos laços, independentemente de fatos circunstanciais que possam ocorrer. O MÉXICO abandonou a chamada "retórica do contrapeso", pela qual atacava sistematicamente aos EUA para contrabalançar o seu atrelamento econômico. Ademais, o MÉXICO acompanha com grande interesse a evolução do acordo de livre comércio EUA-CANADÁ, na esperança de que no futuro possa a ele incorporar-se, aí constituindo o mercado econômico da AMÉRICA DO NORTE.

Apesar das manifestações retóricas a favor da integração com a AMÉRICA LATINA, que em si mesmas apresentam contradições, as medidas concretas da política mexicana apontam o forte alinhamento com os EUA e reduzidos interesses em aprofundar as relações econômicas no continente ibero-americano.

Contudo, há condições de um intercâmbio mais promissor com o BRASIL, nos próximos anos, pela própria identidade de políticas, com destaque para o liberalismo econômico vigente nos dois países. Outro aspecto a ressaltar são as vantagens que se apresentam ao exportador brasileiro, caso decida utilizar o MÉXICO como base para exportar para os EUA.

* * *

Documento elaborado em 05 JUN 90

Perspectivas de separação da província de Quebec
Inmail Brasil 20302
2.6.90
CANADA 65456
Fol 11164
Sós Lic. 11302

CANADÁ - Perspectivas de separação da província do QUEBEC

O Governo do Primeiro-Ministro canadense, BRIAN MULRONEY, enfrenta uma crise constitucional que pode levar a Província do QUEBEC, de fala francesa a abandonar a Federação canadense. A crise tem como objeto a reivindicação daquela província pelo reconhecimento no texto constitucional da diferenciação de sua indentidade linguística e cultural frente às demais províncias e do conseqüente direito a exercer poderes exclusivos voltados para a sua proteção e promoção. O ressurgimento do separatismo no QUEBEC ocorre à medida que se esgota o prazo limite para que entre em vigor uma emenda constitucional que oficializa o reconhecimento do QUEBEC como uma sociedade distinta dentro do CANADÁ - para entrar em vigor, a emenda deve ser ratificada por todas as dez províncias que integram a Federação até o dia 23 de junho próximo.

A emenda, também conhecida como "Acordo do Lago Meech" foi elaborada em 1987, e confere aos governos provinciais maior autonomia sobre o controle de imigração e gastos governamentais, e reconhece o QUEBEC como uma sociedade distinta dentro do CANADÁ, estendendo-lhe poderes previamente exercidos pelo governo federal de proteger a língua e a cultura francesa.

Três províncias - MANITOBA, NEWBRUNSWICK e NEWFOUNDLAND - não a ratificaram até o momento, suas respectivas populações e governos compartilham a visão favorável a um forte sistema federal, o que, segundo seu entendimento, não se efetivará, conferindo-se status e prerrogativas especiais a uma das províncias. Eles também receiam que o QUEBEC venha a abusar de seus novos poderes, aproveitando-os para adotar leis que possam prejudicar o tratamento e os direitos especiais assegurados pelos programas bilinguísticos e biculturais às minorias de fala inglesa e de outras origens que habitam àquela província. Finalmente, ao se recusarem a ratificar a emenda constitucional, os governos daquelas três províncias buscam assegurar que o Senado canadense, atualmente designado pelo governo, seja reformado, com seus membros sendo eleitos diretamente e com representação igual para todas as províncias. Isso lhes permitirá compensar o grande peso que possui o QUEBEC na Câmara do Comuns, onde a representação está baseada na população de cada província.

A perspectiva de que a emenda constitucional não venha a entrar em vigor, dado o esgotamento do prazo para a sua ratificação, reascendeu o debate quanto à possível secessão do QUEBEC. Concorrem favoravelmente para esta possibilidade a delicada situação em que se encontra o governo federal, tendo a frente o Primeiro-Ministro, BRIAN MULRONEY, do Partido Conservador Progressista (PCG), dada a desorganização econômica que vem caracterizando sua gestão, o conseqüênte baixo nível de aprovação a seu governo (cerca de 16% no momento) e a fragilidade de sua maioria na Câmara dos Comuns, que vem sendo ameaçada com a defecção de representantes do seu Partido, oriundos do QUEBEC. Além da fragilidade política do Governo de MULRONEY, reforça a possibilidade de secessão o fato de que, ao contrário de 1980, a maioria da população do QUEBEC se mostra favorável à completa autonomia política, bem como se mostra confiante quanto às perspectivas econômicas daquela província. Finalmente, cabe ressaltar que a atual discussão aproximou os dois principais partidos da província do

QUEBEC, o Partido Liberal (PL), tradicionalmente federalista e atualmente à frente do posicionamento do governo provincial e o "Parti Quebec Coise", separatista, fortalecendo o posicionamento do Governo do QUEBEC junto a seus interlocutores a nível federal.

Porém, é oportuno ressaltar que caso a emenda constitucional não venha a ser ratificada, a separação não é inevitável nem tampouco imediata; o governo da província deve apresentar até fevereiro do próximo ano um curso de ação que poderá eventualmente resultar na separação do QUEBEC do restante da Federação. A concretização dessa possibilidade, em uma perspectiva extrema, coloca em risco a viabilidade de se manter a unidade da Federação entre as demais nove províncias; quatro destas situadas na Costa Leste - NEWFOUNDLAND, NOVA SCOTIA, NEWBRUNSWICK e a Ilha Principe Edward - estariam isoladas das demais, e desde já levantam a possibilidade de também virem a abandonar a Federação e de se integrarem aos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA).

O Governo norte-americano tem, até o momento, mantido uma postura de distanciamento quanto à questão e não evidenciou nenhuma disposição em absorver qualquer província canadense. Uma possível secessão do QUEBEC ou não, uma fragmentação da Federação canadense repercutiria nas relações econômicas entre os dois países, podendo comprometer até mesmo o Acordo de Livre Comércio entre ambos, que já vigora desde janeiro de 1989, mas cuja implementação se encontra ainda em fase inicial. Desta forma, o Governo norte-americano não possuiria nenhum interesse imediato na separação do QUEBEC.

Tal fato também traria significativas conseqüências para a economia canadense: o QUEBEC é responsável por 1/4 de arrecadação do imposto de renda e da produção de bens manufaturados; 1/5 da renda agrícola e, ainda, por parcela significativa da produção mineral de toda a Federação.

Numa perspectiva imediata, a possibilidade de secessão do QUEBEC já desperta reações no plano financeiro: as firmas japonesas, as quais detêm cerca de 1/4 dos bônus emitidos pelo governo federal e provincial, têm hesitado em promover novos investimentos; da mesma forma, os principais bancos alemães têm orientado seus clientes no sentido de reduzir seus investimentos em títulos do governo e empresas canadenses com investimentos no exterior vêm retardando novos projetos. O dólar canadense também caiu de cotação no mercado de moedas, sendo que os esforços do banco central em deter este processo já produziram uma queda de um bilhão de dólares em suas reservas internacionais.

O governo federal, procurando viabilizar soluções para a questão, antes do esgotamento do prazo para a ratificação da emenda constitucional, convocou os dirigentes das dez províncias para novas negociações, cujas perspectivas de êxito são reduzidas, dada a intransigência dos representantes do QUEBEC, quanto a quaisquer alterações na emenda constitucional, e a fragilidade política do governo federal, o que lhe reduz o poder de influir de forma mais efetiva no encaminhamento de alternativas; e, por fim, à indisposição das províncias de fala inglesa em aceitarem a concessão de poderes especiais ao QUEBEC. A margem de negociações é, portanto, reduzida, envolvendo a reformulação das instituições representativas a nível federal, conforme reinvidicado por algumas províncias de fala inglesa, a fim de contrabalançar possíveis concessões ao QUEBEC - além do fortalecimento das proteções aos direitos individuais, bem

0004-33

como do poder do governo federal para promover tanto a cultura e a língua inglesa quanto a francesa. Possíveis soluções para o impasse constitucional deverão incluir estes aspectos e podem gerar uma acomodação temporária, mas não são suficientes para criar uma situação mais estável a longo prazo.

* * *

Documento elaborado em 12/06/90

Processo revolucionário senderista
Fundo Brasil 30362
8-6-90
PERU 66814
F.N.I. 11363
Sup. Intv. 11339

INUR Nº 364.21/210690

21/02

PERU

- Revezes no processo revolucionário senderista

O recente transcurso do aniversário do início da **"Guerra Popular"**, que marcaria um **"salto qualitativo"** no processo revolucionário peruano, parece ter se caracterizado pela ocorrência de situações que, segundo alguns observadores, se traduziram em sérios revezes para o **"Partido Comunista del Peru/Sendero Luminoso"** (PCP/SL).

Com efeito, os últimos dias foram pródigos em **"evidências"** de que a capacidade político-militar senderista estaria se deteriorando por obra de dissidências internas e da atividade repressiva. Afirmam alguns observadores que, finalmente, o Governo aprista teria conseguido aplicar severos golpes na organização terrorista.

Inserem-se nesse contexto o surgimento em AYACUCHO, berço nativo do PCP/SL, de uma dissidência partidária, pretensamente disposta a depor as armas, tornado público exatamente na data em que a organização **"comemorava"** os dez anos de luta armada no país. Acrescentam-se as notícias de ocorrência de deserções nas fileiras terroristas nos Andes; e a desarticulação em LIMA de um **"aparelho"** onde, supostamente, funcionaria a direção da organização.

Entretanto, tais fatos não podem ser considerados como indicadores do declínio do terrorismo, de vez que não resistem a uma análise mais sóbria. Com efeito, apesar de existirem indícios pretéritos de desentendimentos entre os setores **"militaristas"** e aqueles que preferem privilegiar a execução de ações próprias do **"trabalho de massa"**, afigura-se admissível que os panfletos distribuídos em AYACUCHO, em 18 Mai, e que anunciaram a existência de cismas no PCP/SL, tenham sido produzidos pelos Serviços de Inteligência peruanos, interessados em disseminar a incerteza nas fileiras senderistas - que, reconhecidamente, têm dificuldades de comunicação - com o intuito de abortar as ações armadas programadas para o período, o que parece, em parte, ter sido alcançado.

As notícias acerca de defecções pretensamente ocorridas nas fileiras do PCP/SL e ingresso nas **"Rondas Campesinas"** - espécie de Força de Defesa Civil - igualmente parecem carecer de substância, uma vez que, além de dificilmente comprováveis, posto que teriam ocorrido em remotas localidades andinas, contrariam toda a **"lógica"** que, até aqui, tem ditado o processo revolucionário peruano e que proporcionou raríssimos casos de deserção na organização, particularmente em proveito das **"rondas"**, como se sabe, o principal alvo da ira senderista.

Finalmente, no que concerne ao **"aparelho"** descoberto em LIMA, cabe aduzir que, apesar do volume de documentos apreendidos e da prisão de trinta e um militantes - a maioria de base e quase todos mulheres - longe está o Governo peruano de haver, de fato, aplicado um **"golpe definitivo"** no PCP/SL, conforme, exultante, anunciou, em 5 Jun, o Ministro do Interior, AGUSTIN MANTILLA. Ao que parece, a estrutura que **"caiu"** em LIMA corresponderia, em verdade, a um organismo de apoio do partido e de suas **"organizações de frente"** na região metropolitana. Os fatos demonstram que nenhum alto dirigente foi preso na ocasião, em princípio porque, conforme se desume, os órgãos de direção não funcionariam na capital, onde, acredita-se, o controle policial seja mais rígido.

PARTES IDENTIFICÁVEIS

Assim, é lícito supor que os **"revezes"** senderistas não seriam tão irreversíveis, conforme o anunciado inicialmente por fontes governamentais, nem comprometeriam a sua estrutura e **"capacidade operacional"**, como pretendem alguns apressados observadores do quadro insurrecional peruano.

* * *

Documento elaborado em 08/06/90

N
TIT... Heyhead terrorista
PAC ... Santos Sess/20362
F... 3.5.90
VIN... CHILE 65709
TEL 11163
Santos, Sob. [redacted] 11418

INUR Nº 344.21/ 110690 01/02

CHILE. Atentados terroristas

O atual momento político do CHILE tem sido marcado por uma intensa discussão da situação do país, no que refere ao conjunto de leis vigente. Este, um legado do regime militar, é considerado pelo novo governo e pelas organizações de esquerda, radicais ou não, como incompatível com a realidade democrática do país.

No bojo da referida legislação, estão a lei antiterror e a de controle de armas, bem como o Código de Justiça Militar. O governo tem como propósito aprovar dispositivos que constituam um abrandamento desses instrumentos, notadamente no que se refere à tipificação dos crimes políticos e suas respectivas penas. Para tanto, alega, além da busca de uma valorização dos direitos individuais, a necessidade de solucionar os problemas do Sistema Carcerário no país, caracterizado pela superpopulação dos estabelecimentos.

Em meio às aludidas discussões, vêm sendo registrados casos de atentados terroristas contra personalidades e instituições de relevo no país, o que tem preocupado e gerado expectativas negativas, tanto para o governo, embora este afirme que a situação é de normalidade, quanto para os demais órgãos representativos da sociedade, com destaque para as Forças Armadas e os Partidos Políticos.

No âmbito dos partidos de direita - União Democrática Independente (UDI) e Renovação Nacional (RN) - há uma preocupação e mesmo um posicionamento contrário ao abrandamento da legislação, por entenderem que isto facultaria a colocação em liberdade de diversos "criminosos" envolvidos em práticas terroristas, bem como induziria a novos crimes, a serem praticados como forma de "justiça" marginal a atingirem figuras de regime militar, supostamente envolvidas em violações aos direitos humanos. Acrescenta-se que esses partidos têm acusado o governo de atuar com debilidade no combate e prevenção ao terrorismo, conferindo com isso uma espécie de "carta branca" aos grupos extremistas.

Para justificar seu posicionamento acerca do problema, a UDI apresentou, recentemente, dados estatísticos que demonstram estar havendo um recrudescimento do terrorismo no país, ocasião em que propôs que uma entidade especializada se destine a debelar a prática violenta dos grupos armados. O partido acentua uma característica fundamental dos fatos ocorridos nas últimas semanas, qual seja a presença do "terrorismo seletivo". Nesse contexto, grande parte dos delitos tem sido perpetrada contra três segmentos: "os que combatem, os que julgam e os que lutam contra o terrorismo no campo das idéias".

A RN, por sua vez, ao colocar sua preocupação com a questão, sugere três medidas para a solução do problema: o estabelecimento de uma legislação adequada, que seja interpretada como um rechaço ao terror; a existência de um sistema de reclusão especial para terroristas, direcionando a sua recuperação e reintegração à sociedade; e o funcionamento de uma organização policial moderna, que faça uso da tecnologia no combate às ações extremistas.

01 02 9004701

Do lado das Forças Armadas, além de restrições à proposta de modificação da legislação, há uma preocupação quanto aos trabalhos da Comissão Verdade e Reconciliação, criada recentemente pelo Governo com o objetivo de esclarecer os crimes praticados contra os direitos humanos no país durante o governo militar. Há o entendimento de que, a despeito da Comissão não se voltar para o julgamento desses crimes, pois não possui competência jurídica, os fatos por ela levantados, ao colocar seus autores em evidência, torna-os alvo dos grupos radicais, passíveis, portanto, de atos de vingança.

A esqueda, por sua vez, encontra-se empenhada na busca de um esclarecimento e julgamento para os crimes contra os direitos humanos, na revisão do conjunto de leis vigente e na liberação dos "presos políticos". O Partido Socialista (PS), através de seu Secretário-Geral JORGE ARRATE, também tem estado preocupado com o recrudescimento do terrorismo. Entretanto, acusa a setores da direita de confundir o fenômeno com a violência exercida por aparatos estatais e sua conseqüente derivação em violação dos direitos humanos. Para ARRATE, a direita está apenas manifestando seus anacronismos e buscando uma justificativa para a responsabilidade moral e política que tem na violação massiva e sistemática dos direitos humanos, a qual se nega a assumir.

Tendo em vista os atentados registrados no período considerado e suas repercussões, foi criada a Direção de Inteligência de Carabineros (DICAR), encarregada de velar pela segurança interna do Estado. Tal fato encontra reações contrárias por parte de setores da esquerda chilena, em particular dos comunistas, que não admitem um organismo cujas características seriam de uma "polícia política".

As ações terroristas recentes surgem como um fato a influenciar sobremaneira a atuação do Governo chileno, que passa a dar sinais de uma maior atuação no sentido de combatê-las, quer através das instituições existentes, quer através do novo organismo que começa a se consolidar. Há um generalizado sentimento de que o terrorismo constitui ameaça à democracia, requerendo, portanto, ação eficiente e eficaz por parte do Estado.

A situação atual torna-se mais complexa, à medida que, tanto facções de direita, quanto de esquerda, passam a reivindicar atos violentos praticados. Nesse aspecto, observa-se que a ambos os lados podem interessar as práticas terroristas, em virtude dos resutaldos imediatos na desestabilização do regime. Os grupos da esquerda radical aproveitam-se no momento para fazer "justiça" e forçar o governo a atitudes que impliquem na concessão de indultos aos presos políticos e no julgamento dos crimes contra os direitos humanos. A direita, por sua vez, teria na intensificação da violência o pretexto, exatamente contrário, de exigir endurecimento do governo em relação à esquerda radical, na qual estariam incluídos os presos políticos do regime anterior, de modo a inviabilizar as tentativas de anistia geral.

* * *

Documento elaborado em 30 MAI 90

IMU Pacto antiinflacionario
FECI Junio Brasil 20362
FE H 1-6-90
VINCUL México 10131
T Eco 11161
Inflacion 11300

INUR Nº 334.21/ 080690

MÉXICO

- Pacto antiinflacionário

Em Dez 87 foi lavrado o "Pacto de Solidariedade Econômica" (PSE) - controle de preços e salários - entre o governo e representantes dos empresários, trabalhadores e camponeses mexicanos, constituindo a componente heterodoxa do plano antiinflacionário. Um ano depois, foi assinado o "Pacto para a Estabilidade e o Crescimento Econômico" (PECE). Esses pactos, aliados ao plano econômico do governo, contribuiram para a queda da inflação no MÉXICO, de 140% em 1987 para 20,9% em 1989.

Nas prorrogações anteriores do pacto, o salário mínimo havia sido aumentado entre 3 a 4%. Agora, o PECE foi prorrogado até 31 Jan 91, mas dessa vez os trabalhadores, temendo a inflação, aceitaram ficar sem o reajuste.

Nesse contexto, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) vem controlando de forma corporativa as organizações patronais e trabalhistas, incluindo a Confederação dos Trabalhadores do México (CTM), a maior central operária do país. Porém, ao mesmo tempo, o PRI tem demonstrado uma capacidade de autotransformação e modernização. O princípio da "concertación", tão caro ao Presidente SALINAS, segundo o qual cada medida deve ser negociada multissetorialmente, é viabilizado por uma tolerância social ímpar. O custo social do ajuste mexicano tem sido muito alto, como é fácil constatar: o salário médio real da indústria manufatureira está em 60% de seu nível em 1981 e a renda per capita caiu 13% no período 1982-89, de vez que, no afã de reduzir gastos o governo promoveu profundos cortes no investimento. Entretanto, esse quadro terá que ser revertido em breve para propiciar a retomada do crescimento a que se propõe o Governo SALINAS.

Assim, o PRI terá que admininistrar essas pressões num clima mais competitivo eleitoralmente. Nas últimas eleições presidenciais, a vitória do candidato oficial esteve ameaçada pela primeira vez. Nas eleições legislativas de 1991, o PRI poderá sofrer substanciais dificuldades, caso não haja um crescimento econômico, capaz de propiciar melhores condições sociais.

Por outro lado, o êxito até então obtido pelo Governo no controle inflacionário é decorrente do grau de disciplina e do consenso das partes envolvidas no processo, e, também, da confiança e credibilidade depositadas no governo, pela maioria da população, graças aos resultados imediatos das medidas econômicas implantadas no país.

* * *

Documento elaborado em 01 JUN 90

01-01

9004702

Nº DOCUMENTO:
TÍTULO: Negociações pela paz
PROCED: Jornal do Brasil 20362
FL: 1 a 3
ASSUNTO: EL SALVADOR 10070
F Pol 11163
Grup Subv. 11339

INUR Nº 333.21/ 080690

EL SALVADOR

- Negociações pela paz

A Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN) ameaça desencadear uma nova grande ofensiva caso o Exército venha a bloquear o andamento das negociações que ora a guerrilha mantém com o Governo, sob a mediação da ONU, com vistas ao fim do conflito interno.

O Governo de ALFREDO CRISTIANI, eleito pela extrema-direita, vem, desde a posse, sendo submetido a crescentes pressões. No campo interno, os principais constrangimentos têm sido determinado pelas atuações da Igreja católica, da própria guerrilha e dos chamados "esquadrões da morte", cujas origens estariam no âmbito do Exército. A nível externo, os dois maiores questionamentos vêm dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA): o primeiro, já superado, partiu de GEORGE BUSH, que não apoiou a candidatura de CRISTIANI; e o segundo, atual, do Congresso, onde setores democratas tendem suspender a ajuda ora prestada por WASHINGTON a SÃO SALVADOR.

Tais condicionamentos forçaram CRISTIANI a retomar as conversações com a FMLN, interrompidas desde Out 89. Assim, em 4 Abr 90, representantes das duas partes extiveram reunidos em GENEBRA/SUÍÇA, quanto assinaram acordo que prevê um compromisso de "não-rompimento" do processo de pacificação interna. Como reflexo da reabertura das negociações, CRISTIANI determinou a suspensão do "estado de sítio", vigente desde 12 Nov 89. O representante da guerrilha, entretanto, afirmou que não promoveria o "cessar-fogo" enquanto não fossem atendidas suas reivindicações, relativas aos direitos humanos e fundamentais em três itens: democratização do país; expurgo dos militares vinculados aos "esquadrões da morte"; e reforma do Poder Judiciário.

Posteriormente, entre os dias 16 e 21 Mai 90, as duas partes voltaram a se reunir, agora em CARACAS/VENEZUELA e, pela primeira vez, com a presença de representante da ONU. Na oportunidade, foi lavrado um acordo para a implementação de um diálogo que permita o restabelecimento da paz no prazo máximo de seis meses, ou seja, até 21 Nov 90. Esse mecanismo, que deverá ter a aval do Conselho de Segurança da ONU, contempla aspectos políticos que incluem diretrizes para o futuro das Forças Armadas; os direitos humanos; os sistemas Eleitoral e de Justiça; e as reformas constitucionais, além de orientações para a abordagem dos problemas sociais e econômicos do país.

A mediação da ONU, acertada em GENEBRA, amplia a perspectiva da solução política para o conflito salvadorenho, uma vez que atende aos interesses de ambos os integrantes. Outros fatores podem ser apontados como inibidores do prosseguimento de luta fraticida: o clima de distensão que preside, no momento, as relação Leste-Oeste; o desgaste gerado para ambos os litigantes pelas constantes violações dos direitos humanos; a ameaça de suspensão da ajuda norte-americana ao regime vigente; e a perda da valiosa colaboração que o sandinismo, quando no Poder, prestava à FMLN.

PARTES POCO LEGIBLE

9004703

—Todavia, há que se considerar que, para a busca de uma solução negociada, o Exército - e não o Governo - e a FMLN são, na verdade, os vetores de maior intensidade do sistema de forças salvadorenha, mas nele não conseguem influir a ponto de romper o equilíbrio de modo a alcançar uma supremacia expressiva sobre o antagonista. Isso vem prolongando o confronto e acarretando sério ônus à condição de vida da população.

Apesar da incidência momentânea de condições favoráveis à solução harmoniosa do conflito, o futuro das negociações é encarado com justificável ceticismo. Desde a primeira iniciativa para pôr fim à luta armada, em Out 84, os atores locais vêm exibindo um comportamento eivado de radicalismos, que se alterna a cada nova tentativa. Quando um lado faz uma concessão, o outro endurece sua postura, inviabilizando o acordo. Isso continua a se repetir, a julgar pelas atitudes que ora adota a guerrilha, explorando o momento adverso vivido pelo governo. Esse clima de hostilidades - que não é peculiar a EL SALVADOR, uma vez que permeia o cenário centro-americano - conduz, algumas vezes, à hipótese de que a guerra é um fator intrínseco à realidade da maioria das nações do istmo.

* * *

Documento elaborado em 01 JUN 90

PARTES POCO LEGIBLE

9004703

Nº [illegible]
TÍTULO Perspectivas de um governo de coalizão
Fonte Brasil 20362
22-6-90
COLOMBIA 65592
F,20 11164
Sob Nº 11309

INUR Nº 397.21/280690

COLÔMBIA

- Perspectivas de um governo de coalizão

O Presidente eleito da COLÔMBIA, CESAR GAVIRIA TRUJILLO, do Partido Liberal (PL), começou a negociar a formação de um governo pluralista com a participação dos demais partidos políticos, de acordo com o programado após os resultados do último pleito presidencial.

Neste sentido, busca alianças com o ex-guerrilheiro ANTÔNIO NAVARRO WOLF, do Movimento 19 de Abril (M-19), com RODRIGO LLOREDA CAICEDO, do Partido Social Conservador (PSC), e com o dissidente conservador ALVARO GÓMEZ HURTADO, do Movimento de Salvação Nacional (MSN).

Há que se considerar, particularmente, o notório fato de o M-19 participar do governo, quebrando, assim, a tradição dos Partidos Liberal e Conservador que, desde a independência da COLÔMBIA, revezavam-se no poder (inclusive formando ministérios de coalizão), não dando espaços para outras agremiações.

Na realidade, a estratégia de GAVIRIA por um governo de união decorre dos inúmeros problemas que afligem o país e que urge serem solucionados - alto índice de violência, narcotráfico e guerrilha - e da necessidade de amplo apoio parlamentar para que possa concretizar as reformas institucionais a que se propôs durante a campanha presidencial.

Pela complexidade do atual quadro político partidário, aliado a intricadas redes de interesses e aos graves problemas sociais da COLÔMBIA, a composição do novo ministério constitui um dos principais temas dentro da atual política colombiana.

Assim, a conciliação de diversas tendências político-ideológicas é fundamental a GAVIRIA, que dependerá, ainda, da sua capacidade de articulador para a resolução de um dos problemas mais cruciais para o país: a questão do narcotráfico, mais especificamente das "extradições".

Este aspecto poderá trazer sérias dificuldades ao Presidente eleito, porquanto significativa parcela da população é favorável a que os narcotraficantes sejam julgados na COLÔMBIA (e não extraditados para os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA), posição também defendida pelos candidatos democratas, o que poderá concorrer para pressões na mudança da atual política de governo, referendada pelos EUA, cuja continuidade é proposta expressa de GAVIRIA.

* * *

Documento elaborado em 22/06/90

Comércio Exterior
Janeiro Junho 2e362
6 7 90
COLOMBIA 65592
7 ECO 11161
Comércio Exterior 11409

INUR Nº 464.21/160790

COLÔMBIA

- Comércio exterior. Posição adversa dos EUA

Em 5 Jun 90, formalizou-se, em GENEBRA, a adesão da COLÔMBIA ao Código de Subsídios - estatuto que normatiza o uso de subsídios, de forma que estes não comprometam interesses comerciais de terceiros - do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Com exceção dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA), que invocaram a cláusula de reserva, todos os demais países membros do GATT e por sua vez aderentes ao Código, incluindo as doze nações da Comunidade Econômica Européia (CEE), outorgaram os benefícios do Código à COLÔMBIA.

A posição dos EUA parece revelar-se incoerente com o seu discurso de apoio à COLÔMBIA, sobretudo pelo país estar travando uma verdadeira guerra contra o narcotráfico - na qual os EUA são um dos principais interessados -, situação essa que o levou a reivindicar junto à comunidade internacional e, principalmente, aos norte-americanos um melhor tratamento para os seus produtos de exportação, como forma de compensar os dispêndios no combate à droga e para dinamizar a economia interna.

Indiferente a esse quadro, os norte-americanos pleiteiam um acordo bilateral mediante o qual a COLÔMBIA se comprometeria a eliminar todos os incentivos às exportações. Tal proposta poderia por em perigo o processo de abertura econômica, iniciado há quatro meses, o qual depende, em boa parte, de uma maior demanda dos produtos colombianos no exterior. Ademais, o próprio GATT permite que os países em desenvolvimento mantenham incentivos às exportações quando estes contribuem para o crescimento econômico.

Enquanto os EUA negam a adesão da COLÔMBIA ao Código de Subsídios do GATT, a Comunidade Econômica Européia decidiu apoiar o comércio do país dando tratamento preferencial a uma série de produtos exportáveis. Com isso, a COLÔMBIA gozará de substanciais reduções de impostos na exportação de seus produtos para o mercado europeu.

A CEE é o primeiro mercado para as exportações colombianas - 35% do total das vendas - seguida dos EUA com 29%. O tratamento preferencial é importante para a COLÔMBIA, pois 65% dos produtos nacionais que ingressam na CEE têm altos custos tarifários.

Assim, a economia colombiana está a depender fundamentalmente das suas exportações para o mercado europeu. Entretanto, agora na fase efetiva de negociações centro do GATT, é possível que os EUA negociem com o Governo colombiano uma melhor posição, como forma de justificarem o apoio ao Governo colombiano no combate ao narcotráfico.

Documento elaborado em 06 JUL 90

9004705

Nº. D[illegible]
TITULO Especulações sobre Golpe Militar
PROC Serviço Nacional 20362
FE H 22-6-90
VI...[illegible] PERU 6681
" 7.1 11163
" FAA 13065

INUR Nº 396.21/280690

PERU

- Especulações sobre golpe militar

Desde que o recém eleito Presidente da República, ALBERTO FUJIMORI, despontou nas pesquisas como candidato com efetivo potencial de chegar ao poder, surgiram especulações de fontes diversas sobre a possibilidade de golpe militar no país. Tais cogitações fundamentaram-se na premissa de que FUJIMORI, apesar do apoio popular, era desprovido da necessária capacidade político-administrativa para enfrentar os grandes desafios nacionais. Dessa forma, findaria permitindo que o país rumasse, inexoravelmente, para o caos institucional, obrigando a intervenção das Forças Armadas.

Na realidade, nem o passado administrativo nem o desempenho durante a campanha eleitoral evidenciam que o Presidente eleito está suficientemente preparado para a difícil missão de reerguer o país, profundamente abalado em função da crise sócio-econômica; do narcotráfico; e, principalmente, do terrorismo da guerrilha, sobretudo do Sendero Luminoso (SL). Havendo adquirido o respaldo das massas em circunstâncias inesperadas, mais pela rejeição aos demais concorrentes do que pelos seus próprios méritos, FUJIMORI não dispõe nem de um programa de governo nem de propostas definidas e viáveis para fazer frente à magnitude dos problemas com que se defrontará.

Desse modo, as expectativas realistas referentes à sua administração são, de certo modo, desalentadoras, levando a previsões de agravamento do atual quadro peruano, já bastante adverso.

Contudo, para se levantar a hipótese de golpe militar há que se considerar algumas variáveis: em primeiro lugar, não existe, "a priori", uma inclinação das Forças Armadas de intervir diretamente no processo político. Isso decorre do desgaste sofrido durante o regime militar (1968-80), que trouxe conseqüências negativas para o país, sendo até hoje condenado por amplas e representantativas parcelas da sociedade; e, em segundo lugar, uma tentativa de golpe, pelo menos a curto prazo, determinaria reações políticas e sociais expressivas, não se descartando, até mesmo, a hipótese de eclosão de uma guerra civil.

Em síntese, a interferência militar só é admissível caso o país ingresse realmente numa situação caótica, com violentas manifestações sociais, incontroláveis pela polícia; ou se o Sendero Luminoso (SL), contando com a conjecturada fragilidade do Governo FUJIMORI, intensificar suas investidas a nível de pôr em risco as instituições democráticas. Ambas as situações só poderão, é o que se prognostica, serem avaliadas após alguns meses da posse do Presidente eleito.

* * *

Documento elaborado em 22/06/90

01 - 1

900470

Nº [illegible]
TÍTULO Política de maior integração e los mercados desenvolvidos
PERÍODO Jornal Brasil 20302
[illegible] 20.6.90
VOLUME CHILE 65709
Eco. 11161
Fd Eco 11392

TNIIR NO 401.21/280690

01/02

CHILE - Política de maior integração aos mercados desenvolvidos.

A vitória das forças oposicionistas ao regime militar, em Dez 89, provocou, de imediato, questionamentos sobre o futuro da economia chilena. As interrogações relacionavam-se à posição a ser adotada pelo Governo eleito diante da política neoliberal do Governo Militar que — a despeito da dívida social gerada pela má distribuição da renda - apresentou resultados econômicos que colocam o CHILE em posição de destaque no cenário latino-americano. As dúvidas resultavam do fato de o novo Governo compor-se de diversas facções políticas, algumas adeptas da ideologia socialista, contrárias, portanto, aos princípios neoliberais.

Todavia, as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo novo Governo na área econômica denotam que procura dar continuidade ao modelo neoliberal, embora com a preocupação de corrigir — via política tributária — as distorções que afetam os segmentos sociais menos favorecidos.

Assim sendo, o novo Governo vem adotando uma política desenvolvimentista que tem no mercado externo e no capital privado, nacional e estrangeiro, os elementos impulsionadores de sua economia. De acordo com essa linha de ação,as autoridades locais têm atuado com vistas a uma maior participação no comércio internacional, tanto através da ampliação dos mercados já existentes, quanto da conquista de novos. Para tanto, o CHILE vem procurando uma maior aproximação com diversos países,no que vem sendo favorecido pela sua atual conjuntura política interna,caracterizada pelo retorno do país à democracia.

Ressalte-se que, ainda antes de sua posse, o novo Governo tomou iniciativas que culminaram com o reatamento de relações diplomáticas com os países do Leste Europeu, a UNIÃO SOVIÉTICA e o MÉXICO, todos com um grande potencial de absorção de produtos. Saliente-se que a maioria desses países — os quais haviam rompido relações diplomáticas com o CHILE por ocasião do golpe militar que levou o General AUGUSTO PINOCHET ao poder — se fez representar na solenidade de posse do Presidente PATRÍCIO

AYLWIN, em 11 Mar 90, o que reflete o respaldo de suas lideranças ao regime recém instaurado. Além disso, o Governo AYLWIN tem priorizado entendimentos com países da Bacia do Pacífico e da Europa Ocidental, com os quais são celebrados, além de acordos comerciais e de cooperação financeira, outros voltados para a formação de "joint-ventures" no CHILE. Acrescente-se que países como a ITÁLIA, HOLANDA e SUÉCIA, ao ampliarem suas relações econômicas com o CHILE, passam a funcionar como pontes para o maior ingresso de produtos deste país na Comunidade Econômica Européia (CEE).

No plano regional, o Governo do CHILE tem declarado o interesse em promover uma maior integração com os países vizinhos, especialmente com a ARGENTINA. A consolidação de um bloco comercial envolvendo os países da AMÉRICA LATINA, segundo a visão das autoridades governamentais, deve ser buscada como forma de enfrentar os problemas comuns dos países em desenvolvimento frente aos blocos comerciais que vêm sendo formados pelos países desenvolvidos.

Porém, concretamente, a busca do fortalecimento do mercado regional fica em plano secundário. O próprio questionamento que ora ocorre no país em relação ao seu retorno ao Pacto Andino corrobora essa idéia. Para o CHILE, os países membros do Pacto — BOLÍVIA, EQUADOR, VENEZUELA, PERU e COLÔMBIA — adotam políticas monetárias e fiscais incoerentes e que não se coadunam com o seu modelo. Registra-se que as restrições feitas por esses países em relação ao capital estrangeiro é que motivaram a retirada do CHILE daquele bloco em 1976.

Essa tendência da política externa chilena em direção aos mercados mais desenvolvidos revela que o atual Governo objetiva resultados mais imediatos na condução da política econômica, o que não ocorre no mercado regional, ainda incipiente. Nesse contexto, são buscadas aproximações e intercâmbios comerciais com países que possuem grandes potenciais de importação, bem como com grupos empresariais interessados em realizar investimentos no CHILE.

A estabilidade político-econômica alcançada pelo país e o posicionamento favorável do Governo em relação ao capital estrangeiro são fundamentais à consecução dos objetivos chilenos de modernização e inserção competitiva no mercado internacional.

* * *

Documento elaborado em 20 JUN 90
-02/-02

Nº. DOCUMENTO
TITULO Análise da Conjuntura interna
PROC Assunto Bibl. 20362
FL 18-6-90
VINCUL PERU 66814
T Pol 11164
Cob. Cba 11302

PERU. ANÁLISE DA CONJUNTURA INTERNA. PERSPECTIVAS.

Após uma campanha polarizada entre ser favorável ou contrário às idéias liberalizantes de MARIO VARGAS LLOSA, da Frente Democrática (FREDEMO), saiu-se vencedor da eleição presidencial peruana ALBERTO KENYO FUJIMORI-FUJIMORI, do movimento independente "Cambio 90", que deverá ser empossado no dia 28 JUL 90.

Segundo projeções de institutos de pesquisas, a eleição de 10 JUN 90 registrou o mais baixo índice de abstenções, votos brancos e nulos da história político-eleitoral do PERU. Esse fato, somado à rejeição do Partido Aprista Peruano (PAP)e dos partidos de esquerda à candidatura VARGAS LLOSA, conferiu fundamental contribuição à vitória de FUJIMORI, maciçamente votado nos redutos apristas e da esquerda parlamentar, como também nas localidades onde é acentuada a influência do "Partido Comunista del Perú-Sendero Luminoso" (PCP-SL) e do "Movimiento Revolucionario Túpac Amaru" (MRTA). Constatou-se, também, que FUJIMORI beneficiou-se sobremaneira do hiato social existente no País, catalizando para si os votos das camadas mais carentes, compostas por desempregados e membros de contingente aglutinado na economia informal. Ao mesmo tempo, foi favorecido por criticar a falta de conteúdo social do programa varguista.

FUJIMORI deverá enfrentar de imediato duas dificuldades: a primeira será montar sua equipe de Governo, visto que o incipiente "Cambio 90" não possui quadros habilitados. A segunda será definir com quem se compor para o exercício da governabilidade, já que seu Partido não conta com maioria parlamentar - de um total de 62 senadores e 180 deputados, a FREDEMO conta com 21 e 60, o PAP com 17 e 55, o "Cambio 90" com 14 e 32 e a "Izquierda Unida" (IU) com 6 e 16, respectivamente, dentre os mais representativos. N o t e - s e, porém, que um governo de coalizão nacional, conforme o apelo do Presidente eleito, que tem a intenção de governar somando as forças políticas do PERU,dificilmente seria composto ao mesmo tempo pelo PAP e pela FREDEMO, em face do antagonismo existente entre essas duas agremiações - observe-se que a adesão de qualquer uma delas a FUJIMORI dar-lhe-ia maio

congressual, mesmo alijando-se do processo os partidos da esquerda legal. Cabe ressaltar, entretanto, que algumas lideranças partidárias que compõem a Frente Democrática - notadamente a corrente do "Acción Popular" (AP) liderada por FERNANDO BELAUNDE TERRY - fazem restrições à composição com o PAP.

Para superar esses dois obstáculos, FUJIMORI conta com um programa explicitado em linhas genéricas, sem uma nítida definição ideológica. Isso lhe dá condições para montar quadros ou negociar um aliado congressual ajustando suas diretrizes de Governo de acordo com a tendência político-ideológica do partido que o apoiar. Os indicadores levam a crer que FUJIMORI se comporá majoritariamente com a corrente aprista.

Ressalte-se que, embora tenha havido mudanças na correlação das forças políticas do PERU, em face das eleições congressuais, que foram realizadas concomitantemente ao primeiro turno da eleição presidencial, o PAP ainda se destaca como influente segmento partidário, que, participando do novo Governo, poderá motivar críticas desestabilizadoras, de vez que pode identificar essa coligação como o "continuísmo político" no país. Dele não participando, dispõe de recursos para se constituir em empecilho ao Presidente eleito. Cabe destacar, também, que os segmentos da esquerda legal, sobretudo por razões ideológicas, remotamente comporão com FUJIMORI. Isto significa dizer que se converterão em fortes opositores na busca de uma bandeira de luta para recuperar o espaço político perdido.

Com relação às diretrizes de Governo, FUJIMORI pretende impulsionar o crescimento econômico e diminuir a inflação dentro de um elenco de "propostas gradualistas que não prejudiquem os trabalhadores e que não resultem em medidas de choque". Tais propostas são calcadas, principalmente, no realinhamento e posterior congelamento dos preços e salários, onde acredita ser indispensável um "amplo pacto social"; na reformulação monetária, com a criação de uma nova moeda paritária ao dólar; no gradual corte dos preços subsidiados, com subseqüente aumento dos impostos; e, também, na paulatina diminuição da máquina estatal. Note-se, porém, que a caótica situação econômica vivida pelo país não permite o uso de "políticas gradualistas semelhantes às anteriormente adotadas. Dessa forma, o Presidente eleito poderá ser obrigado a

900[illegible]

adotar medidas econômicas ortodoxas, caso se proponha a reverter o drástico quadro vivenciado pelo país, assumindo, assim,uma postura que vem-se tornando dominante nó continente, em detrimento das antigas fórmulas populistas de fortes tons nacionalistas. Esse procedimento fatalmente provocará a repulsa aprista e poderia determinar uma crise política somente superável pela habilidade que venha a demonstrar FUJIMORI, um neófito em termos político-administrativos. Por outro lado, a insistência em se optar por programas brandos de reformas para buscar uma aproximação com o PAP tende a aprofundar a estagnação econômica peruana.Tal opção certamente contribuiria para afastar mais ainda o indispensável apoio externo, necessário para que o PERU, a curto prazo,não vivencie o aprofundamento de sua grave crise sócio-econômica.

Reportando-se ao apoio externo, note-se que ele está diretamente relacionado ao pagamento da dívida peruana. O novo Governo pretende optar por uma estratégia de conversão da dívida em investimentos. Para tanto, deve normalizar as relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com outras entidades multilaterais de financiamento, postura completamente oposta àquela adotada pelo Presidente ALAN GARCIA. Contudo,para lograr êxito nessa estratégia, teria que alinhar seu programa econômico às diretrizes desses órgãos, fato que certamente geraria forte polêmica política, pois vai de encontro às teses apristas.

Com relação ao narcotráfico, defende a substituição da cultura da folha de coca por outros cultivos rentáveis, mediante um sistema de garantia de preços sustentado pelos países consumidores da cocaína, invocando o princípio da co-responsabilidade entre consumidores e produtores. Paralelamente, não descarta uma solução de força, apoiada na assessoria militar externa e também no apoio financeiro internacional. Observe-se que essa posição coincide com a dos demais Chefes de Governos dos países andinos produtores da folha de coca, a indicar que pretende incrementar uma política conjunta no trato da questão.

Sobre a insurgência armada, que caminha ao lado do narcotráfico, enfatiza que não se pode pensar exclusivamente em repressão, defendendo a necessidade prioritária de se erradicar primeiro a pobreza e a marginalização social, minando-se assim os focos revoltosos, solução contrária à proposta pelos militares

peruanos. Ressalta-se que essa postura está longe de oferecer uma solução imediata para o problema, de vez que são extremas as demandas sociais do povo peruano. Note-se que a maciça votação no pleito eleitoral não demonstra o enfraquecimento da guerrilha, evidencia apenas que os grupos insurgentes não dispõem de meios para coagir as massas, quando se trata da participação em acontecimentos de grande vulto, não se constatando assim o respaldo ou o apoio popular a esses grupos revoltosos. Porém, passado o pleito eleitoral e desmobilizado o fortíssimo aparato militar levado a efeito para a garantia do evento, a guerrilha volta a encontrar condições mais adequadas para o desenvolvimento de ações violentas.

Por último, é importante lembrar que durante a campanha surgiram insistentes rumores de golpe de estado, caso FUJIMORI vencesse o pleito presidencial. Isso porque o artigo 166 da Constituição peruana permite que os candidatos à presidência e às duas vice também concorram ao Senado ou à Câmara. Usando desse artifício legal, FUJIMORI também foi eleito Senador da República. Contudo, o artigo 173, da mesma Constituição, diz que é incompatível o exercício parlamentar com qualquer outra função pública e a excessão feita a outras funções não inclui a Chefia do Executivo. Segundo alguns juristas, essa controvérsia normativa, por se constituir em uma questão de interpretação da Carta Constitucional, pode ser facilmente solucionável, uma vez colocada à apreciação do Congresso Nacional. Contudo, dependendo da evolução do quadro político peruano, esse argumento poderá ser usado para legitimar o surgimento de novos rumores golpistas, esporadicamente ventilados por setores privilegiados da sociedade peruana.

Em síntese, observa-se que FUJIMORI terá que administrar inúmeras variáveis que se contrapõem à estabilidade política do PERU. São nítidos os indícios de que encontrará grandes dificuldades para conduzir a nação, não se descartando a possibilidade da ocorrência de tentativas para instabilizar as instituições - tanto do lado da esquerda radical como da elite local. Restará, assim, ao novo Governo a opção de usar habilmente a polarização de forças existentes no país e se apresentar como o ponto de equilíbrio à sociedade peruana. Entretanto, para a consecução desse objetivo, terá que minorar rapidamente as demandas sociais, o que só será possível com a ajuda internacional.

* * *

Documento elaborado em 18/06/90

Nº DOCUM.:
TITU.: Reinserção ao Jogo Guerrilheiro "Alfaro...
PROV.: Quito/Brasil 20362
FECH.: 6-2-92
VINCUL.: EQUADOR 65838
E.N.I. 11163
Grupos Subv. 11339

EQUADOR

- Reinserção política do grupo guerrilheiro-terrorista "Alfaro Vive, Carajo"

A direção do grupo guerrilheiro-terrorista equatoriano "Alfaro Vive, Carajo" (AVC) anunciou, nos últimos dias, a conclusão de um acordo de pacificação nacional com o Governo RODRIGO BORJA.

Tal acordo prevê a deposição das armas em poder da organização e a sua reabilitação político-institucional, vindo a coroar um processo iniciado em 7 Mar 89, quando o AVC tornou pública a intenção de paralisar a luta armada.

A decisão, já naquela oportunidade, afigurava-se mais como uma tentativa de sobrevivência do que, propriamente, uma constatação de necessidade de reorientação política. Como se recorda, o AVC mostrava-se, nos últimos anos, bastante debilitado pela repressão governamental e operacionalmente incapaz de reeditar golpes, como os desferidos no período de 1983-87, sua fase mais ativa.

Eminentemente citadino e com uma militância em sua maior parte constituída por estudantes de origem pequeno-burguesa - o que, em parte, explica a relutância em internar-se nas selvas e montanhas equatorianas, de conformação propícia para a atividade guerrilheira - o AVC concentrou a sua ação em QUITO, PUERTO ESMERALDA e GUAYAQUIL, tornando-se assim presa fácil dos organismos repressivos. Mesmo a aliança com o "Movimiento 19 de Abril" (M-19), colombiano, e com o "Movimiento Revolucionário Túpac Amaru" (MRTA), peruano, em 1986-87, na frustrada tentativa de constituição de uma força transnacional guerrilheira, o "Batallón América", não conseguiu reabilitar a "força militar" do AVC.

Em conseqüência, exaurido pelo atrito prolongado e limitado à ação de vanguarda sem executar qualquer forma de trabalho de massa, o AVC transformou-se nos últimos dois anos em uma espécie de seita de iluminados desvinculada da população que pretendia sublevar.

Sua patologia, nesse caso, assemelha-se bastante à de seu paradigma colombiano, o M-19, que em Mar 90 concluiu semelhante caminho de reintegração política. Cabe observar, a propósito, que há outros pontos de similitude entre o AVC e seu êmulo colombiano e que incluem a defesa de posições nacionalistas e a adoção de programas revolucionários de nítida inspiração marxista. Essa linha é uma espécie de híbrido também encontrado em certos setores do peronismo revolucionário argentino e constitui um modelo que hoje parece encontrar-se em franco declínio na AMÉRICA DO SUL. É nessa pretensa falta de "pureza revolucionária" que os seus detratores, à esquerda do espectro ideológico, parecem encontrar a explicação para a decisão de abandonar a luta armada.

9004709

Com efeito, mesmo não se fiando nessa tese, é curioso observar-se que os grupos políticos clandestinos que vêm abandonando a luta armada na AMÉRICA LATINA são, caracteristicamente, nacionalistas de esquerda e não "comunistas revolucionários", em que pese o necessário pleonasmo de tal assertiva. Assim, verifica-se que tal fenômeno ocorre com os já citados M-19 e AVC, bem como com o indigenista "Comando Quintin Lame" (CQL), colombiano. Aos demais grupos colombianos que, vez por outra, afirmam-se propensos a integrar iniciativas de pacificação, a experiência recente tem demonstrado o caráter falacioso de tais intenções, particularmente no que tange às "Fuerzas Armadas Revolucionárias Colombianas" (FARC) e ao "Ejército Popular de Liberación" (EPL), aparentemente mais interessados em recompor-se militarmente e aliviar a pressão governamental sobre suas frentes.

No caso equatoriano, finalmente, há que se frisar que, embora alvissareiras, as notícias referentes à deposição de armas pelos "alfaristas" não constituem exatamente a consolidação de uma expectativa de paz, não só pela inoperância daquela organização nos últimos meses, mas, também, porque persiste a ameaça representada pelo grupo "Montoneras Pátria Libre" (MPL), uma dissidência à esquerda do AVC e que ainda se mantém em armas. Em síntese, o que diminui é apenas o número de fontes de ameaça em potencial às instituições e ao Estado equatoriano e não a sua substância, mesmo porque não se descarta a possibilidade de reversão de setores da organização à prática da luta armada aos primeiros sinais de dificuldades no processo de reinserção.

Documento elaborado em 06 JUL 90

Nº. DOCUMENTO
TITU... Documento de Trabalho
P... Sucinto/Brasil 20302
F... 6-7-90
VINCULA... Nicaragua 66603
+ Brasil 11165
Sindicatos 500854

NICARÁGUA

- Movimentos de pressão. Riscos à estabilidade do regime

A União Nacional dos Trabalhadores (UNT), liderada pelos sandinistas, desencadeou, a partir de 2 Jul 90, uma greve em setores da produção agrícola, em particular, de arroz, cana e algodão, e da produção industrial, com destaque para as indústrias têxtil, siderúrgica, da construção, cervejeira e açucareira. Dentre as principais demandas estão: o aumento dos direitos dos trabalhadores; a suspensão da política de privatização iniciada pelo Governo; e o aumento do salário-mínimo para o patamar dos US$ 200 dólares norte-americanos, sob o argumento de que as sucessivas desvalorizações da moeda afetaram profundamente o poder aquisitivo das classes. Existe a ameaça de ampliação do movimento, caso não sejam aceitas as reivindicações.

O Governo admitiu negociar com as lideranças sandinistas, mas não coletivamente. Segundo sua ótica, cabe a cada ministério envolvido no problema e a cada setor afetado a responsabilidade pela busca do entendimento. Tal conduta foi alvo da crítica do ex-Presidente, DANIEL ORTEGA SAAVEDRA, que a entende como uma provocação aos trabalhadores.

A presente greve é a segunda que as entidades de classe sandinistas deflagram após a posse de VIOLETA CHAMORRO DE BARRIOS. Anteriormente, em Mai 90, os empregados em serviços públicos promoveram uma paralisação que, durante cinco dias, afetou particularmente os sistemas de transportes e de comunicações. Na oportunidade, a Polícia e o Exército, também liderados por sandinistas, apoiaram o movimento, neutralizando qualquer possibilidde de repressão por parte do Governo.

As manifestações em apreço não exaurem o elenco de mecanismos de pressão a que certamente VIOLETA CHAMORRO será submetida pelos militantes do antigo regime, com vistas à retomada do poder. Em comunicado emitido no dia 26 Jun 90, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) já rechaçara qualquer mudança nos cargos de Comando das Forças Armadas, colocando, assim, um sério obstáculo à "permanência temporária" do General HUMBERTO ORTEGA SAAVEDRA no comando do Exército, conforme prometera a Presidenta.

A atual conjuntura nicaragüense sugere que VIOLETA CHAMORRO continuará enfrentando turbulências, algumas delas geradas dentro da própria União Nacional Opositora (UNO), que a apóia, e que concorrerão para a instabilidade do regime. No momento, a imagem da Presidenta é a de virtual ocupante de um poder que, de fato, continua, em boa parte, sob o domínio sandinista.

Documento elaborado em 06 JUL 90

9004710

Nº DOCUM.:
TIT.: Problemas Econômicos
PROG.: Inmet Bank/20302
FL.:
VINCUL.: 6-7-90
Férico 10131
7 Eco 11361
Pé Eco 11392

INUR Nº 463.21/160790

MÉXICO

Problemas econômicos. Ameaça ao pacto de estabilização

O "Pacto para a Estabilidade e o Crescimento Econômico" (PECE), firmado em Dez 88 e agora renovado até Jan 91, foi o primeiro dos pactos antiinflacionários acordados desde Dez 77 a não incluir um ajuste do salário-mínimo. Em contrapartida, contemplou o aumento dos preços de alguns bens e serviços do Estado.

Acontece que nos cinco primeiros meses deste ano os principais produtos básicos mexicanos tiveram um aumento de aproximadamente 80%. Ademais, de acordo com estatísticas oficiais, a inflação atingiu 15% no período de Jan a Mai 90, quase superando a taxa prevista para 1990, de 16%.

O resultado é que o clima de entendimento entre governo, trabalhadores e empresários começa a dar sinais de deterioração. Segundo os trabalhadores, os preços dos artigos de primeira necessidade estão disparando, os salários continuam contidos e há dissimulação do governo em relação ao nível real da inflação. Comenta-se que o número de desempregados no país está entre 35 a 50% da população economicamente ativa, e que se encontram em situação de pobreza absoluta quase 20 milhões dos 87 milhões de habitantes.

A situação torna-se mais grave, em face da crise na produção agrícola mexicana que, em 1989, teve uma queda de 25% e apresenta perspectivas ainda piores para este ano, obrigando o MÉXICO a importar aproximadamente 10 milhões de toneladas de grãos.

Os dirigentes empresariais, que a princípio se comprometeram a não repassar os aumentos aos preços finais dos produtos, já começam a desrespeitar o acordo. Os exportadores, por sua vez, acham-se preocupados com a redução do ritmo da desvalorização cambial do peso frente ao dólar, agora de 80 centavos de peso por dia. Desde 1988, essa desvalorização vinha sendo de 1 peso por dia. No momento, eles pedem uma desvalorização de 10 a 15%, pois consideram que a moeda mexicana está sobrevalorizada.

No Congresso mexicano, a oposição passou a criticar a renovação do PECE. O Partido Popular Socialista (PPS) diz que desde a introdução dos pactos antiinflacionários os salários reais se deterioraram 34,6%; o Partido da Revolução Democrática (PRD) afirma que toda a política econômica do governo é antipopular e antidemocrática; e o Partido de Ação Nacional (PAN) exige um processo de consultas para que o povo possa expressar ao governo o que realmente pensa sobre o pacto. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), do governo, é o único que defende o acordo, argumentando que, "embora ele não seja o ideal, é o melhor instrumento disponível, neste momento, nos países em desenvolvimento, para conter a inflação".

As insatisfações e reações de trabalhadores e empresários, decorrentes das distorções ora apresentadas pela economia mexicana, põem em risco a manutenção do PECE. Em conseqüência, caso não sejam feitos ajustes na atual política sócio-econômica governamental, de modo a contemplar o social e, ao mesmo tempo, impor realismo nas operações de mercado, esse amplo acordo poderá sucumbir, o que afetará diretamente a atual estabilidade do país.

Documento elaborado em 06 JUL 90 9004711X

Nº DOC
TITU
Ano da paz.
Famnopaz!
20-6-9.
EL SALVADOR
Pol
Dos Dos
20302
00470
1364
1302

INUR Nº 432.21/060790

EL SALVADOR. Ano da paz. Questionamentos.

(28 Jun 90)

Ao completar seu primeiro ano de Governo, a 1º Jun 90, o Presidente ALFREDO CRISTIANI rotulou 1990 como o "ano da paz" para o país. Na oportunidade, afirmou que a meta prioritária seria a "incansável" busca da paz por intermédio de acordos políticos e reiterou a promessa de proteger "os mais pobres", ou seja, aqueles que não conseguem comer nem recebem assistência básica prestada pelo Estado e que constituem a terça parte da população nacional. Defendeu o Exército, como instituição, reafirmando seus esforços no sentido de incrementar o profissionalismo e de erradicar os abusos, a arbitrariedade e as atitudes imorais, práticas estas constantemente atribuídas aos militares. As declarações de CRISTIANI foram feitas em meio a severas críticas de seus opositores a atos de sabotagem praticados pela guerrilha contra a rede de distribuição de energia elétrica e a combates entre o Exército e efetivos rebeldes nos arredores da Capital.

Além disso, CRISTIANI vem sofrendo sérias restrições movidas pela Igreja, desde o momento em que foi indicado pela Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), de extrema-direita, como postulante à Chefia do Executivo. O clero salvadorenho atribui à direita radical a responsabilidade pelo assassinato do ex-Cardeal Arcebispo de SAN SALVADOR, D. OSCAR ROMERO. Como complicador ao entendimento entre as duas partes surgiu o episódio do assassinato de seis sacerdotes jesuítas, juntamente com duas mulheres, comprovadamente consumado por militares do Exército. O fato provocou a repulsa internacional e motivou membros do Capitólio a propor a suspensão da ajuda militar prestada pelos EUA a EL SALVADOR.

Entidades defensoras dos direitos humanos afirmam que houve deterioração do quadro nacional em relação ao ano anterior. Atribuem aos militares e às forças de segurança a responsabilidade por mortes, desaparecimentos e torturas contra trabalhadores, camponeses e ativistas políticos. Às manifestações dessas entidades se juntam as de políticos da oposição e de líderes sindicais, que acusam CRISTIANI de não cumprir sua promessa

de melhorar a situação do país. Reconhecem, entretanto, que a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN) também viola — se bem que em níveis mais baixos do que o Governo — as liberdades individuais.

Aos graves conflitos político-ideológicos acres ce-se a contestação ao programa de ajuste econômico imposto pelo Governo, que inclui a eliminação de subsídios e do controle de preços, cortes no setor público e a privatização do comércio ex terior e do sistema bancário. CRISTIANI procura minimizar a situação, alegando que a taxa de câmbio foi estabilizada e que os indicadores assinalam o crescimento econômico. Segundo a FMLN, a privatização estimulará a luta de classes que alimenta a guerra civil salvadorenha.

O limiar do segundo ano da administração de CRIS TIANI não oferece vislumbres que permitam ao observador compactuar com o otimismo do Chefe do Executivo, a ponto de rotular 1990 co mo o "ano de paz" em EL SALVADOR. As conversações que representantes do Governo e da FMLN vêm encetando, sob a mediação da ONU, não produziram, até o momento, os resultados esperados no senti do da pacificação nacional, em face das atitudes radicais sempre exibidas pelas duas partes. O fracasso dessas negociações corres ponde ao acirramento do conflito armado e seu prolongamento, uma vez que a balança do Poder sugere o continuísmo do histórico equilíbrio entre as forças litigantes. Também não existem elementos de convicção para afirmar que CRISTIANI será capaz de neu tralizar a atuação dos "esquadrões da morte". Em resumo, entende-se que o encaminhamento de uma solução negociada para o conflito interno salvadorenho tem como pré-requisito a satisfação de um elenco de ansiedades que se situam, em particular, nas áreas social, econômica e militar, para o que, na atualidade, CRISTIA NI não demonstra a necessária competência.

O Governo norte-americano, inspirado nos sucessos obtidos na NICARÁGUA, continuará tentando prestar ajudas militar e econômica, podendo vir até a ampliá-las a despeito de algumas reações no Capitólio. Acredita-se, entretanto, que esse auxílio não será capaz de reabilitar o desgaste a que a imagem

do Governo vem sendo submetida, nem de refrear a pertinaz objeção da Igreja à permanência da direita radical no Poder.

Nesse sentido, é previsível que o restante do mandato de CRISTIANI venha a ser exercido em clima de constante turbulência interna e que o encargo da pacificação nacional seja transferido a seu sucessor.

* * *

Documento elaborado em 28/06/90

0047128

Perspectivas sobre Economia do Governo Fujimori
Serviço Brasil 20302
6-7-90
PERU 66817
T Pol 11164
Sds Voc 11302

PERU

- Governo FUJIMORI. Perspectivas político-econômicas

A medida que se aproxima a data da posse do Presidente ALBERTO FUJIMORI, a crítica situação econômica peruana vem mostrando nítidos sinais de agravamento. O dólar está sendo cotado a taxas recordes, a inflação encontra-se em patamares elevados e as atividades produtivas mostram resultados recessivos, a indicar o ingresso do país numa fase de "estagflação".

O PERU vivencia, ainda, problemas de escassez de alimentos e combustíveis; racionamento de água e energia elétrica; greves e manifestações trabalhistas; acentuado descontentamento popular causado pela perda do poder aquisitivo dos salários; subemprego e desemprego em massa; e, também, o recrudescimento vertiginoso da escalada terrorista, que volta a atuar após um período de relativa inércia.

Para reverter esse quadro e estabilizar a economia do país, FUJIMORI - contrapondo-se às propostas liberais e ortodoxas de MÁRIO VARGAS LLOSA, da Frente Democrática (FREDEMO) - acenou com um programa de governo moderadamente reformista. Tal postura lhe rendeu, em princípio, o apoio do Partido Aprista Peruano (PAP) e dos segmentos políticos de esquerda, a indicar uma possível composição governista com o "Cambio 90", e o afastamento de acerto com as forças políticas reformistas da FREDEMO.

Note-se, porém, que dificilmente a situação econômica peruana será revertida sem o respaldo da comunidade financeira internacional, cujo apoio vem sendo pleiteado por FUJIMORI em viagens ao exterior, sobretudo no que concerne ao alívio da dívida externa, calculada aproximadamente em US$ 18,5 bilhões. Cabe salientar que os investidores estrangeiros consideram indispensável a adoção de um rigoroso programa de ajustes na economia doméstica e, ainda, o arrefecimento da guerrilha, para o país atrair investimentos e novos créditos. Para tanto, torna-se necessário reduzir os gastos e o tamanho da máquina estatal; limitar a emissão monetária; controlar o déficit fiscal; realinhar os preços; eliminar substancialmente os subsídios e combater energicamente o terrorismo no país.

Porém, a implementação de um programa dessa natureza requer um forte respaldo político-partidário, visto que tende a encontrar fortes resistências populares e poderá motivar o surgimento de manifestações de protesto. Além disso, a adoção de medidas ortodoxas, certamente, contribuiria para inviabilizar a base político-parlamentar de FUJIMORI, a incluir o PAP e a "Izquierda Unida" (IU), porquanto o aprismo e as esquerdas se negariam a apoiar um programa econômico com esse conteúdo.

A gravidade do momento sócio-econômico e a firme determinação demonstrada pelo Presidente eleito em reatar com o sistema financeiro internacional e de pôr em prática um programa de privatização, inclusive de empresas de setores estratégicos para a economia peruana - pesca e minério -, indicam que FUJIMORI pretende reverter a retórica da campanha. Em decorrência, provavelmente adotará reformas de cunho ortodoxo, mescladas de medidas assistencialistas. Para tanto, deverá se aproximar das forças políticas fredemistas, dada a identificação programática-ideológica, com a finalidade de garantir apoio congressual.

Documento elaborado em 06 JUL 90

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Implicações estratégicas ... cortes nas Forças Armadas
PROC. Sumário 3and 20362
FECH. 5-7-90
VINCUL. EEUU 65890
F. A. 11163
Presupuesto 11332

INUR Nº 462.21/160790

E U A

Implicações estratégicas e econômicas de cortes nas Forças Armadas.

(5 Jul 90)

O Secretário de Defesa DICK CHENEY entregou, recentemente, ao Congresso um estudo que avalia o impacto da desmobilização de 25% das Forças Armadas sobre o orçamento dos EUA, ao longo dos próximos cinco anos. A realização deste estudo foi decidida no dia 6 Jun 90 durante as negociações relativas ao orçamento, entre o Executivo e o Congresso, e que assinalou uma mudança de posição do Departamento de Defesa, que até então discutira cortes setoriais nas Forças Armadas, sem, no entanto, concretizar uma proposta e apresentar uma avaliação mais abrangente e suscinta quanto ao impacto orçamentário que adviria de tais cortes.

Com relação à proposta orçamentária do Executivo para o ano fiscal de 1991 - de US$ 303.3 bilhões para a Defesa -, há a previsão de uma diminuição de US$ 3 bilhões em relação ao corrente ano. As propostas da Câmara dos Representantes e do Senado prevêem reduções de US$ 11.5 bilhões e US$ 13 bilhões, respectivamente.

De acordo com o estudo apresentado por CHENEY, o corte de 25% no efetivo das Forças Armadas permitiria reduzir em 10% o orçamento militar ao longo dos próximos cinco anos, resultando em uma economia de cerca de US$ 4.3 bilhões no próximo ano fiscal, o que representa um montante bastante próximo da proposta do Executivo e muito abaixo do desejado pelo Congresso.

As discrepâncias entre as propostas do Executivo e do Congresso para o orçamento da Defesa revelam diferentes interpretações e expectativas quanto a três aspectos: (i) o papel das Forças Armadas norte-americanas no novo contexto geo-estratégico que se está delineando, sobretudo a partir das transformações no continente europeu e na UNIÃO SOVIÉTICA; (ii) o risco advindo dos cortes nas fileiras das Forças Armadas para a Segurança Nacional; e (iii) a destinação dos recursos a serem liberados com a redução do orçamento militar.

Especialistas em Defesa e mesmo estrategistas do próprio Pentágono apontam a tendência natural de que a estratégia norte-americana venha a se pautar em uma combinação mais flexível de forças nucleares e convencionais capazes de executar missões militares mais seletivas, o que deveria redirecionar os recursos de pesquisa e desenvolvimento para sistemas de tecnologia avançada mais leves e letais, adequados para utilização em conflitos de baixa intensidade em contextos regionais limitados. Essa concepção representa, sem dúvida, um afastamento das doutrinas estratégicas que refletiam a extensão dos compromissos de segurança assumidos pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA) junto aos seus aliados no contexto da confrontação Leste/Oeste. Outrossim, aponta no sentido de manutenção de uma capacidade de "deterrência discriminatória" que permita aos EUA responderem eficazmente a ameaças a sua segurança e interesses, bem como de seus parceiros, com os quais tal responsabilidade passará a ser crescentemente compartilhada.

9004714

Tal concepção estratégica conta com o apoio, embora dos liderança congressistas democratas para aceitar a Política de Defesa norte-americana nos próximos anos. Esta assertiva é válida, muito embora o governo venha assumindo uma posição bastante cautelosa frente às transformações que vêm ocorrendo no plano estratégico, procurando assegurar que as Forças Armadas mantenham sua capacidade de ação a nível global, tal como preconizado pelas doutrinas estratégicas que vigoraram ao longo do período de confrontação Leste/Oeste. São ilustrativos a este respeito a modesta redução do orçamento militar proposta pelo governo no início do ano, a disposição em consentir a redução de Forças mas sem avançar nas discussões de alterações de estrutura e missão destas, e os esforços de preservar a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como principal pilar da segurança européia, contrapondo-se às propostas que impliquem na redução de sua influência neste sentido. Corrobora, ainda, esta visão a importância atribuída a projetos, como a Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), a aquisição de Bombardeiros "Stealth B-2", Caças A-2 e a instalação de Mísseis "Midgetman" e "MX", todos com dotações orçamentárias substanciais previstas na proposta do Executivo.

Esta posição cautelosa do governo e do Departamento de Defesa encontra resistência por parte do Congresso e mesmo de setores conservadores que entendem que o novo contexto geo-estratégico é muito favorável a que se procedam mudanças no setor de defesa, de modo a adaptá-lo ao novo cenário e às necessidades de ajuste orçamentário. Especialistas em defesa têm qualificado de tímidos os esforços do Departamento de Defesa em reestruturar as Forças Armadas, em função das transformações recentes, e têm apresentado propostas neste sentido, como a virtual retirada de tropas terrestres da Europa, o aumento dos contingentes de reserva e redução de gastos em armas nucleares de longo alcance. Embora nenhuma delas seja objeto de consenso, elas permitiriam, segundo seus proponentes, obter economias significativamente superiores àquelas previstas, ainda que se mantenha o nível de redução das forças em torno de 25%.

Outro ponto de dissenso entre o Executivo e o Congresso diz respeito à destinação dos "dividendos de paz". O primeiro é favorável a que os recursos liberados através dos eventuais cortes nos gastos militares em discussão e que podem atingir cerca de 170 bilhões ao longo dos próximos cinco anos se voltem para o revigoramento da economia, seja através da redução do déficit orçamentário, ou sob a forma de novos investimentos. Contudo, lideranças do Congresso, sobretudo do Partido Democrata, tendo à frente o Senador EDWARD KENNEDY, vêm defendendo a aplicação destes recursos em uma variedade de programas domésticos nas áreas de saúde, educação, transporte e comunicação. A alocação dos "dividendos da paz" apresenta-se como uma questão que tende a extrapolar o domínio das negociações orçamentárias ora em curso e se apresentar como um tema a ser explorado politicamente pelos democratas, tanto nas próximas eleições como nas de 1992.

Apesar de seu caráter eminentemente ilustrativo e das divergências mencionadas que suscita, o estudo apresentado por CHENEY assinala a existência de uma margem de consenso entre o Departamento de Defesa e lideranças do Congresso quanto à magnitude e natureza das Forças Armadas em futuro próximo, à medida que enfatiza unidades de combate mais leves e ágeis, como também forças navais melhor preparadas para atuar em conflitos localizados. Embora não constitua proposta oficial, o estudo em foco, dadas as circunstâncias e os objetivos de sua elaboração, também reflete em larga medida as premissas do Departamento de Defesa quanto à dimensão e ao papel contemplado para as Forças Armadas para os anos

PARTES POCO LEGIBLE

9004714

revista, ainda que não articule de forma específica uma nova doutrina estratégica que reflita os objetivos, interesses e desafios que se colocam para os ESTADOS UNIDOS em um novo contexto de segurança. A apresentação dessa doutrina é esperado para o início do próximo ano, quando o Departamento de Defesa deverá apresentar um plano abrangente e detalhado para a próxima década.

Ainda assim, os contornos que vem assumindo o debate, não apenas quanto à dotação orçamentária para as Forças Armadas, mas principalmente quanto à orientação estratégica que lhes será conferida, reforçam a tendência de que os ESTADOS UNIDOS intensifiquem suas preocupações, sobretudo quanto à proliferação nuclear, de armas químicas e mísseis no Terceiro Mundo, onde tenderá a concentrar esforços no sentido de monitorar desenvolvimento nessas áreas, exercendo pressões no sentido de obstaculizá-los; por outro lado, afora o deslocamento do eixo das preocupações estratégicas para áreas periféricas, cabe ressaltar que a crescente relevância da dimensão sócio-econômica nas questões de segurança relativamente à sua dimensão militar, levam a que a combinação de fórmulas econômicas e militares na concepção dos instrumentos de persuasão, coerção e proteção desponte eventualmente como um aspecto significativo na nova orientação estratégica norte-americana.

Documento elaborado em 05 JUL 90

PARTES POCO LEGIBLE

9004714

TIT[illegible]

Violência / Violence
Serviço Brasileiro 20362
16-8-90
COLOMBIA 65592
E Sucs - 11165
Sumário 500854

INUR 0560.3/16 AGO 89

MINISTÉRIO DE DEFESA NACIONAL
[illegible] Informação de Defesa
Data de Entrada 5-OUT-89
Data da Saída
Para o Deji/DPI
Nº de Identificação 1459/89

COLÔMBIA

- Greves e violência

A falta de segurança interna e as ações dos grupos guerrilheiros e traficantes de cocaína têm levado o país a um clima de expectativa. Cerca de 22 mil juízes iniciaram greve de 24 horas em virtude do assassinato da Juíza MARIA DIAZ PEREZ, que investigava o massacre de camponeses nos Departamentos de ANTIÓQUIA e CÓRDOBA. Trabalhadores da indústria de cimento entraram em greve de 24 horas, em virtude do assassinato do Presidente do Sindicato, HENRY CUENCA VEGA. Recentemente, o Poder Judiciário foi surpreendido com um Decreto Presidencial que estabelecia um novo Código Penal, trazendo assinaturas falsificadas do Presidente BARCO e Ministros do Interior e Justiça. A Promotora MARTHA HELENA OQUENDO, encarregada do processo contra traficantes, viajou para o exterior, com destino ignorado, ao ser ameaçada de morte. Em 31 Ago, o advogado da esquerdista União Patriótica (UP), ABELARDO DAJA, foi assassinado a tiros, em BOGOTÁ. Em VISTAHERMOSA, Departamento de META, foram mortos pelas FARC nove comerciantes pertencentes ao grupo de extermínio ligado ao tráfico internacional de drogas.

Em 02 Ago, quatro Deputados pertencentes à UP ocuparam a sede do Ministério do Interior, exigindo proteção para os políticos ameaçados pelos "Esquadrões da Morte" e, em 3 Ago, GUSTAVO GUERRA, Coordenador da UP, foi assassinado em BOGOTÁ. O General Comandante-Geral do Exército prometeu reagir com energia. Por outro lado, o Governo pretende cercar os Juízes que investigam os crimes ligados ao narcotráfico de medidas especiais de segurança: passarão a residir em vilas militares, trabalharão nas dependências da Polícia, transitarão em veículos à prova de bala e terão proteção constante de agentes policiais.

DATA DA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO: AGO 89

9004715X

Nº DOCUMENTO
TIPO Eleições - Colômbia
PROC Serviço Nacional 20362
FE H 29-5-90
VINCUL Colombia 65592
F. Político 11164

INUR Nº 345.21/ 110690 01/02

COLÔMBIA. Eleições presidenciais. Perspectivas políticas

Após uma campanha eleitoral das mais sangrentas já ocorridas na COLÔMBIA, caracterizada pelo alto grau de violência patrocinada pelos narcotraficantes e pela guerrilha, foi realizada em 27 Mai passado as eleições presidenciais. O resultado das urnas confirma a vitória de CÉSAR GAVIRIA TRUJILLO, do Partido Liberal (PL), que deverá tomar posse no dia 7 Ago 90, com um mandato previsto para quatro anos.

Dos 13,9 milhões de eleitores, calcula-se que apenas 6 milhões compareceram às urnas, registrando-se, desse modo, uma abstenção superior a 55%. Note-se, porém, que altos índices de abstenção são comuns nos pleitos colombianos - 1982 (50%) e 1986 (51%) -, onde o voto é facultativo.

CÉSAR GAVIRIA obteve cerca de 48% dos votos, superando pelo dobro seu rival mais próximo, ÁLVARO GÓMEZ HURTADO, do Movimento de Salvação Nacional (MSN), que recebeu cerca de 24%. O candidato do Movimento 19 de Abril (M-19), ANTONIO NAVARRO WOLF, despontou como terceira força política, com cerca de 13% dos votos, desbancando o postulante do tradicional Partido Social Conservador (PSC), RODRIGO LLOREDA CAICEDO. NAVARRO obteve a mais expressiva votação das esquerdas, até hoje, na COLÔMBIA.

O desfecho do processo eleitoral da COLÔMBIA fez emergirem dois fatos de transcendental importância: o primeiro foi a demonstração de força do Governo VIRGÍLIO BARCO, em assegurar o ato de votação, dentro de relativa normalidade. Isso evidenciou a supremacia do regime democrático diante do terrorismo do narcotráfico e também, embora em segundo plano, dos movimentos guerrilheiros. O segundo expressou-se no desempenho do M-19, até pouco tempo engajado na luta armada, representando as correntes de esquerda. Na história recente da COLÔMBIA, os liberais e conservadores ocupavam todos os espaços político-eleitorais, com as esquerdas praticamente alijadas das disputas, porquanto alcançavam sempre resultados insignificantes, que não lhes permitiam qualquer influência nos centros de decisão institucionais.

Quanto ao projeto do Presidente eleito, salienta-se a firme decisão de dar continuidade a enérgica repressão aos "Cartéis" da droga, inclusive mantendo o estatuto jurídico das "extradições". Ressalte-se que este constitui um dos itens mais polêmicos na atual conjuntura colombiana, pois tem sido a sua execução que tem servido de pretexto maior para o recrudescimento do terrorismo do narcotráfico.

Todavia, a posição de GAVIRIA, no tocante ao trato da questão da droga, não se limita meramente a soluções militaristas. Em recente pronunciamento, deixou patenteada sua determinação de propugnar pela co-responsabilidade na luta que é, internamente, empreendida. Ou seja, é seu propósito reivindicar substantivo apoio financeiro da comunidade internacional, a incluir, principalmente, recursos que permitam reduzir a dependência de significativa parcela da população colombiana do comércio da cocaína, mediante sua inserção em atividades lícitas no mercado de trabalho, o que só será possível com a expansão da economia formal do país.

A fim de obter o máximo de apoio, GAVIRIA revelou propensão de estabelecer um amplo diálogo nacional - do qual estarão excluídos os grupos do narcotráfico que não aceitam a rendição incondicional -, de modo a estabelecer a pacificação da COLÔMBIA. Nesse sentido, afora a disposição de negociar com os movimentos guerrilheiros, pretende convocar os demais partidos, inclusive o M 19, para formar uma grande aliança, a possibilitar um "governo de consenso".

A nível de política externa, tende a estreitar os laços de cooperação regional e buscar, também, maior aproximação com os ESTADOS UNIDOS, sobretudo no aspecto comercial.

A ascensão do líder liberal ao poder revelou o respaldo da expressiva maioria da população à proposta de efetivo e enérgico combate aos narcotraficantes. Em contrapartida, sua eleição provavelmente implicará, de imediato, na dinamização, ainda maior, das operações terroristas, pois GAVIRIA era o candidato mais perseguido e antipatizado pelo crime organizado.

Cabe destacar, ainda, que a intenção do Presidente eleito de reivindicar real cooperação dos países industrializados no combate às drogas, a ser traduzida em apoio financeiro, privilegia a questão social, não considerada pela posição norte-americana, que se fundamenta em estratégias eminentemente repressivas, em detrimento de alternativas que conferem importância ao aspecto social do problema, defendidas pelos países produtores da cocaína.

Finalmente, há que considerar que a votação obtida pelo M-19, particularmente por superar a do candidato oficial do Partido Conservador, não só cria expectativas quanto ao rompimento do sistema bipartidarista, que, de fato, existe na COLÔMBIA, como também abre espaços para as esquerdas caminharem para via parlamentar, como alternativa à luta armada na conquista do poder.

* * *

Documento elaborado em 29 MAI 90

9004716

Nº DOCUMENTO
TITULO Crises político-militar
Surinam 20362
FECHA 12-9-90
VINCULACIONES SERINAM 10084
F C/C 11163
FFAA 13065
INUR Nº 598.3/12 SET 89

01/02

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
S.G. Asesoría de Información de Defensa
(EXTERIOR)
Fecha de Entrada 5 OCT 89
Fecha de Salida
Pasa a Sec/Aff
Nº de Identificación 1464/89

SURINAME

— **Crise político-militar**

Agrava-se a crise atual entre a "Autoridade Militar" (cúpula das Forças Armadas) e o Governo. O Acordo de KOUROU, firmado entre uma delegação governamental e a guerrilha, e já aprovado pela Assembléia Nacional, é a razão principal do início da confrontação entre os militares e o Poder Civil.

O impasse político-militar entre os líderes do "Front" (coligação no Governo) e a liderança castrense, surgido antes da recente visita oficial do Presidente RAMSEWAK SHANKAR ao Exterior, cresceu durante a estada do Chefe de Estado surinamês no BRASIL. Atitudes e declarações de membros da "Autoridade Militar", nesse período, evidenciaram a crise de confiança entre antigos e atuais governantes do SURINAME. No dia 11 de agosto, o Comandante DESIRÉ BOUTERSE, em entrevista à imprensa, anunciou que o Comandante da Marinha e representante da "Autoridade Militar" no Conselho de Estado, CHAS MIJNALS, solicitou ao líder da Revolução seu afastamento daquele Conselho. E alegou, na ocasião, "manipulação e logro" no Colegiado, em que o Presidente e o Vice-Presidente da República são membros principais. No mesmo dia, o Comandante BOUTERSE, após anunciar que não haverá substituto para a vaga de MIJNALS no Conselho, disse também que "um jogo sujo está sendo praticado", pois detrás do "Acordo de KOUROU" há muito mais do que se imagina. Nesse particular, os militares admitem que pressões políticas e econômicas, sobretudo externas, estão levando o Governo de PARAMARIBO a aceitar as condições do Pacto que favorece ao "Comando da Selva" (grupo guerrilheiro liderado por RONNY BRUNSWIJK).

9004717

De volta ao SURINAME, no dia 13 Ago, o Presidente SHANKAR fez declarações vagas sobre o "Acordo de KOUROU" e prosseguiu agindo como se dificuldades não existissem entre o Governo e as Forças Armadas, chegando até, a exemplo do Vice-Presidente HENK ARRON, que negou a existência de uma crise de confiança entre os dois poderes, dizer não saber se tal situação estaria ocorrendo realmente. Sobre a saída de CHAS MIJNALS do Conselho de Estado, o Presidente SHANKAR negou que ele fosse representante da "Autoridade Militar", dizendo-o apenas das Forças Armadas. Essas declarações mereceram a imediata reação dos militares, que através do seu porta-voz, o Chefe das Forças Terrestres, Comandante BADRESSEIN SITAL, comentou e até criticou as colocações do Chefe de Estado. Segundo ele, o Governo tenta colocar uma cunha entre as FFAA e sua liderança e, ao mesmo tempo, fazer com que a comunidade local acredite que o impasse atual não existe.

Diante da situação é de se admitir que, a prosseguir o Governo na atual linha de conduta na busca da pacificação nacional, deverá ocorrer o alargamento do fosso entre as lideranças civil e militar, dificultando ainda mais uma solução consensual.

* * *

Data de elaboração do documento: AGO 89.

Nº P...
TIPO Recursos Presidenciais
P... Serviço Brasil 20302
FL... 8-6-90
VI... Rep Dominicana 30150
+ Pol 11164
Gos Vac 11302

INUR Nº 377.21/210690

REPÚBLICA DOMINICANA

- Eleições presidenciais

Em meio a críticas ao processo eleitoral e à atuação dos observadores internacionais, particularmente na investigação de suposta fraude ocorrida durante o pleito, a Junta Central Eleitoral (JCE) reafirmou a vitória do atual Presidente JOAQUIN BALAGUER nas eleições presidenciais de 16 Mai passado, na REPÚBLICA DOMINICANA.

A escolha do novo Presidente dominicano revestiu-se de importância por representar uma disputa que, tradicionalmente, teve o envolvimento de fortes componentes ideológicos.

Dos 16 partidos inscritos ante a JCE, dois catalizaram a grande maioria do eleitorado e representam, politicamente, pólos antagônicos: o Partido Reformista Social Cristão (PRSC), conservador, cujo candidato foi o Presidente JOAQUIN BALAGUER, e o Partido de libertação Dominicana, representado pelo escritor e político marxista JUAN BOSCH. Com 80 anos, BOSCH era o favorito nas pesquisas de opinião durante a campanha eleitoral. Ele teve o apoio da classe média e de setores "progressistas" do empresariado. BALAGUER, também octogenário, foi reeleito para um segundo período consecutivo de quatro anos. O candidato do PRSC teve o apoio da classe conservadora e da direita dominicana. Nos quatro períodos em que exerceu a Presidência, BALAGUER manteve estreitos contatos com os ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA).

Cabe destacar que JUAN BOSH foi eleito Presidente da República, em 1963, quando revelava-se adepto das idéias castristas, cargo do qual foi destituído sete meses após a posse, por um golpe militar. O fato originou uma grave crise institucional e o país imergiu em uma guerra civil, que determinou o envolvimento de tropas norte-americanas, resultando numa posterior intevenção da Organização dos Estados Americanos (OEA). Quando as tropas de mediação saíram do país (1966), BALAGUER ficou no poder, mas perdeu as eleições de 1978 e 1982, nas quais BOSCH também foi derrotado pelo Partido Revolucionário Dominicano (PRD) ligado à Internacional Socialista, de WILLY BRANDT. Em 1986, os dois voltaram a se enfrentar e, mais uma vez, a vitória coube a BALAGUER.

A REPÚBLICA DOMINICANA, tradicional exportadora de açúcar, não tem encontrado nos últimos quatro anos alternativas para sair da crise econômica em que se debate. Em face disso, tem aumentado as tensões sociais, expressas pelo desencadeamento de diversas manifestações populares contra o Governo de BALAGUER. Tudo indica que o descontentamento continuará, tendo em vista que BALAGUER não possue um programa econômico que solucione a situação, a curto prazo.

Por outro lado, a vitória de JOAQUIN BALAGUER representa a manutenção do regime democrático no país. Assim, o Governo continuará sendo apoiado pelos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.

Documento elaborado em 08/06/90

9004718X

PARTES POCO LEGIBLE

Nº. DOCUMENTO:
TÍTULO: Eua-criação fundo assist. para abolir uso clorofluorcarbonos
DATA: Jornal Brasil 20362
25-6-90
VIA: EEUU 65890
E. Sucos 11165
Hydro Industr 11295

INUR Nº 440.21/060790 01/02

EUA - Criação de fundo para assistência para abolir o uso de clorofluorcarbonos.

O governo norte-americano anunciou, no dia 15 de Junho, que apoiará a criação de um fundo para prestar assistência financeira aos países em desenvolvimento, a fim de que estes possam abolir o uso e a produção de clorofluorcarbonos que vêm destruindo a camada de ozônio.

A idéia foi inicialmente proposta em reunião do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA), realizada em GENEBRA, em 09 de Maio, e encontrou receptividade junto ao Departamento de Estado e à Agência de proteção ambiental. Contudo, ela foi objetada pelo Diretor de Orçamento, RICHARD DARMAN, e pelo Chefe de Gabinete da Casa Branca, JOHN SUNUNU, sob a alegação de que tal fundo se constituiria em um precedente para inciativas semelhantes voltadas para a proteção ambiental e que demandariam recursos adicionais num período em que o governo enfrenta graves problemas orçamentários. Além disso, a posição norte-americana refletiu a preocupação em evitar que os países em desenvolvimento utilizem a questão ambiental para obter maiores facilidades no acesso a recursos e tecnologias junto ao Primeiro Mundo, sem, no entanto, aplicá-los ou gerenciá-los eficazmente em sua finalidade original.

Ressalte-se que, recentemente, várias iniciativas de criação de instrumentos de assistência financeira ao Terceiro Mundo, voltadas para a proteção ambiental, foram apresentadas: durante a Conferência Interparlamentar sobre o Meio Ambiente, realizada em WASHINGTON, entre 29 de Abril e 02 de Maio, por iniciativa do Senado norte-americano, foi proposta a criação de um fundo para estabilizar o crescimento populacional e para promover o desenvolvimento sustentado no Terceiro Mundo consonante com a preservação ambiental; no dia 08 de Maio, durante a Reunião Conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, discutiu-se a idéia de um fundo que proveria empréstimos a países em desenvolvimento para projetos ambientais de impacto global. Esta proposta, de iniciativa da FRANÇA e da ALEMANHA OCIDENTAL, já havia sido

discutida anteriormente em uma reunião em PARIS, envolvendo 17 países potenciais doadores de recursos e representantes do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento (PNUDE).

Em todas estas ocasiões, o governo norte-americano reiterou a posição de apoiar a assistência financeira somente através dos mecanismos já existentes. Contudo, a recusa do governo norte-americano despertou reações de grupos ecológicos e mesmo de setores industriais, internamente, bem como de países signatários do protocolo de MONTREAL, como FRANÇA e INGLATERRA, além de diversos organismos internacionais. Entendiam que a posição dos ESTADOS UNIDOS poderia inviabilizar o esforço para abolir por completo a produção e o uso de clorofluorcabonos até o final do século, uma vez que os países em desenvolvimento não disporiam de recursos suficientes para desenvolver alternativas de substituição e para compensar perdas para as indústrias com programas já instalados ou em instalação, envolvendo aquele produto.

A decisão de apoiar a criação de um fundo representa um recuo do governo norte-americano que vinha se opondo ao estabelecimento de quaisquer outros mecanismos ou programas de assistência financeira para o equacionamento de problemas ambientais, além daqueles já existentes, em particular no âmbito do Banco Mundial, e ao aumento dos recursos já disponíveis para esse fim. Esta mudança no posicionamento norte-americano pode ser explicada a partir dos seguintes fatores: em primeiro lugar, o forte criticismo a que ficou exposto o governo, pois este assumira claros compromissos, interna e externamente, voltados para a proteção do meio ambiente; em segundo lugar, o montante de recursos com que os ESTADOS UNIDOS contribuirão para o fundo, cerca de 25 milhões de dólares, não difere do já previsto pelo governo a ser destinado à finalidade em questão e já está autorizado pela Câmara dos Representantes; finalmente, ao rever sua posição, o governo norte-americano viabiliza as negociações em torno de um pacote de emendas ao protocolo de MONTREAL que visam a compatibilizar os esforços para abolir, até o final do século, a produção de substâncias que destroem a camada de ozônio. Estas negociações deverão ser concluídas durante a segunda reunião a nível ministerial entre as partes do protocolo de MONTREAL, a realizar-se em LONDRES entre os dias 27 e 29 de Junho.

Documento elaborado em 25 JUN 90

9004719

Nº C SIAIC
Título: Situação atual do Partido Comunista
Serviço Brasil 20362
27-6-90
CHILE 65709
Fol 11164
P Fol. 11304

INUR Nº 436.21/060790 01/04

CHILE - Situação atual e tendencial do Partido Comunista.

O Partido Comunista Chileno (PCCh), assim como alguns de seus mais expressivos similares latino-americanos, está sofrendo uma das crises existenciais mais significativas de sua história. O conteúdo da crise ainda não parece bem delineado, porque a informação que flue da fechada organização é fragmentada e cheia de contradições e a "glasnost" soviética — transparência — ainda não foi aparentemente digerida pelo partido.

A origem do partido remonta a 1912, com a fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores, que, em seu IV Congresso, em 1922, decidiu aderir à Terceira Internacional e adotou o nome atual. Em 1969, era o terceiro maior partido comunista fora do mundo socialista. Nas eleições presidenciais de 1970, fez parte da coligação que sob a égide da Unidade Popular elegeu SALVADOR ALLENDE GOSENS, de cujo governo fez parte, recebendo cargos ministeriais.

Após o golpe de Estado do Gen AUGUSTO PINOCHET, o partido foi proscrito, perseguido e fortemente golpeado, passando a atuar clandestinamente no país e no exílio e adotou como lema político a aceitação de "todas as formas de luta para derrotar o regime fascista". Isto o levou a conduzir ações terroristas através da "Frente Patriótico MANOEL RODRIGUEZ" (FPMR), seu braço armado.

A partir de 1987, o PCCh começou a dar sinais de que apoiaria eleições livres, porém sem PINOCHET. Nesse ano, tomou-se conhecimento da existência de duas alas no seu interior: uma mais moderada, apoiada por líderes trabalhistas e antigos políticos, e outra mais radical, partidária da "rebelião popular".

À medida que o regime do Gen PINOCHET se encaminhou para uma abertura política, o PCCh começou a se integrar na vida do país sem renunciar à sua concepção política dúbia de favorecer um entendimento pacífico, ao mesmo tempo em que endossava o uso da violência seletiva.

O ano de 1988 foi dominado, politicamente, pelo plebiscito destinado a conceder mais um período de oito anos ao Gen PINOCHET. A divisão no partido se acentuou entre os que desejavam se unir à oposição de esquerda, que pretendia participar do plebiscito e negar um novo mandato a PINOCHET, e os que preferiam simplesmente boicotá-lo. A racionalidade fez com que os comunistas, no

meio do ano, decidissem apoiar a coalizão dos partidos de oposição.

Em 1989, o partido realizou seu XV Congresso em situação clandestina, que, em 14 de maio daquele ano, encerrou-se dividido em três correntes: a "conservadora", a "moderada" e uma terceira, dirigida por intelectuais, um tanto quanto indefinidos. O resultado do Congresso foi uma solução de compromisso. Por um lado, reafirmou-se a estratégia de "rebelião popular", por outro, foi designado o ex-Senador VOLODIA TEITELBOIM como Secretário-Geral, a indicar a adoção pelo partido de uma linha política mais próxima de um modelo institucional e na verdade um "tertius" que logrou salvar a estrutura partidária da cisânia irreversível.

Após a vitória das oposições no plebiscito e para assegurar a sua sobrevivência política, o partido decidiu apoiar a candidatura única do ex-Senador PATRICIO AYLWIN à Presidência da República e a concorrer às eleições parlamentares através do Partido Amplo da Esquerda Socialista (PAIS), tendo como meta derrotar o regime militar e estabelecer um governo de transição no país.

Concorrendo em treze dos sessenta distritos eleitorais, os comunistas obtiveram, em média, quinze por cento dos votos, mas não conseguiram eleger nenhum parlamentar. Assim mesmo, o partido considerou positiva a sua participação em condições de semilegalidade, mas dando um passo significativo em direção ao estabelecimento da democracia no país.

A liberdade política obtida pelos chilenos, após a vitória das oposições nas eleições de 14 de dezembro, precipitou as discussões no interior do partido e a crise se acentuou. Dois grandes fatores, um externo e um interno, afastam as massas dos apelos psicológicos da ideologia marxista. O primeiro abarca o desabamento do comunismo na EUROPA ORIENTAL, a "glasnost", a "perestróika", o novo pensamento político da UNIÃO SOVIÉTICA, e pesa sensivelmente sobre o PCCh, "um entusiasta e fiel seguidor de MOSCOU", mas que sofreu duramente durante o regime militar. O outro fator, interno, é fruto das melhores condições econômicas do país, após as reformas de natureza capitalista implantadas pelo antigo regime, aliadas ao repúdio universal ao comunismo e à violência política, vinculada ao terrorismo.

A interação dessas condicionantes cria um estado de ebulição no interior do partido já dividido e sem vitórias a anunciar nos últimos dezesseis anos, seja em eleições, seja na "rebelião popular".

900472

Em fevereiro de 1990, começaram a se acentuar as notícias de crise no interior do PCCh. Os fatores retromencionados agitaram o partido gerando expectativas, como, por exemplo, as relacionadas com as bases para um novo programa. PATRICIO HALES, antigo porta-voz da organização, proclamou a necessidade da realização de uma instância maior, um congresso extraordinário, em virtude da profundidade da necessidade das mudanças do comunismo no mundo. EMILIO GAUTIER, intelectual do partido, discutiu a crise na grande imprensa, quebrando um dogma **"sagrado"** do partido: o **"centralismo democrático"**. GAUTIER acha que renovar para uns é voltar à tradição comunista; para outros é fazer do comunista um partido de ação, na perspectiva do poder; e, por fim, há ainda os que acreditam que é melhor mudar tudo, integralmente.

Na verdade, o que parece existir é uma corrente renovadora, que quer efetuar mudanças, e outra conservadora, que quer manter os dogmas do marxismo.

Em abril, nove destacados membros do partido, encabeçados por HALES, tornaram pública a crise ao abandonarem o PC e criticarem a direção por **"afastar-se dos interesses do povo chileno, por errar na concepção político-ideológica e por enfrentar com superficialidade as crises do mundo socialista."** A imprensa chilena veicula que cerca de dois mil militantes se afastaram do PC e ingressaram no Partido Socialista, ao mesmo tempo em que alerta para a pugna no interior da organização, o que poderá levá-la à cisão:

A derrota do regime militar nas eleições presidenciais e o apoio dado a PATRICIO AYLWIN fizeram com que o partido modasse sua posição quanto à tese da **"rebelião popular"** . VOLODIA TEITELBOIM critica a luta armada e a FPMR por declarar que continuaria a executá-la: **"parece-me uma delaração que precisa ser melhor meditada, porque nos parece não ser acertada"**, declarou o Secretário-Geral do PCCh.

O resultado da **"conferência"** mostra que não há unidade de ação no interior do partido. A linha moderada foi atendida com o início do processo de legalização e a negação da luta armada. A linha conservadora, também, foi aquinhoada com a manutenção do princípio do **"centralismo democrático"**, que visa a coibir as dissenções que se generalizam no interior da organização, forçando seus militantes a seguirem obedientemente as diretrizes da direção do PC.

Assim, verifica-se, conclusivamente, que a crise não foi abortada com a **"conferência"** realizada, tendo sido apenas re

freada. Parece haver um consenso na militância acerca da necessidade de uma ampla discussão em todos os degraus do partido de uma maneira bem ampla e aberta. Para isso, julga que o PC precisa de um "congresso" que adote uma linha política consensual e uma nova direção, que represente o pensamento da maioria de seus militantes o que, aliás, é tendência visível na maioria dos PC latino-americanos. A continuar com a atual direção, que é fruto de um "congresso" clandestino realizado sob um regime político hostil, a crise política será apenas postergada, pois o PCCh almeja voltar a influir nos destinos do país, como já o fez.

* * *

Documento elaborado em 27/06/90

Nº [illegible]

TITU: Adoção de medidas contra o terrorismo [redacted] do tráfego aéreo.

F[illegible] Sumário Brasil 20362

[illegible] 21-6-90

[illegible] EEUU 65890
T. 41 1116
Subv. 11140

EUA - Adoção de medidas de contenção da ameaça terrorista contra o tráfego aéreo. Reflexos e tendências.

Recentemente, uma comissão constituída pelo Presidente GEORGE BUSH, em Ago 89, para analisar os efeitos e a extensão da ameaça terrorista internacional e propor medidas para sua contenção, apresentou seu relatório final ao Governo dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA).

Conforme o parecer final da aludida comissão, o Governo dos EUA deve adotar, sempre que possível, medidas preventivas de caráter militar contra as bases de grupos terroristas em países que lhes concedem apoio e homizio. Recomendou, igualmente, que se dinamize a atividade de Inteligência com o intuito de prevenir atentados e se obtenham dados para a realização de ações militares contra o terrorismo.

Outro aspecto da luta antiterrorista enfocado pela citada comissão, foi a necessidade de se aperfeiçoar os equipamentos de detecção de explosivos instalados nos aeroportos dos EUA e da EUROPA OCIDENTAL, os quais têm-se mostrado pouco eficientes.

Tal comissão, como se sabe, foi criada na esteira do rumoroso atentado que vitimou o Jumbo da PAN AM em LOCKERBIE, ESCÓCIA, em 21 Dez 88, e suas "recomendações", amplamente difundidas pela imprensa internacional, parecem conformar, na prática, um inequívoco recado aos governos sabidamente envolvidos com atos de terrorismo internacional, como é o caso do IRÃ, SÍRIA, LÍBIA e CORÉIA DO NORTE, entre outros.

No que concerne à recomendação para o apefeiçoamento de medidas antiterroristas nos terminais aeroportuários, cabe frisar que tal temor não parece infundado.

Com efeito, a crescente utilização em atentados aéreos de explosivos plásticos artificialmente disfarçados tem intimidado usuários de empresas aéreas - em especial norte-americanas e israelenses -, bem como tem conseguido demonstrar, de forma inequívoca, a incapacidade das autoridades responsáveis pela segurança dos aeroportos e das aeronaves em prevenir e neutralizar ataques terroristas.

O temor generalizado e a sensação de impotência diante da ameaça terrorista se agravaram após a intensa divulgação dos resultados das investigações conduzidas para apurar as responsabilidades pela autoria do atentado contra o Jumbo da PAN AM, ampliando-se mais ainda após os atentados que vitimaram uma aeronave da UTA, em 19 Dez 89, sobre o deserto de TENERE, na NIGÉRIA, e um BOEING da AVIANCA, na COLÔMBIA, em 27 Nov 89. Nesses três atentados morreram 552 (quinhentas e cinquenta e duas) pessoas.

De acordo com o apurado no atentado de LOCKERBIE, o

9004-21

de maior repercussão, os terroristas teriam logrado introduzir na aeronave sinistrada uma carga de explosivo plástico disfarçada no interior de um aparelho de video-cassete, conseguindo burlar, destarte, sofisticadas barreiras existentes em aeroportos considerados seguros. Aparelho semelhante ao pretensamente utilizado no atentado sobre LOCKERBIE foi encontrado em um imóvel utilizado por extremistas da "FRENTE POPULAR DE LIBERTAÇÃO DA PALESTINA - COMANDO GERAL" (FPLP-CG) - grupo dirigido por AHMED JIBRIL e com "tradição" na utilização de engenhosos artefatos explosivos - em WIESBADEN/RFA, em Set 88, o que reforça as suspeitas de que aquele grupo apoiado pelo IRÃ e pela SÍRIA estaria envolvido no célebre ato terrorista.

Nos atentados da NIGÉRIA e da COLÔMBIA, cujas suspeitas recaem, respectivamente, sobre ativistas do fundamentalismo islâmico xiita ligados ao "HIZBALLAH" e ao IRÃ, e no caso da aeronave da AVIANCA, atribuído aos sicários a soldo do "terrorismo do narcotráfico", verifica-se a existência de um traço de similitude com o praticado contra o Jumbo da PAM AM: a utilização de uma pequena, porém altamente deletéria, carga de explosivo plástico.

Com vistas a anular a aparente vantagem terrorista - decorrente da criatividade que caracteriza seus atos e da utilização de explosivos, como o "SEMTEX" e o "C4", não detectáveis por sensores convencionais - ingentes esforços vêm sendo desenvolvidos por setores empenhados em tecnologia de segurança nos EUA. Um dos resultados de tais pesquisas é o aparelho denominado "Analisador térmico de Neutrons" (ATN), capaz, teoricamente, de detectar a presença de matérias que contenham altas concentrações de nitrogênio, como é o caso dos explosivos plásticos.

Um desses aparelhos já vem sendo testado com aparente sucesso no Aeroporto JOHN KENNEDY, em NOVA IORQUE, o que motivou a Administração Federal de Aviação Civil norte-americana a decidir instalar outras unidades do gênero nas áreas de embarque de empresas de aviação dos EUA em cerca de quarenta dos mais importantes aeroportos do mundo. As empresas norte-americanas, em conjunto com o Governo dos EUA, deverão dispender um total de US$ 839 milhões nos próximos dez anos, com vistas a implementar esse esquema de segurança.

A adoção em larga escala de tais sensores parece vir ao encontro da recomendação da Comissão de terrorismo do governo e, aparentemente, decretar o fim da supremacia de uma arma terrorista até aqui bem sucedida, pois mesmo quando não utilizada gerava pânico, o que é, naturalmente, um dos principais objetivos do terror.

Convém observar, contudo, que basta uma pequena quantidade de explosivo plástico para se produzir um atentado aéreo, além do que a criatividade parece conferir aos terroristas meios de driblar até os mais sofisticados recursos tecnológicos.

Há que ressaltar, por outro lado, que o elevado custo dos aparelhos sensores imporá, inevitavelmente, a adoção de um critério de seletividade que excluirá áreas onde, atualmente, os terroristas não atuam. Isso poderá reforçar a tendência geral do terrorismo internacional em procurar áreas periféricas de atuação, distantes da EUROPA OCIDENTAL, EUA e ISRAEL, onde as medidas de segurança lhe dificultam a ação.

Nesse contexto, é admissível que um atentado realizado em BUENOS AIRES, por exemplo, contra uma aeronave norte-americana, terá, inevitavelmente, a mesma repercussão que um atentado perpetrado em NOVA IORQUE ou em FRANKFURT, com a suposta vantagem de oferecer menores riscos aos seus executantes.

Assim, não se descarta a possibilidade da continuação do emprego do explosivo plástico em atentados - afinal a melhoria na segurança é uma tarefa para execução a longo prazo - bem como de incremento no número de atentados praticados a partir de países considerados periféricos, no que concerne ao cenário principal de tal tipo de conflito.

Cabe ressaltar, finalmente, que a simples exibição dos números contidos na quantia dispendida pelas empresas e pelo Governo dos EUA no desenvolvimento e instalação do novo esquema contra atentados já se afigura suficiente para demonstrar que, mesmo sem agir, o terrorismo cumpriu a sua finalidade de produzir prejuízos materiais aos seus alvos.

* * *

Documento elaborado em 21/06/90

Situação interna
Serviço Sisdi 20302
Agosto 89
SERINDAM 10084
F Pol 11164
Sets Var. 11302

01/02

INUR Nº 0578.3/29 AGO 89

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
Dirección General de Información de Defensa
Fecha de Entrada 5 OCT 89
Pase a DESE/DF
Nº de Identificación 1463/89

SURINAME. Situação interna: quadro atual.

Segundo dados recentes de fontes de informações em PARAMARIBO, é preocupante a situação atual no país, durante a ausência do Presidente da República RAMSEWAK SHANKAR, ora em visita oficial ao BRASIL.

As maiores preocupações internas giravam em torno do processo de pacificação nacional. O ponto crítico, porém, deslocou-se para a "convivência entre o Governo civil e as Forças Armadas". As mudanças de visão do Presidente SHANKAR e do Vice-Presidente HENK ARRON, agora em discordância com a ótica da "Autoridade Militar" (órgão de cúpula castrense), um pouco antes da viagem presidencial à BRASÍLIA, foram causas do surgimento de um impasse político-militar entre esses líderes e o Chefe das Forças Armadas, Comandante DESIRÉ BOUTERSE. Na ocasião do embarque do Presidente SHANKAR no Aeroporto de ZANDERIJ, no dia 9 Ago 89, nenhuma autoridade militar marcou presença, evidência inequívoca da eventual instalação de um clima de confrontação entre os poderes civil e militar.

Tais divergências e posturas teriam advindo após os debates em torno do controvertido "Acordo de KOUROU" (assinado na GUIANA FRANCESA, entre uma delegação governamental e a guerrilha surinamesas). No início do mês, o Conselho de Estado e a própria Assembléia Nacional (órgão supremo da Nação) discutiram o documento, sem chegar a entendimentos ou consenso entre seus membros sobre vários pontos do instrumento. Naquela oportunidade, o Presidente SHANKAR, em cadeia de rádio e TV, anunciou que o Governo considerava o Acordo como uma boa base para a busca da paz, da reconciliação e da segurança nacional e daria início, em bre

9004722

ve, à sua "implementação". É verdade que para os pontos mais sensíveis como "a incorporação de membros da guerrilha à força policial" espera convocar todas as partes envolvidas para uma solução consensual. De imediato, a liderança militar interpretou essa atitude como um giro completo dos principais líderes civis (do Presidente SHANKAR e do Vice-Presidente ARRON) de uma posição em consonância com as Forças Armadas para uma posição oposta (defendida pelo Presidente da Assembléia Nacional, JAGGERNATH LACHMON).

São diversas as opiniões sobre o "Acordo de KOUROU" a partir de diferentes segmentos da população. Associações empresariais importantes são favoráveis ao Acordo. Partidos políticos oposicionistas em geral, apesar de não se associarem à posição das FFAA (à exceção do Partido Nacional Democrática — NDP) fazem restrições ao documento e criticam a "atitude ambivalente" do governo em relação aos militares.

Ainda na visão dessas fontes de PARAMARIBO, os termos do "Acordo de KOUROU" contariam com o apoio dos atores externos habituais (EUA, HOLANDA e FRANÇA), que veriam neles uma forma de neutralizar a influência das Forças Armadas no cenário surinamês, favorecendo assim a Polícia, a quem se julga mais ligada à HOLANDA.

Há de se ressaltar que outros observadores da atual situação no SURINAME vêem o impasse conjuntural com possibilidades de ser contornado sem a utilização de soluções radicais.

*

A revogação do Acordo de KOUROU é improvável na conjuntura atual, particularmente pelo respaldo externo que recebe. Todavia, a implementação de cláusula que incorpora à guerrilha à Polícia é inviável. Qualquer insistência nesse sentido representará a intervenção militar no processo político.

A tendência é a de que se busque uma certa acomodação, mediante concessões à guerrilha sem desafios às Forças Armadas.

* * *

DATA DA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO: AGO 89

900472

TIPO: Reunião de Presidentes (Encontro)
PROC: Brasília, Brasil 20362
FECHA: 22-6-90
GUATEMALA 66094
Fol 11164
Ref 11399

INUR Nº 406.21/280690 01/02

AMÉRICA CENTRAL

- Reunião de cúpula prega a integração regional

Os Presidentes dos cinco países centro-americanos participaram de reunião, em ANTIGUA/GUATEMALA, nos dias 16 e 17 Jun 89, com a finalidade básica de buscar formas para melhorar o desempenho da economia regional. Foram abordados temas como a criação do Mercado Comum e a implementação do Parlamento Centro-Americano - este último ainda não referendado pela COSTA RICA -, como formas de favorecer a integração das nações do istmo. O PANAMÁ, normalmente alijado da participação em atos dessa natureza, participou como observador, o que foi entendido como um avanço no processo de integração regional.

O Secretário de Estado do Governo norte-americano, JAMES BAKER, esteve em ANTIGUA, no dia 18 Jun 90, onde manteve entrevistas individuais com os seis Presidentes. Segundo BAKER, WASHINGTON apoiaria a formação de uma associação econômica centro-americana - similar ao grupo de 24 nações constituído para coordenar o desenvolvimento de países da EUROPA ORIENTAL - da qual participariam a Comunidade Européia, o JAPÃO e outros países, como co-Presidentes, com um Secretariado presidido pelos EUA. Essa proposta, divulgada antes da chegada de BAKER, embora tenha recebido a 'complacência' dos países da área, foi vista com reservas pelos mandatários dos países do istmo, que a entendem como mais uma tentativa da Casa Branca no sentido de exercer controle sobre a AMÉRICA CENTRAL.

À última hora, foi incluído na agenda um tópico a respeito da desmilitarização da área - estranho ao objeto do encontro -, por iniciativa da Presidenta da NICARÁGUA, VIOLETA BARRIOS DE CHAMORRO. O assunto foi recebido com reservas pelo Presidente de EL SALVADOR, ALFREDO CRISTIANI, que, embora manifestando simpatia pela idéia, não tem como viabilizá-la porque os efetivos militares de que dispõe tem-se mostrado incapazes de sobrepujar a atuação da guerrilha e pôr fim ao conflito interno, com características de guerra civil, que há dez anos aflige o país.

O desfecho da cúpula de ANTIGUA, embora tenha se dado em clima de euforia, ressuscita uma tradicional frustração dos dirigentes centro-americanos, que aspiram resolver os problemas regionais sem a incômoda interferência dos EUA. O impasse verificado em ocasião anterior - o mais recente, no Acordo da GUATEMALA (ESQUÍPULAS II), tentativa de cunho estritamente regional para a pacificação do istmo - talvez tenha induzido os mandatários a aceitar, embora com restrições, a participação dos EUA, aliado a outras nações, na monitoração dos resultados decorrentes das futuras ajudas. A relativa receptividade parece ter suas origens no entendimento de que a proposta de WASHINGTON visa à região como um todo e não às nações isoladamente. Sob essa ótica, entretanto, é preciso ressaltar que os esforços serão infrutíferos caso as lideranças do istmo não passem a abominar as práticas radicais, típicas do cenário regional, com vistas à obtenção da integração centro-americana. Como exemplo, cita-se a questão da desmilitarização da área. É previsível que surjam barreiras em países onde os militares exercem consideráveis controle e influência, como em EL SALVADOR e GUATEMALA, que certamente atuarão como óbices a um pretenso equilíbrio na balança do Poder.

9004723X

Assim, a intensificação das hostilidades e a demonstração de força das partes aumentam as possibilidades da deflagração de uma nova guerra na região, cujas conseqüências seriam imprevisíveis em razão do alto poder bélico das partes, a incluir armas químicas e nucleares.

* * *

Documento elaborado em 22/06/90

PARTES POCO LEGIBLE

9004723

Nro. 028/90
20 AGO 90

M E M O R A N D U M

ASUNTO : ENCUESTA SOBRE EL CONFLICTO DEL GOLFO PERSICO REALIZADA EN EE.UU.
FUENTE : NEWSWEEK DEL 20 AGO 90
TEXTO : REUNIENDOSE ALREDEDOR DE LA BANDERA :

El público apoya abrumadoramente la respuesta de Bush a la crisis del golfo y cree que la fuerza militar debería ser usada si vidas americanas se ven amenazadas.

- ¿Aprueba o desaprueba la manera en que el Presiente Bush está manejando la situación que envuelve a Irak y Kuwait?
  77% Aprueba 13% Desaprueba

- ¿Ahora que fuerzas norteamericanas han sido enviadas a Arabia Saudita y otras áreas del Medio Oriente, deberían comprometerse en un combate si Irak; (aquellos que han dicho si) :
  94% - Ataca fuerzas norteamericanas
  79% - Mata a civiles norteamericanos en Kuwait e Irak
  67% - Invade Arabia Saudita
  61% - Apresa rehenes civiles americanos..
  58% - Comienza a controlar o cortar el petróleo mundial
  42% - Se niega a abandonar Kuwait y restaurar sus autoridades

- Si rehenes civiles son tomados, ¿Estaría usted a favor de misiones militares de rescate, aún si algunos rehenes o tropas norteamericanas pudieran resultar muertos? ¿O se opondría a tales misiones ?
  62% A favor 29% En contra

- Algunas personas apoyarían un asesinato solapado del líder iraquí SaddamHussein como una forma de acabar rápidamente la actual crisis de Medio Oriente. Otros se oponen a tal plan aún si éste funcionara ¿Cual se acerca más a su punto de vista?
  34% A favor 58% En contra

- ¿Están tomado ventaja las compañías petrolíferas americanas , de la situación de Medio Oriente al subir los precios arbitrariamente ?
  93% Sí 6% No

Nº. DOCUMENTO
TITULO Encuesta sobre el conflicto del Golfo Pérsico realizada en EEUU.
PROCEDENCIA
FECHA 20-8-90
VIA EEUU 6589
T. S.COS. 11165
Encuesta de Opinión 11323

01-03 900724 X

FUENTE: NEWSWEEK, 3 DE SETIEMBRE DE 1990.

Mientras los americanos continúan respaldando el despliegue de Bush en Medio Oriente, ellos quieren darle más tiempo a la diplomacia y tienen sentimientos mezclados en cuanto a un rescate de rehenes que podría costar miles de vidas.

-Usted aprueba o desaprueba la manera en que el Presidente Bush está manejando la situación que envuelve a Irak y Kuwait.

75% Aprueba 18% Desaprueba

-¿Debería Bush comenzar la acción militar contra Irak , o debería esperar a ver si las sanciones diplomáticas y económicas son efectivas?

17% Comenzar la acción 80% Esperar

-Si la lucha comenzara,¿ debería el Presidente Bush ordenar ataques a posiciones Iraquíes, aún si rehenes norteamericanos y de otras naciones extranjeras están siendo retenidos en tales posiciones?

57% Debería ordenar ataques
26% No debería

-Si la única manera de rescatar miles de rehenes norteamericanos y de otras naciones es a través de una acción militar en la cual cientos de otros rehenes y miles de soldados americanos fueran muertos, ¿ Usted apoyaría o se opondría a tal operación ?

49% Apoyaría 38% Se opondría

-¿Están los siguientes países haciendo todo lo posible para ayudar a resolver la crisis? (Porcentaje diciendo que no están haciendo lo suficiente)

53% Naciones Arabes 59% Japón
51% Naciones Europeas 58% Unión Soviética

-Algunas personas dicen que Estados Unidos está declinando como poder mundial, ¿Está usted de acuerdo o en desacuerdo?

37% De acuerdo 55% En desacuerdo

-¿Piensa usted que el Presidente Bush está desperdiciando demasiado tiempo en vacaciones durante la crisis corriente?

38% Si 55% No

-Si EE.UU. inicia acción militar contra Irak, ¿Causará esto problemas muy serios a EE.UU. a través del mundo Arabe,problemas un poco serios, problemas no tan serios o no causará problemas?

29% Muy serios 18% No demasiado serios
42% Un poco serios 8% Ningún problema

-¿Cuál de los siguientes debería estar entre las metas de las fuerzas de EE.UU. y cuales no?

	Debería ser una meta	No debería.
-Rescatar tantos rehenes como sea posible	92%	7%
-Forzar a Irak a abandonar Kuwait	84%	10%

	Debería ser una meta	No debería
-Restaurar el antiguo gobierno de Kuwait	70%	20%
-Destruir las armas nucleares y químicas de Irak y su capacidad militar,	78%	17%
-Quitar al gobierno de Saddam Hussein del poder.	73%	19%

Nº. DOC.:
TITULO: CAIDA EN EL DEFICIT DE EEUU
PROC.: Diario Financiero 15ec27
FECHA: 20892
VINCUL.: EEUU 65890

F. Económico 11161
Edo. de los Negocios Eco. 11320

Caída record en el déficit de EE.UU.

***Washington** (Reuter) — El déficit comercial de los Estados Unidos cayó **34,7 por ciento a 5070 millones de dólares en junio debido a un record de exportaciones, y la cifra marcó el mejor desempeño comercial en más de siete años**, dijo el viernes el **Departamento de Comercio**, que dirige Robert Mosbachev.*

*Tras la mejora en los resultados del intercambio se **ubica una caída en las importaciones de petróleo de los Estados Unidos, que descendieron 15 por ciento a 3690 millones de dólares en junio, desde 4320 millones de dólares en mayo.***

***Las cifras sorprendieron a los economistas, que esperaban que el déficit disminuyera sólo levemente desde un revisado de 7770 millones de dólares en mayo.** Fue la menor brecha mensual desde un déficit de 3960 millones de dólares en junio de 1983.*

***La sorprendentemente firme cifra dio el viernes un respiro al acosado dólar, que alcanzó mínimos records el jueves en medio del pesimismo acerca de la economía y el Medio Oriente.** El dólar cotizaba a 147,25 frente al yen y 1,5535 marco el jueves.*

• Informe

El informe comercial apunta a una inesperada fortaleza económica y dice que las exportaciones aumentaron en junio 4,6 por ciento a un record de 34.300 millones de dólares, desde 32.770 millones en mayo. Las importaciones cayeron 2,9 por ciento a 39.370 millones de dólares, frente a 40.540 millones de dólares en mayo.

En los primeros seis meses el déficit disminuyó 15,7 por ciento desde un año antes, a 45.810 millones de dólares.

El entusiasmo por la significativa mejora de los resultados comerciales estadounidenses se vio empañado por la crisis en el Medio Oriente, que provocó volatilidad en los mercados financieros mundiales.

El costo del crudo importado aumentará marcadamente en los próximos meses debido a los mayores precios registrados a partir de la invasión a Kuwait.

El volumen de importaciones de petróleo cayó en junio a 252 millones de barriles, desde 278 millones de barriles en mayo, mientras que los precios bajaron 93 centavos por barril a 14,64 dólares.

El déficit entre las exportaciones y las importaciones

Robert Mosbacher

*estadounidenses cayó para todo 1989 a **108.990 millones** de dólares, desde 118.530 millones en 1988 y un record de **152.000 millones de dólares** en 1987. Pero los economistas han prevenido que el progreso en la reducción del déficit comercial podría tornarse difícil si la economía no se desacelera y se atempera el apetito de la nación por productos del exterior.*

*El déficit comercial de los Estados Unidos con Japón aumentó a **3070 millones de dólares en junio, desde 2970** millones en mayo. Cerca de la mitad del déficit comercial estadounidense fue en 1989 con Japón, y ambas naciones han negociado para mejorar su balanza comercial.*

Los Estados Unidos registraron un superávit comercial de 806 millones de dólares con Europa occidental en junio, frente a un excedente de 812 millones de dólares en mayo.

-01 •

900472 5

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO Inflación en julio 90'
PUBLICACION La Jornada Secc 15
FECHA DE PUB. 12-8-90
VINCULACION EE.UU. 05e90

F. Económica 11161
Inflación 11300

Inflación en EE.UU. aumentó un 0,4% en mes de julio

LA JORNADA 12-8-90

El índice de la inflación en Estados Unidos aumentó un 0.4 por ciento durante julio último, por lo que el incremento de los precios al consumo fue del 4,8 por ciento en los últimos doce meses, según informó ayer el Departamento de Trabajo. El incremento registrado en julio se debió al aumento de los precios de los productos alimenticios, mientras que los energéticos descendieron.

Economistas privados estadounidenses estiman que dado el aumento de los precios de los productos derivados del petróleo durante agosto, como consecuencia de la crisis del Golfo Pérsico, se puede esperar un ostensible aumento de la inflación en el mes.

Incluso sin el efecto del aumento de los precios de la gasolina, la inflación en Estados Unidos ha subido hasta el 5,8 por ciento durante los siete primeros meses de este año, en comparación con la tasa del 4,6 por ciento de todo el año 1989.

Las estadísticas difundidas por el Departamento de Trabajo confirman la debilidad de la economía de EEUU y constituyen un nuevo elemento de alerta por los efectos que puede tener la crisis del Golfo Pérsico. Las fuentes subrayaron que el índice de inflación del 0,4 por ciento de julio puede ser el último incremento moderado, ante las perspectivas pesimistas para el resto del año.

Durante julio, los precios de los productos alimenticios y bebidas subieron un 0,4 por ciento, lo que ha supuesto el tercer aumento consecutivo, aunque por debajo del incremento del 0,7 en junio.

El costo de los productos energéticos descendió un 0,7 en julio, tras producirse un ligero aumento en junio, y para el mes en curso se espera una fuerte subida, después del incremento de los precios de la gasolina en los últimos diez días, tras producirse la invasión de Kuwait por las tropas iraquíes.

La Cámara de Comercio de EE.UU. señaló la semana pasada que incluso sin los efectos de la crisis del Golfo Pérsico, la economía de Estados Unidos se encontraba a las puertas de una recesión y que el aumento de los precios del petróleo debilita aún más la economía del país.

9004726X

PROCEDENCIA La Nación 150 025
FECHA DE P 8-5-90
VINCULACIÓN EE.UU. 65880
F. 201 11160
Sgs Voc. 11302

OPTO. II EXTERIOR 8.5.90 AZ PICHARDO

Histórica jornada política en los EE. UU.

Un negro será el nuevo alcalde de Nueva York

8-5-90 LA NACION PRENSA LIBRE

WASHINGTON, 8 (AP). Candidatos demócratas negros lograron victorias electorales sin precedente, ocupando por primera vez en la historia la alcaldía de Nueva York y la gobernación en el Estado de Virginia.

Douglas Wilder es el nuevo gobernador de Virginia. En Nueva York, el demócrata David Dinkins ganó la alcaldía frente al republicano Rudolph Giuliani.

Otros demócratas negros que triunfaron en las elecciones municipales, y que por primera vez dirigirán las alcaldías de sus ciudades, fueron John Daniels, en New Haven, Conneticut, y Chester Jenkins, en Durham, Carolina del Norte. Michael White triunfó en Cleveland, reemplazando a George Voinovich, republicano. En la costa occidental, el concejal negro Norm Rice derrotó al republicano Doug Jewett por la alcaldía de Seattle.

En Detroit, Coleman Young, obtuvo un quinto mandato al derrotar a su oponente Tom Barrow.

La elección de ayer puso a políticos demócratas negros en control de las principales ciudades del país. Sin embargo, en Houston fue nuevamente elegida Kathy Whitmire, de raza blanca, y en Miami Xavier Suárez, otro blanco de origen cubano.

Tanto Wilder, vicegobernador demócrata de Virginia, y Dinkins, presidente del distrito de Manhattan, son candidatos que dirigieron sus llamamientos al electorado mayoritario.

Sus campañas fueron un agudo contraste con los llamamientos izquierdistas y populistas del predicador Jackson.

El personaje en la noticia

Una victoria de la conciencia

"Hemos alcanzado un nuevo hito en el camino de la libertad, hemos logrado una victoria, no sólo para los norteamericanos de origen africano, sino para todos los neoyorquinos y para todos los norteamericanos. La nuestra es una coalición de conciencias y propósitos... una coalición que tiene espacio para todos y no excluye a nadie."

Tales palabras fueron dichas por un político negro. Y fueron expresadas tras la victoria. Ese hombre de color es el nuevo alcalde demócrata de Nueva York, David Dinkins, quien, a pesar de preferir mantenerse siempre en un segundo plano, o, como señalan quienes lo conocen, en los pasillos del poder, es uno de los responsables no solamente de un triunfo de los hombres de color, sino es también quien ha patentizado que algo está cambiando en los Estados Unidos, es decir, demostrar que los blancos han logrado mayor madurez y seguridad.

Moderado, de diálogo afable, distante de la figura de ese predicador agresivo que es el reverendo Jesse Jackson, tiene sobre sus hombros una historia política personal que ronda los 25 años. Hace un tiempo, el Wall Street Journal dijo acerca de David Dinkins que era un "enigma... una falsa fuerza tranquila salpicada de debilidades e indecisiones".

Ex infante de marina, parece que siempre lo cubre una aureola diáfana. Al hablar, lo hace con voz grave y pausada. Pero lo que atrajo la simpatía de los electores no es su exterioridad, sino el sentimiento –y tal vez la esperanza– de que con él se podrán resolver los problemas que agitan la vida de la ciudad norteamericana más grande: Nueva York.

Tras estudiar en la Universidad Howard, de Washington, David Dinkins, fue criado en Harlem, se diplomó en derecho en 1956. Con el apoyo de los líderes demócratas de esa ciudadela, que es como una trastienda de la tentacular ciudad, comenzó su carrera política. En 1965, tras ejercer distintas responsabilidades secundarias, fue elegido presidente del distrito de Manhattan.

De vida monótona, sin estridencias sociales, se levanta a las 6 para trabajar en su departamento en la West Side (que ocupa desde hace 26 años). A veces, quiebra la rutina y le dedica algunas horas a otra de sus pocas pasiones: el tenis.

Amante del jazz (interpretado por las grandes agrupaciones), de las voces de Ella Fitzgerald y Billie Holiday, de las películas del lejano oeste y de las series de TV inspiradas en novelas de John Le Carré, alguna vez (entre 1969 y 1972) olvidó declarar sus ingresos. Tal negligencia le costó el cargo de teniente de alcalde de Abraham Beame, en 1953. El error fue reparado. Pero existió otro: las revelaciones sobre un traspaso de acciones de él a uno de sus hijos... la plusvalía no había sido declarada al fisco.

Frente a la victoria se encuentran los problemas inmediatos: la crisis neoyorquina de la basura, el SIDA, el "crack", los que carecen de vivienda. Y, fundamentalmente, las llagas raciales que periódicamente aparecen con estallidos de violencia. El prometió soluciones. Y le creyeron negros, y blancos.

Pero el tema es otro. Es él de un puñado de hombres que llevan sangre de esclavos africanos y que han ingresado en el ruedo de las decisiones. Y esos hombres representan, ni más ni menos, a la legión visible de la expansión de un grupo racial que, por años, fue marginado.

01501

9004727

Un informe del Centro de Estudios Nueva Mayoría reafirma una nueva hipótesis de los observadores internacionales

Amenazas del Tercer Mundo a la paz mundial

Una evaluación realizada por el Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría sobre el conflicto iraquí sostiene que se confirma la hipótesis norteamericana según la cual en esta década habrá mayores amenazas para la paz mundial provenientes del llamado Tercer Mundo que de las grandes potencias.

Según el estudio, las fuerzas armadas de los Estados Unidos tienen 2.197.000 hombres en las fuerzas activas (ejército, 35 %; armada, 27 %; fuerza aérea, 27 %; Infantería de Marina, 9 %, y Guardia Costera, 2 %), destacándose que el 10 % de ellos son actualmente mujeres (207.000), a las que se agregan 962.000 hombres de la reserva lista o pronta y unidades de la Guardia Nacional, con 577.000 hombres.

Cabe destacar que el Pentágono contempla reducir, entre este año y 1995, el 25 % de sus efectivos actuales.

La necesidad de adecuar las estructuras militares norteamericanas a las nuevas realidades estratégicas derivadas de la distensión con la URSS lleva a que Washington, dentro de ese plan de reducción de efectivos y estructuras militares, contemplara el incremento de las partidas tendientes a realizar operaciones en el Tercer Mundo, donde comenzaron a centrarse las hipótesis de conflicto más probables ya en 1989.

La operación realizada por los EE. UU. en Panamá, en diciembre pasado, fue una puesta a prueba de su capacidad militar para actuar rápidamente fuera del propio territorio en áreas donde no tiene una presencia militar norteamericana relevante.

Arduo debate

Debido a ello, a comienzos de este año se registró un arduo debate entre el Pentágono y las comisiones de Defensa del Parlamento respecto de si los fondos para este tipo de intervenciones militares en el Tercer Mundo debían ser destinados a la Fuerza de Despliegue Rápido del Ejército, que argumentaba en su favor el éxito obtenido con la intervención en Panamá, y los "marines", que reivindicaron su competencia específica por ser el elemento militar primario para actuar fuera del territorio propio.

La evidencia sobre la probabilidad de esta nueva hipótesis, que traslada hacia los conflictos locales en el Tercer Mundo mayores posibilidades de amenaza para la seguridad internacional, quedó confirmada en las últimas semanas:

A) En Liberia, un movimiento con apoyo islámico intentó derrocar a un gobierno pro occidental, planteándose una suerte de guerra civil que trajo como consecuencia la intervención de los "marines" para salvaguardar las vidas de los ciudadanos norteamericanos, mientras que los países pro occidentales de la costa atlántica del Africa Central preparan una intervención multinacional.

B) En el Caribe, en la isla de Trinidad, a los pocos días un movimiento insurgente con apoyo islámico también intentó derrocar a un gobierno pro occidental. Fracasó en su propósito, pero se constituyó en una amenaza en un área geográfica próxima al propio territorio de los Estados Unidos.

C) Pocos días después, Irak ocupó Kuwait y amenazó con operar contra el territorio de Arabia Saudita.

Conclusiones

Desde la perspectiva estratégica argentina se pueden extraer las siguientes conclusiones:

A) La suspensión del proyecto del Misil Cóndor II, que la Argentina fabricaba en colaboración con Irak, anunciada por el propio presidente Menem en abril, fue una medida oportuna, ya que, en caso contrario, nuestro país se encontraría ahora en una situación internacional compleja.

B) La eventual participación militar de la Argentina en el conflicto sólo tiene sentido en el marco general de una fuerza multinacional dispuesta por las Naciones Unidas y previa consulta a los países de la región con los cuales el nuestro aspira a tener una mayor integración.

C) Los hechos producidos en forma casi simultánea en Liberia, Trinidad y Kuwait confirman que surgen en los primeros años de la década del 90 mayores amenazas para la paz mundial en los llamados países del Tercer Mundo que en las grandes potencias.

D) Es evidente que la reestructuración del sistema militar norteamericano, que ya antes del conflicto iraquí apunta a potenciar los elementos militares de despliegue rápido para actuar fuera de los EE. UU., Europa y el extremo Occidente, va a acentuar esta dirección, con una mayor desaceleración de los programas de armamento nuclear y una intensificación de los programas tendientes a potenciar y tecnificar los armamentos convencionales.

E) En esta orientación, es previsible que el Comando Sur de los EE. UU., con sede en Panamá, del cual dependen las unidades militares norteamericanas estacionadas en América latina, tenga en términos relativos mayor significación que en las décadas anteriores.

F) Por último, la expansión del islamismo aparece hoy como un factor desencadenante de conflictos locales, más allá de los intereses estratégicos, económicos y nacionales, situación que tiene una influencia virtualmente nula en América del Sur.

Composición de las FF. AA. de EE. UU.

	Ejército	Armada	Infantería de Marina	Fuerza Aérea	Guardia Costera	Total
Fuerzas activas	777.000 (10 % mujeres)	585.000 (8 % mujeres)	198.000 (5 % mujeres)	601.000 (11 % mujeres)	36.000 (7 % mujeres	2.197.000 (10,6 % mujeres)
Reserva lista o pronta	601.000	227.000	87.000	29.000	18.000	962.000
Guardia Nacional	462.000	-	-	115.000	-	577.000
Reserva apresto o espera	500	11.000	1.500	25.000	-	38.000
Reserva retirada	87.000	29.000	5.000	54.000	1.000	176.000
Total	1.927.500	852.000	291.500	824.000	55.000	3.950.000

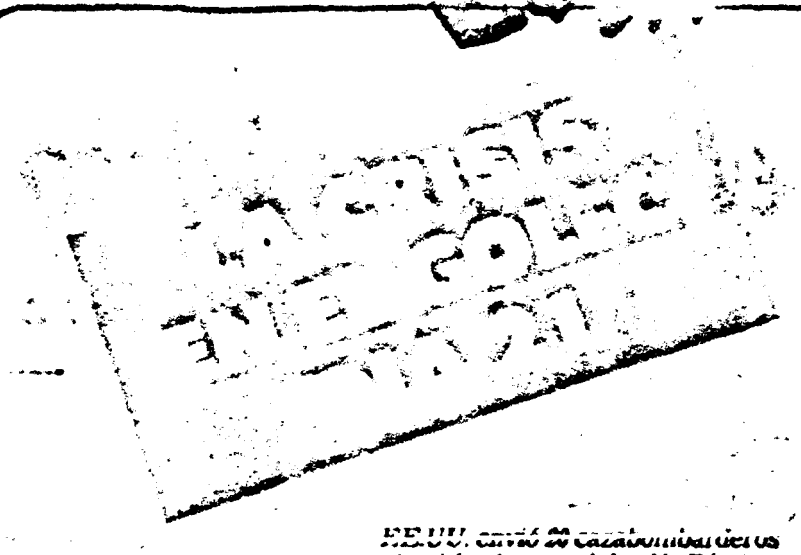
Fuente: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

Asientos de los comandos norteamericanos

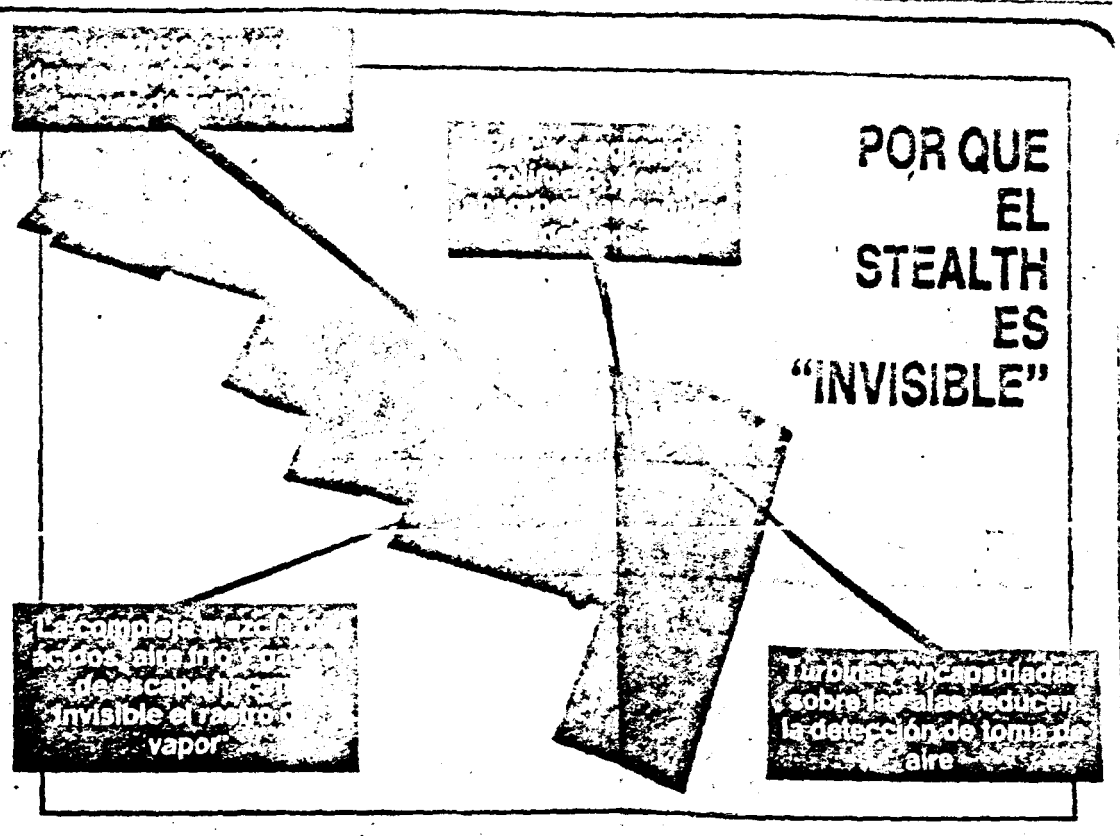
Regiones	Efectivos	%	% sobre efectivos en el exterior (574.000)
1 Territorio de los EE. UU.	1.623.000	74	
2 Europa occidental y Sur	340.000	15	59
3 Asia occidental, Pacífico	194.000	9	34
4 Africa, Cercano Oriente y sur de Asia	16.000	1 (0,7)	3
5 Hemisferio occidental (Norte)	10.000	1 (0,5)	2
6 Comando Sur	14.000	1 (0,64)	3 (2,7)
Total	2.197.000	100	100

Fuente: Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría.

9004728



EE.UU. envió 20 cazabombarderos Stealth a la zona del golfo Pérsico. Este avión de combate, invisible a la captación de los radares, es considerado la máxima amenaza que deberá enfrentar el régimen de Saddam Hussein ante la eventualidad de una apertura de hostilidades con Washington y sus aliados. En la otra nota se detalla el despliegue militar norteamericano en la región. Hasta el día de ayer las fuerzas de EE.UU. ascendían a 110.000 efectivos, cuatro portaaviones y cerca de 400 aviones de combate.



El avión "fantasma"

EL CAIRO, 23 (Reuter). — El gobierno de los Estados Unidos despachó 20 de sus 36 cazabombarderos F-117A al golfo Pérsico como parte del virtual cerco de hierro de aviones, buques de guerra y tropas que está estrechándose día a día en torno de Irak. Pero a diferencia de otras máquinas de ataque e interceptoras que se encuentran sobre las cubiertas de cinco portaaviones y aeródromos de Turquía y Arabia Saudita, el F-117A o "Stealth" ("Furtivo") plantea una amenaza especial, acaso la máxima, para el régimen del presidente Saddam Hussein.

Al apelar a los "Stealth", los supermodernos aviones "invisibles", aparatos que figuran entre lo más desconocido del arsenal de Washington, el presidente George Bush envió un claro mensaje a Bagdad, según los observadores de la crisis.

"Le están diciendo básicamente a Saddam que se cuenta con los medios para anular los centros de comando de Bagdad o Basora, así como otros centros nerviosos del aparato militar iraquí", dijo como resumen un agregado militar en la explosiva región.

♦ **Negro e invisible**

Tiene la altura de un edificio de dos pisos, 21 metros de largo y una envergadura de ala (largo entre puntas) de 52. No supera la velocidad del sonido y puede elevarse hasta un máximo de 15.000 metros. Es capaz de recorrer algo más de 10.000 kilómetros sin reabastecerse, y con aprovisionamiento en vuelo llega a los 18.000. Su costo es de 500 millones de dólares por unidad y la investigación y desarrollo de su diseño demoraron una década.

El objetivo del "Stealth" es penetrar sin ser detectado en el espacio aéreo enemigo, usualmente de noche, y atacar su blanco con gran precisión.

Su aspecto es el de una raya de mar, el de un bumerán o un murciélago. "Cuando fue mostrado por primera vez en público, gente entendida en aviación afirmó que nunca volaría", dijo un editor experto del *Janes Defence Weekly*, un semanario británico de temas de defensa.

Un avión es normalmente "iluminado" cuando su oponente activa un haz de radar que "engancha" el blanco, el que a su vez refleja un pulso que así vuelve a la pantalla de radar.

El bombardero "fantasma" no tiene curvas, solo aristas y superficies planas. No está hecho con una aleación metálica, sino de una combinación de plásticos y resinas. En realidad no elude los radares, sino que absorbe las señales y refleja un eco muy reducido.

Al eliminarse todas las curvas, no hay un punto en el que algún pulso de rastreo enviado al avión pueda rebotar para generar una "mancha" en el radar enemigo.

"Contra aviones convencionales, un buen operador de radar puede determinar, guiándose por el tamaño y forma de la 'mancha' en su pantalla, qué clase de aparato viene hacia él", explicó un piloto.

"Pero en este caso —agregó—, verá una luz indistinta, mucho más pequeña, y tal indicación podría pasarle totalmente inadvertida."

Los cazas chatos de color están diseñados para descomponer señales de rastreo y dispersar aire caliente que podría ser captado por misiles guiados por el calor. Además, su bodega puede llevar dos bombas de 900 kilos guiadas por láser, o armas antirradar. También está armado con misiles aire-aire para defenderse de interceptores enemigos.

Semanas después de la invasión norteamericana a Panamá, en diciembre, Washington admitió que el *Stealth* había hecho en el istmo su bautismo de fuego. "Allí el avión no se comportó muy bien", reconoció al mismo tiempo. Los analistas dicen que, de desatarse hostilidades en el golfo, el Pentágono podría comprobar su verdadera valía.

Despliegue militar de EE.UU.

Agencia Reuter

WASHINGTON, 23 (Reuter). — El siguiente es el detalle de las fuerzas militares estadounidenses que ya se hallan en Arabia Saudita o que, hasta las últimas horas del miércoles 22 de agosto, se encontraban en camino hacia el golfo Pérsico.

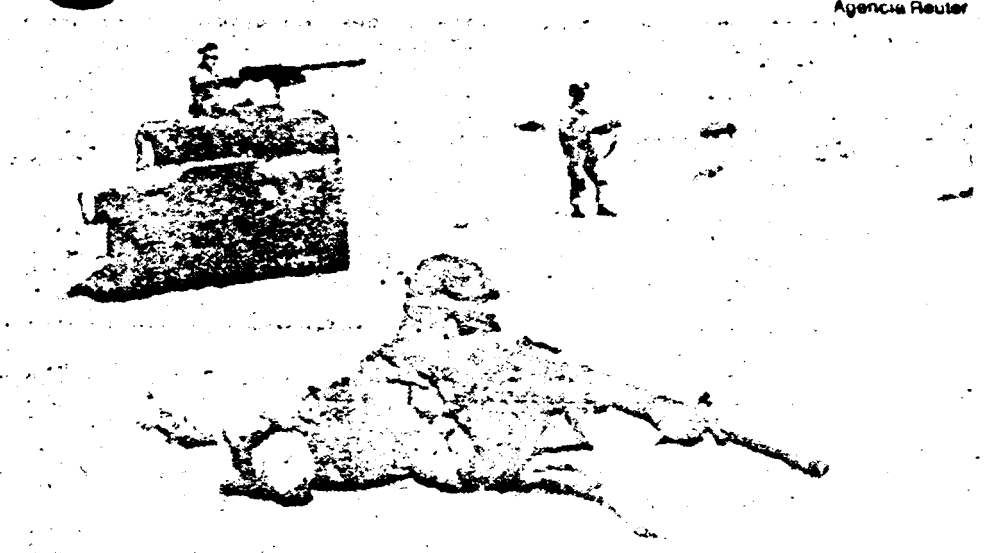
Ejército

Por lo menos una brigada de hasta 5.000 soldados de la 82ª División Aerotransportada y un elemento de avanzada de 2.900 hombres de la 101ª División Aerotransportada están ya en Arabia Saudita. Otros 15.000 integrantes de la 101ª salieron el miércoles de Fort Campbell (Kentucky) en convoyes de camiones dirigiéndose a Jacksonville (Florida), donde serán embarcados en buques o aviones con destino a Arabia Saudita. Armas: fusiles M-16, armas automáticas, misiles antitanque TOW hiloguiados, morteros de 81 mm, artillería de 105 mm, helicópteros de ataque Cobra y Apache equipados especialmente para combatir contra columnas de tanques y helicópteros de transporte Blackmann.

Elementos iniciales de 15.000 hombres de la 24ª División de Infantería Mecanizada salieron de Savannah (Georgia) por barco con tanques, vehículos blindados y otras armas el lunes con destino a Arabia Saudita. El resto será enviado en los próximos días.

Unidades de misiles antiaéreos Patriot y Stinger en Arabia Saudita pertenecientes a la 11ª Brigada de Artillería de defensa antiaérea del ejército.

Elementos del cuartel general del Tercer Ejército de Fort McPherson (Georgia). El Tercer Ejército es el comando de componente ejército del Comando Central estadounidense y es responsable de planes de emergencia, así como de comando y control, de todas las unidades de ejército involucradas en el Oriente Medio.



Soldados de la 82ª división aerotransportable de los Estados Unidos mantienen guardia cerca de una unidad en Arabia Saudita.

Infantería de marina

Varios miles de infantes de marina ya se hallan en Arabia Saudita y su número podría ser incrementado hasta 45.000, incluyendo la primera fuerza expedicionaria de infantería de marina, el elemento de comando.

—Unidades iniciales de 15.000 hombres de la 7ª brigada expedicionaria de infantería de marina comenzaron a salir de California por aire el 14 de agosto. Se les unirán en Arabia Saudita sus tanques "preapostados", raciones alimenticias y suministros que se embarcarán en buques norteamericanos que ya se hallan en la región del golfo Pérsico.

—Elementos iniciales de 15.000 hombres de la 4ª brigada expedicionaria de infantería de marina comenzaron a partir de Morehead City (Carolina del Norte) por barco hacia la región del Golfo el 15 de agosto.

—1ª brigada expedicionaria de infantería de marina debe partir de Kaneohe Bay (Hawaii).

Armada

Acorazado Wisconsin y cuatro grupos con portaaviones (Independence, Saratoga, Eisenhower y John F. Kennedy) y otros de cruceros, destructores, fragatas y embarcaciones de apoyo ya en la región o en camino a ella. Más de 35.000 marineros y aviadores en estos buques.

Aviones: cuatro portaaviones, cada uno de los cuales lleva de 70 a 80 cazas, bombarderos y otros aviones de guerra.

Dos barcos-hospitales con 1.000 camas, el Mercy y el Comfort, se dirigen a la región desde Oakland (California) y Norfolk (Virginia), respectivamente.

Cuatro barreminas: Adroit, Leader, Avenger e Impervius, que están siendo embarcados a bordo del buque fletado Super Servant Three.

Fuerza aérea

Por lo menos 100 cazas F-15 Eagle están ya en Arabia Saudita. Velocidad superior a 2,5 veces la velocidad del sonido. Sus armas incluyen misiles, bombas y cañones.

Por lo menos 48 aviones F-16 Fighting Falcon de ataque a tierra ya en Arabia Saudita. Velocidad superior a dos veces la del sonido. Sus armas incluyen misiles, bombas y cañones.

Por lo menos cinco aviones con sistema aéreo de advertencia y control (AWACS) ya en Arabia Saudita y en otros puntos de la región junto con aviones-cisterna para reabastecimiento en vuelo KC-135 y aviones de reconocimiento RC-135 para apoyar operaciones militares.

Aviones de ataque A-10 Thunderbolt, diseñados especialmente para destruir tanques.

Veinte cazas F-117A Stealth indetectables por el radar volaron a Arabia Saudita desde los Estados Unidos el 20 de agosto.

Aviones de transporte C-141 Starlifter, C-5 Galaxy y C-130 Hercules.

9004729

Ocidente planeja ataque

fulminante contra o Iraque

Jamari França

Luiz Dacosta

Os estrategistas americanos têm pela frente duas opções militares para enfrentar as ambições expansionistas do presidente iraquiano Saddam Hussein. Se o Iraque invadir a Arábia Saudita seria lançada uma ofensiva para retardar o avanço de todas as maneiras possíveis, tentando superar a devastadora superioridade do inimigo com táticas ousadas e equipamentos avançados.

No segundo caso, diante da relutância iraquiana em desocupar o Kuwait, seria deslanchado um devastador ataque destinado a arruinar economicamente o Iraque e comprometer seu potencial bélico, atingindo o parque industrial civil e militar, os principais poços de petróleo, oleodutos, estradas, arsenais de armas químicas e convencionais e linhas de suprimentos para as forças militares que estão no *front*. Os danos infligidos às forças iraquianas não deixariam a Hussein outra opção senão negociar uma saída honrosa sob o risco de assistir à uma intensificação de bombardeios aéreos capazes de arruinar o país.

Para o *establishment* militar este cenário tem o sabor particularmente excitante de permitir o teste em ação de tecnologias diversas. Os resultados prometem bons dividendos no futuro, como um provável *boom* de vendas nos equipamentos que se saírem melhor no campo de batalha. Mesmo que os franceses, por exemplo, estejam ao lado do mundo na indignação diante dos atos iraquianos, os executivos da Dassault-Breguet estarão torcendo pelo desempenho dos caças Mirage F1-EQ da Força Aérea iraquiana.

Do lado do Iraque estarão em cena os modernos caças soviéticos Mikoyan Gurevich MiG-29 para fazer frente aos caças americanos McDonnell Douglas F-15 Eagle e aos ingleses Panavia Tornado. Nos ares, para missões de bombardeio leve, voarão caças-bombardeiros General Dynamics F-16 Falcon e os ingleses Sepecat Jaguar. Defesas antiaéreas iraquianas com mísseis soviéticos serão testadas em relação às defesas antimísseis dos aviões ocidentais e assim por diante.

Destruição — Se o Iraque invadir a Arábia Saudita, o objetivo mais urgente seria a destruição das baterias de mísseis iraquianos colocados no Kuwait perto da fronteira. Para que isso aconteça com eficácia num ataque aéreo que poderia usar os F-16 ou os Tornado, seria necessário dispor de boas informações dos serviços de espionagem para antecipar o ataque e agir cirurgicamente antes que algum campo saudita seja atingido.

Para enfrentar os tanques iraquianos, paraquedistas seriam despejados em pontos estratégicos para erigir defesas antitanques com mísseis TOW, enquanto navios ou aviões bombardeariam as vias costeiras para obrigar os tanques e blindados a andarem pela areia, onde a locomoção é muito mais difícil. Os aviões americanos dispararíam grande número de mísseis Maverick, eficazes contra tanques, blindados e postos de comando reforçados.

Os estrategistas americanos acreditam que não haveria problema em conseguir superioridade aérea, varrendo os caças iraquianos MiG-23 29, de fabricação soviética, e os Mirage F-1EQ dos ares. Para dirigir os caças americanos e ingleses contra os iraquianos, aviões de vigilância Boeing E-3 Sentry Awacs ficariam voando à uma distância segura do teatro de operações, acompanhando toda a movimentação da força aérea inimiga. Dessa maneira os F-16 e helicópteros Apache AH-64 ficariam com campo livre para devastar as colunas de blindados iraquianos com pequenas baixas eventualmente causadas por baterias antiaéreas.

Os combates diretos corpo-a-corpo serão evitados a todo custo se d epender dos planejadores americanos. A experiência de combate adqüirida pelas forças iraquianas nos oito anos de guerra contra o vizinho Irã, somada à familiaridade com as condições precárias do deserto, fazem das tropas de Saddam Hussein um inimigo indigesto.

A possibilidade de que o Iraque lance armas químicas é a hipótese mais temida e sobre a qual existe uma controvérsia envolvendo o grau de preparação das tropas americanas para esta eventualidade. O uso de vestes especiais de defesa contra substâncias como o gás mostarda e os gases Sarin e Tabun, comprometem a mobilidade dos soldados e são terríveis de se usar sob temperaturas superiores a 50 graus centígrados.

Outro inimigo difícil de *digerir* é a areia do deserto, principal responsável por um dos maiores fiascos das Forças Armadas americanas no passado. Em 1980, uma operação para tentar salvar os reféns americanos que estavam no Irã fracassou após a queda de vários helicópteros, atingidos por problemas mecânicos causados pela infiltração de areia.

O combate direto a uma invasão iraquiana da Arábia Saudita através do Kuwait pode ser combinado com o bombardeio de alvos estratégicos dentro do próprio território iraquiano. Esta opção também pode ser acionada se a frente internacional contra o Iraque julgar que somente uma represália militar poderá forçar Saddam Hussein a devolver a soberania ao Kuwait.

Neste caso, os alvos seriam indústrias militares e civis, poços de petróleo, oleodutos e terminais de exportação de petróleo, além de alvos militares importantes como bases aéreas, arsenais, a fábrica de mísseis balísticos, as instalações onde o Iraque está construindo sua bomba atômica, as fábricas e depósitos de armas químicas, as mais temíveis peças do arsenal iraquiano.

Ataque — Os principais instrumentos desse ataque seriam os bombardeiros F-111E e B-52H, respectivamente estacionados na base de Incirlick, Turquia e na ilha de Diego Garcia, no Oceano Índico. A missão seria mais fácil para os F-111E, deslocados para uma distância de apenas 600 quilômetros do Iraque, enquanto os B-52H teriam que cobrir 6.000 quilômetros até o alvo. A Arábia Saudita permitiu o reabastecimento em suas bases mas não está claro se os aviões poderiam operar diretamente de seu território, incluindo o reabastecimento de bombas, o que tornaria as coisas muito mais fáceis.

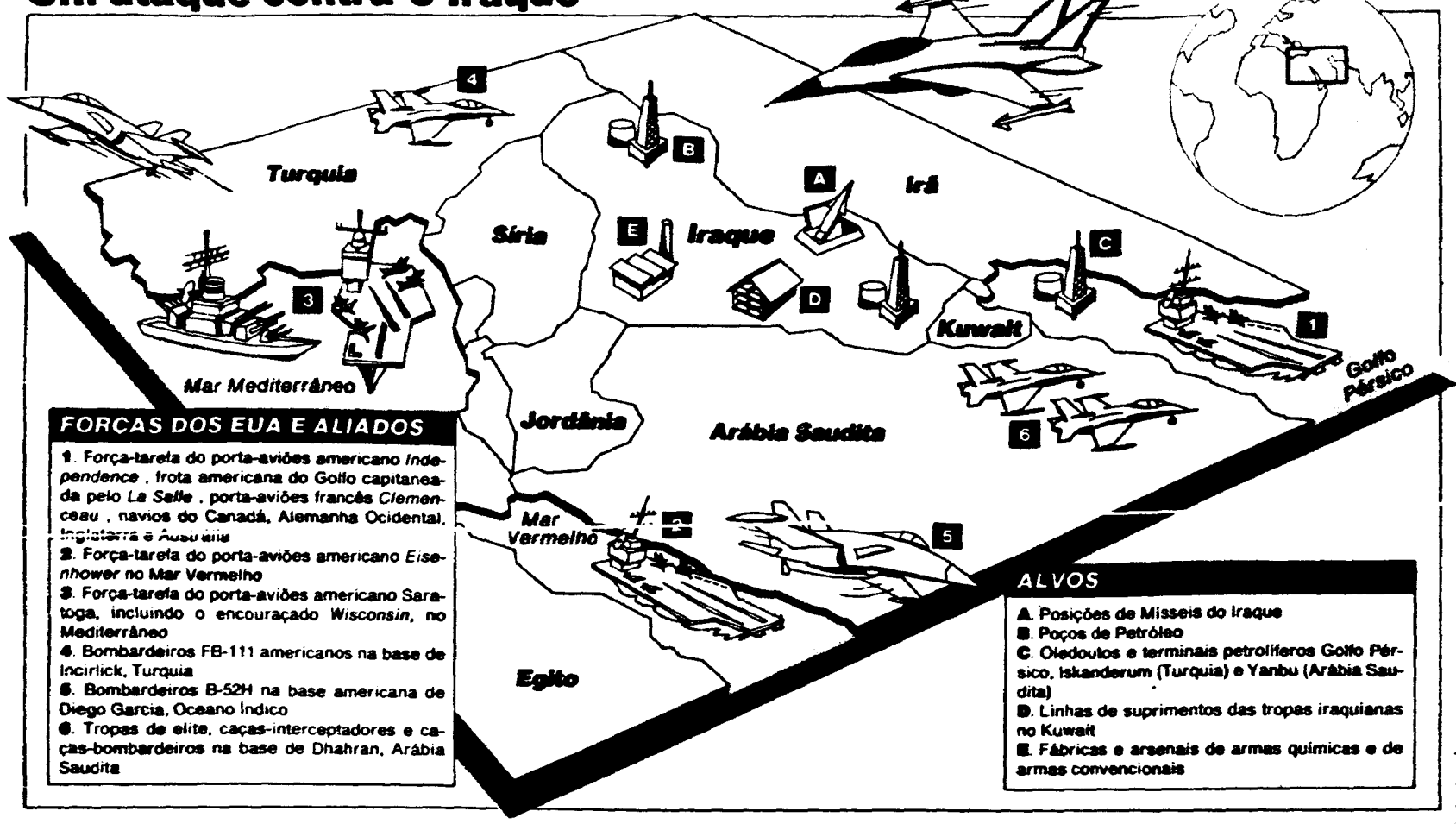
A força de ataque contaria ainda com caças bombardeiros F-16 americanos e Jaguar britânicos, enquanto caças interceptadores dos EUA, F-15 Eagle, e Tornado, da Grã-Bretanha controlariam o espaço aéreo para atacar caças iraquianos — MiG ou Mirage — que investissem contra as aeronaves atacantes. Como auxiliares contra alvos secundários poderiam ser acionados os bombardeiros leves A-6 baseados nos porta-aviões americanos, auxiliados por caças F-14 Tomcat. Terminais petrolíferos do Golfo Pérsico e outros alvos próximos ao litoral poderiam ser destruídos pelo fogo de canhões dos navios americanos ou de outras nacionalidades.

Um adversário naval temível seria o encouraçado *Wisconsin*, que está baseado no Mediterrâneo mas pode lançar mísseis Tomahawk Cruise com alcance suficiente para atingir Bagdá num bombardeio de precisão com ogivas convencionais (ou nucleares) de alta potência. Se tudo correr bem, o Iraque pode se ver numa situação em que seu potencial militar esteja seriamente comprometido, sem aviões, arsenais, com as pistas de pouso e decolagem esburacadas por bombas, estradas destruídas, infraestrutura petrolífera em cacos e, espera-se, um presidente Hussein alquebrado e pronto a encerrar sua aventura expansionista. Isso se ele ainda estiver vivo, porque a espionagem americana da CIA , com o auxílio, quem sabe, do eficientíssimo serviço israelense Mossad, deve estar trabalhando freneticamente para varrer Hussein do mapa.

9004730.1

01-02

Um ataque contra o Iraque



FORÇAS DOS EUA E ALIADOS

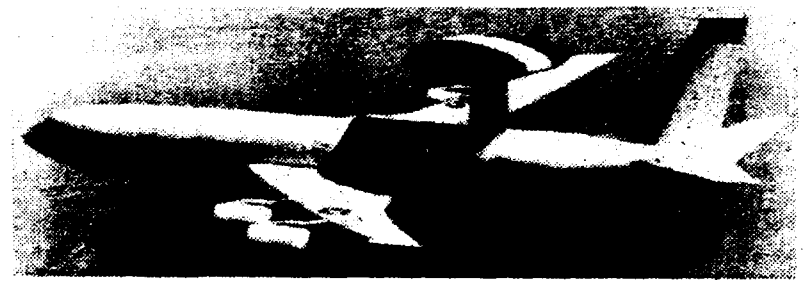
1. Força-tarefa do porta-aviões americano *Independence*, frota americana do Golfo capitaneada pelo *La Salle*, porta-aviões francês *Clemenceau*, navios do Canadá, Alemanha Ocidental, Inglaterra e Austrália
2. Força-tarefa do porta-aviões americano *Eisenhower* no Mar Vermelho
3. Força-tarefa do porta-aviões americano Saratoga, incluindo o encouraçado *Wisconsin*, no Mediterrâneo
4. Bombardeiros FB-111 americanos na base de Incirlick, Turquia
5. Bombardeiros B-52H na base americana de Diego Garcia, Oceano Índico
6. Tropas de elite, caças-interceptadores e caças-bombardeiros na base de Dhahran, Arábia Saudita

ALVOS

A. Posições de Mísseis do Iraque
B. Poços de Petróleo
C. Oledoutos e terminais petrolíferos Golfo Pérsico, Iskanderum (Turquia) e Yanbu (Arábia Saudita)
D. Linhas de suprimentos das tropas iraquianas no Kuwait
E. Fábricas e arsenais de armas químicas e de armas convencionais

Os protagonistas militares do conflito

☐ Caça-bombardeiro General Dynamics F-16 Falcon — O melhor avião supersônico para bombardeio leve com velocidade superior a Mach 2 (2.600 Km por hora). Leva até 6,9 toneladas de armamentos entre bombas MK-83 de 450kg, ou MK-82 de efeito retardado, mísseis ar-terra Maverick, mísseis antiradar AGM-78, mísseis ar-ar Sidewinder ou AMraam, de médio alcance.

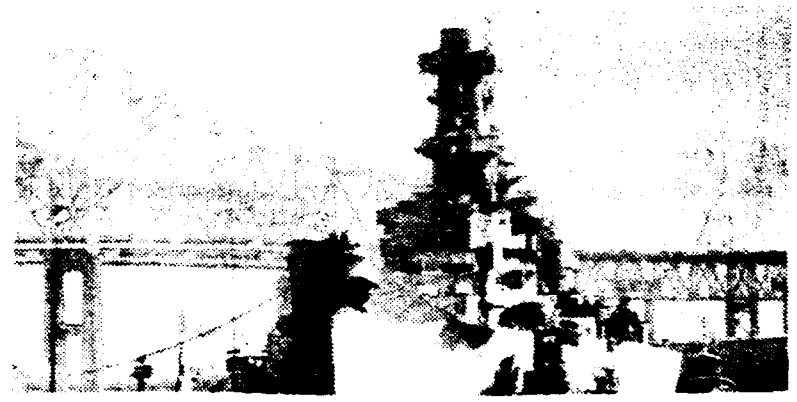


☐ Boeing E-3A Sentry (Sentinela) AWACS (sigla em inglês para Sistema Aerotransportado de Alerta e Controle) - Um posto aéreo de radar montado no interior de um avião comercial Boeing 707-320B capaz de vigiar o tráfego aéreo, marítimo e a movimentação de tropas sob quaisquer condições meteorológicas num raio de 370 quilômetros voando a 12.000 metros de altura

☐ *General Dynamics F-111E* — Bombardeiro estratégico que está sendo aposentado gradualmente mas foi usado contra a Líbia em 1986. Leva até 14,8 toneladas de bombas com alcance de 3.600 quilômetros. Normalmente fica baseado na Grã-Bretanha e sua missão seria bombardear a URSS com armas nucleares. Pelo menos 20 F-111E estão na base turca de Encirlick.

☐ Boeing B-52H Stratofortress — Famosos pelas chuvas de bombas que despejaram sobre o Vietnã nos anos 60, os B-52H fazem parte da força estratégica dos EUA, encarregada de atacar a URSS com armas nucleares, mas estão a caminho da aposentadoria. O B-52H leva até 23 toneladas de armamentos diversos (bombas e mísseis) com autonomia de 16.000 quilômetros

☐ Porta-aviões dos EUA *Eisenhower* (nuclear), *Independence* e *Saratoga* com um total de 240 aviões entre caças (F-14, F-18) bombardeiros (A-6, A-10) e aviões de vigilância E-2C. Cada um lidera uma força-tarefa com cinco a sete navios cada, um ou dois submarinos. A tripulação de cada um está em torno de 3.000 marinheiros e 2.800 pilotos e pessoal de apoio.



☐ Encouraçado *Wisconsin* - Faz parte de uma classe onde estão os quatro maiores navios de guerra do mundo (além dele, o *Iowa*, o *New Jersey* e o *Missouri*) reliquias do poderio naval à antiga. Equipado com mísseis Tomahawk Cruise nucleares, mísseis antinavios e três baterias com um total de nove canhões de 16 polegadas (406mm), os maiores do mundo.

9004730

Nº DOCU
TITULO: URUGUAY Y EL PLAN BRADY
PROC: Lo Jueves
FE: 13-8-90
VI: EEUU 65890
Ecc. 1161

La Mañana
MONTEVIDEO, LUNES 13 DE AGOSTO DE 1990

Uruguay está apto para ingresar al Plan Brady

La deuda externa preocupa mucho a Uruguay desde hace años. El Cr. Lombardo estuvo en las últimas negociaciones con el Fondo Monetario y cuenta los detalles y cómo repercute el Plan Brady en nuestra situación financiera.

¿Cómo ve el Cr. Lombardo el tema de la deuda en el marco del Plan Brady?

-El Plan tiene dos frentes. Con los bancos y la otra con el Fondo Monetario. En esta última tuve que ver, en la otra casi que muy poco. Uruguay está en adecuadas condiciones para ingresar. Uno de los temas centrales del Plan, inclusive el Secretario del Tesoro lo dijo cuando lo anunció en marzo del 89, era que se iba a premiar, el Plan no podía servir para castigar aquellos países que habían hecho bien las cosas y mantenían los niveles de pago de su deuda. Una de las grandes injusticias que podía involucrar el Plan, era aquellos que cumplían con sus obligaciones no estuvieran contemplados en ningún mecanismo de reducción, pero aquellos que no cumplían para nada, si estuvieran.

¿Uruguay está cerca de concretarlo?

-Uruguay, siendo uno de los pocos países que ha cumplido con sus obligaciones internacionales siempre, tiene que ser parte del Plan de la reducción de la deuda. Obviamente estamos en las etapas finales de la negociación, pero a veces llegan mensajes de Uruguay pudiera tener perjuicio en ingresar en el Plan Brady.

El banquero John Reed lo dijo aquí, si uno se acoge al Plan puede tener problemas de ingresos a los mercados ¿es así?

El nuevo Director del Banco Central, Cr. Ricardo Lombardo

-Lo que sucede es que hay una gran contradicción con todo esto. Es que la reducción de deuda de algún banco pueda considerar que cuando se reduce, se interrumpen los flujos futuros de financiamiento. Lo que pasa que la gran pregunta es si esos flujos futuros de financiamiento van a seguir de la misma manera. Yo le preguntaría a Sr. Reed, si no existiera el Plan ¿seguirían los Bancos?....

Discrepancias dejarlas de lado

Las discrepancias que uno puede tener, que pueden llegar a tener en el futuro, nosotros las vamos a dejar de lado porque lo peor que le podría pasar al país en estos momentos, sería que la política económica fracasara. Al hecho que la gente está haciendo un gran sacrificio, si se le suma que ese sacrificio sea en vano, creo que el país va a ser perjudicado. Dada esa opción de inserción internacional del Gobierno a través de este esquema, nosotros estamos dispuestos a colaborar, nuestro ánimo es de colaboración y de apoyo a los efectos que los resultados sean los mejores para el país.

¿Su ubicación en el Directorio del Banco Central está dentro de la coincidencia nacional?

-Obviamente he sido propuesto por el Partido Colorado en el marco de la coincidencia. Pero entiendo, en lo personal, que el país necesita dejar de lado por un tiempo esa profusión de discrepancias, esa profusión de diferencias de enfoque y remar juntos. Naturalmente el Gobierno ha sido elegido democráticamente, es un Gobierno constitucional que ha optado por cierta política, creo que la responsabilidad del resto del país es no bloquearle su acción, por supuesto tratar de orientarlo de acuerdo a los puntos de vista de cada uno, de lograr consenso, por lo cual ese acuerdo implica que haya contemplación de puntos de vista diferentes. Todo eso estamos de acuerdo, pero no bloquear, creo que lo peor sería bloquear la política económica, pero repito, si esto fracasa, el sacrificio que está haciendo la gente va a ser en vano.

01-01 "

900473

Nº. DOCUM.
TIP: Razones de la iniciativa de Bush para Latinoamérica
P: LA NACIÓN Issues
F: 4-7-90
VI: EE.UU 6580
+ ECO 1161

Razones de la iniciativa para América latina y el Caribe

La crisis norteamericana justifica el plan de Bush

Por Julio Crespo

(Corresponsal de LA NACION en Washington)

WASHINGTON. – La iniciativa para América latina y el Caribe anunciada la semana última por el presidente Bush con el nombre de "Empresa para las Américas" surge en momentos en que la economía norteamericana enfrenta una difícil disyuntiva.

La reciente decisión de Bush de rever lo que fue uno de los argumentos principales de su campaña política y considerar un aumento de los impuestos viene acompañada por el reconocimiento de que en los últimos meses la economía ha crecido con lentitud y que no debe esperarse una reactivación inmediata.

¿Cómo reducir el déficit del presupuesto sin provocar una recesión? El camino para el saneamiento fiscal pasa por los conocidos recursos de aumentar la recaudación y disminuir los gastos.

Pero es difícil aplicar estas medidas sin frenar el crecimiento. El problema es saber cuánto se va a frenar y por cuánto tiempo.

Las estadísticas recientes muestran una significativa reducción del consumo. La temporada, en general, no ha sido buena para los comerciantes de los Estados Unidos que, entre marzo y mayo, vieron disminuir sus ventas en un tres por ciento con respecto al mismo período del año último.

En los bienes durables la caída es aún mayor y el mercado inmobiliario, después del auge de años anteriores, está muy detenido. En todo el país, la edificación está ahora en los niveles más bajos desde la recesión de 1981 y 1982.

Frente a este panorama, el sector que puede proveer la energía necesaria es el comercio exterior.

La iniciativa de Bush cumplirá así un papel importante en completar el equilibrio de la economía norteamericana en momentos en que enfrenta una transición.

Esto fue anticipado en buena medida en el discurso que la representante comercial de los Estados Unidos, Carla Hills, pronunció durante la última reunión de la OEA en Asunción.

De los puntos esenciales de la propuesta de Bush –reducción de deuda, estímulo a las inversiones, apertura económica y comercial–, el que se refiere a la creación de una zona de libre intercambio es el que de manera más directa interesa a los Estados Unidos.

Las estadísticas varían, pero la caída de las ventas a los países del área significa muchos miles de millones de dólares al año y ha ocasionado la pérdida de millares de empleos. Dentro de la estrategia para reducir el déficit sin provocar recesión, la recuperación de los mercados latinoamericanos –que sólo puede lograrse a través de una reactivación de sus economías– es esencial.

Finalmente, uno los objetivos del presidente Bush al lanzar su mensaje en este preciso momento fue, según se ha dicho, disipar la inquietud de que los cambios en los países del este europeo puedan distraer atención y recursos de América latina.

La transformación de Europa oriental ha cautivado, naturalmente, el pensamiento y la imaginación. Pero si las consecuencias para la política, el pensamiento y las relaciones de los Estados Unidos con el resto del mundo son incalculables, los efectos en la economía son mucho más limitados.

Es muy improbable un vuelco de inversiones hacia Europa oriental en detrimento de América latina. Los intereses de los hombres de negocios no coinciden con el apasionamiento de los intelectuales.

En momentos en que Estados Unidos piensa ampliar sus inversiones y su comercio, el mercado hemisférico aparece, como el más natural; más grande, más seguro y menos expuesto a la competencia que el de Europa del este.

Y frente a la necesidad de reducir el déficit sin caer en una recesión, la reactivación del comercio con el área es parte de la solución, y la atención a los problemas de los países es un paso inevitable.

9004732 X

Nº D...
TITU ECCO SIGUE SIENDO EL ...
F ... ÁMBITO FINANCIERO, ...
FE ... 3-7-90
VI ... ECCO 6540
T ECO. 1116 1
Segue Exterior 1314

En 1989, su deuda neta creció 25 por ciento, llegando a 663.700 millones de dólares. Preocupación política

EE.UU. sigue siendo el mayor deudor del mundo

Washington (Reuter) — Los **Estados Unidos** se endeudaron **más profundamente durante 1989**, informó ayer el Departamento de Comercio, debido a que sus deudas netas al resto del mundo crecieron **25 por ciento a 663.700 millones de dólares.**

El informe anual sobre inversiones internacionales detalla activos que mantienen los Estados Unidos en países extranjeros, de todo tipo, desde acciones y bonos a monedas extranjeras y préstamos adeudados a los bancos norteamericanos. También muestra las correspondientes inversiones y propiedades de extranjeros en los Estados Unidos.

• Crecimiento

La deuda externa de los Estados Unidos ha ido creciendo **constantemente desde mediados de la década de 1980**, despertando **preocupación política** acerca de la extensión del control extranjero sobre las operaciones de producción norteamericanas.

Hasta 1985 los Estados Unidos **fueron una nación acreedora** y hasta 1983 tuvieron un **superávit** en sus operaciones con otros países de **89.000 millones de dólares**, para pasar luego a convertirse en **el mayor deudor mundial.**

A fines de 1989, los activos de los Estados Unidos en el exterior totalizaron **1,412 billón de dólares**, en tanto que los activos de extranjeros en ese país ascendieron a **2,076 billones de dólares**, que significaron un endeudamiento de los Estados Unidos de **663.700 millones de dólares.**

Por el contrario, a fines de 1988 los activos de los Estados Unidos en el exterior estaban valuados en **1,266 billón de dólares**, mientras que los activos extranjeros en los Estados Unidos fueron de **1,797 billón de dólares**, con una posición deudora neta de los Estados Unidos de **531.100 millones de dólares.**

Se han registrado varias iniciativas en el Congreso de los Estados Unidos para establecer un sistema para medir la propiedad extranjera de instalaciones productivas en ese país y más precisamente por el temor a que los activos norteamericanos estén cayendo en manos foráneas **a una tasa excesiva.**

El gobierno del presidente **George Bush** ha adoptado la posición general de que las inversiones extranjeras **son una señal de confianza en la economía de los Estados Unidos y resistió cualquier medida que pudiera desalentarlas.**

El informe del Departamento de Comercio indicó que las inversiones extranjeras directas en los Estados Unidos —que generalmente denotan propiedad— escalaron **22 por ciento desde los niveles de fines de 1988**, a **400.000 millones de dólares en 1989.**

"Como en el año previo, las inversiones incluyeron varias adquisiciones importantes de **compañías estadounidenses**", dijo el Departamento, pero no especificó **cuáles fueron las** corporaciones norteamericanas **compradas.**

Las inversiones de los Estados Unidos en el exterior también se incrementaron **desde los** niveles de 1988, pero en un porcentaje menor, de **12 por ciento, a 373.400 millones de dólares.**

• Inexactitudes

Por primera vez el Departamento de Comercio incluyó **una nota precautoria** en el informe, indicando que podría haber **"inexactitudes"** en la evaluación de la magnitud de la deuda externa estadounidense, porque las inversiones directas se indican en valores de libros que reflejan precios al momento de la transacción más que a los valores actuales.

"Dado que las inversiones directas de los Estados Unidos en el exterior **son más antiguas** en promedio que las inversiones directas del exterior en los Estados Unidos, están **sujetas a mayores subestimaciones**", dijo el Departamento añadiendo que el **año próximo cambiará su método de medición.**

0941/33.

Nº. DOCUMENTO
TITULO Se reduce en 20% la deuda externa
PROCEDENCIA Cubatto Financiero - 15.027
FECHA 22-8-90
VINCULACION VENEZUELA - 6430

7 Económico 11161
Deuda Externa 11314

Venezuela reduce 20% deuda externa

*Caracas (DPA, Reuter) — Venezuela reducirá en **20% su deuda comercial y en 50% los intereses correspondientes** a través de un acuerdo firmado con los bancos acreedores, informó ayer el **ministro de Planificación**.*

*El anuncio se realizó después de que los negociadores venezolanos presentaran a los acreedores **un menú de opciones** que contempla **una recompra de deuda en el mercado secundario, la emisión de un bono cero cupón y el aporte de dinero fresco**. La opción de reducción más aceptada fue la de los **bonos de reducción de intereses** con los cuales han sido colocados **6700 millones de dólares**. Los bonos tienen un plazo de **30 años, están respaldados con bonos cupón cero del Tesoro de los Estados Unidos y devengan un interés fijo de 6,75%**.*

*Con todas las opciones, el programa de reducción logró amortizar **11.000 millones de dólares** de la deuda venezolana y, de los **9000 millones restantes**, el país no pagará capital durante **siete años**, señaló el ministro.*

*En cuanto al **servicio de la deuda**, el ministro dijo que descendería anualmente de "**unos 3100 millones de dólares a 1400 millones de dólares, es decir, una disminución de más de 50%**".*

*Además del programa de reducción de deuda, Venezuela está realizando un programa de **reconversión de deuda en inversión** por el cual se esperan colocar unos **3000 millones de dólares** en los próximos tres años.*

***Venezuela ha sido el cuarto país latinoamericano** en alcanzar un acuerdo por su deuda en el marco del **plan Brady**.*

01-01

9004734 X

Nº. DOCUMENTO
TITULO Ofensiva del FMLN
PRO... La Nacional 15 col 5
FE... 30-8-90
VI... JENERUEZA 6 1/3 90
[illegible] 11163
Grup Inso 11339

Ofensiva del FMLN

CARACAS. (ANSA, EFE y UPI).- Un comandante guerrillero miembro del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional anunció el inicio de una nueva ofensiva militar rebelde en El Salvador en los próximos meses, tras calificar de fracasadas las gestiones de paz realizadas entre el Gobierno salvadoreño y el FMLN en Costa Rica, según una información periodística difundida ayer en Caracas.

Sin revelar la identidad del vocero, el diario El Nacional aseguró que el vocero de la guerrilla salvadoreña afirmó que el FMLN mantiene su exigencia de la desmilitarización del Ejército salvadoreño para la pacificación del país, porque en caso contrario, "el único instrumento que queda para presionar una negociación sería la lucha militar".

El vocero del FMLN afirmó que "nosotros solicitamos el cese a la impunidad militar, depuración del Ejército, reducción de las Fuerzas Armadas o eliminación de las dos fuerzas, la de ellos y la nuestra".

9004735

desestabilización en Venezuela

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA
FECHA
VINCULACION

Por Harold Olmos

Otras organizaciones obreras calificaron los estudios como "social y politicamente desestabilizadores".

Los rumores de golpe son vistos por otros simplemente como una advertencia, no como una posibilidad real. "Puede ser una manera de desear el mal a quien se intuye como la causa de tantas frustraciones: el Gobierno", dijo Teodoro Petkoff, lider del Movimiento al Socialismo.

Tambien es fuente de preocupación la creciente criminalidad.

El reciente asesinato del hijo de un ex ministro de Educación por un grupo de asaltantes y la toma a punta de pistola de la casa del embajador de la Argentina, Francisco José Puleck, son ejemplos frescos del auge de la delincuencia.

Tony Bianchi, editor del periódico caraqueño The Daily Journal, dijo que 25 de sus 80 trabajadores habian sido atacados en meses recientes. Su cálculo incluía el asalto de la casa del fundador del periódico y su actual presidente, Julius Waldman. El periodista, un neoyorquino de 74 años que llegó a Venezuela hace cuatro décadas, todavía convalece en el hospital.

Los asaltos seguidos de asesinatos son tan frecuentes que, a decir de Rangel, "la sociedad venezolana está indefensa: nadie está seguro ni siquiera en su casa, y las calles son una trampa para todos".

(c) LA NACION

Las sombras de la

CARACAS, 4-4-89.- El descontento popular por la política de shock económico se tradujo en violentos disturbios

CARACAS (AP). - Una flotilla de aviones supersónicos F-16 realizó acrobacias aéreas sobre los cielos caraqueños en señal de júbilo cuando el vicealmirante Héctor Jurado Toro asumió el cargo de ministro de Defensa, a principios de julio, reemplazando a un general del ejército.

Ese mismo día, 143 oficiales de las fuerzas armadas pasaron disciplinadamente a retiro.

A diferencia de otras naciones del continente, en las que la promoción o retiro de oficiales deriva a menudo en traumáticas pugnas entre los poderes civil y militar, aquí el acontecimiento pasó casi inadvertido.

Cambios pacíficos similares ocurren en Venezuela desde que el país, en 1958, ingresó en la democracia y se convirtió en uno de los bastiones democráticos del continente.

La pregunta que surge a menudo es si estos cambios seguirán ocurriendo en forma pacífica. Es asunto que preocupa a algunos venezolanos, quienes sostienen con alarma que el sistema democrático ha ingresado en uno de sus períodos más críticos.

A pesar de los esfuerzos gubernamentales, Venezuela todavía está acosada por una aguda crisis económica, la delincuencia es cada día mayor y noticias sobre una serie de escándalos administrativos que en conjunto suman miles de millones de dólares son un tema diario de la prensa venezolana.

Los temores de un golpe que interrumpa la democracia surgieron tras la virtual absolución que la alta dirección del partido socialdemócrata Acción Democrática (AD) concedió a una docena de miembros de esa organización que habian sido acusados de corrupción.

La reincorporación del grupo al partido gobernante fue recibida con disgusto por algunos líderes de oposición e independientes que afirmaron que esa absolución erosionaba los fundamentos de la democracia.

Cuando el 11 de julio un tribunal ordenó el arresto de otro grupo de líderes socialdemócratas que incluía al ex ministro del Interior y varias veces presidente interino de la República Jose Angel Ciliberto, la impresión de que la corrupción era un fenómeno corriente y generalizado pareció confirmada.

José Vicente Rangel, ex congresista y uno de los analistas políticos más leídos de Venezuela, dijo en un programa de televisión que un golpe militar no era nada descartable, inclusive después de 31 años de democracia.

Rangel citó encuestas llevadas a cabo por "organizaciones de la más absoluta seriedad" que traían noticias inquietantes: el 20 por ciento de los venezolanos favorecía abiertamente un golpe militar. Otro 20 por ciento, dijo, había expresado indiferencia ante tal eventualidad.

"Los venezolanos siempre apoyaron a la democracia. Pero ahora la democracia está siendo asociada con los males cometidos por los partidos políticos y los políticos. Las encuestas significan que cuatro de cada diez venezolanos apoyarían en potencia un golpe de Estado", comentó un analista a la AP.

Otros líderes expresaron temores similares. El ex presidente Luis Herrera Campins (1978/83) dijo que la estabilidad democrática en Venezuela "no está garantizada en un ciento por ciento... especialmente si la insatisfacción y la protesta social continua creciendo".

El "caracazo"

Los líderes venezolanos tuvieron una dura experiencia que les permitió percibir claramente lo que ocurre cuando la insatisfacción se vuelve violencia. A principios del año último estallaron violentos disturbios en Caracas que dejaron un saldo de por lo menos 300 muertos, cuando el gobierno socialdemócrata del presidente Carlos Andrés Pérez lanzó una política de shock sobre la tambaleante economía.

Al no tener otra opción, el Gobierno ha mantenido la terapia, pero a ritmo más lento. Dieciocho meses más tarde, no es mucho lo que puede exhibir: el 72 por ciento de la poblacion es todavía extremadamente pobre, y gasta el 70 por ciento de sus ingresos en comida.

El desempleo sigue creciendo. Oficialmente, se mantiene en alrededor del 10 por ciento. Pero fuentes sindicales dicen que no es inferior al 14 por ciento. Sumado a la que corresponde al sector informal de la economía, el índice supera fácilmente el 50%. Todo esto, sin que siquiera se haya tocado la abultada burocracia que suma 1.200.000 empleados, lo que equivale al 20 por ciento de la fuerza laboral del país.

"Por lo menos el 30 por ciento de nuestra población padece de mala nutrición. Nuestros hospitales no trabajan. El agua potable es escasa. Los servicios públicos han entrado en colapso", dijo José Curiel, congresista del partido opositor Social Cristiano.

En su empeño por modernizar la economía, el Gobierno prometió privatizar rápidamente casi la totalidad de las más de 400 empresas públicas. El sector público es considerado responsable no solamente del endeudamiento nacional, que llega a 35.000 millones de dólares, sino también de crónicos déficit que algunos estiman en 2000 millones de dólares anuales.

Intereses opuestos

Pero ninguna compañía importante ha sido todavía privatizada, en parte debido al temor de despidos masivos y al descontento laboral.

El problema es más complejo de lo que aparenta. Las compañías del Estado dan trabajo a militantes de los partidos políticos, principalmente del socialdemócrata y del socialcristiano.

Ellas son también fuente de poder sindical. Decenas de miles de miembros de la Confederación Venezolana de Trabajadores se desempeñan en las empresas públicas. Los analistas dicen que reducir el sector público equivale a reducir el poder que los partidos y los sindicatos han ejercido a lo largo del periodo democrático.

Hace poco, la Confederación se pronunció contra despidos en Sidor, la principal planta de acero del país, que tiene 18.000 trabajadores. Segun estudios técnicos, cuanto menos 3000 deberian ser despedidos si se quiere que la compañia se recupere de perdidas crónicas.

900736

NICARAGUA: LA OPOSICION SANDINISTA CONDENA UNA DECISION DE LA PRESIDENTA

Indulto a los asesinos de Chamorro

MANAGUA, 17 (Reuter, AP, EFE y ANSA). — La presidenta nicaragüense, **Violeta Chamorro**, pidió a la Asamblea General que perdone a los asesinos convictos de su esposo, el editor de diario **Pedro Joaquín Chamorro**, informaron hoy periódicos opositores.

Dos diarios sandinistas dijeron que Chamorro envió una carta al presidente de la Asamblea en la que solicita que el cuerpo perdone a los cinco hombres convictos en 1981 por el asesinato, ocurrido en 1978, durante la dictadura somocista.

"Como parte ofendida he manifestado mis sentimientos de perdón y olvido para los que fueron autores materiales del asesinato y otros delitos cometidos en la persona de mi esposo", razonó la gobernanta al pedir al Parlamento nicaragüense la medida de gracia.

La solicitud de perdón para los cinco hombres que participaron en el asesinato —condenados a 30 años de prisión en 1981— fue acompañada de otro **pedido de indulto para 82 reos condenados por delitos comunes.**

Pedro Joaquín Chamorro, un destacado opositor al dictador derechista **Anastasio Somoza Debayle**, fue muerto a balazos, la mañana del 10 de enero de 1978, cuando se dirigía en su automóvil al diario **La Prensa**, del que era propietario y director.

La airada reacción popular por su asesinato solidificó la oposición al último dictador de la dinastía somocista y contribuyó a que la revolución encabezada por el **Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN)** lo derrocara en 1979, y lo obligara a huir del país.

Cuatro personas fueron procesadas por las autoridades somocistas como autoras materiales e intelectuales del hecho y diez más fueron señaladas como instigadores. Los diarios locales de la época calificaron el juicio de **"remedo"**, porque protegía a los verdaderos responsables del crimen.

Tras la victoria sandinista, los autores del crimen fueron nuevamente juzgados y condenados a 30 años de cárcel.

Los acusados del asesinato material de Chamorro y que aun estan en prisión son, **Silvio Peña, Domingo Acevedo, Silvio Vega, Harold Cedeño y Juan Ramón Acevedo.**

En el juicio promovido por la familia Chamorro en 1980, durante el gobierno sandinista, también se juzgó en ausencia a **Anastasio Somoza Portocarrero**, el hijo de Somoza Debayle actualmente exiliado en Miami, a **Fausto Zelaya**, funcionario del régimen somocista y al cubano exiliado **Pedro Ramos**, señalados como autores intelectuales del crimen.

"La solicitud del indulto enviada por la hoy presidenta de la república a la Asamblea Nacional, no especifica si beneficia también a Anastasio Somoza Portocarrero y a Fausto Zelaya, contra quienes fue introducida la acusación formal por los abogados de la familia Chamorro", dice el diario sandinista **Barricada.**

La presidenta nicaragüense Violeta Chamorro pidió el indulto para los asesinos de su esposo, Pedro Joaquín Chamorro, y de inmediato la oposición sandinista calificó al hecho como "traición a la memoria" del ex director del diario "La Prensa". Los asesinos fueron condenados en 1981 a 30 años de prisión, aunque se considera al hijo de Anastasio Somoza, exiliado en Miami, como el principal responsable del crimen.

Voceros gubernamentales no pudieron confirmar de inmediato los informes de prensa sobre el indulto, aunque la presidenta había dicho anteriormente que planeaba perdonar a los asesinos.

La mandataria ha sido acusada por dirigentes del opositor sandinismo y por dos de sus hijos, de traicionar la memoria de su extinto esposo al aliarse con partidos pro somocista, para conquistar el poder como candidata de la coalición Unión Nacional Opositora (UNO), en las elecciones del 25 de febrero pasado.

El 27 de junio, cuando la contra nicaragüense entregó sus armas, la presidenta dijo que "la reconciliación, la paz, el perdón y la amnistía", son los patrones de mi gobierno, "y también el indulto para los que guardan prisión por el asesinato de mi esposo, será una realidad".

01/01

90047457

Nº DOCUMENTO .....
TITULO .....
PROCEDENCIA Clarín Secc 24
FECHA 12-8-90
VINCULACIONES Archivo A-6603
Z Eco. 11161
Cd Eco. 11342

Critican en Nicaragua el cambio de moneda

MANAGUA, 11 (AP). — **Francisco Mayorga**, presidente del Banco Central de Nicaragua (BCN), dijo que el cambio monetario del lunes traerá prosperidad al país, mientras que los medios de comunicación sandinistas afirmaron que el cambio de la moneda "estará provocando enormes tensiones sociales".

"La circulación del córdoba oro (equivalente al dólar norteamericano) será para implantar el orden económico en el país", aseguró hoy Mayorga en una entrevista radial a un medio noticioso independiente.

El gobierno de la presidenta **Violeta Barrios de Chamorro** pondrá en circulación el lunes una nueva moneda, el córdoba oro mediante el pago mensual a los empleados estatales; que según Mayorga estará a la par del dólar y "con ese respaldo será fuerte y a prueba de devaluaciones".

Sin embargo, **Barricada**, órgano oficial del opositor **Frente Sandinista de Liberación Nacional** (FSLN), dijo hoy que la aplicación de la política económica del presidente del BCN "estará provocando enormes tensiones sociales" en el país.

Por su parte, Mayorga especificó que el cambio monetario es parte del plan del nuevo gobierno y un "salto de la barbarie a la civilización y de la dictadura (sandinista) a la democracia".

El gobierno de la señora Barrios de Chamorro ha insistido en que recibió al país el 25 de abril "en total estado de bancarrota" por parte del anterior régimen sandinista.

Según funcionarios gubernamentales el alto grado inflacionario que sufre el país (más del 1.000 por ciento acumulado en lo que va del año) ha obligado al gobierno en sus tres meses y medio de mandato, a disponer 20 devaluaciones del córdoba como medida antiinflacionaria.

Actualmente la paridad oficial del córdoba ante la divisa norteamericana es de 640.000 córdobas por un dólar. Igual valor tiene en las casas de cambio autorizadas por el gobierno, pero en el mercado negro la divisa se compra a precios que oscilan entre 600.000 y 670.000 córdobas.

Mayorga lamentó que el gobierno de la señora Barrios de Chamorro no haya todavía logrado las metas económicas ofrecidas al electorado en la campaña presidencial, que tiene como objetivo sentar las bases para un mejoramiento de la situación de los precios, para controlar la inflación.

9004746

Nº. DOCUMENTO
TITULO Cruce en el Ejercito nicaragüense.
FECHA ha cruce 15ac96
FUENTE 10-8-90
VIA DE INGRESO Nicaragua 60603
+ TMC 1162
FTHA 13065
Tarifa Aerea 500980

OPTO. II (EXTERI
10.8.90
AZ
FILIALES

Crisis en el Ejército sandinista

Managua (UP) – El jefe del Ejército Popular Sandinista, general Humberto Ortega, destituyó al jefe de la Fuerza Aérea, coronel Javier Pichardo, acusándolo de divulgar "secretos militares" al diario "La Prensa", propiedad de la presidenta Violeta Barrios de Chamorro, confirmó un comunicado castrense.

Para sustituirlo fue nombrado como jefe de la Fuerza Aérea Sandinista y Defensa Antiaérea, el coronel Manuel Salvatierra Rivera.

La destitución del jefe militar puede deberse a que estaba en desacuerdo con el equipo de transición que encabezó Ortega para la entrega del poder al nuevo gobierno y podría estar relacionado con la reducción de las Fuerzas Armadas nicaragüenses, según observadores.

90047 47 X

Nº DOCUMENTO

TITULO Regresan los Somoza

PROCEDENCIA

FECHA DE E

VINCULACION

Los Somozas en la vuelta

9004748

Nº DOCUMENTO
TITULO destituyen a jefes militares
PROCEDENCIA La Nacion 15 sec 25
FECHA DE RECEPCION 10-8-90
VINCULACION NICARAGUA caja 3
T.D.I 11163
FFAA 13665

Nicaragua: destituyen a jefes militares

MANAGUA, 9 (AFP) - La emiso
pro sandinista Radio La Primerísim
informó que dos altos jefes militar
entre ellos el de la Fuerza Aérea, fu
ron destituidos por el jefe de l
Fuerzas Armadas, general Humber
Ortega.

La emisora citando [illegible] que los co
roles Javier Pichardo, jefe de
Fuerza Aérea sandinista, y Adria
Rosales, jefe militar del norte d
país, fueron destituidos p
supuestas divergencias con Ortega

Rosales era jefe militar de la Pr
mera Región, Estelí, Nueva Segovia
y las fronteras con Honduras.

El teniente Carlos Lara, de Relac
ones Públicas d
Ministerio de Defensa, informó tel
fónicamente a
ninguna declaración oficial al respecto

La emisora informó que Pichard
fue destituido por revelar s
supuestas diferencias políticas
dirección del diario por [illegible]
mental La Prensa, Cristina Chamo
rro.

Chamorro es hija de la presidenta
Violeta Barrios de Chamorro, que
a través de [illegible] de la junta
tiene un [illegible] La Prensa.

Según la misma fuente, Pichardo
a sido [illegible] por Ortega y otros
jefes militares [illegible] de "[illegible]
grupo militar" y sustituido por el
tonel Manuel Salvatierra.

Tropas especiales del ejército
Guinea se apoderaron de las
ciones de la Fuerza Aérea y las
bombas aver luego que Salva
asumió el control.

Reduccion de fuerzas

MANAGUA, 9 (UPI) - El Ejérci
Popular Sandinista, considerado
mas grande de América Centra
ha sido reducido de 83 mil efect
a 45 mil, informó ayer jueves el
periódico Barricada.

PARTES POCO LEGIBLE

9004749

Nº DOCUMENTO
TIPO "El Ejército sandinista atraviesa crisis"
PROCEDENCIA La Prensa 150015
FECHA DE PUBL. 10-8-90
LUGAR DE PUBL. Nicaragua 66603
F. Hilitar 11163
TTAA. 13065

DPTO. II (EXTERIOR)
10.8.90
RECIBIDO

El ejército sandinista atraviesa grave crisis

FICHAJE LA PRENSA 10-8-90

MANAGUA. (ANSA, EFE y UPI).- El jefe del Ejército Popular Sandinista, general Humberto Ortega, destituyó al jefe de la Fuerza Aérea, coronel Javier Pichardo, acusándolo de divulgar "secretos militares" al diario La Prensa, propiedad de la Presidenta Violeta Barrios de Chamorro, confirmó un comunicado castrense.

Un escueto boletín de la Dirección de Relaciones Públicas de la Comandancia del Ejército Popular Sandinista informó sobre la destitución de Pichardo.

"El día de ayer, 8 de los corrientes, fue nombrado como jefe de la Fuerza Aérea Sandinista y Defensa Antiaérea, el coronel Manuel Salvatierra Rivera, quien sustituye en dicho cargo al coronel Javier Pichardo Ramírez", dice el comunicado.

La destitución del jefe militar puede deberse a que estaba en desacuerdo con el equipo de transición que encabezó Ortega para la entrega del poder al nuevo Gobierno y podría estar relacionado con la reducción de las Fuerzas Armadas nicaragüenses, según observadores.

"La crisis tiene sus orígenes desde marzo pasado", según informó la radioemisora La Primerísima, partidaria del Frente Sandinista, cuando se discutía la transición de poder con asesores de la Presidenta Chamorro.

"Aparentemente Pichardo encabezaba una fuerte tendencia en el Ejército, que discrepaba en la esencia de las discusiones y proponía alternativas diferentes de negociación", señaló la emisora.

A principios de julio, las diferencias internas llegaron a su punto máximo, cuando el general Ortega le solicitó la renuncia a Pichardo, y destituyó unilateralmente al coronel Antenor Rosales, jefe de la Primera Región Militar. Ambos acusados de fraguar un complot contra el mando superior del Ejército.

01-01

90047 50

CHILE —

Nº. DOCUMENTO
TITULO Patricio Aylwin
FECHA
FOLIO
VIA CHILE
Pol 11164
Sol Nac 11302

Hábil negociador frente al régimen

CLARÍN 12-3-90

Al recibir la banda presidencial, el veterano dirigente del Partido Demócrata Cristiano chileno, Patricio Aylwin, inició un nuevo camino en la historia política de Chile. Su asunción marca el retorno al sistema democrático y el fin del régimen dictatorial de Augusto Pinochet.

Inició su carrera política en su juventud: **fue siete veces titular de su partido, senador y presidente de la Cámara alta durante el período 1965-1973.** Con su desempeño en los distintos cargos logró que se le reconociera la **"astucia política" necesaria para lograr sus objetivos.**

Objetivos que siempre tuvo claros y no dejó de lado pese a las críticas. Su personalidad está muy influida, según señalan algunos, por su carácter de jurista. También existe la certeza de su pragmatismo, que como actitud lo lleva más que al choque a la negociación.

En búsqueda de uno de sus mayores deseos, el restablecimiento del sistema democrático, en 1984 propuso a la oposición que reconociera la Constitución redactada por el régimen militar con la finalidad de "usar las normas gubernamentales para vencer a Pinochet". Propuesta que recibió severas críticas incluso en el seno de su partido, y en varias oportunidades fue considerada una utopía, pero Aylwin fundamentaba la misma en la premisa de que era necesario "aproximarse al riñón del poder en condición de adversario y no de enemigo".

Para ello impuso su línea pragmática sostenida en tres premisas fundamentales: movilización electoral con vistas al plebiscito, búsqueda del diálogo con las fuerzas armadas y descarte de toda alianza con "partidos o grupos que empleen o patrocinen la violencia".

Su posterior objetivo fue organizar el Comando por el No en el plebiscito presidencial llevado a cabo el 5 de octubre de 1988 para que los chilenos decidieran si Pinochet debía permanecer ocho años más en el poder. Calificado como "hombre de derecha que simpatizó con el golpe militar que derrocó a Allende", esto no le impidió adquirir un papel decisivo en la división existente entre quienes propiciaron el no y en los que buscaron en el sí un reaseguro para el futuro del poder de Pinochet.

Aylwin recibió el apoyo de diecisiete partidos políticos de izquierda, centro y derecha, que conformaron la Concertación de Partidos por la Democracia, la integración de los diversos partidos políticos que condujo al triunfo del no. Al conocerse los resultados Aylwin festejó la victoria con otros conciudadanos e instó a la población a "abrir paso a la reconciliación de todos los chilenos y a terminar con la política de la guerra para buscar la unidad y los grandes acuerdos. Todos debemos colaborar para la construcción de nuestro país en un esfuerzo patriótico y generoso".

Además, sostenía que "tras el plebiscito no hay vencedores ni vencidos", palabras que sirvieron para prever su futuro cerca del poder.

Ya en 1989 fue postulado por los diecisiete partidos integrantes de la Concertación Democrática como candidato único a la presidencia en las elecciones del 14 de diciembre de 1989. La designación era considerada por Aylwin como "un enorme desafío de muchos esfuerzos, unidad, coraje y prudencia".

El más del 50% de los votos que lo eligieron como ocupante del Palacio de La Moneda no significó el acceso directo a la democracia. Por el contrario, debió transitar por una ardua y delicada fase de negociaciones con el gobierno de Pinochet, con el fin de arribar a acuerdos de consenso que redujeran su propósito de retener aunque sea una parte del poder.

Pinochet dejó la presidencia del país pero continuará siendo comandante en jefe del ejército hasta 1997, y aunque algunos consideran que su permanencia conducirá a una democracia con limitaciones, Aylwin se propuso ejercer en plenitud las atribuciones propias del presidente de la república.

♦ La trayectoria

El nuevo mandatario chileno, de 71 años, reflexivo, sonriente y sin vacilaciones en sus respuestas, **nació en Viña del Mar**, desde joven se dedicó a la política, concluyó sus estudios de abogacía en 1944 con una tesis premonitoria de su actuación política: **Juicio arbitral, y militó en la Falange Nacional, predecesora del Partido Demócrata Cristiano.** Prestigioso profesor universitario, especializado en derecho administrativo, dejó la cátedra por la política.

Ocupó una banca de senador desde 1965 a 1973, período en el cual la defensa del sistema democrático frente a los avances de la izquierda fue su principal preocupación; históricamente se definió como un **anticomunista.**

En 1970 jugó un papel discutido en las negociaciones. Su partido exigió a Allende **"efectivas garantías"** de respetar el sistema democrático, y tras un acuerdo con el entonces presidente firman el **Pacto de garantías**, que es votado por los legisladores democratacristianos. Su actuación durante esos días le quitó las simpatías de la derecha.

Luego y como presidente del Senado en los últimos meses del gobierno de Salvador Allende, Aylwin encabezó conversaciones con el mandatario en busca de una salida para la crisis gubernamental, pero poco después se produjo el golpe.

A partir de ese momento se dedicó a la actividad académica y a militar desde la clandestinidad; solo volvió a la política cuando apareció clara la perspectiva del plebiscito.

Aylwin, casado con **Leonor Oyarzún**, tiene cinco hijos y diez nietos. Ferviente católico, se confiesa creyente en la Divina Providencia y ama la vida familiar, de la cual se alejó un poco para dedicarse totalmente a la política.

El nuevo presidente chileno que ocupará en el Palacio de la Moneda una oficina distinta de la que utilizó durante más de dieciséis años Pinochet, tiene entre sus tareas prioritarias **"democratizar la sociedad, esclarecer la verdad en materia de derechos humanos y en la medida de lo posible hacer justicia, sin ánimo de venganza".**

Como concreción de ello convocará de inmediato a una sesión extraordinaria del Congreso para considerar una docena de proyectos que abarcan desde la pena de muerte hasta el levantamiento de las restricciones a la prensa.

Días atrás manifestó que pondrá mayor empeño en **"atender las demandas sociales postergadas, buscando conciliar ese esfuerzo con la necesidad de mantener una economía estable, y no caer en políticas que puedan crear desequilibrios y procesos inflacionarios".** "Mantendremos una economía abierta y competitiva, vamos a mantener los estímulos a la reinversión de capitales, además modificaremos las leyes sociales que actualmente funcionan en contra de los trabajadores, **requeriremos mayor contribución empresarial al gasto social del país"**, anticipó.

Aylwin inició ayer el nuevo camino en la historia política chilena, ante ciudadanos que desean disfrutar de la tan anhelada libertad; un presidente que aspira a que al término de su mandato, dentro de cuatro años, sea respetado "como un hombre que cumplió su compromiso y que logró hacer realidad su ideal de reconstruir una patria unida y libre para todos".

Liliana Carballo

El presidente Patricio Aylwin aparece junto a su esposa, Leonor Oyarzún, momentos antes de partir hacia el palacio presidencial para la ceremonia de la asunción del mando.

01-01

Nº D[illegible]
TITU[illegible] "Polémica castrense"
P[illegible] El Día 15-ec-5
F[illegible] 9-8-90
VIN[illegible] CHILE 65709

F. Militar 1163
Ejército 1132

Polémica castrense

ELDIA 9-8-90

SANTIAGO. (ANSA). — El general de Ejército en retiro Horacio Toro, máximo jefe de la policía civil, resultó involucrado en una polémica con la Fuerza Aérea de Chile, después de otra que le provocó ya una querella del Ejército.

El comandante de la aviación chilena, general Fernando Matthei, dijo ayer que un informe de Toro al presidente Patricio Aylwin "es de una irresponsabilidad temeraria" y que el jefe policial "no conoce a la Fuerza Aérea ni por fuera ni por dentro y su única fuente pudo haber sido la chismografía".

La reacción del comandante de la aviación se produjo después que la revista oficialista "Hoy" publicó un informe del jefe policial al presidente Aylwin en que afirma que "la Fuerza Aérea está debilitada y desunida internamente".

En el documento, que según el ministro de Defensa Patricio Rojas es verídico, Toro se refiere también a la Armada, por lo que se espera una reacción de los jefes de esa arma, y señala a los generales de la "línea dura" del Ejército.

En el trabajo, que fue puesto en conocimiento de la comisión ministerial, Toro afirma que el comandante en jefe de la Armada, almirante Jorge Martínez, "se manifestó en una línea que combina la dureza ideológica antimarxista con una línea de integrismo católico, que se hace cada vez más evidente en el alto mando".

Refiriéndose al Ejército, Toro señala que las declaraciones de un oficial "N.N." publicadas en un diario de Punta Arenas, eran un "mensaje de línea dura al presidente Aylwin", en la cual participaban los generales Augusto Pinochet, (ex presidente de Chile y que se mantiene como comandante en jefe de esa rama

[redacted]

01-01

9004752X

Nº DOCUM
TITUL Datos Económicos
PROCE Archivo Thomas 15 a 27
FECH 5-8-90
VINCUL CHILE 6570

F. Económico 11161

Chile: un alivio para Aylwin

*Santiago (CGD Informes) — Aunque los informes más optimistas vaticinaban una **inflación** en Chile en julio **cercana a 3%**, el costo de vida **descendió de 2,2% en junio a 1,7%**, con el consiguiente alivio de la administración de **Patricio Aylwin**.*

*Según informó el **Instituto Nacional de Estadísticas**, la inflación en los primeros siete meses del año alcanzó **13%** y **24,6%** en el último año.*

*Fuentes económicas destacaron ayer que de persistir esta tendencia, la inflación chilena llegará **a 25%** para todo 1990 que es **exactamente la meta que se fijó el gobierno** y que está **cinco puntos** por debajo de la registrada el año pasado.*

*En **1989** en julio, la inflación incluso fue **levemente superior** a la ahora registrada, ubicándose en ese momento en **1,8%** llegando la tasa a siete meses a **10,1%**.*

*En tanto, operadores privados señalaron que la baja de la inflación ya había sido **prevista** en los últimos días por el **mercado financiero**, luego de las estimaciones iniciales que preveían, en el mejor de los casos, una suba de 3% en el costo de vida y que el **Banco Central** obligó a rectificar **bajando la tasa de interés de los pagarés que vende al público**.*

***Por otra parte, también se conoció ayer que la desocupación subió 0,4%** en el trimestre **abril-junio**, ubicándose en **6,5%**. De todas maneras, el índice es **0,5%** menor que en igual período del año pasado, cuando fue de 7% de la fuerza laboralmente activa. De las **4.300.000 personas** que constituyen la fuerza del trabajo, **302.100 están inactivas**, según el informe.*

PARTES POCO LEGIBLE

9C04753 X

Nº DE CU
TITULO
PERIO
FE
VIÑ

"Respaldo del Ejército a Pinochet"
La Prensa 15-0026
24-8-90
CHILE 65709
T Dic 11163
Ejercito 11338

Respaldo del Ejército a Pinochet

Santiago (Reuter) — El general Augusto Pinochet recibió una categórica demostración de respaldo del Ejército chileno al cumplir 17 años en la comandancia en jefe de la institución a la que le asignó un rol de vigilancia de la democracia.

Pinochet presidió una ceremonia castrense en la Escuela Militar, en la que no hubo representantes del gobierno democrático de Patricio Aylwin, a quien entregó la presidencia en marzo cuando puso fin a más de una década y media de régimen militar.

Delegaciones de soldados de todas las unidades del Ejército chileno le rindieron honores con un desfile que tuvo como telón de fondo la presencia de cinco tanques y siete tanquetas.

"En esta significativa fecha, que trasciende a su persona para confundirse con el Ejército todo, los integrantes de esta institución le expresamos a usted nuestra más irrestricta lealtad para continuar laborando juntos, en una mancomunión de esfuerzos", afirmó el vicecomandante en jefe Jorge Lucar.

9004754 X

Chile

22-4-90

Nº DOCUMENTO
TITULO EMBAJADOR DE CHILE EN ARGENTINA
PROCED Clase 15004
FECHA 22-4-90
VIAS Chile 65709
F Pol 11164
Cds Doc. 11302
RR11 11399

LIAGIN- 22-4-90

Buenos Aires, domingo 22 de abril de 1990

...el país el nuevo ...ador de Chile

Carlos Figueroa Serrano

Carlos Figueroa Serrano, designado primer embajador del gobierno democrático chileno presidido por Patricio Aylwin en la Argentina, llegó a esta ciudad, donde presentará el jueves sus cartas credenciales al presidente Carlos Menem.

Figueroa, de 59 años, casado, siete hijos, desempeñó un papel clave en el área de comunicaciones y publicidad de la campaña electoral de Aylwin y en la etapa previa al plebiscito de octubre de 1988, que frustró las aspiraciones del general Augusto Pinochet de permanecer en el poder hasta 1997.

El nuevo embajador chileno tiene una dilatada trayectoria pública en su país, destacándose los cargos de ministro de Economía y de Agricultura en el gobierno del extinto presidente Eduardo Frei.

Figueroa Serrano nació el 28 de noviembre de 1930, cursó sus estudios primarios y secundarios en el Colegio de los Sagrados Corazones (Padres Franceses) de Santiago.

Más tarde ingresó en la Facultad de Derecho de la Universidad de Chile, donde se recibió de abogado en 1957, y desde ese año ejerce la profesión, siendo entre 1971 y 1972 integrante de la Corte de Apelaciones de Santiago.

Su función pública la inició como subsecretario de Agricultura hasta 1969, cuando fue designado en la cartera de Economía, Fomento y Reconstrucción.

También se desempeñó como ministro subrogante de Relaciones Exteriores, Hacienda y Agricultura en varias oportunidades en la administración de Frei.

Además fue presidente de la Corporación de Fomento (CORFO), de la empresa de Comercio Agrícola y de la Sociedad de Construcciones y Operaciones Agropecuarias entre los años 67 y 70.

Figueroa también desarrolló una intensa labor universitaria desempeñándose como profesor en varias universidades chilenas y milita en el Partido Demócrata Cristiano desde 1957.

PARTES POCO LEGIBLE

01 - 1

9004755

Nº. DOCUMENTO
TITULO DETIENEN A JEFE EXTREMISTA
PROCEDENCIA La Prensa 15026
FECHA 11-7-90
VINCULACION CHILE 6574
F. NIC 11163
SUBJ 11140
Categoria 11094

OPTO. ARCHIVO

Panorama mundial

FICHAJE

Detienen en Chile a un jefe extremista

Santiago (UP) — Un hombre acusado de intentar asesinar al general Augusto Pinochet, del secuestro de dos coroneles del ejército y del ajusticiamiento de un ex agente de seguridad, fue detenido por la policía de Carabineros mientras caminaba por una calle de Santiago, informaron las autoridades.

El acusado, Luis Rodrigo Morales Salas, de 32 años, es uno de los jefes de las dos organizaciones rebeldes que se niegan a aceptar la nueva legalidad democrática de Chile, informó la policía.

Morales, fundador del "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" y actualmente uno de los dirigentes del llamado sector "autónomo", que se ha negado a desmovilizarse, vivió en Cuba entre septiembre de 1987 y marzo de 1989.

01-01 9004756 X

Nº DOCUMENTO
TIPO REPRESENTANTE ANTE ALADI
La República 15xc23
24-6-90
Chile 65709
Pol 11164
Soc. 11302

OPTO. II ... AMERICANOS
... / ... / ...
... BAS

Argentina y Chile nombraron representantes ante la Aladi

LA REPUBLICA 24-6-90

■ El nuevo gobierno de Chile, acreditó al embajador Raimundo Barros Charlin como su representante permanente ante la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi), quien afirmó que "uno de los pilares fundamentales de la política exterior chilena es su vocación latinoamericana con antecedentes muy profundos, arraigados y constantes en su historia".

El embajador Barros Charlin recordó a manera de ejemplo la influencia del venezolano Andrés Bello, quien desde 1829 prestó servicios en la Oficina de Relaciones Exteriores de Chile, postulando un comercio recíproco privilegiado dentro de la región. "La llamada 'Cláusula Bello' de 1832 -dijo- hubiese permitido estructurar, gradualmente, en el área, desde aquella época, una zona de preferencias económicas".

"La vocación latinoamericana de Chile está también -agregó- indisolublemente ligada al presidente Eduardo Frei, a Hernán Santa Cruz en la Cepal y a Felipe Herrera en el BID".

Aseguró que "la Concertación de partidos por la Democracia que postulara al presidente Patricio Aylwin y que le acompaña en la gestión de su gobierno ha definido que "la política exterior asumirá el entorno geográfico, histórico y político de Chile y restablecerá su tradicional vocación latinoamericana".

ACTUACION DEL EMBAJADOR BARROS CHARLIN

El nuevo jefe de la Misión Permanente de Chile ante Aladi -quien es abogado, catedrático y autor de publicaciones- ostenta una dilatada actividad dedicada a la integración latinoamericana.

En 1960 comenzó desempeñándose como asesor jurídico, y más tarde fue abogado jefe de la Oficina Chilena de Integración, donde le cupo atender asuntos de Alalc y del Pacto Andino durante diecisiete años, participando activamente entonces en conferencias y reuniones negociadoras de la Alalc.

Desde 1978 a 1980 fue Director del Instituto para la Integración de América Latina (Intal), organismo dependiente del BID con sede en Buenos Aires.

El embajador Angel María Oliveri se convirtió en el nuevo representante permanente del gobierno de la República Argentina ante la Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi).

Al ser recibido por los demás miembros del Comité de Representantes reunidos en sesión extraordinaria, el entrante jefe de la misión argentina expresó su satisfacción por "sumarme a este esfuerzo común en esta hora tan decisiva para nuestro continente. Todos sabemos que América Latina transita una de las peores crisis de su historia pero, por otro lado, presenta por feliz coincidencia una suerte de homogeneidad que raramente se había dado en el pasado".

En su opinión, las tres principales coincidencias consisten en "la instalación de la democracia; la unánime adhesión de los gobiernos latinoamericanos a un modelo de apertura económica que favorezca su inserción en la economía mundial y una renovada voluntad política integracionista".

"Ante este panorama internacional, la integración de América Latina es el único camino impostergable", señaló el diplomático argentino.

Un extenso desempeño en el servicio diplomático de la Argentina tiene el embajador Oliveri -doctor en Derecho, de profesión- desde el inicio de su carrera en 1955.

En la Cancillería de su país, ocupó los cargos de director de Antártida y Malvinas y de subsecretario de Negociaciones Económicas Internacionales. Dada su experiencia en diplomacia multilateral, ciencias políticas y relaciones económicas internacionales, es autor de publicaciones especializadas entre las que merece destacarse la titulada "La integración económica ante el derecho internacional - Bases para una integración latinoamericana" (Edición Amayorro de 1979).

9004757

Hasta la fecha el embajador Oliveri se desempeñaba como representante personal del presidente de la Argentina en el Grupo Cumbre de Consulta y Coordinación Sur-Sur (Grupo de los 15).

9004757

01-01

Nº. DOCUMENTO
TITULO ENJUICIAN A GRAL. CHILENO
PROCESO Causa 15024
FECHA DE 15 6 90
VOLUMEN CHILE 6540
EDIC 11263
FFAA 13065
Ejercito 11328
Interiores 11094

DPTO. III (EXTERIORES)
FICHA

Enjuiciarán a general chileno

FICHAJE

SANTIAGO, 14 (ANSA. UPI y Reuter). — El alto mando del ejército chileno rechazó hoy enérgicamente las declaraciones del jefe de la policía civil quien criticó la permanencia del ex presidente militar general **Augusto Pinochet** al mando de la institución.

Horacio Toro, un general retirado, dijo el martes en una entrevista televisiva que **Pinochet debería retirarse para salvar el honor del ejército ante el descubrimiento de una fosa común clandestina con los restos de 20 prisioneros fusilados tras el golpe militar de 1973.**

El consejo militar del ejército, que integran todos los generales, anunció hoy que iniciará **"medidas legales y reglamentarias" contra el general retirado por haber "vulnerado valores y principios fundamentales".**

Diez días atrás fueron exhumados en la localidad de **Pisagua**, en el extremo norte de Chile, varios cadáveres con los ojos vendados, maniatados y con impactos de balas en el pecho en una caleta que sirvió de campo de prisioneros políticos tras el derrocamiento del presidente socialista Salvador Allende. La exhumación generó una ola de críticas contra el ejército y Pinochet por parte de quienes los consideran responsables de esas muertes.

El ejército repudió las opiniones de Toro, quien fue designado director de investigaciones por el presidente Patricio Aylwin en marzo, y las calificó de **imprecedentes** de parte de un ex general que participó en el derrocamiento del gobierno de Salvador Allende.

La institución dijo en una declaración que Pinochet tenía el derecho constitucional de permanecer como comandante en jefe del ejército hasta 1997 luego de haber entregado el gobierno a un presidente civil en marzo.

Igualmente, el comunicado recordó que Toro fue relevado del mando de un regimiento de caballería en 1972 **"por manifestar su absoluto desacuerdo con la gestión gubernativa marxista-leninista"** del presidente Salvador Allende y que después fue **"integrante del más alto organismo asesor"** del régimen militar que asumió el poder en 1973.

Ante las críticas de sectores militares, Toro puso su renuncia a disposición del presidente Patricio Aylwin, quien **lo ratificó en su cargo.**

9004758

Tres féminas ganaron elecciones en minería del cobre

Mujeres ocupan posiciones de vanguardia en el sindicalismo

Tres mujeres fueron elegidas como dirigentas sindicales en el Sindicato Santiago de la empresa Codelco Chile, una de las más grandes compañías del país. Con ello las mujeres empiezan a ocupar posiciones de tal importancia que hoy las negociaciones sindicales y otros importantes aspectos pasan por su opinión y decisión.

Magdalena González Mujica fue elegida presidenta del Sindicato Santiago de Codelco-Chile y, además, consejera nacional de la Confederación de Trabajadores del Cobre, siendo la primera mujer que ocupa estos dos importantes cargos sindicales, dentro del prestigioso gremio de la gran minería cuprera.

Junto con ella, en su organización que representa a 250 funcionarios de las oficinas centrales de la mencionada empresa estatal, resultaron elegidas Pilar Honorato San Román, tesorera del sindicato, y Cristina Messina Abadal, directora. El directorio sindical se completó con Juan Carlos Navarro Betancourt, secretario, y Raúl Correa Alvarez, director. Tendrán que defender los intereses laborales de 140 mujeres y 119 hombres sindicalizados en esa repartición.

Las tres dirigentas plantean que en esta elección no hubo bandos de mujeres contra hombres, sino que los votos fueron, indistintamente, en sus preferencias, sin embargo ganaron ellas. Magdalena González tiene diez años de experiencia gremial, a la que se le sumó Pilar Honorato, que ya era dirigenta antes de este comicio sindical, y Cristina Messina es elegida por primera vez. Plantean en conjunto que las funcionarias han sido más decididas para reclamar por sus reivindicaciones "y quizás más vehementes" confiesan, ya que los varones "son más calculadores en su gestión sindical y, además, se politizan más", en cambio ellas sólo han tenido divisas gremiales. Reconocen que cada persona puede tener la idea política o partidaria que más estime conveniente, pero que este bagaje ideológico deben dejarlo fuera del sindicato. También creen que su ejemplo debe crecer y en los sindicatos administrativos de los minerales del cobre deben aparecer mujeres que, sindicalmente, representen los intereses de las funcionarias y también de los varones.

En cuanto a la labor sindical general dentro de la Confederación del Cobre coinciden con los demás dirigentes sindicales que deben recuperarse muchas conquistas perdidas en los últimos 16 años, entre ellas la escala móvil (reajustabilidad mensual, de acuerdo al IPC) y el poder negociar colectivamente cada 15 meses y no cada dos o tres años, como sucede actualmente. Manifiestan que el Sindicato Santiago tuvo negociación anticipada y que son partidarias de adelantarla nuevamente, dentro de los términos anteriores, para que las remuneraciones y beneficios del personal no se deterioren. Creen que su elección obrará en un cambio de imagen dentro de la Confederación de Trabajadores del Cobre (CTC), y que los mineros en general estiman que los empleados de Santiago son "apatronados", en cambio ellas perseguirán una política de integración y de igualdad de posibilidades laborales, dentro de Codelco-Chile. Agradecen que el diputado y ex-presidente de la Confederación del Cobre, Nicanor Araya, fuera personalmente a felicitarlas por sus cargos y les vaticinó que "ya no serán tan floridos los discursos de los mineros en los congresos sindicales del cobre", por respeto a la cada vez más importante presencia femenina.

Magdalena González.

Cristina Messina

Pilar Honorato

DIRIGENTAS

Según las estadísticas de la Dirección del Trabajo, del universo de dirigentes sindicales chilenos, sólo el 4% son mujeres, aunque el 30% de la ocupación registrada en el país es femenina. De acuerdo a esta conclusión faltaría que muchas mujeres tomaran las banderas de lucha en el sindicalismo.

Sin embargo, se observa que en los últimos tiempos hay un avance en este sentido, no solamente en el caso de las oficinas centrales de Codelco-Chile, sino que están tomando posiciones en diferentes puntos del movimiento sindical. Por ejemplo, en el consejo directivo nacional de la CUT, de 45 dirigentes nacionales, tres son mujeres: María Rozas, que además es directora nacional del Colegio de Profesores; Patricia Coñapán, presidenta de la Confederación Contextil, y Graciela Trujillo, por los jubilados. Pero la lista se extiende y, por ejemplo, también está Angélica Carvallo, presidenta de la CUT provincial Santiago Centro-Estación Central. Entre otras dirigentas independientes, se encuentran Teresa Ramírez, presidenta de la Federación Nacional de Sindicatos Telefónicos, además de muchas que presiden sindicatos o integran sencillamente las directivas. Pero, se considera "decana" a Mireya Baltra, que fue dirigenta de los suplementeros, luego diputada comunista y Ministra del Trabajo de la UP (*actualmente sólo se dedica a la política* partidista).

Los sociólogos y sicólogos laborales le dan características especiales a las mujeres que son dirigentas sindicales. Descontando su sacrificio de dejar el hogar y dedicarse a acciones sociales son más decididas y apasionadas que los hombres en sus juicios y decisiones. Esta vena la muestran en la negociación colectiva, especialmente, en que muestran intransigencia, al revés de los hombres que son más dúctiles para negociar o "muñequear". En muchas ocasiones, después de una negociación, incluso después de una huelga, muchas veces la gerencia llama a una comida de confraternidad a los dirigentes sindicales para terminar con los roces que se produjeron en el conflicto laboral; pero las mujeres no van, porque en la jornada se jugaron por ganar o perder y, según los profesionales citados, "demuestran entonces sus características apasionadas".

En el mismo orden. Delante del monumento al minero, existente en el edificio de Codelco-Chile, aparecen las flamantes dirigentes sindicales del cobre, representando a los trabajadores de las oficinas de Santiago: Pilar Honorato, tesorera del sindicato. Magdalena González, presidenta y consejera nacional de la Confederación del Cobre, y Cristina Massina, directora.

Angèlica Carvallo

María Rozas

Mireya Baltra

Nº DOCUMENTO
TITULO: JUEZ ESPECIAL PARA FOSAS CLANDESTINAS
PROCEDENCIA: El Día
FECHA: 15 ago 5
VISADO CENSURA: 18-8-90
[redacted]
CHILE - 6570
Pisagua 1165
Cuesta Soc 11414

Juez especial para fosas clandestinas

SANTIAGO DE CHILE. (EFE). — Un juez especial chileno se encarga a partir de ayer de investigar una denuncia presentada por la Vicaría de la Solidaridad de la Iglesia Católica sobre la existencia de una fosa clandestina de ejecutados políticos en la zona agrícola de Paine, situada a 25 kilómetros al sur de Santiago.

El magistrado Germán Hermosilla fue designado para las pesquisas después de que una Corte de Apelaciones chilena acogiera favorablemente la denuncia presentada por la Vicaría de la Solidaridad sobre enterramientos ilegales en Paine.

El abogado de la Vicaría, Nelson Caucoto, dijo que la designación de un magistrado especial es de gran importancia para llegar a establecer lo que ocurrió en Paine después del golpe militar en Chile el 11 de setiembre de 1973.

Caucoto recordó que más de cien trabajadores y campesinos de la zona fueron asesinados en los meses siguientes al golpe y que cuarenta figuran en las listas de detenidos desaparecidos.

La denuncia que investigará Hermosilla se refiere a inhumaciones ilegales que se efectuaron en un paraje denominado "La Rana" y en el cementerio parroquial de Paine.

Caucoto declaró que en "La Rana" se hallan los restos de cuatro personas no identificadas, que fueron asesinadas por grupos de civiles y militares que en los últimos meses de 1973 recorrían la zona en busca de partidarios del derrocado gobierno del presidente Salvador Allende.

Otras denuncias

Los cadáveres fueron abandonados en el campo y habitantes de la zona procedieron a sepultarlos, por razones humanitarias, añadió el abogado.

También dijo que en el cementerio de Paine se encuentran los cuerpos de dos jóvenes militantes del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), Saúl Cárcamo Rojas y Ricardo Carrasco Barrios, ambos de veinte años.

Los dos jóvenes fueron detenidos en una calle de Paine por uno de los grupos de civiles y uniformados, quienes les asesinaron en la vía pública, en presencia de testigos que ahora están dispuestos a declarar, agregó el abogado.

Desde el pasado 21 de marzo han sido denunciadas e investigadas más de una decena de fosas clandestinas con ejecutados políticos en diversos puntos del territorio

En Pisagua, 1.909 kilómetros al norte de Santiago, fueron desenterrados en junio veinte cadáveres y otros dieciocho se encontraron en julio en Chihuío, 850 kilómetros al sur de la capital chilena, mientras cuatro fueron exhumados en Concepción, a 515 kilómetros al sur de Santiago.

En Calama, 1.600 kilómetros al norte de la capital chilena, se encontraron restos de veintiséis víctimas y de otras ocho en Tocopilla, también en el norte de Chile, mientras se analizan trece osamentas encontradas en Constitución, 350 kilómetros al suroeste de Santiago.

En Colina, 25 kilómetros al norte de Santiago, se reanudó el jueves la búsqueda en un antiguo campo del ejército, donde en marzo se encontraron tres osamentas que resultaron ser de detenidos desaparecidos y en la propia capital, desde el 16 de julio se buscan más de treinta cuerpos sepultados en las riberas del río Mapocho.

9004760

Nº. DOCUM
TITULO Espionaje en Perú
PROCE La Nación 15/04/25
FECH 4-4-90
VINCUL PERU 6.6814
F. Pol 11164
F. M. I. 11163
Org de Inteligencia 11337

Espionaje en Perú

LIMA, 3 (AFP).– Políticos de oposición, mandos castrenses, dirigentes sindicales y periodistas habrían sido sometidos a espionaje telefónico por el ex presidente peruano Alan García, según las últimas informaciones presentadas en la televisión por el diputado Fernando Olivera Vega.

El Servicio de Inteligencia Nacional (SIN), controlado por militares fue utilizado por García como ejecutor del presunto espionaje denunciado por la supuesta red "especial" de la Compañía Peruana de Teléfonos (estatal), según asegurara Olivera en la TV de Lima el domingo pasado.

9004761

Nº. DOCU
TITULO NUEVOS AUMENTOS SALARIALES.
PROC Debate Financiero 150027
FECH 3-9-90
VINCU PERU 66817
F. ECO 11161
NIVEL SALARIAL. 11436

Se debilita el ajuste en Perú con nuevos aumentos salariales

Lima (Reuter) — El gobierno peruano ratificó su compromiso de mantener el poder adquisitivo de los sueldos al anunciar que éstos subirán al ritmo de la inflación, cuyo nivel en agosto orilló 400%, record en la historia del país.

El ministro de Trabajo, Carlos Torres, anunció el sábado que los sueldos serán incrementados de acuerdo con el aumento del costo de vida, tras reconocer que los trabajadores no logran cubrir sus necesidades con sus ingresos.

"Es cierto que el sueldo no le alcanza a nadie, pero lo más importante para este gobierno no es sólo la remuneración de quienes tienen trabajo formal, sino también de esos cinco millones de peruanos que no tienen ningún tipo de ingresos", dijo.

La inflación de agosto llegó a 397% llevando el acumulado anual a 4.641,2% y 12.377% en los últimos 12 meses, según el Instituto Nacional de Estadísticas (INE).

El record inflacionario de agosto se produce a cuatro semanas de lanzado un plan de austeridad del gobierno de Alberto Fujimori, que entre otras cosas subió 30 veces el precio de la gasolina y hasta cuadruplicó los precios de los alimentos básicos, como pan, leche, azúcar y fideos.

Los peruanos, acostumbrados a convivir con inflación elevada, fueron sorprendidos por el programa de ajuste conocido popularmente como Fujishock, que dispuso tan sólo una duplicación de los sueldos para amortiguar el impacto social de las medidas.

La revista "Si" dijo que el gobierno enfrenta serios problemas porque no tiene dinero para pagar los sueldos de los trabajadores estatales.

"El déficit fiscal muestra un cierre que confirma los cálculos pesimistas. Hay déficit de caja a pesar de que a los empleados públicos no se les pagó ningún aumento", dijo la revista.

Agregó que "el gobierno ha prometido aliviar el daño, pagando al final de la primera quincena de setiembre el aumento promedio para agosto. Entre tanto, los empleados públicos, así como la totalidad de los asalariados, han visto reducida su capacidad adquisitiva hasta niveles de miseria".

Jorge Camet, presidente de la Confederación de Instituciones Empresariales Privadas, Confiep), demandó al gobierno la necesidad de que se flexibilice la estabilidad laboral contemplada en la legislación.

9004762

Nº. DO...
TITU... PRIVATIZACIONES
P... El Dép 150005
F... 5-9-90
VI... PERU 66817
F. ECO-11161
POL ECO. 11392

Privatización Peruana

LIMA, (Reuter) — El gobierno peruano piensa permitir capitales privados en el refinamiento de petróleo y el procesamiento de minerales, para poner fin a un virtual monopolio estatal en ambas industrias, dijo el ministro de Energía y Minas, Fernando Sánchez Albavera.

01 01

90047637

El FMI en el Perú

Un camino para esconder a la inflación

por Magdalena Galindo

Por lo que se conoce hasta ahora, aunque no se sabe si es que el primer ministro peruano no anunció todo el contenido de las políticas económicas o es que los cables han sido muy parcos, el plan impuesto por Fujimori el 8 de agosto en Perú tiene los rasgos clásicos de un "shock" del Fondo Monetario Internacional. Hecho sumamente probable porque los pocos días que tiene Fujimori en el poder *permiten suponer que su* principal objetivo, con implicaciones tanto económicas como políticas, es restablecer las relaciones con el FMI y junto con ellas con la Banca Internacional, con objeto de volver a entrar a los círculos del crédito.

Si los datos confirman estas orientaciones, ya se sabe lo que se puede esperar. Se trata de lo que los analistas del Fondo llaman una realineación de *precios que consiste simple* y llanamente en una elevación drástica de un primer momento, con una filosofía muy cercana a la de "si me han de matar mañana, que me maten de una vez".

La realineación, sin embargo, deja en la línea de retaguardia a los salarios que no consiguen de ninguna manera alcanzar el aumento de los precios. La hipótesis declarada, aunque después de tantos casos dudo de que los especialistas del Fondo sigan creyendo que funcionan sus recetas, es que la inflación se provoca porque hay un exceso de demanda sobre la oferta. La *medicina, entonces, consiste* en dejar que los precios se eleven, para de esta manera contraer la demanda y finalmente conseguir estabilizar la inflación.

Claro que en el caso de Perú, como en el de otros países de América Latina, eso de que hay un exceso de demanda suena a humor negro, cuando la mayoría de la población sufre desnutrición y un porcentaje importante se encuentra en *niveles de hambre. La realidad* es que la inflación no cede porque se dejen los precios al libre juego de la oferta y la demanda, sino que son otros actores, como el tipo de cambio, la tasa de interés, lo que ejercen una influencia real.

Por otro lado, los programas de ajuste del Fondo realizan una operación que bien podría describirse como esconder la inflación debajo del tapete, pues implantan tales aumentos en el momento del "shock", que no resulta raro que poco después los aumentos se atemperen, puesto que en el corto plazo de unos días se concretan aumentos que sin el "shock" hubieran tardado meses en registrarse.

También hay que señalar que hay de "shocks" a "shocks" y el asestado en Perú es uno de los más drásticos que se hayan aplicado.

Ciertamente el caso de la economía peruana era ya de una hiperinflación, puesto que se encontraba en los cuatro dígitos. Sólo en 1988 el aumento de los precios se situó en mil 722 Por esas cifras la inflación esperada para este mes de agosto era, antes del plan económico de Fujimori, de 200 por ciento, pero después de las draconianas medidas, se espera una mayor, pues sólo el incremento de la gasolina fue de 3 mil por ciento y el efecto multiplicador que tienen sus precios por tratarse de un insumo generalizado que entra en los costos de producción de la mayoría de los bienes y servicios. Y los bienes básicos que forman el principal costo de producción de la fuerza de trabajo se elevaron en 200 y 700 por ciento.

Supuestamente para enfrentar tales aumentos, el gobierno peruano estableció de manera simultánea un bono para los trabajadores equivalente al salario del mes de julio, nueva figura que constituye una especie de aumento temporal, hasta ahora por un solo mes. En cuanto a su monto, habría que decir que, puesto que reproduce una vez el salario, es igual a un aumento, por un mes, del ciento por ciento que, frente a los precios que se elevan entre 300 y 3 mil por ciento, queda muy claro que los haberes permanecen a la retaguardia.

Por otro lado, habría que recordar que en una economía como la peruana, con un alto índice de desempleo y subempleo, un porcentaje muy alto de los trabajadores no reciben un salario fijo y la inflación los golpea sin ninguna clase de defensa. Estos sectores son los que han respondido con verdadera desesperación ante las medidas, saqueando las tiendas y arriesgando la vida en la empresa.

Otro aspecto particularmente dramático que los economistas habían estado anunciando es que junto con las políticas económicas que disminuyen de manera tan radical los niveles de vida de las masas, vendrían formas autoritarias de poder, puesto que de algún modo tienen que valerse las clases dominantes para obligar a los sectores depauperados a aceptar nuevos descensos de su poder adquisitivo.

En Perú, pocos días antes de la presentación del paquete económico se decretó el estado de emergencia en las principales ciudades del país, lo que significa la suspensión de las garantías individuales, y el gobierno ha reprimido a los saqueadores con saldo de muertos y heridos.

No deja de ser patético y de algún modo premonitorio, que el primer ministro Juan Hurtado Miller, al presentar el programa haya *terminado su discurso* con una conmovida invocación: "Que Dios nos ayude". En efecto, porque lo que es el FMI sólo nos arruina a los pueblos latinoamericanos.

01-01

9004764.X

El FMI en el Perú
Alternativa 15000
30-8-90
Perú 66817
T. ECO 11161
Rel. con org. de crédito - 11412

Nº D
TITU ATENTADOS POR LA CRISIS.
PROCED Hoja Suelta 15OC18
FECHA C 29-8-90
VINCUL PERU 66817
~~Sinaloense 11165~~
~~Confidencial~~
F 7.L 11163
SUBD. 11140

Hiperinflación, paros, lucha armada y hambre

HOJA SUELTA 29

Perú: hablemos de crisis

Lima, la capital del Perú, amaneció sin energía eléctrica el pasado martes 21, como consecuencia de un atentado contra torres de alta tensión. Este suceso fue uno de los tantos que acompañaron el paro general de 24 horas decretado por las principales centrales sindicales. El transporte colectivo también se vio afectado casi en su totalidad, pero la apertura de algunas sucursales bancarias y ciertos locales comerciales céntricos permitieron al gobierno afirmar que el paro había sido *"un fracaso"*. Los dirigentes de la Confederación General de Trabajadores del Perú (CGTP, de orientación comunista) dijeron que la medida fue acatada por la inmensa mayoría de los trabajadores del país; las organizaciones rebeldes Partido Comunista del Perú (PCP, Sendero Luminoso) y Movimiento Revolucionario Tupac-Amarú (MRTA) decretaron un *"paro armado"*, que a pesar de haber sido minimizado por las autoridades fue visible a través de las mencionadas voladuras de torres de alta tensión y diversos ataques a personeros del ejército y de la gran industria.

En realidad, el paro fue una rotunda respuesta popular al paquete de medidas pretendidamente antiinflacionarias dictado por el presidente Alberto Fujimori, bautizado popularmente como *"fujishock"*, y que incluyó un brutal aumento de tarifas públicas y de artículos de primera necesidad; a través de los porfiados hechos parecen disminuir las diferencias entre el pragmático Fujimori y el aristocrático candidato derrotado de la Nueva Derecha, el narrador Mario Vargas Llosa, quien propugnaba realizar exactamente lo mismo que hoy en día ha hecho el equipo económico de gobierno.

El pasado jueves 9, primer día de aplicación del *paquetazo*, la inflación alcanzó en 24 horas la cifra *record* de 136 por ciento, al tiempo que en las barriadas obreras se producían manifestaciones relámpago en protesta por lo decretado desde *oficinas gubernamentales*.

Ilustración de Alejandro Sequeira

Luego del ajuste, la canasta de artículos básicos alcanzó los 470 dólares mensuales, según estimaciones del economista Virgilio Roel, mientras que el ingreso mínimo está fijado en 22 dólares; no es cuento, en Perú la gente se muere de hambre. Según cifras oficiales, siete millones de peruanos viven bajo la línea de extrema pobreza. La propia clase media aún no se repone del golpe que sufrió cuando la gasolina aumentó 30 veces su precio. El ministro de Economía, Juan Hurtado Miller, prometió articular un programa de emergencia nacional que acompañaría el ajuste fiscal y que paliaría las penurias económicas de los sectores marginados. En realidad, según sus propias palabras, el programa avanza lentamente y, en la cruda vida cotidiana, a excepción del reparto de algunos alimentos secos publicitado por radio y televisión, el promocionado paliativo no pasa de ser un cuento chino.

Luego de cinco años de una política económica de corte populista, llevada adelante por el Ejecutivo comandado por el ex presidente Alan García Pérez, el país quedó literalmente en la lona. En 1985 –primer año de gobierno del aprista García– las reservas internacionales netas del Banco Central del Perú alcanzaban la cifra de 971 millones de dólares; en el momento de asumir el actual presidente Fujimori, esas reservas registran un saldo negativo de 150 millones de dólares. La gestión económica del anterior gobierno, ha sido calificada como desastrosa y los salarios –en cinco años– se han visto reducidos en un 50 por ciento.

Ahora, cuando las expectativas de las grandes masas de peruanos apuntaban a una redistribución del ingreso más equitativa, Fujimori combate la hiperinflación al costo del hambre de la mayoría de la población.

La crisis que afecta al Perú tiene características estructurales que ya nadie discute y presenta aristas que la definen como terminal. Alberto Fujimori, quien triunfó en las elecciones prefigurando una administración que orientaría la sociedad peruana hacia rumbos de justicia social, en su primera medida gubernamental de importancia descarga el peso de la crisis sobre sectores que ya no pueden resistir más. Por tanto, la turbulencia social comienza a incrementarse en el país. El ministro de Economía, Juan Hurtado Miller, afirma que el programa de ajuste tendrá éxito si se aplica con total firmeza, soportando todo tipo de presiones. Lo concreto es que, en los escasos días que tiene en el gobierno la nueva administración, ya logra percibirse un marcado sesgo autoritario y represivo que la población conoce en demasía.

El tiempo dirá si las propuestas de la Nueva Derecha esgrimidas por Alberto Fujimori tienen éxito y cuál será el precio social a pagar por la gente. Mientras tanto, quedan flotando en el aire andino las voces de la oposición, que han calificado las medidas gubernamentales como *"un disparate que cosechará subversión"*. Porfiadamente, el MRTA y Sendero Luminoso existen

Sergio Márquez

01-01 90047651

Latinoamérica

Primera protesta sindical contra la política económica de Fujimori

El presidente peruano Alberto Fujimori, en el poder desde hace tres semanas, enfrentará hoy y mañana el primer paro nacional de protesta contra su política económica de ajuste en los precios y tarifas.

Un clima de desconcierto reina aún en Perú a pesar de que el gobierno fijó ya el salario mínimo legal, de unos 50 dólares mensuales, porque persisten elementos perturbadores en la fijación de precios y tarifas.

El anuncio del ministro de Trabajo, Carlos Torres y Lara de subir los sueldos no ha satisfecho a la mayoría de la población que lo considera insuficiente y confuso.

Si bien los precios de algunos productos, especialmente en el sector alimenticio, continúan bajando, la situación es aún muy difícil para los sectores más deprimidos, ya que el plan de emergencia social puesto en marcha para proporcionar alimentos a los más desfavorecidos, no funciona como se esperaba.

Los empresarios y economistas coincidieron en reclamar al gobierno mayores precisiones respecto de los objetivos del plan económico y sobre el rumbo de la paridad cambiaria.

Los obreros, a su vez, sostienen que los precios han subido más del 3.000 por ciento, reduciendo drásticamente su capacidad adquisitiva.

Por el lado de las empresas, las ventas se han reducido fuertemente y se teme que esté en marcha un severo proceso recesivo.

El ministro Torres y Lara, según se informó, habría admitido que, como producto de los ajustes, decenas de pequeñas empresas cerrarán sus puertas.

En tanto, el segundo vicepresidente del Perú, Carlos García, anunció que Fujimori, se dirigirá en las próximas horas al país para explicar su política económica.

La intervención de Fujimori se complementará con la comparecencia ante el Congreso, el próximo viernes, del primer ministro y ministro de Economía y Finanzas, Juan Carlos Hurtado Miller, quien expondrá los detalles del plan económico del gobierno.

"Paro armado"

Por su parte, el grupo subversivo maoísta "Sendero Luminoso" llamó a un "paro armado" para hoy, al que se sumó el "Movimiento Revolucionario Tupac Amarú", de orientación castrista, que convocó a la "resistencia popular" contra el gobierno de Fujimori.

En un comunicado, el mando militar advirtió a los promotores de manifestaciones que serán "responsables de las consecuencias que pudieran derivarse del empleo de las fuerzas del orden".

Sabotaje en Brasil

La capital de Brasil fue virtualmente paralizada, en tanto, por un apagón que la dejó sin el 80 por ciento del servicio de energía eléctrica y que, según las autoridades, pudo ser consecuencia de un sabotaje.

Las autoridades vincularon la intempestiva falta de energía a una huelga que cumplen, desde hace 21 días, unos 70.000 obreros de las empresas estatales del sector por demandas salariales.

El apagón provocó el cierre de los comercios, la suspensión de intervenciones quirúrgicas en la mayoría de los hospitales y graves problemas en el tránsito, al dejar de funcionar los semáforos, entre otras consecuencias.

Reestructuración en Nicaragua

El Ejército Popular Sandinista estará totalmente reestructurado en el año 1992, para quedarse con 35.000 hombres de los 96.000 que conforman hoy las Fuerzas Armadas nicaragüenses, señaló una vocera militar.

La oficial no quiso opinar si la reestructuración del Ejército en 1992, signifique que el general Ortega estaría sólo hasta esa fecha como jefe del Ejército.

Desacuerdos en El Salvador

Los desacuerdos entre la guerrilla y el gobierno de El Salvador sobre el futuro del Ejército, en la negociación que celebran en Costa Rica, hacen casi imposible que se firme el próximo 15 de setiembre un alto al fuego, tal como estaba previsto, afirmaron hoy fuentes cercanas al diálogo.

Durante estas conversaciones, iniciadas el viernes, el "Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional" (FMLN) puso sobre la mesa de negociaciones una nueva demanda que exige la desaparición de las fuerzas internas de seguridad, como la Guardia Civil, y la promesa formal del gobierno del presidente Alfredo Cristiani de eliminar totalmente al Ejército antes de que los guerrilleros se comprometan a cesar las hostilidades.

Esta nueva postura de los guerrilleros es más extremista que las anteriores, en las que sólo demandaban la reducción de las Fuerzas Armadas, junto con el retiro de varios cientos de oficiales y altos mandos, así como la prohibición de que los militares se encargaran de los servicios públicos que brinda el Estado.

La existencia de las Fuerzas Armadas "no está sujeta a negociaciones", afirmó el ministro de Justicia de El Salvador, Oscar Santamaría, quien encabeza la delegación oficial. Sin embargo, el FMLN insiste en que es necesario abolir el Ejército y formar una policía civil para "desmilitarizar" el país y acabar el conflicto.

Por otra parte, rumores sobre una posible ofensiva general de los guerrilleros durante esta primavera han oscurecido las conversaciones, y observadores opinan que el "FMLN" piensa ejercer presión militar al gobierno de Cristiani, antes de continuar con el diálogo de paz. (UP, EFE, ANSA y Reuter).

01-01

9004766 X

PRIMERA PROTESTA SINDICAL CONTRA FUJIMORI
La Prensa 150026
21-8-90
PERU 66817
F. Sucesores 11165
Sindicato 500854

Nº DE
TITL PROGRAMA DE FUJIMORI
PDC Clarín 150024
FE 10-8-90
VI PERU 66817
F. POL. 11164
GOB NAC. 11302

Un programa sin sorpresas

Tras los anuncios del jefe de gabinete y ministro de Economía Juan Carlos Hurtado Miller convendrá aclarar en principio que estupor e indignación no necesariamente serán sinónimos de sorpresa. El flamante gobierno del presidente Alberto Fujimori demoró hasta esta semana la difusión de un programa de severas medidas económicas por el que ya se había decidido a su regreso de los centros de las finanzas internacionales y que resultó invisible solo para aquellos que no querían ver.

¿Deberá sorprender que una figura sin pasado político y sin compromisos partidarios, transgresora y articulada por obra del descrédito de los dirigentes, olvide sus promesas electorales, cambie en un plumazo su rumbo y su lectura de la crisis económica del Perú?

También para un país como el Perú —acostumbrado al más salvaje enfrentamiento y desequilibrio social, claramente expuesto en los resultados de la elección presidencial del 10 de junio— es elocuente, a pocas horas de los anuncios, un saldo de tres muertos por la represión policial, que sin duda irá a sustentar las medidas económicas.

Acaso una muestra de lo que vendrá también supone la airada condena al gobierno de los partidos políticos que acompañaron al movimiento independiente Cambio 90 durante la segunda vuelta electoral. El APRA y las izquierdas socialista y marxista se pronunciaron ayer a través de sus correlatos sindicales, las poderosas CGT y CGT del Perú, y calificaron de "brutal y criminal" y como "una invitación a la insurgencia" el nuevo destino de la economía.

Estas mismas centrales obreras recibieron con la asunción de Fujimori un pedido de "tregua social", de alcance indeterminado, y nada hace prever que, con el alumbramiento de este ajuste, pueda ser correspondido.

Las organizaciones gremiales del Perú, pese a su escaso poder de afiliación debido a los inigualables índices de desocupación y su variante encubierta, han apretado los dientes al gobierno de Alan García, pero no en señal de resignación. Los ajustes emprendidos por el ex presidente en 1988, tras el fracaso de sus políticas poco ortodoxas, recibieron el inmediato repudio de los trabajadores peruanos e inauguraron una época encendida de conflictos.

Pasado el llamado "lustro perdido" de Alan García, Fujimori les ha presentado las peores cartas credenciales, enumeradas desde la formación de su equipo de gobierno, donde habían desaparecido los colaboradores de la primera época que creían en las fórmulas gradualistas, hasta la televisación del mensaje de Hurtado Miller.

En otro campo, los economistas de todo signo coincidieron hasta ahora en que el programa impulsado por el gobierno peruano no explica cuál será su política cambiaria tras la desaparición del dólar oficial. Para los más incrédulos, el conjunto de medidas —sustancialmente suba de productos de primera necesidad, tarifas públicas y combustibles— no acabará con la inflación y el déficit fiscal y parece inconducente.

El Perú vive desde hace años en el límite del colapso económico y social y en un marco de violencia despiadada. Más de ocho millones de sus ciudadanos, sumergidos en la pobreza extrema, formaban parte del desafío inicial para Fujimori: ellos, los informales y los marginados, lo reconocieron como uno de los suyos y lo encumbraron como jefe de Estado. La reinserción de este país en la comunidad económica internacional también depende del impacto social que a partir de ahora se aguarda.

Walter Curia

Copyright Clarín, 1990

9004767

Nº DOCUMENTO
TITULO "Instituto Cultural Uruguayo-Peruano"
PROCEDENCIA El País 15x007
FECHA DE P 14-8-90
Perú 66817
F POL 11164
RR II 11399
URUGUAY. 10020

DPTO. II (EXTERIOR) 14.8.90 AZ FICHADO

FICHA 52

Instituto Cultural Uruguayo-Peruano

Autoridades del Instituto Cultural Uruguayo-Peruano —de reciente creacion— recibieron a la prensa en salones del Club Uruguay, en acto que conto con la presencia del señor embajador del Perú en nuestro pais, Don Jorge Del Campo Vidal, primer Socio de Honor de la flamante entidad.

En la oportunidad, el señor Presidente de la novel institución, Dr. Carlos Alberto Irigoyen, —Consejero de la Embajada del Peru en el Uruguay— informó ampliamente de los objetivos que inspiraron la fundacion del instituto, interesado en desarrollar el conocimiento de la Historia y Cultura de los pueblos de Uruguay y Peru, y a fomentar la fraternidad entre sus gentes. Para ello, propiciara toda obra cultural, educativa y de cooperación que, conforme a esos fines, ratifique nuestras identidades nacionales dentro de una vision continental. Para alcanzar tales metas, el instituto cumplirá jornadas, conferencias, actos publicos y privados, con exclusion de toda actividad o proyección dogmatica o política.

En el primer Consejo Directivo del ICUP acompañan al Dr. Irigoyen figuras representativas de nuestros círculos intelectuales, entre los que cabe destacar a Mara de Mazzini, el Dr. Pablo Tro[illegible] el Maestro Luis Alberto Casaballe, Hyalmar Blixen y Dr. Alberto Reyes Ter[illegible]

El ciclo de disertaciones del año se iniciara el proximo miercoles 22 de agosto, a las 19.30 hs., en el Salón "Imperio" del Club Uruguay, con una conferencia del Prof. Hyalmar Blixen sobre: "El Inca Garcilaso de la Vega, primer clasico Hispanoamericano".

PARTES POCO LEGIBLE

9004768

Nº DOCUMENTO
TITULO El GABINETE DE FUJIMORI
PROCEDENCIA LA JORNADA 15 OCT 15
FECHA 20-7-90
VINCULACION PERU 66817
F. POLITICO 11164
GOB NAC. 11302

ARCHIVADO

Gabinete de Fujimori

LA JORNADA 20-7-90

FUJIMORI

LIMA. (ANSA, EFE y UPI). El Gobierno del Presidente electo peruano, Alberto Fujimori, que fue precisamente anunciado ayer, estará compuesto por independientes, militares y representantes de la derecha, del socialismo moderado y de la izquierda comunista.

El Primer Ministro y titular de Economía del Gobierno que asumirá sus funciones el 28 de julio, será Juan Carlos Hurtado Miller, ex militante de la derechista Acción Popular (AP), a la que renunció el miércoles cuando se confirmó su nombramiento.

Hurtado, ingeniero agrónomo igual que Fujimori, del que fue compañero de universidad, fue Ministro de Agricultura en el Gobierno del Presidente Fernando Belaúnde Terry (1980-85), cuyo partido, AP, integró la derrotada coalición electoral Frente Democrático (FREDEMO) en las últimas elecciones.

Miller informó, en rueda de prensa, del nombramiento de once ministros y añadió que los tres restantes, Justicia, Trabajo e Industria, serán dados a conocer al comienzo de la próxima semana.

El Ministro de Relaciones Exteriores será Luis Marchand, antiguo Embajador peruano ante la Organización de Estados Americanos (OEA) en Washington, y en Chile, puesto que acaba de abandonar, y Vicecanciller durante el gobierno militar del general Juan Velasco Alvarado.

El Ministerio de Defensa será ocupado por Adolfo Alvarado Fournier, general en activo del Ejército y ex director de personal de esa fuerza armada.

La cartera de Defensa quedará a cargo del general retirado Jorge Torres Aciego, que formó parte del consejo de ministros de Velasco y fue superintendente de Administración Tributaria hasta hace ocho meses, en el Gobierno del actual Presidente, Alan García.

Para el Ministerio de Energía y Minas fue designado el economista y ex diputado socialista Fernando Medina Ramírez, y para Agricultura, Carlos Amat de León, ingeniero agrónomo y economista, especialista en alimentación, que fue candidato a la vicepresidencia de la izquierda Unida de Alfonso Barrantes.

La militante de la izquierda Unida (IU), profesora Gloria Helfer Palacín, que fue candidata a teniente alcalde de Lima por esa coalición comunista, será la Ministra de Educación.

El resto del equipo estará compuesto por los independientes Carlos Vidal Layseca, funcionario de la Organización Panamericana de la Salud (OPS), en la cartera de Salud; Eduardo Torres González, en Transportes y Comunicaciones, y Guillermo del Solar Rojas, en Vivienda y Construcción.

9004769X

PERÚ

21-2-90

DOCUMENTO
TITU Empresas estatales perdieron U$S 2543 millones,
PEC Diario F. 15022
FE 21-2-90
VINCU PERU 66817
Eco. 11161
Empr. Estatales 11312

DPTO. II (EXTERIOR) RECIBIDO

Perú: las empresas estatales perdieron u$s 2543 millones

Diario Financiero 21-2-90

Lima (UPI) — Las 89 empresas de propiedad exclusiva del Estado perdieron 2543 millones de dólares durante 1989, cifra similar a la obtenida por el país anualmente por sus exportaciones, dijo ayer el senador de la oposición Javier Silva Ruete.

Las pérdidas fueron señaladas por el parlamentario como una prueba de la inoperancia del Estado como administrador empresarial.

Alan García

"Las abultadas pérdidas de las empresas públicas prueban que existe un manejo deficiente, porque resultan similares al monto total que obtiene Perú con sus exportaciones", dijo **Silva Ruete**, presidente de la Comisión de Privatización del **Frente Democrático.**

"Esto quiere decir que el dinero fresco que recibió el país del extranjero se diluyó en cubrir los déficit de esas entidades", señaló el dirigente del **Fredemo**, cuyo candidato presidencial, **Mario Vargas Llosa**, tiene la mayor posibilidad de convertirse en el próximo presidente del **Perú.**

• Exportaciones

Según cifras difundidas por el **Instituto de Comercio Exterior**, las exportaciones peruanas en 1989 bordearon los **3500 millones de dólares**, superando en casi **700 millones** las exportaciones del año anterior.

Silva Ruete fue ministro de Agricultura del primer gobierno del ex presidente **Fernando Belaúnde** y ministro de Economía y Finanzas del gobierno militar del general **Francisco Morales Bermúdez.**

Fue elegido senador en 1985 en las listas del Partido Aprista pasando a la oposición tras el intento del gobierno del presidente **Alan García** de estatizar el sistema bancario, financiero y de seguros.

FICHAJE

9004770

136% de inflación enero
Clarín 15 0224
11-E-90
Pág 6 6 E 17
Tema Eco 11161
Inflación 11300

EL PAIS, VIRTUALMENTE PARALIZADO. GRAN DESPLIEGUE MILITAR POR INCIDENTES Y SAQUEOS ANTE

Perú: la inflación a un ritmo del

Soldados y policías fuertemente armados y apoyados por helicópteros patrullaban ayer Lima y las principales ciudades peruanas. Se elevó a cinco el número de muertos por los disturbios, y hubo otros dos saqueos a mercados, con doce detenidos. Los precios treparon 136,5 % en un solo día, y la actividad económica del país siguió virtualmente paralizada. Los economistas admiten que el ajuste era necesario, pero critican la falta de medidas complementarias.

Del "gradualismo" al desconcierto

El fuerte shock económico aplicado en Perú ha causado una gran incertidumbre. La inflación desatada es el reflejo de un impacto contundente. En un solo día los peruanos le vieron el rostro al ajuste, y **Fujimori había prometido otra cosa.**

En la campaña electoral, el líder del ajuste ortodoxo, sin medias tintas, fue Vargas Llosa. **"Es la única alternativa"**, decía entonces. El sorprendente candidato de ancestros japoneses le oponía una propuesta gradual **"sin costo social"**, afirmaba por aquellos días. Intentaba, y acertó, captar a un electorado que seguía con temor los sucesos que vivían o se habían vivido en los países vecinos con ajustes drásticos.

De a poco, Fujimori fue variando sus prácticas. Una vez asegurada la presidencia habló con franqueza sobre lo que pensaba hacer, aunque **nunca fue muy claro.** Viajó a los Estados Unidos y a Japón en busca de capitales y para recomponer las relaciones con la comunidad financiera internacional, deterioradas seriamente durante el anterior gobierno del aprista Alan García. Volvió cambiado. Cuando asumió **debió optar por algún plan**, y prefirió el que le acercó Hurtado Miller, hombre de Acción Popular, que había apoyado a su rival. Pero todavía hoy, cuando Fujimori prefiere la privacidad y asume el costo político del ajuste su primer ministro, no está totalmente cerrado el paquete económico.

Los más desencantados son aquellos que apoyaron a Cambio 90 en la segunda vuelta, el APRA, la izquierda y otros antiliberales o que preferían que Vargas Llosa siguiera escribiendo. Quienes estuvieron con Fujimori **desde su primera hora** (no sus seguidores, que se quejan de no integrar el gabinete y de infidelidad, sino su electorado) están a la expectativa, esperando que se baje la inflación y que se alcance la estabilidad deseada. Claro que el costo social será difícil de medir.

Agencia Reuter

900477

EL SHOCK DE FUJIMORI

136% diario

LIMA, 10 (AP, Reuter, DPA, UPI y ANSA). — El Perú vivió hoy su segunda jornada de casi total paralización tras el drástico plan económico del presidente Alberto Fujimori, que en solo un día provocó una inflación del 136,5 por ciento, y el clima de agitación social volvió a vivirse en dos suburbios limeños donde la policía arrestó a doce personas que participaban en saqueos a mercados.

La mayoría de los comercios permanecían cerrados y el transporte público siguió restringido a unas pocas unidades, mientras soldados con armas automáticas patrullaban las calles y custodiaban mercados y centros de compras en Lima y en las principales ciudades del país, para prevenir desórdenes similares a los de la jornada anterior, que dejaron un saldo de cinco muertos, 14 heridos y numerosos detenidos.

"Las cosas están muy, muy tensas. Esperábamos algo como esto, saqueos, pero la reacción ha sido realmente muy adversa", admitió a la agencia Reuter un funcionario del gobierno que participó en el trazado del plan económico y que reclamó el anonimato.

Aunque no hubo declaraciones oficiales después de las reacciones ante el anuncio de anteayer, las autoridades temen que se incremente aun más la violencia en los próximos días, especialmente por el accionar de los grupos subversivos que podrían aprovechar el descontento social.

Informantes policiales revelaron que entre los detenidos por los saqueos de hoy se encontraron volantes con la leyenda "Todos al poder con las armas" y llevaban las siglas del Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), la segunda fuerza guerrillera peruana después de la maoísta Sendero Luminoso.

Los arrestos se produjeron durante saqueos producidos en los distritos de Jesús María (al suhoeste de Lima) y Comas (al norte), y en ambos casos los atacantes se llevaron alimentos.

La policía indicó que en los dos lugares los saqueadores irrumpieron en los mercados a los gritos de "Saqueo... saqueo", sorprendiendo a los vendedores. En el mercado de Jesús María los agentes dispersaron con granadas lacrimógenas a un grupo de individuos que intentaban impedir la detención de los asaltantes.

Informes periodísticos llegados de distintas ciudades peruanas señalaban que, al igual que en la capital, las calles presentaban el aspecto habitual de los días feriados. En Lima, donde la concentración de vendedores ambulantes forma parte ya esencial de la vida cotidiana de la ciudad, un continuo sobrevolar de helicópteros destacaba sobre el silencio que solo interrumpían esporádicos pasos de autobuses y camiones cargados de efectivos policiales y militares fuertemente armados.

♦ Sin parámetros

El gobierno intentó un acuerdo con las empresas transportistas privadas, a las que les ofreció un subsidio por pasajero hasta el martes próximo, cuando se fijarán oficialmente las nuevas tarifas. Pero la propuesta no parece haber hallado buena respuesta, porque solo los vehículos de la Empresa Nacional de Transporte Urbano evidenciaban, al igual que el jueves, una circulación regular.

Unos 900 autobuses, cada uno de ellos custodiado por dos policías, fueron puestos en circulación para toda el área metropolitana, habitada por más de seis millones de personas, y el Ministerio de Trabajo decretó una tolerancia hasta de dos horas para el ingreso de los trabajadores a sus empleos.

Pero la inactividad es la respuesta de una situación que tiene su punto crítico en la misma base de la actividad económica: no hay ninguna referencia clara de precios, ni para la actividad industrial ni para el humilde vendedor callejero.

Los parámetros posibles presentan diferencias abismales: el 3.000 por ciento de aumento aplicado a los combustibles, frente a un dólar estadounidense que, como reflejo inmediato, registró una leve baja en estos dos primeros días posteriores al "Fujishock", de 340.000 a 310.000 intis por unidad.

La incertidumbre era regla general entre los sectores empresariales, y se evidenciaba en la casi nula actividad bancaria de Lima, a pesar de que la mayor parte de las instituciones mantuvieron sus puertas abiertas.

Los empleadores tienen plazo hasta el miércoles de la semana próxima para pagar a sus trabajadores una bonificación equivalente al salario (nominal) de julio último, de acuerdo con un decreto del Ministerio de Trabajo. Pero la mayoría de los expertos opina que esa única medida compensatoria hasta ahora tomada por el gobierno resultará insuficiente para contener el descontento derivado de la pérdida de poder adquisitivo de los asalariados.

Aunque los economistas coinciden en que los ajustes eran necesarios para sanear una economía desgarrada por la inflación (llegó al 68 % en julio y podría bordear el 300 % en agosto), la mayoría apunta sus críticas a la falta de medidas complementarias, especialmente en lo referido a política salarial, cambiaria y financiera.

"El plan es básicamente correcto, pero sin algún tipo de programa verdadero para preservar los ingresos de los cinco más pobres está destinado al fracaso y el país enfrentará más violencia", sostuvo el economista independiente Alejandro Toledo, a quien Fujimori sondeó para ser titular de Economía antes de designar a Juan Carlos Hurtado Miller.

El senador Alberto Borea, del Frente Democrático que postuló a Mario Vargas Llosa para la presidencia en las últimas elecciones, fue mordaz: "Es una pena que Fujimori tuviera que crear una imagen falsa ante la gente para alcanzar el poder. Cualquier persona seria sabía que este tipo de ajuste dramático se aproximaba", añadió.

Agencia AFP

Yanto desplegaron militares en Lima (arriba), y opositores de contado en los comercios (izq.)

01 02 9004771

EL SHOCK DE FUJIMORI

136% diario

Agencia Reuter

Agencia AFP

Vasto despliegue militar en Lima (arriba), y operativos de control en los accesos (izq.)

LIMA, 10 (AP, Reuter, DPA, UPI y ANSA). — El Perú vivió hoy su **segunda jornada de casi total paralización** tras el drástico plan económico del presidente **Alberto Fujimori**, que en **solo un día provocó una inflación del 136,5 por ciento**, y el clima de agitación social volvió a vivirse en dos suburbios limeños donde la policía **arrestó a doce personas que participaban en saqueos a mercados**.

La mayoría de los **comercios** permanecían **cerrados** y el **transporte público** siguió restringido a unas **pocas unidades**, mientras **soldados con armas automáticas patrullaban las calles** y **custodiaban mercados y centros de compras** en Lima y en las principales ciudades del país, para **prevenir desórdenes similares a los de la jornada anterior**, que dejaron un saldo de **cinco muertos, 14 heridos y numerosos detenidos**.

"Las cosas están muy, muy tensas. Esperábamos algo como esto, saqueos, pero la reacción ha sido realmente muy adversa", admitió a la **agencia Reuter** un funcionario del gobierno que participó en el trazado del plan económico y que reclamó el anonimato.

Aunque **no hubo declaraciones oficiales** después de las reacciones ante el anuncio de **anteayer**, las autoridades **temen que se incremente aun más la violencia en los próximos días**, especialmente por el **accionar** de los grupos **subversivos** que podrían **aprovechar el descontento social**.

Informantes policiales revelaron que entre los detenidos por los saqueos de hoy se encontraron **volantes** con la leyenda **"Todos al poder con las armas"** y llevaban las siglas del **Movimiento Revolucionario Túpac Amaru** (MRTA), la segunda fuerza guerrillera peruana después de la maoísta **Sendero Luminoso**.

Los arrestos se produjeron durante saqueos producidos en los distritos de **Jesús María** (al sudoeste de Lima) y **Comas** (al norte), y en ambos casos los atacantes se llevaron **alimentos**.

La policía indicó que en los dos lugares los saqueadores irrumpieron en los mercados a los gritos de "Saqueo... saqueo", sorprendiendo a los vendedores. En el mercado de Jesús María los agentes **dispersaron con granadas lacrimógenas** a un grupo de individuos que intentaban impedir la detención de los asaltantes.

Informes periodísticos **llegados de distintas** ciudades peruanas señalaban que, **al igual que en la capital**, las calles presentaban el **aspecto habitual de los días feriados**. En **Lima**, donde la concentración de **vendedores ambulantes** forma parte ya **esencial de la vida** cotidiana de la ciudad, un **continuo sobrevolar de helicópteros** destacaba sobre el **silencio** que solo **interrumpían esporádicos pasos de autobuses y camiones cargados de efectivos policiales y militares fuertemente armados**.

♦ Sin parámetros

El gobierno **intentó un acuerdo con las empresas transportistas privadas**, a las que les ofreció **un subsidio por pasajero** hasta el martes próximo, cuando se fijarán oficialmente las nuevas tarifas. Pero la propuesta no parece haber hallado buena respuesta, porque solo los vehículos de la **Empresa Nacional de Transporte Urbano** evidenciaban, al igual que el jueves, una circulación regular.

Unos 200 autobuses, cada uno de ellos **custodiado por dos policías**, fueron puestos en **circulación para** toda el área metropolitana, habitada por **más de seis millones de personas**, y el **Ministerio de Trabajo** decretó una **tolerancia hasta de dos horas para el ingreso de los trabajadores a sus empleos**.

Pero la **inactividad** es la respuesta de una situación que tiene su punto crítico en la misma base de la actividad económica: **no hay ninguna referencia clara de precios**, ni para la actividad industrial ni para el humilde vendedor callejero.

Los parámetros posibles presentan diferencias abismales: el **3.000 por ciento** de aumento aplicado a los combustibles, frente a un **dólar** estadounidense que, como reflejo inmediato, registró una **leve baja** en estos dos primeros días posteriores al **"Fujishock"**, de 340.000 a 310.000 intis por unidad.

La incertidumbre era regla general entre los sectores empresariales, y se evidenciaba en la **casi nula actividad bancaria** de Lima, a pesar de que la mayor parte de las instituciones mantuvieron sus puertas abiertas.

Los empleadores tienen plazo hasta el miércoles de la semana próxima para pagar a sus trabajadores una **bonificación equivalente al salario (nominal) de julio último**, de acuerdo con un decreto del Ministerio de Trabajo. Pero la mayoría de los expertos opina que esa **única medida compensatoria hasta ahora tomada por el gobierno resultará insuficiente para contener el descontento derivado de la pérdida de poder adquisitivo de los asalariados**.

Aunque los economistas coinciden en que los ajustes eran **necesarios para sanear una economía desgarrada** por la **inflación (llegó al 83 % en julio y podría bordear el 300 % en agosto)**, la mayoría apunta sus críticas a la **falta de medidas complementarias, especialmente en lo referido a políticas salarial, cambiaria y financiera**.

"El plan es básicamente correcto, pero sin algún tipo de programa verdadero para preservar los ingresos de las clases más pobres está destinado al fracaso y el país enfrentará más violencia", sostuvo el economista independiente **Alejandro Toledo**, a **quien Fujimori sondeó para ser titular de Economía antes de designar a Juan Carlos Hurtado Miller**.

El senador **Alberto Borea**, del **Frente Democrático** que postuló a **Mario Vargas Llosa** para la presidencia en las últimas elecciones, fue mordaz: **"Es una pena que Fujimori tuviera que crear una imagen falsa entre la gente para alcanzar el poder. Cualquier persona seria sabía que este tipo de ajuste dramático se aproximaba"**, añadió.

09-02

9004771

TITULO Los cambios en Perú y Colombia
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE P. 27-8-90
VINCULACION TERU-COLOMBIA 66817 . 65592
F. POC 11164
GOB JAC. 11302

Viernes 17 de agosto de 1990

Clarín

Fundado por ROBERTO NOBLE el 28 de agosto de 1945

Un toque de atención para la solución argentina de los problemas argentinos

Directora: Ernestina Herrera de Noble

Los cambios en Perú y en Colombia

EN las dos primeras semanas del mes asumieron sus cargos los nuevos presidentes, elegidos democráticamente, del Perú y de Colombia. Ambos encuentran sus respectivos países en una situación difícil, casi explosiva, que, salvando las diferencias de evolución histórica y de articulación política, repite en grandes líneas el drama común del subcontinente, enfrentado al dilema de superar el estancamiento crónico de sus estructuras económicas y sociales.

El grado de deterioro sufrido y la disponibilidad de recursos aprovechables son distintos para cada país, pero en esta etapa los caminos que se están intentando para enfrentar la crisis se asemejan y se repiten, con las mismas limitaciones y los mismos peligros. La apertura económica y el achicamiento del Estado surgen como tácticas de ajuste que no se ensamblan con una estrategia clara, creíble y confiable de crecimiento.

Los choques callejeros y los atentados que sacuden al Perú en estos días son parte de la reacción que suscitaron las primeras medidas económicas decididas por el gobierno de Alberto Fujimori. El escape hiperinflacionario fue la más grave y la desencadenante de las protestas, junto al desconcierto que los anuncios provocaron en un electorado que había optado por el candidato independiente para rechazar, precisamente, los severos planes de ajuste propuestos por el perdidoso Mario Vargas Llosa.

Al comentar el triunfo de Fujimori contra la fórmula conservadora-liberal, dijimos en esta columna que no estaba claro si aquel, con su improvisado movimiento independiente, podría transformar las apetencias en concreciones y encontrar una tercera vía, la vía del desarrollo sostenido y armónico, o recaería en las recetas de sus adversarios. Aún es prematuro para concluir que hubo un vuelco total y definitivo, pero es evidente que las medidas adoptadas, el personal político elegido para integrar el gabinete y algunas declaraciones efectuadas durante giras en el exterior abren interrogantes fundados.

Para muchos analistas, cuyas reflexiones son reproducidas con insistencia por medios de comunicación del subcontinente y del exterior, el rumbo emprendido no tendría alternativas. La nueva etapa de los equilibrios y los intercambios internacionales impondría salidas similares a todos aquellos países que no quieran hundirse en el caos o quedar desenganchados de la "economía global".

Las consecuencias de los ajustes emprendidos no parecen, empero, apuntar a una superación de las contradicciones vigentes sino a acentuarlas, en la medida en que no se perfila el surgimiento de nuevas estructuras productivas que disminuyan las desigualdades sociales y permitan consolidar la integración interna de los países para promover una incorporación al mercado mundial en condiciones eficientes.

Los males acumulados durante los períodos de inercia o al término de los intentos de desarrollo y cambio que sucumbieron por sus propias limitaciones y por la acción externa no parecen de fácil solución ni se revierten las situaciones que hoy implican en el Perú y en Colombia la presencia del narcotráfico como forma malsana de integración a un mercado al que no se puede acceder por los canales genuinos del intercambio de mercancías legales.

En ambos países también está enraizada la violencia política, que en el Perú se enlaza con la marginalidad secular de las poblaciones rurales, transformándose en un fenómeno de imposible erradicación por vías meramente represivas, y que en Colombia llegó a tal nivel de irracionalidad y destrucción social que ya provocó una reacción positiva en sus mismos protagonistas, buena parte de los cuales se integró a la actividad política institucional para enfrentar los problemas comunes de una sociedad tan desgarrada.

La unidad y la coincidencia en pos de objetivos comunes para solucionar esos problemas generales son imperativo ineludible en los países del subcontinente. Las fuerzas políticas mayoritarias y las representaciones del entramado social que necesitan y anhelan un futuro distinto tienen que aglutinarse para embocar vías que rompan de una buena vez la "impasse" del subdesarrollo sin caer en la trampa facilista de meros ajustes coyunturales de elevado costo social e incapaces, al mismo tiempo, de promover el crecimiento genuino.

Tanto en el Perú cuanto en Colombia parece insistirse, por ahora, en la apertura y el ajuste sin metas claras de crecimiento. Sus experiencias y las de los restantes países del subcontinente amenazan con llegar a puntos críticos que requerirán cambios sustantivos de orientación, para adecuarse precisamente a la nueva etapa histórica mundial en beneficio de sus intereses nacionales y del nivel de vida de sus pueblos. En caso contrario, los tiempos que nos aguardan serán aún más amargos y peligrosos.

01-01

9004772

Nº DOCUMENTO
TITULO Ejercito dio muerte a 40 terroristas
FECHA La Prensa
FOLIO 17-8-92
VIDEO PERU 66817
FDNC 11163
FFAA 13065
Ejercito 11328
Subversion 11140

ULTIMO MOMENTO

Infantería y helicópteros en una acción militar

El ejército peruano dio muerte a 40 terroristas

LIMA, 14 (AFP) – Al menos 40 subversivos y 3 militares murieron en las últimas 48 horas en cruentos combates registrados en la región amazónica de Perú, informó el martes por la noche el Comando Conjunto de las Fuerzas Armadas.

La mayoría de las bajas en el lado de los subversivos se produjo en el asalto de tropas del ejército a una isla fortificada en medio del río Huallaga, en el departamento nororiental de San Martín, unos 800 km al nordeste de Lima, tomada con el apoyo de helicópteros artillados.

Entre las víctimas militares figuran un capitán, un teniente y un soldado que perdieron la vida al recibir fuego de armas de grueso calibre y lanzacohetes que usaron los subversivos tras parapetarse en una isla del río Huallaga, cerca del poblado de Puerto Pizana, en San Martín, según el parte militar.

Helicópteros artillados

La resistencia obligó al uso de helicópteros artillados que dieron apoyo aéreo a tropas de ellos que en las últimas 48 horas tuvieron por suelo la isla, dando muerte a 40 de los guerrilleros, anunció el Comando militar.

Luego del enfrentamiento, los militares encontraron en el lugar trincheras, fortificaciones de combate, armas automáticas, abundante municiones granadas y explosivos diversos, de acuerdo a lo informado.

El parte militar no detalló si los subversivos muertos eran del maoista Sendero Luminoso o del guevarista Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA), aunque fuentes de inteligencia militar admiten que el departamento de San Martín es una región donde mantiene activa presencia el MRTA.

Entre tanto, en Lima, grupos terroristas incendiaron en la noche del martes seis autobuses en barrios suburbanos de la capital peruana a los que rociaron gasolina luego de hacer bajar a los pasajeros.

Atentado en Lima

LIMA, 14 (AFP). – Un coche bomba, que estremeció los cimientos del palacio de gobierno, y varios otros atentados espectaculares, que dejaron tres muertos y daños cuantiosos en el Perú, fueron la respuesta sangrienta del terrorismo, que se cernió sobre los cuarteles contra el plan estabilizador del presidente Alberto Fujimori, informaron autoridades el martes en Lima.

Durante [illegible] fue cerrado y vehículos blindados del ejército se lanzaron a patrullar las calles en apoyo a operativos policiales de seguridad.

Los atentados dejaron un total de 23 heridos, dos de ellos son turistas mexicanas, Martha Elvi de Rosana y su hija María, de 12 años, manifestaron las autoridades. Estas últimas fueron alcanzadas por esquirlas de la detonación de un cochebomba frente a un cuartel del ejército en Cusco, a 850 kilómetros al nordeste de Lima.

Estos atentados terroristas fueron la primera acción de envergadura que Sendero Luminoso y el Movimiento Revolucionario Túpac Amaru (MRTA) lanzan contra el severo plan de ajuste que dictó hace [illegible] el gobierno del nuevo presidente [illegible]

El cochebomba estallado contra un portal posterior del palacio de gobierno en la noche del lunes contenía alrededor de 40 kilos de explosivos [illegible]

PARTES POCO LEGIBLE

9004773

Nº DOCUMENTO
TITULO Fujimori
FECHA
VINCU-

Fujimori sacó las tropas a la calle para impedir protestas

LIMA. (EFE). — El gobierno peruano impidió ayer con soldados y policías la manifestación convocada por las centrales sindicales más importantes del país como protesta contra el ajuste económico adoptado el pasado día 8.

Sin dejarse intimidar por la presión sindical, el presidente peruano, Alberto Fujimori, se basó en el estado de emergencia bajo el que se halla Lima desde el día 6 para movilizar al Ejército y la Policía Nacional contra la manifestación convocada.

El comando militar volvió a recordar ayer en un breve comunicado que no estaban permitidas las marchas, concentraciones y mitines debido al estado de emergencia, que suspende, además, las libertades públicas.

El comunicado advirtió igualmente que serían detenidos quienes incitaran a efectuar las acciones expresamente prohibidas.

La manifestación tampoco había sido autorizada por la Prefectura de Lima (Gobierno Civil).

La Policía Nacional procedió primero a dispersar a quienes se dirigían a formar las concentraciones de manifestantes previas a la marcha de protesta.

Igualmente, tanquetas militares y policiales rodearon puntos estratégicos de la capital peruana, como la céntrica plaza de San Martín, donde los manifestantes pretendían realizar un mitin, previo a su marcha hacia el palacio de gobierno, para entregar a Fujimori un memorial con las reclamaciones de los trabajadores.

La policía también rodeó la plaza Dos de Mayo, donde tiene su sede la central obrera comunista Confederación General de Trabajadores de Perú (CGTP), y aunque de allí salió una manifestación encabezada por dirigentes izquierdistas, fue dispersada rápidamente con gases lacrimógenos y chorros de agua a presión.

LIMA. — Policías peruanos reprimen a mujeres que manifiestan frente al Congreso contra las medidas del gobierno. (Foto APP)

Presión anticipada

En algunos momentos se produjeron enfrentamientos entre los manifestantes y las fuerzas de seguridad, provistas de material antidisturbios, pero no se informó de que se produjeran víctimas.

Soldados y militares se emplearon a fondo para disolver la marcha, que en realidad murió antes de concretarse debido a la presión anticipada de las fuerzas del orden.

Al mismo tiempo, varios helicópteros sobrevolaron la zona para vigilar los movimientos de los manifestantes.

El secretario general de la CGTP, Valentín Pacho, anunció que, a pesar de todo, el memorial de reclamaciones será entregado al presidente Fujimori, para lo cual se nombró una comisión.

La jornada de protesta fue convocada por al CGTP y la Confederación de Trabajadores del Perú (CTP), central adicta al partido Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) del anterior presidente, Alan García, que transmitió el cargo a Fujimori el pasado 28 de julio.

Se ignora sin embargo si la CGTP seguirá adelante con el paro nacional de protesta que ha convocado para los días 2 y 22, en el que están llamados a participar sus afiliados bancarios, unos 40.000, los mineros, unos 80.000 y posiblemente los 600.000 trabajadores del Estado.

Si este paro tiene éxito, será una señal de que la guerra declarada por las centrales sindicales al gobierno va a continuar.

01-01
9004774

Nº DOCUMENTO
TITULO Disturbios en Lima.
PROCEDENCIA La Nación 130025
FECHA 11-8-
VIGENCIA Perú 66817
Sindical 11165
Conf. Sociale 11414

Dos días de disturbios en Lima

Fujimori, sentado sobre un volcán

Por Ricardo Ritter

LIMA, 10 (Reuter). – El presidente, Alberto Fujimori, está sentado sobre un volcán social que amenaza con estallar si no logra rápidos resultados con su severo programa antiinflacionario, dijeron economistas.

Hay señales que subrayan tal hipótesis. Las actividades comerciales y el transporte público, por ejemplo, siguen paralizados por segundo día consecutivo después que la administración de Fujimori dispusiese severas medidas económicas en un intento de frenar la inflación.

Soldados con armas automáticas patrullan las calles o custodian los mercados de Lima y otras ciudades para evitar incidentes como los registrados ayer en esta metrópoli, en los que tres personas murieron y dos resultaron heridas cuando las fuerzas de seguridad abrieron fuego para neutralizar los disturbios.

Críticas y frustración

A dos semanas de haber asumido la presidencia del Perú, Fujimori se ha convertido en el blanco de las críticas y frustración de la mayoría de los peruanos que consideran que les engañó, al borrar con la pluma lo que había prometido en las urnas.

"Las autoridades temen que se incremente aún más la violencia en los próximos días en un país que está golpeado por la insurgencia de dos grupos guerrilleros activos y un abismo social.

De la noche a la mañana se quintuplicó el costo del pan, un kilo de fideos cuesta cuatro veces más y el gas para cocina aumentó 25 veces, de un nivel irrisoriamente bajo mantenido por el ex presidente Alan García.

Sin embargo, las protestas caen con su mayor peso sobre el aumento aplicado a la gasolina -que, al aumentar el 3000 %, pasó de ser una de las más baratas del mundo a ubicarse entre las más caras-, por su efecto multiplicador sobre la economía.

"El gobierno del presidente Fujimori ha hecho una apuesta audaz y peligrosa, pero necesaria, cuyo éxito dependerá de cómo logre compensar el impacto social producido por las medidas", dijo un diplomático latinoamericano.

"No es lo mismo hacer este tipo de ajustes en países como la Argentina, Bolivia o Brasil. Se necesita mucho coraje para hacerlo en Perú, agobiado por problemas sociales y de terrorismo", agregó.

Economistas coinciden en que las medidas draconianas eran necesarias para sacudir a Perú de la grave crisis que Fujimori heredó de su predecesor, Alan García.

"Es una pena que Fujimori hubiera que crear una imagen falsa ante la gente para alcanzar el poder. Cualquier persona sería sabía que este tipo de ajuste drástico se aplicaría", comentó el ex senador demócrata Alberto Borea, quien apoyó al oponente de Fujimori, el escritor Mario Vargas Llosa, en las elecciones.

El ministro de Economía, Juan Carlos Hurtado Miller, anunció el martes un plan de ajuste, que incluyó alzas superiores al 300 por ciento en el precio de la gasolina y un promedio del 70% por ciento en los alimentos, entre otras medidas.

"A todos nos va a costar este programa. El gobierno se va a mantener firme y no va a ceder ante las presiones de quienes pretenden beneficiarlo por intereses particulares", dijo Hurtado Miller en tono enérgico.

"El plan es básicamente correcto, pero sin algún tipo de programa verdadero para preservar los ingresos de las clases más pobres está destinado al fracaso y el país enfrentará más violencia", dijo el economista independiente Alejandro Toledo.

El presidente de la Confederación Nacional de Instituciones Empresariales, Jorge Chamot, dijo que la aplicación del plan era buena, "pero no hacían a nuestro tiempo".

Para neutralizar el impacto de la que la prensa local denomina "fujishock", el gobierno prometió a los trabajadores, entre otras cosas, triplicó como mínimo, variables, una bonificación equivalente a 40 dólares julio.

Sin embargo, muchos expertos creen que con el efecto cancelación registrado en los precios, la pérdida del poder adquisitivo será notoria.

"No es lo mismo recibir ocho millones de intis el 31 de julio que el 10 de agosto, sobre todo cuando ahora la hiperinflación la mantiene en términos diarios", dijo un experto.

01-01

9104775 X

Nº DOCUMENTO
TITULO Nuevo Presidente
PRECIO La Nación 150025
FECHA DOC 5-8-90
VINCULACION Perú 66817
+ POI 11164
GOB. NAC. 11302

Nuevo presidente en el Perú

El ingeniero Alberto Fujimori ha asumido la presidencia del Perú. El estado de agitación que distinguió las jornadas previas e, inclusive, los instantes mismos en que se producía la transición anticiparon, de alguna manera, las exigencias que, es de prever, aguardan al nuevo mandatario.

La ruidosa reprobación de los legisladores opositores al gobierno saliente y la respuesta, encendida e irreproducible, de Alan García coronaron, durante el acto de la transmisión del mando, la serie de altercados que habían tenido comienzo con los actos de vandalismo cuya responsabilidad asumieron las bandas subversivas, y que no han terminado ni parecen tener fin próximo. Los responsables de la guerrilla marxista, desdeñosos de la voluntad popular, anunciaron que rechazan el diálogo y que le han declarado la guerra al nuevo gobierno. Nada nuevo: la violencia propugnada por las facciones de la izquierda guerrillera, causante de una virtual guerra civil, ha cosechado ya varios miles de víctimas inocentes.

Ese contexto semicaótico, con Lima sometida a custodia rigurosa, constituyó una suerte de escenario símbolo de la realidad peruana. La gestión aprista, al parecer poco dispuesta a admitir sus errores, ha dejado detrás de sí hiperinflación, servicios públicos en ruinas, el aparato estatal sobredimensionado, desorientación política y agitación social. Suma de problemas graves, generadores de intranquilidad, que van a complicar en medida imprevisible la labor del presidente entrante.

El ciudadano peruano medio carece de respuestas concretas para sus preocupaciones inmediatas, al menos por el momento. Fujimori inició su gestión con un discurso ambiguo, similar en tono y contenido a las alocuciones bienintencionadas y difusas que distinguieron su campaña electoral. Aquellas que, a pesar de la falta de peso conceptual, le proporcionaron votos en cantidad suficiente para alcanzar las mayores alturas políticas. Pese a que estuvo recluido en un reducto militar, dando –según se dijo– los últimos toques a su proyecto de gobierno, Fujimori no suministró elementos que pudieran despejar las incógnitas que suscita una situación desquiciada, en que las alternativas, paulatinamente más inquietantes, demandan acciones de fondo.

Salvo un feriado bancario y vagas referencias a medidas de naturaleza encontrada cuya conciliación parece hipotética, el mandatario peruano postergó los anuncios de tipo económico. En cambio, se mostró dispuesto a pulsar el alcance de su autoridad: destituyó a los comandantes de la Armada y de la Fuerza Aérea; en este aspecto, cabe admitirlo, no vaciló en poner en juego su prestigio desde la instancia inicial de su relación con los cuerpos castrenses, algunos de cuyos sectores han observado con recelo su éxito electoral. Similar decisión mostró Fujimori cuando abordó la reorganización de la Policía Nacional, y fue duro al criticar al Poder Judicial, acusándolo de corrupción y favoritismo. Fue sugestivo que los jueces no hayan adoptado las actitudes habituales en los casos en que la dignidad se siente herida; por el contrario, su silencio fue juzgado en diversos medios como una suerte de admisión tácita de aquellas culpas.

El nuevo presidente, aparentemente libre de compromisos políticos y declaradamente pragmático, se apuntó algunos tantos por haber golpeado duro y primero. Cabría inferir, pues, que ésta puede ser su estrategia en otros órdenes. Así y todo, debería tener en cuenta que la situación del Perú no le permitirá calibrar sus vacilaciones. El cierre masivo de los comercios y el incremento del ciento por ciento de los precios de los escasos productos disponibles obraron como llamadas de atención, apenas atemperados por el anuncio del *paquetazo* del plan económico con que se propone enfrentar ese desorden generalizado cuya naturaleza, de alguna manera, podría recordarnos a los argentinos alguna situación sufrida en carne propia y no demasiado distante.

Fujimori, en definitiva, aún no ha logrado atender las expectativas de quienes le dieron sus votos porque representaba la alternativa más valedera de una renovación política profunda, dado su origen alejado de las corrientes y las propuestas tradicionales.

Con el país transitando por una cornisa endeble, cuyos sostenes han sido socavados por el desgobierno, el mandatario peruano no podría darse el lujo de desaprovechar aquel margen de confianza. Deberá tener en cuenta que se trata de su respaldo más sólido, pero que habrá de agotarse si las acciones de gobierno no consolidan con soluciones esa adhesión popular sobre la cual, hoy por hoy, se asienta en gran medida la democracia peruana.

01-01

9004776 X

Nº DOCUMENTO
TITULO fujimori no recibio al Vice Presidente Garcia
PROC. La Mañana 150015
FE. 23-8-90
VI. PERU 66817
POL 11164
Gob Nac 11302

MONTEVIDEO, JUEVES 23 DE AGOSTO DE 1990

Fujimori no recibió al Vicepresidente García

LA MAÑANA 23-8-90

El Presidente Alberto Fujimori se negó ayer a recibir al segundo vicepresidente Carlos García, quien recientemente criticó la dura política económica del nuevo Gobierno peruano, aumentando los rumores sobre un supuesto distanciamiento entre ambos.

LIMA. (ANSA, EFE y UPI).- García, ex Presidente de la Conferencia Nacional Evangélica y uno de los artífices para el triunfo de Fujimori en las elecciones presidenciales, ha criticado el programa de estabilización económica argumentando que puede aumentar la pobreza del pueblo.

García afirmó recientemente que conoció las medidas económicas anunciadas por el Primer Ministro Juan Hurtado Miller "por la televisión, como cualquier ciudadano".

El dirigente evangélico permaneció ayer al mediodía unos 20 minutos en la oficina de relaciones públicas de Palacio de Gobierno esperando entrevistarse con Fujimori, hasta que un edecán del mandatario le informó que no podía ser recibido, pues el Presidente tenía que cumplir una "apretada agenda".

El mensajero de Fujimori, después de pedirle comprensión y disculpas, sugirió la posibilidad de una audiencia para hoy.

Observadores políticos consideran que la relación entre Fujimori y el sector evangélico de su movimiento Cambio 90 se ha deteriorado, a tal punto que una de las primeras protestas contra la política económica en la que se pedía la renuncia de Hurtado, fue realizada por uno de los Diputados oficialistas.

En otro orden, el Viceministro de Energía, Ricardo Giesecke, informó ayer que el consumo de gasolina en Perú ha bajado drásticamente durante los últimos días, luego del aumento de su precio en más de 30 veces.

De 140.000 barriles diarios que se consumían en promedio durante los últimos meses, la demanda cayó a 10.000 barriles al día siguiente del severo ajuste que elevó el precio de la gasolina de 84 octanos, la de mayor consumo en el país, de 21.000 a 675.000 intis y la de 95 octanos, de 41.000 a un 1.12 millones de intis.

Los días de mayor consumo fueron los previos al ajuste de precios en que se llegó a consumir hasta 165.000 barriles diarios, por la acumulación de reservas de los consumidores, en espera del aumento de precios.

Debido al subsidio estatal, la gasolina peruana era una de las más baratas del mundo, pese a que el país no se autoabastece. Durante los últimos meses, la empresa estatal monopólica Petroperú importó unos 20 millones de dólares mensuales en combustibles.

El galón de casi cuatro litros de gasolina, llegó a costar hasta 12 centavos de dólar, mientras que una gaseosa pequeña costaba el equivalente a 40 centavos de dólar.

Giesecke precisó que el promedio de consumo durante la primera semana después del ajuste fue de 20.000 barriles diarios de gasolina, y que a partir del último fin de semana se incrementó a 30.000 barriles.

9004777

Nº DOCUMENTO
TITULO "Fujishock produjo desempleo"
PROC. Archivo Internacional
FECHA 21-8-90
VIDEO Rosa 66817
Eco 11161
Pol. Eco 11392

Sindicatos convocaron para hoy al primer paro general contra Fujimori

El "Fujishock" impulsó el desempleo a más de 20%

Lima (Reuter, UPI, CGD Informes) — El "Fujishock" ya ha aumentado el desempleo en el Perú a **20 por ciento**, y las empresas piensan dar vacaciones **"de emergencia"** a obreros y empleados ante una economía que ingresó súbitamente en una profunda recesión. La grave situación se enmarca, a partir de hoy, en **el primer paro general de 48 horas** al que han desafiado sindicatos y organizaciones guerrilleras.

Mientras tanto, el ministro de Trabajo, **Carlos Torres**, admitió ayer la posibilidad de que muchas pequeñas empresas deban cerrar por **no estar en condiciones de pagar los sueldos mínimos fijados el fin de semana por el gobierno del presidente Alberto Fujimori** para compensar aumentos de precios de más de 700 por ciento. La dramática afirmación del ministro sale al cruce de las duras críticas que le hicieron al gobierno políticos y sindicalistas por considerar que el aumento del salario mínimo a 45 dólares era insuficiente.

Por otra parte, el presidente de la Sociedad Nacional de Industrias, **Salvador Majluf**, declaró que "es **preferible que las empresas den este mes vacaciones a su personal, mientras se reacomoda la economía**".

Empresarios, por su parte, dijeron que debido a la grave situación económica no cuentan **ni siquiera con fondos para dar un adelanto para esas vacaciones.**

• Irrisorio

Por su parte, el secretario general adjunto de la Confederación General de Trabajadores, **Pablo Checa**, afirmó que el sueldo mínimo fijado por el gobierno **"es tan irrisorio que ni vale la pena ir a trabajar"**, debido a que los gastos de movilidad se llevarían **15 por ciento** del salario.

Una consultora, en la que uno de los socios es el actual ministro de **Industrias, Comercio e Integración, Guido Pennand**, afirmó que la ola de despidos causada por el "Fujishock" aumentará la desocupación a **no menos de 20 por ciento de la población activa, o 1,4 millón de peruanos.**

Mientras tanto, un instituto privado de economía estimó que hasta el viernes pasado, la **inflación** del mes era de **431 por ciento.**

La Confederación General de Trabajadores del Perú, que nuclea a unos dos millones de afiliados, convocó para hoy a un "paro contra el hambre".

Economistas han manifestado que uno de los pilares para lograr el éxito del drástico programa gubernamental dictado hace doce días, era la contención de aumentos salariales.

01-01

90047782

TO
Tropa para general contra fujimori
Archivo Fujimori 150627
22-8-90
PERU 66817
T. Sico. 11165
Sudio. 500854

Pero una ola de atentados dejó a Lima a oscuras y causó cinco muertos

Fracasó el paro general contra el severo programa de Fujimori

AF. 22-8-90

Alberto Fujimori

Lima (Reuter, UPI, DPA) — El primer paro general contra el plan de ajuste del presidente **Alberto Fujimori** tuvo ayer un acatamiento parcial, pero una ola de violencia terrorista provocó por lo menos **seis muertos y causó el caos en Lima.** Como señal de que fue escasa la adhesión popular a la huelga convocada por sindicalistas, políticos de oposición y grupos guerrilleros, los organizadores del paro decidieron reducirlo de 48 a 24 horas.

Por otra parte, gran parte de **Lima** se quedó ayer sin corriente eléctrica después de que **Sendero Luminoso** dinamitó torres de tendido eléctrico durante la noche. Esa organización había convocado a un "**paro armado**" contra el plan económico del gobierno de **Fujimori.**

La capital y las principales ciudades peruanas amanecieron bajo fuertes medidas de seguridad, que no pudieron impedir que por lo menos seis personas murieran en atentados terroristas. El empresario **Humberto Aguilar** y su esposa fueron asesinados por presuntos guerrilleros en **Lima,** mientras que tras un enfrentamiento con la policía, tres supuestos guerrilleros fueron muertos a tiros. Otro policía fue ultimado en un atentado contra una patrulla.

Simultáneamente a la reducción de la huelga, la poderosa **Federación de Trabajadores Mineros, Metalúrgicos y Siderúrgicos** del **Perú** inició ayer un paro independiente, de dos días de duración.

Si bien el acatamiento al paro fue sólo parcial, gran parte de **Lima** se vio afectada por la escasez de transporte público en la mañana, pero más tarde la situación tendió a normalizarse.

Por otra parte, las versiones sobre el acatamiento fueron sumamente contradictorias. Mientras que se pudo observar que la mayoría de las tiendas limeñas estuvieron abiertas, la **Confederación General de los Trabajadores** del Perú (CGTP) aseguró que "**el paro fue un éxito**" y que su acatamiento llegó a **70 por ciento.**

La CGTP, que nuclea dos millones de afiliados y está dirigida por comunistas, convocó a la medida de fuerza en protesta por el severo ajuste económico de Fujimori, conocido como "**Fujishock**", que ya habría causado un aumento del desempleo a **20 por ciento.** Los fuertes aumentos de precios que se registraron en los primeros días del ajuste se habrían revertido, y economistas sostienen que la inflación de agosto sería de **300 por ciento.**

Ajuste afecta a embajadas

Lima (Reuter) — **Perú** cerrará su embajada en **Kuwait** para reducir costos, dijo ayer un vocero de la cancillería, asegurando que la decisión fue adoptada "**al margen de la crisis del Golfo Pérsico**".

"**Estamos cerrando varias embajadas por reducciones presupuestarias y Kuwait está incluida entre las mismas**", dijo un vocero de la cancillería peruana. "**El gobierno peruano hubiera tomado la decisión aunque no hubiera crisis en el Golfo**", agregó. El primer ministro **Juan Carlos Hurtado Miller** había dicho recientemente que **Perú** cerraría varias embajadas en el marco del fuerte ajuste económico que viene implementando el presidente **Alberto Fujimori**, pero no especificó cuáles serían afectadas.

01 | 01

9004779

Perú pide trato especial por la crisis

EL Día 28-6-90

Ministro solicitará a organismos financieros más fondos y reducción de deuda

LIMA. (EFE). — El gobierno peruano anunció ayer un "trabajo de base" que le permitirá retomar sus relaciones con los organismos internacionales de crédito y dijo que apelará ante el "Club de París" para ser tratado como país en estado de "difícil situación económica y social".

El propósito de reinsertar a Perú en el sistema financiero internacional, del que se autoaisló durante los últimos cinco años, lo formuló el primer ministro, Juan Carlos Hurtado, ante el Congreso de la república.

No puede pagar

"Es claro que Perú no puede ni podrá en el futuro pagar la deuda exterior en los montos y términos en que fue concertado, pero es igualmente claro que la situación debe enfrentarse con pragmatismo para lograr romper en el más breve plazo el aislamiento en que nos encontramos", dijo Hurtado, también ministro de Economía.

Agregó que la deuda exterior de Perú alcanza los 20 mil millones de dólares, 85 por ciento corresponde al sector público y que desde 1985 el país no obtuvo préstamo del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional lo declaró "inelegible" para apoyo financiero.

"A Perú le ha sido cortado el financiamiento bilateral, no tiene créditos de proveedores y está al margen del financiamiento para el desarrollo que proviene del Banco Mundial y del Banco Interamericano de Desarrollo", indicó el primer ministro al informar el programa del gobierno del presidente Alberto Fujimori para los próximos cinco años.

Hurtado afirmó que Perú no podrá conseguir en la banca comercial internacional "un alivio importante, por lo tanto privilegiará un acercamiento de negociaciones con los países del Club de París, y particularmente con el Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo y Fondo Monetario.

"En el caso del Club de París, es necesario tener por lo menos un tratamiento de acuerdo al llamado "Término de Toronto" que guarde relación con el estado de difícil situación económica y social que enfrenta Perú", dijo.

SOS a Japón

El ministro informó de que el gobierno de Perú, cuyo presidente es de ascendencia japonesa, dará "especial importancia" a Japón en sus relaciones no sólo porque tiene grandes deudas ahí sino porque ese país advierte "interés particular" en Perú en términos de inversión y eventual ayuda a su programa de desarrollo.

Hurtado expresó que al ser "altamente improbable" que Perú pueda obtener recursos externos en corto plazo en el sistema financiero internacional y pueda lograr la confianza de la banca comercial, apelará a "algún país amigo" para solicitar recursos frescos "de manera que se tenga un cierto respiro financiero".

"Extrema precariedad"

Subrayó de que en el caso de la deuda con la banca internacional, se trabajará en estrecha colaboración con las agencias multilaterales de crédito "para obtener de los bancos una reducción efectiva en el monto de los adeudos con un descuento acorde con la situación de extrema precariedad social y económica del país y que refleje el valor actual del mercado de la deuda peruana".

El primer ministro, en su plan de emergencia económica, declaró que el gobierno tiene preparado un programa de reformas fiscal, tributaria, arancelaria, laboral y en el sistema financiero, para ser aplicado en el próximo quinquenio y que le permitirá al país aumentar el Producto Bruto Interno entre 16 y 18 por ciento, contra el ocho por ciento negativo del año pasado.

01-01

9004780

Sendero Luminoso toma nuevo auge con ataques y crímenes selectivos

El Día 3-9-90

LIMA. (ANSA). — Un sistemático y progresivo recrudecimiento de la violencia armada alentada por el grupo subversivo maoísta Sendero Luminoso, se produce cotidianamente en Perú y hace peligrar no sólo la vida de los peruanos sino también la estabilidad del aparato económico y productivo nacional.

Sólo en la última semana murieron por lo menos veinte personas, entre civiles, campesinos y subversivos, en choques armados y acciones sediciosas registrados en distintos puntos del país, mientras que otras 15 quedaron gravemente heridas.

Los cruentos ataques son inumerables y aumenta día tras día la larga lista de víctimas, heridos, y desaparecidos que la lucha armada —iniciada por Sendero Luminoso el 17 de mayo de 1980— provoca ante la impotencia del Estado peruano por neutralizar el avance de las acciones subversivas.

Durante la semana, las huestes del escurridizo líder de Sendero Luminoso, Manuel Abimael Guzmán Reynoso, asesinaron a un gerente de una empresa de aluminio en la puerta de su centro de trabajo, en Lima, en otra acción que los analistas califican de "asesinatos selectivos y simbólicos" para "demostrar a los obreros que su agrupación aún tiene capacidad de respuesta contra los grupos empresariales".

Inminente arremetida

Los analistas también advierten sobre el "inminente peligro de una feroz arremetida subversiva de los senderistas" con los consiguientes "nuevos y brutales ataques frontales a los empresarios privados".

Entre el jueves y sábado último, presuntos senderistas realizaron graves ataques contra locales privados, públicos en el norte peruano, y contra un centro de proyectos agrícolas, causando cuantiosos daños materiales, en algunos casos pérdidas irreparables.

El viernes, subversivos fuertemente armados dinamitaron e incendiaron el centro de asistencia de proyectos y estudios rurales, en la provincia de Huaura, al norte de Lima. Dicho centro realizaba investigaciones durante los últimos 5 años sobre problemas del agro en esa zona promoviendo proyectos de desarrollo microrregional, acumulando valiosa información en ese campo.

La víspera, presuntos senderistas emboscaron a un vehículos portatropas del ejército en una carretera de Puno, en el sudeste andino peruano, causando graves heridas a un oficial.

A poco más de un mes de haber asumido el gobierno, el presidente Alberto Fujimori ha evidenciado la intención de su administración de atacar principalmente las "causas estructurales" que provocan el desarrollo del fenómeno subversivo, es decir la pobreza, el hambre, la miseria.

En este sentido, el presidente del gabinete ministerial y ministro de Economía, dijo ante su primer mensaje al Parlamento nacional que el gobierno dispondrá de un trabajo en coordinación directa "con los sectores no militares a fin de integrar el esfuerzo de la lucha contrasubversiva".

Anunció la creación de un comando centralizado con mayor autonomía para el control de las acciones en los diversos frentes del accionar contrasubversivo.

DOCUMENTO
TITULO Ataques y crímenes selectivos de Sendero Luminoso
PROCEDENCIA El Día 150005
FECHA 3-9-90
VIA DE LLEGADA PERU 66817
T. D.L. 11163
Acciones Subv. 11418

01-01

9C04781 X

DOCUMENTO
TITULO Inflación record
PROCEDE Lederer 150025
FECHA 2-9-90
VINCULACION PERU 66817
+ Eco 11161
Inflacion 11300

Inflación récord en Perú

Lima (Reuter) – Perú anunció que la inflación en agosto escaló 397 por ciento, índice récord en su historia, que superó incluso los vaticinios más pesimistas de los artífices del draconiano plan económico lanzado hace casi un mes.

El aumento de enero a septiembre fue de 4.641,2 por ciento y el de los últimos doce meses de 12.377,8 por ciento, reveló el Instituto Nacional de Estadística (INE).

Perú ingresó técnicamente en la hiperinflación cuando los precios superaron el 50 por ciento mensual, durante el último mes del gobierno de Alan García, en que el costo de vida subió 63 por ciento en julio. El índice mensual anterior más elevado fue de 114,1 por ciento en septiembre de 1988, cuando García anunció un reajuste.

9004782

Nº DOCUMENTO
TITULO Bajan algunos Combustibles.
Archivo Diario 150027.
30-8-90
PERU 66817
F. Eco. 11161
Pol Eco. 11392.

Perú contra la corriente: bajan algunos combustibles

Lima (Reuter, UPI) — Mientras en el resto de Latinoamérica suben los precios de todos los derivados del petróleo, en un Perú contra la corriente, el presidente **Alberto Fujimori** dispuso ayer **una rebaja en el precio de algunos combustibles**, especialmente el querosén que usan millones de peruanos para cocinar.

Sin embargo, Fujimori no cedió a los reclamos de sectores políticos opositores para que disminuya el precio de la nafta, cuyo galón (**3,8 litros**) se vende al equivalente de 2,2 **dólares.**

"De cada galón de gasolina **50 por ciento está destinado** al **Tesoro Público** y no afecta a la clase pobre sino a quienes tienen vehículos", dijo Fujimori en conferencia de prensa el martes en la sureña ciudad de Tacna.

Economistas calculan que hay **400.000 automovilistas** en Lima, ciudad de siete millones de habitantes.

Durante un debate en el Congreso, parlamentarios tanto de derecha como de izquierda pidieron a Fujimori que baje el precio de la nafta, cuyo valor aumentó **330 veces.**

Los nuevos precios del querosén, utilizado por millones de peruanos pobres para cocinar, son **434.000** intis (**1,24 dólar**) el galón de **3,8 litros,** comparado con los aproximadamente **600.000** intis de la gasolina.

9004783 X

Nº DOCUMENTO
TITULO Denuncian en Perú espionaje telefónico.
PROCEDENCIA La Nueva 150026.
FECHA DE P 28-8-90
VINCULACIÓN PERU 66817
F. Pol 11164
Sob Doc 11302

Denuncian en el Perú espionaje telefónico

Lima (EFE) — El diputado Fernando Olivera, líder del Frente Independiente Moralizador (FIM), denunció en Lima al presidente peruano, Alberto Fujimori, de ejercer espionaje telefónico contra sus dos vicepresidentes y otros políticos.

En un programa radiofónico, Olivera dio como prueba documentos que, afirmó, están dirigidos al general Edwin Díaz, jefe del Servicio de Inteligencia Nacional, en los que se le informa de diez casos de "flagrante intervención de igual número de teléfonos".

Olivera aseguró que el espionaje telefónico alcanza a los vicepresidentes Máximo San Román —también presidente del Senado—, y Carlos García García, líder de las sectas evangélicas en Perú.

Asimismo, son espiados el escritor peruano Mario Vargas Llosa; el ex presidente Fernando Belaúnde Terry; el ex ministro del Interior del gobierno anterior, Agustín Mantilla, y el sindicalista Valentín Pacho.

Ni el gobierno ni el Servicio Nacional de Inteligencia respondieron a la denuncia y en la Secretaría de Prensa de la Presidencia indicaron que no tienen comentario alguno que hacer.

9004784

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Mañana
FECHA 28-8-90
VIDEO PERU 66817

Denuncian a Fujimori de ejercer espionaje

La Mañana 28-8-90

LIMA. (ANSA, EFE y UPI).- El Diputado Fernando Olivera, líder del Frente Independiente Moralizador (FIM), denunció ayer en Lima al Presidente peruano, Alberto Fujimori, de ejercer espionaje telefónico contra sus dos Vicepresidentes y otros políticos.

En un programa radiofónico, Olivera dio como prueba documentos que, afirmó, están dirigidos al General Edwin Díaz, Jefe del Servicio de Inteligencia Nacional, en los que se le informa de diez casos de "flagrante intervención de igual número de teléfonos".

Olivera aseguró que el espionaje telefónico alcanza a los Vicepresidentes Máximo San Román -también Presidente del Senado-, y Carlos García García, líder de las sectas evangélicas en Perú.

Asimismo, son espiados el escritor peruano Mario Vargas Llosa, adversario de Fujimori en las últimas elecciones generales; el ex Presidente Fernando Belaúnde Terry, el ex Ministro del Interior del Gobierno anterior, Agustín Mantilla, y el sindicalista Valentín Pacho.

Según el Diputado del FIM, el domicilio de Vargas Llosa es identificado como "Pepa" en el listado de personajes sometidos a espionaje telefónico y en uno de los partes entregados al General Díaz se le hace saber que el escritor regresará a Perú en octubre.

Los periodistas César Hildebrand, director de un programa político de televisión, y Ricardo Uceda, director de la revista "Sí", de oposición al Gobierno, también son espiados.

El Diputado Olivera denunció que la intervención telefónica es una práctica que se utiliza desde 1988, según una orden del ex Presidente Alan García.

9004784

Nº DOCUMENTO
TITULO Asesinan a líder de bandas paramilitares.
PROCEDENCIA El Día 15000S
28-8-90
PERU 66817
F. 77.1 11163
Grupos subv. 11339
Subversión 11094

Asesinaron a líder de bandas paramilitares

El Día 28-8-90

LIMA. (ANSA). — La violencia subversiva reapareció una vez más en esta capital con el asesinato del tristemente célebre líder de bandas paramilitares, Arturo "Búfalo" Pacheco Girón, que durante muchos años organizó una violencia desenfrenada contra sectores de izquierda.

El "Búfalo" Pacheco, otrora guardaespaldas del Apra, murió el domingo destrozado a manos de un comando de aniquilamiento de Sendero Luminoso, a unos 20 minutos del centro de esta ciudad.

Mostrado frecuentemente por la televisión por sus actitudes destempladas y poses de brovucón, con armas de fuego al cinto, Pacheco Girón fue asesinado junto con su pequeño hijo, mientras visitaba con su familia una granja porcina de su propiedad.

El ataque fue brutal: los sediciosos le dispararon con armas de fuego y luego le colocaron, aún con vida, una poderosa carga explosiva que lo decapitó.

El cuerpo destrozado de Pacheco Girón es mostrado hoy por la prensa nacional, a través de patéticas fotografías del cadáver y del escenario donde ocurrieron los hechos.

La viuda de Pacheco y tres de sus hijos salvaron su vida durante el ataque, porque los asesinos los obligaron a abandonar el vehículo.

Con la muerte de Pacheco Girón se cierra una de las tantas páginas de historia violenta que ha vivido Perú en los últimos tiempos.

Pacheco Girón estuvo en prisión en varias oportunidades, inclusive por presuntos delitos de narcotráfico, pero extrañamente lograba su libertad y reaparecía en cada escenario donde se producían actos de violencia social.

9004785

Aumentan los alimentos hasta 500 por ciento y los combustibles 3000 por ciento. Dólar libre

LOS AJUSTES DE AMERICA LATINA

Finalmente, anoche a última hora el gobierno peruano dio a conocer el durísimo ajuste de su economía. Las medidas, cuyo anuncio terminó con la patética frase del premier Hurtado Miller: "Que Dios nos ayude", contemplan una drástica suba de precios de hasta 500%, un aumento de los combustibles del orden de 3000%, libre flotación del dólar, tarifas fijadas de acuerdo a los costos de producción y una serie de medidas complementarias.

El gobierno de Fujimori anunció por fin su severo plan de ajuste

Lima (CGD Informes) — Anoche a **última hora** el gobierno peruano dio finalmente a conocer el **drástico ajuste de su economía** con suba de precios de hasta 500% para los alimentos y de 3000% para los combustibles.

Confirmando los titulos de ayer de los diarios peruanos (**"Hoy estalla la bomba-F"**, **"Todos a rezar"**), el gobierno de **Alberto Fujimori** dio a conocer el **más drástico ajuste del siglo en la economía peruana.**

Las severas medidas económicas adoptadas ayer comprenden, fundamentalmente, una **libertad generalizada de los precios**, igual que las adoptadas tanto en la **Argentina** como en **Bolivia**, tal como había anticipado el primer ministro y ministro de Economía **Juan Carlos Hurtado Miller**, quien anoche realizó los drásticos anuncios, que finalizaron con una patética frase: **"Que Dios nos ayude"**.

Ante la sorpresa de los perunaos, ya que nadie se esperaba un ajuste de tal profundidad, los **precios se ubicaron rápidamente entre 300 y 500 por ciento por encima de lo que estaban por la mañana** en el ya encarecido mercado negro. La **leche**, por ejemplo, pasó a costar **330.000 intis** cuando apenas horas antes, donde se la conseguía, estaba a **100.000.**

De todas maneras, el salto más espectacular lo dieron los hasta ahora subsidiados **combustibles** que de **21.000 intis** pasaron desde ayer a costar **675.000**, lo que implica una **suba del orden de 3000 por ciento.**

Otra de las medidas anunciadas es la **libre flotación del dólar**, desapareciendo la cotización oficial. Fuentes económicas señalaron que hoy cuando abran los mercados el dólar se ubicará en torno a los **650.000 intis.**

Por otra parte, el gobierno anunció que se otorgará un sueldo extra similar al de julio para los sueldos públicos y privados hasta un máximo de 26 dólares como para paliar en algo la impresionante suba de los precios.

En cuanto a las tarifas, **Hurtado Miller** anticipó que las mismas serán **libremente fijadas** por cada empresa de acuerdo con sus costos operativos, lo que llevó a los analistas a suponer que, sin llegar al nivel del aumento de combustibles, subirán no menos de **1000%.**

Después de responsabilizar al ex presidente Alan García por el desastre económico que vive Perú y que obligó a tomar tan duras medidas, el premier anunció la anulación **de todos los nombramientos de funcionarios hechos por el anterior gobierno desde principios de abril**, lo que disminuiría considerablemente la cantidad de empleados públicos. Además, anunció la creación de **una comisión para investigar los ilícitos del gobierno saliente y prometió duras auditorías en todas las empresas estatales.**

El presidente Alberto Fujimori anunció un desesperado paquete de medidas económicas que obligarán a los peruanos a ajustarse aun más el cinturón para salir de la crisis.

Plan de ajuste económico
Perú 66817
Eco 11161
Pol Eco 11392

01-04

9004786X

Nº. DOC
TITULO Severo Ajuste Económico
FOLIO La Prensa 150026
FECHA 11-8-90
VIA Perú 66817
F. Eco. 11161
Pol. Eco. 11392

Incertidumbre y ansiedad en Perú tras el severo ajuste económico

Lima (UP, ANSA y EFE) — Luego del traumático ajuste de precios decretado por el gobierno del presidente Alberto Fujimori para enfrentar la grave crisis económica que agobia a Perú, la inflación alcanzó el 130 por ciento en un solo día, de acuerdo con cifras no oficiales.

Lima amaneció con el trasporte público restringido y bajo severa vigilancia militar, mientras un clima de incertidumbre y ansiedad mantiene atrapada a la población peruana.

Tras una violenta jornada de protestas populares que dejó un saldo de tres muertos, varios heridos y cientos de detenidos, la situación en la capital y en el interior es de desconcierto, y el escaso funcionamiento del trasporte público, crea serias dificultades para asistir a los trabajos.

El descontento social contra las medidas económicas generó saqueos y actos vandálicos en distintas zonas del país, incluida la capital, donde el Ejército y la policía debió recurrir a las armas.

Patrullajes

Efectivos militares y policiales patrullan la ciudad, poniendo especial cuidado en los mercados y centros comerciales, ante el temor de nuevos saqueos.

Las calles limeñas, en tanto, se encuentran más descongestionadas que de costumbre. Los medios de trasporte de pasajeros no circulan porque lo que cobrarían no les alcanzaría para comprar combustibles, contribuyendo así a la semiparalización de la ciudad.

Sólo unos 900 ómnibus de la empresa estatal circulan en la capital, una urbe de 6,2 millones de habitantes, protegidos por dos policías en cada vehículo.

El Ministerio de Trabajo decretó una tolerancia de hasta dos horas para el ingreso en los centros laborales, sin descuentos por las dificultades de trasporte.

En tanto, para amortiguar el alza de precios, el gobierno otorgó una compensación salarial del 100 por ciento para los trabajadores en el mes de julio.

El ministro de Trabajo, Carlos Torres, señaló que aún no se puede fijar un salario mínimo porque "la economía está en proceso de reajuste de precios en el mercado".

Empero, algunos de los pocos comercios que abrieron sus puertas elevaron sus precios por encima de las expectativas y todo parece indicar que la inflación de agosto llegará a niveles inimaginables.

A pesar de los anuncios concretos del nuevo programa económico, una sensación de desorden parece reinar en toda la economía del país. "El caos se está apoderando de la economía", advirtieron algunos analistas.

Una muestra del deterioro de la moneda peruana, el inti, se produjo con la aparición de un billete de un millón que, a la paridad cambiaria, vale apenas tres dólares.

Valentín Pacho, secretario general de la Confederación General de Trabajadores del Perú, amenazó con convocar a una huelga general contra la política económica del gobierno.

Elogios estadounidenses

Por su parte, el Departamento de Estado norteamericano elogió las "decididas" medidas económicas adoptadas por el presidente del Perú, para restaurar la estabilidad económica del país.

El portavoz del Departamento de Estado, Richard Boucher, indicó que EE.UU. espera que "estas pasos, que entrañan sacrificios, conduzcan al desarrollo económico que todos los peruanos desean" y permitan al Perú beneficiarse de nuevo de la integración en la comunidad económica mundial.

El gobierno de Fujimori explicó que el drástico plan tiene el propósito de reducir el déficit fiscal "no gastando más de lo que recibe", busca pagar sus deudas externas "sólo con los ingresos que ha recaudado".

El primer ministro y ministro de Economía del Perú, Juan Carlos Hurtado, aseguró que, con estas medidas, "la inflación en diciembre será menor a la del promedio de América latina".

La inflación en el Perú entre enero y julio se acercó al 500 por ciento y el año pasado cerró con cerca del 2.800 por ciento, que es la cifra más alta registrada en este país desde que comenzó a llevar estadísticas de la evolución del costo de vida.

02

9004/86

UMENTO
El Ajuste económico en el Perú
La Unión 150025
18-8-92
Perú 66817
Eco. 11161
Pol. Eco 11392

El ajuste económico en el Perú

Sólo una obstinada vocación de pobreza o de inmovilismo político, económico y social o la miopía de un fervor ideológico extemporáneo podían haber supuesto, cuatro meses atrás, cuando se desarrolló la primera vuelta del proceso electoral, que la economía del Perú podría ser enderezada rápidamente con decisiones tibias, prescindiendo de esfuerzos rigurosos y contentando a todos los sectores al mismo tiempo.

El presidente Alberto Fujimori, sin embargo, llegó al gobierno alentando entre los votantes la esperanza de que el ajuste inevitable podría ser encarado suavemente, por etapas y eludiendo costos políticos; es decir, dejando a un lado lo que se suele llamar el *tratamiento de shock*. No debe extrañar, entonces, que las primeras reacciones ante el anuncio del programa económico del nuevo gobierno hayan sido de violenta protesta. Saqueos que inhibieron por temor gran parte de la actividad comercial; huelgas que paralizaron los transportes, el sistema financiero, la producción minera y otras actividades; enfrentamientos armados con las fuerzas de seguridad, que dejaron muertos y heridos en los alrededores de Lima; escasez, 7000 detenidos, ómnibus incendiados, la amenaza de estallidos sociales incontenibles, sometieron a las autoridades apenas instaladas a una dura primera prueba.

Esas manifestaciones estuvieron acompañadas por un recrudecimiento brutal de la persistente acción subversiva, lógicamente ansiosa por capitalizar la ola de descontento, que descargó 40 kilos de dinamita sobre las mismas paredes del viejo Palacio Pizarro, con una audacia nunca demostrada antes en toda una década en que los alardes de osadía terrorista fueron frecuentes. Las organizaciones extremistas declararon públicamente la guerra al gobierno de Fujimori, ya antes de los anuncios económicos, y el clima de violencia consecuente alcanzó un pico notablemente alto cuando efectivos militares tomaron por asalto una fortificación subversiva en la Amazonia, con un saldo de más de cuarenta muertos.

Desde un punto de vista estrictamente económico, el programa anunciado promueve ajustes en la estructura de precios relativos, que resultaban necesarios en vista de la crítica desactualización de algunas variables esenciales, consecuencia de cinco años de controles y manejos arbitrarios durante el período presidencial de Alan García.

Los aumentos dispuestos, que en algunos casos, como el de los combustibles derivados del petróleo, llegaron al 3000 %, sorprendieron, sin embargo, por su magnitud, que, según se estima, superó holgadamente las proporciones necesarias para sincerar los precios y restablecer el equilibrio. Se trata, empero, de un primer paso: en muy poco tiempo, parte de los precios así aumentados quedará libre y de hecho, en varios casos, inclusive para productos comestibles, los precios oficiales resultaron irrealmente elevados frente a la contracción de la demanda y comenzaron a retroceder en el mercado.

Pero el incremento de algunos precios fundamentales no puede ser, por sí solo, considerado como un plan económico. La economía peruana, como lo refleja su situación hiperinflacionaria, está fuera de quicio y aquejada por severas distorsiones que será necesario empezar a corregir cuanto antes. No ha habido anuncios concretos al respecto, de modo que sólo se puede valorar intenciones; los anuncios iniciales, de cualquier manera, apuntan en la dirección correcta

Es posible afirmar, en efecto, que el Perú de Fujimori se suma al grupo de naciones latinoamericanas que han percibido la necesidad de poner orden y realismo en su vida económica, haciendo a un costado ideologías gastadas que están en la raíz de los males de los países de la región, y ha comenzado a adoptar medidas para hacerlo. Que alcance los resultados deseados dependerá, en buena medida, de que las decisiones del Gobierno consigan el apoyo que asegure su eficacia; de la posibilidad de evitar, al mismo tiempo, un deterioro mayor en la situación de los sectores cuyo nivel de vida se encuentra más deprimido, y de la firmeza que ponga la administración en la ejecución de su programa, base esencial para restablecer la confiabilidad imprescindible.

Naturalmente, una parte del camino estaría hecha si Fujimori hubiera sostenido como candidato lo que ahora ha comenzado a realizar como presidente. Parece llegada la hora de que, en la recuperada democracia de América latina, se comience a buscar la adhesión ciudadana sin ocultamientos, con propuestas francas y sin reservas mentales. Sería una conveniente valorización del sistema democrático y un justo reconocimiento a la capacidad del pueblo que la sostiene.

900475

Alto costo social del plan Fujimori

Hay 300.000 despedidos por la paralización del 40% de la pequeña industria

LIMA, 25 (AFP). – Unos 300.000 trabajadores fueron despedidos por la paralización del 40 % de las pequeñas industrias que fue provocada por "una recesión peligrosa" consecuencia del drástico ajuste económico del actual gobierno.

Elena María Delgado, vicepresidenta del Comité de Pequeños Industriales de la Sociedad Nacional (SNI), precisó que ese 40 % de empresas se vio obligado a cerrar o dar vacaciones forzadas a los trabajadores, "provocando una grave crisis al disminuir el 80 % de la capacidad industrial instalada en el país.

"Sabemos que un sueldo básico de 16 millones de intis (unos 50 dólares) mensuales es insuficiente, y poco podrán hacer para seguir adquiriendo los productos que elabora la industria nativa", agregó.

El duro programa de estabilización, que defendió el presidente Alberto Fujimori, el viernes, en un mensaje dirigido al país a los 28 días de haber asumido el poder, "está generando una recesión muy grande como consecuencia de una caída ostensible de los niveles de producción y empleo", sostuvo por su parte el economista Percy Tabore.

Tabore manifestó que, sin embargo, el programa antiinflacionario "parece dar resultados esperados en cuanto al cierre del déficit fiscal y la eliminación gradual de la inflación".

El analista explicó que el impuesto fijado sobre los combustibles es un elemento de recaudación muy agresivo, que aunque permita captación fácil de recursos y colabore en el cierre del déficit fiscal puede generar una recesión muy grande.

Empresas públicas

Trabajadores de las empresas públicas, amenazados con el congelamiento de sueldos y salarios y la eliminación de sus convenios colectivos, interpondrán el próximo lunes una acción de amparo judicial contra un decreto gubernamental que recorta sus derechos.

La disposición, que afecta a más de 400.000 trabajadores de los sectores de energía, agua potable, Empresa Nacional de Telecomunicaciones y otros, debe ser derogada por anticonstitucional, señaló el diputado Luis Negreiros.

Unos 18.000 petroleros anunciaron un paro de 48 horas para los próximos días en protesta contra disposiciones del gobierno que recortan derechos de los trabajadores de ese sector (Petro-Perú), advirtió el dirigente sindical Juan Luna.

El ministro de Transportes y Comunicaciones, Eduardo Canales, anunció que 1000 trabajadores de la empresa Aéreo-Perú "necesariamente serán despedidos si no se quiere que esa empresa estatal cierre sus puertas definitivamente por falta de recursos".

El desempleo también se cierne sobre 2500 trabajadores de la empresa estatal Sider-Perú (siderurgia), quienes serán despedidos como "consecuencia de las medidas de austeridad decretadas por el gobierno", informó un vocero sindical.

El denominado "paquetazo", que será defendido por el premier Juan Carlos Hurtado Miller el próximo lunes ante el Congreso, elevó hasta en 30 veces el precio de la nafta y en 1000 % los alimentos básicos, agudizando aun más la pobreza de casi el 75 % de los 22 millones de peruanos.

Nº DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA La Nación
FECHA 26-8-90
VINCULO PERU 66817

-04 | -04

9004786

Nº DOCUMENTO
TITULO Fujimori inspira confianza
PROCED. La Mañana 150015
FE 24-8-90
VAL. PERU 66817
POI 1116
Fos Voc. 11302

Fujimori inspira confianza

LA MAÑANA 24/8/90

LIMA, (ANSA, EFE y UPI).- El Gobierno del Presidente del Perú, Alberto Fujimori, sigue inspirando confianza en los peruanos, quienes no han perdido la esperanza de que logre sacar al país de la más grave crisis que ha vivido en su historia, pese al severo ajuste económico aplicado desde el pasado ocho de agosto.

Un sondeo de opinión realizado entre las diferentes clases sociales por la firma especializada "Apoyo", difundido ayer en Lima, indica que el 51 por ciento de la población aprueba la gestión gubernamental.

"Apoyo" afirmó que en una encuesta anterior, el índice de aprobación correspondía especialmente a la clase alta y media.

Respecto a la esperanza de que el programa de estabilización económica logre los resultados que se propone, un 60 por ciento de los encuestados opinó que puede tener éxito.

El fracaso de la marcha de protesta contra el plan económico convocada por los sindicatos del país el 26 de agosto y la escasa respuesta al paro nacional del pasado martes, indica, según los observadores, que las centrales obreras ya no tienen tanta influencia sobre los trabajadores, quienes no pueden darse el lujo de perder jornales.

9004787

Nº DOCUMENTO
TIPO Recibos Periodicos Centro Fujishock.
FECHA Clorin 150024
F. 12-8-90
VAL. PERU 66812
F. Pol 11164
F. Pol. 11304

Los partidos peruanos contra el "Fujishock"

LIMA (AFP y DPA). — Los dos partidos políticos que en la segunda vuelta electoral apoyaron la candidatura de **Alberto Fujimori** a la presidencia condenaron hoy enérgicamente las medidas económicas dictadas el jueves por el gobierno, a la vez que afirmaron que el mandatario **no cumplió su promesa de no aplicar medidas de "shock económico"**.

El partido aprista y la **Izquierda Unida**, que habían obtenido el 26 por ciento de los votos en la primera vuelta electoral, coincidieron en señalar que las medidas anunciadas **afectan a los sectores más carenciados de la población**.

El presidente de Izquierda Unida, **Henry Pease**, anunció que formará comités de lucha contra el hambre y propuso que se triplique la bonificación extraordinaria dispuesta por el gobierno consistente en un sueldo similar al de julio.

El partido aprista, duramente criticado por haber dejado la economía en un estado caótico durante el gobierno de **Alan García**, pidió **mantener la capacidad real de los salarios e ingresos de los más pobres y defender la estabilidad laboral**.

Las medidas económicas, vigentes desde el jueves, originaron en el primer día una inflación récord de **136,5%** según una estimación de **Cuánto**, un instituto privado de investigaciones económicas.

También derivaron en **intentos de saqueo** en diferentes partes del país, con un saldo de **cinco muertos**, y una ola de **angustia** y desesperación entre los peruanos, una situación que inevitablemente se prolongará hasta fines de año

"Los próximos meses van a generarnos una extraña mezcla de dolor y esperanza", dijo el primer ministro y ministro de Economía, **Juan Hurtado Miller**, al revelar el plan de estabilización.

Las medidas fueron aplicadas no bien Fujimori salió de su primera gran crisis originada por tensiones policiales y una amenaza de huelga de un sector de la Policía Nacional que lo impulsaron a decretar el **estado de emergencia en Lima y otras ciudades del país**.

El origen fue la purga de unos 200 oficiales y casi un millar de subalternos aduciéndose razones de moralización.

La prensa local informó de la **detención de unos 70 oficiales de la policía** que intentaban propiciar una huelga el miércoles en distintas comandancias, el mismo día en que era esperado el plan de ajuste. La intentona fracasó.

9004788 X

Nº DOCUMENTO
TITULO Gobierno busca aliviar tensión social.
PROC La Prensa 150026
FECHA 12-8-90
VINCULO DERU 66817
Doi 11160
Job No. 11302

Busca el gobierno peruano aliviar la tensión social

Lima (Reuter) – El gobierno de Perú fijará la próxima semana un nuevo salario para compensar la escalada de precios y aliviar la creciente tensión social causada por su drástico programa de ajuste.

El ministro de Economía, Juan Carlos Hurtado Miller anunció que se fijará el nuevo sueldo real, reajustado a junio, una vez que se estabilicen los precios que se multiplicaron hasta diez veces de un día para el otro.

El gobierno del presidente Alberto Fujimori aumentó ayer las tarifas de servicios públicos como el agua potable y decretó contribuciones impositivas extraordinarias para solventar la crisis fiscal del Estado recibido en virtual bancarrota el 28 de julio.

Tropas de Ejército y la policía continuaban patrullando la capital peruana para prevenir saqueos de comercios ante un clima de tensión social provocado por el aumento de hasta 700 por ciento en los precios de alimentos y medicinas.

No se registraron nuevos incidentes en Lima, tras la muerte de cuatro personas en saqueos el jueves, mientras que algunas tiendas comenzaron a reabrir sus puertas y las colas se redujeron en las panaderías.

El trasporte público seguía paralizado por tercer día a raíz del aumento de 3.100 por ciento en el precio de la nafta mientras que las autoridades negociaban con los chóferes un subsidio al pasaje que entraría en efecto la semana próxima.

"Esto no es un caracazo y no hay tenemos la reacción que hubo en Bolivia o Brasil", aseguró Hurtado en referencia al estallido social causado por el ajuste económico en Venezuela el año pasado, que cobró unos 300 muertos.

Hurtado informó que el gobierno duplicó las raciones de comida que entregan 5.000 comedores populares en todo el país, de los cuales 3.000 se encuentran en barrios marginales de Lima.

Las Naciones Unidas aportaron 100 millones de dólares y donarán otros 100 millones en los próximos cuatro meses para el programa de emergencia social, informó Hurtado, quien señaló que probablemente viajará a la Argentina la próxima semana para concretar una oferta de ayuda hecha por el presidente Carlos Menem.

"En las arcas del Estado no hay un solo centavo", aseguró Hurtado, al señalar que el nuevo gobierno debió imprimir dinero para pagar a los empleados públicos, pero la emisión inorgánica será compensada con ingresos del mayor precio de los combustibles para no generar inflación.

01-11

9004789

Nº DOCUMENTO
TITULO Temor a un estallido social.
PROCEDENCIA Lectura 150025
FECHA DE E 12-8-90
VINCULACION Perú 66817
F.S.C.O.S. 11165
Conflic. social. 11414

Comercios cerrados y temor a un estallido social en el Perú

Alerta militar y siete mil detenidos

LIMA, 11 (ANSA) - Un país virtualmente paralizado, una población atrapada por la incertidumbre y la escasez de alimentos, una economía caótica y la amenaza de estallidos sociales caracterizan al Perú a 15 días de la toma del poder del presidente Alberto Fujimori.

Tras las duras medidas económicas que Fujimori decretó el miércoles, la mayor parte de la población reaccionó con indignación, aunque muchos empiezan a resignarse.

Los precios continúan subiendo luego de las alzas de entre el 300 y el 3100 por ciento que decretó el gobierno.

Las centrales sindicales empezaron hoy a barajar la posibilidad de protestas callejeras.

En los últimos dos días se produjeron protestas que en algunos casos terminaron en actos vandálicos, mientras los negocios continúan cerrados en la mayor parte del país, ante el temor de saqueos.

El Ministerio de Educación estudia la posibilidad de que las clases no se reanuden en la próxima semana, luego de las vacaciones de invierno.

Las fuerzas armadas

Las fuerzas armadas, por su parte, se mantienen alerta ante la posibilidad de un estallido social o acciones de sabotaje por parte de los grupos alzados en armas.

Hasta ahora han sido detenidas siete mil personas por cometer actos de saqueo tras el anuncio del plan de austeridad, informó La República.

Al menos otras 12 personas fueron heridas de bala mientras las autoridades enfrentaban a los saqueadores en docenas de mercados de los barrios pobres capitalinos.

La situación se ha tornado grave en los sectores más deprimidos del país; se calcula que unos siete millones de personas viven en la miseria.

El gobierno de Fujimori prometió poner en marcha un programa de apoyo social para los sectores pobres, como una forma de compensar la dureza de su programa económico.

Sólo algunos sectores de la población tienen acceso a los comercios y tiendas que expenden productos, con precios exorbitantes.

En otro orden de cosas, el gobierno creó una contribución de solidaridad del uno por ciento del patrimonio en tanto que los exportadores deberán pagar una tasa extraordinaria del diez por ciento al valor FOB de las exportaciones, a la vez que se dispuso un impuesto a las ventas del 14 por ciento. La prensa sufrirá especialmente por esta medida ya que hasta hoy estaba libre de ese gravamen.

También se ha creado un Consejo Nacional de Concertación con representación oficial, empresaria, obrera y cooperativa y una Comisión que controlará las causas de la inflación.

Estados Unidos, por su parte, felicitó a Fujimori "por haber tomado una acción de coraje para restablecer la estabilidad de la economía del Perú". Agregó que "esperamos que estos pasos, que conllevan sacrificio, conduzcan al desarrollo económico sostenido que todos los peruanos desean y permita, una vez más, que el Perú se beneficie de la integración a la comunidad económica mundial".

Precios

LIMA, 11 (DPA) - La población continuó recibiendo nuevos golpes con alzas de precios en servicios, que en el caso de los pasajes aéreos para el interior alcanzó a un promedio cinco veces superior; en tanto, la inflación semanal, según cifras extraoficiales, fue del 114,7 por ciento.

La firma privada Cuanto S.A. declaró que la inflación acumulada desde el 1º de enero ha sido de un 2000 por ciento, y que en los últimos 12 meses los precios aumentaron 9880,5 %. Durante la última semana los productos y servicios controlados por el gobierno aumentaron un 220,8 por ciento; en tanto que los no controlados lo hicieron en un 88,4 %. Dentro de los precios libres, los productos agropecuarios subieron un 128,2 por ciento, los industriales un 87,1 y los servicios un 42,8 por ciento.

01-01

90047 90

Nº DOCUMENTO
TITULO Hiperinflación
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA 11-8-90
VIA Perú 66817
Económico 11161
Inflación 11300

El fantasma de la "híper"

Durante los últimos meses, las figuras centrales del panorama peruano habían sido el actual presidente **Alberto Fujimori** y su derrotado en las elecciones, el ex favorito **Mario Vargas Llosa**. El novelista se ha recluido, desde el fiasco de junio, en Europa, y el flamante jefe de Estado ha hecho lo propio en la residencia presidencial, sin hacer declaraciones prácticamente desde su asunción el 28 de julio. Sucede que **ahora el protagonista central de la escena peruana es el que Fujimori había negado en su campaña, ganando así una enorme cantidad de votos independientes: el shock del ajuste, que desató en estos pocos días una estampida hiperinflacionaria.**

Según la empresa de medición **Cuanto S.A., solamente ayer el costo de vida subió 136,5 por ciento, y nadie se anima a predecir el índice final que tendrá agosto.** El disparo de los precios —donde incidieron sobre todo el aumento en los combustibles (un 3.300%) y alimentos básicos (700%)— se produjo veinticuatro horas después que el primer ministro y titular de la cartera de Economía, **Hurtado Miller**, anunció el ajuste tan temido.

Hurtado —conservador, ex ministro de Agricultura del derechista **Fernando Belaúnde Terry**, y aliado a Vargas Llosa en la última campaña— es la cara visible del plan, mientras Fujimori opta por la reclusión, en el mejor estilo de la **política despersonalizada y de los técnicos**, que él sí había anunciado lanzando duras críticas a la dirigencia tradicional.

El proceso tiene **similitud con lo ocurrido en otros países de la región**, como la Argentina, Brasil, Bolivia y Venezuela. En los tres primeros se vivieron períodos hiperinflacionarios y convulsiones sociales en algunas ciudades y también en Caracas —el más violento— aunque allí no hubo hiperinflación, según los economistas. Para corregir la distorsión de precios se aplicaron duros planes ortodoxos, pero que en verdad tenían —tienen— como objetivo un **realineamiento de estas naciones en la política que recomiendan los países centrales**, donde figuran las reformas del Estado, las privatizaciones, la desestructuración sindical, la apertura económica y, entre otros aspectos, el pago de la deuda externa vía capitalización.

Sobre el temor que el electorado peruano sintió frente a las noticias que fueron llegando desde **Caracas, San Pablo, Rosario** y otras ciudades latinoamericanas, y sobre la **identificación** que la gente hizo entre **Vargas Llosa y Menem**, o entre **Vargas Llosa y Collor de Mello**, por ejemplo, cabalgó la campaña electoral de Fujimori proponiendo **no un shock sino un gradualismo**. Pero, fiel al pragmatismo que dijo practicar, el presidente cambió (ver esta misma página).

♦ Tardanza

El plan económico de **Cambio 90** —si todavía puede señalarse esto, habida cuenta de la formación heterodoxa del gabinete de Fujimori y la marginación de varios de sus primeros seguidores, que ahora lo acusan de infiel— tardó muchísimo en conocerse, y **todavía hoy no es tal sino más bien una serie de medidas** entre las cuales descuellan los ajustes de precios. También se habla de un **tipo de cambio único y libre**, una leve compensación salarial (100 por ciento) y la **emisión de nuevos billetes** de uno y cinco millones de intis (o sea, el equivalente a tres y quince dólares, a su cotización actual). Asimismo, se perfila una **reforma del Estado** que, a través de la desactivación de algunas agencias —como el estratégico **Instituto de Comercio Exterior**—, dejaría en la calle a 10.000 empleados.

Quizá la diferencia principal con otros modelos tiene que ver con la lógica variedad que presentan los desarrollos económicos nacionales. Los actuales planes de ajuste, hasta ahora, no solo no han resuelto en la mayoría de los casos el combate contra la inflación sino que han sido **contradictorios con el crecimiento y la equidad. Y Perú, que presenta una de las economías más pobres de la región y del mundo, ya padece estructuralmente el flagelo de la exclusión y la desintegración social, —motivada por factores étcnicos, culturales y políticos— que ahora puede agravarse.**

Según informaron a **Clarín** analistas de Lima, hay una **tensa espera sobre la evolución del ajuste, que recién comienza**: calles vacías, negocios cerrados, violencia y represión latentes, y en algunos casos, concreta. El gobierno, sin opciones de peso, camina aparentemente firme: **"No daremos ni un paso atrás"**, aseguró el ministro del ajuste.

Néstor Restivo

01/01
9004791

Nº DOCUMENTO
TITULO Investigarán a Alán García x ilícitos.
PROCESO La Mañana
FECHA 17-8-90
PERU 66817
T. Pol. 11164
F. Pol. 11304

Investigarán a Alan García

LA MAÑANA 17-8-90

LIMA, (ANSA, EFE y UPI).- El Senado de Perú formará una comisión investigadora de las supuestas irregularidades, especialmente de enriquecimiento ilícito, atribuidas al ex Presidente Alan García, durante su ejercicio del poder entre 1985-90, anunció ayer Daniel Bocanegra Senador del movimiento en el poder Cambio 90.

Daniel Bocanegra señaló que fue el Senador Luis Alberto Sánchez, del partido Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), al que pertenece García, quien sugirió la formación de la comisión.

Sánchez defendió la inocencia y honestidad de García, y propuso que sea la comisión la que investigue las supuestas irregularidades que, si se demostraran, se pasaría el atestado al Poder Judicial.

El último 28 de julio, día en que García cedió la Presidencia al ingeniero agrónomo, Alberto Fujimori, la Izquierda Unida y el Frente Independiente Moralizador (FIM) presentaron acusaciones constitucionales contra el ex Presidente.

Se acusa a García de haber concedido exenciones tributarias no legales a la Occidental Petroleum, que explota yacimientos petroleros en la selva norte peruana; de responsabilidad política en la matanza de tres penales de Lima y del puerto del Callao, en junio de 1986, y de enriquecimiento ilícito, expresado en sus adquisiciones inmobiliarias, en las que además habría evadido impuestos.

9004792 X

Nº DOCU[illegible]
TITULO Protesta contra el "fujishock"
PROCEDENC[illegible] Clarín
FECH[illegible] 14-8-90
VINCUL[illegible] PERU 66817
F. Sicos. 11165
Conf. Soc. 11414

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 14 de agosto de 1990

Comienzan protestas contra el "Fujishock"

Las poderosas centrales obreras comunista y aprista estudian un paro general para los próximos días en protesta por el severo plan de ajuste económico dispuesto por el gobierno. Ayer quedó paralizado todo el sistema de la banca privada, estatal y asociada por una huelga de los empleados bancarios. Desórdenes en el centro de Lima.

LIMA, 13 (AFP, AP, Reuter, EFE y ANSA). — **Un total de 35.000 empleados bancarios iniciaron hoy una huelga nacional de 24 horas, dando comienzo a una semana de protestas sindicales en rechazo al severo programa de ajuste económico impuesto por el gobierno del presidente Alberto Fujimori.**

Como adelanto a la movilización nacional del jueves propuesta por las dos grandes centrales sindicales —CGT, de orientación comunista y CGT del Perú, aprista— la poderosa **Confederación Intersectorial de Trabajadores Estatales** (CITE) inició también este mediodía una serie de protestas de **"desobediencia civil"** que incluirán la **marcha de sus 500.000 afiliados "contra el hambre y la supervivencia".**

Mientras el país continúa virtualmente paralizado por la falta de transporte, mercados cerrados y fábricas produciendo cada día menos, la **Federación de Empleados Bancarios** (FEB) **detuvo hoy todo el sistema de la banca privada, estatal y asociada para expresar su protesta contra las medidas económicas del gobierno,** que decretó un incremento general de precios y tarifas entre un 300 y un 3100 por ciento.

Por su parte, la **Federación Nacional de Trabajadores Mineros**, que agrupa a unos 70.000 trabajadores, convocó para el mes próximo a una **huelga por tiempo indeterminado contra el programa de ajuste. La minería es la columna vertebral de la economía peruana, y sus exportaciones representan un 45 por ciento de las totales del país.**

El paro minero puede representar el primer gran desafío laboral contra Fujimori y amenazaría su plan para eliminar la hiperinflación y un enorme déficit fiscal heredado de la administración aprista.

♦ Desórdenes y hambre

Dirigentes de la central obrera comunista dijeron que estudian un **paro general**, aunque no indicaron en qué fecha se convocará, mientras esperaban el anuncio de la política salarial que compense en los últimos días la escalada de precios.

En medio del estupor provocado por el "shock" económico, centenares de estudiantes universitarios ocasionaron graves disturbios en el centro de Lima en protesta por los aumentos. Los estudiantes, identificados como simpatizantes del Partido Aprista, salieron a las calles aledañas a la Universidad Federico Villareal mientras coreaban consignas contra el gobierno y sus recientes anuncios.

Las calles fueron bloqueadas con piedras, maderas y ladrillos, obligando a los vehículos y peatones a desviarse por calles alternas. La policía antidisturbios **dispersó a los manifestantes con gases lacrimógenos y chorros de agua, obligándolos a atrincherarse en el recinto universitario.**

Amas de casa, ávidas por conseguir alimentos, formaban largas filas hoy en los almacenes para comprar las últimas bolsas de arroz vendidos por el Estado al precio anterior, subsidiado.

Multitudes hambrientas se agolparon frente a los comedores populares a la espera de una ración de comida en barrios marginales de Lima, mientras los soldados continuaban patrullando la ciudad en carros blindados y la policía reforzaba la vigilancia en los supermercados.

Según versiones de prensa, millares de peruanos viajaron durante los últimos días a ciudades fronterizas de Ecuador y Chile a comprar alimentos a menor precio.

En previsión de incidentes y debido al paro del transporte público, las autoridades anunciaron que aplazaban la reanudación de las clases en las escuelas hasta el 20 de agosto, luego de las tres semanas de vacaciones de invierno.

A últimas horas de anoche el presidente Fujimori reunió de emergencia a su gabinete para evaluar la situación que, según analistas, tenderá a agravarse a medida que el shock antiinflacionario entre en vigencia en las etapas intermedias de su instrumentación.

01-01

9004793 X

No. DOC.
TITULO Turbulencia Social
PROCEDENCIA La Nación ISC025
FECHA 19-8-90
PERU 66817
S.Cos. 11165
Conf. Soc. 11414.

No cede la turbulencia social en el Perú

Por Reynaldo Muñoz

LIMA, 18 (AFP). – Diez días después de entrar en vigencia en el Perú un duro plan antiinflacionario, algunos precios muestran una leve baja, pero la turbulencia social lejos de decrecer, amenaza con exacerbar los ánimos de siete millones de personas que viven en extrema pobreza en este país.

"La brecha fiscal podrá ser cubierta, pero la brecha de la pobreza, la más importante, puede crecer y generar más caos", advirtió un diplomático al referirse a un programa de previsto por el gobierno que avanza lentamente y aún no llega a los estratos más pobres tal como lo prometió el primer ministro Juan Hurtado Miller.

La advertencia de Hurtado de que el éxito del programa dependerá de la firmeza para soportar las presiones, empieza a confundirse con un sesgo autoritario que algunos atribuyen al gobierno de Fujimori.

Una jornada de protesta nacional el jueves última, decretada por los gremios, fue reprimida por la policía cuando sectores de oposición recomendaban mesura al gobierno.

La reducción en algunos precios como primeros efectos de lo que los peruanos llaman "Fujishock", "Fujimorazo" y "Supershock" no varió la decisión de la Confederación General de Trabajadores del Perú (CGTP), de convocar a un paro nacional los días 21 y 22 de este mes.

Después del impacto del ajuste en que la inflación trepó a un alarmante índice de 136,5 % en sólo el primer día de su vigencia, la inflación esta semana comenzó a revertir su tendencia.

La última semana la inflación alcanzó los índices 3,44 %, –1,20 y –5,0 %. No obstante, los especialistas consideran que la inflación en agosto estará entre 300 y 400 por ciento.

Alan García aplicó una política económica de corte populista en los cinco últimos años en el Perú, y algunos califican su gestión económica como el quinquenio del "desastre", que pulverizó los salarios a menos del 50 % del nivel que tenían en 1985.

Temores

El volumen de la producción de petróleo descendió de 205.000 barriles de petróleo que se obtenía en 1985 a 141.000 barriles y el nivel de reservas probadas bajó, en el mismo período, de 508 millones de barriles a 382 millones.

Ello obligó a "petrolizar" el ajuste económico para evitar la quiebra de la empresa estatal Petro Perú, definida como "una empresa quebrada" que "le debe a todo el mundo", según dijo el ministro de Energía, Fernando Sánchez Albavera.

Los especialistas sociales indican que el Perú, puesto al borde de un precipicio por políticas erradas aplicadas en las últimas décadas, afronta actualmente un desafío que puede decidir su futuro para el próximo siglo.

Advierten, asimismo, que más allá del juego de estadísticas y del manejo de las cifras, no puede dejar de considerarse a siete millones de personas que viven en condiciones de pobreza extrema y que pueden ser fácilmente aglutinadas por los grupos terroristas si no se cierra la más importante de las brechas, la de la pobreza.

01 - 1

9004794

EL PAIS — Lunes 3 de Setiembre de 1990

La Paz Ciudad de los Sorpresas

Calles Pulcras y Sánas, Autos sin Ruido ni Gases y Mucha luz

Mitad de camino de la España Colonial y a 3.800 metros de altura se encuentra la insólita, increíble y para muchos desconocida ciudad de La Paz en una inmensa Bolivia de más de un millon de kilometros cuadrados. No es New York, ni Londres ni Hong Kong, es una ciudad diferente y sin embargo tan impactante como aquellas. Levantada en el fondo de una ancha olla rodeada de elevadas murallas, La Paz se revela como una ciudad al menos para nosotros inverosimil que hace polvo nuestros altaneros prejuicios rioplatenses de superioridad porque ciertamente allí no hallamos una ciudad desvalida y subdesarrollada detenida en el tiempo español. Por el contrario se nos presentó como una pujante metropolis, elevada y de moderna edificación con un creciente dinamismo comercial. Un inquieto sector hotelero afirma su presencia creadora con numerosos hoteles cinco, cuatro, y tres estrellas a precios muy atractivos y ya están proyectados y en ejecución otros más modernos para dar alojamiento a las oleadas de viajeros que diariamente vienen a La Paz procedente de Santa Cruz, Potosi, Oruro y del extranjero. Los servicios aéreos internos servidos con aviones 727 están constantemente repletos y hay que hacer reserva con tiempo..

Entrando a la ciudad luego de recorrer un largo e increible camino desde el aeropuerto aparece ante nosotros un exhuberante y copioso parque automotor que crece diariamente y según se nos dijo, rebosa las calles céntricas de la ciudad y provoca constantes congestionamientos en las arterias más transitadas cosa que comprobariamos más tarde. Las paredes públicas y privadas a diferencia de las nuestras se presentan sin leyendas y por el contrario muy limpias. Numerosos Monumentos de figuras de la historia de Bolivia y América, incluido nuestro Artigas ofrecen una hermosa e imponente vista a los visitantes a lo largo y ancho de la ciudad.

Todos ellos están en magníficas condiciones de conservación, sin mácula alguna es decir sin bronces chorreados o suciedad.

Aquí en La Paz todo el mundo trabaja, hay una mistica para el trabajo y ese ejemplo lo dan principalmente las cholas, paradigma de laboriosidad y limpieza. Los conocidos estrategas políticos, sociales y económicos de café, especialmente porque escasean esos ateneos populares, han sido sustituidos por descendientes de laboriosos y callados quechuas y aymarás que trabajan sin desmayo todo el día. Por si fuera poco aquí no hay tiempo para discusiones académicas de fútbol ni de política y en las quince o veinte empresas comerciales vinculadas al comercio marítimo y de exportación que visitamos descubrimos eso precisamente, contracción responsable al trabajo. Los dialogados por razones de trabajo se realizan a muy baja voz y discurren en un estilo amable y respetuoso de bajos decibeles. ("Che vo, traeme el papel ese" podria dar lugar a un problema personal). Los bolivianos no se tratan asi entre ellos sino con altura y consideración: en caso contrario si Ud. va a aplicar aqui la "viveza criolla" de gritar primero para comprar parada va a tener más de un problema. Aunque los bolivianos se quejan de la burocracia el tema se refiere más bien al papeleo porque el trato entre funcionario público y cliente es atento y hasta diligente y sin duda el contribuyente representa una clase social considerada por el estado guste o no y así lo entienden los burócratas. Pero la tramitación enlentece y atrasa.

Traído y mejorado por la España colonialista el expediente no falta aunque comparado con el nuestro por lo que pudimos saber allí no llega al 40 por ciento del nuestro, allí el famoso original y diez copias no se conoce. Por ejemplo sacar un permiso para poner en servicio un taximetro se lleva un papel por la mañana y a las 15 horas Ud. ya puede poner su vehiculo en servicio habiendo pagado muy poquitos pesos. Lo mismo sucede con constancias o certificados gubernamentales que se tramitan por correspondencia no sólo en La Paz sino desde Oruro, Tarija, Santa Cruz y Potosi y aún así por viajes anteriores a Santa Cruz supimos de empresarios hartos de los daños de éste inútil papeleo les provoca. En lo personal pudimos comprobar a diferencia de lo que ocurre en ambos paises del Plata, que mientras en Montevideo y Buenos Airés las estrellas son los empleados públicos en Bolivia por el contrario, estos son humildes, sumisos y serviciales funcionarios aunque los resultados sean los mismos.

Pero si bien es cierto que todas estas observaciones que logramos recaudar luego de 9 días de visita podrían resultar rebuscadas para nuestro lector, el mayor impacto que recibe el visitante uruguayo que realmente quiere ver es que La Paz no es una ciudad de indios subdesarrollados sino una urbe dinámica que deja lejos a Montevideo por su tamaño y nos supera en cantidad de rascacielos y hoteles cinco estrellas para nombrar sólo algunos puntos más llamativos.

Y sin embargo este sufrido y enclaustrado país, continúa mostrando una tenaz voluntad de desarrollo comercial, industrial, educacional y de salir adelante.

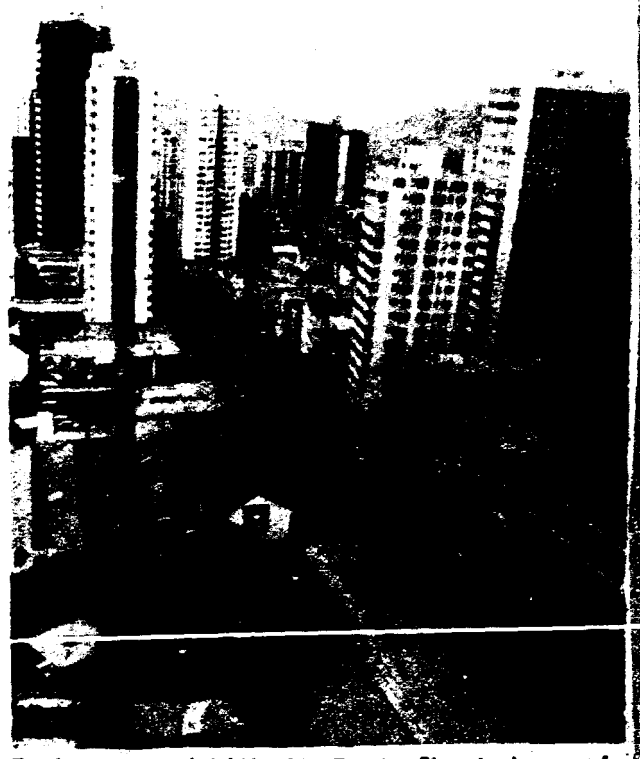
El 50 por ciento de la población de Bolivia no pasa de los 50 años y una extensa pléyade de hombres menores de 40 años han sido educados en los principales institutos y universidades de los Estados Unidos, Europa, Chile y en la propia Bolivia. De hecho no hay comercio e industria en Bolivia que no sea manejada desde los primeros planos ejecutivos por jóvenes licenciados en diversas especialidades. Es que sin licenciatura no se puede trepar en la carrera comercial o administrativa, no hay forma de "hacer camino andando", aquí en este modesto y humilde país no hay lugar para la "chantada" ni para estudiantes de secundaria expertos en "fondo monetario internacional que discuten caraduramente con técnicos y egresados economistas como ocurre en Uruguay. Aquí hay que estar preparado.

Lo que estamos ofreciendo a nuestros lectores no pretende ser un estudio sociológico de lo que es Bolivia sino apenas la bitácora de un viaje de 9 dias, donde consignamos hechos que hemos visto o protagonizado a lo largo y ancho de esta increible ciudad.

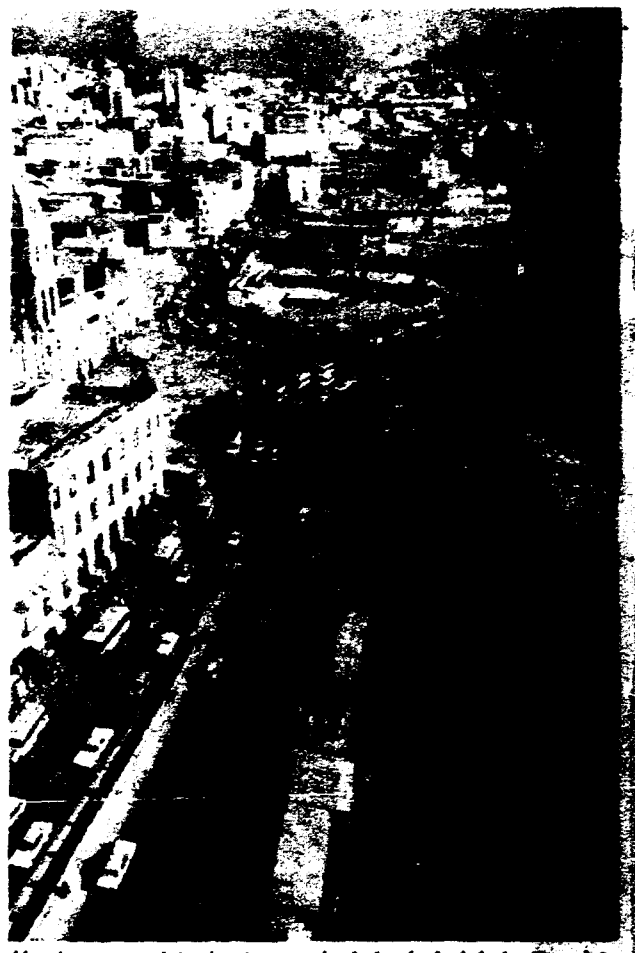
Pero hay que empezar por entender que Bolivia es una nación inmensamente rica. Bien es cierto que detentan riqueza como plata, estaño, petroleo, hierro, etc., pero yo creo que su mayor potencial reside en la capacidad productiva agricola que se da en su casi totalidad fuera del departamento de La Paz, especialmente en Santa Cruz que es dos veces mayor que el Uruguay.

En esta carrera de desarrollo nosotros arrancamos con los bolivianos parados y unos 6.8 años después nos encontramos que nos pasaron raudamente y ahora somos nosotros los que estamos en el arrancadero. Esto fue producto de la consolidacion politica o más genéricamente a partir de cuando terminaron los desgastantes ensayos políticos que en reiterados actos revolucionarios quemaron generación tras generación de jóvenes y hoy día los bolivianos están hartos de estas experiencias que todo lo reducen a cenizas.

Cerca de la Plaza Isabel La Católica se elevan estos dos inmensas construcciones que muestran el progreso de la ciudad de La Paz. El de la derecha es el Edificio de Las Américas, y su diámetro equivale a una cuadra y media de las nuestras o más.



Desde un ventanal del Hotel La Paz (ex Sheraton) se puede apreciar la Avenida Arce con sus enormes y modernos edificios a su costado. Al fondo las altas montañas protectoras de La Paz.



Una hermosa vista de otro paraje de la ciudad de La Paz vista desde las oficinas de la empresa Linabol (empresa naviera). A la izquierda puede verse la Iglesia San Francisco construida en 1580 aproximadamente y de una belleza interior indescriptible.

CARRETERAS ILUMINADAS

Pero volviendo al tema que nos ocupa cualquiera de las cinco carreteras que visitamos, una de ellas al Lago Titicaca, está mejor iluminada que nuestra calle San José pero las calles céntricas son verdaderos mares de luz que solazan a los miles de paceños ubicados en los apartamentos de los altos edificios y mejor aún desde los espigados hoteles con miradores construidos para este propósito ofreciendo un espectáculo deslumbrante.

A lo largo y ancho de la ciudad no hemos podido ver un solo bache en sus calles y sólo en una oportunidad vimos dos pequeñas roturas de pavimento que serían de exposición en Montevideo, custodiadas por un policía para evitar que los automóviles pasaran por encima. Tenemos fotos de esta situación que realmente mueve a risa. Está prohibida la circulación de autos particulares a gasoil, solo los colectivos y camiones pueden hacerlo, el servicio de colectivos y taxis daría envidia a Montevideo. Pero lo realmente fascinante, algo que nos parece increíble, magia es que los millares de autos que circulan uno tras otro por las principales avenidas no se oyen ni cuando pasan a nuestro lado pues sus escapes y silenciosos son realmente silentes, es una ciudad hermosamente callada y en cualquier esquina de esta ciudad dos o más personas pueden, conversar sin ser molestados por los agresivos ruidos de los escapes automovilísticos. Demás está decir que no pudimos constatar la menor bocanada de gas por el escape de autos, lo cual explica la pulcritud del frente de los lujosos edificios de la ciudad especialmente de varios de ellos totalmente de cristal. Resulta entonces muy cómodo y confortable e inesperado caminar por las calles de esta ciudad sin ser agredido por gases o ruidos automotores sensación que no experimentábamos desde nuestro último viaje a los Estados Unidos. Y otra cosa aquí no hay "piolas" haciéndose notar con autos deportivos por la ciudad haciendo sentir sus infantiles "rebajes" a lo largo de sus anchas avenidas. Tampoco se ve a impacientes automovilistas haciendo los caracteristicos zig zag rebasando autos a bocinazos y luces al final para nada. Cada uno sigue la fila y en el centro y en la hora del "rush" la velocidad es de cinco kilometros la hora. Para recorrer cinco cuadras pueden pasar 20 minutos. Abundan por cierto los autos japoneses y americanos y sobre todo los Volkswagen que parece ser el que mejor se adapta a esta ciudad y en este orden están los americanos grandes.

A los otros se les revientan las cajas de cambio y las coronas así como también sucumben frecuentemente los embragues. El hecho es que la ciudad está levantada sobre las laderas de las montañas y lógicamente los pronunciados desniveles no faltan. Muchas de las calles que recorrimos de las partes altas debimos hacerlo en taxi por solo 3 cuadras pues a pie nos hubiese mandado a un hospital o cuando menos habríamos llegado arriba con 160 pulsaciones.

LIMPIEZA DE LAS CALLES

Bueno este capítulo referido a la higiene de la ciudad es la mayor sorpresa que nos reserva esta asombrosa urbe y por comparación nos avergüenza como montevideanos.

La ciudad de La Paz es tan pulcra y limpia como cualquiera de Suiza y este hecho ofrece a los visitantes un espectáculo inusitado de tal belleza y sorpresa que va más allá de lo imaginable. Ni por las calles ni por las veredas es posible hallar el menor papelito o envolturas de caramelos ni colillas de cigarrillos. Con otros compatriotas uruguayos como Ariosto González y Juan Bidegaray regresábamos cargados a nuestros diferentes hoteles con papeles que guardamos en los bolsillos para no mancillar con nuestra basura cualquiera de las arterias de esta ciudad. Los limpiadores municipales pasan por las calles muy temprano por la mañana y en otras muy entrada la noche de manera que al dia siguiente todo luce impecable. Ver las calles en este estado es un espectáculo inesperado, más allá de lo aceptable. Lo mismo puede decirse de la calidad de los bacheos de la calzada. Después de hecho el trabajo no es posible reconocer dónde se hizo. No existe el bacheo uruguayo que resulta en "lomos de burro". Ellos no saben hacerlo como nosotros. Ante la pulcritud de estas calles nos planteamos el desafío de imaginarlas con carritos con caballos, bolsas de basura por el medio de la calzada y sobre las veredas, desperdicios sobre las aceras y calles, perros rompiendo las bolsas para comer, restos de bolsas y desperdicios que van cayendo de los desbordados carritos por las calles principales, no podemos imaginar este espectáculo negro por las Avenidas Mariscal Sucre, Arce, por la zona del Prado, frente a los numerosos edificios de Cristal que aparecen ante nuestra vista. Tal vez la tarea de imaginar todo esto nos supera. Posiblemente un ejercicio imaginativo propio de Ray Bradbury o de otro maestro de la fantasía literaria podría hacerlo. Nosotros no podemos ni sabemos.

Entonces pensamos finalmente, qué bueno es que los hombres de gobierno viajen a otras naciones, qué malo es que lo hagan del aeropuerto a la Presidencia de aquí al Congreso y una cuadra más abajo o más arriba a la municipalidad en medio de copiosos almuerzos y medallones inmerecidos. Así no se aprende nada. Pero no todo está perdido. Aún se puede oir o leer a los periodistas.

01 - 1

9004

Nº. DOC.
TITULO HUELGA DE HAMBRE ~~DE OBREROS~~ POR PETROLEO
PROC El Dia 150005
FECH 6-9-90
VINCUL Bolivia 10043
F. Sicos 11165
Sindicatos 500854
Conf. Laborales 11413

El Dia - 6/9/90

• Huelga de Hambre

LA PAZ, (Reuter) — Más de 100 sindicalistas petroleros de Bolivia se sumaron ayer a una huelga de hambre iniciada el lunes por ocho dirigentes en defensa de la empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), dijeron informes gremiales.

El ayuno voluntario por tiempo indefinido se extenderá a todos los niveles de la dirigencia sindical petrolera del país y será reforzada a partir de mañana con una huelga general de los 5.400 trabajadores de esa empresa, la más importante de Bolivia, dijo a Reuter el secretario general de la organización sindical, Julio Salas.

9004796X

DOCUMENTO
TULO PAZ ZAMORA DENUNCIA OPOSICIÓN A HIDROVIA.
DICE
HOY
EL DIA 15000 S
31-8-90
BOLIVIA 10043
POL. 11164
RRII 11399
ECO. 11161

Paz Zamora denuncia oposición a hidrovía

31-8-90

ASUNCION, (EFE). — La burocracia e intereses privados impiden el avance del proyecto de la hidrovía Paraguay-Paraná, pese a que los gobiernos de la Cuenca del Plata desean que la obra se realice "en el plazo más breve posible", indicó el presidente de Bolivia, Jaime Paz Zamora.

El jefe de Estado boliviano, que concedió una entrevista telefónica, desde La Paz, a la emisora asunceña "Primero de Marzo", señaló que sus colegas de Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay tienen "el convencimiento y la voluntad" de llevar adelante las obras de la hidrovía.

"Lo que me preocupa —agregó— es que de los presidentes para abajo ya se van presentando problemas en las estructuras administrativas de nuestros respectivos países" que frenan el proyecto.

Paz Zamora afirmó que los elementos "burocráticos y tecnocráticos" se encuentran en el mismo comité intergubernamental formado por los cinco países de la Cuenca del Plata para coordinar el proyecto.

Denunció también que "sectores administrativos de nuestros países están sufriendo presiones de distintos tipos, como el de intereses privados, que quieren tener una presencia determinada en el asunto de la hidrovía".

Lucha de puertos

El jefe de Estado boliviano destacó la necesidad de una reunión de los presidentes de la región para "definir la importancia que deben tener los puertos de la hidrovia, porque cuando los técnicos de cada país discuten este punto, cada quien lleva agua a su molino de tal forma que sus puertos o zonas jueguen un rol más importante que los de sus vecinos".

La financiación del proyecto es otra de las cuestiones pendientes de definición, dijo Paz Zamora, y explicó que la deuda exterior de los países de la Cuenca del Plata "dificulta que los Estados financien la hidrovía o avalen los créditos destinados a ella".

Jaime Paz Zamora

El presidente boliviano se mostró partidario de que la ejecución de las obras sea encarada por "capital de los cinco países con puertos sobre los ríos Paraná y Paraguay, pudiendo asociarse a empresas extrarregionales".

El proyecto de la hidrovía prevé mejorar la navegabilidad de un total de 3.220 kilómetros de los ríos Paraná y Paraguay a un coste de entre 800 y 1.000 millones de dólares.

Según los estudios, la vía fluvial tendrá una cuenca de influencia comercial de unos 720.000 kilómetros

Durante la entrevista con la radioemisora paraguaya, Paz Zamora informó también acerca de las obras viales y los proyectos comerciales que alientan los gobiernos de Bolivia y Paraguay en el marco de la integración binacional.

9004797 X

Nº DO
TITU EJERCITO DESPEJA CAMINOS BLOQUEADOS POR CAMPESINOS.
PRO Subsito financiero 150027
FECH 24-8-93
VINCU Bolivia 10043
T. Sindical 11165
Sindicato 500854
Conflict Sociales 11414
T. N.L. 11163
EJERCITO 11328

Bolivia movilizó al Ejército para despejar caminos y vías

La Paz (Reuter) — El comandante de las Fuerzas Armadas anunció anoche la **movilización de efectivos militares para despejar caminos y vías férreas bloqueados por campesinos.**

El general **Jorge Moreira** dijo que se dispuso que la policía militar y patrullas del ejército despejen los caminos del sur del país y custodien los ferrocarriles.

Los sureños departamentos de Chuquisaca y Potosí quedaron aislados del resto del país a consecuencia de los bloqueos.

El ministro de Asuntos Campesinos, **Mauro Bertero**, dijo ayer que **"El bloqueo ha fracasado porque en siete de los nueve departamentos el tránsito es normal"**.

La Confederación Sindical Unica de Campesinos aseveró por su parte, que el bloqueo continúa extendiéndose y que no será levantado mientras el gobierno no atienda sus demandas.

La extrema medida que comenzó el lunes ha detenido un tren de pasajeros con destino a la Argentina y ha paralizado totalmente el transporte automotor en las carreteras de Chuquisaca y Potosí.

Moreira denunció que los campesinos destruyeron partes de vías ferroviarias. Transportistas denunciaron que en algunos sectores los campesinos cobraron dinero para permitir el tránsito de automotores.

El gobierno negoció hoy [illegible] campesinos [illegible] impuesto rural a [illegible] exime de pagarlo a [illegible] cultores afectados por [illegible] reciente sequía.

90047 98 X

Nº. DOCUV
TITU JEFE DEL MOVIM.ENTO NACIONALISTA REVOLUCIONARIO
PRO Lo Veau
FE 28-8-90
VINCUL Boivia 10043
o T.C 11163
GRUPOS SUBV. 11339

Jefe del MNR

LA PAZ, 27 (AFP).- La convención del Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) eligió al empresario minero y ex candidato a la presidencia Gonzalo Sánchez de Lozada al frente de dicha agrupación.

Sánchez de Lozada, el principal empresario minero del país, ganó las elecciones de 1989, pero no asumió el mismo de modo dispuesto por la Constitución, cuando cedió a Víctor Paz Estenssoro, fundador del partido en 1942 y ex presidente del Republica, que presentó su "renuncia irrevocable".

01-01

9004799X

Nº. DOCU
TITU: BAJA LA INFLACION
PROC: Pueblo Financiero 150027
FE: 3-8-90
VINC: Bolivia 10043
F. Economico 11161
+Inflacion 11300

Bolivia: leve baja de la inflación

La Paz (UPI, DPA, CGD Informes) — Tras el inesperado y preocupante repunte en los precios el mes pasado, el gobierno de **Jaime Paz Zamora** anunció ayer una leve reducción en la inflación en Bolivia que alcanzó **1,79 por ciento** en julio.

Sin embargo, la cifra continúa siendo importante, ya que es **la segunda más elevada en lo que va del año** después de la de junio, que fue de **2,02 por ciento**. El promedio acumulado en los siete primeros meses de 1990 es de **6,11 por ciento** y el de los últimos 12 meses de **20,7 por ciento.**

Jaime Paz Zamora

• Tasa anual

La leve reducción en la aceleración de los precios posiblemente signifique que el gobierno podrá cumplir con su expectativa inicial de una tasa anual de **12 por ciento**, aunque la suba de junio echó por tierra las optimistas esperanzas de una tasa de **9 por ciento** en todo el año, que **Paz Zamora** estimaba lograr tras haber obtenido subas muy bajas en los primeros cuatro meses del año.

El año pasado, la tasa de inflación llegó a **16,56 por ciento.**

01-01

9004800

Nº. DOCU:
TITU TIERRA PARA LOS INDIOS
PERIO EL Dia 150005
FECH 17-8-90
VINCU BOLIVIA 10043
F. SOCIOS. 11165
CONF. SOCIAL 11414

Tierra para los indios en Bolivia

EL Dia 17-8-90

LA PAZ, (Reuter) — El gobierno boliviano aprobará la cesión de 1,7 millones de hectáreas de la zona central del país a pueblos indígenas que las reclaman, informó ayer el director del Instituto Indigenista, Wigberto Rivero.

La decisión se adoptó después de que medio millar de aborígenes iniciaron el miércoles una marcha de 500 kilómetros desde Trinidad, al nordeste de La Paz para apoyar sus reclamos territoriales y sociales, dijo Rivero a "Reuter".

Los indígenas han recorrido ya 30 kilómetros y se aguarda su llegada aquí para la segunda semana de setiembre.

Líderes de los indígenas esperan que al menos otros 1.000 se sumarán a la marcha. Algunos marchan descalzos y otros llevan artesanías típicas de sus culturas nativas.

Rivero dijo que el gobierno ha declarado territorio indígena al Parque Nacional Isiboro-Sécure, de casi 1:000.000 de hectáreas, y que una medida similar será adoptada en el Bosque de Chimanes, ambas regiones del centro del país.

"El gobierno decidió entregar 700.000 hectáreas a las poblaciones indígenas que habitan el Bosque de Chimanes", agregó.

La medida afectará a las siete empresas madereras que trabajan en el Bosque de Chimanes. "Se les reducirá el área de trabajo y estarán obligadas a ejecutar programas de reposición biológica para preservar el medio ambiente", afirmó.

Los pueblos indígenas reclaman al gobierno la legalización de sus territorios originales, de donde están siendo desalojados por la presencia de empresas madereras y colonizadores ilegales.

Bolivia es cuna de 37 minorías étnicas. "Estamos cansados de la postergación y la marginación", dijo uno de los líderes de los aborígenes, Marcial Fabricano Noé.

Rivero informó que el gobierno ha planeado entregar a las minorías étnicas 10 millones de hectáreas hasta 1992.

"Este será el primer gobierno en toda la historia de Bolivia que se ha preocupado realmente por los indígenas", dijo a "Reuter" el ministro de Asuntos Campesinos, Mauro Bertero.

01-01

9004801 X

Nº DOCUMENTO
TITULO "Fue destituido el jefe de la Fuerza Pública"
PROCEDE: Hora Foque 15ooc53
FECHA DE P[illegible]: 6-9-90
VINCULACION: Panamá 66718
FMºl 11163
Fuerzas de Seguridad 11338
Inteligencia 11094

OPTO. II (TEXTOS) 7.9.90 AZ. ARCHIVADO

Panamá: flamante jefe de la Fuerza Pública es destituido

PANAMA (PL-AFP). El recién nombrado jefe de la Fuerza Pública, coronel Fernando Quesada, fue destituido el martes por el presidente Guillermo Endara, acusado de intentar publicar una carta insultante contra el director del oficialista periódico "La Prensa".

La noticia fue divulgada por el canal 2 de la televisión local, el cual precisó que provisoriamente fue designado al frente de ese cuerpo el director institucional de la policía nacional, Ibrahim Asvat.

Quesada fue nombrado al frente de la Fuerza Pública el pasado 22 de agosto, cuando se anunció el sorpresivo paso a retiro del coronel Eduardo Herrera, quien en ese momento se encontraba en un viaje privado a Estados Unidos.

En un escueto comunicado, la Presidencia afirmó que el despido de Quesada, uno de los líderes de un fracasado golpe contra el destituido general Manuel Antonio Noriega, de su cargo se produjo "en razón de una carta pública absolutamente inaceptable".

Quesada hizo circular la misiva el martes en medios de prensa para responder a una información de ese periódico que lo vinculaba a supuestos sobornos entregados en 1988 por el ex jefe de las Fuerzas de Defensa general Manuel Antonio Noriega.

En su respuesta, Quesada recuerda informes del propio Noriega que acusaban a Eisenmann de haber cometido incesto, con lo cual se granjeó "el repudio de la comunidad hebrea y de sus familiares".

Informes periodísticos señalan que tras divulgarse ese documento, el presidente Endara y sus vicepresidentes consideraron la situación y destituyeron a Quesada, quien había asumido el pasado 22 de agosto tras la intempestiva remoción del coronel Eduardo Herrera.

La lista de comandantes del cuerpo que el nuevo gobierno trata de crear para sustituir a las desarticuladas Fuerzas de Defensa la inició el coronel Roberto Armijo, quien renunció en enero al descubrírsele una cuenta millonaria que no pudo justificar.

Su reemplazo, el teniente coronel Aristides Valdonedo, fue separado poco después y sustituido por el coronel Herrera, quien había conspirado contra Noriega en complicidad con Estados Unidos.

La separación de Herrera siguió a críticas declaraciones suyas contra la intervención militar norteamericana en Panamá, y cuando se encontraba fuera del país.

01 01

9004802 X

Nº DOCUMENTO
TITULO 'Inquietud militar'
PROCEDENCIA La Prensa 150096
FECHA 22-8-90
VOL Panamá. 66718

F. Militar 11163

OPTC II (EXTERIOR)
23.8.90
AZ
PICADO

Inquietud militar en Panamá

Panamá (ANSA) — La baja del comandante de la Fuerza Pública, coronel Eduardo Herrera Hassan, causó "inquietud" en medios militares panameños, según reveló el propio jefe militar, quien se mostró "sorprendido" por la medida dispuesta por el presidente Guillermo Endara.

Sin embargo, Endara manifestó en una conferencia de prensa en el palacio presidencial, que había conversado con Herrera Hassan y que su separación del cargo "fue armoniosa".

En reemplazo de Herrera Hassan, según un comunicado oficial, quedó el teniente coronel Fernando Quezada.

01-0

9004803

Nº. DOCU
TITUL: DENUNCIAN QUE EEUU CONSPIRA CONTRA ENDARA.
PROC: El Día
FECH: 30-8-90
VINCUL: PANAMA 66718
T. DOC 11164
PRII 11339.
GOB NAC. 11302

Denuncian que EE.UU. conspira contra Endara

EL DÍA 30-8-90

PANAMA. (AFP). — Diplomáticos estadounidenses "conspiran" para formar en Panamá una tercera fuerza política como alternativa al gobierno del presidente Guillermo Endara, que ha sufrido una fuerte baja de popularidad desde que se instaló hace ocho meses a raíz de la invasión estadounidense, afirmó ayer un vocero opositor.

El diputado y vocero del opositor Partido Revolucionario Democrático (PRD), Miguel Bush, dijo a la prensa local que el objetivo del supuesto plan estadounidense es formar un Frente Amplio Nacionalista (FAN) con algunos miembros de esa agrupación y del gobierno, a los que no identificó.

Los funcionarios estadounidenses propulsan el adelanto de las elecciones programadas para 1990 y la candidatura del ex presidente Nicolás Ardito Barleta, también ex director del Banco Mundial, sostuvo el parlamentario.

Electo en 1984, Ardito Barleta fue obligado a renunciar al año siguiente por presión de los militares encabezados por el general Manuel Noriega, derrocado en diciembre pasado por las tropas estadounidenses.

Una serie de encuestas publicadas esta semana en el progubernamental diario "La Prensa" indicaron que la popularidad del gobierno de Endara bajó casi un 55% desde que se instaló en diciembre, y una tercera fuerza política ganaría si se efectuaran elecciones ahora.

9004804 X

Nº. DOCUMENTO .....

TITULO: DESTITUYE A MINISTRO DE DEFENSA

P.C.: El Pais 15-06-4

FECHA: 28-6-90

VINCULACION: EL SALVADOR - Lecho
T Pol 11164
Sgs Nce. 11302

.....

.....

Cristiani

SAN SALVADOR, 27 (AP).— El presidente Alfredo Cristiani destituyó al ministro de Defensa y Seguridad Pública, General Rafael Humberto Larios, dijo un comunicado de la Presidencia de la República.

01-01

90048054

Nº DOCUMENTO
TEMA Se reinicia diálogo de paz
FUENTE La Jornada 15sec45
FECHA 17-8-90
LUGAR El Salvador Lacio
FOLIO 1103
ORIGINAL Grup Sabo 11339

Se reinicia diálogo de paz

LA JORNADA 17-8-90

SAN JOSE. (ANSA, EFE y UPI).- Durante la cuarta ronda del diálogo de paz para El Salvador entre el gobierno y la guerrilla, que se inicia hoy, los representantes de ambas partes intentarán nuevamente acordar una cesación del fuego, con una intervención más directa de parte de la Organización de las Naciones Unidas.

Las negociaciones se llevarán a cabo por segunda ocasión en San Antonio de Belén, un centro turístico a 20 kilómetros al noroeste de la capital y donde ya se dispuso de un despliegue de seguridad estricta.

Se espera que ayer de noche llegaran los representantes del gobierno del presidente Alfredo Cristiani, y del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN), así como la delegación de la ONU.

La cuarta etapa de negociaciones se extenderá durante seis días entre el 17 y el 22 de agosto, durante los cuales el tema de la restructuración, reducción y subordinación a un mando civil de las fuerzas armadas continuará estando en el primer plano.

Ambas partes negociadoras se reunieron en San Antonio de Belén hace tres semanas y en el encuentro de siete días lograron un acuerdo para establecer una comisión verificadora de los derechos humanos, que sería coordinada por la ONU.

9004806 X

Nº. DOCUMENTO
TITULO Frente Farabundo Marti para la Liberacion
PROC
FECHA DE P
VINCUL
La Prensa Grafica 15 en 26
18-8-90
El Salvador Lucha
I.H.C. 1163
Cop Sosa 1329

El "Frente Farabundo Martí" ofreció entregar las armas

San José (EFE) — El "Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional" (FMLN) ofreció ayer entregar las armas a cambio de la abolición del ejército salvadoreño y la creación de una nueva policía civil para salvaguardar la soberanía del país.

La propuesta de los rebeldes está contenida en un amplio documento que entregó en San José de Costa Rica la "comandancia general" del "FMLN", donde se reúne una delegación rebelde con otra del gobierno salvadoreño para tratar de poner fin a una década de guerra.

"El 'FMLN' acepta la desaparición de los dos ejércitos mediante un proceso gradual, simétrico y simultáneo con la formación de una nueva institución de seguridad pública de carácter civil", según el documento de los líderes insurgentes.

El texto, que explica la posición del "FMLN" para "desmontar el militarismo, alcanzar el cese el fuego y avanzar a la democracia sin armas", fue divulgado por los rebeldes después de que lo entregaran a la delegación gubernamental, presidida por el ministro de Justicia de El Salvador, Oscar Santamaría.

Ambas delegaciones se encuentran reunidas a puertas cerradas, analizando el punto de la Fuerza Armada, conforme lo acordado en la cita anterior, que se celebró hace tres semanas también en San José.

9004807X

Nº DOCUMENTO
TITULO OPTIMISTO POR PAZ EN EL SALVADOR
FECHA 15 Dic 89
FUENTE 31-8-90
VINCULACION EL SALVADOR Tecto
1163
Pres Subs 1339
J T

Optimismo por paz en El Salvador

LA HABANA 31-8-90

SAN SALVADOR. (ANSA, EFE y UPI).- La comisión que representa al Gobierno en el diálogo de paz con la guerrilla salvadoreña mostró ayer su optimismo real y reservado en torno a la próxima ronda de conversaciones, mientras que los insurgentes mantienen sus demandas inflexibles de reformas a fondo en las fuerzas armadas.

Uno de los miembros de la comisión gubernamental, Hernán Contreras, declaró a través del programa televisivo 'Buenos días' que "siempre hemos sido optimistas, pero es un optimismo real y moderado porque sabemos de la complejidad de ese proceso y de lo que una guerra de 10 años ha dejado como secuela".

Contreras aseguró que entre la representación del Gobierno de Alfredo Cristiani para el diálogo con los insurgentes existe "una gran dosis de fe y voluntad política respecto al próximo encuentro".

Por otro lado, el funcionario señaló que el Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) "tiene falta de voluntad", lo que causó, según Contreras, que no se llegará a ningún acuerdo en las últimas negociaciones efectuadas hace dos semanas en Costa Rica.

El Gobierno y la guerrilla salvadoreña discutieron en esa oportunidad el tema espinoso de las fuerzas armadas, que está basado en una propuesta del FMLN de 18 puntos para reformar a fondo la estructura militar.

El delegado reiteró que el Gobierno tiene la firme decisión de lograr avances concretos en el proceso de pacificación, pero acusó al FMLN del fracaso en las últimas negociaciones, alegando que se debió a que la guerrilla incluyó nueve puntos más (para sumar los 18) a su propuesta sobre fuerzas armadas.

Contreras consideró que los insurgentes alteraron su propuesta debido a diferencias de "criterios internos".

"Se advierte que retomar temas que habían sido superados, demuestra que se ha dado una fricción, una diferencia de criterios dentro de la dirigencia del FMLN", enfatizó el delegado gubernamental.

01-01

900480 8X

Nº DOCUMENTO
TITULO "Nuevo Ministro de Defensa"
PROCEDENCIA La Hora Popular 15ec 53
FECHA DE PUBLICACION 6-9-90
VINCULACION El Salvador Sec 80
Pol 11164
Soc Doc. 11302

DEPTO. DE IFX
7.9.90
AZ
ARCHIVADO

Admiten violaciones de DDHH

MEXICO (PL). El nuevo ministro salvadoreño de Defensa, coronel René Emilio Ponce, admitió el martes la responsabilidad del Ejército que comanda en casos de violaciones de los derechos humanos, aseguran fuentes procedentes de San Salvador.

Ponce declaró, sin embargo, que un reciente informe elaborado por la comisión de Derechos Humanos de la ONU sobre la situación en su país no es totalmente negativo para las Fuerzas Armadas y el gobierno del presidente Alfredo Cristiani, aseguran despachos de la agencia noticiosa Saipress.

El nuevo titular de Defensa es integrante de la denominada Tandona, grupo de oficiales graduado en 1966, quienes prácticamente detentan el poder en El Salvador y han sido acusados de numerosos crímenes por entidades y personalidades diversas.

9004809

la formación de asociaciones cuando se hayan recolectado las firmas de 10.000 miembros.

El grupo logró esas firmas y, a los fines de conseguir vigencia legal, presentaron el documento a la Asamblea Nacional, tal como lo establece la Constitución. Sin embargo, no se le dió curso al expediente.

Tania DIAZ CASTRO y los demás dirigentes fueron arrestados una semanas atrás y algunos jerarcas del régimen han dejado entrever que serían acusados de "alta traición", entre otras cosas por haber difundido y elogiado la resolución contra CUBA recientemente aprobada por la CDH de NACIONES UNIDAS en GINEBRA.

Estas acusaciones de "alta traición" han provocado una seria preocupación no sólo en los medios del exilio cubano sino también en círculos intelectuales y fundamentalmente políticos de EE.UU. (particularmente en el Congreso), quienes han advertido que podría tratarse de la preparación de un nuevo "Caso OCHOA", ahora contra Tania DIAZ CASTRO y los demás miembros del grupo. Cabe recordar que el delito de "alta traición" puede conllevar la pena de muerte.

4. Movimiento Liberación

Presidente: Osvaldo PAYA SARDIÑAS

Otros dirigentes: Santiago CARDENAS y Rolando SABIN.

Este grupo es de origen parroquial católico, habiéndose iniciado en la Parroquia del Cerro (originalmente se denominó "Grupo del Cerro"). De allí comenzó a difundirse por otras parroquias en la Isla, siendo hoy un movimiento con presencia en todo el territorio. Bregan por un mayor respeto a los derechos humanos, en particular a las libertades religiosas y de expresión y, en general, un retorno a "un estado de derecho donde el pueblo pueda elegir a sus gobernantes".

Algunos exiliados vinculados a este movimiento han asegurado que la jerarquía católica cubana decidió hace ya un tiempo apoyar las actividades de este grupo y de allí su florecimiento en las diversas parroquias del país. Esa sería también la razón de algunas recientes declaraciones de altos funcionarios -inclusive CASTRO- llamando la atención a la jerarquía de la Iglesia de no promover actividades contrarrevolucionarias.

Estas cuatro organizaciones antes descriptas son las más importantes de los grupos disidentes, fundamentalmente desde un punto de vista político. Las cuatro estaban en conversaciones tendientes a unificar criterios y coordinar acciones, para lo que se llamaría la "Coordinadora de Derechos Humanos", pero las negociaciones fueron abruptamente interrumpidas en las últimas semanas con los arrestos de la mayoría de los dirigentes.

4810

TIPE.

TIPO DE DOCUMENTO
TITULO Situación actual
PROCEDENCIA BIDE
FECHA DE PUBLICACION 27-4-90
VINCULACION Libro 65671
Fol 11164
Sos Doc. 11302

C U B A

S I T U A C I O N A C T U A L

90048 1011

INDICE

I. SITUACION

1. Política Interna.

1.1. Principales acontecimientos en el ámbito gubernamental.

1.1.1. Reunión plenaria extraordinaria del Comité Central del PARTIDO COMUNISTA CUBANO (PCC).

1.1.2. Preparación del IV Congreso del PCC.

1.1.3. Organización de maniobras militares y de adiestramiento a la población civil.

1.1.4. Discurso de CASTRO recordando el asalto al MONCADA.

1.2. Disidencia interna.

1.2.1. Actitud de grupos disidentes. Su impacto sobre la comunidad cubana en el exilio.

1.2.2. Pedido de asilo a las representaciones diplomáticas de CHECOSLOVAQUIA, ESPAÑA, ITALIA y SUIZA.

2. Política Externa.

2.1. Relaciones con la URSS.

2.2. Relaciones con EE.UU.

2.3. Relaciones con el VATICANO.

2.4. AMERICA CENTRAL.

2.5. AMERICA DEL SUR.

3. Economía.

II. APRECIACION

III. ANEXOS

9004[illegible]

S I T U A C I O N

900481 0..

I. Situación

1. Política Interna

1.1. Principales acontecimientos en el ámbito gubernamental.

1.1.1. Reunión Plenaria Extraordinaria del Comité Central del PARTIDO COMUNISTA CUBANO (PCC)

En la Reunión Plenaria Extraordinaria del Comité Central del PCC realizado el 16FEB90, CASTRO reafirmó nuevamente la adhesión de CUBA a los valores socialistas tradicionales e intentó avanzar hacia la revitalización del sistema comunista.

En dicha reunión se anunciaron planes para el "perfeccionamiento" del sistema político e institucional del país sobre la base del partido único, leninista y basado en las normas del centralismo democrático, pero excluyendo cualquier avance hacia un sistema multipartidario, con división de poderes. Asimismo, se estableció que el mismo se adaptaría a "las propias realidades e idiosincragia del pueblo cubano". Se estuvo de acuerdo en que han madurado las condiciones para abordar en términos prácticos y concretos el perfeccionamiento del sistema político e institucional del país.

Por lo tanto se consideró posible y necesario analizar y resolver las tareas inmediatas y a más largo plazo de la revolución en el terreno de la gestión del partido, el Estado, la juventud comunista, las organizaciones de masas y demás instituciones, estructuras y métodos vinculados con la actividad de cada una de ellas en la construcción del socialismo y el perfeccionamiento del sistema.

Se produjo la rotación de once cargos en la estructura superior del PCC, que no afectará a la plana mayor histórica. Los cambios fueron dos salidas y cuatro ingresos en el buró político y cinco liberaciones de responsabilidades en el secretariado (ANEXOS 1 y 2).

El plenario del CCPCC designó a Jaime CROMBET HERNANDEZ BAQUERO y Lionel SOTO PRIETO como vicepresidentes del Consejo de Ministros.

Liberó de sus tareas como miembro del Secretariado a José Ramón BALAGUER CABRERA y lo designó como Embajador de CUBA en la URSS.

Dejó en libertad como miembros del Secretariado y promovió a la condición de miembros suplentes del buró político a Pedro ROSS LEAL y Sixto Batista SANTANA. Este último fue elegido coordinador nacional de los comités de defensa de la revolución cubana.

También promovió como miembros suplentes del buró político a Carlos LAGE DAVILA, que fue primer secretario del Comité Nacional de UJC y Roberto ROBAINA GONZALEZ, actual primer secretario de la UJC.

Asimismo acordó promover a miembros, efectivo y suplente, del Comité del buró político, a Roberto VEIGA MENENDEZ y José RAMIREZ CRUZ respectivamente, quienes ocupaban cargos en la Dirección del Movimiento Obrero y la Dirección de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños, respectivamente.

De acuerdo a sus declaraciones, no se oponen "inflexiblemente a cambiar" pero desean hacerlo a su manera, sin cambiar el sistema en sí mismo y como continuación del "Proceso de Rectificación de Errores y Tendencias Negativas" que comenzó en 1986.

Los aspectos más importantes anunciados por CASTRO fueron:

1) La reestructuración de la comisión del sistema de dirección y planificación de la economía. Para ello seleccionará un grupo de especialistas del partido que se dedicará tiempo completo a la tarea.

2) La postergación del IV Congreso del Partido para el primer semestre de 1991 con fecha a determinar.

3) La recomendación de efectuar un plan para estudiar y dar forma a la propia cultura e historia del país.

4) El llamado a mantener una política coherente en los medios de prensa.

5) Favorecer el establecimiento de un clima favorable al desarrollo del "pensamiento creador y el debate fecundo".

6) Convertir a la Asamblea Nacional (Parlamento), en una instancia más operativa, que represente "los intereses de todos los sectores".

7) Trabajar para mejorar el propio partido, comenzando por un examen del Comité Central, el Estado, la juventud comunista, el sindicato único, la federación de mujeres y los comités de defensa de la revolución, para satisfacer sus aspiraciones, intereses y necesidades.

8) Promover la intensificación de la tarea política e ideológica del partido entre los 10.000.000 de cubanos.

9) Considerar a los estudiantes como un grupo importante con el que el partido debe mantener contacto.

ESTRICTA

1.1.2. Preparación del IV Congreso del PARTIDO COMUNISTA CUBANO

Entre junio y septiembre de 1990 se desarrolla la reunión preparatoria del IV Congreso del PCC, cuya fecha de celebración no ha sido definitivamente fijada, aunque está previsto para el primer semestre de 1991.

Según los altos funcionarios de la Isla, el objetivo del Congreso será el de "lograr el perfeccionamiento del sistema socialista" dentro del concepto de "Partido Unico".

La Comisión Organizadora de dicho Congreso consta de tres comisiones:

a) Comisión de Estudio y Perfeccionamiento de la Estructura, Contenido y Estilo de Trabajo del PCC. Esta comisión será presidida por Raúl CASTRO.

b) Comisión de Perfeccionamiento del Trabajo de los Organos Populares, presidida por el Grl Juan ESCALONA, presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular.

c) Comisión Para el Estudio del Trabajo de las Organizaciones de Masas, presidida por José MACHADO VENTURA, miembro del buró político del PCC.

Algunos de los temas que formarán parte de la agenda del Congreso son los siguientes:

a) La democratización del funcionamiento del PCC, a través de la incorporación de elecciones secretas, efectuadas en todos los niveles del aparato del partido.

b) Fortalecimiento del rol a desempeñar por la Asamblea Nacional del Poder Popular, que se convertiría en un órgano legislativo electo por voto universal.

c) La apertura para una participación de los creyentes en la vida política y social de la Isla.

d) Corrección de los modelos socialistas importados en su momento de EUROPA ORIENTAL a fin de actualizarlos y adaptarlos a las realidades y características nacionales cubanas.

e) La necesidad de una política económica más flexible, menos burocrática y con énfasis en la producción alimentaria e industrial con el objeto de generar divisas fuertes.

La dirigencia cubana ha hecho un llamamiento a la población en general a adelantar sus opiniones y ofrecer sugerencias sobre el documento que contiene los temas del Congreso, pero hasta ahora la respuesta pública habría sido muy pobre.

Para superar esta aparente falta de participación po

S004310

pular, líderes del partido habrían iniciado giras por todo el país para contactarse con las organizaciones de base y recordarles que, si bien el sistema socialista en sí mismo no será objeto de debate, sí se espera que el Congreso marque "nuevas direcciones" en el futuro del socialismo en CUBA.

1.1.3. Organización de maniobras militares y de adiestramiento a la población civil

Como respuesta a las maniobras estadounidenses en la zona del CARIBE -denominadas "Ocean Venture", "Global Field" y "Defex"-, las FF.AA. cubanas realizaron las maniobras "Escudo Cubano" a fines de abril y principios de mayo de 1990, bajo la dirección del Grl. Brig. Urbelino BETANCOURT. Las mismas incluyeron una movilización del sistema defensivo en diversas regiones del territorio de la Isla y la participación de tropas regulares, las Milicias Territoriales y las Brigadas de Producción y Defensa.

Entre otras actividades, los cubanos organizaron una visita de corresponsales extranjeros a diversos puntos donde se realizaban estos ejercicios, particularmente alrededor de la base norteamericana de GUANTANAMO, donde los periodistas pudieron observar aviones "Hércules c-13" y helicópteros tipo "Cobra". Por su parte, en el lado cubano, vieron en el punto de observación de "TRES PIEDRAS" la presencia de media docena de tanques soviéticos T-54 apuntando hacia la base desde una distancia de 4 Km. Esta unidad estaba manejada exclusivamente por mujeres voluntarias.

Después de la finalización de estas maniobras, nuevamente el gobierno de LA HABANA denunció en un artículo publicado en el diario "BASTION", órgano de las FF.AA. revolucionarias, la presencia de nuevos barcos de guerra norteamericanos en GUANTANAMO.

Cabe recordar que un mes antes (13MAR90) el Presidente CASTRO sometió a los 2.000.000 de habitantes de LA HABANA a una serie de ejercicios de emergencia bajo lo que él denominó "un período especial en tiempos de paz", explicando al respecto que esto significaba la aplicación de medidas de guerra sin la existencia real de una confrontación militar.

1.1.4. Discurso de CASTRO recordando el asalto al MONCADA

El 26JUL90, con motivo de la celebración del 37º aniversario del intento de asalto al cuartel de Moncada y Bayamo, hecho que marcó el comienzo de la revolución que finalmente triunfaría el 01ENE59, el presidente cubano Fidel CASTRO pronunció un mensaje ante cientos de miles de sus compatriotas reunidos en la Plaza de la Revolución.

Inició el mismo con una reseña de los logros alcanzados durante 31 años de gobierno en las áreas de educación, sanidad y servicios sociales. Al mismo tiempo recalcó que en CUBA no se van a repetir los sucesos de Europa del Este ; que los agoreros que pronostican la caída del régimen en pocos meses se equivocan y puntualizó que los dirigentes de hoy tienen mayor apoyo popular del que tuvieron los gobiernos de los demás países socialistas en toda la historia.

9004810

1.2. Disidencia interna

Desde fines de 1989 se comenzaron a vislumbrar en el ámbito político interno cubano indicadores de disidencia interna.

El 19NOV89 en el festival "CARACOL" de cine y video que se realiza anualmente en CUBA, la juventud de la Isla, durante un debate titulado "La realidad vista por los jóvenes", celebrado en el Hotel Nacional de LA HABANA, aprovechó el evento para manifestar sus opiniones y desavenencias con la tésis mantenida oficialmente por el régimen castrista.

Desde el inicio del mismo se produjo un enfrentamiento dialéctico entre los jóvenes pertenecientes a la oficialista Asociación Hermanos SAIZ, vinculada a los jóvenes escritores y artistas de CUBA, y otros asistentes de mayor edad pertenecientes al PCC.

El debate se apartó pronto del tema originario para centrarse en la controversia existente entre la libertad de expresión y la censura, en cuyo contexto los "disidentes" dejaron expresada su repulsa a la actitud mantenida por el Partido de considerar como contrarrevolucionario cualquier tipo de crítica o la de silenciar toda expresión que difiera de la oficial, aduciendo que se "le están dando razones al enemigo".

Según organizaciones defensoras de los derechos humanos, el 04FEB90 cuatro estudiantes de la Facultad de Matemáticas de LA HABANA, fueron detenidos: Jorge QUINTANA, Carlos ORTEGA y dos más cuyos nombres no han trascendido. Los mismos pertenecían a un grupo denominado "seguidores de MELLA", en recuerdo del dirigente estudiantil comunista Juan Antonio MELLA, asesinado en 1929 por el gobierno de Gerardo MACHADO.

La causa de la detención habría sido la propuesta de profundas reformas al actual sistema cubano, así como las críticas planteadas al mismo en el seno de la "UNION DE JUVENTUDES COMUNISTAS" (UJC) a la que pertenecían.

Según el documento difundido por las organizaciones de derechos humanos, los detenidos proponían la "profundización de la democracia en la sociedad cubana", la "diversificación de la propiedad", el "diálogo nacional" y se manifestaron contra el "culto a la personalidad".

En los mismos aspectos insiste la carta de Jorge QUINTANA del buró nacional de la UJC, escrita antes de su detención y difundida por las organizaciones de derechos humanos.

Posteriormente, el 10MAR90, once militantes de los DD.HH. fueron arrestados, siete de ellos por enviar una carta de felicitación a la delegación estadounidense de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, después de su voto para mantener la vigilancia de las condiciones de los DD.HH. en CUBA.

0004810

Aunque normalmente el gobierno castrista ha prestado poca atención a este tipo de actividades, en esta ocasión los arrestos fueron ampliamente cubiertos por la prensa y la televisión cubanas.

1.2.1. Actitud de grupos disidentes. Su impacto sobre la comunidad cubana en el exilio

En junio de 1990 el Presidente del Comité Cubano Pro Derechos Humanos (CCPDH), Gustavo ARCOS BERGNES (ANEXO 3: Principales Grupos de Disidencia Interna) realizó un llamado al diálogo entre todos los cubanos con el gobierno de CASTRO, al cual se habría convocado a participar también a los cubanos exiliados, invitándolos a tal fin a visitar la Isla.

ARCOS BERGNES habría reconocido en su declaración que "ya que una parte considerable del pueblo respalda al gobierno cubano y a sus dirigentes, la salida más civilizada para la Isla sería un encuentro racional e incondicional de todas las partes del abanico cubano".

Dado que ARCOS BERGNES es quizás el más relevante disidente activista de derechos humanos en la Isla (sus denuncias contra el régimen de CASTRO por violaciones a los derechos humanos fueron utilizadas y citadas por la delegación norteamericana en la Comisión de Derechos Humanos de NACIONES UNIDAS en GINEBRA, para presentar sus acusaciones contra el gobierno de CUBA en el presente año), la información de su propuesta de diálogo con CASTRO tendiente a lograr una mayor apertura del régimen cubano habría causado gran sorpresa en el exilio y fuertes declaraciones por parte del exiliado cubano, hoy Embajador de los EE.UU. en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU en GINEBRA, Armando VALLADARES.

El mismo, en sus declaraciones habría rechazado categóricamente la propuesta de ARCOS BERGNES y "denunciado ante el exilio y el pueblo cubano que existe un plan al que no son ajenos algunos dirigentes socialistas internacionales, para buscarle una salida a CASTRO, pero no fuera de CUBA, sino una fórmula que cambie su imagen actual garantizándole al dictador su permanencia en el poder. Para esto se prestarán cubanos exiliados y disidentes". Por tal motivo habría retirado su apoyo a los grupos disidentes.

Las acusaciones de VALLADARES habrían causado conmoción en círculos de la disidencia cubana donde se señala que sus declaraciones promueven la desunión de los opositores al gobierno ya que muchas organizaciones allí existentes estarían dispuestas a participar en un eventual diálogo como el propuesto por ARCOS mientras que otros sectores más "duros" se habrían solidarizado con la posición de VALLADARES.

Las repercusiones en LA HABANA de ambas declaraciones fueron dispares. Si bien algunos miembros del gobierno habrían sostenido que "se trataría de una lucha de poderes entre traidores", otros habrían sostenido que "CUBA estaría dispuesta a sostener conversaciones con los disidentes y los descontentos, pero no con los exiliados en MIAMI".

9004810

Por otra parte en EE.UU, el Presidente BUSH habría manifestado que él estaría a favor de las conversaciones entre los exiliados y CASTRO, si eso es lo que quiere la comunidad de exiliados.

Asimismo, las declaraciones de VALLADARES habrían producido un alto grado de preocupación en el Departamento de Estado en WASHINGTON aclarándose que las mismas deben ser tomadas como personales ya que no es Embajador Permanente de EE.UU. sino que únicamente reviste tal carácter cuando participa como delegado en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, sosteniendo al respecto el derecho de los cubanos de expresar libremente sus puntos de vista y ofrecer cualquier propuesta que crean que genuinamente pudiera promover una transición hacia la democracia y el respeto de los derechos humanos en CUBA.

1.2.2. Pedido de asilo a las representaciones diplomáticas de CHECOSLOVAQUIA, ESPAÑA , ITALIA Y SUIZA

A partir del 09JUL90 ciudadanos cubanos ingresaron en las sedes diplomáticas de CHECOSLOVAQUIA, ESPAÑA e ITALIA en busca de asilo político. Asimismo, un joven cubano pretendió, sin éxito, penetrar en la sección de intereses norteamericanos en LA HABANA.

En la Embajada de CHECOSLOVAQUIA el número de refugiados llegó a 14. Posteriormente, dos de ellos se entregaron voluntariamente en tanto que otros 7 retuvieron como rehenes a los 5 restantes y a 5 diplomáticos checos. Luego de mantenerlos secuestrados durante 7 horas y de amenazar con dinamitar el edificio si no se les proporcionaba un avión para viajar a los EE.UU., todos los rehenes fueron liberados (los 7 no tenian actividad política conocida, en tanto que los otros 5 son miembros de la Asociación Pro-Arte Libre). Posteriormente, otros 5 ciudadanos cubanos ingresaron en la residencia del Encargado de Negocios checoslovaco, pero a la semana se rindieron voluntariamente, habiendo sido retirados del lugar por la policía cubana.

El 18JUL90, 4 personas ingresaron en la Embajada de ITALIA buscando asilo con el objeto de viajar a un país capitalista de EUROPA o EE.UU. El gobierno italiano informó que se encontraba estudiando los motivos de dichas personas para buscar asilo político.

En cuanto a la Embajada de ESPAÑA en LA HABANA, 4 refugiados han acudido a dicha sede en busca de asilo político, en tanto que MADRID llamó a consultas a su Embajador en la Isla, Antonio SERRANO DE HARO, a raíz de la difusión de un comunicado de la Cancillería cubana que acusa al Ministro de RR.EE. español de "impar cinismo", "confesa ignorancia" y "escandalosa incultura". Estas declaraciones de la Cancillería cubana constituyen la contestación a las manifestaciones efectuadas por el Canciller español en las que afirmó que ESPAÑA dará acogida y garantizará la seguridad de los cubanos que quieran entrar a su legación.

A su vez, el 20JUL90 ESPAÑA decidió suspender totalmente su ayuda económica a CUBA que ascendía a U$S 2,5 millones anuales y solicitó a la CEE que procediera de la misma forma. Entre el 20 y 21JUL90 otros 14 ciudadanos cubanos ingresaron en la Embajada española, elevando la cifra de refugiados a 18.

Asimismo el 22JUL90, 3 cubanos hicieron lo mismo en la embajada de SUIZA. El número total de asilados en distintas representaciones diplomáticas occidentales de LA HABANA se eleva de este modo a 25.

El 25JUL90, los tres cubanos que pidieron refugio en la Embajada suiza en LA HABANA la abandonaron voluntariamente después de obtener la seguridad de que el gobierno cubano no los enjuiciaría.

El vocero del gobierno suizo, Michel PACHE dijo que los tres hombres no solicitaron asilo político. Asimismo sostuvo que los cubanos son un funcionario de gobierno, un tendero y un fotógrafo.

En cuanto a la embajada de ITALIA, la misma estaría tratando de encontrar un arreglo semejante a fin de evitar un deterioro de las relaciones bilaterales.

Por otra parte, se siguen desarrollando en la mas absoluta reserva los contactos entre el gobierno español y el cubano para alcanzar una solución satisfactoria a la llamada "crisis de los refugiados", ya que CASTRO se niega a otorgar salvoconductos a los refugiados en dicha embajada y otras delegaciones.

Asimismo el vicecanciller, José Raúl VIERA, rechazó "absolutamente" que alguno de los ciudadanos que desde el 9 de julio buscaron refugio en embajadas europeas "esté inducido o programado por las autoridades cubanas".

Al respecto se ha tomado conocimiento de que en la Embajada de ESPAÑA estarían asilados Miguel Angel ALDANA - hijo - y Eduardo MAGDALENA RUIZ - hijastro de Carlos ALDANA, quien está encargado de preparar el "informe político" que debe constituir la pieza clave de las deliberaciones del IV Congreso. Ambos jóvenes de 18 y 23 años, respectivamente, habrían dicho integrar una poco conocida "Liga Cívica Martiana".

900481

2. Política Externa

2.1. Relaciones con la URSS

En ABR90 CUBA y la URSS ampliaron sus relaciones económicas al suscribir el convenio anual más alto de los últimos 30 años.

Contrariamente a las previsiones expresadas por una gran parte de la prensa y por muchas personalidades occidentales, el acuerdo bilateral de intercambio comercial para 1990 no sólo no disminuyó sino que aumentó en un 8,7% en comparación con las cifras del año pasado.

Los documentos firmados por Carlos Rafael RODRIGUEZ, Vicepresidente de los Consejos de Estado y Ministros de CUBA y Leonid Ivanovich ABALKIN, Vicepresidente del Consejo de Ministros de la URSS, consignan cifras ascendentes a 9.200 millones de rublos (unos U$S 14.168 millones).

La URSS continuará enviando a CUBA petróleo, cereales, alimentos y materias primas así como las piezas de respuesto para sus maquinarias, mientras que CUBA por su parte mantendrá sus suministros a la URSS de níquel, azúcar y cítricos. A estos productos añadirá nuevos renglones que incluyen equipos médicos de alta tecnología y una gran cantidad de medicamentos cubanos.

En la reunión se centró la atención en la realización de los acuerdos bilaterales sobre la construcción y la reconstrucción de obras en diversas ramas de la economía cubana, firmados para este quinquenio, así como sobre la cooperación comercial, científica y técnica. Se acordaron medidas que deben contribuir a que se aumente la eficacia de la construcción y la explotación de las obras de cooperación y se aseguren crecientes volúmenes del transporte de cargas entre ambos países.

Las partes analizaron minuciosamente lo referente a la coordinación de planes estatales de ambos países teniendo en cuenta los cambios que se producen en la cooperación en el marco del CAME y la realización de la reforma económica en la URSS. Se acordó formar un grupo de trabajo conjunto para preparar las propuestas sobre el perfeccionamiento del mecanismo de la cooperación económica URSS-CUBA conforme a la decisión de la XLV Sesión del CAME.

El Vicepresidente del Consejo de Ministros de la URSS sostuvo en conferencia de prensa que el acuerdo firmado se elaboró sobre la base de precios que tal vez habrá que modificar en 1991. También sostuvo que la misma economía soviética está evolucionando y no es posible prever desde ahora una base segura para los futuros intercambios. Tampoco es posible prever los precios a aplicar en la relación bilateral.

Los medios de prensa cubanos consideraron como una

victoria la firma del protocolo comercial, que asegura para el futuro inmediato de la Isla tanto el funcionamiento de industrias cubanas fundamentales, como el mantenimiento del actual nivel alimentario de la población.

A partir de entonces y hasta la primer semana de JUN90 se reunieron en LA HABANA delegaciones de la URSS y CUBA para analizar el plan quinquenal 1991-1955, con el fin de "modificar las bases de la cooperación bilateral a efectos de fortalecerla y hacerla más eficiente".

Las negociaciones estuvieron presididas, por la parte cubana, por el Ministro de Comercio Exterior, Ricardo CABRISAS y, por la parte soviética, por el Ministro de Comercio Exterior, Konstantin KATUSHEV.

CABRISAS subrayó la trascendencia que para CUBA tiene "la cooperación económica y comercial de la URSS, en particular en circunstancias de limitaciones financieras y de dificultades en las relaciones con los países de EUROPA ORIENTAL".

A su vez, el Viceministro de Relaciones Exteriores Económicas de la URSS, Eugueni OSADCHUK, afirmó que la cooperación con CUBA es muy importante para ellos y que existen razones para creer "que esas vinculaciones seguirán creciendo como ha sucedido en los pasados treinta años".

No obstante, según la información disponible, la URSS pretendería una cooperación más realista con la Isla, que contemple las nuevas necesidades de su reestructuración económica y desearía establecer una relación con precios más ajustados al mercado internacional.

2.2. Relaciones con EE.UU.

Sorpresivamente funcionarios de CUBA y EE.UU. se reunieron entre el 20 y 21JUN90 en NUEVA YORK a efectos de tratar cuestiones migratorias y consulares entre ambos países. Si bien hacía más de dos años y medio que ambas partes no se reunían, las mismas afirmaron que se trató de un encuentro de rutina.

Por la parte cubana la delegación estuvo presidida por su Embajador en NACIONES UNIDAS, Ricardo ALARCON, e integrada por el Viceministro Ramón SANCHEZ PARODI (ex Jefe de la Sección de Intereses Cubanos en WASHINGTON) y los funcionarios Antonio AIDANA ESCALANTE, José ARBESU, Lamberto FRAGA HERNANDEZ y Olga MIRANDA BRAVO.

Por la parte norteamericana participaron Michael KOZAK, Subsecretario Adjunto de Estado para Asuntos Latinoamericanos; Robert MORLEY, Director del Area de Asuntos Cubanos, y otros funcionarios del Departamento de Estado y del Servicio de Inmigración.

10.-31

9004810

[illegible] CIAL

En el plano de las relaciones bilaterales cabe recordar que ya desde comienzos de 1990 CASTRO está intentando un diálogo con su homólogo estadounidense. En MAR90, cuando visitó BRASIL en ocasión de la asunción del mando del Presidente electo COLLOR DE MELLO, negoció -a través de varios mandatarios sudamericanos- la posibilidad de un diálogo con el Presidente BUSH, hecho que no se concretó ante la negativa del Vicepresidente Dan QUAYLE, quien desechó la posibilidad de mantener conversaciones oficiales con Fidel CASTRO e insistió ante los líderes latinoamericanos en la necesidad de una apertura democrática en CUBA.

Asimismo, durante la visita que el Presidente Carlos A. PEREZ efectuó a WASHINGTON en ABR90, el mandatario venezolano intentó convertirse en una suerte de vocero de CASTRO tanto al solicitar al Presidente BUSH el cese de TV MARTI como al abogar ante la OEA por un retorno de CUBA al seno del concierto latinoamericano.

Por otra parte, recientes versiones de la prensa japonesa sostienen que CASTRO habría solicitado a las autoridades de dicho país programar un encuentro con BUSH en ocasión de la ceremonia de coronación del Emperador AKIHITO en NOV90, a la cual habrían sido invitados ambos mandatarios.

Al respecto, el 26JUN90, el Presidente BUSH durante una conferencia de prensa efectuada frente a periodistas hispanos indicó, entre otros conceptos, que "si CASTRO desea decir algo constructivo -más democracia, más libertad, más apertura, más libertad de prensa, más aceptación a un cambio que ya se da en todo él"- él estaba escuchando. Agregó que, sin embargo, eso no estaba sucediendo en este momento.

Esta situación explica tanto las presiones que continúa ejerciendo la Administración BUSH, entre las que se destacan -además del bloqueo económico- iniciativas tales como la emisión de radio y TV MARTI, como las actividades desarrolladas por sectores políticos estadounidenses y grupos cubanos radicados en ese país.

La puesta en funcionamiento de las instalaciones de TV MARTI, que desde WASHINGTON y por medio de un complejo sistema técnico transmitiera en español para la Isla de CUBA, preocupa profundamente al régimen de Fidel CASTRO.

Al parecer, solucionadas las dificultades técnicas y políticas responsables de los sucesivos aplazamientos del comienzo de la transmisión, las emisiones, al menos en un primer momento, están básicamente dirigidas a los habitantes de LA HABANA -aproximadamente una quinta parte de la población nacional- cubriendo la zona comprendida entre PINAR DEL RIO, al Oeste y MATANZAS, al Este.

Fracasada todas las iniciativas oficiales para evitar su puesta en funcionamiento, el gobierno cubano anunció su deci

0004810

sión de hacer frente -mediante la utilización de todos los medios a su alcance- a lo que considera una agresión manifiesta a su soberanía y una inaceptable violación de los acuerdos de NAIROBI.

Dicho accionar se desarrollará en un doble frente: técnico y político-diplomático, combinando medidas tales como la ocupación de la banda de frecuencias en que emite TV MARTI y la campaña de denuncia y concientización internacional ante los organismos internacionales competentes.

En el campo técnico las medidas tendrían una doble vertiente: la defensiva, encaminada a interferir directamente la señal que pueda recibirse de CUBA y la ofensiva más comprometida, en la que, mediante la utilización de los potentes equipos de guerra electrónica de origen soviético que poseen las FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS (FAR), los cubanos podrían tratar de interferir y distorsionar las emisiones de radio y televisión norteamericanas de la península de FLORIDA.

En cuanto a las actividades de sectores políticos estadounidenses en relación con CUBA debe señalarse que el 05FEB90 el Gobernador de FLORIDA, Bob MARTINEZ, nominó una comisión encargada de preparar al territorio para las consecuencias de una supuesta destitución del líder cubano Fidel CASTRO.

La llamada "Comisión del Gobernador por CUBA Libre", está integrada por dieciocho representantes de organismos estatales, empresas privadas y cubanos anticastristas y presidida por Jorge MAS CANOSA.

Asimismo, el 28FEB90, fue creada una comisión oficial bipartidista, la "Cuban Freedom Caucus", para la libertad de CUBA. Dicha comisión fue creada por un grupo de legisladores estadounidenses. El objetivo principal del grupo sería:

- Iniciar una campaña para lograr, como objetivo principal, la realización de un plebiscito justo y libre en CUBA -similar al realizado en CHILE- para definir la permanencia del actual régimen y, eventualmente presionar para que haya elecciones libres, con partidos políticos de oposición y debate abierto.

- Apoyar y promover todas las iniciativas que censuren las violaciones de Derechos Humanos en CUBA, especialmente en la Comisión de Derechos Humanos de la ONU.

- Apoyar las actuales actividades de Radio MARTI, con emisiones dirigidas a la Isla.

- Denunciar al gobierno de CASTRO por su participación en la red del narcotráfico.

- Denunciar al gobierno de CASTRO por su continuado apoyo a los movimientos subversivos en otros países democráticos del continente.

- Reactivar y fortalecer el embargo o boicot económico de EE.UU. a CUBA, buscando la cooperación del nuevo gobierno panameño y de los nuevos gobiernos de EUROPA DEL ESTE.

Con referencia a las actividades de grupos anticastristas en el exilio, el 21ABR90 se realizó en MIAMI la denominada "Gran Cumbre Patriótica" con la participación de más de cincuenta organizaciones de exiliados, convocada por el grupo "Brigada de Asalto 2506" (ex combatientes de BAHIA DE COCHINOS) con el objeto de firmar el documento "Manifiesto de la Libertad" que busca llegar a acuerdos básicos para una estrategia común frente a CASTRO.

Entre los grupos participantes se contaba también "ALPHA-66", uno de los más antiguos del exilio cubano (1991), considerado tradicionalmente como uno de los más combativos, ya que su objetivo declarado ha sido siempre el derrocamiento de CASTRO por medios militares. En el pasado se ha involucrado a algunos de sus miembros en acciones contra el gobierno de CASTRO, tanto en territorio de EE.UU. como en terceros países.

No obstante, en los últimos años y debido a que algunos de sus miembros fueron condenados por violar las leyes norteamericanas (por ejemplo por planear acciones terroristas en territorio de EE.UU. contra un gobierno o propiedad de extranjeros) y a causa de la aparente inmovilidad de la situación interna cubana, habían abandonado en buena medida su actividad combativa, al menos públicamente.

Recientemente, y sin duda utilizando la mayor cautela legal para no aparecer violando las leyes norteamericanas, han organizado el llamado "Campamento Rumbo Sur", cuyo objetivo públicamente declarado es el de "crear las fuerzas militares de apoyo a la lucha dentro de CUBA".

El Campamento es una escuela de combatientes para recibir instrucción militar y está abierto a todos los cubanos exiliados (o hijos de cubanos) de ambos sexos, entre 17 y 37 años. El campamento comenzó a principios de este año y cuenta en la actualidad con unos 200 participantes inscriptos. Algunos de ellos han tenido experiencia militar previa, unos en el Ejército de CUBA y otros en las FF.AA de EE.UU. Las actividades de entrenamiento se realizan en campos en las afueras del área metropolitana de MIAMI, en la zona denominada "EVERGLADES", pantanosa y boscosa, ideal para la práctica de tiro y el entrenamiento de "Ranger" y consiste en dos niveles de cursos, de no más de 75 alumnos en cada sección. Un primer nivel es un adiestramiento militar básico y luego otro curso "más técnico, para operaciones especiales, que se realiza en otros lugares".

NAZARIO, líder de la organización, manifestó que la situación ocurrida en la URSS y en EUROPA ORIENTAL dio nuevo ánimo al exilio combativo cubano y "los ha alentado a estar listos para apoyar toda acción interna en CUBA", donde según él

"existen focos subterráneos de rebeldía". No descarta que, aún si no se produjera un movimiento interno en CUBA, "ALPHA-66" podría efectuar alguna acción en la Isla". Esta última afirmación no parece muy factible en las actuales circunstancias.

Un dato de interés lo constituye la actividad de otra organización anticastrista denominada "LA JOVEN CUBA". Según un dirigente de la misma, Eduardo Alejandro PAZ, una docena de sus miembros visitaron CUBA en el presente año en calidad de "turistas", pero con el real objetivo de entablar contactos con jóvenes cubanos para la formación de células cuyo objetivo es crear un estado de anarquía dentro de la Isla interrumpiendo vías de comunicación y de transporte". A tal efecto, según PAZ, se han logrado introducir en CUBA unos 10.000 ejemplares de un boletín en el que se detallan las actividades que deberán cumplir esas células.

2.3. Relaciones con el VATICANO

La anunciada visita del Papa JUAN PABLO II a CUBA ha quedado en suspenso, luego de la ambigua aclaración de la Cancillería cubana de que no existe convenio alguno entre el gobierno de Fidel CASTRO y EL VATICANO para que se realice en diciembre próximo.

El 24ABR90, el Ministerio de Asuntos Exteriores de CUBA desautorizó como "carentes de fundamento" versiones de que el Papa visitaría la Isla entre el 08 y 24DIC90. Estas fechas habían sido atribuídas al vocero de la SANTA SEDE, Joaquín NAVARRO VALS, durante la visita de Karol WOJTYLA a CHECOSLOVAQUIA.

La breve declaración cubana fue redactada con cuidado estilo diplomático, para evitar un desmentido directo al portavoz del VATICANO. Sin embargo, diplomáticos acreditados en LA HABANA notaron que la declaración hizo referencia textual a la inexistencia de cualquier acuerdo "sobre la visita", no sobre "la fecha" de ella.

En este contexto, la Iglesia Católica Cubana interrumpió repentinamente, el 08MAY, la jornada nacional de preparación de sus fieles para recibir al Papa en la Isla. De acuerdo con un portavoz de la Iglesia, el Arzobispo de LA HABANA, Jaime ORTEGA, comunicó a los fieles reunidos en la Iglesia Playa Hermosa, en GUANABO, que quedaba suspendida "temporalmente" la "misión católica" que se venía realizando desde principios de año en iglesias y parroquias.

El Secretario de la Conferencia Episcopal de CUBA, Carlos Manuel de CESPEDES, afirmó que la interrupción durará "hasta que se tenga una fecha concreta del viaje de JUAN PABLO II, quien ya ha manifestado su posición de venir".

Cabe recordar que las relaciones Iglesia-Estado, en la CUBA revolucionaria, han recorrido un largo camino de confrontaciones, anatemas y dogmatismos, para pasar luego a una cierta

DOC-819

distensión, que implicó una tolerancia mutua, no exenta de simulaciones, discriminaciones y no pocas contradicciones.

2.4. AMERICA CENTRAL

En el marco de las vinculaciones de CUBA con los países centroamericanos cobra relevancia el creciente deterioro de las relaciones del régimen castrista con el nuevo gobierno panameño.

En efecto, el 04JUL90 el gobierno de ENDARA dispuso la expulsión de 11 funcionarios de la Embajada de CUBA en PANAMA y otorgó 10 días para que los mismos abandonaran el territorio.

Al respecto, el Canciller LINARES manifestó que, como consecuencia de la reiterada y sistemática conducta hostil de CUBA, su gobierno ha determinado reconocer solamente de la misión diplomática y consular de ese país, al Encargado de Negocios, a los agregados comercial y económico y al Cónsul.

LINARES expresó que la medida adoptada denota aún cierta flexibilidad de PANAMA por cuanto "muy bien pudimos haber tomado una medida final, que sería romper relaciones diplomáticas con CUBA" y reiteró que la evolución de la relación bilateral depende exclusivamente de CUBA.

LINARES negó que la actitud panameña obedeciera a presiones del gobierno norteamericano e indicó que "esta decisión que he tomado con respecto al régimen cubano es por los actos de hostilidad que se dieron en el SELA y en las conferencias de prensa del Canciller MALMIERCA en su última gira por SUDAMERICA, y no porque los EE.UU. nos la haya impuesto".

Aunque estas fricciones a nivel diplomático señalarían , paralelamente, el deterioro de la asociación comercial que durante la gestión de NORIEGA permitió a CASTRO eludir parcialmente el embargo económico impuesto por EE.UU., la información al respecto es contradictoria.

En este sentido, algunas fuentes indican que CUBA todavía utilizaría los puertos panameños para importar y exportar productos desde y hacia EE.UU.; más aún, que en la zona de libre comercio de COLON, LA HABANA ha incrementado sus actividades desde principios de 1990.

En cuanto a las relaciones con NICARAGUA cabe señalar que el 18JUN90 el ex Presidente de NICARAGUA Daniel ORTEGA viajó a LA HABANA acompañado del ex Canciller Miguel D'ESCOTO y del miembro del FSLN, Orlando GOMEZ.

Según diversas fuentes, ORTEGA se entrevistó con CASTRO en varias oportunidades durante las que se habrían analizado el proceso de las elecciones en NICARAGUA y la situación posterior, así como el futuro de la ayuda de CUBA a NICARAGUA y,

en particular, al FSLN.

En declaraciones efectuadas por ORTEGA al diario "GRANMA", aseguró que "el gobierno de Violeta BARRIOS está interesado en continuar las relaciones y la cooperación con CUBA, porque sabe que EE.UU. no le resolverá los problemas que enfrenta el país". En la reunión ORTEGA-CASTRO, se habría decidido continuar con la asistencia oficial de CUBA en materia de salud y de la construcción, en la zona de BLUEFIELDS, que fuera azotada por un huracán el año pasado.

2.5. AMERICA DEL SUR

Con respecto a las políticas desarrolladas por el régimen cubano hacia AMERICA DEL SUR, en los últimos tiempos se destaca la gira oficial que en JUN90 realizara el Canciller MALMIERCA y que comprendiera cinco países del área: VENEZUELA, GUYANA, BOLIVIA, PERU y ECUADOR.

En términos generales puede afirmarse que la gira evidenció que el interés cubano se focaliza en su incorporación a la OEA -posiblemente como un primer paso para su admisión a otros organismos regionales, tanto políticos como económicos- para lo cual buscaría el apoyo de los países de la región a fin de poder presionar conjuntamente a los EE.UU.

Como ello implica alcanzar una relación más fluida con los países del área y paralelamente restar fundamento a las acusaciones estadounidenses sobre la dureza del régimen castrista, el accionar diplomático de MALMIERCA se concentró en la búsqueda de puntos de coincidencia frente a problemáticas comunes así como en el apoyo a causas nacionales de relevancia (por ejemplo, el respaldo a BOLIVIA para la superación de su mediterraneidad), al tiempo que las referencias a la situación interna cubana se focalizaron en la intención de su gobierno de lograr una mayor democratización de sus instituciones, aunque preservando el sistema de partido único.

En esta búsqueda de posiciones afines frente a problemas similares, el Movimiento de No Alineados resultaría para CUBA el foro más adecuado para alcanzar alguna forma de integración con los países de la región, lo cual explicaría la reiterada mención de MALMIERCA a la necesidad de coordinar acciones en su seno y la importancia asignada a la reunión de este organismo en LA HABANA el 17 y 18JUL90.

Paralelamente, resulta también claro que CUBA intentaría reforzar las coincidencias políticas con alguna forma de complementación en otros ámbitos. En este sentido, el elevado desarrollo alcanzado por el régimen en el terreno de la salud constituiría una de las puntas de lanza de su ofensiva pacífica hacia el subcontinente.

Por último, resta destacar que los países visitados por el Canciller cubano no habrían sido escogidos en forma ca-

sual sino que esta elección respondería al hecho de que sus gobiernos son los que demostrarían, dentro del subcontinente, una actitud más transigente para con el régimen cubano por lo que se mostrarían más proclives a constituirse en puentes para facilitar la paulatina inserción de la Isla en el continente americano.

3. Economía

De acuerdo a datos del Banco Nacional de CUBA y a estudios elaborados en WASHINGTON por el Departamento de Estudios Económicos de la Fundación Cubano Americana, la economía cubana decreció consistentemente en los últimos años del quinquenio 1981-85, hasta llegar a la crisis de 1987, en que disminuyó en 3,8% con respecto al año anterior. Entre los factores que afectaron al proceso económico se destacan: creciente ausentismo laboral, baja productividad, condiciones climatológicas adversas que provocaron una fuerte sequía, precios bajos del azúcar, deterioro del precio del petróleo ya que CUBA reexporta el petróleo soviético, depreciación del dólar, moneda en la cual cotiza sus exportaciones, incremento de los precios de importación, contínuo déficit de moneda convertible o fuerte y ausencia de líneas de créditos internacionales.

Como se menciona precedentemente, el año 1987 fue uno de los más críticos en la historia económica de la CUBA castrista para lo cual el gobierno adoptó importantes medidas de austeridad como la disminución de las importaciones provenientes de países con moneda convertible (no socialistas). Coincidentemente se promovieron programas:

a) de promoción de exportaciones a países de moneda fuerte,

b) de incremento del turismo, y

c) de aumento de la producción de cítricos.

No obstante, los adversos factores antes mencionados continuaron presentes en 1988, en especial la carencia crónica de moneda convertible. El PBI cubano se situó en 26.984,7 millones de pesos, moneda no convertible pero que el gobierno castrista subjetivamente estima a la par del dólar.

En lo referente al comercio internacional (exportaciones e importaciones) la actividad se ha mantenido estancada entre 1987 y 1988 a un nivel aproximadamente de 13.000 millones de pesos con una tendencia a la baja en el rubro importador (7.611,5 millones de pesos en 1987 vs. 7.759,4 millones de pesos en 1988). Las importaciones en moneda convertible tan sólo representaron en 1988 la cantidad de 833,2 millones de pesos o sea el 10,9% del total de las importaciones. En esta cifra no se incluyen las importaciones las importaciones en moneda fuerte que un país productor como CUBA tuvo que hacer de azúcar (199,8 millones de pesos) y las de petróleo (15,0 millones de pesos). Es interesante observar que este nivel de importaciones en 1988 de 833,2 millones de pe-

ESTRICT

sos (US$ 833,2 millones) representa en términos de dólares de 1982, la cantidad de US$ 495 millones, por lo que las cifras actuales cubren tan sólo 55% de las importaciones de dicho año en donde el nivel de las mismas ya se encontraba reducido a tan sólo 57% de las necesidades importadoras de la economía cubana de entonces.

Es obvio, pues, que el contínuo deterioro de la liquidez en moneda convertible cubana hace imposible que se pueda garantizar una operación estable de dicha economía, así como el nivel de inversión necesario para un proceso de sustitución de importaciones y promoción de nuevos productos de exportación. Esta carencia creciente de niveles de liquidez internacional determina además una superior disminución del nivel de consumo del pueblo, el que utiliza "tarjetas de racionamiento".

En lo que respecta a la deuda externa, la misma se situó en 1988 en 6.450 millones de pesos. No obstante, lo más preocupante se observa en la variación de flujos crediticios hacia CUBA ya que en 1987 la cifra se situó en 671,8 millones de pesos y en 1988 bajó a 355,7 millones de pesos. Si a estas cifras se le deducen los intereses acumulados anuales (se hayan pagado o no), ello arroja un flujo neto positivo hacia CUBA de 160 millones de pesos en 1987 contra uno negative (mayores egresos que ingresos) de 250 millones en 1988. Tan sólo el retraso en los pagos del capital e intereses ha permitido sostener tan difícil situación financiera, la cual se agrava ante la ausencia total de nuevas líneas de crédito a mediano plazo a partir de la segunda mitad de 1988 lo que llevó al país a violar sus compromisos internacionales en 40% de su deuda a partir de fines de dicho año.

CUBA ha acumulado y continúa acumulando una importante deuda con la URSS, producto de la necesidad de financiar los desequilibrios comerciales anuales y de los créditos recibidos para el desarrollo. En 1972 la URSS prorrogó la deuda cubana acumulada con período de gracia de 13 años, para su amortización posterior en 25 años, sin acumular intereses. Los déficits de años posteriores también fueron prorrogados y se sostiene que durante la última visita de Leonid BREZNEV a CUBA la URSS condonó todos sus créditos.

Históricamente la asistencia soviética le posibilitó a CUBA subsanar las principales brechas del modelo de desarrollo económico y constituirse en una potencia militar en el marco regional latinoamericano. Asimismo, la compra de níquel y azúcar cubano a un precio prefijado, independientemente de las oscilaciones del mercado internacional así como el suministro subsidiado de petróleo junto a otros acuerdos comerciales de peso significativo, le han permitido a la Isla mantenerse pese a los bloqueos comerciales efectuados por parte de OCCIDENTE en general y los EE.UU. en particular.

En la XLV Sección del Consejo de Ayuda Mutua Económica (CAME) realizado en ENE90, CUBA se declaró contraria a que se su-

primieran los precios preferenciales que disfrutaban los países más atrasados de esa comunidad y a que se aplicaran en todos los casos los precios del mercado mundial en las relaciones entre los miembros de ese Organismo.

A raíz de ello en el Protocolo final se agregó un acápite que establece que se tendrá en cuenta las condiciones especiales de los países no europeos del CAME: CUBA, MONGOLIA y VIETNAM y se añade que el estudio para la aplicación de los precios de los pagos en divisas convertibles se establecerán en forma gradual y su determinación será mediante acuerdos bilaterales entre los países.

A P R E C I A C I O N

9004810

II. Apreciación

A pesar de que sería inapropiado suponer la inminencia de la caída del régimen cubano por analogía con lo ocurrido con regímenes similares en EUROPA ORIENTAL -ya que dicha extrapolación significaría desconocer que a diferencia de lo sucedido en EUROPA DEL ESTE, la revolución cubana tuvo una gestación marcadamente popular y nacionalista- resulta innegable que, dada la confluencia y el sesgo de los profundos cambios registrados a nivel internacional, nunca antes en la historia post revolucionaria cubana la supervivencia del régimen y de su líder Fidel CASTRO se ha visto tan amenazada.

Dicha situación exige a la dirigencia castrista la instrumentación de una serie de medidas destinadas a reforzar su posición en el frente interno a los efectos de minimizar las influencias externas. En este sentido, cobran relevancia las decisiones adoptadas durante la Sesión Extraordinaria del Comité Central del PCC y las orientaciones para la realización del IV Congreso del PCC, hecho enfatizado por CASTRO en su último discurso del 26JUL90.

En cuanto a la Sesión Extraordinaria , los cambios y designaciones efectuadas responderían al deseo de promover a personalidades más jóvenes formadas durante el régimen y totalmente consustanciadas con la ideología castrista -tal como ocurre con Roberto ROBAINA y Carlos LANGE- alejando a elementos más identificados con los cambios ocurridos en la URSS y el este europeo, como lo serían José RAMIREZ, Armando ACOSTA y Lionel SOTO, entre otros.

Paralelamente, dichos cambios marcarían la intención de la dirigencia cubana de fortalecer la posición de los sectores militares del régimen, posiblemente para contrarrestar las fuerzas centrífugas que pudieran surgir en el seno de la institución a raíz de los fusilamientos de OCHOA SANCHEZ y para fortalecer la posición de CASTRO en su línea dura.

Esta mayor injerencia de elementos castrenses se manifiesta en la designación del General Brigadier ESCALONA REGUERA -otro héroe de ANGOLA quien, en su cargo de Ministro de Justicia, fue el fiscal de OCHOA- como Jefe de la Asamblea Nacional del Poder Popular -órgano que, conforme los nuevos lineamientos, tiende a incrementar sus atribuciones- y en el nombramiento de BATISTA SANTANA al frente de los Comités de Defensa de la Revolución, red nacional permanente de vigilancia nacional cuya reorganización después de los fusilamientos de 1989 fue la medida defensiva más significativa llevada a cabo por el régimen para "acentuar la vigilancia revolucionaria" y "prever acciones antisociales". A ello habría que agregar que el Teniente General COLOMA IBARRA se convirtió en el nuevo Ministro del Interior, reemplazando al depuesto ABRAHANTES.

Por su parte, la trascendencia asignada al IV Congreso y los lineamientos impartidos para su preparación -entre los cuales se destaca la búsqueda de alguna forma de democratización interna y una mayor participación popular- podría interpretarse como una suerte de "perestroika" al estilo cubano la que, fijando claramente los límites de los cambios admitidos por el régimen -esto es, la defensa a ultranza del sistema del partido único y la adhesión al marxis-

0048101

mo leninismo- pretendería "aggiornar" al PCC respondiendo a los cuestionamientos surgidos en el seno de la población local, la cual tendería a considerarlo como envenenado por el "teque" (rollo doctrinal) y poco útil para solucionar los problemas cotidianos que afectan a la sociedad: desabastecimiento, largas colas, burocratismo, etc.

Este juego dialéctico entre políticas de endurecimiento y de apertura desarrolladas por CASTRO habría impactado tanto en los sectores disidentes internos y en el exilio como en la población en general, hecho que, de alguna manera, explicaría los pedidos de asilo registrados actualmente a las sedes diplomáticas de CHECOSLOVAQUIA, ESPAÑA e ITALIA.

De todos modos, el común denominador de los acontecimientos relacionados con sectores disidentes es la imposibilidad de determinar fehacientemente las motivaciones subyacentes al accionar de los actores involucrados.

De esta manera, resulta difícil interpretar el endurecimiento del gobierno hacia los grupos defensores de DD.HH. -dureza que el propio régimen ha publicitado, aún a costa de su desprestigio en el ámbito internacional- si dichos grupos, tal como generalmente se supone, no constituyen una amenaza seria para CASTRO, dado su escaso número y su poca influencia sobre el resto de la población.

Por otra parte, tampoco resulta clara la razón de la flexibilización de la postura de ARCOS, aunque se podría suponer que el endurecimiento del régimen sobre los sectores disidentes unido a la posibilidad de alguna forma de apertura interna lo han conducido a replantear su estrategia en relación con el gobierno, al costo de crear importantes fisuras entre los sectores anticastristas, debilitando así su accionar.

Por último, tanto los pedidos de asilo en las embajadas de CHECOSLOVAQUIA, ITALIA, ESPAÑA y SUIZA como la casi desmesurada reacción del régimen frente a los países involucrados -especialmente ESPAÑA-, incluso a costa de deteriorar significativamente las relaciones bilaterales, podrían ser el reflejo de un incremento de la efervescencia interna y de una mayor inquietud por parte de CASTRO en cuanto a su capacidad para seguir controlando la situación (más allá de que en algunos hechos hayan participado elementos afines al régimen, como se presume en el caso de los siete "asilados" que mantuvieron como rehenes a otros cinco conciudadanos y a personal de la Embajada Checa).

En el marco externo, la situación no es más alentadora. Aunque la URSS parecería dispuesta a mantener su apoyo económico a CUBA y a resistir las presiones de EE.UU. en ese sentido, las negociaciones cubano-soviéticas entabladas para analizar el quinquenio que se iniciará el año próximo revelarían que -a diferencia de lo sucedido en el pasado- los términos de la asociación no significarán un respaldo irrestricto al régimen.

Más aún, la impredictibilidad que rodea a la evolución de la situación en la URSS y la interdependencia asimétrica que une a ambos países -situación que, en última instancia, hace de la Isla una "ficha negociable" en los diálogos entre potencias- incrementan los interrogantes sobre la futura relación soviético-cubana.

Paralelamente, estas circunstancias, al alimentar las percepciones estadounidenses, conducen a la Administración BUSH a endurecer aún más su actitud frente a CASTRO, posiblemente en el entendimiento de que están dadas las condiciones para "ahogar" definitivamente al castrismo (situación que simultáneamente es utilizada por Fidel para fortalecer su posición, exhacerbando el nacionalismo de la población cubana).

Aunque el encuentro de NUEVA YORK entre funcionarios de ambos gobiernos revelaría cierta predisposición a establecer alguna forma de vinculación, lo cierto es que el Presidente BUSH ha condicionado un diálogo de mayor nivel a una flexibilización del régimen en los términos pretendidos por EE.UU., posición de la cual difícilmente se aleje.

Por último, este panorama -que se complica con la pérdida de aliados importantes en AMERICA CENTRAL, como lo eran el FSLN en NICARAGUA y NORIEGA en PANAMA- explican la necesidad de CUBA de buscar en los países sudamericanos y MEXICO alguna forma de respaldo que limite los alcances del creciente aislamiento al que se ve sometida la Isla. A ello se adicionaría la búsqueda del fortalecimiento de sus vínculos con regímenes afines como CHINA, COREA DEL NORTE y -en algún sentido- LIBIA, países que -al igual que en el caso de AMERICA DEL SUR- han sido visitados por delegaciones cubanas durante 1990.

ANEXOS

9004810

ANEXO 1

JAIME CROMBET HERNANDEZ-BAQUERO

Liberado de sus tareas como miembro del Secretariado del PARTIDO COMUNISTA y designado como Vicepresidente del Consejo de Ministros. Ex dirigente de la Unión de Jóvenes Comunistas.

LIONEL SOTO PRIETO

Liberado de sus tareas en el Secretariado del partido, fue nombrado Vicepresidente del Consejo de Ministros. En el pasado fue Embajador en MOSCU y dirigió el Departamento de Relaciones Exteriores del Comité Central del partido.

JOSE RAMON BALAGUER CABRERA

Liberado de sus tareas como miembro del Secretariado, fue designado Embajador de CUBA ante la URSS. Durante mucho tiempo fue miembro del Comité Central. Cuenta con 50 años de edad, luchó junto a CASTRO en SIERRA MAESTRA y durante la mayor parte de su carrera se ocupó de temas económicos. Reemplaza al miembro del Buró Político, Julio CAMACHO AGUILERA, quien concluyó sus funciones como Embajador en MOSCU.

ROBERTO ROBAINA GONZALEZ

Actual Primer Secretario de la Unión de Jóvenes Comunistas; fue promovido como miembro suplente del Buró Político. Es la primera vez que el Secretario de la Unión tiene simultáneamente un cargo en el Buró Político. ROBAINA de 30 años, es también miembro del Comité Central y del Consejo de Estado.

SIXTO BATISTA SANTANA

Liberado como miembro del Secretariado, fue promovido a la condición de miembro suplente del Buró Político, nombrado como coordinador nacional de los Comités de Defensa de la Revolución Cubana. Desde mediados de 1980 está a cargo del Departamento Militar del Comité Central. Fue Director de las FFAA cubanas, MINFAR (Ministro de las Fuerzas Armadas Revolucionarias).

CARLOS LAGE DAVILA

Fue el primer Secretario del Comité Nacional de la Unión de Jóvenes Comunistas de CUBA. Actualmente promovido como miembro suplente del Buró Político. Es miembro del Consejo de Estado y del Consejo de Ministros. Tiene 40 años y se ha ocupado principalmente de temas económicos.

PEDRO ROSS LEAL

Liberado como miembro del Secretariado y promovido a miembro suplente del Buró Político. Desde ENE90 está al frente de la CONFEDERACION DE TRABAJADORES CUBANOS (CTC). Reemplazó en el cargo a Roberto VEIGA MENENDEZ, quien fue liberado como miembro del Secretariado, pero retiene su puesto en el Comité Central.

ARMANDO ACOSTA CORDERO

Liberado de su cargo de coordinador nacional del Comité de Defensa de la Revolución. Permanece como miembro del Comité Central del Partido y del Consejo de Estado del gobierno.

SERGIO PEREZ ELZCANO

Fue promovido de miembro suplente del Comité Central a miembro del mismo y a miembro del Secretariado y Jefe del Departamento Militar del Comité Central.

ROBERTO VEIGA MENENDEZ

Deja el cargo de miembro del Buró Político y continúa en el Comité Central, del cual es miembro desde 1975.

JOSE RAMIREZ CRUZ

Deja el cargo de miembro del Buró Político. Continúa como miembro del Comité Central del Partido y del Consejo de Estado.

JULIO CAMACHO AGUILERA

Deja su cargo de embajador de CUBA en la URSS (reemplazado

por JOSE RAMON BALAGUER CABRERA).Es miembro del Comité Central y del Politburó.

JUAN ESCALONA REGUERA

Designado Presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular (Parlamento).Actual Ministro de Justicia y General de las FFAA de CUBA. Miembro del Comité Central del PCC.

ANEXO 2

Nombre y apellido	Cargo ocupado anteriormente	Cargo actual
JAIME CROMBET HERNANDEZ	Miembro del secretariado del PCC Ex dirigente de la Unión de Jóvenes comunistas.	Vicepresidente del Consejo de Ministros.
LIONEL SOTO	Miembro del secretariado del PCC	Vicepresidente del Consejo de Ministros.
JOSE RAMON BALAGUER	Miembro del secretariado del PCC Miembro del Comité Central.	Embajador de Cuba ante la URSS.
ROBERTO ROBAINA		Primer secretario de la Unión de Jóvenes Comunistas. Miembro suplente del Buró Político. Miembro del Comité Central.
SIXTO BATISTA SANTANA	Miembro del Secretariado. Director de las FFAA cubanas A cargo del Depto. Militar del Comité Central.	Miembro suplente del Buró Político. Coordinador Nacional de los Comités de Defensa de la Revolución (CDR).
CARLOS LAGE	Secretariodel Comité de la Unión de Jóvenes Comunistas.	Miembro suplente del Buró Político. Miembro del Consejo de Estado. Miembro del Consejo de Ministros
PEDRO ROSS	Miembro del secretariado	Miembro suplente del Buró Político. Coordinador Nacional de los CDR. A cargo de la Confederación de Trabajadores Cubanos(CTC).
SERGIO PEREZ LESCANO	Miembro suplente del Comité Central.	Miembro del Comité Central. Miembro del secretariado. Jefe del Depto. Militar del Comité Central.
ARMANDO ACOSTA	Coordinador Nacional del Comité de Defensa de la Revolución	Miembro del Comité Central del PCC. Miembro suplente del Buró Político.

9004810

26-31

Nombre y apellido	Cargo ocupado anteriormente	Cargo actual
JOSE RAMIREZ CRUZ	Miembro suplente del Buró Político.	Miembro del Comité Central del PCC.
ROBERTO VEIGA MENENDEZ	Miembro del secretariado del partido.	Miembro del Comité Central del PCC.
JUAN ESCALONA REGUERA	Ministro de Justicia y Gral. de las FFAA de Cuba.	Presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular. Miembro del Comité Central del PCC

2731

ANEXO 3

Principales Grupos de Disidencia Interna

I. Antecedentes

1. El fundador de las organizaciones disidentes de Derechos Humanos en CUBA fue Ricardo BOFILL, quien a principios de la década de los 80 fundó en LA HABANA el "Comité Cubano Pro-Derechos Humanos.

2. La entidad fue desde sus inicios un pequeño grupo de disidentes marginalizados que no tenían mayor repercusión internamente, aunque poco a poco su trabajo empezó a trascender al exterior, mediante la denuncia contra el régimen de CASTRO por las persecuciones, detenciones y, en general, la situación de los presos políticos.

3. Hace unos tres años atrás, con motivo de la revisión del caso cubano por la Comisión de Derechos Humanos de las NACIONES UNIDAS, que significó la aceptación de CUBA de que una misión de la CDH visitara la Isla para investigar las denuncias, el gobierno cubano permitió el surgimiento de diversas organisaciones de disidentes, especialmente vinculadas a los derechos humanos.

4. En efecto, antes de la visita de la Comisión de NACIONES UNIDAS, el gobierno amplió el mínimo límite de tolerancia que permite a los grupos activistas, inclusive -se estima- con miras a una posible mejoría en la relación con EE.UU. (coincidió, por ejemplo, con el ofrecimiento a EE.UU. de colaboración en la lucha contra el narcotráfico).

5. Simultáneamente con esa situación, el Comité Cubano pro Derechos Humanos sufrió -en parte por cuestiones personales entre sus dirigentes y en parte por diferencias de enfoque- la escisión de un grupo liderado por Elizardo SANCHEZ SANTA CRUZ, que se constituyó bajo la denominación de "Comité Cubano de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional".

6. También por esa fecha surgieron otras organisaciones como el "Partido Pro-Derechos Humanos", el "Movimiento Liberación", el "Grupo Apal" ("Asociación Pro Arte Libre") y otros grupos menores, inclusive algunos provinciales y locales. El Movimiento Ecopacifista resurgió también en esa época.

II. Descripción de las principales organizaciones

1. Comité Cubano Pro Derechos Humanos

Fundado por Ricardo BOFILL, quien luego estuvo en prisión varios años hasta que hace dos años se lo dejó en libertad y se exilió en MIAMI. Actualmente preside la Federación Internacional para los Derechos Humanos en CUBA.

Su objetivo podría definirse fundamentalmente como de defensa de los derechos humanos y de promover el conocimiento de la situación interna cubana en el exterior.

Presidente: Gustavo ARCOS BERGNES

Secretario General: Sebastián ARCOS BERGNES
(hermano del anterior)

Gustavo ARCOS luchó junto a Fidel en el ataque al Cuartel de MONCADA en 1953 con el que se inició la Revolución Cubana; tuvo entre otros cargos el de Embajador en BRUSELAS.

Vicepresidentes: Jesús LLANES PELLETIER, Rodolfo GONZALEZ y Oscar PEÑA MARTINEZ.

En las últimas semanas los hermanos ARCOS han sido objeto de contínuas manifestaciones hostiles frente a sus domicilios por grupos pro régimen, habiendo sufrido amenazas de diverso tipo, junto a los demás dirigentes del Comité.

2. Comisión Cubana de Derechos Humanos y Reconciliación Nacional

Presidente: Elizardo SANCHEZ SANTA CRUZ.

Este es un grupo más político que el anterior, teniendo la característica de la búsqueda de algún tipo de negociación con el gobierno para aumentar el grado de tolerancia interna y un mayor respeto de los derechos humanos. El agregado en el nombre de la frase "Reconciliación Nacional" tiene precisamente ese sentido de incitar al gobierno a una cierta apertura y no sólo de protesta. En ese sentido, el grupo expresó algunos puntos de coincidencia con el gobierno, como por ejemplo al solicitar el levantamiento del embargo ecenómico del gobierno norteamericano.

Desde noviembre pasado, Elizardo SANCHEZ SANTA CRUZ y otros dirigentes del grupo están detenidos por el gobierno acusados de difundir informaciones falsas al exterior sobre la situación interna cubana y condenados a penas entre 24 y 18 meses de prisión. En estos días, han apelado la sentencia ante el Tribunal Supremo.

3. Partido Pro Derechos Humanos

Presidente: Tania DIAZ CASTRO.

Otros dirigentes: Samuel MARTINEZ LARA, Eduardo Rubén HOYOS ORTIZ, Cecilia ROMERO ACANDA, Emérito ELIZARDO SARRACIN, Roberto CALVO LEMUS, Mario Remdio RODRIGUEZ, Alfonso GONZALEZ, Juan BETANCOURT, Horacio CASANOVA y Nelson TORRES.

El partido surgió también como un desprendimiento del grupo original de BOFILL, en este caso con la idea de formar un partido dentro del marco de la Constitución cubana que autoriza

Nº. DE
TITULO México es el mejor socio de ...
PERIODICO Vela Latina 150018
FECHA 29-8-95
VIENE MEXICO 10131
" POL 11164
GOB NAC 11302

Umberto Castillo, con "los de México"

"México es el mejor socio de Estados Unidos"

Alto, canoso, junto a su compañera y con una eterna sonrisa, pasó por Montevideo Heberto Castillo. Militante del hoy inexistente Movimiento de Liberación Nacional de México, fue apresado en los sucesos del '68. Al ser liberado, en 1971, integró el núcleo fundador del Partido Mexicano de los Trabajadores (PMT), hoy desaparecido. Ingeniero de profesión y revolucionario por vocación, Castillo es hoy integrante de la dirección del Partido por la Revolución Democrática (PRD). Dialogó con MAITE AMARGO -café de por medio- en una fría mañana de domingo. Esta es una síntesis de esa charla.

—¿Cómo es la situación actual de México en materia económico-social?

—La situación interna de México es muy similar a la que rige en otras naciones de América Latina, tal el caso de Argentina, Venezuela o Brasil. El gobierno está empeñado en desarrollar una política neoliberal. Esta política se viene dando en nuestro país desde 1981, cuando sufrimos una gran crisis debido al aumento desorbitado de las tasas de interés y al crecimiento de la Deuda Externa. México, para insertarse en el mercado internacional del petróleo, tuvo que hacer una inversión de 23.000 millones de dólares en el plazo de cinco años. Cuando subió a 34 dólares el barril de petróleo, el conjunto de los países industrializados buscó -y logró- que México entrara en la puja, al margen de los países de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Pero lo que los poderosos le prestaron al país en cinco años -para levantar su industria petrolera- México lo tuvo que pagar en dos años y medio, y todavía continúa debiendo intereses. Al llegar a esa situación, requirió créditos y debió firmar una carta de intención con los acreedores, que significó someterse a las mismas normas que ahorita están siguiendo todos los países del área. Estas pautas son: disminución del gasto público, menor participación del Estado en la economía, disminución de la inversión pública, privatización de empresas públicas, control de salarios, altas tasas de interés interno y puertas abiertas al mercado internacional.

—¿Qué costo social tiene esa política?

—Esto que se practica desde 1981 se paga a costa del deterioro de las instalaciones e infraestructuras. ¿Y entonces con qué nos encontramos? Hospitales sin medicamentos, escuelas abandonadas, carreteras descuidadas, instalaciones portuarias maltrechas. Por otra parte, usted se encuentra con instalaciones petrolíferas en mal estado que conducen a accidentes, como el del pozo *Ixtoc* -que contaminó todo el Golfo de México- o el de San Juan Ixhuatepec, en donde se produjo una explosión que acabó con todo un pueblo.

El mejor socio

Luego de conocido el plan "Iniciativa para las Américas" propugnado por el presidente estadounidense George Bush el pasado 27 de julio, se mencionó a México como un país ejemplo en el trato "país a país"; ¿qué opina al respecto?

—México ha quedado atrapado por las condiciones que le imponen. Incluso le ofreció al gobierno de Argentina -hace de esto algunos años- una transferencia de 100 millones de dólares para que pudiera pagar a tiempo sus compromisos. ¡Fíjese!, un país endeudado le transfiere a otro 100 millones para que cumpla un tributo imperial a tiempo. México es un socio que le abre las puertas de América Latina a Estados Unidos.

México importa desde 1982 su alimento diario: los granos. Los famosos tacos mexicanos, ahorita se hacen con maíz importado desde Estados Unidos, por la sencilla razón de que en aquel país la producción está subsidiada. México está atrapado porque cada año entrega 500 millones de barriles de petróleo -de los 1.500 que produce- al imperio. Para darle una idea, con esos 500 millones de barriles cualquier país del mundo, con 100 millones de habitantes, tiene aseguradas sus necesidades energéticas. Pero esto es analizado de una forma bastante cínica por el Presidente de México, licenciado Carlos Salinas de Gortari. El ha inventado una nueva forma de medir la economía. El razona de la siguiente manera: "vamos a contar el dinero que entra y el que sale, sin contar la Deuda Externa". De acuerdo con esto, Salinas concluye que en México hay superávit.

El fraude electoral

¿Qué sucedió en los comicios?

—Con las mayorías se puede decidir cualquier cosa. Nosotros (el PRD) ganamos las elecciones. Las actas de los comicios no fueron entregadas. Nos dieron unas supuestas copias pero nosotros les decíamos: *"No, no, queremos las buenas, las verdaderas, las que están en los paquetes"*. Como no las entregaron, organizamos marchas en las cuales participó toda la oposición para poder abrir las urnas con los votos. "Las tropas que custodiaban los paquetes impidieron que se demostrara la verdad.

CASTILLO: "Con las mayorías se puede decidir cualquier cosa"

—¿Cómo califica usted el hecho?

—Fue el fraude más grande que se ha dado en la historia de México. En el Distrito Federal (la ciudad capital, *N. de R.*) ganamos, y ellos, los del Partido Revolucionario Institucional (PRI) jamás lo reconocieron. Existió el caso de un pueblo en la sierra, con 100 habitantes, en el cual hubo 200 votos a favor del PRI; así de escandaloso. Además, el sistema de partidos en México tiene trampas, porque el partido ganador -así tenga solamente un voto más que los demás tiene derecho al 51 por ciento de las bancas. De todas formas, los integrantes del PRI saben que hemos roto el monopolio que ellos tenían; el pueblo también lo sabe. Si el Partido de Acción Nacional (PAN) -tercer partido, de orientación derechista- hubiese sido consecuente en la oposición *junto a nosotros, apoyando nuestro reclamo de "Cuauhtémoc* (Cárdenas) *fue el ganador"*, todo hubiera cambiado, pero no se atrevieron.

El partido

En el Partido por la Revolución Democrática existen tendencias. La más discrepante con el conjunto es una corriente que proviene del PRI, que tiene incluso ciertas reservas anticomunistas. Es minoritaria y tiene poca fuerza en la movilización de masas. Realizando un análisis retrospectivo, le diría que las corrientes que dieron vida al partido ya no existen. Yo provengo del PMT, pero el núcleo dirigente ya no existe como tal. Algunos de mis compañeros del PMT incluso han abandonado la actividad política. El sector que provenía del PMS (comunista) tampoco existe en la actualidad. Pero en realidad ahora tenemos unidad de criterios, hay visiones conjuntas. La gente de la Asociación Cívica Nacional Revolucionaria (ACNR) es gente muy valiosa. Nuestra línea creó que se ajusta a los esquemas marxistas tales como la dictadura del proletariado, etcétera. Yo diría que somos mucho más maduros y dejó algunas opciones de guerrilla, toda la izquierda mexicana, prácticamente, abandonó ese camino.

—Heberto, ¿hay represión en México?

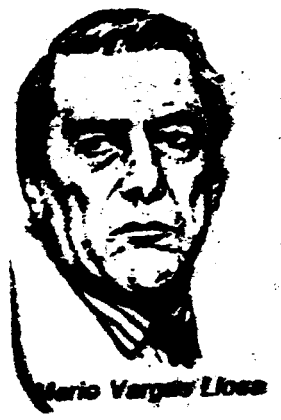
—Desde la creación del partido hasta ahora, han asesinado a 60 compañeros; ¿debo esperar algo más? Logramos organizar marchas con varias decenas de miles de personas para detener ese intento de amedrentamiento, pero tenemos claro que la muerte puede sorprendernos en cualquier momento. Es un riesgo de la militancia.

Entrevista de
Sergio Márquez

01 · 01

Nº. DOC.
TITULO VARGAS LLOSA HUYE DE MEXICO
PROC. Sucesos Mexico 150027
FECHA 3-9-9?
VINCULO
Mexico 10131
F. POL. 11164
RRII 1399

Criticado, huye Vargas Llosa de México


Mario Vargas Llosa

México (UPI, Reuter) — En forma intempestiva, el escritor y ex candidato presidencial peruano Mario Vargas Llosa salió de México luego de provocar una oleada de reacciones entre intelectuales y políticos por su afirmación de que en México existe una "dictadura perfecta".

Según la primera plana del diario "Uno más Uno", "Vargas Llosa abandonó el continente «El siglo XX, la era peruana de la libertad», el fin de semana, mientras que era calificado por intelectuales mexicanos como un crudo de derecha que merecía ser derrotado como lo fue en las elecciones para la presidencia de su país".

• Dictadura

El viernes, ante una cámara de televisión, antes del encuentro, Mario Vargas Llosa había considerado que "México es una dictadura perfecta", lo cual inmediatamente hizo que se cancelara la mesa de discusión en que participaba el escritor "para no dejarlo hablar más", según señaló el diario "La Jornada". "En ella asumen la instrumentación del PRI" (partido gubernamental) dijo el escritor y periodista mexicano, Roberto Campbell.

9004812 X

RECORTO
TEMA PRESIDENTE MEXICANO INTENTA DEMOCRATIZAR AL OFICIALISMO
PROCEDENCIA EL DIA 150005
FECHA 30-8-90
VIA UBICACION MEXICO 10131
F POL 11164
P. POL. 11304

Presidente mexicano intenta democratizar al oficialismo

EL DÍA 30-8-90

MEXICO DF. (Reuter). — El presidente Carlos Salinas enfrentará este fin de semana una dura prueba política, cuando buscará aplicar reformas al Partido Revolucionario Institucional (PRI) en una prometida democratización de la agrupación que gobierna México desde hace seis décadas.

La asamblea anual de tres días del PRI, que será inaugurada el sábado por Salinas, ha sido vista en ocasiones anteriores como una mera representación, donde las decisiones importantes son tomadas de antemano y ratificadas con aclamaciones prefabricadas de miles de delegados.

Pero desde que Salinas asumió en diciembre de 1988, él, sus simpatizantes y muchos analistas políticos mexicanos han dicho que el PRI debe convertirse en un verdadero partido político, basado en una democracia interna.

En marzo, en una ceremonia por el 61 aniversario del partido, Salinas esbozó reformas democráticas que han despertado inusitado interés por lo que sucederá en la próxima asamblea, a la cual asistirán unos 8.000 delegados.

Las reformas incluyen el debate abierto y elección de candidatos locales, que anteriormente se designaban a puertas cerradas, así como la apertura de la contabilidad del partido.

Algunos críticos han denunciado reiteradamente la utilización de fondos del gobierno para subsidiar actividades del PRI, especialmente en sus campañas proselitistas.

9004813

Nº ECLUSA
TITULO "Problemas económicos"
PROC. La Nación 15-11-25
FECHA 30-8-90
VIDEO CUBA 65641
FECO 11161
POLECO 11392
Sector Energético 11404

Problemas en Cuba

LA HABANA, 29 (Reuter). – Cuba, cada vez agobiada de cada día más por la escasez de los cortes de petróleo soviético con alza, y el aumento de los precios del crudo por la crisis del Golfo Pérsico, anunció hoy drásticas restricciones en el consumo de combustible y medidas de ahorro de energía.

En una serie de reportes divulgados en el diario oficial Granma, el gobierno comunista explicó la puesta en marcha de una severa reducción de puestos controlados por aquella política y dijo que interrumpirá la producción en una de las tres plantas de refinería del país.

Las medidas incluyen una más drástica reducción hasta el momento por las autoridades para conservar la escasa porción de las divisas del extranjero. Cuba, el principal aliado político y socio comercial de Cuba.

9004814 X

Nº. DOCUMENTO
TITULO CRISIS ECONOMICA. RESTRICCIONES EN EL COMBUSTIBLE
PROCEDENCIA Cuba 15cc05
FECHA 28-8-90
VINCULACION CUBA 65641
FEco. 11161
Pol Eco. 11307.
Comun y Transp. 11411

Cuba hace frente a la crisis con bicicletas

EL
28-8-90

LA HABANA, (Novosti). — Las autoridades cubanas están negociando la posibilidad de comprar urgentemente 250 mil bicicletas de fabricación china. Se trata de una de las medidas que se trazan en esta capital para poder superar una probable crisis petrolífera debida a la creciente tensión en el Golfo Pérsico.

Aunque este país se abastece de petróleo soviético, sus autoridades se ven preocupadas por un posible encarecimiento de este combustible, ya que URSS anunció el paso a los pagos mutuos en divisa convertible a partir del 1º de enero de 1991 en toda clase de transacciones con Cuba.

Se supone que en fechas próximas se reducirán en Cuba en el 50 por ciento las cuotas para la gasolina, medida que se extenderá a la población y organizaciones estatales. Se establecen límites para el movimiento de cargas por el transporte automovilístico la distancia máxima será de 172 kilómetros. Todos los demás movimientos deberán ser realizados por los ferrocarriles. El cumplimiento de esta disposición lo van a controlar 250 inspectores.

En lo que respecta a las biciletas, el derecho de utilizarlas lo tendrán, principalmente, los obreros y empleados residentes a más de 12 kilómetros de sus puestos de trabajo.

9004815

Nº. DOCU
TITULO
PROCE
FECH
VINCUL

Cuba 15a24
Clarin 30-8-90
CUBA 6561

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 30 de agosto de 1990

Racionan la nafta en Cuba

LA HABANA, 29 (Reuter). — Ante una merma de casi dos millones de toneladas de los envíos de petróleo soviéticos este año y el aumento de los precios del crudo por la crisis del golfo Pérsico, Cuba anunció hoy drásticas restricciones en el consumo de combustible y medidas de ahorro de energía.

En una serie de recortes anunciados en el diario oficial Granma, el gobierno comunista suspendió la puesta en marcha de una nueva refinería de petróleo construida con ayuda soviética y agregó que interrumpirá la producción en una de las tres plantas de níquel del país.

Las medidas fueron las más duras introducidas hasta el momento por las autoridades para contrarrestar la creciente perturbación en las líneas de suministro desde la Unión Soviética, principal aliado político y socio comercial de Cuba.

Granma añadió que el país se dirigía a un "período especial en época de paz", terminología del gobierno para describir una situación de asedio económico: "Hay que estar preparados para ello".

Incluso exhortó a los agricultores cubanos a aumentar el empleo de animales de tiro en vez de vehículos.

La distribución diaria del combustible diésel y la gasolina para las empresas estatales será restringida inmediatamente. La distribuida al sector estatal por medio de cupones será reducida el 50 por ciento durante el resto del año, dijo el anuncio.

000515

PROCESO: Cartas Exposición
FECHA: 5-8-90
VIA: Cable 65671
E.Pol 11164
E.Pol. 11304

5,8,90 A2 MICHADO

FICHAJE

SE MULTIPLICAN LOS MOVIMIENTOS DE OPOSICION AL REGIMEN CUBANO

Los enemigos de Castro

El jueves 26 de julio, aniversario del asalto al cuartel de Moncada, transcurrió en la isla con una veintena de disidentes refugiados en embajadas. Nada tan poco deseable para el régimen de Fidel Castro que, en una fecha en que comenzó a gestarse la revolución cubana, unos cuantos "individuos indeseables" saltaran las verjas de las residencias diplomáticas y alertaran al mundo sobre las condiciones a que son sometidos, según se desprende de algunas de sus declaraciones.

Esa misma noche del 26 de julio, Fidel Castro desafió al gobierno norteamericano "a llevarse a todos los cubanos que quieran irse", memorando el episodio de los "marielitos".

Sólo Fidel Castro sabe lo que piensa Fidel Castro. Pero algunas de sus actitudes públicas dejan entrever que la situación de los refugiados en las embajadas no es el caso de los "marielitos". Estos fueron "lúmpenes" a quienes el dirigente cubano deseaba sacarse de encima y fueron a engrosar un cúmulo de dificultades para James Carter.

Los disidentes de ahora pertenecen a una clase intelectual que ha venido sosteniendo a varios grupos de oposición larvada, en torno de la cual —según se afirma— resulta sumar descontento social y político por lo que el régimen ha comenzado a involucionar luego de dos décadas de beneficios "revolucionarios" en el área social, de salud y educación.

Fidel sabe que los "subsidios revolucionarios" se están agotando en virtud del colapso de los sistemas estatizadores del Este europeo y de la misma situación de fluido cambio en la Unión Soviética. Perestroika es una palabra que no entra en su vocabulario.

Todavía no se perciben señales de que el régimen esté a punto de un colapso —señal de ello es el poder convocante que todavía mantiene Fidel Castro con su pueblo—, y tampoco se ha permitido que nada que se asemeje a una oposición política viable muestre su rostro, en público por lo menos.

Sin embargo, deserciones —como por ejemplo la de Arturo Sandoval, trompetista de jazz de renombre internacional y que gozaba de grandes privilegios en Cuba— y los ingresos en las embajadas extranjeras (en momentos en que la economía cubana continúa deteriorándose) son una prueba del creciente descontento de una gran mayoría de los diez millones de cubanos. En respuesta a todo esto, Castro ha mostrado su determinación para mantener vigilado el sistema.

Castro sigue insistiendo en que es posible reformar el sistema cubano pero en forma superficial, nunca sustancial. Le dijo "no" a cualquier programa de reforma económica al estilo de la "perestroika", y prohibió toda discusión sobre la existencia de otro partido político que no fuera el comunista. Se lo dijo, en diciembre pasado, a Mijail Gorbachov.

En su búnker, y en la soledad alterada solo por la presencia de algunos de sus más íntimos colaboradores, Castro sigue sosteniendo que es imposible que Cuba dé vuelta a una página terrible de la historia: los ejemplos de Polonia y Checoslovaquia, por ejemplo, le erizan la piel. La remodelación de la política del mundo lo deje inmutable, aunque tenga que hacer frente, sólo él, a la feroz embestida que ha cometiendo al marxismo-leninismo más ortodoxo.

Con el convencimiento de un apóstol, Castro ha dicho que Cuba continuará su marcha revolucionaria de acuerdo con los preceptos que lo llevaron de guerrillero a jefe de Estado.

Es por ello que las distintas corrientes de oposición (o disidencia) aparecen más que disimuladas, aunque existen (ver recuadro aparte). Son ellos, como lo fue en su momento el general Arnaldo Ochoa —luego fusilado por autoconfesado narcotráfico— quienes podrían ofrecer otro horizonte para Cuba. Ochoa, entre sus íntimos, había dicho que el rostro humano del socialismo es saber cuando es el momento de cambiar.

Como Ochoa, muchos cubanos transitan una zona donde se juntan voces de disconformidad frente a hechos puntuales y no a la Revolución como un todo, tal como la concibe Castro.

No todos los cubanos cuestionan al régimen sino a su conductor. Edgardo Llompart, dirigente del Grupo Cubano pro amnistía, ha dicho: "Fidel Castro es marxista leninista confeso, pero sabe que la frontera que separa a la fantasía de la realidad, cuando de poder se trata, es nítida y clara". Y observó como todo disidente que "esto no quiere decir de ninguna manera que, de surgir otros horizontes, los herederos de los «románticos» barbados de los finales de los cincuenta intenten procurarse un lugar bajo el sol (como sea) de la mano de quien hasta ahora les ha ofrecido un manto protector, aun cuando se vean en la obligación de alterar formas y maneras".

En otras palabras, Llompart está alertando sobre el debate que se está llevando a cabo en el Comité Central, donde algunos influyentes miembros del "staff" han comenzado a preguntarse (en voz baja) si no ha llegado el momento de modificar algunos preceptos revolucionarios para adecuarlos a los tiempos modernos.

La pregunta es, ¿cómo y cuándo? El sucesor designado por Fidel Castro es su hermano Raúl, el ministro de Defensa, un gris "apparatchik" cuyas posibilidades de sobrevivencia son muy escasas. ¿Estaría en condiciones de mantener la cohesión de un régimen basado en el culto a la personalidad? Le falta la estatura de Fidel.

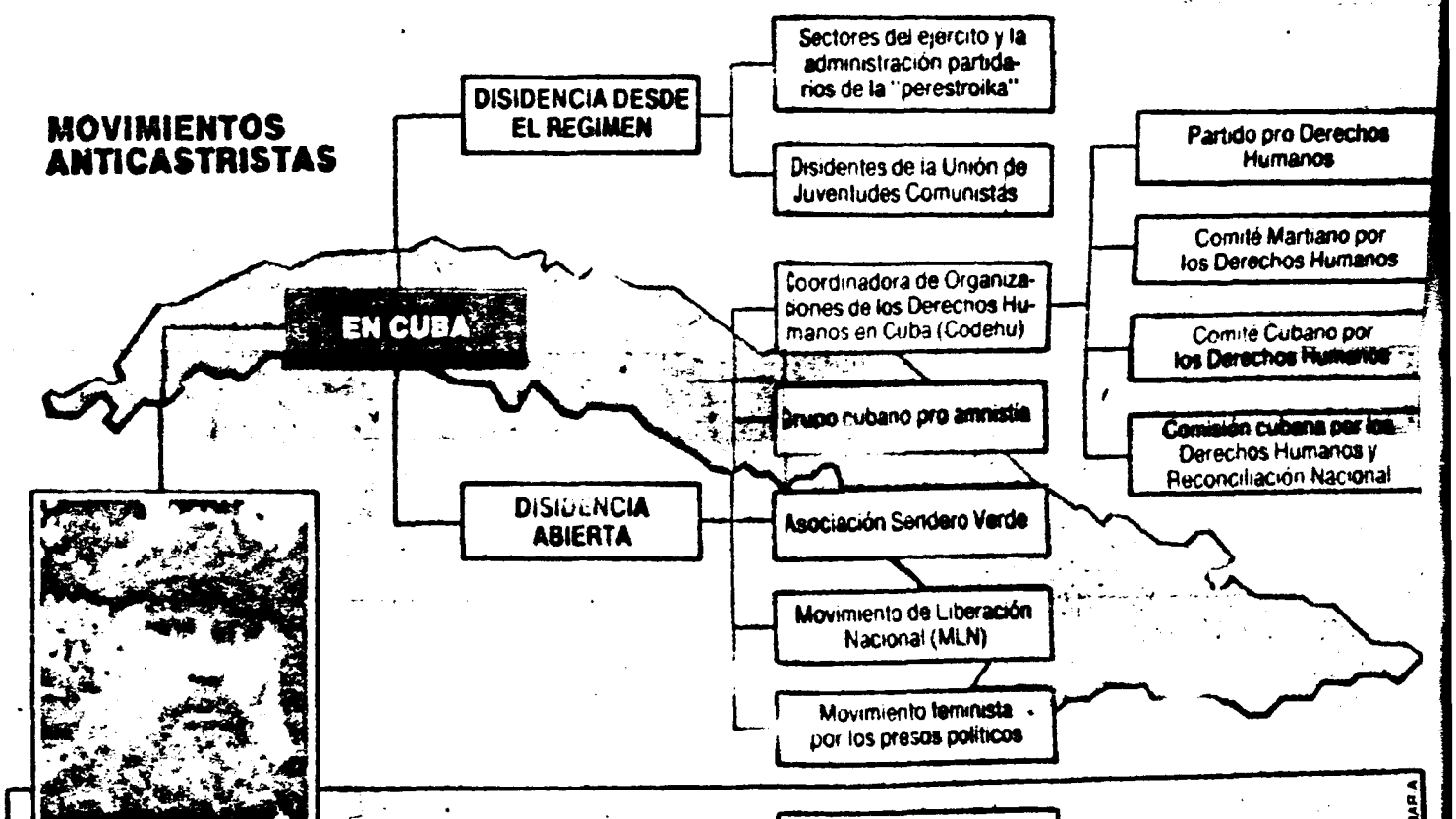
El régimen tambalea también por otro lado. Los servicios secretos militares de Moscú se han infiltrado convenientemente en el ejército cubano de la misma manera que los servicios secretos de Cuba están infiltrados por la KGB. Eso reduce la factibilidad de complot. Ahora bien, ¿se está convirtiendo esa infiltración soviética en un motivo de preocupación para Fidel Castro, en vez de ser una fuente de seguridad?

[illegible] a la tenacidad con que son perseguidos y encarcelados los disidentes y los opositores, es difícil cuantificar el grado de evolución de los movimientos anticastristas, aunque no sean necesariamente antirrevolucionarios. Y la ola crecerá a medida que el tiempo continúe develando la crisis estructural de la economía cubana: los abundantes subsidios de la Unión Soviética (a través de contratos entre ambos estados) vencen a fines de este año y de allí en más el comercio deberá realizarse entre empresas, hecho para lo cual Cuba no está preparada. Si esos subsidios llegaran a concluir, la isla debería prepararse para afrontar una "economía de guerra". Los logros sociales de la revolución podrían llegar a paralizarse frente a una población que, acicateada por la publicidad directa o indirecta, se está enterando (al mismo tiempo que exige) de que en los países centrales la producción conlleva bienestar y seguridad al mismo tiempo.

Fidel Castro lo sabe y está tratando de manejar la situación con mucha cautela. El Muro de Berlín cubano sigue intacto, pero ya han comenzado a saltarlo algunas pocas decenas de opositores. Si cayera, Fidel se vería enfrentado posiblemente a otra ola de "marielitos". Aunque ahora no serían "lúmpenes" sino componentes de la clase intelectual y técnica, producto precisamente de una revolución que, tras su fuerza inicial, declinó al no poder adaptarse a los cambios operados en el mundo socialista. Ese eclipse se debió (y aún continúa) por la obcecada intransigencia de un hombre que no supo percibir la diferencia entre guerrillero y revolucionario. O no quiso hacerlo.

Mario Shilman

Copyright Clarín, 1990



14 FORMAS DE OPOSICION

SECTORES DEL EJERCITO Y LA ADMINISTRACION. En los últimos meses ha aumentado el número de militares y cargos de la administración que no disimulan sus simpatías por las reformas de Gorbachov y que mantienen contactos con el Este.

DISIDENTES DE LA UNION DE JUVENTUDES COMUNISTAS. Jorge Quintana y Carlos Ortega son dos de los dirigentes de un grupo de miembros de las UJC que han expresado públicamente críticas al castrismo y han sufrido represalias por ello.

CODEHU. La Coordinadora de Organizaciones por los Derechos Humanos, fundada el 18 de marzo de 1989, agrupa a las cuatro organizaciones anticastristas más activas. Dirigida por Gustavo Arcos, en los últimos meses mantiene contactos con los movimientos democráticos de Europa del Este.

PARTIDO PRO DERECHOS HUMANOS. Tiene militantes en las 14 provincias cubanas. Aspira a seguir el modelo partidista tradicional. Está presidido por el doctor Samuel Martínez Lara, condenado a un año de prisión por haberse manifestado a favor de la "perestroika" durante la estancia de Gorbachov en Cuba.

COMITE MARTIANO POR LOS DERECHOS HUMANOS. Formado por cuadros escogidos de intelectuales y universitarios. Está dirigido por Huberto Jerez y Sergio Rey.

COMITE CUBANO POR LOS DERECHOS HUMANOS. Movimiento pionero en el que militó Ricardo Bofill. Su líder es ahora Gustavo Arcos Bergnes, que dirige también la Coordinadora.

COMISION PRO DERECHOS HUMANOS Y RECONCILIACION. De orientación socialdemócrata, es impulsada por la Internacional Socialista, especialmente por Carlos Andrés Pérez (presidente de Venezuela) y por el senador Edward Kennedy, del Partido Demócrata de los EE. UU. Su líder es el profesor Elizardo Sánchez, actualmente en prisión por sus declaraciones sobre el proceso Ochoa.

GRUPO CUBANO PRO AMNISTIA. Propugna la libertad de los presos políticos, pero de momento sus dirigentes Arturo Muntané, Elgardo Llompart y Esteban González han pasado a ser a su vez presos políticos.

ASOCIACION SENDERO VERDE. Fundada en 1935 por anarquistas [illegible], ha sido perseguida por el castrismo por sus posiciones pacifistas y ecologistas. Orlando Polo ha sido detenido en numerosas ocasiones como líder de este movimiento.

MOVIMIENTO DE LIBERACION NACIONAL (MLN). Centenares de laicos que organizaron un movimiento opositor al régimen. No reciben apoyo oficial de la Iglesia Católica Cubana.

MOVIMIENTO FEMINISTA POR LOS PRESOS POLITICOS. Su fundadora, Rita Fleites, pretende emular al movimiento argentino de las Madres de la Plaza de Mayo.

FUNDACION AMERICO CUBANA. Cuenta con todo el apoyo de la administración Bush y representa al poderoso grupo de presión cubano en los EE. UU. Su presidente, el multimillonario Juan Más Cenosa, es favorito de Washington para sustituir a Castro. Sin embargo, carece de apoyo en la isla, donde se lo tacha de anexionista.

REPRESENTANTES EN MIAMI. Los más conocidos son Ricardo Bofill, del Comité Cubano pro Derechos Humanos, Ramón Cernuda, representante de la CODEHU, y Ariel Hidalgo, vinculado al grupo de Gustavo Arcos.

GRUPOS DE COMBATIENTES ANTICASTRISTAS. Dirección autónoma de exiliados que representa el ala más radical del anticastrismo. Algunos siguen entrenamiento militar en Florida.

OSVALDO DEMARCA

90048 16

Nº. DOCU
TITULO LA OPOSICION EN CUBA
PROCE La Prensa 15c026
FECH 5-9-90
VINCUL CUBA 6541
Pol. 11164

La oposición en Cuba

El desmoronamiento de la monolítica maquinaria comunista, más rápida o más lenta según los casos, aunque al parecer irreversible en todos ellos, ha afectado a casi todas las naciones que padecían ese sistema político. Entre las muy contadas excepciones a este proceso colectivo podría contarse Cuba, cuyo dictador, en sus maratónicas arengas, ha venido jactándose de su impermeabilidad a todo cambio de tipo ideológico y de su fidelidad a los rígidos dogmas del marxismo leninista.

Ello no quiere decir, sin embargo, que no haya existido, ni exista actualmente una decidida oposición contra el régimen que, a lo largo de más de tres décadas empobreció la isla y esclavizó a sus habitantes. Prueba de esto lo dan, por una parte, el sinnúmero de presos políticos existente en sus mazmorras, y la legión de exiliados, que prefirieron las incertidumbres de un azaroso destierro, al sometimiento que se les pretendía imponer. Pero además de estas formas pasivas de resistencia a la opresión, se han gestado otras que, al mejor estilo de los otrora "disidentes" de la Unión Soviética y de la Europa oriental, conspiran secretamente con vistas al derrocamiento del castrismo.

Así, se ha formado en la clandestinidad —ya que, como es notorio, su actuación ostensible no está permitida en una sociedad totalitaria— una agrupación denominada "partido democrático cubano", cuyo propósito manifiesto es combatir contra el castrismo, y restaurar las conculcadas libertades públicas en el territorio isleño. Si bien la acción persecutoria e intimidatoria del aparato represivo castrista [illegible] pudo acallar las voces opositoras, éstas generalmente no lograron encuadrarse —salvo muy contadas ocasiones— en movimientos bien organizados y en estructuras claramente definidas.

La creación de este partido opositor, demuestra dos cosas altamente significativas. Una, que los adversarios del sistema siguen activos en su lucha contra él. Otra, y acaso la más importante, es que han podido agruparse en un grupo coherentemente estructurado, con objetivos concretos y precisos. Aunque todavía se ignora su fuerza, el solo hecho de que se hubiera decidido a impulsar la lucha contra la dictadura, hace pensar que, más pronto o más tarde, Cuba dejará de ser una excepción en el hundimiento colectivo del comunismo estalinista, que se viene registrando en casi todo el mundo.

9004817

Cuba y los refugiados: una crisis de prestigio

...se está ...cando el tiempo de la historia

La nueva crisis de los refugiados cubanos no ha tenido tanta espectacularidad como la recordada "crisis de los misiles" de 1962, pero en cambio, de seguro, contribuirá tanto o más que aquella a disminuir el ya bastante magro prestigio de la revolución castrista en el mundo. El episodio (todavía no enteramente definido al escribirse estas líneas) involucra una violación del derecho de asilo, que fue flagrante, y un ejemplo de cómo la mentalidad de estado de sitio que aqueja al líder máximo puede terminar por costarle a Cuba más caro que lo que él mismo pudo prever.

En forma subsidiaria, la crisis permite comprobar de qué manera los mecanismos propagandísticos y de gobierno de la isla siguen funcionando por coordenadas que en otras partes del mundo, incluso socialista, se creían desterradas desde la época de Stalin.

CUBA DANDO LA NOTA

Ya había algunos —pocos— refugiados en la Embajada española de La Habana cuando un joven intentó asilarse escalando el muro de la misma. Como era perseguido por la policía, gritó pidiendo auxilio. Los policías se introdujeron en el jardín de la residencia (violación territorial de España, técnicamente) y después de forcejear con el joven y mantener un incidente con personal de la Embajada, se llevaron detenido a quien buscaba asilo (violación del derecho de asilo). Del joven nunca se volvió a saber, a pesar de las excusas presentadas a España. A partir de allí, los acontecimientos se precipitaron, con otros episodios vinculados a un par de grupos de refugiados en la sede diplomática de la República Checa y Eslovaca, primero siete de ellos y luego otros cinco (con quienes los primeros declararon no tener ninguna vinculación). Los confusos sucesos contribuyeron a enrarecer más aún las relaciones entre Praga y La Habana, que están en tensión desde por lo menos unos meses atrás, cuando Cuba expulsó a un corresponsal checo por haber publicado éste información "contrarrevolucionaria", esto es desagradable para el paladar oficial cubano.

Mientras tanto, la Cancillería cubana emitía una nota comentando declaraciones del Ministro de Relaciones Exteriores español, Manuel Fernández Ordóñez sobre el episodio ocurrido en la Embajada. La nota cubana encrespó aún más las aguas, dado que estaba redactada en términos inconcebibles desde el punto de vista diplomático, incluyendo inferencias personales con respecto al Ministro peninsular. El asombro mundial fue mayor aún al tomarse en cuenta que España ha sido (y es) desde hace muchos años un país que mantiene excelentes relaciones, sobre todo comerciales, con la isla, habiendo contribuido decisivamente a romper el aislamiento relativo que la aqueja. Si Castro y su Canciller se propusieron perder a uno de sus principales respaldos en el mundo occidental, no podrían haber actuado de mejor manera. Una de las reacciones previsibles del gobierno español fue congelar toda forma de ayuda a la isla hasta tanto no se solucione la cuestión de los refugiados.

CASTIGOS EJEMPLARIZANTES

El torpe proceder de La Habana en la cuestión no terminó allí (Fidel Castro siempre da sorpresas). En medio de esta crisis que ponía otra vez a la isla en las primeras planas de los diarios del mundo, Castro siguió alimentando la propia hoguera en que se consume su imagen internacional. Con gran destaque, el diario oficialista (y órgano del Partido Comunista cubano) *Granma* publicó la noticia de las durísimas condenas (mínimo: 15 años) aplicadas a un grupo de once jóvenes activistas de la "Asociación Juvenil Pro Derechos Humanos en Cuba", bajo acusaciones que suenan bastante conocidas: "terrorismo", "rebelión", "posesión ilegal de armas y explosivos" y planes para dinamitar edificios públicos de La Habana. Como hecho agravante se mencionó en la acusación que estos jóvenes estaban vinculados con el Partido de los Derechos Humanos de Cuba (PPDC), de los que serían su "brazo armado". Pero además —significativamente— se dijo también que el grupo

Confesión pública: "disidente" acusa a gobiernos occidentales

pensaba "asilarse en alguna Embajada occidental" y salir así de Cuba. Es evidente que la gran publicidad dada a estas condenas tuvo la intención de desalentar a los disidentes cubanos a buscar asilo en las representaciones diplomáticas extranjeras. La posición oficial cubana es la de que quienes quieran salir de la isla formulen su pedido de emigración por los carriles que el gobierno tiene previsto para ello. Frente a lo ocurrido con los activistas pro-derechos humanos, es comprensible que no muchos cubanos estén dispuestos a correr el riesgo...

Castro ha dicho, por cierto, que quien quiera irse y sea recibido por algún país europeo podrá hacerlo. Si esto es así, la política cubana en la materia ha cambiado. Lo que solía ocurrir en estos casos era que quien se presentara pidiendo papeles para salir de Cuba perdía automáticamente trabajo, tarjeta de racionamiento y demás derechos, mientras su visa de salida tenía un trámite de duración indefinida, meses o años. El aspirante a irse de la isla, convertido en un marginal por el gobierno, podría ser luego eventualmente detenido y acusado de delitos tales como vagancia, carencia de hábitos de trabajo, "antisocialidad" y cargos similares (una copia de los viejos cargos de *hooliganism* habituales en la URSS de hace unos años para lidiar con elementos molestos).

LOS "JUICIOS-ESPECTACULO" INFALTABLES

Pero la ofensiva desatada por el gobierno cubano a propósito de la crisis tampoco terminó allí. Faltaba el *morceau de résistence* y vino por un lado que quizá agradar al gobierno cubano: la confesión pública.

El gobierno había mantenido ocultos todos los detalles de la crisis diplomática con España y Checoslovaquia a su público (la información sigue siendo cuidadosamente controlada por el gobierno de La Habana). Sorpresivamente, en la televisión oficial aparecieron cinco "disidentes", algunos de los cuales estaban cumpliendo penas por actos contra el Estado, y otros que habían participado en el grupo que pidió asilo en la Embajada checa. Fueron entrevistados por tres periodistas, pero el programa no se emitió en vivo (los cortes así lo evidenciaron). En esta presentación editada para el público, los disidentes dijeron —respondiendo a las preguntas que se les formulaban— que todo el problema de los asilados no había sido más que *"una conspiración"* concebida y llevada a cabo por los gobiernos de Estados Unidos —país que no podía quedar al margen de acusaciones cubanas— la República Checa y Eslovaca, la República Federal de Alemania y el Canadá para *"desacreditar a la revolución cubana a nivel nacional e internacional"*. Los declarantes señalaron varios nombres de diplomáticos: Lázaro Cabrera, de la "Asociación Pro Arte Libre", involucró a un norteamericano y Tania Díaz, otra de las declarantes, a un alemán de la embajada de la RFA en La Habana. Por las dudas, Díaz agregó que su propia presencia en televisión y sus declaraciones, tan útiles al gobierno cubano, no obedecían para nada a un acuerdo con las autoridades para salir de prisión ...

No hubo muchos adquirentes para esta versión de personas con interés en hacer méritos ante el gobierno. Entre los observadores se extendió de inmediato el convencimiento de que las *"confesiones"* fueron la forma elegida por La Habana para dar a conocer —indirectamente— su posición en el caso, aunque otros consideraron que se podía haber recurrido a instrumentos más creíbles que este tipo de testimonios. Algunos recordaron que Castro muestra predilección por los "juicios públicos" y las "confesiones" por lo menos desde 1959 y que los juicios de exhibición a semejanza de los ocurridos en Moscú (1936-38) y otros países del Este Europeo (1948-51) tuvieron un vivo renacimiento el año pasado, en oportunidad de las condenas a muerte de varios Héroes de la Revolución involucrados en narcotráfico a gran escala.

Por supuesto que esta nueva historia de la gran conspiración sólo logró irritar a otros gobiernos occidentales si bien no amigos, normalmente vinculados —sobre todo en materia comercial a Cuba (Canadá, la RFA). En sendas y breves declaraciones, la RFA y EE.UU. negaron toda vinculación con los episodios. La idea de la conspiración parece particularmente infeliz de mencionar en conexión con gobiernos como el germano, ocupado hoy en temas algo más importantes que la supervivencia del castrismo en la isla.

¿UNA CRISIS AUTOPROVOCADA?

El manejo de la crisis evidencia otro tipo de problemas de la dirigencia cubana, extremadamente dependiente de los impulsos personales de Castro. Este es un caso en que el líder ha actuado en perjuicio directo de sus propios intereses, precisamente en momentos en que Cuba vive su situación más delicada a nivel internacional, a raíz de la caída de los regímenes comunistas europeos y los problemas internos que padece la URSS, su único patrocinador importante por el momento, que acaba —además— de reducir su ayuda a la isla.

España ha promovido a nivel de la CEE la congelación de toda ayuda a Cuba hasta que no se solucione la cuestión de los refugiados. Paralelamente, el creciente número de pedidos de asilo en una sociedad totalmente controlada como la cubana es prueba de que en el monolitismo del régimen caribeño se ahondan ciertas fisuras presentes desde hace largo tiempo. Paralelamente, cada vez son de menos recibo a nivel internacional las acusaciones de "conspiración" contra el régimen, que se formulan con regularidad (y monotonía) desde hace 30 años. La única diferencia es que ahora Estados Unidos ha dejado de ser el agente único de dicha conjura, en la que han pasado a estar involucrados —según La Habana— varios otros gobiernos occidentales y la administración checa que no por casualidad es la más anticomunista de todas las que tomaron a su cargo los gobiernos en las naciones europeas del este).

Ciertas declaraciones de Carlos Aldana, alto jerarca del PC cubano, por otra parte, contribuyen a irritar más a los gobiernos europeos; tanto, que algunos observadores opinan que todo el asunto podría ser una provocación urdida por Castro para acentuar su carácter de "perseguido" y justificar una nueva ola de represión dentro de Cuba, en momentos en que el régimen se debilita. Así, Aldana ha sugerido a España —cuyo gobierno es objeto incluso de una campaña negativa en la prensa de La Habana— que

Socios que se apartan

19900818

GOCUM
TITULO
PROC
FE H
VINCUL

aumente el presupuesto de su Embajada porque *"va a tener que alimentar a los refugiados por mucho tiempo"*, aludiendo a la decisión cubana de no dejar salir de la isla a nadie que no lo pida por las vías oficiales. Últimamente, los países de la CEE están condicionando su ayuda económica a la existencia de regímenes democráticos. El nuevo Banco de Reconstrucción para la Europa del Este, por ejemplo, sólo autoriza operaciones financieras con aquellos países donde se practica la democracia a través de elecciones libres y secretas. Las actitudes adoptadas por Castro en esta emergencia, *"sólo contribuyen a seguir clavando clavos en su propio ataúd"*, según opiniones europeas.

9004818

Clarín 15 Dec 24
15-8-95
CW.33-65641

Otros 5 cubanos en la sede de Bélgica

LA HABANA, 14 (EFE, AFP y Reuter). — **Cinco cubanos** ingresaron hoy a la residencia del **embajador de Bélgica** en esta capital y se sumaron a **otros cuatro** que el día anterior habían reclamado también **asilo político.**

La residencia del diplomático, conde **Louis Cornet d'Elzius du Chenoy**, estaba protegida por una **fuerte presencia policial** a raíz del episodio del lunes, lo que despertó **suspicacias** y especulaciones sobre que se podría tratar de **provocadores.**

El embajador describió a los refugiados como hombres **"muy formidos, de entre 25 y 40 años"**, a la par que el vocero de la representación diplomática belga, **Willi Leeman**, dijo que las últimas cinco personas habían entrado "como fantasmas" a la residencia de Cornet.

Desde Bruselas un portavoz oficial reveló que la **embajadora cubana en Bélgica** había sido convocada por el Ministerio de Asuntos Exteriores belga para tratar la cuestión. La diplomática, **Teresita Averhoff-Puron**, trató el punto con el jefe de gabinete de la cancillería, **Mark Eyskens.**

El conde Cornet subrayó su sorpresa, porque "a pesar de la vigilancia los cinco últimos pudieron entrar en mi residencia", ya que "**además se trata de individuos de aspecto muy formido**", pero no quiso especificar si tenía sospechas sobre el posible carácter provocador de esas personas.

Con los nueve refugiados en la residencia del embajador belga ascendió a 27 el número total de cubanos refugiados en representaciones diplomáticas extranjeras: los otros 18 permanecen en la **embajada de España** desde el mes pasado.

"El gobierno español insiste en buscar una **salida negociada** que no deteriore las relaciones bilaterales", contestó hoy a una pregunta sobre ese punto el presidente **Felipe González.**

3004818.

Nº. DOCUM
TITULO
PROC
FECH
VINCUL
EL600 150005
22-8-90
CUBA 6561

Entran y salen de embajadas

LA HABANA, (EFE) — Cuatro de los nueve cubanos que se encontraban refugiados en la residencia del embajador de Bélgica en La Habana abandonaron su encierro el pasado lunes, libre e incondicionalmente, informaron ayer a "EFE" fuentes de la legación diplomática europea.

Se trata de los cuatro primeros refugiados que saltaron el pasado 13 de agosto la verja de la vivienda del embajador belga en la capital cubana, Louis Cornet Delzius, situada en el barrio residencial de Miramar.

Todos son hombres, con edades comprendidas entre los 20 y los 40 años, que cuando se introdujeron en la residencia del diplomático pidieron asilo y visados para abandonar la isla.

Tras abandonar su encierro, los cuatro refugiados fueron trasladados a sus respectivos domicilios por el propio Cornet Delzius y sus colaboradores, según afirmó el embajador belga, quien tuvo que interrumpir sus vacaciones en Cayo Largo después de la entrada de los cubanos en su residencia.

El diplomático belga explicó que se mantendrán contactos regulares con los encerrados y negó la existencia de negociaciones con las autoridades cubanas sobre la situación de los refugiados.

Nº. DOCUMENTO
TITULO
PROCEDENCIA ELDIA Asun. 5
FECHA DE ... 22-8-90
VINCULACIONES CUBA 65671

Cuba: abandonan Embajadas

EL D.A. 22-8-90

LA HABANA. (EFE).- Uno de los 16 refugiados cubanos en la Embajada española en La Habana y tres de los cinco que se encontraban en el residencia del Embajador belga salieron ayer libremente, anunciaron fuentes diplomáticas de ambas sedes.

Luis Monteagudo, que fue la primera de las personas que buscaron refugio en la Embajada de España, salió a las 21.30 hora local de su prolongado encierro, informó el encargado de negocios español, Ignacio Rupérez.

"Monteagudo nos manifestó su deseo de abandonar inmediatamente la Embajada y el primer secretario, Fidel Sendagorta, le ha acompañado en un vehículo diplomático a su domicilio", añadió Rupérez.

Monteagudo fue puesto como ejemplo de la "baja calidad moral" de los refugiados por el Presidente Fidel Castro, en su discurso del 26 de julio último.

Castro le describió como "un enfermo de una enfermedad vergonzosa, entre cuyas manifestaciones están las rachas de locura".

La salida de Monteagudo, como las de todos los demás refugiados hasta el momento, se ha producido de forma "voluntaria e incondicional", tal como exigían las autoridades cubanas.

Aproximadamente una hora y media antes, otros tres refugiados que se encontraban en la legación belga salieron también de su encierro, donde aún permanecen otros dos cubanos, informó el Embajador del país europeo, Louis Cornet Delzius.

Los tres refugiados salieron acompañados por el Secretario de la Embajada, Willy Leemans, hasta el punto de la ciudad donde habían solicitado ir, y que no se indicó, ya que prefirieron no ser llevados a sus casas.

La salida de los refugiados se produjo de forma "voluntaria e incondicional", como habían exigido las autoridades cubanas.

El acuerdo entre el Gobierno de Cuba y la Embajada belga para la salida de los refugiados se basaba en que no se tomarían represalias contra ellos por haber intentado salir de la isla.

Asimismo, se acordó que la Embajada de Bélgica se mantendrá en contacto con los refugiados para comprobar que no se ha emprendido ninguna medida contra ellos.

9004818

Nº DOCU
TITUL
PROCE
FECH
VINCUL

La Habana 15 sec 15
23-8-95
CUBA EFE 41

Otros cuatro cubanos abandonan embajadas

LA HABANA 2389

LA HABANA. (EFE).- Las lágrimas de su madre decidieron a los cubanos Miguel Angel Aldana Ruiz, y su hermanastro Eduardo Magadalena Ruiz, a salir ayer voluntariamente de la embajada de España, donde se refugiaron el 12 de julio, informaron fuentes de la delegación diplomática.

La madre de ambos hermanos había acudido al exterior de la embajada, por la parte exterior al cordón de seguridad policial que la cerca, el pasado lunes, y Aldana pudo ver, desde una terraza y por medio de unos prismáticos, como lloraba.

"Desde ese momento me comunicó, él también casi con lágrimas en los ojos, que deseaba a salir, y hoy, cuando finalmente adoptó la decisión, su hermano quiso acompañarle", explicó el encargado de negocios de la embajada española, Ignacio Rupérez.

Con los dos refugiados de ayer ya son cinco los que han abandonado la embajada española, en la que todavía permanecen otros trece.

En tanto, el Embajador de Bélgica, Louis Cornet Delzins, informó que los dos cubanos que aún permanecían refugiados en su residencia abandonaron ayer voluntariamente su encierro a las 19.00 hora local.

Los dos cubanos, Enrique Martínez Loredo y Miguel Fernández de Castro, fueron conducidos por el secretario de la Embajada belga, Willy Leemans, hasta el lugar que ellos mismos indicaron.

Su salida se produjo, según explicó el diplomático, de una forma similar a la de los otros siete cubanos que se encontraban refugiados en la residencia del Embajador belga desde los días 13 y 14 últimos.

El acuerdo entre el Gobierno de Cuba y la Embajada belga para la salida de los refugiados se basó principalmente en la promesa de que no se tomaría ninguna medida contra ellos por haber penetrado en la legación diplomática en busca de visados para salir de la isla.

0048 18

Nº. DOC:
TITULO: REFUGIADOS CUBANOS
PROC: La Mañana 15 al 25
FECHA: 5-9-90
VINCUL: CUBA 6561
+ Sicos. 1165
Conf. Sec. 11414

Refugiados cubanos

LA MAÑANA 5-9-90

LA HABANA. (EFE).- Ayer, a las 19.00 hora local, y tras 55 días, terminó la crisis surgida a raíz de la entrada de refugiados cubanos en la Embajada española con la salida voluntaria de los dos últimos que permanecían dentro de ella.

Uno de ellos, Ernesto Betancourt, se había convertido en un serio problema, pues para refugiarse en la Embajada había desertado del Ejército cubano, lo que hacía más grave su situación.

Sin embargo, según informó el encargado de negocios de la Embajada de España, Ignacio Ruperez, las autoridades de la Cancillería cubana garantizaron que la causa de Betancourt con la Justicia militar quedará sobreseída y podrá pedir la baja del Ejército en su propio barrio, sin tener que volver al cuartel.

Cuatro horas antes, otros tres refugiados, los últimos del grupo denominado los "fornidos", sobre quienes la diplomacia española sospechaba que podía tratarse de agentes infiltrados de la seguridad cubana, abandonaron la legación de España.

SUBVERSION ARMADA CONTRA FIDEL
CUBA
SUBV ARMADA

Subversión armada contra Fidel

EL DIA
29-8-90

Exiliados organizan revuelta y afirman tener apoyo de militares

MANAGUA. (Reuter). — Un grupo de exiliados cubanos anunció ayer aquí la formación de un partido político destinado a derrocar al presidente Fidel Castro, afirmando que representan un creciente movimiento de resistencia dentro de Cuba.

Tres exiliados cubanos anunciaron en conferencia de prensa en Managua la formación del Partido Democrático Cubano, un movimiento clandestino cuyo primer objetivo es conducir una revuelta armada contra el líder cubano.

"El único camino"

"Consideramos que éste es el único camino, la lucha armada interna, la rebelión dentro del propio país", dijo Ignacio Castro, un exiliado desde hace 20 años y miembro del directorio del partido.

Un manifiesto del partido, que se dijo fue redactado en la isla, llamó al derrocamiento del gobierno comunista de Cuba, que sería seguido por elecciones libres, el establecimiento de una economía de mercado y pluralismo político y la vigencia de la Constitución de 1940.

Los exiliados dijeron que el directorio del partido está integrado por siete personas que viven en Cuba y siete que se encuentran fuera del país. El partido no recibe ayuda externa y está financiado sólo por sus miembros, afirmaron.

Apoyo de militares

El partido planea aprovechar lo que los exiliados dijeron era un creciente descontento con la economía cubana, así como oposición de militares cubanos al gobierno de Castro. Dijeron que su movimiento difería de otros esfuerzos por derrocar a Castro debido a que tenía su base dentro de Cuba.

La caída del gobierno de La Habana está "relativamente cerca", dijo el exiliado Castro, quien afirmó no tener relación con el presidente cubano.

Preguntado sobre cuántos seguidores del partido había dentro de Cuba, Castro dijo que "no se puede cuantificar un movimiento clandestino".

Los exiliados dijeron que el Partido Democrático Cubano fue fundado hace seis años en Cuba, pero sus miembros decidieron que circunstancias recientes, incluyendo la caída de gobiernos comunistas en Europa oriental, obligaban a hacerlo público.

La elección de Managua para anunciar los planes del partido se debió a la reciente transición de Nicaragua desde un gobierno izquierdista al proestadounidense de la presidenta Violeta Chamorro, agregaron. El cuartel general del partido en el extranjero estará sin embargo en Caracas.

01-01

900819

• DOCUMENTO
TITULO "Dinamita Principal Oleoducto Colombiano"
PRENSA El Pais 15-cc-7
FECHA 6-9-90
VIA Columbia - 65582
F. Nic 11163
Acciones Subv. 11418

Guerrilla Castrista Dinamita Principal Oleoducto Colombiano

BOGOTA, 5 (AP). — La guerrilla del Ejército de Liberación Nacional (ELN) dinamitó el principal oleoducto del país y obligó a la suspensión del bombeo de 235.000 barriles diarios, informó la empresa estatal Ecopetrol.

El atentado dinamitero se registró en cercanías del Municipio de Samore, situado a 330 kilómetros al nororiente de Bogotá y produjo el derrame de una cantidad aún no especificada de crudo.

El oleoducto dinamitado transporta el petróleo para la exportación desde los campos de Cano Limón, en la frontera oriental con Venezuela, hasta el puerto de Covenas en el mar Caribe. Tiene una longitud de casi 800 kilómetros.

El atentado se produce en momentos en que Colombia estaba produciendo a su máxima capacidad, alrededor de 465.000 barriles diarios, para exportar unos 200.000 al mercado internacional en donde los precios se encuentran en alza como consecuencia de la crisis en el Golfo Pérsico que ha disminuido los abastecimientos normales en cerca de cuatro millones de barriles diarios.

Ecopetrol informó que técnicos de la empresa fueron desplazados al sitio del atentado para proceder a la reposición de la tubería destruida y reanudar el bombeo de crudos.

El ELN, guerrilla castrista muy activa en Colombia, ejecuta desde hace varios años atentados dinamiteros contra la industria del petróleo. En los últimos tres años ha causado pérdidas estimadas en más de 520 millones de dólares.

"Se supone hubo derrame de petróleo, pero no se sabe cuál es la magnitud. El bombeo se suspendió", dijo el vocero de Ecopetrol.

La fuente agregó que se había enviado una cuadrilla de técnicos para investigar los daños ocasionados.

A partir de la invasión de Irak a Kuwait, Colombia aumentó sus exportaciones a un promedio de 248.000 barriles diarios de petróleo.

El atentado constituye el décimocuarto ataque contra el oleoducto en lo que va del año.

El ELN ha manifestado que sus ataques contra el oleoducto tienen el propósito de presionar al gobierno para que modifique su política petrolera.

El Yacimiento de Cravo Norte, el mayor del país, es explotado por Ecopetrol, mediante un contrato de asociación con la multinacional Occidental Petroleum Company y Exxon Corp.

9004820

Nº DOCUMENTO
TITULO "Gabinete"
PROCEDENCIA La Mañana 15ccl5
FECHA DE R. C. 7-8-90
CLASIFICACION Columbia 65592

Politico 22264

DPTO. II (EXTERIOR)
7.8.90
AZ
RICHARDS

ILEGIBLE

LA MAÑANA 7-8-90

Dieron a conocer el Gabinete del nuevo Mandatario

BOGOTA. (ANSA, EFE y UPI).- Los nombres de los Ministros del Gabinete del Presidente electo César Gaviria, quien asumirá hoy la Presidencia de Colombia, fueron dados a conocer ayer por la oficina de prensa del próximo Mandatario:

- **Relaciones Exteriores, Luis Jaramillo, liberal.**
- **Asuntos Políticos, Julio Sánchez, liberal.**
- **Finanzas, Rudolf Hommes, liberal.**
- **Justicia, Jaime Giraldo, conservador.**
- **Defensa, General Oscar Botero.**
- **Minas y Energía, Luis Yergara Muna:ORIS, LIBERAL.**
- **Obras Públicas, Juan Gaviria, libel.**
- **Salud, Antonio Navarro, Movimiento 19 de Abril (M--19).**
- **Industria y Comercio, Ernesto Samper, liberal.**
- **Educación, Alfonso Valdivieso, liberal.**
- **Comunicaciones, Alberto Casas, conservador.**
- **Trabajo, Francisco Posada, conservador.**
- **Agricultura, María Restrepo, conservadora.**

01-01

9004821.X

Nº. DOCU
TITULO
FEC
FOLI
VIDEO

"Paros en Colombia"
La Nación 150225
4-9-90
COLOMBIA 65592
F. Sios 11165
Confl. Soc. 11414
Sindicatos 500854

BOGOTA, 3 (AP).- El gobierno del presidente liberal César Gaviria enfrenta el primer brote de intranquilidad social con un paro promovido por las guerrillas izquierdistas que afectó una amplia zona rural del oriente del país, al tiempo que obreros e indígenas preparan para el jueves una marcha de protesta en la capital.

El paro rural, que afecta a unos diez municipios de la provincia de García Rovira, en el departamento de Santander, comenzó ayer en protesta por la escasez de servicios públicos como acueductos, vías de comunicación y centros de salud.

9004822.X

Nº DOCUMENTO
TITULO "Murió el líder de las FARC"
PROCEDENCIA La Prensa 150026
FECHA 15-8-90
LUGAR Colombia 65592
T. M.C 11163
SUBV. 11140
Integración 11094

FICHAJE

Murió en Colombia el líder de las "FARC"

Bogotá (UP) – El máximo jefe guerrillero de las "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia" (FARC), Jacobo Arenas, murió en su cuartel general en la selva del departamento del Meta, a causa de un ataque cardíaco, informó el partido Comunista.

El secretario del partido Comunista, Gilberto Vieira, informó que la muerte del jefe guerrillero ocurrió el viernes y un día después fue sepultado en la misma selva donde está ubicado el cuartel de los comandantes de la organización subversiva.

Ese cuartel, conocido como "casa verde", fue construido en las montañas de La Uribe por autorización del gobierno del ex presidente Belisario Betancur para que se reunieran bajo techo los voceros del grupo y funcionarios oficiales mientras se desarrollaban las conversaciones de paz.

Las "FARC" son consideradas como la mayor organización guerrillera del país, con unos 10.000 hombres entre combatientes y colaboradores, según dijo un reciente informe militar.

El jefe rebelde, quien militó en su juventud en el partido Comunista, se convirtió rápidamente en uno de los ideólogos de las FARC y compartió el mando de la organización con Manuel Marulanda, conocido como "Tirofijo", quien es el jefe militar del grupo.

9004823 X

Nº. DOCUMENTO
TITULO "Muere Jefe guerrillero"
PROCEDENCIA El Tiempo 15 dic 15
FECHA DE PUBLICACION 15 dic 15
VINCULACION COLOMBIA 65542

DPTO. II (EXTERIOR) 21 DIC 15 RICARDO

• Murió Jefe Guerrillero

BOGOTA. (UPI)- El máximo jefe guerrillero de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, Jacobo Arenas (foto), murió en su cuartel general en la selva del departamento del Meta, a causa de un ataque cardiaco, informó ayer el Partido Comunista. El secretario del Partido Comunista, Gilberto Vieira, informó que la muerte del jefe guerrillero ocurrió el viernes y un dia después fue sepultado en la misma selva donde está ubicado el cuartel de los comandantes de la organización subversiva.

0004826

Nº [illegible]
Título: CESAR GAVIRIA Y EL DESTINO DE COLOMBIA
[illegible]
LA NACION (BUENOS AIRES)
1990
COLOMBIA (PAZ)
Fol. 11164
Sos Loc. 11302

LA NACION

Buenos Aires, sábado 11 de agosto de 1990

Fundado por Bartolomé Mitre el 4 de enero de 1870

"LA NACION será una tribuna de doctrina" (Núm. 1, Año 1)

Director: DR. BARTOLOMÉ MITRE

César Gaviria y el destino de Colombia

El nuevo presidente de Colombia, César Gaviria Trujillo, vencedor por amplio margen en los comicios de mayo último, ha iniciado su gestión de gobierno. Asumió su cargo en una ceremonia que contó con la presencia de cuatro jefes de Estado (entre ellos, el de la República Argentina) y que fue un símbolo de la vitalidad de la democracia colombiana, acosada permanentemente por el flagelo del narcoterrorismo y del crimen político organizado.

El hecho de que se haya coronado con éxito el proceso democrático de renovación de autoridades tiene, por sí solo, un significado que es importante subrayar. La campaña electoral se realizó, como se recuerda, en medio de una ola incontrolable de crímenes, explosiones y atentados. Fue, sin duda, la campaña más sangrienta de la historia del país. Tres candidatos presidenciales fueron asesinados, hecho sin precedentes en los anales de la política latinoamericana. El miedo y la inseguridad imperaron en todas las ciudades del país y la simple concurrencia a un acto público se transformó en un gesto de coraje o temeridad.

Se abre ahora para Colombia una nueva expectativa política, cuyo eje central es la promesa del nuevo mandatario de avanzar hacia la pacificación del país a través de una labor que agote la capacidad de diálogo con todos los sectores y que procure, inclusive, crear las condiciones para el establecimiento de reglas de juego estables en la lucha contra el crimen organizado.

A esa finalidad está orientada la advertencia de Gaviria sobre la necesidad de establecer una clara distinción conceptual entre *narcoterrorismo* y *narcotráfico*. A su juicio, el narcoterrorismo constituye un fenómeno interno, que concierne fundamentalmente a los colombianos. El tráfico de drogas, en cambio, conforma un problema mundial, que debe discutirse y resolverse sobre la base de la acción coordinada y solidaria de la comunidad internacional. Como se advierte, su concepción del problema es coincidente, en lo sustancial, con la de los gobiernos anteriores. El hecho novedoso residiría, según los observadores, en la decisión del nuevo mandatario de traducir esa postura en una política sostenida, continuada, libre de movimientos zigzagueantes.

El abandono de la violencia armada por parte de los miembros del cartel abriría zonas de negociación inéditas y los ex terroristas tendrían la opción de acceder a un encuadramiento diferente de sus respectivas situaciones personales frente a la acción punitiva del Estado.

Pero esta posibilidad se corresponde con la decisión de fortalecer al máximo el aparato represivo del Estado para destruir definitivamente a aquellas organizaciones que, desechando la oferta implícita del presidente, insistan en la opción del terrorismo y la violencia.

La estrategia del nuevo presidente parece haber sido recibida por la opinión pública con moderada esperanza. El fracaso de anteriores intentos de forjar acuerdos o entendimientos con las organizaciones del crimen está fresco en la memoria e impone, por eso, una clara cautela: no es posible olvidar el alto precio que se pagó en el pasado por confiar excesivamente en la disposición negociadora de los profesionales del terror.

En cuanto a la lucha contra las organizaciones subversivas ajenas al narcotráfico –aunque vinculadas a él por lazos oscuros e inciertos–, el nuevo mandatario procurará consolidar la política de su predecesor, Virgilio Barco, que posibilitó la incorporación al sistema democrático de una agrupación de sombrío historial: el M-19. La designación de uno de los ideólogos de ese movimiento, Antonio Navarro Wolff, como ministro de Salud Pública del nuevo gobierno, es un testimonio vivo de la decisión de la dirigencia política colombiana de echar un manto sobre los horrores del pasado reciente.

Sin embargo, aún es mucho lo que queda por hacer en este esfuerzo por desmantelar las estructuras del crimen organizado. Gaviria deberá encontrar el modo de neutralizar a los llamados escuadrones de la muerte, que desde la extrema derecha del arco ideológico contribuyeron también en los últimos años a sembrar la muerte y el miedo en las ciudades y en los campos de Colombia. A esos grupos –calificados alternativamente de parapoliciales o paramilitares– se les atribuye la muerte de numerosos dirigentes de la Unión Patriótica, fuerza izquierdista que precedió al M-19 en la decisión de propiciar la inserción de sus militantes en el sistema democrático.

La pacificación de Colombia es, como nadie lo ignora, una empresa difícil. La sangre corrió abundantemente en las últimas décadas y no será fácil cerrar las heridas abiertas por una guerra larga y despiadada. Pero Gaviria tiene a su favor el apoyo decidido de un pueblo que quiere erradicar definitivamente la violencia y reconstruir las bases de una sociedad fundada en la convivencia pacífica y la tolerancia democrática.

Uno de los desafíos mayores que afrontará el nuevo gobierno será la reorganización de la administración de justicia, cuyo prestigio ha quedado mellado como consecuencia de las reiteradas denuncias sobre el presunto sometimiento de algunos magistrados a los designios del narcoterrorismo. Restablecer el prestigio de los tribunales colombianos y la plena majestad de sus decisiones requerirá, también, un arduo y prolongado esfuerzo.

01-01

Nº. DOCUMENTO
TITULO GAVIRIA NO HARA CONCESIONES A LOS NARCOTRAFICANTES
PROCE... La Nueva ...
FE... 88-90
VA... Colombia
... 1165
... 11414
Bs. Ocs. 11302

Una escena que se repitió en Bogotá mientras asumió César Gaviria la presidencia de la Nación. Un matrimonio esperanzado en el cambio prometido y un soldado atento, para prevenir la violencia que enluta a Colombia

Gaviria no hará concesiones a los narcotraficantes

Bogotá (ANSA) – El flamante presidente César Gaviria Trujillo prometió ayer pacificar a una Colombia atribulada por el terrorismo, advirtió a los narcotraficantes que no les hará concesión alguna y exhortó a las naciones industrializadas a imponer nuevos y más severos controles al lavado de dólares y a la venta de químicos para elaborar la cocaína.

Después de haber jurado ante el Congreso Nacional cumplir con la centenaria Constitución de esta nación de 32 millones de habitantes, el presidente anunció que se buscará el establecimiento de una jurisdicción internacional para tratar el narcotráfico que, sostuvo, es el principal problema de Colombia, nación que gobernará durante los próximos cuatro años.

El más joven jefe de Estado de este siglo en Colombia, advirtió sin embargo que la extradición "no puede ser el único ni el principal instrumento en la lucha contra el narcotráfico".

Opinión de Quayle

Poco antes el vicepresidente de Estados Unidos, Dan Quayle, había declarado que esperaba que se mantuvieran las extradiciones durante el gobierno de Gaviria Trujillo.

El nuevo mandatario, en un aparente mensaje a los narcoterroristas, manifestó que la aplicación o no de la extradición dependerá de la "desaparición" del terrorismo y del fortalecimiento de la Justicia.

"Enfrentaremos al narcotráfico con instrumentos novedosos, modernos y de mayor eficacia, tales como una jurisdicción especial permanente que tenga bajo su responsabilidad las organizaciones criminales", sostuvo el mandatario de 43 años, quien obtuvo la postulación cuando su jefe político, el candidato liberal Luis Carlos Galán, fue asesinado hace casi un año por narcoterroristas que lo habían "sentenciado" debido a su lucha contra los carteles de la droga.

En un llamamiento a la comunidad internacional, Gaviria manifestó que las naciones industrializadas deben pasar de "la retórica de solidaridad internacional con nuestro país a acciones efectivas".

Gabinete pluralista

El nuevo presidente designó para su gabinete ministerial un equipo pluralista, de participación nacional, contrario a la administración que termina del presidente Virgilio Barco.

Los principales diarios de Bogotá registraron con satisfacción la designación de los 13 ministros, uno de los cuales, el de Defensa, fue ratificado en su rango.

Gaviria, del partido Liberal nombró a siete ministros de su partido, cuatro del dividido partido Conservador, un ex guerrillero, de la Alianza Democrática M-19, y un general.

Esperanzado intento contra la inflación

Bogotá (UP y EFE) – La herencia que recibe el presidente César Gaviria en materia económica no es la mejor, y los índices reflejan una preocupante situación que deberá encarar con decisión el nuevo gobierno que asumió ayer en Colombia.

La inflación durante los 48 meses del gobierno del presidente saliente Virgilio Barco alcanzó la cifra récord de 154.5 por ciento, superando el índice de la administración de Julio César Turbay Ayala, entre 1979-1982, que fue de 154,2 por ciento.

El equipo económico de Gaviria anunció que trabajará para elaborar un plan contra la inflación y deberá crear mecanismos para devolverle el poder adquisitivo a los salarios mínimos de los trabajadores, que ascienden a 41.025 pesos (80 dólares).

Los precios de los artículos de primera necesidad aumentaron aceleradamente durante los cuatro años de Barco y el reto de Gaviria es detener esa espiral alcista que afecta a las familias de bajos ingresos, indicaron analistas.

La tasa de devaluación del peso colombiano frente al dólar también se aceleró durante el gobierno saliente al registrar un índice del 158 por ciento en los cuatro años, según estadísticas oficiales.

Aspectos positivos

El lado positivo dentro del campo económico lo constituye sin duda el aumento de las reservas internacionales, que en cuatro años subieron hasta llegar a un tope de 3.830 millones de dólares.

Las reservas en moneda y en oro son el respaldo que tiene una nación cuando intenta buscar los créditos en el exterior.

Otro de los temas que alivió la economía fue el control del endeudamiento externo que sólo creció en un 14 por ciento, el porcentaje más bajo en 16 años. La deuda creció durante el gobierno de Turbay en un 153 por ciento.

Pero el dolor de cabeza que deberá aliviar la nueva administración está en los servicios públicos que cada mes aumentan sus tarifas por recomendaciones directas del Fondo Monetario Internacional.

La energía eléctrica en Colombia, controlada por el Estado, aumentó sus tarifas en 37,36 por ciento entre julio de 1989 y julio de 1990.

El servicio de suministro de agua potable subió en el mismo período en 34,30 por ciento, mientras que las tarifas del teléfono crecieron en 33,33 por ciento.

El producto interno bruto, que mide los términos del crecimiento económico de una nación, fue del 16,2 por ciento durante los cuatro años de Barco. El índice más alto fue entre 1974 y 1978 durante el gobierno del presidente Alfonso López, al registrar una tasa del 21,1 por ciento.

Gaviria, como economista y como ministro de Hacienda al comienzo del gobierno de Barco, considera que a pesar de las amplias expectativas creadas en todos los sectores por la apertura, ésta se debe adelantar a toda costa para lograr mayores metas de crecimiento y desarrollo.

96-4825X

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Nuevo Presidente
PAGS: La Prensa Buenos
FECHA: 12-8-90
VOLUMEN: Colombia 8542
FBI 11164
Jds Nos. 11302

LA PRENSA

Fundado por José C. Paz el 18 de octubre de 1869. Clausurado y confiscado el 26 de enero de 1951, por defender la libertad; reinició sus ediciones el 3 de febrero de 1956. Director de 1869 a 1943, Ezequiel P. Paz; de 1943 a 1977, Alberto Gainza Paz.

Director: Máximo Gainza

Buenos Aires, domingo 12 de agosto de 1990

Nuevo presidente en Colombia

Las medidas de seguridad que fueron tomadas con motivo de la trasmisión del mando en Colombia configuraron el poco feliz escenario en el que se enmarcó la asunción del nuevo presidente de la Nación, César Gaviria Trujillo, del partido Liberal, quien sucede a Virgilio Barco Vargas en el ejercicio de la primera magistratura. Pero ciertamente, el despliegue de efectivos militares en las calles de Bogotá no resultó en modo alguno sorprendente en un país donde en pocos meses fueron asesinados tres candidatos a la presidencia.

De acuerdo con lo que se desprende de las palabras pronunciadas por el flamante mandatario tras haber jurado el cargo, las políticas oficiales en el combate contra el narcotráfico estarían por sufrir ciertas modificaciones. Si bien advirtió que no cedería ante los mercaderes de las drogas, por otra parte afirmó que la extradición a los Estados Unidos —temida por estos maleantes— no podía ser el "único ni el principal instrumento en la lucha contra el narcotráfico". En este sentido, también indicó que la aplicación, o no, de dicha medida, dependería de la "desaparición" del terrorismo y del fortalecimiento de la Justicia.

Aun cuando sería inexacto calificar esta suerte de condicionamiento como una concesión del nuevo presidente, en su mensaje podría advertirse la intención de deshacer el manto de violencia que ha cubierto el país desde que se declaró una guerra sin cuartel entre las fuerzas de seguridad y los grupos criminales que actúan bajo las órdenes de los traficantes de estupefacientes. Al manifestar su escepticismo sobre la eficacia e imprescindibilidad de las extradiciones, el jefe del Estado colombiano estaría sugiriendo a "los extraditables", que no se verían necesariamente compelidos a someterse a la Justicia norteamericana si accedieran a detener el verdadero baño de sangre que ha enlutado a esta nación latinoamericana y se entregaran a las autoridades.

No es de menor importancia la alusión del presidente a la necesidad de fortalecer la Justicia si ha de evitarse que los delincuentes colombianos sean procesados en los Estados Unidos. En este caso se referiría a la corrupción que se había abierto paso entre los magistrados, lo que virtualmente había paralizado toda acción eficaz del gobierno contra los narcotraficantes.

En el plano económico, si bien las reservas internacionales en oro y moneda han aumentado hasta llegar a un tope de 2.800 millones de dólares, en los últimos meses se han registrado los índices inflacionarios más altos desde 1982, a la vez que el poder adquisitivo de los obreros ha descendido ininterrumpidamente. Por otra parte, el constante incremento de las tarifas de los servicios públicos —por recomendación directa del Fondo Monetario Internacional— podría generar una ola de descontento que el gobierno deberá prevenir para evitar que se sume otro ingrediente negativo al caldeado clima reinante en Colombia.

Es destacable que, con ligeros matices de diferencia los gobiernos latinoamericanos parecerían estar alineándose detrás de un mismo modelo. Tanto el mandatario colombiano, como el peruano y en cierta medida también nuestro presidente, han formado gabinetes integrados por ministros provenientes de diversas agrupaciones políticas. Asimismo, se está privilegiando la apertura económica simultáneamente con el achicamiento del Estado. Aun cuando falta mucho camino por recorrer, las naciones de América latina están buscando avanzar por un mismo sendero.

9004826 X

Nº
TITU LLAMADO PARA REFORMAR LA CONSTITUCIÓN
PRO Clorée 45-24
FE 25-8-90
VI.CL COLOMBIA ESPAÑA
F Pol 1164
Sgs Doc 11302

EL GOBIERNO QUIERE INCORPORAR LA GUERRILLA AL SISTEMA

Colombia: llamado para reformar la Constitución

César Gaviria

El presidente colombiano, César Gaviria, afirmó que el principal objetivo de la futura Asamblea Nacional Constituyente será la integración de la guerrilla a la vida civil. El mandatario fijó para el 9 de diciembre la fecha de los comicios y garantizó que el organismo encargado de reformar la Constitución tendrá una composición pluralista. Modifican los requisitos para permitir la participacion del escritor Gabriel García Márquez.

BOGOTA, (AP, DPA, EFE y Reuter). — El presidente de Colombia, César Gaviria, firmó hoy un trascendental decreto que fija el 9 de diciembre como fecha para la realización de la elección de los miembros de la Asamblea Nacional Constituyente y garantizó que el organismo tendrá una composición pluralista.

El mandatario colombiano afirmó que el principal objetivo de la Asamblea Constituyente será integrar a los grupos guerrilleros a la vida civil del país.

"Queremos hacer de la Constituyente un instrumento de reconciliación", expresó Gaviria durante una conferencia de prensa, luego de la firma de un acuerdo entre los principales partidos políticos del país sobre el procedimiento para convocar al Congreso Constituyente.

"La idea que hay detrás de esta asamblea es la de que los grupos alzados en armas encuentren allí una posibilidad de reincorporación a la vida civil", dijo el presidente.

Autoridades del Partido Liberal, del Conservador y del ex grupo guerrillero M-19, las tres organizaciones políticas mayoritarias del país acordaron anoche parte del temario y la fecha para la convocatoria de las elecciones.

Los 70 miembros de la asamblea serán elegidos por voto popular el 9 de diciembre próximo e iniciarán sus tareas el 15 de febrero de 1990.

El presidente colombiano expresó su deseo de que los grupos guerrilleros participen en el diseño y concepción de nuevas instituciones políticas para el país, y agregó que "si lo logramos estaremos consiguiendo el principal objetivo que nos hemos propuesto".

Advirtió que para tener derecho a la participación en la asamblea, los grupos deben tomar el compromiso de deponer las armas.

Tres importantes grupos rebeldes del país, la organización indígena Quintín Lame, el Ejército Popular de Liberación (EPL) y el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), han iniciado negociaciones de paz con el gobierno y podrán participar en la Asamblea Constituyente.

Sin embargo, las dos grupos guerrilleros más importantes, las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) y el Ejército de Liberación Nacional (ELN), que juntas suman alrededor de 10.000 insurgentes, continúan luchando contra el gobierno central.

Gaviria puso como ejemplo de reconciliación al grupo M-19, que en 1989 abandonó la lucha armada y se acogió a una oferta de paz del gobierno, lo que le permitió participar libremente en las elecciones presidenciales de mayo.

"Hoy hay un ex guerrillero en el gabinete ministerial y no se puede alegar que hay sectores de la vida nacional que no pueden acceder al poder, hay pluralismo en la vida política y no hay pretexto ya para la guerrilla", dijo el mandatario al recordar que el comandante del Movimiento 19 de Abril, Antonio Navarro Wolf, es hoy el ministro de Salud en representación del partido legal que remplazó a la guerrilla.

Gaviria informó que se habían modificado los requisitos para ser miembro de la Asamblea Constituyente con el objeto de permitir la participación del escritor Gabriel García Márquez en el organismo, encargado de diseñar las nuevas instituciones colombianas.

Durante una conferencia de prensa informó que ahora el requisito mínimo es haber sido profesor de una universidad o instituto de altos estudios en Colombia o del exterior, requisitos reunidos por García Márquez quien habitualmente dicta cátedra en un Instituto de Estudios Cinematográficos en la Habana, Cuba.

"El maestro García Márquez podría integrar la Asamblea y ojalá podamos contar con su participación", manifestó el jefe de Estado.

900827

Nº. DOCUM
TITULO FARC ANUNCIA SU DISPONIBILIDAD AL PROCESO DE PAZ
PROCS Lo Nuevo 15 oct 15
FECH 24-8-90
UNIDAD COLOMBIA 65542
T.M.I 1163
Grupo Sobs. 1339

La Vanguardia 24-8-90

FARC anuncia su "disponibilidad" al proceso de paz

BOGOTA. (ANSA, EFE y UPI).- Las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), el más antiguo y numeroso grupo guerrillero del país, anunció ayer su "disponibilidad total" para dialogar con el Gobierno, pero pidió al Presidente César Gaviria "flexibilizar" el proceso de paz.

Alfonso Cano, comandante del grupo insurgente comunista, dijo desde el campamento de las montañas de la Uribe (centro del país), que "las FARC están dispuestas a dialogar y a hacer hasta lo imposible por consolidar su participación en negociaciones y en el escenario de la confrontación democrática, pero necesitamos que el Gobierno flexibilice y amplíe el proceso".

Cano fue entrevistado por la cadena radiofónica "Caracol" por medio de un transmisor de radio instalado en el campamento ubicado en una inaccesible zona del departamento del Meta, a unos 200 kilómetros al sureste de Bogotá.

El líder de las FARC se refirió a la posible presencia de delegados de las guerrillas en la Asamblea Nacional que convocará en breve el Presidente Gaviria para reformar la Constitución y precisó que en caso de participar, lo harán sin el requisito de firmar el desarme previo.

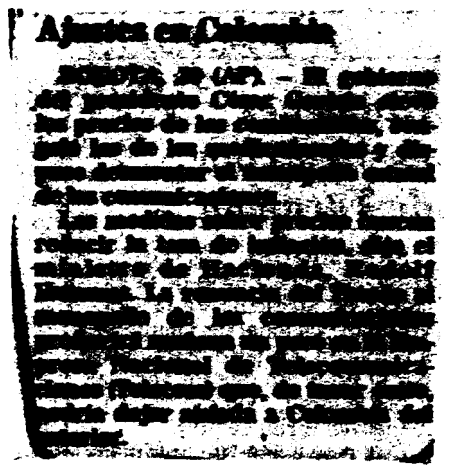
"Queremos dejar en claro que no hemos pretendido nunca sentarnos en la Constituyente encadenando con fusiles a los delegados civiles en esa Asamblea", afirmó Alfonso Cano en referencia a la advertencia de Gaviria de que en ésta sólo tendrían cabida las guerrillas que hayan iniciado la desarticulación.

La Asamblea Nacional Constitucional será convocada antes de que finalice esta semana por medio de un decreto del Estado de Sitio vigente en Colombia y sus diputados se [illegible] en comicios especiales que se [illegible] de noviembre, para tres meses de [illegible] de cuyo [illegible]

9004828 X

Nº. DOCU
TITU AJUSTE DE PRECIOS
PRO Ley Nacional 15.025
FE 31-8-95
VI COLOMBIA 65592
F. Económico Anual

"Ajustes en Colombia



9004829-X

Nº. DOCUM
TITUL: EL E.L.N. SE INCORPORA A LA COORDINADORA GUERRILLERA Y P. DE DIALOGO
PROC: Col Dio 15005
FE H: 30.8.90
VINC: COLOMBIA 65592
F.M.I 11163
GRUPOS SUBV. 11339

Guerrilleros colombianos piden diálogo

BOGOTA, (EFE). — El Ejército de Liberación Nacional (ELN), el grupo rebelde más radical de Colombia, anunció sorpresivamente que se convierte en el "organismo directriz" de la Coordinadora Guerrillera Simón Bolívar (CNGSB) y que buscará dialogar con el gobierno.

El anuncio fue hecho mediante un comunicado de prensa divulgado ayer, y en el que, por primera vez en sus 23 años de lucha armada, el ELN manifiesta su disponibilidad a dialogar con el gobierno.

El escrito entregado a los medios de comunicación deplora la muerte del ideólogo de las comunistas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), Jacobo Arenas, fallecido como consecuencia de un infarto cardiaco el pasado 10 de agosto.

Arenas era el portavoz de la CNGSB, fusión de las organizaciones guerrilleras que operan en Colombia y que se habían unido en octubre de 1987.

A la CNGSB pertenecieron el Movimiento 19 de Abril (M-19), que se desarticuló, se reincorporó a la vida civil y se convirtió en partido político el pasado marzo.

También el maoísta Ejército Popular de Liberación (EPL), el indigenista "Quintín Lame" y el trotskista Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), grupos que actualmente negocian un acuerdo de paz con el gobierno del presidente de Colombia, el liberal César Gaviria.

El ELN siempre había rechazado cualquier tipo de acercamiento al gobierno durante las administraciones de Belisario Betancur (1982-1986) y Virgilio Barco (1986-1990), que ofrecieron procesos de paz a las agrupaciones rebeldes que así lo desearan para reinsertarse en la vida civil.

Las FARC suscribieron durante el gobierno de Betancur un acuerdo de tregua en marzo de 1984.

9004830X

Nº. 0[illegible]
TITU[illegible] DESIGNAN A REEMPLAZANTE DE CESAR GAVIRIA.
PROCE[illegible] 23-8-90
FECH[illegible] COLOMBIA 05582
VINCULACIO[illegible] F. Pol 11464
Sob Vol 11302

Designación en Colombia

BOGOTA, 22 (DPA).- El Parlamento colombiano eligió al canciller, Luis Fernando Jaramillo, como designado a la presidencia.

El cargo lo ubica como reemplazante automático del jefe del Estado, César Gaviria Trujillo, en los casos de renuncia o muerte.

900831

Nº DOCUMENTO
TITULO FRUSTRAN COMPLOT CONTRA NAVARRO WOLFF.
PROCED: Clarin 15a 24
FECHA: 21-8-90
VINCUL: COLOMBIA 65542
C N.C 11163
SUBV. 11140

Buenos Aires, martes 21 de agosto de 1990 ★ CLARIN

COLOMBIA

Agencia AFP

Antonio Navarro Wolff, ministro de Salud de Colombia: la policía descubrió un complot para asesinarlo.

Frustraron un complot contra Navarro Wolff

BOGOTA, 20 (AFP, Reuter, AP y ANSA). — La policía colombiana frustró un **plan para asesinar al ministro de Salud y máximo dirigente del M-19, Antonio Navarro Wolff**, después de capturar un **importante arsenal y detener a cinco personas** integrantes de una banda que proyectaba una **serie de atentados terroristas** en la región sudoccidental del país.

El ataque contra Navarro Wolff, quien como **candidato presidencial** de ese movimiento que abandonó la lucha armada para integrarse a la vida política ocupó el tercer lugar en las últimas elecciones, iba a ser cometido el sábado pasado, durante la visita que el ex dirigente guerrillero realizó a su ciudad natal de **Pasto**, departamento de **Nariño**, en la zona limítrofe con Ecuador.

De acuerdo con informes confiables revelados al diario **El Tiempo** los cinco presuntos terroristas (cuatro hombres y una mujer) fueron detenidos en esa ciudad y en la vecina localidad de **Ipiales**. En esta última también fue hallado un poderoso arsenal que incluía varias **subametralladoras Ingram y pistolas automáticas**, además de **168 granadas de fragmentación** que habían sido introducidas clandestinamente desde Ecuador.

Navarro Wolff, de 42 años, fue **nombrado al frente del Ministerio de Salud el 7 de agosto último** por el presidente liberal **César Gaviria Trujillo**. El dirigente, considerado el **máximo ideólogo del Movimiento 19 de Abril**, había sido candidato presidencial tras el asesinato del anterior líder de esa fuerza, **Carlos Pizarro Leongómez**.

El gobierno colombiano **duplicó hoy la recompensa** para quien brinde información que permita la captura del jefe del narcotraficante Cartel de Medellín, **Pablo Escobar Gaviria**, al elevarla a **500 millones de pesos**, el equivalente a **casi un millón de dólares**.

La **IV Brigada del Ejército** con asiento en esa, la **segunda ciudad colombiana**, distribuyó cientos de folletos donde se ofrece esa suma por cualquier informe cierto que posibilite la captura del máximo jefe del cartel. También se ofrece el pago de **250 millones de pesos** a los datos que permitan el arresto de **Jorge Luis Ochoa**, el número dos de la poderosa organización narcotraficante.

9004832

Nº
Ti
Pc
Fe
Vi

ANUNCIAN PROGRAMA DE PRIVATIZACION
Clarin 15-08-90
15-8-90
COLOMBIA 65542
T. Eco. 11161
Pol. Eco. 11342.

Anunciaron en Colombia un programa de privatizaciones

BOGOTA, 8 (AP, UPI y Reuter). — El anuncio del **presidente** colombiano, **César Gaviria**, de que la apertura económica y un vasto plan de privatizaciones serán los pilares de su programa de gobierno para los próximos 4 años, recibieron hoy un **respaldo unánime por parte de dirigentes del oficialismo y de la oposición.**

"Es como si llegara la primavera a Colombia", afirmó el ex presidente **Michael Pastrana**, quien actualmente lidera el Partido Social Conservador, el principal de la oposición.

La diputada y ex comandante guerrillera **Vera Grave**, de la Alianza Democrática, fundada por el Movimiento 19 de Abril (M-19) que dirige Navarro Wolff, señaló que **"este es el comienzo de un proceso democrático amplio**, que merece el respaldo de todos los colombianos".

El vocero de la Iglesia Católica, el obispo **Darío Castrillón**, se identificó con los planteamientos de Gaviria y afirmó que la esperanza de todos los colombianos es la consolidación de la paz que, según dijo, "no llega pese a los esfuerzos".

Los lineamientos de su política para los próximos cuatro años fueron enunciados el martes durante el acto de posesión. Gaviria, un economista de 43 años, dijo que se propone introducir además **profundas reformas al régimen cambiario y laboral.**

El mandatario dijo que la economía debe continuar por el **camino de la internacionalización** iniciado por su **antecesor** y correligionario, el ex presidente **Virgilio Barco**, desde febrero.

"La internacionalización de la economía comprende la modificación al régimen de inversión extranjera, estímulos a la inversión privada, modernización del sistema de transporte terrestre y del sistema de puertos, la recuperación de la red ferroviaria, la reducción de las tarifas aéreas y marítimas", agregó en el mensaje de asunción.

Afirmó que su esfuerzo estará encaminado a conseguir un lugar en el mercado mundial. Su consigna, añadió, será **"exportar más, importar más, producir más, hacer más rica nuestra economía y así generar más empleo"**.

Gaviria advirtió que la apertura de la economía será **un proceso gradual y rechazó la aplicación de políticas de choque** como en otros países latinoamericanos, que "pueden traer en el corto plazo consecuencias sobre el crecimiento y empleo que no queremos asumir".

Colombia se caracteriza por sus políticas conservadoras y gradualistas, gracias a las cuales, según economistas, quedó protegida de una crisis similar a la de sus vecinos.

Otro tema al cual el nuevo presidente dio trascendental importancia fue el de las privatizaciones. El mandatario anunció **programas en ese sentido en los sectores ferroviario, portuario, financiero y en algunas empresas industriales y comerciales del Estado**.

Incluso, anunció la privatización en algunos sectores de las telecomunicaciones, área en que se consideraba sagrada la intervención del Estado. **"El sector de las telecomunicaciones no se puede seguir desarrollando como un poderoso monopolio estatal"**, advirtió.

El presidente de Colombia, César Gaviria, junto a su [illegible] apertura económica y privatizaciones.

01-01

9004833.

Nº DOCUMENTO
TITU EXPECTATIVA DE PAZ EN COLOMBIA
PROC La Prensa 150026
FE Q-8-90
VI... Colombia 6582
F.M.I 11163
SUBV. 11140

Crece la expectativa de paz en Colombia

Bogotá (UP) — El camino hacia la paz en Colombia podría quedar despejado cuando falta menos de una semana para el fin del actual gobierno y el comienzo de la gestión del presidente electo César Gaviria, en caso de concretarse los anuncios de grupos armados de izquierda y de derecha de terminar la violencia.

En un año han sido asesinadas más de 11.500 personas en Colombia y al terminar el mandato presidencial de Virgilio Barco, las estadísticas señalan que el número de muertes violentas es de 24.000.

Gaviria, quien asumirá el martes próximo durante una ceremonia que será trasmitida vía satélite a varios países del continente, anunció que recibe con satisfacción los anuncios de los grupos armados de cesar todas sus actividades.

Por otra parte, se suman los esfuerzos de Barco de continuar hasta el final de su mandato los contactos con el "Ejército Popular de Liberación", el "Frente Indigenista Quintín Lame" y el "Partido Revolucionario de los Trabajadores", para lograr acuerdos de cesación del fuego.

El gobierno firmó la paz con el "Movimiento 19 de Abril (M-19)" que se reincorporó a la vida civil y constitucional con cierto éxito en las elecciones presidenciales de mayo de este año.

Pero el anuncio de tregua que causó sorpresa en el gobierno y expectativa en las filas militares y policiales, fue el que hizo el principal grupo armado de derecha fundado por Fidel Castaño, quien combate a sangre y fuego a la guerrilla comunista colombiana.

También causó sorpresa el anuncio del "narcoterrorismo" del "cartel de Medellín", de suspender todos los atentados de policías y civiles y poner término a los secuestros. En las últimas 48 horas no se registró ninguno.

Marulanda enfermo

El más veterano jefe guerrillero en Colombia, Manuel Marulanda, habría sido llevado de urgencia a Cuba para ser sometido a exámenes médicos por supuestos problemas en el sistema cardíaco.

Marulanda, conocido con el apodo de "Tirofijo" y fundador hace más de 25 años de las rebeldes "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)", habría sido llevado a Cuba.

900483

[illegible] FFAA EFECTIVOS MILITARES
La Prensa 15-06-26
20-8-12
COLOMBIA 65592
E.T. 11163
FFAA 13065
EFECTIVOS 11301

Más efectivos militares en Colombia

Bogotá (Reuter y ANSA) – Los efectivos policiales y de las Fuerzas Armadas de Colombia serán aumentados en alrededor de un cuatro por ciento, según lo decretado por el gobierno del ex presidente Virgilio Barco, informaron medios locales.

Mediante cuatro decretos firmados el 21 de mayo pasado, el Poder Ejecutivo estableció un nuevo tope para efectivos militares y de personal civil en las fuerzas de defensa y seguridad, los cuales serán incorporados en forma gradual.

Por otra parte, el mayor del Ejército Darío Pacheco Martínez y el capitán Alvaro Uscategui Ramírez son buscados intensamente, tras apoderarse de 7 millones de dólares y una cantidad no determinada de lingotes de oro que –según el diario "El Tiempo"– pertenecían al extinto narcotraficante Gonzalo Rodríguez Gacha "el mexicano".

01-01

0004835

Trinidad y Tobago: juicio a rebeldes

La Mañana 3-8-90

El Gobierno de Trinidad y Tobago dijo ayer que no realizó ningún pacto con los rebeldes musulmanes para que se rindieran incondicionalmente tras un intento de golpe de estado, y anunció que someterá a juicio a los que mantuvieron cautivos a decenas de rehenes.

PUERTO ESPANA. (ANSA, EFE y UPI).- "El Gobierno intentó agotar poco a poco la resistencia de los captores y ayer se rindieron incondicionalmente", dijo a los reporteros el principal funcionario de Relaciones Públicas del Gobierno, Gregory Shaw.

La policía y las tropas arrestaron el miércoles a 111 rebeldes del grupo Jamaat Muslimeen, respaldado por Libia, después de que los insurgentes liberaron a todos los rehenes de la estación de televisión estatal y del edificio del Parlamento.

La liberación de los rehenes puso virtualmente fin a la crisis nacional que surgió el viernes pasado, cuando los rebeldes asaltaron el Parlamento y la estación de TV, capturaron al Primer Ministro Arthur Robinson y a otras 45 personas, y demandaron la renuncia del gobernante y la celebración de nuevas elecciones.

"Acuerdos fueron firmados por el Primer Ministro, en los cuales se afirma que habría renunciado y que se otorgaría amnistía al grupo, pero ello fue hecho bajo coacción, con una pistola apuntando. Ni se habla de amnistía. Cualquier acuerdo que fuera firmado es totalmente nulo", indicó Shaw.

PRESENTARIAN CARGOS

Shaw dijo que cargos de traición, asesinato y secuestro serían presentados contra los miembros del grupo, dirigido por Yasin Abu Bakr, quien fue arrestado el miércoles después de rendirse a las tropas del Ejército.

Los cargos que los miembros del grupo enfrentarán conllevan en Trinidad y Tobago la pena de muerte en la horca. No ha habido ejecuciones en el país desde 1975.

Shaw señaló que según las listas oficiales, 30 personas fueron muertas y 150 heridas, pero agregó que estas cifras podrían aumentar a medida que se encuentren más cadáveres.

Muchos cadáveres en estado de descomposición aún yacen sobre las calles del centro de esta capital, que se encuentra en desorden después que tiendas fueron saqueadas y destruidas por el fuego.

Otros informes indican que hasta unas 300 personas habrían muerto en el intento de golpe, entre ellas el secretario del Parlamento, Leo Desvignes, quien murió en un hospital el miércoles debido a heridas de bala.

PUERTO ESPAÑA. Soldados disparan sus armas al aire al caminar hacia una multitud que intentaba robar de los almacenes. Autoridades de Trinidad y Tobago anunciaron que el país recuperará hoy la calma y podría regresar a la normalidad si se reduce o suprime el toque de queda impuesto en la capital, Puerto España

Nº ...
TITU... Título a rebeldes por intento
PER... la Mañana
FE... 3-8-90
VI...
TRINIDAD Y TOBAGO AC/91
Título 11/13
Subió 11/90

01-01

9004836

Nº. DOC.
TITULO: RIOS MONTT. CANDIDATO PRESIDENCIAL
PROC: El Do
FECH: 17-8-90
VINCL: GUATEMALA. 66097
T. POL 11164
P. POL 11304

• Candidato Presidencial

GUATEMALA. (EFE). — El general retirado Efraín Ríos Montt, que tiene impedimentos constitucionales para optar a cargos de elección popular en Guatemala, solicitó ayer al Registro de Ciudadanos (RC) su inscripción como candidato presidencial para las elecciones del próximo 11 de noviembre.

Ríos Montt, que gobernó Guatemala 18 meses entre 1982 y 1983, tras un golpe militar, es apoyado por una coalición de derecha denominada Plataforma "No-Venta", integrada por el Frente de Unidad Nacional el Republicano Guatemalteco y el Partido Institucional Democrático.

21-91

9004837

Nº [illegible]
TITULO CAMBIOS EN EL EJERCITO.
PFOOL La Prensa 150026
FE'H 5-9-90
VINCUL GUATEMALA 66097
F. NIL. 11163
EFAA 13065
EJERCITO 11328
INTEGRANTES 11094

Cambios en el ejército de Guatemala

Guatemala (UP) — Tres sorpresivos cambios en la cúpula del ejército guatemalteco provocaron inquietud y duda entre los políticos.

Los cambios del jefe y subjefe de Estado Mayor y del inspector general del Ejército fueron ordenados por el presidente mediante un decreto dictado el 1º de septiembre y se concretaron el lunes.

Por otra parte, el Tribunal Supremo Electoral de Guatemala rechazó un "recurso de revisión" interpuesto por el general retirado Efraín Río Montt contra un fallo que denegó su solicitud de postularse como candidato presidencial.

Ríos Montt es el candidato que figura en primer lugar en las preferencias del electorado, según las encuestas, pero las autoridades electorales han rechazado su inscripción por claros impedimentos constitucionales.

9004838X

Nº [illegible]

T[illegible]

F[illegible]

VR[illegible]

AMENAZAS A BORJA
El Dia 15000s
5-9-90
ECUADOR 65838
T. POL 11164
FTIL 11163
SUBV. 11140

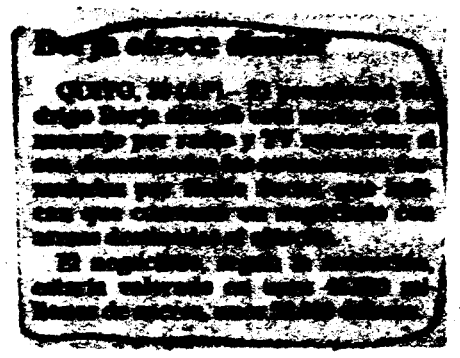
Amenazas a Borja

QUITO, (Reuter). — La Policía ecuatoriana investiga amenazas a funcionarios y familiares del presidente Rodrigo Borja de que sufrirán represalias si el gobierno clausura la emisora de un diputado que denunció presuntos delitos en una compra de armas.

EL DIA - 5/9/90

900839 X

Nº. DOCU
TITU BORJA OTRECE DIMIR
PR LaNacion 150025
FE 21-8-90
VEHICUL ECUADOR 65838
F. POL 1116 4
GOB. NAP. 11302



9004840

Nº. DOCUMENTO
TITULO: TETZEN LEVANTAMIENTO INDÍGENA
PROCE: 6900 / 150005
FECHA: 27-8-90
VINCULACIÓN: ECUADOR 65838
F. SOCIOCUL 11165
CONFLICTOS SOCIALES. 11414

Ecuador teme levantamiento

QUITO, (DPA). — El inminente levantamiento de los 2,2 millones de indígenas, tras la ruptura del diálogo con el gobierno, mantenía ayer a Ecuador en un estado de tensión, mientras la Iglesia Católica hacía un llamamiento a reanudar las negociaciones rotas el jueves.

Los dirigentes de las comunidades indígenas efectuaban ayer arduas consultas para decidir la "profundidad y alcance" de las medidas de hecho anunciadas el viernes por el portavoz de la Confederación de Nacionalidades Indígenas, Luis Macas.

La reanudación del levantamiento indígena, que entre el 3 y el 7 de junio paralizó extensas zonas de Ecuador, parecía ayer inminente y de duración indefinida, luego que el presidente Rodrigo Borja se negase a aceptar las demandas de los indígenas, que incluyen la virtual cercenación del estado ecuatoriano y el surgimiento de un país casi autónomo en la región amazónica.

Los dirigentes indígenas reclaman la firma de un "acuerdo sobre el derecho territorial" de tres comunidades indígenas amazónicas, en que el estado ecuatoriano renuncia a la explotación de petróleo en una extensión de 29.520 kilómetros cuadrados, correspondientes a la provincia del Pastaza.

Los indígenas exigen además el retiro de las fuerzas armadas, la "autodeterminación, autonomía y autogobierno" de esos territorios, la supresión de la vigencia de las leyes ecuatorianas, la aplicación del "derecho tradicional indígena" y la eliminación del régimen político y administrativo de Ecuador.

9004841

Nº DOCUMENTO
TITULO "Asunción de Balaguer"
PROCEDENCIA Clarín 15a24
FECHA DE P[illegible] 17-8-90
[illegible] Rep Dominicana 30250
F. Político 11164

OPTC II (EXTERIOR)
17,8,90
AZ
PICHADO

ASUMIO POR SEXTA VEZ EN LA REPUBLICA DOMINICANA

FICHAJE
CLARÍN
17-8-90

Balaguer: "No pagaremos la deuda"

SANTO DOMINGO, 16 (AP, AFP, EFE y Reuter). — **Joaquín Amparo Balaguer**, de 82 años de edad y **casi ciego**, asumió hoy por **sexta vez** en tres décadas la **presidencia de la República Dominicana**, en medio de un **incidente con los legisladores de la oposición**, y proclamó que el país **no está preparado para hacer frente a su deuda externa de más de 4.000 millones de dólares.**

El **centroderechista** Balaguer, último sobreviviente de los "**caudillos**" latinoamericanos de este siglo, y fue **reelecto** el 16 de mayo por **exigua mayoría** para la primera magistratura —cargo que ya ocupó en **1960, 1966, 1970, 1974** y **1986**—, fundamentó su **plan** tendiente a **reordenar** la **desquiciada economía dominicana.**

Lo hizo en **un discurso improvisado de 50 minutos**, tras prestar juramento para el período 1990-1994 ante el presidente de la **Corte Suprema.**

"La experiencia de los últimos años demuestra que nuestro país **no está capacitado** en la actual etapa para **cumplir con los compromisos** que le imponen los **contratos de préstamos**" con la banca internacional y el **Club de París**, los que deben ser "**revisados**", dijo Balaguer.

Los **severos ajustes económicos** por él anunciados la semana anterior, que incluyen la **eliminación de subsidios** y una nueva política fiscal, llevaron al sector laboral izquierdista a realizar una **huelga general el lunes y martes**; la misma dejó un saldo de entre **11** y **13 muertos**, medio centenar de heridos, más de 2.000 arrestados y unos **60 comercios saqueados.**

Solo **un presidente**, el venezolano **Carlos Andrés Pérez**, asistió a la ceremonia de investidura. También estuvo otro **jefe de Estado, el gobernador de Puerto Rico, Rafael Hernández Colón**, y delegaciones de 53 países.

♦ **Denuncias opositoras**

Tanto Balaguer como su vicepresidente, **Carlos Morales Troncoso**, tuvieron que prestar juramento luego de una **demora de 40 minutos** ante el titular del **Tribunal Supremo Judicial**, en vez de hacerlo como **estipula la Constitución** ante el presidente del Senado.

La dilación se debió a que los parlamentarios de los opositores **Partido Revolucionario Dominicano** (PRD, socialdemócrata) y **Partido de la Liberación Dominicana** (PLD, de izquierda, que responde al gran rival de Balaguer **Juan Bosch**) se **negaron a ingresar al recinto.**

La **minoritaria** bancada del oficialista **Partido Reformista Social Cristiano** (PRSC) no alcanzó a formar **quórum propio.** Balaguer pidió por ello jurar ante el titular de la Corte Suprema, **Néstor Contín Aybar**, a lo que este accedió. El PLD **boicoteó la sesión** porque su derrotado candidato, el octogenario Bosch, denunció **fraude.**

El PLD afirmó hoy además que la asunción de Balaguer fue **inconstitucional**, al no estar presentes los **nuevos jefes de bancadas** que debieron ser elegidos por el Congreso antes del juramento.

9004842

ASUNTO BALAGUER
Lo Vacío 15◇025
12-8-90
REP. DOMINICANA 10/150
F. POL 11164
608 NAC. 11302

Dominicana: asumió Joaquín Balaguer

SANTO DOMINGO, 16 (AP).– Joaquín Balaguer, de 83 años y casi ciego, prestó juramento para un nuevo período de cuatro años, en momentos en que su país atraviesa una de las más serias crisis económicas de los últimos tiempos.

Balaguer, sin embargo, tiene sus miras puestas en este cuatrienio en la celebración del quinto centenario del Descubrimiento de América, en octubre de 1992, que tendrá como punto central la visita de Juan Pablo II y la reunión del Consejo Episcopal Latinoamericano (Celam) para lo cual el gobierno ha destinado grandes sumas en la reconstrucción de la zona colonial de Santo Domingo y la construcción del llamado Faro de Colón, a un costo de 60 millones de dólares.

Visiblemente cansado por su edad y el arduo trabajo de 40 años en el gobierno, 17 de ellos como primer mandatario, Balaguer asumió el poder en medio del descontento de la población, manifestado en una huelga general que paralizó a la nación durante dos días esta semana en protesta por las medidas económicas impuestas la semana última.

La huelga generó disturbios que dejaron 17 muertos, 50 heridos, 80 comercios saqueados y más de 2000 detenidos.

El presidente reelecto envió esta semana una carta a José Francisco Peña Gómez, del Partido Revolucionario Dominicano, en la cual se compromete a iniciar reformas sustanciales al Estado, entre las cuales cita dotar de independencia total al Poder Judicial y proscribir la reelección presidencial.

Balaguer gobernará con una precaria mayoría de 16 senadores, contra 14 de la oposición –12 de ellos del Partido de la Liberación Dominicana, del ex presidente Juan Bosch, y los otros dos que responden a Peña Gómez– y en minoría en la Cámara de Diputados, donde el partido de Bosch tiene 44 bancas contra 41 del partido oficialista, 33 del partido de Peña Gómez y dos que responden a Jacobo Majluta.

Balaguer... En respuesta a... inicia su nuevo período por medio del fraude electoral, obtuvo una ventaja de 24.774 votos– declaró: "Estoy convencido de que el torneo electoral en que resultó ganador fue el más óptimo que nuestro país puede ofrecer dentro de un sistema electoral que todavía está lejos de faltas e imperfecciones".

9004843X

Nº 0[illegible]
TITU: AUNTE BALAGUER
PER: N.D.A
FE: El Dia 17-8-90
VIAJE: REP. DOMINICANA - MOROCCO
F. POL: 444664
GOB. VAC: 444302

EL DIA 17-8-90

Asumió Balaguer por sexta vez

El último caudillo tiene 84, está ciego y enfrenta el caos

SANTO DOMINGO. (AFP). — Por sexta vez en treinta años, el presidente conservador dominicano Joaquín Balaguer, el último sobreviviente de los "caudillos" latinoamericanos de este siglo, juró ayer fidelidad a la Constitución y se sucedió a sí mismo, a los 84 años, y pese a una ceguera irreversible.

Balaguer asumió ayer un nuevo mandato de cuatro años proclamando que República Dominicana no está preparada para hacer frente a su deuda externa de más de 4.000 millones de dólares y anunció un plan para reordenar la desquiciada economía del país.

El nuevo presidente prestó juramento ante el presidente de la Suprema Corte de Justicia, Néstor Contín Aybar, durante una ceremonia realizada en el Parlamento.

El acto se vio demorado al dilatarse la elección del nuevo presidente del Senado, ante quien constitucionalmente correspondía que Balaguer asumiera su mandato.

El inicio del nuevo período presidencial de Balaguer estuvo precedido esta semana por una violenta huelga general de dos días contra su política económica, que dejó un saldo de 12 muertos, más de 20 heridos y cientos de detenidos.

Balaguer fue electo en mayo en elecciones generales que también renovaron el Parlamento y cargos provinciales que fueron criticadas como fraudulentas por el principal grupo opositor, el Partido de la Liberación Dominicana (PLD) del ex presidente Juan Bosch, de 80 años.

El PLD llamó a sus legisladores a no asistir a la ceremonia y denunció que el acto era inconstitucional porque no estaban presentes los nuevos líderes de bancadas del Congreso, al demorarse su elección que debió realizarse antes de la asunción de Balaguer.

En un discurso de casi 50 minutos, Balaguer advirtió a los organismos internacionales que se impone una revisión de los contratos de préstamos hechos al país para adecuarlos a su realidad económica y bases sociales y políticas existentes.

República Dominicana, aquejada por una creciente inflación, fuerte déficit fiscal y balanza comercial negativa, tiene un atraso de 900 millones de dólares en sus pagos de la deuda externa.

Desde el miércoles, la actividad se reanudó normalmente en todo el país, pero las centrales sindicales anunciaron que la lucha no ha terminado, sosteniendo que ésta "continuará hasta obtener un diálogo constructivo con las autoridades gubernamentales", según declaró la secretaria de la CMT (Central Mayoritaria de Trabajadores), Nelsida Marmolejos.

9004844

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO SEPTIMA REUNION DE PRESIDENTES CENTROAMERICANOS
[illegible] ho Norte 15 a 25
[illegible] 2-8-90
[illegible] COSTA RICA 6544
T Pol 11164
RRII 11399

Centroamérica trata el equilibrio armado

Ortega fue acusado de mentiroso

SAN JOSE, Costa Rica, 1º (AP).- Los vicecancilleres y viceministros centroamericanos acordaron, en esta capital, buscar un equilibrio proporcional de sus fuerzas armadas, así como asegurar que estas sean de carácter defensivo.

El encuentro fue parte de los acuerdos de la Séptima Reunión de Presidentes Centroamericanos efectuada en Montelimar, Nicaragua, los días 15 y 25 de abril último.

Para lograr ese objetivo, la comisión sugirió establecer los efectivos militares de cada país, como la extensión y la ubicación territorial, población, características geográficas y culturales y características de las fronteras.

Inventarios de armas

También se propuso la realización de inventarios de armas y efectivos militares de cada país, y ante la posibilidad de enfrentar conflictos internos o movimientos subversivos en el área, los límites acordados podrán ser sobrepasados en número de tropas y equipos específicos para este tipo de situación.

El comandante Humberto Ortega, titular del ejército de Nicaragua, calificó el encuentro de muy provechoso. Añadió que su país, en los últimos tres meses redujo los efectivos militares de [illegible] a 46.000 hombres.

Ortega, "mentiroso"

MANAGUA, 1º [illegible] copresidente de [illegible] la Unidad, [illegible] ruptó al jefe del [illegible] mentiroso. Humberto Ortega [illegible] asegurar que [illegible] con el compromiso [illegible] fuerzas armadas.

Mientras "por un lado [illegible] está desprendiéndose [illegible] equipo y reduciendo [illegible] número de 80 millones de córdobas (57 dólares) por mes", sostuvo. El general Ortega "ha hablado de un ejército de 250.000 efectivos, después de 200.000, de 180.000 y de 150.000", señaló.

"De pronto resulta que sólo eran 80.000 y que 40.000 desaparecieron como por arte de magia, porque desde ahora ahora ahora cuentan fuerzas paramilitares y de qué unidades", agregó. Para Godoy, es obvio que algo se está ocultando, pues "no se pueden esconder 40.000 soldados que de un día para otro pasan a la clandestinidad". Ortega tiene al parecer un ejército de humo, que inventa y desaparece".

El vicepresidente manifestó también que las dos marchas dirigidas por los sandinistas en los meses de mayo y julio últimos causaron "un daño enorme" a la economía nicaragüense.

01 01

9004845

Nº DOCUMENTO
TEMA: PRIMERA CRISIS DEL GOBIERNO DE ENDARA
FECHA: La Nación 24-8-90
VIDEOCASETE: PANAMA 66218
T. POL 11164
GOB NAC. 11302

Primera crisis para el Gobierno panameño

24/8/90
LA NACION

PANAMA. (ANSA, EFE y UPI).- La destitución intempestiva del Jefe de la Policía panameña, la negativa de cuatro civiles a reemplazarlo y las disputas en el seno del Gobierno marcaron esta semana la primera crisis del Presidente de Panamá, Guillermo Endara, ocho meses después de la invasión estadounidense y su llegada al poder.

En menos de 24 horas, el segundo Vicepresidente, Guillermo Ford, calificó de "maricas" a los policías, retó al Primer Vicepresidente, Ricardo Arias, a dar seguridad pública a la ciudadanía, y Endara jubiló al Coronel Eduardo Herrera como Jefe de la Policía y fracasó en su intento de reemplazarlo por un civil.

Herrera, sorprendido en Miami por su cese fulminante y sin explicaciones, dijo ayer que la forma en que fue "jubilado" le recordó "los tiempos del noriegato", en alusión a las destituciones también intempestivas de Presidentes y altos mandos militares en tiempos del derrocado Manuel Antonio Noriega.

Sin embargo, observadores extranjeros anotan una gran diferencia con los pasados 21 años de régimen militar, y señalan que si antes un civil en el Gobierno calificaba a las Fuerzas de Defensa con cualquier término despectivo -menor incluso que "maricas"-, el destituido era él, y no el Jefe de la Policía.

La crisis se produjo en momentos en que los panameños están alarmados por otra creciente ola de asaltos y violencia callejera que ha hecho arreciar las críticas contra el Vicepresidente Arias, en su calidad de responsable de la seguridad pública, cuando también [illegible]

Frontera Bolaco-Illuana y sellado que a Inquilinos Derecho

9004846

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

S U M A R I O D E I N F O R M A C I O N

Período: Del 10SET90 al 16SET90

T E M A R I O

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

B.- BOLIVIA

C.- BRASIL

D.- CHILE

II.- AMERICA CENTRAL

A.- NICARAGUA

III.- EUROPA OCCIDENTAL

A.- REUNIFICACION ALEMANA

IV.- ASUNTO: NARCOTRAFICO

900486

I.- AMERICA DEL SUR

A.- ARGENTINA

1.- FACTOR ECONOMICO

COPIA Nº .....

MEDIDAS DE AJUSTE ECONOMICO

- Ampliando lo informado en el Memorándum 015/90, el último ajuste económico anunciado por el Ministro ANTONIO ERMAN GONZALEZ, se estructuró legalmente en el Decreto Nro. 1757. Las principales medidas adoptadas son:

* Se crea un Comité de Control de la Racionalización del Gasto Público.

* Se prorrogan hasta el 30 de setiembre los contratos del personal de la administración central y de las empresas públicas. A fin de diciembre no quedará ninguna persona contratada en todos los casos. Están excluídos de estas disposiciones los organismos de Defensa, Salud, Educación y Justicia, que deberán presentar un plan alternativo de reducción de personal.

* Todas las compras que de ahora en más realicen las empresas y organismos del Estado, deberán estar previamente autorizadas por la Sub Secretaría de Hacienda.

* La política salarial para empresas estatales y organismos públicos será igual a la fijada para la Administración Central. Quedan suspendidas todas las cláusulas especiales en las empresas públicas y organismos descentralizados.

* Pasan a depender del Ministerio de Economía todas las empresas del área de Defensa (excepto las que tengan directamente que ver con la seguridad) y todas las del área de Obras y Servicios Públicos. También pasa a depender de Economía la Sub Secretaría de Energía.

* Las empresas públicas y organismos descentralizados deberán presentar a partir de octubre un balance mensual, que será aprobado por la Sub Secretaría de Hacienda. Este balance tendrá que arrojar un superávit similar al pago de los servicios de la deuda de cada uno de ellos.

* Todas las empresas y entes estatales deberán dar prueba

COPIA HP

del cumplimiento de la racionalización del gasto. Posteriormente tendrán que hacerlo en forma trimestral.

* Todas las empresas y organismos del Estado deberán cancelar en un plazo no mayor de 90 días las deudas que mantuvieran con otras empresas del sector o con la Tesorería.

* Se crea un bono que refinancia las deudas del Estado con los proveedores a diez años de plazo.

COPIA Nº .....

B.- BOLIVIA

1.- FACTOR POLITICO

CRISIS POLITICA

El partido de Gobierno MOVIMIENTO IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR), se encuentra en una situación conflictiva con el PARTIDO ACCION DEMOCRATICA NACIONALISTA (ADN), del ex Presidente HUGO-BANZER que tiene participación en el gabinete del Presidente JAIME-PAZ ZAMORA. El problema se originó a raíz de un incidente policial donde fue golpeado el Diputado GASTON MOREIRA, perteneciente al ADN. El Ministro del Interior, GUILLERMO CAPOBIANCO informó sobre el episodio al Congreso señalando que fue el Diputado MOREIRA "quien -- junto a su hijo y ambos en estado de ebriedad atacaron a los gendarmes". Los diputados del ADN rechazaron el informe del Ministro, -- abandonando la sala del Congreso. Ante esta situación el Ministro-CAPOBIANCO presentó su renuncia al cargo, la que fue rechazada por - el Presidente JAIME PAZ ZAMORA.

2.- FACTOR ECONOMICO

APERTURA PARA CAPITALES EXTRANJEROS

La Cámara de Diputados aprobó un proyecto de ley según el cual los inversionistas extranjeros en BOLIVIA gozarán de las -- mismas garantías que los nacionales. Entre estas nuevas garantías-se encuentran la libertad cambiaria y la libre exportación, importación y comercialización de bienes y servicios en general. De acuerdo al proyecto las empresas extranjeras podrán fijar sus precios -- sin restricciones, ingresar capitales, remitir dividendos e intereses al exterior por transferencias de tecnología u otros conceptos-mercantiles y convenir o rescindir contratos de trabajo de acuerdo-a la Ley General de Trabajo.

Este proyecto de ley seguramente tendrá un gran impacto en el futuro económico del país, teniendo como objetivo enfrentar la recesión económica mediante la captación de capitales extranjeros. Por otra parte, una misión del FMI llegaría en los próximos - días a BOLIVIA, circunstancia que podría influir en la rápida aprobación del proyecto.

9004660

C.- BRASIL

1.- FACTOR POLITICO

COPIA Nº .....

- GOBIERNO

a.- EVALUACION DE LOS PRIMEROS SEIS MESES DE GOBIERNO

El día 10 de los corrientes el Presidente Brasileño reunió a su Gabinete para hacer una evaluación de los primeros 180 días de Gobierno. En el discurso de apertura,el mandatario señaló que los derechos humanos en BRASIL eran un asunto prioritario para su Gobierno. También, anunció la conclusión de la segunda etapa del programa de estabilización del país. Los doce Ministros hicieron -cada uno de ellos- un balance de la situación en sus respectivas áreas de trabajo.

El Ministro de Educación, CARLOS CHIARELLI, anunció el lanzamiento del Programa Nacional de Alfabetización, según el cual se pretende la alfabetización de 25 millones de personas en tres años.

La Ministro de Economía, ZELIA CARDOSO DE MELLO, presentó datos que demuestran la estabilización de la inflación y anunció que el país recibirá U$S 4 mil millones,procedentes de entidades financieras oficiales internacionales antes de fin de año; los que se suman a los U$S 2 mil millones que recibirá del FONDO MONETARIO INTERNACIONAL (F.M.I.) a fines del presente año o comienzos del próximo. Explicó que,el acuerdo -con el organismo internacional de crédito demuestra que la deuda externa brasileña "está siendo tratada de manera responsable". Señaló que -la carta de intenciones tratada por el F.M.I. y el Gobierno Brasileño el pasado mes de agosto, en BRASILIA, será firmada en la primera quincena de octubre, de acuerdo a lo que se estableciera durante la visita que el Presidente del Banco Central, IBRAHIM ERIS,hiciera recientemente a WASHINGTON.

b.- PROYECTO "AMAZONIA"

Próximamente el Gobierno pondrá en funcionamiento -el "Proyecto AMAZONIA", programa que tiene un presupuesto de 20 mil -millones de dólares y que pretende elevar el desarrollo socio-económico de los nueve estados de la región (MATO GROSSO, TOCANTINS, AMAZONAS, PARA, ACRE, AMAPA, RONDONIA y MARANHAO)antes de finalizar el siglo.XX. Para que los empresarios nacionales y extranjeros se interesen por la región amazónica -que concentra el 61% del territorio brasileño y tiene 17 millones de habitantes- el Gobierno va a desarrollar,en una pri

mera etapa, obras de infraestructura.

El proyecto prevé la construcción de algunas represas hidroeléctricas; el Gobierno dará prioridad a las vías fluviales - para el transporte.

c.- ENCUESTA DE I.B.O.P.E. SOBRE ACTUACION DEL GOBIERNO

De acuerdo a las encuestas que realizara recientemente I.B.O.P.E.(INSTITUTO BRASILEÑO DE OPINION PUBLICA Y ESTADISTICAS) a nivel nacional y sobre 3.700 personas, la situación en el país está mejorando según el 51% de los entrevistados. El 44% considera que el Gobierno está actuando en forma regular y el 60% confía en el Presidente COLLOR. El 32% dice que el Plan Collor es más acertado que errado. En lo que respecta a la realización de huelgas, el 36% de los brasileños son contrarios a cualquier tipo de paralización laboral.

2.- FACTOR MILITAR

- CRISIS DE LA FUERZA DE SEGURIDAD PUBLICA RIOGRANDENSE

La crisis existente en la actualidad en la seguridad pública riograndense , es la mayor de los últimos años; pues engloba no sólo a los 30.000 policías militares sino que también a los 5.000 policías civiles y a los 2.000 agentes penitenciarios, que se están movilizando desde hace tres meses para la realización de una huelga general unificada. El Cnel. CARLOS STOCKER, Comandante General de la Brigada - Militar, envió un telex a todas las unidades advirtiendo que la Constitución prohíbe la realización de huelga por parte de los militares(Art. 42 inciso 5). La Policía Militar es considerada parte de los Servicios Militares según el Art.42 inciso 1 de la Constitución.
Los involucrados están solicitando un aumento salarial que les restituya lo perdido por la puesta en funcionamiento del Plan Collor. El Gobierno propuso un reajuste escalonado, el que fue rechazado por la asamblea de los policías militares y civiles.

Por otra parte, 15 de los 20 Coroneles en actividad de la Policía Militar reunidos con el Cnel. STOCKER, pidieron autorización para retirarse de la actividad (pasar a situación de no disponible) por tiempo indeterminado; simultáneamente lanzaron una nota a la opinión pública en la que expresan su disconformidad con el tratamiento - salarial dispensado por el Gobierno y las reivindicaciones salariales.

COPIA Nº .....

3.- CONCLUSIONES

- El resultado que se desprende de las encuestas que realizara recientemente I.B.O.P.E. confirma lo mencionado en SUMIS anteriores, con respecto al apoyo que la población brasileña brinda al Pte. COLLOR.

-El nuevo préstamo que el F.M.I. otorgó a BRASIL surge como reconocimiento,por parte de dicha institución,de la estabilidad económica que se está produciendo en el país.

- La actitud adoptada por 15 de los 20 Coroneles,en actividad,de la Policía Militar se debería a que, como la Constitución prohíbe a los militares realizar huelgas y organizarse en sindicatos, ellos optaron por retirarse de la actividad (pasar a situación de no disponible) por tiempo indeterminado, como una forma de reprobación de la actual situación económica de la Fuerza y adhesión a la posible - - huelga general que pueda llevarse a cabo.

D.- CHILE

1.- FACTOR MILITAR

DECLARACIONES DEL GRAL. PINOCHET SOBRE MILITARES ALEMANES.

- El Gral. AUGUSTO PINOCHET, entregó al Agregado Militar de la Embajada de ALEMANIA en SANTIAGO DE CHILE, una carta de - disculpa por sus declaraciones acerca del Ejército alemán sobre el cual afirmó que se había transformado "en un grupo de drogadictos, homosexuales, melenudos y sindicalistas". No obstante, el Encargado de Negocios de la Embajada alemana solicitó que la carta fuera "publicada en forma oficial y formal".

ANIVERSARIO DEL GOLPE DE ESTADO

- Al conmemorarse el 17º aniversario del derrocamiento de SALVADOR ALLENDE, el Gral. AUGUSTO PINOCHET fue saludado -- en su domicilio por el cuerpo de Generales del Ejército y por dirigentes del partido derechista UNION DEMOCRATICA INDEPENDIENTE (UDI), al tiempo que centenares de personas se congregaron manifestando su apoyo al anterior régimen militar. En la oportunidad el Gral. PINOCHET expresó que "si las circunstancias se dieran de nuevo no tendría ningún momento de duda para hacerlo otra vez", refiriéndose a- la intervención militar de 1973.

Mientras tanto, sectores izquierdistas realizaron un - acto de homenaje a ALLENDE, en el Cementerio General de Santiago,- donde se produjeron incidentes y enfrentamientos con la Policía, -- con un saldo de nueve agentes del orden y tres civiles heridos. Por otra parte, la Policía informó sobre el estallido de bombas en varios puntos de la capital. A su vez, el Presidente PATRICIO AYLWIN viajó a la Antártida acompañado por el Comandante en Jefe de la --- Fuerza Aérea Gral. FERNANDO MATTHEI, el Jefe de la Región militar - austral, Gral. del Ejército , LUIS HENRIQUEZ y el Ministro de Defensa, PATRICIO ROJAS.

II.- AMERICA CENTRAL

A.- NICARAGUA

1.- FACTOR POLITICO

COPIA Nº

ADVERTENCIA DEL SANDINISMO

El Dirigente sandinista BAYARDO ARCE, manifestó que -- "si no se revierte la crisis que vive el país habrá cuando menos un estallido social en octubre". Los sandinistas se oponen a que el - Gobierno de VIOLETA BARRIOS DE CHAMORRO devuelva a sus antiguos dueños las tierras repartidas durante el régimen sandinista, que según éstos constituyen la denominada "propiedad popular". Esta actitud - se enmarca en la política anunciada anteriormente por los sandinistas de "no retroceder en los logros revolucionarios".

III.- EUROPA OCCIDENTAL

A.- REUNIFICACION ALEMANA

Los Ministros de Relaciones Exteriores de las dos ALEMANIAS, conjuntamente con los de ESTADOS UNIDOS, FRANCIA, GRAN BRETAÑA y la UNION SOVIETICA, aprobaron en MOSCU un tratado que sienta las bases para una ALEMANIA unida, el cual deberá ser ahora ratificado por los Gobiernos de los países implicados. El mencionado tratado señala entre otras cosas "que las actuales fronteras de las dos ALEMANIAS permanecerán vigentes y que no existen reclamos territoriales de ningún tipo contra cualquier otro Estado ni los tendrá en el futuro". En este sentido se hace mención específicamente a los límites entre ALEMANIA y POLONIA, los que serán confirmados en un convenio aparte. Asimismo los Gobiernos de ambas ALEMANIAS reafirmaron su renuncia a la fabricación y posesión del control sobre armas nucleares, biológicas y químicas, declarando además que la ALEMANIA unida acatará estos compromisos. También se expresa que "el Gobierno de la R.F.A. se compromete a reducir el personal de las FUERZAS ARMADAS de esa ALEMANIA unida a 370.000 efectivos de las tres Armas, en los próximos tres o cuatro años. Asimismo se establece que esta ALEMANIA tendrá "soberanía total sobre sus asuntos internos y externos". Todos los Ministros firmantes del tratado coincidieron en afirmar que de esta manera se pone realmente fin a la SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. Desde el punto de vista económico y de acuerdo a un artículo publicado por el semanario germano-federal "STERN", sería necesario invertir un total de 530.000 millones de dólares en la REPUBLICA DEMOCRATICA ALEMANA, durante los próximos cinco años, para que esta nación alcance los niveles económicos de la R.F.A.- Los países miembro de la COMUNIDAD ECONOMICA EUROPEA (C.E.E.) vienen advirtiendo desde hace tiempo que la adopción del marco como moneda interalemana les hará soportar un rebrote inflacionario y mayores tasas de interés. El índice de inflación de ALEMANIA FEDERAL es de un 2,3%, contra un 4,4% de los ESTADOS UNIDOS y un 9,8% de GRAN BRETAÑA. Según

9004860

la opinión de economistas europeos, en el futuro las naciones de EUROPA DEL ESTE, incluída la UNION SOVIETICA, dependerán del marco y por ende de los dictámenes del BUNDESBANK, banco central de la R.F.A., a medida que se integren en el comercio mundial. Asimismo la propuesta formulada por el Presidente BUSH a AMERICA LATINA respecto a formar una zona de libre comercio "desde - ALASKA hasta TIERRA DEL FUEGO", sería, según el criterio de estos mismos economistas, el fiel reflejo de como a los ESTADOS - UNIDOS se le escapa EUROPA de las manos, mientras que ALEMANIA ya está ocupando su lugar.

IV.- ASUNTO: NARCOTRAFICO

A.- AMERICA DEL SUR

1. COLOMBIA

- La semana pasada el Pte. CESAR GAVIRIA hizo una propuesta de rendición a los narcotraficantes, prometiéndoles que serían eximidos de la extradición a los EE.UU. y sus sentencias serían reducidas si se rendían, confesaban y cooperaban con las autoridades. Sin embargo hasta ahora no hubo respuesta oficial de los jefes de los carteles de la cocaína, ni se ha entregado ningún traficante.

Independientemente del resultado concreto de las propuestas del Poder Ejecutivo, el Pte. GAVIRIA ha puesto en práctica una nueva estrategia sobre el tema del narcotráfico, que ya había sido adelantada en su campaña electoral y que incluye un tratamiento distinto con respecto a la extradición de narcotraficantes.

Es de destacar que de acuerdo a datos oficiales el índice de violencia habría decrecido en el país, lo que podría interpretarse como una tregua implícita de los narcotraficantes en espera de pasos concretos en la estrategia.

Nº. DOCUMENTO .....
TITULO Situación Corriente
F... Sec. Sudáfrica (20361)
FE... 7/11/89 ✓
VI... Somalia (20160)
Factor Política (11161)

Sudáfrica
135

REFERENCIA : B/2632

FECHA : 7 de noviembre de 1989

SOMALIA :

SOMALIA : SITUACION CORRIENTE

1. La creación de un sistema multipartidista por parte del Comité Central del Partido Revolucionario Socialista Somalí (SSRP) el 30 de agosto de 1.989 fue el resultado del creciente descontento del clan gobernante Marehan y de la renovación de la lucha con los rebeldes al sur y norte del país. También contribuyó a la formación del sistema multipartidista la imperante crisis económica durante el periodo de la re-evaluación de la política exterior del país con los EEUU, la Unión Soviética, Libia y Cuba.

2. El 26 de mayo de 1.989 el presidente BARRE recibió un ultimatum de altos oficiales militares, funcionarios del gobierno, directores de companías y parlamentarios, todos miembros del partido MAREHAN, en el cual se exigía el retorno a la democracia y la implementación de un sistema multipartidista. Estas exigencias no fueron bien recibidas por los preferidos de BARRE, entre ellos, su hijo MASLAH (heredero forzoso de BARRE que desde enero de 1.989 ocupa el cargo de comandante de las Fuerzas Armadas, nombramiento que originó muchas protestas por parte de los oficiales con más experiencia) y ABDURAHMANE JAMA BARRE (medio hermano de BARRE ministro de Asuntos Exteriores). El Comité Central del SSRP rechazó la idea de darle fin al sistema unipartidista, decisión que ha contribuido al creciente descontento dentro de los clanes MAREHAN y OGADENI (la principal fuerza en el ejército).

3. La situación del país se deterioró aun más durante el pasado mes de julio cuando más de 400 personas murieron en la revuelta de Mogadishu. En esta ocasión las fuerzas de seguridad identificaron a miembros del clan ISSAQ que simpatiza con la

9004870

causa del movimiento Nacional Somali (SNM - el grupo rebelde más importante). La gravedad de la situación se comprobó cuando la comunidad italiana abandonó el pais y los EEUU advirtió a sus ciudadanos que no viajasen a Somalia. Además varios diplomáticos africanos se preparaban para salir del país en caso de que hubiese más acción gubernamental o un posible golpe de estado. Numerosos OGADENI desertaron y se unieron a las fuerzas rebeldes mientras que altos oficiales MAREHAN, desilusionados con las medidas de BARRE de reprimir todo tipo de oposición, se retiraron del ejército cuando a dos de los más destacados OGADENI en el gobierno de BARRE, el general Aden Abdullahi NUR (degradado a ministro de Defensa en enero de 1989) y Moahmmed Abdullah BAADLEH (Antiguo ministro del Interior) se les acusó de traición y se les encarceló. Las negociaciones entre funcionarios de gobierno y militares fracasaron. Posteriormente, al sur se organizaron dos grupos rebeldes, el movimiento Patriótico Somalí (SPM) bajo el liderazgo del Coronel Bashir Ali SALAT "Bililqo" (antiguo comandante de la guarnición del ejército en Kismayu y yerno de NUR) y el Frente de Acción Somalí (se desconoce el dirigente del SAF) que intentaron derrocar el gobierno de BARRE.

4. Al norte, desde el comienzo de la ofensiva el pasado mes de mayo el principal grupo rebelde, el Movimiento Nacional Somalí, ha ocupado varios pueblos aunque las fuerzas gubernamentales todavía controlan Berbera y Hargeisa. El gobierno sufrió un fuerte golpe cuando el Coronel Ahmed Omar JESS (antiguo comandante del Sector Norte 26) desertó y se unió al SNM en junio de 1989 entregándole al movimiento varios tanques, armas y sistemas de comunicación. Aparentemente el SNM ha conseguido averiar las carreteras que se utilizan para abastecer Hargueisa y Berbera. Al parecer hay desmoralización dentro de los miembros de las fuerzas del gobierno (muchos son Ogadeni) por los recientes acontecimientos al sur del país. Además el SNM se negó a negociar con BARRE sobre la posibilidad de establecer un gobierno democrático y a su

9004870

vez acusó a BARRE de tratar de retener el poder valiéndose de promesas inútiles y vacías.

5. La guerra en el norte también está afectando la economía del país. Asimismo mientras Somalia tiene problemas con las deudas contraídas, varios de los paises donadores, como los EEUU, han suspendido la ayuda por deudas impagadas y por violación de los derechos humanos. También la escasez de crudo afectó el precio de los víveres y la falta de recursos en efectivo ocasionó la suspensión de préstamos y la reducción de préstamos existentes. El 22 de agosto el gobierno destituyó al gobernador, al gobernador adjunto y al director general del Banco Central para tratar de ganarse la confianza de los países donadores.

6. Aunque se le considera un país aliado desde que terminó la guerra Ogaden en 1978, Somalia, posiblemente en vista de la escasez de armamento y la grave situación económica, está tratando de renovar las relaciones con la Unión Soviética, Cuba y Libia.

7. A partir de julio de 1988 las relaciones entre Somalia y los EEUU se han ido deteriorando. El pasado mes de julio el congreso de los EEUU inmovilizó una ayuda por el valor de US 55 millones y suspendió el suministro de armas mortíferas alegando violación de los derechos humanos y ausencia de dialogo con la oposición. Ni la campana diplomática del premier SAMANTAR por Europa y los EEUU durante el pasado mes de febrero, ni la afirmación de éste de la liberación de presos políticos lograron convencer al congreso de los EEUU de las buenas intenciones del gobierno Somalí. Además, en agosto de 1.989, un vocero de los EEUU anunció que como protesta por el comportamiento de las fuerzas de seguridad durante los disturbios del 14 de julio de 1.989, la instrucción militar y la presencia norteamericana disminuirían. Al parecer la prórroga del contrato que concede instalaciones militares en el puerto de Berbera después de 1.990 es otro motivo de discordia

9004810

entre EEUU y Somalia, aunque es dudoso que EEUU renuncie a esta base tan importante estratégicamente.

8. Los esfuerzos de Somalia por mejorar las relaciones con la Unión Soviética comenzaron en Abril de 1988 cuando el presidente BARRE se reunió con el Sr. ADAMISHIN viceministro soviético de Asuntos Exteriores. Ambos expresaron sus deseos de un retroceso de estrechar las relaciones entre los dos países y de un retroceso a la situación pre-1.977. Una delegación soviética de alto grado encabezada por Yukalov (jefe del departamento de Africa central y oriental del ministerio soviético de Asuntos Exteriores) visitó Somalia en septiembre de 1.988. Durante la visita se firmó un acuerdo de un ano en el cual se estipulaba la cooperación en los campos de la educación, ciencia, información, y deporte. Mientras una delegación sindical de la Unión Soviética visitaba a sus colegas en Somalia entre el 22 y el 29 de agosto de 1.989, el hijo del presidente BARRE visitaba Moscú. Además el 10 de octubre de 1.989, el ministro de Asuntos Exteriores, Abdirahman Jama BARRE, se entrevistó en Nueva York con Eduard SHEVARDNADZE (ministro soviético de Asuntos Exteriores) para discutir las relaciones entre los dos países. SHEVARDNADZE subrayó que la Unión Soviética estaba a favor de una solución pacífica al conflicto de Somalia. Las buenas relaciones entre Somalia y la Unión Soviética probablemente se deben a la urgente necesidad de BARRE de conseguir ayuda militar y el deseo soviético de aumentar su influencia en Somalia. Es dudoso que la Unión Soviética, debido a su propia situación económica, esté dispuesta a facilitarle asistencia militar y el comentario de SHEVARDNADZE recalca los deseos soviéticos de una solución política pacífica en lugar de un conflicto militar. Por lo tanto se puede suponer que los soviéticos ofrecerán apoyo político a BARRE pero Somalia dependerá de otros países como Libia y Cuba para la ayuda militar. Observación: Somalia reanudó relaciones con Cuba en 1.989.

900480

9. Desde mayo de 1.988 las relaciones con Libia han mejorado notablemente a raiz del suministro de una serie de armas que incluia agentes químicos que Somalia usaría contra los rebeldes del norte. Durante la visita de BARRE en diciembre de 1.988, el coronel KADDAFI se excusó ante el mandatario por haber apoyado al SNM y al SSDF y agregó que estos movimientos ponían en peligro la unidad Arabe y la estabilidad en el Cuerno de Africa. En octubre de 1.988 se firmó un acuerdo de cooperación económica y en el mes de diciembre del mismo ano hubo intercambio de embajadores y se firmaron acuerdos de cooperación económica, social y cultural. Las relaciones militares han mejorado desde la visita del General HASLAH el 18 de agosto de 1.989 durante la cual HASLAH aprovechó la oportunidad para informar a KADDAFI sobre su visita a la Unión Soviética. El 16 de octubre de 1.989 el SNM anunció que durante el mes de septiembre del mismo ano, Libia habia enviado más de 700 militares y que últimamente había llegado un envío de material militar.

10. En un contexto africano, Somalia normalizó las relaciones con Etiopía por medio de un tratado que se firmó en abril de 1.988 en el que se establecía la distribución de los recursos. Con la firma de este tratado los dos países pudieron repartirse la mayoría de sus recursos y solventar sus respectivos problemas domésticos. Las relaciones con Kenia se han deteriorado debido a la afluencia de refugiados que huyen de la reciente violencia que se ha desatado al sur de Somalia. El gran número de refugiados que a diario cruzaban la frontera obligó a las autoridades de Kenia a cerrar la frontera. El 20 de septiembre de 1.989 varios policias de Kenia murieron en el fuego cruzado en territorio keniano entre las fuerzas de seguridad somalies y un grupo rebelde. A raiz de estos acontecimientos los dos países mantuvieron una serie de conversaciones urgentes para restaurar sus relaciones.

9004870

11. PERSONAS NOTABLES

a. BARRE, MOHAMED SIYAD

BARRE llegó a la presidencia después del golpe de estado de octubre de 1.969. Tiene aproximadamente 78 anos de edad, pertenece al clan MAREHAN y es un musulman devoto. Tiene cuatro hijos hombres de la primera esposa y diez hijos de la segunda. Después del casi fatal accidente automovilístico en 1.986 se especuló sobre el posible sucesor de BARRE. En los últimos anos se ha evidenciado que BARRE está preparando el camino para que su hijo MASLAH le suceda. Con frecuencia BARRE nombra a familiares incompetentes para cargos importantes en el gabinete y en las fuerzas militares.

Según la constitución, si BARRE muere o queda incapacitado se nombrará al premier Mohamed Ali SAMANTAR jefe de estado interino por un periodo de 60 días y luego se convocarán elecciones. Aunque a SAMANTAR se le considera un buen político es probable que MASLAH suceda a BARRE.

b. BARRE, MASLAH

MASLAH, el hijo mayor de BARRE se educó en la Unión Soviética y tiene entre 35 y 40 anos. Fue comandante del ejército moadishu, división responsable de la seguridad del estado en la capital, y en enero de 1.989 se le ascendió a comandante de infantería. Se cree que su rápido ascenso a su posición actual es con el fin de ofrecerle una máxima orientación en las Fuerzas Armadas y un esfuerzo para asegurar el dominio Marehan en el gobierno. Aparentemente cuenta con el apoyo del ministro del Interior, Ahmed Suleiman ABDALLEN y de Mohamed Siad

3004870

MORGAN vice-ministro de Defensa, ambos son yernos del presidente BARRE.

c. SAMANTAR, MOHAMED ALI

Samantar tiene 58 anos y fué ministro de Defensa hasta diciembre de 1.987 cuando se le nombró primer ministro. Mientras BARRE visitaba algunos países árabes, dirigió la ofensiva contra el SNM. También se le nombró vocero oficial durante la ofensiva diplomática que se emprendió en Europa y los EEUU en enero de este ano. A SAMANTAR se le atribuye gran abilidad diplomática y también se le distingue por su lealtad incondicional a BARRE.

d. BARRE, ABDIRAHMAN JAMA

BARRE es medio hermano del presidente. Durante diez anos fue ministro de Asuntos Exteriores (1.977 - 1987) y posteriormente ministro de Hacienda (1.987 - 1989) y en abril de 1.989 fue re-elegido ministro de Asuntos Exteriores. Las aspiraciones de BARRE de convertirse en el líder de la familia real son bien conocidas. Se le considera un político mediocre y mientras estuvo a la cabeza del ministerio de Hacienda no se percibió ningún mejoramiento en la debil economía de Somalia.

e. NUR, ADEN ADBULLAHI "GABIYU"

NUR es miembro del clan Ogadeni y en diciembre de 1.987 se le nombró ministro de Defensa. Muy unido a BARRE y MASLAH hasta cuando denunció el envío de soldados Ogadeni al frente de las tropas mientras que a los oficiales Marehan se les transfería a zonas más seguras. Cayó en desgracia y en enero de 1.989 se le degradó a ministro de Turismo y

9004870

posteriormente, en una reorganización del gabinete en abril de 1.989, se le nombró ministro de la Presidencia. BARRE lo retiró del escenario político después de arrestarle en agosto de 1.989 por delitos de traición. Esta medida se consideró muy imprudente por la gran popularidad de NUR dentro del ejército e inclusive se piensa que dicha gestión originó la deserción de miles de soldados Ogadeni que más tarde se unieron a los grupos rebeldes.

f. MORGAN, MOHAMED SAID

El general MORGAN tiene 42 anos de edad y es el yerno del presidente BARRE. Fue comandante de la División 26 del ejército que lucha contra el SNM al noroeste del país. Desapareció por varios meses en 1.988 y se le dió por muerto pero más tarde se comprobó lo contrario y en enero de 1.989 se le nombró viceministro de Defensa.

9004870

U

General a prisión

PROC CLARIN 150024

FE 30/8/90

Argentina 10033

F. Militar 11163

Fuerzas Armadas 13065

Sanacion interna 11354

ENTRADO 21/9/90 RN

CRUZADO " "

General a prisión

La justicia militar dispuso la prisión preventiva rigurosa del ex comandante de Arsenales, general (R) Héctor Gargiulo. En razón de la jerarquía del procesado, debió acudirse a una autorización expresa del Presidente de la Nación para proceder a la detención y en su carácter de comandante en jefe de las Fuerzas Armadas.

Gargiulo, alojado en dependencias del Ejército, en Palermo, está acusado de serias irregularidades, cometidas presuntamente en el llamado a licitación para la compra de armamento cuando se desempeñaba como comandante de Arsenales.

♦ **Juicio político**

La Cámara de Diputados se pronunciaría hoy por rechazar el juicio político al juez federal Miguel Angel Ortiz Pardo, titular del juzgado de Mercedes, provincia de Buenos Aires. En cambio, rechazaría o archivaría que vuelva a la Comisión de Juicio Político que se propicia para el integrante de la Corte Suprema de Justicia de la Nación, César Augusto Belluscio.

La sesión, que comenzará en las primeras horas de la tarde, es continuación de la iniciada el 1° de agosto, que hasta ahora solo dispuso someter a ese trance a Remigio González Moreno, quien renunció con posterioridad y es sometido a proceso por secuestro extorsivo con apariencia de diligencia legal respecto de dos directivos del Sanatorio Güemes.

01-01

9004871

Nº DE CUT:
TITULO: Encuentran armas de guerra
PUBLICACION: LA NACION 150025
FECHA: 29/8/90
VINCULOS: Argentina 10033
E. Militar 11163
Subversión 11146

21/9/90 RN
1 4

Armas de guerra

La detención de cuatro personas y el secuestro de rifles, pistolas, granadas y cientos de municiones de de guerra fue el resultado de un procedimiento efectuado ayer en una finca del barrio de Villa Crespo.

Luego de distintos trabajos de inteligencia, personal de la comisaría 33a. efectuó un allanamiento en una vivienda de la calle Camargo 724.

Los [illegible] una gris pizarra, [illegible] y un [illegible] por [illegible]

- [illegible] calibre 22, [illegible] y un [illegible] municiones [illegible]
- Varias [illegible] y dos pistolas [illegible]
- Cerca de 2000 municiones calibre 7,62 y [illegible] tipo [illegible] 22.
- Una granada y equipos de comunicación del Ejército.

01-01

9004872

Nº. DOCUMENTO

TITULO Almirantes: avanzaron en reestructuración naval. 21/9/90 LN " "

PROCEDENCIA 26/8/90

FECHA DE EDICION LA NACION 150025

VINCULACIONES Argentina 10033
F. Militar 11163
Organizacion Militar 11415
Marina 11329

Almirantes: avanzaron en la reestructuración naval

Las medidas tendientes a la reestructuración de la Armada y el plan de tareas del año naval fueron analizados por el Consejo de Almirantes, durante dos jornadas de trabajo que finalizaron ayer.

Las deliberaciones fueron presididas por el jefe del Estado Mayor, vicealmirante Jorge Ferrer, y participaron todos los almirantes con destino en el país.

En un escueto comunicado dado a conocer por la fuerza no se informó, empero, si el tema del redimensionamiento naval quedó agotado.

El doctor Humberto Romero dio precisas instrucciones a las Fuerzas Armadas para que antes del 1º de octubre próximo presentaran sus proyectos para reorganizar y modernizar sus efectivos, en un plan de achicamiento acorde con las posibilidades presupuestarias, la realidad nacional y el panorama internacional.

Con relación a la Armada, fuentes del Gobierno admitieron que es una fuerza moderna y adecuada en cuanto a su material flotante, pero que debe redimensionar sus bases navales y aeronavales, reubicándolas hacia el sur de Puerto Belgrano, cercano a Bahía Blanca.

También se propiciaría un nuevo asentamiento de la Escuela de Mecánica de la Armada y de la Escuela Naval Militar. La primera, ubicada actualmente en el barrio de Núñez, de esta Capital, podría ser trasladada a una zona cercana a Baterías, localidad también próxima al actual asentamiento de la Flota de Mar, en Puerto Belgrano y donde funciona el comando de la Infantería de Marina.

El principal problema para iniciar las modificaciones, según fuentes militares, es la falta de presupuesto ya que afirman que sin dinero no se puede afrontar ningún cambio.

9004873

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Nueva Política de Defensa
PROC: CLARIN 150024
FE: 23/8/90
VINCULACION: Argentina 10033
F. Militar
Organizacion Militar 11163
Fuerzas Armadas 13065
Despliegue 11416

ENTRADO 21/9/90
CRUZADO

Nueva política de defensa

El Gobierno se apresta a definir una nueva política de defensa, cuyos alcances concretos serán comunicados próximamente a los jefes militares, según se supo en fuentes oficiales bien informadas.

Los detalles se manejan en el Ministerio de Defensa con absoluta reserva, pero las novedades alcanzarían, por lo menos, al redespliegue territorial de las unidades.

A su vez, de fuentes militares trascendió que las Fuerzas Armadas también tienen bajo elaboración profundos planes de reestructuración.

En la Armada los estudios están muy adelantados y los almirantes, con el titular de la fuerza a la cabeza, almirante Jorge Ferrer, deliberarán hoy y mañana.

Los aspectos políticos estarían orientados a definir nuestros intereses vitales en el marco regional, en tanto que las autoridades militares deberán determinar cuáles son las fuerzas que necesitamos para defender aquellos objetivos.

Precisamente hoy habrá una reunión de los jefes de Estado Mayor con el ministro Humberto Romero, acerca de lo que se informa por separado.

Un análisis de los cambios que se están produciendo en el mundo podría ser el punto de partida para encarar la reformulación de una nueva estrategia defensiva.

• • • •

Las mutaciones están a la vista. Lo que sucede en la Europa del Este es tan amplio y se produce a un ritmo tan vertiginoso que no resulta de sencilla asimilación. El futuro de aquellos países aún no se puede predecir, pero se podría asegurar que ya no volverán a ser lo que fueron.

En un ámbito mucho más amplio asistimos al fin de la bipolaridad entre las máximas potencias: los Estados Unidos y la Unión Soviética.

Los líderes de ambas naciones han encarado compromisos audaces y de largo alcance. Europa está a punto de constituirse en una unidad económica al igual que Japón con algunos de los más prósperos países asiáticos.

En torno nuestro también se observan cambios concretos. Nuestro gobierno y el de nuestros vecinos han pasado, en los últimos años de conducciones militares a las manos de equipos civiles avalados por amplias mayorías.

Los Estados Unidos apoyan decididamente esta corriente democrática entre sus aliados latinoamericanos.

• • • •

Altos funcionarios de los países del área afirman que las antiguas desconfianzas y resquemores están dando paso a emprendimientos conjuntos principalmente en el terreno comercial y económico. El diálogo es ahora franco y directo y las diferencias se han reducido al mínimo. No estamos enfrentados a un conflicto inminente y todo indica que no se producirá en el futuro mediato, son argumentos que se escuchan casi a diario en todos los foros internacionales.

En este nuevo contexto de la política internacional que nuestras Fuerzas Armadas son miradas como estructuras viejas que se debaten ante la impotencia de un presupuesto insuficiente y un creciente abandono de la carrera militar por la falta de incentivos salariales y profesionales. Sobre esto ya han alertado los máximos jefes militares.

• • • •

En una reciente exposición el canciller Domingo Cavallo afirmó que las hipótesis tradicionales de conflicto son "absolutamente obsoletas".

Habitualmente parco y cauteloso en sus dichos por la índole de sus funciones, el ministro fue en esa ocasión contundente: instó a reformular la doctrina y las hipótesis de conflicto.

Los militares, por otra parte, admiten en conversaciones informales que no se conciben Fuerzas Armadas sin hipótesis de conflicto.

Su participación en la lucha contra el narcotráfico no los seduce, en parte porque el nivel de corrupción de esa actividad podría ser altamente perniciosa para las instituciones armadas.

"Todo el debate parecería indicar que ha llegado el momento de repensar nuestras Fuerzas Armadas y nuestra estrategia de defensa a partir de un punto de equilibrio", señaló un funcionario.

Hay coincidencias en ámbitos políticos y militares de que nuestras fuerzas militares deben ser distintas de como las conocimos. Para cambiar tenemos una ventaja sobre nuestros vecinos: la experiencia de una guerra reciente perdida. A partir de allí cabe sacar conclusiones importantes aplicables a una acción conjunta y coordinada en la doctrina militar.

Para muchos analistas militares no se trata solamente de reducir lo que tenemos. Se trata de que nuestras Fuerzas Armadas estén mejor remuneradas, más entrenadas, y mejor equipadas. El desafío actual es menos gasto, mayor eficiencia. Los militares dicen que para lograrlo en un comienzo serán necesarias nuevas inversiones.

• • • •

Es necesario en la doctrina disuasiva moderna hacerle comprender a un posible agresor que la relación costo-beneficio de una acción armada no le será de signo positivo. Pero también se considera permitido, en principio, el antiguo concepto de que el poder de fuego se aumenta incrementando el número de efectivos.

01-01

9004374

Nº DOCUMENTO
TITULO Rol menor de Defensa para la seguridad
PERIODICO Ambito Financiero 15/08/90
FECHA 20/8/90
VIAJE Rogatorias 10033
Ministro 11163
Subsecretario 13065

Ambito Financiero

Rol menor de Defensa para la seguridad interior

El fracaso del diputado peronista santiagueño **Luis Uriondo** en lograr que la conducción política de la seguridad interior la realice el presidente de la Nación (el Nº 1 será el ministro del Interior), dejó indefinido el rol de la Secretaría de Inteligencia de Estado (SIDE), que asesora a la Casa Rosada en esas cuestiones.

El proyecto de ley de Seguridad Interior que durante semanas compatibilizó la Comisión de Defensa Nacional en la Cámara baja, que encabeza el peronista porteño **Miguel Angel Toma**, establece como integrantes del "Consejo de Seguridad Interior" a:

- El ministro del Interior.
- Los titulares de la Policía Federal, Prefectura Naval, Gendarmería Nacional y cinco jefes de policías provinciales elegidos anualmente por todas las policías provinciales.
- El titular y vice de las comisiones pertinentes de las Cámaras alta y baja.

Además son miembros no permanentes del Consejo, el titular del Estado Mayor Conjunto, el titular de Justicia, el del Servicio Penitenciario Federal, los jefes de policía provinciales no designados en el Consejo Permanente y los gobernadores de provincia. Entre tantos miembros se elige, cuando la ocasión lo requiera, un Comité de Crisis que contará con un Centro de Planeamiento y Control y una Dirección de Inteligencia Interior, a cargo del ministerio respectivo.

Más allá de la introducción del concepto de **"desobediencia debida"** y **de la participación de las FF.AA. en operaciones de seguridad interior sólo en casos excepcionales de desborde de las fuerzas policiales** (las FF.AA. no podrán, además, **realizar inteligencia interna**), hubo algunas cuestiones muy interesantes en el debate.

Por un lado, la diferente óptica acerca de la seguridad interior entre peronistas como **Toma** y peronistas como **Uriondo** (aquél un "ex renovador", ahora "celeste" y éste un "saadista").

También, la relativa calma de la discusión comparada con el escándalo que se provocó cuando **Raúl Alfonsín** organizó el ya disuelto Consejo de Seguridad Nacional después del ataque del MTP a La Tablada. Son otros tiempos, más allá de las continuas especulaciones con el "descontento social del ajuste".

Pero lo más notorio fue sin duda la **decisión de reforzar el rol del Ministerio del Interior, no dejando al Ministerio de Defensa participación permanente en el Consejo de Seguridad sino sólo participación ocasional.** Si a esto se agrega el próximo pase de la Subsecretaría de Justicia al área de Interior, se tendrá que el rol de esa cartera pasará a ser muy importante en la futura ley de ministerios (cuando Economía se desdoblará en Hacienda y Servicios y en Producción, con la disolución del MOSP, según el trabajo que realiza la Secretaría Legal y Técnica).

ENTRO 24/8/90
CRUZ

9004875

Nº DOCUMENTO
TITULO Reestructuración de las FF.AA. y reconversión de sus industrias
FUENTE LA PRENSA 150026
FECHA 18/8/90
VIÑETA Argentina 10033
FACTOR MILITAR 11163
PRESUPUESTO 11332
ENTRADO 21/9/90 RN
UBICACION

El producto de las privatizaciones

Reestructuración de las FF.AA. y reconversión de sus industrias

El subsecretario de Producción para la Defensa, coronel (R) Jean Charles Uranga, afirmó que el producto de la venta de las empresas del sector será destinado "a la reestructuración de las Fuerzas Armadas y la reconversión de sus industrias".

Uranga, en declaraciones a Télam, señaló sobre lo obtenido de las ventas de las empresas que dependen del Ministerio de Defensa "está sobreentendido que se va a manejar de común acuerdo con Economía, pero el destino que se tiene es la reestructuración de las Fuerzas Armadas y la reconversión de sus industrias".

Reiteró que hasta el próximo 25 de septiembre continuará la venta de los pliegos de la primera tanda de nueve empresas y terrenos que se privatizarán, los que incluyen a Polisur, Monomeros vinílicos, Petropol, Induclor, Carboquímica, Petroquímica Río Tercero y Meteor.

Con respecto de Forja y Tandanor (Talleres Navales Darsena Norte), con el total del capital accionario en manos del Estado, comentó el funcionario que "el 20 por ciento de las acciones pasarán al personal que allí trabaja y el 80 por ciento restante se privatiza".

Con relación a SOMISA (Sociedad Mixta de Siderurgia Argentina) dijo que "se privatiza debido a que se necesita mucho dinero para mantenerla en el nivel tecnológico que corresponde" y agregó que "tenemos que esperar que el Banco General de Negocios y la consultora que se ha seleccionado se expidan sobre cuál es la forma ideal para privatizarla".

Sobre AFNE (Astilleros y Fábricas Navales del Estado), que construye corbetas misilísticas para la Armada Argentina y recientemente firmó un contrato para hacer cuatro graneleros que se exportarán a Holanda, manifestó Uranga que "pierde dos millones de dólares por mes, tiene un excelente personal –capaz de hacer trabajos artesanales–, un muy buen taller mecánico, pero no tiene razón de ser que un armador de buques esté en el Estado".

Con respecto de TAMSE (Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado), que construye vehículos blindados para el Ejército señaló que "si bien la finalidad principal es la de fabricar armamentos, tiene alternativas muy válidas, ya que es una línea excelente de montaje, que puede hacer otro tipo de vehículos todo terreno, aerolanzables o de uso civil".

Sobre el astillero Ministro Manuel Domecq García, que construye submarinos del tipo TR–1400 para la Armada, señaló que "también puede fabricar silos, o como estamos a punto de contratar, hacer buques de cuatro mil toneladas".

Ventas y sociedades

Uranga, que también ocupa interinamente la Dirección General de Fabricaciones Militares, indicó que las empresas que dependen de este organismo están sujetas a privatización, tal como fue enviado un proyecto al Congreso, y anunció que "de todas las plantas que hay algunas se venderán totalmente y con otras nos asociaremos, como lo estamos haciendo con Beretta (una empresa italiana que construye armamento liviano) para construir determinado tipo de armas".

Añadió que próximamente "se liberarán unos terrenos que tenemos en Campana, en cuyas costas hay 32 pies de profundidad, en los cuales los capitales privados harían un puerto de 30 millones de dólares" y anunció que "estamos en conversaciones finales con una empresa norteamericana para la exploración y explotación de litio en el SALAR del Hombre Muerto, Catamarca, cuya inversión sería de 60 millones de dólares".

Asimismo comentó que "estamos a punto de lanzar el plan COMIRSA (Complejo Industrial Ramallo–San Nicolás), que prevé liberar terrenos con servicios de gas, luz, desagües, rutas y puerto próximo; para promover la radicación de industrias, los cuales los daremos prácticamente gratis pero a pagar cuando las plantas a instalarse comiencen a producir".

Con referencia a los ingenieros militares en actividad, que cumplen destino en las fábricas militares, dijo Uranga que "las empresas que se privaticen totalmente prescindirán de ellos, pero las otras plantas que se modernicen necesitarán ingenieros militares, al incorporar nuevos sistemas de producción".

Finalmente al ser consultado sobre si esta política de privatizaciones iba en contra del espíritu de la obra de Nicolás Savio manifestó Uranga: "Savio decía que el Estado debe promover todo aquello que sea imprescindible, aún a riesgo de que su resultado sea negativo, pero cuando aparezca el privado que pueda suplir ese esfuerzo el Estado debe retirarse".

01-01
3004876

AUMENTAN 16% SUELDOS MILITARES
CLARIN 150024
18/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR MILITAR 11163
PRESUPUESTO 11332

ENTRADO 21/9/90 RN
FOLIO 1 4

RIGE DESDE JULIO

Aumentan un 16% los sueldos militares

El Gobierno incrementó un 16 % desde julio los sueldos de los miembros de las Fuerzas Armadas y de Seguridad, trascendió ayer en fuentes del Ministerio de Defensa.

El aumento, según los voceros, se encuadra en la política que busca **equiparar lentamente** los sueldos de los militares con los pertenecientes a los poderes **Legislativo y Judicial.**

La mejora **real** de los haberes, tal como se está realizando desde marzo, alcanza **la mitad del índice inflacionario**, que en julio fue del 10,8 %. El aumento será cobrado por los efectivos de las Fuerzas Armadas, de la Prefectura Naval y la Gendarmería Nacional, mediante **planilla suplementaria.**

El 16 % de incremento será aplicado sobre la escala salarial que el Ministerio de Defensa difundió hace un mes, cuando las Fuerzas Armadas recibieron un aumento promedio del **20 por ciento.**

Entonces los sueldos fueron establecidos así: teniente general, 5.800.000; general de división, 5.700.000; general de brigada, 5.400.000; coronel, 4.700.000; teniente coronel, 3.700.000; mayor, 3.000.000; capitán, 2.400.000; teniente primero, 2.000.000; teniente, 1.600.000; subteniente, 1.300.000 australes.

La escala correspondiente a **suboficiales** fue suboficial mayor, 3.000.000; suboficial principal, 2.600.000; sargento ayudante, 2.200.000; sargento primero, 1.600.000; sargento, 1.200.000; cabo primero, 1.000.000 y cabo, 920.000 australes.

9004877

Nº
TITU: Postergan viaje de los "Rangers" de USA
PTO: CLARIN 150024
F.: 17/8/90
VI:
Argentina 10033
F. Militar 11163
Instrucción 11333

ENT: 21/9/90
CPTS:

Postergan viaje de los "rangers"

La llegada de una compañía de "rangers" del ejército norteamericano, que debía aterrizar aquí el mes que viene para realizar maniobras conjuntas en la zona selvática de Misiones, se postergó sin fecha debido a la crisis del golfo Pérsico, opinaron ayer fuentes militares.

La postergación del viaje se debió a que buena parte de los medios de transporte aéreo de las fuerzas armadas norteamericanas están siendo utilizados para trasladar tropas y material bélico a Arabia Saudita y a otros países de Oriente Medio debido a la invasión de Irak a Kuwait.

Así lo explicó el jefe de la misión militar norteamericana en Buenos Aires al Estado Mayor del Ejército.

En el marco de los acuerdos de cooperación militar firmados entre la Argentina y los Estados Unidos, unos 70 "rangers" (que forman parte de los 25 mil comandos especializados en lucha en la selva de que dispone el ejército norteamericano) vendrán para realizar maniobras conjuntas con colegas argentinos.

Como adelanto de esa experiencia, en mayo 13 miembros de las fuerzas especiales norteamericanas realizaron "demostraciones militares" en la isla Mazaruca, en el delta del Paraná.

♦ **Liceos**

En seis liceos militares, dependientes del Ejército, fueron suspendidas las inscripciones de postulantes a primer año, por la falta de presupuesto.

Se trata de la inscripción para 1991 en los liceos de la localidad bonaerense de San Martín y en los ubicados en las provincias de Santa Fe, Mendoza, Tucumán, Córdoba y también en Comodoro Rivadavia.

El cierre de la inscripción fue ordenado a través de un radiograma.

21-01

9004878

DOCUMENTO
TEMA PRIVATIZACIONES EN DEFENSA
MEDIO CLARIN 15002 4
FECHA 14/8/90
VINCULO ARGENTINA 10033
FACTOR MILITAR 11163
PRESUPUESTO 11332

ENTRADO 21/9/90 fs
SALIDO " 4

Privatizaciones en Defensa: ¿a dónde irán los fondos?

El subsecretario de la Producción para la Defensa, **Jean Charles Uranga**, sostuvo ayer que **el producido de la venta de las empresas del sector será "destinado a la reestructuración de las Fuerzas Armadas y a la reconversión de sus industrias"**.

El funcionario —en declaraciones a la agencia oficial Télam— destacó que "está sobreentendido que se va a manejar de **común acuerdo con Economía**, pero el destino que se tiene es la reestructuración de las Fuerzas Armadas y la reconversión de sus industrias".

No obstante, estas expresiones difieren de las vertidas por el **Palacio de Hacienda**, donde se esperan ansiosamente los dólares de las petroquímicas en las que participa el Ministerio de Defensa para achicar el **déficit de la Tesorería**.

Uranga reiteró que **hasta el 25 de setiembre continuará la venta de los pliegos** de la primera **tanda de nueve empresas y terrenos** que se **privatizarán**, los que incluyen la participación en las plantas satélites del complejo **petroquímico de Bahía Blanca (Polisur, Monómeros Vinílicos, Petropol, Induclor), Carboquímica Argentina, Petroquímica Río Tercero y Meteor.**

Con respecto a **Forja y Tandanor** (Talleres Navales Dársena Norte), con el total del capital accionario en manos del Estado, recordó el subsecretario que "el **20% de las acciones** pasarán al **personal** que trabaja en las compañías y el **80% restante se privatizará**".

Sobre la situación de **SOMISA** (Sociedad Mixta de Siderurgia Argentina) comentó que "se privatiza debido a que se necesita mucho dinero para mantenerla en el nivel tecnológico que corresponde" y acotó que "tenemos que esperar que el **Banco General de Negocios** y la **consultora** que se ha seleccionado se expidan sobre cuál es la **forma ideal para privatizarla**".

♦ AFNE

Sobre la situación de **AFNE** (Astilleros y Fábricas Navales del Estado), que construye corbetas misilísticas para la Armada Argentina y recientemente firmó un contrato para hacer cuatro graneleros que se exportarán a Holanda, señaló que "**pierde dos millones de dólares por mes**, tiene un excelente personal —capaz de hacer trabajos artesanales—, un muy buen taller mecánico, pero **no tiene razón de ser** que un armador de buques se encuentre **bajo jurisdicción del Estado**".

Acerca de la sociedad **TAMSE** (Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado), que construye vehículos blindados para el Ejército Argentino, dijo Uranga que "si bien la finalidad principal es la de fabricar armamentos, tiene **alternativas muy válidas** ya que es una línea excelente de montaje, que puede hacer otro tipo de **vehículos para todo terreno**, aerolanzables o de **uso civil**".

Con relación al **Astillero Ministro Manuel Domecq García**, que construye submarinos del tipo TR-1400 para la Armada, comentó que "también **puede fabricar silos**, o como estamos a punto de contratar, **buques de cuatro mil toneladas**".

Uranga, quien ocupa en forma interina la Dirección General de **Fabricaciones Militares**, indicó que las **empresas** que dependen de este organismo **están sujetas a privatización**, tal como se establece en un proyecto enviado al Congreso, y anunció que "de todas las plantas que hay se **venderán algunas en forma total** y con **otras nos asociaremos**.

9004879

Nº ENTRADA
TIT: Seguridad Interior
F C LA PRENSA 150026
13-8-90
Argentina 10033
F. Militar 11163
Fuerzas de Seguridad 11338
VER:

ENTRADO 21/8/90 RJ
CRUZADO " "

El caso del proyecto que no era

Insólita situación en materia de seguridad interior

Por Carlos Manuel Acuña

Desde hace varios días y en medio de una reserva extraordinaria, en el seno de la Cámara de Diputados de la Nación, comenzó a librarse una sorda batalla en torno de quién y cómo manejaría nada más y nada menos que la seguridad interior.

A medida que se hace un repaso de lo acontecido puede percibirse un hondo contenido político e ideológico en torno de este asunto, que estuvo a un tris de ser copado por las expresiones legislativas más ubicadas a la izquierda o, más precisamente, dentro de la socialdemocracia, la misma que perdió el plebiscito de Buenos Aires el domingo anterior.

Si hacemos una cronología de este insólito caso que se caracterizó por proyectos cambiados, textos no impresos e influencias extra Congreso como por ejemplo la de los militares llamados los "33 orientales", llegaremos a la conclusión que la batalla a la que aludimos tiene vericuetos que todavía se desconocen y hacen relativamente misteriosa a la situación.

La cronología nos dice que semanas atrás el Poder Ejecutivo había remitido un proyecto de 35 artículos que esperaba su dictamen en las comisiones de defensa y de asuntos constitucionales, donde aún no se produjeron los correspondientes dictámenes.

Cercenamiento de facultades presidenciales

No obstante, y mientras la iniciativa anterior no avanzaba, apareció otra a comienzos de este mes que introducía variantes de importancia y entre ellas el cercenamiento al presidente de la República de sus facultades constitucionales como comandante supremo de las Fuerzas Armadas y de seguridad.

Aunque parezca insólito, esta propuesta tuvo un principio de andamiento pese a que otros tópicos igualmente graves la mostraban con un gran contenido ideológico y carente de sentido práctico. Entre ellos una grave imprecisión acerca de las jurisdicciones operativas correspondientes a cada fuerza policial o de seguridad, además de la creación de institutos, comités y otros organismos que trababan totalmente la tarea de inteligencia y burocratizaban todo el proceso relacionado con la seguridad interior.

Para más datos, quienes tomaron conocimiento de lo que sucedía repararon que se vulneraban principios federales al disponerse una "invasión" de jurisdicciones entre las policías provinciales, la federal, y otras fuerzas, lo cual en los hechos venía a favorecer, entre otras cosas, el crecimiento de toda suerte de delitos.

Este segundo proyecto lo firmaban los diputados Miguel Angel Toma y José Luis Manzano, ambos renovadores, Victorio Bisciotti y Federico Storani, alfonsinistas, Jorge Yoma, justicialista y Luis Fernando Herrera, de la UCeDe, lo que no dejó de asombrar en lo que hace a estos dos últimos, atento a lo que estaba en juego.

Aparecen los "33 orientales"

Pero lo más interesante de este asunto es que en los considerandos del proyecto aparecen las firmas de sus verdaderos autores, que forman un grupo de militares retirados por razones ideológicas en casi todos los casos y por asumir posiciones políticas, cuando el teniente general Leopoldo Fortunato Galtieri era comandante en jefe del Ejército.

Para ser más concretos mencionaremos entre estos autores a los oficiales –casi todos tenientes coroneles retirados, muchos de ellos con cargos públicos– Carlos Sánchez Toranzo, Luis Tibiletti y Ramón Orieta, además de los civiles Miguel D'Alessandro, Carlos Raúl Ambrosio y Gustavo Druetta, además de Toma y Bisciotti, con la aclaración de que los militares están íntimamente relacionados con el teniente coronel (R) Pombo, subsecretario de seguridad de la provincia de Buenos Aires y con el teniente coronel (R) Vitón, que se ocupa de la inteligencia en el gobierno del doctor Antonio Cafiero y equivocándose en los vaticinios respecto del plebiscito del 5 de agosto.

El proyecto posee 42 artículos y de acuerdo con quienes lo analizaron este fin de semana, significa una suerte de aberración jurídica por las imprecisiones y contradicciones que contiene, como por ejemplo la definición como "comandante político" para el presidente de la República, a quien se le quitaban las restantes atribuciones constitucionales en la materia.

Se enoja un diputado justicialista

Así las cosas, los legisladores que comenzaron a oponerse a este proyecto cayeron en la cuenta que, sin darlo a conocer, le fue propuesto al presidente Menem por algunos de los "33 orientales" durante el velorio del secuestrado y luego asesinado hijo del gremialista Diego Ibáñez, pero sin aclarar que se trataba de un nuevo texto y no del remitido oportunamente por el Poder Ejecutivo.

Como no podía ser de otra manera, las tensiones crecieron y cuando el martes se reunieron integrantes de la comisión de defensa, debieron abocarse al estudio del nuevo texto, que estaba escrito a máquina y fotocopiado, pero curiosamente sin haberse publicado con antelación, como corresponde.

Esto provocó el enojo de varios diputados que se percibieron que ocurría "algo raro" y tanto fue así que el señor Blanco, justicialista, se levantó airado durante las deliberaciones y amenazó con retirarse y consignar los motivos públicamente.

Aparece otro proyecto

Como consecuencia de este estado de cosas y de las tensiones crecientes, provocadas en su mayor parte por la irregularidad del trámite y el misterioso reemplazo de la iniciativa original, el estudio del texto de marras quedó congelado, optándose por un debate de comisión, pormenorizado y con el acopio de antecedentes, sin incurrir en apresuramiento, lo cual también fue aconsejado por el malestar percibido en el Ministerio de Defensa, en la Policía Federal y en la Gendarmería y Prefectura.

Esto mostró un abanico de disconformidades que en parte pudieron superarse con la aparición de un nuevo proyecto presentado el viernes último por el diputado justicialista Enrique Vallejos, de Santa Fe, quien se aprestaba a consultarlo con sus pares, tanto del oficialismo como de la oposición.

De todas maneras y en coincidencia con estos antecedentes que suscintamente dejamos consignados, todo hace prever que esta semana se incrementarán las diferencias y que el ideologismo insistirá en afirmarse en un terreno tan importante como la seguridad interna de la Nación, estimándose que pese a todo la iniciativa de Vallejos lograría coincidencias suficientes como para que, a la brevedad, se produzcan los demorados dictámenes.

01-01

9004880

ENTRADO 21/9/90 (a)
CRUZADO 4

...ITO
No pueden pedir nulidad del indulto
CLARIN 150024
12/9/90
Argentina 10033
P. Militar 11163
Subversión 11140

No pueden pedir la nulidad del indulto

El procurador general, **Oscar Roger**, dictaminó que los familiares de las víctimas de la represión antisubversiva del último régimen militar no están en condiciones legales de solicitar que se declare inconstitucional el indulto a militares implicados en violaciones a los derechos humanos.

El funcionario se pronunció ante un recurso de amparo presentado ante la Corte Suprema de Justicia de la Nación por familiares de desaparecidos en la causa abierta contra el ex director de Institutos Militares, general (R.E) **Omar Riveros**, que se sustancia ante la Cámara Federal de San Martín.

La última palabra la tiene la Corte de Justicia, que cuando se pronuncie sentará un precedente para este tipo de presentaciones formuladas contra militares beneficiados por el indulto impulsado por el presidente **Carlos Menem**.

El fiscal dictaminó que los familiares de los desaparecidos sólo pueden solicitar indemnización para salvaguardar derechos patrimoniales, pero no que se declare inconstitucional el indulto.

El tema es polémico porque la Constitución es clara sobre la facultad del Presidente de indultar o condenados, pero los juristas no tienen opiniones coincidentes en los casos de procesados.

9004881

NO. DOCUMENTO
TITULO APOYO a la Aeronáutica a cambios en el país
PROC... LA PRENSA 150024
FE... 11/8/90
VI... ARGENTINA 10033
FACTOR MILITAR 11163
FUERZA AEREA 500980

ENTRADO 21/9/90
CRUZADO

Habló el brigadier Juliá en el Día de la Fuerza Aérea

Apoyo de la Aeronáutica al cambio estructural que se produce en el país

Córdoba — El primer mandatario nacional, doctor Carlos Menem, presidió ayer los actos que se realizaron en la Escuela de Aviación Militar para conmemorar el 78° aniversario de la Fuerza Aérea Argentina.

Menem llegó acompañado por el vicepresidente Eduardo Duhalde, los jefes de Estado Mayor de las tres Fuerzas Armadas y otros funcionarios del gobierno nacional, siendo recibidos por el vicegobernador en ejercicio del Poder Ejecutivo provincial, doctor Mario Negri, e integrantes del Poder Ejecutivo provincial.

El presidente de la [illegible] "de pie" y "descubrirse" ante la opinión pública "como un viejo que desista de presentarse ante la opinión pública "como un viejo Recomendó *luego* al ex director a un incompetente".

"Soy el malo de la película —dijo— porque estoy sacando de su puesto en una forma caótica y autoritaria. Con mi voto de la película se manejó que durante su gestión se manejó tente" al doctor Luis Becú y señaló este tema.

Comunicó calificó de "incompe- los medios de comunicación" sobre rá "con el 'circo' montado desde asistencial y aseguró que continua- tor Becú al frente de ese centro nos muy duros a la gestión del doc- nario comunal se refirió en términ- tenida con "La Prensa", el funcio- En una entrevista exclusiva man- que ocupó en los últimos tres años. mio "si quiere recuperar el cariño

El titular de la Fuerza Aérea respaldó la gestión del gobierno nacional encabezado por Menem aunque dejó en claro que su institución afronta serias "restricciones presupuestarias", por lo que " se ha decidido priorizar la preservación del personal".

Juliá, quien habló en un acto que fue clausurado con un desfile aéreo y terrestre de efectivos de su Fuerza, enfatizó que "la integración de esfuerzos entre los distintos ámbitos, políticos y militares, el análisis conjunto de los problemas para encontrar soluciones modernas y la racionalidad de los gastos, son los caminos aptos para lograr la eficiencia del poder aéreo nacional",

Desafío

En otro orden de temas, el alto jefe militar advirtió que "en este momento el desafío más crítico asumido y en ejecución" por su Fuerza "es la coproducción del avión de trasporte liviano CBA-123, por el que se tienen pedidos por más de 160 de ellos" y en consecuencia reclamó para su concreción "el oportuno esfuerzo nacional apto en cantidad suficiente".

Por otra parte, Juliá confió que la Fuerza Aérea Argentina "se suma activamente al esfuerzo, en la necesidad del cambio estructural que se está produciendo en el país, compartiendo los objetivos fijados y los caminos elegidos".

"Pero a veces —añadió— vemos con estupor que aún existen sectores disociantes que, asumiendo un nivel casi subliminal, pretenden que la solución debe buscarse por la violencia, imponiendo sus ideas por la fuerza y proponiendo esquemas de poder, suponiéndose dueños de inspiraciones celestiales".

Sostuvo que "vivir una situación de crisis no nos debe atemorizar, pues no significa más que una instancia, tal vez dramática pero a la vez esperanzada que debe estimular el protagonismo de todos y cada uno y no sumirnos en el temor ni en el desaliento y mucho menos en el quietismo".

Finalmente Juliá subrayó que en la Argentina "nos movemos en un clima donde cualquiera se cree con derecho a opinar de corrupción o mentira y donde la honradez y la probidad se ponen en tela de juicio con una liviandad propia de quienes sólo buscan el poder a través de la destrucción de la gestión de turno".

Consulta

Consultado posteriormente el secretario de Defensa, José Dentone, acerca de las afirmaciones de Juliá, declaró que las Fuerzas Armadas irán recuperando su presupuesto a medida que mejore la situación económica en general del país.

Ante otras consultas, se negó a referirse al anunciado indulto a los ex comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas que, aún, cumplen condenas por haber combatido a la subversión, lo cual, señaló, "es una decisión privativa del presidente de la Nación".

9004882

NADIE SE ADJUDICO LOS ATENTADOS

Cuatro bombas en una hora

Cuatro bombas estallaron en la madrugada de ayer, todas en el lapso de una hora, en Morón, Ciudadela, Avellaneda y Caballito. Los atentados, que parecen responder a una llamativa coordinación horaria, no provocaron víctimas, pero sí grandes daños.

Poco después de las 2 de ayer, un kilo de trotyl destruyó parte del video club de la avenida Mitre 4323, de Villa Dominico. El negocio es propiedad de **Gabriel Castillo**, hijo del diputado provincial "cafierista" y presidente del PJ de Avellaneda, **José Luis Castillo**.

Es el segundo atentado que el local sufre en menos de cuatro meses. El anterior fue el 15 de abril, y también se trató de una bomba.

Castillo padre no dudó en adjudicar el atentado a **"quienes están en relación con los militares"**. Por la tarde, en diálogo con **Clarín**, Castillo fundamentó sus presunciones: "El explosivo que usaron fue trotyl. Eso no se compra en los supermercados. No lo usa cualquiera. Lo usa gente experta, profesionales. **Acá vino gente de Rico y de Seineldín a decir que ellos no tenían nada que ver en todo esto. Vino un teniente que se presentó como vocero de Rico, y que habló con mi hijo."**

Para el titular del justicialismo de Avellaneda, "la interna partidaria aquí no es tan intensa como para justificar un hecho de violencia de este tipo. Más bien creo que **estamos ante el inicio de una campaña de perturbación, coincidente con las amenazas que advertían que, en agosto, se iba a intentar desestabilizar al Gobierno"**.

El subsecretario de Seguridad de la provincia de Buenos Aires, **Carlos Pombo**, dijo ayer que los atentados no eran obra de profesionales, **"ya que usaron explosivos de bajo poder"**.

No es esa la visión de Castillo: "Puede que no hayan sido profesionales los que pusieron la bomba en Ciudadela, que contenía clavos. **Pero aquí actuaron profesionales. Y en el atentado anterior también. Lo dicen los peritos de la Policía.** En el de anoche, los terroristas pusieron la bomba **en un ángulo diferente al del atentado de abril, lo que hizo que el daño fuera mayor.** Además, dejaron un bidón de nafta para que la destrucción fuese completa. **Quieren asustar a la sociedad, quieren meterle miedo. Por eso es necesario una investigación a fondo"**.

Eso es lo que prometió Pombo: "Trabajamos para ver si existe relación entre los distintos hechos. **Por ahora no hay que darle connotación política"**.

El de Avellaneda fue el último de los cuatro estallidos que sacudieron anoche el sueño de bonaerenses y porteños.

Una hora antes, a la 0.52, una bomba destruyó gran parte del negocio de lencería y venta de ropa deportiva de Arenales 1723, de Morón, un local que regentea **María Elena Kaernzick**. Veinte minutos más tarde, un pan de trotyl destruyó la persiana metálica y parte de la casa de repuestos de automotores de Alvear 4596, Ciudadela, que es propiedad de **Carlos Norberto Cano**, casado con **María Elena Kaernzick**. La pareja no acertaba a explicarse los motivos que podían haber inducido a los terroristas a atentar contra los dos locales.

La tercera bomba estalló a la 1.30 en una ventana de la planta baja del edificio de Apolinario Figueroa al 1200, donde vive el comisario **Héctor Panuccio**, titular de la seccional 17ª.

Ayer, el jefe de prensa de la Policía Federal, comisario **Eduardo José Núñez**, siguió lo que parece ser la política oficial de restar importancia a atentados de este tipo. Dijo que era **"un hecho meramente casual" que una bomba hubiese estallado en el edificio donde vive un jefe policial.**

Juan Carlos Vollaro

Osvaldo Caillet Bois

Arriba, el video de Avellaneda en el que se acusa a "quienes están en relación con los militares" por los atentados. Abajo, el resultado de una de las bombas en Ciudadela.

Nº DOCUMENTO
TITULO ATENTADOS CON BOMBAS
PROC. CLARIN 150024
11/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR MILITAR 11163
ACCIONES SUBVERSIVAS 11418
ENTRADO 21/9/90
CRUZ DO 1 4
9004883

ENTRADO 3/8/90 LN
CRUZADO 1 "

Nº DOCUMENTO
TITULO Reestructuracion en las FF.AA
LA PRENSA 150026
8/3/90
Argentina 10033
F. Militar 11163
Organizacion 11415
militar

Expresiones de Romero en Wáshington

"Tener FF.AA. más pequeñas y más eficientes es la meta"

Wáshington (UP y Télam) – El ministro de defensa de la Argentina, Humberto Romero, expresó que confía en que la privatización de las industrias que ahora están a cargo de los militares contribuirá económicamente a la reestructuración y modernización de las Fuerzas Armadas de su país.

Romero llegó a Wáshington con el propósito de establecer contactos con las autoridades militares norteamericanas y buscar un acercamiento, según señaló, en un propósito que abarca a otros países con los cuales las relaciones argentinas se deterioraron a causa de la guerra de las Malvinas.

El ministro sostuvo el lunes reuniones en Wáshington con funcionarios clave de la Secretaría de Defensa, y también con el vicepresidente Dan Quayle. Ayer se entrevistó con el secretario de Comercio, Robert Mosbacher.

Romero afirmó que las actuales circunstancias en el cono sur del continente, donde se ha pasado de "la relación de competencia a la relación de cooperación", permiten que se piense en un papel diferente para las Fuerzas Armadas.

El deseo de su país, indicó en conferencia de prensa, es "tener Fuerzas Armadas más pequeñas, más eficientes, tecnológicamente avanzadas y al menor costo posible".

Según el ministro, la nueva realidad integracionista entre la Argentina y Brasil, además de las buenas relaciones de su país con Chile, "hacen que la paz en el cono sur esté garantizada".

Objetivos principales

El visitante sostuvo que su ministerio está trabajando en tres objetivos principales: un plan de reestructuración de las Fuerzas Armadas, el avance en las normativas legales para la complementación de la ley de defensa y el progreso en la privatización de las empresas que dependen hoy de la cartera.

Romero hizo hincapié en que de las 33 fábricas que con el correr de los años fueron puestas bajo la jurisdicción del Ministerio de Defensa, sólo 12 se dedican a la fabricación de armamentos y equipos militares. El resto pertenece a la industria petroquímica y a otros sectores de la producción.

Las 33 industrias serán puestas en venta. Los pliegos de licitación de nueve de ellas –con el proceso de autorización legislativa ya aprobado– están listos.

Otras 23 están ya sujetas a proyectos de privatización enviados por el gobierno del presidente Carlos Menem al Congreso, según indicó Romero.

Del total de las 33 industrias, sólo dos de ellas, las petroquímicas General Mosconi y Bahía Blanca, no producen pérdidas, señaló el ministro. Dijo que, en forma global, las empresas del Estado perdieron el año pasado en la Argentina 4.500 millones de dólares.

El funcionario espera que la reestructuración y modernización de las Fuerzas Armadas sea posible con los dineros que se obtengan con la privatización de las industrias ahora en manos de los militares.

Romero manifestó que la política de reconciliación puesta en marcha por Menem "está dando resultados brillantes", y que "la subordinación de las Fuerzas Armadas al poder civil es absolutamente total".

En ausencia del secretario de Defensa, Richard Cheney, Romero fue recibido por el subsecretario Donald J. Atwood y otros altos jefes del Estado Mayor. Con Quayle conversó extensamente, y el vicepresidente le hizo saber que el presidente George Bush solamente aplazó la visita que tenía programada a la Argentina y otros países sudamericanos, pero que la hará posteriormente.

Romero regresará la semana próxima a Buenos Aires luego de permanecer algunos días en Nueva York.

Desmienten la venta de armas a Irak

Wáshington (Télam) – La Argentina "no ha vendido armamentos a Irak, sigue una política coherente, solidaria con las Naciones Unidas, y va a actuar coordinadamente con los Estados Unidos", declaró aquí el ministro de Defensa, Humberto Romero, al descalificar las versiones periodísticas difundidas en este sentido por la prensa internacional.

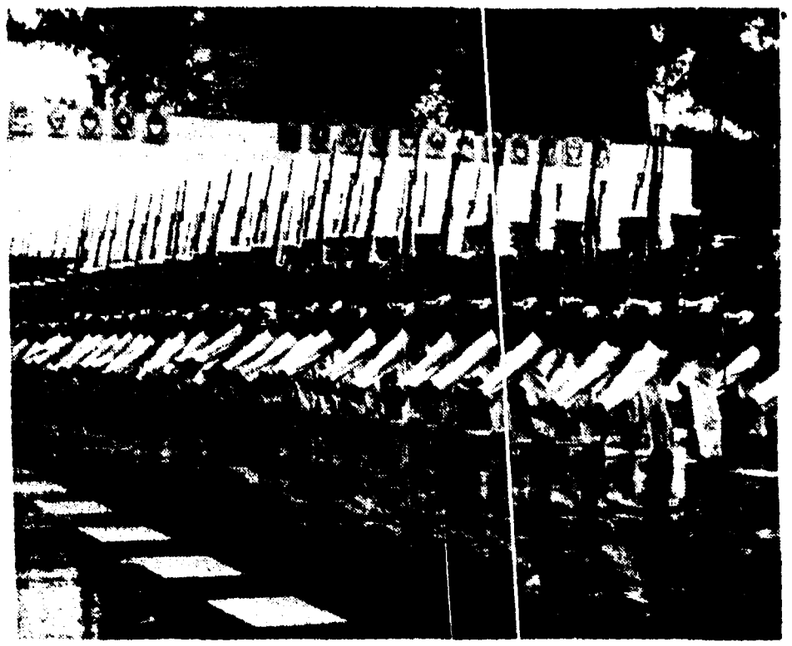
Romero, tras la conferencia de prensa ofrecida en la embajada argentina en la capital norteamericana, habló ante la cadena CNN de televisión. Señaló las buenas relaciones con este país y que la Argentina va a acompañar "la decisión que adopte el mundo para resguardar la paz en el Medio Oriente".

01-01

9004884

LA SITUACION

Un informe de lo que no hay



El cese de admisión de alumnos en el primer curso de los liceos militares, a partir del año que viene, es una de las medidas que propone el jefe del Estado Mayor del Ejército, general Martín Bonnet, para hacer frente a la situación provocada por las restricciones presupuestarias.

Bonnet elevó el día 2 de este mes un informe al ministro de Defensa, **Humberto Romero**, donde se hace una exposición de los problemas que enfrenta la institución y solicita se informe el presidente de la Nación, en su carácter de comandante en jefe de las Fuerzas Armadas.

En el texto, que tiene una extensión de cinco carillas, el jefe del Estado Mayor enumera los recursos necesarios para el desenvolvimiento del Ejército con su actual estructura, los requerimientos que oportunamente se habían formulado y lo que, en definitiva, se recibió de parte del Tesoro nacional.

El informe —redactado con un tono aséptico y apoyado en cifras concretas— pone de manifiesto la disminución de capacidades que experimenta la institución, lo que esto representa operativamente y su incidencia desde el punto de vista de la defensa nacional.

Este informe sería el resumen de una extensa exposición que hace un tiempo hicieron los mandos del Ejército al ministro de Defensa sobre las condiciones en que se encuentra la Fuerza.

En esa oportunidad, los comandantes de los Cuerpos de Ejército II y III, generales **Hugo Fernández** y **Ernesto Maffey** fueron particularmente explícitos sobre la gravedad de la situacion en sus respectivas jurisdicciones.

No se pudo precisar si además del cese de la incorporación de nuevos alumnos a los seis liceos militares que dependen del Ejército se enumeraron otras medidas concretas, pero indicaron que Bonnet está propulsando enérgicamente una política de redimensionamiento de la fuerza.

Se encuentra ya aprobado un plan para el traslado de las Escuelas de Armas de Campo de Mayo (Caballería, Infantería, Artillería, Comunicaciones e Ingenieros) a la jurisdicción de la III Brigada de Infantería, en las provincias de Corrientes y Entre Ríos. Se aprovecharían así las facilidades que otorga la posesión de Campo Avalos en la primera de aquellas, para la realización de prácticas y maniobras.

Al mismo tiempo quedarían liberadas 900 hectáreas de Campo de Mayo que eventualmente podrían ponerse en venta. Aunque sobre este último punto existen dudas que se relacionan con el destino que se darían a los fondos que se obtengan.

En medios allegados a las FF.AA. se insiste en que debe contarse con algún tipo de instrumento legal que prevea que el producto de la venta de bienes muebles o inmuebles de las fuerzas pueda ser dedicado, en todo o en parte a los procesos de reestructuración y modernización que se han elaborado.

Se indicó que se reconocen las necesidades que se tienen en áreas como salud pública, educación, etcétera, pero se considera que si el patrimonio de las instituciones castrenses es enajenado y los recursos no retornan en un nivel razonable, la crisis actual se tornaría insoluble.

Esta no es la primera vez que el jefe del Estado Mayor precisa las dificultades derivadas de la penuria presupuestaria, que se refleja también en los niveles de sueldos de los cuadros y esto dio lugar en su momento a severas réplicas por parte de altos funcionarios del Gobierno, incluso del mismo presidente Menem. Por eso hay expectativa respecto de la reacción que podría suscitar en el Gobierno este informe oficial del jefe del Estado Mayor, que vuelve a plantear una situación que muchos consideran como insostenible.

Luis Garasino

Copyright Clarín, 1990

No. DOCUMENTO
TITULO Situación en el Ejército
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA 5/8/90
VINCULACIONES Argentina 10033
F. Militar 11163
Ejército 11328
Situación interna 11334

01-01

9004885

DOCUMENTO
TEMA Candidatura "carapintada" para 1991
PUBLICACION CLARIN 15002 4
FECHA 4/8/90
MICROFILM Argentina 10033
F. Militar 11163
Situación interna 11334

ENTRADO 21/9/90 RV
CRUZADO 4 4

Candidatura "carapintada" para 1991

El ex teniente coronel Aldo Rico anunció anoche que se presentará como candidato extrapartidario, presumiblemente para gobernador, en las elecciones del año que viene, luego de cerrar su campaña en contra de la reforma de la Constitución bonaerense.

Vestido con una chaquetilla militar verde oliva Rico declaró a Clarín, antes de hablar en un mitin realizado en un local cerrado de la localidad bonaerense de Morón, que después del "triunfo del «no» del próximo domingo esperan días oscuros al pueblo de la provincia de Buenos Aires".

Estuvo acompañado por el ex teniente coronel Luis Izzo y por su jefe de prensa, el ex capitán Ernesto Barreiro, entre otros, y antes de ser el orador de fondo del acto organizado por el Partido de Independencia y la Agrupación Dignidad Nacional Peronista, Rico aseguró que no recibió respuestas del Ejército cuando opinó que la indefinición para los Estados del presidente George Bush "implica la desaparición de las fuerzas armadas latinoamericanas y su remplazo por guardias nacionales, como pasó en Panamá".

Consultado porque afirmaba que en la Argentina "no funcionan" las instituciones republicanas, respondió, sin sacar sus manos de un manual doctrinario de su "Convocatoria Nacional de la Operación Dignidad", porque "la dirigencia política argentina actual es corrupta e ineficaz".

Mientras sus activistas —varios de los cuales llevaban un brazalete celeste y blanco— repartían panfletos que explicaban los motivos por los cuales apoyaban el "no", aseguró que su posición "no es kadafiana, fundamentalista, ni nazifascista".

Criticó a la UCeDé y al Movimiento al Socialismo por realizar "campaña por el «no» a través de los medios de comunicación, mientras yo fui el único que lo hice poniendo la cara", y afirmó que la Constitución bonaerense reformada "es socializante". En lugar de ella propuso que se ponga en vigencia la Carta Magna "instaurada por una convención constituyente el 20 de mayo de 1949 y que después fue derogada por un gobierno de facto".

En la entrevista dijo con ironía y una sonrisa socarrona que "Cafiero con este plebiscito dio al pueblo bonaerense la oportunidad de reaccionar" y denunció el triunfo del "no".

El "curso de acción tentativo" de Rico supone crear luego del plebiscito "una fuerza electoral" basada en algunos de los partidos políticos ya existentes para que "los nacionales presentemos candidaturas en todos los niveles".

Enfatizó que él se presentará como "candidato extrapartidario", presumiblemente para gobernador, y aseguró que la "base de mi proyecto" es la "renovación de la dirigencia militar en unos 20 años, la que provocó" las revueltas castrenses durante el gobierno radical.

Acompañado por su hija, aseguró que "jamás atenté contra la democracia" con los levantamientos que encabezó y comentó que "Alfonsín trató de comprarme en un Tejero, pero le salió el tiro por la culata".

9004886

Respeto por la palabra empeñada

"El presidente Menem dispuso que se firmen los 28 contratos de privatización de las áreas secundarias", anticipó el subsecretario de Energía, **Julio César Aráoz**. Los acuerdos no introducirán "cambios en los precios", sugerencia que había realizado el ministro **Roberto Dromi** frente al alza de los precios internacionales del petróleo.

"**Se respetará la palabra empeñada** —comentó— **porque no se pueden variar las reglas de juego por una contingencia.**"

"Además, con la privatización de las áreas secundarias *le quitamos ineficiencia* a Yacimientos Petrolíferos Fiscales porque el costo operativo de cada metro cúbico oscila entre los 90 y los 250 dólares", relató el responsable del área energética.

♦ Los depósitos

Una vez que el Poder Ejecutivo firme los decretos por las áreas marginalmente explotadas, y cinco días después que esas resoluciones se publiquen en el **Boletín Oficial**, los petroleros que resultaron adjudicatarios deben depositar los dólares comprometidos. Son 252 millones que se acreditarán en una cuenta que el Banco Nación abrió en su sucursal de Nueva York.

Destrabado el trámite, el Tesoro contará con el dinero ofrecido por las petroleras a cambio de los 28 yacimientos que aportan un millón de metros cúbicos por año.

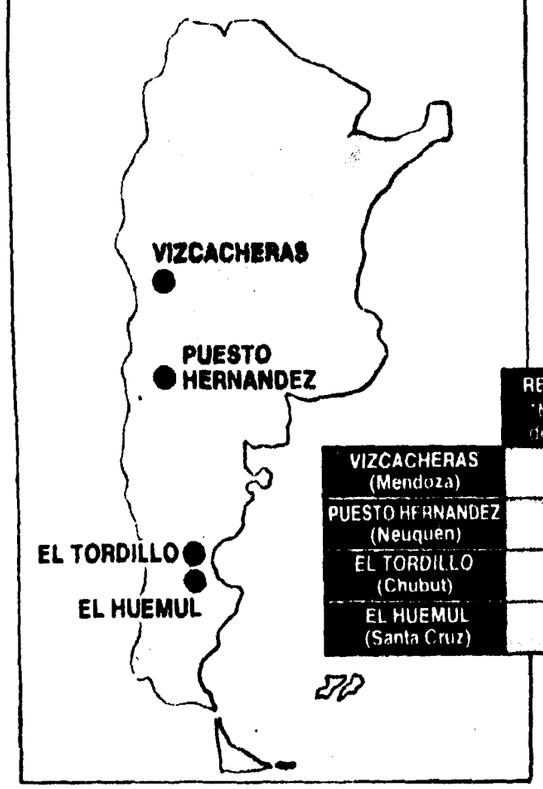
♦ Figura jurídica

Aráoz anticipó también **que la reconversión de los actuales contratos petroleros (aportan el 80% de la producción) está en estudio por el Poder Ejecutivo.** El *remozamiento de los* convenios consiste en la transformación de su figura jurídica: **dejarán de ser de locación y se convertirán en asociaciones o concesiones.**

Después vendrá el lanzamiento del Plan Horizonte que consiste en **inversiones de riesgo para aumentar la exploración en zonas que quedaron vacantes del Plan Houston y en áreas ubicadas en el mar.**

Osvaldo Demaria

AREAS CENTRALES



ABRIERON LA LICITACION

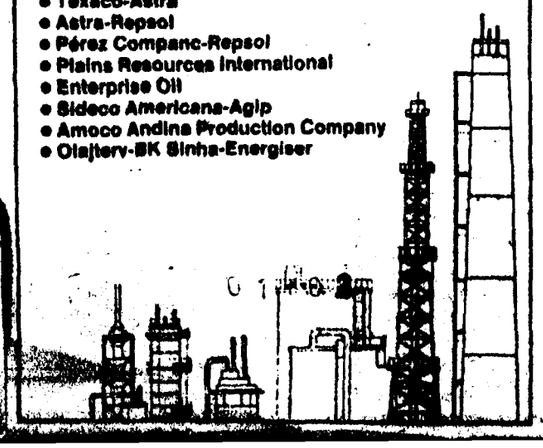
Consorcios locales interesados en las

La crisis del Golfo y el consiguiente aumento en el precio del petróleo agregaron un interés especial a la asociación con YPF para explotar las áreas centrales. La cantidad y calidad de las firmas que se presentaron a la precalificación, así lo demuestra.

	RESERVAS (Millones de barriles)	PRODUCCION (Miles de barriles diarios)	POZOS PERFORADOS	SUPERFICIE (Hectáreas)
VIZCACHERAS (Mendoza)	58,1	13,3	291	6.710
PUESTO HERNANDEZ (Neuquen)	106,3	39,6	535	8.700
EL TORDILLO (Chubut)	47,8	12,7	848	9.664
EL HUEMUL (Santa Cruz)	43,7	16,3	1.299	17.065

LAS EMPRESAS INTERESADAS

- Total Austral SA
- Astra
- Pérez Companc
- Occidental-Petrolera Patagónica
- Coastal Oil & Gas Corporation -Bridas
- Tecpetrol-Santa Fe Energy Company of Argentina
- CADIPSA-British Gas
- Shell-Pérez Companc
- Shell
- Pluspetrol-Union Pacific International Petroleum
- Repsol
- Quintana Petroleum Corporation
- Texaco
- Texaco-Repsol
- Texaco-Repsol-Astra
- Texaco-Astra
- Astra-Repsol
- Pérez Companc-Repsol
- Plains Resources International
- Enterprise Oil
- Sideco Americana-Agip
- Amoco Andina Production Company
- Olajtery-BK Sinha-Energiser



Ocho empresas norteamericanas, ocho locales, dos británicas, una holando-británica, otra española, una italiana, una francesa y hasta un consorcio húngaro **están interesados en ser socios de YPF para compartir hasta la mitad de la producción y las reservas comprobadas de cuatro de los yacimientos *petroleros más* productivos descubiertos y operados por el Estado** y que acercan, hasta ahora, el 13% de todos los metros cúbicos disponibles en la Argentina.

Un cortapapeles bien afilado pasó de mano en mano entre **Roberto Dromi, Julio César Aráoz, "Pepe" Estenssoro y Rubén Maltoni** para abrir los paquetes con los antecedentes técnicos y económico-financieros de las empresas que tendrán que aportar no menos de 1.300 millones de dólares en efectivo para sacar el petróleo que YPF ya encontró y está explotando.

Quienes sortearon el riguroso operativo de seguridad montado a la entrada de la sede central de YPF pudieron escuchar los 40 minutos que Dromi empleó para destacar la importancia de la privatización. Más abogados que petroleros componían el auditorio, **que tomó rigurosa nota de cada una de las 23 propuestas que pasarán a la ronda de precalificación.**

De allí saldrán los elegidos para compartir el negocio y los desechados por no reunir el perfil técnico y, sobre todo, financiero, para presentar los sobres B y C con los planes de desarrollo de los yacimientos, características de la asociación con YPF y la inversión que deberán hacer en los 25 años que dura el contrato.

Afuera, un acto de las agrupaciones opositoras a la conducción del SUPE hacía contrapropaganda a los dichos de Dromi: "Repudiamos la entrega del petróleo, el intento de destruir YPF y la desnacionalización de la economía".

Nº E (...)

TITUL(...) Suba 5% producción de Petróleo

P(...) cubrio financiero 15004

FE(...) 30/8/90

VI(...)

Argentina	10033
F. Económico	11161
Secta. Energético	11404

ENTRADO 21/9/90 cw

(...) 7

Petróleo: subió 5% producción

La producción de petróleo correspondiente a los primeros siete meses del año creció 5,02 por ciento con relación al mismo ciclo del año anterior y la captación de gas decayó 8,41 por ciento, según el informe elaborado en Yacimientos Petrolíferos Fiscales.

La extracción de crudo alcanzó en el período enero-julio a 15.680.145 M3 mientras que la de gas totalizó 13.106.124 M3.

En tanto, **la producción de hidrocarburos totalizó en julio último 4.549.376 M3 de los cuales corresponden 2.333.347 M3 al rubro petrolero y 2.216.029 al gasífero.**

De los volúmenes de crudo extraído el mes anterior, 1.435.573 M3 corresponden al rubro administración y 795.295 M3 a contratos de explotación.

En los primeros siete meses de este año se terminaron 438 pozos, **superando por 30,36 por ciento el registro de igual período del año anterior.**

En julio se terminaron 61 pozos de los cuales 47 corresponden al rubro administración y 14 a contratos de perforación, lo que equivale a 48,78 por ciento más que en julio del año pasado.

Durante el mes anterior las destilerías de YPF procesaron 1.693.112 M3 superando por 3,98 por ciento la cifra de julio de 1989.

(...-01

9004688

Nº. DOCUMENTO
TITULO: Discusión por áreas petroleras secundarias
PAG: CLARIN 15/0/24
FECHA: 3/8/90
VINCULACION: Argentina 10033
F. Económico 11161
Empresas Estatales 11312
Sector Energético 11404

ENTRADO 21/9/90 RJ
CRUZ [illegible] f

Discusión por las áreas secundarias

Todavía se discute con el equipo económico qué se hará con la adjudicación de las 28 áreas petroleras de baja producción cuyas ofertas se aceptaron hace dos meses.

Son tres los caminos posibles para destrabar una operación que significará para el Tesoro embolsar 252 millones de dólares.

- Firmar los contratos tal cual están.
- Proponer que los privados incrementen las inversiones comprometidas.
- Renegociar los precios de por lo menos tres áreas.

El replanteo en la venta de reservas de las zonas secundarias surgió frente al aumento de los precios internacionales del petróleo provocados por la crisis entre Irak y Kuwait.

La idea, apadrinada por el ministro Roberto Dromi, generó la oposición de empresas y técnicos. El presidente Menem decidió que todo el expediente pase a Economía, que tiene en estudio las carpetas con las ofertas privadas desde hace 30 días. A comienzos de la semana, todo estaba listo para una firma de los contratos sin variación de las reglas de juego.

Ayer, otra vez desde Yacimientos Petrolíferos Fiscales, se aceleró la disputa. Después de dejar sin efecto los cambios que pensó introducir en la semiprivatización de cuatro áreas centrales, el interventor José Estenssoro convocó a una reunión de síndicos.

"Quiero que declaren desiertas cinco de las 28 adjudicaciones", dijo el funcionario a los técnicos. Le explicaron que legalmente resultaba imposible.

9004389

VUELVEN A ALENTAR LAS PRIVATIZACIONES

Dos ofertas económicas se presentaron ayer para explotar el ferrocarril Rosario-Bahía Blanca, y aunque todavía no se conocen a fondo los planes propuestos y las inversiones comprometidas, el gobierno ya logró un éxito al haber dos consorcios en competencia, ambos de envergadura. Para hoy, además, se espera otro hecho alentador cuando se abran los sobres de las empresas interesadas en asociarse con YPF en las cuatro áreas más ricas del país. Se espera que, por lo menos en esta primera etapa —presentación de antecedentes—, concurran alrededor de 30 empresas nacionales y extranjeras.

Techint con Iowa Railroad serían adjudicatarias del tren cerealero

Dos ofertas se presentaron ayer para la concesión integral del ramal ferroviario Rosario-Bahía Blanca. De los cuatro consorcios precalificados, sólo se presentaron dos: **el integrado por Hispano Argentino (subsidiaria de Renfé, la empresa española de ferrocarriles), Santander Merchant, y Román Marítima SA, y el constituido por Techint, Iowa Interstate Railroad, Gesienes Sociedad Comercial del Plata, Chase Manhattan Bank y Banco Río con la asistencia operativa de Union Pacific.**

El representante del consorcio encabezado por Renfé manifestó que esa propuesta implica una inversión inicial de 115.600.000 dólares y un adicional de 200 millones de dólares a concretarse en un plazo de 5 años. En tanto, los representantes del consorcio competidor anunciaron una inversión de 230 millones de dólares que podría llegar a 500 millones de la misma moneda.

Sin embargo, fuentes del Ministerio de Obras y Servicios Públicos opinaron que las inversiones netamente ferroviarias serán menores a las anunciadas y que los oferentes consideran en sus declaraciones emprendimientos colaterales, como los silos.

La adjudicación se define en función de varios parámetros, pero voceros oficiales se inclinaban ayer a creer que el grupo Techint resultaría adjudicatario, por la inversión anunciada y la cantidad de folios presentados **(alrededor de 11.000 frente a unos 400 de la competencia)** que darían idea de un mayor trabajo técnico.

Según la fórmula para adjudicar, la inversión netamente ferroviaria tiene un peso de *24%, la adicional 10%, la* incorporación del personal actual de Ferrocarriles 24%, el porcentaje de asociación propuesto para el Concesionario

José Roberto Dromi

(Ferrocarriles) 14 y el canon, alquiler del material rodante y peaje, 15 por ciento.

Las dos ofertas coincidieron en el porcentaje de acciones que dejarán para Ferrocarriles: 16%, y el porcentaje de participación del personal en la sociedad anónima (16). En los demás aspectos, las propuestas son variables.

• Integrar

Asimismo, las dos ofertas fueron por la concesión integral del ramal. Como se sabe, la licitación incluía dos posibilidades: la concesión integral del ramal que fue ideada en su momento por el actual subsecretario de Obras Públicas, **Mario Guaragna**, y la concesión compartida con Ferrocarriles, introducida a instancia del interventor en la empresa estatal, **Julio Savón**, y la Comisión Bicameral del Parlamento.

Por el sistema de la concesión integral —que fue el elegido por los oferentes— el adjudicatario explotará la operación de cargas y el transporte de pasajeros en un tramo de 5287 kilómetros, de los cuales 365 se encuentran actualmente clausurados. Esta modalidad implica el pago de un canon a Ferrocarriles, y un porcentaje de acciones para esta empresa y el personal que no puede ser inferior a 15 y 4 por ciento respectivamente según el pliego.

En cambio, el sistema de la concesión compartida con Ferrocarriles prevela que el concesionario explotaba en forma conjunta con Ferrocarriles 3300 kilómetros de la red pagando un peaje acorde con el uso de la misma, mientras explotaba en forma integral los 1600 kilómetros restantes.

El ramal Rosario-Bahía Blanca se considera uno de los más rentables de Ferrocarriles por unir a la principal zona agrícola del país con el puerto de Rosario, por lo cual es conocido como "el granelero". **Según las estimaciones oficiales el transporte de granos llegará a 5.100.000 toneladas a fines de 1991, logrando un horizonte óptimo a fines de la década con 6.400.000 toneladas.**

En el consorcio que integra **Techint**, la empresa operadora ferroviaria será **Iowa Interstate Railroad**, en tanto en el otro grupo la empresa española es la operadora.

No presentaron finalmente oferta económica dos grupos que ya estaban precalificados: **el integrado por Cartellone y Benito Roggio y el encabezado por la firma alemana Thyssen.**

De todas formas, a nivel oficial se consideró un éxito la licitación, habiendo señalado el ministro Dromi en el acto de apertura que "el gobierno está en la buena senda, la reforma goza de buena salud a pesar de los agoreros, que duermen en paz". Dijo también que la licitación de ayer "resume el esfuerzo y el pensamiento de necesidades vitales del país, los ferroviarios y los empresarios".

Comienza en serio apertura petrolera

Se abren hoy los sobres con los antecedentes de las empresas privadas que aspiran a precalificarse para participar en la licitación de cuatro de las áreas petroleras más ricas del país.

La apertura de sobres se produce en la fecha indicada por el decreto del 26 de junio, sin que se hayan producido prórrogas. ***El hecho resulta llamativo porque se trata de la licitación petrolera más importante que se realizará en el país y porque las postergaciones han sido moneda corriente en las privatizaciones encaradas hasta ahora.***

Es de presumir que en este caso está influyendo cierto compromiso personal del ministro ***Dromi*** *de no modificar las fechas, debido a los cuestionamientos que viene recibiendo en el gabinete, y aun cuando hubo algunas presiones privadas para obtener una prórroga.*

• Asociación

Lo que se licita es la posibilidad de asociarse con YPF en cuatro de las áreas petroleras más importantes que explota actualmente la compañía estatal, tanto por su nivel de producción, las reservas remanentes y las posibilidades de aplicación de tecnologías de recuperación que permitan mejorar ambas cosas. Las áreas son Vizcacheras, en Mendoza, Puesto Hernández, en Neuquén, El Tordillo, en Chubut y El Huemul, en Santa Cruz.

La licitación estuvo enmarcada hasta ahora en un clima de forcejeo por las condiciones de los pliegos entre el ministro Dromi, el subsecretario de Energía, el ***EUPE*** *y las compañías privadas y, desde esta semana, el nuevo interventor de YPF,* ***José Estenssoro. Este debió rever una resolución firmada por el gerente de licitaciones de la empresa el lunes de esta semana que modificaba las condiciones del concurso.***

• Cuestionamiento

Asimismo, la licitación también despierta cuestionamientos en los gobernadores provinciales y en los legisladores que exigen mayor participación de las provincias en las que están ubicadas las áreas. ***Por otra parte, varios informes técnicos destacan que el área Vizcacheras no requiere por sus características geológicas las técnicas de recuperación asistida que se espera introduzca el sector privado.***

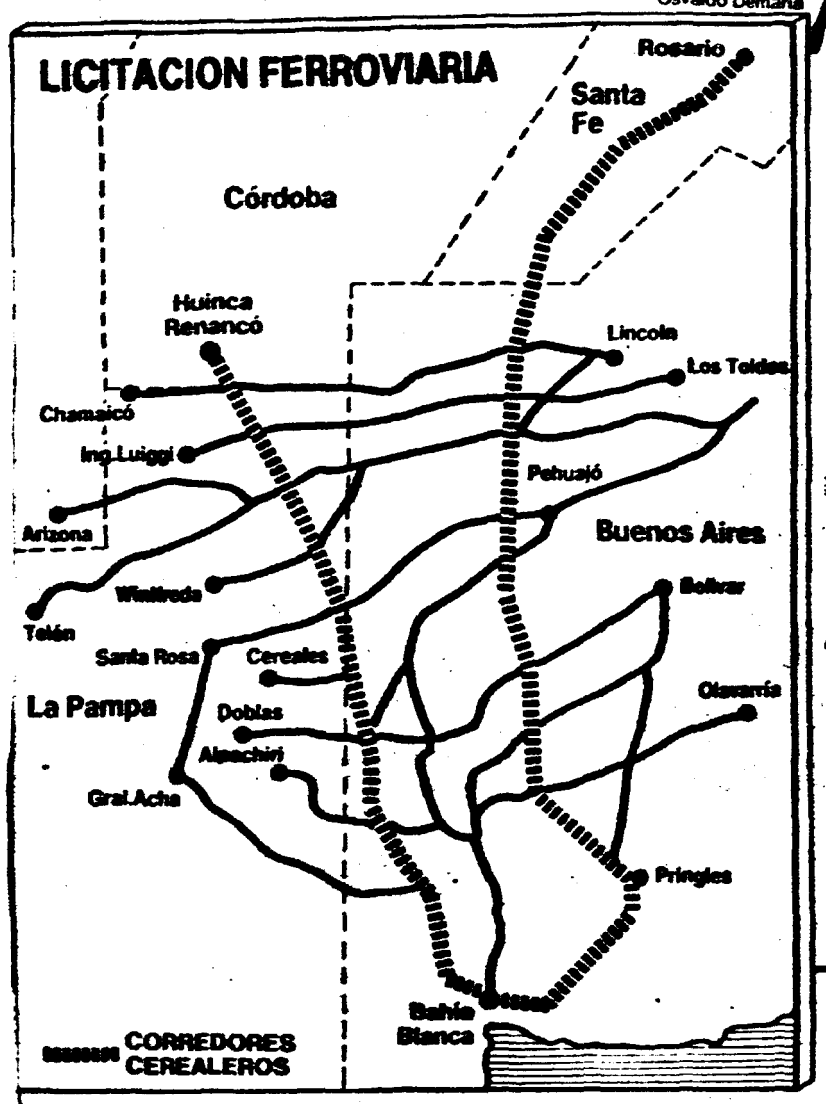
Con la apertura de sobres, se conocerá hoy cuáles son las firmas interesadas aunque se supone que se presentarán las 30 que adquirieron los pliegos, por lo menos en esta primera etapa. Entre ellas, están: ***Texaco, Amoco, Esso, Chevron, Total, Repsol, Mobil, Astra y Pérez Companc.***

Las empresas precalificadas por sus antecedentes económicos, técnicos y financieros podrán disponer de la documentación técnica de las áreas, y en un plazo de 150 días —en fecha todavía no precisada— deberán presentar dos sobres: ***uno con la cantidad de dólares "cash" ofrecidos por ingresar al área, y otro con el plan de desarrollo e inversiones propuestas, así como el tipo de asociación con YPF. En este último sentido, ha quedado abierto el porcentaje de asociación (de 35 a 50%) y el manejo operativo de los yacimientos.***

Nº. DOCUMENTO
TITULO Privatización de Ferrocarriles
PROCEDENCIA Clarín 150024
FECHA DE 30/8/90
VINCULACIONES Argentinos 10033
FF. Económico 11161
Empresas Estatales 11512
Comunicaciones y Transporte 11411

21/9/90 hw

Osvaldo Demaría



El corredor Rosario-Bahía Blanca cubre las áreas agropecuarias más ricas de la pampa húmeda.

Una ruta cerealera

La privatización del ramal Rosario-Bahía Blanca —que había sido incluida en el decreto 666/89 por el cual se dispuso la reconversión empresarial de Ferrocarriles Argentinos (FA)— arrancó en noviembre del año pasado. En los primeros días de enero de este año se conocieron los cuatro grupos que fueron preclasificados; pero a partir de ese momento comenzó a registrarse una serie de cambios en las condiciones del pliego que llevaron a retrasar la fecha de apertura de las ofertas económicas en casi cuatro meses.

Cuando se lanzó la licitación, el MOSP había diseñado un esquema de **"concesión integral"** por medio del cual el concesionario se quedaba a cargo de la explotación de los servicios comerciales, la operación de los trenes y el mantenimiento de todo el sistema, incluyendo las estaciones y el material rodante.

A partir de febrero, las autoridades de FA delinearon una propuesta de **"concesión compartida"** a través de la cual el concesionario no iba a tener el control de toda la operatoria, ya que la red iba a seguir siendo administrada por la empresa estatal.

En medio de las dos iniciativas, se entrecruzaron las objeciones y cuestionamientos provenientes de la Comisión Bicameral encargada de seguir las privatizaciones, hasta que se definió un pliego —que para los legisladores no fue el que había sido consensuado— que contemplaba las dos posturas en danza en materia de concesiones.

Ante las dos alternativas que tenían los privados preclasificados, los dos que presentaron ofertas ayer (Techint y el consorcio Renfe-Santander Marchant) optaron por la **"concesión compartida"**.

La red granelera licitada comprende las líneas **Rosario-Puerto Belgrano** y **Huinca Renancó-Ingeniero White** que totalizan, junto con las vías complementarias, unos 5.200 kilómetros, de los cuales 350 corresponden a ramales clausurados.

El trazado del ramal se extiende por **las zonas más ricas de la pampa húmeda** y comunica a **cuatro provincias —Santa Fe, Buenos Aires, Córdoba y La Pampa—** con dos de las principales **salidas portuarias** que tiene el país: **Rosario y Bahía Blanca.**

♦ **Pampa húmeda**

La importancia de este corredor **está dada** entonces por la producción cerealera de esa región y la posibilidad que, con un mejor servicio, el Ferrocarril transporte los granos hacia los puertos de Ingeniero White y Rosario.

Respecto de los puertos que están en juego, el ganador de la licitación (que se conocerá entre 30 y 45 días) operará el acceso a Bahía Blanca y la planta de **Ingeniero White**, mientras que FA operará el acceso al puerto rosarino y la playa de Villa Diego.

Antonio Rossi

9004891

01-01

LOS ESPAÑOLES DE RENFE Y TECHINT

Hubo solo 2 ofertas por el ramal Rosario-Bahía

Los grupos liderados por los españoles de Renfé y Techint fueron los únicos que presentaron sus ofertas por el corredor ferroviario Rosario-Bahía Blanca. Finalmente desistieron de participar Thyssen, de Alemania, y el local Benito Roggio. Las autoridades de Obras Públicas estudiarán durante un mes las propuestas y luego decidirán la adjudicación de esa ruta.

Un candidato

Juan Esteban Ivanof es el candidato más firme para hacerse **cargo de Ferrocarriles Argentinos, la empresa** menos codiciada entre las que todavía carecen de conducción.

Ivanof fue subsecretario de **Transporte** en 1975, es ingeniero y tiene el apoyo del gremio ferroviario que encabeza el sindicalista **José Pedraza, quien es el que más** acuerdos tiene dentro del espectro gremial con los planes de **reestructuración del ferrocarril. Otro de los apoyos políticos** de Ivanof puede rastrearse en las cercanías de **Rodolfo Frigeri**, actual asesor del presidente Menem sobre temas tributarios.

Dos de los cuatro consorcios que compraron pliegos oficializaron ayer sus propuestas para hacerse cargo por 20 años de los 5.300 kilómetros del corredor ferroviario entre Rosario-Bahía Blanca: Techint y el grupo encabezado por la española Renfé.

Los otros dos grupos preclasificados —Thyssen de Alemania y la local Benito Roggio— se quedaron de participar por el corredor de exportación, que será el primer ferrocarril de carga privado a gestar en fin de año.

Dado que los funcionarios de Obras y Servicios Públicos observaron la gran cantidad de carpetas presentadas con las ofertas, el ministro Dromi invitó a las dos únicas empresas en carrera a que explicaran sus propuestas. Con todo su acento español, Eduardo Blanco, de Renfé, evitó dar precisiones sobre el canon que pagarán al Estado por la concesión del ferrocarril, si es que sale [illegible] la compañía. Dijo que el margen de participación dejado para Ferrocarriles Argentinos en la operación del corredor es del 34% y que los trabajadores tendrán el 4% de las acciones de la empresa transportista. Invertirán en materiales e infraestructura 116 millones de dólares y se prevén aportes comple-

[illegible] millones.

A su [illegible] gliato, de [illegible] co inicial [illegible] que su [illegible] mento al [illegible] la inversión [illegible] millones de [illegible] les, aunque [illegible] complementarán en [illegible] de diferentes [illegible] rriles, [illegible] pación del [illegible] trabajadores.

Se supo [illegible] Renfé, [illegible] monto [illegible] mil dólares [illegible] pero, [illegible] tendrá [illegible] concesión [illegible] aporte de [illegible] verán [illegible] cer los [illegible] junio, el [illegible]

A pri[illegible] tre una [illegible] inversi[illegible] de cuo[illegible] hasta [illegible] Las [illegible] marcha [illegible] por las [illegible] tener [illegible] ya cuenta [illegible] operador [illegible]

ALIMENTOS E INSUMOS, PESE A LA OPOSICION FABRIL

Bajan aranceles de importación

El Gobierno decidió finalmente rebajar los aranceles de importación como forma de controlar los aumentos de precios. Después de escuchar a los industriales de la alimentación, se dejó de lado la idea de unificar todas las posiciones en torno de un arancel único del 5 por ciento. En el caso de insumos para envases, la disminución fue de dos puntos para "generar condiciones de mayor competitividad en el sector".

El ministro de Economía promulgó ayer una serie de resoluciones por las cuales se redujeron aranceles de alimentos entre dos y cinco puntos para los principales rubros: los insumos industriales disminuyeron dos puntos y se dispone un nuevo ordenamiento para la importación de materias primas utilizadas en la industria química y equipos medicinales.

Mediante la resolución 873 se establecieron aranceles para carnes vacunas, legumbres, hortalizas y frutas preparadas o conservadas del 5% (estaban en el 12) mientras que disminuyen al 13% pescados frescos, refrigerados o congelados, que se ubicaban entre el 16 y el 20, y en el 20% caramelos, turrones, chicles, chocolates, confituras en general que tenían el arancel máximo del 24 por ciento.

Los productos lácteos, como quesos frescos y blandos, manteca, yogures, que estaban en el 13%, en su gran mayoría bajan al 10. Mientras que algunas galletitas quedan en el 12, otras de menor elaboración también se reducen al 10 por ciento.

♦ **Insumos**

La resolución 898 establece que los aranceles de los insumos utilizados por la industria limentaria como papeles y cartones, aluminio, envases de vidrio y de hojalata, bajan en promedio dos puntos.

La disposición señala que "se hace necesario generar las condiciones de una mayor competitividad en el sector de insumos utilizados por la industria de alimentos", y que "corresponde encuadrar la política arancelaria de estos productos en el marco de la apertura económica que encara el gobierno nacional".

El Gobierno modificó su posición original con respecto a la rebaja de alimentos y de insumos. En principio, el subsecretario de Industria y Comercio Exterior, Jorge Pereyra de Olazábal, había señalado que la reducción para todos los alimentos iba a unificar los derechos de importación en 5 %. Posteriormente, luego de reunirse con directivos de la Coordinadora de las Industrias Alimenticias (COPAL), se revió la posición y se dispuso complementar la baja con reducciones en los insumos que iban a oscilar entre el 4 y el 5 por ciento.

Finalmente, de acuerdo con las disposiciones conocidas ayer, quedó un cuadro arancelario donde solo algunos alimentos bajaron al 5 % y otros se ubicaron entre coeficientes de 20, 13 y 10 puntos. En el caso de los insumos, las bajas fueron del 24 al 22 %, del 22 al 20 % y del 20 al 18 % (papel y cartón, hojalata y vidrio, respectivamente).

Habría quedado pendiente la decisión de reducir los aranceles de todas las importaciones que durante 1989 fueron menores a los 50.000 dólares. En tal sentido durante el encuentro realizado por los directivos de la Unión Industrial Argentina y el subsecretario Pereyra, los dirigentes fabriles solicitaron que se tuviera en cuenta las importaciones efectuadas durante los pasados cinco años y no solamente durante 1989. El tema quedó a consideración del equipo económico.

♦ **Informática**

En el caso de equipos de informática y sus unidades de origen importados, la resolución 871 establece una nueva ordenación que tiende, dicen, a facilitar los trámites de ingreso. Se refiere a que la descripción hecha por la resolución 418/86 permitió cubrir una indefinición en los parámetros mínimos a los que debían ajustarse los distintos tipos de máquinas para fijar una escala diferencial en los gravámenes, pero que "al presente las especificaciones técnicas señaladas se encuentran determinadas, por lo cual resulta pertinente su descripción en forma específica en la Nomenclatura Arancelaria y Derechos de Importación".

Se agrega que "esta circunstancia permitirá que los bienes de origen importado queden directamente clasificados en sede aduanera al momento del despacho, evitando tramitaciones previas al mismo, que en algunos casos significaban demoras de hasta 24 meses".

También se dispuso un reacomodamiento de los aranceles para los cilindros neumáticos, filtro y depuradores para gases y válvulas, así como nuevos porcentajes que deberán tributar en concepto de derechos específicos y ad valorem para las compras externas de neumáticos usados, cuyo peso mínimo sea de 3 kilogramos sin límite máximo.

Finalmente, la resolución elimina los aranceles para la importación de algunos productos no fabricados en el país utilizados por la industria química y equipos medicinales.

♦ **COPAL**

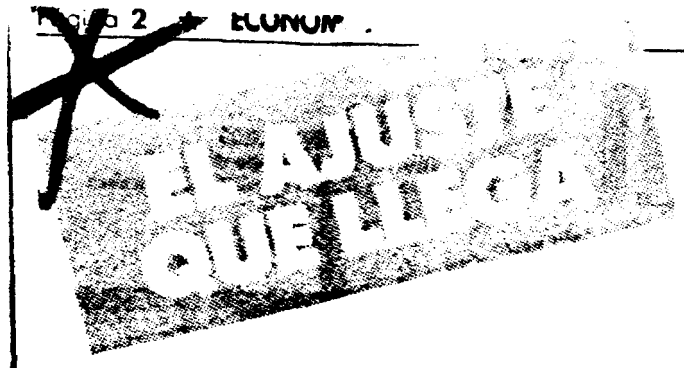
Directivos de la COPAL señalaron que durante el encuentro del comité ejecutivo de la Unión Industrial Argentina realizado el martes pasado, no hubo rectificaciones en la posición original de la entidad.

Comentaron que volvieron a enfatizar la oposición de la Coordinadora a utilizar la reducción arancela-

Daniel Rodríguez

Pereyra de Olazábal. Se firmó la rebaja de aranceles pese a la oposición industrial.

01-01 *9004292



Las autoridades económicas trabajan aceleradamente en la definición de una serie de medidas de reducción de gastos y personal, tanto para las empresas estatales cuanto para la administración pública. La batería de disposiciones incluye otras que endurecen la política monetaria y la relación entre el Banco Central y las entidades financieras. Comentarios originados en el Palacio de Hacienda advierten una lucha por espacios de poder ante las decisiones que instrumentará Erman González.

Batería de medidas monetarias y de racionalización pública

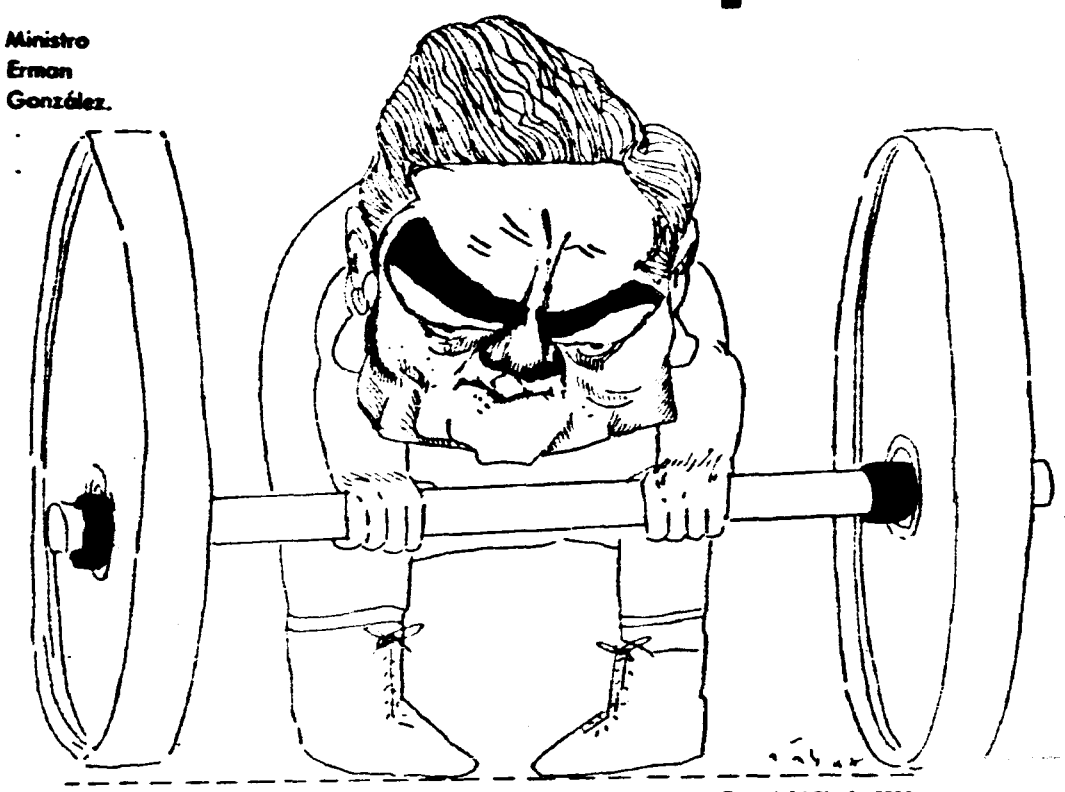
El Gobierno dispondrá una batería de medidas de restricción financiera para atemperar el comportamiento del dólar, así como duras disposiciones para reducir la dotación de personal ocupado en el aparato estatal, tanto de la administración central cuanto de las empresas públicas.

El paquete establecerá plazos estrictos que no excederían el próximo fin de año para que pasen a disponibilidad todos los empleados públicos que no tengan tarea fija después de la reestructuración administrativa realizada en el otoño pasado.

El plan que se evalúa incluye una reducción de las indemnizaciones a las que pueden acceder los agentes afectados. También sería recortado el lapso en el cual el personal puede estar en disponibilidad antes de que el Estado lo cesantee definitivamente.

El programa establece severos criterios administrativos para poner en caja a las empresas públicas y una batería de medidas financieras, que contemplan la autorización expresa al Banco Central de sacar del "clearing" a toda entidad oficial, provincial o privada que tenga durante 48 horas un "rojo" con la autoridad monetaria.

Ministro Erman González.



Copyright Clarín, 1990

Entre las medidas para las empresas públicas figura una amplia renegociación de las deudas con proveedores, a los que se les entregaría un bono que las empresas podrían utilizar como parte de pago de privatizaciones.

Para hoy está previsto el regreso del ministro de Economía, **Antonio Erman González**, de Chile. Mañana se reunirá con el equipo económico para tomar las decisiones políticas sobre las medidas que se incluirán en un conjunto de decretos oficiales y resoluciones del Banco Central.

El denominado "Erman V" apuntaría a dar una **clara señal política a los operadores** sobre el control que el Gobierno tiene de la situación y, a la vez, retomar la iniciativa para dominar a los mercados cambiario y financiero y tratar de poner en caja la tasa inflacionaria.

Aun cuando el ministro González tenía previsto anunciar mañana algunos lineamientos del paquete, los tiempos manejados ayer en el Palacio de Hacienda y la decisión de "no dar pasos en falso" hacen presumir que se demoraría la difusión de las medidas.

González mantuvo ayer una serie de comunicaciones telefónicas con sus colaboradores inmediatos para conocer al detalle la evolución de los trabajos. Entre las medidas que integrarán el plan que podría ver la luz sobre el fin de semana figuran:

- **Medidas financieras para endurecer la liquidez de la plaza y hacer subir la tasa de interés, para presionar por un comportamiento moderado del dólar.**
- **Se obligará a cancelar en setiembre todos los redescuentos. Unos 150 millones de dólares.**
- **Antes del 30 de noviembre el sistema tendrá que cancelar las deudas con el Banco Central bajo todo concepto. Sería en cuatro cuotas y se podrá pagar con una quita, dado que se aceptarán Bonex 89. En juego hay 2.000 millones de dólares.**
- **Se endurecerá la forma como las entidades deben conformar sus efectivos mínimos.**
- **Las entidades que no cumplan se verán en grave riesgo. Se autorizará al BCRA a sacar del "clearing" a toda entidad oficial o privada que esté en "rojo" por más de 48 horas.**

● Reducción de personal

- **Fue descartada la idea de declarar a todo el personal en disponibilidad, por razones legales-laborales.**
- **En cambio se pondrá un plazo no mayor a diciembre para que todas las reparticiones pongan en disponibilidad al personal prescindible, tanto en la administración central cuanto en las empresas.**
- **Se estudia acortar los plazos y las indemnizaciones que hay que pagar para que ese personal se desvincule después del Estado. Ahora el plazo es de 6 a 12 meses y las indemnizaciones se estiran hasta diez sueldos. Se reduciría todo a la mitad, en principio.**
- **Se dejará cesante al personal contratado antes de diciembre, o sea unos 80.000 agentes públicos.**
- **No habrá horas extras en las empresas del Estado.**
- **Las empresas solo podrán gastar aquello que les ingresa. Deberán utilizar un severo criterio de caja.**
- **Deberán reducir las compras y postergar toda inversión que no tenga financiación.**
- **Habrá una renegociación global de las deudas con proveedores. Se entregaría un bono que las empresas privadas podrían utilizar como parte de pago de futuras privatizaciones.**

01-01

9054893

Nº. DOCUMENTO
TITULO Record de la caída industrial
PROCEDENCIA CLARIN 150029
FECHA DE PUBLICACION 26/8/90
VINCULACION Argentina 10033
F. Económico 11161
Sector Industrial 11401

ENTRADO Enero 92
FOLIO 1

Hacia un nuevo récord en la caída industrial

La producción industrial cayó en el mes de julio pasado el 6% en relación con junio, según datos de la Fundación de Investigaciones Latinoamericanas (FIEL). De esta manera, en los primeros 7 meses del año, la actividad manufacturera acumuló un retroceso del 10,6% en relación con igual período del año pasado.

El comportamiento negativo del mes de julio condiciona los índices del tercer trimestre del año, puesto que para superar el nivel de actividad del período julio-setiembre del año pasado, en los meses de agosto y setiembre la producción industrial debería crecer como mínimo el 15 %, algo que está descartado. De esta manera se estima que la actividad industrial en el tercer trimestre de 1990 será también negativa en relación con iguales meses de 1989, por **lo que la industria batirá el récord de diez trimestres consecutivos de índice de producción negativos.**

Debe tenerse en cuenta que esta virtual caída en el tercer trimestre del año se produce en relación con un período particularmente recesivo; como fueron los meses de julio a setiembre del año pasado, donde la industria reflejó el enorme impacto del proceso hiperinflacionario de los meses de junio y julio de 1989. Retroceder en relación con ese período económico particularmente crítico es otro récord de la industria argentina.

♦ Qué pasa en agosto

Para agosto se espera que la actividad industrial registre un crecimiento respecto de julio por "rebote técnico". Esto se debe a que en julio tuvieron lugar los paros metalúrgicos que afectaron la actividad siderúrgica, automotriz y de bienes y equipos, por lo que la reanudación normal de la producción permitirá contar con índices superiores al mes anterior. Aun así, subsisten las suspensiones en las fábricas terminales de autos y la normalización en la siderurgia se está haciendo a un nivel inferior al de junio. Por esta razón se estima que la producción industrial en agosto podría aproximarse a los niveles de junio.

La magnitud del retroceso industrial se puede medir en las siguientes cifras: si se anualiza la producción automotriz de los primeros 7 meses del año, se obtendría un nivel de 98.800 unidades, solo superior al de 1989, cuando se fabricaron 89.338 unidades. La anualización de los despachos de cemento, a su vez, indican un nivel de producción similar al de 1989.

Fuentes de ADEFA, por su parte, señalaron a Clarín que las suspensiones [illegible] serán hasta fin de año ante la certeza de que subsistirá la actual situación recesiva.

♦ Sectores

Con excepción de tractores, neumáticos y agroquímicos —una situación similar se da en combustibles y aluminio, todos los demás sectores industriales tuvieron retrocesos en su actividad, de acuerdo con los datos de los 7 primeros meses del año. La rama más afectada fue la de los bienes de consumo durables, como la línea blanca de artefactos para el hogar, con retrocesos entre el 30 y el 38%. Insumos y bienes de capital tuvo una caída del 35,8%, cemento 29% y maquinarias y equipos de alrededor del 25%.

A su vez, los sectores que tuvieron una cierta expansión el año pasado, como siderurgia y petroquímica, debido a las mayores exportaciones, experimentaron también caídas del 20,6 y 6,9 %, respectivamente, lo que ilustra la desaceleración que se registra en las colocaciones al exterior. Por último, alimentos y bebidas retrocedió el 6,1 %, acompañando la merma en el poder adquisitivo de la población.

Ismael Bermúdez

INDICADORES DE ACTIVIDAD INDUSTRIAL
(7 meses '90/7 meses '89)

Ranking de sectores	Var. %
Tractores	43,7
Neumáticos	5,4
Agroquímicos	3,3
Combustibles	0,9
Aluminio	0,3
Insumos plásticos y caucho	- 2,2
Químicos mineral es	- 5,7
Alimentos y bebidas	- 6,1
Petroquímicos	- 6,9
Cigarrillos	- 10,5
Papel y celulosa	- 10,5
Indice de producción industrial	**- 10,6**
Insumos textiles	- 12,4
Hierro y acero	- 20,6
Autos	- 22,4
Maquinarias y equipos	- 24,8
Cemento	- 29,0
Heladeras, aire acondicionado y lavarropas	- 30,8
Insumos y bienes de capital	- 35,8
Cocinas, calefones y termotanques	- 37,9

Fuente: Indice de producción industrial elaborado por FIEL

01-01

PARTES POCO LEGIBLE

9004894

AJUSTE Y APERTURA ECONOMICA

Preparan un decreto para la rebaja de

La preocupación por no poder controlar el aumento de los precios llevó al Gobierno a intentar una salida desesperada: bajar los aranceles sobre los productos alimenticios. La reacción de los empresarios del sector afectado generó un debate mucho más [illegible] el papel de los aranceles en la protección a la industria. Ya no se [illegible] controlar la inflación sino de pensar con toda seriedad que no se puede [illegible] fuera del marco de una política industrial integral. Este último [illegible] un debate, donde la mera estabilidad oculta toda otra consideración.

El director de Industria, Raúl Ochoa, estaba trabajando anoche en un decreto "ómnibus" que firmaría el propio presidente Carlos Menem para rebajar los aranceles de los productos alimenticios y de algunos insumos industriales. De este modo, desde el más alto nivel del Poder Ejecutivo se daría una señal sobre la firmeza del Gobierno en llevar adelante el plan de apertura económica.

Sin embargo, existen voces críticas a las modalidades y oportunidad de la medida, dentro y fuera del Gobierno. El subsecretario de Industria y Comercio, Jorge Pereyra de Olazábal, escuchó el miércoles a los directivos de la Unión Industrial Argentina sus reparos a las características de la apertura, y ayer por la tarde también habría escuchado las quejas de varios legisladores —entre ellos, el titular de la Cámara de Diputados, Alberto Pierri— sobre los peligrosos efectos de la rebaja arancelaria.

En Industria se consideraba inminente la firma de la disposición, al tiempo que se pronunciaban otras resoluciones tendientes a profundizar la apertura importadora.

♦ Productos

De acuerdo con el borrador del decreto que corregían ayer los funcionarios, se reducía del 24 % al 18 % los derechos nacionales de importación de caramelos, turrones, chicles y chocolate blanco. Los artículos que estaban entre el 16 % y el 20 % se unificaban en el 16 %, donde se encontraban pescados frescos, refrigerados o congelados, aceite de manteca de cerdo, grasas y aceites de pescado, incluso refinados.

Del 15 % al 13 % se ubican preparados y conservas de pescados, cervezas, vinos, sidra, chocolate y otros preparados alimenticios que contengan cacao, preparados y conservas de crustáceos y moluscos, cacao en polvo sin azucarar, manteca de cacao. Se mantiene en el 13 % la manteca, los quesos frescos de pasta blanda, semidura, de pasta dura y fundidos, el té, café, yerba mate, galletitas y bebidas alcohólicas como el whisky, coñac, vodka y rhum.

Y realmente bajan al 5 % los cueros de la especie bovina, ovinos y caprinos; legumbres, hortalizas, aceites comestibles, todavía fresco, refrigerado, congelado, productos en base a cereales, pastas alimenticias y algunas variedades de galletitas y la harina de trigo y de maíz.

En cuanto a los elementos de packaging que tiene la industria y que también [illegible] del 24 % al 20 % se incluyen polipropileno en películas, envases de plástico, papel satinado para embalar, papeles cartones para filtrar, envases de cartón, envases de papel, tripas artificiales, tapas de hojalata para envases, latas de hojalata sin armar y envases de cartulina.

El borrador de la disposición establecía una disminución del 22 % al 18 % para polietileno en películas, polipropileno biorientado, láminas de cloruro polivinilo, celulosa regenerada, láminas de aluminio, recipientes de aluminio, latas de aluminio, envases de vidrio y recipientes de vidrio, entre otros. Del 18 % al 16 % bajarían el polipropileno primario, el caucho y las chapas de hierro.

Los niveles arancelarios se discutían en detalle anoche en la oficina del director Ochoa, con la presencia del asesor Luis González Estéves y Juan Dumas, mientras que había un contacto directo con el subsecretario Pereyra de Olazábal.

♦ Crítica

Por su parte, la Asociación de Fabricantes de Celulosa y Papel, con la firma de su titular, Héctor Gronchi, dio a conocer un documento donde expresa que le manifestaron al subsecretario de Industria "su más profunda oposición a la instrumentación de una nueva rebaja arancelaria de los productos para envases producidos por sectores de la [illegible] nación".

Aducen que la estructura arancelaria "es un instrumento de política económica que, por el impacto que tiene sobre el aparato productivo, no puede ser utilizada como [illegible] de control de precios" y que "con los productos alimentarios cuentan con importantes ventajas comparativas, beneficios arancelarios —retención a la exportación sobre esos insumos— y protección por los hábitos de consumo, la única consecuencia de esa medida será una transferencia de recursos entre sectores industriales, sin que se logre el efecto buscado de reducción de precios".

Comenta el documento que "el fenómeno de mayor aumento del precio de los alimentos que el de los envases ya se dio con claridad en el primer semestre del año, en que los primeros aumentaron entre el 577% y el 861%, en tanto que los envases de papel y cartón lo han hecho en el 549%". Y agregan: "La incidencia del envase en el precio final del producto es mínima, situación que fue reconocida por este gobierno al dejar sin efecto la resolución 12/90".

00004895

ENT. 21/9/90 LN
SALE

"ómnibus" aranceles

Daniel Rodriguez

Pereyra de Olazábal. En el principal frente de batalla, donde no se tiene muy claro si los aranceles son parte de la política contra la inflación o un mecanismo para volver eficiente a la industria.

Ponderar riesgos

El equipo económico anunció la rebaja arancelaria para los alimentos en forma progresiva —decisión que provocó la reacción de la COPAL (la coordinadora de industrias alimenticias); de algunos insumos industriales, que expandió la cólera a papeleros, petroquímicos y productores de aluminio y vidrio— y anticipó una mayor apertura para la industria automotriz (sin ansiedad hay que esperar la réplica de las terminales automotrices).

El mensaje parece claro: **ante cada reacción, mayor apertura.** Ante cada protesta, se abre más y más el universo arancelario. El argumento es siempre el mismo: **una industria más competitiva, mercados más transparentes.**

♦ **Realidad y fantasía**

Quienes desde el Gobierno impulsan la apertura importadora **(algunos en la creencia ingenua de que servirá para bajar los precios)** aseguran que no se hace más que seguir los vientos de la historia. Que iguales recetas, inducen similares resultados. O que las leyes de la economía, reportan igual que las de la física.

En un reciente seminario de **FIEL** (un verdadero bastión del liberalismo) uno de los economistas-jefe aseguraba que "el caso argentino es excepcional, no hay ninguna experiencia histórica de procesos simultáneos de estabilización y de apertura económica".

El tipo de cambio ostenta la paridad más baja de los últimos 9 años (para encontrar un valor menor hay que remitirse a la época de apogeo de la tablita cambiaria, en los tiempos de **José Alfredo Martínez de Hoz**). El nivel arancelario promedio actual —sin considerar el efecto del decreto ómnibus— ronda el 17 %, es decir que salvo Chile (cuyo arancel máximo y único es del 15 %) es el más bajo de América latina y se alinea a los internacionales. La legislación antidúmping aún no ha sido reformada, y las experiencias de su aplicación durante la década pasada han sido lamentables (muchas empresas ya habían desaparecido cuando se demostraba el subsidio encubierto).

La apertura se intenta en un contexto de hiperrecesión —estamos ingresando en el décimo trimestre consecutivo de caída en la actividad industrial—, con una secuela directa en el nivel de empleo (los recientes datos oficiales indican que entre desocupados y subocupados el 18 % de la mano de obra económicamente activa se encuentra desplazada).

Pero el golpeado aparato fabril argentino tiene otros (y más pesados) cepos que le impone el Estado, el mismo que le exige competir. Desde hace años trabaja (milagrosamente) sin crédito, en medio de una espectacular estructura financiera, que ofrece tasas para 7 días, pero no puede o no sabe cómo asistir el menor proyecto de inversión. Tiene costos laborales y tarifarios superiores, en muchos casos, a los países desarrollados (el gas natural es más caro en la Argentina que en cualquier país de América, mientras que la electricidad que factura DEBA es la más alta del mundo, cuatro veces mayor que la vigente en los Estados Unidos). Quizá también haya que recordar que el costo de los puertos, el estado de los caminos y la infraestructura de comunicaciones no es, por decirlo de algún modo, muy alentador para la inversión productiva. O que es una de las pocas economías del mundo que se da el lujo de exportar impuestos directos e indirectos.

El Gobierno, angustiado, quiere reformar lo más rápido posible un estado de situación, que en buena medida ayuda a mantener. El error sería que el método alterara los objetivos. Que la desesperación le ganara a la razón.

Antonio Ambrosini

Copyright Clarín, 1990

Firmaron la resolución que baja retenciones

Finalmente fueron firmadas las resoluciones por las que se establecieron las rebajas a las retenciones sobre las exportaciones de granos, carnes, pescados y sus derivados.

La firma concreta el anuncio efectuado el 3 de agosto por el ministro de Economía, que sirvió para asegurar un brillante recibimiento al presidente Menem en la Exposición Rural de Palermo.

La quita promedio de los derechos de exportación ronda el 50 por ciento, con diferencias en tiempos y en magnitudes.

En el caso de los granos finos, la resolución tendrá vigencia a partir del 15 de noviembre. Las retenciones a las exportaciones de trigo, avena, cebada, centeno y alpiste pasarán de 15 a 9 puntos, en tanto que las de semilla de lino disminuirán de 22 a 14 puntos y el aceite y los derivados de esa oleaginosa sufrirán una merma que de 13 las ubicará en 5 puntos.

En las carnes, la rebaja será de ocho puntos, escalonada en tres meses (3 agosto, 3 setiembre y 2 octubre). Para las pesquías, en el caso de los frescos se gravará, también en forma gradual, de 10 a 8 puntos en octubre. En los pescados congelados se eliminarán los 3 puntos del gravamen actual.

♦ **Demora**

Los 22 días que separaron el anuncio de rebaja "inmediata" de las retenciones solo perjudicaron a los frigoríficos exportadores y a la industria pesquera, ya que son los únicos en condiciones de beneficiarse con la medida.

Según señalan los industriales del sector exportador de carnes, la transferencia que realizaron hasta la fecha asciende a 1,2 millón de dólares. Para el sector de la pesca las pérdidas llegan a 600.000 dólares.

Aparentemente, según fuentes del sector exportador, la demora en el trámite se inició cuando ingresó en la Subsecretaría de Comercio.

Para tratar de explicar el por qué de la demora habría que remontarse a los momentos previos al anuncio del 3 de agosto. En esos momentos era evidente la pulseada entre dos sectores del Gobierno. Por un lado, Felipe Solá defendía los reclamos de los agricultores y, por otro, el subsecretario de Hacienda, Saúl Bauer, se aferraba tenazmente al cierre de las cuentas públicas.

La hipotética demora en Comercio se justificaría aún más por el temido efecto precio de la rebaja de las retenciones en un momento de baja estacional de oferta de hacienda.

Además, la teoría del temor al efecto precio se reafirma al recordar el salto del dólar de la segunda semana de agosto, que arrastró a los precios.

Paradójicamente, fue esta trepada del dólar la que arrastró el precio de la hacienda en Liniera.

02-02

1395

Pese a la baja de retenciones, la suba de costos podría frenar la próxima siembra

Peligra el ingreso de divisas: La renta agrícola caería hasta 30%

Escribe
Susana Merlo

A la luz de los resultados comparativos de márgenes brutos de fines de agosto '89 con los actuales, y a pesar del reciente esfuerzo oficial al prometer una rebaja en las retenciones a la cosecha, la rentabilidad actual es notablemente inferior a los alcanzados hace 12 meses, lo que estaría incidiendo negativamente sobre la posibilidad de incrementar la superficie sembrada. **En la campaña anterior la soja superó los 5 millones de hectáreas, el maíz 2,13 millones, el sorgo 802.000 hectáreas y el girasol 2,2 millones. Sin embargo, en esta oportunidad parece difícil pensar que se puedan lograr aumentos y, por el contrario, se habla de reducción en algunos cultivos.**

VARIACIONES DE PRECIOS Y COSTOS

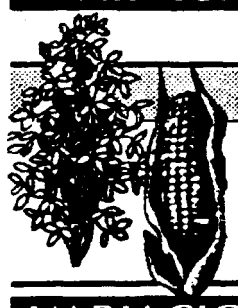
AGOSTO '89 / AGOSTO '90 (fin de mes)

ITEM	ACTUAL (A1)	DIF. '90/'89 (%)
Dólar	6.135	+ 848
Gas Oil	2.040	+ 1.357
Costos implant./ha (según cultivos)	500.000 a 870.000	+ 1.100 a + 1.325
Margen bruto/ha (según cultivos)	400.000 a 780.000	+ 670 a + 840

Resultados de cultivos en el oeste de Buenos Aires

VARIACION EN LOS MARGENES BRUTOS

EN U$S - (OESTE DE BUENOS AIRES)



CULTIVOS	U$S/ha '89	U$S/ha '90	Difer.
Sorgo	156	128	- 18 %
Maíz	132	112	- 15 %
Girasol	110	110	-
Soja	77	64	- 16 %

VARIACION INDICES DE RETORNO SEGUN CULTIVOS

(OESTE DE BS. AIRES)

CULTIVOS	ACTUAL	DIF.90/89
Sorgo	2,63	-33,4 %
Maíz	2,10	-25,3 %
Girasol	2,03	-11,7 %
Soja	1,54	-16,3 %

RESUMEN DE IMPUESTOS

(EN %)

ITEM	MAIZ	SOJA
% s/precio FOB	26,44	32,92
% s/ resultado operativo	72,58	82,50
% s/ Capital Tierra	6,41	6,80

FUENTE: MARGENES AGROPECUARIOS

• Retroceso

El hecho es bastante lógico si se considera que la comparación de resultados en cultivos del oeste de Buenos Aires, perfectamente extrapolable en su tendencia a otras zonas, **está indicando que el retroceso en la rentabilidad de la campaña pasada a ésta, medida por los índices de retorno, se ubica alrededor de 25% a 30% en los cereales, y oscila entre 12% y 16% menos en las oleaginosas, a pesar de lo cual siguen apareciendo más ventajosos los primeros.**

La disminución se debe a que, **mientras los precios FOB Puertos Argentinos esperados a cosecha, prácticamente no presentan modificaciones entre fin de agosto '89 y ahora (fuentes privadas hablan de u$s 100-106 por tonelada para el maíz, u$s 90/tn para el sorgo, y u$s 220/tn para la soja), los costos de implantación y protección ascendieron en el mismo lapso entre 1100% y 1300%.** De este porcentaje buena parte corresponde **al aumento del gasoil que en este período aumentó 1357%, ya que el costo de insumos se mide en dólares y éste sólo aumentó 848%.** Además, varios agroquímicos tuvieron cierta rebaja en dólares durante el lapso analizado. Pero sin duda el combustible tiene gran incidencia. Según el especialista **Osvaldo Sarachu**, de CONINAGRO, **el último aumento representó un gasto extra para el sector de u$s 200-250 millones, ya que el consumo anual del sector supera los 3000 millones de litros de combustible.**

Todo esto estaría determinando una rebaja en los márgenes brutos medidos en dólares alrededor de 15%, excepto en girasol cuyo resultado sería (en dólares) similar al del año pasado.

Pero también lo que va a afectar la decisión de siembra es la iliquidez y la posibilidad de inversión de los productores pues, mientras los gastos son ahora, la rebaja en las retenciones recién se haría efectivo en los primeros meses del año que viene y tampoco se puede conocer el nivel que puede tener el dólar entonces.

• Impuestos

Sin embargo, el factor que aparece como determinante en las actuales circunstancias parece ser el impositivo que, según distintas fuentes, limitaría fuertemente la posibilidad de invertir en la producción. En este sentido, un reciente estudio de **Mario Arbolave**, director de Márgenes Agropecuarios, muestra que **la presión impositiva global (nacionales, provinciales y municipales) alcanza, en soja, a 33% del precio FOB, a 82,5% del resultado operativo y a 6,8% del valor de la tierra. En maíz los porcentajes se ubican en 26,4%, 72,5% y 6,4% en los mismos ítem.**

El especialista sostiene que "seguramente para el Estado no es negocio que la producción se achique, que el productor se enfrente a la opción de «pagar impuestos o producir», que se utilice cada vez menos tecnología y que se dependa exclusivamente de buenas condiciones climáticas para lograr una cosecha".

En función de esto, Arbolave considera que "la única solución es achicar el Estado y disminuir la presión tributaria que, junto al alto precio relativo de los combustibles, están haciendo desaparecer las ventajas comparativas de la Argentina".

Pero estos cambios no parecen factibles en el corto plazo, y por eso los analistas —incluso internacionales— no ven factible un incremento de siembra global en esta campaña.

Nº 9004897
TITU La petroquimica, camino de la
PE 150025 LA NACION Privatizacion Total.
FE 21/3/95
VINC Argentina 10033
F. Económico 11161
Empresas Estatales 11312
Sector industrial 11401

ENTRADO 21/3/95
CRUZ 30

La petroquímica, camino de la privatización total

Los empresarios del sector concuerdan con el proyecto, pero requieren seguridades sobre la provisión de materias primas

La petroquímica, que produce por 1700 millones de dólares y exporta por 600 millones de dólares anuales, va hacia el camino de la desregulación total con la decisión del Gobierno de colocar en manos privadas todas las empresas del Ministerio de Defensa.

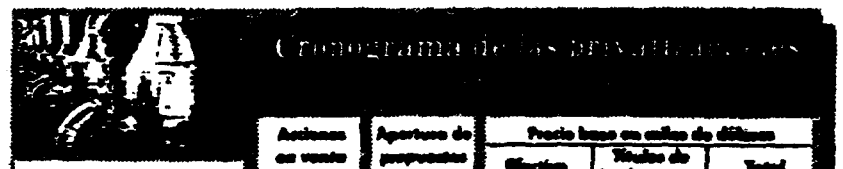
Los empresarios del sector, en tanto, comparten el criterio privatizador, pero requieren seguridades futuras en cuanto a la provisión de materias primas y estabilidad de las políticas tarifarias y fiscales aplicadas a los insumos.

El destrabamiento del valor internacional del crudo, como consecuencia del conflicto del golfo Pérsico, avizora un reacomodamiento de los precios de los productos petroquímicos en los mercados externos. Esto –según fuentes del sector– puede beneficiar a las empresas locales y revertir los pronósticos. Al finalizar el primer semestre de este año las previsiones indicaban que las exportaciones se verían influidas negativamente por la caída de los precios internacionales.

Venta de acciones

La primera etapa de este proceso de privatizaciones abarca, fundamentalmente, la venta los paquetes accionarios de las sociedades mixtas vinculadas con el Polo Petroquímico de Bahía Blanca, un complejo que inició su actividad en 1981 y que entró en plena producción en 1987.

En el proyecto inicial del complejo, cuando se perfiló como emprendimiento privado allá por la década del 70, trabajó la Dow Chemical y también la ICI Duperial. Finalmente siguió el curso de sociedad anónima con paquete estatal mayoritario.



Cronograma de las privatizaciones

Empresa	Acciones en venta	Apertura de propuestas	Precio base en miles de dólares		
			Efectivo	Títulos de deuda externa	Total
Carboquímica Argentina SA	42 %	25-9-90	1.410	3.990	5.400
Petroquímica Río Tercero SA	39,45 %	27-9-90	24.344	68.859	93.203
Polisur SM	30 %	28-9-90	14.111	20.913	34.024
Monómeros Vinílicos SM	30 %	28-9-90	9.381	26.534	35.915
Petropol SM	30 %	28-9-90	4.563	12.908	17.471
Inducior SM	30 %	28-9-90	17.808	50.525	68.413

La venta de pliegos se efectuará hasta el quinto día hábil anterior a la fecha de apertura de las propuestas.

De ahí que Petroquímica Bahía Blanca, tenga el 51 % del paquete accionario en el que participan en iguales proporciones, con el 17 %, Gas del Estado, YPF y Fabricaciones Militares, correspondiéndole el resto a empresas privadas.

Estructura del polo

Para interpretar el funcionamien del polo petroquímico bahiense hay que partir de la planta de etano de Gas del Estado, en General Cerri, donde concluyen los gasoductos que desde el Sur transportan 18 millones de metros cúbicos diarios de gas natural. Una vez transformado en etano ese gas es recibido por la empresa madre del polo: Petroquímica Bahía Blanca (PBB).

PBB produce 345.000 toneladas por año de etileno, elemento motor del complejo que integran:

• Monómeros Vinílicos Sociedad Mixta absorbe 78.000 toneladas por año de etileno de PBB. Esta planta satélite fue inaugurada en diciembre de 1986 y su objeto industrial es la fabricación de cloruro de vinilo monómero. Este es polimerizado en las plantas de Indupa SA. y de Electroclor SA para obtener en ambas el producto industrial conocido como PVC (Policloruro de vinilo).

Monómeros recibe de Inducior SM. el cloro para el proceso industrial. La planta tiene una capacidad de producción de 130.000 t/a.

Participan en esta empresa en forma directa o indirecta: Vinicior

(Continúa en la Pág. 5, Col. 1)

001(A)/2
9004897

Participación accionaria del sector petroquímico en las empresas por privatizar

Sociedades y/o empresas	Composición accionaria	Participación accionaria en:
Atanor SA Bunge y Born SA	[illegible]	Petroquímica Río III 41,2 %
• Carboquímica Arg. SM	[illegible]	
C. Itohd Co. Ltd.	[illegible]	Petroquímica Bahía Blanca S.A. 10,6 %
# Dirección General de Fabricaciones Militares (DGFM)	[illegible]	Carboquímica Arg. SM 42 % Inducior SM 30 % Monómeros Vinílicos SM 30 % Petroq. B. Blanca S.A. 17 % Petroquímica Mosconi S.A. 50 % Petroquímica Río III SA 8,6 % Polisur SM 30 % Petropol SM 30 % Somisa 99,9 % FM Río Tercero, Córdoba FM Tolueno Sintético Campana

Sociedades y/o empresas	Composición accionaria	Participación accionaria en:
ICI Duperial SA	Imperial Chemical 100 % (origen británico)	Electroclor SA 61 % Viniclor SA 23 %
Electroclor SA	Duperial SA 61 % Inv. privados 22 % Banade y Caj/Nac. de Ahorro y Seguro 17 %	Petroq. B. Blanca SA 10,6 % Monómeros Vinílicos SM 38,5 % Viniclor SA 27 %
Gas del Estado	Estatal 100 %	Petroq. B. Blanca SA 17 %
• Indùclor SM	Inquiba (Indupa) 70 % DGFM 30 %	
Indupa SA	Grupo Raimundo Richard 50 % Inv. privados 20 %	Inducior SM 70 % Petroq. B. Blanca SA 5,3 % Monómeros Vinílicos SM 31,5 % Petropol SM 70 % Viniclor SA 45 %
Ipako SA	Grupo Garovaglio Zorraquín 65 % Inv. privados 35 %	Petroq. B. Blanca SA 21,6 % Polisur SM 70 % Petroken SA 50 %
• Monómeros Vinílicos SM	Viniclor SA 70 % DGFM 30 %	
• Petropol SM	Polofinas SA (Indupa) 70 % / DGFM 30 %	

Sociedades y/o empresas	Composición accionaria	Participación accionaria en:
# Petroquímica B. Blanca SA	[illegible]	
# Petroq. Gral. Mosconi SA	[illegible]	
• Petroquímica Río III SA	[illegible]	
• Polisur SM	[illegible]	
# Somisa (Sulfato de amonio)	[illegible]	
Viniclor SA	[illegible]	Monómeros Vinílicos SM 70 % 9004897
YPF	Estatal	Petroq. B. Blanca SA 17 % Petroq. Gral. Mosconi 50 % Petroq. Río III SA 30,85 %

• En trámite de privatización (venta de pliegos); incluidas en la ley de reforma del Estado.

0 1 0 2

Incluidas en el proyecto de ley del PE enviado al Congreso declarándolas privatizables.

La petroquímica, hacia la privatización total

(Continuación de la Pág. 1, Col. 3)

S.A., Indupa SA., Electroclor SA., ICI Duperial SA. y Lonco Hue SA. Por la parte estatal DGFM tiene el 30%.

● **Petropol SM** consume 26.000 toneladas de etileno de PBB por año. La planta data de diciembre de 1966 y produce polietileno de alta densidad. La capacidad de producción es de 80.000 t/año. El 70 % del paquete accionario está en manos de Indupa SA. a través de Petrofinas SA. El 30% restante pertenece a Fabricaciones Militares.

● **Polisur SM** recibe de PBB 141 toneladas de etileno y produce 210.000 de polietileno de baja densidad y de baja densidad lineal. El paquete mayoritario (70%) pertenece a Ipako SA., empresa del grupo Garovaglio Zorraquín, el 30 % es de DGFM. Esta es la primera planta satélite que funcionó, junto con PBB, en 1982.

● **Inducior SM** recibe de la región la sal que por electrólisis se transforma en cloro y se entrega a Monómeros Vinílicos SM. Inducior produce soda cáustica y carbonato de sodio; brinda servicios a **Petropol SM**, y a **Indupa SA.**.

El 70 % está en manos de Indupa SA. a través de Inquilsa SA. y el 30% es de DGFM. Esta planta inició su producción en 1987.

Primera etapa

La primera etapa del proceso de privatización de las empresas petroquímicas que están en manos del Ministerio de Defensa está definida.

Incluye a las satélites de Petroquímica Bahía Blanca (PBB): Inducior, Monómeros Vinílicos, Petropol y Polisur.

Esta primera etapa también abarca a empresas que están fuera del polo de Bahía Blanca, como **Petroquímica Río III SA.** y **Carboquímica Argentina SM.**

Todas están incorporadas en la ley de reforma del Estado, fueron licitadas y la apertura de las ofertas se hará entre el 25 y el 28 de septiembre.

● **Petroquímica Río III SA.**, cuyo paquete mayoritario está en manos de Bunge y Born y privados (61,2%), se constituyó en 1972, en Córdoba, para producir disocianato de tolueno.

La planta está integrada por cinco unidades de producción de cuya operación combinada se obtiene como resultado el TDI (16.000 t/año). Produce asimismo soda cáustica (17.000 t/año); cloro (15.000 t); ácido clorhídrico (50.000 t); hipoclorito (7000 t) y anhídrido carbónico (7000 t).

● **Carboquímica Argentina SM.**, tiene su planta industrial en Ramallo y data de 1974. Es cautiva de Somisa, que le vende el alquitrán de hulla. Produce brea, creosota, naftalina, bitúmenes, benceno, aceite fenalado, aceite solway y pasta de antraceno. El paquete mayoritario es de Ragor (58%) y la DGFM tiene el 42%).

Segunda etapa

La segunda etapa de las privatizaciones en el sector petroquímico requiere una definición del Congreso.

En un proyecto de ley del Poder Ejecutivo se incluye a **Petroquímica Bahía Blanca SA.** y a **Petroquímica General Mosconi SA.** y abarca a una amplia gama de empresas de Defensa de otros rubros, incluida Somisa, que puede insertarse en el sector petroquímico por una rama de su producción: el sulfato de amonio.

● **Petroquímica Bahía Blanca SA.**, es la empresa madre del polo petroquímico. Las condiciones de venta serán analizadas – al igual que la planta Gral. Mosconi– por una consultora internacional asociada a un banco local: CS First Boston y el Banco General de Negocios de nuestro país.

Son socios privados Ipako SA. (21,6%); Electroclor SA. (10,6%), en esta sociedad ICI Duperial tiene el 61%; C. Itoh Co., japonesa, (10,6%); Indupa SA. (5,3%), empresa ésta del grupo Richard y que tiene mayores inversiones en las plantas satélites.

● **Petroquímica General Mosconi SA.**: totalmente estatal, YPF (50%) y DGFM (50%). Pertenece al polo petroquímico de Ensenada y se constituyó en 1970 como sociedad anónima con el objeto de aprovechar nafta virgen y desarrollar la petroquímica. Produce benceno, ciclo hexano, tolueno, o–xileno, xilenos mezcla; n–hexano y solvente aromático pesado. Recibe el insumo de YPF y tiene previsto asociarse a capitales privados para producir dimetil tereftalato (DMT) que sirve de materia prima para envases plásticos duros y fibras sintéticas textiles.

La posición empresaria

El criterio privatizador sustentado por el Ministerio de Defensa está en la línea de pensamiento del titular de la cartera, doctor Humberto Romero, en cuanto a que la petroquímica necesitó la protección cuando no había grupos privados que pudieran desarrollarla.

"Hoy, tenemos un sector avanzado y tecnológicamente moderno. En todo el mundo está manejada por privados", dice Romero.

Ese criterio tiene como respuesta del empresariado local el interés manifiesto de apoyar el proceso de desregulación y, por otra parte, el requerimiento de condiciones que hagan más atractiva la inversión, seguridades futuras en cuanto a la provisión de materias primas y estabilidad de las políticas tarifarias y fiscales aplicadas a los insumos.

Para **Federico Zorraquín**, titular del grupo Garovaglio–Zorraquín que controla Ipako SA., con paquete mayoritario en Polisur SM. (satélite de PBB) "estas privatizaciones son un paso fundamental en la definición de la política industrial de la Argentina". Y comentó que "la seriedad y eficacia en la ejecución generará confianza en el país".

Pronosticó Zorraquín que el paso siguiente será la desregulación total del sector, desde el suministro de las materias primas hasta los productos finales.

"Hasta hoy la petroquímica se manejaba a través de subsidios, promociones y otras medidas proteccionistas, ahora contamos con una industria con tecnología moderna, que piensa con visión internacional y que sólo necesita del Estado la garantía de que las reglas de la libre competencia serán respetadas", dijo Zorraquín.

Potenciales oferentes

El ingeniero **Oscar Vignart**, presidente de la Dow Chemical Argentina SA., consideró que "todas las petroquímicas involucradas en este proceso de privatización son vendibles".

La Dow no participa en sociedad alguna con las privatizables pero, en su opinión, "deberían ser los socios naturales quienes las adquieran".

Para Vignart, las bases para la venta de las empresas del Polo Petroquímico de Bahía Blanca "son razonables".

El ingeniero **Jorge Vago**, de ICI Duperial y presidente de Electroclor SA., dejó trascender el interés directo del grupo empresario por Monómeros Vinílicos SM., planta industrial en la que participa a través de Vinilclor SA., en sociedad con Indupa SA. y Lonco Hue

"Nos interesan las inversiones, pero tenemos las propias limitaciones de capital de una empresa que está en desarrollo. Para nosotros, participar en la compra de Monómeros Vinílicos y terminar la planta de PVC vecina a ésta es suficiente. No estamos pensando en ninguna de las otras", comentó Vago.

Sin embargo puntualizó que es fundamental resolver, antes de privatizar, la relación de las plantas satélites con Petroquímica Bahía Blanca mediante la renegociación de los contratos para el suministro de etileno. Los contratos tienen doce años de duración y cuentan desde la iniciación del polo, en 1981.

"El tema pasa por el que nadie quiere comprar un problema. Nosotros en su momento recomendamos no precipitar el llamado a licitación, sin haber resuelto esto", explicó.

La cuestión de la renegociación de los contratos también fue puntualizada por el ingeniero **Alejandro Achával**, vicepresidente de Ipako SA. y director, por el sector privado, de Petroquímica BB.

Achával sostuvo que "el punto de partida para privatizar una sociedad es dar un horizonte con perspectivas, para lo cual se debe saber con que materia prima se va a disponer".

"Los contratos expiran en 1993 y hay que renegociarlos. Esto es también indispensable para PBB y le va a permitir que tenga a 12 años vista (término de duración del contrato) un horizonte de ingresos a partir del contrato actual".

"No puede privatizarse una sociedad que tiene un horizonte de tres años de materia prima", aseguró.

El doctor **Ernesto L. Orlando**, director de Indupa SA., dijo que el grupo al que pertenece tiene participación mayoritaria por sí o por sus empresas controladas en el complejo de Bahía Blanca y que se analizarán los recaudos en que dichas operaciones se habrán de formalizar.

"Se tendrá en cuenta la existencia de seguridades razonables y permanentes de provisión de la materia prima, el etileno, como la previsibilidad de las políticas tarifarias y fiscales aplicables a los insumos de las plantas involucradas", dijo.

Tarifas e impuestos

El director de PASA-Petroquímica Argentina SA., doctor **Manuel Herrera**, miembro del comité ejecutivo del Instituto Petroquímico Argentino, puntualizó aspectos que preocupan al sector en la toma de decisiones para futuras inversiones.

"El Estado está haciendo bien en privatizar: no puede hacer inversiones y está haciendo bien en pagar parte de la deuda, que es la que limita la expansión. Si uno mira las condiciones naturales del país, la petroquímica debe seguir creciendo. En los últimos años lo hizo con una tasa del 7% acumulativo anual y no hay motivos para que no prosiga con ese nivel. Hay proyectos de inversiones por cerca de 3.500 millones de dólares", apuntó.

Herrera sintetizó de la siguiente manera las preocupaciones del sector:

● Al Polo Petroquímico de Bahía Blanca le golpean duro el costo de la electricidad de DEBA, el costo del gas y los impuestos. Todas son empresas exportadoras, los precios internacionales son bajos y si hay un tipo de cambio bajo les será difícil mantener los niveles de exportación.

● La tarifa de DEBA (con impuestos) es la más alta del mundo: supera a la del Japón.

● Los impuestos nacionales y provinciales constituyen cerca del 50% del precio de la energía eléctrica.

● A partir de junio de 1989 se produjo un crecimiento del 50% de la tarifa del gas, medido en dólares respecto de la evolución histórica.

● La carga impositiva que grava el gas natural combustible es del 40 al 43% según la localización. Recientemente se dispuso por ley de la provincia de Buenos Aires un aumento del 200% en el impuesto al gas.

● Se castiga a la exportación y se obliga a hacer lo que no hacen sus competidores en el exterior, es decir, exportar impuestos, ya que no hay reintegros ni devolución de éstos, y se deben pagar derechos de exportación bajo distintas denominaciones: estadística, impuesto a los fletes, etc.

El doctor **Luis María Cantarelli**, titular de Carboquímica Argentina SM., comentó haber recibido consultas de grupos económicos de Chile y locales, potenciales interesados en participar en la licitación.

"La planta no es deficitaria, no debió nunca recurrir al Tesoro. En el primer llamado a licitación en octubre de 1988, no tuvo oferentes. En su género es de avanzada y es la única del país que exporta pasta de antraceno", sintetizó Cantarelli.

Este sondeo realizado a poco más de un mes de la apertura de los sobres es demostrativo del perfil que presenta el interés y las preocupaciones de los empresarios por las privatizaciones de las petroquímicas que están en manos de Defensa.

Las plantas por privatizar significan en conjunto entre el 40 y el 50% del total de los activos fijos de la industria petroquímica a costos de reposición.

En este contexto la DGFM tiene participación accionaria en nueve empresas con porcentajes que van del 8,6% al 50%; Gas del Estado participa en una empresa con el 17% e YPF en tres con una presencia accionaria que va del 17 al 50%.

Proyectos e inversiones en petroquímica

(Año 1990)

Empresa	Ubicación de la planta	Proyecto de inversión en millones de dólares
Electroclor S.A.	Bahía Blanca	100
Petroquímica Bahía Blanca S.A.	Bahía Blanca	300
Carboclor S.A.	Campana	45
Ipako S.A.	Ensenada	100
Petroken S.A.	Ensenada	130
Petroquímica Mosconi S.A.	Ensenada	350
Polibutenos Argentinos S.A.	Ensenada	35
Petroquímica Cuyo S.A.	Mendoza	83
Petroquímica Huarpes S.A.	Neuquén	70
Pérez Companc - Dow Química Arg. S.A.	Neuquén	110
Dow Chemical Arg. S.A.	Neuquén	310
Pérez Companc - Himont	Neuquén	200
Duperial S.A.	San Lorenzo	10
Pasa	San Lorenzo	120
Resinford S.A.	San Lorenzo	72
Petroquímica San Sebastián	Tierra del Fuego	1.100
Otros proyectos en estudio	Neuquén	150
Total		3.305 millones de dólares

02-02

Nº. DOCUMENTO: 9004858
TITULO: Repunte salarial en julio
AMBITO FINANC. 150027
20/8/90
Argentina 10033
F. Económicos 11161
Evolución de los cambios económicos 11320
nivel salarial 11436
ENTRADO 21/9/90 AN

Notable repunte salarial en julio

Los salarios reales de la industria y la actividad bancaria registraron alzas de 5,1 y 4% respecto de julio, mientras que las remuneraciones del sector público mostraron caídas de 10,7 y 5,6% para la administración pública y las empresas estatales. En este último sector, exceptuando febrero, el salario se ubicó en su nivel más bajo de los últimos 12 meses.

Esta disparidad entre los salarios del sector público y el sector privado es reflejada en el informe mensual sobre remuneraciones del Instituto de Economía de la Universidad Argentina de la Empresa.

El informe destaca que si bien hay un avance en el nivel de salarios, éstos no alcanzan a cubrir la canasta familiar. En el caso de la industria, el promedio de los operarios no calificados relevados alcanzó a cubrir en julio 25% de la canasta familiar, mientras que los calificados cubrieron 41 por ciento.

Medidos en dólares, los salarios industriales verificaron un nuevo ascenso en julio, ubicándose, en promedio, en 330 dólares. Para el sector bancario, la media fue de 495 dólares. La UADE señala que estas remuneraciones se ubicaron por encima de los niveles alcanzados en los últimos 12 meses y paulatinamente tienden a converger a los verificados en los meses previos al proceso hiperinflacionario del año pasado. Destaca el trabajo, sin embargo, que el avance de los salarios en dólares se debe, en gran medida al rezago del tipo de cambio respecto de los precios internos en los últimos 4 meses.

Respecto del deterioro de las remuneraciones del sector público el informe señala que la estrategia salarial del gobierno cumple con el doble objetivo de reducir el gasto público —aunque es un recurso temporalmente limitado— y de emitir señales desindexatorias en materia salarial hacia el sector privado. Las perspectivas indican que el retraso en las remuneraciones del sector público será parcialmente corregido en las empresas públicas, a raíz de las medidas anunciadas para controlar la asignación de recursos. De todos modos, persistirán las presiones inflacionarias.

En cuanto al sector privado, la firma de convenios colectivos es muy reciente, por lo que la probabilidad de nuevos ajustes nominales en lo inmediato está limitada. También en este caso, el impacto inflacionario afectará a los sueldos, aunque será menor en aquellas ramas y actividades de capital intensivo, o enfrentadas a mercados de demanda inelástica , dado la mayor posibilidad de trasladar a los precios los ajustes en las remuneraciones.

EVOLUCION DE LOS SALARIOS REALES MEDIOS PERCIBIDOS POR SECTORES (Indice base Dic.'86 = 100)

Sector / Período	Industrial	Bancario	Adminis. pública	Empresas públicas	Educativo	Comercio	Construcción	Agropecuario
1990								
Enero	56,0	52,9	77,0	69,4	52,4	60,7	56,0	52,0
Febrero	60,7	75,6	66,9	72,8	62,1	52,2	43,0	44,3
Marzo	52,90	72,1	67,4	51,8	78,0	55,9	51,0	50,9
Abril	77,9	73,2	80,2	83,7	72,0	75,0	49,6	73,4
Mayo	77,5	80,5	105,6	79,7	82,5	79,2	54,2	74,3
Junio	73,6	83,5	127,4	73,6	83,1	77,9	58,3	73,7
Julio	74,6	87,5	129,7	69,3	87,7	79,5	52,7	75,9
Agosto (*)	78,4	91,0	115,8	65,4	78,3	77,5	56,4	71,8
Variación % agost.'90 /jul.'90	5,1	4,0	—10,7	—5,6	—10,7	—2,5	7,0	—5,4
% agost.'90 /dic.'89	3,6	24,1	13,6	—33,1	25,5	6,5	—2,8	55,4
% agost.'90 /agost.'89	7,5	25,7	—0,3	—30,7	0,4	29,2	—4,6	68,5
% ene./agost. '89/'90	2,8	0,0	—25,9	—3,7	—9,8	10,9	—10,3	14,9

Fuente: Instituto de Economía (UADE) en base a encuestas.
(*) Datos sujetos a revisión bajo la hipótesis inflacionaria de 12% para el mes de agosto.

01-01
9004858

Nº. DOCUMENTO
TITULO Caida del poder adquisitivo
PROC CLARIN 150024
FECHA 19/8/90
VINC Argentina 10033
F. Economico 11161
Evolucion de las variaciones economicas 11320
nivel salarial 11436

ENTRADO 21/9/90 FV
CRUZ

SALARIOS

La inflación creciente en agosto no augura buenas perspectivas para los asalariados, ya que muchas empresas no están en condiciones de ajustar remuneraciones a la par del índice. Los sectores más castigados por la recesión. Los impuestos que gravan el salario y su carga para las empresas y los trabajadores. Ránking de los sectores que pagan mejores y peores salarios.

Caída del poder adquisitivo

Los salarios medios industriales continúan deprimidos en términos reales. La desocupación es significativa en el tercer trimestre del año, y las perspectivas de recuperación económica **no tendrían incidencia en el mercado laboral en el corto plazo.** Esta es la opinión de **Jorge Lindman**, de Dexter, División de Harteneck, López y Cia. (internacionalmente Coopers y Lybrand).

El mencionado especialista consideró que persiste **una inusual dispersión** en los salarios, aun para la misma categoría dentro de una rama productiva, debido fundamentalmente a la **imposibilidad de muchas empresas de ajustar las remuneraciones de acuerdo con la evolución de los índices de inflación.** Lindman señaló que los *sectores laborales más* **castigados por la recesión** son los de la industria metalúrgica, mecánica y textil. Entre los servicios, **bancarios y empleados de seguros son los más perjudicados por el proceso de ajuste de la economía.**

Pese a los salarios bajos y al aumento de suspensiones y despidos, los conflictos laborales son relativamente escasos.

Al parecer, buena parte de la mano de obra liberada por las empresas que sufren restricciones de demanda se dedica al cuentapropismo, en rubros muy variados.

Aunque, como se sabe, la situación depresiva es generalizada, hay oficios más requeridos que en meses anteriores. Tal es el caso de vendedores y ciertos operarios especializados.

♦ Perspectivas

Como se dijo al principio, existen perspectivas de reactivación en el mediano plazo. Las empresas vinculadas a la exportación petrolífera, las dedicadas preferentemente a los mercados externos, y las que logren insertarse en el proceso de integración con el Brasil son las que cuentan con mayores posibilidades de expansión. El proceso de privatización de empresas públicas, generará también inversiones que elevarían los requerimieentos de mano de obra.

Lindmán considera que, en términos generales, todos estos factores de demanda laboral impulsarían la incoporación de mano de obra calificada al aparato productivo. Consecuentemente, el futuro **es realmente sombrío para los obreros y empleados de baja capacitación, y para las personas vinculadas a áreas estatales que serán reducidas o definitivamente desmanteladas.**

♦ Remuneraciones

Finalmente, y en relación a las remuneraciones brutas vigentes en el mes de agosto, Lindman señaló que, en promedio, los ingresos de los trabajadores aumentaron entre 20% y 35% en agosto respecto de los niveles registrados en junio pasado.

Los datos preliminares indican una inflación creciente en agosto, del orden del 15%, que podría implicar el comienzo de un nuevo proceso de erosión de los salarios reales.

SALARIOS BRUTOS INDUSTRIALES

Agosto 1990

(En australes corrientes)

Categoría	Remuneración	(Básico + adicionales)
Peón (metalúrgico)	1.175.000	2.730.000
Operario especializado (metalúrgico)	1.390.000	3.150.000
Oficial múltiple (metalúrgico)	2.370.000	3.850.000
Peón (mecánico)	1.240.000	2.250.000
Oficial múltiple (mecánico)	2.340.000	2.970.000
Técnico control de calidad	3.800.000	4.500.000
Supervisor de producción	3.900.000	5.750.000
Empleado administrativo	3.000.000	4.000.000
Secretaria bilingüe	3.800.000	5.500.000

FUENTE: Dexter.

INDICES SALARIALES PARA ALGUNAS CATEGORIAS OCUPACIONALES

Peones				Oficial				Administrativos principiantes			
	1989		Jul. 90		1989		Jul. 90		1989		Jul. 90
Tabaco	236,41	Tabaco	248,78	Tabaco	246,87	Tabaco	242,20	Deriv. del petr.	269,63	Deriv. del petr.	267,17
Maq. no eléc.	192,28	Maq. no eléc.	204,14	Deriv. del petr.	197,96	Deriv. del petr.	189,44	Mat. de trans.	232,91	Mat. de trans.	273,42
Serv. del petr.	188,74	Der. del petr.	189,94	Químicos	160,97	Químicos	154,33	Tabaco	212,30	Confecc.	200,91
Mat. de trans.	137,33	Mat. de trans.	146,84	Maq. eléc.	148,96	Mat. de trans.	147,39	Confecc.	138,64	Tabaco	197,31
Mat. bás.	118,20	Mat. bás.	126,27	Mat. de trans.	138,84	Maq. eléc.	145,64	Caucho	121,81	Caucho	125,52
Min. no met.	111,76	Textiles	118,65	Maq. no eléc.	119,76	Maq. no eléc.	118,03	Maq. no eléc.	117,06	Maq. no eléc.	118,97
Químicos	109,86	Min. no met.	108,61	Mat. bás.	106,17	Mat. bás.	111,72	Químicos	107,99	Textiles	110,76
Plástico	108,49	Confecc.	108,33	Caucho	104,10			Químicos	104,51	Maq. eléc.	106,18
Caucho	105,95	Químicos	103,30								
Calzado	101,16	Caucho	100,80								
		Plástico	100,21								
Promedio	100,00	Promedio	100,00	Promedio	100,00	Promedio	100,00	Promedio	100,00	Promedio	100,00
Papel	99,77	Químicos	99,66	Alimentos	99,72	Caucho	98,64	Alimentos	97,09	Químicos	96,92
Textiles	96,44	Alimentos	79,98	Plástico	90,69	Alimentos	96,64	Textiles	94,49	Alimentos	91,04
Confecc.	94,16	Papel	78,53	Bebidas	88,66	Textiles	88,75	Mat. bás.	85,50	Mat. bás.	90,26
Alimentos	89,72	Químicos	76,68	Papel	88,31	Plástico	88,09	Bebidas	75,41	Imprenta	74,15
Imprenta	84,97	Madera	68,87	Imprenta	88,80	Confecc.	88,38	Imprenta	74,78	Bebidas	69,49
Madera	71,66	Mat. bás.	67,72	Min. no met.	79,79	Bebidas	81,94	Min. no met.	72,51	Min. no met.	68,88
Maq. eléc.	71,66	Bebidas	64,44	Confecc.	78,11	Imprenta	81,84	Papel	64,22	Calzado	68,79
Químicos	68,11	Otros	59,36	Textiles	74,66	Papel	78,66	Calzado	63,66	Madera	68,69
Bebidas	61,36			Calzado	71,16	Calzado	77,66	Madera	62,89	Papel	66,66
				Madera	69,67	Min. no met.	69,61	Plástico	61,66	Plástico	46,46
				Otros	66,96	Madera	66,66	Otros	16,66	Cuero	14,11
						Otros	66,36				

4004899

Cámara de la Industria Química
1500 29
1033
11161
11401
ENTRADO 21/9/90 FW
X

Panorama empresario

En vísperas de una dura poda

Erman González enhebra una operación política que apuesta a dos puntas: **lanzar una señal de severa dureza fiscal para darle confiabilidad al programa e involucrar en ese proyecto a varios "popes" de la industria para recrear una mínima alianza con los empresarios.**

El hilo que une ambas puntas es uno solo: las medidas para reducir personal y bajar gastos en las empresas públicas.

Como en marzo pasado, la receta responde a la opinión generalizada de los factores de poder económico. **"Todo plan exitoso al comienzo fracasa porque no avanza en reformas estructurales de las compañías estatales"**, dicen siempre en la "City".

Ayer pasó por el Palacio de Hacienda **Carlos Tramutola**, tentado para hacerse cargo de YPF, y un puente telefónico se produjo con el jefe de los industriales, **Gilberto Montagna.**

El titular de la **Unión Industrial Argentina** fue consultado sobre "cuadros y equipos" a disponer para abordar algunas empresas públicas. El titular del **Instituto para el Desarrollo de Ejecutivos en la Argentina** (IDEA), Carlos Tramutola, no quiso ni escuchar la propuesta: **"No soy candidato a nada por ahora"**, dijo en el 5° piso del Palacio de Hacienda.

Igual resultado tuvo una conversación inicial con **Oscar Vicente.** El titular de la Cámara de Empresas Petroleras no aceptó la invitación, aunque se manifestó permeable a colaborar para sugerir **equipos de trabajo.**

El tema había llevado al Palacio de Hacienda incluso a **Francisco Macri.** El industrial propuso a uno de los hombres que mayor chance tiene para comandar una de las conflictivas empresas públicas que están a la deriva. **Armando Amasanti** —de él se trata— habría regresado de Italia esta semana dispuesto ante la invitación del Gobierno. **Ex grupo SOCMA, fue el encargado de llevar adelante toda la racionalización de Fiat-Peugeot.**

Su paso rápido se vio a la hora del desayuno de ayer, cerca del despacho ministerial. Su nombre será presentado para la bendición política del presidente **Carlos Menem.**

En YPF

El otro número puesto sería uno de los empresarios que participó activamente en la elaboración de la desregulación petrolera de este gobierno en la época de Néstor Rapanelli. **En la noche del miércoles, José Estenssoro habría aceptado asumir la conducción de YPF, en la medida que obtenga ciertas garantías para hacer y deshacer.**

El ministro González se ocupó, en forma personal, del problema: **sabe que del éxito del ajuste en las empresas públicas depende mucho la relación con el Fondo Monetario y la tranquilidad en los mercados.**

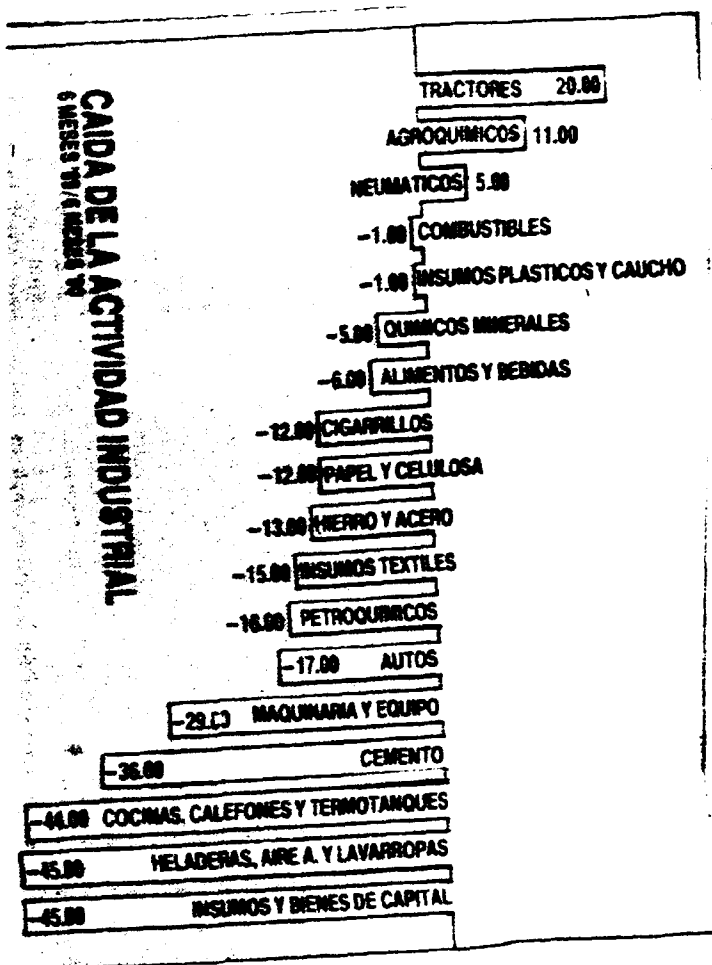
El único que colabora con esa tarea es **Carlos Carballo.** En el mayor sigilo, el viceministro hace el primer acercamiento para después continuar la negociación en el despacho ministerial.

La tarea tiene tropiezos, al punto que en otras áreas de Gobierno no se apoya el perfil de candidatos del sector privado que este fin de semana se le ofrecerá a Menem. **En Obras Públicas se insiste que la conducción de firmas como YPF o SEGBA debe quedar en manos de alguien con fluidos contactos con el peronismo y el sindicalismo.**

El candidato del ministro **Roberto Dromi**, el empresario **Juan José Rasualdo**, parecía esfumarse. **"Preferimos continuar con Carlos Pierro"**, decían en Economía, para desacreditar esa propuesta.

Anoche estaba fuerte la posibilidad de que el "ala menemista" del Gobierno contragolpeara y llevara a la casona presidencial su figura para manejar YPF: **el actual subsecretario de Energía, Julio César Aráoz.**

A primera vista, la noticia parece extraña, pero no tiene nada de raro. Con el traspaso político de las empresas públicas al área de Economía, como refleja la potestad de González de nombrar a los nuevos administradores, **Aráoz tendría mayor peso en YPF que como subsecretario sin con-**



trol sobre las compañías energéticas.

El tira y afloja político se produjo en medio de un clima enrarecido que solo el Presidente cortó ayer: **"Vamos a cumplir con los compromisos. No vamos a renegociar la entrega de ningún área secundaria"**, dijo Menem.

La iniciativa partió de Obras Públicas ante el incremento en los precios internacionales del petróleo. Los empresarios petroleros no perdieron el tiempo y contraatacaron llevando esta versión a la Casa Rosada: ante la interpelación en puerta, Roberto Dromi apresuró la renegociación de esas áreas para ir en una mejor posición de fuerza al Parlamento.

Incluso los petroleros expusieron que este plan político fue elaborado por el diputado **José Luis Manzano. La idea era que los argumentos de los legisladores se esfumaran ante la dura exigencia a las compañías petroleras.**

"Sería un error imperdonable renegociar esas áreas ya adjudicadas. El impacto internacional sería muy negativo", dijo **Joseph von der Weid**, titular de la cámara que aglutina a las empresas trasnacionales.

"La idea de renegociar estas zonas le aportará un fuerte descrédito al país y un beneficio monetario que al final no excederá los 15 millones de dólares", dijo **Oscar Vicente.**

Anoche se trataba un decreto sobre el tema con dos hipótesis, después de rechazar la intención original de rever todo: dejar las cosas como están, tal como quería Menem e impulsó Rafi Granillo Ocampo, o exigir una revisión de los contratos menos retribuidos que involucran un 30% de lo ya adjudicado, como propiciaba Erman González.

El encuentro sirvió para avanzar en algo más ambicioso que rever el pasado, porque allí se habló de dos cosas hacia el futuro para aprovechar la crisis internacional: acelerar al máximo el llamado a licitación de las áreas centrales de YPF y convocar al capital privado para lanzar un agresivo plan de producción.

En el Gobierno se instaló la urgencia de no desaprovechar la crisis en el Golfo. Dicen que se debe aprovechar para obtener estas cosas:

- **El mayor precio, para poner un impuesto a todo lo exportable y ayudar a las escuálidas arcas fiscales.**
- **Aumentar la producción, para abastecer a otros países de la región, como el Brasil, y darle pruebas concretas de cooperación en estos momentos a los Estados Unidos, para abonar el camino a una hipotética alianza con Washington.**
- **Mejorar el nivel de actividad económica, que alcanza niveles gumperinos en estos días.**

Un informe reservado que se maneja en el Palacio de Hacienda tiene cifras categóricas: en el primer semestre del año la actividad fabril cayó el 13% y de 20 sectores solo tres mejoraron su performance.

El desagregado de esos números es alarmante. La producción de bienes que consume la clase media bajó el 50% y los insumos fabriles en un promedio del 20 por ciento.

El problema pasa por aquello que no dice ese "paper" de circulación restringida entre los funcionarios. La caída en la actividad se acentuó en julio.

Lo reflejan los datos oficiales de la industria siderúrgica y de autos. Pero, peor aún: las categóricas cifras surgen de una comparación con la pobre actividad fabril durante la hiperinflación radical, después del [illegible].

"Sabemos que ahí estamos en deuda", dijo ayer **Menem** al hablar de la reactivación. **Las palabras surgen porque el Gobierno percibe una cosa: que el talón de Aquiles de todo el programa es el drama social de la desocupación.**

1-01
5004900

Nº 9004901
TITU MENEM RATIFICÓ CONTRATOS DE AREAS PETROLERAS
LA NACION 150025
17/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
EMPRESAS ESTATALES 11312
ENT 21/9/90 LJ

Ratificó Menem los contratos de las áreas petroleras

Aseguró que el Gobierno "cumplirá su palabra"; tranquilidad en el sector

El presidente Menem ratificó que los precios de los contratos de venta de las áreas secundarias no serán motivo de renegociación y atribuyó la controversia que se generó sobre el tema a una mala interpretación que se hizo sobre las palabras del ministro de Obras y Servicios Públicos, José Roberto Dromi.

Al asistir anoche a la comida organizada por el Club del Petróleo en el Plaza Hotel con motivo de celebrarse el trigésimo aniversario de la entidad, el jefe del Estado afirmó, por un lado, que resulta ilusorio desvincular los precios internos del petróleo con los del mercado internacional, con lo cual confirmó la política de desregulación trazada para el sector.

Pero, por otra parte, explicó que el Gobierno "no faltará a sus compromisos", en directa alusión al debate que se desencadenó sobre los 28 contratos de las áreas secundarias.

La superación de esa desinteligencia fue anticipada anteayer por Menem al empresario Ricardo Gruneisen, durante una reunión realizada en el domicilio de Amalia Fortabat, en tanto que el representante de una compañía que reingresó recientemente en la actividad petrolera local destacó que la controversia sobre la revisión de los contratos "tuvo una duración muy fugaz como para hacer daño a la credibilidad que requiere el sector para su desenvolvimiento".

El presidente del Club del Petróleo, ingeniero Carlos Bechelli, señaló en su discurso que la industria petrolera fue convocada para constituirse en uno de los pilares del programa económico, siempre que prevalezcan reglas claras y estables, y en ese sentido reconoció que el Gobierno produjo un hecho político importante al profundizar los planes de la anterior administración.

Entre los numerosos asistentes a la reunión del Club del Petróleo estuvieron el titular del MOSP, José Roberto Dromi; el subsecretario de Energía, Julio César Aráoz; el interventor en YPF, ingeniero Carlos Pierro; los empresarios Oscar Vicente, Santiago Soldati, Ricardo Gruneisen, Simone Gregory y Carlos Bulgheroni, entre otras personalidades.

(Más información en la Pág. 16)

9004901

Nº DOCUMENTO 30119 2
TITULO Suba de 71% registró superavit comercial hasta mayo
FUENTE AMBITO FINANCIERO 15002?
FECHA 17/8/90
VIÑETA Argentina 10033
F. Económico 11161
Comercio Exterior 11409
ENTRADA 21/9/90 AM
OFICINA X

El excedente de los cinco primeros meses del año fue de u$s 3237 millones

Fuerte suba de 71% registró el superávit comercial hasta mayo

La balanza comercial argentina arrojó un superávit de 725,5 millones de dólares en mayo, superior en 30,3 por ciento al obtenido en el mismo mes del año pasado, de acuerdo con datos oficiales del INDEC.

El superávit de los primeros cinco meses del año es de 3237 millones de dólares, superior en 71,4 por ciento al mismo período de 1989.

En mayo pasado se exportaron por un total de 1026,4 millones de dólares, mientras que las importaciones sumaron 300,9 millones de la misma moneda.

INTERCAMBIO COMERCIAL ARGENTINO
En Millones de Dólares

	Exportación				Importación				Saldo			
	Valor		Variación Percent.		Valor		Variación Percent.		Valor		Variación Percent.	
Período	1989	1990	Mes.	Acum.	1989	1990	Mes.	Acum.	1989	1990	Mes.	Acum.
Enero	691,2	763,1*	10,4	—,—	369,1	385,8*	4,5	—,—	322,1	377,3	17,1	—,—
Febrero	677,0	788,4*	16,5	13,4	345,0	226,7	—34,3	—14,2	332,0	561,7	69,2	43,6
Marzo	749,3	1152,0*	53,7	27,7	453,9	303,1*	—33,2	—21,8	295,4	848,9	187,4	58,3
Abril	735,0	1000,5*	36,1	29,9	352,1	276,5*	—21,5	—21,8	382,9	724,0	89,1	68,5
Mayo	865,2	1026,4*	18,6	27,2	308,4	300,9*	—2,4	—18,3	556,8	725,5	30,3	71,4
Junio	947,1	1000,0**	5,6	22,8	372,7	310,0**	—16,8	—18,1	574,4	690,0	20,1	59,4
Total 6 meses	4664,8	5730,4			2201,2	1803,0			2463,6	3927,4		

• **Cinco meses**

En tanto, en los primeros cinco meses las ventas al exterior totalizaron 4730,4 millones de dólares, de los cuales 1196,2 millones correspondieron a productos vegetales, 715,5 a productos alimenticios, y 534 millones de dólares a grasas y aceites.

Las principales importaciones en el mismo período correspondieron a máquinas y material eléctrico (385,4 millones de dólares), productos químicos (366,4 millones) y productos minerales (196,3 millones de dólares).

De acuerdo con las estimaciones preliminares del INDEC, el superávit de la balanza en junio sería de 690 millones de dólares, superior en 20,1 por ciento al obtenido en el sexto mes de 1989. Y el acumulado durante el primer semestre alcanzaría a u$s 3927,4 millones, 59,4% más que en igual período del año pasado.

01-[illegible]
9004902

Reducción de empleados en la Administración Central

CLARIN 15-8-90 150024

ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
POLITICA ECONOMICA 11392
EMPRESAS ESTATALES 11312

ENTRADA X
CRUZ X

Reducción de empleados en la administración central

La Subsecretaría de la **Función Pública** informó que durante el período **junio del '89** hasta **junio del '90**, la dotación del **personal del Estado nacional se redujo en 32.766 agentes**, correspondiendo a **retiros, prescindibilidades, disponibilidades, jubilaciones**, entre otros.

Entre las pautas de **reducción para el próximo trimestre** se estima que como consecuencia de las **privatizaciones de ENTel y Aerolíneas Argentinas** dejarán de pertenecer **54.148 agentes**, proyectándose para 1991 una **baja de otros 21.948 agentes.**

El **subsecretario de la Función Pública, Gustavo Béliz, afirmó** que se cumplió con lo dispuesto por el decreto 435/90 pero **aún faltan ajustes.**

"Nosotros pretendimos brindar con estos datos —dijo— una señal de confianza para los operadores sobre la marcha del plan económico por lo que estimamos que hay que descartar cualquier visión apocalíptica como se pretendió insinuar en las últimas horas."

La intención de la reducción del Estado, añadió Béliz, no es la de llevar adelante una racionalización irracional del sector público sino promover la función del Estado en un marco modernista.

En el ámbito del **Poder Legislativo la reducción de agentes** alcanzó a **1.076**, mientras que en la **Municipalidad de Buenos Aires** se prevé una **disminución del orden de los 12.000 agentes durante los próximos doce meses** en el marco de la política de propiedad participada que incluye las áreas de mantenimiento talleres, inmuebles, obras y refacciones. Hasta el momento en la Comuna las reducciones alcanzaron los 2.950 agentes.

Las proyecciones oficiales indican que a **junio de 1991 la disminución de los planteles llegaría a los 133.415 agentes**, lo que representa el **14 %** menos.

ADMINISTRACION PUBLICA NACIONAL
(Excluye administraciones provinciales y municipales)

Personal permanente y temporario	Junio 1989	Junio 1990	Total bajas
Presidencia de la Nación	11.612	11.505	– 107
Ministerio del Interior	37.769	38.113	344 (1)
Ministerio de Relaciones Exteriores	3.126	2.965	– 161
Ministerio de Defensa	74.470	72.356	– 2.114
Ministerio de Economía	35.159	34.893	– 266 (2)
Ministerio de Obras y Servicios Públicos	14.791	13.767	– 1.024
Ministerio de Educación y Justicia	360.484	347.235	– 13.249
Ministerio de Trabajo y Seguridad Social	9.992	4.954	– 5.038
Ministerio de Salud y Acción Social	43.730	44.721	991 (3)
Sistema bancario	34.524	32.117	– 2.407
Empresas públicas	303.480	293.745	– 9.735 (4)
Totales	**929.137**	**896.371**	**–32.766**

(1) Corresponde a un incremento en el personal de seguridad, Policía Federal.
(2) En el último mes se incrementó la planta de la Dirección General Impositiva en 600 agentes.
(3) Comprende al personal del área de salud, excluido expresamente del decreto 435.
(4) Excluye a las empresas sujetas a privatización, detalladas separadamente.

004903

PERSONAL CONTRATADO DE EMPRESAS ESTATALES

Prescindirán de 80.000 agentes

El Ministerio de Economía impulsa, dentro de las medidas de racionalización de las empresas públicas, prescindir de 80.000 agentes contratados en esos organismos. El proyecto se aplicaría desde setiembre, a razón de 20.000 empleados por mes, para llegar así a fin de año con la reducción mencionada.

El Gobierno proyecta eliminar a la brevedad a 80.000 agentes de las empresas públicas, dentro de un plan de **ajuste fiscal de las compañías estatales** que elabora Economía.

El programa dispone el **cese en sus tareas de todo el personal contratado,** para lo cual se decidió que no se le va a renovar el convenio que lo une con las firmas estatales.

Esta medida sería inmediata y complementaria del programa de racionalización y pase a disponibilidad de empleados públicos en relación de dependencia.

El plan de reducción de personal inmediata desafectaría a los 80.000 empleados contratados en la actualidad **en un plazo de cuatro meses,** lo cual representa un **28%** de los agentes que trabajan en relación de dependencia.

La intención es lograr la disminución total de los empleados contratados en diciembre, produciendo una importante baja en los costos laborales de las empresas públicas.

La propuesta es reducir, a partir de setiembre y cada treinta días, **un 25 por ciento del personal contratado** sin relación de dependencia.

La idea del Gobierno es dejar a 20.000 personas sin contrato en setiembre y otro **tanto en octubre, noviembre y diciembre.**

La medida se aplicará aprovechando que **a fin de agosto vence el plazo de prórroga** en los contratos que se había dispuesto ante la entrada de la Ley de Emergencia Económica.

La decisión contaría con el impulso del Ministerio de Economía y con el apoyo de la mayoría de los integrantes del gabinete nacional.

♦ De inmediato

El proyecto se aplicaría de inmediato independientemente de la suerte que tenga el **"decretazo"** que se está elaborando para **poner en caja a las compañías estatales** con una serie de medidas para reducir sus desajustes fiscales.

Incluso la idea de no renovar los convenios laborales de 80.000 agentes se dispondría en forma separada del programa de pase a disponibilidad y racionalización del personal en relación de dependencia en las empresas.

Este programa anunciado el 4 de marzo está retrasado en la mayoría de las compañías estatales, donde en cambio se cumplió casi correctamente el plan de jubilación anticipada.

El plan de racionalización global se instrumentaría hacia el futuro de acuerdo con la particularidad de cada compañía, apuntando a reducir en los próximos doce meses alrededor del 10 al 20 por ciento del personal.

Igualmente su instrumentación dependerá de los cambios que a la brevedad se aplicarán en las intervenciones de las firmas estatales y de la elección que se realice de los nuevos administradores.

El plan de racionalización de los agentes estables además estará atado al "decretazo" para poner en caja a las compañías públicas.

En tanto se proyecta una dura política salarial dado que se apunta a otorgar un aumento para julio, y después mantener congelados los salarios durante agosto, setiembre y octubre. La banda de alza salarial se ubica entre el 30 y el 35 %.

En cambio se procedería de inmediato en el caso del personal contratado que involucra una cifra equivalente al 28 % de los empleados en relación de dependencia dentro de las empresas públicas.

Exactamente el conjunto de las 13 empresas públicas de mayor importancia ocupa a 290.000 personas, a lo cual hay que agregar los 80.000 agentes contratados.

9004304
PRESCINDIRAN de 80.000 AGENTES
CLARIN
15/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
EMPRESAS ESTATALES 11312
POLITICA ECONOMICA 11392
01-01
9004304

Economía y finanzas

Buscan prorrogar la ley de reforma estatal

Los nuevos interventores en las empresas públicas asumirán con equipos gerenciales especiales

Seguimiento del decreto 435/90
(Total de personal reducido)

Organismos	Dotación (*)	Reducción (x)	Remanente	% d/Reducc.
Presidencia de la Nación	10.165	274	9.891	2,6955
Ministerio del Interior	39.070	0 (*)	39.070	0,0000
Ministerio de Relac. Ext. y Culto	3.102	96	3.102	0,0000
Ministerio de Defensa	91.240	1.067	90.173	1,1694
Ministerio de Economía	37.936	2.098	35.838	5,5304
Ministerio de Obras y Serv. Públicos	18.377	27	18.350	0,1469
Ministerio de Educación y Justicia	288.539	41	288.498	0,0142
Ministerio de Trabajo y Seg. Social	15.233	3	15.233	0,0000
Ministerio de Salud y Acción Social	24.849	1.253	23.596	5,0425
Bancos oficiales	36.648	342	36.306	0,9332
Empresas del Estado	312.261	44.974	267.287	14.4027
Municipal. de la Ciudad de Bs. As.	0	0 (*)	0	0,0000
Totales generales	877.420	50.175	827.344	5,71

(*) Dotación al 30-6-89, según datos aportados por el Banco Mundial.
(x) Reducción resultante de la aplicación de los artículos 24 y 25 del Decreto 435/90 al 25-7-90. Datos según información remitida a esta Subsecretaría por los Organismos, Empresas y Sociedades del Estado.
(*) No se cuantifica por no haberse recibido la información requerida.

Fuente: Subsecretaría de Empresas Públicas.

Seguimiento del decreto 435/90
Nivel de respuestas a requerimiento del Ministerio de Economía

Organismos	Notas enviadas	Notas contestadas	Notas no contestadas	% de contestación	% de no contestación
Administración Central					
Presidencia de la Nación	16	9	7	56,3	43,9
Ministerio de Economía	54	38	16	70,4	29,6
Ministerio del Interior	9	2	7	22,2	77,8
Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto	3	1	2	33,3	66,7
Ministerio de Defensa	24	12	12	50	50
Ministerio de Educación y Justicia	48	20	28	41,7	58,3
Ministerio de Trabajo y Seguridad Social	10	3	7	30	70
M. de Salud y Acción Social	32	11	21	34,4	65,6
M. de Obras y Serv. Publicos	1	1	0	100	0
Bancos oficiales	6	4	2	66,7	33,3
Empresas y Sociedades del Estado	46	39	7	84,8	15,2
Municipalidad de la Ciudad de Bs. Aires	1	0	1	0	100
Totales	250	140	110	56	44

Fuente: Subsecretaría de Empresas Públicas

El Gobierno impulsará la prórroga por un año de la Ley de Reforma del Estado, para lo cual hará en el Congreso las presentaciones correspondientes.

Así lo afirmó el secretario Legal y Técnico de la Presidencia, Raúl Granillo Ocampo, al disertar en una reunión organizada por la Cámara Argentina de la Construcción.

La medida anunciada por Granillo Ocampo se vincula con la decisión oficial de avanzar en la racionalización de las empresas públicas y de la administración central, para lo cual el equipo económico analiza medidas destinadas a disminuir gastos y reducir personal.

Por su parte, el ministro de Economía, Antonio Erman González, afirmó que este fin de semana tomará una decisión sobre las renuncias presentadas ayer por los interventores de las empresas públicas.

En una conversación con periodistas, González confirmó que se adoptarán medidas de racionalización en las empresas estatales y aclaró que los nuevos interventores que se designen –o los actuales si se rechaza su dimisión– cumplirán sus tareas junto con "una auditoría operativa de gestión que monitoree la racionalización en las empresas".

Altas fuentes de la cartera económica dejaron trascender que junto con los interventores serán designados equipos gerenciales que tendrán el cometido de avanzar decididamente en las reformas estructurales de las empresas.

Ello significaría, añadieron las fuentes, que se desplazaría a la mayoría de los actuales gerentes, los cuales pasarían a disponibilidad.

El ministro González sostuvo ayer que "un hombre solo no puede penetrar en las estructuras de las empresas, aunque esto no quiere decir que necesitemos un ejército".

El jefe del Palacio de Hacienda analizó ayer estas cuestiones con el presidente Carlos Menem y con el ministro de Obras Públicas, José Roberto Dromi.

Fuentes de la Presidencia afirmaron a LA NACION que en la reunión González aclaró que la falla en las demoras que sufrió el ajuste no debe buscarse en los interventores sino que "sus directivas se perdieron en la sinuosa y cerrada línea gerencial de funcionarios de carrera".

El ministro también habría advertido que entre los interventores por designar y sus colaboradores no habrá "recomendados".

Las renuncias

Ayer desfilaron por el despacho del subsecretario de Empresas Públicas, Luis Prol, la mayoría de los interventores cuya renuncia fue solicitada por el Poder Ejecutivo, para cumplir con ese trámite formal.

Estuvieron con Prol los interventores de YPF, ELMA, Gas del Estado, Segba, Ferrocarriles Argentinos y Agua y Energía Eléctrica.

Si bien no existe decisión oficial sobre cuáles permanecerán en sus funciones, fuentes de la cartera económica dejaron trascender que será aceptada la renuncia de los titulares de las empresas del área energética, así como la de Julio Savón, de Ferrocarriles, este último por razones de salud.

En cambio, permanecerán en sus cargos los interventores de Entel, María Julia Alsogaray, y de Aerolíneas Argentinas, Carlos Russo.

Muchos responsables de las empresas públicas se ocuparon ayer de deslindar responsabilidades en la ejecución de los ajustes, al tiempo que algunos dejaron entrever que recibieron señales del Gobierno acerca de su eventual ratificación de sus funciones.

El interventor de Segba, Gustavo Petracchi, hizo referencia a la "gran cantidad de limitaciones" que debió enfrentar para avanzar en el ajuste y estimó: "No creo que pudimos haber hecho ajustes que no hicimos".

Petracchi señaló que es menester modificar los convenios colectivos de las empresas públicas, para aumentar la productividad laboral.

El interventor en Obras Sanitarias, Eduardo Cevallos, defendió su gestión al señalar que cumplió con precisión con las normas del decreto 435 y que redujo el personal en 300 agentes.

Por su parte, el titular de YPF, Carlos Pierro, anticipó que pondrá a consideración del Gobierno su propio plan de reestructuración. Si ese programa es aceptado, dijo, permanecerá en el cargo.

"Yo tengo mi propio proyecto sobre los pasos por cumplir en la empresa, y quedamos con Luis Prol en analizar si se compatibiliza con los objetivos del Gobierno", señaló Pierro.

El interventor en Agua y Energía, Carlos Alderete, destacó que la decisión de reestructurar las empresas no se basa en que "la gente quede afuera, sino en hacer una reubicación de acuerdo con las necesidades".

Fuentes cercanas a Alderete dejaron trascender que recibió señales del presidente Menem acerca de su permanencia al frente de la empresa.

Repercusiones

El informe oficial reservado sobre los organismos reticentes en cumplir con las normas del decreto 435 al que tuvo acceso LA NACION y que se publicó en la edición de ayer originó múltiples repercusiones en todos los ámbitos del Gobierno.

Los datos que difundió este diario se encuentran en un extenso trabajo elaborado por técnicos de la Subsecretaría de Empresas Públicas, actualizado hasta el 30 de julio último (ver cuadros adjuntos).

El presidente Menem dijo que en el área de la Presidencia se hicieron los ajustes necesarios y se disminuyó personal. Según el informe citado, los únicos organismos de ese ámbito que entregaron información al Ministerio de Economía son la Secretaría General, el Comité Federal de Radiodifusión, la Comisión de Energía Atómica, el Instituto Nacional de la Administración Pública y el Instituto Nacional de Estadística y Censos.

En cuanto al personal, la Presidencia sólo dio de baja a 274 agentes en el último año, sobre un plantel de 10.165, lo cual representa una reducción del 2,6 por ciento.

No obstante, el secretario general de la Presidencia, Alberto Kohan, señaló que entre marzo y mayo últimos se redujeron en un 90,6 % las horas extras, mientras que de los 68 vehículos que había sólo quedan 35. Añadió que el gasto en combustibles y en pólizas de seguro disminuyó en un 48 %, mientras que la baja del personal alcanzó al 5,81 por ciento.

La Secretaría Legal y Técnica, que figura en el informe de Economía como "no contestó", informó que desafectó los dos únicos automóviles que tenía, suprimió horas extras y jubiló personal. Añadió que se disolvió el Ente para la Construcción de la Nueva Capital y que se suprimieron las direcciones de Informática y de Contrataciones.

Por su parte, Subterráneos de Buenos Aires señaló que las horas extras se redujeron allí en un 30 % y que fueron jubilados todos los agentes que se hallaban en condiciones de hacerlo.

También destacó que se vendieron todos los automóviles y que se denunciaron los convenios colectivos de trabajo.

El titular de Hidronor, Eduardo Frigerio, aseguró que las horas extras abonadas resultaron inferiores en un 5 % al total autorizado y que fueron jubilados nueve agentes. Al mismo tiempo, informó que fueron desafectados los cuatro automóviles con que contaban los funcionarios de la empresa.

La Secretaría de la Función Pública, que conduce Gustavo Béliz, difundió una serie de datos sobre reducción de personal en el sector público y en las empresas estatales que en general no coincide con los números que maneja Economía.

Así, señala Función Pública que en el Ministerio de Trabajo se dio de baja a 5038 agentes, mientras que el informe elaborado por la cartera económica destaca que la reducción fue de sólo tres empleados.

Según Función Pública, el Ministerio de Educación redujo su plantel en 13.249 agentes, mientras que los números de Economía indican que la baja fue sólo de 41 empleados.

En definitiva, si bien se percibió ayer cierto disgusto entre los funcionarios por la difusión de los datos de racionalización, lo cierto es que la conducción económica estima que la tarea fue insuficiente en casi todos los niveles, por lo cual se impone el lanzamiento de una nueva etapa de ajuste en el ámbito estatal.

5004905

ENTRADA
Pedido Archivo Carpeta de Gobierno 12X 8½ Tel
LA NACION 15005
19/8/90
Nacional 10033
F. Económicas 11161
Política Relaciones Ex 11392

Habrá nuevas medidas de reforma del Estado

Economía prepara un decreto ómnibus destinado a profundizar la disminución del gasto en las empresas públicas y en la administración central; habrá un plan de reducción del personal y sanciones para los funcionarios que no cumplan

La conducción económica prepara un nuevo decreto ómnibus con medidas de racionalización estatal, entre las cuales figurarán un plan de reducción del personal y severas sanciones para los funcionarios que no cumplan con las normas.

La nueva disposición, que sería difundida en breve, sucederá al decreto 435, que fijó una serie de pautas sobre disminución de horas extras, jubilación de agentes y ahorro de automotores y cuyo cumplimiento dejó poco satisfechas a las más altas autoridades del Gobierno.

El conjunto de medidas se concentrará en el área de las empresas públicas y su contenido fue debatido ayer durante una reunión que mantuvo el gabinete económico.

El subsecretario de Economía, Carlos Carballo, confirmó al término del encuentro que en los próximos días se conocerán las decisiones oficiales sobre esta cuestión y anticipó que una de ellas será la presentación de las empresas estatales en el régimen de moratoria tributaria que hoy lanzaría la Dirección General Impositiva.

Altas fuentes de la cartera económica dejaron trascender que las principales medidas que se dispondrán serán las siguientes:

- Habrá un programa de retiro del personal estatal cuya magnitud aún no se halla definida, pero que podría alcanzar al 20 % hasta enero de 1992.
- Caducarán los contratos de empleo temporario en los organismos estatales.
- A partir del 1° de septiembre, las empresas y organismos que compren o contraten bienes y servicios entre sí deberán pagarlos en el mismo acto. Las deudas acumuladas hasta el momento serán motivo de una renegociación global.
- Se adoptarán recaudos para garantizar el efectivo ingreso de los impuestos por parte de las empresas estatales. En principio, las empresas se acogerán a la moratoria tributaria que hoy lanzará la DGI, que contempla facilidades de pago para impuestos atrasados de hasta 40 cuotas.
- Habrá severas sanciones, que podrían llegar hasta la prisión, para los funcionarios que no cumplan con las directivas de racionalización.
- Los nuevos interventores que asumirán en las empresas públicas estarán acompañados por equipos técnicos.

Organismos más renuentes al cumplimiento del decreto 135

Organismos	Principales cuestionamientos del Ministerio de Economía en todos los casos
• Presidencia de la Nación • Ministerio del Interior • Ministerio de Trabajo • Banco Central • Entel • Agua y Energía Eléctrica • Subterráneos de Buenos Aires • Hidronor • Municipalidad de Buenos Aires	Nula o insuficiente reducción de horas extras Nulas o insuficientes intimaciones de jubilación Nulo o insuficiente pase a disponibilidad de personal Mantenimiento del gasto en automóviles No contestó a ninguno de los tres requerimientos efectuados

Fuente: Subsecretaría de Empresas Públicas

Amplios poderes

El ministro Antonio Erman González anunció en la reunión del equipo económico que en el encuentro que el sábado congregó al presidente Menem y a otros miembros del gabinete se definió que los funcionarios del Palacio de Hacienda tendrán "todo el poder" para avanzar en la reestructuración de las empresas públicas.

Fuentes de la cartera económica admitieron que ello significa un triunfo de González sobre otros sectores del Gobierno, como Obras Públicas, que a menudo pusieron trabas al cumplimiento del ajuste.

Las fuentes de Economía subrayaron particularmente –ver cuadro adjunto– las dificultades no sólo para hacer cumplir el decreto 435 sino, inclusive, para obtener la información requerida por parte de los organismos públicos.

(Más información en la Pág. 14)

9004906

AUMENTO DEL 20% EN LOS COMBUSTIBLES
CLARIN 150024
14/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
POLITICA ECONOMICA 11392
SECTOR ENERGETICO 11404

Buenos Aires, martes 14 de agosto de 1990 ★ CLARIN

HABRA AJUSTES EN LUZ, GAS Y TRANSPORTE

Aumentaron el

Finalmente, el Ministerio de Economía se inclinó por aumentar un 20% el precio de los combustibles. También decidió reajustar las tarifas del transporte, la luz y el gas, incrementos que se conocerán en los próximos días. El paquete de medidas —que incluye un nuevo decreto de racionalización de costo y personal en las empresas estatales— fue definido ayer en el Palacio de Hacienda. Se evaluó también el avance del dólar y el rumbo inflacionario.

Un aumento del **20%** rige, desde hoy, en el **precio de los combustibles.** En el curso de los próximos días se conocerán, también, **incrementos en las tarifas de gas, electricidad y en el transporte público de pasajeros.**

Las decisiones fueron adoptadas anoche al cabo de una reunión que, por espacio de casi 4 horas, sostuvieron los miembros del gabinete económico. Según se supo, las medidas fueron **resueltas personalmente** por el ministro **Antonio Erman González** —no intervino Obras Públicas—, y **aprobadas** por el presidente **Carlos Menem.**

Durante el encuentro fue analizada la **evolución del dólar**, que ayer, como se informa en las páginas 4 y 5, alcanzó los 6.200 australes, y la **estrategia que aplicaría el Banco Central** para el caso que se desatase una verdadera corrida cambiaria. Se avanzó, también, en el diseño **de un decreto destinado a profundizar la racionalización en las empresas públicas** (véase información en la página 7).

Desde hoy el litro de nafta especial cuesta 3.430 australes, el de la común, 2.880, el del gasoil 2.040 y el del querosén —el denominado combustible de los pobres—, **1.490 australes.** Precisamente, fue el **querosén** el producto que más aumentó: el 35%, aunque conviene aclarar que había sido excluido de la tanda anterior de incrementos.

En lo que va del año, la nafta súper se encareció el **431,78%, la común 433,33%** y el **gasoil**, 591,53%.

La decisión adoptada ayer por el Gobierno en el sentido de incrementar en un 20% el precio de los combustibles está casi a mitad de camino entre la idea inicial de **Erman González** y el informe que le acercó el **Ministerio de Obras y Servicios Públicos** al Palacio de Hacienda.

Originariamente, **Erman González** pensaba en un reajuste del 12%, acordado con la intención de reducir el impacto inflacionario de la medida.

Un trabajo elaborado por la **Subsecretaría de Energía** —que depende del MOSP— situaba las "necesidades" entre el 22 y el 30%, en función del criterio de ir acercando los precios locales a los internacionales para evitar un salto brusco en el momento en que se produjese la liberación de los valores internos.

Como quiera que sea, tanto el ajuste en combustibles como los incrementos en otras tarifas públicas fueron resoluciones de Economía de las que no participó Obras Públicas.

♦ "Decisiones políticas"

Está claro que el aumento en los combustibles y el

Aun cuando no se llegó al extremo de otras ocasiones, ayer se advirtieron las "colas" que preceden a un aumento.

001/2

9004907

20% los combustibles

Ministro Erman González.

Copyright Clarín, 1990

reajuste del cuadro tarifario constituyeron **"decisiones políticas"** del **Gobierno**, con impacto sobre los **precios de la economía** y adoptadas en momentos en que la **inflación** está lejos de seguir el curso que desearían las autoridades. Todo indica que este mes el índice del **costo de vida** se ubicará cómodamente en los dos dígitos.

♦ **Los motivos**

El aumento de los combustibles reconoce dos motivos: uno, ir alineando los precios locales a los internacionales en el camino hacia la liberación del mercado interno; el otro, allegar recursos a la Tesorería por vía del impuesto que se carga al producto.

En el caso de la **electricidad**, se toma en cuenta el mayor costo que le significará a las usinas térmicas el alza de los combustibles. Tanto en este caso como en el del gas —y algún otro que pueda haber—, también se procura mejorar la **situación financiera de las empresas estatales.**

Está pendiente un incremento en las **tarifas telefónicas**, que, se dice, **no sería precisamente intrascendente**. En este punto lo que cuenta es el cuadro tarifario que se le garantizará a los **futuros propietarios de ENTel.**

PRECIO DE LOS COMBUSTIBLES

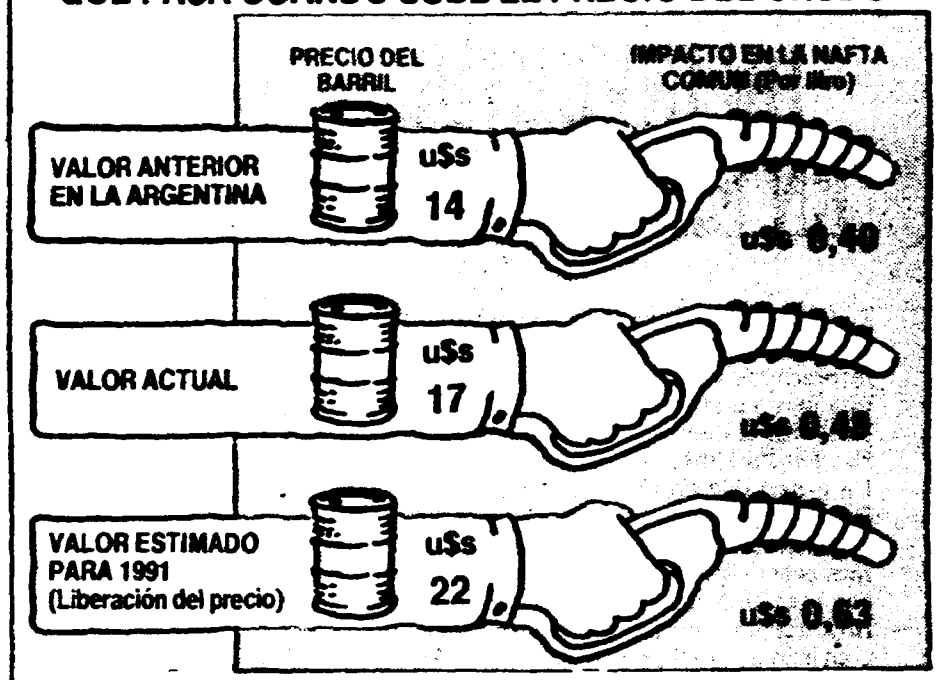
Producto	Anterior	Desde hoy
Nafta súper	2.860	3.430
Nafta común	2.400	2.880
Gasoil	1.700	2.040
Diésel oil	1.560	1.870
Fuel oil	788	946
GNC	1.240	1.490
Querosene	1.100	1.490

INCREMENTOS EN LO QUE VA DEL AÑO

Producto	Porcentaje
Súper	431,78
Común	433,33
Gasoil	591,53

A medida que la Argentina avance hacia la liberación completa del precio de los combustibles, se irá encareciendo la nafta del modo que se señala en la ilustración.

QUE PASA CUANDO SUBE EL PRECIO DEL CRUDO*



COMO INCIDIRIA LA CRISIS DEL GOLFO (Con el precio liberado)

*PROYECCION CON IMPUESTOS INCLUIDOS.

9004907

PRECIOS LOCALES VS. INTERNACIONALES

Rumbo a la liberación

Si el Gobierno **liberara hoy los precios del petróleo**, los **consumidores** pagarían **74 centavos de dólar por cada litro de nafta común**, un **54,2% más que ahora.** Tamaño encarecimiento provocaría la decisión de **equiparar los precios internos** con los **internacionales** que ubicaron ayer en **26 dólares el barril** de arabian light, un crudo similar al argentino.

El salto entre un precio y otro tiene fecha fija; es el **1° de enero del año próximo.** Hasta que llegue ese momento la política es **acercar las cotizaciones en dos etapas.** Un primer escalón de aumento —concretado ayer— llevó el **barril** desde los **14 dólares actuales a 17.** Traducido a litro de **nafta común**, el precio pasó de **40 a 48 centavos de dólar.**

Como los especialistas estiman que el **barril** se acomodará en los **22 dólares** una vez tranquilizado el conflicto entre Irak y Kuwait, puede suponerse cuál será para entonces el costo al pie del surtidor: **63 centavos de dólar por litro de nafta común.**

Todas las cuentas consideran que la **carga impositiva** abonada con los **combustibles (53% del precio final**, en promedio) y los márgenes para refinadores y comercializadores, se **mantienen invariables.** Es que, frente a la decisión tomada de alinear las cotizaciones, la única vía para aligerar el peso que la medida tendrá sobre los consumidores finales es **disminuir el componente impositivo.**

Pero los gravámenes a la venta de naftas son fáciles de recaudar, **no hay evasión** y llegan **rápido a la Tesorería.** Tantas ventajas fiscales provocan que **de cada 100 australes** pagados por la **nafta especial, 65 australes son impuestos.**

A esa distorsión podría agregarse otra. Será atarse a un mercado mundial altamente politizado como el petrolero y donde la Argentina tiene pocas chances de intervenir porque su **aporte al mundo** es el **0,9% de la producción y el 0,3% de las reservas de hidrocarburos.**

♦ **Objecciones**

Para muchos técnicos el **alineamiento** significa **renunciar a una política de precios.** El encuadre económico de estas opiniones tiene que ver con los costos. **Producir un barril** en la **Argentina** demanda, en promedio, **16 dólares contando todo** (amortización, fondo de reposición de pozos, gastos administrativos locales y centrales y hasta regalías). En algunas zonas como la **cuenca austral, el costo desciende** hasta los **5 dólares por barril**; sacar petróleo en Salta cuesta 17 dólares y en **Neuquén y Chubut, 12,2 dólares por barril.**

Si finalmente cada barril se **venderá** en los **22 dólares** que calculan los especialistas para enero, los productores argentinos tendrán una **ganancia limpia de 6 dólares por unidad** si sus costos son los promedio.

"Hay que aumentar la renta petrolera", se escucha como argumento esencial para despegar los precios de los costos y engancharlos con los valores internacionales.

"Por qué no internacionalizan el precio de los granos", se escucha entre los opositores a la decisión del Gobierno.

Ese buscado aumento de la torta petrolera coincide con la **política de privatización** que hará **perder a YPF** buena parte del **70% del mercado** que está ocupando. Como agregado, los **productores privados** gozarán de **libertad plena** para exportar el crudo o venderlo localmente.

Habrá **variado** todo el **mapa petrolero.** YPF dejará de pagar a los contratistas por encima del precio internacional mientras cobra bastante menos que eso, diferencia que ocasionó en 12 años una **pérdida** no inferior a los **4 mil millones de dólares.**

El correctivo llegará justo cuando la política petrolera impone **compartir los yacimientos más ricos, privatizar** parte de las **reservas, vender las áreas menos productivas y desmonopolizar el comercio interno y externo.**

Ana Ale

9004909

Nº. DOCUMENTO 9004908
TITULO DEPOSITOS ARGENTINOS EN EL EXTERIOR
PRODUCTO LA MAÑANA 150015
FECHA 13/3/90
VALOR ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
Relaciones con organismos de crédito 11412

X
X

13/3/90 LA MAÑANA

U$S 50.000 afuera

El presidente del Citicorp, John Reed, dijo en declaraciones suministradas en Buenos Aires que los depósitos argentinos en sucursales de esa entidad en el exterior superan el monto de la deuda de este país. "El monto de capitales argentinos en filiales de Citicorp supera el monto de la deuda externa que Argentina tiene con nosotros. Su entidad tiene 1.100 millones de dólares en títulos de la deuda externa argentina". Expresó Reed que el dinero argentino que está afuera ronda los 50.000 millones de dólares.

"Me gustaría ver que los empresarios argentinos traigan su dinero de afuera para relanzar la industria local y permitir que compita en el mundo". Expresó que el Gabinete económico de Argentina es estable y muy consistente y el rumbo económico se percibe mucho mejor que hace un año.

"Argentina está pagando algo de intereses, lo que ha sido muy importante para los bancos acreedores, no tanto por el monto, que es exiguo, pero sí porque es un reconocimiento del Gobierno argentino a las necesidades de mantener relaciones con nosotros", agregó.

El banquero norteamericano John Reed.

Este país pagó 40 millones de dólares a la banca acreedora como parte de su deuda en los últimos tres meses, luego de una suspensión en el pago del servicio de su endeudamiento desde finales de 1988.

Reed dijo que la situación social de Argentina es grave. "Hay una falta de inversión en rubros sociales tan notoria como la falta de inversión en sectores productivos, pero las encuestas parecen demostrar que el público en general da un apoyo muy positivo al programa de Gobierno".

Argentina F. Blanco

EXPTE. NO 0004909
Político Fiscal
CLARIN 150024
12/8/90
Arquitrave 10033
F. Económico 11161
Sector Financiero 11403
Política Económica 11392

Un esquema donde crecer no cuenta

Los hechos están demostrando que la eliminación del déficit fiscal financiado monetariamente no es en absoluto suficiente para reducir a valores razonables la inflación. Aquella receta se cumplió con creces, pero la inflación persiste. Y lo grave es que hay quienes proponen profundizar la recesión.

Aunque muchos no se dan por aludidos, el fatídico 10,8 % de precios en julio desbarató la estantería de todos los juglares que han repetido machaconamente, durante lustros, la inevitable liquidación de la inflación si se producía el milagro de borrar el déficit fiscal.

Desde aquella rotunda y popular definición "el déficit fiscal es el principal motor de la inflación" hasta ahora han corrido mares de tinta, se han armado centenares de conferencias y simposios han visitado el país distinguidos economistas extranjeros avalando desde las más disímiles ópticas la relación causal que ya adquiere —para esos círculos— carácter de ciencia.

Y algo de razón tenían, pero los hechos están demostrando irrefutablemente que, por lo menos, les faltaba bastante para tenerla toda. En síntesis: la eliminación del déficit fiscal, financiado monetariamente, no es en absoluto una condición suficiente para bajar la inflación a niveles, digamos, razonables. Y tampoco lo es aunque su logro esté acompañado, como actualmente ocurre, de un brutal retroceso en la actividad productiva con un crecimiento de la base monetaria muy inferior a la de los precios, con abundante superávit en el sector externo.

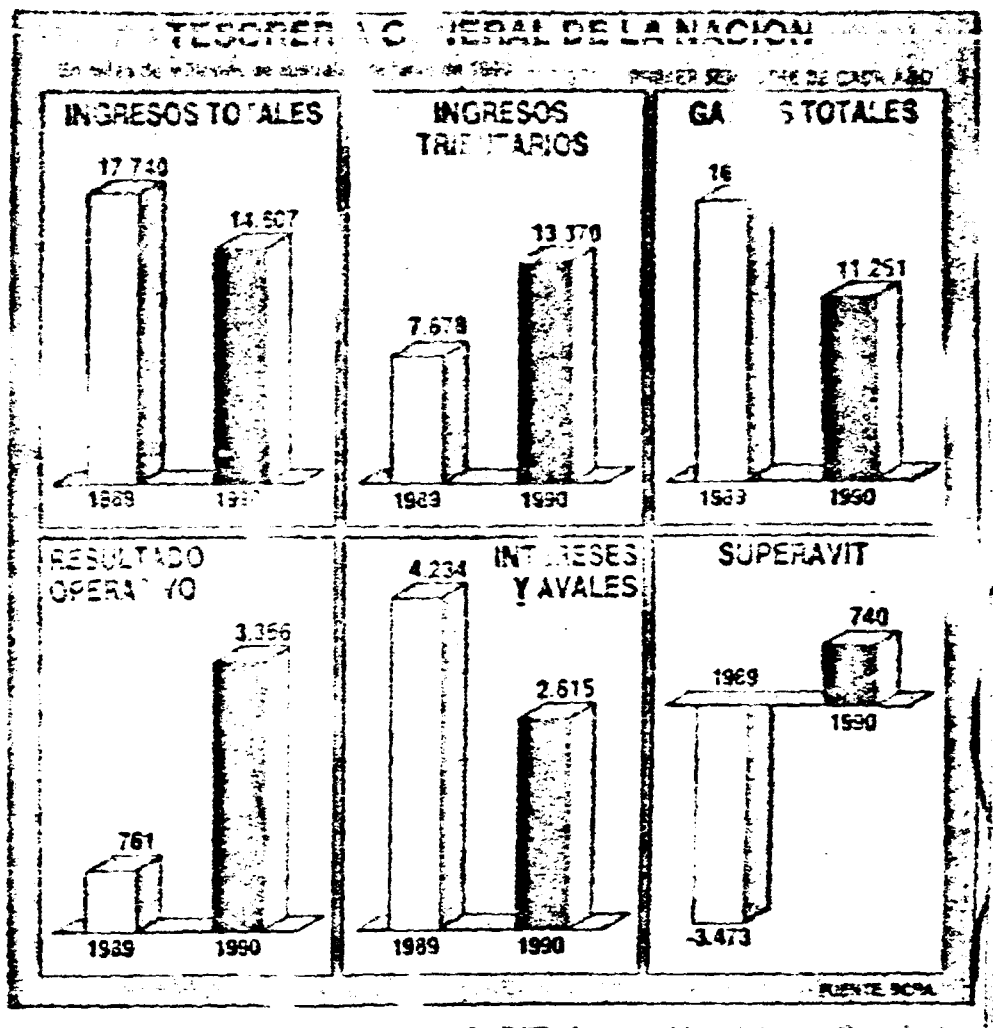
Todos estos son acontecimientos cuya consecución hubiera sido impensable hasta hace muy poco tiempo atrás, aunque bicieran las delicias de los que explican las causas del crecimiento de los precios, precisamente, a que no ocurría lo que ahora sí sucede.

Algunos números avalan lo expuesto. En el primer semestre del año, la política instrumentada para las finanzas públicas se centró en la caja de la Tesorería, pasando a segundo plano, o lisa y llanamente sin plano, toda consideración de índole presupuestaria. Reforzar los ingresos y disminuir los gastos fue consigna que se llevó a sus últimas consecuencias. Así, si se comparan los números del primer semestre de 1990 con el mismo del año pasado, se verifica que los ingresos tributarios afectados al Tesoro se incrementan en 3 menos que en el 63,7 % a valores constantes y los gastos se achican en una magnitud sin precedentes, 37 % por ciento.

Pero la compresión de los gastos fue en definitiva la que marcó la tónica del ahorro, mediante la drástica caída en el salario real de los agentes públicos, la virtual desaparición de la inversión y la compresión de los aportes hacia los organismos descentralizados provinciales y empresas públicas.

Todo esta acción mancomunada produjo una notoria elevación del ahorro, ahora llamado superávit operativo, que pasó de significar unos 144 millones de dólares el año pasado a los 657 que se deberían observar en el período enero-julio de 1990. Adicionalmente los pagos en concepto de intereses y avales cayeron también muy superiores. Mientras tanto la inflación medida por el índice mensual fue 735,9% unos 102 puntos más elevada ahora que en 1989.

Esto, pese a que las necesidades de financiamiento totales —del sector público— fueron, en el primer semestre



El déficit de 657 millones de dólares de 1989 se convierte en un superávit de 140 millones en 1990.

de 1989 de 657 millones de dólares, valuados a precios de hoy, mientras que en igual período de 1990 se registró superávit neto por 140 millones de dólares.

Mientras tanto, la base monetaria creció entre enero y junio el 460 %, y los precios, como se apuntó, el 715 % y hasta el mes de mayo —últimas cifras publicadas en los indicadores económicos del BCRA— el sector Gobierno fue responsable en solo el 22 % de su crecimiento.

El modelo que debería reducir profunda e inmediatamente la inflación está diáfanamente explicitado en el estudio del Banco Mundial "Argentina: reformas encaminadas a lograr estabilidad de precios y crecimiento" en una de las opciones allí expuestas con el subtítulo "reforma drástica" y que presupone:

a) Reforma de las finanzas públicas. Donde el principal componente debería ser una reducción [illegible] del déficit fiscal, [illegible] una [illegible] el [illegible] [illegible] [illegible]

9004910
TITU PARALISIS EN INDUSTRIA PESQUERA
CLARIN 15/2/90
12/2/90
ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
SECTOR PESQUERO 11403

DEMORAS EN PROYECTOS DE INVERSION Y RETRASO CAMBIARIO

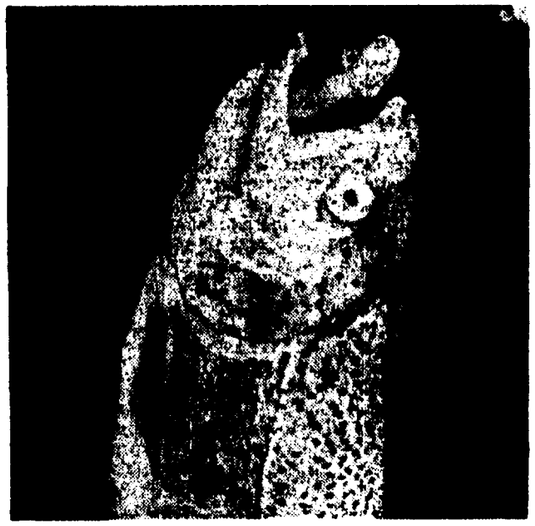
Y el pescado sin vender

Hay parálisis en la **industria pesquera argentina** y los perjudicados creen ver en ello una intención oficial de reducir el sector instalado a la mínima expresión y autorizar, paralelamente, el ingreso de naves con bandera extranjera. Y mientras en la Cancillería se defiende el acuerdo pesquero con terceros países, en la Cámara de Diputados, en la Comisión de Industria, se ha lanzado un anteproyecto para regular detalle a detalle todos los aspectos de la actividad.

Los pesqueros nacionales se quejan de las demoras en la aprobación de nuevos proyectos de inversión y una caída de los ingresos, por el retraso del tipo de cambio, que favorece la inactividad. Todo lleva a un desentendimiento porque no faltan funcionarios que hablan de una "falta de interés de la industria local" para explicar el silencio actual en las plantas de producción. Este sería el marco de referencia que aportaría las razones de una ausencia de definición oficial respecto al futuro que se le quiere asignar a la pesca dentro del esquema económico.

En la vereda de enfrente se reflexiona de otro modo: la pesca está degradada (la conducción gubernamental se reduce a una Dirección) y existe una promesa incumplida de prolongar la reducción de aranceles para la importación de buques (en contradicción con los anuncios de la apertura de la economía) por lo que se retrasa el ciclo de expansión y crecimiento del sector que se había iniciado tiempo atrás.

Más allá de estas idas y vueltas, se sabe que en el Ministerio de Economía circulan numerosos proyectos de creación de nuevas empresas pesqueras (joint ventures), con capitales nacionales y extranjeros, que implicarían la incorporación de modernos buques y la construcción de plantas de procesamiento y almacenamiento: un esquema que representaría el incremento de las fuentes de trabajo. Hay proyectos, del mismo modo, para elevar la exportación de pescado con mayor valor agregado (incrementando los despachos, que se vienen cumpliendo a España, los Estados Unidos, el Japón, Italia y el Brasil). En algunos de esos proyectos se deslizan estimaciones de futuras exportaciones por 500 millones de dólares anuales.



La política pesquera estrangula la industria nacional

La industria coloca en el exterior, en estos momentos, alrededor de 300 millones de dólares anuales. En los últimos dos meses se patentiza, empero, un especial estancamiento, motorizado por el incremento de los costos de producción, por el estancamiento de la paridad, por el aumento de la presión fiscal nacional y provincial (más allá de la capacidad contributiva), por la incidencia de los derechos de exportación, por la suspensión del pago de algunos rembolsos regionales y por la generalización del IVA.

Hay que reconocer, además, que el combustible, un insumo intensivo en la pesca, se incrementó desde diciembre de 1987 hasta la fecha algo más del 254.000 %. En tren de comparaciones un buque argentino tiene que pescar el doble que un extranjero para adquirir la misma cantidad de combustible.

Los legisladores de la Comisión de Industria parlamentaria están inquietos por los problemas globales y persistentes en la pesca y no en los dilemas coyunturales. Entre las disposiciones generales indica: **"Declárase de interés nacional la conservación, explotación, industrialización, comercialización, investigación, reproducción y cultivo de los recursos vivos del mar territorial argentino, así como la construcción de buques pesqueros".** En el anteproyecto de una ley federal de pesca, los diputados se preocupan de la conservación y protección de los recursos, la investigación y capacitación y el régimen de producción. Crea el consejo federal pesquero como organismo permanente que tendrá el carácter de ente autárquico y sus competencias serán: la formulación de políticas para la industria; el establecimiento de límites de captura máxima sostenible por especie; la reglamentación de condiciones de habilitación y funcionamiento de buques y las normas de ingeniería sanitaria; la coordinación y armonización de acciones y medidas entre la Nación, las provincias y los municipios. Incluye el anteproyecto un régimen de infracciones y sanciones que pueden llevar a la suspensión o cancelación de actividades.

Debería conocerse un pronunciamiento oficial para saber las decisiones futuras que tienen en vilo a un sector para algunos marginal y para otros decisivo en el crecimiento de nuestra balanza comercial.

Daniel Muchnik

Copyright Clarín, 1990

9004910

9004911
TITLE: PROYECTO PARA REFORMAR AL BANCO CENTRAL
CLARIN 150024
12/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR ECONOMICO 11161
POLITICA ECONOMICA 11392

Proyecto para reformar al Banco Central

Se conoció el texto del proyecto de ley que envió el Poder Ejecutivo al Congreso para reformar la carta orgánica del Banco Central. Los puntos salientes de la iniciativa son los siguientes:

- El BCRA no podrá conceder préstamos al gobierno nacional, a los bancos oficiales, provincias y municipalidades, excepto a través de la compra en el mercado secundario de títulos públicos.
- Solo podrá otorgar redescuentos por iliquidez que no excedan los siete días.
- No podrá pagar intereses en cuentas de depósitos.
- Cargará a la cuenta del gobierno nacional el importe de los servicios de la deuda pública interna y externa.
- Los encajes serán siempre no remunerados, y no podrán afectarse para su constitución las órdenes de pago previsionales.
- Será el único que podrá emitir billetes y monedas.
- Habrá restricciones para que transfiera sus utilidades al gobierno nacional, pero este deberá realizar aportes cuando existan pérdidas.
- La supervisión de las entidades estará a cargo de una superintendencia que dependerá del Banco Central. Este apéndice estará dirigido por un superintendente quien podrá fijar una prima sobre los depósitos de las entidades para cubrir los costos, gastos y demás cargas que demanden auditorías externas.
- El BCRA podrá disponer la liquidación de entidades financieras.
- Brinda amplias facultades al presidente del Banco Central, quien por razones de urgencia puede resolver asuntos reservados al directorio.
- El directorio sesionará una vez cada 15 días, y determinará la política monetaria, cambiaria y financiera del banco.

01-01

9004911

Petróleo: los nuevos datos tras la crisis

¿Qué significa el brusco aumento del crudo para la política energética argentina? ¿Puede mantenerse, como en otras ocasiones, una brecha considerable entre el precio argentino y el internacional? Distintas opiniones analizan el impacto en el país

La invasión de Kuwait por Irak desató la cuarta crisis petrolera de los últimos 18 años, ya que siempre se recuerdan la primera suba de precios de 1973 y la registrada en 1979 pero, en cambio, pocos advierten la importancia de la baja pronunciada que tuvo, en 1986, el valor del crudo.

La nueva crisis, a juicio de los expertos del sector, pone en evidencia una vez más la vulnerabilidad que tienen las economías de Occidente y del Japón respecto de los aprovisionamientos de los Estados integrantes de la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Pero también atañe al funcionamiento económico de países como la Argentina, a pesar de su relativa autonomía en materia energética. ¿Qué consecuencias afectarán, entonces, a la Argentina? ¿De qué manera se reacomodará la industria petrolera argentina y los precios del combustible?

El petrolero Ricardo Grunelsen recordó a LA NACION que sobre las reservas mundiales conocidas, estimadas en los 145.000 millones de metros cúbicos, los países de la OPEP disponen en sus territorios de algo más de 110.000 millones de metros cúbicos.

El problema del alza intempestiva del precio, ahora en curso de moderación por la de las fuerzas del mercado, no parece ser el eje de la nueva crisis por cuanto los principales

(Continúa en la Pág. 6, Col. 1)

01-02
9004912

Petróleo: nuevos datos tras la crisis

(Continuación de la Pág. 1, Col. 6)

países importadores se encuentra con un nivel de stocks desusadamente altos y que en algunos casos, como en los Estados Unidos, representa el consumo de casi seis meses.

Según expresó el presidente de Shell Capsa, doctor Joe von der Weid, el embargo de compras decretado sobre la producción conjunta de Irak y la ocupada Kuwait restó al mercado mundial un volumen de 4,5 millones de barriles diarios.

Un millón de metros cúbicos diarios podrían ser prontamente cubiertos por una mayor producción de otros países de la OPEP no integrantes del mundo árabe, tal como es el caso de Venezuela o Nigeria, ya que Gabón atraviesa una situación política compleja.

De cualquier forma, el volumen de crudo restado al mercado por el embargo representaría no menos del 7 % de las exportaciones que se registran en el mundo.

El incremento del precio –que trepó de 18 dólares el barril a casi 27 dólares– es, de acuerdo con el criterio de los expertos, el producto de una especulación transitoria que seguramente comprendió a muy escasas operaciones de venta realizadas en el mercado spot, en tanto ahora parece consolidarse una suave tendencia decreciente.

Si la crisis bélica no se agrava, es opinión generalizada que el valor del barril evidenciará un progresivo descenso en busca de un nivel más moderado.

Respecto de cuál sería ese supuesto nivel del precio del barril, el interventor en Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), ingeniero Carlos Pierro, recordó que los análisis efectuados en el último Congreso Mundial de Energía vaticinaban para mediados de la década un valor del orden de los 22 dólares, en tanto que para fines de siglo se aproximaría a unos 25 dólares el barril.

Siempre sobre los hipotéticos precios con los cuales tendrá que convivir el mercado mundial, el doctor Ricardo Grunciena advirtió que los valores vigentes hasta el estallido de la crisis del golfo Pérsico (que oscilaban en torno de los 17 dólares el barril) no resultan comparables con los 14 dólares que costó el barril en 1973, por cuanto la moneda norteamericana experimentó una fuerte desvalorización entre esa fecha y la actualidad que permitió al mercado mundial absorber con el tiempo el fuerte impacto económico inicial.

La repercusión local

Al evaluarse el impacto de la nueva crisis sobre la economía argentina en general y el sector petrolero en particular, los especialistas consideran la particular coyuntura que atraviesa la actividad, actualmente en transición hacia un régimen de desregulación y apertura.

Hasta el comienzo de ese camino, YPF se desenvolvió como el único referente de un mercado fuertemente controlado en el que actuó en condiciones de monopolio y sujeto a ser constantemente una variable de ajuste estructural.

A juicio del presidente de Esso SAPA, doctor Pedro Lella, el país cuenta actualmente con un excedente de hidrocarburos que potencialmente puede ir en aumento; en consecuencia, toda alza del precio internacional no debería más que beneficiar al sector.

Pese a reconocer que un período de relativa calma y alineamiento del precio internacional respecto del local haría más propicia la transición hacia la desregulación, la coyuntura mundial no debería actuar en forma paralizante sobre las iniciativas del Gobierno.

Inclusive, Lella aconseja como saludable permitir que algún grado de fluctuación del mercado mundial se traslade hasta los precios al consumidor.

Los especialistas de la Cámara de la Industria del Petróleo juzgan que todo intento de *anclar* los precios de los combustibles como un mecanismo de contención de la inflación sólo inducirá a un atraso en términos reales aún más pronunciado que el actual y en su momento desencadenará la necesidad de un "megaumento", tal como el acontecido recientemente en el Perú.

El problema central

Para los principales referentes locales de la actividad, el eje del problema consiste en obtener en el menor lapso posible una mayor oferta de crudo, lo que impone estimular al máximo la inversión del sector privado.

En ese contexto, la pronta resolución de la renegociación de los 27 contratos de perforación transformaría a las actuales empresas de servicios en codueñas de los yacimientos donde ahora se extraen alrededor de 9.000.000 de metros cúbicos.

De ese volumen, y pese a que resulta difícil evaluar en forma precisa la evolución de la actividad extractiva, no menos de 6.000.000 de metros cúbicos se transformarán en petróleo de libre disponibilidad, a lo que se sumaría el millón de metros cúbicos de las 28 áreas secundarias recientemente vendidas a compañías privadas y a los 800.000 metros cúbicos de los viejos contratos de concesión que tienen libre disponibilidad desde el 30 de abril último.

Todo ello sumaría casi 8.000.000 de metros cúbicos. A ese segmento del mercado, YPF aportaría posteriormente la parte correspondiente a los futuros cuatro contratos de asociación que establecerá sobre las áreas centrales de Puesto Hernández, Vizcacheras, Huemul y El Tordillo que licitará en pocos meses.

En forma mayoritaria, los empresarios sostienen que sólo el verdadero valor de los recursos energéticos puede dar sustento a una política de activas inversiones del sector privado.

Impacto inflacionario

El tema de la repercusión inflacionaria es evaluado por el petrolero Pedro Lella como de influencia relativa ya que la Argentina, por tener altos impuestos sobre los combustibles, puede amortizar el impacto que tendrían los ajustes sobre los precios.

Lella puntualiza que la práctica de torcer las directivas políticas sectoriales para el largo plazo, en función de condiciones coyunturales, ha impedido al país capitalizar las oportunidades de crecimiento y racionalización del recurso energético que brindó el pasado, lo cual significó señales erróneas para el conjunto de la economía.

En cuanto a la magnitud que debería tener el ajuste "amortiguado" que podría practicarse para acercar los valores internos del crudo respecto de los internacionales, el interventor en YPF, Carlos Pierro, lo estimó prima facie en una magnitud del orden del 30 % para los subproductos, seguido luego por la aplicación de ajustes progresivos.

Entre tanto, el precio mundial se acercaría a niveles más deprimidos y próximos a los que registre el sector petrolero nacional.

La decisión del ajuste se presenta, empero, en un momento inquietante en cuanto al comportamiento de la inflación, ya que para este mes el índice de precios al consumidor y la tendencia de las cuentas fiscales acusan una curva negativa.

02/02

CONTACTO

PERFIL

Handley, antes, cuando jugaba en los Pumas, y ahora.

RICARDO HANDLEY, PRESIDENTE DE CITIBANK

El hombre que no está solo y espera

El gato es un felino astuto, célebre por su capacidad de supervivencia. El lince también es un felino, pero no doméstico. Los antiguos le atribuían una agudeza visual extraordinaria. Por eso un lince —Real Academia Española de la Lengua, cuarta acepción— es un hombre sagaz, que hoy se diría tiene rayos equis en la mirada.

En rugby, un **hooker** es la punta del ariete. Colgado entre dos **pilares**, en la primera línea, su temple para obtener la pelota es vital. En esa módica batalla, generalmente los roces son más que eso.

Ricardo Handley, hoy presidente del Citibank de la Argentina, fue un legendario **hooker** de **los Pumas**. Le decían **El Gato**, pero no porque tuviese siete vidas en el **scrum** o las montoneras —si bien más de una vez terminó con las cejas partidas— sino por la forma de pronunciar la erre, ronroneando. Ahora, convertido en banquero, todos dicen que es un lince. No se necesita ser lingüista para averiguar por qué.

Alumno del bilingüe St. George College, de *Quilmes*, cuando tenía doce años, en 1955, ya formaba en **Old Georgian's**, el equipo que nucleaba a los alumnos y egresados del St. George en los torneos regulares, hoy desaparecido. Cuando la selección de rugby viajó a **Sudáfrica** en 1965 —fue entonces cuando, confundiendo al yaguareté del escudo, **se los bautizó como los Pumas**— **Handley fue convocado como suplente.**

Después de dos derrotas fue titular e inamovible. Para ese tercer partido él y otros cuatro jugadores (Héctor Silva, Arturo Rodríguez Jurado, Luis Gradín, Ronaldo Foster) se juramentaron en los vestuarios a **"no salir vivos"** si no ganaban. Tanto fatalismo era por lo menos excesivo. Ganaron ese día y también después, frente a los **Juniors Springboks**, inaugurando un rosario de hazañas.

Handley era uno de los líderes de aquel grupo excepcional. Ni con su mujer internada abandonó al equipo en un **test-match**. En 1972, cuando **los Pumas** perdieron en Buenos Aires frente a **Les Gazelles**, los juveniles sudafricanos, al terminar el partido, sin cambiarse, salió corriendo para el sanatorio. Más allá de este detalle que debiera hacer meditar a **más de un chauvinista**, en ese entonces ya hacía seis años que había ingresado al Departamento de Giros y Transferencias de Citibank, después de licenciarse en administración y técnica bancaria en la Universidad Argentina de la Empresa.

♦ Un toque de distinción

La casa bancaria norteamericana lo envió a perfeccionarse a Harvard primero, y más tarde a la filial suiza de esa universidad. En 1982, cuando tenía 39, era ya gerente comercial. Lo afectaron entonces a la casa matriz en Nueva York, como miembro del **Comité de Política Crediticia**, con eje para él en el área latinoamericana.

Citicorp, se sabe, lidera el comité de bancos acreedores. En diciembre de 1984, Handley —hoy, 47, dos hijos— se convertía en el presidente de Citibank de la Argentina.

En aquellos tiempos en que Juan Sourrouille empezaba a escribir su historia, todo parecía miel; tanto, que algún desprevenido sospechó a Handley de alfonsinista. Mudó de opinión en 1988, cuando se comenzó a postergar el pago de intereses y su sonrisa se convirtió en una mueca.

Un duro para los negocios, pero más parecido a Dick Tracy que a Boogie, el personaje de Fontanarrosa, Handley es además un hombre que sabe ser afable, y atiende personalmente detalles que parecen menores. Por ejemplo, quebró la austeridad del despacho de presidencia de Citibank ubicando en un lugar privilegiado de su escritorio un portarretrato donde luce una fotografía de Carlos Menem.

♦ Trenes rigurosamente vigilados

Ultimamente, su terreno ha sido la **capitalización de deuda**. El sistema se conoce. Los acreedores entregan títulos de la deuda externa argentina a su valor nominal (la cotización de esos papeles en el mercado ronda el 15% por ahora) a cambio de bienes. El buen éxito coronó algunos emprendimientos de este tipo en el campo privado (Celulosa) y oficial (ENTel). Otros fracasaron, como los que Citibank intentó con el Banco del Interior y Buenos Aires (BIBA, que incluía a Papel del Tucumán) y Ferrocarriles.

La propuesta sobre Ferrocarriles se conoció en noviembre pasado, cuando Handley todavía conducía también la Asociación de Bancos de la República Argentina (ABRA, que nuclea a las entidades extranjeras). Eran los tiempos de la alianza con Bunge & Born, que bendijo el plan que incluía el corredor cerealero Rosario-Bahía Blanca y la participación obrera en el nuevo esquema. Uno de los asesores del Citi para la ocasión fue **Javier González Fraga**. Pero toda la delicada arquitectura se vino abajo cuando la iniciativa fue vetada por hombres clave en las inmediaciones de Menem. La mayor objeción pareció ser que, siempre con el sistema de capitalización de deuda, incluía los llamados **terrenos improductivos** de las franjas ferroviarias, de un valor inmobiliario enorme.

♦ Verano violento

El vendaval del **Plan Bonex**, en enero pasado, encontró a Handley en Jamaica. Ya se sabe que entonces **Domingo Cavallo** tuvo una **intervención crucial**, tanto en la planificación como en la ejecución. Así fue que convocó a la crema de los banqueros nacionales y extranjeros a Punta del Este y les arrancó un virtual **okey** para que aceptaran **cobrar con Bonex las deudas empresariales con el sistema financiero**. La idea era 60% en Bonex, 40% en australes, con lo cual, además de la pública, a través del canje de depósitos, se licuaba la deuda privada, tal como Cavallo había ensayado ya cuando pasó por el Banco Central en 1982.

Enterado, Handley no necesitó frotar el anillo esmeralda que luce en el meñique izquierdo para volar a Buenos Aires y embarcar en su jet privado para Punta. Cuando llegó al Este, Cavallo ya había hecho conversar a los banqueros con Antonio Erman González, que estaba en Asunción, para cerrar la operación. Pero Handley entró en ese scrum como en sus mejores épocas. Hubo rayos y centellas. Cavallo lo acusó en público de actuar políticamente. Fue inútil. Con Handley de ariete, los bancos dieron un paso atrás (o adelante, según se mire) y la fórmula se hizo añicos. Del lado de Handley se alinearon esa vez **Alvaro Alsogaray** y **Rodolfo Rossi**, a la sazón al frente del BCRA. Aunque se jactó de haberles roto a los bancos un negocio de más de quinientos millones de dólares por cobro y pago de Bonex con valores diferentes, el canciller tuvo que dar un paso al costado.

♦ El consejo americano

Algunos argumentaron que los bancos ya habían perdido mucho con la reforma monetaria, y no se los debía mimetizar con la patria financiera. Otros consideran que supieron esperar: en mayo obtuvieron del BCRA, donde estaba de regreso González Fraga, saldar sus deudas con índice dólar, el más bajo del semestre. A esa altura, Handley también había dado su paso al costado. Con la excusa de que no convenía mezclar la problemática bancaria estricta con las reivindicaciones de los acreedores, dejó la presidencia de ABRA en manos de **Emilio Cárdenas**, del Bank of New York, un negociador nato, casi su contracara, pero al fin de cuentas también abogado del Manufacturers Hannover y el Morgan.

Cuando se trata de hablar de los famosos **waivers** (dispensa de los acreedores para que se pueda enajenar un bien que es garantía de la deuda, como por caso ENTel), **William Rhodes**, uno de sus jefes en Citicorp, suele ser el malo de la película. Handley —**Dick** para los amigos— no siempre asume el rol de duro. El 24 de mayo, cuando se pujaba para que la Argentina pagara intereses antes de que el FMI le concediera un nuevo "stand-by", llamó por teléfono al ministro González: **"En mi carácter de amigo de la Argentina y del Gobierno, le recomiendo que paguen"**, dijo.

El martes pasado, en fin, Handley confirmó que a Citibank le interesa **participar en la privatización de las empresas del área de energía, petroquímica y Defensa**, y aun en Yacyretá. También adelantó que no habría problemas con el **waiver** para ENTel, pero, en cuanto a los demás, subrayó que debía estudiarse caso por caso. Aunque el presidente de Citicorp, John Reed, haya dicho al día siguiente que desconocía la propuesta del asesor Alvaro Alsogaray sobre **capitalización masiva de deuda con venta en block de bienes del Estado** (publicitada quince días atrás y fulminada por González de inmediato) es difícil dejar de suponer que, al menos, se trató de un acto reflejo. Y deducir que Handley no está solo. Y espera.

Jorge Ezequiel Sánchez

© Copyright Clarín, 1990

9004919

BRECHA ENTRE PRECIOS MINORISTAS Y MAYORISTAS

¿Hay dos inflaciones?

Mucha gente se pregunta el porqué de tanta **diferencia** entre índices que da el INDEC, **mayorista** y **minorista**, nivel general: 3,9 y 10,8 %, respectivamente, para julio, y 1.056,5 y 2.047,7 %, respectivamente, para los últimos doce meses.

Dentro del **índice de precios al consumidor** se han registrado grandes cambios de precios relativos. Así, **educación** ha encabezado los aumentos, el 141,16 % por encima del promedio anual, seguida de **salud** (49,21 %), **esparcimiento** (41,23 %), **bienes y servicios varios** (27,44 %), **vivienda** (22,85 %) y **equipamiento y funcionamiento del hogar** (0,65 %). Mientras que los rubros que estuvieron por debajo del promedio fueron **indumentaria** (12,50 %), **alimentos y bebidas** (14,95 %) y **transporte y comunicaciones** (23,53 %).

Si se toma la proyección de los índices de julio para adelante, en el país conviven dos inflaciones, puesto que la canasta de alimentos, transporte, comunicaciones e indumentaria se mueve en la franja del 150 al 270 por ciento anual mientras que la de los servicios de educación, salud, esparcimiento y otros —a los que hay que agregarles tarifas de servicios públicos—, entre el 500 y el 550 % anual, lo cual refleja un desequilibrio proclive al estallido.

Hay **desactualización** de la muestra de puntos de venta, porque hasta el 70 % de las compras del público son en supermercados, el índice oficial recoge solo el 45 %.

♦ Pautas de consumo

El ex titular del Instituto Nacional de Estadística y Censos **Juan Cayetano Olivero** entiende que el hecho de que el dólar esté prácticamente detenido (o lo estaba hasta fines de julio) **influye más en los precios mayoristas**, ya que el índice de importados bajó en julio el 0,1 %, actuando prácticamente como "un ancla" a los costos de fábrica. La recesión también influye mucho para moderar el índice mayorista, mientras que **los precios al consumidor están movidos por otros parámetros**, según entiende Olivero: las indexaciones en los servicios y las oscilaciones estacionales en los productos frescos, que en julio han impactado especialmente sobre la carne y las verduras.

Desde un punto de vista técnico este índice **no es para la familia tipo obrera** dado que toma un espectro de consumo más amplio, que abraza pautas de la clase media e incluso de la clase alta. Esto es consecuencia de una decisión que se tomó en el Gobierno hace cinco años: **modificar la canasta familiar para hacerla más representativa de la sociedad en su conjunto.**

Destaca Olivero que los sectores medios y altos "convalidan la inflación, no la discuten, y por eso esparcen inflación", mientras que la familia obrera destina la mayor parte de su ingreso a comida; en segundo lugar, transporte y alquileres, y queda muy poco para otros gastos.

Los índices deberían actualizarse cada dos años pero esto es imposible por lo caro que resulta, cuando el INDEC está desprovisto de recursos y ha debido postergar el censo nacional 1990.

Para Olivero, la única **solución en este momento para evitar en el futuro una inflación del 12 al 15% mensual es "implementar un sistema desindexatorio"; y rechaza que esto pueda ser confundido con un intervencionismo, pues "no hay que confundir la libertad con el libertinaje, y el Estado no puede borrarse de la función de arbitraje entre partes que garantiza esa misma libertad".**

♦ Recuperación

El titular de la Cámara Argentina de Comercio, **Carlos R. de la Vega**, encuentra que una de las causas de la gran diferencia entre los índices mayorista y minorista es que durante la época de la hiperinflación, en febrero, el segundo se adelantó mucho, con el 87,7% contra el 61,6% del primero; en consecuencia, este ha venido recuperando posiciones.

Si se sigue en los dos dígitos, estima De la Vega, **las negociaciones salariales se pondrán muy duras**, porque por un lado, habra un redoblamiento de reclamos, pero por otro, **las empresas con el "dólar planchado" no pueden absorber más aumentos de salarios en australes.**

♦ Supermercados

También es útil la óptica del supermercadismo, que en este momento domina la comercialización minorista y mayorista, **Marcos Grimella**, gerente de Jumbo Panamericana, informó que "las ventas de julio no llegaron a lo que habíamos estimado, **estuvieron el 20% por debajo** a pesar de que la gente cobró el medio aguinaldo".

Por esa causa, opinó, el consumo se ha deprimido y los fabricantes **que aumentan los precios inmediatamente se enfrentan con una reducción de la demanda.** "El hecho de tener un alto porcentaje de ventas con American Express ayuda, pero igualmente en lo que va de agosto las ventas **no conformaron.**"

Según el ejecutivo, los supermercados no aumentan los precios sino que trasladan los precios que les llegan de fábrica, porque trabajan **con márgenes mínimos** compatibles para cubrir los costos.

Las perspectivas para agosto según Grimella no son alentadoras, puesto que "si se repite la inflación de julio los fabricantes lo van a sentir". En otras palabras, **bajarán automáticamente las ventas**, porque el público es muy sensible a los precios. Es decir, **dejan de comprar o se trasladan a productos más baratos** ante variaciones de precios. Esto se nota especialmente **en la sucursal** Villa Lugano, **donde el** público se **abastece fundamentalmente en la** gran compra **mensual de** productos alimenticios, dejando de lado otras cosas "por la poca plata que tienen", opina.

Pablo Kandel

Nº DOCUMENTO 9004914
TITULO Brecha entre precios mayoristas y minoristas
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA 9/8/90
VIA DE INGRESO Agencia Externa
Sujeto a devolución
1003
1116
1130

9004914

Nº DOCUMENTO 9004915
TITULO Reducción del Superavit del Tesoro
ambito financiero 150027
9/8/90
Argentina 10033
F. Económico 11161
Sector financiero 11408
Política Económica 11392

REACCION DEL EQUIPO ECONOMICO

El superávit del Tesoro se redujo 99% en julio

La recaudación conjunta Aduana-DGI —excluidos los impuestos con destino a previsión social que se aplican a las tarifas de servicios públicos— cayó 13,1% nominal en julio y el superávit operativo de la Tesorería se habría reducido a A 5600 millones, 99% menos que en junio.

Estas cifras provisorias sobre los resultados fiscales del mes pasado que confirman el profundo deterioro de la situación fiscal fueron publicadas en la última edición del Informe semanal de proyecciones coyunturales del estudio SIARES.

Las cifras de recaudación de julio muestran en primer lugar una fortísima caída en la recaudación de Aduana que alcanza a 68,7% de los derechos de exportación y a 51,4% del derecho estadístico. Según publicó **Ambito Financiero** ello está asociado a varios temas que en principio ya han sido confirmados en fuentes oficiales. Por una parte se amplió de 2 días a 8 el plazo para la liquidación de estos tributos y adicionalmente una masa de A 200.000 millones quedó retenida en Banco Nación por un aparente error administrativo. De todas formas también es negro el resultado obtenido en ingresos coparticipados con una recaudación de IVA idéntica en valores nominales en julio frente a junio, lo que reflejaría una caída en términos reales.

La Tesorería muestra un magro superávit de A 5600 millones o sea apenas 1 millón de dólares frente a los A 578.000 millones alcanzados en junio pasado.

Este paupérrimo resultado —cabe recordar que el superávit había alcanzado en marzo, abril y mayo A 316.000 millones, A 650.000 millones y A 664.000 millones respectivamente— conoce varias causas. En primer lugar la caída de los recursos tributarios resultante de la menor recaudación, que alcanzó a 19% frente a junio. Frente a ello los egresos no declinaron. Por el contrario de A 2488,3 miles de millones en junio saltaron a A 2565,6 miles de millones en julio, lo que implica un incremento de 3,10%. Cabe destacar el aumento de los gastos en personal de 8,6% observado el mes pasado, a pesar de que en junio teóricamente debió abonarse el aguinaldo. Los atrasos en estos pagos que fueron diferidos en buena medida para julio justificarían esos resultados. También se advirtió un fuerte aumento en el rubro bienes y servicios y erogaciones de capital.

SITUACION FINANCIERA TESORERIA
(en miles de millones de australes)

Concepto	Junio	Julio	Var. % Jun./Jul.
I. **Ingresos corrientes**	2.378,70	1.987,50	(16,50)
a. Tributarios	2.276,60	1.845,90	(19,00)
b. No tributarios	102,10	102,80	(0,70)
2. **Otros ingresos**	687,70	584,90	(15,00)
I. **Total de ingresos** (1 + 2)	3.066,40	2.571,50	(16,10)
1. **Gastos corrientes** (a + b + c)	2.041,10	2.034,40	(0,30)
a. Personal	1.005,30	1.091,30	8,60
b. Bienes y servicios y erog. cap.	157,60	255,70	62,20
c. Transferencias	878,20	687,30	(21,70)
Empresas	308,40	189,00	(38,70)
Provincias	151,40	70,00	(53,30)
Actividades no lucrativas	92,10	85,10	(7,60)
Sistema de seguridad social	0,00	0,00	0,00
Pasividades	319,70	295,40	(7,70)
Otras transferencias	6,60	47,00	612,10
2. **Erog. figurativas** (a + b)	367,30	453,00	23,00
a. Organismos	311,40	389,10	25,00
b. Cuentas especiales	55,90	63,80	14,10
3. **Otros egresos**	79,80	78,30	(1,80)
II. **Total egresos operat.** (a + b + c)	2.488,30	2.565,60	3,10
III. **Resultado operativo** (I—II)	(578,10)	(5,60)	(99,00)
IV. **Intereses y avales**	703,30	1.598,90	126,10
V. **Total erogaciones** (II + IV)	3.191,60	4.155,50	30,20
Total financiar (III + IV)	125,30	1.584,30	1.164,40

Fuente: Proyecciones Coyunturales - SIARES

RECAUDACION DGI Y ADUANA 1990
(en miles de millones de australes corrientes)

	Recaudación a fin de Julio	Junio	Var. % Jun./Jul.
Total de ingresos	4.452,50	5.123,10	(13,10)
Coparticipados	3.370,20	3.516,90	(4,20)
• Ganancias	395,50	309,10	27,80
• Capitales	236,20	768,90	(69,30)
• IVA	1.528,10	1.532,30	(0,30)
• Internos	511,60	448,80	14,00
• Débitos	190,90	185,90	2,70
• Otros	507,50	271,30	87,10
No coparticipados	671,10	1.238,60	(45,80)
• Sellos	77,30	80,30	(3,70)
• Importación	109,90	134,20	(18,70)
• Exportación	317,30	807,40	(68,70)
• Estadística	106,20	217,80	(51,40)
• Otros	61,60	—,—	—,—
Combustibles	411,20	367,60	11,70
Total Tesoro	2.509,30	3.095,40	(18,90)

Fuente: Proyecciones Coyunturales - SIARES

9004915

Exenciones al IVA-servicios

La generalización del Impuesto al Valor Agregado para los servicios incluye a profesionales, así como toda otra actividad, a menos que se encuentre expresamente exceptuada en el texto de la ley que desde hoy trata el Parlamento.

Los servicios que **no abonarán el tributo** se encuentran detallados en el artículo sexto del proyecto. Allí se señala que estarán exentos de pagar el 13 por ciento las siguientes actividades:

- **Las operaciones de seguros, reaseguro y retrocesión en el sistema asegurador.**
- **Servicios prestados por establecimientos educacionales privados incorporados a los planes de enseñanza oficial.**
- **Las clases dadas a título particular sobre materias incluidas en los planes de enseñanza oficial. Maestros particulares.**
- **Los servicios relativos al culto o que fomente la religión.**
- **Las obras sociales.**
- **La prestación de servicios de hospitales, clínicas y profesionales relacionados con las obras sociales.**
- **El servicio funerario.**
- **[illegible] agentes de Bolsa y de mercado abierto.**
- **Los espectáculos**, reuniones de carácter artístico, científico o cultural.
- **Los alquileres**, salvo que la locación esté vinculada y sea complementaria de un servicio gravado.
- **Los taxis y el transporte terrestre.** (No están excluidos de pagar los remises con chofer, los ómnibus para turismo, escolares o utilizados para el transporte de pasajeros desde y hacia aeropuertos y estaciones.)
- **Los medios de difusión.** Están exentos del IVA **los medios escritos, emisoras de radio y televisión abierta**, así como las **agencias informativas.**
- **La producción y distribución de películas destinadas a cines o televisión.**
- **El transporte internacional de pasajeros y cargas.**
- **Los servicios de intermediación de agencias de loterías, PRODE y otros juegos de azar.**
- **El servicio doméstico.**
- **Las prestaciones a los cargos de directores, síndicos y miembros del consejo de vigilancia de una empresa.**
- **Las colocaciones y prestaciones financieras con las limitaciones que establezca el Gobierno.**
- **El otorgamiento de concesiones.**

Impacto fiscal

El subsecretario de Finanzas Públicas, Raúl Cuello, estimó que el impacto fiscal de la baja de retenciones para el agro oscilará en los 270 millones de dólares.

El funcionario —en una breve charla con Clarín— calculó que la reducción de ingresos al Tesoro, por las economías regionales, rondaría los 50 millones de dólares; por la cosecha fina, alrededor de 70 millones, y por la cosecha gruesa, 150 millones, lo que hace un total de 270 millones de dólares.

TRATA DIPUTADOS UNA INICIATIVA DEL PEN

Proyecto impositivo

Una ley impositiva ómnibus, que incluye en un solo proyecto una serie de iniciativas, comenzará a tratar hoy Diputados. Figura, entre otros, la ampliación del IVA a los servicios —entre ellos, los profesionales— el aumento de las tasas de impuestos internos y la duplicación del gravamen a la compra y venta de divisas. También, diversas reformas que refuerzan el poder de la DGI para controlar la evasión fiscal y un sistema de incentivos a las inversiones.

A pedido de las autoridades económicas, el Parlamento **acelerará** a partir de hoy el tratamiento de un **conjunto de nuevos impuestos** entre los que se encuentra la aplicación del **IVA a los servicios**, el **aumento de tributos internos para las bebidas**, así como una **duplicación del gravamen que se cobra a la compra y venta de divisas.**

El paquete fiscal está incluido en un proyecto de ley impositiva ómnibus, en el que también figuran importantes modificaciones a la **Ley de Procedimiento Fiscal** y a la **Penal Tributaria** otorgando **mayores poderes a la Dirección General Impositiva para sancionar a los evasores.**

El plan fiscal, contenido en un documento de 60 carillas al que tuvo acceso **Clarín**, no incluye la instrumentación del impuesto especial a las casas de cambio y agentes bursátiles. Tampoco avanza sobre la reformulación del impuesto a los combustibles que será necesario aplicar para llevar adelante la liberación del mercado de las naftas.

El paquete establece un régimen de **promoción de inversiones**, una reforma a los **impuestos a los activos** y la eximición de impuestos a la transferencia de los **Bonos Externos serie '20.**

♦ Urgencia

La ley ómnibus será tratada hoy en la Comisión de Presupuesto y Hacienda, donde se espera que tenga **rápido despacho favorable**, de modo que **antes de fin de mes** el nuevo paquete fiscal sea aprobado por el Parlamento.

La urgencia en tratar el conjunto de tributos se debe a que **la recaudación fiscal comenzó a flaquear**, y que **no se estarían cumpliendo con los compromisos asumidos en el plan acordado con el Fondo Monetario Internacional.**

Algunos proyectos, como el más importante de generalización del IVA a los servicios, están demorados en su tratamiento desde hace meses, ante la **resistencia de los diputados del justicialismo a aplicar más tributos.**

Incluso la confección de la ley ómnibus surgió después de prolongadas negociaciones entre los legisladores y el Palacio de Hacienda, al punto que, para evitar mayores dilaciones, se dejó en suspenso el impuesto especial para casas de cambio y la modificación a los tributos de los combustibles.

La confección de la iniciativa surgió de los diputados **Jorge Matzkin, Oscar Lamberto y Jorge Domínguez**, luego de considerar que, a través de este mecanismo, se agilizaba al máximo el trámite parlamentario al resumir en un solo debate el conjunto de los impuestos.

♦ IVA

La legislación establece la **generalización del IVA a todos los servicios** con la **excepción de 36 casos puntuales claramente especificados**, entre los que se cuentan el **sistema educativo**, las **obras sociales**, el **transporte urbano y el internacional**, la **actividad aseguradora**, las **colocaciones y prestaciones financieras** y los **alquileres.**

Una buena parte del texto de la nueva ley es dedicado a precisar el alcance de la excepción de los alquileres para vivienda y actividades comerciales, pero establece la obligación de **cobrar el IVA en locaciones vinculadas a servicios gravados.**

"La exención establecida —dice— no será procedente cuando el sujeto responsable por la venta o la locación, la realice en forma conjunta y complementaria con locaciones de servicios gravadas."

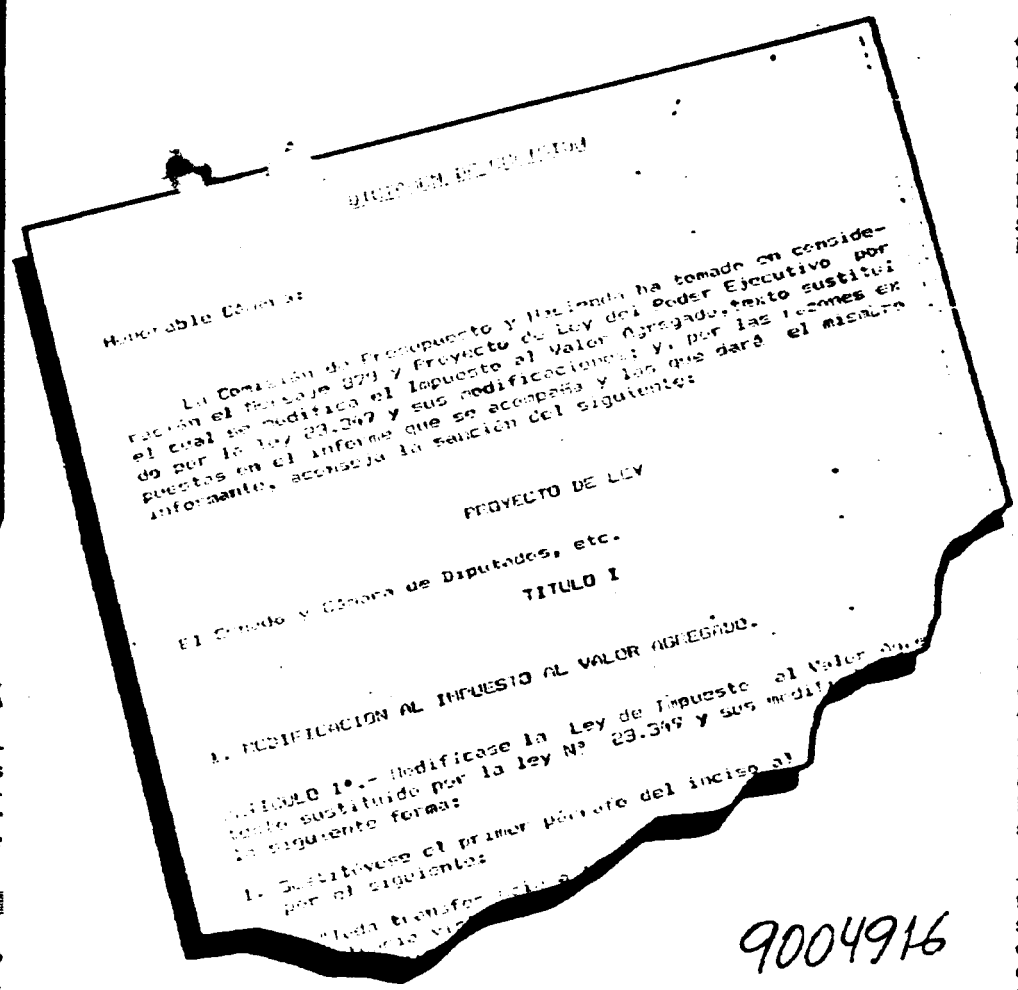
El IVA alcanzará a **todos los profesionales que ejerzan su actividad individualmente, dado que tendrán que pagar el 13 por ciento sobre lo que facturan, en tanto que quedan exceptuados cuando el dedicado al servicio de salud lo haga para una obra social.**

Los profesionales tendrán que ingresar a la DGI la diferencia entre el IVA que cobren a sus clientes y el que paguen a sus proveedores o por gastos para realizar su actividad.

El nuevo proyecto también establece un aumento del mínimo facturado el año pasado para ser considerado responsable inscripto. La ley ómnibus eleva esa facturación en el 50 %, estaba en 30 millones de australes a fines de diciembre y pasa ahora a 45 millones de australes.

♦ Impuestos internos

La nueva legislación es-



Facsímil de la primera de los 60 carillas que tiene el proyecto impositivo que desde hoy trata Diputados.

Importaciones automatizadas

El Ministerio de Economía **derogó ayer el régimen que obligaba a los importadores a requerir una certificación del Gobierno antes de concretar la operación.** La resolución 726 que lleva la firma de **Erman González** designa a la Subsecretaría de Industria y Comercio para que administre a partir de la fecha el REDI, **Registro Estadístico de Importaciones**, donde se llevará un control de las compras externas y de las características de las mercaderías aunque solo a efectos estadísticos.

En la práctica, la nueva normativa deja fuera de circulación las Declaraciones Juradas de Necesidades de Importaciones y **automatiza las compras al exterior.** De este modo, el **proceso de apertura económica se profundiza en su faceta de desregulación.** En materia arancelaria, con el **"techo" del 24 %**, la Argentina es uno de los países con **menores barreras** a las importaciones.

Actualmente casi todo el universo productivo está regido por el nuevo régimen importador, salvo un **pequeño grupo de ítem** —automotores, algunos insumos químicos y agrícolas— que requieren de **autorización previa** para su ingreso desde el exterior.

♦ Registro

El sistema puesto en marcha precisa que las entidades autorizadas para operar en cambios no darán curso a ninguna instrumentación de pago por importación de mercaderías, hasta tanto no entreguen a la Subsecretaría de Industria y Comercio los **formularios de inscripción en el registro estadístico.**

En el caso de importaciones sin giro de divisas, los formularios de inscripción en el REDI deberán presentarse ante la Administración Nacional de Aduanas, en oportunidad de iniciarse el trámite de despacho a plaza de la mercadería.

La subsecretaría, en su carácter de autoridad de aplicación, estará facultada para disponer las modificaciones que fueren necesarias al nuevo régimen, proceder a su reglamentación y entender en los casos de excepción.

Esta disposición se suma a la dictada el lunes, 714/90, que dispuso eliminar la exigencia de constituir el depósito bancario que prevela la resolución 23/89. **También el Ministerio de Economía había derogado la exigencia de que los embarques de mercaderías importadas se efectuaran con posterioridad a la fecha de emisión de las DJNL**

Estas decisiones de Economía se hacen en un contexto de **hiperrecesión industrial** y cuando varias cámaras industriales pusieron de relieve su preocupación por un proceso de apertura económica que **carece de leyes antidúmping.**

Incluso durante la reunión convocada por el liberal Consejo Empresario Argentino, la economista de FIEL, **Marcela Cristini** destacó la "excepcionalidad del programa de **estabilización** con medidas de **apertura**, cuando la experiencia histórica refiere que son **etapas consecutivas y no simultáneas.**

ómnibus

tablece un alza en los impuestos internos, así como modificaciones en las alícuotas de diversas bebidas.

- La nueva tasa para vinos finos será del 3 % y para el champán del 7 %.
- La cerveza pagará una tasa del 4 %. Las colas mantendrán una tasa del 24 %. Los jugos en general pagarán el 16 y los jugos cítricos el 10 %.
- Se incorpora la posibilidad de que parte de los impuestos internos sobre pulsos telefónicos y gas por redes se pueda retener a nivel banco recaudador.

♦ Compra y venta de dólares

El anteproyecto que tratará hoy la Comisión de Presupuesto y Hacienda aumenta la tasa del impuesto a la comercialización de divisas de esta manera:

- Se ubica la tasa máxima a cobrar para la compra, venta y permuta de [illegible] en 12 por mil.
- Se ubica la [illegible] ma en el 2 por mil. Hasta mediados de 1989 existían tasas que iban del 1 al 6 por mil. En enero el Gobierno la fijó en el 0,1 por mil.
- No se dispone por ahora el impuesto especial para casas de cambio y agentes bursátiles y extrabursátiles.

♦ Procedimiento fiscal

La reforma a la Ley de Procedimiento Fiscal permitirá que el Fisco tenga mayores posibilidades de proceder rápidamente ante la evasión. Entre las normas que se proyectan, figuran:

- Facultar al Gobierno para incentivar el control fiscal por parte del propio público, a través de sorteos y tómbolas con premios. El sistema rige para el IVA.
- Eleva los montos mínimos para las apelaciones al Tribunal Fiscal. Del 6 por mil al 2 por ciento. La mitad al iniciar la operación y la otra al finalizar.
- Corrige parcialmente la injusticia del sistema de actualización en favor del contribuyente y la hace automática dentro del mismo impuesto.
- Establece que la ley de conflictos interadministrativos no es aplicable en materia de tributos.
- Se modifica la Ley Penal Tributaria y se otorga al Ministerio de Educación y Justicia la facultad de actualizar los montos fijados a partir de los cuales se aplican las penas.

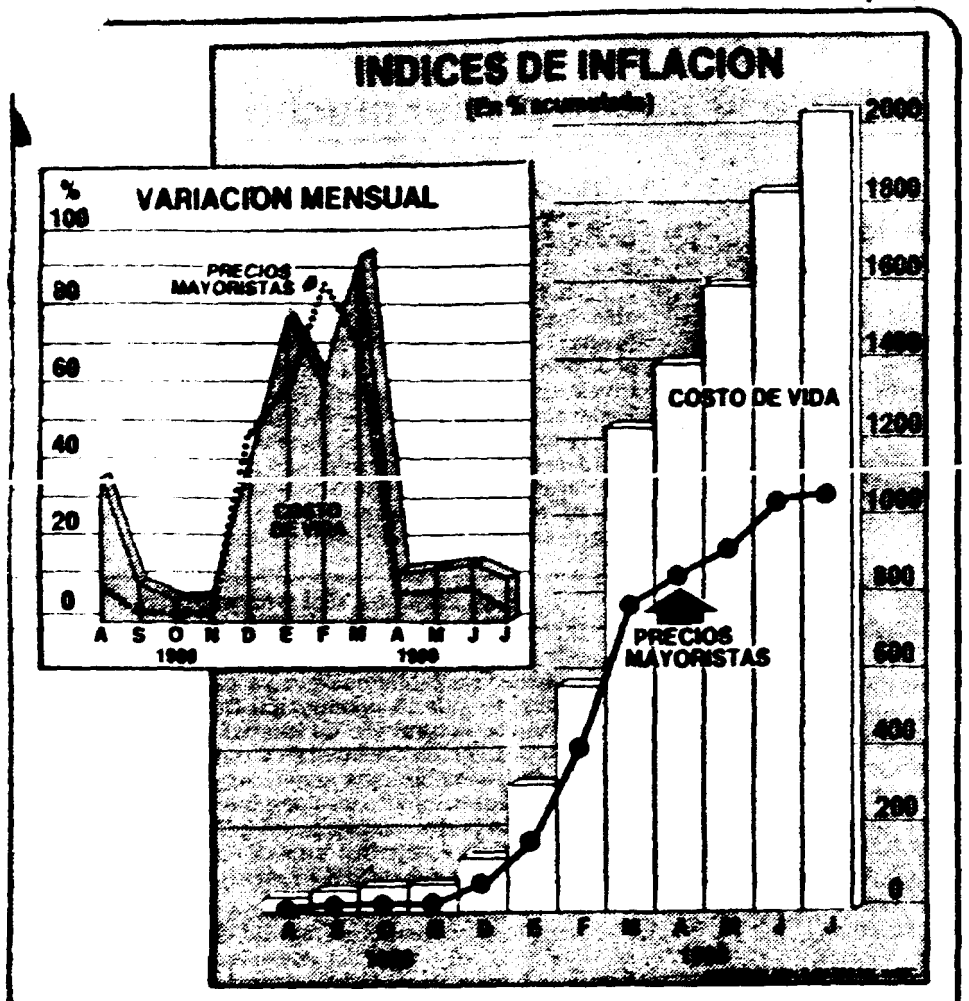
♦ Impuesto a títulos valores

- Se establece como hechos imponibles para pagar el impuesto a la transferencia de cuotas o participaciones sociales y a la venta de inmuebles. Ambos casos estaban alcanzados por el impuesto a los Beneficios Eventuales que se derogó y que era del 15 %. Ahora se ubicará en el 1,5 %.
- El paquete incluye un régimen de promoción de inversiones que permite amortizar la inversión en un año. Alcanza a bienes nuevos, excepto autos importados.

- Requiere mantener el bien durante dos años en el patrimonio.
- Establece para las nuevas inversiones la vigencia de la reforma que permite computar en el mes el crédito fiscal por compra de bienes de uso para el IVA.

9004916

00212



MINORISTAS 2.000 - MAYORISTAS 1.000

Una peligrosa distorsión

Arduo le resultará al Gobierno explicar, y a la población asimilar, este aumento del costo de vida de dos dígitos (10,8%) en julio, cuando todo el mundo estaba preparado psicológicamente para un dígito. Esta es una cara de la realidad; la otra es más satisfactoria, dado que los **precios mayoristas** (3,9%) se comportaron según lo esperado, y aun mejor. Lo que ocurre es que **los precios mayoristas no son los que llegan al público**, y además, que ambos índices son **muy distintos**, pues el de costo de vida es de productos y servicios, mientras que el de por mayor es exclusivamente de productos.

La **brecha** que se está abriendo entre ambos ya alcanza al **100 por ciento**, porque en un año, el **costo de vida** creció 2.000 por ciento y los **precios mayoristas** 1.000 por ciento, en números redondos. ¿Entonces qué va a pasar? A la larga, ambos tienden a **igualarse**, pero puede ser **para arriba o para abajo**. Es decir, el costo de vida puede achatarse para estar más cerca del mayorista, o este acelerarse para tomar contacto con el otro. Pero ambos se **influyen recíprocamente**, lo cual implica que si los dos índices se ponen a competir entre sí, el corolario será una inflación mayor y una reindexación de la economía. Y esto es lo que están **temiendo los analistas más autorizados**, para el futuro cercano.

♦ Lascano

El diagnóstico que traza **Marcelo Ramón Lascano** es estructural. "Este resultado era previsible, pero no deja de ser desafortunado. Nuestra inflación se resiste a la baja y ello nos induce a pensar si no sería aconsejable atacarla por vía de la producción, induciendo una mayor **oferta de bienes y servicios**, pues **profundizar el ajuste por vía de la reducción de la demanda está visto que ya no da resultados**".

Según Lascano, "deberemos cambiar el diagnóstico que teníamos hasta ahora de la inflación, pues decíamos que la culpa era de la **emisión**, del **déficit del presupuesto y de las devaluaciones**. Ahora *no tenemos emisión*, es más, el acervo monetario de la economía es bajísimo, del 7 al 8 **por ciento del producto bruto** solamente; el tipo de cambio está sobrevaluado y no hay devaluaciones, y es más, tenemos superávit persistente en la Tesorería. Y [illegible] inflación. Por eso digo que debemos cambiar el diagnóstico y poner el acento en el aumento de la oferta y de la producción y **no seguir castigando la demanda mediante políticas recesivas**".

♦ Challú

Para **Pablo Challú**, ex secretario de Comercio durante este gobierno, el problema es fundamentalmente de **indexación** y de **expectativas**. "Era previsible aunque no esperado, este guarismo. Ello augura para **agosto** una inflación por lo menos similar a la de julio. Para más adelante, dependerá de la política *monetaria y fiscal que se siga*."

Según Challú, "hay dos situaciones que influyen en que la inflación siga en los dos dígitos: una de ellas es la **política monetaria del Banco Central**, que convalida esta inflación, y la otra, la **política de incertidumbre sobre el tipo de cambio**, que si bien ha dado resultado en lo estrictamente cambiario, complica la evolución de los precios. No se puede saber uno de los aspectos fundamentales del costo y por eso puede haber un sobrecorrimiento de precios".

Desde su punto de vista, "es fundamental reducir la **desconfianza** que lleva al público a indexar porque ve que lo hace el propio gobierno, el sector público. Debemos pasar a una economía de mayor certidumbre, a fin de reducir los comportamientos indexatorios".

♦ Automaticidad

Algunas conductas indexatorias son automáticas y **quizás injustificadas** y otras son **lógicas** cuando se trata de productos con precios totalmente retrasados. Pero si ese retraso no se soluciona se corre el riesgo de que cese la producción y no se pueda abastecer el consumo, aun decaído como está después de largos años de recesión.

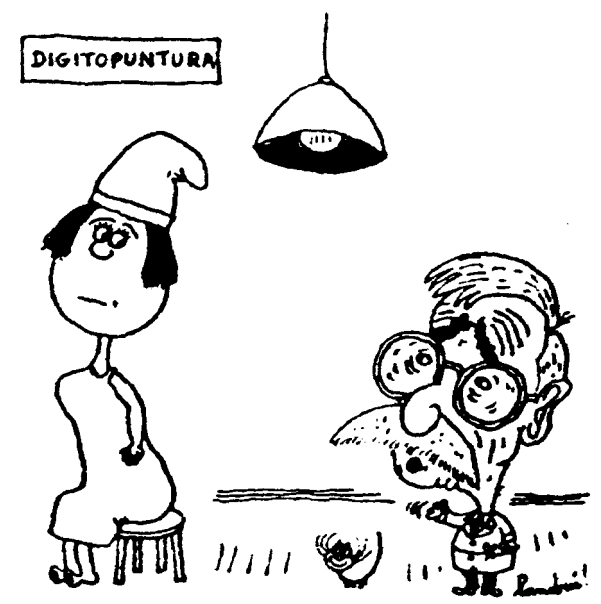
De esa manera, y dentro del sistema distorsionado de precios relativos que es la herencia de dos brotes de hiperinflación en un año, puede suceder que el promedio general sea el 11 % y alrededor de ese promedio, unos precios aumenten el 20 % y otros nada, con lo cual lo único que se logra es incrementar el desasosiego, exacerbar las presiones sectoriales y postergar las decisiones de inversión, sin las cuales la inflación seguirá en los tres o cuatro dígitos anuales, pero cada vez con menor oferta y menor demanda.

Pablo Kandel

DIFUNDIERON LOS INDICES DE JULIO

Alzas del 10,8% vida y del 3,9%

IKONICOFF **Por Landrú**



—En agosto voy a tratar de hacerle el tratamiento de un dígito.

Las autoridades económicas y los estudios privados se equivocaron por igual cuando calcularon que en julio, finalmente, el costo de vida bajaría de los dos dígitos. "Salud", "esparcimiento y educación" fueron "culpados" por el 10,8% que arrojó el indicador; pero "alimentación y bebidas" también se situó por arriba de la media. Significativa disparidad entre el alza de los precios minoristas y el aumento de los mayoristas.

El Gobierno tampoco logró en julio su objetivo de comprimir el alza del costo de vida a menos de dos dígitos: la suba de los **precios minoristas fue del 10,8 por ciento. Los mayoristas treparon el 3,9 por ciento y el costo de la construcción se incrementó en el 3,7 por ciento.**

El índice divulgado por el Instituto Nacional de Estadística y Censos no solo frustró las expectativas oficiales. También dejó rezagados los cálculos realizados por entidades privadas: el IPES, que conduce **Jorge Domínguez**, estimó que el costo de vida aumentaría el 9,5 por ciento en julio; mientras que la consultora dirigida por **Lorenzo Sigaut** proyectó el 8,7 por ciento. En cambio, el estudio de **José María Dagnino Pastore y Mario Brodersohn** se excedió en las perspectivas para ubicar la suba de precios minoristas de julio en el 12 por ciento.

La magnitud del índice al por menor no pudo ser atenuada a pesar de que las tarifas no registraron incrementos durante el período encuestado. Precisamente, el Gobierno evitó retocarlas con la idea de

INDICE DE PRECIOS AL CONSUMIDOR EN JULIO

Concepto	%
Nivel general	10,8
Alimentos y bebidas	11,3
Indumentaria	9,3
Vivienda	7,7
Equipamiento y func. del hogar	9,1
Salud	14,4
Transporte y comunicaciones	7,6
Esparcimiento	16,7
Educación	16,8
Bienes y servicios varios	6,4

Fuente: INDEC

Eliminan trabas aduaneras y agilizan importaciones

El Ministerio de Economía resolvió **flexibilizar la operatoria de comercio exterior**, al permitir **el ingreso de mercaderías** sin la certificación que exigía la resolución 1325/84 a través de las **Declaraciones Juradas de Necesidades de Importación.**

Vale la pena recordar que la normativa anterior, establecía que los embarques de mercaderías importadas debían efectuarse con **posterioridad a la fecha de emisión de las DJNI.** Ahora el Gobierno decide actuar "en forma coherente con la determinación de desregulación de trámites y disponer que la obligación sobre el momento de embarque no alcance a mercaderías para las cuales la emisión de certificados de DJNI es de carácter automático".

♦ Depósito bancario

También se decide eliminar la exigencia de constituir el **depósito bancario**, que establece la resolución del 23 de junio del año pasado. Se destaca en los considerandos que "el propósito de la implementación de tal requisito puede ser cumplido con mejor resultado por otros mecanismos simples y de eficiencia ya probada". Se apunta que "la supresión de ambos requisitos contribuirá a la agilización del sistema y a la eliminación de costos por parte de los operadores".

♦ Burocracia

De acuerdo con el texto de la disposición —la 714 del Ministerio de Economía— "el propósito de las autoridades es eliminar requisitos y tramitaciones burocráticas que no justifiquen su mantenimiento, mientras que sin aquellos puedan seguir ejerciéndose las funciones que se consideren necesarias para el buen funcionamiento del sistema".

9004917

en el costo de en mayoristas

EVOLUCION DE LOS PRINCIPALES PRODUCTOS
(En porcentaje)

PRODUCTO	Julio	Enero/julio
Harina	– 1,3	799,2
Nalga	10,4	616,0
Cuadril	10,3	611,0
Pollo	16,1	581,1
Filete de merluza	10,9	943,6
Jamón cocido	– 0,6	544,4
Salchichas	9,6	800,9
Aceite	– 0,7	591,1
Leche	11,4	1.224,2
Manteca	11,2	1.220,1
Manzana	20,9	775,6
Banana	24,1	809,7
Duraznos en almíbar	14,7	821,0
Papas	31,6	682,3
Tomate	–12,1	1.665,9
Cebolla	71,2	4.160,3
Tomate (en lata)	10,5	876,9
Azúcar	– 2,1	556,5
Gaseosa	16,7	911,1
Soda	23,7	1.021,6
Vino	12,7	991,1
Indice general	10,8	804,2

obtener una inflación minorista de un dígito. Finalmente, debieron reajustarlas a fines de julio, con vigencia a partir del 1° de agosto, en las siguientes proporciones: SEGBA, 8 por ciento promedio general (5 % las industriales y 20 % las residenciales); Gas del Estado, 17 % y Obras Sanitarias de la Nación, hasta el 40 %. Todavía no se sabe qué pasará con ENTel, pero se supone que en conjunto estos incrementos influirán en el índice de precios al consumidor correspondiente a agosto.

La incidencia de la evolución tarifaria no alarma a las autoridades que estiman para agosto "una tendencia descendente". Así lo afirmó, ayer, el subsecretario Moisés Ikonicoff, quien juzgó que "el bajo nivel de los precios mayoristas presagia una inflación menor". En término parecidos, Carlos Carballo, que encabeza la Subsecretaría de Economía, consideró "insuficientes" los resultados obtenidos en julio, pero auguró un mejor desempeño para este mes y se manifestó "relativamente optimista".

Ambos funcionarios atribuyeron la responsabilidad por este guarismo del costo de vida "al alza de los precios de bienes que no tienen competencia externa y que por lo tanto se indexan por encima del promedio". Es el caso, ejemplificaron, de los rubros de servicios personales y alimentos frescos.

♦ **Minoristas**

El número índice de los precios al consumidor fue de 82.391,3, nivel general. En los primeros siete meses del año, la suba fue del 804,2 %; mientras que computados los últimos doce meses, se arriba a una variación del 2.047,7 %.

Como anticiparon las autoridades económicas, los rubros que se ubicaron por encima del promedio fueron los de servicios: salud, 14,4 %; esparcimiento, 16,7 % y educación, 16,8 %.

Pero los alimentos y bebidas no anduvieron en zaga, con el 11,3 por ciento de aumento: los funcionarios de Economía adjudicaron el cimbronazo a los productos frescos. Y efectivamente, los datos del INDEC revelan que las frutas, verduras y hortalizas son las que más subieron, anotando un 17 por ciento. Las carnes, en cambio, tuvieron un comportamiento más adecuado a las expectativas gubernamentales, al trepar solo el 5,8 por ciento.

♦ **Mayoristas**

El índice de precios mayoristas fue, en su nivel general, 994.850.524,5. En lo que va del año, aumentaron el 577,4 por ciento; mientras que la variación anualizada resultó del 1.056,5 por ciento. Es llamativa la brecha que se abre entre precios minoristas y mayoristas, ya que en los últimos 12 meses la suba de los primeros duplica en magnitud a la de los segundos (véase más información en esta página).

La composición de los precios al por mayor nacionales fue la siguiente: los agropecuarios incrementaron 11 por ciento; los productos de minas y canteras (carbón, petróleo, gas y minerales), 3,2 por ciento y los industriales, 3,0 por ciento. Los bienes importados arrojaron, en promedio, una baja del 0,1 por ciento.

El costo de la construcción subió el 3,7 por ciento (con un índice de 1.618.356.286,9). Las mayores alzas correspondieron a materiales, con el 5,1 por ciento y a gastos generales, con el 4,4 por ciento.

Datos para indexar

Con el **10,8%** de aumento en el índice de precios al consumidor de julio, el acumulado de costo de vida del **bimestre junio-julio** fue del **26,2%**. De igual modo, la variación del **trimestre mayo-julio** alcanzó el **43,4%** y la del **semestre febrero-julio** el **404,6%**.

En el caso de los precios **mayoristas**, con el **3,9%** para julio, el **bimestre junio-julio** acumuló el **12,5%**, mientras que el **trimestre mayo-julio** reunió el **21,3%**. En el último **semestre** (febrero-julio) la variación del índice nivel general de precios al por mayor alcanzó el **318,8%**.

ESTIMACIONES PRIVADAS

Piso del 11 % para agosto

Los analistas económicos coinciden en que el costo de vida de agosto será de **dos dígitos**, con un piso que rondaría el **11 %**. Por lo tanto, la esperanza oficial de colocar la inflación minorista en el dígito **se va diluyendo paulatinamente en la segunda parte del año**. No deja de preocupar el alto nivel de precios en un contexto de **dólar quieto, pagos demorados e hiperrecesión**.

Mario Pérez Laterre, de Econométrica, cree que el tipo de cambio no vivirá desbandes considerables. "El Banco Central **le va a poner el pecho si supera la barrera de los 6.000 australes**", comenta. Si bien la divisa estadounidense no empujará los precios, el especialista advierte con preocupación un arrastre de **cinco puntos**, un ajuste en servicios que tomará como parámetro el **10,8 % de julio** y sospecha un incremento en los **combustibles** hacia mediados de mes.

♦ **Domínguez**

El titular del IPES (Instituto de Política Económica y Social), **Jorge Domínguez**, prevé un costo de vida de "**entre el 12 y el 13 por ciento**, según las proyecciones de la primera semana de agosto". Teme un incremento de la carne hacia el fin de la segunda quincena y un comportamiento errático de los productos **frutihortícolas**.

"La gente puede reaccionar con desconfianza si se mantiene el atraso cambiario —acota—; quizá se recalite una situación similar a la de fines de 1988, comienzos de 1989 cuando comenzó la explosión del Plan Primavera y la gente decida cambiar de portafolio."

El economista jefe de FIEL (Fundación de Investitaciones Económicas Latinoamericanas) **Daniel Artana** se muestra "**sorprendido por el diseño de la política monetaria que lleva a cabo el Banco Central**", y encuentra en la expansión de junio y julio (27 y 18%), la principal explicación de los índices inflacionarios.

Si el Banco Central —que no obtiene los superávit previstos— sigue emitiendo en agosto para comprar dólares, tal como lo hizo en los meses pasados, "**será imposible lograr estabilidad en los índices de precios**", subraya Artana.

Para el ex ministro de Economía **Lorenzo Sigaut** "**agosto tiene un piso del 11%**". Refirió que existe un arrastre de cinco puntos y que hay que computar una proyección de cuatro para la primera semana, lo que hace un total de 9 puntos en los primeros siete días de agosto.

Los precios de los alimentos y las bebidas no deberían tener una fuerte incidencia durante este mes, ya que "llegaron a un techo durante julio". Aunque "es posible un repunte en el precio de la carne, que mueve el resto de los precios, en la última semana entramos en un período de estación, y se limitará la entrada de hacienda en Liniers".

En términos generales, [illegible] siguen de cerca la evolución [illegible] precios no prevén "tarifa[illegible] agosto. No obstante, el [illegible] de las metas fiscales [illegible] Fondo Monetario [illegible] vocado fundadas [illegible] mecanismo de [illegible] mentar la recaudación, [illegible] guiente impacto en [illegible] nes y servicios.

Antonio [illegible]

Copyright Clarín, [illegible]

2 - 0 2

90049

Nº DOCUMENTO 500218
TEMA Se negociará con FMI para mantener el Stand-by
DIARIO LA NACION 150025
FECHA 6/8/90
Argentina 10031
F. Económicos 11161
Relaciones con organismos de créditos 11412

Se negociaría otra dispensa con el FMI para mantener el stand-by

La decisión se debe a las dificultades para respetar las metas establecidas; llegará nuevamente una misión del organismo

El Palacio de Hacienda comenzaría este mes a negociar con el Fondo Monetario un nuevo waiver (perdón o dispensa) que permita al país mantener el acuerdo de stand by firmado a fines de mayo último.

Esta sería la segunda dispensa desde que la Argentina cerró el último stand by, en noviembre de 1989.

Las principales objeciones que habrían hecho los técnicos del Fondo durante los últimos encuentros mantenidos con la conducción económica argentina están referidas al incumplimiento de las metas de ingresos y ciertos deslices en el manejo monetario, cuyo aumento del crédito interno sumado a la expansión de dinero ponen en peligro la marcha del programa antiinflacionario.

En realidad, la meta de ingresos pactada con el organismo multilateral de crédito, que es del 23,6 % del PBI, parece en la actualidad inalcanzable, particularmente después de la caída del 15 % en el nivel de recursos de julio, que amenaza seriamente la continuidad del superávit operativo del Tesoro, que actualmente lleva diez meses consecutivos de resultados positivos.

Por el lado monetario, donde no se ocultaba la satisfacción por el control de la oferta de dinero, se observaron también en las últimas semanas algunas señales de falta de una estricta ortodoxia monetaria.

"Para los analistas del Fondo, ligados a la corriente de pensamiento monetarista, se ha dejado un poco de lado la sintonía fina, que hace peligrar en el mediano plazo la estabilidad macroeconómica", sostuvo una fuente.

Esta dificultad para cumplir con el acuerdo establecido con los técnicos del FMI, pondría una vez más sobre aviso las necesidades de financiamiento externo que necesita el país, y que sería una de las piezas claves que movería la línea técnica ministerial.

Pesan en las metas con el FMI

Metas pactadas	Resultados efectivos
Déficit de caja del Tesoro (1) – 3.119 (2)	Efectivo – 3.020 (2)
Egresos de Tesorería 12.599 (2)	Efectivo 12.339 (2)
Variación de activos internos netos (3) 9.412.186 (4)	Efectivo 4.298.700
Atrasos con acreedores exter. oficiales 560 (4)	Atrasos pagados 120
Atrasos con la banca acreedora privada 1000 (4)	Atrasos pagados 120
Déficit fiscal a fin de mayo 1,2 % (5)	Déficit fiscal real 2,5 %

(1) El signo negativo significa superávit
(2) En billones de A
(3) M_1
(4) Millones de U$S
(5) En % del PBI

Fuente: BCRA

No más de 40 millones

Por su parte, el presidente del Banco Central, Javier González Fraga, reiteró la semana última en Nueva York que la Argentina no pagará más de 40 millones de dólares mensuales a la banca acreedora, que reclama no menos de 100 millones de dólares cada treinta días.

Para sostener esta posición, el propio ministro Erman González afirmó recientemente, durante una disertación en el Consejo Profesional de Ciencias Económicas, que esa suma –40 millones de dólares– representa exactamente el nivel de intereses adeudados si se toma en cuenta el valor de los títulos argentinos en el mercado secundario.

"Aumentar esos pagos significaría hacer peligrar la relativa estabilidad alcanzada, lo cual significa que el país no hará ese tipo de política concesiva", añadió el ministro, para quien el pago de intereses debe provenir de superávit fiscales del Tesoro que permitan hacer frente a las obligaciones.

La Argentina tiene acumulado un total de atrasos externos por 6506 millones de dólares, de los cuales unos 6100 millones corresponden a los bancos acreedores privados.

Misión del FMI

Las primeras conversaciones para negociar el waiver podrían iniciarse esta misma semana en Buenos Aires con la llegada de una misión de especialistas del FMI, encabezada por el economista chileno Armando Linde.

En la semana última, Linde se encontró ya con González Fraga y el subsecretario de Hacienda, Saúl Bouer, en Washington. Allí se habrían considerado las diferencias entre las metas pactadas y los resultados obtenidos respecto de la aprobación de un nuevo pago de 240 millones de dólares correspondiente al stand by vigente.

Por separado, también se espera para los próximos días la llegada de William Rhodes, directivo del Citicorp y del comité de bancos acreedores, con quien la conducción económica retomará la negociación de los pagos a los bancos privados, así como el waiver particular del Citicorp para la adjudicación de Entel a las compañías ganadoras de la licitación.

9004918

Nº DOCUMENTO 30.1.2.1.9
TITULO Canasta familiar
PROCEDENCIA CLARIN
FECHA 5/8/90
150029
100332
11161
11936

CANASTA FAMILIAR
DE EMERGENCIA
₳ 1.800.000

El techo y la comida, artículos de lujo

El valor de la canasta mínima a comienzos de agosto resulta superior en 12% a la de un mes atrás. Los aumentos más importantes se verificaron en los rubros carnes, frutas y verduras, que se encarecieron en promedio el 48 por ciento.

La canasta familiar

(2 adultos y 2 menores)

Cant.	RUBRO	Precio unitario	Subtotal	Total
	Viajes			
4	Boletos×30 días seguidos 2ª sección provincia	2.000	240.000	240.000
	Vivienda			
	Alquiler 2 ambientes		864.800	
	Luz (mes) cons/min.		41.500	
	Gás (mes) cons/min.		26.000*	932.300
	Higiene			
2	Hojas de afeitar, caja×5	14.500	29.000	
4	Jabones de tocador, sin envoltorio	900	3.600	
1	Pasta dental×100 gr	5.000	5.000	
4	Rollos de papel higiénico	1.150	4.600	
6	Champú en sachet	750	4.500	
1	Desodorante a bolilla	5.500	5.500	
1	Algodón×100 gr	3.500	3.500	
1	Tableta de aspirinas	2.300	2.300	
2	Virulana	2.800	5.600	
2	Pan de jabón	1.200	2.400	
1	Detergente lavavajillas, bot. plást.×750 cc	3.600	3.600	
2	Agua lavandina×1 l	2.100	4.200	
2	Jabón en polvo, bolsa 400 gr	4.200	8.400	82.200
	Carnes, verduras y frutas			
4 k	Espinazo	4.300	17.200	
4 k	Osobuco	6.500	26.000	
4 k	Carnaza común	10.000	40.000	
2 k	Carne picada	10.000	20.000	
13 k	Papas	2.900	37.700	
6 k	Cebolla	5.900	29.500	
1 k	Zanahoria	2.500	2.500	
2 k	Zapallo	3.000	6.000	
2	Verdurita p/puchero	6.500	13.000	
4 k	Manzanas	3.500	14.000	
6 k	Mandarinas	1.500	9.000	214.900
	Alimentación			
2	Aceite comest.×1½ l	4.600	9.200	
4	Cajas de arroz×500 gr	1.800	7.200	
3	Caja de cubitos de caldo×2 unid.	2.000	6.000	
4	Paq. de fideos×500 gr	3.400	13.600	
2	Paq. harina 000×1 k	1.600	3.200	
4	Polenta×500 gr	1.100	4.400	
1	Paq. de sal fina×500 gr	1.300	1.300	
2	Paq. de yerba×1 k	8.000	16.000	
1	Paq. arvejas part.×500 gr	1.300	1.300	
1	Paq. de lentejas×500 gr	2.500	2.500	
1	Paq. margarina×200 gr	2.100	2.100	
4	Extracto de tomate	1.900	7.600	
6	Latas de puré de tomate	1.900	11.400	
1	Caballa×380 gr	6.900	6.900	
4	Picadillo de carne×90 gr	1.600	6.400	
3 k	Azúcar	2.900	8.700	
3 d.	Huevos	5.000	15.000	
1	Mermelada (pote)×500 gr	2.400	2.400	
45	Litros de leche	1.900	85.500	
1 k	Queso fresco	14.000	14.000	
½ k	Queso para rallar	26.000	13.000	
30	Kilos de pan	4.300	129.000	366.700
	Total general			1.836.100

*Estimado a base de los últimos aumentos anunciados.
FUENTE Clarín, sobre datos del mercado.

01-01

Si no se produjesen aumentos de ninguna clase, una familia tipo necesitaría, para gastar en el mes, más de 1.800.000 australes para simplemente subsistir. La hipótesis de inflación cero es bastante remota aún y por otra parte ya se conoce que se ajustarán las tarifas de los transportes, en tanto que la carne, por razones estacionales, suele registrar aumentos.

Respecto de la canasta del mes anterior, cuyo gasto total **era de aproximadamente 1.600.000 australes, se registra un aumento del 12%.** En el rubro correspondiente a **carnes, frutas y verduras**, se observa **un aumento del orden del 48%**, en tanto que con los alimentos de almacén solo un 1%. Siempre comparando con el mes anterior en el rubro de **higiene y tocador** se registra una disminución de precios del orden del 3%. Por lo tanto, **continúan incidiendo fuertemente en los gastos generales los servicios (alquiler, transporte, luz y gas), con una suba del 17% y los productos frescos.**

Un aspecto interesante es que la **verdurita**, históricamente era un producto de muy bajo costo, cuando no lo regalaban, pero al notarse un incremento en la demanda, por ser utilizado como un sustituto de otras verduras, **se observa un aumento del precio del orden del 80% en solo dos meses.**

Respecto del alquiler, si bien en plaza hoy en día es posible conseguir dos ambientes más baratos que lo que registra esta canasta, la cifra de 864.800 australes surge de la indexación habitual por contrato.

Por otra parte, no siempre es posible mudarse cuando el incremento por indexación supera los valores de mercado. Más allá de la incomodidad, por el requisito previo de los anticipos y garantías.

De más está recalcar que esta familia tipo no tiene la menor posibilidad de generar el más mínimo ahorro, a lo sumo ante una mejora salarial puede consumir un poco más de alimentos.

Es de recordar que la alimentación de esta familia no cubre los mínimos requisitos desde el punto de vista de una nutrición equilibrada. **Por otra parte, continúa sin poder incorporar gastos en ropa, viajes extras en colectivo, gaseosas y soda, mejoras en la alimentación, etcétera. Desde luego que el Día del Niño es solo una fecha en el calendario al igual que los cumpleaños.**

♦ Salarios

9004919

De acuerdo con estimaciones previas de FIEL, los salarios promedio del sector industrial percibidos en mano para ser gastados en agosto son los siguientes: **peón industrial, 1.123.000 australes; operario, 1.384.000; oficial, 1.681.000; administrativo principiante, 1.620.000 y administrativo principal, 2.300.000 australes.**

De la lectura de estas cifras resulta claro que muchos argentinos tienen serias dificultades para alcanzar los ₳ 1.800.000 que son necesarios para cubrir esta canasta de emergencia. Aun suponiendo que la mujer trabajase, si bien podría ingresar más dinero, también se incrementarían los gastos, tales como transporte.

De todas maneras, lo cierto es que los sectores de menores recursos ven **incrementados sus gastos mes a mes, como por ejemplo, en la luz, que en lo que va del año la tarifa eléctrica de menor consumo ha registrado un aumento del 2.000 %, en tanto que la de consumo residencial "solo" un 900 %.** Los alimentos frescos son los que más han aumentado, representan también el gasto más importante en las familias de bajos salarios.

Los valores de esta canasta relacionados con los salarios permiten observar que no se están aplicando las políticas correctas para lograr que el salario cubra mínimamente las necesidades básicas, cuales son alimentación, salud, educación y esparcimiento.

Liliana Franco

LA ECONOMIA SE FRAGMENTA

La Argentina en la crisis

Días pasados se conocieron dos nuevos récords de la economía argentina: la tasa de desocupación del 8,8 % y las exportaciones de 5.874 millones de dólares para el primer semestre, un 26 % mayores que las del mismo período del año pasado. El superávit comercial tampoco registra precedentes: más de 4.000 millones de dólares.

Estos números son parte de una misma realidad: el fraccionamiento de la economía y de la sociedad.

♦ Ocupación

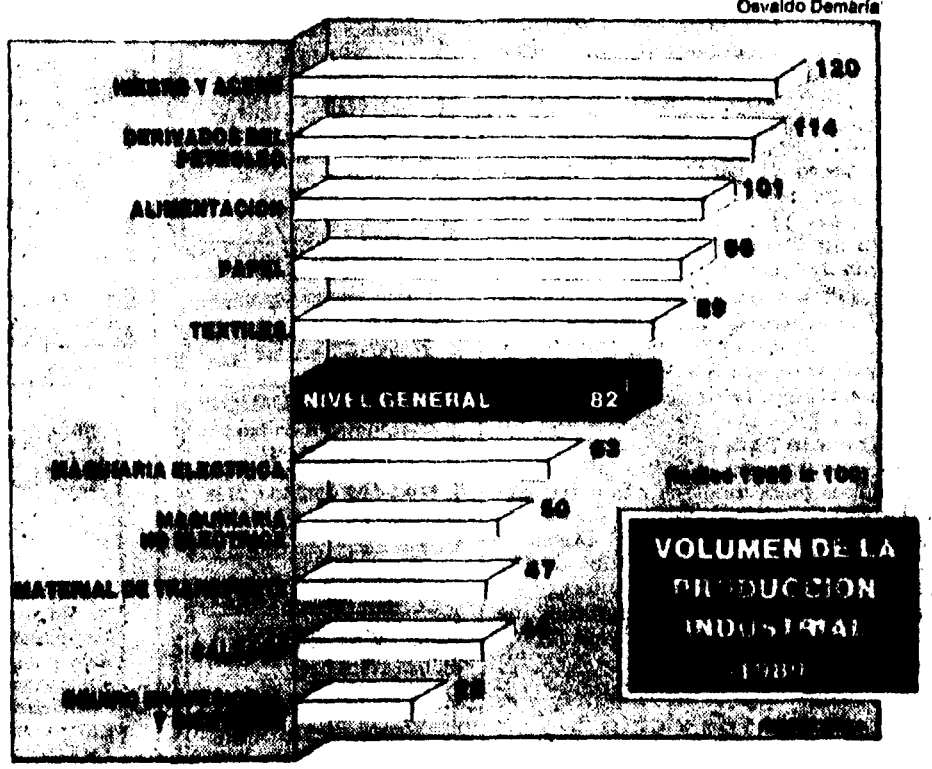
El aumento de la desocupación muestra, fundamentalmente, la menor demanda de trabajo por parte de la industria. Una evaluación de Roberto Rocca, de Techint, publicada por **Clarín** el 19 de junio, muestra que la agricultura, la minería y los servicios mantienen la misma cantidad de personal ocupado desde 1985. Paralelamente, la industria y la construcción redujeron el número de ocupados y la población activa siguió aumentando, lo que explica la totalidad de personas inactivas existentes.

Según las estadísticas del INDEC la industria y la construcción ocupaban en abril de 1980 el 39 % de la población de la Capital Federal y el Gran Buenos Aires. A mediados de 1985 ese porcentaje había descendido al 33 % y en mayo de 1990 al 29,5 %. La participación de la ocupación en el comercio aumentó levemente y la parte de la ocupación en servicios y otras ramas pasó del 33,5 % en abril de 1980 al 51 % en mayo de 1990. **Es decir que no solo disminuyó el empleo global sino que los que mantuvieron el trabajo fueron derivados a trabajos no productivos.** Las categorías de servicios y otras ramas contienen los empleos por cuenta propia, generalmente de nula productividad, baja remuneración y muchas veces, simple desempleo disfrazado.

Siguiendo con los récords, en el primer semestre del año los salarios de sectores público y privado estuvieron por debajo de los del mismo período del año pasado. Según la estadística de FIEL, el salario real de la industria manufacturera de 1989 fue el 16 % inferior al de 1985 y el de mayo pasado el 25 % inferior. Pero los del sector público están peor. Según la misma estadística los salarios de la administración pública de mayo (Categoría 16) fueron el 35 % inferiores a los de 1985 mientras que los de las empresas públicas se redujeron a la mitad.

Pero también dentro de la industria se ahondaron las diferencias como consecuencia de la crisis y de la divergente capacidad de respuesta de los sectores. De acuerdo con la encuesta de salarios brutos por gremios de la industria de FIEL, **en 1980 el promedio de los dos gremios que cobraron más recibieron el 61% más que los dos gremios que cobraron menos. En los dos años siguientes la diferencia se amplió, y en 1989 los dos gremios mejor remunerados cobraron el 122% más que los dos menos remunerados.**

Osvaldo Demaría



♦ Industria

La crisis industrial es también un récord, pero no **fue para todos igual.** El índice de volumen físico de la producción industrial del INDEC, correspondiente a 1989, fue el 8% inferior al de 1980, un retroceso que no debe tener parangón en ninguna economía desde la segunda posguerra. Pero las industrias del hierro y el acero y la de derivados del petróleo, más vinculadas con la exportación en los últimos años, crecieron el 20% y el 14%, respectivamente. La alimentación, cuya demanda interna es relativamente inelástica por la dificultad para dejar de comer y que también aumentó sus ventas externas, se mantuvo en el mismo nivel de 1980.

En cambio las industrias más dependientes del mercado interno crecieron menos y las que producen bienes de capital se derrumbaron: la fabricación de maquinaria está en casi la mitad de hace una década y las de equipos profesional y científico en la tercera parte. Esto se compadece con otro récord: en el período 1980/89 el stock de capital acumulado cayó el 10% mientras en 1970/79 había crecido el 65% y en la década anterior el 100%, según una evaluación de la Fundación Producción y Trabajo.

Julio Sevares

Copyright Clarín, 1990

Nº DOCUMENTO 4920
TITULO Argentina y la crisis económica
PROCEDENCIA CLARIN 150029
FECHA DE PROCEDENCIA 5/8/90
VINCULACION Argentina 10033
F Económico 11161
Evolución de los salarios económicos 11320

01-01
9004920

COMISION NACIONAL DE ENERGIA ATOMICA

Con la inminente reanudación de los trabajos de Atucha II, de la Planta Industrial de Agua Pesada y del complejo fabril de uranio Pilcaniyeu se espera sacar al plan nuclear de su actual empantanamiento. Otras obras, en cambio, sufrirán una nueva postergación de entre 3 y 5 años. Al elevado costo de las obras paradas, se agrega la obsolescencia y vencimiento de las garantías de los equipos. Iniciativa de la CNEA para operar y explotar las centrales nucleares con capital privado.

Reanudan las obras de Atucha II y Pilcaniyeu

En 20 días se reanudarán los trabajos en la Planta Industrial de Agua Pesada (PIAP), en 40 días los de Atucha II y en los próximos días las obras de ampliación del complejo Pilcaniyeu. Se ha podido convenir con Hacienda los aportes para la continuidad de etas obras largamente demoradas, anticipó, **en diálogo con Clarín, Manuel Mondino.**

El presidente de la Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA) sostuvo que la construcción de Atucha II, a cargo de ENACE, una empresa de la CNEA, con Siemens, comenzó en 1981, se encuentra con un avance del 65% y ahora se prevé adelantarla otro 10% en un cronograma de trabajo hasta marzo de 1991. A tal fin se han liberado los fondos correspondientes a través de un aporte de Hacienda, con bonos CNEA y un crédito español que suman unos 150 millones de dólares, lo cual se duplica porque automáticamente entra en vigencia un crédito alemán de igual monto. Con estos fondos —agregó Mondino— se podrá avanzar en la obra civil y también en el montaje de 17.000 toneladas de componentes que están almacenados.

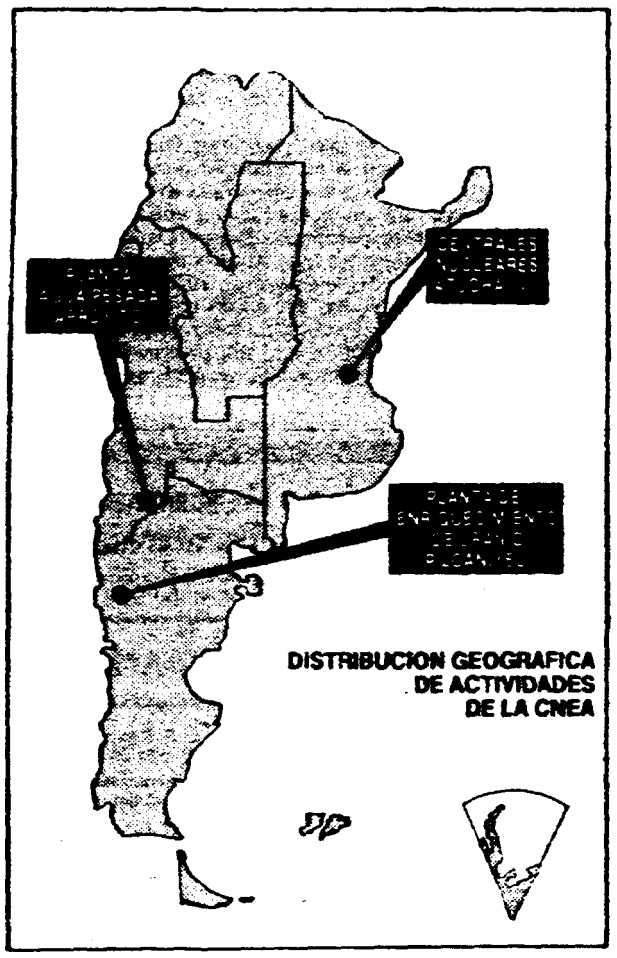
El objetivo es que Atucha II entre en funcionamiento en 1995, 8 años después de su fecha original.

En relación a la PIAP, ubicada en Arroyito (Neuquén), tiene un avance del **94%** y para concluirla hacen falta 136 millones de dólares. Ahora **se prevé que entre en operaciones en 1992,** aunque le fecha original era el 15 de diciembre de 1983. Se trata de una obra prioritaria —dijo Mondino— porque permitirá contar con el agua pesada para Atucha II, devolver la que se alquila para Embalse y acumular un stock de reserva.

La ampliación de la planta de enriquecimiento de uranio, que la CNEA construye en el complejo fabril Pilcaniyeu, a 60 km de Bariloche, requiere unos 30 millones de dólares y **se prevé que estará lista el año próximo.** Según el titular de la CNEA, su funcionamiento **permitirá un ahorro de hasta 200 millones de dólares en combustible levemente enriquecido para las tres centrales nucleares en operaciones y construcción y cumplir con los compromisos de exportación.**

Hemos concentrado los fondos en estos tres emprendimientos, de manera de concluir obras a mitad de construcción, que tienen un elevadísimo costo manteniéndolas paradas, concluyó Mondino.

Ismael Bermúdez



DISTRIBUCION GEOGRAFICA DE ACTIVIDADES DE LA CNEA

EMPRESA MIXTA

Privatización y tarifas

La Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA), sostuvo su titular Manuel Mondino, **elevó a la Presidencia de la Nación un plan para crear una empresa mixta, con eventual participación minorista de la CNEA,** para operar, mantener y explotar las centrales nucleares. Por razones de seguridad, confiabilidad y enriquecimiento tecnológico, la CNEA plantea tener la dirección de esa empresa mixta, como sucede con asociaciones existentes, como es el caso de CONUAR

En cualquier circunstancia —agregó Mondino— la tarifa que percibe la CNEA es **una traba** para el concurso privado, además de ser un factor de descapitalización de la entidad. Percibe del Sistema Interconectado Nacional 19 milésimos de dólar por KWH, cuando las restantes fuentes rondan los 40 milésimos de dólar y aun así distintas compañías, como AyEE, SEGBA y DEBA, le adeudan 100 millones de dólares.

REPROCESAMIENTO

Postergación de inversiones

La necesidad de concentrar los escasos recursos en las obras prioritarias llevó a la CNEA a **postergar** otras inversiones previstas.

Se decidió así **diferir la terminación de un laboratorio de reprocesamiento de combustible irradiado para la obtención de plutonio y del repositorio de residuos de alta actividad.**

De esta manera, en estas tres áreas, reprocesamiento, reciclado de plutonio y eliminación de residuos se mantendrá una actividad de estudio y de capacitación tecnológica, **pero la toma de decisiones a nivel industrial se hará dentro de 3 a 5 años.**

PROYECTOS PARADOS

Alto costo financiero

El costo financiero por la falta de culminación de la central Atucha II, construida en el 65%, es de 700.000/800.000 dólares por día y la no puesta en producción de la PIAP (Planta Industrial de Agua Pesada), con un avance del 94%, de 100.000 dólares diarios, sin considerar en casos el lucro cesante, confiaron a **Clarín** expertos de la CNEA (Comisión Nacional de Energía Atómica). De esta manera **el país dilapida unos 290/320 millones de dólares por año por no concluir en tiempo las obras iniciadas.**

Este costo **equivale aproximadamente a lo que se requiere para que esas plantas entren en funcionamiento.** De este modo, el costo por no concluirlas es igual a la inversión faltante.

Aun así este cálculo no considera el retraso tecnológico de los equipos y su obsolescencia por no funcionar, ni tampoco el costo potencial de mantenimiento por el vencimiento de las garantía. Es así como en el caso de la PIAP, los equipos se compraron en 1981/82 porque debía entrar en operaciones en 1983. La garantía de los equipos venció en 1985, **7 años antes de la nueva fecha en que se prevé ahora que entre en funcionamiento (1992).** El valor original de esta planta rondaba los 500 millones de dólares; hoy se llevan gastados 700 millones de dólares y restan 136 millones de dólares para concluirla. **Mientras tanto se importa el agua pesada y se gastan 150.000 dólares mensuales en mantenimiento.**

Atucha II ya lleva insumidos 2.000 millones de dólares, **cuando** su costo original era de 1.600 millones de dólares. Para concluirla en 1985 se requieren más de 700 millones de dólares.

09-01
9004921

La Argentina en receso

La alta volatilidad de las variables económicas hace que, generalmente, la atención se centre en el comportamiento del tipo de cambio, las tasas de interés y los agregados monetarios. Sin embargo, la situación económica no se reduce al aspecto monetario y tiene consecuencias graves del lado real de la economía.

En efecto, los proceso hiperinflacionarios han conducido a una marcada contracción del mercado interno, que se traduce en una caída del nivel de producción de la economía. Así, el primer semestre del año muestra una importante reducción en el nivel de actividad industrial con lo cual se ubicaría, según los datos proporcionados por la Universidad Argentina de la Empresa, en los niveles más bajos de los últimos 8 años.

Naturalmente, la caída más pronunciada se corresponde con los primeros tres meses del año, cuando el país enfrentaba la hiperinflación. Pero la desaceleración de los niveles inflacionarios, que por otro lado aún no permiten hablar de estabilidad, no ha sido acompañada por una reactivación de la producción. Si bien entre fines de marzo y mayo sí se observó un ligero repunte, las cifras de producción de junio indicarían el fin de esta tendencia. De esta manera, también el segundo trimestre del año arroja una disminución cercana al 8 % respecto a igual período del '89, convirtiéndose así en el noveno trimestre consecutivo de caída en la actividad industrial, y acumulando una baja cercana del 13 % para todo el semestre respecto al mismo período del año anterior.

INDICE DE PRODUCCION INDUSTRIAL

Base 1984 = 100

Enero 89	90.3	Enero 90	81.6
Febreo 89	88.4	Febrero 90	71.3
Marzo 89	103.4	Marzo 90	80.8
Abril 89	101.6	Abril 90	82.8
Mayo 89	90.5	Mayo 90	89.4
Junio 89	89.4	Junio 90	86.0

Fuente: FIEL

Como se desprende del cuadro anterior, al tomar los niveles acumulados de los 6 primeros meses respecto a igual lapso de 1989, se observa una marcada contracción. También se destaca el ligero repunte entre el primero y segundo trimestre, que se revierte con los valores de junio.

Ingresos y gastos

Como se mencionó, la reducción en la actividad industrial surge como consecuencia de la contracción experimentada por el mercado interno, es decir, por la caída en la demanda de bienes. Según la encuesta industrial realizada por FIEL, la tendencia de la demanda fue considerada desalentadora por el 51 % de las empresas encuestadas, registrándose este comportamiento desfavorable en todos los sectores de la actividad industrial.

Pero por otro lado la actividad productiva también se ve afectada por el lado de sus costos. Sólo observar el nivel de las tasas de interés durante el primer semestre da una muestra acabada del costo financiero que debe enfrentar el sector empresario. En efecto, si se compara la tasa de interés activa interempresaria con la evolución de los precios mayoristas y con la evolución del tipo de cambio, se verifica que la misma resulta cada vez más positiva en ambos términos.

ACUMULADO SEMESTRE

— Precios mayoristas	552,0 %
— Dólar	171,6 %
— Tasa de interés activa	811,9 %

Naturalmente, una tasa de interés tan positiva imposibilita cualquier recuperación permanente de la actividad productiva, aun cuando la demanda pudiera presentar una mejor perspectiva.

Por otro lado, también se desprende de las cifras anteriores el atraso en el tipo de cambio lo que implica un aumento de los costos laborales en dólares, aun cuando en términos de australes los salarios reales hayan declinado en el semestre.

Si a esto se suma el costo de continuar manteniendo un Estado sobredimensionado, costo que se traduce en tarifas e impuestos, el panorama de la industria no parece muy alentador.

Y esto se refleja en las perspectivas de las empresas para los próximos meses. En efecto, según la encuesta que realiza la UADE para el sector industrial, en promedio la mayoría de los encuestados 82 % cree que se mantendrán los deprimidos niveles de producción actuales. Por su parte, la encuesta relevada por FIEL también indica que un gran porcentaje de los encuestados no esperan mejoras en la situación general de sus empresas.

La situación de su empresa:	Porcentaje de respuestas sobre total
mejorará	16
no variará	78
empeorará	5

Fuente: FIEL

En consecuencia, la reactivación necesaria para revertir la prolongada recesión que presenta el sector industrial argentino, será difícil de alcanzar dados los niveles actuales y las expectativas para los próximos meses y, además, dado que continúan presentes los conflictos laborales que afectan aún más los bajos niveles de producción.

01-01

9004922

ENTRADO X
CRUZ DO X

Buenos Aires, jueves 30 de agosto de ....

Menem: dura reacción contra los pronósticos de estallido social

El presidente Menem replicó y condenó enérgicamente las declaraciones sobre un posible estallido social, hechas por el ministro bonaerense Díaz Bancalari. "No hay ningún riesgo de estallido social", dijo al llegar de Chile y acusó al ministro de Cafiero de "resentido" y "perdedor".

Las declaraciones del ministro bonaerense José Díaz Bancalari sobre un posible estallido social provocaron ayer una airada respuesta del presidente Menem, quien lo acusó de "perdedor" y "resentido". En cambio, Menem excluyó a Duhalde en su durísima condena, que tiene como telón de fondo los reacomodamientos políticos producidos en la interna de Buenos Aires luego del fracaso del plebiscito.

Menos de seis horas le bastaron ayer al presidente **Carlos Menem** para dar, desde Santiago de Chile y ya de regreso en Buenos Aires, cuatro definiciones tajantes, todas relacionadas con el que fue tema del día: un eventual estallido social.

Menem no solo descartó cualquier posibilidad de una rebelión popular a causa de la situación económica, sino que descalificó con extrema dureza al ministro de Gobierno de Buenos Aires, **José María Díaz Bancalari**, quien anticipó esa posibilidad el lunes, al asumir su cargo; aprovechó una pregunta para calificar de **izquierdista al último gobierno de Raúl Alfonsín** (ver recuadro aparte), e intentó desligar de la polémica por el estallido al vicepresidente **Eduardo Duhalde**. Veamos las definiciones presidenciales:

- "En la Argentina no hay ningún riesgo de estallido social o de retorno a la hiperinflación: tenemos superávit fiscal, tenemos reservas como nunca y mejoró el poder adquisitivo."
- Díaz Bancalari, "Formula esas expresiones por resentimiento, porque fue derrotado en las internas de la provincia de Buenos Aires y, luego, en el plebiscito por la reforma de la Constitución bonaerense. (...) Es un perdedor permanente. Si habla de eclosiones sociales es porque entonces es incapaz de evitarlas en su propio territorio. (...) Son expresiones totalmente torpes y absurdas de una persona que habla por resentimiento."
- "A no mezclar los tantos... Por favor, seamos lúcidos y objetivos con las preguntas. No hablo de Duhalde. Duhalde no está en este juego: no hablé de candidatos. Excluyo de esta cuestión al compañero y amigo Duhalde."

¿Cuál era la cuestión de la que Menem quería excluir a Duhalde? En apariencia, de la lucha interna del peronismo bonaerense, desatada tras el plebiscito del pasado 5 de agosto (Véase recuadro).

El anuncio de un posible estallido social hecho por Díaz Bancalari el mismo día de su asunción como ministro de Gobierno de Antonio Cafiero, fue visto como parte de esa lucha. Al menos así lo hizo, desde Mendoza, el ministro de Salud y Acción Social, Eduardo Bauzá, que fue terminante: "Conociendo de quien provienen, quito de lado esas afirmaciones de un problema de la interna justicialista, más que de una evaluación objetiva de la situación económica."

Díaz Bancalari, un dirigente de San Nicolás, la ciudad más importante de la segunda sección electoral de Buenos Aires, prefiere definirse como un "independiente", pero se lo vincula a la UOM y se destacan sus buenas relaciones con el vicepresidente Duhalde y con el gobernador Cafiero.

En coincidencia con la polémica que desató el anuncio de un estallido social, ayer Duhalde almorzó con el líder de la UOM, Lorenzo Miguel. Al retirarse del Senado, Miguel admitió que en Buenos Aires "la situación social no es muy caótica. Habría que conocer los fundamentos del secretario de Gobierno de ese distrito (por Díaz Bancalari) para pronosticar estallido social."

Para quienes traducen el lenguaje del jefe de "las 62", sus palabras equivalen a un virtual respaldo a Díaz Bancalari.

En realidad, el lenguaje dual, el doble mensaje, fue una característica de las declaraciones escuchadas ayer (con excepción de las del presidente Menem) con respecto al anunciado estallido social.

El vicepresidente Duhalde volvió a negar haber dicho lo que dijo, y aprovechó la ocasión para decir que en Buenos Aires "existe insatisfacción y reclamos permanentes" en la gente que sufre las consecuencias de la crisis económica.

El gobernador Cafiero coincidió con Menem en la imposibilidad de un estallido social. Pero no coincidió en los motivos que impedirían ese estallido. Mientras para Menem existe superávit y crecimiento del poder adquisitivo, para Cafiero no habrá estallido porque "también tenemos un fuerte programa de asistencia social que podría evitar convulsiones." Cafiero también admitió que "hay una fuerte insatisfacción social, que no se puede negar."

Por fin, el hombre que desató la polémica salió a defender sus declaraciones del lunes y hasta su permanencia en el cargo. Díaz Bancalari dijo ayer que no había tenido "la intención de sembrar la alarma ni provocar una polémica, sino marcar una realidad de problemas estructurales y la tremenda realidad de la provincia de Buenos Aires."

Díaz Bancalari hizo una aclaración: "No dije que puede haber un estallido, sino que hay condiciones objetivas para su potencial desencadenamiento. En Buenos Aires hay tres millones y medio de personas con necesidades básicas insatisfechas, de una pobreza estructural."

El ministro de Gobierno de Buenos Aires se dijo extrañado de que a sus declaraciones "se les haya dado ese cariz, como si yo le hiciera una imputación al gobierno del doctor Menem."

Anoche, el gobernador Cafiero estudiaba la continuidad del ministro en su cargo, mientras el vicegobernador **Luis Macaya** decía que Díaz Bancalari "no puede permanecer un minuto más en el gabinete provincial. Sus irresponsables declaraciones han causado alarma e inseguridad en la población."

9004923

TITULO Reacomodamientos gremiales
PROCE... La Nación 150025
FECH... 30/8/90
VINCUL... Argentinos 19033
F. Sicoprem 11165
Sindicato 500854

ENTRADO
CRUZADO

Más allá de los contactos tripartitos para crear la Mesa de Gestión, hay ubaldinistas y menemistas que tienen planes propios

Nuevos y febriles reacomodamientos gremiales

La de ayer fue una jornada de febril actividad para el gremialismo peronista.

El comité central confederal de la CGT-Azopardo ratificó [illegible] ría al congreso [illegible] próximo, [illegible] lar, Saúl Ubaldini, [illegible] Menem Presidente, [illegible] dación y los [illegible] dentes acordaron que [illegible] componentes de ambas [illegible] conformar un [illegible] al margen de las divisiones.

El ubaldinismo, [illegible] la realización de una serie de [illegible] regionales en todo el país y anunció, por el momento, el llamado a un [illegible] general en rechazo de la política económica del Gobierno.

Sin embargo, fuentes de ese sector admitieron que una [illegible] de esa naturaleza podría [illegible] una ruptura definitiva [illegible] entre el [illegible]

demandas de los trabajadores del interior del país en tal sentido.

Pero el dato más relevante de ayer, tal como sucedió 48 horas antes y a tono con lo anticipado por LA NACION, lo constituyó el nuevo alineamiento entre dirigentes menemistas, ubaldinistas e independientes, [illegible] del gremio bancario, [illegible] Alguna fórmula de [illegible]

Fieles protagonistas de la reunión del [illegible] Diego Ibáñez (ubaldinista), menemistas Luis Barrionuevo (gastronómicos), Carlos West [illegible] (sanidad) y José Rodríguez [illegible] y los [illegible] Ismola (bancarios), [illegible] Miguel (mecánicos) y Oscar Lescano [illegible]

[illegible] Gestión [illegible] [illegible] CGT, [illegible] con [illegible] el político que [illegible] la UF y la Mesa Menem Presidente.

para lo cual cada sector se comprometió a conseguir el aval de su sector –tanto las 62 Organizaciones como la Mesa Sindical Menem Presidente– para materializar la iniciativa.

Las conversaciones seguirán en las próximas horas, pero el éxito [illegible] consenso para una [illegible] alternativa será [illegible] por cinco dirigentes de cada sector.

Por el lado menemista participarían Barrionuevo, Raúl Domínguez, Rodríguez, Délfor Giménez (textiles) y Andrés Rodríguez (operarios), mientras que por la coalición miguelista-independiente serían nominados un metalúrgico, Ibáñez, Echeverría, Cavalieri y Lescano.

La posibilidad de un congreso unificador cegetista, sin embargo, parece todavía lejana. Miguel e Ibáñez se mostrarían dispuestos, por lo menos hasta el momento, a seguir respaldando la figura de Ubaldini. Lo pronto hará con Andreoni buena parte del gremialismo menemista.

Apoyo a Ubaldini

Ubaldini, por su parte, debió esforzarse [illegible] para equilibrar el caldeado [illegible] se vivió en su comité [illegible] Vicente De Genaro, [illegible] Ferrara, [illegible] Alsina y [illegible] contra [illegible] gua para no [illegible]

"No se puede hablar de fecha para una medida de acción hasta que no estemos consustanciados sobre si ésta se realiza o no. Luego se verá", planteó el dirigente, antes de aclarar que "no queremos llegar a decisiones que son llevadas por el sentimiento".

Horas después, la conducción nacional de la Mesa Sindical Menem Presidente quedó finalmente conformada por 26 gremios, en un plenario donde se lanzó una inusual propuesta de un plan de lucha "para acompañar" al primer mandatario y "contra la miseria y la mediocridad".

En la sede del sindicato mecánico, y con la presencia de 114 organizaciones gremiales, se resolvió que integren [illegible] nucleamiento gremial [illegible] Farmacia, Sanidad, Mecánicos, [illegible] UPCN, [illegible] Mecánicos, Telefónicos y Otros Sanitarios.

[illegible] el grado de respaldo a la gestión presidencial, no sólo por el fervor expuesto por distintos oradores, sino también por su poca sutileza.

"Hay que ponerse del lado de Menem para fregarse el c... trabajando", exhortó el líder de la CGT-San Martín, Güerino Andreoni, en tanto Barrionuevo pidió a los presentes "poner las b... arriba de la mesa para sacar el país adelante".

Al intentar explicar aquel inédito plan de lucha, Andreoni dijo que tiene como objetivo "acompañar a ese hombre que, *chiquitito como es*, parece estar peleando solo".

Acaso la mejor síntesis de la iniciativa la brindó el mecánico Rodríguez: "En la Argentina hay muchos que hablan pero pocos que los ponga[illegible]". Fuentes bien informadas aseguran que se refería a las energías, pero esta versión no pudo ser confirmada.

01-01

9004924

N° [illegible] 000126
TITU[illegible] El Intendente de Rosario dijo que hay gran tensión
P[illegible] LA NACION 150025
FE[illegible] 30/8/90
[illegible] Hegaburu 10033
Fabre Stesoeni 11165
conflictos sociales 11014

El intendente de Rosario dijo que hay gran tensión

ROSARIO.- El intendente, Héctor Cavallero, anunció ayer que no habrá "estallido social" en esta ciudad, a pesar de la inestabilidad económica imperante en muchos distritos del país, en medio de un clima signado por un estallido social similar al de la provincia de Buenos Aires. Entre sus argumentos, señaló haber logrado "acordar" con los gremios.

Asimismo, dijo a LA NACION que "el [illegible] municipales existe una gestión positiva, atendiendo a las demandas de los diversos sectores, y no [illegible] para dar respuestas a los conflictos".

Cavallero consideró indispensable evitar el conflicto con los municipales, derivado de una resolución particular que calificó de "irracional", para aliviar la atmósfera de inquietud que padece la ciudad y mejorar el clima de un diálogo social.

Afirmó que hay indicios claros de los graves problemas que atraviesan los barrios periféricos rosarinos. "El viernes último, en Pueblo Nuevo y Tiro Suizo, hubo una manifestación de vecinos que reclamaban [illegible], recordó.

Advirtió también que él no quiere convertirse en un "apaciguador" del estallido social, y criticó con dureza a los que piden "moderación" en las declaraciones porque es conveniente no alarmar a la población. "Sólo hacen esto al revés: meten la cabeza bajo la arena para no ver el peligro", indicó.

Dijo respetar la opinión presidencial acerca de que [illegible] pero aclaró que [illegible] "El plan [illegible] para [illegible] aquí".

Recordó que [illegible] como "el mayor responsable del [illegible] para tomar la decisión [illegible]" que llevó a la provincia de Buenos Aires [illegible] de ausentismo [illegible] por ciento para [illegible].

De no [illegible] un estallido [illegible] equilibrio y [illegible] "debemos concientizar [illegible] no se [illegible] exigencias [illegible] y decisiones de la ciudad que [illegible] por ejemplo, [illegible]".

Opiniones controvertidas

El [illegible] de la ciudad, [illegible] [illegible] [illegible]

Nº DE CUENTA
TITULO Críticas y comida para Rosario
PROC. CLARIN 150024
FECHA 30/8/90
VIA [illegible] Argentina 10033
F. Sicoscal 11165
Conflictos sociales 11414

Críticas y comida para Rosario

Entre las voces que descartaron ayer toda posibilidad de un estallido social en el país, dos ministros coincidieron en criticar con dureza al intendente de Rosario, el socialista popular Héctor Cavallero.

El ministro del Interior, Julio Mera Figueroa, calificó de "irresponsables" a los funcionarios que anticiparon la posibilidad de un estallido, definición que incluía a Cavallero y a José María Díaz Bancalari: "A quien le quepa el sayo que se lo ponga", dijo Mera para no dar nombres.

Más directo, criticó a Cavallero por haber reclamado a través de los medios de comunicación refuerzos de seguridad para Rosario, y le recordó al intendente que Interior, "trata con las provincias y no con los municipios".

El ministro de Salud y Acción Social, Eduardo Bauzá, dijo que no veía "peligro de estallido social ni en Buenos Aires ni en Rosario", y anticipó el envío de un refuerzo en la partida alimentaria destinada a Rosario, para el caso de que esa ciudad "tenga una mayor demanda del programa de ayuda federal alimentaria".

En apariencia inmune a las críticas, Cavallero reiteró ayer: "Si no tomamos medidas preventivas, se puede desencadenar un estallido".

A menos de cinco días de la reunión en Olivos entre el presidente Menem y el ex intendente radical de Rosario, Horacio Usandizaga, Cavallero trazó un dramático panorama social, al revelar que el 43,8 por ciento de la población activa de Rosario vive desocupada o subempleada; y [illegible] viven [illegible] representa [illegible] población.

[illegible], el director de Emergencias Sociales del Ministerio de Salud y Acción Social, Alberto Conca, anunció que Santa Fe recibirá "un subsidio extraordinario de 1.000 millones de australes" para hacer frente a la emergencia alimentaria por la que atraviesa.

01-01

9004926

Nº D: C: N
TITU: Declaraciones sobre estallido social
P: AMBITO FINANCIERO 150027
FE: 29/8/90
Argentina 10033
Fr. Sindical 11105
Conflictos Sociales 11411

CAT: X
CRIT: X

También Díaz Bancalari habló de estallido social: giran dinero a las provincias

Duhalde desmiente a Menem: el Gran Buenos Aires es un polvorín

En ausencia de **Carlos Menem**, **Eduardo Duhalde** y **José Díaz Bancalari** volvieron a tocar la cuestión social: el vicepresidente a cargo reiteró que el conurbano bonaerense **"es un polvorín"** y el ministro de gobierno de **Antonio Cafiero** se declaró **temeroso de la reacción de la población pauperizada por el ajuste reiterado de los últimos años.**

Simultáneamente un vocero de la gobernación platense hizo trascender que **"hay tres millones y medio de personas que la provincia da de comer diariamente y que si bien Buenos Aires hizo una reducción del gasto público de 30% entre 1988 y 1989 este sacrificio para eliminar el déficit deja a la mayor provincia en dificultades para continuar esta asistencia social"**.

El vicepresidente a cargo de la presidencia de la Nación, **Eduardo Duhalde**, dijo ayer: **"Esta crisis que vivimos llevó a los trabajadores a poner todo lo que tienen que poner, pagando con la salud de sus hijos, la educación y hasta con una menor alimentación. Ese sacrificio debe ser correspondido por los comerciantes, por**

Eduardo Duhalde

los formadores de precios quienes por ahora no estuvieron a la altura de las circunstancias.

El ministro de gobierno bonaerense, **José Díaz Bancalari** consideró que en la provincia **"están dadas todas las condiciones para que se dé un estallido social. Millones de bonaerenses se encuentran marginados de toda posibilidad de vida en condiciones humanas, a los que se van sumando constantemente aquellos que han sido expulsados de las ciudades por la recesión. Nadie puede suponer que esta gente se va a resignar indefinidamente a no participar de la sociedad en condiciones de vida dignas"**.

En ese marco hoy sesionará el foro de ministros de Economía provinciales donde se plantearán diversas dificultades. Por ejemplo ayer el gobernador de Santa Cruz, **José Gramero**, no logró que Gas del Estado le remesara 12.000 millones de australes en concepto de regalías gasíferas que la provincia esperaba para pagar las remuneraciones de agosto. Gas del Estado sólo entregaría el dinero si Santa Cruz renunciara a los juicios existentes por las liquidaciones de regalías, por un monto muy superior.

• Plan alimentario

En ese marco, el Ministerio de Salud y Acción Social **decidió ayer reiniciar el desembolso de dinero a las provincias y liberó 60.000 millones de australes en concepto del Plan Alimentario y 20.000 millones de australes destinados a comedores escolares más una serie de partidas especiales a provincias como Chaco, Formosa, La Rioja y otras del NOA comprometidas por Eduardo Bauzá en viajes anteriores.**

Aun cuando el presidente **Carlos Menem** considere poco menos que una agresión especular públicamente con el famoso **"estallido social"** que parcialmente sufrió **Raúl Alfonsín** en junio de 1989, hay mucha preocupación gubernamental por la cuestión.

Por ejemplo, la Subsecretaria de Hacienda aceptó anticipar a la Subsecretaria de Control de la cartera de Salud y Acción Social **partidas presupuestarias con una proyección de inflación hasta el 30 de setiembre e inclusive ya hay una solicitud para extender el pedido de anticipo al 31 de diciembre por unos 2 billones de australes que se asignarían a gastos pre-determinados, en un intento por reducir el riesgo de girar dinero que luego no llegue a sus destinatarios teóricos.**

En ese marco, **Duhalde** expresó ayer su preocupación por cómo se vive el ajuste en el conurbano bonaerense y si bien reivindicó la necesidad de la reforma económica y la necesidad de no abandonar **"el modelo elegido por Carlos Menem"**, advirtió que **"el ajuste no es un fin en sí mismo"** y que el Gran Buenos Aires **"es un polvorín"**. **Duhalde** reiteró su teoría de descentralizar a los municipios **"algunos de los cuales ya son verdaderas provincias"**.

01 · 0 ·

90 a 327

Nº DOC
TITU: El gremialismo busca protagonismo
PRO: LA NACION 150025
FE: 29/8/90
VINCULACI: Archivos 10933
CE Sindicatos 11105
Sindicatos 500854

El gremialismo, en busca del protagonismo perdido

Al tiempo que menemistas y ubaldinistas tratarán de reafirmar hoy sus respectivos espacios, un grupo integrado por miembros de ambos sectores y por los gremialistas independientes intenta consolidarse como una corriente sindical alternativa para terciar en busca del protagonismo perdido por el movimiento obrero.

Los primeros conformarán hoy el cuerpo directivo de la Mesa Sindical Menem Presidente sin la ansiada presencia de los independientes, que ya descartaron su participación en ese agrupamiento.

En tanto, el ubaldinismo realizará también durante esta jornada la reunión del comité central confederal con la intención de definir la agenda de su congreso del 17 de octubre próximo, con la mira puesta en la reelección de Saúl Ubaldini en la CGT-Azopardo.

El aún nonato y heterogéneo nucleamiento tripartito, que se denominaría Mesa de Gestión, comenzó a gestarse hace algunas semanas a raíz de diversas iniciativas y hasta distintos objetivos y ayer manifestó los primeros síntomas de vida en un encuentro realizado en la sede del sindicato mecánico (Smata), donde hoy, a las 18, se efectuará el plenario de la Mesa Sindical.

Del encuentro de ayer participaron los independientes Juan José Zanola (bancarios) y Oscar Lescano (Luz y Fuerza), el ubaldinista Diego Ibáñez (petroleros), el ubaldista José Rodríguez (mecánicos) y los menemistas Luis Barrionuevo (gastronómicos), Carlos West Ocampo (sanidad), Délfor Giménez (textiles), Andrés Rodríguez (Unión del Personal Civil de la Nación) y Raúl Amín (mecánicos).

Hoy, en tanto, se realizarán nuevos contactos, especialmente con el caudillo metalúrgico Lorenzo Miguel, quien, si bien no vería con desagrado la conformación de este agrupamiento, preferiría aguardar el fin del mandato del consejo directivo ubaldinista –el 7 de noviembre próximo– para consolidar cualquier otra conducción alternativa.

Los independientes, por su parte, se reunirán hoy, a las 11, en la sede del Instituto de Servicios Sociales Bancarios, con el fin de intentar atraer nuevamente a los partícipes de la reunión de ayer.

Objetivos difusos

Los objetivos de esta denominada Mesa de Gestión, sin embargo, aún permanecen casi tan difusos como la nómina definitiva de sus integrantes.

Por el momento, los asistentes a esos encuentros sólo han coincidido en la necesidad de recuperar el protagonismo del movimiento obrero con la intención de tener una participación en las políticas de gobierno, que ninguna de las dos CGT ha conseguido alcanzar.

En cambio, se observan notorias discrepancias a la hora de resolver sobre la reunificación cegetista, ya que mientras los independientes procuran alcanzar la unidad a través de esta Mesa de Gestión, menemistas y ubaldinistas consideran ocioso, por el momento, discutir ese conflictivo punto.

Tirios y troyanos coinciden, esta vez, en que el agrupamiento debe superar en los hechos la división, pero sin producir cambios formales, al menos en lo inmediato.

En consecuencia, no son pocas las dudas que aún subsisten sobre la concreción de este Club de los Grandes, que ya lanzó varias conscripciones de socios sin cuota de ingreso, pero con poco éxito desde que se dividió la CGT.

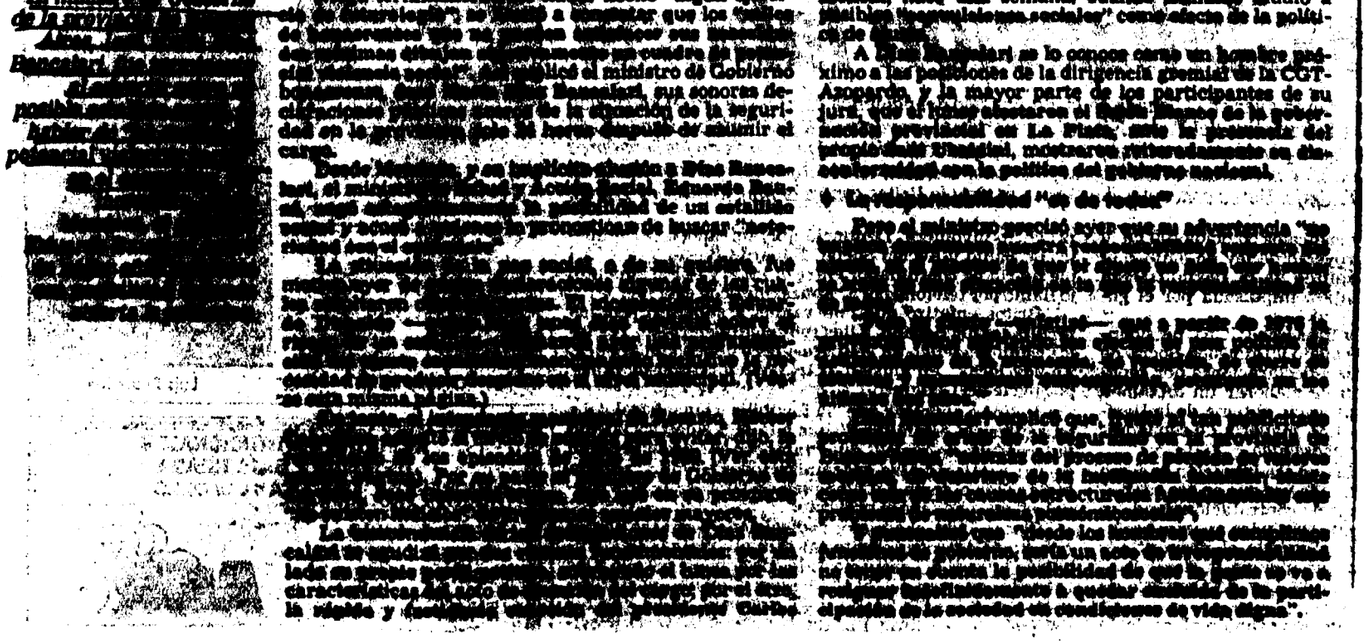
Para ello confluyen la poca predisposición de Barrionuevo para perder su actual condición de "primus inter pares" –de allí que intentó con énfasis, pero infructuosamente, incorporar a los independientes a la Mesa Sindical– y las dificultades que tienen Ibáñez y Miguel para constituir la Mesa de Gestión sin despeñar a su protegido Ubaldini.

Los últimos, no obstante, tratan por todos los medios de desacelerar la convocatoria al congreso en el que se reelegiría a Ubaldini al frente de la CGT-Azopardo, con lo que dejan la puerta abierta a futuras negociaciones.

01 01 9004-28

ALERTA DE DIAZ BANCALARI Y REPLICA DE BAUZA

El estallido provoca polémica



El ministro de Gobierno de la provincia, Antonio Bancalari, fue [illegible] posibilidad [illegible] futuro de [illegible] político [illegible]

Diga terminantemente haber hecho "algún ejercicio [illegible]", se limitó a manifestar que los "[illegible] de trabajadores que no quieren trabajar" son [illegible] dos últimos días, "solamente una cuadra de [illegible] ciudad, solamente una". Por su parte, el ministro de Gobierno bonaerense, Juan Pablo Bancalari, sus sonoras declaraciones [illegible] de la ciudad de la seguridad en la provincia, pero [illegible] hasta después de mañana el cuerpo.

Desde [illegible] en implícita alusión a Díaz Bancalari, el ministro [illegible] y Acción Social, Eduardo Bauzá, [illegible] la posibilidad de un estallido social y [illegible] promesas de hacer "[illegible]

[illegible] Bancalari se lo conoce como un hombre próximo a las posiciones de la dirigencia gremial de la CGT-Azopardo, y la mayor parte de los participantes de su juicio, que el [illegible] durante el [illegible] de la gobernación previsional en La Plata, ante la presencia del gobernador Antonio Cafiero, mostraron [illegible] en discrepancia con la política del gobierno nacional.

La responsabilidad "no de todos"

Para el ministro quedó [illegible] que su advertencia "no [illegible] Bauzá, que a partir de [illegible]

[illegible] Bancalari [illegible] Bauzá, [illegible] Bancalari [illegible] Bauzá [illegible] Bancalari [illegible] Bauzá [illegible] Bancalari [illegible] Bauzá

Nº. DOCUMENTO 9004930
TITULO Temores sobre Estallidos sociales
FECHA LA NACION 15/02/25
FECHA 28/1/90
VIA Argentina 10033
F. Sregocial 1116S
Conflictos sociales 11414

ENTRAL X
CRUZ

Temores sobre estallidos sociales

Advertencias de Díaz Bancalari en Buenos Aires y de Cavallero en Rosario

LA PLATA.– El ministro de Gobierno de Buenos Aires, José María Díaz Bancalari, afirmó ayer que "de no modificarse las condiciones en las que viven millones de bonaerenses, a corto o mediano plazo están dadas potencialmente las condiciones para un estallido social".

Acerca del alcance de estas declaraciones, cabe señalar que, posteriormente, el funcionario reprobó que ellas hayan sido tergiversadas por un vespertino de la Capital Federal que le atribuyó haber asegurado que "ya están dadas esas condiciones", en alusión al eventual estallido social.

Por su parte, el ministro de Salud y Acción Social, Eduardo Bauzá, al tomar conocimiento de las manifestaciones de Díaz Bancalari, desmintió categóricamente anoche que se pueda producir un estallido social en los sectores más pobres del país.

Desde Mendoza, Bauzá dijo que el flamante ministro de Gobierno bonaerense "pareciera que quiere buscar notoriedad con el escándalo que producen afirmaciones como esas, dichas sin elementos objetivos que las avalen".

En tanto, el intendente rosarino, Hector Cavallero, suspendió un viaje a Europa ante la amenaza de un conflicto generalizado con los empleados municipales, a quienes no será posible abonarles los sueldos recientemente acordados.

Además de las mencionadas aclaraciones, Díaz Bancalari abogó también para que se acelere la etapa del crecimiento "porque el asistencialismo sólo puede servir para paliar situaciones momentáneas".

En declaraciones a LA NACION, el funcionario bonaerense desmintió, por otra parte, que se haya comprometido a encarar conversaciones con el sector privado en razón de la delicada situación económica. "Mi ex ministro de Hacienda y hombre de trabajo tenga con mi confianza", dijo.

"Verdadero polvorín"

SANTA ROSA.– Durante una reunión de prensa con periodistas locales, el vicegobernador de la Pampa, Eduardo Duhalde, al analizar la situación de los municipios bonaerenses, advirtió que a muchos de ellos se les coparticipa "un mínimo de cajas que recaudan impuestos provinciales, más que para pagar a sus empleados, en tanto hay otros donde lo que se recauda no alcanza ni siquiera para abonar el 60 por ciento de las remuneraciones".

(Continúa en la Pág. 4, Col. 1)

Temor a un estallido social

(Viene de la Pág. 1, Col. 8)

cimos".

"Esto nos lleva a preguntarnos –sostuvo– para qué está el municipio. Cómo se satisfacen los requerimientos de salud, bienestar y calidad de vida. Entonces hay que tomar el toro por las astas porque se trata de comunas como la de Lomas de Zamora, que es una verdadera provincia, con más de un millón de habitantes."

"Esto es un verdadero polvorín en la zona, y yo creo que estos municipios tienen que hacer un ajuste real y efectivo. Yo digo que tenemos que ocuparnos de ese millón de habitantes con necesidades insatisfechas antes que de los sueldos de los agentes municipales."

En Rosario

ROSARIO.– El intendente de esta ciudad, Héctor Cavallero, anunció ayer la decisión de suspender el viaje a países de la Comunidad Económica Europea, entre ellos Alemania y Francia, ante la posibilidad de que surjan conflictos con los empleados municipales por la imposibilidad de la comuna de afrontar los nuevos sueldos pactados en paritarias provinciales.

Cavallero, quien días atrás advirtió al Ministerio del Interior y a la gobernación de Santa Fe de la posible reiteración de actos de pillaje en comercios, "como los de mayo del año anterior", se reunió con el ministerio santafecino, Víctor Reviglio, acompañado por el intendente de Santa Fe, Enrique Muttis, para tratar tales temas.

El gobernador reiteró ayer la postura del Poder Ejecutivo de no acudir con ayuda económica a los municipios para pagar los salarios, y que la asistencia alimentaria a los sectores carentes de la población "seguirá a cargo de la provincia, sin la intervención de las municipalidades".

El intendente rosarino no dudó en opinar que para él no era casual que esta tesitura se adoptara ante dos intendentes "que no responden a los partidos mayoritarios (Cavallero es socialista y Muttis, demoprogresista)", y que con ello se pretendía "estrangular a estas intendencias y crear tensiones que dificulten su marcha".

Empero, anunció que el Ministerio de Salud Pública y Acción Social de la Nación enviará a Rosario [illegible] para aliviar la actual [illegible].

Finalmente, Cavallero [illegible] los detalles del viaje [illegible] en los próximos días, [illegible] dificultades [illegible] municipales, dijo [illegible] de la comuna de afrontar los aumentos salariales convenidos en las paritarias provinciales.

Otra advertencia

NEUQUEN.– El gobernador de Río Negro, Horacio Massaccesi, advirtió a su vez que "si no hay un manejo armónico de las decisiones de ajuste de la Nación [illegible] gobernadores de las provincias podrían desconocer los atrasos de cada una de las Rentas provinciales".

El mandatario se refirió al encuentro que los gobernadores patagónicos tuvieron con los [illegible] del gobierno nacional y al respecto señaló que en la reunión se plantearon la dramaticidad de la caída de los ingresos coparticipables y el congelamiento de las regalías, que por su valor dólar –dijo– solamente tuvieron signos de reactivación en los últimos días, pero no como se preveía.

01 01

9004930

Nº. DOCUMENTO 9004931
TITULO Situación en la CGT
FECHA LA PRENSA 15/08/86
FE... 12/8/86
VINCUL... Argentina 19033
F. SS. 11165
Sindicatos 50095

CAI X

FUNDAMENTO SINDICAL

Divisiones y subdivisiones

Por RODOLFO AGUSTIN PERZI

La aparición de un "certificado de reconocimiento oficial" no ha conseguido disipar el complejo galimatías en que se debate actualmente el movimiento obrero argentino, que ofrece semana tras semana nuevas facetas de una dolencia ya habitual: el fraccionamiento y la división.

Digamos primeramente que esta tendencia a subdividirse y crear nuevos sectores no es propiedad particular del sindicalismo local ni mucho menos. Se remonta precisamente al nacimiento del sindicalismo en la segunda mitad del siglo pasado y se mantiene inalterable a través de los decenios, tal como figura, entre otras, en la objetiva y muy útil "Historia del sindicalismo argentino" que Sebastián Marotta no llegó a completar.

Casi siempre se trató de aspectos de la acción gremial y reivindicativa, distintas tácticas y modalidades. Casi nunca se originó en el apoyo a determinada fracción o partido político. De cada congreso surgieron nuevas siglas y, salvo la CGT de Perón, durante todo el resto de la historia sindical no hubo hegemonías duraderas.

A partir de 1946 y hasta la caída del peronismo en 1955 el "sistema verticalista", calificativo que sirvió, precisamente, para denominar a uno de los sectores del gremialismo "sin Perón", aquél que siguió a pies juntillas las indicaciones y órdenes del caudillo exiliado.

Esa fue la etapa quizá más estable de la central obrera propiamente dicha, ya que significó el sistema de la diarquía compartida por José Alonso (peronista) y Riego Ribas (no peronista). Luego se sucedieron los cambios y ni siquiera la vuelta de Perón pudo evitar el mantenimiento de los sectores variadamente distanciados. En la actualidad CGT-San Martín y CGT-Azopardo no hacen sino reeditar consignas veteranas y el mantenimiento de los dos principios fundamentales del sindicalismo: "acción o diálogo".

Laberinto kafkiano

Dijimos al principio que el certificado oficial no dilucida el enigma ni mucho menos. La opinión oficial se basa, lógicamente, en el hecho concreto de la relación gobierno-gremios, que no reconoce dobles representaciones y, al confirmar con un documento la existencia de una de las dos, al menos aparentemente, disolvería el problema.

Sin embargo, el nacimiento de la nueva CGT estaría lejos de producirse si tenemos en cuenta que el sector de Ubaldini se reafirmó en la intención del anunciado congreso del 17 de octubre y los independientes siguen con la fórmula cómoda de "no incorporarse sino a la CGT unificada", con lo cual Zanola, Cavalieri, Lescano y algunos más se mantienen en la primera fila de plateas, eso sí, sin aplaudir a ninguno de los ocupantes del escenario en particular.

Dentro de la CGT-San Martín también existen "orientaciones", la Mesa de Enlace "profesionalista" y la Mesa de Enlace Menem Presidente, creada, dirigida y utilizada por el lenguaraz oficial del sindicalismo oficialista Luis Barrionuevo. El "profesionalista", que contaría casi con la misma cantidad de adherentes que el del dirigente gastronómico, a nuestro parecer, sería el heredero directo de la tesis Gestión y Trabajo que enarbolaron los dialoguistas de la década del 70 que integró en su momento (e impulsó) el actual ministro de Trabajo y que, al fin y a la postre, es la única que postergó siempre el tema político y el choque frontal en pos de una tesis dialéctica y evolucionista.

Por su parte el sector de Azopardo tiene dos variantes que podrían llegar a una fractura importante después del pedido de tregua del petrolero Peombara y la exigencia de congreso y reelección del belicoso De Gennaro acompañado por María Sánchez en primerísimo lugar.

Como se desprende de esta mera enumeración de sectores y salvo una decantación y precipitando en favor de determinado núcleo, la "certificación" no deja de ser un episodio más. Hay fechas muy importantes, como el 17 de octubre, cuyo fracaso significaría la despedida sindical del "ubaldinismo" o el 7 de noviembre, en que vence el mandato de Saúl Ubaldini, al menos para los que se retiraron del congreso del teatro San Martín, ya que para los que se quedaron, el secretariado y el consejo directivo que encabeza Andreoni tiene por delante aún más de tres años de ejercicio.

Decadencia del método huelga

Este acopio de facetas no puede hacernos soslayar una evidencia día a día mayor. El método "huelga a priori" se va desdibujando con excepción del sector docente. Hasta los "frontalistas" de De Gennaro se contentan con concentraciones, gritas, bombos y carreritas por los pasillos de algunos ministerios o empresas públicas. Alguna marcha (con el consabido y oprobioso corte de tránsito que sería muy útil considerar, a la manera de los múltiples proyectos del concejal Padró, de encomiable producción que aconsejamos tener en cuenta) y alguna concentración frente a Trabajo y a Economía. Nada más.

Los docentes, en cambio, siguen su marcha suicida (lamentablemente incluyen en esa intención la muerte involuntaria de la educación común) y alcanzan promedios vergonzosos de un día de paro cada diez de actividad.

Hace tres años que nuestra niñez y nuestra juventud reciben ese deletéreo mensaje de irresponsabilidad civil. Los días de clase perdidos, lo repetiremos sin atisbo de cansancio, no se recuperan jamás. Y ninguna de las huelgas realizadas sirvió para otra cosa que para desvirtuar nuestra obligación educacional (y sí, en cambio, para proyectar constantemente la figura de tal o cual gremialista del sector).

A veces ocurre que algún publicista ingenioso obtenga aciertos murales como el repetido cartelito ("dejá el bombo y tomá la tiza"). De todos modos todo ello no supera la anécdota. Problemas económicos existen en todas las épocas. Suspender la educación nunca fue ni será una solución, pero, al parecer, es un ejercicio saludable para quienes organizan y conducen los paros, con el apoyo descontado y entusiasta de toda la prensa de izquierda...

Opiniones oficiales

Algunas apostillas para el final, surgidas de diálogos casi sucesivos en ocasión del plenario de la CGT-San Martín.

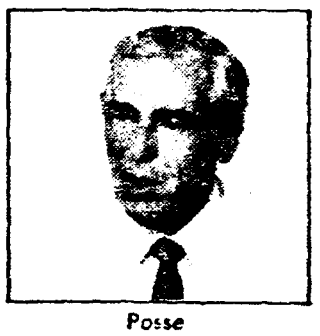
Para el ministro Triaca hay una reactivación industrial (autopartes, textiles, indumentaria) y debe apoyársela con una redistribución de la mano de obra. "La responsabilidad del capital debe centrarse en el saneamiento de la economía". "Faltaría un nuevo impulso en la construcción y el panorama mejoraría notablemente".

Para Erman González "el aumento salvaje de precios debe combatirlo el propio consumidor con una selección y búsqueda de ofertas y una retracción en la compra de artículos que fuesen encarecidos en forma leonina. Hay que educar al consumidor".

La idea no es nueva, y fue enunciada en esta misma página durante el interludio de aquietamiento de la inflación. Pero agregamos con cierta memoria, que para casos excepcionales como el de la actual estampida de precios es indispensable cierto apoyo oficial. De ninguna manera con listas de precios, pero sí con bocas de suministro de varios artículos fundamentales de la mesa y el atuendo diarios. No es nuevo y, lo repetimos, fue aplicado por el mismísimo Juan Perón en su primer gobierno, con bastante éxito por cierto.

9004931

Duhalde


Posse

Encuesta
LA IMAGEN DE LOS POLITICOS BONAERENSES

Pugliese

Pierri

Ubaldini

Storani

Moreau

	ARESCO (*)				LYNCH, MENENDEZ & NIVEL				CATTERBERG & ASOC.			
	Buena	Reg.	Mala	Grado conoc.	Buena	Reg.	Mala	No sabe No cont.	Buena	Reg.	Mala	No sabe No cont.
Eduardo Duhalde	51,6	31,9	16,5	95,2	53,0	23,5	15,8	7,8	43	29	15	13
Melchor Posse	53,3	28,5	18,2	45,8	26,5	18,0	14,3	41,3	18	7	6	69
Juan C. Pugliese	46,2	33,3	20,5	90,5	34,8	21,0	23,3	21,0	38	22	16	24
Alberto Pierri	28,5	39,4	32,1	71,0	13,5	17,5	12,0	57,0	6	18	13	63
Saúl Ubaldini	36,7	29,7	33,6	96,8	21,3	30,3	45,0	3,5	17	27	45	11
Federico Storani	21,7	41,0	37,3	91,0	17,5	19,3	40,8	22,5	13	24	24	39
Leopoldo Moreau	26,7	33,1	40,2	90,4	17,0	21,0	40,3	21,8	12	21	29	38

(*) Aresco traslada a 100 el total de opiniones emitidas y consigna además el grado de conocimiento de cada político (el porcentaje de encuestados que dieron opinión sobre ellos).

Los otros trece

La imagen de **siete** dirigentes políticos bonaerenses fue investigada, en forma coincidente, por las tres encuestas antes consignadas.

Pero hay otros **trece** dirigentes incluidos en uno o dos de estos trabajos.

De quienes aparecen en **dos** encuestas, el mejor posicionado es **Federico Clérici**, titular de la UCeDé, quien resultó una figura conocida para dos de cada tres encuestados y reunió algo más de opiniones positivas que de negativas.

Con imagen que va **de regular a muy mala** aparecen el diputado ucedeísta **Francisco Durañona y Vedia**, el líder del MAS **Luis Zamora** y el jefe carapintada **Aldo Rico**.

En **una** encuesta y con una **fuerte estructura de imagen positiva** —aunque con muy distinto grado de conocimiento entre la población— están el peronista **Italo Luder** y el radical **Luis Sagol**, ex intendente de Avellaneda. En tanto, **buena imagen** tienen el ucedeísta **Alberto Albamonte**, el radical **Juan Manuel Casella** y el peronista **Carlos Brown**, intendente de San Martín.

Con imagen de **regular a mala** aparecen el titular de la Sociedad Rural **Guillermo Alchouron**, el sindicalista **Luis Barrionuevo**, el legislador provincial justicialista **Alberto Samid** y el diputado de la UCeDé **Jorge Aguado**.

Las encuestas fueron realizadas en el **Gran Buenos Aires** por equipos que dirigieron **Julio Aurelio** (Aresco), **Rosendo Fraga** (Lynch, Menéndez & Nivel) y **Edgardo Catterberg** (Catterberg & Asociados).

La carrera electoral

El plebiscito del 5 de agosto desmoronó la ilusión de Antonio Cafiero y de algunos más. Eduardo Duhalde en el peronismo y Melchor Posse en el radicalismo parecen arrancar con ventaja en la carrera hacia las candidaturas. Eso dicen las encuestas, que cada vez pesan más en las definiciones políticas.

La carrera hacia la gobernación de Buenos Aires ya **empezó**, aunque todavía no haya candidatos formalmente proclamados y falte poco más de un año para las elecciones.

Y en esa carrera, que tiene como primera meta la definición de las candidaturas, **Eduardo Duhalde** —aun contra sus propios deseos, como se verá— lleva claras ventajas sobre el resto de los aspirantes peronistas. **Melchor Posse aparece como el radical mejor ubicado**, aunque **Juan Carlos Pugliese** le pisa los talones.

Estos datos surgen de las encuestas realizadas para determinar la **imagen** de los políticos en ese distrito clave, que en cada comicio determina buena parte del **destino político** del gobierno nacional y donde, **después del plebiscito** del 5 de agosto, quedaron habilitadas algunas aspiraciones y clausuradas definitivamente otras.

Las candidaturas ya no se definen **solamente** en función de la relación de fuerzas en el interior de cada partido o alianza. Cada vez más los dirigentes políticos tienen en cuenta lo que dicen las encuestas, que permiten conocer la opinión de los votantes sobre los posibles candidatos, tanto como sus demandas económicas y sociales.

Así, la imagen de los políticos con aspiraciones a la candidatura es **permanentemente chequeada**, aunque casi nunca esas encuestas llegan a ser difundidas públicamente. Pero los hombres que **toman decisiones** en el oficialismo y la oposición ya tienen en sus manos estos elementos. Y de alguna manera, menos directa quizá que lo deseable, **la opinión del votante empieza a pesar en las definiciones políticas.**

Algunos de los expertos consultados van más allá: dicen que **las encuestas más importantes son las primeras, las que se realizan antes que comience la campaña** electoral. Porque es cuando aún los políticos están a tiempo de cambiar el contenido y la forma de su discurso. Una vez que la campaña empezó, agregan, las encuestas son **fotografías** que registran la reacción del electorado ante los dichos y los hechos de los candidatos. Pero ya no hay posibilidad sustancial de retorno: **la suerte está echada.**

Más allá de la imagen de los posibles candidatos, hay otros elementos que surgen de las encuestas, que en todos los casos aquí consignados se realizaron en el **Gran Buenos Aires**, entre fines de junio y principios de agosto.

● El tan mentado desgaste de los **dirigentes** políticos parece no afectar en igual medida a los **partidos**, que conservan un aceptable grado de **lealtad** entre los votantes.

● Los posibles candidatos con mejor imagen pertenecen al **peronismo** o al **radicalismo**, si bien representan de alguna manera **expresiones novedosas** dentro de esas fuerzas, o son identificadas como figuras **poco comprometidas** con las gestiones gubernamentales actuales o recientes.

● Cuando se sondea la opinión sobre dirigentes nacionales, el presidente **Carlos Menem** y el gobernador **Eduardo Angeloz** aparecen exceptuados del descrédito de los dirigentes políticos. En términos similares se ubica el vicepresidente **Duhalde.**

● La sobrevivencia del PJ y la UCR como canales de expresión política para la mayoría de los ciudadanos encuestados, junto con el deterioro en la imagen de la dirigencia política actual, permite a los expertos suponer que la fórmula que conjugue **caras nuevas** y **partidos tradicionales** podría funcionar electoralmente.

● Por estas razones, habría poco espacio para el desarrollo de **experimentos políticos** basados en figuras desligadas de las tradiciones partidarias (al estilo **Fujimori**), así como un **límite** más o menos preciso para el crecimiento de los llamados **partidos chicos**, ya sea que estén a **izquierda** o **derecha** del arco político.

♦ Juego abierto

Si solamente se le hiciera caso a las encuestas, sería inevitable que **Eduardo Duhalde** termine como candidato a la gobernación de Buenos Aires en el '91. Pero el vicepresidente va a hacer **todo lo posible** para **eludir** esa nominación. Porque sabe que ser candidato significa ponerse automáticamente a medio electorado en contra. Y para quien goza de **un muy bajo nivel de rechazo** en la opinión pública resulta poco atrayente arriesgar ese capital político.

Pero **Duhalde** sabe también que será difícil escapar del brete de la candidatura. Por eso está buscando caminos alternativos: primero quiso tentar a **Italo Luder** (un candidato que sería bien visto por **Menem**), pero no encontró eco favorable; después pensó proyectar la figura del presidente de la Cámara de Diputados, **Alberto Pierri**. Y ahora depositó sus esperanzas en una serie de encuestas que están realizándose, destinadas a develar qué características políticas y personales reclaman los bonaerenses de los candidatos a la gobernación. La idea es, una vez conocidas esas pautas, comprobar si alguno de los otros precandidatos peronistas encaja en ese molde.

Mientras tanto, otros nombres peronistas están en danza: **Saúl Ubaldini** con su postulación aún indefinida, que arrastra con niveles de rechazo demasiado altos según los expertos; y el intendente de San Martín, **Carlos Brown**, alentado por sectores del menemismo, todavía demasiado para el gusto de [illegible] provincia. Hay, además, [illegible] que **José María** [illegible] mañana asumirá como [illegible] bierno bonaerense, podría ser el [illegible] nueva experiencia.

A diferencia de **Duhalde**, el [illegible] que encabeza el ránking radical [illegible] ser candidato a la gobernación el [illegible] dente de San Isidro, **Melchor Posse**, lanzó su postulación en abierto [illegible] oficialismo partidario.

También fue proclamada la candidatura del intendente de Bahía Blanca, **Juan Carlos Cabirón**, un dirigente alineado internamente con **Federico Storani**, quien por su parte se apresuró a anunciar que no será candidato a nada.

Queda por ver, en la UCR, si el alfonsinismo se decide a impulsar la candidatura de **Juan Carlos Pugliese**, que junto a Posse aparece como el radical con mejor imagen en la provincia. Y no hay [illegible] cartas más en el mazo, porque **Leopoldo Moreau** aparecía como el postulante más firme, pero resultó demasiado golpeado por el plebiscito. Aunque algunos opinan que al radicalismo bonaerense todavía le queda **Juan Manuel Casella** como figura de reserva.

01-01
9004932

Inseguridad en Buenos Aires

LA inseguridad es sinónimo en grandes áreas de la provincia de Buenos Aires de vida cotidiana. Permanecer en las viviendas, salir, transitar o trabajar se han convertido en actitudes y actividades riesgosas. Esto sucede desde hace mucho, en concomitancia con la crisis que fue penetrando paulatinamente en todos los intersticios de nuestro entramado social, pero en los últimos tiempos está adquiriendo niveles de pesadilla.

Este incremento de la cantidad y de la calidad —en sentido negativo— de los delitos no es independiente, por supuesto, de la persistencia y el agravamiento de la crisis, tanto en sus aspectos económicos y sociales como institucionales. Los hechos que ocurren son graves y graves son sus implicancias y las reacciones por ellos provocadas. Se impone una reflexión exhaustiva por parte de autoridades y sectores sociales, pues están en juego situaciones que van mucho más allá del tema criminológico para revelar el grado de deterioro profundo de una sociedad.

En Alberti, a 190 kilómetros de la Capital Federal, fue intervenida la comisaría y están detenidos tres policías. Los comerciantes cierran sus negocios en señal de protesta, por la ola de robos, los vecinos presentan sus quejas y denuncias en manifestaciones callejeras. La tranquilidad provinciana de este pueblo de 9.000 habitantes es un recuerdo del pasado. Un juez de Mercedes está tratando de determinar la participación de miembros que integran el cuerpo policial local en muchos delitos ocurridos en la zona.

Tandil, ciudad de 120.000 habitantes, comenzó a convertirse en una de las "capitales del delito" de la provincia. Los robos aumentaron el 25% en el último mes y medio y la compra de armas por los vecinos el 40 por ciento. Estos pidieron mayor protección ante la ola de asaltos en las zonas rurales y urbanas. Algunos denunciantes aseguraron que los propios policías serían "dateros", es decir, le pasarían información a los ladrones.

En la villa de emergencia Los Alamos, de Quilmes Oeste, efectivos de la Policía provincial lograron apresar a ocho integrantes de una banda que robaba en el Acceso Sudeste desde hacía meses. El grupo había adoptado un método delictivo muy particular. Sus miembros se escondían en los laterales del mencionado acceso vial, en el tramo que va de Bernal a Wilde, y arrojaban en la noche piedras y fierros contra los parabrisas de los autos que pasaban por el lugar. Cuando los automovilistas se detenían los asaltaban y luego se refugiaban en distintas villas de la zona, mimetizándose entre sus humildes pobladores.

Tres de los innumerables atracos los lanzaron a la "fama" y precipitaron sin duda su caída. El 17 de julio rompieron el parabrisas del auto en el que viajaba el entonces ministro de Gobierno de Buenos Aires Carlos Alvarez. Un día después, en el mismo lugar, asaltaron y despojaron a periodistas de una emisora radial que investigaban el episodio anterior. Por último, el 5 de este mes asaltaron y mataron a golpes y a tiros a un agente de la Policía Federal.

Otras informaciones que fueron destacadas por los medios de comunicación social en las últimas semanas permiten configurar un panorama inquietante. Hay rasgos comunes en la mayor parte de los acontecimientos delictivos y en las reacciones que provocan. Se denuncia, y muchas veces se comprueba, la participación o la complicidad de efectivos policiales. Los delincuentes actúan durante largos períodos con la mayor impunidad. Muchos de ellos habitan y utilizan como escudo los asentamiento urbanos precarios que el estancamiento económico multiplicó y diseminó por todas partes. Comerciantes y vecinos se arman y amenazan con proteger-se por sí mismos o, en casos límite, actuar como justicieros. La ola delictiva está llegando a lugares antes impensados.

Todas estas características confirman el entrelazamiento innegable del incremento delictivo con la crisis socioeconómica y sus derivaciones institucionales. El sector minoritario del país que consume y vive a espaldas de la crisis, por su particular ubicación en un esquema productivo altamente distorsionado, está viendo llegar la violencia a sus propias puertas, mientras que para la mayoría de los argentinos el delito es ya parte, como dijimos, de la vida de todos los días.

No es momento de repartir culpas al azar ni reclamar soluciones de fondo urgentes a las autoridades de turno. Esto viene de lejos y tiene raíces profundas. Se impone, pues, una reversión integral de la crisis, sin equivocar rumbos ni perderse en abismos simplistas. Debe abrirse un debate amplio y deben adoptarse las medidas de contención más urgentes, asumiendo en su plenitud las dimensiones de una declinación que no ha respetado ámbitos ni instituciones y que hoy reclama la voluntad reparadora y constructiva de todos los argentinos. La ley debe volver a imperar como norma suprema de nuestra convivencia y las fuerzas del orden deben recuperar credibilidad y eficiencia. Para ello es imprescindible que el país todo se ponga a andar hacia adelante, rompiendo la inercia burocrática, los equívocos ideológicos y el juego de los intereses mezquinos de parte.

Nº. DOCUMENTO 9004933
TITULO Inseguridad en Buenos Aires
PROCEDENCIA CLARIN 15/8/90
FECHA 25/8/90
VINCULADOS Argentina 10033
F. Seguridad 11165
Lugares de Seguridad 1133
ENTRADO X
CRUZADO X

9004933

CLARIN ★ Buenos Aires, jueves 23 de agosto de 1990

Para el Gobierno hay una sola CGT: la que encabeza Güerino Andreoni

El Gobierno otorgó ayer a la CGT-San Martín el certificado definitivo de reconocimiento de autoridades, que le habilita a iniciar acciones para ocupar el edificio de Azopardo. La entrega se concretó durante un plenario de secretarios generales, en el que hablaron ocho funcionarios y los ministros Erman González y Roberto Dromi, quien desmintió haber propuesto el control de precios. El presidente Menem faltó a la cita por "problemas de agenda".

Fue un **maratón** de discursos. Que duró **más de siete horas**. Pero que tuvo **su premio: a las 18**, en su discurso de cierre, **Güerino Andreoni** anunció al plenario de secretarios generales menemistas que el Ministerio de Trabajo le había entregado el **certificado de autoridades definitivo**.

El **reconocimiento** formal del Gobierno a la CGT-San Martín consistió en un certificado de autoridades **libre de impugnaciones**. La CGT menemista ya tenía uno, pero estaba impugnado por el metalúrgico **Hugo Curto**, secretario general adjunto de la CGT-Azopardo. Obviamente, el nuevo certificado no garantiza la unidad del sindicalismo, sino que da un instrumento al menemismo para recuperar el edificio de Azopardo a través de la Justicia (ver aparte).

Previamente, desde las 11, **funcionarios de cuatro ministerios, incluyendo a dos ministros, habían explicado a los gremialistas que consigan con el proyecto del Gobierno cuáles son las políticas que se están aplicando en cada una de sus áreas y por qué**. Sin embargo, la fiesta no fue completa, ya que la anunciada visita del presidente Carlos Menem no se concretó (ver aparte). También faltaron los ministros Jorge Triaca y Eduardo Bauzá.

Por el estrado del salón de actos de la Asociación Obrera Textil pasaron **Roberto Dromi y Erman González**. El primero se explayó a gusto sobre la reforma del **Estado** —a todos los presentes les repartieron un ejemplar del libro que escribió con el presidente Menem, **Reforma del Estado y Transformación Nacional**— y la justificó al preguntarse: "¿Quién pierde si no cambiamos, los que tienen o los que no tienen? ¿Los que no tienen qué pueden perder?".

Dromi dijo que "no somos enemigos del capitalismo"; elogió la concertación y **aconsejó a los sindicalistas no preocuparse siempre por los salarios sino comenzar preocupándose por el comportamiento de los precios**. Estas declaraciones continuaron en la puerta de la AOT, cuando el ministro confesó a Canal 13 y a la agencia **DyN que era partidario de un mecanismo de control de precios**, lo que provocó un sofocón dentro del gabinete, más tarde aclarado (ver aparte).

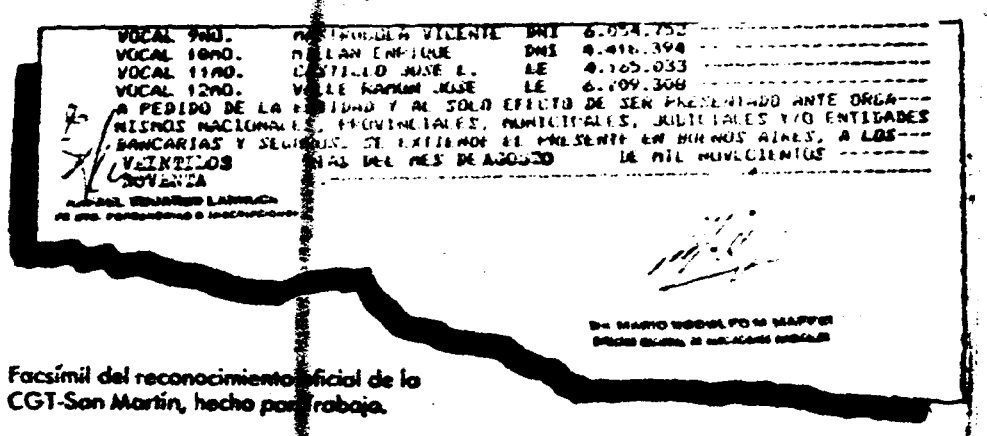
Erman González, en su discurso, realizó un diagnóstico de las causas que llevaron a la crisis actual a la Argentina, repitiendo un poco lo que había dicho un par de meses atrás frente al mismo auditorio. González aclaró luego las dudas de los dirigentes gremiales. Por ejemplo, **desmintió que estuviese a favor de la desaparición del Tribunal de Cuentas de la Nación.**

Los discursos de los funcionarios comenzaron por la mañana, ante un auditorio semivacío (el salón se llenó recién alrededor de las 15.30, cuando estaba por hablar González). Los primeros en subir al estrado fueron dos subsecretarios del Ministerio de Salud y Acción Social, el de Vivienda, **Rodolfo Morello**, y la de Acción Social, **Claudia Bello**.

Continuó Dromi —que tuvo algún contrapunto con el mecánico **José Rodríguez**, quien dijo que el sistema de concertación aplicado en su industria no había funcionado bien por culpa de los empresarios— y los asesores del ministro Triaca, **Rodolfo Díaz, Enrique Rodríguez y Noemí Cohen**.

Luego fue el turno del ministro de Economía, a quien siguió, cuando ya los sandwiches, empanadas y gaseosas se habían agotado, y las caras de cansancio comenzaban a predominar, el subsecretario de Seguridad Social, **Santiago de Estrada**.

Le tocó entonces al subsecretario de Planificación, **Moisés Resnicoff**. Como el resto de los funcionarios explicó casi con fervor qué estaba haciendo su sector para salir de la crisis. Y en ese caso se trató del **Consejo para el Consenso Económico Social**, organismo que preside y que integran también empresarios y sindicalistas.



Facsímil del reconocimiento oficial de la CGT-San Martín, hecho por Trabajo.

La alianza se ha fortalecido

"La actual comisión directiva tiene mandato desde el 11 de octubre de 1989 [illegible] **CGT. Con una diferencia: [illegible] reconocimiento en definitiva; ya no figura la impugnación que había realizado el secretario-adjunto de la CGT-Azopardo, Hugo Curto.**

Formalmente, las diez horas pasaron por una cuestión **administrativa**, en los que la burocracia tuvo mucho que ver. Pero hubo una **decisión política** de por medio. Y es que la alianza entre el Gobierno y esta CGT se ha **consolidado**.

Hubo, sin embargo, varias idas y venidas.

Entre el mediodía y la tarde de ayer, incluso, **no se sabía** a ciencia cierta si el certificado "saldría" o no. Es más, mientras el ministro **Jorge Triaca** afirmaba en un almuerzo con periodistas gremiales que los trámites se habían cumplido, sus dos principales asesores aseguraban que **el tema demoraría unos días más todavía**. Finalmente, a las cuatro de la tarde, llegó a la sede del gremio textil —donde deliberaba la CGT-San Martín— el famoso papel, en manos de su firmante, el director nacional de Asociaciones Sindicales, **Mario Maffei**. ¿Qué es lo que había pasado? Que la conducción menemista **pidió recibía ayer a Trabajo que lo entregase el documento.**

[illegible] **Andreoni** [illegible] **plenario de secretarios generales menemistas** —un plenario mágico donde [illegible] **sindicalismo**, donde se [illegible] **sumar la dureza peronista y [illegible] nuevos peronistas por supuesto [illegible] de la CGT-San Martín que [illegible]**.

Rodríguez [illegible] **ahora, al quiere, [illegible] legales para recuperar el edificio de Azopardo, donde tiene sus oficinas [illegible] Ubaldini. Los otros bienes gremiales, el edificio de Paraná 26, en el que funciona la Dirección Nacional de Relaciones Laborales, podrían ser devueltos directamente por Trabajo, obviando el trámite judicial. Además, el menemismo recibiría los 20.000 dólares de alquiler de ese inmueble que el Ministerio depositó en consignación.**

Frente a este espaldarazo para el menemismo, el ubaldinismo tiene que decidir ahora qué sucederá con su propio congreso, convocado para el 17 de octubre para **reelegir al cervecero** (porque se vence su mandato). La clave la tiene allí **Lorenzo Miguel**, quien aún no define su rol con respecto al Gobierno. El otro grupo que opera en Azopardo, los combativos de **Víctor De Gennaro**, en cambio, la tiene clara: Ubaldini debe seguir en Azopardo, con un perfil opositor. Un proyecto que no comparte el metalúrgico. Y mucho menos un sustento importante hasta ahora para Ubaldini a través de las 62 Organizaciones: los gremios independientes de bancarios, comercio y Luz y Fuerza.

0 1 - 0 Pablo Vaca

Al fin, no hubo "cumbre"

9004934

La cumbre no se alcanzó porque uno de sus principales protagonistas **faltó a la cita**. La idea era que estuvieran todos: los de la CGT reconocida por el Gobierno y los que ocupan la sede de la calle Azopardo. Y junto a ellos, como anfitriones, el trío de gremios independientes: Comercio, bancarios y Luz y Fuerza.

Pero el gastronómico **Luis Barrionuevo**, jefe del ANSSAL (el organismo que administra las obras sociales), **no fue. Y entonces lo que [illegible] convertirse en [illegible] entre [illegible] del sindicalismo peronista** terminó en un almuerzo monocolor, de dirigentes moderados de las 62 Organizaciones: **Armando Cavalieri** (Comercio), **Juan José Zanola** (bancarios), **Oscar Lescano** (Luz y Fuerza) y **Diego Ibáñez** (petroleros estatales). ¿Qué se proponían los independientes con la frustrada cumbre? Lo mismo que siempre: servir de bisagra entre los dos bandos en pugna del gremialismo. Pero la derrota de **Antonio Cafiero** en el plebiscito bonaerense **fortaleció a los menemistas y achicó las posibilidades de esa mediación**, hasta hoy infructuosa. Mientras los independientes (así se llaman por no estar adheridos a ninguna de las CGT) almorzaban con Ibáñez en la sede de los bancarios, Barrionuevo comía en el gremio de la Sanidad con un grupo de sindicalistas y dirigentes políticos menemistas y el intendente de San Martín, **Carlos Brown**. El gremialismo menemista apoya la candidatura de Brown para gobernador bonaerense y hoy lanzarán 25.000 murales en su respaldo.

Zanola, Cavalieri, Lescano e Ibáñez coincidieron en calificar como un "grave error" la decisión del Gobierno de legitimar la CGT menemista (ver aparte).

Los cuatro [illegible] además, otro [illegible] de no asistir a la [illegible] del congreso [illegible] del 17 de [illegible] cuando se reelegirá a Ubaldini al frente de la central obrera.

0 1 - 0

900435
AVANCE UBALDINISTA, RETROCESO MIGUELISTA
LA PRENSA 150026
19/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR SICOSOCIAL 11165
SINDICATOS 500854
ENTRADO
CRUZADO

...as la derrota del plebiscito

Avance ubaldinista, retroceso miguelista

Por Daniel Lupa

Si existe un dato mensurable de los efectos del triunfo del NO sobre las estructuras políticas y sociales, debe mirarse hacia el avance ubaldinista y la vertical retracción del poder del miguelismo.

En principio, es fácil anotar que las relaciones entre Lorenzo Miguel y el gobernador Antonio Cafiero, no han sido las menos afectadas por este avanzado deterioro de los aparatos populistas. Pero no tan sencillo resulta explicar el modo como esta relación ha venido a afectar la perspectiva sindical del propio Ubaldini, al quedar huérfano de esenciales apoyos y constreñido a una fracción de izquierda, al tiempo que su papel político comienza a jugarse como un intento de mero entretenimiento "hasta que aclare" y dispuesto a competir por el liderazgo de la izquierda, en un espacio que podría comenzar a quedar vacante tras la imposición del MAS, por un lado, y la virtual parálisis del partido Comunista, por el otro.

Los últimos hechos confirman la sospecha de que la candidatura de Ubaldini a gobernador de la provincia podría constituirse en una suerte de prenda para reconstruir el poder miguelista.

Al menos esto es lo que en un amplio sector del miguelismo se especula como elemento negociador frente al menemismo creciente y el progresivo debilitamiento del aparato cegetista miguelista sumado a cierto grado de reubicación y fortalecimiento del cegetismo de Andreoni.

Proyectos de aplicación alternativa

Es probable que un ingrediente significativo del panorama proceda de la suspensión del viaje del presidente norteamericano, George Bush. Buena parte de los esquemas de resurrección del ubaldinismo confiados al eje izquierdista del cegetismo ubaldinista —María Sánchez, de los docentes y Víctor de Gennaro, de la ATE— radicaban en un proyecto cumplido a medias y sólo por un sector docente y otro muy reducido de los estatales, destinado a hacer estallar, entre fines de agosto y comienzos de septiembre, una ola de paros destinados a presionar una negociación con el gobierno a fin de mantener en calma el escenario durante la visita del mandatario estadounidense.

En la medida en que los objetivos eran estrictamente políticos y suponían la posibilidad de proyectar la imagen de Ubaldini con perfiles propios muy definidos, y que esto se proyectaba orgánicamente antes del plebiscito, cabe imaginar que la virtual desaparición tanto del objetivo de aplicación —el viaje de Bush— como de los fundamentos —un avance de las estructuras políticas hacia la izquierda mediante la sanción de la reforma constitucional bonaerense— gravitaron decididamente, más allá del ánimo de los organizadores, para obligarlos a una revisión detallada del "operativo".

Cuando se reunieron los principales animadores de la iniciativa con la asistencia del propio Ubaldini, en un campo deportivo sindical del Gran Buenos Aires, no quedaba nada de los planes, fuera de algunos preparativos. ¿Fue un representante directo de Miguel el que "imploró" trasferir los proyectos a objetivos "inmediatos", menos "ideologizados", pero "más políticos", previniendo que "todos estamos ahora en el mismo riesgo,

(Continúa en la pág. 4 col. 2)

Avance ubaldinista, retroceso miguelista

(Viene de la pág. 1 col. 3)

porque para todos ha sonado una hora difícil"? Lo cierto es que en medio de la confusión hubo un reagrupamiento de partes, dejando al probable representante directo del caudillo metalúrgico fuera de las deliberaciones.

Movimiento de pinzas

Lo que acaba de ocurrir era sencillo para relatar: tras el resultado del plebiscito, los autodenominados "independientes", o sea los sindicatos que prefirieron mantenerse sin compromisos, aparte de las dos estructuras cegetistas divididas tras el congreso del teatro San Martín —bancarios, Luz y Fuerza, un sector de comercio capitaneado por Cavallieri, etcétera— que venían negociando con Miguel un eventual fortalecimiento de las "62 organizaciones", dieron un acelerado paso al costado, dejando al metalúrgico en una marcada soledad y dependiente —inesperadamente ya que, hasta entonces, la situación era la inversa— de lo que decidiera el ubaldinismo o, mejor aún, los sectores de la izquierda que habían pasado a comprometer a Ubaldini con su apoyo irrestricto y de lo cual era una prueba esa misma reunión.

Paralelamente, venía de fracasar un sondeo para obtener el aval de Cafiero para levantar una suerte de binomio integrado por él y el propio Ubaldini, con el respaldo público de Lorenzo Miguel, lo que equivaldría, técnicamente, a iniciar una fuerte ofensiva antimenemista en la propia provincia, aun contra los proyectos individuales como el de Duhalde y, de hecho, contra la principal vertiente del peronismo tradicional.

Los ánimos de Cafiero, se afirma, no estaban bien dispuestos. Miguel habría hablado con él tratando de resucitar los viejos esquemas por los cuales el gobernador disponía de un irrestricto apoyo en el ámbito metalúrgico, el que, de modo alguno, habría variado pese a sus acuerdos con Alfonsín para el plebiscito. Los días pasaron, y repentinamente Miguel comenzó a notar deserciones y fugas por cualquiera de los costados de las "62 organizaciones", que revelaban el acelerado proceso de abandono que venía registrando desde hacía ya algunas semanas. El acelerador había sido, sin duda, no sólo el plebiscito sino la silente difusión del rechazo de Cafiero a la eventual fórmula con Ubaldini: "¿De qué podría servir? Tampoco sirvió el 5 de agosto el apoyo de Miguel. Las cosas han cambiado. Las fuerzas de antes no son las de ahora", se le atribuye haber razonado a Cafiero ante un enviado de Miguel.

Renacimiento de proyectos

Miguel habría confiado, hacia fines de la semana anterior, en recapturar un fragmento del espacio perdido tras el reconocimiento de que el proyecto de agitación instrumentado por los estatales y los sindicalistas del área de educación resultaba abstracto al desaparecer el objetivo y quedar sin base operativa significativa para llevarlo adelante o cosechar imagen política.

Al respecto habría confiado a algunos de sus más íntimos proyectos alternativos que dejaban de lado la posibilidad de un acuerdo político —Cafiero mediante— y que consideraba como probable el mantenimiento de la figura de Ubaldini para negociar en seguida con Menem condiciones más acordes con las expectativas del menemismo pero más sólidas para el miguelismo.

Descubrió en ese momento que la actitud de los "independientes" no era ya la misma y que preferían "mirar para otro lado". Pero, al mismo tiempo, habría percibido similar falta de entusiasmo, si no frialdad, en el propio Ubaldini.

Lo que acababa de ocurrir era que, desde el costado de De Gennaro y de María Sánchez, habían corrido algunas novedades muy significativas: el eventual despido de unos 150.000 empleados públicos —la mitad de ellos de empresas estatales y la otra de la administración central— "puede sustituir el objetivo de aplicación y el justificativo programático político", convirtiéndose en una suerte de palanca "para negociar con Menem cosas que ni siquiera habría soñado en negociar a raíz del viaje de Bush".

¿Hubo, entonces sí, a partir de este nuevo esquema y por esta variante, intensos intercambios entre La Plata y el alfonsinismo que determinaron cierto grado de acuerdos para que se paralizara el tratamiento del proyecto de ley laboral a la espera de "madurar una convergencia más sostenida" con los nuevos planes de la izquierda sindical en curso? ¿Y se cruzó esta expectativa con aquello que "Menem no hubiera ni siquiera soñado con negociar", al comenzar a manejarse como elemento contractual algunos fondos de las obras sociales, un tema que toca tan sensiblemente las esferas de acción de Luis Barrionuevo?

La candidatura, por fin

Cualquiera fuere el resultado de esta negociación, en la que Miguel ha perdido abundante terreno cedido a manos de los estatales de izquierda, lo cierto es que Ubaldini habría obtenido un rédito inesperado: el afianzamiento de su eventual candidatura, como precio de coincidencia con la izquierda partidaria.

Este punto cabe retenerlo en un momento en que la retracción de la izquierda se acentúa, ya que podría convertirse en una tabla de salvación para no pocos de sus cuadros.

En principio, consistiría en la eventual articulación de un esquema político basado en el peronismo sindicalista —ATE y enseñanza— al que deberían adherir la izquierda peronista y, por ese canal, el alfonsinismo, en el proyecto alterno de "calfonfierismo" protagonizado, ahora, por la mediación de Caputo, Abdala, Alvarez, Storani, Alvarez Guerrero, etcétera, en vista del fracaso de Leopoldo Moreau.

900435
01-01

TUCUMAN: ALTA ADHESION AL GRAL. BUSSI
LA PRENSA 150026
18-8-90
ARGENTINA 10033
FACTOR SICOSOCIAL 11165
ENCUESTAS DE OPINION 11323

ENTRADO A
CRUZADO Y

Sondeo de la SIDE

Tucumán: alto índice de adhesión al general Bussi

El general (R) Antonio Domingo Bussi y su partido Fuerza Republicana figuran a la cabeza de las opiniones favorables, en tanto que el cantante "Palito" Ortega le sigue a una buena distancia, según un sondeo de opinión realizado por la Secretaría de Inteligencia del Estado, en la provincia de Tucumán.

50% de adhesiones

Bussi, que fue interventor militar de la provincia durante el proceso, polarizó cerca del 50 por ciento de las adhesiones junto con su partido Fuerza Republicana.

Por su parte, Ramón "Palito" Ortega del justicialismo le sigue, pero con un 20 por ciento de las opiniones favorables, mientras que el radical Rubén Chebaia está muy alejado de estas posiciones con poco más del 6 por ciento.

La UCR, por su parte, atraería el 6,1 por ciento del electorado, en tanto que el 23,6 por ciento de los encuestados se declaró "indefinido" cuando se le preguntó a qué agrupación política votaría.

El informe, que fue realizado en la semana que va del 23 al 30 de julio sobre la base de 610 personas mayores de 18 años, revela prácticamente que el 50 por ciento de la opinión pública considera "malo" el accionar del gobierno provincial en las distintas áreas, porcentaje que se eleva al 77 por ciento en el caso de "educación" y al 73,1 por ciento en el sector "salud".

Corrupción

El informe de la SIDE subraya que el 74,1 por ciento de la opinión pública tucumana "considera que existe corrupción en el accionar del gobierno provincial".

En cuanto a la acción de los partidos políticos, instituciones y grupos de poder, el 69,2 por ciento de los encuestados calificó de "buena" a la Iglesia; los medios de comunicación social obtuvieron el 63,6 por ciento de opiniones favorables; las Fuerzas Armadas el 53,6 por ciento y el Partido Fuerza Republicana el 38 por ciento.

Rechazo a gremialistas

Los sindicatos, los gremialistas y la CGT tucumana fueron calificados como "malos" por el 33,1 por ciento de los encuestados; el partido Justicialista provincial recibió esta calificación por parte del 49,8 por ciento de los encuestados y el radicalismo local por el 41 por ciento.

El Poder Ejecutivo provincial fue calificado como "malo" por el 41,3 por ciento y el Poder Legislativo por el 35,9 por ciento.

El informe señala que el 78,3 por ciento califican negativamente la gestión del gobernador Jose Domato al frente de la provincia, en tanto que el 15,8 se ubica en la opción "regular" y sólo el 4,4 se pronunció positivamente.

Reunión de educadores

En Caracas, Venezuela, se realizó la X Conferencia Regional de Andragogía, auspiciada por la Federación Interamericana de Educación de Adultos (FIDEA), de la que es vicepresidente el profesor Adolfo *J. Morano*, de la Argentina. Al término de la reunión se firmó la Declaración de Caracas, en la que se afirma la necesidad de "valorizar al hombre como ser individual y capacitarlo para luego integrarlo dentro de la sociedad republicana".

01-01

9004936

TUCUMAN: ALTA ADHESION AL GRAL. BUSSI
LA PRENSA 150026
18-8-90
ARGENTINA 10033
FACTOR SICOSOCIAL 11165
ENCUESTAS DE OPINION 11323

ENTRADA
CRUZ-DO

Sondeo de la SIDE

Tucumán: alto índice de adhesión al general Bussi

El general (R) Antonio Domingo Bussi y su partido Fuerza Republicana figuran a la cabeza de las opiniones favorables, en tanto que el cantante "Palito" Ortega le sigue a una buena distancia, según un sondeo de opinión realizado por la Secretaría de Inteligencia del Estado, en la provincia de Tucumán.

50% de adhesiones

Bussi, que fue interventor militar de la provincia durante el proceso, polarizó cerca del 50 por ciento de las adhesiones junto con su partido Fuerza Republicana.

Por su parte, Ramón "Palito" Ortega del justicialismo le sigue, pero con un 20 por ciento de las opiniones favorables, mientras que el radical Rubén Chebaia está muy alejado de estas posiciones con poco más del 6 por ciento.

La UCR, por su parte, atraería el 6,1 por ciento del electorado, en tanto que el 23,6 por ciento de los encuestados se declaró "indefinido" cuando se le preguntó a qué agrupación política votaría.

El informe, que fue realizado en la semana que va del 23 al 30 de julio sobre la base de 610 personas mayores de 18 años, revela prácticamente que el 50 por ciento de la opinión pública considera "malo" el accionar del gobierno provincial en las distintas áreas, porcentaje que se eleva al 77 por ciento en el caso de "educación" y al 73,1 por ciento en el sector "salud".

Corrupción

El informe de la SIDE subraya que el 74,1 por ciento de la opinión pública tucumana "considera que existe corrupción en el accionar del gobierno provincial".

En cuanto a la acción de los partidos políticos, instituciones y grupos de poder, el 69,2 por ciento de los encuestados calificó de "buena" a la Iglesia; los medios de comunicación social obtuvieron el 63,6 por ciento de opiniones favorables; las Fuerzas Armadas el 53,6 por ciento y el Partido Fuerza Republicana el 36 por ciento.

Rechazo a gremialistas

Los sindicatos, los gremialistas y la CGT tucumana fueron calificados como "malos" por el 33,1 por ciento de los encuestados; el partido Justicialista provincial recibió esta calificación por parte del 40,8 por ciento de los encuestados y el radicalismo local por el 41 por ciento.

El Poder Ejecutivo provincial fue calificado como "malo" por el 41,3 por ciento y el Poder Legislativo por el 35,9 por ciento.

El informe señala que el 78,3 por ciento califican negativamente la gestión del gobernador Jose Domato al frente de la provincia, en tanto que el 15,8 se ubica en la opción "regular" y sólo el 4,4 se pronunció positivamente.

Reunión de educadores

En Caracas, Venezuela, se realizó la X Conferencia Regional de Andragogía, auspiciada por la Federación Interamericana de Educación de Adultos (FIDEA), de la que es vicepresidente el profesor Adolfo J. Morano, de la Argentina. Al término de la reunión se firmó la Declaración de Caracas, en la que se afirma la necesidad de "valorizar al hombre como ser individual y capacitario para luego integrarlo dentro de la sociedad republicana".

01-01

9004936

TIT: LOS INDEPENDIENTES EN LA MESA SINDICAL
CLARIN 150024
FE: 15/8/90
VI: ARGENTINA 10033
FACTOR SICOSOCIAL 1165
SINDICATOS 500884

ENTRADA
CRUZADA

Los independientes en la Mesa Sindical

Mientras **Saúl Ubaldini** clamaba desde Montevideo —donde participó de un congreso sindical— que a la Argentina la "**cruza un viento de capitalismo salvaje**", en un hotel de Buenos Aires se concretaba el **paso de los gremios independientes, hasta hace poco cercanos a Azopardo, a las filas de la Mesa Sindical Menem Presidente**, que lidera el hipermenemista **Luis Barrionuevo**.

Los independientes (**Armando Cavalieri, Oscar Lescano** y **Juan Zanola**) militan en las 62 Organizaciones que comanda **Lorenzo Miguel** y su incorporación a la Mesa Sindical, además de debilitar las fuerzas ubaldinistas, tiene también como objetivo no declarado "obligar" al líder metalúrgico a definirse entre ser oficialista u opositor.

Las negociaciones comenzaron un par de semanas atrás a partir de contactos entre Barrionuevo y el mercantil Cavalieri, quien desde que integraba el grupo de "los 15", desea formar un **polo de poder sindical —y político— alrededor de los grandes gremios**.

Por lo pronto, el 29 de este mes se **formalizará la conducción de la Mesa Sindical Menem Presidente**, con una "mesa grande" de 30 gremios y una "mesa chica" de 12 o 15. En esa conducción **estarán repartidos los cargos** entre los grupos que militan en el menemismo: los ex renovadores de "los 25", "los 15", los ex ubaldinistas y, aparentemente, los independientes (aunque se podrían asimilar a "los 15"). Todo esto, **homogeneizado por Barrionuevo**.

En la reunión de ayer, precisamente, estuvieron representantes de cada uno de esos sectores: **Carlos West Ocampo** por "los 15", **José Pedraza** por "los 25", **Andrés Rodríguez** por los ex ubaldinistas, **Barrionuevo** por sí mismo, **Lesio Romero** (ex miguelista, ahora muy cercano a Barrionuevo) y **Cavalieri**.

01-01

9004937

Nº DOCUMENTO 9004938
TITULO El gremialismo menemista corteja a los independientes
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA 15/8/90
VIA ARGENTINA 10033
FACTOR Sicosocial 11165
Sindicatos 500854
ENTRADO 7
CRUZADO

El gremialismo menemista corteja a los independientes

Con la intención de que la decisión de la CGT-Azopardo de reelegir a su titular, Saúl Ubaldini, se vuelva contra éste como un bumerán, dirigentes del gremialismo menemista han comenzado a trabajar para incorporar a sus filas a los gremios independientes, hasta ahora cercanos al caudillo metalúrgico Lorenzo Miguel.

Sin embargo, los dirigentes de los sindicatos mercantil, bancario y Luz y Fuerza, Armando Cavalieri, Juan José Zanola y Oscar Lescano, respectivamente, habrían puesto algunos reparos a esa eventual incorporación en las primeras conversaciones con los menemistas, pese que el titular del gremio de la sanidad, Carlos West Ocampo, aseguró que "los gremios independientes se integrarán a la estructura político-gremial de la Mesa Sindical Menem Presidente".

La iniciativa, gestada por el ultramenemista titular de la Administración Nacional del Seguro de Salud (Anssal), Luis Barrionuevo, habría sido alentada por el escozor que provocó en esos tres dirigentes la resolución ubaldinista.

A juicio de Barrionuevo, ese hecho abrió las puertas a la posibilidad de aislar definitivamente a Ubaldini –luego de más de un año de intentarlo– y limar la capacidad de negociación que aún conserva Miguel, a raíz de su alianza con los independientes en las 62 Organizaciones.

El ambicioso proyecto también pretende incorporar al titular del sindicato mecánico (Smata), José Rodríguez, quien con su enrolamiento político en la Liga Federal, que lidera el vicepresidente de la Nación, Eduardo Duhalde, provocó el ocaso de la Mesa de Enlace y obligó al reflotamiento de la Mesa Sindical para evitar una división en el gremialismo menemista.

De conseguir este aporte y el de los independientes, Barrionuevo obtendría el objetivo tan deseado de convertirse en el principal referente del gremialismo peronista, sitio que durante casi 20 años conservó el ahora alicaído Miguel.

De tal manera, el líder metalúrgico no sólo debería resignar su condición de "primus inter pares", sino que las reflotadas 62 Organizaciones podrían ser arrasadas por el vendaval menemista.

Además, la situación de Miguel se torna compleja por cuanto por primera vez luego de casi 12 años no ha sido el factótum de la construcción del destino de Ubaldini, ya que éste, tras la derrota del Sí en el plebiscito bonaerense –opción a la que había apostado el metalúrgico– apuró por cuenta propia la decisión de ser reelegido, a lo que la poderosa Unión Obrera Metalúrgica (UOM) se sumó cuando ya era irreversible.

En estos hechos, entonces, los menemistas cifran sus esperanzas de consolidar su poder y por eso Barrionuevo, tras esta operación de pinzas, volvería a entablar los interrumpidos contactos que mantuvo hasta hace algún tiempo con el metalúrgico.

Barrionuevo

Sin embargo, Miguel no se resignaría a perder una nueva batalla: hoy se reuniría con el mercantil Cavalieri, al mismo tiempo que el estratego del ubaldinismo, el petrolero Diego Ibáñez, mantendría un encuentro con Lescano.

01-01

9004938

UBALDINISTAS Y MENEMISTAS SE DISPUTAN EL RECONOCIMIENTO LEGAL

¿Quién se queda con la CGT?

La Ley de Asociaciones Sindicales es clara: solo puede haber una Confederación General del Trabajo en la Argentina. De hecho, sin embargo, funcionan dos desde diez meses atrás. Los ubaldinistas cómodamente instalados en el edificio de Azopardo 802. Y los menemistas en unas pequeñas oficinas que les presta la Asociación Obrera Textil, en avenida La Plata al 700.

¿Por qué no se define legalmente esta situación? Porque la Justicia no ha recibido ninguna presentación de las dos partes. Pero hasta ahora, Güerino Andreoni está a punto de presentar una demanda para desalojar a Saúl Ubaldini de "su" edificio. Es que desde el congreso del Teatro San Martín que dividió las aguas sindicales, las dos CGT juegan a la ficción de que existe una sola. Solo tienen un "pequeño" punto en discordia: los nombres de su conducción.

En realidad, lo importante en este caso es lo político, y nadie puede negar que hay dos estructuras que se arrogan el derecho de representación: una cercana al proyecto del presidente Carlos Menem y otra que, con matices, deja ver claramente una veta opositora. Pero cuando comienzan a jugar los abogados, parece que cada uno tuviese un Código Civil escrito para él. Y encuentran entonces argumentos jurídicos "irrefutables" para cualquiera de los dos lados.

El Gobierno, mientras tanto, ha reconocido a la CGT-San Martín. Lo hizo de hecho y de derecho. La última demostración fue el haber invitado solo a los menemistas a las reuniones para consensuar la ley de empleo. (véase página 15).

El mercantil Güerino Andreoni, alentado por ese hecho y por su ascenso en el Partido Justicialista, presentará ahora un interdicto ante la justicia civil para lograr el desalojo de Azopardo.

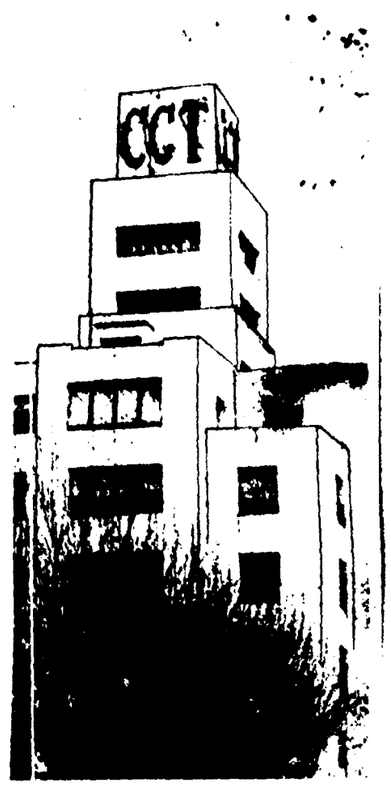
La estrategia ubaldinista para enfrentar esta demanda será recordar lo que sucedió en el Teatro San Martín. Según ellos, ese congreso no tuvo validez jurídica, porque los estatutos de la CGT dicen que el secretario general (Saúl Ubaldini) o el adjunto (Hugo Curto), deben asistir a los congresos ordinarios. Si no es así, hay que intimarlos legalmente para que se presenten. En octubre, cuando Ubaldini vio que los números para seguir al frente de una CGT única no le daban, se fue del San Martín. Y en Azopardo aseguran que nunca lo intimaron a regresar.

Además, argumentan que el congreso solo podría haber continuado (legalmente, por supuesto, ya que de hecho lo hizo) si las autoridades presentaban sus renuncias, cosa que no hicieron, tal como está certificado por un escribano en un protocolo fechado el 10 de octubre de 1989. Los menemistas recuerdan que el congreso fue convocado para elegir a una nueva conducción, cosa que ellos hicieron.

En consecuencia, para el ubaldinismo —que también considera que Trabajo no tiene por qué intervenir en una cuestión "interna" de la CGT, reconociendo a una u otra central— las autoridades de Azopardo tienen perfecta competencia para convocar a un nuevo congreso ordinario el 17 de octubre. Allí se renovarán los actuales mandatos, por otros cuatro años.

Pero el menemismo y el Ministerio de Trabajo dijeron que esa convocatoria carecía de valor legal. Sin embargo, el Gobierno mismo no ha tomado todos los recaudos que podría. Porque Trabajo alquila a la CGT (¿a cuál?) un edificio, en Rivadavia y Paraná, donde funciona la Dirección Nacional de Relaciones Laborales. Y, pese a varios pedidos "sanmartinianos" para que les den a ellos el alquiler, este es depositado mensualmente en una cuenta judicial, como si no hubiese un "dueño" a quién entregarle el dinero.

Pablo Vaca



El edificio de la calle Azopardo está en el centro de la polémica entre las dos CGT.

9004939
DISPUTA POR LA CGT
CLARIN 150024
14/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR Sucesorial 11165
Sindicatos 500854
ENTRADA
CRUZ DO

01-01

9004939

Nº DOCUMENTO 9004940
TITULO Ley de empleo: tratan de acordar cambios
PRO Clarin 150024
FE 14/8/90
VI Argentina 10023
F. Sicosocial 11165
Sindicatos 500854
ENT 4
CRUZ-DO

CLARIN ★ Buenos Aires, martes 14 de agosto de 1990

INICIAN RONDA DE CONSULTAS EN TRABAJO

Ley de empleo: tratan de acordar los cambios

Gobierno, empresarios y sindicalistas iniciaron ayer una ronda de conversaciones para acordar cambios al proyecto sobre ley de empleo, que se encuentra demorado en el Senado. En la reunión, a la que no fue invitada la CGT-Azopardo, se trató de lograr consenso sobre los distintos puntos de vista que existen, sobre todo respecto de tres temas: la flexibilización laboral, el seguro de desempleo y el trabajo en "negro". El titular de la CGT-San Martín confió en que la semana próxima podría llegarse a un entendimiento. Críticas de Ubaldini por haber sido marginado.

Comenzó ayer una ronda de negociaciones para consensuar los artículos en discusión del proyecto oficial de ley de empleo. Mediante las consultas, el Gobierno, empresarios y representantes de la CGT-San Martín, intentan compatibilizar sus diferencias sobre el proyecto, al que el Gobierno atribuye una significación en el área laboral similar al de leyes de Reforma del Estado y Emergencia Económica. Esta es la segunda etapa de conversaciones ya que el Gobierno realizó consultas con el sector empresarial.

Luego de la reunión quedó la impresión de que en los dos sectores existe la voluntad de alcanzar un entendimiento para que el Congreso inicie el tratamiento del proyecto, que el Ejecutivo envió en febrero. En medios del Gobierno se insiste en que la tardanza obedece más a motivos de un juego político que a razones legislativas.

Gilberto Andreoni, secretario g[illegible] de la central sindical que participó en el encuentro, dijo que el diálogo había sido positivo y consideró alentadoras las perspectivas para llegar a un acuerdo tripartito próximo. "No se puede anticipar la estrategia política de toda comisión que [illegible] para solucionar los problemas [illegible] señaló. En tanto, el secretario g[illegible] de la CGT-Azopardo, José Ubaldini, criticó el proyecto y señaló que había sido elaborado "con el único fin de liberar de responsabilidades a los empleadores y hacer más fácil y barato los despidos". La CGT-Azopardo no fue invitada a participar de la reunión.

Las diferencias entre Gobierno, empresarios y sindicalistas están centradas en tres puntos: la flexibilización laboral a través de la cual se fomenta crear más puestos de trabajo; el seguro de desempleo, que establece una cobertura para los desocupados, y el trabajo en "negro". Este último capítulo intenta regularizar la situación de los trabajadores cuyos empleadores violan la relación de dependencia y los aportes jubilatorios y de [illegible] sociales (véase más información en recuadro aparte).

La reunión comenzó poco después de las 13 y fue presidida por el ministro de Trabajo, Jorge Triaca. También participaron el subsecretario, Rodolfo Díaz, y el jefe de gabinete, Enrique Rodríguez. El sector empresarial —con mayoría del llamado "grupo de los 8"— fue representado por Gilberto Montagna y Daniel Funes de Rioja (Unión Industrial), Roque Maccarone (ADEBA), Emilio Cárdenas (ABRA), Eduardo Zavalía (Sociedad Rural), Carlos de la Vega (Cámara de Comercio), Daniel Salazar (Asociación de Compañías de Seguros) y Filiberto Bilelosi y Roberto Sammartino (construcción). Además de Andreoni, entre los gremialistas participaron José Pedraza y Pedro Goyenechea.

El "grupo de los 8" reúne a las entidades empresariales más tradicionales y fue constituido en contraposición al "grupo de los 17" que integran a otras centrales patronales como CAME, CGE, CAI y otras. "Los 8" respaldan la reformulación de la economía iniciada por el ministro Antonio Erman González y [illegible] acercamiento con el [illegible] [illegible] con [illegible] [illegible] [illegible]

9004941

Tres puntos de diferencias entre empresarios y sindicalistas

CLARIN 150024

14/8/90

Argentina 10033

F. Siosocial 11165

Sindicatos 500854

ENTRADO

CRUZADO

Tres puntos concentran las mayores diferencias

Tres son los puntos, sobre todo, en los que giran hablando amplias diferencias entre funcionarios, empresarios y sindicalistas en el tema del proyecto de ley de empleo: flexibilización laboral, seguro de desempleo y trabajo en negro. Y hay un cuarto, además, también, para acordar: las agencias de trabajo eventual. Una síntesis de esas discrepancias es la siguiente:

● **Flexibilización:** el proyecto impulsa cuatro nuevas formas de contratación, que reducen los costos de los despidos y las cargas sociales para los empresarios. Estos quieren que estas nuevas formas de contrato laboral queden habilitadas al sancionarse la ley. La CGT-San Martín pretende, en cambio, que se lo haga a través de las paritarias, tal como lo dice el proyecto actualmente. (Habilitar significa que la ley solo podrá aplicarse en caso de que los sindicatos acuerden con los empresarios en las paritarias).

El Gobierno ha variado su posición y ahora concuerda con los empresarios.

● **Seguro de desempleo:** la discusión aquí pasa por la cantidad que cada sector aportará al fondo de desempleo. El anteproyecto dice que el 1 por ciento lo pondrán los empresarios y la misma cantidad aportarán los trabajadores de las empresas estatales. Otro 2 por ciento lo surgirá de la Caja de Subsidios Familiares y el 10 por ciento de lo que se obtenga a través de las privatizaciones.

Los empresarios no quieren aportar y la CGT dice que lo deben hacer. El Gobierno ahora está cercano a la posición empresarial. El senador Britos dice que la patronal debería poner el 3 % y la Caja el 1 %.

● **Trabajo en negro:** este no es un punto demasiado crítico. El problema pasa por el costo de las indemnizaciones que establece la ley y las sanciones para los infractores. Para Britos la normalización del trabajo en negro debe hacerse a través de la Ley Penal Tributaria. Y Luis Brasesco, senador radical, agrega que se debe regularizar este sistema de pago, pero no desde la base de una amnistía de deudas previsionales. Y los empresarios quieren pagar menos de lo que marca la ley.

● **Agencias de contratación eventual:** la CGT quiere que se las anule. Los empresarios, en cambio, aceptan su existencia y proponen que las empresas no sean solidarias con las obligaciones de las agencias. El Gobierno, finalmente, pretende que las acciones legales que surjan de trabajadores empleados por estas agencias sean respondidas tanto por las agencias como por las empresas.

PARTES ELEGIBLE

01-01

9004941

Nº DOCUMENTO
TITULO Renault suspendio a 2.700 operarios
PRO CLARIN 150024
FE 14/8/90
VI Argentina 10033
F. Sicoracal 11165
Conflictos laborales 11413

ENTRADO
CRUZ-DO

Renault suspendió a 2.700 operarios

CORDOBA (De nuestra agencia). — La empresa Renault suspendió ayer por dos días a 2.700 operarios, que cobrarán el 75 por ciento de los salarios caídos. Según fuentes sindicales, la empresa no tiene previsto repetir medidas de este tipo, que comenzaron alrededor de un mes atrás.

Hoy el Sindicato de Mecánicos se reunirá con los representantes de Renault para discutir el tema salarial, aunque voceros gremiales adelantaron que, si no hay solución, el cuerpo de delegados del SMATA podría disponer medidas de fuerza.

Ayer se reanudaron las actividades normalmente en Forja Argentina (que estuvo tomada la semana pasada por falta de pagos) y en Sevel, lo que marca un descenso en el nivel de conflictividad de la industria automotriz.

Las fábricas terminales de autos se encuentran en la crisis más grave de su historia, con niveles de producción similares a los de 30 años atrás. La crisis llegó a un punto máximo cuando a fines de julio se sumó a la caída en las ventas la falta de insumos básicos provocada por la huelga metalúrgica, lo que motivó que las empresas suspendieran a prácticamente a todo su personal.

9004942

CRONICA DE AMORES Y DE ODIOS

Textos e investigación de Marcelo Bonelli y Rubén Chorny

De la mano de Menem y Bush, la relación gobierno-empresarios converge al negocio de las privatizaciones.

1984: El ministro radical Bernardo Grinspun llama sin éxito a la concertación a la UIA, CRA, ADEBA, CAME y demás entidades empresarias. Interlocutores: Raúl Romero Feris y Roberto Favelevic.
Marzo 1985: Caputo arma una alianza con los "capitanes de la industria" para desplazar a Grinspun. Son ellos Javier Gamboa (Aspargates), Livio Kuhl (Celulosa Jujuy), Miguel Roig (Bunge), Oscar Vicente (Pérez Companc), Roberto Rocca (Techint) y Carlos Bulgheroni (Bridas).
Junio 1985: Los "capitanes" apoyan irrestrictamente el Plan Austral. El nuevo ministro Sourrouille elimina del diálogo a las entidades patronales.
1986: Las entidades empresarias de cúpula crean el grupo de "los 8". Son: Guillermo Alchouron (Sociedad Rural), Carlos de la Vega (Cámara Argentina de Comercio), Eduardo de la Fuente (UIA), Roberto Sanmartino (UAC), Roque Maccarone (ADEBA), Manuel Sacerdote (ABRA), Filiberto Bibiloni (Cámara de la Construcción) y Juan Peña (Bolsa).
Setiembre 1987: Cafiero gana en Buenos Aires. Los "capitanes" se acercan al peronismo renovador. El gobernador abre el juego a las entidades de la pequeña y mediana industria.
Agosto 1988: Se lanza el Plan Primavera. Adhesión incondicional de Gilberto

Roberto Rocca (Techint): licitaciones por doquier.

Guillermo Alchouron (Rural): dirigente bien parado.

LOS REALINEAMIENTOS

Las historias de amores y odios que caracterizan **la relación entre los poderes políticos** de turno y los **factores económicos** transitan ahora por un nuevo derrotero. Atrás quedó la **breve y fracasada experiencia** de su asociación con el **hólding cerealero Bunge & Born** y, a través de este, con los **capitanes de la industria.**

El modelo económico instrumentado por los ejecutivos del grupo multinacional agroexportador explotó a los seis meses, dejando la administración de **Carlos Menem** en los umbrales de la hiperinflación y prácticamente con sus reservas exhaustas.

A partir de entonces, el Gobierno encaró una estrategia de alianzas distinta: estrechó vínculos con la Casa Blanca de Washington, primero; como consecuencia, implementó un plan de liberación de los mercados y negoció la política de ajuste con el Fondo Monetario Internacional.

Pero, fundamentalmente, puso en práctica **un programa de privatizaciones en teléfonos, petróleo, petroquímica, ferrocarriles, rutas y autopistas** que, a partir del interés de la banca por colocar papeles de la deuda externa, propició la **asociación de consorcios privados locales con compañías multinacionales.**

El eje de las relaciones del Gobierno con el empresariado vernáculo se desplazó, de este modo, al área **de los negocios internacionales vinculados con las privatizaciones**: si antes las **bodas** contenían las **dotes oficiales** de contratos con el Estado, beneficios promocionales, créditos subsidiados o licencias arancelarias, actualmente el **vínculo** se teje en torno de las **licitaciones de la empresa pública que se venda**, sus **formas de pago, garantías y proyectos de inversión.**

Así, mientras hace apenas un año **Bunge, Macri, Bulgheroni y Fortabat** constituían el epicentro de las **expectativas de negocios en el país**, hoy las privatizaciones trajeron de la mano a la **Bell Atlantic de los Estados Unidos**, a las petroleras **Texaco y Amoco** (entre otras), a la **Telefónica de España, a Iberia** y a un cúmulo más de compañías de cuño transnacional.

Aunque los grupos empresariales tradicionales aplaudieron a rabiar la inserción argentina en la órbita de los Estados Unidos, la implementación práctica de esa alianza hace crujir las relaciones con el Gobierno. Por ejemplo, **el atraso cambiario** (que favorece los movimientos financieros) empezó a ser activamente **combatido por los industriales siderúrgicos**, con Techint y Acindar a la cabeza, que hasta separaron su acción de la Unión Industrial Argentina para atrincherarse en un **Club de Exportadores**. Lo integran también **Aluar, Pérez Companc, Massuh, PASA, Atanor**. Su otra lucha la libran en el terreno de las **tarifas eléctricas.**

En las esferas oficiales se los llegó a acusar de **intentar la desestabilización** del plan económico mediante acuerdos salariales excesivos.

También se registran sucesivos encontronazos entre el equipo de **Antonio Erman González** y los cerealeros, en la primera parte del año; con hóldings industriales inmediatamente después, y con el sector alimentario, a continuación, por los **precios.**

Campo traviesa

Ante la dureza que expone el Gobierno cada vez que desde algún flanco empresarial se atenta contra **el equilibrio fiscal** que monitorea al milímetro el Fondo Monetario Internacional, pocos son los dirigentes que se sobreponen al desgaste. Quizás el titular de la Sociedad Rural Argentina, **Guillermo Alchouron**, haya sido el único capaz de sacarle el jugo. El secreto reside en que el **campo, en especial la pampa húmeda, es el destinatario obligado de la política cambiaria.** La reciente **rebaja de las retenciones** lo demuestra aún más.

Al contrario de lo que venía ocurriendo anteriormente, **la factura de la rebaja fiscal irá esta vez a la cuenta de los industriales**, ya castigados por la recesión y por la apertura. Los empresarios fabriles permanecen mudos porque viven **encerrados ante la imposibilidad de criticar lo que siempre pidieron desde las tribunas, precios libres y mercados desregulados**, como los que aplica la administración menemista.

El **perfil bajo** que muestra la Unión Industrial Argentina obedece a esas circunstancias. Desde un principio estuvo **apartada del diálogo institucional**, un poco porque los empresarios que la solventan creyeron estar representados en forma directa por el **acuerdo con Bunge y Born** y otro tanto porque las entidades de cúpula, como la UIA y la Cámara Argentina de Comercio, sufrieron el costo de haber **apostado abiertamente a favor del Plan Primavera** cuya eclosión precipitó el retiro del gobierno radical.

Mientras algunos hólding industriales trataron por las suyas de desengancharse, el titular de la UIA, **Gilberto Montagna**, intenta acercarse al **calor oficial** a través del secretario general de la Presidencia, **Alberto Kohan.** El titular de la UIA, aunque debilitado por las luchas que entabló en la institución el sector

9004943

Gilberto Montagna (UIA): perfil bajo y reelección.

Michel Camdessus (FMI): director de orquesta.

Montagna (UIA), Carlos de la Vega (CAC) y Rafael Kohanoff (CGI). Los "capitanes" apoyan entre bambalinas. La Rural rompe con Alfonsín.

Febrero 1989: El "dolarazo" rompe el acuerdo con la UIA y la CAC. Los "capitanes" retiran su apuesta y la trasladan al peronismo. Actores: Francisco Macri, Néstor Rapanelli y Livio Kuhl.

Mayo 1989: Montagna, Sanmartino, Handley y Alchouron (grupo de "los 8") empujan la liberación cambiaria bajo el ministerio de Juan Carlos Pugliese. El fracaso lleva a la hiperinflación. Los "capitanes" negocian con Menem. Queda formalizada la alianza del PJ con Bunge y Born.

Julio 1989: El grupo de "los 8" se pliega a la alianza estratégica que lidera Jorge Born. Las entidades entran en un coro de sombra.

Setiembre 1989: Entrevista Menem-Bush en Washington con un apoyo empresario total como marco.

Octubre 1989: Se resquebraja el frente empresario. Las industrias básicas plantean divergencias. Se las acusa de hacer subir el dólar.

Diciembre 1989: Se rompe la alianza del Gobierno con B8. Total distanciamiento de los "capitanes" como grupo. Antes, impulsan infructuosamente la candidatura de Livio Kuhl para el Palacio de Hacienda.

Enero 1990: Menem declara la guerra a los empresarios. Lanzan el Plan Bonex para cortar los plazos fijos. Amenaza en un discurso con "aniquilar la patria financiera y contratista".

Febrero 1990: La hiperinflación agudiza el enfrentamiento. Se vuelve a acusar a los hólding por la desestabilización. Se margina a los empresarios de las consultas y se empieza a buscar un "Rumasa argentino".

Marzo 1990: Lanzan el Erman III. Difunden nóminas de empresas que aumentan sus precios en dólares. La DGI investiga a los principales 10 grupos empresarios. Se difunden listas de empresas que no pagan tarifas públicas.

Mayo 1990: La banca acreedora presiona para cobrar

Jorge Born: las relaciones peligrosas

Ricardo Handley (Citibank): la salud del dólar.

intereses atrasados. Las privatizaciones aplacan el debate interno. El dólar y los precios entran en una meseta elevada pero estable. No obstante, Raúl Cuello denuncia por monopolio a las cerealeras Bunge y Born, Continental, La Plata Cereales, Cargill y Dreyfus.

Junio 1990: Reaparecen quejas de grupos industriales afectados por la recesión. El Gobierno no cede. Fortalece los vínculos con los EE.UU. Normaliza su relación con la comunidad financiera internacional al firmar el "stand-by" con el FMI. Camdessus visita el país y dice: "El ajuste debe ser permanente".

EMPRESARIOS

alimentario que él también representa, igual podría ser reelecto por otro mandato ante la falta de una alternativa.

Otros se inclinaron por diagonales distintas. Las pequeñas y medianas empresas (Consejo Argentino de la Industria, Confederación General Económica y UIA-PyME) hallaron en el vicepresidente Eduardo Duhalde una puerta entreabierta.

Capitanes retirados

La aparición del Club de Exportadores coincide en tiempo y nombres con el extinguido grupo de los capitanes de la industria, que había tenido activa participación en el Plan Austral y en el Primavera.

Ya al encaramarse Bunge & Born en el gobierno de Menem, el cuerpo se dividió cuando algunos de ellos cuestionaron la representatividad que se arrogaban los del hólding cerealero, junto con Bulgheroni, Macri y Fortabat.

Fue el principio del fin. La crónica registra **acusaciones cruzadas entre los hólding** que integraban el grupo de los **capitanes de la industria.** La lucha se reflejó en las denuncias que partieron desde el Palacio de Hacienda (homogeneizado por **Bunge y Born**), ante presuntas **perturbaciones en el mercado cambiario ocasionadas por poderosos empresarios.**

La renuncia de **Néstor Rapanelli** al Ministerio de **Economía** coincidió con un **distanciamiento sin límite** del Gobierno con la selecta elite empresarial que lo apoyaba. **"Vamos a terminar con la patria contratista", amenazó Erman González** en los primeros días de enero mientras cortaba el flujo financiero de la economía que le suministraban los plazos fijos a 7 días.

El enfrentamiento **fue rudo: en febrero se buscaban entre los hólding a los responsables de la corrida cambiaria; en marzo, se difundían nóminas de empresas que remarcaron sus precios ya dolarizados y,** en abril, la Dirección General Impositiva se lanzó a encontrar un **caso de corrupción y fraude fiscal de la repercusión que tuvo en España** el procesamiento al grupo **Rumasa.**

Las privatizaciones **trajeron** tranquilidad ante tanta beligerancia. **El Gobierno** aplacó los ánimos. Algunos de los **empresarios** salieron de la **línea de fuego** y se abocaron a **trabajar** activamente en la **compra de empresas estatales.** La diferencia es que ahora ofrecen **su estructura y su management a la** banca extranjera **y a las** compañías multinacionales que se **interesan por las privatizaciones y no se meten en política.** Por esa vereda alternan individualmente **Pescarmona, Pérez Companc, Rocca (de Techint) y Fortabat,** entre los más dinámicos.

Sin embargo, como las reformas que introdujo en tan poco tiempo el gobierno de Menem exceden la **capacidad de ubicación** de los empresarios y de los propios funcionarios, **los realineamientos no terminan de acomodarse. El delgado hilo conductor de negocios** que baja desde **Washington** constituye, por el momento, **la única señal inconfundible que se emite desde la Casa Rosada.**

Pero **¿con quién hablar?, ¿con quién negociar?** son preguntas que recorren el circuito del poder sin que nadie acierte hoy con la respuesta correcta.

02-02 9004943

DOCUMENTO
ARTICULO Ubaldini lanzado a su candidatura
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA 11/8/90
PAGINA Argentina 10033
F. Sicosocial 11165
Sindicatos 500854

ENTRADO
CRUZ DO

Ubaldini, lanzado a su candidatura

El titular de la CGT-Azopardo, **Saúl Ubaldini**, admitió anoche la posibilidad de postularse como candidato a gobernador de Buenos Aires. Aclaró, sin embargo, que la eventual candidatura **"va a surgir de la decisión de los trabajadores"** y que todo aquel sindicalista que incursione en el terreno político **"va a tener que dejar de hacer sindicalismo"**.

Ubaldini habló en la clausura del plenario de delegaciones regionales de Córdoba —realizado en Villa María— y luego de distribuirse acaso el más crítico pronunciamiento de esa central obrera sobre la gestión del presidente **Carlos Menem**.

En términos de tono apocalíptico, la declaración alude al "desmantelamiento" del Estado y al "nefasto" proyecto que "intenta atomizar a las organizaciones sindicales y desarticular las instituciones populares recreando la filosofía capitalista del individualismo".

El documento resuelve:

- "Respaldar plenamente al secretariado nacional de la CGT y ratificar nuestra lealtad encaramada en Saúl Eldover Ubaldini.
- "Repudiar la actual política económica y social impuesta por los centros del poder mundial, instrumentada por el gobierno nacional y apoyada coherentemente por las autoridades de Córdoba.
- "Exigir al presidente de los argentinos el cumplimiento de los postulados de la plataforma que masivamente el pueblo votó el 14 de mayo de 1989.
- "Denunciar la traición a la Patria que significa la liquidación salvaje del Estado, dirigida a la capitalización de la ilegítima deuda externa.
- "Solicitar la urgente convocatoria al plenario de delegados para analizar los pasos a seguir por el movimiento obrero ante la situación planteada".

CAMBIOS EN EL PJ

Reelegirán a Ubaldini al frente de la CGT-Azopardo

La CGT-Azopardo llamó ayer a un congreso para renovar autoridades el 17 de octubre. Saúl Ubaldini continuará como secretario general de la central y desde allí se lanzará a la gobernación bonaerense. La iniciativa fue impugnada por la CGT-San Martín y el ministro Jorge Triaca, por "carecer de validez legal".

Ayer, el consejo directivo de la CGT-Azopardo convocó a un congreso nacional el 17 de octubre, en el que todo indica, será reelecto Saúl Ubaldini como secretario general. La convocatoria fue inmediatamente invalidada por "ilegal" por los gremios menemistas. La cuestión vuelve a poner sobre el tapete la legitimidad de cada central obrera, sobre la que cada cual dice lo que quiere.

La CGT ubaldinista decidió renovar sus autoridades un mes antes de los vencimientos de sus mandatos. La decisión se adoptó en una reunión que duró más de cuatro horas, en la sede del sindicato de los no docentes universitarios.

Saúl Ubaldini explicó luego del encuentro que, como pasos previos, el 29 de agosto se reunirá el comité confederal y el 27 de setiembre se hará la [illegible] de la memoria y balance del año. El gremialista no fue tan detallista a la hora de explicar cómo compatibilizará su secretaría general con su precandidatura a la gobernación bonaerense: "Serán los compañeros quienes definirán la mejor estrategia de la CGT", dijo.

La decisión del ubaldinismo de convocar a su propio congreso tuvo, obviamente, cola. El ministro Jorge Triaca dijo que la convocatoria es "inexistente: para nosotros las autoridades válidas son las elegidas en el Teatro San Martín". Sin embargo, pese a reconocer a la CGT menemista, el Gobierno no ha dejado de invitar al ubaldinismo a las [illegible] por la concertación, por ejemplo, aceptando de hecho la existencia de dos centrales.

Para los abogados de Azopardo, la convocatoria "es legal, se cumplen los términos establecidos en los estatutos de la CGT y de la Ley Sindical". Esta ley, de todos modos, establece que debe haber una sola CGT.

Ubaldini, por su parte, no quiso definirse al hacer declaraciones. Cuando se le preguntó si se convocaría a todos los gremios para el congreso dijo que sí. Pero a aquellos que "lógicamente (palabra favorita del cervecero) estén alineados tras un proyecto que defienda los intereses de los trabajadores".

♦ Respaldo de Lorenzo Miguel

El secretario general de la CGT ratificó que las 62 Organizaciones, que comanda **Lorenzo Miguel**, respaldan la convocatoria y precisó que la semana que viene se difundirá un documento con "una propuesta para un cambio fundamental" en la actual [illegible].

"Hemos perdido —dijo Ubaldini—, desde 1971, un millón de trabajadores industriales, sin contar a los del sector público y la desocupación, lo que nos lleva a elevar no solamente las protestas sino también una propuesta".

Ubaldini dijo también, en adhesión a la Ley de Empleo, que "no hemos conocido el texto del anteproyecto y solo después de conocerlo daremos nuestra opinión". El proyecto de ley está siendo analizado desde febrero en el Senado. Además de la difusión que recibió en su momento, su texto circula por el Congreso, estudios de abogados laboralistas y los gremios.

Ubaldini reconoció algunas diferencias con el presidente Carlos Menem "a quien hemos advertido y con quien tenemos algunas discusiones sobre la problemática económica y social. Interpretamos —agregó— que se tienen que hacer correcciones para que la situación no sea tan traumática".

En el encuentro cegetista se analizó también, como es habitual, la situación de los gremios en conflicto, principalmente en el interior del país. Después de la ola de planes de lucha, quedan con problemas los estatales de ATE en varias empresas y reparticiones y el Sindicato de Luz y Fuerza.

Este advirtió ayer que, si en una semana no recibe respuesta a su pedido de aumento —los salarios son los mismos desde hace cinco meses—, el cuerpo directivo dispondrá medidas de acción directa.

Vuelve la política

La interna sindical vuelve a escena. Luego de un mes en que lo más importante para los gremios fue conseguir aumentos y esperar el resultado del plebiscito bonaerense, ahora volverán a discutir de política. Y con un condimento: se acerca la hora de diagramar cargos en las listas peronistas para las elecciones del año que viene.

El triunfo del No ya provocó reacomodamientos: menemistas se han consolidado en la conducción partidaria, en la que ubicaron a Güerino Andreoni. Y los de Azopardo anticiparon ayer el congreso de noviembre para el 17 de octubre.

En ese plenario habrá dos grupos con intenciones opuestas: el miguelismo y los ubaldinistas con el grupo de los 8. ¿El premio? Saúl Ubaldini, quien peleará la gobernación bonaerense, pero desde la CGT, para no perder fuerza.

¿Qué los diferencia? Lorenzo Miguel, que arregló salarios por debajo de lo previsto luego de un larguísimo plan de lucha, apostó a Antonio Cafiero en Buenos Aires y no quiere romper con el Gobierno. Los combativos que encabezan Víctor De Gennaro y Germán Abdala, en cambio, buscan fortalecer una alternativa.

Para ellos, Ubaldini debe quedarse al frente de la CGT-Azopardo y actuar en política, pero con un discurso claramente opositor. Desde la CGT, Ubaldini debería lanzar un plan de lucha nacional y no preocuparse tanto por los apuros [illegible] a las 62 Organizaciones de Miguel). Si persiste la división obrera, bien. Y si el miguelismo y los independientes, incluso, forman una tercera central o pasan al menemismo, tampoco importa demasiado.

Pero De Gennaro y Abdala corren el riesgo de quedar aislados. Uno de sus compañeros de ruta, el camionero Ricardo Pérez le envió una carta a Ubaldini y a Miguel, en un tono extrañamente coloquial, en la que reclama mayor protagonismo y un "aggiornamento" del tradicional brazo político del gremialismo.

En la otra vereda, en el "nuevo" brazo político del sindicalismo, la Mesa Sindical Marplatense, también se avecinan cambios. El 29 de agosto se elegirán las autoridades con una "mesa grande" de 25 personas y una "mesa chica" de 12 o 15 [illegible]. La novedad la podría dar Armando Cavalieri, a quien intentan acercar al organismo sus ex compañeros de ruta de "los 15", como Carlos West Ocampo. A Cavalieri podría seguirlo Juan Zanola, integrante, como el mercantil, de las 62 Organizaciones.

En la CGT-San Martín hay otra postura clara, la de los ex renovadores, como Roberto García y Güerino Andreoni, que acaban de ascender en la estructura partidaria peronista y que buscan evitar desde todo punto de vista la confrontación con el proyecto de Carlos Menem.

Igualmente, el que homogeniza el menemismo en Luis [illegible] nuevo, el personaje más fuerte de esta obra, muy cercano al Presidente. Tanto "los 25" como "los 15" marchan a la zaga del gastronómico, que maneja los fondos de las obras sociales y quiere imponer el candidato menemista en la provincia.

Por ahora, en resumen, de unidad nacional ni hablemos. Haciendo números, el ubaldinismo [illegible] ta con unos 60 gremios y el menemismo con alrededor de 100. Pero la cantidad de congresales que enviaría cada sector a un hipotético congreso unificador estaría pareja, como el año pasado. Por lo tanto, lo mejor es hablar de reacomodamientos, aún inciertos. Que podrían profundizar las divisiones actuales, más claramente en Azopardo, más disimuladamente en San Martín.

Pablo Vaca

ENTRADO CRUZ D
PARTES ILEGIBLE
51-01
Nº DOCUMENTO 900494
TITULO Reelegirán a Ubaldini al frente de la CGT-Azopardo
CLARIN 15 00 24
10/8/90 10033
Argentina 11165
F. Sicoscia 500851
Sandwiches
900494
900494

Conflictos docentes en nueve provincias

En medio de una agudización del conflicto docente en distintas provincias, mañana se reunirán con el ministro de Economía los ministros de Hacienda provinciales. Mientras la CTERA prepara su congreso en Córdoba para el próximo 18, nueve provincias cumplen planes de lucha, la mayoría en reclamo de ajustes y pagos atrasados. Las autoridades del Ministerio de Educación aguardan luz verde de sus colegas de Economía para convocar a los gremios nacionales a una nueva ronda de negociaciones.

En nueve provincias los gremios docentes han dispuesto medidas de fuerza en reclamo de mejoras salariales y por retrasos en la liquidación de aumentos ya otorgados.

Las medidas afectan el ciclo lectivo en **Salta, Santa Fe, Chaco, Tucumán, Catamarca, Río Negro y Tierra del Fuego,** mientras que en **Santiago del Estero y Buenos Aires** los maestros trabajan bajo protesta e interrumpiendo las clases por asambleas, respectivamente.

También continúan las medidas de fuerza de la **Confederación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU)** quienes no toman los exámenes finales de agosto, como lo hicieron en julio. Los días sábado y domingo próximos realizarán un congreso en esta Capital, donde profundizarían las medidas de fuerza, hasta interrumpir el dictado de clases y tareas de investigación.

Debido al agotamiento de los recursos para hacer frente a las exigencias docentes en sus distritos, los ministros de Economía provinciales se reunirán mañana con el ministro **Antonio Erman González,** a fin de solicitar un refuerzo presupuestario.

En este encuentro debutará como subsecretario de Gestión Económica el ex asesor de la cartera, **Héctor Domenicone,** quien ha tenido a su cargo las últimas negociaciones con los gremios de profesores.

La asunción de Domenicone, en remplazo de **Luis Prol,** quien pasó a la Subsecretaría de Empresas Públicas, demoró las gestiones que el Ministerio de Educación venía realizando para establecer el salario de julio.

Esto significará un nuevo atraso en la liquidación de los salarios, pues el ajuste que se establezca sobre los 644.000 australes pagados en julio, **deberán ser liquidados por planilla complementaria.**

El director de Asuntos Gremiales del Ministerio de Educación, **Eduardo Albelo Brea,** informó anoche que el índice de inflación del 10,8% también complicó las gestiones encaradas para aumentar la masa de fondos para salarios de docentes.

La secretaria general de la **Confederación de Trabajadores de la Educación (CTERA), María Sánchez,** dijo que su gremio retornará el viernes a la Comisión Participativa Salarial. Así se reabriría el diálogo con el Gobierno, luego del "portazo" que la entidad y los gremios de docentes nacionales dieron el viernes pasado, ante la falta de una propuesta salarial del Gobierno.

Albelo Brea relativizó la advertencia del Ministerio de Trabajo, según la cual no se conversará con gremios en conflicto. **La CTERA realizará un nuevo congreso el sábado 18 de este mes en Córdoba, sin presencia de periodistas, que solo podrán ingresar cuando los gremialistas den a conocer sus conclusiones.**

ENTRADO
GRUZ 89

Nº DOCUMENTO 9004946
TITULO CONFLICTOS DOCENTES EN NUEVE PROVINCIAS
PROCEDENCIA CLARIN
8/8/90
ARGENTINA
F. S. SOCIAL
CONFLICTOS LABORALES

9004946
01-01
150024
10033
11165
11413

ENCUESTA EXCLUSIVA

Una encuesta de 593 casos realizada para *Clarín* en el conurbano bonaerense reveló que el motivo individual más importante para quienes rechazaron la nueva Constitución provincial fue la falta de información sobre el contenido de la reforma propuesta. El peso de la situación socioeconomica y las críticas al gobernador Antonio Cafiero siguieron en importancia. Quienes dijeron sí a la propuesta fundamentaron su decisión más en el fondo —contenido de la Carta Magna— que en la forma.

Las

***Tres parecen haber sido* las causas decisivas que ganaron el "no" de Buenos Aires a la nueva Constitución provincial: el *manejo desacertado de la propuesta* (con descreimiento en los políticos que la impulsaron); la situación socioeconómica y el descontento con la gestión gubernativa de Antonio Cafiero.**

El argumento individual más frecuentemente citado por los ciudadanos fue, sorprendentemente, la falta de información suficiente y otro, también mencionado en forma reiterada, fue la oposición a la metodología con que se llevó adelante el proyecto de reforma.

Además de estas razones

¿QUIEN VOTO POR EL "SI"?

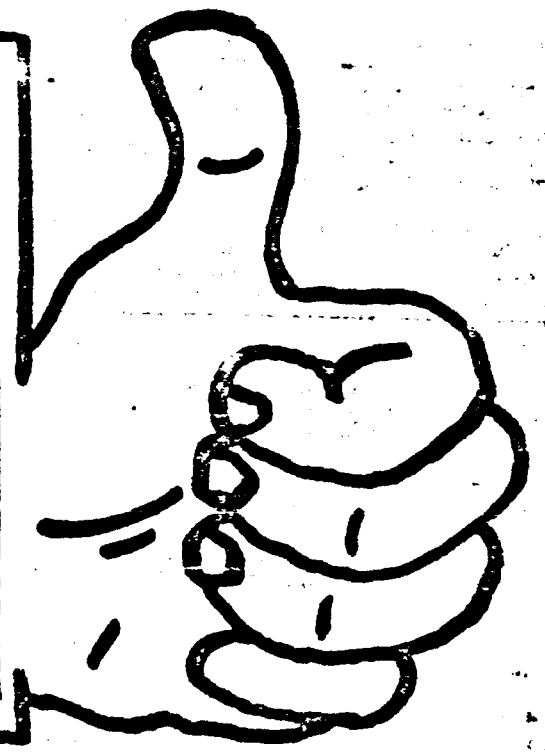
SEXO	Masculino	50,3%
	Femenino	49,7%
EDAD	18-25 años	26,7%
	26-39 años	38,2%
	40-54 años	24,2%
	55 y más años	10,9%
NIVEL OCUPACIONAL	Alto	6,7%
	Medio	42,4%
	Bajo	50,8%

FUENTE: CEOP. Agosto de 1990.

¿POR QUE VOTO POR EL "SI"?

Está de acuerdo con la reforma, porque implica un cambio positivo	64,8%
Porque está en contra de los dirigentes que impulsaron el "no"	12,7%
Para apoyar al Gobierno	10,8%
Porque tiene algunos artículos interesantes	9,1%
Porque así el pueblo participa	3,6%
Otros motivos	3,6%
No sabe/no contesta	3,6%

FUENTE: CEOP. Agosto de 1990
Nota: Los porcentajes suman más de 100% porque algunos entrevistados expusieron más de un motivo.



¿QUIEN VOTO POR EL "NO"?

SEXO	Masculino	49,2%
	Femenino	50,8%
EDAD	18-25 años	28,4%
	26-39 años	31,4%
	40-54 años	25,4%
	55 y más años	14,8%
NIVEL OCUPACIONAL	Alto	18,4%
	Medio	42,0%
	Bajo	39,6%

FUENTE: CEOP. Agosto de 1990.

¿POR QUE VOTO POR EL "NO"?

No tuvo suficiente información	19,3%
No está de acuerdo con la reforma	19,0%
No está de acuerdo con la metodología (votar por "sí" o por "no" a demasiados artículos)	16,0%
No es el momento. Hay problemas más importantes (económicos y sociales)	14,8%
Todo fue confuso y apresurado. No quedó claro el propósito	13,0%
Por desconfianza en los políticos que impulsaron la reforma	10,0%
No está de acuerdo con el gobierno de Cafiero	8,8%
No está de acuerdo con algunos artículos. No se puede votar "sí" a todos.	8,5%
Los gobernantes prometen y no cumplen	7,5%
La reforma daría más atribuciones a los municipios para cobrar más impuestos	6,3%
Es una farsa y/o estafa	5,7%
No cree en los políticos	4,5%
Fue una maniobra política de Cafiero para lograr su reelección	3,9%
Hace falta cambiar los gobernantes y no las leyes	3,0%
Otros motivos	2,1%
No sabe/no contesta	0,8%

FUENTE: CEOP. Agosto de 1990.
Nota: los porcentajes suman más de 100% porque algunos entrevistados expusieron más de un motivo.

9004947

FICHA TECNICA

EMPRESA EJECUTORA: CEOP (Centro de Estudios de Opinión Pública).
TIPO DE ESTUDIO: Encuesta por muestreo.
CARACTERISTICAS: Cuelicuantitativo.
INSTRUMENTO DE RECOLECCION DE DATOS: Cuestionario estructurado.
TIPO DE PREGUNTAS: Alternativas fijas y abiertas.
ALCANCE: 19 partidos del conurbano bonaerense, divididos en cuatro zonas: norte, centro, oeste y sur.
TIPO DE ABORDAJE. En lugares de votación, a personas que ya habían emitido su voto.
DISEÑO MUESTRAL: Probabilístico bietápico, con elección de entrevistado definitivo según cuotas de sexo y edad.
TAMAÑO DE LA MUESTRA: 539 casos, con un error [illegible] 4,3%, con una confiabilidad del 95,5%.
FECHA DE REALIZACION: Domingo 5 de agosto de 1990.

01-02

razones del No

las opiniones vertidas tras la emisión del voto encendieron señales rojas en varias direcciones políticas diferentes: los contenidos de la reforma, el impacto del disconformismo social y el "vicio de nulidad" que la opinión pública parece asociar con las iniciativas que resultan el producto de acuerdos de cúpulas partidarias.

Todo sugiere que el impacto de las lecciones del plebiscito excederá largamente en sus alcances el mero ámbito provincial. La misma diversidad de razones presenta dificultad, a quienes defendieron el "no", para reclamar la paternidad de la victoria.

Estas son las principales conclusiones de la encuesta de boca de los comicios que el Centro de Estudios de Opinión Pública realizó, en 19 partidos del conurbano bonaerense y con un total de 593 casos para Clarín, el domingo. Sobre la metodología de la encuesta conviene formular tres precisiones para entender mejor sus resultados:

• En unos comicios que resultaron sumamente politizados, los encuestados fueron consultados inmediatamente después de emitir sus votos, momento en que racionalizaron el o los impulsos que los llevaron a pronunciarse. Para facilitar el proceso, el cuestionario preparado fue del tipo abierto dejando margen amplio para las respuestas espontáneas.

• La suma de porcentajes en los cuadros que ilustran esta nota da 140 por ciento por la sencilla razón de que aproximadamente la mitad de los encuestados expresaron más de una razón para fundamentar su voto. Este hecho supone algunas dificultades en el análisis para agrupar las categorías.

• La planificación del sondeo se realizó en dos etapas: se dividieron los 19 partidos del conurbano en cuatro zonas primero y luego en lugares de votación.

Si se acepta que el ordenamiento de los datos permite realizar varias "entradas", es preciso convenir que los cuestionamientos de diferente índole a la metodología (falta de información, demasiados artículos para votar a libro cerrado, apresuramiento, etcétera) se impusieron —sumados— como motivo central con el 48,3 %.

Quienes se opusieron al contenido del texto (desacuerdo con la reforma, atribuciones a municipios, oposición a algunos artículos, hay que cambiar gobernantes no leyes) constituyeron el segundo grupo con el 37,7%.

Entre quienes dijeron "sí" a la reforma no privó el método sino el contenido (un cambio positivo y tiene artículos interesantes) de la nueva Constitución con el 73,9%.

♦ Manejo ineficiente

La comparación de ambos grupos de razones refuerza la idea de que la oposición —que cuestionó más la forma que el fondo— se acrecentó por el manejo ineficiente de campaña en favor de la nueva Carta Magna. Un argumento que fue eje del debate público, el presunto carácter expropiatorio de parte del articulado, no surgió en la muestra.

Las críticas a los políticos (desconfianza a quienes la propiciaron, gobernantes que no cumplen, farsa y/o estafa, falta de credibilidad de la clase dirigente en general) sumaron el 20,9% del total. No es un dato despreciable que entre quienes eligieron las afirmativas, el segundo grupo en importancia (12,7%) también descreyó de los dirigentes, en este caso de quienes defendieron el "no".

El peso de la situación socioeconómica en el resultado (hay problemas más importantes y el rechazo a potenciales nuevos impuestos) fue del 21,7%. Entre los votos positivos esta cuestión no surgió.

La visión desfavorable de la gestión de Cafiero como gobernador (crítica y sospecha de maniobra política para buscar la reelección) sumó el 12,7%. De los que aprobaron la propuesta casi un once por ciento lo hicieron para respaldar esa misma gestión, una proporción poco significativa a menos que se ordene las razones en forma decreciente con lo que aquella pasa a ser la tercera.

El "no" ganó más a las mujeres que a los hombres y a los jóvenes de hasta 39 años (59,8%). En el "sí" se acentuó la importancia del mismo segmento generacional (64,9%).

El rechazo convocó a más votantes del nivel ocupacional alto, mientras que la mitad del total de los apoyos provino del nivel ocupacional bajo.

Aquellos que votaron pero no supieron o quisieron explicar las razones fueron más numerosos en el "sí" (3,6%) que entre el "no" triunfante (0,6%).

Oscar Raúl Cardoso

Copyright Clarín, 1990

LOS QUE VOTARON "NO" A LA REFORMA:

- El 45,0% manifestó conocer la nueva Constitución.
- El 54,1% manifestó no conocer la nueva Constitución.
- [illegible]% no quiso contestar si la conocía o no.

LOS QUE VOTARON "SI" A LA REFORMA:

- El [illegible]% manifestó conocer la nueva Constitución.
- El [illegible]% manifestó no conocer la nueva Constitución.

9004947

02-02

Nº. DOCUMENTO 9004948
TITULO Imagen de MENEM mejora en Julio.
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA 6/8/90
VIÑETAS Argentina 10033
F. Sicosocial 11165
encuestas de opinión 11323

ENTRADO X
CRUZADO X

Imagen personal de Menem

	[illegible]	Dic.	[illegible]	Abril	[illegible]	Julio
Positivo	[illegible]	47,8 %	[illegible]	51,4 %	[illegible]	62,1 %
Regular	[illegible]	29,5 %	[illegible]	25,5 %	[illegible]	21,1 %
Negativo	[illegible]	21,6 %	[illegible]	22,1 %	[illegible]	16,1 %
No sabe/ No cont.	[illegible]	1,4 %	[illegible]	1,9 %	[illegible]	0,6 %
Pos/Neg.	[illegible]	2,2	[illegible]	2,3	[illegible]	3,9

FUENTE: Lynch, Menéndez y Nivel.

La imagen de Menem mejoró en julio, según una encuesta

Un sondeo de opinión realizado por los consultores Lynch, Menéndez y Nivel, en la Capital Federal y el Gran Buenos Aires sobre 1600 casos durante la segunda quincena de julio, revela que la imagen del Gobierno ha mejorado sensiblemente respecto de la primera semana de junio.

En lo que hace a la imagen personal del presidente Menem, su punto más alto lo alcanzó durante el mes de septiembre, con un 79,7 % de opiniones positivas, para descender drásticamente al 47,8 % en diciembre y aún más en febrero, cuando llegó a su punto más bajo (33,9 %).

En abril sufrió un incremento (51,4 %) para descender levemente a 44,8 % en la primera semana de junio y mejoró en forma sustancial en la última semana de julio, para llegar a 62,1 %.

Es así como la imagen de Menem, que a principios de junio registraba 1,8 opiniones positivas por cada negativa, en julio se duplicó para pasar a 3,9.

Por otra parte, al analizar la imagen de la gestión del Presidente, se observa que, si bien la tendencia es similar, siempre es peor que su imagen personal, dado que en septiembre el 71,4 % de los consultados tenía una imagen positiva de la gestión. Esta cae marcadamente, al 35,1 %, en diciembre, y alcanza su piso durante febrero, con sólo el 22,2 % de opiniones positivas.

En abril casi se duplica el porcentaje, al llegar al 41 % las opiniones positivas; cae nuevamente al 28,6 % en junio, para mejorar en forma sustancial durante la última semana de julio (45,8 %). Es así como a principios de junio la gestión de Menem tenía imagen negativa de 0,9 en favor por cada opinión en contra, y a fines de julio se triplica, alcanzando 2,4.

Las conclusiones del análisis del sondeo consignan:

- Se ha producido una sensible recuperación de la imagen del Gobierno en la segunda quincena de julio, respecto de los niveles de la primera semana de junio.
- Dicha tendencia se registra tanto en lo que hace a la imagen personal del Presidente, como respecto de su gestión de gobierno, la política económica y la imagen del Ministerio de Economía.
- Cabe recordar que la primera semana de junio fue un momento político difícil para el Gobierno, en razón de las críticas al Presidente por su viaje a Malasia, la irrupción del conflicto familiar, cierta imagen de desavenencias en el seno del Gobierno y la inestabilidad económica que se registró entonces en el dólar y la tasa de inflación.
- El cambio de tendencia que se operó en las semanas subsiguientes y que se registra en la segunda quincena de julio sería consecuencia del afianzamiento de la tendencia hacia la estabilidad económica –la inflación de julio es inferior a la del mes precedente y el tipo de cambio se ha mantenido estable–, el efecto positivo de las privatizaciones, cierta imagen de mayor orden dentro del Gobierno y la desaparición de la escena política del conflicto familiar.

9004948

Nº. DOCUMENTO 9004949
TITULO Conflictos laborales crecieron en julio 47%
PROCEDENCIA LA NACION 15002 5
FECHA DE PRESENTACION 5/8/90
VINCULACIONES Argentina 10033
F. Sicosocial 11165
Conflictos laborales 11413

ENTRADO
CRUZADO 8

Según un trabajo del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría

Los conflictos laborales crecieron en julio un 47 %

Durante el mes de julio último se produjeron 103 conflictos laborales, cifra que representa un incremento del 47 por ciento respecto al mes anterior y que interrumpe la tendencia decreciente que se registraba desde marzo, que, con un total de 146 pleitos, marcó el récord mensual de la década.

Los datos corresponden a un análisis efectuado por el Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría, en el que también se destaca que la causa principal de ese incremento de conflictos fue el plan de lucha de la Unión Obrera Metalúrgica (UOM), que tuvo su máximo nivel mensual de conflictividad de los últimos diez años.

Como consecuencia de ello, se produjo un sensible aumento en los conflictos laborales de la industria, ya que en julio último los gremios de ese sector tuvieron el 35 por ciento de los pleitos, frente al 21 por ciento del promedio anual y del 16 por ciento registrado en junio pasado.

El 61 por ciento del total de las medidas de fuerza que se desarrollaron en los gremios industriales en julio, asimismo, fueron de la UOM.

El mismo informe del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría destaca que los gremios con más

	Conflictos	
Docentes	24	
UOM	22	
Periodistas	9	
Estatales	7	
[illegible]	6	
Telefónicos	4	
Químicos	4	
[illegible]	3	
[illegible]	3	
[illegible]	3	
Otros	18	
Total	103	

conflictos en julio fueron los docentes, con 24 medidas de fuerza (23,3 por ciento); la UOM, 22 (21,4 por ciento); periodistas, 9 (8,9 por ciento) y estatales (ATE y UPCN), 7 (6,8 por ciento).

Luego siguen los bancarios, con 6 medidas de fuerza (5,8 por ciento); telefónicos y químicos, con 4 (3,9 por ciento), respectivamente, y los municipales, papeleros y la Uocra, con 3 conflictos cada uno (2,9 por ciento).

1 - 0.1

9004949

DOCUMENTO 9004950
TITULO Se agrava problema de desocupación
PROCEDENCIA CLARIN 15024
FECHA 5/8/90 10033
VIA Argentina
F. Económico Sicosocial 11165
Nivel de ocupación 11322.

ENTRADO
CRUZADO

Se agrava cada vez más el problema de la desocupación

En algunos centros urbanos del interior del país se habría registrado **una mayor tasa de desempleo y subempleo que la detectada en el área metropolitana**, al tiempo que se estaría verificando una disminución de la población económicamente activa, destaca en su informe mensual el **Instituto Argentino de Ejecutivos de Finanzas (IAEF).**

El informe agrega que la tendencia indica que el índice de desocupación podría alcanzar en un futuro próximo **los dos dígitos.** Al mismo tiempo, disminuye la base sobre la cual se calcula la tasa de desempleo como consecuencia del retiro de personas que realizan tareas de baja **calificación** debido a que los gastos en concepto de viajes y comidas para ir en busca de un empleo, **superan ampliamente las expectativas de remuneraciones.** Este caso es muy palpable dentro de los escalafones del servicio doméstico y personal de limpieza y changarines.

Las perspectivas de agudización de conflictos laborales se ven aumentadas debido a la actual fase recesiva de la economía, lo que determinó una reducción en las horas extras trabajadas. Esto originó **una declinación en el poder de compra de los sectores asalariados.**

Todavía no se realizaron los ajustes que se esperaban hacer en el sector público, y algunas áreas de la administración pública estarían en mora en el cumplimiento de lo dispuesto en el decreto N° 435. De producirse el mencionado ajuste en el sector público, se reflejaría en **un incremento considerable de las tasa de desempleo global.**

La lentitud en el ajuste del gasto del sector público obliga a que **el sector privado deba soportar su financiamiento a través de una creciente presión impositiva.**

El documento del IAEF destaca que desde junio y julio se viene observando una declinación del nivel de actividad económica. Además la coexistencia de una caída del tipo de cambio real con una tasa de interés efectivo muy elevada **conllevan a un marco recesivo** que se ve potenciado por la incertidumbre que genera la falta de instrumentos que moderen las oscilaciones del tipo de cambio y la tasas de interés.

♦ La producción industrial

La producción industrial correspondiente al primer semestre del año resulta el 20% inferior a la anotada en el período '87-'89, con las proyecciones realizadas para el resto del año, **el nivel de actividad anual sería el más bajo desde comienzos de la década del 70.**

Respecto de las perspectivas de actividad **se ha observado** desaliento en el sector de bienes de consumo no durables por la caída del poder de compra, **mientras que las altas tasas de interés conspiran con el sector de bienes de capital.**

Julio presentó dos factores que complicaron la situación. El primero fue que algunas empresas sobreestimaron los indicios de reactivación acumulando stocks de los que tratarán de desprenderse en agosto y setiembre, lo que puede originar aún mayor recesión. En este sentido, mientras que la demanda caía las industrias utilizaron el 7% más que en mayo.

El segundo factor fue que el largo conflicto de la Unión Obrera Metalúrgica que arrastró a otros sectores a una parálisis.

En cuanto a la inflación proyectada para el mes en curso, el IAEF prevé que el índice de precios al consumidor será superior al 10%, ya que el mes arranca con un arrastre estadístico cercano al 3,5%. Al mismo tiempo, los últimos incrementos de tarifas de servicios públicos dispuesto por el Gobierno más el que pueda aplicarse a los combustibles, ejercerán un efecto alcista sobre los precios mayoristas.

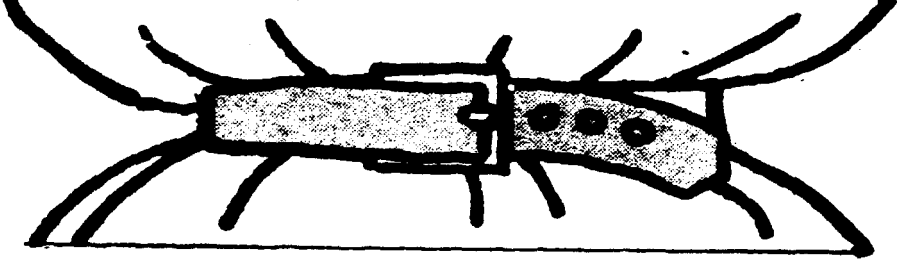
9004950

900495 T
Como viven los argentinos con la crisis
CLARA 150024
5/3/95
Argentina 10033
F. Diagonal 11165
Encuestas de Opinión 11323

ENTRADA
CRUZADO

SE AJUSTAN LOS CINTURONES

	Empleados públicos Maestros	Obreros	Jubilados	Ejecutivos	Comerciantes	Empleados privados	Total
Achicó los gastos	73,7	90,5	71,4	51,6	65,4	64,4	54,6
Gana lo suficiente	15,8	—	28,6	45,2	28,6	27,7	31,8
Tiene más de un trabajo	10,5	9,5	—	3,2	5,5	7,8	13,6



FICHA TECNICA

Empresa ejecutora: CEOP (Centro de Estudios de la Opinión Pública).

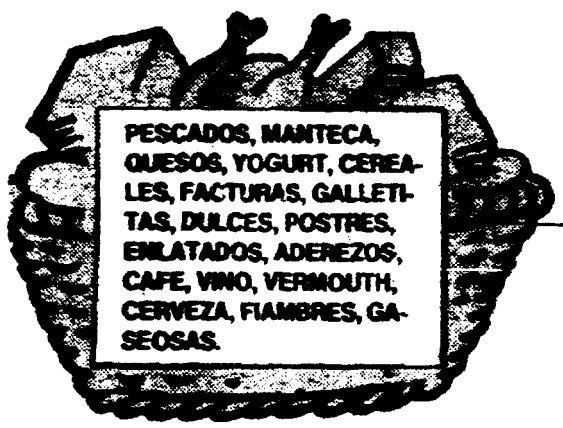
Tipo de estudio: encuesta por muestreo. **Tipos de preguntas:** intencional por cuotas, según segmento ocupacional (obreros, empleados públicos/docentes, empleados privados, pequeños y medianos comerciantes, ejecutivos y grandes comerciantes, jubilados y amas de casa).

Alcance: Gran Buenos Aires (Capital Federal y 19 partidos).

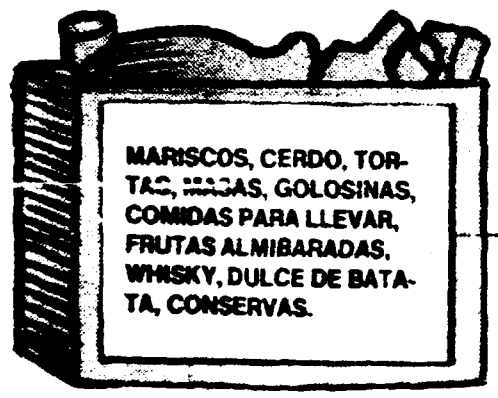
Tamaño muestral: 464 casos efectivos.

UNA CANASTA FAMILIAR MAS CHICA

- NO SUPRIMIO NINGUNO: 70,5%
  COMPRA IGUAL CANTIDAD: 43,5%
- SUPRIMIO 1 ó 2: 26,6%
  COMPRA MENOS DE 1 ó 2: 37,8%
- SUPRIMIO 3 ó +: 2,9%
  COMPRA MENOS DE 3 ó +: 19,8%



- ELIMINO ALGUNO: 75,5%
  COMPRA MENOS DE ALGUNO: 75,5%
- NO SUPRIMIO NINGUNO: 23,4%
  COMPRA IGUAL QUE ANTES: 18,5%
- NUNCA ELIMINO NINGUNO: 1,1%
  NUNCA DEJO DE COMPRAR IGUAL CANTIDAD: 6,0%



- ELIMINO ALGUNO: 46,8%
  ALGUNO COMPRA MENOS: 38,7%
- NO SUPRIMIO NINGUNO: 17,8%
  COMPRA IGUAL QUE ANTES: 16,7%
- NUNCA CONSUMIO O NUNCA DEJO DE CONSUMIR: 35,4%
  COMPRO IGUAL CANTIDAD O NUNCA CONSUMIO: 52,6%

900495

01-02

Fuente: CEOP

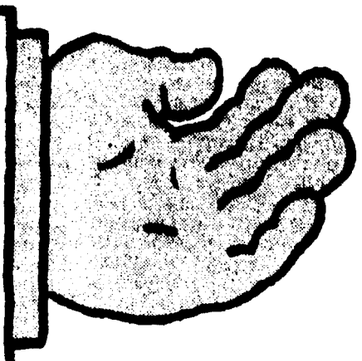
COMO HACEN LOS PORTEÑOS PARA SOBREVIVIR A LA CRISIS

En tiempos difíciles como los que corren, un 70 por ciento de los porteños achicó gastos. ¿Cómo?. Eliminaron drásticamente ciertos tipos de alimentos. No compran ropa. Descartan las salidas (especialmente en taxis). Piden adelantos o apelan a las reservas personales para llegar a fin de mes. Según una encuesta de "Clarín", estos son sólo algunos de los costos que provocó la crisis. De ese fenómeno da cuenta este informe.

PIDEN ADELANTOS

	Empleados públicos	Obreros	Jubilados	Ejecutivos	Comerciantes	Empleados privados	Total
Pide vales o adelantos	30,0	62,0	—	—	—	34,4	51,1
Tiene reservas personales	40,0	24,0	51,7	—	50,0	32,8	23,4
Pide préstamos a los amigos/familia	36,7	28,0	51,7	—	22,7	30,6	25,5
Hace horas extras o changas	16,7	38,0	20,1	—	18,2	22,6	17,0
Otros	6,6	2,0	—	—	27,2	5,3	2,1
No contesta	—	2,0	31,0	—	—	7,0	6,4

Fuente: CEOP



COMPRAN MENOS

	ROPA	TAXI	COLECTIVO	TARJETA
NO CONSUME O NO COMPRA	70,3%	26,0%	3,4%	6,3%
CONSUME O COMPRA MENOS	51,3%	11,4%	16,4%	10,4%

Fuente: CEOP

POCOS GASTOS EN ESPARCIMIENTO

	Obreros	Empleados públicos	Empleados privados Maestros	Jubilados	Amas de casa	Comerciantes	Ejecutivos	Total
Sí	83,9	88,2	78,1	83,3	77,6	64,2	30,8	74,1
No	16,1	11,8	21,9	16,7	19,7	33,3	69,2	25,0

Fuente: CEOP

En estos tiempos de crisis, una reciente consulta **confirma que el 70 por ciento de los porteños admite que tuvo que apretarse el cinturón.** ¿Ejemplos? Ya no compran ropa; compran menos alimentos; suprimen las salidas. Además, la mayoría dice que con la plata que gana en su trabajo no llega a fin de mes ni siquiera ajustándose el cinturón. ¿Entonces? **Pide dinero prestado o adelantos de sueldo.**

En fin, consultados sobre sus métodos para sobrellevar esta época peliaguda, un grueso porcentaje (33 por ciento) **confiesa que ya no paga los impuestos municipales, las boletas de gas, luz, teléfono y obras sanitarias.** En cambio, casi todos reconocen que el techo no se toca, es decir, que cumplen religiosamente con el pago del alquiler de su casa y de las expensas.

Los porteños y la crisis económica fue el tema de una encuesta realizada por el Centro de Estudios de la Opinión Pública (CEOP) hace unas semanas. Y así son las cosas, al menos para medio millar de personas de ambos sexos y de diferente situación socioeconómica consultadas, que viven en la Capital Federal y en 19 partidos del Gran Buenos Aires.

♦ Justito al 31

Más de la mitad de los porteños encuestados contesta que, a pesar de achicar los gastos, no llegan a fin de mes con el sueldo que ganan. **Exactamente el 51,6 por ciento.**

¿Quiénes dicen que no les alcanza su ingreso? **La mayoría de los obreros** (71 por ciento), **de los maestros o empleados públicos** (61,2 por ciento), **casi todos los jubilados** (81 por ciento) y **más de la mitad de los empleados privados** (52 por ciento). Incluso, casi un 30 por ciento de ejecutivos o empresarios.

¿Cómo hacen entonces para sobrevivir? Los más (el 34,4 por ciento) declaran que se las arreglan pidiendo vales o adelantos, aunque casi la misma cantidad (32,8 por ciento) asegura recurrir a la platita ahorrada (sobre todo los ejecutivos).

Más del 30 por ciento apela al recurso de tirarle la manga a sus amigos o a sus parientes (sobre todo los jubilados). **Y casi un 23 por ciento se las compone haciendo "changas" u horas extras en el trabajo** (ver cuadro).

Encuesta mediante, hay gente (casi el 49 por ciento de los entrevistados) a la que, con algún sacrificio, sí le alcanza el dinero que gana para llegar justitos al ansiado día 30 o 31.

Obvio, apenas se ve quienes son "los que llegan": se esfuma cualquier posible sorpresa. Los ejecutivos aparecen a la cabeza de este lote. Le siguen los comerciantes. Ultimos, los obreros y los jubilados.

¿Acaso ganan lo suficiente? Muy pocos opinaron así **(casi el 28 por ciento).** Ningún obrero está conforme con su sueldo, por ejemplo. Y solo una parte de los empresarios entrevistados aceptaron de buen grado que ganan para vivir "como ellos quieren".

La mayoría de los porteños de este grupo (el 64,4 por ciento) confiesa que cubre el mes solamente haciendo un **"ajuste"** o achique en su propia economía. Otros, no muchos, porque tienen más de un trabajo.

♦ Réquiem por un asadito

No serán pocos los que habrán oído decir que en esta era de crisis nacional llegó la hora de darle el réquiem al asadito. Según la encuesta, habrá que ir un poco más despacio. **Un contundente 70,5 por ciento de porteños jura que no suprimió ningún comestible de los considerados necesarios, entre ellos, claro, la carne** (ver cuadro). **Y hasta el 43,5** por ciento dice que de esta categoría de comestibles siempre compró la misma cantidad.

Sin embargo, hay quienes sí afirman (38 por ciento) que compran menos de ellos. "Al asadito —admite Juan Carlos Verdez, un jubilado de Paternal, de 68 años— lo huelo de vez en cuando." Como los jubilados, también los obreros, las amas de casa, los maestros y los empleados privados. ¿Unicamente se come menos carne? No. También frutas, verduras, agua mineral, pollo y leche.

La encuesta deja en claro que la crisis lleva al porteño a "sacrificar" los alimentos no tan necesarios. La gran mayoría dice haber eliminado directamente de su dieta algunos de ellos (ver cuadro). Incluso los empresarios. ¿Y qué alimentos? **Los obreros y los maestros: gaseosas y lácteos. Las amas de casa y los jubilados: fiambres y también lácteos. Los ejecutivos: vermú, cerveza y vino.**

Valga la aclaración: muchos encuestados señalan que no consumen normalmente los llamados alimentos prescindibles. En este rubro, únicamente los ejecutivos —y nada menos que la mitad de ellos— relatan que hacen economía suprimiendo o comprando menos whisky.

♦ Ropa, taxis y televisión

Por otra parte, la encuesta demuestra que **el 70,3 por ciento de los porteños sostiene que no compra más ropa. Y que el 51,3 compra menos.**

Al revés, la mayoría de los habitantes de esta metrópoli y sus adyacencias (53 por ciento) no se guarda el peso cuando tiene que tomar taxis o colectivos, llevar la ropa a la tintorería, pagar el seguro del auto (los que lo tienen) o el alquiler de videos (los que tienen videocasetera). Encima, el 57 por ciento certifica que sigue usando estos servicios con la misma frecuencia de siempre.

Claro, no son todos. Hay quienes le hicieron la cruz al taxi (26 por ciento) y también al colectivo (3 por ciento), especialmente los empleados públicos y privados, los jubilados, las amas de casa y los obreros. Los empresarios consultados no toman colectivos.

Otro rubro. **Un abultado 83,9 por ciento de entrevistados consigna que suprimió los gastos de esparcimiento.** Todos los grupos socioeconómicos lo dicen. Solamente los ejecutivos representan en este caso la excepción a la regla.

¿Qué hacen los porteños, entonces, para entretenerse? Ninguno da una sola respuesta pero, conforme a la encuesta, **la televisión (y después la radio) es la reina indiscutida de los ratos libres de todos.** Más para los obreros (66 por ciento), las amas de casa (78 por ciento) y los jubilados (67 por ciento) que para el resto. Menos, para los empresarios (17 por ciento).

Pero también muchos se juntan con sus amigos y en esto de cultivar las amistades no hay diferencia entre obreros (45 por ciento), ejecutivos (50 por ciento), jubilados (57 por ciento) y maestros o empleados públicos (62 por ciento). Las menos proclives a estos encuentros dicen ser, insólitamente, las amas de casa (30 por ciento).

♦ ¡Ojo con el alquiler!

Hasta aquí, la encuesta muestra al porteño como un estratego consumado (u obligado) en esto de cruzar espadas con la crisis económica. Lucha titánica si la hay, la mayoría (casi el 54 por ciento) **no hace otra cosa más que desplegar mecanismos para capear el temporal.**

Hay un porcentaje, sin embargo, que descubre otros mecanismos adicionales y, si se quiere, más dramáticos. **El 33,6 por ciento afirma que no paga los impuestos** (municipal, obras sanitarias, gas, luz). Entre ellos, la mayoría son obreros, después las amas de casa y los jubilados.

Otros no pagan o se atrasan con el alquiler y el pago de las expensas. Aquí, los ejecutivos no dan un buen ejemplo: marchan a la cabeza.

Nº DOCUMENTO 3 . . 4 . .
TEMA Centros Estudiantiles Secundarios
CLARIM 150024
FECHA 3/8/90
Argentina 10033
F. Sicosocial 11165
Sindicatos 500834
Educación

ENTRADO
CRUZADO

CONTACTO

LOS CENTROS ESTUDIANTILES SECUNDARIOS

La marca en el orillo

Las bataholas entre adolescentes peronistas de la mítica Unión de Estudiantes Secundarios —UES— y los que se alineaban en la Federación Juvenil Comunista —**La Fede** en la jerga— ya son apenas una leyenda. Ahora tallan los radicales de Franja Morada, como en la universidad, a quienes sus adversarios les dicen con sorna **radichetos**, aunque la verdad es que la tendencia general, en todas las corrientes, es llevar **la marca en el orillo**.

De cualquier manera, el duelo de fondo no parece político, sino que discurre entre **Modernos** y **Stones**. Los unos, siempre de negro riguroso, camisa abotonada hasta el cuello, pelo corto engominado, a veces coloreado. Los otros, fanáticos del **heavy** (rock pesado), y de los eternos Rolling Stones o los nativos Redonditos de Ricota. En este caso, el uniforme es campera y pantalón de jean algo raídos, y cinturón con tachas plateadas.

Lo cierto es que, aunque con otros códigos, los centros siguen funcionando. Las propuestas de Franja Morada son básicamente gremiales. Su consigna principal es **"contra el autoritarismo escolar"**, apuntalada por servicios tales como apuntes y revistas, además de campeonatos de fútbol o vóley femenimo.

Los radicales conducen los nacionales Rivadavia, Moreno y Nº 13; los normales Nº 4 y Nº 5; los comerciales Carlos Pellegrini e Hipólito Vieytes, y los industriales Otto Krausse e Ingeniero Huergo. Como lo que se hereda no se hurta, **el internismo es uno de sus deportes predilectos**, y los parte casi al medio. Omar Avendaño —18, **El Colorado** para todo el mundo, proviene del Normal Mariano Acosta—, fue electo secretario general de Franja Morada Secundarios durante un congreso a fines de 1989, cuyo pronunciamiento el otro sector desconoció. Aunque todos se definen como idealistas y se resisten a ser considerados **punteros** de alguien, al sector de Avendaño se lo identifica con Jesús Rodríguez y Facundo Suárez Lastra. En su colegio, el Mariano Acosta, Franja perdió frente a una lista **anárquico-posmoderna**, la Blanca y Negra, que hizo campaña con afiches en los que la efigie de **Anteojito** convocaba a la independencia. Líder del otro sector franjista es Gabriel Lerman —17, el ex presidente del Centro de Psicología Lautaro García, lo acercó a Juan Carlos Farizano— quien se jacta de haber dejado la conducción de su colegio, el Nacional Rivadavia, con el 65 por ciento de los votos para Franja Morada.

Paradójicamente, **los radicales fueron creciendo a medida que declinaba la estrella de Raúl Alfonsín.** Desde que se reorganizó, en 1984, la **Federación de Estudiantes Secundarios** —FES— había sido conducida por los comunistas. En aquel entonces, las movilizaciones, con participación masiva, eran para conseguir la derogación de la Resolución De la Torre —el ministro que en 1936 prohibió los centros en el secundario— y la instauración del **boleto estudiantil**. Desde el año pasado, por disidencias entre Franja Morada y el PC, **la federación permanece acéfala.**

Históricamente, para los comunistas la militancia secundaria fue un semillero formativo de dirigentes, muchos de los cuales después cambiaron el rumbo. Ninguno de los últimos titulares comunistas de la FES (Ernesto Lamas, Juan Dambitsch, Rodrigo Campos, Paula Sarkisian) **sigue militando en el PC**. Lamas presidió en 1988 el Centro de Comunicación Social de la UBA —ahora en manos radicales— y fue candidato a concejal por Izquierda Unida en 1989.

El Frente 16 de Setiembre (por **La noche de los lápices**) conformado por el PC y sus aliados en el FRAL afronta hoy una virtual dispersión. Antes lideró el colegio acaso más movilizado, el Nacional Avellaneda, el único centro importante que ahora no funciona. Lo mismo pasa en el Liceo Nº 12, de Monserrat. Hasta hace poco, la izquierda dominaba en el Oeste (Mataderos, Liniers) y en barrios más acomodados como Belgrano y Palermo, pero su declinación es notoria.

Los radicales mandan en el Sur (la Boca, Constitución), el Centro y el Medio-oeste (Flores, Caballito, Almagro). **El MAS trata de ocupar el espacio que cedió el PC**, pero según sus críticos más preocupado por vender su periódico (**Solidaridad Socialista**) que por encabezar las demandas estudiantiles.

Los peronistas también padecen desencuentros históricos. Los hermanos **Abal Medina** (hijos de Juan Manuel, secretario del movimiento en 1973) dejaron a sus herederos, cercanos al **grupo de los ocho**, en el Nacional Pueyrredón, de San Telmo. Otro grupo justicialista, **más virado a la izquierda**, conduce el Nacional Roca, de Villa Urquiza, mientras que una fracción **cercana a Carlos Grosso** manda en el Nacional Urquiza, de Flores.

En el Nacional Buenos Aires los **independientes de izquierda** desplazaron a Franja, que no obstante tiene mayoría en el Consejo Académico. La **ultraderecha** metió la cola este año en el Nacional Nº 10, de Belgrano, como antes había ocurrido en el Moreno, donde ganó en 1989. Aunque quizá sea un error interpretar el pasado y el presente como una tendencia absoluta, en muchos colegios **las esvásticas** han remplazado como símbolo al rostro de Ernesto Che Guevara.

Tirios y troyanos, en fin, prometen normalizar la federación dentro de unos meses. Antes, el 16 de setiembre, marcharán como siempre para recordar **La noche de los lápices**, ese episodio que jamás hubiera imaginado Miguel Cané cuando, un siglo atrás, describió las rebeldías adolescentes en **Juvenilia**.

9004952

Buenos Aires, jueves 2 de agosto de 1990 ★ CLARIN

Finaliza hoy docentes de

El primer día tuvo amplio

La huelga de maestros y profesores secundarios, terciarios y universitarios se inició ayer con un un alto porcentaje de acata-miento en todo el país y finalizará hoy, para dar lugar a nuevas negociaciones entre los gremios y el Gobierno.

La doble jornada de protesta concluirá a las 14 con una marcha desde Congreso a la Plaza de Mayo, convocada por la CTERA y a la que han adherido la mayoría de los demás gremios del magisterio y la Federación Universitaria Argentina (FUA).

La inactividad fue casi absoluta en los niveles primario y secundario de la Capital Federal y el Gran Buenos Aires, dispar en el resto de la provincia y muy amplia en el interior del país.

En cuanto a las universidades nacionales, la huelga de profesores tuvo relativos alcances en Buenos Aires, Rosario y Córdoba y un marcado ausentismo en las restantes.

Pese a que la adhesión fue alta, comenzó a notarse el desgaste del recurso al paro, temido por los propios dirigentes sindicales del magisterio, porque se observó un significativo número de escuelas cuyo trabajo fue de total o relativa normalidad. (Ver recuadro.)

Desde el inicio del ciclo lectivo debieron dictarse aproximadamente 90 días de clase. Sumando los paros de ayer y el miércoles el incumplimiento del calendario escolar es del 10 por ciento, sin contar las jornadas de protesta que consistieron en marchas y asambleas internas.

Mientras se mantienen los bajos sueldos, después de las prolongadas huelgas de los dos últimos años, los dirigentes sindicales evalúan que los resultados han sido escasos. Por otra parte, el descuento de los días no trabajados que anunciaron las autoridades, según voceros gremiales consultados por Clarín, "además de complicar las futuras negociaciones influye en las adhesiones a la huelga".

El viceministro de Educación, Antonio Built Goñi, anunció que reanudará mañana el contacto con los sindicatos de profesores secundarios y técnicos nacionales. Los gremios piden básicos que van de A 1.000.000 a A 2.400.000 retroactivos a julio. Pero el Gobierno insiste en un sueldo de A 644.920 para ese mes, más un ajuste del 9% en agosto y del 7% para agosto y setiembre. (Ver aparte.)

Las cuarenta y ocho horas de huelga que terminan hoy fueron dispuestas por la Confederación de Trabajadores de la Educación (CTERA), pero la paralización fue mayor porque se sumaron entidades que no responden al gremio conducido por María Sánchez. Con el de hoy, la CTERA lleva cumplidos nueve días de inactividad desde que se inició el ciclo lectivo.

El paro abarcó desde el nivel inicial de la enseñanza hasta el universitario.

001/2

el paro nacional de todos los niveles

acatamiento en el interior y Gran Buenos Aires

Alumnos de una escuela secundaria de Lanús, concurrieron a clase pero se encontraron sin profesores. El primer día del paro docente tuvo mayor repercusión en el interior y el Gran Buenos Aires.

Los únicos sindicatos que no dispusieron medidas de fuerza fueron el que agrupa a los maestros de escuelas privadas (SADOP) y el de los profesores del EDIET, afiliados a AMET.

Aunque los afiliados de las escuelas técnicas habían previsto paros rotativos a partir del 13, ayer en la Capital Federal se registró un ausentismo del 35% y en el resto del país un promedio del 43%, según informó oficialmente el Ministerio de Educación y Justicia.

En los establecimientos privados, solo estaba prevista la continuidad de la huelga en Buenos Aires, como lo dispuso la seccional platense del SADOP. El gremio ya paró cuarenta y ocho horas a comienzos de esta semana. Sin embargo, Educación informó que, en la Capital Federal, el ausentismo en escuelas privadas secundarias fue del 23% sobre 101 establecimientos y en escuelas primarias del 32% sobre un total de 112.

♦ Las cifras del paro

El Gobierno y los gremios, aunque proporcionaron cifras diferentes, se aproximaron en su evaluación del paro, confirmando la escasa actividad en escuelas y colegios. Los datos proporcionados fueron los siguientes:

♦ Docentes primarios

● **Capital Federal.** La ubaldinista UMP estimó que el acatamiento al paro fue del 85 al 90 por ciento en las escuelas municipales. El secretario de Educación, **Osvaldo Devries**, sostuvo que el presentismo fue del 30 por ciento, admitiendo solo una inactividad del 61 por ciento.

● **Buenos Aires.** El **SUTERA** de María Sánchez informó que la huelga superó el 95 por ciento de acatamiento. En el interior bonaerense el paro se vio reforzado porque la **FEB Sarmiento** y los privados del **SADOP** también se sumaron a la medida. Las cifras fueron parecidas desde el gobierno provincial.

● **Resto del país.** En **Córdoba, Santa Fe y Corrientes**, según CTERA, la adhesión al paro fue superior al 90%. También fue amplia en **La Rioja, Tucumán, Jujuy, Catamarca, Formosa, Río Negro y San Juan.** En **Mendoza**, se registró un bajo porcentaje de huelguistas.

♦ Docentes secundarios

● **Colegios nacionales.** El secretario de prensa de CTERA, **Juan Carreño**, dijo que "la inactividad fue total", pero el viceministro Bulit Goñi consideró que "hubo un presentismo del 46 por ciento en la Capital Federal, el 49,5 en el Gran Buenos Aires y el 37 por ciento en el resto del país".

● **Técnicas y privadas.** Los dirigentes gremiales informaron que el 50 por ciento de los profesores y maestros de taller no concurrieron a las escuelas dependientes del CONET. El **Gobierno** admitió que hubo un ausentismo de más del 30 por ciento en las 500 escuelas técnicas.

Una situación similar se produjo en las privadas, pues el gremio solo había dispuesto parar 48 horas desde el lunes. Pero la medida se prolongó en varios establecimientos, por decisión de los propios profesores.

Oferta y demandas

La CTERA (confederación de gremios de provincias y algunos nacionales) pidió A 1.350.000, retroactivos a julio, más el ajuste por la inflación y el 2% recuperatorio, y las autoridades ofrecieron A 644.920 (julio). Desde este sueldo las sumas ascienden a 1 millón en Córdoba y 1.200.000 en Santa Cruz. Todos rechazados.

●

La UMP (maestros de escuelas primarias porteñas) reclamó A 1.300.000 de sueldo básico en julio, mientras que la Municipalidad paga A 896.000 (julio), integrando 575.000 de básico.

●

UDA, AMET y CAMYP (profesores secundarios y terciarios nacionales) pidieron A 1.000.000 en julio, y les han ofrecido 644.920 para ese mes, integrado por 419.020 de básico; 125.000 de suma fija remunerativa y 100.000 no remunerativa. A eso le suman el índice de inflación: el 9% en julio y el 7% para agosto/setiembre.

●

La CEA (grupo de gremios de Capital y Buenos Aires, opositores a CTERA) solicitó 1.400.000 de básico en julio y recibieron la misma cifra que los nacionales (A 644.920) y en las respectivas jurisdicciones.

●

La SADOP (privados nacionales y provinciales) exige A 1.400.000 de básico en julio, pero cobran 644.920 de inicial para los nacionales y diferentes ofertas, según cada provincia.

●

El SUTEBA (primarios de Buenos Aires y gremios de base de María Sánchez) reclama A 1.300.000 de básico en julio, contra los 800.000 de sueldo inicial, incluidas sumas fijas, para ese mes, que paga la provincia; y la **CONADU** (universidades nacionales) pidió A 1.000.000 de básico para el cargo testigo en julio, sin sumas fijas, mientras los profesores cobran lo mismo que los nacionales: 644.920.

9004893
09/09

Finaliza hoy docentes de

El primer día tuvo amplio

La huelga de maestros y profesores secundarios, terciarios y universitarios se inició ayer con un un alto porcentaje de acatamiento en todo el país y finalizará hoy, para dar lugar a nuevas negociaciones entre los gremios y el Gobierno.

La doble jornada de protesta concluirá a las 14 con una marcha desde Congreso a la Plaza de Mayo, convocada por la CTERA y a la que han adherido la mayoría de los demás gremios del magisterio y la Federación Universitaria Argentina (FUA).

La inactividad fue casi absoluta en los niveles primario y secundario de la Capital Federal y el Gran Buenos Aires, dispar en el resto de la provincia y muy amplia en el interior del país.

En cuanto a las universidades nacionales, la huelga de profesores tuvo relativos alcances en Buenos Aires, Rosario y Córdoba y un marcado ausentismo en las restantes.

Pese a que la adhesión fue alta, comenzó a notarse el desgaste del recurso al paro, temido por los propios dirigentes sindicales del magisterio, porque se observó un significativo número de escuelas cuyo trabajo fue de total o relativa normalidad. (Ver recuadro.)

Desde el inicio del ciclo lectivo debieron dictarse aproximadamente 90 días de clase. Sumando los paros de ayer y el miércoles el incumplimiento del calendario escolar es del 10 por ciento, sin contar las jornadas de protesta que consistieron en marchas y asambleas internas.

Mientras se mantienen los bajos sueldos, después de las prolongadas huelgas de los dos últimos años, los dirigentes sindicales evalúan que los resultados han sido escasos. Por otra parte, el descuento de los días no trabajados que anunciaron las autoridades, según voceros gremiales consultados por Clarín, "además de complicar las futuras negociaciones influye en las adhesiones a la huelga".

El viceministro de Educación, Antonio Bulit Goñi, anunció que reanudará mañana el contacto con los sindicatos de profesores secundarios y técnicos nacionales. Los gremios piden básicos que van de A 1.000.000 a A 2.400.000 retroactivos a julio. Pero el Gobierno insiste en un sueldo de A 644.920 para ese mes, más un ajuste del 9% en agosto y del 7% para agosto y setiembre. (Ver aparte.)

Las cuarenta y ocho horas de huelga que terminan hoy fueron dispuestas por la Confederación de Trabajadores de la Educación (CTERA), pero la paralización fue mayor porque se sumaron entidades que no responden al gremio conducido por María Sánchez. Con el de hoy, la CTERA lleva cumplidos nueve días de inactividad desde que se inició el ciclo lectivo.

El paro abarcó desde el nivel inicial de la enseñanza hasta el universitario.

001/2

9004953

el paro nacional de todos los niveles

acatamiento en el interior y Gran Buenos Aires

Los únicos sindicatos que no dispusieron medidas de fuerza fueron el que agrupa a los maestros de escuelas privadas (SADOP) y el de los profesores del EDIET, afiliados a AMET.

Aunque los afiliados de las escuelas técnicas habían previsto paros rotativos a partir del 13, ayer en la Capital Federal se registró un ausentismo del 35% y en el resto del país un promedio del 43%, según informó oficialmente el Ministerio de Educación y Justicia.

En los establecimientos privados, solo estaba prevista la continuidad de la huelga en Buenos Aires, como lo dispuso la seccional platense del SADOP. El gremio ya paró cuarenta y ocho horas a comienzos de esta semana. Sin embargo, Educación informó que, en la Capital Federal, el ausentismo en escuelas privadas secundarias fue del 23% sobre 101 establecimientos y en escuelas primarias del 32% sobre un total de 112.

♦ **Las cifras del paro**

El Gobierno y los gremios, aunque proporcionaron cifras diferentes, se aproximaron en su evaluación del paro, confirmando la escasa actividad en escuelas y colegios. Los datos proporcionados fueron los siguientes:

♦ **Docentes primarios**

● **Capital Federal.** La ubaldinista UMP estimó que el acatamiento al paro fue del 85 al 90 por ciento en las escuelas municipales. El secretario de Educación, **Osvaldo Devries**, sostuvo que el presentismo fue del 30 por ciento, admitiendo solo una inactividad del 61 por ciento.

● **Buenos Aires.** El **SUTEBA** de María Sánchez informó que la huelga superó el 95 por ciento de acatamiento. En el interior bonaerense el paro se vio reforzado porque la **FEB Sarmiento** y los privados del **SADOP** también se sumaron a la medida. Las cifras fueron parecidas desde el gobierno provincial.

● **Resto del país.** En **Córdoba, Santa Fe y Corrientes**, según CTERA, la adhesión al paro fue superior al 90%. También fue amplia en **La Rioja, Tucumán, Jujuy, Catamarca, Formosa, Río Negro y San Juan.** En **Mendoza**, se registró un bajo porcentaje de huelguistas.

♦ **Docentes secundarios**

● **Colegios nacionales.** El secretario de prensa de CTERA, **Juan Carreño**, dijo que "la inactividad fue total", pero el viceministro Bulit Goñi consideró que "hubo un presentismo del 46 por ciento en la Capital Federal, el 49,5 en el Gran Buenos Aires y el 37 por ciento en el resto del país".

● **Técnicas y privadas.** Los dirigentes gremiales informaron que el 50 por ciento de los profesores y maestros de taller no concurrieron a las escuelas dependientes del CONET. El Gobierno admitió que hubo un ausentismo de más del 30 por ciento en las 500 escuelas técnicas. Una situación similar se produjo en las privadas, pues el gremio solo había dispuesto parar 48 horas desde el lunes. Pero la medida se prolongó en varios establecimientos, por decisión de los propios profesores.

Alumnos de una escuela secundaria de Lanús, concurrieron a clase pero se encontraron sin profesores. El primer día del paro docente tuvo mayor repercusión en el interior y el Gran Buenos Aires.

Oferta y demandas

La **CTERA** (confederación de gremios de provincias y algunos nacionales) pidió A 1.350.000, retroactivos a julio, más el ajuste por la inflación y el 2% recuperatorio, y las autoridades ofrecieron A 644.920 (julio). Desde este sueldo las sumas ascienden a 1 millón en Córdoba y 1.200.000 en Santa Cruz. Todos rechazados.

●

La **UMP** (maestros de escuelas primarias porteñas) reclamó A 1.300.000 de sueldo básico en julio, mientras que la Municipalidad paga A 896.000 (julio), integrando 575.000 de básico.

●

UDA, AMET y CAMYP (profesores secundarios y terciarios nacionales) pidieron A 1.000.000 en julio, y les han ofrecido 644.920 para ese mes, integrado por 419.020 de básico; 125.000 de suma fija remunerativa y 100.000 no remunerativa. A eso le suman el índice de inflación: el 9% en julio y el 7% para agosto/setiembre.

●

La **CEA** (grupo de gremios de Capital y Buenos Aires, opositores a CTERA) solicitó 1.400.000 de básico en julio y recibieron la misma cifra que los nacionales (A 644.920) y en las respectivas jurisdicciones.

●

La **SADOP** (privados nacionales y provinciales) exige A 1.400.000 de básico en julio, pero cobran 644.920 de inicial para los nacionales y diferentes ofertas, según cada provincia.

●

El **SUTEBA** (primarios de Buenos Aires y gremios de base de María Sánchez) reclama A 1.300.000 de básico en julio, contra los 800.000 de sueldo inicial, incluidas sumas fijas, para ese mes, que paga la provincia; y la **CONADU** (universidades nacionales) pidió A 1.000.000 de básico para el cargo testigo en julio, sin sumas fijas, mientras los profesores cobran lo mismo que los nacionales: 644.920.

9004953

Nº DOCUMENTO 9004954
TITULO La pena de muerte ante la desconfianza en la justicia
PUBLICACION LA PRENSA 150026
FECHA 2/8/90
VIÑETA Argentina 10033
F. Ciro Social 11165
Encuestas de Opinión 11323
ENTRADO
CRUZADO

Encuesta de Demoskopía

La pena de muerte ante la desconfianza en la Justicia

El Instituto para la Investigación de Mercado y Estudios Políticos Demoskopía aseguró que el 63 por ciento de la población no tiene confianza en la Justicia o no tiene una posición tomada al respecto y en el caso de implantarse la pena de muerte, habría que confrontarse con la problemática de analizar si los tribunales se encuentran en condición de llevarla a la práctica responsablemente. La pregunta, entonces, de Demoskopía: ¿quiénes serían los que apliquen la pena de muerte?

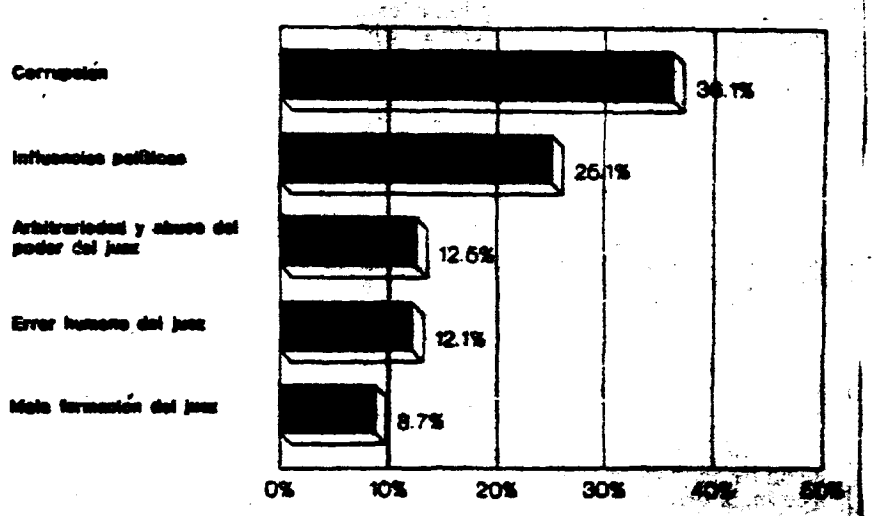
La mencionada consultora de opinión investigó en los meses pasados los motivos de la desconfianza, haciendo especial hincapié en la Justicia penal y los resultados, según asegura, son "alarmantes".

Más de la mitad de los encuestados de un total de 802 personas de esta capital y el Gran Buenos Aires está convencida que en la Justicia penal argentina se producen condenas equivocadas "muy a menudo" o "a menudo". Otro 23 por ciento cree que los errores ocurren ocasionalmente. Sólo el 2 por ciento de los encuestados excluye totalmente la posibilidad de que haya personas que sean sancionadas o liberadas erróneamente, porcentaje al que se le puede aditar otro 15 por ciento de encuestados que opinan que las decisiones erradas son poco frecuentes o más bien excepcionales.

"¿Cuál es en su opinión el motivo fundamental por el que a veces se condena o se deja libre de condena en forma equivocada a las personas?". Esta pregunta fue formulada a aquellas personas –74 por ciento– que pensaban que los errores se producen "ocasionalmente" hasta "muy frecuente". El resultado: sólo algunos pocos, atribuyen los errores de la Justicia en lo criminal al error humano del juez –12 por ciento–, que de hecho nunca puede ser excluido.

El 9 por ciento piensa que el motivo es la mala formación jurídica. Más problemático es que el 12 por ciento de este grupo hace responsable de la decisión equivocada a la arbitrariedad y abuso del poder del juez. El 25 por ciento está convencido que las decisiones erradas son originadas por influencias políticas.

LAS CAUSAS DE LOS ERRORES DE LA JUSTICIA EN LA OPINION PUBLICA



Pero la población también tiene sus reservas con respecto a la moral del juez. Para el 38 por ciento el motivo principal por el cual se juzga en forma equivocada es la corrupción de los jueces.

En todas las investigaciones de imagen –dice Demoskopía– hay que separar el juicio de la opinión pública de la situación real. No siempre coinciden. Pero ya de por sí es grave el hecho de que en la población exista esta sensación negativa de la Justicia penal. "En tanto este tema no sea abordado y esta cuestión no encuentre una respuesta satisfactoria –culmina el informe– no debe hablarse de introducir la pena de muerte".

- 1 - 01

9004954

Nº DOCUMENTO 9004955
TITULO Paro docente de 48 horas
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA DE PRODUCCION 1/8/90
VINCULACIONES Argentina 10033
F. Sindical 11165
Conflictos Laborales 11413
Educación 11316

ENTRADO
CRUZADO

Precio A 2300.- Recargo envío al interior A 200.- LA NACION - Buenos Aires, miércoles 1º de agosto de 1990

Se inicia hoy un paro docente de 48 horas

Jurisdicción	Medida de fuerza	Entidad gremial
Municipalidad de Buenos Aires		CEA, UMP (*)
Nacional (Ministerio de Educación)		Suten, UDA, Camyp AMET Conadu
Buenos Aires		Suteba, FEB Sadop
Chaco		Atech
Otras provincias (**)		Entidades adheridas a Ctera, UDA, UDA Mendoza
Santa Cruz		
Chaco, Chubut Entre Ríos y Sgo. del Estero		

(*) CEA: Confederación de Educadores Argentinos (Federación de Trabajadores de la Educación Nacional-UDA-Camyp; UDAM y UOEM disueltas). UMP: Unión de Maestros Primarios. Suten: Sindicato Unico de los Trabajadores de la Educación Nacionales. UDA: Unión Docentes Argentinos. Camyp: Confederación de Maestros y Profesores. AMET: Asociación del Magisterio de la Enseñanza Técnica. Conadu: Confederación Nacional de Docentes Universitarios. Suteba: Sindicato Unico de los Trabajadores de la Educación de Buenos Aires. FEB: Federación de Educadores Bonaerenses. Domingo Faustino Sarmiento. Sadop: Sindicato Unico de Docentes Particulares. Atech: Asociación de Trabajadores de la Educación del Chaco. Ctera: Confederación de Trabajadores de la Educación.

(**) Catamarca, Córdoba, Corrientes, Formosa, Jujuy, La Pampa, La Rioja, Mendoza, Misiones, Neuquén, Río Negro, Salta, San Juan, San Luis, Santa Fe, Tucumán.

La medida impedirá la actividad educativa en esta capital y en las 18 provincias que no tienen receso escolar

Casi todos los sindicatos docentes harán hoy y mañana un paro para reclamar mejoras salariales. La medida, que cuenta con la adhesión de educadores nacionales, provinciales y municipales de todos los niveles, paralizará la actividad educativa en la Capital y en gran parte del país.

La Asociación del Magisterio de la Enseñanza Técnica sólo hará asambleas en los establecimientos, sin abandono de las tareas escolares. El Sindicato Argentino de Docentes Particulares (Sadop) se sumará al paro únicamente en la provincia de Buenos Aires. Sin embargo, informaciones recogidas anoche por LA NACION, adelantaban que será alta la adhesión de los docentes privados de otras jurisdicciones.

Al paro convocado por la Confederación de Trabajadores de la Educación (Ctera) se sumaron la Confederación de Educadores Argentinos (CEA), la Unión Docentes Argentinos (UDA) y sindicatos provinciales. También tendrá la adhesión de los docentes universitarios.

CEA y la Ctera piden, como sueldo de julio, un básico de A 1.200.000 para el maestro inicial, mientras que UDA solicita A 1.200.000.

Funcionarios del Ministerio de Educación admitieron ayer, ante una consulta de LA NACION, que la medida de fuerza tendrá amplio eco.

En esta capital

El paro afectará significativamente a las escuelas municipales y a los establecimientos secundarios y terciarios, nacionales y privados de esta capital.

Pese a que ayer y anteayer se trabajó normalmente en [illegible] secundarios, se consideraba probable que hoy haya una fuerte adhesión a la medida de fuerza en todos los niveles de enseñanza.

En las provincias

En todas las provincias, excepto las que están en receso escolar -Capital, Chubut, Santiago del Estero y Entre Ríos-, los sindicatos locales adhirieron a la medida de fuerza.

En Buenos Aires, ayer [illegible] el paro de 48 horas del Sindicato Unificado de Trabajadores de la Educación (Suteba), con fuerte acatamiento en el Gran Buenos Aires y en el Gran La Plata, y escaso eco en el resto de la provincia. Hoy se sumarán la Federación de Educadores Bonaerenses y otros sindicatos.

En Rosario, de Santa Fe, no trabajó el 80 % de la docencia privada.

En Río Gallegos, de Santa Cruz, no hubo acuerdo en la reunión promovida por el juez Francisco J. de Antueno, para resolver la prolongada falta de actividad escolar. El paro de los docentes está suspendido.

En el Chaco, las clases no se normalizarán el lunes, tras el receso, porque los docentes pararán por 48 horas.

En Mendoza, UDA cumplirá un paro desde hoy. También lo harán otros sindicatos, en adhesión a la Ctera.

9004955

Nº [illegible]
TI[illegible] Debate en Peronismo bonaerense
P[illegible] CLARIN 150029
F[illegible] 30/8/90
V[illegible] Argentina 10033
F. Políticas 11169
Partidos Políticos 11304

ENTRADO
CRUZADO

DEBATE EN EL PERONISMO BONAERENSE

Las nuevas claves

Su irrupción fue ruidosa, y la reacción del presidente Carlos Menem le sirvió de caja amplificadora. Pero las advertencias de José María Díaz Bancalari sobre la situación social en la provincia de Buenos Aires no expresan una mera iniciativa individual: sirven para enmarcar un reacomodamiento general de la renovación peronista bonaerense, una vez "elaborado el duelo" de la derrota en el plebiscito constitucional del 5 del corriente.

Antes de que se conocieran los duros calificativos dedicados por Menem a Díaz Bancalari, en La Plata fuentes próximas al gobernador Antonio Cafiero aseguraban que, en rigor, el nuevo ministro de Gobierno "no planteó nada nuevo".

"El estallido social en la provincia es una situación potencialmente factible desde mayo de 1989", explicaban, para precisar que "el gobierno provincial la tiene relativamente bajo control gracias a que realiza grandes esfuerzos: se redujo en un 30 por ciento el gasto público, se da de comer diariamente a 2.500.000 personas, se creó un plan de autogestión alimentaria, el PAIS, que intenta ir un paso adelante del simple asistencialismo". Y concluían: "Este control relativo, claro, se dificulta con la agudización de la recesión y la desocupación".

Muy parecido al eje de la argumentación con la que, un día más tarde, el propio Cafiero le explicó a Menem que el gobierno nacional no debía insistir el distanciamiento sobre su responsabilidad en los resultados del plebiscito. Había sido, todas las versiones coinciden, un diálogo áspero entre las tazas de té y las masas en la residencia de Olivos.

Son los antecedentes del tipo de la "elaboración del duelo" —fórmula acuñada también en las cercanías de la gobernación bonaerense— procesada por la renovación provincial.

Habría que buscar, además, la explicación de las *misteriosas* ausencias de la noche del martes en la sede del club Platense, en Vicente López, en la cena-lanzamiento de la precandidatura de Carlos Brown a la gobernación provincial, con el ultramenemismo de *Luis Barrionuevo* y de la dirigencia sindical de la mesa "Menem Presidente" como principales avalistas.

El sábado anterior, un asado realizado en un cámping municipal de General Rodríguez había reunido a los intendentes y presidentes del partido de los distritos de la primera sección electoral.

Se analizó en concreto la invitación cursada por Brown para sumarse a su causa y la conclusión fue que por ahora "la candidatura de Brown solo expresa al duelo de Barrionuevo".

El lunes, cuando Cafiero Begó de su gira mexicana, entre su programa radial y la ceremonia de asunción de Díaz Bancalari recibió de parte de dos pesos pesado de la tercera sección electoral garantías de lealtad con un contenido muy similar al convencimiento que han logrado de la primera. Se trataba de Manuel Quindimil, intendente de Lanús, y de Federico Russo, su colega de La Matanza. Algunos días antes, los hombres de Barrionuevo aseguraban que esos dos intendentes ya jugaban para Brown, y hasta sostenían que Quindimil sería, junto al inminente precandidato, escudero de la noche de Platense.

El próximo sábado, Monte Hermoso será escenario de otra reunión de los jefes municipales peronistas de todas las secciones de la provincia. Un encuentro al que mucho tienen que ver el propio Díaz Bancalari y sus colegas de Salud, Cilsa González García, y de Asuntos Agrarios, José María Vernet.

Otra movida de la interna, para una realidad cada vez más complicada.

9004956

9004957
TITULO FREJUPO
CLARIN 150029
30/8/90
Argentinos 10033
F. Político 11164
Partidos Políticos 11304
ENTRADO
CRUZADO

En busca de un Frejupo disidente

Las controversias internas no son patrimonio de los radicales o de los peronistas. La Convocatoria para la Transformación Nacional (CTN), creada en diciembre como un "espacio de reflexión" por dirigentes de centroizquierda, sufre una crisis doméstica que se tratará de superar con la redacción de una base doctrinaria común.

Los miembros de esa entidad Guillermo Estévez Boero (socialismo popular), Raúl Dellepiane (socialismo democrático), Humberto Volando (Federación Agraria), Miguel Monserrat (Intransigencia Popular) y Carlos Auyero (Democracia Popular) —el fiscal administrativo Ricardo Molinas pidió una licencia— decidieron ayer esa huida para adelante antes de que sus diferencias hagan abortar a la criatura. En una reunión en la sede de la Federación Agraria, se analizaron también las ideas que los diputados peronistas "Chacho" Alvarez y "Conde" Ramos les dejaron en un encuentro de la semana pasada respecto de la creación de un "frejupito disidente" en la Capital Federal y en la provincia de Buenos Aires, entre otros distritos. Aunque esos dirigentes del "grupo de los ocho", que llegaron acompañados de los demócratas cristianos Augusto Conte y Angel Bruno y del secretario de Prensa del Partido Intransigente, Juan Iturbe, advirtieron que si el titular de la CGT-Azopardo, Saúl Ubaldini, lanza oficialmente su precandidatura a gobernador bonaerense se aliarán con el líder cervecero y no con la CTN. Monserrat —virtualmente expulsado del PI el año pasado por su oposición a la integración con el Frejupo— dijo a Clarín que el "grupo de los ocho" deberá definir si prioriza sus relaciones con Ubaldini o con la CTN y admitir que "no se puede levantar como bandera el programa de esa alianza electoral porque nunca existió". El actual titular de Intransigencia Popular —agrupación que aún no tiene personería política— afirmó que quiere ser una "bisagra" entre la CTN y la Izquierda Unida, integrada por el MAS y el Partido Comunista, entre otros partidos. Esa será una tarea difícil ya que Estévez Boero señaló a este diario que sólo después de que se coincida sobre las bases programáticas se verá la posibilidad de crear una alianza electoral.

Pero dijo algo menos aceitoso para la bisagra de Montserrat: "Nosotros, los socialistas populares, no nos aliaremos como el Partido Comunista o el MAS". Menos crujidos tuvo la reiteración del empuje que los socialistas populares ejercen sobre Auyero —quien renunció a la democracia cristiana por la alianza con el Frejupo el año pasado— para que acepte ser precandidato a la gobernación bonaerense.

1-01
9004957

N° 9004958
TIPO Acuerdos con Chile
F. Clarín 1500-29
30/8/90
Argentina 10033
F. Político 11134
Rel. II. 11400
Chile 65701
Mercado Común Latinoamericano
ENTRADO X
CRUZADO X

MENEM EN CHILE

Táctica contra el recelo

SANTIAGO, Chile (Enviado especial). — Sin inmutarse por las miradas inquisidoras que el centenar de empresarios chilenos emitía desde las mesas donde compartían el desayuno, Carlos Menem sacó una pelusa instalada en la solapa de su traje color habano y comenzó a hablar.

El Presidente sabía que ese contacto cara a cara con lo más ilustre del empresariado —un decisivo polo de poder fuera del gobierno de Patricio Aylwin— era fundamental para quebrar el recelo y los miedos con que los hombres de negocios miran el acuerdo de integración. Esa fue la participación más delicada que tuvo que afrontar Menem durante su estada de tres días aquí para firmar los acuerdos de integración económica en busca de incluir a Chile en el mercado común ya lanzado con el Brasil y el Uruguay.

Menem no se anduvo con vueltas y dijo a los empresarios que "no duden de llamarlo revolucionario" (al acuerdo de integración), y luego de enumerar los beneficios que traerá la puesta en ejecución de este espacio económico ampliado, eliminando el criterio separatista de la cordillera común, pidió que pronto "podamos ver no solo a los gendarmes en la frontera, sino a empresarios y trabajadores produciendo para nuestros pueblos".

Después los empresarios comenzaron a preguntar. Las inquietudes giraron en torno al marco legal de la integración, la eliminación de la compleja telaraña arancelaria, la marcha de las privatizaciones y la verdadera vocación de reordenar la economía por parte del gobierno de Buenos Aires.

Llamativamente suelto, Menem respondió a las interrogantes recurriendo a algunos toques [illegible] "en romper el hielo". Una hora y cuarto después, cuando se levantó el desayuno de trabajo en el aristocrático Hotel Carrera —donde se alojó la delegación—, el objetivo del Presidente y el canciller Cavallo estaba cumplido: los empresarios aceptaron los argumentos del mandatario argentino. Aunque eso, por ahora, no es un certificado de aprobación incondicional extendido por los "popes" del empresariado, que agrupa a industriales, ruralistas y prestadores de servicios.

También quedó en claro que el principal impulsor del proyecto de integración es el gobierno de Buenos Aires y no la administración de Aylwin.

Menem anticipó a los empresarios que se buscará la forma de que algún miembro chileno esté presente —en calidad de observador— en la reunión que a mediados de setiembre mantendrán en Washington los ministros de Economía y cancilleres de la Argentina, el Brasil y el Uruguay, con la primera línea de la [illegible]

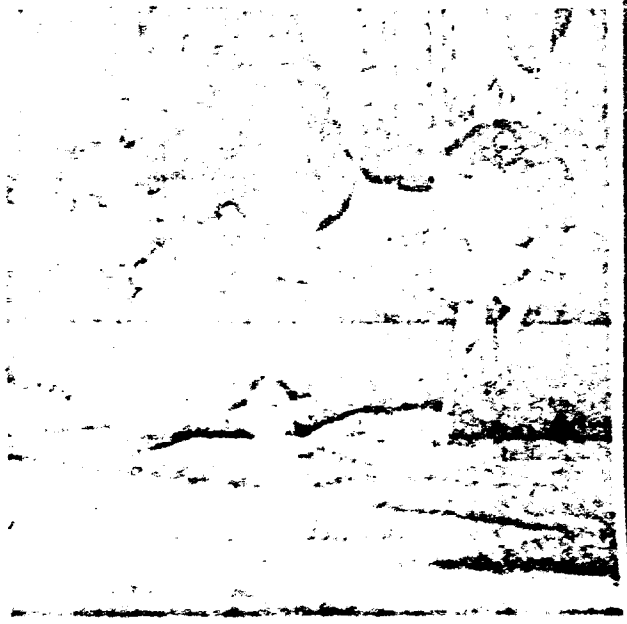
Antes de partir hacia Chile, Menem había mantenido una reunión con el secretario de Estado norteamericano, James Baker, para analizar temas de la agenda bilateral y la situación en el Golfo Pérsico. Pero el tema central de la conversación fue el proyecto de integración del Cono Sur, que Washington ve con buenos ojos.

Baker, que también se reunió con el canciller Cavallo, le transmitió a Menem el apoyo de la administración Bush, buscando definir temas esenciales para el funcionamiento del mercado común del Cono Sur. Tal como lo reveló ayer Clarín, los chilenos no están nada convencidos de concurrir a ese encuentro donde estarán el secretario de Estado norteamericano, James Baker, Nicholas Brady, secretario del Tesoro, Carla Hills, principal negociadora comercial para la región, y David Mulford, subsecretario del Tesoro.

En el Palacio de La Moneda, luego de firmada la declaración conjunta y los acuerdos bilaterales, circulaban los rostros felices entre funcionarios de los gobiernos. Para los argentinos, el saldo del viaje había sido largamente positivo y resaltaban los beneficios que traerán la habilitación de los tres nuevos pasos fronterizos (San Francisco, Pehuenche y Agua Negra) y el funcionamiento de las corredores viales y ferroviarios para unir el Pacífico con el Atlántico.

La administración Aylwin, en tanto, deberá convencer a los capitanes de la economía chilena de que la decisión política de abrir las fronteras y adherir al mercado común con el Brasil, la Argentina y el Uruguay no pone en peligro los logros del sistema económico chileno. Los funcionarios del Palacio de la Moneda saben que una cosa es negociar y suscribir la letra de los convenios, y otra muy distinta lograr que el poderoso polo empresario deje a un lado los papeles y los recelos para poner en marcha las inversiones.

Tobías Arcos
Copyright Clarín 1990



Menem y Aylwin, firmo de protocolos que los empresarios chilenos miran con desconfianza.

Lo que quedó firmado

SANTIAGO, Chile (Enviado especial). — Los principales protocolos que los presidentes Carlos Menem y Patricio Aylwin firmaron ayer aquí para tratar de iniciar "una nueva etapa en la relación bilateral" tienen los siguientes objetivos:

—Firmar dentro de seis meses un acuerdo de Complementación Económica en el marco de la Alianza Latinoamericana de Integración (ALADI), que sirva de base para la creación de un "espacio económico ampliado" en 1995.

—Instruir a la Comisión de Límites Bilateral a producir un informe dentro de 60 días sobre las cuestiones de demarcación de fronteras pendientes.

—Construir un túnel ferroviario entre los Nacones (Argentina) y Juncal (Chile), que sería financiado por empresarios privados.

—Abrir los pasos fronterizos de San Francisco (Catamarca), Agua Negra (San Juan), Pehuenche (Mendoza).

—Construir un gasoducto que una la cuenca neuquina con Chile, que tendría que estar terminado en 1992.

—Realizar misiones conjuntas en la Antártida.

—Cooperar en materia de uso pacífico de la energía nuclear.

—Aunar esfuerzos en la lucha contra el narcotráfico.

—Estudiar en forma conjunta la Iniciativa para las Américas del presidente norteamericano, George Bush.

9004958

Nº. D.C.: 9004359
TITUL.: Angeloz anunció su plan opositor en la UCR
P.:
FE.:
VI.:
Angeloz 10033
F. político 11164
Partidos Políticos 11304

ENTR.: ✓
CRUZ-D.: ✓

Ambito Financiero
Viernes 31 de agosto de 1990

Confirmado: Angeloz anunció su plan opositor en la UCR

***Eduardo Angeloz** se reunió ayer con los diputados radicales del "Grupo Federal" y anunció su determinación de comenzar a tomar distancia de la gestión económica del gobierno nacional y su vocación de disputar el liderazgo partidario, hoy formalmente en manos del ex presidente **Raúl Alfonsín**.*

*Fue en el hotel Crillon y el mandatario cordobés los hizo madrugar. A las 8.30 estaban desayunando café con leche y medias lunas, además de una innovación importada: ensalada de frutas. Al grupo de alrededor de treinta asistentes —ya anticipados por este diario— se sumó **Juan Octavio "Yuyo" Gauna**, ex secretario de Defensa, secretario de Justicia durante la gestión radical de 1983 al '89, y dirigente porteño.*

*Angeloz describió con escepticismo el actual esquema de privatizaciones y la marcha del plan fiscal, datos que —dijo— "coinciden" con los que maneja **Carlos Menem**. El ex candidato presidencial del radicalismo sintetizó también las líneas de la propuesta que ha preparado para presentar a la Convención Nacional partidaria el próximo 4 de octubre. Obviamente en esa oportunidad será confrontada con la que sustenta el oficialismo alfonsinista.*

Eduardo Angeloz

El documento será enviado a todos los convencionales antes del 4 de octubre, buscando coincidencias. En esta oportunidad Angeloz ha decidido no limitar su conocimiento a los activistas, sino hacerlo público en 15 días más, en una abierta declaración de guerra a Alfonsín, ya que le presentará batalla en el terreno más desfavorable al ex presidente.

*El cordobés considera que la Convención —que no se ha resuelto todavía dónde se reunirá— es un ámbito difícil, porque los actuales convencionales fueron electos en tiempos de predominio de **Alfonsín**, aunque estimó que su propio crecimiento puede resultar una sorpresa para más de uno.*

*Algún asistente se preguntó si las críticas observaciones del mandatario cordobés acerca de la marcha de la gestión económica sería planteada en los mismos términos a **Antonio Erman González** en horas de la tarde. La polvareda que levantaron las declaraciones de **Díaz Bancalari**, el ministro de **Antonio Cafiero**, quizás hayan decidido al "Pocho" a entrevistarse con el ministro de Economía en forma más reservada y fuera del alcance del periodismo. El encuentro se realizó anoche en el domicilio particular de Erman; Angeloz, por el Palacio de Hacienda, ni apareció.*

01-

9004359

9004960
TITULO Proyecto de Reforma Electoral
PROCEDE Clarín 150024
FECHA 30/8/90
VINCULACIONES Figueiras 10033
Fallifeo 11164
Gobierno Nacional 11302
ENTRADO
CRUZADO

Proyecta el Gobierno una reforma electoral

Atento a ese principio elemental de la política que dice que "el poder se preserva a sí mismo", el Gobierno comenzó a analizar las posibilidades de una reforma que podría abarcar el código electoral, la ley electoral y, eventualmente, la ley de partidos, para enfrentar con las mejores armas las elecciones del año próximo.

Esta será la primera misión del ministro **Julio Mera Figueroa**, luego de la prolongada licencia por enfermedad que lo mantuvo alejado del cargo. **Mera** se reunirá el miércoles con la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Diputados, donde existen proyectos sobre estos temas presentados por diferentes bancadas.

Como para desalentar los rumores de un abandono inminente de su cartera que circularon en su ausencia, el ministro aprovechó su primera mañana en la Casa de Gobierno, el martes, para visitar a su mentado remplazante: el secretario legal y técnico de la Presidencia, **Raúl Granillo Ocampo**. "Puedo hacer todo, pero despacio", bromeó el ministro, todavía convaleciente de una operación en el oído medio (que le provoca algunos problemas de equilibrio) cuando llegó acompañado del subsecretario de Interior, **Jorge Díaz Martínez**.

En la breve reunión —que presenció circunstancialmente **Clarín**— se hicieron chistes sobre las versiones "que me hacen renunciar desde hace seis meses" y los detalles de su posoperatorio, pero enseguida se habló de la necesidad de definir cuál será la estrategia electoral y qué resultados ha tenido cada sistema en los lugares donde fue aplicado.

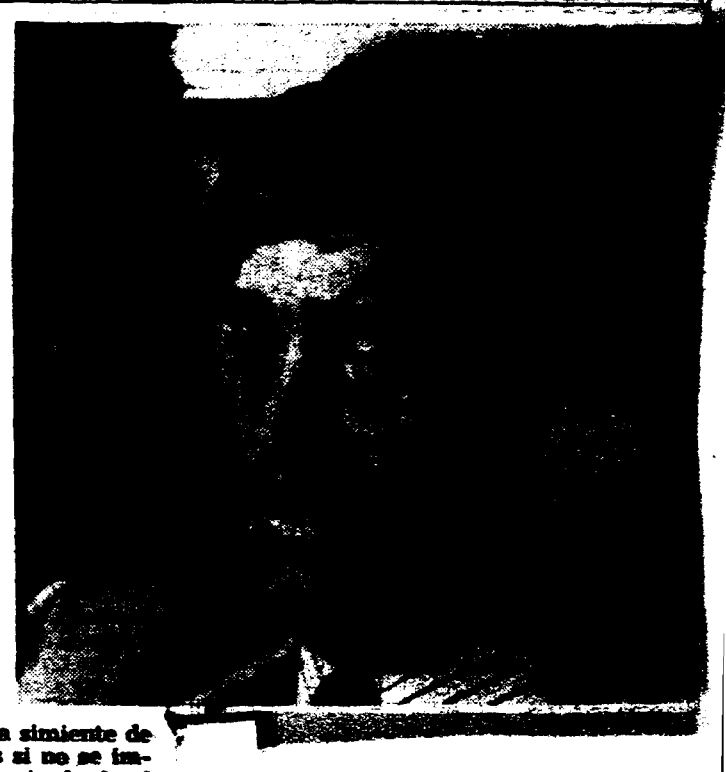
A **Mera Figueroa** ya lo aguardan por lo menos tres borradores con alternativas al sistema D'Hont vigente: uno que prevé la Ley de Lemas, otro que combina la presentación proporcional con el sistema uninominal y un tercero que esboza la posibilidad de primarias abiertas.

"Reponete tranquilo porque nos espera una etapa movida. Hay que apurarse, mirá que el tema se nos viene encima", dijo Granillo Ocampo con su habitual compulsión al trabajo. **"Tenemos todo estudiado, ahora hay que llevarle los datos al Presidente para que él decida qué vamos a impulsar"**, apuntó **Mera Figueroa**, tras aclarar que en sus contactos con otros partidos existe consenso acerca de la necesidad de una reforma aunque no sobre cuál sería el mejor método.

"Seguro que se tratará en extraordinarias", calculó **Díaz Martínez**.

"La Ley de Lemas parece buena en el corto plazo, pero hay que ver cómo funciona después", aseguró Granillo, aunque enseguida recordó que en el Uruguay hubo 300 sublemas, y "ganó Lacalle, pero con el 20% de votos propios". Sin embargo, este método es visto como una solución muy tentadora para un distrito como el bonaerense donde las disputas internas por las candidaturas a gobernador pueden insumirle un alto costo al partido oficial. La posibilidad de las internas abiertas —que Interior estudió luego que fue aplicada recientemente por Izquierda Unida— también entusiasma a Carlos Corach, apoderado del PJ, quien se encuentra ahora en los Estados Unidos estudiando el sistema.

"Todo esto ya lo estudiaron muy bien Tróccoli, el «Coti» Nosiglia y el «Flaco» Bauzá", dijo el ministro reconociendo los méritos de sus antecesores en el cargo. "La teoría está, pero cuando vamos a los casos concretos hay que decidir" —agregó—, apuntando que en el Congreso existen al menos siete proyectos "aprovechables" —de los casi treinta que proponen diferentes reformas— que podrían ser la simiente de las tratativas si no se impulsa uno propio desde el Ejecutivo.



Mera Figueroa aún convaleciente de una operación en el oído medio, se dispone a retomar la iniciativa política.

En cuanto a la ley de partidos, revolotea la idea de modificar algunos aspectos "porque entre otras cosas no se aclara si las bancas son del partido o de los electos y esto genera la dispersiones que ya conocemos". Aunque este criterio difícilmente sea compartido por los miembros del Congreso.

En todo caso, es de suponer que el Gobierno intentará lograr una cuidadosa alquimia que permita formar la **"confederación de ganadores"** —alianzas electorales mediante— con que sueña Menem para el año próximo.

María Luisa Mac Kay

Copyright Clarín, 1990

De qué se trata

Entre las posibilidades analizadas por el Gobierno para reformar el sistema electoral son tres las opciones perfiladas. ¿En qué consisten?

Ley de lemas: cada partido (o lema) puede presentar varios candidatos (o sublemas) y por ellos votan los ciudadanos. Triunfa el candidato que obtiene más votos dentro del lema ganador, que, a su vez, se determina por la suma de los votos obtenidos por todos los sublemas. El proyecto en carpeta no impone límites a la cantidad de sublemas.

Internas abiertas: se aplica para elegir candidatos en las elecciones internas de cada partido y permite la participación de quienes no están afiliados. La utilización de "primarias abiertas", que es el modelo utilizado en los Estados Unidos, implicaría una modificación en la ley de partidos políticos y en la tradición que descarta toda intervención institucional en las cartas orgánicas de los mismos.

Sistema uninominal: en su forma pura dispone la división de un distrito o provincia en tantas partes como diputados o concejales correspondan a la suma. El votante elige a un solo representante que mantiene así un fuerte nexo con sus electores. El Gobierno tiene un proyecto que combina este sistema con el de representación proporcional o D'Hont.

9004960

9004961
Mercado Común Chile
Aug 15 Financiero 15
30/8/90
Argentina
C. Exterior
Rep. It
Chile
Mercado Común Europa
ENTRADO
CRUZADO
10033
1164
113969
65709
Mercado común Chile

En 1995 habrá arancel cero para el intercambio de productos entre ambos países

Habrá mercado ampliado entre la Argentina y Chile

El presidente **Carlos Menem** regresó ayer al país tras una gira de 3 días a **Chile**, en la que suscribió distintos convenios bilaterales con su par, **Patricio Aylwin.**

En una declaración conjunta los gobiernos de Santiago y Buenos Aires destacaron que se ha iniciado una **"nueva etapa"** en las relaciones de los dos países y calificaron como sobresaliente el nivel de vínculos alcanzados en los últimos meses.

Los acuerdos firmados incluyen las bases económicas para la suscripción de un acuerdo de complementación económica y la integración de una Comisión Mixta para estudiar cuestiones fronterizas pendientes.

Carlos Menem y Patricio Aylwin sellaron la relación bilateral, pero el mercado común está lejos.

• Objetivos

Los puntos salientes de los acuerdos son los siguientes:

• **Bases generales para un mercado ampliado, que deberá estar conformado, a más tardar, el 31 de diciembre de 1995.** Esto implica que para esa fecha habrá libre circulación de **bienes, personas y factores de producción. Habrá arancel cero para el intercambio de productos entre ambos países, pero cada uno conservará su nivel de derechos respecto de terceros países.**

• Se construirá un **gasoducto** y oleoducto desde **Neuquén hacia la región de Santiago. La obra estará financiada por organismos internacionales de crédito a un costo de 110 millones de dólares y deberá estar completada en 1992.**

• **En 6 meses se suscribirá un acuerdo de complementación económica en el marco de la ALADI.**

• **Se sentarán las bases para la creación de empresas binacionales, particularmente, en la región de la Cordillera y en el sector de la minería.**

• Se abrirán pasos fronterizos a la altura de San Francisco, Aguas Negras y Pehuenches.

• Se construirá un **nuevo túnel ferrovial a la altura de Los Horcones (Argentina) y de Juncal (Chile).**

• Se estudiará la interconexión ferroviaria o vial entre puertos del **Atlántico y el Pacífico.**

Menem y Aylwin también suscribieron acuerdos de cooperación en la lucha contra el **narcotráfico**, y específicamente el **lavado de dólares.**

• Empresarios

Previo a la firma de los acuerdos, Menem mantuvo un desayuno de trabajo con unos 200 empresarios chilenos ante quienes se comprometió a eliminar en el lapso más breve posible las restricciones que existen para la radicación de empresas chilenas en las zonas de frontera.

También, y compartiendo expresiones de Aylwin, dijo que la **Iniciativa para las Américas** del presidente norteamericano, **George Bush**, era "alentadora" y dijo que éste era "un gran momento que los países latinoamericanos no podemos desperdiciar".

En tanto, el canciller Domingo Cavallo y su par, Enrique Cimma firmaron acuerdos que facilitan el tránsito de las personas entre ambos países.

En medio de tanta coincidencia sobre el próspero futuro no faltó la crítica de ambos países a las políticas proteccionistas en el sector agrícola por parte de los países de la Comunidad.

01-01
9004961

Nº [illegible] 9004902
TITULO: Radiografía de los votos en Diputados
P CLARIN 15C024
F 29/8/90
VI Argentina 10033
F. Política 11164
Partidos Políticos 11304

ENTRADO
CRUZADO

Radiografía de los votos en Diputados

Con tantos discursos y negociaciones pendientes hoy seguramente no se va a votar el "paquete impositivo". La jornada en Diputados incluye una sesión especial —citada para las 14— para tratar un proyecto de ley que impone una consulta popular previa al anunciado propósito presidencial de indultar a los ex comandantes.

Mientras llegan las definiciones, la sesión del "paquete" incluye estos elementos:

• **Peronistas** (129) a favor, con disidencias de varios en artículos específicos. Frontal oposición de "los 8".

• **Radicales** (90) en contra, junto con el bloque de la Democracia Progresista (3), que conduce Alberto Natale. También se oponen: duhaldistas cristianos (3) e intransigentes (2), MAS (1), socialista unificado (1), Unidad Socialista (1), Defensa Provincial de Tucumán (1) y Partido Blanco de los Jubilados (1).

• **Diputados provinciales** (18, pertenecen a distintos partidos locales) votarían a favor en general, con disidencias en algunos artículos que afecten intereses regionales. Lo propio se espera del diputado desarrollista Miguel Pelo.

• **UCeDé** (11) tiene en suspenso su posición (ver crónica).

El resultado de la votación estará signado por el número de los peronistas presentes a la hora de levantar la mano en señal afirmativa. Varios podrían soslayar este compromiso. Y este es el principal temor del oficialismo.

9004902

9004963
TITULO Nuevos interventores de las empresas públicas
PROCEDENCIA LA NACION 15002,5
FECHA 29/8/90
VIGILADO POR Argentina 10033
E. Públicas 11169
Gobierno Nacional 11302
Empresas del Estado 11312
ENTRADO
CRUZADO

Los nuevos interventores

Cambios en el perfil original

En el Ministerio de Economía se admite que la decisión final sobre los nuevos interventores en las empresas públicas reconoció un cambio en el perfil original de los nombres buscados.

En efecto, la búsqueda de empresarios reconocidos con experiencia en cada uno de los sectores debió ceder frente a la rápida disminución del abanico de posibilidades, a raíz de la negativa de muchos de quienes fueron tentados.

Atrás quedaron empresarios de renombre como Carlos Tramutola, Oscar Vicente, Armando Amasanti o Vittorio Orsi, quienes prefirieron no abandonar su actividad en el sector privado para encarar un ajuste que se presume doloroso para las compañías estatales.

Tras dos semanas de conversaciones y negociaciones, la conducción económica debió apelar a los amigos: algunos son técnicos con antecedentes en la administración estatal, pero otros son hombres de confianza del ministro Antonio Erman González y del presidente Carlos Menem.

Estenssoro

Acaso el nombre de mayor brillo del lote de nuevos interventores sea el de José Estenssoro, quien se hará cargo de YPF tras su paso por las petroleras Hughes Tools y Sol Petróleo.

Estenssoro, se afirma en la cartera económica, responde al perfil buscado originalmente. Seguramente tal circunstancia habrá tenido peso en la incorporación de Gas del Estado a YPF.

No obstante, fuentes del Palacio de Hacienda señalaron que la decisión de unificar Gas del Estado e YPF se adoptó frente a la necesidad de "homogeneizar sus flujos financieros".

Las fuentes recordaron también que en la década del '80 ambas empresas se hallaban integradas. "Donde hay petróleo hay gas y la unificación facilita las cuestiones operativas", sostienen en Economía.

Como subinterventor de Gas del Estado quedó el ingeniero Miguel Angel Marizza, quien anteriormente ocupó ese cargo y que posteriormente se desempeñó como asesor del ex titular Luis Suárez Lynch.

En el resto de las empresas se ubicó a hombres poco conocidos en el ámbito económico.

En el sector público se le asigna méritos técnicos a Antonio Pedro Federico, hasta ayer director de Salto Grande, cuya designación en Segba habría sido decidida por el ministro González.

Ingeniero hidráulico, Federico también fue presidente de Hidronor en la década del '80 y actualmente integra el Consejo Empresario Asesor del Centro Argentino de Ingenieros.

Hidronor, en tanto, será conducida por un hombre de estrecha relación con el ministro González. Carlos Sergnese, ex titular de Hacienda de San Luis, forma parte del grupo de ministros de Economía provinciales que junto con González y Luis Prol alcanzó posiciones expectantes en el actual gobierno. Por sugerencia del jefe del Palacio de Hacienda, Sergnese habría sido nombrado semanas atrás en una subsecretaría en Acción Social.

El capitán Horacio Salduna, designado interventor en la Administración General de Puertos, tiene un cambio relación directa con el presidente Menem.

Asesoró en temas marítimos al ex ministro de Obras Públicas Rodolfo Terragno, y también colaboró con el diputado radical Victorio Bisciotti.

Pero su vinculación con Menem proviene de la vecindad riojana, donde Salduna vivió por muchos años. En la primera etapa del actual gobierno fue asesor de la Subsecretaría de Transporte Marítimo y Fluvial.

La tarea de búsqueda de nuevos interventores supuso cierto menoscabo en las atribuciones del subsecretario de Empresas Públicas, Luis Prol. Según trascendió, las entrevistas debió gestionarlas el viceministro Carlos Carballo, cuyo manejo y vinculaciones empresarias son más apreciadas en el sector privado.

Prol, se comenta en una baja en la cartera económica, no habría respondido aún a las expectativas que se depositaron en él para que aporte ideas para la racionalización.

Fueron confirmados los interventores en otras seis empresas: Entel, Aerolíneas, Encotel, ELMA, Obras Sanitarias y Yacimientos Carboníferos Fiscales.

Fuentes de Economía admitieron que algunos de ellos permanecen en sus cargos frente a la inminencia de la privatización, otros porque alguna recomendación política evitó su desplazamiento y los menos a raíz de una gestión eficiente.

01 01
9004963

Nº D[illegible]
TITULO KOHAN Viaja a Sudáfrica
CLARIN 15/8/90
P[illegible]
FE[illegible]
VI[illegible] CI[illegible]
Argentina 10033
F. Político 11169
Relaciones Internacionales 11349
Sudáfrica 10162

ENTRADO
CRUZ DO

Kohan y la Cancillería

"Viajo a Sudáfrica con el pleno acuerdo de la Cancillería e incluso llevo una invitación de (Domingo) Cavallo para que Nelson Mandela visite la Argentina", aseguró ayer en Ezeiza, poco antes de partir, el secretario general de la Presidencia, **Alberto Kohan.**

Con esta aclaración, Kohan salió al cruce de una información publicada ayer por **Clarín** donde fuentes de la propia Cancillería aseguraban que su viaje **"no era una misión diplomática"** y señalaba los cortocircuitos que el funcionario ha tenido en numerosas ocasiones con Cavallo por su independencia de acción respecto de la Cancillería.

Casi simultáneamente con la partida de Kohan, el Ministerio de Relaciones Exteriores emitió un comunicado algo tardío señalando que el secretario viaja a Sudáfrica en **"misión informativa"** ya que, como se sabe, las relaciones bilaterales permanecen suspendidas desde 1987. La misma fuente consultada anteriormente por Clarín apuntó que "la gacetilla estaba lista desde el viernes, pero alguien se la olvidó en un cajón y no pudo salir hasta hoy" (por ayer).

El funcionario **"se informará acerca de la situación política sudafricana y, en particular, sobre las medidas adoptadas por el gobierno de Pretoria tendientes a la completa eliminación"** del apartheid, dice el comunicado traspapelado y agrega que Kohan ultimará los detalles de la invitación hecha por Cavallo al líder negro **Nelson Mandela para que visite la Argentina**

Para deslindar funciones, Kohan aclaró que su visita no significa **"de ninguna manera el inicio del restablecimiento de las relaciones diplomáticas"** y que en su misión "encomendada por el presidente Carlos Menem", **"verá qué es lo que les conviene a ambos países desde el punto de vista comercial".**

9604964

Nº. DOCUMENTO
TITULO Asumió Subsecretario de Producción de Defensa
LA PRENSA 150026
29/8/90
Argentina 10033
E. Def. 11164
Gobierno Nal. 11302
ENTRADA
CRUZ

Asumió Juan José Basualdo en Producción para la Defensa

En una ceremonia realizada en la cartera militar, asumió ayer sus funciones el nuevo subsecretario de Producción para Defensa, Juan José Basualdo.

Basualdo, quien reemplaza en el cargo al coronel (R) Jean Charles Uranga, fue puesto en funciones por el titular de la cartera, Humberto Romero, quien en las palabras que pronunció durante el acto señaló que la llegada de Basualdo a la subsecretaría de Producción para la Defensa se ubica dentro de "una nueva etapa que encara nuestro ministerio que, con directivas impartidas por el presidente de la Nación y con el rumbo que ha tomado nuestro gobierno, está tratando de llevar adelante una política que signifique reestructurar el Estado".

Agregó Romero que es de esta manera como "se podrá cumplir con el pueblo de la Nación argentina, con el resultado que se espera obtener en un no muy largo tiempo".

Previamente el ministro de Defensa agradeció al funcionario saliente, coronel Uranga, presente en la ceremonia, su dedicación en la tarea para la que se lo designó.

Asistieron a la ceremonia el subsecretario de Defensa, Julio Dentone, el jefe del Estado Mayor Conjunto, vicealmirante Emilio Ossés, los titulares del Ejército, general de división Martín Bonnet y de la Fuerza Aérea, brigadier mayor José Juliá, además del subjefe de la Armada, vicealmirante Antonio Mozzarelli, quien representó al vicealmirante Ferrer el que se encuentra de viaje.

Asimismo, estuvieron presentes el director nacional de Gendarmería, comandante general Adalino Barberis y el prefecto nacional naval, prefecto general Víctor Zibell.

(Télam)

El ministro de Defensa, Humberto Romero (centro), pone en funciones al nuevo subsecretario de Producción para la Defensa, Juan José Basualdo (derecha). Los acompaña el subsecretario saliente, coronel (R) Jean Charles Uranga

Fabricaciones militares

Por otra parte, en horas de la tarde, el ministro de Defensa, Humberto Romero, puso en funciones al nuevo presidente del directorio de Fabricaciones Militares, Nicolás Granillo Ocampo, quien reemplaza en el cargo al coronel (R) Jean Charles Uranga, que desempeñaba también esas funciones a la par de la Subsecretaría de Producción para la Defensa.

La ceremonia se realizó en la sede de Fabricaciones Militares, Cabildo 65, de esta capital.

9004965

UCR: Proyecto de Terragno para elecciones de 1995
CA NACION 150035
28/8/90
Argentina 10023
F. Politica 11164
Partidos Politicos 11304

ENTRADO
CRUZ-DO 8

UCR: proyecto de Terragno para las elecciones de 1995

Por iniciativa del ex ministro de Obras y Servicios Públicos Rodolfo Terragno se constituirá hoy la Comisión Proyecto 95 que convocará a las distintas líneas internas de la Unión Cívica Radical "para discutir las bases de un proyecto de futuro", con vistas a las elecciones generales de 1995.

El acto se realizará a las 18, en el Instituto de Análisis de Políticas Públicas, que preside Juan Carlos Pugliese, en Ayacucho 132, Capital.

Motiva la iniciativa de Terragno la necesidad de "concebir una estrategia de crecimiento económico, de diseñar la posprivatización. No podemos quedarnos anclados en el pasado ni limitarnos a criticar lo que hace mal el Gobierno", asegura el ex funcionario de la administración de Raúl Alfonsín.

La Comisión Proyecto 95 estará abierta a todas las corrientes partidarias, a tal punto que asistirán a la reunión inaugural, según se anunció, representantes propuestos por Alfonsín y por Eduardo Angeloz.

Otro hecho significativo es que la comisión estará conformada "por igual número de mujeres que de hombres. Es necesario acelerar la participación femenina, porque es el gran factor renovador", opina Terragno.

Los pros y los contras

En los fundamentos del Proyecto 95, Terragno expone como objetivo prioritario la identificación del radicalismo con el futuro, misión a la que considera difícil, especialmente, cuando se asocia a la UCR con el final del gobierno de Alfonsín, "que es exhibido por muchos como prueba de presunta incapacidad" en el orden económico, afirma el autor de la iniciativa.

Sin embargo, rescata que "el juicio mayoritario es favorable al radicalismo cuando se trata de evaluar sus credenciales democráticas".

"No basta con ser apto"

Tras considerar que para ser alternativa "no basta con ser apto, sino que debemos ser percibidos como aptos", Terragno recuerda que no obstante haber sido la UCR "el promotor e iniciador de la reforma del Estado, es presentado ahora como enemigo, no de la particular visión que el Gobierno tiene de la reforma del Estado, sino de la reforma del Estado en sí".

Al hacer una revisión sobre el actual proceso de privatizaciones, Terragno sostiene que éstas "se volverán impopulares, cuando la gente se encuentre con monopolios privados que prestan servicios caros", y destaca que no debe esperarse que eso ocurra para que la UCR aparezca como alternativa.

Objetivos

La comisión –que no tendrá facultades ejecutivas ni fijará posiciones en nombre del partido, sino que será de análisis y de estudio– tendrá como objetivos desarrollar y actualizar las propuestas del anterior gobierno y los principios del discurso de Alfonsín en Parque Norte, en 1985; promover proyectos de ley, mantener diálogos con sectores no partidarios, sostener relaciones internacionales, constituir equipos y comenzar la preparación de un proyecto de transformación y modernización con vistas al período 1995-2001.

En cuanto al perfil de la comisión, Terragno propone que esté integrada por una "gran cantidad de gente joven, mujeres y representantes del interior, quienes deberán contar con conocimientos profundos en sus respectivas especialidades y una comprensión de los fenómenos generales", al tiempo que habló en que debería participar de ella "todas las corrientes partidarias".

9004366

Menem está en Chile y piensa en ampliar un mercado común

El presidente Menem viajó a Chile para impulsar un proceso de integración económica y territorial, que podría finalizar en un mercado común con el Brasil y el Uruguay. Ayer, luego de llegar a Santiago, reconoció que uno de los problemas a solucionar es la cuestión arancelaria para que las economías no se complementen sino que se integren. La visita se extenderá hasta mañana y en su transcurso el jefe del Estado firmará acuerdos para establecer empresas binacionales, abrir tres nuevos pasos fronterizos y vender gas natural a Chile.

Patricio Aylwin y Carlos Menem en la revista de tropas: se notó una ausencia, la del general Augusto Pinochet.

SANTIAGO, Chile (ANSA, AFP, AP, EFE, UPI, REUTER, DyN y Télam). — El presidente argentino, Carlos Menem, inició ayer una visita oficial de tres días a Chile para impulsar un proceso de integración económica y territorial, que finalizaría con la creación de un mercado común con Brasil y Uruguay. A su llegada, el mandatario admitió de modo implícito, las diferencias existentes entre los dos países para alcanzar los acuerdos rápidamente. Y sostuvo que se trabajaría sobre la cuestión arancelaria para que las economías no se complementen "**sino que se integren, que es una cosa totalmente distinta.**"

Menem llegó a las 11.35 (hora argentina) al aeropuerto **Arturo Merino Benitez**, donde fue recibido por su colega **Patricio Aylwin**, ministros y autoridades. Llamó la atención la ausencia del general **Augusto Pinochet Ugarte**, ex presidente de facto y actual jefe del Ejército.

Luego de la tradicional salva de cañonazos y de los respectivos himnos nacionales, el visitante y su comitiva saludaron a las autoridades locales, en un acto que tuvo marcados gestos protocolares. **El rasgo más destacado de espontaneidad lo dio el propio Menem, quien se acercó a la gran cantidad de periodistas para conversar durante algunos minutos.**

Entonces resaltó que era la primera vez que la Argentina y Chile se pondrían de acuerdo en los aspectos "**tan amplios y tan significativos**" para crecer en forma conjunta. Despues transmitió el "cariño de siempre" al pueblo chileno: "**Esta es mi tierra también, porque en Chile me siento chileno, en Uruguay me siento uruguayo, en Brasil brasileño. Este es el sentido que le doy a la integración de América Latina**", dijo.

Acompañaron al presidente, además de su hermano el senador Eduardo Menem, los ministros de Relaciones Exteriores, **Domingo Cavallo**; de Educación, **Antonio Salonia**; y de Economía, **Antonio Erman González**; los secretarios de Planificación, **Moisés Ikonikoff** y de Ciencia y Tecnología, **Raúl Matera**; el titular del Ente Nacional de Turismo, **Francisco Mayorga**; la embajadora itinerante **Amalia Lacroze de Fortabat** y el diputado **José Luis Manzano**. En Santiago ya se encontraban los gobernadores de Neuquén, **Pedro Salvatori**; de Mendoza, **José Octavio Bordón**; y de Tierra del Fuego, **Martín Torres**.

Más tarde, Menem sostuvo más tarde su primera entrevista con Aylwin. "**Conversamos sobre todo lo que hace a este proceso de integración**", dijo al abandonar el Palacio de la Moneda (sede del Gobierno) **donde centenares de personas se acercaron lo aplaudieron y se acercaron a saludarlo.**

Esta es la segunda visita que el mandatario argentino realiza a Chile desde la asunción de Aylwin. Pero es la primera para suscribir acuerdos de acercamiento desde la firma del Tratado de Paz, que en 1985 concluyó con un centenario conflicto territorial entre los dos países unidos a través de 5.000 kilómetros de frontera común.

Integración fue la palabra más utilizada por el Menem en sus primeras declaraciones. Acaso para enfatizar el objetivo de su visita: **firmar acuerdos para establecer empresas binacionales, abrir tres nuevos pasos fronterizos y vender gas natural argentino a Chile.** Insistió también en que el acercamiento era parte de un proceso que se esta desarrollando en el Cono Sur del continente y, especificamente, entre la Argentina, Chile, Brasil y Uruguay.

Los diferentes niveles arancelarios son un tema central de las conversaciones entre Menem y Aylwin. En ese sentido, fuentes diplomáticas argentinas dijeron ayer en Buenos Aires que se gestionaba un acuerdo para reducir esos impuestos en un 40 por ciento a partir del año próximo. **En tanto, voceros del sector económico gubernamental chileno dijeron que los aranceles eran un tema clave para avanzar en la integración económica.**

Chile rebajó sustancialmente sus tasas aduaneras en 1975 y en la actualidad están en un 15 por ciento para todos sus productos. La Argentina tiene aranceles diferenciados de un 20 por ciento promedio. **Según economistas chilenos, esta situación** —similar a la de otros países latinoamericanos— **origina para Chile una balanza comercial negativa en la región.**

En una visita preparatoria realizada hace una semana, el canciller Cavallo dijo que ambos presidentes firmarían un acuerdo sobre apertura y funcionamiento de tres nuevos pasos cordilleranos, así como otro que prevé la construcción de un gasoducto entre Neuquén y Santiago. Por otro lado, la Argentina permitirá a empresas chilenas asociadas con capitales argentinos explotar recursos minerales fronterizos, levantando en este caso la prohibición para inversiones extranjeras dentro de los 50 kilómetors de la frontera.

Callejón sin salida

NUEVA YORK (UPI). — El presidente **Carlos Menem**, que sorprendió a los argentinos con un gobierno frugal y los planes para una economía de mercado, se encuentra ante una suerte de "**callejón sin salida**" en su ataque contra la inflación. La opinión es de **Tom Wicker**, quien ayer en el **The New York Times**, sostuvo además que el obvio y próximo paso es "**una reducción drástica adicional en el empleo público.**"

Destaca que eso significará incrementar el desempleo, que es del 9 por ciento, con un 10 por ciento adicional subempleado.

"El débil sector privado en la Argentina —dice Wicker— no puede brindar trabajo para todos aquellos que el Gobierno necesita despedir. No hay un sistema de seguridad de servicios sociales y de bienestar para mantenerlos", agrega.

Sostuvo luego que para bajar la inflación mucho más allá del 10 por ciento, Menem tendría que crear un nuevo ejército de desocupados y el costo social —crimen e iquietud política, por ejemplo— puede ser elevado. "Y el costo de brindar servicios de apoyo prohibitivo."

Los chilenos le temen al contagio

SANTIAGO, Chile (Enviado especial). — Hasta poco antes que aterrizaran los dos aviones presidenciales repletos de funcionarios e invitados de variado pelo, todo estaba previsto aquí para asistir a un verdadero **desembarco del poder** argentino en tierra chilena. La lista oficial que manejaban los diplomáticos argentinos en Santiago anunciaba que, además del presidente **Carlos Menem**, llegarían cinco de los ocho ministros (**Cavallo, González, Romero, Bauzá, Salonia**); cuatro secretarios de Estado (**Ikonicoff, Matera, Anzorreguy, Mayorga**); 2 gobernadores, el presidente provisional del Senado (**Eduardo Menem**) y varios senadores y diputados, además de subsecretarios y funcionarios varios.

Hubo algunas deserciones de último momento (como las de Romero, Bauzá y Cafiero, por ejemplo), pero ello no cambió una apreciación compartida aquí: **demasiado bulto** para acompañar un proceso que hasta ahora produjo más gestos de buenas intenciones y proyectos antes que **actos concretos** de integración binacional.

Alejándose un poco de los gobernantes de Santiago y Buenos Aires, es difícil encontrar aquí mucha gente que se entusiasme con los anuncios de integración. En realidad, lo que predomina entre los empresarios y dirigentes de primer nivel de Santiago es un **temoroso recelo**. ¿De qué? De que el llamado Acuerdo de Integración Económica termine pulverizando el saneado estado de la economía chilena.

Los empresarios se jactan de tener la economía más **prolija y floreciente** de Latinoamérica y no quieren **licuar** ese beneficio asociándose con dos economías inflacionarias como la argentina y la brasileña.

Tanto Menem como Cavallo y otros funcionarios menores, como el propio presidente Aylwin desestiman esos temores. Pero como las brujas del dicho, esos recelos, dicen, "**que los hay, los hay**".

Como un ejemplo de tal situación está un documento que sin nada de casualidad sacó a relucir ayer la poderosa Sociedad Nacional de Agricultura, que agrupa a los productores del campo. Allí dicen que es necesario hacer una "evaluación previa y cuidadosa de cada medida concreta que se tome con miras a la integración".

La habilitación de tres nuevos pasos aduaneros a través de la cordillera es uno de los puntos que parece más próximo a dejar el papel para pasar a las topadoras. Pero el asunto no será fácil.

—**Abriendo los pasos arriesgan el trabajo de todos los agricultores de la zona. ¿Para qué arriesgar los tres mejores valles que tenemos. ¿Para desarrollar el turismo? Pero si el turista argentino que llega aquí es muy malo, no gasta un peso. Los argentinos de plata se van a Punta del Este o a Río de Janeiro.** La arenga fue lanzada por **Falconeri Munizaga**, presidente de la Asociación de Empresarios Agrícolas de la Cuarta Región.

Allí dicen que la integración traerá consigo la llegada de la mosca de la fruta y de la aftosa para el ganado, plagas que no existen de este lado de la cordillera. Durante el año pasado, esa zona exportó 12 millones de cajas de fruta y para este año la cifra llegará a 14 millones. Dicen que el principal adquirente, Estados Unidos, compra porque la fruta no tiene mosca.

Hay otras voces oficiales que replican esa apreciación de los productores.

—**¡La mosquita esa! Para eso hay control. No podemos parar la integración porque se puede pasar una mosca. Aquí el paso está a 4.500 metros de altura y ningún bicho resiste.**

Eso lo dijo **Raúl Barriga Novo**, intendente de la Tercera Región, donde se habilitará el paso San Francisco.

Como una forma de reconocer que no todo son palabras y discursos rosas, el gobernador de Mendoza, **José Octavio Bordón**, tomó el guante y dijo que en lo comercial ya hay un reconocimiento "al esfuerzo que hacen los productores mendocinos a nivel fitosanitario", y que ello se verá "reflejado en los próximos meses por los acuerdos especiales entre Mendoza y la cuarta y quinta región".

01-01

Tobaré Ayres
★ 900400

Menem está en Chile y piensa en ampliar un mercado común

El presidente Menem viajó a Chile para impulsar un proceso de integración económica y territorial, que podría finalizar en un mercado común con el Brasil y el Uruguay. Ayer, luego de llegar a Santiago, reconoció que uno de los problemas a solucionar es la cuestión arancelaria para que las economías no se complementen sino que se integren. La visita se extenderá hasta mañana y en su transcurso el jefe del Estado firmará acuerdos para establecer empresas binacionales, abrir tres nuevos pasos fronterizos y vender gas natural a Chile.

Patricio Aylwin y Carlos Menem en la revista de tropas: se notó una ausencia, la del general Augusto Pinochet.

SANTIAGO, Chile (ANSA, AFP, AP, EFE, UPI, REUTER, DyN y Télam). — El presidente argentino, **Carlos Menem**, inició ayer una visita oficial de tres días a Chile para impulsar un proceso de integración económica y territorial, que finalizaría con la creación de un mercado común con Brasil y Uruguay. A su llegada, el mandatario admitió de modo implícito, las diferencias existentes entre los dos países para alcanzar los acuerdos rápidamente. Y sostuvo que se trabajaría sobre la cuestión arancelaria para que las economías no se complementen "sino que se integren, que es una cosa totalmente distinta."

Menem llegó a las 11.35 (hora argentina) al aeropuerto **Arturo Merino Benítez**, donde fue recibido por su colega **Patricio Aylwin**, ministros y autoridades. Llamó la atención la ausencia del general **Augusto Pinochet Ugarte**, ex presidente de facto y actual jefe del Ejército.

Luego de la tradicional salva de cañonazos y de los respectivos himnos nacionales, el visitante y su comitiva saludaron a las autoridades locales, en un acto que tuvo marcados gestos protocolares. **El rasgo más destacado de espontaneidad lo dio el propio Menem, quien se acercó a la gran cantidad de periodistas para conversar durante algunos minutos.**

Entonces resaltó que era la primera vez que la Argentina y Chile se pondrían de acuerdo en los aspectos **"tan amplios y tan significativos"** para crecer en forma conjunta. Despues transmitió el "cariño de siempre" al pueblo chileno: **"Esta es mi tierra también, porque en Chile me siento chileno, en Uruguay me siento uruguayo, en Brasil brasileño. Este es el sentido que le doy a la integración de América Latina"**, dijo.

Acompañaron al presidente, además de su hermano el senador Eduardo Menem, los ministros de Relaciones Exteriores, **Domingo Cavallo**; de Educación, **Antonio Salonia**; y de Economía, **Antonio Erman González**; los secretarios de Planificación, **Moisés Ikonikoff** y de Ciencia y Tecnología, **Raúl Matera**; el titular del Ente Nacional de Turismo, **Francisco Mayorga**; la embajadora itinerante **Amalia Lacroze de Fortabat** y el diputado **José Luis Manzano**. En Santiago ya se encontraban los gobernadores de Neuquén, **Pedro Salvatori**; de Mendoza, **José Octavio Bordón**; y de Tierra del Fuego, **Martín Torres**.

Más tarde, **Menem** sostuvo más tarde su primera entrevista con Aylwin. **"Conversamos sobre todo lo que hace a este proceso de integración"**, dijo al abandonar el Palacio de la Moneda (sede del Gobierno) **donde centenares de personas se acercaron lo aplaudieron y se acercaron a saludarlo.**

Esta es la segunda visita que el mandatario argentino realiza a Chile desde la asunción de Aylwin. Pero es la primera para suscribir acuerdos de acercamiento desde la firma del Tratado de Paz, que en 1985 concluyó con un centenario conflicto territorial entre los dos países unidos a través de 5.000 kilómetros de frontera común.

Integración fue la palabra más utilizada por el Menem en sus primeras declaraciones. Acaso para enfatizar el objetivo de su visita: **firmar acuerdos para establecer empresas binacionales, abrir tres nuevos pasos fronterizos y vender gas natural argentino a Chile.** Insistió también en que el acercamiento era parte de un proceso que se esta desarrollando en el Cono Sur del continente y, especificamente, entre la Argentina, Chile, Brasil y Uruguay.

Los diferentes niveles arancelarios son un tema central de las conversaciones entre Menem y Aylwin. En ese sentido, fuentes diplomáticas argentinas dijeron ayer en Buenos Aires que se gestionaba un acuerdo para reducir esos impuestos en un 40 por ciento a partir del año próximo. **En tanto, voceros del sector económico gubernamental chileno dijeron que los aranceles eran un tema clave para avanzar en la integración económica.**

Chile rebajó sustancialmente sus tasas aduaneras en 1975 y en la actualidad están en un 15 por ciento para todos sus productos. La Argentina tiene aranceles diferenciados de un 20 por ciento promedio. **Según economistas chilenos, esta situación** —similar a la de otros países latinoamericanos— **origina para Chile una balanza comercial negativa en la región.**

En una visita preparatoria realizada hace una semana, el canciller Cavallo dijo que ambos presidentes firmarían un acuerdo sobre apertura y funcionamiento de tres nuevos pasos cordilleranos, así como otro que prevé la construcción de un gasoducto entre Neuquén y Santiago. Por otro lado, la Argentina permitirá a empresas chilenas asociadas con capitales argentinos explotar recursos minerales fronterizos, levantando en este caso la prohibición para inversiones extranjeras dentro de los 50 kilómetors de la frontera.

Callejón sin salida

NUEVA YORK (UPI). — El presidente **Carlos Menem**, que sorprendió a los argentinos con un gobierno frugal y los planes para una economía de mercado, se encuentra ante una suerte de **"callejón sin salida"** en su ataque contra la inflación. La opinión es de **Tom Wicker**, quien ayer en el **The New York Times**, sostuvo además que el obvio y próximo paso es **"una reducción drástica adicional en el empleo público."**

Destaca que eso significará incrementar el desempleo, que es del 9 por ciento, con un 10 por ciento adicional subempleado. "El débil sector privado en la Argentina —dice Wicker— no puede brindar trabajo para todos aquellos que el Gobierno necesita despedir. No hay un sistema de seguridad de servicios sociales y de bienestar para mantenerlos", agrega.

Sostuvo luego que para bajar la inflación mucho más allá del 10 por ciento, Menem tendría que crear un nuevo ejército de desocupados y el costo social —crimen e iquietud política, por ejemplo— puede ser elevado. **"Y el costo de brindar servicios de apoyo prohibitivo."**

Los chilenos le temen al contagio

SANTIAGO, Chile (Enviado especial). — Hasta poco antes que aterrizaran los dos aviones presidenciales repletos de funcionarios e invitados de variado pelo, todo estaba previsto aquí para asistir a un verdadero **desembarco del poder** argentino en tierra chilena. La lista oficial que manejaban los diplomáticos argentinos en Santiago anunciaba que, además del presidente **Carlos Menem**, llegarían cinco de los ocho ministros **(Cavallo, González, Romero, Bauzá, Salonia)**; cuatro secretarios de Estado **(Ikonicoff, Matera, Anzorreguy, Mayorga)**; 2 gobernadores, el presidente provisional del Senado **(Eduardo Menem)** y varios senadores y diputados, además de subsecretarios y funcionarios varios.

Hubo algunas deserciones de último momento (como las de Romero, Bauzá y Cafiero, por ejemplo), pero ello no cambió una apreciación compartida aquí: **demasiado bulto** para acompañar un proceso que hasta ahora produjo más gestos de buenas intenciones y proyectos antes que **actos concretos** de integración binacional.

Alejándose un poco de los gobernantes de Santiago y Buenos Aires, es difícil encontrar aquí mucha gente que se entusiasme con los anuncios de integración. En realidad, lo que predomina entre los empresarios y dirigentes de primer nivel de Santiago es un **temoroso recelo**. ¿De qué? De que el llamado Acuerdo de Integración Económica termine pulverizando el saneado estado de la economía chilena.

Los empresarios se jactan de tener la economía más **prolija y floreciente** de Latinoamérica y no quieren **licuar** ese beneficio asociándose con dos economías inflacionarias como la argentina y la brasileña.

Tanto Menem como Cavallo y otros funcionarios menores, como el propio presidente Aylwin desestiman esos temores. Pero como las brujas del dicho, esos recelos, dicen, **"que los hay, los hay"**.

Como un ejemplo de tal situación está un documento que sin nada de casualidad sacó a relucir ayer la poderosa Sociedad Nacional de Agricultura, que agrupa a los productores del campo. Allí dicen que es necesario hacer una "evaluación previa y cuidadosa de cada medida concreta que se tome con miras a la integración".

La habilitación de tres nuevos pasos aduaneros a través de la cordillera es uno de los puntos que parece más próximo a dejar el papel para pasar a las topadoras. Pero el asunto no será fácil.

—Abriendo los pasos arriesgan el trabajo de todos los agricultores de la zona. ¿Para qué arriesgar los tres mejores valles que tenemos. ¿Para desarrollar el turismo? Pero si el turista argentino que llega aquí es muy malo, no gasta un peso. Los argentinos de plata se van a Punta del Este o a Río de Janeiro. La arenga fue lanzada por **Falconeri Munizaga**, presidente de la **Asociación de Empresarios Agrícolas de la Cuarta Región.**

Allí dicen que la integración traerá consigo la llegada de la mosca de la fruta y de la aftosa para el ganado, plagas que no existen de este lado de la cordillera. Durante el año pasado, esa zona exportó 12 millones de cajas de fruta y para este año la cifra llegará a 14 millones. Dicen que el principal adquirente, Estados Unidos, compra porque la fruta no tiene mosca.

Hay otras voces oficiales que replican esa apreciación de los productores.

—¡La mosquita esa! Para eso hay control. No podemos parar la integración porque se puede pasar una mosca. Aquí el paso está a 4.500 metros de altura y ningún bicho resiste.

Eso lo dijo **Raúl Barriomuevo**, intendente de la Tercera Región, donde se habilitará el paso San Francisco.

Como una forma de reconocer que no todo son palabras y discursos rosas, el gobernador de Mendoza, **José Octavio Bordón**, tomó el guante y dijo que en lo comercial ya hay un reconocimiento "al esfuerzo que hacen los productores mendocinos a nivel fitosanitario", y que ello se verá "reflejado en los próximos meses por los acuerdos especiales entre Mendoza y la cuarta y quinta región".

Fabián Areos

01-01
9004-96

900490
Nuevo perfil económico con Chile
LA NACION 150035
28/8/90
Argentina 10033
F. Política 11164
Relaciones Económicas 11347
Chile 65709
Relación Comercial Internacional 11110
EAT X
CRUZ

Nuevo perfil económico con Chile

(Continuación de la Pág. 1, Col. 6)

ledo–, hubieran pensado que en cualquier momento podíamos cerrar la llave. Hoy los criterios de seguridad nacional han sufrido un cambio sorprendente".

También entusiasmado, el director de Política e Integración Latinoamericana, Juan Schiaretti, contó a este enviado detalles de la primera reunión de trabajo entre los dos mandatarios. "Los papeles iban pasando uno tras otro, sin ninguna objeción, sin ningún obstáculo", señaló.

Al margen de su "buena sintonía" con el presidente de este país, Menem puso en juego su poder de seducción. "Esto es exactamente lo que a mí me gusta. Veo que hasta en la pintura queremos las mismas cosas", le dijo Aylwin cuando éste le regaló un cuadro impresionista de autor chileno. "Estoy en mi tierra, Chile es mi tierra", casi gritó cuando se acercó a las personas que coreaban su nombre frente al Palacio de la Moneda, en un cambio de ruta que puso los pelos de punta al personal de seguridad.

¿Adiós a los litigios?

Sin duda, entre los puntos principales de los papeles que se firmarán ocupe un lugar destacado el plazo de 60 días que se da a la Comisión de Límites para poner fin a los litigios fronterizos que todavía subsisten a lo largo de la cordillera.

"Estos problemas se solucionarán sin dificultad en el plazo indicado", aseguró el canciller Cavallo.

También hay que anotar los siguientes acuerdos:

- Se concretará el "pleno funcionamiento" de los pasos fronterizos de San Francisco (Catamarca), Agua Negra (San Juan) y Pehuenche (Mendoza). La presencia aquí de los gobernadores Ramón Saadi, Carlos Gómez Centurión y José Octavio Bordón y del diputado mendocino José Luis Manzano da una idea de lo que significa para las provincias argentinas esta súbita apertura de los puertos del Pacífico.
- Se llevarán posiciones comunes a los organismos internacionales en materia de seguridad y desarme.
- Habrá "intercambio de personal para realizar misiones conjuntas argentino-chilenas en la Antártida".
- Se construirá un túnel ferrovial a 3000 metros, a la altura de la zona central de Juncal (Chile) y Horcones (Argentina).
- Se hará un propanoducto para transportar combustible desde la planta de YPF en San Sebastián, Tierra del Fuego, hasta la Empresa Nacional de Petróleo, en Cullén, Chile.

Fuentes diplomáticas insistieron en la característica bilateral de esta negociación como para dejar en claro que para nuestro país –por el momento –las asociaciones con Chile y con Brasil corren por cuerdas separadas.

También las expectativas son diversas. "Pero con Chile apenas comenzamos y estamos progresando a ritmo muy rápido. Para los dos países suceden cosas inimaginables como la posible participación de capitales chilenos en la compra de empresas argentinas del área de Defensa, como Ipasam y Tandanor, manifestó un vocero oficial.

Minigabinete a lo lejos

Son tantos los funcionarios de la comitiva que Menem aprovechó para hacer una minireunión de gabinete en Santiago, en la residencia del embajador argentino, Oscar Spinosa Melo. Hoy llegará el gobernador de Buenos Aires, Antonio Cafiero, y se encontrará con el jefe del Estado por primera vez desde el triunfo del No en el plebiscito bonaerense del cinco de agosto.

Dos temas ocuparon especialmente la atención del Presidente, quien sentó a la mesa a los ministros Cavallo, Antonio Erman González y Antonio Salonia, a su hermano Eduardo y a Manzano.

Los asuntos fueron el agravamiento de la crisis del Golfo y el "paquete" impositivo que el Congreso debe analizar esta semana. Sobre lo primero cundieron las hipótesis pesimistas, aunque –aseguraron las fuentes– nada se añadió sobre el posible envío de fuerzas argentinas.

Respecto del paquete tributario se decidió que Manzano, González y Eduardo Menem retornen hoy mismo a Buenos Aires para buscar una sanción deseada pero difícil. Hablarán en el Ministerio de Economía con diputados de la Ucedé y de partidos provinciales y les dirán que apoyar al Gobierno en las medidas más impopulares es hablar poco sencillo. "Necesitamos respaldo también para lo antipático", añadirán con cruda sinceridad.

¿Y qué pasará con los diputados del propio peronismo que, se sabe, no levantarán la mano para aumentar los impuestos que pide el Gobierno? "Tal vez no pase nada si conseguimos sacar la ley, de lo contrario, me temo que habrá consecuencias duras", vaticinó un vocero del verticalismo parlamentario.

Plena coincidencia entre Menem y Aylwin para reforzar la integración

Por Hugo Caligaris

(Enviado especial de LA NACION)

SANTIAGO, Chile.– La Argentina y Chile tendrán, a más tardar el 31 de diciembre de 1995, un "espacio económico ampliado", apenas un escalón menos que el mercado común que unirá a nuestro país con Brasil desde la misma fecha.

Sobre este punto –el corazón de los acuerdos que firmarán mañana los presidentes Carlos Menem y Patricio Aylwin– existen opiniones tan diferentes como las imágenes de un caleidoscopio: algunos piensan que es un paso gigantesco para dos naciones que estuvieron hace sólo 12 años al borde la guerra, y otros sostienen que es un enunciado bello cuya falta de sustancia será puesta al desnudo por la desconfianza mutua y por las diferencias objetivas de dos economías en etapas distintas de evolución.

Hay argumentos para todos. Ciertamente, algunos empresarios chilenos temen ser los futuros perdedores y descreen de que pueda cumplirse el objetivo de "alcanzar la liberación total del universo arancelario y disponer la eliminación total de las restricciones no arancelarias". Los argentinos, dicen, no dejarán de un día para el otro su tradición proteccionista.

No hace mucho, el consejero político de la embajada norteamericana en Buenos Aires, James Walsh, revelaba –en correcto porteño– que las gestiones de integración entre su país y Canadá habían demandado "un laburo bárbaro". Esta parece ser la constante en los procesos de este tipo.

Pero en el bando de los optimistas alistan no sólo los teóricos de la clase del secretario de Planeamiento, Moisés Ikonicoff, quien dijo a LA NACION que "después de ver cómo Gran Bretaña llegó a incorporarse al Mercado Común Europeo no creo en imposibles". También están los que se remiten a las pruebas de la realidad, como el vocero presidencial, Humberto Toledo, para quien el protocolo sobre el gasoducto que abastecerá a Santiago del Chile con gas argentino equivale "a la destrucción del Muro de Berlín".

"Hace unos años –reflexionó To-

(Continúa en la Pág. 5, Col. 1)

900498

9004909
P. rompe con el FREJUPO y lanza oposición a Menem.
Cuerpo Fundamento 150022
27-8-90
Adaptiva ... 10033
F. Político ... 11164
Partidos Políticos 11304
ENTRADO
CRUZ DO

El PI rompe con el Frejupo y lanza oposición a Menem

El Partido Intransigente inició ayer la primera ruptura a nivel orgánico de los partidos que conforman el Frente Justicialista de Unidad Popular (Frejupo). La Convención Nacional del PI se reunió durante el fin de semana y por amplia mayoría, de los 160 convencionales presentes 156 votos a favor y 4 en contra, ***decidió desvincularse del Frejupo porque no comparten "la política neoconservadora del actual gobierno".*** *Además convocaron a todas las fuerzas del campo "nacional y popular a realizar un plenario pará* ***iniciar un polo opositor a Carlos Menem".*** *Cabe recordar que el Frejupo, integrado por la democracia cristiana, el Movimiento de Integración y Desarrollo, el Partido Socialista Auténtico y el Intransigente, sumó en 1989 al* ***justicialismo los 8 electores que le hacían falta a Menem para ganarle a Eduardo Angeloz en el Colegio Electoral.***

Desde el oficialismo se registraron gestos para evitar esta ruptura. ***Eduardo Menem*** *visitó el viernes por la tarde al presidente de la democracia cristiana,* ***Esio Silveyra,*** *para intentar evitar el desprendimiento de este partido. Por su parte,* ***José Luis Manzano*** *reconoció en una entrevista radial que* ***iba a iniciar una operatoria sobre el "bisonte" Oscar Alende "para que el agua no llegue al río".*** *Pero se topó con la cerrada negativa de éste quien declaró que iba a "****respetar la decisión de sus compañeros****".*

Fuentes cercanas al Partido Intransigente sostuvieron que las actitudes de ***Menem*** *senador y "****José Luis «Mercachifle» Manzano****", según lo calificó* ***Renée Irurzun,*** *se realizaron para impedir* ***el efecto en cascada que podría producir esta desintegración del Frejupo, ya que el PI arrastraría atrás de sí no sólo al PSA y la corriente de Humanismo y Liberación de la democracia cristiana, sino que también a los diputados integrantes del "grupo de los 8" y al sector sindical que lidera el cervecero Saúl Ubaldini.***

• Leales al gobierno

Pero todos estos intentos no tuvieron el éxito esperado por sus actores.

*Los integrantes del Movimiento de Integración y Desarrollo se declararon leales al gobierno y sostuvieron que van a proponerle todas las alternativas posibles para modificar la actual coyuntura. Además están contentos de que se marchen del Frejupo la democracia cristiana y el Partido Intransigente porque con ellos "****se va la hojarasca que le impide al Presidente iniciar la revolución productiva****". Justamente respecto de la revolución productiva, creen que aunque por ahora sea una promesa incumplida,* ***Menem*** *la va a poner en marcha porque la realidad se lo va a imponer.*

• Primer Fujimori

*En otro orden de cosas afirmaron que "****Menem es el primer Fujimori que tuvo América latina porque derrotó a todo el aparato del Partido Justicialista****". "****Hay que recordar, continuó diciendo el vocero del MID,*** *****que Menem asumió en condiciones anómalas de crisis y caos social y la fe que depositamos en él no se ha desvanecido****".*

Oscar Alende

Los titulares de la democracia cristiana porteña y de la provincia de Buenos Aires, ***Angel Bruno*** *y* ***Roberto Vallejo*** *criticaron en duros términos a* ***Rodolfo Frigerio*** *quien, sostuvieron "****no apoya revolución productiva alguna sino la entrega lisa y llana del patrimonio nacional****".*

Bruno y Vallejos consideraron que ***Frigerio*** *"****no tiene derecho****" a afirmar que la democracia cristiana y el Partido Intransigente formaron parte del Frejupo "****sólo con fines electoralistas****" e insistieron en su respaldo al programa de esa alianza que es "****todo lo contrario a esta política de ajuste y minería que lleva a cabo el gobierno****".*

*"****El MID debería cuidarse muy bien de criticar a los partidos populares cuando alguno de sus más altos dirigentes debió abandonar su cargo público por defender abiertamente a los carapintadas****" finaliza la réplica democristiana.*

01-
9004969

Nº 90049.0
TITULO: Ed PI se fue del FREJUPO
PROC: Clarín 15oct89
FECHA: 27/8/90
VINCULACION: Argentina 10033
F. Pol. 11164
PP PP. 11309

ENTRADO
CRUZADO

El PI se fue del Frejupo en busca de nuevos aliados

El Partido Intransigente rompió ayer formalmente con el Frente Justicialista de Unidad Popular (Frejupo) e inició un proceso de búsqueda de nuevos aliados para las elecciones del año que viene.

La decisión de la convención nacional partidaria fue avalada por el líder del PI, Oscar Alende, quien participó de las deliberaciones en las que el partido comenzó a desandar el acercamiento alcanzado con el peronismo el año pasado, luego de una serie de crisis internas.

La desvinculación con el Frejupo fue promovida por, fundamentalmente, la mayoritaria línea interna Comisión Nacional de Acción Popular (CONAP) en contra de sectores del Viejo Tronco Radical (VTR).

Al avalar anoche la decisión de la convención nacional, Alende consideró "previsible" el alejamiento del Frejupo debido a que el gobierno peronista "no consultaba" a sus aliados electorales.

Alende, que tiene la costumbre de subrayar las noticias de Clarín con siete colores distintos de acuerdo con su importancia, anunció que en los próximos días se reunirá con el presidente del Consejo Nacional Justicialista, Eduardo Menem. El titular del PJ le solicitó una entrevista en el marco de las visitas de cortesía que sostiene con otros partidos.

El "Bisonte" dijo a este diario que se excusó de mantener esa entrevista el sábado pasado, tal como lo había pedido Menem, para no influir sobre la convención de su partido.

Deseoso de que se aclare que ahora el encuentro tiene que ser en base "al penacho de cada uno", Alende recordó que hace un mes concurrió junto con el titular de la democracia cristiana, Esio "Poncho" Silveira a la sede del PJ a solicitar, sin éxito, que "el contacto entre los miembros del Frejupo sea más profundo".

La convención nacional del PI abrió ayer el juego de los realineamientos políticos que se producirán por las elecciones de 1991.

El PI decidió por 160 votos a favor y 4 en contra "profundizar los contactos ya iniciados con sectores políticos y organizaciones sociales, en el plano nacional y distrital, para constituir el más amplio espectro de fuerzas capaz de enfrentar el proyecto liberal (del gobierno peronista)", dice la declaración.

El objetivo de la línea interna mayoritaria Corriente Nacional de Acción Popular (CONAP) —que lidera Remo Irurzún, entre otros— es llegar a la próxima convención nacional de fines de año o principios del próximo con acuerdos con los sectores disidentes del peronismo, la democracia cristiana, el Partido Socialista Auténtico y fuerzas de centroizqierda. Supone que los comicios de 1991 "serán un plebiscito de la política económica" de la administración menemista y que el presidente Carlos Menem se aliará con figuras extrapartidarias, como María Julia Alsogaray, para tratar de mantener su espacio político.

La convención, que terminó de sesionar a las 4 de ayer luego de más de 8 horas de deliberaciones, también facultó al comité nacional a "determinar en coordinación con los distritos un plan de trabajo que incluya la movilización y la organización del debate interno".

9004370

ENTRADO
CRUZADO

Panorama político

A

El Presidente no auspicia ningún cambio aunque en estos días —quizá los menos placenteros desde el diciembre negro— tuvo palabras duras para miembros de su gabinete. Optimista como es, Menem repitió que "vamos bien", mientras el equipo económico, surcado por contradicciones internas cada vez más notorias, busca una alternativa para contener la inflación, que sigue vivita y coleando.

Dio un plazo concreto para una de sus primeras espadas, Erman González, y dicen que le perdonó la vida a Roberto Dromi, después del confuso episodio del "control social" de precios que el jefe del MOSP auspició ante los sindicalistas del oficialismo. En ambos casos, por si habría alguna duda, se trata de dos ministros que han constituido la avanzada más audaz del modelo que auspicia el menemismo.

Estar en la primera línea de fuego, como lo están González y Dromi, tiene su costo: por primera vez desde que el contador riojano tomó el timón de Economía, la situación parece haberlo alcanzado.

Un emplazamiento al ministro de Economía no es un ultimátum pero se le parece demasiado. Quizás el afán de urgir más audacia en el ajuste haya llevado a este plazo fijo, en un momento donde la realidad presiona con fuerza sobre Economía. El respaldo norteamericano al ajuste fue un alivio para el Gobierno. No obstante, esa política de ajuste está tocando los límites: la tradicional panoplia de medidas de restricción del gasto público, renegociación de los convenios de empresas estatales, está acompañada por un amago de mayor apertura e incremento de tarifas.

Frente a la tormenta, González y Dromi buscan aceitar un tándem que concentre el poder en esta etapa. Uno, el jefe de Hacienda, se encargará de lo que sabe: la caja; el otro, desde el MOSP, tratará de concentrar las privatizaciones.

La tarea no es fácil porque la política tiene resistencias. Dromi, por ejemplo, suele decir que ajuste y reforma del Estado son dos piezas de una estrategia, se complementan por necesidad. El próximo paso son las empresas dependientes de Defensa, que no escaparán a las generales de la ley; esto es, la administración irá a parar al Ministerio de Economía.

El tercero en discordia, Humberto Romero, tiene algunas cosas que decir. Quizás esté dispuesto a ceder la administración, pero el proceso de privatización, según dicen fuentes de su cartera, tiene que continuar en su actual jurisdicción. No está solo: en los últimos días hubo sugestivos trascendidos del alto mando militar sobre su preocupación por el destino de los fondos surgidos de presuntas privatizaciones y por el manejo de todo el proceso.

El dúo González-Dromi ha apostado su suerte a la centralización del ajuste y la reforma, comprendiendo que allí se librará la principal batalla para imponer el modelo. No tienen todo el tiempo del mundo para ofrecer resultados y el Presidente acaba de trazar una línea en la arena, tal como lo reiteró ayer cuando volvió de Las Leñas.

Pero el problema es el siguiente: ¿qué pasará si los obstáculos para la centralización del ajuste y la reforma no son vencidos? Una de las respuestas posibles es que alguno de los ministros involucrados se dio a sí mismo un plazo para lograrlo, más allá del cual podría poner a disposición del Presidente su cartera.

Gabinete desbalanceado

Además hay una razón de peso: la administración ingresó en una zona de fuerte turbulencia y el equipo de ministros aparece, por lo menos, desbalanceado.

Hay varios ejemplos.

● **Mera Figueroa**, el hipotético ministro político, está con licencia por razones de salud. Su participación en la estrategia política del Gobierno fue siempre tangencial, salvo que se tratase de cuestiones internas del peronismo, donde el ministro se mueve con comodidad. De cualquier manera, el estilo de **Menem** es peculiar: las tareas más importantes —salvo las económicas— las asigna a hombres externos al gabinete. ¿Quién puede discutir, por ejemplo, que su hermano **Eduardo** cumple misiones que, en rigor, pertenecerían al Ministerio del Interior? ¿O que **José Luis Manzano** también se dedica a esos menesteres con fruición?

La búsqueda de un nuevo diálogo con el radicalismo, por ejemplo, tuvo a **Eduardo Menem** como su protagonista principal, escudado por su nueva función como presidente del Partido Justicialista. El diálogo con **Raúl Alfonsín**, quien acababa de acusar duramente al Presidente, estuvo enderezado a separar lo esencial de la pirotecnia verbal a la que se ha reducido la oposición a **Menem**. Esto es, volver a sentar a la UCR a la mesa de conversaciones por la reforma constitucional. No es el único que estuvo tratando de seducir el corazón de los radicales: el intendente **Carlos Grosso** cenó con **Jesús Rodríguez** el miércoles —en la casa del diputado **Miguel Angel Toma**, otro de los neomenemistas porteños— para buscar coincidencias.

Las gestiones, por ahora, no pueden vencer el encono cada vez más acerado que se tienen **Menem** y **Alfonsín**. Un testigo que viajó en el avión de regreso de Las Leñas escuchó con cierto asombro el grado de fastidio que despiertan en el Presidente las críticas que le despacha **Alfonsín**. De paso, el Presidente también quiso hacer un gesto hacia la interna radical; esto es, indicarle a **Angeloz** que debe ir más allá en su afán de destronar al **alfonsinismo** de la cúpula de la UCR. La convocatoria a **Horacio Usandizaga a Olivos** contiene dos mensajes: uno, mostrarle a **Angeloz** que no es su único interlocutor en esa franja del radicalismo; dos, tratar de ganar a **Usandizaga** para su causa, que es simple: gane quien gane, **Menem** no pierde. El ex intendente de Rosario está al tope de las preferencias en Santa Fe, una provincia considerada perdida por el peronismo en las elecciones de 1991.

● **Jorge Triaca**, el jefe de la cartera de Trabajo, tiene un perfil cada vez más diluido. No concurrió ni al reconocimiento oficial a la CGT-San Martín, vertiente sindical que sostiene el modelo menemista. No es nuevo lo de **Triaca**: desde su último cruce con **Luis Barrionuevo**, luego del cual admitió públicamente que el Presidente lo había "puesto en caja". Ausente en las grandes operaciones en el gremialismo, el papel que está cumpliendo el ministro es jugar de tapón para frenar a sectores sindicales que quieren poner su hombre al frente de Trabajo. Y además, ya se sabe, está absolutamente de acuerdo con el ajuste y el modelo que pregona **Menem**.

● Los otros seis ministros están en una posición dispar. *González* y **Dromi**, ya se dijo, se proponen constituirse en el eje de reagrupamiento en el gabinete, con apoyo en **Eduardo Menem, Luis Barrionuevo** y **Manzano**. El jefe de Acción Social, **Eduardo Bauzá**, no tiene opción y mantiene un firme nexo con ese grupo. **Humberto Romero**, tampoco, aunque tiene ciertas reservas.

Camino al Golfo

● **Domingo Cavallo** intentará —si su temperamento y formación se lo permiten— esquivar entrar en el ojo de la tormenta de la crisis económica. Su protagonismo en enero —la virtual confiscación de los plazos fijos— le costó bastante. Sus asesores consideran que no tropezará con la misma piedra, salvo que el Presidente se lo solicite. Bastante tiene el canciller con su propia cartera: la Argentina está en los umbrales de participar militarmente en una crisis de alcance mundial en el golfo Pérsico.

Todos los indicios llevan al mismo punto: **Menem** tiene decidido enviar naves para reforzar el bloqueo, y la resolución de ayer de las Naciones Unidas habría allanado el último obstáculo. Alguno de los países involucrados en el despliegue militar puede solicitar la participación argentina y anoche se esperaba ese pedido.

Se trata, de todos modos, de una decisión grave. Un sondeo indica que el 70 por ciento de la opinón pública se opone a que la Argentina quede involucrada en el golfo Pérsico. Una vieja cuestión vuelve al primer plano: todavía hay quienes le achacan la causa de nuestros males a la **neutralidad** en la Segunda Guerra Mundial. Y sugieren, casi abiertamente, que ir al golfo Pérsico permitirá, luego, recoger los beneficios económicos de la alianza con la OTAN y los Estados Unidos.

Copyright Clarín, 1990

● Una visión deformada, de este tipo, empuja a la Argentina a ir *más allá* de lo que le recomienda su propio interés nacional, que debería ser el norte de sus decisiones en la política exterior.

En conclusión, los crujidos de la economía pondrán a prueba la capacidad del Gobierno, en su conjunto, de enfrentar una nueva crisis con las mismas armas y con los mismos hombres. Quizá, también, estén poniendo en evidencia que un conjunto de medidas económicas no constituye un plan, salvo que se considere que el ajuste sin límites, sobre un cuerpo castigado como lo es la Argentina de hoy, sea una política con futuro.

Hablar de una crisis de gabinete hoy parece prematuro, pero está a la vuelta de la esquina. Nadie lo admite, pero se cuece a fuego lento.

Ricardo Kirschbaum

Copyright Clarín, 1990

9004971

ENTRADO
CRUZADO

Panorama político

A

El Presidente no auspicia ningún cambio aunque en estos días —quizá los menos placenteros desde el diciembre negro— tuvo palabras duras para miembros de su gabinete. Optimista como es, Menem repitió que "vamos bien", mientras el equipo económico, surcado por contradicciones internas cada vez más notorias, busca una alternativa para contener la inflación, que sigue vivita y coleando.

Dio un plazo concreto para una de sus primeras espadas, Erman González, y dicen que le perdonó la vida a Roberto Dromi, después del confuso episodio del "control social" de precios que el jefe del MOSP auspició ante los sindicalistas del oficialismo. En ambos casos, por si habría alguna duda, se trata de dos ministros que han constituido la avanzada más audaz del modelo que auspicia el menemismo.

Estar en la primera línea de fuego, como lo están González y Dromi, tiene su costo: por primera vez desde que el contador riojano tomó el timón de Economía, la situación parece haberlo alcanzado.

Un emplazamiento al ministro de Economía no es un ultimátum pero se le parece demasiado. Quizás el afán de urgir más audacia en el ajuste haya llevado a este plazo fijo, en un momento donde la realidad presiona con fuerza sobre Economía. El respaldo norteamericano al ajuste fue un alivio para el Gobierno. No obstante, esa política de ajuste está tocando los límites: la tradicional panoplia de medidas de restricción del gasto público, renegociación de los convenios de empresas estatales, está acompañada por un amago de mayor apertura e incremento de tarifas.

Frente a la tormenta, González y Dromi buscan aceitar un tándem que concentre el poder en esta etapa. Uno, el jefe de Hacienda, se encargará de lo que sabe: la caja; el otro, desde el MOSP, tratará de concentrar las privatizaciones.

La tarea no es fácil porque la política tiene resistencias. Dromi, por ejemplo, suele decir que ajuste y reforma del Estado son dos piezas de una estrategia, se complementan por necesidad. El próximo paso son las empresas dependientes de Defensa, que no escaparán a las generales de la ley; esto es, la administración irá a parar al Ministerio de Economía.

El tercero en discordia, Humberto Romero, tiene algunas cosas que decir. Quizás esté dispuesto a ceder la administración, pero el proceso de privatización, según dicen fuentes de su cartera, tiene que continuar en su actual jurisdicción. No está solo: en los últimos días hubo sugestivos trascendidos del alto mando militar sobre su preocupación por el destino de los fondos surgidos de presuntas privatizaciones y por el manejo de todo el proceso.

El dúo González-Dromi ha apostado su suerte a la centralización del ajuste y la reforma, comprendiendo que allí se librará la principal batalla para imponer el modelo. No tienen todo el tiempo del mundo para ofrecer resultados y el Presidente acaba de trazar una línea en la arena, tal como lo reiteró ayer cuando volvió de Las Leñas.

Pero el problema es el siguiente: ¿qué pasará si los obstáculos para la centralización del ajuste y la reforma no son vencidos? Una de las respuestas posibles es que alguno de los ministros involucrados se dio a sí mismo un plazo para lograrlo, más allá del cual podría poner a disposición del Presidente su cartera.

Gabinete desbalanceado

Además hay una razón de peso: la administración ingresó en una zona de fuerte turbulencia y el equipo de ministros aparece, por lo menos, desbalanceado.

Hay varios ejemplos.

• **Mera Figueroa, el hipotético ministro político, está con licencia por razones de salud. Su participación en la estrategia política del Gobierno fue siempre tangencial, salvo que se tratase de cuestiones internas del peronismo, donde el ministro se mueve con comodidad. De cualquier manera, el estilo de Menem es peculiar: las tareas más importantes —salvo las económicas— las asigna a hombres externos al gabinete. ¿Quién puede discutir, por ejemplo, que su hermano Eduardo cumple misiones que, en rigor, pertenecerían al Ministerio del Interior? ¿O que José Luis Manzano también se dedica a esos menesteres con fruición?**

La búsqueda de un nuevo diálogo con el radicalismo, por ejemplo, tuvo a Eduardo Menem como su protagonista principal, escudado por su nueva función como presidente del Partido Justicialista. El diálogo con Raúl Alfonsín, quien acababa de acusar duramente al Presidente, estuvo enderezado a separar lo esencial de la pirotecnia verbal a la que se ha reducido la oposición a Menem. Esto es, volver a sentar a la UCR a la mesa de conversaciones por la reforma constitucional. No es el único que estuvo tratando de seducir el corazón de los radicales: el intendente Carlos Grosso cenó con Jesús Rodríguez el miércoles —en la casa del diputado Miguel Angel Toma, otro de los neomenemistas porteños— para buscar coincidencias.

Las gestiones, por ahora, no pueden vencer el encono cada vez más acerado que se tienen Menem y Alfonsín. Un testigo que viajó en el avión de regreso de Las Leñas escuchó con cierto asombro el grado de fastidio que despiertan en el Presidente las críticas que le despacha Alfonsín. De paso, el Presidente también quiso hacer un gesto hacia la interna radical; esto es, indicarle a Angeloz que debe ir más allá en su afán de destronar al alfonsinismo de la cúpula de la UCR. La convocatoria a Horacio Usandizaga a Olivos contiene dos mensajes: uno, mostrarle a Angeloz que no es su único interlocutor en esa franja del radicalismo; dos, tratar de ganar a Usandizaga para su causa, que es simple: gane quien gane, Menem no pierde. El ex intendente de Rosario está al tope de las preferencias en Santa Fe, una provincia considerada perdida por el peronismo en las elecciones de 1991.

• **Jorge Triaca, el jefe de la cartera de Trabajo, tiene un perfil cada vez más diluido. No concurrió ni al reconocimiento oficial a la CGT-San Martín, vertiente sindical que sostiene el modelo menemista. No es nuevo lo de Triaca: desde su último cruce con Luis Barrionuevo, luego del cual admitió públicamente que el Presidente lo había "puesto en caja". Ausente en las grandes operaciones en el gremialismo, el papel que está cumpliendo el ministro es jugar de tapón para frenar a sectores sindicales que quieren poner su hombre al frente de Trabajo. Y además, ya se sabe, está absolutamente de acuerdo con el ajuste y el modelo que pregona Menem.**

Barrionuevo, ajeno del hermetismo desaforado que lo rodea, cumple misiones exteriores. No es un diplomático florentino para realizarlas pero pertenece al aparato político del Presidente en operaciones de choque, ya sea en el terreno sindical o en el político, sobre todo en la provincia de Buenos Aires, donde impulsa la candidatura de **Carlos Brown**. También ayer, en el avión presidencial, el tema de las candidaturas para la elección de 1991 en el principal distrito del país fue analizado largamente por el Presidente. Los nombres de **Italo Luder, Eduardo Duhalde** y el del intendente de San Martín quedaron sobre la mesa, nuevamente. Habría que considerar, sin embargo, que el recuerdo fresco del no está poniendo frenos a la cuestión de las candidaturas porque, otra vez, los dirigentes pueden aparecer discutiendo cuestiones a contramano de las respuestas que está necesitando la sociedad.

• Los otros seis ministros están en una posición dispar. **González y Dromi**, ya se dijo, se proponen constituirse en el eje de reagrupamiento en el gabinete, con apoyo en **Eduardo Menem, Luis Barrionuevo y Manzano**. El jefe de Acción Social, **Eduardo Bauzá**, no tiene opción y mantiene un firme nexo con ese grupo. **Humberto Romero**, tampoco, aunque tiene ciertas reservas.

Camino al Golfo

• **Domingo Cavallo** intentará —si su temperamento y formación se lo permiten— esquivar entrar en el ojo de la tormenta de la crisis económica. Su protagonismo en enero —la virtual confiscación de los plazos fijos— le costó bastante. Sus asesores consideran que no tropezará con la misma piedra, salvo que el Presidente se lo solicite. Bastante tiene el canciller con su propia cartera: la Argentina está en los umbrales de participar militarmente en una crisis de alcance mundial en el golfo Pérsico.

Todos los indicios llevan al mismo punto: **Menem** tiene decidido enviar naves para reforzar el bloqueo, y la resolución de ayer de las Naciones Unidas habría allanado el último obstáculo. Alguno de los países involucrados en el despliegue militar puede solicitar la participación argentina y anoche se esperaba ese pedido.

Se trata, de todos modos, de una decisión grave. Un sondeo indica que el 70 por ciento de la opinión pública se opone a que la Argentina quede involucrada en el golfo Pérsico. Una vieja cuestión vuelve al primer plano: todavía hay quienes le achacan la causa de nuestros males a la **neutralidad** en la Segunda Guerra Mundial. Y sugieren, casi abiertamente, que ir al golfo Pérsico permitirá, luego, recoger los beneficios económicos de la alianza con la OTAN y los Estados Unidos.

Copyright Clarín, 1990

• Una visión deformada, de este tipo, empuja a la Argentina a ir más allá de lo que le recomienda su propio interés nacional, que debería ser el norte de sus decisiones en la política exterior.

En conclusión, los crujidos de la economía pondrán a prueba la capacidad del Gobierno, en su conjunto, de enfrentar una nueva crisis con las mismas armas y con los mismos hombres. Quizá, también, estén poniendo en evidencia que un conjunto de medidas económicas no constituye un plan, salvo que se considere que el ajuste sin límites, sobre un cuerpo castigado como lo es la Argentina de hoy, sea una política con futuro.

Hablar de una crisis de gabinete hoy parece prematuro, pero está a la vuelta de la esquina. Nadie lo admite, pero se cuece a fuego lento.

Ricardo Kirschbaum

Copyright Clarín, 1990

001 1 9004971

90049
Menem proyecta los comicios
LA PRENSA 150226
26-8-90
Argentina 10023
F. Política 11164
Partidos Políticos 11304

ENTRADO
CRUCE

Para dominar partido y Parlamento

Menem proyecta los comicios de 1991

Por Daniel Lupa

Hay dos motivos para que Menem haya sugerido la conveniencia de postergar las internas del peronismo hasta el año próximo: a) lograr un 1990 definitivamente aquietado en materia de competencias electorales; b) disponer de tiempo para elaborar planes que le permitan estructurar un dispositivo para alcanzar el dominio del aparato partidario y promover un nuevo bloque de legisladores nacionales propio, que le asegure la mayoría parlamentaria.

No cabe realizar un esfuerzo muy grande para comprender que si la competencia electoral interna se realizara en forma inmediata, gravitaría el inestable panorama económico como un factor distorsionante, adicional a los derivados, justamente, de la misma endeble situación política, para superar la cual sólo los comicios ofrecerían una alternativa viable, por el momento.

Aunque se limitara sólo a la interna partidaria, la campaña precomicial podría desencadenar en la conducción económica tensiones tanto o más severas que las propias de la competencia comicial nacional al poner en movimiento la oferta y demanda de beneficios hoy técnicamente imposible de satisfacer.

Quienes en estos días proyectan los pasos políticos a seguir por el presidente, estarían pensando que vale la pena ganar el poco tiempo que resta, a la espera de un cambio notorio de expectativas: llegar hasta 1991 supone un lapso, desde ahora, de entre siete y nueve meses, lapso nada despreciable para el curso de acción en vista.

Un punto que vale la pena tener en cuenta respecto de estas mediciones del tiempo, consiste en observar que dentro de unos 40 días comenzará el obligado receso del Congreso, lo que seguramente permitirá una gestión ágil basada no tanto en las deliberaciones del Parlamento, cuanto en la administración "ad referéndum" del mismo.

De este modo, el gobierno "por decreto" durante el receso constitucional legislativo de octubre-abril, superaría muchos obstáculos que surgen de la falta de mayoría legislativa del bloque peronista, mayoritario pero de escaso sostén para el menemismo.

Partidas simultáneas

Los planificadores políticos del menemismo acuerdan a la resolución del Consejo Nacional peronista del jueves pasado, exhortando a los distritos a postergar las internas hasta después de marzo próximo, una importancia condicionada a las reacciones que puedan ir generándose en el interior del país y, sobre todo, el valor de un "test" inicial en el cual la negociación pondrá a luz las reales expectativas del menemismo de lograr una corriente que le asegure mayor poder partidario y peso decisivo en las designaciones de los candidatos.

El fondo de la especulación plantea la conveniencia de Menem de aunar la interna para autoridades partidarias con la interna para la selección de candidatos a gobernadores y legisladores.

El intento reduce la negociación a un solo flanco, y la apuesta parece, en principio, riesgosa: supone poner todos los triunfos en una sola vuelta del juego. Pero, del mismo modo, concentra la negociación en una sola etapa, permitiendo un juego de alternativas más variadas: es posible canjear situaciones locales por posiciones nacio-

(Continúa en la pág. 4 col. 1)

Menem proyecta los comicios de

laSKa

nales; o intercambiar posiciones del orden interno por otras del orden electoral nacional; o, finalmente, canjear candidaturas a jerarquías internas por candidaturas a jerarquías públicas. La elección seccionada en dos momentos, por el contrario, limitaría estas posibilidades y libraría el resultado a una ecuación menos maleable.

"Es como jugar partidas simultáneas de ajedrez –razonaba uno de los presuntos planificadores políticos del menemismo–, el esfuerzo que se realiza en un tablero permite revertir experiencia estratégica sobre los otros tableros; pero, fundamentalmente, ahorra esfuerzos y admite equilibrar el desarrollo del conjunto".

Lo cierto es que los planes abordan la posibilidad de que el menemismo se disponga a una ofesnvia global que permita al presidente llevar adelante una experiencia similar a la de 1988 cuando, basado casi exclusivamente en su carisma, sin aparato ni concesiones a los cuadros directivos del peronismo sindical político, pudo remontar la difícil interna, derrotando al cafierismo y, sobre todo, al escepticismo público que le negaba posibilidades de triunfo.

Si Menem acepta seguir el curso de acción que surge de estos proyectos, desde ahora deberá preparar un escenario que le permita liderar una interna en la cual no será candidato pero que estará sometida a las normas generales que le permitieron imponerse en 1988. Con una característica adicional que no tomó en cuenta o no pudo sujetar a sus proyectos en 1988: seleccionar personalmente los candidatos de cada distrito, de manera de no correr nuevos riesgos de soledad parlamentaria.

Gobernadores: un paso al frente

Para que esto último sea viable, será indispensable que Menem encuentre las fórmulas adecuadas para que cada caudillo provincial, cada gobernador peronista o cada factor de poder local se avenga a admitir su liderazgo central. Esto implica que en 1991 estaría en juego una alternativa bastante más dilatada que la simple elección de gobernadores y diputados.

Todo esto significa que Menem deberá negociar desde ahora en adelante el poder de cada distrito. Lo acompaña el hecho de que haya una simultánea renovación de gobernadores. ¿Disponen éstos de presencia política y poder suficientes como para salir airosos si no ocurre otro tanto con el poder partidario central? Pero, además, ¿cuántos de los esquemas partidarios estrictamente peronistas subsistirán dentro de ocho o diez meses, cuando se produzcan las internas? ¿O el menemismo podrá descansar con suficiente validez en las alianzas y candidatos extrapartidarios?

Esto último parece disponer de bastante fundamento en la provincia de Buenos Aires en cuanto se piense en un caso como el del diputado —y conductor de la campaña por el NO— Alberto Albamonte, sobre todo tras las personalizaciones del resultado del plebiscito. Y no cabe descartar que pudiera reproducirse en Santa Fe con la precandidatura de Carlos Castellani para gobernador por la UCeDe, que ha sido acompañada de una sugestiva y comprometedora mención biográfica del citado. "Al comienzo del presente año —se dice— (Castellani) fue convocado para ejercer la Subsecretaría de Industria de la Nación por el gobierno del presidente Menem" (sic).

Todo esto significa que si Menem ratifica los planes que se están estudiando en estos días, se orientaría, en una primera etapa, hacia los liderazgos vigentes en las provincias. Pero esto no sería absoluto porque además podría valerse de algunas alianzas nominativas para condicionar los apoyos de esos mismos caudillos de distritos en la interna de autoridades partidarias. Confiando en su propia presencia y prestigio —y los de sus aliados—, podría dar batalla frente a ciertos caudillos que, eventualmente, intentaran resistirlo, o bien en distritos donde el peronismo tiene tan graves fracturas que no constituye la otrora garantía automática de triunfo.

La duda inmediata

Un punto que no ha sido dilucidado es si un proyecto así diseñado tiene valor y efecto a la luz de la dinámica acelerada que se vive en estos días.

En principio, la pregunta que figura en algunos de los trabajos sintetiza de modo inquietante: "¿Hay tiempo?", se preguntan los "planificadores" políticos del menemismo.

¿Tiempo por qué y para qué? El interrogante parecería contener algunas de las observaciones con las que comienza este análisis, pues los apuntes consignados al pie de los trabajos, tras este interrogante, razonan que si el objetivo consiste en disponer de más poder para aplicar el proyecto o programa económico, podría ser el mismo proyecto o programa el que no daría tiempo para esperar hasta después de diciembre de 1991 (la fecha en la cual habrán de incorporarse los nuevos diputados para cuya nominación se elabora el plan).

9004972

01-01

9004 3

Proponen suspender comicios internos - P.J.

CLARIN 15OC24

24/8/90

Argentina 10033

P. Políticos 11164

Partidos políticos 11304

ENTRADO

CRUZ X

LA SITUACION EN EL PJ

Proponen suspender los comicios internos

La primera reunión del Consejo Nacional Justicialista presidida por Eduardo Menem confirmó el actual reparto de funciones en la mesa ejecutiva del partido y avanzó en la "sugerencia" de postergar las internas de todos los distritos hasta marzo de 1991. Se tendrán en cuenta, de todos modos, las eventuales excepciones.

Fue José Luis Manzano el encargado de presentar la propuesta y **Carlos Grosso el de defenderla** con énfasis. **Finalmente, en su** larga reunión de ayer, **el Consejo Nacional** Justicialista aprobó **la iniciativa de "sugerir"** la postergación **de elecciones internas** en todos los distritos **hasta marzo.**

La prudencia de la fórmula **elegida, la de la sugerencia**, implica **que habrá espacio para el** análisis, **caso por caso**, de la **situación** de aquellos distritos **en los que hay necesidad** o en todo caso **posibilidad de que las** internas se **concreten este mismo año.**

No hubo grandes **oposiciones a la "sugerencia"** general durante **las 3 horas y media de** la primera reunión **del Consejo con Eduardo Menem como titular del cuerpo.** Aunque ante la **fundamentación de Grosso**, el consejero y **dirigente sindical José Azcurra** del peronismo **combativo, advirtió** la necesidad **de que para el tema de las** internas "se dé **participación a los afiliados y no solo a las necesidades o intereses de los dirigentes".**

Pero se notó, en cambio, **gran presencia de dirigentes** de aquellos **distritos que pretenden** ser las excepciones, **por una razón y otra** (veáse gráfico **aparte).**

Estaban, por ejemplo, **los dos referentes enfrentados** en la provincia **de Salta, el gobernador Hernán Cornejo y el diputado Roberto Romero. También quien está como interventor** en el **consejo partidario del distrito** salteño, **el gobernador formoseño, Vicente Joga. Romero insiste en la necesidad de convocar a la elección de autoridades partidarias antes de fin de año, y dejar** para después **la elección de candidatos.** Cornejo, sin **pronunciarse** taxativamente por las fechas, **quiere elecciones simultáneas.**

También estaba el **senador jujeño y ex gobernador Carlos Snopek, uno de los distritos con mandatos partidarios vencidos.**

De Corrientes, uno de **los casos más conflictivos**, participó de **la reunión el veterano caudillo Julio Romero, proclamado precandidato a gobernador para 1991 a través de un** congreso de **validez cuestionada por sus opositores internos y no legalizado hasta ahora por el Consejo Nacional.**

El mandato partidario de **Romero venció en agosto de 1989. Ahora, una junta electoral** que le **respondería en forma unánime** convocó a **internas para el 11 de noviembre** y **borró del padrón al precandidato opositor, Rodolfo Martínez Llanos,** expresión del menemismo provincial. **Llanos y sus** aliados, **los renovadores de Rubén Pruyas** y los ex romeristas de **Agustín Díaz Colodrero,** muestran más preocupación por **conseguir garantías del Consejo Nacional para el desarrollo de los comicios que por las fechas.**

En el peronismo de Neuquén también existe una convocatoria a elecciones internas para el 11 de noviembre de autoridades partidarias, porque el mandato del titular provincial, **el diputado Oscar Parrilli**, acaba de **vencer.** El propio Parrilli y su opositor interno, **Jorge Rachid**, los dos presentes en la reunión, se inclinan por **postergar hasta marzo la disputa por las candidaturas,** y aventuran la posibilidad de **llegar a un acuerdo.**

El desarrollo del encuentro del Consejo fue escenario, en algunos pasillos, de algunos diálogos entre el gobernador entrerriano **Jorge Busti** y el precandidato para el '91 y diputado nacional **Augusto Alasino.** En el contexto de un mapa interno de alianzas **todavía abierto,** los dos coinciden en **preferir elecciones internas para diciembre.** Otro referente provincial, el diputado del "grupo de los 8" **José Carlos Ramos** también estaba en el lugar.

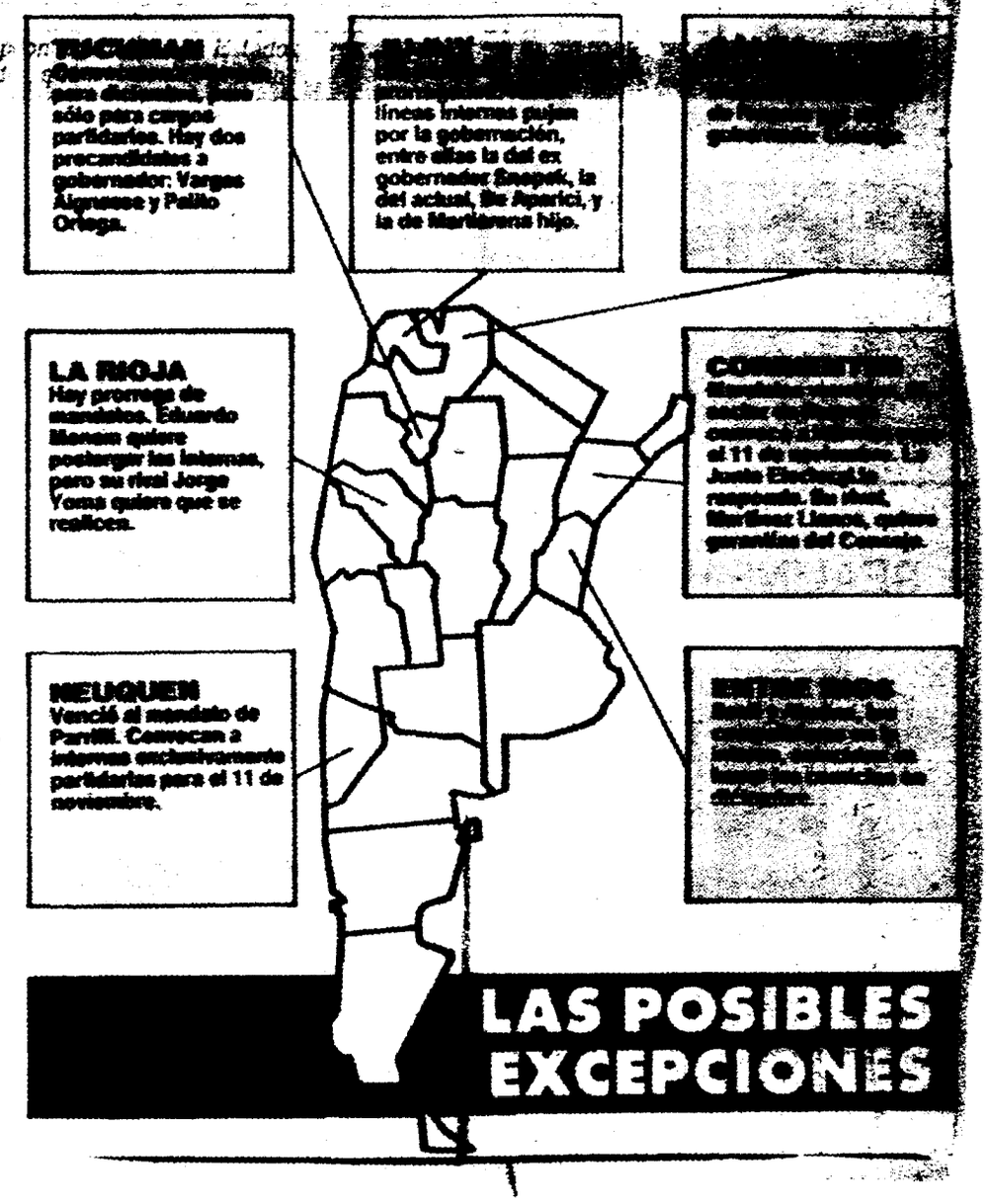
Además se vio a varios dirigentes tucumanos, encabezados por el titular partidario provincial **Ricardo Díaz** y el diputado **Antonio Guerrero. Ellos también convocaron a internas de autoridades partidarias para fines de este año,** y prefieren que el eventual enfrentamiento entre los precandidatos a gobernador, **Ramón "Palito" Ortega, y el diputado Rodolfo Vargas Aignasse,** quede para más adelante.

♦ Más decisiones

La de las internas **no fue la única decisión** del Consejo. **Eduardo** Menem también decidió **confirmar con su actual conformación el reparto de tareas de los integrantes de la mesa ejecutiva,** y designar a los consejeros **Liliana Gurdulich** y **Güerino Andreoni** como vocales para esa mesa.

Hubo otras dos **designaciones** formales: el director de Difusión del gobierno nacional, **Adalberto Díaz García,** será el **vocero del Consejo en** lugar del renunciante **Jacinto Galfour; José Luis Lingieri** tendrá a su cargo la coordinación de **una serie de reuniones entre** los gobernadores justicialistas y los dos gremios mayoritarios del Estado (UPCN y ATE)

Finalmente, y con la explícita aclaración de que el Consejo no tiene todavía, al respecto, posición tomada, se facultó al apoderado **Carlos Corach** para que **estudie las distintas posibilidades de modificación de normas electorales.**



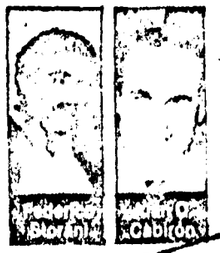
3

Nº DOCUMENTO 9004974
TITULO Situación en la UCR
PROCEDENCIA Clarín
FECHA 24/8/90
VINCULO Argentina
F. Pol.
PP. PP.
ENTRADO
CRUZADO

LA SITUACION EN LA UCR

Tróccoli y Posse lanzan otra línea

UCR: REALINEAMIENTOS BONAERENSES



Federico Storani

Juan C. Cabirón

Melchor Posse

Antonio Tróccoli

Luis Sagol

Angel Roig

Antonio Tróccoli, Melchor Posse y Luis Sagol se unieron ayer en la provincia de Buenos Aires para enfrentar a la conducción alfonsinista. Leopoldo Moreau y Juan Manuel Casella llamaron a la reorganización de Renovación y Cambio, preservando al movimiento de una fractura. Los ex coordinadores de Federico Storani se lanzan hoy a la lucha interna. En Tucumán, Alfonsín volvió a criticar al Gobierno, pero bajando el tono. Esta noche Jesús Rodríguez presenta su línea.

Tras el derrumbe electoral del 5 de agosto, siguen los movimientos en el radicalismo bonaerense.

En pleno proceso de realineamientos, **Antonio Tróccoli** (balbinista), el intendente **Melchor Posse** y **Luis Sagol** (histórico de Renovación y Cambio) dieron nacimiento ayer a una nueva línea, **Recuperación Radical**, signada por su oposición al oficialismo alfonsinista.

El Movimiento de Renovación y Cambio (RyC) superó horas antes la posibilidad de una fractura. En un plenario —donde se rompió lanzas con el Gobierno "conservador" y se tomó distancia de **Eduardo Angeloz**— los dos orientadores, **Juan Manuel Casella** y **Leopoldo Moreau**, acordaron la realización de asambleas de base en los 126 distritos, como primer paso para una reorganización global.

Tercera variante de esta situación y como clara señal —dicen— de que están dispuestos a la lucha con los otros dos sectores, los seguidores del ex coordinador **Federico Storani** lanzarán hoy la precandidatura de **Juan Carlos Cabirón**, intendente de Bahía Banca, para la gobernación.

♦ Recuperación

Tróccoli, Posse y Sagol forman parte de un triunvirato que se propone como movimiento superador, capaz de liderar "una gran coalición de la sensatez". Cuentan con la adhesión del jefe comunal de Mar del Plata, **Angel Roig** (balbinista), y del diputado **Pascual Cappelleri** (Movilización).

Anunciaron un acto de despegue para el viernes 31 en el club Independiente, de Avellaneda.

Si bien Posse sigue con la campaña para la gobernación, los candidatos de **Recuperación Radical** se comprometieron a respetar los resultados de una encuesta que se realiza en la provincia, y que esperan divulgar el 25 de setiembre.

Proyectando hacia el resto de la UCR, Posse acaba de coincidir con el entrerriano **Sergio Montiel**, en que "debe cambiarse la dirigencia partidaria gastada por sus errores y fracasos". Marcaron contrapuntos agudos con Angeloz, respecto de opiniones sobre el plan económico del presidente Carlos Menem. Eso los distingue de Tróccoli, un operador declarado del cordobés.

♦ Dos cabezas

Con la marca indeleble de Moreau y Casella, a pesar de la derrota en el plebiscito reformista, los históricos buscan mantener el predominio en el distrito. RyC, del que es fundador **Raúl Alfonsín**, debatirá políticas el 29 de setiembre en La Plata y luego elegirá la nueva conducción que remplazará a la que preside **José Dumón**.

Moreau tuvo definiciones contundentes para descalificar al gobierno de Menem y al gobernador Angeloz. Sus palabras hasta fueron hirientes para **José Jaunarena**. Según Moreau, el asesor de Alfonsín tiene una posición conciliadora, similar a la de **Ernesto Figueras**.

Casella (competidor natural de Moreau) expuso una táctica diferente y se preocupó por preservar la figura de Alfonsín, poniéndola por encima de las disputas.

Detrás de un solo perfil, consignaron que con Tróccoli y Posse, no irán ni a la esquina. Tampoco están dispuestos a marchar junto con Storani ("más que sumarnos, nos resta", sostuvo un histórico), pero sí absorber a **Rodolfo García Puente** y a **Juan Carlos Pugliese**, al que quieren llevar como gobernador.

Con el propósito de alentar una nueva estrategia de inserción social —críticos de Alfonsín y de Angeloz—, los fredy boys harán su reunión provincial hoy a partir de las 15 en el comité de Paseo Colón al 600. Y al concluir, para neutralizar a Posse, tratarán de instalar en la calle a su candidato, el intendente bahiense Cabirón, a quien alguna vez se mencionó como posible compañero de fórmula del jefe comunal de San Isidro.

9004974

Nº. DOCUMENTO
TITULO Situación interna de la UCR
AMBITO FINANCIERO 150027
24/8/90
Argentina 10033
F. Políticos 11164
Partidos Políticos 11304
ENTRADO
CRUZADO

De la Rúa busca en el partido lo que parece sobrarle fuera de él

Casi a la misma hora en que Jesús Rodríguez cortará hoy el cordón umbilical respecto del nosiglismo con su acto en la Federación de Box, Fernando de la Rúa estará hablando en una vereda de Caracas al 1500, frente al Ateneo Hipólito Yrigoyen. *En ambos lados se estará jugando el comienzo de una interna que sin duda reflejará esta hora de cambiantes realidades que está viviendo el radicalismo en todo el país.*

Jesús Rodríguez *hará una apuesta singular desde el Ateneo del Centenario, en la que* ***tratará de ser él antes que un referente alfonsinista o de la Coordinadora, esto es, lograr perfil propio, poder despegar de un pasado rico en variantes que empezó realmente a ponderarse desde 1983 y la llegada de Raúl Alfonsín al poder.***

Escribe
Eduardo Paredes

• Calles

En cambio De la Rúa, ducño de sí mismo antes que de las estructuras, ha elegido caminar las calles, hablar en los hospitales, las comisiones barriales, los ateneos partidarios. *Al contrario de* ***Rodríguez,*** *tiene exceso de despegue y busca estructuras.* ***No necesita promoverse personalmente.*** *Sí, en cambio, poner tras de sí una porción sustancial del partido para una interna en la que ser un ganador del distrito en tres oportunidades seguidas (1973, segunda vuelta contra* ***Marcelo Sánchez Sorondo*** *para la senaduría nacional; 1983, senador nacional junto con la elección de* ***Alfonsín*** *y en 1989, sumando los votos radicales y los de la Confederación Federalista Independiente, aunque sucumbió ante* ***Vaca*** *por el acuerdo peronista-liberal del Colegio Electoral) no le garantiza ganar una interna.*

Jesús Rodríguez tiene, sin duda, un lastre más pesado que el de Fernando de la Rúa, por su rol activo en el recinto como diputado nacional de rancia estirpe alfonsinista y como fugaz ministro de Economía en medio del derrumbe del gobierno radical. De la Rúa *no vivió esas vicisitudes e incluso, como senador, se dio el lujo de cierta independencia respecto del aparato —que incluso le permite hoy maniobrar a distancia de la polarización* ***Alfonsín-Angeloz*** *— y hasta tuvo la suerte de perder la banca como la perdió, esto es, con ciertos ribetes de martirologio que ahora no le vienen mal.*

La gente que trabaja con De la Rúa puso, obviamente, la mira contra Jesús Rodríguez antes que otros referentes como Enrique Nosiglia, Facundo Suárez Lastra o Marcelo Stubrin. *En búsqueda de la interna, le reprochan criticar a este último por la parálisis partidaria,* ***"cuando su grupo tiene cinco miembros en la mesa directiva, entre ellos los dos vices, Ariel Puebla y Juan Carlos Brunetti, más los tres vocales, Eduardo Pacheco, Santiago Tossi y Roberto Pájaro".***

• Pérdida

Para eso, manejan números que la gente de ***Jesús*** *admite, aunque prefieren responsabilizar a la gestión de Stubrin. Objetivamente, la UCR capitalina perdió militancia. De 432 locales que había hace cuatro años, se cerraron 231 y en el último año se abrieron 35, lo que hace un total de 236. De ésos,* ***78 responden a Jesús, 70 a De la Rúa y los restantes a Juan Carlos Farizano,*** *además de los dirigentes menciomados del nosiglismo. Parece haber una mayoría de la minoría —36 locales— que responderían a* ***"Facundito" Suárez Lastra,*** *alguien que reconoce cierta debilidad por De la Rúa, propia de la genética política: fue su padre,* ***Facundo Suárez,*** *quien a inicio de la década del '70 descubrió la madera política de* ***Fernando de la Rúa*** *y la catapultó en la interna capitalina, entre las miradas desconfiadas de los grandes bonetes de entonces:* ***Francisco Rabanal, Julián Saucerni Giménez, Raúl Zarrielo y Juan Trilla.***

• Convención

El otro tema que el delarruismo maneja es el de la representatividad de la convención metropolitana que deberá marcar la línea del partido para 1991: sus primeros seis convencionales son Dante Caputo, Mario Brodersohn, Ricardo Mazzorin, Pedro Trucco, Marcelo Da Corte, Raúl Brandoni y Elsa Kelly. "No les negamos su legitimidad, pero nos parece mejor hacer un debate en las calles sobre la línea, porque por honestas que sean sus propuestas no van a ser muy distintas que las que ya el pueblo rechazó desde hace tres elecciones", *machacan los operadores del ex senador nacional.*

Uno de ellos, ***José García Arecha,*** *dijo hace poco a* ***Puebla*** *en una discusión sobre la interna:* ***"El que le gane a Fernando habrá firmado su derrota, porque le gana al único candidato que, una vez terminada la interna, le puede interesar al votante independiente en una elección general del distrito...".*** *Exagerada o no, la apreciación quedó picando y hoy se jugará al aporte militante.* ***Jesús,*** *a llenar la Federación.* ***De la Rúa,*** *a poner medio millar de personas en una vereda. De allí en más, será metro a metro y sin tregua.*

01-01
9004975

COLUMNISTAS

La Argentina frente a la crisis del Golfo

Escribe Rosendo Fraga
Director del Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría

La crisis del Golfo Pérsico genera situaciones y consecuencias para la Argentina en distintos campos.

En primer lugar, la postergación de la visita del Presidente de los EE.UU. a Sudamérica —que iba a tener lugar durante la segunda quincena de setiembre—, permite recordar el grado de prioridad estratégica que la región tiene para la primera potencia del mundo. Su prioridad inmediata sigue siendo Europa, en segundo término el Lejano Oriente (Japón, China y el Sudeste asiático), en tercer lugar el Medio Oriente (donde se ha producido la crisis), en cuarto México y Centroamérica, en quinto lugar el Cercano Oriente (Israel, Líbano, etc.), en sexto el Cono Sur de Africa, en séptimo Sudamérica y en octavo y último el Africa Negra Central.

Es decir, que frente a una crisis de proporciones en su tercera prioridad estratégica —la invasión de Irak a Kuwait—, resulta lógico que Bush postergue su visita a una región que constituye la séptima prioridad estratégica para su país.

• Importancia

Ello no invalida, que a raíz de los drásticos cambios producidos en el mundo a partir de la perestroika, Sudamérica haya incrementado su importancia relativa para los EE.UU., ya que al promediar la segunda mitad de la década del '80, para sectores de la administración Reagan, la región tenía un grado de prioridad similar al del Africa Negra, situación que se modifica a partir de la política implementada por la administración Bush, tendiente a promover la integración económica y comercial del continente.

La postergación de la visita del presidente de los EE.UU. no modifica los ejes centrales de la política de integración regional. Los convenios bilaterales que iba a firmar Bush con los cuatro países que integrarán el Mercado Común del Cono Sur, serán firmados en Washington el 28 de setiembre, lográndose así un paso concreto y efectivo en la política tendiente a instaurar una "zona de libre comercio de Alaska a Tierra del Fuego". En esta circunstancia, los presidentes del Brasil (Collor de Mello), Uruguay (Lacalle) y Argentina (Menem), mantendrán una reunión conjunta con el presidente Bush, tendiente a evidenciar la voluntad política de avanzar decididamente hacia el Mercado Común del Cono Sur.

Pero la crisis del Golfo Pérsico, también ha puesto a prueba el alineamiento de la Argentina con los EE.UU., dado que la posición de nuestro país ha sido clara y definida, al sumarse al bloqueo económico, anunciar la decisión de participar con elementos militares si las Naciones Unidas envían un contingente militar multinacional y condenar enérgicamente la invasión a Kuwait.

• Significación

Pero cabe también destacar algunos discretos movimientos de la política exterior argentina registrados en los últimos meses y que hoy adquieren significación. En abril, el propio presidente Menem anunció la suspensión del proyecto del misil Cóndor II, proyecto que desarrollaba la Argentina con participación de Irak, en función de acuerdos confidenciales firmados por el gobierno de Alfonsín con Irak en 1985. Ese mismo mes, la Argentina acordó con los EE.UU. coordinar la política de exportación de tecnología nuclear a países de áreas críticas, como era el caso de Irak, Irán y Siria. Por último, durante el mes de julio se produce una reestructuración en la Cancillería argentina, en función de la cual es desplazado el entonces subsecretario de Asuntos Especiales, Karim Yoma, funcionario que había impulsado la continuidad del Cóndor II y la exportación de tecnología nuclear a países del mundo árabe.

Es evidente que estos tres pasos adoptados en los meses previos a la crisis del Golfo Pérsico, permitieron a la Argentina mantener una posición clara y definida de alineamiento con los intereses occidentales en esta crisis internacional.

• Conflictos

Por último, la crisis pone en evidencia para países periféricos como la Argentina, que si bien la distensión EE.UU.-URSS hace un más previsible mundo desarrollado, se tornan como contrapartida más imprevisibles las áreas menos desarrolladas. Ello implica que si bien los grandes conflictos entre las potencias mundiales pierden probabilidad, los conflictos en las áreas periféricas pueden incrementarse.

Ello se ha visto confirmado últimamente, cuando en lugares tan dispares como Liberia (Africa), donde un alzamiento controlado por una minoría islámica intentó derrocar a un gobierno pro-occidental, o Trinidad (Caribe), donde un levantamiento de características similares fracasó en deponer a un gobierno próximo a los EE.UU. o Kuwait (Medio Oriente), donde un gobierno islámico anexó un país pro-occidental, son evidencias de un mundo cambiante, donde las áreas periféricas aumentan su grado de imprevisibilidad pese a la distensión en el mundo desarrollado.

• Conclusiones

De este breve análisis, podemos extraer las siguientes conclusiones:

a) La crisis del Golfo Pérsico ha generado la postergación de la visita del presidente de los EE.UU. a Sudamérica, lo que resulta lógico y subraya la escala de prioridades estratégicas de los EE.UU. en el mundo.

b) Ello no invalida que Sudamérica ha incrementado su importancia relativa para los EE.UU. en los últimos meses y la firma de acuerdos bilaterales con dicho país por parte de los países del Cono Sur, implica la continuidad de la política de integración regional.

c) La invasión de Kuwait por parte de Irak ha puesto a prueba el alineamiento de la Argentina con Occidente, evidenciándose hoy que a partir de abril, la política exterior argentina dio pasos concretos, que han facilitado el alineamiento en la crisis.

d) La situación creada en el Medio Oriente, pone de manifiesto que la distensión entre las grandes potencias no genera un efecto automático en las áreas menos desarrolladas del mundo, donde los conflictos y la incertidumbre pueden ir en aumento.

01-01

9004976

CRECE LA PUGNA INTERNA EN EL RADICALISMO

Hubo acuerdo entre Moreau y Casella

Escribe
Jorge Pedro Barceló

Ayer "los históricos" del radicalismo de ***Renovación y Cambio*** *debatieron largamente tratando de instrumentar una estrategia común frente a los proyectos que exhiben sus dos líneas internas: una, liderada por* ***Leopoldo Moreau*** *y otra que acaudilla* ***Juan Manuel Casella****. Ambas tienen algo en común:* ***cómo hacer para evitar el contrapeso de Raúl Alfonsín y Eduardo Angeloz, aunque por distintos motivos.***

Sin hacer alusiones explícitas, ***Alfonsín*** *aparece como el jefe político al que no se quiere desahuciar, pero que se ve devaluado ante la opinión pública.* ***Angeloz*** *todavía ostenta un perfil prestigioso, pero excesivamente conciliador con* ***Carlos Menem****, lo cual lo ubica en la vereda de enfrente de quienes se sienten herederos de una estructura fundada por el ex presidente. A esta circunstancia se suma la necesidad de ir promoviendo* ***una candidatura a gobernador que, apenas resuelta, arrastrará la conformación de las listas de candidatos a diputados, legisladores provinciales, intendentes y concejales que son las bases sobre las que diagramará el sector la pelea interna.***

Reunidos en el viejo caserón de la calle Ayacucho 132 no faltó nadie. O casi nadie. Además de ***Moreau*** *y* ***Casella****, concurrieron el ex gobernador* ***Armendáriz****, los diputados nacionales (1ª sección)* ***Salvador, Mugnolo*** *y* ***Ramos****; por la 2ª sección sólo estaba* ***Mosca; Moure*** *y* ***De Martino*** *por la 3ª sección;* ***Figueras*** *por la 4ª;* ***Dumón*** *y* ***Bisciotti*** *por la 5ª; el solitario representante de la 6ª,* ***Baylac****; y nadie por la 7ª y La Plata. No faltó* ***Portessi****, pero sí el flamante titular del Comité Provincia,* ***Cruchaga****, que se fue de vacaciones.*

• Coincidencia

Después de la tenida, abundante de discursos porque además había legisladores provinciales que terminan su mandato el año próximo y se ponen muy susceptibles ante un punto o una coma, ***todos coincidieron en señalar que "Moreau y Casella fueron coincidentes".***

Hubo acuerdo también en iniciar conversaciones con el ***Movimiento de Integración Nacional*** *(MIN) manejado por* ***Pugliese****, y* ***Línea Nacional*** *que responde —sus restos— a* ***García Puente****. La recomendación* ***"acuerdista"*** *alcanzó a* ***Tróccoli****, para esas horas ya comprometido en el antialfonsinismo de* ***Posse*** *y* ***Sagol*** *(ver nota) y se descartó por* ***"perdida"*** *a la* ***Corriente de Opinión Nacional*** *(CON) —ex Junta Coordinadora— que lidera el platense* ***Federico Storani****. Se llegó a admitir* ***"que haya acuerdos seccionales y disenso en las candidaturas a gobernador"****, apuntando a no perder los votos internos que maneja el intendente de General Pueyrredón (Mar del Plata),* ***Angel Roig****, quien ayer también se sumó a los* ***"rebeldes" Posse-Sagol-Tróccoli.***

La instancia final se jugará en el congreso citado para el 29 de setiembre.

Terragno picó en punta para preparar plataforma de 1995

Un documento interno de la UCR, producido por el ex ministro **Rodolfo Terragno**, y al que accedió este diario, describe lo que será **la primera parte de la estrategia radical para postular un candidato a la presidencia en 1995.**

El texto, que ha sido girado a conocimiento de legisladores nacionales, presidentes de distrito y congresales del partido radical, contiene, como elemento de mayor interés, un juicio lapidario sobre **la suerte del programa económico de Carlos Menem.**

Este, afirma, se basa en un modo de privatizar empresas del Estado que **volverá a su gobierno totalmente impopular, ya que la población se encontrará con la formación de monopolios privados y con servicios más caros que ahora.**

La estrategia inicial de la UCR, se dice en el documento, mimeografiado en 11 páginas, debe ser la de **ahondar la diferenciación positiva frente al programa de Menem y evitar caer en las redes de su estrategia de comunicación social, que consiste en obligar a la sociedad a optar entre las 2 veredas, que se ilustran con los extremos de Alsogaray y Ubaldini.**

Rodolfo Terragno

Esta estrategia de **Menem**, se dice, buscará **someter a la sociedad argentina a falsas opciones para lograr avales populares.**

La estrategia del "Proyecto '95" (que es el título del documento) es presentar al radicalismo como **alternativa al descontento popular**, para lo cual esa fuerza necesita **recomponer la percepción que existe en la sociedad de que los radicales no saben manejar la economía.**

La propuesta de **Terragno** no dejará de provocar una guerra interna en el radicalismo, no tanto por la **personalidad de su autor** (que es contertulio de las más variadas facciones), sino porque **el documento se recuesta más en el flanco alfonsinista del diagnóstico sobre la suerte de Menem.** No son los angelocistas, generalmente más proclives a saludar positivamente al gobierno que el propio gobernador de Córdoba, quienes suscribirán alegremente el lapidario pronóstico de "Proyecto '95".

• Convocatoria

Este documento tiene el tono de una convocatoria a formar equipos de estudios en un nivel superior a los centros ya existentes en la UCR, **que sirva de perfil** para el candidato, **de propuesta a la Convención partidaria, y de apoyo a los legisladores y candidatos en el Congreso.** La sede de los equipos se radicará en el Instituto de Políticas Públicas que preside **Juan Carlos Pugliese**, y cuyo secretario es **Alfredo Garófano**, quien fue la mano derecha de **Terragno.**

"Se nos ve ineptos en economía"

En sus párrafos principales, "Proyecto 95" hace un duro juicio sobre el gobierno actual, sobre el estilo de oposición del radicalismo y describe los fundamentos de la iniciativa:

La economía es, hoy, la preocupación dominante de los argentinos. El crecimiento económico es el anhelo más difundido.

El radicalismo, mientras tanto, **se ve obligado a ejercer, en asuntos económicos, una oposición defensiva. El juicio mayoritario es favorable al radicalismo cuando se trata de evaluar sus credenciales democráticas.**

En cambio, **el juicio mayoritario es desfavorable al radicalismo cuando se trata de evaluar sus credenciales económicas: se lo supone incapaz de administrar y desarrollar la economía nacional.**

• Restricciones

La crisis sufrida este verano por el gobierno de **Menem** —quien se hallaba en el primer año de su mandato y contaba con el fuerte apoyo de los factores de poder— demostró que **las restricciones a las cuales está sometida la Argentina son más fuertes que cualquier gobierno.**

• Reforma

El gobierno —apoyado por sus mentores liberales y los distintos factores de poder— ha logrado colocar su versión de la reforma del Estado en el centro de la escena.

Se trata de la reforma del Estado como sinónimo de **privatización indiscriminada, supresión de la capacidad arbitral del Estado y concentración de riqueza y poder en la minoría.** Sin embargo, tal reforma es provisionalmente vista como un **cambio audaz,** tendiente a liberar las fuerzas productivas y permitir el desarrollo económico acelerado.

El gobierno promueve privatizaciones masivas y urgentes, acompañadas de una brusca desregulación y mutilaciones del Estado, todo a fin de asegurar la dictadura del mercado.

Si intentáramos contrarrestar esos ataques retrospectivos, compitiendo con el gobierno por el título de "primer privatizador", incurriríamos en un doble error:

—Nos condenaríamos a dar explicaciones, lo cual es indeseable: una fuerza política no crece dando explicaciones, por racionales y convincentes que éstas sean

—Podría interpretarse que aspiramos a compartir el "mérito" del actual plan privatizador. Esto nos asociaría a una política que, inevitablemente, va a tornarse impopular. La reforma del Estado, tal como la concibe el gobierno, conduce a una decepción colectiva.

Es útil que, por los dichos de nuestros propios adversarios, quedemos disociados de esta versión de la reforma del Estado.

En efecto, **las actuales privatizaciones** —presentadas como la panacea— **se volverán impopulares cuando la sociedad se encuentre con monopolios privados que prestan servicios caros. La gente advierte que, en manos privadas, los servicios públicos mejoran, se multiplican y son más baratos. El modelo de privatización elegido por el gobierno** —a diferencia del propuesto por nosotros en su momento— **no garantiza esos beneficios. Ciertamente, no asegura el abaratamiento sino, por lo contrario, el encarecimiento de algunos servicios.**

Es necesario ahondar la diferenciación positiva.

La estrategia gubernamental consiste en trasladar a la sociedad la contradicción propia de la alianza entre el gobierno —surgido del voto peronista— **y el liberalismo. Es la estrategia de las dos "veredas". Se trata de forzar a los argentinos a optar por "sí" o por "no"; a escoger entre Alsogaray y Ubaldini.**

Los "objetivos tácticos"

Uno de los capítulos principales del documento "Proyecto 95", describe ***los objetivos tácticos que debe lograr la UCR para convertirse en alternativa de gobierno frente al de Carlos Menem, cuyo destino se pronostica como un fracaso:***

"1) Asociar al radicalismo con el futuro; 2) Reivindicar de manera indirecta nuestra obra de gobierno*, en tanto las nuevas propuestas supongan el desarrollo y profundización de esa obra; 3) Perfilar una* ***alternativa radical; 4) Mostrar a la UCR como un partido seguro de sí mismo*** *que se prepara para volver al gobierno; 5) Fijar gran parte de la agenda de discusión de los próximos años,* ***adelantándonos a hacer*** *—como hicimos con la reforma del Estado—* ***temas que, tarde o temprano, serán materia de debate; 6) Evitar que el partido sea arrastrado a la opción entre las dos "veredas"; 7) Exhibir nuestra confianza en la consolidación de la democracia,*** *preparándonos desde ya para el recambio que debe operarse dentro de cinco años; 8) Recuperar a* ***sectores independientes,*** *cuya asociación a nuestros esfuerzos es indispensable a fin de contar con una base de apoyo suficientemente extensa; 9)* ***Asistir a los legisladores de la UCR y a los candidatos*** *que el partido presente a las elecciones de 1991, 1992, 1993 y 1995, proveyendo ideas que nos permitan, en toda circunstancia, tomar la iniciativa."*

9004 977

El nuevo mapa político argentino

Por Manuel Mora y Araujo
(Para LA NACION)

El voto por el No en el plebiscito del domingo 5 de agosto ha recibido muchas explicaciones, pero ninguna puede eludir la interpretación más obvia: se votó contra la dirigencia que controlaba los dos mayores partidos del país. Si fue algo más que eso, todavía está en discusión. En todo caso, parece claro que algo importante está ocurriendo en la política argentina, generando un cambio cuya dirección y cuyo destino final resultan todavía poco claros.

La realidad electoral de hoy es que los votantes, en inmensa proporción, han cortado las amarras de lealtades o sometimientos que los ataban a la voluntad de los líderes. Los líderes están dejando de ser líderes.

Y ese es precisamente el error estratégico que subyace a la decisión de convocar el plebiscito y tratar de materializar la reforma a la Constitución de la provincia por esa vía. Los líderes dejan de ser líderes no necesariamente cuando sus ideas son equivocadas, sino cuando no aciertan a interpretar las expectativas de la población.

Crisis de representatividad

¿Qué está en juego en esta tendencia? ¿Es un cuestionamiento al sistema o tan sólo a una parte de él –los partidos políticos– o es un rechazo aún más restringido que sólo toca a algunos de sus dirigentes?

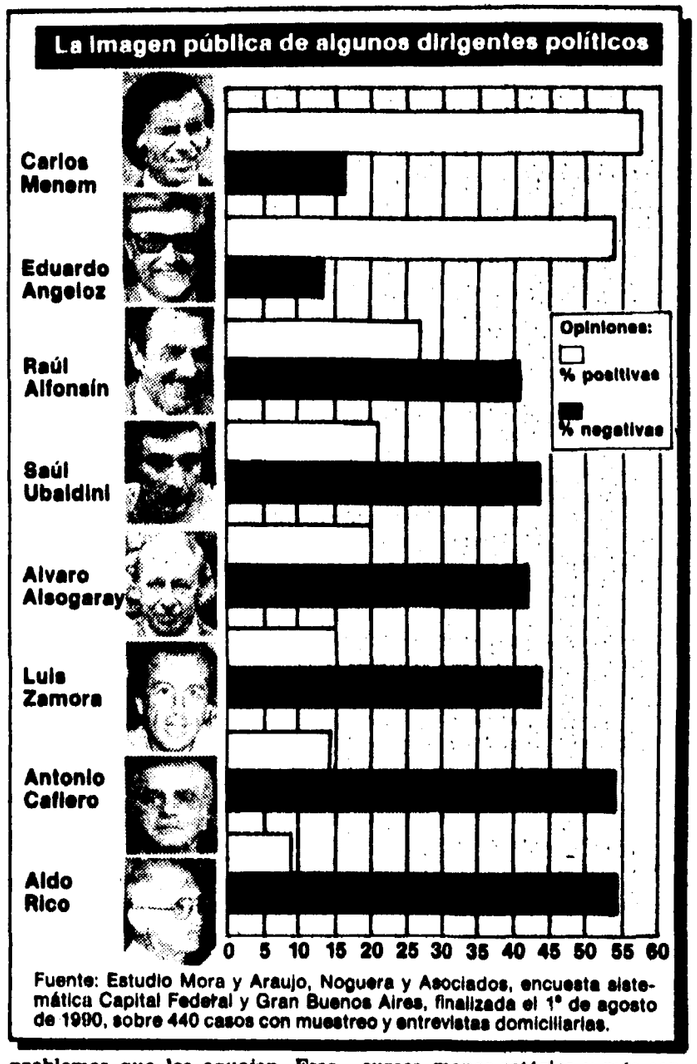
El principal efecto del plebiscito es que potencia los factores motores de un cambio en los alineamientos políticos. No parece justificado ver en el rechazo de la población a algunos dirigentes una amenaza al orden democrático. Tampoco es correcta la visión –cara a la dirigencia política– de un proceso de confrontación ideológica. Lo que está ocurriendo es, ni más ni menos, un cambio en el mapa político argentino. Es indudablemente cierto que en alguna medida está en cuestionamiento la representatividad o la credibilidad de la dirigencia. Algunos –entre ellos el propio presidente de la Nación en su discurso en la Rural– tienden a generalizar el problema al conjunto de la clase política, con lo que los partidos mismos se sienten cuestionados en su médula. Su reacción es ver en esta situación una amenaza al orden democrático. Si destruimos la intermediación de los partidos, ¿dónde se sostendrá nuestra frágil democracia? ¿Quién reemplazará a la dirigencia partidaria en su papel específico? es lo que se preguntan.

Hay políticos que trasladan el debate a una visión ideológica del Estado, en la que se oponen un modelo de economía de mercado socialmente insensible y un capitalismo que encuentra en el Estado las garantías de la justicia social. Liberalismo conservador versus socialdemocracia aparecen entonces como los términos opuestos que darían cuenta de los alineamientos políticos.

Las demandas de la población

Tanto la idea de la crisis de la intermediación como la de la confrontación ideológica son dos planteos que parecen desenfocados. Cuando exteriorizan su pérdida de confianza en los dirigentes partidarios, los argentinos no están dando el menor indicio de que cuestionan las instituciones democráticas y, ni siquiera, el sistema de partidos. No están pidiendo otra cosa que dirigentes que sepan representarlos y partidos que actúen menos como corporaciones con intereses propios y más como vehículos de representación. Si los partidos continúan cerrando el juego a la emergencia de nuevos dirigentes y pretenden mantener el monopolio de la intermediación política, son ellos los que ponen en jaque la vitalidad del sistema.

El debate ideológico, a su vez, no tiene correlato en las expectativas de la población. Lo que está ocurriendo en la sociedad real es mucho menos una confrontación ideológica que una reorientación de las demandas en busca de respuestas efectivas a problemas específicos. Los argentinos hoy esperan de los políticos menos símbolos abstractos y más señales concretas de efectividad frente a los problemas que los aquejan. Esas demandas pueden resumirse en pocas palabras: de los gobernantes, se espera buena administración, honestidad, firmeza en el ejercicio de la autoridad, orden; de los políticos, se espera que se ocupen de los problemas, que muestren transparencia en su conducta y coherencia en sus discursos, menos retórica y más contacto con el mundo real.



Fuente: Estudio Mora y Araujo, Noguera y Asociados, encuesta sistemática Capital Federal y Gran Buenos Aires, finalizada el 1° de agosto de 1990, sobre 440 casos con muestreo y entrevistas domiciliarias.

Es notable que los jefes de los partidos políticos están a menudo entre los primeros en embarcarse en la confrontación ideológica. Alfonsín, Alsogaray, Zamora, hasta hace unos días Cafiero, con notable frecuencia insisten en llevar el debate a ese nivel. No parece casual que los cuatro se cuenten entre las figuras más impopulares de la vida política argentina, sistemáticamente, desde hace tiempo, en todas las encuestas. Los de ellos, Menem y Angeloz, cada uno con su estilo, cada uno desde su propia perspectiva, percibidos ambos por el público como surgidos en oposición a los aparatos partidarios, aparecen como los únicos referentes significativos –al menos desde un punto de vista cuantitativo– que la sociedad hoy identifica en el orden nacional.

El espacio opositor vacío

La transformación del mapa político que produce el resultado del plebiscito es que ha quedado en virtual acefalía el espacio de la oposición. El polo "Cafiero-Alfonsín" tenía hasta ahora vigencia como una alternativa al polo "Menem-Alsogaray-Angeloz". Si ocurriese un debilitamiento político del actual gobierno, su único respaldo posible, o su eventual reemplazo, se encontraría en las estructuras de los dos mayores partidos; en esa conjetura se apoyaba una estrategia opositora. El plebiscito, en lugar de fortalecer esa estrategia, como estaba planeado, la destruyó. Si mañana el gobierno de Menem se debilitase, algo es seguro: ya no podrá buscar refuerzos en el polo "Cafiero-Alfonsín", porque éste es ahora aún más débil. Es más, virtualmente ha desaparecido. El espacio de la oposición está vacío. Los dirigentes de otros partidos que se postulan como posibles líderes de ese espacio muestran un perfil excesivamente ideológico que los limita quizá de manera insuperable. Hoy no se vislumbran dirigentes de esa oposición acéfala. Seguramente aparecerán, pero entre tanto hay un notable vacío.

Si Angeloz termina acercándose a Menem o si más bien se preservará separado es otra cuestión. Hasta ahora su alta popularidad se mantiene inalterada, y eso sugiere que por el momento no dará pasos importantes. Una hipótesis es que la única opción que la Argentina tiene por delante es la alternativa Menem o Angeloz (y esto constituye naturalmente un reaseguro de nuestra inserción en el mundo moderno). Si esto es así, hay que pensar que Angeloz se acercará a Menem tan sólo en el caso de que el eventual debilitamiento de éste arriesgue la continuidad del actual programa económico; pero se mantendrá como una alternativa en la medida en que Menem continúe fuerte.

En este escenario con oposición débil, el epicentro de la política se dispersa y se desplaza a las provincias. Los partidos mantienen vigencia formal, pero carecen de efectivo control sobre los procesos propios de cada provincia.

Cuestiones de método

Cabe concluir entonces que ésta es una crisis de los aparatos partidarios, tal vez del estilo político que se asocia a ellos, pero no del sistema de partidos, y mucho menos del orden institucional de la democracia. Difícilmente puedan encontrarse en las últimas décadas momentos de mayor madurez cívica de nuestro pueblo que en estos años de democracia acompañada de crisis fiscal y estancamiento económico: reiteradamente, la reacción política frente al desasosiego que surge de la experiencia cotidiana es buscar nuevos dirigentes dentro de los canales institucionales. Y no otra cosa ocurrió el 5 de agosto.

Hay dirigentes políticos que continúan equivocándose en nombre de las verdades en las que creen. En todo caso, la democracia no es un sistema para determinar quién tiene la razón, sino para establecer quién va a gobernar; la Constitución, del mismo modo, no es un instrumento para imponer a la sociedad una cierta idea de la justicia, sino para proteger a los habitantes de los errores y de los excesos de sus gobernantes.

Quizá no sea exagerado decir que el mayor error de los políticos argentinos que se sienten desairados por su pueblo es una cuestión de método.

(c) LA NACION

9004978

Lo bendecirá Alfonsín, mientras Posse y Sagol enfrentarán al aparato, aún intacto

Inevitable pacto entre Moreau, Fredi y Pugliese

Escribe
Eduardo J. Paredes

Para observadores radicales de Buenos Aires, de todas las vertientes internas hoy en pugna, parece inevitable que, a la larga, haya un acuerdo entre Renovación y Cambio y la Coordinadora —hoy Corriente de Opinión Nacional— y por el otro lado confluyan la "liga de intendentes exitosos", el angelocismo encadenado en el liderazgo de Antonio Tróccoli y varios sectores balbinistas que se sientan espantados ideológicamente por una alianza con Federico Storani, tal el caso de César García Puente o del marplatense Angel Roig.

Es más, se habla de "**fórmulas inevitables**", tales como **Juan Carlos Pugliese-Juan Carlos Cavirón** por el acuerdo **R. y C.-CON** y **Melchor Posse-Luis Sagol** por la oposición. **Leopoldo Moreau encabezaría la lista de diputados nacionales de los primeros y Tróccoli la de los segundos, en tanto Raúl Alfonsín sería primer delegado al Comité Nacional contra Pascual Cappelleri.**

Quienes manejan esta información se basan en los siguientes argumentos:

• **No es que el romance entre renovadores históricos y coordinadores sea sólido como para hacer impensable una ruptura, pero la interna radical no soporta tres listas.** Todo lo que dice **Storani** respecto de ir con una lista propia se relativiza si se piensa que es realmente imposible prever el rendimiento del **possismo** en una interna después del plebiscito del 5 de agosto.

• **Los análisis coinciden en afirmar que, hoy por hoy, la máquina radical en Buenos Aires es imbatible, pero que el alfonsinismo no puede darse el lujo de ganar raspando.** De allí que se haga necesaria la alianza con **Fredi Storani** para mover un arco ideológico que deje a **Posse** en una curiosa situación: **quedará con la bandera más cercana al exitismo angelocista, de importancia en el votante independiente, pero circunscripto a una estructura todavía muy débil en una interna medida por los punteros voto a voto.**

• **Posse, en cambio, apuesta a que la avalancha antidirigencia tradicional que votó por el "No" el 5 de agosto se repita espontáneamente en las próximas internas.** Claro, no es igual. **Sería inédito que sucediera en un partido mucho más firme en lealtades personales que en compromisos ideológicos, pero habrá que ver "el vientre de las urnas", como decía Ricardo Balbín con su verba poética, para ver quién tenía razón.**

• Delfines

Aunque no habló con nadie del tema, se cree que en pocos días más **Raúl Alfonsín llamará a sus delfines y pondrá las cosas en claro, que pasarían por tres pautas concatenadas entre sí:**

1) Poner de acuerdo otra vez a **Leopoldo Moreau, Juan Manuel Casella** y el neobalbinismo de **Pugliese**; 2) no dejar que el angelocismo haga demasiado pie en el distrito y 3) garantizar que **Pugliese** sea el candidato, ya que para **Alfonsín** no lo hay mejor hoy en el radicalismo bonaerense.

El tema es que Casella, por ejemplo, no quiere que por mirar el crecimiento de Posse y de Sagol, se pierda de vista el fenómeno nacional de Angeloz. Parece ser que varias veces se lo escuchó decir que **"no hay que dejar que Córdoba se segregue con un proyecto propio, porque si le va bien puede dividirse el partido y si le va mal, nos van a echar la culpa a nosotros con la cantilena de que Buenos Aires nunca ayuda, como siempre dice la Línea Córdoba".**

• Nueva línea

En lo que hace al flamante acuerdo entre **Luis León** y el entrerriano **Sergio Montiel**, como nueva línea —Movimiento Federal— no se teme que tenga repercusión en el distrito, pero adjudican al mismo **Casella** el siguiente análisis: **"El «Bicho» León nos obliga así a replantear alianzas en todos los distritos, porque ellos no son fuertes en el padrón radical nacional, pero pueden serlo si hacen una alianza de sectores con la nueva derecha partidaria, como Fernando de la Rúa en la capital, Benjamín Zavalía en Santiago, Horacio Usandizaga en Santa Fe, Angeloz en Córdoba... ojo que ahí puede aparecer seductor Melchor en Buenos Aires, sobre todo si logra el apoyo de Tróccoli...".**

El análisis de Casella parece tener como lectura que lo que Eduardo Angeloz no quiso, no supo o no pudo hacer hasta ahora desde su atalaya cordobesa, podría intentarlo un opositor vocacional como Luis León, el último precandidato que enfrentó al aparato para la elección presidencial, curiosamente a Angeloz, hoy enemigo de sus enemigos....

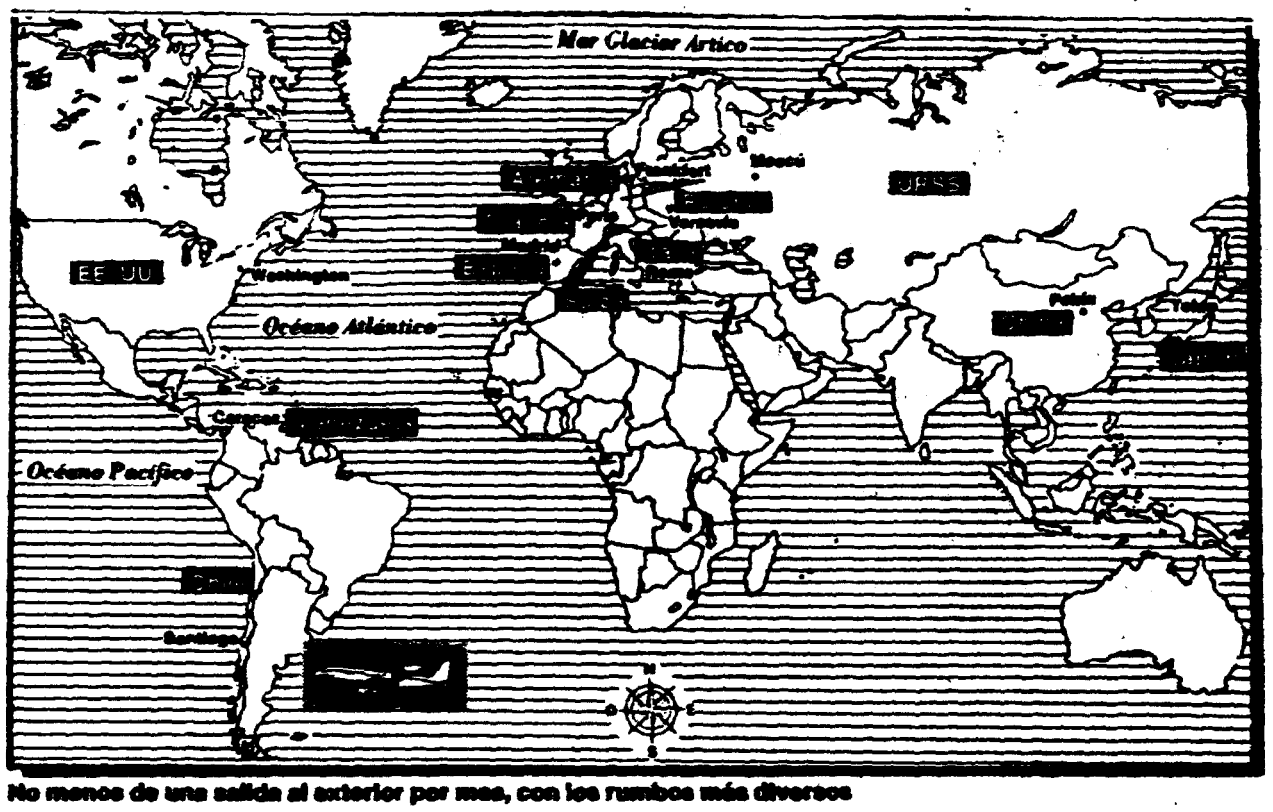
Nº DE ... 9004979
TITULO PACTO ENTRE MOREAU, STORANI Y PUGLIESE
AMBITO FINANCIERO 150027
20/3/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304
ENTRADO
CRUZ DO

01-01

9004979

9004980
AGENDA DE VIAJES DEL PTE. MENEM
LA NACION 150025
20/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
RELACIONES INTERNACIONALES 11399

ENTRADO
CRUZADO



No menos de una salida al exterior por mes, con los rumbos más diversos

Muchos viajes en la agenda de Menem hasta fin de año

La agenda de trabajo del presidente Carlos Menem para los próximos meses prevé una serie de viajes al exterior, algunos de ellos con fecha por confirmar, signada por un número considerable de entrevistas con jefes de Estado de distintos países.

En lo que se convertirá en la prolongación de una práctica de su gestión, el jefe del Estado realizará todos los meses, hasta que finalice este año, por lo menos un viaje.

Las naciones incluidas en el itinerario presidencial son: Chile, Estados Unidos (reunión del Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia –UNICEF– y asamblea general de la UN), Venezuela (Grupo Río), Polonia, Unión Soviética, Japón, República Popular China, Italia, España, Suiza, Francia y Alemania.

En Santiago, donde –como ya informamos– estará del lunes al miércoles próximos, corriente mes, el primer mandatario mantendrá la primera conversación formal con su colega, Patricio Aylwin, desde que éste ocupa el Palacio de la Moneda.

Según lo que acordaron recientemente los cancilleres de ambos países, serán suscriptos acuerdos que incluyen la reapertura de pasos fronterizos a cambio de la venta de gas argentino a Chile.

En encuentros anteriores entre el presidente argentino y Aylwin quedaron a la vista las coincidencias existentes entre los dos gobiernos respecto de la voluntad de afianzar la amistad y de la necesidad de seguir avanzando hacia la consolidación de la democracia en la región.

Compete igualmente a este viaje algo así como una incógnita y que fuentes de la Casa Rosada no dejaron de subrayar: ¿Podrá llegarse con Chile a un principio de definición en torno de la posibilidad de establecer una zona económica en común, como desean la Argentina y el Brasil?

Menem iba a reunirse primero en Las Leñas, Mendoza, con su colega brasileño, Fernando Collor de Melo, pero éste anunció días pasados que no podía concurrir al encuentro y entonces ambos decidieron postergarlo.

Ante esta circunstancia, algunos funcionarios estiman ahora que podría haber próximamente un nuevo viaje del presidente argentino al país vecino para concretar la entrevista con su colega, vinculada con los acuerdos firmados para establecer un mercado común a partir del 31 de diciembre de 1991.

Las siguientes presencias de Menem se darán en el ámbito de las Naciones Unidas, en Nueva York, entre el 27 y el 30 de septiembre, y, el 12 y el 13 de octubre, con el Grupo Río, en Caracas, aunque esta cumbre de mandatarios está pendiente de confirmación.

Este encuentro del presidente argentino con sus colegas estará orientado a la profundización de los objetivos de la integración regional y para considerar la Iniciativa de las Américas, promovida por el presidente Bush.

Europa y Asia

Otro viaje, desde el 22 y hasta el 25 de octubre, permitirá a Menem cumplir con una visita a Polonia, invitado oficialmente por el gobierno de ese país. "Se trata de un compromiso contraído anteriormente y que viene demorándose", explicaron fuentes de la sede gubernamental. Inmediatamente después irá a la Unión Soviética –según los informantes– "atraído por las posibilidades de incrementar el comercio bilateral". Esta visita podría realizarse a partir del 26 de octubre.

El calendario establecido por Menem también estará matizado con la atención de las reglas de juego de la diplomacia mundial, como será su presencia en el Japón entre el 10 y el 15 de noviembre, para asistir al acto de entronización del emperador Akihito.

Desde Tokio, Menem irá a la República Popular China, para una visita oficial que se prolongará hasta el 21 de ese mes, en retribución de la que realizó el presidente de ese país, Yang Shangkun, en mayo último, a la Argentina.

En diciembre, sin fecha establecida, el presidente argentino orientará su rumbo hacia España, Italia y Alemania, aunque el viaje a este país podría anticiparlo para noviembre.

"No hay que olvidar –dijo uno de los hombres allegados al Presidente– las relaciones ya existentes con esas naciones, sobre todo con España e Italia, países con los que hay tratados comerciales y de otra índole. Pero las visitas del Presidente tendrán mucho que ver con los profundos cambios políticos que se produjeron en Europa Oriental".

En este sentido, se indicó, el jefe del Estado "se propone considerar si los países industrializados de Occidente, que canalizarán recursos económicos y esfuerzos políticos hacia esa región, mantendrán igualmente interés por América latina".

La fuente oficial dijo también que "las presencias de Menem en el exterior reforzarán el interés de la Argentina por estrechar relaciones con la comunidad internacional, lo que también ayuda para captar las inversiones que necesitamos".

9004980

1-01

9004980

REALINEAMIENTOS EN LA UCR
CLARIN 150024
20/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304

ENT
CRUZ

REALINEAMIENTOS EN LA UCR

Jesús pretende cortarse solo

Para terminar con un luto y llanto que lleva ya 15 meses, radicales porteños nucleados en el Ateneo del Centenario, realizarán este viernes, en la Federación de Box (Castro Barros 75), un acto en el que Jesús Rodríguez será el orador de cierre.

Con fuego cruzado hacia Fernando de la Rúa y Enrique Nosiglia —dos figuras, una en la superficie y la otra en la trastienda, que tienen peso en el distrito—, el abanico alfonsinista ateneísta procurará plantear un claro perfil opositor al modelo económico y social del Gobierno.

En la movilización (que gira alrededor de la **oposición al indulto; el rechazo al impuestazo del intendente Carlos Grosso y la definición de una alternativa económica**) trabajan dirigentes de 85 comités, que realizaron reuniones zonales en los barrios de Saavedra, el Abasto, la Boca y Mataderos.

Actuarán los cantores **César Isella y Ricardo Terragno** (*este último primo del ex ministro*), y además de Rodríguez, hablarán **Daniel Bravo, José Canata, Jorge Vanossi y Florentina Gómez Miranda.**

Los convocantes, en clara referencia a la posición que viene asumiendo el gobernador cordobés, **Eduardo Angeloz**, puntualizaron: **"No debemos tolerar modelos partidarios cuyo fin sea el de seducir o ser complacientes con los factores de poder económico".**

En la Capital Federal también empezó a delinearse el ex intendente **Facundo Suárez Lastra**, quien hasta ahora se mantenía expectante. Al clausurar un seminario, cuestionó "el modelo conservador y excluyente" del presidente **Carlos Menem.**

Suárez Lastra propuso reformular y redimensionar al sector público, ampliando las políticas sociales. Sobre la interna en la UCR, dijo: "Que el presidente de la Nación ponga a su hermano al frente del partido si quiere, pero que no nos diga a nosotros quién debe conducirnos porque hace 100 años que lo resolvemos en forma democrática".

El síndrome del plebiscito

Melchor Cruchaga, nuevo presidente del radicalismo bonaerense, luego de la derrota del "sí" en el plebiscito, advirtió que si la UCR no enmienda sus errores sufrirá una nueva y aplastante derrota en las urnas en 1991. Remplazante de Leopoldo Moreau y unido políticamente con Juan Manuel Casella, Cruchaga precisó los pasos que dará para restablecer el diálogo del radicalismo con la gente y permitir la participación abierta de los afiliados. Consideró imprudente al pronunciamiento de Angeloz.

Melchor Cruchaga, el nuevo hombre en la provincia de Buenos Aires.

Se emocionó cuando, después del descalabro plebiscitario del 5 de agosto, asumió la presidencia del estratégico distrito de la UCR bonaerense, con la solidaridad de todos los sectores, aun de los más irreconciliables entre sí. Sintió temor después, el jueves 16, al tomar conciencia, en la primera reunión de la mesa directiva, de lo difícil que le será conducir a un radicalismo en peligro de atomización.

Redactor radical de la reforma constitucional archivada hasta mejores épocas, **Melchor Cruchaga** vaticinó que **si su partido no supera la debacle que volteó a Leopoldo Moreau, seguirá cometiendo errores que podrían señalizar el camino "hacia otra aplastante derrota en las elecciones de 1991".**

En declaraciones a **Clarín**, señaló que todavía no pasó la tormenta por el **"no"**, aunque remarcó que quienes **se sacaban los ojos** tras la consulta recuperaron la cordura horas después.

Se preservó la organicidad, suspiró aliviado.

Sin desconocer sus vínculos con **Juan Manuel Casella**, aceptó Cruchaga que su gestión será **de transición.** Fiel discípulo, **incitará al debate, preservando al partido de oportunismos y prejuicios**

Autocrítico, consideró que los radicales **no pudieron ser comunicadores eficaces de la reforma** y que mientras la ciudadanía, en especial los habitantes del Gran Buenos Aires, "pedían soluciones a graves problemas económicos, nosotros respondíamos con discursos de laboratorio".

Ante la insistencia del cronista, aceptó que la postura de **Eduardo Angeloz** sobre el resultado de la consulta, fue "**un acto de imprudencia. Si bien Angeloz —dijo— está en su derecho de sacar conclusiones nacionales, debió darnos tiempo a nuestro propio análisis, sin condicionamientos".**

Las diferencias con Angeloz quedarán para otro ámbito: la convención nacional de setiembre en Río Hondo. Allí, el cordobés —quien en la provincia procuraría anudar lazos con **Melchor Posse**, vía **Antonio Tróccoli**— promete dibujar la línea que le permita confrontar con **Raúl Alfonsín**

Hombre de Renovación y Cambio (movimiento en proceso de reformulación integrado por Alfonsín, **Moreau, Casella y Jose Damón**, entre otros), Cruchaga detalló próximos pasos: concentrar las energías del radicalismo, pero dando una participación más abierta a los afiliados.

Confirmó que el padrón se cerrará el 5 de octubre y que habrá internas solo en abril del año próximo.

Se preocupó por la existencia de corrientes que actúan como compartimientos estancos, pues —interpreta— debaten más hacia afuera que hacia adentro.

Con una sonrisa cómplice cuando se le mencionó a **Juan Carlos Pugliese** como el probable candidato que, por consenso, el radicalismo, presentaría para gobernador en 1991, Cruchaga contestó que se esforzará por **"poner lo mejor de lo mejor".**

El cometido de Cruchaga tiene, en el horizonte próximo, algunos contratiempos:

- La Corriente de Opinión (**Federico Storani**), anunció que el próximo viernes hará el lanzamiento para gobernador del intendente de Bahía Blanca, **Juan Carlos Gubirán.**
- Las discrepancias entre el **balbinismo de Antonio Tróccoli** y la corriente **Movilización Radical (Melchor Posse)** postergaron sin fecha un acuerdo que se iba a firmar mañana, y al que también adhirieron a priori **Luis Sagol, Angel Roig y Jorge Alvarez Guerrero.**

Los días por venir seguirán produciendo realineamientos inevitables.

Arnoldo Paganetti

Copyright Clarín, 1990

900198

REALINEAMIENTOS EN LA UCR
CLARIN 150024
20/8/90
ARGENTINA 10037
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304

ENTR
CRUZ D

REALINEAMIENTOS EN LA UCR

Jesús pretende cortarse solo

Para terminar con un luto y llanto que lleva ya 15 meses, radicales porteños nucleados en el Ateneo del Centenario, realizarán este viernes, en la Federación de Box (Castro Barros 75), un acto en el que Jesús Rodríguez será el orador de cierre.

Con fuego cruzado hacia Fernando de la Rúa y Enrique Nosiglia —dos figuras, una en la superficie y la otra en la trastienda, que tienen peso en el distrito—, el ahanico alfonsinista atemeista procurará plantear un claro perfil opositor al modelo económico y social del Gobierno.

En la movilización (que gira alrededor de la oposición al indulto; el rechazo al impuestazo del intendente Carlos Grosso y la definición de una alternativa económica) trabajan dirigentes de 85 comités, que realizaron reuniones zonales en los barrios de Saavedra, el Abasto, la Boca y Mataderos.

Actuarán los cantores **César Isella y Ricardo Terragno** (este último primo del ex ministro), y además de Rodríguez, hablarán **Daniel Bravo, José Canata, Jorge Vanossi y Florentina Gómez Miranda.**

Los convocantes, en clara referencia a la posición que viene asumiendo el gobernador cordobés, **Eduardo Angeloz**, puntualizaron: **"No debemos tolerar modelos partidarios cuyo fin sea el de seducir o ser complacientes con los factores de poder económico".**

En la Capital Federal también empezó a delinearse el ex intendente **Facundo Suárez Lastra**, quien hasta ahora se mantenía expectante. Al clausurar un seminario, cuestionó "el modelo conservador y excluyente" del presidente **Carlos Menem.**

Suárez Lastra propuso reformular y redimensionar al sector público, ampliando las políticas sociales. Sobre la interna en la UCR, dijo: "Que el presidente de la Nación ponga a su hermano al frente del partido si quiere, pero que no nos diga a nosotros quién debe conducirnos porque hace 100 años que lo resolvemos en forma democrática".

El síndrome del plebiscito

Melchor Cruchaga, nuevo presidente del radicalismo bonaerense, luego de la derrota del "sí" en el plebiscito, advirtió que si la UCR no enmienda sus errores sufrirá una nueva y aplastante derrota en las urnas en 1991. Remplazante de Leopoldo Moreau y unido políticamente con Juan Manuel Casella, Cruchaga precisó los pasos que dará para restablecer el diálogo del radicalismo con la gente y permitir la participación abierta de los afiliados. Consideró imprudente al pronunciamiento de Angeloz.

Melchor Cruchaga, el nuevo hombre en la provincia de Buenos Aires.

Se emocionó cuando, después del descalabro plebiscitario del 5 de agosto, asumió la presidencia del estratégico distrito de la UCR bonaerense, con la solidaridad de todos los sectores, aun de los más irreconciliables entre sí. Sintió temor después, el jueves 16, al tomar conciencia, en la primera reunión de la mesa directiva, de lo difícil que le será conducir a un radicalismo en peligro de atomización.

Redactor radical de la reforma constitucional archivada hasta mejores épocas, **Melchor Cruchaga** vaticinó que **si su partido no supera la debacle que volteó a Leopoldo Moreau, seguirá cometiendo errores que podrían señalizar el camino "hacia otra aplastante derrota en las elecciones de 1991".**

En declaraciones a **Clarín**, señaló que todavía no pasó la tormenta por el **"no"**, aunque remarcó que quienes **se sacaban los ojos** tras la consulta recuperaron la cordura horas después.

Se preservó la organicidad, suspiró aliviado.

Sin desconocer sus vínculos con **Juan Manuel Casella**, aceptó Cruchaga que su gestión será **de transición.** Fiel discípulo, **incitará al debate, preservando al partido de oportunismos y prejuicios**

Autocrítico, consideró que los radicales **no pudieron ser comunicadores eficaces de la reforma** y que mientras la ciudadanía, en especial los habitantes del Gran Buenos Aires, "pedían soluciones a graves problemas económicos, nosotros respondíamos con **discursos de laboratorio".**

Ante la insistencia del cronista, aceptó que la postura de **Eduardo Angeloz** sobre el resultado de la consulta, fue **"un acto de imprudencia. Si bien Angeloz —dijo— está en su derecho de sacar conclusiones nacionales, debió darnos tiempo a nuestro propio análisis, sin condicionamientos".**

Las diferencias con Angeloz **quedarán para otro ámbito: la convención nacional de setiembre en Río Hondo.** Allí, el cordobés —quien en la provincia procuraría anudar lazos con **Melchor Posse**, vía **Antonio Tróccoli**— promete dibujar la línea que le permita confrontar con **Raúl Alfonsín**

Hombre de Renovación y Cambio (movimiento en proceso de reformulación integrado por Alfonsín, **Moreau, Casella y Jose Dumón**, entre otros), **Cruchaga detalló próximos pasos: concentrar las energías del radicalismo, pero dando una participación más abierta a los afiliados.**

Confirmó que el padrón se cerrará el 5 de octubre y que habrá internas solo en abril del año próximo.

Se preocupó por la existencia de corrientes que actúan como **compartimientos estancos**, pues —interpreta— **debaten más hacia afuera que hacia adentro.**

Con una sonrisa cómplice cuando se le mencionó a **Juan Carlos Pugliese** como **el probable candidato que, por consenso, el radicalismo, presentaría para gobernador en 1991**, Cruchaga contestó que se esforzará por **"poner lo mejor de lo mejor".**

El cometido de Cruchaga tiene, en el horizonte próximo, algunos contratiempos:

- La Corriente de Opinión (**Federico Storani**), anunció que el próximo viernes hará el lanzamiento para gobernador del intendente de Bahía Blanca, **Juan Carlos Cubirón.**
- Las discrepancias entre el **balbinismo de Antonio Tróccoli y la corriente Movilización Radical (Melchor Posse)** postergaron sin fecha un acuerdo que se iba a firmar mañana, y al que también adhirieron a priori **Luis Sagol, Angel Roig y Jorge Alvarez Guerrero.**

Los días por venir seguirán produciendo realineamientos inevitables.

Arnoldo Paganetti

Copyright Clarín, 1990

900981

La intervención en el se realizará solo si lo

Riesgos de una decisión

Sea porque la crisis del golfo Pérsico fue inesperada y compleja en sus implicaciones, sea porque el gobierno de **Carlos Menem** tiene una experiencia limitada en materia de tensión internacional, su posición de cara al conflicto muestra rasgos contradictorios.

En el ambiente político doméstico se confunden, desde hace días, el ruido metálico de presuntos aprestos militares con los entrecejos adustos propios de las gestiones diplomáticas más delicadas. Aunque no se han identificado con claridad, en la administración parecen convivir dos sectores:

- Uno que impulsa una rápida asociación material argentina al esfuerzo militar contra Irak.
- Otro que parece preocuparse más por la suerte de un grupo de argentinos que forman parte del enorme grupo de extranjeros que el régimen de **Saddam Hussein** mantiene como rehenes.

El viernes, en Santiago, el canciller **Domingo Cavallo** y su colega **Enrique Silva Cimma** acordaron que el Grupo de Río (Argentina, Brasil, México, Venezuela, Perú, Colombia y Uruguay) con el agregado circunstancial de Chile, realizara una gestión especial ante el gobierno de Bagdad para lograr la pronta liberación de todas las víctimas circunstanciales pero, principalmente, de los nacionales de América latina.

En algún momento las consultas hechas por las cancillerías tuvieron como protagonista potencial de la misión a la figura del secretario general de la OEA, **Joao Baena Soares**. La idea fue abandonada porque los Estados Unidos —que no hubiesen podido permanecer al margen por ser miembro del organismo— están en virtual estado de guerra con Irak. Ese dato hubiese condenado la gestión a una profecía de fracaso autocumplida.

¿Qué pasaría con los expatriados argentinos que esperan de su Estado todos los esfuerzos protectores posibles, si la diplomacia buscara cumplir con ese objetivo, cuando Hussein ve cómo soldados de la misma procedencia se suman a las fuerzas que lo amenazan? Así se perciben los impulsos contradictorios.

La urgencia del sector que quiere despachar efectivos y material bélico al golfo Pérsico traduce un pensamiento que se ilusiona con un imaginario **"después"** del conflicto pero no concibe el **"durante"**.

Es como si el envío se justificara llegando a tiempo a la creación de un nuevo orden de seguridad mundial. Después, sigue el razonamiento, solo habría que guardar la foto en el álbum nacional para exhibirla, una vez restablecida la paz, a modo de implícito pagaré al cobro ante los triunfadores. La historia demuestra que estos reaccionan con asombro porque suponen que si una nación actúa el drama de la guerra lo hace defendiendo intereses propios y no para complacer a nadie en particular.

El presupuesto que establece una relación automática entre alineamiento y beneficio está lejos de haber sido probado. La neutralidad histórica de la Argentina en los conflictos extrarregionales no fue el producto de capricho de sus gobernantes. Fue una política construida a lo largo de generaciones que sobrevivió a dos guerras mundiales y al conflicto de Corea porque resultó funcional a los intereses de seguridad de la Nación.

No es producto de un pacifismo ciego ni expresa una falta de conciencia respecto de valores universales. Está limitada en su vigencia por la adhesión del país al derecho internacional, sistema en el cual el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas puede demandar la cooperación militar argentina.

Pero la construcción de legitimidad para la acción no es tomada a la ligera por el mundo desarrollado. El presidente **Menem** podrá comprobar esto el martes cuando arribe a Buenos Aires la ministra adjunta de la cancillería francesa, **Edwige Avice**, enviada especial del presidente **François Mitterrand** a la Argentina, Brasil y México. También encontrará este criterio en el informe que le brinde el embajador argentino ante la ONU, **Jorge Alvarez**, que arribó ayer al país.

El pensamiento que no puede enfocar el "durante" del conflicto también ignora la posibilidad cierta de que soldados argentinos —mal equipados y peor entrenados para hacer la guerra en esa parte del mundo— entreguen la vida para que el mundo industrializado tenga flujo continuo de petróleo. Tampoco tiene en cuenta el costo económico que esa participación supondría. Para pensar en escala basta tener en cuenta que Washington estima su propia carga en un mínimo de 3.500 millones de dólares hasta diciembre.

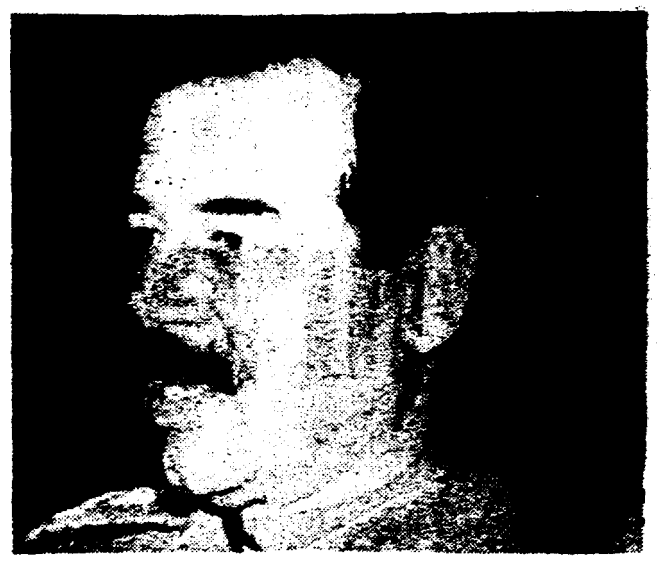
Cualquier decisión que adopte Menem tendrá consecuencias en los dos rubros en los que un Estado puede demandar más de sus ciudadanos: la vida y el patrimonio. Será útil entonces tener presente que en las relaciones internacionales la diferencia entre audacia y oportunismo es siempre mínima.

Enrique Silva Cimma, canciller de Chile.

Oscar Raúl Cardoso

Copyright Clarín, 1990

El canciller Domingo Cavallo y el embajador ante la ONU, Jorge Vázquez, confirmaron el anticipo exclusivo de Clarín: Kuwait solicitó la intervención argentina en el bloqueo naval a Irak. Ayer se ratificó que esa posibilidad solo se concretará si las Naciones Unidas lo solicitan formalmente. La Cancillería, además, elaboró un plan de evacuación para los argentinos que permanecen en Kuwait.



Saddam Hussein, presidente iraquí

Un informe para el análisis del Presidente

El embajador argentino ante las Naciones Unidas, Jorge Vázquez, confirmó ayer a Clarín que el [illegible] embajador kuwaití en la ONU le solicitó [illegible] "apoyo naval para el bloqueo a Irak", pedido que [illegible] remitió inmediatamente al canciller Domingo Cavallo. Hoy Vázquez, quien fue convocado de urgencia desde Buenos Aires, informará al presidente Carlos Menem sobre la situación diplomática multilateral abierta a partir de la invasión de Irak a Kuwait.

Con el rostro marcado por el trajín de [illegible] reuniones y horas de vuelo, **Vázquez llegó ayer a** Buenos Aires y fue consultado por **Clarín** acerca de la [illegible] sión del conflicto en las Naciones Unidas.

—¿La comunidad internacional está dispuesta a apoyar la formación de una fuerza de paz para intervenir en el golfo Pérsico?

—Yo diría que la mayoría de los países miembros de las Naciones Unidas, hasta ahora son reticentes a hacerlo.

—¿Esa es también la posición argentina?

—Hasta hoy (por ayer) mis instrucciones son que la Argentina integraría una fuerza multinacional para el Golfo únicamente bajo el "paraguas" de las Naciones Unidas.

¿—Cómo se evalúa el bloqueo económico dispuesto contra Irak por la ONU?

—El Comité de Seguimiento de la crisis dictaminó el viernes, por la noche, que el bloqueo era efectivo. La decisión se tomó por unanimidad, con la excepción de los votos de los Estados [illegible] y Gran Bretaña (Gb. de la R.: estos dos países son [illegible] además del bloqueo económico dispusieron y realizan [illegible] bloqueo naval).

—¿Qué significa [illegible] ese dictamen del Comité de Seguimiento?

—Que el deseo [illegible] rio, por ahora, es no pasar a la fase siguiente en [illegible] de situaciones, que sería el envío de una fuerza [illegible]

—¿Usted considera que puede preverse el desarrollo de los acontecimientos en el golfo Pérsico?

—Es difícil decir [illegible] sabemos lo que puede ocurrir en la zona del conflicto, porque en este tipo de crisis cualquier elemento [illegible] puede terminar [illegible] nando una catástrofe.

—¿Una brusca variación de la situación en el Golfo podría traer aparejado un cambio de similar magnitud en la postura argentina?

—Nuestra posición es que estamos dispuestos a cumplir con la Carta Orgánica de las Naciones Unidas. Si eventualmente el secretario general Javier Pérez de Cuellar lo cree conveniente, y el presidente Menem en su carácter de comandante en jefe de las Fuerzas Armadas lo aprueba, la Argentina integraría una fuerza de paz.

01-01

9004982

Nº. DOCUMENTO
TITULO Asuntos Políticos y Económicos.
DE Emb. Sudáfrica (24361)
FECHA 6/7/90.
VIA Mozambique (10139)
Emb. Polaco (11164)
" Económico (11161)

CONFIDENTIAL

REFERENCE : B/3109

DATE : 6 July 1990

MOZAMBIQUE : POLITICAL AND ECONOMIC AFFAIRS

" : ASUNTOS POLITICOS Y ECONOMICOS

1. PETROLEUM SPECIALISTS ACQUIRED

According to the Executive Chairman of Petroleum India International, Mr SEHGAL, a contract for almost US$1 million has been concluded with Mozambique on 8 May 1990. In terms of the contract, specialists in the field of marketing and distribution of petroleum products will be made available to Mozambique for a three year period.

2. FUNDING FOR THE CAHORA BASSA SCHEME

The Managing Director of ESCOM, Ian McRae, recently announced that a further sum of US$55 million is needed for the Cahora Basssa Hydro-electric upgrading project, primarily for the implementation of the second phase of this project. Remark : Italy has already provided the US$36 million that was needed for phase one.

3. POPULATION'S PREFERENCES WITH REGARD TO POLITICAL SYSTEM

Pascoal MOCUMBI, the Mozambican Minister of Foreign Affairs, recently stated in Copenhagen (Denmark) that the Mozambican population will get the opportunity to state their preferences for either a one party or multiparty system in Mozambique, in July 1990. MOCUMBI added that if consensus could not be reached regarding a new political system in Mozambique, it was possible that a referendum would be held. He also stated that FRELIMO is not afraid of a multiparty system and is not against such a system in principle. Remark : MOCUMBI was in Denmark for discussions with his Danish counterpart, Uffe ELLEMAN-JENSEN.

9004983

4. AID FROM THE IMF

The International Monetary Fund (IMF) recently announced that a loan of US$112,8 million had been granted to Mozambique over a period up until 1992, to finance the country's economic growth programme. These funds will be used to encourage foreign investment in Mozambique.

DATE OF INFORMATION : June 1990

RELIABILITY GRADING : 2

0014383

Nueva línea interna en UCR de Entre Ríos
CLARIN 15/8/92 150024
Argentina 10033
F. Política 11164
Partidos Políticos 11304

ENTRADO X
CRUZADO X

Montiel, una línea más lejos de Angeloz

Sergio Montiel

Luis León

Aunque parecía un aliado natural de Eduardo Angeloz frente a su proyecto de formar una línea interna, el ex gobernador de Entre Ríos Sergio Montiel formó el Movimiento Federal, que critica al cordobés y plantea otra variante interna en la UCR, junto a Luis León.

La nueva corriente que **Eduardo Angeloz** piensa lanzar en la Convención Nacional del radicalismo sufrió ayer su primera baja: el ex gobernador de Entre Ríos, **Sergio Montiel**, a quien se consideraba un potencial aliado del mandatario cordobés, anunció la formación de su propia línea interna. Se denominará **Movimiento Federal** y en ella compartirá el liderazgo con el senador **Luis León**.

Los dos dirigentes, el entrerriano y el chaqueño, ofrecieron ayer una conferencia de prensa en Posadas. Los acompañaba el ex intendente de la capital misionera **Fernando Llamosas**, que aspira a la candidatura para la gobernación provincial en 1991.

En la rueda de prensa, **Montiel** dijo que "hay diferencias conceptuales en materia económica y no compartimos la adhesión del gobernador de Córdoba a los principios del presidente Menem".

La nueva corriente, que además de distanciarse de **Angeloz** tiene un fuerte tinte antialfonsinista, será presentada en sociedad el próximo 5 de octubre.

Montiel ya se enfrentó al alfonsinismo en su provincia. **León**, además, como líder del Movimiento de Afirmación Yrigoyenista (MAY) fue precandidato presidencial en oposición a **Angeloz**, cuya postulación —se recordará— fue avalada por Alfonsín.

El senador chaqueño dijo estar fastidiado por la reiteración de las "peleítas intrascendentes entre **Menem** y Alfonsín, mientras en el país hay cuatro desocupados, industrias cerradas una producción debido a la recesión y comercios cerrados". En cuanto a la conducción partidaria, opinó que no es bueno que Alfonsín continúe al frente de la UCR, ya que el ex presidente "sigue profundamente equivocado".

Respecto de las propuestas del anunciado **Movimiento Federal**, dijo Montiel que "hay que recuperar la ética partidaria, la conducta en el manejo de los asuntos públicos y la horizontalidad, porque de lo contrario no resurgiremos para 1991".

♦ Corriente de Opinión

El anuncio de Montiel y León puede interpretarse como una nueva consecuencia del documento difundido días atrás por Angeloz, ante el cual todos los sectores representativos de la UCR fueron fijando posición.

En este sentido, la intención de diferenciarse tanto del gobernador de Córdoba cuanto de **Raúl Alfonsín** ya fue expuesta por **Federico Storani**, líder de la **Corriente de Opinión**, quien aseguró que en la convención de setiembre se verá que las propuestas de Alfonsín y Angeloz no son incompatibles.

♦ Pintados para la guerra

De todos modos, frente al virtual lanzamiento de **Angeloz** no se hizo esperar la reacción de la ortodoxia alfonsinista. Ayer, en términos muy duros se pronunció el santafesino **Luis "Changui" Cáceres**, transformado últimamente en uno de los más fieles acompañantes del ex presidente.

Dijo **Cáceres** que en el radicalismo "no hay ningún movimiento masivo" hacia **Angeloz** en la interna partidaria, sino solo un grupo de dirigentes "que interpretan la política como el arte del arribismo".

Añadió, en franca declaración de guerra, que **Angeloz** representa "la exacerbación del individualismo" dentro de la UCR, como el presidente **Menem** lo hace en el justicialismo a favor —admitió— de una "fabulosa campaña de acción psicológica y de los errores tangibles de los dirigentes políticos y sindicales". Echó más leña al fuego cuando dijo que **Angeloz** "representa al neoliberalismo, a la nueva derecha", y dijo que **Menem** se acerca al gobernador de Córdoba "porque quiere introducir el menemismo en la Unión Cívica Radical".

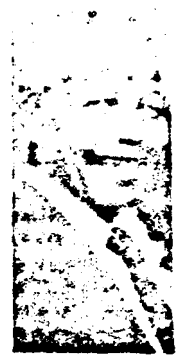
Como si hiciera falta aclararlo, ayer salió **César Jaroslavsky** a anunciar que el alfonsinismo "va a dar batalla" para imponer su propuesta en la próxima Convención Nacional.

De paso por Córdoba, el titular del bloque de diputados admitió que en la UCR coexisten hoy los liderazgos de Alfonsín y Angeloz, pero señaló que "las diferencias no son tan grandes como para darle el gusto a los que pretenden dividir el partido".

Pero para que nadie pudiera sospechar de algún ablandamiento en su postura, agregó que el documento de **Angeloz** "a mí no me dice nada", porque en ese texto el gobernador "no explica cuál es realmente su posición". Dijo que si hay críticas a la conducción partidaria "espero que las hagan en la convención", ya que aseguró que hasta el momento esos cuestionamientos no se reflejaron en las instancias orgánicas del radicalismo.

PARTES POCO LEGIBLE

EN SINTESIS



Nelson Mandela

Visita de lujo

El Gobierno va a cursar una invitación formal a **Nelson Mandela**, el líder negro sudafricano que pasó casi 30 años en prisión, para que visite el país en fecha a determinar. Un alto funcionario de la Cancillería reveló que el próximo 8 de setiembre, durante una recepción que se realizará en la Embajada argentina en Washington, el convite será oficializado ante el representante del Consejo Nacional Africano (CNA) en la capital norteamericana.

Pero somos muchas

Las mujeres radicales de la Capital Federal se cansaron de tanta cháchara y decidieron pasar a los hechos: el martes a las 18 van a realizar una marcha en demanda de mayor participación en las conducciones partidarias y listas de candidatos. Al frente de la columna se pondrán las diputadas *Gabriela González Gass* y *Florentina Gómez Miranda*. La caminata empezará en el Comité Capital (Tucumán al 1600) y terminará en el Comité Nacional (Alsina al 1700). Lo que piden no es descabellado: que de cada tres dirigentes o candidatos, uno sea señora o señorita.

Agenda con afectos

La final mundialista de básquet, a jugarse esta tarde entre soviéticos y yugoslavos en el Luna Park, tendrá un atractivo adicional: el presidente **Carlos Menem**, un consumado conocedor de ese deporte, ya a estar allí reviviendo su vieja pasión por el aro. Mañana, **Menem** viajará a La Rioja para otro regreso al pasado: el martes inaugurará el nuevo edificio del colegio nacional Joaquín V. González, fundado en 1871 y cuyas aulas supo trajinar, cuando estudiaba.

Nuevo domicilio

El **Partido Republicano Federalista** anunció que se sumaron a sus filas alrededor de cien dirigentes y afiliados provenientes del **Partido Demócrata de la Capital Federal**. El PRF, que preside **Osvaldo Criaci**, forma parte de la **Confederación Federalista Independiente** que en el '89 apoyó la candidatura de **Angeloz**. En cambio, los demócratas integraron la Alianza de Centro que candidateó a **Alsogaray**, hoy asesor del presidente **Menem**.

Cosas que pasan

En los pasillos del Senado se comentaba con extrañeza la actitud del neuquino **Elías Sapag**, quien proviniendo de una provincia petrolera impidió, con su voto, que se le diese tratamiento de preferencia a un proyecto para **federalizar la propiedad de los hidrocarburos**. La iniciativa, alentada por el correntino **José Antonio Romero Feris** y apoyada por el titular de la Comisión de Minería, el sanjuanino **Leopoldo Bravo**, fue votada por los senadores radicales y los de los partidos provinciales, con excepción de Sapag, quien levantó la mano junto a los justicialistas, que así se impusieron por un voto.

TENSION EN EL CONGRESO

Textos de Armando Vidal y María Luisa Mac Kay

Menem los acusa de no tratar los proyectos que les envía. Y los legisladores dicen que Menem prefiere gobernar por decreto. Los reproches van y vienen estos días entre los dos edificios que contienen a la Avenida de Mayo. En el Gobierno se exhiben datos concretos: el Congreso sólo aprobó el 18% de los proyectos girados durante las sesiones extraordinarias y el Senado tiene 30 iniciativas del Poder Ejecutivo sin considerar, 8 de ellas de la época de Alfonsín. Los legisladores también exponen lo suyo, como las constantes desprolijidades oficiales en el envío de proyectos.

PELIGROSA

"¡Qué bárbaro!", exclamó el Presidente tras una jugada del lungo "Piculín" Ortiz y un triple argentino que no alcanzó para llegar a las semifinales. Después, no fue el triunfo de Puerto Rico ni los pasos de baile de Reba Bidart, o los tangos de Hugo Marcel ni la simpatía del "soldado" Chamamé, lo que impidió a los senadores peronistas y provinciales hablar con Menem de la difícil relación entre el Poder Ejecutivo y el Congreso.

El martes pasado, a la noche, no había sido elegido para tratar cuestiones de Estado entre el Presidente y la representación de legisladores que mayores garantías le brinda para los asuntos del Gobierno ingresados por esa Cámara.

Esa noche, en Olivos, no hubo —más allá de lo social— un hecho concreto favorable para eliminar las susceptibilidades entre dos poderes de la República, que se miran de reojo.

¿Por qué? ¿Cuáles son las razones? ¿Son acaso las leyes que el Ejecutivo dice que le faltan? ¿O son los decretos presidenciales que los legisladores dicen que sobran? La madeja hay que desatarla por partes y escuchar las dos campanas.

♦ El cuadro político

En el Congreso no hay, en términos estrictos, una oposición y un oficialismo. Esto es evidente en la Cámara de Diputados, donde los peronistas no son los radicales de 1983. El menemismo, los neomenemistas y los no menemistas son partes de una bancada de 118 diputados justicialistas que no están verticalizados, aunque pueden responder —incluso rápidamente como pasó con la ampliación de los miembros de la Corte Suprema—, si el Poder Ejecutivo cumple prolijamente su tarea.

José Luis Manzano, nexo y operador del Presidente, sabe mejor que nadie que la teoría de la infalibilidad del Papa no existe en el Congreso, y mucho menos en Diputados.

La división, por otro lado, no es rasgo exclusivo de los peronistas. El bloque radical, que pilotea como puede César Jaroslavsky no sale del sopor de la derrota del proyecto alfonsinista y la gran mayoría de sus miembros no ve en Angeloz ninguna referencia para sus pasos. Esta crisis de identidad de los dos grupos mayoritarios se agrava frente a las reiteradas críticas al Parlamento y a los políticos que lo pueblan.

El golpe democrático y popular del 5 de agosto dejó tan aturdidos a los diputados que, todavía, no se han animado a discutir lo que pasó. El Congreso, no tiene fuerzas para ser la caja de resonancia de los conflictos de la sociedad.

♦ Leyes y decretos

Es persistente el reclamo de leyes por parte del PEN, cuya falta atribuye a la demora operativa del Congreso. Por el lado del Palacio Legislativo, en cambio, son concurrentes las críticas al Gobierno por el uso reiterado de la vía del decreto.

La cuestión se inscribe en una puja habitual entre ambos poderes con el añadido, ahora, de los efectos políticos de la crisis económica. Este Congreso se distingue por la cesión de facultades al PEN, como las que están selladas en las leyes de emergencia y reestructuración del Estado, votadas en virtud del compromiso de peronistas y radicales que existió entre la asunción de Menem, el 8 de julio, y el 10 de diciembre de 1989 cuando se modificó la relación de fuerzas en las bancas de Diputados. Los radicales facilitaron la sanción de esas leyes para posibilitar la transición que aparejó la entrega anticipada del gobierno.

Si no son más enfáticos en sus reclamos se debe a que el radicalismo también apeló al decreto —ad referéndum de la ley— para obrar de inmediato, como pasó con la aplicación del Plan Austral y el cambio de la moneda.

♦ Pesadez legislativa

El Congreso tiene retenidas varias iniciativas del PEN que pudieron ser tratadas. No todas tienen la misma trascendencia, pero autoriza al Gobierno a decir que solo le aprobaron el 18 por ciento de los proyectos remitidos durante las sesiones extraordinarias, que fueron del 18 de octubre del año pasado al 23 de abril último. Entre las 19 leyes votadas durante esos 137 días hábiles estuvieron: gravámenes sobre activos financieros, sistema de depósito en moneda extranjera, impuesto a los activos, Presupuesto '89, modificación del IVA, creación del Instituto Nacional de Previsión Social, régimen penal tributario, modificación del número en la Corte y provincialización de Tierra del Fuego, que volvió y todavía está en el Congreso al ser vetado un artículo que había enviado el PEN en su proyecto original.

Entre las que están pendientes de esta tanda figura la modificación a la Ley de Ministerios, la ratificación de los decretos del canje de depósitos por Bonex y reglamentación del derecho de huelga en los servicios públicos, todas aprobados por el Senado.

Están en la misma condición un proyecto sobre conmutación de penas y el que crea una comisión bicameral investigadora de corrupción en la administración.

En cuanto a la iniciativa del PEN para la derogación de las jubilaciones de privilegio, los diputados están tratando en una comisión especial las reformas al sistema para hacer extensiva también a otros sectores la pérdida de estos beneficios de los legisladores.

En el Senado entretanto, hay treinta proyectos del PEN todavía sin consideración. E incluso hay ocho más que provienen del gobierno de Alfonsín. El más antiguo es un convenio con Chile sobre políticas fronterizas, que ingresó a la Cámara en mayo de 1986.

En Diputados hay veintisiete proyectos que todavía no fueron aprobados, de los cuales por lo menos seis forman parte de la "bolsa" de temas impositivos que la Cámara se apresta a tratar esta semana en el recinto.

El más urgido —y que tiene sanción del Senado— es la reglamentación del derecho de huelga en los servicios

Desde Gobierno

Raúl Granillo Ocampo.

Alberto Kohan.

Raúl Granillo Ocampo, secretario legal y técnico de la Presidencia:

"Nosotros queremos crear un dinamismo que tal vez haya estado ausente no solo de las actividades del Congreso, sino también de las del Ejecutivo y del Poder Judicial. En cuanto al Congreso creo que nos sentimos satisfechos con algunas leyes importantes como la de Emergencia Económica o de Reforma del Estado; hay otras —en cambio— que me hubiera gustado que salieran antes.

"Esto hace que por ahí insistamos, empujemos, presionemos para que un tema se trate más rápidamente.

"En síntesis, creo que veníamos funcionando bien. Ahora hay algunos síntomas que podrían hacer pensar que existen algunos problemas si no restablecemos pronto un diálogo que haga que funcionemos bien. Nosotros hemos enviado 104 o 105 proyectos de los que se han aprobado nada más que 20. Y, bueno, a algunos de ellos los creemos fundamentales para la acción de gobierno. Creemos que el tiempo que pasa no se recupera más y eso hace que presionemos, presionemos y presionemos."

Alberto Kohan, secretario general de la Presidencia:

"De acuerdo al momento que estamos viviendo por la situación del país necesitamos que entre la orientación de la política y la conformación de las reglas se avance más o menos con la misma velocidad. Entendemos las dificultades y la complejidad del tratamiento de las leyes, pero hay que comprender también que si el PEN envía proyectos es porque los necesita. Esto no se debe tomar como una muestra de autoritarismo, sino de necesidad."

01 - 12

0001985

públicos que también entra en sus instancias finales (volverá al Senado).

♦ **Las desprolijidades**

Un capítulo en sí mismo son las desprolijidades en los procedimientos. Por ejemplo: la remisión **al Senado** para su ratificación por ley del decreto "ómnibus" **435**, con medidas de diferente sentido en apoyo **del plan económico, entre ellas la creación de impuestos. Esta última es una facultad exclusiva de la Cámara de Diputados (Art. 44 de la Constitución)** pero, pese a eso, **el proyecto fue remitido al Senado**, donde permanece. **Otros ejemplos son:**

● **Reforma a la Carta Orgánica del Banco Central** remitida **tardíamente** a Diputados, luego **que esta Cámara** encarase su propia iniciativa (proyectos **del justicialista Domínguez**, del ucedeísta **Ibarbia, Asociación Bancaria).**

● **Autarquía del Poder Judicial**, proyecto remitido a Diputados debido a que crea impuestos **y que el PEN quiere retirar** por las mismos motivos **que el anterior y para que ambos**, además, ingresen por el **Senado**

● **Modificación** por decreto 1477/90 **de la Ley de Contrato de Trabajo** 20.744 para introducir **el "check-lunch" como** parte de la canasta familiar **alimentaria. El proyecto fue remitido** al Senado.

● **Remisión del** proyecto de **Pena de muerte durante escasos once días** en el Senado debido **a la frontal oposición de la mayoría del** cuerpo.

● *Récord histórico en el retraso* del **PEN para enviar** al **Congreso** el proyecto de **presupuesto del año en curso que debió** ingresar antes del 15 de **setiembre del año anterior y que se tratará** cuando **debería discutirse el de 1991.**

Conclusión: la falta de consenso para **acuerdos políticos mínimos**, cierta agresividad y las **crisis partidarias presionan desde** afuera sobre el **Congreso que hasta parece disminuido** en su capacidad de convocatoria. **Esto se comprueba en el** tratamiento de la **llamada ley de empleo que ingresó** a principios de febrero **al Senado y que tuvo que ser** virtualmente retirada **por el PEN para impulsar su** discusión fuera del Parlamento. **El resultado podrá demostrar** que el mejor **camino es preparar primero todo aquello que evite tener que reclamar a los gritos después.**

Alberto Pierri.

José Luis Manzano.

Alberto Rodríguez Saá.

José Genoud.

Desde el Parlamento

¿Cómo marchan las relaciones entre el Gobierno y el Congreso? Este es el testimonio de cuatro protagonistas principales de la tarea parlamentaria.

● **Alberto Rodríguez Saá**, presidente de la bancada justicialista en el Senado: "En este marco de excepcionalidad, las relaciones son **aceptablemente buenas**. El Poder Ejecutivo necesita **poderes especiales** frente a la crisis y los legisladores, en cambio, **necesitamos tiempo** para consensuar las leyes. Además, el Senado **no está en mora**".

● **José Genoud**, senador radical: "El Poder Ejecutivo **no le da su lugar al Congreso. No concurren** los funcionarios al recinto, **más allá** de las visitas a los bloques. Por otro lado, el presidente **Menem hostiliza** con declaraciones **que agravian como** las pronunciadas en la Sociedad Rural. Además, las **ineficiencias se las achaca al Parlamento. En el** caso de reducción **de penas, que el** PEN tiene facultad **para resolverlas** por decreto, **quiere que sea por** ley para que el **Congreso asuma el** costo político".

● **Alberto Pierri, presidente de** la Cámara de Diputados: **"Estamos** tratando de destrabar **la labor porque** un palo en la **rueda obstaculizó la tarea"**. No quiso dar detalles pero, al parecer, estaba hablando de la ley de reglamentación del derecho de huelga.

● **José Luis Manzano**, presidente del bloque justicialista en Diputados: "No se adecuan los tiempos que quiere el PEN porque en nuestra Cámara el oficialismo **está en minoría** y hay un sector, «los 8» que **no acompaña. El Parlamento le dio** las herramientas que el PEN necesitaba, entre ellas la Ley Penal Tributaria, para que los grandes evasores vayan presos. **No hay ninguno preso.** Los datos los tiene la DGI. ¿Por qué no los usa?".

Reconstruir los puentes

"Si no aprueban la ley, lo reglamento por decreto", advirtió el Presidente, el **25 de julio**, a los remisos **legisladores que no** tratan **su proyecto de** reglamentación **del derecho de huelga. La amenaza** fue una **más entre las** perdigonadas **que desde** la Rosada **salieron directas** para el **Parlamento. "Esto es un agravio al Congreso"**, le **contestó inmediatamente el presidente** del bloque **opositor, César Jaroslavsky.** Curiosamente, el **diputado radical** tiene un **fluido diálogo** con el Presidente. **"Carlos y «Chacho» son amigos** —aclaró un cercano secretario presidencial—, **pero ya le dije que no sigan presionando porque el Congreso está muy desprestigiado y cuando la gente tome conciencia de la cantidad de personas que son y que han aprobado solo unas veinte leyes no van a tener con qué defenderse."**

Esta es, en síntesis, la **imagen que los** habitantes **de la Casa de Gobierno tienen del edificio que** cierra el otro extremo de la Avenida de Mayo. Desde los **principales despachos reclaman a coro** mayor velocidad **en el** tratamiento de **las leyes. "Lo fundamental es hacer y realizar, y si no se hace por ley lo hacemos por decreto"**, desafió sin empacho el ministro Dromi en el propio recinto de la Cámara de Senadores, para exigir más rapidez en los proyectos vinculados con las privatizaciones, quince días después de las declaraciones del Presidente.

Cuando los diputados decidieron continuar por las suyas el juicio político al ex juez **Remigio González Moreno**, aunque el Presidente le hubiera aceptado la renuncia, el gesto fue visto **como un semáforo en rojo en el Ejecutivo.**

"A Carlos no le van a apretar con nada, seguirá firme con sus iniciativas", masculiaban entonces algunos **funcionarios de la** Rosada **en tono poco conciliador, si no había micrófonos** cerca.

Sin embargo, **en estéreo** con la "chicana", el Ejecutivo comenzó **a desplegar** una "estrategia de persuasión" sobre el Congreso cuando se percató de que propios y **opositores** comenzaban **a responder como un solo cuerpo herido** en su orgullo.

♦ **Contactos ¿con tacto?**

El ministro **Eduardo Bauzá**, temporalmente interino de Interior, se puso en campaña —algunos dicen que por las suyas— y comenzó **a invitar senadores** para que cenaran con el Presidente. **El tiro salió** por la **culata y solo sirvió** para **agudizar rispideces** con la oposición: **los radicales dijeron no, solidarios con Alfonsín y ante las críticas que le había hecho Menem y no fueron el martes a Olivos.** "El Presidente nos pidió a sus hombres más cercanos que volvamos a hacer política", explicaba como para justificar que no invadía la jurisdicción **de Julio Mera Figueroa**, aunque sea ministro de Salud y Acción Social. Junto con él, avanzan decididos otros, aunque menos públicamente, entre ellos, dos figuras claves del entorno presidencial, el secretario general de la Presidencia, **Alberto Kohan**, y el legal y técnico, **Raúl Granillo Ocampo.**

Ambos se han reunido repetidas veces en los últimos días con legisladores de ambas **cámaras en lo** que suelen llamar **"contactos informales".**

En esas reuniones abundan los reproches, las "sugerencias de apurar el paso" y las promesas de mejorar la "comunicación entre el Ejecutivo y el Congreso". Kohan se concentró en las comisiones de Economía y en las vinculadas con las privatizaciones, como la Bicameral de Seguimiento. **"Creo que hay que entender que si el Ejecutivo envía proyectos es porque los necesita para ejecutar una política"**, razona con lógica del PEN. Granillo Ocampo, por su parte, se reunirá el martes con los diputados **Jorge Yoma, Jorge Domínguez, Raúl Alvarez Echagüe y Arturo Puricelli**, integrantes de las comisiones de Asuntos Constitucionales y de la de Legislación Laboral. "Como compañeros, como integrantes de un mismo partido —explicó—, nos sentaremos a una mesa para ver qué es lo que nos gusta y qué no. Vamos a empezar con el derecho de huelga y seguiremos con todos los temas que sea necesario."

"Ellos insisten, por alguna razón que desconocemos, en que existe una campaña que quiere crear un enfrentamiento entre los dos poderes", asegura Granillo Ocampo, trasladando el conflicto a un tercero que no es el Poder Ejecutivo.

Mientras tanto, **Eduardo Varela Cid** estaría convocando a un grupo de diputados **"no manzanistas"** para que se reúnan con el Presidente. **"Dijo que serían unos 70"**, arriesgó exagerando un funcionario cercano a Menem y poco amigo de Manzano, para asegurar que se están buscando canales alternativos para negociar

"Se quejan de que Manzano habla solo con los suyos y no les dice nada a los demás. Y es cierto, no se puede pretender tratarlos como chicos de goma", acusó otro influyente del PEN que se sumó a la táctica de acercamiento y que reconoce que el mayor dolor de cabeza son los diputados "oficialistas".

Cierto es que además de las urgencias por ciertas leyes, el Ejecutivo mira más allá. Su horizonte es la posibilidad de una reforma constitucional que permita la reelección. Y para eso necesitará conseguir el apoyo de los dos tercios de los legisladores para convocar a una asamblea constituyente. Y el "equilibrio de poderes" como gustan llamarlo los constitucionalistas, se balancea peligrosamente.

02 | 02

9071985

9004986

León y Montiel lideran una nueva corriente en la UCR

LA NACION 150025

19-8-90

Argentina 10033

F. Político 11164

Partidos Políticos 11304

ENTRADO

CRUZADO

León y Montiel lideran una nueva corriente en la UCR

El senador nacional Luis León y el ex gobernador de Entre Ríos Sergio Montiel anunciaron ayer la conformación de una nueva corriente interna en la UCR, que se denominará Movimiento Federal.

Los dirigentes admitieron que tienen muy buena relación con el gobernador de Córdoba, Eduardo Angeloz, con quien comparten las críticas hacia Raúl Alfonsín. Aclararon, en cambio, que "hay diferencias conceptuales" con el mandatario cordobés, particularmente en materia económica, "porque no compartimos la adhesión a los principios de Carlos Menem, que no es más que un mero ejecutor de los designios del Banco Mundial".

Mientras tanto, el titular del bloque de diputados, César Jaroslavsky, y el ex diputado Luis Cáceres coincidieron en relativizar el crecimiento de los adherentes a Angeloz.

Jaroslavsky afirmó en Córdoba que el alfonsinismo "dará batalla" para imponer sus ideas en la convención nacional partidaria, que se realizará el 4 de octubre.

El legislador sostuvo que el reciente documento del gobernador cordobés "no responde a las expectativas creadas, dado que no explica realmente cuál es su posición".

Con un tono más contemporizador, el ex intendente de la ciudad de Buenos Aires Facundo Suárez Lastra exhortó a sus correligionarios a modernizar el partido, "profundizando el debate con un cambio cualitativo en nuestras tradiciones y cultura", y estimó que "con nuevas actitudes en la militancia, comprometidas con la gente y sus necesidades", el radicalismo podrá ser la alternativa que la sociedad demanda.

En la clausura del seminario "La utopía es posible", Suárez Lastra dijo que "el Presidente ponga a su hermano al frente de su partido, si quiere, pero que no nos diga a nosotros quién debe conducirnos, porque hace 100 años que lo resolvemos solos, en forma democrática".

Movimiento Federal

POSADAS.– El senador nacional por el Chaco Luis León y el ex gobernador de Entre Ríos Sergio Montiel anunciaron que el 5 de octubre próximo se lanzará oficialmente el Movimiento Federal, cuyo principal objetivo será "recuperar la ética partidaria".

Los dirigentes participaron en esta ciudad de las reuniones realizadas por la línea encabezada por el ex intendente municipal de Posadas Fernando [illegible] adversa al sector que lidera el ex gobernador de Misiones Ricardo Barrios Arrechea.

Tras aclarar que la vertiente en formación "no tiene vinculación, todavía", con el sector que encabeza Angeloz, Montiel afirmó que el radicalismo "debe recuperar su ética partidaria, la conducta en el manejo de la cosa pública y la horizontalidad para volver a ser una fuerza creíble. De lo contrario, no resurgiremos para 1991".

Por su parte, el senador León manifestó que el radicalismo debe reponer sus viejas banderas sociales e instrumentar políticas distintas.

"Además me siento fastidiado de peleítas intrascendentes entre Menem y Alfonsín en un pueblo con tantos desocupados, carenciados, escuelas cerradas y las industrias agotadas por la recesión", expresó.

Críticas al alfonsinismo

SAN LUIS.– El ex titular del radicalismo puntano y líder del Movimiento de Afirmación Yrigoyenista (MAY) en esta provincia, Carlos Edgardo Zabala, afirmó que quienes iniciaron "la corrupción acelerada fueron los gobiernos militares, pero donde la corrupción se explayó en plenitud fue durante el gobierno de Raúl Alfonsín".

El dirigente anticipó su intención de disputar nuevamente la presidencia de la UCR local en las próximas internas, " porque quiero limpiar mi casa –dijo–, es decir mi partido, para que se vayan todos los alfonsinistas, que no quede ninguno, porque corrompieron el radicalismo".

9004986

Nº DOC. 9004987
TEMA MERCADO SOVIETICO PARA LAS AGROINDUSTRIAS
DIARIO CLARIN 15002
FECHA 19/8/90
VINCULACION ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
RELACIONES INTERNACIONALES 11399
FACTOR ECONOMICO 11161
COMERCIO EXTERIOR 11409
URSS 10175

ENTRADO
CRUZADO

LA URSS PUEDE VOLVER A SER UN BUEN CLIENTE

Mercado para las agroindustrias

Una nueva generación de "empresarios" soviéticos intenta hacer negocio con la Argentina. Directores de empresas de primera línea comienzan a pensar en términos de "mercado" y "deseos del consumidor". El retraso en la producción de bienes de consumo permite abrigar esperanzas de que la Argentina pueda colocar ese tipo de productos o, inclusive, ofrecer plantas a instalarse en territorio soviético. Así se podría revertir una relación comercial que fue importante en el pasado, pero que ha ido languideciendo ante la falta de identificación de oportunidades comerciales mutuas.

Para la Unión Soviética ha llegado la hora de hacer negocios. Días pasados, 28 "empresarios" soviéticos, directores de empresas de primera línea, se reunieron en Buenos Aires con empresarios argentinos en el Primer Encuentro de Empresarios argentino-soviéticos, en un programa conjunto del Instituto de América Latina de la URSS (IAL) y la Fundación Mediterránea.

Víctor Volsky, jefe de la delegación soviética, director del IAL y, por supuesto, especialista en América latina, explica que se está produciendo un cambio en las relaciones entre la URSS y los países latinoamericanos **y que las posibilidades del intercambio y de los negocios conjuntos son ilimitadas.**

El intercambio entre la Argentina y la URSS tuvo un notable crecimiento en los pasados años debido básicamente al aumento de las ventas de granos y otros productos primarios locales a la URSS. El pico máximo de ventas se registró en 1981 con 2.959 millones de dólares, decreciendo luego hasta los 800 millones de dólares de 1989. Durante ese lapso las compras se mantuvieron muy bajas y hace años **que los soviéticos procuran una nivelación del intercambio y ahora también la realización de empresas conjuntas o "joint ventures".**

Según Víctor Volsky, la URSS tiene muchas cosas para ofrecer. Debido a que desde su origen llevó adelante un modelo de **desarrollo** autónomo, **tiene una gama de producción inimaginable.** La URSS es el **principal** productor de petróleo y de **maquinarias** para su extracción, pero **también de todo tipo de máquinas**, incluidos **telares sin lanzadera**, de avanzada, **equipos láser y computadoras de última generación.**

Considera que la Argentina tiene también muchas posibilidades que el país ni siquiera conoce. La URSS compra granos y **aceites, pero también** tecnología para **producción de hormonas** e insulina y una **línea de producción de galletitas** para Tbilisi, la capital de Georgia. El producto tuvo tanta aceptación que los georgianos quieren más fábricas para abastecer a otras ciudades del gigantesco territorio soviético.

Las empresas argentinas podrían participar en la fabricación de otros alimentos y la mirada de Volsky se ilumina cuando habla del dulce de leche y de los alfajores.

¿Es conveniente el mercado soviético? ¿No existen todavía demasiadas trabas para las empresas? Según el director del IAL, **el mercado soviético está en "explosión"** y ofrece enormes oportunidades a inversores y exportadores. Hasta no hace mucho, la URSS consideraba que la planificación podría resolver todos los problemas, pero ahora trata de introducir un mecanismo de regulación automática, que es el mercado, el cual puede ser socialista. Los resultados de la actividad no tienen por qué ser apropiados personalmente, pueden distribuirse entre las empresas y los colectivos de trabajadores. En el sistema de planificación central la empresa tenía puntillosamente determinado qué debía hacer y vender, y los incentivos para el trabajo eran reducidos: un trabajador cobraba más o menos lo mismo si trabajaba normalmente o dedicaba su tiempo a fumar. **A partir de las reformas, las empresas tienen más libertad de acción para intervenir directamente en el mercado interno o externo para elegir sus tecnologías o sus asociados.** La concurrencia de empresarios soviéticos a la Argentina es parte de estos cambios.

Por otra parte, **la URSS necesita bienes de consumo**, porque en los años pasados dedicó el máximo de sus esfuerzos a la industria armamentista y a la carrera espacial: aprendieron a poner naves en el cosmos, pero necesitan comprar afuera tecnología para fabricar galletitas.

Las informaciones provenientes de la URSS señalan que la economía no anda bien y **que los proyectos de incrementar la oferta de bienes de consumo no se han realizado**, pero Volsky considera que la **mayor libertad** de iniciativa empresarial y **el aumento** de la productividad laboral debido a los incentivos y la reducción de los gastos en armas convertirán al mercado soviético en el de mayor crecimiento en el mundo en los años por venir.

¿Cuáles son las posibilidades para América latina en ese mercado? Los países industrializados están realizando los mayores avances. El IAL se propone que América latina no llegue demasiado tarde. **El país con más comercio es la Argentina, pero el que realizó mayores acuerdos conjuntos con programas en investigación espacial, computadoras y "joint-ventures" en varias industrias, es Brasil.**

Hasta hace poco América latina era para la URSS **una pieza de su mapa estratégico. Ahora es un mercado** y un lugar donde buscar socios. Los tiempos cambian. **También en la URSS, ahora es tiempo de negocios.**

Julio Sevores

Copyright Clarín, 1990

Víctor Volsky. La nueva generación de "empresarios" soviéticos.

BALANZA COMERCIAL ARGENTINO-SOVIETICA
(En millones de dólares)

Año	Exportaciones	Importaciones	Saldo
1978	385,5	11,1	374,4
1979	485,1	30,7	454,4
1980	1.614,1	14,7	1.599,4
1981	2.959,7	32,4	2.927,3
1982	1.585,1	28,3	1.556,7
1983	1.654,7	31,5	1.623,2
1984	1.187,8	33,7	1.154,1
1985	1.212,7	41,9	1.170,8
1986	208,8	59,2	149,6
1987	644,7	96,4	548,3
1988	858,6	18,0	840,6
1989 *	798,8	23,2	775,6

(*) Enero-noviembre
Fuente: INDEC

9004987

bloqueo naval pide la ONU

El canciller **Domingo Cavallo** fue muy preciso: dijo que la Argentina mandará tropas profesionales al golfo Pérsico **solamente si lo piden las Naciones Unidas**, en el caso que se disponga la formación de una fuerza multilateral de intervención en el conflicto que tiene por escenario esa región.

En este marco, quedó virtualmente planteada una controversia entre las **voces oficiales** y algunas **altas fuentes navales** citadas por la agencia noticiosa DyN: unos **desmintieron** y otros **confirmaron** el alistamiento de **tres corbetas misilísticas** para ser enviadas hacia la zona del golfo Pérsico en caso que así lo disponga el presidente **Carlos Menem**.

El jefe de la Cancillería confirmó que el depuesto emir de Kuwait, **Jaber Ahmed Sabbah**, había pedido a nuestro país el envío de unidades navales para colaborar en el bloqueo a Irak, invocando el artículo 51 de la Carta Orgánica de la ONU. Pero **Cavallo** puntualizó que el Gobierno entiende que **"debe haber un pronunciamiento del Consejo de Seguridad"** para que la decisión sea tomada.

Esta postura del Gobierno (**enviar tropas, pero bajo determinadas condiciones**) ya había sido expresada, hace seis días, por el presidente **Carlos Menem**.

Para el caso que finalmente las tropas profesionales argentinas sean enviadas al golfo Pérsico —donde el peso militar del bloqueo a Irak recae sobre los Estados Unidos y Gran Bretaña— **Cavallo** dijo que se tomarán en cuenta las **posibilidades** reales del país y la **preparación** para el tipo de acciones que podría llegar a desarrollar el contingente.

♦ Dos versiones

Cavallo, en declaraciones efectuadas a Radio Mitre desde Santiago de Chile, desmintió además las versiones que consignaban el aprestamiento de **tres corbetas misilísticas**.

Dijo el canciller que **"no hay ningún plan"** para que la Argentina envíe al golfo Pérsico **"tropas, barcos o lo que fuere"**.

Esas versiones, emanadas de una **"calificada autoridad naval"**, fue difundida el viernes por la agencia noticiosa DyN, puntualizando que las naves en cuestión serían las corbetas Drummond, Granville y Guerrico, especialmente preparadas para la guerra química.

A la desmentida del canciller se sumaron voceros del Ministerio de Defensa y —según la agencia oficial de noticias Télam— "sectores allegados a la actividad naval" como el Comando de Operaciones Navales con asiento en Bahía Blanca y el jefe de redacción del periódico "Gaceta Marinera", que se edita en Puerto Belgrano.

Sin embargo, la agencia DyN volvió a señalar anoche que **"un alto jefe naval"** había reiterado que la Armada estaba en condiciones de dar **"una respuesta inmediata"** a una eventual orden del Presidente para desplazar esas tres naves (de origen francés y con 79 tripulantes cada una) hacia la zona del Golfo.

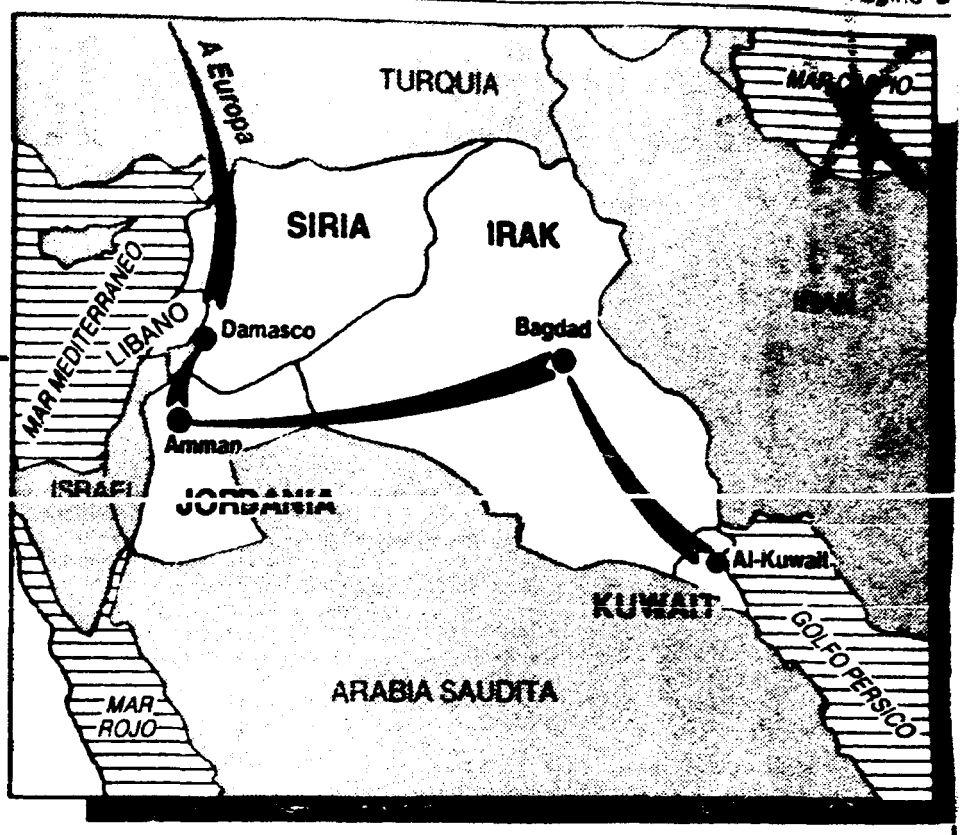
Finalmente, una **alta fuente de la Cancillería** brindó anoche a **Clarín**, en Buenos Aires, una versión algo más reveladora sobre este tema: dijo que si bien la postura del Gobierno es la enunciada desde Chile por **Cavallo**, no es menos cierto que la Armada **vería con agrado** la posibilidad de encontrar **alguna forma de participación** en estas circunstancias.

♦ Temas sensibles

En cuanto a la situación de los argentinos que se encuentran en la zona de conflicto, donde el **crecimiento de la tensión** puede medirse por minutos, dijo **Cavallo** que esos compatriotas **"están bien"** y que el Gobierno **"está haciendo todos los esfuerzos que están a su alcance"** para lograr su evacuación.

Añadió que **no podía revelar** cuáles eran las medidas adoptadas y se limitó a señalar que esperaba que Irak **"respete las normas internacionales que rigen en esta materia"** (ver aparte).

El canciller, quien ayer concluyó su visita oficial a Chile, se refirió también a otro costado sensible del conflicto y sus repercusiones en nuestro país. Preguntado sobre si el Gobierno había diseñado alguna estrategia para **explotar económicamente** la situación, acelerando la **apertura petrolera**, dijo que se estaba trabajando sobre ese tema pero que ello **"no significa la elaboración de planes diferentes a los que se venían ejecutando"**. Explicó que, en todo caso, se trataba de **"ratificar y hacer más intenso el ritmo"** de las medidas que apuntan a posibilitar la inversión privada en las áreas petroleras de nuestro país.



Posible itinerario para evacuar a los argentinos que aún permanecen en Kuwait.

El mapa de una salida peligrosa

Contra reloj la diplomacia argentina elaboró un plan para intentar traer al país a los 19 argentinos que, desde que Irak invadió Kuwait a principios de este mes, se encuentran refugiados en la embajada española de la capital kuwaití.

Ante la posibilidad de que en cualquier momento estalle el conflicto entre Irak y las fuerzas occidentales lideradas por los Estados Unidos se tratará de llevarlos inmediatamente hasta Bagdad —capital iraquí— por el medio de transporte que se pueda conseguir y desde ahí hasta Amman, la capital de Jordania, uno de los pocos países que no se sumó al bloqueo económico dispuesto por las Naciones Unidas contra el régimen de **Saddam Hussein**.

Desde la capital jordana el grupo podría ser fácilmente trasladado a Siria donde es embajador el hermano del presidente **Carlos Menem: Munir Menem**. Luego serían llevados a alguna ciudad occidental, que esté unida por una ruta aérea a Buenos Aires. La Argentina y Siria tienen excelentes relaciones políticas y afectivas: los ancestros de Menem son sirioliba-neses.

El total de argentinos en la zona es de 51, pero solo estos 19 están concentrados. Un **equipo de emergencia** comandado por el subsecretario de Relaciones Exteriores, **Carlos Ortiz de Rosas**, se dispone a poner en marcha el plan conociendo de antemano los problemas de transporte que habrá hasta Jordania, reveló a **Clarín** una alta fuente oficial.

Menem dio el viernes a la noche expresas instrucciones al respecto a Ortiz de Rosas, quien horas después citó a su despacho al embajador de Irak en Buenos Aires, **Taha Yasin Al Baari**, para solicitarle que su gobierno **facilite** el movimiento de esos 19 argentinos y otros que no están registrados en los consulados de la zona. En el encuentro también se solicitó al funcionario iraquí que respete el derecho de los diplomáticos argentinos a ingresar a Irak, tal como lo establecen los acuerdos internacionales.

El embajador argentino en Jordania y concurrente en Irak, **Cortés Funes**, estaba desde ayer varado en Amman por ese motivo y hacía intensas gestiones para poder viajar a Bagdad, donde se encuentra **su esposa y su hija**, según reportó a la Cancillería ayer a las 4.20 cuando pudo comunicarse por teléfono.

♦ Argentino detenido

La madre del fotógrafo argentino, **Arturo Ferrari**, de 27 años, quien junto con su esposa británica fue capturado por tropas iraquíes tras ser baleado el jeep cuando intentaba escapar a Arabia Saudita a través del desierto de Kuwait, **Delia González**, dijo ayer a **Clarín** que "hasta ahora desconozco el paradero de mi hijo".

La señora González, que vive en Berisso, visiblemente nerviosa afirmó que "no pude comunicarme con la Cancillería" para obtener más datos sobre su hijo e incluso verificar si es cierto que se encuentra herido.

El tío del joven, que desde hace cuatro años vivía en el sector conocido como Rumaifia, de Kuwait, **Gustavo Ferrari**, aseguró al corresponsal de este diario en Córdoba que "han sido infructuosas las gestiones ante la Cancillería y la Presidencia de la Nación para conseguir un **salvoconducto** para mi sobrino".

Ferrari es uno de los argentinos que no estaban debidamente registrados y que no integra el grupo de 19 refugiados en la Embajada española.

El canciller **Domingo Cavallo** reiteró ayer desde Chile antes de viajar a Venezuela que se realizan gestiones para tratar de que la OEA solicite a Irak que libere a unos 500 latinoamericanos, entre ellos por lo menos 20 argentinos, que Bagdad mantiene como rehenes por el bloqueo económico internacional, al que adhiere la Argentina.

Cavallo había afirmado el 11 del corriente que Irak ya había autorizado la salida de los argentinos, pero el agravamiento del conflicto frustró ese primer permiso.

5004388

ENTRADO X
CRUZADO X

La reforma del sistema electoral ya se encuentra sobre el tapete

Los partidos políticos y los legisladores nacionales se aprestan a iniciar en los próximos días un debate que podría deparar importantes modificaciones en el sistema electoral con vistas a los comicios del año próximo.

La existencia de 27 proyectos de ley en el seno de la Comisión de Asuntos Constitucionales de la Cámara de Diputados para introducir cambios en el presente régimen electoral constituyen el principal indicador de la gran actualidad que ha comenzado a cobrar esta cuestión.

A la preocupación manifestada por un buen número de diputados deben añadirse insistentes versiones según las cuales el presidente Carlos Menem habría aconsejado la consideración de la designación de candidatos a cargos electivos a través del sistema de elecciones primarias o internas abiertas, que se emplea en los Estados Unidos.

El interés de los dirigentes políticos en debatir una posible reforma del sistema electoral parece haberse acentuado tras el reciente plebiscito de la provincia de Buenos Aires, cuyo resultado fue interpretado en algunos sectores como una respuesta a la irrepresentatividad de quienes conducían los dos partidos mayoritarios.

Las internas abiertas

Dos diputados radicales, el santafecino Angel D'Ambrosio -vinculado al ex intendente rosarino Horacio Usandizaga- y el cordobés Alfredo Orgaz -allegado al gobernador Eduardo Angeloz- son los autores de un proyecto de ley de elecciones internas abiertas y simultáneas.

La iniciativa se aplicaría a la designación de los candidatos de cada partido a diputado nacional, elector de senador nacional por la Capital Federal, elector de presidente y vicepresidente de la Nación y convencional constituyente.

Propone que las elecciones internas de todos los partidos políticos reconocidos se lleven a cabo simultáneamente, en un mismo acto electoral, mediante el voto secreto y obligatorio. Cada ciudadano deberá emitir un solo voto en favor de los precandidatos que decida apoyar en alguna de las internas partidarias.

Producido el escrutinio, la lista de candidatos de cada partido se integraría con el mismo método que se aplique para la elección general, y que en la actualidad es el de representación proporcional.

Entre los beneficios que traerían las internas abiertas, sus impulsores no dejan de mencionar la superación de las "corruptelas" de las internas partidarias, dadas por la acción de los denominados "punteros", supuestos dueños de paquetes de fichas de afiliación; los padrones que se elaboran favoreciendo a quienes manejan la estructura partidaria y dobles o triples afiliaciones a distintos partidos, como resultado de una política de "servicio" en la que la "gauchada" del dirigente se retribuye con la afiliación.

La principal crítica que se formula a este sistema es el excesivo costo económico que generaría a los partidos políticos, ya que afrontar una campaña proselitista con vistas a una interna abierta requeriría el empleo de más medios que los necesarios para llegar a los afiliados.

La ley de lemas

El diputado justicialista Eduardo Varela Cid presentó un proyecto de ley de lemas y sublemas con representación proporcional para la elección de diputados nacionales y de electores de senadores por la Capital Federal.

Según este sistema, característico del Uruguay, cada partido o alianza de partidos que participe con candidatos en un acto electoral oficializará un lema, bajo el cual podrá promover varias listas o sublemas para los mismos cargos.

El voto uninominal

El mismo Varela Cid es autor de una iniciativa que propicia el sistema electoral de sufragio uninominal por circunscripción y de mayoría del 50 % de votos para designar diputados nacionales y convencionales constituyentes. Consiste en dividir cada distrito electoral en tantas circunscripciones como diputados deben elegirse; si en una circunscripción ningún candidato logra la mayoría absoluta, se efectuará una segunda elección entre los dos más votados.

Este sistema permitió a comienzos de este siglo la elección del socialista Alfredo Palacios como diputado nacional por la Boca.

Pero mereció severas críticas cuando, al ser empleado durante el gobierno peronista en los años 50, permitió al partido gobernante alzarse con un porcentaje de las bancas del Congreso muy superior al porcentaje de sus votos, eclipsando a las minorías.

Un caso similar se registra en Salta, donde se utiliza para elegir a los miembros del Senado provincial. Sobre 23 senadores, 20 pertenecen al justicialismo y 3 a la oposición -radicales y renovadores-, pese a que la suma de los votos de estos últimos supera a los del primero.

Un proyecto de voto uninominal también fue presentado por la ucedeísta Adelina de Viola, aunque combinado con las internas abiertas y optativas para la selección de candidatos partidarios.

Otras alternativas

Otro diputado de la Ucedé, Federico Zamora, presentó un proyecto que también contempla la selección de candidatos partidarios a través de internas abiertas y optativas.

En las elecciones generales, Zamora propicia que la mitad de los diputados nacionales sean elegidos por listas y con representación proporcional -como se hace actualmente- y la otra mitad a través del voto uninominal por circunscripción.

Este sistema mixto se utiliza en la República Federal de Alemania para la elección de diputados al Bundestag o Parlamento alemán.

También se empleó en la elección de concejales por la Capital en 1973.

Tanto el radical Jorge Vanossi como el renovador salteño Jorge Folloni impulsan el llamado voto de preferencia, por el cual el sufragante podrá efectuar tachas o sustituciones de nombres en la nómina de candidatos de la lista partidaria por la que ha decidido votar.

Principales sistemas electorales empleados en la Argentina

Sistema	Características	Período
Lista completa	Todos los cargos en disputa serán para el partido que obtuviere la mayoría de votos. No existía representación de las minorías.	Rigió desde 1857 hasta 1912, con un breve intervalo en el que se adoptó el sistema uninominal.
Lista incompleta	Incorpora la representación de las minorías, al conceder los dos tercios de los cargos en juego a la mayoría y un tercio a la primera minoría.	Comenzó a regir en 1912, con la ley Sáenz Peña, hasta los primeros años de la década del 50.
Uninominal por circunscripción	Se divide a cada distrito en tantas circunscripciones como diputados (o concejales) deben elegirse.	Fue empleado entre 1902 y 1912; se reimplantó en la década del 50, durante el gobierno peronista. Rige actualmente en algunas provincias.
Representación proporcional (D'Hont)	Los cargos en juego se asignan a cada partido en proporción a los votos de cada uno.	Rige desde la elección de convencionales constituyentes de 1957 hasta la actualidad.
"Ballottage" o doble vuelta	Si ningún candidato obtiene más de la mitad de los votos, la ciudadanía deberá optar entre los dos más votados en una segunda vuelta.	Fue utilizado en las elecciones nacionales de 1973.

C 1-01

9004989

LA REFORMA DEL SISTEMA ELECTORAL
LA NACION 15/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304

Nº DOCUMENTO 9004930
TITULO DEBATE DEL C.C. del P.C.
CLARIN 150024
18/3/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304

ENTRADO
CRUZADO

El Comité Central deshoja la margarita

Los comunistas siguieron ayer el consejo de los griegos de no debatir cuestiones políticas durante la digestión: los 98 miembros del Comité Central, tras almorzar arroz hervido con arvejas, dejaron para hoy las decisiones que definirán si la actual crisis interna termina o no en una fractura.

La comida se sirvió en una sala contigua al salón de actos de la sede central partidaria, en Entre Ríos al 1000, donde comenzó a discutirse el polémico "relanzamiento de la política frentista". El oficialismo quiere que esta decisión la tome el Comité Central

El secretario general, **Patricio Echegaray**, invitó a un cronista de **Clarín** a ingresar al lugar de las deliberaciones, y le explicó que el frentismo es "enriquecer la alianza de Izquierda Unida, y en el plano social buscar alianzas con los sindicatos antimenemistas para propiciar medidas como, por ejemplo, un acto contra la entrega de las áreas secundarias de YPF".

Pero los sectores opositores, que lideran **Enrique Dratman** y **Eduardo Sigal** —fundamentalmente el primero— amenazan con retirarse del PC si esa decisión política la toma el comité.

01-01

9004930

Kuwait solicitó el envío de fuerzas argentinas al Golfo

El canciller Domingo Cavallo confirmó ayer a Clarín que la Argentina recibió un pedido del gobierno kuwaití en el exilio para intervenir con efectivos navales en el conflicto abierto a partir de la invasión a ese país por parte de Irak. En el Ministerio de Defensa no se tenían noticias sobre esa posibilidad, pero algunos informes plantearon que la Armada realizaba aprestos para enviar tres corbetas misilísticas al golfo Pérsico, donde la situación llegó ayer a su punto máximo de tensión. (Ver más información en las páginas 14, 15 y 16).

El canciller **Domingo Cavallo** anticipó a **Clarín**, ayer, en Santiago de Chile, que el exiliado emir de Kuwait, **Jaber Ahmed Sabah**, solicitó de la Argentina el **envío de unidades navales para contribuir al bloqueo de Irak** en el conflicto desatado en el golfo Pérsico.

La solicitud fue hecha bajo el amparo del artículo 51 de la Carta Orgánica de las Naciones Unidas, que reconoce el "derecho inherente de legítima defensa" con el que los países miembros pueden adoptar distintas medidas para defenderse de un ataque armado sin que esto afecte la "autoridad y responsabilidad" del Consejo de Seguridad de la ONU para enfrentar el conflicto.

El emir kuwaití hizo un pedido de similar tenor a otros países latinoamericanos, pero solo habría encontrado un cierto "eco favorable" del lado argentino. El canciller chileno, **Enrique Silva Cimma**, declaró ayer a **Clarín** que "no hay ninguna posibilidad" de que esa solicitud sea atendida favorablemente por su país.

♦ Primeras reacciones

Al conocerse la noticia, al tiempo que fuentes parlamentarias confirmaron la existencia del pedido y destacaron que **"existe una buena disposición"** en las Fuerzas Armadas para aceptar el requerimiento, voceros gubernamentales relativizaron la posibilidad de enviar tropas argumentando que **"no hay dinero para eso"**.

En la noche de ayer, en el Ministerio de Defensa, voceros cercanos al titular de esa cartera, **Humberto Romero**, dijeron a **Clarín** que **no tenían ninguna información sobre el requerimiento anticipado por Cavallo.**

Aseguraron entonces que el tema "no fue abordado" durante la reunión que ayer mantuvo el ministro con los jefes del Estado Mayor Conjunto.

Plantearon además que en caso de que se produzca un pedido de esas características, el tema debería ser analizado, en una primera instancia, por el presidente **Carlos Menem** junto al canciller para ser trasladado posteriormente a una reunión del gabinete nacional.

"De ninguna manera —puntualizaron los voceros— el Ministerio de Defensa o las Fuerzas Armadas pueden asumir ningún tipo de iniciativa política que no les corresponde."

Fuentes militares indicaron hace unos días que no había en estudio ningún plan concreto sobre el tema.

♦ Confirman preparativos

Sin embargo, en la mañana de ayer la agencia **DyN** informó —citando a una "calificada autoridad naval"— que la Marina de Guerra puso en marcha los dispositivos para el caso de que el presidente Menem ordene el desplazamiento de naves argentinas hacia la región en la que se desarrolla el conflicto.

En el mismo despacho se menciona que planteamientos similares fueron dispuestos en el ámbito del Ejército y la Fuerza Aérea, pero el potencial despliegue de unidades de superficie parecía ocupar el centro de las previsiones de los expertos militares.

Los voceros consultados dijeron que en caso de ser impartida la orden por el Presidente habrá una "respuesta inmediata" de la Marina con la partida hacia la región de tres corbetas de origen francés que están permanentemente alistadas en su apostadero de la Base Naval de Puerto Belgrano.

Se trata de las corbetas misilísticas "Drumond", "Granville" y "Guerrico", cada una con una tripulación de **79 hombres** y que cuentan con sistemas de lanzamiento de cohetes Exocet, torpedos y gran capacidad de radar tanto para la lucha antisubmarina como **aérea y de superficie**.

Los buques **están preparados para soportar radiaciones nucleares o de guerra química** ya que disponen de grifos que crean una suerte de **escudo protector de agua** alrededor de su estructura, neutralizando el potencial paso de bacterias.

Estarían dispuestas también una segunda y una tercera línea de naves de combate que suelen llevar a bordo **pequeñas dotaciones de infantería de marina.**

El Ejército y la Fuerza Aérea podrían intervenir —según las fuentes consultadas por la agencia informativa— como apoyo logístico, enviando eventualmente aviones Hercules C-130 para el transporte de abastecimientos, tropa y helicópteros de patrullaje.

♦ ¿Autorizará el Congreso?

Todos estos preparativos podrían quedar supeditados a una eventual aprobación del Congreso Nacional aun cuando la orden emane del mismo presidente de la Nación en su carácter de comandante en jefe de las Fuerzas Armadas, según lo mencionaron fuentes parlamentarias.

Los voceros consultados dijeron que la intervención argentina en el conflicto —por vía de un pedido de una de las partes involucradas— constituiría una "virtual" declaración de guerra, acto que, según el artículo 21 de la Constitución Nacional, solo puede ser autorizado por el Congreso.

Como anticipando cuál podría ser la actitud de buena parte de los legisladores frente al pedido, varios diputados de distintas bancadas suscribieron ayer un proyecto en el que se solicita al Poder Ejecutivo que **"se abstenga de enviar contingentes armados"** al golfo Pérsico.

El autor de la iniciativa fue **Guillermo Estévez Boero** (socialista popular), a quien acompañaron con su firma los diputados **Juan Pablo Cafiero y Darío Alessandro** (peronistas alineados en el grupo de "los 8"); **Federico Storani, Carlos Raimundi, Angel Elías y Luis Mario González** (radicales); **Eduardo González** (demócrata cristiano) y **Pedro García** (intransigente).

En sus fundamentos, los diputados afirman que las tropas argentinas "no resultan necesarias ni indispensables para la configuración definitiva de una fuerza disuasiva" y destacan que "la participación de nuestro país significaría avalar los procedimientos bélicos como solución de los conflictos".

Según las fuentes consultadas, otra sería la situación si el gobierno nacional se decide por enviar nada más que **"observadores"** a la zona de conflicto. En ese caso, el Ejecutivo no necesitaría de autorización alguna del Congreso.

♦ Otras alternativas

Por los trascendidos surgidos durante el día de ayer, en el Gobierno se estarían estudiando **otras alternativas** de intervención que no surjan del requerimiento de una de las partes en conflicto.

El mismo presidente Menem ratificó el lunes que está dispuesto a enviar **"tropas profesionales"** al golfo Pérsico si así lo solicitan los organismos internacionales que intervienen en el conflicto.

Hasta el momento, el Consejo de Seguridad de la ONU aprobó la resolución 661 que demanda el retiro de las tropas iraquíes de Kuwait y anticipó que podría utilizar el sistema de sanciones previstas en el Capítulo VII de su Carta Orgánica

En todos los conflictos en los que intervino la ONU solo se aplicaron **sanciones económicas** prescriptas en el artículo 41 de la Carta Orgánica. Sin embargo los siguientes señalan que si el nivel punitivo fuera inadecuado están a mano las acciones de **"fuerzas aéreas, marítimas o terrestres que considere necesarias para mantener o restablecer la paz y la seguridad"**.

Abierta la posibilidad de intervenir como parte de una fuerza multinacional organizada por la ONU, seguramente se desatará la discusión sobre si es necesaria la autorización del Congreso. Podría suceder que haya sectores que interpreten que las leyes internacionales son instancias **"superiores"** a la legislación nacional, mientras que otros argumenten que el Congreso debería intervenir de todas maneras.

El canciller Domingo Cavallo confirmó ayer en Santiago, Chile, que Kuwait requirió a la Argentina su intervención en el Golfo.

900499

01-01

9004992
TITULO DIFICULTADES EN LA ASOCIACION CON CHILE
CLARIN 150024
18/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
RELACIONES INTERNACIONALES 11399
CHILE 65709
MERCADO COMUN LATINOAMERICANO 11110
ENTRADO
CRUZADO

Hay dificultades en la asociación con Chile

SANTIAGO, Chile (Enviado especial). — Los problemas estructurales en la relación argentino-chilena pesaron más, hasta ayer al menos, que las voluntades integradoras y el canciller **Domingo Cavallo** debió asociar las palabras **"lenta y cuidadosamente"** al proyecto de complementación binacional que vino a diseñar aquí.

Con su colega chileno **Enrique Silva Cimma** pasaron revista en el mediodía de ayer a los obstáculos que encontraron los negociadores de los dos países y llegaron a la conclusión de que **no podrán ser removidos en el corto plazo.**

El propio Silva Cimma diría, en un aparte a **Clarín**, que "la idea de una zona de libre comercio podría estar cerca si se dieran **determinadas condiciones**". Esto significa que hoy no está tan cerca como los protagonistas lo **desean.**

Los argentinos se habían estusiasmado el jueves cuando el presidente **Patricio Aylwin** dio, en presencia de Cavallo, un importante respaldo político a la integración con la Argentina, aun cuando aclaró que era indispensable identificar claramente los intereses de los dos países para que el proyecto resultara viable en el largo plazo.

La delegación recibió la posición del mandatario chileno como una buena noticia largamente esperada. Sus miembros, comenzando por Cavallo, vinieron aquí para preparar la visita que **Carlos Menem** realizará a Chile a fines de este mes y de la que espera obtener resultados que, cuanto menos, resulten impactantes.

Creyeron que Aylwin había inclinado el fiel de la balanza de la discusión que la idea de la integración con la Argentina produce en su Gobierno y en el empresariado local.

El gobierno de esta transición democrática tardía tiene conciencia de que ya **hizo su ajuste económico, ya se abrió al mundo casi tanto como puede y no desea embarcarse en proyectos que dupliquen un costo que cree haber pagado.** Tienen siempre en mente que de los **700 millones de dólares de déficit** de la balanza comercial de Chile con América latina, el 70 por ciento (500 millones) proviene del desequilibrio con la Argentina y el Brasil, cuyas recesiones les impiden, entre otras cosas, importar.

Antes de avanzar en el proyecto habrá que agilizar la resolución de los litigios limítrofes pendientes.

Para lograr la apertura de tres pasos fronterizos la Argentina deberá convencer a los chilenos de que ellos también se benefician. Para la integración energética, el poliducto que deberá traer gas y petróleo argentino hasta Chile, habrá que discutir en detalles la gestión del proyecto que las autoridades de Santiago quieren ver en manos propias.

Se avanzó, sin embargo, en un acta de cooperación antártica que hará que los dos países, con reclamos territoriales enfrentados, asuman posiciones comunes en la inminente revisión del tratado antártico y complementen sus actividades científicas en el continente helado.

Cavallo hizo aquí **lobby intelectual** asegurando que la integración **sumaría capacidad de maniobra internacional** para Chile, en especial, en su negociación con los Estados Unidos. Silva Cimma quedó **digiriendo la idea.**

1-01
9004992

ENTRADO
CRUZADO

DOCUMENTO 9004993
TITULO EL GOBIERNO FRENTE AL CONFLICTO DEL GOLFO
PAGS 15 0024
FECHA 19/8/90
MEDIO CLARIN
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
RELACIONES INTERNACIONALES 11399

EL GOBIERNO FRENTE AL CONFLICTO

La crisis como oportunidad

SANTIAGO, Chile (Enviado especial). — **Carlos Menem cree que hay una oportunidad histórica en el golfo Pérsico.** La reflexión que recorre su Gobierno desde el estallido de la crisis es: **si Irak obliga al mundo a redefinir su sistema de seguridad, la Argentina puede hacer lo mismo con su inserción internacional.**

Este es el precepto que subyace tras la decisión oficial —ratificada ayer aquí a Clarín por **Domingo Cavallo— de contribuir a una fuerza multinacional para reprimir el expansionismo y la agresión de Saddam Hussein.**

Tal como ha sido planteada, la opción supone **desandar un camino histórico en el que se destaca la neutralidad por la que Hipólito Yrigoyen optó en la Primera Guerra Mundial y que Juan Domingo Perón ratificó durante la mayor parte de la segunda.**

Para la política exterior y para la concepción que el justicialismo tiene de esa herramienta, este es un cambio tan profundo como lo fue la revisión del rol del Estado en el orden doméstico. Si sigue su curso haría irrelevante una buena parte del debate sobre el alineamiento que se dio ininterrumpidamente en el ámbito de la acción internacional argentina.

Los elementos centrales que informan este análisis son los siguientes:

● En los años '40 la Argentina se mantuvo al margen de la reacción de Occidente frente al nazismo. La tardía declaración de guerra que Perón hizo a la Alemania de Adolfo Hitler solo sirvió para destacar ese alejamiento inicial de lo que fue una causa común.

Pocos lo recuerdan hoy, pero la Argentina estuvo a punto de no ingresar durante la etapa fundacional de la Organización de las Naciones Unidas porque **José Stalin se empeciné en sostener que el gobierno de Buenos Aires era fascista en todo menos en nombres.**

Un ex diplomático norteamericano, Edward Ztetiniuz, recordó en sus memorias lo difícil que le resultó a Washington convencer a Moscú que los argentinos debían ser parte del entonces naciente orden internacional.

● **Un influyente sector político y económico de la** Argentina ha sostenido históricamente que **aquella neutralidad fue miope y que en ella está el origen de la prolongada decadencia nacional. Según ese razonamiento,** la desinversión que soportó el país y su relevancia respecto del mundo desarrollado —por citar dos ejemplos— no serían sino castigos prolongados por un pecado original de autonomía.

● **Hay acumulación de factores que avanzan en una misma dirección.** El presente gobierno justicialista eligió a los Estados Unidos como eje organizativo de su política exterior. El orden internacional **está siendo reescrito desde hace,** por lo menos, un par de años, y **George Bush justificó su respuesta militar comparando a Hussein con Hitler. Más aún,** advirtió que la **historia enseña la inutilidad del apaciguamiento.** ¿Por qué, entonces, no volver también a las fuentes en la Argentina y reescribir la propia historia?

● **Bush decidió ayer ampliar en 50.000 el número de los efectivos de sus fuerzas en el Golfo. Parece decidido a estirar al máximo las facultades que le concede el Acta de Poderes de Guerra y convocar hasta 200.000 reservistas por un máximo de 6 meses, que es todo lo que puede hacer sin autorización del Congreso.**

El emir de Kuwait —gobernante depuesto por los iraquíes— amplió la oportunidad solicitando unidades navales para respaldar el bloqueo a **Irak. Buenos Aires no dijo aún ni sí, ni no. Pero todo impulso tiene sus límites.**

El Gobierno quiere "una sombrilla" política y jurídica que, solo puede ofrecerle, la ONU (la Argentina no es parte de pactos de defensa mutua fuera de su región). Los kuwaitíes aseguran que las acciones adoptadas hasta el momento se encuadran en los derechos que garantiza el artículo 51 de la carta de la ONU.

Este sostiene que nada inhibe el derecho a la legítima autodefensa, individual o colectiva, cuando existe agresión o quiebra de la paz y seguridad internacionales. Autoriza medidas temporarias hasta que actúe el Consejo de Seguridad de la ONU con el solo requisito de informar al organismo.

La historia ama las paradojas. Ese fue el artículo que en 1982 invocó Gran Bretaña para responder militarmente al desafío argentino en Malvinas e ignorar los llamados de la Comunidad Internacional para solucionar pacíficamente el diferendo.

Pero el mundo no es, frente a Hussein, todo lo homogéneo que parece. Francia, por ejemplo, presiona para evitar la escalada. Como reflejo de esta contradicción, el secretario general de la ONU, **Javier Pérez de Cuellar,** insistió ayer con la interpretación que vuelve "ilegal" el bloqueo naval. El Consejo invocó en sus resoluciones el artículo 41 (sanciones económicas), pero no se pronunció aún sobre la aplicación de medidas punitivas específicas. Menem recibirá el martes en Buenos Aires a un enviado especial del presidente François Mitterrand, el cual intentará explicarle la posición de su país.

El razonamiento oficial argentino tiene todavía flancos de duda. No fue contemplado el costo —material y, sobre todo, en vidas— que puede tener la asunción de esta clase de compromisos internacionales. La historia enseña muchas cosas a la vez. Los centenares de soldados brasileños que en la Segunda Guerra Mundial regaron con su sangre el teatro europeo no pudieron evitar que hoy, Fernando Collor de Mello, deba combinar su propia fuerza política con la Argentina para negociar desventajas internacionales comunes.

Oscar Raúl Cardoso

Copyright Clarín, 1990

9004993

Nº 9004994
DESARROLLO DE EMPRESA BINACIONALES CON CHILE
ambito financiero 15002
17/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
RELACIONES INTERNACIONALES 11399
CHILE 65709
ENTRADO
CRUZADO

Cavallo ultima acuerdos que firmarán Menem y Aylwin

Habría estímulos para desarrollar empresas binacionales con Chile

Santiago de Chile *— El canciller argentino,* ***Domingo Cavallo****, afirmó ayer aquí que en la medida que avance el proceso de integración, es posible* ***"desmontar las hipótesis de conflicto sobre las cuales se han dimensionado nuestras Fuerzas Armadas".***

En tal sentido destacó que los fondos librados a partir del desmantelamiento de las hipótesis de conflicto podrían dar pie a un proceso de ***"integración y cooperación"*** *entre las Fuerzas Armadas de los dos países para trabajar en forma conjunta en prevenir riesgos que hacen a la seguridad regional como son la contaminación de los mares, el narcotráfico y el narcoterrorismo.*

Cavallo arribó ayer a esta capital en el marco de una visita de 48 horas durante la cual dará los toques finales a los acuerdos que los presidentes de la Argentina y Chile, ***Carlos Menem*** *y* ***Patricio Aylwin****, firmarán a fines de este mes.*

El titular del Palacio San Martin reconoció que la figura de Aylwin es la de ***"un demócrata convencido de los beneficios de la integración de los países latinoamericanos".***

• Almuerzo

Estos conceptos fueron vertidos durante un almuerzo que el mandatario chileno ofreció al canciller Cavallo en el Palacio de la Moneda (sede gubernamental) y en el que participaron el embajador argentino en Santiago, ***Oscar Spinosa Melo****, el director nacional de Asuntos Económicos Latinoamericanos,* ***Juan Schiaretti****, el jefe del área América del Sur de la Cancillería,* ***Juan José Uranga*** *y el subsecretario de Industria y Comercio Exterior,* ***Jorge Pereyra de Olazábal.***

Por la tarde Cavallo y el canciller chileno ***Enrique Silva Cimma*** *presidieron la primera de las dos reuniones de trabajo programadas, durante la cual ultimaron los detalles de los protocolos que firmarán aquí* ***Menem*** *y* ***Aylwin****, el 27, 28 y 29 de este mes.*

Domingo Cavallo

La denominada "Acta de Santiago" contempla acuerdos para la venta de gas argentino a Chile, la creación de nuevos comités de frontera, la unificación de formularios aduaneros y la asistencia fitosanitaria de Chile para el desarrollo de la producción frutihorticola en algunas zonas de la Argentina.

El gasoducto por el cual la Argentina venderá el fluído a Chile unirá la localidad neuquina de Loma de la Lata con la chilena de Cajón del Maipo, y tiene por objeto desarrollar un polo petroquímico y abastecer de gas a parte del Gran Santiago.

La creación de nuevos comités de frontera son complementarios del acuerdo de paz firmado entre Chile y la Argentina y tiene por objeto establecer con precisión los límites en algunas zonas entre ambos países.

• Aduanas

Otro de los protocolos prevé la unificación de formularios aduaneros que faciliten el tránsito de personas y productos a través de los distintos pasos, que cruzan la cordillera.

En este sentido se adelantó la reapertura de tres nuevos pasos y de dos más que están pendientes de estudio sobre factibilidad financiera.

Cavallo adelantó ayer la posibilidad de crear empresas binacionales al igual que las establecidas a través de los acuerdos de cooperación e integración con el Brasil.

Otros aspectos de los acuerdos se refieren a la asistencia fitosanitaria de Chile a la Argentina. El país trasandino es considerado internacionalmente zona libre de contaminación, logró que le sirvió para colocar su producción frutihortícola en los mercados de los Estados Unidos y Europa.

En este aspecto se señala que las autoridades argentinas tienen intención de establecer zonas de libre contaminación en un plazo aproximado de dos años y que estas podrían estar localizadas en Mendoza y en el Alto Valle de Río Negro.

01-
9004994

PROCURAN EVITAR PUJA INTERNA EN UCR BONAERENSE
LA NACION 150025
17/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR: POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304

ENTRADO
CRUZADO

Procuran evitar una dura puja interna en la UCR bonaerense

El radicalismo bonaerense ingresó ayer en una etapa de febriles negociaciones con el propósito de evitar una desgastante lucha interna, en la que se presentarían, según dejaron trascender voceros de los distintos sectores, cuatro precandidatos.

Por un lado, Melchor Posse, uno de los líderes de Movilización Radical, reiteró ayer que no desistirá de su precandidatura a la gobernación, al tiempo que admitió que "con el balbinismo nos separan cuestiones de forma y no de fondo".

La mención de Posse alude a las diferencias que se suscitaron con Antonio Tróccoli, quien solicitó al intendente de San Isidro que declinara su postulación ante el lanzamiento de una nueva línea interna. Tal como informó LA NACION en la edición de ayer, al no aceptar Posse ese requisito, el lanzamiento de la línea Buenos Aires quedó pospuesto.

Pero ayer el balbinismo pareció darle la espalda a las diferencias "formales" mencionadas por Posse al poner los cimientos de una nueva corriente –podría lanzarse formalmente el viernes– que llevaría como precandidatos a Tróccoli y al ex intendente de Avellaneda Luis Sagol (Renovación y Cambio).

Se lanza la CON

Al mismo tiempo, la Corriente de Opinión Nacional (CON), que encabeza Federico Storani, anunció que el próximo 24 lanzará la precandidatura del intendente de Bahía Blanca, Juan Carlos Cabirón.

"Todavía no tenemos a la figura que lo acompañará –admitió a LA NACION el diputado Juan José Cavallari–, por que aspiramos a sumar a alguien de otro sector. Sería conveniente que se tratara de un dirigente del Gran Buenos Aires, en vista de que Cabirón representa el interior de la provincia."

Allegados a la CON revelaron que la corriente "aspira, de máxima, a poner un hombre propio como candidato a gobernador y otro representante de la CON frente al comité provincia".

RyC mira a Pugliese

Durante una reunión mantenida ayer por la mañana, dirigentes de Renovación y Cambio consideraron las posibilidades que deberán enfrentar a partir de la renuncia de Leopoldo Moreau.

Por lo pronto, surgió un apoyo unánime a la gestión emprendida por Melchor Cruchaga al frente del comité provincia. Al mismo tiempo, existe consenso de impulsar la candidatura de Juan Carlos Pugliese "si se agotan las posibilidades de acuerdo con la CON".

No obstante, Pugliese adelantó que sólo será precandidato para enfrentar a Posse "si soy candidato de unidad entre todo el resto de la UCR bonaerense".

Sin embargo, RyC podría encontrarse con un problema suplementario, puesto que el sector que orienta Juan Manuel Casella dentro de esa línea podría negociar con Tróccoli y Sagol, de concretarse la corriente en gestación.

"No creo que hagan eso –expresó a LA NACION un dirigente de la 3ª sección electoral–, puesto que ese paso les crearía a los casellistas una traumática relación con el alfonsinismo más puro, al que pertenecen."

30004995

CONTACTO

LAS FUNDACIONES LIBERALES

Mercado abierto

Hubo aplausos, risas y sonrisas. Pero algunas buenas almas se sobresaltaron: con el filo de la ironía apenas escondido detrás del ademán perfecto, Guy Sorman había dicho que "hace cinco años en la Argentina el liberalismo era considerado por la mayoría como algo casi diabólico y muy poco democrático hoy en cambio se ven liberales por todas partes, aun en la UCeDé".

Eran 1.800 las personas reunidas en el teatro Coliseo, a finales del último abril, para escuchar al escritor francés. Todo un cruzado del liberalismo, que volvió a meter la cuchara en cuestiones domésticas cuando sostuvo que "no hay que atacar al Estado como si fuera el único enemigo; el verdadero enemigo es el corporativismo".

Algunos autotitulados liberales ya no soportaron el escozor y se revolvieron en sus butacas. Fue un mal momento para Ricardo Zinn, presidente de la Fundación Carlos Pellegrini y anfitrión de Sorman en su última visita al país.

Con todo, el episodio no hizo mella en Zinn, que tiene la piel curtida como todo hombre que supo encabezar empresas de primera línea: la automotriz Sevel y uno que otro banco. Peor la había pasado pocas semanas antes, cuando tuvo que dejar su puesto como asesor financiero de la interventora en ENTel, María Julia Alsogaray, quien además oficia como su protectora política en la interna de la UCeDé.

Era su segundo paso por la función pública: en 1975 fue viceministro de Economía durante la fugaz, pero tan recordada gestión de Celestino Rodrigo, con Isabel Perón en la Casa Rosada.

Alejado de ENTel, Zinn volvió a centrar sus afanes en la fundación, que con el lema Por una cultura de la responsabilidad abarca un amplio espectro de labores académicas y edita su propia publicación, se llama Acción y Reflexión y en su primer número (marzo del '89) reprodujo un discurso que Ronald Reagan pronunció en la Universidad de Moscú, en mayo del '85.

Zinn cobija un sueño: quiere ser diputado nacional. Y en la UCeDé aseguran que tiene lo que hace falta para asegurarse uno de los dos primeros lugares en la próxima lista de candidatos por la Capital Federal.

La cuestión es que los liberales argentinos encontraron que también desde las fundaciones, entre otras cosas, podía hacerse política. Y si María Julia puede contar con la Pellegrini, su fraternal adversario interno Alvaro Luis Alsogaray (a) Alvarito timonea el Instituto para la Economía Social de Mercado. Desde allí suele desgranar pronósticos apocalípticos, similares a los que su papá hacía cuando no estaba en el Gobierno.

Para no ser menos, Alberto Albamonte creó a imagen y semejanza el Centro de Estudios Juan Bautista Alberdi, conocido por las encuestas que hace para su jefe.

Ante tanto fervor académico, Federico Clérici y Adelina le empezaron a dar aire a la flamante Fundación Libertad y Democracia, que preside José Juan Minuzzi, un ex diputado de la UCeDé que parece no conservar gratos recuerdos de los Alsogaray.

♦ Dónde hay que estar

En la misma vecindad política, pero alejada de las filigranas partidarias, hay una módica constelación de fundaciones e institutos que se caracterizan, eso sí, por estar invariablemente cerca del poder.

Tal es el caso del Instituto de Estudios Contemporáneos, que orienta Marcos Victorica, un licenciado en Economía que pasó por el gobierno en tiempos de Martínez de Hoz. El IDEC se especializa en ciencia política y sociología, pero también realizó investigaciones sobre economía informal. El año pasado organizó, en Córdoba, un seminario sobre campañas electorales en colaboración con el Partido Republicano de los EE.UU.

Por su parte, con el objetivo explícito de seleccionar y promover jóvenes políticos, ofreciéndoles apoyo logístico y contactos útiles, se creó recientemente la Fundación para el Progreso en Libertad (FUPPEL). Presidida por José Antonio Sánchez Elía, en su corta vida ya organizó un encuentro con líderes juveniles del Partido Republicano de los EE.UU., otro con representantes de Hispanoamérica y trajo a la Argentina a John Roberts, jefe de las campañas electorales de Ronald Reagan y George Bush. En su comité ejecutivo pueden encontrarse apellidos como Bullrich, Borraguín, Lanusse y otros.

El Centro de Estudios de la Unión para la Nueva Mayoría mostró, en tanto, una particular habilidad para ocupar espacio en los medios de comunicación, a partir de trabajos sobre temas no tradicionales como la conflictividad gremial. También se dedican a otros rubros menos transgresores de los usos y costumbres académicas: defensa y seguridad, desempeños electorales, gestión parlamentaria.

Fue fundado en junio del '86 como apoyatura para el proyecto político del hoy senador y entonces gobernador de Corrientes, José Antonio Romero Feris, que preside el consejo asesor. Pero el director es Rosendo Fraga, un joven abogado cuya capacidad reconocen propios y extraños, que fue jefe de asesores del general Horacio Tomás Liendo en 1981 cuando este se desempeñó como ministro del Interior del hoy condenado Roberto Eduardo Viola.

Bajo sus órdenes trabajan ocho investigadores de tiempo completo y otros dieciocho "part-time". En esta misma categoría se ubican los doce encargados de realizar encuestas. Un dato: fueron los primeros en pronosticar el triunfo del "no" en el plebiscito bonaerense.

A través de Fraga la entidad mantiene fluidas relaciones con dos áreas del Gobierno: el Ministerio de Trabajo y la Cancillería. Jorge Triaca sabe desde hace tiempo que el poder no siempre reside en los sindicatos. Y Domingo Cavallo —que también fue funcionario del gobierno militar— conoce bastante de actividades académicas: dirigió durante muchos años la Fundación Mediterránea, con asiento en Córdoba y el respaldo de las principales empresas de la provincia.

Julio Blanck
Copyright Clarín, 1990

María Julia y Alvarito: los hermanos, ¿serán unidos?

Un "no" para Ubaldini

Durante el agasajo que se ofreció a monseñor Antonio Quarracino con motivo de haber sido designado arzobispo de Buenos Aires, y al que asistieron personalidades del mundo político, gremial, empresarial, diplomático y social, hubo algunas ausencias notorias.

Por ejemplo, Antonio Cafiero, que en su larga carrera política más de una vez fue subrayado como clerical, no fue invitado. Tampoco Raúl Alfonsín, lo que es más obvio, pues es un secreto a voces que durante su gobierno se intentó por todos los medios evitar la nominación del prelado en el Arzobispado. Si fuera necesario, hay que aclarar que Quarracino es un crítico implacable de las vertientes socialdemócratas.

Lo que no apareció tan claro para muchos fue por qué tampoco Saúl Ubaldini estuvo en la reunión. La explicación tiene su historia. Un tiempo antes, Quarracino, no por el agasajo sino por otro motivo, le había solicitado al dirigente sindical que concurriera a verlo. Vicisitudes de su vasta agenda, parece que Ubaldini no encontró tiempo para correrse hasta el despacho del purpurado. Para no desairarlo, envió en su lugar a Rubén Pereyra (Obras Sanitarias), uno de sus lugartenientes.

Cuando llegó el momento de confeccionar la lista de invitados, con sagacidad eclesiástica, Quarracino no dudó. Tachó a Ubaldini, pero invitó a Pereyra.

9004996

Cavallo no cree en hipótesis de guerra con Chile y Brasil

El canciller **Domingo Cavallo** vaticinó que la integración en el Cono Sur latinoamericano hará que "**las hipótesis de conflicto**" potencial argentino con Chile, el Brasil y demás países limítrofes cedan su lugar en la defensa nacional a "**enfoques más abarcadores y actualizados**".

En obvia alusión a las antiguas rivalidades regionales advirtió que "**nada sería tan peligroso para nuestra seguridad externa como una costosa defensa orientada a enfrentar amenazas y oponentes que ya no existan**". Cavallo pronunció estos conceptos en un mensaje sobre "**las mutaciones en las relaciones internacionales**" el pasado lunes en la Escuela de Defensa Nacional.

Cavallo pronunció ayer un nuevo discurso —en el marco de un seminario sobre comercio exterior— y señaló que la Argentina "**apoya la posición de los Estados Unidos de eliminar totalmente los subsidios**" agrícolas y que sus delegados defienden en la Ronda Uruguay del GATT.

Sin embargo, el canciller debió lamentar al mismo tiempo que Washington —y pese a su retórica liberalizadora— "**aún subsidie sus exportaciones y su producción**".

La Dirección de Prensa de la Cancillería distribuyó ayer copias del texto leído en la Escuela de Defensa con tramos curiosamente resaltados con marcador sin explicar si los párrafos eran de especial interés para la cartera o si quería evitar a los periodistas la lectura de todo el mensaje por considerarlo tedioso.

Cualquiera haya sido la opinión de los funcionarios del área de prensa, el texto contiene definiciones sobre el estado del mundo y el contenido de la actual política exterior. Entre ellas las más significativas son:

- "(...) Cuando parecía que las nuevas tendencias (en la escena internacional) se estaban estabilizando lo suficiente como para ensayar alguna sistematización conceptual de la transición, nuevos fenómenos han vuelto a conmover —incorporando adicionales elementos de complicación y peligro— al dinámico panorama global."
- En el nuevo orden internacional "el Pacto de Varsovia está prácticamente desarticulado y la OTAN tiene que redefinir su razón de ser. El esquema tradicional de la guerra fría se ha desvanecido."
- "La carrera armamentista y la confrontación estratégica entre las superpotencias está dejando de ser el asunto más crítico. Pero otros problemas adquieren renovada vigencia. (...) La pugna por el acceso y el control de las tecnologías avanzadas, la degradación del ambiente, el tráfico de drogas, la proliferación de armas de destrucción masiva, las grandes migraciones de población. La década del noventa requerirá de la comunidad internacional tempestivas respuestas y soluciones a estos complejos retos."
- "La política exterior argentina encara estas circunstancias con un enfoque realista y pragmático. Esto significa evitar la tentación de ejercer una diplomacia abstracta o meramente declarativa (...). 'Realismo' no significa carencia de ideales ni principio."
- "Así lo hemos recalcado también con nuestra actitud en la presente crisis del Oriente Medio: ante la prepotencia y la agresión, la Argentina se ha definido claramente por la defensa y el fortalecimiento de los principios básicos del sistema internacional."

Canciller Cavallo: las hipótesis de conflicto con Chile y Brasil "no existen".

9004997
No existe hipótesis de conflicto con Chile y Brasil
CLARIN 150024
15/8/90
Argentina 10033
Factor Político 11164
Relaciones Internacionales 11399
CHILE 65709
BRASIL 10046
ENTRADO
CRUZADO

LA SITUACION EN EL PERONISMO

Cafiero reestructuró su gabinete: entran Díaz Bancalari y Fernandino

Con la ratificación de todos los demás ministros, Antonio Cafiero restringió a las áreas de Gobierno y de la Dirección de Escuelas los cambios de gabinete con los que aspira a revertir los efectos de la derrota en el plebiscito constitucional en la provincia de Buenos Aires. El ingreso de José María Díaz Bancalari a la cartera de Gobierno expresa la puesta en marcha de un "pacto de gobernabilidad" que compromete a cafieristas, duhaldistas y ubaldinistas.

El gobernador Cafiero con dos nuevos ministros: Díaz Bancalari y Fernandino.

Las conjeturas previas y distintas presiones sectoriales habían creado expectativas de una reestructuración más amplia. Pero finalmente fueron solo dos los cambios introducidos ayer en el gabinete bonaerense por el gobernador Antonio Cafiero: el diputado nacional José María Díaz Bancalari reemplaza a Carlos Alvarez en el estratégico Ministerio de Gobierno, y el diputado provincial Norberto Fernandino sustituye a Antonio Salviolo en la Dirección General de Escuelas y Cultura.

Pese a algunos pedidos de arreglo de cuentas por la derrota en el plebiscito constitucional, en las otras cinco carteras el gobernador Cafiero decidió ratificar a sus titulares. Se trata [illegible] Rubén en Economía; Antonio Gandaglia en Obras Públicas; José María Vernet en Asuntos Agrarios; Ginés González García en Salud y, sobre todo, Rafael Romá en Acción Social.

Romá, dirigente de la segunda sección electoral y principal operador político de Cafiero, había sufrido durante la semana pasada un portiñas embate de parte de conspicuos dirigentes "cafieristas" de las dos secciones de mayor peso electoral de la provincia, la primera y la tercera.

Se cuestionaba su permanencia en el cargo —hasta el plebiscito era, en realidad, gran candidato a ocupar la cartera de Gobierno— porque se le atribuía una cuota importante de responsabilidad en la derrota del 5.

En rigor, tras ese cuestionamiento existían reivindicaciones territoriales en la puja por espacios de poder. Los referentes de la primera sección consideraban que, si se producía una alteración en un ministerio ocupado por un dirigente de la zona —el caso de Carlos Alvarez (Morón) en Gobierno—, correspondía que el remplazante surgiera también de la sección.

En todo caso, si Cafiero quería tener a Romá en Gobierno, sostenían que les correspondía a ellos ocupar la vacante abierta en Acción Social, y proponían para el cargo al intendente de Merlo, Gustavo Green.

Para los hombres de la tercera, su condición de dirigentes de la sección definitoria en términos electorales los autorizaba a colocar a sus representantes en alguno de los dos ministerios con mayor trascendencia política, precisamente Gobierno o Acción Social. El candidato del sector era el intendente de Quilmes, Eduardo Camus.

Quizás a partir de la contundente conclusión de que el mapa del voto negativo en el plebiscito afectó de manera homogénea a todas las dirigencias partidarias, sin diferencias territoriales, el gobernador Cafiero parece haber preferido poner en marcha otros criterios políticos a la hora de definir la reestructuración (ver aparte).

Así, la nueva composición del ministerio muestra una curiosa preeminencia de hombres de la segunda sección electoral.

Además de Romá, pertenecen a esa sección González García y el recién designado José María Díaz Bancalari. Es que, desde hace ya bastante tiempo, la dirigencia de origen renovador del peronismo de la segunda sección electoral muestra una dinámica de trabajo común entre hombres del aparato del "cafierismo" y los que se acercaron a la Liga Federal de Duhalde.

Esa dinámica es la que promueven en todo el ámbito provincial tanto Cafiero como el propio Duhalde. Tras los resultados del plebiscito, Duhalde impulsa la iniciativa de aproximarse al gobernador, para concertar una suerte de "pacto de gobernabilidad", que permita mejorar la imagen de la gestión provincial y enfríe una interna que amenaza con irrumpir con toda su virulencia.

Claves del cambio

El acceso de José María Díaz Bancalari al Ministerio de Gobierno bonaerense parece expresar la apertura de un espacio de trabajo común para "cafieristas", "duhaldistas" y los sectores, de perfil incipiente, para los que Saúl Ubaldini puede ser un referente. Este es el mapa:

- Hombre de San Nicolás, Díaz Bancalari está ligado desde siempre a la UOM a través de la poderosa filial local. Desde la UOM tejió una estrecha relación con Ubaldini, hasta el punto de que se lo mencionó como compañero de fórmula para la precandidatura a gobernador del líder cegetista.
- Proviene, dentro del mapa del peronismo bonaerense, del sistema de la dirigencia territorial con la que se estructuró el "cafierismo".
- Sin abandonar ese sistema, desde hace bastante tiempo mantiene un fluido diálogo con Eduardo Duhalde y los hombres de la Liga Federal, la línea provincial del vicepresidente, quien también había considerado proponerlo como compañero de fórmula para una eventual reelección de Antonio Cafiero.
- Cafiero y Duhalde se reunieron el viernes, en la quinta de San Vicente del vicepresidente. Duhalde planteó la necesidad de congelar las internas en la provincia y exhortó a Cafiero a "trabajar hasta la tarea de gobernar".
- El vicepresidente expresó su tesis de que la decepción de la gente con la política empieza en los cuestionamientos a la gestión de los intendentes. Por eso conversaron sobre la posibilidad de que se convoque a elección de constituyentes junto con los comicios generales de 1991. Se trataría de imponer una reforma constitucional basada sobre todo en la descentralización municipal.

9004998

21-21

DOCUMENTO 9004999
TITU... Menem espera que Angeloz dirija la UCR.
PERI... CLARIN 15/8/90
FE... 15.002
VI... 10033
Asignatura Falta Política 11164
Partidos Políticos 11304
ENTRADO
CRUZ...

REITERO DURISIMAS CRITICAS A LA DIRIGENCIA POLITICA

Menem espera que Angeloz se ponga al frente de la UCR

El presidente de la Nación, Carlos Menem, confesó anoche su virtual desconocimiento de la titularidad de Raúl Alfonsín al frente de la UCR, al admitir estar "esperando" que Eduardo Angeloz "se ponga al frente" del principal partido opositor.

Con el objetivo implícito de destrabar la situación de parálisis en la que se encuentra el Congreso, el presidente **Carlos Menem** dijo estar "esperando" que el gobernador del Córdoba, **Eduardo Angeloz**, "se ponga al frente" de la Unión Cívica Radical ya que "necesitamos hombres que comprendan la realidad actual para consensuar medidas de gobierno". El mandatario desconoció así la autoridad de **Raúl Alfonsín** como titular del principal partido de oposición.

Las declaraciones de Menem fueron casi una respuesta a la ausencia de los senadores del *radicalismo* a la reunión que debían mantener con el mandatario en la noche de ayer.

Los legisladores no asistieron por sentirse "agraviados" por las críticas hechas por Menem a Alfonsín, quien fue nuevamente fustigado en la noche de ayer por el primer mandatario, que dijo que *al ex presidente* le faltó "**coraje para poner en marcha la reforma del Estado**".

Menem no tuvo ningún empacho en avanzar sobre la interna de la UCR, ya que dijo que "así como Alfonsín en su momento opinó sobre el Partido Justicialista, yo creo que puedo opinar sobre *el radicalismo*".

Definió entonces en términos elogiosos al gobernador de Córdoba al señalar que "mi amigo está haciendo bien las cosas y quiere una Argentina grande y poderosa".

La raíz de las críticas de Menem a Alfonsín habría que buscarla en el empantanamiento legislativo, que impide la sanción de varias leyes requeridas insistentemente por el Poder Ejecutivo. Los bloques de la UCR, dominados ampliamente por el alfonsinismo, se aferran a una herramienta ya utilizada por el justicialismo durante la anterior administración: **no ayudan a formar quórum para que puedan iniciarse las sesiones.**

En el caso de la Cámara de Diputados, esa estrategia demostró tener especial éxito por las dificultades que tiene el oficialismo para sentar a todos sus legisladores en las bancas. En el Senado, en cambio, el justicialismo cuenta con una holgada mayoría y las negociaciones con los partidos provinciales a fin de contar con el número necesario para iniciar los plenarios.

Los radicales reclaman un "acuerdo legislativo global" que le permita al Congreso tener una mayor injerencia en todo el proceso de privatizaciones. Además en Diputados la principal bancada de oposición requirió en varias oportunidades una interpelación al ministro de Obras y Servicios Públicos, **Roberto Dromi**, que no llegó a concretarse.

Pero los cuestionamientos de Menem contra el alfonsinismo se dan en el marco de una fuerte ofensiva discursiva a "toda la dirigencia política" y en especial contra "aquellos políticos que no son más que caricaturas de la política con mayúsculas, de los políticos de verdad al servicio del pueblo".

En estos cuatro días, el Presidente desplegó (primero en el acto de apertura de la muestra de la Sociedad Rural y después en un acto de la Bolsa de Cereales) la idea de que "la crisis argentina es una crisis de su dirigencia". En este sentido, las formulaciones del mandatario coinciden —aunque en términos mucho más duros— con los conceptos expresados en el documento del Episcopado difundido en abril de este año.

Oscilando entre una actitud de fuerte crítica y otra más conciliadora, Menem sostuvo que "no hay propietarios absolutos del fracaso argentino" y puntualizó que "no hay chivos expiatorios capaces de hacerse cargo de cada uno de nuestros males, no hay culpables exclusivos de nuestra decadencia".

01-01

9004999

9005000
ENTRADO
CRUZADO

Fuera del alfonsinismo

Los potenciales aliados internos de Angeloz están buscando posicionamiento frente a las próximas elecciones partidarias.

● En la provincia de Buenos Aires su ladero más fiel es Antonio Troccoli, conductor del minoritario sector balbinista, hasta ahora aliado del oficialismo alfonsinista en el distrito. Pero también podría sumar a un dirigente con juego propio como Melchor Posse, el intendente de San Isidro que con su línea interna Movilización Radical contiguó, contra la alianza oficialista, el 17 por ciento en las últimas elecciones internas.

● En la Capital Federal el acercamiento natural debería producirse con Fernando de la Rúa, aunque el ex senador suele decir que aspira a conseguir un espacio político por sí mismo y que no está dispuesto a ser furgón de cola de otro proyecto. Hasta hoy, De la Rúa terminó invariablemente aliado al oficialismo que conduce Enrique Nosiglia, con quien habría vuelto a mantener contacto últimamente. Pero Angeloz, aseguran sus operadores, estaría decidido a iniciar conversaciones serias con el ex senador, de quien todos los radicales porteños suelen decir es "el mejor candidato" para el '91.

● En Santa Fe, el aliado más probable es el rosarino Horacio Usandizaga, quien desde hace tiempo viene construyendo su poder político al margen del aparato radical. Las encuestas lo colocan hoy como el candidato con mayores posibilidades de acceder a la gobernación, en manos peronistas. Los conocedores del paño radical santafesino aseguran que solamente un entendimiento con Angeloz evitaría que el ex intendente de Rosario decida jugar sus propias cartas en el '91, saltando sobre el vallado partidario.

● En Entre Ríos, el ex gobernador y virtual candidato Sergio Montiel tiene una aflatada relación personal con Angeloz, pero existen entre ambos algunas profundas diferencias políticas, enfocadas sobre todo en la visión acerca del papel que debe cumplir el Estado. Sin embargo, la enconada lucha de Montiel contra el alfonsinismo terminaría colocándolo en la misma vereda que el gobernador de Córdoba.

● En otros distritos también hay potenciales aliados de Angeloz: el santiagueño Mario Virgilio Farías, los tucumanos de Benito Fernández, Miguel Galván, los tucumanos de Benito Fernández, Miguel Galván, los tucumanos de Benito Fernández, Miguel Galván

BUSCA DE MAS ESPACIO POLITICO

Angeloz convoca a formar una nueva línea interna

Tratando de alejarse de Alfonsín en la interna, y de diferenciar sus propuestas de las del actual gobierno, Eduardo Angeloz convocará a la formación de "una nueva expresión partidaria". Menem dijo que espera que el cordobés "se ponga al frente de la UCR". El documento en el que Angeloz sintetiza su llamado se conocerá hoy o mañana y es previsible una conmoción en las estructuras del radicalismo.

Eduardo Angeloz convocará a la conformación de una nueva línea interna en la Unión Cívica Radical. Lo hará mediante la difusión de un documento político, en el cual criticará a la conducción partidaria que encabeza Raúl Alfonsín, pero también tomará distancia del presidente Carlos Menem.

Anoche, desde Olivos, el presidente **Menem** confesó que **está esperando que el gobernador de Córdoba "se ponga al frente" de la UCR actualmente presidida por Alfonsín** y estimó que al *ex* jefe de Estado le faltó "coraje" para llevar adelante las reformas que el país necesita. (Ver más información en página 6).

En su documento, Angeloz expresará que es urgente para el radicalismo la necesidad de generar "una nueva expresión partidaria", a la luz del contundente "no" en el plebiscito bonaerense del pasado 5 de agosto, que —según el mandatario cordobés— significó un rechazo a los aparatos partidarios y a los acuerdos de cúpula.

Alfonsín dijo ayer que el gobernador de Córdoba "tiene todo el derecho del mundo" para formar una nueva corriente interna en la UCR. Agregó que entre ambos hay tanta distancia como la que puede existir entre dos radicales. Y enseguida intentó definir la medida de ese distanciamiento: señaló que "nuestro partido conforma un abanico bastante cerrado, no como el justicialismo, que abarca desde la derecha hasta la izquierda".

El documento será difundido hoy o a más tardar mañana, según señaló el vocero de la Gobernación de Córdoba. El borrador del texto fue elaborado por el principal asesor del gobernador, **José Oreste Gaido**, y por el ministro provincial **Jorge de la Rúa** (hermano del ex senador por la Capital). Le agregó después algunas observaciones el ex ministro del Interior **Antonio Tróccoli** y el propio **Gaido** entregó a **Angeloz** una versión final del trabajo.

Antes de difundirlo, el gobernador efectuará una consulta con el intendente de la capital cordobesa, **Ramón Mestre**, y con el senador nacional **Edgardo Grosso**, los dos precandidatos angelocistas para la candidatura gubernativa.

La salida al ruedo del gobernador de Córdoba contiene ciertas claves internas, además de suponer un mensaje explícito a la sociedad en el momento menos feliz de las dirigencias políticas desde 1983 a esta parte.

● **Angeloz daría, con su documento, una primera respuesta a los dirigentes partidarios de distintas provincias que, enfrentados al alfonsinismo, reclamaban de su parte una definición política que les permitiese iniciar la acumulación de fuerzas para la lucha interna que se avecina.**

● La cautela que hasta ahora caracterizó la táctica angelocista dejaba a sus potenciales aliados a mitad de camino entre el enfrentamiento interno y la conciliación.

● Esa actitud contrastaba —a decir de los antialfonsinistas— con la decisión con que el propio Alfonsín había asumido la tarea de consolidar su predicamento interno.

● Se estima que el documento provocará una fuerte conmoción en el radicalismo, en las semanas previas a la reunión de la Convención Nacional.

Operadores políticos de Angeloz, como el diputado nacional y vicepresidente 1º de la UCR, **Alfredo Ortas**, al igual que otros dirigentes del radicalismo cordobés, iniciarán en los próximos días una serie de viajes a las provincias. Explicarán ante las dirigencias locales del radicalismo la postura del gobernador y además llevarán un documento de la UCR de Córdoba donde se plantearán las bases de acción del angelocismo.

Orgaz y el ministro de Gobierno, **José Ignacio Cafferata Nores**, están redactando ese documento. Ellos serán los encargados de los contactos en otras provincias.

En Córdoba, dirigentes cercanos a Angeloz señalaron anoche a Clarín que **será complicado acordar con el alfonsinismo en la Convención de setiembre. Se admitía, además, que la correlación de fuerzas en el máximo cuerpo partidario es desfavorable para el angelocismo, pero que se aspiraría, en todo caso, a dejar sentado un prece-**dente en el debate interno.

01-01 9005001

9005002
El gobierno retiró el proyecto de pena de muerte
CLARIN 150024
15/8/90
Argentina 10033
Factor Político 11164
Gobierno Nacional 11302

ENTRADO
CRUZADO

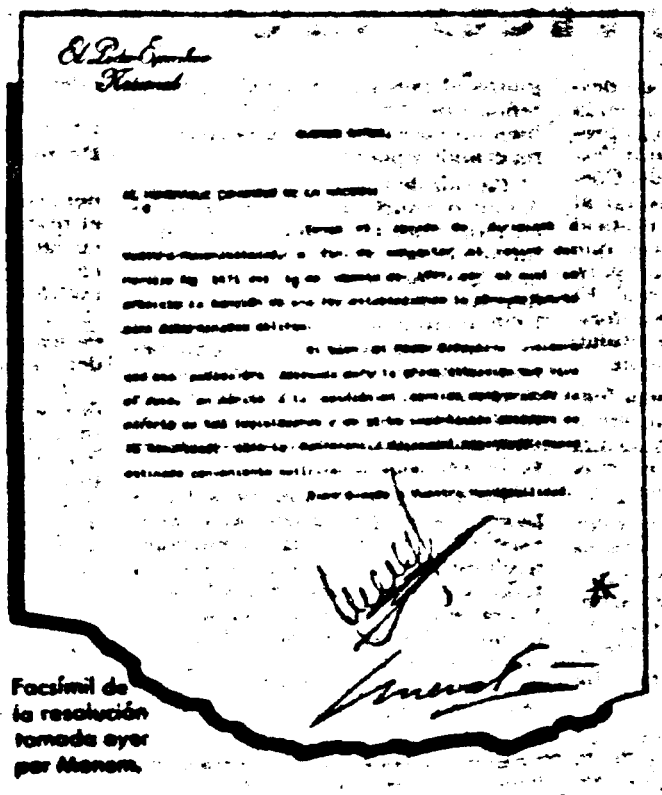
AUNQUE EL PRESIDENTE REITERO QUE ES PARTIDARIO DE ESE CASTIGO

El Gobierno dio marcha atrás y retiró el proyecto sobre pena de muerte

El Gobierno retrocedió en su intención de reimplantar la pena de muerte para delitos aberrantes y resolvió retirar el proyecto enviado al Congreso el pasado 1º de agosto. En los fundamentos de la decisión se destaca la opinión en sentido contrario de los legisladores y de otros sectores de la comunidad, como la Iglesia. A pesar de todo, el presidente Carlos Menem reiteró anoche que seguía siendo partidario de ese tipo de castigo y aseguró que "si en estos momentos se hace un plebiscito, van a ver que el Presidente tiene razón".

La noticia sobre la decisión gubernamental corrió ayer por cuenta de Eduardo Menem (presidente provisional del Senado), Eduardo Bauzá (ministro de Acción Social), y Raúl Granillo Ocampo (titular de la Secretaría Legal y Técnica de la Presidencia). En un mensaje de solo dos líneas conocido anoche, el Poder Ejecutivo reconoce que la medida era adecuada para la "grave situación" que vive el país, aunque destaca que "es contraria a la opinión en sentido contrario de la mayoría de los legisladores y de otros importantes sectores de la comunidad, como la Conferencia Episcopal Argentina, hemos considerado conveniente solicitar su archivo".

La iniciativa que ahora se deja a un lado fue impulsada por el presidente Menem a su regreso del velatorio de Guillermo Ibáñez, el pasado 26 de julio. Menem dijo entonces que la gente exigía a gritos ese castigo y que el reclamo lo había tocado profundamente. El insistió en que sería aplicada en los casos de secuestro extorsivo seguido de muerte (como el de Ibáñez), ciertos delitos conectados con el narcotráfico y violación de menores, también seguida de muerte.



Facsímil de la resolución tomada ayer por Menem.

El proyecto chocó con un nuevo insalvable: el Pacto de San José de Costa Rica, suscrito por la Argentina, prohibe la aplicación de la pena de muerte. Y los sondeos realizados por la Cancillería para una denuncia parcial de ese tratado, suscrito en 1984, resultaron negativos. En la Cámara de Senadores la propuesta no tuvo una mejor suerte. La Comisión de Legislación Penal donde recayó, no alcanzó a reunirse ni siquiera para su rechazo. Entre los 46 senadores, solo cuatro —Libardo Sánchez, Eduardo Menem, Horacio Bravo Herrera y Leopoldo Bravo— se pronunciaron a favor.

La decisión gubernamental coincidió con el pronunciamiento de la Asamblea para la Democracia, que preside Raúl Alfonsín. La entidad sostuvo que como fue planteado, el proyecto —que no fortalecía los valores éticos del estado de derecho— promovía la "irracionalidad" y las "prácticas del pasado".

Enseguida hubo reacciones encontradas, inclusive entre los colaboradores más cercanos del Presidente.

La opinión de la Iglesia no tardó en llegar. El obispo de Morón y presidente del Equipo de Pastoral Social, Jesús Laguna, consideró que era un retroceso y un grave error implantar la pena de muerte. Mas contundente, el arzobispo de San Juan, Italo Di Stefano, pidió un análisis más serio de la cuestión, mientras que el obispo de San Isidro, Jorge Casaretto, no demoró en manifestar su oposición total. Pero la Iglesia, a través de la Comisión Permanente del Episcopado, dio el viernes pasado la puntada final. Insistió en un documento que no era conveniente recurrir a la pena de muerte, ya que es rechazada en general por "la sensibilidad moderna" y porque no demostró ser útil.

A poco de andar el pro-

20 días después

A escasos veinte días de que el Presidente Carlos Menem le encargara abruptamente la elaboración de un proyecto que incluyera la pena de muerte para castigar ciertos delitos, el secretario legal y técnico de la Presidencia, Raúl Granillo Ocampo, recibió ayer la orden de desactivar la iniciativa enviando un decreto a la Cámara de Senadores.

Agil y diligente, el secretario escuchó la orden del Presidente y comenzó a redactar el mensaje poco después de las diez y media de la mañana. Unos minutos antes, el senador Eduardo Menem habría conversado con su hermano Carlos tras lo cual habría quedado definido cuándo y cómo dar la noticia.

En los despachos de la Casa de Gobierno los funcionarios trataron de restar espectacularidad a la decisión, pero el enigma acerca de la demora presidencial en dar marcha atrás con un proyecto que ya tenía su suerte jugada desde el comienzo fue interpretado de forma diversa por cada funcionario. El ministro Eduardo Bauzá, que difundió públicamente la noticia, eligió resaltar la oposición de la Iglesia.

Este fue sin duda uno de los motivos centrales y así lo consigna el texto enviado al Congreso. Unos días antes de que se conociera el documento tibiamente adverso emitido el jueves pasado por la Conferencia Episcopal, el Gobierno ya había asegurado a los obispos su pronta defunción.

La Cancillería aconsejó, por su parte, no demorar más la permanencia del proyecto en Senadores porque sabía que varias reuniones próximas de organismos internacionales "d... arían" la actitud argentina. "A Carlos le preocupaba mucho más esto que las críticas del frente interno", aseguró uno de sus más cercanos exegetas, quien además recordó la imposibilidad de denunciar total o parcialmente el Pacto de San José de Costa Rica.

La oposición de los legisladores, en particular en la Cámara de Senadores, fue definitoria, sobre todo a la hora de elegir la oportunidad para retirar el proyecto. Conocida la suerte adversa que tendría la ley, el Gobierno juzgó innecesario agregar otro punto de fricción a la cena realizada ayer en Olivos entre el Presidente y los senadores. Alberto Kohan, secretario general de la Presidencia aseguró a Clarín que, "el Presidente ya venía madurando esta idea"

"El Presidente conocía las dificultades y resistencias que podía generar su iniciativa, pero impulsó una idea sostenida durante su campaña y logró instalar el debate en la sociedad", prefirió destacar Raúl Granillo Ocampo.

María Luisa Abuc Kay

Copyright Clarín 1990

PARTES ILEGIBLE

9005002

01-01

ID 9005003
Malvinas, reiteró la UN su llamado a negociar
LA NACION 150025
15/8/90
Argentina 10033
F. Políticos 11164
Relaciones Internacionales 11399
Gran Bretaña 10080

ENTRADO
CRUZ

Malvinas: reiteró la UN su llamado a negociar

Un comité condenó la situación colonial de las islas

El Comité de Descolonización de las Naciones Unidas manifestó ayer en una resolución sobre las Malvinas que el mantenimiento de situaciones coloniales es "incompatible con los ideales de paz" de la Organización y reiteró que la disputa por la soberanía del archipiélago debe solucionarse mediante negociaciones bilaterales.

La resolución, copatrocinada por Chile, Cuba y Venezuela, fue aprobada por veinte votos a favor y tres abstenciones (Noruega, Sierra Leona y Trinidad), informó la Cancillería argentina. Fiji, que en la anterior votación se abstuvo, este año se sumó a los votos favorables. El representante de Irak, que forma parte del comité, no estuvo presente.

El comité, que está integrado por 24 países, expresó también su satisfacción por la voluntad del gobierno argentino para cumplir las resoluciones de la UN sobre las islas, pero lamentó que las negociaciones por la soberanía no hayan sido aún establadas.

La resolución pide a los dos gobiernos que consoliden el actual proceso de diálogo y cooperación mediante la reanudación de las negociaciones, con el fin de "encontrar a la mayor brevedad posible una solución pacífica a la controversia".

La Cancillería sostuvo que "la comunidad internacional expresó así su opinión coincidente con la del gobierno argentino sobre la manera de resolver la disputa de soberanía".

Antecedentes

La resolución de ayer del Comité de Descolonización es prácticamente la misma que, invariablemente desde 1988, se aprueba año a año en ámbito, siempre patrocinada por Chile, Cuba y Venezuela. La excepción fue el año pasado, en que el entonces flamante gobierno del presidente Menem consideró prudente, en momentos en que negociaba con Londres la reanudación de las relaciones diplomáticas, no llevar a la Asamblea General el tema Malvinas.

El Comité de Descolonización se reúne una vez por año y eleva recomendaciones a la Asamblea General. Sus resoluciones no entrañan obligación y han sido seguidas por una permanente negativa del Reino Unido a negociar la soberanía de las islas.

Analizarán la actividad pesquera

En los últimos días, algunos diarios londinenses se refirieron a las aspiraciones de los habitantes de las Malvinas de extender a 200 millas la zona de protección pesquera, que hasta ahora es de 150, de lo que se hicieron eco agencias internacionales.

Aducen que flotas de diferentes países están dando un rudo golpe a la existencia del calamar que se transformó en fuente de altos ingresos de los isleños y que, precisamente, ostenta el nombre científico de "Ilex argentinus".

De imponerse el límite sustentado se producirían superposiciones con la zona económica exclusiva continental.

Fuentes diplomáticas y medios económicos británicos consultados coincidieron en que las publicaciones forman parte de lo que se conoce como "lobby" de los sectores pesqueros vinculados con las islas, con vistas a influir en la posición que sostendrá Gran Bretaña en las próximas conversaciones con la Argentina.

Se estima en los medios consultados que las autoridades británicas serían renuentes a la imposición de las 200 millas por dos motivos: 1º) no tendrían intención de introducir elementos que dificulten el proceso de afianzamiento de las buenas relaciones, y 2º) los análisis estadísticos estarían indicando que la captura en las 50 millas de más que se proponen aportarían, en el mejor de los casos, un 3 por ciento más de captura global.

Reunión en septiembre

Para septiembre se prevé, en Río de Janeiro, un encuentro entre los dos países que analizarán cuestiones por resolver en el Atlántico Sur.

No está pendiente de análisis sólo el tema de la pesca.

Si bien no se espera que en esa ocasión surja una resolución sobre la cuestión que preocupa a los malvinenses y las demás por discutir, allí se dará comienzo a las negociaciones que deberían concluir antes de la próxima temporada de pesca, o sea en los primeros días del año próximo.

Es deseo de las autoridades británicas que para entonces la Argentina –como manifestó el embajador Humphrey Maud en una entrevista con este diario– tenga aprobada una política de pesca.

Actualmente existirían conversaciones entre los legisladores de distintos partidos con el fin de que el proyecto que envíe el Gobierno vaya al Congreso con el previo acuerdo de los diferentes bloques, especialmente los mayoritarios.

Altas autoridades de la Cancillería confiaron a principios de este año que se tendría en cuenta, como referente autorizado, el proyecto presentado por el senador Solari Yrigoyen.

Sostuvieron esas fuentes que al contar con el respaldo global de los partidos mayoritarios el proyecto sería aprobado en el menor tiempo posible y la Argentina tendría el instrumento legal necesario para el mejor desarrollo de las conversaciones con Gran Bretaña.

01-01 9005003

PRODUCTO 9005004

TITULO MENEM ENVIARIA TROPAS AL GOLFO

CLARIN 150024

14/8/90

Argentina 10033

Factor Político 11169

Relaciones Internacionales 11399

ENTRADO

CRUZ DE

Menem reiteró que enviará tropas al Golfo, si pide la ONU

El presidente Carlos Menem ratificó ayer que está dispuesto a enviar tropas profesionales al golfo Pérsico si así se lo solicitan los organismos internacionales que intervienen en el conflicto Irak-Kuwait.

Así lo informó el Presidente al embajador británico Humphrey Maud, durante una entrevista realizada en la Casa de Gobierno, a quien dio seguridades de que la Argentina "tampoco buscará este año una resolución en la Asamblea General de la ONU que reclame negociaciones sobre la cuestión de la soberanía en las islas Malvinas", según revelaron fuentes diplomáticas.

En declaraciones a la prensa, Maud se hizo eco de esta posición al señalar que en las conversaciones que mantuvo con Menem se acordó "seguir dejando a un lado la cuestión de la soberanía y continuar avanzando en los restantes temas" relacionados con las islas. "Hoy, esto estamos de acuerdo —sintetizó Maud— pero debemos actuar conjuntamente en todos los otros campos".

Menem recibió al diplomático británico en la Casa Rosada para concretar la primera reunión entre ambos tras la presentación de cartas credenciales, luego de la reciente reanudación de las relaciones diplomáticas con el Reino Unido de Gran Bretaña.

Una vez más el embajador inglés [illegible] la posibilidad de un encuentro inmediato entre el presidente Menem y la primera ministra Margaret Thatcher, y volvió a responder con un lacónico "no" cuando se le preguntó si era portador de algún mensaje de la jefa de Estado británica para el gobierno argentino.

En cuanto a las conversaciones referidas a la crisis del golfo Pérsico, Maud aseguró que había felicitado al presidente Menem "por la posición muy firme que tomó el gobierno argentino sobre la invasión iraquí a Kuwait, y él me confirmó que si fuera necesario enviaría tropas profesionales para ayudar a resolver esta crisis".

El diplomático, que concurrió al encuentro acompañado por el vicecanciller Carlos Ortiz de Rozas, afirmó que "no hay ninguna noticia" sobre el pedido de ampliación de la zona de exclusión de 150 a 200 millas formulado por los halpers. Respecto de la pesca en la zona circundante a las islas, indicó que "el tema es cómo vamos a conservar los stocks de pesca en el Atlántico Sur. Es un interés común entre mi país y la Argentina y hemos intercambiado impresiones sobre lo que se puede hacer", añadió Maud.

Menem recibe al embajador británico, Humphrey Maud, en la puerta de su despacho. No se supo todo lo que hablaron.

9005004

Menem rompe lazos con las estructuras de los partidos
LA NACION 150025
13-3-90
Argentina 10033
F. Politico 11164
Partidos Politicos 11304

ENTRADO
CRUZADO

Políticos del discurso en Palermo

Menem rompe lazos con las estructuras de los partidos

Si es que aún quedaba algún nexo entre Carlos Menem y las estructuras históricas de los partidos, el hilo se rompió, al parecer, definitivamente después del discurso en el acto inaugural de la muestra de la Sociedad Rural, en Palermo.

En cuatro párrafos terminantes, un Presidente alentado por sucesivas victorias tácticas demostró que está persuadido de que no necesita quedar atado a ningún compromiso político, sea con la oposición o con su propio partido. Le basta, cree, con establecer un vínculo directo con "la gente y su sabiduría extraordinaria" y con ponerse a la cabeza de ese ejército aparentemente triunfante, cualquiera sea la dirección en que marche.

Sólo así pueden ser entendidas la rotunda justificación del No después de que los votos con esta variante llenaron las urnas del plebiscito bonaerense y la severa calificación del ex presidente Alfonsín, quien –cualquiera sea su condición actual– continúa conduciendo la principal fuerza opositora y ejerce todavía una influencia considerable sobre buena parte de los dirigentes radicales.

Pero Menem quiere jugar sobre seguro. En cualquier otra circunstancia, su insinuación de que Alfonsín está "gastado por el fracaso" hubiera levantado tempestades. En cualquier otro tiempo, hubieran generado revoluciones internas sus alusiones al peronismo renovador: "La gente dijo -no- a las innumerables torpezas y cegueras de nuestros dirigentes, a los métodos que excluyen la genuina participación del ciudadano, a la política como círculo cerrado para propios privilegios", sostuvo.

Nadie ha quedado en pie en la vereda de enfrente, parece pensar el Presidente. Casi no vale la pena mantener puentes políticos, aun con quienes transitan por la mitad de la calle. La iniciativa absoluta –tal como le perteneció a Alfonsín en los dos primeros años de su gestión– está ahora en sus manos.

Réplica con sordina

Como para mostrar que Menem no anda mal encaminado, fueron pocas, y acordinadas, las voces que se levantaron como réplica al discurso.

Desde la UCR, sólo apareció César Jaroslavsky, con una definición que dentro de sus códigos expresivos podría calificarse de moderada. Jaroslavsky recordó la frase de Alfonsín ("Si yo hubiera hecho el diez por ciento de lo que hace este gobierno, me hubieran colgado de una farola

(Continúa en la Pág. 4, Col. 4)

Menem, lejos de los partidos

(Continuación de la Pág. 1, Col. 3)

en la Plaza de Mayo), y dijo que la reacción de Menem fue "desproporcionada", porque el ex presidente "no lo aludió de modo personal".

Por el lado del cafierismo, el silencio de radio fue total: se absorbió el golpe sin que nadie saliera a recordar, siquiera, que Menem se había pronunciado por el Sí pocos días antes del plebiscito.

Por otra parte, una fuente muy cercana al gobernador cordobés dijo a LA NACION: "No creo que Eduardo Angeloz salga a defender a Alfonsín". Para el angelocismo, la estocada de Menem tiene, sin embargo, un sabor agridulce: existe el riesgo de que el silencio huela a complicidad, con la consiguiente avalancha de versiones sobre la afinidad política de este sector de la UCR con el Gobierno.

El vocero angelocista estimó que el radicalismo tiene cuatro posibilidades.

"Podemos esperar que el péndulo cambie de sentido. Esto es lo que hace Alfonsín y, en nuestro concepto, se equivoca. Podemos adoptar una actitud principista, sin importar si sacamos el 10 % en las próximas elecciones. Podemos subirnos, con Menem, a la oleada de la opinión general, que se separa de los partidos. La cuarta opción –que es, a nuestro juicio, la adecuada– es conducir esa ola, sin dejarnos arrastrar por ella."

La sutil diferenciación no aleja las dudas que, en el radicalismo, se dirimirán en la convención del mes próximo, en Mendoza.

Se asegura que el angelocismo tiene ya sus armas preparadas, y una de ellas será el documento que esta semana presentará Angeloz respecto del plebiscito. Según se cree, allí se apostará, más o menos, en el mismo sentido en que Menem lo hizo en la Rural.

En un plano general, los sacudones que Menem le aplica al tablero tienen un final cantado: nuevos realineamientos, nuevas alianzas políticas, cuyo campo de prueba serán los comicios de 1991.

El sí de Alchouron

De la inauguración de la exposición de agricultura, ganadería e industria queda también otro eco: el apoyo taxativo del presidente de la Sociedad Rural al Gobierno.

"Esta es, básicamente, la política económica que el país necesita", dijo Alchouron, un hombre de origen radical que supo de enfrentamientos –uno de ellos, muy serio, hace dos años– con el propio Alfonsín.

La afirmación que precede y el hecho de que Alchouron dejará su puesto a fines de septiembre hicieron tejer nuevas especulaciones sobre su destino. Menem tiene en él un amigo de peso, según confían los hombres del Presidente.

En general, el dedo de los ruralistas apuntó hacia arriba después de las palabras de Menem. El titular de la poderosa Confederaciones Rurales Argentinas, Arturo Navarro, dijo ser "un aliado constante de estos lineamientos, si bien no un aliado silencioso".

Para el vicepresidente de la Rural, Eduardo de Zavalía, "Menem demostró que tiene amor por el campo".

Los pocos reparos surgieron de Carbap, una entidad tradicionalmente exigente con las autoridades. Ricardo Re, su presidente, desconfía: "Siempre hay un aliciente en la siembra, pero después las reglas de juego no se cumplen, al levantar la cosecha".

Estas dudas no llegan a equilibrar los platos de la balanza. Difícilmente haya funcionarios como monedas de oro, capaces de gustar a todos los curtidos productores agrícolas. Pero los ruralistas, como los dirigentes políticos, tampoco tienen fuerzas para nadar, hoy, en dirección contraria a la corriente. El resultado es que Menem se quedó, en Palermo, con los aplausos bajo el brazo.

9005107

DOCUMENTO
Una Menem trata de mejorar su relación con legisladores
CLARIN 150024
13/8/90
Argentina 10033
F. Político 11164
Gobierno Nacional 11302

ENTRADO
CRUZ-DO

CLARIN ★ Buenos Aires, lunes 13 de agosto de 1990

Menem trata de mejorar su relación con los legisladores

Huelgas: otras dos semanas

La reforma permanente es la consigna no escrita de la Comisión de Legislación del Trabajo de Diputados en lo que a derecho de huelga se trata.

El proyecto ha sido aprobado por el Senado y los artículos que modifican esa sanción se hacen y rehacen. Pese a todo, Osvaldo Borda, presidente de ese grupo de trabajo, confía en que quince días más alcanzarán para culminar la tarea que quiere sea producto de la concertación. De allí, las mayores dificultades. Además, todavía no ha tomado virtual actuación en este tema la Comisión de Asuntos Constitucionales, que preside el riojano Jorge Yoma. Una y otra comisión tienen la responsabilidad conjunta de plantear ante el plenario de la Cámara una propuesta, que puede no ser única.

En el Senado, en tanto, esperan con el ánimo de aprobar la ley en un santiamén, una vez que Diputados termine con el vía crucis.

El último tramo de la tarea es compatibilizar criterios con los asesores de ambas centrales obreras.

El aporte que Diputados se apresta a imprimer —todavía no hay demasiada seguridad al respecto— es la creación de un comité o comisión arbitral que ante un conflicto determinado establezca si corresponde o no la aplicación de la ley.

No está del todo claro el grado de eficacia que tenga este nuevo cuerpo, ni la celeridad de sus procedimientos, tomando en cuenta el número de representantes que lo componen.

Los abogados de las dos CGT coincidieron en que tendría que ser integrado por cuatro representantes (dos para cada una de ellas), cuatro por parte del empresariado, dos de los poderes públicos y hasta de uno de la Corte Suprema.

Para el miércoles se confía en tener una versión definitiva en la comisión de Borda sobre la cual pronunciarse. Y, si todo sale de acuerdo con los deseos, hasta es posible que el 22 o 23 de agosto llegue, finalmente, al recinto de Diputados.

Menem recibe esta noche, en Olivos, a un grupo de senadores de distintos bloques. Según voceros del Parlamento, la reunión será "a agenda abierta" y "se pasará revista a temas de actualidad". Detrás de los eufemismos, se esconde el deseo presidencial de acortar distancias y mejorar las relaciones con los legisladores. Menem criticó varias veces el trabajo parlamentario que tiene demorados, entre otros, los proyectos de reglamentación de huelgas y la ley de empleo.

En lo que se considera un intento por **mejorar las a veces ásperas relaciones** entre los poderes Ejecutivo y Legislativo, el presidente **Carlos Menem** recibirá esta noche a representantes de los distintos bloques del Senado. **Eduardo Bauzá**, ministro de Salud y Acción Social, fue el encargado de enviar las invitaciones a una reunión prevista para las 21 en Olivos.

Cada vez que puede, el Presidente destaca que el Congreso demora la sanción de proyectos señalados como **indispensables** para llevar adelante la gestión de gobierno. Así ocurre, por ejemplo, con la propuesta para reglamentar el derecho de huelga en los servicios esenciales, que según se insiste **"duerme"** en la Cámara de Diputados. Esta iniciativa —ya aprobada con modificaciones en el Senado— **recorta** la implementación de medidas de fuerza que afecten a los servicios y transportes públicos (véase información aparte).

Pero el juicio presidencial sobre la **eficiencia** del Parlamento parece no conmover a los legisladores, quienes para justificar su actitud aluden al principio republicano de **independencia** de los poderes. Medios políticos especulan con que la invitación a los senadores es parte de la estrategia presidencial para **acortar** la distancia que existe con el Congreso.

Voceros del Senado informaron anoche que la reunión será con **agenda abierta** y también anticiparon que se pasará revista a los principales temas de actualidad. De paso los legisladores podrían plantear el **disgusto** con que reciben los anuncios de Menem en el sentido de instrumentar las leyes necesarias mediante la promulgación de decretos.

El Poder Ejecutivo, en particular, reclama un pronto pronunciamiento del Congreso sobre los siguientes proyectos:

- Derecho de huelga.
- Ley de empleo.
- Pena de muerte.

La iniciativa sobre empleo —que según algunos sectores del Gobierno es una prioridad para reducir el índice actual de desocupación, acaso uno de los más elevados— es analizada en el Senado por la Comisión de Trabajo y Previsión Social, que preside el justicialista **Oraldo Britos** (véase aparte).

En cuanto a la reimplantación de la pena capital, los senadores —en su gran mayoría— manifestaron que votarán por el rechazo. En conocimiento de esta decisión, **Menem** instaría hoy a los legisladores **a una rápida definición** con el propósito de cerrar el debate.

Algunos senadores señalaron la necesidad de que para favorecer el ambiente de camaradería, el encuentro se realice sin la asistencia de ministros y secretarios.

La reunión con la totalidad de los senadores nacionales fue considerada en julio luego de un encuentro del Presidente con la conducción del bloque peronista. En aquella ocasión, se consideró oportuna la reanudación del diálogo como un modo de mantener abierto un fluido canal de comunicación entre el Ejecutivo y el Senado.

Es posible que los representantes del bloque radical reclamen a sus pares del justicialismo la pronta sanción de un proyecto sobre ley de puertos, que impulsa **Juan Trilla**. Los provinciales, entretanto, podrían insistir en la aprobación de la denominada ley federal de educación, presentada por el autonomista **José Antonio Romero Feris**.

♦ Pena de muerte

En este marco la Comisión de Asuntos Penales, que preside el justicialista **Arturo Jiménez Montilla**, debe resolver esta semana sobre el controvertido proyecto para reimplantar la pena de muerte.

Los senadores descartan que la comisión se pronuncie negativamente sobre la propuesta del Poder Ejecutivo. Y en ese caso la cuestión quedaría definitivamente archivada.

01/01

3005107

9005008

Romero busca en EEUU inversores para empresas de Defensa.

LA NACION 150025

13-8-90

Argentina 10033

F. Político 11169

Relaciones Internacionales 11399

EE.UU 65890

ENTRADO

CRUZADO

Romero busca en los EE. UU. inversores para las empresas de Defensa

Romero

NUEVA YORK, 12 (DYN).- El ministro de Defensa, Humberto Romero, iniciará hoy una ronda de conversaciones con empresarios norteamericanos para interesarlos en la privatización de las 33 empresas que dependen de esa área gubernamental.

Romero, en la última parte de su visita de más de dos semanas a los Estados Unidos, estará acompañado por funcionarios de Petroquímica General Mosconi, una de las empresas que más interés despertó en los potenciales inversores norteamericanos.

En charla con los periodistas, el ministro ratificó la decisión del presidente Carlos Menem de llevar adelante, "sin claudicaciones", el proceso privatizador de todas las empresas públicas.

Tras hacer hincapié en que el país pierde anualmente 1500 millones de dólares para mantenerlas en funcionamiento, Romero expresó que "es una sangría insoportable que no resiste el menor análisis".

Durante todo el fin de semana, Romero analizó con sus colaboradores la primera etapa de su gira, que se centró en el área estrictamente militar, y ultimó los detalles para la ronda de conversaciones con los empresarios.

La visita del ministro de Defensa a EE.UU. pasó por cuatro ángulos de atención.

El primero fue el interés del gobierno norteamericano por establecer mecanismos de consulta e intercambio de información para combatir el narcotráfico.

Sobre ese particular Romero dijo que, por el momento, la tarea puede ser hecha solventemente por las fuerzas policiales y de seguridad.

En el campo logístico

Respecto de la eventual participación de las Fuerzas Armadas, el ministro aclaró que ese podría darse en el campo logístico, es decir, en la provisión de aviones, helicópteros, sistemas de radar y otros elementos, quedando las operaciones a cargo de las policías, la Gendarmería y la Prefectura Naval.

El segundo punto estuvo centrado en la reanudación de los programas de adiestramiento y asistencia entre la Argentina y los Estados Unidos, interrumpidos desde 1982 por la Guerra de Malvinas.

Romero se reunió el viernes en el Pentágono con el secretario de Defensa, Dick Cheney, con quien sentó las bases para que tal mecanismo pueda volver a instrumentarse.

En ese plano, Romero se entrevistó también con el vicepresidente, Dan Quayle, quien le transmitió la ponderación del gobierno de los Estados Unidos hacia la gestión del presidente Menem.

En ese marco se analizó también la crisis de Medio Oriente.

Quayle agradeció a Romero la "rápida" condena argentina a la ocupación iraquí de Kuwait. El ministro, por su parte, dijo que la Argentina –que repudió el episodio– ponía todos los elementos al alcance de la UN para el caso de que se decidiera formar una fuerza multinacional para garantizar la paz en esa región.

Actualmente, la Argentina tiene una pequeña fuerza naval de tareas con cuatro lanchas torpederas en la zona del golfo de Fonseca. Allí, por mandato de la UN, verifica el alto el fuego entre Honduras y Nicaragua.

De nuevo en el campo de las privatizaciones, Romero explicó que buena parte de las 33 empresas poco o nada tienen que ver con la fabricación específica de armamento o municiones, y señaló que el ámbito es mucho más amplio, ya que abarca la siderurgia, la metalurgia y la petroquímica.

01/01

9005008

9005009

Fundación promueve y apoya a jóvenes políticos
LA NACION 150025
13-8-90
Argentina 10033
F. Político 11164
Partidos Políticos 11304
Fundaciones 11158

ENTRADO
CRUZADO

Política

Una fundación promueve y apoya a jóvenes políticos

Con el propósito de generar foros de participación tendientes a que los jóvenes concreten un acercamiento más estrecho con políticos, empresarios, profesionales de diversas áreas y sindicalistas, se constituyó, hace dos años, la Fundación Para el Progreso en Libertad (Fuppel).

Se trata de una entidad civil, sin fines de lucro, constituida por un grupo de empresarios jóvenes y orientada a convertirse en "vehículo idóneo para quienes quieran participar y colaborar con la defensa de los valores republicanos consagrados en la Constitución Nacional, especialmente con los referidos a la forma democrática de gobierno, al federalismo y a un sistema de vida que privilegie la libertad como factor de prosperidad", afirmó el presidente de Fuppel, José Antonio Sánchez Elía.

Entre las actividades de la entidad –que funciona en avenida Belgrano 570, segundo piso, de esta capital– figuran la selección y promoción de jóvenes políticos, a quienes se brinda una estructura de apoyo global a sus carreras (prensa, recolección de fondos, capacitación y becas).

"En muchos sectores de la vida nacional empiezan a reconocernos como los interlocutores de la nueva generación de políticos de centro, aunque nuestro interés se extiende a generar una convergencia de ideas y de praxis política con jóvenes radicales y justicialistas", aclaró Sánchez Elía.

Hasta el momento, la Fuppel organizó, entre otros, un encuentro con líderes de la juventud del Partido Republicano de los Estados Unidos; otro con una delegación de la Unión de Jóvenes Democráticos de Hispanoamérica, de Guatemala, y la visita al país del responsable de las campañas políticas de Ronald Reagan y George Bush, John Roberts.

Paralelamente, diversos miembros de la entidad participaron de una visita de estudios a Nicaragua, de una conferencia sobre democracia en América latina y sobre el papel de la juventud, realizada en Perú, y del Congreso Mundial de Jóvenes Líderes, realizado en París, en agosto del año último.

Consultado el titular de la fundación sobre la procedencia de los fondos con que se financian los proyectos, explicó que, "en su gran mayoría, se integran con el aporte de particulares y de empresas, aunque en forma temporaria".

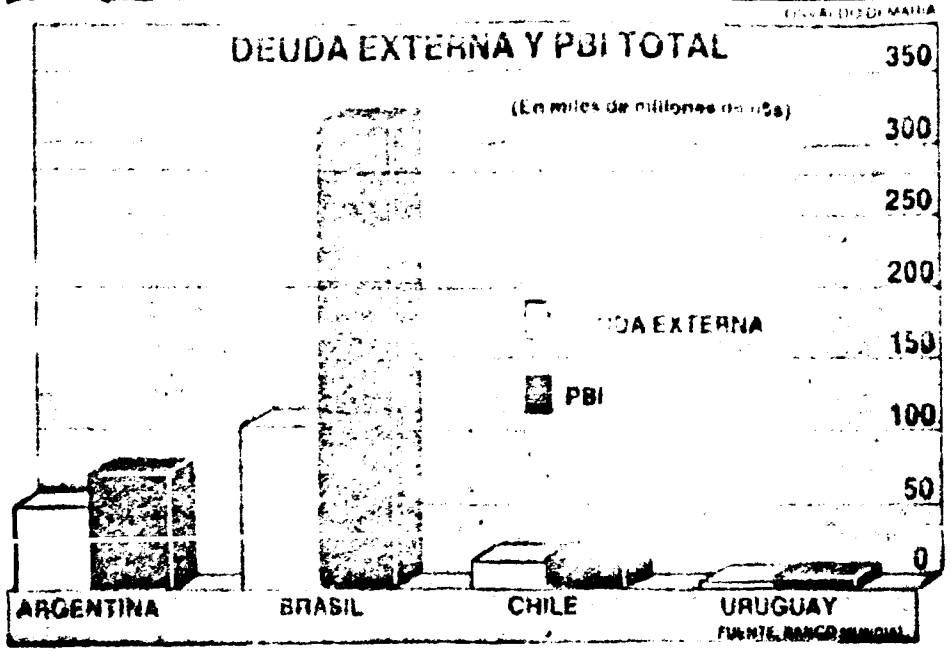
La Fuppel intenta, para este año, reeditar el seminario sobre "La nueva Argentina", realizado a fines del año último con la presencia de más de un centenar de dirigentes políticos de todo el país.

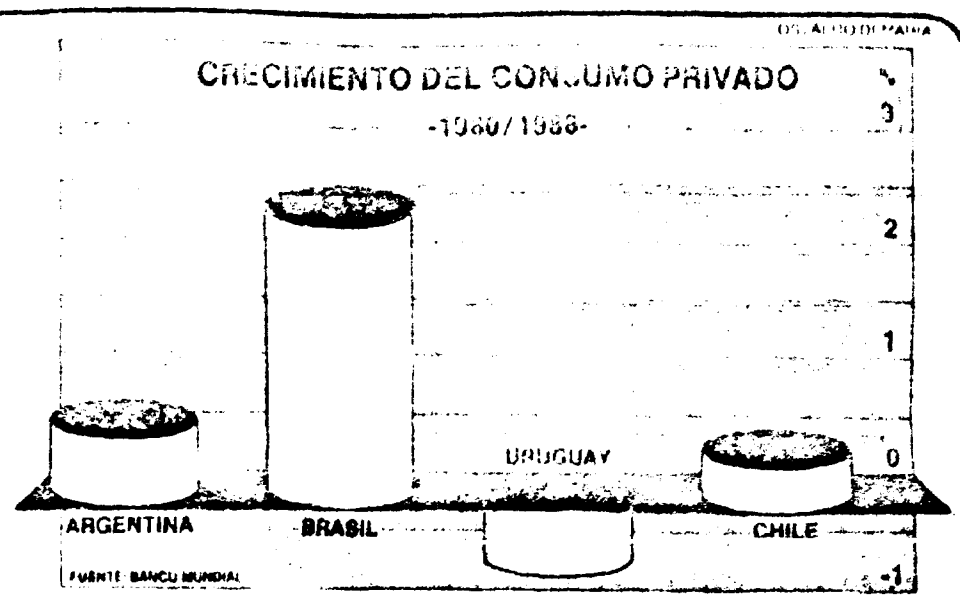
También ha firmado un convenio de cooperación y asistencia técnica con el Instituto Federal de Asuntos Parlamentarios del Senado de la Nación para asistir a sus integrantes en asesoramiento legislativo, entre otros temas.

La entidad proyecta, además, la realización de jornadas de organización parlamentaria con legisladores provinciales.

Integran el comité ejecutivo de la fundación Fernando de Tezanos Pinto, vicepresidente; Javier Vila Sánchez, secretario; Jorge Forrester, tesorero; Federico Zorraquín (h.), Julio Bulrich, Jorge Otamendi, Enrique Dubau, y Mariano Lanusse, entre otros.

01 01 9005009





Primer gráfico: cercanía del volumen de la deuda externa argentina con su PBI. El de arriba, la crisis uruguaya. Abajo, el comercio argentino-brasileño.

LA INTEGRACION CON BRASIL, CHILE Y URUGUAY

Un perfil inocultable

Igual que la Luna cuando se la observa desde la Tierra, el Cono Sur latinoamericano [illegible] un perfil decididamente [illegible]. Después de haber atravesado [illegible] los del eufemismo de la "década perdida", una de sus caras muestra el reflejo [illegible] una riqueza concentrada en pocos países, en tanto la otra esconde un presente de miseria y marginalidad social que no podrá ser disimulado durante mucho tiempo más.

Menos que en ningún otro cambio, ese segundo rostro podrá ser ignorado en el del impulso integrador que ha ganado la región. En el largo plazo la dualidad social —más aún que la misma escasez de capitales— amenaza al proceso puesto en marcha por Brasil y la Argentina y al que se sumarían Chile y Uruguay. El embajador Juan Schiaretti, uno de los responsables argentinos de la integración, admitió recientemente a Clarín que **"trabajamos en un área de tiempo cuya extensión nadie conoce con certeza. Si no hay resultados concretos antes que se agote, peligra todo el proyecto".**

El problema es que [illegible] ados que imagina el negociador deben producirse simultáneamente en muchos frentes y las demandas sociales insatisfechas no solo son gran[illegible] también antiguas. No se trata de comparar [illegible] ones con elefantes, pero los [illegible] s de aquel otro espacio social —que busca desarrollarse a sí mismo [illegible] en todas partes, en cualquier indicador que se analice.

● El índice de desempleo y subempleo de la Argentina alcanza a **la cuarta parte de la población económicamente activa**, según los cálculos más confiables. El volumen de su deuda externa se acerca tanto al de su Producto Interno Bruto (véase cuadro I) que amenaza con volver inviable la más elemental gestión de su economía.

● **El 25 por ciento de las familias brasileñas**, cuyos ingresos totales suman aproximadamente **quince dólares por mes**, viven en la miseria. Por lo menos 13 millones de sus habitantes con más de quince años **está fuera del mercado de trabajo.**

● En Chile, el nuevo país modelo que exhiben los economistas para avalar argumentos, el suministro promedio [illegible] calorías diarias por habitante descendió entre 1965 y 1986 (de 2.592 a 2.379).

● A Uruguay —el furioso tema del Suiza americana que la región aún admiraba hace dos décadas— le ha ido [illegible] que sus vecinos, con algunos indicadores. Mientras los consumos privados argentino, brasileño y chileno crecieron a ritmo penoso entre 1980 y 1988, el uruguayo decreció el 0,7 por ciento (véase cuadro II).

● **Tres de estos cuatro países** sólo [illegible] el de recuperación de la **inversión interna bruta** entre 1988 y 1989 y el restante, Brasil, parece haber empatado [illegible] mente con su destino: fuerte cero de crecimiento en ese período.

♦ Un solo rostro

El proceso de integración parece, por momentos, nutrirse solo en la cara visible de la luna sudamericana. Es como si los negociadores no pudieran desprenderse de sus límites.

Hablan de mercados multinacionales que hacen posibles las **economías de escala** pero ante el **agotamiento** de la idea de crecer a través de la sustitución de importaciones, lo que parece haber quedado es **un descarnado manifiesto de sus propios mercados nacionales que siguen expulsando consumidores domésticos.**

Es contradictorio porque los mismos ensayistas que presentan como hecho la transnacionalización de las economías **sugieren que las naciones y las empresas por igual precisan del referente de sus mercados propios —exigentes en calidad y precio— si esperan sobrevivir en el impiadoso medio ambiente mundial.**

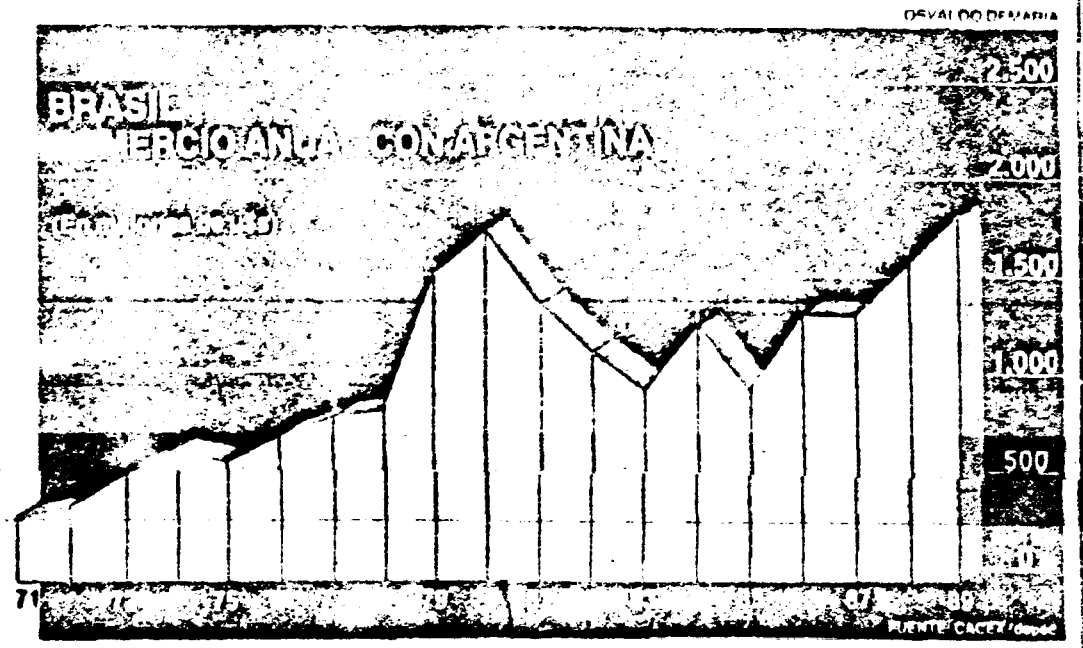
La historia económica enseñó hace mucho que los mercados pobres no son buenos para los productos de calidad, sean estos bienes o servicios. Y ni aun Brasil, con más de 140 millones de habitantes, puede darse el lujo de reducir el consumo al tercio de su población si realmente aspira tener aquella economía de escala.

La realidad sugiere que aun en el área del comercio bilateral la integración no tiene respuestas inmediatas. Los gobiernos de ambos países celebraron este año el crecimiento del intercambio en 1989 (y en el caso argentino el superávit más importante desde 1977), pero lo cierto es que el comercio total fue de apenas cien millones más [illegible] el que ya se registró en 1980 (véase cuadro III).

La integración no ha logrado aún estabilizar un intercambio que sufrió muchos vaivenes en las últimas dos décadas. Desde que rigen los primeros acuerdos bilat[illegible] —1986— ese comercio tuvo altibajos y el aumento no se acerca todavía al salto cualitativo que dio entre 1978 y 1979 (90,72%).

Los potenciales nuevos socios siguen el mismo curso de limitación. En la reunión que celebraron hace [illegible] semanas en Brasilia ministros de los cuatro países, Uruguay debió abandonar su reclamo de tratamiento preferencial que se les concede a los países de menor desarrollo relativo.

En la intimidad del intercambio el canciller uruguayo Héctor Gros Espiell admitió que el pedido era insostenible y que el gobierno de Luis Lacalle había consultado con el empresariado. La conclusión fue: el costo de quedar al margen de la integración sería mayor que el de enfrentar la reconversión productiva que supone una nueva división del trabajo. Para hallar una salida al ajuste estructural pareciera que solo existe el túnel de un nuevo ajuste.



En el mismo encuentro los delegados de Chile propusieron una franja intermedia entre el mercado común y la zona de libre comercio. Los ministros **Enrique Silva Sima** (Relaciones Exteriores) y **Carlos [illegible]unami** (Planeamiento) propusieron el libre tránsito de bienes, capital y servicios pero dejaron en claro que Chile desea conservar las ventajas competitivas que supone haber establecido [illegible] arancel único del 15%.

A lo largo de toda la reunión quedó en evidencia un contraste tenso entre Silva Sima y Ominami. Aquel rescató el discurso político de la integración, mientras que este recordó que Chile había hecho el esfuerzo de abrir su economía antes que los otros y no pensaba desandar el camino, sino esperar que estos lo alcanzaran.

El jueves 2 el canciller **Domingo Cavallo** se reunió con empresarios brasileños en San Pablo en acto de congratulación recíproca por las bondades del curso emprendido. Ese mismo día cualquiera podía comprar en los quioscos las ediciones del **Jornal do Brasil**, informando sobre el surgimiento de nuevas **favelas** (villas de emergencia) alrededor de las ya establecidas hace décadas, o del semanario Veja que aseguró que la presunta octava economía del mundo era, si se la medía con criterios realistas, la número 45, con lo que el Brasil quedaba detrás de países como Panamá y Gabón.

Oscar Raúl Cardoso

PARTES POCO LEGIBLE 01-01 9005010

° DOCUMENTO
TITULO URSS SIN DIVISAS PARA CEREALES ARGENTINOS
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA 12/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
RELACIONES INTERNACIONALES 11399
URSS 10175
FACTOR ECONOMICO 11161
COMERCIO EXTERIOR 11409

ENTRADO
CRUZADO

La URSS, sin divisas para los cereales

Las dificultades en la tenencia de divisas extranjeras que está soportando la Unión Soviética crearían problemas para la venta de cereales argentinos a ese mercado en un momento en que el trigo está bajando su precio en Chicago y tanto la soja como el maíz se encuentran con mercados variables.

La Unión Soviética, el mercado más tradicional para los granos argentinos en los últimos quince años, seguramente buscará los cereales estadounidenses para sus compras, ya que ese país le puede otorgar un crédito que la Argentina no se encuentra en condiciones de satisfacer.

Es por ello que la situación puede ser solamente contenida con los anuncios de bajas en las retenciones que realizó el gobierno nacional, por lo que la siembra para la próxima campaña para la soja y el girasol podría ser algo menor que la de este año.

Por ello, en estos momentos la soja vale más como materia prima que sus derivados y, de acuerdo con Marcelo Avogadro y Jorge Campbell, dos especialistas que elaboraron un informe técnico en los últimos días, mucho tiene que ver en ello —además de los costos internos en su referencia en dólares— con la falta de presencia de los soviéticos en el mercado por carecer de divisas para el pago de las importaciones.

9005011

INC... La UCR despues del Plebiscito
PROCESO... CNR N° 152024
FE... 12/8/90
VI... Argentina 10033
F. Políticas 11164
Partidos Políticos 11304

ENTRADO
CRUZADO

LA UCR DESPUES

¿Quién es más fuerte? ¿Alfonsín o Angeloz? ¿Cuál de ellos tiene más fuerza dentro del radicalismo? ¿Quién salió más golpeado después del No en el plebiscito bonaerense? Hay varias respuestas para cada pregunta que se formule sobre la UCR. Dentro de tres semanas pueden quedar menos enigmas, a partir de la reunión de la convención nacional que aparece como un test interno para medir fuerzas y diagramar políticas. Hasta ahora el eje del debate pasa por la forma de pararse frente a gobierno de Carlos Menem: más cerca o más lejos. Pero esta semana también habrá un plenario provincial bonaerense, con varios sectores calentando los músculos para la interna que determinará con qué fórmula los radicales se plantean recuperar los votos, el oxígeno y el futuro.

Con las uñas afiladas

Algo estalló en el radicalismo de Buenos Aires el 5 de agosto y las esquirlas se desparramaron por todo el tablero nacional de la principal fuerza de la oposición. Cerca de 4 millones de personas dijeron **no** a la reforma de una Carta Magna en cuyo contenido trabajaron las principales figuras de la UCR, entre ellas **Raúl Alfonsín**.

La bronca y la desesperanza de la gente ganaron en las urnas a la sustancia de la Constitución.

"Perdimos desde el vamos. La derecha económica le puso el ritmo a la campaña, y *nosotros* nos limitamos a responder a los slogans", acepta hoy **Leopoldo Moreau**, cuya cabeza fue la primera en rodar pese al disgusto que provocó entre correligionarios del Movimiento de Renovación y Cambio (RyC), mayoritario en el distrito.

Dos de cada tres dieron la espalda al camino marcado por los dirigentes radicales y no toda la responsabilidad debe cargarse ahora al gobernador **Antonio Cafiero** o en la "salvaje" interna peronista. Así piensa, por lo menos, el líder de la Corriente de Opinión Nacional (CON), **Federico Storani**.

Uno de sus hombres en la conducción del distrito, **Juan Carlos Stavale**, siguió los pasos de Moreau para provocar **un estado de asamblea**.

Ni lerdos ni perezosos, para evitar la anarquía, según expusieron, los orientadores de RyC bloquearon la salida de **Melchor Cruchaga**, el casellista que en la turbulencia tendrá que pilotear el barco hasta los comicios internos de 1991.

En el grupo de **Melchor Posse**, quien podría hacer **un renunciamiento** a su precandidatura a gobernador el 21 del corriente, se inició un movimiento para cambiar **personas, propuestas y formas**. Aparentemente sin control, **Pascual Cappelleri pidió decapitaciones indiscriminadas**.

El balbinista **Antonio Tróccoli**, el mismo que anticipó el mediodía del domingo pasado un triunfo del **no más grande que una casa**, cargó lanza en ristre con **un no va más** a los acuerdos de cúpulas.

Este trazo grueso, que reconoce vasos comunicantes con radicales de otros pagos, en especial uno, aún difuso, con el gobernador de Córdoba, **Eduardo Angeloz**, pinta de forma incompleta el complejo mosaico radical bonaerense.

El jueves de esta semana habrá plenario provincial. Se reunirán 24 delegados. Trece responden a RyC, 7 a la CON, y los restantes se reparten entre Movilización Radical, de Posse, y al balbinismo.

¿Cómo encaran el futuro los distintos sectores?

● **Renovación y Cambio:** en el movimiento alfonsinista, **Juan Manuel Casella** reclama asumir los errores y **decir la verdad**. En obvia referencia a Tróccoli y Posse, asegura que **"los especuladores perderán"** y alienta **nuevas formas de acercamiento con la sociedad**, tras la ruptura del 5 de agosto.

José Dumón, quien llamó a una reunión para el martes, dijo que la renuncia de Moreau no resuelve la encrucijada del radicalismo bonaerense. Primero, el debate —planteó—, después que "se vayan" los que no hicieron los deberes.

● **Corriente de Opinión**: los storanistas no eluden las culpas por el fracaso, pero discrepan con el diagnóstico de Moreau y afirman que llevar a Cruchaga a la presidencia es "una mezquindad" de Casella, porque —sostienen— "nadie puede hacerse el distraído". Con la bandera antiMenem, enjuician al "ajuste inpiadoso" del gobierno peronista.

● **Movilización Radical**: Posse puso proa hacia **línea Buenos Aires**, un movimiento superador —dice— que el 21 de este mes deliberará en la Capital Federal. Juntará al ex intendente **Luis Sagol**, al jefe comunal de Mar del Plata, **Angel Roig**, al presidente del comité de Vicente López, **Osvaldo Alvarez Guerrero**, y a Tróccoli. Allí, en la búsqueda de un cambio de rumbo, propondría encuestas, para radicales y no radicales, sobre preferencias políticas; una forma de bajarse de la precandidatura a gobernador, insinúa.

● **Balbinistas**: aliancista (de la mano de Angeloz), el balbinista Tróccoli considera desafortunadas, declaraciones de Alfonsín en las que este afirmó que el no significó un retroceso democrático. No espera cambios profundos en el distrito, solo **otro maquillaje**. No transita la ruta de **César García Puente**, más cerca de Casella.

¿Por la casa de Alfonsín, un bonaerense al fin, qué?

Atento a la confrontación de proyectos con Angeloz, se prepara para la convención de setiembre, en la que espera imponer, por los dos tercios, las nuevas bases de acción política del radicalismo.

Alfonsín interpreta ahora que el no del plebiscito hizo transparente el malhumor de sus comprovincianos por la crisis económica y social en la que también tuvo algo que ver.

Duro opositor del presidente **Carlos Menem**, Alfonsín razona que el golpe a los partidos no puede alegrar a nadie y menos a Angeloz. Para reconstruir, indagará: ¿qué es lo que la gente quiere volver a escuchar?, ¿en qué creer?

La resolución de la candidatura a gobernador para 1991 será una prueba de fuego.

Algunas coincidencias:

- Romper la burbuja internista.
- Lograr un pacto de gobernabilidad.
- Restablecer la comunicación con la sociedad.
- Definir el perfil sin ambigüedades.
- Levantar una propuesta alternativa económica.
- Defender el sistema de partidos.

El afán acuerdista choca con algunas piedras. Una de ellas, el nombre del candidato a gobernador, descartada sin vueltas la postulación de Moreau.

● Storani propone al intendente de Bahía Blanca, **Juan Carlos Cabirón**, uno de los suyos.

● Posse, sin bajarse del caballo, trata de ampliar su base seduciendo a Tróccoli y a Sagol. Los tres criticaron la oportunidad y la metodología del plebiscito.

● Casella, no tan dañado y en apariencia ya sin doble jefatura en su movimiento, ha dicho que no competirá.

● **Juan Carlos Pugliese**, resistido por Posse, es a los 80 años el mejor visto por Alfonsín, pero solo aceptaría si hay consenso. ¿Habrá consenso?

Arnaldo Pagnotti

9005012 Copyright Clarín, 1990

01 01

MENEM AFIRMO SU PODER EN EL PERONISMO Y BUSCA ALIADOS MAS ALLA DE LAS FRONTERAS PARTIDARIAS

La otra cara del menemismo

"¿Por qué no descubrir nuevos hombres, nuevos sectores, nuevas propuestas, nuevas coincidencias?"

La frase, una directa convocatoria a la **apertura y mutación** del peronismo, forma parte del documento que **Carlos Menem** envió a la "cumbre" justicialista que se reunió en Mar del Plata a fines de mayo. Allí están, nítidas, las huellas del **realineamiento político** que cada vez más abiertamente se impulsa desde el Gobierno.

Ahora, ese impulso seguramente encontrará eco perfecto en la conducción del Partido Justicialista: el encargado de leer aquel documento en el acto de cierre de Mar del Plata fue el senador **Eduardo Menem**, flamante titular del PJ.

El Presidente encontró otra ocasión propicia para volver sobre el tema: cuando se conocieron los resultados del plebiscito bonaerense manifestó: **"Este es el fin de los ideologismos"**, que como todo final es **el principio** de otra cosa.

Las pulsaciones de quienes sueñan con la nueva criatura llamada **menemismo** se aceleraron cuando los votos del plebiscito terminaron de **empujar al abismo** a las dirigencias partidarias que habían pisado fuerte desde 1983 a la fecha. Ahora, se ilusionan, la tarea fundacional puede resultar más sencilla.

La Plaza del Sí, convocada el 6 de abril en apoyo del ajuste económico y las privatizaciones, echó luz sobre la embrionaria conformación del **menemismo**: una mixtura que a partir del fuerte componente justicialista incorporase a la política lo que **Menem** ya incorporó a su gobierno.

Desde entonces, solamente la notable autonomía de vuelo de **María Julia Alsogaray** permitió seguirle el rastro al intento: ella es la expresión más clara de la **vertiente no peronista del menemismo.**

Pero llegó el **plebiscito** bonaerense y, con él, la posibilidad para que distintos sectores **políticos, económicos y sociales** se expresaran por el **no**, traduciéndolo como un **apoyo a Menem**. Son los mismos sectores que suelen defender con fervor los ejes de la acción del Gobierno y que con cierta ligereza resultan definidos como **la derecha**, como si fueran los únicos **habitantes** de ese costado ideológico.

En **otro** país y con **otro** presidente, esto pudo ser un **contrasentido**, porque **Menem** —aún tibiamente— se pronunció por **el sí**. Apuntaba sobre todo a su propio interés: la reforma de la Constitución Nacional, único camino para la reelección.

Pero en **este** país, la **nueva realidad** desencadenada después de las urnas bonaerenses vuelve a dar alas a un proyecto que **Menem ve con indisimulado agrado.** La traslación de su poder a la conducción **del Partido Justicialista**, consecuencia directa del plebiscito que precipitó la renuncia de **Cafiero**, derribó el obstáculo **más importante** para la creación del **menemismo.**

♦ Señales en el camino

A esta altura, algunos datos no deberían pasar inadvertidos:

● En otro capítulo de la telenovela liberal, **Adelina** dijo hace pocos días que **María Julia** pretende ser la **vicepresidente de Menem**. Nadie la desmintió.

● En el mundillo político se habla con insistencia del **apoyo efectivo** que desde algún sector del Gobierno tuvo la campaña **por el "no" de Alberto Albamonte.** El diputado ucedeísta aseguró: **"Barrionuevo no me dio un solo dólar, como se anda diciendo por ahí"**. Agregó que al jefe de las obras sociales **"lo conocí personalmente dos días después del plebiscito, en el programa de Neustadt"**. Sostuvo además que los gastos de su campaña —que algunos calculan en 350.000 dólares— fueron solventados con el aporte de empresarios.

● La misma noche del plebiscito, **menemistas** de La Plata ofrecieron a la UCeDé de ese distrito una concejalía y dos direcciones en la Intendencia, pensando en los comicios de 1991. Cuando los liberales reclamaron además una senaduría provincial, les dijeron que ese puesto **ya estaba reservado** para la Federación de Partidos Municipalistas que encabeza **Abel Blas Román**, ex intendente platense en tiempos del régimen militar.

● Los municipalistas de **Román** trabajaron por el "no" junto a **Cambio Ciudadano**, la nueva agrupación timoneada por el dirigente empresarial **Osvaldo Cornide.**

Menem con María Julia. Menem con Albamonte. Menem con Cornide. El Presidente busca "nuevos hombres, nuevos sectores, nuevas propuestas, nuevas coincidencias".

● **Albamonte y Cornide** fueron los impulsores del "no" que el mismo domingo —horas después del plebiscito— hablaron con el presidente **Menem**, quien **estaba** confiado los resultados cómodamente instalado en La Rioja.

♦ Menemistas de antes

Albamonte no es un recién llegado a este proyecto. Cuenta que **"antes de las elecciones del '89, cuando todos los dirigentes de la UCeDé buscaban negociar con Angeloz, yo jugué todo a Menem"**. Diez días antes de las elecciones **se entrevistó** con el entonces candidato justicialista. La apuesta tuvo un fruto fugaz: **Menem** le ofreció la Secretaría de Comercio, aceptó el cargo, pero renunció **antes de** asumir.

Quiere que el liberalismo **llegue al poder** y piensa que esa aspiración está en camino de cumplirse porque **"el proyecto de Menem está cada vez más sólido"**.

Sus conmilitones liberales **se exaltan** cuando dicen que su proyecto **personal** excede las fronteras de la UCeDé. Contesta que hizo campaña por el **"no" sin usar** la identificación partidaria **porque "la UCeDé, como el MAS, es una expresión marginal electoralmente hablando: si el plebiscito se transformaba en una elección entre peronistas y radicales de un lado y el MAS y nosotros del otro, nos aplastaban"**.

Supone que **todos** los partidos **tendrán** que cambiar, después del **plebiscito.** Apocalíptico, agrega que la UCeDé **"crece espectacularmente o desaparece". Y se esfuerza** por mostrar confianza **en el futuro** liberal, porque viene creciendo **"desde el '84, cuando la UCeDé era solamente el partido de los oligarcas y de Alsogaray".**

Se le pregunta si piensa **integrar la** fórmula **junto a un peronista** para las próximas elecciones en la **provincia de** Buenos Aires y contesta que **"es apresurado hablar de candidaturas". Pero aclara** que no le interesa ser vicegobernador: **"Tocar el timbre del Senado en La Plata no es el sueño de mi vida"**.

Cornide viene de otro lado. **Tiene en su** historia más de veinte años **como dirigente** político: empezó en la UCRI **y pasó por** Línea Popular y el MID, **siguiendo al** desarrollismo. Desde el '83 **se dedicó a la** política empresarial y **ahora preside la** Coordinadora de Actividades **Mercantiles** Empresarias (CAME), que **tiene alrededor** de 900 cámaras de comercio **asociadas** en todo el país.

Dice que alrededor de **Cambio Ciudadano** se agruparon las **cámaras de comercio** bonaerenses pero también **sociedades** rurales, uniones vecinales, **ligas de amas** de casa, personalidades **sin partido y estructuras** vinculadas **con la Iglesia**, como las ligas de Padres de Familia.

Cuenta que con **Menem trabó relación** en La Rioja, después de las **elecciones del '89: "habían empezado los saqueos y yo fui a decirle que iba a proponer un paro general de obreros y empresarios, para que Alfonsín adelantara la entrega del poder".**

Sigue siendo desarrollista, **"[illegible] hace seis años que no hablo con [illegible] rio"**. Y dice que apoya a **Menem "[illegible] su proyecto sirva para el desarrollo del país: yo no soy liberal, soy [illegible]"**.

Se considera amigo personal **[illegible] Ubaldini**, admirador de **Aldo [illegible]** actuación en Malvinas" y dice **[illegible]** "grandes coincidencias" con **[illegible] Posse**, el intendente radical de San **[illegible]** su viejo compañero de ruta política **[illegible]** quiere ser candidato de la UCR en el '91.

Cornide, en cambio, **con todo el énfasis** posible dice **"no quiere ser gobernador".** Pero advierte que **Menem ya debería** [illegible] ocuparse, porque cree que el peronismo corre serios riesgos **electorales en los cuatro** grandes distritos: **Buenos Aires**, Capital Federal, Córdoba y **Santa Fe.**

La advertencia es **un poco tardía**: de eso **Menem** se percató **hace rato y por ello** está intentando anudar **alianzas con fuerzas** políticas de distinto **pelaje.**

Raúl Granillo Ocampo, el secretario legal y técnico de la Presidencia **que suele** desgranar reflexiones propias **de un ministro** del Interior, dice que ya **es tiempo** de definir, de cara al '91, **"si buscamos aliados que coincidan con el programa del justicialismo, o se convoca a todos los que estén de acuerdo con el proyecto de Menem".**

Julio Blanck

Un bis del Estado social

La UCeDé de la Capital Federal, que preside el asesor presidencial **Alvaro Alsogaray**, celebró alborozada el resultado del plebiscito bonaerense. Lo calificó como **"una aplastante derrota de la socialdemocracia**, que se opone al plan transformador del doctor Menem, tendiente a implantar una economía de mercado".

Además del concepto de "función social de la propiedad" y la autonomía municipal, uno de los aspectos de la frustrada reforma constitucional bonaerense que más enérgicamente rechazaron los liberales fue el contenido del artículo 1°. En su primera frase decía: "La provincia de Buenos Aires, como parte integrante de la República Argentina, constituye un **estado social y democrático de derecho**".

Ahí está la madre del borrego, tronaron los liberales, denunciando desde su primer artículo el texto bendecido políticamente por **Antonio Cafiero y Raúl Alfonsín.**

Sin embargo, no se escucharon esas mismas voces levantándose contra una frase similar: "Relocalizar el Estado es democratizarlo, porque aspiramos al **Estado social y democrático de derecho**". La frase en cuestión está en la página 107 del libro titulado "Reforma del Estado y transformación nacional", publicado hace diez días y cuyos autores son **Carlos Menem y Roberto Dromi.**

Copyright Clarín, 1990
900501 3
01-01

Nº DOCUMENTO 9000014
TITULO Asumió Eduardo Menem la jefatura del justicialismo
Clarín 15/08/24
11/8/90
Argentina 10033
F. Política 11164
Partidos Políticos 11304
ENTRADO
CRUZ 409

CLARIN ★ Buenos Aires, sábado 11 de agosto de 1990

Asumió Eduardo Menem la jefatura del justicialismo

Carlos Menem fue designado ayer presidente del Consejo Nacional del justicialismo y, como estaba previsto, solicitó una licencia que le fue aceptada. La jefatura, entonces, pasa a manos de su hermano Eduardo, designado vicepresidente pero a cargo de la presidencia partidaria. Así cierra el peronismo una crisis con punto de partida en el resultado del plebiscito del domingo pasado tras el cual renunció a la presidencia del partido Antonio Cafiero. Queda pendiente la formación de la comisión de acción política que reflejará la nueva radiografía del poder interno en el partido.

Algunas discusiones intermenemistas impidieron implementar el todo de la operación. Pero con la asunción de la **titularidad efectiva del Consejo Nacional por parte de su flamante vicepresidente, Eduardo Menem, y con las promociones de Roberto García y César Arias a las vicepresidencias 1ª y 2ª del organismo** quedó ayer concretado el paso esencial hacia la **"menemización" de la conducción del peronismo.**

Esas designaciones, junto con la de **Carlos Menem como presidente del partido**, se formalizaron tras el trámite de la **aceptación de las renuncias** presentadas por el hasta ayer titular del Consejo, **Antonio Cafiero**, y por el vicepresidente 1º, el cafierista **José María Vernet.**

Pese a que la cita era solo para los 23 integrantes del cuerpo ejecutivo, las decisiones adoptadas en la reunión de algo más de 2 horas de la conducción partidaria contaron con la aprobación de 55 de los 103 integrantes del plenario del Consejo Nacional, esto es algo más de la mitad más uno.

Como una variante no prevista en las informaciones previas sobre la operación, su procesamiento forzó además **la presentación de la renuncia de Roberto García, y su aceptación por parte del cuerpo**, al cargo que tenía **hasta el momento**, el de vicepresidente 2º.

Es que solo con este recurso se configuraba la situación de acefalía total en la máxima jerarquía de conducción partidaria que justificara la puesta en marcha del mecanismo de sucesión elegido.

"Solicito tengan a bien liberarme transitoriamente de cumplir con las obligaciones inherentes al cargo de presidente de nuestro partido, y en consecuencia **me concedáis licencia por el tiempo que subsista la situación en que me encuentro"**, sostenía el párrafo clave de la nota —versión impresora de computadora— enviada a la reunión del Consejo por Carlos Menem, puesta a consideración de los presentes inmediatamente después de las designaciones.

Antes, el Presidente había dejado en claro que **"desde lo más profundo de mi corazón debo expresar que me llena de orgullo**, como argentino y peronista, la nominación que ostento en el seno del partido, y con **más razón** la que acabáis de concederme, que **acepto complacido".**

Por cierto, los consejeros resolvieron rápidamente **conceder al Presidente la licencia solicitada**, para dar lugar entonces a la entronización de Eduardo Menem como presidente a cargo. En este caso, la aprobación fue menos inmediata y generó **algunos cruces verbales que pusieron algo de sal a la instrumentación de un proceso que venía concertado en ámbitos menos orgánicos.**

♦ Dardos cruzados

El riojano **Jorge Yoma**, un menemista crítico, y el dirigente farmacéutico **José Azcurra**, del "grupo de los 8", plantearon que las resoluciones adoptadas **deberían ser analizadas en el seno del plenario del Consejo Nacional.**

Después de algunas discusiones, se aprobó la variante de **convocar dentro de los próximos 90 días** —para una fecha **no precisada**— al plenario, para que tenga oportunidad de **ratificar lo actuado.**

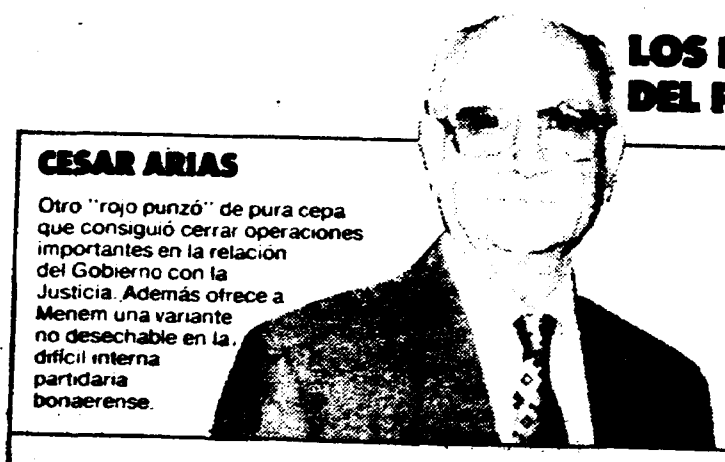
Azcurra, además, hizo público su enojo por **"las negociaciones entre bambalinas de toda esta semana, de la que los consejeros nos enterábamos por las versiones de la prensa".**

El diputado entrerriano **José Carlos Ramos**, del "grupo de los 8", pidió la palabra para asegurar que, aunque reconoce la "autoridad moral" del senador Menem, **no cree en cambio en su "autoridad política"**, en expresa alusión a la relativamente reciente militancia partidaria del hermano del Presidente.

Y tras reivindicar para su sector la "fidelidad al pensamiento del general Perón" y la decisión de "hacer política desde los intereses y necesidades de las bases", formuló sus **"dudas"** sobre la eficacia del método de designaciones elegido para **garantizar el juego del disenso en el seno del partido.**

José Luis Manzano y el dirigente juvenil riojano **Alberto Conca** le salieron al cruce. Manzano, para acusar de **"perverso"** al razonamiento de Ramos, porque "aquí estamos los **hombres de Menem**, que es el **único que cuenta con el consenso de la gente**". Conca, para puntualizar que **"todos somos representantes del pensamiento de Perón, no solo «los 8»".**

LOS NUEVOS HOMBRES FUERTES DEL PJ

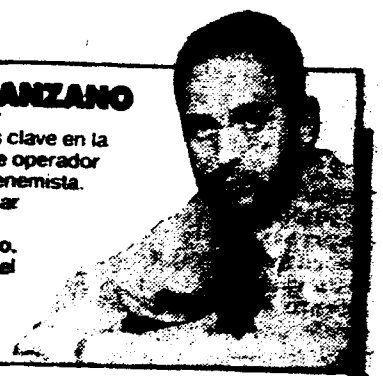


CESAR ARIAS

Otro "rojo punzó" de pura cepa que consiguió cerrar operaciones importantes en la relación del Gobierno con la Justicia. Además ofrece a Menem una variante no desechable en la difícil interna partidaria bonaerense.

JOSE LUIS MANZANO

Exhibe dos virtudes clave en la etapa: capacidad de operador y convicción neomenemista. Diestro para cabalgar sobre un bloque de diputados conflictivo, es el poder detrás del trono en la vicepresidencia del Consejo partidario.

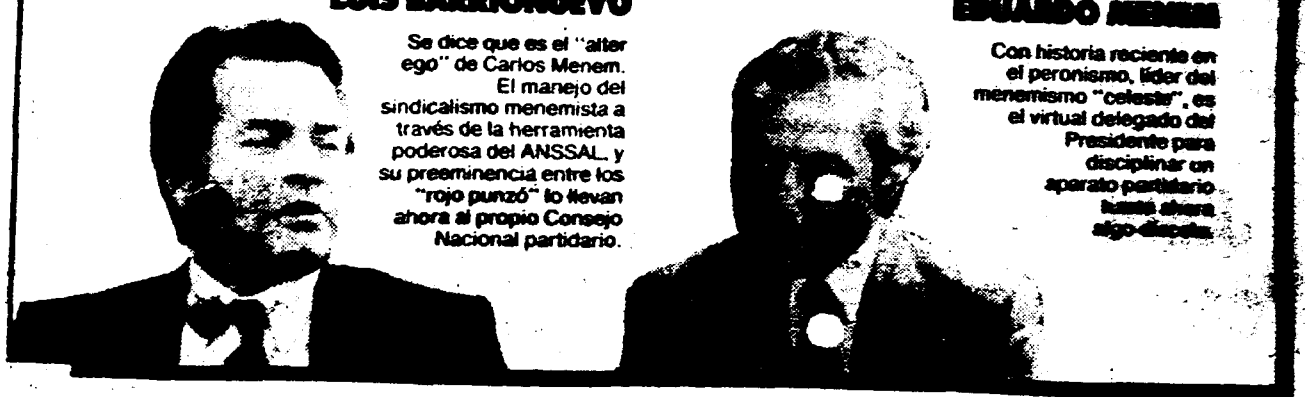


LUIS BARRIONUEVO

Se dice que es el "alter ego" de Carlos Menem. El manejo del sindicalismo menemista a través de la herramienta poderosa del ANSSAL, y su preeminencia entre los "rojo punzó" lo llevan ahora al propio Consejo Nacional partidario.

EDUARDO MENEM

Con historia reciente en el peronismo, líder del menemismo "celeste", es el virtual delegado del Presidente para disciplinar un aparato partidario hasta ahora algo disperso.



El incesante juego de presiones entre "rojos punzó", "celestes", neomenemistas manzanistas y neomenemistas grossistas, duhaldistas y saadistas obligó a postergar el otro elemento fundamental de la operación "menemizadora" del Consejo. Consistía en la designación de una comisión de acción política como ámbito de expresión del reparto de los espacios de poder entre esos sectores del espectro menemista.

En la serie de reuniones previas —la más importante de las cuales había sido presidida por el propio Carlos Menem el miércoles, en Olivos— pareció consagrarse ese reparto con la conformación de una comisión en la que los "rojo punzó", con **Luis Barrionuevo** a la cabeza, aparecían como **primera minoría relativa.**

Pero en las últimas horas del jueves seguían **entrando y saliendo nombres de la lista** al compás de las presiones y contrapresiones de los distintos sectores. Esa suerte corrieron, por ejemplo, el gobernador catamarqueño, **Ramón Saadi**, o el dirigente juvenil riojano y funcionario de Acción Social **Alberto Conca.**

Mientras se trata de conseguir un acuerdo definitivo, el Consejo adoptó en el tema una solución formal: se otorgó a Eduardo Menem y al secretario de acción política del organismo, el senador **Rubén María**, la facultad de **designar a los integrantes de la comisión.**

Más importante aún: por otra resolución el senador Menem dispone de autoridad para **reasignar funciones entre los integrantes del cuerpo ejecutivo del Consejo.** Lo que implica, quizás, **algunos cambios en secretarías de peso político específico.**

01-01
9005014

INDEMNIZACION A DETENIDOS POLITICOS
LA NACION 150025
11/8/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
GOBIERNO NACIONAL 11302
FACTOR MILITAR 11163
SUBVERSION 11140

ENTRADO
CRUZADO

LA NACION Sábado 11 de agosto de 1990

Prevén indemnizar a detenidos políticos por el gobierno militar

El Poder Ejecutivo envió ayer al Parlamento un proyecto de ley que establece el pago de indemnizaciones por daños y perjuicios para ex detenidos que sufrieron a disposición del Poder Ejecutivo durante el último régimen militar y que inicien juicios al Estado.

La iniciativa determina que los beneficiarios de esa indemnización percibirán el equivalente a 12 sueldos, que se incrementarán anualmente a la misma categoría del agente civil de la administración pública nacional, la que cada año que haya durado la detención.

Para acceder al beneficio, los ex detenidos deberán iniciar, como requisito previo, dentro de los 180 días de entrada en vigencia de la ley, la acción legal por indemnización de daños y perjuicios y una acción ante la Comisión Bicameral por aplicación de la ley.

El proyecto contempla específicamente los casos en que la víctima hubiera fallecido o sufrido lesiones "gravísimas" durante el lapso de la detención. En ambos casos, el beneficio corresponderá en cabeza, al momento de la detención, que también con el debido caso será "ajustado en función a las particulares circunstancias de las causas en cuestión".

La solicitud del beneficio deberá efectuarse ante el Ministerio del Interior, ante dependencias de cada Capital, dentro de los 180 días de la entrada en vigencia de la ley.

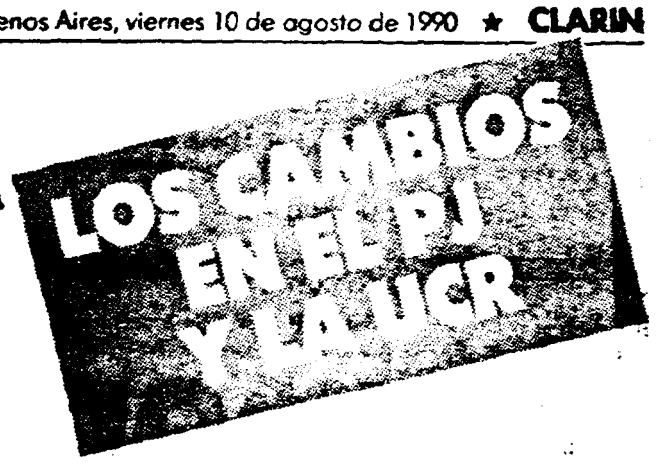
En los casos de detenidos en trámite, dentro de los 60 días de encontrarse firme la sentencia que rechazó la demanda por prescripción.

01-01

9005015

Nº DOCUMENTO 3000818
TITULO Cambios en PJ y UCR luego del plebiscito
FECHA DE PUBLICACION CLARIN 15 0024
FECHA DE ENTRADA 10/8/90
VIA DE INGRESO Argentina 10033
F. Política 11164
Partidos Políticos 11304

ENTRADO
CRUZADO



CLARIN ★ Buenos Aires, viernes 10 de agosto de 1990

El Consejo Nacional del Partido Justicialista aceptará hoy la renuncia de Cafiero. Elegirán una conducción que expresará la nueva relación de fuerzas. El neto dominio del menemismo asoma como primer efecto concreto del plebiscito bonaerense. Otra consecuencia: Ubaldini será reelegido secretario general de la CGT-Azopardo el 17 de octubre. Desde esa posición de fuerza buscará la candidatura a gobernador de Buenos Aires (véase página 4). También hay reacomodamientos en el radicalismo. Luego de la renuncia de Moreau, queda al frente de la UCR bonaerense el diputado Cruchaga, vinculado con Casella (véase página 5). Como broche, hay una nueva gestión del Gobierno para incorporar gente de Angeloz, ante el debilitamiento "alfonsinista". El presidente Menem se reunirá hoy con el gobernador de Córdoba (véase página 5).

Consolidael peronismo una nuevarelación de fuerzas

Con la reestructuración del Consejo Nacional partidario, de filiación **excluyentemente menemista en todas sus variantes y colores**, el justicialismo consagrará hoy **su nueva relación interna de fuerzas**. A partir de las 10, **20 miembros** del cuerpo ejecutivo del Consejo se reunirán para considerar, y aceptar, las renuncias de **Antonio Cafiero** y de **José María Vernet** y entronizar en la conducción la fórmula integrada por **Carlos Menem**, como titular formal aunque en uso de licencia, y por **Eduardo Menem** como vicepresidente en ejercicio efectivo de la presidencia.

Una larga serie de reuniones concretadas después de la derrota de Cafiero en el plebiscito bonaerense del domingo, y de su renuncia, preparó la operación para "menemizar" el partido. El debate definitivo se concretó en la residencia presidencial de Olivos, conducido por el propio presidente Menem, en la noche del miércoles pasado.

La renuncia presentada ayer por el cafierista **José María Vernet** —tras una charla matinal con Menem— a la vicepresidencia 1ª del Consejo cerró el modelo definido.

Carlos Menem remplazará a Cafiero en la presidencia del partido para continuar en uso de licencia "mientras dure mi mandato en el Gobierno", según aclaró ayer públicamente. Su actual cargo de vicepresidente del partido será ocupado por su hermano, el senador **Eduardo Menem**.

Roberto García, actual vicepresidente 2º, será promocionado para remplazar a Vernet. El subsecretario de Justicia, **César Arias**, hasta hoy apoderado y vocal del cuerpo ejecutivo, accederá al lugar que dejará vacante García.

El "celeste" Eduardo Menem, el neomenemista García y el "rojo punzó" Arias expresan, en el nuevo organigrama, la dinámica del juego entre los distintos sectores del menemismo. La permanencia en la secretaría general de Carlos Grosso, un renovador neomenemista con matices que lo distinguen del "manzanismo", completa el cuadro en el núcleo de la cúpula.

Pero será un cuerpo especial asesor del Consejo, la comisión de acción política, el escenario más claro del nuevo reparto de poder en la estructura formal del partido.

Con una función todavía por definir, los **13 cargos** de esa comisión fueron **objeto de duras pujas y variadas presiones** en las reuniones de definición de la operación "menemizadora".

Tal vez por su origen claramente renovador, quizás porque aparece como el **aliado natural del cafierismo en la provincia de Buenos Aires**, el vicepresidente **Eduardo Duhalde** debió **batallar hasta última hora para que algunos de sus hombres de confianza pudieran integrar esa comisión**.

Finalmente, en Olivos, logró que el titular de la Cámara de Diputados, **Alberto Pierri**, y el vicepresidente 1º de esa Cámara, **Augusto Alasino**, compartan la comisión.

También la integran los "rojo punzó" **Luis Barrionuevo, Alberto Kohan, Julio César Aráoz, Rubén Cardozo y Claudia Bello**; los neomenemistas **José Luis Manzano, Miguel Angel Toma, Rubén María** (secretario de Acción Política del Consejo) y **Liliana Gurdulich de Correa**, y el "celeste" **Eduardo Bauzá**.

♦ Voces discordantes

Para el lugar restante se designó al líder de la otra variante del menemismo, la que los demás asimilan con mayor dificultad: el gobernador catamarqueño **Ramón Saadi**.

De visita en la Capital y al término de un almuerzo en el que reunió a 6 senadores y 20 diputados próximos a su línea, Saadi aseguró sin embargo que **no había sido consultado para integrar** la comisión.

Más aún: afirmó que no está de acuerdo con este **modelo de reestructuración de la conducción justicialista**. "No es hora de limitarse a **ocupar espacios** —explicó— sino de **darse el amplio y profundo debate ideológico que el peronismo tiene pendiente para definir desde allí lo organizativo**".

[illegible] anticipó que pedirá que se convoque de manera urgente al congreso nacional partidario, como ámbito natural del debate que propone, y que se fije un sistema de elección de la conducción por el voto directo de los afiliados. Entretanto, habría que designar una conducción provisional, representativa de "todos los sectores del movimiento, menemistas y no menemistas", que él mismo, Ramón Saadi, no tendría inconvenientes en presidir.

Hombres de algunos otros sectores internos, además del saadismo, participaban ayer de algunas consultas para **cuestionar hoy en la reunión del Consejo el método elegido para reestructurar la conducción**.

Algunos menemistas como el riojano **Jorge Yoma** y los representantes del "grupo de los 8", como **José Carlos Ramos** y **José Azcurra**, coincidían en la necesidad de que las renuncias de Cafiero y Vernet y el método del remplazo sean discutidos por el **plenario del Consejo Nacional Justicialista y no solo por el cuerpo ejecutivo**. El plenario está constituido por **103 miembros**, algunos de los cuales, como el gobernador pampeano **Néstor Ahuad**, también habían manifestado públicas objeciones al acuerdo intermenemista.

En cambio, su colega entrerriano **Jorge Busti** —integrante del cuerpo ejecutivo del Consejo— desmintió versiones que lo incluían en el grupo de los disconformes.

"Hoy el jefe es Carlos Menem y cuenta con nuestro total apoyo", explicó Busti en un comunicado. Y aclaró que "si el compañero Menem decide por razones de Estado no conducir el partido, y confía en [illegible] Eduardo Menem, también apoyamos esa decisión".

Carlos Corach, quien será confirmado como apoderado del justicialismo, aclaró ayer que la carta orgánica del PJ atribuye al cuerpo ejecutivo la facultad de designar a los hombres que tienen que ocupar los cargos vacantes en su seno, "siempre que los remplazantes sean consejeros", y que no hace falta reunir para eso al plenario del Consejo. Y recordó que Eduardo Menem y César Arias son en este momento vocales del cuerpo ejecutivo.

Estas discusiones, en todo caso, no alcanzarían para modificar la decisión tajante del presidente Carlos Menem. Después de las definiciones concretadas el miércoles en la extensa reunión en Olivos, ayer afirmó en la Casa de Gobierno que asumirá formalmente la titularidad del partido pero para delegarla inmediatamente.

"No se puede repicar y estar en la procesión —graficó—; si renuncia el doctor Cafiero tiene que asumir la titularidad del partido el vicepresidente, pero como al vicepresidente, yo, le preocupa más la República Argentina que su partido, entonces va a seguir de licencia hasta que termine sus funciones como presidente de la Nación."

01-02

0005016

Cómo se dibujó el mapa

Cinco horas de reunión —por momentos agitada y por momentos tediosa— en la residencia presidencial de **Olivos**. Con muchos **cigarrillos y cantidades de pizza y gaseosas**. Ese fue el **escenario donde comenzó a definirse el nuevo mapa político del peronismo** tras la renuncia de **Antonio Cafiero** a la conducción del partido.

El presidente Carlos Menem estaba sentado en la cabecera y muy cerca de él se encontraban el jefe de la bancada de diputados peronistas, **José Luis Manzano**; su compañero de bancada, **Roberto García**, y el **esidente** provisional del Senado, **Eduardo Menem**. También estaban el vicepresidente **Eduardo Duhalde**; el intendente metropolitano, **Carlos Grosso**; los ministros del Interior, **Julio Mera Figueroa**, y de Acción Social, **Eduardo Bauzá**; el secretario de Justicia, **César Arias**, y el titular del ANSSAL y principal referente de los menemistas "rojo punzó", **Luis Barrionuevo**.

No demandó mucho tiempo la discusión sobre el remplazante de Cafiero. Todos coincidieron en que el presidente Menem debía asumir la titularidad del PJ.

El Presidente aceptó y aclaró simultáneamente: **"Yo fui elegido para gobernar a todos los argentinos y esa tarea va a demandar todas mis energías"**. Propuso entonces que, tras un pedido de licencia a la conducción partidaria, su hermano Eduardo se hiciera cargo del comando.

De ahí en más, el Presidente se mantuvo prácticamente en silencio y dejó que los demás decidieran sobre la conducción política del peronismo.

No fue una tarea fácil. No solo había que conformar a las distintas líneas del menemismo sino que la ...parición en la provincia de Buenos Aires de la **nueva entente** conformada por **cafieristas** y duhaldistas **obligaba** a manejarse con cuidado extra: no resultaban suficientes los 22 cargos de la mesa de conducción del Consejo Nacional para tantos aspirantes.

Se inventó una solución "radical". Como lo hizo la UCR para distribuir más equitativamente el poder, se creó una **"comisión de acción política"** en la que hubo lugar para todos.

Duhalde aprovechó para colocar en ese organismo a **dos** de sus mejores operadores: el presidente de la Cámara de Diputados, **Alberto Pierri**, y el vicepresidente de ese cuerpo, **Augusto Alasino**.

La discusión subió de tono cuando Barrionuevo y Grosso se cruzaron palabras muy fuertes por la pretensión del intendente de colocar en ese organismo a uno de sus hombres. El fogoso y polémico titular del ANSSAL se resistió al comienzo con todos los argumentos posibles.

Pero transó "salomónicamente": cada uno puso el suyo.

El gobernador de Catamarca, **Ramón Saadi**, cabeza de una de las corrientes menemistas a la que se puede definir como "no verticalista", fue incluido en la comisión, que también estará integrada por la nueva subsecretaria de Acción Social, **Claudia Bello**, la senadora **Liliana Gurdulich de Correa**, el subsecretario de Energía, **Julio César Aráoz**, y el diputado **Miguel Angel Toma**, entre otros (ver aparte la nómina completa).

Las dificultades fueron menores cuando se definieron los nombres que acompañarán a Eduardo Menem en la conducción del partido. Roberto García ascendió a vicepresidente primero y Arias —anterior apoderado del PJ— quedó como vice segundo.

En varios pasajes la reunión se desordenó y además de los comentarios sobre la derrota sufrida por la Selección Nacional de básquet frente a la Unión Soviética no faltaron las referencias (algunas "picantes") sobre la futura interna en la provincia de Buenos Aires.

Duhalde no dijo nada pero esbozó una gran sonrisa cuando casi todos los presentes coincidieron en que el ex ministro de Defensa, ex diputado y ex senador nacional **Italo Argentino Luder** no podía ser el candidato del peronismo a la gobernación bonaerense.

En esos comentarios en "off", el vicepresidente de la Nación dijo que no aspiraba por el momento a presidir el PJ de la provincia de Buenos Aires y se mostró complacido por la actitud de Cafiero de dedicarse de lleno a revitalizar —en el próximo año— su acción de gobierno.

"Antonio hizo muchas cosas buenas durante su gestión, que no fueron correctamente publicitadas", admitió Duhalde en un aparte.

DANIEL P

Las vidas paralelas

Las actitudes de **Raúl Alfonsín** (mientras fue presidente) y de **Carlos Menem**, frente a sus respectivos partidos, encuentran coincidencias sugestivas.

● **Alfonsín** impulsó, a fines de 1985, la creación del cargo de **presidente nato** del radicalismo. Ese puesto solo será ocupado por el afiliado que sea presidente de la Nación, en tanto dure su mandato.

● **Menem** está a punto de ser nombrado titular del Partido Justicialista. Pero ya anunció que pedirá licencia partidaria mientras dure su mandato como presidente de la Nación.

● Junto con la figura de **presidente nato**, la UCR incorporó la de **presidente alterno** del Comité Nacional, que pasó a ser —al menos formalmente— el número 1 del partido. Desde fines del 85 hasta fines del 89, el cargo fue ocupado por el entonces presidente provisional del Senado y segundo en la línea de sucesión, **Edison Otero**.

● Apenas el Consejo Nacional Justicialista acepte el pedido de licencia del primer mandatario, pasará a ser el número 1 del PJ —al menos formalmente—, quien hoy será designado vicepresidente partidario: el presidente provisional del Senado y segundo en la línea de sucesión, **Eduardo Menem**.

● **Alfonsín**, obligado a concentrarse en las tareas de gobierno, colocó al frente de la UCR a un hombre de su más absoluta confianza (Otero).

● **Menem**, obligado a concentrarse en las tareas de gobierno, piensa colocar al frente del PJ a un hombre de su más absoluta confianza (su propio hermano).

● **Alfonsín**, que fue presidente de una UCR absorbida por el Gobierno entre 1983 y 1985, buscó a partir de entonces —y consiguió— que "el partido" fuese un obediente escudo defensor de sus políticas.

● **Menem**, que algunos dolores de cabeza tuvo con el PJ desde que llegó al Gobierno, espera que ahora "el partido" sea un obediente escudo defensor de sus políticas.

¿Tantas semejanzas son casualidad?

02 0

9005016

Nº. DOCUMENTO 9005017
TITULO CRUCHAGA asumió en UCR. Bs. As.
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA DE PUBLICACION 10/8/90
VINCULACION Argentinos 10033
F. PSP. 11164
PP. PP. 11304

ENTRADO
CRUZADO

Los sectores que encabezan Federico Storani y Melchor Posse reclaman la renuncia de toda la conducción del distrito

Cruchaga asumió en el radicalismo bonaerense

La renuncia indeclinable presentada anteanoche por Leopoldo Moreau a su cargo de presidente del comité bonaerense precipitó la crisis en la UCR, acentuada como consecuencia del resultado de la consulta popular del domingo último.

De acuerdo con el estatuto partidario, el actual vicepresidente 1º, Melchor Cruchaga, asumió automáticamente la conducción en el distrito. La asunción fue seriamente cuestionada ayer por Pascual Cappelleri, uno de los orientadores de la línea interna Movilización Radical, que postuló como precandidato a gobernador al intendente de San Isidro, Melchor Posse.

El dirigente de la Junta Coordinadora Federico Storani, al frente ahora de la Corriente de Opinión Nacional (CON), expresó a LA NACION que su sector cree que "Cruchaga también debe renunciar".

El vicepresidente 2º, Juan Carlos Stavale, enrolado en la CON, señaló que su dimisión "es política y no responde a una especulación", al reiterar que mantendrá su renuncia al cargo.

Los dirigentes de Renovación y Cambio (RyC) seguían incómodos por el mecanismo usado por Moreau para presentar la renuncia.

Renuncia por dos

La cronología de los hechos es, sustancialmente, la siguiente:

● El lunes último, por la noche, Moreau decidió intempestivamente presentar la renuncia, pero sólo lo hizo saber a algunos medios periodísticos y no a sus correligionarios.

● Al día siguiente, por la tarde, legisladores bonaerenses de RyC se reunieron con Moreau en el comité provincia para disuadirlo de tomar esa resolución. Con la excepción del diputado Ernesto Figueras, el resto sostuvo la inconveniencia de esa renuncia sobre la base de un razonamiento enarbolado por el diputado José Gabriel Dumon: "No es momento para renunciar, sino que es ahora, precisamente, la hora de batallar por redefinir la línea del partido".

La reunión duró tres horas y, finalmente, prevaleció el criterio de Dumon, quien fue el encargado de transmitir esa decisión a la prensa, tal como informó LA NACION en su edición de ayer.

● Al finalizar ese encuentro, Cruchaga y Daniel Ramos, acompañados por un periodista, se trasladaron en taxi al Congreso. Durante el trayecto, los tres pasajeros coincidieron en que el anuncio de la renuncia de Moreau, a través de la prensa, y su posterior retiro, podrían interpretarse como "una maniobra traviesa" por parte de Moreau, quien recibió una prueba de apoyo de Renovación y Cambio al solicitarle el retiro de la dimisión, lo que de alguna manera lo fortalecía.

Luego de la sesión en la que se trató el impulso del juicio político a Miguel Angel Zitto Soria y a Augusto Belluscio, Ramos se comunicó telefónicamente con Moreau para expresarle las dudas que se plantearon los legisladores que momentos antes le habían solicitado el retiro de la renuncia. La inquietud de sus correligionarios, transmitida por Ramos, habría influido en la reiteración de la renuncia, esta vez con carácter indeclinable, presentada por Moreau a medianoche.

● Tomada la nueva resolución, Moreau se comunicó telefónicamente con Cruchaga y con Ramos y los citó urgentemente al comité provincia. En una reunión que comenzó a la 1 de ayer y finalizó a las 3, Moreau sostuvo ser "el único responsable del fracaso del Sí" por parte del radicalismo, e insistió en que Cruchaga debía continuar el mandato hasta julio próximo.

● Conocida la conclusiva renuncia de Moreau, se abrió una larga conversación acerca de la situación de Cruchaga. Todos los hombres de RyC que participaron de ese encuentro sabían, por entonces, que Stavale no daría marcha atrás con su dimisión. "No sólo hicimos una evaluación de los hombres, sino un análisis político", confió uno de los participantes.

● La situación de Cruchaga se presentaba ayer extremadamente compleja por su activa participación en los estudios previos de la reforma a la Constitución bonaerense. El legislador se mantuvo cauto ante el ofrecimiento y sólo aceptó la función ante el pedido expresó de RyC. "Asumo porque el movimiento me lo pide", admitió Cruchaga ayer a LA NACION. Al margen de su prudencia personal, Cruchaga es un político identificado con Juan Manuel Casella, considerado en esta emergencia "como el único capaz de sentar a una misma mesa a todos los hombres de RyC", según indicó un dirigente de esa línea, que fue más allá y dijo que también sería el único con capacidad para convocar a los dirigentes de los otros sectores internos.

● El plenario del comité bonaerense está integrado por 24 delegados. A grandes trazos, el mapa de las simpatías políticas de los representantes indica que 13 de ellos responden a RyC, 7 a la CON y 4 a Movilización Radical.

● Aunque no es necesario que el plenario acepte formalmente la renuncia de Moreau, Cappelleri (Movilización Radical) sostuvo ayer que "si no renuncia toda la conducción, adelantamos que nuestros cuatro miembros votarán por el rechazo de la renuncia de Moreau". Cappelleri fue aun más allá al sostener que "en el alfonsinismo no existen solidaridades; los que antes fueron socios en las buenas, en la adversidad ofrecen como chivo expiatorio a Moreau. Nosotros no vamos a aceptar gatopardismo, porque todos los que tienen responsabilidad de conducción son culpables del fracaso".

● Desde una óptica absolutamente distinta, Storani aboga también por la renuncia de la totalidad de la conducción. Para uno de los principales dirigentes de la CON, "el fracaso del Sí no sólo afecta a la UCR sino a la política económica y social del Gobierno y este resultado es la antesala de lo que le ocurrirá al peronismo en las próximas elecciones". Storani admitió que ésa será la línea argumental que sostendrá la CON en la próxima reunión del comité nacional para enfrentar al angelocismo. Ayer, dirigentes de la CON puntearon los delegados que responden a esa línea ideológica para saber con cuántos cuentan a la hora de decidir.

Candidaturas

● Por lo menos un sector de RyC sostuvo que la renuncia de Moreau tiene algo positivo.

Dumon reveló que "Moreau nos mantenía enfrentados con Angeloz, y si bien no aceptamos el último giro del gobernador cordobés en favor del Gobierno, es también cierto que inicialmente estuvimos de acuerdo; lo que debemos hacer es conversar con el angelocismo para tratar de encontrar puntos comunes".

● También formó parte de las conversaciones de ayer la nominación de una fórmula para competir en las próximas elecciones con vistas a elegir gobernador bonaerense.

Storani reiteró ayer su autoexclusión, pero sacó a la luz nuevamente la posibilidad de que la CON nomine a Juan Carlos Cabirón, intendente de Bahía Blanca. "Si todos los conocidos tenemos que dar un paso al costado –razonaba Storani ayer–, no veo por qué no podemos presentar una persona nueva como Cabirón. Se trata de una persona que ha sido elogiada en su calidad de intendente por el propio Posse. No se trata de un Fujimori, sino de alguien que ha sido eficiente en la función pública"

● RyC consideraba la posible nominación. Un vocero de esa corriente indicó que "parece muy lejana la posibilidad de conversar sobre este tema con la CON", al tiempo que admitió que Juan Carlos Pugliese podría ser el candidato de la línea "siempre y cuando sea acompañado en la fórmula por un hombre de RyC". Los dirigentes de ese sector mantendrán una reunión el miércoles próximo en un intento por definir un criterio político del cual pueda surgir la fórmula. Voceros de RyC indicaron anoche a LA NACION que entre otros contactos, "la semana próxima conversaremos con César García Puente".

9005017

01/01

Se reabrirán pasos fronterizos a cambio de la venta de gas a Chile

Acciones concretas de Menem y Aylwin en favor de la integración

Los presidentes Carlos Menem y Patricio Aylwin suscribirán este mes, en Santiago, protocolos de integración argentino-chilena que incluyen la apertura de los pasos Pehuenche, en Mendoza; Aguas Negras, en San Juan; San Francisco, en Catamarca; Jama, en Jujuy, y Sico, en Salta, aunque estos dos últimos previo estudio de factibilidad financiera.

A su vez, se acordará la venta de gas argentino y la traza de un gasoducto a Chile, por concesión de obra pública. Este tomará el gas desde la boca de producción, en Neuquén, en vez de lo que en la jerga técnica se conoce como "pinchadura" del gasoducto, a la altura de San Rafael, como proponía ese país.

Tal sistema consiste en la apertura de una boca en el ramal principal, pero tiene el inconveniente de que puede perjudicar al suministro más arriba.

Tanto círculos chilenos como argentinos a los que ha tenido acceso LA NACION, con carácter exclusivo, dijeron que constituyen los hechos de inminente concreción más auspiciosos en favor de la integración de ambos países en los últimos años.

Consultado el subsecretario de Asuntos Latinoamericanos, Raúl Carignano, se excusó de aportar precisiones que "corresponden al canciller", pero admitió que existe entre ambas naciones "un cambio sustantivo ya que por primera vez se lograrán acuerdos concretos de complementación".

La Argentina, una vez lanzado el mercado común con el Brasil y con el Uruguay, habría puesto énfasis en sus vínculos con Chile, el país con la más ordenada situación económica del Cono Sur, según los analistas económicos extranjeros.

A comienzos de esta semana la comisión binacional que, deliberó en Santiago preparó los proyectos que el canciller Cavallo dejará protocolarizados la semana que viene en Santiago y que serán suscriptos durante la visita oficial de Menem, entre los días 27 y 29 del actual.

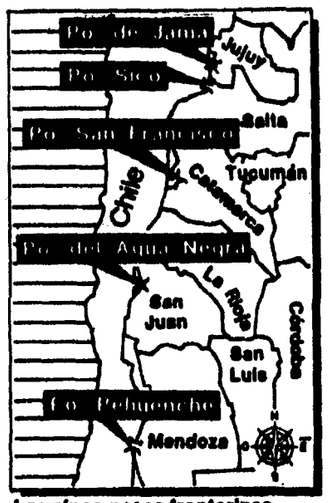
Informaciones procedentes de Chile admitieron, sin embargo, que los acuerdos sobre complementación económica previstos no alcanzarían, tal vez, como desearía la Argentina, el nivel de importancia de los de integración regional.

Afirman los observadores de la política chilena que existen dos tendencias en el Palacio de la Moneda.

Una, orientada por los técnicos que se definiría como "de Chile hacia los países desarrollados" y otra, que contaría con el apoyo del jefe del Estado, que se podría enunciar como "del Cono Sur hacia el mundo".

La presencia de Collor de Mello, quien se sumará a la visita de Menem a Chile, según lo anunció el gobernador de Mendoza, José O. Bordón, estaría corroborando el criterio de Patricio Aylwin.

Los presidentes argentino y brasileño se encontrarán previamente en Las Leñas, donde ambos habrán de trocar durante dos días los candentes problemas de gobierno por la práctica de los deportes invernales. Según noticias procedentes de Montevideo, también el presidente Lacalle irá a Las Leñas, por lo que se podría presumir que continuará con sus colegas a Santiago.



Los cinco pasos fronterizos

La apertura de los pasos fronterizos era una aspiración de vieja data de las provincias recostadas en los Andes y sus autoridades, como las fuerzas vivas, la habían solicitado hasta ahora sin éxito.

Por eso ayer el gobernador Bordón anunció con gran entusiasmo la reapertura del paso Pehuenche, en su provincia, que acortará las distancias entre la producción mendocina y un mercado con altas posibilidades.

La Comisión Binacional Argentino-Chilena acordó, también, encomendar un estudio de factibilidad para la construcción de un túnel ferroviario de 30 kilómetros, a mil metros de altura, en la zona del Cristo Redentor.

Las autoridades de uno y otro país tuvieron en cuenta los peligros que presentan a los automovilistas los túneles muy largos y convinieron que la mejor solución es transportar tanto los camiones de gran porte como los vehículos más pequeños en plataformas ferroviarias.

Logró saberse que Chile y la Argentina recibieron comentarios interesados en esa obra de parte de empresas extranjeras.

Sin embargo, existen otros hechos importantes, como el protocolo sobre la colaboración chilena para la eliminación de los problemas fitosanitarios que afectan la producción frutihortícola argentina.

En ocasión del lanzamiento, la semana pasada, en Brasilia, del mercado común argentino-brasileño, al que se sumará el Uruguay, el ministro de Economía chileno, Carlos Ominami, definió a través de sus comentarios la posición de su país sobre un mercado común del Cono Sur como "pensemos positivamente, pero esperamos el momento indicado para sumarnos".

Por eso algunos medios sostienen que los protocolos que se suscribirán a fin de mes en Santiago tendrán el significado de un test.

ENTRADO
CRUZADO

Integración con Chile
LA NACION
10/8/90
Repertuar
F. Política
Relaciones Internacionales, Chile
Política Comercial Internacional
65709
11394
11164
10033
15002.5

9005018

DEL PLEBISCITO

En la UCR, por otra parte, también se vivió un día difícil. Leopoldo Moreau anunció que renunciaba a la conducción del estratégico distrito bonaerense —otra primicia de Clarín—, luego dio marcha atrás retirando la dimisión y finalmente, sobre la medianoche, dijo que su decisión de dejar la presidencia era indeclinable. Los titubeos de Moreau reflejaron la puja existente entre su línea interna —Renovación y Cambio— y el sector liderado por Federico Storani, quien hizo renunciar a su hombre en la conducción, Juan Carlos Stavale. En el radicalismo, como en el justicialismo, se esperan nuevos cimbronazos internos que afectarán las estructuras partidarias.

UCR: renuncia indeclinable de Moreau

El titular del radicalismo bonaerense, **Leopoldo Moreau**, presentó anoche en forma indeclinable su renuncia al cargo, luego de haber retirado la dimisión pocas horas antes, al final de una jornada muy parecida a una comedia de enredos.

Minutos antes de la medianoche, Moreau lanzó un escueto comunicado donde explica que en un primer momento dio marcha atrás, pero "tras reflexionar, he resuelto presentar mi renuncia en forma indeclinable, porque de acuerdo a mi pensamiento las renuncias deben ser indeclinables".

Las idas y venidas de esa renuncia tuvieron más que ver con una **seria confrontación** entre el Movimiento de Renovación y Cambio bonaerense, (que lidera Moreau) y la Corriente de Opinión Nacional que lidera **Federico Storani**, antes que con un problema de convicciones.

La crisis estalló cuando a media tarde Moreau aceptó retirar su dimisión a pedido de RyC, bajo la condición de **cancelar toda posibilidad de presentarse como candidato a gobernador** o vicegobernador en las elecciones del año que viene.

Ese primer cambio de actitud se debió a que el "storanismo" estaba dispuesto a aceptarle la renuncia. Incluso hizo dimitir al vicepresidente segundo de la mesa directiva del comité provincial, **Juan Carlos Stavale**, para forzar el retiro de **Melchor Cruchaga**, segundo en la línea de mando.

Ante esa jugada de ajedrez, Moreau y sus seguidores decidieron devolver el golpe retirando la renuncia, pero Stavale ratificó que mantenía la suya.

Ante esta situación se decidió convocar para la semana que viene a una reunión del plenario del Comité Provincia, donde RyC y el "storanismo" medirán fuerzas.

En la declaración de última hora **Moreau** afirmó que en un primer momento decidió retirar la renuncia por un pedido de la totalidad de los diputados nacionales de RyC bonaerense y porque su apoyo al "sí" "estuvo siempre emarcado por lo dispuesto por la convención provincial, el plenario del Comité Provincia, los bloques legislativos y los 59 intendentes".

La decisión final de Moreau fue personal a tal punto que hasta ayer a medianoche Cruchaga no había podido ser localizado para ser informado.

Moreau llegó ayer poco antes de las 16 a la sede del Comité Provincia, en Paseo Colón 699, donde se reunió con Stavale, quien le adelantó que renunciaría a la vicepresidencia segunda, respondiendo a la estrategia acordada minutos antes en una reunión de la Corriente de Opinión, que tuvo lugar en el Congreso.

Una hora después, llegaron a la sede partidaria el titular de RyC bonaerense, **Gabriel "Vasco" Dumón**, el senador **Adolfo Gass**, y los diputados nacionales que responden a ese sector, **Daniel Ramos, Francisco Mugnolo, Juan María Moura, Ernesto Figueras, Víctor Bisciotti** y **Víctor de Martino**, entre otros, así como el presidente de la convención provincial, **Amílcar Zufriategui.**

Durante dos horas Moreau y esos legisladores mantuvieron una **ajetreada reunión** en el segundo piso del edificio, de donde entraban y salían dirigentes de todas las líneas internas, que hacían nerviosas consultas telefónicas con sus referentes.

Incluso el "storanismo" dio a conocer un documento —escrito por **Carlos Raimundo**— en el que aceptaba las tres renuncias y convocaba a una **"movilización partidaria"** para realizar una "reflexión serena" a fin de recuperar la credibilidad del partido.

Repentinamente, el centenar de dirigentes y periodistas allí presentes se desconcertaron cuando Dumón convocó a una conferencia de prensa para anunciar que Moreau y Cruchaga retiraban sus renuncias porque RyC opinaba que "ingresar en el debate (sobre el plebiscito), con el peso de una modificación de la cúpula partidaria **no sería un buen comienzo".**

Dumon fue rápidamente a una oficina contigua a la de Moreau —que evitó en todo momento aparecer ante los periodistas— para tratar de convencer sin éxito a Stavale de que retirara su dimisión.

Ismael Gómez

Gass, Figueras y Dumón en la reunión del Comité radical, ayer: Moreau, su presidente, finalmente decidió renunciar.

Nº DOCUMENTO 9005020
TITULO Consecuencias del plebiscito bonaerense
PROC CLARIN
F 9/8/90
VI Argentina
F. Político
Partidos Políticos

ENTRADO
CRUZADO

LAS CONSECUENCIAS

El resultado del plebiscito bonaerense sigue produciendo importantes remezones en los dos partidos mayoritarios. En el peronismo anoche alumbró la operación lanzada por el menemismo más cercano al Presidente. Carlos Menem aceptó asumir la titularidad del PJ y luego pedirá licencia. De esa manera —tal como lo adelantó Clarín— su hermano el senador Eduardo Menem ejercerá la conducción efectiva del convulsionado Consejo Nacional Justicialista, tras la renuncia de Antonio Cafiero. Esa decisión fue tomada sobre el filo de la medianoche, luego de más de cinco horas de deliberaciones entre el Presidente y los máximos referentes menemistas.

PJ: asume Menem y pide licencia

Eduardo Menem será vicepresidente para ejercer la conducción

Gerardo Ottino

Duhalde llega a Olivos: en el fondo, no oculta su aspiración de ser candidato a gobernador.

Carlos Menem aceptó anoche asumir la presidencia del Consejo Nacional Justicialista, en reemplazo del renunciante Antonio Cafiero, para pedir luego licencia y dejar en manos de su hermano Eduardo Menem, previamente designado vicepresidente, el mando efectivo de la conducción partidaria.

La entronización de la fórmula Menem-Menem como garante de la total "menemización" del partido tras la derrota renovadora en el plebiscito bonaerense fue acordada ayer en la residencia presidencial de Olivos, en el curso de una reunión de más de cinco horas de duración.

Además de los hermanos Menem, estuvieron el vicepresidente Eduardo Duhalde; los ministros del Interior, Julio Mera Figueroa, y de Acción Social, Eduardo Bauzá; el subsecretario de Justicia, César Arias; el presidente del bloque justicialista de Diputados, José Luis Manzano; su compañero Roberto García, y el titular del ANSSAL y líder del menemismo "rojo punzó", Luis Barrionuevo.

Ya el martes, mientras el Presidente estaba de visita en Colombia, los máximos referentes de los distintos sectores menemistas y neomenemistas habían coincidido en esa fórmula para el remplazo de Cafiero, tras algunas desavenencias iniciales.

Por cierto, el visto bueno de Carlos Menem a la operación constituye el paso primero y fundamental para que se concrete. Resta, de todos modos, que en la reunión convocada para mañana, a las 11, los 103 integrantes del plenario del Consejo Nacional Justicialista (ver aparte) **acepten primero la renuncia a la titularidad del cuerpo presentada por Cafiero y, luego, aprueben la fórmula propuesta.**

Parece difícil que alguno de los consejeros cuestione que se ponga en marcha el mecanismo natural de sucesión y que Carlos Menem, actual vicepresidente, remplace a Cafiero. Pero, en cambio, ayer ya **se hacían escuchar algunas voces contrarias a la designación de Eduardo Menem como vicepresidente —en el lugar que dejaría vacante su hermano— para convertirse en el titular de hecho del partido.**

Las protestas provienen de **algunos gobernadores**, casi todos ellos de origen cafierista. Fue el pampeano Néstor Ahuad quien

La posibilidad de que territorio anexado tras la policías porque las salid nortecinoctenas y sandía res que son centro de enca

Además, en la propia reunión de anoche hubo algunos cortocircuitos cuando se discutió la composición de la comisión de acción política, creada para garantizar representatividad de todo el menemismo en la conducción.

Otro nombre que encontró *resistencias como integrante* de la comisión fue el del diputado porteño **Miguel Angel Toma.** Considerado ahora un hombre de Manzano —también designado para el cuerpo—, su inclusión **venía avalada insistentemente por el intendente metropolitano Carlos Grosso.**

Vernet —a quien Cafiero encargó que presente su renuncia ante Carlos Menem— no tiene previsto dimitir hasta que hable con el Presidente. Tiene la misión de explicarle que a Cafiero le gustaría que lo remplace Menem y que, en el resto de la composición de la mesa ejecutiva del Consejo, se respete la actual jerarquía según se eligió en 1988.

También provocarían alguna protesta los otros elementos de la variante definida para "menemizar" la conducción nacional del PJ. Uno de ellos es el que consiste en pedir la renuncia al actual vicepresidente 1º del Consejo, el cafierista José María Vernet. Está previsto que su lugar sea ocupado por el actual vicepresidente 2º, el neomenemista Roberto García, y el de García por el "rojo punzó" César Arias.

Nº DOCUMENTO 9005021
TITULO PRESIDENTES DE PJ PROVINCIALES
PROCESO Archivo Financiero 150027
FECHA 9/8/90
VIÑETAS ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304

ENTRADO
CRUZADO

LOS QUE ESTAN EN LA MIRA

Presidentes de PJ provinciales

Antonio Cafiero (Bs. As.)
Augusto Alasino (Entre Rios)
Ramón Saadi (Catamarca)
Carlos Snopek (Jujuy) (1)
Carlos Martín Torres (Tierra del Fuego)
César McCarthy (Chubut)
Arturo Puricelli (Santa Cruz)
Remo Costanzo (Río Negro)
Oscar Tarrelli (Neuquén)
Rubén Marín (La Pampa)
Arturo Lafalla (Mendoza)
Julio Tejeda (Córdoba)
Adolfo Rodriguez Saá (San Luis)
Jorge Carrizo (San Juan)
Bernabé Arnaudo (La Rioja)
Emilio Carrara (Chaco)
Vicente Joga (Formosa)
Julio Romero (Corrientes) (1)

Ramón Saadi

Julio Humada (Misiones)
Victor Reviglio (Santa Fe)
Carlos Grosso (Capital Federal)
Carlos Juárez (Santiago del Estero)
Ricardo Díaz (Tucumán)

(1) Con mandato vencido y prorrogado.

Nº DOCUMENTO 150022
TITULO ARGENTINA EN PEOR LUGAR PARA LA INTEGRACION
PROC AMBITO FINANCIERO 150022
FE 9/8/90
ARGENTINA 10033
RELACIONES INTERNACIONALES 11399
BRASIL 10046
CHILE 65709
MERCADO COMUN LATINOAMERICANO 11110
FACTOR POLITICO 11164
ENTRADO X
CRUZADO X

COLUMNISTAS

Argentina está en el peor lugar para la integración

Escribe Marcelo Lascano
Ex subsecretario de Política y Administración Tributaria

La Argentina y Brasil han resuelto acelerar y concluir el proceso de integración económica que desveló al gobierno radical. Chile, con más cautela, prefiere "esperar" para jugarse en la misma dirección, aunque sin descartar su voluntad de inscribirse en el acuerdo. Como es muy probable que el país trasandino se integre al mismo, pero con reservas para no arriesgar sus logros, aquí se lo incluye como al tercer socio o miembro de una empresa que tiene la pretensión final de ser continental.

Bien, se trata en esta nota de examinar las condiciones de partida en el acuerdo con vistas a que la Argentina, como resultado del mismo, no siga perdiendo posiciones irrecuperables hasta ahora, al menos en el escenario regional. Si el gobierno hubiera difundido los datos de la realidad subyacente a la estrategia de asociación que supone el acuerdo, estas reflexiones serían redundantes, pero en la medida en que todo se presenta como hechos consumados, es necesario que la opinión pública sea consciente de que la Argentina parte de una posición de debilidad, que no es la más conveniente para asociarse con países que han demostrado una extraordinaria pujanza geopolítica y económica en los últimos años.

Decir la verdad no supone intentar bloquear la iniciativa, que por otra parte sería imposible desde que la misma ya tiene jerarquía legal. Simplemente aquí se persigue que todos los protagonistas sean conscientes de la envergadura del desafío, para evitar la irrupción de sorpresas que en materia de política internacional siempre son el resultado de ofuscaciones o de inexperiencia diplomática. En este caso, la cuestión es mucho más importante porque mientras nosotros actuamos con criterios y expectativas voluntaristas, nuestros vecinos no se mueven sin sujeción escrupulosa a un pensamiento estratégico que se hunde en la historia y cuyos logros militares y diplomáticos, en ambos casos, se asocian a una indisimulada expansión territorial y cultural que no reconocen pausas o desmayos, cualesquiera sea el origen o legitimidad de sus gobiernos. Brasil multiplicó por veinte su territorio inicial. Chile duplicó el espacio de la vieja capitanía y la superficie argentina se redujo a la mitad de lo que era el Virreynato.

• Confusión

El hecho de que Brasil y Chile se interesen por el petróleo y el gas y el país trasandino también por el intercambio nuclear, mientras que la Argentina parece circunscribirse a renglones de menor significación tecnológica y científica, da la impresión de que nosotros, como siempre, confundimos, como diría Díaz Alejandro, contabilidad con economía o, si se me permite, extensión con su fertilidad, por situar un criterio que operó en materia de límites, cuando la Argentina apeló a agrimensores y la contraparte a geólogos para dirimir la cuestión. Precisamente porque aquí prevalece un temperamento erróneamente económico tienen sentido estas reflexiones. La virtual inexistencia de una concepción geopolítica argentina detrás del acuerdo, obviamente, complicará mucho más las cosas para el futuro, tal cual aconteció con el régimen de "aguas arriba" que so pretexto de la convivencia dejó al arbitrio de Brasil la Cuenca del Plata.

Por situar el tema durante los ochenta, vale la pena examinar primero tres indicadores que son suficientemente ilustrativos de desempeño económico comparado: crecimiento, inversión e inflación. Entre 1980 y 1988 Brasil y Chile crecieron en una tasa media anual de 2,9 y 1,9% respectivamente. La Argentina, en cambio, registró un retroceso de —0,2%. La tasa media de acumulación anual durante el mismo período fue 0,0% para Brasil; —0,5% para Chile y —7,7% para la Argentina. Luego, en esa atmósfera de retroceso y desinversión, la Argentina lidera la tasa de inflación media nual: 290,5% frente a 188,7% registrado en Brasil y 20,8% en Chile. En semejante contexto de desajuste estructural, es necesario señalar algo que es importante para la programación micro y macro del desarrollo, es decir las tendencias de la población que, además, tienen mucho que ver con las funciones de producción y de ocupación futura del territorio. Durante esos años la población en Brasil creció a razón de 2,2% promedio anual; la de Chile a una tasa de 1,7% y la Argentina a 1,4%. En todos los casos, las proyecciones hasta el año 2000 muestran repetición de tendencias.

El examen de algunos desempeños sectoriales puede servir para enriquecer el panorama, habida cuenta que todos los sectores no se comportan igual. Siempre teniendo en cuenta el período 1980/88; es interesante subrayar que a materia industrial (que incluye minería, manufactura, construcción, electricidad, gas y agua) Brasil creció a una tasa media de 2,6% anual y Chile lo hizo a 2,2%, en tanto la Argentina tuvo un registro negativo de —0,8% también anual. La agricultura, que contempla ganadería, selvicultura, caza y pesca, registró un aumento de 3,5% anual para Brasil; 3,8% para Chile y sólo 1,4% para la Argentina, que en términos per cápita es cero, porque la población creció también 1,4%. Para Brasil y Chile los guarismos son altamente positivos considerando la expansión demográfica. Si esos índices de desempeño son elocuentes, puede afirmarse que la expansión comercial de Brasil y Chile son expresión de un modelo de crecimiento que no puede sostenerse sin una inteligente política global. Las exportaciones brasileñas crecieron 6% anual promedio y las chilenas a razón de 4,5%. La Argentina, por su parte, se resignó al estancamiento: 0,1% también entre 1980/88.

De aquí a la vulnerabilidad externa no hay más que un solo paso. Chile dedicó durante 1980/88 el equivalente a 19,1% promedio anual de sus exportaciones al servicio de la deuda externa, mientras que Brasil afectó 42% y la Argentina poco menos, pero con elevado índice de morosidad: 36%. La posición de Chile es altamente satisfactoria porque en 1970/88 su deuda externa pública a largo plazo sólo aumentó 566%, mientras que en Brasil ascendió 2526% y en la Argentina 2462%. Estos guarismos son parecidos, pero téngase presente que la deuda externa de Brasil representó 29,6% del PBI en 1988 y la de la Argentina 58,6% con una muy disminuida capacidad de pagos, derivada de exportaciones que en Brasil aumentaron 6% promedio anual y 0,1% en la Argentina.

Es cierto que el nuevo escenario internacional formula desafíos y que la afirmación de los tres bloques que se disputarán los mercados mundiales inaugura una nueva era de grandes espacios; de super escalas productivas, de menor consumo de materias primas; en fin, de reacomodamiento general, pero ello no supone, de ninguna manera, que vayan a desaparecer las rivalidades y los conflictos. Menos que los pueblos estén dispuestos a perder su identidad o las conquistas que han definido su perfil en la historia. El tema pasa por integrarse o asociarse con otras potencias, pero respetando los equilibrios mínimos compatibles con cada proceso de desarrollo. La Argentina perdió la década de los ochenta. En el peor de los casos puede aspirar a detener una declinación hasta ahora insalvable, pero debe impedir cuidadosamente la perpetuación de esa tendencia.

01 01
150022

Nº DOCUMENTO 9005023
TITULO LOS EFECTOS DE LA REFORMA DEL "SI"
PROCE... AMBITO FINANCIERO 150027
FE... 7/8/90
VI... AREENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
PARTIDOS POLITICOS 11304
ENTRADO
CRUZADO

LOS EFECTOS DE LA DERROTA DEL "SI"

Cafiero presentó su renuncia pero quiere que se la rechacen

Escribe Edgar Mainhard

La presentación de la renuncia de **Antonio Cafiero** a la presidencia del Consejo Nacional peronista, el rechazo de sus miembros a la dimisión de Cafiero y la convocatoria urgente al demorado Congreso Nacional justicialista para que defina el futuro del partido creado por Juan Perón, parecen ser las derivaciones del triunfo del "No" en Buenos Aires y **que permitirá a Carlos Menem controlar totalmente la estructura partidaria, donde aún tenía dificultades.** Además, pese a los desmentidos, renunció el gabinete de Cafiero en Buenos Aires y en el caso del ministro de Gobierno, Carlos Raúl Alvarez, fue irreversible. Alvarez era el responsable de la seguridad provincial, un tema que parece haber sido definitorio en favor del "No".

Carlos Menem no respondió el llamado telefónico de Antonio Cafiero en la mañana de ayer. El gobernador bonaerense dudaba aún en presentar su renuncia a la presidencia del Consejo Nacional del Partido Justicialista. Sus colaboradores estaban divididos pese a que la derrota del "Sí" y sus consecuencias eran una hipótesis de trabajo desde el miércoles. En la noche del domingo, aún en su rol de "reserva moral" del peronismo y sin comprender qué acontecía, **Cafiero rechazó la posibilidad de su renuncia.** El lunes, el embate fue muy duro y por eso llamó a **Menem** pero el Presidente en viaje a Colombia se refugió en el lenguaje del silencio: **"No habrá comentarios"**, dijo el director de Medios de la Presidencia, **Fernando Niembro,** cuando ya era pública la renuncia de **Cafiero.**

El gobernador bonaerense redactó con su puño y letra la dimisión y convocó al vicepresidente 1ro. del Consejo Nacional y ministro de gabinete de Cafiero, **José María Vernet. "Es indeclinable"**, le anticipó. Llamó la atención que dos funcionarios del Poder Ejecutivo se comunicaran con **Cafiero** para manifestarle un mensaje de **Menem: "No es el momento, Tony. Si el Consejo Nacional apoyó el «Sí» el jueves último, no puede cinco días después responsabilizarte por la derrota. Es necesaria una contribución tuya para permitir la reflexión".**

Sin embargo, cuando **Vernet** llegó a La Plata encontró montado un "operativo" para forzar también su renuncia a la mesa ejecutiva del Consejo Nacional. **"Está todo acordado con Menem y Roberto García (vicepresidente 2do.). Carlos Grosso será vicepresidente del Consejo"**, le advirtieron. El diputado taxista **García,** aun cuando puede cantar un "falta envido" con dos sotas y un rey sin ponerse colorado —según las anécdotas del peronismo—, no pudo ser hallado en la víspera para que confirmase la versión que parecía "alocada".

Los estatutos del Partido Justicialista establecen que sus autoridades integran el Consejo Nacional de 100 miembros y tres apoderados: en el presente, **César Arias, Carlos Corach** y **Orlando Caporal.** El mandato de los congresales es hasta mediados de 1991. Cuando una autoridad renuncia, su cargo lo ocupa quien le sigue, hasta concluir el mandato. El vicepresidente del Consejo es **Carlos Menem** y si la renuncia de **Cafiero** es inmediatamente aceptada, **el presidente de la Nación sería el titular pero como con seguridad pediría licencia, Grosso** se encontraría en un rol similar al de intendente de la Ciudad de Buenos Aires: administrador por cuenta y orden de **Menem.** Sin embargo, ayer a la noche esta "operación" había perdido fuerza. **Eduardo Menem, Eduardo Duhalde** y **Eduardo Bauzá** (los tres **Eduardo**) la "pincharon".

Mientras los colaboradores de **Cafiero** hacían consultas que garantizarían un rechazo a la renuncia del gobernador bonaerense, su colaborador y vocero del Consejo Nacional, **Jacinto Gaibur,** detalló: "El **viernes a las 11** se reunirá el Consejo. Lo presidirá Vernet como vicepresidente 1ro. a cargo. Lógicamente se tratará el pedido de renuncia de Cafiero.

La convocatoria al Congreso del peronismo también seduce a **Ramón Saadi** quien sueña con el cargo de **Cafiero** y se lo pide a **Menem** invocando que su padre, **Vicente Saadi,** fue sostén del presidente de la Nación (teoría de las acreencias hereditarias que fastidia a varios "menemistas").

En tanto, la decisión de **Cafiero** de no renunciar al peronismo provincial se vincula con el anuncio del vicegobernador y secretario general del PJ bonaerense, **Luis Macaya,** de que **Juan Carlos Rousselot terminaba su licencia, solicitada tras su expulsión de la intendencia de Morón** (es de suponer que también concluirá su licencia como vocal del Consejo Nacional). **Rousselot** es vicepresidente 1ro. del peronismo bonaerense y junto a **Macaya** están ligados al proyecto de **Luis Barrionuevo** y **Carlos Brown,** contrario a la Liga Federal de **Duhalde** y **Alberto Pierri.** De todos modos, la "interna" en el Consejo Nacional así como en el PJ bonaerense acelera la de otros distritos electorales, en particular los que tienen mandato vencido y prorrogado **(Corrientes y Jujuy)** o el que está intervenido **(Salta).** Pero en provincias donde el peronismo está fracturado o con fuerte desgaste también se están apresurando las "internas" **(Santa Fe, Santa Cruz, Tierra del Fuego, Capital Federal, La Rioja y Tucumán).**

El despertar prematuro del electoralismo en las provincias acentúa la discusión actual en el gobierno: **mayor tasa de actividad vs. refuerzo de la estabilización antiinflacionaria.** Además, las cuentas fiscales de las provincias requieren de un mayor esfuerzo durante lo que resta de 1990.

"Será un proselitismo especial, sin promesas de prosperidad ni de empleo", afirmaron varios dirigentes peronistas ayer y también esto comenzará a ser debatido tanto como la nueva conducción partidaria que deberá llevar al triunfo el año próximo.

CONSEJO NACIONAL DEL PARTIDO JUSTICIALISTA
Mesa Ejecutiva con mandato hasta 1991

Presidente	Antonio Cafiero
Vicepresidente	Carlos Menem
Vicepresidente 1°	José María Vernet
Vicepresidente 2°	Roberto García
Secretario General	Carlos Grosso
Secretario Relac. Interior	Jorge Busti
Secretario Relac. Políticas	Rubén Marín
Secretario Finanzas y Adm.	Remo Constanzo
Secretario Relac. Gremiales	José Luis Lingeri
Secretario Prensa	Antonio Cassia
Secretario Relac. Internac.	José O. Bordón
Secretario Relac. c/Dip.	José Luis Manzano
Secretario Relac. c/Senado	Luis Rubeo
Secretaria Relac. de la Mujer	Olga R. de De la Sota
Apoderado	César Arias
Vocales (*)	I. Rubén Cardozo
	José Azcurra
	Ricardo Romano
	Juan José Zanola
	Alberto Conca

(*) Juan Carlos Rousselot está en uso de licencia.

• **Congreso**

El viernes se hablará concretamente de la convocatoria al Congreso Nacional del Partido Justicialista, que debió haberse realizado en marzo pero resultó diferido en varias oportunidades. **Hay unos 700 congresales con mandato hasta el 10 de diciembre de 1991 y ellos sí pueden revisar la integración del Consejo Nacional en especial de su mesa ejecutiva. Esta hipótesis** interesa a **Eduardo Menem** y **Eduardo Duhalde** ya que una renuncia de **Cafiero** no cambia la estructura de conducción peronista (la mayoría de los responsables actuales del PJ responden al criterio de **Cafiero).**

9005023
01 01

9005024

Consecuencias del plebiscito por el no

CLARIN 150024

7/8/90

Argentina 10033

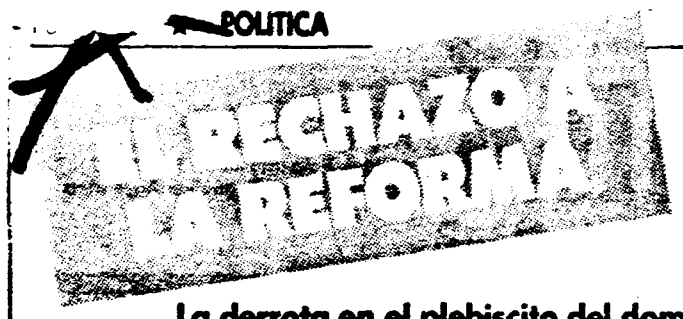
F. Político 11164

Partido Político 11304

ENTRADO

CRUZADO

REDUNCIA DE CAFIERO A LA CONDUCCIÓN DEL PJ



DIMITIO EL MINISTRO DE GOBIERNO BONAERENSE

Renuncia de

La derrota en el plebiscito del domingo convulsiona al peronismo: Cafiero renunció a la presidencia partidaria y hoy se reunirán Eduardo Menem, Bauzá y Duhalde para definir una propuesta de conducción alternativa. Carlos Menem quedaría al frente del partido. No fue la única renuncia: ayer se alejó del gabinete bonaerense el ministro de Gobierno. La crisis también sacude al radicalismo. Casella habla de este proceso en la página 6. Y Clérici y Zamora explican cómo intentarán aprovechar la UCeDé y la izquierda el triunfo del "no". En las páginas 4 y 5 una encuesta exclusiva revela por qué perdió el "sí" y quiénes votaron por una y otra opción. La mayor oposición a la reforma, como mostramos en la página 8, se dio en dos partidos del norte del Gran Buenos Aires. Uno de ellos es San Isidro, donde viven Cafiero y Mercau.

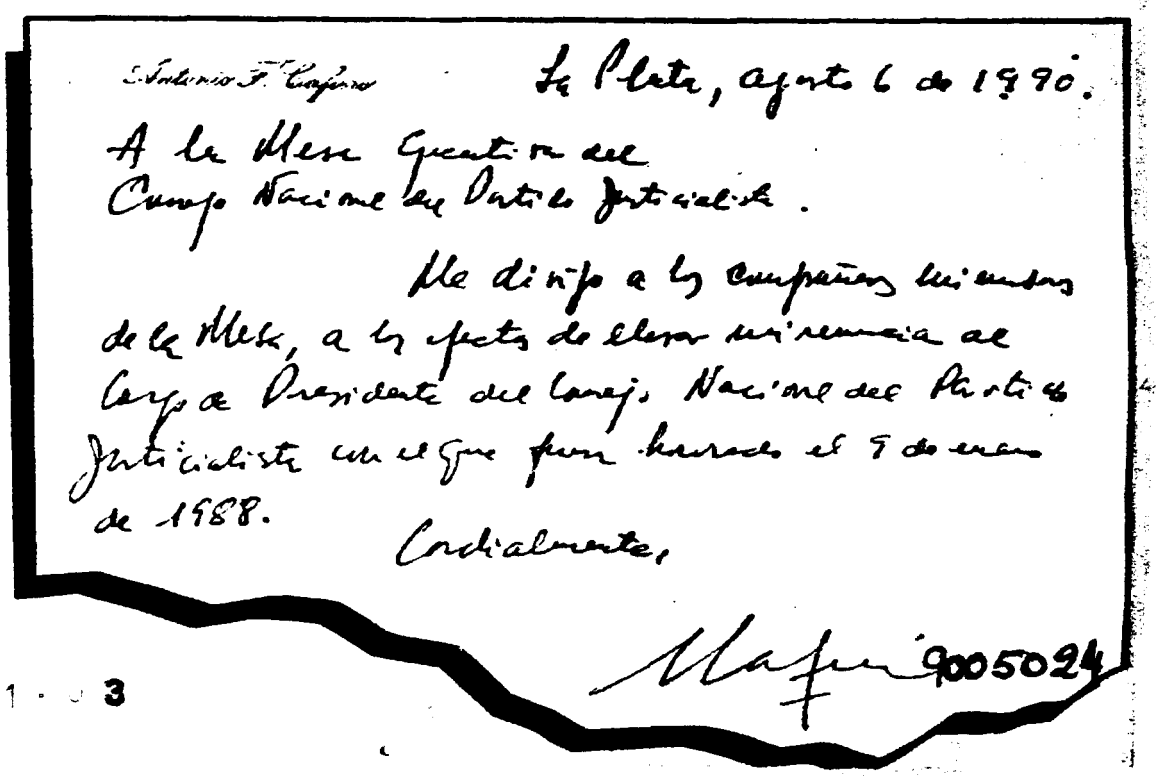
Desayuno de "los tres Eduardos"

"Los tres Eduardos", el grupo menemista integrado por el vicepresidente de la Nación, **Eduardo Duhalde**, el titular del Senado, **Eduardo Menem**, y el ministro de Salud y Acción Social, **Eduardo Bauzá**, desayunarán juntos hoy para analizar las posibles alternativas que se abren en el justicialismo luego de la renuncia de **Antonio Cafiero** a la conducción partidaria.

A la reunión los tres llegan con ideas bien definidas sobre cómo resolver la crisis del PJ: aceptarían la dimisión de Cafiero para encumbrar en la conducción del partido a quien le sigue en orden de jerarquía, el presidente **Carlos Menem**.

Pero en un segundo movimiento se impulsaría una **"licencia temporaria"** del primer mandatario para que la jefatura del partido sea asumida por su hermano Eduardo.

Según voceros de los tres funcionarios esta sería una **salida ordenada** a la crisis del PJ que evitaría una "hecatombe" dentro de las filas del justicialismo.



Facsímil de la renuncia manuscrita de Cafiero a la presidencia del PJ. El gobernador sería remplazado por Carlos Menem.

Reacciones: todos los gustos

El "no" a la reforma constitucional en Buenos Aires no llegó solo. Junto con el resultado electoral, surgieron unos pocos análisis serenos, algunas definiciones apocalípticas, los consabidos pedidos de renuncias, interpretaciones interesadas y muy pocas opiniones objetivas. En el Gobierno fue evidente la intención de "despegar" al presidente Carlos Menem de la derrota del "sí". El vicepresidente **Eduardo Duhalde** descartó que el resultado pueda adjudicarse al plan económico: "Evidentemente, hay una metodología que se utilizó que fue rechazada por la gente. Algunas de las modificaciones propuestas fueron rechazadas por sectores importantes y creo que influyó también alguna disconformidad de la población con la política del gobierno provincial".

Más directo, el secretario legal y técnico, **Raúl Granillo Ocampo**, dijo que "de ninguna manera el triunfo del «no» roza la figura política del Presidente. Si bien Menem brindó categóricamente su apoyo a la reforma, con la misma claridad manifestó que no se inmiscuía en el proceso político que vivía la provincia".

El ministro de Economía, **Antonio Erman González**, hizo una especialísima interpretación del resultado: "Una posible lectura es que la población bonaerense apoya el plan de ajuste del gobierno nacional y reprueba que no se lo aplique en la provincia de Buenos Aires".

Como era casi previsible, el gobernador de Catamarca, **Ramón Saadi**, no usó ninguna figura literaria para reclamar: "Es evidente que la «cafieradora» ya no sirve, como lo hi expresado el rotundo «no». Por ello, yo creo que tanto Alfonsín como Cafiero deben dar un paso al costado y dejar lugar a la nueva dirigencia que expresa el sentir de la mayoría".

El dirigente de la UCeDé, **Ricardo Zinn**, igualó la importancia del "no" en la provincia de Buenos Aires "a la caída del Muro de Berlín en Europa". Menos exagerada, **Adelina Dalesio de Viola** dijo que el resultado del plebiscito "va a hacer reflexionar a los políticos tradicionales, que ya no pueden manejar a la gente, que se está sintiendo dueña de su voto". Mientras que otro ucedeísta, **Federico Clérici**, amplió los alcances del resultado electoral. Para Clérici la consecuencia inmediata de esta consulta popular obliga a que sea "abandonado cualquier intento de reformar la Constitución Nacional".

Para **Octavio Frigerio** (MID), en cambio, el "no" carece de duelías: "No es una negativa específica a la reforma constitucional sino que significa un rechazo al acuerdo de dos cúpulas partidarias cuestionadas por su insolvencia para resolver la crisis y por su divorcio de los problemas y angustias del país real".

La opinión de Frigerio es casi coincidente con la de **Guillermo Estévez Boero**, del socialismo popular. Para Estévez Boero tampoco se ha votado por un texto constitucional, "sino fundamentalmente en contra de la realidad económico-social imperante y, secundariamente, en contra de la posibilidad de reelección del actual gobernador".

La [illegible] cree que el [illegible] de atención ya se produjo y no fue cierto. **Alfredo Natale** dijo que el "no" "termina con casi medio siglo de hegemonía del justicialismo y del radicalismo en la política argentina".

9005024

9005024

Cafiero a la conducción del PJ

Las renuncias de Antonio Cafiero a la conducción del Partido Justicialista y la de su ministro Carlos Alvarez fueron los primeros reflejos dentro del justicialismo de la aplastante victoria del "no" en el plebiscito de la provincia de Buenos Aires. Distintos sectores del peronismo impulsaban ayer una propuesta para la aceraña partidaria: la asunción como jefe del partido del actual vicepresidente primero Carlos Menem; el inmediato pedido de licencia del mandatario y el nombramiento interino de su hermano Eduardo Menem.

La dimisión de Cafiero se produjo luego de una reunión en la tarde de ayer, a la que asistieron varios miembros de su gabinete (el ministro de la Producción, **José María Vernet**, el de Acción Social, **Edgardo Romá** y el secretario de Información, **Osvaldo Pepe**), su hijo **Mario Cafiero** y dirigentes provinciales.

La totalidad de los allí presentes aconsejaron al mandatario que no renuncie, aunque aceptaron que era necesaria una "inmediata reestructuración del gabinete". La decisión de Cafiero era conocida desde la noche del domingo cuando 70 minutos después de las elecciones, el mandatario dijo que "nunca he sido un obstáculo en la vida partidaria".

Durante toda la mañana de ayer el gobernador recibió varios llamados telefónicos (del ministro del Interior, **Julio Mera Figueroa**, del presidente del bloque de diputados nacionales, **José Luis Manzano**, del vicepresidente de la Nación, **Eduardo Duhalde** y del titular del Senado, **Eduardo Menem**, entre otros) para que desistiera de su actitud.

Luego de escuchar todas las opiniones, Cafiero reiteró su decisión y en forma manuscrita redactó la renuncia que le entregó a Vernet en su calidad de vicepresidente segundo del partido.

El texto de la renuncia dice: "Me dirijo a los compañeros miembros de la mesa a los efectos de elevar mi renuncia al cargo de presidente del Consejo Nacional del Partido Justicialista con que fuera honrado el 9 de enero de 1988. Cordialmente, Antonio Francisco Cafiero". (Ver recuadro.)

La dimisión de Alvarez se produjo tres horas después y en forma inesperada, ya que si bien se había definido la reestructuración del gabinete los funcionarios gubernamentales acordaron que las modificaciones se producirían luego de un detallado estudio.

Según funcionarios de la gobernación, la decisión de Alvarez acelerará nuevas renuncias en las próximas horas.

♦ Los últimos cómputos

Pocos minutos antes de la decisiva reunión del gabinete de Cafiero, el equipo gubernamental tenía en su poder los resultados definitivos del plebiscito. Por el "no" se había definido el 67,19 por ciento de los votantes y un 32,81 por ciento optó por el "sí".

Las diferencias eran mucho mayores en municipios de la zona norte del Gran Buenos Aires, como Vicente López (76,72 por ciento contra 23,28) y en San Isidro —la zona de influencia del gobernador y de sus hijos—, donde el "no" obtuvo el 75,22 por ciento contra el 24,78 por ciento del "sí" (ver página 8).

Mientras estos datos se conocían y cuando ya era un hecho la renuncia del gobernador bonaerense a la conducción del PJ, los medios de difusión y la mayor parte de la dirigencia política esperaban definiciones del presidente **Carlos Menem** desde Colombia, adonde había llegado para presenciar la asunción del nuevo mandatario de ese país.

Pero Menem prefirió **"no formular comentarios"**, por lo que las especulaciones en torno de la futura conducción del partido fueron en aumento.

Se generó entonces un estado virtualmente deliberativo dentro de las filas del oficialismo.

Los menemistas "rojo punzó" (**Rubén Cardozo, Julio César Aráoz, Cesar Arias y Luis Barrionuevo**) coincidieron que es necesario aceptar la renuncia de Cafiero y encumbrar en la conducción del partido al presidente Menem. La intención de este sector es la de impulsar una **recomposición total** del Consejo Nacional, impulsando la promoción de los dirigentes menemistas (hoy minoritarios en ese organismo) a los más altos cargos de conducción.

Otro grupo, el de "los tres Eduardos" (**Duhalde, Bauzá y Menem**), mantenían una propuesta de características similares (ver aparte).

En el menemismo, algunos dirigentes como **Alberto Pierri** preferían mantener una actitud más conciliadora con Cafiero. "Su renuncia es un real ejemplo de responsabilidad cívica, ética y moral que debería ser tomado como lección por otros dirigentes políticos del peronismo o de cualquier otro partido", dijo el presidente de la Cámara de Diputados.

Otros menemistas se mostraban desconfiados por la falta de la palabra **"indeclinable"** en el texto de la renuncia. Estas sospechas se incrementaban por las declaraciones de algunos habituales voceros del cafierismo, como **Jacinto Gaibur**, quien anticipaba que la dimisión del mandatario provincial **"va a ser rechazada"** en el Consejo.

Sin embargo, fuentes vinculadas con la gobernación insistían anoche en que la intención del mandatario es **"dedicarse de lleno"** a revitalizar su gestión durante el próximo año, evitando —en lo posible— toda confrontación con el gobierno nacional.

Esa intención quedó explicitada cuando el vocero del gobierno **Osvaldo Pepe** desmintió que Cafiero hubiera mencionado que el resultado del plebiscito era también un "voto castigo" para el gobierno nacional.

"En términos de relativez —mencionó textualmente Pepe— y aludiendo a los múltiples factores que pudieron converger en el «no», Cafiero dijo que el voto negativo podría tener alguna extensión a ciertas variables del orden nacional, lo que no involucra, globalmente, al gobierno de Menem".

La renuncia del gobernador será considerada en una primera instancia en la reunión de la mesa de conducción del partido que se realizará el viernes a las 11. Pero todo indica que la decisión final será adoptada por el plenario del Consejo Nacional, compuesto de 120 miembros y que no tiene fecha de reunión.

Mientras el peronismo se muestra convulsionado, los partidos de la oposición reflejaban de distinta manera el debate.

Los sectores opuestos a la conducción nacional de la UCR acusaban a **Raúl Alfonsín** y a **Leopoldo Moreau** de ser **"copartícipes"** de la derrota (ver aparte).

Para la derecha, el triunfo del "no" reavivó las expectativas en torno a una **posible alianza** con el menemismo, con la vista puesta en los comicios del año próximo. Según la UCeDé, tanto el presidente Menem como este partido liberal salieron **"fortalecidos"** del plebiscito (ver aparte).

Una encuesta exclusiva elaborada por Clarín (ver páginas 4 y 5) indica que los motivos individuales más importantes para el voto por el "no" se centraron en la falta de información sobre el contenido de la reforma.

Como contrapartida, los votantes del "sí" mostraron un franco acuerdo con el nuevo texto constitucional.

En el "no", influyeron las **cuestiones de forma** (falta de una Convención Constituyente). En la valorización del "sí" estuvieron presentes las cuestiones de fondo (acuerdos con principios programáticos presentados por los dos partidos en el texto de la Constitución).

Reflexión en la UCR

En estado de reflexión —con la excepción de un sector de la provincia de Buenos Aires, que exigió las renuncias de Raúl Alfonsín a la presidencia de la UCR nacional, y de Leopoldo Moreau a la jefatura bonaerense— pasaron las dirigentes radicales la jornada de ayer, conmovidos por la aplastante derrota sufrida en el plebiscito del domingo.

El ascendón no viene mal, se reconocía en el desolado comité provincial de la Unión Cívica Radical, que mañana será escenario de una primera reunión de evaluación de su mesa directiva.

Alfonsín y Moreau optaron por no hacer declaraciones. Es el momento del análisis, dijeron sus colaboradores sin dejar de ocultar la preocupación que envuelve a ambos por el impacto que el "no" podría alcanzar en el distrito.

Nos ocuparemos de analizar nuestros errores y de ver cómo restablecemos los vínculos con la sociedad, pero por encima de todo defenderemos la estabilidad institucional de la provincia, confió a Clarín un asesor de Moreau.

Sus adversarios provinciales **Federico Storani** y **Juan Manuel Casella** hicieron declaraciones medidas; pero **Pascual Cappellerí** (del sector de **Melchor Posse**, precandidato a gobernador) salió a pedir las renuncias de Alfonsín y de Moreau. Los consideró responsables del fracaso junto con Storani, Casella y **Juan Carlos Pugliese**.

Sin vocabulario tan belicoso, el bonaerense **Antonio Tróccoli** hizo reproches indirectos al señalar que "lo que la gente reclama son propuestas claras" y "con eficiencia para sacar el país adelante".

El senador por el Chaco **Luis León** sostuvo que el resultado del plebiscito puso en evidencia que "el pueblo rechaza las trenzas de los dirigentes" y criticó a Alfonsín "por embarcar al radicalismo en un acuerdismo con resultados de descalificación".

Eduardo Angeloz, eje de un proyecto opositor al de Alfonsín y cuestionador del método utilizado en el plebiscito bonaerense, tampoco habló con la prensa. Puso como excusa el estado de convalescencia en que se encuentra tras la operación de hernia a la que fue sometido la semana pasada. Sus operadores habituales también guardaron silencio. **Alfredo Orgaz**, quien tenía pensado replicar a Moreau por juicios de este contra el cordobés, optó por dejar las cosas como estaban.

Los alfonsinistas que impulsaron la reforma admitieron que fracasaron por no imponer el debate sobre el contenido de la nueva Constitución.

0 3 | 0 3

Nº DOC 9005
TITULO RECHAZO A LA REFORMA CONSTITUCIONAL
PROC CLARIN 150024
FE 6/3/90
ARGENTINA 10033
FACTOR POLITICO 11164
GOBIERNOS PROVINCIALES 11303
ENTRADO X
CRUZADO X

BUENOS AIRES DIJO NO

Categórico

rechazo a la reforma

Día del Niño y de plebiscito. El abuelo con los nietos frente a la mesa: la hora del voto.

Los dos resultados

LA RIOJA. — El presidente **Carlos Menem**, distendido y haciendo gala de un buen ánimo preguntó: **"Che, averigüen cómo salió River"**, que ayer ganó a Defensor de Montevideo.

La requisitoria ocurrió cuando por la radio se escuchaban las declaraciones de **Cafiero**.

La carcajada general desvió la atención, y en ambiente totalmente distendido, el presidente Menem se prestó a la requisitoria periodística.

025

Junto al peronismo los principales promotores de la frustrada reforma, intentaron distintas explicaciones para el resultado. En la sede del comité bonaerense que preside Leopoldo Moreau se apuntó a la crisis socioeconómica y al "máximo gobierno" de Cafiero. Las únicas referencias a su propia responsabilidad en el resultado del plebiscito se remitieron a señalar que "no supimos modificar la realidad" (véase página 6).

Raúl Alfonsín no estuvo en el lugar, pero se comunicó por teléfono desde Chascomús con sus allegados. En su ciudad natal, el ex presidente opinó que la victoria del "no" en el plebiscito, lograda mediante un más que expresivo pronunciamiento del electorado, representaba "un paso atrás de la democracia".

El conflicto interno también tuvo su expresión en el radicalismo. Dirigentes como el ex ministro Antonio Tróccoli y el intendente Melchor Posse criticaron con dureza al oficialismo partidario y su posición ante el plebiscito.

Desde la derecha, promotora del "no", el resultado fue recibido con moderada alegría. El titular de la UCeDé, Federico Clérici, dijo que nadie puede atribuirse la paternidad del no. Más severo fue el jefe liberal y asesor presidencial Alvaro Alsogaray: aseguró que "el pueblo rechazó la Constitución socializante de Cafiero y Alfonsín" (véase página 7).

La izquierda, que también estuvo por el "no", consideró que el resultado fue producto de un voto castigo contra la política económica, que alcanza no solo a Cafiero y a Alfonsín sino también a Menem.

Una hora después de iniciarse el escrutinio la tendencia era firme en favor del "no". Pasadas las 23 se levantó el Centro de Cómputos que funcionó en la Casa de Gobierno bonaerense, faltando solamente los resultados de 132 mesas correspondientes a los distritos de General Pueyrredón, General Sarmiento y La Matanza, que se conocerán este mediodía.

ULTIMAS CIFRAS

NO	3.867.829 votos	67,20 por ciento
SI	1.887.746 votos	32,80 por ciento
EN BLANCO	80.758 votos	
NULOS	47.788 votos	
IMPUGNADOS	9.248 votos	
RECURRIDOS	5.646 votos	
TOTAL DE VOTANTES	5.897.015	(78,87 por ciento del padrón)

MENEM, DESDE LA RIOJA

"El fin de los ideologismos"

LA RIOJA (Enviada especial, María Luisa Mac Kay). — El triunfo del "no" en el plebiscito de la reforma bonaerense "es una prueba acabada de lo que vengo diciendo desde hace mucho tiempo —y que a algunos enoja— cuando expreso que se acabaron los ideologismos", afirmó anoche el presidente Carlos Menem.

"El pueblo no estuvo de acuerdo con la metodología puesta en marcha (la reforma a través de la Legislatura) y el pueblo nunca se equivoca", agregó el jefe del Estado al querer tomar distancia de la derrota electoral del "sí" en la provincia de Buenos Aires.

Con estas ideas, inició ayer el presidente Carlos Menem su conferencia de prensa, a poco de conocerse los primeros cómputos del plebiscito. Sonriente y distendido, vistiendo un jogging blanco, Menem aguardó en el living de su residencia riojana no tanto la evolución de los resultados sino la llegada de todos los periodistas.

Tomando mate escuchaba junto a una radio las declaraciones de Cafiero y los políticos entrevistados. Pocos minutos antes había recibido las llamadas de Alberto Albamonte, del ministro Julio Mera Figueroa, del dirigente Osvaldo Cornide y del secretario de Inteligencia, Hugo Anzorregui.

Sentado junto al gobernador catamarqueño, Ramón Saadi, Menem contestó a los periodistas con la parsimonia de quien hubiera avalado el "no", y pronto aclaró que el "sí" había recibido el apoyo de los dos grandes partidos —el justicialismo y el radicalismo, además de los que integran el Frejupo y la CGT de Ubaldini—, pero que del otro lado "hubo muchos sectores del PJ y del radicalismo. Yo le puedo dar algunos nombres del justicialismo, especialmente de lo que ha dado en llamarse el menemismo, opuestos abiertamente al «sí» y trabajando por el «no» ". Enseguida citó a Luis Barrionuevo y al diputado Alberto Saadi, "violento en sus expresiones, pero que trabajó activamente por el «no» ".

Capitalizando para sí los resultados, "porque soy reformista, pero por el método al cual hice referencia hace unos instantes", el presidente Menem refrescó a los presentes su desacuerdo con el sistema empleado para llevar adelante la reforma bonaerense, que, en su opinión, "no aceptó el pueblo".

"Yo he dado mi opinión, pero ustedes bien saben que no hice campaña, no me moví, porque no era prolijo tampoco hacerlo, ya que gobierno para todos los argentinos y no para un sector de la comunidad", dijo el Presidente para terminar de separarse de la derrota.

Enseguida Menem aclaró que este resultado de ninguna manera condiciona su iniciativa de reformar la Constitución Nacional. "Nada que ver —dijo—, son dos metodologías totalmente distintas", agregó antes de confirmar su intención de seguir adelante con la iniciativa.

Rodeado de dirigentes y militantes riojanos, el Presidente no quiso abundar demasiado en predicciones políticas acerca de este resultado o del futuro del gobernador bonaerense. "No sé, eso lo tendrá que decidir el doctor Cafiero, las autoridades partidarias. No sé lo que podrá ocurrir de ahora en más".

Frente a los grabadores y cómodamente sentado en un sillón de tres cuerpos, el Presidente advirtió, de todos modos, "que no se hagan ilusiones con este resultado Rico, Zamora, Albamonte, Alsogaray o Barrionuevo".

9005025

9005025

El plebiscito no dejó lugar a dudas: el 67,2 por ciento de los bonaerenses le dijo "no" a la reforma constitucional. Pero el pronunciamiento involucró de hecho la gestión del gobierno provincial y la situación económica y social. Cafiero dijo que completará su mandato y señaló que "el pueblo no se equivoca". El presidente Menem aseguró que no pagará costos políticos por este resultado. Los radicales, la derecha y la izquierda ensayaron distintas explicaciones.

El plebiscito bonaerense produjo ayer un contundente pronunciamiento contra la reforma constitucional en la provincia. Las cifras del escrutinio provisional señalaban anoche que el "no" se imponía con 3.867.829 votos (67,2 por ciento), mientras el "sí" reunía 1.867.746 sufragios (32,8 por ciento).

Votaron casi seis millones de personas (poco menos del 80 por ciento de los empadronados) y ya en los primeros cómputos se notó una muy clara ventaja en favor del "no", que terminaría arrojando una diferencia cercana a los dos millones de votos.

La tendencia fue similar en el Gran Buenos Aires y en el interior de la provincia. Solamente en cuatro de los 126 municipios bonaerenses se impuso el "sí": Trenque Lauquen, Lobería, Tres Lomas y General Pinto. Hubo empate en General Guido (véase página 4).

La reforma, aprobada en diciembre pasado por la Legislatura provincial y que debía atravesar la prueba del plebiscito para ser legitimada, fue promovida por un acuerdo político entre peronistas y radicales. El resultado de ayer implica entonces, más allá del rechazo a la reforma, un severo cuestionamiento a la dirigencia de los dos grandes partidos.

Pero no fue la nueva Constitución lo que se terminó votando: el electorado transformó la elección en una protesta ante la crisis económica y social en sus múltiples expresiones y, a la vez, en un juicio sobre la gestión del gobierno provincial.

El propio Antonio Cafiero admitió que "hay gente que votó teniendo en cuenta mi gestión", al reconocer ayer en la sede de la gobernación el holgado triunfo del "no", una hora después de clausurados los comicios. También dijo que otras causas de la derrota fueron la metodología utilizada para la reforma (no se convocó a Convención Constituyente) y la "protesta social por las demandas acumuladas".

Dijo el gobernador que el resultado era un "fallo inapelable" de los bonaerenses y que seguía pensando que "el pueblo no se equivoca". Agregó, enfáticamente, que no va a renunciar a la gobernación. Pero en cambio admitió que hablará con el presidente Menem sobre la situación en el Partido Justicialista, lo que anoche abría distintas especulaciones sobre su futuro como titular del Consejo Nacional partidario (ver página 5).

Desde La Rioja, el presidente Menem —que había apoyado tibiamente el "sí"— dijo que el resultado no le provocará ningún costo político. Tomó rápida distancia de Cafiero: señaló que había que "allanarse al resultado" del plebiscito y reiteró su cuestionamiento a la metodología aplicada para la frustrada reforma bonaerense, señalando su preferencia por una Convención Constituyente. También dijo que el resultado era "una lección para los políticos, empresarios y sindicalistas".

El vicepresidente Eduardo Duhalde se pronunció en términos similares; dijo: "No hay apelación cuando el pueblo ha dado su veredicto", y agregó que la metodología y algunos aspectos de la frustrada nueva Constitución habían sido causa del rechazo a la propuesta. En su casaquinta de San Vicente, Duhalde sostuvo que "es tiempo de terminar con las roscas políticas y con las especulaciones sobre candidaturas". El vicepresidente es uno de los potenciales aspirantes a la candidatura para gobernador en el '91.

Sin embargo, la inapelable derrota del "sí" aceleró las pulsaciones de la interna peronista. El sindicalista Luis Barrionuevo volvió a proponer la candidatura a gobernador del intendente Carlos Brown (San Martín)

♦ Otros protagonistas

Los radicales, que fueron

9005025

Nº. DOCUMENTO 9005026
TITULO Bush suspende gira latinoamericana
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA DE [illegible] 6/3/90
VINCULACION Argentina 10033
Sector Político 11164
Relaciones Internacionales 11399
EE. UU. 65890

ENTRADO
CRUZADO

SUSPENDIO LA GIRA LATINOAMERICANA

Por ahora, George Bush no viene

WASHINGTON. — El presidente George Bush decidió suspender por tiempo indefinido la gira latinoamericana que debía realizar en setiembre próximo por razones de política doméstica, confirmó ayer un vocero de la Casa Blanca.

La razón invocada fue la necesidad del mandatario de estar presente en Washington conduciendo las negociaciones con los bloques parlamentarios para reducir el presupuesto. También señaló que Bush deseaba respaldar las campañas de los candidatos republicanos a los asientos de las dos Cámaras en las elecciones que se realizarán el año entrante.

El vocero explicó que "el presidente tiene un activo programa para el otoño (boreal), con las conversaciones de reducción del déficit y las carreras para el Congreso".

Bush debe llegar a un acuerdo con el Congreso dominado por los demócratas sobre los recortes del presupuesto fiscal para 1991 —que tiene un déficit oficialmente estimado en 168 mil millones de dólares— porque, de otro modo, la ley Gramm-Rudman impondría reducciones "ciegas" en todos los rubros.

El portavoz desmintió que la crisis en el golfo Pérsico fuese una de las razones para la suspensión, tal como lo había interpretado el subsecretario técnico y administrativo de la Cancillería argentina, José Luis Fernández Valoni, en declaraciones realizadas en Buenos Aires.

La causa citada por el argentino se contrapuso a la que dio el canciller uruguayo, Héctor Gos Espiel, quien realizó el primer anuncio de la decisión norteamericana en Montevideo.

El viaje de Bush a la Argentina, Brasil, Chile y Uruguay no había sido anunciado oficialmente, pero era un valor entendido entre los gobiernos de los países huéspedes que se realizaría entre el 16 y el 22 de setiembre.

En las capitales que aguardaban a Bush se registraron ayer varios intentos oficiosos para desacreditar cualquier hipótesis que ligara la determinación de Bush con los problemas internos de esos países. Esa intención resultó particularmente visible en el caso de la Argentina, nación en la que recientemente se denunció un plan militar de desestabilización institucional.

En Buenos Aires fuentes diplomáticas aseguraron que la decisión norteamericana no implica el fin de la idea del viaje presidencial. Dijeron también que la Casa Blanca había sugerido noviembre como mes para realizar la visita.

"Sí, esa es una posibilidad", respondió ayer el vocero, y dijo que Bush estaba considerando la oportunidad "de emprender la gira en noviembre o diciembre".

Sin embargo, recordó que en el primero de esos meses, Bush comprometió ya su presencia en la Conferencia Sobre Seguridad y Cooperación en Europa —que se llevará a cabo en París—, reunión que no solo tiene que ver con el diseño de un orden posguerra fría en el Viejo Continente sino también la posibilidad de una nueva cumbre entre Bush y el soviético Mijail Gorbachov.

Bush era aguardado con expectativa en América latina que esperaba la ocasión para emprender negociaciones concretas con Estados Unidos en el marco de la Iniciativa para las Américas anunciada en junio pasado por el presidente norteamericano.

George Bush

PARTES POCO LEGIBLE

01-01

9005026

Nº DOCUMENTO 9005027
TITULO UCR adjudica a CAFIERO causas de la derrota
PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA 6/8/90
VIÑETAS Argentina 10033
F. Político 11164
Partidos Políticos 11304

ENTRADO
CRUZADO

Buenos Aires, lunes 6 de agosto de 1990 ★ CLARIN

La UCR adjudica a Cafiero las causas de la derrota

El "no" destapó una realidad que no supimos ni pudimos revertir. La queja, dicha con amargura en el 2º piso del comité bonaerense del radicalismo —asiento de Leopoldo Moreau, uno de los promotores principales de la frustrada reforma—, reflejó el estado de ánimo de una dirigencia que ayer vio rotos sus vínculos con la ciudadanía provincial.

Para el radicalismo, la causa fundamental estuvo en la crisis socioeconómica, el "pésimo" gobierno de Cafiero y la salvaje interna del PJ.

Sin centro de cómputos y con una actividad reducida al mínimo, el local de la UCR vivió un clima de derrota anticipado.

Ya al mediodía, **Antonio Tróccoli**, el mismo que días antes confesó que votaría afirmativamente solo por disciplina, decía por radio y televisión: "El «no» va a ser más grande que una casa".

Las palabras del ex ministro de Alfonsín encendieron el enojo de los radicales que, a sabiendas, seguían luchando contra la corriente. Un encono similar sufrió la figura del ucedeísta Alberto Albamonte.

Molesto por una gastritis que se agudiza cada vez que se embarca en campañas, Moreau hizo una evaluación informal en la cafetería del comité: estimó que la gente canalizó su bronca (por los impuestos, las tarifas, la desocupación, los despidos, gestiones municipales y las internas, más del PJ que de la UCR, apuntó), con la boleta del "no".

Antes de la hora de finalización de los comicios, se encerró en una oficina con las autoridades provinciales y los diputados **José Canata, Melchor Cruchaga, Daniel Ramos, Juan José Cavallari** y **César Jaroslavsky**.

Por televisión, siguieron las declaraciones en Peluajó de un sereno **Raúl Alfonsín** que insistió en reprochar la prédica negativa de los comunicadores y consideró que un triunfo del "no", significaría un paso atrás para la democracia.

Preocupado, el porteño "Chicho" Canata aceptó que la "la clase política sufrió un duro golpe"

"Acá no se votó por la nueva Constitución, y si yo fuera Cafiero, mañana mismo (por hoy) convocaría a la reforma a través de una Asamblea Constituyente."

En la mesa oval del quinto piso, luego de la rueda de prensa de Cafiero, Moreau ofreció la interpretación de la UCR:

- Dijo que el resultado es inapelable y que ninguno de los partidos mayoritarios puede volver a plantear, por ahora, la reforma.
- Reivindicó el método de la consulta para el futuro.
- Sostuvo que el pueblo no votó por la Constitución y que el radicalismo no pudo contrarrestar una "campaña de mentiras y miedo".
- Consideró que legítima y honestamente los ciudadanos creyeron defender sus bienes.
- Manifestó que fue desproporcionado el esfuerzo del "sí" ante la costosa publicidad desplegada por los sostenedores del "no".
- Denunció que el Ministerio del Interior le negó la cadena de radio y televisión que se brindó el sábado al diputado por la Capital Federal Albamonte.

Cargó las tintas sobre las espaldas de Cafiero (aunque dijo que no debe renunciar a la gobernación), y sin ponerse colorado se mostró absolutamente conforme con los radicales bonaerenses. Para Moreau, incidió en el traspié:

- La crisis socioeconómica.
- El pésimo gobierno provincial.
- La salvaje interna del Partido Justicialista.

Más autocríticos, fuera de micrófono, otros aceptaron que los militantes radicales desobedecieron los dictados de sus dirigentes y actuaron con independencia.

Criticaron a correligionarios que no pusieron empeño en movilizar a los afiliados. Mencionaron a Tróccoli y al intendente de San Isidro, Melchor Posse, quien anoche reclamó un urgente cambio de personas, propuestas y formas de conducción.

Jaroslavsky expuso lo suyo: Tildó de oportunistas a sus correligionarios Tróccoli y Eduardo Angeloz, al igual que al peronista Luis Barrionuevo, por "hablar recién cuando la tendencia era irreversible".

Cierto es que, desde este 5 de agosto, los radicales se sumergieron en un nuevo estado de revulsión.

Arnoldo Paganetti

Copyright Clarín 1990

9005027

Nº. DOCUMENTO 9005028
TITULO Presencia ROMERO en EEUU ejercicios militares
PROCEDENCIA LA PRENSA 150026
FECHA DE PUBLICACION 5/8/90
VINCULACION Argentina 10033
Partidos Políticos 11164
Relaciones Internacionales 11399

ENTRADO
CRUZADO

Presenció Romero en EE.UU. ejercicios militares

Fort Smith, Arkansas (EE.UU.) (Télam) — La Argentina y los Estados Unidos están en el umbral de una nueva era de cooperación y se estrecharán aún más los lazos entre los dos países", señaló aquí el comandante de entrenamiento conjunto de las Fuerzas Armadas norteamericanas, general John M. Keane.

El ministro de Defensa Humberto Romero, por otra parte, puso de relieve el hecho de que "nos encontramos en la búsqueda de terminar con el pasado y enfrentar el futuro", y que el presidente Carlos Menem tiene en su ánimo "alcanzar con los Estados Unidos las mejores relaciones, no sólo en las expresiones, sino en los hechos".

Romero reconoció en un acto, donde recibió el título de ciudadano y embajador itinerante de Arkansas, que "es común que cuando empiezan los acercamientos haya cabildeos, pero nuestro presidente es un hombre de gran franqueza y sinceridad que está resuelto a lograr rápidamente acuerdos sin límites con los Estados Unidos".

El general Keane recordó en un discurso que "hace años las relaciones no fueron las mejores a causa de los sucesos en las islas Malvinas, pero –continuó– eso es el pasado y la Argentina cuenta con un gobierno democrático, se están estableciendo mayores vínculos, y existe una muy buena relación personal entre los presidentes".

El jefe militar norteamericano dijo que la presencia del ministro argentino en los Estados Unidos es "para preparar el camino en la visita que el presidente George Bush hará a la Argentina en septiembre próximo" y extendió una invitación a los militares de nuestro país para compartir las experiencias aquilatadas en los tres años que lleva en funcionamiento el centro de adiestramiento local.

"Realizamos un entrenamiento muy serio y muy duro porque nuestra misión es darle a nuestros hombres el mayor entrenamiento para seguir viviendo si participan de una guerra", dijo Keane.

Al margen, Keane informó al integrante del gabinete nacional, sobre los acontecimientos conocidos en Kuwait con la invasión iraquí y la actitud que están asumiendo los Estados Unidos en las actuales circunstancias.

El ministro argentino y el vicealmirante Emilio Osses, que lo acompaña, asistieron a una explicación previa y posteriormente observaron sobre el terreno un ejercicio conjunto de gran realismo del Ejército, la Fuerza Aérea y fuerzas especiales en el que se utilizó un sofisticado armamento.

Nº. DOCUMENTO 9005029
TITULO Acuerdo chileno-argentino de cooperacion sobre energia nuclear
PROCEDENCIA LA PRENSA 150026
FECHA DOCUMENTO 5/8/95
VINCULACION ARGENTINA 10033
F. Politico 11164
Relaciones Internacionales 11399
CHILE 65709

ENTREGADO
CRUZADO

Acuerdo chileno-argentino de cooperación sobre energía nuclear

Santiago (ANSA) – Un acuerdo que establece nuevas y mayores formas de cooperación para el uso pacífico de la energía nuclear suscribieron aquí los máximos representantes de las respectivas comisiones de Chile y la Argentina.

El acuerdo fue firmado por Manuel Mondino, presidente de la Comisión Nacional de Energía Atómica de la Argentina y Sergio Lorenzini, presidente de la Comisión Chilena de Energía Nuclear.

El convenio está dirigido a impulsar la aplicación de tecnologías nucleares en el campo de la medicina, la industria y la agricultura, esperándose que los principales beneficios recaerán en áreas como los radiofármacos, el control de la mosca de la fruta, el empleo de radioisótopos, la conservación de alimentos, la evaluación de materiales y la generación de electricidad en centrales nucleares.

El acuerdo binacional perfecciona uno anterior del año 1976.

Lorenzini destacó que la Argentina ha alcanzado un desarrollo importante en este campo durante 40 años, mientras que Chile tiene experiencia en el uso en radiofármacos y en la minería.

El funcionario indicó que Chile no ha considerado construir una central nuclear porque obtiene ventajas con las centrales hidroeléctricas. Sin embargo, señaló que los últimos estudios indican que una central nuclear podría resultar económica a comienzos del próximo siglo.

"Estamos preparándonos para el momento en que veamos que es económica una central nuclear en Chile", dijo Lorenzini.

Mondino indicó que la Argentina busca un mayor "bienestar social" a través de la aplicación de la energía atómica y puso como ejemplo la irradiación con rayos gama para esterilizar animales y controlar la mosca de la fruta, lo que ha permitido a su país "exportar y mantener la buena calidad de los productos".

Sobre centrales nucleares, indicó que funcionan desde 1974 y representan el 7,8 por ciento de la capacidad instalada en la Argentina, con cerca de mil megavatios.

Nº. DOCUMENTO 9005030
TITULO Argentina y Brasil ensayan destino común
PROCEDENCIA LA NACION 150025
FECHA DE PROCEDENCIA 5/8/90
VINCULACIONES Argentina 10033
Factor Político 11164
Relaciones Internacionales 11399
BRASIL 10046
Mercado Común Latinoamericano 11110

ENTRADO
CRUZADO

Al dejar atrás antiguas desconfianzas, hoy se integran económicamente y auspician posturas conjuntas en su política exterior

La Argentina y Brasil ensayan un destino común

Una novedad sobre la que el mundo diplomático está tomando debida nota es que las políticas exteriores de la Argentina y el Brasil, tanto tiempo distanciadas, tantas veces enfrentadas, hoy caminan por el mismo sendero y con el mismo rumbo bajo la consigna de la integración.

En términos retrospectivos, la necesidad de sostener buenas relaciones con el Brasil fue una política permanente de todos los gobiernos argentinos desde Perón, en 1973, hasta aquí.

"Los dos países no van sólo hacia un mercado común, sino a la coordinación de sus políticas frente al mundo y no está lejos el día en que podamos decir que en todo y para todo nuestra posición es la misma", dice Raúl Carignano, subsecretario de Asuntos Latinoamericanos.

En la agenda de cualquier observador atento de los asuntos internacionales figuran hoy hechos tan frescos y certeros como éstos:

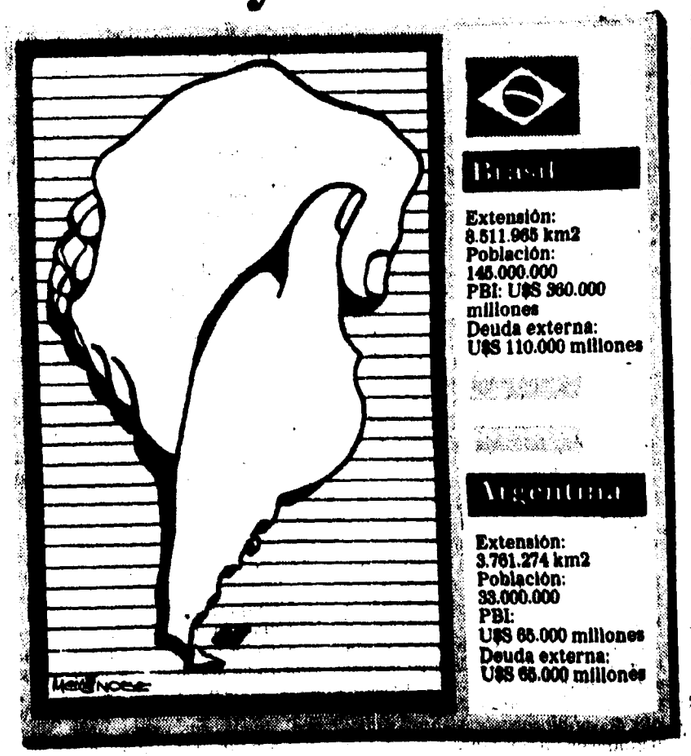
- Respuesta común de los dos países a la Iniciativa de las Américas, del presidente Bush
- Mensajes conjuntos al poderoso Grupo de los Siete sobre protección agrícola y sobre medio ambiente
- Puesta en marcha de un mecanismo permanente de consultas entre las dos cancillerías
- Acuerdo para expedirse *en bloque* ante asuntos de comercio internacional

La ilusión de los hombres de la diplomacia es que a estas realidades constantes y sonantes se le vayan agregando efectivos resultados de la integración económica.

Barreras que han caído

¿Se va, realmente, hacia dos países con una sola política exterior que represente a 180 millones de personas?

Francisco Thompson Flores, embajador brasileño en Buenos Aires, lo dijo a LA NACION: aún no tienen "dudas", pero "cuestionamientos". Ya se [illegible], de puertas para



Brasil

Extensión:
8.511.965 km2
Población:
145.000.000
PBI: U$S 360.000 millones
Deuda externa:
U$S 110.000 millones

Argentina

Extensión:
3.761.274 km2
Población:
33.000.000
PBI:
U$S 65.000 millones
Deuda externa:
U$S 65.000 millones

[illegible] NOSE

[illegible] afuera, [illegible] labras, "más Thompson que Flores", al decir de un diplomático, el embajador deviene en entusiasta conversador cuando de integración se trata.

Para él, los dos países superaron ya las cuatro grandes cuestiones que los separaban:

- La pugna por la hegemonía en la región, que ya no pretenden
- Las Malvinas, porque el Brasil apoya hoy "en su totalidad" la soberanía argentina
- [illegible]

El dominio de la isla Martín García, dice el embajador brasileño, no va a cambiar la historia de nadie.

Thompson Flores recita con la seguridad y firmeza de un Credo la lista de temas en los que deberá esgrimirse una posición común de las dos cancillerías: comercio, finanzas, transferencia de tecnología, medio ambiente, [illegible], drogas, [illegible]

¿Deuda externa? [illegible] enfrenta al [illegible] problema [illegible]

constante de información", responde.

Prácticamente el mismo Credo sale de la boca de Carignano, un hombre nuevo en la Cancillería. Quizá por eso, por haber llegado a la diplomacia cuando la integración con el Brasil cobraba un impulso que parece irrefrenable, este justicialista de Santa Fe prácticamente no ve escollos que no puedan salvarse y hasta se imagina a los dos países compartiendo embajadores.

"Hoy nos consultamos todo y estamos de acuerdo en todo", argumenta.

A la hora de poner ejemplos de que la integración no camina sino que vuela, Carignano cita la reciente presentación del avión CBA 123, desarrollado por los dos países. "De la hipótesis de conflicto –dice– hemos pasado a una real cooperación."

Los límites de Cavallo

El canciller Domingo Cavallo no va tan lejos. Por ahora prefiere circunscribir la coordinación entre las dos cancillerías a los temas económicos y comerciales.

Hombre de números que es (comparte con su colega brasileño, Francisco Rezek, haber pasados por las aulas de Harvard), sostiene que el objetivo de la hora de la Argentina y el Brasil es adecuar en conjunto sus economías para poder insertarlas en los grandes mercados del mundo.

El observador puede preguntarse: ¿Carignano y Thompson Flores pecan de entusiasmo o Cavallo se reserva el final de esta historia? ¿La integración económica lleva a una integración diplomática?

En la embajada norteamericana ensayan una respuesta.

Nosotros, dicen, tenemos un acuerdo [illegible] Canadá sin que esto [illegible] particularmente una alianza [illegible] de política exterior. Y [illegible] en la CSCE. [illegible] sabemos no lo dirán [illegible] en esta inte-

mercado de tu manas dimensiones, con aranceles cada vez más bajos y reglas uniformes y permanentes.

Compartiendo un almuerzo en Nueva York, días atrás, el titular del BID, el ex canciller uruguayo Enrique Iglesias, comentó a Carignano que los norteamericanos "están encantados" con esta posibilidad.

Thompson Flores observa intencionadamente: "El producto bruto de los dos países es, en conjunto, de 430.000 millones de dólares, es decir, superior al de Canadá. Y el mercado consumidor, en un cálculo muy conservador, de 80 millones de personas. Eso es un mercado grande en cualquier continente".

Dos países, un solo interlocutor

Al Departamento de Estado está lejos de preocuparlo, además, que del otro lado de la mesa se le sienten, como un solo interlocutor, la Argentina y el Brasil.

Desde mediados de la década del 70, la *guerra de las computadoras* y las restricciones impuestas por Brasil a la importación de productos pusieron considerable distancia entre Washington y su, hasta entonces, más fiel intérprete en América del Sur.

Para Washington no representaba un dolor de cabeza menor: el otro grande de la región, la Argentina, seguía siendo visto desde allí como un país demasiado fluctuante y díscolo. Y no es cuestión del pasado remoto. A poco de insistir, uno escuchará en fuentes de la embajada norteamericana que "sólo ahora" se sienten cómodos en serio con autoridades argentinas y que el clima de hoy es muy distinto al de los tiempos de Alfonsín.

En realidad, se trata de una cuestión de énfasis. También en no pocas oportunidades durante la administración radical voceros de esa embajada –incluido el embajador Theodore Gildred– declararon que las relaciones entre la Argentina y los Estados Unidos pasaban por momentos realmente buenos.

En unos años todo cambiaría para los intereses de los Estados Unidos en estas tierras. Sin solución de continuidad llegaron la consolidación democrática, el esfuerzo de los países por reformar y abrir sus economías y, ahora, el Mercado Común.

Desde entonces, Washington mira al Sur con otros ojos.

9005030

Nº. DOCUMENTO 900503T
TITULO Los acuerdos con los EE.UU.
PROCEDENCIA CLARIN 15002
FECHA DE PRODUCCION 5/8/90
VINCULACION Argentina 10033
E. Politicas 11164
Relaciones Internacionales 11399
EE.UU 65890

Los acuerdos con los EE.UU.

La Argentina y los Estados Unidos intensificarán sus lazos en materia de cooperación militar, coincidieron en afirmar ayer en Fort Chafee, Arkansas, el ministro de Defensa, **Humberto Romero**, y el comandante de entrenamiento conjunto de las fuerzas armadas norteamericanas, general **John M. Keane.**

Romero, luego de recibir el título de ciudadano y embajador itinerante de esa ciudad estadounidense, afirmó que el presidente Carlos Menem "es un hombre de gran franqueza y sinceridad que está resuelto a lograr rápidamente acuerdo sin límites con los Estados Unidos".

Tras recibir esa distinción recorrió las instalaciones de ese gigantesco centro de adiestramiento militar, que prepara 2 mil hombres cada 21 días a bajo costo, y observó un simulacro de combate en el que se utilizaron tecnologías de punta.

En un discurso de bienvenida, el general Keane enfatizó que "la Argentina y los Estados Unidos están en el umbral de una nueva era de cooperación y se estrecharán más los lazos entre los dos países".

El militar norteamericano admitió que "hace años las relaciones no fueron las mejores a causa de los sucesos en las Malvinas, pero eso es el pasado y la Argentina cuenta ahora con un gobierno democrático, se están estableciendo mayores vínculos, y existe una muy buena relación personal entre los presidentes.

"Su presencia, señor ministro, es para preparar el camino en la visita que el presidente George Bush hará a la Argentina próximamente", agregó el uniformado.

Romero, que se encuentra acompañado por el jefe del Estado Mayor Conjunto, almirante **Emilio Ossés**, presenció luego un ejercicio conjunto de efectivos del ejército, la fuerza aérea y tropas especiales.

El titular de la cartera de Defensa no pudo ocultar su asombro cuando se le explicó cómo se utilizaba un sistema de equipos de rayos láser que complementa el intercambio de disparos de fogueo en estos ejercicios.

Los fusiles y las piezas de artillería tienen aplicado un transmisor láser que se activa automáticamente cuando se dispara la munición de fogueo. Los soldados llevan sensores en sus cascos que emiten un sonido si son alcanzados por los rayos que los dan como técnicamente "muertos".

El asombro fue mayor cuando los norteamericanos informaron que cada uno de esos equipos para soldados cuesta 1.200 dólares.

♦ Irak

Después de los simulacros de combate, Romero fue llevado al comando de este centro de 40.000 hectáreas, ubicado en el límite entre Arkansas y Oklahoma, donde se le suministró información de inteligencia de último momento sobre la invasión de Irak a Kuwait.

Frente a un gran mapa de Oriente Medio, Keane afirmó que "creemos que la decisión iraquí de concentrar tropas sobre la frontera con Arabia Saudita, responde a la intención de invadir también ese territorio".

"Lamentablemente es poco lo que los Estados Unidos podemos hacer allí, salvo el dar apoyo aeronaval y fuego de artillería a los sauditas por parte de nuestros buques", comentó el militar.

♦ Reunión con Cheney

El lunes, Romero se reunirá en Washington con el secretario de Defensa, **Dick Cheney**, para tratar, entre otros temas, la forma en que se aumentarán las relaciones militares en base al Programa de Cooperación de Defensa firmado en 1985 por el ex ministro de entonces Horacio Jaunarena.

Fuentes seguras consultadas en esta capital por **Clarín** admitieron la posibilidad de que Romero trate con su colega norteamericano los detalles de las maniobras que una compañía de boinas verdes realizarán en la Argentina, probablemente en setiembre.

La llegada de esos comandos estuvo precedida de los ejercicios que 27 instructores militares norteamericanos realizaron en mayo en el Delta con sus colegas argentinos, los primeros desde la guerra de Malvinas.

En la agenda Romero-Cheney también figura el interés argentino en que el avión de entrenamiento avanzado **Pampa 2000** participe de la licitación que se realizará dentro de tres años para la adquisición de 800 máquinas de ese tipo para la fuerza aérea y la aviación naval norteamericana, así como el suspendido proyecto del cohete **Cóndor II.**

Sería también intención del ministro argentino conseguir créditos baratos para la compra de helicópteros para que la Gendarmería Nacional los utilice en la lucha contra el narcotráfico, pero este punto depende de la marcha de las negociaciones para ampliar la cooperación en esta área.

ENTRADO CRUZ 03

9005031

PROCEDENCIA CLARIN 150024
FECHA DE PUBLICACION 3/8/90
VINCULOS Argentina 10033
F. Político 11169
Relaciones Internacionales 11399
Brasil 10096
Chile 65709
Uruguay 10030
Mercado Común Latinoamericano 11110
ANT-400 X
CRUZ X

Nuevos socios para un mercado

BRASILIA (Enviado especial). — El futuro mercado común argentino-brasileño tiene, desde ayer, un nuevo socio en ciernes, el Uruguay, y otros dos potenciales, Chile y el Paraguay. Esta suma de voluntades integradoras hizo que las diplomacias hablen ya de la existencia de un virtual **"nuevo gran espacio económico"** en el Cono Sur latinoamericano.

Tal es el resultado de una jornada de deliberaciones de los cancilleres y ministros de Economía de cuatro países (el gobierno paraguayo fue consultado telefónicamente ayer) que también dejó en evidencia la **especial combinación de entusiasmo y duda** que motiva en ellos la Iniciativa para las Américas (la apertura de una zona de libre comercio) anunciada en junio pasado por **George Bush**.

Otra decisión fue postergar el proyecto de enviar una misión conjunta a Washington —idea que fue prematuramente anunciada por **Carlos Menem**— hasta después de la primera sesión del Grupo de Trabajo Mercado Común, que se creó aquí el martes, y de la gira latinoamericana que Bush realizará en setiembre.

La voluntad de negociar en común con los Estados Unidos —y eventualmente con otros países o grupos de países— fue **"plenamente ratificada"** según fuentes del encuentro.

Los ministros presentaron ayer en conferencia de prensa —introducidos por **Fernando Rezek**, el canciller huésped— un comunicado cuyos puntos más destacados son:

- Ratificar la decisión de colaborar para el éxito de la ronda Uruguay del GATT (Acuerdo General de Intercambio y Tarifas) en la medida en que este vaya en dirección de un sistema de comercio internacional "libre, equilibrado y no discriminatorio".

Washington hizo saber por varios canales que las negociaciones con América latina solo tendrán sentido cuando se conozcan los resultados de la ronda Uruguay que finalizará en diciembre.

Aunque no lo digan en voz alta los países del Cono Sur temen que la iniciativa sea **solo una efímera zanahoria norteamericana** destinada a tornar atractiva la posibilidad de un acuerdo general en el marco de la ronda. Sucede que si esta es coronada con éxito podría dejar un esquema de comercio internacional tan eficiente para los intereses del mundo industrializado que haga ociosa la idea misma de la iniciativa.

- Ampliar el proyecto del Mercado Común a través de la participación plena de Uruguay, que comenzará a ser negociada de inmediato.

Los uruguayos trajeron aquí el recuerdo de las promesas, las declaraciones y los acuerdos que les concedieron los estados brasileño y argentino en las personas de **José Sarney** y **Raúl Alfonsín**.

En la intimidad del intercambio de ayer el canciller uruguayo, **Roberto Gross Espil**, admitió que su pedido era insostenible y que antes de llegar a Brasilia el gobierno de **Luis Lacalle** había mantenido consultas con el empresariado. La conclusión fue: **el costo de quedar al margen de la integración era mayor que el de enfrentar ahora la reconversión productiva que supone una nueva división regional del trabajo**.

- Evaluar las propuestas de Chile que se ubicaron en una franja intermedia entre el Mercado Común y la zona de libre comercio. Sus ministros, **Enrique Silva Cimma** (Relaciones Exteriores), y **Carlos Ominami** (Economía) propusieron el libre tránsito de bienes, capital y servicios pero dejaron en claro que Chile desea conservar las ventajas competitivas que suponen para su comercio internacional haber establecido un arancel único del 15 %. La Argentina y el Brasil están por encima del 20 % (considerando barreras arancelarias y no arancelarias) y el Uruguay oscila entre el 15 y el 35 por ciento según los productos.

- Coordinar esfuerzos con el Pacto Andino y proseguir con el trabajo en el marco de la ALADI, pero, en este último caso, varios indicadores sugieren que el foro perderá cierta vigencia relativa.

- Elogiar una vez más, la iniciativa para las Américas pero no sin advertir que el fondo previsto por la iniciativa es magro (300 millones de dólares) y que algunos sugieren desde los Estados Unidos dar cabida inicial solo a los países de menor desarrollo relativo, entre los cuales no se cuentan los que ayer se reunieron aquí.

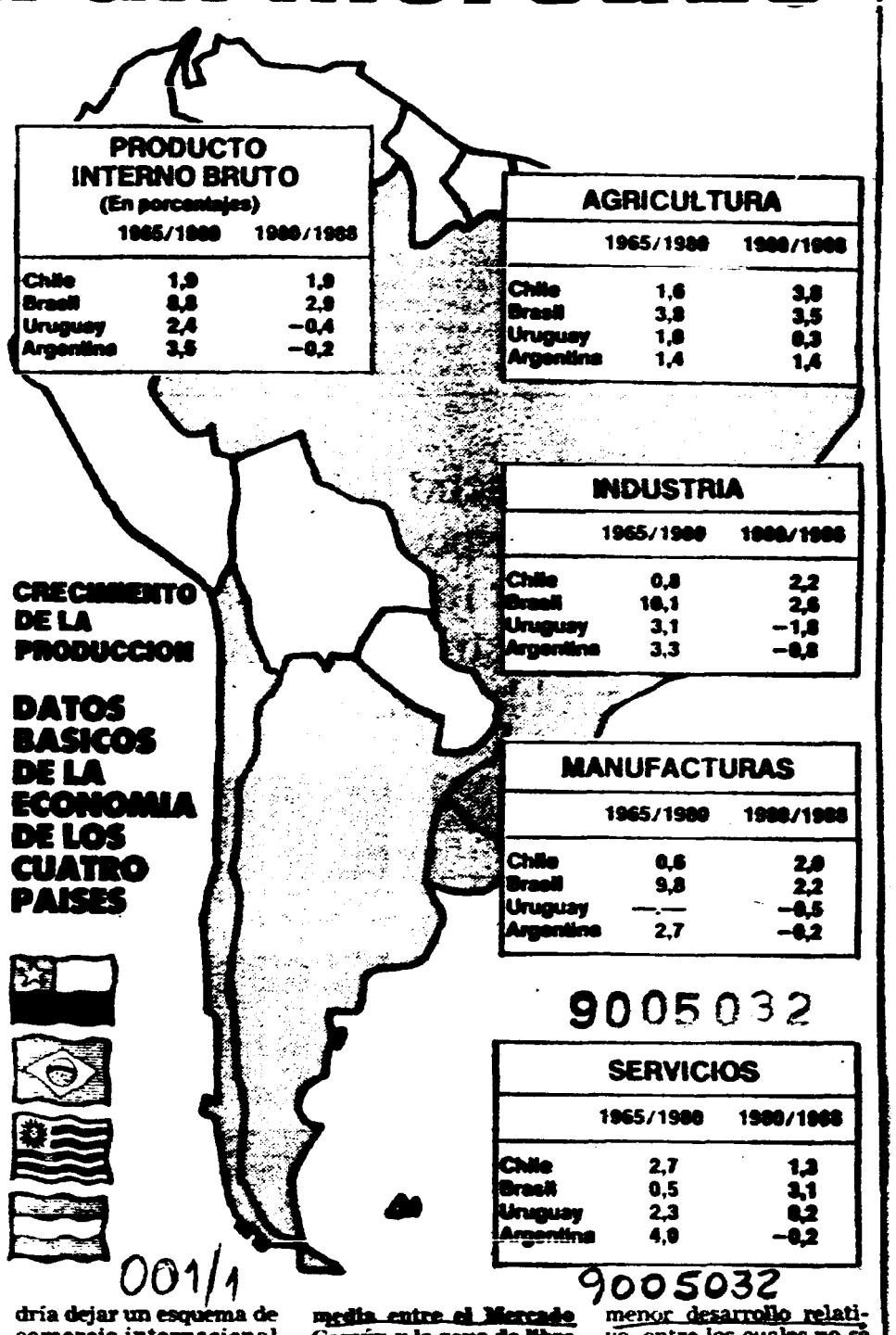
El impacto entre la afinidad entre el Brasil y la Argentina es grande en el Cono Sur. Los vecinos pueden observarla con optimismo o escepticismo pero, en ningún caso, ignorarla.

Hay una atención que genera el proyecto en la que pesa, y mucho, la historia. **Chile y el Uruguay conocieron tiempos tormentosos en su relación con la Argentina.** Los chilenos no olvidan lo cerca que estuvieron de la guerra a fines de la década del 70.

Los brasileños tienen una reputación bien ganada de ser un país con el que es extremadamente difícil convivir. Es un acreedor que desconoce la clemencia; tradicionalmente colocó su producción en los mercados regionales con fuerza que, por momentos, se acercó a la violencia, pero que importa apenas el 5 % de su PBI, el índice menor de cualquiera de las economías de mercado.

Oscar Raúl Cardoso

Copyright Clarín, 1990



9005032
001/1
9005032

Nº. DOCUMENTO
TITULO Fuerte interés de Chile por integración con Argentina
PROCEDENCIA AMBITO FINANC. 150027
FECHA DE PUBLICACION 3/8/90
VINCULACION Argentina 10033
F. Politico
Relaciones Internac.
CHILE 65709

ENTRADA 1
CRUZ 8

PASOS PARA LA ZONA DE LIBRE COMERCIO

Fuerte interés de Chile por la integración con Argentina

Escribe
Hugo Morales

Santiago de Chile (especial) — Un empresario ávido de acelerar la integración económica con la Argentina esperará al presidente **Carlos Menem** cuando visite ese país hacia fines de agosto. **Uno de los temas que se encuentra en las carpetas de los hombres de negocios es el arancelario por la disparidad de criterios y de burocracia que existe en las economías de ambos países. Mientras que en Chile existe un único arancel de 15 por ciento para todos los productos, al otro lado de los Andes debe superarse una maraña de trabas administrativas y soportar un alto costo de impuestos que desalientan y tornan onerosa la colocación de productos chilenos en el mercado argentino.**

Ese desequilibrio comercial se ha reflejado en el intercambio entre ambas naciones. **Durante 1989 la Argentina colocó productos por un valor de 399 millones de dólares mientras que las ventas chilenas llegaron a los 110.** En los tres primeros meses del corriente año, el vecino país colocó mercaderías a valores CIF **por unos 180 millones de dólares en tanto que importó a valores FOB por 38 millones de dólares.** Las cifras, demasiado elocuentes, son el principal argumento del interés chileno en poder penetrar en la hasta ahora cerrada economía argentina y que esperan, **Carlos Menem** pueda abrir.

Esa impresión la tuvieron luego de la silenciosa visita que realizó la semana anterior, el secretario general de la Presidencia, Alberto Kohan a Santiago. La evaluación que realizaron los industriales de este país acrecentó sus expectativas aunque por el momento subsisten dudas y diferencias. La primera de ellas es hasta dónde la estructura industrial y agropecuaria puede resistir una integración con tales sectores argentinos y la segunda, se basa en los tiempos: **Chile** quiere mayor velocidad mientras que la Argentina es partidaria de la gradualidad para que encaje con su integración con el Brasil.

• Borradores'

De todos modos, los expertos de las Cancillerías de ambos países continúan trabajando sobre los borradores que luego deberán ser aprobados y firmados por Menem y Patricio Aylwin. Le adjudican a la administración menemista una mayor dosis de pragmatismo que la de su antecesor y con menos prevenciones ideológicas.

El mayor entusiasmo integracionista se detecta entre los industriales para quienes la Argentina puede ser un excelente mercado para productos de fabricación nacional o conformar **"joint ventures"** que les permita enfrentar conjuntamente a los mercados de ultramar. Dentro de sus prioridades figuran la prestación de servicios, seguros, terrestres y aviación, llegando incluso, a plantear la posibilidad de cubrir rutas dentro del espacio argentino.

Quien muestra algún recelo es el sector agropecuario temeroso de ser absorbido por la fuerte estructura agraria y ganadera de la Argentina y además, porque se consideran en posición ventajosa frente a terceros países. Chile en 15 años diversificó de tal forma su producción agraria e invirtió cuantiosas sumas en tecnología que hoy supera a sus vecinos en casi todos los rubros primarios exportables, conquistando mercados de verdadera magnitud comercial como son los Estados Unidos y el sudeste asiático.

Otras diferencias que se han expuesto en la mesa de negociaciones son los pasos fronterizos y el tema migratorio. Acerca del primero se cree aquí que la prioridad debe establecerse según la rentabilidad económica, aunque este razonamiento esconde para algunos, ciertas prevenciones de orden militar, mientras que la Argentina prefiere la política de pasos abiertos, evidentemente presionada por las provincias limítrofes que buscan en el comercio binacional un revitalizamiento a sus alicaídas economías y que han invertido cuantiosas sumas en la provisión de servicios.

La situación de los inmigrantes es tratada con suma cautela. Por un lado existe la evidente presión del sindicalismo argentino para evitar una competencia que consideran desleal y por otro se presentan urgencias sociales que deben ser atendidas por las provincias.

01-01

9005033

Zona de libre comercio en el Cono Sur
Ambito Financiero 15022
2/8/90
Argentina 10033
E. Político 11169
Relaciones Internacionales 11399
Brasil 12046
Uruguay 12020
Chile 65709
Mercado Común Latinoamericano 11110
ENT X
CRUZA X

Por ahora Santiago es el más escéptico porque quiere ver cómo funciona el mercado común. Todos esperan a Bush

Argentina, Brasil, Uruguay y Chile acordaron armar una zona de libre comercio. Los chilenos son todavía escépticos y quieren ver cómo funciona el mercado común entre el Brasil y la Argentina. Esto se conversó ayer en la cumbre de cancilleres y ministros de Economía que se terminó en Brasilia, y también se prosiguió analizando en conjunto la propuesta de Bush para la región. En esto no hay mayores avances, y se confirmó que los Estados Unidos pedirán más garantías para sus inversiones, pero no levantar el secreto bancario.

Habrá zona de libre comercio con Brasil, Uruguay y Chile

Escribe Andrea Rodríguez
Enviada especial a Brasilia

Brasilia — Uruguay será incluido en el proyecto de mercado común que llevan adelante la Argentina y Brasil, mientras que los representantes de los 4 paises reunidos hoy aquí —Argentina, Brasil, Uruguay y Chile— optaron por una actitud de "wait and see" respecto de la iniciativa para las Américas del presidente norteamericano **George Bush.** Estas son las dos conclusiones más importantes que se extraen del **comunicado conjunto** dado a conocer tras una maratónica reunión de los cancilleres y ministros de los 4 paises, que comenzó a las 10 de la mañana, se prolongó durante el almuerzo y siguió hasta pasadas las 4 de la tarde en Itamaraty, sede de la diplomacia brasileña. De las deliberaciones participaron los cancilleres y ministros de Argentina, **Domingo Cavallo** y **Antonio Erman González** quien llegó ayer por la mañana; de Uruguay, **Héctor Gros Espiell;** de Chile, **Enrique Silva Cimma** y **Carlos Ominami**, y de Brasil, **Francisco Rezek** y **Zélia Cardoso.**

• **Uruguay**

El documento señala que Uruguay —que llegó a esta reunión en un intento por acallar a la oposición interna respecto de la pasividad del gobierno de **Lacalle** sobre los avances entre Argentina y Brasil— tendrá una participación plena en el mercado común a través de instrumentos jurídicos convencionales. Esto significa una victoria para las huestes de Lacalle, **aunque significó para Uruguay dejar de lado sus requerimientos de tratamiento preferencial en materia arancelaria,** entre otros temas, y comprometerse a soportar el peso de una integración con dos naciones de diferente situación, tamaño y estructura. **"Estamos dispuestos a asumir el riesgo de la integración",** dijo el canciller uruguayo durante la reunión.

Siempre dentro del tema integración, Chile manifestó, según consta en el documento, su interés en participar en un espacio económico común, pero por ahora no quiere oír hablar de mercado común y **prefiere esperar a ver qué pasa entre la Argentina, Brasil, y de ahora en más, Uruguay.**

También se invitará a Paraguay a participar, con la idea de englobar a todo el Cono Sur. En este contexto, se estableció la conveniencia de **avanzar hacia la zona de libre comercio formada por los países miembros de la ALADI,** que ayer efectivizó una rebaja de 20 puntos en la preferencia arancelaria para Argentina, Brasil y México.

Domingo Cavallo

• **Iniciativa Bush**

Durante la conferencia posterior a la reunión, de la que participaron todos los cancilleres y ministros —excepto Zélia Cardoso que está atendiendo a la misión del FMI que está de visita aquí— **quedó claro que los 4 países todavía están esperando que la propuesta de Bush, a la que se considera buena en términos políticos, se llene de contenidos más concretos.**

Como explicó el canciller **Rezek** —sin dudas el **más hábil a la hora de comunicarse** con los medios— se están siguiendo las señales que provienen de declaraciones del Congreso norteamericano y de otras esferas vinculadas con la administración Bush para ver si surgen más en concreto los contenidos de la iniciativa.

• **Negociaciones**

Es probablemente por esto, que no se avanzó en la idea inicial con la que se fue a esta reunión, al menos por parte de la Argentina y Brasil; **armar una agenda de temas y conformar una misión a Washington para discutir la propuesta de Bush.** Según dijo Cavallo, la decisión de postergar esta idea obedece al hecho de que Bush **pronto visitará los países de la región,** y entonces habrá posibilidad de avanzar. Oficialmente se negó que se hubiese llevado a la mesa de discusión, por parte de Argentina, el tema del levantamiento del secreto bancario por parte de Estados Unidos en casos específicos, como la sospecha de blanqueo de divisas del narcotráfico, **aunque sí se admitió que se habló de las negociaciones que se están llevando adelante para establecer un seguro de garantía para las inversiones norteamericanas en la Argentina.** Si se cierran las negociaciones a tiempo, el acuerdo —**que establece garantía de remesa de capitales y solución de disputas en los tribunales de New York —se firmaría cuando llegue Bush a la Argentina.**

OEA: Angeloz sí, Alfonsín no

Brasilia (enviada especial) — Los cancilleres de la Argentina y el Brasil, Domingo Cavallo y Francisco Rezek, confirmaron ayer que los ex presidentes de esos paises, Raúl Alfonsín y José Sarney, no tienen ninguna chance de convertirse en miembros del consejo de notables, asesor de la OEA, que se crearia a propuesta del primer mandatario venezolano, Carlos Andrés Pérez. Cavallo dijo que el gobierno de Carlos Menem no pone reparos a que sea Eduardo Angeloz, quien integre ese cuerpo, mientras que Rezek dijo que el candidato de Collor es el ex canciller, Mario Gibson Barbosa.

Collor desató la furia importadora

Brasilia** (enviada especial) — La política aperturista del gobierno de **Fernando Collor de Mello,** ya se está haciendo sentir. En los supermercados hay una gran variedad de **productos importados** (principalmente argentinos), junto a las manufacturas locales, que hasta el momento no consiguen competir en precio. Lo mismo ocurre con el rubro **electrónicos,** que si bien están cargados con un derecho de importación de **85%, son más baratos que los "Made in Brazil".

***Asustados por la fuerte recesión impuesta por el plan de ajuste lanzado en marzo y algunas estimaciones oficiales que indican que el PBI brasileño que creció 157 veces entre 1870 y 1987 en 1990 retrocederá cerca de 5 puntos,** los industriales locales están preocupados por el aluvión de importados.*

*También alarmados por la recesión, que se ha cobrado 170.000 puestos de trabajo en la región paulista entre enero y junio de este año, amén de los casi 125.000 que perdieron sus trabajos inmediatamente después del plan Collor, **los consumidores brasileños están satisfechos con la apertura, ya que en el rubro alimentos, las diferencias de precio son significativas.***

*En el sector lácteos, **la manteca argentina cuesta 35% menos a la producida localmente** (40 cruzeiros contra 63, o 50 centavos de dólar contra 78). Para los quesos, **las diferencias alcanzan hasta 60%.** El problema es que la materia prima, la leche, en mucho más cara en Brasil donde cuesta 25 centavos de dólar por litro, **casi el doble del valor en la Argentina.** Lo mismo ocurre con la mayonesa importada argentina, **que es alrededor de 35% más económica que la brasilera y el aceite,** ya que un litro producido en la Argentina cuesta lo mismo que un envase de 750 ml de manufactura local (1,12 dólar). Además, los brasileños pueden comprar **vinos franceses, italianos y portugueses al mismo precio que el vino nacional.***

Para el rubro electrónico, las diferencias de precio son también importantes. Una videocasetera japonesa cuesta 12% menos que una nacional. Para este año, sólo una empresa ha previsto importar 20.000 unidades, a un precio final al consumidor de 840 dólares. También entrarán televisores, y calculadoras.

• **Autos**

Mientras llegan los autos argentinos en el marco del convenio de integración, que para 1991 establece un intercambio de 10.000 unidades por cada país, la novedad, la constituye el ingreso de vehículos soviéticos. Para este año, se prevé el arribo de más de 10.000 unidades económicas de 4 puertas, fabricados por Lada, la mayor terminal de la Unión Soviética.

1-01
9005034

Nº DOCUMENTO 9005035
TITULO El proyecto oficial sobre la pena de muerte
LA NACION 150025
2/8/90
Argentina 10033
P. Politico 11164
Gobierno Nacional 11302
ENTRADO
CRUZADO

El proyecto oficial sobre pena de muerte

Artículo 1º. – Sustitúyese el artículo 5º del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 5º. – Las penas que este Código establece son las siguientes: muerte, reclusión, prisión, multa e inhabilitación".

Art. 2º. – Agrégase como artículo 5º bis del Código Penal el siguiente:

"Artículo 5º bis. – La pena de muerte será cumplida por fusilamiento y se ejecutará en el lugar y por las fuerzas de seguridad que el Poder Ejecutivo designe, dentro de las 48 horas de encontrarse firme la sentencia, salvo aplazamiento que él podrá disponer siempre que no exceda de un plazo de diez días.

"Esta pena no será aplicable a personas que al momento de la comisión del delito, tuvieren menos de 18 años de edad o más de 70, ni se le aplicará a las mujeres en estado de gravidez".

Art. 3º. – Sustitúyese el artículo 44 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 44. – La pena que correspondería al agente, si hubiese consumado el delito, se disminuirá en un tercio de su máximo y en la mitad de su mínimo.

"Si la pena fuere de muerte, la pena de la tentativa será de quince a veinticinco años de reclusión.

"Si la pena fuere de reclusión perpetua, la pena de la tentativa será reclusión de quince a veinte años.

"Si la pena fuere de prisión perpetua, la de la tentativa será prisión de diez a quince años.

"Si el delito fuera imposible, la pena se disminuirá en la mitad y podrá reducirsela al mínimo legal o eximirse de ella, según el grado de peligrosidad revelada por el delincuente".

Art. 4º. – Sustitúyese el artículo 46 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 46. – A los que cooperaren de cualquier otro modo a la ejecución del hecho y a los que prestaren una ayuda posterior, cumpliendo promesas anteriores al mismo, se les aplicará la pena prevista para el delito, disminuida en un tercio de su máximo y en la mitad de su mínimo.

"Si la pena fuere de muerte, se aplicará reclusión de quince a veinticinco años.

"Si la pena fuere de reclusión perpetua, se aplicará reclusión de quince a veinte años y si fuere de prisión perpetua, se aplicará prisión de diez a quince años".

Art. 5º. – Sustitúyese el artículo 62 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 62. – La acción penal se prescribirá durante el tiempo fijado a continuación:

1) A los veinte años, en los delitos previstos con pena de muerte.

2) A los quince años, cuando se tratare de delitos cuya pena fuere la de reclusión o prisión perpetua.

3) Después de transcurrido el máximo de duración de la pena señalada para el delito, si se tratare de hechos reprimidos con reclusión o prisión, no pudiendo, en ningún caso, el término de la prescripción exceder de doce años ni bajar de tres años.

4) A los cinco años, cuando se tratare de un hecho reprimido únicamente con inhabilitación perpetua.

5) Al año, cuando se tratare de un hecho reprimido únicamente con inhabilitación temporal.

6) A los tres años, cuando se tratare de hechos reprimidos con multa".

Art. 6º. – Sustitúyese el artículo 65 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 65. – Las penas se prescriben en los términos siguientes:

1) La de muerte, a los veinticinco años.

2) La de reclusión perpetua, a los veinte años.

3) La de prisión perpetua, a los veinte años.

4) La de reclusión o prisión temporal, en un tiempo igual al de la condena.

5) La de multa, a los tres años".

Art. 7º. – Sustitúyese el artículo 124 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 124. – Cuando resultare la muerte de la persona ofendida, las penas serán:

1) En los casos del artículo 120: reclusión de quince a veinticinco años.

2) En los casos del artículo 122: muerte o reclusión perpetua".

Art. 8º. – Sustitúyese el artículo 142 bis del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 142 bis. – Se impondrá prisión o reclusión de cinco a quince años, al que sustrajere, retuviere u ocultare a una persona con el fin de obtener de la víctima, o a un tercero, a hacer, no hacer o tolerar algo contra su voluntad.

"La pena será de diez a veinticinco años de prisión o reclusión:

1) Si la víctima fuere mujer o menor de dieciocho años de edad.

2) En los casos previstos en el artículo 142, incisos 2º y 3º de este Código.

"Si resultare la muerte de la persona ofendida, la pena será de muerte o de reclusión perpetua".

Art. 9º. – Sustitúyese el artículo 170 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 170. – Se impondrá reclusión o prisión de cinco a quince años al que sustrajere, retuviere u ocultare a una persona para hacer rescate. Si el autor lograre su propósito, el mínimo de la pena se elevará a ocho años.

"Si resultare la muerte de la persona ofendida, la pena será de muerte o de reclusión perpetua".

Art. 10. – Sustitúyese el artículo 7º de la Ley Nº 23.737 por el siguiente:

"Artículo 7º. – Será reprimido con reclusión o prisión de ocho a veinte años y multa de australes trescientos mil (A 300.000) a australes novecientos mil (A 900.000), el que organice o financie cualquiera de las actividades ilícitas a que se refieren los artículos 5º y 6º precedentes.

"La pena será de muerte o de reclusión perpetua cuando en los hechos intervinieren tres o más personas organizadas para cometerlos y se hiciera de ello una actividad habitual".

Art. 11. – La presente ley comenzará vigencia a partir de su publicación en el Boletín Oficial y una vez transcurridos doce meses desde la notificación a los Organismos Internacionales pertinentes de las denuncias que efectúe el Poder Ejecutivo Nacional de los Tratados Internacionales en que la Nación sea parte, en aquellos aspectos que impidan la aplicación de esta ley.

Art. 12. – De forma.

9005035

Nº DOCUMENTO 9005035
TITULO El proyecto oficial sobre la pena de muerte
LA NACION 150025
2/8/90
Argentina 10033
P. Politico 11164
Gobierno Nacional 11302
ENTRADO 7
CRUZADO 6

El proyecto oficial sobre pena de muerte

Artículo 1º. – Sustitúyese el artículo 5º del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 5º. – Las penas que este Código establece son las siguientes: muerte, reclusión, prisión, multa e inhabilitación".

Art. 2º. – Agrégase como artículo 5º bis del Código Penal el siguiente:

"Artículo 5º bis. – La pena de muerte será cumplida por fusilamiento y se ejecutará en el lugar y por las fuerzas de seguridad que el Poder Ejecutivo designe, dentro de las 48 horas de encontrarse firme la sentencia, salvo aplazamiento que él podrá disponer siempre que no exceda de un plazo de diez días.

"Esta pena no será aplicable a personas que al momento de la comisión del delito, tuvieren menos de 18 años de edad o más de 70, ni se le aplicará a las mujeres en estado de gravidez".

Art. 3º. – Sustitúyese el artículo 44 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 44. – La pena que corresponderle al agente, si hubiese cometido el delito, se disminuirá en un tercio de su máximo y en la mitad de su mínimo.

"Si la pena fuere de muerte, la pena de la tentativa será de quince a veinticinco años de reclusión.

"Si la pena fuere de reclusión perpetua, la pena de la tentativa será reclusión de quince a veinte años.

"Si la pena fuere de prisión perpetua, la de la tentativa será prisión de diez a quince años.

"Si el delito fuera imposible, la pena se disminuirá en la mitad y podrá reducírsela al mínimo legal o eximirse de ella, según el grado de peligrosidad revelada por el delincuente".

Art. 4º. – Sustitúyese el artículo 46 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 46. – A los que cooperaran de cualquier otro modo a la ejecución del hecho y a los que prestaran una ayuda posterior, cumpliendo promesas anteriores al mismo, se les aplicará la pena prevista para el delito, disminuida en un tercio de su máximo y en la mitad de su mínimo.

"Si la pena fuere de muerte, se aplicará reclusión de quince a veinticinco años.

"Si la pena fuere de reclusión perpetua, se aplicará reclusión de quince a veinte años y si fuere de prisión perpetua, se aplicará prisión de diez a quince años".

Art. 5º. – Sustitúyese el artículo 62 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 62. – La acción penal se prescribirá durante el tiempo fijado a continuación:

1) A los veinte años, en los delitos previstos con pena de muerte.

2) A los quince años, cuando se tratare de delitos cuya pena fuere la de reclusión o prisión perpetua.

3) Después de transcurrido el máximo de duración de la pena señalada para el delito, si se tratare de hechos reprimidos con reclusión o prisión, no pudiendo, en ningún caso, el término de la prescripción exceder de doce años ni bajar de tres años.

4) A los cinco años, cuando se tratare de un hecho reprimido únicamente con inhabilitación perpetua.

5) Al año, cuando se tratare de un hecho reprimido únicamente con inhabilitación temporal.

6) A los tres años, cuando se tratare de hechos reprimidos con multa".

Art. 6º. – Sustitúyese el artículo 65 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 65. – Las penas se prescriben en los términos siguientes:

1) La de muerte, a los veinticinco años.

2) La de reclusión perpetua, a los veinte años.

3) La de prisión perpetua, a los veinte años.

4) La de reclusión o prisión temporal, en un tiempo igual al de la condena.

5) La de multa, a los tres años".

Art. 7º. – Sustitúyese el artículo 124 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 124. – Cuando resultare la muerte de la persona ofendida, las penas serán:

1) En los casos del artículo 123: reclusión de quince a veinticinco años.

2) En los casos del artículo 123: muerte o reclusión perpetua".

Art. 8º. – Sustitúyese el artículo 142 bis del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 142 bis. – Se impondrá prisión o reclusión de cinco a quince años, al que sustrajere, retuviere u ocultare a una persona con el fin de obligar a la víctima, o a un tercero, a hacer, no hacer o tolerar algo contra su voluntad.

"La pena será de diez a veinticinco años de prisión o reclusión:

1) Si la víctima fuere mujer o menor de dieciocho años de edad.

2) En los casos previstos en el artículo 142, incisos 2º y 3º de este Código.

"Si resultare la muerte de la persona ofendida, la pena será de muerte o de reclusión perpetua".

Art. 9º. – Sustitúyese el artículo 170 del Código Penal por el siguiente:

"Artículo 170. – Se impondrá reclusión o prisión de cinco a quince años al que sustrajere, retuviere u ocultare a una persona para pedir rescate. Si el autor lograre su propósito, el mínimo de la pena se elevará a ocho años.

"Si resultare la muerte de la persona ofendida, la pena será de muerte o de

Art. 10. – Sustitúyese el artículo 7º de la Ley Nº 23.737 por el siguiente:

"Artículo 7º. – Será reprimido con reclusión o prisión de ocho a veinte años y multa de australes trescientos mil (A 300.000) a australes novecientos mil (A 900.000), el que organice o financie cualquiera de las actividades ilícitas a que se refieren los artículos 5º y 6º precedentes.

"La pena será de muerte o de reclusión perpetua cuando en los hechos intervinieren tres o más personas organizadas para cometerlos y se hiciera de ello una actividad habitual".

Art. 11. – La presente ley comenzará vigencia a partir de su publicación en el Boletín Oficial y una vez transcurridos doce meses desde la notificación a los Organismos Internacionales pertinentes de las denuncias que efectúe el Poder Ejecutivo Nacional de los Tratados Internacionales en que la Nación sea parte, en aquellos aspectos que impidan la aplicación de esta ley.

Art. 12. – De forma.

9005035

9005036
En setiembre primera ronda técnica del Mercado Común.
cuerpo Financiero 15002?
1/3/90
Argentina 10033
F. Político 11164
Relaciones Internacionales 11399
Brasil 10046
Mercado Común latinoamericano 11110

ENTRADO
CRUZADO

En setiembre será la primera ronda técnica del mercado común

Brasilia (enviada especial) — La Argentina y Brasil acordaron ayer aquí la formación de un grupo de trabajo para el mercado común y fijaron fecha para un primer encuentro que se realizará entre el 3 y 4 de setiembre en Buenos Aires. En esta reunión representantes de ambos países acordarán una agenda completa de temas y plazos tendientes a unificar políticas macroeconómicas —comercial, tributaria, arancelaria y monetaria, entre otras— con el fin de armonizarlas para el lanzamiento del mercado común a partir del 31 de diciembre de 1994. Además, se realizará una consulta bilateral sobre la ronda Uruguay del GATT.

En la reunión de ayer, el grupo de trabajo argentino, liderado por el canciller **Domingo Cavallo** y el subsecretario de Industria, **Jorge Pereyra de Olazábal**, intercambiaron información con funcionarios brasileros, encabezados por la ministra de Economía, **Zélia Cardoso**, sobre la situación actual de la economía en ambos países.

• Participación

Si bien Cavallo hizo hincapié en que sólo se había tratado la relación bilateral entre ambos países, **no fue ajeno al tema de la participación de Chile y Uruguay en el proceso de integración**, tema que se tratará también hoy, cuando se reúnan los cancilleres y los ministros de economía de los 4 países para discutir la iniciativa norteamericana de **creación de una zona de libre comercio para todo el continente**. La idea de Argentina y Brasil es avanzar hacia un mercado común, e **impulsar una propuesta para que los demás países de la región (en una primera instancia y hasta que armonicen sus políticas con las de Buenos Aires y Brasilia) avancen hacia la eliminación de barreras arancelarias y paraarancelarias.**

El grupo de trabajo para el mercado común estará constituido por representantes de Cancillería, de la Subsecretaría de Industria, de la Coordinación Económica y del Banco Central.

9005036

9005037
Negociaciones en Brasil por el Mercado Común
CLARIN 150024
1/8/90
Argentina 10033
F. Políticas 11164
Relaciones Internacionales 11399
BRASIL 10046
Mercado Común latinoamericano 11110

ENTRADO
CRUZ 30

NEGOCIACIONES EN BRASIL POR EL MERCADO COMUN

Un modelo para armar

BRASILIA (De nuestro enviado especial). — En un esfuerzo por colocar la integración bilateral en una etapa superior, los gobiernos de la Argentina y el Brasil decidieron crear ayer el grupo de trabajo Mercado Común, que enfrenta la difícil tarea de dilucidar los modos concretos en que los dos países armonizarán sus políticas macroeconómicas.

Este equipo binacional se enfrentará con esa temática —cuya irresolución condenó anteriores ensayos integradores en América latina— el 1° de setiembre, fecha en que celebrará su primera reunión en Buenos Aires.

El grupo tendrá miembros titulares y alternos tomados de las filas de funcionarios de las cancillerías y de los ministerios de Economía que, en los hechos, asistirán a los gobiernos a definir los instrumentos y los plazos para hacer que el Mercado Común deje de ser solo una declaración de voluntad política compartida.

La decisión se adoptó al cabo de casi cuatro horas de deliberaciones que compartieron las delegaciones encabezadas por el canciller Domingo Cavallo, por la ministra de Economía, Zelia Cardoso de Mello, y por el secretario general de Itamaraty (la Cancillería brasileña), Marcos Azambuja.

El grupo de trabajo tendrá que dar respuesta a un conjunto de temas críticos. El modelo elegido por los dos países, el de un mercado común, los lleva indefectiblemente a coordinar, entre otras, las siguientes áreas:

- La tasa de cambio.
- La política aduanera, hasta alcanzar una unificación de las respectivas aduanas y diseñar una política arancelaria común frente al resto del mundo.
- La legislación fiscal evitando, por sobre todo, la doble tributación que resulta antinómica con la idea integradora.
- El control sanitario en el caso de producciones como la agropecuaria.
- Y, no menos importante que lo anterior, los aspectos políticos de la integración.

Algunos indicios sugieren que luego de evaluar que la etapa de los protocolos, inaugurada en 1986, está agotada, los países tienen la voluntad de seguir adelante pero carecen de una metodología clara. La apuesta común se cifra en el hecho de que tanto Collor de Mello como Carlos Menem están ensayando reformas tan radicales en las respectivas economías que hoy resulta más fácil que en épocas anteriores establecer condiciones nuevas y armónicas entre las dos naciones.

El grupo de trabajo deberá elaborar lo que Cavallo denominó "papeles" que sirvan de base a las futuras políticas. Ambos gobiernos colocarán en ese ámbito a diplomáticos y funcionarios del comercio exterior de los bancos centrales y de los respectivos aparatos impositivos.

La ausencia de Resek no fue la única característica que dio un cierto ritmo irregular a la reunión de ayer. Zelia Cardoso se atuvo a un patrón de ingreso y egreso permanente del salón del Ministerio de Economía en el que se realizaron las deliberaciones.

La explicación para esta práctica estuvo dada por la frecuente convocatoria del presidente Fernando Collor de Mello a su ministra, que —cuando aún no había concluido la reunión con los argentinos— ofreció una conferencia de prensa para anunciar que la inflación de julio era en Brasil de solo un dígito.

Cavallo utilizaría luego el ejemplo de Zelia Cardoso para restar importancia a otra ausencia, la de su colega de Economía, Erman González, en la primera jornada de debates bilaterales.

"Al igual que la de Zelia Cardoso —dijo— la suerte de Erman se juega en el éxito de la estabilización económica, y entonces, en la división natural de trabajo que existe en el Gobierno, yo me encargo de este frente".

De todos modos, el canciller confesó haber sido "sorprendido" por la actualización que mostró la ministra en lo referente al estado del proyecto integrador. González es esperado hoy en Brasilia.

Tanto las ausencias cuanto la necesidad de no alimentar las suspicacias de las delegaciones chilena y uruguaya que se sumarán hoy a las deliberaciones, llevaron a los argentinos y a los brasileños a reordenar la agenda y a dedicar el día a los temas bilaterales. La otra gran cuestión que se considerará en Brasilia, la incorporación de los Ministros de Hacienda del Grupo Rio, queda así para el día de hoy.

Oscar Raúl Cardoso
Copyright Clarín 1990

Insiste Menem

BRASILIA (De nuestro enviado especial). — El canciller Domingo Cavallo se molesta cuando alguien le menciona la palabra mediación, pero el presidente Carlos Menem instruyó a la diplomacia argentina para que insista ante el gobierno de Fidel Castro para que autorice la salida de Cuba de la veintena de refugiados que se encuentra en la Embajada española de La Habana.

Anoche, Cavallo esperaba aquí una comunicación telefónica del embajador argentino en Cuba, Juan Carlos Olima, quien se entrevistó con el canciller cubano, Isidro Malmierca, para plantearle la solicitud de Menem.

No había un pronóstico optimista. La expectativa es que Malmierca habría de insistir en interpretar el fenómeno de los refugiados como parte de un hostigamiento norteamericano, destinado a colocarlo en la misma posición incómoda que no hace mucho enfrentaron los regímenes anteriores de Alemania oriental y Rumania.

La situación para la Argentina es complicada porque queda confrontada así en los medios de comunicación a una "mediación" que las partes no consideran como tal. Precisamente esa posición de Menem —en los conflictos de Oriente Medio y de América Central— le ocasionaron dolores de cabeza en el pasado.

Sin embargo, Menem mantiene la creencia en hallar un papel protagónico en la escena internacional y en el caso cubano-español se encuentra incentivado por el hecho de que, hace muy poco tiempo, Fidel Castro aceptó en principio una propuesta argentina para convertir a Cuba en parte del tratado de Tlatelolco para controlar la proliferación nuclear en América latina.

9005037

Surcoreano

Enlace Coreano

Norcoreano

REPLICA DEL GOBIERNO DE COREA DEL SUR ANTE LAS ACUSACIONES DEL GOBIERNO DE COREA DEL NORTE

A. El Embajador de Corea del Norte en las Naciones Unidas en su carta al presidente de la Comisión de Seguridad fechad el 10 de agosto, ha realizado las siguientes acusaciones al gobierno de la República de Corea:

1. Los EE.UU. y Corea del Sur están provocando tensiones continuamente en la Península Coreana.

2. Corea del Sur sigue actualmente con su política de incre - mento de su capacidad Militar incorporando aviones, misiles y equipamiento militar; sumado a que el 31 de julio hizo ingresar un tanque militar en la Zona Desmilitarizada y el 28 de julio como así también el 1 de agosto introdujo cuatro naves militares al Mar Territorial Norcoreano.

3. Entendemos esta actitud como un propósito para desbaratar la Reunión Cumbre entre las dos Coreas.

4. Solicitamos que la Comisión de Seguridad de las Naciones Unidas realice las gestiones necesarias a fin de que cesen estas actitudes provocadoras de este tipo de tensiones.

5. Solicitamos que dicho pedido sea comunicado por medio de la notificación de la Comisión de Seguridad a todos los miembros de las Naciones Unidas.

B. La posición de la República de Corea con respecto a la carta de Corea del Norte es la siguiente:

1. Entendemos que dicha carta es la manifestación de la decisión previa del gobierno de Corea del Norte de desbaratar la Reunión Cumbre de las dos Coreas y una forma de delegar responsa- bilidades y acusar a Corea del Sur de la cancelación de dicha reunión cumbre.

2. La incorporación de los F-18 y los misiles "Sparrow" es parte de un plan de modernización a largo plazo de las Fuerzas Armadas con el objeto de elevar su poderío militar que se encuentra en inferiores condiciones en relación al del Corea del Norte

ENTRADO VR
CRUZ VR

9005038

3. Por el contrario, Corea del Norte en su afán de lograr el poderío nuclear está rehusando firmar el IAEA, ha incorporado los MIG-29 y SU-25 (en junio de 1988 y el 11 de julio de ese año respectivamente), ha instalado los misiles "Tierra-Tierra" en la zona fronteriza, y también está desarrollando los"SCUD-8" a fin de aumentar su poderío militar ofensivo.

4. La afirmación de Corea del Norte sobre la introducción de tanques en la Zona Desmilitarizada resultó carente de fundamento y pruebas• luego de la investigación llevada a cabo por la 12da. División (ya que el 31 de julio, mediante la Comisión de Tregua Militar, dió su explicación a Corea del Norte).

5. Con respecto a la acusación de la invasión del Mar Territorial Norcoreano por parte de buques de guerra de Corea del Sur, se descubrión que se trataba en realidad de los episodios ocurridos el 28 de julio y el 1 de agosto respectivamente; en el primero, dos naves rápidas de la Armada de Corea del Sur custodiaron un barco pesquero que obraba en las proximidades de DAECHON, asegurando así su regreso. En el segundo, dos barcos pesqueros chinos que ingresaron al Mar Territorial Surcoreano fueron perseguidos por dos buques norcoreanos, siendo necesario que cuatro buques surcoreanos salieran a su encuentro (el 2 de agosto Corea del Sur envió una protesta al mando militar norcoreano).

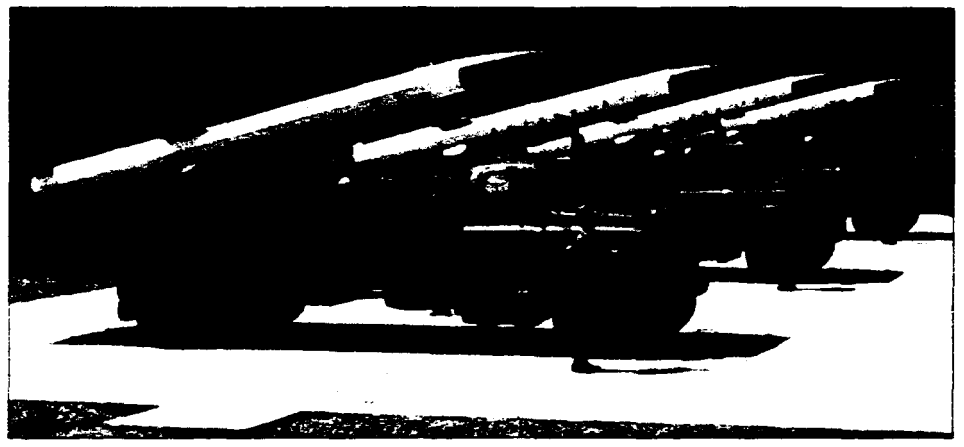
6. Aunque el incremento de fuerzas militares por parte de Corea del Sur y los EE.UU. fuere un problema, lo más aconsejable y lógico sería la organización continua de las Reuniones Cumbres de ambas Coreas con el objeto de lograr el fin de la carrera armamenticia.

7. Si esta vez Corea del Norte frustra nuevamente la Reunión Cumbre de las dos Coreas, lograda gracias a la generosa cesión por parte de Corea del Sur, utilizando este asunto como pretexto, entonces será un nuevo acto de traición hacia los setenta millones de coreanos que desean la definitiva reunificación.

9005038

VOL 13 NO 9 3 MARCH 1990

JANE'S DEFENCE WEEKLY

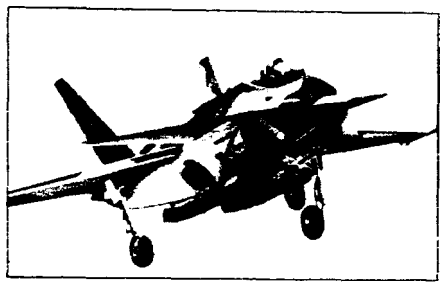


Exclusive — Sky Bow 2

AGM-130 test success

JDW
JANE'S DEFENCE WEEKLY

5 MARCH 1990 Volume 13 Number 9



Lockheed proposes STOVL for F-16 follow-on

THE WEEK

Canada's budget growth set at 5% *by Sharon Hobson* 376

Naval 'Flanker' options closed *by Douglas Barrie and Paul Beaver* 378

Marked decline in Soviet contacts *by Joris Janssen Lok* 379

US firms study F-16 follow-on *by Barbara Starr* 380

Beechjet 400T wins TTS deal *by John Boatman* 382

Dutch plan new MBT, F-16 MLU *by Joris Janssen Lok* 383

Taiwan's Chiang Bai on display *by Robert Karniol* 384/385

ALH flight testing slips into 1991 *by Ramon Lopez* 386

COVER

Top: *First pictures of Taiwan's Chiang Bai mobile land-based air defence system, patterned after the US-made AEGIS system;* see p384-385. Bottom: *Rockwell's AGM-130 stand-off weapon carried on an F-111 aircraft. The AGM-130 scored six direct hits in recent tests;* see p376.

HEADLINE NEWS

PAVN troops push back Cambodian rebels *by Nate Thayer*

Soviet-East European ties maintained, says USA 373

Suspend B-2 buy, says GAO report 374

Soviets, East Germans in 'ceiling' surprise *by Andrew Slade* 375

THE JDW INTERVIEW

LT GEN JAN VAN LOGGERENBERG

'The SAAF will consolidate while maintaining a strong capability'

PAGE 408

Converted T-10 MBTs — cuts on the Sino-Soviet border

ANALYSIS

Projecting the frontline: the Soviet Navy in the '90s *by Joris Janssen Lok* 387

BRIEFING

Asia: a shift in balance? 390/391

TOPIC

Arctic: key area for the Super Powers *by George Lindsey* 393

EUROPEAN TOP 100 397-401

PEOPLE 402

CONTRACTS 402

BUSINESS DIGEST 403/404

BUSINESS WORLD

Putting MLRS in gear *by Christopher F Foss* 405

GEC-Marconi ACQUISITION OF FERRANTI DEFENCE SYSTEMS STRENGTHENS GROUP'S LEADING ROLE IN AVIONICS MARKET, CONTRIBUTING ANNUAL SALES APPROACHING £1 BILLION.

GEC-Marconi, The Grove, Warren Lane, Stanmore, Middlesex HA7 4LY, England. Telephone: 01-954 2311

9005043

PAVN troops push back rebels

CAMBODIA

BY NATE THAYER

BOEUNG TRAKUEN, CAMBODIA

The halting of Chinese aid has crippled the non-communist Cambodian resistance's ability to hold the 5200 km² of territory seized since Vietnam made what it claimed was its final troop withdrawal last September.

However, as reported exclusively by *JDW* last month *(right)*, Vietnamese troops were reintroduced to Cambodia late last year. East European diplomats in Phnom Penh and Western diplomats in the USA say Vietnamese troops (PAVN) are fighting in Cambodia.

Prom Saret, a soldier with the Cambodian Army's 6th Division who was captured by resistance forces last week, told *JDW* his unit had fought alongside 1000 Vietnamese troops. "I saw them. They came back because we cannot beat the resistance on our own." Confirmation of Vietnamese action comes as the resistance faces serious reversals.

Government forces have retaken the strategic town of Svay Chek, whose capture by the Khmer People's National Liberation Front (KPNLF) in December was the guerrillas' biggest success to date. Guerrillas and diplomats there say the fall of Svay Chek is a direct result of the ending of Chinese support.

"We have no Chinese ammunition," said KPNLF Chief of Staff, Gen Pan Thai. "We have nothing. No RPGs, no mortars, no rockets, nothing. We have asked the Chinese many times since December, but nothing."

A Western diplomat in Bangkok said: "It is accurate to say that the only reason that Svay Chek fell is that the guerrillas are out of ammunition. It is also accurate to say that the assault on Sisophon was cancelled because the guerrillas did not get Chinese ammunition."

Both the KPNLF and diplomats in Bangkok say China has taken a policy decision to halt weapons support for the group. Earlier reports that logistical problems prevented supplies being delivered have been discounted.

KPNLF officials believe the Chinese are punishing them for refusing to co-operate with the Khmer Rouge on the battlefield.

The guerrillas, who rely largely on Chinese support — although some supplies have come via Singapore — say the delay is unprecedented in the 11-year-long war. It comes after the KPNLF seized more than 50 villages and three district capitals since last September.

Battlefield commanders told *JDW* that the Khmer Rouge still receives Chinese weapons.

Gen Khun Roeng, the KPNLF commander who captured Svay Chek, said: "The Khmer Rouge have many new supplies and new Chinese trucks. I have seen them this month transporting trucks full of ammo through my area.

"I have 800 RPG weapons and not one round of ammunition. I sent my 107 mm rocket crew back to headquarters two weeks ago, and the DK 75 crew," he said at KPNLF HQ at Boeung Trakuen, Cambodia.

Chinese diplomats in Bangkok deny any change in support for the guerrillas.

HEADLINE NEWS

PAVN troops in Cambodia

Vietnamese troops are fighting in Cambodia alongside the government's Cambodian People's Revolutionary Armed Forces.

[redacted]

JDW CORRESPONDENT

[redacted]

Perdi as a temporary measure. Hanoi, informed sources said, does not want any further military commitments to Cambodia.

The three Cambodian [redacted] factions, especially

Egypt accepts US M60s

MIDDLE EAST

Egypt has accepted an offer of 700 M60A1 tanks from the US Government, while Israel rejected a similar offer because "the tanks were old and needed massive investment to restore them to use," according to a defence official in Tel Aviv.

The tanks are surplus to US requirements as the M60 is being replaced by the M-1 series.

Egypt will not pay for the tanks but will have to pay shipping costs.

Soviet ties maintained

EASTERN BLOC

BARBARA STARR

WASHINGTON DC

East European intelligence services are maintaining ties with the Soviet Union despite the disintegration of traditional Communist Party structures, say senior US intelligence and defence officials.

This is causing concern in the US defence community in the light of proposed relaxations of technology transfer regulations. The USA fears Eastern Bloc intelligence may still provide a conduit for supply of banned technologies to the USSR.

The CIA and Joint Chiefs of Staff are completing high-level reviews of the impact of increasing military-applicable technology transfers.

The JCS will assess "the potential impact of increased technology transfers on Warsaw Pact militarily critical mission areas," while the intelligence community will "evaluate illegal acquisition of Western technology by East European countries," says Stephen Hadley, Assistant Secretary of Defense for International Security Policy.

The review comes as the USA and the multi-national Co-ordinating Committee for Multilateral Export Controls plans to ease export restrictions on computers, telecommunications equipment and machine tools.

CIA Director William Webster said that "fundamental changes in intelligence missions are not likely while Warsaw Pact treaty connections are still in place."

Webster acknowledged that "the KGB has become less confrontational" and that some East European intelligence services may be re-evaluating their "subservience" to the KGB and Soviet military intelligence, the GRU, but added that intelligence apparatus is likely to remain in place.

Soviets, East Germans in 'ceiling' surprise

FORCE REDUCTIONS

BY ANDREW SLADE
LONDON

The Soviet Union and East Germany surprised Western CFE negotiators — and some of their Warsaw Pact allies — by proposing a new ceiling on troops stationed in Europe.

In an informal proposal that was put forward in Vienna on the last day of Round V, the two countries suggested an overall ceiling of 700 000 troops for each alliance.

The West had considered the manpower issue settled after the recent meeting of foreign ministers in Ottawa, when the Soviet Union accepted President Bush's proposal for the two Super Powers to retain 195 000 men each in the so-called 'central zone', with another 30 000 US troops stationed in Greece, Italy, Turkey and the UK (*JDW* 24 February).

One Western source described this latest proposal as "unfortunate", adding that it "raises questions as to the East's reliability when agreements have been reached."

Deputy Head of the Hungarian Delegation Dr Istvan Gyarmati underlined his nation's opposition to the Soviet-East German proposal.

"The Hungarian understanding is firmly that the personnel issue is resolved from the agreement in Ottawa and that no additional limitations will be included in the treaty," Dr Gyarmati told *JDW*.

He added that the proposal had not been formally tabled due to Hungarian opposition.

Elsewhere, the East submitted a revised definition on battle tanks, accepting NATO's proposal on tracked vehicles (*JDW* 17 February) but suggesting a weight limit of 16 tonnes for wheeled vehicles, compared to NATO's proposed 20 tonnes.

For its part, NATO tabled a draft inspection protocol and draft articles on information exchanges and verification.

The two sides remain far apart on the question of aircraft, however. NATO has proposed a ceiling of 4700 combat aircraft with a separate limit of 500 for air defence interceptors.

The Soviet Union suggests 4700 combat aircraft, 1500 interceptors and 1500-1600 combat-capable trainers.

The Soviets also want their substantial force of land-based naval aviation excluded from CFE. NATO rejects this on the grounds that these aircraft would be tasked with offensive missions against land targets in wartime.

US Army launches 'Kiowa Warrior'

HELICOPTERS

BY RAMON LOPEZ
WASHINGTON DC

The US Army has launched a $600-$640 million programme, dubbed 'Kiowa Warrior', to arm 243 Bell Helicopter Textron OH-58D Kiowa scout helicopters with a range of weapons, including Hellfire anti-tank and Stinger air-to-air missiles.

The project aims to extend the useful life and capabilities of the OH-58D until the advanced LHX scout/light attack helicopter is fielded.

Army officials said the project will also alleviate deficiencies in night reconnaissance, while the addition of Stinger will provide a self-protection capability.

Eighty-one of the 243 helicopters will also be configured with special mission equipment kits for medical evacuation, troop transport and other low intensity conflict assignments.

'Kiowa Warrior' is a spin-off of a formerly secret US Army project to arm a few OH-58Ds for use in the Gulf.

This project, which has been dubbed Operation 'Prime Chance', saw a small number of armed OH-58Ds operating from USN warships in the Gulf and successfully engaging Iranian gunboats, according to informed sources.

While 'Prime Chance' work was hastily completed, the 'Kiowa Warrior' project will involve more extensive modifications and improvements.

Bell is again prime contractor, supported by Northrop/McDonnell Douglas and Honeywell.

The FY91 budget proposal contains $26 million in R&D and $48 million in procurement funding for 'Kiowa Warrior'. Plans call for modification and testing of nine aircraft, with the first set for delivery in 1992.

All OH-58Ds should be modified by 1995; each modification will cost up to $2 million.

IN BRIEF

Nuclear technology

Pakistan is to buy technology and material from France in order to build a nuclear power station. The decision followed the lifting of export restrictions by French President François Mitterrand. Pakistan has not signed the International Non-Proliferation of Nuclear Weapons Treaty.

SSBN saving

Cancelling the fourth Royal Navy *Vanguard* class submarine would save approximately £500 million ($850 million) according to UK Minister of State for Defence Procurement Alan Clark. Clark stated that it was not easy to give exact figures since an order had not yet been placed.

Phoenix go ahead

China is to go ahead with the construction of the Phoenix civil-military airport in Hainan, despite withdrawal of foreign backers. The airport will have a 3400 m runway. Beijing has already committed $63.6 million to the initial phase.

Army company

The Burmese Government has set up a public company owned jointly and entirely by the MoD and armed forces members. The company is to promote the release of funds from the armed forces into the economy and provide an alternative source of armed forces income.

Sudan accuses Israel

Lt Gen Omar Hassan El-Bashir, leader of the ruling Military Council in Sudan, has accused Israel of providing military assistance to the rebel SPLA.

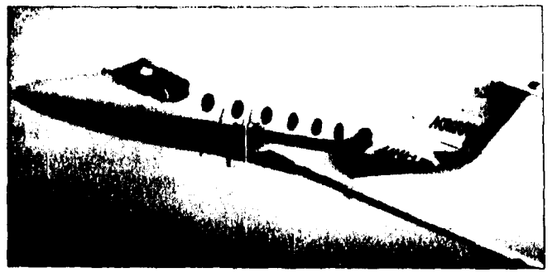
Tucano crash

Allan Deacon, Chief Test Pilot at Shorts, was killed when his Tucano crashed into the sea between Northern Ireland and Scotland. An inquiry is underway.

Beechjet 400T wins TTTS deal

USAF

BY JOHN BOATMAN



Beechjet: TTTS is the biggest single contract ever for an off-the-shelf business jet

The McDonnell Douglas/Beech Aircraft Quintron team has won the United States Air Force's Tanker Transport Training System (TTTS) contract with the Beechjet 400T, a modified version of the 400A corporate jet.

The contract could be worth close to $1.5 billion if options are exercised for the purchase of the entire system, including 211 Beechjet aircraft, flight simulators and support services.

TTTS is the biggest single contract ever for an off-the-shelf business jet. Beech President Max Bleck said: "This could simply be the largest government acquisition of general aviation aircraft in our industry's history."

In its FY91 budget request, [illegible] asks for $144.1 million in [illegible] $193.1 million in [illegible] are 14 and 28 [illegible]ely. The initial [illegible] worth $8.89 [illegible] team leader and [illegible] McDonnell

[illegible] aircraft are [illegible]91 and [illegible]

[illegible] As revised, the [illegible] will be one in [illegible] with 105 48 [illegible] 1995; 53 in 1996; [illegible] 1997.

Operations [illegible] to make [illegible] initial for the supply of [illegible] microprocessor-based flight simulators and support.

From March 1992, the simulators will be delivered directly to six Air Training Command (ATC) bases. These will be: Reese, Randolph and Laughlin in Texas; Vance in Oklahoma; Williams in Arizona; and Columbus in Mississippi.

The 400T will be equipped with a Rockwell Collins avionics suite, which includes the five-tube Electronic Flight Instrumentation System, turbulence detection radar system, a digital autopilot, a central diagnostics and maintenance system, and a TACAN with air-to-air capability.

Modifications for the TTTS role include strengthening of the landing gear and modifications to windshield and empennage to provide greater bird-strike protection. An extra fuselage fuel tank will be added.

The jets will be used for Specialized Undergraduate Pilot Training by ATC, which is headquartered at Randolph AFB. Training is scheduled to begin in September 1992.

Pilots who train on the TTTS will then move on to tankers such as the KC-10 and KC-135, or military airlifters such as the C-5 and C-17.

McDonnell Douglas/Beech/Quintron was one of three remaining airframe/flight training teams bidding for the TTTS contract.

The other two were Learjet/FlightSafety International/Allied-Signal (Garrett and Bendix-King) with the Learjet 31, and General Dynamics/Cessna/CAE-Link with the Cessna Citation-based T-47A navy trainer.

Three other bidders dropped out of the competition last year.

BAOR halves the numbers

EXERCISES

The British Army of the Rhine (BAOR) has severely reduced the scope of its two largest exercises in West Germany.

Exercise 'Keystone', from 1-25 September, will involve only 9000 troops compared to 18 000 originally planned, while Exercise 'Quarter Final' has been reduced from 29 000 to 13 000, with only 8000 troops deployed at any one time. The proposed training area on civil land has been reduced by half, and the exercise will be structured as a Command Field Exercise for 4 Armoured Division.

No armoured units will take part in 'Keystone' and the number of armoured vehicles deployed for 'Quarter Final' will be reduced by two-thirds.

C-in-C BAOR, Gen Sir Peter Inge, said that new simulation techniques would allow a reduction in the number of troops deployed on exercises intended to test divisional and corps headquarters, but that Field Training Exercises at brigade level are "fundamental".

Astra missile for LCA

INDIA

India's Defence Research and Development Organisation is developing a medium-range air-to-air missile: the Astra.

The missile, still at the early development stage, is intended to form part of the weapons fit on the proposed Light Combat Aircraft (LCA) for the Indian Air Force (IAF). The LCA will also carry the French Matra Magic 2 short-range missile.

The IAF is also examining the possibility of retrofitting Magic to its remaining Hawker Hunter aircraft, potentially prolonging the aircraft's service life.

Budget stays at 6%

SINGAPORE

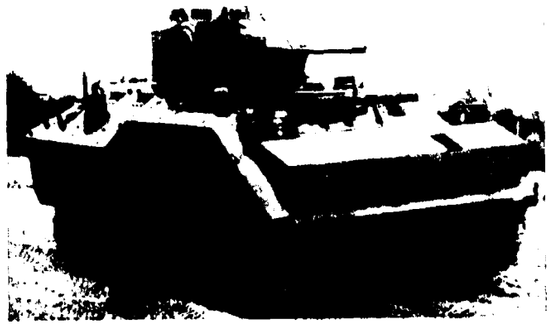
Singapore will maintain defence spending at six per cent of GDP, Brig Gen (Res) Lee Hsien Loong, 2nd Minister Services, has told Parliament.

However, that would not mean the Ministry of Defence would be spending the entire budget each year because the GDP has risen considerably over 10 years, and the armed forces are already established, he explained.

Gen Loong said that regional tension and conflict would not disappear even with the scenario of reduced Soviet and United States forces.

No other country in the area was contemplating reducing defence budget allocations, and Singapore would not do so unilaterally, he said.

Dutch plan new MBT, F-16 MLU



YPR-765 IFV upgrade: order set for 1995

FORCE UPDATE

BY JORIS JANSSEN LOK

THE HAGUE

The Netherlands has called for plans for the design and development of a future MBT, the Tank 2000. An MoU is due to be signed this year.

Also reported in the Dutch MoD's overview of major programmes for the 1990s is the planned mid-life upgrade (MLU) of Western European F-16A/B aircraft which is likely to include upgrading of IFF, a digital terrain navigation system and modernised data recording equipment.

The four Western European F-16 users — Belgium, Denmark, the Netherlands and Norway — want to standardise the MLU as much as possible, and these modifications are part of this.

In 1996 the air force also intends to order onboard EW simulators for its F-16s, while this year the service plans to purchase a positive pressure breathing system to reduce the risk of g-induced loss of consciousness.

Major multi-service projects include: the NH-90 helicopter; the attack helicopter programme; the project to replace 12 Fokker F-27 transport aircraft; replacement of army and navy small calibre weapons (1991 onwards); and the Netherlands Armed Forces Integrated Network (to replace the current defence communications network in 1993).

Naval projects include: modernisation of the Den Helder naval base; procurement of an M class frigate operational trainer; and in-harbour diving tenders. Later, there will be a replacement for the fast combat support ship, HrMs *Poolster*; and a new amphibious transport ship. A future naval air defence system to equip *Tromp* class DDG replacements is projected for the late 1990s.

First order for the army's WGL Phase 1 warning/C2 system for corps air defence is set for this year. The remotely piloted vehicle project is still in a study phase.

Other major army programmes scheduled for this year are new light trucks, artillery locators/direction finders and recovery tanks. Projects in the pipeline include M 109 self-propelled howitzer maintenance, LAW-replacement phase 1 (1991), the wide area mining system (1991), combat clothing (1992), electronic warfare phase 2 (1992) and the VUIST phase 1 artillery fire support information system (1992).

Other army projects are: mid-life upgrade for the YPR-765 infantry fighting vehicle (prototype 1993, series order 1995), light reconnaissance vehicles (1994), protective clothing/gas masks (1994), Stinger missile vehicles (1994), Zodiac tactical area network phase 5 mobile access systems (1995); TRIGAT medium range ATGW [illegible] and combat net radios (1995).

Preliminary studies [illegible] mid-life combat upgrade [illegible] Leopard II MBT [illegible] concluded this year.

The most important [illegible] programmes are [illegible] armour mine [illegible] follow on order of AIM-9M Sidewinders; and new [illegible] guided air-to-air missiles, the latter project having been delayed until 1994.

HAWK missile units will receive greater mobility, while Patriot systems are to be protected from anti-radiation missiles through deceptive ECM modifications.

The upgrading of the four Dutch Patriot units in West Germany from five launchers to NATO-standard eight has yet to be agreed.

FIRST PICTURES

Taiwan's Chiang Bai on display

EXCLUSIVE

[illegible]anese Army has [illegible] testing the locally-[illegible] Chiang Bai (Long [illegible] defence weapon [illegible] taking delivery of [illegible] prototype late last year, [illegible] *Robert Karniol*.

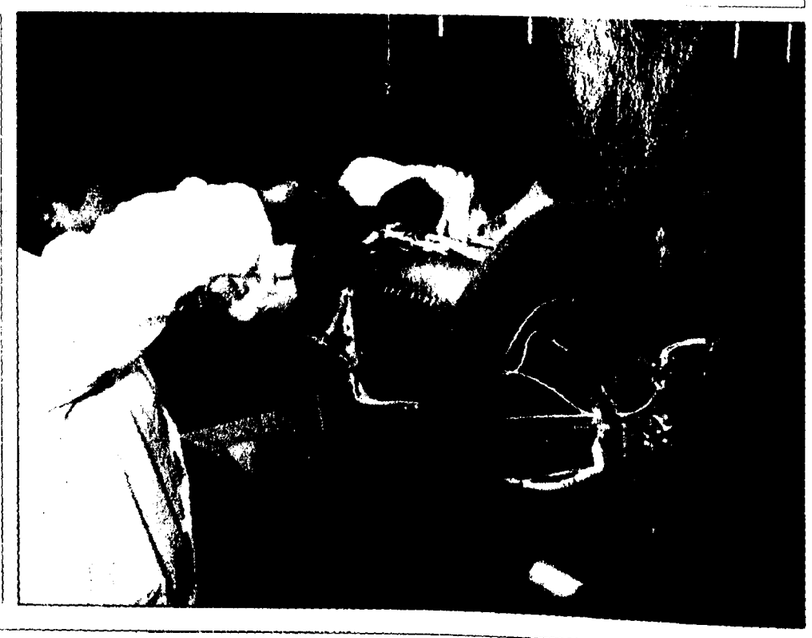
Chiang Bai is a mobile, land-based weapon system patterned after the US made Mark 7 AEGIS naval command and weapon control system. It is being developed by the Chung Shan Institute of Science and Technology (CSIST), with technical support provided by General Electric Co's RCA Electronic Systems Dept. CSIST is Taiwan's main defence-oriented R&D facility.

Both land and ship-based versions of the Chiang Bai system are planned. The main elements of the land-based Chiang Bai include a multi-function phased-array radar with control computer, fire control illuminator radar dishes, power generator and launcher fitted missiles. Like [illegible] AEGIS Chiang Bai can handle [illegible] targets at once.

[illegible]lusive photographs obtained [illegible]05 show Sky Bow 2 [illegible] high-altitude [illegible] range upwards of [illegible] missile is fitted [illegible] radar guidance [illegible] second stage solid [illegible] fuel is otherwise [illegible] Bow 2.

[illegible] shows medium-[illegible] SAM with [illegible] range [illegible] Sky Bow 1 is test fired [illegible] fitted with a semi-[illegible] radar seeker that [illegible] with the phased-[illegible] array radar to track targets. In the [illegible] stage of attack the computer [illegible] the target sequence and an illuminator radar takes over guiding the missile.

This [illegible] the performance of the Standard SM-2 SAM used in AEGIS, although Sky Bow 1 combines elements of Patriot (launcher and dimensions) and the Improved HAWK (electronics) with improved EW, ECM and IFF capabilities.



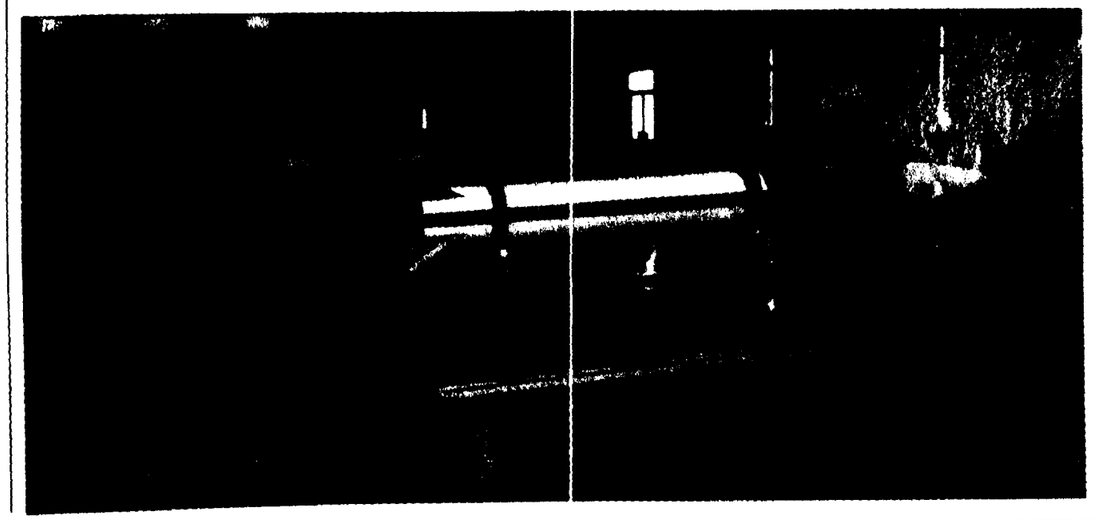
Above: Chiang Bai shown with a large phased-array radar fitted on a mobile container and linked to launchers that each hold four Sky Bow 1 surface-to-air missiles. Illuminator radars and power generators are also shown.

Also shown was a newly-developed vertical launcher for the Sky Bow 2 *(right)*. The launcher is normally left in a horizontal position, with a hydraulic system lifting it to an angle of about 85 deg prior to firing. A support system can then quickly replace the launch tube with a new one in which a missile has already been fitted.

This launcher is mobile, but a variant that involves underground launchers placed at a 90 deg angle is believed to exist. However, it is unclear whether Sky Bow 2 is linked to the Chiang Bai system or to a dedicated fire control system.

A SAM using ramjet propulsion, Sky Bow 3, is in the R&D stage at CSIST. First test firing is expected within two years.

The Sky Bow 1 and Sky Bow 2 missiles displayed at the hand-over ceremony and shown in the photographs taken on the CSIST plant floor are pre-production models *(below)*. About 100 of the missiles will be fired during the year-long field test, with an initial production series of more than 1000 missile rounds to follow.



ALH flight testing slips into 1991

HELICOPTERS

BY RAMON LOPEZ
WASHINGTON DC

Official flight testing of Hindustan Aeronautics Ltd's (HAL's) Advanced Light Helicopter (ALH) is set to slip into 1991 because of funding constraints, according to European officials involved in the project.

In July 1984, the Indian Government signed a contract with MBB of West Germany for ALH development, with MBB providing support during design, development and pre-production.

An MBB official said the ALH R&D timetable "is a little bit behind schedule, although the rotor system has now been tested. We are now aiming for first flight at the end of this year, (but) that would be optimistic, and initial flight testing is probably more likely in early 1991," he stated.

The Indian armed forces' requirement for ALH is said to be "about 100 units" but overall production for both the military/civil domestic and export markets is projected at 200 to 320 aircraft.

Designed as a multi-role helicopter, the two-pilot ALH will have a gross weight of four to five tonnes. It will carry 10 passengers or an equivalent amount of mission equipment.

Indian Army ALH missions will include anti-tank, air assault and minelaying. India's Navy will use ALH for search and rescue, ASW and anti-ship missions. Indian Air Force pilots will also operate ALH on anti-armour operations, as well as medevac, SAR, scout and logistics support missions.

While many decisions are yet to be made regarding armaments for the ALH attack variant, HAL officials said it will probably be armed with an undisclosed wire-guided missile, a 20 mm turreted cannon and 68 mm rockets.

India produces MILAN under licence and is developing its own third-generation Nag ATGW.

Inquiry to probe MBT deals

SOVIET UNION

President Gorbachev has ordered that a special commission investigates how the State Co-operative Association (ANT) tried to sell 12 brand [illegible] T-72M2 MBTs, complete [illegible] weapons, abroad.

[illegible] tanks were discovered [illegible] shipping under canvas [illegible] railway trucks. [illegible] reports described [illegible] fictitious [illegible] attachment to [illegible] plants. Associa- [illegible] same temporary [illegible] the tanks. Soviet [illegible] tanks were [illegible] for a foreign [illegible] and that the layer of corruption goes rather deeper than the ANT co-operative.

The T-72M2, the latest production model, is currently in full-scale production at the Nizhniy-Tagil Railroad Enterprise (Zavod No 183), near where they were discovered.

The special commission will be headed by V K Pugo, candidate member of the CPSU Central Committee Politburo and chairman of the CPSU Central Committee, O D Baklanov, CPSU Central Committee Secretary and I S Belousov, Deputy Chairman of the Council of Ministers.

Soviet T-72: the latest M2 variants — 12 of which ANT attempted to export — are currently only in service with the Soviet Union

Earlier this year it was disclosed that an international business consortium was attempting to sell multi-million dollar packages of front-line Soviet equipment to interested Western parties. This included T-72M2 MBTs, BTR-80 APCs, SA-8 'Gecko' SAMs and MiG-29 'Fulcrum' fighters (*JDW* 6 January).

Reports had indicated that much of this equipment was coming from non-Soviet WP members or Yugoslavia, but the BTR-80 and T-72M2 are only in Soviet Army service.

Iraq, Jordan training link

AIR FORCES

The Iraqi and Royal Jordanian Air Forces are to form a joint training squadron which will include the Mirage 2000, according to an official military source in Amman.

The source said an official announcement by King Hussein of Jordan and President Saddam Hussein of Iraq is expected soon.

Jordan has not yet taken delivery of 12 multi-role Mirage 2000Es it has ordered. Iraq has yet to place an order, but is reportedly negotiating with Dassault for up to 50 Mirage 2000s. Iraqi interest has shifted towards the 2000-5 air defence variant.

Israeli officials say the joint squadron may be formed on Mirage F1s.

Jordan was one of Iraq's main allies in the 1980-88 Gulf War against Iran and the two air forces have a long tradition of co-operation. Both have Mirage F1-equipped squadrons.

Israeli Defence Minister Yitzhak Rabin said he knew of the Jordanian-Iraqi plan. "The squadron would be based in Iraq in the future with Iraqi funding. It would save Jordan investments in flight hours as well as infrastructure," he said.

Projecting the frontline: the Soviet Navy in the '90s

With the Cold War at its end, what form will the Soviet Navy adopt to pursue the Soviet Union's future interests? Joris Janssen Lok reports

The rapid growth of the Soviet Navy in the 1960s and 1970s happened almost by accident, as the ranges of SLBMs increased and defences against SSBNs consequently needed to be pushed further out.

However, Cdr Jim McCoy of the London-based International Institute for Strategic Studies argues that the Soviets have long since abandoned the idea of stopping SSBNs.

"From the mid-1960s the Soviet Union put a large effort into ASW, leading to the *Moskva* class helicopter carriers, 'Kresta' and 'Kara' class ASW vessels and 'Victor' SSNs. With the advent of longer-range Trident SLBMs, their efforts increased, including espionage . . . about 10 years ago, the Soviets realised they had lost the technology battle and gave up. They knew they would never be able to find that needle in the haystack because the haystack grew larger and larger all the time," McCoy told a recent Cambridge University seminar on naval power.

Naval analyst Professor Geoffrey Till says Soviet naval construction, exercise and deployment programmes have been based on a mission structure identifying nine roles in three major categories.

In the fleet versus fleet category are: sea control; homeland defence and strategic defence (counter-SSBN operations). In the fleet versus shore category are: strategic strike (SSBN operations); operations against shore (amphibious); and maritime interdiction. In the tasks of peace category are: "pursuing victory in doctrine"; naval diplomacy; and fighting a local war (internal conflicts).

Till says the most recent leading Soviet naval publication, *The Navy*, stresses the importance of "repelling aerospace attack", showing a surprising emphasis on defence against air attack by carrier-borne aircraft, cruise missiles and SSBNs.

"In contrast to previous manuals, there is also a stress on the suppression of an enemy's military economic capability — the interdiction of SLCCs, offshore oil and industrial facilities," said Till.

One reason why the Soviet Navy has so far escaped major cuts is the 'expansion factor': the long lead time needed to build warships compared to AFVs and aircraft. Soviet emphasis on defensive sufficiency also works in the navy's favour, as it can argue that the Soviet Union faces much stronger adversaries at sea than it does in the air or on land.

Till says there is a geographical overlap of Western and Soviet areas of sea control interest, "putting South Korea, Japan and Norway effectively behind the Soviet frontline."

In this respect, it is hardly surprising that Norwegian officers say they "fully support the naval forward defence concept, and allied naval presence in the northern Norwegian Sea should be regarded as the normal situation."

On prospects for naval arms control, McCoy suggests a tonnage limit for submarine forces: 800 000 tonnes for the West, 1.3 million tonnes to the East. Nuclear weapons could be verified by inventory control at the factory, while satellite observation would make it hard to cheat on force levels. Both the INF and (eventually) CFE treaties set verification precedents, he argues.

Budget-induced changes in US naval forces could exert a powerful influence on the future of the Soviet Navy, claims Till, who says the West's refusal to consider naval arms control has helped Soviet naval planners in the Kremlin budget-battle against the air force and army.

"Ironically, should President Bush announce a significant cutback in the number of carrier battle groups, Soviet admirals could find themselves in real difficulties."

A new factor in that equation, however, is the Soviet Union's first true aircraft carrier, *Tbilisi*, currently undergoing trials in the Black Sea.

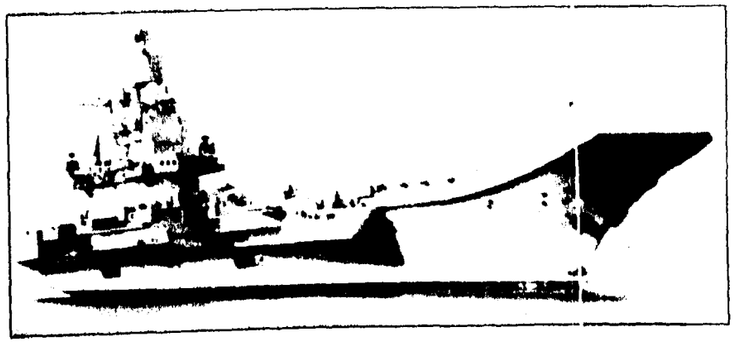
According to Maj Gen P J Utgaard, NATO's Commander Air Northern Norway, *Tbilisi*'s deployment to the Northern Fleet will have a considerable influence on the air threat in the area.

"There will be very capable aircraft operating from *Tbilisi*, including Su-27 'Flankers' and MiG-29 'Fulcrums', with probably defensive and offensive air roles. We will be faced with a different threat. I think we could have a problem there."

Cdr McCoy, however, sees *Tbilisi* as part of a concept to stretch the land frontier out to sea.

"*Tbilisi* is no strike carrier. It has no steam catapult, and you can only launch air defence aircraft with relatively light weapon loads. Heavily loaded strike aircraft cannot take off from that ski-jump. It is all about taking your fighter cover out to sea. The 'Forger' (Yak-36) VTOL jets they have now are awful as fighters — they need something better." **JDW**

Tbilisi: *"no strike carrier"*



represents no threat to us at all," says a retired general.

Even at the height of Sino-Soviet confrontation, Soviet officials say they did not regard Beijing as a serious military threat. This is less than convincing when taking into account the reality that Soviet troop deployments along the Sino-Soviet border in the mid-1960s increased dramatically from a few thousand border guards to more than 40 divisions.

When the large-scale mobilisation of Chinese forces, in particular of units in the Shenyang Military Region bordering the Soviet Union, took place in May last year, following the declaration of martial law in Beijing, Soviet military officials across the border closely monitored the situation. They concluded it posed no danger.

The main concern of Soviet commanders, said Maj Gen Ilieen, Deputy Political Commissar, Far East Military District, was "the use of the troops in Beijing. We think the army should not be used for internal disturbances."

The Soviets' lack of suspicion of the Chinese military establishment is not reciprocated by the Chinese. A major debate is still raging among Chinese defence analysts and planners about whether the Soviet military machine is becoming more defensive.

Only when that debate is settled will the Chinese respond to Gorbachev's demilitarisation proposals. Given Beijing's current internal preoccupations, it may be some time before talks begin. Soviet military officials have been quietly approaching their Chinese colleagues to renew the low-level military contacts abruptly cut by the Soviets themselves in 1960.

Obsolete Soviet T-10 MBT, converted into a gun emplacement near the Sino-Soviet border

The Soviets have invited Chinese observers to their military exercises, or to take part in academic exchanges. So far, the Chinese have refused any contacts besides goodwill messages and armed forces celebrations.

The lack of any constructive response from most Asian states to Moscow's peace initiatives has frustrated Soviet officials. "It is all one-way traffic so far from our side. There should at least be some dialogue, even if only the Asians should tell us what they want," said one Soviet analyst.

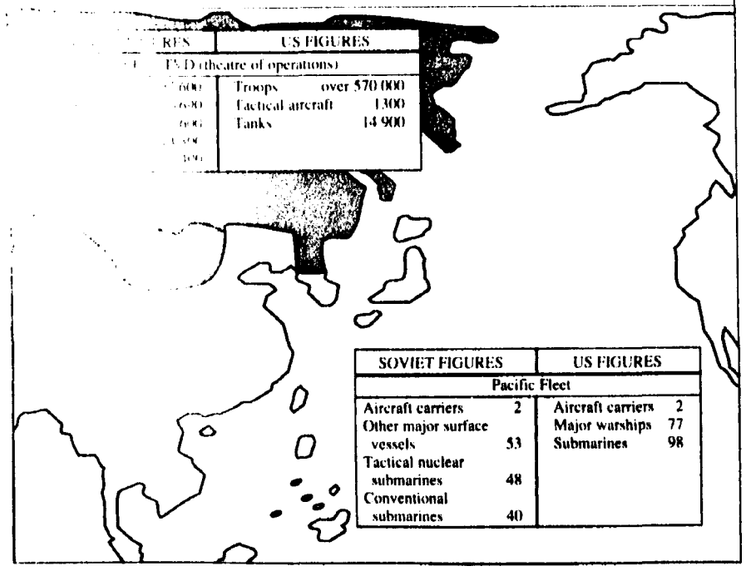
Chinese and Japanese scepticism over Soviet reductions comes from the fact that the measures do not significantly blunt the Soviet armed forces' offensive capabilities. Unlike the reduction of 10 000 tanks and other offensively dedicated formations in the European theatre, there has been no decision reached yet to cut the number of tanks in the Far East, said Gen Ilieen, although he hinted that this may yet emerge.

One reason for not reducing tanks, which total more than 13 000 in the Far East, said Gen Ilieen, was that compared with US and Japanese models, "our 1950s vintage T-54s are obsolete." Western analysts speculate that some of the more modern T-62/72s being withdrawn from Eastern Europe may be transferred to the Far East. Gen Ilieen and other Soviet officials, however, rejected this idea, saying that the restructuring was wholly defensive.

Gen Ilieen pointed out that the bulk of Soviet forces in Mongolia, numbering three army divisions and two air divisions, was being withdrawn, and overall the Far East Military District was demobilising 11 air force regiments.

In addition, Gen Ilieen disclosed that more than 200 military systems, such as artillery and tanks, had been eliminated from the Sino-Soviet border up to 1 July 1989, and headquarters personnel in the Military District was being cut by 15 per cent. **JDW**

SOVIET FORCES IN THE FAR EAST



RES	US FIGURES
TVD (theatre of operations)	
Troops	over 570 000
Tactical aircraft	1300
Tanks	14 900

SOVIET FIGURES		US FIGURES	
Pacific Fleet			
Aircraft carriers	2	Aircraft carriers	2
Other major surface vessels	53	Major warships	77
Tactical nuclear submarines	48	Submarines	98
Conventional submarines	40		

Arctic: key area for the Super Powers

What do the latest moves in arms controls and confidence building mean for the Arctic ? George Lindsey reports

In perspective — potential strategic central front of the Arctic

The territory of all NATO's members lies north of the Tropic of Cancer, and nearly all that of the Warsaw Pact north of latitude 45.

Yet throughout the Cold War, comparatively little attention or military activity has been devoted to the coldest part of this area — the central polar cap north of the Arctic Circle.

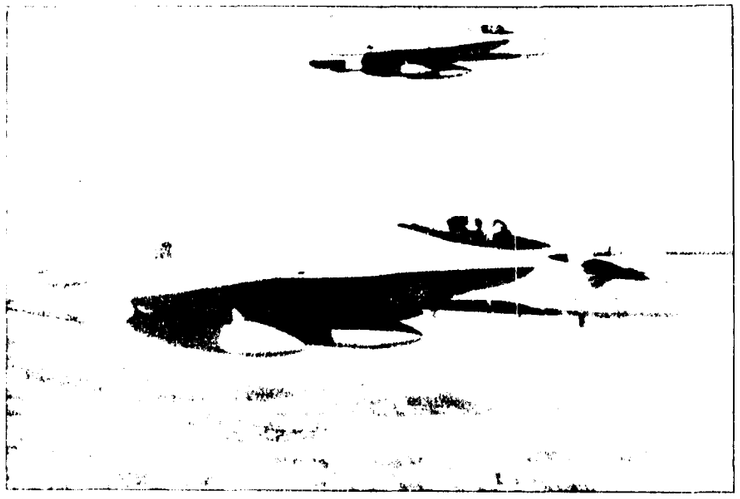
However, the Arctic remains the central front over which a potential exchange of nuclear weapons would be directed, and therefore over which it will be necessary to provide early warning.

Even if the international climate should be peaceful, the continued assurance of long-term confidence and stability in possible crises makes it essential to maintain a completely reliable network of sensors, to prevent any possibility of surprise.

Although some key sensors providing warning of the approach of ballistic missiles are mounted on satellites, and there are programmes to develop space-based systems capable of detecting aircraft in flight, other provisions for warning, such as BMEWS and the North Warning System, as well as comparable installations in the northern USSR, depend on ground radars situated in the Arctic.

Removal of any of these systems would be detrimental to strategic deterrence, unless they were replaced by equally effective substitutes.

It is even conceivable that data from



CF-18 fighters refuel from a Boeing 707 over Baffin Island (Canadian Forces)

these warning systems could be shared by East and West.

In addition to warning of attack, preservation of stable nuclear deterrence requires that the nuclear weapons capable of retaliation must be able to survive the worst conceivable counterforce surprise attack that could be directed against them. [illegible] the trajectories to the other [illegible] the Arctic. ICBMs and most of the long-range bombers are based farther south.

However, the largest complement of the [illegible] SSBN force has its home ports in the Kola Peninsula and possesses SLBMs [illegible] range to threaten the [illegible] of the USA without the [illegible] leave Arctic waters, [illegible] vulnerability to anti- [illegible] they can patrol under ice, [illegible] ship based ASW, and [illegible] to hinder acoustic [illegible] ossifying SSNs.

[illegible] of defensive under-ice [illegible] hostile SSNs could be [illegible] detectors, minefields, and [illegible] controlled from installations [illegible] the floating ice [illegible] of strategic weapons [illegible] an START will increase the [illegible] of making those that remain as [illegible] as possible.

[illegible] likely to be difficult for bombers [illegible] ades, especially if other arms control agreements prevent the deployment of defences against ballistic missiles, and if severe limits are placed on mobile land missiles. Yet SSBNs are the most survivable, and in the Soviet case they can be made even more so by operation in the extensive shallow ice-covered waters off the coast of the USSR.

Although the geography of the Arctic waters puts the Soviet Navy at a disadvantage for the offensive use of its surface ships, bathymetry and climatology offer it important advantages for the defence of its strategic submarines.

Assume that all or at least most of the countries now in NATO remain members, and wish to retain a capability to defend themselves against a potential conventional attack from the East. Conventional weapons cuts brought about by CFE, may remove the danger to NATO of a lighting offensive.

However, a more protracted conventional conflict would develop into a race of reinforcement and resupply, which the European members of NATO would lose to the East unless supported by shipments across the Atlantic from North America. Reductions carried out in accordance with CFE would correspondingly increase that need.

While men and urgently-needed light equipment could be moved by airlift, heavy tonnage can only come by sea. The routes would be well to the south of Arctic waters.

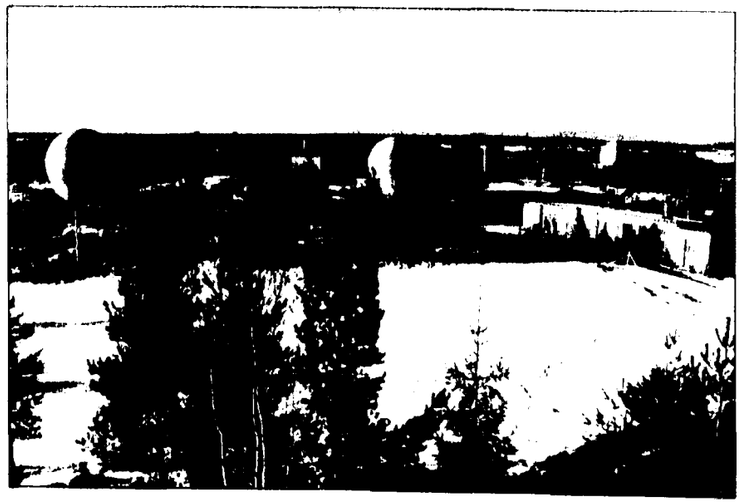
However, the main threat to North Atlantic sea lines of communication is from attack submarines, maritime strike aircraft and surface ships of the Soviet Northern Fleet.

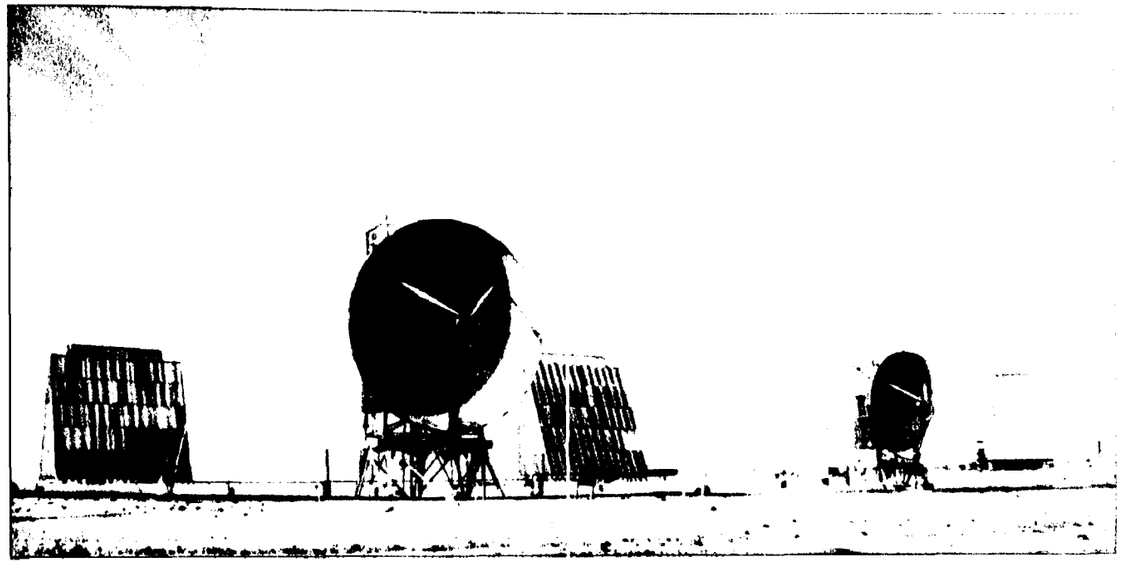
To reach the North Atlantic these units must cross the Norwegian Sea and the Greenland-Iceland-UK (GIUK) gap. Once through the gap, and aided by satellite reconnaissance, they would be able to overwhelm convoy defences or hunt down independent merchant ships. NATO's best defence is to contest the passage of the attackers in, and north of, the GIUK gap. To do this they must not only defend the territory of Northern Norway and Iceland, but continue operations from their airfields.

A subsidiary problem for NATO is the possibility that Soviet SSNs could make their way into the Atlantic by way of passages to the west of Greenland and through the Canadian Archipelago.

If nuclear deterrence succeeds in preventing nuclear war, and CFE reductions in preventing short-term conven-

Early warning station in northern Norway (Royal Norwegian Ministry of Defence)





Distant Early Warning Line at Hall Beach — part of the North American Air Defence (NORAD) system

tional war in Europe, then NATO needs to give attention to the deterrence of a protracted conventional war. Together with the provision of adequate reserves, supplies and logistics, the key to this problem is preservation of the security of the North Atlantic sea lines of communication, and this has an Arctic dimension based in the Norwegian Sea and the GIUK gap.

Cruise missiles form a major unknown in the current arms control negotiations. While the Super Powers' nuclear-armed ground launched cruise missiles have been barred from Europe by the INF Treaty, and strategic air launched cruise missiles (ALCMs) will be subjected to some form of control in START, control of sea launched cruise missiles (SLCMs) poses extremely difficult problems, many of them related to verification and to the mobile and multi-role characteristics of naval forces.

Meanwhile SLCMs are proliferating, on submarines and surface ships, for attack of targets on land and sea, armed with nuclear and conventional warheads. Conventionally-armed submarine-launched land-attack SLCMs are likely to be important new weapons in the Arctic, where vulnerable military installations are mostly in isolated locations on or near the sea coast.

These systems could make the operation of aircraft from the fields of Northern Norway and Iceland, or of ground-based early warning radars extremely difficult.

Proponents of demilitarisation and arms control as ends in themselves sometimes choose the Arctic for their proposals, on the grounds that there is little military activity there now, so it should be easy to reduce what there is to zero. They have the precedent of the Antarctic Treaty.

> *'While ballistic missiles and strategic bombers may not be based in the Arctic, if an attack is ever launched it will be across the Arctic. Warning equipment has to be in place'*

This approach ignores geographical facts. While ballistic missiles and strategic bombers may not be based in the Arctic, if an attack is ever launched it will be across the Arctic. Warning equipment has to be in place in the Arctic.

Moreover, the Soviet Union, lacking ports on the Atlantic or Mediterranean, must operate a major portion of its naval and merchant fleets out of Arctic ports. These surface fleets need to be able to enter the Atlantic in peacetime, and to use the Northern Passage to the Pacific. Also, those of its strategic submarines which are equipped with long-range SLBMs and are based in the Arctic can minimise their vulnerability by making their patrols in the shallow ice-covered Barents, Kara and other nearby northern seas.

What could be considered [illegible] numerical reductions in SSNs and other ASW units, which could not be restricted to particular geographical areas would be confidence-building measures, such as no-go areas or sanctuaries, but [illegible] these would offer greater advantages to the USSR than to NATO. [illegible] be balanced by corresponding measures benefiting NATO [illegible] farther south.

Calls for complete demilitarisation of the Arctic are unrealistic. Reciprocal [illegible] the ballistic missile warning systems, and prevention of the operation of Soviet strategic submarines in secure bastions would be detrimental to the preservation of the stable strategic deterrence which surely must continue after the expected reduction of weapons.

Dr George Lindsey was leader of Canada's delegation to the High Level Group of NATO's Nuclear Planning Group, between 1978-1987. He has held various senior appointments with the Canadian Department of National Defence in the areas of research and analysis.

JDW

EUROPEAN TOP 100

ELECTRONICS

Acquisition no longer the buzzword

By LESLEY BEDFORD

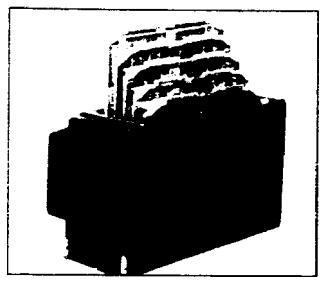
The industrial landscape of defence electronics changed more dramatically last year than in any other sector of defence. At the beginning of the year, the audacious bid by GEC and Siemens for Plessey hung in the balance awaiting the outcome of a UK Monopolies and Mergers Commission referral. The disclosure of fraud in the accounts of ISC, the subsidiary of Ferranti International Signal, at the close of the year led to a dismemberment of the UK's third largest defence electronic contractor in terms of annual revenue — a break-up which shook both City and industry and has resulted in a spate of divestments which will further reshape European defence electronics.

In recent years, declining or static defence procurement budgets, the move from cost-plus to firm/fixed-price contracts, and the increasing corporate burden of R&D expenditure have forced the pace in defence electronics mergers and acquisitions. A complicated network of company teamings has arisen out of a plethora of multi-national collaborative programmes, and these relationships will be consolidated into more formal partnerships, such as joint ventures, cross-shareholdings and full take-overs.

As in other sectors of defence, electronics has responded to financial pressures by following the mergers and acquisitions route. Companies have confronted the problem in several ways — they have either divested their electronics activities completely, reduced their exposure to defence by diversification into civilian production, or made acquisitions in the hopes of reaping the financial benefits of rationalisation.

In 1989, Ericsson, Philips and AEG were prime examples of those firms which followed a divestment policy. Ericsson entered into a command and control joint venture with Bofors at the end of the year in which Bofors will have an 80 per cent stake of the new company. Ericsson's defence electronics activities contribute about 8 per cent to total annual revenue, but losses in 1989 have been estimated at SEK50 million ($8.2 million) and analysts believe that the company is considering further disposals.

Philips of the Netherlands underwent stringent cutbacks in defence electronics last year — and further measures are pending. The acquisitive Thomson-CSF purchased 80 per cent of the stock of Philips' Hollandse Signaalapparaten, 99 per cent of TRT and took full control of MBLE. The Dutch company has confirmed that it is still talking with interested parties about the sale of its defence electronics interests in the UK, the United States and West Germany. Philips is understood to have received several suitors for the



Magnavox business in the USA last year but rejected them on price. However, as defence electronics increasingly becomes a buyer's market, analysts are predicting that Philips will have an uphill struggle in attracting a purchaser this year.

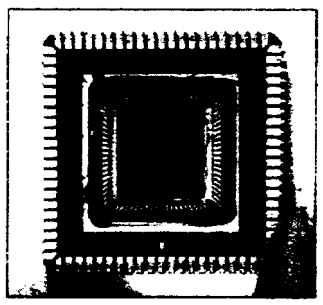
AEG of West Germany also reduced its exposure to defence electronics, which in 1988 contributed $1.26 billion, or 19 per cent, to group revenue. Most of its activities in the sector have been subsumed under the Daimler-Benz subsidiary, Telefunken Systemtechnik.

Ironically, the company which most industry observers believed to be best positioned in corporate structure terms to meet the challenges of an increasingly competitive environment was Plessey. Before GEC and Siemens launched their controversial hostile bid, the UK company had also been one of the most active players in the acquisition game; at the time of the take-over it was negotiating a joint venture with Thomson-Sintra and an alliance with a Spanish radar company.

The break-up of Plessey has radically changed the face of European defence electronics. In broad terms, Siemens took control of its radar business and GEC acquired avionics and naval systems. However, the signs are that there will be further restructuring of those parts of Plessey which ended as joint ventures between GEC and Siemens. The trend seems to be towards single ownership of these businesses, as shown by the recent restructuring of some of the civilian operations. GEC spokesmen confirmed that they "are still discussing the rest of Plessey's businesses with Siemens."

In many ways the most momentous divestment programme launched in 1989 was implemented by Ferranti — a situation which highlights the fact that mergers and acquisitions (M&As) can often be driven by the wild card rather than by the tenets of market forces and competition. Throughout the period of bid speculation, GEC had remained on the sidelines until the much publicised take-over partnership between British Aerospace and Thomson-CSF floundered.

However, for the second time in 1989 GEC dipped into its famous cash mountain, paying £270 million ($457.7



million) for Ferranti's Defence Systems Group. It will also take 50 per cent of Ferranti's Italian operations, Elmer, Laben and OTE, with Finmeccanica acquiring the balance.

Figures have yet to be released on how GEC's acquisitions will boost its percentage of its defence electronics revenue. Pre-Plessey, GEC's defence electronics stood at 27 per cent of total revenue and Ferranti's at 64 per cent (the second highest of European quoted companies next to ESD). GEC's new-look defence

electronics businesses should produce an impressive revenue contribution in 1991.

Thomson-CSF's acquisition ambitions are proving to be equally unstoppable. In addition to the purchase of Philips activities, the group formed an avionics joint venture with Aerospatiale last year under the Crouzet name. The company made no secret of its desire to gain control of Ferranti's Defence Systems Group. Its decision to withdraw from the take-over race after the loss of British Aerospace as a partner was widely interpreted as a way of deflecting an almost inevitable political outcry over the control of a quoted UK company being relinquished to foreign state-controlled [illegible]

Thomson-CSF's recent £32 million purchase of a 50 per cent stake in Ferranti Computer Systems Group's [illegible] operations compensates somewhat. Despite this, the comment from a company [illegible] that "the Ferranti [illegible] is not finished and we [illegible] undertake some joint [illegible] with the company in [illegible] to the future" [illegible] Thomson-CSF's [illegible] to the UK company is [illegible]

The French company is also [illegible] opportunities outside the European arena. Thomson has just announced that it is seeking collaborative links with Malaysian defence electronics. As the largest foreign employer in Malaysia in consumer electronics, the company is well placed to make inroads into the defence sector, and is understood to be looking for joint venture partnerships as well as technology transfer agreements.

The expected merger of BAe's and Thomson's guided weapons activities into a joint venture, Eurodynamics, may prove to be one of the French company's most important alliances in 1990 and could have an impact on relationships between other European firms. According to research by Robert Fleming Securities, the impending tie-up may pressure companies such as GEC, Matra and ESD into forging more formal links.

Now that speculation has ended over the fate of Plessey, and, to a large extent, over Ferranti, a further round of acquisitions and divestments is in prospect. While the future of two of Europe's largest defence electronics companies remained in question, many other contractors have adopted a cautious 'wait and see' approach in acquisition strategy.

Several companies are known to be looking for — Thorn-EMI wants to dispose of some of its defence electronics activities, and Racal Electronics is believed to be seeking to restructure its radar and avionics business either through disposal or a joint venture. "We are looking for a joint venture with a European partner," said a company spokesman, "but we have been content to let the dust settle after the Plessey and Ferranti [illegible] in order to see who the [illegible] is in the future."

What, then, will be the [illegible] defence electronics M&A activity in 1990 and beyond?

Events in Eastern Europe look set to compound existing heavy financial pressures on contractors, although, to a certain extent, defence electronics may weather the downturn in business better that the hardware sector.

While procurement expenditure has slowed in recent years, the percentage allocated to defence electronics has risen steadily. "As strategic considerations change away from deterrents towards verification and detection, the value of electronics increases," notes Robert Kerr of Laing and Cruickshank. There may be moves by UK companies to reduce their exposure to defence electronics through diversification rather than divestment and this would bring them more into line with the rest of Europe.

According to figures from the US Arms Control and Disarmament Agency, defence electronics only accounts for 9 per cent of the revenues of Western European companies (Thomson-CSF is unusual in this respect, deriving 90 per cent of its revenues from this business).

However, in the UK the percentage rises steeply to 26 per cent among the larger companies. There are signs that some UK companies are making efforts to drive this figure down. Racal, for example, has cut its defence electronics revenues from 75 per cent before the 1980s to around 15 per cent, largely through diversification.

However, while the market for defence electronics may not be contracting, its forecast growth is not sufficient to allow all the current players to survive as independent organisations.

The profit margins for electronics contractors are being squeezed and companies are searching to increase production volumes, which in turn leads to an increase in price competition. On major long-term contracts, "companies are being asked to submit best and final offers several times, which makes it difficult to meet financial targets," commented Bill Coleman, electronics analyst at James Capel.

Even the lucrative opportunities offered by the Middle and Far East markets are becoming less accessible to European contractors because of the pressures of price competition. "These customers know that because of the downturn in NATO markets, every supplier is emphasising doing business in these parts of the world. They are playing the game very cunningly, knowing that they can postpone buying equipment until they can drive the price right down," he said.

The climate is also changing in the traditionally cash rich Middle Eastern markets and the days have gone when a company such as Thomson could get 20-30 per cent up-front in cash payments.

Much acquisition activity in the future will be among the smaller companies as they jostle for a position in a financially contracting market and try to survive in the face of increasing competition from the multi-nationals. Companies such as GEC, after its acquisitions last year, are now considered to be virtually bid-proof, and as companies seek alliances for strategic reasons, the era of hostile take-over bids would seem to be drawing to a close.

Some national markets remain to be restructured and these could see a spate of M&A activity. Most Italian defence electronics companies are state controlled, therefore restricting the level of bids and deals, but most analysts are predicting that there will have to be a radical shake-up of that industry in the near future.

France will also have to undertake some hour[illegible] of its electronics [illegible] has not yet take[illegible] concept of [illegible] Europe," says one [illegible] "and is still seek[illegible] consolidate [illegible] its defence [illegible] the fact that defence [illegible] fell by 20 per cent [illegible] France does [illegible] procurement policy [illegible] inevitably be [illegible] substantial [illegible] shuffle among its defence companies, including electronics.

The popularity of joint ventures as the next step beyond collaborative partnerships looks set to continue, although the [illegible] of power in existing joint ventures may change. "Joint ventures are never ideal," notes Robert Kerr, "and as what can be termed the national psychosis over defence plays less of a role single ownership will become more acceptable."

Top 100 European defence electronics companies (by sales)

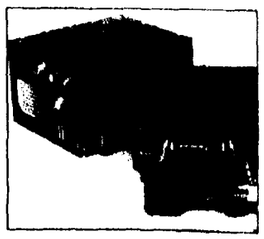
The following provides a cross-section of European companies with a significant interest in defence electronics. Many of the companies also have activities (sometimes primary) in other business areas, both civil and military.

Estimated defence sales figures include all defence sector activities of the company, not just the defence electronics component. Sales figures are for 1988 unless otherwise stated. US dollar figures have been calculated using January exchange rates.

Right — Thomson-CSF radar on Mirage 2000

Company	*Country*	*Total sales ($m)*	*Defence sales ($m)*	*Defence sales (% of total sales)*
Thomson-CSF (excl TRT/Signaal)	France	5875	5475	93
British Aerospace	UK	9400	5000	53
GEC (excl Plessey/Ferranti)	UK	10 750	3225 (1989)	30
Deutsche Aerospace (excl MBB)	W Germany	4700	2550	48
MBB	W Germany	4175	1920	46
Ferranti	UK	1550	1050 (1989)	68
Plessey	UK	2750	1000 (1989)	36
Matra	France	3375	875	26
Siemens (excl Plessey)	W Germany	34 940	875	3
Aeritalia	Italy	1325	730	55
Diehl (excl BGT)	W Germany	1410	635	45
Sextant Avionique	France	900	630	70
ESD	France	700	560	80
Contraves	Switzerland	675	535	79
Agusta	Italy	735	515	70
Smiths Industries	UK	1175	500 (1989)	43
Thorn EMI	UK	4950	500 (1989)	10
Ericsson	Sweden	5130	460	9
Selenia	Italy	500	450	90
Signaal	Netherlands	475	425	89
Dowty	UK	1140	420 (1989)	37
Racal Electronics	UK	2650	400 (1989)	15
SAGEM	France	1675	400	24
Standard Elektrik Lorenz	W Germany	2350	290	12
Bofors Electronics	Sweden	230	230	100
United Scientific	UK	200	200	100
Bodenseewerk	W Germany	210	180	90
NFT	Norway	215	180	84
TRT	France	720	175	24
Elettronica	Italy	95	175	90
Saab-Scania Combitech	Sweden	260	155	60
STC	UK	3930	150	4
Elsag	Italy	255	130	51
EB Corp	Norway	550	110	7
SAT	France	475	90	19
SFIM	France	210	90	43
Nokia	Finland	5450	75	1
Oldelft	Netherlands	130	70	54
FIAR	Italy	110	65	59
Officine Galileo	Italy	8	65	81
Alcatel STK	Norway	324 (1989)	54	17
CSEE	France	230	50	22
Terma Elektronik	Denmark	55	45	82
SMA	Italy	55	45	82
MBLE	Belgium	105	25	24
Italtel	Italy	1360	25	2
Aselsan	Turkey	27	20	74
Barco	Belgium	257	18	7
Simrad	Norway	70	16	23
Bell-SDT	Belgium	75	15	20
Simrad Optronics	Norway	17	12	71
Krupp Atlas Elektronik	W Germany	470	N/A	N/A
Rohde & Schwarz	W Germany	470	N/A	N/A
Alcatel Kirk	Denmark	70	5	7

Source: Jane's Defence Business Data (7/2/90)



Japan shows the way

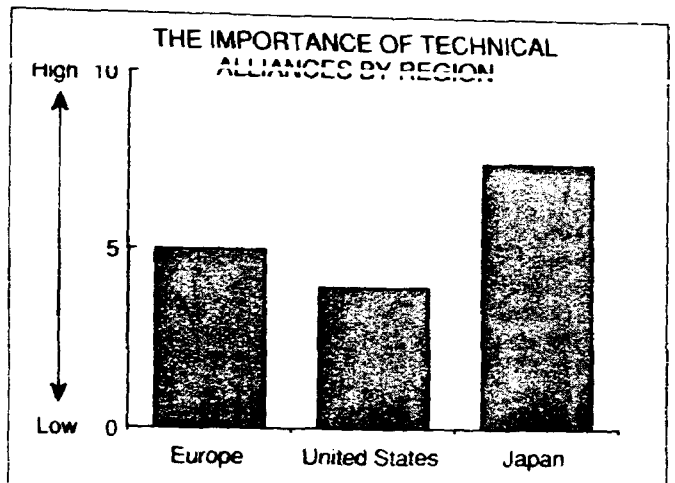
By HOLLY PORTEOUS

UK and United States senior executives in technical industries have a lot to learn from their Japanese counterparts about strategic alliances, according to a recent study contrasting the attitudes and methods of the three countries.

The report, *Strategic Alliances in Technical Industries: A Triadic Comparison*, by SRI International of the UK, says the Japanese have a clear idea of what strategic alliances should accomplish and when to abandon them.

Their Western counterparts, however, often get into partnerships with only vague aims, uncertain methods of evaluating progress, a lack of senior-level managerial control, and a tendency to hang onto the alliance in the hope of eventual value for money.

One of the study's authors, Mark Bleackley, said that a strategic alliance "takes place in the context of the company's long-term strategic plans and seeks to improve or change the company's competitive position." Alliances at this level involve two companies working together with a distinct plan in mind, they are not just a distribution agreement or a licensing agreement, though an alliance may incorporate these things, said Bleackley. "Mergers are one form of strategic alliance," he said, "they cover all levels — research and development, distribution, marketing."



Source: SRI International

However, mergers can be inflexible and joint ventures offer another approach. "Joint ventures are not always forever," he said, adding that a company can participate in one to develop a new product for the European market and later leave the partnership if the technology for the product changes rapidly. "Unfortunately, some companies stay too long and this becomes a drain on their skills."

An almost Machiavellian thinking seems to underpin the Japanese use of strategic alliances. "The Japanese are good at this, they set specific objectives, get the right people and after 4 or 5 years they say goodbye," Bleackley said.

Some Western businesses are therefore hesitant about entering partnerships with Japanese firms. They worry about "copycat" Japan being the sole beneficiary, stealing technical knowhow and thereby gaining a competitive edge on the cheap. SRI warns against such beliefs. "As a high-cost country with a growing number of imitators (notably, the newly industrialised countries), Japan knows the importance of constantly perfecting its technology-based advantage." Alliances, said SRI, are a means for Japan to test its abilities and keep abreast of what other companies are doing. Western firms may benefit from this philosophy.

Fear of being taken advantage of, said SRI, is only an indication that alliances must be better managed. This means keeping ultimate responsibility in the hands of senior-level management. Shifting responsibility down to middle-management, said Bleackley, "is a function of (the West's) general management methods . . . alliances should nonetheless be managed at the top, even with delegation of responsibilities."

Constant monitoring is essential. This may mean a mix of progress measurement techniques — technical audits, financial audits, full profit and loss accounts.

One reason US managers see alliances negatively may be a preference for straightforward deals with quick results. Europeans "are more generally satisfied with the results they achieve, but they often demonstrate few clear objectives for technology alliances, which is clearly a mistake." In response to growing Western resentment of being used as a "stopgap measure", Japanese companies are showing a willingness to move away from the ad hoc arrange-ments of the past and enter into more formalised ventures. "Although Japanese companies are in an early stage of readjus-ting strategy to cope with the coming Single European market, some signs exist of a more even-handed co-operative spirit, reinforced by sheer practicality."

SRI suggests that both sides are expected to match efforts, and that Japan is often surprised when its Western partner is unwilling or unable to devote the same energy to a project. The pay-off of matching efforts, suggests SRI, should be improved access to the Japanese market.

Reciprocity will not only have to be demanded of Japan, it should also be an integral aspect of partnerships between US and European firms, said the study. In this respect, "Fortress Europe" is not the only barrier to be breached.

European companies will also need to increase technical cross-links with each other across borders. Otherwise there is a danger of Europe losing its technological "critical mass" and falling hopelessly behind North America and Japan. **JDW**

Proven Defence Capability

To find out more please write to: Stuart Bowie, S&H, Marketing Group, PO Box 103, Ashton Vale Road, Bristol BS99 7TJ, England. Tel: (0272) 664677 (UK) (010) 44272 664677 (International).

Strachan & Henshaw

THE **JDW INTERVIEW**

With South Africa's newest Mirage over 15 years old, the most important equipment programme is for fighter aircraft. Lt Gen Jan Van Loggerenberg, Chief of the South African Air Force, told JDW's Helmoed-Römer Heitman he is confident its needs can be met

"We cannot build an F-16 or a Lavi . . . We do not have the know-how and if we had it, we do not have the funds," said Gen Van Loggerenberg.

South Africa is instead following a route similar to the Israeli development of the Kfir, which was based on the Mirage III. The General would not go into details of the overall SAAF fighter programme, but did say that a start with building aircraft is "not too far in the future".

"We are not going to build the Kfir, but we are adopting an essentially similar approach to meeting our fighter requirement, developing an existing design rather than designing and developing a new fighter."

He also expressed satisfaction with the new avionics, weapons and EW systems of the Cheetah, which point the way for those of the new aircraft, and says the Cheetah brought air-to-ground accuracy "undreamed of in the SAAF 10 years ago," in both 'long toss' and first-pass 'lay down' profiles. This has given the SAAF a useful stand-off capability using 'dumb' bombs.

The two-seat Cheetah Ds are intended primarily as trainers, but are fully mission-capable.

The Mirage F-1AZ and F-1CZ aircraft have proved capable of operating effectively in the face of comprehensive air defence systems and will receive some minor upgrades of their weapons systems.

The Buccaneer force is now small but "we cannot take them out of service; they give us an irreplaceable capability."

The Impala Mk II light attack aircraft will remain in service as "a channel for future Mirage and Cheetah pilots. We do not envisage an upgrading or modernisation."

Gen Van Loggerenberg looks forward to "a period of relative calm and stability" in southern Africa over the near to medium term. He does not rule out "the possibility of some instability" in Namibia, but does not expect it to disturb the overall tenor. "This will afford us, in the SAAF especially, the opportunity to settle down, take stock and decide exactly where we want to go, to relay our foundations without destroying the building". The SAAF will, essentially, seek to "consolidate while maintaining a strong capability." It will be looking at both its equipment and its personnel.

Operations in south-eastern Angola during late 1987 and 1988 led to various comments regarding the SAAF's ability to support the ground forces. Gen Van Loggerenberg is satisfied that the SAAF performed its mission: "We intervened in the ground battle whenever necessary — and did so to good effect. The Angolan Air Force was conspicuously ineffective."

"We regard ourselves as quite strong" in electronic warfare (EW) capabilities and this "paid handsome dividends in south-eastern Angola". The local avionics industry has found some "elegant solutions" to many EW problems, solutions that are also cost-effective.

Gen Van Loggerenberg confirmed that the V3C AAM is in final development and that "there is a requirement" for a medium-range AAM. The V3C is a development of the V3B using a larger-diameter airframe with automatic target acquisition, an improved seeker with a wider look angle and near all-aspect capability, and a more powerful motor. The SAAF is also known to have a new stand-off 'smart bomb', which was used to destroy the bridge at Cuito Cuanavale in 1988, but the general would not give details of this weapon.

> *'The SAAF will consolidate while maintaining a strong capability'*

The SAAF will go ahead with low-key research into RPV systems. This will be centred on developing "the right mix" of specialised RPVs that will make the overall concept operationally useful. It will continue the programme to fill gaps in the airspace surveillance system. The necessary equipment is at hand, but manning is seen as likely to be a problem.

The Rooivalk development programme will continue, but the SAAF does not have the funds now to order the helicopters into production. The Puma upgrade programme will continue, but the SAAF will not order any new aircraft and may even "trim down the number flying". Airbase defence is also receiving attention, with the Cactus SAM system to be upgraded. The elderly Tigercat will be phased out.

Financial constraints have combined with a lack of a suitable aircraft to cause South Africa's maritime patrol capability to seriously decline. The General says the SAAF hopes to upgrade the Dakotas of 35 Squadron to improve their capability in this role. This is hardly an adequate solution given the large amount of shipping moving round the Cape of Good Hope. **JDW**

Nº DOCUMENTO
TITULO Conflito Árabe-Israel
P... Sem Base (20362)
FO...
VI... 11/7/90
Hist. Semelhante (10031)
Israel (10047)
Fator Diretor (11163)
Conflitos Internacionais (11400)

INUR Nº 486.21/250790

01/02

ORIENTE MÉDIO

Análise prospectiva sobre a possibilidade de eclosão de um conflito armado a curto prazo.

(Principais Conclusões)

(11 Jul 90)

A análise das diversas variáveis que conformam o conflito árabe-israelense permite concluir que, de imediato, inexiste um acentuado risco de guerra. Assim, os principais indicadores que têm peso para influenciar a evolução dos acontecimentos reforçam a hipótese de que um choque militar não venha ocorrer a curto prazo.

Fundamentam essa hipótese o atual clima de distensão internacional entre as duas superpotências; a desaprovação dos EUA a ações militares israelenses; a posição moderada dos países europeus; a falta de engajamento efetivo de alguns países árabes com a causa palestina, a despeito do discurso; a ausência de convicção da superioridade militar árabe, tal como nos conflitos de 48 e 67, bem como o reconhecimento da desunião, da desconfiança e da inimizade entre algumas dessas nações; e a desmobilização árabe, não obstante a retórica belicista.

Corroboram, ainda, a assertiva que descarta a iminente eclosão do conflito a percepção árabe da ausência de um efetivo apoio da URSS, ao contrário das vezes anteriores; o temor generalizado no mundo árabe da superioridade militar e de um ataque preventivo israelense; o ressentimento sírio à hegemonia iraquiana, que agrava a tradicional inimizade política entre os dois países; a aparente passividade egípcia resultante certamente das lembranças dos desastres das guerras de 48, 67 e 73; o temor generalizado entre os países ditos moderados, principalmente os de regimes monárquicos, do crescimento do fundamentalismo islâmico, que pode ser uma conseqüência de uma derrota militar árabe; a convicção de que a via diplomática pode ser um canal efetivo para o atingimento dos objetivos colimados pelos árabes na região, particularmente agora que a Causa Palestina parece ganhar um maior respaldo no seio da Comunidade Internacional, em especial na EUROPA OCIDENTAL; e a pretensa disposição dos EUA de voltarem a negociar a paz com ARAFAT.

É, pois, previsível que os problemas mais emergentes na região sejam administrados sem o recurso da guerra, porém sem que sejam alcançados quaisquer tipos de soluções definitivas. Atos isolados perpetrados por facções à margem do controle efetuado por ARAFAT sobre a OLP podem conduzir a situações de predisposição ao uso limitado do recurso militar. Ações de represália efetuada por ISRAEL em seguida a atentados podem degenerar em conflitos de baixa intensidade. Há, perspectivelmente, clima para isso. O radicalismo do Governo SHAMIR reforça tal assertiva.

900504

PARTES POCO LEGIBLE

01-02

Descartada a hipótese de guerra imediata e de acordo com os últimos acontecimentos no ORIENTE MÉDIO, pode-se prever a deterioração da situação interna dos territórios ocupados, com o provável aumento do número de casos de distúrbios civis e de manifestações populares palestinas.

Outra conseqüência previsível é, certamente, a decorrente do fortalecimento da posição dos grupos palestinos pró-SÍRIA e favoráveis à luta armada, afigurando-se, destarte, provável a intensificação das ações de natureza terrorista, mesmo fora do ORIENTE MÉDIO.

Uma prognose igualmente permissível é a que se desenha no caso de ARAFAT manter a sua posição favorável ao diálogo, ou, então, caso venha a recriminar publicamente ABU'L ABBAS, fatos que poderão abrir novas dissidências no seio da OLP, inclusive dentro da própria "Al Fatah", a organização de ARAFAT.

* * *

PARTES POCO LEGIBLE

Documento elaborado em 11 JUL 90

9005044

VS-NUR FÜR DEN DIENSTGEBRAUCH

20 July 1990

SUPPLEMENTARY POLITICAL REPORT

Subject: Soviet Union - YELTSIN's Position

Cutoff Date: Late July 1990

TgbNr: 0103/90 VS-NfD

Summary: After leaving the CPSU, YELTSIN seems bent on pushing ahead with establishing the sovereignty of the RSFSR. Probably he sees himself as the future president of a Slav-dominated Inner Union.

Desarollo Político de la U.R.S.S.
Sem Informe (20360), (20232)
90.07.20.
U.R.S.S. (10175)
Fac. Político (11164)
Gab Nacional (11302)

01-10

ENTRADO
CRUZADO

Report:

1. Professional Career and Party Work in Sverdlovsk

Boris YELTSIN (59) can look back with equal pride on his professional and party careers. After graduation as engineer from a polytechnical institute, he began his professional career at 24 as a "master" in an urban-planning design office and, within eight years, rose through the office's hierarchy via the posts of inspector and chief engineer to the position of director of the design office. At the age of 32, he was already chief engineer, and a little later director, of a big construction combine in Sverdlovsk.

YELTSIN, a peasant's son and born in the same year as GORBACHEV in the village of Butka some 200 km west of Sverdlovsk, joined the CPSU in 1961. In 1968, he abandoned his career in the construction industry for full-time party work, and in 1976 reached the summit of his local party career as first secretary of the Sverdlovsk oblast party committee, a position which he held for almost ten years.

2. Towards the Higher Political Orders

With his election to the post of Chairman of the Supreme Soviet of the RSFSR (on 29 May 1990), Boris YELTSIN, member of the Supreme Soviet and of the Congress of People's Deputies of the USSR, is at the (preliminary?) peak of his political career. There had been previous peaks from which he had been toppled, sometimes after only a short spell. Examples are the post of Moscow party chief (held from 1985 to 1987), membership in the Presidium of the Supreme Soviet of the USSR (1984-85 and

1986-88). Another position he had to give up was that of candidate member of the Politburo (1986-88). After his replacement (by ZAYKOV) as Moscow party chief, he became first deputy chairman of the State Construction Committee of the USSR (holding the rank of minister). This clearly amounted to a demotion and, under nomenklatura rules, should have been the end of his political career; but even at the time of his fall, Soviet functionaries did not rule out a "political comeback" for YELTSIN.

3. Strong Popular Support

YELTSIN's return to active politics was not slow in coming, and it was plain that he had the support of the people. For the Union elections on 26 March 1989, he was invited to stand as candidate in 260 out of 1500 constituencies. In Moscow, he polled over 89 per cent of the votes. A similarly convincing electoral victory was scored by the former Sverdlovsk oblast party chief in the RSFSR parliamentary elections on 04 March 1990: Against eleven competitors, he bagged some 80 per cent of the votes in his home town of Sverdlovsk already in the first round of the elections. This victory set him on the road to the presidency of the RSFSR parliament.

In an opinion survey from Leningrad to Alma-Ata, conducted by a Soviet sociological institute on behalf of British media in February 1990, YELTSIN obtained a popularity rating of 5.69 on a scale from 0 to 10 (as against 6.88 for GORBACHEV and 2.67 for LIGACHEV). YELTSIN's popularity even survived his alleged escapades during his stay in the United States (September 1989) and his Moscow affair (alleged assassination attempt). In fact, allusions to his drinking habits endear him to his electorate. After he left the party on 12 July 1990 at the 28th Party Congress, the crowds at a Moscow mass rally cheered him.

4. YELTSIN's Political Programme

"Enfant terrible" of Soviet politics, YELTSIN never missed an opportunity to distance himself politically from the prevailing party opinion.

4.1 Factionalism

YELTSIN was the first to openly form a faction in the Supreme Soviet, viz., the Interregional Group, which comprises numerous reformists. YELTSIN advocated the formation of "wings" within the CPSU and threatened to leave the CPSU and found a new "Russian Party" if the formation of such groups was not allowed. At the Central Committee plenum (05-07 February 1990), he was the only one to vote against the draft programme ("platform") of the CPSU for the 28th Party Congress. He never deviated from this position until he left the party.

4.2 Party to Relinquish Power for Good

At the 28th Party Congress, YELTSIN did not mince words. He bluntly told the delegates that the Party Congress was the last chance for a change for the better. The "way out of the dilemma" pointed up by him was at the same time his programme: a democratic state with a multi-party system; transformation of the CPSU into a "parliamentary-type party" with a new name: "Party of Democratic Socialism"; recognition of the alternative programmes ("platforms") within the CPSU; the Party Congress to confine itself to a general declaration and the election of merely a caretaker leadership; CPSU Congress to reconvene after six months or a year; alliance with all democratic forces of the country; CPSU to withdraw from government agencies, enterprises, and security organs. On the evening of his speech,

9005147

YELTSIN remarked tersely to the press that the delegates had turned a deaf ear to his message, so he would have to draw to consequences.

4.3 Putting Fetters on the KGB "Monster"

YELTSIN has never made a secret of his strained relations with the KGB. When presenting his autobiography in Munich (on 07 March 1990), YELTSIN said that the KGB "monster" ought to be restricted to combating corruption and should be merged with the Interior Ministry (without prejudice to the maintenance of a separate foreign-intelligence service). At the 28th CPSU Congress (02-13 July 1990), YELTSIN called - in vain - for the withdrawal of the party from the KGB. Only two weeks after his election as President of the RSFSR parliament, the Supreme Soviet of the republic decided to set up an organization independent of the KGB for the protection of YELTSIN.

According to intelligence information, YELTSIN hired former KGB Major General Oleg KALUGIN as his personal security adviser. In this capacity, KALUGIN reportedly not only concerns himself with organizing the personal protection of YELTSIN but is also working on a separate security concept for the RSFSR and setting up a Russian security service. The latter is to operate independently of the KGB and to be accountable only to the Supreme Soviet of the RSFSR. It is likely that the inspiration here was the Ukrainians' declaration of sovereignty (of 16 July 1990), which envisages armed forces and security organs of their own. This is likely to be emulated by other republics and was actually anticipated in one case (Moldavia). The consequence would be a drastic curtailment of the functions, personnel strength, and influence of the KGB .

4.4 Separation of the Offices of Head of State and Party Chief

Already at an early stage, YELTSIN and his group came out against combining the functions of head of state and party chief in one person. He also, from the outset, opposed the introduction of the presidency as desired by GORBACHEV and, in voicing his criticism, drew attention to the fact that GORBACHEV lacked popular legitimation. The president, he argued, must be elected by the whole people and not only by the Congress of People's Deputies. The candidate for the presidency must emerge from competition among several parties, a procedure which he wants to institute for his own presidency in the RSFSR in about a year's time. In the case of the President of the USSR, a new treaty of union between Moscow and the republics will first have to be worked out, according to YELTSIN.

4.5 A New Approach to the Nationalities Problem

YELTSIN repeatedly charged GORBACHEV with lack of determination in carrying through the necessary political measures and, in particular, criticized GORBACHEV's nationalities policy. YELTSIN has in mind the formation of a Russian-dominated Inner Union comprising the republics where the Russians are in the majority or account for a large part of the population (RSFSR, Belorussia, Ukraine, and large parts of Kazakhstan, i.e., southern Siberia). To this Inner Union, the other republics are to accede on a voluntary basis. YELTSIN expects that, with the exception of the Baltic states, all other republics will do so, because they are (economically) unable to maintain themselves as independent states, and their national elites will realize this.

Probably, YELTSIN sees himself as president of this new entity. The idea that this new Union structure will actually become a reality should not be dismissed out of hand. The Slav component of the Soviet population are increasingly coming to regard themselves as the milch cow of the nation earning themselves nothing but ingratitude for their "generous" help given to the

other peoples. In this respect, YELTSIN can count on the support of the Russian nationalist forces, which otherwise are not keen on reform.

YELTSIN's concept is based on the principle of self-determination of the peoples, which is to apply to all nationalities of the USSR. It is only logical that the RSFSR parliament under his chairmanship has enshrined the precedence of republic legislation over Union legislation in its declaration of sovereignty (of 12 June 1990). Seen in this light, the only constitutional system for the Union acceptable to YELTSIN is a confederation.

Not only in this respect is YELTSIN ahead of the concept advocated at least in public by GORBACHEV. With his categorical rejection of any dictatorship of the central power and the announcement that payments to the Union would be reduced, he not only undermines the authority of the central organs right up to the top Union leadership but deprives the Centre in Moscow of the material basis of its rule.

4.6 YELTSIN's Foreign Policy Concept

In YELTSIN's view, an economic integration of Europe under a market economy system is inevitable. He sees the East European countries pushing for admission to the EC; for the European republics of the Soviet Union, too, he thinks that accession to the EC is conceivable. In view of the attraction of the EC, YELTSIN believes that the days of CEMA are numbered. Already early in March 1990, he said that it was up to the German people to decide whether a unified Germany was to be a member of NATO or the Warsaw Pact.

9005047

YELTSIN considers it imperative for the Kremlin to turn its attention to the east, relations with China, South Korea, and Japan being "virtually frozen". YELTSIN has left official Moscow policy towards Japan far behind with his suggestion of a phased return of the southern Kuril Islands.

5. YELTSIN Leaves the CPSU

On 12 July 1990, Boris YELTSIN announced to the Party Congress audience his resignation from the CPSU, arguing that, as head of state of the RSFSR, he must not tie his loyalty to one particular political party; he now wanted to serve only the people and its deputies. Without any further criticism of the party, he left the rostrum. Two principal motives lie probably behind his decision: For one thing, he wants to keep out of the squabbles of a moribund party with a list to the right so as to be able next year to present himself to the people as a candidate for the office of president of the RSFSR with the spotless aura of disinterested statesmanship. For another, this probably was a deliberate move to help the democratic forces in the CPSU to launch a new party. YELTSIN described his resignation from the CPSU as "triggering the political explosion of the party", as a consequence of which millions of CPSU members could leave the party.

As a result of YELTSIN's move in concert with the radical reformists, the centre of gravity of the spectrum of opinion within the CPSU shifts to the orthodox-to-centrist segment and ultimately reduces the CPSU to a right-centre party. IVASHKO, the new deputy of the General Secretary will have no problems in feeling politically at home in this party, but GORBACHEV can hardly use it as a transmission belt for his reform programme within the two-year period set by him. With a few sentences, YELTSIN thus deprived the General Secretary of most of the fruits of two weeks of toil, election manoeuvring, and scheming.

YELTSIN's step has not failed to act as a signal to the loose groupings of radical reformists and has also influenced the party rank-and-file. Spckesmen of the Democratic Platform lost no time in announcing that they, too, would leave the CPSU and found a party of their own. For the time being, the new political parties still lack an organizational basis and a convincing leader. However, during the last two years, by a rapidly swelling exodus from the CPSU, the party rank-and-file have given their verdict. The pressure from below was stepped up in recent weeks by the announcement and implementation of a nation-wide miners' strike (11 July 1990) with political objectives (resignation of the RYZHKOV administration, nationalization of the CPSU's assets, withdrawal of the CPSU from enterprises and government organizations). A new dimension was added to this kind of expression of political will when reformist groups organized a mass rally in Moscow on 15 July 1990. Besides the objectives pursued by the demonstrators (abolition of communism, disbandment of the CPSU and KGB), another noteworthy point is that appeals to take part in this event were broadcast by radio and published in the Moscow newspapers.

6. <u>YELTSIN for President of the USSR</u>

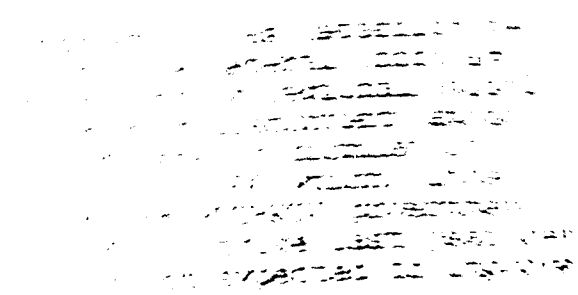
With the progressive loss of power of the CPSU, YELTSIN has advanced more and more into a political key position in the Soviet Union. As GORBACHEV's standing in the population wanes, YELTSIN's star shines more brightly. YELTSIN hears and says what the people want and he can lash out at the ruling apparat, whereas the party chief still cannot afford to antagonize it. In the Supreme Soviet of the RSFSR, YELTSIN plays the roles of president and leader of the opposition with equal bravura, thus time and again scoring points with the population, while his orthodox opponents have no alternative but also using the language of perestroika, which makes it very difficult for them to argue their case.

Following his election as Chairman of the Supreme Soviet of the

RSFSR, YELTSIN's political weight has grown substantially. In this position, he represents no less than half of the Soviet population inhabiting three-quarters of the territory of the USSR. Moreover, he is ex officio member of the Federation Council attached to the Presidency of the USSR.

Wearing the mantle of power, YELTSIN is already now more than just an exotic and troublesome admonisher for State and Party chief GORBACHEV. His position would be further strengthened if, in a year's time, the population were to elect him president of the Russian republic. At any rate he has said that he will stand for this office. If, by the deadline GORBACHEV set for himself and the entire party leadership at the 28th Party Congress, i.e., after another year, a significant breakthrough has not been achieved in the supply of the population, YELTSIN will emerge as a serious rival of GORBACHEV for the Union presidency. By that time, GORBACHEV's credit with the population will have been largely exhausted, and there will be a greater temptation to put a new man at the helm. It will then be up to YELTSIN to decide whether he will swap the powerful (also in material terms) position of President of the RSFSR against the highest office of state, which in future will wield domestic-polititat power only to the extent allowed to it by the constitutent entities of a confederation.

9[illegible]047



Desarrollo Economico de la U.R.S.S.
Sozo. Neuan (20360) Alemania (20232)
90-07-13.
U.R.S.S (10175)
Fac Economico (11161)
Structura Interna (11334)

13 July 1990

SUPPLEMENTARY ECONOMIC REPORT

Subject: USSR
The supply situation of the Soviet population in mid-1990 against the background of the miners' strike on 11 July 1990

Cutoff Date: July 1990

TgbNr: 0497/90 VS-NfD

Summary:

The supply situation of the Soviet population has deteriorated further in the course of this year. Both the general shortage of goods and the number of the temporary and/or regional supply bottlenecks have increased. There is growing discontent among the population as well as a growing readiness to display it. The "token strike" of the miners on 11 July 1990 which, inter alia, intented to evoke the failures of the RYZHKOV government in the fulfilment of the promises gained by strike last year can be taken as an example. The situation is not expected to improve rapidly.

01-07

ENTRADO
CRUZ-DO

9005048

Subj: [illegible] situation of the Soviet population in mid-1990 against the background of the miners' strike in July 1990

1. Preliminary remarks

Since 1988 at the latest the urgent supply situation of the Soviet population has constituted a central problem of Soviet economic policy whose solution is considered a key to a successful reform. Following the deterioration of the situation observed in 1988/89 the year 1990 was to bring about a reversal of the trend - inter alia by a drastic increase in the production of consumer goods (in terms of retail prices by more than 14% as against the previous year). However successes have hardly been achieved so far, the strains in the consumer goods markets have even increased, and the discontent among the population as well as the readiness to display it have grown markedly.

2. Background of the current strike in the coal-mining districts

The token strike of the miners on 11 July 1990 can be regarded as symptomatic of the growing discontent among the population; with this strike the workers in coal-mining districts of KUZBAS, DONBAS, PECHORA (VORKUTA, and KARAGANDA etc. intended to remind the authorities that the demands for a marked improvement of the material living conditions made a year ago have not yet been fulfilled entirely (1),; a state of affairs that was clearly admitted by GORBACHEV in a television program on 08 July 1990. In this light the strike is to be considered above all a political signal which manifests the growing discontent of the employees also with the development of the supply situation and their increasing inclination to do something against it.

This interpretation is also corroborated by the economic conditions of the campaign. The coal-mining districts in parts of which there was a strike hold a share of approx. 57% in the overall Soviet coal production. According to realistic calculations a one day strike results in a production loss of at most 0.6 million t of coal (just under 0.1% of the expected annual production of 1990). However, these losses go hand in hand with enormous dump stocks (in late March 1990 approx. 22.3 million t all over the country, which have presumably increased meanwhile) so that major effects on the overall economy can be excluded.

(1) Further main demands are rather of a political nature: re-

9[illegible]45

USSR: The supply situation of the Soviet population in mid-1990 against the background of the miners' strike on 11 July 1990

1. Preliminary remarks

Since 1988 at the latest the tight supply situation of the Soviet population has constituted a central problem of Soviet economic policy whose solution is considered a key to a successful reform. Following the deterioration of the situation observed in 1988/89 the year 1990 was to bring about a reversal of the trend - inter alia by a drastic increase in the production of consumer goods (in terms of retail prices by more than 14% as against the previous year). However, successes have hardly been achieved so far, the strains on the consumer goods markets have even increased, and the discontent among the population (as well as the readiness to display it) have grown markedly.

2. Background of the current strike in the coal-mining districts

The token strike of the miners on 11 July 1990 can be regarded as symptomatic of the growing discontent among the population; with this strike the workers in coal-mining districts of KUZBAS, DONBAS, PECHORA (VORKUTA) and KARAGANDA etc. intended to remind the authorities that the demands for a marked improvement of the material living conditions made a year ago have not yet been fulfilled entirely (1); a state of affairs that was clearly admitted by GORBACHEV in a television program on 08 July 1990. In this light the strike is to be considered above all a political signal which manifests the growing discontent of the employees also with the development of the supply situation and their increasing inclination to do something against it.

This interpretation is also corroborated by the economic conditions of the campaign. The coal-mining districts in parts of which there was a strike hold a share of approx. 57% in the overall Soviet coal production. According to realistic calculations a one-day strike results in a production loss of at most 0.6 million t of coal (just under 0.1% of the expected annual production of 1990). However, these losses go hand in hand with enormous dump stocks (in late March 1990 approx. 22.3 million t all over the country, which have presumably increased meanwhile) so that major effects on the overall economy can be excluded.

(1) Further main demands are rather of a political nature: re-

9005048

signation of the RYZHKOV government and reduced influence of the CPSU in the armed forces, the KGB and the enterprises. In 1989 measures aimed at modernizing the mines and at increasing the independence of the enterprises and mining districts were, inter alia, agreed. In addition, numerous social and cultural improvements as well as additional deliveries of meat, butter, sugar, tea, soap articles and articles of clothing were planned.

way much lower than the annual average - obviously on account of stepped-up maintenance and repair work. The fact that mines with export-oriented coal production are reportedly not affected by strikes points to the more symbolic background of the strikes.

For the overall (economic) assessment of the strike it has to be kept in mind that extremely unfavorable material living conditions are to be found not only in the coal-mining districts of the USSR. Other groups among the Soviet working population, too, probably have more or less justified grounds for claiming an improvement of the situation. The repeatedly expressed fear that such strikes might extend to other Soviet industrial enterprises can therefore not be denied from the outset.

3. The supply situation of the Soviet population in mid-1990

A global assessment of the Soviet consumer goods markets shows that the supply situation of the Soviet population, which was critical already at the turn of 1989/90, has continued to deteriorate in the course of this year. Empty shelves in the state-run shops, long queues in front of the shops as well as large-scale rationing measures are part of the everyday life of the Soviet citizens undoubtedly to a growing extent.

This is attributable to the fact that the incomes of the population still increase about twice as rapidly as the consumer goods production, which, according to public statements, reportedly rose by 7.4% during the period of January to May 1990 (compared with the respective year-ago period) (2). As the far-reaching state price regulations largely prevent a removal of the market disequilibrium via price increases (though not always to the envisaged degree), the anyway huge excessive purchasing power continues to grow (as early as late 1989 estimated at more than 35% of the turnover of goods and services).

In addition, the "demand boom" is stimulated by the uncertainty about the future development (price hike rumors, speculation about further supply bottlenecks or temporary delivery problems) the result of which is that the shortages of non-perishable goods or goods considered stable in value are particularly evident. An impression of the degree of the uncertainty among the Soviet population was conveyed by the partly tumultous hoarding purchases following the announcement of RYZHKOV's (meanwhile deferred) price hike plans for foodstuffs.

If one looks at the supply situation somewhat more closely certain contradictions cannot be denied, however:

---

(2) It has to be pointed out that the shown production growth for consumer goods probably consists largely of price increases not eliminated so that in real terms the supply of goods has risen much more slowly than revealed by the official statistics.

- Particularly foodstuffs are frequently available on the private markets (also of better quality). Many Soviet citizens, however, shy away from the high prices demanded there. Either their modest income does not suffice - 1 kg of tomatoes may cost 8 rubles sometimes, 1 kg of meat costs up to 15 rubles (3) - or they have the low, state-subsidized prices in mind. Higher prices are regarded as "exorbitant prices" which allow the "speculators" a comfortable life. People prefer to be content with less, put money away (4) and curse the political leaders who have after all made it their business to supply the population with cheap foodstuffs.

- Moreover, there are obvious SHIFTS IN THE REGIONAL DISTRIBUTION OF THE CONSUMER GOODS SUPPLY. The preferential treatment of certain regions (Moscow, Leningrad), for instance, cannot be maintained any longer to the usual degree, product-specific distinctions become apparently more and more important as the distance between the production sites and the consumer centers involves manifold problems (e.g. the inadequate transport system or the delivery restrictions imposed by local authorities on other regions).

- A special regional development was observed in the last few months in the republics of Estonia and Latvia striving for independence. Large-scale hoarding purchases of almost all non-perishable products were made, as the population was afraid that their republics might be confronted with similar boycott measures of the Union government as the Lithuanians. In Lithuania itself the curious situation arose that plenty of dairy products and meat were partly available since the deliveries to the Union had been reduced, while there was a shortage of many industrial consumer goods, particularly petrol.

- The overall assessment of the Soviet supply situation is increasingly impeded also by the fact that the relative IMPORTANCE OF THE GREAT NUMBER OF PARALLEL SALES CHANNELS changes. In view of the empty state-run shops many enterprises seek increasingly to "keep their employees in a good (working) mood" by means of consumer goods which they obtain directly from the production enterprises. These products are of course not available to the state-run shops and the parastate consumer cooperatives. The "privileged" employees are often in a position, however, to supply also relations or acquaintances with the allocated goods (usually in return for other goods or services). This also applies to other privileged groups (e.g. veterans, disabled persons, members of the nomenklatura or persons having access to hard currencies.)

---

(3) More than 41 million Soviet citizens have a per-capita income of less than 80 rubles per month. This would suffice

9005048

to buy 5-6 kg of meat OR 10 kg of tomatoes per month.

(4) In view of the increasing depreciation in the value of the ruble many Soviet citizens currently prefer (more and more) to invest their money in consumer durables keeping their value (e.g. Japanese video recorders for more than 5000 rubles) or in non-perishable consumer goods which may be bartered or sold.
Irrespective of the increasing importance of such unofficial "sales outlets" it has to be kept in mind, however, that the Soviet population assesses the supply situation largely on the basis of the supply conditions in the cheap state-run shops. Even though other sources of supply are used intensively, it is the empty state-run shops which are the main reason for the discontent of the citizens.

The high price increases on the markets where the prices are not regulated also contribute to the anxiety of the population. The numerous bottlenecks in the official supply sector and the increased incomes of the population give the "private" suppliers (kolkhoz markets, new-type cooperatives, black markets) considerable scope for price increases, which is absolutely used by them. At the end of the first quarter of 1990 the prices on the kolkhoz markets exceeded those of the respective year-ago period by no less than 12%. On account of such price increases, however, the suuply of these sectors tends to increase as it becomes more and more lucrative to "divert" goods from official channels to these sectors.

The current situation is regarded by the population also subjectively as a clear deterioration of the supply conditions since numerous promises for early improvements were not fulfilled as is shown by the example of the miners. The present strikes make it clear (regardless of the fact that the strikers see in their action a support for PERESTROYKA) that the discontent with the present circumstances and also the impatience of the population are growing.

4. Supply bottlenecks

In late 1989 only 100 out of 1000 goods and categories of goods had been freely available - according to Soviet surveys, this ratio decreased to 1200 : 50 in the course of the first few months of the current year. The situation is as follows:

a. Foodstuffs

In the food sector the traditional bottlenecks in the supply of meat, sausages and butter persist. The rationing measures for these products are intensified. According to some intelligence reports, there are areas where meat has not been available in the (state-run) shops for months. Bottlenecks occur again and again also in the supply of milk and cheese: fresh products are often available only until noon, with fruit and vegetables being hardly obtainable in the state-run shops. Non-perishable foodstuffs become scarcer and scarcer, too. They include particularly canned food but also flour, pearl barley,

pasta and rice. This is above all attributable to a substantial increase in hoarding purchases, which were additionally encouraged not least by the price increases announced by RYZHKOV before the Supreme Soviet. The supply with all kinds of sweets has long been and still is inadequate; sugar, too, is still rationed almost all over the country.

b. Semi-luxury goods and tobacco

Tea and coffee are still among the consumer goods that are hard to obtain. The shortage of tobacco discernible since the beginning of the year has increased further (above all because of production losses) and alcoholic beverages are not at all available in the quantities desired by the Soviet citizens despite the slackened selling restrictions.

c. Industrial products

As far as industrial products are concerned, the greatest bottlenecks are still discernible with regard to cleansing articles such as washing powder, household and toilet soaps. Even though some slight improvements have been noted regionally, the rationing measures were practically maintained. In many places, however, it is at least easier now to actually guarantee the purchasing amounts promised to the consumers. Bottlenecks will probably increase, on the other hand, with regard to razor blades and (following a temporary slight relaxation of the situation) again toothpaste.

Stepped-up bottlenecks have also been noted in the field of clothing and household linen. In addition to children's wear and sportswear as well as ladies' panty-hoses, which were scarce already in the past, men's socks, men's underwear, carpets and sewing material are extremely difficult to obtain now. The traditional deficit of shoes has continued as well, and tablewear has practically disappeared from the shops in some regions.

A noticeable deterioration of the situation has also been noted in the supply with durable consumer goods. Even though partly considerable production growth rates were achieved here (January-May 1990, for instance, 13% increase in the production of TV sets, 10% increase in the production of irons, vacuum cleaners and radio sets as against the year-ago period), the requirements are met only indequately. Vacuum cleaners, sewing and washing machines or refrigerators and freezers, just like furniture and consumer electronics, can be obtained exclusively via waiting lists (frequently only after a period of several years). Precisely this development clearly shows the effort of the Soviet population (characterized by the motto "flight from the ruble") to evade the rubles' gradual loss of purchasing power by buying products.

d. Housing situation

The recent DEVELOPMENT IN THE HOUSING SECTOR points to a further aggravation of a situation which is tight anyway and considered extremely painful by the Soviet citizens. Given a 9%

pasta and rice. This is above all attributable to a substantial increase in hoarding purchases, which were additionally encouraged not least by the price increases announced by RYZHKOV before the Supreme Soviet. The supply with all kinds of sweets has long been and still is inadequate; sugar, too, is still rationed almost all over the country.

b. Semi-luxury goods and tobacco

Tea and coffee are still among the consumer goods that are hard to obtain. The shortage of tobacco discernible since the beginning of the year has increased further (above all because of production losses) and alcoholic beverages are not at all available in the quantities desired by the Soviet citizens despite the slackened selling restrictions.

c. Industrial products

As far as industrial products are concerned, the greatest bottlenecks are still discernible with regard to cleansing articles such as washing powder, household and toilet soaps. Even though some slight improvements have been noted regionally, the rationing measures were practically maintained. In many places, however, it is at least easier now to actually guarantee the purchasing amounts promised to the consumers. Bottlenecks will probably increase, on the other hand, with regard to razor blades and (following a temporary slight relaxation of the situation) again toothpaste.

Stepped-up bottlenecks have also been noted in the field of clothing and household linen. In addition to children's wear and sportswear as well as ladies' panty-hoses, which were scarce already in the past, men's socks, men's underwear, carpets and sewing material are extremely difficult to obtain now. The traditional deficit of shoes has continued as well, and tablewear has practically disappeared from the shops in some regions.

A noticeable deterioration of the situation has also been noted in the supply with durable consumer goods. Even though partly considerable production growth rates were achieved here (January-May 1990, for instance, 13% increase in the production of TV sets, 10% increase in the production of irons, vacuum cleaners and radio sets as against the year-ago period), the requirements are met only indequately. Vacuum cleaners, sewing and washing machines or refrigerators and freezers, just like furniture and consumer electronics, can be obtained exclusively via waiting lists (frequently only after a period of several years). Precisely this development clearly shows the effort of the Soviet population (characterized by the motto "flight from the ruble") to evade the rubles' gradual loss of purchasing power by buying products.

d. Housing situation

The recent DEVELOPMENT IN THE HOUSING SECTOR points to a further aggravation of a situation which is tight anyway and considered extremely painful by the Soviet citizens. Given a 9%

decline in the floor space handed over to the public (in the first quarter of 1990 as against the year-ago period) the Soviet housing sector apparently again faces a crisis following a short high in 1987, which occurs at a time when the housing requirements will increase even more strongly than in the past as a result of the withdrawal of troops from the East European countries, the reduction of personnel in the military sector and refugee problems (5). An improvement of the housing situation (which is particularly disastrous in the mining areas) is therefore ranking first in the list of requirements prepared by the striking miners. In view of the recent development in the housing sector it is quite understandable that most Soviet citizens no longer believe in an early improvement of the desperate situation on the Soviet "housing market".

5. Perspectives of the Soviet consumers

In view of the disastrous situation of the Soviet economy a rapid improvement of the supply situation by domestic economic capacities is not to be expected. Strikes are useless and, if anything, have the opposite effect: should the example of the miners be followed (because their requirements for improvements are met, possibly even at the expense of other sections of the population), there will be noticeable consequences for the Soviet economy (anyway shrinking in real terms) and, as a result, for the supply situation. Rapid improvements of the supply situation could at best be expected of temporarily stepped-up imports of consumer goods (mainly from the West). This would correspond to the ideas of SHMELYEV, who calls for massive imports to stabilize the consumer goods market and reduce both the supply problems and, at the same time, the enormous excess purchasing power (via the absorption of the "import profit" of the state). A rapid removal of the structural shortcomings in the service and housing sectors could be achieved by this measure just as little as the rapid removal of the deficits in the local supply sectors. After the discontinuation of such additional import measures there would be not only a higher hard-currency indebtedness but also stepped-up demands of the Soviet consumers (which, in case that the envisaged improvement of domestic production will not be achieved, would probably lead to particular discontent). In order to gain time for the reorganization of the Soviet economy, such a strategy might be considered even though it is connected with considerable economic risks.

---

(5) At present, there are reportedly about 600,000 refugees in the USSR on account of ethnic unrest.

Internacional Trosk[illegible]

INTERNACIONAL TROSKISTA

90-01-01
INTERNACIONAL - 11099 -

9005049

I - INTRODUCCION

Las organizaciones Trotskistas que en la actualidad funcionan en el Uruguay responden a las diferentes corrientes que presenta dicha ideología a nivel mundial.
Las vinculaciones que estos grupos mantienen, ya sea con las vertientes que le dan orígen como así también con los partidos llamados"hermanos" de otros países (principalmente los de América del Sur) son tan estrechas que se hace imprescindible estudiar todo el panorama mundial trotskista (y sus antecedentes) para poder analizar cabalmente a cada una de las organizaciones trotskistas de nuestro país.
Las mismas cuentan en la actualidad con un muy escaso número de militantes; no obstante la característica extremadamente violenta e indisciplinada de los mismos obliga a tenerlos en cuenta ya sea por su capacidad para acciones individuales o en alianza con otras organizaciones revolucionarias.

II - HISTORIA DEL MOVIMIENTO MUNDIAL

1. ORIGENES DEL TROTSKISMO

El trotskismo es aquella corriente ideológica inspirada en uno de los dirigentes de la revolución bolchevique de 1917 León Davidovitch Bronstein alias "Trotsky" nacido en 1879 cerca de Odesa (URSS), presidente del Soviet de San Petersburgo en 1905, creador y primer jefe del Ejército Rojo durante los tiempos de Lenin y muerto (tras un fallido intento el 24 de Mayo de 1940 de 25 elementos dirigidos por el pintor comunista mexicano David Alfaro Siqueiros) el 20 de Agosto de 1940 durante su exilio en México al ser asesinado con un golpe de zacapico en la cabeza por el integrante del partido Comunista Español Ramón Mercader.
Como se ve básicamente Trotsky fue un Comisario político, fue un revolucionario embuido de las ideas de Marx que tuvo un cargo de mayor importancia durante el período; por lo tanto las bases ideológicas del trotkismo son idénticas a las del marxismo leninismo de la III Internacional, consistiendo la diferencia más grande con los comunistas la que proviene del odio irreconciliable entre Trotsky y el sucesor de Lenín: Stalin.
No obstante se pueden anotar algunas diferencias ideológicas con el leninismo que fueron desarrolladas en vida por Trotsky.
Las primeras dos son discrepancias mantenidas con Lenín previas a 1917 y que posteriormente a esa fecha desaparecieron.
Son ellas: la discrepancia (plasmada en su obra "Nuestras tareas políticas") con Lenín en cuanto a la concepción centralista que éste tenía del "Partido" y la adhesión de Trotsky a la "unidad" del "Partido" negándose a reconocer la división originada en 1903 entre bolcheviques y mencheviques.
El otro punto es el más importante y consiste en la "teoría de la Revolución Permanente", concepción estratégica que va a marcar definitivamente el perfil del trotskismo como movimiento internacional.
La teoría de la Revolución Permanente fue duramente criticada por Stalin y sus seguidores por entender que en la misma se estaba subestimando al movimiento campesino.
Dicha teoría fue esbozada por Marx en 1850 y luego por el marxista alemán A.L. Helphand "Parvus", siendo elaboreda y formulada por primera vez por Trotsky después de la experiencia de la Revolución Rusa de 1905, en "Balances y Perspectivas" (1906) y luego en forma definitiva en 1929 (ver anexo N01).
En su concepción acabada, esta teoría afirma que la revolución del siglo XX será permanente en un triple sentido:
- porque no podrá detenerse en una etapa "democrática - burguesa";
- porque no quedará limitada dentro de unas fronteras nacionales;
- porque estará constituida por una serie de conmociones revolucionarias que, a la manera de una reacción en cadena que nadie puede detener caracterizan al período histórico de transición del capitalismo al socialismo.

9005049

Trotsky se desempeñó en el Politburó como "Comisario de Defensa" organizando y conduciendo el Ejército Rojo desde la revolución de 1917 hasta poco después de la muerte de Lenin.
Durante su actuación tuvo varias discrepancias con Lenin principalmente por querer "militarizar la economía" comunista; también se acentuaron las desavenencias con Stalin (integrante del Politburó y Comisario de Nacionalidades) el cual se convirtió con el tiempo en su enemigo.
Es así que en 1923 después de la muerte de Lenin y del XII Congreso del PCUS, Trotsky había quedado practicamente aislado manteniendo la hegemonía del Politburó Stalin y sus seguidores (Zinoviev y Kamenev).
Mientras tanto la 2da. derrota de la revolución en Alemania durante 1923, llevó a Stalin a implantar la teoría "socialismo en un solo país".
Surge entonces dentro del P.C.U.S. una corriente de opinión que exigía democracia interna en el funcionamiento del Partido que fue conocida como "Oposición de Izquierda" la cual estuvo vinculada con Trotsky y por cuya causa fue duramente criticado por Stalin.
Hacia 1926 Zinoviev y Kamenev (caidos en desgracia) se unen con Trotsky y forman la llamada "Oposición Obrera" definiéndose como una izquierda bolchevique que defendía la clase obrera criticando a los "campesinos ricos", a la burocracia y a la teoría de "socialismo en un solo país".
Esta Oposición Obrera es neutralizada por Stalin y en Octubre de 1926 Trotsky pierde su puesto en el Politburó (al igual que Zinoviev que dejó de representar al Partido ruso en la Internacional).
Finalmente en Enero de 1929 Trotsky aislado y desprestigiado es expulsado de la URSS y se dirige a Turquía donde se instaló en un principio.
A partir de esta expulsión, es que su actividad política va a tender a "internacionalizarse" cada vez más y va a comenzar a vislumbrar la construcción de una nueva Internacional.

B_ IV INTERNACIONAL

Poco después del triunfo de Hitler en Alemania, Trotsky proclama "La Oposición de Izquierda cesa definitivamente de considerarse y actuar como una oposición" y comienza a proconizar el "entrismo" (infiltración) en las organizaciones socialistas de izquierda.
En Julio de 1933 afirman que "es necesario construir nuevos Partidos comunistas y una nueva Internacional" para "regenerar el Partido Bolchevique y salvar la dictadura del proletariado".
En Julio de 1936 se celebra una Conferencia del "Movimiento para la IV Internacional" la que se proclamará ~~en 1938~~ sobre la base del Programa de Transición redactado por Trotsky.
Los principios teóricos de la "Revolución Permanente" son complementados en Agosto de 1936 con la obra "La Revolución Traicionada" (ver anexo NO2).
La IV Internacional recibe en su seno a los partidarios de Trotsky de varios países, no obstante surgen entre los mismos distintas corrientes (con las cuales el propio Trotsky discrepa).
En 1940 con la muerte Trotsky se acentúan las desavenencias dentro de la novel IV Internacional.
En 1944 se celebra la 1er. Conferencia de trotskystas europeos y en 1948 el 2do. Congreso de la IV Internacional.
A partir de los años 50 se producen varias escisiones en el movimiento trotskista; las de mayor significado nacieron por oposición a las tesis que en el III Congreso de la IV Internacional defendió el griego Michael Raptis alias "Pablo" (Secretario General, que representaba la mayoría).
Las posiciones de Pablo se basaban en un análisis de la lucha de clases a nivel mundial quedando sus tesis resumidas en el siguiente dilema: "la realidad social objetiva para nuestro movimiento se compone esencialmente del sistema capitalista y del mundo estalinista. Por consiguiente lo queramos o no, estos dos elementos son nuestra realidad objetiva inmediata, porque la gran mayoría de las fuerzas anticapitalistas se hallan dirigidas actualmente por la burocracia soviética".

9005349

Por oposición a la tesis antes expuesta es que se escinde (expulsada) la sección francesa (el grupo conocido como LAMBERT); y poco después se escinden el PST norteamericano (SWP) y las secciones inglesa, china, y suiza que en 1953 crearon el "Comité Internacional de la IV" (al que en 1959 se le sumó la organización inglesa SLL).
Los "pablistas" (entre los que se encontraban Pierre Frank y Ernest Mandel) siguieron denominándose IV Internacional celebrando en 1954, 57 y 61 su IV, V y VI Congreso respectivamente.

INTERNACIONAL POSADISTA

En el año 1962 se produce una división dentro de la IV Internacional a raíz de que uno de sus dirigentes, Hugo Rómulo Cristaldi Frasinelli (ciudadano argentino e italiano capturado en el balneario Solymar-Uruguay en 1972 y fallecido en 1983) conocido con el seudónimo de "José Posadas" plantea de que así como el capitalismo "nació con guerras y se desenvolvió con guerras" el mismo va a culminar con guerras en un proceso que es independiente de su voluntad.
En este proceso (principio del materialismo histórico) la "guerra atómica" es inevitable y a través de un proceso de "revolución-guerra-revolución" se vaticina, no el fin de la humanidad, sino el del capitalismo.
En base a esta teoría (contra la cual se puso el resto de la dirigencia trotskista mundial y le valió a los posadistas el apelativo de "guerreristas") es que los seguidores de "Posadas" basaron su tática, estrategia y programa.
Con respecto a la URSS, el Posadismo (a diferencia de Trotsky que lo considera un "Estado Obrero Degenerado") expresa en 1970 que lo que se da en la Unión Soviética es la "regeneración parcial del Estado Obrero" que se produce una vez concluida la 2da. Guerra Mundial ante el avance de la "revolución en el mundo" que va debilitando y liquidando a la "burocracia".
Lo anterior se traduce en el mensaje de "más fraternidad" de Breskinev (que suplanta al de "más comida" de Kruschev); en el apoyo de la URSS a la revolución cubana y vietnamita, e incluso en el texto de la constitución soviética de 1977 que expresa que el objetivo de la URSS es la "construcción del socialismo mundialmente".
Todo esto ha llevado al Posadismo a acercarse al Movimiento Comunista Internacional habiendo planteado en la actualidad "formar una Internacional Comunista" como la de Lenin y aspirar a ser parte de una tendencia del movimiento comunista mundial incluso dentro de la URSS.
Estas posiciones son las que han llevado en la década del 80 a los Partidos Trotskistas (incluido el POR uruguayo) a acercarse a la línea de Partidos Comunistas Ortodoxos que responden al PCUS.

INTERNACIONAL PABLISTA

Durante la guerra entre Francia y Argelia (1962) la IV Internacional colabora con Argelia siendo encarcelado Michael Raptis "Pablo" quien no pudo estar presente en el VII Congreso.
Al ser liberado "Pablo" discrepó con lo resuelto en el mismo y abandonó la Internacional para formar un pequeño grupo preocupado por la autogestión, el cual denominado "Internacional Pablista" concentraba su acción hasta 1978 exclusivamente en Europa sin mayor influencia en América Latina.
La estrategia de "Pablo" consistía en integrarse a los partidos socialistas y marxistas de cada país con el objetivo de absorver a dichos partidos.

90[illegible]049

I - SECRETARIADO UNIFICADO

En el VII Congreso (también llamado de reunificación) se da un gran impulso a la IV Internacional reincorporándose el SWP norteamericano y creándose el SECRETARIADO UNIFICADO (S.U.) de la IV Internacional cuyo máximo líder es el ideologo belga Ernst Mandel. (Anexo NO 3).
También se incorpora al S.U. la fracción juvenil escindida del Partido Comunista Francés: Juventud Comunista Revolucionaria (JCR) quien tuvo un papel destacado en los sucesos de mayo de 1968 (conocidos bajo el nombre de "Mayo Francés"); constatándose asimismo un auge en las "Secciones" de Bélgica, Alemania Federal, EE.UU., Italia y España.
Los documentos fundamentales emanados del VII Congreso fueron: "Dialéctica actual de la revolución mundial" y "Bases teóricas de la reunificación". (ver anexo NO 4).

II - TENDENCIA MAYORITARIA INTERNACIONAL (T.M.I.)

A partir del IX Congreso Mundial (1969) surge dentro de la IV Internacional una discusión en cuanto a que la misma brindara o no apoyo militar político y económico a las organizaciones subversivas armadas.
En esta discución triunfa (apoyada por la mayoría de la IV Internacional) la posición "guerrillerista" que como su nombre lo indica es partidaria del apoyo mencionado fundamentalmente a nivel de América Latina.
Esta posición triunfante recibe el nombre de Tendencia Mayoritaria Internacional (T.M.I.).

III - FRACCION LENINISTA TROTSKISTA

Posteriormente, en Marzo de 1973 y previo al X Congreso Mundial surge dentro de la T.M.I. una corriente opositora la cual liderada por el "Socialist Workers Party" (SWP) de los EE.UU. pasará a denominarse Fracción Leninista Trotskista (F.L.T.) y sustenta que el camino correcto para la toma de poder radica en la movilización de las masas con la formación simultánea de órganos revolucionarios de base como instrumentos indispensables de la revolución para luego cumplir una segunda fase de la lucha armada generalizada.

IV - T.M.I. Y GRUPOS COMBATE

Se llega así al X Congreso Mundial (1974) en el cual la TMI (con la oposición de la FLT) reafirmará la posición sustentada en el IX Congreso (apoyo a la lucha armada en América Latina) circunscribiendo este apoyo a la guerrilla del tipo urbano pero extendiéndolo a las secciones europeas.
En esta instancia la TMI planteaba (impulsado por la Sección Suecia) el apoyo a la lucha armada en Chile, la guerrilla en El Salvador, enviar cuadros urbanos a Ecuador (a combatir junto al grupo "Alfaro Vive"), a Venezuela (grupos "Espartaco"), Argentina (dentro del MAS), Brasil y Uruguay.
Debe destacarse que en esta época se encuentran residiendo en Suecia elementos de tendencia trotskista los cuales pertenecientes a organizaciones revolucionarias se vieron obligados a fugarse de sus países de orígen en sudamérica ante la derrota militar a que fueron sometidos.
Precisamente de estos elementos es que se va a valer la Sección Suecia (con el apoyo económico de Libia) para reclutar cuadros concientizando y organizando los llamados Núcleos Combate los cuales surgieron de los trotskistas insertos en el PRT-ERP argentino, el MIR chileno, el Partido Obrero de Combate (POC) brasileño y el MLN-T uruguayo.
Debe destacarse que los Núcleos Combate aún cuando existieron desde 1975 pasaron a actuar efectivamente a partir de 1978.
Formaron parte de estos grupos las siguientes organizaciones (que tuvieron representación en la IV Internacional):

9005049

- Comité Uruguayo Estocolmo
- Grupo de Apoyo al MLN-T
- PRT-ERP
- Liga Socialista Revolucionaria de Argentina
- Liga Comunista Sueca
- Comité Colombiano de Suecia
- Partido Socialista Chileno
- Liga Comunista Chilena
- Juventud Radical Revolucionaria de Chile
- Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile
- Coordinadora Nacional de Regionales
- Grupo Combate Latinoamericano
- Partido Obrero de Combate de Brasil y
- Movimiento Popular Dominicano.

4 TENDENCIA BOLCHEVIQUE (T.B.)

En 1975 surge un grupo disidente dentro de la Fracción Leninista Trotskista (escición de la TMI ya tratada) que pasa a denominarse en Agosto de 1976 (fecha de su fundación en la ciudad de Bogotá-Colombia): Tendencia Bolchevique (TB), la cual es liderada por el dirigente del PRT-Verdad (y posterior PST argentino) Hugo Miguel Bressano alias "Nahuel Moreno" (ideólogo trotskista argentino que fundará una corriente dentro de la IV Internacional denominada "Morenismo").

La causa de la disidencia con la FLT radicó en el hecho de que pese a que dentro de la Fracción hubo acuerdo en cuanto al apoyo al MPLA angoleño de Agostino Neto; Nahuel Moreno se opuso a la intervención cubana en Angola (con la cual estuvo de acuerdo el resto de la FLT) luego de que se produjera la invasión de Africa del Sur.

En la creación de la TB participan entre otros (además de Moreno), el uruguayo Edgar Serra (PRT-Uruguay), George Bemel y Darío Isario (ambos colombianos); y una serie de partidos y conducciones regionales trotskistas latinoamericanas que discrepaban con la conducción de la IV Internacional personificada en Ernest Mandel.

La TB responsabiliza a la dirección de la IV Internacional de los fracasos y aniquilamiento de la Sección Nacional Chilena, el Partido Obrero Revolucionario Combatiente (POR-C) de Bolivia, el PRT-C (ERP) Argentino, la Liga Comunista Internacional (LCI) de Portugal, el Ejército Rojo Japonés, Setiembre Negro ( ); como así también cuestionó el apoyo brindado al MPLA angoleño y a la ETA (España).

9006349

176222

J

FRACCION BOLCHEVIQUE DEL S.U.

En Julio de 1978 la T.B. al mando de Nahuel Moreno realiza en Bogotá su 1er.Congreso pasándose a denominar Fracción Bolchevique (FB) con la intención de luchar en el XI Congreso de la IV Internacional por un cambio radical en la orientación y dirección de la IV Internacional (liderada por Mandel).

En la oportunidad Nahuel Moreno recibe el apoyo de: Talesforo (México), Enrique Grande (Partido Socialista de Madrid), Antonio Za Leal (Movimiento Sindical de Portugal).

Este 1er. Congreso de la F.B. contó con 24 delegados con derecho a voto distribuidos de la siguiente manera:

Bloque Socialista, luego PST-Colombia (3), PST-Argentina (3), Liga obrera de Brasil, hoy Convergencia Socialista (1), Liga Socialista de México (2), PST-Perú (3), PST-Venezuela (también llamada Liga Socialista de Venezuela)(2), PRT-Uruguay (Serra), Costa Rica (1), Panamá (1), Ecuador (1), Francia (1), Liga Socialista de Italia (1), Liga Socialista de España (1) y PRT-Portugal(1).

Estuvieron presentes también 100 integrantes del PST colombiano sin derecho a voto.

Asimismo se presentó el libro de Moreno "Democracia socialista y Dictadura del Proletariado" y se nombró un Comité Ejecutivo que funcionará en Bogotá en un local clandestino y un organismo coordinador para América Latina integrado por Jorge Kemel (colombiano), Orestes Greco (argentino), Mercedes Petit (argentina) y "Emilio" (Ecuador).

También se decide que la FB tendrá un C.E. que funcionará en Buenos Aires y 2 Regionales: una en Uruguay (representada por el en ese entonces llamado PST ex PRT); y la otra en Colombia.

El 21 de Agosto de 1978 Moreno es detenido en Brasil por haber participado en San Pablo en una manifestación de entre 2.000 y 3.000 estudiantes y activistas trotskistas.

Durante su detención además de realizar un bosquejo de la situación de la IV Internacional (cuya copia se adjunta en Anexo NO5), establece que su intención al crear la FB era dar orígen a varios Partidos Socialistas cuya ideología estuviera basada en la II Internacional (Bernstein).

Asimismo estableció que en su opinión los trotskistas no podrían unificarse visualizando en esa época trés corrientes separadas: la de Healey (conectada a Libia) y más influyente que el Posadismo, la Posadista y el Secretariado Unificado (SU) de Mandel.

Por otra parte expresó que el Presidente de España Felipe González había permitido que su fracción (FB) trabajara dentro del PSOE (en ese momento lo hacía con 50 militantes).

Moreno había ido a Brasil en compañía de su esposa Rita Strasberg con la intención de recaudar 50 mil dólares para fundar una sucursal de la editorial PLUMA con la cual editaría obras de Trotsky.

Con respecto al número de adherentes de ésta corriente trotskista digamos que en el momento de su fundación (Agosto 1976) contaba con 3944 militantes en su inmensa mayoría argentinos; en Julio 1978 la cantidad se eleva a 5746 en Mayo de 1974 7815 elementos; contando en 1980 previo a su 2da. Conferencia a realizarse en Bogotá en Julio 1980 con 9700, de los cuales la mitad son argentinos (datos obtenidos del Comité de Estadísticas de la F.B.).

Según Moreno su contacto en Uruguay era el Abogado Armando Cuervo Romero y en Perú, Hugo Blanco, mientras que a través del uruguayo francés Alain Labruss controlaba a los elementos trotskistas dentro del MLN-T (este último hizo una película sobre los tupamaros).

3005049

1- COMPOSICION DE LA F.B.

A 1980 la FB contaba con 17 partidos (Secciones) afiliados en el mundo y 8 en vías de hacerlo.
De los mismos se dispone la siguiente información incluyendo sus órganos de prensa:

Argentina (PRT-V) - Periódico mensual OPCION y revista de AMERICA. A 1980 con 5.000 militantes y 18.000 adherentes apoyaron la fórmula electoral "Coral-Paez".
Colombia (PST-C) - Periódico quincenal "EL SOCIALISTA". Tiraje 4.000 ejemplares (PST-C).
Perú (PST-P) - Periódico quincenal "BANDERA SOCIALISTA". Tiraje 8.000 ejemplares. PST (llegó a estar intervenido por la FB con 50 elementos: 30 argentinos y 20 extranjeros para que se organizara). Fundado en 1976.
Brasil (CS) - Periódico quincenal "CONVERGENCIA SOCIALISTA" (6.000 ejemplares) y revista mensual (10.000 ejemplares). PST (fundado en 1974 contaba en 1980 con 1.330 militantes). En 1980 su oficina en San Pablo estaba dirigida por alias "CHICHE" argentino.
Panamá (PST-PAN) - Periódico quincenal, 1.500 ejemplares. PST-PAN y Frente Interamericano Revolucionario (FIR). En las elecciones de 1980 colocó a un militante y 5 simpatizantes como asesores.
El Salvador (PST-S)- Mensuario clandestino mimeografiado,400 ejemplares.
Costa Rica (PAL) - Mensuario, 1.800 ejemplares. Partido Auténtico Linores afiliado en 1979.
Venezuela (PST-V) - Periódico quincenal "EL SOCIALISTA" 1.500 ejemplares. A 1980 su oficina en Caracas era conducida por un argentino de nombre Gamboa. En 1980 dirigía a la Unión de Trabajadores de la Industria Textil de Caracas UTIT y el Sindicato Unico Textil de Maracay (SUTM).
Italia (LSR) - Liga Socialista Revolucionaria.
Bolivia - Periodico quincenal 6.000 ejemplares.
Ecuador - Mensuario mimeografiado.
Iran (PST-I) - En la clandestinidad.
España (LSR) - Mensuario "LA LIGA" 4.500 ejemplares. Liga Socialista Revolucionaria.
México (POS) - Polo Obrero y Socialista.
Uruguay (PST-U) - A 1980 era el Partido Socialista de los Trabajadores de Uruguay que tenía "células" funcionando en forma clandestina en Argentina y Uruguay. El C.E. del PST estaba oculto en Argentina y su dirigente máximo dentro del Uruguay era Andrés Mendez el cual no había sido detectado como dirigente trotskista. La oficina de la F.B. en Uruguay la conducía en esa época el colombiano Felipe González (hermano del "Comandante" Camilo González).

2 - BRIGADA "SIMON BOLIVAR"

La Brigada "Simón Bolivar" constituyó el reclutamiento, entrenamiento y envío por parte de la F.B. a Nicaragua de una Brigada internacionalista de agentes trotskistas (en su gran mayoría colombianos) la cual al mando del colombiano "Comandante" Camilo González fue enviada a combatir en el sur junto con las demás fuerzas revolucionarias, contra el gobierno de Anastacio Somoza.
La creación de esta Brigada constituyó un ejemplo único hasta el presente en la historia del trotskismo mundial y pese a que fueron expulsados de Nicaragua por el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN) no se descarta (por las intenciones reveladas en tal sentido) de que se halla enviado a El Salvador o a Bolivia otra Brigada de similares características.

19005049

Dirigentes:
Se adjunta en anexo la información disponible en el año 1980 con respecto al líder de la F.B. Nahuel Moreno y el resto de los dirigentes detectados: Rita Strasberg (esposa de Moreno), Camilo González, "Mercedes Petit", "Andrés" y "Marcela".

3 - CONFLICTO "S.U. - F.B."

Mientras la FB de Moreno y el SU de Mandel coexistieron dentro de la IV Internacional se dieron fercuentes "debates fraccionales".
Entre los más significativos se encuentra el relacionado con la revolución boliviana (donde Ernesto Guevara pretendió aplicar los dictados de O.L.A.S.) a la cual se oponían los seguidores de Moreno mientras que Mandel postulaba una estrategia guerrillerista para América Latina (que luego fue abandonada) que se vió en el subparagrafo dedicado a la TMI.
Otra de las discusiones planteadas estuvo referida a los métodos de organización de los partidos o secciones.
Pero, es la revolución sandinista en Nicaragua y el triunfo de la misma en 1979, la que profundizó las divisiones entre estas dos corrientes trotskistas que hasta ese momento coexistieron en la IV Internacional denominándose el S.U.: Tendencia Mayoritaria del S.U. y los liderados por Moreno: Fracción Bolchevique del S.U..
Dicha división se produjo en circunstancias en que se vislumbraba la posibilidad de que el sandinismo derrotara a las fuerzas del Presidente Anastacio Somoza y el dirigente trotskista argentino Nahuel Moreno, apoyado por el PST colombiano y argentino conformará la Brigada Simón Bolivar la cual cumplió un papel destacado en el llamado "Frente Sur" de Nicaragua.
Mientras tanto el S.U. sostenía (apoyado por el SWP de EE.UU.) que el sandinismo era un "grupo pequeño burgués" y por lo tanto se oponía a la formación de dicha brigada internacionalista.
Fue entonces que consolidada la victoria sandinista no pasó mucho tiempo para que éstos rompieran con las brigadas trotskistas.
La discrepancia se produjo al pretender los internacionalistas trotskistas establecer el poder local y actuando como corriente dentro del FSLN (no como la Brigada Internacionalista) plantear: la propagación de la revolución al resto de América Central; expropiar los bienes de los "burgueses"; armar a toda la población y juzgar y castigar a los responsables de la "represión somocista"; propuestas éstas que recibieron la contestación de Tomás Borge de "inflexibles en el combate y generosos en la victoria" a continuación de lo cual fueron expulsados de Nicaragua los integrantes de la Brigada no nicaragüenses.
Esto llevó a que los morenistas viraran su posición frente al sandinismo y calificaran a su dirección política (al igual que a la de Cuba y la OLP) de "pequeños burgueses vacilantes frente al capitalismo y frenadores de la revolución mundial".
Al tomar conocimiento el S.U. de lo acaecido con la Brigada Simón Bolivar, resolvió que la posición de la Brigada era equivicada al haber adoptado actitudes políticas propias dentro de Nicaragua a continuación de lo cual le retiró su respaldo y modificó su actitud inicial colocándose en el opuesto de considerar a las conducciones Cubana, Nicaraguense y la OLP como "marxistas revolucionarios".
Similar discrepancia ocurrió con respecto a la URSS donde los morenistas acusaron al S.U. de ser "indulgente y capitulador frente a la reforma procapitalista emprendida por Gorbachov".

190[illegible]49

Las discrepancias llegan a tal punto que un elemento mandelista radicado en Nicaragua de nacionalidad venezolano de nombre Peter Camejo comenzó a denunciar a los integrantes de la F.B. que aún permanecían en Nicaragua (luego de su expulsión), a la policía sandinista entre ellos a León Perez (fundador de la fracción morenista POI de Estados Unidos) quien fue depositado sin documentos en Guatemala siendo desconocido por la Sección francesa del S.U. de Mandel.
Esta actitud provocó el alejamiento de Moreno del S.U. organismo que a su vez expulsó a los morenistas de la IV Internacional.

TENDENCIA CUARTA INTERNACIONAL (T.C.I.)

En el año 1979 se funda en Lima (Perú) un nuevo nucleamiento trotskista latinoamericano el cual autodefinido como "TENDENCIA CUARTA INTERNACIONAL" (T.C.I.) cuenta como a sus máximos dirigentes e ideólogos al argentino Carlos Altamira (lider del Partido Obrero - P.O.- Argentino) y al boliviano Guillermo Lora (lider del Partido Obrero Revolucionario - POR - boliviano)
La T.C.I. editaba en el periódico clandestino llamado "Política Obrera" y estaba conformado por los siguientes grupos:

Uruguay - Socialismo Revolucionario (antecesor del P.T.)
Brasil - Organización 4ta. Internacional o Tendencia Trotskista
Chile - Militantes Revolucionarios
Perú - Militantes Revolucionarios
Bolivia - Partido Obrero Revolucionario "MASAS"
Nicaragua - Organización Revolucionaria Trotskista.

COMITE INTERNACIONAL IV INTERNACIONAL

Entre diciembre de 1978 y principios de 1979 se realiza en España el XI Congreso de la IV Internacional.
En el año 1980 la actitud crítica asumida por algunos organismos componentes de la IV Internacional hacia la dirección ejercida por el Secretariado Unificado (S.U.) liderado por Mandel (entre ellas la mantenida con la F.B. recientemente expuesta en el parágrafo anterior), culmina con la creación de una nueva IV Internacional que fue conocida como "Comité Internacional IV Internacional" (CI.IV.I).
Los grupos que intervienen en la gestación de esta nueva IV Internacional son: la Fracción Bolchevique (F.B.), la Tendencia (o Fracción) Leninista Trotskista (TLT) y el Comité de Reorganización de la IV Internacional (CORCI); siendo considerado este evento como uno de los más importantes reagrupamientos de las fuerzas trotskistas el cual persiguió fundamentalmente superar la crisis de dirección que tuvo la IV Internacional a partir de la muerte de Trotsky.
Antes de realizarse el Congreso que diera nacimiento a la CI.IV.I. cada una de las organizaciones que lo conformaron realizaron por separado sendas reuniones pre-congreso donde se estudiaron las posturas y lineas políticas a adoptar en el mismo.
A continuación se describen las conclusiones de la Fracción Bolchevique de Moreno, el grupo más importante de los tres participantes.

9005049

FRACCION BOLCHEVIQUE (F.B.)

La Fracción Bolchevique en este momento ha logrado un desarrollo tan importante que lo coloca a la cabeza del grupo a tal punto que es su líder Nahuel Moreno quien redactará las tesis de las líneas programáticas en que se basará el futuro accionar del CI.IV.I..
Es por ésto que a continuación se detallan las conclusiones (a nivel internacional) que en 1980 se arribó en el Congreso Nacional Partidario del PST argentino (celebrado en 1980 en Colombia) las cuales fueron elementos teóricos básicos durante el congreso del CI.IV.I..
Las conclusiones fueron las siguientes.
1 - La F.B. de Moreno ha llegado a un franco desacuerdo con el S.U. de Mandel siendo la divergencia más pronunciada el hecho de que según el PST, el S.U. plantea una línea propagandística para la actividad de los trotskistas en vez de una política de intervención. Califica a esto como "romanticismo extremoizquierdista" (del S.U.) que superpone los deseos a la realidad y por ello cae en el "propagandismo".
2 - El otro punto importante es que la F.B. ha llegado a la conclusión de que se vive en un nuevo período historico: la "Revolución Mundial" pautada por los siguientes aspectos:

a - en ese momento (1980) las "masas del mundo" han pasado a la acción directa en una escala nunca antes vista.
En este marco se aprecian dos "tipos" de luchas con intervención de masas, pero con idénticos "fines".
Esos "tipos" son: la "lucha obrera" que se lleva a cabo en los paises "coloniales y semicoloniales" y la "lucha proletaria" que se realiza en los paises "capitalistas avanzados".
b - En Europa la movilización de las masas se encuentra paralizada por la acción eficáz de la "socialdemocracia que actúa en colaboración con los partidos comunistas y la burguesía"; poniéndose como ejemplo la situación en España y Portugal.
c - En los "Estados Obreros" (denominándose de esta forma a los países soccialistas) se detecta un desarrollo creciente de la resistencia de las masas provocado por los "atropellos" y privilegios de que disponen las castas gobernantes".
Esto está demostrado por las "huelgas obreras" en Rumania, Polonia, los intentos de formar sindicatos independientes en la URSS y las manifestaciones de campesinos y jóvenes en Pekín (China comunista).
d - Por último en los Estados Coloniales y Semicoloniales las acciones de los movimientos de masas han alcanzado los niveles más altos de combatividad detectándose una "ola antiimperialista".
Particularmente en América Latina los grandes movimientos populares hacen propicia la insurreción armada y popular como es el caso de Nicaragua y El Salvador.

19005049

Lo anterior pone a latinoamérica a la cabeza de esta ofensiva de masas obreras particularmente en los grandes centros urbanos citándose el ejemplo de las huelgas metalúrgicas, de bancarios y docentes de Brasil; los enfrentamientos entre policías y obreros en Venezuela; el resurgimiento del "movimiento de trabajadores y estudiantes" en Uruguay, Paraguay, Bolivia, Perú y Argentina primando por encima de todo como se vio los casos de Nicaragua y El Salvador.

La conclusión final que saca el PST-Argentino (cabeza de la F.B.) es que la situación mundial ~~le plantea~~ le plantea a los Partidos Trotskistas la posibilidad de encarar de inmediato la tarea de "apoyar todo proceso insurrecional y de armamento de masas en el mundo", proponiendo como herramienta para la toma del poder la "Huelga General Insurrecional".

9 _ CONSTITUCION FORMAL DEL CI.IV.I.

Finalmente se llega a la Conferencia en que se constituye formalmente esta nueva Internacional bajo la influencia de la F.B. (quien además de todo su prestigio hizo valer el éxito de la Brigada Simón Bolivar en Nicaragua) y su dirigente máximo Nahuel Moreno quien redactó las tesis (vistas en el punto anterior) de las líneas programáticas en que se basará el futuro accionar del CI.IV.I..

Estas tesis fueron aprobadas en su totalidad con la excepción del tema relacionado a la política a seguir con respecto a las "direcciones pequeño burguesas de los movimientos que pertenecen a nacionalidades oprimidas" (como son el caso de la ETA en el País Vasco); sobre el cual no se llegó a un acuerdo permaneciendo posiciones a favor y en contra a apoyar o no (por medio de la lucha armada) a dichos movimientos.

En la misma conferencia se aprobó el estatuto de funcionamiento decidiéndose que ~~se~~ pasará a regirse por el Centralismo Democrático, con lo cual la Internacional aquí creada pasó a actuar como un Partido Mundial.

También se crearon otros organismos dentro del CI.IV.I. destacándose el Consejo Federal, máximo organismo de la Internacional conformado por dieciseis miembros que en el momento de su fundación se repartieron ocho para la F.B. y ocho para el CORCI.

La TLT mientras tanto se hizo cargo del Comité Ejecutivo y el Secretariado.

Se estableció como órgano de difusión la publicación (mensual) "CORRESPONDENCIA INTERNACIONAL"; fijándose las finanzas en base a la contribución por parte de todos los partidos afiliados de un jornal anual por militante más los compromisos contraídos por la venta y pago de la prensa mencionada.

Debe destacarse como un logro importante el hecho de que a esta conferencia concurriera en caracter de observador una delegación (en su mayoría elementos de la Liga Comunista Francesa) del sector mayoritario del trotskismo mundial; el Secretariado Unificado (S.U.) de Mandel, quienes pese a haber declarado en un principio que no negociarían con los organismos de esta nueva IV Internacional, con su presencia al menos habrían admitido un cambio en la "correlación de fuerzas" y habrían modificado en parte su posición.

M - LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES CUARTA INTERNACIONAL
(L.I.T - C.I.)

Luego de su alejamiento del S.U., Nahuel Moreno se acerca fugazmente a la corriente trotskista liderada por Pierre Lambert (CI.IV.I.) aunque rompe su alianza en 1981 año en que funda la L.I.T. con 12 partidos nacionales que ya integraban al Fracción Bolchevique.
El primer congreso (05 al 11 de Enero de 1981) de la L.I.T. fue presidido por Moreno, Francheschi (PST-Venezuela) y León Perez (P.O.I. de Estados Unidos).
Moreno muere el _____ asumiendo el liderazgo de la L.I.T. Zamora del MAS-Argentino. Se sabe que en tiempos de Moreno se aceptaron fracciones dentro de la L.I.T., pero después de su muerte las mismas fueron combatidas tenazmente.
A 1989 la L.I.T. agrupa a 2.000 "cuadros" (militantes) y 30.000 simpatizantes en los países de donde actua, llegando al millón de votos si se tienen en cuenta las alianzas electorales.
Los partidos más fuertes adheridos a la L.I.T.- C.I. son la Convergencia Socialista (integrante del PT de Brasil) que tiene integrantes ocupando cargos de diputados nacionales provinciales y consejales); el Movimiento Al Socialismo (MAS) de Argentina que obtuvo 227.000 sufragios en las elecciones de 1987 y _____ votos en los comicios de 1989.
A diferencia del S.U., la L.I.T. tiene su máximo desarrollo en América Latina habiendo organizado partidos en Centroamérica (PRT de Nicaragua, Costa Rica, Panamá y Honduras) en un contexto considerado "revolucionario". Asimismo se considera que la L.I.T. ha alcanzado su mayor penetración en el movimiento obrero.
En el Uruguay es la Convergencia Socialista (extensión del PRT Uruguayo), la fracción trotskista nacional adherida a la LIT-CI.
Con respecto a la prensa, la L.I.T. difunde la "Revista Internacional" que se edita en español, inglés, portugués y francés.
Se debe destacar que al año 1989 se ha detectado dentro de la L.I.T. una corriente interna de oposición estando su dirección como se vio en manos del MAS argentino.
La citada oposición califica a los integrantes del MAS como "nacional trotskistas" y los acusa de abandonar el internacionalismo a causa de sus "inclinaciones parlamentarias y su burocratismo".
Estas diferencias hicieron explosión en 1988 cuando 500 militantes del MAS se escindieron y formaron el Partido de los Trabajadores y por el Socialismo (PTS). Esto originó escisiones en otros países en solidaridad con el PTS argentino (dirigido por Emilio Albamonte y Hugo Manes) y que el Congreso de la LIT-CI previsto para Diciembre de 1988, se haya postergado seis meses.

III - SITUACION DEL TROTSKISMO

A - MUNDIAL

A continuación se realiza una síntesis de la situación general en que se encuentran cada una de las Internacionales, coordinaciones y/o grupos trotskistas incluyendo su área de influencia, dirigentes, órganos de prensa, cantidad de militantes, etc.

1 - SECRETARIADO UNIFICADO

En 1989 es la fuerza más importante dentro de la IV Internacional aunque su hegemonía no es total ya que existen otros grupos (particularmente la LIT-CI) que han alcanzado importantes avances.

99 3049

Con respecto a su influencia mundial, el S.U. (de Mandel) -cuya mayor inserción se da en los intelectuales y estudiantes - tiene secciones (partidos afiliados) en 43 países, fundamentalmente en Francia (bajo el liderazgo de Ernst Mandel y Pierre Frank cuentan con 1600 militantes), Inglaterra, Suiza, Suecia, Brasil, Italia (bajo el liderazgo de Livio Maitaa cuenta con 220 militantes), España, México y Estados Unidos (SWP), predominando como se aprecia en Europa Occidental, y constituyéndose en la única corriente trotskista con grupos o representantes en los llamados "estados obreros" de Polonia, Checoslovaquia e incluso la URSS.
Mientras tanto (y a diferencia de la LIT-CI) la influencia en América Latina ha sido muy débil destacándose la época (1972) que en la Argentina respondía al S.U., el P.R.T.-Combate dirigido por los hermanos Santucho y en Bolivia el POR liderado por González Moscoso. No obstante, esta influencia decayó al desaparecer los dirigentes antes mencionados.
En la actualidad responde a la linea del S.U. en nuestro país el PST (que se desarrollará más adelante).
Como ya se vio otro de los partidos que integra el S.U. es el SWP (Socialist Worker Party - Partido Socialista de los Trabajadores) el cual en 1989 se encuentra dirigido por Cannon, Novak y Linda Joenes.
A 1989 el S.U. reconoce la "adhesión" de 8000 "cuadros" (militantes concientizados) y 30.000 simpatizantes llegando su influencia al millón de votos en distintos países si se considera la representatividad proporcional en los casos de coaliciones electorales como en el caso de Francia, Brasil (con el P.T.) o Perú (con la Izquierda Unida).
Debe aclararse acá que el S.U. admite fracciones o tendencias internas como en el caso del SWP que tiene una corriente interna por un lado y otro sector considerado su "ala izquierda".
Cuenta como órgano de prensa a la revista internacional "INPRECOR" la cual se edita en inglés, portugués, alemán, polaco, checo, italiano, ruso y español (en América del Sur es publicada "bajo responsabilidad" del PST del Uruguay "Sección de la IV Internacional" como revista bimensual sobre política y economía internacional siendo su redactor responsable el integrante del PST Aldo Gili Batista).
Su venta total asciende a 40.000 ejemplares disponiéndose de editoriales fundamentalmente en Europa y en México.
Sus distintas secciones venden además semanalmente 250.000 ejemplares de periódicos locales y aproximadamente 35 dirigentes que adhieren al S.U. en distintos países ocupan cargos públicos electivos.

2 - LIGA INTERNACIONAL DE LOS TRABAJADORES CUARTA INTERNACIONAL (L.I.T. - C.I.)

A 1989 la L.I.T. agrupa a 7.000 "cuadros" (militantes) y 30.000 simpatizantes en los países de donde actua, llegando al millón de votos si se tienen en cuenta las alianzas electorales.
Los partidos más fuertes adheridos a la L.I.T.- C.I. son la Convergencia Socialista (integrante del PT de Brasil) que tiene integrantes ocupando cargos de diputados nacionales provinciales y consejales); el Movimiento Al Socialismo (MAS) de Argentina que obtuvo 227.000 sufragios en las elecciones de 1987 y _____ votos en los comicios de 1989.
A diferencia del S.U., la L.I.T. tiene su máximo desarrollo en América Latina habiendo organizado partidos en Centroamérica (PRT de Nicaragua, Costa Rica, Panamá y Honduras) en un contexto considerado "revolucionario". Asimismo se considera que la L.I.T. ha alcanzado su mayor penetración en el movimiento obrero.
En el Uruguay es la Convergencia Socialista (extensión del PRT Uruguayo), la fracción trotskista nacional adherida a la LIT-CI.
Con respecto a la prensa, la L.I.T. difunde la "Revista Internacional" que se edita en español, inglés, portugués y francés.
Se debe destacar que al año 1989 se ha detectado dentro de la L.I.T. una corriente interna de oposición estando su dirección como se vio en manos del MAS argentino.

3005049

La citada oposición califica a los integrantes del MAS como "nacional trotskistas" y los acusa de abandonar el internacionalismo a causa de sus "inclinaciones parlamentarias y su burocratismo".
Estas diferencias hicieron explosión en 1988 cuando 500 militantes del MAS se escindieron y formaron el Partido de los Trabajadores y por el Socialismo (PTS). Esto originó escisiones en otros países en solidaridad con el PTS argentino (dirigido por Emilio Albamonte y Hugo Manes) y que el Congreso de la LIT-CI previsto para Diciembre de 1988, se haya postergado seis meses.

3 - INTERNACIONAL POSADISTA

4 - TENDENCIA CUARTA INTERNACIONAL

5 - LAMBERTISMO

Considerada una de las corrientes nacional-trotskistas es una tendencia dentro de la IV Internacional y a 1989 reune dos vertientes principales: una de ellas orientada por Pierre Lambert cuenta con el respaldo del historiador trotskista Pierre Brue (Partido Bolchevique); y la otra tendencia responde al argentino radicado en Brasil: Elías Fabré (que cuenta en su familia con dos ex dirigentes trotskistas).
De la primera corriente puede decirse que el Partido Comunista Internacional de Francia es el de más peso de la misma tendiendo a convertirse en un Partido de los Trabajadores con 2.000 seguidores. En las últimas elecciones en Francia obtuvo 0,21% de los votos con Lambert como candidato a la presidencia de la república. Debe destacarse que Lambert es considerado como un ideólogo a nivel del trotskismo internacional siendo el introductor de la consigna "gobierno de los trabajadores" en oposición al ortodoxo concepto de "gobierno obrero y popular" o "dictadura del proletariado".
Mientras tanto en la otra fracción se destaca en Brasil a la dirigente del P.T. alcalde de San Pablo, Luisa Erundina.
Asimismo se agrega que Lambert en 1978 dirigía la "Alianza de los Jóvenes por el Socialismo" el cual agrupaba a los grupos juveniles contrarios al "entrismo" considerándose "entristas" a aquellos trotskistas que procuraban infiltrarse en el Movimiento Comunista Internacional bajo un disfrás de respeto por el orden y la legalidad hasta lograr copar sus niveles de conducción.

6 - LUCHA OBRERA (Lutte Ouriere)

Procede de un grupo trotskista de antes de la última guerra mundial que se negó a participar en la reunificación trotskista en Francia en el año 1944.
Esta organización considera que la URSS es un "Estado obrero degenerado" y que el resto de los paises socialistas son "estados burgueses".
Lucha Obrera ha dado prioridad al trabajo en el campo obrero y ha conseguido una incersión aceptable en los trabajadores franceses donde tiene su asiento el grupo.
A 1989 además de Francia, "Lucha Obrera" tiene presencia en las Antillas y en los Estados Unidos (a través del grupo SPARK), totalizándo aproximadamente 1.500 militantes. Su lider más conocido es Arlette Lagillier. (Anexo NO) y el órgano de prensa en Francia es LUTTE OUVRIERE.
Se le considera una corriente nacional trotskista.

7 - ESPARTAQUISMO

Es otra de las corrientes denominadas "nacional-trotskistas" teniendo en Estados Unidos (Liga Espartaquista) su sección más fuerte con 200 militantes en 1989. No obstante también hay simpatizantes en Francia, Canadá, Inglaterra y Australia.
Los demás trotskistas llaman a los espartaquistas "protagonistas" por su apoyo irrestricto al régimen soviético.
Los espartaquistas alcanzaron notoriedad en 1984 y 1986 cuando agredieron físicamente a militares de otros grupos de izquierda a los que acusaban de "revisionistas".

8 - INTERNACIONAL PABLISTA

Durante /la guerra entre Francia y Argelia (1962), la IV Internacional colabora con Argelia siendo encarcelado Michael Raptis "Pablo" quien no pudo estar presente en el VII Congreso.
Precisamente en el VII Congreso (llamado de reunificación) se reincorpora el SWP norteamericano y se definieron posiciones politicas distintas de las hasta entonces defendidas, creándose el SECRETARIADO UNIFICADO de la IV Internacional (S.U. de la IV Internacional).
Pablo discrepó con tal medida y poco después abandonó la Internacional para formar un pequeño grupo preocupado por la autogestión, el cual denominado "Internacional Pablista" concentraba su acción hasta 1978 exclusivamente en Europa sin mayor influencia en América Latina. La estrategia de Pablo consistía en integrarse a los partidos socialistas y marxistas de cada país con el objetivo de absorver a dichos partidos.
El VII Congreso de la IV Internacional da un gran empuje a la corriente del S.U. y provoca el desarrollo del movimiento trotskista en todo el mundo.
Es así que en Francia se anexa a la IV unos de los grupos que más se destacaron en Mayo de 1968 (mayo Francés) la Juventud Comunista Revolucionaria (JCR) que había surgido de una escisión de los estudiantes del Partido Comunista Francés.
Asimismo tuvieron auge las secciones de Bélgica, Alemania Federal, EE.UU., Italia y España.
Los Documentos fundamentales salidos del VII Congreso fueron: "Dialéctica actual de la revolución mundial" y "Bases teoricas de la reunificación" (ver anexo NO).

176232

9 - SOCIALISMO INTERNACIONAL (Internacional Socialisn)

Postula la tesis del "capitalismo de estado" para definir la naturaleza de los paises socialistas. Sus dirigentes más conocidos son: Tony Cliff, Duncan Hallas y Chris Harman.
International Socialisn se ha desarrollado en Inglaterra (cuyo órgano de prensa es Socialist Worker) a raíz principalmente de los movimientos estudiantiles de 1969 de las huelgas mineras de los años 70 y de la crisis económica; incluso ha exportado su organización y ha contribuido a crear organizaciones similares en EE.UU. (I.S.) en Alemania Federal (Sozialistis Arbeiter Gruppe - S.A.G., órgano de prensa KLASSEM KOMPF) en Dinamarca y en Irlanda.

10 - HEALISTAS

Dirigidos por Gerald Healey (dirigente de la IV Internacional y Jefe de la Liga Socialista Británica de Trabajo); esta fracción conocida como los "healystas" cuenta con apoyo en Europa, Canadá y EE.UU., siendo su respaldo más notorio en América Latina el ofrecido por Guillermo Lora dirigente del POR-MASAS de Bolivia (escición de del Partido Revolucionario de González Mosmoso).
Actualmente los healystas reciben apoyo de Kadafy (Libia) y su actual líder es la actríz inglesa Vanessa Red Grave ya que Healey ?.

11 - MILITANT

En base en Inglaterra suma unos 3.000 militantes y posee afiliados en España, Gracia, Francia, Argentina y los EE.UU., paises éstos en que práctican el "entrismo" en partidos socialdemócratas.
En la Argentina actúa en el peronismo renovador, ultimamente favoreció la candidatura de Carlos Menem.
Los de "MILITANT" orientan la juventud del Partido Laborista Británico (6.000 militantes) y gobiernan la ciudad de Liverpool. Además del alcalde disponen allí de mayoría en el cuerpo deliberativo municipal y controlan algunos diputados. Se les considera el sector más fuerte del ala izquierda laborista y son opositores de Neil Kmnock (jefe del partido).
Según algunas fuentes esta corriente maneja el 40 por ciento del total de representantes en la Cámara de los Comunes y se le reconoce gran influencia en los sindicatos más combativos, entre ellos el de los mineros.

▶9005049

B - AMERICA

C - URUGUAY

1 - HISTORIA

a- Núcleo Uruguayo del Grupo Combate

Se consideró que el mismo era una organización de militantes uruguayos en el exilio (Suecia) de ideología "marxista-revolucionaria" de orientación trotskista, los cuales trabajaban en el Grupo Combate alrededor de las tareas del periódico "Combate" (Interseccional).
El Núcleo Uruguayo tuvo como medio de difusón a la publicación "Revolución Socialista" en la cual se fijaron las pautas ideológicas y estratégicas del mismo.
El periódico Combate hace su aparición en Febrero de 1974 estando su staff integrado por:

Director:	Hernik JAUBELL
Redactor Responsable:	Pablo ROJAS
Secretario de Redacción:	Raúl MOLINA
Administración:	Roberto RIOS
Técnica:	Gonzálo VALLE
Información:	Clara FERREIRA
	Alberto ISLAS
	Lasse PALMGREN

Se define en favor del programa y principios de la IV Internacional, comprendiendo no sólo los términos nacionales del enfrentamiento de clases sino también la necesidad de que se trabaje para construir una "Internacional Revolucionaria de Masas" (cuyo embrión es la propia IV Internacional).
Con respecto a la estrategia a ser utilizada en el Uruguay se establece que la revolución tendrá un caracter agrario antiimperialista (antinorteamericana y antieuropea) y anticapitalista, la cual será llevada a cabo por el proletariado, campesinos, intelectuales, estudiantes, capas pequeño burguesas y masas urbanas conocidas como "marginales" las cuales serán conducidas por el Partido del Proletariado quien tornará la revolución democrática en una socialista en un proceso de revolución permanente.
En el marco de esta revolución se procederá a la expropiación de las industrias, bancos, comercios mayoristas, nacionalización del comercio exterior, destrucción del aparato estatal de dominación, las FF.AA. y el establecimiento en su lugar de un Estado Obrero basado en los Consejos (Soviets) de obreros, campesinos y sectores explotados.
El triunfo de los explotados se dirigirá en forma violenta mediante la lucha de clases llevada a su nivel más alto: Huelga General, ocupación de los lugares de trabajo e insurrección armada.
Para que ésto se produzca es necesario la unificación de las organizaciones del movimiento obrero en un "Frente Unico Proletario".

90053 49

U R U G U A Y

En Julio de 1985 la IV Internacional instaló en C.Montevideo un "Centro de Operaciones" para el Cono Sur dirigido desde Brasil por: Joao Machado (PT-Brasil), José Leite (PT-Brasil) y Julio Tabares (C.S.-Brasil).
El representante en el Uruguay es Aldo Gili (PST) domicilado en la calle Colorado 1826 Apto.1. Los asesores eran Juan Robles (PST-U),Mariana Ramos (?) y Jorge Vedia (PST-U).
Los trés últimos nombrados habrían estado abocados a la puesta en acción de los "Grupos Combate" de la IV Internacional en el Uruguay
El objetivo de Convergencia Socialista de Brasil en Uruguay sería:
- montar una fuerte base en Montevideo;
- instalar una imprenta;
- encarar la formación de una escuela de cuadros.

La misión del Grupo Combate en el Uruguay era integrarse a los partidos "obreros", estimándose de que lo han hecho en el PVP, el PST, y el MLN-T a nivel de cuadros medios.
Se dispone información de que a 1989 en el Uruguay el Núcleo Combate estaría actuando en los sindicatos: Federación Obrera del Transporte (FOT), Federación Uruguaya de la Salud (FUS) y Unión Ferroviaria (UF), estimándose en 5 elementos (1 coordinador que conoce su dependencia con la IV Internacional y 4 elementos que desconocen tal dependencia) en cada gremio.

9005049

9005049

ENTRADO 20/9/90 RN
DISTRIBUIDO a a

EJERCITO NACIONAL
COMANDO GENERAL DEL EJERCITO
ESTADO MAYOR DEL EJERCITO
DEPARTAMENTO II(INT) DEL EME
M O N T E V I D E O
05-1000 -SETIEMBRE- 990

1/17

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro. 022/B/DE/990

I.- EVALUACION.

II.- RESPONDE A:

- Información recibida en el Departamento.

III.- T E X T O:

- Adjunto al presente se remite fotocopias del siguiente material.

-Parte Periódico de Información Nro. 007/AMB/990 recibido del Señor Agregado Militar en la República Federativa de Brasil.

-Parte Periódico de Información Nro. 007/990 recibido del Señor Agregado Militar y Naval en la República de Chile.

IV.- DISTRIBUCION:

1) 1er. Sub-Director de la D.G.I.D.
2) A r c h i v o.

V.- ACCION TOMADA:

- Confección del presente parte.

Por el Jefe del Departamento II(E-2) del-E.M.E.
El Sub-Jefe
Coronel
GILBERTO VAZQUEZ.

JM/db

6/4/90
SDDOR.INT- I
2138

001

MINISTERIO DE DEFENSA
07 SET. 1990
archivo - Dpto II
9003932

9005050

20/9/90 RN
a 4

I- FACTOR POLITICO

A- NACIONAL

1- REUNION DE PARTIDOS DE IZQUIERDA

- Se realizó en S. Pablo una reunión organizada por el P.T. y que congregó a 47 partidos y organizaciones de izquierda. El objetivo de la misma es la formación de un frente de izquierda en América Latina y el Caribe. Durante la misma se analizaron, además, los cambios ocurridos en la escena política internacional, particularmente los de la Europa del Este y en forma principal, la unificación de las Alemanias.-

2- MOVILIZACION POR LA LEY SALARIAL

- Los partidos de izquierda se están movilizando en defensa de la ley salarial. La idea es répetir la movilización popular de las "Directas ya" en defensa de los salarios, para que al fin del resceso parlamentario en agosto, se sienta la presión del pueblo por el mantenimiento de la ley y en contra del veto presidencial, que desde ya se descuenta.-

3- FORMACION DE GOBIERNO PARALELO DEL P. T.

- El P.T. ha instalado lo que pretende ser un gobierno paralelo, cuya función - dicen - será acompañar y fizcalizar la acción de gobierno, proponiendo políticas de alternativa. El programa del mismo dará prioridad al área económica y principalmente a la cuestión salarial.-

- El "ministerio" de este gobierno paralelo estaría formado por 11 del PT, 2 del PSB, 1 del PDT y 2 independientes.-

4- GOBIERNO LANZA NUEVO PROYECTO PARA LA AMAZONIA

- El gobierno anunció las bases de un proyecto de reforestamiento de polos forestales de la Amazonia oriental, con capitales privados nacionales y extranjeros y por un valor inicial del orden de 1.200 millones de dólares. Tres países han demostrado interés para invertir en el proyecto: Japón, Finlandia y Alemania.-

B- INTERNACIONAL

1- INTEGRACION ECONOMICA CON ARGENTINA

- Los Gobiernos de Argentina y Brasil han iniciado los primeros pasos para la

SECRETO
SITUACION BRASIL
RECEPCION 20/9/90
B 00046.
EPOL 11164
FEC 11161
F

9005050

integración económica de ambos países. Se estima que el plazo para la integración total del comercio será el año 1994.-

2- VISITA DEL PRESIDENTE COLLOR A VENEZUELA

- Los presidentes de Venezuela y Brasil, tuvieron un encuentro en la frontera y firmaron un documento como declaración conjunta, reconociendo la necesidad de la ampliación y aceleración del proceso de integración entre ambos países, particularmente para el desarrollo de los territorios amazónicos.-

[redacted]

SECRETO

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

II- FACTOR ECONOMICO

A- INDICES DE INFLACION

- En los meses de junio y julio, la inflación volvió a alcanzar los dos dígitos, particularmente por la suba de precios de la alimentación, servicios de higiene y limpieza y habitación. El gobierno liberó el precio de la leche, que estaba fijado administrativamente desde hace cerca de 40 años.

B- DEUDA EXTERNA

- Brasil, que no paga los intereses de su deuda, de aproximadamente 120.000 millones de dólares, desde hace más de un año, retornó las negociaciones correspondientes habiendo llegado a Brasil una misión del FMI a tales efectos. El Brasil en las negociaciones, espera conseguir un préstamo de 1.400 millones de dólares, en parcelas trimestrales y en 18 meses.-

C- AUMENTO FIJO A TRABAJADORES PUBLICOS Y PRIVADOS

- El gobierno, en vistas del aumento de la inflación que se había previsto, dispuso un aumento fijo de Cr$ 3.000, solamente por el mes de agosto y para los trabajadores que cobren hasta 5 salarios mínimos nacionales. En este aumento están contemplados los militares, teniéndose en cuenta para su adjudicación, solamente el sueldo base, por lo que el aumento alcanzará hasta los sub-oficiales.-

[redacted]

III- FACTOR SICO-SOCIAL

A- HUELGAS REGISTRADAS

1- FORD

Al término del periodo y después de 50 días, terminó la huelga que llevaron a cabo los funcionarios de las secciones de mantenimiento y de herramientas de la fábrica de FORD en São Bernardo do Campo. La misma se realizó con una metodología no común, ya que solamente las dos secciones mencionadas estaban formalmente en huelga, pero al ser secciones claves, paralizaban la totalidad de la fábrica. De esta manera, el resto de los funcionarios pretendían cobrar sus salarios por no estar en huelga.

Durante la misma se formalizaron tumultos y los obreros realizaron destrozos en la fábrica , en vehículos nuevos y de uso del personal de jerarquía.-

2- COMPAÑIA SIDERURGICA NACIONAL DE VOLTA REDONDA

Con una duración de más de 20 días, se formalizó el juzgamiento de la misma por parte del Tribunal Superior del Trabajo.-

3- CONSTRUCCIÒN CIVIL DE MINAS GERAIS

4- FUNCIONARIOS DE LA SALUD

Se calcula que el 25% de los 20.000 trabajadores de los hospitales privados y 11 públicos, están en conflicto, el que ha provocado algunas muertes por falta de atención.-

5- TRANSPORTE EN RIO Y OTRAS CIUDADES

6- FUNCIONARIOS DE ENERGIA ELECTRICA

7- FUNCIONARIOS DE TELEFONOS

9005050

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

IV- FACTOR MILITAR

A- PRESUPUESTO Y SALARIOS MILITARES

- El día 31, los ministros militares se reunieron en el Ministério de Aeronáutica c la Ministra de Economía y el Ministro de Trabajo, para conversar sobre las dificult des económicas por las que atraviesan las FF. AA. . Los argumentos usados fueron co sistentes y fuertes, pero - en principio - no se consiguieron logros positivos al r pecto. Durante la reunión, el Ministro de Aeronáutica manifestó que la tropa está a tualmente sin tener qué comer y que no ha habido incremento salarial desde marzo pa- sado, habiendo llegado la pérdida de salarios al 25%. La ministro de Economía reali la promesa de mejorar lo referente a la alimentación pero no se estableció nada con respecto al resto del presupuesto, particularmente,los sueldos.

B- REUNION DE ALTO COMANDO DEL EJERCITO

- El Alto Comando se reunió a fin de preparar las listas de ascensos al generalato. La reunión fué aprovechada también para tratar otros asuntos, entre los cuales se d tacan, la situación presupuestaria y salarial de los integrantes de la fuerza.

[redacted]

SECRETO

EMBAJADA DEL URUGUAY

Hoja Nro. 7 de 7

Copia Nro. Original

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

V- FACTOR TECNICO-CIENTIFICO

A- PRESENTACION DEL AVION CBA-123

- Con la presencia de los presidentes de Argentina y Brasil, la EMBRAER (Empresa Brasilera de Aeronáutica) presentó oficialmente en San José dos Campos, el primer prototipo del avión de transporte de pasajeros CBA-123.

Este aparato se trata de una aeronave de 19 pasajeros, presurizada y destinada a la aviación regional. La misma fué desarrollada en conjunto con la Fábrica Argentina de Material Aeronáutico (FAMA).

- Las primeras 6 aeronaves serán entregadas en el inicio del próximo año y en 1992, según cronograma establecido por los fabricantes, serán entregadas 30 unidades, comenzando por Brasil y Argentina.

- Hasta el momento ya fueron recibidos 150 pedidos, por 13 países interesados, entre los que se encuentran EE. UU. .

- El costo del proyecto ha alcanzado la cifra de 300 millones de dólares.-

[redacted]

[redacted]

SECRETO

-07 [redacted]

9005050

RESERVADO

ENTRADO 20/9/90 RN
DISTRIBUIDO " "

Embajada de la República Oriental del Uruguay

- AGREGADURIA MILITAR Y NAVAL
- SANTIAGO DE CHILE
- 10 DE AGOSTO 1990

3
Exte
Sao Paulo-Cel 3

PARTE PERIODICO DE INFORMACION NRO. 007/990, CORRESPONDIENTE AL PERIODO COMPRENDIDO ENTRE EL 01 AL 31 DE julio DE 1990 . -

I.- FACTOR POLITICO :
- A .- ACTIVIDADES RELACIONADAS CON NUESTRO PAIS . -
- B .- POLITICA INTERNACIONAL . -
- C .- ORGANISMOS INTERNACIONALES . -
- D .- POLITICA INTERIOR . -
- E .- OPOSICION . -
- F . -CONCLUSIONES . -

II.- FACTOR SICO - SOCIAL :
- A .- ANALISIS SOCIAL :
  - 1.- RELIGION . -
  - 2.- GREMIAL . -
  - 3.- ESTUDIANTIL . -
- B .- ECONOMICO . -
- C .- CONCLUSIONES . -

III.- FACTOR MILITAR :
- A .- SUBVERSION Y TERRORISMO . -
- B .- ANTISUBVERSION . -
- C .- FUERZAS ARMADAS :
  - 1.- EJERCITO . -
  - 2.- ARMADA . -
  - 3.- FUERZA AEREA. -
  - 4.- CARABINEROS . -
- D .-CONCLUSIONES . -

IV.- DISTRIBUCION :
3 Ejemplares al J.E.M.E. -
1 Ejemplar al J.E.M.G.A. -
1 Ejemplar para su archivo . -

V.- ANEXOS :
Se adjuntan recortes de prensa de los diarios de la capital con los hechos más importantes ocurridos en el período . -

RESERVADO

90 05 050

RESERVADO

Embajada de la República Oriental del Uruguay
-AGREGADURIA MILITAR Y NAVAL.-

PARTE PERIODICO DE INFORMACION NRO.ØØ7/99Ø, CORRESPONDIENTE AL PERIODO COMPRENDIDO ENTRE EL Ø1 AL 31 DE JULIO DE 1990.-

I.- FACTOR POLITICO:

A .- ACTIVIDADES RELACIONADAS CON NUESTRO PAIS.-
Se adjuntan recortes de prensa.-

B .- POLITICA INTERNACIONAL:

-ARGENTINA: El Subsecretario de Relaciones Exteriores de Argentina, Raúl CARIGNANO, quién permaneció varios días en Chile para preparar la visita que hará el Presidente Carlos MENEM, entre el 27 y 28 de agosto próximo, ocasión en la que se suscribirá una serie de acuerdos, declaró antes de regresar a Buenos Aires, que la integración chileno-argentina, tal como se prevé, marcha por buen camino y es buen augurio para la próxima reunión de los Jefes de Estado.-

-BRASIL: En Brasilia, en la tarde del día 26 con una declaración conjunta en la cual ambos Presidentes enfatizaron la necesidad de intensificar los procesos de integración regional e iniciar negociaciones para suscribir en el mas breve plazo un acuerdo amplio de complementación económica, culminó el trabajo de los Jefes de Estado de Brasil y Chile, en el marco de la visita Oficial de dos días que el mandatario Chileno hizo a la Capital Brasileña.-

-BOLIVIA: El Presidente Jaime PAZ ZAMORA, en reciente declaración en LA PAZ, ha calificado de "testarudo" al Comandante en Jefe de la Armada Chilena, Almirante Jorge MARTINEZ BUSCH, por oponerse a que Chile le otorgue una salida al mar a BOLIVIA.-

-CUBA: El presidente de la Comisión de Relaciones Exteriores de la Cámara de Diputados, Guillermo YUNGE, sostuvo que se deben cumplir varios requisitos para que Chile pueda reanudar las relaciones Diplomáticas con Cuba. Puntualizó que se deben reunir todos los antecedentes sobre la situación de los derechos humanos y el respeto de Cuba por el principio de no intervención, Además , el gobierno Cubano tiene que cancelar la deuda que mantiene pendiente con Chile.-

-ESTADOS UNIDOS: El Embajador de EE.UU.,Charles GUILLESPIE, señaló el día 27 que de acuerdo a la propuesta del Presidente George BUSH, su gobierno está dispuesto a entrar en convenios bilaterales o multilaterales , y también a conversar sobre el futuro en términos de comercio y de sistemas mas abiertos para promover la inversión en la región.-

RESERVADO

...///

-PERU: El 28, el Presidente Patricio Aylwin al llegar a Lima para asistir a la asunción presidencial de Alberto FUJIMORI, afirmó que su presencia en Perú "marca una etapa en la consolidación de la fraternidad" entre los dos países, convirtiendose en el primer presidente Chileno que visita Perú en los últimos 15 años.-

C .- ORGANISMOS INTERNACIONALES

-Diecisiete Organismos Internacionales, de diversas especialidades y nivel, ya sea Regional o Nacional, se encuentran funcionando actualmente en Chile y proximamente podrían aumentar, ya que el Gobierno ha invitado a otras entidades para establecerse en este país.-

D .- POLITICA INTERIOR:

-El día 9, el Presidente de la República Patricio Aylwin, encabezó la ceremonia del Juramento a la Bandera en la Escuela de Infantería de San Bernardo, siendo acompañado en la tribuna de honor por el Comandante en Jefe del Ejército, Capitán General Augusto Pinochet.-

-El Vicepresidente de la República y titular del Ministerio del Interior, Enrique Krauss, reafirmó ayer(28) que en Chile no quedan presos políticos, porque éstos ya fueron beneficiados por un indulto presidencial, y que unicamente permanecen procesados quienes se encuentran inculpados de "delitos de sangre".-

-Parlamentarios del Partido Socialista manifestaron que no concurrieron a la invitación, que formuló el Ejército a los integrantes de las Comisiones de Defensa del Congreso a la reunión informativa del día 27 en la Academia de Guerra, porque la Institución descriminó al incorporar al encuentro, adicionalmente, a Senadores y Diputados de R.N. y la U.D.I.

-El 24, El P.C. manifestó su rechazo por el acuerdo de la Cámara de Diputados que determinó investigar la situación de los Derechos Humanos en Cuba y calificó dicha resolución como un pretexto para no reanudar vínculos Diplomáticos con dicha Nación.-

-Como "polémico" calificaron los parlamentarios de diversos partidos el discurso que pronunció el presidente del Perlamento Europeo, Diputado Español Enrique BARON CRESPO, ante el Congreso Pleno, en el cual se refirió a diversas materias consideradas "asuntos internos", principalmente en lo relativo a los problemas de los Derechos Humanos.-

E .- OPOSICION:

-Su desacuerdo con el discurso pronunciado por el Presidente del Parlamento Europeo, Enrique BARON CRESPO, hizo que las representaciones parlamentarias de R.N. y la U.D.I., no hicieran usó de la palabra en la sesión plenaria, con la que el Congreso Nacional recibió al visitante, los que en declaraciones a la prensa, hicieron presente que habían preferido no hablar por cortesía a la visita, para no tener que contestarle conceptos que estimaban "una abierta intervención en asuntos internos del pueblo Chileno".-

- El 26, el Senador Sebastián PIÑERA (RN) refutó declaraciones hechas por el presidente de la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), Manuel BUSTOS, en torno al tratamiento tributario de las indemnizaciones laborales. También dijo que "el objetivo de la reforma fue eliminar lo que denominó doble estándar tributario o discriminación injustificada, que perjudicaba a la inmensa mayoría de los trabajadores" y establecer así una norma única y objetiv:

II .- FACTOR SICO-SOCIAL:

A .- ANALISIS SOCIAL:

1- RELIGION:

_ No hay elementos a destacar.-

2- GREMIAL:

- El 26, las Comisiones unidas de Trabajo y Previsión Social y de Constitución, Legislación, Justicia y Reglamento del Senado, previo acuerdo de los comités, decidieron postergar en diez días el despacho de proyecto de Ley que establece nuevas normas sobre terminación del contrato de trabajo y estabilidad laboral.-

- El Ministro Secretario General del Gobierno dijo que las autoridades no accederan a lo solicitado por los trabajadores textiles y la CUT, en orden a declarar como unidades económicas a las empresas del sector para asegurar que no quiebren y luego proceder a su venta. También manifestó que "el criterio del Gobierno se aparta de esa solución . No consideramos que corresponda al Estado tomar a su cargo las industrias en crísis, ya que generariamos una distorsión en el proceso económico, que podría afectar a sectores mas amplios que las empresas textiles".-

3- ESTUDIANTIL:

-El Ministro de Educación, Ricardo Lagos, advirtió que "la educación no será instrumentalizada por ningún grupo político", respondiendo a consultas sobre una denuncia de la Federación Nacional de Estudiantes Secundarios (FENES), respecto a que el grupo Juvenil Lautaro estaría efectuando adoctrinamiento entre jóvenes de establecimientos educacionales de la periferia Capitalina.-

-El día 4, asumió el nuevo rector de la Universidad Metropolitana de Ciéncias de la Educación, Alejendro ORMEÑO ORTIZ, en ceremonia que se efectuó en la Casa Central con la asistencia del Ministro de Educación, Ricardo Lagos.
Al cabo del acto, se registraron incidentes que terminaron con una manifestación callejera y un agrio duelo verbal entre el Ministro y estudiantes que exigían un pronunciamiento suyo respecto al reintegro del ex-Pedagógico, hoy Universidad Metropolitana, a la Universidad de Chile.-

-La propuesta del Gobierno respecto al Proyecto de Estatuto Docente en estudio, el cual normará el ejercicio de

///...

dicha actividad a nivel Nacional, contiene una normativa sobre la carrera de los profesionales en el sector municipal que reúne al 60 % de la fuerza laboral docente, y disposiciones respecto a un "contrato específico" de los profesores que trabajan en el área particular y subvencionada.-

-El Ministerio de Educación ha anunciado que como resultado de la visita del titular de esa cartera, Ricardo LAGOS, a España, Chile ha obtenido de ése país una donación de 2 millones de dólares y el otorgamiento de créditos blandos, con tres años de gracia e intereses convenientes, por otros nueves millones. Dichos fondos se destinarán a equipamiento de escuelas técnico - profesionales; al perfeccionamiento del magisterio; a un aumento de becas de cooperación y a otras iniciativas culturales.-

B .- <u>ECONOMICO:</u>

-Una variación de 2,2% en junio y de 1,7% en julio presentó el Indice de Precios al Consumidor, con lo cual la inflación acumulada en lo que va del año alcanza a un 13% y en los últimos 12 meses a 24,6%.-

-A un total acumulado de US$ 4.330,1 millones llegaron las exportaciones (FOB) durante el primer semestre del año, lo que representa un incremento de 5,83% en relación a igual lapso de 1989, según lo informó el Banco Central.-

III .- FACTOR MILITAR:

A .- SUBVERSION Y TERRORISMO:

-El presidente del Senado Gabriel VALDES, la Senadora Carmen FREI RUIZ y otros parlamenterios de Concertación, tanto del Senado como de la Cámara de Diputados, recibieron amenazas del "Frente Lautaro", en cartas, en las cuales se les critica de mantener una"actitud complaciente con el régimen militar y se les advierte "los estamos observando, el combate del pueblo va a seguir"

-Según lo informado por fuentes Policiales, en la noche del miércoles 25 se registró un total de 12 atentados explosivos, nueve de los cuales se perpetraron en la Región Metropolitana, los que dejaron un saldo de 3 lesionados leves.-

-El 27 , después de permanecer 72 horas en el interior de las cárceles de Santiago, Valparaíso y Talca, los familiares de los llamados "presos políticos", dieron por términada la "toma" de los recintos de visitas y abandonaron los penales, luego que sus dirigentes informaron haber obtenido éxito en las conversaciones con el Gobierno y los Diputados de las bancadas democristiana y socialista, para liberar la totalidad de los reos por supuestas conductas terroristas durante el transcurso del presente año y que en la actualidad llegan a 268 en el país.-

B .- ANTISUBVERSION:

/- El día 10, La Dirección de Inteligencia de Carabineros puso a disposición del Segundo Juzgado Militar de Santiago al presunto integrante del Frente Manuel Rodriguez (FMR) Luis Rodrigo MORALES SALAS; está sindicado como fundador de la organización subversiva y acusado de participar en el homicidio del Comandante de la FACH.(R) Roberto Fuentes Morrinson, y en los secuestros de los Coroneles de Ejército Carlos CARREÑO y Mario HABERLE, y del Carabinero Germán OBANDO, entre otros delitos terroristas que le son imputados.-

/- En la noche del 23, el abogado Gonzalo URREJOLA ARRAU, auditor de la III División de Ejército el 11 de septiembre de 1973 y quién fuera presidente del Consejo de Guerra de Concepción, dijo que los delitos por los que fueron fusilados cuatro dirigentes comunistas en Lota "eran de tal gravedad que merecían esa pena".- También manifestó, que las instituciones no deben ser juzgadas y que debe derogarse la Ley de Amnistía.-

...///

0005050

///...

/- El 6, La Comisión Verdad y Reconciliación acordó con la Cancillería un sistema mediante el cual esa Secretaría de Estado canalizará las declaraciones que Chilenos residentes en el extranjero quieran hacer en relación al trabajo que desarrolla ese organismo.-

C .- FUERZAS ARMADAS:

1- EJERCITO:

-La Fábrica y Maestranza del Ejército está desarrollando un fusíl automático de combate calibre 5.56 mm, que a la vez servirá como arma de presentación a las Escuelas Matrices de Oficiales y Suboficiales.
Así lo dijo el Comandante del Comando de Industria Militar e Ingeniería (CIMI), Brigadier General Fernando HORMAZABAL DIAZ, al celebrarse ayer (6) el Día de la Ingeniería Militar.-

-El día 13, el Ejército rechazó las declaraciones adjudicadas a un supuesto Oficial de la Institución, formuladas en el anonimato a el diario "EL MAGALLANES" de Punta Arenas, al tiempo que reiteró que toda información Institucional es difundida solo por los canales oficiales correspondientes.-

-El Comandante en Jefe de la Región Militar Austral General Alejandro Gonzalez Samohod, el día 20, presentó la renuncia voluntaria al Ejército, como consecuencia de las declaracione anónimas. La dimisión fué aceptada por el Comandante en Jefe del Ejército.-

-El día 24, asumió el nuevo Jefe de la Región Milita Austral, Mayor General Luis HENRIQUEZ RIFFO.-

-El día 27, en el Campo Militar de Peldehue, el Ejército realizó un importante Ejercicio de Combate, que incluyó el uso de munición de guerra (real) , misiles, paracaidistas blindados y lanzallamas.
El Ejercicio estuvo presidido por el Ministro de Defensa Patricio Rojas y el Comandante en Jefe del Ejército Capitán General Augusto Pinochet Ugarte, asistieron además altas Autoridades del Gobierno y Representantes de los Poderes Legislativos y Judicial

2- ARMADA:

-En la noche del 12, El Presidente de la República, Patricio Aylwin, sostuvo una comida con 24 altos Oficiales de la Armada Chilena, en La Moneda.-

RESERVADO

Embajada de la República Oriental del Uruguay

///...

9.-

3.- FUERZA AEREA:

-El día 24, El Comandante en Jefe de ésta Intitución, General del Aire (A) Fernando Matthei Aubel, cumplió 12 años al mando de la misma. En declaraciones formuladas al término de los saludos recibidos, hizo mención del quehacer político que desempeñó como integrante de La Junta de Gobierno, trabajo que calificó como importante; también hizo referencia a las amenazas de guerra externa que tuvo Chile por primera vez en el último siglo

4.- CARABINEROS:

-Detenido en una unidad Policial y a disposición del Segundo Juzgado Militar, quedó el día 28, un policía dado de baja por Carabineros, a raiz de un incidente en que fué muerto un muralista de las Juventudes Comunistas, OSMAN YEOMANS OSORIO. Otros dos funcionarios fueron retirados de la Institución y permanecen a disposición del tribunal.

La situación de los tres efectivos policiales fue dada a conocer a traves de un comunicado Oficial de la Jefatura de Zona Metropolitana, en el que señalan que "se ha podido establecer responsabilidades administrativas y procedimientos legales que se apartan de los principios y normas de Carabineros".-

EMBAJADA REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY - AGREGADO MILITAR Y NAVAL - CHILE -

Agregado Militar y Naval a la Embajada de Uruguay en Chile.-
Coronel.

HUGO H. ABERTOLA.-

RESERVADO

16

9005050

EMBAJADA DEL URUGUAY

AGREGADO MILITAR
BRASILIA

Brasília-DF
07 de agosto de 1990
hora 11:00
Hoja Nro. 1 de 7
Copia Nro. Original

PARTE PERIODICO DE INFORMACION Nro.007/AMB/990

(Periodo cubierto: del 01 al 31 de julio de 1990)

I- FACTOR POLITICO

II- FACTOR ECONOMICO

III- FACTOR SICO-SOCIAL

IV- FACTOR MILITAR

V- FACTOR TECNICO CIENTIFICO

VI- DISTRIBUCION: 1 ejemplar al Sr. Jefe del E. M. E.

. . 1 ejemplar para archivo

El Agregado Militar en Brasil

Coronel

CARLOS L. NUÑEZ

SECRETO

-17 /-17

C1005050

I - SUBVERSION

A - Introducción

- El objetivo de ésta introducción es caracterizar la situación actual Argentina, centralizando el esfuerzo en describir y analizar los campos enfrentados.

  Para ésto se deberá tener en cuenta, como elemento de descripción y análisis lo siguiente:

  - El marxismo-leninismo tomado como ideología orientadora, que aspira a la instauración de un nuevo orden, político-económico-social-cultural, etc., planifica, instrumenta, aprovecha la acción u omisión de todas las fuerzas concurrentes a la finalidad perseguida.
  - Para alcanzar su meta llega a exhibir discrepancias y hasta fracturas con el resto de organizaciones afines, las cuales también integran el complejo general de la subversión.

Esta modalidad corresponde con una parte de un modelo estratégico de "guerra prolongada" que cubre una proyección universal permanente, compleja, integral, ideológica y armada.

En todas las áreas geográficas, como inicio tiende a las contradicciones internas de cada "teatro de operaciones", lo cual permitirá activar el "fermento" a través del cual germine la prédica ideológica, la posterior insatisfacción, el rechazo del "sistema" y la captación de militantes y adherentes.

Actualmente se debe tener en cuenta el factor velocidad de vinculación-difusión de la información, como método efectivo y menos honeroso (publicaciones diversas) para mantener informados a todas las organizaciones "aliadas", por ende permitir a sus colaterales de "Solidaridad" desarrollar en oportunidad y eficientemente todo el despliegue de medios que han acumulado a través de reiteradas experiencias.

Esta síntesis se constituye a manera de conocer y plantear las características particulares de la guerra revolucionaria, lo que a partir de un dominio, permita analizar la globalidad del enfrentamiento y conocer su evolución en sus con- dicio-

9005052-

nes.

Un aspecto a tener siempre en cuenta es que la subversión utiliza conceptos básicos militares como ser.: ESPACIO-TIEMPO-ARMAS, los cuales integrados éstos a la situación económica-social-política, son enriquecidos por el "sistema" mismo.

B - Generalidades

En Argentina el marxismo empleó dos tácticas: el "entrismo" y el "foquismo".

El "Entrismo" lo fue a través de una técnica combatiente creada por el ideólogo "Montonero" Miguel Brezano, que consiste en penetrar en una organización política mayoritaria, dominar esa organización y radicalizarla desde adentro.

El objetivo fue el Peronismo y esa táctica tuvo éxito parcial el 25 de mayo de 1973, cuando asumió CAMPORA, pero la misma se frustró definitivamente cuando PERON la desenmascaró en PLAZA DE MAYO.

Este no fue el único intento de "entrismo". También se aplicó en la Iglesia Católica, donde el movimiento de "curas del Tercer Mundo" trató de radicalizar a éste pilar de la sociedad argentina.

El tercer ámbito en el que se aplicó el "entrismo", además del político y el religioso, fue el educacional.

Los frutos del "entrismo" empezaron a madurar en 1969, cuando estallan el "cordobazo", el "rosariazo" y otros "azos", mientras el gobierno de aquel tiempo no vió en éstos hechos el resultado de una paciente acción de infiltración del marxismo, no vió un movimiento político minuciosamente preparado, sino una simple razón de descontento.

Esta interpretación impidió que se adoptara una respuesta correcta y coherente y el "entrismo" progresó hasta el punto de "copar" el movimiento Peronista.

La otra técnica subversiva, "el foquismo" la aplicó el ERP en Tucumán, según el modelo del "Che" Guevara en Bolivia.

Sin embargo, la elaboración teórica del "foquismo" es obra de REGIS DEBRAY, actual asesor del Presidente de Francia, Mitterrand.

La idea básica del "foquismo" es crear un foco de rebelión esta

ble, que a su vez generara otros focos de insurrección, hasta provocar el "incendio" de todo el país agredido.
Esta táctica tuvo su éxito en Sierra Maestra, pero fracasó en Tucumán.
El fracaso del "foquismo" fue más evidente que el del "entrismo" porque la primera de éstas técnicas requiere entrentamientos armados con las Fuerzas regulares y apoyo de la población.
La acción del "entrismo" es, en cambio, mucho más sutil y por lo tanto sus derrotas pasan tan inadvertidas como sus triunfos, porque el medio natural de acción de esta táctica es la sombra y todo lo que se hace está cubierto por el mayor secreto.
Sin embargo, ha demostrado ser un arma de gran eficacia, ya que las próximas agresiones del marxismo en Argentina, están signadas actualmente por la táctica del "entrismo" con ciertas combinaciones.

C - Antecedentes

El 29 de mayo de 1970 el grupo "Montonero" salió a luz con un hecho que a juicio de muchos modificó el mosaico político argentino.
Esto fue el secuestro y posterior asesinato del General Aramburú.
Desde dicha fecha, han habido divisiones internas en la organización como ser en abril de 1980 el "grupo mexicano" se escindió del llamado "Consejo Supremo", separándose en la oportunidad: Eduardo ASTIZ, Gerardo BAVIO, Silvia BERMANN, Miguel BONASSO, René CHAVEZ, Olimpia DIAZ, Jaime DRI, Ernesto JAURETCHE, Pedro ORGAMBIDE, Pablo RAMOS, Julio RODRIGUEZ ANIDO, Susana SAENZ y Daniel VACCA NARVAJA.
En Francia se sumaría otra incisión: la de Rodolfo GALIMBERTI.
La falta de "ambiente" en Europa obligó a la cúpula de MONTONEROS a buscar nuevos "escenarios", por lo que FIRMENICH y VACCA NARVAJA se entrevistaron con el Jefe de la O.L.P., ARAFAT.
En 1981, fueron buscados por la policía política de COSTA RICA por ser sospechosos de actividades subversivas en ese país.
Luego de estar distanciado de la organización política de MONTONEROS, que queda a cargo de BIDEGAIN y OBREGON CANO. FIRMENICH

90095052

reaparece en México en marzo de 1982.
En la oportunidad, junto a VACCA NARVAJA y los anteriores, propone una alianza "para tomar el gobierno de la Argentina, con los trabajadores. la clase media, los profesionales y pequeños y medianos comerciantes e industriales".
De esta manera, abandona el lenguaje de "la violencia para la toma del Poder" y empieza a centrarse en la actividad política, pero manteniendo el postulado "leninista" de la LUCHA DE CLASES.
Pero como sea, la organización dirigida por FIRMENICH y VACCA NARVAJA, sigue en "pié", aunque su poder haya quedado reducido a pequeños grupos, cuyo número es imposible de conocer, pero que está lejos de los 15.000 militantes que alcanzó a reunir en su momento de mayor auge.
Derrotados militarmente y con dificultades para reagruparse, su táctica para la toma del poder evidentemente tiene que cambiar.
Se ha detectado una mayor actividad de esos grupos en el terreno político como también un endurecimiento en su lenguaje.
La estrategia actualmente no sería otra que infiltrarse en los partidos políticos, esta vez no en los mayoritarios, sino preferentemente en alguno de corte izquierdista, como ser el Partido Intransigente, pero manteniendo como eje principal al Peronismo.
Todo esto, por supuesto, no significa que dejen la lucha armada, aplicando en esta instancia "blancos selectivos", como ser el de personas visiblemente impopulares, lo que a su juicio, podría otorgarles una pantalla ante la opinión pública, que no se alarmaría por estos hechos.
Lo que sí, actualmente se puede determinar, es que MONTONEROS apuesta en ésta etapa, a una guerra civil, ya que actualmente la situación argentina se encamina a una "libanización".

D - <u>Actualidad</u>

Actualmente la mayoría de los argentinos, tienden a creer que el problema de la subversión ha sido resuelto definitivamente, y mientras se ignore esto no habrá, por lo tanto, soluciones.
Esto es, que no se considera que las estructuras internacionales que facilitaron los brotes subversivos de la década del sesenta, siguen intactas y van a volver a golpear.

B9005052

Dentro de la problemática argentina, y los factores complejos de la subversión, se deben tener en cuenta, y muy especialmente en las actuales circunstancias ya que son claves para detectar el hilo que tomará la situación a la brevedad, los siguientes aspectos:

1 - El marxismo-leninismo actúa principalmente por varios disfraces alternativos para el caso de que el mismo no se pueda abrir paso en una sociedad tal como ocurre en la Argentina. Por ejemplo, dentro de la estrategia actual como alternativa a aplicar en Occidente, la variante del eurocomunismo es una de las más exitosas y ha logrado importantes triunfos en las principales repúblicas europeas.
Las acciones desembozadas del marxismo han abierto los ojos a los pueblos y la penetración directa del marxismo se le ha hecho difícil por sus mismos "pecados".
Para esto se ha resucitado un viejo concepto afín que, sin embargo, pasa actualmente por una alternativa válida frente al marxismo: LA SOCIAL DEMOCRACIA.
En el plano ideológico, los socialistas sólo se diferencian de los marxistas en que sustituyen el concepto de lucha de clases por apelaciones a la moralidad y al humanitarismo.
La alternativa de moderación o radicalismo se planteó en un Congreso del Partido Obrero Social Demócrata de Rusia, reunido en Londres en 1903. El sector radical, liderado por LENIN, obtuvo la mayoría (bolchevique en Ruso) y el sector moderado quedó en minoría (Mencheviques).
Después del triunfo de la Revolución de 1917 el bolcheviquismo dominó aparentemente todo el campo del Socialismo, pero en realidad no fue así, sobrevivieron otras tendencias, la democrática y la evolutiva, que defendían la idea de que el Estado Socialista debía triunfar como consecuencia de las transformaciones naturales de la economía.
De estas últimas tendencias renace después de la Segunda Guerra Mundial el "SOCIALISMO MODERNO". Su propuesta más importante es la asunción por parte del Estado de la responsabilidad para el control del sistema económico total, pero

9005052

sin llegar a la anulación por parte del Estado de la propiedad privada.

En la realidad, la Social-democracia actúa como preludio del marxismo en aquellos países donde, por la naturaleza e ideales naturales del pueblo, es imposible la doctrina soviética directamente. (Cono Sur: Argentina, Chile y Uruguay)

La Socialdemocracia ha obtenido triunfos resonantes en Alemania, Francia, España y está actuando con éxito creciente en América Latina. Venezuela y Colombia son ya bases de acción de esta tendencia.

En el plano internacional los países dominados por la Social-democracia actúan siempre de acuerdo con los países del bloque marxista, tal como lo demuestran las votaciones en las Naciones Unidas.

2 - Actualmente, en la Argentina, la Social-democracia no tiene fuerza para vencer por sí sola pero ha logrado importantes triunfos infiltrándose en los principales partidos políticos -radicalismo y peronismo-.

Con fuerte apoyo internacional, esta tendencia ha logrado en Argentina hacer surgir inesperadamente líderes que si bien actúan formalmente dentro de los partidos, propugnan ideas que son completamente contradictorias con la tradición histórica de estos partidos. Estas figuras, que la prensa rodea de un prestigio que la realidad desmiente, son el principal desafío del presente a la prudencia y sagacidad política de los argentinos.

E - <u>Acción Psicológica</u>

La estructura de apoyo a los subversivos procura que se divulguen y se juzguen severamente las acciones de sus enemigos, y lo asombroso es que donde los hechos acusan claramente a los subversivos, como iniciadores y actores de las mayores atrocidades, caigan en la trampa de la acción psicológica, y en poco tiempo se ocupen sólo en juzgar las acciones de aquellos que combatieron en defensa de los valores nacionales y olviden completamente el orden real de los acontecimientos y la naturaleza de la agresión terrorista.

19005052

El efecto desmoralizador que tiene este tipo de acción psicológica es mucho más devastador que el poder de las bombas terroristas. (VER ORG. DE SOLIDARIDAD). (Pag.16)

Sobre este factor, actualmente se interpreta y se ve el fenómeno de la violencia como una respuesta a ciertos desajustes de un sistema o como una espontánea y justiciera reacción de los débiles, frente a los fuertes, cuando la violencia es, en el mundo contemporáneo una construcción política, una ideología, que bajo el disfraz de la rebeldía y la justicia encubre una estrategia sistemática de dominación de una gran potencia, en el marco de una lucha generalizada por el poder y el sometimiento del mundo.

Actualmente, el gobierno argentino encara a la subversión como un hecho policial y no como hecho político, fortalecido esto, desde el punto de vista de que la intervención militar en 1976 fue el resultado de una psicosis militarista.

Dentro del panorama político, el marxismo está aprovechando la introducción del desaliento, las dudas, los rencores y todos los elementos que faciliten la debilitación del frente nacional, favorecido ésto mientras los partidos políticos discuten problemas coyunturales e incluso alientan sentimientos de desquite, quedando problemas de fondo ocultos.

F - Caracterización de la etapa actual y política a seguir por la subversión en Argentina

1 - Aspectos teóricos y metodológicos

- Se debe recalcar la importancia de la utilización de los conceptos básicos de lo militar y su integración a la situación económica, social, política. Actualmente, estos conceptos (ESPACIO, TIEMPO, ARMAS), son desarrollados y enriquecidos por la subversión y sus organizaciones afines, en respuesta a la necesidad práctica de resolver la continuidad de sus proyectos.

  Por ejemplo, el enriquecer el concepto ARMAS, se está llevando a cabo, abarcando no sólo las militares, sino también a las organizativas y políticas (principalmente a la política de masas), creándose con ésto la condición teórica que

9005052

obliga a pensar como un todo la lucha armada y la lucha de masas.

Esto último actúa como condición necesaria para definir en forma concreta y práctica la importancia relativa y el tipo de relación a establecer entre ambos tipos de "armas", por ejemplo la relación entre el "aparato armado" y la lucha de masas, que es precisamente lo contrario de una directiva militarista.

En el pasado, los elementos subversivos utilizaban estos conceptos, relacionando los elementos políticos y los militares y desarrollándolos como aspectos complementarios, pero separados.

En la actualidad, con la experiencia práctica del pasado, han desarrollado el significado de esos conceptos en forma práctica, ya que se genera la condición teórica para integrar lo político y lo militar, fundiéndose en una sola estrategia aspectos que de otra forma se descuidaron: por ejemplo, el valor político del accionar armado y el valor militar de la política de masas.

Esta integración de los dos aspectos de lo político, lo militar y lo organizativo, obliga a que ante cada circunstancia concreta se deba establecer por parte de los subversivos, los esfuerzos que dedicaran a los aspectos militares y a los políticos, como proporciones relativas entre sí.

Esto explica que el resultado de la aplicación consecuente de esos conceptos en la actualidad, sea precisamente lo contrario del militarismo: la preeminencia de la lucha de masas, sobre la lucha armada.

Al integrarse el conjunto de elementos estratégicos en una sola unidad contradictoria (campos enfrentados), se está contemplando, en cada momento, como parte de una misma realidad, la estrategia y la actividad del campo central del campo popular, con la estrategia y actividad central del campo "enemigo" de la subversión.

Esto los obliga a percibir todas las contradicciones que operan en la situación, con una conducción permanente a con-

siderar la correlación de fuerzas y a una descripción de los acontecimientos en términos dinámicos.

Estos avances producidos en el accionar subversivo, estarían conduciendo, en las presentes circunstancias, a diferentes tipos de actitudes en la izquierda argentina:

- Posiciones que internamente se pueden denominar como "basistas" o "politicistas", las cuales niegan el componente militar, o degradan el papel de la lucha armada y en especial la necesidad del "Ejército".

  Esta negación deriva en la concepción de la actividad militar como mera autodefensa de masas, negando toda actividad militar que no sea asumida por las masas.

  Niega el aporte de la actividad militar del "Ejército" para el desarrollo de la conciencia y la elevación del nivel de violencia de las masas. Esta es la tendencia en Argentina que tiene (en la actualidad) desarrollo.

- Las posiciones "militaristas", plantean un crecimiento lineal de la fuerza militar propia hasta que esté en condiciones de derrotar al enemigo.

  Esto conduce a no percibir la potencialidad militar de la lucha de masas y a no aceptar que el objetivo militar de la fuerza más especializada debe subordinarse siempre a los objetivos de la estrategia global. (Esta condición debería aplicarse tanto cuando se trate de apoyar un conflicto, como también el recuperar un arma o "ejecutar" a un integrante de las FF.AA.).

- Existen cuestionamientos por algunos sectores para preparar la contraofensiva revolucionaria, ya que se basan en que la crisis del capitalismo dependiente argentino puede seguirse resolviéndose dentro del sistema, tal como ocurre en otros países (como Brasil por ejemplo). Este concepto, internamente, desconoce las condiciones generadas por el desarrollo de la lucha de clases: la unidad política del pueblo y el grado de organización política y militar alcanzado.

a - Las tendencias denominadas "organizativas" tienden a res-

tringir la existencia del espacio político del movimiento que se extiende más allá de sus fuerzas organizadas y donde es necesario desarrollar una lucha política por la hegemonía, sobre la base de representatividad de propuestas políticas.

b - Concepción rígida y esquemática de métodos de conducción y organización, las cuales permanecen excesivamente en el plano de estructuras estables, de los ámbitos fijos y de reuniones sistemáticas.

Esta concepción es criticada por los siguientes aspectos negativos:

- Facilita la acción de la represión contra el centro de gravedad del campo popular, por la cantidad y tamaño de los blancos que este tipo de funcionamiento ofrece al accionar represivo.
- Deforma la visión de la realidad al excluír de una estrategia popular a todas las acciones de masas que no son conducidas orgánicamente por el Partido y, como consecuencia adicional, fomenta una concepción sectaria de los cuadros, omitiendo el aspecto principal que determina la pertenencia del Partido, que es la representatividad y su lucha, para obtener el reconocimiento nuevamente y conducir el movimiento de masas.
- La tendencia "aparatista" aduce que las desviaciones que se han caracterizado anteriormente, conducen bajo diversas variantes, a reforzar los errores del pasado, o sea a desarrollar una defensa pasiva y a no generar condiciones para la contraofensiva.

G - <u>Análisis de Situación</u>

1 - <u>Cursos probables de acción</u>

Las modificaciones introducidas en la estrategia subversiva tienden a la defensa activa en general, <u>con un método de aproximación indirecta pero desarrollando permanentemente las tareas de preparación de la contraofensiva</u>.

Esto es, que se están privilegiando las armas político-social, subordinándolas a las militares y organizativas.

9005052

Del privilegio de las armas político-sociales y la subordinación a ellas, las militares y organizativas, se romperá el auto-cerco político, y se recuperará la iniciativa táctica, para imponer la estrategia futura.

La imposición de una estrategia subversiva se plantea a partir de la siguiente:

- El actual gobierno argentino, fracasado en su política económica, enfrentado a las masas, en contradicciones con los industriales, reducidas las bases sociales, agudización al máximo de sus contradicciones internas, sometido a un desgaste con las FF.AA., origina que a partir de estas contradicciones, se abren dos alternativas para la subversión.

a - La preeminencia coyuntural de los sectores industriales exportadores, que sostenidos por sectores de las FF.AA. más duros, puedan intentar reafirmar sus intereses por medio de un golpe de Estado.

De producirse el golpe de Estado, se produciría un aislamiento nacional e internacional.

Esto originará en las actuales circunstancias, la fractura de las FF.AA.

Ante esto, se desarrollaría en forma generalizada la lucha de masas, acciones militares, y estallidos de tipo insurreccional que sostendrá la subversión, asegurando espacios geográficos (zonas liberadas).

b - También acorde al proceso de la situación material y con la estrategia política subversiva, dentro de los márgenes de modalidad y ante el próximo acto electoral en Argentina a fines del corriente año, se pondrá el máximo esfuerzo para constituir y organizar a partir del ERP y el Movimiento Peronista Montonero el "Frente de Liberación Nacional".

H - <u>Características Generales</u>

En el marco en el cual se analiza el conjunto de elementos políticos, militares y organizativos de la estrategia subversiva en Argentina, el mismo se constituye por la confluencia de los si

9005052

guientes factores:

1 - Característica de etapa defensiva estratégica con sus objetivos de defensa activa y preparación de condiciones para la contraofensiva general y con el planteo de la situación actual definido en el capítulo anterior.

2 - El salto cualitativo que significa la constitución del Frente de Liberación Nacional.

I - Frente Nacional de Liberación

- Constituirá el organismo político de masas, a través del cual los sectores políticos concurrentes organizarán y conducirán el conjunto de las "luchas populares".
- Sus agrupaciones (sindicales, territoriales, estudiantiles, etc.) serán las fuerzas organizadas en el espacio político, dentro de cada movimiento ya que carecen de organicidad estable en todos sus niveles, pero que tienen una existencia real en términos de adhesión política e identificación con el "Frente" en sus propuestas.
- Como organismo de masas reivindicativo en que las agrupaciones integrantes se fortificarán y se conducirán con estructuras de participación activa de las masas, particularmente en las actuales circunstancias, constituyéndose en consecuencia, como aspecto fundamental del poder popular (masas organizadas).

1 - Metodología de conducción

a - Como elementos determinantes

- los que derivan de las características de la presente etapa, en la que el campo popular se encuentra en la defensiva estratégica, siendo estos elementos:

(1) - Relación de fuerzas y su perspectiva de evolución a corto y mediano plazo.

(2) - Características de la posible acción represiva del "sistema" o sea forma en que se exprese (tipo de represión, alcance, posibilidades, etc.).

(3) - Posibilidades de acrecentamiento o estancamiento.

(4) - Situación de las masas, teniendo en cuenta su experiencia política, experiencia organizativa, capacidad de lucha, grado de agresión a sus intereses.

▶9005052

(aspectos que crean las condiciones para la movilización popular).

Como elemento condicionante, en el desarrollo y características de las propias fuerzas organizadas (Partidos agrupaciones, y "aparatos") en la naturaleza y extensión del espacio político propio y los planes para su consolidación y ampliación (unidad del pueblo) el espectro central deberá ser la necesidad de extender la influencia política a todo el espacio político popular.

Como objetivo actual está la necesaria consolidación y ampliación del espacio político propio.

De la caracterización de la coyuntura y la necesidad de ir preparando condiciones para la contraofensiva, se tendrá presente la perspectiva de una mayor centralización en la ejecución (Por ejemplo: delegados zonales), como un impulso serio a las propuestas de carácter "Frentista".

b - <u>Aparato armado</u>

Se esta comenzando a poner de manifiesto la necesidad de la resistencia armada.

Sobre este punto, se desea mantener la objetividad, para asimilar el accionar militar y el funcionamiento a las condiciones de etapa, pero sin retroceder en lo estructural y técnicamente, ya que en las circunstancias futuras, significaría perder capacidad de conducir hasta las últimas consecuencias, una contraofensiva general, para la toma del Poder.

La regeneración del aparato armado se implantará en base a lo siguiente:

- Inicialmente, células de propaganda, reclutamiento, y sabotaje, compartimentadas entre sí, hasta que alcancen suficiente desarrollo.
- Se fijarán cuotas operativas en los rubros de "recuperación" y de orientaciones operativas especiales en cada zona.
- Existirán Estados mayores zonales los que planificarán

1900502

y conducirán las "campañas zonales", cuando su situación organizativa lo permita, siempre tratando de aumentar el efecto del accionar armado, mediante la aplicación de los principios de concentración del esfuerzo y simultaneidad.

(Las operaciones simultáneas de pelotones dispersos en el espacio geográfico, no violan el principio de no exposición del "aparato" en grandes batallas, y tienen efecto multiplicador incalculable).

- Cuando existan conflictos y movilizaciones de masas, el esfuerzo se concentrará en apoyarlos y aún desarrollarlos, en los períodos en que no existan movilizaciones de masas, el esfuerzo se concentrará preferencialmente en hostigar a la represión que ingresa al espacio territorial asegurado.
- Los pelotones del "aparato" tendrán autonomía táctica para operar como unidades guerrilleras.
- Dentro de la hipótesis de guerra de la subversión sigue vigente, la fractura de las FF.AA.
- Debido a las características de la etapa, todos los "cuadros" deberán seguir recibiendo formación militar y ostentar los grados correspondientes, a fin de que una vez obtenida la instrucción suficiente, pueda integrarse y desenvolverse en cualquier función militar sea, milicia o "Ejército".

c - <u>Actividad en lo gremial</u>

Se debe impulsar el surgimiento de la Confederación General del Trabajo Combativa (C.G.T.C.).

La misma deberá tener los siguientes objetivos:

(1) - Regenerar la unidad y la capacidad de lucha del movimiento obrero, ante la agresión que encarna la "alianza oligárquico-monopólica del sistema".

(2) - Luchar en defender las conquistas obreras lesionada por el sistema.

(3) - Acrecentar la representatividad de la política del FLN en la clase trabajadora.

9005052

- La política de impulsar la C.G.T.C. es por razones fundamentalmente como ser:

1 - Porque existe el espacio político para un organismo de masas obrero, combativo, ya que las conquistas obreras siguen siendo atacadas, disminuidas y eliminadas.

2 - Porque la propuesta será comprensible para los trabajadores y se comprenderá que es la reiteración de experiencias de resistencia que ya se vivieron (CGT NEGRA entre 1956 y 1958 - CGT de los ARGENTINOS en 1968).

El criterio decisivo de ésta propuesta se fundamenta en el respaldo de masas que una experiencia anterior, como lo fue la CGT en la resistencia, tuvo durante 1967 y parte de 1977.

Se ha fijado como primera condición, como fundamentos objetivos para preparar condiciones, en flexibilizar el accionar para que se pueda aprovechar los espacios legales, pero al mismo tiempo realizar clandestinamente todo lo que no pueda hacerse legalmente en defensa del salario y las conquistas obreras.

Por la experiencia político-gremial del peronismo no puede pensarse en una separación tajante de los aspectos reivindicativos y los aspectos políticos. (La central obrera es un organismo de masas, pero al mismo tiempo es abiertamente Peronista).

Es ante esto, de que la CGT no sea integrada por otras fuerzas políticas, no debe inducirse a que sea una agrupación sectaria.

Cuando se trate de lograr acuerdos con organismos gremiales ya constituídos, no habrá que hacer cuestión de nombres.

Se hará hincapié en la necesidad de coordinar y unificar las luchas de los trabajadores y ofrecer incluso acuerdos para constituir un organismo de masas cada vez más amplio, aunque deba dejar de llamarse CGT Combativa, y de

9005052

nominarse en acuerdos logrados.

d - Organizaciones de solidaridad

(1) - Objetivos

(a) - Antecedentes

Sus principales objetivos fueron primero provocar la derrota y caída del gobierno militar, principalmente planteando la frustración de todos los objetivos sociales, culturales, económicos y políticos enunciados en su momento.

(b) - Actualidad

Una vez que se restableció el sistema institucional, manteniendo a éste en forma "débil" asentado en lo siguiente:

- Discordia civil.
- Enfrentamiento latente ya sea internamente o entre partidos políticos y FF.AA.
- Acentuar signos de no recuperación económica -(en base a reclamos sociales que el gobierno no está en condiciones de satisfacer).
- Alentar toda manifestación de discordia y caos.
- Toda esta situación, o sea el derrumbe del sistema institucional, por medio de la discordia, deberá carecer de la contraparti da y fractura de las instituciones militares.

e - Derechos Humanos

El Movimiento de Derechos Humanos en Argentina, se encuentra en "condiciones " de superar las contradicciones internas que surgieron con motivo de la creación de la Comisión Nacional por la Desaparición de Personas (CONA.DE.P.).

En ese momento las divergencias surgieron como consecuencia de que algunas entidades aceptaron la CONADEP e

9005052

incluso participaron en ella a través de algunos de sus dirigentes, mientras algunos otros sectores cuestionaban que dicha medida detenía la creación de una comisión parlamentaria.

Dentro de las contradicciones surgidas en el seno del movimiento durante 10 meses, de igual manera se continuó funcionando "principalmente en el interior de la Argentina".

Es así que se formaron agrupaciones locales -unas veces en comisión con alguna institución nacional y otra en forma independiente. Estas agrupaciones funcionarán no sólo en las capitales de Provincias, sino también en otras ciudades y pueblos.

Asimismo, se gestaron "centros" o "frentes" de Derechos Humanos en Universidades, colegios secundarios, oficinas públicas, sindicatos, etc.

- Se ha determinado que las entidades de Derechos Humanos, centralizarán su actividad en los próximos meses en los siguientes reclamos:

  (a) - Definición acerca del destino del informe de la CONADEP, en especial la disponibilidad del material informativo agrupado (aproximadamente miles de legajos, con 40.000 fojas).

  (b) - Publicación de la lista de personas que aparecen en los testimonios recibidos por la CONADEP, como vinculados de una u otra forma con las "acciones represivas".

  (c) - Creación de una Comisión Investigadora en el seno de la Cámara de Diputados. (Esta cuestión ya fue tratado por dicha Cámara el 28 de setiembre pasado - El proyecto fue presentado por las bancadas de los Partidos Demócrata Cristiano, del Partido Intransigente, de varios Diputados del Partido Justicialista. En la oportunidad se discutió si sería tratado el mencionado proyecto, en "tablas", es decir, sin previo despacho

9005062

Comisiones de la Cámara. El Justicialismo votó íntegramente a favor del Proyecto, y se ha determinado que también lo hicieron algunos legisladores del Radicalismo. El diputado Marcelo Stubrin (Unión Cívica Radical) manifestó que la oposición de su bloque debía entenderse como una "actitud transitoria".

(d) - Marcha del Juicio "Madre" o sea, la causa que involucra a los nuevc miembros de las tres primeras Juntas Militares y que actualmente tiene a consideración, la Cámara Federal de Apelaciones.

(e) - Destino de las causas que hoy se tramitan ante el Consejo Supremo de las FF.AA. (En esto, el Diputado Demócrata Cristiano, CONTE (Liberación y Humanismo)e integrante del CELS, presentó un proyecto ante la Cámara de Diputados, dejando sin efecto la jurisdicción militar. Al respecto, existe ante la Suprema Corte de Justicia, un recurso planteado por el Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), en el que se pide dejar sin efecto la jurisdicción del Consejo por haber incurrido en prejuzgamiento por lo que se configuró así una situación de privación de justicia para las familias afectadas.

(f) - Perspectiva de que el enjuiciamiento por violaciones a los Derechos Humanos involucre solamente a los Jefes superiores, a partir de evaluar que las causas en trámite sólo llegarán a conocimiento de la cámara Federal, de aquí a seis meses o un año (El reclamo de este punto, es fundamentado por los organismos de DD.HH. en que el gobierno no enfrenta decididamente a militares en actividad y retiro, que pugnan por lograr una amnistía).

(g) - Causa judicial, segunda por delitos de rebelión

9005052

contra miembros de las Juntas militares.

(h) - Situación de los 17 "presos Políticos", integrantes de grupos subversivos, detenidos en la actualidad. (Al respecto, el Senado aprobó un Proyecto de Ley abriendo camino al examen de sus situaciones, proyecto que solamente requiere para su aprobación que el Poder Ejecutivo lo envíe a Diputados durante el período de sesiones extraordinarias).

(i) - Medidas a adoptar para "garantizar" que, tal como todos los Partidos Políticos lo propusieron a la ciudadanía, durante la etapa preelectoral, los Servicios de Inteligencia de las FF.AA., cesen toda actividad de Seguridad interna.

(j) - Reordenamiento de las FF.AA., comenzando por afrontar el principal problema, o sea, la formación de sus cuadros.

(k) - Políticas que los Ministerios del Interior y Justicia llevan a cabo en relación a las dos cuestiones invocadas en 9 y 10.

(l) - Esclarecimiento de los sucesos ocurridos en los últimos meses; (colocación de Explosivos en Córdoba, robos de Expedientes en Rosario, amenazas a estudiantes en Rosario, secuestros de dos catequistas en Quilmes, explosivos colocados en domicilios de miembros de CONADEP y en CEMIDA, "informe" del CIED, etc.).

Con relación al proceso que se les seguirá a las ex-Juntas militares, las organizaciones de Derechos Humanos estarían accionando, a fin de llevar adelante un plan sicológico.

El mismo buscaría estimular la reacción de la opinión pública frente al hecho en cuestión con la "premisa" consabida de "Juicio y Castigo a los culpables".

J - Política Subversiva

1 - Frente Nacional Para la Liberación y Justicia Social

El tema de la creación del "Frente" se formalizó en la primera quincena de marzo, incluyéndose en la Agenda de la CGT,

9005052

con la decisión de un consejo directivo, de formular una convocatorio programática a todos los sectores políticos y sociales en torno a los objetivos de "justicia social", reactivación del aparato productivo, reforma tributaria y financiera, rechazo de las fórmulas recesivas del FMI y defensa de la Democracia.

La propuesta anterior equivale a una revisión total de lo actuado hasta ahora por los secretarios generales de esta central obrera, en la "mesa de la concertación". En la misma se habían llevado a formar programas de corte "liberal" con la Unión Industrial Argentina (UIA), la Sociedad Rural y otras entidades "patronales".

Lo anteriormente expuesto, había colocado en los hechos a la CGT y dentro de la situación política argentina, como integrante de elementos y factores que presionan al gobierno desde la derecha. Se ha determinado que el debate interno fue intenso, y quién planteó la postura que prevalecerá fueron los dirigentes Roberto DIGON (tabacaleros) y Víctor DE GENARO (estatal).

Lo propuesto es que se "reniegue" de los pactos con quienes sólo buscan ponerle a los trabajadores la soga al cuello y generar una mayor alza del costo de vida.

Que el movimiento obrero genera con esta posición que convoque a todos los sectores del "campo popular", para poner en marcha el "proceso de Liberación Nacional".

El viraje que se insinúa en la conducción de la CGT traduce en parte el nuevo cuadro de fuerzas que dejaron, las elecciones sindicales recientes y refleja, asimismo, los realineamientos que se van produciendo dentro del peronismo, inducidos por elementos "avanzados" o sea . MOVIMIENTO PERONISTA MONTONERO. (Ver ap. SUBVERSION-GREMIAL). (Pag.14)

Asimismo, recientemente existió una carta abierta del Diputado Demócrata (Línea Humanismo y Liberación) y afín al ERP, Augusto CONTE MAC DONEL, dirigida al líder del Partido Intransigente, Oscar ALENDE, donde se hace un repaso a la historia y a la crisis de la sociedad argentina y la evolución

9005052

del actual cuadro político, deduciéndose de dicho análisis la "exigencia de reunir fuerzas desde y para un programa alternativo", de contenido nacional y popular.

En la precisión se hace reflexión, en que no se deberá apuntar centralmente a acuerdos electorales("solo posibles cuando exista convicción de que es posible reunirse en una voluntad y un programa común que lo justifique").

Pero también subraya la "imprescindible exigencia" de pasar a promover el trabajo político y social conjunto de bases, dirigentes y grupos técnicos.

Este planteamiento es compartido por políticos argentinos de los denominados "progresistas o de avanzada", está interpretado en el hecho, como un llamado a que cambie de actitud el Partido Intransigente, ya que no se define en participar en la propuesta, siendo su concurso imprescindible, para el "despliegue" de la alternativa Frentista.

(Al respecto, se determinaría que la demora del P.I. en responder obedecería, en función de los resultados que calcula obtener en las elecciones parciales de noviembre próximo y que según encuestas se ubicaría como segunda fuerza política en Argentina, relegando al peronismo).

También recientemente, en su Congreso Partidario, el Movimiento al Socialismo (MAS) Troskista, se pronunció por una "verdadera alternativa de izquierda" en las elecciones de renovación parlamentaria de noviembre, con el Partido Comunista Argentino y diversos grupos menores. La propuesta fue formulada mediante una carta a la dirección del P.C.

Sobre este último aspecto, el P.C., propondrá su posición, la cual será la siguiente:

Para el P. C. cualquier acuerdo táctico -incluídos los de tipo electoral- considera que debe ser compatible con su perspectiva "estratégica" y contribuir a aproximarla. Esto es que, debe favorecer la defensa y profundización de las conquistas democráticas y aportar a la construcción de un FRENTE DE LIBERACION NACIONAL Y SOCIAL, capaz de constituirse en una verdadera alternativa de poder popular, "anti-imperialista y anti-

9005052

oligárquica.

El PCA tampoco dictaría exclusiones en cuanto a la composición del futuro "Frente" ya que al mismo podrán pertenecer quienes compartan su programa y metodología.

No descartaría tampoco la realización de conversaciones y la búsqueda de un acuerdo en distintos "planos".

Actualmente, tiene como "núcleo" o centro de gravedad de su política de alianzas, como principal punto de referencia "al Peronismo" -en primer lugar a su base de masas obreras y populares y sus corrientes definidamente anti-imperialistas y anti-oligárquicas -al Partido Intransigente - Humanismo y Liberación de la Democracia Cristiana - sectores consecuentes del socialismo y la "ancha franja progresista del Radicalismo".

El PCA además no aceptará ningún acuerdo táctico, al margen de lo anteriormente expresado, ya que los considera criterios "irrenunciables".

A grandes rasgos se puede decir que el criterio "Frentista" se basaría en pautas programáticas, que en 1973 llevaron al triunfo del FREJULI (Frente Justicialista de Liberación) - (Pte. CAMPORA) y la recreación de esta política se basaría en la actualidad en términos de una unidad popular.

En el aspecto latinoamericano se solidarizó totalmente con Nicaragua. (Ver Sub. Frente Liberación).

2 - Proceso a las ex-Juntas Militares

a - Introducción

- Dentro del contexto de la situación política argentina existe este hecho fundamental y el tratamiento al reciente pasado militar por parte del actual régimen de gobierno para lo cual evidentemente optó entre varios modelos.
- Lo que se llamaría el modelo argentino de "borron" y cuenta nueva, esto es, la tradicional tolerancia de los regímenes constitucionales para sus antecesores militares.

"Borrón, porque se borraba y se olvidaba pasadas responsabilidades. Pero además cuenta vieja" porque se

admitía implícitamente que habría impunidad para los próximos planteos y conatos de rebelión.

De éste modo, la impunidad por el pasado seguía la impunidad hacia el futuro, y luego de dos, tres o treinta planteos, los militares volvían al poder.

- De esta manera, el ciclo de "inestabilidad", recomenzaba -como contrapartida había unidad, aunque menor- para los regímenes civiles derrotados. Sobre este punto, se tiene que tomar como referencia, la relativamente benigna prisión de FRONDIZI en Martín García, e ILLIA, que relativamente no fue molestado.

En cuando a Isabel PERON, si bien sufrió prisión, la misma fue rodeada de consideraciones.

b - Consideraciones

- Más severo que el tratamiento civil de los militares, el tratamiento militar de los civiles, sin embargo se entró en el fin de la recíproca tolerancia, que derivaba del relativismo constitucional argentino. Hoy constitucionales mañana militares y así los regímenes políticos se miraban mutuamente como las alternativas previsibles de una prolongada duda de carácter constitucional.

c - Estrategia

- A partir del "borrón y cuenta vieja" que fue la política evidente de los anteriores gobiernos constitucionales, de Pte. Alfonsín se le planteó una serie de alternativas de creciente severidad:

- La primera de ellas, basada en "borrón y cuenta nueva" que ha caracterizado a la democracia española. "BORRON" porque igual que en Argentina, en el pasado se echó también en España un manto de olvido sobre la época "franquista".

Pero en cambio "cuenta nueva" porque decidió que a partir de esa ley de olvido, todo régimen constitucional terminaría inexorablemente con los intentos futuros del golpismo.

Es así que el "Tejerazo", fue la prueba. Una vez que

se condenó al Tte. Cnel. Tejero y a encumbrados generales a las penas de prisión, el régimen español decidió su destino; esto es que demostró a los demás, se demostró asimismo, que la cosa iba en serio, y no aceptó componendas ni retrocesos (AMNISTIA).

Ya los intentos golpistas no serían considerados bajo una "luz romántica", como pecados provenientes del relativismo institucional, iban a ser castigados con severidad, como expresión de actitudes sediciosas, subversivas, contra el orden político de la democracia.

- Evidentemente, a ALFONSIN se le plantearon otras alternativas aún más duras. No sólo el "borrón y cuenta nueva" de los españoles, sino además, la "rendición de cuentas de los griegos", ya que como se recordará, cuando volvió la democracia en Grecia, esta juzgó y condenó las largas prisiones -una de ellas perpetua- a los responsables de la anterior "Grecia de los Coroneles".
- La decisión de Alfonsín no se limitó en esta oportunidad como en España a mirar con firmeza hacia adelante, sino que también dió un paso atrás para que los anteriores "atentados" a sus principios no quedasen impunes.
- Ejemplo comparativo: Las organizaciones de DD.HH. y principalmente la Presidenta de Madres de Plaza de Mayo, reclaman un juicio político contra los militares, porque los juicios judiciales, carecen de suficientes pruebas para condenarlos.

Evidentemente, esto implica la negación a los militares, esos mismos derechos de defensa en juicio justo, que se reclaman para los perseguidos por ellos.

- Ante esto, ALFONSIN desechó evidentemente para sus intereses, la variante externa del ajuste de cuentas y tornó eso sí, la variante más severa que le permitió la fidelidad del Estado de Derecho, la rendición de cuentas al único griego.
- Esta es considerada como se percibe, cuando tomó la decisión de someter a las tres primeras Juntas militares a

juicio por delitos como el homicidio y otros, agravando las penas por rebelión y todavía más, anular la prescripción en este caso.

- Con esto, Alfonsín declaró la guerra al sistema militar, cortó así por decirlo, el "sutil viento de complicidad" que se había consolidado a través de cincuenta años de República corporativa e inestable, entre los militares y sus sucesores.

- La idea subyacente fue que los militares, dueños al fin y al cabo del Poder, lo concedían a un régimen surgido de elecciones pero, si reservaban el derecho de determinar soberanamente el día y la hora del regreso, al no penarlos por la transgresión constitucional anterior, de dejarlos en posición de un vasto sistema de poder, aún en tiempos constitucionales (posiciones de las cuales los militares fueron desalojados, como ser de la SIDE, hasta la Comisión Nacional de Energía Atómica, pasando por los propios comandos en Jefe de las tres armas, cuya sola existencia desmentía la pretensión Presidencial de ejercer el Poder militar).

- Es así que los gobiernos constitucionales fieles al principio de "borrón y cuenta nueva", admitían implícitamente que los que se acababan de ir, habrían de volver, que, en tanto el gobierno había cambiado de mando con las elecciones, el poder seguía intacto en la sede militar.

d - <u>Conclusiones</u>

- Alfonsín cortó las fuentes entre el sistema militar y el sistema constitucional de Poder.

- La idea de juzgar aquí y ahora a los integrantes del Proceso de Reorganización nacional impide toda coalición con el pasado. Más aún la idea de acumular la prescripción del delito de rebelión supone que aún cuando hubiere un golpe de Estado exitoso en un futuro, sus autores serán finalmente castigados, porque al no prescribir su delito, la justicia podrá "esperar" cinco, diez, quince años, hasta que "vueltas" al llano, se les llame a rendir

cuentas. O ser, la no prescripción del delito de rebelión pone inexorablemente "la espada de Damocles" sobre la cabeza de quienes triunfen en un futuro golpe de estado, asegurándoles con una lógica irrebatible que tarde o temprano, "la Constitución los alcanzará".

- Desde el inicio de esta estrategia adoptada por Alfonsin, es fácil percibir que el mismo rompió "lanzas" contra la alternativa militar de los argentinos, o sea les declaró la guerra.

En definitiva se quiere dejar en claro, que la democracia busca el "castigo" de los rebeldes anteriores, que sancionará con cierta severidad a los eventuales rebeldes del futuro, o sea que esperará su turno con paciencia hasta repetir la operación "griega" de la rendición de cuentas, con los eventuales triunfadores de un golpe militar.

- Es evidente que con todo esto, Alfonsín se jugó el futuro personal y esto es visible ya que al declararle la guerra a los militares, en la misma actualmente no hay cuartel.

- Vulgarmente se "jugó", ya que no ha de esperarse, por lo tanto, de los eventuales golpistas del futuro, ninguna consideración hacia aquel que les declaró la primera guerra en la historia argentina.

- Es difícil imaginarse a esta altura de los acontecimientos, derrocado ALFONSIN, el mismo destino de ILLIA, o ni siquiera el "digno" encierro de FRONDIZI, ya que su programa es luchar a muerte contra el futuro golpe militar, denunciarlos, encarcelarlos, reprimirlos, y en todo caso hasta *ponerle* el "pecho".

- Actualmente las cosas se perfilan muy mal, por lo que la sombra de SALVADOR ALLENDE, se proyecta sobre ALFONSIN, ya que es el sentido de su opción.

3 - Proceso a Militares

a - Introducción

La reciente reestructuración militar llevada a cabo por el Gobierno Argentino, se encuadraría en la necesidad de superar situaciones coyunturales planteadas en el frente

militar, con relación al futuro juzgamiento a integrantes de las Juntas militares y el proceso al Tte. ASTIZ, y de esta manera lograr un clima interno adecuado y sin presiones.

- La trascendencia de estos casos para la política del gobierno en el área de los Derechos Humanos, debe analizarse desde los discursos pre-electorales de ALFONSIN.

Mencionaba en la oportunidad que los niveles de responsabilidad en la represión pasaban por tres parámetros:

- Los que dieron las órdenes.
- Los que las obedecieron.
- Los que se excedieron en cumplimiento de esas órdenes.

- El Proceso contra los ex-integrantes de las tres primeras Juntas militares -ordenado por el mismo ALFONSIN, a través del Decreto 158/83-, permitirá la difusión en el primer nivel.
- En el caso ASTIZ, permitirá definir la responsabilidad de los otros dos niveles de participación.

b - <u>Antecedente</u>

- Inicialmente el caso estuvo como es de conocimiento, en el Supremo Tribunal Militar de las FF.AA., pero habiendo transcurrido un año sin dictarse sentencia, la Cámara Federal en lo civil, tomó a cargo la continuación del juicio.

Como se expresaba en el apartado anterior, la formación de la causa fue decretada por el Decreto 158/83, de Gobierno de ALFONSIN, y en calidad de Cte. en Jefe de las FF.AA. ya que es el único con potestades para enjuiciar a Oficiales Generales.

- El Decreto somete a Juicio a la Junta Militar que gobernó a partir del 24 de marzo de 1976, y a los integrantes de las Juntas siguientes:

VIDELA, AGOSTI, MASSERA, VIOLA, GRAFFIGNA, LAMBRUSCHINI, GALTIERI, LAMIDOZO y ANAYA.

- Delitos que se les adjudica: Homicidio, privación ilegal de libertad, aplicación de tormentos a los detenidos sin perjuicio de los demás de que resulten inmediatos o

9005052

mediatos, instigadores o cómplices los oficiales superiores mencionados.

c - Hechos

- La facultad de la Cámara Federal para continuar el proceso en el caso de negligencia o demora justificada de los Jueces Castrenses, surge del Decreto 23049, que reformó el Código de Justicia militar.
Esta última circunstancia, es de señalar que intervino por el contenido del informe del Consejo Supremo de las FF.AA. en el cual había llegado a la conclusión de que los secuestros, no son ilegítimos, si se realizan en personas sospechosas de infringir la ley.
Otra concesión que extrajo el mencionado Consejo fue que las órdenes fueron "imbjetables" y por lo tanto no se les puede atribuir ninguna responsabilidad a los Comandantes.
Para el caso de que se les acuse de responsabilidad indirecta, por su condición de Jefes, previamente deberá juzgarse a los subalternos, por ser ejecutores materiales de los delitos.
Estas resoluciones del Consejo de las FF.AA.entran en frontal colisión, con las comprobaciones realizadas a la fecha por el fiscal, el cual seleccionó de un conjunto vasto, 711 casos donde existen testimonios documentales que permitirían acusar a los integrantes de las Juntas de: homicidio, secuestro, tortura, saqueos, entre otros ilícitos, sobre los cuales interrogó recientemente a los procesados.

- Cuando el expediente llegó a la cámara, sólo VIDELA y MASSERA habían sido juzgados, dictándose su prisión preventiva, en una resolución con "vagos fundamentos" y se procesó al Brigadier AGOSTI, otorgándosele la libertad por faltas de méritos.

- A los 6 restantes integrantes de las Juntas no se les procesó, y la prisión de GALTIERI, ANAYA y LAMI DOZO, no se deben a resolución en esta causa, sino a la responsabilidad que les cabe en el Proceso por la guerra de Mal

vinas.

Se tomó declaración indagatoria por parte de la Cámara Federal y esta decreta la prisión preventiva rigurosa para cinco: VIDELA, MASSERA, AGOSTI, LAMBRUSCHINI y VIOLA, los cuatro restantes son procesados, pero puestos en libertad.

El único que está en libertad efectiva es GRAFIGNA.

- La prisión preventiva corresponde cuando están probados los hechos delictivos y hay datos suficientes para atribuir la responsabilidad de los imputados. El Código de Justicia Militar dispone prisión rigurosa -que se aplica al proceso actual- cuando los delitos imputados pueden merecer "pena de muerte" - "reclusión" - "prisión mayor o confinamiento".

- Hasta el presente los integrantes de las Juntas, niegan cualquier intervención en los "ilícitos cometidos" durante su gestión.

d - Elementos de pruebas generales

- Los mismos se clasifican de la siguiente forma según se ha determinado:

(1) - Las que están en el expediente principal, que posee 16 tomos de 200 hojas cada uno.

(2) - 4.017 agregados, que resultan de expedientes solicitados al Consejo Supremo de las FF.AA., en que luego se sentará la sentencia respectiva, ya que en estos se encuentran los elementos probatorios.

(3) - Más de 10.000 casos radicados en los Tribunales de las distintas Provincias sobre desaparición de personas, torturas, homicidios y otros delitos, cuyos informes o fotocopias, fueron pedidos por la Cámara, cantidad que puede aumentar, ya que aún no han llegado en su totalidad.

(4) - Treinta y cuatro carpetas con reclamos de gobiernos extranjeros, a las ex-Juntas militares, entre 1976 y 1983, por violación de los Derechos Humanos.

(5) - Veintiocho carpetas del Ministerio del Interior -actualmente se encuentran en la subsecretaría de D

rechos Humanos- donde se condensan los reclamos de particulares, de organismos internacionales y nacionales, incluídos los de las naciones.
(caso MICHELINI-GUTIERREZ RUIZ- RODRIGUEZ LARRETA- desaparecidos uruguayos en Argentina)

(6) - Cuatro legajos voluminosos con resúmenes publicados por los principales diarios del país.

(7) - Treinta legajos con documentación que contienen directivas de los Comandantes, certificados de difusión de N.N. y legajos de los procesados, entre otros.

Todo el material ha sido procesado en una computadora MB-61, que permite mediante un sistema técnico, la determinación de cada caso, por la índole del delito.

e - <u>Como se realiza el proceso</u>

- Las audiencias de ampliación de indagatoria se realizaron sin público a fin de agilitar las imputaciones y concretar los elementos de debate.
- El debate oral y público comenzó con la presentación de pruebas, insumiendo esto aproximadamente 100 días de audiencias donde declararán testigos y se agregarán pruebas documentadas.
- Concluída la prueba, el Fiscal dictará acusación, y la defensa hará los descargos de los procesados.

<u>Presencia de Procesados</u>

La etapa del juicio oral que dió comienzo en la segunda quincena de abril, no tendrá la trascendencia pública que se esperaba, ya que la Cámara Federal resolvió que los procesados, no estarán obligados a estar presentes en las audiencias, aunque no se descarta que de acuerdo al desarrollo del juicio, alguno de los ex- Comandantes se presente por propia voluntad.

El único momento en que su presencia será obligatoria, será cuando se dé sentencia definitiva, o cuando lo requiera alguna de las partes para ampliar la indagatoria.

Los Jueces estudian la posibilidad de extender esta obli-

9005052

gatoriedad a la etapa del juicio en que la fiscalía presentará los cargos contra los procesados.

La ausencia de los comandantes en el juicio, habría sido a fin de evitar el ofrecer a la Defensa un talón de Aquiles "que podría ser un elemento altamente político".

Seguridad

- La misma está a cargo de la Policía Federal, Policía del Poder Judicial, Bomberos, Brigada anti-explosivos y persona civil que controla los accesos a la sala.
- Todo el que ingresa lo hace por medio de tarjetas.
- El estudio sobre medidas de seguridad estuvo a cargo de la SIDE, y en el operativo participaron sus agentes.
- Durante el proceso de los militares detenidos - VIOLA, MASSERA, VIDELA, LAMBRUSCHINI y AGOSTI- permanecerán alejados, en la Unidad Penitenciaria 22, ubicada en VIAMONTE 1147 (1.400 metros de Tribunales) para facilitar su traslado en caso de ser requerido.
- En lo refente al periodismo está presente desde el inicio con un representante por cada medio.

No pueden concurrir fotógrafos, por lo que la secretaría de Información Pública aportó 4 fotógragos oficiales, quienes serán los encargados de registrar todo el jucio y luego reparten copias a todos los medios.

- Se pensó en grabar en video todo el desarrollo de las audiencias para guardarlas en archivo, pero se descartó por los costos. De todos modos se llegó a un acuerdo con Canal 7 ATC (Estatal) para que realice tomas, las cuales son repartidas a canales del interior y del exterior, en forma de flashs informativos.

-Jueces que actuarán

La Cámara Federal en lo Criminal y Correccional actuará integrada por sus seis (6) miembros:

-Presidente: Dr. León Carlos ARSLAIN

-Vocales: Dr. Guillermo LEDESMA

Dr. Andres José D'ALESSIO

Dr. Ricardo R. GIL LAVEDRA

Dr. Jose VALERGA ARAOS

Dr. Jorge Edwin TORLASCO

Los mismos provienen del Fuero Criminal Ordinario.

-Defensores

Los defensores de los ex-Comandantes, actuaron como funcionarios o Jueces durante el proceso militar.

Los mismos son:

-Gral. VIOLA: Dr. José Ma. ORGEIRA (ex-Juez de Instrucción)

: Dr. Jorge María FRAGUCIRO FRIAS

: Dr. Carlos Daniel FROMENT

: Dr. Sergio Andrés MARUTIAN (Ex-Fiscal)

-Almirante MASSERA: Dr. Jaime PRATS CARDONA (ex-camarista)

-Brigadier AGOSTI: Dr. Bernardo José RODRIGUEZ PALMA (ex-camarista)

: Dr. Héctor ALVARADO

: Gustavo BALVE

: Ignacio GARONA

-Almirante LAMBRUSCHINI: Dr. Enrique RAMOS MEJIA (Ex-camarista)

-Brigadier GRAFFIGNA: Dr. Eduardo HERNANDEZ AGRAMONTE (ex-Juez)

: Dr. Eduardo GEROME (Ex-Juez)

: Dr. Roberto CALANDRA (Ex-Juez)

-General GALTIERI: Dr. Enrique MUNILLA LACASSA (Ex-Camarista)

: Dr. Alfredo BATAGUA (Ex-Camarista)

-Almirante ANAYA: Dr. Eduardo AGUIRRE OBARRIO (ex-Ministro de Defensa de LANUSSE)

: Dr. Miguel Angel BUERO

-Brigadier LAMI DOZO: Dr. Mario MARCOPOLUS.

9005052

-Jueces que actuarán

La Cámara Federal en lo Criminal y Correccional actuará integrada por sus seis (6) miembros:

-Presidente: Dr. León Carlos ARSLAIN

-Vocales: Dr. Guillermo LEDESMA

Dr. Andres José D'ALESSIO

Dr. Ricardo R. GIL LAVEDRA

Dr. Jose VALERGA ARAOS

Dr. Jorge Edwin TORLASCO

Los mismos provienen del Fuero Criminal Ordinario.

-Defensores

Los defensores de los ex-Comandantes, actuaron como funcionarios o Jueces durante el proceso militar.

Los mismos son:

-Gral. VIOLA: Dr. José Ma. ORGEIRA (ex-Juez de Instrucción)

: Dr. Jorge María FRAGUCIRO FRIAS

: Dr. Carlos Daniel FROMENT

: Dr. Sergio Andrés MARUTIAN (Ex-Fiscal)

-Almirante MASSERA: Dr. Jaime PRATS CARDONA (ex-camarista)

-Brigadier AGOSTI: Dr. Bernardo José RODRIGUEZ PALMA (ex-camarista)

: Dr. Héctor ALVARADO

: Gustavo BALVE

: Ignacio GARONA

-Almirante LAMBRUSCHINI: Dr. Enrique RAMOS MEJIA (Ex-camarista)

-Brigadier GRAFFIGNA: Dr. Eduardo HERNANDEZ AGRAMONTE (ex-Juez)

: Dr. Eduardo GEROME (Ex-Juez)

: Dr. Roberto CALANDRA (Ex-Juez)

-General GALTIERI: Dr. Enrique MUNILLA LACASSA (Ex-Camarista)

: Dr. Alfredo BATAGUA (Ex-Camarista)

-Almirante ANAYA: Dr. Eduardo AGUIRRE OBARRIO (ex-Ministro de Defensa de LANUSSE)

: Dr. Miguel Angel BUERO

-Brigadier LAMI DOZO: Dr. Mario MARCOPOLUS.

9005052

-Fiscal: Dr. Julio César STRASSERA.

- A fin de facilitar la claridad. en las perspectivas del desarrollo del Juicio que se iniciará el 14.04.85, se plantearán las estrategias de la defensa y del Fiscal:

Militares:

- Como primer paso acentuar la idea de que las FF.AA. son la última reserva de la nacionalidad.
- Luego "politizar la causa", aspirando a presentar errores, precisamente como delitos políticos, e institucionales.
- Poner al gobierno en el "brete" de politizar el Juicio (ALFONSIN, intentó contrarrestar esto, cuando pretendió que las FF.AA., se autojuzgarán).
- Lograr reivindicarse ante sus pares del proceso, en base a principios de supremacía de los cuerpos armados por el resto de la sociedad.
- Influir con una imagen dura, sobre oficiales en actividad, con la finalidad de que se "refuercen patológicamente" en el espíritu de cuerpo.
- Aislar a las FF.AA.
- Fortalecer el liderazgo de los sectores más "duros".

Desarrollo de la estrategia:

- La misma se comenzó a desarrollar cuando el Consejo Supremo de las FF.AA. envió en "masa" 200 expedientes a la Cámara Federal lo que actuó como hecho de "presión" -(obstaculizar el ordenado y rápido ordenamiento para el juzgamiento; ya que en estas causas se hayan comprometidos más de 400 oficiales, los cuales responsabilizaron en sus testimonios a sus Ctes. en Jefe, de las órdenes represivas).
- Debido al mismo carácter del proceso, se tratará de aprovechar todos los "frentes" procesales, aprovechando al máximo las "brechas" e "incidencias" que surgirán en el transcurso del juzgamiento.
- Los defensores apelarán, interpondrán recursos, impugnarán pruebas y testigos sin dejar de lado ninguna de

9005052

las posibilidades del "Código de Procedimientos" y en especial la incidencia de la Justicia militar.

- No se tratará de postergar la "sentencia", sino que se aprovechará al máximo cada uno de los incidentes legales, para transformarlos en un "debate político".
- Los escritos se pretenderán convertirlos en "arengas" castrenses dirigidas contra el gobierno, con la finalidad de justificar una especie de "guerra Santa".
- Los Comandantes no se opondrán a las audiencias públicas.
- Se intentará profundizar en todo momento la fundamentación ideológica de su accionar, para lo que:
  -Se eludirá el terreno de los agravios personales (querellas por injurias, falsos testimonios, etc.)
  -Desplantes de tipo "castrense" (tratamiento especial, uso del uniforme, traslado por oficiales del mismo rango, etc.) justificación ética y doctrinaria de la represión. Al respecto, esta intensión se puso de manifiesto en un recurso de VIDELA, el cual evidentemente fue utilizado como "sonda".
  Este escrito sostiene que la Justicia Civil "carece de jurisdicción y competencia para juzgarlo" y agrega que el "Poder Ejecutivo continúa empeñado en que se castigue a quienes comandaron las FF.AA., de Seguridad y Policiales, que defendieron la agresión terrorista. Además VIDELA, resumió en su presentación la ideologia de Seguridad Nacional, reivindicó el Derecho a repetir la metodología, e intentó aglutinar a las FF.AA. -en esto no coincidiría el Brig. LAMIDOZO-.
  Advirtió además "que el tiempo no tardará en poner de manifiesto las consencuencias del tamaño extravio institucional" y que con esto se apuesta al futuro.
- La metodología de defensa fue acordada por la mayoría de los Ex-Comandantes, no participando de esta táctica común los ex-Jefes de la Armada.

Estos últimos designaron defensores calificados como "Li

9005052

berales y escrupulosos de la prueba".

- Al respecto, en el ambiente judicial, se piensa que la habilidad de estos profesionales se podría frustrar, si la Cámara Federal resuelve aplicar el criterio de "libresconvicciones" y no el de "las pruebas tácticas" para emitir sentencia.

- Sobre el resto de los defensores, en cambio, se ha determinado lo siguiente : La mayoría de ellos fueron jueces del Fuero local durante el Proceso y por ende colegas -hasta hace un año- de los integrantes actuales de la Cámara Federal y quienes sin "excepción desempeñaron funciones en la Justicia durante el interregno del gobierno militar".

Esto originaría que el "margen de maniobra" de los Jueces será "estrecho".

Fiscal:

- En un principio, cuando el Fiscal indagó a los ex-Comandantes por primera vez, las defensas cuestionaron el procedimiento al afirmar que el interrogatorio al que eran sometidos sus defendidos, abarcaba "temas generales" y no se concentraba en hechos concretos.

- En una posterior indagatoria, los defensores conocieron qué cargos se les imputaba a cada ex-Comandante y no sólo lo que pretendían sino también la estrategia del Fiscal.

Fiscal.

-Recopilación de pruebas para la causa por la Fiscalía

Metodología:

- Se utilizaron datos proporcionados por CONADEP, como ser:
  -Denuncias presentadas ante dicha Comisión (9.000)
  -Nómina de integrantes de las FF.AA. identificados como represores.
  -Se tomarán 670 casos como par digmáticos, que son ejemplos -de los 9.000-.

Pruebas:

- Existen pruebas documentales
- " " testimoniales

9005052

- Existen pruebas periciales.
- Se recabó información en organismos de las FF.AA. (se respondió parcialmente).

Testigos:

- Se recibió amplísima colaboración
- Existen testigos militares -(sin determinar en actividad o retiro) (calificados como elementos que manifestaron disconformidad con el método adoptado por el Proceso).

Curso de acción del Fiscal

De lo diagramado por el Fiscal, se especula que éste pedirá que cinco de los ex-comandantes sean condenados a cadena perpetua, mientras que para los restantes solicitaría penas de 25 años.

Si la Cámara da lugar a los recursos extraordinarios en los fallos a los ex-Comandantes, las causas pasarían a la Corte Suprema de Justicia.

Con esto, la Corte tendría ante sí dos "leading case" (casos líderes) en los que podría sentar jurisprudencia, frente al tema de los que dieron órdenes y los que las obedecieron.

En el primer caso serviría para juzgar a los Jefes militares como Ramón CAMPS, Luciano BENJAMIN MENENDEZ y Ruben CHAMORRO.

En el segundo quedaría firme el concepto de inculpabilidad por obediencia debida (caso ASTIZ).

K - Política Exterior

- El enfoque de las relaciones externas de Argentina se mantiene desde el inicio del gobierno institucional, desde lo que se puede considerar, tres círculos concéntricos:

1 - El núcleo de los conflictos de arrastre.

2 - La novedad de los apoyos europeos, en especial de la Social Democracia.

3 - El redimensionamiento de la relación con las dos superpotencias y en base a ello, con el resto del mundo (No Alineados).

El núcleo de esta política, es la idea de que se forma parte de Occidente, pero que Estados Unidos no constituye todo Occidente.

9005052

- Existen pruebas periciales.
- Se recabó información en organismos de las FF.AA. (se respondió parcialmente).

Testigos:

- Se recibió amplísima colaboración
- Existen testigos militares -(sin determinar en actividad o retiro) (calificados como elementos que manifestaron disconformidad con el método adoptado por el Proceso).

Curso de acción del Fiscal

De lo diagramado por el Fiscal, se especula que éste pedirá que cinco de los ex-comandantes sean condenados a cadena perpetua, mientras que para los restantes solicitaría penas de 25 años.

Si la Cámara da lugar a los recursos extraordinarios en los fallos a los ex-Comandantes, las causas pasarían a la Corte Suprema de Justicia.

Con esto, la Corte tendría ante sí dos "leading case" (casos líderes) en los que podría sentar jurisprudencia, frente al tema de los que dieron órdenes y los que las obedecieron.

En el primer caso serviría para juzgar a los Jefes militares como Ramón CAMPS, Luciano BENJAMIN MENENDEZ y Ruben CHAMORRO.

En el segundo quedaría firme el concepto de inculpabilidad por obediencia debida (caso ASTIZ).

K - Política Exterior

- El enfoque de las relaciones externas de Argentina se mantiene desde el inicio del gobierno institucional, desde lo que se puede considerar, tres círculos concéntricos:

1 - El núcleo de los conflictos de arrastre.

2 - La novedad de los apoyos europeos, en especial de la Social Democracia.

3 - El redimensionamiento de la relación con las dos superpotencias y en base a ello, con el resto del mundo (No Alineados).

El núcleo de esta política, es la idea de que se forma parte de Occidente, pero que Estados Unidos no constituye todo Occidente.)

9005052

Es así como actualmente la Argentina estaría jugando su destino a cara o cruz de los acontecimientos globales (sobre los cuales puede gravitar poco y nada, salvo testimonialmente), pero tiene intereses específicos que atender, los cuales han quedado en los últimos años "agrandados".

Los más evidentes son el problema limítrofe con Chile y Malvinas.

En los acontecimientos, con el caso Beagle la única opción que se le perfiló, fue la aceptación general de la mediación papal, tratándose en particular solamente el tema, bioceánico.

- En el caso Malvinas, la superación del conflicto armado es necesaria, pero evidentemente no puede darse sobre bases unilaterales (la renuncia por parte de Argentina al uso de la fuerza necesita, como contrapartida, la aceptación británica de negociar en torno a la Soberanía).

Esto se planteó como posible con el regreso al sistema institucional (retorno a la democracia, respeto irrestricto a los DD.HH.) lo que llevaría a atenuar la solidaridad europea con Londres, lo que no resultó.

- Sin embargo, como los acontecimientos se han desarrollado, parecen haber superado ese molde, agregándose no sólo lo de la usurpación territorial, sino también el problema nuevo de la "base militar" custodiando el confín austral, en base a concepciones estratégicas de índole ESTE-OESTE.

- La relación Argentina, con Brasil, se encara como uno de los puntos no dables de su tránsito sudamericano.

- En lo que respecta a la armonización de los intereses en la cuenca del Plata no lo podrá hacer sin el desarrollo equilibrado con todos sus integrantes y dentro de ésto, las invariantes con respecto a situaciones coyunturales, como la que afectan a sus integrantes.

- En lo que hace a política con Estados Unidos, se basa principalmente en hacer cambiar de actitud a Estados Unidos, en lo que respecta a su política de poder, por una política de cooperación mutua -generalmente las relaciones entre los gobiernos de Estados Unidos y Argentina no han sido estrechos y las razones de

9005052

distanciamiento y las diferencias de política entre los dos gobiernos han variado naturalmente con el tiempo y según las circunstancias, pero el resultado ha sido siempre de una regularidad inquietante.

L - Gremios

El criterio de la dirigencia de esta central es dejar por el momento que el Presidente ALFONSIN "haga", por lo cual no existirían ni presiones excesivas, ni paro general en el transcurso del mes de abril.

Esta medida obedecería a que la CGT no quiere aparecer como saboteadora de la gestión del gobierno.

Con todo, el período de espera podría acortarse. Si es "acortado" el espacio salarial de manera significativa, advertencia que fue realizada ya al Ministro de Trabajo.

Se especula también que las falta de respuesta del plantel gremial "desbordará" la paciencia de las bases y estas procederán independientemente de lo que pueda o no concertar la conducción.

En el mes de junio se concretaría la normalización de esta Central obrera, una vez finalizadas las elecciones sindicales en cada gremio.

Del resultado eleccionario ya producido en ciertos sindicatos, quedarían desplazados de la nueva CGT tanto UBALDINI como TRIACA y demás integrantes.

M - Economía

Las nuevas bases del acuerdo entre Argentina y el FMI serían las siguientes:

-Inflación tolerada: no más del 15% mensual en el trimestre abril/junio de 1985 a reducirse al 12% en el trimestre siguiente y al 8% mensual para el trimestre octubre/diciembre.

-En cuanto a las pautas salariales, las mismas deberían fijarse en el 3% menos del índice inflacionario dentro del primer trimestre citado, en el 2,5% menos en el lapso junio/setiembre y en el último trimestre del año el aumento salarial se fijaría en el 1,5% por debajo de la escalada inflacionaria.

Ejemplo: en abril podrían incrementarse los haberes en un 12% como máximo y en diciembre en el 6,5%.

Este esquema sería de cumplimiento forzoso, por cuanto a ello

900[illegible]52

el FMI condicionaría los créditos comprometidos.

De concretarse estos lineamientos originarían recesión de gran magnitud y un deterioro gravísimo de poder adquisitivo de los sectores de ingresos fijos.

Todo esto se sumará a la recesión ya extremada desde octubre último.

N - Fuerzas Armadas

El reciente cambio producido en la jerarquía de las Fuerzas Armadas Argentinas, habría estado originado, en relación a una reunión producida el 25 de febrero pasado.

En la misma participaron el entonces Jefe de Estado Mayor del Ejército, Ricardo PIANTA y los altos mandos del Ejército.

La razón de dicha reunión fue el dar a conocer las orientaciones de esa Jefatura para el año militar en curso, siendo las siguientes:

1 - El Presupuesto de supervivencia del Ejército alcanzará este año a 26.000 millones de pesos y para 1986 se estima otra cifra más insuficiente.

2 - La reestructuración de la fuerza inevitablemente produce la reducción de sus cuadros y la disminución de su capacidad operativa.

3 - Es necesario dar una mejor imagen de la fuerza con la tropa e incrementar las relaciones públicas con los civiles.

4 - No habrá modificaciones sustanciales en las remuneraciones para el personal militar.

5 - La fuerza Ejército dará apoyo jurídico y espiritual a los participantes de la guerra contra la subversión.

6 - La palabra "golpe" es mala palabra por el momento.

7 - La subversión existe y opera con sus dos brazos, MONTONEROS y ERP.

En MONTONEROS el ala política sigue siendo orientada por FIRMENICH y existe un ala militar que responde a órdenes de "células madres" dentro de la organización.

El ERP tiene un ala política internacional que orienta GORRIAN MERLO y otra política interna "cobijada" en el Partido Intransigente, Movimiento al Socialismo (MAS), Partido Obrero y Partido Comunista.

9005052

El ERP también posee brazos armados que están en operaciones de "carácter exploratorio".

Es de destacar que esta reunión, una vez hecha la exposición, el General PIANTA, se integró al Ministro de Defensa Nacional, en donde este último "demostró cordialidad y respeto, escuchando además las inquietudes de varios Generales allí presentes".

El lunes 4 de marzo, se realiza una nueva reunión en EME del Ejército, no participando los ocho Coroneles más antiguos que habían asistido a la reunión anterior.

En la ocasión, el Ministro informa a los Generales que el gobierno había resuelto pasarlo a retiro y que el nuevo Jefe del Ejército sería Héctor RIOS EREÑU.

El transfondo de la situación creada se puede decir que se encuadraría en lo siguiente:

1 - Con los retiros de Generales, Almirantes y Brigadieres, el gobierno trata de "empatar" el partido que las FF.AA. le ganan con la libertad de ASTIZ.

2 - Los Generales demuestran bastante unidad de procedimientos ante la crisis.

3 - Los relevados quedan como "héroes" y RIOS EREÑU, nuevo Jefe de Estado Mayor del Ejército, como "no consecuente".

4 - Esta crisis afecta más de lo que se supone al gobierno, en lugar de proyectarlo.

5 - Hubo clara advertencia de los Generales sobre el juicio a los ex-Comandantes en el tema de la guerra contra la subversión.

6 - Existe el compromiso de todos los Generales menos RIOS EREÑU, de pedir el retiro si la crisis actual no se soluciona y en ese sentido no vacilarían, aunque el Ejército lo tendrán que conducir los Coroneles o Tenientes Coroneles.

Es previsible que el enfrentamiento gobierno-FF.AA. continúe, por lo que se prevé que en el mes de abril se genere otra crisis.

De la evolución en los acontecimientos en las FF.AA. argentinas se puede percibir que entrará próximamente en "ebullición" y tendiente a un "corte disyuntivo" de alguna forma.

19005052

La puesta en marcha "de un plan de gobierno con respecto a las FF.AA., está generando la deliberación de los cuadros dentro del análisis político, ya que una cosa es el reacomodamiento en el frente interno y otra es su reacomodamiento en el frente externo, que obviamente no sólo ya tiene un matíz político sino que es esencialmente político.

Es así, que en este estado de cosas se puede apreciar sin dificultad que el gobierno trata de "despolitizar" a las FF.AA. eliminando los "sedimentos" de un proceso militar que si bien fracasó, ninguno sería suponer que ha quedado sin energías.

Para lograr esto el gobierno se propone "calar" hondo en las FF.AA. llevando a cabo dentro de sus planes, aclarar el traslado de unidades militares a la frontera, el traspaso de Institutos y Colegios militares a área del Ministerio de Educación y Cultura -la obligatoriedad de que los Oficiales concurran junto a civiles, materia de valor en las Universidades, eliminación de los barrios militares, incluído el drástico corte presupuestario.

Actualmente, el gobierno Argentino, en afán de conocer las medidas que está adoptando en el campo militar, impartió órdenes a las delegaciones de la Policía Federal para que recogiese información sobre el accionar de las FF.AA. y de seguridad, particularmente Ejército y en orden secundario a Gendarmería Nacional y Prefectura.

Las instrucciones pertinentes comprenden la búsqueda de operatividad de esas Fuerzas preferentemente sobre las tareas que realizan los mismos y las actividades de Inteligencia que esas unidades pudieran efectuar.

(El Estado Mayor del Ejército, cuenta con esta información, o ser copia del radiograma).

Es opinión generalizada en ciertos círculos políticos que en lo que se refiere a la situación con las FF.AA., recién se está en el "ojo de la tormenta".

Actualmente existe un estado deliberativo permanente en la oficialidad dándose esto en los Sub-oficiales, y Oficiales intermedios, porque hay desencuentros con la cúpula y los mis

19005052

mos al sentirse no comprendidos, ya que no habla claro, mientras se "toquetea" continuamente a los militares.

Está previsto que en la próxima crisis "se defenestraría" a los Generales GORLERI y VERDURA, incluyéndose también en la purga al Inspector de Instrucción del Ejército, General MEDONE.

Actualmente existe una actitud hostil de los militares hacia el General RIOS EREÑU.

Sus actitudes son duramente cuestionadas, siendo éstas:

-Actitud ante el procesamiento de sus subordinados en materia de DD.HH.

-El alojamiento en dependencias del III Cuerpo del Ejército mientras estuvo a su mando, de 200 activistas de la Junta Coordinadora de la Juventud Radical. (La coordinadora es el sector más hostil al Ejército, dentro del gobierno, presentando un alto grado de ideología).

Con este hecho, el cual involucra al General RIOS EREÑU, se le compara en medios "castrenses" con el "operativo Dorrego" ordenado por el Gral. CARGAGNO en 1974 en provecho de la Juventud Peronista (sector Montoneros) en cuyo transcurso se observó infiltración marxista en los cuadros del Ejército.

Toda esta situación se atribuye a la influencia sobre RIOS EREÑU, del General (R) LANUSSE.

9005052

CONCLUSIONES.

- Con mucha o poca conciencia se continúa intensificando el enfrentamiento, la tensión , entre Fuerzas Armadas y el Poder Civil.-
  Sin embargo,para un análisis de las tensiones - son públicas a diario - se debe tener presente que las partes enfrentadas distan mucho de ser homogéneas.-
  Del lado civil, diversas líneas apuntan en evidente confrontación.-
  El gobierno aparenta no querer llevar las cosas a "extremos" y hasta el momento -con dudoso éxito- está sorteando la creciente "avalancha" de la izquierda, que no se resigna a perder la posibilidad de su "NUEREMBERG" propio.-
  Del lado militar, las cosas tampoco aparecen mejor, ya que las conducciones empeñadas en "fervorosas" manifestaciones de fe democrática, en que nadie cree evidentemente,se muestran cada vez más distanciadas de sus cuadros, donde se hunden en la desesperanza, el desconcierto y la confusión.-
  En síntesis,dos partes -una civil y otra militar- y las que cada una de ellas exhibe profundos disensos.-
  Todo configura para los civiles, un cuadro de anarquía y para las FF.AA.; su disolución como tales.-
- El contexto de estas observaciones, está fundamentado en los hechos; o ser un deterioro acelerado de la situación social Argentina a todo nivel, ya por demás acentuado.-
- Sobre esto último, se debentener en cuenta las palabras vertidas por el mismo Alfonsín hace un año, con referencia al peligro de "libanización".-
  En su momento, se podía decir que exageraba con dicha aseveración, e incluso que hubiera abusado de un recurso retórico, o ser asustar para congregar.-
  Es así que en la oportunidad Alfonsín dijo: UNAMONOS o podrá venir la "libanización".-
  Actualmente,sin embargo, la palabra "libanización" ha comenzado a penetrar en la mente de los argentinos, y profundamente, ya que se percibe claramente dicho peligro en forma real y no muy distante de la advertencia presidencial.
- La imagen que evoca la voz "libanizar", tiene que ver por supuesto con la historia reciente del LIBANO, un país cuyos segmentos principales estaban ligados entre sí por "lazos tan finos" que era previsible su disgregación.
  El Líbano, fue una República mientras existió un pacto institucional complejo, el cual "ataba" a musulmanes, cristianos y otros grupos entre sí, pese a sus notables diferencias.
  El Líbano era una comunidad política "prendida con alfileres", hasta que un día sus fragmentos originales se disgregaron, y surgió la guerra civil.

9005052

Esta es la imagen actual de la Argentina, la disgregación de un conjunto en sus partes constitutivas.

- El sentido del problema central es que la crisis económica es de tal porte que no podrá ser encarada, sino a través de medidas de ajuste forzosamente impopulares.

A esto se le puede agregar la crisis anímica por la cual está atravesando evidentemente Alfonsín, ya que viene de altas exigencias en el campo de "los sueños e ideales", lo que lo acentúa, el hecho de no haber administrado anteriormente el Estado en ninguno de sus niveles, lo que lo hace"aterrizar" en una realidad particularmente "áspera e incontrolada".

La distancia entre sus intenciones y sus posibilidades es tan grande que si insistiera en sus ideales sin trasgredir con las posibilidades, caería en una ensoñación inconducente.

En la otra punta se le practicará un giro tan grande como las circunstancias lo exige, o ser la realidad económica que enfrenta y sufrirá en sus ideales, en sus "entusiasmos" en su propia integridad y en esta circunstancia, dejará de ser creíble para sus seguidores. La presidencia de Alfonsín será viable solamente en la medida que consiga atender a las exigencias sin renunciar a sus ideales.

En lo que respecta al campo político, o ser el frente electoral que lo consagró como Presidente, es ya una suerte de guerra civil, ya que el mismo fue una frágil alianza entre cuatro segmentos: el tronco radical, migraciones desde el"centro", núcleos de izquierda y la capa superior del electorado peronista.

Este frente podría quebrarse en el caso, muy imaginable, que aplique una política de ajuste, ya que si bien el "centro" mantendría la adhesión, en cambio no lograría retener los apoyos de origen peronista de izquierda, y en parte del ala juvenil de su propio partido.

En la eventualidad inversa, el "centro" se alejaría definitivamente.

Es por esto que Alfonsín se abocó a la concertación en búsqueda de compromisos y fracasó.

Resultado; los problemas de la deuda externa, la situación de conflicto con el Agro, la inflación, el enfrentamiento con los militares, el viraje de posición de la central obrera, hacen previsible en este mes la eclosión social.

El estallido social se viene acentuando desde el mes de enero, cuando se concentraron más de 20.000 obreros en Córdoba, (se invocó la memoria del cordobazo), pero en realidad fue el límite de la"paciencia obrera".

La situación en Córdoba no dista mucho de la de otros focos semi-industriales de Argentina.

(En Córdoba, en el mes de enero la industria del calzado despidió a 2.000 operarios y 130 gráficos al cerrarse un matutino).

La realidad es palpable, se está erosionando a grandes rasgos y las cifras lo dicen:

El 28% de la población argentina, vive en la pobreza. El mismo Subsecretario de Educación reconoció que en las escuelas de la provincia se

▶9005052

debe suministrar a los alumnos una dieta balanceada para evitar los desmayos.
Continuando manejándose por las cifras oficiales, puede afirmarse que cayeron los ingresos del 80%, más bajo de la población y se "achataron" las diferencias.
Dentro del aumento notable de la pobreza, fue más espectacular la caída de la clase media y la clase obrera organizada.
Paralelo a esto, durante 1984, el 20% de mayores ingresos, aumentó notablemente sus diferencias.
De hecho existen hoy en Argentina, mas de 7.500.000 personas (sobre 25 aprox.) que no alcanzan a cubrir sus necesidades básicas.
Nueve provincias tienen más del 40% de su población en ese estado y en Buenos Aires hay unas dos millones de personas carenciadas.
Estos"manchones de probreza" implican un problema aún peor; más de la mitad de los niños de 12 años sufren sus consecuencias, lo que implicará menor coeficiente intelectual de las generaciones que vienen.
La clase media, o lo que queda de ella, se debate entre el fantasma del pasado y los miedos propios, "reflotándose" desde este sector a diario: "estábamos mejor con los militares".
Existe un 7,2% de la población en estado de desocupación completa, lo que representa 1.200.000 personas.
Esta cifra se incrementará en el correr de los días (primer quincena de abril) al perder 600.000 trabajadores,sus ocupaciones estacionales por la temporada de verano.
De ser así 1.800.000 desocupados, superaría el 10% de la población económicamente activa.
Existen 2.360.000 trabajadores cuyos ingresos no superan los 37.000 pesos argentinos mensuales, estando en relación de dependencia.
La "canasta familiar" fue evaluada en enero en más de 96.000 pesos argentinos. Las fábricas reimplantaron los despidos denominados "preventivos", para evitarlos en forma masiva, pero agregan también el despido del personal "comprometedor", siendo ésta la respuesta del empresariado al sindicalismo "combativo".
Esta situación esta ocurriendo también con las multinacionales de autopartes y automotores, caso típico, FORD.
Es opinión general y esto manifestado por el Sr. UBALDINI, Secretario de la CGT que "ningún gobierno tuvo tanto placer por parte de los trabajadores y no lo saben aprovechar!".
Actualmente los dirigentes obreros de la CGT, actúan como "contenedores" y el reclamo se fue desvirtuando, se pasó de la defensa del salario a la defensa del empleo, del aumento a la recomposición.
En general, se percibe que la mayoría de los veteranos dirigentes partidarios se encuentran más adiestrados por sus"prolongados" períodos de oposición para la faz agonal de la política, que para recrear desde la conducción del Estado, las condiciones de un sistema político duradero.
En definitiva, la preocupación de los argentinos en la actualidad es que si Alfonsín pierde "imagen" en el cuadro político la crisis eva-

2005052

tual en lo personal, podría acarrear, la crisis del sistema. Esto se agrava ya que no existe en el sistema constitucional argentino ninguna figura predominante al margen de Alfonsín.

Del fracaso de Alfonsín, no es improbable que se intente resucitar la alternativa militar, y ante esta opción sería imaginable una "guerra civil", ya que las FF.AA. volverían cargadas de severidad, mientras muchos civiles se hallarían dispuestos a pelear.

9005052

S E C R E T O

M. D. N.
D.G.I.D.
DPTO. II (EXT)
101230SET90
CV

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION Nro.039/90

ASUNTO: INTEGRACION LATINOAMERICANA

EVALUACION: B-3

TEXTO:

Esta agencia tomó conocimiento en medios diplomáticos, que los acuerdos económicos para la integración de URUGUAY al MERCADO COMUN argentino-brasileño, están supeditados a acuerdos entre ESTADOS UNIDOS y URUGUAY, a ser anunciados con posterioridad a la reunión que mantendrán los Presidentes de ARGENTINA, BRASIL y URUGUAY, con el mandatario norteamericano, GEORGE BUSH. Asimismo, se acordaría mantener una especie de apariencia de - integración en el área, a pesar de que la realidad indica que ésto no es asi.

El Jefe del Departamento II (Exterior)de la DGID
Coronel
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo Sección Enlace
Copia Nro. 1: Señor Director General de Información de Defensa
Copia Nro. 2: Señor Sub Director de Exterior de la D.G.I.D.
Copia Nro. 3: Señor Sub Director de Interior de la D.G.I.D.

S E C R E T O

1-01

20/9/90 MC
20/9/90 MC

0005053

04/85..
15/4/85 -
COREA--

ALOJAMIENTO DE COREANOS EN MUDEO.

El día 10 de los corrientes se comprueba que en el Hotel Columbia se encuentran alojados 3 ciudadanos de nacionalidad coreana (del Norte) de nombres: KIM BACSON en la Habitacion 504, AN GUN y CHOI en la habitación 505.
El día 11 a la hora 10.00 los 3 coreanos salieron en una camioneta FIAT 124 rural Mat. P.E. 3627 acompañados de un NNM complexión gruesa,1.80 de altura, pelo oscuro y barba y una mujer de nombre Luisa NASHON PESSAH oriental casada con Oscar CABRERA FERNANDEZ, nacida el 7 de marzo de 1933.
Regresaron al Hotel a la hora 18.00, saliendo posteriormente a las 19.25 dirigiéndose al Cantón Chino en 8 de Octubre 2611.
Regresaron al Hotel a la hora 21.15.
El día 12 a la hora 09.00 salen los 3 coreanos del Hotel en el vehículo FIAT antes mencionado dirigiéndose al local del FRIGORIFICO SAN JACINTO, sito en Ruta 7, Km. 60 donde funciona la firma NIREA.
A la vez en el lugar hay una planta de riego de cultivos forrajeros.
Llegan al Hotel a la hota 18.30 acompañados por Luisa NASHON.
Se presume que el vehículo pertenecería al Ministerio de RR.EE..
Se adjuntan Registros Fotográficos.

900505

Nº 06/85.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 21 de junio de 1985.-

M E M O R A N D U M

Información en poder de este Servicio.

RESEÑA DE ACTIVIDADES SOVIETICAS EN SU PENETRACION HACIA AFRICA.

1.- Introducción

a) La estrategia soviética en Africa podría definirse en base a:
- El aislamiento y el cerco a Occidente.
- La erosión del poder y credibilidad que puedan tener las potencias occidentales.
- El aprovechamiento de una creciente confianza por parte de éstas hacia materias primas y minerales estratégicos de los países en desarrollo.
- Establecer bases navales y eventualmente bases terrestres que capacitarían a la URSS para apoderarse de navíos de occidente -en bases generales o seleccionadas- en la posibilidad de una confrontación con implicaciones globales.

Prosiguiendo diligentemente la estrategia arriba mencionada, los soviéticos esperan que, al no estar capacitado el mundo occidental para autoabastecerse, este sea un hecho cómplice que tenga un devastador efecto sobre la preparación militar de la alianza occidental y su poder de resistencia.

b) Durante el año pasado la política exterior soviética, especialmente en lo que concierne a Africa, no demostró tener ningún cambio digno de mención y no se ha caracterizado por ninguna iniciativa significativa, quizás debido a la relativa inercia producida por los cambios en la conducción del Kremlin. La política soviética hacia Africa está aparentemente atravesando un período de consolidación más que de expansión, a pesar de que la URSS ha continuado sin embargo, sus esfuerzos en pro de ganar el favor y tener influencia en Africa con la idea de fortalecer su posición en un vis a vis con Occidente.

c) La URSS a través del P.C. de la U.S. (PCUS) ha mantenido lazos interpartidarios con la mayoría de los otros partidos: UNIP en Zambia, FRELIMO en Mozambique, y el COM en Tanzania, y continúa incrementando el intercambio en el terreno educacional, con estudiantes africanos siguiendo cursos en la Unión Soviética, y académicos y profesores soviéticos dictando cursos en países africanos.

d) Los tratados de amistad y cooperación que existen actualmente entre la U.S. y muchos países africanos, especialmente Angola y Mozambique, son constantemente ampliados y actualizados por los comités bilaterales permanentes. Sin embargo, y a pesar de ello parecería estar desarrollándose en Africa un sentido de que los acuerdos resultantes de estos tratados son más que favorables a la URSS, explotando a los países de este continente. Por ejemplo: la U.S. pesca sin límite y sin discriminación en las aguas de los estados con los cuales tiene a-

9005055

cuerdos sobre pesca, siendo los casos en cuestión, Angola y Mozambique.

2.- Mozambique

a) Como uno de los focos principales de la penetración e influencia soviética en el continente, Mozambique tiene para la URSS una relación especial. Es por esto que existe preocupación en los círculos soviéticos que el conocimiento y desarrollo de Mozambique pueda afectar en forma adversa sus intereses.

b) Se estima que hay 350 soviéticos en Mozambique de los cuales 200 son para los entrenamientos militares y el resto para campos económicos. Las áreas de cooperación económica en las que los soviéticos están involucrados son las siguientes:

- La comisión de planeamiento soviético-mozambiqueña. El socialismo centralizado está a la orden del día y Mozambique usa la experiencia soviética para su planeamiento económico a largo plazo.

- Acuerdos que cubren la explotación minera (explotación de carbón y tantelita), la industria (pesquera y de algodón), armadora y agrícola (proyecto de irrigación del Valle de Limpopo). Aparte de estos acuerdos, expertos en carbón mineral, petróleo y perspectivas de gas, son también enviados a Mozambique.

- Recientemente, una cantidad aproximada a los 50 millones de rublos, fue dada en préstamo por la U.S. para el desarrollo cooperativo por el término de 10 años.

- La Unión Soviética ejerce más profundamente su penetración por el entrenamiento de personal, capacitado y, algunas escuelas vocacionales, tales como la escuela industrial de Maputo, la escuela de Medicina de Beira, y la escuela agrícola en Xai-Xai que fueron establecidas con la ayuda soviética.

Además la U.S. ofrece escolaridad para que los mozambiqueños sigan estudios y se capaciten allí.

c) También firmó acuerdos de cooperación militar y está muy involucrada con instituciones de seguridad del gobierno mozambiqueño. Los instructores militares soviéticos se encuentran en la Academia Militar de Nampula para adiestrar jóvenes oficiales mozambiqueños. El frecuente intercambio de delegaciones militares de alto nivel es una indicación de la importancia que ambos países dan a sus relaciones militares.

3.- Zimbabwe

a) El personal ruso en Zimbabwe es estimado en 50 personas, primordialmente en la Embajada y misiones comerciales. Un acuerdo comercial fue firmado en enero de 1984 y algunos intercambios fueron contemplados en algunos de sus términos y Moscú espera importar productos agrícolas, minerales y vestimenta a cambio de maquinaria.

4.- Zambia

a) Un acuerdo partidario entre el PCUS y UNIP concluyó en 1981 delineando la futura cooperación entre los dos partidos.

9005055

b) En Zambia se encuentran cerca de 150 rusos sirviendo en las siguientes esferas:

- Desarrollo de la industria agrícola, en particular el establecimiento de granjas estatales.

- Minería y perspectivas minerales, tales como diamantes, oro y estaño.

- Los dos países están esbozando conjuntamente un mapa geológico de Zambia.

- Médicos rusos se encuentran ejerciendo en varios hospitales zambianos.

- También ejercen su penetración en el sistema educacional pero sin gran beneficio debido a sus escasos conocimientos del idoma inglés.

- Zambia concluyó un acuerdo para abastecimiento de armamento por la U.S. en 1979 el que alcanza a, MIG-21, equipamiento terrestre, armamento antiaéreo, como aismismo tanques. La U.S. contribuye además con asesores militares para que los zambianos operen dicho armamento.

5.- Tanzania

a) El PCUS mantiene estrechos lazos con el CCM y fueron firmados varios acuerdos cooperativos como el del mes de mayo de 1984.

b) Fueron firmados además, varios acuerdos económicos que cubren la esfera médica y agrícola y personal especializado en ambas fue enviado a Tanzania.

c) Aunque la U.S. no ha tenido éxito en obtener facilidades para su área naval en Dar Es Salaam, Tanzania, es sin embargo receptora de armamento soviético, como por ejemplo artillería antiaérea, artillería de campaña y vehículos ligeros que fueron recibidos en marzo de 1984. Instructores soviéticos son enviados también a Tanzania para entrenar miembros del TPDF para operar dicho armamento.

6.- Etiopía

a) Este es al presente uno de los países africanos que reviste mayor importancia en las consideraciones geo-estratégicas de la URSS y su status como uno de los llamados estados progresivos que se están desarrollando dentro del sendero del socialismo.
La creación de un partido basado en los principios del Marxismo-Leninismo, posibilita a Moscú para encarar una influencia aún más profunda. La importancia que dan estos dos países a su relación se refleja en el alto nivel de visitas que se intercambian, como ser el viaje de ROMANOV (miembro del Politburo del PCUS) en set/84 y las frecuentes visitas de MENGISTU a la URSS.

b) En la actualidad debe haber unos 6.000 soviéticos como personal militar y 200 civiles apoyados por unos 8.000 cubanos (estimativo) que trabajan conjuntamente con el ejército etíope. Uno de los aspectos más importantes para la URSS, son las facilidades que encuentra para su flota naval, especialmente en la isla Dahlak que le dan especial influencia e importancia en esta región del Medio Oriente y Cuerno de Africa. No hay indicios de incremento de asistencia militar soviética o de una mayor facilidad de expansión naval o aérea por parte de Etiopía hacia la URSS. Se mantienen embarques de armamento tales como tanques T-54 y T-55, artillería, carros blindados, camiones y otros vehículos. Es

9005055

tas entregas se basan en viejos contratos lo que no implica que hayan concluído y puedan efectuarse nuevas entregas.

7.- Uganda y Somalía

a) La U.S. mantiene una actitud expectante hacia Uganda debido a la situación internacional de este país la que además impide cualquier esfuerzo de la U.S. en pro de su penetración.

b) La U.S. mantiene una actitud de espera hacia Somalía aunque BARRE ha hecho aperturas para mejorar las relaciones con Moscú.

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Sub-Jefe del Estado Mayor de la Fuerza Aérea
Copia 2 - Sr. Jefe del Dpto. II del E.M.E.
Copia 3 - Sr. Jefe del Dpto. C-2 del ES.MA.CO.
Copia 4 - Sr. Jefe del N-2
Copia 5 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 6 - Sr. Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA.
Copia 7 - Sr. Sub-Director de la Armada del S.I.FF.AA.
Copia 8 - Dpto I del S.I.FF.AA.
Copia 9 - Dpto III del S.I.FF.AA.
Copia 10 - Analistas/ S.I.FF.AA.

D9005055

SITUACION DE LA O.L.P.

I - INTRODUCCION

El momento político que vive América Latina y fundamentalmente el Cono Sur, determina la existencia de una serie de factores circunstanciales que favorecen la eventual penetración y desarrollo en los países del área, de organizaciones internacionales terroristas.

Esta afirmación es válida para nuestro país, porque a la ubicación geográfica del mismo, se debe sumar el resurgimiento del sistema democrático del gobierno, factor favorable de carácter circunstancial.

Ante esta posiblidad se considera conveniente efectuar un análisis de la estructura y objetivos de la O.L.P., ya que esta organización, por su dimensión y su vinculación con otros grupos terroristas del continente (Tupamaros, Montoneros, etc.) ha logrado importantes niveles de penetración en la región.

II - ORIGENES Y EVOLUCION DE LA O.L.P.

En el año 1948, con el nacimiento del Estado de Israel, los palestinos comenzaron a desplazarse hacia distintas naciones árabes.

Dentro de esta población, desplazada de su territorio de origen y que nunca cesó de reclamar la restitución de sus derechos nacionales, comenzaron a surgir grupos terroristas, de cuya fusión se forma, en el año 1964, la O.L.P., en el marco de la primera Conferencia Cumbre Arabe que tuvo lugar en El Cairo en el mes de enero de dicho año. El representante palestino ante la Liga Arabe, Ahmed SHUKEIRI, fue nombrado Presidente y se aprobaron una Constitución y la Carta Nacional Palestina.

Al principio la O.L.P. tuvo que enfrentar problemas tanto financieros como de organización, pero su principal dificultad radicaba en su incapacidad para infundir un sentimiento nacio-

9005056

nalista en una población palestina sumamente dispersa,a los efectos de convertirla en un cuerpo homogéneo.

En junio de 1967, la derrota de los Ejército árabes regulares durante la Guerra de los seis Días contra Israel, suministró a los palestinos una mayor determinación para poner en práctica la política de la O.L.P. en cuanto a operaciones militares a llevarse a cabo en la "Palestina ocupada". Se formaron grupos de comandos.

AL-FATAH, que ya existía desde 1962, emergió hacia 1969, como el movimiento guerrillero más poderoso y mejor organizado. Gradualmente fue ganando el control del Consejo Nacional Palestino y del Comité Ejecutivo de la O.L.P.. En 1969 el líder del FATAH, Yasser ARAFAT, se convierte en el nuevo Presidente de la O.L.P.

A pesar de este liderazgo, las discrepancias continúan en el seno de la Organización.

En junio de 1974 las diferencias son transitoriamente conciliadas por el Programa Político Gradual de Diez Puntos de la O.L.P., que si bien rechazaba negociaciones basadas en la Resolución 242 de las Naciones Unidas (creación del Estado de Israel), aceptaba el principio de que la O.L.P. debería crear una autoridad nacional en todo el territorio "liberado". Es importante destacar que este programa sigue siendo la piedra angular de la política de la O.L.P.

III - ESTRUCTURA DE LA O.L.P.

A.- ORGANISMOS CENTRALES

1 - Consejo Nacional Palestino

Este organismo es el "Parlamento" de la O.L.P., cuyos miembros son elegidos entre las organizaciones de comandos palestinos, grupos nacionales y sindicatos en toda la región y en el exterior. El Presidente del Consejo Nacional Palestino es, Khaled EL-FAHUM. En enero de 1979 se decidió admitir por primera vez al Frente de Lucha Popular y al Frente de Liberación Palestina, concediéndoles cuatro bancas. A pesar de que este tema estuvo sometido a discusión, el CNP no ha consentido el nombramiento de un representante del FPLP en el Comité Ejecutivo. En una reunión , el CNO aprobó el principio de obrar para lograr un mejoramiento en las relaciones con Jordania, mediante la iniciación del diálogo.

9005056

2 - Comité Ejecutivo

El Comité Ejecutivo es el organismo que toma decisiones acerca de la puesta en práctica decidida por el Consejo Nacional Palestino.

El Ejecutivo se reúne cuantas veces sea necesario, tiene 15 miembros y es presidido por Yasser ARAFAT.

3 - Consejo Central

Fue creado en 1973 para actuar en enlace entre el CNP y el Comité Ejecutivo de la O.L.P.. Se reunen cada vez que se presenta una cuestión importante, generalmente en Damasco. Tiene 55 miembros, incluso el Comité Ejecutivo. Su Presidente es Khaled EL-FAHUM.

4 - Ejército de Liberación Palestino (E.L.P.)

La O.L.P. ha tenido un ejército regular a partir de 1964. En principio, el E.L.P. se encuentra bajo la autoridad política de la O.L.P. y el Presidente del Comité Ejecutivo de la O.L.P. es el Comandante en Jefe del E.L.P., pero en la práctica, las unidades de este ejército dependen de los países que las albergan. El E.L.P. tiene unos 4.000 efectivos y su contingente más grande está estacionado en Siria y se encuentra totalmente bajo control sirio. Esto produjo dificultades en El Líbano en 1976, cuando unidades del E.L.P. fueron enviadas a sofocar la lucha y en algunos casos se encontraron en confrontación con milicias palestinas.

Yasser Arafat es su Comandante en Jefe y Jefe Interino del Estado Mayor.

5 - Comando de la Lucha Armada Palestina (CLAP)

El CLAP fue creado en 1969 dentro del marco de la O.L.P., para actuar como organismo militar conjunto de coordinación para las operaciones y actividades de la guerrilla palestina. El mismo reemplaza al Consejo Palestino de Coordinación. No obstante, su papel y sus funciones fueron en disminución y en el presente actúa como una fuerza de policía militar, manteniendo la ley y el orden dentro de los campamentos de refugiados y en las bases del comando conjunto. El CLAP también trata de mantener la paz entre fracciones palestinas rivales. Su Comandante es Mustafa DIB JALIL (ABU TA'AN).

0056

6 - Organismos de Apoyo

En febrero de 1965 se creó en Beirut un Centro de Investigación y Servicio de Información de la O.L.P., y en 1969, un Centro de Planificación. Tras una decisión de unificar a los medios de información de todas las organizaciones, se estableció un Consejo Central de Información. El mismo maneja a la Agencia Noticiosa Palestina (WAFA) y publica una revista semanal, "Falastin A-Saura" (La Revolución Palestina), en tanto que el Centro de Investigación de la O.L.P. publica libros y saca un periódico mensual "Shu'un Filastinia" (Asuntos Palestinos).

Estaciones de radio llamadas "La Voz de Palestina" trasmiten sus programas desde varios países árabes, incluso El Líbano, Irak y Argelia, y frecuentemente reflejan los puntos de vista de los gobiernos de los países que las albergan. "La Voz de Palestina" de Bagdad difunde las opiniones del Frente de Rechazo.

Otra Agencia de la O.L.P. es la Sociedad Palestina de la Media Luna Roja.

7 - Fondo Nacional Palestino

Creado en 1964, su sede se encuentra en Damasco. Sus fondos provienen de pagos de ayuda oficial realizados por los gobiernos árabes de acuerdo con las condiciones convenidas en reuniones cumbre árabes.

Su Presidente es el Dr. Walid Mohammed Kamhawi.

IV - GRUPOS QUE INTEGRAN LA O.L.P. Y SUS TENDENCIAS IDEOLOGICAS

La expulsión de los terroristas de la O.L.P. de Beirut en 1982, luego del operativo israelí "Paz para Galilea" y la subsiguiente retirada de Trípoli en 1983, tuvo como resultado la dispersión de las fuerzas de la organización por ocho países árabes: Yemen del Norte, República Popular Democrática del Yemen, Argelia, Tunez, Sudan, Jordania, Irak y Siria. El mencionado operativo tuvo también una decisiva importancia en lo que tiene que ver con la presencia terrorista de la O.L.P. en diversas partes del Líbano.

En la lista que precede se incluyen las principales organizaciones de comandos de la O.L.P.:

9005056

AL-FATAH

Este grupo, liderado por Yasser Arafat, ha sido todo el tiempo la facción dominante dentro de la C.L.P., así como la más influyente, contando con el mayor número de miembros dentro de la organización.

Si bien los orígines del FATAH se remontan probablemente hacia 1959, el movimiento fue establecido formalmente en el año 1962, como grupo de sabotaje, no destacándose sino hasta después de la Guerra de los Seis Días, en 1967 y luego que Arafat asumió su Jefatura en 1968. En este momento AL-FATAH se incorpora a la C.L.P., logrando un año más tarde, el control de la misma.

Se estima, que entre 1971 y 1974, su Servicio de Inteligencia manejó una rama clandestina denominada Setiembre Negro.

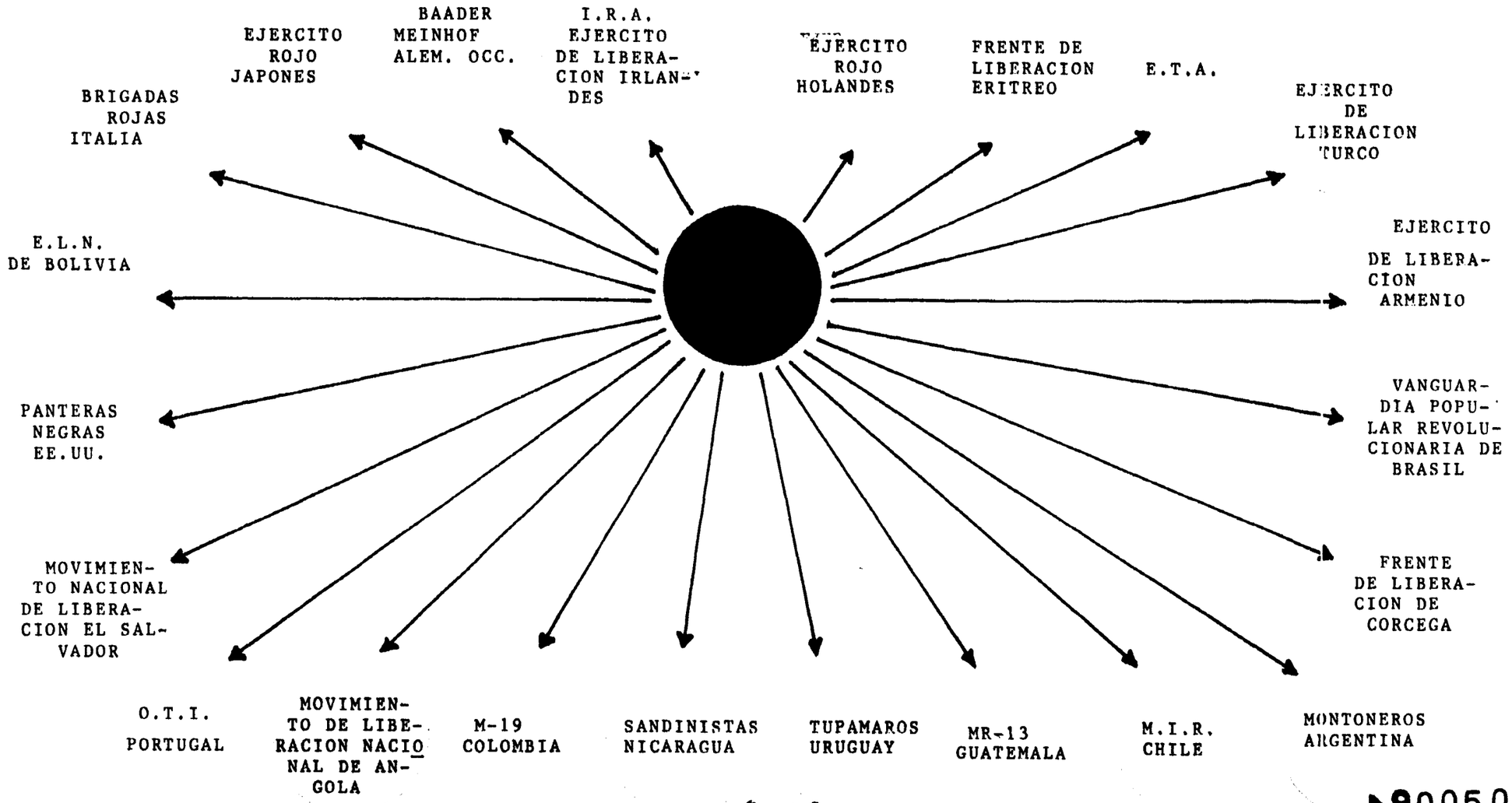
Al Fatah está compuesto por un Comité Central, integrado por diez hombres; un Consejo Revolucionario integrado por 40; una organización de Inteligencia y un Comando General para actividades militares.

Esta facción es nacionalista y pragmática. Exige el retiro total de Israel de todos los territorios árabes ocupados; el reconocimiento de los derechos legítimos del pueblo palestino, inclusо el derecho a la autodeterminación y a un Estado propio de acuerdo con la Carta de las Naciones Unidas; la puesta en práctica de las resoluciones de la O.N.U., referentes a Palestina, inlucos al derecho a la repatriación de los palestinos y a la creación de un Estado independiente. Al fatah trata de impedir que la margen occidental del Jordan, la franja de Gaza o cualquier otro territorio evacuado caigan nuevamente en manos "no palestinas" y axhorta a la creación de una "autoridad nacional" en cualquier parte de Palestina que Israel llegue a evacuar, lo cual proseguiría con la lucha para liberar el resto de Palestina.

Al Fatah recibe una amplia ayuda financiera de países árabes, así como contribuciones de los palestinos residentes en el exterior. En cuanto a la URSS, China y otros países comunistas, inlcuso Cuba, han suministrado al movimiento apoyo político, material y apoyo militar, así como entrenamiento.

9005056

LA O.L.P. Y SUS VINCULACIONES CON MOVIMIENTOS TERRORISTAS INTERNACIONALES



9005056

05/85

Dona entregar a los coreanos

26/4/85

NOMBRE: Aire SHIAKROF

OCUPACION: Propietario de la Empresa ~~FIEOBERS~~ MIDOBERS

ANTECEDENTES: En el mes de febrero de 1983, una delegacion de la Embajada Soviética visitó el Chalet "MIDO" sito en Avda. Carrasco y California (Punta del Este) de la cual es propietario.

Los integrantes eran: Yuri LEBEDEV y Sra; Wladimir M. TCHIBIRIOV y Sra

y Anatoli I. BYKOV.-

900505

Julio de 1985.-

M E M O R A N D U M 010/85

POSIBLES REPERCUSIONES DEL CASO GUGLIELMINETTI EN ARGENTINA.

El arresto y extradición del terrorista Raúl GUGLIELMINETTI, podría colocar al gobierno ante un escándalo de imprevisibles consecuencias políticas ya que podría comprobarse que el delincuente en cuestión no sólo prestó "servicios" bajo el régimen militar, sino que los prolongó en el democrático hasta los primeros meses del corriente año.

De acuerdo a lo que ha trascendido, la detención de GUGLIELMINETTI en España se logró por la interceptación de comunicaciones telefónicas que se le efectuaron desde Argentina, tras lo cual viajaron a Madrid dos hombres de la SIDE, de apellidos FILLOL y CARNIGLIA, que lo conocían por haberse desempeñado juntos en los años del proceso. Los agentes secretos comprobaron la residencia del terrorista y lo "marcaron" a Interpol.

Pero el retorno forzado de GUGLIELMINETTI puede ser detonante de varias explosiones. Por lo pronto, Herminio IGLESIAS tendría pruebas de que siguió trabajando en el área presidencial hasta los primeros meses de 1985 y que cumpliendo directivas oficiales montó una oficina en la Avenida Alem, cerca de la Casa de Gobierno, en la que se planificaban atentados contra elementos opositores, entre los que se contaba el dirigente justicialista bonaerense. El Ministro del Interior, Antonio TROCCOLI, llegó a conocer las actividades del grupo y las hizo conocer al Presidente Alfonsín, provocando el alejamiento del terrorista pero no de quién le había dado las órdenes.

Incluso se menciona que por este motivo, GUGLIELMINETTI se sintió"traicionado" y reveló a Herminio IGLESIAS los detalles del plan contra su vida.

Además, la confesión del delicuente revelaría que el rescate del industrial PESCARMONA se pagó en España, y que a tales efectos viajó con el dinero un vicecomodoro en activad, y funcionario del Ministerio de Defensa, ligado a la familia del raptado.

9005058

01-01

Julio de 1985.-

M E M O R A N D U M 011/85

PRESION OFICIAL SOBRE MEDIOS DE DIFUSION EN ARGENTINA.

Desde el cambio de autoridades en la Secretaría de Información Pública (SIP), donde la Junta Coordinadora ocupa con sus hombres 83 de los cien cargos jerarquizados, han recrudecido los controles sobre programas, periodistas y empresas, a estar a las versiones circulantes en esos ámbitos.

De buena fuente se supo que en los canales y radios bajo control estatal han sido designados "delegados" políticos que controlan el contenido de la programación y el cumplimiento de las rigurosas pautas que se imponen a los directores de noticiosos.

Pese a ser privado, Canal 9 habría sido objeto de varias reprimendas que su propietario, prestigioso hombre de la UCR, no estaría dispuesto a seguir admitiendo.

En particular, se le habría sugerido el alejamiento de cámaras del periodista José CORSO GOMEZ y el levantamiento del programa "A Solas", donde Hugo GUERRERO MARTINHEITZ produce especial escozor al oficialismo.

Siempre en el ámbito privado, estarían ejerciéndose maniobras para "controlar" a Radio Mitre, algunos de cuyos programas demuestran una aceptable independencia. En cuanto a Radio América, su estado patrimonial facilitaría la revocación de la concesión que se le otorgó en su momento.

9005059

Julio de 1985.-

M E M O R A N D U M 012/85

CAMBIOS EN LA SIDE

Respondiendo a directivas superiores que persiguen un mayor grado de eficiencia, el titular de la SIDE, Señor ROSSI, habría dado comienzo a un operativo de renovación de las jerarquías superiores del organismo, con el apoyo de la Junta Coordinadora que aspira a colocar allí a hombres de su confianza. Se comenta que ya se habrían concretado las renuncias de los Señores MARIENHOFF Y ARNEDO, Jefes de contrainteligencia, y que seguiría dentro de poco la del Señor BRESSANO, a cargo de Reunión Exterior. Otro de los problemas que deberá resolver ROSSI, es el planteado por la licenciada DI MASI, proveniente del régimen militar pero sostenida por su pariente, el ex Diputado Juan Manuel CASSELLA, la que, al parecer, mantiene permanente conflictos con sus subordinados.

9005060

Julio de 1985.-

M E M O R A N D U M 013/85

Control de actividades de grupos de derecha en Argentina.

En medios políticos de oposición circula la preocupante versión de que a través de la Subsecretaría de Interior, a cargo de Raúl GALVAN, se habría organizado un "servicio" con exclusivo propósito de controlar las actividades de los sectores de la derecha nacionalista, catalogados como "fascistas" o"promilitares".

Los trascendidos que se manejan dan cuenta que, bajo la conducción de un comisario, estarían trabajando unas 600 personas, gran parte de ellas militantes, de la Juventud Radical, en la preparación de un fichero político y ambiental de más de 30.000 presuntos adherentes a dichas vertientes ideológicas. Otra de las misiones del especializado "servicio" sería la de determinar todos los "contactos" de los sospechosos, con lo cual podría llegarse a registrar la existencia y actividades de varios cientos de miles de ciudadanos.

La actividad investigadora alcanzaría también a los militares, en especial a los retirados, para determinar sus rutinas cotidianas, si tienen oficinas, o si se reúnen con ex camaradas o civiles nacionalistas.

9005061

1-01

M E M O R A N D U M

EFECTIVOS MILITARES EN AMERICA CENTRAL 014/85

América Central se convirtió en un gigantesco campo de maniobras que vive permanentemente al borde de un estallido bélico. Junto con Medio Oriente es una de las zonas calientes del planeta. Una recorrida, país por país, de los arsenales acumulados, permite formarse una idea del peligro que se afronta.

Presencia norteamericana

Estados Unidos tiene seis bases navales interconectadas entre Key West, Florida y Panamá. En 1983, mantuvieron flotas de portaviones en las costas atlántica y pacífica de Nicaragua. Desde esa fecha sus aviones AWACS -dotados de poderosos radares- volaron sobre toda la zona y, especialmente, sobre Nicaragua.

Panamá

Asiento del Comando Sur de las fuerzas armadas norteamericanas, que coordina la actividad de sus propios efectivos y los de sus aliados en todo el continente, incluyendo Sudamérica. Tiene diez bases aéreas, militares y navales en la zona del Canal. Allí se reparan los aviones hondureños y se abastece a los mercenarios que luchan contra el gobierno nicaraguense.

Honduras

Cuenta con la mayor fuerza aérea de América Central, con 25 aviones de combate y una importante flotilla de helicópteros norteamericanos Huey.

Allí se vienen realizando las maniobras Pino Grande (II, con 6 mil soldados norteamericanos y 4 mil hondureños en 1983 y, este año, III, con efectivos aún mayores). Estados Unidos modernizó por lo menos seis pistas de aterrizaje, para permitir el descenso de aviones de combate modernos y de los transportes C-130.

En Puerto Castilla se entrenan las tropas salvadoreñas y el dragado de la bahía permite el ingreso de buques de gran calado. Hay otra base aeronaval en Puerto Lempira. Los contrarrevolucionarios nicaraguenses tienen sus santuarios principales en la frontera sur

9005062

de este país. Desde la Embajada norteamericana en Tegucigalpa se efectúan los enlaces entre la CIA y los mercenarios antisandinistas. Las bases de radar construídas por el Pentágono en Choluteca, junto a la frontera con Nicaragua, y en la isla de Tigre (golfo de Fonseca), monitorean los movimientos aéreos de la región. El comando de Comayuga emplea 1.500 personas, una base de helicópteros y un hospital militar con cincuenta camas.

Número de efectivos: 5.000 de la fuerza de seguridad.
11.000 soldados.
Además están los "contra" y los asesores militares estadounidenses.

El Salvador

Sus fuerzas armadas fueron entrenadas en bases dentro del territorio norteamericano y, ahora, se las prepara en Honduras. Hay un equipo rotativo de 55 asesores militares estadounidenses. La fuerza aérea incluye aviones A-37 Dragon Jet y helicópteros Huey. La base aérea de Ilopango, próxima a San Salvador, es usada para enviar pertrechos a los somocistas en Nicaragua.

Número de efectivos: 32.000 soldados regulares.
entre 30.000 y 100.000 irregulares.

Guatemala

En 1977, Washington suspendió oficialmente la ayuda militar. No obstante, helicópteros civiles enviados por particulares norteamericanos fueron artillados. Israel pasó a reemplazar a Estados Unidos como proveedor principal de armamentos. En 1983, Reagan anunció que se reanudaría la asistencia en armas, pero el Congreso se negó. Guatemala integra, junto con El Salvador y Honduras, el CONDECA, una alianza militar-represiva regional.

Número de efectivos: 16.000 integrantes del ejército regular.
8.266 miembros de la fuerza de seguridad.
entre 6 y 100.000 paramilitares.

Costa Rica

Oficialmente no posee ejército, pero cuenta con más de 11.000 hombres en la Guardia Civil Rural y en organizaciones paramilitares. Los contrarrevolucionarios de ARDE, liderada por Edén Pastora, usan este país como base para lanzar sus ataques contra Nicaragua. Asesores israelíes supervisan la construcción de una línea de

9005062

"defensa" electrónica a lo largo de la frontera con Nicaragua. Los Estados Unidos construyeron una red de carreteras, con sus propios Ingenieros militares, junto al límite con Nicaragua. La utilidad de estos caminos para el desplazamiento de tropas es evidente. Washington invierte importantes sumas (en 1983 la cifra ascendía ya a 19 millones de dólares) en supuestos proyectos de desarrollo agrícola de la zona limítrofe con Nicaragua. Estos proyectos tienen en realidad objetivos militares.

Número de efectivos: 8.000 integrantes de la Guardia Civil.
3.600 paramilitares.

Nicaragua

Este país, que hasta hace poco tiempo no contaba prácticamente con fuerza aérea, recibió recientemente helicópteros soviéticos, que le sirvieron para aumentar la movilidad de sus fuerzas. Estos aparatos fueron empleados en la ofensiva lanzada en el norte contra los mercenarios armados por la CIA, que culminó con la huída de estos hacia sus refugios en Honduras. Posee además misiles tierra-aire y artillería antiaérea. El núcleo del aparato militar de este país es el Ejército Popular Sandinista (EPS), pero en caso de una confrontación bélica todo está preparado para movilizar a la mayor parte del pueblo. Todas las fuerzas armadas nicaraguenses están organizadas con un objetivo eminentemente defensivo y no podrían ser utilizadas con el objetivo de agredir a otra nación. La falta de combustible y la imposibilidad de líneas de abastecimiento prolongadas hacen que no puedan mantener una ofensiva sostenida.

Número de efectivos: 22.000 soldados regulares(contando el EPS y las fuerzas de seguridad).

40.000 reservistas.

50.000 integrantes de las Milicias Populares Sandinistas(que sólo actuarían en caso de una guerra abierta).

3005062

Julio de 1985.-

MEMORANDUM 015/85

SITUACION DE LA PLAZA FINANCIERA ARGENTINA

La liquidez que se observa en la plaza financiera, no termina de convencer a ciertos operadores para quienes las condiciones económicas están lejos aún de haberse estabilizado.

Es por ello, se comenta, que "correos" de muchos importantes cambistas que viajan cotidianamente a Montevideo antes del mediodía y regresan tres o cuatro horas después, trayendo dólares en billetes.

De acuerdo a las estimaciones, esta apuesta a una próxima iliquidez se traduciría en un ingreso diario cercano a los 500.000 dólares.

Eval.: B-3

9005063

Julio de 1985.-

M E M O R A N D U M 016/85

POSIBLE SUCESOR DEL MINISTRO DE DEFENSA Y ACTITUD GUBERNAMENTAL ARGENTINA ANTE LAS EX-JUNTAS MILITARES

En fuentes gubernamentales se sigue analizando la probable necesidad de remover hacia fin de año al actual titular de la cartera de Defensa, Roque Carranza. Como es sabido, algunos problemas de salud que lo aquejan podrían determinar, su alejamiento de la función.

En los últimos días se ha mencionado frecuentemente la posibilidad de que el Presidente de la Nación recurra a una figura militar "potable" para todos los sectores castrenses, considerándose que el General Flouret respondería a las necesidades del momento.

A todo esto, trascendió también que conforme a los últimos análisis efectuados en el "mini-gabinete" presidencial, quedó descartada una ley de amnistía para los integrantes de las tres primeras juntas del proceso. Las fuentes aclararon que el "punto final" al que se aludió en varias declaraciones oficiales, está referido a la situación de los oficiales afectados por denuncias de represión ilegal, aunque precisaron que aún no hay criterio formado sobre la actitud que asumirá el gobierno al concluir el enjuiciamiento a los ex Comandantes.

Eval.: B-3

9005064

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M 017/85

MALESTAR DEL PRESIDENTE ALFONSIN CON DIPLOMATICO NICARAGUENSE

Con marcado malestar fueron comentados por el Presidente Raúl Alfonsín los informes sobre las actividades de Rodolfo Sanchez, Ministro Consejero de la Embajada de Nicaragua en Argentina, quien habría tenido contactos con elementos del Movimiento al Socialismo (MAS) en vísperas de estallar el conflicto en la fábrica Ford.

Sanchez, de llegada relativamente reciente a Buenos Aires, apareció publicamente en la asamblea constitutiva de una Multisectorial de la Juventud, que aglutina a elementos del Partido Comunista del MAS, de Montoneros..... y de comités barriales.

El diplomático, habría hablado en la ocasión del giro de la política exterior argentina, calificando al presidente Alfonsín de "pusilánime" y de "rodeado de agentes imperialistas".

No sería de extrañar que el tema fuera tratado por el primer magistrado al recibir al Vicepresidente nicaraguense, Comandante Ramírez, de visita en la Argentina.

Eval.: B-3

9005065

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M 018/85

Asunto: Posible participación de la Unión Soviética en Yacimientos Minerales de Argentina.

El Secretario de Minería de la Nación, Ingeniero Juan Barrera, aludió a la posibilidad de que la Unión Soviética participe en los proyectos de explotación de oro del "Valle del Cura" y de "El Retamal" en San Juan y a la situación de otros proyectos auríferos que existen en Argentina.

Barrera, que se halla en San Juan invitado especialmente por la Cámara Minera de Calingasta para informar sobre el plan de expansión minera, reveló que para el mes de octubre próximo "podríamos tener una definición respecto a la participación de la Unión Soviética en dos proyectos de explotación de oro de esta provincia".

Señaló que con respecto a la participación soviética se barajan dos alternativas. La primera de ella -dijo- "está basada en la presentación de varios proyectos de alternativa o prever que la provincia pague con otros productos metalíferos la realización de estudios de prefactibilidad del proyecto".

"La otra alternativa -explicó el funcionario-, es la de separar los estudios de prefactibilidad y los trabajos de explotación propiamente dichos".

"Lo que procura -consignó Barrera- es obtener la cooperación de la Unión Soviética en los estudios de prefactibilidad, y factibilidad, los cuales, una vez realizados, permitirán que la actividad privada también tenga oportunidad de hacerse cargo de ellos, optando por continuar en relación con la Unión Soviética en materia de tecnología a aplicar, o de lo contrario buscar el apoyo tecnológico de cualquier otro país".

9005066

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M 619/85

PREOCUPACION DEL GOBIERNO ARGENTINO ANTE LA ESCALADA TERRORISTA.-

De acuerdo a informaciones recopiladas, el gobierno argentino no descartaría el inminente lanzamiento de una campaña de atentados contra los ejecutivos de empresas nacionales y extranjeras, involucradas en conflictos gremiales.

Las autoridades han asumido los hechos que se suceden en la planta Ford, en su verdadera y peligrosa dimensión, pero no tienen claro aún la forma más eficaz para contrarrestarlos, porque, por razones políticas, han descartado el uso de la violencia, aún en el caso de que se dictara una orden judicial de desalojo.

Existen indicios de que en la mira de las nuevas camadas terroristas, estarían los directivos de automotrices y petroleras, los cuales habrían sido sometidos a un meticuloso seguimiento en las últimas semanas.

Un conocido industrial, presunto candidato a víctima de un atentado, habría hecho la siguiente reflexión: "prácticamente todo el cinturón industrial ha caído en manos de la extrema izquierda", significando que los "ultras" dominan las comisiones internas de las fábricas, por encima de las conducciones gremiales peronistas.

En resumen, nos encontraríamos frente a un cuadro donde nada falta para evocar los peores momentos del "Cordobazo" y del activismo subversivo en el terreno sindical en la década del 70.

En estos momentos, una de las mayores preocupaciones del gobierno consistiría en no haber logrado que la CGT, y principalmente Saúl Ubaldini, admitan el peligro latente y acepten poner su prestigio en favor del orden. Incluso, las versiones afirman que, si fuera indispensable, el Poder Ejecutivo estaría dispuesto a contemplar un moderado aumento salarial para conseguir el apoyo táctico de la central obrera.

Eval.: B-3

9005067

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M 020/85

~~LAZOS CON~~ EL PENTAGONO

Las Fuerzas Armadas norteamericanas siguen insistiendo en el propósito de restablecer plenamente las vinculaciones profesionales y de amistad con los militares argentinos, pese a los escasos resultados obtenidos por las gestiones realizadas a nivel diplomático y por parte de dos oficiales superiores americanos que estuvieron en Argentina en el curso de los últimos seis meses.

El propósito sería compartido por el gobierno argentino que lo considera un complemento eficaz a la política de acercamiento a Washington y un medio para el reequipamiento castrense, pero hasta el momento ha tropezado con la renuencia de la oficialidad, afectada profundamente por la colaboración que los Estados Unidos prestó a Gran Bretaña durante la guerra de Malvinas.

El interés del Pentágono por volver al "statu quo" anterior al conflicto del Atlántico sur, no responde a motivaciones sentimentales, sino que sería el producto de un análisis de estado mayor sobre hipótesis de guerra en el extremo austral del continente, y en el que, según las versiones, se marcaría cierta preocupación por el crecimiento de la influencia británica en la región.

Por otra parte, y siempre de acuerdo a las versiones recogidas, los analistas norteamericanos tienen un concepto altamente positivo sobre la capacidad operativa de los militares argentinos, pese al resultado final de Malvinas.

Los comentarios afirman que la nueva ofensiva "amistosa" del Pentágono se concretaría proximamente con la creación de un Instituto Latinoamericano de Estudios Estratégicos, u otro nombre parecido, que podría tener sede en Buenos Aires, el que canalizaría la presencia de becados de diversos países latinoamericanos para profundizar los estudios sobre los grandes problemas tácticos de la región, con preponderancia de profesores y directivos argentinos.

Eval.: B-3

9005068

Julio, 1985.-

MEMORANDUM 021/85

SISTEMA DE SEGURIDAD EN Y.P.F..

El problema planteado en Ford, donde se demora el desalojo de la planta por temor a la resistencia armada por parte de unos 300 activistas de extrema izquierda, ha reactualizado una situación latente en Yacimientos Petrolíferos Fiscales.

Según se supo, en la misma se habría detectado, pocos días antes de que el Presidente Alfonsín pronunciara su polémico discurso el 26 de abril en Plaza de Mayo, la existencia de células armadas organizadas por los partidos comunistas obreros, en yacimientos de Salta, Santa Cruz, Comodoro Rivadavia y Neuquén.

Las medidas de restricción presupuestaria, privatizaciones y despidos que en un plazo relativamente breve comenzarían a afectar a la petrolera estatal, hacen temer a algunos directivos que puedan producirse hechos de violencia, incendios, sabotajes y ocupaciones.

Es de destacar que los datos disponibles sobre el funcionamiento de la red de activistas, se deberían a una empresa de seguridad privada, alertada por un suceso acaecido en marzo pasado en la destilería de Campana, y que permitió rastrear exitosamente la maraña de células izquierdistas.

Hay que tener en cuenta que el sistema de seguridad interna del YPF está bajo la conducción del ex Coronel Luis Jaime CESIO, dado de baja de las filas del Ejército por falta grave y privado del uso del grado y uniforme.

Trascendió que CESIO afirmó desconocer totalmente las actividades extremistas que se estarían desarrollando en los más importantes yacimientos estatales, pero sus palabras habrían sido relativizadas por el directorio que ignora las concomitancias marxistas que se le atribuyen y el hecho singular de que durante su gestión se haya prácticamente desmantelado los sistemas de seguridad y vigilancia.

9005069

1-01

Eval.: B-3

PEI 25 75
Para Enlace e Interno

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M 022/85

Asunto: Ataques contra guarniciones militares argentinas.

Sin que trascendiera a través de los medios masivos, se supo que a lo largo de la semana fue nuevamente tiroteado un puesto de guardia del Regimiento 3 de Infantería, con asiento en La Tablada, en la que estuvo alojado en calidad de detenido, por espacio de unos meses, el General Ramón CAMPS, antes de su traslado a Campo de Mayo.

Las agresiones contra la unidad se han venido sucediendo con llamativa reiteración, presumiéndose que los atacantes son elementos de ultraizquierda asentados en la llamada "Ciudad Oculta", gigantesca villa miseria ubicada en las vecindades del cuartel, en donde una multisectorial creada por actividades comunistas, intransigentes y montoneros, formaron células de combate dotadas de movilidad y equipos de comunicaciones.

También en el curso de la anterior semana, fue detectado un intento de infiltración de elementos armados en Campo de Mayo, que al ser descubiertos mientras intentaban introducirse a un depósito de armas largas huyeron cubriendo la fuga a tiros.

19005070

Ref. 74/85
Para Embajadas y Consulados

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M 023/85

ARGENTINA

Asunto: Situación gremial enmarcada dentro de los lineamientos políticos del Frente de Liberación Nacional y Social (FLNS).

La desocupación de la Planta Ford, mediante una intimación judicial y un despliegue policial de características casi bélicas no significaría el cierre de un episodio sino la apertura de una etapa sumamente crítica para el gobierno argentino y para el éxito de un plan económico, según el análisis de sectores gremiales y de algunos estamentos oficiales.

En ambos terrenos no existirían dudas de que el conflicto de la Plata Ford ha sido la primera manifestación organizada del Comando Coordinador Revolucionario CCR conformado por elementos de los partidos Comunista, Intransigente, Obrero, MAS, Montoneros y de la extrema izquierda radical, al que seguirían otras huelgas de corte "salvaje", preferentemente en los segmentos más sensibles del aparato productivo argentino.

El sindicalismo peronista maneja cifras precisas y sabe que el 30% de las comisiones internas de grandes empresas del cono urbano están controladas por activistas marxistas que ocuparon posiciones a partir de diciembre de 1983 con el beneplácito y la ayuda del ex-Ministro de Trabajo, Antonio MUCCI. Las llamadas listas "naranjas" se constituyeron sobre el abanico de ultra izquierda, que en el caso de la huelga Ford, reveló la presencia del trotskismo (MAS, Partido Obrero), maoísmo (Partido Comunista Revolucionario y Partido del Trabajo y el Progreso) comunismo soviético (estructura del PC) y peronismo "combativo" (JP Unificada).

9005071

024/85

Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M

ARGENTINA

Asunto: Creación del Comando Coordinador Revolucionario dentro de las izquierdas que conforman el Frente de Liberación Nacional y Social.

Organismos de seguridad del gobierno argentino habrían recogido importantes indicios sobre la existencia en el país de un Comando Coordinador Revolucionario (CCR), formado a comienzos de junio pero que todavía no estaría totalmente integrado.

Según se afirma, lo conforman dirigentes del Partido Comunista, Partido Intransigente, Partido Obrero, Movimiento al Socialismo, Peronismo Revolucionario (ex-Montoneros), un dirigente de la Unión Cívica Radical ubicado internamente en la extrema izquierda, dos sindicalistas de segunda línea y varias figuras del sector de derechos humanos.

La "derechización" del gobierno, según la concepción de los activistas, podría determinar en el futuro, junto a un panorama de revuelta social amplia, que dicho CCR recurra a veteranos combatientes guerrilleros o a la nueva generación formada en Medio Oriente, Nicaragua y Cuba, para efectuar esporádicas acciones de violencia, a modo de"advertencia" a las autoridades.

Por otra parte, el nuevo aparato revolucionario, Montoneros tendría escasa relevancia por considerarse que, no obstante el eco que hallan sus convocatorias en alguna fracción de la sociedad, esta organización no merece confianza debido a sus orígenes peronistas.

En estos momentos, al parecer además del Partido Comunista y del ERP, el Movimiento al Socialismo podría merecer el pleno apoyo cubano.

9005072

025|85 Julio, 1985.-

M E M O R A N D U M

ASUNTO: ACTIVIDADES DE INTELIGENCIA LLEVADAS A CABO POR CUBA.

Las actividades de Inteligencia llevadas a cabo por Cuba están a cargo de diferentes servicios.

Entre ellos se destacan el Departamento América y la DGI (Dirección General de Inteligencia).

Departamento América.

a.- Es el principal servicio de información.
Depende directamente del Comité Central del Partido Comunista de Cuba (P.C.C.).
Es el órgano ejecutor de política exterior Cubana en América Latina.
Apoya los principales Movimientos de Liberación Nacional.

b.- Entre sus operaciones legales están las relaciones oficiales con los Partidos Comunistas de los demás Países. Mantiene también las relaciones, denominadas CABILDEOS, que son mantenidas con cualquier grupo organizado que pueda favorecer los intereses del P.C.C., inclusive la Propaganda del Partido en el exterior.

c.- Las operaciones clandestinas están destinadas a manipular y controlar las organizaciones, grupos e individuos que puedan ayudar al P.C.C. a alcanzar sus objetivos, a realizar propaganda clandestina y a facilitar la creación de grupos de fachada.

d.- Su actual director es Manuel PINEYRO ROSADA "Barbaroja", guerrillero histórico, miembro del Comité Central del P.C.C., ex Jefe de la Dirección General de Inteligencia y del Departamento Nacional de Liberación. Es amigo personal de FIDEL CASTRO.

e.- Consta que los elementos del Departamento América tienen más influencia, en el exterior que la mayoría de los integrantes del Ministerio de Relaciones Exteriores.

f.- Organos subordinados al Departamento América:
- Departamento Central de Relaciones Exteriores.
- Centro de Estudios Latino-Americanos.
- Prensa Latina.
- Instituto Cubano de Amistad de los Pueblos.
- INTUR-CUBATUR (Copia del Intourist Soviéticos).
- D.O.E. (Departamento de operaciones Especiales con cuadros para-Militares).
- Ministerio de Relaciones Exteriores cuyos miembros deben ser aprobados por el Departamento América.

g.- El departamento cuenta en la actualidad con una escuela para 150 alumnos que posée:
- 6 cursos de lucha rural.
- 15 cursos de lucha sub-urbana.
- 12 cursos de lucha urbana.
- 11 cursos de Operaciones de Información y Contra Información.

El reclutamiento de los alumnos es hecho a través de la Junta Coordinadora Revolucionaria.

9005073

h.- La sección de América del Sur del Departamento América está dividido en 3 sectores de los cuales solamente 2 se han podido identificar.

1.- SECTOR CHILE-PERU-BOLIVIA:

JEFE: Héctor Humberto SANCHEZ GONZALEZ.

- El Sub-Sector Chile es comandado por: Héctor Dinone VILLAVICENCIO, el cual tiene como auxiliar a Emilio Brito Alcalde y Ramón Perdomo Hernández.
- El Sub-Sector de Perú es comandado por Eneida Dolores SANCHEZ PEREZ. Tiene como auxiliares a Calixto Pablo ALMEIDA GARCIA, Primer Secretario de la Embajada Cubana; Reni Aballos PRATS, Armando Cuartas García del Sector Comercial de esa Embajada que fuera sustituído por Francisco Pacheco Méndez, Marta Luisa Fuego Rodríguez, Secretaría del Consulado, en LIMA, Omar Morales Bazo, SubJefe de Misión y oficial Político, Evelto Vázquez Becerra, experto en Guerra de guerrilla, Daniel Claudio Valdéz Sierra, Cónsul General en Lima, Zenaida Ponce Vázquez agregado cultural y Roberto Veja, que llegó a Lima como administrativo en Febrero de 1985.
- Sub-Sector de Bolivia que tiene como Jefe a Gustavo HERNANDEZ PEREZ y es auxiliado por su esposa: Sonia de la Luz Perez, la cual presta servicios en Buenos Aires como agregado cultural y de prensa, Rogelio Eladio González Díaz y Leandro Froslan González García, Primer Secretario de la Embajada.

2.- SECTOR CONO SUR ARGENTINA, BRASIL, PARAGUAY Y URUGUAY.

JEFE: Santiago DIAZ PAZ, auxiliado por su esposa Xiomara Julia CARRILLO PEREZ.

- Sub-Sector de Argentina tiene como Jefe a Luis CASA ALONSO.
- Sub-Sector de Paraguay tiene como Jefe a Emilio ALFONSO.
- Sub-Sector de Uruguay tiene como Jefe a Néstor Eduardo SERRANO PEREZ el cual es auxiliado por Ana Julia FAYA MONTANO y Rafael SARDINAS GONZALEZ.
- Como elementos que trabajan, permanentemente, en el Cono Sur, han sido identificados:
- Jesús CRUZ GONZALEZ.
- Mario JAEN GIMENEZ.
- Irma GONZALEZ CRUZ.
- Mario DIA (Chileno) corresponsal de Prensa Latina.
- Sergio PINEDA MUÑOZ (Chileno), trabaja en el Brasil con la cobertura de corresponsal del diario mexicano EXCESSIOR, siendo representante también de la Internacional Socialista.
- Orlando SILVA FROES, responzable por los asuntos de la Internacional Socialista.
- Luis Armando SUAREZ SALAZAR, director del Centro de Estudios de América.
- En Colombia trabajó Reinaldo GARCIA PAEZ y Francisco GONZALEZ y GARCIA, representante de Prensa Latina, el cual en 1983 era

1900507 3

el Primer Secretario en la Embajada de PARAMARIBO.

3.- D.G.I. (Dirección General de Inteligencia).

a.- Está subordinado al Ministerio del Interior- Actúa en forma similar a la K.G.B.
Un gran número de sus dirigentes realizó sus estudios en Academias Soviéticas de Información.

b.- En el exterior sus miembros ocupan generalmente puestos diplomáticos como cobertura, trabajan también en Prensa Latina, CUPESCA y delegación cubana en la UNESCO, en el Banco Nacional, la Cubana de Aviación, y en todas las dependencias de las Misiones Comerciales.

c.- Entre sus misiones tenemos:

- Misiones de Contra Inteligencia.
- Seguridad Física de Instalaciones Cubanas en el Exterior.
- Seguridad del personal Cubano en el Exterior.
- Apoyo a las operaciones del Departamento de Seguridad del Estado.
- Informaciones sobre órganos de seguridad de los países anfitriones.
- Informaciones extremas.
- Acción subversiva.
- Operaciones de Apoyo.

4.- CIUDADANOS CUBANOS ENVUELTOS EN ACTIVIDADES DE INFORMACION EN AMERICA LATINA.

- Raúl COLL LAMAS Ministro Consejero de la Embajada en Buenos Aires.- Ex Oficial del Ejército. Trabaja en la D.G.I.
- Ricardo MENDEZ DIAZ Agregado a la Embajada en Buenos Aires. Estuvo anteriormente en Chile, de donde huyó luego de la caída de ALLENDE.
- Dagoberto RODRIGUEZ SANDOVAL Trabaja en la Embajada de Buenos Aires. Antes trabajó en la República Democrática Alemana y en Lisboa. Pertenece a la D.G.I.
- Juan VALDEZ FONSECA Oficial de la D.G.I. en Buenos Aires. Viaja intensamente por América.
- Elmer RODRIGUEZ MENENDEZ También conocido como Elmer RODRIGUEZ HERNANDEZ o Emilio RODRIGUEZ "VINAGRE".
No es Oficial de Inteligencia, pero sí gran colaborador.
- Jesús CRUZ GONZALEZ Sub-Jefe de la Misión en Buenos Aires. Pertenece al Departamento América. Es considerado como uno de los dos más importantes funcionarios del Gobierno Cubano. Se ha evidenciado como hombre de control de la Introducción de Inteligencia Cubana en Montevideo.
- Mario JAEN JIMENEZ Departamento América.
- Irma GONZALEZ GIMENEZ Departamento América.
- Arnaldo CAMPOS GINESTA Departamento América. Experto en Guerra de Guerrillas.
- Fernando RAVELO RENEDO Fue Embajador en Colombia, vinculado al M-19.

- Norberto Luiz HERNANDEZ CURBELO Fue Embajador en Venezuela.
- Daniel Henrique HERRERA PEREZ Estuvo en el Centro de Operaciones Clandestinas del Departamento América en Costa Rica. Integró delegación Cubana que visitaron Argentina, Brasil, Uruguay.

5.- El Gobierno Cubano tiene intenciones de crear en Monteiveo un importante Centro Subversivo contra CHILE.

..*.*.*.*.*.*.*.*.*.*

N O T A: Se solicita a esa Agencia toda la información que sea posible obtener de las personas que se mencionan en dicho Memoran dum.

9005073

Agosto, 1985.- 027

M E M O R A N D U M

Asunto: ORGANIZACION DE PAISES EXPORTADORES DE PETROLEO.

En 1960, en la ciudad de Bagdad, representantes de cinco países, dieron vida a la Organización de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), y pese a las predicciones que rápidamente surgieron, el organismo sigió adelante, desde una relativa oscuridad hasta llegar a la cima, poco más de una década atrás. No está en este momento, pasando por unperíodo brillante, aún cuando el quinteto original de miembros casi se triplicó y los precios por ellos manejados se multiplicaron por diez: la incidencia en el mercado bajó notoriamente, y en estos momentos los trece miembros del organismo manejan el 30% de la producción mundial, cuando en 1970 vendían más de la mitad de la demanda total.

Actualmente forman parte de la OPEP: Arabia Saudita (Ministro Ahmed ZAKI YAMANI), Argelia (Ministro de Energía: Belkacem NABI), Ecuador (Vice Ministro Fernando SANTOS ALVITE), Emiratos Arabes Unidos (Ministro Mana SAED AL OTEIBA), Gabon, Indonesia (Ministro y Presidente de la Organización SUBROTO), Irán (Ministro Mahammed GHARAZI), Irak (Ministro Kassin TAKI AL-ORAIBI), Kuwait, Libia, Nigeria (Ministro Tam DAVID WEST), Qatar y Venezuela (Ministro Arturo HERNANDEZ GRISANTI).

Fuera de la entidad petrolera están alineadas grandes potencias como Estados Unidos, Canadá, Gran Bretaña y las naciones del área socialista.

Cuarenta años atrás -antes de la formación de la OPEP- los primeros producían y los segundos consumían al menor precio posible, mientras mantenían intactas sus reservas; la reconstrucción de Europa se hizo con petroleo pagado a dos dólares el barril.

Las llamadas "siete hermanas" -grandes multilnacionales del crudo- integraban un "club petrolero" de lazos horizontales, compuesto por la British Petroleum, en la que el Estado británico tiene la parte mayoritaria; la Royal Dutch/Shell, una empresa de participación anglo-holandesa; y las cinco grandes firmas estadounidenses: Esso (ahora Exxon), Texaco, Gulf Corporations, standard Oil de California, Socal y Mobil Oil. La Compagnie Francaise des Petroles ocupaba un lugar complementario aunque con intereses muy importantes en Irak y Qatar.

En 1972 en Medio Oriente, en cuanto al mercado petrolero, los miembros del "Club", tenían la siguiente participación los principales países productores del área:

9005074

Empresas	Irak	Irán	A.Saudita	Kuwait	Qatar
BP	23.75	40	-	50	23.75
Royal Dutch/Shell	23.75	14	-	-	23.75
Exxon	11.875	7	30	-	11.875
Mobil	11.875	7	10	-	11.875
Gulf Corp.	-	8	-	50	-
Texaco	-	7	30	-	-
Socal	-	7	30	-	-
CFP	23.75	6	-	-	23.75

El sistema de las grandes empresas fue diseñado, ante todo, para la conveniencia de las compañías mismas, más tarde para los países consumidores industrializados de Occidente (de los cuales las trasnacionales son esencialmente una manifestación) para finalizar, este sistema sirvió para los propios productores.

Como grupo, el "Club" se aseguró fuentes diversificadas de materias primas para sus proyectos internacionales, con una firme base económica a partir de la cual financiaba la totalidad de sus operaciones integradas.

De informes realizados se dieron como resultado, que tan solo el 6,7% era percibido por el país de origen.

Cuando el "Club" trató de reducir esos estrechos márgenes, fue cuando surgió la OPEP (posteriormente responsable de la destrucción del sistema de concesiones hasta ese momento manejado), convirtiéndose en el factor preponderante del cambio radical producido en las relaciones económicas internacionales.

Es en este momento en que se presenta el venezolano, Juan Pablo PEREZ ALFONSO, Ministro de Minas e Hidrocarburos, que sería el factor preponderante para el acercamiento entre Maracaibo y el Medio Oriente, dándose posteriormente la ruptura de los nexos con los precios estadounidenses.

Luego que la organización logra su consolidación y amplia el número de sus miembros, los precios del petróleo comenzaron a subir, en un proceso que se agudizó a partir de mediados de 1973, cuando la tarifa por barril (42 galones, o sea alrededor de 160 litros) oscilaba en los tres dólares para sorpresivamente, multiplicarse por cuatro.

Hasta 1979, la cifra de barriles diarios marcó, con altibajos, un incremento constante. Desde entonces comenzó a descender: 1970 (23 millones

9005074

de barriles por día); 1971 (25); 1972 (26); 1973 y 1974 (30); 1975 (27); 1976 y 1977 (31); 1978 (30); 1979 (31).

En 1980 comienza un deterioro productivo de los miembros de la organización, presentándose las siguientes cifras: 26 millones de barriles por día; 22; 18; 17 y 16 millones en 1984.

En el mismo período, el resto de los países (los no miembros) pasó de 20 a 39 millones de barriles por día.

El ascenso producido a partir de 1973 originó un exceso de dinero que fomentó y alimentó el aumento de la deuda externa de muchos países del Tercer Mundo. La suba de los precios se encuentra en la base de la generalizada depresión económica de la última década pero, paralelamente alertó sobre la importancia de hallar fuentes energéticas alternativas y transformó en viable la explotación de pequeños yacimientos no rentables hasta entonces; ocasionó asimismo, un incentivo en las tareas prospectivas.

El descenso a partir de la decada del 80 se debió a varios factores como: exceso de oferta, logros en la búsqueda de fuentes alternativas, restricciones en la demanda. En ese entonces, los ministros de la organización comenzaron a restringir su producción a efectos de nivelar el mercado.

La OPEP, a pesar de sus marchas, contramarchas y vacilaciones se ha mantenido en pie, pese a la política aplicada por las potencias no integrentes de la organización; tenemos el ejemplo de Noruega que fue, la que tomó la iniciativa, tanto en 1983 como 1984 a rebajar el precio del petróleo (en 1983 la baja produjo una reacción en cadena que terminó resquebrajando la disciplina de la Organización, obligando a ésta a reducir el precio de su crudo "marcador" de 34 a 29 dólares), iniciativa seguida por Gran Bretaña y simultaneamente Nigeria, miembro de la OPEP que produce un crudo de calidad muy similar a la de estos grandes exportadores europeos y compite por lo tanto directamente con ellos en el mercado internacional, además de ser el país más endeudado de Africa.

La rebaja producida en octubre de 1984, sin embargo, permitió a la OPEP ampliar su base de apoyo ya que su respuesta de reducir la cuota global de producción de toda la organización 17,5 a 16 millones de barriles diarios para mantener los precios, logró la adhesión de aquellos tres grandes exportadores del Tercer Mundo, que frenaron a su vez (México en un 10%) su ritmo de extracción diaria. El costo que debió pagar por la crisis fue una pequeña modificación de su estructura de precios, con pequeñas rebajas en los crudos livianos y una suba de 50 centavos en los más pesados para

0005074

adecuarla a los cambios de la demanda. El precio oficial promedio según el peso de cada variedad exportada al mercado mundial bajó apenas 19 centavos de dólar por barril, aunque debió abandonarse el árabe ligero como crudo "marcador" de la OPEP, porque su cotización era insostenible.

Pese a todo esto, últimamente se viene perfilando un nuevo decaimiento en el mercado libre del petróleo, que se manifiesta en una disminución de los precios. En el Mar del Norte, los precios llegaron cerca de 26,5 dólares por barril -e incluso a menos- comparándolo con el precio oficial de 28,65 dólares por barril de petróleo de Nigeria, de calidad similar.

Asimismo se ha vendido petróleo egipcio a unos 24.95 dólares el barril, cuando el precio oficial es de 26,75 dólares el mismo. Tanto Irán como la Unión Soviética han vendido su crudo, en el mercado libre, por debajo del precio oficial.

A esto se suma que Egipto y la Unión Soviética han bajado su precio del crudo: Egipto rebajó 75 céntecimos un barril y la URSS un dólar.

Por otro lado tenemos que las naciones miembros, han demostrado tener escasas convicciones para autolimitarse, lo que va en perjuicio de Arabia Saudita, uno de los más importantes productores petroleros que se esfuerza por estabilizar el mercado, llevando su producción a un nivel sumamento bajo -2.500.000 barriles diarios- para equilibrar a otros países productores miembros de la organización que violan las cuotas que se les ha fijado; este país necesita producir 4.500.000 para equilibrar su presupuesto planeado para el año próximo; otros perjudicados serían Argelia e Irán que si han controlado su producción. Nigeria (que infringe la cuota fijada -1.300.000 b/d- en unos 100 b/d por encima de la cuota), Emiratos Arabes Unidos, Kuwait, Indonesia, Libia y Ecuador (que llegó a producir un 60% más de lo que se le había estipulado) no han cumplido.

Es decir, que tan solo un 25% se logra vender al precio oficial, el restante 75% de la producción de la OPEP se está vendiendo por debajo del precio fijado. En otras palabras, la demanda total del petróleo no alcanza los 16 millones de barriles por día.

Las presiones sobre la organización han aumentado después de la infructuosa reunión, llevada a cabo el 7 de julio en Viena. Los ministros prometieron, en la misma, no violar las normas de producción, pero no pudieron ponerse de acuerdo en la formación de un plan sólido para evitar una reducción del precio.

Tres días después México, que no es miembro de la Organización, pero produce individualmente más que la mayor parte de los miembros de la misma

9005074

redujo sus precios hasta en 1,24 dólares el barril, así como también otro productor no miembro de la organización redujo sus precios a 3,2 dólares por barril.

Egipto por ejemplo, vende ahora su crudo,del Golfo de Suez,de la más alta calidad a 25,5 dólares el barril. Eso representa 2,75 dólares menos que el precio oficial del liviano árabe.

Al mismo tiempo, y aprovechando esta situación, los principales países consumidores -fundamentalmente los industrializados- han comenzado a presionar a sus abastecedores para que efectivicen una reducción en los precios del crudo.

En la reunión que ha comenzado el lunes 26 ppdo., se han presentado dos políticas bien definidas: por un lado, los países que trataron de lograr un incremento en la cuota de producción petrolera. Y por otro lado, Arabia Saudita que precionó a los países miembros para mantener la cuota de producción, tendiente a estabilizar los precios en el mercado internacional.

Al finalizar la misma se decidió reducir levemente los precios: los crudos pesados a 26 dólares el barril y el de los medianos a 27,20 mientras que el precio de los crudos de mejor calidad quedó sin cambios en 28 dólares el barril.

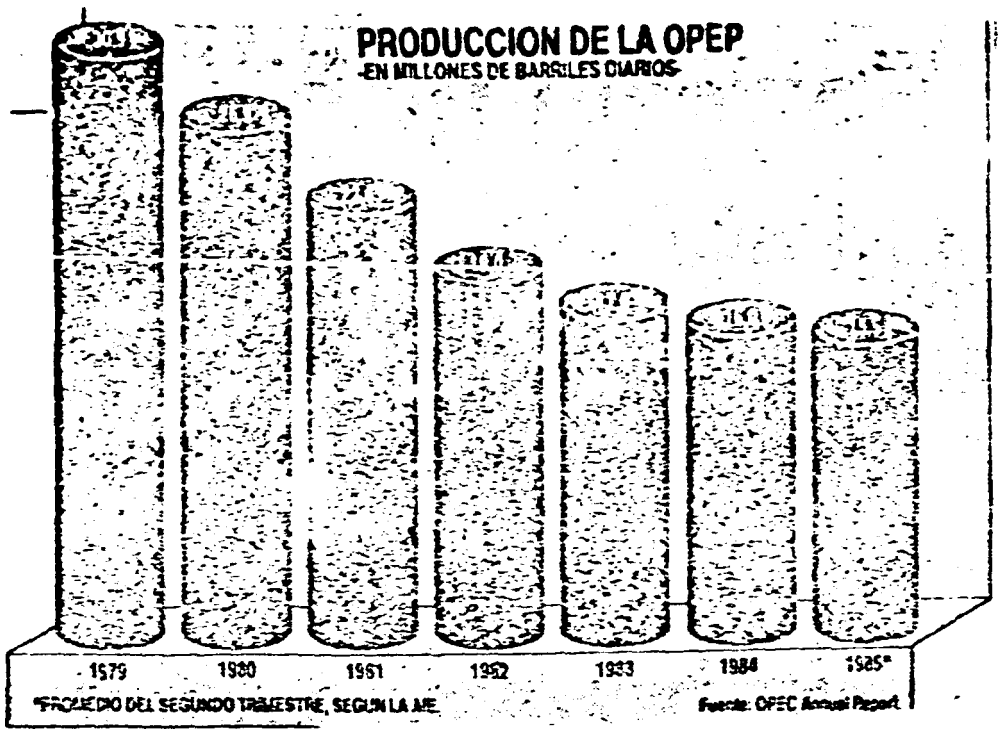
La decisión, como se esperaba dada la división existente, no fue aprobada por consenso unánime sino por mayoría, lo que nunca había sucedido.

Los diez países (dirigidos por Arabia Saudita) aprobaron la determinación mientras que Argelia, Irán y Libia votaron negativamente.

En cuanto a la cuota total de producción -fijada en 16 millones de barriles por día- y la cuota individual asignada a cada país, serán temas a tratar en la próxima conferencia extraordinaria que se llevará a cabo probablemente el 3 de octubre en Viena y asimismo se llevara un encuentro regular para revisar el desarrollo de los acontecimientos, el 7 de diciembre en Ginebra.

Las rebajas establecidas son tan pequeñas que no contribuirán mayormente a mejorar la posición de la OPEP en el mercado petrolero, así como no afectarán los precios al consumidor,para los productos derivados del petroleo, porque solo son aplicables a una pequeña fracción de los suministros petroleros mundiales, es evidente que tampoco ayudará a detener la sostenida tendencia descendente de los precios mundiales del hidrocarburo.

9005074



PRODUCCION POR PAIS

(Millones de Barriles diarios)

PAIS	ACTUAL	ANTERIOR
Arabia Saudita	4.353.000	5.000.000
Irán	2.300.000	2.400.000
Venezuela	1.555.000	1.675.000
Nigeria	1.300.000	1.300.000
Irak	1.200.000	1.200.000
Indonesia	1.189.000	1.300.000
Libia	990.000	1.100.000
Emiratos Arabes	950.000	1.100.000
Kuwait	900.000	1.050.000
Argelia	663.000	725.000
Qatar	280.000	300.000
Ecuador	183.000	200.000
Gabón	137.000	150.000
Totales	16.000.000	17.500.000

9005074

004

APRECIACION DE SITUACION

DE

SUDAFRICA

AGOSTO/85

8005075

S U D A F R I C A

I.- GENERALIDADES

A.- NOMBRE OFICIAL: Republick van Sud-Afrika / Republic of South Africa

B.- AREA: 1.221.042 kmts.cuadrados

C.- POBLACION: 31.008.000 (incluyendo a las Repúblicas Independientes)

D.- CAPITAL: Pretoria (administrativa)
El Cabo (legislativa)
Bloemfonteim (Judicial)

E. MONEDA: Rand

F.- DIVISIÓN POLITICA: 4 provincias

G.- RELIGION: protestantes 38.6%, religión autóctona africana 21.9%, católicos 10.1% y anglicanos 6.9%.

H.- COMERCIO EXTERIOR

1.- EXPORTACIONES: 12.602 millones de dólares en 1980

2.- IMPORTACIONES: 18.597 millones de dólares en 1980

I.- PRODUCCION:

1.- Agricultura: frutas y hortalizas, semillas oleaginosas, cereales, fibras textiles, tubérculos, legumbres, tabaco, caña de azúcar.

2.- Industria: caucho sintético, harina de pescado, pesca. papel de periódico, automotores, azúcar, cemento, cerveza, cigarrillos, construcciones navales, coque metalúrgico, harina de trigo, neumáticos, abonos, textiles,energía eléctrica y derivados del petróleo, acero, aluminio.

3.- Madera: 1.428.000 metros cúbicos aserrados (1975)

4.- Minería: carbón, cobre, cromo, diamantes, hierro, manganeso, níquel, oro, plata, antimonio, azufre, estaño, sal, uranic amianto, cal, vanadio.

5.- Ganadería: bovinos, porcinos, caballos, aves del corral, cuero y pieles.

J.- FIESTA NACIONAL: 31 de mayo, día de la república

K.-ACONTECIMIENTOS IMPORTANTES

1650 - La Dutsch East India Company establece una estación provisional en el Territorio, lo que da inicio a la colonización blanca y al desarrollo del segmento afrikaners de la población.

s.XVIII- europeos entran en conflictos territoriales con los africanos schosas, los británicos capturan al Cabo de Buena Esperanza, lo que marca el comienzo de un largo pleito entre afrikaners y los ingleses.

9005075

1815 - El Congreso de Viena entrega a los británicos los territorios de Sudáfrica gobernados por los neerdelandeses.

1880 - 1era. Guerra anglo-bóer

1910 - El Reino Unido forma la Unión Sudafricana como dominio del Imperio.

1934 - La Unión adquiere la condición de Estado dentro del imperio Británico.

1940/1950- Resurge el sentimiento nacionalista de los afrikaners o bóers.

1958 - Es prohibida toda actividad del Congreso Nacional Africano que se opone a la política del Apartheid.

1960 - Un referendum popular aprueba el nombre de la Rep. de Sudáfrica

1961 - El gobierno se retira de la Comunidad Británica

1963 - La ONU prohibe el envío de equipos militares a Sudáfrica en represalia por la política del Apartheid.

1964 - La Prepública es expulsada de la OIT por su política de discriminación racial.

1969 - El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas condena a Sudáfrica por no permitir al organismo tomar el control de Africa sudoeste a la terminación del mandato de la Soc. de las Naciones .

1976 - Las tropas sudafricanas intervienen sin éxito en la guerra civil de Angola. Transkei recibe la independencia.

1977 - ONU ordena el embargo de armas contra Sudáfrica. Bophusthas[illegible] obtiene la independencia.

1978 - Transkei rompe relaciones con Sudáfrica, tropas sudafricanas entran en Angola en una operación militar limitada contra las guerrillas de Namibia.

003(A)

1979 - Venda recibe la independencia

1981 - Ciskei obtiene su independencia

9005075

1982 - Sudáfrica y Angola sostienen conversaciones sobre Namibia.

APRECIACION DE SITUACION DE SUDAFRICA

1.- INTEGRACION DEL GABINETE SUDAFRICANO

PRESIDENTE: Pieter Botha

MINISTROS:

-Servicio de Transporte: Hendril Schoeman

-Desarrollo y Planificación Constitucional: J.C. Heunis

-Relaciones Exteriores: Pik Botha

-Asuntos Domésticos y Educación Nacional: F.W.de Klerk

-Ley y Orden Público: Louis Le Grange

-Comunicaciones y Obras Públicas: Lapa Munnik

-Salud y Bienestar: C.V. van der Merwe

-Cooperación y Desarrollo y Educación:Dr. G.van N. Viljoen

-Defensa:Gral. Magnus Malan

-Mano de Obra: P.T.C. du Plessis

-Comercio e Industria: Dr. D.J. de Villiers

-Justicia: H.J. Coetzee

-Economía Agrícola y Asuntos Hídricos: J.J.G. Wentzel

-Asuntos Minerales y Enérgeticos: Danie Steyn

-Finanzas: Barend Du Plessis

-Asuntos de Medio Ambiente y Turismo: J.W.E. Wiley

PRESIDENTES DE LOS TRES CONSEJOS MINISTERIALES: C.V. van der Merwe
Rvdo. Allan Heindrickse
Amichand Rajbansi

MINISTROS ADJUNTOS:

-Desarrollo Constitucional: P.J. Badenhorst

-Relaciones Exteriores: Louis Nel

-Asuntos Domésticos: Ron Miller

-Educación Nacional: P. Cronje

-Asuntos de Tierra: B.H. Wilkens

-Salud y Bienestar: Dr. G.de V. Morrison

-Educación y Cooperación: S.J. de Beer

-Desarrollo: B.H. Wilkens

-Defensa: A.J. Vlok

-Comercio e Industria: Kent Durr

-Economía Agrícola y Asuntos Hídricos: G.J. Kotze

CONSEJOS MINISTERIALES

ASAMBLEA:

-Presidente y Ministro de Salud: Dr. C.V. van der Merwe

-Agricultura y Recursos Hídricos: S.A.S. Hayward

-Gobierno Local, Viviendas y Obras : A.Venter

-Presupuesto: E. can der M. Louw

-Educación y Cultura: J.C.G. (Stoffel) Botha

CAMARA DE REPRESENTANTES:

-Presidente: Rvdo. Allan Hendrickse

-Gobierno Local, Viviendas y Agricultura: D.M. Curry

-Presupuesto: A.A. Julies

-Servicios de Salud y Bienestar: C.J. April

-Educación y Cultura: Carter Ebrahim

CAMARA DE DELEGADOS:

-Presidente: A. Rajbansi

-Educación y Cultura: K. Rambduth

-Servicio de Salud y Bienestar: M.S. Padayachy

-Presupuesto: E. Abramjee

- Gobierno Local, Vivienda y Agricultura: B.Dookie

9005075

II.- SITUACION POLITICA

A.- SISTEMA DE GOBIERNO

El 02/NOV/83 se aprobó la nueva Constitución, que establece determinadas reformas en el sistema de gobierno del país.

1.- Poder Ejecutivo

La Constitución sustituye el sistema anterior de un Jefe titular de Estado y un Jefe Ejecutivo de Gobierno por un solo cargo ejercido por el Presidente Ejecutivo del Estado.

Es designado por el Consejo Electoral, que está constituido por representantes de los partidos mayoritarios de las tres Cámaras con mayoría efectiva de la Asamblea en el Colegio.

Es miembro del Gabinete, al cual preside. Puede dirigirse a una o más Cámaras del Parlamento, pero no es miembro de ninguna de ellas.

Puede pertenecer a cualquier comunidad, ya sea blanca, india o mestiza.

Los ministros son nominados y despedidos por el Presidente, el nombramiento se produce entre miembros del Parlamento o personas ajenas del mismo en un lapso de un año.

La autoridad ejecutiva en Asuntos de Interés General está investida en el Presidente del Estado que ha de actuar en consulta con los miembros del Gabinete.

El Presidente designa un Consejo Ministerial por cada una de las tres Cámaras del Parlamento.

2.- Poder Legislativo

El Parlamento está compuesto por tres Cámaras:

a.- Cámara de la Asamblea

Integrada por 178 miembros de la comunidad blanca, de los que 166 son elegidos directamente por la ciudadanía, 8 por miembros de la Cámara y 4 son nominados por el Presidente.

b.- Cámara de Representantes

Comprende a 85 miembros de la comunidad mestiza, de los cuales 80 son elegidos directamente por la ciudadanía, 3 por miembros de la Cámara y 2 son nominados por el Presidente.

c.- Cámara de Delegados

Comprende a 45 miembros de la comunidad india, 40 son elegidos por la ciudadanía, 3 por la Cámara y 2 por el Presidente.

La Constitución establece que cuando se convoca a una elección general los comicios se realizarán el mismo día para las 3 Cámaras.

El Parlamento debe reunirse por lo menos una vez al año y su período de

9005075

gobierno es de 5 años.

El Presidente puede disolver el Parlamento en cualquier momento y convocar a una elección general. En el caso de que una Cámara fuera disuelta, la nueva deberá cpmpletar el período de mandato restante.

Si una o más Cámaras se retirasen del Parlamento la Constitución dispone que la función legislativa del Parlamento debe continuar.

Cada Cámara legisla conjuntamente en Asuntos de Interés General, tales como Debensa y Relaciones Exteriores.

En la base del propósito de obtener consenso en la legislación, hay 16 Comités Permanentes en que están representandos los Partidos Políticos de las tres Cámaras, los que trabajan tanto durante los recesos como durante las sesiones del Parlamento. Los 16 Comités corresponden a las 16 Carteras Ministeriales del Gabinete.

Su función principal consiste en considerar los proyectos de leyes en el Comité. La constitución prevé la sesión conjunta de las 3 Cámaras pero las mismas debaten y votan por separado los proyectos de legislación .

La función principal del Consejo del Presidente es la de arbitrar en el caso de que las tres Cámaras no lleguen a un consenso en anteproyectos de leyes.

B.- POLITICA INTERNA

La nueva organización política ha sido censurada dentro y fuera del país, debido a la exclusión de los grupos de población negra. La estructura política acuerda a cada una de las distintas naciones negras de Sudáfrica el derecho de obtener la independencia total en sus propios estados nacionales tradicionales, como cuatro de ellos ya lo hicieron. Este proceso continuará con seis naciones negras autónomas que todavía permanecen bajo la autoridad final del Parlamento.

En lo que atañe a ciudadanos negros que viven y trabajan permanentemente en zonas urbanas, en el Gabinete se acuerda principal prioridad a su situación presente y futura.

La búsqueda de una ubicación más aceptable para los ciudadanos negros de las urbes en la organización política del país podrá ser incrementada y obtendría una influencia ventajosa si el nuevo estilo político consensual tuviese éxito.

La reforma constitucional fue impulsada por el Partido Nacional de gobierno siendo rechazada por dos desprendimientos del mismo: Partido Nacional Reconstituido (Herstigte Nasionale Party) escindido en 1969, siendo encabezado por Jaap Marais y el Partido Coservador, escindido en 1980, siendo

▶9005075

su líder Andrie Treurnicht. También se opuso a la reforma el Partido Federal Progresista.

Los Partidos Laborista (mestizos) y Nacional del Pueblo (indios) se mostraron reticentes sobre la reforma constitucional pero terminaron apoyándola, lo que les costó profundas divisiones.

El gobierno civil de Pieter Botha ha enfurecido a los biancos conservadores sudafricanos, al eliminar ciertos aspectos del Apartheid. Se esperan reformas futuras en un Parlamento cuya composición por primera vez aloja representantes de color que puedan cumplir tareas menores.

Los cambios no han ido lo suficientemente lejos ni han sido lo suficientemente rápidos como la población de color esperaba.

El enojo de los negros ha crecido desde que Botha aprobó la Constitución en la cual mestizos, indios y blancos se encuentran separados en distintas Cámaras y habiendo sido excluidos los negros.

Si a las condiciones políticas y sociales existentes se suman los efectos de la gran sequía que asola a Africa Austral desde 1982, la crisis económica provocada por la baja del precio del oro (principal exportación sudafricana) no ha de extrañar el incremento en la actividad sindical y política de las mayorías negras, al cual el régimen de Botha ha respondido con la más descarnada violencia.

El 20/JUL/85 se declaró Estado de Emergencia en 36 distritos del país, para enfrentar la violencia racial, que ha costado la vida a más de 480 personas en los últimos 10 meses. A pesar de haber Estado de Emergencia la violencia ha ido en aumento, se teme que vuelva a pasar lo que aconteció en 1960 cuando al ser instalado el Estado de Emergencia los enfrentamientos arrojaron más de 12.000 heridos en cinco meses.

El 80% de los grupos empresariales presionan a las autoridades gubernamentales para la implementación de la ampliación de las reformas sociales económicas y políticas que desmantelarían totalmente el sistema de Apartheid.

C.- POLITICA INTERNACIONAL

1.- Persecución del problema del Apartheid en el mundo

La discriminación racial existe en varias naciones del mundo tal es el caso de Estados Unidos e India por ejemplo, pero la diferencia que existe en esos casos con el que se vive en Sudáfrica es que en ésta es fomentada directamente por el gobierno, es en el único país que la discriminación racial está legalizada a través de la Constitución.

Los países pertenecientes a las Naciones Unidas en un acto de repulsa ha

900576

cia dicho hecho han lanzado un ultimátum a Sudáfrica, si ésta no solucio na el grave problema de la población negra quedará totalmente aislada en el concierto del mundo libre.

Las reformas hechas por Botha en la nueva constitución (participación de mestizos e indios en el gobierno) y otra serie de reformas secundarias no alcanzan para garantizar que el problema racial vaya en vías de solucionarse.

Países vecinos a Sudáfrica se encuentran en la misma posición que los de Occidente. Dada la posición de estos países, Botha amenazó con tomar medidas drásticas contra los mismos, como ser expulsión de más de un millón de negros de países vecinos que viven en este país.

Francia fue el primer país europeo que retiró a su embajador en este país, a este lo han seguido otros.

2.- Importancia de acuerdos con países vecinos

Sudáfrica sostiene que los países del Africa Sudoccidental tienen que colaborar y actuar en forma conjunta para poder salir adelante. Países como Botswanam Swazilandia, Lesoto, Malawi, Zambia y Zimbabwe dependen de otros países para tener salida al mar, por lo que es sumamente importante llegar a un acuerdo de buena vecindad entre ellos.

La ayuda y cooperación de países no africanos son necesarios pero no pueden sustituir a la cooperación que Sudáfrica sustenta.

En 1980 nueve estados negros africanos constituyeron la Conferencia de Coordinación del Desarrollo (CCDAM), los objetivos de aumentar la colaboración mutua y reforzar sus vínculos de comunicación eran admirables pero el énfasis puesto en la liberación económica de Sudáfrica y la experiencia de la CCDAM desde dicho momento en adelante sóla ha confirmado que una esfera de coprosperidad regional que excluya a Sudáfrica es una imposibilidad. Las relaciones abiertas realzarán en mucho la ventaja de la cooperación tanto para Sudáfrica como para los estados negros, además de realizar negocios de manera normal podrían entonces llevar a cabo un programa exportador racional y presentar un frente común a sus poderosos clientes del 1er.Mundo.

3.- Expansionismo soviético y problemas que le apareja en la relación con los países vecinos

Además de estar orientada, la política internacional sudafricana,a unirse con los países vecinos en pos de solucionar los difíciles momentos que están pasando por la gran sequía y demás, está dirigida fun

damentalmente a conjurar el peligro que representa el expansionismo soviético en la región.

Las relaciones de Sudáfrica y sus vecinos han estado signadas por un estado de confrontación casi contínua como consecuencia de los ataques de los grupos guerrilleros promarxistas y de la réplica militar sudafricana que ha llegado a atacar objetivos dentro de los territorios de Angola y de Mozambique.

No obstante, una serie de factores, entre ellos la necesidad de mejorar las relaciones comerciales han determinado que el gobierno haya orientado su diplomacia hacia la concreción de acuerdos de no agresión con los países limítrofes, como los firmados con Mozambique y Angola en 1984 y las conversaciones que ha mantenido con Botswana y Zimbabwe para discutir cuestiones de seguridad mutua y analizar la viabilidad del proyecto hidroeléctrico en el río Lempoo.

El acuerdo que firmó con Mozambique y conocido como Acuerdo de " Nkomati" es un tratado de no agresión que pone fin a 8 años de guerra no declarada. Mozambique a pesar de haber firmado este acuerdo, no reconoce el régimen sudafricano de segregación racial ni tampoco los Bantustanes.

El acuerdo que firmó con Angola fue destinado a servir de base para la retirada de las tropas sudafricanas que habían actuado contra las fuerzas terroristas namibianas en el sur angoleño. Este acuerdo fue resultado de una reunión tripartita concretada por iniciativa del presidente zambiano Keneth Kaunda, entre representantes de los gobiernos de Angola, Sudáfrica y Estados Unidos.

III.- SITUACION MILITAR

A.- GRUPOS SUBVERSIVOS QUE ACTUAN EN SUDAFRICA

1.- A.N.C. (Congreso Nacional Africano)

Frente a la problemática de la discriminación racial, la población de color se organizó en el ANC, el cual fue fundado en 1944, siendo uno de sus fundadores Nelson Mandela. En el año 1960 esta organización pasó a la clandestinidad siendo detenido Mandela. En 1984 se le habría ofrecido la libertad a cambio de aceptar vivir en el Transkei.

Desde la cárcel Mandela continua siendo el líder indiscutido del grupo, su principal dirigente en la actualidad es Oliver Tambo, quien desde el exilio ha organizado una campaña de acciones directas contra objetivos militares y económicos del régimen.

El crecimiento de este grupo ha hecho que el régimen de Pretoria haya ne-

gociado un tratado de no agresión y buena vecindad con Mozambique (lugar desde donde actúa el ANC) y a ofrecer gestos conciliatorios al grupo de referencia, como ser ofertas de libertad a Mandela o la deliberada filtración periodística en supuestas conversaciones Gobierno-ANC.

El ANC es una organización armada por el bloque soviético y algunos de sus miembros son comunistas. A pesar de que las fuerzas de seguridad mantienen a las guerrillas controladas, el ANC actúa ocasionalmente.

La influencia del bloque soviético en el grupo está controlada a través del partido Comunista Sudafricano que está a todos los fines prácticos totalmente incorporado al CNA.

La asistencia militar del bloque comunista al grupo sigue lineamientos similares a los que en el pasado se aplicaron en los casos del MPLA(Movimiento por la Liberación de Angola) y del FRELIMO (Frente de Liberación de Mozambique)

El bloque oriental es el principal responsable de las vinculaciones entre el CNA y otras organizaciones internacionales terroristas, en particular la OLP (Organización para la Liberación de Palestina).

El conflicto israelí-libanés aportó pruebas fehacientes de la responsabilidad de la OLP en el adiestramiento de los terroristas sudafricanos, en la estrategia y táctica de la guerrilla terrorista urbana.

El CNA ha abierto oficinas de representación oficial en 28 países y en las Naciones Unidas, lo que da en gran medida un carácter internacional a esta organización.

2.-F.D.U.(Frente Democrático Unido)

Fue creado en el año 1983 un frente heterógeneo para llenar el vacío político interno que dejó el CNA cuando pasó a la clandestinidad y comenzó a actuar desde el exterior.

El Frente se adhiere a la no violencia, pero funcionarios gubernamentales lo acusan de encubrir las actividades del ANC.

El FDU está formado por cerca de 600 movimientos sindicales, sociales, religiosos y políticos que se oponen a la discriminación racial.

Entre ellos se encuentra: la AZAPO(Org.a del pueblo Azanio), ANC, Consejo Sudafricano de Iglesias, Consejo de Uniones Sindicales de Sudáfrica.

Uno de los más conocidos sustentores del Movimiento es el Obispo anglicano Desmond Tutu (premio nóbel de la Paz en 1984), son copresidentes del grupo Archie Gumede y Albetina Sisulu (esposa del líder del CNA, Walter) está integrado además por Aubrey Mokoena (activista) y por Frank Chikane.

El grupo reivindica los principios igualitarios de la Corte de la Libertad de 1955.

9005075

3.- SWAPO(Organización de los Pueblos de Africa Sudoccidental)

Nació en 1957, en la Ciudad del Cabo, de la unión de 4 integrantes del Partido Comunista, los cuales tomaron el nombre de Organización del Pueblo Ovambo, bajo el liderazgo de Sam Nujona. En el año 1958 cambió dicho nombre por el actual (SWAPO).

Está integrado en un 90% por miembros de la etnia Ovambo. a pesar de esto no todos los Ovambos respaldan al grupo. No hay forma de sostener la representatividad del grupo en Namibia pues no todos los ovambospertenecen al grupo ni tampoco ellos son el único grupo étnico del país.

El líder del grupo ha declarado en reiteradas oportunidades que una convocatoria electoral no tiene sentido para su organización ya que ésta tiene como objetivo la toma del poder por medio de la lucha armada.

La base de operaciones es Angola, la cual se encuentra bajo el control soviético-cubano con la presencia de asesores de otros países del bloque oriental. dependiendo en todas las cosas de las fuerzas comunistas.

La primera confrontación entre el Ejército sudafricano y las guerrillas de la SWAPO fue en Agosto de 1966 y desde entonces el conflicto ha continuado en forma creciente.

En una incursión militar sudafricana en 1981 realizada en Angola contra bases del grupo se confirmó la participación de asesores cubanos en apoyo de la organización y registrándose además bajas en el personal soviético.

B.- PARTICIPACION E INTERES DE LA URSS EN LA REGION

El problema del Apartheid no es el único motivo para combatir a Sudáfrica, si se observa que existen otros países en donde existen los mismos problemas, como por ejemplo:India.

El verdadero problema de Sudáfrica no es su política de Apartheid sino los ataques que son instigados en el mundo entero al gobierno por la URSS.

El objetivo soviético es destruir la República, dominar sus costas estratégicas, adueñarse de sus riquezas minerales y terminar de una vez por todas con un régimen antisoviético.

Hasta el momento Sudáfrica ha tenido éxito anulando los planes soviéticos en la parte austral de Africa., no sólo ha logrado hacerse invulnerable a la agresión soviética en su propio territorio sino que ha podido desbaratar la estrategia envolvente de Moscú en la región.

Las fuerzas comunistas tratan continuamente de extender y afirmar su influencia en Africa Meridional en particular mediante la ayuda militar a los países de la región. Los diversos conflictos y enfrentamientos en

9005075

Africa Meridional facilitan a estas fuerzas la prosecución de sus propósitos y constituyen la mejor garantía de la persistente influencia del bloque oriental. El apoyo militar a SWAPO y a CNA sirven a dicho propósito. La entrega de armamento del bloque oriental a países vecinos tienen por el momoento como destino fundamental la defensa y protección de estos países que hospedan a la CNA y a SWAPO, los comunistas usan la llamada amenaza militar de Sudáfrica contra sus vecinos como justificación para una carrera armamentista sin paralelo. Además del suministro de armas, la escalada incluye una mayor presencia de personal del bloque oriental y la instalación de la infraestructura necesaria para librar una guerra contra Sudáfrica.

Desde 1977 hubo un crecimiento de más del 100% en las fuerzas terrestres combinadas en esos estados. Hasta 1983 hubo un incremento de apróximadamente el 250% en la cantidad de tanques enviados, el número de aviones también refleja un incremento de apróximadamente el 100%.

Las actividades navales soviéticas frente a las costas occidentales africanas en el Atlántico Sur ha aumentado también en forma altamente considerable.

El contínuo apoyo de Cuba y del bloque oriental al gobierno angoleño, a SWAPO y a CNA es para lograr los propósitos soviéticos.

1.- <u>El porqué dela importancia para la URSS de la zona</u>

En la actualidad el 80% del petróleo destinado a países europeos integrantes de la OTAN pasa frente al extremo meridional de Africa,lo mismo acontece con el 17% del petróleo importado por Estados Unidos y con el 70% de las materias primas básicas consumidas por Europa Occidental.

El pedido de Sudáfrica a proteger esta zona por parte de Occidente es de suma importancia dado que los soviéticos, en una rápida expansión naval y con la cadena de puertos marítimos que está usando, están tomando una posición estratégica, capaz de interrumpir el suministro de las materias primas y del petróleo que consume el mundo libre. Con esta ventaja los soviéticos podrían negociar imponiendo sus propios intereses y condiciones.

A través de auspiciar la formación de gobiernos izquierdistas en Angola Mozambique, Zambia, Zimbabwe, Tanzania y Botswana, la URSS aislaría en caso de conseguir sus propósitos en un arco a la nación sudafricana, produciendo la desestabilización del gobierno de Pretoria al encontrarse totalmente aislado.

9005075

C.- NAMIBIA

En julio de 1915 a solicitud de las fuerzas aliadas, Sudáfrica ocupó Africa Sudoccidental, administrándola militarmente hasta el fin de la Primer Guerra Mundial. Uno de los problemas a solucionar al terminar la guerra era el futuro de las ex colonias alemanas (Namibia). El 17/DIC/20 el Consejo de la Liga confirmó que la zona sería administrada por Sudáfrica, como una parte integral del país. En 1921 el gobierno militar fue retirado del territorio y se designó un Administrador con poderes legislativos y administrativos. En 1925 se creó una Asamblea Legislativa que fue elegida por un electorado blanco, estableciéndose posteriormente las Asambleas para los otros grupos étnicos. El mayor grupo étnico es el Ovambo, existiendo además otros ocho grupos.

Al finalizar la segunda guerra mundial la Asamblea Legislativa de Namibia solicitó la anexión de dicho territorio con Sudáfrica, lo que fue rechazado por la Asamblea General de la ONU, por entender que los namibios no estaban capacitados para tomar tal decisión.

En OCT/66 la Asamblea Gral. de la ONU dio por finalizado el mandato, colocando a Namibia bajo responsabilidad directa del organismo.

En 1967 la Asamblea estableció un Consejo Nacional que junto con el Comisionado de las NN.UU. administrarían el territorio hasta su independencia.

El gobierno de Sudáfrica consideró inválida la acción de la Asamblea General y asumió el punto de vista de que el mandato y sus obligaciones habían terminado al disolverse la Liga de Naciones y que el derecho de administrar Namibia no era ya en base al mandato sino a la conquista generada originalmente al territorio a los alemanes.

A partir de esto las relaciones entre Sudáfrica y las Naciones Unidas se deterioraron considerablemente, surgiendo por primera vez el problema de Namibia en el seno del Consejo de Seguridad.

En 1969, dicho Consejo conminó a Sudáfrica a retirarse de Namibia y en 1970 solicitó a los Estados que se abstuvieran de cualquier relación con Sudáfrica. Esta situación se agudizó cuando en 1973 la Asamblea Gral. reconoció a SWAPO como el auténtico representante del pueblo de Namibia.

En 1972, el gobierno sudafricano estableció un Consejo Asesor para Africa Sudoccidental, que está representado por todos los grupos de la población y que fue presidido por el Primer Ministro sudafricano.

En SET/75 se integró una Conferencia Constitucional, formada por representantes de los 11 grupos de la población, la cual acordó la creación de una Constitución para la independencia dentro de los tres años siguientes.

9005075

En 1977 los integrantes del Consejo de Seguridad /EE.UU., Gran Bretaña, Francia, Alemania Occidental y Canadá) formaron el grupo de "Contacto" con el propósito de negociar un acuerdo.

En 1981 se reunieron en Ginebra delegaciones de Sudáfrica, SWAPO y de Africa Sudoccidental, no lográndose acordar un cese de hostilidades entre la organización guerrillera y las fuerzas sudafricanas.

En 1984 las naciones integrantes del grupo de Contacto decidieron decretar un cese del fuego de un mes para facilitar las conversaciones, instalándose una Fuerza de Paz de las Naciones Unidas en Namibia. Sudáfrica desconoció a esta fuerza negándose a aceptarla.

El gobierno de Botha instaló en este año un gobierno interino, con poderes restringidos en Namibia, (relaciones exteriores y defensa nacional a cargo de Sudáfrica), en dicho gobierno no participa la SWAPO.

Botha considera que no se puede dar la independencia total al país dado la actuación del grupo terrorista SWAPO desde Angola, interfiriendo su accionar con la paz de la zona.

IV.- SITUACION SICOSOCIAL

En teoría este sistema de dominación fue creado en 1948, aunque sus orígenes se remontan a tres siglos atrás.

La definición establece que "es la dominación política, explotación económica, discriminación racial que alteran la vida social y cultural de un país".

El régimen de minoría blanca abarca en sus métodos toda forma de colonialismo y racismo, estando el racismo institucionalizado e incluido en la legislación.

La ley de Apartheid es conocida como el "acta de los grupos de las áreas sudafricanas".

Según el Apartheid toda persona es clasificada por su raza e incluida en un registro de población. La clasificación es esencial para determinar derechos y libertades de la persona.

En 1960 se impulsó por parte del gobierno la creación de los Batustanes: "territorios patrios" de las étnias autóctonas. Actualmente hay 10, de las cuales 4 lograron su independencia: Transkei, Ciskei, Bophutaswana, Venda habiendo otras 6 en camino de ello: Gazankulu, Kangwane, Kwandebele, Kwazulu, Lebowa y Owawa.

Las 10 Batustanes ocupan un 13% del territorio sudafricano

Desde 1982 se han registrado marcados aumentos en los índices de crímenes

9005075

hechos que coinciden con el período de reforma hecha por Pieter Botha, no solo entre personas de distintas razas sino que también entre personas de la misma raza. Existe entre la minoría blanca una profunda tendencia de proliferación de los delitos entre sí, siendo la de más alto índice entre las comunidades blancas en el mundo.

Desde SET/84 ciertos centros urbanos negros han sido acosados una y otra vez por la inquietud y la violencia.

La causa ostensible del problema fue el aumento de los alquileres, la causa subyacente es la explotación de los problemas de la transicción por la que están atravesando las comunidades negras urbanas.

No es fácil para ningún grupo sudesarrollado de personas pasar de un ámbito social sencillo donde el concepto de la tribu y de la gran familia ofrecen seguridad social a un moderno sistema capitalista occidental con todos sus retos y problemas en un período de tiempo relativamente breve.

Otro factor que tiene que ver con esto es la relativa medida de éxito que obtiene el gobierno con su proceso de reformas políticas. Este índice ha inducido a opositores del cambio pacífico por evolución a intensificar su oposición a las iniciativas gubernamentales.

Las fuerzas mundiales ideológicamente opuestas al sistema capitalista occidental están apoyando a las fuerzas opositoras con el fin de hacer ingobernable al país. Otro factor que tiene influencia significativa es el hecho de que en muchos casos los negros sustentan agravios genuinos a los que el gobierno no desconoce pero que no pueden eliminar inmediatamente.

V.- SITUACION ECONOMICA

Sudáfrica posee una compleja economía basada en la industria, minería y agricultura.

Es una economía mediana para las normas mundiales, siendo la más ampliamente desarrollada de Africa.

Ocupa el 25° lugar entre las mayores economías mundiales, en términos de producto bruto nacional total.

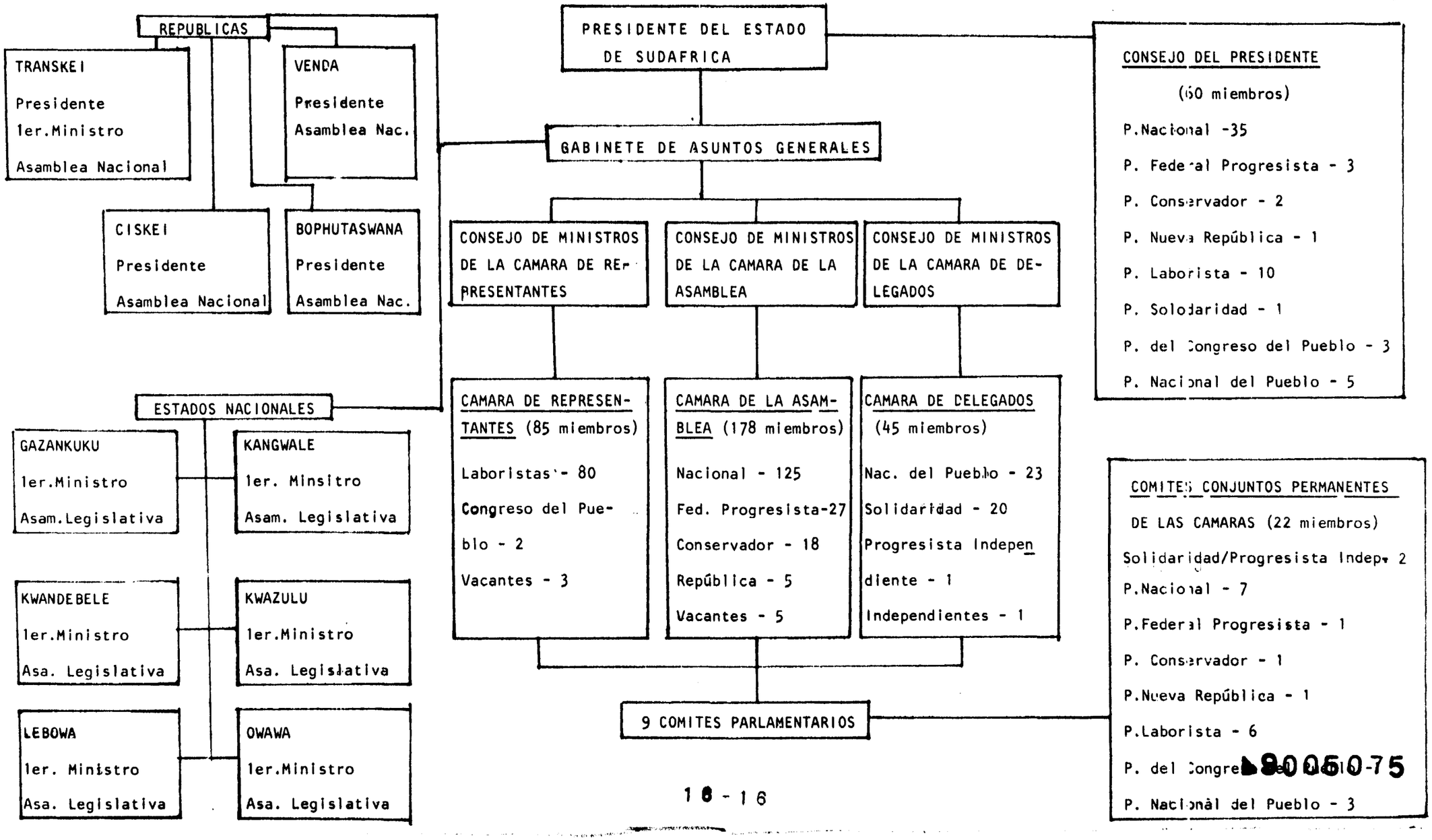
A partir de 1982, la economía retrocedio en el 1% y las perspectivas inmediatas aún son oscuras. Las consecuencias de las grandes sequías se hacen sentir más allá del sector agrícola.

El mayor obstáculo en el crecimiento económico es la tasa inflacionaria que creció en forma considerable a partir de 1982.

****

▶9005075

ANEXO 1 ORGANIZACION DEL GOBIERNO DE SUDAFRICA



800675

CONFERENCIA INTERNACIONAL DE PARTIDOS
MARXISTAS-LENINISTAS (LONDRES MARZO 1984.-)

La Conferencia a la cual Uds. hacen referencia, es presumiblemente la 2da. Conferencia de los Movimientos Revolucionarios Internacionales, que tuvo lugar en forma clandestina en una fecha que no nos es posible determinar con precisión.-

M . R.I. son una recopilación de grupos Marxistas-Leninistas cuyo objetivo es la unidad ideológica, política y organizativa del ~~marxismo~~ leninismo. Sus organizaciones miembros (fundadoras) son:

- PARTIDO COMUNISTA DE LA INDIA (marx-lenin.)
- PARTIDO COMUNISTA DE CEILAN
- PARTIDO COMUNISTA DE TURQUIA " "
- PARTIDO COMUNISTA DE COLOMBIA " "
- GRUPO INTERNACIONAL REVOLUCIONARIO DE HAITI
- GRUPO COMUNISTA DE NEPAL.
- GRUPO COMUNISTA DE NOTTINGHAM
- GRUPO COMUNISTA DE STOCKPORT (actualmente desintegrado
- GRUPO COMUNISTA REVOLUCIONARIO DE COLOMBIA
- GRUPO COMUNISTA REVOLUCIONARIO DE LA INDIA
- GRUPO COMUNISTA REVOLUCIONARIO DE ESTADOS UNIDOS
- UNION COMUNISTA REVOLUCIONARIA (REP. DOMINICANA)
- UNION DE COMUNISTAS IRANIES

Uno de los recientes miembros del M. R.I. es el movimiento guerrillero peruano "Sendero Luminoso"

Nuestros conocimientos del Movimiento Revolucionario Internacional y sus actividades son desafortunadamente muy limitados, y nos interesaría si Uds. pudieran agregar algo a lo arriba mencionado

Podría

9005076

agosto de 1985

1. 001

Para todos los Enlaces
menos Alemania

APRECIACION DE SITUACION DE AFGANISTAN

I.- INTRODUCCION

Los intentos de conquista soviética sobre Afganistán, si bien se concretó en diciembre de 1979, en realidad se remonta al año 1955. Bajo el disfraz de ayuda económica, la Unión Soviética comenzó la exploración de los recursos naturales, construyó colegios y carreteras e instruyó a los jóvenes afganos, pero en los hechos la invasión estuvo encaminada a eclipsar la pujanza del Islam en la Unión Soviética, además de cortar el flujo de musulmanes entre los dos territorios (sólo en el soviético hay 50 millones). El movimiento islámico estaba rompiendo la dependencia con la URSS y además existía el peligro de que se coordinase y se extendiera por las áreas vecinas, en especial en la zona del Turquestán ruso, con mayoría de población musulmana (Tachken, Samarcando y Bujara). La misma comenzó a perfilarse ya cuando el Rey Zaher SHAH, fue depuesto y expulsado de Afganistán en 1973, por su cuñado DAUD, el que a su vez fue derrocado y asesinado junto a miembros de su familia por las fuerzas del actual Presidente Babra KARMAL.

KARMAL llegó al poder a los 50 años, tras dividir el Khalq que lideraba el ex-Presidente Muhammed TARAKI y tras formar una fracción, pro-rusa que tomó el nombre de Pacham (Bandera). Con esa fracción, KARMAL fue ganando espacio dentro del partido hasta que TARAKI descubrió el peligro -sus florecientes contactos con el Kremlin- y lo envió como Embajador a Checoslovaquia. De hecho fue una maniobra vana, pués el 26 de diciembre de 1979, tras la entrada de los rusos en Kabul, KARMAL fue ubicado en el poder.

II.- POLITICA INTERNA

A.- Consejo Revolucionario - Consejo de Ministros

Son -en apariencia- los órganos políticos de decisión estatal, pero el poder real está concentrado -como en todo sistema socialista- en el Politburó del Partido.

B.- Politburó - Secretariado

Son los dos órganos más importantes, controlados claramente por el Partido Parcham.

C.- Parcham

Integrado por miembros de las clases más elevadas de la pobla

9005077

ción. Sigue una política elástica y programática, de la cual, el rasgo más importante, es su gradual aproximación a la política moscovita.

Domina la mayor parte del poder: seis de los nueve miembros del Politburó y seis de los siete miembros del Secretariado son seguidores del Parcham.

En el Consejo Revolucionario, el Partido se ha asegurado la mayoría, y en el Consejo de Ministros, diecisiete de los veinticinco ministros son miembros del partido.

Dentro del mismo existen dos tendencias, una de ellas liderada por el Presidente KARMAL y la otra por el Primer Ministro KISHTMAND.

Esta división que generalmente es llamada "escisión política" hasta el momento no ha influenciado en la política gubernamental.

1.- Tendencia seguida por KARMAL

Está predominantemente respaldada por:

a.- Anahita RATEBZAD: Largo tiempo compañera de KARMAL, Presidente de la Organización Democrática de Mujeres y Directora del "Comité de amigos para Rusos-Afganos". Esto da por sentado la gran influencia que tiene sobre KARMAL y los asuntos de política interna e internacional. Como es lógico pensar, impone en alto grado, la política soviética pudiendo ser considerada el número Dos en el Partido luego del Presidente.

b.- Dr. NAJIBULLAH: Presidente del Servicio de Inteligencia Kahd.

c.- Mahmoud BARYALAI: Miembro del Secretariado y candidato al Politburó.

2.- Tendencia seguida por KISHTMAND

Está respaldada por:

a.- Noor AHMED NOOR: Jefe de Diputados del partido y Vicepresidente del Consejo Revolucionario. La posición de NOOR no puede ser claramente identificada. El era considerado amigo de KARMAL, pero sus relaciones gradualmente se fueron enfriando hasta que luego de una acalorada disputa en un encuentro del gabinete en enero de 1984, cortaron definitivamente su amistad.

b.- Mohammad RAFI: Diputado Primer Ministro; hubo intensa especulación sobre su larga estancia en la Unión Soviética. La razón de su asignación a la academia militar en Moscú fue probablemente por el conflicto con KARMAL. Primeramente su estancia en Moscú fue planea

9005077

da para 10 meses. sin embargo, fue prolongada ante el pedido del Presidente, de modo que RAFI volvió al país el 15 de agosto de 1983, luego de año y medio en Moscú.

c.- Abdul QADIR: Ministro de Defensa, partidario del anterior Khalq, ahora miembro del Parcham.

D.- Consejeros Civiles

De acuerdo a distintos informes, un alto porcentaje del trabajo político está siendo realizado por "Consejeros" civiles del Bloque socialista (una totalidad de 4.000). En cada uno de los dos más importantes ministerios (Ministerio del Interior y el Ministerio de Minas e Industrias) los problemas internos son solventados por 200 consejeros políticos que están trabajando bajo la dirección de la Unión Soviética. En el Ministerio de Planeamiento, 180 es el número de consejeros, en el Ministerio de Finanzas al menos 235 (25 de ellos del más elevado nivel). El Ministerio de Comercio está dirigido por 80 consejeros (9 de los cuales en los más elevados cargos).

Los consejeros han comenzado sucesivamente a reorganizar los ministerios de acuerdo a las ideas soviéticas.

El comando y control militar es realizado predominantemente por estos consejeros; los oficiales afganos tienen poca influencia en el control y el manejo de las tropas. En el Ministerio de Defensa Nacional y en las fuerzas armadas, cerca de 5.000 a 6.000 militares y consejeros civiles están en actividad.

El Ministerio de Asuntos Exteriores está estrechamente conectado con la fuerza de ocupación por el establecimiento de un nuevo departamento: "Unión Soviética" y "Ciudades Socialistas".

El requisito previo para trabajar en el Ministerio de Asuntos Exteriores es ser miembro del PDPA. Salvo esta regla, permanecen en el Ministerio solamente algunos viejos diplomáticos que están proximo a retirarse. Los diplomáticos afganos con mujeres rusas han tenido la mejor opotunidad de sus carreras.

Un coordinado personal, afectado a la Embajada Soviética, controla a través de consejeros, el trabajo administrativo de las autoridades locales.

La actividad de los consejeros está sustentada por la prensa, la radio y televisión, los que han sido usados desde la invasión en forma masiva en una propaganda pro-soviética.

S 005077

E.- Organización de la población

Debido a la geografía, la infraestructura y los hechos sociales en Afganistán, el gobierno central ha sido impotente e incapaz de poder lograr tener bajo el control de las reglas comunistas a la población afgana.

El tradicional valor de la población, las tribus y la religión. son todavía la base de la resistencia. Con el objeto de restringir sus influencias, el gobierno comunista trata, sistemáticamente, de forzar a la población a plegarse por medio de gran número de organizaciones, a los gobernantes.

El "Frente Patriótico Nacional" (NPF) liderado por el Dr. ZERAL fue fundado en junio de 1981 y es el brazo armado de la PDPA. La misma está seguida por:

- Organización Democrática de la Juventud.
- Organización Democrática de Mujeres.
- Unión de Cooperativas agrícolas.
- Unión de Industrias.
- Asociación de Poetas y Escritores.
- Asociación de Trabajadores.
- Asociación de Artistas.

De acuerdo a informes no confirmados, la NPF tiene 700.000 miembros que están organizados en 250 locales en todo el territorio.

III.- SITUACION DE LA POBLACION

La ocupación soviética dejo tras de si, una secuela de refugiados que optaron por abandonar el país y afincarse en los países vecinos como Pakistán (los campamentos de Refugiados de Pechawar, Bavawar y de Dir) y en Irán. Según las últimas cifras, cuatro millones de personas se hallan en esa situación y hay 200 mil que han solicitado asilo en el resto del mundo.

Ha de tenerse en cuenta asimismo a los cientos de miles de refugiados "internos" que permanecen en el país. Estos han escapado a las poblaciones principales donde quedan sometidos al control del ejército estatal. Asimismo se ha enviado a varios miles de niños a la Unión Soviética a fin de adoctrinarlos.

Por otra parte, la población se ve afectada por las quemas sistemáticas de las cosechas que en 1984 y durante los tres primeros meses de este año, privaron a los afganos del 80% de su alimento, a lo que se

0005077

agrega la destrucción de las aldeas y la matanza del ganado, así como los fusilamientos en masa.

IV.- SITUACION DE LA RESISTENCIA

Los grupos rebeldes son más de una docena que combaten contra el gobierno de KARMAL y las tropas soviéticas en Afganistán.

Los guerrilleros deben afrontar muchas dificultades, entre ellas:

A.- Lo que podríamos llamar una guerra de usura por parte de los soviéticos. Las tropas rusas, ahora en su mayoría europeas y mogoles (tras los fracasos iniciales de sus unidades musulmanas) no están tratando de liquidar la guerrilla sino su base de sustentación popular. De ahí también, sus continuas "razzias" sobre la frontera, incluso con incursiones en territorio pakistaní, pues son precisamente los tres millones de campesinos afganos los que conforman el principal respaldo logístico de los moudjaidines.

Pese a ésto, ni el ejército ruso ni el ejército y las "milicias" del gobierno títere de KARMAL, han logrado todavía "pacificar" pese a su abrumadora superioridad de medios militares, a ninguna de las 28 provincias afganas y las "milicias" formadas con comunistas fanáticos (casi todos entrenados en Moscú), con mercenarios y con beneficiarios de la reforma agraria, se están mostrando más estáticas aún que el ejército regular afgano, muchos de cuyos jefes desprecian abiertamente a los milicianos.

B.- Como otro elemento a tener en cuenta en esta lucha afgana, existe un elemento singular: los moudjaidines no sólo están haciendo frente al más poderoso ejército, sino que también a sus divisiones intestinas, a la confrontación -a veces feroz- entre los partidos que promueven la resistencia y el profundo distanciamiento de las etnias y culturas contrapuestas que la integran. Aún entre las tribus pasthus, -o patanes- que representan casi el 40% de la población afgana (y quizás la fuente primigenia de las razas arias indoeuropeas, tal como lo indica la svástica, tallada en piedra hace miles de años), las diferencias son bastantes profundas. La lengua pusthum -o paxtun- que se habla en las montañas es mucho más dura y precisa -o si se prefiere más pura- que la que se habla en las llanuras.

Si bien existen esas diferencias entre el mundo paxtun, es lógico pensar, el abismo que separa a las 43 tribus patanes de etnias como los Tajk, los Hazara y los Turkumanos o Dasi, que hablan farsi y tur

co, y se guían por códigos completamente distintos.

Teóricamente la resistencia aparece orientada por dos grandes grupos:

1.- La Alianza Islámica.

2.- La Unión Islámica.

Ambos han hecho de su lucha una guerra santa, Pero por un lado las relaciones de los dirigentes políticos con los jefes militares distan de ser cordiales; y por otro, la estructura de esos grandes grupos se apoya en numerosas facciones contrapuestas:

1.- La Alianza Islámica tiene cuatro vertientes principales:

a.- HEZB-I-ISLAMI

Dirigido por Gulbaddin HEKMATYAR, radical y revolucionario pro-iraní, que ha recibido la mayor parte de la ayuda exterior procedente de países musulmanes. Existe otra facción con el mismo nombre, que lidera Yunis JALIS, formada especialmente por miembros de la etnia puchtun y que ha llevado a cabo la mayoría de los ataques registrados en la capital Kabul.

b.- JAMIAT-I-ISLAMI

Liderado por el Profesor Barhanuddin RABBANI que opera en el Norte, sobre la frontera con la Unión Soviética, con frecuencia enemigo de los chiítas de Teherán y ajeno a las tribus pasthus. Pretende también imponer un régimen islámico en Afganistán, pero es menos radical que el anterior grupo. Sus componentes pertenecen en su mayoría a la etnia tajik.

c.- HEZB-I-ISLAMI DEL INTERIOR

Desprendimiento del HEZB-I-ISLAMI de Gulbaddin HEKMATYAR, encabezado por Junis KHALIS y es más una organización militar que política integrada sobre todo por pasthus, aunque su influencia se extiende a otras regiones, especialmente del Norte (hoy es el responsable directo de los ataques contra Kabul).

d.- FALANGE DE RASUL SAIAF

Presidente de la Alianza, SAIAF es quién comandó un grupo guerrillero en la provincia de Paghman con apoyo financiero de varios países árabes y del partido pakistaní JAMAT-I-ISLAMI. Sin bases sólidas entre el pueblo afgano, SAIAF es resistido incluso por sus compañeros de la Alianza.

19005077

2.- Unidad Islámica

a.- HARAKAT INQUILAB-I-ISLAMI

Dirigida por Maulavi NABI MOHAMMAD, integrada por intelectuales, familias tradicionales, es multi-tribal; carece -empero- de equipos y de organización y trata de mantener una cuasi imposible equidistancia entre el extremismo fundamentalista y el nacionalismo izquierdista.

b.- FRENTE NACIONAL ISLAMICO PARA LA LIBERACION DE AFGANISTA

Liderado por Pir SYED AHMAD ALGAILANI, eminentemente tradicionalista, nutrido de las grandes familias pasthus. Apunta a un sistema democrático de corte occidental, lo cual le ha valido las simpatías de europeos y norteamericanos, pero no dispone de recursos militares significativos.

c.- FRENTE NACIONAL DE LIBERACION AFGANA

Encabezado por Sebehatullah MOJADDEDI, acaso el más prestigioso e influyente de todos los políticos afganos, de orientación centrista y también enraizado en las tribus pasthus.

Pero estos partidos actúan apenas como portavoces de las corrientes centrales. Hay en Afganistán cientos de grupúsculos "resistentes" entre ellos uno monárquico, y otro "fundamentalista" al extremo: el NASER, chiíta que combate en la región central con ayuda de KOMEINI.

Del millón de resistentes potencialmente combatientes, 70.000 son Moujahedines con participación directa.

El equipo con que cuentan es improvisado e insuficiente en términos de calidad y cantidad.

El entrenamiento de los combatientes es facilitado por Pakistán, Egipto (en pequeño porcentaje) e Irán.

El mantenimiento financiero es todavía brindado por Arabia Saudita, Kuwait y Emiratos Arabes Unidos.

V.- FUERZAS SOVIETICAS

Actualmente existen unos 180 mil soldados dentro del país y entre 25 y 30 mil apostados en sus fronteras, controlando casi una cuarta parte del territorio al dominar la vasta y despoblada región del Beluchitán, repartido entre territorio afgano, pakistaní e iraní.

La pérdida de personal alcanza 20.000 desde la invasión, de los cuales 8.000 resultaron muertos.

Los soviéticos han erigido cuarteles y campos de detención al mismo

tiempo que ha asumido una lucha efectiva para diezmar a los rebeldes, con los que continúa enfrentándose periódicamente. Las fuerzas no soviéticas estacionadas en Afganistán entre soldados y asesores (para la construcción, asesoramiento logístico, político, médico) pertenecen a Cuba, Bulgaria, Alemania Oriental y Checoslovaquia, no conociéndose el porcentaje.

Las 100 mil tropas soviéticas en la nación afgana son solo el apoyo de las 44 divisiones que se encuentran en posición en la frontera con China.

VI.- CONCLUSIONES

La situación Afgana se puede analizar desde dos puntos de vista:

1.- Es obvio que por más constante que sea la resistencia afgana, así como, por más ayuda que reciba del exterior, la misma no es lo suficientemente fuerte y compacta como para hacer frente al numeroso Ejército Rojo.

La demora -por parte de la Unión Soviética- en llegar al término del conflicto, con un país que está fuera de su orbita directa, se explica por el solo hecho de que la misma tiene la necesidad de una zona donde poder entrenar en forma efectiva (sea por medio de ejercicios, maniobras, tácticas, así como experimentar con distintos métodos, sean químicos, etc.) a su Ejército, para una guerra con armas convencionales modernas, lo que podría traducirse en una preparación para una no muy lejana avanzada a nivel Internacional, es decir, el pasaje a la fase de Comunismo de Guerra IV (una de las dos estrategias utilizada por la Unión Soviética, tanto a nivel interno como en el ámbito internacional: SOVIETOLOGIA).

Es de destacar que el adoctrinamiento de la juventud afgana dentro de la doctrina Comunista, permitirá en etapas posteriores una fácil penetración ideológica dentro del pueblo afgano.

2.- Encarada la situación a nivel regional:

a.- Las consecuencias de la invasión soviética en Afganistán han provocado -en Pakistán- una agudización de los problemas de seguridad, puesto que se creó así, la necesidad de hacer frente por un lado a la Unión Soviética y por el otro lado, a su tradicional enemigo que es India.

Internamente han aumentado la acción de las fuerzas opositoras, lo que podría llevar a un desmoronamiento interno institucional del país.

9005077

b.- Por otro lado, la transformación de Afganistán en un satélite de URSS, provocaría el crecimiento de la penetración comunista en el continente asiático y su -tan buscada- salida al Océano.

c.- La desestabilización de la región, permitiría una confrontación entre las superpotencias en el Golfo Pérsico (Pakistán se transformó, desde la invasión soviética, en el puntal del despliegue estadounidense, buscando frenar la expansión soviética y defender las vías hacia las fuentes de petróleo).

=a.n.=

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 9 de agosto de 1985.-

ANALISIS DE SITUACION DEL LIBANO

INTRODUCCION

Este país, que tiene 10.500 kilómetros cuadrados de superficie y 3.500.000 habitantes, era considerado como la "Suiza del Medio Oriente", no solo por la belleza de sus paisajes sino también en el sentido de que si bien carecía de mayores recursos naturales, era económicamente próspero, constituyendo el centro bancario del mundo árabe y por tanto el foco de las transacciones financieras de las ricas naciones petroleras.

FTC.II

En el Líbano coexisten diecisiete religiones distintas que abarcan todas las ramas del cristianismo y todas las sectas musulmanas. Este multiconfesionalismo está garantizado incluso por el sistema político, ya que las leyes determinan que el Presidente sea católico maronita, el Primer Ministro musulmán sunita y el Presidente del Parlamento musulmán shiíta. Sin embargo, semejante mosaico de creencias jamás obstaculizó la convivencia pacífica.

Una prudente política exterior le permitía mantener un Ejército relativamente pequeño. Precisamente el Líbano se mantuvo al margen de los conflictos armados en que se vió sumida la región, excepto una breve participación en la guerra árabe-israelí en el año 1948.

Los sucesos que se desarrollaron a partir del mes de abril de 1975, cuando un ómnibus repleto de palestinos cayó en una emboscada preparada por grupos cristianos, cambiaron totalmente la fisonomía del país, en el cual la lucha fratricida entre las distintas comunidades puso fin a un ciclo de coexistencia pacífica.

A fin de comprender mejor como se desarrollaron los acontecimientos y poder evaluar las circunstancias que llevaron a la situación actual, es fundamental examinar las características del país y

de su gente.

ANTECEDENTES HISTORICOS

Este país obtuvo su independencia nacional en el año 1941, lo que de hecho puso fin al tutelaje colonial de Francia en el territorio que, como el de Palestina y el del reino jordano (bajo Gobierno de Gran Bretaña) habían sido provincias del imperio turco-otomano hasta su derrota final en la Primera Guerra Mundial (1914-1918).

Hacia 1943 nació en la República del Líbano el único Estado árabe de tipo democrático del Medio Oriente, quizá más que nada por la necesidad de distribuir el poder entre sus distintas comunidades religiosas y étnicas y conservar el equilibrio perdido posteriormente a raíz de la guerra civil iniciada en 1975.

FTC-II

Los cristianos, hoy enfrentados entre sí, constituían en esos años la mayoría de la población y por un acuerdo no escrito de los dirigentes de todas las comunidades, quedaron con la Presidencia y otros puestos clave del poder, beneficios que también se tradujeron con creces en lo que tiene que ver con la vida económica del país. Aunque no se realizaron censos demográficos en por lo menos los últimos 20 años, los cristianos pasaron a ser con el tiempo, una simple minoría privilegiada a los ojos de los musulmanes.

Como consecuencia de todos estos hechos los conflictos sociales se fueron agudizando hasta que en 1948, la llegada al país de miles de refugiados palestinos, agrega un elemento más a la ya de por si conflictiva situación. Los mismos crean sus propias organizaciones, nucleadas bajo la OLP, desarrollando rápidamente una dinámica de unidad con otros sectores expoliados tales como los shiítas.

Tras escaramuzas leves registradas en los últimos años de la década del 60 y en los primeros años del 70, en mayo de dicho año estallaron graves choques entre los comandos palestinos y las fuerzas del Gobierno libanés. Simultáneamente se intensificaron las diferencias entre musulmanes y cristianos, registrándose enfrentamientos ocasionales entre las milicias comunitarias. Los musulmanes estaban desconten-

tos por lo que consideraban como una distribución no equitativa del poder político y de privilegios de la sociedad libanesa.

En el mes de abril de 1975 un grave incidente registrado entre palestinos y maronitas, ya mencionado anteriormente en este trabajo, desembocó en una abierta guerra civil en medio de una anarquía total. Los falangistas de Pierre Gemayel (derechistas) y los progresistas de Kamal Jumblat (izquierdistas) serían sus principales protagonistas. A partir del mes de enero de 1976 el accionar guerrillero palestino se hace particularmente intenso, dando nuevas dimensiones al conflicto. En diciembre del mismo año un Ejército de pacificación panárabe (especialmente integrado por sirios) penetró en el país y presentó un ultimátum a las milicias cristiana y musulmana y a la guerrilla palestina para la entrega de las armas.

FTC.II

La presencia de fuerzas extranjeras en la Nación libanesa generó a su vez la intervención de Estados Unidos, Italia, Gran Bretaña y Francia, que establecieron en Beirut una fuerza internacional de paz. Este Ejército multinacional se sumó a la lucha, al verse obligado a repeler los ataques por parte de sirios, israelíes y palestinos, sucesiva y alternativamente.

En el mes de junio de 1982 Israel invade el Líbano en una operación que se denominó "Paz para Galilea". Durante todo 1983 continúan los enfrentamientos entre las distintas facciones, en una verdadera guerra civil global. En el mes de febrero de 1984 los marines norteamericanos parten del Líbano, siendo seguidos en etapas posteriores por los italianos, los británicos y los franceses. En febrero de 1985 comienza el repliegue de las fuerzas israelíes, el que culminó el mes de junio próximo pasado. A partir de entonces la lucha entre cristianos y musulmanes se ha intensificado, con predominio de los segundos sobre los primeros, cuyas fuerzas son inferiores en número, sin que se visualice al menos por el momento ninguna posibilidad de pacificar el convulsionado país.

RELIGION

La filiación religiosa en el Líbano, trasciende las creen-

cias puramente personales y constituye la base misma del Estado. Todo libanés adulto lleva consigo una cédula de identidad donde está indicado a que comunidad religiosa pertenece. Cada una de estas posee también su propia estructura jerárquica, con su propio líder político, escuelas, hospitales, diarios, etc. La proporción relativa de comunidades dentro de un distrito determina la composición de las listas de candidatos para los cargos públicos. Cada libanés es, en primer lugar, miembro de su propia comunidad, a la que debe lealtad tanto en el sentido religioso como político.

En el Líbano gozan de reconocimiento oficial 17 comunidades religiosas distintas: 11 sectas cristianas (maronita, ortodoxa-griega, católica-griega, ortodoxa-armenia, católica-armenia, protestante, ortodoxa-siria, católica-siria, católica-romana, caldea y nestoriana), cinco musulmanas (shiítas, sunitas, drusos, alauitas e ismaelitas) y los judíos.

FTC.II

GRUPOS DE POBLACION DOMINANTES

Los maronitas están vinculados a la Iglesia Romana y constituyen el grupo cristiano más grande. En su mayoría son profesionales y hombres de negocios, desempeñando además un papel principal en la evolución de la política y de la economía. El elemento dominante en el bando cristiano maronita es por lo general el "Frente Libanés", marco político y militar creado por el Partido Falangista maronita en los últimos años. El mencionado Frente posee una rama militar de varios miles de hombres: las "Fuerzas Libanesas".

Los musulmanes sunitas tienen en general un nivel cultural más elevado que el de la población sunita de otros países árabes. La mayor parte de los miembros de este grupo son comerciantes, si bien surgieron entre ellos figuras prominentes en la vida política. Los líderes sunitas tradicionalmente sustentan opiniones relativamente moderadas y se consideran ante todo a si mismos como ciudadanos libaneses interesados en promover los intereses del país.

Los musulmanes shiítas, si bien conformaban antiguamen-

te el sector más atrasado y desposeído de la sociedad libanesa, con el transcurrir del tiempo han ido adquiriendo un rol protagónico cada vez mayor en el país, donde ninguna solución política es imaginable sin su participación. Aproximadamente en 1975, el Imán Moussa Sadr funda el movimiento "Amal" que se convirtió rápidamente en el brazo armado de la comunidad shiíta. Este grupo, inspirado en la revolución islámica del ayatollah Khomeini en Irán, es el que persigue sus objetivos con el más encendido fanatismo, constituyendo un ejemplo de ello la "Jihad Islámica" (Guerra Santa). Esta célula terrorista se atribuye la responsabilidad de numerosos atentados, tanto en el Líbano como en otras partes del mundo, así como numerosos secuestros de diversas personalidades.

FTC II

Los drusos estuvieron liderados en las últimas décadas por la familia Jumblat. Gracias a su carismática personalidad, el desaparecido Kamal Jumblat se había convertido en una de las figuras conductoras de la política libanesa, estableciendo la creación del Partido Socialista Progresista, con una milicia local relativamente fuerte: el "Ejército Popular". En este marco los drusos se convirtieron en socios de la izquierda, identificados con el nacionalismo árabe. Con el correr de los años, la organización comenzó a cooperar con los sirios, con lo cual aseguraban sus intereses esenciales y el apoyo en su lucha contra su rival político principal: el "Frente Libanés" cristiano.

GOBIERNO

Una serie de enmiendas ha modificado sustancialmente la Constitución de 1926. El artículo 95 establece que las comunidades religiosas del Líbano deben estar equitativamente representadas en empleos públicos y en la composición del Gabinete, sin que tal medida perjudique el bienestar general del país. Dicho artículo viene a completar la Carta Nacional de 1943, un acuerdo no escrito que establecía las bases políticas del Líbano moderno. La mencionada Carta estipula que los cargos públicos deben ser distribuídos entre los grupos religiosos reconocidos y que las tres funciones más altas del sistema gubernamental serán repartidas de la siguiente manera: el Presidente

debe ser cristiano maronita, el Primer Ministro musulmán sunita y el Presidente de la Cámara de Diputados musulmán shiíta.

Constitucionalmente, el Presidente tiene una posición fuerte e influyente. Nombra al Gabinete de Ministros y designa a uno de ellos como Primer Ministro. También goza de autoridad para promulgar leyes aprobadas por el Parlamento, para dictar regulaciones suplementarias que aseguren la ejecución de las leyes, para negociar y ratificar tratados y para proponer nuevas leyes al Parlamento.

La Cámara de Diputados, que a partir de 1975 estuvo activa solo esporádicamente, es elegida por sufragio de todos los ciudadanos mayores de edad, basado en un sistema de representación proporcional para los grupos confesionales del país. La mayoría de los Diputados no representan a partidos políticos tal como se conoce en Occidente ni tampoco forman grupos en el Parlamento al estilo occidental. En la Cámara se forman bloques políticos, basados por lo general en la comunidad de intereses locales o confesionales o en la simple lealtad personal, más que en afinidades políticas. La Cámara ha desempeñado tradicionalmente un papel significativo en asuntos de finanzas, dado que es responsable por la aplicación de impuestos y por la aprobación del presupuesto. Asimismo ejerce un control político del Gabinete mediante interpelaciones a Ministros sobre cuestiones políticas y la solicitud de debates confidenciales.

FTC.II

El sistema judicial del Líbano se basa en el de Francia, los tribunales poseen tres niveles: Cortes de Primera Instancia, Corte de Apelaciones y la Corte de Casación. Existe también un sistema de tribunales religiosos, con jurisdicción sobre cuestiones de status personal dentro de cada comunidad.

Desde el punto de vista administrativo, el Líbano se divide en cinco provincias: Beirut, Norte del Líbano, Sur del Líbano, el Monte Líbano y la Bekaa. Al frente de cada provincia hay un Gobernador que es designado por el Presidente. Cada Gobernador rige a través de un Consejo Provincial, que está compuesto por miembros que ocupan un puesto en él automáticamente, debido a su posición predominante en la provincia y otros que son designados para integrarlo.

FUERZAS POLITICAS EN EL LIBANO

1.- MOVIMIENTO NACIONAL LIBANES (MNL)

Este movimiento fue fundado en el año 1972 para llenar el vacío creado en el dispositivo político libanés a principios de la década del setenta, al declinar la influencia del liderazgo tradicional y también con el objeto de proporcionar un medio de expresión a una serie de organismos de izquierda cuya actividad había sido prohibida en el país (según la ley libanesa solo se permite actuar en el territorio a partidos de la propia Nación), no siendo reconocidos por la ley los que son manejados por elementos foráneos. En la práctica, la aplicación de esta ley queda en gran medida a discreción del Ministro del Interior. Estos organismos izquierdistas usurparon la posición del liderazgo tradicional de la derecha por plasmar la imagen futura del Líbano, actuando sobre una base ideológica (y no sectaria) contra lo que ellos definían como la derecha cristiana. Por supuesto, este fue el motivo principal de su participación en la guerra civil junto a las organizaciones de la OLP y contra el bando cristiano.

FTC.II

ORGANIZACIONES QUE FORMAN EL MLN

a.- El Partido Socialista Progresista fue fundado en 1949 por Kamal Jumblat. Disfruta del amplio apoyo de la comunidad drusa y de hecho es su portavoz. Su centro de poder principal se encuentra en la zona de Shuf. Cuenta con una organización de tipo milicia llamada "Ejército Popular". Al frente del partido se encuentra Walid Jumblat, hijo de su fundador.

b.- La Organización del Partido Arabe Socialista Baat . La misma funciona como una rama del Partido Baat de Siria y fue reconocida como entidad legal en el Líbano en el año 1970. A partir de 1981 Siria trató de robustecer militarmente al partido, a través de la formación de una fuerza militar de la organización conocida como el "Ejército Arabe Libanés-Batallón Assad" al cual se le proporciona armamento.

c.- El Partido Arabe Socialista Baat, a semejanza de su rival pro-sirio, constituye una rama del Partido Baat de Irak. Coordina la actividad del Frente de Liberación Arabe (organización palestina pro-iraquí siendo reconocido como entidad política legal en el Líbano en 1970.

d.- El Partido Comunista Libanés fue fundado en 1924. El mismo observa la ideología marxista-leninista clásica y depende del apoyo material de la Unión Soviética, siendo autorizado a actuar legalmente en el Líbano en 1970.

e.- La Organización de Acción Comunista. Se desarrolló en forma paralela con el Frente Democrático de Liberación Palestina, sirviéndole en la práctica como organización de frente.

f.- El Partido Nacional Socialista Sirio fue fundado en el año 1932 por Anton Saada y propugna una ideología izquierdista que exhorta entre otras cosas a la unificación de la Nación siria en el marco de la "Gran Siria". La mayor parte de los miembros de este partido, autorizado en el Líbano en 1970, pertenecen a la Iglesia ortodoxa-griega y trabajan en estrecha colaboración con el régimen de Damasco.

FTC-E

g.- El Murabitun-Movimiento Nasserista Independiente fue fundado en 1970. Cinco años después se incorporaron al Movimiento Nacional Libanés, convirtiéndose en una agrupación clave que soportó los embates más duros de la lucha en la zona oeste de Beirut. En la actualidad el movimiento representa mayormente a la juventud de la comunidad sunita.

h.- Otros miembros del MLN son el Movimiento Popular Nasserista, la Organización Nasserista, la Unión Socialista Arabe, el Partido Laborista Socialista, la Unión Socialista Arabe, la Organización Juvenil Nasserista Arabe y el Movimiento "24 de Octubre".

Pese a las diferencias de opinión sobre diversas cuestiones entre las partes que componen el MLN, puede decirse que los siguientes conceptos representan la ideología del mismo: la exigencia de un cambio radical en la estructura tradicional, política, social y económica del Líbano, restableciéndola sobre una base igualitaria, laica y no sectaria. La demanda de que se considere al Líbano como parte integral del mundo árabe, así como que se convierta en un "Estado en confrontación" con Israel. Un apoyo declarado a las demandas palestinas y el mantenimiento de vínculos estrechos con las organizaciones terroristas palestinas. Cultivo de relaciones estrecha con regímenes árabes radicales (especialmente con Siria). Una orientación antioccidental en la es-

fera de las relaciones exteriores (los cristianos tradicionalmente se remiten a Occidente).

2.- FUERZAS LIBANESAS CRISTIANAS

a.- El Partido de las Falanges fue fundado en el año 1936 por Pierre Gemayel. Actualmente está liderado por Samir Geagea y reúne en total una fuerza de unos 15.000 milicianos y 10.000 reservistas. Los puntos fundamentales de su plataforma son: la preservación de la nacionalidad libanesa, la integridad de la patria y su independencia, la separación de la Iglesia y el Estado y la justicia social.

FTC II

EL ELEMENTO PALESTINO

La "Guerra de los Seis Días" (1967), con la victoria judía, tuvo como consecuencia la ocupación por el Ejército sionista de nuevas tierras palestinas. El expansionismo israelí produjo un éxodo masivo de habitantes de las tierras ocupadas, los cuales buscaron protección en los países árabes vecinos. Se calcula que aproximadamente unos 300.000 palestinos se instalaron en el Líbano, no tardando en organizar una potente estructura militar con un doble objetivo: defender sus campos de refugiados, así como sus bases frente a nuevos ataques judíos y crear una capacidad ofensiva adecuada para lanzar la lucha de guerrillas por la recuperación de su tierra expoliada.

Hasta tal punto llegó la potencia político-militar de los palestinos, que en 1969 estos lograron imponer al Gobierno de Beirut el Acuerdo de El Cairo que les concedía considerables prerrogativas, creando de hecho una especie de mini-Estado palestino dentro de las fronteras del Estado libanés. La capital de este país se transformó en el cuartel general no sólo de la OLP, sino también de algunos de los grupos escindidos de la misma y considerados como los más extremistas, los cuales dirigían desde dicha ciudad sus operaciones terroristas.

La razón de ser de los contraataques israelíes era combatir a los palestinos, pero también obligar a las autoridades del Líbano a adoptar medidas para evitar las incursiones armadas desde su territorio. Si bien el Ejército libanés aumentó los patrullajes en la zona

fronteriza y tomó otras medidas de seguridad que intentaron limitar las actividades terroristas, las mismas no se detuvieron por completo.

EL ELEMENTO SIRIO

Uno trás otro o simultáneamente, en forma directa o no, Libia, Irak, Arabia Saudita e Israel, entre otros, han apoyado según las épocas, a uno o varios de los protagonistas de la guerra civil libanesa, pero el país que más influencia ha tenido en el conflicto ha sido sin duda Siria.

Desde hace más de medio siglo esta Nación, desmembrada por sus antiguos colonizadores, alberga respecto al Líbano mal disimuladas aspiraciones irredentistas. En el mes de enero de 1976 el entonces Ministro de Relaciones Exteriores sirio señalaba que "el Líbano era antes una parte de Siria y habremos de tomarlo de vuelta al primer intento serio de partición". Esta advertencia se interpretaba generalmente como un intento de evitar una eventual partición del país entre las facciones contendientes, pero en realidad apuntaba a uno de los problemas más delicados subyacentes en el conflicto actual.

La intervención militar siria en el Líbano se inició a partir de 1975. Desde abril de ese año hasta enero de 1976 el régimen de Damasco mantuvo estrechos contactos con todas las partes implicadas en el conflicto, consiguiendo incluso establecer en algunas ocasiones breves "alto el fuego". Pero al mismo tiempo Siria proporcionaba un fuerte apoyo logístico y militar a las fuerzas islamo-progresistas y a los fedayines palestinos. El 10 de junio de 1976, con vistas a encontrar una solución al conflicto, el Consejo Ministerial de la Liga Arabe decidió la instalación en territorio libanés de un contingente panárabe integrado por sirios, libios, argelinos, sudaneses y palestinos. En octubre del mismo año Arabia Saudita, Siria y Egipto, así como el Gobierno libanés y la OLP se reunieron en Ryad para decidir la transformación del contingente mencionado anteriormente en una Fuerza de Disuasión compuesta por unos 30.000 hombres (FAD). Esta debería cumplir un cuádruple objetivo: poner fin a los combates velando por la seguridad interior, recoger las armas de los contendientes, hacer respetar el Acuerdo de El

FTC-E

Cairo de 1969 relativo a la presencia palestina en el Líbano y finalmente preservar la soberanía libanesa, así como ayudar a las autoridades gubernamentales a recuperar el control de la situación. La FAD no tardó en verse compuesta en casi su totalidad por elementos sirios que fueron desplazando paulatinamente a los otros integrantes.

Durante todo 1978 y anos subsiguientes continuó el lento pero implacable estrangulamiento del sector cristiano por parte de las tropas sirias, lo que provocó la creación de un Mando Unificado en las milicias cristianas, el que se denominaría en el futuro "Fuerzas Libanesas" (FL), integradas por hombres expertos en combate de todo tipo.

Como puede apreciarse, Siria posee elementos más que suficientes para erigirse en árbitro indiscutible de la situación, utilizándola para intentar transformarse en el eje político del Medio Oriente.

FTC.II

INVASION ISRAELI: OPERATIVO "PAZ PARA GALILEA"

En el mes de junio de 1982 se inició la mencionada invasión, con bombardeos a la capital y el avance de columnas de tanques a través de la frontera de facto entre Israel y el Líbano, que era en verdad el río Litani, controlado por las fuerzas de la ONU.

Una elección estaba prevista para los meses siguientes, la misma nunca llegó a realizarse ya que las fuerzas de ocupación se encargaron de que fuera instalado en el poder Bashir Gemayel, un maronita de línea dura, abiertamente favorable a Israel. Yasser Arafat y sus combatientes fueron expulsados de Beirut, así como también civiles palestinos que trabajaban en distintos órganos políticos de la OLP.

A fines del mes de setiembre de 1982, Amín Gemayel asume la Presidencia del país, en lugar de su hermano Bashir, muerto en un atentado nunca aclarado. En esos momentos la vida política y social del Líbano estaba totalmente conmocionada por la matanza de palestinos en los campos de refugiados de Sabra y Chatila, sucesos en los cuales se acusó de participar a los falangistas.

Poco después se instaló un Gobierno de Unidad Nacional que fue constituído pieza a pieza, con muchas dificultades, distribu-

yendo los cargos del Gabinete entre representantes de las diferentes facciones, pero asegurando los puestos claves a los maronitas. La mayor victoria de Gemayel en esos momentos fue lograr incorporar al equipo gubernamental a los líderes de las comunidades drusa (Walid Jumblat) y shiíta (Nabih Berri), precisamente dos de sus mayores adversarios.

Uno de los objetivos fundamentales del plan de invasión del Líbano era asegurar el establecimiento en Beirut de un Gobierno aliado de Israel: el de los cristianos maronitas falangistas. Formalmente el Primer Mandatario pertenece a esa facción, pero sería apresurado concluir que al menos en este sentido la invasión logró su objetivo.

En el Líbano el poder real no está en el Ejecutivo, sino en el control territorial por parte de los diferentes Ejércitos y en el terreno económico. La cuota de poder del Ejecutivo es mínima frente a un país dividido, con un Ejército nacional débil y en el cual la influencia siria es significativa.Gemayel pudo permanecer al frente de la Presidencia porque paulatinamente se fue aproximando al régimen sirio y aceptó sus indicaciones, principalmente la que llevó a la ruptura unilateral por parte del Gobierno libanés del acuerdo firmado con Israel después de la invasión.

Evidentemente no era ésta la situación ideal concebida por Israel cuando planeó colocar a un maronita en la Presidencia del Líbano. Es más, el despertar de la resistencia shiíta y sus consecuencias militares en la región sur del país, hizo que por primera vez en la historia de la Nación los maronitas fueran expulsados de la faja costera, desde Beirut hacia el sur. Los pocos residuos maronitas que subsisten están aislados por la presencia de las milicias drusas y shiítas Los altos Oficiales israelíes confirman que la pérdida de poder militar de los maronitas pone en riesgo las posiciones políticas de los mismos.

Pero la pérdida de poder no es solo militar. Israel también tenía objetivos económicos. Entre otros, representantes del entonces Gobierno de Beguin habían declarado que Israel "tenía que sustituir a Beirut como el más fuerte sector bancario en la región del Mediterráneo Oriental, delegando ese papel a Tel Aviv y Jerusalén". Lo cierto es que hoy por hoy, al concluir el mes de junio próximo pasado la última

etapa del retiro israelí, el Líbano se encuentra convertido en un país dividido y atomizado en regiones confesionales.

Evidentemente, solo el poderío militar de Israel habría podido mantener a "raya" a los drusos, los shiítas y los sunitas, adiestrados por Siria y armados por la Unión Soviética. Sin esta protección, el Presidente Gemayel quedó librado a su suerte. Pero quizá el más descolocado fue Ronald Reagan, quién había proyectado a través del Gobierno cristiano-maronita poner en pie un Líbano fuerte y aliado de Occidente. Actualmente, con el retiro de todas sus fuerzas del territorio y el abandono de Gemayel a su destino, el Primer Mandatario norteamericano enfrenta un revés diplomático. Para muchos observadores, su error fue haber propiciado a cualquier costo un tratado de paz entre el Líbano e Israel. ya que el mismo, concebido contra la voluntad de Siria, no sólo jamás fue llevado a la práctica sino que aisló totalmente a Gemayel de sus connacionales musulmanes.

FTC.II

ECONOMIA

Hasta la guerra civil iniciada en 1975, El Líbano había ocupado una posición singular, caracterizándose por ser la "capital de facto" de las finanzas y el comercio de toda la región. A partir de la fecha anteriormente mencionada, la economía fue sufriendo fluctuaciones de acuerdo a los vaivenes de la seguridad del país.

Al finalizar el año próximo pasado, los problemas económicos del Líbano en general y las tribulaciones del Gobierno en particular, sufrieron un considerable agravamiento que se manifestó en lo siguiente:

a) Una caída sin precedentes en la cotización de la libra libanesa con respecto al dólar.

b) Una disminución sumamente rápida de las reservas de divisas, debida principalmente al creciente déficit en la balanza de pagos.

c) Una disminución drástica y contínua de las exportaciones, a causa de problemas de seguridad, los que se traducen entre otras cosas en los inconvenientes para transportar productos dentro del país y a partir del mismo.

900507

d) Un rápido aumento de precios debido a la pérdida de valor de la moneda, dificultades de abastecimiento y problemas de transporte.

e) Una reducción en los ingresos del Estado, debida principalmente al renovado florecimiento de puertos ilegales, fundamentalmente el denominado "Quinto Fondeadero" en Beirut, en poder de las Fuerzas Libanesas. Este fenómeno produjo un grave daño a los ingresos por derechos de aduana, que constituyen una de las principales fuentes de entradas del Gobierno. Durante los primeros nueve meses de 1984, los ingresos por derechos de aduana totalizaron unos 260 millones de libras libanesas, una merma de alrededor del 73% en comparación con el período paralelo del año anterior.

FTC.II

f) Un agravamiento del desocupación, que a fines del año próximo pasado alcanzó prácticamente el 50% de la fuerza laboral.

g) Un recrudecimiento de los robos y daños a la propiedad privada y pública.

Todos estos sucesos llevaron al Gobierno a tomar una serie de medidas monetarias y fiscales que incluyeron entre otras cosas: Un corte drástico en el presupuesto estatal para el corriente año. Un aumento de la tasa de interés de las letras de pago del Gobierno, así como un aumento de la cantidad de dinero disponible en moneda local exigida a los bancos, frente a una disminución de la cantidad de liquidez exigida en dólares. Una intervención directa en el mercado mediante la venta de dólares efectuada por el Banco Central del Líbano.

Esta política no produjo los resultados esperados y es por esa razón que a fines del año próximo pasado el Gobierno adoptó nuevas disposiciones: a) Tratar de reducir la actividad de los puertos ilegales o por lo menos asegurarle al Gobierno ingresos por derechos de aduana también en esos lugares. b) Tratar de obtener préstamos de bancos árabes e internacionales. c) Crear un grupo de control que se ocupe de la situación económica específicamente, así como de la obtención de divisas.

Evidentemente la actitud del Gobierno tiene por objeto principal renovar la confianza en la moneda, tanto el plano interno co-

mo internacional, reactivar las relaciones comerciales y darle a la Nación por lo menos parte del antiguo prestigio que la distinguía de los demás países del área. El clima de permanente conflicto que vive el Líbano hará que las autoridades tropiecen con serias dificultades para obtener una ayuda exterior considerable, revalorizar y estabilizar su divisa y en definitiva obtener un mayor dominio de la actual situación.

EL EJERCITO LIBANES

El mismo nunca constituyó una fuerza operacional significativa respecto a los demás Ejércitos árabes, ni en tamaño, ni en nivel profesional, ni en armamento. Desde hace tiempo las autoridades consideran el inicio de un proceso de rehabilitación y consolidación, ya que estiman que un Ejército fuerte y solidamente formado es esencial para la restauración y la soberanía del Gobierno. Sin embargo muchos factores han dificultado este proyecto, entre ellos las organizaciones terroristas palestinas, las tensiones comunitarias, la falta de consenso dentro de la conducción administrativa y militar y los problemas económicos. Además han habido serios problemas para lograr promulgar una ley de servicio militar obligatorio, la que aún hoy no se ha concretado.

FTC II

OTROS ORGANISMOS QUE SE OCUPAN DE LA SEGURIDAD INTERNA

GENDARMERIA

La misma se ocupa de problemas de seguridad interna, como por ejemplo los homicidios, la supervisión del tráfico, el mantenimiento del orden, las investigaciones especiales y la protección de las personalidades. La gendarmería, que está dividida en seis compañías, también se mantiene en contacto constante con el Ejército, lo cual se manifiesta en la búsqueda de desertores, el alejamiento de civiles de las zonas de actividad militar, etc.

SEGURIDAD GENERAL

Este es un cuerpo gubernamental de seguridad, subordinado al Ministerio del Interior. El mismo se ocupa de contra-inteligencia, protegiendo por ejemplo al régimen contra elementos foráneos.

SITUACION ACTUAL

Hoy por hoy sería muy aventurado formular cualquier pronóstico sobre el futuro del Líbano, ya que los diversos intereses encontrados (políticos, raciales, religiosos y geoestratégicos) han provocado un hondo desgarramiento en la vida del país, para el cual no será fácil encontrar una solución a corto plazo. A pesar de los programas de reconciliación nacional que se han intentado poner en práctica ultimamente, mucho se tendrá que avanzar aún para superar el virtual estado de desintegración al que llegó la Nación luego de años de contiendas fratricidas.

Los aproximadamente 120.000 cristianos que permanecen en la zona sur del país están cercados por las milicias musulmanas (shiítas, sunitas y palestinos) y por los drusos leales a Walid Jumblat, conductor de unos 15.000 hombres armados por Siria y la Unión Soviética. El norte es un virtual protectorado de Siria, que mantiene unos 80.000 soldados pertrechados con sofisticadas armas soviéticas, el sur está repartido entre los drusos, los sunitas, los shiítas y los milicianos pro-israelíes, como ya lo mencionamos anteriormente. Los cristianos maronitas, librados a su propia suerte en la zona centro-sur del país, son aún fuertes en el Este de Beirut. Walid Jumblat y Nabi Berri, líderes de los drusos y los shíitas respectivamente, se ven enfrentados con la organización Murabitún, el ejército privado de Ibrahim Kcleiat, que constituye el brazo militar de la comunidad sunita. Con connotaciones ideológicas nasseristas, los sunitas cuentan con el apoyo del frente árabe moderado (Arabia Saudita, Irak y Jordania). Murabitún está hoy financiada por Yasser Arafat y por los sectores moderados de la OLP..

Resumiendo se puede señalar que el enemigo común de la "causa árabe" sigue siendo Israel. No es casual entonces que durante la presencia de Arafat en el Líbano las luchas internas se hayan mantenido en un segundo plano y por ello tampoco es un acto gratuito que hayan aflorado nuevamente tras el retiro del líder guerrillero.

Siria y tras ella la URSS necesita dividir al Líbano para evitar que Israel cuente con una frontera norte segura e impedir que otras naciones levantinas sigan el ejemplo de firmar acuerdos o com-

promisos de paz bilaterales que, de concretarse, debilitarían su proyecto. Amín Gemayel, el ambiguo cristiano maronita que buscó el apoyo de Occidente no es un hombre confiable para el Presidente sirio Assad, quien teme perder su papel rector en el Levante, si el Rey Hussein de Jordania aproxima soluciones viables para el tema de los palestinos, punta de lanza que el régimen de Damasco pretende seguir utilizando para mantener la crisis en el Medio Oriente.

Assad sabe que Estados Unidos tendrá sumo cuidado en el manejo de su trazado geopolítico para Medio Oriente. En la medida en que el Primer Mandatario sirio pueda manejar el conflicto libanés en los actuales términos, es decir, en su apariencia de lucha interna, la intervención norteamericana no será definitoria. Por ello intentará que alcancen el poder central del Líbano aquellas facciones religiosas a cuyos integrantes les estaba vedado acceder a la Primera Magistratura.

FTC.II

Con los musulmanes en el poder Siria no solamente podría debilitar la zona fronteriza con Israel sino que también podría impedir que este país pueda disminuir su presupuesto de defensa para volcar masas de dinero en la imperativa reestructuración de su decadente economía.

Para que Amín Gemayel pudiera mantenerse tendría que contar con el decidido aporte de los Estados Unidos y otras naciones occidentales y con una mayor y activa participación de Israel. Con esto -improbable en los términos en que se plantea la realidad- podría continuar como Presidente, pero no habría alcanzado esa unidad nacional que prohijó como camino hacia la paz definitiva. Pero más que un nombre lo que importa en términos políticos es lo que pasará con el país. Las señales son agoreras. Nación empobrecida, dividida por intereses contrapuestos, codiciada por los regímenes árabes radicalizados, el porvenir del Líbano es la fragmentación o integrar ese anhelo expansionista de la "Gran Siria". De una u otra manera, su geografía será utilizada para acrecentar la tensión bélica con Israel, cuyo "aniquilamiento" se mantiene como objetivo de no pocos gobernantes árabes.

La metodología de la lucha de estos grupos es semejante a la planteada en los modelos centroamericanos y Perú, buscando la desestabilización e inseguridad, fundamentalmente atacando el abastecimiento de energía a los principales centros urbanos, combinados con otras acciones.

BOLIVIA

En este país, la principal organización subversiva es el propio Partido Comunista Boliviano.

Este cuenta con campos de entrenamiento para guerrilleros en estrecho contacto con los narcotraficantes, además de mantener vínculos con el movimiento peruano Sendero Luminoso, habiéndose detectado una rama boliviana del mismo que centraría sus actividades en la región fronteriza con Argentina.

La información disponible ha puesto de manifiesto una intensa actividad de elementos cubanos en dicho territorio, que por cierto no sería con fines comerciales.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
J F
DEPARTAMENTO II
Repúblic[illegible] del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia Nº 1 - Sr. Sub-Director del Ejército del S.I.FF.AA.
Copia Nº 2 - Sr. Jefe del Dpto. I del S.I.FF.AA.

99005078

M E M O R A N D U M

Agosto/85
C28

SITUACION MILITAR EN NICARAGUA

- La actividad bélica continúa desarrollándose en dos frentes: el frente Norte donde actúa la Fuerza Democrática Nicaraguense (FDN) y el frente Sur donde opera la Alianza Democrática Revolucionaria (ARDE) que lidera Edén Pastora.-

- La situación en ambos frentes se presenta distinta. Mientras el frente Norte mantiene un buen nivel de operatividad, en el Sur las fuerzas de ARDE estaría realizando una estrategia de supervivencia.

- La Fuerza Democrática Nicaraguense continúa recibiendo asistencia económica de fuentes privadas y del gobierno de Estados Unidos.

- La Alianza Democrática Revolucionaria recibe ayuda proveniente de sectores privados y recientemente perdió el único helicóptero con que contaba lo que le acarrea grandes problemas lógísticos.-

- Actualmente los efectivos de Pastora se han concentrado en el sector de Tarapiquí, en varios campamentos a lo largo de la frontera con Costa Rica. Con la captura del campamento de "La Penca" sobre el río San Juan(que sirve como límite entre Costa Rica y Nicaragua) ARDE perdió su más importante base de operaciones.

- El reciente hostigamiento a la ciudad de Estelí por parte de la Alianza Democrática Revolucionaria evidencia el grado de operatividad del frente Norte ya que Estelí es un importante centro de comunicaciones y su ubicación estratégica (sobre la ruta panamericana) determina que esté muy bien definido por las tropas del gobierno.

- Las fuerzas sandinistas han evidenciado gran movilidad y la ofensiva recientemente desatada ha sido llevada a cabo por las Milicias Populares Sandinistas que son parte importante del Ejército Popular Sandinista (EPS).

9005079

- Recientemente ha sido distribuída en la población una importante cantidad de armas personales como fusiles, granadas, etc.

- Se han creado ultimamente nuevas unidades de "reacción inmediata" con funciones específicas en caso de invasión.

- Permanentemente el Ejército Popular Sandinista ha reiterado su "internacionalismo" lo que ha quedado demostrado con la reciente muerte en acción del uruguayo Hugo Gray que estaba alistado en un batallón sandinista que opera en el centro de Nicaragua.-

9005079

4/agosto/85

029

M E M O R A N D U M

ASUNTO: CONSEJO MUNDIAL DE IGLESIAS

Del 28/JUL/85 al 08/AGO/85 Buenos Aires fue sede de la reunión anual del Comité Central del Consejo Mundial de Iglesias (CMI), evento declarado por el Gobierno Argentino de "interés nacional", siendo ésta la primera vez que se realiza en América Latina.

Participaron en dicho encuentro más de 500 representantes religiosos de las comunidades protestantes y ortodoxas de todo el mundo.

Durante los doce días que duró la reunión se trataron diversos temas, a destacar:

- Derechos Humanos en el Tercer Mundo y en especial en Argentina.
- El Año Internacional de la Juventud y su presencia en el Festival Mundial en Moscú.
- Encuentro Nacional a realizarse en la Ciudad de Córdoba en el mes de Setiembre del corriente año.
- Indigenismo
- La Mujer
- La lucha contra el racismo

El lema elegido por los organizadores para señalar la temática global que se trató fue "Justicia, promesa y desafío".

El Presidente argentino Raúl Alfonsín en su discurso ante los concurrentes a la reunión virtió conceptos referentes a : injusticias, derechos humanos, desequilibrio económico, hambre, deuda externa, etc.; haciendo prevalecer los aspectos espirituales, destacando la importancia de la religión en la lucha por liberar al hombre de los graves problemas que lo aquejan y valorizando el esfuerzo por definir la dimensión espiritual de esta lucha.

Alfonsín no desaprovechó la oportunidad para hacer un pedido a los asistentes a dirigirse a los dueños del mayor poder bélico y económico e interceder por un pueblo que ve frenado en parte su proyecto de recuperación por la agobiante deuda externa heredada y no encuentra mercados para muchos productos.

La reunión desde sus inicios generó dos hechos llamados a tener repercusión:

- Preocupación manifestada por el Dr. Emilio Castro Pombo por el

9005080

episodio del Padre Leonardo Boff, el cual según Castro Pombo tendrá tres derivaciones: endurecimiento teológico en el interior de la Iglesia Católica, perturbación de la evangelización en América Latina y nota de desconfianza e inseguridad en las relaciones ecuménicas.

- Anuncio de un ayuno "por la paz y la defensa de la vida en Centroamérica" del que participarían sin duda buen número de asistentes y que constituye una clara muestra de adhesión al gesto que realiza actualmente el Canciller nicaraguense Miguel D'Escotto - se encuentra raalizando un ayuno desde los primeros días del mes de julio/85-.

El discurso pronunciado por el Secretario General del CMI,pastor uruguayo Emilio Castro Pombo, tuvo elogiosos comentarios entre los participantes por su claridad de conceptos y por su descripción sintética de las inquietudes que animan actualmente a la entidad interconfesional.

El tema que causó mayor interés fue el de la Teología de la Liberación. Durante la conferencia de prensa que se realizó se cuestionó por parte de periodistas norteamericanos y europeos la imparcialidad de la delecación del CMI al visitar autoridades del gobierno nicaraguense sin intentar conocer la opinión de los opositores. Hubo además una acusación concreta de los periodistas al CMI por apoyar a un sector embanderado con los comunistas.

El 08/AGO/85 se clausuraron las deliberaciones del Comité Central del CMI, elaborándose dos documentos.

Uno de ellos, se emitió como Carta Pastoral a la Iglesia de América Central, la cual denuncia la intensificación de los bombarderos a las aldeas campesinas de El Salvador; informa sobre la represión masiva en Guatemala; mientras que en la frontera de Nicaragua hay asesinatos y destrucción de bienes materiales, en las operaciones de las fuerzas contrarrevolucionarias.

El CMI finalizó este documento dando su apoyo al Grupo Contadora.

El otro documento, titulado "Declaración sobre la deuda del Tercer Mundo" informa que las deudas ascienden a 1.000 millones de dólares y que mientras el FMI siga imponiendo su política, el resultado será la reducción de los alimentos al alcance de los pobres, con el consiguiente aumento de la desnutrición. Afirma que el mundo se encuentra ante la perspectiva de una catástrofe económica que afectará profundamente tanto a los países ricos como a los pobres.

El documento elogia los esfuerzos realizados por los gobiernos de los

9005080

países deudores al celebrar consultas mutuas para elaborar una política encaminada a satisfacer las necesidades elementales de sus pueblos
Recalca la importancia de desarrollar políticas para hacer frente a la crisis motivada por las deudas dentro del contexto más amplio de las discusiones norte-sur.

CONCLUSIONES:

Las actividades del CMI son orientadas por el Comunismo Internacional, dado que los temas tratados y el enfoque dado a los mismos por parte de los representantes a la reunión es la que sustentan los Frentes Comunistas Internacionales.

Es de destacar que ésta es la primera vez que dicho encuentro se realiza en un país latinoamericano, debiéndose recalcar el apoyo que el Gobierno Argentino dio al mismo.

Esta reunión así como el Foro de la Mujer o el Encuentro de Juventudes realizado en Moscú es una herramienta usada por el Comunismo Internacional para activar sus organizaciones de masas, difundir su ideología y blandir sus banderas de movilización.

La Teología de la Liberación creada por Leonardo Boff y defendida por el Pastor Metodista Emilio Castro Pombo -persona estrechamente vinculada con la creación del Frente Amplio en nuestro país- no es más que un sinónimo de lo que pregonizan los Frentes Comunistas Internacionales -dependientes del Comité Central del Partido Comunista de la URSS- llevado al plano de la Iglesia Católica.

0005080

- MARIO AGUILAR ; ex-policia Federal vinculado a Servicios de Inteligencia antes y al principio del proceso.-
- Trabaja vendiendo la información que puede obtener de sus contactos personales.-
- Aparentemente fue contratado por la familia MENOTTI PESCARMONA para que realizara averiguaciones en C. Montevideo, sobre el secuestro del industrial.-
- Tiene contactos personales con agentes de Servicios extranjeros con quienes intercambia información.-
- Ha preparado algunos informes escritos de la situación subversiva en la Argentina que no se ajustan a la realidad.-
- Por información de Servicios amigos se tomo conocimiento de que esntregó informaciones y documentos a integrantes de Servicios chilenos en C. Buenos Aires.-
- Maneja mucho dinero y cuenta con el aval del SIDE.-
- Es desordenado con el dinero el cual gasta en su provecho en diferentes centros nocturnos.-
- En 1978 pretendió vender a los Servicios Uruguayos información sobre presunto atentado contra Señores Oficiales Generales y el Presidente de la República, solicitando para entregar personalmente la información a este último.-
- En Uruguay se relacionó con Servicios a través del Tte.Cnel. Juan Carlos SACO que fue enviado por ALFONSIN para realizar averiguaciones sobre el secuestro de MENOTTI PESCARMONA.-

90050817

Ent.: A-1

31

MEMORANDUM 1314 Agosto, 1985.-

ASUNTO: REUNION EN LA HABANA SOBRE LA DEUDA EXTERNA

- Del 3 al 7 de junio se efectuó en La Habana un encuentro de delegadas de distintas organizaciones femeninas de Lationaoméri ca, donde se debatió el tema de la deuda externa latinoamerica na.
- Del 15 al 19 de julio se reunieron en La Habana dirigentes sindicales de América Latina con la misma finalidad. Al cabo del encuentro se acordó fijar el día 23 de octubre del presente año como "Día de la Jornada de protesta contra la deuda externa". Los participantes de la Conferencia Sindical aprobaron además una resolución de solidaridad con Nicaragua, en la que se pide a todos los trabajadores del Caribe el salario de un día para la Central Sandinista y la Asociación de Campesinos de Nicaragua.
- Del 30 de julio hasta el 2 de agosto se realizó en La Habana una nueva conferencia convocada por Fidel Castro con la participación de casi todas las fuerzas políticas (gubernamentales y de oposición), religiosas y sociales de América Latina y del Caribe. Nicaragua y Guyana estuvieron representados por sus vicepresidentes. Bolivia y Ecuador enviaron a altos funcionarios de sus gobiernos mientras que los presidentes de Argentina y Panamá enviaron representantes personales sin responsabilidades oficiales. La delegación de Uruguay fue integrada por: Líber Seregni, Rodney Arismendi, José Luis Massera, Alba Roballo, Héctor Lescano, Héctor Rodríguez, Hugo Cores, Eduardo Jaurena, Germán Araújo, Danilo Astori, Alberto Couriel, Nelson Pazos, Nelson Alonzo, Pedro Montañéz, Gerónimo Cardozo y Guillermo Al varez, representantes del Frente Amplio. Por el Partido Nacional participaron Oscar López Balestra, Javier Barrios Anza, León Mo relli y Mario Buchelli y por la Unión Cívica Julio DAVEREDE. También acompañó la delegación el Rector de la Universidad de la República Samuel Lichtensztejn así como también un importan te número de periodistas. No asistió ningún representante del partido de gobierno.
- Durante el transcurso de la Conferencia se sostuvieron posicio nes variadas en torno al tema de la deuda externa de América La tina.
- La posición de Fidel Castro de no pagar la deuda fue respaldada por los Secretarios Generales de los otros partidos comunistas del continente (todos presentes), por dirigentes sindicales, líderes de extrema izquierda, dirigentes socialistas chilenos y el diputado uruguayo del Partido Nacional Oscar López Balestra.

9005082

- Los vicepresidentes de Guyana y Nicaragua que están en la línea ideológica de Fidel Castro no se pronunciaron sobre el tema.
- Los representantes gubernamentales, de los partidos oficiales o de partidos con posibilidades de acceder al poder mantuvieron en general una actitud de prudencia haciendo un llamado para el estudio más detenido del problema.
- Líber Seregni expresó que el evento "ayuda y profundiza el proceso de Cartagena" y abogó por una "concertación latinoamericana".
- El Gerente del Banco Central de Ecuador, Carlos Emmanuel, representante personal del presidente Febres Cordero, asumió una posición ortodoxa de implementación de programa de ajuste para el pago de la deuda externa. El funcionario ecuatoriano rechazó la tesis sustentada por Fidel Castro, argumentando que "sin recursos no hay desarrollo" y que los mismos no pueden generarse en el interior de los países latinoamericanos sino que tiene que provenir del capital y del ahorro extranjero.
- El representante de Venezuela, el democristiano Rafael TUDELA, defendió la tesis de la renegociación de la deuda externa.
- El Ministro de Planeamiento de Bolivia, Félix JUSTINIANO, exhortó a"reforzar, ampliar y consolidar" la base de sustento del consenso de Cartagena.
- Antonio NAVARRO WOLFF, miembro de la Dirección de la organización guerrillera colombiana M-19, apoyó al consenso de Cartagena y enunció principios generales similares a los del Grupo regional para el pago de la deuda.
- Los dirigentes montoneros Fernando VACCA NARVAJA y Roberto PERDIA llegaron a La Habana procedentes de México pero no participaron en las deliberaciones. Su presencia provocó una situación de incertidumbre entre la delegación de argentina ya que los nombrados son prófugos de la justicia.

CONCLUSIONES

- El hecho de que Fidel CASTRO haya convocado en un mes, a tres reuniones en La Habana, evidencia la coordinación de actividades de movilización de las direcciones políticas gremiales y estudiantiles del PC de Cuba tomando como bandera de unificación el tema de la deuda externa latinoamericana.
- Las discusiones en La Habana durante el transcurso de los distintos eventos, tuvieron como factor común el clima de enfrentamiento con los países industrializados, subrayándose las diferencias con los países llamados del "Tercer Mundo" para reforzar la tesis del enfrentamiento "Norte-Sur".
- Durante las dos primeras conferencias (de mujeres y sindical), existieron mayores coincidencias con Fidel CASTRO que durante la última donde asistieron representantes gubernamentales. Esto se explica por que al tomarse contacto a través de posiciones de gobierno con la

9005082

"realidad" de la deuda externa, los dirigentes políticos tienen que asumir posiciones más moderadas y dejar de lado los "slogans" que nutren las llamadas "movilizaciones de masas".

- Del análisis de las delegaciones que asistieron a La Habana durante el último evento (más de mil delegados) se advierte que sólo dos países enviaron representantes de primera jerarquía (Nicaragua y Guyana), dos naciones estuvieron representadas por funcionarios oficiales de alto rango (Bolivia y Ecuador) mientras que Argentina y Panamá enviaron representantes presidenciales no gubernamentales.
- En general las delegaciones participantes coincidieron en la imposibilidad de pagar la deuda externa en las actuales condiciones pero no respaldaron a Fidel CASTRO en su tesis de no pagar la deuda.
- De todas maneras se cumple el objetivo de publicidad previsto por CASTRO y Cuba sale de un enclaustramiento de más de 20 años.
- Es de destacar que Fidel CASTRO ha afirmado que el Nuevo Orden Económico Internacional que ha propuesto será alcanzado si es necesario por la "vía revolucionaria".
- Esta afirmación demuestra que continúa vigente su prédica de "compromiso revolucionario" sustentado en la O.L.A.S. mediante el cual se implementó la agresión armada marxista a los países latinoamericanos mediante acciones coordinadas desde La Habana.
- Es factible que la movilización a nivel continental prevista para el día 23 de octubre del presente año, signifique una experiencia piloto para futuras "movilizaciones de masas" a los efectos de ir fortaleciendo la "conciencia revolucionaria" en los distintos ámbitos del espectro social con la vanguardia de los movimientos gremiales y estudiantiles.

2805082

133

6to. CONGRESO DE FEDEFAM

I.-ORIGEN DEL ORGANISMO

A partir de la década de los años 70 y debido a una serie de pedidos de ayuda de los familiares de desaparecidos de distintos países latinoamericanos que buscaban a sus familiares desaparecidos, los organismos de DD.HH. que funcionaban en Venezuela (Fundalatin) y en Costa Rica ven la necesidad de realizar un encuentro de familiares del continente.
La Asociación de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (FEDEFAM) fue fundada en el año 1981, durante la realización del 1er. congreso en Costa Rica.
Apartir del mismo fue esclareciendo sus objetivos, se fue insertando en los movimientos populares y comenzó a reivindicar la lucha de quienes habían desaparecido.
La federación fue institucionalizada en su 2do. Congreso, el cual se realizó en Caracas, Venezuela.
La sede central del organismo se encuentra en Caracas, siendo su dirección: Apartado Postal 2444, Carmelitas 1010-A.
Según sus dirigentes, este organismo es independiente de toda doctrina, institución política, filosófica o religiosa.
El 10 de mayo del corriente año las Naciones Unidas le otorgaron el "status" de organismo no gubernamental de consulta.

II.-INTEGRACION DE LA FEDERACION

La misma está integrada por todas las Asociaciones de Fliares. de Detenidos Desaparecidos existentes en América Latina y Centroamérica.

A.- INTEGRACION DEL ORGANISMO A NIVEL INTERNACIONAL

Presidente: Loyola Guzmán (Bolivia)
Vice Presidente: Elizabeth Martínez (El Salvador)
Secretaría de Relaciones: Cecilia Rodríguez (Chile)
María Toledo (Argentina)
Miembro del Comité Ejecutivo: Viviana Díaz (Chile)
Secretariado Ejecutivo: Patricio Rice (Irlanda)
Zenaida Velázquez (Honduras)
Presidente Honoraria: Elida Galetti (Argentina)

B.- INTEGRACION DEL ORGANISMO EN NUESTRO PAIS

Presidente: Amalia González González
Presidente del grupo de madres de desaparecidos en Argentina:
Violeta Malugani
Otro: María Esther Gatti de Islas

C.- PAISES QUE INTEGRAN LA FEDERACION

Argentina, Brasil, Bolivia, Chile, Uruguay, Paraguay, Perú, Colombia, México, El Salvador, Honduras, Guatemala, Haití, Nicaragua.

III.-ACTIVDIDADES REALIZAZADAS PREVIAS AL CONGRESO

Se destinaron N$1.oo de la venta de cada ejemplar del día 19/OCT del diario "La Hora", para solventar gastos de la realización del Congreso.
Se repartieron panfletos, en la Feria de Villa Bearritz el día 19/OCT para informar a la población sobre el evento a llevarse a cabo.
El 27/OCT se exhibieron en Centrocine dos filmes, "Todo es ausencia" y "No olvidar", el objetivo de la exhibicaión era para solventar gastos del congreso a realizarse.

01-04

9005083

Del 28/OCT al 01/NOV se realizó la semana de FEDEFAM, la cual se llevó a cabo en la Plaza Libertad, teniendo igual finalidad que la anterior mencionada.

El 14/NOV se realizó una conferencia deprensa por parte de representantes en el Congreso.

IV.-REALIZACION DEL CONGRESO

Bajo el lema "Por una América sin desaparecidos:juicio y castigo a los culpables", la federación realizó en Montevideo desde el 17 al 24 de los corrientes su sexto congreso contineantal.

Participaron en el mismo representantes de todos los países integrantes del organismo.

A.- FINALIDAD DEL CONGRESO

La finalidad que persigue la federación al llevar a cabo el congreso es:

1.- Llevar a cabo una evaluación y balance de la lucha que están desarrollando los familiares de los desaparecidos, paraque se esclarezcan los hechos,se juzgue y se castigue a los responsables.

2.- Intercambiar opiniones y recibir propuestas que permitan prevenir desde el punto de vista legal que las violaaciones de los derechos humanos no se vuelvan a producir .

B.- PROGRAMACION DEL CONGRESO

1.- 18/OCT- Instalación del congreso, presentación de informes por parte del Comité Ejecutivo y secretaría del FEDEFAM. Estudio de los informes presentados por El Salvador,Guatemala y Honduras Acto de apertura en el Paraninfo de la Universidad, enel cualhicieron uso de la palabra:Luis Pérez Aguirre, Amalia González, el Pastor Raúl Sosa, Javier García, Danilo Astori y representantes del PIT-CNT, ASCEEP,FUCVAM,SERPAJ, adhiriéndose al acto todos los partidos políticos.

2.- 19/OCT - Estudio de los informes presentados por Uruguay, Argentina, México, Bolivia,Brasil, Perú, Colombia,Chile, Paraguay y Haití.

3.- 20/OCT - sesión plenaria de evaluación de los informes.

4.- 21/OCT-- estudio de la acción que desarrollará FEDEFAM. Actao en la Iglesia Metodista (Constituyente y Barrios Amorín) con posterior marcha hasta la plaza de Cagancha y a laSuprema Corte de Justicia, la cual es convocada por el PIT-CNT,ASCEEP,FUCVAM, y SERPAJ, al cual se adhirieron el Frente Amplio y Por la Patria.

5.- 22/OCT - Charlas de Eduardo Galeano (periodista y escritor uruguayo) y de Eduardo Novoa, posteriormente se realizó una discusión sobre las exposiciones realizadas.

6.- 23/OCT - estudio sobre posibles modificaciones de los estatutos del organismo.

7.- 24/OCT - acto de clausura en el Platense Patín Club, enel cual actuaron:Vera Sienra, Ruben Olivera, El Sabalero,Carlos Ma. Fossati, Cantares y la Murga Falta y Resto.

C.- CONCEPTOS VERTIDOS POR ALGUNOS PARTICIPANTES

Los oradores del congreso criticaron la posición asumida por los gobiernos con los que se reinstauraron sistemas democráticos en el continente, por la falta de voluntad política para "investigar

9005083

enjuiciar y castigar a los responsables de la aplicación de la desaparición forzada".

Durante el congreso,en el cual se encontraban presentes senadores y diputados de todos los partidos políticos, se calificó de contradictorio el informe recientemente aprobado por la comisión investigadora de desaparecidos del Parlamento uruguayo y se discrepó con un artículo de dicho informe en el que no se responsabiliza organicamente a las FF.AA. por las desapariciones.

Amalia González destacó la presencia de delegaciones que "sortearon serios riesgos" para participar en el congreso y sostuvo que eso reafirmaba el compromiso de denunciar la real situación de los DD.HH.. Afirmó, además, que la impunidad de los responsables de las desapariciones forzadas eran una verdadera amenaza para las nuevas democracias restauradas en el continente y que las expectativas creadas en Uruguay tras el retorno de la democracia no se habían colmado totalmente.

Loyola Guzmán destacó la necesidad de organizarse y unirse, de todos los pueblos para lograr una América Latina sin desaparecidos y sostuvo que se debía enjuiciar a los responsables para lo que se necesitaba " voluntad política de los gobernantes".

Comentó que las esperanzas depositadas en los procesos democráticos que se iniciaron fueron defraudadas. No se halló respuesta inmediata no se desmantelaron los aparatos represivos ni se realizaron investigaciones imparciales como así tampoco se juzga ni castiga a los culpables. Añadió no admitir que las declaraciones que efectuan signifiquen desestabilizar los procesos democráticos.

Patricio Rice informó que para el 10 de diciembre del corriente año se preparan movilizaciones en los distintos países -dado que 1986 fue declarado por la ONU "Año Internacional de la Paz"- bajo la consigna de la "justicia como camino hacia la paz por una América Latina sin desaparecidos y castigo a los culpables".

Ma. Esther Gatti de Islas declaró que el congreso se encontraba huérfano de apoyo oficial, dado que el presidente de la república había anunciado que iba a recibir a una delegación de fliares. uruguayos para enterarse del detalle del mismo, pero que no lo había hecho.

D.- DECLARACION FINAL DEL CONGRESO

El Congreso finalizó con una declaración en la que se menciona:

1.- reclamo a los parlamentos latinoamericanos para que se aprueben leyes que declaren crimen de lesa humanidad a la desaparición forzada.

2.- Pedido a los sindicatos para que se constituyan en parte querellante en los juicios a los culpables.

3.- Exhortación a los pueblos para que "rompan con la indiferencia y con el miedo" en la lucha por los desaparecidos.

E.- ASISTENTES EN EL CONGRESO

Loyola Guzmán - boliviana, presidente del FEDEFAM

Patricio Rice - irlandés, secretario ejecutivo del organismo, perteneciente a la Iglesia Metodista, residente en Caracas, Venezuela.

Viviana Díaz - chilena, secretaria de relaciones del organismo,

19005083

Dra. Pamela Pereira - chilena.
Elida Galletti - presidente honoraria del organismo, argentina.
Mónica Torres - argentina
Violeta Malugani - presidente del grupo de madres de uruguayos desaparecidos en Argentina.
Zenaida Velázquez - secretaria ejecutiva del organismo, hondureña
Amalia González - presidente de la asociación de fliares. y madres de desaparecidos uruguayos, uruguaya.
Josefa Rivera Cruz - nicaraguense, integrante de la asociación de mujeres nicaraguenses.
Josefa Rivera Ruiz - nicaraguense.
Sonia Ortiz de González -asociación de mujeres nicaraguenses "Lucía Aranda Espinosa".
María Menéndez - nicaraguense
Alicia de García - salvadoreña
Mary Rosana Bonil - comité de madres "Monseñor Arnulfo Romero" Salvadoreña.
zenaida Fernández - peruana, presidente del comité peruano
Guadalupe Ccallucunto - peruana, delegada de Ayacucho ante FEDEFAM.
Rosario Ibarra de Piedras - mexicana, diputada por PRT, integrante del Frente Nacional contra la Represión en México.
Alicia Quintanilla - integrante de la asociación de familiares centroamericanos (ACADAFE) y del grupo de ayuda mutua (GAM), guatemalteca, exiliada en Costa Rica.

9005083

PEI 163

Setiembre, 1985.-

MEMORANDUM 034

ASUNTO: DEPARTAMENTO AMERICA

Como complemento de nuestro Memorandum anterior referente a "ACTIVIDADES DE INTELIGENCIA LLEVADA A CABO POR CUBA", se agrega la siguiente información:

El criterio para decidir al apoyo a los principales "Movimientos de Liberación Nacional" o a algún otro grupo de interés se maneja de acuerdo a tres factores a saber:

1) La situación del país.
2) El interes personal de Fidel Castro.
3) Que el apoyo concedido no contradiga la política de la URSS.

Por lo menos en dos oportunidades (en Colombia), el Departamento América ha apoyado al narcotráfico con el objeto de utilizar las "redes de comunicaciones" del mismo, para pertrechar de armas, municiones y explosivos a grupos rebeldes del M-19.

Lista de integrantes del Departamento América que desempeñan actividades de inteligencia en el Cono Sur.

Dentro del ordenamiento jerárquico del Departamento América y como subalternos del director Manuel Piñeiro Posada, desempeñan actividades de inteligencia en el Cono Sur.

- Santiago Díaz Paz: que ostenta el grado de Comandante y es el 2do. Jefe del Departamento América. Desde hace unos meses se encuentra radicado en Argentina. Tendría como misión la de coordinar el accionar subversivo en el Cono Sur de América Latina.

- Jesús Cruz Gonzalez: Primer Secretario de la Embajada cubana en Argentina, coordina el accionar cubano en aquel país, asistiendo a Santiago Díaz Paz. Está casado con Irma González Cruz que también es funcionaria de la Embajada cubana en Argentina.

- Xiomara Carrillo: En algunas oportunidades ocupa el cuarto puesto en la cadena de mando del Departamento América.

- Aram Aharonian: Ciudadano uruguayo residente en Buenos Aires.

- Sergio Pineda Muñoz: Ciudadano cubano residente en Brasil, que ha sido relevado en sus funciones recibiendo la orden de regresar a Cuba. Aparentemente no acataría la orden dispuesta, teniendo la intención de quedarse en Brasil o bien optar por un tercer país.

01-01

9005084

Setiembre, 1985.-

MEMORANDUM Nº 035

ASUNTO: INTER PRESS SERVICE (IPS)

Según las informaciones disponibles, la Agencia de noticias IPS habría sido creada en la década del 50, como agencia oficial del Gobierno polaco. Posteriormente se habría extendido a Europa Occidental y el 14 de abril de 1964 aparece en Roma, donde se le asoció con el ala izquierdista de la Democracia Cristiana. Su instalación en Italia, como agencia de noticias para América Latina, se produjo gracias a la ayuda económica de fuentes demócrata-cristianas italianas y germano-occidentales.

Inter Press Service se describe a sí misma como una cooperativa de periodistas independientes sin fines de lucro y en los últimos años ha extendido sus actividades a Asia, Africa y Medio Oriente, cubriendo el ámbito de los No-Alineados.

Por otra parte, IPS es controvertida a nivel de las comunicaciones mundiales y ha sido señalada por gobiernos y agencias de noticias occidentales como de orientación izquierdista y antinorteamericana, beneficiando desde sus notas la postura de los diferentes Movimientos, Grupos y Partidos de orientación pro-marxista del Tercer Mundo.

En la actualidad, su financiamiento proviene en muy pequeña parte de los servicios vendidos, siendo en su mayoría aportado por órganos de confinanciamiento de Holanda y Suecia especialmente y de países del Tercer Mundo, fundamentalmente los izquierdistas. De lo visto, se deduce que IPS no parece comercialmente viable, aunque se insiste en que se maneja administrativamente en las líneas de cooperativismo y sus utilidades son reinvertidas para financiar su evolución técnica y profesional y lograr nuevos acuerdos de cooperación.

En una recepción ofrecida el 18 de mayo de 1981 en la sede central de la Agencia, en la Vía Panisperna 207 de Roma, la IPS inauguró una nueva etapa en sus actividades, caracterizada por un alto grado de desenvolvimiento tecnológico. A esos efectos cuenta con modernos sistemas computarizados Ermes e Iricón, que le permiten procesar, memorizar y transmitir un gran volumen de noticias que, de acuerdo a una información de 1984, incluye 150.000 palabras diarias en 9 idiomas y cuenta con corresponsales en unos 70 países, principalmente del Tercer Mundo, ofreciendo servicios de información a 36 agencias de noticias de Europa y otras áreas y colaborando con unas 500 organizaciones mundiales, tales como la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO), el Banco Mundial y el Consejo Mundial de Iglesias (WCC).

Esta nueva etapa se enmarca en el nuevo Orden de Información Internacional, el cual responde a la estrategia soviética de centralizar la información a efectos de compensar la influencia del sistema de comunicaciones e información occidental, y coincidió con la elección, por parte de la Asamblea General de Socios de IPS, del Nuevo Consejo de Administración. Este Consejo, electo para dirigir la Agencia en el trienio 1981-1984, se integró entre otros, con Gabriel VALDES (ex-Ministro de RR.EE.

9005085

de Chile 1964/1970, Subsecretario General de la O.N.U. y Administrador para América Latina del Programa de la O.N.U. para el Desenvolvimiento, y líder de la Democracia Cristiana Chilena) como Presidente; Piervicenzo PORCACCHIA (Jefe de Informativos de Radio y Televisión de Italia, R.A.I.) como Vice-Presidente; Juan SOMAVIA (Director Ejecutivo del Instituto Latinoamericano de Estudios Internacionales) como Vice-Presidente para América Latina; Mahmoud TRIKI (ex-Director General de la Agencia Tunecina TAP, Consejero del Primer Ministro de Túnez y Asesor de Informaciones de la Liga Arabe) como Vice-Presidente para los Países Arabes; Esmond WICKREMESINGHE (Presidente de la Agencia nacional de noticias Lankapuvath de Sri Lanka) como Vice-Presidente de IPS para Asia; Marc NERFIN (Presidente de la Fundación Internacional para Alternativas de Desenvolvimiento) como Vice-Presidente para Europa. Roberto SAVIO, por su parte, fundador de la cooperativa IPS-Tercer Mundo (1964), fue reelecto como Director General de la Agencia.

Inter Press Service parece ser muy activa en los Países Bajos y su sede regional se halla en Estocolmo. La filial de Londres, según otras informaciones que datan de 1981, fue dirigida hasta 1978 por Philip KELLY, ex-Secretario del AGEE-HOSENBALL DEFENCE COMMITEE, un joven ex-liberal descripto por el diario londinense "Spectator" como un "exponente standard de la ultra-izquierda", quien mientras tuvo a su cargo la Oficina de IPS, se conectó estrechamente con el periódico de ultra-izquierda "The Leveller". Entre otros integrantes del staff de IPS en Londres, figuran Patricia MURRAY y Nigel FOUNTAIN, éste último asociado también a "The Leveller". Los informes o noticias sobre Medio Oriente han sido reproducidos por el periódico trotskista británico "Newsline", órgano del Partido Revolucionario de los Trabajadores. La Oficina IPS en Londres se relacionó estrechamente con la Latin América Political, Economic and Commodities Report y tenía inicialmente el paquete mayoritario de acciones del periódico "Latin América Newsletter", que apareció por primera vez en 1967. Varios directores del citado periódico, que publica los Reports, son conocidos por sus relaciones con "The Leveller" y con otros periódicos muy vinculados con Cuba. Los periódicos británicos "The Guardian" y "Financial Times" serían asimismo suscriptores de la Agencia, como también "Le Monde", en Francia.

Por setiembre de 1977, Roberto SAVIO asistió en Amsterdam a una conferencia sobre "Comunicaciones Internacionales", que se organizó bajo los auspicios del Instituto Latinoamericano de Estudios Multinacionales (el cual es dirigido por el chileno Juan SOMAVIA y tiene su sede en la ciudad de México), haciéndolo en caracter de Director General de IPS. Allí estableció contactos con la Agencia Nacional de Noticias de Holanda, ALGEMEEN NEDERLANDS PERSBUREAU (ANP) y al cabo de dos años, después de un período inicial de prueba, la ANP firmó un primer contrato por otros dos años con IPS, aunque se desconoce si ha sido renovado y tiene vigencia en la actualidad. Por otra parte, una revista holandesa para la ayuda del desarrollo, la ONZE WERELD, publicada por la Nederlandse Organizatie Voor Internationale Outwikklingsamenwerking, hacía uso regular de los servicios de IPS y su editor en lo político y económico, Theo RUYTER, visitó Dar Es Salaam hacia mediados de 1979, representando a IPS.

9005085

Informaciones de 1984 dan cuenta que IPS ofrece también sus servicios informativos a las siguientes Agencias europeas: Tanjing (Yugoslavia), Agerpress (Rumania), APA (Austria), CTK (Checoslovaquia), DDP y EDP (República Democrática Alemana), MTI (Hungría), PAP (Polonia), ANOP (Portugal) y Colpisa (España) y mantiene estrechos contactos con el Pool de Agencias Informativas sobre los No-Alineados y con la Federación de Agencias de Noticias Arabes.

De acuerdo a la misma información, se establece que en Africa la IPS ha firmado acuerdos de cooperación con las Agencias Nacionales de Noticias de Mozambique (AIM), Nigeria (NAN), Angola (ANFOP), Kenya (KNA) y Tanzania (SHIHATA) y ha solicitado al Departamento de Información y Publicidad del Congreso Nacional Africano (ANC), por intermedio de Esteban VALENTI del Staff de IPS en Roma, que apoye a la Oficina IPS Harare con noticias que puedan ser de interés. Al respecto, se establece que VALENTI habría firmado un acuerdo similar con la Organización de Pueblos del Sudoeste Africano (SWAPO) y posiblemente con la Organización para la Liberación de Palestina (PLO).

En relación a Asia, IPS firmó en la India un acuerdo con el Press Trust of India (PTI), su principal agencia noticiosa, que incluiría el uso de su satélite impresor, el cual concluyó en agosto de 1979, con lo que IPS pasó, desde ese momento, a cumplir solamente funciones de mensajera. También estableció una relación de trabajo con la Independent Press Foundation of Asia (PFA) en Manila, a través de la publicación Depthnews Features.

En América Latina, ya en 1972 se estimaba que IPS tenía orientación izquierdista, contando en su planilla con varios periodistas de esa tendencia, como el caso de Leopoldo ARAGON, un marxista panameño que también habría trabajado para Prensa Latina, en Cuba, y Abraham LAMA, un peruano que tendría relaciones con el Partido Comunista Peruano, pro-moscovita, el cual firmó acuerdos de intercambio entre las agencias SINADI y ESI-PERU peruanas, la mexicana NOTIMEX y la yugoslava TANJUG y preparaba material para la página de política internacional del diario "El Comercio".

En Colombia, el semanario "Telemundo" publicaba con insistencia material de IPS y de la Agencia soviética TASS y su distribución incluía Venezuela, Perú, Ecuador, Cuba, Panamá, México y Nicaragua. El influyente periódico colombiano "La República" ocasionalmente también usaba material suministrado por IPS.

De acuerdo a informaciones procedentes de Brasilia, la Agencia IPS en Brasil se instaló extraoficialmente por el año 1981, gracias a una inversión estimada en los U$S 800.000 que habría aportado Libia, en virtud de una intermediación de Cuba, quien intercedió a los efectos por interés propio, ya que le permitió obtener un punto de entrada para su Agencia, Prensa Latina, a fin de poder actuar el Brasil.- Las oficinas fueron ubicadas en la calle Evaristo Da Veiga 16/10007 (telef.295.5644) Río de Janeiro, e inicialmente IPS prestó asesoramiento y material informativo para la redacción de los "Cuadernos del Tercer Mundo" y para el periódico Hora do Povo.- Por 1981 la Agencia había sido conducida por Arnaldo César RICCI JACOB, quien ingresó a IPS en 1978, habla 4 idiomas y firmaba sus artículos como"Arnaldo César".

9005085

El uruguayo Rafael Hernández también habría prestado servicios en la Agencia IPS de Río de Janeiro.

En Argentina, la filial operó oficialmente desde mediados de 1966 hasta el 31 de diciembre de 1979, fecha en que clausuró voluntariamente sus oficinas de la calle Corrientes 456 piso 13, Capital Federal, cancelando el servicio de télex que utilizaba. En los últimos años de operación, esta agencia estuvo dirigida por José María PASQUINI DURAN, ex-redactor del diario La Opinión, cuando este era dirigido por Jacobo TIMERMAN Y Hugo Enrique MARTINEZ VIADEMONTE, quien abandonó la Agencia dos meses antes de su cierre, pasando a desempeñarse en REUTERS. Los citados responsables de LA OPINION, registran antecedentes ideológicos marxistas.

Durante su funcionamiento, la filial argentina IPS mantuvo tráfico directo por télex con su similar chilena y con la sede central, en Roma, donde se desempeñaban periodistas argentinos exiliados vinculados a Montoneros. Entre otros medios de prensa, IPS proveía servicios a Clarín, La Opinión, Mayoría, Análisis, Confirmado, Primera Plana y Panorama.

Posteriormente a su clausura, IPS habría continuado operando extraoficialmente en Argentina a través de la Agencia cubana Prensa Latina, utilizando sus facilidades y usando como corresponsal al uruguayo Aran Ruben AHARONIAN, quien se desempeñaba como Jefe de Redacción de Prensa Latina. AHARONIAN continuó enviando periodicamente artículos sobre la actualidad argentina hacia Chile y Roma, firmándolos con los seudónimos de"Ruben ARO" y "Luis Adolfo GALVAN".

Es de destacar que en noviembre de 1979 fue firmado en Roma un acuerdo de cooperación entre IPS y la Agencia Prensa Latina, pues inicialmente IPS no cubría los asuntos cubanos.

El principal delegado de IPS para Argentina y Latinoamérica sería José María PASQUINI DURAN, quien habría sido contratado por el gobierno mexicano para prestar servicios en un proyecto de intercambio de información entre quince países latinoamericanos, habiéndose vinculado allí con elementos del "camporismo" y exiliados argentinos. Se tiene conocimiento, asimismo, que Lilián ISLER, quien se desempeñaba en el Centro de Información de las Naciones Unidas para Argentina y Uruguay, mantuvo contactos con PASQUINI DURAN, en su carácter de delegado de IPS. La nombrada es divorciada de Rogelio GARCIA LUPO, un periodista de tendencia marxista vinculado a Montoneros y a varios exiliados argentinos.

Con respecto a la Agencia IPS de Montevideo, inicialmente habría funcionado en la órbita de la Representanción polaca y para 1970 sus oficinas estaban ubicadas en Sarandí 637 Ap. 801, siendo sus responsables Carlos Eduardo LOPEZ MATEO en carácter de Director, Edgar TRAVERI o TRIVERI, ciudadano argentino, como Jefe del Area Latinoamericana, con sede en Montevideo, Luis Horacio

9005[illegible]5

VIGNOLO MONTECORAL y Alberto Luciano CARBONE MASSEILLOT, todos los cuales registran antecedentes. Posteriormente, las oficinas fueron ubicadas en Colonia 1854 Esc. 804 y a fines de la década del 70 el responsable de los servicios de la Agencia había sido Efraín QUESADA, un periodista muy vinculado al Cuerpo Diplomático y a personalidades políticas tradicionales y periodistas extranjeros, quien editó una serie de fascículos sobre Aparicio Saravia.

Según informaciones que datan de mayo del corriente año (1985), la Agencia IPS Montevideo se trasladó a un nuevo local, sito en Uruguay 872 Oficina 601 (Tel.:982170), siendo su gerente corresponsal Mario Israel LUBETKIN TULBOVIC, integrante de la U.J.C. en 1976 y encargado interino de la Agencia PRESSUR en 1984. Según la misma información, la Central de IPS-Tercer Mundo ha decidido que Montevideo sea el Centro de Contabilidad y Auditoría General de la Red, y que a breve plazo se instale la sede del Proyecto de Información Democrática para los Países del Cono Sur. LUBETKIN se desempeñó como encargado interino de PRESSUR, agencia de noticias fundada en Roma el 9 de mayo de 1983, por uruguayos vinculados a la disuelta Convergencia Democrática y definida como una organización cooperativa sin fines de lucro, la cual contó con Juan Raúl FERREIRA como Presidente y con el periodista uruguayo, integrante de U.J.C., Esteban VALENTI en la Dirección General. Al acto de su inauguración, que se llevó a cabo en la sede de la Agencia en Vía Panisperna, asistieron el ex-Senador por el Frente Amplio, Enrique RODRIGUEZ, representantes de las tres centrales sindicales italianas (CISL, CGIL, UIL) y de los Partidos Liberal, Socialista y Comunista.

En la inauguración de la Oficina PRESSUR en Porto Alegre, en julio de 1984, estuvo presente, entre otros, el Director de IPS para Buenos Aires, José María PASQUINI y en la apertura de la sede PRESSUR Montevideo, sita en Colonia 1854, se contó con la presencia del Presidente de IPS, Dr. Roberto SAVIO y de la Sra. Nelly de CAMARGO, asesora de la UNESCO.

En la actualidad, varios periódicos y semanarios uruguayos reciben colaboraciones periodísticas de elementos vinculados a IPS y de la Agencia Prensa Latina, como es el caso de La Hora, El Popular y La Juventud, entre otros.

ANEXO 1 - Antecedentes de personas vinculadas a Inter Press Service Tercer Mundo - Prensa Latina - PRESSUR.

[illegible]5135

A N E X O 1

Antecedentes de personas vinculadas a Inter Press Service, Tercer Mundo, Prensa Latina y PRESSUR.

A.- ROBERTO SAVIO

- Dirigente de PRESSUR.
- Viajó a Roma para concurrir al acto inaugural de la sede de Pressur en esa ciudad.
- Viajó a Washington para concurrir al acto de la sede de Pressur en esa ciudad.

B.- JUAN SOMAVIA

- Presidente del Consejo de la Administración de IPS.
- De nacionalidad chilena.
- Viaja a Lima, Perú, para concurrir al 1er. Foro Internacional de Comunicación Social.
- Viaja a la ciudad de México representando a Chile en el Foro Internacional de Comunicación.

C.- CARLOS LOPEZ MATEO

- Redactor de "La Gaceta de la Universidad".
- Funcionario del Departamento de Opinión Pública dependiente de CELAM.

D.- ALBERTO LUCIANO CARBONE MASSELLOT

- Periodista de "El Popular".
- Afiliado al Partido Obrero Revolucionario - Trotskista.

E.- LUIS HORACIO VIGNOLO MONTECORAL

- Redactor de la revista "Mate Amargo".
- Sindicado como elemento de izquierda y muy activista.

F.- ESTEBAN VALENTI PITINO

- Secretario del Sector Universitario de la U.J.C..

9005085

- Viajó a Italia y Angola.
- Integrante del Comité Central del P.C.U.
- Figuraría como Director de PRESSUR.
- Integrante del Partido Comunista Uruguayo en el exterior.
- Casado con Ana Silvia Lopez.
- Viajó a Praga, Checoslovaquia.
- Es uno de los vínculos a nivel del P. Comunista de Néstor Serrano Pérez, agente de inteligencia cubano.

G.- EFRAIN GUILLERMO QUESADA MILAN

- Corresponsal de la Agencia Inter Press Service.
- Mantiene contactos con Eduardo Jaurena Basaistegui, dirigente socialista.
- Viaja a Buenos Aires.
- Es Secretario de Propaganda de la Oficina personal de Líber Seregni.

H.- AKAM RUBEN AHARONIAN KHARPUTDJAN

- Nacido en Uruguay, hermano de Anahy AHARONIAN, la cual integró el M.L.N.
- En agosto de 1983 se le sindica como coordinador en Argentina (donde se encuentra radicado desde 1974) de los movimientos Partido Por la Victoria del Pueblo (P.V.P.) y Movimiento Peronista Montoneros.
- Vinculado a Paulo Schilling, brasileño residente en San Pablo, quien se encarga de la coordinación entre los dos movimientos mencionados anteriormente, en dicha ciudad.
- En 1983 se desempeñaba como Coordinador del matutino "La Voz" órgano del Movimiento Peronista Montoneros que contaría con aportes provenientes de la URSS.
- Por octubre de 1983 se le sindicó como involucrado en la reorganización del M.L.N., habiéndose conectado en varias oportunidades con el responsable de la C.A.L. (Coordinadora de Agrupaciones Latinoamericanas).
- En marzo de 1984 se verificó un acercamiento entre AHARONIAN e integrantes del grupo "PATRIA GRANDE", que lideraba Enrique ERRO.
- Participó en la localidad de Foz de Iguazú de una reunión con elementos del COSAL (Comité de Solidaridad con los Pueblos de América Latina), M.L.N., Montoneros y Movimiento de Justicia y

9005085

Derechos Humanos de Porto Alegre.

- En agosto de 1985 asistió al encuentro sobre la Deuda Externa de América Latina y el Caribe, en Cuba, en calidad de invitado por el gobierno de dicho país.

I.- PABLO PIASENTINI

- Ex Director de la Agencia I.P.S. en Chile.
- Actualmente estaría en la Central en Roma.
- Fue integrante de la Juventud Peronista, tendencia revolucionaria.
- Dirige la publicación izquierdista "Cuadernos del Tercer Mundo.
- Vinculado a la revista "Denuncia".

J.- JUAN GELMAN

- Sería redactor de I.P.S. en Roma.
- Se habría desempeñado como corresponsal de las siguientes agencias:

  XIN-JUA (China Comunista)

  CTK (Checoslovaquia)

  Prensa Latina (Cuba)
- Sería responsable de la Secretaría de Prensa del Consejo Superior del Movimiento Montonero.

K.- HORACIO VERBITSKY

- Sería colaborador de la Agencia I.P.S.
- Sería responsable de Montoneros en Lima.

L.- NEIBA MOREIRA

- Asilado político brasileño, arribó a nuestro país en el año 1964 procedente de Bolivia, donde se había refugiado luego de la caída de Joao Goulart.
- Vinculado al diario "Ahora".
- Vinculado a la aparición de "EL DEBATE", financió con dinero de Brizola la Editorial "DIALOGO" en la cual fue proyectado el Frente Amplio".
  El 30% del capital de la Editorial fue aportado por Perón, al ser cerrada, MOREIRA y ERRO se quedaron con el total de los fondos.
- Vinculado a Brizola y a la Embajada de la R.A.U.

90050 85

- Editor internacional de cuadernos del Tercer Mundo.

M.- BEATRIZ JUANA ISABEL BISSIO

- Compañera de José Neiba Moreira, con quien tiene una hija de nombre Micaela.
- Habría trabajado en las Oficinas de la O.L.P. en México.
- Habría actuado en la Secretaría de la Conferencia de Países No Alineados, realizada en Cuba en setiembre de 1979.
- Estaría vinculada al senador brasileño Marcos Freire y al Presidente del M.D.B., Ulyses Guimaraes.
- Vinculada a Mario Benedetti.

N.- MARIO ISRAEL LUBETKIN TULBOVIC

- Viaja a Roma el 8.9.976, desde Argentina.
- Secretario Político del Círculo La Blanqueada de la U.J.C.

.*.*.*.*.*.*.*.*.

F0005085

SECRETO

Setiembre, 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 037/85

1314

ASUNTO: DEUDA EXTERNA LATINOAMERICANA - FONDO MONETARIO INTERNACIONAL.

A partir de 1973, y particularmente en el período 1976-1982, se produce un significativo cambio en la economía mundial. Los efectos de este cambio se sienten en América Latina en 1979, derivando en tasas de crecimiento muy bajas, intercambios comerciales deteriorados, sensible incremento de la deuda externa y especialmente de los servicios de la deuda, altas tasas de interés real, baja del salario real, aumento de la desocupación y caída de la demanda.

Paralelamente, al disminuír los superávit petroleros, se redujo la oferta de capitales. Esta situación de crisis mundial determinó que los pequeños bancos que sustentaban a los de mayor envergadura que lideraban los préstamos, redujeran su participación de mercado, aumentando las dificultades para obtener nuevos préstamos.

Durante el período 1977-81, la deuda externa total de Latinoamérica tuvo un crecimiento del 23%. En 1982 se incrementó un 12% y en 1983 solamente un 7%. Esta fuerte disminución en el ritmo de crecimiento de la deuda, se debió principalmente a la política restrictiva adoptada por los bancos comerciales internacionales y sus relaciones con Latinoamérica. En 1983 no se otorgaron nuevos préstamos autónomos a la región, sino que se canalizaron los créditos a través de los procesos de renegociación de la deuda, iniciados por numerosos países latinoamericanos.

En 1983 los pagos de intereses equivalieron a un 35% del valor de las exportaciones de bienes y servicios en el conjunto de la región, una proporción mucho mayor que la registrada entre 1977 y 1981 y que superó ampliamente el 20% considerado como límite máximo aceptable.

Durante el período 1973-81, la transferencia de recursos internacionales (préstamos e inversiones) supuso que Latinoamérica pudiera pagar sin mayores problemas las amortizaciones e intereses de su deuda externa. Esta tendencia comenzó a revertirse en 1979 y culminó en el período 1982-83, durante el cual, al caer el ingreso neto de capitales, la región debió cancelar la mayor parte de los pagos de intereses y utilidades con recursos provenientes del superávit comercial y de las reservas internacionales acumuladas previamente.

A pesar de esta retracción en los préstamos, la deuda externa latinoamericana se duplicó desde 1979 hasta 1984, pasando de 184.193 a 360.170 millones de dólares. La refinanciación de créditos externos alcanza a 150.000 millones de dólares, un 43% del total adeudado, lo que demuestra las dificultades de los países deudores para hacer frente a estos compromisos.

Según recientes estadísticas compiladas por el Morgan Guaranty Trust, uno de los principales acreedores bancarios estadounidenses en América Latina, se indica que el superávit comercial combinado de Argentina, Brasil, México y Venezuela sería inferior al de 1984, en cerca de la cuarta parte, hecho que fue provocado en el primer semestre del corriente año por el

aumento de las importaciones y una caída del volumen y/o del valor de las exportaciones.

En los casos de México y Venezuela, el problema podría agravarse en el futuro próximo si, como se estima en algunos círculos petroleros, los precios internacionales del petróleo siguieran disminuyendo. Estos dos países, que tienen deudas en el extranjero por 98.000 y 37.000 millones de dólares, registraron en 1984 superávits comerciales de 12.800 y 8.370 millones de dólares, respectivamente. Las proyecciones para este año pronostican un saldo comercial favorable de 8.420 millones de dólares para México y de 6.820 millones para Venezuela.

En el caso de Brasil, cuyo superávit de la balanza comercial fue de 13.070 millones de dólares en 1984, las previsiones para 1985 son de 10.500 millones, que serían insuficientes para hacer frente al servicio de una deuda externa de 103.000 millones de dólares.

Según el mismo estudio, por lo menos en cinco países latinoamericanos -los cuatro más endeudados y Bolivia- los servicios de la deuda exceden el total de las exportaciones calculadas, alcanzando un promedio del 122% de las exportaciones totales.

La deuda externa latinoamericana está muy próxima a la mitad del total de la deuda externa de los países denominados pobres, la cual supera los 800.000 millones de dólares y de los cuales unos 175.000 millones corresponden a Africa. Once países (Argentina, Brasil, México, Colombia, Chile, Ecuador, Perú, Venezuela, República Dominicana, Uruguay y Bolivia), concentran, en conjunto, más del 90% del total de la deuda externa de Latinoamérica.

La banca internacional, preocupada por sus problemas y las dificultades que enfrentan sus deudores, se ha inclinado por una política de fortalecimiento de la función del Fondo Monetario Internacional. Esta entidad, marginada en parte anteriormente, vuelve a tomar un rol fiscalizador, convirtiéndose en un requisito indispensable para sanear las naciones endeudadas y restablecer la confianza en los acreedores. Esta situación implica que los mecanismos de renegociación de las deudas tengan que pasar indefectiblemente por el F.M.I., aunque las actuales condiciones políticas y sociales de la región determinen que la estrategia de ajuste tradicional del Fondo no sea viable en muchos aspectos, en este momento. En un reciente estudio de la Organización de Estados Americanos (OEA), se argumenta que es urgentemente necesario un cambio en las estrategias para el manejo de la deuda y el estudio advierte que los factores que condujeron a la crisis todavía persisten y continúan amenazando la economía de la región. El documento muestra que el producto per cápita regional correspondiente a 1984 no fue mayor que el nivel alcanzado en 1976. En ausencia de nuevos recursos, la región deberá optar entre incrementar la tasa del ahorro interno en más de un 50% (una posibilidad que la mayoría de los economistas considera imposible) o reducir la tasa de inversión en más del 45% en los años venideros. Al respecto, puntualiza que "está claro que el nivel de sacrificio exigido a la región para alcanzar, dentro del presente esquema, un ritmo de crecimiento que ni siquiera supere el incremento poblacio-

nal es de tal magnitud, que de perseverar por este camino, se pondría de manifiesto no sólo una falta de realismo sino que revelaría además, una percepción quizás incompleta de las enormes tensiones políticas y sociales que se han ido acumulando".

El consenso latinoamericano es que el duro proceso de ajuste económico que se impuso a la región durante los últimos años ha evitado un incumplimiento masivo de su deuda exterior, salvando el sistema monetario internacional de una catástrofe, pero el mismo está siendo hecho a costa de significativos daños al crecimiento futuro y a las perspectivas de desarrollo.

Los países deudores enfrentan situaciones sociales y políticas complejas. En América Latina, prevalecen condiciones de pobreza y tensión social, que comprometen la estabilidad de los países afectados y repercuten en el orden mundial. Indudablemente, la deuda externa forma parte de los conflictos de fondo existentes, creando un enfrentamiento que ha adquirido connotaciones ideológicas tales que sirven de fundamento a aquellas corrientes políticas que impulsan una ruptura entre países subdesarrollados y países industrializados, alentando la confrontación Norte-Sur. Esta situación ha favorecido propuestas radicales tales como la sustentada recientemente por Fidel Castro, quien ha exhortado a los Gobiernos latinoamericanos a realizar una huelga de deudores. Mediante este planteamiento, Castro procura explotar políticamente el tema de la deuda, dentro del contexto general de su enfrentamiento con Estados Unidos y al amparo de una situación común a los países latinoamericanos, el dirigente cubano trata de revertir una situación de aislamiento de más de dos décadas.

De todas formas, aunque el problema del endeudamiento es real y afecta de manera grave a muchas naciones del continente, es muy poco atractivo para los gobernantes demócratas aceptar esa especie de liderazgo que pretende asumir en la materia el dictador vitalicio de Cuba, máxime considerando que la economía de su país es subsidiaria de la soviética, en cuyo ámbito funciona. Castro puede mostrarse, entonces, muy generoso con las deudas de los demás porque no observa las mismas reglas de juego y en la parte que éstas le tocan, cumple sus compromisos como el que más, a pesar que proclama lo contrario. Por estas causas, las principales figuras del continente no asistieron a la reunión que se efectuó en La Habana a principios del mes de agosto del corriente año, dejando traslucir el escaso interés que despertó la iniciativa castrista, la cual, entre otras cosas, interferiría con las actividades en torno al Acuerdo o Consenso de Cartagena, que oficia como órgano básico para todas las gestiones o iniciativas relativas al colosal endeudamiento.

La estrategia de Fidel Castro encuadra perfectamente en la estrategia soviética que sustenta el denominado Nuevo Orden Económico Internacional, planteado originariamente por 1964 en el seno de la II Conferencia Cumbre del Movimiento de Países No Alineados, efectuada en El Cairo. El Comité del Movimiento de No Alineados, que en definitiva se

inscribe en la órbita del Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista Soviético, maduró la idea del Nuevo Orden en las sucesivas conferencias cumbres de Lusaka, en 1970 y Argelia, en 1973. En 1974, en las VI Sesión Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas, se aprobaron, a instancias del Movimiento, las Resoluciones 3201 y 3202, concernientes a la Declaración y Programa de Acción para el Establecimiento del Nuevo Orden Económico Internacional. Al respecto, se ha continuado tratando el tema en las conferencias cumbres del Movimiento en La Habana, en 1979; Nueva Delhi, en 1983, y en el transcurso del corriente año, en una conferencia en el marco del XII Festival Mundial de la Juventud y los Estudiantes, en Moscú, y en la reunión propiciada por Castro en La Habana en el mes de agosto.

De todas formas, el endeudamiento de los países del área presenta problemas de carácter común, lo que ha determinado que se manifiesten esfuerzos de integración a distintos niveles, procurando elaborar una estrategia conjunta regional. Dentro de este contexto, lo más destacable es la creación del Grupo de Cartagena, que reúne a los once países más endeudados de la región, el cual se ha convertido en la opción más seria para el diálogo con los acreedores.

A mediados de 1984, los 19 países latinoamericanos, con una población de 361,5 millones de habitantes, registraban una deuda externa de 326.500 millones de dólares, lo que significaba una cifra de U$S 903 per cápita.

En lo referente a Uruguay, con una población cercana a los 3 millones de habitantes, la deuda ascendía a 4.600 millones de dólares, de los cuales 3.300 correspondían a la deuda pública y 1.300 al sector privado. Estas cifras representaban U$S 1.700 per cápita y los servicios de esa deuda afectaban un 45% de las exportaciones. Esta situación determinó que los compromisos a corto plazo de la deuda externa pública no puedan cumplirse mediante los recursos normales, debiéndose renegociar la misma a través del Fondo Monetario Internacional.

El Fondo Monetario Internacional es una institución intergubernamental formada por unos 150 países, a los que corresponde aproximadamente un 80% de la producción mundial y un 90% del comercio internacional.

La economía mundial a fines del Siglo XIX y comienzos del actual, encontraba a Gran Bretaña como líder absoluta de la expansión industrial y comercial. Las inversiones inglesas en las economías de los países hoy denominados del Tercer Mundo fueron de una importante participación y estaban largamente distanciadas de las otras naciones europeas.

Es el período conocido como Esquema del "patrón oro" (regulación de la cotización de las monedas en razón del respaldo en oro que tuvieran). Tal era la influencia de Gran Bretaña en el mundo del comercio y las finanzas, que su moneda, la libra esterlina, era conjuntamente con el oro, el medio de pago usual en las transacciones internacionales.

El estallido del primer conflicto mundial comienza a marcar la declinación de la influencia inglesa y una más activa participación de

0005086

Estados Unidos como captador de las inversiones que huían de las naciones en lucha.

La crisis del año 1929 provoca el pánico en los mercados mundiales, generando el cierre de las economías. Este hecho provoca, con el tiempo, un reforzamiento económico e industrial en EE.UU. que asienta su poder competitivo en las otras áreas de neto predominio inglés.

La Segunda Guerra Mundial define claramente la supremacía de los Estados Unidos y una Europa asolada por la conflagración requiere la recomposición de sus mercados y el reacondicionamiento de sus industrias. Para que se puedan cumplir las metas, se hacía necesario "crear una organización del comercio mundial que asegurara el libre traslado de sus producciones y eliminara las barreras que se opusieran a su introducción en los mercados de colocación, exigiéndose la derogación de todo impedimento a la extracción y traslado de las materias primas y demás insumos necesarios a la consecución de aquellas producciones".

El año 1943 marca el inicio de conversaciones entre las potencias que vislumbran su triunfo en la guerra y se comienza a pensar en los instrumentos que regirán la economía y las finanzas en la cercana época de paz. De entre los varios proyectos de un nuevo orden económico y financiero, se elige, de acuerdo a su creciente preponderancia, el plan White de los Estados Unidos, y en Bretton Woods (New Hampsire, U.S.A.) en julio de 1945, 45 países celebran el acuerdo que toma esa denominación, dando nacimiento a los tres organismos internacionales: Fondo Monetario Internacional (FMI), GATT, denominado también como Junta General de Aranceles (tiene como función regular los aranceles con el fin de promover la libertad del comercio internacional), y el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF), también llamado Banco Mundial.

Desde 1973, la sede del FMI está ubicada en Washington, en la calle 19 y cuenta con unas mil oficinas que incluyen una biblioteca, un centro de computación y una oficina de comunicaciones y cables, donde trabajan en forma estable alrededor de 1.600 funcionarios internacionales calificados, procedentes de 96 países y que están asignados a las diversas dependencias en que está organizado el Fondo: a los departamentos regionales (Africa, Asia, Europa, hemisferio occidental y Medio Oriente), los departamentos funcionales (relaciones cambiarias y comerciales, jurídico, de estudios, de tesorería y finanzas públicas), los departamentos que prestan servicios a los países miembros y los departamentos de información, datos estadísticos y enlace.

Del Fondo Monetario Internacional puede ser miembro todo país que tenga dominio sobre sus relaciones exteriores y esté dispuesto a cumplir con las obligaciones prescriptas por los países miembros en su convenio constitutivo. Actualmente, son miembros todos los países industriales de economía de mercado, la mayoría de los países en desarrollo, así como también varios países de economía de planificación centralizada, de Africa, Asia y Europa (por ejemplo, Hungría y China Comunista).

Cada país miembro cuenta con un número de votos que guarda relación con el volumen de su suscripción a los recursos financieros del Fondo,

la cual a su vez corresponde, en términos generales, a su importancia relativa en la economía mundial.

El país miembro con mayor cuota, Estados Unidos, cuenta de este modo con el 19,52% del total de los votos, mientras que a cada uno de los países más pequeños les corresponde menos del 0,1%. Argentina, por ejemplo, tiene un 1,22% de votos, con una cuota de 1.113 millones de Derechos de Giros Especiales (DGE). Estos DGE fueron creados en 1970 y son activos de reserva internacional, cumpliendo la función de una unidad de cuenta que permite el manejo, dentro y fuera del Fondo, de pagos y créditos, pudiendo asimismo utilizarse para la compra de moneda extranjera, saldar operaciones, entregarse como garantía, etc.. Su valorización se determina periódicamente en base a una canasta de monedas, correspondientes a los cinco países miembros con mayor volumen de exportación de bienes y servicios. Las monedas y sus ponderaciones son: el dólar (42%), el marco (19%), el franco francés, la libra esterlina y el yen (13% c/u).

El capital del Fondo se integra mediante el aporte que realizan los países que lo integran. Es necesario el ingreso al Fondo como requisito previo para la admisión en el Banco Mundial, ya que es conocida la estrecha colaboración que existe entre organismos tales como el FMI, el GATT y el Banco de Pagos Internacionales (BPI).

El Fondo está regido por la Junta de Gobernadores, el Directorio Ejecutivo y el Director General o Director Gerente.

Cada país miembro está representado en la Junta de Gobernadores, que es la máxima autoridad, por un Gobernador (generalmente el Ministro de Economía o de Finanzas) y un Gobernador suplente. La Junta se reúne una vez al año, pero también puede votar a petición del Directorio Ejecutivo en asuntos importantes por correo o cablegrama, sin reunirse.

Cada uno de los cinco países miembros con las mayores cuotas y por lo tanto con el mayor número de votos, tiene derecho a nombrar un Director Ejecutivo, de los 22 integrantes del Directorio de la organización. Los dos países principales acreedores del Fondo, si no integran los de mayores votos, pueden también nombrar un Director Ejecutivo. Los otros 16 Directores son electos cada dos años por los otros países miembros o grupos de países miembros. El Director Gerente, que preside el Directorio Ejecutivo, es actualmente Jacques de Laroisiere, y ha sido reelecto en ese cargo por otros 5 años.

La labor cotidiana del Fondo la realiza el Directorio Ejecutivo, el cual se reúne 3 veces por semana con el Director Gerente.

Según su convenio constitutivo, el Fondo debe crear condiciones de pagos entre los países mediante un sistema cambiario ordenado y estable y un sistema multilateral que permita que el comercio internacional pueda crecer sin trabas. A través del crecimiento de este comercio, los países miembros creen poder maximizar el crecimiento de sus respectivos ingresos y de sus niveles de ocupación. El fin último o misión, es el crecimiento económico de todos los países miembros. Si uno de

ellos está en crisis y requiere de ayuda, el Fondo acude con los recursos financieros de todos los países miembros para eliminar, fundamentalmente, el desequilibrio externo y el déficit en la balanza comercial o de pago. En realidad, lo que se busca es el restablecimiento de las condiciones de estabilidad externa y por lo tanto también interna, a fin de permitir la reanudación normal de las relaciones comerciales y financieras del país en cuestión, lo que en última instancia beneficia no sólo al país, sino también a todos los demás miembros.

El país en crisis tendrá acceso a los fondos requeridos si se compromete a adoptar el programa económico que sea aceptable para los otros Gobiernos de los países miembros. Se trata, fundamentalmente, de un programa que de acuerdo a su contenido y aplicación, no acarree la imposición de restricciones financieras y comerciales que afectarían adversamente el bienestar general. En ese sentido, hay una serie de negociaciones entre las autoridades del país y las del Fondo, a fin de acordar lo que comúnmente se conoce como "Programa de Ajuste".

A través del citado Programa, el país acepta que el FMI mida regularmente, mediante supervisiones mensuales o trimestrales, su déficit fiscal, la expansión de su crédito, el endeudamiento externo y sus reservas internacionales, a efectos de comprobar si efectivamente se cumplen o no las pautas acordadas.

Lo que realmente evalúa el Fondo es si los factores que pueden haber impedido el cumplimiento del Programa estaban o no bajo el control del Gobierno. En general, se considera que todos los factores políticos que puedan representar un serio obstáculo para el desarrollo del Programa (huelgas, surgimiento de guerrillas, violencia) son factores que deben ser controlados por el Gobierno y por lo tanto no son tenidos en cuenta.

Los factores que podrían justificar ante el Fondo el no cumplimiento del Programa económico son generalmente de índole económico (disminución del precio de las exportaciones del país por razones coyunturales internacionales, etc.). En ese caso, el Fondo tiene en cuenta los argumentos y normalmente los desembolsos no son suspendidos. Aún en el caso de que la ayuda financiera fuese suspendida, el país en crisis puede seguir negociando con el Fondo nuevos Programas económicos, tantas veces como lo desee. El país puede retirarse voluntariamente del Fondo, pero el no cumplimiento de un Programa no implica, bajo ningún concepto, la expulsión de ese país a mediano o largo plazo.

Lo que el no cumplimiento del Programa de Ajuste trae aparejado, es que todo el sistema bancario internacional y las fuentes financieras gubernamentales dejen de tener credibilidad en ese país. Tanto los bancos privados como los distintos Gobiernos de los países miembros tienen en cuenta en su política crediticia hacia determinados países la situación de los mismos respecto a esa institución. Cuando el Fondo suspende la ayuda financiera a un país, los bancos privados suspenden sus créditos.

Los acuerdos de crédito contingentes (stand by), son parte de programas para la implantación de medidas correctivas. La banca financie-

ra internacional ha considerado la labor auditora que el FMI realiza para el otorgamiento de un crédito stand by y el condicionamiento de política económica que éste conlleva, como suficiente aval para la negociación con el país que accede a dicho tipo de préstamo.

En lo que se refiere a nuestro país, el Poder Ejecutivo estima que para el año 1986 el déficit general ascenderá a 30.000 millones de Nuevos Pesos, unos 300 millones de dólares y el Director de la Oficia de Planeamiento y Presupuesto declaró que "el monto global del presupuesto proyectado para el presente ejercicio alcanza los 1.100 millones de dólares, correspondientes a gastos, sueldos e inversiones". De dicho monto se destina el 55% al pago de salarios por el Gobierno central y a la Seguridad Social, mientras que un 25% será asignado al pago de los intereses de la deuda externa. Esta última cifra, unos 300 millones de dólares, ha sido muy cuestionada en diversos medios políticos, donde se manifiesta que no se ajusta, ni en lo más mínimo, a la crítica situación de nuestra economía.

Uno de los objetivos prioritarios del actual Gobierno es la reducción del déficit del sector público, que en el año 1984 significó un 5% del PBI, a lo que se debe agregar otro 5%, consecuencia del desfinanciamiento general del sector, sobre todo del Banco Central. La nueva Administración se plantea reducir el déficit total (fiscal, y quasi fiscal) al 5% del PBI para 1986, mediante una adecuada combinación del endurecimiento en materia de recaudación impositiva, del endeudamiento y de la emisión de moneda.

Al respecto, cabe señalar que la reducción del déficit del sector público es una de las condiciones que el FMI exige a los Gobiernos que intentan renegociar sus obligaciones con la banca internacional. En este aspecto, los comentarios políticos nacionales pronostican como poco probable la obtención, a través de préstamos externos, de suficientes fondos frescos que permitan hacer funcionar el controvertido plan gubernamental, debido a las condiciones restrictivas exigidas y consideran no viable el apelar a la emisión de moneda para generar nuevos recursos, si es que el Gobierno no desea una explosión inflacionaria. El propio Mensaje del Poder Ejecutivo, adjunto al Plan Presupuestal, señala que por cada punto porcentual del PBI de financiamiento monetario del déficit, la emisión crecerá en un 20%.

Recientemente, nuestro país acordó una nueva Carta de Intención con el Comité de Bancos que preside el Citibank, por medio de la cual se refinancian la mayor parte de los vencimientos entre 1985 y 1989, contrayéndose nuevos préstamos, fundamentalmente para el pago de los intereses que genera la deuda.

Como se mencionó precedentemente, la deuda externa bruta total alcanza a 4.688 millones de dólares, que incluyen 3.180 millones correspondientes al sector público. Si a esa suma se le agregan los pasivos contraídos con instituciones financieras privadas con casa matriz radicada en el exterior por adquisición de carteras a entidades bancarias en dificultades, avales otorgadas por el Banco de la República garantizando obligaciones del sector privado, Letras y Bonos de Tesorería para

financiar el déficit fiscal y otras obligaciones con residentes, los compromisos totales en moneda extranjera se acercan a los 6.000 millones de dólares.

Los vencimientos entre el pasado 1º de enero de 1985 y fines de 1989 comprenden cerca de 2.650 millones de dólares, un 90% de la deuda con la banca comercial, de los cuales se refinanciarán 2.200 millones, a 12 años de plazo y con 3 de gracia al comienzo del período con un interés que llegaría al 1.375 por sobre la tasa Libor. Es de hacer notar que nuestro país se encuentra al día en el pago de intereses y la renegociación cubre la moratoria que le había sido otorgada por los Bancos desde el pasado 1º de enero.

Según el anuncio del Gobierno efectuado meses atrás, en el llamado Año Programa Julio/85 a Junio/86 se abonarían 410 millones de dólares, por interés, los que se financiarán con un supuesto o esperado superávit de la balanza comercial por 175 millones de dólares, otros 80 millones por concepto de intereses de fondos que los bancos oficiales y privados tienen en el exterior y el resto, o sea 155 millones, con fondos frescos que aportaría la banca acreedora. Se obtendrían 120 millones de un préstamo stand by con el F.M.I., que se destinarían para "apoyar la caja y la posición de reserva" y se contaría con 95 millones de dólares que prestarían los bancos acreedores, 15 millones de un total de 30 proporcionados por Estados Unidos y un eventual préstamo del FMI por 68 millones destinados a compensar la caída de los precios de las exportaciones uruguayas en los últimos años. Asimismo, el Ministro de Economía informó sobre otros préstamos del BID y del Banco Mundial, para fines específicos, que alcanzarían los 40 millones de dólares.

De todas maneras, como surge de lo informado, nuestro país deberá, en los años inmediatos y si no surgen otros acuerdos, hacer efectivo el pago de la amortización por la cantidad que no fue incluída en la refinanciación y que oscilaría en unos 600 millones de dólares.

Argentina, por su parte, firmó un acuerdo con la banca acreedora el 27 de agosto del corriente año, por el que se refinancia un total de 14.200 millones de dólares. En el acuerdo se incluyen nuevos préstamos por 4.200 millones, de los cuales 3.700 serán destinados a cubrir el pago de intereses, alguno de ellos atrasado y los restantes 500 millones para líneas de créditos comerciales. Los 3.700 millones fueron prestados a un interés de 1.625 por sobre la tasa Libor o 1.25 sobre la Prime Rate, a elección del acreedor y a un plazo de 13 años. Los otros 500 millones tienen una tasa de 1.25 sobre la Líbor y un plazo de 4 años.

Según el mismo informe, que data de principios del corriente año, México logró renegociar con la banca internacional un acuerdo de reestructura de su deuda por 43 millones de dólares, sobre los vencimientos entre 1985 y 1990, con un plazo de 14 años y tasas de interés del 1.13 sobre la tasa Líbor. El refinanciamiento alcanza a un 43,2% del total de la deuda externa mexicana, que ronda los 98.000 millones de dólares,

e indudablemente podría ser modificado a causa del sismo que afectó a México a mediados de setiembre y que le demandará una gran suma de dinero en programas de reconstrucción urbanística, todo esto en un contexto de progresiva depresión del precio del petróleo, principal fuente de divisas para ese país.

Venezuela, asimismo, logró refinanciar con los bancos 28.500 millones de dólares, que incluyen los vencimientos ubicados entre 1983 y 1988, a un plazo de 12 años y medio y con un interés de 1.13 por sobre la Líbor.

La deuda externa boliviana se estimaba en unos 3.000 millones de dólares. Este país se declaró incapaz de atender sus pagos mientras no se reordene su economía, convirtiéndose en "Estado insolvente" desde el mes de junio de 1984.

Brasil, que posee una deuda externa de 102.000 millones de dólares, la mayor del mundo, sólo estaba pagando los intereses de la misma y recibió, en 1984, un crédito por 6.500 millones de dólares.

En un reciente discurso, su Presidente, José Sarney, manifestó claramente que Brasil no piensa pagar su deuda externa "ni con recesión ni con hambre" y de no lograrse que el FMI respalde su programa económico, podría darse el caso que Brasil convoque, entonces, a sus acreedores para reestructurar su deuda, fuera del ámbito del Fondo.

La deuda externa de Chile, que se estimaba en unos 18.000 millones de dólares, fue refinanciada recientemente en su totalidad, obteniéndose mayores plazos, 5 años de gracia y una reducción en las tasas.

Costa Rica, con una deuda estimada en los 3.500 millones de dólares, logró un acuerdo con sus acreedores y paga actualmente los intereses, comenzando a amortizar el capital a partir de 1987.

La deuda externa de Perú rondaría los 13.500 millones de dólares y es el país latinoamericano que más duramente se manifestó contra la política de ajustes del FMI. Su Presidente, Alan García, insinuó incluso la posibilidad que su país se retirase del Fondo y adelantó que solamente se destinaría hasta un 10% del producido por sus exportaciones, para el pago de la deuda externa y sus servicios.

Con referencia a la deuda externa, varios Presidentes de países latinoamericanos, expresaron su preocupación al respecto en sendas exposiciones efectuadas en el marco de la 40a. Asamblea General de la Organización de las Naciones Unidas, celebrada en Nueva York a fines de setiembre del corriente año.

El Presidente de Perú fustigó duramente al FMI y sostuvo la necesidad de afianzar las organizaciones regionales de crédito (Fondo Andino de Reservas).

El estilo de confrontación adoptado por Alan García generó una nueva preocupación, ya que las naciones que integran el Consenso de Cartagena han optado por proponer fórmulas de recapitalización de las abultadas sumas que dedican al pago de los servicios de sus deudas externas, es decir, eliminar de los debates las cuestiones irritativas, y sí, por ejemplo, como se propondrá en la próxima asamblea de los países miembros del FMI, en Seúl, potenciar el rol del Banco Mundial en la solución de las crisis del endeudamiento, lo que significaría líneas de crédito a plazos mayores y en condiciones relativamente más flexibles que las actuales. Esto equivaldría, en parte, a atenuar el poder de policía del sistema económico internacional que ostenta el FMI, en particular para los deudores que sienten como un yugo las recetas ortodoxas de ajuste que impulsa este organismo. Existe, a ese respecto, algún precedente, como por ejemplo el caso de Colombia, que decidió aplicar su propio Programa de Ajuste sorteando la instancia del Fondo, cuya asistencia dijo no necesitar y sus acreedores privados decidieron que era lo suficientemente serio como para concederle la renegociación.

A todo esto, el FMI difundió su informe anual, mediante la publicación del World Economic Outlook, en donde instó a los países en vías de desarrollo a continuar los planes de ajuste iniciados, advirtiendo sobre el proteccionismo comercial existente en el mundo, el cual estaría promoviendo, entre otros factores, el déficit fiscal de Estados Unidos, al cual se refirió como "una fuente de incertidumbre". Respecto de ese déficit, Ronald Reagan había solicitado al Congreso la aprobación necesaria para crear un fondo de estímulo para las exportaciones estadounidenses, el cual rondaría los 300 millones de dólares, presionar a través del FMI y el Banco Mundial a quienes practiquen "dumping" y conseguir que Japón abra su mercado interno a las mercaderías norteamericanas, como forma de equilibrar la deficitaria balanza comercial de Estados Unidos.

Por otra parte, EE.UU. logró que otros países industrializados de Occidente -Alemania Federal, Francia, Gran Bretaña y Japón- se sumaran al intento de corregir los desequilibrios monetarios, coincidiendo en la necesidad que el dólar continúe la marcha descendente iniciada en marzo pasado, hasta mantenerse en un punto que no perjudique las relaciones comerciales entre los países industrializados.

El informe del FMI establece, asimismo, que el reciente aumento de los casos de mora obligó a tomar medidas contra los países que incurrieron en atrasos, como Guayana y Vietnam, quienes fueron inhabilitados para utilizar los recursos generales del Fondo. Según se manifiesta, éste perdió dinero por primera vez, desde 1976/77, al cerrar con un quebranto de 30 millones de dólares contra un superávit por 73 millones en el ejercicio anterior. Se agrega que durante 1984 y en el primer cuatrimestre de 1985, 21 países miembros llegaron a acuerdos de reestructuración de las deudas externas con la banca internacional, por valor de unos 105.000 millones de dólares y que el crecimiento económico de los países industrializados fue de un 5% en 1984, el mejor visto desde 1976, expresándose que la expansión en dichos países podrá avanzar a un ritmo

menor en 1985 y en alrededor de un 3% en 1986, aún cuando el patrón de crecimiento en esos países podría ser más equilibrado.

A todo esto, entre el 8 y el 11 de octubre del corriente, está prevista la presencia simultánea de las juntas de Gobernadores del FMI y del Banco Mundial, en Seúl, Corea del Sur, donde se dialogará sobre el complejo tema del endeudamiento externo, el cual opondrá en última instancia a los denominados Grupo de los Diez y Grupo de los Veinticuatro. El primero, reúne a 11 países industrializados de Occidente, mientras que el segundo, que representa a América Latina, Asia y Africa, es al FMI, algo así como el Grupo de los 77 es a las Naciones Unidas. Este último, bajo la presidencia del Ministro de Economía argentino, Juan Vital Sourrouille, concurriría con un documento propuesta donde se solicitaría, entre otras cosas, la estabilidad de las tasas como objetivo, implementando un nuevo sistema que supere las conocidas rigideces del valor de paridad, mediante metas zonales para las tasas de cambio; la provisión de ajustes internacionales simétricos, por parte del FMI, facilitando la expansión y el crecimiento equilibrado del comercio y la economía y logrando condiciones financieras ordenadas; la asignación de 1.500 millones de DEG anuales, a efectos de promover la recuperación económica sin inflación; extender el período de repago, dado que la recesión ha tendido a acentuarse y dejar de lado el proteccionismo por parte de los países industrializados, mejorándose el acceso de los países en desarrollo a sus mercados.

El Grupo de los 10, por su parte, concurrirá con sus propios problemas, que incluyen su intento por corregir los desequilibrios monetarios y su lucha por mantener y/o abrir nuevos mercados para sus exportaciones, a los que le deben sumar los que ya existen con los países deudores.

Como si todo esto fuera poco, se agrega el deseo de aumentar el capital del Banco Mundial en varias decenas de miles de millones de dólares, a efectos de que la entidad crediticia realice una tarea más eficiente, cosa que hasta ahora cuenta con la pública oposición de EE.UU. y Alemania Federal, entre otros acreedores.

Mientras mucha expectativa ronda la próxima reunión en Seúl, un mercado secundario y semi-clandestino de papeles de la deuda del Tercer Mundo, ha venido desarrollándose desde hace 3 años entre bancos deseosos de librarse de préstamos riesgosos.

Los principales involucrados son los bancos pequeños y medianos de EE.UU. y Europa, mientras que las grandes corporaciones imposibilitadas de librarse de todos sus préstamos dudosos, se mantienen al margen o utilizan intermediarios para ocultar al máximo su participación. Medios financieros han estimado que en 1984 se efectuaron transacciones por unos 3.000 millones de dólares. Alrededor de una docena de firmas de corredores se han especializado en el género y una de ellas, la Giadefi Inc., de Nueva York, admitió haber manejado operaciones por 450 millones ese año. Según se informó, los préstamos de Bolivia cambian de manos por alrededor del 20% de su valor nominal; los de Perú, por un 50%; los de Argentina, por un 70%, y los de Venezuela por un 90%. En el caso de

Bolivia, existe más de un año de atraso en el pago de los intereses y sus préstamos fueron clasificados como "valor deteriorado" por los reguladores bancarios estadounidenses. Perú no registra tanto atraso, pero sus prestamos son afectados por el incumplimiento por parte del gobierno de Lima del acuerdo de estabilización suscrito con el FMI y por las declaraciones de su Presidente electo al respecto.

A veces sin embargo, el mercado facilita solo una "desconcentración del riesgo" y no envuelve devaluación de los préstamos. Thomas A. PARISI, vocero del Bankers Trust, dijo, por ejemplo, que ese instituto recurrió a un trueque de prestamos para reducir su exposición con Brasil, aunque no se aclaró cuales fueron los montos y qué prestamos recibió a cambio.

El mercado permite otras operaciones: si, por ejemplo, una firma multinacional desea construir una planta de 10 millones de dólares en Brasil, podría comprar deudas de ese país que sumen ese valor, pagando solamente 8 millones y luego cambiar esas deudas al Banco Central de Brasil por cruceiros equivalentes al monto de su inversión, ahorrándose dos millones de dólares.

Setiembre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 038/85

ASUNTO : INTERNACIONALES

A.- 1er. INTERNACIONAL: ASOCIACION DE TRABAJADORES

En 1864, Carlos Marx, filósofo alemán, fundó en Londres la 1ra. Internacional o Asociación de los Trabajadores.
Predominaba en ésta las ideas del manifiesto de Marx y de Engels.
La misma es el resultado de la concentración de una serie de fracciones del Socialismo, congregándose distintas corrientes ideológicas, las cuales entran en conflicto entre sí, dado que no había una idea global de mejorar las condiciones sociales, sino que se trataba de arribar a medidas concretas, en este tránsito de lo general a lo particular entran en conflicto las posturas de las distintas corrientes de pensamiento socialista.
La 1ra. Internacional fracasa, pero antes se materializa la Asociación Internacional de Trabajadores.
Los anarquistas franceses, liderados por Pierre Joseph Proudhon y los grupos anarquistas gobernados por el ruso Mikhail Bakunin no aceptaron someterse a la autoridad centralizadora de Marx.
La derrota de la Comuna de París en 1870 precipitó el fracaso de la entidad, la cual se disolvió en 1872.

B.- 2da. INTERNACIONAL : INTERNACIONAL SOCIALISTA

Posteriormente al fracaso de la 1ra. Internacional comenzaron a adquirir forma los sectores que confiaban en el camino de la conquista pacífica del poder político a través de las elecciones.
Los Partidos Social Demócratas son formados en toda Europa y en agosto de 1889 sus representantes reunidos en París fundaron la 2da. Internacional. Friedrich Engels se encuentra entre sus fundadores.
Los integrantes de ésta llegaron a ejercer considerable influencia en los Parlamentos de varios países de Europa e inclusive repartir el poder con otros partidos de la derecha.
La eclosión de la 1ra. Guerra Mundial provocó la división entre los sectores más próximos al marxismo, que pregonaban la conversión del conflicto en revolución y los partidos que consideraban necesario

9005087

apoyar el esfuerzo de guerra de gobierno de sus países.
Así la 2da. Internacional llegó a su fin, después de obtener innegables triunfos, la mejora de las condiciones de vida y de trabajo de los obreros y en el plano político, el sufragio universal en casi todos los países de Europa.
En 1923 los socialistas, contrarios a la dictadura del proletariado y a otros principios defendidos por Lenin reorganizaron la 2da. Internacional, conocida actualmente por la Internacional Socialista.
En 1945, los partidos Social-Demócratas restablecieron la 2da. Internacional con sede en Amsterdam, abandonando tácitamente el marxismo.
Esta Internacional no es homogénea, está integrada por partidos de diversas tendencias, pero que defienden el concepto genérico de un socialismo democrático que garantiza la justicia social.
Entre los partidos que integran la 2da. Internacional se encuentran partidos de tendencia moderada y en algunos casos hasta conservadora, otros son más de izquierda e inclusive no abandonan elementos del marxismo.
No obstante, tal vez esta diversidad sea la gran fuerza de la Internacional Socialista y la causa de su influencia en el mundo. Esta resistió la 2da. Guerra Mundial (1939-1945) dada su consolidación resurgiendo fortalecida en el Congreso de Frankfurt en 1951.
Cuando ésta fue reconstruida suministró algunos principios y declaraciones, no obstante, marcados por las condiciones objetivas que reinaban en aquella época.
La Internacional Socialista fue creada en la época de 1ra. Guerra Mundial como desafío a la adversidad del comunismo y esto no ha cambiado aún. La negativa en aceptar dictaduras se refiere expresamente también a dictaduras en países comunistas.
Es la mayor y más antigua de las organizaciones de partidos políticos y sus miembros suman en todo el mundo un total de 16 millones de afiliados.
Está basada en los ideales del socialismo democrático, expresados en la Declaración de Principios formulada en Frankfurt en 1951 y revisada en Oslo en 1962.
La Internacional Socialista tiende a promover la justicia entre las

naciones y en cada una en particular, además de combatir todas las formas de opresión.

En su constitución, agrupa a partidos europeos que mantienen un control significativo de la organización; no obstante,cuando la Social Democracia logra llegar al poder en países europeos, entiende que es fundamental el control de las economías nacionales y la necesidad de lograr nuevos mercados, de allí que amplía sus horizontes hacia América Latina, Asia y Africa.

A partir de esto, entra en vinculación con antiguos partidos socialistas del continente latinoamericano y con sus fuerzas vivas, a través de encuentros, conferencias, contactos con dirigentes de partidos afines, financiamiento, seminarios de formación de cuadros, organizaciones de estructuras políticas y el mismo combate de guerrilla, por ejemplo: Nicaragua.

La Internacional Socialista ejerce en América Latina su mayor influencia a través de la fundación Frederich Hebert y el CEDAL (Centro de Estudios Democráticos de América Latina)situado en Costa Rica.

1.- Congresos realizados por la Internacional Socialista

a.- Noviembre/78 - VANCOUVER (CANADA)

Durante éste se adoptaron importantes resoluciones en cuanto a América Latina.

Ante la inminencia de las elecciones previstas en Brasil y Bolivia se lanzó una propuesta a los partidos intervinientes de realizar importantes inversiones económicas procedentes de Suecia y de Alemania Federal, países estos que mantienen una lucha de influencias por el liderazgo en América Latina.

Cabe destacar que Alemania Federal aparece como la fuerza más dominante gracias a su importante colaboración dentro del presupuesto de la Internacional Socialista (60%).

La ayuda económica se concretaría para aquellos partidos políticos que adhieran a dicha tendencia internacional en caso de salir electos en sus respectivos países. La Internacional Socialista lograría de esta manera el control de las economías locales y la apertura de nuevos mercados.

De este Congreso se desprende que en América Latina, la Internacional Socialista piensa dominar e influir en los siguientes partidos:

Acción Democrática (Venezuela), Liberación Nacional (Costa Rica), APRA (Perú), EMR (Bolivia), Trabalhistas (Brasil), Sectôr Colorado Batllista (Uruguay), Socialistas (Uruguay), Partido Socialista (Chile), Partido Socialista (Argentina), Partido Febrerista (Paraguay) Partido Revolucionario (Rep. Dominicana).

Para esta operación la Internacional Socialista ha previsto la instalación de tres centrales comandadas desde París, bajo el nombre de Bureau Latin American de la Internacional Socialista, las cuales funcionarán en Caracas, Bogotá y Lima.

En relación con nuestro país, la Internacional Socialista observó como principal mal la debilidad orgánica de los partidos de la oposición. Además de haberse realizado esta propuesta en América Latina, la misma se hizo efectiva en países de Africa y de Asia.

En Africa la Internacional Socialista se ha implementado en Kenya y en Senegal.

b.- MAYO/80 - SANTO DOMINGO

En esta ciudad se llevó a cabo la primera conferencia regional de la Internacional para América Latina y El Caribe; uno de los principales temas tratados fue la situación en el Uruguay y en El Caribe.

Durante la realización de la misma se adoptaron determinadas resoluciones referente a Uruguay, como ser: condena categórica a la dictadura uruguaya, manifestación de solidaridad con la lucha que ha apoyado fuerzas antidictatoriales, incitar a los partidos de la Internacional Socialista y a todos los movimientos y organizaciones de carácter democrático y progresista a redoblar los esfuerzos para lograr la libertad del Gral. Seregni y de todos los presos políticos.

Con respecto a Nicaragua, se denunció la campaña calumniosa contra la revolución nicaragüense, apoyando al Frente Sandinista de Liberación Nacional y a la Junta Nicaragüense de Reconstrucción Nacional, en su lucha por la dignidad y el bienestar del pueblo de Nicaragua.

c.- SETIEMBRE/80 - VENEZUELA

Se llevó a cabo la reunión del Comité Latinoamericano de la Internacional Socialista en la cual participaron delegados de los partidos socialistas: chilenos, guatemaltecos, venezolanos, argentinos, salvadoreños, nicaragüenses, etc.

Durante la reunión se suscribió un comunicado referente a Uruguay, el cual denuncia el proyecto de plebiscito constitucional para el 30/NOV/80 como farsa para hacer perdurar la dictadura, apoyando la decisión de la oposición para rechazar el acto; también respalda la acción de la C.D.U., resolviendo designar una comisión interna del comité latinoamericano de la Internacional Socialista, para vigilar el proceso del plebiscito y coordinar con el C.D.U. las acciones del Comité de Solidaridad con el pueblo uruguayo.
La comisión de referencia estuvo integrada por: Daniel Oduber (Costa Rica), Anselmo Sule (Chile), Michael Manley (Jamaica), Francisco Peña Gómez (Presidente del Comité Latinoamericano de la Internacional Socialista).

d.- FEBRERO/81 - PANAMA

Durante el mismo se respaldó la propuesta de la C.D.U. referente a la exhortación de la búsqueda de una solución democrática y pluralista que permita el reencuentro de todos los uruguayos, restablecimiento de la libertad y en especial la de Seregni, levantamiento de las proscripciones políticas, retorno de exiliados y convocatoria a una Asamblea Constituyente y otra forma idónea que implique la participación protagónica del pueblo uruguayo.

e.- SETIEMBRE/83 - RIO DE JANEIRO

Durante la reunión se destacaron diversos temas relacionados con El Salvador, Nicaragua, Honduras, Costa Rica y Panamá .

f.- OCTUBRE/84 - RIO DE JANEIRO

Durante la reunión realizada en Río de Janeiro, del Comité de la Internacional Socialista para América Latina y El Caribe, participaron más de 200 representantes de 60 países afiliados. El gobernador Leonel Brizola fue el anfitrión de la reunión, la cual fue presidida por el ex canciller alemán Willy Brandt.
Los temas tratados fueron: la situación de América Central y la crisis originada por endeudamiento de los países en vías de desarrollo.
Esta reunión aparece como un capítulo más en el impulso de la organización multinacional. por incrementar su influencia en América Latina.
La Internacional Socialista en su proceso de avance en la región in

corporó en los últimos años no sólo a partidos estrictamente socialistas sino también a organizaciones políticas con características democráticas y populares.

El documento elaborado por esta reunión fue calificado por dirigentes de la Internacional como de absoluto éxito, a pesar de que en algunos aspectos de la declaración sólo reafirma apoyos, solidaridad y cuestionamiento (Malvinas, Deuda Externa, Procesos Democráticos).

Según observadores,el tema más trascendente es el de Centroamérica., Respecto a el Salvador ,la postura más controvertida fue el respaldo a su partido miembro, teniendo en cuenta la posición planteada recientemente por algunos miembros de la Internacional, a nivel latinoamericano, que brindaron su apoyo a Napoleón Duarte. En cuanto a Nicaragua, puede decirse que el punto más trascendente es el fracaso de las negociaciones, entre el Frente Sandinista y la Coordinadora Democrática Nicaragüense.

La Internacional Socialista toma nota positiva de los enfoques consignados en el consenso de Cartagena y en la reunión de Ministros de Relaciones Exteriores y de Finanzas celebrada en Mar del Plata.

Tal como se insta en el acuerdo de Mar del Plata es importante que amplias consultas a alto nivel gubernamental, entre deudores y acreedores tengan lugar durante 1985, con la finalidad de buscar soluciones adecuadas y permanentes para la globalidad de los problemas relacionados con el endeudamiento externo dentro del espíritu establecido en el consenso de Cartagena.

La Internacional establecerá un comité que examine de manera expedita y con profundidad los elementos de solución específica y global que tendrían que estar presentes en el diálogo a nivel de gobiernos.

Este comité informaría sus recomendaciones y conclusiones a la conferencia de líderes de partidos en Bruselas en ABR/85.

La reunión sirvió para iniciar un debate sobre la naturaleza del socialismo democrático y sus posibilidades político partidarias en el continente.

Representa esta reunión un hito histórico, ya que por primera vez se realiza en el continente americano, cumpliendo una resolución del 13°Congreso de la Internacional, realizado en Ginebra en 1976, cuando Billy Brandt asumió la presidencia de la misma, resolviendo que la

-9005087

Internacional debía salir del tradicional enclave europeo.
Existen múltiples razones para sacar a la Internacional de su ghetto europeo Fue importante la caída de las dictaduras en Portugal, Grecia y España, en donde existen fuertes partidos ligados a las ideas de la Internacional Socialista; Esta mediterranización la colocó en contacto directo con los países más pobres de Europa. Es natural que el Partido Socialista portugués o el PSOE (España) jugasen un papel relevante en las relaciones establecidas con América Latina.
La izquierda, admiradora de los modelos y de las teorías socialistas totalitarias, ve a esta presencia como el brazo disfrazado del imperialismo . Sin embargo hay fuerzas de izquierda que solicitan la presencia de la Internacional Socialista.

g.- MAYO/85 - ARGENTINA

Dirigentes de más de 30 partidos, se reunieron en el Centro Cultural San Martín, donde analizaron un temario que incluyó: la paz en Centroamérica, situación económica de América Latina y Mundial y los procesos de democratización en América del Sur.
La reunión fue presidida por el titular de la entidad José Peña Gómez (Partido Revolucionario Dominicano) secundado por los Vice Presidentes Guillermo Ungo y Anselmo Sule del Partido Radical de Chile. El Presidente argentino clausuró la reunión del Comité de la Internacional para América Latina y El Caribe después de dos días de deliberación.

C.- 3era. INTERNACIONAL - INTERNACIONAL COMUNISTA

Bajo la influencia del líder bolchevique ruso Lenin -que encabezó la revolución de 1917- fue fundada en Moscú la 3ra. Internacional en 1919. Surgió a impulso de los dirigentes rusos y no estaba de acuerdo con los postulados de la 2da. Internacional.
Según ésta, la URSS sería la base del comunismo mundial y había por lo tanto que fortalecerla. Después de tener segura esa base territorial se debería expandir por el resto del mundo.
La propuesta inicial fue crear problemas en los países enemigos de la URSS.
Después de la revolución rusa hubieronpaíses que eran enemigos de que se extendiera la nueva forma de pensamiento.
Los centros capitalistas en ese momento eran Estados Unidos y Europa, por lo tanto había que destrozar la estructura misma del capitalismo

9005087

para evitar la contrarrevolución que estos apoyaban.
La consigna fue por lo tanto crear problemas en esos países sin dejar libradas al azar las acciones en cada uno de ellos. Esto no resultó tal cual lo preveía el COMINTERN (Internacional Comunista): los partidos que recurrían a la 3era. Internacional recelaban de la URSS, fundamentalmente los socialistas alemanes, puesto que pensaban que todo iba a ser dominado por el COMINTERN y la URSS, fracasando así el primer intento de la revolución en varios países.
Todo partido para pertenecer a la 3era. Internacional tiene el deber de denunciar el "socialpacifismo", demostrar sistemáticamente a los trabajadores que sin la destrucción revolucionaria del capitalismo ninguna organización podrá salvar a la humanidad.
En lo que tiene que ver con la acción sindical, existía a nivel mundial y fruto del COMINTERN, la Internacional Sindical Roja, actualmente Federación Sindical Mundial.
Es de destacar que al principio, después de la 3era. Internacional, los aparatos que creaba COMINTERN hacían referencia directa al comunismo, no tenían ningun miedo de presentarse como comunistas o como dependientes del comunismo.
En el año 1943 se disuelve el COMINTERN y se disuelve la Internacional Sindical Roja, hecho producido porque la URSS necesita en ese momento el apoyo total de los aliados y tenía que demostrar su "buena fe" y tanto uno como otro significaban una amenaza porque saltaba a la vista que con esos organismos lo que pretendía la URSS era repartir la subversión por el mundo.
Se crea coincidentemente la Federación Sindical Mundial, la Federación Democrática Internacional de las Mujeres, todos organismos de fachada que demuestran la nueva táctica de no hacer referencia directa a la dependencia del comunismo internacional o de la URSS.
Después de la guerra, la URSS consigue afirmar su defensa territorial contando incluso con el aval de los aliados para sus anexiones territoriales.
Estados Unidos no obstante, observa que tiene necesidad de crear una estrategia de contención de la URSS, para mantenerla dentro de los límites alcanzados.
Esto le da la posibilidad de lanzar la revolución mundial, cambiando

los acuerdos bilaterales entre los PC y los PCUS.
Lenín decía que la dictadura del proletariado tenía que ejercer el mismo efecto que la actual clase dominante ha ejercido sobre el proletariado, el cual tenía que pasar a ser la clase dominante además de destruir a la clase que lo había dominado y a todo aquello que ésta sustentaba. Comenzaron en este momento las divergencias entre las formas de llegar al poder: la vía pacífica o la vía democrática. URSS sostenía que había que aprovechar el montaje de los PC de los distintos países del mundo y a favor de la permisividad de la democracia hacer conquistas en el poder. Por otro lado la línea de la lucha armada, fundamentalmente liderada por China, los acusaba de revisionistas porque Marx y Lenin decían que había que hacer la revolución y la vía pacífica no podía existir, salvo en casos muy particulares.

Acusaban a la URSS y preconizaban una revolución popular, una revolución armada y realizada por el pueblo, a diferencia de URSS que quería una revolución pacífica liderada por la élite del Partido Comunista. Estas son las dos ponencias, las dos grandes divergencias del comunismo internacional.

D.- 4ta. INTERNACIONAL - INTERNACIONAL TROTSKISTA

En el año 1938, en la URSS, el disidente Trotsky -más tarde asesinado en su exilio en México- intentó formar la 4ta. Internacional. En setiembre de 1979, el Comité de la Organización para la Reconstrucción de la IV Internacional, dirigido por el ideólógo francés,Pierre Lambert y la fracción bolchevique dirigida por el ideólogo argentino, Hugo Bresano, organizaron en común una escisión dentro de la misma, formando un Comité Paritario para preparar una Conferencia Mundial Abierta.

En diciembre de 1980 el Comité de referencia celebró una conferencia de fundación de un nuevo "Centro Internacional del Comité Internacional de IV Internacional".

En noviembre de 1981 se consumó una nueva escisión, las fracciones surgidas de la dislocación del Comité Internacional, emprendieron de nuevo su reorganización. Las antiguas organizaciones, agrupadas en su mayoría en el Comité de Organización para la reconstrucción de la IV Internacional, se reunieron en diciembre de 1981. Entre los 28 países representados oficialmente, dos organizaciones se destacan como las más significativas: el Partido Comunista Internacional (PCI) y la

9005087

Organización Socialista Internacional (OSI) de Brasil. Este agrupamiento ha adoptado el nombre de Centro Internacional de Reconstrucción de la IV Internacional (CISI).

Por su parte, antiguas organizaciones agrupadas en la fracción bolchevique, celebraron su reunión en enero de 1982, donde se fundó un nuevo Centro Internacional, que ha adoptado el nombre de Liga Internacional de los trabajadores (LIT). Las dos secciones más representativas de este agrupamiento son el Partido Socialista de los Trabajadores (PST) argentino y la Convergencia Socialista de Brasil.

Como ocurre en todo proceso de cambio, se produjo el rompimiento del Comité Internacional, lo cual generó rupturas específicas a escala nacional en varios países.

Actualmente, el movimiento trotskista mundial se encuentra dividido en dos organizaciones, fundamentalmente una de ellas es la Liga Internacional de los Trabajadores y la otra es el Secretariado Unificado de la IV Internacional.

Actualmente, en el Secretariado Unificado se está desarrollando una crisis que deberá desembocar en una ruptura definitiva. El Secretariado Unificado, en realidad, se encuentra dividido en dos fracciones, una de ellas dirigida por el dirigente internacional, Ernest Mandel y la otra encabezada por el Partido Socialista de los Trabajadores de Estados Unidos (SWP).

En 1979, la fracción del PST y la de Mandel se unificaron para enfrentar la fracción bolchevique de la IV Internacional de Moreno.

19005087

Montevideo, 27 de setiembre de 1985

M E M O R A N D U M Nº 039/85

1037

ACTIVIDADES DE LA IV INTERNACIONAL Y LOS GRUPOS COMBATE: URUGUAY, BRASIL Y ARGENTINA

1.- ANTECEDENTES HISTORICOS

Después de la realización de Xº Congreso del Secretariado Unificado (S.U.) de la IV Internacional, en 1974 en Europa, Suecia pasó a funcionar como uno de los principales "polos de irradiación" del pensamiento ideológico del S.U., al lado de Francia y de Bélgica (Bruselas), donde se localiza una especie de Comité Permanente dirigido por el propio Ernest MANDEL.

Como consecuencia de la presión ejercida por los gobiernos latinoamericanos, básicamente los de Brasil, Chile, Argentina y Uruguay, subversivos y terroristas militantes de organizaciones de izquierda originarios de esos países, en los últimos años buscaron abrigo en Europa, incluyéndose en este caso Suecia.

Estos elementos en su mayoría estaban desorganizados. El S.U., a través de su sección Suecia, buscó darles una especie de unidad tratando de atraerlos para sus filas, con vistas a una actuación futura coordinada a nivel internacional y bajo su inspiración ideológica, cuando regresasen a sus países de origen. En una primera etapa, el S.U. intentó organizar a los de tendencia trotskista, oriundos de las diferentes organizaciones. Había corrientes trotskista, por ejemplo en el ERP de Argentina, en el MLN-T de Uruguay, en el MIR de Chile, y en el POC (Partido Obrero de Combate) -posteriormente POC/Combate de Brasil que a partir de 1974, fue reconocido como organización simpatizante y hoy sería la base del NUCLEO COMBATE BRASILERO-.

2.- INTEGRACION DE GRUPOS COMBATE

Después de esos trabajos de concientización y organización, bajo la égida del S.U., fueron subdivididos en los llamados Núcleos Combate, de acuerdo con sus orígenes. Así surgieron: el Núcleo Combate Brasileño NCB, el Núcleo Combate Argentino, el Núcleo Combate Uruguayo, etc.

Cabe aquí resaltar que el pensamiento del S.U., en su versión original, preconiza el establecimiento de "repúblicas a nivel". Lo que se lo-

9005088

01-09

graría a través de una revolución universal y de la acción de un solo partido que sería el propio Secretariado Unificado.

Estos núcleos, según se ha podido saber, han regresado a los países donde ya existe espacio político para trabajos organizados, dentro de la disciplina del SU.

En lo que respecta a Brasil, se viene procurando integrar a todos los movimientos de masas que existen en el país. Así participan activamente de la organización del Partido de los Trabajadores-PT, intentando sacar partido del movimiento huelguista ABC y utilizando como portavoz de sus ideas entre otros, al semanario "EN TIEMPO". La mayor actividad desplegada en este sentido se lleva a cabo en los sindicatos de Profesores y de Metalúrgicos.

La organización de esos Núcleos demoró algún tiempo para ser concretada. Además de eso estaba en el interés sueco, sección sueca del S.U., de que los militantes sólo regresaran cuando hubiesen condiciones y espacio político suficiente de maniobra en sus respectivos países, como es el caso de Brasil actualmente.

En Europa hay indicios de estrechas relaciones entre los Núcleos Combate y las Brigadas Rojas de Italia, dentro de las cuales existirían grupos trotskistas.

Cabe destacar, que los Núcleos Combate, aún cuando existen desde 1975, pasaron a actuar efectivamente a partir de 1978.

Forman parte de los grupos de "COMBATE" las siguientes organizaciones con representación en la IV Internacional, junto al S.U. de la misma:

-Comité Uruguayo Estocolmo.

-Grupo de Apoyo al M.L.N.

-Liga Comunista Sueca.

-Comité Colombiano de Suecia.

-Partido Socialista Chileno.

-Coordinadora Nacional de Regionales.

-Grupo Combate Latinoamericano.

-Liga Comunista Chilena.

-Núcelo Uruguayo Combate.

-Juventud Radical Revolucionaria de Chile.

-P.O.C. (Partido Obrero de Combate) de Brasil.

-Movimiento Popular Dominicano.

-M.I.R. (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) de Chile.

-P.R.T.-E.R.P. Argentino.

-Liga Socialista Revolucionaria de Argentina.

9005088

3.- REUNIONES Y DISPOSICIONES ADOPTADAS

La primer reunión de la que se tiene conocimiento se efectúa en julio de 1978 en Bogotá, a la misma concurrieron 25 delegados de países latinoamericanos y de Europa, asistiendo por Uruguay, José Edward SERRA, de quién se ha podido saber que ha sido recibido en Libia por KADAFI, y que ha permanecido en ese país por espacio aproximado de un mes.

Una de las decisiones allí adoptadas es que el socialismo utilice a la fracción bolchevique para introducirse en los Partidos tradicionales de los países de interés y así acceder al poder. La otra decisión tomada en el referido Congreso, fue la de que todos sus cuadros en América Latina, abandonen el campo y se dediquen exclusivamente al trabajo en el medio industrial, en las comunicaciones y en el sector del profesorado, tal como se ha dado ya en Brasil.

En octubre de 1981, se habría llevado a cabo otra reunión entre grupos y partidos integrantes de la IV Internacional, pertenecientes a América Latina, llegando a la conclusión de que el trotskismo está alcanzando características de corriente en América Latina y que el mismo deberá actuar a través de la infiltración del movimiento obrero en Colombia, Perú, México y Brasil.

Posteriormente se realizó en París un acuerdo entre esta organización y la J.C.R. para que la IV Internacional integre sus fuerzas donde existan condiciones de combate armado como en El Salvador, a través de grupos de Combate en Argentina y Perú o realizando propaganda como en el caso de Chile y Colombia.

En julio de 1981, el Comité Ejecutivo de la IV Internacional realizó en Parí una reunión durante la cual se propone la concentración de las fuerzas de la IV Internacional en las filas de la clase operaria industrial.

4.- NUCLEO URUGUAYO DEL GRUPO COMBATE

a.- Organización

El mismo es una "organización" de militantes marxistas revolucionacios uruguayos, de orientación trotskista en el exilio, -Suecia- que trabaja en el Grupo Combate alrededor de las tareas del periódico "Combate". El mismo cuenta con un órgano de prensa denominado "Revolución Socialista" y tiene su sede en Bokhandel Roda Rummet (Rinkeby) BOX 5103 16305 SPANGA 5.

▶9005088

b.- Periódico Combate

Hace su aparición en Febrero de 1974. Se asigna el rol de aglutinador, agitador y organizador de los uruguayos en el exilio, reivindicándose el hecho de lograr el reagrupamiento de militantes en base a una clara definición ideológica y política: marxista-revolucionaria.

La redacción del periódico "COMBATE" está integrada por:

Director:	Hernik JAUBELL
Redactor Responsable;	Pablo ROJAS
Secretario de Redacción:	Raúl MOLINA
Administración:	Roberto RIOS
Técnica:	Gonzalo VALLE
Información:	Clara FERREIRA *
	Alberto ISLAS *
	Lasse PALMGREN

*Estos son autores de una serie de artículos titulados "APUNTES PARA UNA HISTORIA DEL M.L.N.(T).

c.- Revolución Socialista

Es el periódico del Núcleo Uruguayo del Grupo Combate, cuyo objetivo es analizar la situación uruguaya, la evolución de las luchas en el país y las propuestas para la solidaridad en el exilio.

Se define como vocero de la lucha antiditactorial e inscribe la misma en el marco de la lucha anticapitalista y antiimperialista. Se encuadra en la corriente marxista revolucionaria, definiéndose en favor del programa de la IV Internacional, comprende no sólo los términos nacionales del enfrentamiento de clases, sino también la necesidad de que los revolucionarios trabajen en dirección a construir una Internacional Revolucionaria de Masas, cuyo embrión se encuentra hoy día en la IV Internacional.

El grupo orienta su actuación hacia un trabajo a largo plazo que incluye la lucha por el reagrupamiento de la militancia marxista revolucionaria uruguaya en el exilio. Cabe destacar que el grupo no es una organización del interior, o sea que, no está en el país como tal, ni tampoco es una organización del pasado en nuestro país; es un nucleamiento nuevo formado en el exilio por los anteriormente mencionados.

Se organiza en base a los principios, programas y política marxista revolucionaria, bajo las directivas de la IV Internacional.

Concentra y concreta sus esfuerzos en dirección al apuntalamiento, sos

▶9005088

tén y reforzamiento de la organización marxista revolucionaria en Uruguay, con vistas a intervenir en un futuro en forma pública con su prensa y actividad en el seno de la clase obrera y demás "sectores explotados".

Es dable destacar que la tarea ha comenzado en Suecia, nucleando a otros militantes marxistas revolucionarios latinoamericanos que también están en el exilio en ese país, siendo el objetivo final, regresar a sus respectivos países cuando las condiciones estén dadas para llevar a cabo la "revolución".

d.- Estrategia del Grupo Uruguayo

- En Uruguay la verdadera revolución tendrá un carácter agrario, antiimperialista y anticapitalista, pues para dar solución a los problemas que enfrentan las masas, debe resolverse el problema agrario y romper con el imperialismo. De modo que la revolución debe ser simultáneamente agraria, antiimperialista y anticapitalista (básicamente anti-americana, pero también anti-europea).

- Las tareas tradicionales de la revolución democrática serán llevadas a cabo por el proletariado, campesinos, intelectuales, estudiantes, capas pequeño burguesas y masas urbanas, conocidas como "marginales", conducidas por el partido proletario, donde la revolución democrática devenga en revolución socialista, a través de un proceso de revolución permanente.

En el marco de la revolución se procederá a la expropiación de las industrias, bancos, comercios mayoristas y la nacionalización del comercio exterior.

- Se hace necesaria la destrucción del aparato estatal de dominación, las Fuerzas Armadas y el establecimiento en lugar de un Estado Obrero de la dictadura del proletariado, encabezada por un gobierno obrero, basado en los Consejos (Soviets) de obreros, campesinos y sectores explotados. Necesariamente el triunfo de los "explotados" y la imposición de su propio gobierno,se dirimirá en forma violenta, a través de la guerra de clases llevadas a su máxima expresión: los choques armados bajo la forma de insurrección generalizada de la población explotada que reduzca a las Fuerzas Armadas por la violencia, así como el aparato armado burgués y el aparato general de coerción.

De modo que para que efectivamente se realice la revolución agraria y se abra un proceso de revolución socialista, no existe posibilidad alguna de transición pacífica que reduzca sin lucha frontal y violenta al ene

migo.

La estrategia revolucionaria para Uruguay, estará basada en la movilización de masas y el combate intransigente de los explotados, dirigidos por la clase obrera que hará uso de la Huelga General Nacional por tiempo indeterminado, con ocupación de los lugares de trabajo, como paso previo al estallido de un proceso insurreccional de lucha por el poder y de enfrentamiento militar con el aparato represivo del Estado, basándose para ello en el armamento de las masas en lucha, a partir de la organización de destacamentos armados.

- La tarea central está dirigida al logro de la reorganización del movimiento obrero, para lo cual es necesaria la unión en un Frente Unico Proletario de todos los Partidos, organizaciones y grupos clasistas; no obstante es imprescindible la independencia política de la clase obrera, la cual no debe trabar ningún tipo de alianza con la burguesía, sus caudillos, alianzas, partidos o sectores, "en la medida que los problemas no se terminan con el desplezamiento de la dictadura militar, pues ellos solo podrán tener cumplimiento acabando con la dictadura de la clase capitalista".

e.- Postulados del Grupo Uruguayo Combate

- En esta situación el grupo lucha y vuelca sus esfuerzos en pos de los siguientes postulados:

-Apoyo incondicional a la reorganización del movimiento obrero.

-Apoyo incondicional a toda expresión de lucha independiente de la clase obrera en el camino y reforzamiento de su independencia política y orgánica.

-Que la lucha de la clase obrera y el pueblo trabajador, por la reconquista de sus derechos democráticos avasallados, está intimamente ligada al combate por el logro de sus propias reivindicaciones y en defensa de sus intereses históricos.

-Que para los trabajadores la lucha contra cualquier tipo de dictadura que no sea la del proletariado, forma parte y está indisolublemente ligada al combate contra la dictadura de clase del capital, es decir, que el logro del derribamiento de la "dictadura" debe abrir paso al reforzamiento del combate anticapitalista, contra el sistema como tal en su conjunto y contra todas las variantes políticas de la

patronal burguesa.

-Que en esa dirección la clase obrera irá reforzando sus organizaciones para continuar en cualquier circunstancia y bajo todo recambio o régimen, incluso transitorio que se de a la caída de la dictadura capitalista, la lucha por el cumplimiento de sus objetivos históricos. De allí que la clase obrera debe orientar su lucha por un programa obrero de soluciones a la crisis, solo posible de ser llevada adelante por un gobierno basado en los Consejos.

-Que para sostener, estimular y concretar lo más rápidamente posible, tanto la reorganización del movimiento obrero, como el relanzamiento de sus luchas a niveles más amplios, es necesario que todas las fuerzas y organizaciones del movimiento obrero, unan sus esfuerzos en la construcción de un Frente Unico Proletario, capaz de reunir tras de sí al conjunto de explotados del país.

-Que para impulsar la lucha por el Frente Unico Proletario, es necesario que los sectores revolucionarios del movimiento obrero avance en la unidad de sus esfuerzos multiplicando su unidad de acción en todos los terrenos.

-Que para luchar por el Frente Unico Proletario, es necesario conformar una unión de todos los sectores y militantes socialistas revolucionarios y de todos aquellos dispuestos a luchar consecuentemente por la revolución socialista en el Uruguay.

-En ese marco se estima necesario que además de fortalecerse la solidaridad en todas sus expresiones organizadas, la militancia revolucionaria brinde todo su apoyo al trabajo y lucha de la llamada Tendencia Combativa de la C.N.T. en el exterior, como la expresión más significativa del clasismo en el terreno sindical.

5.- ACTIVIDADES EN EL URUGUAY

La IV Internacional instaló en Montevideo un Centro de Operaciones para el Cono Sur, dirigido desde Brasil por los dirigentes trotskistas: Joao MACHADO, José LEITE y Julio TABARES.

El representante de la Internacional en nuestro país es Aldo GILI y sus asesores serían Juan ROBLES, Mariana RAMOS y Jorge VEDIA.

Es de destacar que para fines del corriente año, es esperada en Uruguay la visita del máximo ideólogo de la IV Internacional, Ernest MANDEL.

6.- OBJETIVO FINAL

El objetivo de la IV Internacional en Uruguay es aglutinar a las co-

90050 88

rrientes revolucionarias existentes, para hacerlas confluir en la lucha de clases y en la revolución socialista.

Por su parte, el objetivo final del Grupo Combate, es la toma del poder a través de la destrucción violenta de todo orden social existente mediante la imposición de un nuevo orden basado en los Consejos de Obreros y sostenido por la fuerza militar de la población explotada, a través del armamento general de los trabajadores y su organización en militancias obreras.

El medio para lograr ese objetivo sería la unificación de todos los elementos marxistas revolucionarios uruguayos en el Partido Revolucionario del Proletariado en el país.

6.- OBJETIVO INTERMEDIO

Es intensión de la Convergencia Socialista de Brasil, en el Uruguay, alcanzar los siguientes objetivos:

-Montar una fuerte base en Montevideo.

-Instalar una imprenta.

-Encarar la formación de una escuela de cuadros.

ANEXO "ALFA"

En base a lo anteriormente expuesto se requiere la siguiente información:

1.- Nombre de los exiliados que integran el Núcleo Uruguayo del Grupo Combate.

2.- Países a los que los referidos elementos habrían viajado.

3.- Que actividades podrían desarrollar al regresar al país?

4.- Medios de supervivencia de la organización.

5.- Autoridades actuales de la misma y forma de comunicación con los elementos que ya se encuentran en nuestro país.

6.- Poder de organización, reclutamiento, convencimiento o captación de los elementos subversivos uruguayos.

7.- Donde recibieron entrenamiento militar y de que tipo fue la misma?

8.- Capacidad de movilización de masas.

9.- Como plantearían la lucha:

a.- Mediante infiltración de masas?

b.- Mediante influencia en gobiernos amigos?

c.- Utilizando su influencia en los mercados con los cuales trabajo nuestro país?

10.- objetivos a corto plazo dentro de Uruguay y áreas de influencia.

11.- Reales posibilidades de crecimiento y/o supervivencia del Grupo en Suecia.

12.- Si el Grupo está en condiciones de llevar a cabo lucha armada.

13.- Forma de financiamiento exterior o interior.

14.- Ratificación o rectificación de la siguiente Casilla de Correos:

BOKHANDEL. RODA RUMMET (RINKEBY) (NUCLEO U) BOX 5103 16305 SPANGA 5 SWEEDEN.

JOSÉ ó alguien más la fotocopia para enboca Sdo Tedesco

9005088

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

30/SET/85

MEMORANDUM Nº 40/85

ASUNTO: APRECIACION DE SITUACION REGIONAL

INTRODUCCION

Los problemas políticos, económicos, sociales y militares de América, son reflejo del enfrentamiento general de dos sistemas económicos diferentes que se identifican con el Este y el Oeste. El hecho de que no sea rentable para nadie un enfrentamiento militar, determina que los campos de lucha se den en todos los ámbitos, incluso el ideológico.

El Este, liderado por la URSS, estableció como estrategia el aislamiento de los centros industrializados de Occidente de sus naturales proveedores de materias primas dentro del denominado enfrentamiento Norte-Sur. La principal bandera esgrimida es la de la deuda externa, la que pone en relieve la dependencia de los países subdesarrollados.

El grave enfrentamiento Norte-Sur surgido por la deuda externa, pone de manifiesto las dificultades de Occidente para unificar políticas de solución. Por su parte el Este, a través de una marcada politización del problema del endeudamiento, ha logrado unificar y movilizar a todos sus frentes continentales a través de la reunión de sindicalistas de Latinoamérica realizada en La Habana.

Si bien los resultados de dicha reunión no han sido totalmente evaluados, al término de la misma se acordó para el próximo 25 de octubre realizar el "Día Continental contra la Deuda", ponencia que ya ha recibido eco en varios frentes sindicales, poniendo relieve el poder de movilización y desestabilización que ha logrado el Este en América Latina.

9005089

Evidentemente, este accionar debilita y hace vulnerable al mundo occidental frente al socialista, realizando grandes avances político-ideológicos justamente a expensas de aquel y su lentitud en orquestar soluciones rápidas y valederas a los problemas que lo agobian.

Las principales herramientas con que cuenta el Este en su estrategia de desestabilizar a Occidente, son los frentes que coordinan sus acciones. Los mismos dependen del Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la URSS y suman sus esfuerzos a los frentes nacionales de cada nación. Es importante entender cómo funcionan estas organizaciones para tener una idea exacta de cómo se canalizan a través de ellas las decisiones que afectan a Occidente y a nuestro país como parte del mismo. De este modo econtramos que los principales frentes internacionales son:

- Federación Sindical Mundial, que agrupa a los principales sindicatos izquierdistas de cada país e impulsa las reivindicaciones sociales y económicas de los trabajadores, en favor de los objetivos de la URSS.

- Unión Internacional de Estudiantes, con sus organizaciones regionales que impulsan las reivindicaciones de los estudiantes en beneficio de las movilizaciones de masas que son aprovechadas por el comunismo internacional.

- Federación Mundial de la Juventud Democrática, que agrupa a organizaciones de jóvenes y controla los principales eventos internacionales que llevan a cabo los mismos, como ser el "XII Festival Mundial de la Juventud y los Estudiantes" que se realizó el día 27 de julio próximo pasado en Moscú, bajo la consigna de "Solidaridad anti-imperialista de la Paz y la Amistad".

- Federación Internacional Democrática de Mujeres, que centraliza y dirige las actividades de las agrupaciones conformadas por éstas. En el corriente año se destaca como evento principal, el Encuentro de Mujeres que tuvo lugar en La Habana, donde el tema fun-

damental a tratar fue el de la deuda externa de los países latinoamericanos.

- Organización de Solidaridad con los Pueblos Afroasiáticos y Latinoamericanos. Este frente tiene particular importancia ya que promueve la lucha armada y de liberación nacional dentro de cada nación, sin comprometer la actitud "centrada, democrática y madura" de los partidos comunistas locales. A nivel de nuestro continente y dentro de este esquema de funcionamiento, la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS), estableció en 1967 su estrategia, la cual tiene plena vigencia y fue firmada en La Habana por los representantes de los partidos comunistas, entre los cuales se encontraba Rodney Arismendi.

- Unión para la Educación y la Ciencia, que agrupa a organizaciones científicas y de estudio pro-marxistas, utilizando como vínculo principal a los Institutos Culturales de los diferentes países.

- Consejo Mundial de la Paz, agrupa y promueve a los movimientos pacifistas del mundo con un enfoque pro-soviético. En nuestro medio se vincula a organizaciones como SERPAJ y de defensa de los Derechos Humanos.

- Conferencia Cristiana de la Paz, la cual cuenta con una oficina regional para Latinoamérica, que agrupa a los religiosos tercermundistas. Los mismos propician la Teología de la Liberación y los movimientos "progresistas" de la Iglesia Católica.

- Asociación Internacional de Abogados Democráticos. Agrupa a asociaciones de abogados y profesionales vinculados a las campañas de Derechos Humanos, que tienen como objetivo la desmoralización de las Fuerzas Armadas de los distintos países vinculados a campañas antisubversivas exitosas.

- Organización Internacional de Periodistas y su organización regional denominada Federación Latinoamericana de Periodistas. La misma impulsa, en el seno de las Naciones Unidas, al denominado "Nuevo Orden de la Información" que trata de sustituir a las agencias

occidentales de información por las orientales.

La acción de todos estos frentes es coordinada por el denominado Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la URSS y su equivalente Departamento América del Partido Comunista de Cuba. Las actividades de estos frentes internacionales se superpone y se entrelaza con los frentes nacionales de cada país, de los cuales se destacan los sindicatos políticos, estudiantiles, militares, etc.. En el contexto de estas organizaciones es que se desarrollan los problemas políticos y sociales que afectan a los Gobiernos del área y en particular a nuestro país.

ARGENTINA

La realidad socio-económica tiende a crear condiciones que debilitan paulatinamente el poder de convocatoria inicial del Presidente Alfonsín, perjudicando en cierta forma las pretensiones oficialistas de ampliar su presencia en el Parlamento a partir de la renovación parcial de las Cámaras en noviembre de este año. En este sentido, se puede prever una dura campaña electoral, debido precisamente a las circunstancias que vive el país y a la necesidad del Partido Justicialista (principal oposición) de recomponer su imagen política y superar el divisionismo manifiesto luego de las elecciones de 1983 y agudizado posteriormente.

Se ha evidenciado también que la extrema izquierda está buscando profundizar el desprestigio de la dirigencia sindical peronista, para obtener la dominación de las bases obreras y lograr el acceso al poder sindical. Precisamente la actitud de la CGT, de enfrentarse frontalmente al Gobierno, fortalece indirectamente el proyecto izquierdista de agitación social que apunta en lo político a los siguientes objetivos: a) hacer fracasar el plan económico y terminar con esta "experiencia piloto" en materia de lucha anti-inflacionaria. Esto provocaría una crisis que derivaría en un empeoramiento de la situación del endeudamiento externo y como consecuencia directa un enfren-

tamiento con las potencias industriales y b) el desprestigio popular del Gobierno, con proyecciones desestabilizadoras. El sindicalismo peronista estima que el 30% de las comisiones internas de obreros de las grandes empresas son controladas por activistas marxistas, constatándose la presencia gremial del Partido Comunista, del Partido Obrero, del Movimiento al Socialismo, del Partido Comunista Revolucionario, de los Montoneros y del Partido Intransigente. En virtud de esto es previsible que surjan nuevos conflictos sectoriales que afecten el aparato productivo del país.

Esta situación social conflictiva, se ve alimentada por una economía en crisis. Luego de comprobarse la imposibilidad de frenar la especulación y la escalada inflacionaria por medios convencionales, el Gobierno decidió la puesta en marcha de un nuevo plan económico, cuyo resultado aún no se puede evaluar. El principal logro de la medida ha sido el consenso popular inicial. De todas formas, esta propuesta no resistiría un fracaso, pudiendo ser la última opción del Gobierno para activar una economía con una importante recesión.

En cuanto a las relaciones del Poder Ejecutivo con las Fuerzas Armadas, se ha constatado que no han encontrado un cauce favorable. Los juicios contra los ex-Comandantes en Jefe por su participación en la lucha antisubversiva, han reducido los márgenes de maniobra del Presidente Alfonsín, quien perdió posibilidades de manejar la situación de acuerdo a sus intereses. En este sentido, es evidente que el desarrollo de las instancias judiciales públicas, favorecieron la estrategia de organizaciones izquierdistas que apuntaron al objetivo de desprestigiar a las Fuerzas Armadas y a la vez comprometer el Gobierno, desbaratando cualquier posibilidad de un acercamiento con los militares. Es de destacar que ante la previsión de una escalada de conflictos sociales, el MDN cursó directivas a los Comandos para que elaboren tácticas a emplear en caso de emergencia. La respuesta militar fue negativa, afirmando que no intervendrían para reprimir un conflicto.

social, para no vulnerar las hipótesis de conflicto elaboradas por el Gobierno. Otro punto de fricción entre el Poder Ejecutivo y las Fuerzas Armadas se refiere a la política global del Gobierno en relación a los militares, que significó una reducción presupuestaria de casi el 50% y una drástica reducción de las planas mayores de las tres Armas.

La subversión se manifiesta en todos los campos del quehacer nacional, viendo facilitada su organización y reacomodamiento en los frentes políticos, económico y social, por la neutralización de las Fuerzas Armadas, las que se mantienen e la defensiva, enfrentadas a las campañas del Gobierno y de organizaciones de Derechos Humanos. Los grupos que históricamente fueron partidarios de la lucha armada se han integrado circunstancialmente a la lucha política, sin descartar su actividad violentista. Su estrategia es de "defensa activa" pasando a la contraofensiva cuando se den las condiciones. Las actividades armadas, robos de armas, atentados, etc., indican una tendencia hacia el recrudecimiento de la subversión en el país. Es de destacar que la extrema izquierda actúa como producto de una estrategia elaborada y la derecha como una reacción ante esta situación. Actualmente, el principal grupo subversivo sería el ERP, contando con la estructura política del Partido Intransigente y posiblemente adoptando el "modus operandi" de Sendero del Perú, en áreas urbanas y rurales. Asimismo, se ha podido establecer que existen conexiones entre el MLN Tupamaros y Montoneros y ERP, tendientes a coordinar una estructura político-militar, de acuerdo a lo establecido por los frentes de Solidaridad Revolucionaria.

BRASIL

Luego de pasar por distintas etapas, la evolución del proceso político-brasileño, desembocó en la elección, por primera vez en 20 años, de un Presidente civil. La crisis institucional ocasionada por la muerte del Presidente electo, Tancredo NEVES, fue solucionada acatando

las normas constitucionales otorgándole la Presidencia al Vicepresidente José SARNEY. El nuevo primer mandatario, uno de los fundadores del Frente Liberal, escisión del oficialismo del anterior gobierno militar y por lo tanto sin el mismo poder de convocatoria popular y política que NEVES, adoptó una serie de medidas (planes de emergencia en el orden social y económico, proyecto de reforma agraria, restablecimiento de elecciones directas para Presidente) buscando consolidarse en el cargo hasta 1988. La persistencia de una posición firme del Partido Democrático Trabalhista de Leonel BRIZOLA, acompañada por el Partido de los Trabajadores de Luis Inacio DA SILVA "Lula", en cuanto a una reducción sustancial del mandato del actual Presidente, convierte a este sector partidario en el de mayor oposición a la gestión de SARNEY. Por otra parte, la proliferación de partidos (30) que viene produciendo un reacomodamiento partidario, podría crear variantes sustanciales en el actual panorama.

En este sentido, se ha evidenciado que el Partido del Movimiento Democrático Brasileño (PMDB) (integrante del oficialismo junto al PFL - Partido del Frente Liberal) podría ser el más afectado, provocándose una fractura entre las dos tendencias del partido. El sector izquierdista del PMDB que lidera el ex-dirigente comunista PRESTES, no acepta una consolidación del PFL en el gobierno y por lo tanto podría escindirse hacia una futura vertiente de izquierda que quedaría conformada por la confluencia de varios partidos. En relación a este tema, se ha verificado una importante y contínua actividad del PCB con vistas a las elecciones municipales, intentando una consolidación en el país para enfrentarse con las pretensiones de BRIZOLA de liderar el espectro político de izquierda en el futuro.

En relación a las Fuerzas Armadas, se puede apreciar un claro y definido respaldo al actual Presidente. Los actuales mandos militares responden a la orientación política del ex-Presidente Gral. GEISEL, principal impulsor de la creación del PFL y que respalda la futura candidatura presidencial del actual Ministro de Minas y Energías, Aureliano CHAVES. Asimismo, debido a la experiencia argentina, el gobierno no acepta el revisionismo, con lo cual fortalece las relaciones de las Fuerzas Armadas y mantiene su importante respaldo.

En el plano social, luego de la legalización de las dos mayores centrales sindicales: la CUT y la CONCLAT, se ha manifestado una radical oposición de la CUT (que corresponde al liderazgo del PT) a la propuesta gubernamental de un pacto social. Dicha central sindical ha asumido una actitud de enfrentamiento, no aceptando dialogar con el gobierno y promoviendo huelgas y movilizaciones, fundamentalmente en San Pablo (el mayor centro industrial del país).

En lo que tiene que ver con la Iglesia, representada por la Conferencia Nacional de Obispos Brasileños (CNBB), que mantuvo durante el Gobierno militar una clara actitud crítica, actualmente ha decidido transferir los asuntos de índole política a los laicos, dedicándose exclusivamente a los aspectos sociales. De todas formas, la influencia del ala progresista dentro de la CNBB, puede hacer variar esta posición, según se desarrollen las relaciones con el Gobierno.

La situación económica del país presenta uno de los puntos más conflictivos y que podrían reducir el actual consenso popular del Gobierno. La inflación, que se sitúa en un 220% anual, un descenso del crecimiento económico y una deuda externa de más de 100.000 millones de dólares, plantea un panorama de difícil solución. Las negociaciones con el FMI para la renegociación de la deuda, prosiguen dentro de un clima de divergencias, apreciándose un endurecimiento de la posición brasileña. Es previsible que dada la importancia de Brasil en el continente, finalmente se acuerde la refinanciación, lo que tendría incidencia favorable para los demás países de la región. En cuanto a las relaciones internacionales, si bien no se alterará la política tradicional brasileña con una posición independiente en la comunidad internacional, podría verificarse un cambio en los vínculos con Cuba, cuyo restablecimiento aún encuentra la negativa de sectores militares, previendo un eventual involucramiento con grupos subversivos.

Respecto a las actividades subversivas, si bien el Gobierno ejerce el control del territorio nacional, las organizaciones guerrilleras se encuentran en proceso de organización, estando empeñadas en la captación de masas, lo que incluye una intensa acción sicológica. Este proceso está favorecido por la conformación sico-social y económica de la población, fundamentalmente en las zonas rurales. El ac.-

tuai accionar subversivo se orienta a: infiltración en los partidos políticos, sindicatos y movimientos estudiantiles; explotación de los conflictos sociales; aumento de las publicaciones de izquierda y desacreditación de las Fuerzas Armadas, mediante acusaciones de corrupción y violación de los derechos humanos.

Asimismo, a partir de la creación en 1982 en Porto Alegre del "Comité de Apoyo al Pueblo Palestino", organismo encargado de coordinar el ingreso de elementos de la OLP a territorio brasileño, se detecta gran presencia de palestinos en el Chuy, con actividad económica e incluso una colonia de vacaciones en el lugar. Estos mantienen periódicos contactos con miembros de la Embajada de la URSS en Montevideo.

BOLIVIA

La elección de PAZ ESTENSSORO como Presidente de la nación, plantea una serie de interrogantes sobre el futuro del país. Para lograr la Primera Magistratura fue necesario contar con el respaldo de la izquierda y fundamentalmente del MIR que cuenta con 16 votos en el Congreso. Esto implica un compromiso futuro, por lo que PAZ ESTENSSORO encontraría dificultades en su política parlamentaria ya que tendría pocas posibilidades de mantenerlo. Las medidas anunciadas por el Presidente, principalmente las referidas al aspecto económico y al reordenamiento sindical, trajeron aparejada una situación conflictiva con la COB, destacándose que el Gobierno estaría considerando la implementación del Estado de Sitio, lo que plantea una posible radicalización de la situación y la oposición de los partidos de izquierda. Teniendo en cuenta que el candidato de la Acción Democrática Nacionalista, Hugo BANZER, obtuvo la mayor cantidad de votos absolutos, provenientes de sectores intelectualmente más elevados y vinculados a las empresas, dicho candidato se encuentra en condiciones políticas de presionar al Gobierno si éste pretende girar en demasía hacia la izquierda.

Por otra parte, PAZ ESTENSSORO tiene compromisos con la masa electoral provenientes de sectores sociales de capas medias y bajas y del campesinado, lo que lo obligaría a imprimir una orientación "populista" a su gestión.

Dentro del esquema de poder, es ineludible tener en cuenta

0005089

a las Fuerzas Armadas por su tradicional influencia en la vida institucional del país.

En el Ejército existen tres líneas ideológicas que se definen como institucionalistas o nacionalistas, patriotas y revolucionarios.

Los "institucionalistas" son quienes pidieron a SILES, cuando éste asumió en octubre de 1982, colocar a su propia gente en los mandos, lo que se les concedió en forma por demás amplia. Desde las guarniciones de unidades medias hasta los comandos más importantes.

Son los mismos oficiales que de haber ganado BANZER, "no tardarían ni cinco minutos en desaparecer de sus mandos y en algunos casos quizás hasta con grave riesgo físico".

Los "patriotas", curiosamente bautizados así por un aguerrido dirigente sindical de los mineros y hasta hace poco miembro de la ejecutiva de la COB (Central Obrera Boliviana), Filemón ESCOBAR, se sitúan más a la "izquierda" con todo lo relativo de estos rótulos.

Merecieron tal denominación cuando los sucesos de junio del 84 -durante el confuso secuestro sufrido por SILES ZUAZO- y a su vez las capas más conservadoras y de derecha de la institución militar, aún hoy aplastantemente mayoritarias en los mandos intermedios y bajos, los tildaron de "sindicato rojo".

En cuanto a los Oficiales "revolucionarios" son una ínfima minoría, aunque ideológicamente compacta. Uno de sus subgrupos edita clandestinamente el boletín "El Vivo Rojo", de clara inspiración trotskista.

La línea institucionalista o nacionalista es la que domina el arma en la actualidad, detentando los comandos más importantes y respaldando al Gobierno.

Los patriotas se sitúan más a la izquierda y coinciden con los institucionalistas en una postura legalista y democrática. Por último, los revolucionarios que conforman una ínfima minoría,son de orientación TROTSKISTA.

Los mandos intermedios y bajos del Ejército son mayoritariamente conservadores de derecha y pro-banzeristas.

0005089

Este panomara interno, condicionará la administración de PAZ ESTENSSORO tornándose sumamente difícil que logre la estabilidad institucional del país.

A esta situación hay que agregarle la incidencia de fatores externos que pueden tener una significativa influencia en la gestión de gobierno de PAZ ESTENSSORO.

La existencia económica de Estados Unidos destinada principalmente a combatir el flagelo del narcotráfico, que en Bolivia se encuadra dentro de las características comunes a los países andinos, le otorga a la administración norteamericana la posibilidad de seguir de cerca la evolución de los acontecimientos, máxime considerando que PAZ ESTENSSORO habría financiado parte de su campaña electoral con fondos provenientes de Estados Unidos.

Sin embargo, la reciente ayuda económica proveniente de la URSS podría determinar que PAZ ESTENSSORO asuma algún tipo de compromiso con la administración moscovita.

En el aspecto económico, Bolivia enfrenta un panorama angustiante ya que se encuentra en una situación de virtual bancarrota, con una creciente deuda externa y una hiperinflación, lo que determinó que no se pudiera cumplir con los compromisos contraídos con las entidades financieras internacionales, por lo que se declaró en mora en 1985.

Actualmente se encuentra en una etapa de renegociación de la deuda externa con el Fondo Monetario Internacional.

El Presidente PAZ ESTENSSORO procura darle prioridad a la actividad agrícola cambiando la economía basada en la explotación minera. Este cambio se explica por los compromisos electorales del mandatario con los campesinos.

Sin embargo, los mismos se resistirán a abandonar los cultivos de coca que les proporcionan buenos dividendos económicos.

PERU

El nuevo Gobierno presidido por el líder del APRA, Alán GARCIA, asumió la conducción del país con una tasa inflacionaria prevista para el presente año del 200%, una deuda externa de 13.500 millones de dólares y sin posibilidades ciertas de pago, con un in-

dice de desempleo y sub-empleo que afecta a las 2/3 partes de la fuerza laboral y un accionar subversivo en plena actividad.

Al asumir el mando, el nuevo mandatario basó su discurso inaugural en la problemática de la deuda externa, anunciando una posición de dureza ante el FMI y en el diálogo con la subversión.

El anuncio de que se destinará sólo el 10% de las exportaciones al pago de la deuda ya ocasionó un enfrentamiento con los Estados Unidos, cuyo Gobierno amenazó con suspender la ayuda económica y militar al Perú.

Este enfrentamiento con Washington, más allá de las connotaciones económicas, tendría repercusiones en el aspecto político, teniendo en cuenta el giro que tendría la política exterior peruana, acentuando una posición tercermundista. En este sentido se ha tomado conocimiento que el nuevo Gobierno de Lima está estudiando la apertura de relaciones diplomáticas con Corea del Sur. Es presumible que Alán GARCIA intente obtener un rol protagónico en el movimiento de los Países No Alineados.

En relación a la situación subversiva, en el país funciona el movimiento armado mejor organizado del continente. Sendero Luminoso, que actúa acorde a la estrategia planteada en OLAS en 1967, constituye un foco guerrillero en el centro del continente, tal como pretendió organizar el "Che GUEVARA" en Bolivia en la década del 60.

Sendero Luminoso orienta su estrategia militar extendiendo la lucha armada del campo a la ciudad, constituyendo un modo de acción subversiva exitosa para los grupos extremistas del continente.

Se debe considerar la posibilidad de que esta organización lidere en el futuro la conducta de los diferentes movimientos revolucionarios de América del Sur y expanda sus métodos de combate y lucha armada. La asunción de Alán GARCIA no ha provocado una variación de su estrategia y táctica como lo demuestran sus múltiples acciones. Asimismo, ha cobrado importancia en los últimos tiempos el Movimiento Revolucionario TUPAC-AMARU, de línea pro-castrista que ha desarrollado sus actividades en la capital del país. Recientemente, este movimiento guerrillero anunció la aceptación de la tregua ofrecida por el Gobierno, planteando una serie de exigencias, por lo que es poco

probable que tal actitud prospere.

COLOMBIA

El panorama general colombiano presenta aspectos conflictivos, siendo la subversión y los problemas económicos los principales factores de tensión. Las campañas políticas, en vista a las elecciones presidenciales de mayo de 1986, están creando un clima social tensionado, obstaculizando la finalización del mandato del Presidente Belisario BETANCUR.

El rompimiento del "acuerdo de paz" entre el gobierno y el M-19 ha determinado el incremento del accionar guerrillero y ha demostrado la falta de solidez de la política aperturista del gobierno.

Se puede entrever que el estilo dialoguista del gobierno fue un mero hecho dentro de su estrategia política, tendiente a capitalizar la masa electoral con vistas a las próximas elecciones previstas para mayo de 1986.

Como los otros países que integran la región andina, Colombia tampoco escapa a la influencia de las organizaciones vinculadas al narcotráfico, que mediante su enquistamiento en el aparato estatal, podrían incidir en algunas decisiones políticas, fundamentalmente en las relacionadas con el aspecto económico. Esta influencia sería factible en virtud de la crítica situación imperante en dicha área, la crisis de valores morales generalizada y la venalidad de funcionarios afectados al Gobierno.

Este panorama se ve dimensionado por el contubernio existente entre la guerrilla y el narcotráfico, que se manifiesta en un intercambio a través del cual los guerrilleros proporcionan protección a cambio de fuertes sumas de dinero y de la utilización de todos los medios materiales de los que disponen los narcotraficantes a los efectos de introducir armamentos desde el exterior.

En el plano del panorama económico y social las condiciones existentes corresponden a una realidad alarmante, lo que ha su-

mido a la población en un profundo escepticismo e incredulidad hacia los dirigentes políticos, facilitando de esta forma la penetración en el cuerpo social de elementos terroristas.

La actual situación se caracteriza por un aumento de la desocupación y la aparición de la llamada "economía subterránea" debido al tráfico de drogas que ha favorecido el crecimiento de la inflación. Este panorama se ve agravado por una abultada deuda externa y una brusca reducción de sus reservas en dólares. El FMI se ha convertido en el principal garante de Colombia ante la Banca Internacional, durante la etapa de negociación de nuevos créditos para financiar programas de desarrollo económico y social.

En lo que tiene que ver con la política exterior, lo más destacable es la iniciativa del Presidente BETANCUR para encontrar una solución negociada en el conflicto centroamericano, ya que la situación en esta región repercutiría en la problemática interna de Colombia.

CHILE

En la actualidad es una de las naciones con gobierno "fuerte" en América del Sur, lo cual la constituye en blacno de todas las campañas de defensa de la democracia. Los medios constitucionales adoptados por el gobierno del General PINOCHET apuntan a implementar un futuro sistema de gobierno denominado "Sistema de Democracia Protegida".

El sustento del gobierno está representado casi exclusivamente por las Fuerzas Armadas y algunos sectores del ex-Partido Nacional, que en la actualidad está dividido en dos corrientes. Recientemente se han verificado ciertas discrepancias en el seno de las Fuerzas Armadas producto de distintas concepciones institucionales para el futuro político del país y por el descontento de sectores que han debido enfrentar las acusaciones sobre violaciones de los Derechos Humanos.

En este sentido, la reciente renovación de los cuadros de Carabineros, representa la mayor crisis interna que ha enfrentado el Presidente PINOCHET y que ha dejado como saldo un estado de intranquilidad dentro del cuerpo, que ha sido quien ha sobrellevado

el mayor peso de la lucha anti-subversiva.

La pérdida paulatina de consenso de gobierno, dio lugar a una creciente movilización interna de grandes sectores sociales, consolidando en cierta forma la oposición política y social. El frente opositor político no ha mostrado hasta el momento un panorama muy homogéneo, reflejando una evidente falta de líderes y una tendencia divisionista que ha impedido encauzar una política común para impulsar un proceso de apertura en forma seria y pacífica capaz de captar un apoyo ciudadano decisivo. Dicho frente opositor está dividido en dos vertientes claramente diferenciadas por sus distintas concepciones ideológicas. La Alianza Democrática reúne a democristianos, radicales, social-demócratas, socialistas y republicanos. El Movimiento Democrático Popular reúne a las colectividades marxistas y su actividad, convocando a sucesivas protestas de masas, no ha contribuído a la unidad de la oposición entorpeciendo cualquier avance de diálogo con las autoridades por su complicidad con el extremismo. En virtud de indicios sobre cierto resquebrajamiento de la unidad del consenso militar en torno al General PINOCHET, se ha puesto de manifiesto un reordenamiento opositor tratando de crear una unidad de criterio y aprovechar la posibilidad de una hipotética apertura.

La firma de un documento conjunto de los partidos opositores, con una serie de peticiones al Gobierno, no fue suscrito por el PC, partido que mantiene su radical posición. En este sentido, hay que tener en cuenta que el Comité Central del PC reconoció su "simpatía" por el Frente Político Manuel RODRIGUEZ, en realidad el brazo armado del comunismo chileno. Este movimiento subversivo es el de mayor actividad, actualmente adjudicándose los más importantes actos extremistas contra el Gobierno y además revalorizando la lucha armada como método de oposición. Este enfrentamiento armado con las autoridades es acompañado en menor medida por el MIR, la organización guerrillera más antigua de Chile, y que actualmente se encuentra en proceso de reorganización.

En el aspecto internacional, las relaciones con Estados Unidos se han consolidado y aparentemente el apoyo norteamericano para el Gral. PINOCHET estaría garantizado hasta 1989. En este sen-

tido es importante destacar el acuerdo logrado para la construcción de una base aérea en la isla de Pascua, lo que coincidentemente significó un acuerdo de refinanciación de la deuda externa, con aspectos favorables para los intereses del gobierno de Santiago.

NICARAGUA

A pesar de que se realizaron elecciones, el Gobierno se mantiene dentro de cánones no democráticos, ya que en los comicios realizados en 1984 la oposición más importante no participó. El Gobierno está ejercido por el Presidente Daniel ORTEGA, quien basa su estabilidad en el respaldo del Ejército Popular Sandinista, ya que se encuentra contínuamente hostilizado por grupos revolucionarios antisandinistas que operan al norte y al sur del territorio.

Los mismos han contado con el respaldo logístico de Estados Unidos, país que a través del bloqueo económico impuesto a Nicaragua hace sentir su discrepancia con la orientación marxista que los sandinistas han impuesto a su gobierno.

La creciente militarización de Nicaragua es un factor de desequilibrio en la región, lo que ha provocado una situación de tensión con los países vecinos, principalmente Costa Rica y Honduras.

Con Costa Rica mantiene una situación de fricción permanente como consecuencia de las múltiples violaciones territoriales por parte de efectivos sandinistas.

Desde el punto de vista económico se evidencia una situación crítica como consecuencia de una gradual pérdida de mercados occidentales, principalmente el de Estados Unidos; recientemente se ha procurado revertir este estado de cosas mediante la captación de mercados y apoyo del bloque comunista. El suministro de petróleo se vio reducido sensiblemente ante la medida adoptada por Venezuela, México y Colombia que suspendieron las entregas al país centroamericano por falta de pagos, recibiendo en este momento el 90% del crudo de países socialistas.

En política exterior, este país, a través de los partidos de izquierda del resto de América Latina, ha encarado una política agresiva, procurando solidaridad con el sandinismo. Esta modalidad es reforzada mediante el envío de contínuas misiones oficiales a los

distintos países del área.

Nicaragua, en su carácter de país centroamericano, forma parte de una región sumamente conflictiva por la conjunción de factores políticos, militares, económicos, e ideológicos que conforman varios focos de inestabilidad en las naciones del área. La importancia estratégica de la región, determina que la misma sea escenario del enfrentamiento de distintas concepciones filosóficas.

Precisamente, la creación del Grupo de Contadora, obedecería a la búsqueda de un camino de mediación por parte de terceros países a los efectos de, por esta vía, evitar enfrentamientos directos entre las grandes potencias que tienen intereses en la región. Actualmente, la posición de este grupo es apoyada en forma indirecta por la casi totalidad del resto de los países latinoamericanos.

De hecho el Grupo de Contadora no ha tenido ningún resultado tangible, no siendo ilógico destacar que en un futuro no muy lejano, la OEA ante la inoperancia del mismo, enfoque por algún otro mecanismo la responsabilidad de buscar una solución negociada al conflicto centroamericano.

CUBA

La política interna cubana se caracteriza en este momento por una reestructuración que afectaría algunos organismos del Estado cubano.

Esta reestructura se viene manifestando mediante la sustitución de algunos funcionarios de jerarquía intermedia, producida en el marco de una pugna de carácter ideológico entre Fidel CASTRO y su hermano Raúl.

Los cambios más significativos comenzaron en el mes de febrero del presente año cuando el veterano líder comunista Antonio PEREZ HERRERO, miembro suplente del buró partidario y encuadrado dentro de la línea de FIDEL que estaba a cargo de los departamentos de Educación Política y de Orientación Revolucionaria, fue destituído por "deficiencias y repetidos errores que no logró superar". Estos departamentos tienen a su cargo la supervisión de los medios de comunicación masivo que son el principal vehículo del Gobierno para la formación ideológica de la población. En el mes de julio, en lo que se consideró la "purga"

de mayor importancia dentro de la reestructura de los cuadros cubanos, fue también destituído el Vicepresidente del Consejo de Ministros y titular de la Junta Central de Planificación, Humberto PEREZ GONZALEZ. Este fue sustituído por José LOPEZ MORENO, que se desempeñaba como Ministro de Construcción. Se considera que podrían producirse más cambios antes de la celebración del Congreso Quinquenal del Partido Comunista Cubano previsto para el mes de diciembre. No es descartable inclusive que Fidel CASTRO ceda el cargo de Primer Ministro a su hermano Raúl y se dedique a otorgarle un nuevo impulso a la "internacionalización política de la revolución cubana".

En definitiva, dentro de la cúpula del poder cubano se estarían diferenciando dos tendencias: una línea dura que procura una estricta observancia de la ortodoxia marxista, que sería sostenida por Fidel CASTRO y una línea pragmática, que se traduciría en una flexibilización de los dogmas socialistas, preferentemente en lo referente al aspecto económico. Es decir, que lo económico tendría prioridad sobre lo político, en coincidencia con la actual estrategia soviética, ya que tanto la URSS como los pragmáticos cubanos estarían buscando un acercamiento económico con Occidente. Esta posición sería sostenida por Raúl CASTRO.

En lo que tiene que ver con las relaciones internacionales, se ha evidenciado cierto distanciamiento entre Cuba y la URSS, como consecuencia de distintos enfoques en torno a algunas situaciones coyunturales.

Las relaciones de Cuba con los demás países latinoamericanos se encuadran dentro de una nueva modalidad de intervención, utilizando el tema de la deuda externa con propósitos políticos. De esta manera el Gobierno cubano procura revertir la situación de aislamiento originado después de su expulsión de la OEA en 1962.

El órgano planificador y ejecutor de la política exterior cubana en América Latina es el Departamento América (D.A.), que depende directamente del Comité Central del Partido Comunista Cubano.

El Departamento América coordina el accionar de los frentes internacionales y de los "Movimientos de Liberación Nacional" que pueden ser importantes en la desestabilización de los países de

la región, en una estrategia similar a la desarrollada por la KGB.

Dicho Departamento está organizado en base a tres sectores, siendo el denominado "Cono Sur" el que incluye a Uruguay. La modalidad operativa de los miembros del "Departamento América" incluye actividades tanto legales como clandestinas.

Referente al plano económico, Cuba enfrenta una deuda externa de más de 3.000 millones de dólares, siendo sus acreedores principalmente entidades financieras de Occidente.

No obstante, la economía cubana es fuertemente subsidiada por la URSS a un costo de un millón de dólares mensuales. Su comercio se orienta principalmente al área socialista de donde recibe el 80% del petróleo que consume. El rubro exportable más importante continúa siendo el azúcar.

CONCLUSIONES

1.- El panorama económico, político y social de la región es afectado directamente por el enfrentamiento entre el Este y el Oeste.

2.- La deuda externa es un problema real que es explotado como bandera de movilización dentro del contexto de dicha confrontación, a pesar de estar en vías de solución por acuerdos bilaterales entre los interesados.

3.- Con relación al tema planteado en el punto anterior, es interesante destacar que Cuba a pesar de utilizar políticamente la creación de un frente para no pagar la deuda externa, cumple puntualmente con sus obligaciones de acuerdo a lo expresado públicamente por su vicecanciller Raúl ROA.

4.- El Grupo CONTADORA tiende a llenar un vacío que por el momento y por razones políticas aún no ha ocupado la OEA. La falta de resultado de Contadora determinó la creación de un grupo de Apoyo al mismo que evidencia el esfuerzo de los países de la región por alcanzar un resultado positivo.

5.- Las treguas establecidas por gobiernos democráticos en Colombia y Perú han sido de orden político-electoral para polarizar a la masa de votantes. En primer caso con vista a las elecciones presidenciales de Mayo de 1986 por parte de Belisario BETANCUR y en segundo caso como bases programáticas para capitalizar a las

tendencias de izquierda.

6.- Se debe tener en cuenta que el fenómeno de la subversión en todos los países se afirma en lo establecido por OLAS, en cuanto a la internacionalidad y la solidaridad de la lucha armada, siendo en la actualidad el principal abanderado de esta estrategia el Movimiento Sendero Luminoso del Perú.

INCIDENCIAS DE LA SITUACIÓN REGIONAL SOBRE URUGUAY

- Las reuniones realizadas en La Habana con dirigentes gremiales latinoamericanos y durante el Encuentro de Mujeres han impulsado a nivel interno, el tema de la deuda externa como bandera de movilización de masas.

- Como consecuencia de las reuniones enunciadas anteriormente habría surgido la idea de crear una movilización general, a nivel continental para el día 23 de octubre, donde se realizarán manifestaciones de protesta contra el pago de la deuda externa.

- La creación de múltiples focos guerrilleros se encuadra dentro de la intercontinentalidad de los movimientos terroristas previstos en las resoluciones de OLAS. En el presente, la misma se cristaliza en los múltiples contactos de elementos subversivos internacionales con sus pares uruguayos.

- Los acontecimientos políticos y económicos que vive la República Argentina, se reflejan en la situación nacional, creando un factor de inestabilidad a pesar de las estrechas relaciones entre los Gobiernos.-

ANEXO: PANORAMA SUBVERSIVO.

ANEXO: PANORAMA SUBVERSIVO

INTRODUCCION

El fenómeno subversivo puede analizarse en el contexto de un enfrentamiento, en el cual la URSS y sus satélites tienen un rol preponderante al determinar las estrategias a ser empleadas contra Occidente.

En el marco de esta estrategia, la URSS trata de controlar directa o indirectamente los Gobiernos de los países productores de materia prima.

La forma indirecta de control se lleva a cabo creando el caos y la anarquía, para lo cual emplea las herramientas de los partidos comunistas locales en los distintos frentes, como ser: sindical, estudiantil, político y militar.

Si bien el comunismo internacional no aparece como impulsor directo de la lucha armada, la fomenta indirectamente a través de sus organizaciones de fachada.

Encontramos de esta forma que América, en la actualidad, se ve desestabilizada por distintos grupos subversivos que responden a los lineamientos estratégicos de OLAS (Organización Latinoamericana de Solidaridad).

Estos focos terroristas se manifestan en los países donde los Gobiernos presentan signos de inestabilidad, debido principalmente a la actuación de los partidos de oposición que no dejan gobernar.

En estos lugares y como ya es común, los grupos desestabilizadores responden a lineamientos de las doctrinas marxistas, que con su minoría activa y militante arrastran a los grupos mayoritarios.

Dentro de este contexto mundial, podemos identificar centros de adiestramiento y de expansión del terrorismo en Medio Oriente (Libia y Líbano), en Europa (países socialistas, especialmente la URSS) y en América (Cuba y Nicaragua).

Tal es la incidencia e importancia del terrorismo internacional, que además de la URSS, la otra gran potencia ya lo ha reconocido como elemento de primera importancia a nivel mundial. Siendo interesante recordar que Estados Unidos, porque sus intereses se han

9005089

visto afectados, ha comenzado a desarrollar muy recientemente una campaña contra la subversión, promocionando acuerdos y acciones conjuntas con otros países que combaten dicho flagelo.

También es importante tener presente que estas formas de lucha se dan no sólo en aquellos países en donde el Gobierno no cuenta con el consenso general, sino también en aquellos donde puede haber en el Gobierno un líder carismático que conjugue la voluntad electoral, como lo fue Perú, con el ex-presidente Belaúnde Terry, que tuvo que soportar la acción directa de los movimientos desestabilizadores.

Hacemos hincapié en Belaúnde Terry, porque el mismo es reconocido como gran estadista a nivel mundial, habiendo asumido su magistratura a la salida de un proceso militar con el consenso general de toda la ciudadanía.

SUBVERSION A NIVEL CONTINENTAL

En la actualidad a nivel continental podemos identificar dos grandes centros de expansión e irradiación de actividades terroristas, siendo los mismos Cuba y Nicaragua.

Como ya hemos dicho, las características de las luchas fueron planteadas en su momento en OLAS y pretenden vietnamizar el continente.

En los últimos tiempos y en la actualidad, ha sido y es sumamente importante, el flujo de terroristas y militantes de grupos armados, de un país a otro, adquiriendo experiencia de combate en el terreno y volviendo a sus países para desarrollar la lucha armada.

Los campamentos de preparación militar en Cuba y las brigadas internacionales en Nicaragua, son una realidad y su finalidad obedece a la estrategia agresiva de la URSS en su política de crear focos desestabilizadores.

Debido a la internacionalidad de estos movimientos, no podemos dejar de considerar la estrecha colaboración entre los mismos, habiéndose podido detectar por ejemplo elementos uruguayos, argentinos, etc., actuando dentro del M-19 en Colombia; las Brigadas Internacionales en Nicaragua; elementos uruguayos en el ERP y Montoneros, al igual que son movimientos subversivos en Brasil,MIR

chileno, MIR boliviano y Sendero Luminoso.

La continentalidad de estas acciones es una de las principales banderas que esgrime Sendero Luminoso en Perú y es así que se han podido detectar estrechas vinculaciones con Montoneros, M-19 y "Alfaro Vive" en Ecuador.

Las actividades insurreccionales han cambiado desde la década del 60, desplazando la lucha urbana a un segundo plano trente a la acción rural.

Resumiendo el "modis operandi" podemos decir que los procedimientos de combate pretenden aislar los grandes centros urbanos, negándoles los abastecimientos para su funcionamiento, situación ésta que es explotada posteriormente por las organizaciones de masa y de lucha urbana.

Consideraremos ahora a los más importantes países de la región:

ARGENTINA

La subversión se manifiesta en todos los campos del quehacer argentino, tanto en el frente político como el militar, económico y social, La subversión de extrema izquierda actúa como producto de una estrategia elaborada y la de la derecha como una reacción ante aquella.

Los grupos que históricamente fueron partidarios de la lucha armada, circunstancialmente se integran a la lucha política en un frente político, pero sin descartar su actitud violentista, dado que sus militantes continúan recibiendo entrenamiento e instrucción militar en Nicaragua y Cuba.

En este momento, su estrategia es de "defensa activa" para transformarse en ofensiva cuando se den las condiciones sociopolíticas.

En este orden de cosas, existen indicios reales de que existiría estrecha comunicación entre elementos subversivos uruguayos y Montoneros, disponiéndose de información que los primeros estarían recibiendo adoctrinamiento político además de encontrarse montando parte de su estructura logística fuera de nuestro país.

90000089

Demostrando la internacionalidad de estos conceptos que sostienen estos grupos subversivos, tenemos también conocimiento de actividades llevadas a cabo por elementos de ERP, Montoneros, tanto en Bolivia como en Perú.

No es de extrañar la impunidad con que se mueven estos grupos, teniendo en cuenta el momento especial que viven los servicios argentinos, los cuales se encuentran todos divorciados y los ataques políticos sistemáticos que sufren las Fuerzas Armadas, lo que ha motivado una gran crisis moral en su seno, haciéndolos completamente inoperantes.

CHILE

Este país es en la actualidad una de las naciones con "Gobierno fuerte" en América del Sur, lo cual la constituye en blanco de todas las campañas de defensa de la democracia.

Los grupos guerrilleros de mayor destaque en el panorama subversivo son:

1.- Frente Patriótico Manuel Rodríguez. Es el movimiento más activo en la actualidad, contando con vasta experiencia y buena organización. Es el autor de la mayoría de las acciones realizadas el último año. Este grupo es el brazo armado del Partido Comunista Chileno, que es dirigido desde Moscú por Luis Corvalán.

2.- Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Es el más antiguo de los movimientos guerrilleros chilenos y en el pasado integró la Junta Coordinadora Revolucionaria. En la actualidad promueve la lucha armada.

3.- Brigadas de Resistencia Popular (BRP). Es un grupo de escaso valor en la actualidad.

4.- Movimiento Democrático Popular (MDP). Integrado por el MIR, un sector del socialismo y el PC Chileno. Este último apoya toda forma de lucha, incluso la armada, para enfrentar al Gobierno del General PINOCHET.

En el caso del MIR, que integró y posiblemente integre actualmente la JCR, podemos prever que existan conexiones y contactos con Sendero Luminoso y MLN-T.

S E C R E T O

Copia Nº

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 22 de Octubre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 042/85

ASUNTO: ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO

Del 10 al 13 de los corrientes sesionó en Montevideo, en forma extraordinaria el Parlamento Latinoamericano, teniendo como tema a tratar la Deuda Externa de los Países Latinoamericanos; proteccionismo de las naciones industrializadas; la situación de Chile; armamentos nucleares y la ruptura de relaciones entre Ecuador y Nicaragua.

Este encuentro se realizó a propuesta de la delegación uruguaya que concurrió en el mes de julio a la reunión ordinaria del organismo que se desarrollara en Brasil. En los 21 años que tiene de existencia el organismo, ésta es la primera vez que se reúne para tratar sobre la deuda externa.

En el foro participaron cerca de 200 parlamentarios de 14 países (ver anexo Nº1) y representantes de organismos internacionales, los cuales concurrieron a título de observadores.

La Presidencia de la Asamblea estuvo a cargo del Senador del Partido Radical argentino, Luis León y la Vicepresidencia fue ejercida por el Senador del Partido Nacional, Alberto Zumarán. La apertura del Foro fue realizada por el Presidente uruguayo Dr. Julio Ma. Sanguinetti.

Durante el foro se consideraron dos documentos, uno preparado por el Departamento Técnico del Parlamento Latinoamericano y otro presentado por la delegación uruguaya. El documento preparado por el Dpto. Técnico analiza la evolución de la deuda externa latinoamericana, los modos de negociación y refinanciación de la misma, dando cuenta de como la región debe enfrentar el enorme peso de su endeudamiento mediante la acción conjunta de los países deudores.

El documento presentado por la delegación nacional es una propuesta de declaración sobre el problema de la deuda externa, la cual sostiene que es necesaria una negociación política colectiva "al más alto nivel entre los gobiernos de los países deudores y acreedores". En el documento se fustigan

9005090

la práctica del proteccionismo, se propician la corresponsabilidad entre los deudores y los acreedores, se elogia la acción concertada que ha desplegado el Consenso de Cartagena. Este documento fue preparado por economistas de los cuatro partidos políticos uruguayos.

El Presidente del Parlamento, Luis León, durante su alocución de inauguración instó a elaborar la integración real de América Latina y a la creación de un banco central que asegure la disciplina financiera de la región.

Añadió que: "dicho banco funcionará sobre la base de los grandes pilares de nuestra integración y de la Comunidad Económica Latinoamericana, si nos protege vamos a ver si podemos recrear nuestra moneda para comerciar entre nosotros"..."Vamos a ver si se puede bajar las fronteras para que frente a la Europa que se integra y la Unión de Repúblicas Socialistas y la suma de la comunidad china y los Estados Unidos del Norte,seamos los Estados Unidos del Sur, no para que nos agredan sino para custodiar la mejor calidad fundamental de la vida de nuestras poblaciones".

"Primero habrá que elaborar la integración real de América Latina, trascendiendo y dejando atrás los enfoques retóricos y creando un banco central, que asegure la disciplina financiera de nuestra región.

"Las medidas deberán complementarse con la transformación de las condiciones del comercio internacional".

La delegación cubana, presidida por Flavio Bravo, planteó su preocupación por la aprobación de una declaración final sobre la deuda externa y por los términos que ésta contendría.

Esta preocupación de la delegación cubana surgió a raíz de la importancia que tienen las deliberaciones del Parlamento Latinoamericano y consecuentemente el peso político que tiene una declaración final.

El documento final elaborado y denominado "Declaración de Montevideo" contiene en forma sustancial la postura de Uruguay frente al tema tratado,así como también de gran parte de las naciones participantes. Esto contrasta con la posición cubana en la materia, que ha impulsado Fidel Castro y que motivó la convocatoria de La Habana, en la cual no se concretó ninguna declaración final, por lo que esta delegación hizo varias gestiones para buscar consenso entre las otras delegaciones presentes en el foro para posponer un pronunciamiento del Parlamento o que en

su defecto el mismo no resultara contrario a los intereses de La Habana. La "Declaración de Montevideo" expone con objetividad conclusiones que resultan irrefutables (ver Anexo Nº 2), esta declaración final fue elaborada por una comisión tripartita integrada con representantes de México, Uruguay y Rep. Dominicana.

Además de esta declaración final sobre la Deuda Externa,se realizaron declaraciones sobre otros temas tratados.

- Sobre Chile: El Parlamento Latinoamericano condenó enérgicamente por unanimidad la dictadura chilena y "se solidarizó con las luchas crecientes del hermano pueblo chileno para terminar con la tiranía y con la reconquista de su libertad y democracia", encomendó a la Mesa la designación de una delegación del Parlamento para que visite Chile.
- Sobre los armamentos nucleares declaró que no fue respetado el Tratado de Tlatelolco debido a la presencia de armamentos nucleares en:las Islas Malvinas (ocupadas por Gran Bretaña),en el Atolón de Mururoa (experiencias nucleares por parte del Gob. de Francia), en la Isla de Pascua, en Puerto Rico (base de depósitos de armas nucleares de EE.UU.).
- Referente a la ruptura de relaciones entre Ecuador y Nicaragua, se elaboró una propuesta de declaración votada por la Junta Directiva reclamando la solución del problema que se ha creado entre Nicaragua y Ecuador.

El Sub Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Coronel (Av)

Roberto C. Leira

Distribución:

Original:Archivo

Copia Nº1: Señor Jefe del A-2

Copia Nº2: Señor Jefe del C-2

Copia Nº3: Señor Jefe del E-2

Copia Nº4: Señor Jefe del N-2

2:00:35 — Se efectuaron 16 fotocopias solo 1ra. actuación

S E C R E T O

ANEXO Nº 1

DELEGACIONES PARTICIPANTES EN LA ASAMBLEA EXTRAORDINARIA DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO Y SUS COMPONENTES

URUGUAY

Partido Colorado: Senadores:Dr. Américo Ricaldoni, Juan Adolfo Singer y Manuel Flores Silva y los Diputados:Dr. Alberto Brausse, Cr. Ricardo Lombardo y Oscar Magurno.

Partido Nacional: Senador Juan Raúl Ferreira, Diputados:Dr. Javier Barrios Anza, Dr. Carlos Rodríguez Labruna, Jorge Machiñena y Dr. Héctor Lorenzo Ríos.

Frente Amplio: Senadores:Dr. Enrique Martínez Moreno y Francisco Rodríguez Camusso y Diputados:Dr. José Díaz y Francisco Otonelli.

Unión Cívica: Diputado Julio Daverede

Participó en su calidad de Presidente de la Asamblea General el Dr. Enrique Tarigo y el Senador Dr. Alberto Zumarán en su calidad de Vice Presidente del Parlamento Latinoamericano.

COLOMBIA

Senador Carlos Muñoz Paz, Zamir Silva Amin, Silvio Ceballos y Humberto Peláez (Vicepresidente del Parlamento Latinoamericano).

BRASIL

Senadores: Milton Cabral, César Cals, Raimundo Parente, Cid Sampaio, Hamar Franco, Joao Lobo, Carlos Lyra y Alfredo Campos y Diputados: Joao Hermann, Adroaldo Campos, Inocencio Oliveira, Irma Pessoni, José Frejat, Freitas Nobre, Francisco Rellemberg y Lelio de Souza.

BOLIVIA

Senadores: Raúl Pérez Alcalá y Adalberto Violand y Diputados: Gastón Encinas (Presidente de la Cámara de Diputados), Samuel Gallardo, Mario Velarde Dorado, Edwing Céspedes, Jorge Arias, Jaime Paz Zamora y Fernando Salazar Paredes.

ARGENTINA

Senadores: Luis A, León (Presidente del Parlamento Latinoamericano), Julio Amoedo, Francisco Villaldos, Luis Salim, José Falsone y Fausto Mazzurco y Diputados: Ricardo Daud, Santiago López, Adolfo Stobrin y Horacio Hatue.

CUBA

Flavio Bravo (Presidente de la Asamblea Nacional del Poder Popular), Diputados: Luis Méndez Morejón, Félix Moreno Suárez, Ernesto Vera Méndez, René Peñalver Valdés, Adolfo Valdivia Domínguez, Ramón Pez Ferro, Noel Zubiaur Mir y Josefina Rebellón Alonso, Omelio López García (Presidente de la Comisión de Asuntos Internacionales de la Asamblea), Jorge Enrique Mendoza Reboredo (Director de "Granma"), Embajador Norberto Hérnandez Curbelo y Señores: José Luis Rodríguez García, Ramiro León Torras, Rodolfo Sánchez Sánchez, Alfredo Jané Lara, PAblo Martínez Aguilera, José A.Cordero Domenech, José Fernández Vilela, Omar Córdova, Santiago Díaz Paz, Héctor Durán, Ricardo Dueñas García, Antonio Martínez Rodríguez, William Fuentes Bornes, Aleida Murch de la Torre, Enrique Zanabria Echenique, José A. Gsell Noa, María Gladys de Cárdenas Salas,Rolando Rubio y Néstor Serrano.

ECUADOR

Diputados: Iván Castro Patiño, Ing. Leonardo Escobar Bravo (Vicepresidente del Congreso Nacional), Licenciado Camilo Ponce Gangotena, Roberto Dunn Barreiro, Dr. Alvaro Pérez Intriago y Dr. Polibio Córdova.

MEXICO

Senador Patrocinio González Blanco y Diputado Arnolfo Villaseñor Saavedra,

NICARAGUA

Dr. Rafael Solís Cerda, Dra. Jadira Centeno, Cor,Sicto Ulloa, Gerardo Alfaro Daniel Brenes, Guillermo Mejía, Allen Sambrana y Adolfo Evertz.

PERU

Diputados: José Barba, Asmat Vega, Carlos Rivas Dávila, Alberto Borea Odria y Fernando Sánchez Alvareda.

REPUBLICA DOMINICANA

Ambiorix Díaz (Vice presidente del Parlamento Latinoamericano), Estrella Camelia Cruz Díaz, Lowesky Dsoleo Ramírez, Ruben Espaillat Inoa, Eladio Henrique Grullo, Miguel Angel Velázquez Mainardi, Vicente Bengoa Albizu, Tomás Beltre, Mauricio Antonio Mejía Ricart, Miguel Angel Reinoso Sicard, Manuel Ramón Ventura Camejo, José Ramón Fadul, Ligia Amada Melo de Cardona, Juan de la Cruz Buret y Jorge Botello Fernández.

· 9005090

VENEZUELA

Diputados: Dr, Carlos Canache Mata, Dr. Humberto Celli, (Presidente Alterno del Parlamento Latinoamericano) Abdón Vivas Teran, Armando Sánchez Bueno, Haydeé Castillo López Acosta, Angel Ramón Larrosa, Gustavo Tarre Briceño y Fredy Muñoz y Senador Ruben Carpio Castillo.

COSTA RICA

Diputados: Miguel Angel Guillén Elizondo y Jorge Villalobos Barquero.

S E C R E T O

ANEXO Nº2

"DECLARACION DE MONTEVIDEO"

En el documento final de la Asamblea Extraordinaria, el Parlamento Latinoamericano declara y resuelve:

1.- La deuda externa de América Latina es impagable en las actuales condiciones impuestas por los acreedores.

Hacerlo implicaría un gran riesgo para la paz social y la estabilidad del sistema democrático de la región.

2.- La deuda externa es un problema fundamentalmente político y de la forma como se solucione depende, en gran medida, el futuro de América Latina.

3.- La unidad de los países latinoamericanos es requisito imprescindible para enfrentar la solución de la deuda y para la plena instrumentación de las medidas contenidas en esta Declaración y el programa de acción sobre el establecimiento del nuevo orden económico internacional.

4.- Interesa vitalmente a los países de América Latina resolverla mediante un tratamiento político, colectivo al más alto nivel entre los gobiernos de los países deudores y gobiernos y entidades acreedoras; con tal objeto se encomienda a la Junta Directiva que promueva una reunión de Presidentes democráticos de la región para coordinar las posiciones que puedan adoptar en común los países latinoamericanos.

5.- Es necesario proponer acciones concretas para solucionar en forma urgente y efectiva el problema de la deuda de América Latina.

Señalemos las siguientes:

a.- Lograr una reducción sustancial de las tasas de interés, en congruencia con el marco histórico de la concertación de la deuda.

b.- Obtener nuevos plazos para el servicio de la deuda, derivados en cada caso de un porcentaje real de las exportaciones, sin afectar la atención de las necesidades básicas del desarrollo económico y social de los países deudores..

c.- Concertar el flujo de nuevos financimientos, firmados dentro los principios explicitados y orientados a promover el desarrollo, porque sólo podrá pagarse a través de éste.

d.- Eliminar las barreras proteccionsitas de los países desarrollados, y

e.- Rectificar la política de precios en relación con las exportaciones de los países deudores y en especial en lo referente a materias primas.

De no lograrse lo anteriormente expuesto, las circunstancias impondrían postergar el cumplimiento de los servicios de pago de la deuda externa.

6.- La unidad de los países de América Latina es , además, el camino indispensable con miras a alcanzar formas más avanzadas de cooperación e integración regional, que ase

guren el desarrollo económico con justa distribución del ingreso y el respeto de las naciones latinoamericanas. En razón de ello, remitir la presente para su consideración en el XXI Período de Sesiones de la CEPAL y el XI Consejo Latinoamericano del SELA. Remitir, asimismo, la Declaración al Parlamento Europeo y organismos internacionales.

Acuerda:

1.- Ratificar vigorosamente la decisión del Parlamento Latinoamericano de movilizar a los Parlamentos nacionales que lo integran y a todas las organizaciones políticas democráticas, a gremios y fuerzas populares, en defensa de los intereses de los pueblos de nuestra América para obtener una modificación fundamental de los términos en que acutalmente se exige el pago de la deuda externa.

2.- Apoyar las posiciones clara y enérgicas adoptadas por gobernantes latinoamericanos en materia de la deuda externa, y frente a las exigencias del F.M.I.. La deuda no puede pagarse al alto precio del retroceso económico, la desocupación masiva, la destrucción de la democracia y el múltiple sacrificio de nuestros pueblos, ya que no es posible que para ellos se cancele el proceso de desarrollo económico y social.

3.- Reiterar la vocación integracionista que inspiró la fundación y justifica la existencia del Parlamento Latinoamericano, considerando que una Comunidad Económica Latinoamericana y los organismos económicos y financieros autónomos regionales que ella implica, son el ideal institucional cuyo funcionamiento se hace impostergable.

Sala de la Comisión, en Montevideo, el 12 de Octubre de 1985

COPIA Nº:

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 043/85

Montevideo, 19 de octubre de 1985.-

TENDENCIAS TEOLOGO-POLITICAS DENTRO DE LA IGLESIA CATOLICA

La influencia del marxismo sobre el pensamiento cristiano es doble en teoría y práctica; es decir sobre la teología y sobre la pastoral, siendo de señalar que se publican actualmente muchos trabajos sobre "teología" que poco o nada tienen que ver con esta ciencia según está concebida desde hace siglos. El objeto de la teología tradicional es, en primer lugar, Dios, y en segundo lugar el hombre como objeto del amor divino; de la creación (Dios-Padre); de la redención (Dios-hijo); y de la santificación (Dios-Espíritu Santo). Esto justifica el término "teología" (Theo - Logos), ciencia sobre Dios.

Esta influencia marxista es sumamente intensa, sobre todo en América Latina, siendo bastante fuerte también en Estados Unidos y Canadá, mientras que en Europa cambia de país en país, siendo generalmente débil. En países comunistas no se nota dicha influencia, con excepción de Checoslovaquia.

Esta arremetida marxista contra la Iglesia Católica, en sus diferentes formas tiene como factor común la pretensión de identificar el "Reino de Dios" en la tierra, de los cristianos con la ideal "sociedad socialista" del futuro. Se esfuerza en convencer a los cristianos que ellos y los marxistas buscan lo mismo: construir la sociedad ideal del futuro; ésto es el contenido principal de las "teologías marxistas" de hoy. Es de destacar que hay varios estudios "teológicos" hechos por miembros de partidos comunistas de distintas partes (por ej.: Teología y Comunismo del comunista suizo Konrad Farner).

Los antecedentes de esta "marxistización" pueden encontrarse en las obras de muchos teólogos, sobre todo protestantes, que sin tener nada de marxistas conciben al cristianismo como fe sin religión, y este punto de vista coincide con el marxista. Algunas de estas obras son anteriores al propio Marx.

Otro antecedente se encuentra entre los cristianos, que al igual que la secta judía de los saduceos, (Tiempos de Cristo) no creen en la resurrección después de la muerte, y en algunos casos en ningún tipo de vida después de la misma. Los "cristianos marxistas" introducen esta

01-11

9005091

corriente oficialmente en la Iglesia tanto en la teología como en la pastoral. Esto reduce o limita la relación con Dios a pedir bendiciones o gracias para asegurarse la felicidad sólo aquí en la Tierra, en el mundo visible y temporal, lo que constituye una buena preparación para las siguientes etapas de la marxistización. Este nuevo saduceísmo está bastante difundido en la Iglesia, sobre todo en los sacerdotes jóvenes que centran su celo pastoral sobre el hombre y no sobre Dios. Esto da lugar a la llamada "Teología de la muerte de Dios", porque en ella Dios como finalidad de la vida humana no existe.

Uno de los prineros teólogos que empezó a construir puentes entre el cristianismo y el marxismo, asegurando que ambos tienen la nisma finalidad fue el protestante Karl Barth, que era además niembro de un partido marxista-socialista comprometido en actividades sindicales (durante la Alemania de Hitler).

Las distintas corrientes de marxistización de la teología se derivan de la teología de K. Barth, el que ha influído notablemente en las actuales seudo-teologías.

CRISTIANISMO HORIZONTAL

La Cruz es el símbolo de la teología tradicional, un tronco vertical simboliza el amor del hombre hasta Dios y de Dios hasta el hombre, mientras sus brazos, la dirección horizontal indica las consecuencias de este amor: su proyección hasta el prójimo.

Lo esencial del cristianismo es el amor de Dios pero su consecuencia se expresa en el amor del prójimo; amor a Dios en el prójimo.

La "nueva teología" calla lo vertical, pues está concentrada totalmente sobre el hombre, sobre lo horizontal. La teología tradicional es teocéntrica, mientras que la "nueva" es antropocéntrica. Uno de los representantes más destacados de esta nueva teología horizontal es Dietrich Bonhoeffer. En ésta se habla de Jesús como de un hombre excepcional, ideal, perfecto, un modelo de vida para los demás y su perfección consiste exclusivamente en el hecho de que es un hombre para los demás, y no en que es Dios, Hijo de Dios. De ahí que se le compara con el Che Guevara entre otros. Ya el Papa Paulo VI se lamentaba de esta realidad.

Este cristianismo "horizontal" se manifiesta en plegarias y cantos litúrgicos compuestos a propósito. La Misa se convierte en solamente una asamblea del pueblo, con la participación activa de personas ateas e incluso no bautizados. Este cristianismo horizontal consigue causa

principal de la apostasía de sacerdotes y religiosos, pues al no encontrar en él alimento espiritual sobrenatural para sus almas, y si se exige de ellas únicamente vivir para los demás lo pueden hacer sin celibato (al que atacan) y llevando la vida de todos los laicos. (Esto da lugar más específicamente a lo que se dió en llamar "Teología de la secularización", que tiene como representantes más conocidos a Paul Von Bauer, J. A. Robinson, H. Cox, etc.)

FE SIN RELIGION

Tradicionalmente el marxismo combatía la religión considerándola el "opio del pueblo" según la conocida expresión de Marx. Dentro del concepto marxista de religión se abarca también la fe. Pero ha habido últimamente un cambio de táctica, por el que aceptan la diferencia entre el culto divino o religión y la fe, con el fin de que aparentando tolerar esta última no despierten el rechazo de las grandes masas católicas, pero además tratan de convencer a los cristianos que el verdadero cristianismo es aquél que no está "mancillado" por la religión.

Algunas tendencias parecidas se manifestaron en la Iglesia Católica en el seno del Concilio Vaticano II, muchos de éstas eran justificadas, ya que el elemento "religión" se confundía en muchos ambientes con beatería y las prácticas religiosas incluían una manera de vivir reñida con los principios de la fe. De esto se desprenden algunas reformas post-conciliares, que hacen énfasis en "vivir la fe", más que en el culto. Pero después del Concilio Vaticano II, el clima es de mayor tolerancia y acercamiento a otra Iglesia , lo que facilitó la penetración marxista.

TEOLOGIA DE LA LIBERACIÓN

El tema de la plena liberación del hombre es uno de los temas teológicos más importantes, ha sido enfocado de tal manera que se produjo su desplazamiento del plano teológico al plano político, lo que facilitó su utilización por las fuerzas anti-cristianas para atacar el cristianismo. Realmente, al día de hoy no hay estudios teológicos serios sobre el tema, quizás porque el interés por el mismo surge de una época de crisis de la teología, la que da lugar a la"nueva teología". Todo lo que ésta tenía aparentemente de nuevo, en realidad no lo es, pues bajo el pretexto de la novedad se trata de volver a viejos errores del protestantismo y modernismo condenados por la Iglesia. Durante el pontificado de Pío XI eran inmediatamente condenados, pero en el período post-conciliar, de fraternal acercamiento y colaboración entre todas las

1900509 1

Iglesias cristianas, estas tendencias han sido y son toleradas y aún apoyadas por algunas instituciones de la Iglesia Católica.

La "Teología de la Liberación" nace en el ambiente de la "nueva teología" y principalmente dentro de las corrientes que toma la sociedad como objeto de su estudio, mostrando una tendencia hacia el sociologismo, dando prioridad a la sociedad frente al hombre.

Mientras la teología fue teocéntrica, el marxismo no pudo infiltrarse sino sólo combatirla, pero al convertirse en antropocéntrica y más aún cuando se torna sociológica, se le abren las puertas a la infiltración marxista. Este proceso de cambio en la teología aparece después de la Primera Guerra Mundial, coincidentemente con la aparición dentro del marxismo, del marxismo-leninismo, que proclamaba como lema la "liberación de los pueblos". Pasaron muchos años para que los marxistas comprendieran que mejor que combatir la religión era servirse de ella. La acción comenzó contra la Iglesia Ortodoxa Rusa, cuyo clero o fue exterminado o fue deportado a campos de trabajos forzados, dando lugar a una atroz persecución religiosa. Luego, Stalin colocó en los puestos de dirección de esa Iglesia a sus agentes, transformándola en un instrumento de marxistización del pueblo y sus creencias. Como este sistema dio resultado, los comunistas lo adaptaron a otras circunstancias y otras religiones, comenzando la penetración por la marxistización de la teología protestante, en base a las simpatías de algunos teólogos protestantes por Marx, y también los vínculos de algunos pastores protestantes con movimientos socialistas, especialmente en Alemania, Suiza y Austria. Este proceso se hizo evidente en el período entre las dos guerras mundiales. La infiltración de la teología católica no fue tan fácil debido a la actitud vigilante de la curia romana que intervino severamente contra cualquier intento de infiltración; esto comenzó sólo después del Concilio Vaticano II.

Un esquema simplificado de esta teología es el siguiente: Cristo vino al mundo para liberar al hombre; el cristianismo es un movimiento de lucha por la plena libertad humana; en nuestros tiempos, el hombre es un esclavo del régimen capitalista; todo régimen socio-económico que no sea socialista es esencialmente un régimen de explotación y opresión; los cristianos tienen que luchar contra el esclavizante régimen capitalista; la revolución marxista es el único camino que conduce a la destrucción del mismo y a la construcción de una sociedad socialista [illegible]

19005091

consiguiente cada cristiano debe comprometerse en la lucha por la victoria de la revolución marxista; este es un deber religioso, de ahí el lema "soy marxista porque soy cristiano".(Este lema lo lanzó en Chile el dirigente demócrata-cristiano Jacques Choncho , que fue Ministro de Agricultura del Gobierno marxista de Allende).

Dentro de las Teologías de la Liberación se pueden distinguir tres corrientes: la auténtica, la marxista y la anarquista, de la que hay muy poca información. En cuanto a la corriente auténtica, poco se ha escrito sobre ella a pesar del rico material que hay sobre el tema en las Escrituras. Hay pocas publicaciones y de escaso valor. Hay un ensayo sobre el tema de Monseñor Eduardo Pironio (argentino), que si bien está exento del pensamiento marxista, no está libre de su propaganda, ya que usa términos y expresiones del mismo. Este folleto fue aprovechado hábilmente por los comunistas en su favor.

Las corrientes marxistas de la Teología de la Liberación son las más difundidas, sobre todo en América Latina, habiendo algunos autores que señalan una diferenciación entre las Teologías Marxistas de Liberación y las Teologías Latinoamericanas de la Liberación, siendo en realidad, manifestaciones de las mismas corrientes en distinos lugares.

La síntesis simplificada de la Teología Marxista de la Liberación es: el hombre contemporáneo es un esclavo del régimen capitalista, pues éste es un régimen de explotación y opresión que degenera moral y físicamente a los explotados como también a los explotadores; la revolución marxista es la única fuerza capaz de liberar al hombre del injusto e inhumano régimen capitalista; por consiguiente la Iglesia, como institución fundada por Cristo para liberar al hombre, debería no solamente apoyar la revolución marxista sino inclusive identificarse con ella.

Los autores de los estudios sobre la Teología Marxista de Liberación aceptan el concepto de la revolución marxista exactamente tal como lo presentan los mismos marxistas, sin discutirlo, como un proceso sociológico permanente que transforma la sociedad por la lucha de clases y que lleva fatalmente a la violencia, al desorden y al caos, y a la lucha armada.

Los teólogos marxistas consideran que la misión espiritual de la Iglesia solamente podrá ser realizada cuando en el mundo se imponga

el régimen de justicia social, que a su juicio únicamente es el del socialismo marxista. Los "teólogos" de la Teología Marxista de la Liberación desean que la Iglesia cambie voluntariamente y a sabiendas de posición ante la revolución marxista y que deje de ser su enemiga, como lo es desde Pio XI hasta Juan Pablo II.

Las obras más importantes sobre la "Teología de la Liberación" son: "Libera a mi pueblo", del padre Alex Morelli; "La teología de la liberación", del sacerdote peruano Gustavo Gutiérrez; y "Opresión-liberación: un desafío a los cristianos", del brasileño Hugo Assamán. Si bien la aparición de estas obras es casi simultánea, se nota en el conjunto un método gradual de marxistización de la teología. Así, el libro de Morelli es un intento cauto de pasar de la posición teológica tradicional a la de la teología marxista, incluso este autor publica su obra con censura y aprobación eclesiástica, habiendo sido prologada por el obispo izquierdista de Cuernavaca (México), Monseñor Sergio Méndez Areco.

Morelli comienza analizando la situación socio-económica de América Latina, comentando el "Documento de Medellín"; presentan esta situación como una explotación extremadamente injusta de las masas obreras por unos pocos opresores y como un estado de opresión por la "violencia institucionalizada", es decir, el régimen jurídico. Como argumento dice que cada régimen socio-económico de explotación y opresión aunque la situación económica real de la gente sea muy buena, la Iglesia entonces deberá liberar al hombre por la revolución marxista y a este fin debe servir la "Teología de la Liberación". La única manera contemplada por Morelli para abolir el régimen capitalista es la revolución y la violencia, las que están según él, moralmente justificadas. Se lamenta que el Papa Paulo VI, durante el Congreso Eucarístico Internacional (Bogotá 1968) se declaró contra la violencia.

La "Teología de la Liberación" de Gustavo Gutiérrez se presenta como un estudio mucho más serio y por ende más peligroso. Este sacerdote peruano es el que ha tenido mayor influencia en el pensamiento de muchos cristianos, aún sacerdotes en Hispanoamérica, y es en consecuencia uno de los más discutidos. Gutiérrez comprende perfectamente que no se puede elaborar una teología marxista de liberación sin el previo carbio del mismo concepto de la teología, por eso dedica la primera parte de su estudio a destruir el concepto tradicional de la teología y sus métodos

como también toda la filosofía cristiana en particular su máximo exponente: Santo Tomás. Como comprende que la teología tiene que apoyarse en alguna filosofía y la cristiana no le sirve; opta por Kant y sus seguidores, Hegel y Feuerbach, lo que le permite también introducir el marxismo como única base filosófica de una "nueva teología".

La Teología de la Liberación de Gutiérrez pretende introducir un nuevo concepto de la teología, y luego, de conformidad con él, trata la liberación del hombre del régimen capitalista. Cita muchos autores pero muchos protestantes (no católicos) para tratar de demostrar que la teología tradicional es obsoleta, y una vez rechazada propone un nuevo concepto: "teología como reflexión crítica sobre la praxis". De esta manera, toma una actitud marxista, pues la "praxis" es la esencia misma del marxismo. El libro contiene algunos capítulos sobre la situación latinoamericana, en los que se presenta una imagen del continente de "explotación y opresión" de las masas trabajadoras, de injusticia y esclavitud. Luego trata de presentar al cristianismo como compromiso social. Según Gutiérrez, la "praxis social", es decir, la lucha por un régimen social justo es la esencia del cristianismo, defendiendo, a partir de esto, las actividades de los movimientos revolucionariosaún los extremistas.

"Opresión-Liberación", de H. Assamán. Es un paso definitivo para la completa marxistización de la teología. El mismo autor ya había publicado antes un folleto titulado "Teología de la Liberación", pero en "Opresión-Liberación" no se presenta como teólogo sino como político. Cita en su obra a Marx a menudo, no obstante, se le considera más próximo a Trotsky. Proporciona información sobre la infiltración de algunas instituciones de la Iglesia que ya estarían al servicio de la revolución marxista. Assamán escribe que cuando se define a la teología como "reflexión crítica sobre la acción eficaz", se la identifica con la praxeología. Lo esencial del marxismo es la "praxis revolucionaria" y a ella reduce su "teología de la liberación", es decir, la identifica con el marxismo. Esto lo hace hasta en los pequeños detalles, por ejemplo el concepto del "hombre nuevo" del cual habla San Pablo; corresponde al que quiere formar hoy día -según Assamán- la revolución marxista (ofrece citas de Gustavo Gutiérrez). Cristo es presentado como un modelo de revolucionario. La liberación del pueblo de Israel de

la esclavitud de Egipto, tiene sólo un significado social, económico y político y pasa a ser la base para la interpretación de todo el espacio y el tiempo, haciendo referencia a la liberación del régimen capitalista, etc.. Pero lo más notable es que Assamán va tan lejos, que la liberación del hombre no es sólo del régimen capitalista sino también de las "mistificaciones alienantes" (es decir, del dogma cristiano).

TEOLOGÍA NEGRA

Esta "teología" es un fenómeno norteamericano, vinculado al poder negro (black power). El principal representante de la Teología Negra es James Cone , nacido en 1938 en el seno de la comunidad negra de los Estados Unidos, y ha publicado "Teología y Poder Negro", al que le sigue "Teología Negra de la Liberación", que completa en 1972 con "The Spiritual and the blues: an interpretation", y demás artículos para revistas protestantes.

La teología negra consiste como él lo explica en que cada teología marxista tome en cuenta el contexto social del lenguaje teológico. Por esta razón, la Teología de la Liberación tiene como punto de partida el fenómeno social de la "clase", mientras que la Teología Negra el "color".

Cone, de manera parecida a como lo hacen los demás teólogos marxistas, rechaza el concepto tradicional de teología, ya que no se ajusta a sus fines, no le interesa nada que no tenga una relación directa con la revolución de los negros; dice al respecto: "Nuestra atención se debe centrar en otro punto, a saber: la libertad política, social y económica del pueblo negro" ("Teología Negra", pág. 52).

Se puede seguir el pensamiento de Cone, y explicar así la "Teología Negra" a través de los propios dichos. Para él sólo existen negros y blancos; los primeros buenos, los segundos malos, al punto que afirma la "teología blanca es teología del Anticristo" ("Teología Negra" - pág. 20), mientras que la "Teología Negra es teología cristiana; Dios está exclusivamente en el negro y contra el blanco" (Teología Negra, pág. 21).

Este autor, a lo largo de su obra, hace una exaltación de la "negritud". Para la Teología Negra, no existe lo sobrenatural, lo único que importa para los pueblos es su praxis revolucionaria, basada en la dialéctica, (la lucha de los opuestos). Estos elementos de lucha para Cone, son el blanco y el negro. La Iglesia la forman parte en la actividad revolucionaria de Dios en la liberación política del hombre.

Cristo está identificado sólo con los oprimidos políticamente, y éstos sólo se identifican con los negros; de ahí que Cristo es esencialmente negro. El autor insiste en la esencial vinculación de la Teología Negra con el Poder Negro, que está estrechamente vinculado con la revolución marxista.

LA MARIOLOGÍA MARXISTA DE LEONARDO BOFF

La editorial marxista "Indo American Press Service" (Bogotá-Colombia) durante la III Conferencia Espiscopal Latinoamericana en Puebla (México), publicó cerca de un centenar de libros y folletos bajo el lema "En torno a Puebla", (otra editorial mexicana también publicó en la misma ocasión una decena de libretos de tendencia marxista; se trata de "Centro de Reflexión Teológica A.C."). Desde esta lluvia de libros apareció "María, mujer profética y liberadora. La piedad mariana en la liberación", de Boff.

La devoción de la Virgen y el culto mariano son una de las características más relevantes de la religiosidad latinoamericana, de ahí que los marxistas pretenden instrumentalizar este culto en su beneficio. Este ensayo toma como premisa que el continente americano vivía en "esclavitud y opresión". Presenta a la Virgen María como un modelo de mujer revolucionaria moderna. Para su mariología marxista no existe ninguno de los dogmas marianos tradicionales de la fe cristiana (inmaculada concepción, Virgen Santísima,etc.). Analizando con método marxista el Himno Magnificat, Boff pretende que la única virtud marxista de María es ser revolucionaria y modelo de mujer rebelde.

Para Boff, la Virgen María vivió en estado de opresión porque es virgen, pero también la presenta como oprimida por su propia humildad, porque para él la humildad es opresión.

Luego publicó "Iglesia, carisma y poder", en que sus tesis sobre Jesucristo atentaban contra la fe. Leonardo Boff salta a la notoriedad por la campaña de prensa desatada en su favor por grupos marxistas cuando fue condenado a un año de silencio absoluto, siendo suspendido en sus funciones de educador, escritor y redactor de la Revista Eclesiástica Brasileña. Previo a su condena, había sido llamado a declarar ante la Sagrada Congregación para la Doctrina de la Fe, presidida por el Cardenal Ratzinger.

Es de destacar, que la influencia de la Teología de la Liberación en Brasil, así como la infiltración marxista en la pastoral misionera

1005091

en el mismo país es enorme.

La sanción de Boff produjo una gran polémica en el seno de la Iglesia brasileña, detectándose aún en Uruguay muestras de simpatías de sacerdotes progresistas hacia Leonardo Boff (por ej. Padre Francesco de Atlántida).

El Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Coronel (Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUION

Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Jefe del A-2
Copia 2 - Sr. Jefe del C-2
Copia 3 - Sr. Jefe del E-2
Copia 4 - Sr. Jefe del N-2

en el mismo país es enorme.

La sanción de Boff produjo una gran polémica en el seno de la Iglesia brasileña, detectándose aún en Uruguay muestras de simpatías de sacerdotes progresistas hacia Leonardo Boff (por ej. Padre Francesco de Atlántida).

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

S E C R E T O

28 de octubre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 044

PANORAMA ECONOMICO DE MOZAMBIQUE

1.- INTRODUCCION

La constante declinación económica que se registra en este país africano a partir de hace aproximadamente tres años, se ha acentuado desde el mes de enero de 1985. Esta situación puede ser atribuída entre otras cosas al efecto causado por un período prolongado de sequía alternada con inundaciones, al estado actual de la economía mundial, a la política interna llevada a cabo en el país en dicha área y sobre todo al clima de inestabilidad general por el que atraviesa la Nación y que limita cualquier tipo de desarrollo.

En un intento por mejorar este panorama poco alentador, las autoridades han llevado a cabo una serie de ajustes tales como: la introducción de incentivos para promover el comercio exterior; la firma de un convenio con una compañía aseguradora norteamericana, según la cual los empresarios extranjeros se ven protegidos ante la posibilidad de una nacionalización, integrar el Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional e introducir un código que favorezca las inversiones extranjeras en el país.

A fin de incrementar la producción y particularmente las exportaciones, las autoridades realizaron diversos ajustes que benefician al sector privado, incentivando al mismo para que intervenga en las áreas de agricultura, industrias ligeras, transporte y pesca.

2.- AGRICULTURA

La sequía, las inundaciones y la guerra civil, tuvieron un efecto devastador en este sector. Hacia fines de 1984, el Gobierno anunció que el 37.3% de la población dependía del envío desde el exterior de alimentos para su subsistencia. Si bien algunos observadores

9005092

consideran que estos datos pueden no constituir un reflejo de la situación real, ya que existiría la posibilidad de que el Gobierno hiciera aparecer peor la situación de lo que está a los efectos de despertar simpatías en la comunidad internacional y obtener de esa manera mayor ayuda, no puede negarse que las fuentes de abastecimiento local no son suficientes.

3.- MINERIA

El país cuenta con un potencial minero relativamente sólido, sin embargo desde su independencia, su desarrollo se ha mantenido en un nivel bajo, debido entre otras cosas a los capitales reducidos para aprovechar en la exploración, a un inadecuado equipamiento y a la falta de mano de obra especializada.

La Empresa Nacional de Hidrocarburos (estatal) ha firmado acuerdos de exploración petrolera con compañías de Estados Unidos, Gran Bretaña, Holanda y Japón, sin embargo y de acuerdo a informaciones disponibles, ninguna de estas compañías ha llevado a cabo hasta ahora trabajos de exploración. Los actos de sabotaje por parte de grupos guerrilleros han creado serios problemas en las minas de carbón de Moatize, en cuanto a lo que a transporte se refiere. La producción de esta mina se vio interrumpida en abril del corriente año precisamente por el mencionado problema. Estas minas cuentan con suficiente material, pero dados los inconvenientes a los que aludimos es menos oneroso importarlo de Sudáfrica.

4.- INDUSTRIA Y COMERCIO

a) Industria y Fabricación. Luego de la independencia, el porcentaje de producción en el sector fabril decayó en casi un 20%, por el contrario se han visto incrementadas otras ramas de la industria. Aproximadamente el 47% de estas se encuentran en Maputo o en sus alrededores. El 53% restante se hallan en Beira, Tete, Chimoio y Nacala.

b) Comercio. En su mayoría el mismo se efectúa con países de Occidente tales como Portugal, Holanda, Gran Bretaña, Brasil, Estados Unidos entre otros. La razón sustentada para explicar el motivo de esta elección, es que dichas naciones ofrecen mejores facilidades crediticias. En lo que tiene que ver con Africa, el comercio entre Zimbabwe y Mozambique se ha incrementado a partir de 1980, también es muy fluído el intercambio con Sudáfrica, sobre todo en lo que concierne a sustancias alimenticias, materia prima y repuestos.

5.- INFRAESTRUCTURA DEL TRANSPORTE

Si bien el mismo podría representar una importante ayuda sobre todo en lo que se refiere a las conexiones con los países limítrofes y el exterior en general, lo cierto es que factores tales como el accionar de las guerrillas y cierta negligencia por parte de las autoridades, impiden mantener en forma adecuada estos servicios. En la capital, Maputo, sólo hay treinta ómnibus disponibles para una población de aproximadamente un millón de habitantes, cuando en realidad se necesitarían para cubrir satisfactoriamente el servicio unos 130. La causa de esta situación deficitaria es fundamentalmente la falta de repuestos, los que, debido a la disminución de las importaciones, casi no entran al país.

Además, los intentos de sabotaje perpetrados sobre todo por el grupo "Resistencia Nacional Mozambiqueña" (RENAMO), paralizan a menudo amplios sectores de la red de transporte, lo que evidentemente va en detrimento del desarrollo económico interno, ya que genera una considerable pérdida de ingresos. En lo que va de 1985, la organización mencionada anteriormente logró sabotear nueve puentes y destruir cinco trenes en distintas provincias.

En lo que tiene que ver con los puertos, los mismos son de gran importancia para las naciones vecinas. En reiteradas oportunidades Zimbabwe, Malawi y Sudáfrica los han utilizado, sin embargo, la situación de inestabilidad existente en el país ha hecho decaer en forma importan-

19005092

te el total anual de las operaciones de carga y descarga. En 1971 las mismas representaban unos 19,4 millones de toneladas, mientras que en 1983 esa cifra decayó a sólo 6,6 millones. Los puertos mozambiqueños de Maputo, Beira y Nacala han sido reemplazados por los de Sudáfrica, al considerarse que estos ofrecen mayores garantías.

6.- ENERGIA

Considerando el potencial con que cuenta Mozambique, tanto para su provisión interna como para la exportación de energía, la electricidad podría desempeñar un rol importante en la economía del país. Sin embargo los contínuos sabotajes han hecho que las industrias que se encuentran fundamentalmente en la capital o en sus alrededores deban utilizar la mayoría de las veces usinas de emergencia.

7.- TURISMO

En los últimos tiempos el mismo ha decaído en forma alarmante. En 1974 llegaron a Mozambique unos 70.000 turistas. En 1983 se registraron solamente unos 1.000. En 1974 habían disponibles por lo menos 282 hoteles. En 1983 sólo fueron abiertos cuatro en Maputo, tres en Beira y uno en Nampula.

8.- AYUDA EXTERIOR

Durante 1985, varios países occidentales y del bloque oriental han prometido ayuda de diversa índole a Mozambique.

Francia anunció que su Gobierno garantizaría un préstamo de unos 70 millones de dólares.

El Instituto Italiano de Reconstrucción Nacional señaló que Italia aportaría unos 100 millones de dólares para la reactivación de la mina de carbón Moatize y 18,5 millones de dólares para la reparación de la línea férrea Beira-Moatize.

Estados Unidos garantizó un préstamo de 10,7 millones de dólares para la adquisición de 60.000 toneladas de trigo, maíz y arroz.

9005092

S E C R E T O

La República Popular China donó unas 3.000 toneladas de alimentos y anunció asimismo que un grupo de expertos de dicho país visitaría Mozambique, a los efectos de estudiar eventuales formas de cooperación en las áreas de agricultura e industria naviera y textil.

La Unión Soviética entregó aproximadamente unas 44.000 toneladas de diesel oil, también prometió donar unas 9.000 toneladas de pescado.

La República Democrática Alemana garantizó la entrega de 7 millones de dólares para la adquisición de semillas, granos y equipamiento agrícola.

Bulgaria anunció que entregaría a Mozambique mercadería de consumo, avaluada en 3,5 millones de dólares.

9.- CONCLUSIONES

La recuperación económica del país depende fundamentalmente del grado de seguridad interna que pueda llegar a lograrse en el mismo. La reducción de los gastos utilizados para la defensa por el continuo accionar de las guerrillas, redundaría sin duda en beneficio de otras áreas. La estabilidad de la Nación evidentemente contribuiría a que se incrementaran las inversiones extranjeras, dándole al país un mayor grado de credibilidad a nivel internacional, lo que redundaría fundamentalmente en el fortalecimiento de su economía.

El Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Coronel (Av.)
Roberto C. Leira

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Jefe del A-2
Copia 2 - Sr. Jefe del C-2
Copia 3 - Sr. Jefe del E-2
Copia 4 - Sr. Jefe del N-2

19005092

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia 3 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

S E C R E T O

6 06

9005092

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 30 de octubre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 045/85 - APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

I.- FACTOR POLITICO

El Gobierno Militar instalado el 21 de setiembre de1973, luego de un Golpe de Estado contra el Presidente Salvador Allende, después de un período de relativa tranquilidad interna, enfrentó progresivamente circunstancias críticas, originadas por el deterioro de la situación económico-social y también debido a las presiones provenientes del exterior, impulsadas por activistas políticos y organizaciones de fachada, vinculadas y manejadas por el Comunismo Internacional,

El 11 de Marzo de 1981, el Gral. Augusto Pinochet inició un período constitucional de ocho años de gobierno, de acuerdo con la consulta plebiscitaria del 11 de setiembre de 1980, cuando se aprobó una nueva Constitución. En la nueva Carta Magna se establece que ~~por una parte~~ hasta 1989 rige el Régimen de Democracia Protegida, contando el Presidente de la República con instrumentos jurídicos que le permiten expulsar del país, detener y relegar a los opositores. En 1989 se realizaría una elección con candidato único, elegido por los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas (Ejército, Tte. Gral. Raúl Benavidez; Armada,Almirante José Toribio Merino Castro; Fuerza Aérea, Tte. Gral. Fernando Matthei y Director de Carabineros, Gral. Adolfo Stange)'

Se eligiría ~~asimismo~~ un Parlamento con facultades restringidas, habiendo una tutela permanente, ejercida a través del Consejo de Seguridad Nacional.

La Junta Militar tiene en sus manos los poderes Constituyente y Legislativo hasta 1990. La nueva Carta Magna es fuertemente presidencialista, con pocas atribuciones al Poder Legislativo, con una integración porcentual del Senado, con elementos no electivos y la erradicación de los marxistas.

El Gral. Pinochet, apoyado por el firme respaldo de las Fuerzas Armadas, estuvo sustentado en el ámbito civil por el exPartido Nacional, estimándose el apoyo popular inicial en un 40%. Este consenso es cada vez más reducido, por desacuerdos en las fuerzas provenientes de dicho

partido, las que ahora están separadas en dos vertientes: el Movimiento de Unión Nacional, liderado por el ex Ministro del Interior Sergio Jarpa Reyes y la Unión Democrática Independiente, que lidera el también ex Ministro del Interior Sergio Fernández. Es evidente que el desprestigio del gobierno, ha desalentado a los partidos otorgando posibilidades a los opositores.

Asimismo, luego de 12 años de vigencia de una estructura político militar sólida, el gobierno debió enfrentar una de las peores crisis internas, viéndose obligado a relevar a uno delos principales respaldos del Gral. Pinochet: el Director de Carabineros, Gral. César Mendoza.

La sucesiva detención de efectivos de Carabineros, por presuntos excesos represivos, produjo esta crisis y podría provocar cierta descomposición del respaldo militar que ostenta el Presidente, lo que constituye un dato político significativo.(3)

La pérdida paulatina de consenso del Gobierno dio lugar a una creciente movilización interna de grandes sectores sociales, consolidando en cierta forma un proceso opositor político y sindical.

De todas formas, la oposición política no ha mostrado hasta el momento un panorama homogéneo. Los partidos políticos, sin excepción, reflejan una indudable falta de líderes y una tendencia divisionista que les impide mostrar ante la opinión pública, un frente lo suficientemente confiable, capaz de captar un apoyo ciudadano decisivo.

A.- FRENTE POLITICO OPOSITOR

1.- Alianza Democrática (AD)

Reúne a democristianos, radicales, social-demócratas, socialistas y republicanos. Desde su creación, la coalición mantuvo una continua sucesión de presidentes, lo que impidió mostrar una cabeza representativa y un planteamiento lo suficientemente poderoso como para atraer, de manera efectiva, a las demás fuerzas opositoras.

En virtud de este hecho, la Alianza decidió una reestructuración. Por la misma se creó un Comité Ejecutivo de ocho miembros (uno por cada partido que la integra), se efectúa una rotación de Presidentes por períodos de seis meses (hasta el momento era cada mes) y se mantiene un Secretario General permanente. El primer Presidente es el máximo dirigente de la Democracia Cristiana, Gabriel Valdez y la Secretaría General permanente es ocupada por el también dirigente democristiano Raúl Troncoso.

9005093

Es evidente qeu esta reestructuración otorga un predominio inicial a la Democracia Cristiana, el partido integrante de la coalición con un mayor reconocimiento internacional y una mayor estructura partidaria en el país.

2.- Movimiento Democrático Popular (MDP)

Reúne a las colectividades marxistas, de las que se destacan el Partido Comunista y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Su actividad se centra en la convocatoria a sucesivas protestas de masas, la mayoría de las cuales han culminado con violentos enfrentamientos con las fuerzas del orden. Esto no ha contribuido a la unidad de la oposición, sino por el contrario ha entorpecido cualquier avance del diálogo con las autoridades, por su manifiesta complicidad con el extremismo, En este sentido, el Comité Central del PC reconoció su "simpatía y aprecio" por el Frente Patriótico Manuel Rodríguez(en realidad el brazo armado del PC), movimiento subversivo que se ha atribuido los más importantes actos extremistas contra el Gobierno.

Además el PC revalorizó la lucha armada como método de oposición. Esta pública aceptación de la vía violenta, compromete a quienes apoyan su accionar y por lo tanto imposibilitan cualquier acercamiento con las autoridades. Por ser el partido más importante de la MDP, realizamos un resumen de sus características y creación.

- Partido Comunista de Chile

El PC chileno tuvo su origen en el Partido Socialista Obrero, siendo fundado en 1921 por Luis Emilio Recabarren. Desde su fundación y luego de superar varias etapas en su desarrollo orgánico, se convirtió en el partido mejor organizado, después del PC de Italia y el de mayor influencia continental, después de Cuba.

El PC de Chile tuvo dos períodos de ilegalidad (1928-1931 y 1948-1958) y actualmente se encuentra en la misma situación.

En el aspecto operacional, el PC impulsa la acción subversiva por cuyo intermedio intenta conquistar el poder político y constituir un gobierno marxista.

El Partido funciona en base a los estatutos aprobados en el XI Congreso realizado en 1958. De dicha organización puede destacarse que las autoridades superiores son: el Congreso Nacional; la Confederación Nacional y el Comité Central. Estos tres organismos son centralizados

por el Comité Ejecutivo, El Comité Central es la máxima autoridad partidaria, en los lapsos comprendidos entre la realización de los Congresos. Los órganos ejecutivos de las decisiones del Comité Central son las Comisiones Nacionales que son: Educación, Sindical, Finanzas, Cultura, Agraria, Femenina, Organización, Prensa y Juventud.
La organización de base del PC es la célula. Estas son de dos tipos: de industria y de calle. Las más importantes son las células de industria que se constituyen en los sitios de trabajo. La célula de calle se constituye en el sitio de residencia del militante.
Las Juventudes Comunistas de Chile constituyen para el PC una organización autónoma en cuanto a su organización y a las resoluciones que adopte, siempre que no contradiga la línea política del partido.
Su organismo máximo es el Comité Central de las Juventudes Comunistas de Chile y es responsable ante el Comité Central del Partido.
La maquinaria clandestina del PC depende de la Comisión Nacional de Cuadros, responsable de las Escuelas y Seminarios de Adoctrinamiento preparación de las fuerzas de choque, actividad subversiva y propaganda ideológica.
Consecuente con los principios del internacionalismo, el PC de Chile mantiene relaciones de solidaridad con los demás partidos de su orientación, pero fundamentalmente responde al comunismo de la URSS.
Además, entre las corrientes opositoras cabe agregar al Bloque Socialista, compuesto por fracciones separatistas del núcleo básico integrado a la Alianza Democrática. Esta corriente está en una etapa de definición, tanto en lo formal como en lo doctrinario. Asimismo, recientemente se formalizó la Federación Democrática, conformada por tres partidos de derecha: el Nacional, el Republicano y el Liberal.
En el documento constitutivo se señaló que el objetivo es buscar la restauración de la democracia en Chile y alcanzar un consenso que garantice la estabilidad y funcionamiento de un gobierno libremente elegido.
Esta reseña evidencia que el panorama partidario presenta un gran fraccionamiento, el que ha impedido encauzar una polítca común, capaz de impulsar un proceso de apertura en forma seria y pacífica.
Luego de aparentes recomposiciones del frente opositor, que fracasaron por laposición asumida por el Partido Comunista, el Arzobispo de Santiago, Cardenal Juan Francisco Fresno impulsó un consenso míni

mo entre algunas fuerzas políticas, firmándose un documento llamado "Acuerdo Nacional para la transición hacia la democracia". Este acuerdo reúne a 11 partidos, basados en la Alianza Democrática y en agrupaciones de derecha como la Unión Nacional y el Partido Nacional, excluyéndose a los sectores de ultra derecha, fundamentalmente al movimiento llamado Unión Democrática Independiente y a los marxistas del MDP. El documento establece la elección mediante sufragio universal y directo de un Presidente de la República y de una Asamblea Nacional que tenga competencia para reformar la Constitución y si bien reclama que se realice a corto plazo no fija ninguna fecha.-

Es evidente que este documento apunta a crear las condiciones para una apertura interna, pero fundamentalmente para encontrar consenso internacional. Esto estaría avalado por los pronunciamientos del gobierno estadounidense y del Parlamento Europeo, que apoyan los esfuerzos de la oposición moderada para encontrar salidas pacíficas a la actual situación.

B.- POSICION DEL GOBIERNO

Las autoridades, en distintas etapas, esbozaron una especie de apertura, implementada por el entonces Ministro del Interior, Sergio Jarpa Reyes. El fracaso del diálogo y de un entendimiento con los partidos políticos se hizo inevitable por la exigencia de la oposición del retiro del Gral. Pinochet y su cuestionamiento a la Constitución de 1980, dos temas notoriamente innegociables. Luego del fracaso de la gestión política se produjo un recrudecimiento de las acciones extremistas y de la violencia callejera. Ante esta situación, el Poder Ejecutivo declaró el estricto Estado de Sitio, con serias restricciones de prensa y clausura de prácticamente todos los órganos de oposición (los que habían reaparecido durante la gestión de Jarpa Reyes), siendo reemplazado el Ministro del Interior por el abogado Ricardo García, un desconocido para el ámbito político chileno, con conexiones en organismos internacionales de financiamiento y de la Iglesia. Asimismo, se declaró fuera de la ley a todas las colectividades marxistas agrupadas en el Movimiento Democrático Popular.

Es de destacar que la instancia impulsada por el Cardenal Fresno también ha tenido el rechazo expreso del Presidente Pinochet y de la Junta Militar.

C.- RELACIONES INTERNACIONALES

Ante el evidente aislamiento internacional que soporta Chile, las

relaciones con los Estados Unidos significan un aporte importantísimo para el sustento del Gobierno del Gral. Pinochet. Luego de un período de frías relaciones con Washington durante la gestión del ex Presidente Carter, se produjo un notorio mejoramiento de los vínculos con la llegada al poder de Ronald Reagan.

Estas relaciones se consolidaron con la visita a Chile este año del entonces secretario de Estado Adjunto para Asuntos Internacionales, Langhorne Motley, acompañado por una importante delegación. Esta visita significó un explícito respaldo norteamericano al gobierno del Gral. Pinochet, habiendo declarado que "las democracias del mundo occidental tienen con el pueblo chileno y en su gobierno una deuda de gratitud por lo que hicieron en1973, no solo en beneficio propio, sino también para occidente, en el sentido de la estabilidad del hemisferio en que vivimos".

Asimismo, a pesar de que actualmente no está vinculado al gobierno de los Estados Unidos, la máxima autoridad de la Junta Interamericana de Defensa (JID), el Gral. norteamericano Robert Schweitser, visitó Chile y elogió la gestión gubernamental del Gral. Pinochet, acusando a la prensa internacional de distorsionar la realidad interna del país. El Gral. de los EE, UU. justificó el golpe de estado de 1973, dado que se realizó para "remover un régimen marxista-comunista".

Otro hecho determinante para el mejoramiento de las relaciones entre los dos países, está dado por la sesión por parte del gobierno de Santiago de la Isla de Pascua, para la construcción de una posta de aterrizaje para los transbordadores espaciales. Coincidentemente con este anuncio, el gobierno chileno consiguió una beneficiosa refinanciación de su abultada deuda externa.

Aparentemente, este apoyo, norteamericano estaría garantizado hasta 1989. En este plazo debería reconstruirse todo el aparato administrativo y jurídico, para que se haga posible la realización de elecciones y el tránsito hacia la democracia.

En relación a esto, existirían varios candidatos a la primera magistratura, respaldados por distintos sectores de poder estadounidenses.

La lista estaría encabezada por el ex-Senador democristiano Juan Hamilton, candiato del Departamento de Estado; el ex Canciller Hernán Cubillos, respaldado por el Pentágono y la CIA y también el ex Ministro del Interior Sergio Jarpa Reyes.

II.- FACTOR ECONOMICO

Durante el gobierno de Salvador Allende, la estructura industrial chilena estaba prácticamente en manos del Estado, por la vía de expropiaciones y de las intervenciones de empresas. Otro tanto ocurría con el agro, atacado por una reforma agraria sancionada en tiempos de la Democracia Cristiana. En total, medio millar de empresas industriales estaban en poder del Estado.

El Producto Bruto Interno (PBI) había caído a límites de crecimiento negativo y la inflación alcanzaba al 400% anual. El agro producía bastante menos que las necesidades internas de alimentos.

En los primeros meses del gobierno del Gral. Pinochet hubo una dura puja interna por imponer el modelo económico.

Acosado por la crisis petrolera, ya que Chile importa dos tercios del petroleo que consume, Pinochet decidió dar la conducción económica a miembros de la "Escuela de Chicago".

El modelo redujo drásticamente el gasto público y la inflación, pero provocó una rápida desocupación. Se vendieron las 500 empresas estatizadas por Allende y se conservó para el Estado un reducido grupo de empresas consideradas en el área de la seguridad. Se liquidaron todos los bancos estatales, al punto que hoy existe solo el Central, produciéndose un sistema financiero moderno.

El PBI comenzó a crecer desde 1977 a tasas anuales mayores al 7,5%. Los saldos del balance comercial tuvieron cifras positivas desde 1977 a 1979. La inflación bajó el 31.2% en 1980 y ese año el monto total del comercio exterior alcanzó los 11.000 millones de dólares y la inversión externa los 1.400 millones.

Esta situación se revirtió drásticamente en los años posteriores, evidenciándose un aumento desmesurado de la deuda externa (actualmente más de 20.000 millones de dólares), la que "per cápita" se situó en 1.478 dólares en 1983, la mayor del mundo. El índice inflacionario controlado hasta 1981 (9,5%) tuvo un notorio crecimiento teniendo una proyección para 1985 superior al 35%. Asimismo, el país tuvo una caída del PBI del 20% y la tasa de desempleo llegó al 33%.

El cambio efectuado en la cartera económica, con la asunción del Ministro Hernán Buchi, podría significar un nuevo ajuste de acuerdo

a la "Escuela de Chicago", tratando de volver a darle al país una nueva imagen, al tiempo que se cumplen estrictamente los acuerdos con el Fondo Monetario Internacional.

En relación a la abultada deuda externa, se acordó con el FMI una refinanciación de los pagos que vencían entre 1985 y 1987 (7.250 millones de dólares) con un plazo de 12 años y seis de gracia. Así mismo se lograron nuevos préstamos por 1.900 millones de dólares (a un plazo de 12 años con 5 de gracia) y que por primera vez en la historia el Banco Mundial haya accedido a garantizar parte de los préstamos.

En cuanto a la balanza comercial, se estima que este año tendrá un superavit de 248 millones de dólares. En esto habría influido cierta recuperación en el precio internacional del cobre, que representa el 50% de las exportaciones chilenas.

PETROLEO

El 1984, con una inversión de 800 millones de dólares en el proyecto Costa Afuera (Estrecho de Magallanes) iniciado en 1976, se logró una producción de 8 millones de metros cúbicos, precisamente desde el inicio de los trabajos. Para 1985 se previeron inversiones por 80 millones de dólares para la puesta en producción de 5 plataformas marítimas. La inversión en tierra se sitúa en unos 30 millones de dólares entre los trabajos de exploración y producción. Estos trabajos exploratorios han sido considerados positivos, debido a que se ha encontrado petroleo en los yacimientos de tierra, con perspectivas muy interesantes. Sobre la producción, la cifra de tierra aumentó en 1984 un 40% en relación a 1983, llegando a unos 850.000 metros cúbicos.

La producción del Estrecho de Magallanes llegó en 1984 a los 2.250.000 metros cúbicos.

III.- FACTOR SICOSOCIAL

SINDICATOS

En 1978, con la sanción del "Plan Laboral", se produjo el desmantelamiento del movimiento obrero. En dicha legislación se prohibió toda confederación intersectorial, así como también el derecho de huelga.

Actualmente, si bien no existe actividad sindical legalizada, los

conflictos gremiales y los enfrentamientos callejeros con las fuerzas del orden, son liderados por el Comando Nacional de Trabajadores, cuyo principal dirigente es Rodolfo Seguel, de extracción democristiana. Paradójicamente, las movilizaciones populares de protesta son apoyadas por los marxistas del MDP, quedando en cambio al margen la Alianza Democrática donde predomina la Democracia Cristiana.

IGLESIA

La mayor oposición al gobierno fue llevada a cabo por el Cardenal Primado de Chile, Raúl Silva Enriquez y gran parte de la Conferencia Episcopal. La acción de la Iglesia Católica se centró en la actividad de siete vicarías sectoriales, una de las cuales, la de solidaridad, fue fundamental para propiciar la reivindicación de los "exiliados", los "desaparecidos" y los "presos políticos".

El Vaticano nombró a nuevos Obispos en Chile, sustituyendo al Cardenal Silva Enriquez por Monseñor Francisco Fresno.

A partir de esto, la Iglesia Católica se está caracterizando por una gran prudencia en sus relaciones con el Gobierno, a pesar de la confusión producida por problemas internos, donde una cantidad notoria de sacerdotes trabaja con la izquierda en la contienda política. En el pasado mes de julio se desarrolló un encuentro de pastores y teólogos, al que concurrieron incluso obispos de otros países del continente, condenándose a la llamada "Iglesia Popular".

En el orden político, el Cardenal Fresno está trabajando decididamente por una "reconciliación nacional", tarea que le habría sido encomendada por el Papa Juan Pablo II.

IV.- FACTOR ESTUDIANTIL

Durante 1985, las Universidades han demostrado una actividad política muy importante, con un alto grado de movilización, en algunos casos pacífica y en otros con graves enfrentamientos con las fuerzas policiales.

En las elecciones universitarias realizadas este año, han predominado tres grandes corrientes: Democracia Cristiana, Partido Socialista y un sector de derecha denominado Frente Universitario.

V.- FACTOR SUBVERSIVO

En la actualidad, el gobierno chileno es el único gobierno mili

tar existente en América del Sur y sobre él apuntan todas las campañas en favor de la democracia.

Esta situación sumada al hecho de que no existen perspectivas de cambio a corto plazo, determinó que los grupos y movimientos de izquierda elaboren estrategias violentistas para su derrocamiento.

GRUPOS GUERRILLEROS DE MAYOR ACTIVIDAD EN LA ACTUALIDAD

A.- FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ (FPMR)

Es el movimiento más activo, contando actualmente con experiencia y buena organización. Es el autor de la mayoría de las acciones realizadas en el último año y en lo que va de éste. Este grupo es el brazo armado del Partido Comunista chileno, que es dirigido desde Moscú por Luis Corvalán.

B.- MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA (MIR)

Es el más antiguo de los movimientos guerrilleros chilenos y en el pasado integró la Junta Coordinadora Revolucionaria. En la actualidad promueve la lucha armada, pero se encuentra en proceso de reorganización.

C.- BRIGADAS DE RESISTENCIA POPULAR (BRP)

Es un grupo de escaso valor actualmente.

D.- MOVIMIENTO DEMOCRATICO POPULAR (MDP)

Integrado por el MIR, un sector del socialismo y el Partido Comunista, el PC de Chile apoya toda forma de lucha, incluso la armada para enfrentar al gobierno del Gral. Pinochet.

La metodología de lucha adoptada por la subversión en Chile, es semejante a la planteada en los modelos centroamericanos, que buscan la desestabilización e inseguridad, fundamentalmente atacando el abastecimiento de energía a los principales centros urbanos, combinados con otras acciones.

La subversión está capitalizando especialmente el descontento generalizado que impera a nivel social, debido a la adversa situación socio-económica, caracterizada por los altos niveles de desocupación, la mendicidad y por la proliferación de robos, lo cual configura una situación que tiende a agravarse, mostrando indicios ciertos de intranquilidad creciente.

Además, dicha situación es aprovechada especialmente por los sectores universitarios y gremiales infiltrados por la izquierda, crean

do focos de agitación y de presión en dichos ámbitos en contra del gobierno.

Es de esperarse una escala subversiva de mayor envergadura, debido al progresivo deterioro de la situación y a un mayor afianzamiento y preparación de los movimientos terroristas, especialmente el MIR.

Por parte del gobierno, se implementó una nueva Ley Antiterrorista, que prevé la pena de muerte para ciertos delitos, calificando la conducta terrorista desde la piratería aérea hasta la apología de los actos terroristas. Esta medida de todas formas, no ha sido suficiente para frenar una reactivación continua de los actos terroristas.

VI.- CONCLUSIONES

- En virtud de las circunstancias internas y externas, es previsible que el panorama institucional chileno no tenga variaciones sustanciales hasta 1989, siendo probable incluso, que los sectores políticos que firmaron el "Acuerdo Nacional para la transición hacia la democracia", acepten implícitamente este plazo, como el más viable para sus intereses.

- El fenómeno terrorista y la intransigente posición del marxismo tiene un efecto favorable para la posición del Gral. Pinochet, asegurándole el respaldo de las Fuerzas Armadas como sustento del gobierno.

- La posición de los Estados Unidos y de los países de Europa Occidental, si bien es de respaldo para la acción de los partidos moderados chilenos, también propiciaría un cambio recién en 1989, como forma de no crear enfrentamientos que favorezcan al marxismo.

93

A N E X O "A L F A"

SINTESIS HISTORICO-POLITICA DE CHILE

Graves conmociones sociales procedentes de las condiciones infrahumanas en que vivían los obreros en las salitreras y minas de cobre produjeron movimientos de descontento y huelgas reprimidas violentamente por las Fuerzas Públicas.

Como fruto de estos acontecimientos surge el tipógrafo Luis Emilio Recabarren quien fundó en 1902 un movimiento obrero llamado la Mancomunal de Tocopilia organización que tenía más de sindicato de resistencia que de órgano mutual, convirtiéndose Recabarren en el Jefe indiscutido del ala izquierda del proletariado.

Perseguido emigra y regresa a Chile en 1908. En 1909 se funda en Chile la federación obrera sobre bases mutualistas ingresando en ella los mancomunados de Recabarren.

A raíz de la Revolución Rusa ésta federación obrera tomó el nombre de Partido Comunista e ingresó a la III Internacional.

De 1927 a 1931 gobernó el Coronel Carlos Ibañez; gobierno dictatorial que logra mantener el orden, pero lleva al país a la crisis económica financiera que terminó por producir fuertes reacciones populares y profesionales.

A raíz de estos hechos Ibañez renunció retirándose del país en junio de 1931.

Asume la presidencia Juan Esteban Montero manteniéndose el Congreso y proponiéndose llevar a cabo las Elecciones Presidenciales.

Surgen los siguientes candidatos: Don Arturo Alessandri por la Fuerza de Izquierda, Don Manuel Hidalgo por el partido Socialista y Don Elías Lafferte por los Comunistas.

Gana las elecciones Montero con 183.000 votos contra 100.000 de las Fuerzas de Izquierda , 3000 del Partido Socialista y 2.400 de los Comunistas.

Aprovechando la difícil situación económico-social desde distintos sectores se conspira contra el Gobierno.

Se produce indisciplina en la Aviación y se le confía al Coronel Marmaduke Grove el mando de esa Fuerza en virtud de que no se podía dudar de su lealtad dada su enemistad anterior con Ibañez.

Sin embargo diversos sectores civiles y militares se ponen de acuerdo y derriban el Gobierno de Montero. Uno de estos grupos de tendencia Ibañista lo encabezaba el periodista y ex Diplomático Carlos Dávila Espinosa; el otro de carácter socialista el propio Comodoro del Aire Grove y un tercero

la NAP (Nueva Acción Pública) el joven Abogado Eugenio Matte Hurtado. Estos grupos crearon lo que se llamó la República Socialista, produciéndose en este corto período de un año cuatro cuartelazos y siete cambios de Gobierno.

En Junio del 32 Dávila se adueña de la Moneda deportando a Grove, Matte y otros miembros del anterior Gobierno a la Isla de Pascua acusándolos de comunistas y se adueñó del Gobierno instaurando un Régimen que no tenía más apoyo que la Fuerza,

Se convoca a elecciones Presidenciales con los siguientes resultados: Alessandri 187.000 votos de Radicales, Liberales y Demócratas; Grove con 60.000 votos de las Fuerzas Obreras y elementos Socialistas y Lafferte con 4.000 de los Comunistas.

Con el triunfo de Alessandri el país volvió a la normalidad y los partidos de izquierda desgastados y desorganizados por los últimos acontecimientos obtuvieron escasa representación en el Congreso elegido en 1932.

El Gobierno se dedicó de inmediato al restablecimiento del orden público apoyado en facultades extraordinarias que le fueron otorgadas por el término de seis meses de acuerdo a una ley de Abril de 1933.

Sin embargo, dada la erradicación de las fuerzas de izquierda del Gobierno estas se cambiaron llegándose a tener que establecer la Milicia Republicana que llegó a contar con 50.000 voluntarios armados y disciplinados con el fin de defender por las armas el Régimen Constitucional.

Para asegurar más la estabilidad del Gobierno, se dictó en 1937 la Ley de Seguridad Interior del Estado, muy combatida por la oposición pero mantenida por ésta cuando a su vez llegó al Gobierno.

Durante este período considerado, se habían ido formando nuevas fuerzas políticas algunas de las cuales adquirirían notable influencia en los acontecimientos futuros.

El Partido Socialista. El Movimiento Nacional Socialista. La Falange.

El Partido Agrario. El Frente Popular que al igual que el Movimiento Nacional Socialista tuvo su origen en acontecimientos que se estaban produciendo en Europa. La Internacional Comunista, como forma de contrarrestar a aquéllos, propuso la formación de Frentes Populares que agruparan en una Alianza Política a todos los partidos obreros (Comunistas y Socialistas) y Democráticos Burgueses (Radicales).(Moscú,1935)

El FP fue promovido por el Comunista peruano Eudocio Ravines enviado por

JS 5093

la Internacional Comunista bajo el nombre supuesto de Jorge Montero. Primero se adhirió al Frente del Partido Socialista; luego se pronuncia ron a su favor algunos políticos Radicales pero, la idea fue combatida dentro del Radicalismo por Pedro Aguirre Cerda y muchos otros que se daban cuenta de la influencia que adquiría el Partido Comunista.

El Triunfo de la Izquierda

A todo esto, surgía la sucesión de Alessandri; el Frente Popular debía poner un candidato del Partido Radical dado que constituía la fuerza mayoritaria, logrando la candidatura Aguirre Cerda en votaciones efectuadas en todas las Asambleas Radicales del país; de esta manera Aguirre Cerda de líder Antifrentista quedó convertido en abanderado del FP. Alessandri no lo consideraba idóneo para la lucha contra el Frente Popular, su candidato era Emilio Bello Codesido, con el doble objetivo de liquidar la candidatura de Ross, hacer fracasar enseguida la combinación del Frente Popular, evitando la proclamación de un candidato de la izquierda unida y luego imponer como transacción la candidatura de Bello o de otro cuya mayoría fuera aceptada por la mayoría de la opinión pública Mientras las derechas y las izquierdas se aprestaban para la lucha, apoyada por el movimiento Nacional Socialista surge la candidatura del ex Presidente Ibañez.Estas fuerzas organizaron un gigantesco desfile que impresionó a los partidarios del Frente Popular, circulando al mismo tiempo rumores de un movimiento militar.

Dada las fuerzas por enfrentarse parecía seguro el triunfo dela Derecha Unida.

Sin embargo un suceso inesperado produjo la victoria del candidato del Frente Popular: La matanza del 5 de setiembre.

Los sangrientos sucesos del 5 de setiembre en el que perecieron 63 personas entre ellas algunas que no tenían participación en la revuelta, produjo un vuelco en la opinión en las elecciones presidenciales que se efectuaron el 25 de octubre de 1938 obteniendo el triunfo Aguirre Cerda por sólo 3.773 votos en un total de 440.000.

Los Gobiernos Radicales

Con la elección presidencial de 1938 comienza la serie de Presidentes Radicales elegidos con el Concurso del Partido Comunista, cuya fuerza iba creciendo.

El Presidente Aguirre se mantuvo fiel a los Partidos de Izquierda, integrando su Ministerio sólo con Radicales Socialistas y Democráticos.

El Partido Comunista no aceptó carteras ministeriales conformándose con una cuota proporcional de Intendencias, Gobernaciones y otros cargos que le permitían buscar su engrandecimiento sin tener responsabilidades de gobierno.

Juan Antonio Ríos (1942-1946)

Durante este gobierno, que trató de ser nacional, integrando los Ministerios con figuras de todos los sectores, se suscitaron fuertes reacciones internas dentro de los partidos.

Aquejado de una gran enfermedad, entrega el mando a Alfredo Duhalde.

Poco después, en razón de una manifestación efectuada CTCH, se produce un sangriento choque entre obreros y carabineros, provocando la renuncia del gabinete.

Duhalde nombra Ministros Socialistas en algunos de sus Ministerios conjurando la crisis, pues los obreros de esa tendencia debieron asistir al trabajo en respaldo de los Ministros de sus Partidos.

Gónzalez-Videla (1946-1952)

Este Presidente, que debía su triunfo al Partido Comunista, comenzó su administración con la colaboración de esa fuerza política, pero terminó como un convencido anti-comunista.

Su gobierno fue Radical y Liberal Comunista, integrando su gabinete con tres Ministros de cada fuerza; a los Comunistas se les asignó los de Agricultura, Obras Públicas y Tierra. Los Ministros Liberales debían servir de contrapeso a los Comunistas.

La ruptura entre el Presidente y el Partido Comunista no tardó en producirse. En parte, contribuyó a ello la rivalidad cada vez mayor entre EE.UU. y la URSS.

En este período y en parte por estos hechos, se promulga la ley de Defensa de la Democracia por la cual el Partido Comunista quedó fuera de la Ley y muchos miles de sus militantes eliminados de los Registros Electorales.

Los Independientes Ibañez y Alessandri

Asciende al poder contando con 446.000 votos, alcanzando Allende en estas elecciones 52.000.

Su gobierno se caracterizó por fuerte oposición y el dominio Radical en la Administración Pública que formaba una especie de quinta columna contra el Gobierno.

La desorganización económica financiera desencadena el alza de precios originándose en Valparaíso atentados contra los vehículos y en alumbrados

públicos, produciéndose las llamadas asonadas en abril debiéndose hacer intervenir a las Fuerzas Armadas para impedir el Asalto a la Moneda.
En este clima difícil la opinión pública comienza a preocuparse por las Elecciones de 1958.
El bloque parlamentario formado por Radicales Socialistas y Democristianos logró la derogación de la Ley de Defensa de la Democracia y se revalidaron las inscripciones anuladas de los comunistas.
En la Elección Presidencial triunfó Alessandri, pero cabe hacer notar que tanto Allende con él y el FRAP estuvieron a un paso del Poder si consideramos que en la lucha electoral surgió una pintoresca candidatura de un excura que se había convertido en el caudillo de sectores popula
res logrando 41.000 votos que se le restaron a Allende.

Los Revolucionarios Frei y Allende

A los dos Presidentes que sin partido llegaron al Poder le sucederán otros dos que se proclamaban revolucionarios. Frei con su Revolución en Libertad y Allende con una Revolución Marxista que se disfrazó con una vía chilena del Socialismo.
Frei sostenía que los cambios sociales indispensables sólo podrán tener lugar por el concepto nuevo que la Democracia Cristiana significa que en la organización del Estado y en los fines y estructuras del régimen económico y social del país, dado que el capitalismo y el marxismo no son soluciones eficaces para los problemas concretos de la nación chilena en la actual realidad histórica. A esta especie de doctrina que nunca se le pudo definir con claridad se le llamó comunitarismo.
Durante su presidencia surge el MIR bajo la jefatura del estudiante Universitario Luciano Cruz que lograron dominar por la fuerza todo el panorama socio-político de Chile.
Se crea la Unidad Popular, combinación Política integrada por la Izquierda Democrática y la Izquierda Marxista. El MIR, que no la integraba, la apoyaba con su brazo armado.
Contrariamente al frente popular del año 39, cuya base era el Partido Radical en esta Unión Popular, prevalecía el Marxismo, y el Radicalismo era una minoría totalmente infiltrada.
Su candidato fue, luego de luchas internas, el Socialista Allende sobre el Comunista Neruda, el Radical Baltra y otros.
La contienda electoral se caracterizó por la violencia, huelgas, enfrentamientos armados y grandes concentraciones de masas, pero la elección

presidencial se efectuó con absoluta normalidad; la mayoría con 1.070.000 votos, lo que le daba el 36.30% de los sufragios fue obtenida por Allende sobre Alessandri con 1.031.000 sufragios.

Así obtuvo Allende la primera mayoría relativa que el Congreso debería resolver.

Luego de una serie de cabildeos, la democracia cristiana a cambio de la aceptación por Allende de un estatuto de garantías democráticas dio ganador a Allende.

El Congreso aseguraba así la elección del Candidato Marxista-Leninista que representaba a un tercio de los chilenos.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 08 de noviembre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 046/85

EVOLUCION DEL MOVIMIENTO SUBVERSIVO

COLOMBIANO

I.- ANTECEDENTES

La historia de la lucha armada en Colombia se pone de manifiesto a partir del asesinato del dirigente liberal Jorge GAYTAN, en 1948, que dio lugar al estallido de una guerra civil entre liberales y conservadores que se conoce mundialmente como el "bogotazo".
De este conflicto surgieron una serie de grupos armados inorgánicos que organizaron la lucha, la cual salió de sus causas originales.
Dentro de esta situación se destaca el llamado "bandolerismo indígena" un producto de la guerra civil, utlizado por el Partido Comunista Colombiano, que se encargó de exacerbar los tumultos que siguieron al asesinato de GAYTAN.
El bandolerismo indígena se convirtió en una característica de la vida rural colombiana. Solo en 1961 fueron muertos 3.000 hombres entre soldados, campesinos y bandidos.
El 15 de julio de 1956 se concertó una tregua entre el partido Liberal y el Partido Conservador y se creó un"Frente Nacional que permitía a las dos partes gobernar juntas con un Presidente alterno lo que dio como resultado que muchos grupos armados se disolvieran.
Cuando se restableció, la paz, el Partido Comunista reanudó su política de infiltración urbana, pero mantuvo el apoyo tácito de los grupos de bandidos, pretendiendo justificar la continuación de la lucha, reivindicando una rebelión campesina.
Durante el período de gobierno del Presidente VALENCIA (1962-66) el ejército sofocó la actividad de los bandidos. Para mediados del año 1966 se mantenía solo un destacado jefe de los bandidos: Manuel MARULANDA VELEZ ,ALIAS "Tirofilo", principal dirigente de las luego llamadas Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), fundadas en 1966. Las llamadas Repúblicas de campesinos (zonas controladas por los bandidos) fueron sometidos al control del gobierno. Este éxito se debió a un aumento de la eficacia del ejército, que contó con un mejor equipamiento

780508
EQUIPAMIENTO

y un mayor adiestramiento. Asimismo se utilizó una profusa propaganda y un accionar cívico-militar, que cambió la actitud de campesinos ante los militares y restó el apoyo que se le brindo a los bandidos. La política general del P.C.C. fue de apoyo verbal, especialmente para las "republicas independientes" que el partido consideraba que eran zonas de autodefensa campesina, estimulando las invasiones de tierras. En los manifiestos del Partido se reconoció el papel de la lucha armada.

Paralelamente otros grupos extremistas de ideología castrista, propugnaron tácticas de guerrilla, aunque en gran parte resultaron inefectivos. El más importante de estos grupos fue el Movimiento de Obreros, Estudiantes y Campesinos (M.O.E.C.), que tuvo sus orígenes en 1959 y que se dedicó al terrorismo urbano y rural.

Muchos de sus dirigente fueron adiestrados en Cuba y dicho movimiento recibió una amplia asistencia de La Habana. Las relaciones del embajador cubano con el M.O.E.C. motivaron su expulsión de Colombia en setiembre de 1960. La muerte de su principal dirigente, Antonio LAROTTA, en 1961 hizo declinar el movimiento el cual concretó una alianza con el Partido Comunista de Colombia pro-chino.

En 1962-63 el grupo más destacado respaldado por los cubanos era el Frente Unido de Acción Revolucionaria (F.U.A.R.), que se dedicaba al terrorismo urbano.

En enero de 1965, surge el Ejército de Liberación Nacional (E.L.N.) pro-castrista, cuya primera acción fue un ataque a una pequeña ciudad del departamento de Santander. Este grupo contó con la ayuda y el adiestramiento de Cuba, llegando incluso a tener una "representación diplomática" en La Habana, en 1968.

En 1966, los grupos bajo la dirección de "Tirofijo" tuvieron una reunión con el Partido Comunista Colombiano pro-Moscú y formaron las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (F.A.R.C.).

El agente de enlace de P.C.C. con las F.A.R.C., Manuel CEPEDA VARGAS, asistió en 1967 a la conferencia de la O.L.A.S. celebrada en La Habana.

El fenómeno guerrillero agota a Colombia desde hace 30 años. Durante este período murieron entre soldados, guerrilleros y civiles más de 80.000 personas. En este lapso de 30 años, 25 se han vivido bajo el estado de sitio.

II.- PRINCIPALES MOVIMIENTOS SUBVERSIVOS

En la actualidad operan en Colombia 4 grandes grupos subversivos: los

F.A.R.C., el M-19, el E.P.L. y el E.L.N. Paralelamente actúan otros grupos menores como: Ricardo FRANCO, un grupo disidente de los FARC y el Quintin Lame, un grupo indígena que tendría el apoyo del M-19.

A.- FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA (FARC)

A pesar de que su denominación data de 1966, se considera que es el movimiento subversivo más antiguo de América, siendo una continuación del llamado 'Bandolerismo Indigena".

Ideológicamente responde al Partido Comunista de Colombia, línea Moscú. Su principal dirigente es Manuel MORULANDA VELEZ, alias "Tiro fijo", que tendría bajo su mando un total de 15.000 hombres armados. Su área de acción se centra principalemtne en el Departamento de Antioquía, con incursiones en el departamento de Cauca.

Luego de firmada la tregua en 1984 con el gobierno del Presidente BENTANCUR, decidió iniciar su actividad política mediante la creación de la "Unión Patriótica" con miras a participar en las elecciones de 1986. Esta decisión no fue aceptada por la totalidad de los dirigentes de la F.A.R.C., escindiéndose un grupo que se denominó Ricardo Franco, que mantiene la lucha armada contra el gobierno.

B.- EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (E.L.N.)

Creado en el año 1965, este movimiento pro-castrista, adoptó el modelo cubano como método de lucha, definiéndose como nacionalista. Sus dirigentes son universitarios y su objetivo inmediato era "conquistar el poder para el pueblo con la insurrecicón como forma básica de lucha".

Actúa en la zona rural del departamento de Santander y en el departamento de Cauca, donde ha centrado sus ataques contra compañías petroleras norteamericanas: el E.L.N. no suscribió a la treguas con el gobierno.

C.- EJERCITO POPULAR DE LIBERACION (E.P.L.)

Este movimiento fue fundado en 1970, es de tendencia marxista leninista y su principal dirigente es Ernesto ROJAS. Estableció una línea dialoguista con el gobierno propiciando la tregua con el gobierno.

D.- MOVIMIENTO 19 DE ABRIL (M-19)

Fundado en la década del 70, este movimiento carece de comando central evidenciando problemas de jefatura. Su modalidad operativa deter

mina que tenga cierta similitud con el movimiento "Tupamaro". A pesar de ser relativamente menor, este grupo es el segundo en importancia de Colombia representando el frente urbano y brazo armado de la Alianza Nacional Popular (ANAPO) partido populista actualmente desaparecido. Su tendencia es pro-socialista centrando sus actividades en Bogotá.

El mayor de sus grupos de acción es la regional Bogotá con cuatro columnas contando además con cinco: "guerrillas móviles" que actúan en la zona rural. El M-19 aprovechó la tregua con el gobierno para establecer una estructura política y propagandística en barrios pobres de las principales ciudades organizando los llamados "Campamentos de la paz donde se llevaron a cabo tareas de adoctrinamiento de la población". Como táctica operativa prevén una combinación de la lucha en el campo hacia las ciudades con insurrecciones parciales de la población. Asimismo prevén que esta estrategia revolucionaria se irá extendiendo hacia América Latina, recurriendo a la colaboración revolucionaria y al internacionalismo guerrillero. El M-19 tendría cumplir concesiones internacionales y estaría recibiendo armamento vía Ecuador y Venezuela.

En cuanto a las relaciones entre los diversos grupos subversivos, luego de rota la tregua con el gobierno se han puesto de manifiesto notorias discrepancias entre algunos de ellos. En la zona de Cauca, se está desarrollando una guerra entre grupos rebeldes (M-19, Ricardo FRANCO y Quintín LAME) que buscan el dominio político entre los indígenas.

En general, los grupos guerrilleros que actuaron en el país antes y después de la amnistía, han conquistado sus acciones en la zona central del país, conocida como Magdalena medio en los límites con los departamentos de Cundinamarca, Caldas, Antioquía, Santander, Bolinar, Boyacá y César, La zona comprende 50.000 km. con cerca de 1 millón de habitantes. Los grupos guerrilleros escogieron la región por:

1.- Ser una zona rica, especialmente en agropecuaria.

2.- En la región se encuentran importantes yacimientos petrolíferos.

3.- Es una zona selvática habitada por gente que antiguamente tuvo relación con grupos armados que actuaron en la guerra civil.

4.- Existen sindicatos poderosos que responden el partido Comunistas.

III.- NARCOTRAFICO Y SU VINCULACION CON LA SUBVERSION

Es una actividad que desde hace muchos años ha dado más ingresos a Colombia que el café. Algunos de sus jefes poseen fortunas superiores a los 2 mil millones de dólares. La organización tiene una importante infraestructura contando con barcos, aviones, embarcaciones y aeropuertos particulares.

Las conexiones entre la guerrilla y el narcotráfico son evidentes, existiendo un apoyo mutuo entre ambas organizaciones. Los grupos guerrilleros brindan protección a los narcotraficantes a cambio de armas y apoyo económico. Una prueba de la colaboración entre subversivos y narcotraficantes fueron las declaraciones del fallecido jefe del M-19, Ivan MARINO OSPINA, quién solicitó a los narcotraficantes "que cumplieran su amenaza de asesinar a 5 funcionarios norteamericanos por cada colombiano estraditado",

IV.- PRINCIPALES HECHOS TERRORISTAS

- En 1974 el M-19 robó la espada de Simón BOLIVAR.
- En febrero de 1980 el M-19 copó la embajada de la República Dominicana en Bogotá tomando 19 rehenes, entre ellos 14 embajadores. Mediante esta acción los guerrilleros lograron la liberación de un importante número de subversivos que obtuvieran salvoconductos para Cuba.
- En diciembre de 1983 el E.L.N. secuestró al hermano del Presidente BENTANCUR, el mismo fue liberado luego de la mediación de Fidel CASTRO, hecho que evidencia la dependencia de este grupo subversivo del gobierno cubano.
- En mayo de 1984 fue asesinado el Ministro de Justicia Rodrigo LARA BONILLA.
- En julio de 1985 fue asesinado en Bogotá el Juez Julio Manuel CASTRO GIL, investigador del crimen del Ministro de Justicia.
- En octubre de 1985 se perpetró en Bogotá un atentado contra el Comandante en Jefe del Ejército, Gral. Rafael ZAMUDIO MOLINA, reivindicado por el M-19.
- El 6 de noviembre del corriente año un Comando armado del M-19 copó el palacio de Justicia en Bogotá tomando como rehenes a 10 magistrados durante los enfrentamientos que se produjeron con el ejército habían muerto 28 personas, entre ellas 18 guerrilleros.

El objetivo del M-19 sería entregar un documento con exigencias sobre el proceso de paz del gobierno.

V.- PROCESO DE PACIFICACION DEL GOBIERNO

Inmediatamente después del asumir su cargo, en agosto de 1982, el Presidente Belisario BETANCUR inició un proceso para concretar la paz con los grupos subversivos, con todo tipo de concesiones.

En primera instancia el mandatario remitió a las cámaras una ley de amnistía mediante la cual se otorgó la libertad a una importante cantidad de subversivos. Muchos de los liberados se reincorporaron a la lucha armada y los que pretendieron readaptarse a la sociedad, caso del ideólogo del M-19 Carlos TOLEDO PLATA, fueron asesinados.

A mediados de 1984 el Presidente BETANCUR creó una Comisión de Paz, integrada por representantes del gobierno, de los partidos políticos y de la guerrilla, pactando una tregua con los F.A.R.C., el M-19 y el E.P.L. Dentro de estos grupos los F.A.R.C. fue la que más se ajustó a los términos de la tregua, con excepción del grupo disidente "Ricardo FRANCO".

El M-19 fue el grupo que sucesivamente adoptó actitudes que hicieron peligrar la paz, llevando a cabo acciones armadas a la vez que mantenía su estructura política en las ciudades durante los 14 meses que duró la tregua.

Este proceso tuvo una ruptura formal en setiembre de 1985 cuando el M-19 anunció su decisión de renudar las acciones armadas.

VI.- SECTORES OPUESTOS AL PROCESO DE PACIFICACION

A.- Las Fuerzas Armadas han mantenido una posición francamente contraria a cualquier negociación con la guerrilla, negándose a abandonar una posición de combate y planteando incluso sus discrepancias con el gobierno.

B.- La iglesia ha solicitado mayor energía por parte del gobierno para actuar contra la subversión. La Asamblea del Episcopado reunida en Bogotá, aprobó una resolución final en la que enjuicia al gobierno y condena a los grupos subversivos.

C.- En relación a la opinión pública, una encuesta realizada en mayo de 1985 dió como resultado que el 85% de los colombianos no está satisfecho con el resultado obtenido con la firma de la tregua y el alto al fuego entre el gobierno y la guerrilla.

VII.- CONCLUSIONES

- La evolución del proceso subversivo colombiano, pone en evidencia la permanencia del objetivo fundamental de los distintos grupos guerrilleros, que es la toma del poder mediante la lucha armada.
- Se ha puesto de manifiesto que el proceso de pacificación iniciado por el Presidente Belisario BETANCUR ha fracasado en todos sus términos, sirviendo únicamente a los intereses de los grupos subversivos que por un lado logran un respiro cuando son acosados por las Fuerzas Armadas y por otro llevan a cabo una campaña de adoctrinamiento de la población y un rearme efectivo de sus grupos.
- Se evidencian contactos entre diversos grupos guerrilleros del continente y conexiones operativas entre las organizaciones subversivas de Colombia, Ecuador y Perú.
- La acción emprendida por las Fuerzas Armadas contra los ocupantes del Palacio de Justicia, confirmando su posición contraria a cualquier negociación con la guerrilla, ha obligado al gobierno a un notorio cambio de actitud frente al hecho consumado, respaldando al Ejército y negándose a negociar con los subversivos.
- No es descartable que en este cambio de actitud, también hayan influido intereses electorales) con vistas a los comicios de 1986, en virtud de que se ha puesto de manifiesto un contundente rechazo de la opinión publica hacia la política de paz emprendida por el Gobierno.
- Las diferentes actitudes de gobernantes colombianos en situaciones análogas: copamiento de la Embajada Dominicana en 1980 por parte del M-19, tomando como rehenes a 14 Embajadores y copamiento en 1985 del Palacio de Justicia, tomando como rehenes a 10 magistrados, estarían dadas por las diferentes repercusiones de los hechos. En el caso de la Embajada Dominicana el Presidente Turbay AYALA habria negociado por las negativas repercusiones a nivel internacional que hubieran ocacionado la muerte de algún Embajador. En el presente caso, se habría adoptado una posición de firmeza por parte del Presidente BETANCUR, al tratarse de un hecho que involucraba solamente a ciudadanos colombianos.
- Otra cosa a considerar en similares situaciones, estaría dado entre el presente caso y la toma en Nicaragua del Palacio de Gobierno por parte de los sandinistas, en el que SOMOZA negoció con los guerrilleros

marcando notable diferencia de concepto a pesar de tratarse de dos regímenes completamente diferentes.

- Finalmente, la acción emprendida por el M-19, que costó la vida a todos los integrantes del comando, incluyendo a 6 cabecillas, habría estado dirigida a negociar en términos similares a los concretados durante la toma de la Embajada dominicana. En esta ocasión, la posición de fuerza del gobierno hizo fracasar los objetivos de los insurgentes.
- Es de destacar la actitud suicida de los guerrilleros ante el fracaso de la operación, indicando un cambio apreciable en su accionar, similar al utilizado por grupos guerrilleros de Medio Oriente.

VIII.- DATOS COMPLEMENTARIOS SOBRE COLOMBIA

Anexo "ALFA".

XX.- COPAMIENTO DEL PALACIO DE JUSTICIA

Anexo "BETA".

A N E X O "A L F A"

DATOS COMPLEMENTARIOS

Superficie	1.141.748 kilómetros cuadrados.
Situación	Limita al N. con el Mar Caribe; al E. con Venezuela y Brasil; al S. con Perú y Ecuador, al O. con el Océano Pacífico y al NO. con Panamá.
Población (1981)	28.776.000 habitantes.
Capital	Bogotá (4.293.913 habitantes).
Moneda	Peso
Ingreso por habitante (1981) ..	1.380 dólares.
Alfabetismo (1980)	81%.
Reservas Internacionales	1.261 millones de dólares (1984)
Deuda Externa	10.800 millones de dólares.
Tasa anual media de inflación..	23,8% (1972-82)
Exportaciones	3.095 millones de dólares (1982)
Importaciones	5.478 millones de dólares (1982)
Gobernantes	1942-45 ... Alfonso LOPEZ
	1945-46 ... Alberto LLERAS CAMARGO
	1946-50 ... Mariano OSPINA PEREZ
	1950-53 ... Laureano GOMEZ-Roberto URDANETA
	1953-57 ... Gustavo ROJAS PINILLA
	1957-58 ... Junta Militar
	1958-62 ... Alberto LLERAS CAMARGO
	1962-66 ... Guillermo LEON VALENCIA
	1966-70 ... Carlos LLERAS RESTREPO
	1970-74 ... Misael PASTRANA BORRERO
	1974-78 ... Alfonso LOPEZ MICHELSEN
	1978-82 ... Julio César TURBAY AYALA.
	1982-85 ... Belisario BETANCUR

A N E X O "B E T A"

COPAMIENTO DEL PALACIO DE JUSTICIA

Un comando armado del Movimiento 19 de Abril (M-19) copó por un lapso de 27 horas el Palacio de Justicia en Bogotá. Los guerrilleros, en un número no precisado, tomaron como rehenes a 10 magistrados.

En primera instancia se produjo un intento del Ejército por controlar la situación e incluso dos tanques blindados penetraron en el Palacio de Justicia, con un saldo inicial de muertos de aproximadamente 28 personas, de las cuales 18 serían insurgentes.

Asimismo, tanques "Cascabel" dispararon constantemente sus ametralladoras contra el edificio de la cárcel, la que también se intentó copar por parte de los guerrilleros.

El Presidente BETANCUR se reunió con su Gabinete Ministerial y aprobó la acción del Ejército.

El objetivo de los guerrilleros presumiblemente era el de entregar un documento con exigencias sobre el proceso de paz del gobierno.

Finalmente en una operación combinada de la Policía y el Ejército, se logró controlar la situación. El saldo del hecho arrojó un número superior a las 50 víctimas, entre magistrados, efectivos de seguridad y los miembros del M-19. Los guerrilleros mataron a 7 magistrados y se suicidaron antes de ser arrestados.

Entre los subversivos muertos figuran 6 cabecillas del M-19, incluso uno de los fundadores del movimiento, Andrés ALMARALES.

El Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel. (Av.) Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - A-2

Copia Nº 2 - E-2

Copia Nº 3 - C-2

Copia Nº 4 - N-2

El Jefe del Depto. II (Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Jefe del Dpto. I/S.I.FF.AA.

9005094

DE COMANDANTES EN JEFE
DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
NTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 8 de noviembre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 047/85

TIVIDADES DEL TERRORISMO INTERNACIONAL EN AMERICA LATINA

Las actividades del terrorismo internacional se incrementaron en forma significativa entre los meses de julio y agosto del presente año, particularmente en lo referente a cantidad de atentados y víctimas. La mayoría de los mismos se llevaron a cabo en América del Sur, Europa Occidental y Medio Oriente, según el siguiente cuadro:

América del Sur.....79 atentados.....37,0%
Europa Occidental....46 atentados.....21,0%
Medio Oriente.....39 atentados.....18,0%
América Central.....21 atentados.....10,0%
Asia.....17 atentados.....8,0%
Africa.....11 atentados.....5,0%
Oceanía.....3 atentados.....1,0%
América del Norte.....0 atentados.....0,0%
Europa Oriental.....0 atentados.....0,0%

En América del Sur, Perú y Colombia son los países donde ocurrieron, en el período anteriormente mencionado, la mayor cantidad de actos terroristas, así como también los más violentos, aproximadamente unos 28 en cada nación.

En Perú, las acciones perpetradas por "Sendero Luminoso" continúan creciendo tanto en cantidad como en sofistificación. Un ejemplo de ello lo constituye el hecho de que por primera vez sus integrantes utilizaron coches-bomba accionados a control remoto. El mencionado grupo pone en evidencia así su poca disposición a dialogar con el Gobierno.

En Colombia, las actividades terroristas se mantienen en un mismo ritmo de intensidad desde el pasado mes de marzo. A pesar de su-

9005095

frir importantes bajas en la confrontación con las fuerzas de seguridad, el Movimiento 19 de Abril continúa siendo el grupo guerrillero de mayor actuación. Como consecuencia de estos enfrentamientos falleció Iván Marino OSPINA MARIN, máximo líder del M-19, en una operación combinada del Ejército y la Policía contra dicha organización subversiva. Precisamente, la muerte de este líder hace pensar en un recrudecimiento de las acciones de esta organización. Se destaca que fue comprobada la existencia de enlaces entre el M-19 y el grupo ecuatoriano "Alfaro Vive", por lo menos en dos operaciones realizadas conjuntamente por ambos países.

Las autoridades colombianas, además de incrementar la lucha contra el terrorismo a nivel interno, actúan en todas direcciones incluyendo la prevención de secuestros de aviones, para lo cual se creó un comando especial para combatir esta forma de terrorismo.

En el Ecuador, aunque la violencia es incipiente, se debe resaltar la actitud decidida del Presidente León Febres Cordero, que no acepta negociar con los terroristas, conduciendo personalmente la operación de rescate del banquero secuestrado por los guerrilleros de los grupos ecuatorianos "Alfaro Vive" y del colombiano M-19.

CONCLUSIONES

- Los países donde el terrorismo tiene mayor incidencia son Perú y Colombia.

- Los procesos de pacificación, a través de leyes de amnistía, han puesto de manifiesto que no favorecen la misma, sino que producen efectos contrarios..

- La aparición de coches-bomba en Perú y Chile, determina una nueva modalidad terrorista que hasta el presente solo había sido utilizada por grupos terroristas de Europa Occidental y Medio Oriente.

- Ante la falta de eficacia de las medidas de pacificación, por medio de amnistías, los Gobiernos procuran emplear medios más perfeccionados para intensificar el combate al terrorismo, que se muestra cada vez más destructivo.

9005095

- Quedó comprobada la interrelacion entre los grupos guerrilleros M-19 de Colombia y "Alfaro Vive" de Ecuador.

- Es de destacar la actitud suicida de los terroristas colombianos del M-19, en actitud semejante a la de sus similares árabes.

- La Ley de Amnistía y Pacificación en Colombia, permitió en general, que los movimientos guerrilleros ganaran espacio político y tiempo real para reorganizarse, armarse y adoctrinar a sus militantes por medio de campañas políticas, para posteriormente, a la luz de los acontecimientos, aparecer con mayor virulencia.

- COMO CONCLUSION GENERAL SE EXTRAE QUE: EN LA REALIDAD TODOS LOS INSTRUMENTOS PACIFICADORES DEL TIPO AMNISTIA QUE LOS GOBIERNOS UTILIZAN COMO MEDIDA POLITICA PARA NEUTRALIZAR LAS ACTIVIDADES DE LOS MOVIMIENTOS GUERRILLEROS, HAN SIDO CONTRAPRODUCENTES, EN LA MEDIDA QUE PERMITEN QUE DURANTE LA VIGENCIA DE LEYES DE PACIFICACION, LAS ORGANIZACIONES TENGAN ESPACIO POLITICO Y TIEMPO PARA PREPARARSE PARA INCREMENTAR SUS ACCIONES, AL CONTAR CON UN MARCO LEGAL QUE LES PERMITE UNA ACTIVIDAD PUBLICA SIN RESTRICCIONES. ES UN CLARO EJEMPLO DE LA ACTUAL SITUACION COLOMBIANA. //

ANEXO "ALFA": ACTIVIDADES TERRORISTAS EN AMERICA DEL SUR.

9005095

S E C R E T O

ANEXO"ALFA": ACTIVIDADES TERRORISTAS EN AMERICA DEL SUR

ARGENTINA

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

JUN - Existiría un subcentro operacional logístico de coordinación guerrillera que abarcaría la parte Norte y Centro de Argentina (Campamentos en Tules, Monteros y Tafi Viejo, los que contarían con unos 1.400 efectivos y en donde se manejarían drogas y armamentos). (Memo. del Dpto. II/07JUN85. EVAL.: B-3)

02JUN - 5 hombres fuertemente armados coparon el Parador de ómnibus PARAME, sito en la ruta 9 Km. 170, en un operativo que se extendió por más de 1 hora (Prensa).

03JUN - 1 bomba de regular poder estalló en el edificio donde resi de el Cnel. (R), César Emilio AMADOR; el atentado fue reivindicado por un autodenominado "Grupo Comando Tte. Masaferro" (Prensa).

12JUN - Mientras se intentaba desactivar una bomba colocada en la sede de los tribunales de la Ciudad de Rosario (Provincia de Santa Fe) resultaron heridos 2 policías. (Prensa).

10JUL - 1 grupo de desconocidos baleó desde un automóvil el domicilio del ex-ministro de Economía bonaerense, Ramón MIRELLES, hiriendo a un Sargento afectado a su custodia.

21JUL - Tres individuos que se identificaron con chapas de la Policía bonaerense asaltaron una residencia en City Bell, reduciendo y torturando al matrimonio propietario de la vivienda y a un Tte. 1º Médico en actividad.

AGOST. - El resultado que arrojó el relevamiento aerofotográfico efectuado por aviones de la Fuerza Aérea en las zonas montañosas y selváticas de las provincias de Catamarca, Tucumán, Salta y Jujuy, plantea la posibilidad de que en esas regiones se esté preparando un rebrote guerrillero. Dicho relevamiento había determinado con precisión la presencia de nuevos pobladores en zonas cuyas condiciones ecológicas no justificarían esos asentamientos. (P.E.I. Nº 137/85).

AGOST. - Elementos pertenecientes al Movimiento 26 de Marzo estarían desplegando actividades de adiestramiento político y propaganda en la Provincia de Buenos Aires (Capital Federal y La Plata) contando con 8 locales.

9005095

Asimismo, habrían mantenido reuniones con elementos del P.C. y del Movimiento Montoneros.

Se habrían detectado posibles actividades de entrenamiento militar en el Delta y el Sur entrerriano (P.E.I. Nº 151/85. EVAL.: B-3).

AGOST. - Se habría realizado en Mendoza una reunión de alto nivel entre extremistas chilenos y de otros países, para coordinar acciones contra el gobierno chileno (P.E.I. Nº 140/85. EVAL.: B-3)

26SET - Estalló un artefacto explosivo de regular poder en el principal canal de televisión del Estado, causando daños materiales. (Inf. de Argentina Nº 097).

03OCT - Una violenta explosión ocasionada por una bomba destruyó en Buenos Aires un jardín de infantes de niños judíos, produciendo daños materiales. (Inf. de Argentina Nº 101).

03OCT - Una poderosa bomba destruyó una oficina del Partido Justicialista en Córdoba. (Inf. de Argentina Nº 101).

07OCT - Una bomba de considerable poder, colocada en un automóvil del Ejército, estalló en la vivienda del Cnel. Javier de GUERNICA provocando daños materiales (Inf. de Argentina Nº 103).

09OCT - Una bomba causó graves daños en la vivienda del Almirante (R) Juan FRIAS (Inf. de Argentina Nº 105).

15OCT - Un artefacto explosivo estalló en un edificio de Buenos Aires, habitado en su mayoría por personal militar. (Inf. de Argentina Nº 108).

18OCT - Una bomba estalló en un restaurant donde suelen reunirse militares y dirigentes políticos y otra en la casa de un Suboficial del Ejército en la localidad de Concordia. (Inf. de Argentina Nº 111).

21OCT - Una bomba fue arrojada en el domicilio particular del 2º Jefe del Estado Mayor del Ejército, Gral. Mario SANCHEZ. (Inf. de Argentina Nº 112).

24OCT - Se produjo un atentado con explosivos en una garita de vigilancia en la sede del Estado Mayor General del Ejército y se desactivó una granada de mano en una escuela. (Inf. de Argentina Nº 114).

25OCT - Una bomba estalló frente a la casa del Ministro del Interior,

la que provocó daños materiales pero no víctimas. (Inf. de Argentina Nº 115).

31OCT - Una bomba estalló en un edificio donde residen el Secretario del Ministro TROCCOLI y oficiales de las FF.AA. (Inf. de Argentina Nº 119).

OCT - Personal de Gendarmería Nacional detuvo a dos personas en la zona fronteriza con Bolivia, las cuales pretendían ingresar al país 32 revólveres calibre 32 largo y 10.000 proyectiles. (Sumario de Inf. del E.M.E. correspondiente a OLP).

OCT - La Prefectura Naval descubrió en un área del puerto de Bs. As. un importante número de armamento y munición. (Sumario de Información del E.M.E. correspondiente a OCTUBRE).

01NOV - Una bomba estalló en la Escuela de Inteligencia del Ejército. (Inf. de Argentina Nº 120).

13NOV - Mediante un operativo realizado por fuerzas combinadas de la Policia Federal y de la Provincia de Buenos Aires, fue liberado César COHEN, quien había sido secuestrado el día 2 de setiembre. En el operativo fue detenido Ricardo VIERA el cual en la década del 70 integró el Ejército Revolucionario del Pueblo [illegible]

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

JUNIO - En territorio boliviano existiría un Centro operativo-logístico de coordinación guerrillera, ubicado en la zona de "El Chapare", distante unos 200 km. de la frontera argentina. El centro comprendería nueve campamentos, con una población aproximada a las 1.500 personas, muchas de ellas pertenecientes a los movimientos Montoneros, ERP, MIR y MLN-T. En el lugar se encontrarían unos 300 instructores de nacionalidad cubana bajo las órdenes de un Teniente Coronel del Ejército cubano llamado Mario ZAMBRANO, conocido también como "Comandante Mario". En la zona denominada "UYUNI" existirían doce campamentos similares, posiblemente bajo la dirección de técnicos soviéticos, donde conviven narcotraficantes comunes y se coordinan, siendo ésta la principal misión, la acción subversiva de los distintos grupos guerrilleros, apoyados por elementos cubanos o nicaraguenses. El cubano Francisco RAVELLO sería el jefe máximo en la faz operativa, siendo su segundo el también cubano Luis ZAMORA, ex-integrante de una banda

9005095

narcoterrorista en Colombia. (P.E.I. Nº 30/85. EVAL.: B-3).

JULIO - Representantes de varios grupos guerrilleros latinoamericanos del M-19 y de Sendero Luminoso, entre otros, mantuvieron dos encuentros con líderes de la extrema izquierda boliviana para organizar la subversión en el país. Participó de las mismas, el líder de la Central Obrera Boliviana (C.O.B.), Juan LECHIN OQUENDO, quién se opuso a los planteos, no porque discordara con la necesidad de la lucha armada, sino porque consideraba que la misma debe ser llevada a cabo en Bolivia, bajo la orientación interna. (APIR Nº 806/OCT85).

OCTU. - Se habrían efectuado dos reuniones clandestinas en las regiones de Tarija y Cobija respectivamente, con la participación de representantes del Movimiento Montonero, ERP, MIR chileno, MLN-T, FAR de Brasil, M-19 y FARC, a efectos de coordinar futuras acciones guerrilleras en el Cono Sur (P.E.I. Nº 014/85 Agreg. Mil. EVAL.: A-1).

06OCT - El Dpto. E-II del Ejército boliviano incautó, escondida en una finca del barrio San Miguel en la Paz, una gran cantidad de armento que incluiría un mortero de 81 mm. y subametralladoras GK de 9 mm. En la finca residían un argentino y un chileno, supuestamente pertenecientes a Montoneros y el MIR, respectivamente. De la documentación incautada se dedujo que las armas podrían haber sido desembarcadas de pesqueros surtos en puertos peruanos y estarían destinadas a Chile, hacia donde se transportarían en auto y camiones especialmente acondicionados, vía Tacna-Desaguaderos- La Paz. (P.E.I. Nº 014/85 Agreg. Militar. EVAL.: A-1).

21OCT - Un avión de Transporte procedente de Argentina habría descargado en territorio bolivano 36 toneladas de armamento, según un informe del Departamento de Estado norteamericano (P.E.I. 120/85. EVAL.: B-3).

BRASIL

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

En territorio brasileño operaría un subcentro operativo-logistico de coordinación guerrillera que abarcaría la zona situada al Sur desde San Pablo. El mismo incluiría dos campamentos ubicados en las zonas de Livramento y Santa María. (P.E.I. Nº. 30/85. EVAL.: B-3).

En ellos se instruiría a militantes vinculados al Movimiento de Izquierda Democrática Independiente (MIDI), Movimiento 26 de Marzo, Tupamaros, Montoneros, Izquierda Brasileño y elementos cubanos (P.E.I. Nº. 1306/BE/84 del E.M.E. EVAL.: C-3)

JULIO - Fue detenido un integrante del grupo Sendero Luminoso el cual habría manifestado que integrantes del MLN-T ~~expresa-~~ ron en Lima la intención de llevar a cabo una reunión con dirigentes del MLN-T (históricos) en la Universidad de Santa María.

COLOMBIA

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

01JUL. - Guerrilleros del grupo "Quintin Lame" ocuparon el poblado de Mondomo y mataron a un policia. (APUR Nº8063/10)

02JUL - Cerca de 100 guerrilleros del M-19 ocuparon el poblado de HERRERA incendiando el cuartel de policía, arrojando el saldo de un policía muerto. (APUR Nº 8063/10)

03JUL - Guerrilleros del M-19 atacaron la mina de oro de El Tenche resultando una persona herida.(APUR Nº 8063/10)

10JUL - Integrantes del Ejército de Liberación Nacional (ELN) ataca non una patrulla de la fuerza de seguridad resultando un policía herido y dos rebeldes muertos. (APUR Nº 8063/10)
Integrantes del ELN saquearon e incendiaron dos haciendas.

11JUL - 100 guerrilleros del M-19 ocuparon el poblado de Río Frío incendiando varios vehículos y resultando un rebelde muerto.
-Rebeldes del ELN atacaron el poblado de Paz de Ariporo; en encuentro que sostuvieron con el Ejército resultaron 1 soldado muerto y 4 heridos. (APUR Nº 8063/10)

20JUL - Un comando del M-19 atacó un tren que va de Cali a La Cumbre, no habiendo víctimas. (APUR Nº 8063/10)

22JUL - Guerrilleros del M-19 atacaron el poblado de el Queremal.

23JUL - Fue asesinado el Juez Manuel CASTRO GIL, siendo atribuído dicho homicidio a narcotraficantes. (APUR Nº 8063/10)

25JUL - Como fruto de la explosión de una bomba colocada en su auto falleció el Prefecto del Poblado de Génova, Juan DE DIOS VARGAS,

9005095

dicho atentado fue atribuído al M-19.

25JUL - El grupo guerrillero Frente Urbano Ricardo FRANCO, reivindicó los atentados perpetrados en Medellín y Calí, en los cuales resultaron 3 personas muertas y otra herida.

25JUL - Rebeldes del FURF atacaron 1 delegación de policía e hicieron explotar bombas en la capital, causando la muerte de 5 personas. (APUR Nº. 8063/10).

01AGOS - Fue secuestrado el empresario Juan Martín CARVAJAL LEIB por guerrilleros del grupo Comando Democracia Orlando PIEDRAHITA (D.C.O.P.), disidencia del M-19. Durante la operación de Liberación efectuada por el Ejército murieron 7 terroristas y fue descubierto gran cantidad de armamento. (APUR Nº 8063?10).

12AGOS - Guerrilleros atacaron una delegación de policía en la población de Salgar, resultando 3 militares muertos. (APUR nª 8063/10).

16AGOS - Un comando del M-19 secuestró a un geólogo de una compañía petrolífera norteamericana. (APUR Nº 8063/10).

19AGOS - Guerrilleros mataron a un militar e hirieron a otro durante un ataque a una escuela en Neiva. (APUR Nº 8063/10).

22AGOS - El Prefecto local, Narciso NOREA, fue muerto a tiros por desconocidos (APUR Nº 8063/10).

26AGOS - Un comando del M-19 asaltó una empresa de vigilancia privada en Bogotá, robando 60 armas cortas y municiones. (APUR Nº 8063/10).

26AGOS - Guerrilleros del grupo Quintín Lame asaltaron la Caja Agraria en la localidad de Padilla apropiándose de 11 mil dólares . (APUR Nº 8063/10).

29AGOS - Cuatro guerrilleros del M-19 asaltaron un hospital de la localidad de Miranda, secuestrando a dos médicos, apropiándose de instrumentos quirúrgicos y medicamentos, huyendo posteriormente en una ambulancia. (APUR Nº 8063/10).

05SET - 4 bombas estallaron en Bogotá y otra en Cali, hiriendo a dos personas, dichos atentados fueron perpetrados por integrantes del M-19 y "Ricardo FRANCO". (Prensa)

06SET - Estaría en formación un frente guerrillero latinoamericano que se denominaría "Ejército bolivariano", el cual sería

integrado por: M-19 (Colombia), Bandera Roja (Venezuela), Alfaro Vive (Ecuador), Tupamaros (Uruguay), Sendero Luminoso (Peru) y Montoneros (Argentina). (Prensa).

12SET - Los documentos hallados en el Bunker del M-19 en Calí el pasado 28 de agosto señalan la estrategia de aislar la zona sur de la Cordillera Occidental con la ayuda de guerrillas de países vecinos (Prensa).

20SET - Guerrilleros urbanos atacaron con bombas un cuartel de policía y el centro Colomboamericano en Calí, dejando un saldo de 6 heridos (Prensa).

23SET - Fue detenido un estadounidense relacionado con el envío de 135 kilogramos de cocaína los cuales debían ser enviados a Estados Unidos (Prensa).

30SET - 11 guerrilleros murieron durante un enfrentamiento entre patrullas de la policía Colombiana y un grupo de 25 miembros del M-19. (Prensa).

04OCT - 56 muertos entre soldados y guerrilleros es el saldo que arrojó los enfrentamientos realizados en las últimas horas. (Prensa).

24OCT - Comando guerrillero perpetró un atentado, resultando ileso del mismo el Comandante General del Ejército Colombiano,General Rafael SAMUDIO. (Prensa)

28OCT - Un grupo guerrillero secuestró a tres religiosos norteamericanos en las selvas, exigiendo un rescate de 130 mil dólares para su liberación (Prensa).

06NOV - El comando armado "Antonio NARIÑO" del Movimiento 19 de Abril copo el Palacio de Justicia en Bogotá; el saldo extraoficial del enfrentamiento entre el Comando e integrantes del Ejército es de 100muertos,de los cuales 18 serían insurgentes. Como consecuencia de dicho copamiento fallecieron el Presidente de la Corte de Justicia Alfonso REYES y el fundador del M-19 Andrés ALMARALES. (P.E.I. Nº 200/85. EVAL.; B-2).

09NOV - Guerrilleros pertenecientes al M-19, al Frente Ricardo [redacted] y al grupo QUINTIN LAME, llevaron a cabo un ataque contra una unidad militar.

15NOV - Los Organismos de Seguridad colombianos, informaron que guerrilleros cubanos, venezolanos y nicaraguenses partici

9905095

paron como asesores del ataque del M-19 contra el Palacio de Justicia de Colombia.

17NOV - Las autoridades descubrieron un plan terrorista con ramifi caciones en varias ciudades del país.

19NOV - Fueron detenidos en Cartagena dos nicaraguenses y tres colom bianos, que transportaban un importante cargamento de explo sivos, en el área donde está instalada una terminal petro lífera, una base naval e industrias petroquimicas.

20NOV - Fueron detenidos en la localidad de Neiva, dos miembros del M-19 qie se habían infiltrado en el batallón local del ejér cito y aparentemente confeccionaban planos con el propósito de llevar a cabo un ataque al lugar.

CHILE

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

05JUL - 7 bombas explotaron en las localidades de Coronel y Lota, sando daños materiales, dichos atentados fueron reivindicados por el Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ (FPMR)(APUR Nº 8063/10).

06JUL - Estalló una bomba en la localidad de Concepción causando da ños materiales. (APUR Nº 8063/10).

12JUL - 3 policías resultaron heridos como consecuencia de una explo sión de una bomba colocada en un ómnibus militar (APUR Nº 8063 /10).

12JUL - Desconocidos hicieron estallar dos bombas en las cercanías de las torres de alta tensión, provocando con ello un apagón en la capital. (APUR Nº 8063/10).

12JUL - Cuatro bombas que hicieron explosión, provocaron la destrucción de un trecho de la línea férrea en Rancagua (APUR Nº 8063/10)

16 JUL - Un policía fue muerto a tiros por desconocidos cuando inten- taba impedir que incendiasen un ómnibus en la Capital (APUR Nº8063/10)

19JUL - Un vehículo con 40 kgs. de dinamita explotó frente al consula do de Estados Unidos, causando la muerte de una persona y resultando otras cuatro heridas. El hecho fue reivindicado FPMR. (APUR Nº 8063/10)

24JUL - Terroristas del FPMR dinamitaron cuatro oficinas de empresas extranjeras en la Capital, resultando una persona herida. (APUR Nº 8063/10).

9005095

04AGOS -La sicóloga Carmen ALEX, hija del ex-Ministro Alejandro ALEX, fue secuestrada, habiendo sido liberada a las 24 horas. (APUR Nº 8063/10).

05AGOS - Fue secuestrado en Santiago y liberado después de haber sido interrogado sobre actividades religiosas, un joven, no habiendo ningún grupo reivindicado el hecho. (APUR Nº 8063/10).

09AGOS - Desconocidos dinamitaron varias torres de alta tensión causando apagones en la capital. (APUR Nº 8063/10).

11AGOS - Un hombre falleció a consecuencia de la explosión anticipada de una bomba que intentaba instalar en la entrada del Museo de los Carabineros en Santiago, habiendo sido detenido dos extremistas pertenecientes al FPMR cnando intentaban huir de dicho lugar. (APUR Nº 8063/10).

13AGOS - Resultaron muerto un militar y otro herido cuando intentaban desactivar una bomba en el Puerto de Valparaiso.

20AGOS - Estallaron 2 bombas en diferentes puntos de la capital, causando daños materiales de importancia (APUR Nº 8063/10)

28AGOS - Cerca de 12 personas resultaron heridas por la explosión de 2 bombas en el Centro de la Capital. (APUR Nº 8063/10).

29AGOS - Dos personas resultaron heridas por la explosión de dos bombas en las localidades de Viña del Mar y Quilpué. (APUR nº 8063/10).

AGOS - "La jornada por la vida" organizada por la oposición, finalizó con un saldo de 3 muertos, 8 heridos graves, entre ellos un carabinero y 241 detenidos. (SUMARIO del E.M.E. Período Agosto).

AGOS - 5 personas resultaron heridas al estallar un artefacto explosivo en un salón de té próximo a la Casa de la Moneda . (SUMARIO del E.M.E. Período Agosto).

AGOS - Un subversivo resultó muerto al estallar un artefacto explosivo que intentaba colocar en una dependencia policial en el barrio Oriente de la Capital. (SUMARIO del E.M.E., Período Agosto).

AGOS - Un comando guerrillero ametralló a dos carabineros y luego atacó a un ómnibus de transporte colectivo en Santa Rosa. (SUMARIO DEL E.M.E., periodo Agosto).

9005095

03SET - Enfrentamiento de estudiantes secundarios y universitarios

con la policía en Santiago, en vísperas de una jornada de protesta contra el gobierno (Prensa).

04SET - Se registraron violentos incidentes en los suburbios de Santiago durante una jornada de protesta, murieron un joven víctima de los disparos (Prensa).

05SET - La segunda jornada de protesta contra el gobierno arrojó el saldo de 6 muertos 22 heridos y 577 detenidos. (Prensa).

25SET - Murió un niño en una escuela de Santiago durante incidentes entre policias y estudiantes. (Prensa).

OCT - Estalló una bomba frente a la Casa de la Moneda sin causar daños (SUMARIO del E.M.E., periodo Octubre).

OCT - Desconocidos atacaron con bombas incendiarias una oficina del banco del Estado. (SUMARIO del E.M.E. periodo Octubre).

OCT - Estallaron dos artefactos explosivos en el centro de [redacted] momentos antes de llegar al mismo el Presidente PINOCHET, el atentado fue reivindicado por el FPMR. (SUMARIO del E.M.E. Período octubre).

OCT - Se registraron atentados contra una sucursal del banco Edwards y una biblicteca pública en Valparaiso. (SUMARIO del E.M.E. Período Octubre).

OCT - Sufrieron daños de consideración el Instituto Nacional Chileno-norteamericano de Cultura y una sucursal del Banco Morgan, al estallar artefactos explosivos, en la localidad de Concepción. Dichos atentados fueron reivindicados por el FPMR. (SUMARIO del E.M.E. período octubre).

OCT - Estalló una bomba a pocas cuadras del estrado donde el Presidente PINOCHET asistía a un desfile cívico-militar. (Prensa).

04NOV - Se registraron 3 atentados en Viña del M ar - estación ferroviaria y un supermercado - causando 5 muertes y cuantiosos daños materiales. (Prensa).

05NOV - Se registraron 10 atentados dinamiteros provocando 5 muertos, varios heridos y numerosos daños materiales. (Prensa).

08NOV - El Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ perpetró un atentado con un coche-bomba frente al Cuartel General de la Central Nacional de Informaciones (C.N.I.) con un saldo de varios agentes muertos.

9005095

22NOV - Desconocidos atacaron con explosivos y armas de fuego una base de operaciones aéreas del ejército en Santiago, produciendo daños en las instalaciones y en una aeronave.

24NOV - Alrededor de 20 bombas explotaron en Santiago, Valparaiso y Concepción, dejando un saldo de 12 heridos y cuantiosos daños materiales.

PERU

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

04JUL - En Quillabamba una bomba destruyó el automóvil del Presidente de la Comisión de Defensa de los Derechos Humanos, Raúl CORRALES. (APUR Nº 8063/10).

07JUL - Desconocidos lanzaron en Lima una bomba contra una delegación de policía. (APUR Nº 8063/10).

07JUL - Cuatro guerrilleros del Movimiento Revolucionario Tupac Amarú (MRTA) asaltaron una armería de Lima, llevándose gran cantidad de armas y municiones. (APUR Nº 8063/10).

11JUL - Guerrilleros de Sendero Luminoso atacaron y destruyeron 4 oficinas del partido Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA). (APUR Nº 8063/10).

11JUL - Por lo menos 2 torres de alta tensión fueron dinamitadas por elementos de Sendero Luminoso, provocando un corte de energía electrica en varios barrios de Lima. (APUR Nº 8063/10).

11JUL - Guerrilleros de Sendero Luminoso detonaron 15 bombas en el poblado de Chacacayo, sin registrarse víctimas (APUR Nº 8063/10).

12JUL - En Lima, elementos de Sendero Luminoso atacaron 6 puestos de la guardia civil, hiriendo a 5 personas. (APUR Nº 8063/10).

15JUL - Dos desconocidos dispararon ráfagas de ametralladoras contra el Consulado de los Estados Unidos en Lima. (APUR Nº 8063/10).

15JUL - Un Cabo de la guardia civil fue muerto en Lima por disparos desde un vehículo en movimiento. (APUR Nº 8063/10).

18JUL - 4 personas armadas con ametralladoras ocuparon una emisora de radio de Lima, a efectos de transmitir propaganda subversiva. El grupo "Comando Revolucionario del Pueblo" (CRP) asumió la autoría del hecho. (APUR Nº 8063/10).

18JUL - Guerrilleros del CRP ocuparon una radioemisora de Arequipa a efectos de transmitir propaganda antigubernamental. (APUR Nº 8063/10).

9005095

19JUL - Elementos de Sendero Luminoso detonaron una bomba contra un local partidario del APRA. (APUR Nº 8063/10).

23JUL - Terroristas desconocidos atacaron con bombas un orfanato de Lima, sin registrarse víctimas. (APUR Nº 8063/10).

23JUL - En Ayacucho, militantes de Sendero Luminoso asaltaron una empresa constructora, retirándose con una fuerte suma de dinero. (APUR Nº 8063/10).

24JUL - En un ataque atribuído a Sendero Luminoso, desconocidos dispararon contra el domicilio del Ministro de Economía y Finanzas, Guillermo LECCA (APUR Nº 8063/10).

24JUL - Guerrilleros no identificados le cortaron la lengua a un ex-fusilero naval peruano, por haber desertado del grupo Tupac Amarú. (APUR Nº 8063/10).

25JUL - 6 bombas colocadas en vehículos hicieron explosión frente al Ministerio del Interior, hiriendo a dos personas. El atentado fue reivindicado por el grupo Tupac Amarú. (APUR Nº 8063/10).

31JUL - Aproximadamente 100 elementos de Sendero Luminoso atacaron un campamento agrícola en el poblado de Vicos, matando a 5 personas e hiriendo a otras 6. (APUR Nº 8063/10).

JUL - La policía desactivó 4 bombas colocadas en automóviles en los poblados de Corcona y Ayacucho. (APUR Nº 8063/10).

JUL - 7 guerrilleros de Sendero Luminoso resultaron muertos en encuentros con la policía, en el poblado de Providencia. (APUR Nº 8063/10).

02AGO - Guerrilleros desconocidos dinamitaron 6 torres de alta tensión en las localidades de Huancavélica, Trujillo y Lima. (APUR Nº 8063/10).

02AGO - Elementos de Sendero Luminoso dieron muerte a 4 campesinos en el poblado de Vicos, Ayacucho. (APUR Nº 8063/10).

07AGO - Fueron dinamitadas 7 torres de alta tensión cerca de Lima, en una acción atribuída a Sendero Luminoso. (APUR Nº 8063/10).

07AGO - Un coche cargado de explosivos detonó cerca de la Prefectura de Lima, hiriendo gravemente a 5 personas. (APUR Nº 8063/10).

08AGO - Se registró la explosión de varias bombas en diferentes puntos de Lima, especialmente en sedes del Partido aprista y delegaciones de policía. (APUR Nº 8063/10).

9005055

16AGO - 3 marinos murieron y otros 7 resultaron heridos en un atentado efectuado por terroristas de Sendero Luminoso. (APUR Nº 8063/10).

29AGO - Guerrilleros de Sendero Luminoso ultimaron a cuatro policías y a un civil en el interior de un ómnibus del transporte colectivo. (APUR Nº 8063/10).

30AGO - Mientras se realizaba el velatorio de cuatro policías asesinados el día anterior, terroristas atacaron el local, siendo detenidos dos de ellos. (APUR Nº 8063/10).

30AGO - Una bomba hizo explosión en la ciudad de El Callao, hiriendo a dos personas. (APUR Nº 8063/10).

31AGO - En Huancavelica dos hombres fueron degollados después de ser torturados. La policía atribuyó el hecho a terroristas de Sendero Luminoso. (APUR Nº 8063/10).

AGOS - La policía desactivó tres bombas en Lima, dos de ellas colocadas en las proximidades de un hotel. (APUR Nº 8063/10).

AGOS - Fue capturado por la policía un "Comando de aniquilamiento", compuesto por 10 miembros de Sendero Luminoso, que confesó ser el autor de dos atentados con bombas durante la visita del Presidente Raúl ALFONSIN al Perú, el 7 de Junio del corriente año. (APUR Nº 8063/10).

AGOS - La Guardia Republicana detuvo a 5 guardias civiles que se hacían pasar por guerrilleros de Sendero Luminoso para asaltar vehículos en la ruta a Ayacucho-Huanta. (APUR Nº 8063/10).

04SET - Una columna de Sendero Luminoso ocupó el poblado de Sinto, a 522 kilómetros al Sudeste de Lima y la declaró "Zona Libre" luego de destituir a sus autoridades. (Prensa).

13SET - Un grupo de hombres con uniformes del Ejército peruano habrían dado muerte a 69 campesinos al Sudeste de Lima. (Prensa).

20SET - Las Fuerzas Armadas admitieron que una patrulla del Ejército mató a 40 campesinos en el departamento de Ayacucho y anunciaron que a raíz del hecho fueron destituídos dos Jefes Militares que supervisaban la lucha antisubversiva. (Prensa).

08OCT - Presuntos comandos de Sendero Luminoso hicieron estallar un vehículo cerca del edificio de la empresa norteamericana IBM (Prensa).

9005095

29OCT - Una bomba estalló cerca del Hospital Militar en Lima, mientras que se verificó un enfrentamiento entre la Guardia Civil y pre

suntos rebeldes en la ciudad de Chiclayo. (SUMARIO del E.M.E. Período Octubre).

OCT - Fueron capturados en Lima tres estudiantes universitarios integrantes de Sendero Luminoso, incautándoseles 40 paquetes con materiales explosivos y planos para futuros ataques. (SUMARIO del E.M.E. período Octubre).

OCT - En la Provincia de Huancasancos, guerrilleros de Sendero Luminoso emboscaron a una patrulla del Ejército, dejando un saldo de 4 muertos y 15 heridos. (SUMARIO del E.M.E., período Octubre).

OCT - Durante un motín en el Penal de San Pedro, murieron 30 elementos acusados de actividades guerrilleras y otros 60 resultaron heridos. (SUMARIO del E.M.E., período Octubre).

OCT - En operativos antisubversivos llevados a cabo en Ayacucho, fueron detenidos 10 extremistas argentinos, entre los cuales se encontraban una pareja de médicos y un piloto civil radicado en Santa Cruz de La Sierra(Bolivia). (SUMARIO del E.M.E. período Ocutbre).

OCT - 32 integrantes de Sendero Luminoso murieron en un enfrentamiento armado con una patrulla militar en el distrito de Rapayán, al Noreste de Lima. (SUMARIO del E.M.E. período Octubre).

OCT - Un grupo de 59 guerrilleros de Sendero Luminoso depuso las armas en la región de Ayacucho, y se entregó a las autoridades junto con su familias. (SUMARIO del E.M.E. período Octubre).

OCT - Efectivos policiales peruanos inspeccionaron una extensa zona de playa en Tacna, donde se presume podrían estar enterrados cargamentos de armas destinados al MIR de Chile y a la guerrilla peruana. (SUMARIO del E.M.E. período Octubre).

OCT - Efectivos de la policía de investigaciones peruana detuvieron en una localidad a 40 kilómetros de Tacna a 3 integrantes del MIR chileno y a un peruano vinculado a Sendero Luminoso, incautándoseles una gran cantidad de armamento, entre el cual se destacan 1.000 fusiles ametralladoras FAL, 500 bazookas de procedencia soviética y 100 cajones de granadas, todo lo cual alcanzaría para pertrechar a 2 Batallones de Infantería antitanque. (P.E.I. Nº 014/85. Agre. Mil. EVAL.: A-1).

9005095

OCT - El norcoreano Kim HYONG SU revista como integrante de la Representación Comercial de la República Democrática Popular de Corea del Norte en Lima, Perú. Expulsado de Panamá en 1982, por contrabando de armas y drogas, está ligado a organizaciones de izquierda latinoamericanas y acostumbra utilizar pasaportes y nombres falsos.

Kim CHAN SIK, Encargado de Negocios de la Embajada de Corea del Norte en Lima, ha mantenido contactos con la población flotante cubana y elementos del Partido Comunista, en una reciente visita que efectuó a Bolivia. (P.E.I. N° 192/85).

14NOV - Empleando una nueva modalidad terrorista, extremistas hicieron estallar en la localidad de Huanta, un burro-bomba.

URUGUAY

A.- INDICIOS DE ACTIVIDADES SUBVERSIVAS

JUL - El salvadoreño Antonio CABRERA, integrante del Frente Farabundo Martí, mantuvo contactos con la dirigencia del MLN-T (históricos) y de los Peisputistas, tratando de aclarar la posición política de grupo de militantes del MLN-T que actúa en su país. (P.E.I. N° 83/85 EVAL.: B-3).

JUL - El dirigente nicaraguense de la Juventud Sandinista del Movimiento 19 de Julio, Ivan CABRERA VELAZQUEZ, mantuvo contactos con dirigentes de FEUU-ASCEEP. (P.E.I. N° 84/85. EVAL.: B-3).

JUL - Se detectó en nuestro país al cubano Jesus CRUZ GONZALEZ, perteneciente al Departamento de América del Comité Central del Partido Comunista Cubano, como encargado de la Región Cono Sur, quien reside en la ciudad de Buenos Aires. (P.E.I. N° 85/85. EVAL.: B-2).

JUL - Ciudadanos mexicanos, nicaraguenses y posiblemente cubanos alojados en la residencia universitaria Conventuales habrían estado filmando a diversos funcionarios policiales. (P.E.I. N° 86/85. EVAL.: B-2).

AGOS - Se habrían realizado en la ciudad de Salto reuniones de coordinación entre elementos del ERP-PRT y del MLN-T. Asimismo, se habría efectuado allí con anterioridad, una reunión entre MANERA LLUVERAS y José Alberto IMAS (Montoneros) (P.E.I. N° 95/85. EVAL.: B-2).

90050 95

AGOS - La Compañía Internacional de Alimentos SRL gestionó una visa para el ciudadano norcoreano Kim HYONG GU, quien cuenta con antecedentes por tráfico de armas y droga en Panamá y acostumbra utilizar nombres y pasaportes falsos. (P.E.I. Nº 110 y 111/85. EVAL.: B-2).

AGOS - El ciudadano argentino Rodolfo BERNAT, terrorista montonero, llevó a cabo tratativas con Raúl SENDIC para obtener acuerdos entre sus organizaciones. (P.E.I. Nº 115/85. EVAL.: B-2).

SET - El Gobierno nicaraguense designó Cónsul en Montevideo a Berta MARENCO, quien está casada con un uruguayo que participó en la insurrección de Nicaragua. Se designa Agregado Comercial a Mario DUARTE, miembro del Organo de Inteligencia del Gobierno Nicaraguense. (P.E.I. Nº 160/85. EVAL.: B-3).

SET - El Ejercito Popular Sandinista ofreció al MLN-T facilidades de entrenamiento para sus militantes. (P.E.I. Nº 162/85. EVAL.: B-3).

SET - Berta MARENCO, futura Cónsul de Nicaragua, mantuvo contactos en nuestra ciudad con dos Oficiales de Inteligencia cubanos y un tercero habría mantenido reuniones con dirigentes del MLN-T. (P.E.I. Nº 175/85. EVAL.: B-3).

SET - Berta MARENCO mantuvo una reunión en Solymar con el dirigente del MLN-T, Julio MARENALES SAENZ. (P.E.I. Nº 177/85. EVAL.: B-3).

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 21 de noviembre de 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 048

ASUNTO: SECUESTRO DE COHEN

- El secuestro del joven César Cohen fue realizado por integrantes de un grupo de izquierda, siendo el primer indicio de la actividad de organizaciones izquierdistas en este tipo de hechos, evidenciando también la presencia operativa de la extrema izquierda en la actualidad.

- Integrantes del grupo secuestrador tienen antecedentes por haber pertenecido a organizaciones subversivas de extrema izquierda, fundamentalmente el detenido Ricardo Viera, quien integró el grupo "Tacuara" en la década del 60 y el Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) en la década del 70. Viera fue amnistiado en 1973 por el gobierno del Dr. Cámpora, detenido nuevamente en 1975 y condenado a 25 años de prisión y liberado en 1984 por el actual gobierno radical, mediante una ley de conmutación de penas.

- Se ha constatado la vinculación de los secuestradores con Familiares de Detenidos y Desaparecidos por Razones Políticas, organismo de derechos humanos cuya sede fue allanada por la Policía por sus conexiones con los sediciosos y su posible participación en el secuestro.

- La prensa argentina ha identificado al sedicioso Viera con grupos de extrema derecha como "Tacuara", vinculándolo además en forma artificial y forzada con los casos de PUCCIO, GORDON y otros. La participación del sedicioso en la organización terrorista ERP es considerada por los medios de comunicación como supuesta y en menor escala.

- La actitud de la prensa de crear confusión en este hecho vinculándolo con otros secuestros, podría estar motivada por una campaña de desinformación dirigida por organismos de inteligencia, interesados en destacar las actividades de la ultra derecha sobre la ultra izquierda, como forma de respaldar y justificar ante la opinión pública el Estado de Sitio decretado por el gobierno y la detención de personas por supuestas actividades desestabilizadoras de derecha. No sería improbable que la profusión de información sobre las actividades de grupos derechistas esté también dirigida a sustentar políticamente las inminentes condenas a los integrantes de las anteriores Juntas Militares por su lucha antisubversiva.

9005096

- Funcionarios de la SIDE, en sus manifestaciones, han tratado de restar trascendencia a la actividad de estos grupos de extrema izquierda, intentando hacer aparecer este hecho como algo aislado y fuera del contexto de una escalada izquierdista de proporciones y como una acción delictiva con fines de lucro personal para los sediciosos actuantes.

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

9005096

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 22 de noviembre de 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 049

ASUNTO: REUNION CUMBRE DE GINEBRA.-

- El encuentro cumbre entre el Presidente Ronald Reagan y el Primer Secretario del Partido Comunista soviético, Mikhail Gorbachov, se llevó a cabo en Ginebra durante los días 19 y 20 del corriente mes.

- La agenda prevista por el equipo negociador, contenía los siguientes temas: control y reducción de armas estratégicas y del arsenal nuclear, conflictos regionales, derechos humanos y asuntos bilaterales.

- Ambos Mandatarios se entrevistaron en dos oportunidades en forma privada, no habiendo trascendido los resultados de dichos encuentros.

- Al cabo de la reunión cumbre se dio a conocer una declaración conjunta, de carácter general, donde se subraya la importancia de evitar una confrontación armada ya sea con armas nucleares o convencionales, la necesidad de acelerar las negociaciones de Ginebra y la conveniencia de "regularizar e intensificar el diálogo a varios niveles".

- Los acuerdos alcanzados se refieren al aspecto "asuntos bilaterales" y son los siguientes:

. Acuerdo para abrir Consulados en Kiev y Nueva York.

. Acuerdo para contribuir a proteger el ambiente con investigaciones conjuntas y medidas prácticas.

. Acuerdo sobre medidas para promover la seguridad aérea en el Pacífico Norte.

. Acuerdo sobre la utilidad de ampliar los intercambios científicos, didácticos, sanitarios y deportivos, para los que los Gobiernos realizarán programas específicos.

- En relación a los otros puntos de la agenda, no trascendieron detalles que permitan suponer que se lograron acuerdos significativos.

900900

- En lo referente al punto denominado "Control y Reducción de Armas Estratégicas", solamente se acordó que ambos Gobiernos formularán directivas sobre el particular.

- En general se coincidió en que esta instancia negociadora, tiene que ser el punto de partida para nuevos encuentros, enmarcados en un proceso de conversaciones a largo plazo.

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
DEPARTAMENTO I
República O. del Uruguay

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia 3 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

Se entrega a Lagos el [illegible]

900507

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 06 de diciembre de 1985.-

MEMORANDUM Nº 055/85

ESTUDIO SOBRE LA SEGURIDAD DEL S.I.FF.AA.

I.- DEFICIENCIAS CONSTATADAS

A.- Seguridad Externa

El edificio donde en la actualidad se asienta el Servicio no se adecua a las necesidades mínimas de seguridad.

Esto se debe a que:

1.- Es fácilmente identificable,habiendo aparecido fotos y referencias del mismo en diferentes medios de comunicación.

2.- El perímetro del predio se presenta completamente vulnerable y descubierto en su totalidad.

3.- Carece de mallas protectoras adecuadas en el contorno del predio.

4.- Se carece de una adecuada vigilancia en los muros linderos con los predios vecinos, que impida el acceso, incluso por ruptura de los mismos, particularmente los días feriados.

5.- Casa Nueva carece de cercas perimétricas adecuadas.

6.-La actual ubicación del Servicio permite la posibilidad de que agentes enemigos mediante simple observación puedan identificar los vehículos del mismo, vehículos particulares del personal del Servicio,así como también de las personas allegadas, informantes o enlaces que concurren al mismo.

Dichos observadores pueden determinar también la discriminación entre el personal superior y el subalterno, la función que ellos desempeñan, sus hábitos e incluso obtener registros fotográficos de los mismos.

7.- Las instalaciones del Servicio están disociadas por una calle de intenso tráfico, lo que dificulta el rápido pasaje de un sector a otro.

8.- La ubicación del Servicio en general facilita que:

a.- se puedan realizar atentados por el lanzamiento de explosivos o granadas desde vehículos en marcha, siendo la dirección más probable del atentado la de Monte Caseros de Oeste a Este.

b.- reconocimiento visual y fotográfico desde vehículos en marcha.

9005098

01-04

c.- bloqueo de la salida de vehículos del Servicio por medio de vehículos particulares pesados (es de hacer notar el gran número de vehículos con zorras que transitan por Monte Caseros).

d.- la vecindad de una escuela pública condiciona una rápida reacción por parte de la guardia.

e.- carencia de presión de agua suficente para enfrentar un foco ígneo de proporciones, especialmente teniendo en cuenta el material calificado que se maneja.

f.- carencia de equipo electrógeno para afrontar un corte de luz provocado y/o prolongado.

B.- Seguridad Interna

1.- Se carece de una clasificación adecuada de áreas restringidas de exclusión, limitadas y críticas para personal del Servicio o visita.

2.- Se carece de un sistema de identificación visible para personal del Servicio y visita que permita el acceso a las áreas de referencia.

3.- El acceso principal de Casa Comando carece de un adecuado sistema de registro e identificación de personas.

4.-Se carece de un adecuado sistema de enlace entre la guardia y los diferentes puestos que de ella dependen particularmente el puesto número 3 y las comunicaciones con Casa Nueva.

5.- Servicio de Guardia

a.- El sistema de centinelas no está escalonado debidamente como para permitir la vista de uno al otro.
La totalidad del área Sur del Servicio se encuentra desprotegida de centinelas.

b.- En Casa Nueva no existen centinelas.

c.- La Guardia de Prevención carece de una fuerza de reacción inmediata.

d.- Se carece de un plan de defensa actualizado.

e.- No existe defensa adecuada contra vehículos explosivos.

f.- El armamento disponible es inadecuado por su vejez.

g.- Se carece de equipos para contrarrestar disturbios civiles.

h.- No se puede determinar el origen de llamadas anónimas.

i.- Se carece de medios para realizar las grabaciones correspondientes.

j.- El personal de guardia carece en general de la instrucción adecuada.

9005098

k.- En caso de rotura delos equipos de radio o falta de suministro de energía eléctrica y paralelamente la interrupción de líneas telefónicas el Servicio quedará completamente aislado desde el punto de vista de las comunicaciones

III.- POSIBLES SOLUCIONES

1.- Aumento del número de centinelas apostados en las horas de la noche, previendo por lo menos:

a.- Un puesto en el techo de Casa Comando para cubrir el área Sur.

b.- Un puesto en Casa Nueva.

c.- Un puesto en la esquina Norte a la altura del Casino de Oficiales.

2.- Mantener fuera del Servicio una patrulla móvil con capacidad de réplica en caso de un atentado al mismo.

3.- La actualización del plan de defensa ajustándolo a las nuevas técnicas de atentados terroristas así como para preveer movimientos de masas que puedan ser utilizados contra las instalaciones del Servicio.

4.- Modificar el armamento y equipo , por lo menos a los integrantes de la Guardia de Prevención .

5.- Instalación de un Grupo Electrógeno.

6.- Encarar la solución a la baja presión del agua existente en el Servicio.

7.- Establecer el sistema de entradas y salidas de personal y visitas mediante el sistema de tarjetas de identificación, estableciendo los lugares donde esas personas puedan penetrar en el sistema de seguridad.

8.- Designar para servicios de seguridad a aquel personal más adecuados para los mismos.(actualmente entran carpinteros, electricistas, etc.)

9.- Levantar terraplenes de tierra o muros especiales a la entrada principal del Servicio.

10.- Proveer al radiooperador y la guardia de equipos portátiles VHF para ser usados en caso de rotura del equipo principal a los efectos de mantener enlaces con las distintas fuerzas.

11.- Encarar la instalación de mallas protectoras en todo el perí

9005098

metro de los predios.

12.- Asignar lugares específicos a los vehículos particulares del personal del Servicio a los efectos de dificultar su identificación. por el enemigo.

13.- Proveer a la sección o departamento correspondiente de captores teléfonicos a los efectos de individualizar las llamadas que afecten la seguridad del Servicio.

14.- Establecer un sistema de alarma autitiva que cubra a los dos predios del Servicio.

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original:Archivo

Copia Nº1: Señor Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 25 de noviembre de 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 050/85

COMUNIDAD ECONOMICA EUROPEA

INTRODUCCION

Al finalizar la Segunda Guerra Mundial y como consecuencia de dicha contienda armada, los países de Europa Occidental quedaron con sus economías en un estado de recesión total, surgiendo entonces la idea de enfrentar la crisis en forma conjunta, a los efectos de buscar soluciones globales a los problemas por los que atravesaban distintas naciones del continente. Uno de los objetivos era estrechar los lazos para tratar de evitar la repetición de un conflicto bélico futuro. Otro consistía en intentar compatibilizar algunas producciones y abrir fronteras económicas para lograr escalas más amplias de las mismas. Todo esto dio origen a diversos acuerdos que tuvieron como meta fundamental unir gradualmente a los países y fomentar simultáneamente su prosperidad.

Un momento decisivo de este proceso fue la creación, en el mes de abril de 1951, de la Comunidad Europea del Carbón y el Acero (CECA), integrada por Francia, Italia, Alemania Federal, Bélgica, los Países Bajos y el Ducado de Luxemburgo, con el fin de regular las respectivas industrias, sustituyendo la despiadada competencia anterior por un cooperativo esfuerzo creador. En los cuatro primeros años de existencia de la organización, la producción de acero se elevó en un 36%, convirtiendo a la región en la mayor productora del mundo después de los Estados Unidos.

Cuando los diplomáticos de las seis naciones mencionadas anteriormente se reunieron en Italia en 1955, se respiraba por tanto una atmósfera de optimismo y progreso. Tenían el propósito de perpetuar ese desarrollo mediante la formación de grandes unidades económi-

cas. Es entonces que el 25 de marzo de 1957 se firma el denominado Tratado de Roma, a raíz del cual se establece la Comunidad Económica Europea (CEE) o Mercado Común Europeo. Ese mismo año se funda también otra empresa conjunta llamada EURATOM, con el propósito de fomentar el aprovechamiento de la energía atómica para fines pacíficos.

La CEE estuvo integrada en sus comienzos por Francia, Italia, Alemania Federal, Bélgica, los Países Bajos y el Ducado de Luxemburgo. En 1973 se sumaron Dinamarca, Irlanda y el Reino Unido, posteriormente en 1976 lo hizo Grecia y en el mes de marzo del corriente año se aprobó el ingreso al organismo de España y Portugal, el cual se hará oficialmente el 1º de enero de 1986, una vez que estén cumplidos todos los trámites necesarios.

En sus inicios, la creación del Mercado Común causó inquietud entre diversos países de nuestro continente y su reflejo se notó en la reunión internacional -la Conferencia Económica- realizada ese mismo año, 1957, en Buenos Aires. Los gobernantes europeos iniciaron una serie de viajes para tratar directamente de explicar el alcance y significado del paso dado. También en Europa distintos sectores expresaron sus reservas acerca de lo que se ponía en marcha. No obstante, el clima empezó a variar a medida que el estudio de la situación se fue profundizando y el conocimiento de lo planificado fue siendo difundido de diversas formas.

Los principales objetivos del Mercado Común a corto plazo fueron: la creación de un arancel aduanero único para los países que no integran el organismo; libertad de circulación de personas y capitales en los mismos; coordinar la política económica, social y fiscal en los Estados miembro y la fundación de instituciones que permitieran realizar una futura integración política.

Si bien en el comienzo todo parecía auspicioso, la Europa floreciente y ejemplar de los años 60 empezó a perder dinamismo unos años antes de la crisis energética. La inflación, el shock petrolero de 1973 y la competencia de los nuevos países industrializados

9005099

constituyeron el factor desencadenante de una crisis latente. Frente a este desafío Europa se replegó y optó por "evadirse" como si nada ocurriera, prefiriendo consumir más que invertir, lo que evidentemente elevó los índices de desocupación.

En el seno de la CEE el fenómeno fue similar. Frente a la inflación y al deterioro del crecimiento, en vez de hacerse esfuerzos para invertir coordinadamente dentro del marco de la propia Comunidad, cada país optó por "usar" de ella, tratando de obtener las mayores ventajas del presupuesto comunitario. Fue así que se perdieron excelentes oportunidades, entre otras cosas no se creó un mercado común de capitales ni se avanzó en materia de nuevas políticas comunes (ni siquiera en materia energética, a pesar de la común vulnerabilidad), terminándose por "empantanar" también la política agrícola común.

A mediados de la década de los 70 estaba clara la naturaleza del problema. Por un lado el envejecimiento acelerado de la estructura productiva y la dificultad de modificar pautas sociales muy arraigadas. Por otro, una falta de conciencia total acerca de las mutaciones tecnológicas en curso que provocan alteraciones cualitativas en la geografía económica mundial. Finalmente, a partir de la instalación en 1977 de los misiles soviéticos SS-20, la vulnerabilidad militar agregó un factor más de alarma a una situación ya de por si delicada.

En síntesis, el panorama económico del último decenio deja como balance contundente para el conjunto de la economía europea, un agudo proceso de declinación, situación que se está tratando de revertir aunque con bastante dificultad.

AUTORIDADES Y FINANCIAMIENTO DE LA CEE

El órgano ejecutivo de la Comunidad es la Comisión Europea y el deliberativo está representado por el Consejo de Ministros de Relaciones Exteriores de los países miembro. La Presidencia de este último rota cada seis meses y se lleva a cabo por orden alfa-

bético. El actual Presidente del mencionado Consejo es el Ministro de Asuntos Exteriores de Luxemburgo, Jacques Poos. A nivel comunitario, las resoluciones tanto de índole política como económica deben de adoptarse por consenso. Es importante destacar que a partir de 1965 y a instancias de Francia, se requiere unanimidad para concretar decisiones consideradas como de "vital interés".

En lo que a financiamiento se refiere, el mismo se lleva a cabo a través de diversos canales. El 70% de los ingresos procede del Impuesto al Valor Agregado (IVA) que paga cada uno de los países miembro. El resto proviene de los derechos y aranceles aduaneros impuestos sobre los productos importados de naciones que no forman parte del Mercado Común. En el orden de lo monetario, luego de intensas negociaciones se formó lo que se denomina el "Sistema Monetario Europeo", el cual establece una franja de flotación limitada para las monedas de la CEE (con excepción de Gran Bretaña que no participa). Aunque el mencionado sistema tiene sus lógicas fallas, sobre todo por la relativa subordinación de las políticas de cada país al mismo, se puede decir sin temor a equivocarse, que es por lo general aceptado por la disciplina que impone y por la estabilidad y predictibilidad que aporta en el terreno cambiario. Se destaca que las naciones del Mercado Común tienen una unidad monetaria, el ECU, que a fines del mes de agosto del corriente año equivalía aproximadamente a unos 0,80 dólares.

PROBLEMAS INTERNOS DE LA COMUNIDAD Y LOS PAISES QUE LA INTEGRAN

El principal factor de confrontación está relacionado con la política agrícola, punto en el que fundamentalmente se ponen de manifiesto las posiciones encontradas de Francia y Gran Bretaña.

Las discrepancias más notorias derivan de las prioridades que cada uno de los países mencionados se plantean en sus respectivas políticas económicas internas. Mientras que el Gobierno galo, llevado principalmente por intereses electorales (los agricultores franceses son sumamente influyentes en los comicios regionales y

sub-regionales) ha otorgado máxima prioridad a la protección del sector agropecuario, las autoridades británicas han puesto especial énfasis en el desarrollo del área industrial.

Si bien el Tratado de Roma de 1957 prevee que la finalidad de la política económica comunitaria es llegar a igualar los ingresos reales del trabajador agrícola y del trabajador industrial, en realidad este objetivo no se ha cumplido, ya que la CEE ha venido orientando la mayor parte de su presupuesto hacia el agro, perjudicando obviamente los intereses británicos.

En igual situación que el Reino Unido se encuentra Alemania Occidental, naciones que sólo se beneficiarían si el Mercado Común cambiara su estrategia económica actual, eliminando o reduciendo los subsidios y otros mecanismos proteccionistas que favorecen al sector agropecuario. El enfrentamiento anteriormente mencionado entre dos grupos, uno liderado por Francia y el otro por Gran Bretaña, también se puso de manifiesto cuando tuvo que discutirse el ingreso de España y Portugal al organismo. La producción de estos países, fundamentalmente orientada a la agricultura, la pesca y los vinos, significaba una importante competencia para Francia y Grecia, las que pusieron múltiples reparos a la adhesión a la Comunidad de las dos naciones de la península ibérica. El Reino Unido por su parte, procuró en todo momento que se facilitara la ampliación de la CEE, con la esperanza de que un desmesurado aumento de la producción agrícola llegara inclusive a saturar el volúmen de stoks previsto, lo que obligaría a disminuir las medidas proteccionistas hacia el sector del agro.

Para España, la CEE es un socio comercial fundamental. Desde 1970 el organismo adquiere la tercera parte de las exportaciones hispanas, así como vende a dicho país casi la mitad de lo que el mismo importa. Al principio, el costo de la adhesión al Mercado Común podrá parecerles quizás muy elevado a los españoles, ya que supondrá entre 50 y 75 dólares per cápita el primer año y algo más en el período siguiente. Sintetizando se calcula que, durante los primeros siete años, España tendrá un déficit -diferencia entre lo que pagará a la CEE y lo

que recibirá de ella- de casi 2.000 millones de dólares anuales. A partir de 1992, el país recibirá en cambio, unos 400 millones de dólares más de lo que aportará. Además y en lo que tiene que ver con la Organización del Tratado del Atlántico Norte (OTAN), si bien por el momento el Gobierno de Madrid no se adhiere total y formalmente al mismo, se sabe que Felipe González tiene compromisos para integrar a su país a la alianza militar, pero con importantes signos de resistencia interna que pueden hacer peligrar el resultado del referéndum a realizarse sobre el tema. Una de las herramientas que precisamente puede utilizar a su favor el Gobierno español,es exhibir el logro de importantes ventajas comerciales que ayuden al menos en parte a justificar el complicado paso militar a dar, el cual es profundamente deseado por algunos de los países de la OTAN y especialmente por Estados Unidos.

En lo que a Portugal se refiere, el ingreso a la Comunidad se trataba de un caso de supervivencia económica, a través del cual se aguarda una contribución decisiva a la estructura productiva que no se puede aplazar. En la opinión de las autoridades, en los siete años que harán falta para lograr la completa integración a la CEE, Portugal recibirá una ayuda aproximada de unos 1.000 millones de ECU (unidad monetaria del Mercado Común), de los cuales por lo menos 700 millones estarán destinados a la modernización del sector agrícola.

FUNCION POLITICA DE LA CEE

Si en materia económica resulta difícil que las naciones de la Comunidad logren hacer coincidir sus puntos de vista, lo mismo sucede en el campo político, donde se han puesto de manifiesto divergencias importantes. Sin embargo, el hecho de que los países del Mercado Común también participen en distinto grado en la alianza defensiva de Occidente, la OTAN, determina que tanto en lo militar, como en lo estratégico e inclusive en lo ideológico, se trate de buscar por lo menos un razonable margen de consenso que contemple los intereses occidentales y no se oponga, aunque más no sea en lo medular, al punto de vista de Estados Unidos, integrante líder de la Alianza Atlántica.

Precisamente y en lo que respecta a la Administración norteamericana, en los últimos días las relaciones entre la CEE y Washington en lo que a intercambios comerciales se refiere, viven un clima enrarecido. Esto obedece a que las naciones comunitarias han anunciado medidas de represalias económicas (aumento de un 8 a un 20% de los aranceles impuestos a los limones frescos y nueces procedentes de Estados Unidos), en respuesta a la decisión norteamericana de elevar los aranceles de las pastas alimenticias procedentes del Mercado Común, principalmente de Italia.

Evidentemente con esta medida el Gobierno estadounidense se pretende protestar contra las ventajas comerciales que la CEE otorga a los cítricos de los países mediterráneos no miembros y conseguir una mejora de trato para los procedentes de California. Esta situación, que tiende a facilitar las ventas del Tercer Mundo en la Comunidad, abarca a dos grupos de países: por un lado, los de la cuenca mediterránea que no pertenecen a la organización y que son considerados por los europeos como "estratégicos" y por otro 66 naciones de Africa, el Caribe y el Pacífico (ACP), con los cuales la CEE ha firmado un tratado de cooperación (LOME) a largo plazo.

Estados Unidos estima que las ventas preferenciales de cítricos de Marruecos o Israel, por ejemplo, para quienes el Mercado Común representa el principal cliente, frenan sus propias ventas. Según la opinión de algunos observadores, por algunos kilos de limones la Administración Reagan asume el riesgo de erosionar el desarrollo de algunos países mediterráneos que son considerados como muy importantes para el equilibrio político mundial. Además esta decisión norteamericana se produce justamente cuando la CEE se prepara a negociar nuevos acuerdos con las naciones mediterráneas, debido al ingreso al organismo de España y Portugal. El país más perjudicado es sin duda Italia, que ubica pastas en el mercado estadounidense por un valor aproximado de unos 30 millones de dólares anuales.

La posición de la Comunidad Económica Europea frente a los temas internacionales actuales es la que pasaremos a describir:

Unión Soviética. Se han formulado múltiples llamamientos para que preste su total colaboración a los efectos de poder concretar progresos en beneficio de una verdadera distensión basada en el equilibrio de fuerzas. También para que la URSS respete los intereses de todos los Estados, la aplicación fiel del Acta Final de Helsinski y renuncie a aventuras tales como por ejemplo la invasión de Afganistán.

Europa. Se destaca la necesidad del establecimiento de contactos más libres entre los habitantes de los dos bloques del continente europeo, especialmente entre los dos Estados alemanes. Se señala asimismo como uno de los principales objetivos el establecimiento de un clima de paz y seguridad en Europa, en el que se reconozcan y respeten los derechos del hombre a desarrollarse libremente, así como el de los pueblos a la propia determinación.

Líbano. Se recuerda la importancia fundamental de restablecer la independencia, soberanía, unidad e integridad territorial del país, expresándose la esperanza de que se puedan alcanzar progresos a corto plazo en el camino de la reconciliación. Asimismo se subraya la necesidad de que se inicie sin demora el total retiro de tropas extranjeras de territorio libanés.

Palestinos. Cuando se reafirma la necesidad de un arreglo pacífico que comprenda el derecho a la existencia y a la seguridad de todos los Estados de la región, incluído Israel, se reconocen también los derechos legítimos del pueblo palestino, en particular el que respecta a su libre determinación, con todo lo que eso pueda traer implicado. Se entiende que el establecimiento de un proceso de negociación supone el reconocimiento mutuo de la existencia y los derechos de las partes en conflicto y que por lo tanto la OLP debe participar en las conversaciones.

Irán-Irak. Se destaca la gravedad de la situación y los riesgos que la prolongada guerra entre Irán e Irak entraña para la región del Golfo Pérsico, para toda el área de Medio Oriente y en definitiva para la paz internacional. Dentro de este contexto se expresa

el deseo de que las partes acaten las resoluciones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas y tengan en cuenta los numerosos llamamientos efectuados por las naciones del mundo para la búsqueda de una solución pacífica.

Diálogo Este-Oeste. Se auspicia que las reuniones entre las dos superpotencias conduzcan a tratativas sustanciales, capaces de llevar a reducciones equilibradas, al más bajo nivel posible de las armas nucleares de alcance medio y de prevenir eficazmente el peligro de una eventual carrera armamentista espacial.

Sudáfrica. Una delegación de la CEE visitó recientemente el país y aprobó una serie de sanciones, con claúsulas de reserva por parte de Gran Bretaña, las cuales incluyen la prohibición de la entrega de petróleo al régimen de Pretoria a través de Europa, de vender al mismo equipos militares, así como no firmar ningún convenio de cooperación nuclear. En este caso también se hicieron evidentes las divergencias existentes en el Mercado Común ya que, mientras por un lado Francia y Holanda eran partidarias de tomar "fuertes" medidas contra el apartheid, Gran Bretaña y Alemania no deseaban poner en peligro el comercio entre ambas partes.

Terrorismo. Ante el intenso accionar de lo que se ha dado en llamar "euroterrorismo", el cual pone de manifiesto la interconexión entre los distintos grupos subversivos del continente europeo, la CEE se encuentra en vías de desarrollar una estrategia conjunta tendiente a combatir el flagelo. Precisamente ese fue uno de los temas fundamentales analizados durante una de las últimas reuniones del organismo económico.

Centroamérica. A fines del año próximo pasado, los Ministros de Relaciones Exteriores de cinco naciones centroamericanas se reunieron en San José (Costa Rica) con los representantes de la CEE. La conferencia de dos días de duración, fue considerada como un acontecimiento político histórico. Esencialmente, América Central expresó su deseo de obtener ayuda europea para disminuir la influencia dominante estadounidense. Precisamente este país no fue invitado al evento, ni

siquiera en calidad de observador. Por tanto los centroamericanos vieron en la conferencia una expresión de individualidad e identidad regional. Los Ministros del Mercado Común acordaron aumentar el intercambio cultural y aprobaron los lineamientos de un plan de desarrollo para el área. Según trascendidos el mismo incluiría un paquete de ayuda económica de la CEE, de unos 250 millones de dólares, a mediano y largo plazo. En las últimas semanas, representantes del organismo llevaron a cabo en Luxemburgo una reunión de carácter informal. Precisamente en ella se previó realizar en los próximos días otro encuentro en dicho país, con la participación de delegados del Grupo de Contadora, así como de Nicaragua, Guatemala, Honduras, El Salvador, Panamá y Costa Rica, para concretar un acuerdo de cooperación para la región.

RELACIONES DE LA CEE CON AMERICA LATINA

Las opiniones más frecuentes en la CEE en relación a América Latina son que existe una gran preocupación por los problemas de la deuda, entusiasmo por las jóvenes democracias y esperanzas de que el ingreso de España y Portugal pueda mejorar las relaciones entre el "viejo" continente y el "nuevo" tanto en el área económica como política. Pero más allá de estas declaraciones no se han visto mayores aportes concretos. Todos los indicios pondrían de manifiesto que el proteccionismo europeo no disminuirá y que las naciones endeudadas tendrán que resolver por si mismas sus problemas con el Fondo Monetario Internacional. Por lo que respecta a la adhesión a la Comunidad de los países de la península ibérica, no existe todavía ninguna estimación sobre los efectos reales de ese paso en las relaciones entre Europa y América, ni ningún indicio real avala la retórica optimista.

Corresponde puntualizar que existen tratados preferenciales entre la Comunidad y una serie de países, normalmente ex-colonias europeas, desde los cuales España podrá importar en condiciones más ventajosas una variedad de productos que hasta ahora adquiría en América Latina. Si bien cuando ingresó al Mercado Común el Gobierno de

Felipe González propuso la posibilidad de que su país pudiera suscribir con las naciones latinoamericanas tratados preferenciales, es poco factible que esto se concrete en resultados reales por el condicionamiento económico que regulará las relaciones entre España y los otros miembros del Mercado Comun. En este sentido es importante destacar que el Embajador español ante la CEE, Gabriel Ferrand, refiriéndose a Latinoamérica ha puntualizado que "España tendrá que aplicar las reglamentaciones comunitarias y por lo tanto ya no será libre para aplicar las condiciones que le gustaría, hay que acostumbrarse entonces a adaptarse a esas normas". Agregó además que durante un "cierto tiempo" España puede seguir importando pescado congelado, café, cacao y tabaco, productos que por el momento gozan de ventajas aduaneras, las que gradualmente irán desapareciendo.

En síntesis, la ampliación del Mercado Común no se presenta como positiva para las exportaciones latinoamericanas. España y Portugal, en su calidad de miembros del organismo, tendrán mayor acceso al mismo y por consiguiente a sus productos. No se pueden esperar pués en un corto plazo grandes cambios o cortes drásticos en el área del comercio, pero en el futuro la tendencia de los intercambios será sin duda contraria a las exportaciones latinoamericanas, en tanto estas se mantengan en los rubros tradicionales y en el nivel de competitividad actual.

INCIDENCIA DEL PROTECCIONISMO DE LA CEE PARTICULARMENTE EN LA PRODUCCION DE CARNE A MENOR PRECIO

El sistema de protección de precios del Mercado Común Europeo se fundamenta en dos mecanismos básicos, por un lado los subsidios y por otro la acumulación de stocks de excedentes de producción. La CEE aplica el sistema del precio de orientación que se fija anualmente en atención a diversos factores.Posteriormente y de acuerdo al precio del mercado internacional, se determina el volúmen de la protección arancelaria.

Cuando los precios internos caen por debajo del precio

de orientación, los organismos de intervención compran la producción, formándose de esta manera los grandes stocks que permiten incidir en los precios internacionales y competir en forma ventajosa en el mercado mundial en un fenómeno denominado "Dumping".

En lo referente a la comercialización de la carne, la CEE ha pasado a ser el principal competidor de los países latinoamericanos en el mercado mundial. Gracias a su política proteccionista, durante 1984 la Comunidad fue el primer exportador del producto, con unas 700.000 toneladas colocadas a precios altamente competitivos.

Como consecuencia de esta situación, Uruguay ha perdido en los mercados internacionales de la carne la gravitación que tuvo en años anteriores. Las licitaciones realizadas por ejemplo con Egipto se perdieron frente a los bajos precios ofrecidos por la CEE. En el caso de Argentina las cosas no han sido demasiado distintas. Si bien pudo colocar en El Cairo 5.000 toneladas de carne a 900 dólares la tonelada, perdió el mercado de la Unión Soviética, el cual fue ganado por el Mercado Común, con una oferta de 700 dólares la tonelada y condiciones de pago estipuladas en 18 meses. Precisamente a mediados del corriente año, nuestro Presidente, el Sr. Julio María Sanguinetti, manifestaba al diario de Milán "Corriere de la Sera" que "el mayor obstáculo para aumentar las relaciones comerciales con Europa, está constituído por la política del "dumping" de la Comunidad Económica Europea".

INCIDENCIA DE LA CEE EN LA DEUDA EXTERNA DE AMERICA LATINA

Los consorcios bancarios pertenecientes a las naciones integrantes del Mercado Común, tienen una importante incidencia en el volúmen del endeudamiento latinoamericano, por lo que es imprescindible para los países de la región vincular el pago de la deuda externa al grado de intercambio comercial con el organismo. Se debe poner especial énfasis en que las posibilidades de cumplimiento de los compromisos contraídos están en relación directa con el mejoramiento de la balanza comercial.

La posición de Europa en este aspecto ya se había reflejado en la carta que la Primer Ministro británica, Margaret Thatcher, envió al Presidente Sanguinetti cuando se llevó a cabo la última reunión del Grupo de Cartagena. En la misma se subrayaba que la ayuda de las naciones desarrolladas a la problemática latinoamericana, está condicionada al ajuste de las economías regionales, así como en el respaldo a la política del Fondo Monetario Internacional, revalorizando su rol de órgano rector entre deudores y acreedores.

INDICES DE INTERCAMBIO COMERCIAL ENTRE AMERICA LATINA Y LA CEE

Entre 1958 y 1982 el volumen total del intercambio entre el Mercado Común y Latinoamérica disminuyó de un 11 a un 5% del total de operaciones del organismo. Entre las exportaciones más afectadas figuran los cereales, la carne, los aceites y grasas, productos lácteos y materias primas tales como fibras para textiles y productos de cuero. En lo que al acero se refiere el país más afectado ha sido Brasil, cuyas ventas cayeron de 245.000 toneladas en 1980 a 157.000 toneladas en 1982.

En lo que se refiere a los niveles de carne bovina exportados por nuestro país a la Comunidad, tenemos que durante 1984 se registraron los siguientes índices:

Enero-Febrero: 2.202 toneladas.

Enero-Mayo: 11.263 toneladas.

Enero-Agosto: 15.797 toneladas

Enero-Octubre: 18.420 toneladas.

CONCLUSIONES

1.- Actualmente la política económica del Mercado Común Europeo se caracteriza fundamentalmente por un creciente proteccionismo y por las presiones que se ejercen sobre los países comunitarios que pretendan una apertura hacia los mercados mundiales, mediante compromisos que obligan a mantener una política de bloque.

9005099

2.- Esta estrategia ha dado buenos resultados, tanto políticos como económicos, los cuales se han traducido en buenos niveles de vida, reducción de las tasas de inflación, disminución de los índices de desempleo (excepto en Gran Bretaña) y una intensificación de la tendencia exportadora.

3.- Se debe considerar que el Reino Unido, por su confrontación con los demás países comunitarios, podría impulsar un cambio en la conducción económica del organismo, ya que actualmente la relación aportes-beneficios con la CEE es deficitaria para Londres. Teniendo en cuenta esta situación, podría resultar beneficioso un acercamiento hacia dicha nación, cuya óptica económica sería la que contemplaría en mayor medida, las aspiraciones de los países latinoamericanos. En relación a este tema, es conveniente recordar que quizás una política de bloque de América Latina, donde la influencia de Argentina es notoria, perjudicaría eventualmente un posible acercamiento a través de Gran Bretaña, por el conflicto que ambas naciones mantienen a raíz de la soberanía de las Islas Malvinas. Es entonces que, a raíz de estas consideraciones, sería conveniente para nuestro país promover acercamientos bilaterales con Gran Bretaña, a los efectos de intentar buscar su intermediación en el seno de la Comunidad.

4.- Es poco factible que por lo menos a corto plazo, la CEE sea compradora de materias primas alimenticias en América Latina, en proporciones más o menos significativas, ya que Europa se ha convertido en una considerable competidora de dicha región en los mercados mundiales.

5.- A medida que creció el número de países que lo integran, la unidad en el Mercado Común se ha hecho más problemática. En este sentido todo parece indicar que las discrepancias por la política agraria se intensificará con la incorporación de España y Portugal, los cuales aportarán sus competitivos productos.

En síntesis no se augura un futuro fácil. La Comunidad, primero de seis y ahora de doce miembros, ve multiplicadas sus dificultades. Existen por ejemplo grandes diferencias de nivel de vida

entre unos y otros países, así como de características nacionales o de grados de modernidad. Y mientras se procura, con gran paciencia, unificar esta estructura, se pierde terreno frente al veloz desarrollo de Estados Unidos y Japón, cuya productividad, modernización y competitividad internacionales crecen constantemente.

La política agrícola del MCE, ya cuestionada internamente como hemos dicho anteriormente, inclusive desde el propio Consejo, que es el órgano ejecutivo de más jerarquía, resulta un lastre, pero su desmantelamiento genera resistencias aveces invencibles.

Para el mundo, en especial el mundo libre, Europa es una pieza vital, sin cuyo concurso desaparecería todo equilibrio. Pero también genera conflictos serios, en particular con motivo de la política agrícola, basada en la protección del mercado interno y en la asignación de enormes subsidios a sus exportaciones.

****

Montevideo, 25 de noviembre de 1985.-

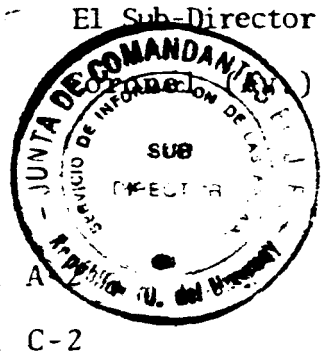
P.K.

entre unos y otros países, así como de características nacionales o de grados de modernidad. Y mientras se procura, con gran paciencia, unificar esta estructura, se pierde terreno frente al veloz desarrollo de Estados Unidos y Japón, cuya productividad, modernización y competitividad internacionales crecen constantemente.

La política agrícola del MCE, ya cuestionada internamente como hemos dicho anteriormente, inclusive desde el propio Consejo, que es el órgano ejecutivo de más jerarquía, resulta un lastre, pero su desmantelamiento genera resistencias a veces invencibles.

Para el mundo, en especial el mundo libre, Europa es una pieza vital, sin cuyo concurso desaparecería todo equilibrio. Pero también genera conflictos serios, en particular con motivo de la política agrícola, basada en la protección del mercado interno y en la asignación de enormes subsidios a sus exportaciones.

El Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.



Roberto C. Leira

DISTRIBUCION

Copia 4 - Sr. Jefe del A-2

Copia 5 - Sr. Jefe del C-2

Copia 6 - Sr. Jefe del E-2

Copia 7 - Sr. Jefe del N-2

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo, 28 de noviembre de 1985.-

MEMORANDUM Nº051/85

SITUACION ACTUAL DEL EJERCITO ARGENTINO

- Según informaciones disponibles, se ha podido establecer que para el año 1986 está previsto el llamado a filas de 25.000 conscriptos como máximo, en una medida que se encuadra en el programa de reducción del gasto público. Con esta reducción,los efectivos totales del Ejército argentino disminuirían en un 50% aproximadamente.
- Asimismo se pudo establecer que una buena parte de los cuadros de efectivos permanentes, que alcanzan los 20.000 hombres, dedicarían parte de su tiempo libre a otras actividades que les permite aumentar sus ingresos.
- De acuerdo a las mismas informaciones, en recientes maniobras militares llevadas a cabo por el II Cuerpo de Ejército en la localidad de Monte Caseros, fueron movilizados únicamente 2.000 efectivos, en su mayoría Oficiales y Sub Oficiales del cuerpo permanente.
- Por otra parte, se tiene conocimiento que algunos de los cadetes del último año del Colegio Militar estarían solicitando su baja, a causa de las pobres perspectivas que la carrera militar les estaría ofreciendo en la actualidad.
- Finalmente, se ha logrado saber que se estarían desmantelando las bases antárticas argentinas, debido fundamentalmente a la falta de recursos necesarios.
- De lo expuesto, se extraen las siguientes conclusiones:

  - Los efectivos totales del Ejército argentino pasarían a ser apenas superiores en número a los de nuestro país y teniendo en cuenta la gran diferencia de relación existente entre poblaciones y territorios, se pone de manifiesto que existiría una gran vulnerabilidad en los aspectos de seguridad y defensa, situación que se agrava por la notoria desmoralización de los cuadros.

  - De confirmarse el desmantelamiento de las bases antárticas,se evidenciaría que las FF.AA. y el Gobierno argentino han renunciado, en parte, al interés de mantener la soberanía en dicha región.

  - En la actualidad continuaría disminuyendo el peso político

y militar de las FF.AA. argentinas a nivel interno.

El Jefe del Dpto. II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército del S.I.FF.AA.

Copia Nº4: Señor Jefe del Dpto. I del S.I.FF.AA.

29/NOV/85 - Se efectuaron 4 fotocopias. Fdo. la Clave.

900510

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 4 de diciembre de 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 052

ASUNTO: ENLACE DE LA SIDE EN NUESTRO PAIS.

Datos personales:

Nombre y apellido:	Lamberto PRONER
Cargo:	Secretario de la Embajada Argentina y Cónsul de primera clase.
Inicio de funciones:	08.X.984
Fecha de nacimiento:	05.III.918
Estado civil:	Separado

Antecedentes:

Es Contador jubilado. Es un antiguo político de la UCR y amigo personal del ex-Director de la SIDE, Sr. Pena y del ex-Ministro de Economía, Contador Grinspun. También tiene contactos personales con el Presidente Raúl Alfonsín. Integra el círculo de amigos personales del Embajador Perette.

Ha evidenciado no tener profundos conocimientos en el área de inteligencia. Se maneja en base a informaciones elaboradas con datos de la prensa abierta. Debe confeccionar mensualmente informes sobre la situación de Uruguay.

En algunas oportunidades ha manifestado el convencimiento del escaso margen de operatividad de las Fuerzas Armadas.

Por otra parte, se destaca que los contactos de dicho Enlace con nuestro Servicio han sido permanentemente fluídos.

En términos generales este funcionario no ha aportado informaciones de importancia a nuestro Servicio. Tiene conciencia de las deficiencias de la SIDE. La evaluación de la información que aporta no es objetiva y está encarada desde la óptica política de la UCR.

El Jefe del Depto. II(EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

01-01

30051101

S C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 4 de diciembre de 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 053

ASUNTO: S I D E

En el mes de noviembre quedó en evidencia que esta Secretaría es inoperante acorde a manifestaciones de las propias personalidades del gobierno argentino.

Se prevee una reestructura que contemplaría el ingreso en sus escalafones de personal militar izquierdista e integrante del CEMIDA (Centro de Militares Demócratas Argentinos).

Paralelamente con el alejamiento del Sr. ROSSI (actual Director) se prevee el retiro de aproximadamente 20 oficiales de la policía federal.

Por otra parte, no existe enlace con otras agencias de informaciones militares (Ej.: Batallón de Inteligencia 601).

Por manifestaciones de Enlaces de Servicios amigos al nuestro se reafirma la escasa o nula operatividad de los Servicios de Inteligencia argentinos.

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

01-01

9005102

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 4 de diciembre de 1985.-

M E M O R A N D U M Nº 054

ASUNTO: AMNISTIA Y "PUNTO FINAL".

La realización del acto electoral en Argentina determinó una nueva instancia a la campaña contra las Fuerzas Armadas.

De acuerdo a declaraciones de Leopoldo Moreau e importantes dirigentes radicales, así como el Secretario de Defensa, Horacio Jaunarena y representantes de la SIDE han coincidido en afirmar que una vez que se expidan los Tribunales que juzgan a las Juntas Militares, el gobierno encararía la determinación del llamado "Punto Final", la cual indicaría el no pase a la justicia de los oficiales subalternos involucrados en las denuncias de violaciones de los derechos humanos durante la lucha contra la subversión. Posteriormente se estudiaría la aplicación de una amnistía para todos los integrantes de las Juntas Militares procesadas.

Debido al incremento que tendrían los problemas sociales y económicos en los próximos meses, el gobierno atenuaría la presión que ejerce en el momento sobre las Fuerzas Armadas.

El Jefe del Depto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
JEFE
DEPARTAMENTO II

DISTRIBUCION
Original - Director
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

01.01

9005103

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 056

(OLP) - ORGANIZACION PARA LA LIBERACION DE PALESTINA

Montevideo, 6 de diciembre de 1985.-

9005104

S E C R E T O
01-22

I N D I C E

I.- ORGANIZACION Y OBJETIVOS DE LA O.L.P.

A.- OBJETIVOS

B.- LA O.L.P. EN AMERICA LATINA

1.- CUBA

2.- NICARAGUA

3.- EL SALVADOR

4.- MEXICO

5.- VENEZUELA

6.- COLOMBIA

7.- ECUADOR

8.- PERU

9.- BRASIL

10.- BOLIVIA

11.- CHILE

12.- ARGENTINA

C.- NIVEL DE ACTIVIDAD LEGAL Y ABIERTA

D.- NIVEL DE ACTIVIDAD CLANDESTINA

II.- INGERENCIA DE LA OLP EN BRASIL

A.- PRESENCIA DE LA OLP EN EL CHUY

B.- SANTANA DO LIVRAMENTO

III.- CONTACTOS DE DIPLOMATICOS RUSOS-O.L.P.-F.A. EN LA FRONTERA N.E. DE URUGUAY

A.- ACTIVIDADES DETECTADAS A DIPLOMATICOS SOVIETICOS

B.- ACTIVIDADES DETECTADAS A LOS MIEMBROS DE LA O.L.P.

IV.- ACTIVIDADES DEL F.A. Y DEL P.C.U. EN EL CHUY

V.- CONCLUSIONES

VI.- ANEXO "ALFA". ASPECTO FINANCIERO DE LA O.L.P.

* * * * * * *

S E C R E T O

I.- ORGANIZACION Y OBJETIVOS DE LA O.L.P.

En la conferencia cumbre árabe, llevada a cabo en El Cairo en el mes de enero de 1964, se resolvió crear una entidad palestina, hecho que se concretó en junio del mismo año con el surgimiento de la Organización Para la Liberación de Palestina (OLP). En dicha oportunidad se aprueba una Constitución, así como la Carta Nacional palestina.

Con el correr de los años, diferentes organizaciones terroristas como AL-FATAH (Movimiento Nacional de Liberación de Palestina), P.F.L.P (Frente Popular para la Liberación de Palestina), P.F.L.P-G.C. (Frente Popular para la Liberación de Palestina-Frente Jibril), A.L.F. (Frente de Liberación Arabe), D.F.L.P. (Frente Democrático para la Liberación de Palestina), SAIKA (Vanguardia de la Guerra Popular de Liberación) y P.S.P. (Frente de Lucha Popular Palestina) se unieron a la Organización para la Liberación de Palestina (OLP), constituyéndose esta en el grupo líder, cuyo principal objetivo es conformar una representación nacional que sea reconocida por los palestinos.

Dentro de la OLP funcionan como organismos principales el Consejo Nacional Palestino, que actúa como "Parlamento" y que se reúne en principio cada seis meses. El mismo incluye representantes de todas las organizaciones terroristas conocidas, delegados independientes, sindicatos y secciones populares, las que se expresan a través del Congreso Popular Palestino, así como representantes de las colectividades palestinas de distintos países árabes.

Le sigue en orden de importancia el Comité Ejecutivo, elegido por el Consejo Nacional, que además de orientar las labores corrientes de éste, sirve además de foro para los contactos formales inter-organizaciones. Como organismo intermedio actúa el Consejo Central, cuya misión es supervisar la ejecución de las resoluciones emanadas de los órganos mencionados anteriormente.

La OLP cuenta además con lo que se denomina el Consejo Supremo de Información, que suministra las declaraciones políticas

D9005104

emitidas por el Comité Ejecutivo, manejando además la agencia noticiosa palestina WAFA, así como una revista que se publica mensualmente.

En lo que a financiación se refiere, la OLP cuenta con el "Fondo Nacional Palestino", a través del cual se organiza el presupuesto del movimiento. Los fondos provienen en gran parte de los países árabes, de acuerdo a condiciones ya convenidas en distintas reuniones.

La OLP también posee un Centro de Planificación, que se ocupa de trazar los lineamientos, tanto en lo político como en lo militar,a los líderes de los respectivos asentamientos palestinos, manteniendo entre otras cosas la coordinación entre los mismos.

El Departamento Militar y de Asuntos de Defensa tiene a su cargo al "ejército" propiamente dicho. Tambieñ existen instituciones de reclutamiento que preparan a los palestinos para eventuales responsabilidades futuras en lo político como en el plano social.

Las organizaciones terroristas que actúan dentro de la OLP, llevan a cabo ataques en el exterior, fundamentalmente por tres razones: mantener viva la cuestión palestina en la opinión pública mundial y despertar el interés nacional, tratar de lograr conexiones políticas y operacionales entre diferentes organizaciones palestinas y del exterior, que tienen objetivos ideológicos similares (principalmente izquierdistas) y por la dificultad de perpetrar ataques directamente en Israel, por lo que se buscan "blancos" judíos en el exterior, los cuales están menos protegidos y por lo tanto son más vulnerables.

A.- OBJETIVOS

La OLP lucha por crear un Gobierno nacional independiente y combativo en toda la extensión del territorio palestino. Exige el derecho a la autodeterminación del mismo, sin ninguna intervención extranjera.

B.- LA OLP EN AMERICA LATINA

La actividad palestina en América Latina se caracteriza por su empeño en sacar las máximas ventajas de las condiciones que imperan en dicho continente, por ejemplo la falta de estabilidad política de muchos países, la presencia de numerosas congregaciones ára-

bes, poderosas económicamente y la existencia de sentimientos anti-semitas y anti-estadounidenses.

El avance de la OLP en Latinoamérica es lento pero inexorable. Con armas, dinero y a través de múltiples ofensivas diplomáticas, la organización juega su "ajedrez político" en todos los frentes. Las fórmulas de expansión son intrincadas, a cambio de la posibilidad de abrir oficinas representativas, la OLP ofrece dólares, municiones y entrenamiento para guerrilleros de distintos países en campos que tiene para dicho fin en Yemen del Sur, Libia y Líbano. Las oficinas funcionan como cabeceras de puente, desde donde se maneja la acción propagandística y se establecen diferentes contactos. Se ha podido detectar la presencia de comandos palestinos en los siguientes países latinoamericanos: El Salvador, Nicaragua, Cuba, México, Brasil, Perú, Ecuador, Bolivia, Colombia, Chile, Argentina y otros.

1.- CUBA

Es la plataforma central de la OLP en el continente. Las relaciones comenzaron en 1966 cuando se reunió en La Habana la Conferencia de los Pueblos de Asia, Africa y América Latina (OSPAAAL). Cuba y la OLP desarrollan acciones coordinadas en apoyo de todos los movimientos insurgentes de Centroamérica.

En 1972, Fidel Castro se reunió en Argelia con los líderes de la OLP. A partir de ese momento Cuba comenzó a enviar periódicamente grandes contingentes de hombres a los campos de entrenamiento que la organización posee en el Líbano, en Yemen del Sur y en Libia.

El 1º de diciembre de 1974, la OLP abrió en La Habana su primer oficina en América, quedando así oficializada la conexión OLP-Cuba. El actual Director de la Dirección General de Inteligencia cubana, José Méndez Cominches, se ha abocado a la ejecución de un proyecto tendiente a establecer un campo de entrenamiento en Molimbo (Nicaragua), con la coordinación conjunta de la OLP y La Habana, donde recibirían adiestramiento revolucionarios de América Latina. El mencionado campo estaría a cargo de palestinos y agentes cubanos.

2.- NICARAGUA

La gama de relaciones que ha desarrollado la OLP con Nicaragua, constituye un ejemplo tangible de los métodos de operacio-

nes que emplea la organización en esta región. Durante su lucha contra el Gobierno de Somoza, el Frente Sandinista de Liberación Nacional (FSLN), recibió de la OLP ayuda material muy concreta. Luego del triunfo del sandinismo, se instauraron estrechos vínculos entre Managua y la OLP, la que envió a la nación centroamericana asesores en materia de aviación e instructores en el uso de armamento soviético.

3.- EL SALVADOR

La OLP intenta repetir la experiencia nicaragüense en este país, estrechando vínculos con los movimientos subversivos del mismo. Militantes del "Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional" (FMLN) reciben entrenamiento en el Líbano. Además reciben armas y dinero a través de México.

4.- MEXICO

La representación palestina, inaugurada en 1976 y que funciona principalmente como centro de divulgación, es subvencionada por el propio Gobierno azteca. La oficina constituye un factor clave entre la OLP y la subversión latinoamericana.

5.- VENEZUELA

En este país, clave por su riqueza petrolera, los canales de acercamiento no son fáciles,sin embargo las posibilidades de que la OLP pudiera desarrollar aquí su accionar no parecen tan remotas, si se tienen en cuenta los lazos económicos de las Naciones árabes con Venezuela.

6.- COLOMBIA

La OLP no tiene representación diplomática en este país y la verdad que la misma ha insistido bastante para tratar de persuadir a las autoridades de que permitan establecer dicha representación. Simultaneamente los palestinos han tratado de afianzar sus lazos con los movimientos subversivos nacionales y han tratado también de ejercer presiones sobre el Gobierno a través de algunas personas de ascendencia palestina, que ocupan cargos importantes en la conducción del país.

7.- ECUADOR

El Gobierno de Quito teme la instalación en su territorio de una oficina de la OLP, por los ya conocidos lazos que el grupo

mantiene con la subversión del continente. Sin embargo existe un "Comité de Solidaridad con el Pueblo Palestino" que opera a título de representación. La misma sirve de asilo a elementos sediciosos colombianos.

8.- PERU

La oficina de la OLP se establece en este país en 1979 como centro de información pero sin reconocimiento diplomático. Brinda ayuda a algunos medios de comunicación y luego los utiliza como instrumentos de propaganda.

9.- BRASIL

Desde 1979 funciona una oficina de la OLP en este país. Su jefe es Farin Sawan, de gran influencia en el Parlamento brasileño. Precisamente allí organizó la "Liga Arabe de la Amistad", que contó en su momento con el apoyo de los miembros del Congreso. Las FF.AA. de la Nación advirtieron sobre la intención palestina de convertir a la misma en una base de exportación del terrorismo en América del Sur. Existen datos concretos que demuestran lo anteriormente dicho. En 1970, Rubkai Haloon "palestino con pasaporte argelino" entregó a Brasil becas en campos de entrenamiento de Medio Oriente. En 1979 Haloon se habría conectado con Vanguardia Popular Revolucionaria (grupo de extrema izquierda) para entrenar hombres en el Líbano.

10.- BOLIVIA

Es significativo el hecho de que, una vez instalado el Gobierno de Siles Zuazo, fue abierta una oficina de la OLP en el país.

11.- CHILE

La OLP carece de oficina representativa en el país, a pesar de que en el mismo vive la mayor congregación palestina del continente (unos 300.000 árabes). Los nexos entre la organización y la colectividad chileno-palestina se efectúan a través de las oficinas existentes en Perú y Brasil. Es importante destacar que unos 300 representantes palestinos de 18 países latinoamericanos llevaron a cabo una reunión en San Pablo, tras la cual resolvieron reconocer a Yasser Arafat como líder de la OLP, así como construir una federación de entidades palestino-latinoamericanas, con sede en Santiago de Chile y que es presidida por el abogado chileno Nelson Hanab. Cabe destacar que es la pri-

mera vez que palestinos de la región deciden unificar su lucha por la creación de un Estado palestino y estrechar sus lazos con la OLP.

12.- ARGENTINA

La OLP pedirá oficialmente al Gobierno argentino la autorización para abrir una oficina de información en Buenos Aires, con status diplomático. Farin Sawan, representante palestino ante el Gobierno argentino, puntualizó que solicitará permiso de apertura de una oficina para su movimiento, basándose entre otras cosas en el discurso que el año próximo pasado pronunció ante la ONU el Canciller Dante Caputo, reconociendo a la OLP como "legítimo representante del pueblo palestino". Durante sus declaraciones Sawan hizo un paralelo entre la situación que vive el pueblo palestino y la que vive el pueblo argentino como consecuencia del conflicto por las Islas Malvinas.

C.- NIVEL DE ACTIVIDAD LEGAL Y ABIERTA

(1) - Esta actividad se dirige hacia las autoridades de los países del continente, hacia personalidades públicas, hacia las concentraciones árabes y las organizaciones palestinas de la región. Asimismo hacia quienes moldean la opinión pública en general.

(2) - Los objetivos de esta actividad son los siguientes: ampliar el círculo de los países que reconocen a la OLP y que apoyan su posición en los foros internacionales. Gestionar la autorización para la instalación de oficinas adicionales de la OLP. En lo que tiene que ver con el continente latinoamericano, crear obstáculos que deterioren el buen funcionamiento de las relaciones entre los países del área e Israel, así como fomentar una opinión pública favorable a la causa palestina y recaudar fondos para la misma.

(3) - Dicha actividad se lleva a cabo mediante los representantes de la OLP en los distintos países de América, a través de individuos o delegaciones que visitan en forma reiterada el continente por encargo de la organización, mediante la diseminación de material de propaganda en idioma árabe y español, por medio de simposios y conferencias en los que se difunde profuso material favorable a la OLP y utilizando personalidades locales de extracción árabe y palestina que se muevan en los medios de comunicación de los respectivos países.

D.- NIVEL DE ACTIVIDAD CLANDESTINA

(1) - En el marco de las actividades clandestinas, tanto Al-Fatah, como el FPLP de George Habash, el FLP de Samir Ghoshe y en menor medida el FPDLP de Nayef Hawakna, mantienen nexos con la mayoría de las organizaciones ilegales, de derecha y de izquierda, que llevan a cabo su accionar en casi toda América Latina.

(2) - Los objetivos de estas actividades sediciosas consisten en crear en los movimientos latinoamericanos subversivos un compromiso con la causa palestina que los puede ayudar a tomar el poder en sus respectivos países.

a.- El primer efecto buscado es lograr una opinión pública favorable a los palestinos, fundamentalmente entre los elementos de oposición al Gobierno.

b.- Recabar información operacional sobre objetivos israelíes, colaborando en ello las organizaciones subversivas locales.

c.- Participar en los actos terroristas.

d.- Fomentar el anti-sionismo.

e.- Dañar en lo posible los intereses estadounidenses en la región.

(3) - La ayuda que brindan las organizaciones palestinas a la subversión en Latinoamérica, consiste en el suministro de armas y en la instrucción y entrenamiento de militantes de dicha subversión en instalaciones de Medio Oriente. Es lógico asumir que las organizaciones palestinas terroristas, están transmitiendo a sus colegas latinoamericanos toda la información que les pueda ser útil, facilitándoles además el acceso a otros movimientos subversivos del resto del mundo.

II.- INGERENCIA DE LA OLP EN BRASIL

Tanto los Estados árabes radicales como la OLP, han puesto en marcha un plan de acción, tendiente a ampliar su área de influencia en América Latina.

Desde Brasil a América Central y el Caribe, además de la OLP también Irán, Irak y Argelia, están utilizando las instalaciones petroleras como armas contra Estados Unidos e Israel.

La creciente penetración en Latinoamérica por parte de elementos árabes radicalizados, forma parte de un plan tendiente a au-

mentar la inestabilidad en la región, así como fomentar en ella eventuales políticas nacionales hostiles a los intereses de Estados Unidos.

Brasil es el primer objetivo árabe, no sólo porque debe importar un 80% de petróleo para su consumo interno, sino porque además desea aumentar sus mercados de exportación en Medio Oriente. Precisamente, la promesa de que la representación de la OLP en dicho país, obtendría "status diplomático", surgió durante la visita al mismo, en mayo de 1979, del Vicepresidente de Irak, Tha-Mahrouf. En ese momento, cuando Joao Figueiredo cumplía su segundo mes de Gobierno, Irak abastecía más del 60% del crudo que importaba PETROBRAS. En dicha oportunidad, Farin Sawan, Jefe de la oficina que funciona en la Embajada de la Liga de los Países Arabes, solo consiguió de Itamaratí el derecho a funcionar como anexo de la mencionada sede diplomática, exhibiendo allí una placa con inscripciones en idioma árabe, donde constaba la identificación OLP-ORGANIZACION PARA LA LIBERACION DE PALESTINA.

En la actualidad, Sawan prefiere no recordar esa concesión hecha, ya que posee "amigos" en el Gobierno. Entre ellos figuran Diputados del PMDB, quienes en discursos pronunciados en el Congreso, defendieron el derecho de la OLP a obtener status diplomático y a ser tratada en forma idéntica que Israel. También encontramos a Fernando Lyra, actual Ministro de Justicia y al Diputado Freitas Nobre, quienes habrían sido huéspedes de la OLP durante una visita que efectuaron diplomáticos brasileños a campos de refugiados en el sur del Líbano.

Según Farin Sawan, Brasil ha dado todos los pasos necesarios en favor del reconocimiento de la OLP. Condenó el sionismo como forma de discriminación ante la ONU, en 1979 reconoció a la organización de Arafat como única y legítima representante del pueblo palestino, apoyó la creación de un Estado palestino independiente y condenó la ocupación de los territorios por la fuerza. Sólo resta, señala Sawan, que se establezcan relaciones diplomáticas, ya que si Brasil reconoce a la OLP, no puede negarle entonces el derecho de representación. No obstante, el Canciller Olavo Setuval mantiene la negativa del Gobierno al respecto.

Sawan distingue dos momentos en la historia de su actuación: por un lado, el período polémico cuando las circunstancias lo obligaron a actuar de la manera que actuó y por otro la fase actual,

en la cual su accionar ha dejado de ser encubierto y tiende a crear lazos de amistad y apoyo más sólidos. Es en este momento que Sawan se relaciona con sindicatos y organizaciones estudiantiles de Brasil. A pesar de haber sido denunciado en reiteradas oportunidades por miembros de la Embajada de Israel, por promover manifestaciones en favor de los palestinos, Sawan nunca llegó a ser directamente censurado por la Cancillería brasileña.

Cabe destacar que Sawan ha efectuado declaraciones en las que afirma que "la presencia de un representante de la OLP en Brasil, asegura que no se efectúen actos de terrorismo en el país, cosa que no se sabe si ocurriría si la representación de la OLP no estuviera allí".

En caso de que la OLP lograra el reconocimiento oficial de Itamarati, Brasil podría fácilmente transformarse en una importante base para las actividades de organizaciones terroristas palestinas. A este respecto recordemos que en Natal, capital del Estado de Río Grande del Norte, reside una considerable comunidad árabe-palestina y que en todo Brasil opera un gran número de asociaciones culturales y centros sociales vinculados a la OLP.

A modo de ejemplo podemos señalar que en Yaguarón se ha abierto una oficina de la OLP, de la cual se ha comprobado que lleva a cabo actividades de índole político, tales como el apoyo a políticos brasileños de origen árabe, a saber, Pedro Simón, Octavio Germano, Sahid Farah, Abi Ackel, Pablo Maluf y otros. Estas actividades son dirigidas desde San Pablo por la "Sociedad Arabe-Palestino-Brasileña", siendo la receptividad en la zona bastante buena.

Otro ejemplo lo constituye la creación en la ciudad de Porto Alegre, del Comité de Apoyo al Pueblo Palestino, organización estrechamente ligada al movimiento justicialista por los derechos humanos, de gran actuación en Brasil, que estaría destinado a actuar como fachada para justificar el ingreso de elementos de la OLP en Brasil, además de centralizar los aportes de los palestinos radicados en dicho país. Es dable destacar que en el Estado de Río Grande, en la zona fronteriza con Uruguay y Argentina, se encontraban radicados en 1982 unos 200.000 palestinos.

También es importante hacer notar el apoyo financiero que

los integrantes de la colonia palestina de Santana Do Livramento brindan a la mencionada organización. Dicha colectividad estaría integrada por ciudadanos de ese origen y sus descendientes. Contaría con gran solidez económica ya que los mismos serían en su mayoría propietarios de importantes comercios de aquella ciudad, como asimismo de otros ubicados también en zonas fronterizas. Estarían nucleados corporativamente en torno a un líder y tendrían una amplia sede para sus reuniones. A través de profusa información gráfica la colectividad a la que hacemos referencia manifiesta su adhesión a la OLP y su líder Yasser Arafat.

La OLP viene utilizando a los grupos palestinos de Brasil para captar simpatizantes entre los políticos de diversos partidos liberales, a los efectos de lograr la autorización del Gobierno para la entrada de Yasser Arafat a Brasil y para forzar el reconocimiento diplomático de la organización. Agentes de la misma que actúan en el país, intentarían formar una comisión interparlamentaria árabe-palestina, a la cual se afiliarían unos 300 Diputados.

A.- PRESENCIA DE LA OLP EN EL CHUY

Con el correr de los años la OLP se ha ido diseminando por distintas partes del mundo, para poder llevar a cabo parte de sus objetivos. Los primeros libaneses, sirios y palestinos, que llegaron a instalarse en Brasil, lo hicieron durante o despúes de la "Guerra de los Seis Días". Muchos de ellos se ubicaron en el Estado de Río Grande Do Sul, principalmente en la frontera con Uruguay (Chuy, Santa Ana do Livramente) conformando importantes colonias. La mayoría son propietarios de tiendas, supermercados, hoteles, etc., debido a las condiciones favorables que ofrece la ubicación fronteriza con Uruguay y Argentina. Estos negocios son utilizados en parte para apoyar a la OLP, tanto sea con contribuciones o para utilizarlos como fachada para realizar sus contactos. Integrantes de la organización o personas vinculadas a la misma ingresan en ellos con el fin de adquirir mercaderías y una vez dentro concurren a las oficinas de los propietarios para llevar a cabo sus reuniones. La posición económica que poseen les permite alojar a individuos conectados con la OLP que llegan al Brasil. Asimismo mantienen estrecha vinculación con esta, a través de abundante correspondencia y publicaciones que circulan desde y hacia distintas partes del mundo.

Entre los palestinos radicados en la zona se llevan a cabo tareas de recaudación de dinero con el fin de aportarlo a la OLP. El grupo "Cairo" no estaría desvinculado de estas actividades. La colonia palestina en la zona viene realizando una constante presión a nivel político, a los efectos de que el Gobierno eleve a la categoría de municipio a la mencionada localidad, logrando independizarse del municipio de Santa Victoria. Por otra parte, se ha fundado también un club social recreativo, deportivo y de beneficiencia, el cual congrega a todos los integrantes de la comunidad de dicha región. La sede posee un área de 6.000 metros cuadrados, que fue donada por los comerciantes de la zona.

B.- SANTANA DO LIVRAMENTO

En dicha ciudad la colonia de palestinos está nucleada corporativamente en torno a un líder y posee una amplia sede para sus reuniones y deliberaciones, en una casa ubicada en la zona céntrica de la ciudad.

El número de palestinos sigue día a día en constante aumento, concentrándose principalmente en el Estado de Río Grande, donde pueden actuar libremente.

III.- CONTACTOS DIPLOMATICOS RUSOS-OLP-F.A. EN LA FRONTERA N.E. DE URUGUAY

Se ha podido establecer que altos diplomáticos de atrás de la Cortina de Hierro, concretamente soviéticos y polacos, viajan con asiduidad (En 1983 lo hicieron 17 veces) a la ciudad del Chuy.

A.- ACTIVIDADES DETECTADAS A DIPLOMATICOS SOVIETICOS

Durante su estadía en la referida ciudad, los mismos se alojan en el hotel Cairo, propiedad de Alí Saleh Yusuf Said y Abdallah Saleh Yusuf Said. Se ha podido detectar que los mismos efectúan sus compras en el supermercado de igual nombre, también propiedad de las personas anteriormente mencionadas, en donde ingresan a las oficinas, permaneciendo en ellas por largo tiempo, con los directores o dueños de la firma.

Otro lugar empleado por ellos para efectuar sus contactos es la feria artesanal sita en la intercepción de las calles Argentina y Perú. En la misma se enlazan con Vladimir Martins (brasileño,

de 50 años de edad, el cual habría recibido dinero entregado por los diplomáticos soviéticos acreditados en Uruguay para la compra de armas destinadas a los palestinos. Los mencionados funcionarios de la URSS son: el Embajador Yuri Levedev; el Consejero Comercial Vladimir Chibiriov (actualmente no desempeña funciones en nuestro país), el Ingeniero Comercial de la Embajada, Alexei Dibrov; el Tercer Secretario y Agregado de Prensa Boris A. Molichianov (actualmente reemplazado), el Primer Secretario Iván Galankine; el funcionario administrativo Eugene Galkine; el Agregado Militar, Naval y Aéreo, Vladimir Olexenko; el Consejero Iván Archipenko; el Consejero Boris Orekov. Cada uno de los mencionados anteriormente viaja con su esposa.

B.- ACTIVIDADES DETECTADAS A LOS MIEMBROS DE LA OLP

Se han podido detectar las siguientes actividades de elementos palestinos:

- Que miembros de la OLP se contactarían con elementos sirio-libaneses residentes en el Chuy.

- Que Alí Saleh Yusuf Said y Abdallah Saleh Yusuf Said son integrantes del grupo financiero Cairo, el cual posee un hotel y un gran supermercado en la zona del Chuy y otro gran comercio en Punta del Este, donde los diplomáticos soviéticos también efectuarían contactos con ellos.

- Que los hermanos Said son los encargados de recaudar el dinero entre los comerciantes de la zona, para posteriormente hacérselo llegar a Al-Fatah.

- Que los propietarios de Cairo viajan frecuentemente al Líbano, llevando grandes sumas de dinero destinadas a la OLP.

- Que el grupo Cairo posee un potente transmisor, el cual le permite mantener comunicaciones con todo el mundo.

- Que el propietario del supermercado Nusser, Abider Rahaman Yusuf Said, es hermano de los propietarios del Cairo y que la policía del Chuy lo ha registrado como militante activo de la OLP y como elemento palestino que mantiene contactos con diplomáticos soviéticos.

- Que los propietarios del Cairo residen en el balneario Puymayen y que muchas veces dan alojamiento en su casa a diplomáticos de países que están detrás de la cortina de hierro.

- Que al comercio "Esquina de la Economía", propiedad del

ciudadano jordano Said Salim Asad Moqbic, llega correspondencia a nombre del Dr. Luis Jorge Martínez Peres desde diferentes países del mundo, siendo probable que hayan llegado cartas remitidas por el propio Yasser Arafat.

- Que Said Salim Asad Moqbic es de tendencia izquierdista, siendo miembro activo de la OLP y colaborador de Abdallah Saleh Yusuf Said (miembro del grupo Cairo).

- Que el Dr. Héctor Clavijo Fernández también retira correspondencia dirigida a Martínez.

- Que los agentes de la OLP pasarían armas para elementos subversivos uruguayos.

- Que el grupo Cairo ha donado un terreno de 6.000 metros cuadrados con la finalidad de edificar en el una entidad social deportiva que congregue a la comunidad árabe de la zona. La misma llevaría el nombre de Asociación Benéfica Arabe-Palestina del Chuy y sería una filial de la Federación de Entidades Arabe-Palestino-Brasileñas con sede en San Pablo.

- Que la actividad de la OLP en la región se remonta a muchos años atrás. Ya en abril de 1973 se tiene información de que en una reunión de la colectividad árabe en la zona, se encuentra presente un emisario de las guerrillas árabes, cuyo nombre sería El Bandak y que tendría como principal objetivo recabar fondos a los efectos de financiar dichas guerrillas. El mencionado sujeto está radicado en Buenos Aires y viaja asiduamente al Chuy para solucionar problemas monetarios de la organización y para arreglar viajes de elementos destacados hacia el Líbano.

- Que los dueños del Cairo alojan durante dos o tres meses a unos seis o siete palestinos, los cuales pasado ese lapso vuelven a su lugar de origen, siendo reemplazados por otros.

- Que los dueños del supermercado Abelhol y Alín viajan a Palestina cada dos o tres meses, permaneciendo allí también por el mismo período de tiempo. Estos viajes no los hacen simultáneamente sino en forma alternada. Durante la ausencia de uno de los propietarios, el otro permanece en el comercio.

- Que en su local comercial poseen un telex o similar co-

nectado con Beirut, el cual habría costado en su momento una cifra superior al millón de dólares, desconociéndose el nombre de su contacto y los fines para lo que es utilizado.

IV.- ACTIVIDADES DEL F.A. Y DEL P.C.U EN EL CHUY

Se ha podido detectar que:

- En el Chuy, del lado uruguayo, se ha instalado un Comité del F.A. dominado por P.C.U.. Con antelación a la inauguración del mismo se hizo presente en la zona Rodney Arismendi, el cual manifestó tener un acuerdo con Giocondo Diaz, Secretario General del Partido Comunista brasileño, para la instalación de un centro,que funcionaría en el local del F.A., para el adoctrinamiento de los habitantes del lugar, ya sean brasileños o uruguayos.

- En este Comité también habría relación entre el MLN(T) y organizaciones allegadas al PCB, como el Movimiento Revolucionario 8 de octubre.

- Que el dirigente del MR-8 de apellido Tobar es quien realizó los contactos en la frontera del Chuy con elementos del MLN(T).

- Que el MR-S tiene contactos con palestinos afincados clandestinamente en el Chuy, del lado brasileño.

- Que el movimiento 26 de Marzo (M-26) ha organizado un ciclo de cine nicaragüense a realizarse en el Comité del F.A., el mismo es exhibido a militantes activos del lugar y comentado por elementos llegados de Montevideo con la finalidad de instruir respecto a como emplear al hombre en la guerrilla.

Si bien se ha podido detectar una participación activa del M-26, tanto en la faz cultural como en la aceptación de militantes o en actividades de propaganda, se pudo comprobar que dichas autoridades realmente responden a una fachada. Dicho encubrimiento se realiza para distraer la atención sobre el PC, que es quien en realidad coordina las actividades.

La OLP estaría apoyando abiertamente las actividades del PC realizando reuniones en el comercio "Modas Victoria", siendo uno de los principales activistas José Luis Gamón, hijo del propietario de dicho comercio.

Además de las reuniones se llevan a cabo clases de defensa

personal dictadas por profesores que llegan de la ciudad de Pelotas (Brasil).

A nivel de dirección, la persona que está cobrando mayor importancia es Wilson Colon Sorazabal, L.D. (Libertad Definitiva).

Las reuniones de dirigentes se realizan con el máximo de compartimentación, utilizando para su funcionamiento como alias, nombres de pájaros y señas preestablecidas, preferentemente las utilizadas por los reclusos del EMR-1 (Penal de Libertad).

V.- CONCLUSIONES

1.- De los informes existentes se extrae que los palestinos han incrementado su presencia en toda la región.

2.- Están agrupándose en organizaciones regionales, dentro de cada país y en otras continentales.

3.- De estas organizaciones deben destacarse aquellas que agrupan políticos de origen palestino, que actúan dentro de cada país, dada la influencia que pueden tener en las decisiones de cada nación

4.- La diaspora palestina aparentemente no obedece a una estrategia preplaneada, pero favorece a la diseminación de la causa palestina.

5.- Es de suma importancia la presencia de estos grupos en la frontera uruguaya-brasileña.

6.- Los mismos pueden constituir minorías étnicas y religiosas que a largo plazo produzcan problemas sociales dentro de la región.

7.- Debe descontarse la importante influencia de estos grupos en áreas fronterizas de escaso índice demográfico, donde multiplican su peso político y económico.

8.- Se debe tener en cuenta el interés de los palestinos en lograr cierta forma de independencia de los centros de poder locales (caso de un intento de separación del Chuy brasilero del municipio de Santa Victoria del Palmar).

9.- El aumento de presencia de palestinos en la región incrementa la cantidad de simpatizantes de los terroristas de la OLP,

debiéndose prever que palestinos de estas regiones den refugio a palestinos vinculados a organizaciones guerrilleras.

10.- No es improbable que desde bases regionales se entrenen y preparen militantes palestinos para futuras acciones en Medio Oriente.

11.- La solidaridad internacional de los grupos terroristas podrá determinar el apoyo a grupos subversivos locales.

12.- Existen vinculaciones entre palestinos de la frontera uruguayo-brasileña y grupos políticos y subversivos de izquierda y extrema-izquierda.

13.- Se conoce que las colonias palestinas aportan dinero para la causa en Medio Oriente.

VI.- ANEXO "ALFA"

A) ASPECTO FINANCIERO DE LA OLP

Desde su establecimiento en 1964, la OLP ha destinado mucho tiempo y esfuerzos, con miras a asegurar una base financiera para sus operativos. La Fundación Nacional Palestina, establecida también en 1964, tiene a su cargo los aspectos financieros de la organización, incluyendo la recaudación de fondos, la financiación de las operaciones de la OLP.

Las fuentes de recursos financieros de la OLP han ido fluctuando con el correr de los años, pero los principales contribuyentes han sido siempre los países productores de petróleo y los elementos árabes extremistas.

La conferencia cumbre de los países árabes celebrada en Bagdad en 1978, decidió establecer un marco permanente para la ayuda árabe a la OLP y a los denominados "Países de Confrontación". Esta ayuda de Bagdad debe otorgar regularmente una gratificación anual, desde 1979 hasta 1988, la cual totalizaría unos 400 millones de dólares. Según la resolución de esta conferencia, los países que debían prestar ayuda eran Arabia Saudita, Kuwait, Emiratos Arabes Unidos, Qatar, Libia, Argelia e Irak.

ACTUALES FINANZAS DE LA OLP

La operación "Paz para Galilea" causó graves problemas a las fuentes de rentas independientes de la OLP, ya que rompió los lazos que esta tenía con sectores situados al sur de Beirut. La misma organización ha calculado sus pérdidas en unos 400 millones de dólares.

Sin embargo, la creciente ayuda de Arabia Saudita y el resto del mundo árabe, han minimizado las pérdidas económicas de la OLP, permitiéndole tener ingresos constantes.

B) RECURSOS

La OLP ha utilizado los grandes ingresos de la ayuda árabe para promover fuentes de renta independientes, entre las cuales cabe mencionar:

1.- Narcotráfico

El control de varias vías de exportación en el Líbano, por parte de la OLP, le posibilitaron en su momento, participar en el lucra-

tivo comercio de hashish libanés y en otras provechosas operaciones de contrabando de narcóticos entre Medio Oriente y Europa.

2.- Fuentes piratas

Durante los años 70 en el Líbano, la OLP entabló vitales relaciones comerciales y las utilizó para imponer cargas impositivas por su propia cuenta. De este modo, la organización recaudó impuestos portuarios en Tiro, Sidón y Trípoli.

3.- Entrenamiento de terroristas internacionales

Desde hace muchos años la OLP viene administrando el redituable comercio del entrenamiento de terroristas del mundo entero. En un principio utilizó sus bases en Líbano y Siria, luego de su expulsión del Líbano, trasladó sus bases a Yemen del Sur, Libia, Siria e Irak, reanudando así el muy remunerador negocio de adiestrar extremistas.

4.- Aranceles por comisión y rescates

Los aranceles recaudados por servicios de comisión en las transacciones de armas por ejemplo, son otra fuente de ingreso para la OLP. En el pasado, los secuestros y otras acciones similares fueron aprovechadas para recaudar dinero. La OLP utilizó sus capitales para establecer empresas industriales y comerciales, depositando sus beneficios y otros excedentes de capital en bancos privados, asegurándole a la organización un regular ingreso anual como resultado del pago de intereses.

C.- INVERSIONES

La OLP es catalogada como una multinacional que maneja un capital de 5.000 millones de dólares y que produce intereses por 600 millones de dólares anuales. El que administra la organización es Mohammed Zhudi Al Nashashibi, cuyas oficinas en Ammán y El Cairo manejan cifras que según los estudiosos serían más elevadas que las anteriormente mencionadas. Por ejemplo, la Arab Bank, donde estaría depositada buena parte de los fondos palestinos, tendría actualmente un capital de 10.500 millones de dólares en depósitos y 400 millones de dólares en intereses acumulados desde 1983. La Arab Bank opera en 22 países occidentales y tiene varias agencias en EE.UU.

La OLP cuenta con una central empresarial llamada SAMED, presidida por Abu Ala, quien administra el dinero de la organización, anti-

cipando créditos a intereses bajísimos para desarrollar actividades agrícolas, empresas artesanales o inmobiliarias en los países donde viven palestinos. Cuando las garantías de seriedad son aprobadas, también los no palestinos usufructúan el mismo tratamiento de favor. Casi siempre la SAMED mantiene una participación accionaria, obteniendo significativas ganancias, que en 1982, por ejemplo fueron de 45 millones de dólares.

Hoy se calcula que la OLP es dueña de una cadena de hoteles en EE.UU., Alemania Federal y varios países africanos, una empresa aérea belga, una compañía de navegación inglesa, acciones de grandes empresas norteamericanas y alemanas y participación en empresas petrolíferas operantes en Ginebra, Luxemburgo y Liechtenstein.

El Sub-Director de la Fuerza Aérera del S.I.FF.AA.
Coronel (Av.) Roberto C. Leira

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Jefe del A-2
Copia 2 - Sr. Jefe del E-2
Copia 3 - Sr. Jefe del C-2
Copia 4 - Sr. Jefe del N-2

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE SUB SECRETARIA República O. del Uruguay

9005104

cipando créditos a intereses bajísimos para desarrollar actividades agrícolas, empresas artesanales o inmobiliarias en los países donde viven palestinos. Cuando las garantías de seriedad son probadas, también los no palestinos usufructúan el mismo tratamiento de favor. Casi siempre la SAMED mantiene una participación accionaria, obteniendo significativas ganancias, que en 1982, por ejemplo fueron de 45 millones de dólares.

Hoy se calcula que la OLP es dueña de una cadena de hoteles en EE.UU, Alemania Federal y varios países africanos, una empresa aérea belga, una compañía de navegación inglesa, acciones de grandes empresas norteamericanas y alemanas y participación en empresas petrolíferas operantes en Ginebra, Luxemburgo y Liechtenstein.

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea

.9005104

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 058/85

ULTIMAS ACTIVIDADES Y SITUACION INTERNA ACTUAL DE LA OLP

Montevideo, 30 de diciembre de 1985.-

9005106

S E C R E T O
01-08

ULTIMAS ACTIVIDADES Y SITUACION INTERNA ACTUAL DE LA OLP

INTRODUCCION

La nueva serie de atentados terroristas perpetrados por la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) conduce a llevar a cabo un análisis, tendiente a clarificar cuales son los móviles subyacentes de la organización, así como la política y la forma de funcionar de la misma, por lo menos en lo que a sus últimas actividades se refiere.

Desde su evacuación forzosa del Líbano, en el año 1982 y la posterior evacuación de sus remanentes de la capital, Beirut, la OLP procuró reacomodar su capacidad operacional y utilizarla al máximo. Los planes de entrenamiento para este nuevo accionar fueron puestos en práctica durante 1983 y se extienden hasta el momento actual. Es así que los elementos de la organización alcanzan lo que ellos mismos consideran como un nivel óptimo de capacidad, precisamente cuando el proceso político en Medio Oriente ha comenzado a ser cuidadosamente reactivado.

Si bien en el mes de febrero del corriente año Yasser Arafat buscó un acercamiento con su antiguo enemigo, el Rey Hussein de Jordania, lo que parecía querer significar que el líder palestino optaba por las vías diplomáticas para lograr sus objetivos, lo cierto es que sucedió exactamente lo contrario, ya que a partir de la fecha anteriormente mencionada la ofensiva terrorista desatada por la organización abarcó horizontes más amplios y variedades más complejas:

a.- Desde el Mediterráneo se lanzaron una serie de operaciones navales de importancia, cuyos ejecutores habrían sido entrenados durante más de un año y que estaban evidentemente destinadas a desestabilizar a Israel. Estas acciones fueron dirigidas desde el cuartel general de la OLP en Túnez.

b.- Una ola de "insurrección" registrada en la margen occidental de Cisjordania, territorio ocupado por Israel, fue dirigida desde las instalaciones que la OLP tiene en Jordania.

c.- Se planearon una serie de atentados terroristas individuales en Europa, como el reciente asesinato de dos marinos israelíes en Barcelona (España).

0005106

d.- Se planificaron también operativos contra objetivos no israelíes, como en el caso del barco italiano de pasajeros "Achille Lauro", los cuales debían llevarse a cabo en nombre de organizaciones supuestamente no identificadas con la OLP.

Evidentemente el movimiento terrorista palestino ha estado llevando a cabo una especie de doble juego: por un lado concreta una serie de atentados para poner en relieve la urgente necesidad de buscar una rápida solución política. Por otro y aquí está el verdadero motivo de su accionar, los ataques están en si destinados a socavar ese mismo proceso político del cual dicen querer participar, para lograr la caída final de los dirigentes árabes moderados con los cuales colabora en apariencia la OLP.

Este modo de actuar no llama la atención en Arafat, ya que el mismo estuvo expuesto durante años a la influencia soviética, tanto a nivel político como de la KGB. Precisamente, en las circunstancias actuales, es obvio que el propósito de la organización de abocarse diligentemente a la actividad terrorista, favorece netamente los intereses de Moscú, en cuanto a desbaratar cualquier gestión pacificadora en la que no intervengan los soviéticos.

LA OLP EN TUNEZ

Después de su evacuación del Líbano (Beirut en setiembre de 1982 y Trípoli en diciembre de 1983) los leales de Al-Fatah y Arafat establecieron sus nuevas jefaturas y principales unidades operacionales en Túnez. Los organismos que allí se instalaron y que están activamente implicados en actividades terroristas son entre otros los siguientes:

a.- El denominado "Aparato de Seguridad e Información" que está bajo el mando de Abu Al Houl, uno de los principales ayudantes de Arafat.

b.- El "Aparato Unificado de Seguridad" liderado por Abu Ayab.

c.- La "Fuerza-17", organismo de seguridad y protección que depende directamente de Arafat y que es comandado por Mahmud Elie Natur, alias "Abu Tayeb".

Utilizando el territorio tunecino como base, los organismos de seguridad del Fatah, llevaron a cabo una intensa actividad terrorista contra objetivos israelíes y no-israelíes, tanto en dicho país como en naciones

europeas, en las cuales la OLP posee representaciones oficiales y con las cuales aspira a estrechar sus relaciones. A continuación podrán verse ejemplos de los atentados perpetrados por la OLP o algunas de sus facciones en los últimos dos años. Si bien no se trata de una lista completa, servirá para tener una noción aproximada de las actividades de la organización.

ATAQUES PERPETRADOS FUERA DE ISRAEL

- El 13 de setiembre de 1983 un ciudadano israelí, representante de una firma comercial judía instalada en Alemania Federal, fue asesinado en dicho país. Este hecho nunca fue aclarado totalmente, sin embargo, fuentes relativamente confiables señalaron que el ataque fue llevado a cabo por gente allegada a Arafat, que dirige sus operaciones desde el cuartel general de la OLP en Túnez.

- El 23 de diciembre de 1983 se registró un atentado frustrado contra el Encargado de Negocios israelí en Malta. El 13 de marzo de 1984, otro contra la representación diplomática de Tel Aviv en Grecia. Trás intensos interrogatorios a elementos de la "Fuerza 17" detenidos en Israel, pudo confirmarse que miembros de la OLP, con asiento en Túnez, llevaron a cabo los dos atentados mencionados.

- En el mes de setiembre de 1984, una embarcación que transportaba cinco terroristas, entre ellos una mujer de ciudadanía francesa, fue interceptada en la desembocadura del río Awali, cerca de Sidón, en la zona sur del Líbano. Tres de los extremistas fueron muertos. Sin embargo, a través de interrogatorios efectuados a los sobrevivientes, se tuvo conocimiento de que el grupo, leal a Arafat, se proponía perpetrar un ataque en el norte de Israel, con el propósito de forzar negociaciones tendientes a lograr la libertad de subversivos presos en dicho país.

- Durante la noche del 20 al 21 de abril de 1985, Abu Jihad, segundo de Arafat y Mahmud Al-Houl, su ayudante, planearon y supervisaron un ataque de proporciones en Tel Aviv, El grupo, que fue detenido, estaba formado por unos 20 hombres.

- El 24 y 25 de agosto de 1985, un yate que navegaba de Chipre a Sidón fue detenido por la marina israelí. A bordo del mismo se encontraban unos

ocho miembros de la OLP, los cuales tenían como objetivo perpetrar un atentado en el norte de Israel.

- El 25 de setiembre de 1985, tres israelíes fueron asesinados en Larnaca (Chipre), por terroristas pertenecientes a la "Fuerza 17" que se atribuyeron la responsabilidad por el atentado. Sin embargo, dada la reacción internacional y porque el operativo no era compatible con la política de la dirección del Fatah, o al menos de la imagen que el mismo deseaba dar como "mediador" en este tipo de sucesos, los miembros de "Fuerza 17" resolvieron cambiar de actitud y desligarse de toda responsabilidad por el ataque.

- El 7 de octubre del presente año, un grupo de terroristas pertenecientes al Frente de Liberación de Palestina (FLP), liderado por Abu Al-Abbas,se apoderó del buque de pasajeros italiano "Achille Lauro", mientras este navegaba de Alejandría a Port Said. El secuestro concluyó el 9 del mismo mes, trás la intervención directa de figuras relevantes de la OLP, entre ellas Yasser Arafat. La fracción de Abu Al-Abbas, está muy vinculada con Arafat. Su cuartel general también funciona en Túnez y recibe ayuda financiera y operacional fundamentalmente del Fatah. Al utilizar fuerzas allegadas al FLP, Arafat tiene la posibilidad: por un lado de aparecer como el líder de la OLP que favorece al extremismo y que no se rehúsa a continuar con la lucha armada y por otro se muestra ante Occidente como un individuo moderado que condena la violencia contra civiles. El secuestro del barco había sido planeado originalmente como una "operación de regateo", destinada a negociar la liberación de miembros de la "Fuerza 17" presos en Israel. Precisamente la intervención de la conducción de la OLP en los intentos de lograr la liberación del barco, comenzó en el momento justo en que se hizo evidente que el objetivo del ataque no podría ser alcanzado. Esta mediación inmediata indica claramente que el FLP acepta la autoridad de Arafat y obedece sus órdenes. De no ser así, el mismo no hubiera podido persuadir a los extremistas a rendirse. Evidentemente la supuesta mediación de Arafat y sus hombres tuvo por objeto obtener importantes logros políticos.

ATAQUES DENTRO DE ISRAEL

Este país y los territorios que están bajo su administración, prin-

cipalmente en el sector occidental, han sido objeto de numerosos atentados terroristas, los cuales habrían sido perpetrados en su gran mayoría por la OLP. Entre esos ataques cabe mencionar los siguientes:

- El asesinato de una pareja israelí en la ciudad de Beit Shemesh, en el mes de junio de 1985.

- Una carga explosiva colocada en la planta baja de una casa de departamentos en la ciudad de Kiriat Malakhi, en abril de 1985.

- Un coche-bomba colocado en el mercado de "Mahane Yehuda" en Jerusalén, en setiembre de 1985.

- Una carga explosiva depositada en un negocio de la ciudad de Ashdod, en febrero de 1985.

- Una serie de ataques contra estaciones de ómnibus en Jerusalén y contra paradas donde los soldados esperan el transporte.

- El asesinato de destacadas personalidades en la franja de Gaza (el Intendente de Rafiah en setiembre de 1984, el Dr. Ismail Khatib en noviembre del mismo año y un policía en enero de 1985 entre otros).

ATAQUE DE ISRAEL AL CUARTEL DE LA OLP EN TUNEZ

Alrededor de 60 miembros de la OLP, murieron durante el raid israelí llevado a cabo en Túnez el 1º de octubre de 1985. Entre los más importantes figuran:

- El Teniente Coronel Shastari, Comandante del Batallón Ras Al-Ayn.
- Jihad Al Ghoul, Sub-Comandante de la "Fuerza 17" en Túnez.
- Mayor Ali Zibak, Comandante de la "Fuerza 17" en Grecia.
- Nur Abdel Khalek, uno de los principales ayudantes del Jefe del Departamento de Operaciones de Al-Fatah.
- Capitán Jamil Abu Ghoush, Oficial de Operaciones.
- Teniente Coronel Fatih Al-Ghoul, activista de Seguridad Militar de Al-Fatah.

El Jefe del Dpto.II(Exterior)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:
Original: Archivo
Copia Nº1: Señor Director del S.I.FF.AA.
Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia N3: Señor Jefe del Dpto.I del S.I.FF.AA.

9005106

APRECIACION DE SITUACION [illegible]

REPUBLICA ARGENTINA

COPIA Nº 17

I.- INTRODUCCION

SISTEMA POLITICO-JURIDICO Y FORMA DE GOBIERNO

La República Argentina basa su estructura política y jurídica en la Constitución de 1853, que organiza el Estado de modo federal. La Constitución dispone que la Nación adopte para su gobierno la forma Representativa, Republicana y Federal. En dicha norma están enunciadas la división horizontal del poder en la forma republicana de gobierno, la división vertical en la forma federal del Estado y la soberanía del pueblo en el establecimiento del gobierno representativo. Se establece además el principio de división de los poderes del Estado en Poder Legislativo, Poder Ejecutivo y Poder Judicial.

- Poder Federal

La Soberanía la posee el Estado Federal y es ejercida por el pueblo de la Nación. Las provincias son autónomas en cuanto crean su propio derecho y eligen sus autoridades. El Estado Federal no anula ni deroga las leyes locales ni aún en caso que éstas excedieran sus competencias constitucionales. El Estado Federal, por su parte, en lo exterior monopoliza las relaciones internacionales y en lo interior solo puede intervenir para restablecer la forma republicana del gobierno en las provincias cuando ella estuviera subvertida o para restablecer a las autoridades locales en caso de ser necesario sostenerlas. Competen exclusivamente al Estado Federal todas aquellas facultades que expresamente le confiere la Constitución (facultades limitadas) y competen exclusivamente a los gobiernos provinciales todas las facultades que no fueron otorgadas por la Constitución al gobierno federal y las que expresamente se hubieran reservado por pactos especiales al tiempo de constituirse el Estado Federal. Existe además una franja de facultades concurrentes expresamente señaladas en la Constitución.

- Organización Política Administrativa

Las unidades políticas, iguales y permanentes del sistema (estados miembros) son las provincias. Son unidades políticas en cuanto intervienen en la formación del gobierno del Estado Federal al elegir cada una de ellas dos Senadores para integrar la Cámara de Senadores

9005107

del Congreso, intervienen en la creación de las leyes de la Nación y en el control político de las autoridades nacionales; son unidades políticas en cuanto tienen idéntica representación en el Senado y son permanentes en cuanto su condición de partes autónomas de la federación no puede ser modificada por el gobierno federal. Por otra parte, se organizan autónomamente eligiendo sus propios gobiernos y dándose sus propias instituciones jurídicas locales.

EL ORDENAMIENTO DEL ESTADO CENTRAL

- El Congreso

Dentro de la distribución de funciones que hace la Constitución, el Congreso es el órgano de gobierno por excelencia, quien hace la ley en su sentido plenario e integral. El Congreso está compuesto por dos Cámaras, la de Diputados y la de Senadores. La Cámara de Diputados se compone por representantes elegidos directamente por el pueblo de las provincias y de la Capital, en número proporcional a la cantidad de habitantes. Su mandato es de cuatro años y son reelegibles. La Cámara se renovará por mitad cada bienio, por sorteo. El Senado se compondrá de dos Senadores de cada provincia y dos de la Capital. Los senadores tienen un mandato de 9 años, siendo renovables por terceras partes cada tres años, por sorteo.

- El Poder Ejecutivo

Es ejercido por el Presidente de la Nación en forma exclusiva, es la máxima concentración del poder que prevé la estructura constitucional federal para coordinarlo con los otros poderes a través del principio de cooperación entre los poderes del Estado. Del punto de vista técnico, cabe clasificarlo en la categoría de gobierno presidencialista. Los ministros del gabinete ejercen funciones de asesoramiento y contralor. Hay además un Vice Presidente que ejerce funciones de Presidente del Senado y reemplaza al Presidente de la Nación en caso de muerte, incapacidad o renuncia.

- El Poder Judicial

El Poder Judicial Federal ejerce múltiples funciones, llevadas a cabo por una Corte Suprema de Justicia y por los demás tribunales inferiores que el Congreso establezca .

9005107

II.- FACTOR POLITICO

GOBIERNO

La gestión de 20 meses del gobierno radical ha soportado duras críticas de los opositores y la presión de varios sectores del quehacer nacional, por lo que las promesas preelectorales, fundamentalmente las referidas a los aspectos económicos y sociales se debieron enfrentar a una realidad que condicionó las posibilidades de realización. Un sintético balance de este período de gobierno del Dr. Alfonsín, muestra que uno de los logros más significativos y que es utilizado asiduamente en la actual campaña para las elecciones de noviembre, fue la solución pacífica del conflicto con Chile por el Canal de Beagle. Le sigue en orden de importancia y espectacularidad, al enjuiciamiento por parte de tribunales civiles a los Ex- Comandantes de las tres primeras Juntas Militares del gobierno anterior, con todas sus implicancias en el orden interno y externo. A estos dos importantes logros, los radicales le sumaron éxitos menores en el Congreso pero evidentemente por no sufrir una derrota parlamentaria, no se cumplieron las promesas sobre la normalización sindical y asimismo aduciendo motivos de urgencia la negociación de la deuda externa con el FMI, no pasó por el Congreso.

Este saldo es evidentemente deficitario, teniendo en cuenta las expectativas creadas en torno a la restauración democrática precisamente hacia un gobierno que recibió un 51.7% de los votos. En momentos en que la popularidad del gobierno estaba perdiendo importante consenso, apareció el llamado Plan Austral, que otorgó a la UCR una nueva capacidad de maniobra con miras a las elecciones parlamentarias de noviembre.

OPOSICION

La oposición está centrada fundamentalmente en el Peronismo, que llevó el 40.2% de los votos en las elecciones de 1985, que cuenta con 11 diputados y mayoría en la Cámara de Senadores. De todas formas el convulsionado panorama interno que presenta este partido le ha ocasionado una constante pérdida de terreno frente al oficialismo. La cúpula dirigente elegida en Santa Rosa no ayudó a fortalecer al movimiento y la falta de un líder y de un camino adecuado políticamente, ha determinado una pérdida paulatina de posibilidades electorales.

9005107

RELACIONES INTERNACIONALES

Durante el período 76/83, el balance internacional argentino determinaba un marcado desprestigio externo. Los temas de mayor gravitación en la realidad internacional del país fueron sin duda: 1) la presión externa hacia el gobierno militar por la cuestión de los derechos humanos; 2)la guerra de las Malvinas; 3) el litigio sobre el Canal de Beagle y 4) la deuda externa.

El advenimiento del gobierno constitucional en 1983 ofrece nuevas expectativas en el contexto internacional y una afirmación de la política externa. En su etapa inicial, el gobierno radical buscó el acercamiento con las principales democracias europeas, pero los efectos reales de esos primeros pasos no pasaron de apoyos coyunturales, sin poder lograrse resultados concretos en los problemas fundamentales como ser la deuda externa y la colaboración europea en el conflicto de las Islas Malvinas.

Esta situación sumada a una realidad económica interna deficitaria, ocasionaron un cambio de orientación realizado en forma paulatina, del que se destaca un intento de adaptación en las relaciones con los Estados Unidos, fundamentalmente en el tema centroamericano y en la problemática del endeudamiento externo.

Los objetivos internacionales cumplidos por el actual gobierno fueron el acuerdo del Canal de Beagle y la firma del acuerdo con el FMI para la renegociación de la deuda. Respecto a otros temas de actualidad el accionar de la administración radical sería la siguiente:

- Crisis Centroamericana: En un primer momento se inició una aproximación al Grupo de Contadora y se sucedieron viajes a la región del conflicto. Se otorgó un crédito a Nicaragua y se inició un programa de ayuda. Posteriormente se produjo un distanciamiento, presumiblemente para no entorpecer las relaciones con Washington. Argentina integra el llamado Grupo de Apoyo a Contadora, pero se mantiene cierto distanciamiento del conflicto, sin un involucramiento directo, como se había insinuado al principio de la gestión del Dr. Alfonsín.

- Conflicto de las Islas Malvinas: A partir de 1983, este conflicto pasó al terreno de la negociación diplomática. Los apoyos políticos a la posición argentina se han limitado al Movimiento de Países

9005107

No Alineados y a Latinoamérica. La reunión parlamentaria realizada en Berna entre los dos países y las posteriores acciones del gobierno británico (levantamiento de sanciones económicas), tuvieron como efecto el mantenimiento de cierta corriente de diálogo.

- Por otra parte, el gobierno del Dr. Alfonsín está emprendiendo un accionar directo dentro del Movimiento de Países No Alineados, con un importante protagonismo en las últimas reuniones. En la reciente visita del mandatario argentino a Yugoslavia, se acordó una acción conjunta de los dos países dentro del movimiento, para evitar una radicalización de los No Alineados propulsada por Cuba. Dentro de este contexto, la actitud asumida por el gobierno radical ante el problema sudafricano, que provocó una virtual ruptura de relaciones, significó un hecho positivo frente a la posición de los No Alineados respecto a Pretoria y el apartheid y apuntó a mentener vigente el apoyo de la organización en el litigio por las Islas Malvinas.

Es de destacar que luego de asumir el gobierno radical y paralelamente a la muerte de la hasta entonces líder del MPNA, Indira Gandhi, el presidente Alfonsín inició una intensa campaña en pos de lograr una posición preponderante de liderazgo dentro de la organización. Este hecho tuvo especial significación durante la reunión de No Alineados realizada en 1984 en la India, donde el mandatario argentino concretó una participación de importancia. Este impulso inicial ha perdido consistencia.

PARTIDOS POLITICOS

- Unión Cívica (UCR)

Fundado poco después de la Revolución de 1890, es el movimiento político de más larga vida orgánica en el país. Gobernó la Nación en distintos períodos: 1916-1922, con Hipólito Irigoyen; 1922-1928 con Marcelo T. de Alvear: 1928-1930, con Irigoyen (derrocado por un golpe militar) y en 1963-1966 con Arturo Illia (derrocado por un golpe militar). La UCR es un partido de nivel nacional con tendencia de centro-izquierda, que nuclea esencialmente a la clase media, grupos intelectuales y estudiantiles universitarios. Coexisten en el partido tres grandes tendencias:

- Línea Nacional o Balbinismo ortodoxo, liderada por el Dr. Fernando de la Rúa, con su centro de gravedad en la Provincia de Buenos Aires. Entre sus principales figuras se encuentran el Dr. Perette, el Dr. Antonio Tróccoli y el Dr. Juan Pugliese.

9005107

- Movimiento de Renovación y Cambio, esta línea tomó cuerpo luego de la muerte del Dr. Ricardo Balbín, estando liderada por el Dr. Raúl Alfonsín. Este sector cuenta en sus filas con una masa de elementos de elevado nivel intelectual, especialmente en el área universitaria. Asimismo logró la adhesión de extrapartidos, fundamentalmente aquellos pertenecientes a la izquierda nacional.

- Movimiento de Afirmación Irigoyenista, liderado por el Dr. Luis León, con vinculaciones con la socialdemocracia europea. Fue el último grupo en formarse y el de menor apoyo popular. Sus seguidores están en el interior del país.

- Movimiento Nacional Justicialista (Peronismo)

El Movimiento Nacional Justicialista excede los límites de un partido político, siendo su herramienta electoral el Partido Justicialista. El movimiento es de nivel nacional con corrientes variadas, pero predominantemente de centro-izquierda, nucleando a sectores obreros, estudiantiles y profesionales. Está dividido a nivel nacional, provincial y local, producto de las luchas internas por su reorganización, ante la ausencia de figuras representativas. El Justicialismo dependió durante toda la vida del fallecido Tte. Gral. Perón. A su muerte, la viuda, Sra. María Estela Martínez de Perón, asumió simbólicamente la jefatura del movimiento, pero carente del carisma y de la habilidad política de Perón, no pudo sostener su posición, dividiéndose el partido entre "verticalistas" y "no verticalistas" antes de las elecciones de 1983. Actualmente esta división se ha profundizado notoriamente debido a sucesivos cambios de conducción, pudiendo quedar aclarado el panorama quizás luego de las elecciones parlamentarias de noviembre de 1985. En el Congreso Unificador realizado en Julio en Santa Rosa, se nominó la nueva conducción partidaria que quedó conformada por: Presidente, María Estela Martínez de Perón; Primer Vice-Presidente, Senador Vicente Leonidas Saadi; Segundo Vice-Presidente, Jorge Triaca; Tercer-Vice Presidente, Alberto Rodríguez Saa y Secretario General, Herminio Iglesias. Esta nueva conducción marcó el claro triunfo del sector bonaerense, pero no cuenta con el respaldo de todo el partido. Fundamentalmente cuenta con la oposición del sector renovador, nucleado en el Congreso de Río Hondo y que ha desconocido las sucesivas conducciones nombradas en los últimos tiempos.

S005107

Esta división ha quedado claramente marcada en la conformación de los frentes electorales para los comicios parlamentarios:

- La actual conducción concretó el Frente Justicialista de Liberación (FREJULI), con el MID, el FIP y otras agrupaciones.

- El sector renovador, con Antonio Cafiero a la cabeza, conformó el Frente Renovador para la Justicia, Democracia y Participación (FREJUDEPA), conjuntamente con el PDC.

- Existe un sector denominado Peronismo Revolucionario, que a pesar de los desmentidos podría aportar su respaldo al FREPALI, alianza conformada por el PC y el MAS.

Paralelamente, esta división partidaria se ha visto reflejada en el Parlamento, fundamentalmente en la Cámara de Diputados, existiendo actualmente cuatro bloques en los 111 representantes peronistas. Es así que 60 diputados responden al sector renovador, 30 están conducidos por el dirigente gremial Diego Ibañez y responden a las 62 Organizaciones de Lorenzo Miguel, 15 están alineados con Herminio Iglesias y 6 de un bloque de derecha que se acercan a los legisladores "herministas". Paralela a la estructura política existe una estructura sindical que completa el esquema del movimiento justicialista. La Confederación Gral. del Trabajo (CGT), el nucleamiento base de la actividad gremial argentina, está dominada por el Peronismo y en sus acciones responde a una estrategia política coordinada con el esquema partidista.

- Movimiento de Integración y Desarrollo (MID)

El MID es un partido de nivel nacional, con tendencia de centro izquierda, originado en la UCR. Está liderado por el Ex- Presidente Arturo Frondizi y entre sus principales dirigentes se encuentran Rogelio Frigerio y Antonio Salonia, quienes constituyeron su fórmula presidencial en las elecciones de 1983. Actualmente se encuentra en retroceso presentando una importante división entre sus dirigentes, producto de las discrepancias por la participación del MID en el FREJULI.

- Partido Intransigente (PI)

El PI es un partido de izquierda de contenido marxista conducido por el Dr. Oscar Alende. El PI es un desprendimiento de la UCR, agrupamiento que dejó para formar primeramente la Unión Cívica Radical Intransigente, a mediados de la década del 50. Nuclea a sectores obreros

9005:07

profesionales e intelectuales. No presenta divisiones internas.

- Unión de Centro Democrático (UCD)

Partido de derecha, caracterizado por ser liberal conservador y propugna una economía de mercado. Nuclea a sectores de clase media y alta. Su principal dirigente es el Ing. Alvaro Alsogaray. El objetivo del partido es propugnar una unión de todas las fuerzas centristas para concretar una nueva opción electoral frente al radicalismo y al peronismo. Por la especialización económica de Alsogaray, el partido muestra una clara preferencia por temas afines. Es importante destacar que respecto a las relaciones internacionales, la UCD propicia el abandono de la Argentina del Movimiento de Países No Alineados.

- Partido Comunista Argentino (PCA)

El PCA es el máximo exponente marxista leninista del espectro político argentino, siendo el representante del PCUS. Nuclea a sectores de clase media y baja, estudiantes, obreros, intelectuales y profesionales. No presenta divisiones internas, estando dirigido por Ruben Iscaro y Fernando Nadra. Actualmente no tiene representación parlamentaria, siendo uno de los "grandes derrotados. en las elecciones de 1983.

- Frente de Izquierda Popular (FIP)

Es un partido de orden nacional de tendencia izquierdista, de alto contenido marxista, inscripto en una línea de"izquierda nacional". Esta agrupación nace a fines de la década del 50, con el nombre de Partido Socialista de Izquierda nacional, adoptando su actual denominación a comienzos de los años 70. Liderado por el historiador revisionista Jorge Abelardo Ramos, el FIP basa su ideología fundamentalmente en el análisis de la historia. Se considera un movimiento nacionalista, antiimperialista y latinoamericanista. Aunque de inspiración marxista, critica severamente a los partidos comunistas y socialistas por considerarlos tradicionalmente al servicio de intereses extranjeros. Sostiene la necesidad de realizar una verdadera revolución nacional para "eliminar a la oligarquía", enfrentar al colonialismo y crear una genuina independencia nacional. El FIP ha sido el primer sector de izquierda que reivindicó el papel histórico del Peronismo. Nuclea a profesionales y estudiantes y especialmente clase media.

- Partido Socialista Democrático (PSD)

El PSD es un partido de nivel nacional de corrientes de izquier

9005107

da moderada. Nuclea a clase media y familias tradicionales, especialmente en Mar del Plata. Su principal dirigente es el Dr. Américo Ghioldi.

- Partido Federal (PF)

Partido de nivel nacional con tendencia centro-derecha. Se puede considerar como un partido de corte personalista, creado en torno al Dr. Francisco Manrique, quien posee influencia dentro de algunos sectores de la clase media argentina y la clase alta.

- Partido Demócrata Progresista (PDT)

El PDP es un partido de orden nacional de origen liberal. Su tendencia es de centro izquierda y su principal dirigente es el Dr. Rafael Martínez Raymonda. Nuclea a sectores de la clase media.

- Partido Demócrata Cristiano (PDC)

El PDC es un partido de orden nacional, de tendencia de centro, con influencia del progresismo católico y liberal. Su principal autoridad es Martín Dip.

- Partido Socialista Popular (PSP)

Es un partido de nivel nacional de orientación izquierdista. Es el sector más organizado de los varios existentes dentro de la corriente socialista. Su principal dirigente es Guillermo Estevez Boero. Desde su fundación el sector universitario fue predominante entre sus afiliados, pero en los últimos años la extracción ha variado encontrándose entre sus nuevos militantes muchos trabajadores.

- Movimiento Al Socialismo (MAS)

Partido de orden nacional marxista-trotskista. Hizo su aparición pública en 1982. Es la fachada legal del Partido Socialista de los Trabajadores. Es el representante argentino en la IV Internacional. Sus principales dirigentes son Alberto Broquen, Juan Carlos Coral y Nora Ciapponi.

- Fuerza Federalista Popular (FUFEPO)

La FUFEPO es una federación de muchos partidos provinciales, entre los que se encuentran: Movimiento Federalista Pampeano, Movimiento Popular de San Luis, Movimiento Popular Jujeño, Partido Autonomista de Corrientes, Movimiento Popular Catamarqueño, Partido Federalista de Centro, Partido Demócrata de Mendoza, Partido Bloquista de San Juan, Vanguardia Federal de Tucumán, Partido Demócrata de Córdoba y Partido Liberal de Corrientes. La virtud principal de la FUFEPO

9005107

en un país como Argentina, es que el propio partido tiene estructura federal y no se dirige desde Buenos Aires como es lo común de los otros partidos.

- Partido Para La Democracia Social (PDS)

Partido de orden nacional, de tendencia de centro, fundado por el Almirante (RE) Emilio Massera Poses vinculaciones con la Internacional Socialista, encontrándose aislado a nivel nacional. Asimismo, existen otros partidos de menor importancia como el Partido Obrero (marxista-trostkista), Partido de Liberación Popular (marxista chinoista ortodoxo y fachada legal de la proscripta Vanguardia Comunista), Partido del Trabajo y del Pueblo (marxista maoísta, fachada legal del proscripto Partido Comunista Revolucionario), Partido Comunista de Argentina (marxista-leninista-maoísta, partido ilegal escisión del PCA y del PCR), Movimiento Radical Socialista (centro-izquierda), Partido Municipal (derecha), Partido Conservador Popular (centro a centro-izquierda), Partido Juventud Democrática (centro), Unión Conservadora de la Provincia de Buenos Aires (centro-derecha).

- PANORAMA PARTIDARIO PARA LAS ELECCIONES PARLAMENTARIAS DE NOV/ 85

- La Unión Cíviea Radical (UCR) y el Partido Intransigente (PI), entre los partidos de alcance nacional, son los únicos que concurren sin alianzas a las elecciones.

- El Consejo Nacional Justicialista decidió promover, a nivel nacional, el Frente Justicialista de Liberación (FREJULI). Las pautas programáticas de esta alianza fueron suscritas entre otros por el Peronismo, el Movimiento de Integración y Desarrollo (MID) y el Frente de Izquierda Popular (FIP).

- El sector renovador del Peronismo, con Antonio Cafiero acordó constituir el Frente Renovador para la Justicia, Democracia y Participación (FREJUDEPA), conjuntamente con el PDC.

- Las agrupaciones de izquierda, al margen del PI, ofrecerán como alternativa dos alianzas: el FREPALI formada por el Partido Comunista y el Movimiento al Socialismo y Unidad Socialista, integrada por el Partido Socialista Popular y la Confederación Socialista.

- Por su parte, la Unión de Centro Democrático (UCD) formalizó en la Capital Federal una alianza con el Partido Demócrata y con

900510

el Partido Federalista de Centro, llamada Alianza Popular de Centro. En las provincias de Buenos Aires, Entre Ríos y Córdoba, la UCD conformó otras alianzas, aún pendientes de confirmación.

Los porcentajes de las encuestas que se están realizando, corroboran que se han producido cambios de importancia en comparación a las elecciones de 1983.

De acuerdo a las mismas los radicales cuentan con un caudal electoral de aproximadamente el 35%, luego de puesto en marcha el Plan Austral. El Partido Justicialista, luego del Congreso de Santa Rosa, se halla en retroceso, ubicándose en el orden del 15%. Por su parte, el Partido Intransigente es el que muestra el progreso más importante, conviertiéndose en la tercera fuerza política, con alrededor del 10%. Los liberales de la UCD quedan como cuarta opción, estando situados dentro de un porcentaje oscilante entre el 7% y el 6%. Otros partidos como el MAS, el PC, el Partido Obrero, la Democracia Progresista, el Partido Federal,etc. suman, un porcentaje del 10%. Es importante destacar que los indecisos muestran un porcentaje muy elevado del 28 al 34%. Este sector evidentemente decidirá la elección, pero según algunos especialistas, la mitad de este porcentaje votará por el oficialismo.

El 3 de noviembre próximo se pondrán en disputa 127 bancas de la Cámara de Diputados, correspondiendo 35 a la Provincia de Buenos Aires, 13 a la Capital Federal, 9 a Santa Fe, 9 a Córdoba, 5 a Mendoza, 5 a Entre Ríos, 4 al Chaco, 4 a Tucumán y 3 de cada una de las provincias de Catamarca, Corrientes, Jujuy, La Pampa, Misiones,Neuquén, Salta, San Juan, San Luis, Santa Cruz y Santiago del Estero.

Los diputados que se renuevan pertenecen 64 a la UCR, 56 al Partido Justicialista, 2 al partido Intransigente, 1 a la UCR y 4 a partidos del interior.

En las elecciones generales de 1983, la UCR obtuvo el 51.83% de los votos; el peronismo el 40.17%, el partido Intransigente el 2.33% el MID el 1.22%,la Democracia Cristiana el 0.31% y la Unión de Centro Democrático el 0.26%.

II.- FACTOR ECONOMICO

- PLAN AUSTRAL

Una crisis económica sin solución, con altos índices de infla-

8005107

flación que llegaron en junio de este año al 30.5% y a un índice anual de más del 1.000%, dio lugar a que el gobierno pusiera en marcha un duro y drástico plan económico, basado esencialmente en la congelación de precios, salarios y tarifas, la reforma monetaria y el financiamiento genuino del gasto público. Las principales medidas del plan son las siguientes:

- creación de un nuevo signo para la moneda argentina. el austral, equivalente a 1.000 pesos argentinos.

- congelamiento de precios y salarios.

- eliminación del déficit público mediante impuestos adicionales y mayores tarifas.

- contención del gasto público.

- todo el déficit fiscal será financiado mediante el uso del crédito externo concedido por organismos internacionales y por bancos.

- el sector público deberá afrontar sus gastos con recursos genuinos (impuestos y tarifas) y con financiamiento externo.

- el tipo de cambio se mantendrá fijo a una paridad de ochenta centavos de austral por dólar.

Este plan es el primer programa serio y coherente que ha puesto en marcha el actual gobierno, luego del fracaso del gradualismo practicado bajo la dirección del anterior Ministro de Economía Bernardo Grispun. Sin embargo representa un riesgo político considerable. Las características del programa son sin duda marcadamente duras y una de sus principales consecuencias negativas será el costo social y la recesión. Como rédito quedará para el gobierno la recuperación de la confianza de la población y la drástica reducción de la inflación. En este sentido los índices del costo de vida en los meses posteriores a la implantación del "Plan Austral" descendieron sustancialmente ubicándose en julio en el 6% y en agosto en un 3%. En cuanto al segundo aspecto del plan, o sea la reactivación económica, es evidente que la misma no se ha producido, manifestándose un deterioro en varios sectores, con un decaimiento del crecimiento.

- PETROLEO

El sector petrolero es una de las áreas prioritarias que apoyará el gobierno, como una de las bases de la recuperación económica del país. Las proyecciones de Yacimientos Petrolíferos Fiscales para

9005107

la producción de hidrocarburos en 1985 se sitúan en alrededor de 25.70 millones de metros cúbicos, lo que marca un retroceso del 11% sobre los niveles de 1981, cuando se registró una producción de 28.57 millones de metros cúbicos. A partir de ese año el perfil de ese sector es descendente.

Luego de su visita a los Estados Unidos, el Presidente Alfonsín decidió la puesta en práctica de una nueva política petrolera, basada en la atracción de capitales extranjeros, previéndose para el 30 de setiembre próximo la licitación de 164 áreas petroleras. El abandono por "antieconómica" del área marítima austral que era explotada por Shell, podría provocar la desconfianza de los inversores extranjeros, complicando las proyecciones del gobierno argentino de lograr no solo el autoabastecimiento petrolero, sino conseguir una producción que convierta al país en exportador de hidrocarburos.

FIC. II

- DEUDA EXTERNA

La deuda externa argentina está estimada en aproximadamente 43.000 millones de dólares, apreciándose en el período de gobierno radical, notorias dificultades para hacer frente al pago de las amortizaciones. Las negociaciones que se llevaron a cabo con el Fondo Monetario Internacional (FMI) para refinanciar la deuda, recién fructificaron luego de la aplicación del Plan Austral. A fines de agosto Argentina firmó con el comité de bancos acreedores un acuerdo de reestructuración por 13.900 millones de dólares en vencimientos de la deuda y de 4.200 millones de nuevos créditos.

-BALANZA COMERCIAL

Desde la asunción del Presidente Alfonsín la relación exportación-importación ha tenido un saldo favorable practicamente constante:

- En 1983 las exportaciones sumaron 7.836 millones de dólares y las importaciones 4.504 millones, dejando un saldo favorable de 3.332 millones.

- En 1984 las exportaciones sumaron 8.107 millones de dólares y las importaciones 4.583 millones, dejando un saldo favorable de 3.524 millones.

- Para 1985 las previsiones oficiales son de un monto de 7.739 millones de dólares para las exportaciones y de 4.231 millones para las importaciones, con un saldo favorable de 3.508 millones.

900107

sobre bases trotskistas, iniciándose plenamente la actividad terrorista tendiente a subvertir el orden constitucional que imperaba.
A principios de 1966, comienzan las conversaciones entre grupos subversivos para asistir, en Cuba, a la reunión de OLAS, cuyos principales objetivos quedaron encuadrados en:

- Propiciar la lucha armada en Latinoamérica;
- Promover una estrategia conjunta de los movimientos revolucionarios;
- Lograr la solidaridad con los pueblos de América en defensa de la revolución cubana y de los movimientos similares que se iniciaren en otros países del continente.

En la Argentina se organiza entonces, con la participación de varios grupos radicalizados, un primer grupo denominado Ejército de Liberación Nacional, el cual, al no dominar la estructura creada se disuelve, reagrupandose los elementos que lo componían en varios grupos que deciden iniciar las acciones subversivas dentro del país, con identidad de procedimientos y fines, aunque separados en la acción, debido a diferencias formales y/o personales. Esas organizaciones tenían como principal característica utilizar la violencia como forma sistemática, para llegar al poder. No obstante poseían estructuras complejas que comprendían: Un Aparato Político de conducción, propaganda y adoctrinamiento y un Aparato Armado, responsable de las acciones netamente terroristas.
El desarrollo de la subversión en la Argentina puede encuadrarse en distintos períodos: el primero desde 1969 a mediados de 1973; el segundo desde mediados de 1973 a fines del mismo año; el tercero desde 1974 a principios de 1976; el cuarto desde 1976 hasta fines de 1979 y el quinto el actual.
En la primera época, durante la presidencia del Gral. LANUSSE, el accionar subversivo se basaba en hechos cometidos por células menores con fines de propaganda, captación, instrucción e incremento de su capacidad logística. Paralelamente, se realizaban acciones de infiltración en la masa política, planificando una acción de futuro.
En la segunda época, en el poder el Dr. CAMPORA, se decreta una amnistía total para todos los presos por "causas políticas", liberándose a terroristas involucrados en el accionar subversivo.
En la tercera etapa, cuando accede a la tercera presidencia el Gene-

Es de destacar que los servicios de la deuda externa afectan un 52% de las exportaciones, por lo que los saldos logrados en la balanza comercial, no permiten efectuar los pagos normalmente.

- PRODUCTO BRUTO INTERNO

Las tasas de evolución del PBI en distintos períodos muestran que : en 1975/78, el crecimiento fue del 4.8%, en 1979/80, el crecimiento fue de +3.7% y en 1981/84 fue de -6.0%.

En relación al PBI por habitante la evolución fue la siguiente: 1970 fue de 1.241 dólares, 1980 fue de 1.334 dólares, 1984 fue de 1.117 dólares. La tasa de crecimiento en este período fue de -11.8% ubicando al país en los niveles de 1960.

FTC III

IV.- FACTOR MILITAR

Las relaciones del Poder Ejecutivo con las Fuerzas Armadas no han encontrado un cauce favorable. Los juicios contra los ex-Comandantes en Jefe por su participación en la lucha antisubverisva, han reducido los márgenes de maniobra del Presidente ALFONSIN, quién perdió posibilidades de manejar la situación de acuerdo a sus intereses.

En este sentido, es evidente que el desarrollo de las instancias judiciales públicas, favorecieron la estrategia de organizaciones izquierdistas que apuntaron al objetivo de desprestigiar a las Fuerzas Armadas y a la vez comprometer al gobierno, desbaratando cualquier posibilidad de acercamiento con los militares. Otro punto de fricción entre el Poder Ejecutivo y las Fuerzas Armadas se refiere a la política global del gobierno en relación a los militares, que significó una reducción presupuestaria de casi el 50% y una drástica reducción de efectivos de Oficiales Generales en las tres Armas.

Un panorama de la actual realidad militar muestra un denominador común: la preocupación por el escaso presupuesto para la Defensa. Asimismo en distintos niveles, los otros temas que preocupan son las derivaciones de la lucha antisubversiva y la guerra por las Islas Malvinas. Es evidente que cada Fuerza presenta un cuadro de situación distinto, respecto a estos temas.

V.- FACTOR SUBVERSIVO

El accionar violento del terrorismo en la Argentina comienza en 1959, con la pretensión de "insertar la guerrilla rural", con escaso éxito. En 1961 se funda el Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT)

3005107

ral PERON, las organizaciones terroristas, aprovechando la ambigüedad del gobierno, incrementaron su accionar, especialmente en el campo de la Acción Sicológica y en el Militar.

En la cuarta, el terrorismo con ciertos altibajos, seguía con una actividad pronunciada. La cúpula subversiva en la clandestinidad, conduce desde el exterior con dinero y apoyo de organizaciones terroristas o de personas pertenecientes a instituciones o gobiernos proclives a brindar sustento a los fines del terrorismo internacional. En este sentido, dentro de las estructuras de las organizaciones terroristas existieron sectores responsables de las vinculaciones internacionales, propiciándose en Latinoamérica la creación de la Junta Coordinadora Revolucionaria (JCR). Esta Junta establece a su vez bases abiertas o encubiertas en América, Europa y Medio Oriente.

FTCU

En la etapa actual, la subversión se manifiesta en todos los campos del quehacer nacional, viendo facilitada su organización y reacomodamiento en los frentes político, económico y social, por la neutralización de las Fuerzas Armadas, las que se mantienen a la defensiva, enfrentadas a las campañas del gobierno y de organizaciones de derechos Humanos.

Los grupos que históricamente fueron partidarios de la lucha armada se han integrado circunstancialmente a la lucha política, sin descartar su actividad violentista. Su estrategia es de "defensa activa" pasando a la contraofensiva cuando se den las condiciones. Las actividades armadas, robos de armas, atentados, etc., indican una tendencia hacia el recrudecimiento de la subversión en el país. Es de destacar que la extrema izquierda actúa como producto de una estrategia elaborada y la derecha como una reacción ante esta situación. Actualmente los principales grupos subversivos son el ERP, Montoneros. El ERP cuenta con la estructura política del Partido Intransigente y posiblemente adoptando el "modus operandi" de Sendero Luminoso de Perú, en áreas urbanas y rurales.

PRINCIPALES ORGANIZACIONES TERRORISTAS

- Montoneros

A mediados de 1970 confluyen en la conformación de Montoneros distintos grupos provenientes de Buenos Aires, Santa Fé y Cordoba, a partir de la coincidencia de una metodología: la lucha armada

3005107

para la toma del poder y la utilización del Peronismo como expresión válida para construir el socialismo. De Buenos Aires provienen dos grupos que se unen a partir del secuestro y posterior asesinato del Gral. ARAMBURU. Santa Fe aporta tres grupos de origen estudiantil y en Córdoba la organización se forma a partir de dos núcleos. Los dirigentes más importantes de los núcleos iniciales fueron: Fernando ABAL MEDINA, Gustavo RAMUS, Mario Eduardo FIRMENICH, Norma ARROSTINO, Emilio MAZA, Ignacio VELIZ, Savino NAVARRO, Juan BELAUSTEGUI, Fred ERNEST y Alberto MOLINA. A mediados de 1970 quedó conformada la conducción a nivel nacional. Al asumir el gobierno del Gral. LANUSSE, se produce la apertura al espacio político de Montoneros, que se ve favorecido por la expectativa que había creado la situación nacional. Esto le abrirá un considerable lugar en el Peronismo dentro de los sectores combativos, obteniendo puestos en la estructura del partido. La organización se consolida con el proceso de apertura subsiguiente y la libertad de los detenidos en 1973. En el mismo año se fusionaron con los Montoneros las siguientes organizaciones: Ejército Revolucionario Nacionalista (ERN); Descamisados; Fuerzas Armadas Peronistas (FAP); Peronismo de Base "17 de Octubre" y Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR). Este último grupo surge en el país en el marco de la estrategia sudamericana del "Che" Guevara.

A partir del retorno de Perón, logran auge y hasta participación en el gobierno. En esos momentos les interesa el aspecto político, relegando a un segundo plano el aspecto militar, aunque posteriormente irán combinando su accionar. Este va dirigido hacia el sector combativo del Peronismo, intentan infiltrarse en instituciones nacionales y desde ahí captar e infiltrar a gran escala. Llegan a controlar Ministerios y gobernaciones. Controlaron el Ministerio de Educación y la Universidad, transformándolos en Centros de Reclutamiento. Hacen pública la decisión de abandonar la lucha armada, aunque esto es sólo una maniobra táctica. Es allí cuando comienzan a aparecer las contradicciones dentro del Perónismo distinguiéndose dos sectores: por un lado la OPM y también la llamada "Tendencia"; por otro Perón, el sindicalismo, la cúpula del Partido Justicialista y los sectores "lopeguistas", quedando definido el enfrentamiento entre los Montoneros y el líder del peronismo. Esto reduce las fuerzas de los terroris

9005107

tas, ya que son abandonados por numerosos militantes. Luego del enfrentamiento con PERON, basan su accionar en "la retirada", es decir, en el abandono de todos aquellos espacios que comprometen la seguridad de la organización. Esta etapa se caracteriza por la realización de secuestros extorsivos, concretando asesinatos de sindicalistas. Luego de la muerte de PERON, al producirse la fractura del movimiento peronista, se observa la falta de una política acertada por parte de la OPM, mostrándose incapaz de resolver la situación planteada. Internamente entran en un período de discusión. Una línea pretende la construcción de un partido de masas de la clase obrera y la otra sostiene la necesidad de transformarse en partido pero sin plantear la construcción de un partido de masas. En 1975 proponen que la salida al proceso que se vivía era un golpe militar, aunque públicamente se muestran opuestos al mismo y proponen la convocatoria a elecciones. Se produce la toma del poder por parte de las Fuerzas Armadas y debido al permanente acoso, se abocaron a una constante reestructura, implantando una línea defensiva consistente en el traslado de militantes y cambio de locales operativos. El éxito de la lucha antisubversiva, provoca un cuestionamiento sobre la línea del "triunfalismo militarista" y a la metodología de conducción, aplicando el denominado "repliegue estratégico", con abandono del país por parte de los cuadros dirigentes. Esto dio lugar a una descomposición de la organización subversiva, constituyéndose fracciones disidentes, las cuales son el Movimiento Peronista "17 de octubre" y el Movimiento Peronista Auténtico (MPA).

Actualmente el principal dirigente montonero Mario FIRMENICH se encuentra detenido y otros permanecen en el exterior, por lo que la organización no tiene una estructura directiva que delinee el futuro accionar en el país.

- Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP)

Es el brazo armado del Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), el cual se constituye mediante un acuerdo de unificación entre Palabra Obrera y el Frente Revolucionario Indoamericanista Popular. Palabra Obrera era un grupo formado en 1942, en base a sectores trotskistas. También utilizó los nombres de Grupo Obrero Marxista (GOM) hasta 1954, fecha en la que ingresara al Partido So-

9005107

cialista de la Revolución Nacional (PSRN), el que fue proscripto en 1955, pasando a integrar el Movimiento de Agrupaciones Obreras (MAO) y adoptando en 1957 la denominación Palabra Obrera en forma definitiva.

La revolución cubana dio origen a un nuevo método para alcanzar el poder. Ese método es conocido como FOQUISMO y consiste en la formación de un grupo, el que mediante la utilización sistemática y continuada de la lucha armada, crea un polo de atracción, intentando acercar a la población a ese núcleo.

En los años 1966 y 1967, se fue formalizando un proceso de discusión que llevó a la formación de tres tendencias dentro del PRT la leninista, encabezada por Roberto SANTUCHO; la centrista, liderada por CANDELA y la sindicalista, representada por Miguel BRESSANO (Palabra Obrera). Este último, al observar que la corriente leninista plantea una línea eminentemente militar y que tiene posibilidades de obtener la mayoría de los delegados, decide romper el acuerdo y separarse, formando el Partido Revolucionario de los Trabajadores (sector "La Verdad"). Este sector en 1972 se une al Partido Socialista Argentino, dando origen al Partido Socialista de los Trabajadores (PST), que mantiene la línea sindicalista de Palabra Obrera y continúa afiliado a la IV Internacional.

Nuevamente se constituyen tres tendencias: La militarista o leninista, dirigida por SANTUCHO; la centrista o sindicalista, dirigida por VALENCIA y la derechista o proletaria, dirigida por CANDELA. Posteriormente se decidió el alejamiento de las tendencias centrista y derechista. En 1970 se reunió clandestinamente el PRT y durante sus deliberaciones SANTUCHO obtuvo el control total de la organización, creándose el Ejército Revolucionario del Pueblo. Terminada la reunión se intenta llevar a la práctica las resoluciones aprobadas, concretándose el Primer Plan Operativo Militar, que se basaba en dos tareas principales: Propaganda Armada y creación de una estructura militar eficaz y sólida. Dentro de la propaganda armada se incluye la propagandización de la sigla y el programa del ERP, a través de acciones militares de gran repercusión, continuidad y realizadas a escala nacional. Dentro de la creación de la estructura militar se consideraron las siguientes prioridades :

9005107

-Obtener fondos y armamentos;

-Foguear masivamente a las células militares y al conjunto del partido en acciones militares y de resistencia.

Dos hechos de importancia para el accionar futuro de la organización se producen en 1971 y 1972. El primero es la incorporación de ocho miembros del Partido Obrero Comunista del Brasil, enviados por la IV Internacional a trabajar en la Argentina, siendo incorporados a equipos de distintas zonas regionales. El segundo es el secuestro de Oberdam SALLUSTRO, que determinó la reacción de la Policía Federal y la caída de gran cantidad de locales operativos de la organización, la detención de varios miembros y la dispersión del resto de los integrantes de la regional Buenos Aires. A mediados de mayo de 1972, la dirección de PRT inicia los trabajos de reorganización y en agosto, en forma conjunta con las FAR y Montoneros se concreta la fuga de dirigentes del Penal de Rawson.

FTC

El período de legalidad de la organización durante el gobierno de CAMPORA, es aprovechado para consolidar su influencia en los sectores allegados y para reforzar su infraestructura. SANTUCHO incrementa su relación con distintos grupos guerrilleros de Sudamérica tratando de conformar una organización internacional en la que el ERP tenga la hegemonía. Esto se concreta en 1974, con la formación de la JCR. Luego del golpe militar de 1976, el ERP se dividió en dos líneas, una liderada por Arnoldo Juan KREMER y la otra por Enrique Aroldo GORRIARAN MERLO.

PRINCIPALES DIRIGENTES DE LA ORGANIZACION MONTONEROS

Mario Eduardo FIRMENICH

Roberto Cirilo PERDIA

Fernando VACCA NARVAJA

Bernardo TOLCHINSKY

Oscar BIDEGAIN

Ricardo OBREGON CANO

Elbio ALBERTONE

Jorge LEWINGER

Osvaldo LOVEY

Leonidas CHAVES GONZALEZ

Héctor Pedro PARDO

9005107

Fracción "17 de Octubre"

Jaime DRI

Miguel DONASSO

Héctor Gerardo BAVIO

Fracción Partido Auténtico

Rodolfo GALIMBERTI

Ricardo Fernandez LONG

Juan GELMAN

Principales dirigentes de la Organización ERT-ERP

Arnold Juan KREMER

Enrique GORRIARAN MERLO

Carlos Emilio ALL

Julio César SANTUCHO

Ana María SIVORI DE GORRIARAN MERLO

Alba Lidia SEGER DE CAGGERO

Ulises Alejandro PENAYO

Carlos Alberto GONZALEZ GARTLAND

Nélida Argelia AUGIER

Hugo Alberto LEON

Julio Alfredo OROPEL

Ruben SEGUNDO CONOCETTI

Carlos Normando ORZAOCOA

Mirta Antonia CORTESE DE ALL

Silvia Mercedes HODGERS

María Nora MUNITIS DE MERBILHA

VI.- FACTOR SICOSOCIAL

COMPONENTE EDUCACIONAL

- Federación Universitaria Argentina

Estructura

La FUA está integrada por distintas filiales del interior del país. Las de mayor gravitación son:

- Federación Universitaria de Buenos Aires (FUBA)
- Federación Universitaria de La Plata (FULP)
- Federación Universitaria de Córdoba (FUC)
- Federación Universitaria de Rosario (FUR)
- Federación Universitaria Tecnológica (FUTec)

9005107

- Federación Universitaria de Tucumán (FUTuc)
- Federación Universitaria de Bahía Blanca (FUBB)
- Federación Universitaria de Mar del Plata (FUMDP)

Estas federaciones están integradas a su vez por representantes de las principales agrupaciones estudiantiles (Franja Morada, Movimiento de Orientación Reformista, Movimiento Nacional Reformista, Frente de Agrupaciones Universitarias de Izquierda, Estudiantes Universitarios del Frente de Izquierda Popular, entre las más importantes).

Las restantes federaciones que integran la FUA son:

- Federación Universitaria de Centro (FUC)
- Federación Universitaria de Lomas de Zamora (FULZ)
- Federación Universitaria del Litoral (FULit)
- Federación Universitaria de San Juan (FUSJ)
- Federación Universitaria de San Luis (FUSL)
- Federación Universitaria de Mendoza (FUM)
- Federación Universitaria del Noroeste (FUN)
- Federación Universitaria de Salta (FUS)

FTCDT

Federaciones estudiantiles mayoritarias en la FUA

- Movimiento de Orientación Reformista (MOR)
- Franja Morada (FM)
- Movimiento Nacional Reformista (MNR)

Federaciones estudiantiles minoritarias en la FUA

- Frente de Agrupaciones Universitarias de Izquierda (FAUDI)
- Estudiantes Universitarios del Frente de Izquierda Popular (FUFIP), también llamada Agrupación Universitaria Nacional (AUN)
- Juventud Universitaria Peronista (JUP)
- Unión Nacional de Estudiantes (UNE)

La FUA está adherida a nivel internacional a las siguientes entidades:

- Federación Mundial de Juventudes Democráticas (FMJD)
- Liga Internacional de Estudiantes Humanistas (LIEH)
- Unión Internacional de Estudiantes (UIE)
- Foro Mundial de Educación (FME)

Orientación

9005107

Actualmente la FUA está controlada por el Movimiento de

- Agrupación Reformista de Agronomía (ARA), Facultad de Agronomía.
- Agrupación Reformista Estudiantes de Sicología (AREP), Facultad de Sicología.

Franja Morada (FM)

Estructura y Orientación

Responde a los lineamientos de la UCR, Franja Morada está dividida en tres ramas:

- FM, que responde al Movimiento de Renovación y Cambio, que lidera el Dr. ALFONSIN. La izquierda radical.
- FM, que responde al Movimiento de Intransigencia Popular, que lidera Rubén RABANAL.
- FM, que responde a la Juventud Radical, Línea Nacional (Dr. TROCCOLI).

Movimiento Nacional Reformista (MNR)

Estructura y Orientación

Responde ideológicamente al Partido Socialista Popular. Es denominada "izquierda reformista". De poca trascendencia en el estudiantado.

Unión Nacional de Estudiantes (UNE)

Estructura y Orientación

De ideología Peronista y Desarrollista, considerada de centro-izquierda. Está integrada por las siguientes agrupaciones:

- Federación Argentina Universitaria Integralista del Noroeste (FAUIN)
- Federación Argentina Universitaria Integralista de Córdoba (FAUIC)
- Federación Integralista de Santa Fe (FISF)
- Federación Integralista de San Luis (FISL)
- Federación Argentina Universitaria Integralista del Norte-Regional Tucumán.
- Unión de Estudiantes del Litoral (UEL), Regional Rosario.
- Federación Universitaria de Mar del Plata.
- Federación Universitaria del Centro.

9005107

Orientación Reformista (MOR), que responde a los lineamientos de la Federación Juvenil Comunista (FJC), colateral del Partido Comunista (PC).

- Movimiento de Orientación Reformista (MOR)

Estructura y Orientación

El MOR, también denominado Centro de Estudios de la Realidad Universitaria (CERU), responde a los lineamientos de la FJC, colateral del PC, de ortodoxia comunista "línea Moscú". El MOR actúa en las distintas Facultades mediante los Frentes y Centros de Estudiantes que responden a su ideología como ser:

- Agrupación Reformista Estudiantil de Medicina (AREM), Facultad de Medicina.
- Frente Estudiantil Reformista (FER), Facultad de Derecho.
- Agrupación Universitaria Reformista (AURE), Facultad de Derecho.
- Agrupación Reformista de Química (ARQUIM), Facultad de Ciencias Exactas y Naturales.
- Agrupación Reformista de Física, Matemáticas y Metereología (ARFM y M), Facultad de Ciencias Exactas y Naturales.
- Movimiento Reformista 15 de octubre (MR y 15), Facultad de Arquitectura.
- Agrupación Violeta Reformista (AVR), Facultad de Filosofía y Letras.
- Estudiantes Reformistas de Filosofía y Letras (ERF y L) Facultad de Filosofía y Letras.
- Estudiantes Reformistas de Sicología (ERSOC), Facultad de Sicología.
- Agrupación Reformista de Farmacia y Bioquímica (ARF y B) Facultad de Farmacia y Bioquímica.
- Estudiantes Reformistas (ER), Facultad de Ingeniería.
- Agrupación Unidad Reformista de Ciencias Económicas (AURCE), Facultad de Ciencias Económicas.
- Agrupación Reformista Estudiantes de Odontología (AREO) Facultad de odontología.
- Agrupación Reformista Estudiantes de Veterinaria (AREV) Facultad de Veterinaria.

FTC II

9005107

COMPONENTE RELIGION

Iglesia

La Iglesia Católica es un importante centro de poder en la Argentina. Las relaciones entre la Iglesia y el Estado se rigen por el acuerdo firmado en 1966 (Presidente ONGANIA). Su influencia ha sido constante en toda la vida política de la República.

El clero nacional se agrupa alrededor de tendencias:

- Centro Derecha: Conservadores en lo dogmático, se acercan a la posición preconciliar. Atacan a los sectores progresistas Monseñor PLAZA y BONAMIN).

- Derecha: Tradicionalistas. Preconciliares en lo dogmático. Definidos políticamente se identifican con el nacionalismo católico.

- Centro: Conservadores en lo dogmático. Contemporizadores. Se manifiestan en forma voluble de acuerdo a la naturaleza y repercusión de los problemas coyunturales (Monseñor PRIMATESTA, BUFANO, y LAGUNA).

- Izquierda: Interpretación del dogma a la luz de la dialéctica marxista. (Monseñor DE NEVARES y HESAYNE)

- Centro-izquierda: Innovadores en lo dogmático. Acción pastoral basada en la interpretación temporal del Concilio Vaticano II. Progresismo avanzado en lo político y ecuménico.(Monseñores ZASPE y NOVAK).

El Episcopado nacional está constituido por una comisión ejecutiva de tres miembros. La mayoría del Episcopado se inscribe dentro de un progresismo moderado afín a la línea de Juan Pablo II.

En el período anterior existían elementos pertenecientes al clero progresista, identificados con las bandas terroristas, partidos legales e ilegales de izquierda y otros colaterales que favorecieron el accionar subversivo. Las actividades pastorales de este sector estaban destinadas a lograr un frente de oposición mediante el trabajo de concientización, la captación de necesitados o insatisfechos y la participación en las organizaciones de solidaridad.

- Sectas

Pese a la supremacía del credo Católico-Apostólico Romano, en el territorio existen Iglesias, Templos o lugares destinados al culto, actividades sectarias o esotéricas, pertenecientes al culto

9005 : 07

protestante, hebreo y sus sectas disidentes, como así también a organizaciones supuestamente religiosas. Entre estas sectas puede citarse:

- La Comunidad (Para el equilibrio y Desarrollo del Ser Humano) (Ex-Silo)

Tiene por finalidad la captación de los sectores juveniles carentes de religiosidad. Entre sus principales objetivos están en lo mediato:la creación de un nuevo tipo humano y la revolución socialista; y en lo inmediato: la capacitación de la juventud y la difusión de los métodos de guerrilla sicológica (lavado de cerebro, anulación de la personalidad). A pesar de que no tiene suficiente convocatoria, su estructura (conexiones internacionales, poder financiero, etc.) podría ser utilizado por sectores interesados, como base de apoyatura de movilización, adoctrinamiento y difusión.

- Testigos de Jehová

Constituye una de las tantas sectas protestantes Su doctrina se ajusta a una interpretación particular del contenido bíblico. Se oponen a toda religión organizada. Sus campañas de captación las realizan en el sistema que denominan "Testificación". Se niegan a realizar el Servicio Militar Obligatorio, rendir homenaje a los símbolos Patrios. Recientemente se mencionó la posibilidad que por su organización, el gobierno le encomendara llevar a cabo una campaña de alfabetización.

COMPONENTE GREMIAL

La Confederación General del Trabajo (CGT), de clara tendencia peronista, luego de atravesar un período de indefinición durante el gobierno militar con el que mantuvo una actitud dispar (por un lado un sector-Jorge Triaca- propiciaba el diálogo y por otro la línea liderada por Saúl Ubaldini llevó a cabo medidas de fuerza, más que nada por la presión de las bases) estableciόo una reorganización que contempló las tendencias predominantes en ese momento.

En diciembre de 1980, por impulso de Lorenzo Miguel, se conforma la Confederación General del Trabajo de la República Argentina (CGT-RA). Sus características ideológicas son de un Peronismo verticalista, con clara influencia de Lorenzo Miguel y por lo tanto de las 62 organizaciones. Saúl Ubaldini se constituyó en su figura predominante.

En mayo de 1982, nació la Confederación General del Trabajo (CGT-Azopardo).

9005107

Si bien en su secretariado existen figuras no peronistas, la principal línea ideológica es de un peronismo antiverticalista.
Su principal figura es Jorge Triaca.
Luego de la asunción del Dr. Raúl Alfonsín se decidió una unificación de la C.G.T., conformando una comisión de cuatro secretarios generales: Saúl Ubaldini y Osvaldo Borda por la CGT-Ra y Jorge Triaca y Ramón Baldassini por la CGT-Azopardo.
La gestión de la CGT responde claramente a la estrategia política del peronismo, constituyéndose en la principal fuerza opositora al gobierno radical.
Actualmente la CGT se encuentra en procura de una reestructuración y se resolvió la nominación de una comisión que tendrá un plazo de 90 días para concretarla. Paralelamente, un grupo de miembros del Consejo Directivo cegetista propuso que Saúl Ubaldini sea nombrado como único Secretario Gral. lo que ya se concretó.
Se destaca asimismo, que actualmente el 30% de las comisiones internas de las grandes empresas son controladas por activistas marxistas, que consolidaron sus posiciones a partir de diciembre de 1983. En el reciente conflicto de FORD se constató la presencia de trotskistas (MAS y Partido Obrero), maoístas (Partido Comunista Revolucionario y Partido del Trabajo y el Progreso), comunismo soviético (estructura del PC) y peronismo combativo (JP). Este conflicto fue el primero organizado por el llamado Comando Coordinador Revolucionario, integrado por elementos de la izquierda y estaría encuadrado dentro de un proyecto de agitación social.

FTC III

9005107

A P R E C I A C I O N D E

S I T U A C I O N

D E L A

U N I O N S O V I E T I C A

01-00

9005108

T E M A R I O

I.- INTRODUCCION

A.- CONSTITUCION DE LA U.R.S.S.

1.- REPUBLICA FEDERADA

2.- REPUBLICA AUTONOMA

3.- REGION AUTONOMA

4.- COMARCA NACIONAL

B.- HISTORIA

C.- INSTITUCIONALIZACION DEL PODER POLITICO

I.- POLITICA INTERNA

A.- ORGANOS ESTATALES

1.- SOVIET SUPREMO

a.- SOVIET DE LA UNION

b.- SOVIET DE LAS NACIONALIDADES

2.- PRESIDIUM DEL SOVIET SUPREMO

3.- CONSEJO DE MINISTROS

4.- TRIBUNAL SUPREMO DE LA U.R.S.S

5.- PROCESO PARA LA TOMA DE DECISIONES

B.- PARTIDO COMUNISTA

1.- COMITE CENTRAL DEL PCUS

2.- POLITBURO

3.- SECRETARIADO

4.- RELACIONES ENTRE PODERES

C.- COMUNICACION ENTRE EL GOBIERNO Y LA NACION

1.- CULTURA POLITICA

2.- OPOSICION

a.- INCONFORMISMO

b.- GRUPOS POLITICOS DE ACCION CLANDESTINA

c.- OPOSICION INTELECTUAL

d.- MOVIMIENTO POR LOS DERECHOS HUMANOS

e - OPOSICION OBRERA

f.- L[illegible] "DEMOCRATAS" DEL PARTIDO

g.- INFLUENCIAS EXTRA NACIONALES ACTUANTES EN EL PAIS

9005108

D.- GRUPOS DE INTERES NO ESPECIFICAMENTE POLITICOS

1.- SINDICALES

2.- EMPRESARIADO

3.- GRUPOS RELIGIOSOS

4.- NACIONALISMOS

a.- TARTAROS

b.- ALEMANES

c.- NACIONALISMO DE LAS REPUBLICAS PREBALTICAS

d.- UCRANIANOS

e.- GEORGIANOS

f.- ISLAM

g.- CONTRASTES ENTRE ESTONIANOS Y UZLAEKIAS

h.- JUDIOS

5.- CONCLUSIONES

E.- PROGRAMA DEL PARTIDO COMUNISTA SOVIETICO

III.- PROBLEMAS EN EL AMBITO INTERNO

A.- DROGAS

B.- ALCOHOLISMO

C.- ENSEÑANZA

D.- CONCLUSIONES

IV.- FACTOR ECONOMICO

A.- AÑO 1092

B.- AÑO 1983

1.- COMERCIO EXTERIOR

a.- PORCENTAJE TOTAL

b.- IMPORTACIONES

c.- EXPORTACIONES

C.- AÑO 1984

1.- SECTOR INDUSTRIAL

2.- SECTOR ENERGETICO

3.- SECTOR AGRICOLA

4.- COMERCIO CON EL EXTERIOR

D.- AÑO 1985

1.- PROBLEMAS QUE PESAN SOBRE LA ECONOMIA SOVIETICA

2.- MEDIDAS IMPUESTAS POR EL GOBIERNO

3.- SITUACION DE LA INDUSTRIA DE GAS EN LA U.R.S.S.

9005106

4.- PETROLEO

5.- INDUSTRIA AUTOMOTRIZ

6.- CAME (CONSEJO ECONOMICO DE AYUDA MUTUA)

7.- COMERCIO CON EL EXTERIOR

a.- TOTAL DEL COMERCIO

b.- COMERCIO DE ARTICUCLOS DE CONSUMO CON LOS PAISES COMUNISTAS

c.- COMERCIO DE ARTICULOS DE CONSUMO CON LOS PAISES OCCIDENTALES INDUSTRIALIZADOS

d.- INTERCAMBIO CON LOS PAISES DESARROLLADOS

8.- CONCLUSIONES

V.- FACTOR MILITAR

A.- EJERCITO

B.- SERVICIOS SECRETOS

C.- FUERZAS "SPETSNAZ"

VI.- POLITICA EXTERIOR

A.- RELACIONES CON LOS PAISES DE EUROPA ORIENTAL O AQUELLOS EN QUE EL PARTIDO COMUNISTA ESTA EN EL PODER

1,- EUROPA ORIENTAL

2.- REPUBLICA POPULAR CHINA

3.- CUBA

4.- PARTIDOS COMUNISTAS (ESPECIALMENTE DE EUROPA OCCIDENTAL)

B.- RELACIONES CON LOS PAISES CAPITALISTAS E INDUSTRIALIZADOS

1.- EUROPA OCCIDENTAL

2.- ESTADOS UNIDOS

C.- RELACIONES CON MEDIO ORIENTE

D.- RELACIONES CON LOS PAISES DEL TERCER MUNDO

1.- AMERICA LATINA

2.- AFRICA

9005108

I.- INTRODUCCION

Estado federal euroasiático, mayor del mundo por su extensión (22.102.200Km) y tercero por su población (269.994.000 hb.), limita al Norte con el Océano Glacial Artico (Mares del Barents, Kara, Laptev y de Siberia Oriental); al Este con el Océano Pacífico (Mares de Bering, de Okhots y de Japón); al Sur con Turquía, Irán, los mares Negro y Caspio, Afganistán, China, Mongolia y RPDCorea; y al Oeste con Noruega, Finlandia el Mar Báltico, Polonia Checoslovaquia, Hungría y Rumania.

Comprende la Europa Oriental al Norte del Mar Negro, Asia Septentrional el Cáucaso y gran parte de Asia Central, con casi 1/6 de las tierras emergidas del globo. En el inmenso país se distinguen cuatro conjuntos regionales:

La llanura o meseta rusa, situada entre las fronteras occidentales, los Montes Urales y el Mar Caspio, terminación oriental del Continente europeo;

Las regiones del Cáucaso, que constituyen la unidad geográfica más pequeña de la URSS, con su gran arista montañosa (Elbrús, 5.633m);

el Asia Central soviética que limita al Oeste con el Mar Caspio, al Norte con los Montes Mugodzhari, la meseta de Turgal y la de Kazajstán, hasta el Altai;

y al Sur con la Cordillera de Kopet Dag, que pertenece al área desértica mediterránea, con las grandes montañas de Tien Shan y del Pamir (Pico Comunismo 7.495m).

El cuarto conjunto regional mayor del país es la Siberia que se extiende entre los Urales y el Océano Pacífico.

En la URSS hay más de 150.000 rios que superan los 10Km. de largo, lo que permite un total de más de 3.200.000km. de recorrido, de los cuales una sexta parte, es apropiada para la navegación y el transporte de troncos. Los recursos potenciales de la red fluvial soviética son los más grandes del mundo. La mayoría de los ríos desaguan en el Artico en una cuenca de 11.700.000km. Casi la totalidad se congelan (durante unos 3 meses en Ucrania y el Sur del país y 9 meses en Siberia.

Los principales son: Volga (el más largo de Europa), que desagua en el Mar Caspio, recibe las aguas del Rama y el Oka; Moscú o Moskva, afluente del anterior; Ural que desemboca en el Mar Caspio; Don, con su boca en el Mar de Azov, Dniéper; Dniéster y Danubio (en su curso final), los cuales descargan en el Mar Negro; Duina Septentrional y Pechora, de la vertiente ártica; Ob, Yenisei. Amur, Lena que descargan por Siberia y Amu Daria, que fluye hacia el mar de Aral.

En el Artico está la mayoría de las islas soviéticas: los archipiélagos de Severnaya Zemiya (Tierra del Norte), Nueva Siberia, Nueva Zembla o Nóvaya Zemlya (Tierra Nueva) Tierra de Francisco José, así como las islas de Vaigch, Kolguyev y Wrangel. En el Mar de Bearing están las islas Comandante. Entre la península de Kamchatka y Japón están las Kuriles, varias de las cuales son reclamadas por éste último país. Separada del Continente por el estrecho de Tartaria está Sajalín, la mayor de todas. Algo al Norte en el Mar de Okhotsk están las islas Shantar.

En el litoral del Báltico están Kronstadt, base de la flota de guerra, Hiiumaa Saaremaa y otras.

En el suelo soviético son numerosos los lagos (unos 270.000 incluídos cinco de los más grandes del mundo). Los más notables son el Mar Caspio, Ladoga y Onega, los mayores de Europa; Aral y Baikal.

Los cinturones climáticos están dispuestos de tal manera que hacen difícil su concreción. En Siberia las temperaturas son muy bajas especialmente en la parte septentrional. En otras zonas del país las temperaturas pueden ser más benignas.

La nieve es un fenómeno casi general en el territorio.

Tres formaciones vegetales cubren este territorio, formando otras tantas fajas longitudinales: la tundra o estepa polar al Norte; la taiga o zona forestal en el centro; la estepa herbácea, que en la depresión caspioaraliana se convierte en desierto, al Sur.

La población de la URSS pertenece a diversas ramas de las raza blanca y mongólica. El grupo étnico más importante numérica e históricamente es el eslavo (rusos, blancos, ucranianos), que representa el 73% de la población total, otros grupos son: el turcotártaro, el mongol, el finés, paleosiberiano, etc.

El Cáucaso es un mosaico complejísimo de pueblos, en general de ascendencia iraniana

La sociedad en conjunto y cada nacionalidad (más de 100) y etnia, tienen una misma estructura social, constituída por la clase obrera, el campesinado koljosiano y la intelectualidad trabajadora.

Están reconocidas oficialmente numerosísimas lenguas como el Bieloruso Uzbeko, Turco-Tártaro, Kasajo, Armenio, Georgiano, Letón, Lituano, Yiddish, Moroviano, Kirguis, Estonio y otros pero las dos principales son el ruso (oficial y el Ucraniano).

Existen ciento doce lenguas reconocidas y son usados cinco alfabetos diferentes.

La Iglesia (la ortodoxa rusa) está completamente separada del Estado, que es laico.

Como consecuencia de la planificación económica y los planes quinquenales, la Unión Soviética ha valorizado sus enormes recursos naturales y hoy es una de las grandes potencias económicas del mundo.

El 32% de su población activa se dedica a la agricultura.

Figura entre los primeros productores de cereales (trigo, cebada, centeno, maíz, patatas, algodon, semillas de girasol, etc.) y es el primer país remolachero y linero del mundo.

En 1971 existían en la Unión Soviética 32.800 koljoses y 15.500 sovjoses, con notabilísima mecanización. La taiga siberiana constituye una fabulosa reserva maderera.

La Ganadería (especialmente ovinos, bovinos y porcinos) y pesca muy próspera; 14.903 capturas de ballenas en 1972-73. La explotación de riquísimos yacimientos mineros ha permitido la creación de una poderosísima industria pesada, que solo cede su volumen a la de Estados Unidos.

Primer productor mundial de petróleo y gas natural, carbón, hierro, manganeso, niquel, uranio, amianto, oro, plata, platino, diamantes, sal bauxita, cobre, etc.

Posee extraordinaria riqueza hidroeléctrica. A su activísima industria pesada cabe añadir la química, textil, alimentaria, maderera, mecanica ligera, del cemento, tabaco, etc.

A.- CONSTITUCION DE LA URSS

La URSS está integrada por 15 Repúblicas Socialistas Soviéticas Federadas a saber:

- República Socialista Federativa Soviética de Rusia (Capital Moscú)
- Rep. Soc. Sov. de Georgia (Capital Tbilisi);

- Rep. Soc. Sov. de Ucrania (Capital Kiev);
- Rep. Soc. Sov. de Bielorrusia (Capital Minsk);
- Rep. Soc. Sov. de Uzbekia (Capital Tashkent);
- Rep. Soc. Sov. de Kazajia (Capital Alma-Ate);
- Rep. Soc. Sov. de Azerbaidzhan (Capital Baku);
- Rep. Soc. Sov. de Lituania (Capital Vilnius);
- Rep. Soc. Sov. de Moldavia (Capital Kishiniov);
- Rep. Soc. Sov. de Letonia (Capital Riga);
- Rep. Soc. Sov. de Kirguizia (Capital Frunze);
- Rep. Soc. Sov. de Tadzhikia (Capital Dushanbe);
- Rep. Soc. Sov. de Armenia (Capital Erevan);
- Rep. Soc. Sov. de Turkmenia (Capital Ashjabad);
- Rep. Soc. Sov. de Estonia (Capital Tallinn);

1.- REPUBLICA FEDERADA

Es un Estado Socialista Soviético, Nacional y Soberano. Cada República Federada tiene su Constitución, basada en la Constitución de la URSS, pero que refleja las particularidades nacionales, económicas y otras de la república dada.

La República Federada tiene sus órganos superiores de poder del Estado, que son el Soviet Supremo, el Presidium del Soviet Supremo, el Consejo de Ministros, el Tribunal Supremo y los Soviets de Diputados de los trabajadores con sus comités ejecutivos, órganos locales de poder y dirección.

El territorio de la República no puede ser modificado sin el consentimiento de la misma. Ella puede entablar relaciones directas con otros estados. Las Repúblicas Federadas tienen derecho -teóricamente- a separarse de la Unión Soviética.

La igualdad de las mismas se expresa en el hecho de que gozan de derechos iguales para participar en el gobierno de toda la Unión.

Cada una de ellas tiene igual representación:

- En el Soviet de las Nacionalidades del Soviet Supremo de la URSS 32 diputados.
- En el Presidium del Soviet Supremo compuesto de 15 vicepresidentes, uno de cada República Federada (por tradición se elige a los Presidente de los Presidiums de los Soviets Supremos de las Repúblicas Federadas.

9005108

- En el Consejo de Ministros de la URSS, integrado por los Presidentes de los Consejos de Ministros de las Repúblicas Federadas.
- En el Tribunal Supremo de la URSS compuesto por los Presidentes de los Tribunales Supremos de las Repúblicas Federadas.

Ninguna República Federada tiene privilegios o derechos exclusivos con relación a las demás.

2.- REPUBLICA AUTONOMA

Representa una formación Socialista Soviética Nacional-Estatal, que es parte orgánica de la República Federada en cuya composición entra. Cada una tiene su Constitución, que refleja las pecualiaridades nacionales de la misma. Sus órganos de poder son: el Soviet Supremo, el Presidium del Soviet Supremo, el Consejo de Ministros, el Tribunal Supremo y los órganos locales de Poder y gobierno.

Cada República tiene igual representación (11 diputados) en el Soviet de las Nacionalidades del Soviet Supremo de la URSS.

En total, las Republicas Federadas tienen 20 Repúblicas Autónomas. De ellas, 16 en la RSFSR (Republica Socialista Federada Soviética de Rusia) a saber:

-República Autonómas de Bashkiria, Buriatia, Daguestán, Kabardino-Balkaria, Calmucos, Carella, Komis, de los Maris, Mordovia, Osetia del Norte, Tartaria, Tuva, Udmurtia, Checheno-Igushia, Chuvashia y Yakutia.

En RSS de Azerbaidzhán:

-República Autónoma de Najichevan.

En RSS de Georgia:

-Republica Autonómas de Abjazia y Adzharia.

En RSS de Uzbekia:

-República Autónoma de Kara-Kalpakia.

3.- REGION AUTONOMA

Es un conjunto nacional vinculado a un territorio, con autonomía político-administrativa en virtud del género de vida y de la composición étnica de la población. El órgano de poder constitucional es el Soviet de diputados de los trabajadores de la región autónoma. A cada región autónoma se le asegura una representación igual (5 diputados) en el Soviet de las Nacionalidades del Soviet Supremo de la URSS.

En la composición de las Repúblicas Federadas entran 8 regiones autóno

9005108

mas:

En RSFSRusia:

-Adigueos, Gorni Altai, Hebreros, Karacháevo-Circasia y Jakasia.

En RSS de Azerbaidzhán:

-Nagorni-Karabaj.

En RSS de Georgia:

-Osetia del Sur.

En RSS de Tadzhikia:

-Gorni Badajshán

4.- COMARCA NACIONAL

Es una agrupación nacional vinculada a un territorio, que se distingue por su composición étnica y su género de vida; tiene una población relativamente pequeña y como regla minorías étnicas.

A cada comarca nacional la representa un diputado en el Soviet de las Nacionalidades del Soviet Supremo de la URSS. El órgano de poder en la comarca nacional es el Soviet comarcal de diputados de los trabajadores.

En total existen 10 comarcas nacionales:

-Aguino-Buriatos; Komi-Permiakos; Koriakos; Neneos; Taimir; Buriatos de Ust-Ordinsk; Janti-Mansi; Chukchis; Evencos y Nenets de Yamal.

B.- HISTORIA

En los albores de la historia, aparecen en Rusia diversos pueblos entre ellos los sármatas y escitas, de raza irania, que recibieron influencias helénicas, eslavas y finesas. Nómadas en su mayor parte, ninguno de ellos, o de los que aparecieron como invasores durante la Edad Antigua y los primeros siglos del Medioevo, llegó a organizarse políticamente de una manera estable. A principios del Siglo IX iniciaron su penetración en Rusia los vikingos, llamados rus o varegos (de varinga, soldado), guerreros y mercaderes que, procedentes de Suecia y a partir del golfo de Finlandia, alcanzaron el Mar Negro por el Dniéper y se establecieron en esta antiquisima ruta comercial del Baltico con el mundo mediterráneo. Según la tradición, en 862 el vikingo Rurik fundó el primer principado autónomo, en Novgorod. Los varegos de esta ciudad pronto crearon diversas factorias, entre ellas Smolensk y Kiev. Esta

19005108

última se convirtió a fines del Siglo IX en cabecera de un principado que extendió su hegemonía a la mayoría de las ciudades rusas y conoció momentos de grandeza. Mantuvo relaciones con Constantinopla y fue influído por la cultura bizantina. Batu, nieto de Gengis KHAN, irrumpió en Rusia en 1237; la toma y saqueo de Kiev (1240) señaló el comienzo de los siglos de vasallaje de los principes rusos respecto de los khanes tártaros (mongoles), en particular respecto del KHAN de la Horda de Oro. En el Siglo XIV se inició el auge de Moscú; la victoria de DEMETRIO sobre los tártaros en Kulikovo (1380) junto al Don, tuvo gran repercusión moral. Iván III sacudió definitivamente el yugo tártaro, afirmó la supremacía de Moscú y fue el primero que tomó el titulo de Zar (César). Ivan IV "El Terrible" conquistó Kazán y Astracán (1552-57) con lo que dió un decisivo impulso a la expansión rusa. Tras el agitado reinado de Boris GODUNOV, se entronizó la dinastía de los ROMANOV (1113). Pedro I "El Grande" (1682-1725) inició la europeización del país; sus reformas fueron meramente epidérmicas (los siervos de la gleba perduraron en Rusia hasta la segunda mitad del Siglo XIX; la pura autocracia hasta el Siglo XX), pero decisivas para el futuro del país. Empeñado en lograr para Rusia una salida al mar, lucho contra los turcos y se apoderó de Azov, y contra los suecos, a los que arrebató Livonia, Estonia y parte de Finlandia. Fundó la ciudad de San Petersburgo en el Golfo de Finlandia, abierta a todas las influencias europeas, e hizo de ella la capital de su Imperio. Su obra fue continuada por Catalina II (1762-96), que se apoderó de Crimea y de las costas del Mar Negro y que, de acuerdo con Prusia y Austria, consumó los tres repartos de Polonia; convirtió a Rusia en una gran potencia europea. Bajo el reinado de Alejandro I (1801-25), NAPOLEON invadió el país y tomó Moscú, pero su campaña acabó de manera desastrosa. Nicolás I (1825-55) fue un autócrata convencido, verdadera personificación del absolutismo; sus pretensiones sobre los países danubianos y el Mar Negro provocaron la llamada guerra de Crimea (1853-56). Alejandro II (1855-81) siguió una política totalmente opuesta a la de su padre; emancipó a los siervos (1861) y se significó por sus sentimientos liberales. Su sucesor, Alejandro III (1881-94), presidió otra época de reacción. Nicolás II (1894-1917), hijo del anterior, hombre débil e irresoluto, tuvo que hacer frente a gravísimos acontecimientos que acarrearon la caída del ré

0005108

gimen zarista: la desastrosa guerra rusojaponesa (1904-05), las revueltas de 1905, la guerra de 1914 y la gran revolución de 1917. Tras la abdicación de Nicolás II, se creó en 1917 un gobierno provisional controlado por la burguesía y la nobleza, lo que les enfrentó con las clases populares e inició una guerra civil. Nuevas dificultades económicas crearon una situación aún más tensa en el proletariado. En pleno caos, se hizo cargo del poder el socialista KERENSKIJ que intento organizar un régimen democrático y progresivo y proseguir la guerra, pero en noviembre del mismo año (octubre segun el calendario ruso), un golpe de estado dirigido por LENIN acabó con el gobierno liberal de KERENSKIJ. El 8 de noviembre de 1917 se organizó el gobierno de la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas, presidido por LENIN y con TROTSKI y STALIN, entre otros, como comisarios del pueblo. Este gobierno firmó con los alemanes el tratado de Brest-Litovsk (3 de marzo de 1918). Las potencias aliadas, sobre todo al terminar la guerra (noviembre de 1918), bloquearon a Rusia y la combatieron, principalmente auxiliando a los rusos blancos que luchaban contra el nuevo régimen, pero también con intervenciones directas de franceses e ingleses en Arkagel, de estadounidenses y de japoneses en Vladivostok. El ejército rojo hizo frente victoriosamente a este asedio, los aliados se retiraron y, a principios de 1921, la crisis estaba superada. Mientras tanto, la socialización del campo y de las fábricas avanzaba a un ritmo acelerado. El bloqueo, las destrucciones ocasionadas por la guerra y la transformación de la vida económica interior, produjeron unos terribles años de hambre durante los cuales murieron varios millones de personas. Sin embargo, a la muerte de LENIN (1924), el régimen soviético había superado las contraofensivas militares subsiguientes a la Revolución y era completamente dueño del país. STALIN en el gobierno, tuvo como principal objetivo la consolidación del régimen y el desenvolvimiento económico del país. El triunfo militar de la URSS contra los alemanes en Junio de 1941, representó la anexión de diversos territorios en Europa y Asia (parte japonesa de la isla de Sachalin), a lo que se agrega el pasaje de Polonia, Checoslovaquia, Rumania, Hungría, Bulgaria, Albania, China y Corea del Norte bajo su esfera de influencia directa. A la muerte de STALIN (1953) le sucedió MALENKOV, quien hizo ejecutar a su oponente BERIA. En 1955 MALENKOV dejó la Presidencia del Politburó y del gobier

9005108

no a Bulgaria, quien con KRUSCHEV, Secretario del Partido, inició en Ginebra una política de acercamiento a Occidente. En el XX Congreso del Partido Comunista (1956), tras durísimos ataques a la persona de STALIN y a las crueldades del stalinismo, se adoptó el principio leninista de la Jefatura colectiva. El Comité Central eligió los once miembros del Presidium y cinco miembros turnantes, entre ellos el mariscal ZUKOV. La Secretaría del Partido y la Presidencia del gobierno dejaron de estar reunidas en una sola persona. KRUSCHEV refutó la premisa marxista-leninista de la guerra inevitable y abogó por un estrechamiento de relaciones pacíficas con toda clase de naciones. Esta política sufrió los primeros tropiezos graves con los incidentes de Polonia (levantamiento obrero de Poznán, junio 1956) y la revolución de Hungría (octubre 1956). En junio de 1957, el CC del PCUS expulsó del Presidium y de dicho Comité a MALENKOV, KAGANOVIC y MOLOTOV, acusados de atentar contra su unidad. La posición de KRUSCHEV quedó consolidada y adquirió especial relieve la figura del mariscal ZUKOV, quien, por otra parte, en octubre fue destituido de su cargo de Ministro de Defensa y sustituído por R.Y.MALINOVSKIJ, en tanto KRUSCHEV (marzo 1957) asumía la jefatura del gobierno eliminando a BULGANIN, sin abandonar la del secretariado; volvia por lo tanto al régimen personal. Destituído KRUSCHEV en octubre de 1964 fue sustituído en la secretaria del partido por Leonid I. BREZHNEV y en la jefatura del gobierno por Alexej Nikolaevic KOSYGIN; la presidencia de la Nación, que ocupaba BREZHNEV, pasó a Anastal I. MIKOJAN, sustituido a su vez en diciembre/65 por Nikolai PODGORNY. Cesado PODGORNY en junio de 1977, le sucedió BREZHNEV en la Presidencia del Soviet Supremo. El 7 de octubre de 1977 y coincidiendo con la magna celebración del LX aniversario de la Revolución Rusa, el Soviet Supremo aprobó unánimemente la nueva Constitución de la U.R.S.S. que pasó a reemplazar a la de 1936. En 1979 BREZHNEV y el Presidente norteamericano CARTER firman el Tratado de Limitación de Armas Nucleares llamado SALT II. El ejército soviético invade Afganistán para apoyar el gobierno procomunista.
En 1981 se celebra el XXVI Congreso del PCUS. El boicot de Estados Unidos a las ventas de granos a la URSS es levantado, pero el gobierno de Washington prohíbe la exportación de equipo técnico para la construcción de un gasoducto de Siberia a Europa Occidental.
En 1982 Yuri V. ANDROPOV reemplaza a BREZHNEV como Secretario General del PCUS.

C.- INSTITUCIONALIZACION DEL PODER POLITICO

La "Gran Revolución Socialista de Octubre" significó la segunda etapa de un proceso revolucionario iniciado en febrero de 1917 y que determinó la caída del régimen de monarquía absoluta y su sustitución por una democracia parlamentaria de tipo social-demócrata y orientada principalmente por las fracciones liberal-burguesas de la sociedad rusa de la época. En noviembre de aquel año Vladimir ULIANOV (LENIN) al frente

9005108

del partido bolchevique derrocó el poder liberal y se instauró en el poder. Una serie de medidas transitorias determinaron la eliminación del resto de los partidos políticos, el control de la prensa y el surgimiento de organos de seguridad del Estado para luchar contra los opositores, oficialmente "contrarrevolucionarios". La consigna de "todo el poder a los Soviets" significó el traspaso absoluto del poder al partido de los comunistas y esencialmente a las manos de LENIN. El partido adueñándose del estado y confiscando el poder político, iniciaba así un período de dominio absoluto cuyo fundamento era y es el de ser "representante y avanzada de los trabajadores".

Los "Soviets" eran los núcleos del poder político ideados sustancialmente por LENIN y dentro de los cuales su partido tenía el control, centrándose exclusivamente en el Soviet Supremo, de allí en más, todo el poder de la URSS.

La doctrina marxista-leninista rechaza los principios sustentadores de las "democracias burguesas", el más importante de los cuales es el del "equilibrio de poderes", o separaciones de las funciones del poder en órganos diversos que jueguen un sistema de "frenos y contrapesos". Mientras que la teoría soviética iba por el camino de la concentración del poder en el "Soviets", la realidad política se orientaba, a la dominación del Partido bolchevique del "Soviet", por lo cual en definitiva, la suma de potestades devino inevitablemente en el PCUS.

90051 08

II.- POLITICA INTERNA

A.- ORGANOS ESTATALES

1.- SOVIET SUPREMO

Es el órgano superior del poder y está compuesto de dos Cámaras (soviets) iguales en derechos: (ANEXO N° 1)

a.- SOVIET DE LA UNION

Que representaría los intereses comunes de todos los soviéticos con independencia de sus nacionales; formado por 750 miembros elegidos por los distritos electorales.

b.- SOVIET DE LAS NACIONALIDADES

Representa los intereses específicos de cada una de las nacionalidades; formado por 750 miembros, treinta y dos por cada República, once por cada una de las 20 Repúblicas Autónomas, 5 por cada una de las 8 Regiones Autónomas de las diez Comarcas Nacionales.

Cada una de estas Cámaras son elegidas por una lista única, por sufragio universal y para un término de cuatro años. Ambas tienen facultad de iniciativa y una ley se considera ratificada cuando ha sido aprobada por ambas cámaras, por mayoría simple de votos, en cada una de ellas.

En cuanto a las funciones específicas del Soviet Supremo, están establecidas en los artículos 129 y 108 de la Constitución.

Art. 108: ".. es de incumbencia exclusiva del Soviet Supremo aprobar la Constitución e introducir modificaciones en ella; admitir nuevas Repúblicas en el seno de la URSS, ratificar la formación de nuevas Repúblicas Autónomas; ratificar los planes estatales de desarrollo económico y social, el presupuesto de estado de la URSS y los balances de su cumplimiento, formar los órganos de la URSS a él subordinados. Las leyes las promulga el Soviet Supremo de la URSS o se adoptan mediante votación popular (referendum) convocada por el Soviet Supremo de la URSS".

Art. 129: "... el Consejo de Ministro de la URSS forma el Soviet Supremo de la URSS,..... el cual es responsable ante el mismo y le rinde cuenta de su gestión".

2.- PRESIDIUM DEL SOVIET SUPREMO

Es considerado como el órgano superior de funcionamiento permanente del poder del Estado. Es elegido en sesión conjunta de ambas Cámaras.

9005108

Lo integran con un Presidente, un Primer Vicepresidente y 15 Vicepresidentes (uno por cada República, además de un Secretario y 21 vocales, formando un total de 39 miembros).

Designa al Consejo de Ministros como órgano ejecutivo y administrativo responsable ante el Soviet Supremo. Ejerce todas las funciones de la máxima potestad entre una sesión y otra del Soviet Supremo de la URSS y como éste se reúne solo una o dos veces al año; es en quien se concentra la actividad gubernamental por su funcionamiento permanente. Los miembros del Presidium son a la vez miembros de alguna de las dos Cámaras que forman el Soviet Supremo de la URSS.

Por otro lado, tiene facultad de convocar a sesiones al Soviet Supremo.

El titular del Presidium es el "Jefe de Estado".

Art. 119: ".. El Soviet Supremo de la URSS elige en reunión conjunta de las dos cámaras al Presidium del Soviet Supremo de la URSS, órgano permanente del Soviet Supremo de la URSS, subordinado a éste en toda su gestión y que ejerce en los límites previstos por la Constitución, las funciones de máxima potestad durante el período comprendido entre una y otra de sus sesiones".

Art. 121: "..anula las disposiciones y órdenes del Consejo de Ministros de la URSS y de los Consejos de Ministros de las Repúblicas Federadas cuando no se ajustan a la ley,.... confiere los grados militares, los rangos diplomáticos y otros titulos especiales,... concede la ciudadanía, decide los casos de abandono de la ciudadanía de los URSS y de privación de dicha ciudadanía, decide los casos de concesión de asilo,... controla la observación de la Constitución de la URSS,.. designa y remueve a los representantes diplomáticos... forma el Consejo de Defensa de la URSS".

Art. 123: "El Presidium del Soviet Supremo de la URSS promulga decretos y adopta decisiones".

3.- CONSEJO DE MINISTROS

Art. 128: "El Consejo de Ministros es el órgano de máxima potestad ejecutiva administrativa del país".

Lo designa el Soviet Supremo en reunión de ambas cámaras. Está integrado por un Presidente, Tres Primeros Vicepresidentes, así como varios Vicepresidentes, los Ministros y los Presidentes de los "Comités del Estado". También forman parte del Consejo de Ministros, los Pre

9005108

sidentes de los Consejos de Ministros de las 15 Repúblicas Federadas.

Es responsable, en última instancia, ante el Soviet Supremo de la URSS pero en el período que va entre sesión y sesión de éste último, responde ante el Presidium del Soviet Supremo. Decide en todo aquello ejecutivo y administrativo, o sea, en todo lo que no es de competencia del Soviet Supremo y del Presidium.

Entre sus funciones básicas está la dirección de la economía; la elaboración de los planes y la garantía de la seguridad del Estado. Es importante destacar que, para decidir los asuntos relacionados con la dirección de la economía y otras cuestiones de la administración, en realidad actúa un órgano permanente del Consejo de Ministros (así como el Presidium es el órgano permanente del Soviet Supremo) el que está integrado por el Presidente del Consejo, tres Primeros Vicepresidentes y los Vicepresidentes.

4.- TRIBUNAL SUPREMO DE LA URSS

Art. 151: "Todos los tribunales de la URSS se constituyen según el principio de la eligibilidad de los jueces y de los jurados populares" siendo electos por los ciudadanos de las áreas en que habrán de ejercer la judicatura. Los tribunales de las instancias superiores son elegidos por los Soviets de Diputados, mientras que los "jueces de los tribunales militares al Tribunal Supremo de la URSS los elige el Soviet Supremo. Este último está integrado además por los Presidentes de los tribunales supremos de las Repúblicas Federadas".

Máximo órgano judicial, integrado por un Presidente, Vicepresidentes, Vocales y los Presidentes de los Tribunales Supremos de las 15 Repúblicas Federadas.

Al Fiscal General de la URSS (así como a los fiscales subordinados) les corresponde el control supremo del cumplimiento de las leyes por todas las instituciones, los funcionarios públicos y los ciudadanos. El Fiscal General es designado por el Soviet Supremo de la Unión Soviética por períodos de 5 años. Responde ante él pero en el período comprendido entre cada sesión del Soviet Supremo responde ante el Presidium. El Fiscal General designa los Fiscales Generales de las 15 Repúblicas Federadas.

5.- PROCESO PARA LA TOMA DE DECISIONES

Las decisiones son tomadas por la "Instancia", denominación que comprende a los organismos del Comité Central del Partido Comunis

19005108

ta. La iniciativa puede surgir de la propia "Instancia" o bien del Consejo de Ministros, que deberá someterla a aquella. En definitiva es en los dos órganos máximos del Partido Comunista donde se toman las decisiones que son comunicadas a los correspondientes organismos del gobierno para su ejecución.

Pero esto es el último paso de un "proceso complejo" que es el paso del análisis de todos los proyectos por el gigantesco aparato de que dispone el Partido Comunista el que efectúa informes y esbozos a una multiplicidad de niveles, desde los más inferiores a los centrales, llegando a los órganos centrales como condensado de un breve resumen.

B.- PARTIDO COMUNISTA

La única mención que hace la Constitución al Partido Comunista de la Unión Soviética está en su artículo 6 cuyo texto se transcribe:

"la fuerza dirigente y orientadora de la sociedad soviética y el núcleo de su sistema político, de las organizaciones estatales y sociales, es el Partido Comunista de la Unión Soviética. El PCUS existe para el pueblo y sirve al pueblo. Pertrechado con la doctrina marxista-leninista, el PC determina la perspectiva general del desarrollo de la sociedad, la línea de la política interior y exterior de la Unión Soviética, dirige la actividad creadora del pueblo soviético e imprime un carácter sistemático y científicamente fundamentado a su lucha por el triunfo del comunismo. Todas las organizaciones del Partido actúan en el marco de la Constitución de la URSS".

1.- COMITE CENTRAL DEL PCUS

Sesiona no más de una o dos veces al año.

Está compuesto por 290 miembros (con derecho a voto) y 140 candidatos (sin derecho a voto); es elegido por voto secreto en cada Congreso y los delegados al Congreso pueden tachar nombres, pero no modificar los nombres; es un cuerpo solo representativo; no se publican sus debates sino sólo un comunicado de prensa.

Es el órgano que dirige toda la actividad del partido y se reune en plenario por lo menos cada seis meses.

2.- POLITBURO

Compuesto por los titulares de los más altos cargos del Estado y del Partido (14 miembros y 8 candidatos); es el verdadero gobierno aún cuando, jurídicamente, es solo el órgano ejecutivo permanente del Comité Central del PC. Está dependencia teórica se ve en la forma de

9005108

designación: es elegido a mano levantada por los miembros con derecho a voto del Comité Central del PC al término del Congreso. Los componentes del Politburó se diferencian por la acumulación de funciones y jerarquía de las mismas; por ejemplo, pertenencia al Politburó y al Secretariado del Partido al mismo tiempo (ANDROPOV, CHERNENKO, GORBACHOV).

3.- SECRETARIADO

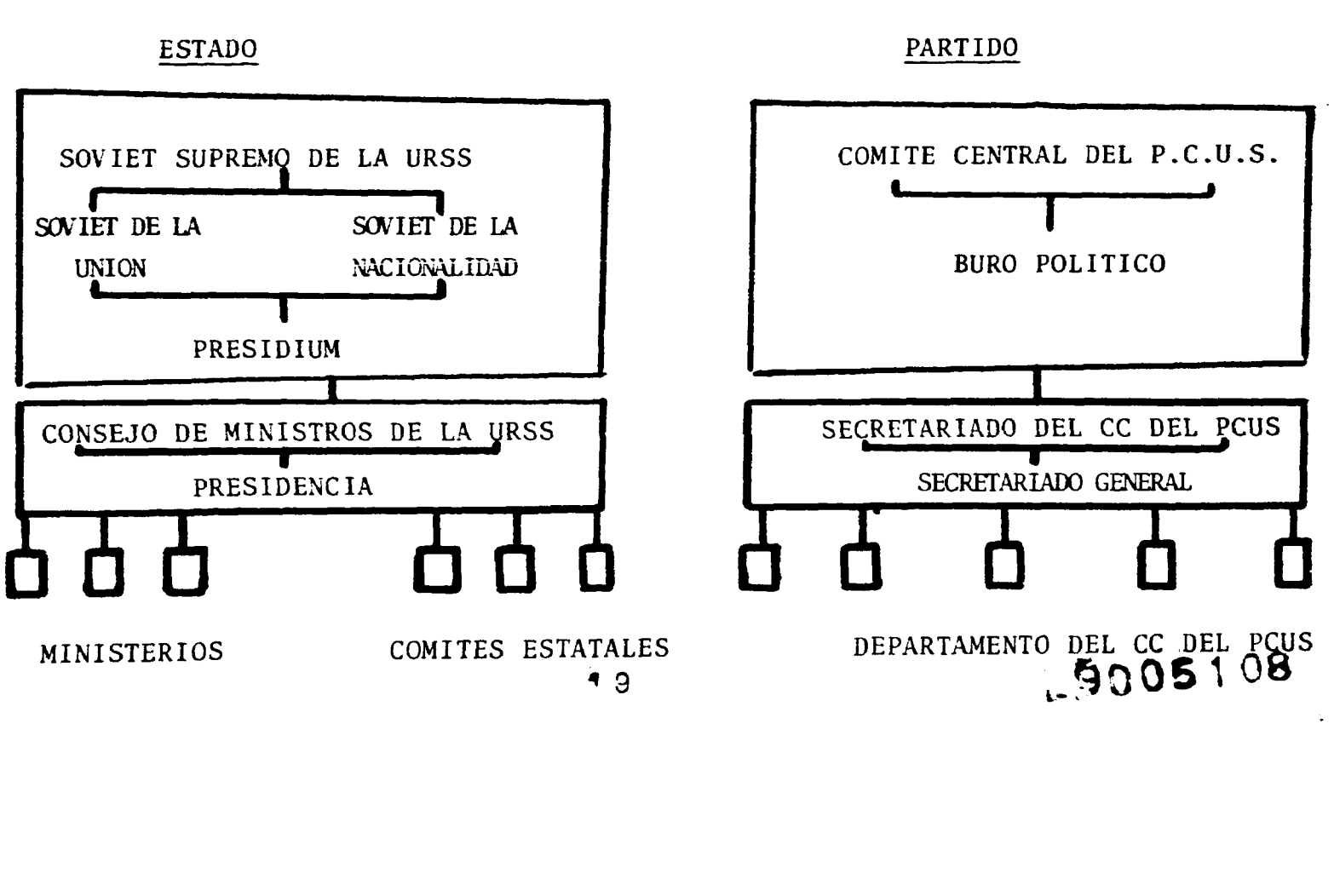
Compuesto por 11 miembros es el aparato administrativo del Comité Central del PC cuya primera función es dirigir los asuntos corrientes y en especial la selección de cuadros y la vigilancia del cumplimiento de todas las decisiones. Es apenas mencionado en el Estatuto del Partido, pero es casi tan importante como el Politburó.

Es elegido en escrutinio público al fín de cada Congreso. Los Congresos se convocan no menos de una vez cada 5 años; entre Congreso y Congreso quien dirige es el Comité Central del PC pero como éste, a la vez, se reúne una o dos veces al año; quienes deciden en definitiva es el Politburó y el Secretariado.

4.- RELACION ENTRE PODERES

La competencia e interrelación de los poderes estatales no se encuentran totalmente claras tanto en su definición como en su competencia, así como tampoco las relaciones de poder entre ellos.

El poder, en los hechos, está centrado en el PCUS y el Estado y sus órganos no son más que meros instrumentos de los que se vale para ejercer su capacidad de mando sobre la población soviética. el PCUS ejerce ese poder supremo mediante la utilización de dos estructuras paralelas e interrelacionadas: la suya propia y la del Estado. Estas estructuras, tienen a nivel superior la siguiente organización:



9005108

Los hombres que ocupan los principales cargos del Estado son los mismos hombres que detentan las principales posiciones en los órganos de la estructura partidaria. Por ejemplo, el Presidente del Presidium del Soviet Supremo es a la vez el Secretario General del PCUS.
Esta confusión de personas hace practicamente imposible que entre el Estado y el partido surjan interferencias y por el contrario estas características se suman para crear una relación íntima compleja y no fácilmente perceptible pero muy poderosa, a consecuencia de la cual el poder queda indefectiblemente en manos del partido.

C.- COMUNICACION ENTRE EL GOBIERNO Y LA NACION

Desde el punto de vista político es unilateral. Las decisiones del gobierno se toman, por lo general, en secreto y por un grupo reducido de personas. La ausencia de un parlamento que controle la labor de los órganos ejecutivos y de administración y que pida informaciones o dilucide aspectos del proceso de la toma de decisión o sus móviles, la sujeción total de la prensa al partido, la relación de total sujeción de los sindicatos al poder, la falta de educación política de la población y su desinteres consecuente son los que determinan que las decisiones del PCUS solo sean conocidas (cuando lo son) una vez adoptadas y ya en vías de ejecución. La población no es nunca informada de las razones y fundamentos de las decisiones, o por lo menos no le es de las reales y profundas, aún cuando los medios de difusión se ocupan sí, en los caso que les resulta de interés, dar los argumentos que estiman convenientes para tratar de convencer sobre los aciertos de las decisiones.
Es así que el pueblo soviético, sometido desde más de seis décadas a un sistema de partido único, a un dogmatismo inconmovible, inmóvil que hace del sistema una verdadera idiosincracia, así como a la absoluta uniformidad conceptual que impide cualquier forma de pensamiento político. libre, se ha ido alejando lenta pero irreversiblemente de la política hasta el punto de ignorarla, transformándose en incapaces para discernir sobre estos temas, resultando de esta forma un total alejamiento y desinterés.
La confiscación del poder por el aparato del partido conllevó natural y consecuentemente a la confiscación tanto de los derechos políticos de los ciudadanos como sus anteriores derechos al conocimiento político y la libre expresión del mismo.

A2005108

Es así que la despolitización de la población es un hecho indiscutible. Sometido el ciudadano al más absoluto embretamiento ideológico-político termina convirtiéndose en un autómata que cuando se le exige su participación política lo hace como un reflejo condicionado, para lograr de esta forma una existencia sin mayores sobresaltos.

Todo soviético sabe que su existencia está intimamente relacionada al Estado (que le ofrece colocación, instrucción, trabajo, transporte, información, lugares de descanso, sistema hospitalario) del cual depende desde que nace hasta que muere y que si no cumple con las obligaciones inherentes a su condición de ciudadano soviético-comunista, el PC podrá de inmediato poner en funcionamiento todo el sistema represivo contra él, y cuyo principal instrumento es el Estado.

Este manejo político de la población, a la que el partido necesita activa para demostrar el respaldo nacional de la causa y el consenso popular a la política por él practicada por un lado y el alejamiento real de esa población de la política por otro han determinado la necesidad de sustituir, por parte de las autoridades política, los elementos racionales de que ella se compone, por elementos emocionales.

1.- CULTURA POLITICA

La cultura política tiene dos aspectos a destacar.

Por un lado el régimen pretende una formación plena del ciudadano desde el punto de vista político a fin de que este sea no solamente un comunista conciente y convencido sino también que sea capaz de difundir con capacidad y convicción sus principios e ideales. A tales fines la educación incluye cursos de historia política de la Unión Soviética y sobre la Constitucion Nacional a nivel escolar, así como amplios cursos de marxismo-leninismo, economía política y materialismo histórico en todos los institutos y universidades del país. Los cursos regulares se complementan con lectura y análisis de los principales discursos pronunciados por los máximos dirigentes, así como las resoluciones del último Congreso del PCUS. Por su parte, en todas las unidades laborales del país se constituyen "circulos de estudio" en donde se analizan temas de economía política o marxismo-leninismo, con principal énfasis en una u otra materia segun la rama de producción a que está dedicada la unidad de trabajo en cuestión. Estos "circulos" están orientados por "propagandistas" que cumplen una función similar a la de un profesor.

900518

En la ciudad, cada barrio tiene su comité dirigido por un grupo de activistas de la zona, el que despliega permanente e intensa actividad principalmente de carácter político.
Las reuniones son frecuentes, con muchos participantes y con agendas siempre amplias y tocantes a temas políticos, nacionales e internacionales.
Por su parte, la prensa escrita despojada de publicidad, de noticias sensacionalistas, de informaciones sociales y con breves capítulos de actividades culturales o deportivas salvo que sean publicaciones especializadas en estos temas, ocupa la mayor parte de su espacio a la información política. El soviético asiduo lector de la prensa de su país, tendría pues en este medio gran oportunidad para incrementar su cultura política. Asimismo, aunque en menor escala pero siempre con destaque, la televisión y la radio dedican gran parte de su tiempo a la divulgación de temas de índole política. La T.V. especialmente, que cuenta con un elenco de comentaristas muy bien preparados que cubren programas de buena duración y en los períodos de mayor "rating". Revistas y otras publicaciones periódicas especializadas en el área de la política, ya sean de circulación nacional o regional. Hay en la Unión Soviética alrededor de trescientas publicaciones, algunas con tiradas que sobrepasan los dos millones de ejemplares.
Pese a que aparentemente, el ciudadano soviético tendría una formación política mucho más elevada, es todo lo contrario.
La educación orientada en un sentido totalmente proselitista no permite al educando forjarse una cultura política sólida desde que se aprende nada más que aquello que es la teoría oficial del marxismo-leninismo, la que está además totalmente depurada de todo comentario o discusión.
Los circulos de estudio en las unidades laborales tienen las mismas limitaciones y condicionamientos que los cursos regulares en los centros de enseñanza.
Las reuniones políticas en centros de trabajo o en barrios están digitadas por los "agitadores" quienes preparan el orden del día; los participantes no cumplen más que la función pasiva de la "craque" que aplauda, victorea y aprueba saliendo de allí con el mismo desconocimiento con el que ingreso a la sala.
Los medios de comunicación, lejos de ser elementos de formación, son solo instrumentos de formación, no resultando validos como vía para el desarrollo de una cultura política mediana sino que solo resultan sistemas de deculturización.
La cultura política se obtiene mediante un proceso de recolección, ordenación, análisis y racionalización de la información, seguida por un proceso interno de concientización colectiva o individual basada en la experiencia ajena y en la imaginación propia.
Desde el momento en que la información es uno de los tanto poderes que detenta el PCUS en la URSS, se elimina toda posibilidad de que los ciudadanos se forjen una cultura política.
Queda claro que en la URSS no existe una cultura política general, sino progrupos y que ésta cultura política es mayor cuanto más elevada sea

L.90051 08

la posición del grupo en la estructura del poder.
La despolitización absoluta de la población es parte de la metodología partidaria y el poder (sin control parlamentario, ni de la prensa) utiliza el secreto absoluto y el desprecio total de la opinión pública que por otra parte es inexistente de hecho desde que la ignorancia y la distancia del quehacer político impide a la población formarse criterios a este respecto.
Los medios de prensa soviéticos tienen por cometido esencial forjar en la población una serie de opiniones políticas simplistas, elementos muy claros y contundentes, procedimiento que lleva a la desinformación y al aquilosamiento mental del lector que inexorablemente es penetrado por ese aparato monstruoso que constituye la propaganda y es de esta manera "culturizado" políticamente.
Los medios de prensa, tienen en su haber una serie de frases hechas que les sirven de muletillas verbales y por ende intelectuales, las que se vuelven patrones para utilizar en cada caso especial.

2.- OPOSICION

a.- INCONFORMISMO

Solamente la muerte de STALIN, con ella el fin del terror y el comienzo de la liberación jruscheviana permitieron ver surgir en la URSS las primeras formas definidas de inconformismo con el régimen y conformar una actitud espontánea que, partiendo de la acción oficial, rebasaron inmediatamente hasta tal punto que provocaron el panico del poder político. Un primer foco de inconformismo, de tipo coyuntural, surgió entre mediados de 1953 y fines de 1955 en los campos de concentración. Entre 1954 y 55, bajo la desestalinización de Jruschev alrededor de 12 mil personas habían sido liberadas de los campos rehabilitados. Este hecho sirvió de causa-efecto para varias rebeliones en el Gulag, que se concretaron en huelgas, motines en que los participantes reclamaban la extensión de aquella amnistía a todos los presos políticos; asimismo, se adoptaron medidas para mejorar las condiciones generales de la vida de los detenidos en los campos. Los principales promotores de esta ola contestataria en las cárceles fueron los miembros de un grupo clandestino de corte anarco-sindicalista y los monjes cristiano-ortodoxos que cumplían funciones en los campos.
Los motines fueron aplastados de raíz, pero el poder mejoró las condiciones de las cárceles y liberó millones de detenidos. Estas liberaciones provocaron una verdadera conmoción social desde que las revelaciones de los liberados difundidas de boca en boca, llegaron a conocimiento de millones de personas. Es cierto que el temor y la costumbre casi apática de aceptar como válida la palabra oficial hicieron que la población soviética, una vez más aceptase con resignación tales circunstancias y depositase nuevamente su confianza en la ola de renovación que parecía surgir, de tal forma que aquella conmoción tuvo muy escasas repercusiones en los hechos. Pero el trauma caló hondo en algunos grupos de intelectuales y de estudiantes.
De esa manera, el período Jruscheviano se constituye en la historia soviética, como el de incubación y nacimiento de todas las formas de in

9005108

conformismo, ya sea la oposición política o la disidencia social, las que aflorarán con vigor en el período de BREZHNEV, es decir, desde mediados de la década de los 70 a nuestros días. Y a pesar de que la caída de JRUSCHEV y el comienzo de la "normalización" con BREZHNEV implicó un retroceso en la actitud del poder y nuevas formas de acción represiva que hicieron pensar en un "neostalinismo" diversos grupos de oposición surgieron a la superficie o se desarrollaron intensificando y ampliando su actividad. La invasión de Checoslovaquia repercute en la URSS con una ola de represión pero la década de los 70 ve un resurgir significativo, amparado en una actitud ambivalente del equipo BREZHNEV, que en ningún caso adoptó posturas totalmente radicales.

El movimiento contestatario en la URSS adquiere formas variadas que van desde formas larvarias de sindicalismo independiente a movimiento de defensa de los derechos humanos, pasando por movimientos de corte nacionalista, especialmente en las repúblicas bálticas, entre las poblaciones musulmanas, o en la siempre dificil Ucrania, movimientos de tipo religioso y racial-religioso como el caso de los judíos, o por el movimiento más sutil pero menos aprensible como la contestación intelectual.

b.- GRUPOS POLITICOS DE ACCION CLANDESTINA

Lo normal es que de la existencia de estos grupos se sepa ya cuando han sido desbaratados por la policia, y los corresponsales extranjeros en Moscú, en base a ciertas pistas informan en base a los pocos elementos que pueden lograr. Estos grupos de corte totalmente político, generalmente cuentan con muy pocos miembros y su duración siempre es muy corta, dependiendo su existencia de la mayor o menor efectividad de los servicios de seguridad para detectarlos y desbaratarlos con una serie de arrestos.

En los últimos años, aparentemente, estos grupos han dejado de formarse, o bien han sido descubiertos, o bien las autoridades han cubierto en el mayor secreto sus acciones de represión.

Por regla, estos grupos se caracterizan por:

(1).- Muchos de ellos surgen en provincias y logran sentar ramificaciones en diversos lugares del país.

(2).- Casi todos ellos están inspirados por intelectuales, universitarios, estudiantes, o personas de cierta formación cultural y tienen poca repercusión en el ámbito obrero.

(3).- Son de orientación "socialista" o "leninista" o "marxista" y en sus programas recalcan la necesidad de luchar contra los falceamientos de estos principios.

(4).- Todos ellos tratan de efectuar publicaciones clandestinas o "samizdat" las que, cuando ven la luz, consisten en pequeñas y muy primitivas ediciones tiradas y nunca o casi nunca pasan de los cuatro o cinco ediciones pués son rápidamente descubiertas.

c.- OPOSICION INTELECTUAL

La apertura del período JRUSCHEV, aún cuando limitada, permite surgir las primeras formas de contestación entre la "intelligentsia" soviética. no se había producido en la URSS nada parecido a lo que fue la oleada de grandes escritores que surgieron en la década de los

9005108

50 y primera mitad de los 60. Desde 1953, pero con especial vigor luego del XX Congreso del PCUS la literatura adquiere un especial énfasis contestatario y, a la vez, de alta calidad. Una oleada de obras de alto nivel literario pone en alerta hasta los más radicales "desestalinizadores". La publicación en Occidente de "Doctor ZHIVAGO" por Boris PASTERNAK da la chispa para el comienzo de la reacción y una campaña en contra de esta "nueva literatura se extiende y desarrolla de inmediato en todos los medios de difusión. Mientras tanto, la censura recobra fuerzas y esto lleva de inmediato que los jóvenes escritores pongan de moda las publicaciones clandestinas o "Samizdat", en forma de hojas multicopiadas, manuscritas o mecanografiadas. En los primeros años de los 70 resurge un nuevo sistema de represión, que conlleva una reacción radicalizada de los intelectuales los que adoptan posiciones políticas más definidas y de clara oposición. Los procesos de los escritores Daniel y SINIAVSKI acusados de publicar en el extranjero bajo seudónimos escritos "antisoviéticos" se constituyen en 1966 el punto culminante de enfrentamiento del poder con el frente intelectual, y es síntoma de un retorno al tipo de procesos políticos de los años 30.
Otro síntoma que impresiona como neostalinismo es la creación dentro de la KGB de una sección especial de lucha contra los "sabotajes ideológicos". La caída de JRUSCHEV y el comienzo de la "normalización" con BREZHNEV hacen que el movimiento intelectual decaiga notoriamente y la mayor parte de aquellos ilustres escritores y poetas surgidos en los años 50 se pierden en el anonimato y la represión, o se exilan forzada o voluntariamente en el exterior.

d.- MOVIMIENTO POR LOS DERECHOS HUMANOS

La represión de BREZHNEV y la invasión de Checoslovaquia determinó que el movimiento literario-intelectual se hiciera abiertamente político y adoptara la bandera de la reivindicación de los derechos humanos. Fracasados los intentos de formar "partidos políticos" o de formalizar una concientización social por medio de la cultura y la literatura, el movimiento se aboca a constituirse en grupo que solo se limita a reclamar del poder su acción dentro de los márgenes de la legalidad. El poder responde con un método nuevo de represión: la siquiatria. Más adelante, desde 1972 el poder amedranta mediante la expulsión de sus puestos de trabajo a un sinnúmero de intelectuales de posiciones inconformistas.

El movimiento fundado y liderado por SAJAROV adquiere más vigor y encuentra un nuevo estímulo en las resoluciones de Helsinki. Desde agosto de 1975 la oposición y aplicación del acuerdo europeo sobre libertades y derechos humanos. En mayo de 1976 se formó en Moscú el primer "Grupo de contribución al cumplimiento del acuerdo de Helsinki" el que en su primera declaración denunció que "el gobierno de la URSS no tenía intensiones de cumplir con las obligaciones en el aspecto humanitario". Es así que comienza el control riguroso de los movimientos de los principales componentes de los grupos.
En los últimos años de la década del setenta la tendencia a la ampliación de la acción opositora parece evidente, especialmente en los medios

•9005108

intelectuales, e incluso en la Academia de Ciencias de la URSS.
Paralelamente la receptividad de la población hacia el movimiento opositor parece ir en aumento en ese mismo período.
Al mismo tiempo renace la tendencia de crear organizaciones clandestinas. Asi a finales de la década 70 mientras que por parte del poder refluye la represión y la decisión del PCUS de "reforzar la lucha ideológica", por parte de ciertos grupos de la población aumenta la tendencia a prestar atención a la disidencia.
La oposición interna adquirió tal magnitud -y aún mantiene ese poder- que los órganos de seguridad necesitaban una fuerte lección de amedrantamiento, a pesar de los costos elevadísimos que ella acarrearía al Kremlin, y es así que se envía a SAJAROV exiliado a la pequeña ciudad de Gorki.
Como ya puntualizamos, estos grupos de oposición aún mantienen su poder pese a la aparente flexibilidad que ha adoptado GORBACHOV últimamente, para lograr llegar a la reunión con REAGAN sin mayores fricciones en este campo.

e.- OPOSICION OBRERA

A pesar de casos aislados de conflictos sociolaborales en fábricas que en su totalidad han terminado en cruda represión, en general la clase obrera soviética no se vale de huelgas u otras formas de acción masiva y violenta de protesta, las que como es lógico están terminantemente prohibidas por la legislación. Como es lógico pensar las autoridades se encuentran en una posición bastante dificil, ante casos de esta índole, puesto que, no pueden sofocar dichas manifestaciones sin dejar de negar toda identificación -la que su ideología sostiene- entre el régimen y la clase obrera.

Las autoridades tienen elementos a su favor, para evitar este tipo de situaciones:

(1).- El temor: luego del terror staliniano, el miedo permanece adentrado en su espíritu, por las probables represalias que pudiera conllevar. Además el imponente sistema de los "órganos de seguridad" asegura la eficiencia del control total sobre la población a todo nivel.

(2).- La estructura político-sindical y administrativa en forma de pirámide en cuya cúpide se encuentran los hombres de mayor confianza, permite la vigilancia y el control total del obrero. Así se detecta de inmediato cualquier acción individual que salga de lo normal. Así, mientras que por un lado individual y colectivamente los trabajadores están orientados a la "participación activa" en las actividades sociales y políticas, por otro el control sobre ellos es absoluto.

(3).- El tratamiento especial a los trabajadores de industrias y fábricas mediante conseciones especiales, como por ejemplo, distribución de mercadería, privilegios para obtener apartamentos, lugares de descanso etc. -todo lo cual alivia las condiciones de vida del obrero- permitiendo de esta forma que el obrero soviético no se

F.9005108

constituya un opositor, e incluso en algunos casos sea un defensor de un sistema que, si bien con innumerables defectos y carencias, comprende perfectamente la necesidad de contemplar las exigencias primordiales de los trabajadores agrupados.

(4).- La necesidad de empleo. el obrero debe acatar las reglas establecidas por el Estado, puesto que este es el único patrón posible, o de lo contrario correría el riesgo de quedarse sin trabajo para siempre. La Unión Soviética predica que el derecho al empleo está totalmente asegurado en el país y que la seguridad de trabajo es absoluta, pero cabe recordar que este derecho y esta seguridad se dan en tanto el obrero cumpla estrictamente con las obligaciones establecidas por el patrón unico, de lo contrario no. Perder el trabajo, significa para el obrero, que será inmediatamente perseguido y juzgado por "parasitismo", figura prevista en el código penal.

Sin llegar al despido, el patrono cuenta con otros medios intimidantes como traslados a otros centros de trabajo en lugares lejanos o pérdida de posicion laboral adquiridad, entre otros.

f.- LOS "DEMOCRATAS DEL PARTIDO

A mediados del setenta floreció una corriente discretamente oposicional dentro del Partido Comunista soviético, orientada por el historiador Roy MEDVEDEV, y denominada los "Demócratas del partido" Según sus propios impulsores, el movimiento contó con "numerosos partidarios entre los cuadros del partido y del gobierno en todos los escalones. Los aspectos fundamentales de su plataforma política no cuestionaban las bases generales del sistema, sino que programaban una limitada democratización del él, cierta liberalización política y racionalización de la economía para hacerla más efectiva pero dentro del modelo vigente. Es importante además su consideración de que todo cambio en la URSS solo podría venir de "arriba" desde dentro del seno del mismo partido. En cuanto al propio PCUS entendía que en el mismo existían tres tendencias: la "reaccionaria neoestalinista", la "conservadora moderada" que estaría liderada en ese momento por BREZHNEV y la más liberal de los "demócratas".

A finales de los setenta MEDVEDES y gran parte de sus seguidores habían sido expulsados del Partido, por lo cual esta tendencia fue poderosamente debilitada aún cuando no aniquilada, pués aún hoy, dentro del Partido coexisten en armonía tanto la tendencia demócrata como la liberal.

g.- INFLUENCIAS EXTRA NACIONALES ACTUANTES EN EL PAIS

La Unión Soviética es un totalitarismo demasiado férreo como para que cualquier influencia anti-nacional pueda penetrarlo. Si bien la filosofía oficial predica el "internacionalismo proletario" en su política exterior, en su política interna el nacionalismo impulsado oficialmente llega a extremos increíbles. La exaltación a la "madre tierra" a la "patria socialista", a los "valores rusos" al estilo de vida soviético es permanente no solamente en discursos oficiales sino en la vida cotidiana, hasta en un número extraordinario de carteles que inundan las calles, plazas, puentes y cualquier otra área pública de las ciudades. Las tradiciones son exaltadas permanentemen

9005108

te en el arte, la música y cualquier otra manifestación cultural y popular. El delito de "antisovietismo" establecido en la Contitución y en el Código Penal soviético, es usado con frecuencia y con gran elasticidad por las autoridades judiciales.

Por su parte, las relaciones del partido con otros extranjeros, particularmente con los de los "fraternales países del socialismo" son conducidas oficialmente a través de los órganos más elevados, jamás salen de las manos del poder y se manejan de acuerdo a las conveniencias del caso.

Las influencias de los grupos económicos transnacionales en la URSS es absolutamente nulo, siendo el Estado el propietario de hecho de los medios de producción y del sistema de producción, concentrando en un sistema centralizado y vertical el control del mismo por el Estado y el control del Estado por el partido, el único interlocutor válido y posible de esos grupos en la Unión Soviética es el Partido Comunista.

D.- GRUPOS DE INTERES NO ESPECIFICAMENTE POLITICOS

1.- SINDICALES

Los sindicatos sirven para hacer llegar a todos los trabajadores las decisiones de la dirección y hacerlos actuar de acuerdo a ellas. En pocas palabras, el sindicalismo en la URSS es la polea que traslada el movimiento desde su centro (el PCUS en sus más altas capas) hasta el vasto espacio de las masas trabajadoras.

Esto queda claro en el preámbulo de los Estatutos de los sindicatos de la URSS que dice: "los sindicatos realizan su trabajo bajo la dirección del Partido Comunista de la URSS, que es la fuerza organizadora y dirigente de la sociedad soviética".

Además de sus funciones de ejecución de las decisiones del poder, los sindicatos son los que "emplean todas las variedades de sus formas de trabajo para instruir y educar a los trabajadores en los principios comunistas".

Siendo entonces, los sindicatos instrumentos de extensión del poder y escuela de comunismo, sujetos en los hechos de estos cometidos a la dirección del poder político, lejos están de constituir un grupo de interés que contrapese o dialogue en términos de igualdad con el partido o el gobierno, no resultando un grupo pasible de generar tensiones o presión.

2.- EMPRESARIADO

La estatización de los medios de producción ha culminado con la creación de un monopolio total por parte del Estado de todas las empresas o centros de producción. Como resultado, el empresario en la Unión Soviética no es más que un funcionario público dirigiendo y administrando en cierto ámbito de la actividad productiva cuyo propietario es el Estado. Estos empresarios, en todos los niveles, son hombres del partido y ejercen sus funciones como tales, sujetos a la estricta disciplina partidaria, al verticalismo y al "centralismo democrático", no tienen posibilidad de constituirse, como empresarios, o grupo empresarial, en generador de tensiones o presiones sobre el poder. Es totalmente lo contrario, para lograr progresos en su carrera,

-9005108

tanto desde el punto de vista político como funcionarial, se constituyen en obedientes y fieles seguidores de las decisiones del poder.

3.- GRUPOS RELIGIOSOS

Existen cinco religiones que se han desarrollado dentro de la población soviética a saber: el Cristianismo Ortodoxo, el Catolicismo el Luteranismo, el Islamismo y el Judaísmo.

Según estimaciones extraoficiales se considera que el Cristianismo Ortodoxo cuenta con 45 millones de adeptos aproximadamente, el Catolisimo con 8 millones, el Luteranismo con 2 millones, el Islamismo con 20 millones y el Judaísmo con alrededor de 3 millones.

Desde que los bolcheviques se hacen del poder, en octubre de 1917, se inicia una campaña contra la religión que tiene su período más cruel durante la primera etapa de la era staliniana. Ese inicial radicalismo se atemperó durante los años de la Segunda Guerra Mundial dando lugar a un período de paz que implicó un alto en las persecuciones, cierre de Monasterios y destrucción de Iglesias, pero a fines de la década del 40 la persecución religiosa se reinició con furor; más de 500 templos fueron destruídos. Desde la muerte de STALIN el régimen ha eliminado la violencia contra la fé, pero se han tomado medidas tendientes al control de las organizaciones religiosas y a la paulatina eliminación de la religiosidad. Esto se realiza mediante el establecimiento de obligaciones y limitaciones a las religiones.

Las obligaciones son:

a.- Toda organización religiosa está bajo el control gubernamental a través del Consejo de Estado para Asuntos Religiosos, organismo con competencia para incluso vetar las decisiones de la jerarquía de las diversas religiones.

b.- Las elecciones de los jerarcas religiosos deben contar con la equiecencia del Estado.

c.- Toda actividad religiosa debe contar con la autorización previa del Estado.

d.- Las organizaciones deben efectuar altas contribuciones a diversas causas apoyadas por el partido y Estado.

e.- Las organizaciones religiosas infiltradas en carácter de agentes o bien por lo menos informantes del Estado.

f.- Los principales dignatarios de las iglesias deben hacer acto de presencia y de apoyo tácito en todas las ceremonias oficiales y partidarias de significación.

g.- La propiedad de los templos del culto es del Estado, quien las otorga o usufructúa muy condicionado a las organizaciones religiosas.

Por otra parte, las limitaciones más significativas impuestas a las organizaciones religiosas son:

a.- Prohibición de apertura de nuevas iglesias o templos.

b.- Interdicción de la gran parte de los monasterios, limitando administrativamente el número de ellos o de centros de formación de nuevos sacerdotes.

c.- Trabas de toda índole para que la mayor parte de los jóvenes que solicitan ingreso a monasterios o institutos de formación

9005108

religiosa pueda hacerlo.

d.- Restricción y cuotificación de la inscripción para semanarios o cursos.

e.- Trabas administrativas para manifestaciones públicas de sentimientos religiosos, tales como procesiones, misas campales, etc.

f.- Dificultades para la publicación y circulación de textos religiosos o sagrados.

g.- Cierre de iglesias y afectaciones de los oficios para otros usos de carácter público.

Pero además de estas obligaciones y limitaciones se han tomado medidas de ataque contra las mismas, como por ejemplo:

a.- La educación atea, esto es predicar el desdeño a la religión.

b.- Propaganda anti-religiosa por medio de un sinnúmero de publicaciones que buscan provocar sentimientos de repulsión contra la fé.

c.- Presión individual a través de las organizaciones sindicales y los comités del partido comunista.

4.- NACIONALISMOS

Los movimientos nacionalistas dentro de la Unión Soviética, que se compone de un inmenso conglomerado de pueblos (118 minorías nacionales) han estado latentes en toda la historia del país pero se intensificaron notoriamente a partir de la década de los sesenta. Los rusos en particular, han tenido un activo interés en su propia historia y cultura en las recientes décadas. Debido a la ambiguedad en el concepto de "patriotismo soviético", introducido bajo el gobierno de STALIN en 1930, y el que es esencialmente una forma de nacionalismo ruso, han tenido una participación mucho más brillante que el resto de las nacionalidades.

No todas las nacionalidades locales están directamente contra los rusos, hay una historia de antagonismos más profunda, como por ejemplo la de los Armenios y Azeris, Georgianos y Abkhazis; a esto cabe agregar que el antisemitismo es endémico en la Unión Soviética, particularmente en Bielorrusia y Ucrania, caracteristica correctamente aprovechada por las autoridades soviéticas.

Los principales movimientos nacionales dentro de la URSS en las últimas dos décadas han sido los Tártaros de Crimea, los Alemanes del Volga, los Ucranianos, Judios, Musulmanes, Prebálticos y los Georgianos.

a.- TARTAROS

Expulsados de sus tierras de Crimea en la época staliniana, han estado reclamando permanentemente su derecho a instalarse en sus solares ancestrales. Junto a las reclamaciones formales han organizado movimientos migratorios, acción que le ha valido grandes replesalias por parte de las autoridades soviéticas.

A pesar de su tenacidad en las reivindicaciones, el movimiento tártaro hasta el presente nunca se ha valido de otras vías que no fueran las peticiones y movilizaciones.

b.- ALEMANES

Del Volga son otro pequeño grupo nacional con problemas si

9005108

milares a los tártaros; instalados en las riveras del Volga desde el Siglo XVIII, hacia 1941 fueron "deportados preventivamente" a la región de Este de los Urales. Algunos reclaman, de manera más o menos pacífica el derecho a retornar a sus tierras, pero la mayoría ha estado optando por emigrar a la República Federal.

c.- NACIONALISMO DE LAS REPUBLICAS PREBALTICAS

Surge desde el mismo momento de la anexión de estos territorios a la Unión Soviética, por el pacto germano-soviético del 39, conformando con la victoria en la guerra. El poder ha procedido, para evitar problemas mayores a la inmigración forzosa de rusos, ucranianos y bielorusos, a las purgas de los elementos nacionales en el partido y en los órganos de gobierno y administración local, a la rusificación de la cultura, a la represión de las religiones predominantes ya sea catolicismo o protestantismo. Generalmente la acción se desarrolla en acuerdo entre los movimientos estrictamente nacionalistas y los nacionalistas-religiosos.

d.- UCRANIANOS

Es más complejo y agudo que en las otras repúblicas de la Unión Soviética allí adquirieron real extensión las sectas religiosas, los movimientos obreros que actúan con huelgas, revueltas, formación de "sindicatos independientes", etc. cuyo período de mayor efervecencia lo constituyeron los años 1975-76. Luego de esta época pico, en que las autoridades actuaron con rigor y prestamente, el movimiento ha pasado a ser menos visible, pero hay síntomas de que aunque más soterraneamente, seguirá causando problemas al poder central.

e.- GEORGIANOS

Ha presentado siempre una fuerte resistencia a la rusificación y fundamentalmente a los comienzos de la década de los 70, la siempre latente crisis se presentó con indicios más claros como estallidos de cólera popular e incluso terrorismo, ya que el rasgo del nacionalismo georgiano más predominante es el recurso a formas violentas de acción.

Lo que no se ha podido evitar definitivamente es que el rechazo a la integración se manifieste por los medios más disímiles y propiamente georgianos tales como prácticas económicas prohibidas por el sistema, sabotaje generalizado de las directivas oficiales, firme adhesión a las tradiciones locales, e incluso manifestaciones de masa y terrorismo.

f.- ISLAM

El Islam está generalmente dirigido para adaptar las condiciones soviéticas más facilmente que el Cristianismo, no solo porque las autoridades han tomado una actitud más indulgente hacia el Islam desde los días de STALIN pero porque el Islam no es cuidadoso para desafiar los intereses del estado soviético. Los líderes islamicos han adoptado un acercamiento hacia el comunismo, lo que impide o por lo menos dificulta la condena por parte del poder central, quienes además luchan contra las actividades de la congregación secreta islámica.

9005108

La presencia del Islam como una sociedad, así como un sistema religioso representa un problema desde el momento que es un duro rival para el comunismo soviético, situación que preocupa en demasía a las autoridades soviéticas.

La gran mayoría de los soviéticos musulmanes son Sunni, muchos Shi'ites están concentrados en Azerpaidzhan, a través del borde desde Irán.

g.- CONTRASTES ENTRE ESTONIANOS Y UZBEKIAS

Los Estonianos se encuentran acentados en el Báltico a través de la frontera con Finlandia; los Uzbekias viven al Sudeste vecinos con Afganistán, constituyendo el tercer grupo nacional más grande de la Unión Soviética.

Los estonianos cuentan con una total prosperidad económica, alta urbanización dentro de una sociedad semioccidental, contando con una cultura de origen luterano.

Los uzbekias por su parte son étnicamente turcos, teniendo una cultura islámica constituyendo así una nacionalidad predominantemente rural en una situación de facil desarrollo económico (comparándolo con Estonia).

Uno de los más distintivos contrastes entre estos grupos étnicos es el crecimiento popular:

Porcentaje del crecimiento popular en los años previos a censos

	1970	1979	Crecimiento anual 1959-70	Crecimiento anual 1970-79
Promedio URSS	15.8	8.4	1.4	0.9
Estonianos	1.8	1.3	1.2	0.9
Uzbekias	52.9	35.5	1.4	3.4

Esto también refleja la diferencia general en el crecimiento de la población entre la parte Europea de la Unión Soviética y las Repúblicas de Asia Central donde la población es predominantemente musulmán. Las modernas inclinaciones pan-islámicas están reforzando esta cohesión.

Estonia por un lado es mucho más pequeña, tiene una casi estática población y una cultura y lengua completamente separada de las de sus vecinos, lo que permite una mayor unión con Finlandia.

La distribución de la población estonia y uzbekia sobre el área urbana y rural son totalmente diferentes:

Nivel de Urbanización	1970-79	Porcentaje
	1970	1979
Promedio URSS	56	62
Estonia	65	70
Uzbekistán	37	41

9005108

Como a través de la región de Asia Central, el bajo nivel de urbanización en Uzbekistán refleja un acercamiento a el tradicional modo de vida rural y una renuencia al traslado del trabajador a las ciudades (las que están predominantemente caracterizadas por el carácter ruso). Pese a el elevado desarrollo de la economía en la zona de Asia Central, luego de la guerra, existe una significativa proporción de empleados y obreros que emigran hacia el Slav.

En educación los uzbekias han hecho considerables avances bajo las reglas soviéticas, alcanzando grados comparables con las regiones europeas de la Unión Soviética.

El mayor indicador soviético es la proporción de población que tiene completo o incompleto secundaria y educación superior.

Educación Secundaria y Superior

	1970	1979
Estonia	660	786
Uzbekistán	663	848

La expansión de la fuerza laboral en Uzbekistán crea un foco natural de intensiva labor industrial; por su parte Estonia ha desarrollado su industria a través de la inversión de capitales intensivamente, y creando una relativa alta labor productiva. La baja perspectiva de cultivo en las labores, proveerá de intensidad para intensificar la labor productiva.

Bajo la prudencia de las nacionalidades soviéticas, Estonia y Uzbekistán han sido tratadas similarmente como el tan llamado "nucleo de internacionalización". Esto resulta favorable tanto para los de nacionalidad rusa como para los ucranianos puesto que pueden asentarse, de esta forma, en territorios de otras nacionalidades.

La migración de rusos y ucranianos de Estonia es deseado por Moscú, puesto que cuenta con un cuerpo de personal políticamente digno de total confianza disperso a través de toda la administracíón y economía estoniana, tomando en consideración la importante fuerza incorporada por Estonia en la Unión Soviética.

Se ha de tomar en consideración la propoción de slavos en estonia que en 1979 alcanzó el 32% del total de la población, siendo remarcable la poca integración con la sociedad estoniana por parte de los slavos; incluso dentro de las escuelas es donde se nota más la diferencia, puesto que el sistema de trabajo depende si son chicos estonianos o rusos.

El propósito de mejorar el control ruso dentro de los movimientos slavos en Asia Central, ya tiene su historia, sobre todo en las ciudades Bálticas.

Mientras la migración en Estonia parece sujeta a incrementarse aún, en Uzbekistán la expansión de la población musulmana ha comenzado a disminuir la presencia slava. En 1979 la proporción musulmana en la población de Uzbekistán fue del 80%, mientras que la de los slavos fue del 18%.

900510B

La emigración de slavos hacia Asia Central ha disminuído en los recientes años y podría seguir en declive hasta llegar a grados de gravedad.

h.- JUDIOS

Una de las religiones más combatidas por las autoridades soviéticas es la judía, puesto que provoca temor debido a que no constituye solamente un grupo de feligreses, sino una raza, un estamento social aislado, definido, integrado mayoritariamente por personas de elevada inteligencia, siendo una nacionalidad particularmente digna y firme; agregándose la poca adaptación del pueblo judío y su religión a la sociedad soviética.

Los judíos, debido a la firmeza y profundidad de su fe son incapaces de sentir con honestidad y convicción al marxismo; son capaces de enfrentar con decisión y sin temor a un poder que coharta toda valentía y predica el terror como método de dominación. Es así pues que solamente los judíos pueden, a pesar de los múltiples controles, persecusiones y ataques a que son sometidos, constituirse en un grupo generador de tensiones dentro del espectro de las comunidades religiosas en el territorio.

Es así que concientes de las dificultades que implica el sojuzgamiento de este pueblo, las autoridades han mantenido la política de emigración judía para así, eliminar alternativamente elementos potencial o efectivamente "nocivos" para la sociedad y debilitar de esa forma el grupo étnico-religioso, colectivamente considerados; pero el incremento gradual de las trabas a la emigración fueron en aumento por ejemplo, entre el período que media de 1968 a 1980 solo pudieron salir de la Unión Soviética 260.000 judíos, cifra que ha ido disminuyendo año tras año, llegando este año a permitirse la emigración tan solo a 579 personas. La prohibición ha sido impuesta, debido a que los 700.000 ciudadanos de los 3 millones que componen la minoría judía han pedido el permiso de emigración con destino a radicarse en Israel.

Los judíos a quienes les son denegada la autorización pasan a formar el grupo de rechazados o "Refusnik", lo que expone a éstos a verse sometidos a diversas persecuiones, que van desde la pérdida del trabajo hasta algún tipo de vigilancia policial.

A todo esto, el resto de la comunidad judía se ve impedida de hablar, enseñar o aprender la lengua hebrea, así como de conservar las costumbres y la observancia de los preceptos judaicos. A esto se agrega que es la única comunidad no nombrada en la Constitución y por lo tanto excluída de todo derecho o beneficio acordado por la misma.

i.- CONCLUSIONES

De lo expuesto anteriormente se deduce que ningún grupo, sea sindical, religioso o empresarial, logra la fuerza suficiente como para constituirse en un generador de tensiones dentro del territorio soviético, debido a las fuertes presiones y al estricto control de cada uno de ellos que llevan las autoridades soviéticas. A esto debe agregarse el estrecho control y supervición de toda la maquinaria de que dispone el Partido Comunista para reprimir y disciplinar a todo grupo contrario a él.

9005108

E.- NUEVO PROGRAMA DEL PARTIDO COMUNISTA SOVIETICO

Puntos más relevantes del nuevo programa soviético aprobado por el Comité Central del Partido Comunista:

- La construcción del comunismo es un objetivo último.
- El comunismo satisfacerá las razonables exigencias de la sociedad y de los individuos.
- El PCUS desarrollará sus relaciones con los partidos socialistas, socialdemócratas y laboristas.
- El capitalismo sigue siendo fuerte y peligroso, aunque ya pasó su hora de máximo auge.
- La guerra sería total y no habría vencedores ni vencidos.
- Hay que acabar con el dinero ganado sin trabajar.
- Hay que luchar incansablemente contra el crimen.
- El socialismo triunfará mediante el ejemplo.
- La distensión es una etapa esencial para la instauración de un sistema general de seguridad.
- Las pequeñas parcelas privadas ayudarán a desarrollar los recursos alimentarios del país.
- El PCUS no se propone prever detalladamente los rasgos del comunismo.
- No se avista la posibilidad de reducir horarios de trabajo.
- La economía soviética tendrá el nivel más alto del mundo por su productividad, calidad y eficacia.
- Se tomarán medidas sociales especiales en favor de las familias de los soldados muertos en servicio.
- La unidad completa de las nacionalidades es una perspectiva histórica a largo plazo.

9005108

III.- PROBLEMAS EN EL AMBITO INTERNO

A.- DROGAS

1.- Se ha notado cierto incremento en el contrabando de drogas por parte de los asesores soviéticos, especialmente desde Medio Oriente (particularmente Siria) hacia Berlín Oriental.

Hashish y heroína son las drogas que habitualmente se trafican.

Berlín Oriental es particularmente atractivo, debido a que es relativamente simple desde allí vender la droga al Oeste contra intercambios extranjeros.

2.- En el ámbito interno la consumición primaria incluye todas las posibles clases preparadas de opio de amapola preparado en forma casera.

Las plantas de amapola son robadas desde las plantaciones de Opio en el sudeste soviético, así como también cultivadas por los adictos. Otro método de conseguir la droga es mediante la obtención del producto en los mercados de las grandes ciudades (sin ningun tipo de problemas).

Asimismo, los medicamentos son usados con propósitos de droga, siendo tomados de los stock gubernamentales o de la espiga de los laboratoios o boticas.

a.- Los vendedores de drogas pueden dividirse en tres categorías:

(1).- Los "Comerciantes internos" que venden drogas en sus propios apartamentos a un limitado número de consumidores garantizando mayor seguridad contra la acción policial y manteniendo, en gran escala, la confianza en cuanto a calidad y cantidad del producto.

(2).- La mayoría de los comerciantes de drogas de la Unión Soviética son "los vendedores callejeros" quienes venden sus productos en las calles y plazas.

(3).- Los "mayoristas" llamados "gastrolniki" contrabandean la mayor cantidad de polvo de poppy extraído de las regiones de Dnepropetrovsk, Kharkov, Lvov y Poltava hacia las ciudades, brindando además el suministro de medicamentos desde Asia Central y Siberia, como sustituto de la droga.

b.- La persecusión a los crimenes por drogas está a cargo de la policia quienes tratan de evitar acciones espectaculares con el fin de ocultar a los países extranjeros la extensión del problema. Las medidas adoptadas contra la adicción incluye sentencia de prisión, terapia de trabajo, terapia mental, así como amenazas y decretos.

A pesar de la significativa suma que significa la droga, particularmente la heroína y el opio, son probablemente contrabandeadas hacia la Unión Soviética desde Afganistán y Siria.

B.- ALCOHOLISMO

Es una realidad que las autoridades soviéticas han tratado de ocultar sin conseguirlo.

Estadisticas oficiales dan cuenta de que en el mundo hay 50 millones de alcohólicos, de los cuales el 10% pertenece a la población estadounidense, mientras que el índice de alcoholicos en la Unión Sovié

9005108

tica es superior a la norteamericana, calculándose que anualmente muere un millon de personas por causas orgánicas derivadas del alcohol y que uno de cada 6 niños que nace en la Unión Soviética lo hace con taras generadas del alcoholismo de sus progenitores.

Esto se ve reflejado asimismo en el aumento del precio de las bebidas en la URSS donde la botella de Vodka a 13 rublos (la más barata) casi un 33% más de la cotización anterior. El nuevo valor equivale a la décima parte del salario mensual de un obrero no calificado.

Asimismo el Coñac sufrió identico aumento y los licores fuertes y la Cerveza experimentaron un incremento menor del 15% aproximadamente medida que se acopla a la ya auspiciada por el líder soviético Mikhail GORBACHOV, como la llamada "ley seca" que ha estado rigiendo desde hace 5 meses aproximadamente. Desde que comenzó a regir la misma, han surgido alrededor de 15.000 casos de violaciones a las normas y regulaciones referentes a la venta de Vino y Vodka, así como 200 personas empleadas para la venta de bebidas terminaron siendo despedidas por infringir las normas impuestas.

Esto refleja las frecuentes violaciones a las severas reglas que rigen en materia de venta de bebidas alcohólicas, tendientes a disminuir el consumo interno.

C.- ENSEÑANZA

El sistema de enseñanza superior se desarrolla en el país sobre una base planificada, partiendo de las necesidades reales de la economía. Desde mediados de los años 70 en la URSS se introdujo la instrucción general media obligatoria para los jóvenes, aumentando considerablemente el número de personas que tienen tal instrucción y es ésta precisamente la que da derecho jurídico a ingresar en un centro docente superior. Por regla general, el criterio principal en los exámenes de admisión eran los conocimientos del aspirante, ahora se considera más atención al problema del grado de conciencia con que los jóvenes eligen su futura profesión.

La enseñanza en Institutos y Universidades soviéticas se imparte gratuitamente. Para ingresar en ellas no tiene ninguna importancia ni la condición social, material o profesional de los aspirantes, ni la de sus padres, así como tampoco su nacionalidad o actitud hacia la religión.

A todo esto existen excepciones: el problema existe dentro de la enseñanza donde la vanalidad, fraude o corrupción son problemas corrientes, especialmente en los institutos pedagógicos de más elevado nivel, al cual acuden los hijos de la "nomenklatura", los altos funcionarios del Partido Comunista y del gobierno.

La compra de examenes, notas o ingresos a dichos Institutos es cosa normal, ya partan de los alumnos, de los padres o de los propios profesores, que en variadas oportunidades ofrecen mejores notas, a cambio de altas remuneraciones, pese a las penas establecidas para tales delitos.

9005108

D.- CONCLUSIONES

El sistema soviético oculta absolutamente todos los problemas internos existentes en la sociedad soviética, que rige no solo para el tan conocido alcoholismo, sino también para el caso del contrabando, drogas, corrupción administrativa, etc. así como también como para todos los demás órdenes de la vida -presupuesto militar, poderío bélico número de efectivos de las Fuerzas Armadas-, lo que ha impregnado todas las manifestaciones de la existencia cotidiana en una vida subterránea: corrupción, ingresos no declarados, coimas ("slat"), transacciones "na levo" (por debajo del mostrador), pluriempleo y el robo sistemático de las pertenencias del Estado. Este silencio que rodea hasta los menores actos del quehacer furtivo, permiten la realización de los delitos.

Los bajos sueldos y salarios explican la naturaleza del sistema. El gobierno oculta los juicios instaurados por centenares, a funcionarios corruptos y más todavía, los numerosos fusilamientos por "delitos económicos". A todo esto se agrega la corrupción a nivel estudiantil, oportunamente explicada.

Es así que el silencio que rodea la vida de la sociedad, permite que los hechos no solo se realicen pese a las medidas adoptadas, sino que también por otro lado, las fuerzas de seguridad tratan en todo momento de no realizar acciones represivas demasiado espectaculares para no dar a conocer la magnitud de los problemas internos, de los delitos que aquejan a la sociedad soviética, y ante los cuales las autoridades se encuentran practicamente impotentes de controlar.

9005108

IV.- FACTOR ECONOMICO

A.- AÑO 1982

El comercio mantuvo su crecimiento:

Las exportaciones se incrementaron en un 9%; las exportaciones de petróleo fueron de 613 millones de toneladas, incrementándose en un 2.5%.

B.- AÑO 1983

Hasta el momento la economía sigue la tendencia germano-oriental, cuya innovación consiste en la organización de grupos empresariales denominados Kombinat (que se integran tanto horizontal como verticalmente con 20 y 40 empresas estatales) semejantes a las corporaciones japonesas.

Las exportaciones a Occidente aumentaron en este año en un 4% en el primer trimestre.

La exportación de petroleo se incrementó a 617 millones de toneladas.

Las importaciones aumentaron en un 1%.

1.- COMERCIO EXTERIOR

a.- Total anual 160 mil millones de dólares, compuesto por:

85 mil millones de exportaciones y 75 mil millones de importaciones.

-51% correspondiente al total del comercio se realiza con los países miembros del CAME, en el siguiente orden decreciente: República Democrática Alemana, Checoslovaquia, Bulgaria, Polonia, Hungría, Cuba, Rumania, Mongolia y Vietnam.

-30% del total de intercambio se hace con países capitalistas industrializados en el orden decreciente que sigue: República Federal de Alemania, Finlandia, Italia, Francia, Japón, Estados Unidos, Gran Bretaña, Países Bajos, Bélgica, Austria, Canadá, Australia, Suiza, Suecia.

-14% se lleva a cabo con países en desarrollo destacándose en orden de importancia decreciente los siguientes: India, Argentina, Libia,Irán, Irak, Brasil, Afganistán, Egipto, Siria, Nigeria, Malasia, Turquía, Etiopía, Angola, Argelia (con los demás países tiene un intercambio menor a los 200 millones de dólares).

-5% restante se distribuye entre otros países socialistas en el siguiente orden: Yugoslavia, China, Corea del Norte y Laos.

PAISES	IMPORT.	EXPORT.	TOTAL	BALANCE
R.D.A.	8,2	8,5	16,7	0,3
Checoslovaquia	6,8	7,3	14,1	0,5
Bulgaria	6,3	6,9	13,2	0,6
Polonia	6,0	6,6	12,6	0,6
Hungría	5,0	5,1	10,1	0,1
Cuba	3,4	4,2	7,6	0,8
Rumania	2,1	2,0	4,1	-0,1
Mongolia	0,4	1,3	1,7	0,9
Vietnam	0,3	1,1	1,4	0,8
R.F.A.	4,0	4,8	8,8	0,8
Finlandia	3,4	3,1	6,5	-0,3

9005108

Italia	1,8	3,7	5,5	1,9
Francia	2,2	3,0	5,2	0,8
Japón	2,7	1,0	3,7	-1,7
EEUU	1,9	0,5	2,4	-1,4
Gran Bretaña	0,8	1,5	2,3	0,8
Países Bajos	0,6	1,5	2,1	0,9
Bélgica	0,8	1,2	2,0	0,4
Austria	1,0	0,7	1,7	-0,3
Australia	0,5	0,0	0,5	-0,5
Canadá	1,6	0,0	1,6	-1,6
India	1,3	1,6	2,9	0,3
Argentina	1,6	0,1	1,7	-1,5
Libia	1,3	0,3	1,6	-1,0
Iran	0,5	0,7	1,2	0,2
Irak	0,5	0,4	0,9	-0,1
Brasil	0,7	0,2	0,9	-0,5
Afganistán	0,3	0,5	0,8	0,2
Egipto	0,4	0,4	0,8	---
Siria	0,4	0,2	0,6	-0,2
Nigeria	0,1	0,4	0,5	0,3
Yugoslavia	2,9	3,3	6,2	0,4
China Popular	0,3	0,3	0,6	---
Corea del Norte	0,4	0,3	0,7	-0,1
Otros países	4,5	12,3	16,8	1,7
Totales	75,0	85,0	160,0	10,0

b.- <u>Importaciones</u>

-El 38% se concentra en: maquinaria, equipos y medios de transporte.

-El 21% alimentos y materias primas para la producción de alimentos: alrededor de 16 mil millones de dólares anuales.

-El 12% artículos industriales de consumo popular.

-El 9% minerales, sus concentrados, métodos y artículos metálicos.

-El 5% productos químicos, fertilizantes y caucho.

-El 5% combustibles, energía electrica.

-El 2% madera, papel y celulosa.

-El 2% materia prima, textiles y sus semielaborados.

c.- <u>Exportaciones</u>

(1).- 54%: Petróleo y derivados, gas energía electrica, hulla, coque, liguito y otros productos energéticos.

50%: a los países socialistas (CAME y otros).

Más del 75%: países socialistas capitalistas industrializados.

A los países socialistas se exporta alrededor de 23 mil millones de dólares.

Países industriales alrededor de 19 mil millones de dólares.

(2).- 13%: máquinas, equipos , medios de transporte.

7%: Minerales y sus concentrados, metales y artículos metálicos.

9005108

3%: productos químicos, fertilizantes, caucho.
3%: madera, celulosa, papel.
2%: otros productos de consumo popular
2%: materiales, mazeria prima, semielaborados de ellos.

Las medidas adoptadas a partir de finales de 1982 para reducir el ausentismo y fortalecer la disciplina laboral han logrado como resultado el aumento en un 9% en la productividad laboral.

Como complemento, los sectores destinados a la producción de bienes de mercado fueron seleccionados para la aplicación de nuevas normas destinadas a modificar el sistema de dirección y aumentar la aplicación tecnológica; complementando el sistema experimental el próximo plan quinquenal 1986-1990.

C.- AÑO 1984

De acuerdo con estadísticas oficiales reveladas por las autoridades de la Unión Soviética, el crecimiento económico en este año fue aproximadamente del 2,6% (medido en Producto Nacional Bruto: GNP) mientrás que el crecimiento de 1983 fue del 3,5%.

La situación económica se ve reflejada en la siguiente tabla N° 1:

TABLA N° 1

AHORRO SOVIETICO EN EL INTERCAMBIO EXTRANJERO
DE PRODUCTOS ENERGETICOS EN EL PERIODO DE 5 AÑOS
(1975 a 1983)

GRUPO ENERGETICO	1975	1980	1981	1982	1983
Petroleo	5,91	18,09	21,61	25,38	28,22
Carbón (aceite sólido)	1,00	1,10	1,15	1,20	1,30
Gas Natural	0,45	3,69	5,45	5,90	6,30
Electricidad	0,16	0,40	0,47	0,54	0,60
Total	7,52	23,28	28,68	33,02	36,42
Porcentaje de la contribución del sector energético en el valor total de las exportaciones	31,4	46,8	50,2	52,3	53,6

A pesar del crecimiento mantenido por la URSS durante los años previos, los objetivos previstos para la producción no fueron alcanzados.

1.- SECTOR INDUSTRIAL

En comparación con 1983, el crecimiento industrial en 1984 aumentó un 4,2% aproximadamente. Este crecimiento es el resultado, de la política introducida por CHERNENKO y ANDROPOV, brindando cierta autonomía a las industrias y proveyendo de incentivos a los trabajadores.

Consecuente con esto, la disciplina de los trabajadores también ha mejorado (siendo éste uno de los más serios problemas del sector). Otro factor importante ha sido el considerable capital invertido en el sector en los pasados años (ver grafica N° 2).

90051 08

2.- SECTOR ENERGETICO

El más importante sector captador de intercambios extranjeros para la URSS, mostró un positivo aumento de tarifas en 1984, debido principalmente al crecimiento de la Industria del Gas en un 10%.

La producción de electricidad aumento un 5%, el que es considerablemente el porcentaje de crecimiento más elevado que se ha estimado para 1984 (ver gráfica Nº 3).

El Petroleo representa el 70% de las divisas de exportación obtenidas en este año; cuya producción que en cantidad, aproximadamente 613 millones de toneladas, en 1984 encontró una estimación de 628 millones de toneladas, mostrando un declive del 3% comparado con 1983.

Estadísticas oficiales estiman que este crecimiento se relaciona con problemas mecánicos, de transportes y climáticos en el Oeste Siberiano (corrientemente proveedor del 60% de la producción petrolera).

Durante 1984 la producción de carbón llegó a 712 millones de toneladas aproximadamente (4 millones de toneladas menos que en 1983) lo que representa una baja del 1%. El Ministro responsable de las Industrias del carbón atribuye esta baja al inadecuado mantenimiento de las minas de carbón.

Durante 1984 la exportación de productos energéticos aumentó en un 11% comparado con 1983 y llegó a 40,4 billones de rublos, o 54,4% del valor total de las exportaciones. La TABLA Nº 1 muestra la importancia de éste sector en el intercambio comercial con el exterior.

3.- SECTOR AGRICOLA

Desde siempre la Unión Soviética ha sido un neto importador de alimentos conllevando, por esa misma situación, problemas para el aprovisionamiento del mismo. Durante 1984 la producción agrícola mostró un crecimiento negativo del 10% aproximadamente en comparación con 1983, cuando la misma creció un 6% y en 1982 un 5,6%.

Este sector es especialmente muy vulnerable ante los cambios climáticos, mostrando crecimientos fluctuantes en los pasados cuatro años. (ver gráfica Nº 1)

Durante 1984 la URSS produjo cerca de 170 millones de toneladas de trigo, lo que equivale a 70 M/T (29%) por debajo de los esperado, pasando así a ser la más baja producción desde 1981. Desde el momento en que la producción fue estimada en 238 millones de toneladas la importación fue de 50 millones de toneladas (record) comprada desde Occidente, para ese período con el objetivo de proveer los requerimientos de los estados. (Ver gráfica Nº 4).

4.- COMERCIO CON EL EXTERIOR

Este sector, calculado en valor de mercado, aumento un 10,3% en 1984 (en comparación con 1983) o sea, 139 billones de rublos aproximadamente -de los cuales, las exportaciones aumentaron en un 10,4% es decir, 74 billones de rublos, y las importaciones un 10,1%, es decir 65 billones de rublos-.

Los estados miembros del COMECON continuan siendo los más importantes socios en el comercio, representando el 51% del total comercial, mientras que el comercio con estados industrializados occiden

!30005108

tales representan el 28%. El comercio con los estados desarrollados que representan el 12% del total del intercambio comercial, muestra un claro incremento del 4,5% en comparación con 1983. La TABLA Nº 2 muestra la distribución del intercambio comercial en el período 1979 a 1984.

En cuanto a la exportación de petróleo llegó a un nivel record de 180 mil toneladas (3.6 millones de barriles por día), lo que sustentó el volumen de necesidades del Consejo de Ayuda Mutua Económica (CAME) y mantuvo la posición del petróleo como principal fuente alrededor del 60% de divisas generadas por la Unión Soviética de su comercio mercantil.

TABLA Nº 2

DISTRIBUCION DEL COMERCIO CON
EL EXTERIOR DESDE 1979 a 1984

IMPORTACION Y EXPORTACION	1979	1980	1981	1982	1983	1984
TOTAL						
Exportaciones	42,4	49,6	57,1	63,2	67,9	74,4
Importaciones	37,9	44,5	52,6	56,4	59,6	65,3
ESTADOS SOCIALISTAS						
Exportaciones	23,6	26,9	31,2	34,1	37,7	42,1
Importaciones	21,4	23,7	26,7	30,8	33,7	38,2
ESTADOS MIEMBROS DEL COMECON						
Exportaciones	21,7	24,3	28,6	31,2	34,5	38,2
Importaciones	19,1	21,4	23,6	27,6	30,8	34,6
ESTADOS INDUSTRIALES OCCIDENTALES						
Exportaciones	12,5	15,9	17,3	18,9	19,7	21,4
Importaciones	13,2	15,7	18,1	18,9	18,7	19,6
ESTADOS DEL TERCER MUNDO						
Exportaciones	6,3	6,9	8,7	10,2	10,5	10,9
Importaciones	3,2	5,1	7,8	6,7	7,2	7,5

0051 08

INDICADORES ECONOMICOS

GRAFICO Nº 1 (1981 a 1985)

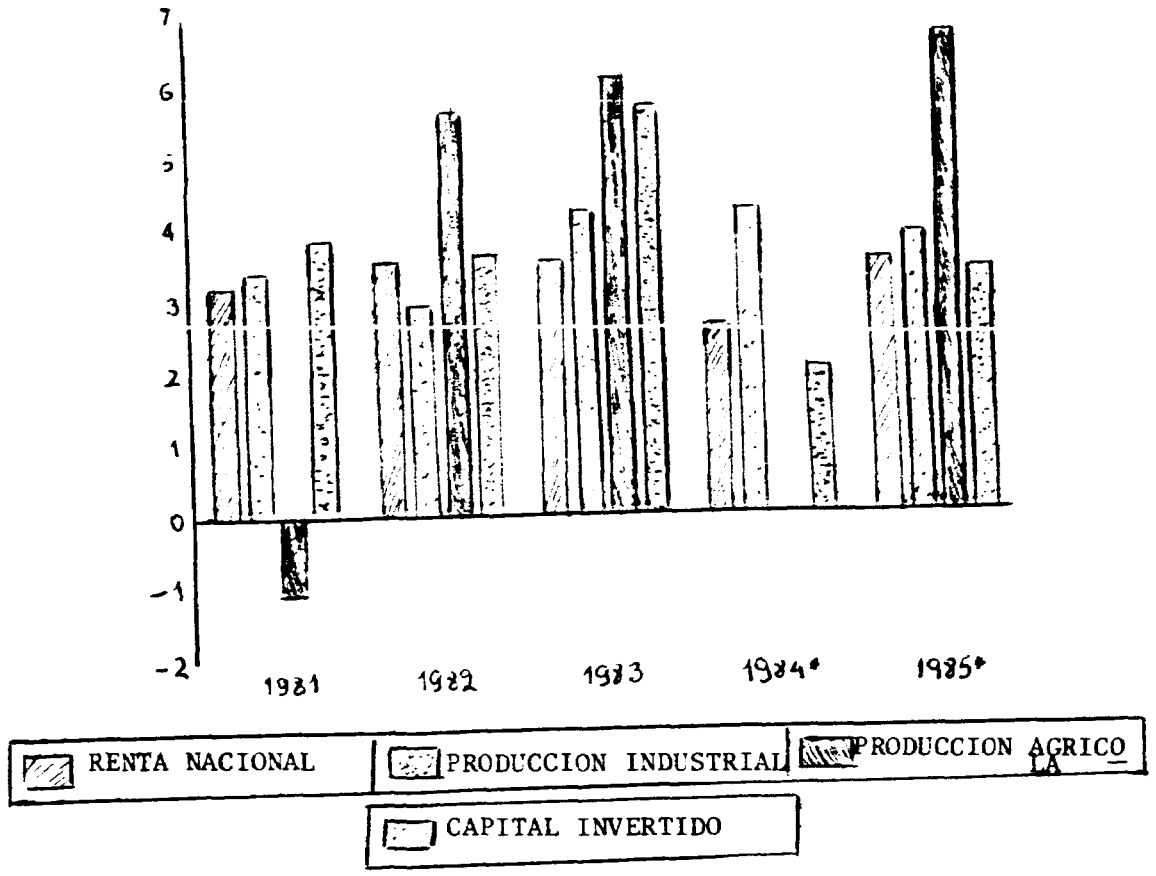
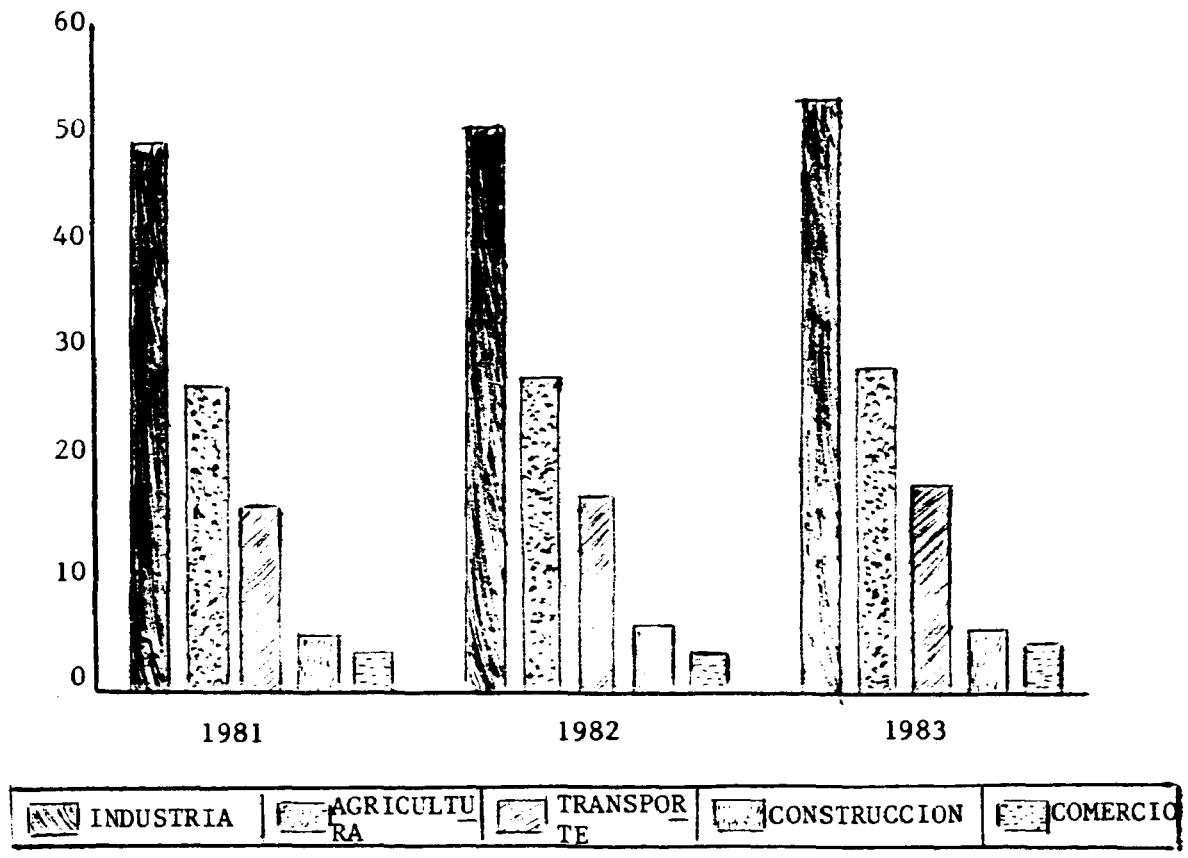


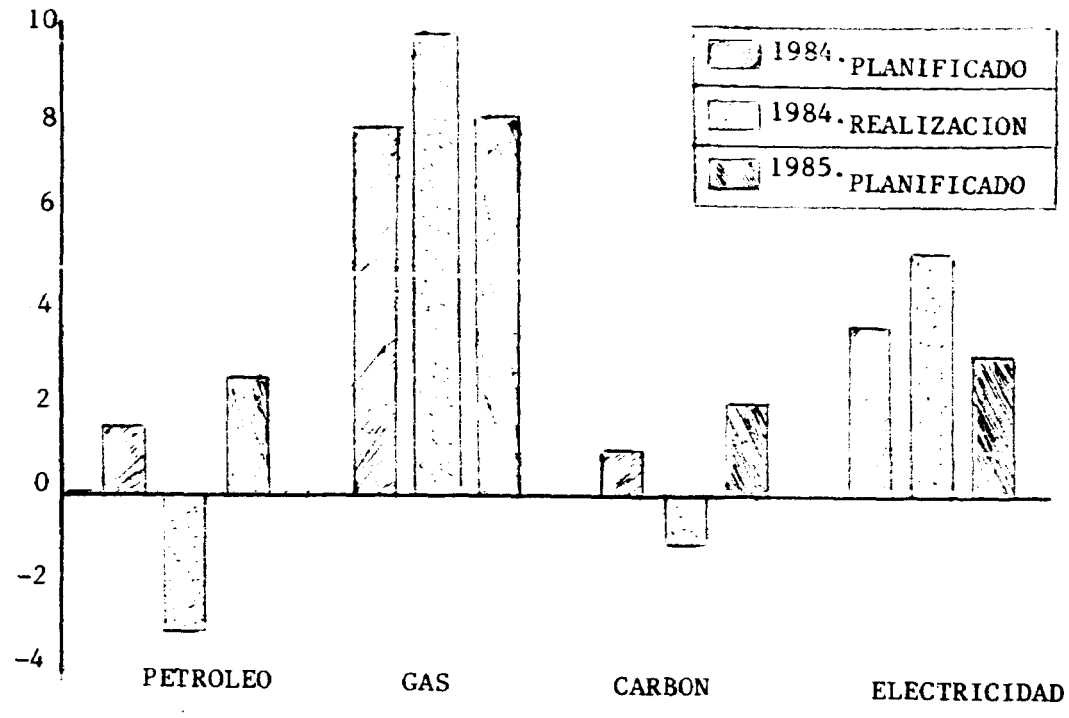
GRAFICO Nº 2 INVERSION DE CAPITAL EN VARIOS SECTORES



9005108

GRAFICA N°. 3

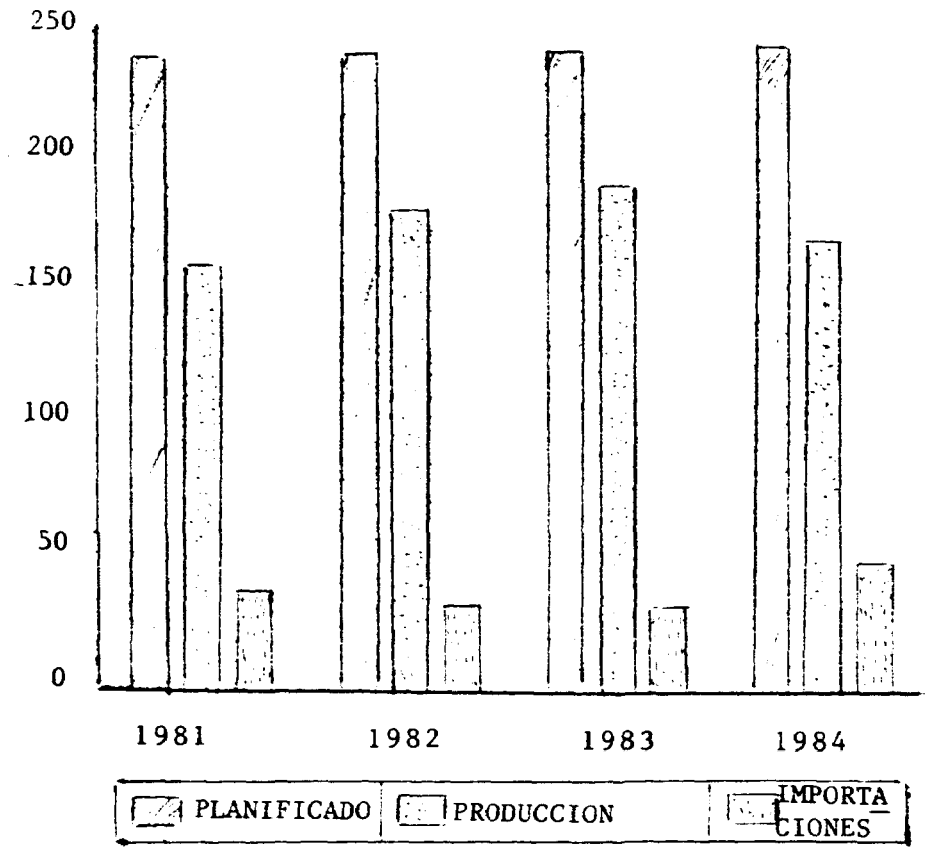
CRECIMIENTO EN EL SECTOR ENERGETICO



GRAFICA N°. 4

PRODUCCION E IMPORTACION DE GRANOS

(1981 a 1984)



9005108

D.- AÑO 1985

1.- PROBLEMAS QUE PESAN SOBRE LA ECONOMIA SOVIETICA

a.- Actitud negligente ante el trabajo, falta de disciplina y estímulos materiales.

b.- Falta de puestos para técnicos y especialistas

c.- Centralización burocratizada y rígida, lo que conlleva a un complicar las decisiones económicas.

d.- Escaso crecimiento demográfico.

e.- Dificultad de extracción de crudo en los campos de Siberia Occidental, debido a las condiciones climáticas adversas, lo que además produce una baja en la producción del petroleo.

f.- Excesivos gastos militares.

g.- Corrupción tanto a nivel administrativos como a nivel gubernamental. (En todos los órganos del gobierno).

2.- MEDIDAS IMPUESTAS POR EL GOBIERNO

El nuevo sistema impuesto, con vistas al desarrollo de las productividad agrícola impone entre otros puntos:

a.- Los derechos de las empresas serán extendidas a fin de aumentar el interés de sus trabajadores y eliminar el "estado de espiritu parasitario" de tal manera que no se limiten al cumplimiento del plan central.

b.- Pese a esto, el gobierno continuará desarrollando la centralización en las soluciones de las tareas estratégicas.

c.- Se harán respetar los compromisos contraídos sin ninguna indulgencia, en cuanto a la producción.

d.- La supresión de los escalones supérfluos en el aparato administrativo, una mayor disciplina y justicia social y un rejuvenecimiento de los dirigentes.

e.- Los organismos de gobierno encargados de mantener la calidad de los productos deben asumir una mayor responsabilidad.

f.- Se creó un sistema de insentivos y multas que se aplicará inicialmente a las plantas que produzcan maquinaria de elevada tecnología.

g.- Los productos de las fábricas soviéticas están agrupados en dos categorías, los de "máxima calidad" y los de "primera calidad" Ahora, las plantas que construyen maquinarias de elevada tecnología serán revaluadas a partir de 1986. Aquellas cuyos productos sigan siendo considerados de máxima calidad recibirán aumentos de precio de hasta un 30%.

Por el contrario, si se determina que los productos considerados de máxima calidad resultan ser en realidad de calidad inferior, la fábrica en cuestión tendrá que reducir sus precios un 5% el primer año, un 10% el segundo y un 15% el tercer año. Cualquier producto que no alcance su nivel máximo después de ese proceso, será retirado de la producción.

h.- En cuanto a la construcción de maquinarias: se ordenó la implantación de multas a fábricas que no cumplan los plazos de suministro que se les hayan señalado o cuyos productos sean de insuficiente calidad.

2005108

i.- A partir de 1987 el suministro de recursos materiales, técnicos y financieros será controlado directamente por los órganos locales del Comité de Suministros del gobierno, el que informará sobre los resultados de su gestión a la Comisión Estatal de Planificación.

Es así que el nuevo Plan Económico establece una correspondencia directa entre el resultado del trabajo y los beneficios que se obtienen. Así se tiende a incentivar una mayor preocupación por la modernización científica y tecnológica que a su vez redunde en el mejoramiento de la calidad.

Actualmente en muchas fábricas se están llevando a cabo experimentos tendientes a encarar las deficiencias anteriormente mencionadas, utilizando el sistema de precios como impulsor de la producción de nuevos y mejores productos. Si por ejemplo, se lanza un nuevo producto al mercado, se puede autorizar a la empresa productora a incrementar el precio de las unidades. La diferencia adicional vuelve a la unidad de producción para ser utilizada en nuevas inversiones y en bonos que se reparten entre los trabajadores y los directores a manera de estímulo.

Asimismo se impusieron normas para la poca productividad alcanzada por cada trabajador:

-Los trabajadores ausentes sin causa justificada perderán un día de vacaciones por cada día que falten al trabajo.

Si se ausentan durante más de tres horas, se les descontará el equivalente a una jornada completa de su sueldo. Los trabajadores que sean encontrados borrachos en sus puestos, podrán ser despedidos en forma sumaria y serán responsables por los daños que pudieran causar. Los despedidos por borrachera o haraganería, y se consiguiesen un nuevo trabajo, deberán pagar una compensación, que se deducirá de su nuevo sueldo hasta un máximo del 30% mensual.

Asimismo se ha impuesto en el sistema nuevas normas sobre el salarios donde los mismos se vinculan otra vez al producto que rinde cada trabajador en forma individual, tratando así de aumentar la productividad total. Algunas empresas experimentan un régimen que permite a los trabajadores aumentar sus ingresos por medio de la realización de horas extras o trabajos especiales.

3.- SITUACION DE LA INDUSTRIA DE GAS EN LA URSS

a.- Ha estado creciendo la importancia del gas natural debido a los requerimientos energéticos mundiales; es así que el consumo de gas natural es hoy de aproximadamente el 20% en todo el mundo (Estados Unidos consume el 24%, Europa Occidental 16% y Japón el 7%). La Unión Soviética tiene la más elevada participación, contando con una consumisión del 32%.

Con 41.000 billiones cu.m., la Unión Soviética tiene la mas grande reserva de gas natural del mundo, caracterizada por tres caracteristicas sobresalientes que son: la enorme cantidad de reserva, la generalmente buena calidad y la concentración en pocos depósitos.

-9005108

(1).- Enorme cantidad de reservas

La cantidad de la provisión de reservas de gas natural es de aproximadamente 41.000 billones c.m (como en 1984). Esto corresponde aproximadamente al 42% de las reservas mundiales. Se ha dado por sentado, en cuanto a las reservas de gas natural de la Unión Soviética que están estimadas en 150.000 billones cu.m., esta es probablemente la provisión de gas natural soviético que crecerá en los próximos años a pesar del incremento productivo.

(2).- La generalmente buena calidad del gas natural

Principalmente en el Oeste Siberiano, los depósitos no contienen casi azufre, manteniendo un alto grado de calidad (alto valor calórico). El gas sulfúrico esta limitado a unos pocos campos (Orenburg, y Caspian).

(3).- Concentración en pocos depósitos

La mayor cantidad de depósitos de gas natural están situados en el Oeste Siberiano. El campo de Urengoy solamente, el más grande depósito del mundo, contiene un quinto de las reservas de gas natural soviéticas. A pesar de la basta área de depósitos de gas natural en esta región, fueron descubiertas depósitos en el Turkmen SSR, en Orenbur Oblast y recientemente, en el valle Caspian.

El gas condensado y los depósitos de petroleo-gas están concentrados en solamente a lo largo de 14 campos, muchos de ellos localizados en el Oeste de Siberia.

A lo largo del plan quinquenal (1981-1985) cerca de la totalidad del incremento productivo partió de Urengoy. Se espera que Urengoy pueda alcanzar el máximo de 198 billones cu.m para el año 1986. Para este año la producción en los campos de Yamburg, localizado a 130 km. aproximadamente al norte de Urengoy será levantado, desde donde, según el plan quinquenal (1986-90) procederá todo el aumento de la producción.

b.- Atrás de Siberia Occidental, la República Socialista Soviética de Turkmen, en Asia Central es reconocida como la región más prometedora para la producción de gas. En el presente, aproximadamente 83 billones cum. por año de gas natural es producida desde 20 campos en Turkmenistán. Los campos más grandes de la región están en Dauletabad y Sovetaba, cerca de la frontera con Irán, el cual produce aproximadamente 15 billones cu.m al año de gas natural al presente. Se espera que la producción en esta región pueda ser duplicada en los próximos años. El total de la producción en Asia Central es estimada en 115 billones cu.m. por año.

Asimismo se espera un incremento de producción desde los depósitos situados en el Valle Caspian. Hasta ahora, los campos de Astrakhan y Karachaganak han levantado la producción. El gas, trasnsportado desde los campos de Karachaganak es transportado para ser procesado hacia Orenburg, localizado a 150 km. al norte. Con una producción de 48 billones cu.m. por año el campo de Orenburg es el más grande depósito de gas en la parte europea de la Unión Soviética.

c.- El crecimiento futuro de la producción de gas natural depende de la eficiente expansión del sistema de tuberias soviético.

90051 08

El gas soviético será suministrado con una red, que deberá tener aproximadamente 330.000 km. de longitud. En este sistema la interconección de la red de gas es integral. En 1985 la red solamente ha tenido una longitud de 180.000 km.

En el plan quinquenal (1981-85) se programó la construcción de aproximadamente 50.000 km. de cañerías de gas, incluyendo más de 20.000 km. para la construcción de seis cañerías de gas desde Urengoy hasta las regiones central y oeste de la Unión Soviética.

Desde 1981 cinco de estas cañerías, incluyendo la de Urengoy-Uzhgorod, las que sirven para la exportación hacia Checoslovaquia y el Oeste del producto, ha sido completada.

En el plan quinquenal que abarca 1986-90, está prevista la construcción de seis cañerías de gas con una capacidad máxima de 32 billones cum.m por año cada uno desde Yamburg a Occidente. De hecho la construcción de cinco de ellas (Yamburg-Yelets) ha sido comenzada, estando prevista su culminación en este año.

d.- Una de las razones más importantes para la intensificación de la expansión de la red de gas, fue el aumento de las exportaciones de gas natural. De acuerdo a estadisticas oficiales soviéticas las exportaciones llegaron a 67 billones de cu.m. en 1984. 29 billones cu.m. fue exportada hacia los países de Europa Occidental (República Federal de Alemania 13.08 billones cu.m., Francia con 4.66 billones cu.m., Italia 7.76 billones cu.m., Austria 2.75 billones cu.m., Finlandia 0.75 billones cu.m.), los estados de Europa comunista recibieron alrededor de 38 billones de cu.m.

La demanda del gas natural soviético por Europa Occidental, en particular, ha disminuído, pese a las apariencias falceadas.

En consecuencia, la Unión Soviética ha incitado a los países integrantes del CEMA para la conversión a un mayor consumo de petroleo a gas natural, para lograr hacer más evaluable la exportación de petroleo a Occidente. La Industria de Gas Natural jugará un rol más importante en la economía soviética ante las nuevas inversiones y planes expuestos.

4.- PETROLEO

El esquema de producción diaria decayó, particularmente debido al intenso frio, aumentando su declive en el transcurso de cada mes del presente año.

Las bajas tenperaturas causaron un incremento en el consumo interno con el resultado consiguiente de que el petróleo virtualmente desapareció del mercado Europeo, a lo que se agrega que algunas compañías europeas occidentales y japonesas reportaron el incumplimiento de los contratos para abastecimiento.

A esto agregamos el bajo nivel técnico del personal encargado de los equipos geológicos y de construcción en Siberia Occidental.

El problema de la declinación de la producción petrolera se concentraría en el mantenimiento y reparación de los pozos existentes; la gran cantidad de pozos operando hoy en día en Siberia Occidental, demandan una alta capacitación para esta labor.

Los problemas se suscitan en la creciente demanda de los equipos

3005108

necesarios para sustraer el agua que alimente la producción petrolera, lo que trae aparejado el reemplazo de maquinaria y tuberías afectadas por la mescla corrosiva de aceite y agua usada en esta técnica.

Las autoridades soviéticas han tratado de reservar el petroleo solo para aquellos usos, cuando la sustitución por otros combustibles no es posible. De que la producción de petróleo pueda ser mantenida sin que peligre el abastecimiento del CAME o su área de exportación, depen derá en gran parte del éxito de la política adoptada por las autorida des. La generación de divisas depende en gran parte de los actuales pre cios en el mercado mundial. Un significativo progreso se ha constatado, la consumisión interna de petróleo decreció en 1982 y probablemente se verá reducida a cerca de 5 millones de toneladas (0.1 millones de barriles por día) en los próximos dos años. Esto se ha logrado por la sustitución del petróleo por gas, del cual la Unión Soviética tiene vastas reservas, como ya lo expusimos oportunamente. El alcance de sus titución logrará un ahorro de 30 millones de toneladas (0.6 millones de toneladas por día) anuales para los próximos años.

A menos que la producción sea por debajo de los 570 millones de toneladas (11.4 millones de barriles por día), la Unión Soviética es taría en condiciones de sustentar sus necesidades internas y mantener las entregas de abastecimiento de petroleo del CAME por el resto de la década, así como también existen suficientes reservas para mantener el nivel corriente de exportación hacia las demás áreas, aún cuando sea un nivel un poco reducido.

5.- INDUSTRIA AUTOMOTRIZ

En la actualidad el 32% de los coches soviéticos tienen más de 11 años y el 15% más de 15 años. El parque automotor se ha multiplica do por 8 desde 1970 hasta la fecha, dejando atrás todas las previsiones; todo lo que da por resultado que la expansión del mercado negro en cuan to a éste sector industrial, ha aumentado en forma considerable, por ejemplo, el 60% de todas las reparaciones son efectuadas por mecánicos particulares.

Otro de los tantos problemas serios es la falta de estaciones de servicio. En muchas zonas rurales no hay ninguna, con lo que los pro pietarios de vehículos, se ven obligados a acudir al mercado negro si quieren llenar los depósitos de sus coches, o de lo contrario sustraer lo de los stock gubernamentales.

6.- **COMECON**

La organización está integrada por 10 países: Unión Soviética, Bulgaria, Checoslovaquia, Hungría, Polonia, Rumania, Alemania Oriental, Cuba, Mongolia y Vietnam; y Angola, Yemen del Sur, Etiopía, Mozambique Afganistán y Nicaragua como países "Observadores". Yugoslavia solo actúa en la organización como país asociado.

La misma trata de suplantar las "fuerzas del mercado" por la "coordinación de planes". Los fundadores tratan de coordinar los planes de comercio de todos los miembros y los proyectos más ambiciosos de largo plazo.

9005108

En el COMECON se inserta una pirámide de poder. Arriba de la pirámide están las sesiones del Consejo, reuniones anuales de los primeros ministros de las naciones miembros en donde se discute, a grandes rasgos el rumbo de la política económica. Luego le siguen en importancia los comités ejecutivos, que se reúnen cada tres meses y los comités del consejo para planeamiento, suministros, ciencia, tecnología e ingeniería. El organismo permanente tiene una secretaría, cuya sede tiene raíces en un edificio en Moscú, donde trabajan 20 comisiones responsables de la coordinación detallada de distintas industrias específicas o áreas problematizadas.

La moneda colectiva del COMECON es el rublo transferible (en los hechos no es transferible, ya que el surplus de rublos convertibles con uno de los socios no puede ser convertido en bienes de otro).

A comienzos de 1980 se hizo evidente, con los levantamientos obreros en Polonia y la deuda externa del Este, que la recesión llegaba aplastando a sus víctimas. Los dilemas económicos de la URSS se potenciaron por el peso de los subsidios comerciales de los socios del Este.

En junio de 1984 por primera vez en 15 años se llevó adelante un encuentro de los jefes de los partidos integrantes de la organización, para salir del estancamiento. Esa cumbre rechazó el aislamiento dando respaldo al comercio Este-Oeste. En segundo lugar estuvieron de acuerdo con la nivelación de las economías de los miembros más pobres. Moscú quería que parte de la carga fuera compartida por sus socios del Este. Pero el aliento a Cuba y Mongolia no entusiasmó a los polacos que aún con la ayuda de sus socios vieron descender un 25% su ingreso nacional en la crisis 1979-1982. Otro tema en debate fue la integración en la zona que no dio resultados brillantes. En estos momentos y sobre este tema, las opiniones están divididas entre los que apoyan una integración más flexible y mercados más libres (Hungría y Polonia) y los que buscan que pase por la coordinación de los planes económicos de cada nación. Los partidarios del mercado libre argumentan que uno de los mayores obstáculos para una división del trabajo dentro del COMECON es la falta de un mecanismo racional de precios con el que mediar las mejores decisiones económicas. La nación que lleva todo a su favor es la URSS, puesto que es la proveedora de petróleo en toda esta zona.

Todo los países no alcanzan a digerir el déficit comercial con la Unión Soviética, por la dependencia energética que llegó a un total de 12.600 millones de rubros entre 1976 y 1984 (casi 18.000 millones de dólares).

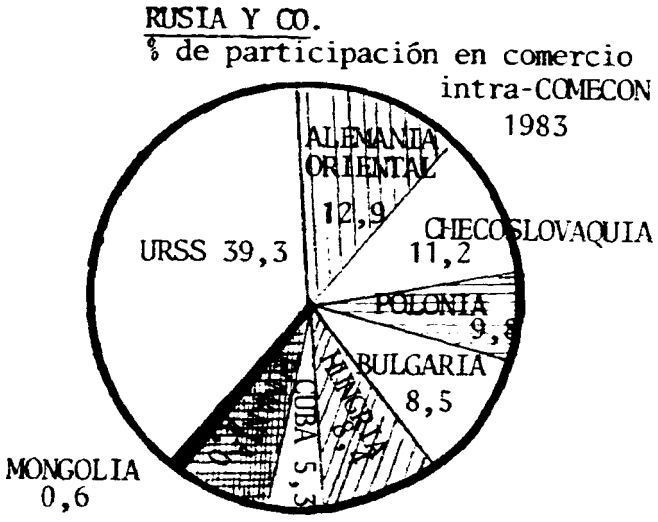
En cuanto a la fijación de los precios no se ha llegado aún a una aclaración, puesto que la referencia de los mismos en el COMECON la dan los precios con que similares productos se venden en Occidente. En 1974 se concretó la "fórmula de Bucarest" para la estipulación de precios en el Este. Es el promedio quinquenal móvil del precio mundial, pasado a rubros transferibles, para cada producto. En el caso de petróleo, que insume la mayor parte de las exportaciones de Moscú, el precio conseguido por este método parece correcto. Pero no es el acertado en cuanto a los productos manufacturados se refiere, porque se comparan calidades

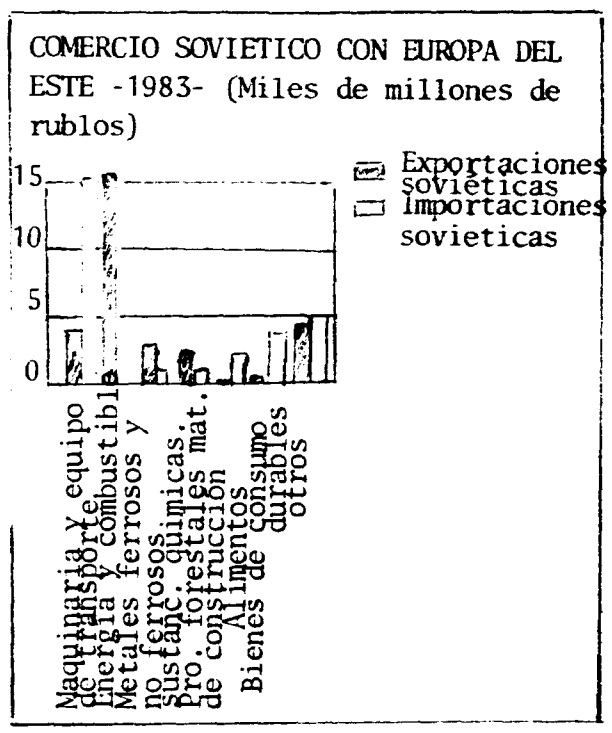
9005108

totalmente distintas. Esto explica que hayan surgido dos tipos de productos: los "flojos" por ejemplo maquinaria, que todos prefieren adquirir en Occidente; y los productos "duros" como el caso del petróleo, donde la demanda sobrepasa la oferta.

Pese a todo, el COMECON sigue en marcha bajo la égide de Moscú que sortea las crisis dando prioridad a ciertas industrias, como la de computadoras, microprocesadoras y la defensa militar. No se margina ni la electrónica ni la robótica ni la biotecnología.

El Este, vive una dualidad, por un lado necesita indispensablemente de equipos occidentales (oleoducto Soyuz usó alrededor de 80% de material importado) y de tecnología para modernizar su industria. Y al mismo tiempo se evita la repetición de la crisis deudora en electrizante avance en la década del 80. En este campo se llegaron a ciertos logros como ser: la deuda conjunta de la región cayó de 58.300 millones de dólares en 1981 a 47.100 millones en 1984. Pero al costo de suspender el intercambio tecnológico con Occidente.





9005108

7.- COMERCIO CON EL EXTERIOR (con especial referencia a artículos de consumo interno con los países occidentales)

a.- TOTAL DEL COMERCIO

El desarrollo del comercio con el exterior ha sido remarcablemente limitado. El volumen total de los artículos de consumo interno fueron de 32.5 billones de rublos, con un descenso del 1.9%.

Se notó un movimiento contrario en el sector importación y exportación. Por ejemplo, las exportaciones llegaron a 15.6 billones de rublos (un declive del 8.9%), mientras que las importaciones llegaron a 16.9 billones de rublos, con una elevación del 5.5%.

El movimiento entre las importaciones y exportaciones reflejaron en el balance comercial un déficit del 1.3 billones de rublos (el primer cuarto de 1984: superávit del 1.2 billones de rublos).

La presencia de los países comunistas en el total del comercio soviético llegó a 61.9%.

Como resultado, el comercio con el Oeste decreció de 27.9% a 26.0%. Un pequeño bajón se notó en el negocio de articulos de consumo interno con los países desarrollados (12.2% contra el 12.6% en el primer cuarto de 1984).

b.- COMERCIO DE ARTICULOS DE CONSUMO CON LOS PAISES COMUNISTAS

Las exportaciones con estos países bajaron a un 0.1%, pese a que las importaciones tuvieron un alsa del 4.1%. Como resultado el intercambio comercial decrecio a 102 millones de rublos. Una similar inclinación se produjo, en cuanto a articulos de consumo, dentro del área del CEMA (Exportaciones: -0.7%; Importaciones: +2.2%, Balance de negocios con el exterior: 232 millones de rublos), así como con el grupo de países europeos pertenecientes al CEMA (Exportaciones: -0.6%; Importaciones: +2.2%; Balance del intercambio comercial es de 84 millones de rublos). Se produjo un déficit en el intercambio comercial para la Unión Soviética con Bulgaria (13 millones de rublos), Checoslovaquia (5 millones de rublos), la Republica Democrática de Alemania (97 millones de rublos), Rumania (59 millones de rublos) y Hungría (8 millones de rublos). Este déficit, sin embargo, fue balanceado por la relativamente alta inclinación en el negocio con Polonia (266 millones de rublos).

c.- COMERCIO DE ARTICULOS DE CONSUMO CON PAISES OCCIDENTALES INDUSTRIALIZADOS

Las exportaciones soviéticas decayeron de 27.8% a 3.4 billones de rublos, sin embargo, las importaciones se elevaron de un 11.1% a 5.1 billones de rublos. El déficit alcanzó a 1.7 billones de rublos.

Las exportaciones soviéticas a los países de la C.E. mostró un declive de 33.6%; las importaciones desde esta área se elevaron a un 2.9%. El balance comercial de la URSS muestra un superávit de 184 millones de rublos en el intercambio con los países de la CE.

En el intercambio con los países de la OTAN, que no pertenecen a la Comunidad Económica, se produjo un incremento elevado en las importaciones desde los Estados Unidos (+73.3%). Esto se da por el hecho de que la URSS depende todavía en alto grado de las importaciones agrícolas.

9005108

d.- INTERCAMBIO CON LOS PAISES DESARROLLADOS

Las exportaciones soviéticas con esta región declino en un 9.3%; las importaciones por su parte se incrementaron en un 0.7%. La Unión Soviética obtuvo como resultado un superávit de 354 millones de rublos.

TABLE Nº 1

INTERCAMBIO COMERCIAL EN MILLONES DE RUBLOS

	(1a. MITAD DE 1984)		(1a. MITAD DE 1985)	
PAIS	EXPORTACION	IMPORTACION	EXPORTACION	IMPORTACION
TOTAL	17136,0	15981,8	15612,7	16866,0
BULGARIA	1516,5	1404,8	1422,9	1436,2
CHECOSLOVAQUIA	1563,2	1468,0	1545,4	1550,2
R.D.A.	1753,7	1935,3	1818,9	1916,1
POLONIA	1368,8	1263,0	1460,3	1194,1
RUMANIA	498,6	452,2	426,1	485,0
HUNGRIA	1122,5	1004,6	1105,9	1113,7
PAISES EUROPEOS CEMA	7823,3	7527,9	7779,5	7695,3
CUBA	949,5	1176,3	916,3	1186,5
MONGOLIA	279,5	66,6	275,8	68,9
VIETNAM	9315,3	8842,7	9254,7	9022,8
CHINA	77,1	56,9	115,1	114,8
COREA DEL NORTE	78,3	79,4	104,8	91,9
YUGOSLAVIA	631,2	638,1	613,1	777,9
PAISES COMUNISTAS	10119,1	9617,4	10110,2	10008,3
BELGICA	193,8	141,5	178,2	149,1
REPUBLICA FEDERAL DE ALEMANIA	1117,5	799,8	773,3	837,4
DINAMARCA	60,1	36,1	60,6	21,2
FRANCIA	572,0	472,5	406,9	508,8
GRECIA	83,6	31,6	106,8	26,8
GRAN BRETAÑA	306,9	183,2	251,6	165,6
IRLANDA	5,3	16,4	7,4	12,0
ITALIA	720,6	294,4	388,1	301,5
LUXEMBURGO	2,1	1,3	2,2	3,8
PAISES BAJOS	371,4	58,4	102,9	67,5
PAISES DE LA EC	3433,3	2035,2	2278,0	2093,7
ISLANDIA	9,1	27,7	4,7	22,4
NORUEGA	28,6	27,1	9,6	14,9
PORTUGAL	14,6	3,5	20,2	16,7
ESPAÑA	53,8	64,6	47,4	107,2
TURQUIA	30,2	9,9	29,4	34,5
ESTADOS UNIDOS	83,4	580,1	75,1	1005,1
CANADA	3,2	85,9	6,0	83,8
PAISES DE LA OTAN	3650,9	2817,6	2463,0	3366,0
FINLANDIA	425,3	669,3	392,1	523,5
AUSTRIA	167,4	229,9	141,7	166,0
SUECIA	128,9	66,6	82,8	79,2
SUIZA	82,7	89,5	71,2	134,3

▸9005108

PAISES EUROPEOS				
NEUTRALES	804,3	1055,3	687,8	903,0
AUSTRALIA	5,0	136,9	1,3	201,5
JAPON	195,0	519,6	207,8	570,2
NUEVA ZELANDIA	1,4	21,8	,4	23,3
OTROS PAISES	201,4	678,3	209,5	795,0
NEGOCIOS CON EL OESTE	4661,9	4567,6	3367,7	5076,3
AFGANISTAN	141,8	82,8	183,6	91,3
EGIPTO	65,6	96,3	63,1	67,4
ETIOPIA	42,5	,1	83,3	6,9
ARGERIA	40,7	1,3	30,4	46,7
ARGENTINA	6,0	323,1	11,9	295,5
BRASIL	42,3	160,8	24,4	57,4
INDIA	339,3	257,9	375,7	356,2
IRAK	62,9	175,3	54,2	152,3
IRAN	74,1	7,7	54,4	29,7
LIBIA	20,7	246,2	10,6	220,1
MALASIA	3,9	55,6	3,1	41,2
NIGERIA	42,2	14,1	26,5	10,5
ARABIA SAUDITA	5.9	87,7	4,2	72,1
SINGAPUR	7,0	7,9	1,4	20,3
SIRIA	66,3	61,5	73,4	37,3
PAISES DESARROLLADOS	2384,5	1797,7	2163,2	1809,4

TABLA N°. 2

COMERCIO CON EL EXTERIOR AGOTADO CON ALGUNAS REGIONES

	TOTAL DEL VOLUMEN EN % 1a. MITAD		CRECIMIENTO EN LA 1a. MITAD DE 1985 EN COMPARACION CON LA 1a. MITAD DE 1984 EN %			BALANCE COMERCIAL EN MILLONES DE RUBLOS 1a. MITAD	
REGION	1984	1985	VOLUMEN	EXPORTACION	IMPORTACION	1984	1985
TOTAL	100,0	100,0	-1,9	- 8,9	5,5	1154,2	-1253,3
PAISES EUROPEOS DEL CEMA	46,4	47,6	,8	- ,6	2,2	295,4	84,2
PAISES DEL CEMA	54,8	46,3	,7	- ,7	2,0	472,6	231,9
PAISES COMUNISTAS	59,6	61,9	1,9	- 1,9	4,1	501,7	101,9
PAISES EC	16,5	13,5	-20,1	-33,6	2,9	1398,1	184,3
PAISES DE LA OTAN	19,5	17,9	-9,9	-32,5	19,5	833,3	- 903,0
PAISES NEUTRALES	5,6	4,9	-14,5	-14,5	-14,4	-251,0	- 215,2
OTROS PAISES	2,7	3,1	14,2	4,0	17,2	-276,9	- 585,5
COMERCIO CON EL OCCIDENTE	27,9	26,0	-8,5	-27,8	11,1	94,3	-1708,6
PAISES DESARROLLADOS	12,6	12,2	-5,0	- 9,3	,7	586,8	353,8

3005108

TABLA Nº 3

COMERCIO CON PAISES COMUNISTAS

PAISES	VOLUMEN TOTAL EN % 1a. MITAD 1984	1985	VOLUMEN	EXP.	IMP.	BALANCE COMERCIAL EN MILLONES DE RUBLOS 1a. MITAD 1984	1985
BULGARIA	8,8	8,8	- 2,1	- 6,2	2,2	111,7	- 13,3
CHECOSLOVAQUIA	9,2	9,5	2,1	- 1,1	5,6	95,2	- 4,8
R.D.A.	11,1	11,5	1,2	3,7	-1,0	-181,6	- 97,2
POLONIA	7,9	8,2	,9	6,7	-5,5	105,8	266,2
RUMANIA	2,9	2,8	- 4,2	-14,5	7,3	56,4	- 58,9
HUNGRIA	6,4	6,8	4,3	- 1,5	10,9	117,9	- 7,8
PAISES EUROPEOS DEL CAME	46,4	47,6	,8	- ,6	2,2	295,4	84,2
CUBA	6,4	6,5	- 1,1	- 3,5	,9	-226,8	-270,2
MONGOLIA	1,0	1,1	- ,4	- 1,3	3,5	212,9	206,9
VIETNAM	1,0	1,1	6,1	7,6	,3	191,1	211,0
CEMA	54,8	56,3	,7	- ,7	2,0	472,6	231,9
CHINA	,4	,7	71,6	49,3	101,8	20,2	,3
COREA DEL NORTE	,5	,6	24,7	33,8	15,7	- 1,1	12,9
YUGOSLAVIA	3,8	4,3	9,6	- 2,9	21,9	- 6,9	-164,8
PAISES COMUNISTAS	59,6	61,9	1,9	- ,1	4,1	501,7	101,9

TABLAS Nº 2 y Nº 3 han sido calculadas en base a TABLA Nº 1

8.- CONCLUSIONES

Las medidas adoptadas por GORBACHOV, no son en realidad reformas de fondo, sino más bien ajustes en la estructura de determinados sectores de la economía, continuando con los lineamientos ya introducidos por ANDROPOV y tratando de aplicar las mismas medidas impuestas bajo el liderazgo del entonces Primer Ministro Alexei KOSYGIN.

El resultado de las dichas medidas dependerá en gran parte de que el lider soviético supere la oposición de los sindicatos y que consiga el mejoramiento de la productividad mediante el impulso de modernización tecnológica. Para lograr ésto, es necesario, y ya lo ha hecho en parte, pasar por sobre el aparato partidario y obligar a sus integrantes más reaccios a reformas, a ver con más realismo las necesidades administrativas de la industria.

Cabe destacar que el Estado soviético ha enfrentado situaciones similares a éstas en el pasado sin lograr superar las dificultades, pero GORBACHOV ha colocado colaboradores en puestos de real importancia, y mediante los cuales se podrá lograr, por lo menos, ciertos resultados a largo plazo, objetivo que es realmente imprescindible dada la situación económica actual.

9005108

V.- FACTOR MILITAR

A.- EJERCITO

En la actualidad la Unión Soviética está pasando por una aguda crisis debida por sobre todo: gastos militares exhorbitantes y desproporcionados en extremo, la insuficiente producción agrícola y la disminución en la producción del petróleo.

La primera de las causas ha llevado a la URSS a ser "un país subdesarrollado con un ejército superdesarrollado". Mientras que la mayoría de los países de la OTAN no gasta el requerido 3% del Producto Bruto Nacional para el ejército, Unión Soviética gasta muchísimo más, el porcentaje estaría en un 55 y 60%.

Es sabido por las autoridades que a fin de aliviar la situación precaria que vive la economía soviética y producir bienes de consumo, bastaría con reducir y controlar los gastos militares, pero también saben que si intentan tal cosa, de muy poco les serviría el apoyo del Partido Comunista y la KGB, puesto que se volvería contra ellos el Soviet de Mariscales y serían barridos del escenario político.

Recientemente el Jefe del Directorio político de las FFAA soviéticas Alexei YEPISEV, fue sustituído por el General LIZICHEV y el General Nikolai OGARKOV, uno de los estrategas más reputados -conocido como el "halcón" de las Fuerzas Armadas Soviéticas- que también actúa como asesor político, fue rehabilitado con la designación de Comandante en Jefe de las Tropas del Pacto de Varsovia.

Este hecho a parte de ser considerado un avance en las deterioradas relaciones entre el Ejército y el Partido Comunista, ratifican el total afianzamiento del líder soviético dentro del Ejército.

Por lo pronto, los oficiales soviéticos son hombres subordinados al Partido Comunista y poseen una fuerte formación teórica en marxismo-leninismo, tarea que es emprendida por el Jefe del Departamento Político de las Fuerzas Armadas quien es el encargado de formar el cuerpo de oficiales políticos (Comisarios Políticos) los que a su vez, encuadran a las diferentes unidades del ejército dando y haciendo respetar la línea política del partido.

En la práctica el real poder de decisión de los militares se encuentra en la pertenencia de los miembros del ejército al Ministerio de Defensa y del Jefe del Estado Mayor Conjunto al Consejo de Defensa (organismo creado en la última reforma constitucional en 1917). Dicho Consejo, organismo de composición secreta, posee el poder de decisión para determinar la intervención soviética en caso de crisis interna o externa, así como la responsabilidad por el uso de armas.

En cuanto al Ministerio de Defensa está formado por 11 Viceministros de Defensa ubicados todos ellos por debajo de los tres primeros Viceministros y del Ministro. Cada uno de los Viceministros es responsable de una rama de los servicios. El Comando de misiles estratégicos encargado de las armas coheteriles nucleares de largo y mediano alcance es considerado el más importante de los 5 principales fuerzas.

0005108

B.- SERVICIOS SECRETOS

La KGB tiene su sede en el número 2 de la Plaza Dzerzhinsky, Moscú complejo arquitectónico que enfrenta a la Plaza Roja y la entrada al teatro Bolshoi y comprende la prisión de Lubyanka, célebre a causa de las ejecuciones (tres de los máximos dirigentes comunistas encargados de la seguridad policial: Lavrenti BERIA (el más notorio), Nikolki YERZHOV y Genrikg YAGODA.

La organización es la heredera de una profusa tradición rusa: las policias secretas, cuya expresión más notoria fue la policia secreta zarista encargada de la represión e infiltración de los crecientemente politizados sindicatos y organizaciones militares y campesinas que finalmente hicieron posible la revolución de 1917. El 20DIC17 V.I. LENIN encargó al joven revolucionario polaco Felix DZERZHINSKY la organización de una "Comisión Especial para combatir a los contrarrevolucionarios y especuladores"; esta comisión, conocida por "Checa" con el paso del tiempo se convertiría en la GPU, OGPU, NKVD, MVD y finalmente en 1954 en KGB.

DZERZHINSKY delineó las características de la misma: se trataba de una repartición cuya meta agencial consistía en la defensa de la recién instalada revolución por vía de la expeditividad.

Afirmada la revolución soviética, la organización de policia secreta que, con diferentes nombres, tomó a su cargo el cumplimiento de este cometido de preservación de la seguridad, conoció distintas alternativas, de las cuales la más notoria fue la de servir de instrumento a la cruel represión desatada durante el período stalinista contra los disidentes políticos o religiosos, y en una perversión de los principios del movimiento histórico, contra los propios dirigentes de la primera hora. Síntoma de la situación fue el hecho de que LAVRENTI BERIA ocupara en su calidad de Jefe de la policia secreta, un cargo en el Politburó. La muerte del dictador en 1953 y el hecho de que BERIA imprudentemente aspirara a ocupar el cargo de Ministro del Interior precipitó su arresto y ejecución. El famoso discurso de Nikita KRUSCHEV en 1956 ante el XX Congreso del Partido Comunista pasó a asegurar una tendencia que se ha mantenido incambiada hasta la fecha: la subordinación de las fuerzas de seguridad del estado soviético a los designios del Partido Comunista y naturalmente a los dictados directos del Comité Central.

La KGB cumple funciones de "inteligencia" lo que se traduce en el hecho de que tiene a su cargo todo lo atinente a servicios secretos y control de la seguridad interna y externa del estado soviético.

El número de los integrantes se calcula entre 500 y 700 mil efectivos, sin contar con el sistema de informantes (stukachi) y colaboradores secretos (seksoty) mientras que su presupuesto se calcula, en cerca de 10.000 millones de dólares. Con su énfasis en la eficiencia, el "comité" ha dirigido sus campañas de reclutamiento de sus cuadros hacia lo más destacado del mundo académico, muy especialmente de la URSS, al que asisten jóvenes entrenados en varios idiomas y con vasto conocimiento de las realidades políticas y económicas del mundo: especialmente calificados para la recolección de información en todo el mundo.

9005108

De estos mismos sectores se reclutan aquellos encargados de la vigilancia interna en niveles más generales que los de la policia convencional o "militsia", actividades de vigilancia que se encuentra a cargo del servicio de Seguridad Política, conocido como "Sluzhba".(1)

Esta rama del Comité ha establecido una red de recolección de informaciones cuidadosamente estructurada: se sostiene en general que los encargados de los departamentos de personal a lo largo y ancho de la Unión Soviética son integrantes de la organización con el expreso cometido de mantener una estrecha vigilancia sobre las manifestaciones sociales y la conducta de los trabajadores soviéticos.

El sistema cuenta con un amplio grupo de informantes o "Stukachi" que toman a su cargo la vigilancia ad hoc de sus edificios o lugares de trabajo con la expresa intención de dar caza a eventuales traficantes del mercado negro, acaparadores o meros sospechosos.

Se ha instalado un Directorio de la KGB para el control del disenso político y religioso sector del Comité que ha estado particularmente activo desde la firma, en 1975 de los Acuerdos de Helsinki que garantizaban el respeto a los derechos humanos.

Como lo denunciara la organización Amnesty International, existen hoy en URSS cerca de 10.000 prisioneros de conciencia, esto es, disidentes políticos (como Sergei BATOVRIN, organizador de un grupo pacifista) o religiosos como Yossef BEGUM sin contar con las persistentes hostilizaciones que rodean el culto del protestantismo o como en el caso de Lituania, del catolicismo y naturalmente, los aspirantes a la emigración hacia Israel de entre la comunidad judeosoviética (tercera en el mundo).

El Directorio de la KGB para asuntos exteriores reparte actividades con la influyente GRU (Glavnoye Razvedyvatelnoy Upravieniye: Directorio Principal de Inteligencia) de las Fuerzas Armadas soviéticas. Estos elementos son los que conforman el rostro visible de la KGB en Occidente. Así por ejemplo, se cree que cerca del 25% de los diplomáticos soviéticos acreditados ante gobiernos eurooccidentales son miembros de la KGB, mientras que, en el mismo cálculo, se cree que un 35% de los diplomáticos acreditados ante el gobierno norteamericano lo son también. Estas estimaciones no tienen en cuenta la pertenencia al "Comité" de miembros del cuerpo de prensa soviético, de las agencias de noticias Tass o Novosti, de la agencia de promoción turistica Intourist o de la compañía aérea Aeroflot.

A este grupo de "legales" (así se les denomina) se adiciona el de los llamados "ilegales", es decir, aquellos que son cuidadosamente infiltrados en diferentes organizaciones occidentales y a los que se les construye una historia personal ficticia con la intención de que sus antecedentes ostensiblemente "limpios" les franqueen la entrada a información secreta.

La necesidad de adelanto tecnológico, ha impulsado a las autoridades soviéticas a utilizar la organización (KGB) para ponerla al servicio del espionaje tecnológico e industrial, es decir, la mira de los servicios de seguridad está dirigida a los más recientes desarrollos tecnológicos occidentales.(2).

9005108

Durante la década del 60 y 70 la URSS logró acceder (tanto por vías regulares como irregulares) a la tecnología occidental; el enfriamiento en las relaciones entre ambas potencias, llevó a los Estados Unidos a prohibir la importación al bloque de naciones orientales de cerca de 200.000 productos, tratando de detener el tránsito que había hecho que la Unión Soviética transformara la computadora IBM 360 y 370 en la RIAD soviética o la Apple II en la computadora personal AGAT.

Muchas de las tecnologías que la URSS obtiene han sido desarrolladas para uso comercial facilitando con ello el acceso que los servicios de inteligencia soviéticos tienen al producto en cualquier mercado y por extensión, a los desarrollos que lo hicieron posibles.

Los servicios optan por obtener la información preliminar de las publicaciones especializadas, las que una vez obtenidas, no resulta complejo transferirlas al sistema soviético.

Las más de 400 empresas "fantasmas" que la KGB ha establecido en Europa Occidental llevaron a las autoridades norteamericanas a embarcarse en un rígido control de las licencias de exportación y llegado el caso a un decomiso de mercancía, según viene ocurriendo desde 1981: más de 4.000 embarques ilegales han sido detenidos.

A mediados de éste año, los soviéticos han extendido el concepto de "valija diplomática" con el fin de poder embarcar todo tipo de cargar sin ser revisada.

Algunas de las medidas adoptadas por Estados Unidos, por ejemplo, ha sido el de presionar a los gobiernos occidentales con el objeto de limitar las transferencias de tecnología del Este, con la amenaza de ver canceladas sus respectivas licencias con EEUU.

También los países de la OTAN y Japón han limitado recientemente sus exportaciones de tecnología, tratando de poner coto a las filtraciones, las que se han hecho posible merced al desmesurado aumento en el número de documentos secretos así como de los encargados de supervisar tal información, sin contar incluso, el uso generalizado de teléfonos aéreos

La adquisición de tecnología es una de las principales prioridades de la Unión Soviética, la que se vió reflejada en la nueva disposición de que en las escuelas secundarias soviéticas ha comenzado un nuevo año escolar con un programa de preparación obligatoria en el campo de los computadores para estudiantes de cursos avanzados. Otros de los motivos para esta adquisición (ilegal) son los enormes ahorros en el costo de investigación y un sistema económico inflexible que historicamente ha tenido deficiencias de innovación.

La responsabilidad primordial de coordinar la colección de la tecnología con conocidas o sospechosas aplicaciones militares, corresponde al Comité de Estado para la industria militar (VPK). Por medio de operativos y todos sus agentes capacitados la KGB, el GRU y sus contrapartes de Europa Oriental, han coleccionado durante los últimos 15 años desde el 60 hasta el 70% de todos los bienes adquiridos por el programa VPK.

Casi el 50% de más de 30.000 piezas de artefactos occidentales de uso militar y uso combinado, además del 20% de más de 400.000 documen

9005108

tos técnicos coleccionados mundialmente, se han utilizado para mejo rar la rendición técnica de numerosos equipos y sistemas de armas so viéticos.

Otros aspectos a tener en cuenta, con relación a las actividades de la organización hacia o en el exterior, son las que tienen relación con la ayuda en armamentos que dirige el "comité" hacia zonas de con flicto, caso América Central, Medio Oriente, así como las campañas de "desinformación" y propaganda que el mismo califica como 'medidas ac tivas". Estas actividades, por norma, se coordinan con las de otros servicios de inteligencia de Europa Oriental, entre los cuales ha im perado una cierta división del trabajo, por ejemplo, los servicios checos (considerados los mejores del bloque oriental después de la KGB) recogen información en torno a las actividades del exilio euro-oriental, mientras que los servicios polacos han tomado a su cargo la campaña de promoción pública de la imagen oriental en Occidente.

Cabe destacar, que esta organización es de gran importancia, en cuanto a la seguridad, por parte de la Unión Soviética, sobre el con trol en sus estados satélites; es decir, la URSS ha atado a sí misma a todos sus satélites mediante diversos organismos como el Comecón para la cooperación económica, el Pacto de Varsovia para la colabora ción militar, pero es más relevante de todos los acuerdos de acción conjunta es el que existe entre la KGB y las Instituciones similares en los países que forman el bloque soviético, pués obliga a estas a coordinar todas sus acciones con aquella, ante todo en el ámbito exter no.

Por ejemplo, desde hace tiempo existe una falta de armonía entre Rumania y la URSS, Moscú ha tenido que tolerar muchos caprichos y de saires con Nicolae CEAUSESCU, sin tomar represalias; Hungría por su parte, se distanció visiblemente de los sagrados principios que rigen la economía planificada y experimentó exitosamente, con algunas libera lizaciones parciales en este sector, desmintiendo en los hechos la va lidez de la teoría y práctica del marxismo-leninismo y desautorizando el modelo soviético. Sin embargo, a pesar de ello, ni Polonia, ni Ru mania ni Hungría fueron invadidas por las tropas soviéticas, (como su cedió con Checoslovaquia) la respuesta se debe a que el gobierno checo bajo DUBCEK, que había sido aceptado a regañadientes por Moscú duran te casi un año, finalmente decidó romper sus lazos también con la KGB mientras que los gobiernos de los otros países mantuvieron intacta la relación.

La URSS tolera muchas divergencias, pero no tolera la disolución del lazo con la KGB, puesto que sabe que ejerciendo el control sobre los servicios de seguridad, está prácticamente a cargo de todo y actúa en consonancia con ello.

(1) Desde el momento mismo en que se es estudiante y segun sus dispo siciones para las lenguas extranjeras se es reclutado para los servi cios de seguridad, para lo cual además se requiere tener buena salud, ser politicamente seguro y tener una sólida instrucción intelectual.

Los objetivos prioritarios, en los países extranjeros, son los periodistas, puestos que tienen buena entrada a casi todas partes y

P9005108

Los principales métodos de trabajo que utiliza la KGB es la "desinformación" que es un conjunto de técnicas de subversión que los soviéticos llaman "medidas activas" es decir, propaganda, disimulada o no; organizando manifestaciones contra el régimen del país en donde trabajan, controlando ciertos organismos internacionales, creando organismos de fachada, instalando empresas donde se hacen falsificaciones de todo, en especial de documentos de identificación, utilizando agentes de influencia para actos de sabotaje y terrorismo, y debilitando las estructuras orgánicas de los países en los cuales "trabaja". (2) las áres que son consideradas de alta prioridad son: Micro-electrónica; computadores de aviación para aparatos intercontinentales; información acerca de sistemas de control de inercia en misiles de todo tipo; equipamiento cientifico de grandes computadores; tecnología de radares; super mini-computadoras; tecnología anti-tanques; electro-óptica; equipamiento anti-submarinos.

Estas actividades pueden clasificarse en tres categorías:

1.- Estratégicas, que comprende la información sobre la capacidad e intenciones de países extranjeros.

2.- Tácticas (o de combate) que abarca toda información requerida por los comandos.

3.- De contraespionaje: toda información y actividad relacionada para proteger la reserva y secreto de la información y actividades propias de un país.

C.- FUERZAS "SPETSNAZ"

Estas unidades especiales de alto nivel de entrenamiento y equipadas con armamento especialmente diseñado para ellas, pertenecen a tropas de misiones especiales.

Las mismas están integradas con soldados de la Unión Soviética, Alemania Oriental, Polonia y Checoslovaquia, que suman alrededor de 8.000 hombres. Por regla general, estas unidades mantienen la tradición soviética de las operaciones de la resistencia antihitleriana realizadas por grupos guerrilleros, a retaguardia de las tropas alemanas durante la II Guerra Mundial en Europa Oriental invadida por los nazis.

El Pacto de Varsovia, en caso de guerra con los países de la OTAN utilizaría comandos especiales entrenados para realizar actos de sabotaje y ataques contra importantes instalaciones militares y figuras políticas de relieve.

Agrupados en unidades muy pequeñas, de cuatro a doce hombres, los soldados de "Spetsnaz" vestidos de paisanos o con uniformes de la OTAN tratarían de "debilitar considerablemente" la capacidad de defensa de la misma, infiltrándose en territorio alemán occidental -así como en otros países- y operar a retaguardia.

Los paracaidistas, hombres rana y tanquistas de estas unidades de sabotaje especiales están equipados no solo con armas de mano dotadas de silenciador, sino también, en parte, con armas químicas y biológicas.

Sus objetivos son aeropuertos, puertos, estaciones de ferrocarriles, puentes y depósitos de municiones.

9005108

VI.- POLITICA EXTERNA

La Unión Soviética, como todo estado, desarrolla una determinada política que se caracteriza por la profunda influencia que extiende a todas las naciones, incluso aún en aquellas que intentan sustraerse a ella.

La Unión Soviética pretende ejercer el liderazgo de una revolución social, económica y política a nivel mundial y es como consecuencia de ello que toda su actuación directa o indirecta está dirigida hacia ese objetivo.

Si la política es la consecusión de objetivos mediante la convicción y contando con el consentimiento de las personas comprendidas en esos objetivos, la URSS también utiliza la estrategia que le permite llegar a los objetivos propuestos, pero mediante la imposición, es decir, sin contarse o recabarse el consentimiento de las personas alcanzadas por esos objetivos.

Una característica de la política soviética es que siempre trata de ser protagonista, trata de tomar iniciativa y nunca perderla en el orden de los sucesos y el quehacer político, lo que supone entonces, que si la Unión Soviética trata siempre de asumir o desempeñar el rol protagónico, los demás que son el objeto de su accionar deberán sufrir las consecuencias de su accionar político a nivel mundial. Esta actitud ofensiva o de iniciativa obliga a todos los demás estado, de buen o mal talante, a tomar posición, ya sea para eludir, defenderse o contrarrestar la estrategia revolucionaria de la URSS.

Es así que cuando manifiesta interés en cooperación económica o de convivencia pacífica con un estado capitalista, este interés debe ser interpretado de forma inequívoca como una maniobra estratégica para incrementar su poder en ese estado. De esta forma, mediante ayuda económica, asistencia técnica, solidaridad ideológica, ayuda militar, la URSS va penetrando a través de los Partidos Comunistas o Movimientos nacionales -así como a través de Movimientos y Frentes Internacionales- progresivamente en la política interna de los estados.

A continuación se dará un panorama actual de la política que está llevando a cabo la Unión Soviética con los distintos bloques de naciones.

A.- RELACIONES DE LA UNION SOVIETICA CON LOS PAISES DE EUROPA ORIENTAL O AQUELLOS EN QUE EL PARTIDO COMUNISTA ESTA EN EL PODER

1.- PAISES DE EUROPA ORIENTAL

Como líder del movimiento comunista internacional, la URSS mantiene bajo su dominio a todos los Estados Socialistas, pese a las divergencias que se han producido al correr de los años y por las que impiden a estas naciones actuar como un todo conjunto.

Este dominio se ha visto reflejado últimamente en el XXVII Congreso del Partido Comunista Soviético que se está realizando en Moscú y en donde se ha presentado un plan con las bases fundamentales del desarrollo económico y social para los años 1986-1990 y el plan prospectivo hasta el año 2000; dentro del mismo se prevé la participación de los países miembros del CAME (Consejo de Ayuda Mutua

90005108

Económica) en el proyecto de producción industrial, el que consistiría en la iniciación de una revolución tecnológica que incremente la producción a través de inversiones en proyectos de aplicación de sistemas electrónicos, automatización integral, biotecnología y energía nuclear, todo ello dirigido a desarrollar, con la ayuda del bloque socialista, su producción económica y aumentar su desarrollo tecnológico, (desarrollo que se ha visto estancado por las barreras impuestas por las naciones de occidente a facilitar la exportación de alta tecnología a URSS).

2.- REPUBLICA POPULAR CHINA

Las divergencias, al principio ideológicas, se han ido profundizando hasta adquirir proporciones de verdadero conflicto.

Inicialmente, cuando China culminó su proceso revolucionario, carecía de grandes recursos y fue el gobierno de Moscú quien generosamente le brindó su apoyo. El famoso encuentro entre STALIN y MAO en 1949 es ilustrativo en cuanto al vínculo auspicioso que mantenían ambas potencias y frente a las cuales se encontraba Estados Unidos como enemigo común.

Ya en la Conferencia de Bandung en 1955, CHOU-EN-LAI demostró que China tenía una interpretación propia en cuanto a la conducción del movimiento comunista, cuya postura básica era la sustentación del principio de que: "la guerra como el mundo capitalista es inevitable y debe comenzarse lo antes posible".

Es así que China resuelve apoyar las "guerras de liberación" en Asia, Africa y América Latina, obligando a la Unión Soviética a desarrollar una intensa actividad diplomática para no ser dejada de lado en el desarrollo de los acontecimientos y neutralizar la creciente influencia de China en el escenario mundial. Es entonces, que el modelo chino de guerra popular prolongada con participación del campesinado, fue propuesta como alternativa mucho más válida para el Tercer Mundo que la Revolución proletaria y urbana propuesta por URSS.

Los Chinos acusaron a la Unión Soviética de estar ocupada con la situación europea y cuestiones inherentes a su propia seguridad que con la implantación de regímenes socialistas en el llamado Tercer Mundo fuera en Asia, Africa o América Latina, donde las contradicciones socio-económicas hacían más propicia la acción subversiva.

La propuesta China alcanzó su mayor triunfo en la europea Albania con la que mantuvo estrecha alianza hasta 1978.

Mientras tanto URSS consolidaba su influencia en el sudeste asiático, el cuerno de Africa, Angola, Mozambique y Afganistán. (Corea del Norte logró mantener equilibrio en sus relaciones entre Moscú y Pekín hasta que finalmente la balanza se inclinó definitivamente hacia Moscú) y adquirió el status de potencia global.

El deshielo entre ambos países se inició en 1982 con la asistencia del Ministro de Relaciones Exteriores de China, Huang HUA a los funerales de BREZNEV.

3005108

La política desarrollada por Moscú actualmente, tiende a aunar los vínculos bilaterales con Pekin (así como lograr un acercamiento entre los países del bloque socialista con ese país) para que de esa forma anular toda probable alianza entre China Continental-Estados Unidos-Tokio contra la URSS, pese a que aún no se ha llegado a un acuerdo sobre los "tres obstáculos" que impiden la renovación de relaciones diplomáticas a saber: el apoyo de Moscú a la ocupación de Camboya por parte de Vietnam; la invasión a Afganistán: y el despliegue de tropas soviéticas a lo largo de la frontera con China.

Con estos "tres obstáculos" latentes, el diálogo emprendido por ambas naciones ha sido hasta el momento a nivel de viceministros de Asuntos Exteriores, no impidiendo por ello que se siga avanzando en el ámbito económico; es así que al término de la tercera ronda de conversacinnes celebrada en Pekín en 1984, los Viceprimer Ministros de ambos países, Yao YILING e Ivan AKHIPOV, firmaron tres acuerdos de cooperación económica y comercial, cientifica, tecnológica y sobre el establecimiento de una comisión en conjunto, relativa a los temas tratados.

El comercio entre ambos países se triplicó en 1982 y 1983, incrementándose entre ese año y 1984 en un 70% hasta alcanzar la cifra de 1.170 millones de dólares. Un acuerdo comercial de cinco años, hace esperar US$ 6.000 millones de dólares para 1990.

Los servicios regulares de transporte de viajeros y mercancía a lo largo de la frontera se han reanudado e incluso existe interés soviético en establecer empresas conjuntas en la zona noroeste del territorio chino.

Cabe resaltar que la limitada reconciliación sino-soviética representa tan solo un relajamiento táctico, pues los tres obstáculos aún persisten (pese a que China se ha mostrado flexible en cuanto a la conseción y ejecución de los mismos) y por otra parte cabe resaltar la inesistencia de contactos entre los partidos comunistas así como tampoco visitas de personal militar, a pesar de que China está muy necesitada de nuevo armamento y tecnología para la modernización de sus Fuerzas Armadas.

Es así que no se espera un avance importante en un futuro mediato, puesto que a China Continental le interesa seguir manteniendo relaciones cordiales con Estados Unidos y los países Occidentales pero a su vez le interesa acercarse paulatinamente a Moscú siempre y cuando no afecte sus intereses con los primeros.

3.- CUBA

Las operaciones concretadas por Cuba en el Continente Africano pusieron de manifiesto ante las autoridades soviéticas el valor militar que ésta representaba para la potencia. En regiones del Tercer Mundo donde los soviéticos estaban sujetos a ciertas restricciones que no se aplicaban a Cuba, el gobierno de La Habana podía caracterizar sus acciones como una extensión de su propia política exterior de apoyo a los "Movimientos de Liberación Nacional".

La Unión Soviética regala a Cuba el equivalente de 10 millo

9005108

nes de dólares diarios, le vende petróleo a precios subsidiados y le compra azucar a precios mayores que los que rigen en el mercado internacional. Pese a esto Cuba mantiene con las naciones del bloque socialista una deuda que se calcula superior a los 20 mil millones de dólares, lo que refleja la enorme dependencia de este país de la Unión Soviética, sin la cual no podría subsistir.

En el presente, Cuba no solo es un satélite del Kremlin sino que se ha transformado en un reducto de mercenarios, donde las Fuerzas Armadas cubanas, dotadas de armamento nuevo y refinado suministrado por la URSS se han convertido en un formidable aparato militar con capacidad ofensiva de guerra, y a través del cual se realiza la exportación y expansión del régimen comunista en América Latina.

4.- PARTIDOS COMUNISTAS (ESPECIALMENTE DE EUROPA OCCIDENTAL)

En lo que tiene que ver a las relaciones entre el Partido Comunista soviético con los Partidos Comunistas de las Naciones, especialmente de Europa Occidental, se ha introducido cambios en su política, reflejada y expuesta por Mikhail GORBACHOV en el Nuevo Programa del Partido Comunista aprobado por el Comité Central del mismo, y en donde se expresa que el Partido Comunista Soviético no se propone prever detalladamente los rasgos del comunismo, dando así, cierto margen, sobre todo a los Partidos Comunistas de Italia, Francia y España, a amoldar la ideología marxista-leninista a las circunstancias y mentalidad del país en el que funcionan.

En otras palabras, los PPCC europeos han perdido terreno y poder al no tener flexibilidad en la política a adoptar en los países en que funcionan. Es por esta razon que los mismos han tratado de lograr más amplitud en cuanto a los preceptos marxistas-leninistas a adoptar en cada país (lo suficiente amplitud como para amoldar la ideología marxista-leninistas a una sociedad más abierta como la italiana o la francesa por ejemplo) y que son impuestas por las directivas implementadas por el Partido Comunista Soviético.

Esta tendencia a lograr mayor amplitud o independencia de las directivas impuestas es lo que en cierta forma se dirige a componer lo que se denomina "Eurocomunismo", situación que ha obligado a las autoridades soviéticas a cambiar, en cierta forma, éstas rígidas líneas directrices que impone a cada PPCC local.

B.- RELACIONES DE LA UNION SOVIETICA CON LOS PAISES CAPITALISTAS E INDUSTRIALIZADOS

1.- EUROPA OCCIDENTAL

Desde que asumió el puesto de Secretario General del Partido Comunista, Mikhail GORBACHOV ha mantenido una política de acercamiento hacia Europa Occidental.

Es así que ha intensificado paulatinamente la campaña en pro de la cooperación económica y tecnológica con estas naciones, habiendo obtenido de las mismas, respuesta favorable ante tal política.

La sobreposición de los intereses nacionales inmediato a sus principios ideológicos, se ven reflejados en los acuerdos firmados con Francia, Italia, Gran Bretaña, Alemania Federal y últimamen

te con Japón, de quien está recibiendo ayuda tecnológica.

Mediante la firma de los acuerdos de cooperación económica y tecnológica, la Unión Soviética trata de profundizar las diferencias de los estados europeos con los Estados Unidos y así lograr que Europa Occidental sea lo suficientemente fuerte como para lograr en un futuro, decidir y conducir su propia política, conllevando con ello una situación de mayor seguridad para la URSS ante la ofensiva norteamericana, ante la cual lograría entre otras cosas un respaldo en el tan trillado tema del desarme, punto en el cual los estados occidentales discrepan con la política adoptada por Estados Unidos.

2.- ESTADOS UNIDOS

En cuanto a este adversario tradicional, la Unión Soviética ha desarrollado una política con características muy especiales, tendientes a lograr una distensión que le permitiría un mejoramiento tanto en el sector económico como en el militar, (por ejemplo una de las primeras cosas que hizo al llegar al poder GORBACHOV, fue iniciar un diálogo con los líderes judio-norteamericanos, con la esperanza de lograr su apoyo y así presionar al gobierno estadounidense a renovar la distensión y permitir algunos privilegios en el intercambio comercial a cambio de alguna liberalización en materia de emigración judía).

Su posición sobre el tema del desarme y muy particularmente su rechazo del proyecto de la "Guerra de las Galaxias" están dirigidos por un lado a ganar tiempo para lograr equiparar la tecnología alcanzada en dicho proyecto y por otro lado -y luego de la última propuesta hecha por GORBACHOV en cuanto a estos temas- lograr desvirtuar la imagen estadounidense, lograr el respaldo de las naciones industrializadas ante las cuales se presenta como protagonista y principal interesado en el tema del desarme, siempre jugando el rol principal en el juego y tratando de marcar la política a seguir por los demás países.

C.- RELACIONES CON MEDIO ORIENTE

Toda la ayuda militar que ha brindado a esta región, no le ha permitido lograr avances importantes tanto con las fuerzas sociales como con las políticas locales.

Todo "Movimiento de Liberación Nacional árabe" ha desarrollado una política totalmente inesperada para Moscú. Es así, por ejemplo, que la fuerza más dinámica que es el fundamentalismo islámico, forma parte de las fuerzas que luchan contra el ejército soviético en Afganistán. El único aliado con que la URSS puede contar es Siria, que está muy lejos de ser manejado por la Unión Soviética y convertirse así en lacayo del mismo. A esto se agrega las luchas internas existentes entre los árabes y sus contradicciones que no permiten aplicar una política coherente, (la OLP ha dado muestras de intentar modificar su posición debido a las divisiones existentes en la misma, que podrían llevarla a un acercamiento a Estados Unidos).

Los objetivos en esta región se dirigen a bloquear toda iniciativa norteamericana (iniciativa de paz) que no implique el protagonismo soviético en la misma, es decir, neutralizar el monopolio es

▶9005108

tadounidense en la región. A esto se suma los intereses lógicos de Moscú y sus satélites, dada la importancia de la zona en cuanto al petroleo pérsico. Los estados petroleros que fueran favorables al Kremlin ofrecerían la posibilidad de inquietar e influir en Europa, Japón y aún en Estados Unidos. Moscú no solo busca compartir la responsabilidad de la explotación y producción del petroleo del Golfo Pérsico sino que además intenta acceder libremente a los mares cálidos y libres (Océano Indico) llave de Asia a través del Golfo e Irán.

Ante tal espectro de intereses y dada la situación imperante en la misma, la política soviética ha sido modificada y dirigida al mejoramiento de sus relaciones con los países árabes moderados, como por ejemplo, con Egipto, Jordania, Emiratos Arabes Unidos y el intento de acercamiento entre Moscú e Israel, (situación que de concretarse le brindaría enormes ventajas en la región) y donde los soviéticos se esfuerzan por sacar a relucir el tema de Siria y el Golán, puesto que si logran convencer a los israelíes a entablar conversaciones con Siria, entonces lograrán situarse en la mesa de la Conferencia de paz.

D.- RELACIONES CON LOS PAISES DEL TERCER MUNDO

1.- AMERICA LATINA

Estas relaciones están caracterizadas por una política de profunda influencia, mediante una intensa cooperación económica, militar, técnica o cultural que permita ir menoscabando la influencia estadounidense y profundizando su injerencia en los asuntos internos de las naciones pobres.

Estas naciones subdesarrolladas permiten la penetración comunista dada su precaria situación económica, así como su flexible política interna, muchas veces manejada por intereses externos.

Es así que mediante los PPCC locales, el apoyo a los distintos movimientos de liberación nacional, la infiltración en las Fuerzas Armadas o la Iglesia mediante intensa actividad propagandistica, los soviéticos logran crear un clima de inestabilidad propicio para la infiltración comunista.

A esto se agrega la importancia de Cuba como satélite del Kremlin, que actúan como foco de tensión regional y trampolín de infiltración.

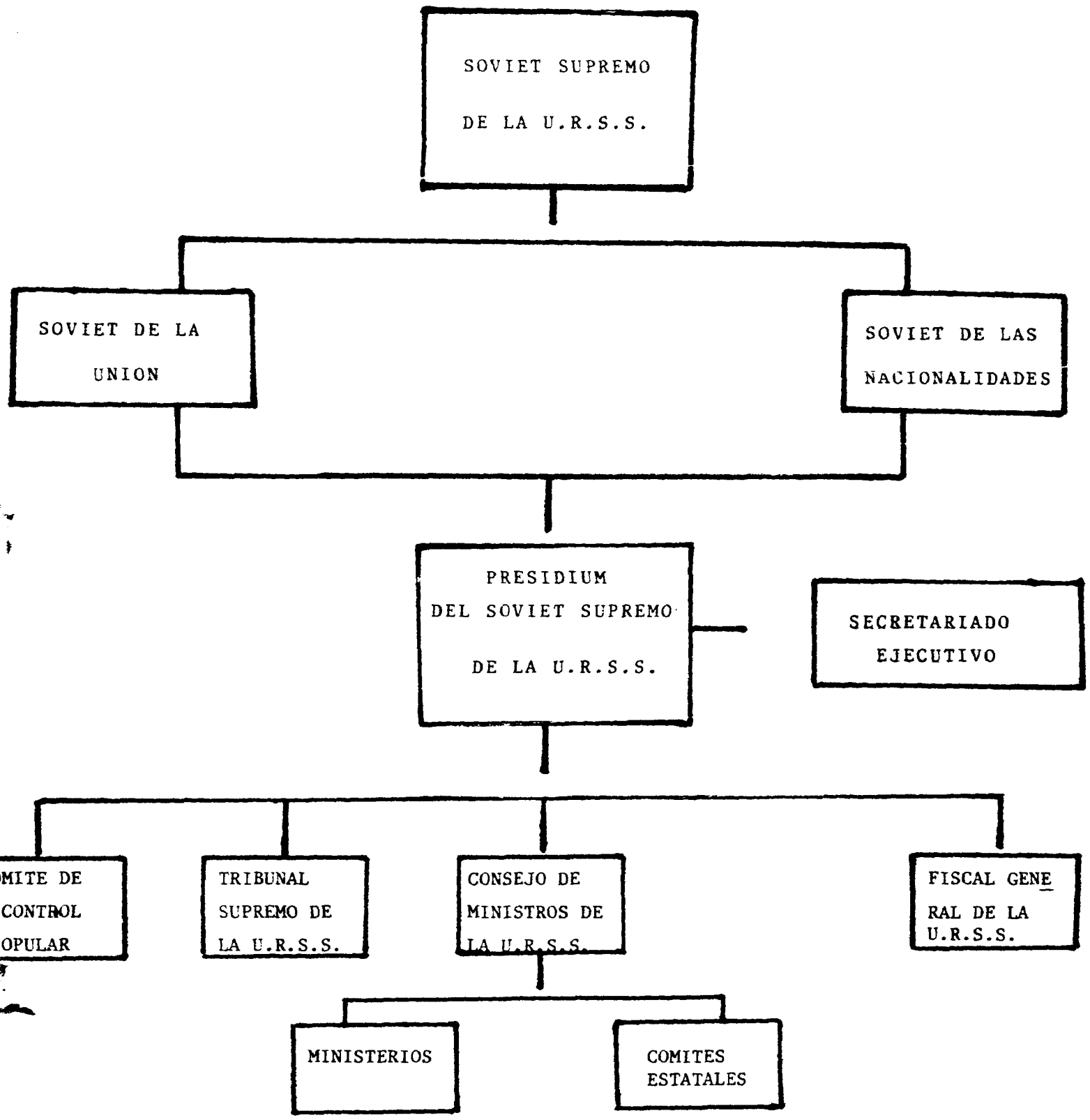
2.- AFRICA

Pese a su posición en regiones dominadas por URSS, como el caso de Angola, Mozambique, Tanzania o Etiopía, la Unión Soviética ha estado desarrollando una política tendiente a asentar una base en Sudáfrica, nación que sería de incomparable valor, no solo porque por el Cabo de Buena Esperanza transita un alto porcentaje del tráfico marítimo mundial, sino además por las inmensas riquezas existentes en la región, necesarias para URSS.

Es así que mediante una intensa actividad propagandistica con la fachada del "apartheid", ha provocado una situación de conflicto interno tal, que permita la pentración comunista a largo plazo.

D005108

ANEXO Nº 1



-3005108

C.J.

S.I.FF.AA.

DPTO.II(EXTERIOR)

311800MAR86

M E M O R A N D U M Nº 02/86

La culminación del XXVII Congreso del Partido Comunista Soviético, máximo evento del Partido, se vio enmarcada por la aprobación de la línea política, desarrollada hasta el momento por el gobierno de GORBACHOV, que trata de reflejar flexibilidad y mayor apertura en sus relaciones a nivel internacional y la adopción de resoluciones de corte puramente estratégicas.

Primeramente, el evento, como ya dijimos, estuvo dirigido a mantener la imagen de apertura, pautada por la presencia y participación, por primera vez, no solo de Partidos Comunistas y Fuerzas pro-soviéticas, sino también por Partidos Socialistas, Social-Demócratas, laboristas, etc., así como por la aprobación de decisiones tomadas con una proyección a largo plazo, principios que ya habían sido ratificados por el Comité Central del Partido en la presentación del Nuevo Programa del mismo.

Segundo y más importante aún son las nuevas propuestas emanadas del Congreso y de las cuales, las más importantes son:

A.- "La creación de un sistema global de seguridad internacional para el logro de la coexistencia pacífica como principio universal de las relaciones entre estados, mediante el diálogo y la cooperación tanto a nivel de gobiernos como de partidos, organizaciones o movimientos sociales".

La iniciativa de una coexistencia pacífica mundial coloca a la Unión Soviética, no solo como abanderada de la misma sino como promotora, y máximo respaldo para el logro de ese objetivo. Como es sabido la política soviética está dirigida a mantener el protagonismo mundial en cualquier área; es así que esta nueva fachada ha sido tomada en un momento en que el prestigio y la imagen soviético va en ascenso dada la política y la posición asumida por GORBACHOV en cuanto al tema del desarme conjuntamente con la merma, en cuanto a influencia, de la política estadounidense, debido a su posición sobre el tema.

B.- "La convocatoria de un Congreso mundial sobre problemas de seguridad económica, tema de gran importancia para América Latina, dado el peso de la Deuda Externa que sobrellevan las naciones del continente".

Este es un punto en el que ha de destacarse la intensa labor a desarrollar por los Frentes Internacionales, mecanismos por medio de los

19005109

cuales, la Unión Soviética ha estado y seguirá penetrando en las fuerzas y organizaciones sociales nacionales locales, acción que a partir de ahora será aún más abierta y coordinada.

CONCLUSIONES

- Dada la tensa situación que está atravesando los Estados Unidos, la Unión Soviética ha aprovechado el momento para erigirse como impulsora de la paz y la coexistencia pacífica en el mundo frente a el aparente y supuesto militarismo y agresividad de los Estados Unidos.
- Izando la bandera de la Deuda Externa, problema de gran envergadura para los países subdesarrollados, la Unión Soviética continuará profundizando e impulsando el enfrentamiento entre los países desarrollados de Occidentes (acreedores) y las naciones subdesarrolladas (deudoras).
- Como ya dijimos anteriormente, el llamado Congreso de Seguridad Económica será auspiciado y promovido por todas las organizaciones de frentes a nivel internacional y nacional dirigidas por la Unión Soviética (a nivel de Sindicatos, Estudiantes, Derechos Humanos, Políticas, Solidaridad, Culturales, etc.).
- Es clara la tendencia a un mayor acercamiento del Partido Comunista Soviético con los Partidos de izquierda no específicamente comunistas, sino de tipo Social-demócratas y laboristas.

ANEXO A.- P.E.I. Nº 213/85: NUEVO PROGRAMA DEL PARTIDO COMUNISTA DE LA UNION SOVIETICA

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Jefe de Analistas

9005109

V.- ENTRENAMIENTO DE EXTRANJEROS

En 1973 el Departamento América contaba con una escuela en La Habana en la cual alojaba a unos 100 estudiantes. En 1977 existía un centro de entrenamiento probablemente vinculado con el Departamento América, el que ofrecía un curso de tres meses en táctica guerrillera, sabotaje y operaciones especiales. Al mando del mismo estaría una persona no identificada, que recibía ordenes del PCC por medio de PIÑEIRO. En 1980 se tuvo conocimiento de un centro de entrenamiento bajo la dirección de PIÑEIRO con personal soviético, checoslovaco, francés y chileno. Los cubanos dan entrenamiento en materias tales como la guerra de guerrillas y las operaciones de inteligencia y contrainteligencia, ofreciéndosele a los revolucionarios centroamericanos unos 50 cursos divididos en varios grupos a saber:

- Lucha rural: 6 cursos en las materias de organización y tácticas guerrilleras y 4 cursos especiales en las materias de tácticas de entrenamiento en el uso de armas e ingeniería.
- Escuela suburbana: 15 cursos que abarcan un entrenamiento para aquellos que van a estar al mando de escuadras, pelotones y compañías, como también cursos especiales en las materias de armamentos, artillería y tácticas de tiro desde posición emboscada.
- Escuela Urbana: 12 cursos sobre varios aspectos de las operaciones de comunicación e inteligencia y 14 cursos en operaciones de inteligencia y contrainteligencia, incluso la escritura secreta, la criptografía, la fotografía, los busones y los dispositivos de ocultación.

Se cree que tanto los campos de entrenamiento guerrilleros como los instructores en materias de operaciones paramilitares están bajo el control del MININT (DOE/TE) y no directamente bajo el Departamento América.
El Departamento América se sirve de la Junta Coordinadora Revolucio

9005109

naria (JCR) para facilitar los viajes de los reclutas guerrilleros a Cuba y de regreso a su país de origen.

El Comité Regional de la JCR tenía proyectado trasladarse a Managua a raíz del derrocamiento de SOMOZA, para fomentar la subversión tanto en Centroamérica como en el Caribe. En 1979, Fernando RABELO RENEDO Oficial Superior del Departamento América, viajó a Nicaragua varias veces, reuniéndose con la Jefatura de la JCR y del Frente Sandinista de Liberación Nacional.

Cuba acostumbra a reclutar a algunos de los elementos que reciben entrenamiento en el país, para que estos le sirvan de agentes dentro de los grupos bajo su patrocinio, recopilando información acerca de las actividades internas de estos grupos y ejerciendo influencia sobre ellos para que apoyen la causa cubana.

VI.- LOGISTICA

La actuación del Departamento América no está sujeta a los controles burocráticos que rigen el proceder de otras entidades cubanas. Durante una época en que la economía se encontraba en crisis el Departamento América (violando categoricamente las leyes de los Estados Unidos) se sirvió de compañías ficticias establecidas en Panamá para tratar de comprar varios aviones a reacción tipo LEAR.

VII.- NARCOTICOS

Antes de que Colombia suspendiese sus relaciones con Cuba debido al apoyo brindado por este país a la Organización Guerrillera M-19 y mientras Gonzalo BASOLLS SUAREZ y Fernando RABELO RENEDO se desempeñaban en Bogotá como Ministro Consejero y Embajador respectivamente, ambos tuvieron involucrados con narcotraficantes colombianos en negocios mediante los cuales barcos y aviones de los narcotraficantes disfrutaban de protección y de otros beneficios en Cuba. A cambio de esto las redes de narcotraficantes y los mecanismos de contrabando se utilizaron en la compra y entrega de armas y equipo para el M-19.

VIII.- NIVEL PROFESIONAL

En cuanto a medidas de seguridad, el nivel profesional del Departamento América estaría a la par con el de cualquier servicio de Europa Oriental, y quizá hasta sea más alto. Se estima que la lealtad, la integridad personal, la moral y la disciplina del personal del Departamento es buena o excelente.

9005109

El Jefe del Departamento I(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Jefe del Estado Mayor Personal

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del Dpto. I.

19005109

J.C.J.
S.I.FF.AA.
DPTO.II (EXT.)
MONTEVIDEO,
011800ABR86
b.p.

MEMORANDUM Nº 003/86

DIRECCION GENERAL DE INTELIGENCIA CUBANA

(D.G.I.)

Este informe sobre el método de trabajo de la Dirección General de Inteligencia (D.G.I.) dependencia del Ministerio del Interior del gobierno de Cuba, expone someramente la naturaleza general de su manera de operar.-

Cada "Centro"o representación de la D.G.I. fuera de Cuba, está integrada por un "Jefe de Centro", un Sub-Jefe de Centro", un número variable de "Oficiales" (personal operativo), "Auxiliar" (personal de apoyo), "Clavistas" (operario de claves cifradas conocidos también por músicos), y "Técnicos".-

Este esquema de la D.G.I. se aplica normalmente en todas aquellas embajadas que reúnen un número considerable de cubanos en su representación. No quiere decir esto que todas las embajadas de Cuba posean un Centro de la D.G.I., sino que hay algunas de las pequeñas que sólo cuentan con personal adscripto exclusivamente al Ministerio de Relaciones Exteriores, el cual informa a la Habana, a través de los organos de inteligencia y seguridad correspondientes.-

No obstante hay casos en que la D.G.I. está representada por un sólo miembro y que específicamente trabaja a nivel consulado. Tales individuos aunque subordinados a algún "Jefe de Centro del Area", han establecido asimismo comunicación directa con la Habana por medio de equipos radiales.-

A) MISIONES DE LOS INTEGRANTES DE UN CENTRO DE LA D.G.I.

1.- Jefe de Centro: - Responde por la seguridad física y personal de toda la Misión Cubana en el exterior, actuando normalmente como ler. Secretario de la Embajada.

2.- Sub-Jefe de Centro: - Trabaja en la parte de Cancillería o Sección Consular con rango diplomático.-

3.- Oficiales: - Responsables de reclutar y manejar los agentes y colaboradores del "Centro".-

-9005110

4.- Auxiliares: - Personal de apoyo que trabajan como oficinistas en la Embajada brindando respaldo operativo en tareas de contra vigilancia y reconocimiento.-

5.- Clavistas: - Tienen por misión cifrar y descifrar mensajes, no se les permite salir de la Embajada sin escolta y frecuentemente son un equipo integrado de marido y mujer.-

6.- Técnicos: - Responsables del funcionamiento del sistema de seguridad y de realizar "in situ" reconocimiento de contra vigilancia técnica.-

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
JEFE DEPARTAMENTO II
República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II (EXT.)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia 3 - Sr. Jefe del Dpto.I/S.I.FF.AA.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FUERZAS ARMADAS

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

080486

MEMORANDUN N° 005/86

RELACIONES CON LA REPUBLICA POPULAR CHINA

A mediados de julio, principios de agosto, arribó a nuestro país, una delegación china, encabezada por miembros de la Junta Directiva del Comité para la Comprensión Internacional, ZHU-SIQUIEN, manteniendo contactos con distintas autoridades de nuestro país, entre las que se encuentran el Canciller Enrique IGLESIAS, la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de representantes, con el Presidente del Frente Amplio, Líber SEREGNI y con el Encargado de Asuntos Internacionales del Partido Nacional, Juan Raúl FERREIRA. En el transcurso de las mismas se planteo la posibilidad de la iniciación de vinculos diplomáticos, que según expresiones de las autoridades chinas, llevarían a un aumento del intercambio comercial entre ambos países.

Luego de esta visita, representantes de nuestro país, encabezados por el Secretario de Asuntos Internacionales del Partido Colorado, Roberto ASIAIN y el Responsable de Asuntos Internacionales del Partido Nacional Juan Raúl FERREIRA, entre otras personalidades, visitaron China Continental en una misión con fines comerciales, obteniendo resultados favorables en ese aspecto, aprovechando la oportunidad para volver a mantener conversaciones sobre la iniciativa presentada anteriormente por la delegación china.

Es así que desde ese momento se ha estado debatiendo a nivel del Comité de Asuntos Internacionales de la Cámara de Representantes dicha propuesta, sin que hasta el momento se halla llegado a una respuesta concreta.

CONCLUSIONES

- Es importante afirmar que dada las intensas actividades parlamentarias relacionadas al tema, se está vislumbrando una situación favorable para la iniciación de relaciones a nivel diplomático con la República Po

9005111

pular China.

Esto evidentemente conllevaría, de inmediato a un rompimiento de relaciones diplomáticas con la República de China, situación perjudicial desde el punto de vista comercial, dado que pese a su gran población, China Continental es un país pobre y no se encuentra en condiciones de emparejar y aún menos en superar el nivel comercial alcanzado con la Republica Nacionalista. A esto se agrega que China Comunista, ha estado desarrollando una política de apertura, y ha insentivado las inversiones con todos aquellos países que puedan contribuir a su desarrollo económico, por lo que en estos momentos, ese país puede apotar muy poco para el incremento de sus importaciones desde nuestro país.

- Existen indicios de que el gobierno uruguayo ha emprendido gestiones para mantener el alquiler de la sede de Asuntos Internacionales en Taiwan (Republica de China), lo que lleva a suponer que de haber una respuesta favorable en el sentido de entablar vinculos diplomáticos con China Comunista, ésta no se dará, por lo menos en un lapso relativamente corto.

- Por otra parte, es de destacar que por intermedio de fuentes gubernamentales se habría afirmado la posibilidad de definición, en cuanto a este tema, en el transcurso de aproximadamente un año, lo que sería coherente con el punto anteriormente mencionado.

El Jefe de Departamento II (Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Sección Enlace

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

=a.n.=

9005111

República China

la Búsqueda

1-8-25

015

Fcron

Relaciones diplomáticas con China Popular condicionadas a intercambio comercial

El establecimiento de relaciones diplomáticas con la República Popular China "dependerá de que el intercambio comercial llegue a volúmenes muy importantes que, con el tiempo, lleven a un reconocimiento completo", dijeron a **Búsqueda** fuentes de la Cancillería.

El tema que "está a estudio al más alto nivel", según se admitió, "pasa por profundizar las relaciones comerciales" y "no será de definición rápida".

En este contexto, viajará una importante delegación pública y privada uruguaya a Pekín en octubre.

Las fuentes admitieron que "se trata de un tema sensible" y que existen sobre él "divisiones en la Cancillería y en el Gobierno".

China ha enfatizado su voluntad de normalizar relaciones diplomáticas e incluso "otorgar a Uruguay ciertas ventajas comerciales que compensen los eventuales perjuicios que puedan ocasionarse en el comercio con China nacionalista".

Uruguay aspira a mantener los vínculos comerciales con el régimen de Taiwan, señalaron las fuentes, pero se recordó que en materia diplomática, "existe una exclusión insuperable".

■ Contactos chinos

Una misión china encabezada por miembros de la Junta Directiva del Comité para la Comprensión Internacional, Zhu-Siquien, regresó a su país la pasada semana tras varios contactos en nuestro medio.

La delegación departió más de media hora con el Canciller Enrique Iglesias y mantuvo entrevistas con la Comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Diputados, con el Presidente del Frente Amplio, Líber Seregni, y con el senador Juan Raúl Ferreira.

Los emisarios chinos visitaron establecimientos rurales, especialmente algunos tambos, y manifestaron mucho interés en nuestra producción láctea (particularmente en quesos y yogurt).

Según las manifestaciones de los visitantes, China estudia el mejoramiento de la dieta nacional, escasa en proteínas.

En 1949, tras el triunfo de la revolución China dirigida por Mao Tse Tung y con el repliegue del régimen de Chiang Kai-Chek a la isla de Taiwan, la mayoría de los países latinoamericanos y del resto del mundo no reconocieron el nuevo régimen comunista y mantuvieron relaciones diplomáticas con China nacionalista.

Paulatinamente se fue revirtiendo la situación y fue la propia ONU, en 1971, que dio el respaldo a China Comunista, al admitirla en el seno del organismo, en sustitución de China Nacionalista, que hasta ese momento se sentaba como miembro permanente del Consejo de Seguridad, sitio que desde entonces, ocupa la República Popular de China.

"Un país con dos sistemas"

El Presidente de China Popular Li-Xiannain declaró que su gobierno propone crear "un país con dos sistemas" que unifique a la nación china, según señala un cable de EFE fechado en Los Angeles el pasado lunes.

Li-Xiannain propuso la unión de Taiwan con China Continental manteniendo distintos sistemas económicos y políticos bajo la soberanía única de Pekín durante una cena ofrecida por la Comunidad chino-norteamericana al fin de sus contactos en los Estados Unidos.

El mandatario chino fue recibido por el Presidente Ronald Reagan en su primer audiencia pública tras su operación y suscribió varios acuerdos entre los que se destaca uno sobre colaboración nuclear con fines pacíficos.

9005111

Una Carta Del Dr. Schroeder Otero

Relaciones Con China Comunista: Ruptura Con China Nacionalista

Señor Director del diario EL DIA, Doctor Enrique E. Tarigo. De mi mayor consideración: En el diario de su dirección del día 20 de octubre *del corriente* y bajo el título "Después de lo de Cuba; ahora, República Popular China", se publica un artículo firmado por el Doctor Ope Pasquet Iribarne, en el que se defiende la tesis de la necesidad o conveniencia del establecimiento de relaciones diplomáticas plenas con el gobierno de China comunista.

La importancia del tema, el respeto que me merece el Doctor Pasquet y la posición que él ocupa en el actual gobierno, me mueven a hacerle llegar estas líneas que expresan, obviamente, mi opinión personal en el asunto, pero que reflejan, además del amor a nuestra Patria y a sus tradiciones, el resultado de largas reflexiones efectuadas durante el curso de mi carrera internacional, terminada hace ya varios años.

Algunas Precisiones Sobre Los Hechos

En el citado artículo se afirma que, salvo Uruguay y Paraguay, todos los demás países de América Latina tienen a la fecha relaciones diplomáticas con el régimen de Pekín y no con China Nacionalista. Tal afirmación es totalmente inexacta. Al presente mantienen relaciones diplomáticas con China Nacionalista además de Uruguay y Paraguay, todos los países centroamericanos incluyendo Nicaragua, Panamá y, por lo menos Haití y República Dominicana entre los países del Caribe.

Aparte de esta precisión elemental pero inevitable se hace necesario, en mi opinión, recordar algunos hechos históricos recientes que son el antecedente de la actual situación.

Quizá pocos uruguayos recuerden hoy — sobre todo los jóvenes— que en China Continental existió una República verdaderamente democrática, fundada por el Doctor Sun Ya T-sen y continuada por el General Chiang Kai Sheck, en mi opinión uno de los más grandes hombres del siglo veinte. Dicha república, fundada a principios del siglo sobre las ruinas del Imperio Chino y de los restos del orden feudal y construida con todas las enormes dificultades de una democracia naciente, fue atacada en su base en los primeros años de la posguerra por la insurrección marxista de Mao Tse Tung, apoyada entonces por la Unión Soviética.

Este fenómeno de hecho, de pura fuerza, culminó con el derrocamiento de la República de China, el retiro de sus dirigentes del continente y el establecimiento de un gobierno democrático de China en el exilio en la Isla de Taiwán. Dicho gobierno en el exilio, bajo el liderazgo de Chiang Kai Sheck y con el admirable esfuerzo y sacrificio de sus seguidores y de todo un pueblo, dio lugar al surgimiento de lo que es hoy China Nacionalista, un país enormemente progresista y desarrollado, ubicado entre los primeros del mundo desde el punto de vista de su nivel de vida, de su nivel educacional y cultural y de su desarrollo tecnológico.

China Nacionalista no sólo era y es un país muy importante (entre otras cosas su población es aproximadamente siete veces la de nuestro país) sino que ocupó un lugar destacado en las Naciones Unidas hasta que el gobierno de los Estados Unidos bajo el Presidente Nixon y siguiendo las directivas de Kissinger inició un movimiento que culminó con el establecimiento de relaciones diplomáticas con el régimen de Pekín, fundamentalmente por razones estratégico-militares, a efectos de tener el eventual apoyo de una potencia comunista para el afianzamiento de la paz en Asia y para el establecimiento de un "balance de poder mundial" basado en la rivalidad de "enemigos comunes", similar al que había imperado en Europa después de las guerras napoleónicas, por inspiración de Metternich.

Los Aspectos de Principio Envueltos en un Posible Cambio de Actitud

Toda decisión en el plano internacional envuelve, necesariamente, cuestiones de principio y cuestiones de intereses.

Tratándose de países pequeños, en mi opinión, las cuestiones de principio son fundamentales y son también de intereses, pues la opción de intereses que a los países pequeños les queda en la *comunidad internacional* — una vez que los *principios* son dejados de lado— es sumamente pequeña.

El primer principio a tener en cuenta es el relativo a la legitimidad, desde el punto de vista democrático de los dos regímenes. Optar hoy por el régimen de Pekín en vez del de Taiwán implica optar por la fuerza en lugar del derecho, por un régimen totalitario en lugar de un régimen democrático. La decisión carecería de toda base ética y tal opción supondría una absurda paradoja en momentos en que el país retorna a la democracia y a un Estado de Derecho.

El segundo principio a tener en cuenta es el relativo a la autodeterminación o libre determinación de los pueblos. Cabe preguntarse en que forma tal principio está involucrado en el pleito entre las dos Chinas. La respuesta es muy clara. Sea cual fuere la opinión que se tenga sobre la pretensión de los dos gobiernos a gobernar toda China es evidente que China Nacionalista es — de hecho— un país distinto a China Continental o China comunista y que tiene todo el derecho moral y legal del mundo a no dejarse anexar o someter al régimen de Pekín.

El establecimiento de relaciones con China comunista involucra inevitablemente, por parte del Estado que establece relaciones diplomáticas plenas con tal país la aceptación de que el gobierno de China comunista es el único gobierno legal de toda China, pasando a ser Taiwán meramente una provincia del mencionado régimen. Tal reconocimiento es, claramente, la antesala unilateral de la anexión de Taiwán por parte de China comunista, el objetivo estratégico final que, sin ninguna duda, persigue el régimen de Pekín.

Si todos los gobiernos que actualmente mantienen relaciones con Taiwán las *rompieran*, Taiwán pasaría a ser desde el punto de vista internacional, sólo un territorio, anexable inmediatamente, a la jurisdicción del régimen comunista de Pekín. Pienso que Uruguay es quizás el último país en el mundo que pueda negar el principio de la autodeterminación de los pueblos o renegar de él. Todos los uruguayos sabemos que Uruguay existe en la comunidad internacional como un país *independiente* y *soberano exclusivamente en virtud* de la aceptación de dicho principio, por encima o al margen de las reivindicaciones territoriales de Argentina y de Brasil, países herederos de los territorios del imperio español y del imperio lusitano, respectivamente.

Un poco antes señalé que todos los países centroamericanos —incluyendo al actual gobierno de Nicaragua— mantienen relaciones con China Nacionalista. Me interesa destacar especialmente el caso de Costa Rica. Costa Rica es una gran democaracia, un país admirable en muchos aspectos y en mi caso, un país al que quiero y respeto profundamente.

Y bien, Costa Rica mantiene relaciones con China Nacionalista —posición que no ha variado a pesar de la rotación de partidos en el poder que ha tenido lugar en el país— por una *razón fundamentalmente de principios.*

La razón de principios ha sido expuesta en un sinnúmero de oportunidades por don José Figueres, uno de los líderes democráticos mas importantes de América Latina (tres veces electo Presidente en elecciones libres) con claridad y sencillez con que los ejemplos deben transmitir los principios. Costa Rica no admitirá que con su voto o su decisión se consume la anexión y el sometimiento de un país pequeño y libre a manos de un país totalitario y más grande.

Las Consideraciones de Indole Pragmática

Se arguye, por último que, principios aparte, no puede ignorarse la existencia de un país de mil millones de habitantes, ni desconocerse las ventajas de un semejante mercado potencial.

La primera precisión a hacer es que nadie ignora la existencia de un país o conglomerado humano de mil millones de habitantes. La segunda, que las *razones para tener o no tener* relaciones diplomáticas plenas con un país no derivan exclusiva ni necesariamente del conocimiento o desconocimiento de la existencia del país en cuestión. Un país puede no tener relaciones con otro no porque ignore su existencia sino porque, aunque conociéndola, juzgue que, de acuerdo con su soberana decisión, no debe tener relaciones con él, por considerarlo, por ejemplo un agresor, o un país que viola el principio de no intervención en los asuntos internos de otro.

La tercera precisión es que no tener relaciones *diplomáticas plenas no implica el no tener relaciones comerciales, aun de gran volumen. Uruguay* no necesita provocar el desgarramiento y el abandono total de principios que implicaría un cambio de actitud en el caso de las "dos Chinas" *para mantener relaciones comerciales con el régimen* de Pekín, como atestigua el hecho - mencionado por el Doctor Pasquet en su artículo – de la existencia actual de un importante volumen de comercio con China comunista.

La cuarta y última precisión a hacer es que mil millones de habitantes, obviamente, no indican necesariamente la existencia de un mercado comercial del tipo o dimensión indicados por la relación 1000/20. Tal afirmación sería gruesamente inexacta y totalmente inaceptable en términos de *teoría económica*. La dimensión de un mercado está dada no sólo por el número de habitantes sino por su nivel de vida, por su capacidad de consumo.

Más allá de eso, por su capacidad de aporte en todos los planos, en el mediano y en el largo plazo. Y ocurre que China comunista es, junto con India y con Bangladesh, unos de los países más pobres del mundo.

Personalmente, no tengo ninguna duda de que China comunista no está en condiciones de ofrecer nada parecido a lo que China Nacionalista está ofreciendo ya a Uruguay.

Y ello no solamente por las conclusiones que surgen de los hechos que anteceden sino por una consideración adicional. El comercio con China Nacionalista es un comercio con un país libre, en el que las relaciones se establecen entre empresarios privados, más allá de los vaivenes o avatares de las decisiones de los gobiernos. El comercio con China comunista es un comercio establecido —de uno de los lados de la relación— con un país totalitario, un comercio cuyas perspectivas futuras dependerán exclusivamente de lo que el capricho de uno de los gobiernos decida deba ser. El ejemplo de lo que ha ocurrido y puede ocurrir en el futuro en el comercio de los países libres con regímenes totalitarios exime de todo comentario adicional al respecto.

Algunas Razones Pragmáticas Más

A la hora de pensar en establecer relaciones con China comunista no puede dejar de señalarse que dicho país —aparentemente en un proceso de revisión al presente después de los horrores de la "revolución cultural"— ha estado en el pasado cuatro veces en guerra con sus vecinos y fuera de su territorio, ha apoyado al Kmer-Rojo, protagonista de una de las masacres más horrendas de todos los tiempos (mostrada en la película "Los gritos del silencio"), y ha apoyado y apoya al movi*miento guerrillero conocido como* "Sendero Luminoso", una de las experiencias de terrorismo más demencialmente crueles de todas las que han existido en América Latina.

Cabe preguntarse si a nuestra democracia, amenazada de tantos peligros y sujeta a tantas tensiones, le puede llegar a convenir un socio y aliado con semejantes antecedentes.

Agradeciéndole la publicación de estas líneas le reitero las expresiones de mi más alta consideración y estima personal.

Juan Bautista Schroeder Otero

El Diario

LUNES 7 DE ABRIL DE 1986

Las relaciones con China Popular

Una delegación de funcionarios de la República Popular China, acompañados por el Diputado colorado Roberto Asiaín, participaron esta mañana en el Edificio "Libertad", de un desayuno de trabajo que nucleó, entre otros, al Subsecretario de Transportes y Obras Públicas Alejandro Atchugarry y al Director Nacional de Trabajo Luis Brezzo.

En torno a la futura consolidación de las relaciones diplomáticas entre Uruguay y la República Popular de China, Asiaín indicó que prácticamente hay consenso a nivel parlamentario para llevar adelante la iniciativa, que contribuiría a fortalecer aún más las actividades en el campo comercial y cultural.

"Ambas China reivindican para sí el hecho de ser la única China", indicó el legislador de "Libertad y Cambio". "Es obvio que requiere una decisión por parte del estado que tiene relaciones con Taiwan, romperlas y asumir las relaciones con la República Popular China. Esta es la nueva metodología que han asumido 131 países de los 159 representados en las Naciones Unidas".

Estimó, no obstante, que existen "posibilidades de mantener relaciones con Taiwan en la órbita comercial y cultural. Estados Unidos, por ejemplo, tiene una oficina de intereses comerciales en Taiwan, yo diría que con muchos más funcionarios que muchas misiones que tiene en el exterior".

FTC II

9005111

Acuerdo comercial a largo plazo con China Popular, solo previo reconocimiento diplomático

escribe Alejandro Nogueira

Shangai —(Especial para **Búsqueda**) — *Aunque los resultados de las misiones comercial y parlamentaria que visitaron China Popular en noviembre pueden considerarse satisfactorios a los objetivos del gobierno en esta etapa, la vinculación de los temas económicos y políticos es tan estrecha que resulta evidente que un acuerdo comercial de largo plazo solo será posible simultaneamente al restablecimiento pleno de las relaciones diplomáticas entre ambos países.*

Tal lo que se desprende del sutil discurso diplomático chino que enfatizó la "paciencia" de Pekín para que Uruguay remueva los "obstáculos" de sus vinculaciones con Taiwan, pero que a la vez supo manifestar su beneplácito ante el "gesto político" de una delegación parlamentaria pluripartidaria y de una misión comercial encabezada por un secretario de Estado e integrada, en el plano privado, por dos ex ministros uruguayos, (Juan Carlos Blanco y Juan Eduardo Azzini).

No escapó tampoco a la observación de los funcionarios chinos que la presidencia de la delegación oficial recayera sobre el Ministro de Agricultura y Pesca, Roberto Vázquez Platero, cuya cartera es especialmente asediada por los taiwaneses.

■ Todavía sin grupos de presión

La delegación comercial, acompañada por una quincena de empresarios privados, obtuvo contratos o promesas del orden de los 40 millones de dólares (algo más que en 1984) pero no pudo modificar la estructura de las compras chinas orientadas principalmente a la lana (unos 37 millones de dólares).

Los representantes uruguayos insistieron en mantener como mínimo los niveles de venta del año pasado porque, de lo contrario, "podría interpretarse como un retroceso" en las relaciones entre ambos países.

Las negociaciones más duras se centraron en los cueros ya que los chinos manifestaron interés solamente por mitades del producto, la tercera parte de 1984. No obstante se logró finalmente abrir promesas de compra por 1.750 pies más.

La "compra política" en las negociaciones estuvo quizá en dos pequeñas partidas de tejidos y frazadas, de unos 250 mil dólares cada una. Los quisquillosos compradores chinos abrieron expectativas a los cítricos para la zafra '86 y someterán a estudio un producto para ellos nuevo, el BPC (proteínas de pescado), en el que mostraron interés.

Búsqueda, *que tuvo la oportunidad de recorrer China acompañando a la misión parlamentaria, se entrevistó en Shangai con integrantes de la misión comercial al fin de sus gestiones.*

Según diversas fuentes consultadas "de no haberse cristalizado esta misión comercial los niveles de colocación de productos uruguayos este año hubieran sido sensiblemente inferiores". Por lo demás existieron coincidencias en observar que "las operaciones comerciales no alcanzaron una envergadura suficiente como para que se constituya en Uruguay un "lobby" empresarial interesado en presionar a favor de China Popular".

■ Pasos hacia la normalización

De la nutrida agenda de contactos políticos de la misión parlamentaria, tanto a nivel de gobierno como del Partido Comunista chino, puede concluirse que se dio un paso importante, casi inminente, en el establecimiento de las relaciones diplomáticas entre ambos países.

Integrada por los senadores Juan Raúl Ferreira (P. Nacional) que encabezó en su condición de presidente en ejercicio de la Comisión de Asuntos Internacionales del Senado, Oscar Lenzi (Partido Colorado) y Rey Tabo Gargano (PS-FA), y los diputados Luis Alberto López (P. Colorado), Luis José Martínez (P. Nacional) y Carlos Negro (99-FA), la misión política manifestó la voluntad de los uruguayos por una pronta normalización de las relaciones diplomáticas.

Particular impresión causó en los gobernantes chinos el respaldo de los partidos opositores a la política exterior del gobierno de Julio María Sanguinetti y la unanimidad del discurso uruguayo. Los parlamentarios además trasmitieron la intención del Poder Ejecutivo de "caminar sin prisa y sin pausa" hacia el intercambio de embajadores.

Los políticos, que no soslayaron la temática comercial, manifestaron a sus anfitriones chinos que "el restablecimiento de las relaciones diplomáticas debía ser la culminación y el reconocimiento formal a un hecho preexistente: el estrechamiento y la profundización de los vínculos culturales, tecnológicos y comerciales".

Los representantes uruguayos expresaron sin ambages las dificultades actuales del país y la serie de "situaciones e intereses creados" durante el régimen anterior que ligaban a Uruguay con China nacionalista.

Los intensos contactos y encuentros de trabajo quedaron resumidos en el intercambio durante un banquete de clausura que los principales interlocutores del gobierno de Pekín ofrecieron a la delegación uruguaya donde ambas partes reconocieron el "significativo avance en el acercamiento y conocimiento entre ambos pueblos" tras la visita.

■ "Un paso más atrás que Iglesias"

La definición del restablecimiento de relaciones diplomáticas con la República Popular de China (y el inevitable rompimiento con el gobierno de Taiwan) será ahora materia de un proceso de debates y pujas dentro del gobierno y particularmente dentro del Partido Colorado.

En medios diplomáticos es conocida la opinión ampliamente favorable del Canciller Enrique Iglesias en resolver el tema a favor de los chinos continentales que, en rigor, "representan la cuarta parte de la humanidad". No obstante, fuentes coloradas calificadas admitieron que el Presidente Sanguinetti, partidario también de la apertura diplomática de Uruguay, está, sobre este punto "un paso más atrás que Iglesias".

Taiwan ha desarrollado durante los últimos años sólidos vínculos empresariales y muchos "amigos políticos" en Uruguay según se admite en medios diplomáticos y parlamentarios.

Intereses en la pesca y los servicios portuarios (de los que dependen muchos trabajadores), compras agrícolas y ayudas tecnológicas y alguna otra "carta" financiera están siendo jugadas por Taiwan para mantener a Uruguay entre sus amigos. Si éste defeccione solo Paraguay en América del Sur permanecerá reconociendo al pequeño país fundado por Chang-Kai-chek tras la revolución comunista de 1949, y se verificará un paso más hacia su aislamiento internacional.

El gobierno uruguayo se aboca ahora a evaluar la real envergadura que puede alcanzar un acuerdo comercial a largo plazo con China Popular tras el reconocimiento y cómo operará la "lógica de las compensaciones" manejada en Pekín como paliativo de las pérdidas resultantes del alejamiento de Taiwan, pero con la clara conciencia —según estimaciones oficiales— de que Uruguay "llega tarde a la época de los grandes negocios con la República Popular de China".

8601484

6 - 6

-9005111

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U N 006|86

ASUNTO:

- Situación en el área Egipcio-israelí
- México
- Costa Rica

Montevideo, 14 de abril de 1986.

01-04

9005112

- Desde el golpe militar de 1952 que derrocó al rey Faruk, los tres Presidentes que ha tenido Egipto se han visto enfrentados a la existencia de un fuerte movimiento fundamentalista Islámico que ha originado grandes problemas políticos, locales e inclusive militares.
- La fundación formal de la organización fundamentalista Islámica fue en 1929, llamándose "Hermandad Musulmana" que tenía como fin la lucha contra la influencia occidental. Estos grupos radicales se propusieron derrocar al régimen egipcio por la fuerza, para instaurar la república islámica que sólo después de la revolución en Irán encontró un modelo o un punto concreto de referencia.
- Existe una intensa campaña para convertir a la legislación religiosa islámica en la constitución del Estado, lo que ha provocado enfrentamientos en el Parlamento y a nivel público. Este movimiento a nivel parlamentario es impulsado por los ocho diputados fundamentalistas que integran el Consejo del Pueblo. Además es destacable que de acuerdo a estimaciones de fuentes occidentales, el 70% de la población egipcia es partidaria de la implantación de la ley islámica.
- Si bien los principales centros de divulgación de los fundamentalistas islámicos son los 60.000 izquierdistas existentes en el país (a mediados de 1985 el gobierno decidió asumir el control de todas las mezquitas y adoptar una serie de medidas tendientes a aislar a los fundamentalistas musulmanes de sus bases), las facultades se han convertido en uno de los principales factores de presión utilizados.
- En el mes de febrero del presente año, algunos sectores de la policía militar egipcia se insubordinaron influenciados por partidos de la oposición. En este sentido, el Presidente Mubarak destituyó al Ministro del Interior, General AHMED RUSHDY, que es un especialista en asuntos relativos a los fundamentalistas islámicos.
- Para derrocar al régimen político egipcio, los fundamentalistas se plantearon siempre como elemento fundamental de su estrategia la infiltración de las Fuerzas Armadas.

900517

- Si bien hasta el momento, las FF.AA. se han mantenido leales a las autoridades se tiene la certeza de la existencia de corrientes fundamentalistas en sus filas, como quedó evidenciado en el atentado que costó la vida al Presidente Sadat. Luego del atentado, todos los Oficiales jóvenes simpatizantes o cercanos a la corriente islámica, fueron retirados en forma anticipada progresivamente. Asimismo, otro hecho destacable fue el asesinato de turistas israelíes por parte de un soldado egipcio en el mes de marzo. Es de destacar que el actual Ministro de Defensa, Mariscal ABDEL HALIM ABU GHAZALA, prestó servicios junto a los "Hermanos Musulmanes" en un regimiento de artillería en 1948 durante la guerra palestina.
- Existiría presión interna en el país para que Egipto se oponga a los intentos de Estados Unidos de involucrarlo en el conflicto militar contra Libia.
- De cambiar la situación política interna de Egipto, la Fuerza Multinacional de Paz en el Sinaí, donde se encuentran efectivos militares de nuestro país, que otorga protección al Estado de Israel, podría ser objetivo de los revolucionarios islámicos, en virtud de la existencia de tropas de Estados Unidos particularmente cuando este país prepara una acción militar contra Libia.
- No se descarta que se puedan llevar a cabo acciones contra el mandatario de un país que apoyó las negociaciones de Camp Davis, lo que podría tener efectos propagandísticos.
- Si bien en Israel las condiciones de seguridad son mejores que en Egipto, las acciones terroristas de árabes fundamentalistas no son descartables dado el efecto propagandístico de las mismas.

MEXICO

- Se estima que no existen problemas de seguridad que puedan afectar la visita del Presidente.

COSTA RICA

- Se estima que no existen problemas de seguridad, excepto en la frontera con Nicaragua, donde actúan grupos contrarrevolucionarios que podrían ver con relativa molestia las gestiones de Contadora, particularmente las que se refieren a la creación de una fuerza de observadores, lo que podría restarle alguna posibilidad a los mismos.

C.G.

c.c.

•9005 . . .

- Si bien hasta el momento, las FF.AA. se han mantenido leales a las autoridades se tiene la certeza de la existencia de corrientes fundamentalistas en sus filas, como quedó evidenciado en el atentado que costó la vida al Presidente Sadat. Luego del atentado, todos los Oficiales jóvenes simpatizantes o cercanos a la corriente islámica, fueron retirados en forma anticipada progresivamente. Asimismo, otro hecho destacable fue el asesinato de turistas israelíes por parte de un soldado egipcio en el mes de marzo. Es de destacar que el actual Ministro de Defensa, Mariscal ABDEL HALIM ABU GHAZALA, prestó servicios junto a los "Hermanos Musulmanes" en un regimiento de artillería en 1948 durante la guerra palestina.
- Existiría presión interna en el país para que Egipto se oponga a los intentos de Estados Unidos de involucrarlo en el conflicto militar contra Libia.
- De cambiar la situación política interna de Egipto, la Fuerza Multinacional de Paz en el Sinaí, donde se encuentran efectivos militares de nuestro país, que otorga protección al Estado de Israel, podría ser objetivo de los revolucionarios islámicos, en virtud de la existencia de tropas de Estados Unidos particularmente cuando este país prepara una acción militar contra Libia.
- No se descarta que se puedan llevar a cabo acciones contra el mandatario de un país que apoyó las negociaciones de Camp Davis, lo que podría tener efectos propagandísticos.
- Si bien en Israel las condiciones de seguridad son mejores que en Egipto, las acciones terroristas de árabes fundamentalistas no son descartables dado el efecto propagandístico de las mismas.

MEXICO

- Se estima que no existen problemas de seguridad que puedan afectar la visita del Presidente.

COSTA RICA

- Se estima que no existen problemas de seguridad, excepto en la frontera con Nicaragua, donde actúan grupos contrarrevolucionarios que podrían ver con relativa molestia las gestiones de Contadora, particularmente las que se refieren a la creación de una fuerza de observadores, lo que podría restarle alguna posibilidad a los mismos.

C.G.

c.c.

•9605

El Jefe del Departamento II (Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del Dpto. I

.9005112

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 15 de Abril de 1986.-

MEMORANDUM Nº 007/86

VISITA DE ALAN GARCIA

- Durante sus discursos y declaraciones a la prensa, el mandatario peruano se refirió a sí mismo como "ciudadano de América" a los efectos de reafirmar su concepto de "integración latinoamericana", dando a entender que la integración por él proclamada ya existe.
- En la declaración conjunta firmada por los presidentes García y Sanguinetti, se hacen referencias importantes sobre "DEUDA EXTERNA" y "NUEVO ORDEN ECONOMICO", siendo estos puntos los temas fundamentales dentro del discurso de Alán García.
- En una parte de la declaración conjunta se afirma que se impone el "establecimiento de UN NUEVO ORDEN ECONOMICO INTERNACIONAL sobre las bases de equidad y justicia distributiva". Se puntualiza que este concepto es el mismo que viene impulsando la Unión Soviética a través de las Naciones Unidas.
- También es importante destacar la parte de la declaración conjunta donde se expresa ..." sumados a otra forma de cooperación que constituyen las bases para el establecimiento de una RED DE SEGURIDAD ECONOMICA REGIONAL". Se destaca que esta misma terminología fue utilizada en el XXVII Congreso del Partido Comunista de la URSS en el mes de marzo, que propuso impulsar un "CONGRESO MUNDIAL DE LA SEGURIDAD ECONOMICA".
- De lo expuesto en relación a la declaración conjunta se observa que se logra insertar en la misma dos conceptos que son muy importantes dentro de la estrategia de penetración de la Unión Soviética: NUEVO ORDEN ECONOMICO Y SEGURIDAD ECONOMICA REGIONAL, conceptos que han sido incorporados al discurso del presidente Alán García como referencia permanente.
- Por otra parte, cuando se menciona la necesidad de reformar la Carta de la Organización de Estados Americanos (OEA), se reitera que dicho proceso "incluye las convenciones sobre "Seguridad Económica Colectiva"

y "Cooperación para el Desarrollo Integral".

- Como se observa en la declaración conjunta, el mandatario peruano logra insertar en forma reiterada su punto de vista sobre la economía y la integración de América Latina y en lo que respecta concretamente a la OEA, se puntualiza que su restructura debe incluir las "CONVENCIONES SOBRE SEGURIDAD ECONOMICA", tal como lo impulsa la URSS.
- Del análisis de los distintos discursos pronunciados por el mandatario peruano, se desprende que los términos socialismo, antiimperialismo y revolución, fueron los utilizados con mayor frecuencia.
- El criterio de la formulación de conceptos como los anteriores, es similar al utilizado por el Partido Comunista local, el cual infiltra en las plataformas programáticas de los partidos políticos tradicionales conceptos tales como "Reforma Agraria" o "Nacionalización de la banca". Estos conceptos quedan incorporados al lenguaje cotidiano de los partidarios de las agrupaciones políticas tradicionales pero éstas no le brindan una definición clara del concepto. Concluído el acto electoral, las definiciones que prevalecen acerca de estos conceptos son las que impulsa el Partido Comunista Internacional, iniciándose de esta manera la infiltración ideológica en los partidos tradicionales.
- En lo que se refiere a los otros organismos regionales, se acordó la conveniencia de la "Institucionalización jurídica" del Parlamento Latinoamericano por ser un "foro de la mayor importancia para el debate político de los problemas regionales" y por "constituir dicho organismo, expresión de la voluntad de integración latinoamericana".
- Se convino además impulsar la formación de un "MERCADO COMUN LATINOAMERICANO" que contrarreste "los efectos negativos del actual ORDEN ECONOMICO INTERNACIONAL". Asimismo, se destaca la importancia de "impulsar y vincular mecanismos sub-regionales tales como el MERCADO COMUN CENTROAMERICANO, EL GRUPO ANDINO, EL TRATADO DE COOPERACION AMAZONICA y el TRATADO DE LA CUENCA DEL PLATA".
- Por su importancia, se destaca que en una parte de la declaración conjunta se expresa que "coincidieron (ambos mandatarios) en propiciar que los Símbolos, Próceres y Personajes Nacionales son compartidos y asumidos como propios por todos nuestros pueblos". Ambos mandatarios además, acordaron promover el establecimiento de una NACIONALIDAD COMUN "que aliente nuestra unidad y afirme nuestra identidad ante el

mundo".

- En lo que tiene que ver con Contadora, la declaración conjunta adhiere al "Comunicado de Panamá" y al "Mensaje de Caraballeda", demandando a los países con vínculos e intereses en la región a "que se abstengan a cualquier acto que frustre el objetivo de Contadora, en particular el apoyo a las fuerzas irregulares y movimientos insurreccionales que operan en la región".
- Lo expresado en la declaración conjunta en torno a Contadora, favorece el punto de vista de Nicaragua sobre el asunto, al dejar entrever que el apoyo de EE.UU. a los "contra" es lo que traba las negociaciones.
- Las expresiones del presidente Alan García en oportunidad de su discurso en la sede de la Suprema Corte de Justicia en el sentido de "que la verdadera democracia es aquella en que los Poderes son realmente independientes", podrían estar orientadas a fijar una posición en relación a los derechos humanos en nuestro país y particularmente a influir sobre la decisión de la Suprema Corte sobre la competencia de la Justicia Militar.
- De lo expuesto anteriormente se puede concluir que en forma deliberada o no, el presidente Alán García utilizó reiteradamente en todos los discursos pronunciados durante su visita a nuestro país, los conceptos doctrinarios que conforman las principales banderas de lucha del Comunismo Internacional, favoreciendo en forma notoria los intereses de la Unión Soviética y de Cuba, destacándose que este último país se preocupó de filmar y grabar en toda su extensión sus expresiones, a los efectos de divulgarlas a nivel internacional con fines propagandísticos.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE · SERVICIO DE INFORMACIONES DE DEFENSA · JEFE DEPARTAMENTO II · República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Chel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

C.G.M.
C.C.M.

Original - Archivo
Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea
Copia Nº 3 - Sr. Sub-director de Ejército
Copia Nº 4 - Sr. Jefe del Dpto. I

mundo".

- En lo que tiene que ver con Contadora, la declaración conjunta adhiere al "Comunicado de Panamá" y al "Mensaje de Caraballeda", demandando a los países con vínculos e intereses en la región a "que se abstengan a cualquier acto que frustre el objetivo de Contadora, en particular el apoyo a las fuerzas irregulares y movimientos insurreccionales que operan en la región".
- Lo expresado en la declaración conjunta en torno a Contadora, favorece el punto de vista de Nicaragua sobre el asunto, al dejar entrever que el apoyo de EE.UU. a los "contra" es lo que traba las negociaciones.
- Las expresiones del presidente Alán García en oportunidad de su discurso en la sede de la Suprema Corte de Justicia en el sentido de "que la verdadera democracia es aquella en que los Poderes son realmente independientes", podrían estar orientadas a fijar una posición en relación a los derechos humanos en nuestro país y particularmente a influir sobre la decisión de la Suprema Corte sobre la competencia de la Justicia Militar.
- De lo expuesto anteriormente se puede concluir que en forma deliberada o no, el presidente Alán García utilizó reiteradamente en todos los discursos pronunciados durante su visita a nestro país, los conceptos doctrinarios que conforman las principales banderas de lucha del Comunismo Internacional, favoreciendo en forma notoria los intereses de la Unión Soviética y de Cuba, destacándose que este último país se preocupó de filmar y grabar en toda su extensión sus expresiones, a los efectos de divulgarlas a nivel internacional con fines propagandísticos.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE - REPUBLICA O. DEL URUGUAY

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel. (Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - A-2

Copia Nº 2 - E-2

Copia Nº 3 - C-2

Copia Nº 4 - N-2

ORGANIZACIONES DE SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS

O.S.P.A.A.A.L.
(Organización de Solidaridad para los Pueblos de Asia,Africa y América Latina)
Sede: La Habana

O.L.A.S.
(Organización de Solidarid.con los Pueblos de América Latina)
Sede: La Habana

- **J.C.R.** Sede: París
- **Batallón América**

O.S.P.A.A.
(Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia y Africa)
Sede: El Cairo

- **Comité Internacional contra el Apartheid,Racismo y Colonialismo en Sudáfrica.**
- **Comisión Internacional de Investigación sobre crímenes racistas en el régimen sudafricano.** Sede: Bruselas

900511

M E M O R A N D U M Nº 008/87

ASUNTO: ORGANIZACIONES DE SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS

TEXTO:

I.- O.S.P.A.A.

A.- FUNDACION

La Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia y Africa (OSPAA) fue fundada por el Consejo Mundial de Paz (CMP), en un intento por reafirmar la influencia de la Unión Soviética en Africa y Asia; luego de sus incursiones en la Conf erencia Afroasiática, llevada a cabo en Bandung (Indonesia) en abril de 1955. Conferencia ésta, celebrada bajo los auspicios de China Comunista, a la cual asistieron 29 países de Asia y Africa.

En el mismo se llevó a cabo una conferencia en Nueva Delhi, durante el transcurso de la cual se fundaron un Comité de Solidaridad con Asia y Comités de Solidaridad Nacional en cierto número de países asiáticos.

En 1957, 38 comités asiáticos de solidaridad, con subvención de los países africanos, organizaron en el Cairo la primera Conferencia de Solidaridad Afroasiática; la cual de acuerdo a comentarios comunistas constituía el desarrollo del "espíritu de Bandung".

En abril de 1960 la OSPAA obtuvo formalmente su formación, durante el transcurso de la 2da. Conferencia de Solidaridad Afroasiática, realizada en Conakry (Guinea), adoptándose además su constitución.

B.- ESTRUCTURA Y ORGANIZACION

1.- Conferencia

Es el órgano supremo del organismo, manteniendo reuniones cada dos años.

2.- Congreso

Está formado con representantes de cada organización miembro. Elige cada dos años un comité ejecutivo.

3.- Comité Ejecutivo

Se reúne dos veces al año. Está formado por un presidente, un presidente honorario, un secretario general y 4 secretarios.

9005114

4.- Secretariado Permanente

Es el encargado de manejar los asuntos al día. Está formado por 17 secretarios (9 de Africa, 3 de los Estados Arabes, 3 de Asia, 1 de URSS y 1 de la RDA).

5.- Presidium

Formado en 1974. Su principal función es la de elaborar un programa de trabajo. Está formado por 35 miembros.

6.- Comité de Finanzas

Creado en 1979 por el Secretariado Permanente.

C.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

1.- Comité Internacional contra el Apartheid, Racismo y Colonialismo en Sudáfrica (ICSA). Creado en 1977 por la OSPAA y el CMP.

2.- Comisión Internacional de Investigación sobre crímenes racistas en el régimen sudafricano. Creado en 1978, teniendo su sede en Bruselas.

D.- MIEMBROS DE LA OSPAA

Cerca de 90 Comités de Solidaridad y Movimientos de Liberación en Africa y Asia están afiliados a la organización.

E.- FINANZAS

De acuerdo a su constitución la organización está financiada por donaciones de entidades y personas individuales interesadas y por los miembros de las organizaciones afiliadas.

F.- PUBLICACIONES

Solidaridad; revista de edición mensual, publicada en inglés y francés.

Desarrollo y progreso socio-económico; publicación trimestral publicado en inglés, árabe y francés.

Libros.

Folletos varios.

G.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES

1.- Consejo Mundial de Paz

Mantiene estrechos vínculos con esta organización de Frente, teniendo un representante permanente en el mismo.

La mayoría de los eventos realizados hasta 1973 por la OSPAA fueron hechos en conjunto con el CPM, a partir de 1974 ha desarrollado su actividad

9005114

con aparente independencia del mismo.

2.- Naciones Unidas

La OPAA tiene Status Categoría II con ECOSOC (Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas y Status Consultivo con UNIDO (Organización de las Naciones Unidas para el Desarrollo Industrial).

Tiene una oficina establecida en Ginebra y Nueva York para su cooperación con las Naciones Unidas y en París con UNESCO.

3.- Organización de Unidad Africana

La OSPAA trata de mantener estrechos vínculos con esta organización sosteniendo además a movimientos de liberación africanos y árabes.

4.- Movimientos de No Alineados

Tiene Status de observador en este movimiento, manteniendo y atendiendo todas las reuniones que esta organización realice.

H.- OBJETIVOS

El principal objetivo es la unidad y coordinación para la lucha de los pueblos afroasiáticos contra el imperialismo y el colonialismo; así como acelerar la liberación de los pueblos y su desarrollo económico social y cultural.

I.- REUNIONES REALIZADAS

Dic/1957 - (El Cairo) Conferencia de la OSPAA

Abr/1960 - (Conakry) Conferencia de la OSPAA

1961 - (Bandung) Reunión del Congreso de la OSPAA

Feb/1963 - (Moshi-Tanganica) Conferencia de la OSPAA

May/1965 - (Accra - Gana) Conferencia de la OSPAA

Feb/1967 - (Nicosia) Conferencia de la OSPAA

Ene/1972 - (El Cairo) Conferencia de la OSPAA

17 a 18 Feb/1985 - (Argelia) Mitín del comité africano

Dic/1985 - (Addis Abeba) Conferencia de los sindicatos panafricanos sobre Desarrollo, organizado en forma conjunta con la Federación Mundial Sindical.

Ene/1986 - (El Cairo) Reunión extraordinaria.

Abr/1986 - Conferencia Internacional sobre el Nuevo Orden Internacional de Información.

Abr/1986 - (Brazzabille) Conferencia Internacional sobre Paz y Desarrollo en Africa.

Oct/1986 - (Ulan Bator) Reunión del Presidium de la OSPAA.

Nov/1986 - (Aden) Conferencia de los organismos miembros árabes sobre la situación política, económica y militar en Medio Oriente y la expansión de la organización en la región.

II.- O.S.P.A.A.A.L.

A.- REUNION EN LA HABANA

El 3 de enero de 1966 se realizó en los Salones del Habana Libre -ex Hotel Hilton- la Ira. Conferencia de Solidaridad de los Pueblos de Asia, Africa y América Latina, la cual sería conocida bajo el nombre de Conferencia Tricontinental.

Los trabajos duraron diez días. Concurrieron a la misma 513 delegados provenientes de 83 países (27 de los cuales eran latinoamericanos) y representantes de Movimientos de Liberación de Vietnam del Sur, Laos, Mozambique, Camboya, Yemen del Sur, Rodhesia, Angola, Senegal, Namibia, Somalía, Martinica, Guadalupe, Guyana y Guyana Francesa, Nicaragua, El Salvador y Guatemala.

China estuvo representada por 34 delegados y la URSS por 42.

La Ira. iniciativa de la Conferencia fue la creación de una organización -destinada a sostener la lucha revolucionaria sobre todos los continentes, coordinar el terrorismo internacional- a fin de utilizarla públicamente en una acción que se inscriba dentro del cuadro de un combate revolucionario a escala mundial. La amalgama entre la lucha por la liberación nacional y la de los movimientos comunistas occidentales aparecía claramente en el mensaje dirigido a la clase obrera y a los movimientos populares de Europa y de América del Norte: "La lucha de los pueblos de Africa, Asia y América del Sur contra la dominación del imeria lismo, colonialismo y del neocolonialismo está estrechamente ligada a la lucha de las clases obreras contra los monopolios de los países capitalistas".

Tal reunión es un hecho capital en la historia del Movimiento Revolucionario Mundial, por primera vez dos corrientes revolucionarias (la que procede del marxismo ortodoxo y la que representa la lucha armada por la liberación nacional) actúan oficialmente unidas.

Las organizaciones trotskistas (a excepción de la Organización Comunista Internacional de Gerard Blach) se reúnen en masa al movimiento creado por la Tricontinental.

Por Ira. vez también, los representantes de organismo gubernamentales de países comunistas se asocian a los líderes revolucionarios originarios de movimientos activistas y aceptan identificar su acción a las "heréticas" trotskistas.

La totalidad de organizaciones representadas en La Habana admiten la necesidad de un comprimiso global, más allá de las divergencias ideológicas..

Durante la realización de esta conferencia triunfó la idea según la cual todas las luchas revolucionarias deben conjugarse en un combate común.

Los participantes en la misma eran en su mayoría nacionalistas convencidos, los que vinieron a buscar un apoyo para su emancipación nacional.

En su espíritu, la Unión Afroasiática nacida en 1955 en Bandung, tenía como meta apoyar a los pueblos en la lucha por su independencia. Si ella debía abrirse a los pueblos de América Latina, que combatían por su mismo ideal, los mismos debían permanecer fieles al "espíritu de Bandung" que exigía la neutralidad entre los dos bloques.

La operación de La Habana fue montada en un todo con otra meta, ella inspiraba a desviar las corrientes que representaban los diferentes nacionalismos hacia el objetivo que es la revolución mundial, encarnada por el comunismo internacional.

Al principio, este objetivo concretado por el régimen castrista de Cuba era acogido con desconfianza por los dirigentes soviéticos.

La ayuda a la liberación de los pueblos está inscripta en la constitución soviética. Lenin no ha condenado sistemáticamente el recurso de la violencia. El terrorismo asilado inquieta, sin embargo, los "ideologos" del Kremlin prefieren moverse por el canal de los partidos comunistas organizados.

En el año anterior a la conferencia los servicios secretos soviéticos habían comenzado a tomar a su cargo la Dirección General de Inteligencia (DGI) de Cuba -importante satélite de la KGB-. Sus hombres son puestos en todos los sitios claves de la misma, bajo la autoridad suprema del General soviético Semenov.

A lo largo de la conferencia la DGI, por consiguiente, ha orientado los trabajos. El principal "artesano" de la reunión fue Brughero Delvalle, Director de la Agencia de Prensa Cubana y durante largo tiempo Ministro Consejero de la Embajada de Cuba en París. Los servicios secretos franceses lo consideraban como uno de los dirigentes más importantes de la DGI.

Ernesto "Che" Guevara fue uno de los animadores de la Conferencia. El preconizaba la creación de "2 o 3 Vietnam" a través del mundo para sostener un clima favorable a la revolución. Según la doctrina del "Che" la instauración de gobiernos socialistas y revolucionarios serían realizados por la internacional de los pueblos pobres con el sostén del proletariado de países ricos.

Al finalizar la conferencia Guevara retornó a la campaña, puesto que estaba convencido de que una revolución conducida por las masas paisanas podrían triunfar en América Latina.

Durante todo el tiempo que duraron los debates, los mismos fueron influenciados por la abierta rivalidad entre la URSS y la China Popular.

Los maoístas alcanzaron un gran suceso haciendo adoptar su tesis de la "revolución popular armada".

Los chinos vieron malogrados sus esfuerzos de bloquear la discreta ofensiva soviética cuyo principal objetivo era apoderarse del control orgánico del movimiento.

La realización de la llamada "Conferencia Tricontinental" fue acordada por los miembros de la OSPAA y Fidel Castro, de ésta surge la organización de Solidaridad con los pueblos de Asia, Africa y América Latina (OSPAAAL) fijándose su sede en La Habana (Cuba).

B.- OBJETIVOS DE LA OSPAAAL

1.- Unir, coordinar e impulsar la lucha de los pueblos de Africa, Asia y América Latina contra el imperialismo, el colonialismo y el neocolonialismo encabezados por el imperialismo norteamericano.

2.- Prestar efectivo apoyo a los movimientos de liberación nacional en los tres continentes, utilizando todos los medios a su alcance.

3.- Sostener la lucha revolucionaria como un derecho imprescriptible e inalienable de los pueblos contra el imperialismo, colonialismo y neocolonialismo.

4.- Organizar la solidaridad de los pueblos de los tres continentes y servir de enlace permanente entre los distintos movimientos miembros de esta organización.

5.- Encargarse del cumplimiento de las medidas adoptadas por la 1ra. Conferencia Tricontinental.

6.- El combate es una lucha a muerte, los pueblos de los tres continentes deben replicar a la violencia imperialista con la violencia revolucionaria para salvaguardar la independencia y para sostener la liberación de los pueblos que luchan contra el yugo colonialista.

7.- El poder del movimiento revolucionario a escala mundial aumenta constantemente y el campo de batalla contra el imperialismo debe extenderse al mundo entero.

8.- Afirmación del derecho de los pueblos a obtener su liberación política económica y social por las vías que estiman necesarias, incluyendo la lu-

0005114

cha armada.

9.- Derecho al control nacional de los recursos básicos, a la nacionalización de los bancos y las empresas vitales, control estatal del comercio exterior y del cambio, a la reconsideración y repudio de las deudas que les han sido impuestas a su economía, a la realización de una verdadera reforma agraria, elevar el nivel de vida de los campesinos y de los trabajadores de la agricultura.

10.- Crear campos de entrenamiento para la guerrilla de América Latina. A partir de octubre de 1966 a estos campos acudieron terroristas de cuatro continentes (Los mismos se establecieron bajo la supervisión del Cnel. V. Katchergine (KGB). Cada un contingente escogido entre los"más meritorios" parten a perfeccionarse en URSS, en las universidades de Lenin o a la de Patricio Lumumba).

C.- ORGANIZACION INTERNA

El Secretario General de este organismo está integrado por 12 Secretarios, 4 por cada continente y 1 Secretario General correspondiente a Cuba (René Anillo en 1985).

El Secretario General tiene su sede en La Habana, cuando se fundó la OSPAAAL el puesto que detenta Anillo fue confiado a Manuel Cienfuegos Gorriaga, uno de los más intransigentes defensores de la ortodoxia stalinista en el seno del comité central del Partido Comunista Cubano.

Funciona con cuatro departamentos:

1.- Dpto. Político-Económico

Le incumbe la planificación política, económica y militar para combatir la política imperialista incluídas las tareas de las Escuelas de Formación de Cuadros revolucionarios en los tres continentes.

2.- Dpto. de Asuntos Socio-Culturales

Le concierne dirigir la propaganda subversiva bajo la divisa de "luchar contra la penetración ideológica del imperialismo mediante la edición de libros, folletos, revistas y películas de carácter subversivo.

3.- Dpto. de Organización y Enlace

Le corresponde organizar y dar cohesión a los distintos movimientos antiimperialistas y servir de nexo de unión entre todos los movimientos subversivos.

4.- Dpto. de Información y Propaganda

Es el órgano difusor de las actividades de la OSPAAAL a través de la impresión y distribución mundial de boletines, murales, carteles, folletos,

periódicos, láminas exposiciones fotográficas, programas radiales y televisivos, etc. destinados a hacer conocer en todo el mundo la lucha subversiva que se desarrolla en Africa, Asia y América Latina y propaga la revolución.

D.- PUBLICACION OFICIAL DEL ORGANISMO

En junio de 1967 la OSPAAAL comenzó a editar la revista "Tricontinental".

E.- CONSECUENCIA DE LA FUNDACION DE LA OSPAAAL

El terrorismo en lo sucesivo va a desarrollarse en un cuadro de una estrategia unificada contra la "manifestación global del imperialismo", es decir contra los intereses de las democracias occidentales comenzando por los EE.UU..

Entre las 613 resoluciones adoptadas por la Conferencia muchas de ellas llaman sin restricción a usar el terror.

A partir de esta conferencia la lucha va a tomar un nuevo aspecto, el terrorismo tiene en lo sucesivo como escenario de operaciones al mundo entero.

No se mueve en una acción puntual, geográficamente delimitada, de un movimiento nacional que busca liberar su territorio donde derriba un régimen despótico. Esta es una lucha de todos, que debe precipitar cada uno estos resultados. Se asiste al nacimiento de un nuevo centro internacional donde el vocablo de orden parafrásico de Marx proclama "Terroristas de todos los países uníos".

Durante la conferencia de La Habana y según la más pura tradición revolucionaria de Lenin y Hitler se hizo pública la estrategia y sus blancos de ataque.

El enemigo esencial del 3er. Mundo es la sociedad occidental, siendo el blanco sustancial del terrorismo.

Prevenidos los occidentales de esta situación, por sus propios protagonistas, viven indiferentes. Las estructuras democráticas de sus respectivos países le dan un sentimiento de seguridad que no justificara su reacción.

Frente"al golpe que sorprende a su vecino" cada uno buscará convencerse que el mismo no tiene riesgo alguno.

Los actos terroristas no son crímenes aislados, son desarrollados por una guerra subversiva, esto beneficia a un poder mundial que no esconde sus objetivos revolucionarios contra una sociedad que niega constatar el peligro que amenaza. América Latina es el continente hacia el cual la Tricontinental dirige sus primeros pasos.

III.- O.L.A.S.

Desde su toma al poder en Cuba, Fidel Castro comenzó a trabajar activamente para exportar la revolución castro-comunista al continente americano. La ofen-

siva realizada no satisfizo las ambiciones de Castro (1959-1965). Los objetivos por él deseados estaban lejos de ser logrados, por lo que concibió la creación de organismos apropiados para dirigirla, ejecutarla y coordinarla dentro de un marco mundial. Esto fue logrado por la formación de la OSPAAAL.

A.- FUNDACION

Las delegaciones americanas presentes en la Conferencia Tricontinental, al finalizar ésta, crearon la Organización Latinaomericana de Solidaridad (OLAS), compuesta con 27 países miembros; entidad ésta que es el equivalente a la OSPAA (Organización de Solidaridad con los pueblos de Asia y Africa) en América Latina.

La OLAS estableció, asimismo, comités nacionales, que sirven de agentes de la Organización en sus respectivos países.

A su fundación la organización tuvo objetivos generales que stipulaban que la organización "utilizará todos los medios a su alcance para apoyar a los movimientos de liberación" y que "prestará firme respaldo a los países liberados de los tres continentes" y "vinculará su acción y la de los organismos que en ella participan, a las actividades de la Organización Tricontinental".

La organización defintiva no la tuvo hasta la realización de la primera conferencia de ésta.

Dicha conferencia se llevó a cabo entre el 31 de julio y 10 de agosto en La Habana. Durante la realización de la misma fue aprobada una declaración general la cual consta de dos partes: fundamentos y resolutiva que consagra la tesis de la guerrilla castrista como iniciación del enfrentamiento revolucionario armado dirigido a minar y destruir la máquina burocráticomilitar de las oligarquías y el poder del imperialismo.

B.- FINALIDAD

1.- Propiciar e impulsar la unidad de los movimientos y organizaciones antiimperialistas en el seno de cada uno de los países de América Latina.

2.- Propiciar e impulsar la unidad de los movimientos y organizaciones antiimperialistas de todos los pueblos del continente.

3.- Apoyar por todos los medios a su alcance a los pueblos de América Latina en lucha contra el imperialismo y el colonialismo, especialmente a los que se encuentran en lucha contra el imperialismo y el colonialismo, especialmente a los que se encuentran en lucha armada.

4.- Coordinar la lucha contra el imperialismo norteamericano para lograr una respuesta conjunta de los pueblos latinoamericanos a su estrategia continental.

5.- Impulsar la solidaridad de los pueblos latinoamericanos con los mo-

9005114

movimientos de liberación nacional de Asia y Africa y con los movimientos progresistas de todo el mundo.

C.- ESTRUCTURA INTERNA

1.- Conferencia

Es el órgano deliberante y la máxima autoridad de la organización. Se reúne cada dos años, estando en ella representados los Comités Nacionales de los países miembros.

2.- Comité Permanente

Es el órgano ejecutivo y el de mayor autoridad entre la realización de dos conferencias. Tendrá la representación de OLAS.

Está integrada con representantes de la tercera parte de los países miembros y es elegido por la Conferencia, el que designa también al país que ocupa la Secretaría General del mismo.

3.- Comités Nacionales

Cada país miembro está representado por un Comité Nacional, integrado por una o más organizaciones antiimeprialistas,

D.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS ARMADAS

La organización OLAS creó en 1974 a la Junta Coordinadora Revolucionaria y en 1985 al Batallón América, los cuales se encuentran integrados por grupos subversivos.

A través de ellos es que se ejecuta la misión real de la organización:

1.- Planifica la estrategia, precipita las operaciones y procura apoyo logístico a los grupos operantes en América Latina.

2.- Implanta células terroristas en distintos países y mantiene contactos con otras organizaciones.

A partir de 1971 la Junta Coordinadora Revolucionaria (JCR) fijó su sede de acción en París (Francia).

La JCR esta integrada por grupos subversivos de Argentina, Brasil, Bolivia, Uruguay y Chile.

El Batallón América está integrado con grupos subversivos del norte del continente, estando relacionados a grupos de Argentina y Uruguay.

I.- NOTA

A.- La OSPAA ha perdido el poderío que detentaba en un comienzo, pasando a ocupar la OSPAAAL y si bien en apariencia la primera de las nombradas figura como Frente Internacional la segunda es en la práctica la que cumple dicha fun-

ción.

La OSPAA cumple en la teoría las funciones que le son señaladas, dado que posee representación en las Naciones Unidas hecho que acontece con la OSPAAAL y que es de suma importancia para desarrollar su política de acción.

La OSPAA cumple con la función de representar a la OSPAAAL en las Naciones Unidas puesto que la primera posee representación en dicho organismo y la segunda no; hecho de suma importancia para poder desarrollar su política de acción.

B.- La creación de estas organizaciones han servido para canalizar, revitalizar la lucha armada a nivel mundial y para -como en sus objetivos se expresa claramente- asumir el control y dirección de la subversión mundial.

C.- Con relación a las organizaciones subsidiarias de OLAS no se sabe a ciencia cierta si son dos organizaciones que funcionan en forma simultánea una (JCR) en el sur de América del Sur y otra (Batallón América) en el norte del mismo, manteniendo por consecuencia estrechos lazos de unión. O por lo contrario, si la JCR posteriormente a trasladar su sede de acción a París en 1971 dejó de funcionar, por lo que fue necesario para la OLAS crear un nuevo brazo armado para poder llevar a cabo sus objetivos creando así, en 1985, el Batallón América, unión de grupos subversivos del norte de América del Sur que incluye en sus filas también a movimientos de liberación del Cono Sur.

Se estima que esto último sea lo más probable que acontezca.

9005114

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 22 de abril de 1986.-

M E M O R A N D U M Nº 008/86

TERCER CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA CUBANO

- En el transcurso del año 1985, el gobierno cubano adoptó una serie de medidas que evidenciaron la importancia que se le atribuía a la realización del 3er. Congreso del Partido Comunista que en primera instancia estaba fijado para el mes de octubre de ese año, posponiéndose finalmente para febrero de 1986.
- Las modificaciones llevadas a cabo en los titulares de diversos ministerios en 1985, obedeció entre otras causas a la necesidad de liberar de sus funciones gubernamentales a los integrantes del Politburó de Cuba a los efectos de que pudieran dedicarse totalmente a la organización del Congreso.
- Para este Congreso el PCC ya contaba con cerca de 524 mil afiliados mientras que en el segundo Congreso de 1980 tenía 300 y en 1975 cuando la realización del 1er. Congreso, el número de sus afiliados era de 200 miembros.
- El Congreso se inauguró el día 4 de febrero con un discurso de Fidel Castro titulado "Anteproyecto de un esbozo económico y social para el quinquenio 1986/90". El principal enfoque del discurso fue la situación económica cubana tanto en lo que tiene que ver con las causas coyunturales y estructurales de la misma como con las medidas propuestas para mejorarla.
- El dirigente cubano formuló severas críticas contra lo que denominó "una burocracia inoperante en la administración central de los planos económicos", destacando la necesidad de "aumentar las exportaciones, restringir las importaciones y mejorar la calidad de producción para consumo interno".

CONCLUSION

- La [redacted]alización del 3er. Congreso del Partido Comunista tuvo como objetivos principales los siguientes:

1) Evaluación de la economía cubana en el quinquenio 1980/85 y la

9005115
9005115

búsqueda de una solución para su mejor desempeño en los próximos 5 años.

2) La búsqueda de un ambiente político interno que favorezca la sustitución de Fidel Castro.

- En el aspecto económico, se concluyó que deberán adoptarse algunas medidas tendientes a la conquista y expansión de mercados externos. El propósito del régimen de Fidel Castro de reanudar las relaciones con algunos países, estaría encuadrado dentro de esa línea.

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA

Cnel.(Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - A-2

Copia Nº 2 - E-2

Copia Nº 3 - C-2

Copia Nº 4 - N-2

G.C.

c.c.

900115
900115

búsqueda de una solución para su mejor desempeño en los próximos 5 años.

2) La búsqueda de un ambiente político interno que favorezca la sustitución de Fidel Castro.

- En el aspecto económico, se concluyó que deberán adoptarse algunas medidas tendientes a la conquista y expansión de mercados externos. El propósito del régimen de Fidel Castro de reanudar las relaciones con algunos países, estaría encuadrado dentro de esa línea.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE - JEFE DEPARTAMENTO II - REPUBLICA O. del URUGUAY

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del Dpto. I.

G.C.

c.c.

9005115

9005115

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 22 de abril de 1986.-

M E M O R A N D U M Nº 009/86

CAMBIOS EN LA ADMINISTRACION CUBANA

- El dirigente cubano Fidel Castro está llevando a cabo un proceso de cambios en la estructura del poder, con el propósito de separar a los miembros del Politburó de los cargos de mayor responsabilidad, a los efectos de evitar el desgaste político de los mismos y resguardarlos de la censura pública, en un momento en que el régimen atraviesa una etapa de mayores exigencias y responsabilidades.
- Como parte de estas reestructura, que incluiría una modificación del propio papel institucional de Fidel Castro, fue removido en diciembre pasado Ramiro Valdés, que ocupaba la cartera del Interior, quien conservará el cargo de Vice-presidente del Consejo de Ministros. También perderían sus puestos administrativos los miembros del Politburó, Armando Hart y Sergio del Valle, actuales Ministros de Cultura y Salud Pública, respectivamente.
- Aumentan los indicios de que Fidel Castro podría renunciar a la Presidencia del Consejo de Ministros para facilitar la incorporación de su hermano Raúl a ese alto cargo. Ultimamente, existe una amplia cobertura periodística de las actividades civiles de Raúl Castro, lo que hace suponer que Fidel Castro quiere anticiparse a las disputas sucesorias y designar a su hermano como heredero político.
- Es factible que el dirigente cubano retenga el cargo de Primer Secretario del Partido y se dedique a las actividades de la política exterior. De ocurrir esto, habrían grandes cambios en los escalones intermedios de la estructura cubana.
- El criterio que se tiene en cuenta para los cambios en el área de la economía, supone que además de las convicciones político-ideológicas, los nuevos funcionarios tienen que demostrar eficiencia en los cargos que desempeñan, por lo que preferentemente son jóvenes y tecnócratas. Dentro de este contexto, se inscribe la renuncia del Jefe de la Cámara Central de Planeamiento, Humberto Pérez (miembro suplente del Politburó), quien tuvo que reconocer públicamente su deficiente admi-

nistración.

- La reestructuración de los cuadros significa el reconocimiento de la falta de idoneidad de los ideólogos de la vieja generación de revolucionarios en asuntos económicos. Los nuevos administradores son más vulnerables a las críticas y por lo tanto pueden ser reemplazados rápidamente e inclusive ser utilizados como "chivos expiatorios" ante la opinión pública, que será sometida a una campaña de austeridad para hacer frente a nuevas dificultades económicas.
- En síntesis, este proceso de reestructuración se inscribe dentro de una maniobra política de Fidel Castro a los efectos de separar las funciones de alto nivel del Partido de las funciones administrativas, siempre sujetas a desgaste. De esta manera, en caso de corrupción o incompetencia administrativas, se preserva el prestigio del Partido y la reputación de los círculos más cercanos a Fidel Castro, formados por antiguos revolucionarios.
- A pesar de que la autoridad del dirigente cubano le permite hacer sin problemas la mencionada reestructura, los observadores piensan que la misma no tendrá efectos positivos sobre la insuficiencia de la economía cubana.-

JUNTA DE COMANDANTES EN J. - SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA. - SUB DIRECTOR - República O. del Uruguay

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel. (Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - A-2

Copia Nº 2 - E-2

Copia Nº 3 - C-2

Copia Nº 4 - N-2

G.C.

c.c.

900516

900516

nistración.

- La reestructuración de los cuadros significa el reconocimiento de la falta de idoneidad de los ideólogos de la vieja generación de revolucionarios en asuntos económicos. Los nuevos administradores son más vulnerables a las críticas y por lo tanto pueden ser reemplazados rápidamente e inclusive ser utilizados como " chivos expiatorios" ante la opinión pública, que será sometida a una campaña de austeridad para hacer frente a nuevas dificultades económicas.
- En síntesis, este proceso de reestructuración se inscribe dentro de una maniobra política de Fidel Castro a los efectos de separar las funciones de alto nivel del Partido de las funciones administrativas, siempre sujetas a desgaste. De esta manera, en caso de corrupción o incompetencia administrativas, se preserva el prestigio del Partido y la reputación de los círculos más cercanos a Fidel Castro, formados por antiguos revolucionarios.
- A pesar de que la autoridad del dirigente cubano le permite hacer sin problemas la mencionada reestructura, los observadores piensan que la misma no tendrá efectos positivos sobre la insuficiencia de la economía cubana.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE — JEFE DEPARTAMENTO II — REPUBLICA O. DEL URUGUAY

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del Dpto. I.

G.C.

c.c.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 30 de abril de 1986.-

M E M O R A N D U N 010|86

ACTIVIDADES TERRORISTAS DEL GRUPO DE "ABU NIDHAL":

SECRET

-01

9005117

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 30 de abril de 1986.-

M E M O R A N D U N 010|86

ACTIVIDADES TERRORISTAS DEL GRUPO DE "ABU NIDHAL"

SECRETO

01-09

9005117

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 25 de abril de 1986.-

M E M O R A N D U M Nº 010

ACTIVIDADES TERRORISTAS DEL GRUPO ABU NIDHAL

1.- Abu NIDHAL, "Padre de la lucha", es el seudónimo de SABRI AL-BANNA, un palestino nacido por 1937, proveniente de una rica familia de Jaffa, que huyó de Israel en 1948 y vive ahora en el lado oeste y Jordania. Se unió a Al Fatah en la década del '60 y fue el representante de la OLP en Bagdhad en 1971. Discrepó totalmente con el grupo de Fatah al hacer éste abandono de las actividades terroristas de Setiembre Negro en favor de un mayor aproximamiento político hacia el problema de Palestina. Luego de que Yasser ARAFAT estableciera un criterio contra el uso de la violencia fuera de Israel y de los Territorios Ocupados, Abu NIDHAL rompió formalmente con Fatah en 1974 y estableció su propia organización bajo el nombre de Fatah -Consejo Revolucionario-, el que permanece como nominación correcta del grupo de Abu Nidhal (AN).

2.- Abu Nidhal se opone a cualquier tipo de compromiso con Israel en considerar la búsqueda de una solución negociada para la disputa árabe-israelí y lo considera como una traición a la causa palestina. Abu Nidhal anunció su intención de asesinar a ARAFAT y otros miembros de la OLP en 1974, por lo que fue condenado a muerte por la OLP. Se cree que Abu Nidhal es el responsable de más de 15 asesinatos e intentos de asesinato de palestinos moderados entre 1977 y 1984. Es considerado también el mayor grupo terrorista activo internacional en la actualidad, y probablemente responsable de cerca de 26 ataques en 1985 en los cuales murieron cerca de 90 personas y 350 resultaron heridas.

3.- Las primeras actividades terroristas de Abu Nidhal en 1976 fueron directamente contra Siria por su rol en el apoyo de los seguidores cristianos en el Líbano, quienes masacraron los campos palestinos de Beirut en 1975 y 1976. Por estos ataques Abu Nidhal adoptó el nombre de "Junio Negro" luego de ser el mes en el cual las tropas sirias entraron en el Líbano, sin embargo esta fase terminó rápidamente.

9005117

La última operación de Abu Nidhal contra Siria fue en octubre de 1977 cuando por error asesinaron al Ministro de los Emiratos Arabes Unidos, en lugar de al Ministro de Relaciones Exteriores sirio. Desde entonces la mayoría de los ataques han sido directamente contra intereses moderados árabes, principalmente Jordania, la OLP, El Golfo, y también blancos judío-israelíes. De por lo menos 90 ataques terroristas desde 1976, 13 fueron contra blancos judío-israelíes, excluyendo las operaciones proclamadas por parte de Abu Nidhal en Israel y en los territorios ocupados, y 53 sobre blancos moderados árabes.

4.- Desde su inicio y hasta 1983, el grupo de Abu Nidhal estaba ubicado en Iraq. Tenían bases fuera de Baghdad, e Iraq les proporcionaba ayuda política y material, cooperando además en algunas operaciones. Hay evidencias de que Iraq ayudó a tres terroristas de Abu Nidhal que dispararon, hiriendo seriamente al Embajador israelí ARGOV, en Londres en 1982, pero como Iraq está buscando deponer su rol dentro del terrorismo internacional, en parte para ganar apoyo en su guerra contra Irán, empezó a ver en el grupo de Abu Nidhal un riesgo para sus fines, y oficialmente terminó su apoyo para el grupo en 1983. Abu Nidhal abrió una oficina en Damasco en 1981, cesó de usar el nombre de "Junio Negro" y se mudó a su base de operaciones instalada en Siria en 1983, teniendo poca y casi ninguna relación con Iraq.

5.- Desde entonces Siria ha sido el centro de operaciones políticas y terroristas de este grupo. Pöseen oficinas en Damasco, imprimen y publican su revista semanal y sus comunicados desde esta ciudad. Tienen medios y facilidades de entrenamiento, en el valle de Bekaa en el Líbano, y bajo el control de Siria , una oficina y medios de difusión en Beirut. Cuando se adjudican la responsabilidad de algún atentado terrorista, usualmente hacen el comunicado en forma telefónica desde esta ciudad. Terroristas del grupo, capturados por los recientes incidentes de Austria e Italia, habían viajado procedentes de Siria y Líbano. Aunque Abu Nidhal estaría residiendo en Libia, quizás con parte de su estado mayor, tendrían aún su cuartel general en Siria. El grupo tiene una oficina en Trípoli desde 1978, pero los lazos se fortalecieron durante 1985, y se sabe que Libia ha ofrecido asistencia financiera y entrenamiento. Dos miembros de Abu Nidhal que fueron detenidos en Gran Bretaña en 1985, portaban granadas su-

9005117

ministradas por correos libios, la primera evidencia del apoyo libio, para una operación específica de este grupo. Existe también evidencia circunstancial, acerca de que similar apoyo fue dado para los ataques en los aeropuertos de Viena y Roma y la toma del avión egipcio, aunque esto no es concluyente.

6.- Los objetivos de Abu Nidhal han favorecido en forma general, a aquellos países que lo han financiado, como ser Irak, Siria y Libia, pero hasta qué punto alguno de estos países hubiera podido influenciar en las actividades del grupo, no se ha podido establecer claramente. Fatah responsabiliza en parte a Irak por la selección de objetivos de la OLP durante la década del '70. Existe una menor evidencia de que Siria esté involucrada con las actividades de Abu Nidhal, pero se sabe que el jefe de operaciones de este grupo en Damasco, tiene estrecha vinculación con los miembros de seguridad sirios y podría recibir directivas de parte de ellos. El gran número de ataques de este grupo sobre objetivos jordanos que comenzó en 1983, podría haber contado con el apoyo de Siria, o simplemente podrían haberse efectuado por saber que contarían con la aprobación por parte de este país. También, y en forma similar, la reanudación de actividades de este grupo contra Egipto, luego de una interrupción de 7 años, podría haber sido alentada o en parte efectuada, para favorecer a Libia. Sin embargo, los intereses egipcios y jordanos son el poder capturar la lista de objetivos de Abu Nidhal, mucho antes de su establecimiento en Damasco, o del fortaleciminto de lazos con Libia. Si algunos de los objetivos de Abu Nidhal han cambiado como respuesta a los diferentes países que lo financian, esto ha sido sólo un recurso de énfasis dentro del amplio panorama de objetivos en concordancia con el rechazo de este grupo para negociaciones con Israel.

Abu Nidhal parecería haberse manejado siempre para obtener un alto grado de independencia de sus estados alentadores. Otros países árabes le habrían prestado también apoyo financiero a este grupo, motivados al menos en parte, por temor.

7.- Kuwait, donde este grupo se ha adjudicado la responsabilidad del estallido de dos bombas en dos locales en julio de 1985, muriendo tres personas y resultando 90 heridas, se siente vulnerable, pero hasta ahora ha sabido resistir las demandas de Abu Nidhal para que sus pri-

sioneros sean liberados. La Unión de Emiratos Arabes como Kuwait, también han sido víctimas de varios atentados por parte de este grupo, incluyendo el estallido de una bomba en un Boeing 737 en setiembre de 1983, donde perdieron la vida 112 personas. Jordania y Egipto también cuentan con prisioneros de Abu Nidhal.

8.- El número exacto de personas de este grupo no se conoce, pero se tiene bastante certeza de que involucraría a varios cientos de miembros permanentes y esta cifra estaría creciendo constantemente. Una alta proporción de miembros de este grupo es quien probablemente da las directivas que prepara los atentados terroristas con el apoyo de varios cientos de simpatizantes dentro de las comunidades palestinas de varios países. Se cree que las operaciones terroristas siguen siendo dirigidas desde Damasco, donde el jefe de operaciones de Abu Nidhal, MUSTAFA MURAD (ABU NIZAR) y sus principales miembros se alojan. Abu Nidhal aparece todavía en Trípoli como comandando el grupo, pero su estructura organizativa puede decirse que funcionaría sin su dirección personal con igual exactitud.

9.- Inmediatamente después del nivel directivo de este grupo, parecería existir una red de células operacionales. Algunas, como aquellas designadas especialmente para los trabajos de inteligencia pueden residir en el país seleccionado como objetivo por algún tiempo. Otras pueden comprender terroristas reclutados especialmente para una operación en particular. Los ataques de Abu Nidhal son de gran variedad; han llevado a cabo asesinatos a mano armada, con granadas, con bombas y con bazukas, el asesinato indiscriminado a menudo acompañado por granadas y secuestros. Algunos de los ataques han demostrado un alto grado de experiencia y cuidadoso planeamiento. Otros, sin embargo, han sido crudos, posiblemente porque los que los planificaron no consideraron necesario emplear expertos para ese tipo. Ataques indiscriminados, tales como aquellos a los aeropuertos de Viena y Roma, no son un nuevo inicio para este grupo que ha atacado sinagogas y restaurantes con granadas en el pasado, pero sí un significativo nuevo desarrollo en la aparente presteza con que los terroristas están dispuestos a morir en los ataques. Hasta 1985 este grupo, usualmente planeaba las rutas de escape de sus asesinos. Si ahora este grupo está dispuesto a reclutar suicidas y ha crecido lo suficiente como para permitirse tales pérdidas, es fácil para ellos obtener progresos más allá de los

cuidadosamente seleccionados objetivos blandos del pasado y atacar objetivos fuertemente definidos en la actualidad.

10.- Un rasgo característico de las operaciones de este grupo es el uso de distinos nombres para los ataques contra los distintos objetivos! "Junio Negro" fue usado para ataques sobre sirios. El título formal de dicho grupo Fatah Consejo Revolucionario o sus variaciones puede haber sido usado para los ataques de la OLP. "Brigadas Revolucionarias Arabes" para los ataques de estados del Golfo y Jordán y "Setiembre Negro", el nombre usado por el Fatah de ARAFAT en 1973, para ataques sobre jordanos y sobre un objetivo especial de la OLP, desde diciembre de 1984. La Organización Revolucionaria Socialista Muslims es el nombre usado casi siempre exclusivamente para los ataques sobre los intereses británicos. El atentado a Egipto en noviembre fue autoproclamado en nombre de la Organización Revolucionaria Egipcia en un comunicado que también ponía el nombre de las Brigadas Revolucionarias Arabes y podría ser otro seudónimo del grupo de Abu Nidhal. El asesinato de un diplomático israelí en El Cairo en el mes de agosto, fue adjudicado en nombre del hasta ahora no escuchado "Revolución de Egipto". Los ataques de los aeropuertos de Viena y Roma fueron autoproclamados en nombre de "Células Guerrilleras Arabes". Aunque la persona que oficia de comunicante dice a menudo que dichos nombres representan a otros grupos, con quien Abu Nidhal mantiene vínculos y no alianzas, existe una fuerte creencia de que no sean grupos separados. Los tres terroristas que sobrevivieron a los ataques de Viena y Roma dijeron ser miembros de Abu Nidhal. otro, detenido en Roma por un atentado perpetrado por la Organización Muslims, en setiembre, fue identificado en conexión con un atentado perpetrado por Setiembre Negro en Atenas a principios del año en curso.

11.- Abu Nidhal amenaza públicamente los intereses británicos luego de la detención de tres terroristas responsables del asesinato de Argov en 1982. Uno de ellos aparecería como un miembro importante del grupo, y habría sido designado recientemente para formar el comité central. El otro terrorista es un primo segundo de Abu Nidhal.

Desde marzo de 1984, la Organización Revolucionaria de Muslims Socialistas, perpetró 9 atentados contra intereses británicos, incluídos los asesinatos de dos integrantes del gobierno, como también secuestros

y ataques indiscriminados con granadas, sobre turistas y oficinas de las distintas líneas aéreas. Los comunicados de la Organización Muslims han dejado expresar claramente que dichos atentados son casi exclusivamente efectuados desde la detención de los tres terroristas por Gran Bretaña. Otros dos terroristas fueron detenidos en setiembre por portar granadas que les fueron suministradas de contrabando por libios y que presumiblemente, sean juzgados en este año. El terrorista que sobrevivió al ataque del aeropuerto en Roma, declaró que su organización planeaba atacar objetivos británicos entre otros.

12.- Fatah parece ser de la creencia de que Abu Nidhal ha establecido una red de inteligencia en Gran Bretaña, Chipre, Grecia, Italia y Francia, pero no existe evidencia de ello. Uno de los terroristas detenidos en setiembre habría estado residiendo en Gran Bretaña por más de un año y es casi seguro que Abu Nidhal tenga grupos que los apoyen dentro de la comunidad palestina. Otros grupos de apoyo podrían encontrarse en los países antes mencionados dentro de las comunidades estudiantiles, particularmente donde Abu Nidhal haya actuado anteriormente.

13.- Ningún otro país fuera del Medio Oriente ha soportado tantos ataques por parte de este grupo como Gran Bretaña.

Hubo tres ataques con bombas en Ammán, cerca de los hogares de Oficiales de Estados Unidos en 1983 y 1984 y una bomba estalló en un auto en Turquía en el Club de Oficiales cerca del Centro Cultural francés en 1983.

En recientes entrevistas supuestamente concedidas por Abu Nidhal, pero quizás por alguien que lo representaba específicamente, criticaron a los Estados Unidos. Los terroristas que sobrevivieron a los ataques de los aeropuertos también dijeron que este grupo planeaba atacar restaurantes frecuentados por Oficiales de Estados Unidos, y el grupo de Abu Nidhal podría enfocar sus ataques,en el futuro,hacia objetivos de este país.

Austria, Italia, España y Bélgica tienen prisioneros del grupo de Abu Nidhal, pero ninguno de estos países ha sido objeto de blancos hasta el momento. Sin embargo, en la decisión de atacar la línea de El Al en Roma y Viena, puede haber influenciado el hecho de que

Italia y Austria tienen miembros de Abu Nihal en prisión. Si los prisioneros no son liberados por estos países posiblemente el grupo de Abu Nidhal comience los ataques directos contra los ciudadanos italianos y de los austríacos también.

14.- El grupo de Abu Nidhal tiene también lazos con otros grupos radicales palestinos en Siria y Líbano particularmente con los disidentes de Al Fatah Intifadah, con quien anunciaron una fusión en febrero de 1985. No hay muchas evidencias de que esta fusión haya tenido lugar, pero el asesinato de un líder de la OLP en Ammán en diciembre de 1984 puede haber sido una temprana cooperación entre Abu Nidhal e Intifadah. Abu Nidhal tiene también contactos con Irán con vistas a cooperar con el Hizballah en Líbano. No están muy claros si estos contactos están destinados a obtener una cooperación para sus operativos o simplemente son un intento por parte de Abu Nidhal por proteger sus intereses en el área controlada por el Líbano de Hizballah. Es posible que Abu Nidhal e Hizballah hayan actuado en cooperación en los entrenamientos del valle de Bekaa. Hizballah podría obtener ventajas sobre la experiencia internacional de este grupo y sus recursos , y Abu Nidhal podría desarrollar una relación con Irán para que este país fomente sus actividades en un futuro, aunque sería, sin embargo, una combinación algo extraña.

Las relaciones entre el grupo terrorista de Abu Nidhal y el grupo terrorista armenio ASALA, están bien definidas.

También proclaman tener lazos con grupos terroristas de Europa Occidental, incluídos el IRA, la ETA, y las CCC, la Acción Directa y la Facción del Ejército Rojo. No hay evidencias que puedan confirmar esta declaración, que podría ser mera propaganda, aunque muy bién podría tener grupos de apoyo activos en Europa.

15.- Abu Nidhal se ha convertido en un vasto grupo organizado que puede incursionar sobre vuelos de distintas líneas aéreas, como también sobre diplómaticos libios u otros recursos para apoyar sus actividades terroristas y cuenta con una reserva de jóvenes palestinos provenientes de campos de refugiados, quienes están dispuestos a morir como mártires suicidas.

Una nueva campaña por parte de este grupo podría estar comenzando contra intereses judíos israelíes en el extranjero. Como en el pasado,

los objetivos no sólo podrían incluir vuelos de El Al, sino también intereses comerciales y oficiales, como también personalidades israelíes.

Un aumento de los ataques de Abu Nidhal sobre blancos norteamericanos no sería de extrañar.

Egipto, que ha sido por lejos el estado árabe que ha recibido menos ataques por parte de Abu Nidhal a pesar del acuerdo de Camp David, podría ver incrementada la amenaza por parte de este grupo, por la Organización Egipcia Revolucionaria.

La amenaza sobre intereses británicos es grande y otros países europeos que tengan detenidos prisioneros de Abu Nidhal pueden ser objeto de ataques tan pronto estos sean juzgados y sentenciados por parte de los países que los han detenido.-

JUNTA DE COMANDANTES EN J.E. - SUB DIRECTOR - República O. del Uruguay

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel.(Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - A-2

Copia Nº 2 - E-2

Copia Nº 3 - C-2

Copia Nº 4 - N-2

N.C.

c.c.

m.c.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 011/86

VISITA DEL PRESIDENTE DE EL SALVADOR

Montevideo, 28 de abril de 1986.-

01-06

9005118

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 28 de Abril de 1986.-

VISITA DEL PRESIDENTE DE EL SALVADOR

I.- DATOS GENERALES

II.- SITUACION POLITICA INTERNA

III.- FUERZAS ARMADAS

1.- FF.AA. - GOBIERNO.

2.- FF.AA. - DIVISIONES INTERNAS.

3.- FF.AA. - SUBVERSION

IV.- CONCLUSIONES

I.- DATOS GENERALES

AREA ..... km2 21.041.

POBLACION ..... 5.232.000 habitantes

MONEDA .....Colón

INGRESO POR HABITANTE ..... U$S 170.

ALFABETISMO ..... 62%.

SITUACION ..... Limita al Norte con Guatemala y Honduras, y el golfo de Fonseca; al Sur con el O. Pacífico y al Oeste con Guatemala.

II.- SITUACION POLITICA INTERNA

El Presidente Napoleón Duarte asumió como mandatario salvadoreño despúes de haber triunfado en las elecciones de marzo de 1983, sustituyendo a Alvaro Magaña, que ocupaba el cargo con carácter provisional.

Si bien durante el primer período de gobierno Duarte no contó con el apoyo parlamentario, ya que estaba en minoría, después de las eleccciones legislativas del 31 de marzo de 1985, la Democracia Cristiana obtuvo 33 de las 60 bancas de la Asamblea Nacional.

La oposición política más importante, la constituye la ultraderechista Alianza Revolucionaria Nacionalista (ARENA), que está liderada por el Mayor Roberto D' Aubuisson, quien sin embargo perdió recientemente la presidencia de dicha agrupación, siendo sustituído por Alfredo Cristiani, el cual se presenta más moderado en temas tales como la lucha anti-guerrillera. En este aspecto, Cristiani ha

manifestado que la opción militar no es la única para solucionar el problema y se ha mostrado partidario de dialogar con los revolucionarios. La mala votación realizada por ARENA en las elecciones legislativas ha sido uno de los motivos de esta sustitución. Las otras agrupaciones existentes, pero que no tienen incidencia política son: el Partido de Conciliación Nacional, el Partido Auténtico Institucional, el Movimiento Estable Republicano Centrista, y el Partido de Orientación Popular.

Dentro de este encuadre político, el Presidente Napoleón Duarte ha procurado poner en práctica su plataforma política que además de impulsar una solución negociada con los revolucionarios, incluye un programa de reforma agraria y nacionalización de la banca. Estos proyectos han despertado cierta resistencia en algunos sectores militares, lo que ha obligado al mandatario salvadoreño a moderar su planteamiento inicial. Por otra parte, el sector empresarial se ha mostrado receloso de que la expropiación de tierras, la nacionalización de la banca y la estatización de la industria cafetera transforme a El Salvador en un país de economía socialista.

III.-FUERZAS ARMADAS

1.- FF.AA. - GOBIERNO

Las FF.AA. salvadoreñas han asumido siempre un papel protagónico en la problemática política del país, por lo que constituyen una referencia de poder ineludible. En general, las Fuerzas Armadas están en este momento encuadradas dentro del esquema de gobierno, aunque algunos sectores cuestionan al Presidente Duarte alguna actitud en las relaciones con los grupos subversivos, en especial la negociación que culminó con la liberación de la hija del mandatario secuestrada por los revolucionarios.

2.- FF.AA. - DIVISIONES INTERNAS

Como consecuencia de este estado de cosas, los bandos se han dividido en incondicionales del Presidente Duarte y aquellos que se encuentran "encuadrados", pero que mantienen una actitud crítica hacia la conducción de gobierno. El primer grupo estaría liderado por el actual titular de Defensa, Gral. Vides Casanova, y el segundo por el Jefe del Estado Mayor, Gral. Blandón y el Comandante de la Fuerza Aérea, Gral. Bustillo. Estos últimos, cuentan con el apoyo de la casi

totalidad de los batallones de reacción inmediata, las unidades más comprometidas en la lucha anti-subversiva. Otro militar que estaría en una posición no totalmente leal, sería el Gral. Sigfrido Ochoa, que se opuso en forma pública a la política de austeridad del Presidente Duarte.

Sin embargo, el apoyo al Presidente en una condición impuesta por Estados Unidos para seguir apoyando a los militares, por lo que este es un factor que estaría moderando a los sectores considerados más duros.

No obstante, la posibilidad de un reemplazo de Napoleón Duarte se habría planteado en los últimos tiempos dado que las FF.AA. tendrían el propósito de designar al actual Vicepresidente, Abraham Rodríguez, como nuevo mandatario. El actual Canciller, Chávez Mena, quien dentro de la Democracia Cristiana mantiene una posición distinta a la de Napoleón Duarte, no estaria ajeno a esta maniobra.

3.- FF.AA. - SUBVERSION

La guerrilla salvadoreña ha perdido cierta operatividad en los últimos tiempos procurando mantener el control militar y político de las áreas conquistadas. Las fórmulas de pacificación presentadas por los subversivos en distintas ocasiones, contienen una condición que ha sido sistemáticamente rechazada por el gobierno: la co-participación política y militar en la conducción del país. Esta ha sido una de las causas fundamentales de los fracasos en todas las instancias negociadoras. Se considera que los guerrilleros no responden totalmente a la expresión política de la subversión, es decir, el Frente Democrático Revolucionario (F.D.R.), liderado por Guillermo Ungo, cuya sede está en México. Lo que sucede es que los grupos armados se han encuadrado en su totalidad dentro de una concepción filosófica marxista-leninista y consideran a Ungo como proclive a posiciones contemporizadoras con el gobierno.

IV.-CONCLUSIONES

Ante la visita que efectuará a nuestro país el Presidente salvadoreño, se pueden hacer las siguientes puntualizaciones:

1.- Representantes políticos de los movimientos subversivos de El Salvador , se adelantaron a la visita del Presidente Napoleón Duarte manteniendo reuniones con dirigentes sindicales del PIT-CNT, sectores

estudiantiles, medios de comunicación izquierdistas y representantes políticos de distintos partidos. Con estos contactos, los mencionados representantes políticos habrían coordinado los principales lineamientos de una campaña de protesta por la visita del presidente salvadoreño .

2.- Inmediatamente de esta visita los medios de comunicación izquierdistas iniciaron una campaña tendiente a presentar ante la opinión pública nacional una imagen negativa del presidente Napoleón Duarte. Se considera que esta campaña se incrementará en los próximos días.

3.- Dirigentes del PIT- CNT, han manifestado su desagrado ante la visita del Presidente salvadoreño, alentando e impulsando a las bases a realizar manifestaciones de protesta contra la misma. Se estima que, en coordinación con grupos estudiantiles,la Central Obrera impulsará pegatinas, pintadas, movilizaciones,etc. durante la permanencia del mandatario en nuestro país.

Estas actividades se coordinarían en base a las siguientes banderas de propaganda :

a.- Como resistencia a la política de EE.UU. en América Central, ya que el Presidente salvadoreño es el reflejo de la misma.

b.- Como protesta de la política de Derechos Humanos en El Salvador terreno en el cual, Duarte ha recibido duros cuestionamientos.

4.- Por el momento los representantes parlamentarios izquierdistas no se han definido con respecto a la visita, estimándose que se evitará adoptar actitudes definitorias, en virtud de que Napoleón Duarte responde políticamente a la Democracia Cristiana Internacional. De esta manera se evitarían fricciones con el P.D.C. Uruguayo que es integrante del Frente Amplio y que ha apoyado en su momento, la gestión del Presidente Duarte. Sin embargo es previsible que a los actos oficiales, sólo concurrirán representantes del P.D.C. y no de otros sectores del Frente Amplio . Es factible que el Partido Comunista Uruguayo, que a través de sus representantes ya se ha pronunciado en contra de la visita de Duarte, intensifique su campaña de protesta, pero fuera del marco del Frente Amplio.

5.- En menor grado, es previsible además la posible acción de guerrilleros salvadoreños que aprovechen la disminución de las medidas de seguridad en torno al Presidente Napoleón Duarte.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

SECRETO

05

9005118

Distribución:

Original: Archivo

Copia Nº 1 Señor Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº2 Señor Sub-Director de Fuerza Aerea del S.I.FF.AA

Copia Nº 3 Señor Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA

Copia Nº 4 Señor Sub-Director de la Armada del S.I.FF.AA.

Copia Nº 5 Señor Jefe del Dpto.I/S.I.FF.AA.

G.C.

c.c.

m.m.

Montevideo,30 de abril de 1986.-

MEMORANDUM Nº12/86

PARTIDO COMUNISTA

En marzo de 1985 el Partido Comunista del Uruguay es legalizado, por lo que los dirigentes que se encontraban en el país y los que permanecían en el exterior se abocaron por completo a la tarea de reorganización.
Es oportuno rememorar la situación y el nivel de organización de su militancia en ese período a los efectos de poder evaluar de la forma más objetiva posible los avances logrados, o los retrocesos -si los hay-, al igual que el desarrollo de los frentes de trabajo.
Evidentemente los mayores problemas de un partido de extracción marxista leninsta como es éste se dan naturalmente en los niveles de dirección y en la coordinación y desarrollo de las tareas.

A.- ORGANIZACION:

Las mayores dificultades de este Frente se encontraban ubicadas en las siguientes áreas:

1.- Debían ser integrados a los niveles de Dirección Nacional e Intermedia "cuadros" provenientes de tres vertientes, por un lado los "Clandestinos", por otra parte los "exiliados" y por último los "liberados". Esta reinserción tuvo que ser efectuada con sumo tacto ya que debieron respetar designaciones efectuadas por los órganos deliberativos a principios de la década del 70 (XX Congreso - 1970) y también pesar los méritos realizados por otros cuadros a través del trabajo en la clandestinidad; en términos generales esta última situación se generó con integrantes de la "Juventud Comunista" que fueron promovidos como "reemplazos" de los dirigentes del Partido que eran detenidos o abandonaron el país.

2.- Entre las determinaciones adoptadas en ese momento se encuentra la actitud de no desmantelar el aparato clandestino del Partido, en función de la experiencia vivida luego de 1973, de tal forma de conservar estructuras (cuadros y logísticas aúnfuera del país) que les faciliten un rápido y medianamente seguro pasaje a la clandestinidad.

3.- De acuerdo a un análisis primario formulado porlos dirigentes del Partido, entendían que resultaba imperioso fortalecer las estructuras intermedias del PC.(es decir Seccionales y Regionales), las cuales no estaban lo suficientemente preparadas para proceder como "correas de transmisión" entre las Direcciones Centrales y las Agrupaciones de Base.

005119

Debería de tonificarse el crecimiento de las agrupaciones de Base (organismos que nuclean la militancia y afiliados pertenecientes a un lugar de trabajo o zona territorial), en particular dentro del Movimiento Sindical. Ya en marzo se encontraban funcionando las 600 Asambleas de Agrupación en busca de nuevos afiliados.

A nivel de Dirección se debería "formar" y "reorganizar" los organismos asesores del Comité Central, Fracción Sindical (orientar la labor de los dirigentes sindicales comunistas), Comisión de Propaganda, Comisión de Control (encargada de custodiar la "disciplina partidaria"), Comisión de organización,etc.

Entre otros aspectos destacables de la tarea organizativa y de las futuras movilizaciones para desarrollar y fortalecer en poco tiempo el aparato partidario *se recomendaban:*

- Apertura de 30 locales del PC durante el mes de marzo.

- 600 reuniones de Agrupaciones de Base (estas se desarrollaron entre el 15 y el 30 de ese mes).

- Preparación de la Conferencia Nacional, organismo deliberativo en el cual participaron centenares de cuadros a fin de "orientar la línea política a seguir durante éste período".

- Como actividad central la realización de un gran acto de masas, éste se celebró el día 15 de marzo en el Estadio Luis Franzini.

B.- PROPAGANDA Y PRENSA

La labor propagandística del Partido Comunista ha adquirido gradualmente el peso que habitualmente tuvo en décadas pasadas.

Uno de los aspectos señalados a comienzos de 1985 por Jaime Pérez, se refería a la "necesidad de mejorar el nivel de calidad de la propaganda", todo lo cual implicó una importante inversión financiera.

Con respecto a la prensa a marzo del año pasado contaba ya (a pesar de encontrarse proscripto) con más medios de propaganda que cualquier otro sector del Frente Amplio.

A nivel de prensa escrita, publicada el diario "La Hora" y a partir del mes dejulio comenzó a circular el Semanario "El Popular".

Poseía también CX30 "La Radio", donde cuenta hasta hoy con un programa radial diario que realiza Enrique Rodríguez.

Comenzó a funcionar la Editorial "Amanecer" la cual publica textos clásicos del marxismo-Leninismo y temas "educativos del "Partido" que se imprimen en Uruguay y Argentina.

0005119

También se dieron innovaciones en cuanto al método de trabajo, ya que tenía funcionando una agencia de noticias. Esa agencia se denomina PRESSUR y fue organizada bajo el amparo de la "Convergencia Democrática" pasando a ocupar la presidencia de la Agencia, Juan Raúl Ferreira. PRESSUR cuenta aún con el apoyo de IPS (InterPress Service), agencia internacional que tiene como representante de las redes informativas de nivel mundial al miembro del Comité Central del Partido Comunista del Uruguay Esteban Valenti, éste a su vez resultó ser el coordinador de las redes de PRESSUR.

C.- FINANZAS

Durante los años de trabajo clandestino el aparato financiero incluía una vasta red de empresas. estudios contables, etc. que aseguraban importantísmos ingresos, que paleaban los escasos aportes hechos por los afiliados (cotizaciones).

En la actualidad, al haber sido puesto en evidencia el funcionamiento el Partido recibe en forma "cerrada" importantes sumas de dinero provenientes del exterior a modo de "contribución".

Esta ayuda continúa y se tiene información parcial y -sin confirmar- que ya desde antes de las elecciones nacionales de 1984 hasta hoy estos recursos se dispusieron para estimular tres vertientes de trabajo: reorganización, propaganda y reacercamiento de cuadros que estaban en el exterior.

D.- ESTRATEGIA Y TACTICA

La línea adoptada por el XVI Congreso del PCU (realizado en 1956) que inició un virage en la orientación de la acción del comunismo en Uruguay mantiene "plena vigencia", esto se desprende del análisis de la documentación difundida por el partido y las declaraciones de sus principales dirigentes.

Entre las aristas más resaltables de aquellos documentos estaba la aplicación efectiva de los "tres círculos de la táctica", lo que consiste básicamente en:Desarrollo de unfuerte y decisivo partido comunista. Unidad de la izquierda. Una central Unica de trabajadores bajo una orientación clasista.

Estos fundamentos fueron adaptados a las diferentes coyunturas políticas y en 1973 el PCU pasa a trabajar sobre "Cinco Direcciones", estas eran:

- Clase Obrera
- Clase Media y sectores sociales
- Alianzas políticas

0005119

- Infiltración en las FF.AA.
- Desarrollo orgánico del PCU y UJC

En la actualidad (desde mediados de 1985) esas Direcciones habrían sido reducidas -al menos públicamente- a tres: Frente de Masas, Alianzas Políticas y Desarrollo orgánico del PCU y UJC.

La orientación táctica está dedicada desde otro ángulo al fortalecimiento de la "imagen pública" y la "credibilidad como fuerza democrática" del PCU. También a evitar un aislamiento con respecto alresto de las fuerzas políticas.

Su estrategia y táctica también hoy navega entre dos aguas, la de su concepción ideológica que la empuja a la promoción de conflictos y la de las condiciones políticas imperantes -que son en su entender de suma peligrosidad-. Sin embargo ya sea por la ilegalidad, por la cantidad importante de jóvenes, como por la radicalización de muchos de sus dirigentes la línea comunista ya comienza a mostrar la coherencia del pasado.

Este fenómeno viene siendo superado en base a la disciplina partidaria y una férrea unidad.

La situación del Partido Comunista en el Frente Amplio podemos definirla como minoritario. si analizamos exclusivamente los votos obtenidos en las últimas elecciones nacionales, pero decisiva si consideramos el "factor poder" el cual incluye, aparato, militancia, medios, influencia en los sindicatos, representación dentro del Plenario Nacional de esta coalición junto a sus colaterales (FIDEL-DEMOCRACIA AVANZADA, CORRIENTE DE UNIDAD FRENTEAMPLISTA, MOVIMIENTO POPULAR FRENTEAMPLISTA), los que continuarán prestando auxilio al PCU enel plano político y sindical.

En el Frente Sindical, los objetivos esfán muy claros:

- Recuperar la Convención Nacional de Trabajadores con una participación decisiva de los ex-dirigentes, la mayoría de loscuales son integrantes del Comité Central del PCU.

- Fortalecer a la dirigencia sindical comunista y al Partido como estructura en todos los centros de trabajo.

- Poner especial atención al trabajo a nivel de funcionarios públicos.

E.- UNION DE LA JUVENTUD COMUNISTA

La UJC es un organismo auxiliar del PCU, independiente organicamente pero dependiente en lo político e ideológico. Muestra un importante nivel en sucapacidad de movilización.

9005119

Actualmente sus esfuerzos se encuentran centrados en lograr la "penetración de los círculos" (organismos de base) en la juventud estudiantil, obrera y campesina.

Las actividades organizativas y programáticas responden en general a las mismas directivas centrales que el PCU pero desarrolla medios y consignas propias, acordes al área de su actividad.

F.- REUNION DEL COMITE CENTRAL AMPLIADO(REORGANIZACION)

Los días 8 y 9 de marzo de 1985 se reunió en Montevideo el Comité Central Ampliado del PCU. El Comité Central, que estatutariamente reviste la máxima jerarquía partidaria entre Congreso y Congreso y se reúne aproximadamente dos veces al año, sesionó con la participación de importantes cuadros comunistas -propuestos para ser miembros del Comité Central- por lo que la reunión fue calificada de "ampliada".

El último Comité Central electo por Congreso (año 1970) estaba integrado por 48 miembros titutalres y 27 suplentes, pero desde aquella fecha hasta hoy, ha sufrido variaciones debido a separaciones, expulsiones, fallecimientos, etc,a la vez que nuevos miembros han sido captados durante la época del gobierno militar.

El punto central de la reunión estuvo marcado por el Informe del primer secretario Rodney Arismedni, el que como es habitual fue aprobado por unanimidad, dicho informe cuenta de cuatro capítulos:

1.- "Con la victoria histórica de la caída de la dictadura, se ha abierto un nuevo período en la historia del país."

2.- "El Frente Amplio, una poderosa fuerza con vocación de poder"

3.- "La gloriosa CNT Central Unica combativa y clasista del Movimiento Sindical."

4.- "La reconstrucción y engrandecimiento de un poderoso Partido Comunista, problema cardinal de la revolución uruguaya".

G.- ORIENTACION Y DIRECCION DE LA CAMPAÑA FINANCIERA DEL PCU

Durante el mes de mayo de 1985, el PCU lanzó una "Campaña Financiera" lacual se inició con un activo de Cuadros de ese Frente,el cual se encuentra presidido por Alberto Suarez y presidente de la Comisión Nacional de Finanzas, junto a Edgard Lanza quien se desempeña como Secretario Nacional de Finanzas .

También el Primer Secretario del PCU Rodney Arismendi en el curso de un reportaje que se publicara en el diario "La Hora" del 21/5/985, se expidió sobre la importancia de la "campaña" y la dirección que ésta debería

9005119

tomar para cumplir con sus objetivos.

Los objetivos centrales de la campaña son:

- La cotización de los afiliados (históricamente esta siempre ha sido irregular y se agota a nivel de Seccional y Regional, llevando muy pocos recursos a nivel Central, insuficentes para el presupuesto partidario).

- Contribuyentes (amigos del PCU con muy buena situación económica-profesionales o industriales generalmente- que aportan mensualmente importantes cifras). El PCU forma"comisiones de recursos" para encarar esta área de recaudación financiera.

- Otras formas. Se trata de una generalización para ocultar el montaje de un aparato financiero desarrollado (recursos especiales), a través de laformación y manejo de importantes empresas y negocios con los países comunistas.

La obtención de losfondos se canaliza especialmente a:

- Financiar a un "Staff de Revolucionarios profesionales".

- Presupuestos generales que incluyen locales, transportes, funcionarios administrativos, etc.

- Mantenimiento del Aparato de Propaganda. Diario "La Hora", Semanario "El Popular", Revista "Estudios", Editorial "Pueblos Unidos" etc.

La Campaña Financiera se encaró como una tarea política, cinculándola a los temas políticos tácticos que el partido plantea en el momento actual. Uno de los lemas utilizados por el propio Arismendi en el reportaje ya aludido, es lograr más ingresos "para construir el futuro del Uruguay".

H.- <u>DISCURSO DEL PRIMER SECRETARIO DEL PCU</u>

El 10 de julio de 1983 desde las instalaciones del Club Ciclista Fénix, el principal dirigente comunista Rodney Arismendi, emitió un mensaje público, donde estableció la posición del PCU, frente a la actual "coyuntura política".

Sustancialmente el discurso de Arismendi se refirió a :

- Realizar una apología de las movilizaciones del PIT-CNT, de las huelgas y paros.

- Critica a la situación económica y social, y a la política del Gobierno en esa área.

9005119

- Se solidarizó con el Senador Germán Araújo.

- Criticó a los Senadores del Partido Colorado,Pozzolo, Paz Aguirre y Batlle por su predica contra el Movimiento Sindical.

- Manifestó su preocupación por los funcionarios públicos en lo que denominó como la "batalla por el presupuesto".

- Se declaró partidario de la fórmula presentada por Fidel Castro con respecto a la "Deuda Externa".

- Propugnó la nacionalización de la Banca y criticó la compra del Banco Pan de Azúcar.

- Expresó su total respaldo al Frente Amplio como "opción de poder" y señaló que "aspiramos a un gobierno de soluciones ahora", pero agregó que había que marchar "hacia un gobierno popular,democrático y anti imperialista", que a su vez permita "pasar hacia otro de corte socialista"

- Que el Frente Amplio es un "Frente y no un partido" que se debe enfrentar los intentos de dividir la coalición.

- Finalmente hizo un llamado a engrandecer la filas del Partido Comunista.

I.- <u>INAUGURACION DE LA SEDE CENTRAL DE LA UJC</u>

Esta se llevó a cabo el día 12 de julio de 1985, denominándose como "Casa de la Juventud", ubicada en la calle Acevedo Díaz casi Canelones. En la oportunidad hizo uso de la palabra el Secretario General de la UJC León Lev, Tamara Chiz de la Federación de Estudiantes del Interior,Liliana Pertuy, Secretaria de la UJC para el Interior, el diputado y miembro del Comité Ejecutivo de la UJC Gilberto Ríos.
Estuvieron presentes Víctor Licandro por el Frente Amplio, Andrés Di Bartolomeo por el Movimiento Popular Frenteamplista, Manuel Xavier por el Partido Socialista y Antonio Cabrera por la Comisión de Solidaridad Internacional del Frente Democrático Revolucionario de El Salvador, brazo político de la guerrilla marxista en ese país.

J.- <u>ALGUNOS DATOS ESTADISTICOS DE LA ORGANIZACION DEL PARTIDO COMUNISTA EN AGOSTO DE 1985</u>

Se manejaron las siguientes cifras globales: 74.679 afiliados al Partido a nivel nacional, 21.547 afiliados a la UJC también a nivel nacional. Funcionaban regularmente 27 seccionales y 82 agrupaciones a nivel departamental, 57 de las cuales son fabriles. También se destacan que en los seccionales citados se incluyen los laborales: bancarios, transporte, salud, educación y metalúrgicos.

9005119

De las 27 seccionales con funcionamiento regular, 21 contaban con el Secretariado completo, al igual que 4 Regionales, a los que se agregaba posteriormente el Regional Cultura.

En el aspecto funcionamiento y preparación de una eventual clandestinidad, existen 223 locales, 131 de los cuales eran considerados "seguros", 61 automóviles, 19 motos, 4 camionetas "Kombi", 3 bañaderas, 16 camiones (cinco de los cuales son fleteros que cruzan la frontera).

K.- ELEMENTOS DEL INFORME DEL "2 DE AGOSTO" DEL FRENTE SINDICAL DEL PCU

La principal tarea es la de coordinar las series de movilizaciones de las jornadas departamentales y también nacionales (por ese entonces la que se realizó el día 25 de agosto).

Otro punto de especial atención era la marcha de las elecciones en los distintos gremios, las que según el Informe marca un "importante avance en las definiciones". Se puntualizó que la política del PCU de "listas únicas", no era consecuencia de una debilidad del Frente Sindical del Partido, sino que marcaba el "espíritu unitario del Movimiento Obrero". Se trató también de utilizar el Documento "Acta de la Habana", determinando su utilización para la Educación en las Escuelas de Cuadros Sindicales del PC.

L.- OBJETIVOS DE PROPAGANDA Y ACTIVIDADES PRIORITARIAS

Entre los temas centrales internacionales para ser utilizados con énfasis en la propaganda y prensa partidaria se encuentran :Desaprecidos en Uruguay y Argentina, Delegaciones a Cuba, Deuda Externa, Juicio a la Junta Militar de la Argentina, Festival de la Juventud en Moscú, IV Congreso de FEDEFAM, Invasión a Nicaragua, Situación en Chile,etc.
en lo interno, denuncia de los DD.HH., retorno de Amaral García, preparación del acto del "25 de Agosto", Educación y Presupuesto, "Diálogo Nacional,etc.

Con respecto a actividades de "solidaridad" internacional, se planteó realizar una selección de cuadros juveniles "nuevos" para ir a Cuba, Nicaragua y Bulgaria. En éste último país se incluirían delegaciones infantiles de "pioneros".

LL.- ORGANIZACION

El tema fundamental con respecto al fortalecimiento de la estructura orgánica del PCU en Montevideo, fue la reestructuración de los Regionales 4 y 5, la cual se veía entorpecida debido a "los problemas que están generando la existencia de diferentes tendencias internas dentro del Partido".

9005119

Como vía de ir superando ese enfrentamiento interno se creó un Secretariado provisorio en ambos regionales y una comisión para que supervice el funcionamiento de los mismos.

Durante el transurso de las conversaciones se mencionó la responsabilidad en el área de la Educación y formación ideológica que tendrá Alberto Suarez, en el de Seguridad Tomás Rivero y en el de Autodefensa José Paccella Giglio.

Rivero y Paccella si bien circunscribirían su actividad a Montevideo, está planteando que extienda su papel al interior, dependiendo organizativamente de León Lev, quien pese a ser ler. Secretario de la UJC tendría un rol importante en la estructura clandestina del PCU.

La fuente insistió en señalar, que existen dos estructuras definidas en el PCU una "legal" y otra "clandestina", la que responde a las nuevas normas y criterios de seguridad impuestos por la dirección partidaria.

Uno de los objetivos de este aparato clandestino es asegurar la "seguridad de los cuadros y del funcionamiento en cualquier situación política".

M.- ENCUENTRO DEL INTERIOR (INFORME)

- Situación política (setiembre de 1985)

Se estimó "alentante" la sincronización que se ha logrado entre la labor de denuncias parlamentarias y las movilizaciones de masas.

Acerca del "Aparato Represivo", manifiesta "debe insistirse al flanco más débil del mismo". Se deben continuar las denuncias para lograr:

Debilitar y disminuir moralmente al "Aparato Represivo".

Lograr que las denuncias involucren a las sucesivas jerarquías militares de la época.

Lograr crear fricciones entre las FF.AA. y la Policía.

Sometimiento a la Justicia Civil de los Comandantes en Jefe del 73 al 84, incluido el Tte. Gral. Medina.

Sacar del área de la inteligencia a los mejores cuadros a todo nivel jerárquico para restar eficacia y credibilidad a la información proporcionada y a las medidas represivas que estiman inevitables, frutode la "lucha del movimiento popular".

Se reafirmó el papel de la coalición Democracia Avanzada, "y que nadie puede negar que las denuncias parlamentarias del Senador Araújo provocaron la separación del cargo de los Inspectores Castiglioni y Campo Hermida.

Se comentarion criticamente la falta de confianza que existe en ciertos niveles del PCU sobre las fuerzas militantes y también que las críticas de Seregni sobre el tenor y fondo de las denuncias de Araujo, en la

práctica demostraron carecer de sustancia.

La creciente debilidad del Partido Colorado en sus intenciones de solucionar los problemas sociales, sindicales y económicos con la represión se demuestra su claro temor a enfrentar dos instrumentos de presión popular; el Paro General y las interpelaciones. La mera amenaza alcanza para hacerlo retroceder e iniciar negociaciones.

La forma de romper la unidad entre el partido colorado y el partido nacional es elevar el hostigamiento al partido de gobierno, obligándolo a que adopte medidas represivas que el partido nacional no podrá apoyar a riesgo de perder su propias base social.

Que los siguientes pasos del Poder Ejecutivo serían Plebiscito Constitucional, Reglamentación Sindical y Decreto sobre Servicios esenciales.

Para ello el Partido Comunista debería abocarse inmediatamente al Fortalecimiento del Frente de Masas, ya que ese es instrumento para debilitar y desgastar al Gobierno y neutralizar al Paritdo Nacional,

Repudiar enérgicamente la campaña de calumnias contra el "Movimiento Obrero" y sus"dirigentes", rechazar organizadamente cualquier intento de plebiscitar una reglamentación de la actividad sindical; apoyo a nivel nacional de las plataformas delucha de COFE,FUCVAM,ADEOM, SALUD PUBLICA y la Unión Ferroviaria.

N.- PROGRAMA EDUCATIVO DEL PARTIDO COMUNISTA A NIVEL INTERMEDIO (ESCUELA VESPERTINA)

En las distintas regionales del PCU de Montevideo, se realizaron cursos a nivel intermedio, cuya duración fue apróximadamente seis semanas funcionando de lunes a viernes de 19.00 a 22.00hs. y los días sábados de 15.00 a 20.00 hs.

- Temario

El PCU teoría y práctica de su construcción

-Carácter y objetivo del PCU.Derechos y Deberes,El Centralismo Democrático.

-La estructura del Partido. Las agrupaciones del Partido. La disciplina partidaria.

-Las etapas principales en la construcción del Partido.

El PCU y la situación internacional

- La época histórica del tránsito del capitalismo al socialismo y las corrientes revolucionarios fundamentales de la época contemporánea.
- La coexistencia pacífica. La lucha por la paz.
- La estructura económica,social y política de la URSS.

9005119

AMERICA LATINA Y EL PCU

- Las bases materiales de la revolución latinoamericana. Carácter continental de la revolución en América Latina. Las vías de la revolución.
- Contraofensiva imperialista en América Latina. La nueva hora continental.

EL PCU Y SUS ORIENTACIONES POLITICAS,ESTRATEGIA Y TACTICA

- Declaración pragmática (puntos 1 al 4)
- Declaración pragmática (puntos 5 al 7)
- XVIII Congreso del PCU.
- XIX Congreso del PCU.
- XX Congreso del PCU.
- El Uruguay en la hora del FA. la orientación política luego del XX Congreso.
- El Golpe de Estado y la estrategia antifascista. Las etapas principales de la lucha antidictatorial.
- El nuevo período histórico. La marcha de la dictadura a la democracia.
- Repaso y reafirmación del bloque temático.

Ñ.- ANALISIS DEL DOCUMENTO PREPARATORIO DE LA CONFERENCIA NACIONAL DEL PCU - 17 al 22 DE DICIEMBRE DE 1985

Para una mejor ilustración trataremos de exponer algunas conclusiones que nos merece el Documento del PCU.

- Objetivos políticos

Proclaman consolidar la democracia y avanzar en la conquista de una democracia avanzada, porparte de un amplio espectro de fuerzas políticas y sociales, para avanzar en la perspectiva de un gobierno popular, un gobierno con un papel protágonico del Frente Amplio. "El objetivo inmediato de los comunistas de acuerdo a la formulación del Comité Central del mes de setiembre de 1984, es constituir una Democracia Avanzada, en el camino del Gobiernopopular del Frente Amplio". Dicho análisis del Comité Central decía:"Si nuestro objetivo es un poder democrático y antiimperialista en marcha hacia el socialismo, el objetivo político inmediato, el eslabón de la cadena capaz de hacer avanzar todo el proceso de reconquistar la democracia, acabar con la dictadura, extirpar sus restos, es desarrollar la lucha por una democracia avanzada... La democracia avanzada es un cambio en la correlación de las fuerzas..."

90051 19

El movimento obrero y popular mediante la política de concertación -que es una forma de la lucha de clases- y mediante su ingrediente fundamental, que es la movilización, exige que se cumplan los acuerdos concertados en la CONAPRO y brega por la satisfacción de importntes conquistas reivindicativas y pragmáticas".

- Sobre el Gobierno

"El gobierno está sometido a las distintas presiones, ante las cuales está cediendo, particularmente en su política económica" y "la de los sectores pachequistas como otros grupos de derecha del Partido Colorado y la de aquellos sectores militares que quisieran que en el Uruguay se desate una confrontación entre el gobïerno y las fuerzas populares para volver a asumir un papel determinante en la vida del país contra la voluntad popular".

- Sobre el gobierno popular

"La conquista de un gobierno que abra paso a un poder popular encabezado por el Frente Amplio debe ser la culminación de una vasta movilización del pueblo, de una acumulación defuerzas, de fortalecimiento de alianzas con nuevos sectores que asegure el avance hacia profundas transformaciones políticas y sociales que la sociedad uruguaya necesita y cuyo enunciado seencuadra enel programa del Frente Amplio".

"En opinión de nuestro partido, entre los objetivos actuales estratégicos y tácticos que enlazan con su profundización convistas a una política de democracia avanzada y la alternativa de un poder popular encabezado por el Frente Amplio se recorrerá todo un período. Este no será forzosamente prolongado y estará marcado por las lucha de clases obrera y el pueblo, por una importante ampliación de todo el sistema de alianzas de la clase obrera y el conjunto de los asalariados..."

- Sobre el Frente Amplio

"El Frente Amplio debe crecer, no puede enquistarse en si mismo, si encerrarse en los límites actuales de la izquierda. Quedan todavía sectores de trabajadores que votaron por los partidos tradicionales que no completaron su proceso de definición política al nivel de sus experiencias en la lucha social" y agrega que "militantes del movimiento popular que son frenteamplistas (blancos, colorados, sin partido) en tanto integrantes de las clases y capaz que el Frente Amplio representa,son parte del gran movimiento que encarna el Frente Amplio".

"Nuestro partido considera que a partir del año próximo será necesario

9005119

unificar los esfuerzos de todo el Frente Amplio en la perspectiva de la conquista de un gobierno popular".

"Un objetivo fundamental de esta etapa deber ser un amplio crecimiento del Frente Amplio en el interior del país".

"El carácter pluralista que define características fundamentales del Frente Amplio no puede ni debe ser modificado o adecuado a cada resultado electoral".

"Los comunistas tienen como una de sus obligaciones militantes básicas su partiopación en los Comités de Base.."

No obstante la importancia del Frente Amplio este, según opinión doctrinaria de los comunistas, es la columna vertebral de la formación de un Frente Democrático de Liberación, objetivo estratégico fundamental del PCU desde su XVI Congreso en 1956.

- La vía uruguaya hacia el socialismo

Potencialmente el Frente Amplio se identifica como la base de este gran Frente (de Liberación Nacional) que habilitará para cubrir las etapas de marcha hacia el socialismo.

Primeramente un gobierno "democrático antiimperialista" que "facilite" el tránsito hacia una etapa socialista.

El"camino hacia la liberación nacional y hacia el socialismo exige la forja consecuente de la unidad del pueblo, el temple que reclama la magnitud y la dureza de los combates a afrontar".

- Sobre el movimiento sindical

Señala que los intentos de introducir la "socialdemocracia" en el movimiento sindical fracasaron, haciendo alusión a los años anteriores que surgieron movimientos o grupos que respondían a esa orientación En síntesis el movimiento sindical está dominado por los marxistas-leninistas.

Pese a que la "clase obrera rechazó enérgicamente las perspectivas de formar varias centrales sindicales, lo que hubiera dividido y partizado al extremo el movimiento" "esta batalla está todavía abierta y exige de nosotros más capacidad de respuesta".

Se manifiesta contrario a la partidizacióndel movimientosindical señalando que a lo que"los comunistas nos oponemos es que cada partido dispute su porción del movimiento sindical, a que las posiciones gremiales no se definan en torno a los intereses de los trabajadores.... de la coherencia de una militancia sindical, sino a un mandato partidario". Sinduda esta definición es totalmente contradictoria no solo con la práctica del Pa

9005119

tido comunista enel movimiento sindical (por ejemplo Thelman Borges es el jefe de fracción sindical del PC) que apuntan a ganar las posiciones más claves y a sus propios enunciados teóricos. Al respecto el documento que analizamos expresa en el capítulo "GANAR LA MAYORIA DE LA CLASE OBRERA PARA EL MARXISMO LENINISMO", que"en particular en todo este período se halla en primerlugar la tarea histórica de ganar política e ideológicamente a la mayoría de la clase obrera para las ideas del marxismo leninismo" Esta frase demuestra claramente el objetivo de dominio del PCU sobre el movimiento sindical. Es más, las doctrinas comunistas -que se aplican no solo en el PC- enseñan que las organizaciones marxistas leninistas no pueden manejar la voluntad política de la clase obrera sino a través de un aparato sindical altamente desarrollado dominado por ellos.

Existe notoria preocupación por lo que denominan "anticomunismo" dentro del movimiento sindical. Aquí debemos precisar que lo que existe dentro del Movimiento Sindical no es un enfrentamiento contra la ideología comunista, dado que la mayoríade los grupos que participan de parcelas de poder responden a esa ideología, sino una lucha de posiciones. En el documento indican que "debemos combatir todas las formas de anticomunismo dentro del movimiento", refiriéndose en realidad a posiciones anti PCU.

- Interior

En varios pasajes del documento se pone especial énfasis en la importancia del trabajo político y sindical en el interior. Con respecto al Frente Amplio ya hemos visto como se ponía al interior como " uno de los objetivos fundamentales". Más adelante, al tratar las "alianzas" de la "clase obrera" con otras "capas y clases sociales" para llevar la "revolución uruguaya" adelante, el documento comunista señala que "nuestro programa....debe tener como uno de sus ejes fundamentales al trabajo en relación al interior del país".

El documento agrega que "existe un sector en el que la actividad del PCU y de la izquierda se ha extendido y ampliado considerablemente en este período: el de las organizaciones de productores agropecuarios ".

Con referencia a este mismo tema se afirma que uno de los centros de la actividad en el movimiento social "será unir a los "pequeños productores" con la "lucha de los trabajadores" y que la movilización de las organizaciones de pequeños productores se ha elevado y extendido, con importantes avances enel movimiento cooperativo".

Sintetiza la opinión sosteniendo que asistimos a un "fenómeno que no se registra desde hace muchos años: elreclamo de tierra por parte de miles de compatriotas."

9005119

En otra parte del documento, en la sección dedicada al "movimiento sindical, se hace hincapié de que "en este proceso de fortalecimiento de la inmensa mayoría de los sindicatos a nivel nacional, se destaca la creación de la Federación Nacional de Asalariados Rurales (FENARU) que agrupa a todas las organizaciones de los trabajores delcampo y que culmina un largo y difícil camino".

- Universidad

El documento -extrañamente- se extiende poco respecto al tema de la educación y la Universidad, tal vez por considerar que muchas alusiones pudieran motivar indiscreciones utilizables que pusieran en juego las importantes posiciones conquistadas por las organizaciones marxistas en ese campo. Sin embargo del tema de la "Universidad" sobresale:"La Universidad está llamada a librar una compleja batalla en varios frentes: contra la asfixia económica, en defensa de su autonomía y de la soberanía nacional en el diseño y ejecución de su política educativa, por reconstruir el nivel académico y docente acorde con las nuevas exigencias del desarrollo de las ciencias y de la cultura universal y nacional, y elevarse como punto de referencia en la batalla democrática, junto a los trabajadores y el pueblo"

- El Partido y la Juventud Comunista

"Como éxito más importante señalan:se ha triplicado el número de afiliados; se ha creado una red de organizaciones de base (agrupaciones) se ha desarrollado organismos de dirección intermedia (seccionales y regionales) que aseguran larelación entre las agrupaciones y los organismos de dirección nacional y departamental,una red de sedes partidarias del PCU y la UJC en Montevideo y el interior; la publicación del diario "La Hora" y el Semanario "El Popular"; la audición de Enrique Rodríguez y la publicación de la revista teórica "Estudios".

Se sigue insistiendo sobre la necesidad de unir solidamente a las tres vertientes del partido: presos, exiliados y quienes estaban en la clandestinidad:

- El tema educativo sigue ocupando un lugar depreferencia centrando su atención en los nuevos afiliados al PC y la UJC y en aquellos militantes de la clandestinidad que no tuvieron oportunidad de realizar esos cursos, sin los cuales sus nociones ideológicas se limitan al auto-estudio. En tal sentido al plan de cursos elementales y escuelas vespertinas ha sido muy intenso;

- Un énfasis especial en la consolidación de las

9005119

agrupaciones del PC. Se señala por igual que se debe trabajar hacia la incorporación de los miles de viejos afiliados al PC que alguna vez militaron o participaron en las actividades en los años anteriores al Gobierno militar.

- CRECER, ORGANIZAR Y EDUCAR sintetizan como consigna las principales tareas de la labor de consolidación interna del PCU y la UJC, antes conocida como la 5ta. Dirección de Trabajo.

- Una política de distribución de cuadros acertada combinando a los dirigentes experimentados con los nuevos.

- Conrespecto a la propaganda, el documento dice "debe saber combinar adecuadamente las tradicionales formas de la agitación de la propaganda callejera, con las más modernas técnicas de la publicidad, del cine y de la televisión". Otros rubros destacados son la venta de"La Hora, Popular y Estudios" y la necesidad de ampliar la red de periódicos de base del PC que editan agrupaciones o seccionales.

- Referente a Finanzas, como es obvio el documento se extiende solamente con las fuentes públicas de fondos del PC. Afirma que es necesario "la creación de un movimiento de masas para el sostén financiero del Partido y que "la cotización" primer "elemento de nuestras finanzas por razones de principios será una tarea a desarrollar". Por último afirma también que debe vertebrarse un núcleo de cuadros financieros política y técnicamente capacitados para esa tarea".

- Por su parte la UJC se le ubica como auxiliar de primer orden del PC y en particular enel campo sindical donde décadas pasadas el rol de la juventud Comunista era escasa. El documento señala que "la ayuda sistemática, la coordinación permanente Partido UJC, en especial a nivel obrero, donde la labor sindical exige una acción unificada, la integración de los organismos de dirección intermedia con un miembro de la UJC, el cuidado del desarrollo y promoción de los cuadros de la UJC, el acuerdo con la dirección del Partido, la colaboración en la instalación y promoción de las Casas de la Juventud (verdaderos clubes juveniles abiertos a las inquietudes y necesidades de la joven generación).

- <u>El Marco Internacional</u>

"No hay posibilidades de resolver estos problemas (por los sociales y económicos) vitales sin una auténtica revolución, un cambio de clases en el poder".

"El socialismo triunfa desde Moscú a Hanoi, desde Berlín, Sofía o Praga

9005119

hasta Pekín, de Luanda o Addis Abeba a La Habana, de Aden a Belgrado,etc. Esa victoria histórica del socialismo no excluye problemas. Pero el socialismo ha triunfado definitivamente".

"Nuestro partido ha afirmado desde siempre la necesidad de la más firme unidad de las revoluciones socialistas (que ya abarcan más de 1500 millones de seres) y de todo el movimiento comunista internacional".

"Esa unidad internacionalista (del movimiento comunista) debe contribuir a la coincidiencia histórica y estratégica de las tres corrientes fundamentales de nuestro tiempo: los países socialistas el movimiento de liberación nacional de los países coloniales y dependientes y el proletariado de los países capitalistas desarrollados".

"La revolución latinoamericana avanza por cauces variados. Pasada la hora más dramática, ahora se muestra un nuevo rostro continental".

"Hoy existen condiciones para una muy amplia unidad democrática y antiimperialista en América Latina" y que esa "unidad" debe expresarse en "Solidaridad con Nicaragua", "Apoyo al grupode Contadora" y para "abordar el tema de la deuda externa", resistiendo las imposiciones del FMI".

"En torno a la deuda externa se anudan hoy las contradicciones entre América Latina y el ilmperialismo norteamericano" y en "opinión de nuestro partido seexpresa en el apoyo todas las formas de resistencia al pago de la deuda y de acciones colectivas. En nuestro caso promovemos no pagar la deuda externa, destinando esos recursos al desarrollo nacional".

- Algunas conclusiones

- Es necesario ahondar las definiciones de la izquierda rápidamente para trabajar en una perspectiva de poder (Democracia Avanzada, Gobierno del Frente Amplio y Poder Popular como fases de un mismo proceso).

- Ampliar el radio de las alianzas para unir todo lo posible para el logro de tales fines. El Frente Amplio como un primer paso a la formación de un Frente de Liberación Nacional.

- La necesidad de ganar "ideológicamente" a la clase obrera y de "copan las posiciones dirigentes del movimiento sindical sigue siendo un objetivo prioritario.

- Se evita toda alusión a un tema definitorio la vía de acceso al poder (persisten las definiciones del pasado, en especial, texto de Arismendi y Massera sobre la vía armada).

- El interior adquiere una preponderancia en la estrategia de poder (sindicatos rurales-pequeños productores y Frente Amplio)

9005119

como instrumentos de esa estrategia.

- La estrategia antiimerialista como la vía de avance más importante de larevolución marxista en América Latina y la táctica de la deuda externa como el factor dinamizador de esa estrategia.

O.- ELECCION DE AUTORIDADES DURANTE LA CONVENCION NACIONAL DEL PCU-17 al 22 de DICIEMBRE.

Dentro de las potestades de la Conferencia Nacional estuvo el elegir un nuevo Comité Central, quien a su vez se reunió de inmediato y eligió un nuevo Comité Ejecutivo y Secretariado.

Integración del Secretariado y del Comité Ejecutivo

Secretariado

Rodney Arismendi

Jaime Perez

Alberto Altezor

Feliz Díaz

Thelman borges

Esteban Valenti

Leopoldo Bruera

León Lev

Ramón Cabrera

Comité Ejecutivo

Rodney Araismendi

Jaime Pérez

José Luis Massera

Enrique Rodriguez

Leopoldo Bruera

Rosario Pietrarroia

Eduardo Viera

Eduardo Viera

Pedro Toledo

León Lev

Ramón Cabrera

Daniel Baldassari

Alberto Altezor

Félix Díaz

Jorge Mazzarovich

Thelman Borges

Esteban Valenti

Como suplentes del Comité Ejecutivo Nacional fueron nombrados: Juan Angel Toledo, Geza Stary, Aldo Lista y Andrés Toriani.

Del análisis de la actual integración de los organismos podemos concluir:

- Se volvió al principio de organismos concéntricos, o sea que todos los miembros del Secretariado son a su vez del Ejecutivo.
- Se consolidó la existencia de un Secretariado, organismo de dirección diaria del PCU, de mayor número (9) .
- Se consolidaron como figuras de primer orden en la dirección del PCU:Ramón Cabrera, León Lev, Esteban Valenti y Jorge Mazzarovich, todos los que hicieron su carrera partidaria a nivel de la UJC.
- Los organismos tienen un equilibrio entre quienes estuvieron en el exilio (4 en el Secretariado y 7 en el Ejecutivo) con quienes estuvieron presos o en la clandestinidad (5 en el Secretariado y 9 en el Ejecutivo)
- La presencia de Félix Díaz a quien realmente le correspondería la dirección del trabajo sindical del PCU, parece estar destinada a apuntalar la orientación de Arismendi en esa área.
- Aunque no se sabe la distribución de responsabilidad dentro del Secretariado Ejecutivo, se cree que no habrá modificacaiones de lo anterior, y si las hay serán de escasa relevancia.
- Por último la presencia de Arismendi , se consolidó, y aunque resistida por sectores más jóvenes y radicalizados, surge claramente como insustituible por ahora. De igual manera el cargo de Pérez como "Adjunto" a la dirección está indirectamente avalando el liderazgo de Arismendi, cortando así toda posibilidad de enfrentamiento de fondo.

En lo que respecta a la Conveción en sí misma, el objetivo central fue más externo que interno. Las definiciones ideológicas de la Convención estaban ya puestas en los objetivos estratégicos, los mismos desde 1956 (conquistar ideológicamente a la clase obrera, un Frente de Liberación Nacional, un Partido y Juventud Comunista altamente desarrollado y organizado, la acumulaciónde fuerzas mediante la lucha de masas y la creación de instrumentos como la Central Unica,etc) como en lo táctico (concertación y movilización, avanzar endemocracia).

Lo anterior nos conduce a señalar sin embargoque gran parte del efecto de la Convención estuvo destinado a la opinión pública nacional, presentando al PCU como"unpartido normal", "responsable". Toda la campaña publicitaria, la propaganda, la forma de sesionar la Convención, fue parte de una gran operación destinada a fortalecer la imagen de la organización en el resto

de la población.

La Convención Nacional reafirmó entre otras cosas, como la puntualización anteriormente:

-La vocación revolucionaria del PCU

- El objetivo de alcanzar un Frente de Liberación Nacional.

- El Frente Amplio como vía para alcanzar el socialismo en nuestro país.

- Consolidar al Frente Amplio como una opción de gobierno y de poder.

- Conquistar el gobierno a mediano plazo y desde allí conquistar el Poder.

- Una clara definición entre Gobierno y Poder.

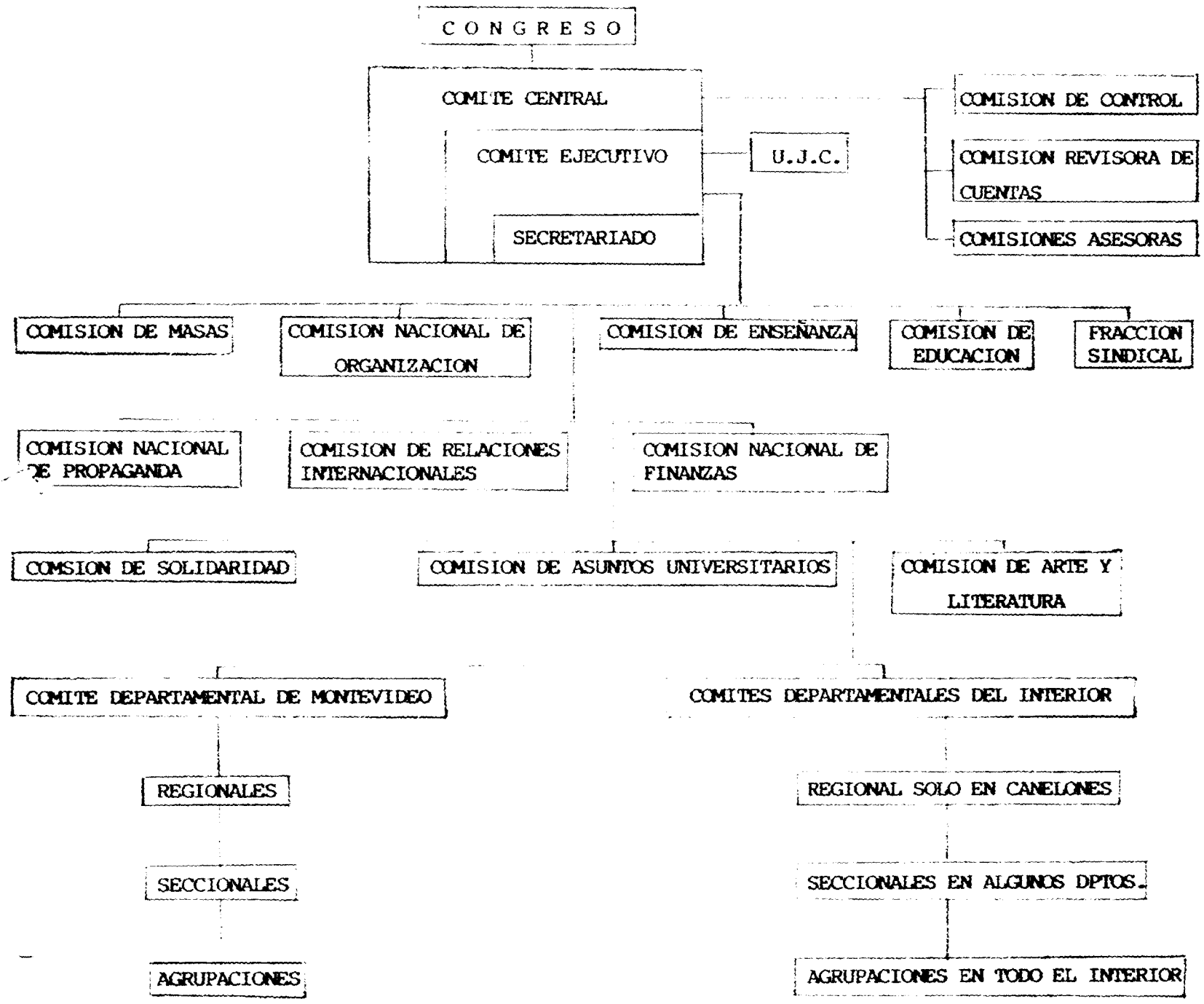
- La conquista ideológica y política de la clase obrera como un elemento de primer orden.

- Desarrollo de una táctica amplia con respecto a loas alianzas en especial atraer sectores "progresistas" de los PP.TT..

- Reafirmar su integración a la corriente recolucionaria mundial liderada por la URSS (Campo Socialista).

9005119

ORGANIZACJION DEL PARTIDO COMUNISTA DEL URUGUAY



9005119

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº013/86

P E T R O L E O

Montevideo,30 de abril de 1986.-

-11

·9005120

30051-4

P E T R O L E O

I.- O.P.E.P.

1.- ORIGEN Y EVOLUCION

2.- CRISIS ANTERIORES

3.- CRISIS ACTUAL

II.- CONSECUENCIAS

1.- PAISES INDUSTRIALIZADOS

2.- PAISES SUBDESARROLLADOS

III.- PROYECCIONES DE FUTURO

I.- O.P.E.P

1.- ORIGEN Y EVOLUCION

La Organización de Países Exportadores de Petróleo nació en 1960, cuando las trece principales naciones exportadoras de crudo enfrentadas a una rebaja de los precios ya ínfimos que les pagaban las corporaciones transnacionales, decidieron unificar sus tarifas. Forman parte de la OPEP: Arabia Saudita, Argelia, Ecuador, Emiratos Arabes Unidos, Gabón, Indonesia, Irán, Irak, Kuwait, Libia, Nigeria, Qatar y Venezuela.

Luego que la organización logra su consolidación, los precios del petróleo comenzaron a subir, en un proceso que se agudizó a partir de mediados de 1973, cuando las tarifas por barril oscilaba en los tres dólares y sorpresivamente se multiplicó por cuatro.

La OPEP intentó regular la extracción y el consumo y aprovechar las ganancias mediante la venta por contrato y con mecanismos para prever un incremento de los precios. Mientras tanto sus ganancias fueron recicladas en el sistema financiero mundial, siendo volcadas en los capitales de entidades bancarias, constituyendo este uno de los factores de distorsión de la economía mundial, al producirse un exceso de oferta de dinero.

2.- CRISIS ANTERIORES

En 1973 surge la primera crisis en el mundo petrolero mundial, como consecuencia del aumento desmesurado del precio del crudo, iniciándose un proceso donde el manejo político del valor de los hidrocarburos, modificó el equilibrio del mercado.

En 1979 la OPEP impuso su último gran reajuste de tarifas. A esa altura, ya los esfuerzos en las naciones industrializadas por aumentar la eficiencia en el uso de hidrocarburos, empleando fuentes de energía de alternativa y explotando otros yacimientos en países ajenos a la OPEP, comenzaban a erosionar el control de la organización, que extrae el 50% del petróleo consumido en el planeta.

[illegible] primer trimestre de [illegible], se de-
[illegible] [illegible] [illegible] [

Después de alcanzar su techo máximo de 36 dólares el barril en el mercado spot, en el primer trimestre de 1981, los precios del petróleo comenzaron a bajar lenta pero persistentemente. Primero fue la caída de 1981, cuando al concluir el año el crudo se cotizaba a 30 dólares el barril.

Durante 1982, 1983 y 1984 el precio bajó muy lentamente hasta fines de 1985.

3.- CRISIS ACTUAL

Desde fines de 1985, el precio del crudo comenzó a caer en forma estrepitosa y de 26 dólares el barril (octubre del mencionado año), bajó a 17 dólares en enero de 1986, oscilando actualmente en alrededor de los 10 dólares el barril.

A pesar de los ingentes esfuerzos de la OPEP por mantener los precios, con la disminución de los volúmenes de producción de cada uno de los países miembros, los mismos bajaban presionados por las grandes compañías que ponían a la venta sus stocks de reservas.

A.- FACTORES DETERMINANTES DE LA CRISIS.

Varios cambios básicos y de largo alcance en las características del mercado petrolero produjeron la disminución de los precios, un cambio en la posición de la OPEP en el mercado y una reducción de su capacidad para fijar el precio del crudo. El consumo del petróleo en el mundo ha disminuído como consecuencia de una racionalización en el consumo de energía y de haberse pasado al consumo de sucedáneos del crudo, tales como el carbón y el gas. Hacia fines de 1984/85, los hidrocarburos representan el 37,5% de las fuentes energéticas mundiales contra el 48% de 1972/73.

Por otra parte, la producción de petróleo de naciones que no pertenecen a la OPEP, ha aumentado en forma sustancial. En 1979, la producción de los países ajenos a la organización, totalizaba unos 22,2 millones de barriles diarios, comparados con 28,2 en 1985. Al frente de estas naciones se encuentra Gran Bretaña, que en 1979 produjo 1,6 millones de barriles diarios y en 1985, 2,6 millones. Luego sigue Noruega, que en el mismo período aumentó su produc-

9005 0

ción de 400.000 barriles diarios a cerca de un millón. Después viene México, que elevó su producción de 1,5 millones de barriles diarios a 2,7 millones.

También aumentó la producción de petróleo de los países del Tercer Mundo, tales como Brasil, India, Egipto y Omán. Asimismo la Unión Soviética, que aumentó su exportación de crudo a Occidente para acrecentar sus ingresos en moneda extranjera, contribuyó a agrandar el exceso de oferta que se creara en el mercado.

Al mismo tiempo, se produjeron otros cambios que tuvieron mucha significación para la estructura del mercado petrolero. Los más destacados entre los mismos fueron el perfeccionamiento de la tecnología para la transformación de los hidrocarburos. También los altibajos en la cotización del dólar han influído en forma considerable sobre la estabilidad del mercado. La baja del dólar en comparación con las monedas europeas durante el último año, mejoró la situación de los países de Europa y agravó el problema de los ingresos de las naciones exportadoras de petróleo, las cuales sufrieron no solamente por la reducción de los precios sino también por la erosión en el valor real de los ingresos con relación a los mercados europeos, en un momento en que las importaciones de Europa y Japón constituyen la parte principal en el total de las exportaciones de las naciones árabes de la OPEP.

B.- <u>POSICION DE LA OPEP EN EL MERCADO</u>

La participación de la OPEP en el mercado petrolero ha ido disminuyendo:en 1979 los miembros de la organización producían 31.600.000 barriles diarios, comparados con 18.500.000 en 1984 y sólo 17.200.000 en 1985. Esta disminución se debió a su política de cartel que determina los precios para sus miembros.

La capacidad de la OPEP para fijar los precios del crudo se redujo como consecuencia de la disminución de su participación en el mercado y del desarrollo acelerado del mercado libre del petróleo. Paralelamente, se desarrollaron métodos adicionales para vender petróleo fuera del marco de convenios a largo plazo y ante todo la venta de petróleo mediante convenios de trueque, a menudo a cambio de

armas.

Por su incidencia en el mercado mundial del petróleo, la posición de Arabia Saudita merece una consideración especial. Este país ocupa un lugar destacado en la OPEP y en la formulación de la política de la organización, por ser el productor más grande y por poseer la mayor capacidad de producción (10 millones de barriles diarios). En los últimos años Arabia Saudita utilizó su producción de crudo para trazar una política petrolera de su conveniencia. En los convenios de la OPEP de 1984, se le confiere a Arabia Saudita la condición de productora de remanente.

La reducción de la demanda mundial produjo importantes perjuicios a Arabia Saudita. Es así que este país provoca una guerra de precios, mediante un importante aumento de su producción de crudo, con el propósito de presionar a los principales productores que no pertenecen a la organización para que coordinen su política con la OPEP y que en el futuro se establezca un sistema de cuotas, lo que podría asegurar a las naciones árabes una mayor porción en el mercado petrolero.

II.- CONSECUENCIAS

1.- PAISES INDUSTRIALIZADOS

En términos generales estos países pagan actualmente sumas mucho menores por la importación de petróleo. La disminución de los precios del crudo para la industria, producirá una reducción del índice de la inflación, una reducción en el volúmen de la desocupación, un aumento del índice de crecimiento y una mejoría en la balanza comercial. Paralelamente, se reducirá más aún el mercado potencial para productos occidentales en los países productores de petróleo y principalmente de las naciones árabes.

En lo que se refiere a Estados Unidos, la reducción de los precios del crudo, no solamente perjudica a su industria petrolera, sino que además sería una amenaza para la seguridad nacional del país.

Si bien los bajos precios estimularían la demanda, se considera que la producción local se reducirá en forma marcada, la explo-

ración en zonas fronterizas se interrumpiría y las importaciones se duplicarán en los próximos cuatro años.

Actualmente las empresas petroleras han reducido sus presupuestos y suspendido los proyectos de exploración y producción, cerrando los pozos de mayor costo. Para Estados Unidos, el petróleo a bajo precio implica altos costos, pérdida de recaudación impositiva, aumento del desempleo, debilitación de los bancos y ruina de la industria petrolera. La perspectiva de desabastecimiento de petróleo y un aumento indiscriminado de los precios, es una amenaza para la seguridad nacional de Estados Unidos, para su economía y su capacidad de controlar su propia política exterior.

Para la Unión Soviética, la caída del precio del petróleo significaría una pérdida anual de aproximadamente 8.500 millones de dólares. En 1985 los soviéticos exportaron 70.000 millones de toneladas de crudo por un valor de 14.000 millones de dólares a países europeos, a un precio de 29 dólares el barril. Actualmente el petróleo soviético se vende a 13 dólares el barril. De persistir la actual situación, la URSS tendría que incrementar sus exportaciones, principalmente de armas, reducir sus importaciones y solicitar créditos para cubrir las pérdidas

2.- PAISES SUB-DESARROLLADOS

A.- PAISES PRODUCTORES

Uno de los países más afectados por esta situación será México, que es el cuarto exportador del mundo. Este país depende del crudo, que representa un 65% de sus ingresos externos. Se estima que su economía se contraerá durante 1986, anunciándose un recorte de 1.000 millones de dólares en el gasto público, La caída del mercado petrolero significará en 1986 una pérdida de 7.000 millones de dólares para México. La caída de los precios fue acompañada por una reducción del 25% de las exportaciones de petróleo. El resultado sería dificultades para pagar los 13.000 millones de dólares en deuda e intereses fijados para este año.

En la misma situación se encontrarían Venezuela, Ecuador y Nigeria. Venezuela tendría que negociar los 21.000 millones de dólares

9005120

de su deuda externa, debido a que la caída de los precios determina una pérdida del 40% de sus ingresos por exportaciones. Para Ecuador la pérdida de sus ingresos se sitúa en 900 millones de dólares anuales. En el caso de Nigeria, las exportaciones de petróleo significan un 95% del total de ingresos externos, estimándose que en el presente año la economía caerá en un 3,2%.

En lo referente a los países árabes, se considera que la actual situación les dificultará afrontar los problemas originados por la disminución de los ingresos provenientes de la exportación de crudo. Estos países se verían obligados a aplicar planes de contención económica de mucho mayor alcance que los que implantaron en los últimos años y en consecuencia podría crearse un riesgo para la estabilidad interna en los mismos. Finalmente, esta situación reduciría la capacidad política y militar de las naciones árabes en su confrontación con Israel. En el caso particular de Arabia Saudita, el mayor exportador de petróleo del mundo, ha postergado su presupuesto 1986/87 con motivo de la incertidumbre en el mercado mundial del crudo. Sus reservas en divisas, que durante el auge petrolero superaran los 160.000 millones de dólares, actualmente se habría reducido a la mitad.

B.- PAISES IMPORTADORES

Los países sub-desarrollados importadores de petróleo, mejorarán la capacidad para afrontar los compromisos derivados de su deuda externa. Naciones como Brasil y Argentina, que tienen grandes endeudamientos, podrían reducir sus planes de contención económica y las limitaciones impuestas en los últimos años a las importaciones.

Con referencia a Uruguay, la situación actual puede significar un importante respiro en su transferencia de divisas hacia el exterior. En el año 1980 se destinaba a las importaciones petroleras el 39,7% del total de nuestras exportaciones, porcentaje que disminuyó al 36,8% en 1981 y volvió a subir al 40,66% en 1982. El deterioro constante de los precios petroleros permitió que este porcentaje bajara en 1983 al 24,9%, en 1984 al 28,1% y en 1985 al 29%. El ahorro más importante se podría producir durante 1986 debido a que el crudo se está comprando a niveles mucho menores que el año anterior.

III.- PROYECCIONES DE FUTURO

El futuro del mercado petrolero depende de diversos factores que no solamente están relacionados a las políticas que sigan los países productores. Un elemento importante a considerar, es el costo de producción de cada país que determinará la capacidad política de los mismos para mantener la actual guerra de precios.

El costo promedio de producción de los pozos británicos en el Mar del Norte, está alrededor de los 18 dólares. Mientras que en los países árabes del Golfo Pérsico los costos descienden a dos dólares por barril. Si bien es previsible, que la guerra de precios continúe, es poco probable que Gran Bretaña pueda mantener su posición intransigente que finalmente deba negociar con la OPEP a riesgo de seguir vendiendo petróleo a pérdida.

Otro elemento a considerar, es que de acuerdo a algunos estudios, dentro de 15 años quedarán solamente 7 países exportadores de petróleo. Con el actual ritmo de extracción, dentro de menos de 8 años, los EE.UU. se quedarán sin petróleo, dentro de 14 años lo mismo le pasará a la URSS y los yacimientos del Mar del Norte tendrán una vigencia de 15 años. En cambio para el Golfo Pérsico se estima que aún quedan 100 años de rendimiento en la extracción de petróleo para Arabia Saudita e Irak y más de 200 años para Kuwait. En una situación intermedia se encuentran México e Irán, con 48 años. Esta situación, obviamente, condicionará al igual que los costos las políticas a seguir por los exportadores. Si los productores de petróleo pertenecientes a la OPEP y los que no participan de la organización no logran coordinar una política de producción, la disminución de los precios en el mercado habrá de continuar.

En caso de mantenerse la caída de los precios del crudo, se podría promover un aumento de la demanda mundial de petróleo, lo que redundaría en el abandono de los proyectos para buscar fuentes de energía de alternativa y proyectos de búsqueda de recursos petroleros con recursos elevados. De suceder esto, Occidente aumentaría su dependencia con respecto a los países árabes productores, lo que los expondría a una crisis similar a la de 1973.

9005120

S E C R E T O

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Ejército del S.I.FF.AA.

Copia Nº3: Señor Sub Director de la Armada del S.I.FF.AA.

Copia Nº4: Señor Jefe del Departamento I del S.I.FF.AA.

3005120

S E C R E T O

El Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel.(Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Sub Jefe del A - 2

Copia Nº2: Señor Jefe del Dpto II del E.M.E.

Copia Nº3: Señor Jefe del N - 2

11-11

300510

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 014/86

MOVIMIENTO GUERRILLERO-TERRORISTA DE COLOMBIA

Montevideo, mayo 12 de 1986.-

01-12

[redacted]

19005121

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, mayo 12 de 1986.-

MOVIMIENTO GUERRILLERO-TERRORISTA DE COLOMBIA

I.-VISION GENERAL

La subversión es uno de los problemas más graves del país. El movimiento guerrillero-terrorista y el narcotráfico son los principales componentes de ese mal crónico, que es una de las grandes preocupaciones de los gobiernos colombianos desde hace cerca de 30 años.

Las actividades guerrillero-terroristas en Colombia tienen profundas raíces históricas en el movimiento guerrillero liberal del período de "La Violencia", donde adquirió experiencia militar y política (1948-1958).

El páis dividido en 22 departamentos y 4 distritos territoriales, 4 especiales y un distrito federal, es de difícil control teniendo en cuenta que sus 28,5 millones de habitantes se hallan muy disociados debido a la geografía. En tales condiciones, las fuerzas legales encuentran dificultades para operar, particularmente porque enfrentan acciones guerrillero-terroristas en zonas rurales y urbanas al mismo tiempo.

Los resultados de la represión en el área urbana están siendo bastante expresivos, pudiendo las incursiones políticas y económicas facilitar la renovación de los cuadros de las organizaciones subversivas.

El apoyo al movimiento guerrillero-terrorista, principalmente urbano, en Colombia, se presenta muy evidente, debido al elevado número de políticos, intelectuales y artistas dedicados claramente a la lucha armada. Las mayores facilidades para el recluta-

·9005121 4

miento y para la clandestinidad hallada en las ciudades, hacen que esas actividades se desarrollen en el medio urbano no impidiendo que las acciones violentas se extiendan al campo.

El movimiento guerrillero-terrorista colombiano está perfectamente insertado en el contexto de la subversión del continente: lucha armada para la construcción de una nueva sociedad socialista en el país.

II. GRUPO GUERRILLERO-TERRORISTA

Los grupos subversivos, oficialmente identificados por las autoridades gubernamentales del país son:Fuerzas Armadas REvolucionarias de Colombia (FARC), Movimiento 19 de Abril (M-19), Ejército de Liberación Nacional (ELN), Ejército Popular de Liberación (EPL), Movimiento de Autodefensa Operaria (ADO) y Organización Revolucionaria del Pueblo.

A) Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

1) Origen, historia y constitución.

En 1930 el movimiento socialista del país se transforma en grupo político organizado, dando origen al Partido Comunista Colombiano (PCC). En 1950, el PCC, en su intento de capitalizar el caos que imperaba en gran parte del territorio nacional como consecuencia de la violencia política que se origina con el asesinato del líder liberal JORGE ELEICER GAITAN, organiza los primeros grupos armados del partido para resistir al Gobierno. Con base en esta incipiente organización político-militar, el PCC inicia la insurrección armada.

En 1960, el partido lanza un manifesto denominado "PROGRAMA AGRARIO DE LOS GUERRILLEROS PARA LA TOMA DEL PODER". Perseguidos por el Gobierno nacional, los grupos se dispersan. En 1966, los grupos armados se reestructuran, tomando la denominación de Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), habiendo sido después del Movimiento 19 de Abril (M-19), la más activa de las organizaciones guerrillero-terroristas.

Las FARC presentan una organización dinámica, ágil y militarmente con gran capacidad combativa. Se estima que tienen cerca de 23 frentes, cubriendo casi todo el país. Están constituídos por lugareños, delincuentes comunes y militantes del PCC, muy bien estructurados por una amplia red de informaciones y apoyo logístico. Es una organización de línea militarista o de lucha armada pro-soviética,

900512 1

disponiendo de una misma línea de conducta política y militar para todos los frentes, lo que da unidad a sus objetivos.

Cuenta con un Estado Mayor General, órgano directivo, electo por la Conferencia Nacional de las FARC.

Cada frente, llamado por los guerrilleros COLUMNA, dispone de un órgano de comando electo por el Estado Mayor General, que es al mismo tiempo órgano de dirección de las distintas asambleas generales de guerrilleros de cada columna.

En la unidad guerrillera se encuentra también la unidad combate-guerrillera, que es al mismo tiempo el núcleo político o célula.

Todos los órganos de la dirección siguen las líneas trazadas por la Conferencia Nacional del Movimiento y los principios filosóficos marxistas-leninistas. Políticamente, las FARC se guían por las Resoluciones Políticas de los Congresos del PCC y los Estatutos del Partido.

Se someten al Reclutamiento Interno Militar de las Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia y a las Normas del Estado Mayor General y de Comandos.

Las FARC cuentan con un efectivo calculado entre 3.500 y 4.000 guerrilleros, aproximadamente.

2) PROCEDIMIENTOS TACTICOS

La instrucción y el entrenamiento de las FARC se realiza dentro de cada Frente y en sus respectivas áreas de operaciones; existe un grupo con su respectivo Jefe, el cual se encarga de reclutar e instruir al personal que, una vez capacitado, pueda ocupar los lugares creados por bajas, deserción y en algunos casos por trasnferencias esporádicas de uno para otro frente.

Su método de combate principal es el de atraer Fuerzas legales hacia regiones de emboscadas. Asesinatos de militares, celadas a tropas del Ejército y de la Policía Nacional, secuestros, extorsiones y "expropiaciones" en dinero, constituyen las principales acciones realizadas por las FARC. Participan en robos de alimentos para ser repartidos entre las poblaciones humildes, con evidente intención de propaganda.

Sus operaciones son planeadas con detenimiento y generalmente evita la confrontación directa cuando se halla en inferioridad de

9005121

condiciones.

3) AREAS DE ACTUACION

Las FARC actúan en todo el territorio nacional, pero con mayor frecuencia en MADALENA MEDIO. Se destacan sus actuaciones en los Departamentos de ANTIOQUIA, BOYACA, CAQUETA, HUILA, META y SANTANDER.

Los 23 frentes están distribuídos en todos los Departamentos del país. El grupo guerrillero-terrorista cuenta con un frente urbano (BOGOTA) y 22 frentes rurales. Las FARC proyectan la creación de un frente urbano en cada capital departamental.

4) RECURSOS

El autofinanciamiento de los Frentes, determinado por el PCC a partir de 1974, viene siendo conseguido principalmente a través de extorsiones de la población.

Existe también, dentro de la estructura del PCC y en cada uno de los niveles de su organización, una sección de Finanzas. Ella tiene como función la recaudación de fondos para las diferentes necesidades del Partido, según sus planes de acción, dentro de las cuales está el apoyo a las FARC. Los principales canales con los que cuentan las Secretarías, en sus diferentes niveles para obtener los recursos de la guerrilla, son las organizaciones sindicales. La más importante y eficiente de ellas es la Confederación Sindical de Trabajadores de Colombia (CSTC). Esas entidades o bien otras organizaciones de base, recaudan el apoyo necesario, especialmente cuando se trata de municiones o medicamentos.

Una de las mayores fuentes de recursos financieros del movimiento guerrillero colombiano se encuentra en la conexión guerrillera-narcotráfico. Es posible que las FARC también hagan uso de ella.

5) RELACION CON OTROS GRUPOS

A pesar del reciente surgimiento de las conexiones guerrilleras en el país y de tenerse noticias de que grupos guerrilleros colombianos estarían colaborando en la formación de un Frente Revolucionario Internacional de América Latina, no se tienen datos de que las FARC estén participando de esas formaciones, ya que hasta el momento tienen propósitos de respetar el acuerdo firmado con el Gobierno. No se descarta la posibilidad, no obstante, de que estén colaborando clandestinamente.

6) CONEXION CON EL NARCOTRAFICO

Hasta el momento no existen datos concretos.

B) MOVIMIENTO 19 DE ABRIL (M-19)

1) Origen, historia y constitución.

En 1969, OSCAR DUEÑAS RUIZ y MIRNA RUGNON DE DUEÑAS, probablemente ex-militantes del Movimiento Tupamaro del Uruguay, fundaron el Movimiento de Liberación Nacional de Colombia (MLNC) con elementos también ex-militantes de otras organizaciones de izquierda de diferente orientación, entre los cuales se encuentran: Partido Comunista Colombiano (PCC), FARC, Ejército de Liberación Nacional (ELN), Ejército Popular de Liberación (EPL) y Movimiento Operario Independiente y Revolucionario (MOIR).

Aprovechando la confusión reinante dentro de la Alianza Nacional Popular (ANAPO), ocasionada por la derrota electoral del 19 de Abril de 1970, el MLNC cambió su nombre por Movimiento 19 de Abril (M-19), e inició su trabajo de organización e infiltración que culminó el 17 de enero de 1974 con el asalto a la Quinta de Bolívar y al Salón del Consejo de Bogotá , de donde roban la espada, los estribos y las espuelas del Libertador Simón Bolívar, con el propósito de transformarlos en emblemas de su lucha.

El movimiento está constituído por personas de diferentes tendencias ideológicas, buena capacidad intelectual, muy bien estructurada en el ambiente revolucionario.

La Dirección Nacional del Movimiento, por considerar necesaria la expansión de las áreas de influencia de las Regionales, determinó la creación de los llamados Comandos Móviles (Guerrilla Rural) que opera en algunos Departamentos.

El M-19, generalmente, opera en grupos de 3 a 5 miembros, dentro de la siguiente organización:

- COMANDO DE ASPIRANTES. - Unidades compuestas por miembros de categoría de aspirantes bajo el comando de un Oficial o Jefe político- militar. Es una unidad de preparación político-militar para asumir tareas propias de un Oficial de Organización.

- COMANDO DE BASES.- Es una unidad básica de organización. Su Jefe político-militar es un Segundo Oficial.

[redacted] 121

- DIRECCION INTERMEDIARIA.- Unidad integrada por Segundos Oficiales bajo la Jefatura de un Primer Oficial.

- DIRECCION DE COLUMNA.- Unidad controlada de la Dirección Intermediaria y a través de éstas, dos Comandos de Base. Son comandados por un Oficial Mayor o por un Primer Oficial.-

- DIRECCION REGIONAL.- Unidad comandada por un Oficial Superior o por un Oficial Mayor escogido en la región. Está integrada por 5 Oficiales Mayores.

- COMANDO SUPERIOR.- Integrado por Oficiales Superiores.

- DIRECCION NACIONAL.- Compuesto por Oficiales Superiores y Mayores bajo el comando de un Jefe político-militar de la organización. Esta unidad, reunida en Conferencia Nacional, es la autoridad máxima del movimiento.

2) PROCEDIMIENTOS TACTICOS.

Sus principios son marxistas-leninistas, combinando la lucha armada con lo que llaman "lucha de masas para la toma del poder y por el socialismo". Su organización paramilitar cuenta con un gran número de militantes.

En sus 15 años de existencia han sufrido cambios en su organización ideológica, primero fue el brazo armado de ANAPO, después pasó a representar el marxismo-leninismo (ahora se declara nacionalista y niega ser comunista o estar ligado a países comunistas).

No obstante, está comprobado el apoyo en armas y entrenamiento que han recibido por parte del Gobierno de Cuba.

A pesar de que actúa más en las zonas urbanas, se sabe que trabajan con la masa de campesinos, infiltrándose en ellas y procurando realizar una campaña de proselitismo y "concientización" de acuerdo con su concepto de organización político-militar.

Orienta sus acciones hacia le ejecución de secuestros, sabotajes, atentados, infiltraciones y propaganda.

La práctica del terrorismo selectivo es la forma preferida de acción de este grupo guerrillero-terrorista.

3) AREAS DE ACTUACION

Inicialmente actuó sólo en zonas urbanas. Hace 4 años paśó a actuar, también en el área rural, donde mantiene una extensa y bien estructurada red de apoyo a las escuelas de entrenamiento para lu-

gareños. En marzo de 1984, en operaciones realizadas por la Policía Nacional, en la región de TRANQUILANDIA, Departamento de CAQUETA, fueron descubiertas escuelas de instrucción guerrillera, dotada de excelentes pistas de entrenamiento militar, lo que hace suponer que están en ese Departamento sus principales bases de entrenamiento.

El M-19 actúa con el Frente Sur en los Departamentos de CAQUETA y HUILA y en la Intendencia de PUTUMAYO; con el Frente Occidental, recientemente creado en el Departamento de CAUCA. Estas son sus fuerzas actuantes en el sector rural. En las áreas urbanas actúa con el Frente Operario Popular y Sindical, la Columna de Intelectuales y las Fuerzas Paramilitares Especiales.

4) RECURSOS

Desde el principio, el Movimiento necesitó ayuda externa. Por esta razón, sus dirigentes vieron la necesidad de autofinanciar la organización, lo cual fue hecho de dos maneras.

- Cuotas de los miembros de la organización, fijada por organizaciones de la Dirección.

- Dinero conseguido a través de secuestros, asaltos, extorsiones y otros actos terroristas.

El movimiento terrorista contaría con el apoyo de algunas empresas legalmente establecidas y manejadas por miembros de la organización, y a través de transacciones con organizaciones de narcotraficantes, con lo que el M-19 ha obtenido considerables recursos.

Robo de armas y de dinero se transformaron en fuentes sustanciales de recursos para el M-19.

5) RELACIONES CON OTROS GRUPOS.

Desde 1974 a 1979, el M-19, luego de romper con ANAPO buscó formar alianza con los demás grupos revolucionarios colombianos: FARC, ELN y EPL. Intentando esto también con grupos de otros países, fracasando en esas intenciones. Volvió a insistir en 1983 cuando participó en la reunión de ECUADOR, con los grupos de BANDERA ROJA (BR) de VENEZUELA y SENDERO LUMINOSO de PERU.

En 1984 aumentaron los contactos con otros grupos con vistas a la formación de un frente guerrillero. De esas iniciativas resultaron conexiones con el ELN, con Sendero Luminoso (SL) de Perú y con ALFARO VIVE de Ecuador. Esos y otros vínculos como con grupos de Venezuela y Nicaragua, además de ETA-Militar de España, fueron

confirmados por el propio M-19.

En ocasión de la muerte de IVAN MARINO OSPINA (AGO-85), uno de los principales líderes del Movimiento, habrían sido encontrados importantes documentos en el Cuartel General del M-19 en Calí, los cuales contenían planos de la organización para internacionalizar la lucha proletaria. Los grupos Bandera Roja, Sendero Luminoso, Alfaro Vive, ELN y el M 19, formaron el "Ejército Bolivariano", especie de internacional guerrillera latinoamericana.

Hay informes de que el movimiento pretende expandirse hacia Venezuela, Ecuador y Perú con la sigla M-20, formando un verdadero FRENTE INTERNACIONAL.

6) CONEXIONES CON EL NARCOTRAFICO

La vinculación entre grupos guerrilleros y narcotraficantes no es nueva en el caso colombiano, en especial del M-19, lo que confirma denuncias anteriormente hechas por COLOMBIA. La conexión guerrillera-narcotraficantes tiene su centro en CUBA. (JAIME GUILLOT LARA, un colombiano acusado de narcotráfico en Miami, habría hecho un contrato con el Gobierno de La Habana para transportar drogas por aguas cubanas. A cambio, traía armas para el M-19).

C) EJERCITO DE LIBERACION NACIONAL (ELN)

1) Origen, historia, constitución.

Los orígenes de esta organización datan del año 1958, con la unión de algunos movimientos de extrema izquierda entre los que se destacan el Movimiento Rebelde Colombiano (MRC), comandado por TULIO BAYER y el FRENTE UNIDO CAMILO TORRES (FUCT), los que fracasaron debido a la acción de las Fuerzas Armadas.

Sólo a partir de 1964 los grupos armados de SANTANDER configuran el movimiento conocido con el nombre de Ejército de Liberación Nacional (ELN).

La primera acción de este grupo armado fue en Enero del 65.

La organización consta de un Sector URBANO, un Sector RURAL y un Grupo EXTERNO. El Sector URBANO está compuesto de 5 regionales y el Sector RURAL de 4 frentes. El Grupo EXTERNO recibe apoyo de un grupo de Nicaragua y posee un elemento de conexión con Panamá.

2) PROCEDIMIENTOS TACTICOS

Conjuntamente con FARC y M-19 es una de las tres organizaciones

900512 1

terroristas con más actuación en Colombia. Es de línea castrista y se dedica al terrorismo selectivo.

3) AREAS DE ACTUACION.

MEDELLIN es la ciudad que eligieron como centro de operaciones.

También BUCARAMANGA y BARRANCA BERMEJA son bastante usadas. Normalmente, actúa en la intendencia de ARAUCA en el Departamento NORTE DE SANTANDER.

4) RECURSOS

Son obtenidos por los medios comunes de los grupos guerrillero-terroristas (extorsión, expropiación, contribuciones)

Los informes destacan que narcotraficantes del Departamento de LA GUAJIRA, están facilitando vivienda, alimentación y dinero, además de armamento a los guerrilleros del Ejército de Liberación Nacional (ELN), que actúan en aquella región, a cambio de la seguridad del área de cultivo de coca.

5) RELACION CON OTROS GRUPOS

Mantienen conexiones con el M-19, BANDERA ROJA de Venezuela, y FRENTE FARABUNDO MARTI de El Salvador. Es uno de los grupos más interesados en promover la internacionalización de la subversión en América Latina.

6) CONEXIONES CON EL NARCOTRAFICO

El ELN, que posee cerca de 2.500 combatientes y opera principalmente en la región ESTE de COLOMBIA, es la única organización que no aceptó la oferta del gobierno del Presidente Belisario BETANCUR de abandonar la lucha armada a cambio de amnistía y de participación en la vida política del país. Inspirado en la revolución cubana, promete luchar hasta conseguir el poder.

Mantiene comprobada conexión con el narcotráfico, del que recibe apoyo logístico, e incluso armamento.

D) EJERCITO POPULAR DE LIBERACION (EPL)

1) Origen, historia y constitución

Surgió en 1968 a consecuencia del conflicto sino-soviético. Creado por una disidencia del ELN, de línea maoísta, es considerado como uno de los grupos más violentos. Se unió recientemente a otro grupo de la misma tendencia, el PLA (MOVIMIENTO PEDRO LEON ARBO

00005121

LEDA). Está compuesto por cuatro frentes o columnas, el FRENTE TRADICIONAL, el FRENTE ERNESTO CHE GUEVARA, el FRENTE GUADALUPE SALCEDO y el FRENTE URBANO (está en fase de organización, con el propósito de atraer a la masa trabajadora-estudiantil). También consta con las llamadas "BRIGADAS DE APOYO".

2) PROCEDIMIENTOS TACTICOS

Asaltos, secuestros y extorsiones son los principales procedimientos de este grupo.

3) AREAS DE ACTUACION

Se circunscribe a los Departamentos de ANTIOQUIA y CORDOBA.

4) RECURSOS

Se obtienen a través de rescates de empresarios y hacendados secuestrados.

5) RELACIONES CON OTROS GRUPOS

Mantiene relaciones con el M-19.

6) CONEXIONES CON EL NARCOTRAFICO

No se tiene conocimiento.

E) MOVIMIENTO DE AUTODEFENSA OPERARIA

1) Origen, historia y constitución

Es uno de los movimientos más violentos. Actúa principalmente en la capital de este país.

Surgió en 1977 por disidencias con el PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONARIO (POR).

2) PROCEDIMIENTOS TACTICOS

Ejecuciones de diversos actos terroristas, (atentados, secuestros).

3) AREAS DE ACTUACION

Hasta el presente sus acciones se restringen solamente a BOGOTA.

4) RECURSOS

No se tiene conocimiento acerca de su origen.

5) RELACION CON OTROS GRUPOS

Conexiones con el M-19 y el ELN.

6) CONEXIONES CON EL NARCOTRAFICO

No se tiene conocimiento.

9005121

SECRETO

F) ORGANIZACION REVOLUCIONARIA DEL PUEBLO(ORP)

1) Origen, historia y constitución

Fundada en 1972 por la división interna de la Asociación Nacional de Usuarios (ANUC). Se identifica con la línea marxista-leninista y el pensamiento de MAO TSE TUNG.

Desde el momento de su creación este movimiento permanece inactivo y hace su aparición en junio de 1982, con los secuestros y asesinatos a ciudadanos. En 1983 se responsabiliza por el secuestro del americano KENNETH BISHOP, gerente de exploración de TEXAS Company en Colombia., por lo cual recibieron el rescate solicitado y posteriormente liberaron al prisionero.

2) PROCEDIMIENTOS TACTICOS

Secuestros.

3) AREA DE ACTUACION

Bogotá.

4) RECURSOS

Rescates.

5) RELACIONES CON OTROS GRUPOS

No se tiene conocimiento.

6) CONEXIONES CON EL NARCOTRAFICO

No se tiene conocimiento.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE — JEFE DEPARTAMENTO II — República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

s.d.s

c.c.m. /N.C.

Planes del régimen de Trípoli, el que influenciado por el estado de confrontación que mantiene con Estados Unidos aumentaría el patrocinio sobre las actividades terroristas en el área, perjudicando, como ya se ha expresado intereses estratégicos de Washington.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del E-2

Copia 3 - Señor Jefe del N-2

Copia 4 - Señor Jefe del C-2

El Sub Director de la Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Cnel.(Av.)

Roberto C. Leira

Montevideo, 25 de marzo de 1987.

P.K.

90051 21

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 015

CONFEDERACION PALESTINA LATINOAMERICANA

Y DEL CARIBE (C.O.P.L.A.C.)

Montevideo, 06 de Mayo de 1986.-

01-12

9005122

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 6 de Mayo de 1986.-

M E M O R A N D U M Nº 015

CONFEDERACION PALESTINA LATINOAMERICANA Y DEL CARIBE (COPLAC)

En julio de 1984, durante una reunión de la Organización para la Liberación de Palestina, OLP, efectuada en Sao Paulo, Brasil, se formó la "Confederación Palestina Latinoamericana y del Caribe,COPLAC.

A.- ORIGEN, ORGANIZACION Y OBJETIVOS.

1.- El gérmen del nacimiento de COPLAC se encuentra en los acontecimientos ocurridos en el Medio Oriente, después de la última invasión israelí al Líbano para desmontar las bases palestinas y su estructura militar, las cuales habían tenido un desarrollo espectacular en el último quinquenio, contando con un bien entrenado y equipado Ejército de más de 40.000 hombres y ejerciendo un dominio total del sector sur libanés, el que prácticamente se había convertido en "Tierras de Al-Fatah", lo que representa un grave peligro para la frontera norte de Israel. Lo anterior, agregado a los nuevos contingentes que permanentemente llegaban al Líbano, después de haber completado su entrenamiento en Libia, Siria y Cuba, agravaban aún más la situación.

MOAMMAR KHADDAFI, no ayudaba gratuitamente a la OLP, sólo deseaba utilizarla y manejarla para sus propios fines políticos y su ambición de convertirse en líder carismático y conductor político de todos los países árabes, al estilo de GAMAL ABDEL NASSER. Al no permitir la cúpula de la OLP ser sobrepasada por KHADDAFI, se produce un rompimiento.

Por otra parte, el Presidente de Siria, HAFED ASSAD, no admitía la creciente hegemonía de la OLP en el Líbano, la cual se habia adueñado prácticamente del 70% del país, amagando seriamente los planes de ASSAD de revivir el "estado de la gran Siria", que comprendió a Siria y Líbano después de la caída del Imperio Turco, durante el Mandato Francés entre fines de

9005122

la Primera Guerra Mundial y el año 1945, fecha en que el Líbano se independizó de Francia.

ASSAD, en un principio, trató de manipular a la OLP y utilizarla para sus fines. Tenía para este objetivo la siguiente ventaja: "El Saika", fracción de la OLP equipada militarmente y financiada por Siria, la que constituía una verdadera quinta columna dentro de la OLP, con injerencia en el Consejo Central, el Comité Ejecutivo y el Consejo Nacional Palestino (Parlamento de la OLP). Esta ventaja fue aprovechada para sembrar el divisionismo en la OLP, con el objeto de eliminar a ARAFAT, principal escollo para los fines de ASSAD.

La situación se definió cuando ARAFAT se encontraba cercado en Beirut y el Ejército sirio, estacionado en las afueras de la ciudad, no acudió en defensa de los palestinos, limitándose sólo a proteger la carretera hacia Damasco. El intento de asesinar a ARAFAT en territorio sirio fracasó. Posteriormente, mientras ARAFAT se encontraba en Trípoli, fue desembozadamente atacado y cercado por el Ejército sirio y algunas facciones disidentes de la OLP. Lo anterior, precipitó el rompimiento total con Siria.

Refugiado YASSER ARAFAT en Túnez, lugar al que emigró con el resto de sus combatientes, se vio enfrentado a la siguiente situación:

- Pérdida de toda la infraestructura de la OLP en Beirut.
- Pérdida de todas las bases de la OLP en el sur libanés.
- Pérdida de facciones de la OLP, que se volvieron en su contra.
- Pérdida de bases y campos de entrenamiento en Siria y Líbia.
- Pérdida de la ayuda económica de Libia.

Pese a esa caótica situación, YASSER ARAFAT salió fortalecido políticamente, manteniéndose y siendo reelegido como Presidente del Consejo Central y del Comité Ejecutivo de la OLP. Su organización, AL FATAH, numéricamente mayoritaria dentro de la OLP (más del 50%), agregada al F.A.L. (Frente Arabe de Liberación) financiado por Irak, y al F.P.L.P. y F.D.L.P., le aseguran una mayoría sin contrapeso. Además, el apoyo irrestricto

la Primera Guerra Mundial y el año 1945, fecha en que el Líbano se independizó de Francia.

ASSAD, en un principio, trató de manipular a la OLP y utilizarla para sus fines. Tenía para este objetivo la siguiente ventaja: "El Saika", fracción de la OLP equipada militarmente y financiada por Siria, la que constituía una verdadera quinta columna dentro de la OLP, con injerencia en el Consejo Central, el Comité Ejecutivo y el Consejo Nacional Palestino (Parlamento de la OLP). Esta ventaja fue aprovechada para sembrar el divisionismo en la OLP, con el objeto de eliminar a ARAFAT, principal escollo para los fines de ASSAD.

La situación se definió cuando ARAFAT se encontraba cercado en Beirut y el Ejército sirio, estacionado en las afueras de la ciudad, no acudió en defensa de los palestinos, limitándose sólo a proteger la carretera hacia Damasco. El intento de asesinar a ARAFAT en territorio sirio fracasó. Posteriormente, mientras ARAFAT se encontraba en Trípoli, fue desembozadamente atacado y cercado por el Ejército sirio y algunas facciones disidentes de la OLP. Lo anterior, precipitó el rompimiento total con Siria.

Refugiado YASSER ARAFAT en Túnez, lugar al que emigró con el resto de sus combatientes, se vio enfrentado a la siguiente situación:

- Pérdida de toda la infraestructura de la OLP en Beirut.
- Pérdida de todas las bases de la OLP en el sur libanés.
- Pérdida de facciones de la OLP, que se volvieron en su contra.
- Pérdida de bases y campos de entrenamiento en Siria y Líbia.
- Pérdida de la ayuda económica de Libia.

Pese a esa caótica situación, YASSER ARAFAT salió fortalecido políticamente, manteniéndose y siendo reelegido como Presidente del Consejo Central y del Comité Ejecutivo de la OLP. Su organización, AL FATAH, numéricamente mayoritaria dentro de la OLP (más del 50%), agregada al F.A.L. (Frente Arabe de Liberación) financiado por Irak, y al F.P.L.P. y F.D.L.P., le aseguran una mayoría sin contrapeso. Además, el apoyo irrestricto

que le brindan alrededor de dos millones de palestinos que viven en los territorios ocupados por Israel, dio como resultado que los hechos negativos tuvieran el efecto de una purga que sirvió para limpiar y estrechar filas en la OLP.

No obstante estas circunstancias, ARAFAT, político sagaz, basado en las informaciones que le envían las oficinas de la OLP del Continente Americano, vio la posibilidad de utilizar políticamente el apoyo de más de un millón de palestinos residentes en Américia, y de paso, incrementar el Consejo Nacional Palestino con nueve diputados, los que serían incondicionales suyos dentro del Parlamento de la OLP. De esta forma, aumentaría su base de sustentación dentro de la organización y le daría a un sinnúmero de entidades palestinas diseminadas en el Continente Americano, una estructura y un accionar uniforme; además de una dirección única a través de una organización continental que las incluya a todas, con una actividad política que la OLP podría utilizar para sus fines.

2.- De allí nació y se perfeccionó la idea de crear una Confederación de Entidades Palestinas para Latinoamérica y El Caribe, comenzando personeros de la OLP a recorrer el área y preparar el terreno.

Todo esto cristalizó en Julio de 1984 en una reunión que se llevó a cabo en Sao Paulo, Brasil, a la que asistieron representantes de toda la región. En esa oportunidad, se creó COPLAC, eligiéndose su directorio y los diputados ante el Consejo Nacional Palestino, integrados por las siguientes personas:

DIRECTORIO EJECUTIVO:

- Presidente	- NELSON HADAD HERESI (Chile)
- Secretario General	- NANCY LOLAS SILVA (Chile)
- 1er. Vicepresidente	- YASSER AKEL (Brasil)
- 2do. Vicepresidente	- PATRICIA ABUCHAIDE (Colombia)
- Tesorero	- TAUFIK GARIB (Chile)

PRESIDENTE DE FEDERACIONES DE ENTIDADES PALESTINAS:

- HASSAN SAD ERAK	- (Brasil)
- VICTOR HANDAL SALAME	- (Bolivia)
- ABRAHAM MURRA BABUN	- (Colombia)

- MAURICIO MAKLUF - (Perú)

DIRECTORES INTERNACIONALES:

- IZZAT DIB (Venezuela) - Director Asuntos Juveniles.
- HANNA SAFIEH (Brasil) - Director de Educación, Ciencia y Cultura.
- JORGE EMILIO JAAR (Honduras) - Director de Difusión
- MIGUEL ANGEL DUERY (Bolivia) - Director Desarrollo Comunitario.
- ROBERTO CAHUAS (Perú) - Director Asuntos Económicos.
- MARIO GARIB (Chile) - Director de Deportes.

DIPUTADOS ANTE EL CONSEJO NACIONAL PALESTINO:

- FRANCIS CHOMALY - (Chile)
- RITA HAZBOUN - (Chile)
- HASSAN SAD ERAK - (Brasil)
- HASSAN AMLEH - (Brasil)
- TAWFIK KANAHUATI - (Honduras)
- ALI MATTAR - (Venezuela)
- ANTON KEHWAGIE - (Perú)
- MOHAMED M. SALEM - (Colombia)
- AHMAD SABBAG - (Bolivia)

3.- COPLAC justifica su existencia mediante los siguientes objetivos abiertos:

a.- Unión de todas las colectividades palestinas del continente para su mutuo conocimiento e intercambio cultural, manteniendo así el acervo cultural de su pueblo, sus costumbres, lenguaje y folklore.

b.- Difusión y conocimiento de la verdad sobre la causa palestina, sus antecedentes históricos, políticos y legales, que ningún hijo de palestino debe ignorar.

c.- Reconocimiento y apoyo a la OLP como único representante del pueblo palestino; tal como lo han reconocido las Naciones Unidas, y los gobiernos de más de 115 países en el mundo, y apoyo irrestricto al presidente YASSER ARAFAT.

d.- Recolección de ayuda para los refugiados palestinos en dinero, ropas, medicamentos; distribuídos por la Medialuna

(equivalente musulmán de la Cruz Roja Internacional).

4.- Dentro de estos objetivos abiertos existen los siguientes objetivos cerrados, los que siendo coincidentes en la forma, tienen una finalidad política que va más allá de lo públicamente aceptado, la cual se mantiene en reserva:

a.- Consolidar la acción de un millón de palestinos y sus descendientes que viven en el área, bajo una dirección central; la que a su vez obedece las directivas de la OLP emanadas de la cúpula en Túnez.

b.- Elegir 9 diputados que representen al área con plenitud de derechos en el seno del Consejo Nacional Palestino (Parlamento de la OLP).

c.- Contrarrestar la penetración del Sionismo Internacional en los países del área, en el campo de la difusión por la prensa hablada y escrita y en las programaciones de la TV.

d.- Influir en los gobiernos del área, ya sea por peticiones directas, o por campañas publicitarias para conseguir su apoyo, ya sea dentro de sus propios países o por medio de sus representantes en las Naciones Unidas, en todo lo que afecte a la Causa Palestina y a la dignidad de los pueblos árabes en general.

5.- Gran parte de los objetivos mencionados precedentemente han sido concretados por COPLAC, desde su fundación. El objetivo a), se puede considerar concretado en un 60% con la sola formación de COPLAC. Se logrará plenamente cuando se establezcan en todos los países de la región, confederaciones de entidades palestinas locales con participación juvenil, como es el caso de SENAUD en Brasil. Para ello, se ha programdo en Chile un congreso a nivel nacional, el que se realizará, posiblemente a comienzos del año 1986.

El objetivo b), referido a la elección de 9 diputados, representantes de la región ante el Consejo Nacional Palestino, se estima que se ha cumplido con la participación de dichos parlamentarios en la XVII Reunión de este Consejo, realizada en Ammán, Jordania, en Diciembre de 1984. En esa ocasión, otorgaron su voto a YASSER ARAFAT para su reelección como Presidente del Consejo Ejecutivo de la OLP.

El objetivo c), ha tenido un buen desarrollo, por cuanto cada vez que se ha publicado alguna información contraria a los intereses

palestinos, inmediatamente ha sido aclarada, rebatida o polemizada por el Presidente de COPLAC, NELSON HADAD. Al respecto, en el ámbito latinoamericano, cabe destacar que en el mes de Octubre de 1984, Israel envió un Ministro Plenipotenciario a Honduras para entrevistarse con el Presidente de ese país, ROBERTO ZUAZO DE CORDOBA y el Ministro de Relaciones Exteriores, EDGARDO PAZ BARNICA, a objeto de conseguir que el gobierno hondureño reemplazara la sede de su representación diplomática en Israel, de Tel Aviv a Jerusalén. A raíz de lo anterior, COPLAC remitió sendos téle[illegible] a ambos, solicitando acatar lo determinado por las Naciones Unidas, respecto a Jerusalén y no aceptar la petición israelita. Reforzó esta posición, la actuación del Director de Difusión, JOSE EMILIO JAAR, residente en Honduras.

En relación al objetivo d), se puede apreciar la forma en que funcionan las directivas emanadas de la cúpula de la OLP, al tratarse el problema de los ataques shiítas a los campamentos de refugiados palestinos en el Líbano. Al respecto, la Directiva de la OLP y COPLAC, en forma coordinada, efectuaron los reclamos correspondientes ante la Liga de Estados Arabes, la Secretaría General y el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

B.- <u>SESIONES DEL COMITE EJECUTIVO DEL DIRECTORIO DE COPLAC</u>.

Este Comité se ha reunido en dos oportunidades desde su formación, en Noviembre de 1984, en España y en Santiago de Chile, entre el 27 de Junio y el 2 de Julio de 1985.

1.- A las reuniones, efectuadas en Santiago, asistieron las siguientes personas:

- NELSON HADAD HERESI, Presidente (Chile).
- YASSER AKEL, Primer Vice-Presidente (Brasil)
- PATRICIA ABUCHAIDE, Segundo Vice-Presidente (Colombia).
- NANCY LOLAS SILVA, Secretario General (Chile).
- TAUFIK GARBI, Tesorero (Chile).

Además, participaron los Diputados ante el Consejero Nacional de la OLP, residentes en Chile:

- RITA HAZBOUN (Concepción).
- FRANCIS CHOMALY (Santiago).

También estaban presentes los Jefes de la OLP.

- MARUAN TAHBUB (Nicaragua).

- FARID SUWAN (Brasil)
- HUSSEIN ABD EL KHALIK (Perú)

2.- Cabe destacar que estas reuniones se realizaron a puertas cerradas, sin cobertura periodística e interferencia de extraños. No obstante lo anterior, se logró obtener lo siguiente:

- Existieron graves dificultades entre NELSON HADAD y NANCY LOLAS, las que determinaron, después de prolongados debates, la exclusión de esta última de COPLAC. No se designó reemplazante.
- Se estableció que, en asuntos de la OLP, Chile dependerá en el futuro de Perú, a través de HUSSEIN ABD EL KHALIK.
- Se acordó solicitar a la OLP el envío de dos profesores palestinos, pagados por esta institución, para el Colegio Arabe Chileno.
- Se rechazó la proposición de ELIAS SABAJ, Director de Mundo Arabe, en el sentido que su periódico se constituyera como órgano oficial de COPLAC en todo el continente. En esta resolución, influyó el hecho que ELIAS SABAJ es de origen sirio y ha dado mucha tribuna en su periódico a la Embajada Siria.
  Por otra parte, se opuso en forma determinante FARID SUWAN, quien dirige una publicación continental denominada Palestina, que se edita en Brasil para América, España y Portugal. Esta revista es financiada por la OLP.
- MARUAN TAHBUB, Jefe de la OLP en Nicaragua, planteó la necesidad de obtener la cooperación de los descendientes de palestinos en la región, ya sea en la forma de prestación de servicios o instrucción en campamentos de la OLP, por un período de uno o dos años. Para lograr esta colaboración, se resolvió efectuar un Congreso Nacional Chileno-Palestino, posiblemente, a comienzos del año 1986; tomando en consideración que Chile cuenta con el mayor porcentaje de palestinos dentro de la Colonia Arabe Residente.
- Finalmente, se analizó la campaña en contra del sionismo, destacando los resultados positivos de lo realizado en los distintos países del área; razón por la cual se determinó incrementarla.

9005122

SECRETO

II.- ACTIVIDADES DE FEARAB-CHILE EN RELACION A FEARAB-AMERICA.

El 14 de Setiembre de 1985, se reunió en el Estadio Palestino de Santiago, el Directorio Ejecutivo de FEARAB-CHILE. En esa oportunidad, se acordó redactar una declaración en la cual se expresa el pensamiento de ese Directorio, con respecto a las actividades de FEARAB-AMERICA.

A juicio de FEARAB-CHILE, la directiva de FEARAB-AMERICA no ha cumplido los objetivos trazados en anteriores Congresos Panamericanos y se ha dejado influenciar por sectores políticos o Estados Arabes interesados, trasladando problemas del Medio Oriente al seno de las instituciones americanas.

El Directorio de la Federación Arabe, además de entregar esta declaración a todos los organismos afiliados en Chile, envió numerosos ejemplares para ser distribuidos por la Delegación Chilena a los representantes de los diversos países, que asistieron al VII Congreso Interamericano de FEARAB-AMERICA, realizado en Cartagena de Indias, Colombia, entre el 3 y el 6 de Octubre de 1985.

En relación a este documento, es importante destacar los siguientes aspectos:

- Durante el V Congreso de FEARAB-AMERICA, efectuado en el año 1981 en Washington, se apreció claramente una pugna entre Siria e Irak, por dominar el Directorio de ese organismo. En este conflicto venció Siria, logrando que la presidencia y los cargos claves, los ocuparan descendientes de sirios.
- El gobierno de Siria efectuó un Congreso Extraordinario en Damasco, financiando los pasajes y estadía de los delegados participantes.
- El "Condicionamiento Externo" a que se refiere la declaración de FEARAB-CHILE, constituye una velada acusación a la injerencia del Gobierno Sirio en el Directorio de FEARAB-AMERICA, por medio de su Embajada en Buenos Aires y, en especial, a través de RAMEZ CHACRA, argentino de origen sirio, Presidente de esa Federación Panamericana.

9005122

III.- VII CONGRESO INTERAMERICANO DE FEARAB-AMERICA.

El Congreso Interamericano de esta Institución que se llevó a cabo en Cartagena de Indias, Colombia, desde el 3 al 6 de Octubre de 1985, se desarrolló, de acuerdo a versiones extraoficiales, en forma bastante conflictiva y no llegó a un final por deserción de varias delegaciones. Al respecto, se logró obtener lo siguiente:

- A dicho Congreso asistieron diversas delegaciones de países del Medio Oriente, entre ellos: Siria, Irak, Arabia Saudita, Jordania, Argelia y Libia. También estuvieron presentes los representantes de la OLP y de la Liga de Estados Arabes.
- En esa oportunidad se debía elegir un nuevo Presidente de FEARAB-AMERICA, para los próximos dos años.

  La delegación siria con el apoyo de otras representaciones, postuló para ese cargo a RESKALLA TUMA como sucesor de RAMEZ CHACRA. TUMA es Presidente de la Federación de Entidades Arabes de Brasil y descendientes de sirios, al igual que CHACRA.
- La proposición siria fue rechazada por los delegados de la OLP y las Federaciones de Entidades Arabes partidarias de ARAFAT. Desde ese momento las posturas se endurecieron y la división existente se acentuó, después del discurso pronunciado por el Presidente de COPLAC, NELSON HADAD, en el Pleno de la Asamblea.

  Posteriormente, luego de prolongados debates, los delegados antisirios propusieron a HADAD para la presidencia de FEARAB-AMERICA. Efectuada la votación, venció HADAD. Obteniendo 15 de los 20 votos de los países representados en el Congreso. A consecuencia de ello, se retiró la delegación siria. Igual actitud adoptaron las representaciones pro-sirias de las Federaciones Arabes de Venezuela, Brasil, Uruguay, Paraguay y Argentina, lo que motivó la suspensión de las elecciones. Cabe señalar que HADAD citó a los delegados internacionales de FEARAB-AMERICA para una reunión que se efectuará en el Estadio Palestino de Santiago de Chile, el 10 de Enero de 1986. En esa reunión intentará completar el resto el Directorio de la mencionada Institución Interamericana, tratando de vencer la fuerte resistencia de Brasil, Argentina y Venezuela. Si los resultados son negativos, negociará la presidencia de FEARAB-AMERICA, con el objeto de obtener a cambio algunas ventajas para la OLP.-

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A.Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr.Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I

c.c.m.

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel.(Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - A-2

Copia Nº 2 - E-2

Copia Nº 3 - C-2

Copia Nº 4 - N-2

c.c.m.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 016/86

SUBVERSION EN VENEZUELA

Montevideo, mayo 13 de 1986.-

01-04

9005123

Montevideo, mayo 13 de 1986.-

SUBVERSION EN VENEZUELA

La permanente actuación de los órganos de información y de represión, como la División de Servicios de Inteligencia y Prevención (DISIP), la Policía Técnica Judicial (PTJ) y las Fuerzas Armadas Nacionales (FF.AA.NN.), viene asestanto fuertes golpes a los intentos de resurgimiento subversivo, no permitiendo que ellos se lleven a cabo ni en las ciudades ni en el campo.

En abril de 1982 fue capturado el líder del principal grupo subversivo (BANDERA ROJA-BR), GABRIEL PUERTA APONTE.

Algunas fuentes oficiales de la época, dieron como prácticamente eliminados los últimos focos de subversión en el país, lo cual no era realidad, ya que a pesar de los reveses impuestos al movimiento, comenzó a renacer un grupo compuesto por entre 30 y 50 guerrilleros.

A partir de entonces, recrudecen los asaltos y secuestros en la frontera con COLOMBIA- estados de ZULIA, TACHIRA, APURA y BARINAS, asaltando ricas propiedades con el objeto de recaudar fondos. Tratándose de un delito común, se evaluó la posibilidad de complicidad entre colombianos y venezolanos relacionados a la subversión. Posteriormente los órganos de seguridad comprobaron una conexión entre las guerrillas colombiano-venezolanas que se confunden con el narcotráfico.

En enero de 1983 se logra desmantelar una facción de BANDERA ROJA, con actividad en los Estados de BOLIVAR y MONAGAS, resultando detenidos 24 integrantes del movimiento, liderados por el chileno JUAN PABLO HERRERA.

Al año siguiente, asaltos a bancos y joyerías son interpretados por las autoridades de seguridad como el resurgimiento de la subversión y el terrorismo.

0005123

En octubre de 1984, es desmantelada otra célula subversiva en el Estado de TACHIRA. A mediados de 1985, las autoridades de ambos países admitirán una conexión entre las guerrillas colombianas y venezolanas, mezclándose con el narcotráfico, por lo que establecieron una acción conjunta de las Fuerzas Armadas, principalmente en la zona fronteriza.

A pesar de la estabilidad política venezolana y de la vigorosa actuación de los órganos de seguridad, existen permanentes tentativas de reorganización y recrudeciniento de la subversión y del terrorismo, contando en algunos casos con la colaboración de la guerrilla colombiana.

Registros de otros servicios de 1985, dan cuenta de la intención de coordinación de movimientos subversivos, resaltando los siguientes datos:

- Reunión ocurrida en junio en COBIJA (BOLIVIA) entre elementos de SENDERO LUMINOSO y elementos de extrema izquierda de la Central Operaria Boliviana (COB). Ocasión en la que se habló de la reactivación de la Junta Coordinadora Revolucionaria (JCR) bajo el eje CUBA-PERU-BOLIVIA.

- En agosto, el banquero ecuatoriano NAHIN ISAIAS fue secuestrado y muerto en GUAYAQUIL por guerrilleros de ALFARO VIVE y M-19.

- En setiembre, un documento de SENDERO LUMINOSO menciona la creación de un EJERCITO LATINOAMERICANO, denominado FRENTE GUERRILLERO INTERNACIONAL (FGI), cuyo objetivo sería impulsar el movimiento subversivo del continente americano.

No obstante,no existen datos concretos que indiquen la formación de un "Frente Subversivo Revolucionario Internacional", integrado por grupos guerrilleros sudamericanos.

Según versiones de varios órganos de prensa se da cuenta de la creación en la segunda semana de enero de 1986, en plena selva de CAUCA de COLOMBIA del BATALLON AMERICA, formado por 4 países: COLOMBIA (M-19 y QUINTIN LAME), ECUADOR (ALFARO VIVE), PERU (MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO TUPAC AMARU) y VENEZUELA (PATRIA LIBRE).

SECRETO

Desde entonces esas organizaciones vienen reivindicándose la autoría de algunos ataques ocurridos en COLOMBIA.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
JEFE DEPARTAMENTO II
República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia N° 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

S.M

s.d.s.

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 017/86

POLITICA INTERNA Y EXTERNA DE EGIPTO

Montevideo, 13 de mayo de 1986.-

P.K.

S E C R E T O

1-04

9005124

POLITICA INTERNA Y EXTERNA DE EGIPTO

I.- POLITICA INTERNA

El país atraviesa por una difícil situación, fundamentalmente como consecuencia de un importante incremento demográfico, de un elevado índice de desempleo que gira alrededor de un 30%, de la escasez de vivienda y de fallas en el sistema de aprovisionamiento y subvención de alimentos básicos, lo que obliga a recurrir a la importación de los mismos. Una de las formas de encontrar una solución a estos problemas, sería imponer una serie de reformas a la política económica, lo cual al menos por el momento no se ha concretado, teniendo por lo tanto Egipto una urgente necesidad de ayuda financiera externa.

El poder ilimitado que ostenta el Presidente Hosni Mubarak, el que ha debido recurrir a una serie de medidas extraordinarias, le han permitido ir sorteando las actuales dificultades y si bien se maneja la posibilidad de un inminente retiro del Primer Ministro, Kamal Hassan Alí, no se prevé , al menos por el momento, que se produzca una crisis de Gobierno de verdadera entidad. Es importante destacar que el Primer Mandatario cuenta a su favor con el comportamiento leal de las Fuerzas Armadas, cuya capacidad bélica es satisfactoria.

En lo que tiene que ver con el islamismo, si bien gran parte de la población se adhiere a esta corriente religiosa, no se concretaría a corto plazo una reforma constitucional que la privilegie en la estructura del Estado. La organización cuyo trabajo apunta fundamentalmente a ese fin es la "Hermandad Musulmana", que difiere en cuanto a sus métodos con los extremistas fundamentalistas, los cuales pretenden lograr el mismo objetivo pero a través de la revolución. La capacidad política de estos últimos es aún difícil de evaluar.

II.- POLITICA EXTERNA

Aunque permanentemente Egipto recalca su status de "no alineado", esforzándose sobre todo en sus declaraciones verbales, en poner de manifiesto su equidistancia respecto a las dos superpotencias, en lo que concierne a Estados Unidos, el mismo continúa siendo su principal aliado y en lo que tiene que ver con la URSS, desde la llegada al poder de Mubarak, las relaciones bilaterales con dicha nación han mejorado, teniendo en cuenta la frialdad que las caracterizó durante la presidencia de Sadat.

En lo referente a Israel, si bien no se han normalizado los vínculos con este Estado, Egipto trata de mantenerse dentro de lo establecido en los Acuerdos de Camp David, firmados simultáneamente con Tel Aviv y Washington. Dentro de este contexto se destaca que la situación militar en el Sinaí puede considerarse como tranquila.

En lo que respecta a Africa, las autoridades de El Cairo vienen llevando a cabo una activa política en dicho continente, lo que entre otras cosas se ha evidenciado en el afianzamiento de los lazos de amistad con Sudán, nación con la que mantiene un pacto defensivo. Sin embargo, es importante puntualizar que Egipto no despliega ninguna actividad militar en el sur de dicho país, así como tampoco en el Chad. Sí se han intensificado, en cambio, las medidas de precaución respecto a Libia, sobre todo luego de producirse el ataque norteamericano contra dicho país.

En cuanto al mundo árabe, se destaca la colaboración de Egipto con Omán, Arabia Saudita, los Emiratos Arabes Unidos e Irak, del cual El Cairo es uno de los principales proveedores de armas de la región. Se destaca que el Presidente Mubarak aspira a asumir el liderazgo de los países árabes y es precisamente dentro de este contexto que procuraría influir en la OLP para que ésta adopte medidas que sirvan a los intereses egipcios en la región. De todas formas, el Primer Mandatario egipcio es escéptico respecto a que pueda con-

0005124

cretarse una conferencia cumbre sobre Medio Oriente, justamente por las notorias diferencias existentes en las naciones del área.

Por último, se destaca que Egipto depende para su provisión de armamentos de Occidente y en mucho menor escala de la URSS, a través de los repuestos que muchas veces debe buscar en naciones del bloque oriental.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
JEFE DEPARTAMENTO II
República Oriental del Uruguay

El Jefe del Departamento II (Exterior)
Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 019/86.-

LOS PAISES DEL GOLFO PERSICO

Y LA GUERRA ENTRE IRAN E IRAK

Montevideo, 20 de junio de 1986.-

9005125

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 20 de junio de 1986.-

LOS PAISES DEL GOLFO PERSICO Y LA GUERRA ENTRE IRAN E IRAK

I.- PRINCIPALES PUNTOS

Ya antes de que estallara la guerra entre IRAN e IRAK, los países del Golfo Pérsico temían que los acontecimientos en la zona influyeran sobre su estabilidad, La guerra aumentó esos temores, y en especial el temor de que las hostilidades se propagaran a estos países, que se viera afectada la exportación de petróleo y que aumentara el terror chiita dentro de sus respectivos territorios. Los países del Golfo apoyan abiertamente con dinero a IRAK y también facilitando el traslado de equipo a través de su territorio. Sin embargo, encuentran conveniente que IRAN e IRAK estén ocupados en una lucha que no se decide. La guerra movió a estos países a crear el Consejo de Cooperación del Golfo para asegurar su estabilidad, y este organismo estableció una fuerza militar, pero su valor es sólo simbólico y no operativo. En vísperas de la última ofensiva iraní, y por temor de la misma, el Consejo de Cooperación del Golfo tomó una iniciativa de mediación entre IRAN e IRAK, que fracasó debido a la obstinación de IRAN. Tras la última ofensiva iraní, y sabiendo que no están en condiciones de hacer frente a la amenaza iraní en el terreno militar, los países miembros del Consejo de Cooperación del Golfo se dedican a la actividad diplomática, pero sin éxito.

II.- ANTECEDENTES DE LA GUERRA

A.- Previo al estallido de la guerra entre IRAN e IRAK, en setiembre de 1980, en los países del Golfo Pérsico reinaba una sensación de inseguridad debida principalmente a los siguientes hechos:

1.- El deterioro de la situación interior en IRAN, la caída del Sha y el ascenso de KHOMEINI (enero de 1979) al poder.

2.- La firma del Acuerdo de Amistad entre la UNION SOVIETICA y el YEMEN DEL SUR (octubre de 1979).

3.- El caso de los rehenes norteamericanos en TEHERAN (noviembre de 1979 - enero de 1981).

4.- El ataque contra la Gran Mezquita de LA MECA (noviembre de 1979).

5.- La invasión de la UNION SOVIETICA a AFGANISTAN (diciembre de 1979).

Todos estos hechos despertaron temores en los países del Golfo, ante el posible deterioro de su estabilidad interna y por la intervención de elementos exteriores -incluso las Grandes Potencias- en los asuntos de la región.

B.- Al carecer de una fuerza defensiva, los países del Golfo (con la excepción de OMAN) reaccionaron de la siguiente forma:

1.- Subrayaron su neutralidad y su negativa a apoyarse en ESTADOS UNIDOS.

2.- Multiplicaron las consultas entre ellos (si bien al principio se abstuvieron de dar el carácter de Conferencia Cumbre a las reuniones de sus Jefes de Estado, o de referirse a los islámicos.

III.- DURANTE LA GUERRA

A.- Tras el estallido de las hostilidades entre IRAN e IRAK, a los países del Golfo les preocupaban tres hechos principales:

1.- La posibilidad de que la guerra se propagara a sus respectivos territorios.

2.- El menoscabo que podrían sufrir sus exportaciones de petróleo como consecuencia de la perturbación de la navegación internacional en el Golfo Pérsico, especialmente lada la amenaza iraní de cerrar el Estrecho de ORMUZ.

3.- El aumento del terror chiíta en cada uno de los países por inspiración de IRAN, que trata de exportar y difundir la Revolución Islámica. Desde que KHOMEINI asumiera el poder en IRAN, el elemento chiíta -que es el más agitador entre la población del Golfo Pérsico- tomó conciencia de su fuerza política y de su capacidad para convertirse en una mayoría oprimida por la minoría, en la clase dominante.

B.- Desde un principio, la simpatía de los países del Golfo le correspondía a IRAK, por las siguientes razones:

1.- Interpretaban de la misma forma el peligro que entraña el régimen chiíta fundamentalista de IRAN.

2.- Se sentían unidos por el sentimiento de solidaridad árabe contra un enemigo no-árabe.

3.- Se identificaban con el establishment sunida de IRAK, que enfrenta a una comunidad chiíta inquieta.

4.- Deseaban congraciarse con IRAK, que siempre había tenido reclamaciones territoriales en los países del Golfo.

C.- Al comienzo, los países del Golfo se habían abstenido de manifestar abiertamente su apoyo a IRAK, pero cuando se vieron obligados a tomar decisiones operativas inmediatas, su apoyo se hizo público. Así por ejemplo:

1.- Le permitieron a IRAK utilizar sus puertos y aeropuertos, y KUWAIT incluso le ofreció servicios portuarios para el transporte de mercaderías.

2.- KUWAIT y ARABIA SAUDITA son los principales sostenedores de IRAK. La ayuda financiera que le acordaran desde que estalló la guerra se estima en 50 mil millones de dólares.

3.- ARABIA SAUDITA y KUWAIT venden aproximadamente 300 mil barriles diarios de petróleo de la zona neutral, y le entregan a IRAK los excedentes.

D.- Sin embargo, parecería que la guerra entre IRAN e IRAK también resultó conveniente para los países del Golfo. Debido al temor que les inspiraban las reivindicaciones territoriales de IRAK, por una parte, y por miedo de la revolución iraní que trata de extenderse, por la otra, veían de buen grado que ambas partes se dedicaran a combatirse mutuamente.

IV.- <u>CREACION DEL CONSEJO DE COOPERACION DEL GOLFO (C.C.G.)</u>

A.- La idea de la cooperación entre los Estados del Golfo había surgido ya antes de que se retiraran los ingleses en la década del '60, pero básicamente fracasó debido a rivalidades locales y a la competencia por la hegemonía regional entre IRAN, IRAK y ARABIA SAUDITA. No obstante, los sucesos que se registraran en la zona antes de la guerra entre IRAN e IRAK, y más todavía la guerra misma, indujeron a 6 países del Golfo -ARABIA SAUDITA, KUWAIT, KATAR, BAHREIN, los EMIRATOS ARABES UNIDOS y OMAN- a establecer en febrero de 1981 el Consejo de Cooperación del Golfo (CCG). De hecho, el Consejo unió marcos regionales existentes de convenios bilaterales sobre temas de economía y seguridad interna, agregando a ellos una nueva tendencia: la adopción de medidas prácticas para proteger

la estabilidad y la seguridad de los paises miembros.

B.- Los Jefes de Estado de los países del Consejo de Cooperación del Golfo se reúnen una vez por año en una Conferencia Cumbre. Los Ministros de Relaciones Exteriores, Defensa, Información, Educación y también los Jefes de Estado Mayor, se reúnen con mayor frecuencia, de acuerdo con las necesidades y circunstancias.

V.- FUERZA MILITAR CONJUNTA DEL CONSEJO DE COOPERACION DEL GOLFO

A.- En la 5ta. Conferencia Cumbre del Consejo de Cooperación del Golfo, que se reuniera en KUWAIT en noviembre de 1984, se proclamó la creación de una fuerza militar conjunta del Consejo, el "Escudo de la Península". La resolución establecía lo siguiente:

1.- Definía a la fuerza como una "fuerza de despliegue rápido que hará frente a cualquier peligro extranjero que amenace a los países petroleros de la Península Arábiga", en el marco de una "estrategia de autosuficiencia cuyo objetivo es proteger la seguridad y la soberanía en un marco conjunto".

2.- Establecía que la fuerza estará compuesta por dos regimientos (8.000 a 10.000 soldados) y que cada país contribuiría a los mismos con batallones de acuerdo con su capacidad, será móvil, estará emplazada en HAFAR AL BATIN, ARABIA SAUDITA, y recibirá de esta última servicios de alerta y control aéreos, defensa antiaérea y apoyo aéreo y marítimo según las necesidades.

3.- También establecía:

a.- La creación de un Comando Conjunto encabezado por un General saudita.

b.- La unificación de las fuerzas de defensa antiaérea.

c.- La creación de una flota conjunta para proteger el paso de los buques cisterna.

d.- La creación de una industria militar conjunta para la fabricación de armas livianas y municiones.

e.- La realización de maniobras conjuntas de las fuerzas de aire y mar.

B.- Hasta ahora no se han creado los dos regimientos de acuerdo con el plan original. En este momento, la fuerza está compuesta por un regimiento mecanizado saudita, dos batallones kuwaitíes y varias unidades pequeñas, más reducidas que una compañía.

Dado que ARABIA SAUDITA es la principal interesada en la fuerza, los otros miembros del Consejo de Cooperación del Golfo -que temen el dominio saudita, de la misma- adoptan una actitud suspicaz con respecto a la fuerza. OMAN sostiene que IRAN puede interpretar la creación de la fuerza como una provocación.

C.- De cualquier manera, parecería que fuera de su valor simbólico, la fuerza conjunta carece de capacidad operativa y de hecho no es capaz de defender a un país miembro que se encuentre en peligro por una amenaza extranjera. Por supuesto que escapa a sus posibilidades intimidar a IRAN. Es razonable suponer que esta idea concluya cuando termine la guerra entre IRAK e IRAN.

VI.- <u>CONFERENCIA CUMBRE DEL CONSEJO DE COOPERACION DEL GOLFO - CAMBIO DE LA ACTITUD HACIA IRAN</u>

A.- La sexta y última Conferencia Cumbre del Consejo de Cooperación del Golfo (C.C.G.), que se llevó a cabo en OMAN del 3 al 6 de noviembre de 1985, resolvió tomar una iniciativa de mediación entre IRAN e IRAK. Esta fue la primera vez que los países integrantes del Consejo demostraron una actitud equilibrada con respecto a IRAN e IRAK, apoyándolo desde el punto de vista material y moral. Es razonable suponer que esta iniciativa se deba al temor de los países del Golfo por un posible ataque iraní.

B.- A raíz de esta decisión se facultó al Ministro de Estado de Relaciones Exteriores de OMAN, YUSSUF 'ALAMI, para que iniciara contactos con IRAN e IRAK. Sin embargo, pese a que aparentemente IRAN había accedido a la iniciativa del Consejo, su visita a TEHERAN no se concretó. En cambio, el Canciller iraní ALI VELAYATI viajó a ARABIA SAUDITA y a los EMIRATOS ARABES UNIDOS (del 7 al 9 de diciembre de 1985), y durante su visita sus integrantes pudieron constatar lo siguiente:

1.- IRAN había aceptado la iniciativa del Consejo sólo con el objeto de mejorar su posición en el escenario internacional y desconectar a IRAK del Golfo.

2.- La posición de TEHERAN no se volvió más flexible: los iraníes reiteraron sus conocidas condiciones para poner término a la guerra y siguieron exigiendo a los países del Golfo que suspendieran su ayuda a IRAK.

9005125

La posición de IRAN no fue aceptada por el Consejo. Es más, éste no tomó ninguna medida práctica para reducir su apoyo a IRAK, de lo cual puede deducirse que su decisión de "equilibrar" sus relaciones con respecto a IRAN e IRAK había sido solamente una medida táctica.

VII.- ULTIMA OFENSIVA IRANI Y SU REPERCUSION SOBRE LOS PAISES DEL CONSEJO DE COOPERACION DEL GOLFO.

A.- Desde la última ofensiva iraní (el 9 de febrero de 1986), cuando la lucha llegó muy cerca de la frontera con KUWAIT, por primera vez desde que estallara la guerra, los países del Golfo se encontraron bajo la amenaza directa de IRAN. La incapacidad de IRAK para suprimir el predominio iraní en el puerto de FAO, así como su creciente debilidad, menoscabaron la confianza de los países del Golfo en su fuerza militar y aumentaron el temor de los mismos por la propagación de la lucha a sus propios territorios. Asimismo, cabe recordar que en KUWAIT existe una minoría chiíta -mas de 100.000 habitantes- y que los atentados terroristas y la subversión han crecido recientemente en ese país, alcanzando su punto culminante con el frustrado atentado contra su gobernante (en mayo de 1985).

B.- Tanto IRAN como IRAK han puesto sus miras en la isla kuwaití de BUBIAN, por su ubicación estratégica frente al puerto de FAO. IRAN le advirtió a KUWAIT que no llegara a permitirle a IRAK el empleo militar de la isla de BUBIAN (y del espacio aéreo kuwaití), y al parecer también IRAK está presionando a KUWAIT en lo referente al uso de BUBIAN. Fuerzas del Ejército de KUWAIT ocuparon posiciones en la isla y se proclamó el estado de alerta en todo el país. Hasta ahora se conocen sólo algunas violaciones técnicas de la neutralidad kuwaití, tanto por parte de los iraníes como de los iraquíes. No hubo ninguna reacción por parte de KUWAIT.

C.- En respuesta a las amenazas iraníes, el Ministro de Defensa kuwaití advirtió el pasado 23 de febrero que "si IRAN opta por ser nuestro enemigo, nosotros estaremos listos para salir a su encuentro... A todo lo largo de la frontera, los kuwaitíes han recibido orden de abrir fuego contra cualquiera que trate de atacar su territorio". (Associated Press - 23/3/86).

D.- En cuanto a IRAK, KUWAIT continúa colaborando de la siguiente forma:

1.- Sigue permitiendo el tránsito de mercaderías y equipo militar destinados a IRAK a través de su territorio.

2.- Renovó el contrato de venta de petróleo de la Zona Neutral para IRAK, cuya vigencia expiraba en marzo de 1986.

VIII.- ACTIVIDAD DEL CONSEJO DE COOPERACION DEL GOLFO

A.- A raíz de la última ofensiva iraní, los países del Consejo de Cooperación del Golfo suspendieron su fracasado intento de equilibrar sus relaciones con IRAN e IRAK, demostrando una amplia actividad verbal y diplomática:

1.- Evidenciaron su solidaridad con IRAK, colocándose inequívocamente de su parte.

2.- Proclamaron que el ataque contra uno de ellos (es decir KUWAIT) sería considerado como un ataque contra todos.

3.- ARABIA SAUDITA se apresuró a censurar (el 10 de febrero) "la ofensiva iraní que se lleva a cabo en el momento en que ARABIA SAUDITA y otros países están invirtiendo esfuerzos para instaurar la paz".

4.- Durante la primera semana de la ofensiva, ARABIA SAUDITA y KUWAIT trataron de convencer al Presidente de Siria, Hafez El-Assad, para que influya sobre IRAN y lo induza a suspender el ataque y a retirarse del territorio iraquí. Este intento no dio resultado.

5.- Se realizó otro intento de mediación del Consejo de Cooperación del Golfo junto con ARGELIA, que también fracasó.

6.- Los países del Golfo hicieron intervenir a la Comisión de Observación árabe, la cual exhortó a una reunión de emergencia del Consejo de Seguridad, se dirigió a LIBIA y a SIRIA, que apoyan a IRAN, e hizo gestiones también en las capitales de Occidente.

7.- El Consejo de Cooperación presionó al Secretario General de las Naciones Unidas y a los Cancilleres de la Comunidad Europea, hasta que estos últimos publicaron un comunicado destacando su oposición a un ataque contra KUWAIT.

8.- Realizaron un encuentro de Cancilleres de los países miembros,

quienes procedieron a:

a.- Censurar agriamente a IRAN por la ocupación de territorios árabes.

b.- Exhortar a dicho país a retirarse inmediatamente a la frontera internacional.

c.- Definir a la ofensiva iraní como una amenaza a los países del Consejo de Cooperación del Golfo y como un factor para extender la confrontación, aumentar la tensión y socavar la seguridad y la estabilidad en toda la zona.

Con este comunicado revocaron la actitud conciliatoria hacia IRAN, que habían adoptado en la última Cumbre.

9.- Realizaron una reunión de Ministros de Información del Consejo de Cooperación el 5 de marzo. Los mismos resolvieron lo siguiente:

a.- Exhortar a la comunidad internacional a presionar a IRAN para que acceda a realizar negociaciones.

b.- Censurar a los países (sin mencionar sus nombres) que suministren armas a IRAN.

c.- Exhortar a los organismos de información árabes para que asuman un papel más activo en el apoyo a IRAK, que lucha por los árabes.

10.- Realizaron una reunión de Jefes de Estado Mayor de los países miembros, también el 5 de marzo. En la misma, se discutió la coordinación entre sus respectivos países para la defensa de la zona, pero todavía no está claro si decidieron realizar alguna operación militar conjunta.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE DEPARTAMENTO DE INFORMACION Y ENLACE República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo
Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea
Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército
Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada
Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

c.c.m.

-9005125

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

091700JUN86

MEMORANDUM Nº020/86

VISITA DEL VICEPRESIDENTE DE CUBA

I,- RECIBIMIENTO DE LAS AUTORIDADES CUBANAS EN EL AEROPUERTO DE CARRASCO

El Vice Presidente del Consejo de Estado y del Consejo de Ministro de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez, llegó a nuestro país el 25 del pasado mes, acompañado por el Vicecanciller de Relaciones Exteriores cubano, Ricardo Alarcón Quesada.

Dichos visitantes fueron recibidos en el Aeropuerto Nacional de Carrasco por el Vice Presidente uruguayo Dr. Enrique Tarigo, el Ministro de Relaciones Exteriores Cr. Enrique Iglesias,los Presidentes de las Comisiones Internacionales del Poder Legislativo Roberto Asiaín y Juan Raúl Ferreira, los Legisladores Eduardo Paz Aguirre y Oscar López Balestra, el Embajador de Cuba en nuestro país Joaquín Más Martínez, los dirigentes del PIT-CNT José D'Elía y Félix Díaz, el Secretario General Adjunto del Partido Comunista uruguayo Jaime Pérez y los dirigentes comunistas León Lev, José Luis Massera, Leopoldo Bruera, Luis Echave y Eduardo Viera.

II.- DECLARACIONES VERTIDAS CON MOTIVO DE LA VISITA DE REPRESENTANTES CUBANOS

A.- José D'Elía declaró entre otras cosas que "las Centrales de Trabajadores de Uruguay y Cuba han tenido una relación muy estrecha y ha habido una vinculación directa muy especial".

B.- El Senador Juan Raúl Ferreira expresó que "más allá de las diferencias ideológicas y filosóficas, el Estado debe tener relaciones con todos los países del mundo, viejo postulado de nuestro partido en particular, pero que ha sido un viejo postulado de la política del país, el cual fue interrumpido -a nuestro juicio en forma vergonzosa- durante estos años. Se espera que de estos contactos se puedan concretar convenios de tipo cultural y fundamentalmente eco-

9005126

nómicos".

C.- Por su parte, Roberto Asiaín puntualizó que "esta es una visita hondamente significativa , por lo que supone la personalidad política e intelectual del Vice Presidente de Cuba y porque por primera vez recibimos la visita de tan alto dignatario. Esto está enmarcado dentro del ejercicio pluralista de las relaciones diplomáticas de este gobierno y en ese marco lo valoramos con una gran significación".

D.- Jaime Pérez manifestó que "a pesar de la interrupción de las relaciones en años lejanos, los pueblos a pesar de los años de la dictadura mantuvieron la más plena unidad de sentimientos. Los cubanos fueron muy solidarios con nuestro pueblo en los años trágicos y esa solidaridad se demostró en infinidad de formas". Refiriéndose a la personalidad del visitante , Jaime Pérez expresó que el mismo "fue un gran luchador a partir de 1935 contra la opresión en la isla, luego se incorporó a la Sierra Maestro junto a Fidel a nombre del Partido Socialista Popular (PSP), es decir el partido de los comunistas cubanos. Es un intelectual esclarecido, fino y brillante político, por lo cual su presencia en la Patria supone un elemento de alegría".

E.- El Intendente Interino Julio Iglesias por su parte se expresó de la siguiente manera: "Luego del negro período de la dictadura, ahora con la alegría de los sueños cumplidos, nos descubrimos estrechando manos que en un momento lo sabemos, estuvieron tendidas en el gesto solidario. Hoy nos toca recibir a quien ha dedicado una parte de su existencia a la batalla contra los autoritarismos".

F.- El Vice Presidente Cubano expreso a su llegada que "está previsto con este viaje consolidar la amistad entre nuestros países y las relaciones entre nuestros gobiernos que son excelentes".

III.- <u>ENCUENTROS SOSTENIDOS POR LOS VISITANTES CUBANOS DURANTE SU ESTANCIA EN NUESTRO PAIS</u>

A.- 26/MAY/86: En horas de la mañana El Vice Presidente cubano visitó El Cabildo y en horas de la tarde se entrevistó con dirigentes de los partidos de oposición, estando presentes Líber Seregni, Juan Raúl Ferreira, Luis Ituño, Humberto Ciganda, Julio Daverede, Hebert Rossi Pasina y José María Tarabal. En la oportunidad se enfocaron distintos temas vinculados a las relaciones bilaterales, analizándose además la situación de América Central.

B.- 27/MAY/86: El visitante cubano mantuvo una reunión de más de una

9005126

hora de duración, con el Presidente Sanguinetti, a quien entregó un mensaje personal de Fidel Castro. Al cabo de la entrevista, el mandatario uruguayo expresó "Puedo decir que hemos identificado mayores coincidencias que las que previamente podríamos imaginar y ello es auspicioso".

C.- 28/MAY/86: El visitante se reunió con el Vice Presidente Enrique Tarigo, en horas de la mañana y por espacio de media hora . En horas de la tarde, el Vice Presidente Cubano se reunió con las Comisiones de Asuntos Internacionales de ambas Cámaras, puntualizando que la política exterior de Cuba "se inscribe en la tesis pacifista de que el diálogo y la negociación deben de prevalecer sobre la confrontación".

D.- 29/MAY/86: El Vice Presidente Cubano se reunió con los integrantes de la Mesa Política del Frente Amplio. Al cabo de dicha reunión Líber Seregni expresó que en lo referente al tema centroamericano "hay plena coincidencia".

A las 11.00 horas del mismo día el visitante ofreció una conferencia de prensa en el Hotel Victoria Plaza, expresando entre otras cosas,los siguientes conceptos:"El pueblo cubano no le permitiría a Fidel Castro que en este momento quiera descansar y abandonar el gobierno, está en la plenitud de su vida y hay Fidel para rato". Expresó además que su gobierno está considerando la posibilidad de reanudar las relaciones diplomáticas con Brasil. En relación a los presos políticos que existen en las prisiones de su país, Carlos R. Rodríguez expresó que "existen 200 presos contrarrevolucionarios que tienen condenas de hasta 20 años pero que no son presos ideológicos".

E.- La delegación cubana firmó un convenio comercial con nuestro país mediante un documento firmado por el Vicecanciller de Cuba, Ricardo Alarcón Quesada y por el Canciller interino de nuestro país, Alberto Rodríguez Nin. En dicho convenio se establece la creación de una Comisión Mixta de Comercio Exterior, que se reunirá alternativamente en La Habana y en Montevideo. El convenio tendrá una duración de tres años y se prorrogará en forma tácita por períodos anuales.

F.- 30/MAY/86: En horas de la mañana la delegación cubana partió de nuestro país.

IV.- <u>CONCLUSIONES</u>

A.- La duración de la visita de la delegación cubana a nuestro país

(cinco días) evidencia la importancia que el gobierno de Cuba le otorga a los contactos con el gobierno uruguayo dentro de un contexto de integración regional, con propósitos eminentemente políticos y estratégicos .

B.- Del análisis de los discursos pronunciados en oportunidad del arribo y estadía de la delegación cubana, se puede ver un claro contraste entre las palabras de contenido protocolar del diputado Roberto Asiaín y los conceptos vertidos por el Intendente interino de Montevideo que fueron extremadamente elogiosos hacia la persona del Vicepresidente cubano, al punto de calificarlo como un "viejo luchador contra los autoritarismos".

C.- El hecho de haberse creado una Comisión Mixta para el Intercambio Comercial, permite suponer que en el futuro se incrementarán las visitas de delegaciones cubanas a nuestro país.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército del S.I.FF.AA.

Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada del S.I.FF.AA.

Copia Nº5: Señor Jefe del Departamento I del S.I.FF.AA.

gc/mm

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 021/86

APRECIACION DE SITUACION

DE ESTADOS UNIDOS

Montevideo, 12 de junio de 1986.-

9005127. IX

S E C R E T O

Montevideo, 12 de junio de 1986.-

APRECIACION DE SITUACION DE

ESTADOS UNIDOS

I.- FACTOR POLITICO

A.- Política Interna

- La reelección del Presidente Reagan en los comicios realizados en el mes de noviembre de 1984, marca el momento de mayor prestigio del Presidente de los Estados Unidos, al tiempo que coincide con un repliegue importante del Partido Demócrata sumido en una crisis de conducción derivada de la falta de dirigentes carismáticos.

- El Partido Republicano por su parte, al amparo del prestigio personal del Presidente Reagan y de una estructura sólida, se ha afianzado como corriente nucleadora de sectores tradicionalmente afines con los demócratas tales como las minorías hispánicas y el electorado joven. Uno de los principales motivos de atracción del Partido Republicano, lo ha constituído últimamente la nueva propuesta del Presidente Reagan ubicado ideológicamente como neo-conservador e impulsor de una tendencia de opinión que se ha denominado como "Nueva Derecha" que por otra parte coincide con una corriente internacional muy importante con expresiones en Iglaterra, Francia y Alemania Federal. Esta propuesta presenta la novedad de que a los elementos tradicionales que conforman la plataforma ideológica del Partido Republicano se les suman ingredientes de profundo contenido social como ser la redistribución de las cargas fiscales. En este sentido corresponde puntualizar que el Presidente Reagan ha presentado al Congreso un proyecto que en términos generales propone que las grandes corporaciones económicas, observan algunas cargas fiscales de la clase media.

- La gestión de gobierno del Presidente Rea

9005127.

gan durante el período anterior, contribuyó a aumentar la imagen del Partido Republicano ya que se revirtió una situación económica represiva que caracterizó la administración del presidente Carter. Es así que el gobierno del Presidente Reagan se afirma en dos pilares fundamentales: reactivación económica en lo interno y una política exterior orientada a recuperar el protagonismo perdido durante la administración Carter, a través de una clara definición ideológica anticomunista. A partir de estas premisas, se elaboró toda la planificación de gobierno enfatizando en el desarrollo económico y en la estimulación del sentimiento nacional, mediante la recuperación de Estados Unidos del rol de líder del mundo occidental.

Estos objetivos del primer período de gobierno, fueron alcanzados en un alto porcentaje, lo que redundó en un masivo apoyo a Reagan para un segundo período de gobierno que culminará en el año 1988. La victoria del Partido Republicano, no solamente se limitó al aspecto cuantitativo sino que además obtuvo un éxito cualitativo al arrebatarle a los demócratas algunas banderas políticas importantes destinadas a captar el electorado de la clase media y de las llamadas "minorías". Es así que los negros, los obreros sindicalizados, los jóvenes y los hispanos, que tradicionalmente constituyen un importante caudal del electorado demócrata, no respondieron a la convocatoria del candidato del Partido Walter Mondale, contribuyendo a la aplastante victoria de los republicanos. En este sentido es importante destacar que en las últimas elecciones, la abstención de los negros fue muy significativa, que el presidente de la Asociación de Trabajadores de la industria automotriz, Douglas Fraser, expresó que "muchos trabajadores se han vuelto conservadores al aumentar sus ingresos" y que la Administración Reagan ha adoptado medidas a los efectos de solucionar el problema de los inmigrantes hispanos provenientes de México y del área del Caribe, lo que le ha proporcionado un importante rédito político. Como resultado de esta situación, actualmente los republicanos controlan 34 de las 50 gobernaciones de Estados Unidos.

Actualmente el Partido Demócrata se encuen-

tra en una etapa de reacomodamiento, procurando revertir esta situación de desventaja, empresa sumamente difícil debido a dos factores fundamentales: la falta de líderes y el respaldo que la opinión pública continúa otorgando a la gestión del Presidente Reagan. La reestructura de los demócratas no solamente tendrá que ser orgánica sino también tiene que abarcar el campo ideológico. Es factible que se procure ampliar las opciones ideológicas del electorado, ofreciéndole dentro del partido, la posibilidad de afiliarse a alguna corriente más conservadora o por lo menos menos liberal que la línea tradicional del Partido Demócrata. Este cambio inclusive sería insoslayable, teniendo en cuenta que el Partido Republicano y muy particularmente el Presidente Reagan han transferido a la opinión pública de Estados Unidos su propio conservadorismo en lo que se ha dado en llamar "la revolución conservadora". Si el Partido Demócrata pretende modificar aunque sea parcialmente el programa político adverso que tiene actualmente, tendrá forzosamente que adecuarse a esta realidad y buscar capitalizar esta corriente conservadora que domina todo el panorama político de Estados Unidos.

Dentro del Partido Republicano, han existido algunas modificaciones de importancia en lo que tiene que ver con los colaboradores más inmediatos del presidente Reagan. Los cambios que se han producido, se orientan a buscar una mejor adaptación a las variantes de la política internacional que a veces requiere una estrategia dura y ortodoxa y otras veces exige moderación y pragmatismo. Considerando el estilo político de Estados Unidos, donde la personalidad de los funcionarios de mayor jerarquía se refleja en las grandes pautas del gobierno, el cambio en una situación política determinada, generalmente supone un relevo de responsabilidades. Es ilustrativo en este sentido, el relevo del Secretario de Estado para Asuntos Interamericanos Langhorne Motley, quien fue sustituído en el mes de mayo del año pasado por Elliot Abrams. A pesar de que en forma oficial, se insistió en que esta designación se debió a que Motley renunció por "causas personales", es muy factible que el presidente Reagan haya procurado

mediante el nombramiento de Abrams, buscar un fucnionario más pragmático y menos rígido desde el punto de vista ideológico que permita un diálogo más flexible con el Congreso, en torno a la política presidencial hacia Nicaragua. Es decir que Abrams sería más partidario que Motley en buscar "fórmulas de alternativa" lo que obviamente aumenta las posibilidades de negociación con el Congreso, en torno a un tema controvertido como lo es el de la asistencia a los revolucionarios nicaraguenses.

Al comenzar su nuevo período de gobierno, el Presidente Reagan se fijó dos objetivos básicos: en política exterior, alcanzar un acuerdo con la Unión Soviética sobre desarme y en política interna, reducir el déficiti presupuestario, lo que implica combinar en forma adecuada las limitaciones impuestas por el Congreso con las necesidades presupuestales en materia de defensa, que de acuerdo a los asesores del Presidente es la mayor causa generadora del déficit. Con la mira puesta en estos objetivos, el Presidente Reagan inició su segundo período presidencial con un gabinete más pragmático y "negociador" que el anterior. Para esto, en lugar de modificar en forma sustancial los nombres más significativos dentro del grupo de colaboradores inmediatos, el presidente de los Estados Unidos realizó cambios de lugar en el gabinete, promoviendo a cargos de mayor confianza a funcionarios que estaban algo alejados de su entorno inmediato. El ejemplo más representativo de esta política, lo constituye Donald Reagan que del cargo de Secretario del Tesoro fue promovido a Jefe del Gabinete Ministerial. Los otros pilares básicos de la gestión presidencial, además del vice-presidente George Bush, son el Secretario de Estado Goerge Shultz y el Secretario de Defensa Caspar Weiberger. En esta reestructura, prominentes figuras republicanas tales como Michael Deaver, Edwin Meese y James Baker que constituyeron el equipo de asesores más cercano al Presidente Reagan en su primer período de gobierno, renunciaron o fueron designados en otras funciones un tanto alejadas del círculo inmediato que rodea al titular de la Casa Blanca.

Dentro de este contexto, la figura de Donald

9005127

Regan ha cobrado una especial significación dentro de la administración republicana, al amparo inclusive de hechos circunstanciales como la internación e intervención quirúrgica del Presidente Reagan. En efecto, durante el período en que el mandatario norteamericano permaneció internado, el Jefe del Gabinete Ministerial asumió la dirección de los principales asuntos de Estado actuando inclusive, en algunas oportunidades, con prescindencia del vicepresidente George Bush.

Por su parte, el Secretario de Estado George Shultz, ha afianzado su prestigio dentro de la Administración, siendo en este momento la principal figura en la política exterior de Estados Unidos. Antes de llegar a esta posición, el Secretario de Estado tuvo que librar una verdadera "batalla de influencias" con figuras relevantes y que tenían otro enfoque en el tratamiento de los grandes temas internacionales, como la ex-embajadora ante las Naciones Unidas, Jane Kirkpatrick. El alejamiento de esta funcionaria de la administración Reagan, tuvo mucho que ver con sus reiterados enfrentamientos con George Shultz y su renuncia permitió al Secretario de Estado, elaborar una política exterior basada en la firmeza, la moderación y el pragmatismo restando protagonismo al factor ideológico que es fundamental de acuerdo a la concepción de Jane Kirkpatrick. Se considera que el actual representante de Estados Unidos en las Naciones Unidas, el General retirado Vernon Walters no tiene el estilo "personalista" de Kirkpatrick por lo que ha sido"encuadrado" dentro de los lineamientos generales de la política exterior norteamericana, elaborada desde el Departamento de Estado. Existen algunos hechos que se pueden citar a título de ejemplo que permiten demostrar las características actuales de la política exterior de Estados Unidos. En el caso de Filipinas se actuó con un criterio pragmático es decir se sacrificó el aspecto ideológico en busca de resultantes prácticos. Durante la reciente incursión militar contra Libia se evidenció coherencia con la anunciada política de firmeza para combatir el terrorismo internacional. Mientras tanto, con relación a Nicaragua, el Secretario de Estado George Bush, inició per

sonalmente negociaciones (actualmente estancadas) para demostrar que al tiempo de respaldar todas las presiones económicas, militares y paramilitares contra el régimen de Managua, también es partidario de una estrategia de "doble vía" es decir presionar para luego negociar desde una posición de fuerza.

Por su parte, el Secretario de Defensa, Caspar Weimberger, es otra de las figuras relevantes del equipo de gobierno y uno de los más firmes sostenedores de la política de rearme del presidente Reagan. Esta posición ha encontrado cierta resistencia en algunos funcionarios, preocupados por el abatimiento de los gastos de defensa a los efectos de elaborar un presupuesto más potable para el Congreso. El tema de mayor controversia es el referido al proyecto denominado "Iniciativa de Defensa Estratégica" (IDE) más conocido como "guerra de las galaxias". En este sentido, Weinberger ha mantenido una posición de intransigencia oponiéndose inclusive, a que el tema se incluyera en las negociaciones que se llevaron a cabo en Ginebra a fines de noviembre del año pasado, en el marco de la "cumbre" entre el Presidente de Estados Unidos y el Primer Secretario del Partido Comunista Soviético. En ese momento inclusive se especuló con la renuncia de Caspar Weinberger (que no integró la delegación a Ginebra) pero el hecho de que, por lo menos oficialmente, el tema de la "guerra de las galaxias" no haya sido incluído en las conversaciones pudo haber consolidado la posición del Secretario de Defensa.

En lo que se refiere al vice-presidente George Bush, es importante destacar que es el más firme candidato para suceder al Presidente Reagan en la primera magistratura. A pesar de que la personalidad y popularidad del Presidente Reagan, no ha permitido un destaque significativo del vice-presidente, por el momento no existe entre los republicanos un candidato potencial que pueda hacer peligrar su nominación para las próximas elecciones de 1988. De acuerdo a las encuentas de opinión entre los republicanos, George Bush contaría en este momento con un respaldo de más del 80 por ciento, aventajando ampliamente a otros aspiran

tes tales como el líder de la mayoría republicana en el senado Robert J. Dole y el ex-senador por el Estado de Tennesse Howard Baker. Por otra parte el Presidente Reagan en recientes declaraciones ha manifestado que el actual vice-presidente es de su "mayor confianza" lo que constituye a Goerge Bush en el "heredero político" del actual mandatario de Estados Unidos.

Otro funcionario vinculado a la política exterior norteamericana que ultimanete ha tenido activa participación en situaciones cruciales, es el representante personal del presidente Reagan, Philip Habib, quien luego de su actuación en el Líbano, desempeñó un rol fundamental en los sucesos de Filipinas que culminaron con la renuncia de Ferdinando Marcos. Actualmente dicho funcionario se encuentra abocado a la situación política de América Central y ha difundido el punto de vista del Presidente Reagan sobre el particular en una reciente gira realizada por algunos países de América Latina.

Como se aprecia, dentro de la política interna de Estados Unidos, los funcionarios de mayor responsabilidad son aquellos vinculados a la política exterior del país y aunque por el momento no han trascendido controversias de significación entre los mismos, existen indicios que permiten suponer la existencia de fricciones principalmente entre Caspar Weimberger y George Bush, que podrían quedar en evidencia si el presidente Reagan decide algún tipo de acción directa en América Central.

B.- Política Exterior

Los lineamientos generales de la política exterior de Estados Unidos fueron expuestos por el Presidente Reagan a través de distintas declaraciones durante su primer período de gobierno. Estos lineamientos se sustentan en tres premisas fundamentales:

. Aumento del poderío militar como elemento de presión.

. Actitud firme hacia la Unión Soviética.

. Una nueva concepción en el tratamiento del

tema de los Derechos Humanos.

Partiendo de estos preceptos, se encuentra una diferencia sustancial entre los objetivos de la administración Reagan y la idea que el Presidente Carter tenía en los asuntos de la política exterior. El último episodio de significación del gobierno de Carter fue el problema de los rehenes norteamericanos en poder de los iraníes que marcó uno de los puntos más altos del retroceso y la humillación de Estados Unidos en un área donde hacía poco había tenido un rol protagónico. A expensas del derrotismo de Carter e inclusive de la opinión pública de Estados Unidos, la Unión Soviética aumentó en forma considerable su campo de influencia, al amparo de la parálisis general de occidente aún bajo los efectos del "síndrome de Viet-nam".

Esta fue la situación que encontró el Presidente Reagan cuando accedió al gobierno, elaborando una planificación tendiente a revertir este estado de cosas. En primer lugar se procuró retomar la vanguardia en la carrera armamentista buscando dos propósitos fundamentales: fortalecer a Estados Unidos en sus negociaciones con la Unión Soviética y recuperar la confianza de los aliados occidentales, principalmente entre los países europeos donde Washington estaba perdiendo su condición de líder. Con el respaldo de un Congreso con mayoría en el Senado, la administración Reagan ha elaborado presupuestos con especial énfasis en la defensa, sacrificando inclusive algunas áreas que habían merecido un tratamiento especial durante el gobierno de Carter. Paralelamente, se adoptaron medidas de carácter militar, a los efectos de aumentar la presencia de Estados Unidos en las principales áreas de conflicto. En este sentido es importante destacar por su trascendencia la derogación de la llamada "enmienda Clark" que desde 1975 impedía a Estados Unidos brindar asistencia militar directa a los grupos anticomunistas que operan en distintas áreas. La derogación de dicha enmienda por la Cámara de Diputados, donde los republicanos son minoría, permitió al Presidente Reagan adoptar medidas tendientes a ayudar militarmente a los guerrilleros que luchan en Camboya contra la ocupación vietnamita,

tema de los Derechos Humanos.

Partiendo de estos preceptos, se encuentra una diferencia sustancial entre los objetivos de la administración Reagan y la idea que el Presidente Carter tenía en los asuntos de la política exterior. El último episodio de significación del gobierno de Carter fue el problema de los rehenes norteamericanos en poder de los iraníes que marcó uno de los puntos más altos del retroceso y la humillación de Estados Unidos en un área donde hacía poco había tenido un rol protagónico. A expensas del derrotismo de Carter e inclusive de la opinión pública de Estados Unidos, la Unión Soviética aumentó en forma considerable su campo de influencia, al amparo de la parálisis general de occidente aún bajo los efectos del "síndrome de Viet-nam".

Esta fue la situación que encontró el Presidente Reagan cuando accedió al gobierno, elaborando una planificación tendiente a revertir este estado de cosas. En primer lugar se procuró retomar la vanguardia en la carrera armamentista buscando dos propósitos fundamentales: fortalecer a Estados Unidos en sus negociaciones con la Unión Soviética y recuperar la confianza de los aliados occidentales, principalmente entre los países europeos donde Washington estaba perdiendo su condición de líder. Con el respaldo de un Congreso con mayoría en el Senado, la administración Reagan ha elaborado presupuestos con especial énfasis en la defensa, sacrificando inclusive algunas áreas que habían merecido un tratamiento especial durante el gobierno de Carter. Paralelamente, se adoptaron medidas de carácter militar, a los efectos de aumentar la presencia de Estados Unidos en las principales áreas de conflicto. En este sentido es importante destacar por su trascendencia la derogación de la llamada "enmienda Clark" que desde 1975 impedía a Estados Unidos brindar asistencia militar directa a los grupos anticomunistas que operan en distintas áreas. La derogación de dicha enmienda por la Cámara de Diputados, donde los republicanos son minoría, permitió al Presidente Reagan adoptar medidas tendientes a ayudar militarmente a los guerrilleros que luchan en Camboya contra la ocupación vietnamita,

a los rebeldes de Afganistán y a los anticomunistas angoleños. Sobre este particular corresponde puntualizar que recientemente el dirigente del grupo anticomunista UNITA Jonas Savimbi, se entrevistó con el Presidente Reagan y el mandatario norteamericano declaró que se incrementaría la asistencia militar a ese grupo angoleño, lo que en los hechos ya se ha materializado mediante el envío de misiles anti-helicópteros. Esta resolución de la Cámara de Representantes revela un claro pronunciamiento en favor de una política exterior de ofensiva "contra la incidencia del comunismo en el Tercer Mundo". La mayoría parlamentaria que derogó la "enmienda Clark", tuvo como principal argumento el hecho de que la Unión Soviética "otorga permanente ayuda militar a Angola, mientras que Estados no prestaba ningún apoyo a los rebeldes pro-occidentales". Este hecho demuestra el cambio de mentalidad que se ha operado en los congresistas de Estados Unidos que en su gran mayoría han adoptado una nueva "conciencia colectiva" del papel que debe desempeñar Estados Unidos en el ámbito internacional. Este rescate del "orgullo nacional" se ha reflejado en la opinión norteamericana que ha respaldado acciones militares de carácter polémico como la realizada en Granada y más recientemente en Libia. Sobre este caso particular, corresponde puntualizar que una encuesta realizada por el diario "The Washington Post" otorgó un 85 por ciento de las opiniones a favor de la medida adoptada por el Presidente Reagan.

Partiendo de un buen consenso interno, la administración Reagan se propuso desde el comienzo de su gestión, el fortalecimiento del potencial ofensivo-defensivo de los países integrantes de la OTAN y el aumento de la asistencia a las naciones tradicionalmente aliadas y militarmente más dependientes, partiendo de una óptica respecto al tema de los Derechos Humanos. En este sentido se abandona la estrategia de denuncia pública que caracterizó al gobierno de Carter, adoptando una política de discreción y de "diplomacia silenciosa". Sin embargo últimamente el gobierno norteamericano modificó su política respecto a dos paí-

ses con regímenes anticomunistas: Filipinas y Chile. En el primer caso promovió la sustitución de Ferdinando Marcos y en el segundo mantiene presiones para acelerar el proceso democrático. Esta actitud se justifica si se tiene en cuenta que el Presidente Reagan procura aislar políticamente al gobierno de Nicaragua, empleando como su mejor argumento la falta de pluralismo democrático del régimen sandinista.

Analizando la política de Estados Unidos en las distintas áreas de influencia, se observa el siguiente panorama:

1.- Asia y el Pacífico

Las relaciones de Estados Unidos con los países asiáticos tienen como eje el acercamiento con la República Popular de China. El interés de Estados Unidos en el país asiático quedó en evidencia con la firma de un acuerdo mediante el cual China tendrá acceso a un importante material militar norteamericano consistente en sonares, torpedos, motores de turbina a gas y sofisticadas armas antimisiles. Este acuerdo sobre la venta de armas de alta tecnología fue firmado en el mes de enero del año pasado y en julio del mismo año.Estados Unidos y China Popular firmaron un acuerdo de cooperación nuclear mediante el cual, el país podrá adquirir centrales atómicas a Estados Unidos. A través de estos acuerdos, la administración Reagan espera contar con China Popular para detener el avance soviético en el sudeste asiático por intermedio de Viet-nam. Es decir que en esa región, Estados Unidos se apoya directamente en Tailandia e indirectamente en China Popular que mantiene su enfrentamiento con la Unión Soviética por razones territoriales (problemas fronterizos) e ideológicos ya que el país asiático está acentuando su tendencia revisionista en lo referente a la ortodoxia comunista.

La cuenca del Pacífico alberga economías altamente dinámicas por lo que constituye un punto de interés permanente de los capitales norteamericanos que procuran concretar "intercambios" con Japón,Singapur y Corea del Sur. El Pacífico

9005127

y Asia, pueden constituirse en la "nueva frontera" para la expansión económica de Estados Unidos para la región, siempre de acuerdo a la premisa básica de la administración Reagan es decir el fortalecimiento del mundo occidental. Dentro de este contexto, se tiene que destacar que en forma reiterada el presidente de los Estados Unidos ha exhortado el gobierno japonés a que aumente su presupuesto destinado a gastos militares y ha expresado su propósito de que este país asiático se convierta en un "portaaviones gigante". En lo que respecta a Corea del Sur, durante los días 25 y 27 de abril del año pasado, el presidente de este país, Chun Doo Hhan, mantuvo un importante encuentro con el mandatario norteamericano. En la reunión, ambos presidentes coincidieron en que "la agresividad de Corea del Norte, constituye una severa amenaza para la paz y la seguridad del nordeste de Asia" y en la "necesidad de la presencia permanente de tropas norteamericanas en la península, con el fin de garantizar la seguridad en el área". Partiendo de estas consideraciones, ambos países acordaron consolidar su alianza, lo que le asegura a Estados Unidos una importante base en la región y a Corea del Sur, la seguridad de una asistencia que es vital para el desarrollo de la economía coreana.

El caso de Filipinas merece una consideración muy especial en virtud de que las instalaciones militares de Estados Unidos en este país, constituyen puntos vitales dentro de la concepción estratégica norteamericana en el Pacífico. Durante largo período de gobierno del ex-Presidente Ferdinando Marcos, los distintos gobiernos norteamericanos renegociaron la presencia de efectivos de Estados Unidos en el país asíatico, al amparo de circunstancias políticas internas favorables, derivadas de la confiabilidad en la alianza filipino-norteamericana. Los acontecimientos políticos en el país asiático, evidenciaron la prioridad que Estados Unidos le otorga a sus bases en Filipinas ya que cuando la posición de Marcos se tornó inestable, el gobierno norteamericano asumió una actitud de neutralidad a los efectos de preservar sus posibilidades de negociación ante la eventualidad de que el régimen de Marcos fuera sustituído por un gobierno

9005127

poco proclive a los intereses norteamericanos. Es decir, que el gobierno norteamericano procuró en primer lugar garantizar la continuidad de sus bases militares aun a expensas de la larga alianza con Ferdinando Marcos.

Por otra parte, el hecho de que una de las figuras más influyentes del actual gobierno encabezado por Corazón Aquino, el General Fidel Ramos, haya recibido su formación militar en Estados Unidos y sea un declarado anticomunista, le permite al gobierno de Ronald Reagan mantener un buen nivel de influencia dentro de la nueva situación política creada en el país asiático.

2.- Medio Oriente

El envío de un contingente norteamericano al Líbano, fue una medida negativa de la administración Reagan en virtud del notorio fracaso de la misma. Los efectivos de Estados Unidos debieron abandonar el territorio libanés, ante los reiterados atentados suicidas llevados a cabo por fundamentalistas islámicos que costaron la vida a varias decenas de soldados. La opinión pública norteamericana reaccionó en forma negativa ante estos hechos, presionando al Presidente Reagan para que retirara el contigente militar de Estados Unidos el cual fue evacuado. A partir de ese momento, se ha mantenido una política de no ijerencia directa en la región, procurando afianzar las alianzas con Israel y Egipto y algunos países moderados como Jordania y Arabia Saudita. En la zona del Golfo Pérsico, se ha prestado especial atención al conflicto Irán-Irak, poniendo especial cuidado en el mantenimiento del normal abastecimiento de petróleo a través del Estrecho de Ormuz. A tales efectos durante 1984 se redobló el poderío militar en la isla Diego García que es el centro coordinador de las bases existentes en Somalía, Kenia, Omán, Barheim, Egipto e Israel. En términos generales, Estados Unidos mantiene en la región una política de dureza frente a la OLP y de equilibrio militar entre Egipto e Israel. En lo que tiene que ver con Siria e Irán, existe la firme posibilidad de un deterioro de las relaciones con ambos países en virtud de que Estados Unidos po-

9005127

dría adoptar medidas militares contra estos países si comprueba su responsabilidad en actos terroristas contra intereses norteamericanos. No es descartable que en el caso concreto de Siria, las medidas militares puedan adoptarse por intermedio de Israel que mantiene con el país árabe una situación de pre-beligerancia permanente.

3.-Africa

En el continente africano, es importante destacar las relaciones con Sudáfrica que se basa en una política denominada de "compromiso constructivo" con el gobierno de Presidente Botha. Esta política ha originado una serie de reacciones negativas hacia la Administración Reagan, tanto en el ámbito interno como en el internacional. Si bien el gobierno de Estados Unidos ha manifestado su rechazo a la política del "Apartheid", es poco factible que asuma alguna actitud de presión a pesar que hace un tiempo Reagan había anunciado una serie de presiones económicas contra Sudáfrica, tendientes más que nada a acallar las protestas del Congreso. Las limitaciones de Estados Unidos se justifican teniendo en cuenta su dependencia de materia prima de carácter estratégico como ser los minerales empleados para la industria aéreo-espacial que provienen en un altísimo volumen del país africano.

El caso de Namibia está estrechamente vinculado a las relaciones entre Estados Unidos y Sudáfrica ya que el gobierno de Pretoria ejerce un estricto control en el territorio de Namibia, sobre los grupos guerrilleros pro-comunistas que operan en la frontera con Angola y son apoyados por este país. Es decir que dentro de la estrategia general de Estados Unidos en lo referente a la contención de la influencia comunista en el continente africano, Sudáfrica ocupa un lugar de vanguardia, siendo otro factor condicionante de la política del presidente Reagan para la región. Con la medida adoptada por la administración Reagan de munir a los guerrilleros de Jonas Savimbi de armas sofisticadas incluyendo misiles, el gobierno norteamericano se ha involucrado más intensamente en la región, previéndose que la asis

tencia militar a los anticomunistas continuará en aumento.

Otros países africanos que reciben una importante asistencia militar y económica de Estados Unidos son Sudán, Somalía y Kenia. Etiopía por su parte, a pesar de ser un país de gobierno marxista pro-soviético, ha recibido una ayuda de Estados Unidos de 215.000 toneladas de granos por un valor de 110 millones de dólares a los efectos de paliar los agudos problemas alimenticios de su población. Un caso diferente es el de Egipto ya que este país se inscribe más en el área geopolítica de Medio Oriente que de Africa es decir que las relaciones con Estados Unidos que se mantienen a buen nivel, están vinculadas con el rol que desempeña Egipto dentro del equilibrio estratégico, político y militar de Medio Oriente.

La reciente acción militar contra Libia, no se inscribiría en una política tendiente a aumentar la presencia de Estados Unidos en el continente africano sino más bien que se trató de una acción punitiva contra Khadafy, dentro de la estrategia general de lucha contra el terrorismo. La mayor importancia de esta acción, radica en que el gobierno norteamericano demuestra una vez más su determinación de defender los intereses de Estados Unidos en cualquier parte del mundo como quedó evidenciado en la acción contra Granada. Esto es importante porque la misma determinación podría adoptarse contra Nicaragua. Es decir que la acción contra Libia sirve para sacar conclusiones de carácter militar pero principalmente de carácter político ya que Estados Unidos pudo testear:

1) Las posibilidades de Libia para reaccionar militarmente.

2) El grado de respaldo de la URSS hacia Libia.

3) El grado de respaldo de los países árabes.

4) La reacción de los aliados europeos.

De la evaluación de estos items, la conclusión es una sola: Libia quedó prácticamente aislada de sus prin

cipales potenciales adversarios y Estados Unidos encontró un importante nivel de consenso internacional.

4.- Europa Occidental

A pesar de que durante 1984, el proyecto del gasoducto siberiano concretado por la Unión Soviética, mediante el cual este país proporcionará importantes cantidades de gas a la mayoría de los países de Europa Occidental, fue motivo de fricciones entre Estados Unidos y sus aliados europeos, actualmente las relaciones son firmes, existiendo en general, un importante consenso hacia la política exterior del presidente Reagan. Este respaldo se refiere fundamentalmente a la política seguida frente a la Unión Soviética, existiendo diferencias en cambio, con respecto a la situación centroamericana. Esta salvedad no se hace extensiva a Gran Bretaña ya que el gobierno de Margaret Thatcher ha coincidido con el Presidente Reagan, en todos los aspectos de la política exterior norteamericana, siendo el aliado más confiable de Estados Unidos en el concierto europeo.

Esta coincidencia ante la actitud a asumir frente a la Unión Soviética, es una consecuencia directa de la recuperación de la imagen de Estados Unidos frente a sus aliados europeos, volviendo a asumir su papel como líder del mundo occidental. Este hecho coincide con una circunstancia coyuntural: actualmente Gran Bretaña y Alemania Federal, países influyentes en el ámbito europeo, tienen gobiernos conservadores, por su definición en el primer caso y por su estilo en el segundo, que concuerdan con la Administración Reagan en la necesidad de frenar el avance comunista. Este cobra real significación en el caso de Alemania Federal ya que este país ha sido particularmente receptivo de la política de distensión (Détente) que la Unión Soviética ha pretendido imponer para "adormecer" las defensas occidentales.

De esta manera, Estados Unidos no ha encontrado mayores obstáculos para imponer su política de instalación de los llamados "euromisiles" a pesar de que los gobiernos europeos han estado presionados por sus frentes internos para

que no autoricen el emplazamiento de los mismos. Es importante destacar que Francia, país que tradicionalmente ha seguido una política de independencia en materia de estrategia exterior y que tiene un sistema de defensa misilística autónomo, en los hechos ha avalado la política de Estados Unidos en Europa. Es previsible que como consecuencia de los resultados de las elecciones parlamentarias de Francia del día 16 de marzo, donde los grupos de centro-derecha lograron una significativa victoria, los objetivos de la política exterior de Estados Unidos y este país europeo encuentren una mayor coincidencia. Una situación similar se ha planteado en España en vista del apoyo popular al referéndum para permanecer en la OTAN, que si bien no se puede interpretar como un apoyo a Estados Unidos, significa que la opinión pública tanto de España como de Francia, se ha apartado de los grupos izquierdistas que son los que normalmente lideran las manifestaciones pacifistas antiestadounidenses.

En lo que respecta a Italia, si bien el episodio del "Archille Lauro" complicó en forma transitoria las relaciones entre ambos países, las mismas se mantienen normales, máxime teniendo en cuenta la importancia de Italia dentro de la estructura de la OTAN.

Las siguientes declaraciones de algunos jefes de Estado europeos, en relación a la propuesta de moratoria nuclear de la Unión Soviética, dan una idea de la identidad de objetivos de Estados Unidos y sus aliados. Por ejemplo la Primer Ministro Margaret Thatcher expresó: "la propuesta implica congelar la ventaja soviética, no impone un equilibrio y resulta inaceptable". Por su parte el vocero gubernamental de Alemania Occidental, Petter Boenich, expresó que aún queda por verse si Moscú desea realmente una reducción de armas o pretende conseguir la hegemonía militar". El Ministro de Relaciones Exteriores de Bélgica, Leo Tindemans, puntualizó que su gobierno "estudiará la propuesta soviética aunque la oferta tal como está se limita a repetir viejas fórmulas". Mientras tanto el Premier japonés Yasuhiro

Nakasone, refiriéndose a la propuesta de la URSS, expresó que la misma "no tenía nada nuevo". Esta coincidencia con la política de Estados Unidos que quedó de manifiesto el año pasado, se afianzó recientemente en la "Cumbre" económica de Tokio donde los siete países industrializados de occidente coincidieron en la necesidad de presionar a los países que amparan o promueven acciones terroristas, mencionando concretamente a Libia, tal cual aspiraba el Presidente Reagan. Lógicamente, el Presidente Reagan capitalizó este respaldo durante la "Cumbre" mantenida con Mijail Gorbachov en Ginebra durante los días 19 y 20 de noviembre del año pasado, que por su trascendencia merece una consideración especial.

5.- Cumbre de Ginebra

Estados Unidos llegó a esta instancia, con muy buenas posibilidades de negociación por contar con un significativo respaldo político y militar. En lo político, además de las consideraciones realizadas en cuanto al apoyo de los aliados de Estados Unidos, hay que destacar que en el frente interno el Presidente Reagan cuenta con un buen consenso en el Congreso y un importante respaldo de la opinión pública, que en reiteradas oportunidades ha evidenciado su tendencia a respaldar actitudes de firmeza en materia de política internacional.

En el aspecto militar es destacable el proyecto de "Iniciativa de Defensa Estratégica" (Guerra de las Galaxias) y la exitosa prueba de un misil antisatélite efectuada por la Fuerza Aérea de Estados Unidos. El Proyecto de I.D.E., si bien ha sido motivo de controversia, se considera viable, tornándose en un elemento disuasivo y persuasivo de considerables efectos políticos y militares. El éxito de la prueba del misil antisatélite, le otorga a Estados Unidos una ventaja adicional ya que se considera que la Unión Soviética está en este campo en la etapa de la investigación. Es importante destacar que el Presidente Reagan puntualizó que "el vértice de Ginebra no es una meta en sí, sino más bien una etapa de un proceso en marcha". La agenda establecida por los asesores de ambos mandatarios, marcó los siguien-

9005127

tes temas de discusión: control de armamentos, focos de tensión regional, diferencias bilaterales y Derechos Humanos.

Al término de la "Cumbre", el Secretario General del Partido Comunista soviético y el Presidente de los Estados Unidos firmaron una declaración acordando la reducción del 50% de los armamentos nucleares. Los principales puntos acordados por ambos mandatarios fueron los siguientes:

a. Seguridad: Ninguna de las potencias tratará de lograr una superioridad militar. Se reconoce que cualquier conflicto entre la URSS y los Estados Unidos podría tener consecuencias catastróficas.

b. Conversaciones nucleares y espaciales: Se agilizarán las negociaciones de control de armamentos para prevenir la carrera armamentista en el espacio, auspiciando la estabilidad estratégica. Se acordarán efectivas medidas de verificación, en conformidad con las obligaciones derivantes.

c. Riesgo nuclear: Se acordó estudiar a nivel de expertos la cuestión de constituir centros para la reducción de los riesgos nucleares, teniendo en cuenta los temas desarrollados en las conversaciones de Ginebra.

d. No proliferación de armas nucleares: Ambos países confirman los compromisos asumidos en base al tratado de no proliferación de armas nucleares y se manifiestan dispuestos a proseguir las negociaciones sobre las cuestiones relativas a la limitación de armas nucleares y el desarme. Se proyecta continuar con la promoción y el fortalecimiento de la Agencia Internacional de Energía Atómica y apoyar las actividades de la Agencia en la promoción y el uso pacífico de la energía nuclear.

e. Armas químicas: Se conviene en acelerar los esfuerzos para la conclusión de una convención internacional efectiva y verificable sobre el tema, coincidiendo en la necesidad de destruir los depósitos existentes de tales armas.

f. Reducción de fuerzas de tipo convencional: Se pone énfasis en la importancia de las conversaciones de Viena para reducir el número de tropas estacionadas en Europa.

g. Conferencia de Seguridad en Estocolmo: Ambas partes se comprometen a llegar a un final rápido y con éxito en la conferencia destinada a prevenir la guerra por accidente. Se reafirma la necesidad de suscribir un documento en el que se establezca el compromiso de no utilizar la fuerza.

h. Conflictos regionales: Se acordó continuar con el procedimiento del intercambio de opiniones sobre los problemas regionales, sobre bases regulares.

i. Derechos Humanos: Se consideró de gran importancia resolver los casos que pudieran presentarse, dentro de un espíritu de mutua cooperación.

j. Seguridad aérea en el norte del Pacífico: Se tomó nota de que las delegaciones de Estados Unidos y la URSS emprendieran negociaciones directas para la reanudación de los servicios aéreos. Dentro de este contexto, fue alcanzado un acuerdo para la apertura simultánea de consulados generales de Nueva York y Kiev.

k. Iniciativas de intercambio: Se acordó sobre la utilidad de ampliar el intercambio y los contactos en algunos sectores como el científico, educativo, sanitario y deportivo, así como también la promoción del estudio de la lengua rusa en Estados Unidos y del estudio de la lengua inglesa en la URSS. También se acordó el intercambio anual de profesores para realizar cursos especiales de historia, cultura y economía en los departamentos competentes de instituciones de educación superior soviéticas y americanas.

l. Investigación sobre fusión nuclear: Se puso de relieve la importancia potencial del trabajo directo en la utilización de la fusión termonuclear controlada para fines pacíficos, subrayando los extensos alcances prácticos de la coope-

ración internacional en la obtención de esta fuente de energía "esencial e inextinguible".

A pesar de que los puntos considerados en la declaración conjunta abarcan la totalidad de los temas de la agenda previa y que las conversaciones fueron calificadas como "francas y provechosas", se considera que continúan las divergencias en temas fundamentales como ser la desmilitarización del espacio, una de las cuestiones básicas planteadas por la URSS. Como se observa, dentro de los puntos expuestos, algunos son simples enunciados que no suponen un compromiso significativo para ninguna de las partes, como en lo que se refiere a la destrucción de armas químicas, la cooperación para la fusión termonuclear con fines pacíficos, etc.

Es importante destacar que la declaración de principios más importante consistió en afirmar que la guerra nuclear no puede ser ganada por ninguna de las dos potencias y por lo tanto no debe de librarse jamás y que ninguna de las partes debe buscar la superioridad de los arsenales. En este caso, si bien no hubo un apartamiento de las posiciones tradicionales de los negociadores, el matiz retórico evidencia que el lenguaje pacifista ha reemplazado las amenazas, en los mecanismos de captación de apoyos.

En síntesis, la reunión de Ginebra del mes de noviembre de 1985 no significó un avance sustancial en las relaciones entre ambos países, ya que no se evidenciaron resultados tangibles. No obstante, el hecho de que se hayan fijado nuevas "cumbres" en Washington para 1986 y Moscú para 1987, remarca el criterio negociador del Presidente Reagan el cual le asignó a la última instancia de Ginebra el carácter de etapa inicial, dentro de un proceso a largo plazo, procurando que las conversaciones se transformen en "contactos permanentes", siendo este quizás el logro más importante de la reunión "cumbre" de Ginebra. Si bien el encuentro "cumbre" ha servido para pautar las relaciones entre Estados Unidos y la URSS, naturalmente las mismas no se agotan en esta instancia sino que forman parte de una situación

compleja y se podría afirmar que la multiplicidad de intereses de ambos países tanto en lo económico, militar o político se enfrentan en cada lugar del mundo donde exista actualmente un conflicto. En síntesis las relaciones con la Unión Soviética estarían pasando por una etapa de nueva "guerra fría" es decir con las características similares a las de la época de Kruchev. En la actualidad los principales escenarios de enfrentamiento se encuentran en el Mediterráneo y en América Central donde ambas potencias se disputan hegemonías y liderazgos. Dentro del análisis de las relaciones de Estados Unidos con la Unión Soviética, debe mencionarse además el reciente accidente de la central atómica de Chernobyl ya que el mismo tuvo consecuencias negativas para los intereses soviéticos tanto en el terreno económico, como militar y político. Obviamente, esta situación ha redundado en beneficio de los intereses políticos de Estados Unidos que tendrá a su favor un nuevo elemento de presión en futuras negociaciones sobre la desnuclearización. Esta inesperada "contribución" de la Unión Soviética a los intereses norteamericanos seguramente será utilizada por el Presidente Reagan en las próximas "Cumbres" previstas, durante el presente año en Estados Unidos y durante el próximo año en la Unión Soviética.

6.-América Central

Esta región se ha convertido en el centro de la política exterior de Estados Unidos, donde el Presidente Reagan procura demostrar la razón de su estrategia que implica presionar tanto desde el punto de vista militar como político y económico para posteriormente negociar desde una posición de fuerza. Es en esta región donde el factor político está estrechamente vinculado al factor militar, ya que el área centroamericana es vital para los intereses estratégicos de Estados Unidos en virtud de la importancia de sus rutas de comunicación marítima y de su proximidad territorial.

Partiendo de esta base, Estados Unidos ha elaborado su política para la región, procurando revertir una situación de retroceso que caracterizó la gestión del Presidente Carter, el cual estimuló la implantación del régimen pro-comunista de Ni-

caragua. A estos efectos se ha procurado respaldar a gobiernos potencialmente enemigos de Nicaragua tales como Honduras, Guatemala, Costa Rica y El Salvador. En este sentido se ha incrementado considerablemente la presencia militar en la región, mediante la instalación de bases militares en Honduras y la realización de maniobras conjuntas, con la participación de hasta 5.000 efectivos norteamericanos. Fuentes del Pentágono han asegurado que el Golfo de México y El Caribe conforman una de las zonas estratégicas más importantes para Estados Unidos ya que el 50% de su comercio y de las materias primas necesarias pasan por estas aguas constituyendo a la zona en punto clave en caso de conflicto. Por esta razón se ha reforzado la presencia naval en esta región, asignándosele 29 buques de guerra. En la zona norte de Costa Rica, ingenieros norteamericanos acondicionaron una base militar, al tiempo que la Guardia Nacional de este país ha sido equipada con nuevas armas provenientes de Estados Unidos. Si bien el triunfo de Oscar Arias en las elecciones realizadas en el país podrían hacer pensar que Costa Rica reconsideraría su alineamiento con Estados Unidos, a juzgar por las declaraciones pre-electorales del nuevo presidente, se considera que por el momento la situación no sufrirá mayores variantes. El caluroso recibimiento al vice-presidente de los Estados Unidos, George Shultz, a nivel popular, en ocasión de haber asistido a la toma de posesión de Arias, evidencia la popularidad del gobierno norteamericano en Costa Rica. Esto coincide con la antipatía mostrada hacia el gobierno sandinista cuyo jefe Daniel Ortega no fue invitado a la ceremonia. En lo que respecta a El Salvador, el gobierno de Estados Unidos ha mantenido a ritmo sostenido la asistencia militar y económica a los efectos de que el presidente José Napoleón Duarte pueda mantener el control de la situación. Actualmente se encuentran en este país centroamericano, 55 asesores de Estados Unidos y el Pentágono se ha encargado de la instrucción de los batallones "Atlacalt" y"José Belloso" especialista en contrainsurgencia. Las relaciones con Guatemala y Honduras se mantienen a buen nivel, destacándose que este último país constituye una verdadera avanzada estratégica de Estados

Unidos en lo que tiene que ver con su política hacia Nicaragua. Estos países caribeños mencionados, representan en forma oficiosa, el punto de vista de Estados Unidos dentro del grupo de Contadora y durante las distintas instancias negociadoras de este grupo, las posiciones del gobierno del Presidente Reagan y de estas cuatro naciones caribeñas han coincidido casi totalmente. Indudablemente, el punto culminante de la política de Estados Unidos para la región lo constituyó la intervención militar en Granada llevada a cabo el 25 de octubre de 1983. En esta oportunidad quedó demostrada la determinación de la Administración, de no permitir la reiteración del "fenómeno cubano" en otra parte del Caribe. A pesar de que en los enfrentamientos aramdos murieron soldados cubanos, la reacción de Fidel Castro y de la Unión Soviética fue casi protocolar lo que pone en evidencia que en última instancia, los aliados comunistas prefieren "asimilar" los golpes adversos antes de "jugarse" en el área de Centroamérica y El Caribe. Esta conclusión es muy importante en momentos en que se analiza la posibilidad de una intervención militar en Nicaragua. Por otra parte es importante puntualizar que tanto el Congreso como la opinión pública de Estados Unidos, respaldaron la medida del Presidente Reagan en una actitud diametralmente opuesta a lo ocurrido cuando las tropas norteamericanas luchaban en Viet-Nam.

Paralelamente, la asistencia de Estados Unidos a los grupos revolucionarios que procuran derribar el régimen sandinista de Managua ha sido permanente, procurando que el colapso del gobierno sandinista se produzca mediante una insurrección interna (lo que es difícil) sin la necesidad de reeditar la "operación Granada". El llamado "Informe Kissinger" del mes de enero de 1984 justifica todas las medidas adoptadas contra Nicaragua (incluyendo el bloqueo económico), en virtud de que llegó a la conclusión que "el uso de Nicaragua como una base de los esfuerzos soviéticos y cubanos para penetrar en el resto del istmo centroamericano, con El Salvador como objetivo prioritario, otorga al conflicto una dimensión estratégica importante". El referido informe agrega que "la participación directa de fuerzas agresoras exter

nas, lo convierte en un desafío al sistema de seguridad hemisférica y muy específicamente a los intereses de seguridad de Estados Unidos" agregando que "este es un desafío al cual Estados Unidos debe responder". El informe mencionado afirma que "los estrechos vínculos con Cuba y la Unión Soviética, ha permitido la instalación en Nicaragua de 8.000 asesores cubanos y centenares de asesores soviéticos, europeos orientales, libios y de la OLP, así como la construcción de bases militares y aeropuertos y el envío de 15.000 toneladas de armas del bloque soviético durante 1983". Corresponde puntualizar que la "Comisión Kissinger" que recomienda un plan quinquenal de ayuda económica para la región de 24.000 millones de dólares, estaba integrada por congresistas republicanos y demócratas. Actualmente, el Ejecutivo norteamericano procurá apoyo del Congreso para otorgar 100 millones de dólares de asistencia militar a los grupos antisandinistas. La posición de Estados Unidos con respecto al grupo de Contadora ha seguido durante los tres años de existencia de dicho organismo, uan estrategia sin mayores variantes tendiente a aislar políticamente a Nicaragua, mediante la acción de países con gobiernos ideológicamente confiables. En la región centroamericana ha contado con el apoyo de los cuatro países que mantienen una situación conflictiva con Nicaragua es decir Honduras, Guatemala, El Salvador y Costa Rica. Dentro del Grupo de Contadora, contaría con el respaldo de Colombia cuyo gobierno también tiene razones para mantener frías relaciones con el régimen de Managua. Con México, otro integrante del Grupo, la situación es diferente ya que el país azteca ha sudo cuestionado en más de una oportunidad por defender "el punto de vista de Nicaragua" en las negociaciones.

7.-Resto de América Latina

Las relaciones de Estados Unidos con los otros países de América Latina que no están directamente involucrados en la problemática centroamericana, no obedecen a un criterio globalizador sino que cada caso se presenta diferente de acuerdo a los intereses de la política exterior del Presidente Reagan. Por

ejemplo en los casos de Chile y Paraguay se está siguiendo una política de presión para que se aceleren los procesos democráticos en ambos países, dejando de lado en parte la retórica anticomunista utilizada por la Administración Reagan. Esto es explicable si se tiene en cuenta que el gobierno de Estados Unidos argumenta que la necesidad de modificar la actual estructura del gobierno sandinista de Nicaragua, se inscribe dentro de un proceso democratizador en América Latina. Es decir que la posición asumida en relación a Chile y Paraguay se orienta en forma indirecta a justificar la política seguida hacia Nicaragua. En relación a los demás países, las relaciones están vinculadas directamente con el problema de la deuda externa, existiendo una directa proporcionalidad entre el nivel de radicalización sobre ese tema y el nivel de las relaciones. Recientemente se ha prestado especial atención a los países integrantes del Grupo Contadora y del Grupo de Apoyo, considerándose que la visita que realizó el enviado especial del Presidente Reagan, Philip Habib, a los gobiernos de estos países, se inscribió dentro de una estrategia tendiente a explicar el punto de vista de Estados Unidos con relación a la problemática centroamericana en general y a la posición frente a Contadora en particular.

II.- FACTOR ECONOMICO

La reactivación económica lograda durante el primer período de gobierno del Presidente Reagan, fue uno de los factores determinantes de su reelección. Las medidas económicas adoptadas permitieron disminuir los niveles de inflación, al tiempo que el índice de desocupación se redujo mediante la captación de nuevos capitales de inversionistas atraídos por la política de intereses altos, en un período de cinco años, se crearon 10 millones de nuevos empleos lo que motivó, que el electorado joven tradicionalmente poco proclive a las tendencias conservadoras, se inclinara, en un significativo porcentaje a favor de Ronald Reagan.

Sin embargo, uno de los grandes problemas económicos de Estados Unidos, es el desmesurado crecimiento del déficit fiscal, que ha superado los 200.000 millones de dólares, de acuerdo a lo informado por la Oficina de Administración y Presupuesto. El presidente Reagan y los responsables del presupuesto del Congreso, se han fijado como objetivo para 1986, reducir el déficit fiscal en por lo menos 50 millones de dólares.

Si bien existe coincidencia en los objetivos, el Ejecutivo y el Congreso discuten los medios para lograr los mismos. Mientras Reagan aspira a recortar los gastos sociales y especialmente limitar los aumentos incorporados al sistema de seguridad social, los congresistas demócratas y también algunos republicanos quieren excluir el programa de seguridad social, de los recortes presupuestarios. En lugar de ello, estos sectores proponen reducir los gastos de defensa. Existen también diferencias entre la Casa Blanca y el Capitolio, en lo que respecta a la necesidad de incrementar los impuestos, como parte de la reducción del déficit. En este sentido, corresponde puntualizar que el Presidente Reagan no se ha mostrado partidario de crear nuevos impuestos. Dentro de estos parámetros, se enmarcó en el Congreso el debate del presupuesto para 1986, habiéndose arribado a un acuerdo en los puntos más controvertidos ya que no se incluyó ningún aumento impositivo de importancia y el incremento de los gastos de defensa y las cantidades asignadas a la seguridad social estarán de acuerdo con el índice de inflación. De esta manera, el Presidente Reagan impuso su punto de vista en lo referente a la creación de nuevos impuestos, pero no logró que el Congreso aprobara un incremento de los gastos de defensa, de un 6% sobre el índice de inflación.

Otra preocupación permanente del gobierno, es el marcado déficit comercial, que es atribuído entre otras cosas, a las medidas proteccionistas de algunos países que obstaculizan el intercambio. En este sentido corresponde puntualizar que en la reciente "Cumbre" económica de Tokio, la delegación norteamericana abogó por una política antiproteccionista lo que

le puede acarrear futuros enfrentamientos con los países integrantes de la CEE. El anuncio de medidas económicas de represalia contra algunos países europeos y Brasil, podría ser el comienzo de un deterioro de las relaciones. En cuanto al Japón, la actitud de Estados Unidos ha variado en relación al año anterior ya que recientemente el gobierno nipón anunció que aumentaría las compras a Estados Unidos, lo que revirtiría una situación de tirantez que se produjo a raíz de la invasión al mercado norteamericano de automóviles fabricados en Japón. Las medidas contra Brasil se tomarían porque este país sudamericano, limita las importaciones de computadoras norteamericanas. A fines del año pasado, el Ejecutivo envió al Congreso, un proyecto para la creación de un fondo de 300 millones de dólares para "contrarrestar la política de subvenciones que aplican algunos países, sobre los mercados extranjeros, en perjuicio de las exportaciones de Estados Unidos".

Un análisis especial, merece el proyecto de reforma impositiva que el Presidente Reagan ha puesto a la consideración del Congreso. Básicamente la reforma consiste en la simplificación del sistema actual, mediante una rebaja general de las cargas que gravitan sobre los sectores de menores ingresos y en la eliminación de muchas de las deducciones que privilegiaban a las grandes empresas. Esta iniciativa, más acorde con la plataforma demócrata que con los preceptos conservadores de los republicanos, se inscribe dentro de lo que se ha dado en llamar "movimiento conservador popular" que ha impulsado el Presidente Reagan y que tiene múltiples expresiones: la lucha contra los privilegios de las grandes corporaciones, la incentivación de los sentimientos de religión, el culto a la nacionalidad, etc. y que resume lo que Reagan ha denominado "la segunda revolución americana". Este proyecto de reforma impositiva, apunta a objetivos económicos y políticos. En lo económico se espera que la reducción de la carga impositiva a los estratos sociales de menores ingresos, se traducirá en un aumento del consumo, en un mayor ahorro y en una mayor inversión, que redundará en una actividad económica "no afectada por los vicios de la inflación". En lo político es factible que grandes masas de

votantes de las clases más populares respalden a los republicanos tanto en las elecciones legislativas de 1986, como en las presidenciales de 1988, consolidando por algunos años más la preponderancia del Partido Republicano.

Otro aspecto económico destacable, es la nueva óptica que las autoridades norteamericanas tienen en lo referente al tratamiento de la deuda externa de los países subdesarrollados o en vías de desarrollo. En la reunión conjunta llevada a cabo el año pasado en Seúl entre las autoridades del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional, el Secretario del Tesoro norteaemericano, Paul Volcker, admitió que el problema de la deuda tenía que enfocarse con un criterio político y que la asistencia a los países deudores, tenía que tener como objetivo fundamental, el crecimiento económico de esos países.

III.- FACTOR MILITAR

Los presupuestos asignados a los gastos de defensa, han permitido a la administración republicana, encarar costosos proyectos de investigación militar, tanto en el terreno de las armas convencionales, como en el campo de sofisticados sistemas de armas especiales. Dentro de este contexto, corresponde destacar el "proyecto de Iniciativa de Defensa Estratégica (IDE), destinado a neutralizar un eventual ataque de misiles nucleares soviéticos. El sistema IDE no es el único proyecto de tecnología sofisticada sino que además el Pentágono ha desarrollado el misil nuclear intercontinental MX y una nueva arma antisatélite denominada A.S.A.T., que ya ha sido probada con éxito por la Fuerza Aérea de Estados Unidos.

Actualmente, el sistema defensivo norteamericano se basa en tres pilares fundamentales: los bombarderos estratégicos, los submarinos con misiles balísticos y los misiles intercontinentales. Dentro de los bombarderos estratégicos se destaca el nuevo modelo B-1B invisible a los radares, de velocidad supersónica y con capacidad múltiple para lanzar misiles y bombas nucleares. Este nuevo avión, destinado al comando estratégico del

aire puede transportar indistintamente misiles nucleares, bombas convencionales o bombas nucleares.

El presupuesto de defensa aprobado para 1986, asciende a la suma de 333.700 millones de dólares, que financiarán 13 programas de alta investigación. Durante el presente año, Estados Unidos centrará sus investigaciones en las armas antisatélites y antimisiles intercontinentales.

Para el proyecto de Iniciativa de Defensa Estratégica (IDE), se han asignado 3.722 millones de dólares y las previsiones del Pentágono incluyen 5.000 millones más para 1987.

Los misiles "Trident II" y "Midgetman" del arsenal nuclear, son la segunda prioridad, de acuerdo a la signación presupuestaria. El misil nuclear "Trident II" con base en submarinos, sustituye al "Trident I" y tiene un presupuesto de 130 millones de dólares. Es de destacar que los submarinos norteamericanos que se encuentran en el Mediterráneo están equipados con dichos misiles los cuales podrían ser utilizados contra Libia.

El "Midgetman" forma parte de una nueva generación de misiles intercontinentales móviles, con un alcance de 10.000 kilómetros y tiene asignado un presupuesto de 110 millones de dólares. En el campo de la aviación, el Pentágono además del mencionado B-1B, comenzará la investigación de un avión carguero, el C-17, que sustituirá a los actuales Hércules.

Por su parte, la Armada se ha propuesto poseer 600 nuevos buques para 1989 y desarrollará un nuevo submarino de ataque atómico (SSN-21) con ultrasensibles sistemas de sensores y radares, un nuevo torpedo antisubmarino que puede ser lanzado desde barcos o aviones y nuevos diseños de cruceros y destructores.

El ejército por su parte, contará con la investigación de una nueva arma antitanque, nuevos misiles tierra-aire y estudios sobre rotores de helicópteros para modelos más pesados y más rápidos.

Especial consideración merece el sistema de satélites de comunicación y navegación interparlamentaria, que se ocuparán de vigilar en forma constante a todos los objetos que se encuentran en el espacio. Estos satélites, capaces de escapar a un ataque soviético, están previstos de dispositivos contra la radiación y los ataques de los rayos láser. Paralelamente, el Pentágono ha destinado 20 millones de dólares para la puesta en marcha en 1988, de un sistema de vigilancia denominado "Spacetrack". Este sistema consiste en una red de cinco instalaciones para observaciones del espacio, que brindará una cobertura global de todos los satélites del sistema interplanetario, durante las 24 horas del día. Las instalaciones estarán en Nuevo México, Hawai, Corea del Sur y la isla Diego García y consisten en juegos de video, cámara de T.V. y telescopios electrónicos de gran potencia. Los sistemas de satélites "Navstar" y "Milstar" bridarán información sobre ataques, blancos, navegación y comunicaciones bélicas a todas las ramas militares.

Actualmente las áreas geográficas de mayor atención militar de Estados Unidos, se encuentran en el Mediterráneo donde ha concentrado un importante poderío bélico y América Central y El Caribe. La concentración de elementos militares sobre el Mediterráneo, obedece a la nueva dimensión en la lucha contra las bases terroristas internacionales tales como Libia, Siria e Irán. En este aspecto, es de destacar la importancia que han cobrado las bases norteamericanas europeas, destacándose las ubicadas en Gran Bretaña e Italia. En el área del Caribe es destacable la culminación de las maniobras militares realizadas en la región con la participación de efectivos que participaron en la operación contra Granada.

IV.- CONCLUSIONES

La situación política interna de Estados Unidos, se caracteriza por una preponderancia sensible del Partido Republicano, dentro de las corrientes de opinión. Tanto la opinión pública como el Congreso de Estados Unidos, han sido receptivos de

de la "revolución conservadora" del Presidente Reagan e inclusive, algunos congresistas demócratas han mantenido posiciones conservadoras afines con los republicanos.

Esta tendencia no solamente se refleja en el panorama interno, sino que se traduce en un importante respaldo para la gestión presidencial en el campo de la política exterior. Se considera que por el momento, el presidente Reagan no tiene una oposición efectiva ya que los demócratas a pesar de ser mayoría en la Cámara de Diputados, no presentan un frente unificado y carecen por el momento de una conducción carismática.

Con el respaldo incondicional del frente interno, el Presidente Reagan encaró desde los primeros momentos de su mandato, una política altamente ideologizada, procurando revertir la imagen derrotista de Estados Unidos, heredada de la administración Carter. Con este propósito, el primer objetivo fue llevar al país a liderar al mundo occidental mediante la recuperación de la confianza de los aliados europeos que como reflejo de la política seguida por el ex presidente Carter, mantenían una política vacilante y a veces ambigua frente a la Unión Soviética.

La derogación de la enmienda Clark, tuvo consecuencias muy importantes para la política exterior de Estados Unidos ya que el país pudo salir de un período de diez años de política "no intervencionista", que fue totalmente negativa para sus intereses. El hecho de que el fundamento principal para derogar la enmienda Clark, haya sido el avance de los soviéticos en distintas regiones, evidencia que la política anticomunista del Presidente Reagan ha sido "asimilada" por el Congreso.

Dentro de este contexto, es importante destacar que el área de Centroamérica y el Caribe y la región del Mediterráneo se han convertido en los principales puntos de confrontación con el bloque oriental, evidenciándose un importante consenso de parte de los aliados occidentales.

En lo económico, si bien en los primeros cuatros años de gobierno se produjo un crecimiento global importante,

los niveles de desempleo y de inflación que fueron sensiblemente abatidos durante el primer período de gobierno, se mantienen sin mayores variantes. El déficit fiscal es el principal problema económico de la Administración, por lo que se han adoptado medidas para mejorar la situación.

En el aspecto militar, que está estrechamente vinculado a la política exterior, Estados Unidos ha logrado ventajas sobre la Unión Soviética en los sistemas de guía y navegación, sensores electroópticos, óptica en general, sensores de radar, materiales estructurales, sistemas de computación, control automatizado, propulsión aeroespacial y tecnología para la detección de submarinos.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
DEPARTAMENTO II
República O. del Uruguay

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Sr. Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA.
Copia 4 - Sr. Sub-Director de Armada del S.I.FF.AA.
Copia 5 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

G.C./s.d.s.

9005127

los niveles de desempleo y de inflación que fueron sensiblemente abatidos durante el primer período de gobierno, se mantienen sin mayores variantes. El déficit fiscal es el principal problema económico de la Administación, por lo que se han adoptado medidas para mejorar la situación.

En el aspecto militar, que está estrechamente vinculado a la política exterior, Estados Unidos ha logrado ventajas sobre la Unión Soviética en los sistemas de guía y navegación, sensores electroópticos, óptica en general, sensores de radar, materiales estructurales, sistemas de computación, control automatizado, propulsión aeroespacial y tecnología para la detección de submarinos.

El Sub-Director de la Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Coronel (Av.)
Roberto C. Leira

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE - SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA. - SUB DIRECTOR - República O. del Uruguay

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - A-2
Copia 2 - E-2
Copia 3 - C-2
Copia 4 - N-2

G.C./s.d.s.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 17 de junio de 1986.-

M E M O R A N D U M Nº 023/86

PANORAMA ACTUAL DE PERU

A través de entrevistas mantenidas con enlaces de otros Servicios, se ha podido conformar un panorama actual de la situación que se vive en Perú.

De esta entrevista los puntos más destacables son los siguientes:

I.- A nivel de los Servicios de Inteligencia americanos se estaría manejando la posibilidad, a mediano plazo, de apoyar un golpe de Estado contra el Presidente Alán García.

II.- Se está tratando de conseguir líderes civiles que lo den, apoyados por militares, sector este último donde ya existirían condiciones favorables.

III.- El Departamento de Estado norteamericano se encuentra claramente preocupado por la orientación marxista y la dependencia de Rusia, que Alán García ha impulsado a su gobierno.

IV.- La fuerza política más indicada para apoyar un golpe sería la Acción Popular (A.P.), partido de Belaúnde Terry, vinculado a Estados Unidos.

V.- Dentro del sector militar habría 3 líneas:

A.- Mandos superiores, en general alineados con el gobierno por conveniencia personal.

B.- A nivel medio y de Oficiales Superiores nuevos hay consenso anti-marxista y es ese sector el que apoyaría un golpe de Estado.

C.- A nivel subalterno se ha detectado una clara tendencia izquierdista.

VI.- La tendencia de la política económica de Alán García es recortar el presupuesto militar a favor de un aumento de efectivos y recursos para la policía.

VII.- Existe a nivel de Oficiales Generales y Superiores, gran preocupación por la seguridad física y la integridad personal, ya que han

9005128

aumentado los atentados selectivos contra los militares.

VIII.- En la región amazónica (región de Iquitos) existen indicios de funcionamiento de unidades guerrilleras similares al Batallón América.

IX.- Actualmente, Lima está rodeada de cantegriles y proliferan en la ciudad los vendedores ambulantes, lo que está demostrando la precaria situación económica que están pasando ciertos sectores de la población, asemejándose este panorama a Santiago de Chile durante la época del gobierno de Salvador Allende.-

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE · SERVICIO DE INFORMACION DE DEFENSA · JEFE DEPARTAMENTO II · República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Chel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de la Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

c.c.m

SECRETO

aumentado los atentados selectivos contra los militares.

VIII.- En la región amazónica (región de Iquitos) existen indicios de funcionamiento de unidades guerrilleras similares al Batallón América.

IX.- Actualmente, Lima está rodeada de cantegriles y proliferan en la ciudad los vendedores ambulantes, lo que está demostrando la precaria situación económica que están pasando ciertos sectores de la población, asemejándose este panorama a Santiago de Chile durante la época del gobierno de Salvador Allende.-

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel.(Av.)

Roberto C. Leira

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE - SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA. - SUB DIRECTOR - República O. del Uruguay

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Jefe del A-2

Copia Nº 2 - Sr. Jefe del E-2

Copia Nº 3 - Sr. Jefe del C-2

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del N-2

c.c.m.

SECRETO

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 024/86

GRUPO DE CONTADORA.

Montevideo, 23 de junio de 1986.-

SECRETO

9005129

C 1 - 0

Montevideo, 23 de junio de 1986.-

GRUPO DE CONTADORA

- El Grupo de Contadora fue constituído durante los días 8 y 9 de enero de 1983 en la ciudad de Panamá, por iniciativa de los Presidentes de Colombia, Belisario Betancur; de México, Miguel de la Madrid, y los entonces mandatarios de Venezuela, Luis Herrera Campins y de Costa Rica, Luis Alberto Monge.
- Dicho Grupo declaró su propósito de "cumplir una función diplomática, orientada a buscar por la vía política, la solución de la problemática de América Central, contando para ello con la colaboración de las partes involucradas para propiciar el diálogo, el entendimiento y en general la instrumentación de mecanismos políticos que, con el concurso de los estados interesados, puedan asegurar el cumplimiento cabal de sus objetivos".
- Durante el año 1983, se llevaron a cabo distintas reuniones del Grupo de Contadora, siendo la más importante de ese primer período la desarrollada el día 9 de setiembre del mencionado año, durante la cual los Cancilleres del Grupo de Contadora y sus pares de los países centroamericanos, acordaron el texto del Documento de Objetivos que constituye hasta ese momento el documento más importante aprobado por los mediadores.
- La última instancia del año 1983 la constituyó el encuentro llevado a cabo en Panamá durante los días 1 y 2 de diciembre. En esta oportunidad, se integró un Comité Técnico con representantes del Grupo de Contadora y del resto de naciones centroamericanas. Por otra parte, en dicha reunión se resolvió también la formación de Comisiones de Asuntos Políticos, Asuntos Militares, y de Asuntos Sociales y Económicos. No obstante, lo más significativo de esta reunión, fue que por primera vez se evidencia una notoria diferencia de conceptos entre los representantes de Nicaragua y El Salvador, lo que derivará en la

formación de un bloque de países compuesto por Honduras, Guatemala, Costa Rica y El Salvador, con intereses contrapuestos a los de Nicaragua. Este hecho es de suma importancia, ya que estas diferencias marcarán el tono de todas las instancias posteriores.

- Durante 1984, la primera reunión del año se llevó a cabo el día 7 de enero y en la misma se plantearon en forma intensa los enfrentamientos verbales entre Nicaragua, por un lado, y Honduras, El Salvador, Guatemala y Costa Rica, por el otro.
- La reunión llevada a cabo en Panamá el día 30 de abril de 1984 es de vital importancia dentro del proceso de Contadora, ya que durante la misma, se aprobó el "Acta de Contadora para la Paz y la Cooperación Centroamericana". El Acta de Contadora fue presentada a los mandatarios de Centroamérica durante los días 9 y 10 de junio de 1984.
- La versión original del Acta de Contadora fue modificada por el Grupo, en una reunión realizada el 7 de setiembre de 1984, donde se efectuaron algunas modificaciones que fueron dadas a conocer a los Cancilleres de Honduras, El Salvador, Costa Rica, Guatemala y Nicaragua. Honduras, Costa Rica y El Salvador presentaron observaciones a las modificiaciones de la propuesta original realizadas por Contadora.
- Durante 1985, una de las instancias más importantes de ese año, se llevó a cabo en la ciudad de Panamá el día 12 de abril. En esta oportunidad, se aprobó la integración de una "Comisión Permanente de Verificación y Control" con poderes absolutos. Se acordó que la referida Comisión se integraría con 5 representantes centroamericanos (uno por país) y 4 delegados de países que no integren el Grupo de Contadora, acordándose que 2 de éstos fueron Canadá y España. Finalmente, no se concretó la integración de la referida Comisión Permanente.
- Después de haber quedado sin efecto algunas reuniones previstas por falta de consenso sobre la agenda a discutir, se llega a la importante instancia del 23 de agosto de 1985, donde se reúnen en Cartagena por primera vez, los Cancilleres de los países integrantes del Grupo de Contadora, conjuntamente con los Cancilleres de los países que conforman el llamado "Grupo de Apoyo", es decir Argentina, Brasil, Perú y Uruguay.

- En la reunión realizada el 12 de setiembre del mismo año, nuevamente se introducen algunos cambios a la propuesta de Contadora, siendo ésta la tercera versión del Acta de Paz y Cooperación. Por otra parte, se fija la fecha del 20 de noviembre para la firma del Acta, lo que finalmente no se concreta. Ya el 5 de noviembre, el Gobierno de Nicaragua había anunciado su desacuerdo con el Acta de Contadora, subrayando su discrepancia en lo referente al tema de Control y Reducción de armamentos.
- A esta altura de las negociaciones ya se evidencian las dificultades para lograr consenso acerca de los siguientes puntos: Control y Reducción de Armamentos, Mecanismos de Ejecución y Seguimiento en Materia de Seguridad y Política y Maniobras Militares.
- En el mes de enero de 1986 en Punta del Este, se toma la iniciativa de formar una comisión de carácter civil que controle la frontera entre Honduras y Nicaragua, a los efectos de evitar los contínuos enfrentamientos militares entre ambos países. Esta medida podría significar un importante aporte para las gestiones de Contadora. No obstante, dicha comisión no ha sido integrada.
- Finalmente, en una reunión llevada a cabo en Panamá el día 5 de abril del presente año, los Cancilleres de Contadora acordaron la fecha del 6 de junio para que los países centroamericanos firmaran el Acta de Paz y Cooperación.
- Posteriormente a la fijación de la fecha para la firma del Acta, tanto los Cancilleres de Contadora como los del Grupo de Apoyo, mantuvieron contactos permanentes con los países de la región centroamericana, a los efectos de ultimar los detalles de la firma del Acta de Paz.
- La reunión de presidentes centroamericanos, efectuada en Esquipulas (Guatemala), los días 24 y 25 de mayo, donde estuvo ausente el mandatario panameño, se inscribió dentro de la problemática general de la región, procurándose encontrar el consenso necesario para la firma del Acta, lo que a esta altura ya se vislumbraba como poco factible. Si bien al cabo de la Cumbre de Esquipulas se emitió una declaración conjunta firmada por los mandatarios participantes, el evento no sirvió para que se produjeran avances significativos en las negociaciones acerca de Contadora, manteniéndose en todos sus términos las diferencias de enfoque entre Nicaragua y los demás países del área, fundamentalmen-

te en lo referente al problema de los efectivos militares y armamentos.

- Posteriormente, se inició en Panamá un nuevo encuentro prepatorio entre los representantes de Contadora y el Grupo de Apoyo, el cual fue suspendido por cuanto algunas delegaciones explicaron que tenían que "efectuar consultas" a sus respectivos gobiernos.
- Finalmente, se llega a la fecha prevista para la firma del Acta de Paz y Cooperación (6 de abril) y en la reunión de Panamá entre los Cancilleres de Contadora, del Grupo de Apoyo y de los cinco países centroamericanos, no se efectúa la firma del Acta de Paz, persistiendo las diferencias que han caracterizado todo el proceso negociador. Esta nueva reunión de Panamá tuvo más bien un carácter protocolar, sirviendo para que el Grupo de Contadora y el Grupo de Apoyo entregaran a los Cancilleres de los países centroamericanos una nueva versión (la cuarta) del proyecto de pacificación.
- La nueva propuesta de Contadora insiste en que es imperativo que los países centroamericanos acepten tres órdenes fundamentales de compromiso:

  I.- "Que no se permita la utilización del territorio nacional para que desde él se agreda a otro país, o que se dé apoyo militar o logístico a fuerzas irregulares o grupos subversivos".

  II.- "Ningún país debe constituirse en miembros de alianzas militares o políticas que amenacen directa o indirectamente la paz y la seguridad en la región, insertándola en el conflicto Este-Oeste."

  III.- "Que ninguna potencia apoye militar o logísticamente a las fuerzas irregulares o grupos subversivos que actúan o .puedan actuar en los países de la región, o utilice o amenace con utilizar la fuerza como medio para derrocar a un gobierno del área".
- El nuevo proyecto de Contadora prevé la regulación de las maniobras militares en forma provisional, eliminándolas totalmente cuando los países lleguen a los topes de armamentos fijados previamente. Sobre los límites de posesión de material bélico, se promueve un congelamiento en la compra de armas apenas se suscriba el Tratado y una reducción progresiva hasta alcanzar los topes marcados cuando el Acta sea ratificada por los parlamentos de cada país. Esto último es importante ya que la fórmula presentada por Contadora contemplaría

los puntos de vista de los gobiernos centroamericanos. Otro hecho destacable es que en esta oportunidad no se determinó una fecha límite para la firma del Acta de Contadora. Por otra parte, Contadora dejó en manos de los "propios protagonistas", es decir los países centroamericanos, la responsabilidad de concluir las negociaciones.

CONCLUSIONES:

- El Grupo de Contadora, si bien se fundó bajo el auspicio de prestigiosas figuras del ambiente político latinoamericano, enfrentó desde el comienzo problemas de forma y de fondo, que condicionaron su funcionamiento.

- A pesar de que tanto los cancilleres del Grupo como los representantes de países centroamericanos han procurado aislar la problemática de Centroamérica, del enfrentamiento Este-Oeste, la realidad indica que el conflicto no se puede sacar del contexto general de la pugna de las superpotencias por la primacía en las "áreas de influencia".

- Inclusive dentro de las prioridades de las diferentes instancias de diálogo que propuso Contadora, se incluye en el punto 4 "conversaciones entre Estados Unidos y la Unión Soviética", con lo que se admite la injerencia de estos países en la problemática centroamericana.

- La instancia de Contadora surge en el momento en que la crisis centroamericana se agudiza como consecuencia de los enfrentamientos entre países del área, por lo que paralelamente a los esfuerzos de paz, aumentan los focos de tensión. La guerrilla opositora a los gobiernos de El Salvador y Nicaragua, es el punto donde se insertan con cierta evidencia los apoyos externos; esto es un ampliado escenario en el que se confrontan asesores soviéticos, cubanos, búlgaros, y vietnamitas con norteamericanos, israelíes y anticastristas en general, vinculados o no con sus respectivos gobiernos.

- Desde el comienzo de las negociaciones, se evidenciaron profundas diferencias de enfoque entre Nicaragua por un lado, y El Salvador, Honduras, Guatemala y Costa Rica, por otro. El principal obstáculo es la dificultad de converge en un acuerdo multilateral sobre reducción de la carrera armamentista, eliminación

de las maniobras militares y establecimiento de mecanismos de control y verificación internacional sobre cuestiones militares.

- La dinámica de los recientes acontecimientos dentro de los cuales se destaca la posición de Nicaragua de no aceptar el Acta de Contadora, parecen limitar en forma notoria las posibilidades del Grupo mediador.

- En lo referente a la posición asumida por los países integrantes del Grupo (Colombia, Panamá, Venezuela y México), existen diferencias de intereses y estrategias entre los mismos.

- La posición de México ha sido la que ha marcado la mayor diferencia con respecto al punto de vista de Estados Unidos. Inclusive algunos países como Honduras han acusado al gobierno azteca de favorecer a los sandinistas dentro del Grupo.Sin embargo, desde el año pasado, con la asunción del actual mandatario, Miguel de la Madrid, la actitud del Gobierno mexicano parece haber variado. Por ejemplo, México no vendió a Nicaragua petróleo en condiciones favorables como lo había hecho anteriormente. Además, De la Madrid no se ha mostrado proclive a mantener reuniones periódicas con Fidel Castro, como acostumbraba hacerlo el ex-mandatario José López Portillo.

- Venezuela es el país de Contadora cuya posición ha sido más diferente a la de México y más cercana a la de los Estados Unidos. Por ejemplo, Venezuela considera que un gobierno democrático no podría mantenerse en El Salvador, si la guerrilla permanece fuera de control y ha mantenido una política cautelosa en relación a Cuba, por el apoyo que este país brindó a la guerrilla venezolana. Por otra parte, cuando los sandinistas estrecharon lazos con Cuba y con la Unión Soviética, Venezuela se tornó más abiertamente crítica hacia el régimen de Nicaragua y puso término a los embarques de petróleo subsidiado a Managua. La principal diferencia entre Venezuela y México es que el Gobierno de Venezuela parece más dispuesto que México, a cooperar en términos de seguridad militar con Estados Unidos y pone más énfasis en la necesidad de democratizar el régimen sandinista.

- El país cuya actitud y comportamiento se modificó más sustancialmente con el cambio de gobierno, es Colombia.

Durante el gobierno del ex-Presidente Julio César Turbay Ayala, Colombia apoyó la política de Estados Unidos para América Central. Su sucesor, Belisario Betancur, se distanció,en parte, de la estrategia del Presidente Reagan, lo que determinó una modificación de la actitud del gobierno colombiano hacia la problemática centroamericana, procurando una presencia más activa y no asumiendo una actitud crítica hacia el régimen sandinista. Esta actitud no estaria desvinculada con el enfoque dialoguista de Belisario Betancur en relación a la guerrilla colombiana.

- La posición de Panamá, por su parte, ha sido flexible y pragmática y se ha mantenido dentro de cierta discreción. Sin embargo, los recientes cambios políticos que se han llevado a cabo en el país podrían determinar que las autoridades panameñas asuman una actitud de mayor protagonismo dentro del Grupo. Es factible también que Panamá adopte una posición de mayor acercamiento hacia Nicaragua.

- En síntesis, la multiplicidad de factores que inciden en la problemática centroamericana, los encontrados intereses de los países involucrados, la influencia de factores extraregionales, los diferentes puntos de vista de los países mediadores y las actitudes de intransigencia del régimen de Nicaragua, son elementos que tornan muy complicado el proceso de pacificación de la región, por lo que se considera que el Grupo de Contadora a esta altura no tiene posibilidades de concretar su gestión de pacificación. El hecho de no haber fijado un nuevo plazo para la firma del Acta de Paz y Cooperación y la circunstancia de deslindar responsabilidades, transfiriendo a los países del área centroamericana la tarea de encontrar una solución definitiva a la problemática de la región, significa un reconocimiento tácito del fracaso del Grupo de Contadora, no descartándose la posibilidad de que algunos países integrantes del mismo, lo abandonen a breve plazo.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
DEPARTAMENTO II
República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

c.c.m.

SC05129

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 025/86

ACTITUDES POLITICAS DEL GOBIERNO ARGENTINO.- 10033
11164
11302

Montevideo, 16 de julio de 1986.-

S E C R E T O

9005130

01-04

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 16 de julio de 1986.-

ACTITUDES POLITICAS DEL GOBIERNO ARGENTINO.

Por considerarlo de interés, se estima necesario efectuar ciertas puntualizaciones respecto a la conducta política a nivel internacional que ha llevado a cabo la República Argentina en los últimos tiempos.

A esos efectos, tomaremos en cuenta los siguientes puntos:

I.- Conferencia rusa llevada a cabo en Buenos Aires.

Con respecto a este hecho, podemos consider sin lugar a equivocarnos, que la conferencia llevada a cabo por el Embajador y el Agregado Militar rusos, referente a las posibilidades de contaminación de las aguas que circundan las Islas Malvinas, como consecuencia de las bombas nucleares de los barcos hundidos en esa zona durante el conflicto argentino-británico, sería una intromisión en los asuntos internos del país, agravado porel hecho de que el gobierno argentino no haya emitido ninguna declaración condenatoria ante las palabras de los diplomáticos rusos.

II.- Convenio de pesca firmado entre Argentina y Rusia.

Como es de conocimiento público, los gobiernos de Rusia y Argentina han firmado un convenio de pesca para que los barcos soviéticos operen en la zona de las Malvinas, teniendo el gobierno argentino intenciones de ampliar estos acuerdos con otros países del bloque oriental.

El hecho concreto anteriormente mencionado podría llevar a efectuar ciertas consideraciones, a saber:

A.- El gobierno argentino otorga al gobierno ruso permiso de pesca dentro de las 200 millas de aguas territoriales que según la tesis sustentada por ese país le corresponde, lo que implicaría de hecho que los pesqueros soviéticos operen dentro de la zona de exclusión decretada por los británicos alrededor de las Islas Malvinas, cosa que de hecho el gobierno británico está permitiendo, a excepcion de los barcos argentinos.

B.- La presencia alrededor de las Islas Malvinas por parte de pesqueros de la órbita oriental, sin duda, conlleva al gobierno británico a efectivizar un control minucioso de los buques que

operan dentro de la región; a un desgaste diario de los efectivos acantonados en dichas islas, como así también a un mayor flujo de recursos económicos para mantener la vigilancia correspondiente. Podría darse el caso, incluso, de pequeños roces entre las fuerzas británicas y los buques que operan en su área de influencia.

C.- Este acuerdo firmado con Rusia y los posteriores anunciados que se firmarán, pueden estar enmarcados también, dentro de una política internacional largoplacista para lograr con el respaldo de estos países, cuando se plantée en los foros internacionales los reclamos argentinos sobre las islas, el suficiente consenso que reivindique sus reclamaciones.

III.- Actitud del gobierno argentino frente a Sudáfrica.

Si bien los hechos que se tratarán en este punto sucedieron en períodos diferentes, también es cierto que por conductas políticas coherentes, no importando en demasía el tipo de gobierno que tenga a cargo la conducción de los países, debe haber una continuidad en la proyección internacional de las relaciones con otros países, salvo pequeños ajustes que el gobierno, de momento, entienda conveniente realizar.

Con respecto a Sudáfrica, debemos tener en cuenta que durante el conflicto de las Malvinas este país, a pesar de las presiones de Gran Bretaña, apoyó a la Argentina negando a los ingleses su territorio como base para alcanzar el archipiélago austral, motivando con ello serios inconvenientes a las tropas británicas.

Dentro de este punto, debemos tener en cuenta muy especialmente, que la acción de la recuperación de las Islas Malvinas caló muy hondo en el ser nacional argentino conformando un bloque monolítico por encima de las grandes discrepancias que había con el gobierno de facto.

A dos años y medio del cambio de gobierno en la Argentina y ante la cerrada ofensiva internacional que viene soportando el gobierno sudafricano, que cada día se encuentra más aislado y presionado a nivel internacional, el actual gobierno argentino le quita su apoyo condenando públicamente la gestión de ese gobierno, que en su momento hizo suyas las reivindicaciones argentinas, dejando en claro con esta actitud una incoherencia manifiesta de su conducta y

su posición política oportunista ante hechos coyunturales que se dan en el panorama internacional.

Los puntos I y II dejarían entrever una cierta dependencia o inclinación de las autoridades argentinas a estrechar sus relaciones con los países del bloque oriental.-

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel. (Av.) Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Jefe del A-2

Copia Nº 2 - Sr. Jefe del E-2

Copia Nº 3 - Sr. Jefe del C-2

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del N-2

c.c.m.

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 026

1163
1116
1302

SUDAN: ESTABLECIMIENTO DEL GOBIERNO CIVIL

Montevideo, 22 de julio de 1986.-

P.K.

9005131 4

S E C R E T O

01-0

SUDAN: ESTABLECIMIENTO DEL GOBIERNO CIVIL

INTRODUCCION

El día 6 de mayo del corriente año, concluyó la última etapa del proceso de transferencia del Gobierno, el cual pasó de manos del Ejército a la órbita civil. El Consejo Militar Provisional, que depuso al Presidente Numeiri en 1985, cumplió así su promesa de disolverse luego de un período de un año, trás dejar la responsabilidad de conducir el país a los civiles. Es entonces que en ese momento, la Asamblea Constituyente (Parlamento), elegida en comicios libres y democráticos celebrados el 1º de abril, designó a los miembros del Consejo de la Soberanía y al Primer Ministro, el cual inmediatamente comenzó la tarea de formar el Gabinete ministerial.

El nuevo Gobierno está constituído por una coalición, integrada por dos agrupaciones de tendencia centrista, consideradas como las más importantes del país: el Partido de la Nación (UMMA) y el Partido de Unión Democrática y en menor cantidad, por elementos sureños moderados. No están representadas en la nueva Administración ninguna de las organizaciones auspiciadas por Libia, así como tampoco la Hermandad Musulmana, los comunistas del Baat ni los rebeldes del sur.

El hecho en si de que los militares hayan renunciado al poder, permitiendo el establecimiento de un régimen civil multipartidario, constituye en cierta forma un evento insólito. A continuación, se tratará de describir precisamente como se llevó a cabo este proceso, así como se intentará interpretar el significado de este paso y de prever cuales serán sin duda los problemas que deberán enfrentar las nuevas autoridades.

SITUACION POLITICA INTERNA

Las elecciones generales a las que se hace mención al comenzar este trabajo, se realizaron para cubrir 264 de las 301 bancas de la Asamblea Constituyente, para las 37 correspondientes a la re-

gión del sur no se eligieron representantes.

Del resultado de las elecciones puede establecerse lo siguiente:

1º) Ningún partido obtuvo mayoría parlamentaria por separado. Para lograrla tuvieron que juntarse las 99 bancas obtenidas por el UMMA, apoyado por la secta Ansar y las 63 logradas por la Unión Democrática, respaldada por la secta Khatmía.

2º) El Frente Islámico Nacional, que representa a la extrema derecha religiosa, consiguió 51 bancas.

3º) Las agrupaciones moderadas del sur obtuvieron 27 bancas.

4º) El Partido Nacional Sudanés logró 8 escaños.

5º) El Partido Comunista Sudanés consiguió 4, no alcanzando los partidos de izquierda restantes, el porcentaje mínimo de votos como para estar representados en el Parlamento.

6º) Otras agrupaciones menores obtuvieron 6 bancas.

El Gobierno de coalición está encabezado por el UMMA, cuyo líder, Sadek El-Mahdi, fue elegido Primer Ministro. Asimismo fueron designados los cinco miembros del denominado "Consejo de la Soberanía", que es la máxima autoridad constitucional y que representa al Comando Supremo de las Fuerzas Armadas. Dos integrantes del mencionado Consejo pertenecen al Partido de Unión Democrática, otros dos al UMMA y el restante a los sectores moderados del sur.

Todos los miembros del Consejo Provisional, con excepción de tres, pasaron a retiro. Los que seguirán desempeñando cargos clave en el Ejército son: Hadj Eldin Abdallah Feisal (Comandante General del Ejército), Tufik Khalil (Jefe del Estado Mayor) y Fedhallah Burma Naser (Jefe de Suministros). Entre los que se han retirado figura el ex-Ministro de Defensa, Osman Abdallah, pro-libio y al cual se le comprobaron además sus vinculaciones con dicho país.

Hasta último momento se desconocía si el Consejo Provisional estaba dispuesto a ceder el poder. Contribuía a crear este clima de incertidumbre el hecho de que algunos de sus miembros, se mostraban poco dispuestos a renunciar al Gobierno. Aparentemente los factores que incidieron para que por fin se concretara la transmisión de man-

do fueron los siguientes:

1º) El triunfo de los dos partidos centristas en las elecciones y el hecho de que lograran llegar a un acuerdo sobre la creación de un Gobierno de coalición. Desde el punto de vista del Consejo Provisional esto significa buenas perspectivas para el establecimiento de un régimen responsable y relativamente estable, que represente a los intereses y opiniones de las tendencias del centro político del país, de las cuales proviene también la mayoría de los integrantes del Consejo.

2º) El hecho de que en el seno del Ejército no hubo manifestaciones de oposición de verdadero peso contra la instalación de nuevas autoridades.

3º) Una calma parcial en la situación interna de la nación. En el norte, los comicios se llevaron a cabo en un ambiente relativamente tranquilo. En el sur, fue detenida una ofensiva de organizaciones rebeldes.

LOS DESAFIOS QUE DEBERA ENFRENTAR EL NUEVO REGIMEN

Si bien el fenómeno de transmisión del mando del Ejército a civiles no es un hecho usual, se destaca que en Sudán ya hay antecedentes al respecto. Precisamente en el año 1964, el Gobierno fue derrocado por los militares, al no poder solucionar luego de cinco años, los problemas básicos de la nación, tomando entonces las riendas del país el Presidente Numeiri.

Coincidentemente, el régimen actual también se enfrenta a graves amenazas tanto internas como exteriores. Teniendo en cuenta este hecho se estima que sus perspectivas de supervivencia aumentarán en la medida en que logre reforzar y ampliar su base política, se asegure el contínuo apoyo del Ejército, progrese en la atención de los problemas económicos y sepa conservar libertad de maniobra frente a presiones foráneas.

REFUERZO Y AMPLIACION DE LA BASE POLITICA

Como lo señalaramos anteriormente, el actual Gobierno de coa-

lición se basa en dos partidos tradicionales, los cuales, obligados por las circunstancias, se vieron forzados hoy día a colaborar entre sí. Mientras dure esta cooperación existen posibilidades de que todo pueda salir bien, pero no hay que olvidar que, entre las dos agrupaciones, existe una rivalidad histórica. Se suma a esto el hecho de que el marco actual de la coalición es aún endeble, que la misma se apoya solamente en una parte de las fuerzas políticas del país y de que todavía sus integrantes no se han puesto de acuerdo respecto a cuestiones fundamentales. Asimismo debe tenerse en cuenta que quedaron fuera del Parlamento prácticamente todos los representantes de la izquierda, vinculados estrechamente con los sindicatos, lo que sumado a los factores mencionados anteriormente, puede atentar contra el afianzamiento del nuevo régimen, a través de huelgas, manifestaciones y algún otro tipo de movilización.

EL EJERCITO

El apoyo del mismo al Gobierno, constituye un punto clave para la estabilidad del país. Cabe suponer que, cuanto más se afiancen las autoridades y se esfuercen por plasmar una política tendiente a mantener el orden interno, tanto mayores serán las perspectivas de que logren el respaldo militar que necesitan. Por el contrario si el régimen demuestra debilidad, podría volverse a la situación anterior, cuando los mandos castrenses regían los destinos de la nación.

LA REBELION EN EL SUR

Este tipo de continua lucha interna desgasta al Ejército, merma los recursos económicos del país, reducidos ya de por si y agobia al actual régimen imperante . En la rebelión sureña tiene relevante participación el Movimiento Popular para la Liberación de Sudán, cuyo líder, John Garang, lucha por un cambio en busca del "beneficio popular". Si el mencionado jefe extremista no desiste en sus exigencias, las perspectivas de un arreglo con el serán escasas y en el caso de que el régimen tratara de contemporizar, si bien esa posición podría sig-

nificarle un eventual apoyo de la izquierda y de los sindicatos, también podría traerle aparejado la oposición de la Hermandad Musulmana y de sectores del Ejército.

LA SITUACION ECONOMICA

La severa crisis por la que atraviesa la nación, se agravó aún más, cuando recientemente el Fondo Monetario Internacional, así como el Gobierno de Estados Unidos, decidieron suspender su ayuda a Sudán, por incumplimiento de sus deudas. Quizás si el Gobierno tratara de intensificar una política de contención económica, como lo exige el FMI, tendría como resultado una violenta reacción de los sindicatos y del pueblo en general. En este aspecto debe recordarse que el levantamiento popular contra Numeiri, se inició luego de que fueran impuestas medidas económicas de este tipo a la población.

RELACIONES EXTERIORES

La necesidad que tiene Sudán de recibir ayuda exterior, tanto económica como militar,es muy grande. Tratando de obtener esa ayuda, el régimen militar saliente había desarrollado una mayor apertura y un mayor equilibrio en sus relaciones con el exterior, de las que existían en las épocas de Numeiri. En los dos últimos meses, el régimen se vio obligado a recurrir cada vez más a la ayuda militar libia para detener el avance rebelde en el sur, situación que fue aprovechada por Trípoli para intensificar su intervención en Sudán. Paralelamente, en ese período se observó un notorio enfriamiento en las relaciones con Estados Unidos y en cierta medida con Egipto.

Desde el punto de vista histórico, el Partido de Unión Democrática y la secta Khatmía que se encuentra detrás del mismo, se han caracterizado generalmente por mantener una orientación pro-egipcia muy estrecha, en tanto que el UMMA puso especial énfasis en la independencia absoluta de Sudán.

Se estima que la política exterior del nuevo régimen se verá profundamente influenciada por la necesidad de obtener ayuda en el exterior y que para esto tratará de encontrar un justo equilibrio: Es-

tados Unidos, Arabia Saudita y Egipto por un lado y Libia y quizás la Unión Soviética por el otro. El mismo Sadek El-Mahdi, actual Primer Ministro, no es más que un nacionalista sudanés de concepciones conservadoras y recientemente ha declarado más de una vez que procurará desarrollar una política no alineada, tanto en el escenario árabe como en el internacional. No obstante, cuando se encontraba en la oposición, en épocas de Numeiri, había cultivado buenas relaciones con Libia y no se descarta que vuelva a dirigirse a dicho país, si el mismo puede porporcionarle la ayuda esperada.

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Coronel (Av.)
Roberto C. Leira

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - A-2
Copia 2 - E-2
Copia 3 - C-2
Copia 4 - N-2

P.K.

07

tados Unidos, Arabia Saudita y Egipto por un lado y Libia y quizás la Unión Soviética por el otro. El mismo Sadek El-Mahdi, actual Primer Ministro, no es más que un nacionalista sudanés de concepciones conservadoras y recientemente ha declarado más de una vez que procurará desarrollar una política no alineada, tanto en el escenario árabe como en el internacional. No obstante, cuando se encontraba en la oposición, en épocas de Numeiri, había cultivado buenas relaciones con Libia y no se descarta que vuelva a dirigirse a dicho país, si el mismo puede proporcionarle la ayuda esperada.

El Jefe del Dpto. III (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Sr. Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA.
Copia 4 - Sr. Sub-Director de Armada del S.I.FF.AA.
Copia 5 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

P.K.

tados Unidos, Arabia Saudita y Egipto por un lado y Libia y quizás la Unión Soviética por el otro. El mismo Sadek El-Mahdi, actual Primer Ministro, no es más que un nacionalista sudanés de concepciones conservadoras y recientemente ha declarado más de una vez que procurará desarrollar una política no alineada, tanto en el escenario árabe como en el internacional. No obstante, cuando se encontraba en la oposición, en épocas de Numeiri, había cultivado buenas relaciones con Libia y no se descarta que vuelva a dirigirse a dicho país, si el mismo puede proporcionarle la ayuda esperada.

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Sr. Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA.
Copia 4 - Sr. Sub-Director de Armada del S.I.FF.AA.
Copia 5 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

P.K.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 027/86.-

EXPRESIONES FORMULADAS POR EL PRESIDENTE ALAN GARCIA A LA REVISTA

"NEWSWEEK" DE FECHA 21/VII/86.-

Montevideo, 28 de julio de 1986.-

9005132

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 28 de julio de 1986.-

EXPRESIONES FORMULADAS POR EL PRESIDENTE ALAN GARCIA A LA REVISTA "NEWSWEEK" DE FECHA 21/VII/86.-

El Presidente peruano, Alan García, en una entrevista concedida a la revista norteamericana "Newssweek", habría expresado los siguientes conceptos:

Ante la pregunta de "Newsweek": "Luego de un exitoso primer año de gobierno, ¿cómo ve su fuerza después de esta reciente crisis?", Alan García contestó:

- "Nada ha cambiado mis relaciones con la gente; graves incidentes ocurren siempre en regímenes democráticos, pero en la medida que un gobierno pueda superarlos, imponer sanciones y prevenirlos en el futuro, la democracia no se verá amenazada".

A continuación "Newsweek" preguntó: "¿Cómo es su relación con los militares? y Alan García contestó: - "Debo declarar enfáticamente que en Perú hay un sólo gobierno y un sólo poder, que es el sentir del pueblo. Estoy convencido que nuestra relación institucional con los militares es la misma que al comenzar mi mandato. No hay peligro de golpe".

Más adelante, el entrevistador de "Newsweek" expresó: "Pero las relaciones se atirantaron cuando usted amenazó perseguir los responsables de las ejecuciones en la prisión. ¿No aducen que actuaron bajo sus órdenes especificas?, ante lo cual A. García contestó:

- "El gobierno decidió actuar rápida y enérgicamente para poner fin a una situación anómala. Los prisioneros regían las cárceles desde adentro y hacían mofa de las leyes y del estado democrático. Cuando la actitud de los militares se tornó un crimen reprobable, yo, el Presidente, fui el primero en denunciarlo".

Otra pregunta de "Newsweek" fue la siguiente: "¿Cree que fue una sabia decisión acusar a los militares en primer término?". A la misma el Presidente García contestó:

- "Una democracia puede usar todos los instrumentos a su disposición sin que se vea atrapada por ellos. Si somos un gobierno débil, recha-

9005132

zado por el pueblo y capturado por el Fondo Monetario Internacional, debemos refugiarnos detrás de las armas".

Ante la interrogación del entrevistador: "Usted se identifica como un revolucionario. ¿Pensó alguna vez en unirse a un movimiento guerrillero?, Alan García contestó:

"Pertenezco a una generación intermedia entre clase media, intelectuales, románticos, revolucionarios, posteriores al "Che" (E. Guevara) y la generación de "Sendero Luminoso. Siento simpatía hacia el "Che". Entiendo profundamente a aquellos que dan su vida por una causa. Pero lo que no entiendo es la violencia de aquellos que sacrifican a otros por una causa que no se han molestado en explicar. "Sendero Luminoso" es una anárquica y cruel explosión. Soy fervientemente anti-Sendero Luminoso".

A continuación "Newsweek" preguntó:"Luego de lo que pasó, ¿planea endurecer su política contra "Sendero Luminoso"?, a lo cual el Presidente Garcia contestó:

"Insistiremos siempre que la democracia se basa en el respeto de la ley. Esto impacienta a muchos. Dicen que no hemos buscado puerta a puerta en Lima, o hemos ordenado operativos de búsqueda y destrucción en el campo. Por ejemplo: he denegado requerimientos de la Policía para tomar la Universidad, sabiendo que muchos de sus dormitorios son usados por "Sendero Luminoso". Puede ser un acto inocente de política, pero no lo he autorizado porque ello llevaría a una confrontación y se perderían vidas. Y el gobierno de Alan García sería acusado de asesinar estudiantes.

Ante esta respuesta, "Newsweek" preguntó:"¿Y esto no hace pensar a la Policía que usted lo encubre?"

Alan García contestó a esto: "Seguramente si, pero yo soy el que ganó las elecciones".-

El Jefe del Departamento II(Exte

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

N,C,
c.c.m.

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

9005132

su posición política oportunista ante hechos coyunturales que se dan en el panorama internacional.

Los puntos I y II dejarían entrever una cierta dependencia o inclinación de las autoridades argentinas a estrechar sus relaciones con los países del bloque oriental.-

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE DEPARTAMENTO I República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

c.c.m.

9005132

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM N°029/86

SUDAFRICA: EL "APARTHEID" Y SUS CONSECUENCIAS A NIVEL INTERNO E INTERNACIONAL

Montevideo, 30 de julio de 1986.-

P.K.

SUDAFRICA: EL "APARTHEID" Y SUS CONSECUENCIAS A NIVEL INTERNO E INTERNACIONAL

INTRODUCCION

En los últimos meses la prensa mundial ha reflejado en cifras, en documentos gráficos, en declaraciones de toda índole, la tensa situación reinante en la República de Sudáfrica, donde día a día aumenta el número de muertos, de detenidos y de desaparecidos, contra lo cual se han pronunciado practicamente todos los Gobiernos del mundo, condenando la política segregacionista llevada a cabo por el régimen del Presidente Pieter Botha.

Desde las escaramuzas realizadas por jóvenes negros, los cuales manifiestan su rebeldía ante la opresión quemando autos o atacando con piedras los comercios de los blancos, hasta las acciones armadas perpetradas por los guerrilleros del Congreso Nacional Africano (CNA), pasando por las campañas organizadas por el Frente Democrático Unido (UDF), que unifica a más de 600 grupos anti-apartheid, las movilizaciones han adquirido un carácter generalizado en todo el territorio, involucrando a practicamente todos los sectores de la compartimentada sociedad sudafricana. Evidentemente, el punto neurálgico que condiciona la situación interna del país y se proyecta en sus relaciones con el exterior, es el problema del "apartehid", uno de los temas más candentes del mundo contemporáneo.

EL "APARTHEID"

En síntesis el "apartheid" o "política de desarrollo separado de las razas", es la segregación sistemática de la gente de color, la cual es separada de los blancos, no pudiendo por tanto compartir con estos ninguna actividad, en ninguna circunstancia, bajo igualdad de condiciones.

En Africa del Sur, mientras que unos 4,6 millones de blancos ocupan el 87% de la tierra, 24,7 millones de negros habitan en el 13% del territorio restante, evidentemente el más improductivo del país. Es precisamente en esta área donde se erigen los denominados "bantusta-

nes", único refugio donde los nativos pueden legalmente tener un domicilio. En un principio, los "territorios" cedidos a los negros fueron considerados como "reservas". Recientemente, el Gobierno otorgó la "independencia" a cuatro de ellos: Transkei, Ciskei, Bophutaswana y Venda. Esta medida, deplorada en todo el mundo, constituye para los observadores la forma más depurada del "apartheid", ya que teóricamente y según ese criterio, cuando los 10 "Bantustanes" existentes en la nación obtengan la independencia, tal como está previsto, ya no existirán más sudafricanos negros. Dentro de este contexto es importante señalar que los mismos, que de esta manera han sido obligados a retirarse de los "ghettos" ubicados dentro de la zona blanca, deben utilizar un pase para poder trasladarse de un lugar a otro.

Si bien a partir de 1983 el Gobierno comenzó a hacer algunas concesiones, tales como la formación de un Parlamento hindú y otro mestizo, para que traten los problemas atinentes a cada una de dichas comunidades, la abolición de las leyes que prohíben el matrimonio y la unión sexual entre razas diferentes, así como la autorización para que la gente de color compre y opere en algunos negocios manejados por blancos, siempre y cuando estos lo acepten, ninguno de los representantes de las mencionadas comunidades consideran que estas prerrogativas sean realmente importantes, ya que, según declararon muchos "no se trata de reformar el "apartheid", sino de desmantelarlo".

PRINCIPALES FUERZAS EN PUGNA

A.- EL PODER BLANCO

1º) PARTIDO NACIONAL: En el poder desde el año 1948 y con mayoría absoluta en el Parlamento, esta agrupación es liderada, a partir de 1978, por el actual Presidente Pieter Botha. El mencionado, que a partir de 1984 asumió simultaneamente los cargos de Primer Mandatario y Primer Ministro, promovió la captación de capitales transnacionales para integrar a la economía sudafricana y asimismo prometió "modernizar" el sistema de segregación. Es en este contexto que, con la esperanza de quebrar el frente opositor, decidió restituir el voto a las minorías hindú y mestizas, que habían sido despojadas de la representación parlamentaria

en 1954 (los negros, que integran el 70% de la población, nunca disfrutaron de tal derecho). La estrategia oficial tuvo en realidad un efecto contrario ya que, el aumento de la lucha popular y una mayor toma de conciencia generada por ella, hizo fracasar el intento. Solamente el 17% de los mestizos e hindúes votaron en los comicios, en una clara muestra de su negativa a ser asimilados con los blancos en contra de la mayoría negra. Botha enfrenta en la actualidad una de las crisis más graves de la historia del país, la que, según los observadores, podría incluso derivar en una guerra civil.

2º) PARTIDO CONSERVADOR: Esta agrupación se escindió del Partido Nacional en 1982, siendo su líder Andries Treurnicht, profundamente racista. Desde la fecha mencionada, el grupo ha ido creciendo en votos e influencia entre el electorado blanco (reunió en los últimos comicios el 15% de los sufragios, a expensas del P.N., que en las mismas elecciones perdió un 8% de su caudal de votantes). Sin embargo los conservadores no representan el ala más extrema de la oposición derechista al Gobierno de Botha, la que está constituída por la "Hermandad Afrikan" y el "Movimiento de Resistencia Afrikaner", que han llevado a cabo un verdadero "terrorismo blanco".

3º) PARTIDO FEDERAL PROGRESISTA: Es el principal partido de oposición (obtuvo un 19% de los votos en las últimas elecciones). Entre sus patrocinadores se cuentan representantes de los grupos económicos más avanzados, como la poderosa corporación minera Anglo-American, cuyo presidente fue uno de los miembros del grupo empresario, que tiempo atrás y desobedeciendo las órdenes de Pretoria, se entrevistó en Zambia, con líderes del proscripto Congreso Nacional Africano (CNA). El Partido Federal Progresista aboga por la igualdad de derechos para todas las etnias, destacándose que sus simpatizantes pertenecen a un sector de la población que tiene óptimas relaciones con esferas económicas y políticas de los Estados Unidos y suficiente influencia como para incidir en las decisiones de la Casa Blanca hacia Sudáfrica. Dos de sus líderes son Frederik Van Zyl Slabbert y Helen Suzman.

4º) PARTIDO NACIONAL RECONSTITUIDO: Se escindió del Partido Nacional en el año 1969 y está encabezado por Jaap Marais. No se cuenta con mayor informacion respecto a esta agrupación.

5º) MOVIMIENTO DE RESISTENCIA AFRIKANER: El mismo está liderado por Eugene Terre Blanche, representante de la más rancia ideología nazi de los antiguos "boers". Precisamente el emblema de este grupo ostenta tres semiesvásticas convergentes . Se considera que esta organización es la principal responsable de la formación de bandas parapoliciales de propietarios rurales blancos, que se habrían lanzado a la masacre de negros por cuenta propia. En estos momentos se calcula que el 40% de los blancos apoya a los partidos de extrema derecha, los que, ante la dificil situación, abogan por la realización de elecciones anticipadas.

B.- LA RESISTENCIA NEGRA

1º) CONGRESO NACIONAL AFRICANO: Esta agrupación fue fundada en el año 1912 y es el movimiento de liberación más antiguo de los países africanos situados al sur del Sahara. El CNA aboga por la puesta en práctica de la denominada "Carta de Libertad", programa elaborado en junio de 1955 y que brega por la instauración de un Estado único, no racial, donde negros y blancos puedan convivir en paz y en igualdad de derechos. El líder histórico del movimiento es Nelson Mandela, el cual permanece en prisión desde 1964, cumpliendo una pena de cadena perpetua por "sabotaje de Estado". Antes de ser encarcelado, Mandela fundó la llamada "Lanza de la Nación", brazo armado del CNA y es precisamente en ese momento, 1963, que el partido abandona su posición conciliadora y proclive a la negociación pacífica, para iniciar su campaña, esta vez a través de la lucha armada. En los últimos años, el CNA ha desarrollado una intensa e ininterrumpida guerra de guerrillas contra el Gobierno de Pretoria, fundamentalmente desde territorio mozambiqueño, lugar donde se instaló luego de su proscripción. En lugar de Mandela dirige el movimiento Oliver Tambo. Es importante destacar que durante décadas, el CNA ha estado dominado por comunistas (uno de sus líderes máximos, Joe Slovo, recibe órdenes directamente de Moscú) y tiene como objetivo declarado, el propósito de establecer el marxismo en Africa del Sur. El Congreso Nacional Africano tiene oficinas de representación en 28 países, lo que pone de manifiesto el carácter internacional de la organización.

2º) FRENTE DEMOCRATICO UNIDO: Fue creado en 1983, en un intento por llenar el vacío político interno dejado por el CNA, cuando el mismo pasó a la clandestinidad. Si bien ha promulgado su rechazo a la vio-

lencia, funcionarios gubernamentales lo acusan de encubrir las actividades del CNA. El FDU, liderado por Allan Boeseck (Presidente de la Alianza Mundial de Iglesias de la Reforma), está formado por representantes de unos 600 movimientos sindicales, sociales, religiosos y políticos, que se oponen a la segregación racial. Uno de sus más conocidos promulgadores es el obispo Desmond Tutu, premio nóbel de la paz. El Frente Democrático Unido ha señalado en reiteradas oportunidades que, antes de comenzar negociaciones con el Gobierno, este deberá entre otras cosas liberar a los detenidos, permitir el regreso de los exiliados, levantar la proscripción al CNA e instaurar el voto universal.

3º) ORGANIZACION DEL PUEBLO DE AZANIA (AZAPO): Esta organización fue creada en 1978. En su gran mayoría está integrada por intelectuales y élites fuertemente ideologizadas de los ghettos, que consideran que la lucha contra el "apartheid" es también la lucha contra el "capitalismo" y la explotación de una clase por otra. Para la AZAPO, los negros constituyen un gran proletariado, objeto de una brutal explotación. Los blancos, no son aceptados ni siquiera como colaboradores.

4º) INKATHA : Este partido, liderado por Gatsha Buthelezi (jefe tribal de seis millones de zulúes que componen un tercio de la población sudafricana), cuenta con un millón de miembros y se define, desde 1975, como la organización más conservadora de la comunidad negra. A diferencia del CNA, que propone eliminar por completo la cuestión racial, es decir por ejemplo que un negro pueda ser políticamente representado por un blanco y viceversa, Inkatha sostiene que si bien ninguna raza es inferior a otra, cada una debe representarse a si misma en organizaciones separadas. Muchos consideran que, apoyándose en la burguesía de los grandes comerciantes y en los cuantiosos subsidios que recibe el aparato estatal del bantustán Kwa Zulú (de donde es jefe Buthelezi), lo que favoreció el rápido desarrollo de una burguesía burocrática negra que participa en los beneficios de los monopolios, Inkatha se ha transformado en una fuerza "reaccionaria", totalmente identificada para muchos, con los intereses del régimen racista.

SINDICATOS

La historia del sindicalismo sudafricano inició, a fines de 1985

en Durban, una nueva era, con el lanzamiento de la federación más importante de trabajadores del país, el COSATU (Congreso de Sindicatos Sudafricanos). El mismo, que reagrupa ya a más de 35 sindicatos, entre los que figuran la poderosa organización de mineros negros NUM (Unión Nacional de Trabajadores de las Minas) y el FOSATU (Federación de Sindicatos Sudafricanos), representa una fuerza que amenaza con tener gran peso en el futuro de las relaciones industriales y políticas del país. Sesenta y nueve años después de la creación del primer sindicato negro y siete trás el reconocimiento de su existencia legal, en 1979, el movimiento obrero negro franqueó así una etapa decisiva, de imprevisibles consecuencias para el régimen de Botha.

Sin embargo en este contexto, es importante destacar que 20 sindicatos reagrupados en el seno de dos federaciones, el CUSA (Consejo de los Sindicatos de Sudáfrica) y el AZACTU (Congreso Azaniano de Sindicatos) no se unieron al COSATU, más que nada por diferencias de opinión sobre los principios del liderazgo negro y del "no racismo". La casi flamante confederación estima que no debería hacerse ninguna distinción racial. Por su parte el CUSA y el AZACTU no han querido ceder en ese punto, por considerar que un sindicato negro deber ser dirigido "por un representante de la clase más oprimida".

Evidentemente la centralización de la mayoría de los obreros en una única confederación, que ya reúne a más de 500.000 miembros, aumenta considerablemente el impacto de las acciones a tomar. Hasta ahora, tanto el Gobierno como las patronales, sacaban ventajas de las divisiones y rivalidades entre los sindicatos, situación que ya está cambiando y que puede ser modificada totalmente en el futuro.

La jornada nacional de protesta llevada a cabo el día 14 de los corrientes y convocada precisamente por el COSATU, se hizo en pos de una plataforma encabezada por reivindicaciones de carácter netamente político: levantamiento del Estado de Emergencia, la inmediata liberación de los detenidos desde que se instauró el estado de excepción, el 12 de junio próximo pasado y por el cese de las agresiones sudafricanas a naciones vecinas. La movilización fue programada en una reunión clandestina de la central sindical realizada hace unos 15 días y ha sido precedida por paros parciales que se cumplieron a lo largo de ese período. Tenemos por

ejemplo los paros escalonados registrados en las minas de diamantes de la provincia de El Cabo, los que han tenido como consecuencia un brusco agravamiento de la crisis económica en la que se debate la nación.

POSICION DE LOS EMPRESARIOS

Tras tolerar durante años la política de discriminación racial del Gobierno, gran parte del sector empresario del país ha comenzado a presionar a las autoridades para que se implementen amplias reformas sociales, económicas y políticas, que desmantelarían gran parte del sistema del "apartheid". Si bien no se llega a pedir la eliminación total del mismo o a proponer la instalación de una democracia donde todo el mundo tenga derecho al voto, sus propuestas transformarían de todas maneras a la nación en forma sustancial, al integrar a los negros a la economía y al hacerlos partícipes de algunas decisiones políticas. Dicho de otra manera, lo que el sector empresarial desea es que los 24 millones de negros que viven en Sudáfrica, puedan vivir y trabajar donde deseen, gozando además de una cuota de participación considerable en la política y la economía nacional, que ahora manejan unos 4,8 millones de blancos.

Esta nueva posición asumida, que pone fin a años de complacencia y timidez, podría convertir al empresariado en una importante fuerza de cambio en el país. Un ejemplo de esta variación en su actitud fue precisamente la elaboración de una "agenda de reformas", a principios del año próximo pasado, ideada por seis grupos de empresarios que representan a casi un 80% de la industria y el comercio sudafricanos. En una declaración conjunta se solicitó al Parlamento, de mayoría blanca, que adoptara medidas legislativas inmediatas para garantizar a los negros "una participación política significativa", igualdad con los blancos, un sistema judicial justo y la erradicación de las restricciones a las actividades económicas de la gente de color.

Se solicitó también que se pusiera fin a la redistribución forzada de los negros, que se pusieran límites a la facultad de la policía para detener a opositores del Gobierno y que se fijaran medidas para reforzar a los sindicatos, los cuales se están convirtiendo en una voz política importante para la gente de color.

En dicha declaración, que constituyó una verdadera advertencia

a las autoridades, se destacó que "sin una fuerza laboral estable, segura y próspera, tanto el potencial económico como el equilibrio político del país, no podrán ser garantizados en el futuro". Entre los que firmaron la mencionada declaración se incluyen miembros de la Cámara de la Industria Sudafricana y de la Asociación de Cámaras de Comercio de Sudáfrica, representantes de los intereses de la comunidad empresaria anglo-parlante. También en estos días se ha registrado un movimiento similar, ya que, directores de ocho grandes consorcios, entre ellos el Director de la sociedad minera "Anglo-American" han solicitado la liberación de Nelson Mandela y el levantamiento de la proscripción que pesa sobre el Congreso Nacional Africano (CNA), por considerar que estas constituyen premisas fundamentales para entablar negociaciones sobre el futuro del país.

Analistas de la comunidad negra se han mostrado hasta el momento algo escépticos sobre la "seriedad" de las intenciones de los empresarios, expresando sus dudas de que los sectores de la industria y el comercio estén realmente dispuestos a desmantelar un sistema que los ha beneficiado tanto, teniendo en cuenta entre otras cosas los bajos salarios que pagan a los empleados negros. Estiman también que ningún empresario blanco bregará en realidad por el establecimiento de leyes que eventualmente lo sometan a un régimen dominado por los negros. Con todo, mucha gente de color ha reconocido que muchas veces la presión ejercida por el empresariado, ha ayudado en algunas oportunidades a aliviar la situación. Tal fue el caso por ejemplo de la liberación de un número importante de sindicalistas detenidos, que participaron en noviembre del 84 en una huelga general. Se destaca que actualmente, acatar un llamamiento a un paro durante la vigencia del Estado de Excepción, constituye un delito subversivo.

EL ROL DE LA IGLESIA

El simple hecho de que la inmensa mayoría de la población negra sudafricana profese religiones cristianas y pertenezca a alguna de las 600 iglesias que existen en el país, indica la importancia del frente religioso contra el apartheid. Precisamente el Presidente del Consejo Sudafricano de Iglesias y líder del Frente Democrático Unido, Allan Boeseck, ha expresado el papel de las iglesias con estas palabras: "Hemos comenzado a comprender que las personas son influenciadas por el ambiente social y económico y que sus pensamientos están condicionados por la situación

en que viven. Reconocemos que los cristianos que viven en circunstancias diferentes tendrán diferentes concepciones de la vida, así como una distinta comprensión del mensaje de Dios. Esta es básicamente la respuesta a la cuestión de porqué dicho mensaje es para algunos de liberación, mientras que para otros es una justificación de un sistema que explota y oprime".

Asimismo, en un documento denominado "Koiros", firmado por unos 151 teólogos, se expresa que "en este momento en Sudáfrica, la Iglesia se encuentra en el deber de mostrarse tal como es, no siendo posible ninguna simulación, el cambio solo puede venir desde abajo, de los oprimidos". Es importante destacar que en la actualidad, habrían en el país unos 200 sacerdotes detenidos, precisamente por las actividades que desarrollan en contra del régimen de segregación racial.

INFLUENCIA DEL "APARTHEID" EN LA ECONOMIA DEL PAIS

A fines de agosto del año próximo pasado, las autoridades anunciaron la suspensión momentánea y unilateral del pago de su deuda externa, que ascendía en ese momento a unos 17.000 millones de dólares. Al mismo tiempo se decidió cerrar los mercados financieros por tres días e instaurar una especie de control de cambios, con el objeto de intentar detener la vertiginosa caída del rand. En apenas un mes, la moneda sudafricana perdió un 30% de su valor con relación al dólar, considerándose que dicha depreciación fue la manifestación palpable de la masiva huída de capitales, que entre los meses de mayo y junio del 85, alcanzó la cifra de 250 millones de dólares.

Hasta la intensificación de la rebelión negra a comienzos del mencionado año, nadie pensaba en la posibilidad de una aceleración tan pronunciada de las dificultades, sin embargo en poco tiempo se desató una reacción de pánico en cadena entre los bancos internacionales, que empezaron a reclamar la devolución de sus préstamos y en los inversores que comenzaron a acelerar el retiro de sus capitales. Se sumó a esto la depreciación de los precios de los minerales, sobre el que se desarrolló fundamentalmente el énclave blanco.

Si se tiene en cuenta que Sudáfrica produce más del 75% del oro del mundo no comunista, casi la mitad de las exportaciones de 20.000 mi-

llones de dólares en 1984, que también extrae importantísima cantidad de diamantes, que es el principal productor de platino y ocupa posiciones de relevancia en el ranking mundial de venta de uranio, cromo y vanadio, entre otros, se aprecia entonces el alcance de esta situación para el conjunto de la economía del país.

El panorama comenzó a deteriorarse en 1980, cuando el precio del oro, a 800 dólares la onza, comenzó a caer, valiendo la misma, a comienzos del corriente año, poco más de 200 dólares. Este hecho produjo " cimbronazos" cada vez más alarmantes dentro de un Estado donde la administración del "apartheid" absorbe entre un 50 y un 75% de la mano de obra blanca y donde la exclusión de los negros no permite prepararlos para las necesidades de la industria moderna.

Mantener el nivel de vida no era tarea fácil. Garantizar la preservación del mismo para unos cuatro millones y medio de blaacos , requirío que el Gobierno, que antes tomaba préstamos para expandir su industria, ahora se endeudara solo para "seguir viviendo como antes". El resultado fue una expansión importante de los préstamos a corto plazo, que el Gobierno empezó a tomar apostando a dos posibles eventualidades: una caída de las tasas de interés mundiales y una revigorización del precio del oro.

Pero si los préstamos podían descorrer un "cordón sanitario" alrededor del estilo de vida de los blancos, la mayoría negra empezaría a operar como la "variable de ajuste". La desocupación del 8,4% entre los blancos, ascendió al 30% para los negros y los salarios, sobre todo los de esta última comunidad, comenzaron a soportar una creciente erosión inflacionaria. El resultado de la conjunción de todos estos factores, fue la ola de disturbios iniciada con mayor violencia hace más de un año y que día a día se incrementa con el lógico saldo de víctimas. El nuevo estilo de lucha anti-apartheid está signado por una neta división entre una vieja generación pacifista, en retroceso y una generación más joven, inclinada a la práctica de la revolución. Representando a unos el obispo Desmond Tutu, esperanza del antisegregacionismo moderado y representando a los otros las guerrillas izquierdistas del proscripto Congreso Nacional Africano.

Esta dinámica empezó a ocasionar , como ya lo hemos señalado anteriormente, el alejamiento de los inversores extranjeros, los que temiendo

por su dinero, comenzaron a abandonar el país.

La situación anteriormente planteada ha tratado de ser utilizada por las potencias mundiales para presionar al régimen de Botha, pero lo cierto es que este parece dispuesto a correr todos los riesgos que sean necesarios para lograr la supervivencia del sistema, conducta que evidentemente agrava cada vez más la crisis.

SITUACION INTERNA ACTUAL Y SUS REPERCUSIONES A NIVEL INTERNACIONAL

En la capital de Sudáfrica, Pretoria, embajadas y consulados extranjeros nunca estuvieron tan ocupados concediendo visas, pasaportes y permisos de migración. El Gobierno asegura que es prematuro hablar de éxodo, pero los signos premonitorios son inequívocos: por primera vez en siete años, el saldo migratorio es negativo, en síntesis, son más los blancos que se van que los que permanecen en el país y es precisamente esto lo que preocupa a los diplomáticos occidentales, saber adonde se dirigiría un eventual éxodo masivo. En el caso específico de Gran Bretaña por ejemplo, se calcula que los poseedores de pasaporte británico residentes en Sudáfrica y de aspirantes en condiciones de obtenerlo, serían aproximadamente dos millones, perspectiva que sin duda preocupa a la Primer Ministro Margaret Thatcher.

Evidentemente la situación en el país se agrava día a día, lo que ha llevado al Gobierno ha declarar el estado de excepción en el mes de junio próximo pasado. Se han intensificado los enfrentamientos callejeros, las movilizaciones obreras, las manifestaciones estudiantiles, las que son reprimidas cada vez más violentamente. Sumado a esto también se han registrado estallidos de violencia entre las propias tribus negras, por ejemplo los zulúes y los pondos, los que han dejado un elevado número de muertos y heridos. Son múltiples las detenciones registradas día a día, así como se han intensificando las denuncias sobre desapariciones, tanto es así que el Partido Federal Progresista abrió recientemente en Ciudad del Cabo una "Oficina de Desaparecidos". Dentro de este contexto, Amnistía Internacional, así como grupos eclesiásticos , han hecho estimaciones según las cuales el número de detenidos y de aquellos de los que se desconoce su paradero, ascendería ya a más de 3.000.

También para los corresponsales extranjeros la vida ha cambiado

sustancialmente, cuando el Gobierno impuso un severo mecanismo de censura, que entre otras cosas prohibe la visita a las comunidades negras y establece el secreto absoluto para las acciones policiales y de seguridad del propio Estado. Es importante destacar que en los últimos días, numerosos corresponsales han sido incluso expulsados del país.

Frente a todo este cuadro de situación, las reacciones a nivel internacional no han pasado en la mayoría de los casos de simples condenas al régimen o de alguna medida tal como la ruptura de relaciones diplomáticas con Pretoria, tal es el caso por ejemplo de Argentina y más recientemente de Costa Rica.

Los países de la Comunidad Económica Europea (CEE) han resuelto establecer un "compás de espera" antes de aplicar sanciones económicas, a las que se oponen principalmente Gran Bretaña, Alemania Federal y Portugal. Es en este contexto que en dicho período, el Ministro de Relaciones Exteriores británico, Sir Geoffrey Howe, en su carácter de presidente en ejercicio del Consejo del organismo, visitará Sudáfrica para evaluar los progresos que pueden haberse concretado para la eliminación del "apartheid".

En lo que tiene que ver específicamente con Estados Unidos, la Administración Reagan ha declarado estar dispuesta a estudiar una posible reformulación de su política hacia la nación africana. Un indicio de esto lo constituiría el reciente retiro del embajador norteamericano en Pretoria y la posibilidad de que sea sustituído por un hombre de color, así como la manifiesta intención del Primer Mandatario estadounidense de mantener reuniones con líderes negros de la oposición, incluídos los miembros del Congreso Nacional Africano (CNA), tal como lo hiciera Gran Bretaña, país en el cual una funcionaria del Ministerio de Relaciones Exteriores mantuvo conversaciones con Oliver Tambo, dirigente del mencionado movimiento. Sin embargo debe tenerse en cuenta que si Estados Unidos propicia una fórmula de transición para Sudáfrica y no toma parte activa en ese proceso, la necesaria al menos para mantener cierto grado de influencia en la nación en cuestión, es probable que la misma pueda escapar de su órbita para pasar a la de Moscú. Tal sería el caso por ejemplo, si el CNA, de tendencia netamente comunista, eventualmente accediera al poder.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia N°1: Señor Director del S.I.FF.AA.

Copia N°2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia N°3: Señor Sub Director de Ejército del S.I.FF.AA.

Copia N°4: Señor Sub Director de la Armada del S.I.FF.AA.

Copia N°5: Señor Jefe del Departamento I/S.I.FF.AA.

9005133

El Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Coronel (Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia N°1: Señor Sub Jefe del A - 2

Copia N°2: Señor Jefe del C - 2

Copia N°3: Señor Jefe del E - 2

Copia N°4: Señor Jefe del N - 2

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 030/86

APRECIACION DE SITUACION DE SIRIA 62-190

Montevideo, 8 de agosto de 1986.-

P.K.

9005134

APRECIACION DE SITUACION DE SIRIA

INTRODUCCION

Situado a orillas del Mediterráneo, este estado limita, al norte con Turquía, al este con Irak, al sur con Jordania y al suroeste con Israel y el Líbano. Caracterizada por una importante variedad de suelos y de condiciones climáticas que los hacen sumamente fértiles para el sembradío, fundamentalmente los cereales, Siria fue, durante mucho tiempo, objeto de las ambiciones expansionistas de los grandes imperios, pudiéndose encontrar en todas partes, vestigios de las distintas civilizaciones que se han sucedido a lo largo de varios milenios. Efectivamente, por su situación geográfica, esta nación fue invadida por los caldeos, los asirios, los egipcios, los medos, los persas, los griegos, los mongoles y finalmente por los turcos (1517), bajo cuyo dominio permaneció hasta 1918. Una vez finalizada la Primera Guerra Mundial, la Sociedad de Naciones, organismo antecesor de la ONU, confió a Siria, conjuntamente con el Líbano, al mandato de Francia, siendo proclamada la independencia del territorio en 1946.

Siria es una república integrada por 14 distritos y cuya capital es Damasco. El idioma oficial es el árabe y la religión que predomina es la musulmana. El 49% de la población activa se dedica a la agricultura, destacándose en este sector la producción de cereales, hortalizas, remolacha azucarera, algodón, olivo, etc. La industria gira sobre todo alrededor de la producción de petróleo y su refinamiento.

Según la Constitución adoptada en 1973, Siria constituye una república popular socialista, en la cual el Poder Ejecutivo es ejercido por un Presidente elegido cada siete años por medio del voto popular directo. El Primer Mandatario es asesorado por el Consejo de Ministros y un Primer Ministro. En lo que tiene que ver con las funciones legislativas, está a cargo de las mismas el denominado "Consejo Popular" (Parlamento), compuesto por 195 miembros. Desde 1972 gobierna la nación el "Frente Nacional Progresista", el que agrupa a los partidos "Baath", "Unión Socialista Arabe Siria", "Unionista Socialista", "Socialista Ara-

be" y "Comunista".

POLITICA INTERNA

El actual Presidente, Hafez Assad, ha regido los destinos de Siria, durante más tiempo que nadie desde que el país logró su independencia. El Primer Mandatario logró para su nación, una estabilidad interna que la misma no tenía, luego de 24 años de sucesivos golpes de estado, en los que fueron derrocados unos 28 Gobiernos.

Assad, de 54 años, ex-piloto de la Fuerza Aérea, donde llegó a ocupar el cargo de Comandante en Jefe en 1965, tomó el poder en 1970 tras derrocar al entonces Primer Mandatario Salah Jedid, siendo luego electo Presidente por tres mandatos consecutivos, en 1971, 1978 y en 1985, oportunidades en las que siempre se presentó como candidato único de la agrupación oficialista "Baath" (Partido Socialista de la Resurrección Arabe).

A pesar de ser considerado por muchos como uno de los dirigentes políticos más hábiles del Medio Oriente, lo que se ha traducido en sus reiteradas ratificaciones en el poder, la tarea de Assad no ha sido fácil, ya que, entre otras cosas, ha tenido que enfrentar los conflictos derivados de las diferencias existentes entre las distintas facciones musulmanas. Se destaca que la mayoría de la población, un 80%, es sunita, oponiéndose a una minoría (alawitas), a la que pertenece el propio Assad y otras relevantes figuras del Gobierno. Obviamente de esto se desprende que, mientras los sunitas no tienen casi ninguna participación en los destinos del país, los alawitas ocupan la mayor parte de los cargos públicos y administrativos.

Sin embargo y pese a la situación anteriormente mencionada, gran parte del descontento popular no se concentra tanto en el Primer Mandatario como en la persona de su hermano Rifaat, el cual, al mando de las llamadas "Brigadas de Defensa", unidad compuesta por unos 30.000 hombres, encargada de la guardia de la capital, Damasco y de la seguridad de los integrantes del régimen, ha sido responsable de verdaderas masacres contra la población civil.

Dentro de dicho contexto es importante destacar que, en reiteradas oportunidades, Rifaat ha expresado que de ser necesario, sa-

crificaría a un millón de sirios con tal de proteger al Gobierno. Sin embargo y aunque parezca paradojal, es precisamente el mencionado, el que, luego de haber permanecido todos estos años tras el poder, fue nominado a principios del 84 para ocupar una de las tres Vicepresidencias creadas por el partido gobernante, a los efectos de facilitar la tarea administrativa del Presidente. A fines del mencionado año y justamente con el objetivo de "enfriar" sus afanes hereditarios, el Primer Mandatario incluyó a su hermano en misiones a llevarse a cabo en Francia y en Suiza. Las pujas internas y la necesidad de fortalecer su imagen en el contexto general de la región, hicieron que Assad autorizase el regreso de Rifaat, le restituyese la Vicepresidencia y por supuesto con esto, el manejo nuevamente de una modesta cuota de poder.

Otro factor de desestabilización interna lo constituye el accionar de la "Hermandad Musulmana", la cual opera en Siria desde 1950, llegando a su apogeo a comienzos de la década del 60. En Siria se la conoce también con el nombre de "combatientes sagrados".

Desde sus comienzos, esta secta estuvo signada por el fanatismo y la violencia. Fundada en 1929, uno de sus principales baluartes en la actualidad es Irán. Es importante aclarar que su línea política consiste en aplicar los principios del Islam en la vida cotidiana de todos los países musulmanes, tanto en el plano político como en el económico. Perseguida pero influyente, con una fuerza paramilitar bien organizada, la Hermandad ha sido y es una presencia constante y peligrosa en todo el Medio Oriente.

En el caso específico de Siria, los integrantes de la mencionada secta luchan por obtener una total libertad política, por el cese de la intromisión del Gobierno en las áreas económicas y porque los soviéticos que viven en el país abandonen el mismo. El peor enfrentamiento de la Hermandad con las autoridades sirias, tuvo lugar en la ciudad de Hama, en el año 1982, lo que dejó un saldo de miles de muertos y la destrucción de practicamente toda la mencionada población.

PANORAMA ECONOMICO

Siria atraviesa en la actualidad por la peor crisis económica desde que Assad llegó al poder. En los últimos tres años el Pro-

ducto Bruto Interno sufrió una merma del 3%, algunas empresas estatales están al borde de cerrar por falta de divisas extranjeras para poder comprar materias primas y piezas de reposición, la inflación anual está estimada en un 70%, la capital del país y otras áreas sufren cortes diarios de la energía eléctrica por espacio de unas cuatro horas, la nación en general depende en gran medida de las divisas provenientes de Arabia Saudita, las que, en los últimos años han alcanzado la cifra aproximada de unos 600 millones de dólares.

Tal como lo hemos expuesto, las dificultades económicas son múltiples, pero las fundamentales o por lo menos las que crean mayores transtornos son las siguientes:

a.- Escasez de combustibles. La misma es grave, debido a problemas en el suministro de petróleo de Irán a Siria. Para entender esto hay que aclarar lo siguiente: las relaciones entre ambas naciones están sufriendo un proceso de desgaste. Por un lado, el incremento de las actividades de los shiítas en el valle de Bekaa (Líbano), donde el régimen de Damasco permitió la instalación de un contingente de guardias revolucionarios iraníes, está irritando a los sirios y por otro la decisión de Teherán de no proporcionar más petróleo al régimen de Assad, son hechos que, como ya lo hemos dicho, han generado asperezas en los vínculos entre ambas naciones. En 1982, Siria e Irán firmaron un acuerdo por el término de un año, según el cual el segundo vendía al primero, seis millones de toneladas de crudo, uno de estos sin cargo. Asimismo Damasco disfrutaba de un descuento de 2,50 dólares por barril y había llegado a un arreglo, por el que parte del pago se efectuaba en mercaderías y servicios de turismo que los sirios concedían a grupos de turistas iraníes que visitaban los lugares musulmanes en Siria. La suma obtenida por esta ayuda alcanzaba los 300 millones de dólares anuales, lo que evidentemente significaba un importante alivio para dicho país. Cada año los acuerdos se fueron renovando a pesar de las fricciones que fueron surgiendo en torno a la amortizacion de la deuda de Siria por el crudo que recibía. Ante la morosidad de esta, la situación se fue agravando, hasta que Irán resolvió suspender el suministro. A fines del año 1985, Damasco le debía a Teherán unos 3 billones de dólares, en lo que tiene que ver con el crudo.

b.- Escasez de Electricidad. También en este terreno la situación es grave. El régimen ha impuesto un severo racionamiento, por el cual, la electricidad para uso doméstico, se suspende durante unas cuatro horas diarias. A raíz de estos hechos se ha incrementado en el país el fenómeno del "robo" de energía eléctrica, que se realiza en forma de conexiones ilegales a la red.

c.- Alimentos. En una entrevista hecha al Ministro de Abastecimiento a principios del corriente año, este señaló que no se había registrado ningún cambio en el precio de los productos alimenticios básicos que se encontraban en el mercado y que no existía un plan para encarecerlos. Sin embargo hizo la salvedad respecto a que los precios de los materiales de construcción, así como el de los artículos suntuarios, podrían variar de acuerdo con las oscilaciones de su valor en el mercado mundial y según el consumo y las posibilidades de suministro. No obstante debe señalarse que el aumento del costo de vida supera ampliamente el ritmo de los salarios. Como se recordará, en setiembre de 1985, se incrementaron los sueldos de los empleados públicos y de los militares en un 23%, luego de que permanecieran invariables desde febrero de 1982, pero, según evaluaciones de analistas especializados, los precios subieron desde entonces en alrededor de un 40%. Por último se destaca que, a raíz del problema alimenticio, ha aumentado el contrabando en dicha área desde el Líbano a Siria en una escala considerable, en el cual se incluye también una parte importante de las raciones de alimentos que las Naciones Unidas destinan a los refugiados del Líbano y que son vendidas dentro de la propia Siria.

POLITICA EXTERIOR

SIRIA-LIBANO. Uno trás otro o simultáneamente, en forma directa o no, Libia, Irak, Arabia Saudita e Israel, entre otros,han apoyado según las épocas, a uno o varios de los protagonistas de la guerra civil libanesa, pero el país que más influencia ha tenido en el conflicto ha sido sin duda Siria. Con el pretexto de intentar "pacificar" al convulsionado Líbano, el régimen de Damasco intervino militarmente en dicha nación en el año 1976 y desde entonces, en mayor o menor cantidad, sus efectivos

han permanecido allí como una presencia constante. La estrategia del Presidente Assad ha sido la de propiciar en territorio libanés un estado de continua anarquía, fomentando la rivalidad existente entre los musulmanes y los cristianos maronitas que están en el poder. En la medida en que Damasco logre sostener este contexto explosivo, tanto mayores serán sus posibilidades de emerger como el único "árbitro" capacitado para estabilizar el país y por ende tener mayor influencia en el destino del mismo. No hay que olvidar que Siria jamás ha ocultado sus afanes expansionistas y que el propio Assad ha señalado en reiteradas oportunidades que Siria y el Líbano, tal como ocurrió en épocas pasadas, pueden llegar nuevamente a fusionarse en una sola nación. A esta altura de los acontecimientos es fácil deducir que para el mencionado Primer Mandatario, lo importante no es el hombre o el grupo que dirija el Gobierno libanés, sino que el mismo favorezca los intereses de Siria. Assad propicia fundamentalmente el accionar de los shiítas de "Amal", liderados por Nabih Berri, sin embargo, se ha convertido en el eje de las conversaciones entre todas las facciones que se disputan el poder. Si se tiene en cuenta que detrás de Siria, en forma de armamentos y asesores militares se encuentra la URSS, resulta más que obvio inferir que las acciones de Damasco tienden, en última instancia, a alcanzar junto con los soviéticos, una base de poder en el área.

SIRIA-ISRAEL: La posibilidad de un enfrentamiento armado entre ambas naciones está siempre latente, es más, según la opinión de expertos militares norteamericanos, las posibilidades de que se inicie otra guerra entre los dos países, son mayores ahora que en ningún otro momento de los últimos cinco años. Por un lado el Gobierno de Tel Aviv acusa al régimen de Damasco de alentar las acciones de grupos palestinos y shiítas que operan en el Líbano y ha advertido sobre el despliegue sirio de misiles SAM-2 a lo largo de la frontera sirio-libanesa, así como de la instalación de baterías de artillería SDA-2, de fabricación soviética. Por otro, el Estado judío también ha denunciado un plan de fortificaciones llevado a cabo por las Fuerzas Armadas de Siria en las alturas del Golán, territorio ubicado en la frontera con Israel y que Damasco reclama para sí. Asimismo, las autoridades israelíes acusan al régimen

de Assad de respaldar al terrorismo internacional, permitiéndole incluso utilizar como base al propio territorio sirio.

SIRIA-JORDANIA: Las relaciones entre ambos países se han venido deteriorando en los últimos años, llegándose incluso en varias oportunidades al límite de la confrontación armada. Por un lado. la violenta expulsión de los palestinos de territorio jordano en 1973, provocó la reacción de las naciones árabes más radicalizadas, encabezadas por Libia y Siria. Por otro, a partir de 1980, volvieron a incrementarse las disputas bilaterales, como consecuencia de la acusación de Damasco, respecto a que Jordania servía de base a los miembros de la Hermandad Musulmana siria, que en ese momento llevaban a cabo un intenso accionar contra el régimen del Presidente Assad. Asimismo, el conflicto Irán-Irak, ahondó más las diferencias, ya que, mientras Jordania apoya abiertamente a Irak, Siria respalda a Irán. A principios del mes de mayo del corriente año, el Primer Mandatario sirio efectuó una visita de un día a Jordania, donde se trataron diferentes tópicos que conciernen fundamentalmente a la situación en Medio Oriente. Si bien este encuentro puede ser considerado como un paso más hacia el "deshielo" de los vínculos entre los dos países, en las cuestiones políticas en las cuales ambas partes disienten desde hace tiempo, no se produjo ningún cambio de significación.

SIRIA-IRAN: Los Ministros de Relaciones Exteriores de ambos países mantienen encuentros periódicos, en los cuales también participa Libia. Como es fácil deducir el tenor de las conversaciones gira siempre en torno a la política de Estados Unidos en el área, la cual es duramente atacada, en la condena a Irak respecto a la guerra que mantiene con Irán , en el apoyo a la posición siria en el conflicto árabe-israelí, en el "rechazo" al terrorismo internacional, destacando la necesidad de distinguir la "diferencia" entre las actividades extremistas y "la lucha justa de los Movimientos de Liberación Nacionales". En lo que respecta especificamente a la guerra del Golfo Pérsico se hace especial hincapié en que un eventual rompimiento entre Damasco y Teherán, podría alterar en forma sustancial el curso de los acontecimientos. Irán perdería un importante aliado en su conflicto con Irak, ya que gran parte de los armamentos soviéticos que el régimen de Khomeini recibe, es precisamente a través de Damasco.

SIRIA-IRAK: Estas dos naciones sostienen antagonismos históricos, que se han profundizado como consecuencia del apoyo que el régimen de Damasco brinda a Irán en la guerra que este mantiene con Irak. El Rey Hussein de Jordania ha tratado de lograr un acercamiento entre ambas naciones, pero hasta el momento sus gestiones han resultado infructuosas. Para el día 13 de junio del corriente año se había previsto un encuentro entre los Ministros de Relaciones Exteriores de los dos países, el cual no se llevó a cabo. Ninguna de las dos partes dio explicaciones acerca de la anulación de la entrevista, sin embargo los medios de comunicación sirios destacaron que en Irak, distintos órganos de prensa continúan criticando duramente al régimen de Assad. Por lo visto, la hostilidad y la suspicacia entre ambas naciones son tan grandes que no es posible pasarlas por alto. Los dos parecen haberse aferrado a sus respectivas posiciones y no hay indicios de que cedan en lo más mínimo en las mismas. No se descarta que Damasco haya aprovechado la continuación de la propaganda hostil iraquí, como un pretexto para anular el encuentro. De esta manera Jordania, promotora del mismo, puede llegar a pensar que la gestión fracasó por la mala voluntad manifiesta de Irak.

SIRIA-LIBIA: Ambos países mantienen estrechos vínculos, tanto es así que el régimen de Damasco ha ofrecido apoyar militarmente a Tripoli ante cualquier amenaza externa, fundamentalmente si esta proviene de los Estados Unidos.

SIRIA-URSS: A fines del mes de mayo del corriente año, el Vicepresidente sirio, Abdel Halim Khaddam, efectuó una "visita de trabajo" a la Unión Soviética, en cuyo marco mantuvo conversaciones con el Secretario General del Partido Comunista, Mikhail Gorbachov, así como con otras personalidades. El consentimiento de Moscú a discutir la concesión de una "ayuda incrementada" a Siria y de "reforzar su capacidad defensiva", indica la posibilidad de que la URSS se apresure a enviar armas modernas a Damasco, de que incluso esté dispuesta a brindar una importante ayuda económica a Assad y de que, a cambio de todo esto, exija una mayor coordinación política del mencionado Primer Mandatario con el Kremlin.

SIRIA-EUROPA OCCIDENTAL: Las visitas realizadas por el Presidente Assad a Grecia y por su Ministro de Defensa, Mustafá Tlass a París, a mediados

del mes de mayo del corriente año, para poner de manifiesto la intención de su Gobierno de "colaborar en la lucha contra el terrorismo", se inscribieron dentro de una ofensiva diplomática tendiente a suavizar el efecto de los atentados registrados en varios países y de los cuales Estados Unidos consideró como principales impulsores a Libia y Siria.

FACTOR MILITAR

Con el auspicio y el respaldo soviético, se ha erigido en Siria una temible "maquinaria de guerra", con una milicia compuesta por unos 400.000 efectivos, con 700 aviones de combate, 265 helicópteros, cinco divisiones blindadas, tres divisiones mecanizadas, 4.200 tanques (incluyendo 1.100 T-72, el último modelo soviético), 1.460 transportes blindados y 2.300 piezas de artillería.

Hasta el momento, el Presidente Assad ha logrado evitar que, cualquier clima de tensión generado en el seno de las Fuerzas Armadas, no haya alcanzado derivaciones realmente importantes.

El Jefe del Dpto. II (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA
Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Sr. Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA.
Copia 4 - Sr. Sub-Director de Armada del S.I.FF.AA.
Copia 5 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

9005134

del mes de mayo del corriente ano, para poner de manifiesto la intención de su Gobierno de "colaborar en la lucha contra el terrorismo", se inscribieron dentro de una ofensiva diplomática tendiente a suavizar el efecto de los atentados registrados en varios países y de los cuales Estados Unidos consideró como principales impulsores a Libia y Siria.

FACTOR MILITAR

Con el auspicio y el respaldo soviético, se ha erigido en Siria una temible "maquinaria de guerra", con una milicia compuesta por unos 400.000 efectivos, con 700 aviones de combate, 265 helicópteros, cinco divisiones blindadas, tres divisiones mecanizadas, 4.200 tanques (incluyendo 1.100 T-72, el último modelo soviético), 1.460 transportes blindados y 2.300 piezas de artillería.

Hasta el momento, el Presidente Assad ha logrado evitar que, cualquier clima de tensión generado en el seno de las Fuerzas Armadas, no haya alcanzado derivaciones realmente importantes.

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Coronel (Av.)
Roberto C. Leira

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - A-2
Copia 2 - E-2
Copia 3 - C-2
Copia 4 - N-2

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 031/86

ACTIVIDADES DE SOLIDARIDAD CON CHILE

ORGANIZADAS POR EL PARTIDO COMUNISTA URUGUAYO.-

Montevideo, 13 de agosto de 1986.-

9005135

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 13 de agosto de 1986.-

ACTIVIDADES DE SOLIDARIDAD CON CHILE ORGANIZADAS POR EL PARTIDO COMUNISTA URUGUAYO (PCU)

El Partido Comunista del Uruguay realizó en el correr del mes de mayo del año en curso, una serie de reuniones con exiliados chilenos, representantes del Movimiento de Defensa del Pueblo de Chile, cuyo objetivo fue el de trazar una estrategia común latinoamericana para "aislar" al gobierno del General Augusto Pinochet de los países vecinos y destruir la "imagen" de las Fuerzas Armadas chilenas.

En Chile, mientras tanto, el año 1986 se encuentra considerado por las fuerzas políticas de oposición al Gral. Pinochet, como un "año de definiciones y decisivo para la caída de la dictadura" .

Resulta evidente que recién se está en la etapa de "organización de la resistencia", aunque comienzan a observarse síntomas de coordinación política (movilizaciones y trabajo unitario), cuyos objetivos sicopolíticos es el de "unir a la oposición", crear una "conciencia de solidaridad con Chile" y también el de "dividir a las Fuerzas Armadas" de ese país.

El plan articulado en nuestro país -y sobre el cual, el Partido Comunista absorbe toda responsabilidad para ejecutarlo- comprende las etapas y objetivos que se detallan a continuación:

I.- El P.C.U., que en este documento se arroga para sí toda la representatividad del Movimiento Popular, se compromete a brindarle todo el apoyo necesario al organismo representativo del Movimiento de Defensa del Pueblo (M.D.P.) de Chile en Uruguay. Dicho en otros términos, el P.C.U. le proporcionará sus canales para que el M.D.P. de Chile en Uruguay se aproxime al movimiento sindical, movimiento cooperativo, movimiento estudiantil, fuerzas políticas (Frente Amplio) y fuerzas sociales, lo que marca claramente no una simple interacción en el campo de la in

formación, sino un paso importantísimo para la consolidación de una estructura de presión (orientada hacia Chile) en nuestro territorio.

II.- El segundo paso en este Plan es -entendemos que ya se ha dado- el de movilización de las masas que componen el Movimiento Popular.

Cabe recordar que durante el mes de junio viajó una numerosa delegación de jóvenes estudiantes uruguayos a Chile, a los que no se les permitió el ingreso al país. Como consecuencia de este hecho, en nuestra capital -y durante el mes de junio- se llevaron a cabo dos "Jornadas de Solidaridad con el Pueblo de Chile", organizadas y custodiadas por cuadros que componen la autodefensa del P.C.U..

Esta segunda etapa, también incluye la distribución de distintos tipos de materiales de propaganda denunciando la situación política, económica y social imperante en Chile.

III.- Esta etapa, que en nuestra consideración implica niveles superiores de lucha, encierra específicamente el establecimiento de contactos directos, entre las distintas organizaciones de masas de Uruguay, con sus similares de Chile.

Es decir, dirigentes sindicales uruguayos con dirigentes sindicales chilenos, estudiantiles, mujeres, religiosos, etc..

Corresponde aclarar, que este paso recién será dado cuando la presión sobre el gobierno del Gral. Pinochet sea abrazada como causa latinoamericana (que el esfuerzo haya alcanzado niveles similares en Argentina, Brasil, Perú, Uruguay, etc.).

IV.- El último punto involucra la inserción dentro de la "Campaña de Solidaridad" de los parlamentarios uruguayos, tanto efectuando declaraciones, como así también viajando en delegaciones a Chile.

Este punto contiene dos situaciones claramente definidas. La primera, la de llegar a todas las corrientes de opinión, utilizando para ello a los representantes nacionales de todos los sectores políticos, en torno a un tema de creciente notoriedad.

El segundo, más allá de ser una acción política efectiva, es en apoyo de la reinstauración del sistema democrático en Chile. Los comunistas uruguayos, junto a los exiliados chilenos que componen

el M.D.P. chileno entienden que es "una forma de disminuir el nivel represivo".

En este sentido, es de orden denunciar la maniobra que viene desarrollando el P.C.U. y para la cual hasta el momento ha facilitado:

- Su estructura y experiencia acumulada en el exterior, por haber transitado un proceso similar desde 1973 a 1985.
- Apoyo financiero y publicitario (en los medios de comunicación tanto oral -CX 30-, como escritos -"El Popular" y "La Hora"-, los que desde el mes de mayo sostienen incansablemente una cerrada campaña no solamente destinada a denunciar los errores en que ha incurrido el gobierno del Gral. Pinochet, sino también contra las Fuerzas Armadas chilenas. Instrumento éste que es sutilmente utilizado -en el terreno sicopolítico- para lograr un paralelismo de imágenes con las FF.AA. uruguayas.
- Se ha cedido, por parte del Partido Comunista del Uruguay, una oficina "provisoria" para el Movimiento de Defensa del Pueblo de Chile, en el local que ocupa actualmente la Regional Nº 1 del Partido Comunista Uruguayo, sita en la calle Ituzaingó Nº 1377.

Por último, corresponde señalar, que el objetivo trazado por la "resistencia chilena en el exilio" es el de "neutralizar los esfuerzos del "imperialismo" por imponer una salida de derecha (Alianza Democrática, liderada por la derecha de la Democracia Cristiana y compuesta por toda la reacción chilena). En este sentido, se solicita dé difusión del "Acta de Buenos Aires", resuelta en la reunión realizada allí el día 9 y 10 de mayo".

c.c.m.

9005135

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

Montevideo, 9 de setiembre de 1986.-

M E M O R A N D U M Nº 034/86

COMITE CHILE DEMOCRATICO

11153

- ANTECEDENTES

El Comité Chile Democrático toma esta denominación entre Setiembre y Octubre de 1984, al integrarse bajo un Comando Único y Conjunto, tres organizaciones de oposición que fueron:

"Chile Democrático".

"Comité Pro-Retorno de Exiliados".

"Coordinadora de residentes chilenos de Mendoza".

En la actualidad, las organizaciones que componen el "Comité Chile Democrático"son diez, a saber:

A.-"Chile Democrático"(actúa en el Gran Mendoza).
Fuerte influencia del Peronismo Revolucionario.

B.-"Coordinadora de Residentes Chilenos del Valle de Uco"(activa en parte del área mencionada, pero particularmente en la ciudad de Tunuyán).

C.-"Coordinadora de Residentes Chilenos de Mendoza"(actúa en el Gran Mendoza), con sólidos vínculos en el Partido Comunista Argentino (P.C.A.).

D.-"Coordinadora de Residentes Chilenos de Malargüe"(sus actividades se desarrollan en dicha localidad, con posibles nexos en San Rafael).

E.-"Chile no se rinde" (opera en Luján de Cuyo). Prácticamente está controlado por el Movimiento al Socialismo (M.A.S.).

F.-"Comité Pro-Retorno de Exiliados" (COPROREX). Actúa en el Gran Mendoza pero particularmente en Godoy Cruz, vinculado al M.A.S. y a la Liga Argentina por los Derechos del Hombre (L.A.D.H.).

G.-"Comisión Sindical en el Exilio" (se ocupa de contactar al sindicalismo argentino para obtener su solidaridad). Vinculado al Peronismo Revolucionario.

H.- Taller Cultural "Pablo Neruda", tiene su sede en Joaquín V.

9005136

González Nº 2002 -Dorrego- Guaymallén. Su marco de actuación es el ámbito de los artistas, cantores, actores, mimos, plásticos, artesanos, procurando que éstos apoyen sus reivindicaciones contra el Gral. Pinochet. Vinculado al Peronismo Revolucionario y a la Federación de Juventudes Comunistas (F.J.C.).

I.-"Coordinadora de Presos Políticos de Chile".Está en directa vinculación con la "Comisión de Derechos Humanos del Comité Chile Democrático de Capital Federal y es el nexo con las organizaciones sociales que operan en la Provincia.

J.-"Cipriano Pontigo", es la organización más moderna. Se fundó en julio-agosto de 1985; opera en el Departamento Maipú. Está integrada por militantes del Partido Comunista Chileno y fuertemente vinculada al P.C.CH. (Cipriano Pontigo fue un militante del P.C.CH., muerto en Chile).

"Chile Democrático" cuenta con subsidiarias en 44 países a saber, incluyendo algunos, detras de la cortina de hierro, ignorándose cuáles).

SEDE PRINCIPAL: ROMA (ITALIA)

- Héctor Armando Coloma Herrera. C.I. Ch. Nº 3.476.998-2, Pasaporte Nº 3.476.998/83, profesor de matemáticas. Partido Comunista.
- Luis Alberto Guastavino Córdoba. C.I. Ch. Nº 3.040.683, Pasaporte 148/83, miembro del Comité Central del Partido Comunista Chileno, y miembro del Comité Chileno de la Organización Latinoamericana de Solidaridad (OLAS), creada en Cuba.
- José Antonio Leal Labrin. C.I. Ch. Nº 5.379.667-2, Pasaporte Nº 5.379.667-2/158, miembro del Comité Central del Partido Comunista Chileno.
- Héctor Tancredo Pinochet Ciudad. C.I.Ch. Nº 3.871.712, Pasaporte Nº 000141, escritor.
- Patricio Romano Lorca. C.I. Ch. Nº 2.709.755, Pasaporte Nº 2.709.755/78, profesor, ex-candidato a diputado por el Partido Comunista Chileno.
- Leonardo Wenceslao Soto Salas. C.I.Ch. 4.888.211, Pasaporte Nº 4.888.211/79, técnico agrícola.
- Martín Andrade. Actor y poeta, activo en el Departamento Cultural.

- Horacio Duran. Integrante del Conjunto Musical Inti-Illimani. Actúa en el Departamento Cultural.
- José Seves. Integrante del Conjunto Musical Inti-Illimani. Actúa en el Departamento Cultural.
- Max Berru. Integrante del Conjunto Musical Inti-Illimani. Actúa en el Departamento Cultural.
- Horacio Salinas. Es el director del referido conjunto musical.
- Jorge Coulon. Es integrante del referido conjunto musical. Actúa en el Departamento Cultural.
- Marcelo Coulon. Es integrante del referido conjunto musical y actúa en el Departamento Cultural.
- Renato Sandoval. Es integrante del conjunto musical Inti-Illimani. Actúa en el Departamento Cultural.

CUBA

- Mireya Elba Baltra Moreno. C.I. Ch. Nº 3.408.050. Pasaporte Nº 3.408.050/47, miembro del Comité Central del Partido Comunista Chileno, ex-Ministro de Trabajo y Previsión Social. En abril del pasado año, formando parte del Frente Continental de Mujeres contra la intervención (formado en Nicaragua en 1982) visita la capital federal, acompañada de la Comandante salvadoreña "Galia", miembro del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional. Allí contactaron a la multisectorial de la Mujer, al Nucleamiento de Mujeres Políticas y a la dirección del Partido Comunista de Argentina. Visitaría frecuentemente Nicaragua.
- Cristian Carlos Gonzalez Toro. C.I. Ch. Nº 3.801.586-9. Pasaporte Nº 3.801.586, médico psiquiatra.
- Leoncio Ruperto Saavedra Concha. C.I. Ch. Nº 85.329. Pasaporte Nº 8539-0284, ex-intendente (Gobernador de Curicó).

ALEMANIA FEDERAL

- Juan Eliseo Quintana Miranda. C.I. Ch. Nº 2.823.941. Pasaporte Nº 2.823.941/113, ex-diputado por el Partido Comunista Chileno. Procesado por la Fiscalía Militar de Concepción, por transporte y tenencia de explosivos.

- Gerardo Artemio Villegas Millar. C.I. Ch. Nº 4.439.378. Nacido el 04/Feb./42, casado. Participó en la reunión de dirigentes chilenos en el exilio, realizada entre el 07/14 de Enero del pasado año en la ciudad de Mendoza (Argentina).
- Carlos Lira Troncoso. Pasaporte Nº 0247131.

REPUBLICA DEMOCRATICA ALEMANA

- Eduardo Antonio Rojas Cuellar. C.I. Ch. Nº 4.034.296. Pasaporte Nº 493/83. Ex-candidato a Diputado por la Unidad Popular. Viaja frecuentemente a Francia por ocupar el cargo de Vicepresidente de la Comisión Exterior de la Central Unica de Trabajadores (CEXCUT), con sede en París.

FRANCIA

- Leoncio Daniel Salinas Muñoz. C.I. Ch. Nº5.842.2394. Pasaporte Nº 472-83, ex-Secretario Nacional del Partido Socialista de Chile. En 1973 viajó a Cuba a recibir cursos de guerrilla urbana y adiestramiento paramilitar. Se integró al Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).
- Mario Alberto Navarro Castro. C.I.Ch. Nº 3.431.437. Pasaporte Nº 3.431.437/194. Presidente del Comité Exterior de la Central Unica de Trabajadores (CEXCUT), con sede en París. Militante del Partido Comunista Chileno.

BELGICA

- Bernardo del Carmen Vargas Fernández. C.I. Ch. Nº 5.593.286. Pasaporte Nº 5.593.286/193. Socialista. Procesado y condenado en 1974 por la Fiscalía de Carabineros "Diego de Almafro", por tentativa de homicidio. Actualmente es Secretario General del Comité Exterior de la Central Unica de Trabajadores, con sede en París, por lo cual viaja seguido a dicha ciudad.

HOLANDA

- José Teodomiro Vargas Niello. C.I. Ch. Nº 4.569.592. Dirigente del Movimiento de Acción Partidaria Unitaria (MAPU).
- Fernando Horacio Polle Ocampo. C.I. Ch. Nº 1.679.609-3. Dirigente del MIR.

- Gerardo Artemio Villegas Millar. C.I. Ch. Nº 4.439.378. Nacido el 04/Feb./42, casado. Participó en la reunión de dirigentes chilenos en el exilio, realizada entre el 07/14 de Enero del pasado año en la ciudad de Mendoza (Argentina).
- Carlos Lira Troncoso. Pasaporte Nº 0247131.

REPUBLICA DEMOCRATICA ALEMANA

- Eduardo Antonio Rojas Cuellar. C.I. Ch. Nº 4.034.296. Pasaporte Nº 493/83. Ex-candidato a Diputado por la Unidad Popular. Viaja frecuentemente a Francia por ocupar el cargo de Vicepresidente de la Comisión Exterior de la Central Unica de Trabajadores (CEXCUT), con sede en París.

FRANCIA

- Leoncio Daniel Salinas Muñoz. C.I. Ch. Nº5.842.2394. Pasaporte Nº 472-83, ex-Secretario Nacional del Partido Socialista de Chile. En 1973 viajó a Cuba a recibir cursos de guerrilla urbana y adiestramiento paramilitar. Se integró al Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).
- Mario Alberto Navarro Castro. C.I.Ch. Nº 3.431.437. Pasaporte Nº 3.431.437/194. Presidente del Comité Exterior de la Central Unica de Trabajadores (CEXCUT), con sede en París. Militante del Partido Comunista Chileno.

BELGICA

- Bernardo del Carmen Vargas Fernández. C.I. Ch. Nº 5.593.286. Pasaporte Nº 5.593.286/193. Socialista. Procesado y condenado en 1974 por la Fiscalía de Carabineros "Diego de Almafro", por tentativa de homicidio. Actualmente es Secretario General del Comité Exterior de la Central Unica de Trabajadores, con sede en París, por lo cual viaja seguido a dicha ciudad.

HOLANDA

- José Teodomiro Vargas Niello. C.I. Ch. Nº 4.569.592. Dirigente del Movimiento de Acción Partidaria Unitaria (MAPU).
- Fernando Horacio Polle Ocampo. C.I. Ch. Nº 1.679.609-3. Dirigente del MIR.

- Carlos Vicente Ramón Ossa Coo. C.I. Ch. Nº 3.289.022. Pasaporte PP "R" Nº 100812.
- Teresa Smith. Pasaporte PP"R" Nº 106151. nacida el 21/Oct./32. Desde 1970 milita en el P.C. Ch.. En dicho momento activaba en la Célula "18 de Diciembre" en la Corporación de Fomento (CORFO), con Carné Nº 125.742. Entre el 07/14.Ene.85 participó en una reunión de dirigentes chilenos exilidados, realizada en Mendoza, Argentina.
- Marta Mauripu. Argentina. Nacida el 27/Oct./42, divorciada, profesora. Documento Nacional de Identidad Nº 3.989.124. Participó entre el 07/14.Ene.85 de una reunión de dirigentes exiliados chilenos en Mendoza.
- Julieta Campussano. Miembro del Comité Central del P.C.Ch.. Desde 1961/65 ocupó una banca como diputado. En 1970/73 fue senadora por la Unidad Popular. El 13.Abr.85 asistió a la "Ferifiesta" del P.C. Argentino, efectuada en parque Sarmiento (Capital Federal). El 09.May.85 concurrió a Comodoro Rivadavia como oradora de un acto organizado por el Chile Democrático local. El 15.May.85 llega a Mendoza acompañada por el ex-Ministro de Trabajo, José Oyarce. El 16.2000.May.85 brindó junto a Oyarce, en el Salón de Actos de la U.T.N., Mendoza, una conferencia conjunta titulada "Democracia", deuda externa y nueva forma de dependencia."

ESPAÑA

- Alicia María Herrera. Nacida el 12.May.28, casada, abogada. Utiliza Pasaporte español PP. 9488/83. En la década de 1970, habría participado en el secuestro de un avión y su traslado a Cuba. Entre el 07/14.Ene.85 participó de una reunión de dirigentes chilenos exiliados. Se alojó en el Hotel "Gran Uriosto" (Infanta Mercedes de San Martín 48, ciudad Mendoza). Responde a la siguiente descripción física: estatura 1,55 mts, peso 65 kgs, tez morena, cabello oscuro color castaño oscuro.
- Adela Ademar. Española, nacida el 24.Ene.48, casada, abogada. Pasaporte PP "D" 8000/84. Entre el 07/14.Ene.85 participó en una reunión con dirigentes chilenos exiliados en Mendoza, Argentina.

SUECIA

- Jorge González. Pasaporte Nº 178/83. Ex-miembro de la Gendarmería de Chile (Servicio Penitenciario). Participó de la denominada

"Operación Retorno".

SUIZA

- Juan Aníbal Flores Gallardo. C.I. Ch. Nº 8.666.900-5. Cuando operaba en Mendoza en "Acción y Contra-inteligencia" del Comité Chile-Democrático, fue responsable de actividades de hostigamiento y pintadas murales contra el Consulado local.
  Salió del país el 12.Jun.85, por el Aeropuerto "Ezeiza" con destino a Zurich. Cuando estuvo en Capital Federal, se alojó en José Bulne Nº 1247, que sería una vivienda empleada por la minoría chilena.
- Rolando López. Pasaporte Nº 5/83, técnico electrónico. Participó de la denominada "Operación Retorno".

MOZAMBIQUE

- Mario Boris Glisser Weinstein. C.I. Ch. Nº 4.822.966. Médico, miembro del P.C.Ch.
- Eliseo Carol Sanhueza Saez. C.I. Ch. Nº 3.432.075-6. Ingeniero comercial. Miembro del P.C.Ch..
- Carlos Armando Villaroel Machuca. C.I. Ch. Nº 3.747.438. Profesor universitario, sociólogo, miembro del P.C.Ch..

ARGENTINA

Capital Federal

- Edgardo Condesa. Ex-Presidente del Comité Chile Democrático de la República Argentina. El 31.May.85, junto a Cecilia Suárez (hija de Jaime Suárez , ex-Secretario General del Gobierno Unión Popular (U.P.) y Ramón Quintana (miembro de la comisión de Derechos Humanos del Comité), organizó una conferencia de prensa en la cual denunció la existencia de 450 presos políticos en su país, exigiendo se respete el Tratado Internacional de Ginebra en las cárceles.
- Jaime Rodrigo Gazmuri Mujica. C.I. Ch. Nº 4.944.210. Miembro del Movimiento de Acción Partidaria Unitaria (MAPU) y del Comité Ejecutivo de Chile Democrático.
- Oscar Guillermo Garretón. Secretario General del MAPU. Ex-diputado, miembro del Comité Ejecutivo de Chile Democrático.
- Volodia Teitelboin. Intelectual, escritor, miembro del P.C.CH. Se presentó, junto a la ex-senadora Julieta Campussano (radicada en Holanda) al Comité Chile Democrático de Argentina, en la "Ferifiesta" del P.C. Argentino, realizada en abril del 85 en el Parque Sarmiento

8005136

(Capital Federal). Allí tuvo la oportunidad de contactar y exponer la lucha contra el Gobierno del Gral. Pinochet, a Vladimir Glogoleu (del Diario "Pravda" de la U.R.S.S.), Horts Bitchkowski (de "Neves Deutchabaud", de la República Democrática Alemana), Ignacy Krasicki (del Tribuna "Ludre", de Polonia), Gonzalo Carámbula (Director del diario "La Hora" de Uruguay), Joao Aveline (Director del Semanario "Voz de Unidade" de Brasil) y Nidia Fernández (Redactora del diario "Gramna" de Cuba).

- Ramón Quintana. Miembro de la Comisión de Derechos Humanos del Comité Chile Democrático Capital Federal. El 31.May.85 participó de una conferencia de prensa junto a Edgardo Condesa y Cecilia Suárez.
- Cecilia Suárez. Hija de Jaime Suárez (ex-Secretario General del Gobierno de la Unión Popular). El 31.May.85 participa de una conferencia de prensa junto a Edgardo Condesa (ex-Presidente de Chile Democrático Argentina) y Ramón Quintana (miembro de la Comisión de Derechos Humanos del Comité).
- Clodomiro Almeyda. Ex-miembro del Gabinete de Salvador Allende, activo dirigente del Comité de Chile Democrático de Capital Federal.
- Rolando Calderón. Actual Presidente del Comité Chile Democrático Argentino. Cumplió funciones de Gobierno con Salvador Allende. Entre 1984/85, habría estado clandestinamente en Chile, utilizando documentación falsa.
- Pablo Ossio. Dirigente de Chile Democrático Capital Federal y miembro de la Democracia Cristiana Chilena.

Bahía Blanca

- Juan Francisco Mayorga Navarro. Actual Presidente de Chile Democrático de Bahía Blanca.
- Walkier Uribe. Vice-Presidente de la misma organización.
- Juan Cortez. Tesorero de Chile Democrático de Bahía Blanca.
- Irene de la Luz Mayorga Navarro. Actual Secretaria del Comité Chile Democrático de Bahía Blanca. Es hermana del Presidente.
- Emiliano Vidal Cid. Integrante del Ejecutivo de Chile-Democrático de Bahía Blanca y es quien mantiene contacto directo con el MAS (Movimiento al Socialismo) de la localidad.

Alto Valle (Neuquén - Río Negro / Viedma - Gral. Roca).

A fines del año 1985, se constituyó una seccional denominada "Alto Valle", el que reunió en su seno los Chile Democráticos de Neuquén y Río Negro (con sus secciones Viedma y General Roca), fijando su sede en Cipolletti. La dirección política del mencionado "Comité Chile Democrático Alto Valle", quedó constituía como sigue:

- Mario Arcos, Presidente.
- José Calfuquier, Vicepresidente
- Fernando Chandia, Secretario
- Asner Lobos, Secretario
- Juan Muñoz, Secretario

Por otro lado, destacan las siguientes personas, como integrantes del mencionado Chile Democrático:

- Gamaliel Grandon Sepúlveda, ex-Presidente de la Seccional Neuquén de Chile Democrático Neuquén.
- Víctor Tiznado, ex-Secretario de Organización de Chile Democrático Neuquén.
- David Vega, ex-Secretario de Finanzas de Chile Democrático Neuquén.

San Juan

- Jorge R. Castellón Espinoza. Presidente de la Seccional Chile Democrático San Juan.

San Luis

- Mario (Se desconoce el apellido y si es el nombre verdadero). Presidente de la Seccional de Chile Democrático San Luis.

MENDOZA

Comisión Sindical en el Exilio.

- Santiago Uribe. Pertenece al Partido Socialista. En May/Jun.85 es detectado como Presidente de la "Comisión Sindical en el exilio". El 04.1930/2215Jun.85 participa de una conferencia en el aula magna de la Facultad de Ciencias Políticas de la Universidad Nacional Cuyo junto a Renato Lavagna y José Oyarce; en dicha oportunidad expresó: "A la caída del Gobierno de Pinochet, debe sucederle un gobierno socialista. No existe espacio para instaurar nuevamente una "democracia burguesa" que nuevamente sería derrocada por injerencia directa de EE.UU.

" Hoy, el Comité Chile Democrático que actúa en Argentina, debe ir

9005136

conformando sólidas retaguardias, para que el día que se tome el poder en Chile, este país (Argentina) no sea utilizado por fuerzas contrarrevolucionarias igual que actualmente Costa Rica y Honduras, desde donde operan contra Nicaragua".

En Chile, Uribe fue dirigente de la Central Única de Trabajadores (CUT), es hoy un admirador del proceso sandinista y tiene fuertes vínculos de amistad con el D.T.L. Guillermo Benito Martínez Aguero, actual Secretario General del Peronismo Revolucionario (PR), ex-Oficial Mayor de la Banda de Terroristas "Montoneros" y con el DTL. Vicente Antolín, Secretario Político del P.R., ex-Oficial Primero de los "Montoneros".

Utiliza el alias de "Guillermo" y habría sido miembro de Carabineros o de la Policía de Investigaciones de Chile.

Santiago Uribe emplea el alias de "Pedro" también, y reside en Pasaje Galarraga Nº 350 de Godoy Cruz y regentea un almacén y verdulería de Alvarez Thomas Nº 359 del referido Departamento, que como nombre comercial tiene pintada en su fachada "Gabriela".

Uribe desempeñó el cargo de Presidente de Chile Democrático Mendoza hasta el 15.Ene.86 aproximadamente, traspasándolo a José Oyarce.

Al mismo tiempo, desempeñaba el cargo de Secretario General del Partido Socialista (bloque Almeyda) en Mendoza, de donde fue suspendido y expulsado del partido, por haberse integrado al grupo denominado "De los Comandantes" (Sector exaltado del Partido Socialista que no son reconocidos como tales, simplemente los expulsan), partidarios de la insurrección armada al más corto plazo.

Durante su permanencia en la dirección política tanto de Chile Democrático Mendoza, como del Partido Socialista de la misma ciudad, formó la Coordinadora Regional de Chile Democrático con asiento en Mendoza, absorbiendo de esta forma a los Chile Democráticos de San Juan y San Luis. Del mismo modo hizo con las seccionales del Partido Socialista Chileno de San Luis, San Juan y Mendoza, no resultando ésta última por no contar nunca con el reconocimiento del Comité Central del Partido Socialista en Chile.

De ambas organizaciones, Uribe sostenía el cargo de Presidente y Secretario General respectivamente, quedando finalmente todo anulado.

Coordinadora de Residentes Chilenos.

- Actúa en el ámbito del Gran Mendoza, pero con centro de gravedad en los Departamentos de Las Heras (Barrio 5.000 Lotes) y Godoy Cruz (Barrios "La Gloria" y "Suazo"), siendo sus principales dirigentes y/o militantes:
- Héctor Cuevas Salvador. Ex-Presidente de la Confederación de Trabajadores de la Construcción. Actualmente está radicado en La Plata y se encuentra afectado de cáncer pulmonar. Se le ha efectuado tratamiento en los Hospitales San Juan de Dios y San Martín de dicha ciudad.

  Tiene 48 años de edad, está casado con Claudina García de Cuevas.
  Fue expulsado de Chile en Dic./82, junto a los dirigentes Manuel Bustos y Carlos Podlech, imputado de organizar un acto público protestario no autorizado en la Plaza Artesanos (Santiago). El 03.Dic de 1982 fue embarcado en el Aeropuerto Arturo Merino Benítez en un vuelo comercial de Lufthansa con destino a Río de Janeiro.
  El primer tiempo de su exilio, vivió en la República Democrática Alemana, pasó por Suiza y en 1984 ingresó a la Argentina, activando en Buenos Aires y Mendoza.
  El 07.Ago.85, el Ministro del Interior de Chile, Ricardo García, anunció oficialmente que Cuevas Salvador estáautorizado a un ingreso por 90 días (renovables) atendiendo "razones humanitarias" (su estado de salud).
  Por esta última razón, Cuevas Salvador ha abandonado la militancia activa.
- Osvaldo González Muñoz. Documento Nacional de Identidad Ext. Nº 92474242. En su carácter de Secretario General de la Coordinadora pasó a integrar el Comité Ejecutivo de Chile Democrático, siendo elegido durante el primer semestre de 1985 como Presidente del mismo. En Ago.85, fue presionado para que presente su renuncia por considerárselo "aburguezado". Aceptada la misma, fue reemplazado por Santiago Uribe, que hasta dicho momento era Presidente de la "Comisión Sindical en el Exilio".

  González Muñoz es un dirigente de extracción socialista, que sostenía que no debía hostigar al Consulado de Chile. Que había que buscar el acercamiento con las autoridades provinciales radicales,

S005136

no crear conflictos con éstas y sí "negociar" los votos de la minoría chilena a cambio de apoyo. Esta posición fue dejada de lado por Uribe.

Actualmente, González Muñoz está pensando abandonar la militancia activa, por tanto dejaría su cargo en el Comité Ejecutivo y en la Coordinadora.

- Silvia Basualto León. Desde Dic.83 hasta Ago/85 se desempeñó como Secretaria Femenina de la Coordinadora.

  Fue promovida por "Pedro" Santiago Uribe al cargo de responsable del Departamento de Organización del Comité, debido a que la consideraba como "una mujer con ....." (expresión textual cuando tomó la resolución).

  Silvia Basualto León que opera con el alias de "Silvia" mantiene una relación extramatrimonial con Pedro Segundo Contreras Rodríguez, responsable del Departamento Finanzas que utiliza el alias de "Pontigo". Complementariamente, se conoce que tiene alrededor de 45 años, tendiendo a obesa. Tiene dos hijas mujeres en Argentina: Otro hijo varón es estudiante universitario, reside en Chile. Esta mujer vive en el barrio San Martín (villa miseria de la ciudad de Mendoza), mantiene contactos con el Padre Alejandro del Corro (jesuíta) y Jorge Pachu, responsable del Comité Chile Democrático de dicho barrio.

- Claudio González Vera. Secretario de Juventud de la Coordinadora. Durante la Presidencia de Uribe, ejerció en el Departamento Solidaridad de Chile Democrático Mendoza.

- Mario González Araya. C.I. Ch. Nº 4.825.633-3. Secretario de Organización de la Coordinadora y miembro del Comité Ejecutivo de la misma.

  Está casado con Carmen Clemencia Vera de González, responsable del Departamento Femenino del Comité Chile Democrático Mendoza en la Administración de Uribe, con quien mantiene fuertes vínculos.

  En su domicilio de Tacuaría Nº 1031, Departamento Las Heras, se realizan frecuentes reuniones. Concurre regularmente a la sede del Peronismo Revolucionario.

- Gloria del Carmen Castillo de Farfán. Es responsable de la Coordinadora para el barrio "Susso". Ha sido detectada reiteradamente participando de marchas del Partido Comunista Argentino (P.C.A.), inclusive

9005136

portando carteles.

Comité Pro-Retorno de Exiliados (COPROREX)

- Arturo de la Cruz Tapia Tapia. Chileno. Reside en Godoy Cruz, calle Mitre Nº 21. Presidente de COPROREX. En tal carácter, integró en setiembre de 1983 el Comité de Solidaridad con el Pueblo Chileno, junto con José Jovino Oporto, del que participaban el Partido Comunista Argentino, Partido Intransigente (P.I.), Partido Obrero (P.O.) y la Liga Argentina por los Derechos del Hombre (L.A.D.H.). Está casado con Novelina del Carmen Riquelme Cruz, quien se desempeñó como "correo" de COPROREX.
- Novelina del Carmen Riquelme Cruz. Esposa del anterior y hermana de Samuel Segundo Riquelme Cruz, que fuera Subdirector de la Policía de Investigaciones de Chile, durante el Gobierno de Salvador Allende. Reside actualmente exiliado en Alemania Oriental.
- Arturo del Carmen Tapia Riquelme. Hijo de Arturo de la Cruz Tapia y Novelina del Carmen Riquelme Cruz. Militaría en COPROREX de Chile. Viaja frecuentemente a Argentina.
- Inés Tapia Riquelme. Hija de Arturo de la Cruz Tapia y Novelina del Carmen Riquelme Cruz. Militaría en COPROREX de Chile. Viaja frecuentemente a Argentina.
- Levi Rosman Tapia Riquelme. Hijo de Arturo de la Cruz Tapia y Novelina del Carmen Riquelme Cruz. Militaría en COPROREX de Chile.
- América Tapia Riquelme. Hija de Arturo de la Cruz Tapia y Novelina del Carmen Riquelme. Militaría en COPROREX de chile.
- María Emilia Tapia Riquelme. (Documento Nacional de Identidad Ext. Nº 92413639. Actúa en la Juventud del Comité Chile Democrático.
- Miriam Azucena Tapia Riquelme. Milita activamente en COPROREX y en el Comité Chile Democrático.
- Tania Paulette Tapia Riquelme. Actúa permanentemente en la Juventud del Comité Chile Democrático.
- José Jovino Oporto del Río. Junto a Arturo Tapia representó a COPROREX en el Comité Mendocino de Solidaridad con la lucha del pueblo chileno. Dentro de la minoría chilena, se le señala como militante del MIR.
- Hermes Cartagena. De nacionalidad chilena. Está vinculado al anterior. Según comentarios que se efectúan dentro de la Organización

pertenecería a la estructura de seguridad del movimiento (habría sido militar o policía en su país). Se sospecha que contacta a elementos delincuentes de Mendoza para la adquisición de armamento, pagando precios más altos que lo habitual en el mercado. Tiene buenas relaciones con Gùillermo Benito Martínez Aguero.

- Olinda del Rosario Olguen Fernández. Opera como "correo" por cuenta de COPROREX.
- José Santiago González. Chileno.
- Luis Carlos Novello. Es el único argentino detectado militando en COPROREX.

Coordinadora de Residentes Chilenos en Malargue.

- José Rosas Muñoz Rojas. Presidente del Centro de Residentes chilenos en Malargue.
- José Miguel Figueroa Aguirre. Secretario del Centro.
- Diosnelda Sandoval Fortón de González. Documento Nacional de Identidad Ext. Nº 924804.

Coordinadora de Residentes chilenos del Valle de Uco.

- Guillermo Franklin. Habría quedado como Presidente de la Coordinadora, luego que el anterior, Basilio Segundo Melilian, se radicó en San Rafael.
- Hugo Verdugo. Secretario de la Coordinadora.
- Jhonson Opasso. Pro Secretario de la Coordinadora.
- Luis Quintanilla. Tesorero de la Coordinadora.
- Alfonso Orrego. Pro-Tesorero de la Coordinadora.
- Erto Menas. Dirigente de Tunuyán de la Coordinadora.
- Luis Palacio. Dirigente de Tunuyán de la Coordinadora.

"Chile No Se Rinde".

- José Tomás Romero. Chileno. C.I. Ext. Pol. Men. Nº 435.017. Casado, tiene tres hijos. Domiciliado en Julio Argentino Roca Nº716, Luján de Cuyo. Empleado en el Municipio de Luján de Cuyo como integrante del equipo de seguridad (vigilancia) en "Feriagro" u otros eventos. Es uno de los principales dirigentes de "Chile no se rinde".
- Aldo Rocamora. Chileno. Domiciliado en Julio A. Roca y Alfredo Bufana. Viaja regularmente a Chile. Es empleado de la Empresa "Carbometal". Milita en "Chile no se rinde".
- Manuel Cuevas. Chileno. Tiene 46 años aproximadamente. Se domicilia

en el barrio "Costa Canal", calle Gascón, de Luján de Cuyo. Es casado, tiene tres hijos (uno casado). Viaja con mucha frecuencia a Chile. Es Presidente de las Comisiones Vecinales de los barrios Costa Canal y San Cayetano, ambos de Luján de Cuyo. Es dirigente de "Chile no se rinde" y del M.A.S. No realiza ninguna labor rentada, por lo cual se estima que alguna de estas organizaciones lo mantiene económicamente.

- Víctor Hugo García. Chileno. En marzo del pasado año hizo abandono del Departamento Luján de Cuyo y se radicó en el Departamento Lavalle, para organizar en éste a "Chile no se rinde".
- Hernán Faundes. Chileno. Domiciliado en el barrio Casta Canal. Milita en "Chile no se rinde".
- "Hernández". Nombre no obtenido. Es chileno. Sería el "correo" y nexo de "Chile no se rinde" con Chile. Reside en el barrio Costa Canal.
- "Quiroga". Es argentino. Sería ex-Oficial de la Policía de Mendoza. Milita en el M.A.S. En oportunidad que los dirigentes chilenos se reúnen en el local de este partido (Alvear y San Martín, "Galería Fassio"), dirige un equipo de seguridad exterior.
- Héctor Cáceres. Podría tratarse de un alias que emplea un chileno que se ha asumido como Presidente de "Chile no se rinde". En la dirección obtenida en Mendoza, al practicarse el ambiental en Luján de Cuyo, resultó absolutamente desconocido.

Coordinadora de Presos Políticos de Chile.

- Carlos Alvarez. Chileno. Es el responsable de la Coordinadora de Presos Políticos de Chile. Está vinculado a los organismos sociales locales, en particular a Madres de Plaza de Mayo. Se le formularon serias objeciones a su actuación en relación a la campaña de denuncias que debía promover (1985), habiéndose frustrado también su presentación ante la Comisión de Derechos Humanos y Garantías Constitucionales de la Legislatura Provincial. Este factor y su relación de amistad con Osvaldo Gonzáles Muñoz (ex-Presidente del Comité Chile Democrático), causarían que Santiago Uribe (anterior Presidente del Comité Chile Democrático), lo renueva de su cargo.

Taller "Pablo Neruda".

- Oscar Bracelli. Es el responsable del Taller Cultural "Pablo Neruda".

9005136

Es el único argentino que ocupa tan alto cargo, que le otorga derecho inclusive a integrar el Comité Ejecutivo de Chile Democrático, durante la presidencia de Santiago Uribe, de quien gozaba de toda su confianza. Braselli es también uno de los principales dirigentes de la Fundación Económica de Cuyo.

En la década pasada (en 1974) Braselli, luego que retorna al estado laico, milita y dirige una imprenta situada en la calle San Juan Nº 742, que cesa de funcionar luego que fuera volada con una carga de explosivos. El sector de la Juventud Peronista a que se vinculó Braselli es el que estuvo alineado con los "Montoneros".

Comité Chile Democrático.

Los que se mencionan en este apartado, son dirigentes y militantes que fueron detectados integrando directamente el "Comité", sin haber pasado previamente por otra organización componente.

Actual Comisión Política (Ejecutivo) del Comité Chile Democrático Mendoza:

- Ricardo Hernández. P.R.Tel.: 257504. Actual Secretario General del Comité Chile Democrático Mendoza. En el período anterior (Santiago Uribe), también formó parte del Ejecutivo de la organización.
- José Oyarce. P.C. Ex-Ministro de Trabajo del Gobierno de Salvador Allende. Actual Presidente del Comité Chile Democrático Mendoza.
- Eduardo Flores. P.S. Actual Secretario de Organización del Comité Chile Democrático Mendoza.
- Bernardo Granado Sánchez. P.S. Argentino. Casado con Ema Lopono. Domiciliado en Ituzaingó 3102 Mendoza. Lugar de reuniones del P.S.Ch. Viaja constantemente a Chile, trayendo mercaderías para Derechos Humanos de la 5ta. Región, donde su cuñada María Lopono es Presidente. Su concuñado era César Olmos, dirigente del P.S. actualmente fallecido, después de haber permanecido por espacio de 8 meses oculto en Mendoza.
- Carlos Alvarez. P.C. Tiene 36 años aproximadamente. Integraba el Departamento Prensa y Propaganda de Chile Democrático en el gobierno de Uribe. Es representante de su partido ante el Movimiento Democrático Popular (M.D.P.) y actualmente se desempeña como integrante del Ejecutivo de Chile Democrático Mendoza, sin comisión a cargo por el momento.

- Carmen Vera. P.C. Es encargado del Departamento Femenino de Chile Democrático en el tiempo de Santiago Uribe. Está casada con Marcos González (miembro de la Comisión Política del P.C. en Mendoza), madre de Claudio González (estudiante de Computación en la Universidad de Cuyo y actuaba en el Departamento de Planificación de Chile Democrático en el período anterior). Claudio es casado con Sandra Bravo, de 27 años aproximadamente, estudiante (becada) de Psicología en la Universidad de Aconcagua. Tienen una hija. Actúa en el Comité Solidaridad (Derechos Humanos de Chile Democrático Mendoza en el período anterior. Es hija de Jorge Bravo, quien es dueño de un auto en "Radiomóvil" (colectivo Santiago-Mendoza).
- Carmen Vera. Participó en el último Encuentro de Mujeres del Cono Sur efectuado en Mendoza, en la segunda quincena del mes de enero el año en curso, siendo financiada su participación por Chile Democrático. Actualmente actúa en el Ejecutivo de Chile Democrático, sin una comisión a cargo por el momento.

Principales integrantes del Comité Chile Democrático Mendoza, que aún cuando no pertenecen a la cabeza visible de la organización, son importantes tanto en ésta como en sus respectivos partidos políticos:

Partido Comunista

- Mario Barraza. Representante de su partido ante el Movimiento Democrático Popular (M.D.P.), junto a Carlos Alvarez. Tiene aproximadamente 42 años. Es dirigente sindical. Fue encargado del aparato sindical de Chile Democrático durante el período de Santiago Uribe.
- Pedro Morales Vásquez. Tiene 32 años aproximadamente. Estudió en el Liceo Industrial de Rancagua. De nombre político "Peter". Integrante de la JJ.CC. y milita en el Chile Democrático Mendoza.
- Francisco Morales Vásquez. Tiene 29 años aproximadamente. Es especialista en mantenimiento de equipos industriales. Estudió en la Universidad de La Serena. Milita en la JJ.CC. e integraba el Departamento Juvenil de Chile Democrático en la época de Uribe y se desempeñaba además como enlace entre el Departamento Juvenil y el Ejecutivo de ese tiempo.
- Luis Castillo. Domiciliado en La Rioja 1990. Militante de la JJ.CC. e integraba el Departamento Solidaridad de Chile Democrático en el período anterior.

- Jorge Ramón Gallardo Gallardo. Tiene 28 años. Soltero. Domiciliado en Castro Omar 320, ciudad. Domicilio del trabajo: San Martín 3055 (lavado de alfombras). Integrante de la JJ.CC. y era encargado de Prensa y Propaganda en el período anterior.

- Movimiento de Izquierda Revolucionario (M.I.R.)

- Carlos Bernardo Contreras Paimecal. Máximo dirigente del M.I.R. en Mendoza. Representante de su partido ante el M.D.P. y en el período anterior de Chile Democrático. Participaba en el Departamento de Solidaridad a cargo de Derechos Humanos. Tiene 22 años. Estudia computación en la Universidad de Cuyo. Convive con Mónica Luz Romo Alvarez, con quien tiene un hijo de 1 año de nombre Claudio. Su anterior domicilio era Matus Hoyos 160, casa 4. Actualmente vive a unas dos cuadras de ese lugar. El día 24.Dic.85, Contreras viajó a Chile vía O' Higgins-San Martín con el objeto de despedir a un familiar que viajaba (según él "mandado por el partido") a Europa y quería despedirlo.

- Patricio A. Villablanca Pinto. Tiene 30 años aproximadamente. Militante de Chile Democrático Mendoza.

- Abraham Palma Lara. Militante de Chile Democrático Mendoza. De nombre político "René".

Partido Socialista (Bloque Almeyda)

- Luis Vega Vergara. (P.S. bloque Briones). Domiciliado en Buenos Aires Nº 559. Encargado de Finanzas durante la presidencia de Santiago Uribe.

- Hugo Reyes. Tiene 35 años. Desempeñó el puesto de profesor de estado durante el Gobierno de la Unidad Popular. Actuaba como Secretario de Frente de Masas de la Seccional Mendoza del Partido Socialista, donde ejercía como Secretario Político de la Juventud Socialista.

- José Farías. Domiciliado en Paraguay 2464, ciudad. Milita en Chile Democrático Mendoza.

- Pedro Pineda. Estudió 4 años en la USACH, en el actual período de Chile Democrático Mendoza. El Partido Socialista lo nominó para representar a su partido ante el Ejecutivo de la organización, no quedando nombrado hasta el momento en la directiva de Chile Democrático. Además, dentro de su partido ejerce el cargo de Secretario de la Juventud.

- Samuel Abraham Beza Zambrano (o Zenteno). Actual Secretario Político de su partido y máximo dirigente del mismo en Mendoza. Representante

de su partido ante el M.D.P. junto a Eduardo Flores. Nombre político, "Mario".

- Eduardo Flores. Actualmente dentro de su partido ejerce el cargo de Secretario de Frente de Masas, siendo nominado además, como representante de su partido ante el M.D.P., junto al máximo dirigente del mismo, Samuel Abraham Beza Zambrano. Dentro de Chile Democrático Mendoza ejerce el cargo de Secretario de organización.

Principales direcciones en Mendoza.

- Sede Central: Avda. 9 de Julio Nº 985. Se ingresa por una escalera caracol hasta un primer piso que tiene cuatro oficinas. En una de las puertas existe un cartel que consigna "Comité Juvenil". Esta oficina sería la que ocuparía Chile Democrático realizando reuniones todos los días viernes a partir de las 20.00 horas. Todo el primer piso pertenece a la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) Filial Mendoza.
- Córdoba Nº 260. Ciudad Mendoza. Es la sede provincial del Peronismo Revolucionario (P.R.), quien le cedió un sector de oficinas para uso exclusivo de Chile Democrático Mendoza.
- Gutiérrez Nº 88. Ciudad Mendoza. Es la sede provincial del Partido Socialista Unificado, cediéndole un sector para realizar reuniones.
- Tacuarí Nº 1031. Barrio aeronáutico. Departamento Las Heras. Este domicilio es propiedad del matrimonio integrado por Carmen Clemencia Vera Lorca de González (ver Ejecutivo de CH-Dem) y Osvaldo González Araya.
- Alvarez Condarco Nº 1765. Villa Hipódromo. Godoy Cruz.
- Revolución de Mayo Nº 1941. Godoy Cruz. Se realizan frecuentes reuniones de exiliados. La vivienda pertenecería a una familia "Ponce" pero también reside la estudiante chilena de Filosofía Ivonne Abarca Faune, quien milita en el Movimiento de Orientación Reformista (MOR) y del Comité Chile Democrático.
- Rafael Obligado Nº 2157. Departamento de Guaymallén. Residen aquí los estudiantes chilenos de filosofía, militante del M.O.R. y del Comité Chile Democrático, Jesús Miguel Pérez Prieto y Fabián Leyes Contreras. Ambos están vinculados a Ivonne Abarca Faune. También residen los chilenos militantes del Comité Chile Democrático, Juan Miguel Zárate Casanova y Orlando Labra Ahumada.

9005136

- Emilio Civit Nº 356. Ciudad Mendoza. Es una obra en construcción semi-terminada, situada a unos 100 metros del Consulado de Chile. Desde aquí se controlan las actividades de éste, empleándola además, como base de puesto de comando, cuando organizan actos de protesta frente a la Sede Consular. Reside en el lugar el militante del Comité Chile Democrático, Patricio Ismael Berazain Aguilera.
- Alberdi Nº 1100 (planta baja). Dorrego. Departamento de Guaymallén. Domicilio de Ricardo Méndez, miembro del Comité Chile Democrático.
- Paula Albarracín y Renato Della Santa.Villa Hipódromo. Godoy Cruz. Lugar de reuniones del Comité Chile Democrático. Aquí residen sus militantes Osvaldo Alejandro Pérez Gómez, Rúben Marcos Arenas Rodríguez, Orlando Enrique Roldán Arellano y Carlos Antonio Jara Fuentes.
- Hundría Nº 747, Dpto. E-7 (monoblock Laprida). Godoy Cruz. Residen los militantes del Comité Chile Democrático, Pedro Dante Ulises Villaroel Benítez y Miguel Angel Sánchez Contreras.
- Paula Albarracín Nº 1388. Dpto. Godoy Cruz. Residen los militantes Araceli Victoria Romo Alvarez y Ana Alejandra Flores Lara. Se realizan frecuentes reuniones.
- Pabellón "C" Entrada Nº 5 Dpto. 4. Barrio Cano. Ciudad Mendoza. En forma muy esporádica se concretan reuniones y se domicilian aquí Lautario Orlando Flores Gallardo, Patricia Ester Flores Gallardo y María Cristina Gallardo Astorga.
- Santiago del Estero Nº 2940. Godoy Cruz. Se realizan de dos a tres reuniones semanales, siempre en la tarde. Es el domicilio del dirigente Pedro Gajardo y su familia.
- Antártida Argentina Nº 1453. Godoy Cruz. Sitio de permanentes reuniones. Domicilio particular de Osvaldo González Muñoz. Ex-Presidente de Chile Democrático Mendoza.
- Alvear y San Martín. Galería Fassio - Luján de Cuyo. Aquí se ubica el local del M.A.S. Departamental. Se reúnen en el mismo los militantes de "Chile no se rinde".
- Sucre Nº 256. Dpto. Las Heras. Esta vivienda funciona como lugar de reunión de militantes de Chile Democrático.
- Mitre Nº 21. Godoy Cruz. Es el domicilio personal de Arturo de la Cruz Tapia, Presidente de **COPROREX**, organización integrante de Chile Democrático Mendoza, y de su esposa Novelina del Carmen Riquelme

Cruz. En el lugar hay frecuentes reuniones de los miembros de este nucleamiento.

- Lumiére S/Nº, entre Bufano y México. Barrio Cinco Mil Lotes. Depto. Las Heras. En el local del MAS. Tiene también su sede el "Comité Latinoamericano" (Sección Chile) de este partido, que se ocupa especialmente de apoyar las actividades de oposición de esta minoría.
- Maipú Nº 252. Ciudad Mendoza. Oficialmente es la sede de la Asociación Cultural Israelita de Mendoza. Realizan reuniones los miembros del Comité. En esta Asociación militan judíos sionistas vinculados al Partido Socialista o al P.C.A.
- Rodríguez Nº 557 y Mitre Nº 242. Departamento Maipú. Se realizan reuniones los días viernes a las 2000 horas, participando integrantes del Comité Ejecutivo de "Cipriano Pontigo", organización componente del Comité Chile Democrático.
- Manzana A - Lote 2. Barrio San Martín. Ciudad Mendoza. En este lugar, considerado una villa miseria, se realizan reuniones los jueves y domingos. Preside las mismas Jorge Pachu, Presidente del Comité y la Junta Vecinal.
- Libertad Nº 1001. Barrio Espejo - Dpto. Las Heras. Está en proceso de formación una delegación del Comité Chile Democrático.

EFECTIVOS.

- En todo el ámbito provincial, integrando a dirigentes y militantes que activan en forma constante, considerando las organizaciones, se estima un efectivo de 500/600 hombres y mujeres, inclusive argentinos que colaboran.
- Con los simpatizantes o adherentes ocasionales (por ejemplo participantes en oportunidad de efectuarse marchas), el efectivo total es de aproximadamente 1500/2000 personas como máximo.

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:
Original - Archivo
Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea
Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército
Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada
Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

c.c.m.

0005136

Cruz. En el lugar hay frecuentes reuniones de los miembros de este nucleamiento.

- Lumiére S/Nº, ente Bufano y México. Barrio Cinco mil lotes. Dpto. Las Heras. En el local del MAS . Tiene también su sede el "Comité Latinoamericano" (Sección Chile) de este partido, que se ocupa especialmente de apoyar las actividades de oposición de esta minoría.
- Maipú Nº 252. Ciudad Mendoza. Oficialmente es la sede de la Asociación Cultural Israelita de Mendoza. Realizan reuniones los miembros del Comité. En esta Asociación militan judíos sionistas vinculados al Partido Socialista o al P.C.A.
- Rodríguez Nº 557 y Mitre Nº 242. Departamento Maipú. Se realizan reuniones los días viernes a las 2000 horas, participando integrantes del Comité Ejecutivo de"Cipriano Pontigo", organización componente del Comité Chile Democrático.
- Manzana A - Lote 2. Barrio San Martín. Ciudad Mendoza. En este lugar, considerado una villa miseria, se realizan reuniones los jueves y domingos. Preside las mismas Jorge Pachu, Presidente del Comité y la Junta Vecinal.
- Libertad Nº 1001. Barrio Espejo - Departamento Las Heras. Está en proceso de formación una delegación del Comité Chile Democrático.

EFECTIVOS

- En todo el ámbito provincial, integrando a dirigentes y militantes que activan en forma constante, considerando las organizaciones, se estima un efectivo de 500/600 hombres y mujeres, inclusive argentinos que colaboran.
- Con los simpatizantes o adherentes ocasionales (Por ejemplo participantes en oportunidad de efectuarse marchas), el efectivo total es de aproximadamente 1500/2000 personas como máximo.

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I,FF.AA.

Cnel.(Avc.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Jefe del A-2

Copia Nº 2 - Sr. Jefe del E-2

Copia Nº 3 - Sr. Jefe del C-2

Copia Nº 4 - Sr. Jefe del N-2

21

9005136

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

1254

M E M O R A N D U M Nº036/86

ACUERDO GENERAL SOBRE ARANCELES Y COMERCIO

Montevideo, 04 de Setiembre de 1986.-

9005137

01-10

JUNTA DE COMANTANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

041525SET986

MEMORANDUM Nº036/86

ACUERDO GENERAL SOBRE ARANCELES Y COMERCIO

I.- ORIGEN Y FORMACION

Al finalizar la Segunda Guerra Mundial se sentaron las bases para la creación de instituciones económicas internacionales,con el objetivo de establecer reglas que deberían seguir los países en sus relaciones monetarias y comerciales de carácter multilateral. Las mismas son Fondo Monetario Internacional y Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (Banco Mundial),y en forma conjunta se comienza a gestar lo que posteriormente se conocería como el Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio .

Lo que en un comienzo se había previsto que sería la Organización de Comercio Internacional quedó reducido finalmente a un Acuerdo General (carácter provisorio) entre las naciones signatarias (23).

En el año 1945 Estados Unidos presentó un proyecto de Carta para la formación de la Organización Internacional de Comercio (OIC), varios países se reunieron con dicho objetivo en tres oportunidades: Londres (1946), Suiza (1947) y Cuba (1947-48).

En esta última reunión surgió la Carta de la Habana, instrumento jurídico , el cual es considerado el más liberal y completo al respecto del asunto.

Dicha Carta trataba sobre todos los problemas que interferían en las relaciones de cambios comerciales: barreras no tarifarias, reducción de niveles tarifarios, discriminación, subsidios, monopolios y carteles, productos primarios, mercado de trabajo,etc.

A efectos de administrar ese complejo de regulaciones sería creada la OIC. Debido a la excesiva liberalidad del proyecto los grandes países no lo ratificaron nunca. Pese a esto, se decidió mediante un acuerdo provisorio basado en el artículo XVII de dicha Carta, el cual trataba de reducciones tarifarias a través de negociaciones,y reforzado por

nuevos dispositivos relacionados a la política comercial, la creación del G.A.T.T..

Dicho organismo es un tratado multilateral firmado por más de 80 gobiernos que en conjunto suman más de las 4/5 partes del comercio mundial.

El Acuerdo General entró en vigor el 1º de enero de 1948, conociéndoselo con dicho nombre, sigla de su nombre en inglés (General Agreement on Tariffs and Trade).

Con el nacimiento del G.A.T.T. nació una nueva filosofía en las relaciones económicas internacionales, ejemplificada en un inédito sistema multilateral de concesiones tarifarias sin precedentes en la historia.

II.- FUNCIONAMIENTO Y ORGANIZACION

La sede central del G.A.T.T. funciona en la calle Centro William Rappard 154, en Lausanne, Ginebra (Suiza).

A.- Secretaría

A su frente se encuentra un Director General (en la actualidad el cargo lo ocupa Arthur Dunkel) y la misma comprende alrededor de 280 funcionarios.

B.- Sesión de las Partes Contratantes

Es el órgano mayor del organismo, realiza sus reuniones anualmente. Las decisiones se toman generalmente por consenso y no por votación. En las raras ocasiones en que la votación ha tenido lugar cada Parte Contratante (país miembro) cuenta con un voto.

En la votación de decisiones suele bastar la mayoría simple, pero se necesita una mayoría de dos tercios de los votos emitidos, que comprenda más de la mitad de los países miembros para la concesión de "exenciones", las cuales son autorizaciones que son otorgadas en casos particulares y para dejar de cumplir determinadas obligaciones impuestas por el Acuerdo.

Cuando los miembros actúan así , es decir en forma colectiva se designa en los documentos del Acuerdo General con la denominación de PARTES CONTRATANTES.

C.- Consejo de Representantes

Está facultado para ocuparse tanto de los asuntos de trámite como de los de carácter urgente entre los períodos de sesiones de

las Partes Contratantes. El Consejo se reúne unas nueve veces al año.

D.- Comité de Comercio y Desarrollo

Se ocupa de problemas prioritarios de los países en desarrollo y cuenta con un sub comité, creado en 1979, encargado de examinar medidas proteccionistas contra importaciones procedentes de esos países.

E.- Grupo Consultivo de los 18

Está compuesto por representantes de alto nivel, responsables de la elaboración de la política comercial en sus países. Observa la evolución del comercio mundial y evita que los problemas existentes generen controversias que amenacen perturbar las relaciones comerciales.

Este grupo está integrado por: Argentina, Australia, Brasil, Canadá, Comunidad Económica Europea (CEE), Egipto, Estados Unidos, India, Japón, Malasia, Paquistán,Perú, Suecia (por los países nórdicos), Suiza, Checoslovaquia, Turquía y Zaire.

F.- Comités Especiales

Son grupos de trabajo que se encargan de:

- Tratar asuntos corrientes (como por ejemplo solicitudes de adhesión al G.A.T.T.)

- Examen de acuerdos concluidos por los países miembros con objeto de comprobar su conformidad con las disposiciones del Acuerdo General.

- Estudio previo de asuntos sobre los cuales los Países Miembros, con objeto de comprobar su conformidad con las disposiciones del Acuerdo General, desean adoptar una decisión en conjunto.

Se establecen además grupos especiales de conciliación, los cuales están encargados de examinar las diferencias entre los Países Miembros.

G.- Comités Varios

Su función es la de supervisar la aplicación de los acuerdos resultantes de la Ronda de Tokio y de examinar la situación de los países que utilizan restricciones para proteger el equilibrio de la Balanza de Pagos.

Hay otros comités encargados del comercio de productos textiles, prácticas antidumping y cuestiones presupuestarias, financieras y administrativas.

III.- CENTRO DE COMERCIO INTERNACIONAL

El Centro de Comercio Internacional (CCI) fue creado por el G.A.T.T. en el año 1964. Su objetivo es auxiliar a los países en desarrollo a

promover sus exportaciones.

Es operado por el G.A.T.T. y por la Conferencia de las Naciones Unidas para el desarrollo (UNCTAD) desde el año 1968.

Responde a los países en vías de desarrollo en la formulación e implementación de programas de promoción de sus exportaciones.

Suministra información y publicidad sobre mercados exportadores y técnicas de comercialización y asiste en el establecimiento de promoción a la exportación y servicios de comercialización y entrenamiento de personal necesario a estos servicios.

El apoyo del CCI está disponible para todos los países en vías de desarrollo.

IV.- PAISES MIEMBROS DEL GATT

A.- Partes Contratantes del Acuerdo General

Alemania Federal, Bourkina Fasso, Argentina, Australia, Austria, Bangladesh, Barbados , Bélgica, Benin, Birmania, Brasil, Burundi, Camerún, Canadá, Congo, Rep. de Corea, Costa de Marfil, Cuba, Chad, Checoslovaquia, Chile, Chipre, Dinamarca, Egipto, España, Estados Unidos, Filipinas, Finlandia, Francia, Gabón, Gambia, Ghana, Grecia, Guyana, Haití, Hungría, India, Indonesia, Irlanda, Islandia, Israel, Italia, Jamaica, Japón, Kenia, Kuwait, Luxemburgo,Madagascar, Malasia, Malawi,Malta,Mauricio, Mauricio, Nicaragua, Niger, Noruega, Nigeria Nueva Zelandia, Países Bajos, Pakistán, Perú, Polonia, Portugal, Reino Unido, República Centroafricana, Rep. Dominicana, Rumania, Rwanda, Senegal, Sierra Leona, Singapur, Sri Lanka,Sudáfrica, Suecia, Suiza, Suriname, Tanzania, Togo, Trinidad yTobago, Turquía, Uganda, Uruguay, Yugoeslavia, Zaire y Zimbabwe.

B.- Países adheridos provisionalmente al Acuerdo General:

Colombia y Túnez.

C.- Países en cuyos territorios se aplicaba el G.AT.T. y que al adquirir su independencia continúan aplicándolo en espera de fijar definitivamente su política comercial

Angola, Argelia, Bahamas, Barhein, Botswana, Cabo Verde, Dominica, Emiratos Arabes Unidos, Fidji, Granada, Guinea Bisseau, Guinea Ecuatorial, Islas Salomón, Kampuchea, Kiribati, Lesotho, Maldivas, Malí, Mozambique, Papua, Nueva Guinea, Qatar, San Vicente, Santa Lucía, Santo Tomé y Príncipe, Seychelles, Swazilandia, Tonga, Tuvalu, Yemen

Democrático y Zambia.

V.- PRINCIPALES OBJETIVOS Y PRINCIPIOS EN QUE SE FUNDAMENTA EL G.A.T.T.

A.- Comercio sin discriminaciones

Todas las Partes Contratantes son obligadas a concederse mutuamente tratamiento tan favorable como aquel dado a cualquier país, en aplicación y administración de los derechos e impuestos de importación y exportación.

Ningún país concede ventajas comerciales especiales a otros países. Todos los países están en igual base, dividen o usufructúan beneficios de cualquier cambio en el sentido de reducir las barreras tarifarias.

Son permitidas excepciones a esta regla básica en circunstancias particulares, como los acuerdos de carácter regional y el tratamiento más favorable para los países en desarrollo.

B.- Tarifas Aduaneras

La industria nacional deberá ser protegida solamente a través de tarifas aduaneras y no a través de otras medidas comerciales. El objetivo de esta regla es limitar el uso del proteccionismo y posibilitar la competitividad.

C.- Base estable para el comercio

La consolidación de los niveles tarifarios, negociados entre las Partes Contratantes, permite una base estable para el comercio.

Son hechas concesiones por los países integrantes del Acuerdo General para algunos productos dispuestos en listas tarifarias. La renegociación de las concesiones tarifarias está prevista por el Acuerdo General pero un retorno a niveles más altos es raramente accionado por la posibilidad de exigirse compensación para cualquier aumento.

D.- Derecho a Consultas

A fin de evitar daños a los intereses comerciales de las Partes Contratantes el recurso a consultas es otro de los principios fundamentales del G.A.T.T.. Todos los países tienen el derecho de apelar al organismo para una solución justa de situaciones donde sus derechos garantizados por el Acuerdo General están siendo negados o comprometidos por otros miembros.

Una de las funciones básicas del G.A.T.T. es examinar y arbitrar los problemas comerciales que puedan surgir entre sus miembros.

S E C R E T O

La mayoría de las controversias se soluciona entre los propios países comprometidos, pero algunas son objeto de exámen y juzgamiento por parte de los grupos de especialistas independientes instituido por el Consejo del G.A.T.T.. Los componentes de esos grupos son escogidos por los países interesados entre aquellos que no tengan interés personal en la divergencia en juzgamiento.

E.- Derogaciones y Posibles Medidas de Emergencia

Existe un procedimiento, según el cual, un país puede solicitar la derogación de una o más obligaciones del G.A.T.T. cuando es justificada por sus circunstancias económicas o comerciales. Existen también dispositivos de emergencia en algunas circunstancias definidas.

F.- Restricciones Cuantitativas de las Importaciones(RQs)

La prohibición general de restricciones cuantitativas es un dispositivo básico del G.A.T.T., que lo instituyó en una época en que eran ampliamente aplicadas y constituían la mayor barrera al comercio mundial.

Hoy, las mismas son menos utilizadas, pero aún así afectan particularmente al comercio de productos agrícolas, textiles, productos industrializados exportados por los países en desarrollo.

La principal excepción a la prohibición general de las restricciones dice respecto al uso en dificultades generadas en la Balanza de Pagos, incluso en este caso las restricciones no deben ser aplicadas después del plazo necesario para proteger la Balanza de Pagos y deben ser progresivamente reducidas o eliminadas al ser inncesarias.

Esta excepción es extendida a los países en desarrollo a través del artículo XVII del G.A.T.T. que reconoce el hecho de la demanda por importaciones, exigir el mantenimiento de las RQs, a fin de evitar una pérdida excesiva de sus reservas cambiarias.

Los países con dificultades en la balanza de pagos han utilizado con frecuencia sobretasas o depósitos previos a la importación como sustituto de las RQs.

Cualquier miembro que considere que otro país aplica restricciones a la importación de manera contraria a los objetivos del G.A.T.T. y que por ese hecho su comercio esté siendo perjudicado, tiene el derecho de llevar el asunto a debate y pedir satisfacciones.

El G.A.T.T. toma en cuenta con las conclusiones del Fondo Monetario Internacional en los asuntos relativos al cambio, reservas monetarias y Balanza de pagos.

G.- Acuerdos Comerciales de Carácter Regional (ACRs)

Diversos países concretaron en los últimos años abolir barreras a las importaciones originarias o procedentes de países vecinos.
El Acuerdo General reconoce, en su artículo XXIV la importancia de mayor integración regional de las economías nacionales a través de un comercio más libre.
A consecuencia de esto, el Acuerdo exceptúa a ciertos grupos de países de aplicar la claúsula de "Nación más favorecida", quedando sujetos,los mismos,a algunos criterios estrictos.
Los Acuerdos Regionales deben garantizar mayor facilidad en el comercio entre las partes comprometidas sin crear barreras a los demás países del mundo. Pueden tomar la forma de una Unión Aduanera o un Area de Libre Comercio. En ambos casos los derechos aduaneros y otras barreras son retirados para todo el comercio entre sus miembros. En el Area de Libre Comercio (ALADI,AELC/EFTA) cada miembro mantiene su política comercial y su tarifa aduanera con relación a terceros países.
La Unión Aduanera (CEE) adopta una tarifa externa común. En los dos casos los derechos y otras reglas sobre el comercio de los miembros del grupo con países no miembros no deben ser más restrictivos que aquellos apilcados anteriormente a la formación del grupo.
De la Ronda de Tokio surgió un dispositivo que permite a los países en desarrollo concluir acuerdos comerciales de preferencias regionales interregionales a través de la eliminación o reducción de derechos aduaneros y barreras no tarifarias, en una base de reciprocidad, a pesar de la claúsula de tratamiento de "Nación más favorecida".

VI.- RONDAS REALIZADAS

En las siete rondas de reuniones realizadas hasta el momento los países miembros del G.A.T.T. han reducido las barreras arancelarias al comercio de un cierto número de productos.
En la primera serie de negociaciones realizada en Ginebra (Suiza) en 1947 se intercambiaron las primeras concesiones arancelarias entre los signatarios originales del acuerdo,las que se extendieron a todos los países miembros del G.A.T.T., en virtud de la claúsula de

S E C R E T O

"La Nación más favorecida".

Con posterioridad a ésta, se realizaron otra serie de rondas de negociaciones en las cuales se profundizó el proceso de reducciones arancelarias.

Las mismas tuvieron lugar en Torquay (Inglaterra) en 1951; en Annecy (Francia) en 1949; en Ginebra (Suiza) en 1956; la Ronda Dillon, realizada en Ginebra en 1960/61, cuyo logro fundamental fue las reducciones arancelarias del orden del 20%; la Ronda Kennedy, realizada en Ginebra en 1964/67, en la cual además de barreras arancelarias se negoció el tratamiento de obstáculos de carácter arancelario al comercio internacional.

La última ronda de negociaciones, realizada en la década del 70 y llamada Ronda de Tokio fue la de mayor alcance realizada hasta el momento y la misma se extendió desde 1973 hasta 1979.

Como resultado de ésta, además de reducciones arancelarias se aprobaron 10 códigos o acuerdos que comprenden temas específicos, tales como: compras estatales, subsidios y derechos compensatorios, valoración de mercaderías en aduanas, obstáculos técnicos al comercio, etc.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

Distribución:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Jefe del Departamento I del S.I.FF.AA.

mlms

9005137

" La Nación más favorecida".

Con posterioridad a ésta,se realizaron otra serie de rondas de negociaciones en las cuales se profundizó el proceso de reducciones arancelarias.

Las mismas tuvieron lugar en Torquay (Inglaterra) en 1951; en Annecy (Francia) en 1949; en Ginebra (Suiza) en 1956; la Ronda Dillon, realizada en Ginebra en 1960/61, cuyo logro fundamental fue las reducciones arancelarias del orden del 20%, la Ronda Kennedy, realizada en Ginebra en 1964/67, en la cual además de barreras arancelarias se negoció el tratamiento de obstáculos de carácter arancelario al comercio internacional.

La última ronda de negociaciones, realizada en la década del 70 y llamada Ronda de Tokio fue la de mayor alcance realizada hasta el momento y la misma se extendió desde 1973 hasta 1979.

Como resultado de ésta, además de reducciones arancelarias se aprobaron 10 códigos o acuerdos que comprenden temas específicos, tales como: compras estatales, subsidios y derechos compensatorios, valoración de mercaderías en aduanas, obstáculos técnicos al comercio,etc.

El Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Coronel (Av.) Roberto C.Leira

JUNTA DE COMANDANTES SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FUERZAS ARMADAS SUB DIRECTOR República O. del Uruguay

Distribución:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Sub Jefe del A-2

Copia Nº2: Señor Jefe del C-2

Copia Nº3: Señor Jefe del E-2

Copia Nº4: Señor Jefe del N-2

mlms

9005137

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº037/86

ACUERDO GENERAL SOBRE TARIFAS Y COMERCIO (G.A.T.T.)

Montevideo,17 de Setiembre de 1986.-

9005138

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

151420SET86

MEMORANDUM Nº037/86

ACUERDO GENERAL SOBRE TARIFAS Y COMERCIO (G.A.T.T.)

I.- GENERALIDADES

A continuación se detallan los principales aspectos que hacen a la actividad del GATT, su integración, objetivos, limitaciones y los códigos que el mismo establece.

A.- Nombre y creación

- General Agreement of Tariff and Trade (Acuerdo General sobre Tarifas y Comercio).

Desde su creación ha sido un tratado, entre los países firmantes y no una organización formal, es por ello que a los participantes se les reconoce como Partes Contratantes y no como Estados Signatarios.

B.- Evolución

1.- Se concibió en 1947 como preludio a la creación de una Organización Internacional de Comercio, planteado como un mero acuerdo provisional ante el fracaso del intento de creación de una institución comercial dependiente de las Naciones Unidas.

2.- Posteriormente, este acuerdo provisional vino a constituirse en el único reglamento de normalidad de las relaciones comerciales internacionales.

C.- Integración

1.- Acuerdo General

2.- Organos Permanentes

a.- Reunión (Generalmente Anual de Partes Contratantes)

b.- Consejo de Representantes

c.- Secretariado General, con un Director General.

D.- Período de secciones

1.- Regularmente una vez al año, participan todos los miembros.

2.- Cada parte cuenta con un voto,pese a ello las decisiones se toman por consenso.

9005138

E.- Objetivos

1.- Fijar el marco de negociaciones para el comercio mundial.

2.- Ampliación del comercio internacional de manera de alcanzar los altos niveles de ingreso. Se considera que por medio del comercio las naciones pueden mejorar sus niveles de empleo y el grado de aprovechamiento racional de recursos.

3.- Reducir la incertidumbre en materia de transacciones económicas comerciales por medio de diversas disposiciones tendientes a eliminar travas aduaneras, impositivas y de otro tipo que entorpezcan las relaciones comerciales.

F.- Prohibiciones

- Dentro de un marco normativo el GATT presupone la eliminación de todo tipo de práctica de comercio consideradas como desleales: "dumping", subsidios a la exportación, restricciones a la importación.

G.- Funcionamiento

- Principio de "De la Nación Más Favorecida" piedra angular del sistema, consagrado en el artículo 1 del Acuerdo, que sienta la premisa fundamental de la no discriminación en materia comercial.

H.- Terminología

1.- Multilateralidad

Se instrumenta por medio del otorgamiento de facilidades, que los países se obligan a conceder a todos los demás firmantes bajo el principio de la reciprocidad y de la nación más favorecida.

2.- Aranceles Aduaneros

Reconocidos como único mecanismo válido de protección.

3.- Compensación

Se otorga por el retiro y/o reducción de las concesiones arancelarias acordadas durante las negociaciones comerciales del GATT.

4.- Aceptación de uniones aduaneras o zonas de libre comercio

Siempre y cuando las concesiones y los aranceles que afecten a los países que la integran no sean más restrictivas que los que imperaban antes de la confrontación de tales uniones o zonas.

5.- Consultas

Para dirimir los conflictos comerciales surgidos de la aplicación de las medidas restrictivas.

3005138

6.- Represalia

Han sido estrictamente reglamentadas para aplicarse únicamente después de hacerse consultas.

7.- Excensiones

Mediante ellas se considera la posibilidad de no aplicar determinadas disposiciones siempre y cuando estén de acuerdo a lo estipulado por el Acuerdo General.

8.- Acuerdo equitativo

Se refiere a la necesidad de mejorar el comercio y a los términos de las naciones en desarrollo.

9.- Códigos de conducta

Tratan las disposiciones específicas en torno a los problemas particulares de comercio.

10.- Códigos contra prácticas desleales (antidumping code)

Establece los procedimientos a seguir para evitar la introducción de artículos a precios deslealmente bajos en países miembros del Acuerdo.

11.- Códigos de licencia

Usados para simplificar los trámites de licencia de exportación con uso justo y equitativo.

12.- Códigos de Normas

Establece la obligación de los países signatarios de no utilizar las normas nacionales como un mecanismo que oponga barreras al comercio.

13.- Códigos Subsidios

El Acuerdo sobre Subsidios y Derechos Compensatorios fortaleció las reglas del GATT sobre subsidios a la exportación y dispuso la prohibición rotunda de tales subsidios de los países desarrollados para productos manufacturados y semimanufacturados.

14.- Código de valuación aduanal

Se utiliza para establecer un sistema de valuación aduanera uniforme, de modo de evitar la discriminación comercial con la aplicación de valuaciones nacionales

2005138

S E C R E T O

I.- PAISES MIEMBROS DEL GATT EN JUNIO DE 1980

ALEMANIA (R.F.A.)	FRANCIA	PAISES BAJOS
ARGENTINA	GABON	PAKISTAN
AUSTRALIA	GAMBIA	PERU
AUSTRIA	GHANA	POLONIA
BANGLADESH	GRECIA	PORTUGAL
BARBADOS	GUYANA	REINO UNIDO
BELGICA	HAITI	REP. CENTROAFRICANA
BENIN	HUNGRIA	REP. DOMINICANA
BIRMANIA	INDIA	RUMANIA
BRASIL	IRLANDA	RWANDA
BURUNDI	ISLANDA	SENEGAL
BOURKINA FASSO	ISRAEL	SIERRA LEONA
CANADA	ITALIA	SINGAPUR
CAMERUN	JAMAICA	SRI LANKA
CONGO	JAPON	SUDAFRICA
COREA(REP. DE)	KENIA	SUECIA
COSTA DE MARFIL	KUWAIT	SUIZA
CUBA	LUXEMBURGO	SURINAM
CHAD	MADAGASCAR	TANZANIA
CHECOSLOVAQUIA	MALASIA	TOGO
CHILE	MALAWI	TRINIDAD Y TOBAGO
DINAMARCA	MALTA	TURQUIA
EGIPTO	MAURICIQ	UGANDA
ESPAÑA	NICARAGUA	URUGUAY
ESTADOS UNIDOS	NIGER	YUGOSLAVIA
FILIPINAS	NIGERIA	ZAIRE
FINLANDIA	NORUEGA	ZIMBABWE
	NUEVA ZELANDA	

J.- ADHESION PROVISIONAL AL ACUERDO GENERAL

COLOMBIA	TUNEZ

9005138

K.- Paises en cuyos territorios se aplica el Acuerdo General y que, habiéndo adquirido la independencia continúan aplicandolo de facto en espera de fijar definitivamente su política comercial.

ANGOLA	GUINEA ECUATORIAL	STA LUCIA
ARGELIA	ISLAS SALOMON	STO TOME Y PRINCIPE
BAHAMAS	KAMPUCHEA	SEYCHELLES
BAHREIM	KIRIBATI	SWAZILANDIA
BOTSWANA	LESOTHO	TONGA
CABO VERDE	MALDIVAS	TUVALU
DOMINICA	MALI	YEMEN DEM.
EMIRATOS ARABES UNIDOS	PAPUA NUEVA GUINEA	ZAMBIA
FIJI	KATAR	
GRANADA	SAN VICENTE	
GUINEA BISSAU		

II.- PARTICIPANTES EN LA PROXIMA REUNION DE PUNTA DEL ESTE

Han confirmado su participación 68 delegaciones de las cuales 41 están encabezadas por Ministros de Economía, Comercio o Relaciones Exteriores y en algunos casos como el de Estados Unidos, Reino Unido y Japón enviarán a más de un Secretario de Estado.

Cuatro organismos internacionales tendrán voz pero no voto. Conforme a la reglamentación del Acuerdo, la Organización de Naciones Unidas, (O.N.U), la Conferencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo (UNCTAD) , el Banco Mundial(B.M.), y el Fondo Monetario Internacional(F.M.I.), tendrán voz pero no podrán votar en el encuentro.

En tal sentido ya han confirmado su participación en la Reunión Ministerial el Secretario General de UNCTAD, Keneth DADZIE, el Presidente del Banco Mundial, Barber CONTABLE, y el Presidente del F.M.I. Jacques LAROSIERE.

Asimismo estarán presentes en la reunión de Punta del Este representantes de organismos internacionales tales como Sistema Económico Latinoamericano(SELA), Asociación Latinoamericana de Libre Integración (ALADI) y Comisión Económica para América Latina (CEPAL).

S E C R E T O

III.- GATT

El Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio surgió de una reunión celebrada el 30 de octubre de 1947, por representantes de 23 Estados miembros de las NACIONES UNIDAS.

Su finalidad principal es liberalizar las transacciones internacionales mediante la supresión de restricciones comerciales y reducción de aranceles aduaneros.

Ministros de 92 países, que en la actualidad integran el Organismo, se reunirán a partir del 12 de setiembre en Punta del Este (en forma extraoficial) y a partir del 15 en forma oficial, con el fin de participar en conversaciones comerciales semejantes a la denominada Ronda Kennedy (1964-67) y Ronda Tokio (1973-79).

Muchas circunstancias hacen prever que las negociaciones serán difíciles máxime tomando en cuenta en primer lugar el virtual fracaso de los trabajos preparatorios de la Asamblea General, dirigidos especialmente a elaborar la agenda sobre la cual girarán las conversaciones.

En este marco fueron presentadas al Ministro de Relaciones uruguayo, Enrique Iglesias, en su calidad de Presidente del Encuentro, tres propuestas disímiles entre sí, para ser tratadas en el mismo.

A continuación se exponen las mismas:

A.- Propuesta Brasil-India

Estos países - en representación de 10 países en vías de desarrollo entre ellos: Cuba, Nicaragua y Perú - se opusieron a la inclusión en las negociaciones de "Nuevos Temas" como Servicios e Inversiones"

B.- Propuesta Colombia-Suiza

Estos países se unieron en la presentación de una propuesta más moderada que incluye los "Nuevos Temas", pidiendo a su vez a los países industrializados concesiones sobre agricultura y productos tropicales. La propuesta fue aceptada por muchos miembros del GATT, entre ellos Chile, Jamaica y Uruguay.

S E C R E T O

C.- Propuesta Argentina

Este país se disoció a comienzos de agosto del Grupo de los 10 integrado por : Argentina, Brasil, India, Egipto, Yugoslavia, Cuba, Nicaragua, Nigeria, Perú y Tanzania y propuso una tercera posición.

La propuesta permitirá iniciar conversaciones sobre Servicios (excluyendo inversiones) pero sin incorporarlos al GATT. Se daría prioridad a conversaciones sobre garantías comerciales, eliminación de subsidios a exportaciones agrícolas y tratamiento paralelo de temas comerciales y financieros.

Por otra parte existe una cuarta posición que no llega a ser una propuesta pero que merece ser destacada y es la posición adoptada por el grupo de los 14 países exportadores agrícolas sin subsidio (Australia, Brasil, Canadá, Colombia, Chile, Fiji, Filipinas,Hungría, Malasia, Nueva Zelanda, Tailandia y Uruguay), los cuales formaron un bloque con la finalidad de exigir que se eliminen los subsidios a la agricultura del GATT.

Este grupo emitió la llamada Declaración de Cairns, la que destaca la necesidad de reformas políticas de libre comercio en la agricultura . Todas las recomendaciones que tiendan a remover las subvenciones a las exportaciones agrícolas, resultaron sistemáticamente bloqueadas por la posición inamovible de la Comunidad Económica Europea, donde Francia mantiene una posición irreductible en defensa de las mismas.

Puede decirse que la propuesta presentada por Colombia y Suiza, tiene carácter intermedio, mientras que la propuesta del Grupo de los 10 encabezada por Brasil e India está muy apartada de las presentadas tanto por Colombia y Suiza como por Argentina.

Por su parte, la propuesta Argentina trata de establecer algunas opciones que puedan servir de punta para aunar los tres documentos.

De las tres propuestas la que cuenta con mayor apoyo es la de carácter intermedio (Colombia-Suiza), 47 países la han avalado, entre ellos Uruguay.

D.- Al margen de la consideración de estas propuestas, los temas que serán tratados son los siguientes:

-Aranceles

-Restricciones cuantitativas y otras medidas no arancelarias.

-Agricultura.

-Productos tropicales.

-Productos obtenidos de la explotación de recursos naturales.

-Textiles.

-Acuerdo de Negociaciones Comerciales Multilaterales (NCN)

-Solución de Controversias.

-Servicios.

-Bienes de alta tecnología.

-Inversiones.

-Propiedad Intelectual.

1.- Aranceles

Debido a que las rondas de negociaciones multilaterales celebradas hasta ahora, han permitido reducir de manera sustancial los promedios arancelarios, los mismos no serían motivo de atención prioritaria en las proximas negociaciones. No obstante en los aranceles de determinados sectores productivos de los países industrializados se puede apreciar un escalamiento tarifario que afecta de manera particular a las exportaciones de los países en desarrollo. A lo cual debe agregarse que el Sistema Generalizado de Preferencias (SGP), es un mecanismo de aplicación unilateral por parte de los países desarrollados y contiene diversas limitaciones que restringen su eficacia, por lo cual el mismo no proporciona una base lo suficientemente estable que permita que los países en desarrollo lo utilicen como mecanismo dinámico para la expansión de sus exportaciones.

De donde el Sistema Económico Latinoamericano (SELA) recomienda que las negociaciones en este tema deberían dirigirse a la reducción de la progresividad arancelaria existente y al perfeccionamiento del SGP.

2.- Restricciones

Las restricciones se concentran sobre todo en sectores

de especial interés para América Latina, se estima que el 28% de las exportaciones de productos agrícolas están afectadas por medidas no arancelarias en los mercados de países desarrollados.

Estas cifras son aún más importantes en los casos de prendas de vestir (77%), hilados y tejidos (62%) y acero (41%).

En el caso de acero es de destacar el considerable aumento del proteccionismo durante los últimos años, lo cual ha traído aparejado que los exportadores siderúrgicos de América Latina se hayan visto limitados a un porcentaje insignificante en los mercados de los países industrializados, los que han sido reservados para los países desarrollados, que son los exportadores tradicionales.

De donde el SELA manifiesta que resulta prioritario obtener la eliminación de las restricciones no arancelarias en todos los casos y que se eliminen los efectos distorcionantes del comercio en los casos de su aplicación esté amparado por éstos.

3.- Agricultura

Hasta el presente la agricultura ha permanecido al màrgen de la regulación del comercio internacional desempeñada por el GATT. Ello ha obedecido a las condiciones específicas que involucran a esa actividad. Sin embargo, la permanente y creciente acción de los países industrializados, fundamentalmente de la Comunidad Económica Europea (CEE), en torno a la utilización de subsidios en la comercialización de productos básico como carne, arróz, trigo, lácteos, etc. ha generado una situación de riesgo para la comunidad internacional, debido a la distorción en las corrientes comerciales y sus efectos sobre las economías productoras -para las de los países en vía de desarrollo- que ha impuesto la necesidad de incluir la agricultura en el marco de las negociaciones del GATT.

En la reunión del Comité Preparatorio la mayoría de las naciones contratantes concordaron con la agenda propuesta por Colombia y Suiza que incluye el tratamiento de todo el comercio de bienes manufacturados y agrícolas así como el de servicios tales como banca, seguros y fletes.

3005138

Sin embargo la obstinada oposición de la CEE, que no acepta la consideración del tema subsidios agrícolas, destruyó toda perspectiva de llegar a la reunión de Punta del Este con una agenda base y posibilidades ciertas de poder incluir la problemática agrícola en la órbita del GATT.

Catorce de los principales países productores agrícolas que representan en sí el 22% de los exportadores mundiales en este rubro, formaron en Cairns, Australia un bloque para llevar adelante una posición común y exigir que se eliminen los subsidios a la agricultura, la reunión de Australia concluye con la llamada Declaración de Cairns, en la que se destaca la necesidad de establecer reformas políticas de libre comercio a la agricultura. De la referida reunión se deduce que el grupo ha endurecido su posición planeando mantener unida esta naciente alianza, la que ampliará sus contactos económicos con grupos regionales de países en desarrollo y realizará a su vez,una campaña en todos los foros de relevancia (F.M.I., B.M., etc).

El Gobierno del Presidente Ronald Reagan, por su parte, ha ratificado su decisión de apoyar la postura que reclama la inclusión en las próximas negociaciones del GATT de toda la problemática referida al comercio agrícola.

De todas formas las perspectivas son poco alentadoras respecto a la posibilidad de tener éxito en incluir dicho tema en las negociaciones de Punta del Este y comenzar a viabilizar fórmulas que terminen con el mecanismo de subsidios a las producciones agrícolas que perjudican mayormente a los países en vías de desarrollo.

4.- Productos Tropicales

En 1963 las Partes Contratantes del GATT resolvieron tomar las acciones necesarias para eliminar todas las medidas arancelarias y no arancelarias que afectaban el comercio de los productos tropicales.

Posteriormente los países en desarrollo lograron que los mismos fueran reconocidos como un "sector especial y prioritario", consiguiendo que éstos fueran tratados en negociaciones separadas que debían cubrir aranceles, barreras no arancelarias y otras medidas que afectaban el comercio de estos productos.

No obstante no se han logrado avances significativos por lo cual el Sistema Económico Latinoamericano (SELA) recomienda a los países productores de éstos, insistir en la prioridad de estas negociaciones, cuyo objeto debe ser el acceso libre a los mercados de los países desarrollados sobre una base no recíproca para todas las exportaciones de productos tropicales, en forma elaborada y semielaborada.

5.- Recursos Naturales

El comercio de ciertos productos obtenidos de la explotación de recursos naturales (minerales, productos forestales y de pesca) está sometida a una combinación de barreras que incluyen restricciones cuantitativas y otras medidas no arancelarias. Dichas barreras afectan el acceso de productos elaborados a los mercados, privando a los países exportadores del valor agregado por su procesamiento. En el caso de las pesca en particular, ciertos países desarrollados desean condicionar el acceso de estos productos a sus mercados, a cambio de los derechos de pesca para sus embarcaciones en las zonas de exclusión económicas (ZZ.EE.EE.) del país exportador.
Sería necesario que los países exportadores de estos recursos promovieran según el SELA el inicio de negociaciones respecto de cada uno de los sectores mencionados, con el objeto de eliminar todas las barreras que afectan su acceso a los mercados de los países desarrollados.

6.- Textiles

El comercio de textiles ha sido regulado por más de veinte años por normas expeciales que representan una desviación notable del sitema del GATT. El Acuerdo Multifibras (AMF), que acaba de ser prorrogado será uno de los temas a considerar en las negociaciones, determinándose si debe existir paralelamente al GATT o incorporarse en determinada instancia a la nueva ronda de negociaciones.
Sería paradójico que se pidiera a los países en desarrollo que participen en un proceso de liberalización global del comercio mientras se mantiene un sistema proteccionista y discriminatorio en un sector como el textil de gran importancia para las estrategias comerciales y de desarrollo.

0005138

7.- Acuerdos de Negociaciones Comerciales Multilaterales (NCM)

Uno de los principales resultados de la Ronda de Tokio fue la aprobación de diferentes códigos que interpretan o reglamentan la aplicación de determinadas disposiciones del GATT y los convenios de Carnes Bovinas, Productos Lácteos y Aviación Civil. Sin embargo se ha tropezado con dificultades en el funcionamiento de los acuerdos.

Según el SELA es necesario perfeccionar el tratamiento especial y diferenciado en favor de los países en desarrollo establecidos en el Código, el cual es claramente insuficiente.

8.- Solución de las Controversias

Se ha presentado numerosas propuestas para introducir reformas y mejoras al mecanismo de solución de las controversias en el GATT. Estas tratan sobre mediación, límites de tiempo de adopción de informes, vigilancias, etc.

Según manifestaciones del SELA las mejoras en el sistema de controversias sólo pueden ser logradas mediante un mayor compromiso político por parte de los socios comerciales, los que deberían respetar sus obligaciones multilaterales logrando así una mayor precisión y obligatoriedad de dichos compromisos, haciendo concordar la legislación nacional y las obligaciones comerciales multilaterales.

9.- Servicios

El Acuerdo Básico del GATT comprende el comercio de bienes, por lo que queda excluído de sus listados el sector Servicios.

Pero este es el sector de mayor rentabilidad real y potencial, siendo al mismo tiempo un sector de gran dinamismo por lo que es prioritario tanto para Estados Unidos como para Japón y la Comunidad Económica Europea, la inclusión del sector dentro de los listados de libre comercio del GATT, o la creación de un organismo nuevo que asegure el libre acceso de las transnacionales de Servicios a los mercados internos de los países en vías de desarrollo.

El sector Servicios incluye: informática, inversiones, banca, comunicaciones, transporte, turismo, seguros, etc.

La inclusión del sector dentro de los listados de libre comercio

5138

cuenta en principio con la oposición de Brasil e India, ante el primero de estos países parecería estar cambiando su posición en cuanto al tratamiento del tema informática.

a.- Posición de Estados Unidos

Este país anunció su posición de aceptar discutir conjuntamente el sector Servicios y el tema Agrícola y estar dispuesto, si la resolución de los mismos es aceptable a sus intereses, limitar las subvenciones agrícolas.

Estados Unidos pretende que los países en vías de desarrollo acepten como ya lo han hecho Uruguay y Chile el tratamiento del tema Servicios lo que incluye otorgamiento de garantías estatales a la inversión extranjera, libre entrada y salida de capitales, libre operatividad de la banca comercial y de inversiones, libre ingreso de la inversión extranjera y de las transnacionales en el área de seguros, turismo, comunicaciones, etc.

b.- Posición Hindú

El Gobierno de India mantendrá su oposición a la inclusión del tema de los Servicios en la nueva Ronda de negociaciones.

Para este país, la inclusión del comercio de los Servicios acentuaría aún más el control que ejercen los países industrializados en el sector, donde monopolizan las tres cuartas partes de las exportaciones globales.

c.- Posición Brasileña

El Gobierno de Brasil continúa negándose a tratar el tema de Servicios no obstante ha cedido algo en cuanto al tratamiento de la Informática en la nueva ronda.

El Gobierno del Presidente Sarney estaría estudiando la posibilidad de permitir el ingreso al país de equipos "Software", fabricados en el extranjero. Estados Unidos obtuvo un logro importante con la modificación del espíritu de la Ley de Salvaguarda del mercado interno de la Informática en Brasil, que establecía que el mercado interno de mini y micro computadoras debía quedar exclusivamente reservado a equipos fabricados en el país y limitaba en forma estricta las inversiones extranjeras en el área de la Informática.

d.- Posición Uruguaya

Uruguay sería partidario de ceder a las presiones norteamericanas y discutir simultáneamente ambos temas canjeando la limitación a las subvenciones agrícolas por las exigencias de "Libre Comercio" de las transnacionales de Servicios.

9005138

ANEXO ALFA

RONDAS ANTERIORMENTE REALIZADAS EN EL MARCO DEL GATT

La reducción sustancial de los aranceles aduaneros y de las demás barreras comerciales ha constituído el principal objetivo de las 7 Rondas de Negociaciones que se han realizado. Ha continuación se hace una breve reseña de las mismas y los avances obtenidos en cada una de ellas.

GINEBRA (1947-48) - Creación del Acuerdo General de Aranceles y Comercio.

ANNECY (Francia 1949) - Se permite el ingreso de 11 nuevos países.

TORQUAY (Inglaterra 1951) - Se aceptó la incorporación de la República Federal de Alemania y se acordó una reducción arancelaria del 25%.

GINEBRA (1956) - Se establecen concesiones por negociaciones bilaterales entre los socios comerciales.

GINEBRA (1960-62) - Ronda DILLON. Su resultado fundamental fue la reducción arancelaria en un órden del 20% para lo artículos manufacturados.

GINEBRA (1964-67) - Ronda KENNEDY. Se destacó por la reducción del 35% de los aranceles de los países desarrollados así como por la elaboración e incorporación en 1965 del apartado IV del Acuerdo General, en el que se reconoce la muy particular situación de los países en desarrollo.

GINEBRA (1973-79) - Ronda TOKIO. Debe su importancia a que fue la negociación en la que participaron de las negociaciones varios países no miembros del GATT. Esta ronda resultó el intento más completo para eliminar o reducir las barreras no arancelarias al comercio agricola.

ANEXO BETA

ANTECEDENTES Y CRONOLOGIA DE LAS DELIBERACIONES

1985 En el mes de noviembre las Partes Contratantes del GATT crean el Comité Preparatorio, con el mandato de negociaciones previas que determinen pautas para una nueva ronda de negociaciones comerciales multilaterales.

1986 En febrero comienzan las sesiones del Comité Preparatorio de la Reunión Ministerial del GATT.

1986 En abril, los Ministros de Agricultura de la Comunidad Económica Europea(CEE) se reúnen en Luxemburgo y posteriormente designan una Comisión que aprueba un documento interno con destino al Consejo titulado "Concepción global del nuevo ciclo de negociaciones para la definición de un régimen liberal de comercio multilateral". En él se consideran todos los temas cubiertos en el GATT.

1986 En abril, el SELA promueve la Reunión de Expertos Preparatorios de Productos Básicos y elabora un documento sobre este tópico que es entregado en el mes de julio a los Presidentes Alán GARCIA y Julio M. SANGUINETTI.

1986 El 28 de abril se reúnen en Montevideo, los países productores agrícolas del hemisferio sur. Emiten una enérgica declaración: Si el tema agrícola no es incluído en la Declaración Ministerial, no participan en una nueva Ronda.

1986 En abril, se reúnen en Brasilia los países miembros del Sistema General de Preferencias Comerciales (SPGC), en el marco de la UNCTAD.

1986 Del 28 al 30 de abril, el SELA en Brasilia convoca a sus integrantes para una Reunión de Coordinación sobre el tema servicios.

1986 Del 29 al 31 de abril el SELA en Montevideo analiza con sus miembros el rol del tema agrícola en una nueva ronda de negociaciones comerciales multilaterales.

1986 Del 31 de mayo al 2 de junio, en Corea, los Ministros del Grupo Río (Canadá, Australia, Comunidad Económica Europea, Francia, Alemania, Japón, Méjico, Reino Unido, Suiza, Estados Unidos, Nueva Zelandia, Corea y Filipinas) analizan las Negociaciones Comerciales Multilaterales (NCM).

9005138

1986 El 10 de junio, el Grupo de los 10 (Argentina, Brasil, India,Egipto, Yugoslavia, Cuba, Nicaragua, Perú y Tanzania) emiten un Proyecto de Declaración Ministerial: Sí al tema agrícola, no al tema servicios.

1986 En Tailandia del 23 al 25 de julio, Argentina, Australia, Brasil, Canadá, Chile, Hungría, Indonesia, Malasia, Nueva Zelandia, Filipinas, Tailandia y Uruguay, se reúnen como países que no subsidian sus exportaciones agrícolas.

1986 El 31 de julio finaliza sus trabajos en Ginebra el Comité Preparatorio. Tres posiciones diferentes condensadas en tres documentos que alejan la posibilidad de una nueva ronda, son presentadas para la agenda de Punta del Este.

1986 En Cairns, Australia, a fines de agosto, el grupo anteriormente mencionado se reúne para formar un bloque ante la Reunión Ministerial y reclamar un "comercio justo".

1986 En Lisboa a partir del 4 de setiembre, los Ministros de Comercio de Japón, EE.UU., Canadá y C.E.E. se reunieron en la 12a. Sesión Cuadrilateral sobre Comercio.

Ante los graves desacuerdos existentes entre los cuatro grandes del comercio mundial (EE.UU, Japón, Canadá y la C.E.E.), los resultados de la próxima Reunión Cumbre del GATT se ven seriamente amenazados Los cuatro países asistentes a esta reunión no lograron llegar a un acuerdo en cuanto a las formas de integración de los Nuevos Productos tradicionales, fundamentalmente los agrícolas.

Por su parte Japón y Canadá apoyaron aunque en forma moderada la posición de EE.UU., totalmente enfrentada con la de la Comunidad, en su política de continuar subsidiando sus exportaciones de productos agrícolas.

La guerra comercial entre EE.UU. y la C.E.E., se desencadenó cuando la Administración Reagan se consideró perjudicada por la integración de España y Portugal a la C.E.E. y se ha reactualizado en la actualidad por las divergencias sobre política agrícola y de servicios.

Canadá por su parte, ve en la abolición de las subvenciones un medio para aumentar su presencia en los mercados internacionales, mien

tras que para Japón, la misma facilitaría las compras de estos productos a otro gran productor de grano, Australia, con mayores contrapartidas comerciales.

Para la C.E.E., la retirada de las subvenciones debe hacerse en forma progresiva, para no desmontar el complejo mecanismo que supone para Europa el sistema de fondos de compensación y garantías a los agricultores, y lo propio debería hacer los EE.UU.

Con respecto a la integración global en el GATT, del mercado de servicios, la C.E.E. se encuentra en desventaja con respecto a los otros grandes, ya que sus 12 estados miembros no han llegado a un acuerdo en cuanto al tema, de modo que por el momento no desea tratar el mismo.

También en esto la C.E.E. choca con la tésis estadounidense de ofrecer, en Punta del Este, esta integración como contrapartida a la retirada de las subvenciones agrícolas.

Más fácil ha sido llegar a un consenso en los asuntos políticos: negar la asistecnia de la URSS por motivos técnicos a la reunión de Punta del este, oponerse a la expulsión de Africa del Sur del GATT y acceder a la readmisión de China en el Organismo.

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

Distribución:
Original: Archivo
Copia Nº1: Señor Director del S.I.FF.AA.
Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército del S.I.FF.AA.
Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada del S.I.FF.AA.
Copia Nº5: Señor Jefe del Departamento I del S.I.FF.AA.

fb/SM

9005138

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY 66423

Montevideo, 15 de setiembre de 1986.-

C.E.G.

900514-30

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE PARAGUAY

I.- FACTOR POLITICO

A.- ANTECEDENTES

Un golpe de estado en 1954, que derrocó al Presidente Federico CHAVES y que puso fin a tres décadas de agitación política (en ese período Paraguay tuvo 22 Presidentes) con constantes disputas y conspiraciones, llevó al Gobierno al General Alfredo STROESSNER. En estos 32 años de poder, en el país se desarrollaron siete actos electionarios , que de alguna forma han convalidado al General STROESSNER como Primer Mandatario y al Partido Colorado como primera fuerza política de la Nación.

Después de un período de depuración política, que incluyó la prohibición del Partido Comunista Paraguayo (PCP), en 1958 y la intervención en el mismo año de la Confederación Paraguaya de Trabajadores, en la década del 60 la oposición inició un retorno al proceso político. En 1963, al presentarse el General STROESSNER a su tercera elección, se admitió la participación de un oponente, Partido Liberal, a quien venció con el 70% de los votos. El Partido Revolucionario Febrerista se incorporó en 1965, automarginándose posteriormente al haber conseguido solamente un Diputado. En 1967 ingresó al proceso electoral el Partido Liberal Radical. En las últimas elecciones generales de 1983, el Presidente STROESSNER fue reelecto nuevamente, con un apoyo popular del 90%.

B.- FORMA DE GOBIERNO

La Constitución de 1940 fue reemplazada por una nueva propuesta en 1967. De acuerdo a esta, el Estado está constituído por tres poderes:

Ejecutivo: ejercido por el Presidente de la República y 10 Ministros, no existiendo el cargo de Vicepresidente. En caso de vacante, el Congreso elige al sustituto y si la misma se produce dentro de los dos primeros años de Gobierno, se llama a nuevas elecciones. La Constitución fue enmendada en 1977 para permitir la reelección presidencial por más de dos períodos consecutivos.

El Poder Legislativo: consta de dos Cámaras (30 Senadores y 60 Diputados. Además del Partido Colorado, están representados en el Par

9005139

lamento, el Partido Liberal y el Partido Liberal Radical.

El Poder Judicial: está formado por la Corte Suprema de Justicia (5 miembros), una Corte de Cuentas y varios Tribunales de Justicia.

Existe un Consejo de Estado que es un cuerpo consultivo del Poder Ejecutivo y lo integran entre otros, los Ministros y las Fuerzas Armadas. La división política del país es por departamentos que son gobernados por delegados del Poder Ejecutivo (los del Chaco bajo administración militar).

C.- PARTIDOS POLITICOS

1.- ASOCIACION NACIONAL REVOLUCIONARIA (ANR-PARTIDO COLORADO)

El Partido Colorado es una de las organizaciones políticas más antiguas del continente, habiendo nacido formal y oficialmente el 11 de setiembre de 1887. El "coloradismo" gobierna Paraguay ininterrumpidamente desde 1941 y desde el golpe de estado de 1954 ha mantenido una unidad monolítica. Recién en este último período del Gobierno del General STROESSNER, se ha evidenciado el surgimiento de dos grandes líneas internas.

a.- Línea Tradicionalista

Son los "históricos" del partido y actualmente conforman la dirigencia del mismo. Al frente de los "tradicionalistas" aparece el Ministro del Interior, Sabino MONTANARO y dos de los más notorios dirigentes del partido, Carlos ROMERO ARZA, quien recientemente fue invitado por el Departamento de Estado a viajar a los Estados Unidos y Tomás ROMERO PEREIRA, artífice de la ascensión al poder del General STROESSNER.

b.- Línea "Militantes"

Formada por un grupo de políticos más jóvenes del partido y apoyada en un número mayor de afiliados, pretende desplazar a los "históricos" de la dirección. Esta línea está liderada por Mario ABDO BENITEZ, Secretario Privado del Presidente y postula una adhesión incondicional al General STROESSNER.

En julio del año 1986 se realizaron comicios internos en el Partido Colorado, en 25 seccionales de Asunción. El sector "militante" obtuvo una clara victoria, logrando el control de 16 de los 25 distritos. La relación de fuerzas en vistas a la Convención del Partido, que se llevará a cabo en 1987 para designar al Presiden

te de la agrupación, es de 55 convencionales para los "militantes" y 48 para los "tradicionalistas". Estos últimos han lanzado la candidatura del actual titular del Partido Colorado, Juan Ramón CHAVES, mientras que los "militantes" deberán optar entre el Ministro de Salud Pública, Adán GODOY GIMENEZ y el Secretario privado de STROESSNER, Mario ABDO BENITEZ.

Si bien esta confrontación interna es de dificil solución, por los evidentes intereses en juego, la misma no afecta mayormente la estabilidad del Gobierno. El enfrentamiento no pasa de ser una "puja palaciega", circunscribiéndose a la disputa por las prebendas que significan dirigir el partido oficialista, sin tratarse para nada de una confrontación ideológica. La diferencia más apreciable es que los militantes postulan la reelección del General STROESSNER indefinidamente y por el contrario, los "tradicionalistas" contraponen la tradición del Partido Colorado al personalismo, apuntando a revalorizar a la agrupación y defender la posibilidad de elegir otro candidato presidencial.

2.- PARTIDO LIBERAL (PL)

De centro-izquierda, autorizado por la Junta Electoral.

Tiene representación parlamentaria, contando con 7 Diputados y 4 Senadores. Está presidido por el Dr. Atilio BURGOS y sus principales dirigentes son Carlos y Fernando LEVY RUFFINELLI. Planteó la iniciativa de reunir a todas las fuerzas opositoras en torno a un único candidato presidencial, para competir con el oficialismo en las elecciones de 1988.

3.- ACUERDO NACIONAL

Formalizado en 1978, está integrado por el Partido Liberal Radical Auténtico (PLRA), el Partido Demócrata Cristiano (PDC), el Partido Revolucionario Febrerista (PRF) y el Movimiento Popular Colorado (MOPOCO). El único partido del grupo reconocido oficialmente, es el Revolucionario Febrerista. Esta coalición no habría logrado acceder a sectores importantes de la ciudadanía, ni se ha mostrado hasta ahora decidida ni eficaz en la movilización popular. La tarea básica del Acuerdo Nacional sería en la actual etapa, concretar un programa de transición, manifestándose incluso preocupado por la posibilidad de que un cambio brusco, pueda crear las condiciones para la aparición

de tendenciasde izquierda radicalizada. Intenta por lo tanto una salida mediante una acción conjunta.

a.- PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO (PLRA)

Desprendimiento del Partido Liberal Radical. De centro-izquierda. Su actual Presidente es el Dr. Juan C. ZALDIVAR y su principal dirigente es Domingo LAINO, exiliado en la Argentina. En el PLRA existen dos corrientes denominadas "Cambio para la Liberación" y "Movimiento Popular para el Cambio, dirigidas por Juan Carlos ZALDIVAR y Miguel ABDON SAGUIER, respectivamente. Dirigentes del PLRA rechazaron una propuesta para reunificar a todo el liberalismo paraguayo.

b.- PARTIDO DEMOCRATA CRISTIANO (PDC)

No está reconocido por la Junta Electoral por carecer de la cantidad de afiliados que se requiere (10.000 firmas). Es de ideología socialista. Su Presidente es el Dr. Alfredo ROJAS LEON y según él, la ideología del partido está basada en la doctrina social de la Iglesia Católica.

c.- PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA (PRF)

Partido de centro-izquierda, fundado en el exilio en 1951. Está presidido por el Dr. Fernando VERA, quien recientemente fue nombrado Presidente honorario de la Social-Democracia Internacional. Una delegación del PRF participó en el 17º Congreso de la Internacional Socialista, realizado en Lima este año. Sería el único grupo del Acuerdo Nacional con posibilidades de obtener respaldo popular.

d.- MOVIMIENTO POPULAR COLORADO (MOPOCO)

Desprendimiento del Partido Colorado, luego de una profunda crisis en 1959. Se mantuvieron en el exilio hasta 1983, cuando fueron autorizados a regresar. Su Presidente es el Dr. Miguel Angel GONZALEZ CASABIANCA. En la agrupación existen tres alineamientos: los que regresaron del exilio; los que se autodenominan MOPOCO de la Resistencia y los autodenominados "Colorados en el Exilio".

4.- PARTIDO LIBERAL RADICAL (PLR)

Partido autorizado por la Junta Electoral de centro-izquierda. Tiene representación parlamentaria, contando con 13 Diputados y 6 Senadores. Su Presidente es el Sr. Emilio FORESTIERI. Impulsa el diálogo nacional a través de la Iglesia. Está enfrentado con el PLRA,

porque este desconoce a los dirigentes del PLR, quedando frustrados los intentos de una reunificación de todas las fracciones liberales.

5.- PARTIDO COMUNISTA PARAGUAYO (PCP)

Fundado en 1947, fue proscripto por el Gobierno del General STROESSNER en 1958. Su principal dirigente es Oscar CREYDT. La legalización del PCP, en un eventual proceso de apertura, tiene el impedimento legal de la propia Constitución de 1967, que prohíbe expresamente "la lucha de clases" y por lo tanto la existencia de cualquier partido que de algún modo cuestione el sistema.

C.- SITUACION POLITICA ACTUAL

Luego de 32 años en el poder, el Presidente STROESSNER se ve enfrentado a los primeros intentos contínuos de los opositores, que mediante manifestaciones callejeras cuestionan la legitimidad del Gobierno. Si bien cuantitativamente estas manifestaciones no representan una presión demasiado importante para el régimen, la actual situación internacional podría incidir de alguna forma en el proceso político paraguayo. Con una oposición política dividida y de escasa significación y una oposición sindical prácticamente inexistente en el país, los principales elementos a tener en cuenta por su posible influencia en la evolución de la situación son:

1.- RELACIONES INTERNACIONALES

Uno de los factores fundamentales a considerar es evidentemente la relación con los Estados Unidos. Tradicionalmente Washington ha respaldado al Gobierno del General STROESSNER, dada su condición de acérrimo anti-comunista. La particular situación actual y fundamentalmente la caída de los Gobierno de Haití y Filipinas, con una clara intervención norteamericana, hace dudar en este respaldo incondicional. Al igual que en el caso de Chile, la Administración REAGAN está ejerciendo cierta presiones para un cambio en el actual panorama política paraguayo, en el marco de una estrategia global para la democratización continental. De todas formas, en el caso especial de Paraguay, al no existir una oposición realmente poderosa y no haber una situación de enfrentamiento contínuo como en Chile, es previsible que por el momento se mantenga solamente una presión moderada. (1)

En lo que tiene que ver con el entorno geográfico del Paraguay es evidente que la situación se ha modificado sustancialmente al no

existir ya Gobierno militares en Bolivia, Argentina y Brasil. Este hecho ha determinado un cambio de actitud, fundamentalmente en el Gobierno argentino ahora crítico del régimen paraguayo, lo que interrumpiría lo que hasta el momento ha sido la tradicional política exterior de Asunción, manteniendo una posición pendular entre los dos grandes países de la Cuenca del Plata.

El caso de Brasil es distinto y quizás adquiera un valor de suma importancia en el desarrollo de los acontecimientos, posiblemente aún más trascendente que la eventual posición norteamericana. La cuestión paraguaya para Brasil está estrechamente relacionada con la estabilidad de los acuerdos de explotación binacional de la represa de Itaipú. Cuando la planta se encuentre en condición plena, generará 80 veces más que la actual demanda eléctrica paraguaya. Brasil compra a Paraguay la energía hidroeléctrica no utilizada a precios bajos y no con tarifas de mercado o proteccionistas y por supuesto, esta operación necesita la aprobación del Gobierno de Asunción. Obviamente, actualmente Brasil tiene garantías del General STROESSNER y no se puede asegurar si un cambio político no modificaría los acuerdos. Actualmente Paraguay está recibiendo por sus ventas de energía a Brasil, 140 millones de dólares anulaes. Por esta misma energía, a precios de mercado, a Paraguay le reportaría 1.000 millones de dólares anuales. Otro de los aspectos a tener en cuenta es que Brasil sería el principal acreedor externo paraguayo, con un tercio de la deuda externa, incluso por encima de los Estados Unidos.

Otro elemento quizás determinante en la actual situación, es el programa de radicación de población china, proveniente de Taiwán y de Hong Kong, que se está cumpliendo desde hace tres años. Esta expansión, bajo la protección personal del General STROESSNER, ha tenido un evidente contenido político. Paraguay no reconoce al Gobierno de Pekín y los chinos que se radicaron en territorio guaraní, son fervientes partidarios del General STROESSNER.

2.- FUERZAS ARMADAS

Estas son uno de los firmes sustentos del Gobierno del General STROESSNER. El frente militar no ofrece fisuras evidentes que puedan ser aprovechadas por la oposición interna y/o las presiones externas. El Ejército es la institución mejor organizada y que cuenta con una

cantidad de efectivos realmente importante (10.000 hombres), dispone de modernos equipamientos y de un buen nivel de instrucción. En este momento, las Fuerzas Armadas serían el único poder capaz de influir en forma determinante en el futuro político del país, incluso al no estar decididamente comprometidas en hechos que pudieran considerarse como violaciones a los derechos humanos. Es evidente que la tarea de contener a la oposición, fue y es llevada a cabo por la Policía. Las figuras que más se destacarían en las Fuerzas Armadas y con influencia en el actual contexto político son:

- General Alejandro Fretes Dávalos. Jefe del Estado Mayor Conjunto. Hombre de confianza del Presidente Stroessner, siendo uno de los pocos oficiales de la guardia vieja que quedan y que han ocupado cargos públicos en la última década. Tendría buenas relaciones con la Embajada de Estados Unidos en Asunción.

- General Andrés Rodríguez. Comandante del I Cuerpo de Ejército. Durante años fue considerado como el más probable sucesor de Stroessner, pero últimamente se habría visto envuelto en acusaciones de tráfico de drogas. En julio de 1985 habría ingresado a la facción "tradicionalista" del Partido Colorado.

- General Germán Martínez. Ministro de Defensa, tendría excelentes relaciones en las Embajadas extranjeras en Asunción.

- General Gerardo Johansen. Comandante de Intitutos Militares. Su familia estuvo asociada al Partido Revolucionario Febrerista y él mismo habría sido miembro de ese partido durante su juventud. Mantendría relaciones excelentes con la Iglesia. Existen versiones de que los militares lo habrían designado para una eventual sucesión de Stroessner, pero declinó tal posibilidad, sugiriendo que el sucesor debía ser el Jefe de la Suprema Corte de Justicia, Luis María Argaña.

- General Guillermo Clebsch. Uno de los Generales jóvenes y que sería partidario de entregar el Gobierno a los civiles.

- Coronel Gustavo Stroessner (Fuerza Aérea). Hijo del General Stroessner. La posibilidad planteada por algunos sectores de que suceda al actual Presidente, requeriría el retiro forzoso de los demás oficiales que actualmente ostentan una mayor jerarquía y antiguedad, pero posibilitaría a su vez el ascenso de los oficiales jóvenes.

3.- IGLESIA CATOLICA

Esta, de gran influencia en el país ya que la población paraguaya es un 90% católica, ha tomado para sí la iniciativa opositora de concretar un diálogo nacional para establecer un proceso de democratización. Esta actitud ha determinado un enfrentamiento con el Gobierno, dificultando las relaciones entre los dos poderes. Las más altas autoridades de la Iglesia paraguaya, apoyándose en el último documento del Vaticano sobre "Libertad y Liberación", ratificaron su compromiso con el Acuerdo Nacional para la transición democrática. En un comunicado oficial, los Obispos indicaron que la Iglesia, al promover el diálogo nacional "cumple una misión conciliadora y pacificadora". El General Stroessner calificó este diálogo de subversivo, instando a los religiosos a que se abstengan de realizar política. Recientemente se llevaron a cabo las jornadas de la "Semana Nacional del Clero" y al término de éstas, los prebísteros y religiosos emitieron un comunicado dirigido a la población, en el que resaltan "el creciente desempleo y un agudo empobrecimiento; la creciente emigración hacia países vecinos y el pisoteo continuado de la Constitución Nacional". Asimismo dentro de las movilizaciones que viene desarrollando la Iglesia para impulsar el diálogo nacional, se han llevado a cabo diversos tipo de reuniones, organizadas en su mayoría por los movimientos de laicos y que están orientadas hacia toda la población católica del país. Dentro de este marco, han comenzado ciclos para "brindar un esquema orgánico y de interpretación de la misión de la Iglesia y la tarea de los cristianos en la actualidad", impulsados por la Conferencia Episcopal Paraguaya.

II.- FACTOR ECONOMICO

Las obras de la represa binacional de Itaipú, iniciadas en 1975, gestaron un período de crecimiento de la economía paraguaya. Entre 1972 y 1982, el ingreso nacional per cápita aumentó de 497 a 750 dólares. La tasa de crecimiento anual fue promedialmente del 8%. Sin embargo, la estructura sectorial del producto global no varió y conservó sus características tradicionales, ligadas al sistema agro-exportador de soja y algodón. El proceso de industrialización abierto por Itaipú no fue profundizado y se registró un retorno al monocultivo y a la exportación de productos primarios. Luego de culminado el fenómeno Itaipú, el país

se enfrenta actualmente a una crisis económica. El índice de desocupación supera el 20% y en Asunción alcanza a un 55%, de acuerdo a cifras oficiales. La inflación que en 1983 fue del 17%, en 1985 superó el 23%. La caída de los precios internacionales de los principales productos de exportación, como el algodón y la soja, que representan el 84% del total de las exportaciones paraguayas, alcanzaron en 1985 un 5,6% y un 25,2% respectivamente. La deuda externa es de 1.580 millones de dólares y el pago de sus servicios significa a Paraguay un 36% de las exportaciones. Por otra parte, solo un tercio del comercio exterior paraguayo se realizaría legalmente, siendo el resto producto del contrabando. En 1983 las exportaciones legales fueron de 250 millones de dólares y las ilegales de 600, mientras que las importaciones legales se situaron en 460 millones de dólares y las ilegales en 1.392. Según un informe de la Federación Paraguaya de Industriales y Comerciantes (FREPICO), en 1985 las exportaciones clandestinas aumentaron, en perjuicio de los productos primarios y del Estado. Cabe destacar que Paraguay mantiene muy buenas relaciones comerciales con Japón y que de concretarse una mayor presión económica por parte de los Estados Unidos, el Gobierno paraguayo solicitaría apoyo financiero al país nipón.

III.- FACTOR SICO-SOCIAL

Desde 1958, la Confederación de Trabajadores del Paraguay (CTP) está controlada por el Gobierno. El 1º de mayo de 1985 fue creado en Asunción el Movimiento Intersindical de Trabajadores (MIT), apareciendo entonces un nuevo referente para el sector obrero en abierta oposición a la CTP. El MIT está formado por cuatro sindicatos (metalúrgico, construcción, periodistas y trabajadores teatrales) una federación (bancarios) y dos corrientes gremiales (Agrupación de Trabajadores del Comercio y Coordinación Nacional de Trabajadores). Además, también en 1985, fue creada la Junta Coordinadora de Trabajadores Paraguayos en el Exilio (JCTPE).

IV.- CONCLUSIONES

- El poder del Presidente Stroessner se basa en el Partido Colorado y las Fuerzas Armadas. A pesar de las divisiones existentes en el PC, es poco probable que mantengan sus enfrentamientos si se pone en peligro

la estabilidad del Gobierno. En este sentido será fundamental el papel que le corresponda a las Fuerzas Armadas para mantener la cohesión de los apoyos al Primer Mandatario.

- En relación a la próxima sucesión presidencial, se estima que el sector "tradicionalista" intentará proponer un candidato civil, según se desarrollen los acontecimientos y la posición que asuma el General Stroessner. Mientras tanto, el sector "militante" mantendría firme la candidatura del General Stroessner o en su defecto de su hijo, el Coronel Gustavo Stroessner. No sería improbable que se pudiera conciliar una fórmula Stroessner-Stroessner, para lo cual habría que crear la figura del Vicepresidente mediante una reforma constitucional.

- La oposición es débil y está dividida, no teniendo un apoyo popular importante. Es indudable que en virtud de esto, es posible que los partidos opositores alienten como fórmula de salida la búsqueda de una figura que surja del propio régimen y que se pueda convertir en un elemento de transición, al estilo de Adolfo Suárez en España.

- Es poco probable que la ciudadanía paraguaya sea proclive a un cambio brusco del actual contexto político. Un dato a tener en cuenta es que la mitad de la población es menor a los 30 años y no ha conocido otra cosa que el "stroessnerismo".

- La presión de los Estados Unidos puede ser relativamente eficaz. Es evidente que la posición de Brasil es de mayor valor para influir en la situación paraguaya.

- La Iglesia Católica ha modificado su posición tradicional, adoptando una actitud opositora al Gobierno. Tiene una activa participación en los asuntos políticos del país. Su poder de convocatoria puede ser importante en virtud del ascendiente que tiene sobre la población.

- En virtud de que los gremios han funcionado encuadrados dentro del control del Gobierno, a excepción del recientemente creado Movimiento Intersindical de Trabajadores, no cuentan con un poder de convocatoria importante.

9005139

A N E X O "A L F A"

PRINCIPALES ACTIVIDADES DE PARTIDOS POLITICOS Y SECTORES SOCIALES

PARTIDO COLORADO

- La Juventud Nacional Colorada organizó cursillos de capacitación política, dirigidos a la juventud del partido.

- Agrupaciones y Seccionales del Partido Colorado han llevado a cabo demostraciones de lealtad al Presidente Stroessner, que contaron con la participación de 50.000 personas en el Departamento de Encarnación y 90.000 en un acto de mujeres coloradas.

- El Presidente de la Junta de Gobierno del Partido Colorado, Dr. Juan Ramón Chávez, se entrevistó con Monseñor Jorge Livieres Bank, responsable del diálogo nacional.

- El Dr. Dionisio Frutos, Diputado y miembro de la Junta de Gobierno, manifestó que es partidario de que el Partido Colorado dialogue con todos los sectores de opinión, siendo favorable al diálogo propuesto por la Iglesia.

PARTIDO LIBERAL

- El Directorio del PL denunció una campaña contra la Conferencia Episcopal Paraguaya, acusando a "los voceros del régimen" de estar empeñados en desprestigiar al CEP.

- Dirigentes del PL concurrieron al llamado de la CEP y destacaron que los principales temas presentados por su partido son: el respeto a la Constitución y a las leyes; aspectos económicos; la desocupación y el crecimiento de la deuda externa. El PL apoya el diálogo nacional iniciado por la Iglesia.

- El Presidente del PL, Dr. Burgos, efectuó manifestaciones contra el PLRA por estar contra la unificación del liberalismo.

PARTIDO LIBERAL RADICAL

- El Comité del PLR sesionó para tratar la unificación del liberalismo.

- El PLR participó de un mitin, el día 12 de junio, con el lema "Por

la Plena Vigencia de la Constitución Nacional".

- El PLR no asistió al acto de apertura del período inaugural legislativo, aduciendo la vigencia del Estado de Sitio y la negativa de una amnistía para los políticos exiliados.

- La dirigente del PLR, Marta Ayala, viajó a los Estados Unidos, invitada por el Departamento de Estado, para visitar organismos políticos, parlamentarios y sindicales.

- El PLR entregó a la Conferencia Episcopal Paraguaya un documento que contiene los temas propuestos para el diálogo nacional, cuyos puntos fundamentales son "los derechos y garantías individuales", "la libre sindicalización de los Trabajadores" y "el análisis de la deuda externa e interna".

- El Presidente del PLR, Señor Forestieri y el segundo Vicepresidente Benítez Florentín, viajaron a Buenos Aires, donde se reunieron con Domingo Laino.

PARTIDO LIBERAL RADICAL AUTENTICO

- La Juventud Liberal Radical Auténtica, realizó un acto de homenaje al Mariscal Francisco Solano López, que culminó con una manifestación frente al panteón de los héroes, que fue desalojada por la Policía.

- El PLRA realizó un acto para lanzar la candidatura del Dr. Miguel Saguier a la Presidencia del partido, produciéndose violentos enfrentamientos con la Policía y la detención de varios directivos del movimiento.

- Las dos corrientes del PLRA, "Movilización Popular Para el Cambio" y "Cambio para la Liberación" llevaron a cabo una misa en apoyo al diálogo nacional.

- El 24 de junio se produjo el arribo al aeropuerto de Asunción, del Dr. Domingo Laino, acompañado por una comitiva de extranjeros, impidiéndosele el ingreso al país.

- En la convención del PLRA triunfó la corriente "Cambio para la Liberación" que llevó como Vicepresidente al Dr. Domingo Laino.

PARTIDO REVOLUCIONARIO FEBRERISTA

- El PRF realizó, conjuntamente con el Acuerdo Nacional, el 14 de mayo, un mitin.

- El PRF realizó cursos en la Universidad Popular"HUMBERTO GARCETE" que funciona en la "Casa del Pueblo", local perteneciente al Partido. El

primero se refería a la Reforma Agraria y contó con la presencia de trabajadores rurales de distintos puntos del país.

- Una delegación del PRF viajó a Perú a los efectos de participar en el Congreso de la Internacional Socialista.

ACUERDO NACIONAL

- La coalición de partidos opositores ha reiterado su voluntad de diálogo y su predisposición para acompañar a la Iglesia en su concreción.

CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA

- La CEP continúa su campaña para lograr la concreción del diálogo nacional, manteniendo contacto con los partidos opositores.

- Los movimientos de laicos y grupos parroquiales organizaron un acto de apoyo al diálogo nacional, con toques de campana en las distintas parroquias y "caceroleos" entre la concurrencia.

- Se llevó a cabo en la Universidad Católica la IV Semana Teológica, con charlas en las que se destacó la importancia del diálogo nacional y la actuación de la Iglesia en el mundo.

- El equipo nacional de laicos, dependiente de la CEP, emitió un comunicado en el que denuncia la prohibición de regresar al país del Padre Javier Arancón, calificando el hecho como una nueva arbitrariedad de las autoridades.

- Se realizó en Asunción la Semana Nacional del Clero, luego de la cual se emitió un comunicado dirigido a la población criticando la posición del Gobierno en distintos aspectos.

- Se realizó la 107 Asamblea Plenaria Extraordinaria de los Obispos Paraguayos, uno de cuyos principales temas fue el diálogo nacional.

- La Iglesia Católica impulsa un ciclo de charlas para la población católica para brindar una interpretación de la misión de la Iglesia en la actualidad.

- El Comité de Iglesias está editando publicaciones que son distribuídas en sectores de la población en las que se denuncian ciertas actuaciones de personas de instituciones del Estado.

GREMIOS

- Fueron detenidos por la Policía dos miembros del Movimiento Sindical de Trabajadores de la Construcción, ambos militantes del Movimiento Intersindical de Trabajadores, por repartir comunicados entre los asociados.

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA ARGENTINA

I.- FACTOR POLITICO

A.- GOBIERNO

La gestión del Gobierno radical ha soportado duras críticas de los opositores y la presión de varios sectores del quehacer nacional, por lo que las promesas preelectorales, fundamentalmente las referidas a los aspectos económicos y sociales, se debieron enfrentar a una realidad que condicionó las posibilidades de realización. Un sintético balance de este período de Gobierno del Dr. Alfonsín, muestra que uno de los logros más significativos fue la solución pacífica del conflicto con Chile por el Canal de Beagle. Le sigue en orden de importancia y espectacularidad, el enjuiciamiento por parte de tribunales civiles a los ex-Comandantes de las tres primeras Juntas Militares del Gobierno anterior, con todas sus implicancias en el orden interno y externo. Otro hecho a destacar de la gestión radical, es la implantación del Plan Austral, un programa económico que en sus inicios creó expectativas favorables, pero que actualmente ha evidenciado un notorio fracaso que provoca el desgaste político del Gobierno. En virtud de la pérdida de la capacidad de maniobra, el Gobierno continuamente está generando hechos, adoptando medidas y acciones diversivas para atraer la atención popular de los verdaderos problemas del país. Dentro de este contexto, se encuadraría el promocionado traslado de la capital y la anunciada modificación de la Constitución. El cambio que se procura en la Carta Magna, que modificaría el actual régimen presidencialista por otro parlamentarista, con la creación del cargo de Primer Ministro, al estilo francés, otorgaría también la posibilidad al Presidente Alfonsín de un nuevo período, con la consiguiente euforia de sus electores.

B.- OPOSICION

La oposición está centrada fundamentalmente en el Peronismo, que llevó el 40,2% de los votos en las elecciones de 1983 y que cuenta con 103 Diputados, así como con mayoría en la Cámara de Senadores. De todas formas, el convulsionado panorama interno que presenta este partido, le ha ocasionado una constante pérdida de terreno frente al oficialismo. La cúpula dirigente elegida en Santa Rosa, no ayudó a fortalecer

al movimiento y la falta de un líder y de un camino adecuado políticamente, ha determinado una disminución paulatina de las posibilidades electorales. La oposición de izquierda está representada por el Partido Intransigente y el FREPU, coalición integrada por el PCA y el MAS.

C.- PARTIDOS POLITICOS

1.- UNION CIVICA RADICAL (UCR)

Fundado después de la Revolución de 1890, es el movimiento político de más larga vida orgánica en el país. Gobernó la nación en distintos períodos: 1916-1922, con Hipólito Irigoyen; 1922-1928, con Marcelo T. de Alvear; 1928-1930, con Irigoyen (derrocado por un golpe militar) y en 1963-1966 con Arturo Illia (derrocado por un golpe militar). La UCR es un partido de nivel nacional con tendencia de centro-izquierda, que nuclea esencialmente a la clase media, grupos intelectuales y estudiantiles. Coexisten en el partido cuatro grandes tendencias:

a.- Línea Nacional o Balbinismo Ortodoxo: Liderada por el Dr. Fernando de la Rúa, con su centro de gravedad en la provincia de Buenos Aires. Entre sus principales figuras se encuentran el Dr. Perette, el Dr. Antonio Troccoli y el Dr. Juan Pugliese.

b.- Movimiento de Renovación y Cambio: Esta línea tomó cuerpo luego de la muerte del Dr. Ricardo Balbín, siendo liderada por el Dr. Raúl Alfonsín. Este sector cuenta en sus filas con una masa de elementos de elevado nivel intelectual, especialmente en el área universitaria. Asimismo logró la adhesión de extrapartidarios, fundamentalmente aquellos pertenecientes a la izquierda nacional.

c.- Movimiento de Afirmación Irigoyenista: Liderado por el Dr. Luis León, con vinculaciones con la social-democracia europea. Fue el último grupo en formarse y el de menor apoyo popular. Sus seguidores están en el interior del país.

d.- Junta Coordinadora Nacional (JCN): Creada luego de la asunción del Gobierno radical. Tiene su base de sustentación en la provincia de Buenos Aires Esta liderada por elementos jóvenes del partido, entre los que se destacan Juan José Casella, César Jorowlasky, Dante Caputo, Enrique Nosiglia y Alberto Cáceres.

Luego de casi tres años de retorno a la democracia, la UCR se mantiene y se proyecta como única fuerza política coherente ,con po-

sibilidades ciertas de mantener la conducción del país por otro período. Ultimamente se han evidenciado ciertos problemas, derivados de un notorio avance en puestos del Gobierno y de la dirigencia partidaria, de la Junta Coordinadora Nacional, la que reúne a integrantes de la Juventud Radical y que han desplazado a los dirigentes "históricos" a un segundo plano en el entorno del Presidente Alfonsín. La interna de la UCR, con vistas a las elecciones de Gobernadores del próximo año, ha agudizado el enfrentamiento, evidenciándose que esta nueva corriente de poder dentro del partido, pretende extender su consolidada presencia en Buenos Aires hacia otros distritos electorales. En este sentido se ha puesto de manifiesto la intención de los "coordinadores" de desplazar a los Gobernadores de Córdoba, Mendoza, Entre Ríos, Misiones y Río Negro, que militan en líneas independientes provinciales, para concretar definitivamente un predominio total en el futuro esquema partidario, con miras a las próximas elecciones. La intervención del Presidente Alfonsín, repaldando en cierta forma a la Coordinadora, ha acentuado la polémica, pudiéndose prever una posible ruptura partidaria.

En este sentido, se ha puesto de manifiesto que precisamente los dirigentes "históricos" del partido no comparten totalmente los criterios políticos del Presidente Alfonsín, el que le está imprimiendo a la UCR otra dinámica, similar a la utilizada por el Peronismo durante los mandatos del General Perón.

Estas discrepancias estarían fundamentadas en un vacío que se nota en los cuadros intermedios del partido, luego de varios años de ostracismo político a la sombra del Peronismo. Entre la vieja guardia "balbinista" y la Juventud Radical, una generación de dirigentes no ha trascendido, siendo llenado ese espacio por jóvenes con ideas diferentes y una movilización popular, que choca con la postura tradicional del partido.

2.- MOVIMIENTO NACIONAL JUSTICIALISTA (PERONISMO)

El mismo excede los límites de un partido político, siendo su herramienta electoral el Partido Justicialista. El movimiento es de nivel nacional con corrientes variadas, pero predominantemente de centroizquierda, nucleando a sectores obreros estudiantiles y profesionales. Está dividido a nivel nacional y de la capital, como consecuencia de las luchas internas por su reorganización, ante la ausencia de figuras represen-

tativas.

El Justicialismo dependió toda la vida del fallecido Pte.Gral. Juan Domingo Perón. A su muerte, la viuda, Sra. María Estela Martínez de Perón, asumió simbólicamente la jefatura del movimiento, pero carente del carisma y de la habilidad política de Perón, no pudo sostener su posición, dividiéndose el partido entre "verticalistas" y "no verticalistas" antes de las elecciones de 1983. Actualmente esta división se ha profundizado notoriamente debido a sucesivos cambios de conducción. La polémica actual se centra entre el sector "ortodoxo" cuyas principales figuras son el Senador Vicente Saadi, Primer Vicepresidente del partido, el sindicalista Jorge Triaca, Segundo Vicepresidente y Alberto Rodríguez Saa, Tercer Vicepresidente y el sector renovador, liderado por Antonio Cafiero, el Gobernador de La Rioja, Carlos Menem y Carlos Grosso. El triunfo del sector renovador en las elecciones parlamentarias de 1985, creó cierta expectativa de reunificación, pero la falta de un líder de peso no ha permitido la unión esperada. Las decisivas elecciones internas de noviembre en los distintos distritos intervenidos (Buenos Aires, Córdoba, Río Negro y Jujuy) podrían determinar el future político del principal partido opositor y quizás hasta definir el liderazgo del movimiento. El Peronismo no ha superado aún el riesgo de su fractura definitiva, la que se mantiene latente en la provincia de Buenos Aires, de evidente gravitación nacional. Además de la conflictiva relación entre los sectores "ortodoxos" y "renovador", se ha apreciado una serie de problemas internos en este último sector, derivados de las intenciones de Carlos Menem de participar en la interna de Buenos Aires, contraponiéndose a Antonio Cafiero, para la nominación del futuro candidato a Gobernador. Evidentemente, la posición asumida por Menem apunta a una meta más ambiciosa, que sería la presidencia del partido y de la República. Esta actitud ha creado confusión en la cúpula renovadora e incluso el entorno de Cafiero ha propuesto desconocer a Menem como uno de los conductores de la renovación.

Paralelamente, las elecciones internas que se realizarán en la provincia de Santa Fé, otro distrito clave del país, han cobrado suma importancia por la postulación a Senador nacional de Italo Luder. Esta nominación apunta a fortalecer al bloque senatorial peronista, facili-

tando su reunificación y paralelamente allanando el camino para que Luder presida la futura conducción nacional partidaria.

Recientemente fueron proclamadas las autoridades del Peronismo Revolucionario, la rama política de los Montoneros. Este grupo lo preside Mario FIRMENICH, siendo un sector que podría abandonar el Peronismo e integrarse al FREPU.

El Peronismo mantiene peso únicamente a nivel de los gremios, pero el mismo se estaría disipando a medida que aumenta la influencia del PCA en los sindicatos, el que trata de llenar espacios que quedan luego de los titubeos de la CGT en su relación con el Gobierno.

3.- PARTIDO INTRANSIGENTE (PI)

El PI es un partido de izquierda de contenido marxista, conducido por el Dr. Oscar ALENDE. El PI es un desprendimiento de la UCR, agrupamiento que dejó para formar primeramente la Unión Cívica Radical Intransigente, a mediados de la década del 50 . Nuclea a sectores obreros, profesionales e intelectuales . En el PI existen dos fracciones. Una responde a la vieja matriz radical de la agrupación y presenta moderados contornos de centro -izquierda. La otra refleja inserciones de una izquierda clasista. Ambas han confluído en la decisión de asignar prioridad estratégica a la integración de un frente. Sin embargo este frentismo no ha logrado articularse por el momento. El PI concurrió sin aliados en las elecciones presidenciales del 83 y en las legislativas de 1985. Ahora el problema radica en la composición de los posibles frentes. Mientras la fracción moderada se orienta en dirección al Peronismo Renovador la otra fracción intenta aperturas hacia el Frente del Pueblo (FREPU)

4.- UNION DE CENTRO DEMOCRATICO

Partido de derecha, caracterizado por ser liberal conservador y propugnar una economía de mercado. Nuclea a sectores de clase media y alta. Su principal dirigente es el Ingeniero Alvaro ALSOGARAY. El objetivo del partido es propugnar una unión de todas las fuerzas centristas para concretar una nueva opción electoral frente al Radicalismo y al Peronismo. Luego de una controversia entre la Unión de Centro Democrático y la Unión Cristiana Democrática, que polemizaron por el uso de la sigla UCD, se estableció un diálogo de aproximación que se concretó en una alianza entre los dos grupos. La tendencia de agrupar a todo el espectro conservador y liberal en torno a la UCD, ha encontrado eco en la Unión Cristiana Democrática, la que en primera instancia aportaría un caudal

electoral proveniente de los sectores católicos, que hoy se sienten agredidos por la política oficialista en torno a la Iglesia. Esta unión de todas formas no implica una fusión que concrete la creación de un único gran partido que exprese a la corriente liberal conservadora, quedando aún sin definir la iniciativa de atraer a los socialistas democráticos y a los demo-progresistas.

5.- MOVIMIENTO DE INTEGRACION Y DESARROLLO (MID)

El MID es un partido de nivel nacional con tendencia de centro-izquierda, originado en la UCR. Está liderado por el ex-Presidente Arturo Frondizi y entre sus principales dirigentes se encuentran Rogelio Frigerio y Antonio Salonia, quienes constituyeron su fórmula presidencial en las elecciones de 1983. Actualmente se encuentra en retroceso presentando una importante división entre sus dirigentes,

6.- PARTIDO COMUNISTA ARGENTINO (PCA)

El PCA es el máximo exponente marxista-leninista del espectro político argentino, siendo el representante del PCUS. Nuclea a sectores de clase media y baja, estudiantes, obreros, intelectuales y profesionales. Está trabajando en forma acentuada, a raíz de la desintegración de la principal fuerza de oposición, el Justicialismo, partido que sigue perdiendo espacios en las organizaciones de masas. Actúa en los frentes sindical y político, tratando de crear alianzas con el MAS (Movimiento al Socialismo), Partido Intransigente, el Peronismo Revolucionario, etc. De acuerdo a la actitud que viene adoptando y por la coyuntura política favorable, recién en la actualidad comienza a tomar la forma tradicional de un partido comunista local. Es evidente que Moscú se ha preocupado de valorizar la posición internacional del Secretario General, Athos Fava, como un primer paso para lograr sus objetivos. El relevo de cuatro altos dirigentes del PC, fundamentalmente de Rubens Iscaro, uno de los "históricos" del partido, representa un claro indicio de la transformación del comunismo argentino y particularmente de la privilegiación de la figura de Athos Fava, al amparo de la promoción internacional que de este dirigente hace la URSS. Los aspectos que marcaron la ruptura entre Iscaro y el PC, estuvieron dados por la no aceptación de éste a la alianza con el MAS (Movimiento al Socialismo) y fundamentalmente por la tesis de la revolución permanente que predica el MAS. Esto indica que el PCA, a par-

tir del FREPU (Frente del Pueblo) apunta a mantener una línea de mayor oposición, incluso empleando la violencia, lo que cambia su anterior posición.

D.- RELACIONES INTERNACIONALES

En su etapa inicial, el Gobierno radical buscó el acercamiento con las principales democracias europeas, pero los efectos reales de esos primeros pasos no pasaron de apoyos coyunturales, sin poder lograrse resultados concretos en los problemas fundamentales como ser la deuda externa y la colaboración europea en el conflicto de las Islas Malvinas.

Esta situación, sumada a una realidad económica interna deficitaria, ocasionaron un cambio de orientación realizado en forma paulatina, del que se destaca un intento de adaptación en las relaciones con los Estados Unidos, fundamentalmente en el tema centroamericano y la problemática del endeudamiento externo.

Los objetivos internacionales cumplidos por el actual Gobierno fueron el acuerdo del Canal de Beagle y la firma del acuerdo con el FMI para la renegociación de la deuda. Respecto a otros temas de actualidad, el accionar de la Administración radical sería el siguiente:

1.- Crisis Centroamericana: En un primer momento se inició una aproximación al Grupo de Contadora y se sucedieron viajes a la región del conflicto. Se otorgó un crédito a Nicaragua y se inició un programa de ayuda. Posteriormente se produjo un distanciamiento, presumiblemente para no entorpecer las relaciones con Washington. Argentina integra el llamado "Grupo de Apoyo a Contadora", pero se mantiene cierto distanciamiento del conflicto, sin un involucramiento directo, como se había insinuado al principio de la gestión del Dr. Alfonsín.

2.- Conflicto de las Islas Malvinas: A partir de 1983, este conflicto pasó al terreno de la negociación diplomática. Los apoyos políticos a la posición argentina que se habían limitado al Movimiento de Países No Alineados y Latinoamérica, se incrementaron a raíz de la Asamblea de la ONU, destacándose el apoyo de naciones como Italia, Francia y Grecia. La reunión parlamentaria realizada en Berna entre los dos países y las posteriores acciones del Gobierno británico (levantamiento de sanciones económicas), tuvieron como efecto el mantenimiento de cierta corriente de diálogo, pero el Gobierno de Margaret Thatcher mantiene una

firme posición de no negociar el tema de la Soberanía a pesar de las presiones internacionales.

Por otra parte, el Gobierno del Dr. ALFONSIN está emprendiendo un accionar directo dentro del Movimiento de Países No Alineados, con un importante protagonismo en la últimas reuniones.

En la reciente visita del Mandatario argentino a Yugoslavia, se acordó una acción conjunta de los países dentro del Movimiento, para evitar una radicalización de los No Alineados propulsada por Cuba, lo que se evidencia notoriamente en la última reunión del grupo en Zimbabwe.

Dentro de este contexto, la actitud asumida por el Gobierno radical ante el problema sudafricano, que provocó una virtual ruptura de relaciones, significó un hecho positivo frente a la posición de los No Alineados respecto a Pretoria y al apartheid y apuntó a mantener vigente el apoyo de la organización en el litigio por las Islas Malvinas.

Es de destacar que luego de asumir el Gobierno radical y paralelamente a la muerte de la hasta entonces líder del Movimiento de Países No Alineados, Indira GANDHI, el Presidente ALFONSIN inició una intensa campaña en pos de lograr una posición preponderante de liderazgo dentro de la organización.

Este hecho tuvo especial significación durante la reunión del Movimiento, realizada en 1984 en la India, donde el Mandatario argentino concretó una participación de importancia.

Este impulso inicial ha perdido consitencia.

4.- Relación con la Unión Soviética

Las relaciones con la Unión Soviética a nivel económico , han creado una verdadera dependencia de Moscú, fundamentalmente por los términos del intercambio.

II.- FACTOR ECONOMICO

A.- PLAN AUSTRAL

Una crisis económica sin solución, con altos índices de inflación que llegaron en junio de 1985 al 30.5% y a un índice anual de más del 1.000%, dió lugar a que el gobierno pusiera en marcha un duro y drástico plan económico, basado esencialmente en la congelación de precios, salarios y tarifas, la reforma monetaria y el financiamiento genuino del gasto público. En los primeros meses de aplicación de este plan, el índice inflacionario se redujo drásticamente ubicándose en cifras promediales del 2%. En 1986 el plan Austral no pudo mantener la eficacia inicial, evidenciando un notorio deterioro en uno de sus más publicitados aspectos como fue la contención de la inflación. Los índices de los últimos meses y fundamentalmente el de agosto, que se ubicó en un 8,8%, son demasiado altos para un período de congelamiento. Asimismo, la imposibilidad de poner en marcha la segunda parte del plan, o sea, la reactivación de la economía, hace caer la credibilidad popular en la medida

. Ya en estos últimos meses se había iniciado un ciclo de mini devaluaciones que para agosto llegaron a un promedio de una por semana. Las recientes medidas adoptadas por el equipo económico, para sustentar por un tiempo más el ya fracasado plan Austral no han dado los resultados esperados y por el momento se mantiene el deterioro económico que a su vez promueve el incremento del descontento social y gran actividad a nivel gremial

B.- PETROLEO

El sector petrolero es una de las áreas prioritarias que apoyará el gobierno, como una de las bases de la recuperación económica del país. Las proyecciones de Yacimientos Petrolíferos Fiscales para la producción de hidrocarburos en 1985, se situaron en alrededor de los 25,70 millones de metros cúbicos, lo que marca un retroceso del 11% sobre los niveles de 1981, cuando se registró una producción de 28,57 millones de metros cúbicos. A partir de ese año el perfil de ese sector es descendente.

Luego de su visita a los Estados Unidos, el Presidente ALFONSIN

decidió la puesta en práctica de una nueva política petrolera, basada en la atracción de capitales extranjeros, previéndose la licitación de 164 áreas petroleras. El abandono por "antieconómica" del área marítima austral que era explotada por Shell, podría provocar la desconfianza de los inversores extranjeros, complicando las proyecciones del Gobierno argentino de lograr no solo el abastecimiento petrolero, sino conseguir una producción que convierta el país en exportador de hidrocarburos.

C.- DEUDA EXTERNA

La deuda externa argentina está estimada en aproximadamente 43.000 millones de dólares, apreciándose en el período de gobierno radical, notorias dificultades para hacer frente al pago de las amortizaciones. Las negociaciones que se llevaron a cabo con el FMI para refinanciar la deuda, recién fructificaron luego de la aplicación del Plan Austral.

D.- BALANZA COMERCIAL

Desde la asunción del Presidente ALFONSIN, la relación exportación-importación ha tenido un saldo favorable prácticamente constante:

- En 1983 las exportaciones sumaron 7.836 millones de dólares y las importaciones 4.504 millones, dejando un saldo favorable de 3.332 millones.
- En 1984 las exportaciones sumaron 8.107 millones de dólares y las importaciones 4.583 millones, dejando un saldo favorable de 3.524 millones.
- Para 1985 las exportaciones sumaron 8.395 millones de dólares y las importaciones 3.812 millones de dólares dejando un saldo favorable de 4.583 millones.

Las proyecciones para 1986 indican que el saldo de la balanza comercial se reduciría en más de 1.500 millones de dólares respecto a 1985.

III.- FACTOR MILITAR

La situación militar permanece estabilizada, estimándose que los recortes presupuestarios y la falta de aumentos salariales adecuados, contribuyen a la desarticulación e inoperatividad de las Fuerzas Armadas.

La Fuerza Aérea sería la única arma que mantiene su valor como tal y a la que se le ha otorgado preponderancia respecto a las demás. Este hecho se explica dado que la aviación representa en la actualidad un elemento disuasivo y de presión en la política exterior argentina frente a Chile y Malvinas.

A nivel de las fuerzas, existen grupos y sub-grupos que se disputan la influencia sobre los mandos, restando coherencia a la institución.

La reiniciación de los juicios a militares por parte de la Justicia Civil, ha determinado un nuevo foco de tensión en las relaciones entre las Fuerzas Armadas y el gobierno. La decisión del Presidente ALFONSIN de dar instrucciones para que el Consejo Supremo de las Fuerzas Armadas acelera la tramitación de las causas y de esa forma terminar cuanto antes con este urticante problema, no dio los resultados esperados y la Justicia Civil ha impuesto su competencia.

La actual coyuntura interna no beneficia la acción de grupos subversivos dependientes del comunismo internacional y sus organizaciones de solidaridad, dado que el propio Gobierno desarticula a su principal enemigo: las Fuerzas Armadas. Cualquier acción subversiva podría obligar al Gobierno a revalorizar las Fuerzas Armadas, lo cual no interesaría al Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética (PCUS). Actualmente, la acción subversiva se desarrolla en el campo político, realizando un trabajo a nivel de masas.

Las campañas en favor de los derechos humanos continúan, y el Poder Ejecutivo ha profundizado sus acciones tratando de juzgar a Oficiales Subalternos. Esto crea la expectativa de que en el futuro se determine un "punto final" y una amnistía para las Fuerzas Armadas, como forma de terminar una situación desgastante para el gobierno.

A.- <u>Reestructuración de los Servicios de Inteligencia</u>

Cuando el Dr. ALFONSIN asumió la Presidencia, había siete organismos que le suministraban al Poder Ejecutivo información confidencial: Secretaría de Inteligencia del Estado (SIDE); Servicio de Información Naval (SIN); Servicio de Información del Ejército (SIE); Servicio de Información de la Fuerza Aérea (SIFA); Policia Federal; Gendarmería y Prefectura.

Actualmente existe un proyecto gubernamental de reestructuración

de los servicios, orientado a reglamentar el funcionamiento de la Central Nacional de Inteligencia (CNI). El nuevo organismo coordinaría a las actividades de todos los grupos y su conducción estaría a cargo de un Comité dirigido por el Presidente de la Nación e integrado por los Ministros de Interior, Defensa, Relaciones Exteriores y Economía, además de jefes militares y expertos en inteligencia.

El proyecto no prevé la desaparición de la SIDE, la que continuaría funcionando pero con una nueva conformación.

IV.- FACTOR SUBVERSIVO

A pesar de que se intenta restarle publicidad e importancia, es evidente e innegable que existe una actividad manifiesta de los grupos subversivos. Tanto el ERP como los Montoneros, que ahora trabajan en la legalidad con sus respectivas coberturas políticas, estarían reorganizando sus bases logísticas, reactivando su aparato político y quizá también su aparato armado. El ERP continúa siendo actualmente el grupo más activo y con mayor estructura, fundamentalmente en las provincias del Norte del país.

En algunas zonas estaría realizando tareas de carácter subversivo , mediante pintadas callejeras, colecta de fondos, etc. Actualmente el ERP contaría con el apoyo de algunos partidos políticos como el MAS, el PC, el Partido Obrero y la Federación Juvenil Comunista, utilizando incluso algunos locales partidarios del interior para realizar reuniones.

Los miembros del grupo terrorista Montoneros se integraron al denominado "Peronismo Revolucionario" nueva fracción del Partido Justicialista , formando parte orgánica en la dirigencia de la nueva organización política.

Es evidente que la actuación de los grupos subversivos argentinos responden a una estrategia a nivel continental, basada en esta oportunidad en el trabajo de masas.

9005140

V.- FACTOR SICOSOCIAL

A.- GREMIOS

Los gremios argentinos, liderados por la Confederación General de Trabajadores (CGT), constituyen la principal fuerza organizada de la oposición.

Actualmente se evidencian problemas en los sindicatos, derivados del fraccionamiento del Peronismo, partido al que responde la CGT.

Se puede observar la acción en aumento del PCA a nivel gremial, con la intención de disputar a largo plazo la dirección del movimiento sindical, en este caso aprovechando los titubeos de la actual conducción, condicionada por las contradicciones internas del justicialismo.

Se aprecia una creciente influencia del comunismo a nivel de los gremios más combativos, poniéndose de manifiesto que actualmente un gran porcentaje de las comisiones internas de las grandes empresas son controladas por activistas marxistas.

B.- RELIGION

La Iglesia Católica constituye un importante centro de poder en la Argentina y su influencia ha sido constante en toda la vida política de la República.

La mayoría del Episcopado se inscribe dentro de un progresismo moderado, afín a la línea de Juan Pablo II. El clero se agrupa alrededor de distintas tendencias, destacándose la existencia de elementos pertenecientes al clero progresista, identificados con las bandas terroristas y partidos legales e ilegales de izquierda.

Se evidencia una campaña contra el catolicismo tradicional y se estaría organizando la llamada "Iglesia Católica Popular", tomando como modelo la "Iglesia paralela" que en Nicaragua apoya al sandinismo.

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FUERZAS ARMADAS

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

APRECIACION DE SITUACION DE BOLIVIA

0044

Montevideo, setiembre de 1986

9005141

01-08

APRECIACION DE SITUACION DE BOLIVIA

I.- FACTOR POLITICO

A.- ANTECEDENTES

La frustrada experiencia del Gobierno izquierdista de la Unión Democrática y Popular, una coalición que encabezó Hernán Siles Zuazo, del Movimiento Revolucionario Nacionalista de Izquierda y Jaime Paz Zamora, del Movimiento de Izquierda Revolucionaria, dio lugar a un notorio viraje en el comportamiento cívico de la ciudadanía boliviana, la que en forma abrumadora dio su respaldo a los candidatos de la derecha, Víctor Paz Estenssoro, del Movimiento Revolucionario Nacionalista y General Hugo Banzer, de la Alianza Democrática Nacionalista, rechazando electoralmente a la amplia gama de partidos de izquierda. Luego de una reñida elección entre Banzer y Paz Estenssoro, donde ninguno de los dos candidatos logró la mayoría absoluta, el Congreso decidió finalmente otorgarle la Presidencia al líder del MRN, Víctor Paz Estenssoro, contando con el respaldo de los parlamentarios de izquierda.

B.- GOBIERNO

La asunción del cargo de Presidente de la República por parte del Dr. Estenssoro, se produce en el marco de múltiples dificultades heredadas del anterior Gobierno, manifestándose una economía en bancarrota, una deuda externa abrumadora para las posibilidades del país y un estado de convulsión social que torna difícil la solución pacífica de los problemas. A la suma de estos factores tan desfavorables, se agregó la existencia de una organización estatal de fuerte predominio sobre la actividad privada, con la creación y sostenimiento de 150 empresas oficiales, todas ellas deficitarias. En lo político, la particular situación que decidió el pleito electoral, o sea el respaldo de la izquierda al nuevo Presidente, podría haber implicado un compromiso del Gobierno para imprimir una orientación "populista" a su gestión. Por el contrario, el pacto parlamentario firmado entre el MRN y la ADN, para concretar una política común en el Congreso y las medidas económicas de corte neo-liberal, adoptadas por el Primer Mandatario, indican a las claras un cambio sustancial entre el comportamiento del pasado Gobierno y del actual, por

9005141

supuesto con el considerable costo político y social que significa un enfrentamiento con la Central Obrera Boliviana (COB), la que hasta ese momento representaba un poder paralelo en el país. A partir de estos hechos, el Gobierno evidencia su intención de cambiar el estado de anarquía política y social, que caracterizó a la anterior Administración. A raíz de este cambio, el país se ha visto constantemente agitado por una interminable serie de huelgas, paros, bloqueo de caminos, marchas de protesta y una variada gama de recursos desestabilizadores.

Inmerso en esta problemática social, económica y política, el Presidente Paz Estenssoro toma una decisión de suma importancia para mantener sus relaciones con los Estados Unidos y por ende recibir la ayuda económica. La decisión de que tropas norteamericanas vinieran a Bolivia para luchar contra el narcotráfico, fue el detonante para una nueva explosión social y política, que paralelamente se conjugó con un levantamiento del sector minero por una posible privatización de la minería estatal, lo que determinó una situación que incluso se calificó de subversiva.

Anteriormente, en ocasión de un plebiscito popular, impulsado por la COB para enjuiciar las medidas económicas del Gobierno y el pago de la deuda externa, el Ministro de Defensa, Fernando Valle, denunció la existencia de un plan subversivo destinado a desestabilizar al Gobierno, en base a la creación de un clima de intranquilidad social. Las alternativas de este plan para la toma del poder eran:

- Eclosión popular.
- Inicio de la guerrilla urbana y rural.
- Provocación para un golpe militar de derecha y posterior bloqueo internacional para recuperar la democracia.

Los sectores involucrados en esta conjura habrían sido los sindicatos, obreros, campesinos, universitarios, docentes, partidos de izquierda, sectores de la Iglesia, productores de coca y la Asamblea de los Derechos Humanos. Igual denuncia fue realizada por el Ministro del Interior, Fernando Barthelemy, e incluso las Fuerzas Armadas amenazaron con intervenir debido a la situación de enfrentamiento.

Este panorama es un dato elocuente sobre la ingobernabili-

dad de un país atrapado por una anarquía intolerable e intolerante. La democracia boliviana es muy precaria ante la magnitud de la crisis y por supuesto un cambio abrupto de Gobierno está siempre latente.

C.- PARTIDOS POLITICOS

Ante la existencia de una excesiva cantidad de partidos y de la poca o ninguna representatividad de algunos, las más grandes agrupaciones, de acuerdo al resultado de las últimas elecciones son:

1.- MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO NACIONALISTA (MRN)

De centro-derecha. Liderado por el actual Presidente Víctor Paz Estenssoro. Fue fundado en 1940 por el propio Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo y Lechín Oquendo, desmembrándose luego en varias vertientes. Actualmente tiene un respaldo electoral del 26,66%.

2.- ALIANZA DEMOCRATICA NACIONALISTA (ADN)

De derecha. Liderada por el General Hugo Banzer Suárez. Fue creada en 1972. Tiene un respaldo electoral de un 28,8%.

3.- MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIO (MIR)

De izquierda. Liderado por Jaime Paz Zamora. El MIR es un desprendimiento del MRN. Su caudal electoral actual es de un 8,86%.

4.- MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO NACIONALISTA DE IZQUIERDA (MRN

Liderado por Hernán Siles Zuazo. De izquierda. Es un desprendimiento del MRN. Obtuvo un 5,03% en las últimas elecciones.

5.- MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO NACIONALISTA DE VANGUARDIA DE IZQUIERDA (MRNV)

Liderado por Carlos Serrate Reich. De izquierda. Desprendimiento del MRN. Obtuvo un respaldo popular de un 4,20%.

6.- FRENTE DEL PUEBLO UNIDO

Coalición integrada por el Partido Comunista de Bolivia y el MIR-Bolivia Libre. Obtuvo un 2,22% en las últimas elecciones. De esta coalición se destaca evidentemente el PCB, que integró el anterior Gobierno de Siles Zuazo en la UDP. Mantiene su clásica línea de obediencia a Moscú. Luego de las elecciones se produjo una escisión, dividiéndose en dos vertientes. Una liderada por el actual Primer Secretario del Partido, Simón Reyes, uno de los líderes del sindicalismo minero y Diputado. Otra liderada por el ex-Ministro de Trabajo, Ramiro Barrenechea, quien formó una nueva dirección partidaria. Los disidentes propugan "una estrategia revolucionaria

de poder para las masas".

7.- Además tuvieron representación popular el Partido Socialista Uno (2,23%); Movimiento Revolucionario Tupak-Katari de Liberación (1,79%); Partido Demócrata Cristiano (1,38%) y Falange Socialista Boliviana (1,18%).

D.- RELACIONES INTERNACIONALES

Evidentemente, en la actual situación en que vive Bolivia, su política exterior se basa fundamentalmente en sus relaciones con los Estados Unidos, país que por muchos factores es determinante en la evolución de la situación boliviana. Las dificultades económicas del país (moratoria de la deuda externa desde 1984) y su dependencia de las exportacione de estaño (Estados Unidos mantiene una reserva estratégica del mineral y muchas veces ha amenazado lanzarla al mercado como forma de presión), hacen que el Gobierno de La Paz intente conservar en buen nivel sus vínculos con Washington. Los acuerdos firmados para que Estados Unidos enviara tropas para la lucha contra el narcotráfico, marca indudablemente un hecho de trascendencia en las relaciones bilaterales. Incluso el costo político y social de esta medida, quedaría equilibrado por los beneficios de una ayuda financiera norteamericana muy necesaria.

Otro de los aspectos importantes de la política exterior boliviana es evidentemente su relación con Chile, para intentar una solución a la mediterraneidad del país del Altiplano. Esta situación por supuesto no ha tenido una solución favorable, limitándose a contactos esporádicos entre los dos países y a planteamientos en organismos internacionales.

II.- FACTOR ECONOMICO

Al asumir el nuevo Gobierno, heredó de la anterior Administración, un país sumido en la mayor inflación del mundo (alrededor de un 20.000%), un casi total desabastecimiento de alimentos y un aparato productivo semi-paralizado.

El Presidente Paz Estenssoro puso en marcha un programa económico basado en el mercado, reduciendo al máximo la presencia estatal en el aparato productivo. El paquete de medidas incluyó libre comercio, rebaja de aranceles aduaneros, flotación del dólar, eliminación de subvenciones, congelamiento de salarios. El inmediato efecto de la nueva

política fue hacer desaparecer el artificial cambio oficial, que se había colocado 16 veces menos que el paralelo y la regularización del abastecimiento de alimentos. La flotación de la moneda puesta en práctica dio lugar a que el cambio oficial se estabilizara en 1.905 mil pesos por dólar en los últimos meses, después que en enero había llegado a 2.450.000 pesos. La inflación ha sido frenada desde el primer semestre de este año al 56,63% y las autoridades aseguran que no superará el 60%. Luego de haber llegado a un entendimiento con el Fondo Monetario Internacional en julio, se renegoció la deuda con los gobiernos acreedores y se hará lo mismo con la que tiene en mora desde abril de 1984 con la banca privada. La deuda externa asciende a unos 4 mil millones de dólares, una cifra desmesurada para las actuales posibilidades económicas bolivianas.

Asimismo, dos inesperadas crisis externas han conspirado contra los avances del programa económico: la del estaño y la del petróleo. La economía boliviana está basada en la explotación de minerales, especialmente estaño y gas natural, los dos rubros principales y casi exclusivos de sus exportaciones. La minería estatal y privada calcula que Bolivia recibirá este año solo 110 millones de dólares por sus exportaciones mineras, las que en 1985 fueron de 263 y en 1984 de 364 millones. El impacto de la caída del precio del petróleo se reflejó en el nuevo precio acordado con la Argentina para la venta diaria de 200 millones de pies cúbicos de gas natural, 13% menos que en 1985. Paralelamente a la economía "legal", en Bolivia existe una llamada "Economía subterránea", cuyo principal exponente es el tráfico de cocaína. Segun estimaciones oficiales, la exportacion ilegal de hojas de coca ascendería a los dos mil millones de dólares anuales, cifra que triplica el monto de las exportaciones oficiales. Además esta "economía subterránea" también constituye el contrabando de vehículos, de madera, cambio paralelo del dólar y especulación.

III.- FACTOR MILITAR

Las Fuerzas Armadas constituyen un factor determinante en el proceso político del país, fundamentalmente por la descomposición del poder político. Los altos mandos de las Fuerzas Armadas actuales, respaldan al gobierno y dificilmente acepten un golpe de estado, de no mediar situaciones especiales que desborden al actual marco legal.

9005141

Dentro de este esquema de poder, indudablemente el Ejército es el arma de mayor influencia en la vida institucional del país. En el Ejército existen tres líneas ideológicas que se definen como "institucionalistas" "patriotas" y "revolucionarias".

Los institucionalistas son los que actualmente comandan el arma y respaldaron el proceso democrático, cuando asumió Siles SUAZO y ahora cuando asumió PAZ ESTENSSORO. Sus principales figuras son los Generales LOPEZ LEYTON (Comandante de las Fuerzas Armadas) y Gari PRADO (Comandante de la 8a. División de Santa Cruz).

Los patriotas fueron bautizados así por el dirigente sindical minero Filemon ESCOBAR, de ultra-izquierda y merecieron esa denominación cuando los sucesos de Junio de 1984 (secuestro de SILES SUAZO). Las capas conservadoras y de derecha de la Institución militar los tildaron de "sindicato rojo".

Los revolucionarios son una ínfima minoría, aunque ideológicamente compacta. Uno de sus subgrupos edita clandestinamente el Boletín "El Vivo Rojo", de clara inspiración trotkista.

La línea institucionalista es la que domina el arma en la actualidad, detentando los comandos más importantes y respaldando al gobierno. Los patriotas se situan más a la izquierda y coinciden con los institucionalistas en una postura legalista y democrática.

Los mandos intermedios y bajos del Ejército son mayoritariamente conservadores y de derecha y pro-Banzeristas

IV.- FACTOR SUBVERSIVO

Actualmente la principal organización subversiva boliviana es el propio Partido Comunista. Este cuenta con campos de entrenamiento para guerrilleros y existirían contactos con Sendero Luminoso de Perú, apareciendo una rama boliviana del mismo. El control del PCB sobre los sindicatos le da a este partido una mayor posibilidad de control de las actividades subversivas a nivel nacional. Si bien actualmente no existen hechos subversivos, la situación geográfica de Bolivia y la inestabilidad política de este País, determina que históricamente sea blanco de la atención del Comunismo internacional, que busca desarrollar a partir del centro del continente una vietnamización del mismo. De acuerdo al desarrollo de las situaciones internas, no debe descartarse la posibilidad de que este país caiga en una guerra civil, con las caracteristicas del modelo salvadoreño.

9005141

La presencia de tropas norteamericanas en el país, no solo se circunscribiría a la lucha contra el narcotráfico, sino que también estarían realizando operaciones de relevamiento de posibles actividades subversivas y sus eventuales ramificaciones hacia países fronterizos con Bolivia

V.- FACTOR SICOSOCIAL

A.- CENTRAL OBRERA BOLIVIANA

Fundada en 1952, al amparo de la Revolución Populista que encabezó PAZ ESTENSSORO, SILES SUAZO y LECHIN OQUENDO. Desde entonces, la COB ha acumulado un considerable poder político y su arraigo en las masas populares es sólido, a pesar de sus evidentes errores. Cuando las circunstancias políticas la favorecieron, se convirtió en un poder paralelo al gobierno y de lo contrario, pasó a asumir una oposición agresiva. El 95% de los trabajadores bolivianos están afiliados a la COB, que incluso abarca sectores como estudiantes, pequeños comerciantes y los campesinos. Las únicas partes sociales no afiliadas son los profesionales, academicos y transportistas. Su líder "histórico" ha sido Juan LECHIN OQUENDO, pero actualmente fue desplazado a un segundo plano en la dirección sindical. La COB ahora está controlada por sectores trotkistas más radicalizados, que responden a Walter DELGADILLO (MIR-Masas) y Simón REYES (Primer Secretario del PCB y dirigente sindical minero). Precisamente el sector minero es el más combatido y que ha asumido la mayor influencia dentro de la COB.

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 038

CONFLICTO IRAN-IRAK

Montevideo, 31 de octubre de 1986.-

P.K.

S E C R E T O

9005142

01-06

CONFLICTO IRAN-IRAK

INTRODUCCION

Al cumplirse siete años de su iniciación la guerra del Golfo Pérsico sigue caracterizándose por una serie de escaladas de variada magnitud, de parte de uno y otro bando.

A mediados del mes de agosto próximo pasado, los iraquíes ampliaron el alcance de su actividad aérea y atacaron las terminales petroleras de Irán en las islas de Siri y Lavan. A fines de ese mismo mes, el régimen de Teherán ordenó el lanzamiento de ofensivas locales en el norte de Irak y en la zona del Golfo, mientras continúa concentrando tropas para concretar una amplia ofensiva.

En vista de estos hechos, este trabajo tiene como finalidad examinar, por lo menos someramente, el actual balance de fuerzas e intentar, dentro de lo posible, efectuar un pronóstico a corto plazo, teniendo en cuenta el desarrollo de los últimos acontecimientos.

IRAN.- Preparativos para la ofensiva decisiva

Desde hace algunos meses los dirigentes de Teherán proclaman su firme determinación de poner fin a la guerra con una ofensiva triunfante en lo que resta del año iranio actual, el cual culmina el 20 de marzo de 1987. Para ellos, esa seguridad en una victoria cercana no parece ilógica, ya que consideran como un antecedente realmente importante los logros obtenidos por el Ejército en Fao, en febrero de 1986 y en Mehran y Faka, en junio del mismo año.

Según los líderes iraníes esa victoria se obtendrá por una gran ofensiva o una serie de las mismas, las que provocarán el derrumbe del régimen enemigo. Esto se concretaría ya sea por un quebrantamiento del dispositivo de defensa iraquí, aparentemente frente a Basora que permitiría una importante conquista territorial, o bien ocasionando un elevado número de bajas en sus filas, siempre y cuando los iraquíes puedan detener el avance iraní.

En el marco de los preparativos para esta medida militar, destinada a dar por fin una definición al conflicto, se destacan los siguientes puntos:

9005142

1º) Se continúa reclutando a decenas de miles de voluntarios, los que son enviados al frente para reforzar a las tropas instaladas a lo largo de la frontera, cuyo número de combatientes se estima en poco más de un millón.

2º) Se apresuró la adquisición de armamento, sobre todo gran cantidad de piezas de artillería y armas anti-tanques que constituyen una respuesta parcial a la superioridad iraquí en cuanto a blindados. También se habría aumentado el número de aviones de combate en condiciones de uso y se habrían adquirido, de China y de Libia, varias baterías pesadas de misiles tierra-aire.

3º) Se mejoró el nivel de cooperación entre los Guardias Revolucionarios y los efectivos del Ejército regular, como consecuencia de un cambio de mandos en la jefatura de este último, lo que ha llevado a una concepción más homogénea con respecto al manejo de la guerra por parte del Comando de ambos cuerpos, así como a una mayor intervención de la dirección política en la coordinación entre las Fuerzas Armadas.

Contrariamente a la relativa mejoría registrada en el aspecto militar, en lo que tiene que ver con la situación económica iraní, la misma ha empeorado en el último año, lo que habría obrado como factor acelerador para que el régimen de Teherán haya decidido apresurar el desenlace del conflicto.

El mencionado deterioro se debe a los precios relativamente bajos del petróleo en el mercado mundial y a los altibajos en la exportación de crudo iraní como resultado de los ataques iraquíes contra las instalaciones de las terminales petroleras.

Hasta ahora Irán ha reducido sus gastos mediante una disminución de las importaciones destinadas al mercado civil, cercenando los presupuestos de desarrollo industrial y agrícola. No tocó para nada en cambio las sumas asignadas a la financiación del conflicto bélico.

La recuperación observada en el mercado petrolero mundial, luego de la firma del acuerdo de producción de la OPEP en agosto de 1986, podría brindarle a Irán un respiro económico. Este país también utilizaría su proclamada "certeza" en un triunfo rápido de sus fuerzas, como un modo de obtener eventuales créditos y de lograr una mejor disposición de diversos países para intensificar el diálogo e incrementar las relaciones

económicas con Teherán. Sin embargo no es seguro que esto se concrete a corto plazo. El recrudecimiento en las actividades de la Fuerza Aérea iraquí contra instalaciones petroleras iraníes, podrían incluso afectar los esfuerzos para adquirir armas por parte de Irán, así como su capacidad para abastecer a sus tropas en los próximos meses.

IRAK.- Su capacidad de resistir una prevista ofensiva iraní

En estos momentos, Irak actúa en base a la suposición de que es inevitable una gran ofensiva iraní a corto plazo. Los fracasos sufridos por el régimen de Bagdad en Faka y Mehran, lo llevaron a apoyarse cada vez más en su superioridad aérea, tratando a través de la misma de obstaculizar los preparativos militares de su contrincante y de ir minando gradualmente su infraestructura económica. Es en este contexto que Irak se mostró más resuelto a extender su radio de acción hasta las islas de Siri y Lavan, al sur del Golfo. Asimismo ha procurado incrementar su potencial humano combatiente, reforzando el reclutamiento.

En un balance total, el Ejército de Irak todavía disfruta de superioridad en lo que tiene que ver con la cantidad de efectivos movilizados, en cuanto a las armas, incluídas las biológicas-químicas y en la supremacía aérea. Asimismo Bagdad posee un dispositivo de fortificaciones que a los iraníes no les será nada fácil vencer.

Sin embargo y a pesar de lo anteriormente expuesto, en los combates registrados en los últimos meses, el Ejército iraquí dio muestras de una capacidad de respuesta más lenta, debida entre otras cosas a problemas de conducción, a errores de interpretación en cuanto al desarrollo de los combates y sobre todo al deseo de "ahorrar" en lo posible vidas humanas.

En el área económica, Irak también se vio afectado por el drástico descenso del precio del crudo, viéndose obligado como Irán a reducir sus gastos, lo que perjudicó fundamentalmente al sector civil. Sin embargo, a diferencia de su oponente, que depende exclusivamente de los ingresos producidos por el petróleo, Bagdad disfruta del apoyo financiero de Arabia Saudita y Kuwait, fundamentalmente en lo que tiene que ver con los gastos bélicos.

Irak todavía puede conseguir créditos de Occidente, logrando

incluso recientemente que se postergue una vez más el vencimiento de sus deudas con diversos países. Con todo no se descarta la posibilidad de que los rumores en cuanto a la disminución de su capacidad de resistencia, extendido ultimamente en el mundo occidental, puedan llegar a dificultarle nuevos préstamos de instituciones financieras mundiales.

Otro factor a tener en cuenta es que las grandes bajas sufridas en Fao y Mehran y las crecientes dificultades económicas como ya se ha explicado, han minado la moral tanto civil como militar, en este último caso también la de algunos altos jefes. En efecto, en círculos del Ejército y del partido Baat se oyen críticas cada vez más severas contra el Presidente Saddam Hussein, al que se considera responsable de la defectuosa conducción de la guerra, de la nada brillante situación económica y del decaimiento de la moral de todos los iraquíes en general. Sin embargo pese a esto, no hay indicios de que el régimen corra el riesgo de caer, por lo menos a corto plazo.

EVALUACION FINAL

Por el momento no hay indicios de que se vuelque la balanza en forma contundente hacia uno u otro bando, pese a que las derrotas sufridas por Irak en Fao, Mehran y Faka cuestionen su capacidad para detener con éxito futuras ofensivas iraníes. Sin embargo estos no son logros irreversibles de Teherán y sus proyectos sobre un triunfo próximo no están asegurados.

Teniendo en cuenta que continúa el "empate" estratégico, es posible que la planeada ofensiva iraní no logre inclinar en forma clara los resultados favorables hacia una u otra parte. Sin embargo el importantísimo número de bajas en filas de ambos oponentes será inevitable, así como el hecho de que estos se vean obligados a seguir sobrellevando el peso de la guerra. De ser así y se estima que esta posibilidad es más probable que una victoria iraní, revestirá una importancia decisiva la capacidad de ambos regímenes para seguir actuando ante las presiones socio-económicas, derivadas del conflicto.

Montevideo, 31 de octubre de 1986.-

P.K.

9005142

El Jefe del Dpto. IV (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Copia 3 - Sr. Sub-Director de Ejército del S.I.FF.AA.

Copia 4 - Sr. Sub-Director de Armada del S.I.FF.AA.

Copia 5 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

9005142

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

¡Ojo! no utilizar
Fue transcripto textual por
Gl. Nolicos el 13 OCT 86

9005144

MEMORANDUM Nº 039/86

OBJETIVOS ACTUALES DE LA IGLESIA CATOLICA A NIVEL MUNDIAL

Montevideo, 29 de Setiembre de 1986.-

01 06

9005143

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

291710SET86

MEMORANDUM Nº039/86

OBJETIVOS ACTUALES DE LA IGLESIA CATOLICA

A NIVEL MUNDIAL

Tomando en cuenta, las posiciones asumidas por el Papa a través de sus Encíclicas , homilías y discursos, sus numerosos viajes, como también la publicación de muchos documentos (Instrucciones) del Sacro Colegio Vaticano respecto de temas tan discutidos y sujetos a contestación como la Teología, la Teología de la Liberación, Divorcio, Aborto, Orden Económico, Cultura, etc.; los cambios realizados en la jerarquía católica así como también, las distintas manifestaciones de las Conferencias Episcopales (C.E.) de los distintos países, se pueden apreciar dos grandes objetivos de la Iglesia Católica a nivel mundial y un tercero -de menor importancia- que son por su orden:

A.- Afirmar y dinamizar la presencia de la Iglesia y su protagonismo, disminuido notoriamente durante el pontificado de Paulo VI.

Como atribuciones al logro de este objetivo, son de destacar el ofrecimiento de mediación del Vaticano en el conflicto Argentino-Chileno por el Canal de Beagle, que culminara exitosamente y que llevó a la Iglesia a los primeros planos de la atención mundial,recuperando un nivel protagónico olvidado por décadas.

Menos notorias, pero también importantes son los papeles desempeñados por la Iglesia Católica Filipina en el derrocamiento del régimen de Ferdinando Marcos, la mediación constante entre gobierno y guerrilla en El Salvador y la oposición de la Iglesia Nicaraguense al régimen sandinista.

No se limita a estos ejemplos la dinamización de la "Política exterior" Vaticana, ésta abarca muchos otros campos como por ejemplo, la intervención mediadora del Obispo Católico griego en Jerusalem, Monseñor Hilarión Capucci (expulsado por el gobierno judío y refugiado en el Vaticano), entre el gobierno francés y el presunto líder terro

rista libanés Ibrakim Abdallah; este Obispo tiene una basta experien cia en estas mediaciones.

Además puede afirmarse que todas las Iglesias locales no dejan de pro nunciarse sobre asuntos de interés nacional, particularmente conflic- tivos y que por sus características también son de interés de la Igle sia (por ejemplo: Derechos Humanosen Uruguay).

B.- Reafirmas la Doctrina Tradicional de la Iglesia y uniformizar las interpretaciones doctrinarias de las distintas Iglesias católicas locales.

Durante el Concilio Vaticano II (1965), se introdujeron grandes cam- bios en la Iglesia, que apuntaban a un gran cambio fundamental, "forma por fondo", es decir, inducir a los fieles y religiosos a "vivir la Fe" en vez de una participación meramente formal de la religión.

Este Concilio tomó varias resoluciones contenidas en un solo documen- to que doctrinariamente son correctas, pero que su redacción da lugar problemas de interpretación. Esto dio lugar a muchas importantes con- fusiones, siendo aprovechada esta situación por los sectores "Progre- sistas" de la Iglesia, que ya se insinuaban entonces, para ejercer el Magisterio según interpretaciones de la doctrina tradicional, que se convertían en verdaderas anti-doctrinas llegándose a la partici- pación de muchos sacerdotes e instituciones religiosas en apoyo (aún directo) de grupos izquierdistas pro-marxistas y violentistas(terro- ristas). Es en este marco que surge la Teología de la Liberación.

Actualmente el Papa y la jerarquía católica están dedicados a "de- purar" la doctrina católica, afirmando la tradicional. Para ésto el Papa se ha trasladado personalmente a todos aquellos países donde las nuevas y erróneas teorías habían cobrado fuerza, llevando su palabra esclarecedora, autorizada y autoritaria, no sólo a los fieles locales sino a los propios Obispos y religiosos reunidos en Conferen cia Episcopal.

Además de ésto el Vaticano se ha pronunciado a través de Encíclicas e instrucciones, respecto a los temas usualmente más contestados por los "progresistas", reafirmando las concepciones tradicionales. Tal es el caso del Divorcio, Aborto y Eutanasia, rechazados de plano, la afirmación de no participación en política de sacerdotes y religio- sos, afirmación del celibato para los mismos y las instrucciones re-

0005143

feridas a la Teología de la Liberación, en las que se condena al Marxismo.

C.- Un tercer objetivo, pero menos importante, es el acercamiento con otras Iglesias (aún las no cristianas) lo que redunda en beneficio general de la Iglesia Católica, ya que por haber tomado la iniciativa en esta materia, se puede asumir como un gesto de Buena Voluntad, además de disminuir los ataques de sus tradicionales enemigos,(protestantes, judíos y musulmanes).

POLITICAS EN EJECUCION PARA ALCANZAR LOS OBJETIVOS

A.- Aumentar la presencia y control "in situ" por parte del Papa y autoridades vaticanas en los países o áreas conflictivas. Las visitas papales se realizan por "invitación" de las Conferencias Episcopales de cada país, siendo destacable que desde que Juan Pablo II inició su pontificado realizó viajes a 57 países y a la O.N.U., teniendo previsto visitar Uruguay y nuevamente Argentina, país éste que es motivo de particular preocupación ya que siendo en un 90% católico, es uno de los únicos del mundo en el que la Iglesia y el Estado mantienen una relación acordada, pero ahora la Iglesia Católica está siendo cuestionada y desplazada de su gravitación tradicional aún desde esferas oficiales.

B.- Amplia difusión del pensamiento oficial del Vaticano en cuestiones doctrinarias de la Fe.

En la encíclica del Papa Juan Pablo II sobre el Espíritu Santo "DOMINUM ET VIVIFICANTEM", habla especialmente del pecado contra el Espíritu Santo, rechazo radical a convertise a Dios, y de la dimensión externa de este pecado que en sus últimas consecuencias se encerró en el "materialismo dialéctivo e histórico reconocido hoy como núcleo vital del marxismo", también dice en la misma que el materialismo es "aún reconocido como esencia del marxismo y resultado del sistemático y lógico desarrollo" de la resistencia del hombre a Dios y por consiguiente los crisitanos "no pueden hacer otra cosa que rechazar el marxismo como materialismo antirreligioso".

También en ésta encíclica se condena al Aborto y la Eutanasia y se denuncia al hombre y la pobreza.

C.- Dar amplia difusión a la posición oficial de la Iglesia en cuestiones socio-económicas y culturales de interés mundial. Orden Ejec. 6

mico, Empresarial, Salarios, Propiedad, Educación , etc.,).
Por ejemplo en noviembre de 1985, en audiencia con empresarios, finan cistas y economistas occidentales, sobre todo europeos, en el Congreso Internacional sobre Iglesias y economía, el Papa advirtió en contra de una adopción del modelo económico de países desarrollados que mate la cultura de los pueblos en vías de desarrollo llamando a un Orden Económico mejor.

D.- Política de reemplazo de Obispos. Esto ofrece varios problemas ya que un obispo no puede ser removido de su cargo (diócesis) o suspendido sino en casos extremadamente excepcionales (de acuerdo al Código de Derecho Canónico y a la misma Doctrina) por lo que se debe esperar que cada uno de ellos presente su renuncia al llegar a los 75 años, la que será aceptada o no, siendo notable que se han aceptado las renuncias de progresistas o liberales, manteniéndose en sus puestos los más conservadores.
En otros casos como por ejemplo, las presidencias de las Conferencias Episcopales regionales, donde los mecanismos para designar la presidencia son mucho más elásticos, se han producido cambios de orientación notables, como lo ocurrido con la designación de Monseñor Castrillón Hoyos para la presidencia del CELAM.

E.- Aplicación de sanciones a aquello sacerdotes y religiosos (as) que sustentan actitudes políticas o interpretaciones de doctrinas peligrosas para la Fe. Es el caso de la sanción a un año de silencio y retiro por el mismo lapso impuesta al sacerdote brasilero L. Boff por su obra "Iglesia: carisma y poder" en que cuestionaba el ordenamiento y autoridad de la jerarquía eclesiástica.

F.- Prudente manejo diplomático de todas sus políticas. Esto obedece fundamentalmente a que en algunos lugares, los movimientos de oposición al Papa, el Vaticano y a la Doctrina tradicional, ha cobrado tanta fuerza que la asunción de una posición extremadamente rígida por parte del Vaticano (como sería deseable) produciría una violenta reacción que llevaría a un nuevo "cisma", como por ejemplo en Brasil donde pseudos teólogos como L. Boff y el marxista pro-cubano Fray Betto, contaban con el apoyo de algunos Obispos como Monseñor Helder Camara (Obispo-rojo) ya retirado, Monseñor Arns y otros.

mico, Empresarial, Salarios, Propiedad, Educación , etc.,).
Por ejemplo en noviembre de 1985, en audiencia con empresarios, financistas y economistas occidentales, sobre todo europeos, en el Congreso Internacional sobre Iglesias y economía, el Papa advirtió en contra de una adopción del modelo económico de países desarrollados que mate la cultura de los pueblos en vías de desarrollo llamando a un Orden Económico mejor.

D.- Política de reemplazo de Obispos. Esto ofrece varios problemas ya que un obispo no puede ser removido de su cargo (diócesis) o suspendido sino en casos extremadamente excepcionales (de acuerdo al Código de Derecho Canónico y a la misma Doctrina) por lo que se debe esperar que cada uno de ellos presente su renuncia al llegar a los 75 años, la que será aceptada o no, siendo notable que se han aceptado las renuncias de progresistas o liberales, manteniéndose en sus puestos los más conservadores.
En otros casos como por ejemplo, las presidencias de las Conferencias Episcopales regionales, donde los mecanismos para designar la presidencia son mucho más elásticos, se han producido cambios de orientación notables, como lo ocurrido con la designación de Monseñor Castrillón Hoyos para la presidencia del CELAM.

E.- Aplicación de sanciones a aquello sacerdotes y religiosos (as) que sustentan actitudes politicas o interpretaciones de doctrinas peligrosas para la Fe. Es el caso de la sanción a un año de silencio y retiro por el mismo lapso impuesta al sacerdote brasilero L. Boff por su obra "Iglesia: carisma y poder" en que cuestionaba el ordenamiento y autoridad de la jerarquía eclesiástica.

F.- Prudente manejo diplomático de todas sus políticas. Esto obedece fundamentalmente a que en algunos lugares, los movimientos de oposición al Papa, el Vaticano y a la Doctrina tradicional, ha cobrado tanta fuerza que la asunción de una posición extremadamente rígida por parte del Vaticano (como sería deseable) produciría una violenta reacción que llevaría a un nuevo "cisma", como por ejemplo en Brasil donde pseudos teólogos como L. Boff y el marxista pro-cubano Fray Betto, contaban con el apoyo de algunos Obispos como Monseñor Helder Camara (Obispo-rojo) ya retirado, Monseñor Arns y otros.

S E C R E T O

INCIDENCIA EN NUESTRO PAIS

A.- Sustitución de Monseñor Partelli como Arzobispo de Montevideo, por Monseñor Gottardi. Al llegar a los 75 años a Monseñor Partelli le fue aceptado su renuncia por sus ideas ya que se encontraba en excelente estado de salud mental y física.

B.- Pronunciamiento de los Obispos Uruguayos en apoyo a la Iglesia nicaraguense, actualmente atacada por el sandinismo.

C.- Pronuncimiento oficial de la Conferencia Episcopal Uruguaya (CEU) con respecto a los Derechos Humanos, que se condice con la posición tradicional de la Iglesia, deautorizando manifestaciones de religiosos y laicos izquierdistas.

D.- Exhortación del Arzobispo de Montevideo al clero de la arquidiócesis de Montevideo a asumir sus obligaciones religiosas dentro de la doctrina tradicional y no participación en política.

E.- Conferencia organizada por el I.T.U. sobre los documentos vaticanos "LIBERTARIS NUNTIUS" sobre algunos aspectos de la Teología de la Liberación y la"INSTRUCCION SOBRE LIBERTAD CRISTIANA Y LIBERACION" en la que se dio interpretación oficial a esos documentos, señalando específicamente la incompatibilidad de Cristianismo con Marxismo.

F.- Adhesión de la Conferencia Episcopal Uruguaya a las decisiones vaticanas. La C.E.U. el 7 de enero de este año ratificó su apoyo y adhesión a la Instrucción sobre "Teología de la Liberación" en la que se llama la atención sobre las desviaciones o riesgos de desviaciones ruinosos para la Fe y la vida cristiana que recurren de modo insuficientemente crítico a conceptos tomados de diversas corrientes marxistas y que conducen inevitablemente a traicionar la causa de los pobres. El mismo documento denuncia que se han dictado cursos y conferencias y elaborado documentos que se oponen a los de la Santa Sede.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

Distribución:

Original: Archivo

mlms

S E C R E T O

00.06

9005143

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM---N° 040

UNION LIBANESA CULTURAL MUNDIAL (ULCM) 10020

Montevideo, 14 de octubre de 1986.-

P.K.

P.K.

S E C R E T O

9005144

01 13

S E C R E T O

UNION LIBANESA CULTURAL MUNDIAL (ULCM)

GENERALIDADES

El día 15 de setiembre se realizó, en la Explanada de la Intendencia Municipal de Montevideo, el acto de apertura de la Reunión del Consejo Mundial de la Unión Libanesa Cultural Mundial (ULCM), en cuyo marco se llevó a cabo desde los días 17 al 21, el Primer Congreso Mundial de Jóvenes de Ascendencia Libanesa.

Precisamente para ultimar detalles sobre este evento, llegó a nuestro país, a mediados del corriente año, el Secretario General de la ULCM, Dr. Nabil Harfouche, el cual en carácter también de enviado especial de su Gobierno, analizó con nuestras autoridades la posibilidad de que el Presidente Amín Gemayel visitara Uruguay en el mes de setiembre, en forma coincidente con el desarrollo de la semana pro-libanesa.

Harfouche llegó a Montevideo procedente de una gira por Argentina, Colombia, Venezuela y Brasil, naciones que también figuraban en el itinerario del Primer Mandatario libanés. Si bien la visita no se concretó en esta oportunidad, está prácticamente confirmado el viaje oficial de Gemayel, por lo menos en lo que tiene que ver con Uruguay, para marzo de 1987. El mencionado Jefe de Estado tendría gran interés en llegar hasta América Latina, para conocer de cerca lo que él entiende es una buena plaza financiera y comercial para su país y para el Medio Oriente en general. La importancia que se le asigna a esta región radica también en que en ella habita un considerable número de libaneses que han abandonado su país, así como sus descendientes.

ROL QUE DESEMPEÑA LA UNION LIBANESA CULTURAL MUNDIAL

La ULCM, constituída hace más de 25 años, es un organismo auspiciado por el Ministerio de Relaciones Exteriores del Líbano, que agrupa a unos 10 millones de nativos de dicho país dispersos por el mundo. La Unión reconoce la legalidad del Gobierno libanés, de la misma forma que éste la reconoce como entidad, sin embargo no es una agrupación política y por lo tanto no se pronuncia al respecto. Lo que si busca es

lograr la unificación de los libaneses y sus descendientes donde quiera que estén, así como contribuir en la medida de sus posibilidades en concretar la pacificación de su país.

En forma paradojal, mientras que en el propio Líbano residen unos tres millones y medio de libaneses, el número de emigrantes que habitan en otras naciones del mundo se estima entre unos 12 y 15 millones. Se considera que en Estados Unidos y América solamente, se concentra un 87% de los mencionados emigrados. La mayor colonia reside en Brasil, donde el año próximo pasado se realizó el Congreso sudamericano de la ULCM, en el cual se decidió este encuentro mundial. Sin embargo, a pesar de ser la mencionada nación la que cuenta con el mayor número de emigrantes libaneses, se eligió como sede a Uruguay, en reconocimiento al destacado rol internacional que viene cumpliendo su Gobierno, esto, según las propias declaraciones del vocero de la organización, Nasim Ache Echart. Es importante destacar que en nuestro país, viven aproximadamente unos 30.000 libaneses, así como descendientes de los mismos.

Por sobre todas las cosas, la ULCM busca que estos últimos se sientan consustanciados con la situación de su patria. Su esperanza en el retorno a la paz es tan grande, que el organismo proyecta realizar el año próximo en Beirut, eventos culturales y deportivos a nivel mundial.

AUTORIDADES DE LA ULCM A NIVEL MUNDIAL

Presidente: Nicolás El Khoury.

Secretario General: Dr. Nabil Harfouche.

Secretario General del Comité Mundial de Jóvenes: Sergio Jalil.

AUTORIDADES DE LA ULCM A NIVEL NACIONAL

Presidentes de Honor: Michel Neffa, Salomón Akiki, Dr. Raúl Abraham, Dr. Juan Ch. Basil.

Presidente del Comité Nacional: Ruben M. Henaise.

Vicepresidentes: Prof. Jorge Helal Braide, Dr. George Akiki, Jorge Rezk, Ruben Adib Giani.

Secretario: Miguel Andere.

0005144

Tesorero: Ignacio Licha.

Vocales: Filomena Apud de Hernández, Luis Chaia, Dr. Yahafar Amir Ríos, Dr. Adip Abraham, Escribana Marta Bernasconi de Campot.

REUNION DEL CONSEJO MUNDIAL DE LA UNION LIBANESA CULTURAL MUNDIAL

La misma tuvo lugar en la Sala de Congresos de la Intendencia Municipal de Montevideo, los días 15 y 16 de setiembre. Estuvieron presentes en el evento, entre otros:

El Vicecanciller del Líbano: Embajador Fouad El Turk (delegado personal del Presidente Amín Gemayel).

Representantes del Parlamento libanés.

El Embajador del Líbano en Uruguay: Riad Kantar.

El Presidente de la ULCM: Nicolás El Khoury.

El Secretario General de la misma: Dr. Nabil Harfouche.

Delegados de todos los países afiliados a la organización.

En el transcurso de la reunión, la ULCM analizó temas relacionados con la entidad en si, con el conflicto en el Líbano y con la emigración de dicho país. Al término del evento se emitió una declaración que consta de seis puntos:

1º) Se hace especial hincapié en que el Líbano es un Estado libre, independiente, soberano, único e indivisible.

2º) Se subraya que la sociedad libanesa es pluralista.

3º) Se apoya la política y la actitud de Su Excelencia el Presidente del Líbano, Amín Gemayel y se pide y reclama el retiro de dicho territorio de todas las fuerzas extranjeras, así como de todas las tropas que permanecen ilegalmente en el mismo.

4º) Se define el rol de la ULCM en lo que tiene que ver con la aplicación de estos principios en los campos de la información, de la política y de la economía y con la formación de un grupo de alta representatividad de todas las naciones integrantes del organismo, con la finalidad de hacer efectiva esta declaración.

5º) La ULCM condena las operaciones terroristas realizadas contra inocentes, envolviendo el nombre del Líbano y de los libaneses en las mismas, así como hace pública su solidaridad con todos los países, en

su lucha contra el terrorismo internacional.

6º) Se requiere de los Gobiernos de las respectivas naciones encontrar una solución política y urgente a la crisis del pueblo libanés, que sufre un prolongado conflicto y se reitera la confianza en la gestión del Presidente de la ULCM, Nicolás El Khoury, así como de su Secretario General, Nabil Harfouche, instándolos a continuar con su patriótica actitud en pro de la causa libanesa y de los postulados de la organización que ellos lideran.

PRIMER CONGRESO MUNDIAL DE JOVENES DE ASCENDENCIA LIBANESA

Más de 400 jóvenes procedentes del Líbano, de Argentina (la delegación más numerosa), de Australia, de Brasil, de Bolivia, de Canadá, de Colombia, de Chile, de Estados Unidos, de Francia, de México, de Venezuela y de Uruguay, se reunieron entre los días 17 y 21 de setiembre en el Salón Rojo de la Intendencia Municipal de Montevideo, con el propósito de fortalecer los vínculos entre las colonias de emigrantes existentes en distintos países y su verdadera patria.

Muchos de los participantes jamás estuvieron en el Líbano, ni conocen el idioma árabe, su lengua nacional, por lo tanto el encuentro sirvió también para propagar la cultura de ese pueblo, en conferencias que fueron dictadas por eminencias en el tema, reconocidas mundialmente. A los efectos de ordenar las deliberaciones se conformaron ocho comisiones de trabajo, las cuales estuvieron integradas por delegados de los distintos países participantes.

1º) Tema: CULTURA

Carlos Nessrallah (Chile); Eugenia Lavaque, Marcela Marón, Liliana María Kres, Patricia Saliba, Jaqueline Bueri, María Teresa Bueri, Lucy Sauma, Evangelina Richi (Argentina); George Murad, Sergio Spillere, Eduardo Fleitas, José Nellem, Jorge Friede, Teresita Caram, Nelly Nauar, Victoria Moreira, Celina Rezk (Uruguay); Munir Sayeh, Marcelo Marom (Brasil y Tony B. Maroun (Australia).

2º) Tema: INFORMACION

Pilar Ganen, Dalel Ise, Blanca de Besil, Alex Besil, Adela Turbay, Alvaro Lain, Lody Neffa (Uruguay); Jean Diab, Joussef Farah (Líbano); May Maronw, Keymad Hazomi (Australia); George Nazur (México), Yesid

Lahud (Colombia); J. Carlos Muse (Chile) y Nehme Nehme, Nicolás Serhan, Hernán Hecer, Eugenia Labaque (Argentina).

3º) Tema: CAUSA LIBANESA

Jorge Maelouf, Jorge Aboud, Jorge Bouri, Raymond Azouri, Daniel Fares (Brasil); Bassam Khoueis (Estados Unidos); Hamid Donaihhy (Australia); Marta Dem, Carmen Caram, Fernanda Henaise, José Pedro Huvatt, Assad Hajjoul, Luzalina Attun, Pierre Raad, Juan A. Abisaab, Gloria Ise, Miguel Nossar (Uruguay); Yasmina Karam (Canadá); Yuhaina Kadamani (Colombia); Silvana Tobia (Bolivia); Pablo Saleh (Chile) y Gustavo Matar, Adel Kervage, Jorge Bueri, Sorange Kervage, Marcela Auad, Julio Marun, José Jalil, Ada Saliba (Argentina).

4º) Tema: ACTIVIDADES SOCIALES

Magali Mauad, Said Abou Nigm, Estela Demicheri, Rosario Romero, Daniela Ebeid, Marcela Licha, Omar Mauad, Daniela Tascende, Sandra Silveira, Teresita Huayek, María Isable Morat (Uruguay); Laila Salame; Moni Abo Asi (Líbano); Víctor Sede, José M. Sogbi, Camilo Baclini, Gladys Chaina, Gladys Sede, Graciela Simes, María Fernanda Baclini, María Eugenia Baclini, Jorgelina Baclini, María Inés Galván, Virginia Chaina (Argentina); Andrea Bestoni, Kadie Medek, Claudia Orater, Rolo Hobb (Brasil); Michel Kury (México) y Rita Khoury (Colombia).

5º) Tema: REGLAMENTACION

Rugero Besil, Yansil Maysole, Carlos Ejeka (Brasil); Maron Danzur (México); Michel Hanna, Elena Abuchaija, Marcelle Murad, María Lorena Chaibun, María Elena Cunha de Chaibun, Pablo Cura (Uruguay); Sergio Jalil, Daniel Escaramuse, Fuad Musa, Carlos Heyaca, César Marún, Raúl Marún, Pamela Auad, Leila Saba, Jorge Bacline, Sergio Javall, Luis Manzur, José Jalil (Argentina); Hernesto Helo (Colombia); Tatiana Tobia (Bolivia) y Rafael Rosel, María de los Angeles Apud (Chile).

6º) Tema: DEPORTE

Gabriel Khoury, Miguel Ruggiero, Pablo Cura (Uruguay); Orlando Yamhure (Colombia); Claudia Cid, Samia Cid (Chile); Camilo Baclini, Soraya Chaina, María Rosa Yapbur, Roxana Anaise, Alejandra Anaise, Euduro Costa, Diego Sadh, Martín Sandiano, Jorge Baclini (Argentina); Elías Saliba, Geraldo Obeid, Camilo Bocklini (Brasil); Hanna Khaliffe, Bazzam Hachem (Estados Unidos) y Tony Hamna (México).

5144

7º) Tema: FINANZAS

Eduardo Ganem, Faride Chauod (Uruguay); Jorge Luis Elías, Oscar Bolaño Melagua, Raúl Mattar, Josen Apes (Argentina); Joseph Kalil, Julio Marom (Brasil); Michael Karres (Australia) y Simon Chaybom (México).

8º) Tema: ECONOMIA

Roberto Matta, Camilla Murad, Sergio Dematteis, Fernanda Henaise, Cristina Dematteis, Jorge Raúl Abraham Puga (Uruguay); Ricardo Kury (México) y Cesar Marún, Aída Bestene, Oscar Bolaño, Omar Mahuana (Argentina).

En nombre de los jóvenes libaneses, habló en su lengua de origen, George Abud, el cual señaló que "los de fuera del Líbano deben defenderlo como aquellos que están dentro de él", haciendo especial hincapié en la necesidad de unificar los esfuerzos en tal sentido. Los asistentes al Congreso coincidieron en que Uruguay, por su tradición democrática y por su imagen de tierra de paz y libertad, era el entorno más acertado para celebrar el evento, que procura ante todo hacer oír al mundo "la voz de un Líbano que está en contra de la guerra, que es pluralista, que acepta todas las confesiones y cuyos habitantes pueden vivir en paz tal como lo atestiguan estos días de convivencia fraterna en R.O.U.".

Estuvieron presentes en la reunión, entre otros:

El Embajador del Líbano en Uruguay: Riad Kantar.

El Secretario General del Comité Mundial de Jóvenes: Sergio Jalil.

El Presidente del Comité Nacional de la ULCM en R.O.U.: Ruben Henaise.

Como miembros de la Comisión de Relaciones Públicas y Prensa: Said Abounim (estudiante de 3er. año de la Facultad de Química. Uruguayo) y Elena Abuchaija (estudiante de Derecho. Uruguaya).

Entre otras cosas se instó a los jóvenes a que siempre y a través del punto de vista religioso se transmita la necesidad de concretar la unión de todos los libaneses, ya sea que estén o no en el país de origen; se incita a que la juventud libanesa se unifique, ya que ella será la responsable de poder solidificar y fortalecer la existencia de dicha nación; se repudian los continuos ataques del terrorismo internacional en

el mundo entero, ya que ello atenta contra el más amplio sentido de la paz que debe reinar en el universo y se insta a luchar por la libertad y la independencia del Líbano, cumpliendo los siguientes roles: a) lograr que salgan del país las tropas extranjeras. b) concretar la unión de todas las comunidades, a los efectos de que la nación pueda ser reconocida como un todo y no como algo dividido y c) intentar renovar la mentalidad de los libaneses para llegar al fin deseado.

La Secretaría General del Congreso de Jóvenes también elaboró un programa para llevar a cabo durante el período comprendido entre este Congreso y el próximo (Líbano: julio de 1987). El mismo consta en lo siguiente:

1.- A NIVEL PATRIOTICO

a.- Afianzar la existencia de la Juventud Libanesa Mundial, que ya es una entidad jurídica emanada de la ULCM, proyectándola en cada país donde se encuentran libaneses y designando delegados, así como formando comités que trabajen para tal fin.

b.- Fortalecer la entidad, dependiente de la ULCM, para que sea un elemento activo dentro de la institución madre y su eventual sustituta en el futuro.

c.- Preparar el potencial de la juventud y explicarle la causa libanesa, a los efectos de que luchen por ella.

d.- Intensificar los congresos nacionales, continentales, y por último mundiales, para mancomunar los objetivos y obrar juntos para su realización.

e.- Para saber cuantos son, como están distribuídas sus fuerzas y en que situación se encuentran, la ULCM está interesada en efectuar un censo universal de los emigrados, así como solicitar que se escriban obras sobre dicha emigración. Para esto se han instaurado varios premios que constituyan un aliciente para los hombres de letras. El deseo de la juventud de ascendencia libanesa es colaborar en la concreción de ambos proyectos.

f.- Trazar un programa de intercambio de visitas entre jóvenes de ascendencia libanesa y los que residen en el Líbano, de modo que unos reciban a otros en sus hogares y así estrechar relaciones.

2.- A NIVEL CULTURAL Y DEPORTIVO

a.- Celebrar la "Semana del Líbano", en conmemoración del

día patrio, con un programa idóneo de conferencias, festivales folklóricos, ruedas de prensa y charlas sobre el patrimonio.

b.- Participar en las campañas que se están emprendiendo para la firma de convenios culturales entre el Líbano y los países de emigración, con el fin de obtener becas y otras facilidades para los jóvenes libaneses, los cuales, en las circunstancias que vive actualmente su nación, se dirigen a diversas Universidades del mundo en busca de especializarse.

c.- Tratar de crear escuelas o mantener cursos para la enseñanza del idioma árabe o el líbanés hablado, así como instruir sobre la historia y geografía del país.

d.- Tratar de instaurar cátedras en las Universidades de los países de su residencia para enseñar el pensamiento libanés, así como crear una facultad, que pertenezca a la Universidad Libanesa de Beirut, para la enseñanza del español y del portugués y de la historia y el pensamiento de estas civilizaciones.

e.- Lanzar una campaña en todos los países para asegurar el éxito del torneo deportivo "ARZIADA", a celebrarse en el Líbano en julio de 1987, el que constituirá, junto con el Congreso Mundial de Jóvenes, un evento histórico jamás conocido en el Líbano.

3.- A NIVEL ECONOMICO

a.- Promover el proyecto de las "Cias. Holding" sugerido por el Sr. Presidente de la ULCM a nivel mundial, Nicolás El Khoury, con la formación de comités ad-hoc e invitarlos a realizar este proyecto.

b.- Adoptar el proyecto de "Cámaras Comerciales Bilaterales" ideado por la Secretaría General y materializarlo en cada país en cumplimiento de los objetivos de la ULCM, que recomiendan el intercambio comercial entre el Líbano y los países de emigración, con el propósito de promover los productos libaneses e importar los productos existentes en las naciones de residencia, con precios competitivos que ayuden al consumidor libanés a sobreponerse a la crisis económica que vive.

4.- A NIVEL GENERAL

a.- Preparar el terreno, movilizar las fuerzas activas y estrechar los vínculos, sobre todo con las autoridades de los países amigos,

0005144

para despertar la conciencia mundial y se alce su voz en el concierto internacional, a los efectos de salvar al Líbano.

b.- Socorrer al pueblo libanés en su resistencia y su lucha para preservar su independencia, su soberanía y su integridad territorial.

c.- Alistarse para colaborar con la reconstrucción del Líbano cuando sea el momento indicado, o sea cuando se logre el retorno a la paz.

"PROYECTO RAICES"

La Secretaría General del Comité Mundial de Jóvenes, convencida de la necesidad de integrar a todos los libaneses de ultramar e inspirada en el espíritu de unidad de la ULCM, lanzó un ferviente llamado para llevar adelante la tarea de retornar "a los cedros", a través de la nacionalización de los descendientes de libaneses dispersos por el mundo.

Basándose en la ley libanesa que reconoce el derecho de adquirir la nacionalidad a todos los hijos de ciudadanos libaneses y les garantiza el goce de los derechos civiles y políticos, se convoca a todos los descendientes de las personas emigradas a acercarse a las misiones diplomáticas libanesas, si es que desean tramitar dicha nacionalidad.

ENTREVISTA FOUAD EL TURK-JULIO MARIA SANGUINETTI

El Viceministro de Relaciones Exteriores del Líbano, el Vicecanciller Fouad El Turk, agradeció, una vez finalizado el evento, en nombre de su Gobierno al Presidente Sanguinetti, el apoyo brindado por Uruguay a la causa libanesa. En una entrevista mantenida en el Edificio Libertad, Turk resaltó la igualdad de "principios, ideales y valores humanos que sobre el derecho, la justicia y la democracia" tienen ambos Estados, los cuales "se encuentran muy cerca, pese a la distancia geográfica". Acotó también que el encuentro sirvió para considerar la problemática de aquel país y los sucesos de Medio Oriente, en torno a los cuales "seguiremos la comunicación directa a través de las delegaciones en la ONU y nuestras Embajadas". El Vicecanciller señaló que su nación "es víctima del terrorismo internacional y que se está requiriendo una solución al problema".

Durante la entrevista con el Presidente Sanguinetti, el Mi-

nistro libanés estuvo acompañado por el Vicepresidente del Parlamento, Fuad Nafah, del Presidente y Secretario de la ULCM, Nicolás El Khoury y Nabil Harfouche, respectivamente. Se aprovechó también esta oportunidad para dialogar sobre la importancia que reviste la recientemente conformada Cámara de Comercio Uruguayo-Libanesa, que procurará dar un mayor empuje al intercambio comercial. En este caso existe interés en adquirir varios productos de nuestro país "porque el Líbano no tiene industrias importantes como para abastecer a los consumidores, motivo por el cual tiene que comprar todo en el exterior".

****

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.

Copia Nº 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea

Copia Nº 3 - Sr. Sub-Director de Ejército

Copia Nº 4 - Sr. Sub-Director de Armada

Copia Nº 5 - Sr. Jefe del Dpto. I.

9005144

El Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.

Cnel.(Av.) Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original - Archivo

Copia Nº 1 - Sr. Jefe del A-2

Copia Nº 2 - Sr. Jefe del E-2

Copia Nº 3 - Sr. Jefe del C-2

Copia Nº 4 - Sr. jefe del N-2

S E C R E T O

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

POSIBLES ACCIONES TERRORISTAS EN LOS

JUEGOS OLIMPICOS EN COREA DEL SUR: AÑO 1988 10061

11213

Montevideo, 5 de diciembre de 1986.-

C.G.

P.K.

S E C R E T O

01 - 0

9005145

POSIBLES ACCIONES TERRORISTAS EN LOS JUEGOS OLIMPICOS EN COREA DEL SUR: AÑO 1988

INTRODUCCION

En virtud de los Juegos Olímpicos que tendrán lugar en Seúl en 1988, es previsible la realización de atentados terroristas tendientes a boicotear el evento, y/o acciones militares y de propaganda por parte de Corea del Norte, con el objetivo de desestabilizar al gobierno surcoreano. Si se tiene en cuenta que la interrupción de cualquier actividad internacional es una de las tácticas preferidas por los terroristas para atraer la atención hacia su causa, estas olimpíadas constituyen una excelente oportunidad de conseguir este propósito, ya que la atención mundial se concentrará en este acontecimiento, no descartándose tampoco que el régimen de Pyongyang aproveche las circunstancias para consumar alguna acción militar.

En este cuadro de situación no deben olvidarse dos factores que pueden resultar de significativo peso: por un lado el deseo de la URSS de desestabilizar a Corea del Sur y por otro el posible interés de China de retomar su influencia sobre Corea del Norte, la que ultimamente se ha volcado hacia Moscú.

Ambas actitudes tienen su razón de ser: Corea del Norte es de un gran valor geopolítico para la Unión Soviética, la frontera entre ambos países no es muy extensa pero si importante, ya que en sus cercanías se encuentra el puerto de Vladivostok, base de la flota soviética en el Lejano Oriente y el Pacífico, la cual en los últimos meses ha sido reforzada con tropas y barcos de guerra adicionales.

La ventaja geográfica de la Unión Soviética y China comunista de limitar con Corea del Norte, permite a Moscú y Pekín el extender más facilmente ayuda al régimen de Pyongyang, brindándole asistencia militar y económica en forma competitiva. En el pasado, los norcoreanos practicaban una política pendular entre China continental y la URSS, pero en la actualidad se están inclinando cada vez más hacia esta última, por lo que el gobierno de Pekín ve con preocupación como disminuye su ya debilitada influencia en el este y sudeste asiático, reforzándose en cambio la

posición soviética en la región. Es por esta razón que Moscú seguirá secundando a Pyongyang en cualquier iniciativa que tome contra Seúl, a fin de asegurarse la colaboración leal del gobierno de Kim Il Sung para fortificar las posiciones soviéticas en esta parte estratégica del Asia. De igual forma las autoridades de Pekín, en su intento por reforzar sus lazos con Corea del Norte, eventualmente respaldarían cualquier acción contra Seúl.

ANTECEDENTES CON RELACION A ESTA SITUACION

1.- Masacre de Munich: Este hecho ocurrió en el año 1972, en Alemania Federal, en ocasión de celebrarse los Juegos Olímpicos de Munich. En dicha oportunidad, miembros de la Organización para la Liberación de Palestina (OLP) dieron muerte a una decena de atletas israelíes que participaban en el evento.

2.- Atentado contra un avión surcoreano: El aparato de la línea KAL fue derribado el 31 de agosto de 1983, aparentemente por los soviéticos, los que tendrían una finalidad bien concreta: sabotear la conferencia parlamentaria internacional que debía celebrarse en setiembre de aquel año en Seúl. Con la mencionada masacre. Moscú evitó que Corea del Sur estrechara sus vínculos con otras naciones.

3.- Atentado en Rangún (Birmania): Una poderosa bomba causó la muerte de 17 funcionarios surcoreanos, incluyendo a cuatro miembros del Gabinete, que acompañaban al Presidente Chun Doo Hwan en visita oficial en Birmania. El ataque, también perpetrado por agentes norcoreanos, tuvo lugar en el mes de octubre de 1983.

4.- Atentado en el aeropuerto de Kimbo (Corea del Sur): En el mencionado aeropuerto, situado en Seúl, una bomba estalló en momentos en que la sala de recepción se encontraba colmada de atletas que habían llegado al país para participar en los Juegos Asiáticos de octubre del corriente año. Los primeros indicios revelaron la participación directa en el hecho de agentes de Corea del Norte. El atentado dejó un saldo de cinco muertos y más de 30 heridos.

5.- Anuncio de separatistas vascos: Los mismos han anunciado que boicotearán los Juegos Olímpicos de 1992, a celebrarse en Barcelona (España).

ORGANIZACIONES GUERRILLERAS QUE PODRIAN ACTUAR

1.- GRUPOS PALESTINOS: No se descarta su eventual accionar, debido a la participación de atletas israelíes en los Juegos. De concretarse un atentado, sus autores pertenecerían a los grupos más radicales de la OLP, que se han ido escindiendo de la misma paulatinamente. Entre ellos cabe destacar:

a) Frente Popular Para la Liberación de Palestina. Liderado por George Habash, que es especialista en secuestros aéreos y que adiestra voluntarios de todas partes del mundo, tanto del bloque del este como del oeste.

b) Abu Nidal: Este grupo se escindió de la OLP en 1974, cuando el líder de dicha agrupación, Yasser Arafat, decretó la prohibición para la organización de realizar actos de terrorismo fuera de Israel y de los territorios ocupados. Abu Nidal se considera enemigo del Estado judío y de Estados Unidos. Desde su formación, ha participado en los atentados más sangrientos registrados en los últimos tiempos.

c) Frente de Liberación Palestino: Liderado por Talaat Yacoub, este grupo se escindió del Frente Popular Para la Liberación de Palestina en 1977. Es de orientación marxista y procura incrementar la lucha contra Israel. Entre sus principales acciones se destaca el secuestro del crucero italiano Achille Lauro, a principios del corriente año.

A partir de sus discrepancias con la OLP, lo que llevó a su escisión de la misma, se aprecia que los diversos grupos palestinos han entrado en una competencia indiscriminada con el fin de ganar un espacio propio. Precisamente este hecho podría influir en forma decisiva para que intenten concretar algún acto terrorista en las Olimpíadas de Seúl, dada la trascendencia internacional del evento.

2.- GRUPOS EUROPEOS: Entre las organizaciones con mayores posibilidades de actuar se destaca la Rote Armee Fraktion (Fracción del Ejército Rojo) sucesora del Bader Meinhof, grupo que participó en el atentado de los Juegos Olímpicos de Munich de 1972. Si bien la RAF no pasa de ser un minúsculo grupo, carente de un verdadero poder de convocatoria, posee la capacidad de asestar golpes espectaculares. La Fracción del Ejército Rojo mantiene una estrecha vinculación con Acción Directa (Francia), Brigadas Rojas (Italia) y otras organizaciones similares de Europa y el Cer-

cano Oriente. A raíz de la toma de la Embajada francesa en La Haya, en setiembre de 1974 y el secuestro del Embajador junto a otros ocho rehenes, acción perpetrada por un comando del Ejército Rojo japonés , expertos del Servicio de Inteligencia francés pudieron comprobar la existencia de sólidos vínculos entre el mencionado grupo y la banda Baader Meinhof. Cabe destacar que los grupos europeos han elegido como principal objetivo en los últimos tiempos, a instalaciones norteamericanas o de la OTAN. Teniendo en cuenta que Corea del Sur es uno de los principales aliados de Washington en el sudeste asiático, no se descarta la concreción de alguna acción terrorista, con el doble propósito de atraer la atención mundial y atentar contra intereses norteamericanos.

3.- GRUPOS ASIATICOS: Habida cuenta del lugar geográfico donde se desarrollarán los Juegos, no puede obviarse la actividad de organizaciones terroristas asiáticas, destacándose entre las mismas las japonesas, por su notorio accionar. Si bien no se tiene conocimiento de que estas estén actuando fuera del país, en los últimos tiempos han realizado atentados contra objetivos que podrían considerarse internacionales. Entre los grupos japoneses el de más notoria actuación es el denominado Chukakuha (Facción Central), que cuenta con unos 300.000 simpatizantes y conocimientos tecnológicos muy avanzados. Esta organización extremista intentó sabotear la ceremonia de apertura de la 12º Cumbre de Países Industrializados en Tokio, mediante la utilización de cohetes explosivos, método que ya había sido empleado en 1986 para atentar contra la Embajada de EE.UU. en Japón. Luego del ataque contra la mencionada cumbre el grupo terrorista recibió un mensaje de felicitación enviado por el líder libio Moammar Khadafi.

4.- COREA DEL NORTE: La amenaza concreta a la seguridad de la República de Corea, radica en el régimen comunista norcoreano. El principal objetivo de Pyongyang es reunificar ambas Coreas bajo el dominio de un régimen marxista. En este contexto es probable entonces que Corea del Norte pretenda llevar a cabo alguna incursión militar a lo largo de la frontera entre ambas naciones. También existe la posibilidad de que se organice en Corea del Sur una campaña propagandística a través del sector marxista estudiantil, con el objeto de boicotear los Juegos Olímpicos. Asimismo es probable que, a través de agentes norcoreanos, se produzcan

atentados similares a los ocurridos en los recientes Juegos Asiáticos, hechos todos tendientes a lograr la desestabilización del régimen de Seúl.

CONCLUSIONES

La repercusión internacional de los Juegos Olímpicos, evidentemente el evento deportivo más importante a nivel mundial, constituye el marco adecuado para eventuales acciones terroristas y/o desestabilizadoras, fundamentalmente en países donde existe algún tipo de conflicto. Si bien por el momento se carece de datos concretos respecto a posibles acciones de determinados grupos terroristas, la actualidad mundial pone de manifiesto una generalización de las actividades extremistas y una internacionalización de dicho fenómeno. En el caso concreto de los Juegos Olímpicos de Corea del Sur, un país que se encuentra en el punto de mira del marxismo internacional, por la agresión permanente del régimen comunista de Corea del Norte y por su estratégica posición en el sudeste asiático, se puede concluir que tal evento ofrece la oportunidad para el accionar de grupos terroristas y de agentes norcoreanos.

De acuerdo a las características de los posibles grupos actuantes, los eventuales medios a utilizar serían: atentados en los aeropuertos, secuestro de aviones y atentados contra delegaciones, principalmente de Estados Unidos e Israel.

Por parte de Corea del Norte, es previsible una mayor actividad militar en la frontera, la utilización de estudiantes para entorpecer la normal realización de los Juegos, como así también la actividad de agentes infiltrados que pueden atentar contra dirigentes surcoreanos.

Montevideo, 5 de diciembre de 1986.-

C.G.

P.K.

9005145

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FUERZAS ARMADAS

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

APRECIACION DE SITUACION DE CHILE 5709

Montevideo, setiembre de 1986

C.E.G.

9005146

JUNTA DE COMANDANTES EN JEFE
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

Montevideo,

APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

I.- FACTOR POLITICO

El Gobierno Militar instalado el 21 de setiembre de 1973, luego de un golpe de Estado contra el Presidente Salvador ALLENDE, después de un período de relativa tranquilidad interna, enfrentó progresivamente circunstancias críticas, originadas por el deterioro de la situación económico-social y también debido a las presiones provenientes del exterior, impulsadas tanto por activistas políticos y organizaciones de fachada, vinculadas y manejadas por el Comunismo Internacional, como por algunos gobiernos tales como Estados Unidos y Alemania Federal que procuraron acelerar el proceso democratizador.

El 11 de marzo de 1981, el Gral. Ausgusto PINOCHET inició un período constitucional de ocho años de gobierno, de acuerdo con la consulta plebiscitaria del 11 de setiembre de 1980, cuando se aprobó una nueva Constitución. En la nueva Carta Magna se establece que hasta 1989 rige el Régimen de Democracia Protegida, contando el Presidente de la República con instrumentos jurídicos que le permiten expulsar del país, detener y relegar a los opositores. La nueva Constitución establece además que 90 días antes del 11 de marzo de 1989 los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas (Ejército, Tte. Gral. Julio CANESSA, Armada, Almirante José Toribio MERINO CASTRO; Fuerza Aérea, Tte. Gral. Fernando MATTHEI y Director de Carabineros, Gral. Adolfo STANGE), propondrían un candidato único para Presidente y se elegiría un Parlamento con facultades restringidas.

Si la Junta no logra ponerse de acuerdo en lo que tiene que ver con el candidato único, el Consejo de Seguridad Nacional decidirá sobre el particular.

Este organismo está constituído por el Presidente, los Comandantes en Jefe de la Armada, la Fuerza Aérea y Carabineros, un General del

Ejército y los Presidentes del Consejo de Estado y de la Corte Suprema.

El candidato propuesto se someterá a plebiscito popular y en caso de ser refrendado gobernará por un período de 8 años. En caso de rechazarse el candidato propuesto, el Presidente PINOCHET continuará en sus funciones durante un año más teniendo que convocar a elecciones generales en las cuales podrán participar todos los ciudadanos que se registren como candidatos a la Presidencia.

La Junta Militar tiene en sus manos los poderes Constituyente y Legislativo hasta 1990. La nueva Carta Magna es fuertemente presidencialista, con pocas atribuciones al Poder Legislativo, con una integración porcentual del Senado, con elementos no electivos y la erradicación de los marxistas.

El Gral. PINOCHET, apoyado por el firme respaldo de las Fuerzas Armadas, estuvo sustentado en el ámbito civil por el Partido Nacional, estimándose el apoyo popular inicial en un 40%. Este consenso es cada vez más reducido, por desacuerdos en las fuerzas provenientes de dicho partido, las que ahora están separadas en dos vertientes: el Movimiento de Unión Nacional, liderado por el ex-Ministro del Interior Sergio JARPA REYES y la Unión Democrática Independiente, que lidera el también ex-Ministro del Interior Sergio FERNANDEZ. Es evidente que el desprestigio del gobierno, ha desalentado a los partidos otorgando posibilidades a los opositores.

Asimismo, luego de 12 años de vigencia de una estructura político-militar sólida, el gobierno debió enfrentar en 1985 , una de las peores crisis internas, viéndose obligado a relevar a uno de los principales respaldos del Gral. PINOCHET: el Director de Carabineros, Gral. César MENDOZA.

La sucesiva detención de efectivos de Carabineros, por presuntos excesos represivos, produjo esta crisis, provocando en esa oportunidad cierta descomposición del respaldo militar que ostentaba el Presidente, lo que constituyó, en su momento un dato significativo. Esta situación originó una posterior reestructura en filas del Ejército que modificó inclusive la integración de la Junta Militar en la cual el representante del Ejército Tte. Gral. Raúl BENAVIDEZ fue sustituído por el Tte. Gral. Julio CANESSA.

La pérdida paulatina de consenso del Gobierno dio lugar a una crecien

te movilización interna de grandes sectores sociales, consolidando en cierta forma un proceso opositor político y sindical.

De todas formas, la oposición política no ha mostrado hasta el momento un panorama homogéneo. Los partidos políticos, sin excepción, reflejan una indudable falta de líderes y una tendencia divisionista que les impide mostrar ante la opinión pública, un frente lo suficientemente confiable, capaz de captar un apoyo ciudadano decisivo.

El reciente atentado contra la vida del General PINOCHET, constituye un nuevo elemento de análisis de la realidad política del país. En primer lugar, corresponde puntualizar que la acción terrorista confirma lo anunciado con anterioridad por el Frente Patriótico Manuel Rodriguez (FPMR), ya que esta organización había pronosticado la realización de operaciones de "gran repercución nacional e internacional".

De acuerdo a la conformación ideológica y al planteo estratégico de los grupos opositores, es factible que los sectores moderados nucleados en la Alianza Democrática (AD), procuren tomar mayor distancia de los grupos marxistas que conforman el Movimiento Democrático Popular (MDP) y particularmente del Partido Comunista Chileno (PCCH). Por lo tanto se considera que a partir de ahora, se hará más evidente el aislamiento interno de los sectores radicales que responden al marxismo y al PCCH quedará fuera del contexto opositor legal.

Esta afirmación quedó corroborada en la última movilización opositora de los días 4 y 5 del corriente, donde los sectores marxistas fueron los únicos que convocaron a un paro general, no encontrándo consenso en los demás grupos de oposición.(1)

Obviamente esta situación encuadra perfectamente dentro de los planes de Estados Unidos que viene propiciando una salida política que excluye a los comunistas y promueve a los sectores moderados como la opción viable para sustituir al actual régimen.

Por otra parte, el hecho de que el General PINOCHET haya salido ileso del atentado, redunda directamente en el aumento de su prestigio, por el efecto sicológico sobre la opinión pública y porque las Fuerzas Armadas han evidenciado en las actuales circunstancias la máxima lealtad hacia el mandatario chileno.

A.- FRENTE POLITICO OPOSITOR

1.- Alianza Democrática (AD)

- Reúne a democristianos, radicales, social-demócratas, socia-

listas y republicanos. Desde su creación, la coalición mantuvo una continua sucesión de Presidentes, lo que impidió mostrar una cabeza representativa y un planteamiento lo suficientemente poderoso como para atraer, de manera efectiva, a las demás fuerzas opositoras. En virtud de este hecho, la Alianza decidió una reestructuración. Por la misma, se creó un Comité Ejecutivo de ocho miembros (uno por cada partido que la integra), se efectúa una rotación de Presidentes por períodos de seis meses (hasta el momento era cada mes) y se mantiene un Secretario General Permanente. El primer Presidente es el máximo dirigente de la Democracia Cristiana, Gabriel VALDEZ y la Secretaría General permanente es ocupada por el también dirigente democristiano Raúl TRONCOSO.

Es evidente que esta reestructuración otorga un predominio inicial a la Democracia Cristiana, el partido integrante de la coalición con un mayor reconocimiento internacional y una mayor estructura partidaria en el país.

2.- Movimiento Democrático Popular (MDP)

- Nuclea a las colectividades marxistas, de las que se destacan el Partido Comunista y el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR). Su actividad se centra en la convocatoria a sucesivas protestas de masas, la mayoría de las cuales han culminado con violentos enfrentamientos con las fuerzas del orden. Esto no ha contribuído a la unidad de la oposición, sino por el contrario ha entorpecido cualquier avance del diálogo con las autoridades, por su manifiesta complicidad con el extremismo. En este sentido, el Comité Central del PC reconoció su "simpatía y aprecio" por el Frente Patriótico Manuel RODRIGEZ (en realidad el brazo armado del PC), movimiento subversivo que se ha atribuído los más importantes actos extremistas contra el gobierno.

Además el PC revalorizó la lucha armada como método de oposición. Esta pública aceptación de la vía violenta, comprende a quienes apoyan su accionar y por lo tanto imposibilitan cualquier acercamiento con las autoridades. Por ser el partido más importante de la MDP, realizamos un resumen de sus características y creación.

- Partido Comunista de Chile

El PC chileno tuvo su origen en el Partido Socialista Obre

ro, siendo fundado en 1921 por Luis Emilio RECABARREN. Desde su fundación y luego de superar varias etapas en su desarrollo orgánico, se convirtió en el partido mejor organizado, después del PC de Italia y el de mayor influencia continental, después de Cuba.

El PC de Chile tuvo dos períodos de ilegalidad (1921-1931 y 1948-1958) y actualmente se encuentra en la misma situación.

En el aspecto operacional, el PC impulsa la acción subversiva por cuyo intermedio intenta conquistar el poder político y constituir un gobierno marxista.

El Partido funciona en base a los estatutos aprobados en el XI Congreso realizado en 1958. De dicha organización puede destacarse que las autoridades superiores son: el Congreso Nacional, la Confederación Nacional y el Comité Central. Estos tres organismos son centralizados por el Comité Ejecutivo. El Comité Central es la máxima autoridad partidaria, en los lapsos comprendidos entre la realización de los Congresos. Los órganos ejecutivos de las decisiones del Comité Central son las Comisiones Nacionales que son: Educación, Sindical, Finanzas, Cultura, Agraria, Femenina, Organización, Prensa y Juventud.

La organización de base del PC es la célula. Estas son de dos tipos: de industria y de calle. Las más importantes son las células de industria que se constituyen en los sitios de trabajo. La célula de calle se constituye en el sitio de residencia del militante.

Las Juventudes Comunistas de Chile constituyen para el PC una organización autónoma en cuanto a su estructura y a las resoluciones que adopte, siempre que no contradiga la línea política del partido. Su organismo máximo es el Comité Central de las Juventudes Comunistas de Chile y es responsable ante el Comité Central del Partido.

La maquinaria clandestina del PC depende de la Comisión Nacional de Cuadros, responsable de las Escuelas y Seminarios de Adoctrinamiento, preparación de las fuerzas de choque, actividad subversiva y propaganda ideológica.

Consecuente con los principios de internacionalismo, el PC de Chile mantiene relaciones de solidaridad con los demás partidos de su orientación, pero fundamentalmente responde al comunismo de la Unión Soviética.

Además, entre las corrientes opositoras cabe agregar el Bloque Socialista, compuesto por fracciones separatistas del núcleo básico integrado a la Alianza Democrática. Esta corriente está en una etapa de definición, tanto en lo formal como en lo doctrinario. Asimismo, recientemente se formalizó la Federación Democrática, conformada por tres partidos de derecha: el Nacional, el Republicano y el Liberal.

En el documento constitutivo se señaló que el objetivo es buscar la restauración de la democracia en Chile y alcanzar un consenso que garantice la estabilidad y funcionamiento de un gobierno libremente elegido.

3.- Otros frentes opositores

- Dentro del espectro opositor es importante destacar la función de la Iglesia Católica, la que en mayor o menos grado ha mantenido conflictivas relaciones con el gobierno. El esfuerzo conciliador más importante y la propuesta que por el momento habría alcanzado un importante consenso tanto dentro de la oposición interna como en el ámbito internacional, sería el denominado Acuerdo Nacional, impulsado por el Arzobispo de Santiago, Cardenal Juan Francisco FRESNO.

Este Acuerdo Nacional nuclea a 11 partidos políticos provenientes de la Alianza Democrática y de agrupaciones de derecha como la Unión Nacional y el Partido Nacional, quedando excluídos los sectores de ultraderecha tales como, la Unión Democrática Independiente, así como los marxistas del Movimiento Democrático Popular.

La propuesta del Acuerdo Nacional establece la elección de un Presidente de la República, mediante sufragio universal y directo así como el establecimiento de una Asamblea Nacional que tenga competencia para reformar la Constitución. No se establece en cambio un cronograma definido en lo que tiene que ver con los plazos para el cumplimiento del proyecto.

No obstante, este proyecto denominado "Acuerdo para la Transición hacia la Democracia", no significó la unificación real y efectiva de los sectores opositores moderados, ya que entre las propias agrupaciones signatarias de dicho acuerdo, surgieron discrepancias fundamentalmente derivadas de la posición a asumir frente a los comunistas.

Por otra parte, el gobierno no se mostró dispuesto a enta

blar conversaciones basadas en un Acuerdo Nacional.

La visita del Papa Juan Pablo II prevista para el mes de marzo del presente año , puede significar una instancia importante en las relaciones entre el gobierno y la Iglesia.

Es muy significativo el hecho de que desde el Vaticano se haya insinuado la conveniencia de que el gobierno chileno promulgue una serie de leyes políticas (Ley de Partidos Políticos, Ley electoral, etc.) antes de la llegada del Sumo Pontífice.

Este hecho puede interpretarse como que la Iglesia Católica pone como condición previa a la visita del Papa, la aprobación de disposiciones legales que garanticen un eventual proceso electoral en 1989.

Otra alternativa opositora que últimamente ha cobrado cierta significación, es la llamada Asamblea de la Civilidad, que agrupa a importantes sectores del movimiento sindical, estando integrada actualmente por 22 agremiaciones.

Este conglomerado opositor aparentemente ha asumido la vanguardia de la resistencia contra el gobierno del General PINOCHET, siendo responsable de las mayores movilizaciones llevadas a cabo en los últimos tiempos, como la Huelga Nacional efectuada los días 2 y 3 de julio.

Esta reseña acerca del espectro opositor en la política chilena, pone en evidencia el resquebrajamiento de la oposición, lo que ha impedido hasta el momento impulsar una estrategia común con definiciones claras.

B.- POSICION DEL GOBIERNO

Las autoridades, en distintas etapas, esbozaron una especie de apertura, implementada en principio, por el ex-Ministro del Interior Sergio JARPA REYES. el fracaso del diálogo y de un entendimiento con los partidos políticos se hizo inevitable por la exigencia de la oposición del retiro del Gral. PINOCHET y su cuestionamiento a la Constitución de 1980, dos temas notoriamente innegociables. Luego del fracaso de la gestión política se produjo un recrudecimiento de las acciones extremistas y de la violencia callejera. Ante esta situación, el Poder Ejecutivo declaró el estricto Estado de Sitio, con serias restricciones de prensa y clausura de prácticamente todos los órganos de oposición (los que habían reaparecido durante la gestión de JARPA REYES), sien

900514

do reemplazado el Ministro del Interior por el abogado Ricardo GARCIA, un desconocido para el ámbito político chileno, con conexiones en organismos internacionales de financiamiento y de la Iglesia.

Asimismo, se declaró fuera de la ley a todas las colectividades marxistas agrupadas en el Movimiento Democrática Popular.

Dentro de la Junta Militar las posiciones no serían totalmente coincidentes, ya que mientras la Armada, la Fuerza Aérea y los Carabineros podrían apoyar que el plebiscito previsto para 1989 se convierta en una elección libre y abierta, el Ejército mantiene reservas sobre el tema, lo que se puede interpretar como una posición proclive a dejar las cosas como están, es decir, mantener sin modificaciones la Contitución de 1980, que garantiza la propuesta de candidato único, que podría ser el propio PINOCHET.

La posición de los integrantes de la Junta Militar, Almirante MERINO y Tte. Gral. Fernando MATTHEI de la Fuerza Aérea, se han evidenciado a través de sendos pronunciamientos. Por ejemplo, el Comandante en Jefe de la Armada, Almirante MERINO ha afirmado que la Constitución debe ser reformada sin especificar el alcance de estos términos, por su parte, el Tte. Gral. MATTHEI ha reiterado su compromiso de adhesión al régimen hasta 1989, habiendo puntualizado además que su papel en el proceso militar culmina en ese año. Es importante destacar además que el Comandante en Jefe de la Fuerza Aérea expresó en dos oportunidades que el Acuerdo Nacional era "interesante".

Estos hechos permiten suponer que el General Fernando MATTHEI sería la referencia más distante entre la Junta Militar y el General PINOCHET, no descartándose que el representante de la Fuerza Aérea llegado el momento, proponga algún candidato civil para plebiscitar ante la opinión pública.

Esta situación permite concluir que la Junta de Gobierno no garantiza la continuidad del General PINOCHET, es decir, que ninguno de los Comandantes aparecen hasta el momento como patrocinantes seguros de la candidatura única de PINOCHET, ya que han evitado pronunciamientos favorables hacia el Presidente chileno. Quizás la posición más cercana a los intereses del General PINOCHET la constituya la del Comandante del Ejército General Julio CANESSA quien ha rechazado cualquier cambio de la Constitución de 1980.

Al margen de las eventuales diferencias de puntos de vista de los integrantes de la Junta Militar, el General PINOCHET parece haber definido su accionar en base a dos líneas estratégicas.

La primera de ellas consiste en consolidar la economía a los efectos de que en los años 1988 y 1989, decisivos en lo político, el gobierno pueda exhibir tasas indicadoras de un bienestar más generalizado.

La segunda líneas estratégica radica en consolidar la Constitución de 1980 mediante la aprobación de todas las leyes políticas complementarias que exige dicha carta y que van desde el establecimiento de los Registros Electorales hasta el Estatuto de la Administración Pública. Esto está reflejando el deseo gubernativo de dar cuanto antes un paso importante en lo que podría llamarse la institucionalización democrática del país. A pesar de que algunos integrantes de la Junta Militar no reflejan una total coincidencia con el gobierno en lo que se refiere al futuro político del país, es destacable que el General PINOCHET cuenta con un firme respaldo de las Fuerzas Armadas, y las expresiones del General MATTHEI de que "es imposible pensar en un diálogo separadamente de lo que piensa el General PINOCHET," son una prueba contundente del apoyo incondicional que recibe PINOCHET de las Fuerzas Armadas.

De acuerdo a la actual situación política chilena, y considerando las posiciones asumidas tanto en esferas de gobierno como en la oposición, se podrían definir las siguientes opciones para el futuro institucional del país:

- La propuesta del Acuerdo Nacional que contempla elecciones directas mediante sufragio universal de un Presidente de la República y de una Asamblea Nacional que tenga competencias para reformar la Constitución.

- La solución aportada por algunos sectores moderados de variado espectro político que propugnan una salida gradual con Plebiscito y legalización de partidos para después llegar a elecciones, en un proceso que duraría dos años.

- La posición sostenida por el Movimiento Democrático Popular que aspira a una salida inmediata del General PINOCHET, elección de una Asamblea Constituyente y la puesta en práctica de un plan eco

nómico y social de emergencia.

- En filas oficialistas, las posiciones variarían desde una salida democrática después de 1989, tesitura defendida por el gobierno, hasta el punto de vista del General MATTHEI que podría coincidir en algunos aspectos con las propuestas por el Acuerdo Nacional.

C.- RELACIONES INTERNACIONALES

Lo más importante en este aspecto es el importante cambio de posición respecto a la situación en Chile que ha evidenciado el gobierno norteamericano.

La controvertida visita del Senador Edward KENNEDY fue motivo de algunas fricciones entre las autoridades chilenas y el Departamento de Estado, ya que el gobierno de Estados Unidos consideró, que el régimen de PINOCHET no había tomado las medidas necesarias para garantizar la seguridad del visitante.

El subsecretario de Asuntos Latinoamericanos del Departamento de Estado, Robert GILBERT, declaró que su gobierno apoya el retorno pacífico de la democracia en Chile "con elecciones en 1989". Más significativas resultaron las declaraciones del Subsecretario de Estado para Asuntos Latinoamericanos, Elliot ABRAMS, quien dijo que Washington espera que las tácticas que provocaron el reciente fin de los regímenes de Filipinas y Haití tengan el mismo éxito en Chile. Asimismo el gobierno del Presidente REAGAN pidió públicamente, mediante un proyecto de resolución presentado en Ginebra en una reunión de la Comisión de Derechos Humanos de la ONU, que se terminen las persistentes violaciones a los derechos humanos en Chile, lo que configura un hecho impensado en otros tiempos. El delegado norteamericano ante la Comisión, dijo que Santiago no había respondido al uso de la "diplomacia silenciosa" por parte de la Administración REAGAN, explicando el cambio de actitud.

Esta situación determinó que el entonces Embajador norteamericano el ultraderechista James THEBERGE fuera sustituído por el actual representante de la Casa Blanca en Santiago, Jerry BARNES, de tendencia moderada y con órdenes de fortalecer los reclamos de la oposición moderada y presionar a PINOCHET para que acelere el proceso democrático.

Los contactos realizados en Chile por el Embajador BARNES permiten

suponer que el Departamento de Estado propiciaría una salida política similar a lo que propone el Acuerdo Nacional. Por otra parte, el Embajador de Alemania Federal Harman HOLZHEIMER, por expresa instrucción del Canciller Helmuth KHOL recibió a los firmantes del Acuerdo Nacional a los que brindó público respaldo.

Se considera que el gobierno de Estados Unidos podría respaldar algun candidato de alternativa para suceder a PINOCHET como ser el Ex-Senador democristiano Juan HAMILTON, apoyado por el Departamento de Estado y el Ex-Ministro del Exterior Sergio JARPA REYES que podría estar respaldado por el Pentágono y la CIA.

El panorama político chileno para el resto del presente año, a menos que ocurran cambios que por el momento resultan dificiles de prever, mostrará un país con agitación callejera pero al mismo tiempo avanzando hacia la definición plebiscitaria de 1989. A esta altura es dificil pensar en un acortamiento del régimen militar o que sea viable una vía distinta a la prevista en la Constitución de 1980.

II.- FACTOR SUBVERSIVO

El progresivo deterioro de la situación por la constante y marcada acción de la oposición política al Gobierno militar, ha determinado a su vez una importante escalada subversiva, con una metodología de lucha, similar a la planteada en Centroamérica, que busca la desestabilización e inseguridad, fundamentalmente atacando los abastecedores de energía de los principales centros urbanos, combinando esto también con otras acciones. El más antiguo de los movimientos guerrilleros chilenos y que en el pasado integró la Junta Coordinadora Revolucionaria, es el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). En la actualidad promueve la lucha armada, pero se encuentra en proceso de reorganización. El retorno en forma clandestina al país de su principal líder, Andrés PASCAL ALLENDE y su llamado a la sublevación popular, indicaría que esta organización iniciará un período de mayor actividad. Por otra parte, el movimiento más activo y que cuenta actualmente con experiencias y buena organización, es el Frente Patriótico Manuel Rodriguez (FPMR), el brazo armado del Partido Comunista chileno. Este grupo es el autor de la mayoría de las acciones realizadas en 1985 y en lo que va de 1986, incluyendo el reciente atentado contra el General PINOCHET.

Dos hechos recientes pueden considerarse como los más destacados y que plantean la dimensión que cobra la lucha subversiva en este país. Uno de ellos es el descubrimiento de dos arsenales de gran envergadura donde se incautaron gran cantidad de armas y explosivos, presuntamente descargados en el país por pesqueros soviéticos. Esto, además de poner de manifiesto un rebrote subversivo de grandes dimensiones, evidencia también el respaldo de la URSS a los movimientos terroristas chilenos y su intención de desestabilizar al Gobierno del General PINOCHET.

Este armamento estaba destinado al Frente Patriótico Manuel Rodriguez, como apoyo a un plan subversivo a efectuarse en setiembre.

El otro hecho es precisamente el plan subversivo descubierto por la Central Nacional de Informaciones (CNI). Dicho plan pretendía crear condiciones de caos generalizado, para provocar una acentuada sensación de temor en la población, lo que responde a la estrategia de violencia y terrorismo, elaborada por el Partido Comunista y sus brazos armados, con el apoyo internacional de la URSS. Las fuentes de seguridad agregaron que miembros del MIR y del FPMR son adiestrados en escuelas de guerrilla ubicadas en Cuba, Unión Soviética, Alemania Oriental, Nicaragua y Libia.

Paralelamente, el MIR anunció en Buenos Aires el lanzamiento de una ofensiva político-militar, que incluiría atentados dinamiteros y ataques a cuarteles, asimismo el MIR realiza gestiones para conformar un frente guerrillero con el FPMR y otras agrupaciones de izquierda que reivindiquen la lucha armada. Evidentemente, esta planificación subversiva iba a tener el respaldo de las armas encontradas por las Fuerzas de Seguridad. Las 30 toneladas de equipos bélicos encontradas en los dos arsenales estaban destinadas a reforzar la infraestructura armada del plan de violencia extrema previsto para setiembre y algunos de ellos se utilizaron en el atentado contra PINOCHET.

III.- FACTOR ECONOMICO

Durante el gobierno de Salvador ALLENDE, la estructura industrial chilena estaba prácticamente en manos del estado, por la vía de las expropiaciones y de las intervenciones a empresas. Otro tanto ocurría con el agro, atacado por una reforma agraria sancionada en tiempos de la Democracia Cristiana. En total, medio millar de empresas indus

triales estaban en poder del Estado.

El Producto Bruto Interno había caído a limites de crecimiento negativo y la inflación alcanzaba al 400% anual. El agro producía a niveles inferiores a las necesidades internas de consumo de alimentos. Durante los primeros meses del gobierno del General PINOCHET, hubo un duro enfrentamiento interno por diferencias en el modelo económico a seguir. Finalmente presionado por la crisis del petróleo, ya que Chile importa dos tercios del crudo que consume, PINOCHET decidió darle a la conducción económica, la orientación de la "Escuela de Chicago".

La aplicación de este modelo, redujo drásticamente el gasto público y la inflación, pero provocó una rápida desocupación. Las 500 empresas estatizadas por ALLENDE fueron vendidas a capitales privados y se conservó para el Estado un reducido grupo de empresas consideradas vitales en el área de seguridad. Por otra parte, fueron liquidados todos los bancos del estado, al punto de que hoy existe solamente el Banco Central, estructurando un sistema financiero moderno.

A partir de 1977, la aplicación del modelo económico aplicado en Chile, comenzó a mostrar signos positivos ya que el PBI creció a tasas anuales mayores al 7,5%. Los saldos del balance comercial en forma global tuvieron cifras positivas desde 1977 a 1979, notándose una disminución de la inflación al nivel del 31,2% durante 1980 y ese año el monto total del comercio exterior alcanzó los 11.000 millones de dólares, con una inversión de capitales extranjeros del orden de los 1.400 millones.

Esta situación cambió drasticamente en los años posteriores, evidenciándose un aumento desmesurado de la Deuda Externa, que actualmente se sitúa en 20.000 millones de dólares. El índice inflacionario que estuvo controlado hasta 1981 aumentó en forma notoria ubicándose por encima del 30% al comienzo de 1986. Obviamente el principal problema que debe enfrentar el país es el de la Deuda Externa, ya que solamente para cancelar los intereses, se tendrían que contraer entre 1985 y 1990 nuevas deudas por más de 15.000 millones, lo que significaría casi duplicar la deuda actual. El acuerdo firmado con Estados Unidos sobre la Isla de Pascua, mediante el cual el gobierno norteamericano puede construir obras de infraestructura para la investigación espacial, podría estar relacionado con facilidades crediticias para Chile

9005146

en previsión de los ajustes que el país trasandino tiene que hacer en materia de deuda externa. Sin embargo la actual situación política de la nación podría perjudicar sus líneas de crédito en virtud del deterioro de su imagen externa.

IV.- FACTOR SICOSOCIAL

A.- SINDICATOS

En 1978, con la sanción del "Plan Laboral", se produjo el desmantelamiento del movimiento obrero. En dicha legislación se prohibió toda confederación intersectorial, así como también el derecho de huelga.

Actualmente si bien no existe actividad sindical legalizada, los conflictos gremiales y los enfrentamientos callejeros con las fuerzas del orden, son liderados por el Comando General de Trabajadores (CGT), cuyo principal dirigente es Rodolfo SEGUEL, de extracción democristiana. Paradojicamente, las movilizaciones populares de protesta son apoyadas por los marxistas del Movimiento Democrático Popular (MDP), quedando al margen en cambio la Alianza Democrática donde predomina la Democracia Cristiana.

B.- IGLESIA

La mayor oposición al gobierno ha sido llevada a cabo por el Cardenal Primado de Chile, Raúl SILVA ENRIQUEZ y gran parte de la Conferencia Episcopal. La acción de la Iglesia Católica se ha centrado en la actividad de siete vicarias sectoriales, una de las cuales, la de solidaridad, ha sido fundamental como vocero de los "exiliados", los "desaparecidos" y los "presos políticos".

El Vaticano designó recientemente nuevas jerarquías de la Iglesia chilena, sustituyendo al Primado de Santiago, Silva ENRIQUEZ, por Monseñor Francisco FRESNO. Estos cambios han variado parcialmente la política de la iglesia, marcando el comienzo de una etapa de mayor moderación en sus relaciones con el gobierno.

V.- CONCLUSIONES

La actual situación política de Chile muestra características que permiten prever un crecimiento de la tensión social. El atentado contra el Presidente PINOCHET si bien marcó el máximo nivel del accionar de los grupos terroristas, paradójicamente ha servido para fortalecer la figura política del mandatario chileno ya que a la vez de determinar

S E C R E T O

M. D. N.
D. G. I. D.
DPTO.II (EXTERIOR)
200830SET90
eb

PARTE ESPECIAL DE INFORMACION N°040/90

ASUNTO: CIUDADANOS URUGUAYOS QUE VIAJARON POR AEROFLOT.
EVALUACION:
TEXTO:

Adjunto al presente remito a usted el material de visas de uruguayos que salieron del país vía Bs.As. por AEROFLOT a Cuba y países socialistas.-

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)
Coronel
Carlos A. Silva

20/5/90
20/5/90

DISTRIBUCION:
Original: Archivo Sección Enlace
Copia N°1: Señor Jefe del Departamento I de la D.G.I.D.

S E C R E T O

01 - 01

19005147

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 002/87

ACTIVIDAD SUBVERSIVA Y TERRORISTA LIBIA EN LATINOAMERICA

Montevideo, 25 de marzo de 1987.-

P.K.

S E C R E T O

01·07

ENTRADO 14/9/30 Es
Archivado 5/10/80 Es

9005148

ACTIVIDAD SUBVERSIVA Y TERRORISTA LIBIA EN LATINOAMERICA

INTRODUCCION

Durante el año 1986 se pudo detectar un importante incremento de la actividad libia en América Latina, la que se tradujo en un considerable apoyo, tanto cualitativo como cuantitativo, a los elementos subversivos y terroristas que operan en el área.

Uno de los hechos fundamentales que confirman esta apreciación es la "Conferencia para combatir al imperialismo, sionismo, racismo, reacción y fascismo", que tuvo lugar en Trípoli a mediados del mes de marzo del año próximo pasado. Participaron en la misma unas 600 personas, entre las cuales se incluyeron aproximadamente 300 representantes de organizaciones revolucionarias y radicales de América Latina tales como el M-19 de Colombia, los Tupamaros de Uruguay, el grupo Tupac-Amarú de Perú, "Alfaro Vive" de Ecuador, así como delegados de Argentina, Brasil, Chile, Bolivia, Venezuela, El Salvador (FMLN), Nicaragua (FSLN), Honduras, Guatemala, Panamá, Costa Rica, Guyana, Surinam, Belice, Cuba y otras naciones del Caribe. El objetivo principal de la reunión a la que se hace mención fue el de intentar establecer una fuerza armada internacional, la que sería entrenada, equipada y financiada por Libia y para la formación de la cual cada organización contribuiría enviando grupos de más de 15 voluntarios cada uno.

Para entender mejor esta situación es conveniente recordar la confrontación entre Estados Unidos y Libia en marzo-abril del 86, la que dejó a Khadafi en una difícil posición: por un lado su evidente deseo de venganza y por contrapartida la seguridad de saber que cualquier provocación desencadenará obviamente una inmediata reacción por parte del Gobierno estadounidense. Todo parece indicar que ante esta disyuntiva el líder libio podría optar por incrementar las actividades terroristas contra objetivos que le reporten mayores dividendos con el mínimo de riesgo.

Es entonces en este contexto que Latinoamérica parece haberse constituído en el escenario ideal para dicho propósito, ya que cuenta con una serie de organizaciones radicales y revolucionarias que están dispuestas a colaborar con el régimen de Trípoli y que son consideradas por Khadafi

como un factor sumamente importante para afectar los intereses estratégicos de Estados Unidos, máxime con la ventaja de que, por su lejanía geográfica de Libia, sería más difícil detectar el involucramiento de esta nación en cualquier tipo de accionar terrorista.

Libia, que como quedó demostrado con la idea de formar una fuerza armada internacional, pretende controlar a todos los movimientos revolucionarios mundiales, podría también constituírse en un elemento de radicalización dentro de las fuerzas de izquierda, llevándolas del terreno de la lucha política hacia la actividad terrorista y la lucha armada.

FACTORES QUE FAVORECERIAN EL ACCIONAR LIBIO EN AMERICA LATINA

En primer término, encontramos en América Central un área permanente de conflictos sensibles a los intereses de Estados Unidos. Tomando por ejemplo a Nicaragua, ésta constituye un importante aliado del régimen del Coronel Khadafi, a la vez que una base territorial donde pueden asesorarse las organizaciones radicales de países vecinos tales como Honduras, Costa Rica, etc.

En segundo término no puede obviarse la presencia de elementos "muslim" en naciones como Brasil, Venezuela, Guyana, Surinam, Belice, etc., donde puede llegar a utilizarse la religión para movilizar grupos en favor de la causa libia, en este caso sería a través de las denominadas Sociedades Islámicas.

Por último y en lo que tiene que ver con el área del Caribe, sumados a los intereses económicos y estratégicos de Estados Unidos están los de Francia, lo que, desde el punto de vista de Libia, reviste mayor importancia aún por el estado de confrontación que existe entre París y Trípoli a raíz del conflicto del Chad.

ACTIVIDAD LIBIA EN AMERICA LATINA

I.- AMERICA CENTRAL Y AREA DEL CARIBE

1.- NICARAGUA

Desde comienzos del régimen sandinista en 1980, Libia le suministró a este país asistencia financiera y militar por un monto aproximado a los 400 millones de dólares, a lo que se suma un número de asesores

calculado entre 100 y 200, los que participan tanto en asuntos militares como civiles. Es importante destacar que Managua es actualmente una de las principales bases logísticas de Libia para organizaciones subversivas de América Latina.

2.- GUATEMALA

No se descarta que el régimen de Trípoli pueda estar financiando alguna actividad en el país, incluída la adquisición de un banco privado y el control de sus intereses, además de extender su ayuda a alguna organización subversiva. Se destaca que en la conferencia de Trípoli estuvieron presentes representantes guatemaltecos.

3.- EL SALVADOR

Participaron también en dicho evento integrantes del Frente de Liberación Nacional Farabundo Martí (FMLN) un movimiento que recibe ayuda de Libia.

4.- HONDURAS

El día 6 de enero de 1987, explotó un artefacto en la Embajada israelí en Tegucigalpa, causando daños menores. En los panfletos encontrados en el lugar se hacía un llamado en contra del racismo, el sionismo y el imperialismo, estando firmados por dos organizaciones pro-Nicaragua. No se descarta la posibilidad de que exista algún nexo entre Libia y estos grupos, dado que las denuncias contra el sionismo que aparecían en las proclamas no son habitualmente utilizadas en América Latina sino en el mundo árabe. Honduras estuvo presente en la Conferencia de Trípoli, aunque se desconoce el número de personas que participaron en ella.

5.- COSTA RICA

En el mes de noviembre de 1985, una organización de extrema izquierda local, llamada "Organización Patriótica Santamaría", con fuertes lazos con Nicaragua, envió a 16 de sus miembros a Libia para hacer un curso de tres meses de duración sobre guerrilla urbana, explosivos, etc.

6.- PANAMA

La Embajada libia en este país parece haberse convertido en uno de los mayores centros de apoyo logístico y de contacto de las organizaciones subversivas y terroristas de América Latina. Existe información fidedigna de que por ejemplo grupos de Ecuador y Costa Rica que viajaron

a Libia para recibir entrenamiento, pasaron primero por Panamá, donde obtuvieron, de elementos residentes en la sede diplomática, pasajes, instrucciones y dinero.

7.- CURACAO

A mediados de 1984, se creó la "Sociedad Islámica para el Caribe", siendo su principal objetivo coordinar las actividades islámicas en la región. favoreciendo con esto notoriamente a Libia.

8.- REPUBLICA DOMINICANA-TRINIDAD TOBAGO-SAN VICENTE-JAMAICA

Hasta el momento y a pesar del dinero suministrado a los grupos de oposición, el régimen de Libia no habría obtenido aún respecto a estas islas resultados concretos.

II.- AMERICA DEL SUR

1.- GUYANA

Hasta enero de 1985, Libia esperaba usar a este país como base de operaciones para las naciones caribeñas. A partir de dicha fecha las relaciones se enfriaron considerablemente, trasladándose la Embajada libia a Surinam.

2.- SURINAM

Basada en las dificultades económicas por las que atraviesa el país y conciente de que allí reside el mayor porcentaje de "muslims" de toda América Latina, Libia le suministró ayuda financiera y militar a esta nación por un monto de unos 3 millones de dólares en 1985. Si bien prometió que incrementaría esa suma, esto aún no se ha concretado. La Embajada libia en Paramaribo cuenta con un diplomático de carrera y ocho altos oficiales subordinados a el. Se han firmado acuerdos para la instalación de centros islámicos, y se estima que en la actualidad hay en Surinam más de 30 asesores libios. Uno de los proyectos que existen es la construcción de un hotel, el cual aparentemente serviría para centro de descanso y recreo de personal militar nicaragüense.

3.- VENEZUELA

La Embajada libia en este país era uno de los principales centros desde donde el régimen de Trípoli dirigió los esfuerzos libios en el Caribe. Actualmente se asiste a grupos subversivos y de oposición locales, así como también se contribuye a formar "centros islámicos", donde se enseña el "Libro Verde" de Khadafy. En este sentido, a principios de 1986, las

autoridades prohibieron este tipo de actividad.

4.- COLOMBIA

La asistencia libia al M-19 se remonta a comienzos de la década de los 80. El régimen de Trípoli habría estado involucrado en un incidente registrado en Brasil en abril de 1983, cuando fue descubierto un cargamento de armas disimulado entre equipo médico. Parte de las mismas iría dirigida a Nicaragua y la otra al M-19.

5.- ECUADOR

En julio de 1984 se establecieron contactos entre miembros de la inteligencia libia y el movimiento "Alfaro Vive" en Panamá. Allí se le ofreció al grupo ecuatoriano asistencia militar y financiera, con la condición de que incorporaran a su plataforma el punto de vista libio sobre el sionismo, lo que fue aceptado.

6.- PERU

Libia tiene conexión con la organización "Tupac-Amarú" y supuestos vínculos con "Sendero Luminoso". Cabe destacar que este último, conjuntamente con "Alfaro Vive", M-19 y "Bandera Roja" de Venezuela, ha formado una organización regional conocida como "Batallón América", la que ha actuado en los últimos meses en el sur de Colombia.

7.- CHILE

Libia brinda ayuda a todas las organizaciones de izquierda, incluído el MIR.

8.- BRASIL

La Embajada libia en este país despliega una intensa actividad, principalmente en Goiana, Florianápolis y Foz de Iguazú. Se establecieron los denominados "Centros Culturales Arabe-Palestinos" en distintas ciudades, un "Centro de la Liga Arabe" en Belén, un "Comité Revolucionario" en Manaos y un "Centro Cultural Libio" en Foz de Iguazú.

CONCLUSIONES

El incremento de la asistencia libia a organizaciones subversivas y de oposición en América Latina, es un factor indicativo de que las actividades del Coronel Khadafi en el área se incrementarán, derivando eventualmente en situaciones de violencia aún mayores que las actuales. El acceso al poder del Gobierno sandinista en Nicaragua, en 1980, favoreció los

planes del régimen de Trípoli, el que influenciado por el estado de confrontación que mantiene con Estados Unidos aumentaría el patrocinio sobre las actividades terroristas en el área, perjudicando, como ya se ha expresado intereses estratégicos de Washington.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de la D.G.I.D

Copia 2 - Señor Sub-Director de la Fuerza Aérea de la D.G.I.D

Copia 3 - Señor Sub-Director del Ejército de la D.G.I.D

Copia 4 - Señor Sub-Director de la Armada de la D.G.I.D

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL DEPARTAMENTO Recibido O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

Montevideo, 25 de marzo de 1987

P.K.

07.07 9005148

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO. II(EXTERIOR)
081430ABR87
sds

MEMORANDUM Nº 003/87

ENTRADO 27/9/90 ES
DISTRIBUIDO 5/10/90 ES
ENVIADO:

ASUNTO: La Quinta Conferencia Cumbre Islámica

TEXTO:

I.- Generalidades

- Entre el 26 y el 29 de enero de 1987 se llevó a cabo en Kuwait la Quinta Conferencia Cumbre de los países que integran la Organización de la Conferencia Islámica. La misma estuvo precedida por una reunión de los Cancilleres de esos países (22-25 de enero). La Conferencia adoptó resoluciones en cuestiones políticas y otros temas. Al margen de la reunión los dirigentes árabes mantuvieron conversaciones sobre distintos tópicos.

II.- Antecedentes políticos

A.- La Quinta Conferencia Cumbre Islámica se efectuó bajo el signo de profundas discrepancias y conflictos, en parte violentos, que reinan en el mundo árabe y musulmán. Cabe citar entre ellos:

1.- La guerra entre Irán e Irak - Que nutre la polarización en el mundo árabe entre los moderados que apoyan a Irak y los radicales partidarios de Iran. La Conferencia se reunió a la sombra de la gran ofensiva irania contra Basora, que entre otras cosas estaba destinada -pero sin éxito- a provocar la postergación de la Conferencia o a estorbar su desarrollo.

2.- El problema libanés - y principalmente la"guerra de los campamentos".

3.- La OLP - y la prolongada crisis en sus relaciones con Jordania y Siria.

4.- Egipto - su posición en el mundo árabe y musulmán.

5.- Marruecos - su ruptura con Siria y Libia como consecuencia del "Encuentro de IFRAN".

6.- La guerra de Chad - que se reanudará impetuosamente en diciembre de 1986, librada por Libia y sus aliados chadianos contra el ejército de Chad y sus partidarios en el Norte del país.

III.- Características generales

A.- En la presente Conferencia Cumbre Islámica participaron 44 de los 46 países miembros de la Organización de la Conferencia Islámica (creada en setiembre de

1969, como consecuencia del incendio en la mezquita de El-Akza) y representantes de organizaciones anexas. Estuvieron ausentes Iran, que boicoteó la reunión, y Afganistán, que fue suspendida de la Organización. Asistieron unos 30 Jefes de Estado, entre los que cabe citar a: los Presidentes de Egipto, Siria, El Líbano, Argelia, Paquistán y Senegal, y los Reyes de Jordania y Arabia Saudita. También estuvo Yasser Arafat. El Secretario General de las Naciones Unidas participó en la reunión por ser la Organización un bloque reconocido por la ONU. Entre los ausentes figuraban los Presidentes de Irak, Libia y Túnez, y el Rey de Marruecos, que había sido uno de los arquitectos de la Organización y hasta el último tiempo encabezaba la Comisión de Jerusalén de la misma. Al parecer la Sexta Conferencia Cumbre se llevará a cabo en Senegal.

B.- Ante las amenazas de atentar contra los asistentes a la Conferencia, principalmente por parte de Irán y de las organizaciones auspiciadas por su régimen, en Kuwait se adoptaron severas medidas de seguridad. Se informó acerca de dos atentados que ocurrieron en las inmediaciones de la sala de reunión de la Conferencia, cuya responsabilidad fue asumida por una organización que actúa por inspiración irania.

IV.- Resoluciones de la Conferencia y su significado

- La Conferencia adoptó resoluciones sobre cuestiones políticas vinculadas con el conflicto árabe-israelí, con discrepancias internas entre miembros de la Organización y con temas internacionales. Estas resoluciones poseen cierta gravitación política y de propaganda, pero carecen de un significado operativo concreto. También se adoptaron resoluciones sobre temas de propaganda, cultura y finanzas. La guerra entre Irak e Irán, que despierta una creciente preocupación particularmente en los países del Golfo Pérsico, ocupó el centro de los debates de la Conferencia y de los discursos de los diversos dirigentes, dejando en la sombra a otros temas, pero también en esta importante cuestión la Conferencia se contentó con resoluciones carentes de un significado práctico.

V.- El conflicto árabe-israelí

A.- La Conferencia adoptó una serie de resoluciones extremistas en el tema del conflicto. En esencia, éstas fueron similares a las resoluciones adoptadas por la Conferencia anterior sobre el tema:

1.- Solución del conflicto:

a.- La Conferencia exhortó a poner en práctica el Plan de Paz árabe (es decir, el Plan de Fez); a una retirada total de Israel de todas "las tie-

rras palestinas y árabes" ocupadas, incluso Jerusalen, El Golán y El Líbano; así como a la restitución de los derechos nacionales del pueblo palestino -conducido por la OLP, "su representante legal y exclusivo"- que incluyen el retorno, la autodeterminación y el establecimiento de un Estado palestino independiente con Jerusalen como Capital. El mecanismo para el arreglo consiste en una Conferencia Internacional reunida bajo el patrocinio de las Naciones Unidas, en la cual participarán todas las partes implicadas, incluso la OLP en pie de ingualdad. Una Comisión Preparatoria debe preparar la Conferencia Internacional. La Conferencia Cumbre estableció igualmente que la Resolcuión 242 del Consejo de Seguridad no constituye una base satisfactoria para un arreglo y exhortó a los miembros de la Organización a gestionar la obtención de una nueva Resolución del Consejo de Seguridad que refleje las exigencias de la OLP. Se formuló un llamado a los países musulmanes para que sigan ayudando a la OLP, incluso en el terreno militar.

b.- Esta resolución constituye un logro para la OLP, dado que responde a sus exigencias básicas y otorga un renovado respaldo al status que le fuera acordado en resoluciones de la Liga Arabe, así como a sus posiciones políticas frente a los que tratan de cuestionarlas en el mundo árabe, especialmente frente a Siria y Jordania.

2.- Relaciones con Israel:

a.- La Conferencia censuró a los países musulmanes que mantienen relaciones con Israel, exhortándolos a romperlas, y los países que estaban considerando la reanudación de sus relaciones con Israel fueron instados a abstenerse de ello. Egipto objetó este punto. La Conferencia rechazó igualmente acuerdos e iniciativas separados.

b.- Es dudoso que esta resolución haya satisfecho a los extremistas, y particularmente a Siria, que había tratado infructuosamente de provocar la eliminación de Egipto y la censura de Marruecos, debido a sus vínculos con Israel.

3.- Jerusalen, el Golán y los asentamientos:

- La Conferencia subrayó nuevamente la adhesión de los países musulmanes a la declaración del "Jihad" (guerra santa) para liberar a Jerusalen y a la mezquita de El-Akza. Al igual que la Conferencia anterior, declaró asimismo que considera totalmente nulas las leyes impuestas por Israel y

los hechos que instituyera en Jerusalen, el Golan y los territorios. Se formuló un llamado a los miembros de la Organización para que cada uno de ellos contribuyera al Fondo de Jerusalen y al "Wakf" de esa ciudad con 100 millones de dólares, para financiar "la lucha musulmana en favor de Jerusalen y del pueblo palestino".

4.- El sionismo:

- Se proclamó que los países musulmanes obraran contra el esfuerzo norteamericano-israelí para anular la resolución de las naciones Unidas que identifica al sionismo con racismo.

5.- Armas nucleares: La Conferencia discutió la producción de este tipo de armas por parte de Israel y exhortó a suspender toda cooperación científica con Israel que pueda reforzar su capacidad nuclear.

VI.- El problema libanés

- La Conferencia cumbre manifestó apoyo a los esfuerzos que realiza la Liga Arabe para suspender la "guerra de los campamentos" y censuró el sitio puesto por El-Amal a los campamentos de refugiados. También condenó la ocupación israelí del Sur del Líbano y exigió la aplicación de las resoluciones del Consejo de Seguridad referentes a la retirada de Israel.

VII.- La guerra entre Iran e Irak

A.- La Conferencia exhortó a poner fin de inmediato a todas las actividades militares, a retirarse a la frontera internacional reconocida, a intercambiar prisioneros y a solucionar el conflicto por vías pacíficas. Se instó especialmente a Irán a proclamar, como lo hiciera Irak, su aceptación de las resoluciones de la Organización y del Consejo de Seguridad para concluir la beligerancia; los países miembros fueron invitados a obrar en forma colectiva en favor de este objetivo.

B.- Esta resolución, que coincide con la posición iraquí, no contiene innovaciones con respecto a resoluciones anteriores de la Organización, que hasta ahora ha invertido inútilmente numerosos y prolongados esfuerzos de mediación para lograr la suspensión de la guerra. Por lo tanto, la ausencia de Iran de la reunión y su anuncio de que las resoluciones de la misma no lo comprometen, proporcionan muy pocas perspectivas de progreso en este tema. En este momento tampoco está clara la suerte de la Comisión de Mediación Islámica, ignorándose si reanudará su actividad o si será reemplazada por otro organismo.

VIII.- Terrorismo internacional

A.- La Conferencia rechazó los "intentos aviesos" de imputar a los musulmanes la responsabilidad por el terror y de confundir las nociones de terrorismo y de "lucha legítima de los pueblos por la libertad". También expresó apoyo a la reunión de una Conferencia Internacional bajo el patrocinio de las Naciones Unidas para definir el terror internacional.

B.- Esta resolución fue inspirada por Siria y condice con los argumentos de la propaganda de ese país desde que quedara al descubierto su intervención en el "Caso HINDAWI".

IX.- Otros temas

A.- La Conferencia reiteró su llamado a la Unión Soviética para que retire a sus fuerzas de Afganistán; exhortó a Chad y a Libia para que arreglen el conflicto entre ambos por vías pacíficas y sin intervención foránea; censuró a Estados Unidos por su ayuda a Israel y por su "agresividad" contra Libia, así como al "ataque norteamericano-inglés-israelí" contra Siria.

B.- Además, la Conferencia Cumbre adoptó una serie de resoluciones sobre asuntos de propaganda, economía y procedimiento.

X.- Encuentros y cuestiones interárabes al margen de la Conferencia

- Antes de iniciarse la Conferencia Cumbre Islámica se habían difundido informaciones de que sería aprovechada para realizar encuentros entre los dirigentes árabes, mencionándose incluso una entrevista entre Mubarak y Assad, así como para reunir una Conferencia Cumbre Arabe que discutiría -entre otras cosas- el reintegro de Egipto a la Liga Arabe. En la práctica, efectivamente hubo encuentros entre dirigentes árabes, pero fracasó el esfuerzo realizado para reunir una Cumbre Arabe, así fuera no oficial. Se llevó a cabo una breve reunión de cinco líderes, en la cual participaron los jefes de Siria, Arabia Saudita, Jordania, Kuwait y Argelia.

XI.- Actividad egipcia

A.- Egipto, que considera su retorno a la Organización de la Conferencia Islámica como un logro importante, demostró mucho dinamismo en la reunión y trató de seguir promoviendo su posición y su reincorporación al mundo árabe. Con tal motivo, Mubarak se encontró -entre otros- con los Jefes de Estado del Golfo Pérsico, incluso Arabia Saudita. Estos fueron los primeros encuentros políticos del Presidente egipcio con los gobernantes de los países del Golfo que no mantienen

relaciones diplomáticas con Egipto desde que éste firmara los Acuerdos de Camp David. Al término de la Conferencia, Mubarak viajó a Omán y a los Emiratos Arabes Unidos (29-21 de enero), en tanto que el Canciller egipcio colocó la piedra fundamental del nuevo edificio del Consulado egipcio en Kuwait.

B.- Durante la Conferencia tuvo lugar un breve encuentro -fortuito y por razo- de cortesía- entre Mubarak y Assad. Cabe destacar que en vísperas de la Conferencia reinaba tensión entre las delegaciones de Egipto y Siria, después de que los sirios trataran de impedir la participación egipcia en la misma. Dada la atmósfera reinante entre ambos países y en base al discurso de Assad en la Conferencia, en el cual reiteró su conocida posición con respecto a Egipto (que objeta una reconciliación con ese país hasta que no anule los Acuerdos de Camp David), no se prevé un cambio en el sistema de las relaciones entre ambos países en un futuro cercano.

C.- Aparentemente, Egipto tratará de aprovechar ahora los contactos que mantuviera en el transcurso de la Conferencia para acelerar su retorno al mundo árabe, y principalmente para volver a recibir asistencia económica de los países del Golfo en gran escala y en forma regular.

XII.- Jordania-OLP

A.- Por primera vez desde que rompieran sus vínculos, el Rey Hussein y Arafat conversaron al margen de la Conferencia islámica. Se informó que en el encuentro se discutieron los temas que se encontraban en el orden del día de la Conferencia, como así también la reanudación de la actividad de la Comisión Conjunta jordano-OLP. Esta Comisión no actúa desde la ruptura política entre ambas partes.

B.- En tanto que la OLP acordó al encuentro un tinte político, los jordanos cuidan de presentarla como un simple encuentro de cortesía. Se estima que la entrevista no presagia un viraje en la política integral de Jordania con respecto a la OLP. Con todo, es posible que como consecuencia del encuentro y dada la presión saudita, la Comisión Conjunta jordano-OLP se reúna para discutir la forma en que se hará llegar a los territorios la ayuda financiera (9 millones de dólares) que Arabia Saudita prometió recientemente.

XIII.- Siria - El Líbano

A.- Los Presidentes Assad y Gemayel se reunieron el 28 de enero, por primera vez en el término de un año, durante el cual el Presidente libanés había sido boicoteado por los sirios debido a su rechazo del Acuerdo Tripartito. Según se

informara, en el encuentro se discutieron la situación en el escenario libanés y los esfuerzos para lograr la Conciliación Nacional, informándose que Assad manifestó que los contactos habrán de continuar. Este encuentro marca la reanudación del diálogo a nivel presidencial entre Siria y El Líbano, pero por el momento no representa un cambio rotundo en la atención de los problemas esenciales entre ambas partes.

XIV.- CONCLUSIONES

A.- En la Quinta Conferencia Cumbre de la Organización de la Conferencia Islámica, en todas sus resoluciones y debates, se reflejó la realidad política reinante en el mundo musulmán y árabe, que se caracteriza por las discrepancias y los conflictos internos. La Conferencia no pretendía provocar cambios drásticos ni poner en marcha nuevos procesos, contentándose con tratar de satisfacer las exigencias de los participantes. Efectivamente, los países que asistieron pudieron salir satisfechos de la Conferencia y considerar que las resoluciones respaldaban en cierto grado a sus posiciones: Jordania logró apoyo en la cuestión de la Conferencia Internacional; Egipto vio reforzada su posición interárabe al rechazarse la exigencia siria de suspender su afiliación a la Organización y también fue aceptada su posición en cuanto a la Comisión Preparatoria de la Conferencia Internacional; la OLP obtuvo un renovado respaldo a su status y a sus posiciones en el conflicto, siendo posible que haya logrado reanudar -así sea solo parcialmente- el diálogo con Jordania; Siria consiguió apoyo a su posición contra arreglos separados y parciales, como así también en la cuestión del terrorismo; Irak, en el tema de la guerra contra Irán.

B.- A semejanza de las que la precedieran, la Quinta Conferencia Cumbre Islámica sirvió de tribuna para atacar a Israel, promover la posición árabe en la cuestión del conflicto y para demostrar solidaridad con los palestinos. Pero a fin de cuentas, la Conferencia no fue más que el fiel reflejo de la realidad conflictiva en el mundo musulmán y árabe, y no anunció ningún cambio o novedad.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del E-2

Copia 3 - Señor Jefe del N-2

Copia 4 - Señor Jefe del C-2

El Sub-Director de la Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Cnel. (Av.)

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de la Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Copia 3 - Señor Sub-Director del Ejército de D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de la Armada de D.G.I.D.

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 004/87

ORGANIZACION DE "SENDERO LUMINOSO"

Montevideo, 7 de abril de 1987

neaa

ENTRADO 21/9/2006
CEDIDO 5/10/2005

S E C R E T O

01.05

9005150

ORGANIZACION DE SENDERO LUMINOSO

I.- ORIGENES Y EVOLUCION

* La escisión del Partido Comunista peruano en enero de 1964 (durante su 4a. Conferencia), fue en cierto modo, la causa inmediata del origen de "Sendero Luminoso". Los disidentes adoptaron el nombre de PCP-Bandera Roja.

* El grupo Sendero Luminoso, formado fundamentalmente por integrantes de la juventud comunista, evolucionó en forma gradual hasta la formación, en 1969 del PCP-"Patria Roja". En una reunión plenaria de este grupo, celebrada a fines de 1970, se propuso y aprobó la expúlsión de Abimael GUZMAN, por "traición a la línea proletaria y deserción de las filas del Partido".

* En 1971 Abimael GUZMAN polariza a su alrededor unas cuantas bases de "Bandera Roja" -entre ellas el Comité Regional de Ayacucho- y posteriormente sus seguidores se organizaron en la universidad de San Cristobal de Humanga, donde actúan a través del Frente Estudiantil Revolucionario (FER), bajo la inspiración de "Sendero Luminoso de José Carlos MARIATEGUI".

MARIATEGUI fue uno de los primeros proponentes del marxismo-leninismo en Perú, y quien en 1928 expresó que el Socialismo no debe ser en América una mera copia sino una creación heroica que en el amparo de la realidad local y en su propio lenguaje genere un socialismo indoamericano. Estas concepciones fueron materializadas cuando, en el mismo año, MARIATEGUI fundó el "Partido Socialista Peruano", como interpretación de la revolución marxista para la realidad peruana.

* Poco tiempo después la consigna de "Sendero Luminoso" fue adoptada por GUZMAN como nombre de la organización, con el cual hizo su introducción en la vida política peruana en 1971.

* Entre 1971 y 1980 los miembros de Sendero Luminoso, se dedicaron a la organización y concientización de cuadros, mediante el estudio y la difusión del pensamiento de MARIATEGUI.

* Finalizada la fase inicial de formación de la infraestructura partidaria (principalmente en la Universidad, pero también dentro de los gremios y particularmente en el campo), Sendero Luminoso se encontro listo para iniciar la lucha armada a fines de la década de los 70.

* En Mayo de 1980 comenzaron las acciones subversivas, iniciándose

las mismas en la zona rural, dentro de la región de Ayacucho, progresando lentamente y extendiéndose a casi todos los departamento del país, con elevado nivel de incidencia en la zona de la capital.

En los tres años y medio transcurridos hasta diciembre de 1984 se cometieron aproximadamente unos 6.000 actos subversivos (incluyendo bombardeos, asaltos, robos de bancos, sabotaje a torres de alta tensión, asesinatos, ataques a Embajadas e instituciones políticas, etc.) con un monto de más de 3300 muertos (entre civiles, fuerzas del orden y miembros de Sendero Luminoso). Se robaron en este período unas 400 armas de varios calibres (en parte asesinando a miembros de las fuerzas del orden con ese fin) y más de 200.000 cartuchos de dinamita.

II.- ORGANIZACION

El PCP-SL está formado por tres Instituciones principales:

A.- PARTIDO

Es el organismo político que planea y controla todas las acciones destinadas al cumplimiento de su programa político.

Está formado por los siguientes órganos:

1.- ASAMBLEA GENERAL

Organismo deliberativo.

2.- COMITE CENTRAL

Organo ejecutivo, que se subdivide en el Buró Politico y un Comité Permanente.

3.- COMITES REGIONALES

Norte, Sur, Centro, Oriente y Lima Metropolitana. Asimismo hay Comités zonales, con jurisdicciones de menor ámbito.

B.- EJERCITO GUERRILLERO POPULAR (EGP)

Tiene por función conducir la lucha armada hasta la toma del poder, por lo que se sabe parece estar completamente subordinado al partido.

Tiene tres nucleos principales:

1.- FUERZA PRINCIPAL

Es el núcleo guerrillero con mayor capacidad profesional. Realiza sus acciones como una unidad constituída o por equipos, dirigiendo las actividades de las fuerzas locales y de base. Esta constituída en una organización paramilitar de compañías y pelotones.

(NOTA: nominalmente tienen también batallones de efectivos reducidos, pero operacionalmente no han pasado del nivel de compañía). Disponen de armamentos, municiones y explosivos.

2.- FUERZA DE BASE

Constituída por campesinos realiza tareas de apoyo a otras fuerzas (tales como alojamiento, alimentación, auxilio y encubrimiento. También fabrican artefactos explosivos).

Es la fuerza más numerosa y en su mayor parte está integrada por individuos mayores de 40 años.

3.- FUERZA LOCAL

Cumple un papel de nexo entre la fuerza principal y la de base. En su mayoria sus integrantes carecen de armas de fuego, y utilizan armas blancas y medios contundentes.

C.- EL FRENTE

Encargado de organizar las masas populares (Universitarios, agrupaciones juveniles y obreras, campesinos, amas de casa, etc.) para que estos participen activamente en la gestión y ejecución del programa político del partido. Su gérmen son las células con las cuales forman comités populares. Progresivamente esos comités populares dan origen a las bases zonales.

III.- ESTRATEGIA Y PROGRAMA DE ACCION

A.- ESTRATEGIA GENERAL

Se basa en la concepción maoista de desarrollar la guerra popular y prolongada del campo a la ciudad. El ingrediente fundamental y que distingue la acción de Sendero Luminoso es un andar paciente y sin prisas hacia el objetivo final, la toma del poder.

B.- PROGRAMA DE ACCION

Denominado "Gran Plan" fue redactado y aprobado en 1979 y se divide en 5 fases de las cuales 3 se han cumplido y la cuarta se halla en período de ejecución.

1.- PRIMERA FASE

(de Mayo de 1980 a diciembre de 1981) se compuso de agitación y propaganda armada, penetración y concientización, organización de los sectores sociales. Esta fase, durante la cual se realizaron más de 1500 actos subversivos, con la muerte de 7 personas, tuvo por finalidad principal la difusión ideológica.

19005150

2.- SEGUNDA FASE

(de enero a diciembre de 1982). Durante la misma se empezaron a realizar acciones de sabotaje en mayor escala y tuvieron inicio las primeras acciones guerrilleras locales.

3.- TERCERA FASE

(de enero a diciembre de 1983). Esta fase incluyó el desarrollo y despliegue de una guerra de guerrillas (rural y urbana) el inicio de la instalación de "bases de apoyo" y empleo en forma integrada de distintas formas de lucha (sabotaje, guerra sicológica, guerrilla, terrorismo). Durante esta fase se llevaron a cabo más de 2500 actos subversivos con más de 3000 muertos.

4.- CUARTA FASE

(a partir de 1984). Ampliación del establecimiento de bases de apoyo y restablecimiento de las desactivadas por las fuerzas del orden, formación del "Ejército guerrillero Popular", expansión de acciones a otras zonas (con el objetivo de dispersar las fuerzas del orden).

En junio de 1985 se celebraron las elecciones en Perú y el 28 de julio de 1985 se celebró la toma de posesión del nuevo gobierno. Para estas ocasiones se planearon y ejecutaron acciones especiales con el fin de causar conmoción general. Esta cuarta fase es la que está siendo ejecutada actualmente y puede tener varios años más de duración (segun Sendero Luminoso hasta que las condiciones posibiliten la insurrección general).

5.- QUINTA FASE

(Ultima), Incluye la insurrección general, la creación de zonas liberadas por el "Ejército guerrillero Popular". El cerco de las ciudades desde el campo, la desintegración de las fuerzas armadas y del sistema democrático.

La última etapa de esta fase sería la toma del poder y la creación de una República Popular de la nueva democracia.

IV.- IDEOLOGIA

Abimael GUZMAN sintetiza en el denominado "pensamiento Guia"

el marxismo-leninismo y el maoísmo por una parte, y la concepción socialista-peruana de MARIATEGUI por otra. Esto en conjunción con sus propios aportes, le permite delinear una concepción particular del proceso subversivo de "Sendero Luminoso".

De MARX interpreta la "Lucha de clases", y la "dictadura del proletariado". De LENIN asimila la práxis, es decir, el concepto de que el partido es quien debe realizar la revolución. De MAO-TSE-TUNG adopta el concepto de la "Lucha armada" como único camino para alcanzar el poder mediante la "Guerra popular prolongada" del campo a la ciudad. De MARIATEGUI utiliza el concepto de que cada pueblo tiene su propia revolución y se basa en sus propias fuerzas. Y con el aporte personal de GUZMAN se configura una ideología de alto contenido sectario que se diferencia de cualquier otra ideología actual y que -de acuerdo con sus propias apreciaciones- reclama el liderazgo del comunismo mundial.

V.- RELACIONES INTERNACIONALES

Poco se sabe sobre las relaciones internacionales de Sendero Luminoso, aparte de la información, aún no confirmada, de que a fines de 1985 se habría unido al "Batallón América" (formado por el M-19 colombiano el "Alfaro Vive" de Ecuador y "Bandera Roja" de Venezuela).

Cabe recordar en este contexto que en marzo de 1985 se celebró en Tripoli (Libia) el "Segundo Congreso contra el imperialismo, el sionismo, el racismo y el facismo". En el que participaron representantes de las demás organizaciones que integran el "Batallón América", al igual que representantes peruanos no identificados.

El rechazo ideológico por parte de Sendero Luminoso tanto de la burguesía pro-imperialista como del social-imperialismo soviético lo llevan a atentados también contra las Embajada de Estados Unidos, de la Unión Soviética y de China en Lima (aparentemente con el doble fin de evidenciar que Sendero Luminoso no sigue la línea ideológica mostrada por estos países, también frente a los recientes sucesos de los penales).

En Europa parecería que su centro de actividades se radica en Paris, (donde reside la madre de Abimael GUZMAN), y allí se recogería también la mayor parte de los fondos recaudados por Sendero Luminoso en el extranjero. En Paris residen gran número de estudiantes peruanos, y

y alli publica, Sendero Luminoso, un boletín de la organización.
Se estima que el número de simpatizantes de Sendero Luminoso en Paris (entre peruanos, franceses y otros) se acerca a los 200 y 300. No se ha notado hasta ahora actividad subversiva directa en Francia. Parece ser que su actividad principal es la distribución de propaganda -entre grupos de extrema izquierda- y el reclutamiento de fondos para ser enviados a la organización en Perú.
Se han tenido informaciones de que por medio de este centro en Paris Sendero Luminoso tendría contactos con el grupo frances "Acción Directa", con la organización "Asala" de Armenia y con elementos turcos de oposición.
En el Medio Oriente se han tenido informaciones de entrenamientos -a mediados de 1986- de elementos de Sendero Luminoso en el Líbano. El entrenamiento habría sido llevado a cabo por los sirios.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de la Fuerza Aérea de la D.G.I.D

Copia 3 - Señor Sub-Director del Ejército de D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de la Armada de D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO
República O.

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

9005150

y allí publica, Sendero Luminoso, un boletín de la organización.
Se estima que el número de simpatizantes de Sendero Luminoso en París (entre peruanos, franceses y otros) se acerca a los 200 y 300. No se ha notado hasta ahora actividad subversiva directa en Francia. Parece ser que su actividad principal es la distribución de propaganda -entre grupos de extrema izquierda- y el reclutamiento de fondos para ser enviados a la organización en Perú.
Se han tenido informaciones de que por medio de este centro en París Sendero Luminoso tendría contactos con el grupo frances "Acción Directa", con la organización "Asala" de Armenia y con elementos turcos de oposición.
En el Medio Oriente se han tenido informaciones de entrenamientos -a mediados de 1986- de elementos de Sendero Luminoso en el Líbano. El entrenamiento habría sido llevado a cabo por los sirios.

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Señor Jefe del A-2
Copia 2 - Señor Jefe del E-2
Copia 3 - Señor Jefe del N-2
Copia 4 - Señor Jefe del C-2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL SUB ESTADO MAYOR DE DEFENSA Cnel. (Av.) República O. del Uruguay

El Sub-Director de la Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Roberto C. Leira

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO. II (EXTERIOR)
090023ABR87
neaa

ENTRADO 27/9/90 ES
DISTRIBUIDO 5/10/90 ES

MEMORANDUM Nº 005/87

I.- ENTREVISTA AL DR. AUGUSTO JOSE PADILLA

* Es director del Centro de documentación contemporánea.
* Se desempeña como abogado defensor de los Ttes. Cnels. Aldo RICO, VENTURINO y BARREIRO.
* Esta relacionado al ex-Presidente Marcelo LEVINGSTON, siendo este centro el lugar donde se gestó la sublevación.
* El grupo de oficiales que lo impulsa pertenecen a dos "camadas" de Ttes. Cnels. y la finalidad no es dar un golpe sino preser var la institución de las FF.AA.
* BARREIRO se encuentra dentro de Argentina y antes de los incidentes registrados en el Reg. I. 14 pensaba pasar a retiro, ya que estaba cansado del E. particularmente porque no estaba asignado a funcio nes en el área de "inteligencia" de la cual era especialista.
* Para el Dr. PADILLA, ALFONSIN, no entiende el funcionamiento de las FFAA, pensando que cambiando los mandos solucionará el problema in terno de las Fuerzas. Estima que RIOS EREÑU lo engaño, diciéndole lo que le gustaba oir, es decir, que en la fuerza no habría proble ma y los Jefes y Oficiales concurrirían a la justicia.
* La posición de BARREIRO desde hace dos años era no presentarse a la justicia y lo manifestó abiertamente a sus camaradas de armas y su periores.
* Por el momento los Ttes. Cnels. RICO, GONZALEZ y VENTURINO están in comunicados por 10 días.
* La moral de los sublevados es alta y estiman que el resultado com templa sus aspiraciones.
* En la Armada se registraron problemas que no trascendieron a la opi nión pública, pero se estima no podrán ser ocultados si se produce otro foco. No se descarta que dicho foco sea en la misma Armada.
* Existieron varias UU en todo el territorio que realizaron demostra ciones o comunicaron por radio que se negarían a reprimir a los sublevados. Los Ctes. de estas UU fueron relevados el día 22 de

abril entre ellos el Tte. Cnel. ALONSO del Reg. I. 35 que pertenecen a este grupo de oficiales.

* Desde el punto de vista ideológico, se identifican como nacionalistas y son sumamente católicos.
* El problema militar de acuerdo a PADILLA no está solucionado definitivamente.
* El nuevo JEM no es querido en la fuerza y su designación sería una contraofensiva de ALFONSIN contra las FFAA.

  Estaría contemplado como una fórmula transitoria en espera de la reacción de la fuerza.
* Estima que el gobierno sustituye la Democracia Representativa por la Democracia de masas, al llamar y dar facilidades para las movilizaciones.
* El Dr. PADILLA mantendrá contacto con el Jefe del Dpto. II por canales a convenir.

II.- ENTREVISTA CON INTEGRANTES DEL EX-BN.601 DE INTELIGENCIA

* Hay varias Unidades de diferentes puntos del país que se adhirieron a la sublevación, negándose a reprimir o comunicando por radio que no lo harían.
* En la Armada, la Infantería de Marina y la Aviación Naval plantearon problemas a sus mandos pero estos no llegaron a mayores.
* Manifiestan que el nuevo Jefe del Estado Mayor es homosexual.
* Existe una fractura entre la jerarquía de Ttes. Cnels. con Coroneles y Generales.

  Esta incluso se manifiesta en el Bn. 601 de Inteligencia donde no existen buenas relaciones entre los dos niveles.
* Jefes del Bn. manifiestan que la situación del Ejército del día 21 de Abril era normal y que los problemas existentes derivan de la incertidumbre de los cambios. El mayor problema se presentó con Ca. Ing. Cbte. de SALTA que se solucionó rápidamente.

  La prensa agrandó el hecho.
* La causa de Benjamín MENENDEZ fue prescripta liberando de problemas a varios oficiales involucrados.
* Para los Ttes. Cnels. sublevados se estableció que pasarían a Consejo de Guerra en el marco de la Justicia Militar en tanto que los Oficiales subalternos pasaron a sus respectivos destinos y a sus domicilios.

* En general se están contemplando los puntos reivindicados por los sublevados y ALFONSIN le manifestó, a los involucrados, que ellos estaban siendo estudiados de antes de producirse el levantamiento.
* Los Jefes de esta Unidad de Inteligencia son concientes del problema de las movilizaciones y estiman que de producirse incidentes con civiles, algún cuartel puede ser tomado, desatándose una guerra civil.
* Fueron retiradas las listas de ascensos a Coronel y General del Parlamento.
* El Jefe del Reg. I. 19 en la madrugada del 21 de abril pasó un radio informando que no aceptaba el nuevo Jefe de Estado Mayor.

III.- ENTREVISTA CON PETER FISCHER (ENLACE ALEMAN)

* Informó que existió un levantamiento del Reg. I. 19 y de la Ca. Ing. Cbte. de SALTA.
* CRESPO expresó al Presidente que el arma no tiene problemas, pero que no sabe si podrá controlarla en caso de que resurja el conflicto. En la Armada sucede lo mismo que en la Fuerza Aérea Argentina.
* Lo más grave de todo son los incidentes que se pueden derivar de enfrentamiento de las Fuerzas Armadas y la población civil. Podría tener efectos insospechados.
* LAFFIERO manifestó al Embajador alemán que estos hechos son una propaganda gratuita para las elecciones en favor de ALFONSIN.
* El pronunciamiento de la Justicia Civil sobre "obediencia debida", puede ser una solución al conflicto.
* ALFONSIN el día domingo fue con la solución acordada de antemano.
* La CNI y el gobierno sabían desde el martes que se negarían a presentarse, los oficiales citados por la Justicia.
* Estima que la situación se repetirá si el gobierno no limita la presión sobre las Fuerzas Armadas.

IV.- ENTREVISTA AL COMODORO PIO MATASSI

* Fuerza Aérea Argentina trata de organizar un movimiento revolucionario en base al prestigio del Brigadier CRESPO.
* Estiman que ningún arma está en condiciones de hacerlo, salvo FAA.
* Dicho movimiento debe ser realizado con civiles y las Fuerzas Armadas en segundo plano lo apoyarían.
* Ideológicamente sería nacionalista y muy católico.
* CRESPO manifestó personalmente a MATOSSI que planteó al Presidente

que el arma no reprimiría salvo que fuera atacada.

* Manifiesta que nadie obedeció las órdenes del Gral ALAIS, para reprimir a la Escuela de Infantería. Dice que los Oficiales cambiaban de posiciones al personal permanentemente, no respetando las órdenes del General.
* ALFONSIN no puede hechar para atrás en juzgamiento a militares sin afectar su imagen electoral.

V.- INFORMES PROCEDENTES DEL PERIODISTA LUPA DE LA PRENSA

* Los sublevados habrían puesto, como condición, que ALFONSIN fuera personalmente a Campo de Mayo.
* Dice que ya el sabado de noche estaba todo arreglado y lo único que faltaba para la rendición era la presencia de ALFONSIN en la Escuela de Infantería.
* Los comandos de las Unidades de Campo de Mayo se negaron a servir como P.C. del Gral. ALAIS (Escuelas de Armas y Hospital Militar).
* El Brigadier CRESPO fue quien realmente negoció con los amotinados.

CONCLUSION GENERAL

* Las Unidades que participaron en la sublevación fueron mucho más de las que trascendieron.
* BARREIRO está dentro de la Argentina y se pensaba ir del Ejército antes del motín.
* La finalidad no es dar un golpe.
* BARREIRO hace dos años que manifiesta que no se presentará a la Justicia.
* La moral de los sublevados es alta.
* Pueden haber problemas en la ARMADA y FAA si sigue la presión por los Derechos Humanos.
* El problema militar no está solucionado.
* El nuevo Jefe del Estado Mayor crea resistencias dentro del arma.
* La democracia de masas desplazó a la representativa.
* Esta fracturada la pirámide jerárquica.
* Fue proscripta la causa MENENDEZ.
* Los sublevados quedan en la órbita de la Justicia Militar y solo los Jefes están detenidos.
* Todos los puntos fueron negociados entre sublevados y ALFONSIN utilizando terceras personas (Brigadier CRESPO, etc.).
* Los Jefes del ex-Bn. 601 de Inteligencia son concientes de que se puede derivar en una guerra civil si se produce un enfrentamiento entre

el pueblo y las Fuerzas Armadas

* Los incidentes del 21 se originan en el reacomodo de los mandos y relevos pero fue superado en forma rápida.
* El pronunciamiento sobre obediencia debida puede solucionar varios problemas y aflojar la tensión.
* El gobierno sabía desde el martes sobre el desencadenamiento de la sublevación.
* La Fuerza Aérea tiene idea que puede liderar un movimiento revolucionario junto a civiles.
* CRESPO planteó al Presidente que el arma no reprimiría salvo que fuera atacada.
* ALFONSIN no puede hechar para atrás en el juzgamiento de militares sin afectar su imagen electoral.
* Los sublevados habrían puesto como condición que ALFONSIN fuera a Campo de Mayo.

ENTRADO 27/9/50 cs
DISTRIBUIDO 5/10/50 cs
CSU 2930

MEMORANDUM Nº 007

ASUNTO: ASOCIACION DE INTERNACIONAL DE ABOGADOS DEMOCRATAS

TEXTO:

I.- GENERALIDADES

A.- FUNDACION

Esta Asociación fue fundada durante la realización de un Congreso Internacional de Juristas organizado el 26 de octubre de 1946 en París por el movimiento procomunista de abogados franceses.

Entre los 25o delegados de los 24 países presentes en dicho Congreso se encontraban numerosos y eminentes abogados que no eran comunistas.

Desde la fundación de la misma los comunistas aseguraron el control de la Asociación ocupando la mayoría de los puestos importantes.

En octubre de 1949, de acuerdo a una directiva del COMINFORM, los comunistas yugoeslavos fueron excluídos durante el curso del 4º Congreso realizado en Roma.

La mayoría de los miembros no comunistas se retiraron de la Asociación antes de 1949.

En 1958 la Sociedad Británica de Abogados "Haldane Society" se retiró de la Asociación después de haber reconocido el carácter típicamente comunista de la misma.

B.- SEDE

Desde su fundación hasta 1950 la sede de la Asociación estaba en París fecha en la cual fue expulsada por el gobierno francés, pasando a fijar residencia en Bruselas (Bélgica) en 234 calle Trone. En la actualidad la Asociación tiene su sede en la ciudad anteriormente mencionada, como domicilio 49 Avenida Júpiter, Bruselas 1190.

II.- ESTRUCTURA Y ORGANIZACION

A.- CONGRESO

Es el órgano supremo, comprende delegados de cada una de las

9005152
01.06

organizaciones afiliadas. Toma todas las decisiones que interesan a la actividad de la Asociación. Se reúne cada tres años.

B.- CONSEJO

Es el segundo órgano en orden de importancia. Cada Asociación nacional está representada en él por un miembro ordinario. Se reúne anualmente. Es elegido por el Congreso.

C.- PRESIDIUM

Efectúa la dirección efectiva del organismo al igual que el Secretario y el Bureau.

Está compuesto por un Presidente Honorario, Presidente y un Vice Presidente.

D.- SECRETARIADO

Está compuesto por un Secretario General, 6 Secretarios, un tesorero y un grupo de redactores.

E.- NOMINA DE INTEGRANTES DEL PRESIDIUM Y DEL SECRETARIADO

1.- Presidente: Joe Nordmann (Francia) -miembro del Consejo Mundial de Paz-.

2.- Secretario General: Amar Bentoumi (Argelia)

3.- Secretarios: Igor Darwish (Egipto)Adrian Dimitriu (Rumania), Yonisuke Inamoto (Japón), Sergio Insunza (Chile), Lorand Jokai (Hungría), Ugo Natoli (Italia), José Sánchez Mijares (Venezuela), Tran Cong Tuong (Vietnam), Eduardo Warschaver (Argentina).

4.- Tesorero: Heinrich Toeplitz (RDA).

III.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

A.- Comisión sobre neutralidad y agresión (1960).

B.- Comisión para la investigación de los reintegrados del nacismo en el sistema legal de la RFA.

C.- Comisión Internacional para la investigación de los crímenes de guerra americanos en Vietnam (1963). Esta organización fue suplantada por la Conferencia de Estocolmo en Vietnam (Organización subsidiaria de la CMP).

D.- Comité Internacional de Abogados por la Democracia y Derechos Humanos de Corea del Sur (Octubre de 1976).

E.- Comité Internacional de Iniciativa. A la cabeza se encuentran

tres abogados que no aparecen en la Asociación.

IV.- MIEMBROS

Son miembros de la Asociación las Asociaciones de Abogados nacionales y aquellos que no integren ninguna asociación.

El total de miembros es de aproximadamente 25.000 en 64 naciones.

V.- FINANZAS

La Asociación se mantiene mediante honorarios que aportan los afiliados y diversas donaciones, se desconoce la posesión de cuentas bancarias hasta el momento.

VI.- PUBLICACIONES

A.- "Síntesis del derecho contemporáneo". Se publica dos veces al año, en los idiomas inglés y francés.

B.- Boletín de Información. Se publica irregularmente, generalmente sobre temas específicos.

C.- Panfletos sobre diversos temas.

D.- Revista de Leyes Contemporáneas.

VII.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES

A.- Organizaciones de Frentes

La IADL está representada en el Consejo Mundial de Paz y mantiene colaboración estrecha con otras organizaciones de Frentes.

La IADL y la Comisión legal de la Federación Mundial Sindical han establecido un grupo de trabajo.

Estas organizaciones han patrocinado tres seminarios internacionales para el Sindicato de Abogados Europeos.

B.- Naciones Unidas

1.- UNESCO

Dentro de esta organización la IADL tiene status categoría B.

2.- ECOSOC

En esta organización la Asociación tiene status categoría II.

3.- Su representante permanente en las Naciones Unidas, Nueva York, es Lennox Hinds (EE.UU.). Tiene también dos representantes asistentes Richard Harvey (Reino Unido) y Leora Mosston (EE.UU.) en

Nueva York y un rperesentante asistente en Ginebra, René Bridel (Suiza).

C.- Otras organizaciones

Aún cuando la Asociación no mantiene regulares vínculos con las organizaciones no comunistas se ha asociado a la Comisión Internacional de Juristas (ICJ) y al Instituto Internacional de Derechos Humanis (Strasburgo) en la organización de una Conferencia sobre Derechos Humanos en Namibia, realizada en Dakar en enero de 1976.

Formó parte de una delegación que viajó a Chile en octubre de 1973 junto con el Instituto Internacional para los Derechos Humanos y la Asociación Internacional de Abogados Católicos.

VIII.- OBJETIVOS, MISION

A.- Ejecutar la estrategia de las organizaciones de Frentes Comunistas más efectivamente mediante el estudio de problemas corrientes, situaciones e incidentes así como también temas de interés legal.

B.- Proveer de consejos legales y en el caso de acciones judiciales, abogados defensores y apoderados.

C.- Condenar los crímenes de guerra, apoyar los propósitos de las Naciones Unidas en colaborar con otros grupos para hacer valer el derecho en la política internacional y asegurar una paz duradera, esto siempre y cuando permitiera apoyar las intenciones y política del bloque oriental.

D.- Desarrollar un espíritu de mutuo entendimiento y fraternidad entre los abogados para fortalecer el estudio de la ciencia legal, el derecho internacional y ayudar a los principios democráticos tendientes a mantener la paz y la cooperación entre las naciones para promover la independencia de todos los pueblos y oponerse sea por la legislación o en la práctica.

IX.- POLITICA SEGUIDA POR LA ASOCIACION

En vista de favorecer al comunismo mundial ka Asociación tiende a interpretar el derecho según el interés del Bloque Oriental y a aprobar que en el mundo libre no cesa de ser violado.

En el sector del Derecho nacional de la Asociación elogia las condiones jurídicas en el bloque oriental, por lo contrario los estados

capitalistas son acusados de numerosas violaciones de derecho: los derechos del hombre así como las libertades cívicas que no son respetadas o son restringidas.

Se insmicuye en los asuntos internos de cada estado para defender el derecho y la ley siempre que sirva a los intereses del bloque oriental.

La Asociación no ejerce por ella misma otra actividad política y se contenta con dar apoyo al Consejo Mundial de Paz. Durante el 5º Congreso realizado en Berlín Este en setiembre de 1951 declaró que "aprueba y ejecuta todas las decisiones" del Congreso del Consejo Mundial de Paz.

El estrecho lazo que existe entre las dos organizaciones es facilitado por el hecho de que muchos miembros de la Asociación pertenecen igualmente al CMP.

X.- CONGRESOS Y REUNIONES REALIZADAS POR LA ASOCIACION

Oct. 1946 - París (Congreso de la Asociación)
Jul. 1947 - Bruselas (" " " ")
Set. 1948 - Praga (" " " ")
Oct. 1949 - Roma (" " " ")
Set. 1951 - Berlín Oriental (" " ")
Ene. 1954 - Conferencia Internacional para la protección de las libertades demócratas (Viena).
Dic. 1954 - Congreso de Juristas demócratas (Calcuta).
May. 1956 - Congreso de la Asociación (Bruselas)
Oct. 1960 - Congreso de la Asociación (Sofía)
1960 - Conferencia de Juristas Latinoamericanos (Pekín).
Oct. 1961 - Conferencia de Juristas Latinoamericanos (Petrópolis)
Oct. 1962 - Conferencia de Juristas Afroasiáticos (Conakry-Guinea)
Mar. 1964 - Congreso de la Asociación (Budapest)
Jul. 1970 - Congreso de la Asociación (Helsinki)
Abr. 1975 - Congreso de la Asociación (Argelia).
Oct. 1978 - Conferencia Internacional sobre Derecho (Helsinki)
Seminario Internacional sobre la Cooperación Internacional y el Desarme.
Feb. 1980 - Coloquio Internacional sobre Desarme y Seguridad(Bruselas).

Nov. 1980 - Congreso de la Asociación (Valetta).

Jun. 1981 - Conferencia Internacional contra la 3ra. Guerra y mantenimiento de las iniciativas en favor de la paz y detente internacional.

Nov. 1985 - Reunión del Secretariado de la Asociación (Varsovia)

1986 - Coloquio sobre el peligro de la carrera armamentista en el espacio (Bruselas).

XI.- PREMIOS OTORGADOS

Premio Lenin al Dr. Heinrich Brandweiner, en 1954, profesor de la Universidad de Graz.

XII.- VIAJES DE DELEGACIONES DE LA ASOCIACION HACIA OTROS PAISES

Mar. 1980 - Afganistán, Pakistán e India.

Ago. 1980 - Bolivia

Set. 1980 - Pakistán.

Nov. 1980 - El Salvador

Mar. 1981 - Rep. Democrática de Arabia

XIII.- ASOCIACIONES ADHERENTES AL ORGANISMO

- Federación Interamericana de Abogados (FIA), creada en Washington, el 16 de mayo de 1940, está compuesta por 17 comités permanentes (realizan tareas de preparación, discusión y divulgación de temas legales) y por un presidente (se renueva en cada conferencia) y un representante de cada país miembro.

- Asociación Americana de Juristas (América Latina, Caribe, EE.UU. y Canadá). Su objetivo es la defensa y promoción de los derechos humanos y luchar por autodeterminación de los pueblos. Centra su acción contra el imperialismo. Exige la paz y solución negociada de los conflictos.

S E C R E T O

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO. II(EXTERIOR)
051800MAY987
sds

M E M O R A N D U M Nº 009/87

ENTRADO 27/9/90 ES
5/10/90 ES

ASUNTO: HECTOR GROSS ESPIEL.

TEXTO:

- En el año 1964 se produjo un incidente con la Delegación de nuestro país ante la III sesión de la Conferencia General de la UNESCO, realizada en París del 20 de octubre al 17 de noviembre de 1964, al haberse autopropuesto como candidato al Consejo Ejecutivo, representando a nuestro país. En ese momento se desempeñaba como Subsecretario del M.RR.EE.. El Consejo Nacional de Gobierno y el Ministerio de Relaciones Exteriores desconocían la candidatura, pero al mismo tiempo se tomó conocimiento que contaba con el voto de 8 países del bloque soviético.

- En octubre de 1965, siendo funcionario del gobierno proporcionó asesoramiento jurídico a líderes sindicales requeridos por el gobierno a raíz de las Medidas Prontas de Seguridad.

- Se desempeñó como asesor letrado de la Embajada soviética en nuestro país.

- Firmó un manifiesto, junto con Reyes Abadie, auntodenominado "Movimiento de Resistencia al Tratado Militar con Estados Unidos", publicado en 1952 e impreso en Talleres Gráficos de CISA de Florida. Las demás personas firmantes eran Roberto Ares Pons, Sarandí Cabrera, Jorge Manera Lluvera, Ruben Yañez, Oscar Bruschera, Mario Benedetti, Balta Cabrera Sureda, Raúl Sendic, y Ariel Collazo.

- Se desempeñó como Embajador Uruguayo ante los organismos internacionales con sede en Ginebra.

- En 1973 fue nombrado Presidente de la Organización para la proscripción de Armas Nucleares en América Latina. Fue nombrado por el Secretario General de las Naciones Unidas Kurt Waldheim. Posteriormente fue nombrado Presidente de la Comisión de Derechos Humanos de las Naciones Unidas.

- Es de destacar que en 1970 el gobierno de Holanda rechazó un pedido de la R.O.U. para acreditarlo como Embajador debido a razones morales y políticas.

S E C R E T O

- Es amigo del Embajador Uruguayo en Egipto, Romero Piriz Balon relacionado a la KGB y otros probables agentes de inteligencia captados por servicios enemigos de los cuales se destacan:

.Carlos María ROMERO (homosexual). Fue apoderado de Gross Espiel mientras este se encontraba en México. Se desempeña como Director de Protocolo de la Cancillería.

.Pelayo Joaquín DIAZ MUGUERZA integrante del PCU y del Instituto Cultural Uruguay Unión Soviética.

Se desempeñó como asesor "Ad Honoren" del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Integra el staff de la revista bimensual HOY ES HISTORIA en calidad de colaborador de Costa Rica e integrando el Consejo de Redacción.

CONCLUSION

- A lo largo de su carrera siempre recibió el apoyo de la URSS y sus satélites, en particular cuando fue designado para cargos de Naciones Unidas.

- Es una persona sin mayores escrúpulos, que no dudó en fraguar una situación en la que se autopropuso como representante de Uruguay en un cargo de Naciones Unidas.

- La representación soviética ha utilizado sus servicios profesionales, lo que indica el grado de confianza con que cuenta. La misma consideración debe hacerse en relación a los sindicalistas que requieran su apoyo.

- Es significativa la firma de documentos junto a conocidos terroristas uruguayos y la existencia de indicios que lo señalan como enlace con diferentes grupos subversivos que promueven la lucha armada.

- También es significativo el rechazo de Holanda a la solitud hecha por R.O.U. para que fuera acreditado como Embajador. En dicha ocasión Holanda adujo razones "políticas y morales".

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.
Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.
Copia 3 - Señor Jefe de Mesa de Analistas/Departamento I

9005153

Montevideo, 19 de mayo de 1987.-

ENTRADO 27/9/90 E5
5/10/90 E5

MEMORANDUM Nº 10/87

SUBVERSION CONTINENTAL

I.- INTRODUCCION

A.- ENFRENTAMIENTO ESTE-OESTE

A pesar de que el enfrentamiento entre las dos principales concepciones ideológico-filosóficas en que se divide el mundo, ha conocido distintas modalidades de acuerdo a la realidad histórico-política coyuntural, sea ella llamada "guerra fría o distensión", desde el punto de vista soviético dicho enfrentamiento ha mantenido una constante: se ha encarado como una verdadera guerra, abarcando no solamente el aspecto militar, en algunos casos con enfrentamientos armados en regiones estratégicas, sino que cubre todo el espectro de lo político, lo económico, lo sicosocial y hasta lo tecnológico.

Hasta ahora, la ideología marxista ha pretendido erigirse en una alternativa de cambio para el actual estado de cosas, particularmente en América Latina.
Esto nunca debido a las virtudes de dicha ideología, sino como consecuencia del incumplimiento de las responsabilidades de la sociedad democrática y por la confusión ideológica y de valores reinantes en la misma. Es así que esta ideología pretende erigirse en el fundamento y justificación de tres vertientes de la Revolución Socialista Mundial.

La primera, el denominado "Mundo Socialista", liderado por el imperio soviético. La segunda, los "Movimientos de Liberación Nacional" en los países llamados "del Tercer Mundo", entre los cuales se

pretende ubicar a nuestra América del Sur. La tercera, los movimientos obreros, la intelectualidad y el estudiantado, en las naciones altamente industrializadas del mundo capitalista. Se destaca que el segundo punto es particularmente importante para Sudamérica, ya que es a través de ese camino que el marxismo intenta imponer su estrategia y por ende su ideología en los países que la integramos.

El fenómeno subversivo en América Latina debe analizarse en el contexto del enfrentamiento Este-Oeste, en el que la URSS, a través del Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética y sus satélites, determina las estrategias y lineamientos generales a ser empleados contra Occidente.

Por otra parte encontramos que las naciones occidentales, lideradas por Estados Unidos, no presentan un frente de contención homogéneo, ni desarrollan una estrategia de respuesta sistemática y continuada, sino que la misma naturaleza de sus sistemas de Gobierno , donde existe la posibilidad de que en forma periódica cambien las orientaciones políticas e ideológicas en las Administraciones de los distintos países, no permite el mantenimiento de una estrategia coherente. Surge aquí la confusión ideológica mencionada anteriormente.

B.- ESTRATEGIA DE LA URSS

La Unión Soviética, dentro de su estrategia multidisciplinaria, ha fijado un objetivo básico y global: la división de Occidente como paso previo y fundamental para lograr el dominio mundial y para alcanzar dicho objetivo, aplica la tesis marxista de la lucha de clases, es decir "pobres contra ricos", en el plano de las relaciones internacionales. De esta manera, se trata de enfrentar a los países productores de materia prima (pobres), en los que encontramos a la mayoría de las naciones de América del Sur con los países industrializados y consumidores (ricos), a los efectos de que los primeros disminuyan y eventualmente interrumpan la venta de las materias primas que las naciones industrializadas necesitan.

Con este propósito, la URSS lucha por aumentar su influencia dentro de las naciones productoras de materia prima y reducir así las posibilidades de producción de los países industrializados.

Una de las principales armas del Este en la aplica-

ción de su estrategia de desestabilización, es el Frente de Solidaridad, dependiente del Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética. Si bien el comunismo internacional no aparece como impulsor directo de la lucha armada, la fomenta indirectamente a través de sus organizaciones de fachada, creando el caos y la anarquía. Esta situación es explotada por los distintos frentes nacionales del comunismo en nuestros países, tales como el sindical, el estudiantil, el político y el militar, los que, a través de la organización de huelgas, paros y enfrentamientos entre los distintos sectores de la economía nacional, desarrollan y acentúan los problemas políticos, sociales y económicos que soportan los distintos Gobiernos de la región.

La subversión se apoya especialmente en los problemas socio-económicos y políticos de los países en desarrollo o de aquellos llamados "del Tercer Mundo", manifestándose con mayor gravedad en las naciones donde los Gobiernos presentan signos de inestabilidad, debidos particularmente a la actuación de la oposición. En estas, los grupos desestabilizadores siempre responden a lineamientos de las doctrinas marxistas, que con una minoría activa y militante arrastran a los sectores mayoritarios. Es así que el aumento de las acciones terroristas en las distintas regiones, aún habiéndose generado por diferentes causas, han puesto de manifiesto la importancia de las operaciones armadas como método fundamental para la desestabilización. En nuestra América del Sur y en América Central, estos hechos se dan en gran parte, por el deterioro político, social y económico predominante en la región.

Esta estrategia desestabilizadora de la URSS se complementa con una creciente presencia en los mares de la región, fundamentalmente por intermedio de las flotas pesqueras y los buques de investigación, como medio para controlar las vías marítimas por donde fluyen las materias primas hacia los centros industriales, logrando la aquiescencia de los países costeros, por medio de tratados de pesca e investigación, como los firmados con Perú y la República Argentina.

Dentro de este contexto debe analizarse el reciente convenio de pesca suscrito el día 10 de abril próximo pasado entre nuestro país y la Unión Soviética, el que puede llegar a tener implicancias negativas para la seguridad regional. Considerando el volumen de la flota

[illegible]

[illegible] de los

[illegible]idente

nación, como al Gobierno norteamericano y crear fricciones entre los países del área y la Administración estadounidense, ya que el Departamento de Estado presiona en forma constante para que las naciones de la región intensifiquen su accionar contra el narcotráfico, cuyo destino final siempre es Estados Unidos.

El origen de esta utilización de estupefacientes para desestabilizar a Occidente, ya se remonta al año 1962, cuando Nikita Kruschev convoca en Moscú a los principales dirigentes de los países del Pacto de Varsovia, impartiéndoles órdenes estrictas para lanzar una guerra clandestina con estupefacientes contra Occidente.

En 1963, el General ruso Nikolai Sevinkin, fue designado para "acelerar el operativo drogas" a escala internacional.

Dentro de la planificación establecida, Cuba ha desempeñado un importante papel en América, infiltrando agentes especialmente adiestrados por expertos checos en Estados Unidos y Canadá.

C.- SITUACION PARTICULAR DE LOS PRINCIPALES FOCOS EN SUDAMERICA

1.- PERU

a.- "SENDERO LUMINOSO"

- Origen y Evolución: En 1928, el ideólogo José Carlos Mariategui, funda el Partido Comunista en Perú, manteniendo cierta homogeneidad hasta 1964, cuando como consecuencia de la pugna ideológica entre China y la Unión Soviética, sufre un resquebrajamiento interno. De esta división surgió el denominado Partido Comunista Bandera Roja, el cual adoptó una línea internacional de solidaridad con los partidos comunistas de China y Albania, siendo sus dirigentes más significativos Saturnino Paredes y el líder del comité regional de Ayacucho, Manuel Ruben Abismael Guzmán Reinoso (posteriormente conocido como camarada Gonzalo). Este ex-profesor de la Universidad de San Cristóbal de Huamanga, en Ayacucho, centro de reclutamiento de senderistas, funda, conjuntamente con Paredes, el Partido Comunista "Sendero Luminoso", convirtiéndose en su principal líder y retomando las banderas mariateguistas. Influenciado por las corrientes marxistas-leninis-

9005154

tas y maoístas, viajó a China y la URSS en dos oportunidades, permaneciendo durante un año en este último país. Inmediatamente después de su fundación, "Sendero Luminoso" inicia una etapa de adoctrinamiento y reclutamiento de cuadros, principalmente en el ámbito estudiantil, a nivel medio y universitario, siendo la Universidad Nacional de Lima y la Universidad de Huamanga, los principales centros de reclutamiento. Durante 10 años "Sendero Luminoso" se dedicó a estas tareas y a la organización de la infraestructura necesaria para iniciar la guerra popular prolongada, de acuerdo al concepto popular revolucionario de Mao-Tse-Tung.

En el Marco Ideológico de "Sendero Luminoso", Guzmán ha procurado conjugar tres líneas de pensamiento, para darle a este movimiento subversivo un contenido doctrinario particular. En primer lugar considera que las condiciones socio-económicas de Perú son similares a las que se planteaban en China en la década del 30, cuando se inició la revolución de Mao-Tse-Tung, es decir que la sociedad peruana es feudalista y colonialista, por lo que el pensamiento maoísta es perfectamente aplicable a la ideología de "Sendero Luminoso". Guzmán adopta en forma dogmática las ideas fundamentales de Mao, referidas a que la clase dirigente es el campesinado, la lucha armada es el único camino que posibilita el triunfo y la revolución debe partir desde el campo para liberar a las ciudades. La revolución debe hacerse por etapas en forma ininterrumpida. A esta doctrina maoísta, Guzmán le ha incorporado su propia concepción de la realidad peruana, afirmando que el Estado peruano está viviendo su tercera reestructuración. La primera se produjo con la revolución emancipadora, la segunda con la implantación del estado burgués y la tercera, iniciada por las Fuerzas Armadas con un modelo "fascista y corporativo", concluyendo que actualmente se vive en una situación revolucionaria. Partiendo de estos preceptos, Abismael Guzmán elabora su propia línea de pensamiento, que se puede resumir en los siguientes puntos: que el partido se forja y se desarrolla en la lucha armada y que debe convertirse en un verdadero ejército popular; que toda la sociedad y sus instituciones están influenciadas por el fascismo y el reformismo, con excepción de la Universidad que debe ser defendida; que lo primero que hay que hacer es reconstruir el partido de Mariategui, así como todos los organismos de masas contaminados por el reformismo y que se debe rechazar todo contacto o vinculación con las demás organizaciones de izquier

da que no acepten integramente la línea de "Sendero Luminoso".

La otra vertiente ideológica le llega a través del pensamiento de José Carlos Mariategui, que partiendo de los lineamientos básicos del marxismo-leninismo, destaca la importancia del elemento indígena y subraya que el problema central del país es la posesión de la tierra y la situación de los campesinos.

"Sendero Luminoso" se estructura en base a tres elementos fundamentales: a) El Partido (elemento director). b) El Ejército Guerrillero Popular (brazo armado) y c) El frente (masas organizadas).

Realiza acciones basadas en la sorpresa, sobre objetivos indefensos. Generalmente actúan con unidades de pelotones conformados con 10 o 20 hombres, que pueden integrarse en unidades mayores para realizar misiones especiales. Lleva a cabo acciones de terrorismo indiscriminado, poniendo énfasis ultimamente en objetivos vinculados al aprismo (partido del Gobierno de raíces socialistas), atacando puestos policiales escasamente defendidos, efectuando numerosos atentados con bombas a locales partidarios en diferentes partes del país, así como el "ajusticiamiento" de los funcionarios de Gobierno, entre estos particularmente los Alcaldes de las localidades atacadas.

Su Plan de Acción ha sido diseñado en cinco etapas. Ellas contemplan los siguientes aspectos:

1ra. Etapa: Realizando acciones tendientes, fundamentalmente,a hacer conocer el movimiento subversivo, crear bases de apoyo y desarrollar el ejército popular. Las acciones específicas de esta primera etapa, comprendieron la apertura de zonas militares, despliegue de la guerrilla, acumulación de armas y propaganda a nivel del campesinado.

2da. Etapa: Esta fase de la estrategia se desarrolló durante los años 1982-84, dando comienzo la lucha armada en el medio rural, complementándose con acciones del terrorismo urbano. Durante esta etapa se implementan las primeras columnas del Ejército popular y comienza la verdadera "guerra popular".

3ra. Etapa: Esta fase prevista para los años 1983-85, se subdividió en dos partes: la primera denominada "El Gran Plan" (1983-84), consistió en la realización de saboteajes, asaltos, asesinatos, etc.; la segunda, que recibió el nombre de "El Gran Salto" (1984-85) tuvo como objeti-

vo lograr el equilibrio estratégico mediante el desarrollo de bases de apoyo y la intensificación de la guerra de guerrillas, con unidades de alta movilidad.

4a. Etapa: La expansión de las bases de apoyo y la consolidación de "zonas liberadas", sería la fase de la lucha armada que está llevando a cabo actualmente, sustituyendo en algunas regiones de Ayacucho a las autoridades legales de pequeños poblados por guerrlleros. En las localidades de Algamarca y Caranmarca, en la provincia de Huamachuco, los terroristas apresaron a las autoridades locales y las fusilaron después de un "juicio popular", logrando de esta forma intimidar a gran número de Alcaldes que han abandonado sus puestos y han huído a lugares más seguros. Las alcaldías vacantes son ocupadas por "senderistas" que usurpan el control político de la región, como paso previo a la declaración de "zona liberada". De acuerdo a las previsiones de los subversivos, esta etapa podría extenderse hasta finales de la presente década.

5a. Etapa: De acuerdo a la planificación de "Sendero Luminoso", esta sería la última etapa de la "guerra popular", en la cual se procurará la captura de las ciudades por el Ejército Guerrillero Popular y el dominio total del Estado.

b.- "TUPAC AMARU"

Este grupo subversivo se especializa en la modalidad del terrorismo urbano, actuando principalmente en Lima. Sus actividades son preferentemente de carácter propagandístico, ya que generalmente no dejan víctimas. Como ejemplo de acciones que ilustran esta modalidad en el accionar subversivo del movimiento revolucionario "Tupac Amarú", hay que destacar los atentados contra la Embajada de Chile y la residencia del Embajador de este país en Lima y los atentados incendiarios contra ómnibus de pasajeros, donde previamente hacen descender a las personas. Su orientación ideológica es pro-castrista y pro-moscovita, habiendo anunciado en el mes de febrero de 1986, su integración al "Batallón América", conjuntamente con el M-19 de Colombia, "Sendero Luminoso" de Perú y "Alfaro Vive" de Ecuador. Las primera acciones de "Tupac Amaru" se iniciaron en el año 1984, cuando se comenzó a dinamitar Embajadas y empresas extranjeras.

La intensificación en los últimos tiempos del accionar subversivo en el país incaico se debe principalmente a la circunstancia de que

las Fuerzas Armadas no cuentan con el marco político adecuado para llevar adelante eficaces planes de represión. Las medidas adoptadas por el Presidente Alan García contra jerarcas militares y policiales, en el marco de su política de defensa de los Derechos Humanos y el enjuiciamiento al personal que participó en la acción contra los terroristas amotinados en la cárcel de Lurigancho, han sido hechos que, al limitar las posibilidades operativas de las Fuerzas Armadas, han redundado a favor de las organizaciones terroristas que, al amparo de estas limitaciones impuestas a las Fuerzas Armadas, han incrementado su accionar procurando acelerar el proceso revolucionario hacia la toma del poder.

No obstante, en los primeros días de mayo, el Gobierno ha ofrecido suculentas recompensas por información que posibilite la captura de los cabecillas de "Sendero Luminoso" (US$ 80.000 por Guzmán).

2.- COLOMBIA

a.- "FUERZAS ARMADAS REVOLUCIONARIAS DE COLOMBIA" (FARC)

- Antecedentes: Los antecedentes de este movimiento se remontan a 1950, cuando el Partido Comunista Colombiano, en su intento de capitalizar el caos que imperaba en gran parte del territorio nacional, como consecuencia de la violencia política originada por el asesinato del líder liberal, Jorge Eleicer Gaitan, organiza los primeros grupos armados del partido para enfrentar al Gobierno. En base a esta organización político-militar, el Partido Comunista Colombiano inicia la insurrección armada y en 1960 el partido lanza un manifiesto denominado "Programa Agrario de los Guerrilleros para la Toma del Poder". En 1966, los grupos armados se reestructuran bajo la denominación de "Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia" (FARC), lideradas por Manuel Marulanda Vélez (alias Tirofijo).

Desde el punto de vista militar, las FARC cuentan con 23 columnas, distribuídas fundamentalmente en los Departamentos de Antioquía, Boyacá, Caquetá, Huila, Meta y Santander, teniendo además un frente urbano en Bogotá. Desde el punto de vista ideológico, se rigen por los principios marxistas-leninistas, acatando las resoluciones políticas de los congresos del Partido Comunista Colombiano. El PCC también se encarga del aspecto económico de las FARC, a partir de 1974, a través de la "Sección Finanzas", obteniendo los recursos principalmente de las organizaciones sindicales, siendo la más importante la Confederación Sindical de Trabajadores de Co-

0005154

lombia (CSTC). Sin embargo, una de las mayores fuentes de recursos financieros del movimiento guerrillero colombiano, proviene de la conexión de los grupos extremistas con el narcotráfico.

En 1984, las FARC firmaron una tregua con el Presidente Belisario Bentancur y a partir de entonces este grupo subversivo decidió participar en el proceso político del país, creando la "Unión Patriótica", que tomó parte en las elecciones de 1986. No obstante, después de esta tregua se escindió el grupo denominado "Ricardo Franco", que continuó la lucha armada contra el Gobierno.

b.- "MOVIMIENTO 19 DE ABRIL" (M-19)

- Antecedentes. Los orígenes de este movimiento subversivo datan de 1969, cuando los terroristas Oscar Dueñas Ruiz y Mirna Rugnón de Dueñas, presumiblemente ex-integrantes del MLN (Tupamaros), fundaron el "Movimiento de Liberación Nacional de Colombia" (MLNC), integrado por militantes de otras organizaciones subversivas tales como las FARC, el "Ejército Popular de Liberación" (EPL), el "Movimiento Operario Independiente y Revolucionario" (MOIR) y del Partido Comunista Colombiano. Al año siguiente, 1970, el MLNC cambió su nombre por el de "Movimiento 19 de Abril" (M-19), realizando en 1974 la acción mediante la cual fue robado el sable de Simón Bolivar, que adoptó como símbolo del movimiento.

Si bien inicialmente este grupo desarrolló sus actividades en áreas urbanas, posteriormente pasó a actuar en el medio rural, creando los llamados "comandos móviles", que actúan en los Departamentos de Cauca, Caquetá y Huila.

La orientación ideológica del M-19 es marxista-leninista, existiendo evidencias de sus vinculaciones con Nicaragua. En oportunidad de la acción contra el Palacio de Justicia de Colombia, a partir de una investigación del Departamento de Estado norteamericano, se constató la utilización de armamento nicaragüense, así como la participación de personas procedentes de Nicaragua, por lo menos en la organización de ese episodio. También en esta oportunidad, los terroristas destruyeron importante documentación vinculada a los procesos contra narcotraficantes, lo que prueba una vez más la estrecha colaboración entre las modalidades delictivas.

Dentro de la estrategia de integración de los grupos terroristas del continente, el M-19 ha tenido una activa participación, des-

tacándose contactos con "Sendero Luminoso" (Perú), y "Alfaro Vive" (Ecuador), subrayéndose además sus vinculaciones con la ETA-Militar de España.

c.- "BATALLON AMERICA"

En oportunidad de un allanamiento en el cuartel general del M-19 en Cali, fueron encontrados importantes documentos probatorios de los esfuerzos de esta organización para formar una "Internacional Guerrillera". La primera concreción de estos planes, significó la creación del denominado "Ejército Bolivariano", formado por los grupos "Bandera Roja" de Venezuela, "Sendero Luminoso" de Perú, "Alfaro Vive" de Ecuador, "Ejército de Liberación Nacional" y M-19, estos dos últimos de Colombia. El "Ejército Bolivariano" es el antecedente inmediato del denominado "Batallón América", creado en enero de 1986 y que está integrado por terroristas de Perú, Ecuador y Colombia.

d.- "COORDINADORA NACIONAL GUERRILLERA" (CNG)

La particularidad de que los distintos grupos subversivos colombianos presenten una distribución territorial, sin áreas de influencia definida, ha permitido una actuación conjunta en determinadas acciones. Partiendo de esta base, se ha creado un nucleamiento importante de grupos subversivos, que se han integrado en la denominada "Coordinadora Nacional Guerrillera", que está formada por el M-19, el "Ejército Popular de Liberación", el "Ejército de Liberación Nacional" (ELN) y el "Partido Revolucionario de los Trabajadores" (PRT).

La "Coordinadora Nacional Guerrillera", conjuntamente con el "Batallón América", han llevado a cabo acciones coordinadas a gran escala, destacándose la captura y control, por casi 24 horas, de la localidad de Inza, de 10.000 habitantes, operativo concretado en forma conjunta por ambas organizaciones. Esta acción, llevada a cabo en el mes de setiembre del año próximo pasado, evidencia un elemento cualitativo de las posibilidades de la subversión y ha significado un ensayo sobre el terreno, acerca de la viabilidad de acciones subversivas conjuntas entre distintas organizaciones guerrilleras.

Las vinculaciones entre los grupos subversivos y el narcotráfico, encuentran en Colombia su máxima expresión dentro del contexto latinoamericano. Es importante destacar que el Sub-Secretario de Estado para Asuntos Interamericanos de Estados Unidos, Elliot Abrams, manifestó en una

oportunidad que "Colombia es el mejor ejemplo de la alianza entre el terrorismo y el narcotráfico".

Existen indicios de que esta vinculación narco-subversiva se coordina desde Cuba, ya que un narcotraficante colombiano de nombre Jaime Guillot Lara, habría concretado un acuerdo con el Gobierno de La Habana, mediante el cual se le permitiría el transporte de drogas por aguas territoriales cubanas, a cambio de que trajera armas para el M-19.

3.- CHILE

a.- Antecedentes: El advenimiento de la revolución cubana produjo en Chile la aparición de los primeros grupos violentistas, en su mayoría se trataba de jóvenes estudiantes universitarios, militantes del Partido Socialista y del Partido Comunista. Esta expresión violentista, en dicha oportunidad fue rechazada, oficial y públicamente por el PC chileno, pero debe considerarse que en 1980 este partido recién llevaba dos años en la legalidad. Hasta 1961, la violencia en Chile de estos grupos no adquiere relevancia. Solo se limita a algunos actos sin consecuencias graves. El proceso electoral de la época y la posibilidad de un triunfo marxista, llevan al PCCH a contener, a través en campañas en diarios, todo acto que pueda alterar el proceso político. La derrota en 1964 del marxismo, en la elección presidencial chilena, acelera el proceso subversivo. Los sectores juveniles del comunismo y el socialismo cuestionan a sus directivas y se expresan partidarios de la acción insurreccional, en contrapartida a la acción meramente político-ideológica o electoralista. Se funda el "Movimiento de Izquierda Revolucionaria" (MIR) y comienza a surgir la violencia y el terrorismo en su etapa inicial. Se manifiesta una aparente separación de estructuras y organización entre los partidos tradicionales marxistas y leninistas y el MIR, que también asume tal ideología. Ante la opinión pública chilena, la acción marxista se abre en dos caminos: de un lado está la izquierda marxista democrática (PC-PS), que busca el poder a través de las elecciones; del otro está la violencia extremista (MIR) que busca el poder por las armas. Esta imagen es debidamente promocionada y enriquecida por ataques permanentes entre uno y otro lado, pero en realidad los dos sectores continúan su labor desestabilizadora. El triunfo en 1970 de un Gobierno respaldado por el Partido Comunista y cuyo programa, principales líneas de acción y filosofía política estaban enmarcadas en la más pura teoría marxis-

ta-leninista, determinó una contención del accionar de los elementos extremistas. Hasta 1973, fecha del derrocamiento del Gobierno marxista, la subversión en Chile adquirió la particularidad aparente del enfrentamiento entre los grupos terroristas propiamente dichos y el PC. La asunción al poder por parte de las Fuerzas Armadas en 1973, obliga a la subversión a un repliegue, limitándose a algunos actos terroristas como reacción a la acción militar. Hacia 1977, el extremismo estaba derrotado, con sus estructuras practicamente aniquiladas y sus dirigentes muertos o exiliados. Un hecho determinante se produce a fines de 1980, dando un giro a los planteamientos comunistas. El Secretario General del PCCH, Luis Corvalán, detenido en 1973 y luego dejado en libertad cuatro años más tarde, lanza en Europa un llamado abierto y público a la insurrección armada. Con ello establece una alianza abierta con el extremismo, dando lineamientos para la lucha contra el Gobierno. Este cambio tiene una explicación muy clara. La nueva Constitución chilena contiene normas que impiden la práctica, difusión y aplicación de doctrinas de carácter totalitario o fundadas en la lucha de clases, lo que evidentemente impide al comunismo mantener la duplicidad en la búsqueda de vías para la toma del poder.

b.- Situación actual: Entre agosto y setiembre de 1986, las Fuerzas de Seguridad chilenas descubrieron una serie de arsenales clandestinos, incautando un total aproximado de 50 toneladas de armas, en una operación que había sido llevada a cabo desde el exterior por la URSS y Cuba y cuyo destinatario era el "Frente Patriótico Manuel Rodríguez", presumible brazo armado del Partido Comunista Chileno. Inmediatamente después del descubrimiento de los arsenales en el norte del país, ocurre el atentado contra la vida del Presidente Pinochet, en el que los grupos terroristas utilizaron material de guerra, incluído en los arsenales clandestinos. El atentado contra el Mandatario chileno formaría parte de una campaña subversiva anunciada en Buenos Aires por el MIR, lo que permite pensar que los grupos subversivos chilenos estarían actuando en forma coordinada, ya que el atentado fue reivindicado por el Comando "4 de Setiembre" del "Frente Patriótico Manuel Rodríguez". El hecho de que el MIR haya anunciado la escalada terrorista en Buenos Aires, no sería circunstancial, ya que existen indicios de que exiliados chilenos en la Argentina, estarían recibiendo entrenamiento de combate de parte de los grupos "Montoneros" y ERP.

Asimismo, en un tiroteo con la policía chilena en Santiago, durante el asalto a una sucursal bancaria, fue muerto un elemento del Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros), lo que permite presumir la existencia de una vinculación entre extremistas de estos países.

Estos hechos evidencian la implementación de los primeros pasos para internacionalizar el accionar subversivo a nivel regional, posiblemente buscando una "integración guerrillera" del Cono Sur, del Pacífico al Atlántico, lo que concretaría una vieja aspiración de Fidel Castro, quien afirmó en una oportunidad que la cordillera de los Andes tenía que convertirse en una nueva "Sierra Maestra".

Actualmente los movimientos subversivos chilenos estarían evidenciando un cambio de táctica, dentro de la modalidad del terrorismo selectivo, lo que implicaría un enfrentamiento frontal con las Fuerzas Armadas. Esto lo avalaría el secuestro del Coronel Mario Haeberle, por un comando del FPMR, ocurrido en agosto de 1986 y el atentado perpetrado en setiembre del mismo año contra el Presidente Pinochet, haciendo pensar que se asiste al inicio de una campaña terrorista de gran alcance, como lo han anunciado fuentes de la subversión. Un elemento importante, es la particularidad de que los grupos terroristas no realizan acciones tendientes a reunir fondos, tales como secuestros, asaltos, extorsiones, etc., lo que permite suponer que el dinero necesario para financiar las actividades terroristas puede provenir del exterior a través del Partido Comunista Chileno.

c.- <u>Principales Grupos Subversivos en el Ambito Chileno</u>:

1.- <u>"FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ"</u>: La aparición del FPMR, está cronológicamente vinculada con el llamado efectuado por el PCCH, de considerar viable la posibilidad de la insurrección armada. Las primeras acciones de este movimiento guerrillero fueron menores: ataques a torres de alta tensión, conferencias de prensa clandestinas, copamientos de emisoras de radio para transmitir proclamas subversivas o ataques aislados a dependencias policiales. En agosto de 1983, asesta su primer gran golpe, al asesinar en un audaz operativo al Intendente de Santiago, el General Carol Urzúa. Actualmente es el movimiento subversivo más importante del país, más activo y numeroso, inclusive que el MIR y que tiene un mayor nivel de organización, habiendo sido responsable de la mayoría de las acciones terro-

9005154

ristas de los últimos años. El "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" presenta un encuadre ideológico marxista y por el momento realiza acciones en áreas urbanas, preferentemente en Santiago, Valparaíso y Concepción, utilizando la experiencia de "Sendero Luminoso" para incrementar la acción terrorista y subversiva a nivel nacional. En marzo de 1985, se detectó una reunión en la provincia argentina de Salta, en la que participaron entre otros representantes del FPMR y de "Sendero Luminoso". En la misma, los extremistas chilenos solicitaron apoyo militar y logístico a sus pares peruanos, a fin de consolidar el accionar subversivo en el país trasandino.

Pretenden internacionalizar las acciones a nivel continental, tomando como base la experiencia del "Batallón América", estableciendo contacto con "Montoneros" y ERP de Argentina en la provincia de Mendoza, existiendo además indicios de intercambio de información política con guerrilleros uruguayos.

2.- <u>"MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIA" (MIR)</u>: Nació en la Universidad de la ciudad de Concepción, en la década del 60. Su fundador e ideológo fue el estudiante de Medicina, Luciano Cruz, quien falleció en agosto de 1981, presumiblemnte como consecuencia de una purga interna. Su actual principal dirigente es Andrés Pascal Allende, sobrino del ex-Presidente, quien tras un largo exilio volvió al país en forma clandestina, para retomar el control del movimiento. El MIR, tras su creación se expandió hacia Santiago, donde logró infiltrarse y ganar militantes en la Facultad de Pedagogía de la Universidad de Chile. Durante el Gobierno de Allende la organización se hizo fuerte en las zonas rurales, alentando las ocupaciones de tierras y predios agrícolas. En 1973, luego del golpe militar del General Pinochet, el MIR fue la organización que llevó a cabo la mayor resistencia armada. Durante el Gobierno militar, el MIR ha desarrollado distinto tipo de acciones terroristas, como asaltos a bancos, supermercados, voladuras de torres de alta tensión y ataques armados contra militares y miembros del Poder Judicial. Uno de estos hechos fue el atentado registrado en noviembre de 1981, del que resultó herido el Presidente de la Corte Suprema, Israel Porquez. Actualmente el MIR no presenta el grado de organización del "Frente Manuel Rodríguez", pero se mantiene en actividad. Recientemente en Buenos Aires emitió un manifiesto, dando cuenta del próximo lanzamiento de una campaña terrorista en Chile, en atentos a misiles y atentados dinamiteros.

19005154

3.- "PARTIDO COMUNISTA DE CHILE": El Comité Central del PCCH impulsa la lucha armada para derrocar al Gobierno, procurando coordinar las acciones de los sectores más radiclizados de la oposición y reconociendo la "legitimidad" del "Frente Patriótico Manuel Rodríguez". Por otra parte, del PCCH provendrían los fondos necesarios para financiar la actividad subversiva.

4.- ARGENTINA

a.- Principales Grupos Subversivos:

1.- "MONTONEROS": Existen para los "Montoneros" dos orígenes. El primero, luego de un proceso revolucionario iniciado a partir de 1955, cuando es derrocado Perón, que tiene su culminación en 1970, manifestándose con el secuestro y asesinato del General Aramburu, siendo Mario Firmenich el principal dirigente. La organización estaba constituída por diferentes corrientes ideológicas, fundamentalmente peronistas, nacionalistas y marxistas de distintas tendencias, por lo que carecía de pureza ideológica. Es así que se produce el segundo origen de "Montoneros", fruto de la fusión con "Fuerzas Armadas Revolucionarias" (FARC) en 1973. Esta última constituía un desprendimiento del Partido Comunista Revolucionario, que a su vez era una fracción maoísta desprendida de la "Federación Juvenil Comunista". Las FARC (marxista-leninista-maoísta) tenían un importante desarrollo y una pureza ideológica que les permitió captar a los "Montoneros" iniciales, imponerles su marxismo utilizando su nombre. El predominio en cantidad y calidad de los dirigentes provenientes de las FARC, sobre los provenientes de "Montoneros", contribuyó a clarificar la ideología de la organización marxista-leninista, que operaba con una fachada peronista. El objetivo primordial de esta organización era y es la lucha armada para la toma del poder y la utilización del Peronismo como expresión válida para construir el socialismo. Al asumir el Gobierno del General Lanusse en 1971, se produce la apertura de un espacio político para "Montoneros", que se ve favorecido por la expectativa que había creado la situación nacional. Esto le abrirá un considerable lugar en el peronismo, dentro de los sectores combativos, obteniendo puestos en la estructura del partido. Este hecho constituye la concreción de uno de los objetivos intermedios del grupo, que propugna la legalización de la actuación del movimiento peronista "Montoneros", buscando además el control interno del Partido Justicialista. La organización se

9005154

consolida con el proceso de apertura subsiguiente y la libertad de los detenidos en 1973. A partir del retorno de Perón, logran auge y hasta participación en el Gobierno. En estos momentos les interesa el aspecto político, relegando a un segundo plano el aspecto militar, aunque posteriormente irán combinando su accionar. Hacen pública la decisión de abandonar la lucha armada, aunque esto es sólo una maniobra táctica. Luego del enfrentamiento con Perón, basan su accionar en la "retirada", es decir en el abandono de todos aquellos espacios que comprometen la seguridad de la organización. Esta etapa se caracteriza por la realización de secuestros extorsivos (principal fuente de obtención de fondos), concretando asesinatos de dirigentes sindicales importantes. Luego de la muerte de Perón, al producirse la fractura del movimiento peronista, entran en un período de discusión. Una línea pretende la construcción de un partido de masas de la clase obrera (otro objetivo intermedio del grupo, que propulsa la construcción con otros agrupamientos y partidos políticos, de un frente nacional de oposición) y la otra sostiene la necesidad de transformarse en partido, pero sin plantear la construcción de una agrupación de masas. En 1976 se produce la toma del poder por parte de las Fuerzas Armadas y debido al éxito de la lucha antisubversiva se provoca un cuestionamiento de la conducción, concretándose el denominado "repliegue estratégico", con abandono del país por parte de los cuadros dirigentes. Esto dio lugar a una descomposición de la organización subversiva. Actualmente el principal dirigente montonero, Mario Firmenich se encuentra detenido y otros permanecen en el exterior, evidenciándose que se está buscando el encuadre político legal a través del Peronismo Revolucionario, que le permita la cobertura adecuada para actuar abiertamente.

2.- "EJERCITO REVOLUCIONARIO DEL PUEBLO" (ERP): Fue creado el 25 de mayo de 1965, por la fusión de "Palabra Obrera" y el "Frente Revolucionario Indo-Americano Popular" (FRIP). Tiene como base ideológica el marxismo, pero con fuertes connotaciones trotzkistas. Es el brazo armado del "Partido Revolucionario de los Trabajadores". El ERP sostiene como único cambio posible a la acción revolucionaria, la acción armada. En los años 66 y 67 se fue formalizando un proceso de discusión, que llevó a la formación de distintas tendencias dentro del PRT, triunfando la encabezada por Roberto Santucho, que plantea una línea eminentemente mili-

tar. En 1970 Santucho obtuvo el control total de la organización, la que pasó a denominarse "Ejército Revolucionario del Pueblo". El primer plan operativo-militar se basaba en dos tareas principales, propaganda armada y creación de una estructura militar eficaz y sólida, con las siguientes prioridades: obtener fondos y armamentos y foguear masivamente a las células militantes en acciones militares y de resistencia. Dos hechos de importancia para el accionar futuro de la organización, se producen en 1971 y 72. El primero es la incorporación de 8 miembros del Partido Comunista Obrero del Brasil, enviados por la IV Internacional a trabajar a la Argentina. El segundo es el secuestro del industrial, Oberdam Salustro, que determinó la reacción de la Policía Federal y la caída de gran cantidad de locales operativos de la organización, la detención de varios miembros y la dispersión del resto de los integrantes de la Regional Buenos Aires. A mediados de mayo de 1972, la dirección del ERP inicia los trabajos de reorganización y en agosto, en forma conjunta con las FARC y "Montoneros", se concreta la fuga de dirigentes del Penal de Rawson, localidad en el sur de la República Argentina. El período de legalidad de la organización durante el Gobierno de Cámpora, es aprovechado para consolidar su influencia en los sectores allegados y para reforzar su infraestructura, incrementando su relación con otros grupos guerrilleros de Sudamérica, buscando conformar una organización internacional en la que el ERP tuviera hegemonía. Esto se concreta en 1974, con la formación de la "Junta Coordinadora Revolucionaria", que estaba integrada además por el MIR chileno y por MLN (Tupamaros) de Uruguay. Luego del golpe militar de 1976, el ERP se dividió en dos líneas, siendo la más notoria la liderada por Enrique Gorriarán Merlo, quien participó en el asesinato de ex-Presidente nicaragüense Anastasio Somoza en Paraguay y tuvo actuación directa en la revolución sandinista. En la actualidad, al igual que los "Montoneros", el ERP se encuentra abocado a la tarea de reorganización de sus cuadros de activistas, en el marco político legal.

b.- Situación Actual

Como ya se había mencionado, el grupo "Montoneros" y el "Ejército Revolucionario del Pueblo", se encuentran actualmente abocados a la tarea de reorganizar sus cuadros de activistas y en el caso de los primeros, buscar el encuadre político legal que le permita la cobertura

adecuada para actuar abiertamente dentro del espectro político.

Dentro del aspecto de la preparación militar de los cuadros, existen una serie de hechos que permiten aquilatar el alcance actual de la reorganización de los movimientos subversivos, su vinculación con corrientes políticas de izquierda y el papel del Partido Comunista Argentino (PCA) dentro de la estructura subversiva del país. Por ejemplo ha trascendido que en algunas zonas del norte, funcionan campamentos juveniles, donde los participantes se identifican con emblemas del Peronismo Revolucionario, que es la cobertura legal de "Montoneros". Estos campamentos, fueron instalados en las cercanías de poblados rurales y su propósito, además de la formación doctrinaria pre-militar, sería el de detectar la reacción de los habitantes del lugar, a los efectos de ir evaluando el grado de receptividad en la opinión pública.

En lo que tiene que ver con el aspecto logístico, los grupos subversivos estarían procurando rearmar sus cuadros y obtener los recursos económicos necesarios para financiar sus actividades. En este sentido, se han producido algunos hurtos de armas y secuestros.

Por otra parte, han existido contactos del grupo "Montoneros" con extremistas chilenos del "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" en la zona del oeste, en la región fronteriza con Chile, mientras que en el litoral argentino se detectaron reuniones entre "Montoneros" y representantes del MLN (Tupamaros). Asimismo el grupo subversivo peruano "Sendero Luminoso" habría enviado algunos integrantes a la zona del norte, donde se habría analizado, con terroristas argentinos, la posibilidad de iniciar acciones conjuntas.

En el aspecto político, los guerrilleros argentinos procuran impulsar acciones partidarias, tales como el ya mencionado Peronismo Revolucionario de los "Montoneros" y el "Partido Revolucionario de los Trabajadores" que es la opción política del ERP. Pero además, se destaca que el ERP ha utilizado en forma reiterada, en las provincias del norte argentino, locales del Movimiento al Socialismo (MAS) y del Partido Intransigente para sus campañas de propaganda.

Por su parte, el Partido Comunista Argentino, desde 1985 y como consecuencia de la presión de sectores juveniles radicalizados, ha introducido como tésis de discusión el análisis de la lucha armada como

herramienta de acceso al poder, materializándola con las siguientes medidas:

- Organización y entrenamiento militar de milicias juveniles.
- Capacitación de cuadros, dando directivas para la infiltración en las Fuerzas Armadas, ingresando en los institutos militares e incrementando las tareas de captación entre el personal subalterno.

La crisis militar existente en la Argentina, donde las Fuerzas Armadas se mantienen a la defensiva ante un embate permanente de campañas que parten del Gobierno y de diferentes grupos defensores de los Derechos Humanos, favorece la reorganización de los movimientos subversivos.

La implantación nuevamente en la Argentina de un proceso subversivo, daría lugar al cumplimiento de las metas que estaría fomentando el comunismo internacional para el continente. Un afianzamiento de la guerrilla en Argentina, sumado a los procesos subversivos de Colombia y Perú, completaría una "operación de pinzas" sobre el continente, que ineludiblemente provocaría la irradiación de la guerrilla a todos los países de Sudamérica y la posterior y consiguiente desestabilización de sus Gobiernos.

5.- BRASIL

a.- Antecedentes: La guerrilla de izquierda surgió en Brasil después del golpe militar que derrocó al Gobierno de Joao Goulart, en marzo de 1964, alcanzando las acciones urbanas su punto más álgido entre 1968 y 71 y las rurales, entre 1972 y 1974. En las ciudades, las acciones guerrilleras fueron fomentadas principalmente por dos organizaciones: la "Alianza Liberadora Nacional" (ALN), liderada por Carlos Marighella, muerto en un enfrentamiento con las fuerzas de seguridad en noviembre de 1969, en Sao Paulo y la "Vanguardia Popular Revolucionaria". Esta última, tras la muerte de Marighella, transformó su organización, surgiendo la "Vanguardia Armada Revolucionaria-Organización Var Palmares". Este grupo, en combinación con la ALN, efectuó varias acciones, como los secuestros del Embajador norteamericano Charles Burke Elbrick (setiembre de 1969), del Cónsul japonés en Sao Paulo, Nabuo Okushi (marzo de 1970), del Embajador alemán Ehenfried Von Hollemben (junio de 1970) y del Embajador suizo Giovanni Enrico Bucher (1971), todos liberados y canjeados por numerosos presos políticos.

En contraste, la guerrilla rural se organizó en la región de Araguaia, en la amazonia brasileña, escenario hasta hoy de violentos conflictos por cuestiones de tenencias de tierra entre campesinos y hacendados. Allí a partir de 1966, el Partido Comunista del Brasil (PC do B), de línea maoísta, comenzó a preparar guerrilleros para combatir al régimen militar y se ganó a la población construyendo escuelas, dando asistencia médica, donando medicamentos y ayudando a los campesinos en sus luchas contra los hacendados.

El Ejército movilizó entre 3.000 y 10.000 efectivos en la llamada "Guerra de Araguaia". Los combates comenzaron en 1972 y duraron dos años. Entre tanto en el Estado de Pernambuco, en la región del nordeste del Brasil operó como grupo guerrillero rural, el Partido Comunista Brasileño Revolucionario (PCBR), liderado por Ricardo Zaratini y Amaro Luis de Carvalho.

b.- Situación Actual: Después de permanecer durante años estrictamente controlados por los organismos de seguridad, los grupos subversivos que operaron en territorio brasileño, no están en condiciones de iniciar acciones directas que los lleven a una confrontación con las Fuerzas Armadas. Por el momento no hay indicios ostensibles que permitan evidenciar tareas de captación, adoctrinamiento o adiestramiento de cuadros. No obstante, el resurgimiento de la subversión se encuentra latente, porque si bien las organizaciones practicamente han dejado de existir, la proximidad territorial de Brasil con otros países con activos movimientos subversivos, es un factor que podría incidir en la situación subversiva interna de Brasil.

El reforzamiento de la zona fronteriza por parte de las Fuerzas Armadas brasileñas, denota preocupación de las mismas porque esa región presenta características geográficas aptas para ofrecer "cobertura de retaguardia" a los subversivos de otras naciones, que podrían intentar cruzar la frontera, ante el acoso de las Fuerzas de Seguridad.

La realidad socio-económica de Brasil, ha generado algunas situaciones conflictivas, que podrían ser capitalizadas por el comunismo en el momento oportuno. Un hecho concreto en este sentido, es el clima de enfrentamiento armado que se ha generado entre terratenientes y campesinos, como consecuencia de la reforma agraria. No es descartable que algún

grupo subversivo procure utilizar esta situación a su favor. Otro elemento a tener en cuenta es la factible radicalización de algunos sindicatos, ya que se han formulado declaraciones proclives a los enfrentamientos armados. Durante el conflicto de los metalúrgicos en Sao Paulo, desarrollado en abril de 1985, un integrante del "Comando de Huelga", de la fábrica General Motors, ocupada por más de 13.000 trabajadores, afirmó que los huelguistas deben recurrir a tácticas de guerrilla, en caso de una intervención policial. Esta posición fue avalada por el Presidente del Partido de los Trabajadores, Luis Inacio Da Silva (Lula), quien dijo que los metalúrgicos "deben adoptar represalias a la altura de las actitudes radicales de las empresas".

Otro elemento de juicio a tener en cuenta dentro del factor subversivo, es la influencia que estarían teniendo en la zona sur del Brasil las comunidades árabes y se destaca la creación, en agosto de 1982, en Porto Alegre, del "Comité de Apoyo al Pueblo Palestino", encargado de coordinar el ingreso de elementos de la OLP a territorio brasileño, centralizando los aportes de los palestinos en dicho país, detectándose gran actividad de elementos pertenecientes a esa organización.

Es importante destacar el asalto al Banco Do Brasil, en mayo de 1986, donde se detuvo a cinco implicados militantes del Partido de los Trabajadores (ex-militantes del Partido Comunista Brasileño Revolucionario), el primero de esta naturaleza realizado por motivaciones políticas desde la década del 60. Según declaraciones de los detenidos, el dinero del asalto era para ser enviado a Nicaragua, confirmándose las posibles conexiones de extremistas brasileños con los sandinistas.

6.- BOLIVIA

a.- Antecedentes: La historia guerrillera de Bolivia, está ligada a la vida y la muerte del guerrillero cubano-argentino, Ernesto "Che" Guevara, quien, desde un campamento en la región del sudeste boliviano, intentó prcyectar la subversión armada hacia todo el continente. Sin embargo, tras solo siete meses de operaciones, cayó en poder del Ejército boliviano, siendo muerto en octubre de 1967. Las causas que hicieron fracasar al "Che" habrían sido fundamentalmente: la indiferencia de los campesinos por las actividades guerrilleras y los objetivos planteados por el "Che" Guevara, promoviendo la reforma agraria, que ya era un beneficio que tenían los cam-

pesinos y la desestimación del "Che" de la opinión del Partido Comunista Boliviano, de que en el país no estaban dadas las condiciones para la guerrilla y que de organizarse esta, tenía que tener dirección política y militar boliviana.

El "Che", que actuó en Bolivia acompañado de 17 cubanos, tres peruanos, dos argentinos, 29 bolivianos y por el francés Regis Debray, quien es ahora Asesor para América Latina del Presidente François Mitterrand, fue detectado por el Ejército boliviano cuando aún estaba en la fase de entrenamiento. Sin embargo, el fracaso del "Che" no aplacó el entusiasmo de jóvenes idealistas bolivianos, que en 1969 volvieron a elegir el camino armado en Teoponte, a solo 200 kms. de La Paz, cuando el país era gobernado por el General Alfredo Obando Candia.

Esta segunda fase guerrillera estuvo a cargo del Ejército de Liberación Nacional (ELN), liderado por Osvaldo "Chato" Peredo, hermano de Guido "Inti" Peredo, este último, uno de los pocos sobrevivientes de la guerrilla del "Che" Guevara, pero que murió en 1968 tras ser localizado por la policía en una casa de La Paz. Sin embargo, el ELN, integrado por dirigentes universitarios marginados de la "Democracia Cristiana" y por jóvenes marxistas, fue liquidado en pocos días por el Ejército boliviano.

Ambas derrotas guerrilleras marcaron hondamente a la izquierda boliviana, que dejó de lado la tésis de la lucha armada para pasar a actuar dentro del proceso político tradicional.

b.- Situación Actual: Este país es el centro geográfico de América del Sur, estando ligado a las principales regiones: Cuenca del Plata, Cuenca del Amazonas y Altiplano. Esta situación privilegiada determina que sea un objetivo estratégico permanente en los planes de guerra revolucionaria. No fue accidental la elección que hizo el "Che" Guevara en su acción para el continente.

La principal organización subversiva boliviana, es el propio Partido Comunista Boliviano. El control del mismo sobre los sindicatos, le otorga al partido una mayor posibilidad de controlar las actividades subversivas a nivel nacional.

La situación interna de Bolivia presenta una actividad permanente de inestabilidad institucional, existiendo las condiciones políticas, económicas y sociales, para que este país sea controlado por el comunismo internacional y se transforme en una nueva Nicaragua. Las variantes coyuntu-

rales o circunstanciales que presente la realidad política del país, puede acelerar o retrasar ese proceso.

No debe descartarse además, la posibilidad de que este país caiga en una guerra civil interminable, de las características del modelo salvadoreño.

Cualquiera de las dos alternativas mencionadas, determinaría una inestabilidad permanente en el centro del continente y una situación general peor que las de las décadas del 60 y 70.

7.- VENEZUELA

a.- Antecedentes: La guerrilla surge en 1960 con la división del partido "Acción Democrática", que entonces estaba en el Gobierno con el Presidente Rómulo Bentancour y con el desarrollo del "Movimiento de Izquierda Revolucionaria" (MIR) liderado por las llamadas "cabezas calientes", como Domingo Alberto Rangel, quien es asesor de "Pro-Venezuela" (organismo empresarial de tipo nacionalista) y por el profesor Simón Saez Mérida. El MIR, apoyado posteriormente por el Partido Comunista, no encontró la adhesión necesaria en el campesinado y en muchos casos los guerrilleros procedieron a fusilar a quienes no cooperaban. Dirigentes guerrilleros de la época, como Teodoro Petkoff, Moisés Moeliro y Américo Martín, se integraron al sistema político tradicional.

En la década del 60, uno de los cabecillas de la más importante de las fuerzas guerrilleras, fue Douglas Bravo, quien fundó las autodenominadas "Fuerzas Armadas de Liberación Nacional" (FALN) y su cobertura política, el Partido de la Revolución Venezolana (PRV).

Las bases de sus operaciones guerrilleras se asentaron en el triángulo montañoso de los Estados de Falcón, Lara, Yaracuy, principalmente en el primero, donde fundó el Frente Guerrillero "Simón Bolivar", el más activo de la época de la insurgencia de extrema izquierda.

En 1965, cuando el Partido Comunista de Venezuela ya mostraba evidencias de sustraerse a la guerrilla, rompió con su organización matriz y decidió continuar con el movimiento, en busca de la "victoria definitiva".

En Venezuela, como en otros países, la guerrilla recibió apoyo de Cuba, tanto en armas como en entrenamiento. La pacificación del país comenzó durante la presidencia de Raúl Leoni, con la aprobación de amnistías en 1966 y 1967. En 1970 los grupos guerrilleros se diluyeron, in-

tegrándose gradualmente a la vida cívica, a través de sus propias organizaciones políticas.

b.- Situación Actual: A pesar de la estabilidad política venezolana y de que oficialmente se dieron como eliminados los últimos focos de subversión en el país, existen permanentes tentativas de reorganización y recrudecimiento de la insurgencia terrorista, contando en algunos casos con la colaboración de la guerrilla colombiana.

En abril de 1982 fue capturado el líder del principal grupo subversivo "Bandera Roja", Gabriel Puerta Aponte. En enero de 1983 se logra desmantelar una fracción de "Bandera Roja", con actividad en los Estados de Bolívar y Monagas, resultando detenidos 24 integrantes del movimiento, que eran liderados por el chileno Juan Pablo Herrera. En octubre de 1984 es desmantelada la célula subversiva en el Estado de Tachiras. A mediados de 1985, autoridades de Colombia y Venezuela admitieron una conexión entre las guerrillas de ambos países, con la colaboración de narcotraficantes, estableciendo una acción conjunta de las Fuerzas Armadas de los dos países en la zona fronteriza. En mayo de 1986, luego de un enfrentamiento entre fuerzas militares y un grupo armado en el occidente venezolano, el Ministro del Interior, Octavio Lepage, informó que uno de los subversivos muertos era el colombiano Carlos Silva Rodríguez, un enlace entre grupos subversivos internacionales.

En marzo de 1987, el Presidente Lusinchi informó que grupos subversivos están organizando un plan para desestabilizar el sistema político del país y que el mismo ha sido organizado por movimientos guerrilleros que se han venido reuniendo en Panamá y Ecuador. Asimismo, la Dirección de los Servicios de Inteligencia y Prevensión (DISIP), confirmó la detención de 28 personas, pertenecientes a la organización guerrillera "Bandera Roja", en mayo de 1987, incautándose propaganda y documentación sobre un plan subversivo.

Estos hechos, además de demostrar la permanente intención de la subversión de operar aún en países con estabilidad política, confirma la coordinación existente entre los movimientos subversivos del continente.

8.- ECUADOR

El fenómeno guerrillero, desconocido en Ecuador, comenzó a causar la preocupación gubernamental en 1983. En setiembre de ese año,

grupos armados, que se autodenominaron "Alfaro Vive", asaltaron el museo nacional de Guayaquil y sustrajeron la espada y el busto del caudillo del Partido Liberal Radical Ecuatoriano, Eloy Alfaro. Posteriormente, se secuestró a tres periodistas, a los que se les hizo saber que estaban dispuestos a encarar la lucha armada, haciéndose fotografiar encapuchados y armados ante un altar montado con el busto de Alfaro y la espada. Este acto se produjo con evidentes propósitos propagandísticos, tratando de vincular la aparición del grupo subversivo con el pensamiento y la acción desarrollada por el ex-caudillo liberal. Este grupo hasta el momento no ha tenido una actuación de relevancia en territorio ecuatoriano, siendo conocido fundamentalmente por su integración al denominado "Batallón América", junto al M-19 de Colombia y "Sendero Luminoso" de Perú. En 1986, el movimiento guerrillero "Alfaro Vive" perdió a sus tres máximos dirigentes, abatidos por la policía ecuatoriana y en marzo de 1987, las autoridades peruanas capturaron a uno de los principales dirigentes de dicha organización, entregándolo al Gobierno de Ecuador. Asimismo, luego de la captura, en 1986, de uno de los principales cabecillas, se incautó documentación referente al entrenamiento de guerrilleros de este grupo realizado en Libia, tomándose conocimiento de que los subversivos ecuatorianos son adiestrados en Trípoli desde setiembre de 1983, precisamente la fecha de la aparición pública de esta organización subversiva.

Montevideo, 04 de mayo de 1987.-

ENTRADO 27/5/1987
5/10/1987

IGOR KONSTANTINOVICH LAPTEV

- El actual Embajador de la U.R.S.S. en nuestro país, Igor Konstantinovich LAPTEV nació en Zlatousk, Chelyabinsk el 16 de junio de 1932.

Está casado con Klara Nikolayevna YEFANOVA y tienen dos hijos: Nikolai (nacido en 1961) y Marika (nacida en 1958)-podrían tener más hijos-. Habla fluidamente el inglés y el francés.

- Es una persona de baja estatura (1,65m.) de complexión robusta, cara redonda, tez pálida, cabello castaño oscuro (lacio y escaseando en las sienes), ojos vivaces y pequeños (usa lentes de carey oscuros), tiene mala dentadura, uñas mordidas y sucias y apariencia descuidada.

-Su esposa nació el 19 de febrero de 1932 en Moscú.

Es de estatura pequeña, complexión robusta, cara gruesa y redonda con doble papada, cabellos castaños cortos y lacios (dejando al descubierto la frente) y ojos castaños.

- LAPTEV es una persona activa, de expresión dinámica, gesticula con las manos al hablar y tiene el hábito de tomar por el hombro o del brazo a la persona con la cual está hablando.

En general aparece como una persona algo desagradable.Su reputación anterior a su llegada al Reino Unido no era muy alta, habiendo sido descripto como "la persona más charlatana de toda la Embajada Soviética" durante su estancia en dicha representación en Cotonou (Dahomey).

Es una persona de carácter fuerte, propenso a acalorarse cuando confronta argumentos con diplomáticos occidentales.

- Se le conoce como ciegamente leal a la causa comunista y rehusa aceptar que Moscú pueda ser capaz de equivocarse.

- Las actividades que ha desarrollado desde 1955 son las siguientes:

- Desde 1955 a 1957 - Oficina del Ministerio de Relaciones Exteriores en Moscú.

- Desde 1957 a 1960 - Reemplazó a S. BOUKINE, como 3er. Secretario (Adjunto de Prensa) en la Embajada Soviética en Ottawa.

- Desde 1960 a 1964 - Oficial del Buró en el Ministerio de Relaciones Exteriores en lo relativo a Nueva Zelandia y el Reino Unido.

- Desde 1964 a 1967 - Fue 2do. Secretario (Prensa) en la Embajada Soviética en Cotonou (Dahomey). Se interesó por los problemas de la juventud de ese país.

Se sospechaba que durante su estancia en ésta realizaba actividades para la KGB, viéndoselo frecuentemente acompañado por un Oficial identificado de dicha organización en viajes culturales.

- Desde 1970 a 1971 - Fue 1er. Secretario de la Embajada Soviética en Londres.Arribó a Londres el 10 de abril de 1970 con su esposa para hacerse cargo de dicho puesto, enfatizandosu responsabilidad sobre el S.E. Asiático.

Esperaba ser enviado a Francia debido a su especialización en el Buró del S.O. de Europa en Moscú. Sin embargo, se adaptó a sus obligaciones en Londres e hizo profusas y rápidas llamadas a todo aquel que tuviera relación con la escena del S.E. Asiático. Demostró además un considerable interés en los problemas africanos.

Demostró una profunda dedicación por las Conferencias y Charlas, viajando a varios colegios y universidades como también asistiendo a Mesas Redondas. Asistió regularmente a reuniones y recepciones, donde circulaba lo más posible y tomaba nota de direcciones y números telefónicos de todos los nuevos contactos que pudiera conocer.

Junto a su esposa viajó ampliamente por Inglaterra y Escocia.

Durante su estancia en Londres viajó a URSS (14 de mayo) a pasar sus vacaciones.

El 3 de octubre junto a su esposa abandonaron Londres,de donde habian sido expulsados.

El comportamiento general de LAPTEV en Londres, era asociado con la comunidad Rusa y el hecho de que viviera en el mismo edificio que los funcionarios de claves llevó a que se lo clasificara como "sospechoso de actividades de inteligencia, probablemente KGB o asociado a ella".

Al llegar al Reino Unido en 1970, reemplazó a SHISKIN, miembro identificado de la KGB (Of. de Inteligencia); habiendo llegado a éste LAPTEV bajo sospecha de estar involucrado en actividades de inteligencia.

- Desde 1975 a 1984 - Consejero (fue promovido a Ministro Consejero en 1981) en la Embajada Soviética en Lima -Perú-.

- Diciembre de 1986 - Solicitó visa para viajar a Londres para conversaciones con el Ministro de Relaciones Exteriores inglés sobre problemas de Latinoamérica, acreditándose como Jefe del 2º Departamento Latinoamericano del Ministerio de Relaciones Exteriores en Moscú.

- El 27 de marzo de 1987 presentó sus cartas credenciales ante el presidente Sanguinetti de la Rep.O. del Uruguay en ceremonia que se realizó en el Edificio de la Plaza Independencia.
En dicha ceremonia Laptev expresó que los dirigentes de su país esperan con gran interés la visita del Presidente Sanguinetti a la URSS.
Laptev agregó que "le damos mucha importancia a la cooperación con Uruguay sobrepasando a las relaciones con otros países que tienen mayor población y territorio." Terminó diciendo que "la reestructuración que se realiza por iniciativa del Secretario General Mijail Gorbachov, significan mucho más socialismo y mucha más democracia.

- Durante el mismo año una delegación del Comité Soviético para la Solidaridad con América Latina(Consejo Mundial de la Paz) integrada por Alexander P. Kharlamov y Pedro Nifolaev visitó Uruguay, esta delegación estuvo acompañada por el Emb. Laptev en sus distintos encuentros realizados en este país.

09 JUN 84

ANALISIS DE LA SITUACION ARGENTINA

ENTRADO 27/5/1985
5/10/1985

- La crisis militar, política e institucional por la cual pasa el gobierno argentino, es la culminación de un proceso de continuo enfrentamiento entre el gobierno y las Fuerzas Armadas, como consecuencia de la política oficial hacia las Instituciones militares, incluyendo el polémico tema de los Derechos Humanos. Las medidas adoptadas por la administración de ALFONSIN a los efectos de darle una solución al problema, tuvieron una consecuencia contraria a la buscada. Es así que, tanto las instrucciones dadas a los fiscales militares, como la llamada Ley de "Punto final", fueron factores que incrementaron el malestar existente en filas castrenses, al defraudar las expectativas militares.

- El hecho de que el Mayor BARREIRO se haya negado a comparecer ante la Justicia, no pudo sorprender al Gobierno, ya que la decisión de éste Oficial, era públicamente conocida con anticipación. Partiendo de este hecho, es factible que el Gobierno haya previsto una situación de anormalidad en pequeña escala, con la que habría intentado provocar un hecho de características similares al "Tejerazo" español, que podría traducirse en el descontento y estado de rebeldía del Mayor BARREIRO y la natural solidaridad de alguna unidad militar. En consecuencia, el Gobierno en conocimiento de la gestación de una situación de desobediencia, lo que ha sido reconocido incluso por los Servicios de Información, no hizo nada por evitar el agravamiento de los hechos, estimulando de ésta manera la crisis y especulando con un "riesgo calculado". El objetivo del Gobierno habría sido alentar un gesto de desobediencia de carácter menor, a los efectos de dominar la situación en forma expeditiva, con lo que redimencionaba su imagen política.

- No obstante, los hechos posteriores demostraron que el Gobierno hizo una evaluación errónea de la reacción militar, evidenciándose que la situación escapó de su control, por lo que se trastocaron los objetivos iniciales y de una posición "ofensiva" el Gobierno pasó a una "defensiva". Las consecuencias iniciales fueron las evidentes concesiones otorgadas a los rebeldes y la consecuencia posterior será seguramente el desgaste de la imagen del Presidente Raúl ALFONSIN. Asimismo, quedó claramen -

te de manifiesto que la intención de los insurrectos no fue dar un Golpe de Estado y sí llamar la atención de la situación del Ejército, lo que ya desvirtuaba de por sí la acción sicológica gubernamental.

- En este sentido, más allá de las explicaciones públicas dadas por el Presidente ALFONSIN asegurando que no existieron negociaciones, es evidente que los hechos desmintieron tal postura. A pocas horas de haber depuesto su actitud los rebeldes, pasó a retiro el Gral. RIOS EREÑU, se anunciaron las suspensiones de los juicios a los militares, acelerándose la posibilidad de que se dictamine acerca de la denominada "obediencia debida" y se decidió que los amotinados sean juzgados por la Justicia Militar, lo que curiosamente coincide con los reclamos de los liderados por el Tte. Cnel. RICO. Asimismo, se evidenció que todos los puntos fueron negociados por terceras personas (Brigadier CRESPO, Ministro JAUNARENA, etc.) y que el Presidente ALFONSIN concurrió a Campo de Mayo con una solución acordada de antemano y solamente como una condición impuesta por los sublevados.

- Otro de los hechos que quedaron demostrados plenamente, fue que las Fuerzas Armadas no respondieron a presuntas órdenes del Presidente, negándose muchas unidades a reprimir a los sublevados, lo que pone de manifiesto la endeble posición del Gobierno para solucionar la situación, lográndolo solamente luego de aceptar condiciones.

- La designación del Gral. CARIDI como nuevo Jefe del Estado Mayor del Ejército provocó reacciones contrarias y nuevos conatos de sublevación. Este hecho y la desobediencia de los Oficiales a las órdenes del Gral. ALAIS de reprimir a los sublevados, demuestra una visible fractura entre las jerarquías de Tenientes Coroneles con Coroneles y Generales.

- El problema militar no está de ninguna forma solucionado y la continuación de los juicios por violación de los Derechos Humanos volvería a afectar las relaciones con el Ejército, así como también con la Armada y Fuerza Aérea. Incluso durante esta crisis ya se habrían producido problemas en unidades navales que no trascendieron a la opinión pública y el Jefe del Estado Mayor de la Fuerza Aérea habría expresado al Presidente ALFONSIN que si bien el Arma no tiene problemas, no se comprometía a controlarla en caso de un resurgimiento de los problemas. El pronunciamiento de la Justicia Civil sobre el principio de "obediencia debida" podría ser una solución parcial al conflicto, aunque no aportaría elementos definitivos para dar una finalización al problema, existiendo incluso en medios

judiciales, el convencimiento de que debe encontrarse una solución estrictamente política y no jurídica. Se considera que el Presidente ALFONSIN no podría afrontar por el momento el costo político de una Ley de Amnistía pero es algo que no se puede descartar a mediano plazo.

- En lo que tiene que ver exclusivamente con el manejo de la situación por parte del Presidente, es evidente que el mandatario optó por la movilización, antes que ejercer las facultades y mecanismos previstos por las leyes. Esto reafirma la hipótesis de que se intentó aprovechar el hecho con fines políticos, algo que concuerda con una actitud permanente manifestada en su gestión, en la que parecería estar en una constante campaña electoral. Esta actitud "movilizadora" que parece reemplazar la democracia representativa por la de masas, que imprime el mandatario, puede convertirse en una modalidad peligrosa y de difícil manejo. En este contexto, hechos militares de mayor envergadura a los ocurridos en los últimos días, podrían producir incidentes y enfrentamientos que deriven en una virtual guerra civil.

CONCLUSION

- A partir de un palpable y conocido malestar militar, el Gobierno habría pretendido crear las condiciones para un caso similar al "Tejerazo" español, sin lograr evidentemente sus objetivos. A pesar de que el Gobierno, dentro de una estrategia de desinformación sistemática procuró plantear los hechos de manera tal, de presentar el accionar de los sublevados como una actitud de ofensiva de las Fuerzas Armadas hacia el poder constitucional, en realidad la evolución de los acontecimientos demostró que se trató de una actitud defensiva de la institución armada ante la hostilidad del poder político.

- El malestar de las Fuerzas Armadas no ha tenido una solución definitiva, dependiendo de los próximos pasos del Gobierno en lo referente a la modificación de su fracasada política militar y fundamentalmente en lo que tiene que ver con los juicios por violación por Derechos Humanos.

- El éxito de los sublevados, logrando indiscutiblemente la mayoría de sus reclamos, deja en una situación comprometida al Gobierno ante posibles futuras exigencias militares.

- El pronunciamiento judicial sobre el principio de "obediencia debida" podría solucionar varios casos y por lo tanto aflojar la tensión existente, pero no significa una solución final al problema de los juicios

a militares, el que solamente podría terminarse con la voluntad política de implementar una Ley de Amnistía.

90051156

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION NACIONAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 012/87

"CUMBRE DE VENECIA"

Montevideo, 16 de junio de 1987

P.K.

ENTRADO 27/9/90 E5
5/10/90 E5

S E C R E T O

9005157

01.11

"CUMBRE DE VENECIA"

INTRODUCCION

Durante tres días, 8, 9 y 10 de junio, los líderes de las siete principales naciones industrializadas de Occidente: Ronald Reagan (Estados Unidos), François Mitterrand (Francia), Helmut Kohl (Alemania Federal), Margaret Thatcher (Gran Bretaña), Amintore Fanfani (Italia), Brian Mulroney (Canadá) y Yasuhiro Nakasone (Japón), se reunieron en Venecia para tratar los temas más candentes de la política y la economía mundial. Si bien los expertos en la materia consideran que las conclusiones a las que se arribó en esta XIII "cumbre", no representan una verdadera solución a los problemas que afectan al mundo, sobre todo los de orden económico, no puede negarse que por lo menos se puso de manifiesto la existencia de una razonable cohesión política. Para entender mejor las eventuales derivaciones del evento, a continuación se pasarán a ennumerar los puntos más importantes acordados en el transcurso de la reunión y que fueron esperados con cierta expectativa, fundamentalmente en América Latina.

I.- TEMAS POLITICOS

1.- Terrorismo: Precisamente en momentos en que se celebraba la reunión se registraron dos atentados contra las Embajadas de Estados Unidos y Gran Bretaña en Roma, lo que hizo incrementar aún más las medidas de seguridad. En este contexto, los "siete" condenaron "todas las formas del terrorismo", acotando que "fueran cuales fueran los motivos de éste, no tiene justificación". Se añade que "no se harán concesiones a los extremistas ni a sus patrocinadores" y que los mismos serán llevados ante la ley, invocando para ello la cooperación internacional. También se decidió que se suspenderán los vuelos desde y hacia los países que no concedan la extradición a los responsables de secuestros de aviones y otros atentados contra la navegación aérea civil. Asimismo se mostraron complacidos por los progresos logrados durante este último año, en lo que tiene que ver con la coordinación en la lucha contra dicho flagelo.

2.- Conflicto Irán-Irak: El Presidente Reagan, posiblemente debilitado por el escándalo Irán-Contras, no logró un apoyo concreto de los aliados para su política en el Golfo Pérsico, lo que constituía una

de sus máximas aspiraciones en esta cumbre. Los "siete" acordaron pedir que el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas adopte medidas "eficaces y justas" para imponer un cese el fuego entre Irán e Irak. En un encuentro bilateral, el Presidente Reagan y la Primer Ministro Margaret Thatcher coincidieron en que era necesario una acción de "creciente colaboración" en el Golfo Pérsico, para escoltar con las naves de los dos países a los buques petroleros que entran y salen de la región a través del estratégico Estrecho de Ormuz, pero todo parece indicar que hubo unidad de criterios respecto a que, con esta medida, puede correrse el riesgo de que el conflicto alcance mayores dimensiones. En definitiva, se trató de evitar compromisos demasiados concretos y se optó por que cualquier tipo de acción se encuadre en el marco de mediación de la ONU. Los aliados han decidido respaldar cualquier esfuerzo que lleve a cabo el organismo para poner fin a la contienda, con sanciones que incluyan especificamente un embargo sobre las ventas militares para el país beligerante que no cumpla con el "alto el fuego". En este sentido es importante recordar que Irán ya ha rechazado llamamientos anteriores formulados por las Naciones Unidas. Los "siete" se comprometieron además, sin ser específicos, "a consultar las maneras" de mantener la libertad de navegación comercial en el Golfo Pérsico.

3.- Relaciones Este-Oeste: En cuanto a este tema los "siete" utilizaron un "lenguaje cauteloso". Apoyaron el proceso de renovación (perestroika) que está llevando a cabo el líder soviético, Mikhail Gorbachov, pero hicieron una advertencia respecto a que todavía existen "profundas divergencias" entre el bloque comunista y el mundo occidental y que este debe "permanecer vigilantemente alerta". Los líderes de las principales potencias señalaron que los soviéticos deben demostrar su buena voluntad, sobre todo en el área de los Dercchos Humanos, retirando por ejemplo a su Ejército de ocupación de Afganistán. Los acuerdos de desarme nuclear y convencional fueron respaldados, pero no hubo mención alguna sobre la forma en en que Washington y Moscú eliminarán los misiles nucleares de alcance intermedio en Europa. Aunque no se hace específicamente mención a estas negociaciones, el Secretario de Estado norteamericano, George Shultz, señaló que en general todos están de acuerdo en que se pueda llegar a la firma de un tratado que corrija entre entre otras cosas el desequilibrio de las

armas convencionales y químicas, respecto a las cuales el Pacto de Varsovia tiene gran superioridad.

4.- Sudáfrica: Los líderes de las potencias occidentales señalaron que la crisis en el país africano solo puede resolverse en forma pacífica y duradera, si se desmantela el sistema racista del apartheid, reemplazándolo por una nueva forma de gobierno democrático. Se destacó también la urgente necesidad de que se establezca un verdadero diálogo entre representantes de todos los sectores de la sociedad sudafricana.

5.- Medio Oriente: Se puso de manifiesto una profunda preocupación por los contínuos conflictos que afectan a esta región, tales como por ejemplo la contienda militar entre Irán e Irak, a la que ya se hizo mención, la situación en los territorios palestinos ocupados por Israel y la prolongada guerra civil en el Líbano.

6.- América Latina: Las referencias a esta región no figuraban en una declaración especial, sino en el resúmen sobre temas políticos ofrecido por el Presidente de la cumbre, el Primer Ministro italiano, Amintore Fanfani. Los "siete" destacaron la necesidad de "promover iniciativas apropiadas" para apoyar a los Gobiernos democráticos en Latinoamérica, porque esto "ayudará a abrir un diálogo más fructífero y constructivo con las potencias de Occidente". Asimismo pusieron de manifiesto su esperanza de que la reunión que los líderes centroamericanos pensaban celebrar en Guatemala, en caso de llevarse a cabo "pudiera jugar un papel positivo para allanar el camino hacia la paz y estabilidad" en el área.

II.- TEMAS ECONOMICOS

Declaración Final

1.- Sobre política macro-económica y tipos de cambio: Se pone de manifiesto la necesidad de superar los problemas que continúan existiendo en algunos de los países de Occidente: desequilibrios internos, elevado índice de desocupación, elevados déficit de las balanzas públicas, altos niveles de los tipos de interés reales. Se hace hincapié en que permanecen las restricciones comerciales y crecen las presiones proteccionistas, persistiendo la debilidad de muchos mercados de materias primas y reduciéndose para las naciones en vías de desarrollo las perspectivas de crecimiento, de encontrar los mercados que necesitan y de hacer frente a su deuda externa. Las variaciones de los tipos de cambio no resolverán por si solas

el problema de las correcciones de estos desequilibrios y el contemporáneo sostén del crecimiento. Es por eso que se invita a los otros países industrializados a participar en el esfuerzo dirigido a sostener la actividad económica mundial.

2.- Sobre políticas estructurales, los puntos más importantes del texto son: Se señala la necesidad de poner en práctica eficaces políticas estructurales, en particular para la creación de puestos de trabajo. Para conseguir esto, los "siete" se comprometen a favorecer la competencia, reducir los principales desequilibrios entre oferta y demanda de productos agrícolas, facilitar las inversiones destinadas a crear puestos de trabajo, mejorar el funcionamiento de los mercados laborales, favorecer la posterior apertura de los mercados internos.

3.- Sobre vigilancia multilateral y coordinación de las políticas económicas: Se destaca que el nuevo proceso de coordinación, que comporta el uso de indicadores económicos, favorecerá los esfuerzos para la realización, por parte de las naciones industrializadas, de políticas más coherentes y compatibles entre si. Si en el futuro el crecimiento económico mundial fuese insuficiente, los "siete" adoptarían ulteriores medidas para conseguir sus comunes objetivos. Los líderes de las principales potencias aprueban el acuerdo alcanzado por el grupo de los siete Ministeos de Finanzas, tendiente a reforzar, con la asistencia del FMI, la vigilancia de sus economías, utilizando indicadores económicos, entre ellos los tipos de cambio y en particular se pone de manifiesto el empeño de cada nación en definir objetivos y proyecciones para su propia economía a mediano plazo y por parte del grupo de países, también definir objetivos y proyecciones que sean reciprocamente compatibles, tanto singular como colectivamente. El uso de indicadores de la evolución de la economía, es con el fin de examinar y valorar las actuales tendencias y determinar si existen desviaciones significativas del curso preestablecido que requieran el examen de medidas correctivas.

4.- Sobre comercio: Se advierte con gran preocupación el aumento de las presiones proteccionistas. Se reconoce la interdependencia entre crecimiento, comercio y desarrollo, destacando que es esencial perfeccionar el sistema multilateral, fundado sobre los principios y las normas del Acuerdo General sobre Aranceles y Comercio (GATT).

5.- Sobre países en vías de desarrollo: Se apoya el rol fundamental que cumple el FMI en lo que tiene que ver con acciones de asesoramiento y financiación y se sugiere una mayor y estrecha colaboración entre dicho organismo y el Banco Mundial, mostrándose partidarios de un aumento general del capital de este último. En lo que atañe a los países que tienen más grandes deudas y que son de ingreso medio, se apoya la actual estrategia, orientada al crecimiento, sobre la base de la negociación "caso por caso".

AMERICA LATINA

En lo que concierne a nuestro continente se destacan tres medidas fundamentales, que si bien son insuficientes apuntarían en buena dirección para los intereses de la región: mantener una tasa baja pero firme de desarrollo, evitando una recesión económica mundial, desmantelar progresivamente la gigantesca estructura de proteccionismos y subsidios agropecuarios e iniciar una nueva era para superar el grave problema de la deuda externa.

Según la opinión de los "siete", el problema central de la economía mundial es ahora evitar la recesión y sostener la demanda y para ello consideran que es necesario aumentar el poder de compra de los países de "mediano rédito", es decir América Latina, abrumada por el peso de su deuda externa, de los bajos precios de sus materias primas de exportación y de la "ruinosa" política proteccionista del mundo industrializado.

Lo cierto es que de Venecia no emergió un plan concreto, circunscribiéndose a la retórica tradicional en este tipo de eventos. El propio Primer Ministro Fanfani señaló que "se podría haber hecho más por América Latina". El Presidente Mitterrand logró que en la conferencia se enfatizara la voluntad de dar más ayuda para el desarrollo. En el caso específico de la deuda externa se llegó a un principio de acuerdo para resolver el pago de la misma por parte de los países del Tercer Mundo. Estos fueron divididos en dos grupos: uno de 32 naciones consideradas como las "más pobres" (de las cuales el 80% se encuentra en Africa) y otro, el encuadrado como el de las naciones de "ingreso medio", que engloba a América Latina.

Dicho acuerdo se considera como importante, en la medida que permitirá en lo sucesivo, que eventuales soluciones no se empantanen por la dificultad de tomar medidas comunes respecto de países tan diferentes como So-

malía y Brasil, por ejemplo.

Hubo un principio de acuerdo en seguir el ejemplo italiano en lo que concierne a las naciones del primer grupo: reducir los tipos de interés sobre la deuda (al 1,50) y prolongar los períodos de gracia de siete a quince años. Italia, que ya adoptó esta política con cuatro de sus deudores (Somalía, Tanzania, Mozambique y Etiopía), pugnó en la reunión por lograr algo semejante para las naciones de "ingreso medio", pero se consideró que existe una dificultad básica para equiparar en este sentido a ambos grupos ya que, mientras que el primero es sobre todo deudor de Gobiernos acreedores (el 85% de la deuda es de este tipo), los segundos tienen contraído el pasivo con la banca privada en proporción directamente inversa. La idea compartida respecto de ambos grupos es la de favorecer el propio desarrollo, poniendo a su disposición una suma de dinero que les permita llevar a cabo una recapitalización que ayudaría a los planes previstos por el FMI y el Banco Mundial.

En este sentido, de la propuesta francesa cabe destacar su idea de "atacar globalmente" el problema, incluyendo para esto cuatro puntos esenciales: "estimular el crecimiento mundial, reconstruir el sistema monetario internacional para obtener estabilidad de las tasas de cambio y un nivel razonable de tipos de interés, combatir el proteccionismo y emprender acciones concretas y reales para evitar la caída de los precios de las materias primas". En su intervención en la cumbre, el Presidente Mitterrand destacó que sin embargo todas estas medidas no serán suficientes si no se adoptan otras referidas al "ejemplo italiano".

Paralelamente Japón confirmó oficialmente su intención de reciclar 30.000 millones de dólares de su superávit comercial de 90.000 millones, mediante la constitución de un fondo para un programa de inversiones en "algunos" países del Tercer Mundo. El fondo será formado y manejado por organismos económicos internacionales y, según trascendió, los beneficiados serán Argentina y Bolivia, Turquía, Túnez, Filipinas e Indonesia.

III.- CONSIDERACIONES GENERALES

Muchos expertos en la materia consideran que las conclusiones de la XIII Cumbre de Venecia, no sirven realmente para dar verdaderas soluciones a los problemas que afectan a la economía mundial y que en relación a la deuda externa el beneficio neto lo han conseguido las naciones africa-

nas, mientras que los latinoamericanos en cambio, integrados en el grupo de los de "medio rédito", no han obtenido un tratamiento global, ni ha prosperado para ellos la propuesta que buscaba un equiparamiento con los más pobres. Sin embargo estiman que, aunque los representantes de las potencias occidentales hayan derivado la cuestión a la banca privada, Iberoamérica obtuvo dos objetivos: que la deuda se considere como una cuestión política y que haya conciencia generalizada de que el estrangulamiento económico es uno de los principales enemigos de la estabilidad democrática. Además se estima que la voluntad de ir desmantelando las estructuras proteccionistas y los subsidios a la agricultura, factor principal de la caída de precios de las materias primas en los mercados internacionales, es alentadora para el Tercer Mundo.

Mucho antes de que se realizara este encuentro, los países latinoamericanos componentes del Consenso de Cartagena, hicieron llegar una carta a los líderes de las naciones industrializadas, planteando en términos realistas la situación existente en nuestro continente a causa de la deuda externa y reclamando soluciones efectivas. La mencionada carta fue firmada precisamente por el Presidente de Uruguay, Dr. Julio María Sanguinetti. Una vez finalizado el evento, el mismo Primer Mandatario expresó que si bien "no se colmaron todas nuestras aspiraciones" por lo menos parece haber una disposición favorable por ejemplo para comprender el rol vital que desempeña la economía de nuestra región en el marco internacional .

* * * * * * *

Montevideo, 16 de junio 1987.-

P.K.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Copia 3 - Señor Sub-Director de Ejérctio de D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de Armada de D.G.I.D.

Jefe del Departamento II (EXTERIOR)

Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del C-2

Copia 3 - Señor Jefe del E-2

Copia 4 - Señor Jefe del N-2

El Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Coronel (Av.) Roberto E. Leira

9005157

Además de las organizaciones nacionales mencionadas en el numeral IIB.- existen otras organizaciones estudiantiles afiliadas a la UIE, a saber:

- Unión de Estudiantes de Irlanda
- Movimiento de Estudiantes Panafricanos(PAM)
- Federación de asociaciones de Estudiantes de Medicina
- Asociación Internacional de Estudiantes de Agricultura
- Federación Mundial Cristiana de Estudiantes
- Asociación de Estudiantes Suizos
- Asociación de Estudiantes de Indonesia.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D

Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

Copia Nº5: Señor Jefe de Mesa de Analistas de la D.G.I.D.

11.11

9005157

SECRETO

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II(EXTERIOR)

mlms

MEMORANDUM Nº 013/87

FEDERACION INTERNACIONAL DE MUJERES

DEMOCRATICAS

Montevideo, julio de 1987.-

ENTRADO 21/9/87
5/10/87

SECRETO

B90005158

B1.17

SECRETO

M E M O R A N D U M Nº013/87

ASUNTO: FEDERACION INTERNACIONAL DE MUJERES DEMOCRATICAS(FIMD)

TEXTO:

I.- GENERALIDADES

A.- SEDE

Desde su fundación hasta enero de 1951 la misma funcionaba en París, fecha en la que fue expulsada por el gobierno francés; desde ese entonces y hasta el presente, funciona en Berlín -sector soviético- en Unter den Linden 13, Berlín 108.

B.- FUNDACION

La Federación Internacional de Mujeres Democráticas fue fundada en noviembre de 1945, durante la realización de un Congreso de Mujeres organizado por la Liga de Mujeres Francesas realizado en París. A este congreso asistieron delegaciones de 40 paises.
Desde sus comienzos la Federación ha estado bajo el control comunista, no contando entre sus adherentes con organizaciones no comunistas de relevancia.

C.- MIEMBROS

Pueden ser miembros de la misma organizaciones femeninas, grupos de mujeres y personas aisladas.
En 1945 contaba con 80 millones de afiliadas (la mayoria proveniente del bloque oriental), en 1951 con 135 millones de afiliadas en 67 paises, en 1966 con 200 millones de afiliadas en 110 paises y en 1981 con 129 organizaciones afiliadas en 114 naciones.

D.- FINANZAS

Los fondos de la Federación provienen de la cuota afiliatoria de sus miembros y de contribuciones especiales.
Entre setiembre de 1974 y enero de 1975 fueron transferidos a los fondos de la misma 1 millón de francos, dicha transacción se llevó a cabo en Berlín Oriental .

E.- ANIVERSARIOS QUE CONMEMORA LA FEDERACION

1.- 8 de Marzo - Dia Internacional de la mujer

SECRETO

9005158

02

Originalmente esta fecha correspondía a una celebración socialdemó crata iniciada en el año 1910; pero a partir de 1945 se apropió de la misma la Federación.

2.- 01 de Junio - Dia Internacional del Niño

Esta fecha es celebrada por la Federación desde el año 1910, y al igual que el 8 de marzo es usado con fines de propaganda soviética del tipo más virulento.

F.- CONDECORACIONES

La Federación otorga la condecoración "Eugénie Cotton", medalla conmemorativa en honor de la que fuera presidente de la misma y que falleciera en 1967.

G.- PUBLICACIONES QUE EDITA

1.- "Mujeres del Mundo Entero", publicación trimestral, traducida al francés, inglés, alemán,ruso, español y árabe.

2.- "Resumen de Noticias", carta informative editada en varios idiomas

3.-"Boletin de Información Especial", información de edición bimensual sobre varias organizaciones.

4.- "Boletin de Radio y Prensa", entrega informativa semanal.

II.- ORGANIZACION INTERNA DE LA FEDERACION

A.- ESTRUCTURA

1.- Congreso: es el cuerpo más importante de la misma, Se reúne cada cuatro años, estando formada por representantes de todas las organizaciones afiliadas y es una plataforma de propaganda de los postulados del Consejo Mundial de Paz(CMP).

2.- Consejo: es elegido por el Congreso y se reúne cada dos años. Es el encargado de elegir al Buró y al Secretariado, así como también designa a los miembros de la Comisión de Control Financiero.
Está formado por un delegado de cada país miembro.
Es el cuerpo que fija la política a seguir durante la realización de los congresos.
Aprueba las decisiones del Comité Ejecutivo y del Buró.

3.- Comité Ejecutivo : está integrado por 32 miembros, es comparable al Comité Central del Partido Comunista soviético.

4.- Buró: es comparable al Presidium del PCUS, lo integran los dirigentes que verdaderamente controlan la organización de la Fede-

9005158

SECRETO

ración,es asistido por un Secretariado que está formado por 5 secretarios, 1 tesorero y la Comisión de Control Financiero (formado por 4 integrantes).

5.- Secretariado: realiza el trabajo corriente de la Federación, está formado por un secretario general y 10 secretarios.

B.- INTEGRACION

1.- Presidente: Freda Brown (Australia)

2.- Vice Presidentes: Aruna Asaf Ali (India), Fatma Zhra Djaghriud (Argelia), Vilma Espin de Castro(Cuba), Fuki Kushida(Japón), Valentina Nikolayeva-Tereshokova(URSS), Ha Thi Que (Vietnam), Gisele Theret(Francia), Ilse Thiele (R.D.A.).

3.- Secretaria General: Mirjam Vire-Tuiminen(Finlandia)

4.- Tesorera: Edith Erdei (Hungria)

5.- Secretarias: Mercedes Alvarez Moreno,Eugenia Andrei(Rumania) Aurora Barcena (Méjico), Hanna Busha(Irak), Helga Dickel (R.F.A.), Olga Gutiérrez (Argentina), Sabine Hager (R.D.A.), Norma Hidalgo(Chile), Valeria Kalmyx (URSS), Surjeet Kaur (India), María Taneva(Bulgaria) y Wanda Tycner(Polonia).

C.- ANTERIORES INTEGRANTES DE LA FEDERACION QUE OBTUVIERON CONDECORACIONES

1.- Eugénie Cotton

Ejerció la presidencia de la misma hasta 1958, fue vice presidente del Consejo Mundial de Paz, presidente de la Unión de Mujeres Francesas y directora del Centro Nacional Francés de Investigación Científica. Le fue otorgado el premio Stalin de la paz en el año 1950.

2.- Dra. Andrea Andreen

Ejerció la vicepresidencia de la misma hasta el año 1958. Fue miembro del Consejo Mundial de Paz, presidente de la Unión de Mujeres Suecas y directora del Laboratorio Clínico Central de Estocolmo, fue además presidente del Comité Internacional Permanente de Madres. Le fue otorgado el premio Stalin de la Paz en el año 1953.

3.- Nina Popova

Ejerció como vicepresidente de la Federación hasta el año 1958, fue miembro del Consejo Mundial de Paz, miembro del Consejo General de la Federación Sindical Mundial, presidente del Presidium de la Unión de Sociedades Soviéticas para la Amistad y Relaciones Culturales con el Extranjero.Le fue otorgado el premio Stalin en 1953.

9005158

SECRETO

4.- Mónica Felton

Ejerció como vicepresidente de la Federación hasta el año 1958. Fue miembro del Consejo Mundial de Paz, presidente de la Asamblea Nacional de Mujeres Británicas y vice presidente del Comité Británico. Obtuvo el premio Stalin de la paz en el año 1951.

III.- OBJETIVOS

De acuerdo a su Carta Orgánica tiene objetivos sumamente ágiles que son de hecho similares a los de las otras organizaciones de mujeres (Consejo Internacional de Mujeres), los cuales no son políticos y están obviamente trazados para atraer a todas las mujeres; los mismos son:

- La unidad de las mujeres sin discriminaciones de raza, nacionalidad, religión y opinión política para la defensa de sus derechos como ciudadana, madre y trabajadora, protectora de niños y forjadoras de la paz, democracia e independencia nacional, así como también para el establecimiento de la amistad y solidaridad.

- Coordinación mundial de las organizaciones de mujeres democráticas.

- Salvaguardia de la salud pública y del bienestar infantil.

- Cooperación internacional en favor de la paz en los campos político, económico y cultural.

IV.- POLITICA SEGUIDA

A.- MANIFIESTO DE LA FEDERACION A TODAS LAS MUJERES DEL MUNDO

"Nosotras mujeres originarias de países de todos los continentes sin discriminación de concepciones filosóficas y religiosas y de ideas políticas diferentes nos reunimos animadas de la misma voluntad. Inquietas por el conflicto militar actual y de una amenaza permanente de una guerra atómica nos dirigimos a cada mujer para que ella tome conciencia de la gravedad de la situación internacional. El desarme, una necesidad para todos puede ser realizados favorecer la soberanía, la independencia nacional, la dignidad y el progreso de todos los pueblos.

Pedimos a todas las mujeres luchar por el desarme a fin de que las enormes sumas de dinero que se gastan por las despensas militares sean usadas para asegurar el bienestar de todos los pueblos, hay

SECRETO

9005158

millones de seres humanos que no pueden hoy día satisfacer su hambre. Ellos no poseen ni habitación,ni asistencia médica. Millones de niñosen edad escolar no pueden asistir a la escuela.

Nosotras pedimos a todas las mujeres educar a la juventud en el espíritu de la paz y de la amistad.

Lanzamos un llamado a todas las mujeres para que ellas tomen la iniciativa y sostengan las acciones organizadas sobre el plano nacional e internacional, para detener los ensayos de armas nucleares así como las negociaciones que puedan conducir al desarme total y controlado.

Nosotros le pedimos en particular celebrar jornadas de paz, participar en manifestaciones, conferencias, así como en congresos nacionales e internacionales para el desarme, organizar campañas y acciones en el curso de las cuales todas las mujeres puedan lograr en esta causa hacer valer su influencia ante los gobiernos, parlamentos e inducir a los hombres de Estado a arreglar los asuntos litigiosos por medio de las negociaciones pacíficas.

Actúen por consiguiente todas unidas, a fin de que el desarme se realice y de que la guerra que se teme, termine para siempre".

B.-OBJETIVOS REALES

En los hechos ha ido bastante más allá de los objetivos mencionados anteriormente. La mayoría de sus actividades y declaraciones han sido en apoyo de la política de los comunistas o a las campañas lanzadas por otras organizaciones encubiertas, principalmente la del Consejo Mundial de Paz.

Nunca se desvió de la línea de Moscú, a pesar de poder contradecirse En 1949 expulsó al igual que otras organizaciones de frente a las miembros yugoeslavas,porque Stalin se había peleado con Tito.

En abril de 1956 cambió esta resolución porque Nikita Khruskchev "enmendó" dicha pelea.

El tema constantemente tratado por la Federación es que las condiciones de vida de las mujeres y niños en la órbita soviética son ideales.

En apoyo a las diversas campañas del movimiento pro paz ha puesto mucho énfasis sobre el peligro que tiene para las mujeres y para los niños la radiación de los experimentos con armas nucleares así como también sobre la amenaza que para su futuro constituye el

9005158

SECRETO

peligro de una guerra atómica. Pero siempre son los experimentos norteamericanos los que son condenados y nunca los que lleva a cabo la URSS.

Ensus deliberaciones la Federación prefiere emplear un tono pleno de gravedad. Las intenciones comunistas son disimuladas, pero ellas son fácilmente reconocidas.

Desde el punto de vista de su organización la Federación es articulada de una manera más flexible,los miembros no tienen grandes deberes, la adhesión está abierta a todos, las fronteras entre miembros y no miembros se esfuma. La Federación no puede servir de templo a una revolución pero gran parte de la misma en el mundo libre aplaudirá si ella se produce. Es a luz de esto que se puede considerar: los congresos se reúnen raramente, ellos dan siempre lugar a un aumento de la actividad en el interior y la propaganda hacia el exterior. La Federación adopta generalmente las resoluciones del Consejo Mundial de Paz y se compromete a sostenerlas.

La Federación envía delegaciones a las conferencias y a los congresos de otras organizaciones de frente, envía delegaciones a países comunistas y no comunistas.

Participa en las "Marchas de Pascuas" organizadas contra las armas atómicas, organiza manifestaciones el primer día de cada mes generalmente por la paz, desarme,etc.

Como otras organizaciones auxiliares se esfuerza por entrar en conversaciones con organizaciones femeninas no comunistas para poder influenciarlas,(caso del Consejo Internacional de Mujeres).

C.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES INTERNACIONALES

1.- UNESCO

Tiene status categoría B dentro de esta organización. Hasta diciembre de 1952 tenía status consultivo dentro de la misma.

2.- E.CO.SOC.

Tiene stauts categoría I, manteniendo representación permanente en este organismo. Hasta abril de 1954 tenía status categoría B consultivo, fecha en la cual se le anuló tal privilegio,

3.-UNICEF

Tiene status consultivo con esta organización.

4.- OIT (ORGANO INTERNACIONAL DE TRABAJO)

Tiene status consultivo con esta organización.

9005158

D.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

1.- Comité Permanente de Madres en Defensa de los Niños

Compartela sede con la Federación, fue establecido por el Congreso Mundial de Madres realizado en Lausana en julio de 1955. Es difícil saber el motivo de porque fue establecida esta organización, presumiéndose que fuera para revivir las actividades otra previamente desaparecida -El Comité Internacional para la Defensa de los Niños-. Esta última mencionada fue establecida en 1951 y finalizó su actuación en 1952.

El Comité Permanente de Madres como "camuflaje" de la Federación no es muy efectivo puesto que es claro que es una parte de ella. La política seguida por el Comité es indiferenciable de la de la FIMD, se concentra principalmente sobre el tema de la paz, destacando los peligros de la guerra para los niños y los bajos niveles de vida causados por la carrera armamentista.

2.- Comité Permanente sobre los problemas de las Mujeres en los Territorios Coloniales, fue fundado en febrero de 1947.

3.- Comité permanente de Mujeres Afroasiáticas

4.- Unión Femenina Panafricana

5.- Unión Femenina Panasiática

V.- RELACION DE ORGANIZACIONES AFILIADAS A LA FEDERACION

A.- NIVEL REGIONAL Y MUNDIAL

1.- Frente Continental de Mujeres contra la Intervención

Presidente:Comandante Doris Tijerino Haslam(Cuba)

Secretaria Ejecutiva: Mireya Bartra(chilena, ex diputada y ex ministra de Trabajo durante el gobierno de Allende).

Miembros: Dora Carcagno, Alicia Shenaru y Eunice Santana (coordinadora general del Movimiento Ecuménico de las Iglesias de Puerto Rico).

2.- Unión Mundial de Organizaciones Feministas Católicas

Vice Presidente: Emma Masso

3.- Frente Democrático Internacional de Mujeres

Presidente: Freda Brown (Australia)

4.- Internacional Socialista de Mujeres

Vice Presidente: Christa Randzio-Plath

Integrante: Anita Gadin(Ministro de Inmigración e Igualdad de Suecia).

5.- Comisión Interamericana de Mujeres (OEA)

Representante de Uruguay: Dra. Raquel Macedo de Sheppard

6.- Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer de la NN.UU.

7.- Asociación Internacional de la Mujer

B.- A NIVEL NACIONAL

1.- Uruguay

a.- Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos(AMULP)

Fue creada en el año 1963. Está integrada por mujeres que participan contra la dictadura militar, que estaban en el exilio, ex detenidas y familiares de presos políticos.

Tiene en la actualidad diez centros en funcionamiento para el desarrollo del niño; una policlínica, un comedor,una guardería y un taller de tejidos (DUVA). La central de los centros Lourdes está ubicada en la calle Sarandí 356, escritorio 29, 4º piso, teléfono 95 57 88.

Los otros Centros Lourdes están ubicados en: Grecia 3269, A.Fossati 128(Chuy), Andes 1284, Uruguay 1020 (Paysandú), 20 de Febrero 2259, Continuación Colón s/n (Libertad),Centro Nº10 en Playa Pascual.

El Policlínico DAVA funciona en Barrios Amorín 1441 Apartamento 101.

Esta Asociación mantiene una audición radial los días sábados y domingos a las 10.45 por CX28 Radio Imparcial.

Recibe ayuda internacional (principal fuente de recursos) a través de uruguayas residentes en el exterior y de instituciones europeas.

Algunas de las dirigentes de la Asociación son: María de los Angeles Balparda(presidente), Dra. Teresa Gómez de Voiture(vice presidente), Isabel Carro (secretaria de relaciones Públicas), Beatriz Bechio, María Inés Escardó , Karina Charquero y María del Carmen Vidal.

b.- Red Mujer de Uruguay

Formado por 11 grupos de mujeres. Edita una publicación mensual llamada Colectivo Cotidiano Mujer.

En dicha publicación escriben entre otras: Lilián Celiberti, Elvira Lutz, Elena Fonseca, Ivonne Trías, Lilián Abracinskas, Brenda Boglia-ccini, Ana María Coluzzi, Mirta Peggo, María Laura Bulanti, Silvana González, Pilar González, Anahí Manovsky, Lala Severi, Alejandra Torres, Estela Peri, Nancy Urrutia.

La Red está formada por los siguientes grupos:Comisión de Mujeres

SECRETO
09
9005158

SECRETO

del PCU (integrante:Lila Dubinsku), Comisión de Mujeres del PIT-CNT (integrante: Lilián Celiberti), Mujeres del Frente Amplio, Grupo de Mujeres Ecuménicas (GEM), Unión de Mujeres Uruguayas para el Pan,la Democracia y la Paz, Coordinadora de Grupos de Progreso Cardijr Plenario de Mujeres del Uruguay (PLEMU), Mujeres de ASCEEP-FEUU, Unión de Mujeres Uruguayas (presidente: Dra. Magdalena Sueiro), Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer (GRECMU, integrantes: Historiadoras e Investigadoras Graciela Sapriza y Silvia Rodríguez Villamil), Comisión de Mujeres Periodistas de Uruguay (AMPU, integrante: Cristina Morán).

2.- Brasil

Federación de Mujeres Brasileñas

3.- Argentina

a.- Madres de Plaza de Mayo

Integrante: Ma. Adela Gard de Antolkoletz

b.- Organización que coopera con la causa de los DD.HH. en Argentina (SAAM)

c.- Conciencia

Integrante: María Rosa Segura de Martini

d.- Alternativa Feminista

e.- Lugar de la Mujer

Integrante: Obstetra Marta Boler

f.- Mujeres en Movimiento

Coordinadoras: Celia de Prosperi, María Elena Oddone

g.- Centro de Estudios de la Mujer

Integrante Gloria Bonder

h.- Fundación SHAGSS

Integrante: Licenciada María Cristina Vila de Gerlic

i.- Asociación de Mujeres de Carrera Jurídica

j.- Abuelas de Plaza de Mayo

Integrantes: María Isabel de Mariani (presidente), Estela de Calolto (vice presidente).

4.- Cuba

Federación de Mujeres Cubanas

Integrantes: Vilma Espin Guillois (presidente, miembro suplente del Buró político del Partido Comunista Cubano), Dora Carcagno (secre-

-9005158

SECRETO

taria general), Alicia Shenaru (miembro de Relaciones Internacionales).

5.- Paraguay

a.- Unión de Mujeres Paraguayas (creada en el año 1982)

b.- Frente Amplio de Mujeres

c.- Asociación de Mujeres Democráticas

6.- Nicaragua

Asociación de Mujeres Nicaraguenses "Luisa Amanda Espinosa"

Integrantes: Lea Guido(ex ministra de Salud, secretaria general de la asociación), Magda Enríquez y Gioconda Belli.

7.- Méjico

Comisión de la Mujer

Integrante: Hilda Anderson de Ropas (presidente)

8.- Canadá

Ligue de Femmes de Quebec

Integrante: Laurette Lloran

9.- Venezuela

Coordinadora Nacional de Organizaciones No gubernamentales de Mujeres (reúne a cerca de 25 agrupaciones).

10.- Perú

Casa de la Mujer Peruana

11.- Estados Unidos

Asociación de Mujeres en Sicología

12.- Suecia

a.- Unión de Mujeres Suecas

b.- Mujeres Socialdemócratas de Suecia

Integrantes: Maj-Lis Loow (presidente de la asociación y parlamentaria del gobierno sueco), Birgita Strömblad (secretaria de Relaciones Internacionales), Ingrid Bergander (secretaria general), Tiver Oliver.

13.- Irán

Organización de Mujeres Hizbrillak

14.- U.R.S.S.

Comité de Mujeres Soviéticas

Integrante: Valentina Tereshkova (presidente y miembro del Comité Central del PCUS).

9005158

SECRETO

15.- Afganistán

Organización Democrática de la Mujer

Integrante: Khodiedad Basharmal

16.- España

a.- Asociación de Mujeres Separadas

b.- Instituto de la Mujer

Integrante: Carlota Bustelo

17.- India

Federación nacional de Mujeres de la India

18.- Holanda

Asociación de Mujeres Rojas de la Social Democracia

Integrantes:Marijke Quichelaar (Partido del Trabajo) y Paulina Ross (partido del Trabajo)

19.- Suiza

Organización Terre des Hommes

20.- Noruega

Organización de Mujeres de Noruega

Integrante: Margit Opederson (Partido Laborista Noruego)

21.- Italia

a.- Arci Donna

b.- Comissiones Femminile PCI

c.- CESUI COOPE, SUIL

d.- Circolo A. Gramsci

e.- Circolo L'Astrolabio

f.- Coordinadora Donne CGIL

g.- Democrazia Proletaria

h.- Lastrea Centr. Docum. Donne

i.- Coop. Rosa Luexemburg

j.- Sinistra Indipendente

k.- UDI

22.- Gran Bretaña

Asamblea Nacional de Mujeres Británicas

23.- Japón

Federación de Organizaciones Femèninas Japonesas

24.- Nigeria

Unión de Mujeres de Nigeria

9005158

SECRETO

25.- Egipto

Unión de Mujeres de Egipto

26.- China

Federación de todas las Mujeres Democráticas de China

27.- R.D.A.

Unión de Mujeres Democrátas de Alemania Oriental

X.- ENCUENTROS REALIZADOS POR LA FEDERACION O POR LAS ORGANIZACIONES QUE ESTAN AFILIADAS A ELLA

Nov/45 - Encuentro constitutivo de la Federación (París)

Jun/48 - 2do. Congreso Mundial (Budapest)

Dic/49 - Conferencia de la Mujer de Asia (Pekin)

1952 - Conferencia sobre la Defensa de los Niños en los Paises Coloniales y Estados Industriales Occidentales (Viena)

1953 - 3er. Congreso (Copenague)

1954 - Conferencia de la Mujer Americana (Rio de Janeiro)

1955 - Congreso Internacional para la Protección de la Infancia(Viena)

Congreso Mundial de Madres (Lausana)

1958 - 4to. Congreso Mundial (Viena)

1959 - 1er. Congreso de Mujeres de América Latina (Santiago de Chile)

1960 - Conferencia Internacional de Mujeres (Copenague)

Conferencia Mundial Femenina (Göteborg)

1961 - Conferencia de Mujeres Europeas (Berlín Este)

Conferencia de Mujeres de Paises Afroasiáticos (El Cairo)

Congreso de Mujeres de América (La Habana)

1962 - Reencuentro Mundial de Mujeres

Conferencia de Mujeres Africanas (Tanganika)

1984 - 6ta.reunión de Mujeres y Masa Media (Varsovia)

1985 - Reunión del Consejo (Praga)

1985 - Foro de Mujeres

8Mar/86 - Dia Internacional de la Mujer, se realizaron diversos tipos de actos, marchas y manifestaciones a nivel general.

May/86 - Encuentro Nacional de Mujeres (Bs,As.)

Jun/86 - 13ª Conferencia de la Internacional Socialista de Mujeres (Perú)

Encuentro sobre la Mujer y la Politica en el Cono Sur(Mvdeo.)

Set/86 - 1er. Encuentro nacional de AMULP (Montevideo).Participaron

9005158

SECRETO

otras delegaciones extranjeras.

Set/86 - Encuentro de dirigentes del Frente Continental de Mujeres (LaHabana)

Oct/86 - Reunión previa del grupo de trabajo de Uruguay que participará en el Congreso Mundial de Mujeres a realizarse en 1987 en Moscú.

Nov/86 - lera. Conferencia de Mujer, Población y Desarrollo en América Latina.

XI.- FORO DE LAS MUJERES

Del 15 al 26 de julio de 1985 se llevó a cabo en Nairobi -Kenya-, un Foro de las Mujeres, conmemorando la finalización de la Década de la Mujer (1975-1985), el mismo fue organizado por el Comité Internacional de la Mujer de las Naciones Unidas.

Participaron del mismo 10.000 delegados de 150 paises (2.020 gubernamentales, 50 no gubernamentales, 78 de movimientos de Liberación Nacional, Delegados de 40 organizaciones dependientes de las Naciones Unidas, de 461 organizaciones no gubernamentales y 1404 periodistas).

De las delegaciones presentes una sexta parte de las mismas eran encabezadas por hombres y un tercio de ellas no incluía a ningún hombre, la delegación de Corea del Norte era netamente masculina.

El Foro fue inaugurado por Kenneth Natiba(ministro de Cultura y Servicios Sociales de Kenya) y por Javier Pérez de Cuéllar (Secretario General de las Naciones Unidas).

Durante la realización del mismo se presentó un informe sobre"La Situación de la Mujer en el mundo de 1985". Dicho informe destaca determinados puntos , a mencionar:

- Las mujeres casi no poseen tierras.
- Están concentradas en las ocupaciones domésticas.
- Ganan menos que el hombre.
- Son más vulnerables que los hombres ante la ola de desempleo.
- Efectúan la mayor parte del trabajo doméstico del mundo.
- Participa en la mitad de la producción de alimentos y trabaja sin paga el doble de hora que el hombre.
- No tienen el poder de elegir trabajo.
- Se mantienen las barreras de acceso para la educación y capacitación profesional.

Durante la realización del Foro además de la presentación de este

9005158

informe y la discusión sobre el mismo se trataron diversos temas, unos relacionados con la situación de la mujer y otros de naturaleza varia, de ellos se destacan:

- Análisis de los resultados de la Década de la Mujer proclamada por las Naciones Unidas.
- La Paz, fue el tema más controvertido de la agenda, el mismo incluía igualdad, desarrollo y paz.
- Terrorismo
- Efectos de la crisis económica en la mujer.
- Lebianismo
- Problemas Sociales
- Discriminación de la mujer en la política principalmente.
- Apartheid.

Con relación a las mujeres del Tercer Mundo se llegó a la conclusión de que han habido progresos inportantes en lo relacionado con la igualdad, logrando puestos gubernamentales y de iniciativa privada en los mandos medios y que ejercen peso sobre la Deuda Externa. Durante la realización de este Foro se exhortó a realizar una huelga mundial de mujeres el día 24 de octubre de dicho año en el marco de una campaña de remuneración del trabajo en el hogar. Así como también a celebrar el día 20 de enero (fecha de nacimiento de Martín Luther King) como día de la Igualdad, Paz y Desarrollo).

XII.- OTRAS ACTIVIDADES DESARROLLADAS

1947 - Campaña anticolonial

1949 - Comisiones de Investigación de la Federación viajaron a Asia Suroriental y al norte de Africa.

May/51 - Una comisión de mujeres viajó a Corea, elaborándose un infor de protesta ante las Naciones Unidas por medio del folleto "Nosotras acusamos".

1952 - Campaña contra la lucha bacteriológica, realizada en conjunto con el Consejo Mundial de Paz, Federación Mundial de Trabajadores Científicos y la Asociación de Abogados Demócratas.

Abr/58 - Caravana de la paz a través de Europa, recorriendo Londres, Bruselas, París, Dortmund, Franckfort, Heidelberg, Larlsruahe ciudades de Suiza e Italia del Norte, Albania, Bulgaria, Ru mania, Budapest, Checoslovaquia, Polonia y finalizando la misma en Moscú.

9005158

El Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Roberto C.Leira

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Sub Jefe del A - 2

Copia Nº2: Señor Jefe del C - 2

Copia Nº3: Señor Jefe del E - 2

Copia Nº4: Señor Jefe del N-2

SECRETO

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de la Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.

Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

MEMORANDUM Nº 014/87

ORGANIZACION INTERNACIONAL DE PERIODISTAS

(OIP)

ENTRADO 27/3/90 ES
5/10/90 ES

I.- GENERALIDADES

A.- SEDE

Desde su fundación la sede de la Organización Internacional de Periodistas estaba establecida en Londres, siendo posteriormente trasladada a Praga 2 Opletova 5. En la actualidad la misma funciona en Parizska 9,11001 (Praga).

En dicha sede funciona también la redacción del órgano de prensa "El Periodista Democrático".

B.- FUNDACION

La OIP fue fundada en junio de 1946 durante el curso de un Congreso realizado en copenhague, siendo desde sus comienzos la mayor organización mundial representante de los periodistas del mundo.

Desde su fundación los comunistas ocuparon los puestos más importantes. Por esto es que todos los grupos no comunistas se retiraron en 1949.

Como consecuencia de la ruptura entre Stalin y Tito fueron expulsados los periodistas yugoeslavos -tal como aconteció en las otras organizaciones auxiliares-.

Las organizaciones que se retiraron de la OIP fundaron en el año 1952 dos organizaciones no comunistas: Instituto Internacional de Prensa (IIP) y la Federación Internacional de Periodistas con sede en Bruselas.

Los sucesos acaecidos en Hungría y Polonia en 1956 provocaron una crisis en el seno de la OIP, los que fueron menos perceptibles desde el exterior por la fidelidad a la línea del partido comunista de sus dirigentes y miembros.

A partir de 1958 comenzó a mostrarse más activa , interesada particularmente en los paises en vias de desarrollo.

C.-MIEMBROS

Pueden ser miembros de la misma todos los periodistas tanto a título personal como en asociaciones nacionales.

Existen tres tipos de miembros: Uniones o Asociaciones Nacionales de Periodistas, Grupos Nacionales de la OIP y miembros individuales.

01.10 9005159

La principal asociación miembro es la correspondiente a la URSS.
En octubre de 1955 habían 60.000 miembros en 51 países(algunos de los países afiliados son: Albania, Bulgaria, China, Checoslovaquia, Finlandia, Francia, R.D.A., Hungría, Corea, Mongolia, Polonia, Rumania, URSS, Vietnam, grupos de Sri Lanka y Méjico).
En 1958 contaba con miembros afiliados independientes de 42 países.
En 1959 habían 4 organizaciones del mundo libre afiliadas:Finlandia, Francia, Venezuela y Méjico.
En 1961 el número de afiliados ascendía a 70.000. En agosto de 1962 contaba con miembros afiliados de 52 países y organizaciones dependientes de 26 países.
Durante la realización del 5to. Congreso (Agosto de 1962) fueron admitidos como miembros: Irak, Mali, Colombia, Bolivia, Perú, Cuba, Vietnam del Sur, Ecuador y Argentina.
A este congreso asistieron 165 periodistas de 59 países de los cuales 84 eran delegados, 34 observadores de Asociaciones de Periodistas y 8 observadores de Organizaciones Internacionales, entre ellas UNESCO.
En la actualidad cuenta con 200.000 miembros afiliados aproximadamente.

D.- FINANZAS

La mayoría de los ingresos provienen de la Fundación Internacional de Solidaridad, la cual recibe el 10% de los derechos de afiliación, del producto de una lotería de Solidaridad Internacional y de algunas otras contribuciones.
A pesar de que la lotería está abierta a todos los miembros, solo los periodistas de la URSS, Checoslovaquia, R.D.A., Mongolia, Hungría, Bulgaria y Vietnam toman parte de ella.
El Estado de Situación de la organización raramente es publicitado, un documento sometido a las Naciones Unidas en 1968 indicaba un presupuesto de 36 millones de coronas checas en ese año.
En el mismo año el ingreso por derecho de afiliación y la lotería combinada no excedía los 3.500.000 de coronas checas.

E.- ANIVERSARIOS QUE CONMEMORA LA OIP

Esta organización conmemora como Día Internacional de Solidaridad del Periodista el 8 de setiembre, este día fue fijado en homenaje al periodista checo Yulius Fucik ejecutado en tal fecha en Alemania.

F.- CONDECORACIONES QUE OTORGA LA OIP

En enero de 1975 instituyó la medalla Yulius Fucik.

9005159

Anteriormente a esto otorgaba un premio internacional valor U$S 500(1962) dicho premio era otorgado tanto a los comunistas como a no comunistas, personas individuales y/o organizaciones.

Nómina de algunas de las condecoraciones otorgadas:

- 1959 - Manilo Glezos, periodista griego, redactor en jefe del periodico pro comunista AUGLU, encarcelado desde 1948 a 1962 por sus actividades comunistas. el premio le fue otorgado pur su contribución en el desarrollo de las relaciones amigables entre los pueblos.

- Jacques Kaiser, publicista francés, le fue otorgada la distinción por su actividad reenmarcable en el dominio de la ciencia del periodismo.

- Renato Leduc, periodista mejicano , le fue otorgada la medalla por su contribución en el desarrollo de la colaboración en la unidad de los periodistas.

- 1960 - Brian Bunting, sudafricano, le fue otorgado el premio por su valiente posición en favor de los derechos de la población africana.

- Redacción Colegial del periódico cubano "Revolución", le fue otorgada la distinción por sus méritos en la lucha por la libertad.

- 1962 - PRAVDA (órgano central del partido comunista soviético en Moscú).

- Héctor Mújica, publicista mejicano, uno de los periodistas latinomericanos más eminentes que fue encarcelado por sus opiniones progresistas.

- Festival de Cine de Leipzig

- Exhibiciones de Interpress foto

G.- PUBLICACIONES

- Periodista Democrático, órgano de prensa editado en 5 idiomas y publicado 10 veces al año.

- Boletín de Información, informe a los miembros sobre lo actuado por la OIP.

- Revista especial publicada por el sector americano.

II.- ORGANIZACION INTERNA DE LA FEDERACION

A.- ESTRUCTURA

1.-Congreso

Máximo cuerpo de la OIP, el cual se reúne cada cuatro años y en el que participan delegados de todas las asociaciones afiliadas y observadores de organismos internacionales.

2.- Comité Ejecutivo

Es elegido por el Congreso. Está formado por un presidente, un presidente honorario, un secretario general, un secretario general adjunto, nueve vicepresidentes, tres secretarios y veintiún miembros ordinarios y un tesorero.
Es el órgano supremo entre la realización de las sesiones del Congreso. Se reúne cuando es necesario.

3.- Buró

Es junto con el Secretariado el organismo efectivo de dirección y administración. Dirige el trabajo a diario.

4.- Secretariado General

Sostiene relaciones con las organizaciones afiliadas y prepara las publicaciones de la OIP.

5.- Dependencias

- Centro de Información Internacional de la OIP en París.
- Oficina de la OIP en Budapest.
- Centro de Información Latinoamericana en Lima (1974)

6.- Comisiones Permanentes

- Comisión Social, establecida en 1967.

7.- Otras Comisiones

- Sección de Foto Internacional, fundada en 1962.
- Club de Interpress Motoring, fundada en 1965.
- Club de Gráficos Interpress,fundada en 1967.
- Club Internacional de Periodistas de Agricultura, fundada en 197(
- Club Internacional de Ciencia y Tecnología.

B.- INTEGRACION DE LA FEDERACION

*Presidente: Kaarle Nordenstreng(Finlandia)

*Presidente Honorario: Jean Maurice Hermann (Francia)

*Secretario General: Jiri Kubka (Checoslovaquia)

*Vice Presidentes: Kosta Andreev (Bulgaria), Miguel Angel Arteaga(Cuba) Sergius Klaczkow (Polonia), Aurelian Nestor(Rumania) Efraín Ruiz Caro (Perú), Boris Sakharov (URSS),Hans Treffkorn (RDA), Leopoldo Vargas Fernández(Colombia)

*Tesorero: Andras Kiraly (Hungría)

*datos del año 1981.

III.- OBJETIVOS

- Proteger la libertad de prensa y de los periodistas contra la in-

9005159

fluencia de los monopolios y grupos capitalistas.

- Estar contra toda actividad periodística al servicio de la prensa y delos grupos de sociedades dirigidas contra los intereses de las masas obreras.
- Con una libre y verdadera información ayuda a conservar la paz y amistad entre las naciones, defensa de la libertad de prensa de periodistas y luchar por su mejor posición social y material.
- Sostener una cooperación amistosa de todos los periodistas por todo el mundo y ayudar a lograr su unidad.
- Luchar contra la difusión de la guerra sicológica y propagandística, contra la propaganda fascista de cualquier clase.
- Luchar contra los odios raciales, nacionalistas y contra la creación de una tensión internacional por mezquinas falsedades y calumnias y la sistemática falsa información de los pueblos por la prensa o cualquier otro tipo de actividad perodística en el servicio de grupos particulares o individuales de la sociedad cuyos intereses son contrarios a los de las masas trabajadoras.

IV.- POLITICA SEGUIDA

A.- La OIP ha tratado exclusivamente de defender la politica soviética A pesar de publicitar casos de persecución en países no comunistas la organización no ha hecho nada por defender a los periodistas y escritores perseguidos en países comunistas (Alexander Solzhenitsyn en 1969, Yuli Daniel Andrei Sinyavsky, Ferdinando Zidon en febrero de 1972,etc).

Defiende la campaña soviética de regular el uso de nuevas técnicas de equipos, tiene recelo sobre el "abuso en favor del sistema social capitalista"de técnicas de cómputo centralizadas para composición opinando que solo los estados socialistas son capaces de controlar y administrar la investigación, producción y aplicación educacional de nuevas técnicas.

No hace la menor crítica contra la censura, directivas oficiales obligatorias, opresión ejercida sobre la libertad de prensa, palabra y expresión en los estados socialistas.

B.- Federación Internacional de Periodistas

Cuando los periodistas no comunistas se fueron de la OIP reinstalaron la FIP, después de tratar a esta última con "escarnio y abuso" durante varios años la OIP pasó a la ofensiva de "la sonrisa".

90051 59

Solicitó a esta organización formar una nueva organización universal de periodistas y como primer paso le pidió que copatrocinara dos conferencias, rehusándose la FIP(Fed. Internacional de Periodistas) a cooperar en ninguna de las dos.

La primera fue abandonada y la última después de varias posposiciones fue finalmente realizada en Helsinki de donde surgió el Comité Internacional para la colaboración de periodistas.

Al rechazar el ofrecimiento de la OIP la Federación Internacional de Periodistas mencionó entre otras cosas que:"Podemos decir que nosotros desempeñamos un papel muy importante en la formación de la Orgnaización Internacional de Periodistas, en Copenague en 1946 y que solo el uso persistente de este foro como propaganda política de una clase particularmente virulenta nos llevó a la conclusión de que no se podía hacer ningún trabajo útil dentro de sus filas. Nosotros abandonamos la OIP por esta razón". "No nos es posible considerar la reunificación a menos que un cambio radical se efectúe en la situación de la Prensa en aquellos países que están representados por las organizaciones nacionales de la OIP"...."No es imposible colaborar con aquellas organizaciones representantes de países en donde los periodistas no disfrutan de aquellas libertades".

C.- Comité Internacional para la Colaboración de los Periodistas

Durante la reunión realizada en octubre de 1960 en Austria los delegados sudamericanos que representaban sin excepción a periódicos burgueses prometieron colaborar con el espíritu de la OIP.

Es así que la OIP ha entrado directamente en contacto con organizaciones nacionales no comunistas. En julio de 1959 concluyó un acuerdo con la Asociación de Periodistas Mejicanos y con la de los venezolanos sobre la cooperación internacional, intercambio de información y el respeto recíproco de la ideología y de las convicciones religiosas.

Durante el encuentro de 1960 participaron 260 periodistas de 62 países 87 provenían de 12 países socialistas (19 de URSS, 19 de China Comunista y 11 de R.D.A.).

Durante la misma se fijó una impresión particular sobre los periodistas de Asia, Africa y América Latina poniéndose una piedra para la realización de la 1ª Conferencia Panafricana y para una conferencia

1900559

Africana de Periodistas. Era evidente la preponderancia de los delegados comunistas obtenida gracias a la acción del Comité preparatorio.
El ler. triunfo obtenido por la Organización de agrupar a los países en vías de desarrollo en las organizaciones controladas por ella fue la fundación de la Asociación Panafricana de Periodistas, durante el curso del ler. Reencuentro de Periodistas Africanos en Bamako(Mali) en mayo de 1961.
Alemania Democrática construyó en Conakry la más grande imprenta de Africa y estaciones de emisoras en distintos países.
Se realizó además una colecta de solidaridad para la formación de periodistas africanos en RDA y Polonia.
Checolosvaquia contribuyó con instalaciones técnicas de prensa en Mali.

V.- ACTIVIDAD REALIZADA

A.- HOGARES DE REPOSO

Fueron creados hogares de reposo para los periodistas, los mismos se encuentran en Varna (Bulgaria) creado en 1959 y cerca del lago de Balatón (Hungría) creado en mayo de 1965.
Dichos lugares son usados además como Centros de Conferencias y de Festivales.

B.- CAMPAÑAS REALIZADAS

1.- Africa

Su más importante labor es aumentar su influencia en Africa dentro de su campaña contra Sudáfrica, así como crear un grupo de periodistas importantes en la propagación de información que vaya conjunto con la política soviética africana.
Con respeto a esto fue importante la reunión realizada en agosto de 1985 en Maputo con los estados frente de líneas: Leshoto, Nigeria, ANC y SWAPO.
De acuerdo a la OIP las compañías medianas transnacionales con su neocolonialismo y prácticas no democráticas de interferencia, restricciones de la libertad intelectual y creación de dependencia, todavía juega un rol predominante en Africa. En este contexto los periodistas africanos son llamados para ayudar a trabajar en la Agencia de Noticias Panafricanas (PANA) en la lucha pra poner fin a la dependencia del continente de la Agencia extranjera. Asiste con diversos tipos de ayuda a los movimientos de liberación africanos.
Periodistas de RDA entregaron ayuda material a Tanzania, además de en-

F0005159

viar dos catedráticos a la Escuela de Periodistas en 1981.

2.- Asia

La OIP y FAP(Federación Arabe de Periodistas) firmaron un acuerdo de cooperación a fines de 1985 en el cual se señala: luchar contra todas formas de imperialismo, colonialismo, racismo y sionismo, defensa de la prensa mundial progresista, luchar por la paz y progreso social, luchar contra la propaganda de guerra.

Otro importante acuerdo firmado es el de cooperación en la instrucción de los periodistas árabes.

La OIP ha prolongado su asistencia financiera para la Asociación de Periodistas Vietnamesa y ha construido un Centro de Prensa en Hanoi.

Respaldó el régimen de Muykibur en Bangladesh y apoya la política soviética en Corea y Afganistán. Está considerando establecer una Oficina Permanente en la India.

3.- Europa

En este continente ha incrementado sus contactos con cuerpos no comunistas por medio de encuentros sobre seguridad europea y cooperación organizados por la Asociación de Periodistas polacos en Jablona en 1969, 1972,1975 y 1978 y encuentros regulares organizados por la Federación de Periodistas Italianos.

4.- América Latina

Una vez establecido el FELAP en América Latina durante el 1er. Congreso de Periodistas Latinoamericanos (Méjico, junio de 1976) un miembro del Comité Ejecutivo de la OIP llegó a ser Secretario general (Genaro Carnero Checa -peruano-).

Firmó acuerdos de cooperación con FELAP y con el ILET(Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales) en noviembre de 1978.

El FELAP ha firmado acuerdos también con el Consejo Mundial de Paz y con la Federación Sindical Mundial.

C.- ESCUELAS DE INSTRUCCION

Desde 1961 diversas escuelas patrocinadas por el OIP han sido abiertas para adiestrar a periodistas de países desarrollados:

- Centro de Educación Profesional de Periodistas (Budapest) - para radio y televisión.

- Instituto Werner Lamberz (Berlín Oeste) - para periodistas de revistas y diarios.

90005159

- Instituto Internacional de Periodistas Georgi Dimitrov (Bankia-Bulgaria), establecido en 1978 para periodistas de agricultura y economía.

- Escuela Internacional de Periodismo y Agencias Técnicas de la Agencia de Noticias Checoslovacas (CTK) establecida en Praga en 1961 pero fue cerrada la misma en 1975.

- Instituto de Investigación para el estudio del Periodismo y Comunicación de la Masa Media, en Praga.

- Escuela Internacional de Solidaridad en La Habana.

- Centro de Instrucción para periodistas árabes (Bagdad).

- Se han celebrado cursos en Afganistán, Argelia, Cuba, Egipto, Gana, Etiopía, Guinea, Irak, Perú, Somalia, Siria y Yemen.

El OIP colaboró en la organización de la Escuela de Periodista en Bucarest.

VI.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

A.- Comisión de Vietnam (1970)

B.- Comité de Seguridad Europea (1972)

C.- Comité Internacional para la Colaboración de Periodistas.

El mismo se fundó en el curso de una reunión de reencuentro internacional de periodistas realizado en junio de 1956 en Finlandia. Dicho Comité está integrado por 23 miembros (10 de bloque oriental, 6 de América Latina, 4 de Europa y 3 de Asia), la sede está en París, 36 Rue Laffilte.

El Comité publica un boletín de información.

Dicho Comité debe dar la impresión de ser apolítico, debiendo ganar el terreno que ha perdido la OIP,no pudiendo progresar en esto por su carácter de comunista muy conocido.

Los encuentros del mismo no son convocados oficialmente por la OIP sino por un Comité de Iniciativa para un Reencuentro Internacional de Periodistas, organismo creado en 1955 controlado por la OIP.

D.- Comité Internacional para la Defensa de los Derechos de los Periodistas,creado en conjunto entre la OIP y la OIAD en 1980.

E.- Comité Coordinador para el Adiestramiento de Paises Subdesarrollados

VII.- RELACION CON OTROS ORGANISMOS INTERNACIONALES

A.- Naciones Unidas

1.- E.CO.SOC.

En 1953 tenía status consultivo con esta organización, teniendo

en la actualidad status categoría II con la misma.

2.- UNESCO

Durante la realización del 5to. Congreso de la organización el representante de la UNESCO en la misma declaró que la manera de trabajar de la OIP había cambiado considerablemente después del 4to. Congreso, existiendo un propósito común entre las dos organi - zaciones. Mantiene status categoría B con la UNESCO.

B.- Organizaciones Auxiliares de Frente

1.- Consejo Mundial de Paz

Ha mantenido en todo momento un estrecho contacto con esta organización, ayudándole en la publicación de sus actividades y llamamientos. De acuerdo a su constitución "El principal objetivo de la OIP es fortalecer la lucha por la paz en todo el mundo.....Para alcanzar este fin, la OIP cooperará con las otras organizaciones internacionales que luchan por la paz".

2.- Federación Sindical Mundial

En los estatutos de la OIP se incluye también una referencia al apoyo a los movimientos sindicales en la lucha por las demandas de los periodistas "lo que en la práctica equivale a apoyar a la Federación .

C.- Movimientos de No Alineados

La OIP declaró estar trabajando para una cooperación cerrada con intereses mancomunados de nuevas agencias de Países No Alineados (NANAP)

9005159

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

1105

M E M O R A N D U M Nº15/87

CONFLICTO IRAN-IRAK

Montevideo, 6 de julio de 1987.-

P.K.

S E C R E T O

ENTRADO 27/9/30E5
DESPACHADO 5/0/30E5

9005160

01.04

CONFLICTO IRAN-IRAK

Como ya es característico desde que se inició esta contienda, ambas partes siguen adjudicándose cada una para si una serie de éxitos, impidiendo de esta manera que se pueda tener una idea más o menos clara de lo que realmente está ocurriendo en los distintos frentes de batalla. Para citar solamente algunos ejemplos, a fines del mes de mayo próximo pasado, Irán informó sobre varias victorias en la zona norte de Irak, entre ellas el dominio de la ciudad de Rawanduz. Inmediatamente, el régimen de Bagdad invitó a un grupo de periodistas a visitar la zona, para demostrar que los anuncios de las autoridades iraníes eran infundados. También en el mismo mes al que se hace mención, el Gobierno de Teherán informó que sus fuerzas habían bombardeado instalaciones económicas e industriales en la ciudad de Basora, en respuesta al ataque de aviones iraquíes contra objetivos en la localidad de Ahwaz. Las autoridades de Irak si bien confirmaron la noticia, no hablaron nada sobre el número de víctimas.

En lo que tiene que ver con la zona del Golfo Pérsico, en el mismo período trascendió que un barco de carga de Katar que se dirigía a Kuwait resultó dañado, al parecer por disparos de naves iraníes y es precisamente en este contexto que el Gobierno norteamericano, que continúa investigando las circunstancias dei ataque iraquí contra la fragata estadounidense STARK, volvió a subrayar su firme posición de defender la libertad de navegación en el Golfo Pérsico, agregando que reaccionará enérgicamente si Irán llega a atacar buques de USA. Asimismo, portavoces del Gobierno de Washington, recalcaron que su país no puede desentenderse del área, dada la permanente amenaza soviética.

Ante estas advertencias, el Presidente del Majlis (Parlamento) iraní, ayatollah Rafsanjani, señaló que, en caso de que petroleros kuwaitíes naveguen bajo bandera de Estados Unidos, fuerzas de Irán podrían subir a los barcos y "quitarles dichos pabellones". El mencionado también insinuó la posibilidad de que la Unión Soviética sea quien haya ordenado el ataque contra la STARK. Bagdad persiste en que fue un accidente e incluso ha puesto de manifiesto su intención de indemnizar a las víctimas, pagar los daños ocasionados por el ataque, así como su vo-

luntad de colaborar en la investigación sobre los hechos.

Es importante señalar que la Administración Reagan está estudiando medidas, algunas ya han sido puestas en práctica, para mejorar la defensa de sus barcos en el Golfo. Entre ellas figuran:

1.- Instalar una escolta aérea en la zona, con aparatos que despeguen de un portaaviones que se encontrará fuera del Estrecho de Ormuz.

2.- Conceder permiso de aterrizaje y servicios de tierra a aviones norteamericanos en Arabia Saudita y Kuwait.

3.- Reforzar la presencia naval estadounidense en el Golfo.

4.- Coordinar la actividad marítima y aérea con los aliados europeos y naciones de la zona.

El Congreso de los Estados Unidos, específicamente, adoptó varias iniciativas como consecuencia del ataque a la STARK: a) Se crearon comisiones investigadoras, una de las cuales ya llegó a Bahrein y comenzó a recabar testimonios. b) Con respecto a la escolta de los buques cisterna kuwaitíes, el Senado adoptó una resolución exigiendo al Gobierno un informe detallado sobre la amenaza a los barcos estadounidenses en el Golfo, las normas de defensa en los mismos y el rol de los aliados europeos en la protección de la navegación en la conflictiva vía marítima. c) Considerando el hecho de que aviones sauditas no interceptaron a los aparatos iraquíes, lo que fue contemplado como una falta de colaboración, en el Congreso se promovieron propuestas de resolución que prohiben la entrega de más aviones F-15 a dicho país. Ante este panorama, precisamente el régimen de Ryad ya habría accedido, en principio, a cooperar con Washington, sobre todo en lo que tiene que ver con la vigilancia del estratégico Estrecho de Ormuz.

Es en este contexto que portavoces de la Cancillería soviética señalaron que los últimos acontecimientos en el Golfo Pérsico, acentúan la necesidad de intentar poner fin al conflicto entre Irán e Irak, reiterando la propuesta del Gobierno de Moscú de llevar a cabo negociaciones multilaterales para asegurar la libertad de navegación en el área. Los mencionados voceros manifestaron que si Estados Unidos desea colaborar "debe dar el primer paso", es decir, reducir su presencia militar en la re-

gión y poner de manifiesto que tiene "un serio interés" de cooperar con la Unión Soviética.

En los últimos días, los medios de comunicación moscovitas criticaron la posición de Irán en relación a la contienda. Aparentemente, las mencionadas críticas se debieron al ataque sufrido por un buque mercante soviético. Comentaristas de la agencia TASS censuraron al Presidente del Parlamento iraní, ayatollah Rafsanjani, por haber manifestado que las autoridades de Moscú habían alentado a Irak para atacar la fragata. Por su parte, el diario "Izvestia", acusó al régimen de Teherán de conducirse "hipócritamente" en sus relaciones con USA, en vista de las negociaciones secretas que mantuviera con esa nación para adquirir armas.

El Jefe del Departamento II(Exterior)
Tte.Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION
Original: Archivo
Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.
Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.
Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.
Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº16/87

REUNION DEL COMITE EJECUTIVO DE LA OLP

Montevideo, 6 de julio de 1987.-

P.K.

ENTRADO 5/10/1985
CRUZADO 5/10/1985

S E C R E T O

9005161

REUNION DEL COMITE EJECUTIVO DE LA OLP

Entre los días 13 y 16 de mayo próximo pasado, el nuevo Comité Ejecutivo de la OLP llevó a cabo en Túnez su primera reunión oficial, luego dc la realización del 18º Consejo Nacional Palestino, que tuvo lugar en Argelia a fines del mes de abril del corriente año. Al concluir el evento, se publicó un comunicado en el que se destacan los siguientes puntos:

En lo que tiene que ver con las relaciones entre La OLP y Egipto, el Comité Ejecutivo de la organización destacó su estima por el Presidente Hosni Mubarak, reconociendo los esfuerzos que han sido llevados a cabo en favor de los palestinos y de su causa. También se informó sobre la creación de un Comité, liderado por Yasser Arafat, el que debe tener como principal objetivo atender las relaciones con el régimen de El Cairo, siguiendo siempre de cerca todo lo que tenga que ver con los derechos nacionales de los palestinos.

En lo que concierne a los vínculos entre la OLP y Siria, se expresa la creencia de que "todos los obstáculos" que impedían el desarrollo normal entre ambas partes han sido superados sobre una base de "mutuo respeto" y que por lo tanto Siria debe dejar de lado cualquier tipo de "resentimiento". En este contexto llama la atención que en la presente oportunidad y a diferencia de lo que sucediera hasta hace poco tiempo atrás en lo que respecta al Líbano, la OLP se abstiene de censurar a los sirios. Al igual que con Egipto, se creó también un Comité que seguirá de cerca las relaciones con el régimen de Damasco.

En cuanto al Medio Oriente, se expresa la confianza en la realización de una conferencia internacional, siempre y cuando participe en ella, en pie de igualdad, la OLP, haciendo especial hincapié en que este es el marco adecuado para solucionar los conflictos en el área. La organización reitera la importancia de la autodeterminación y creación de un Estado palestino independiente, con Jerusalén como capital y rechaza cualquier tipo de solución parcial y por separado propuesta por Estados Unidos e Israel "en connivencia con otras partes", aludiendo aquí claramente a Jordania.

En lo que respecta a la lucha armada se ratifica la firme oposición de la OLP de "continuar y escalar la lucha" por todos los medios

dentro de la "patria ocupada". Por contrapartida y aunque parezca un contrasentido, se declara que la organización "condena todas las formas de terror, particularmente al que se dirige contra ciudadanos indefensos". Esto puede ser interpretado como una alusión a Estados Unidos e Israel, a los que se acusa en el comunicado de llevar a cabo un "terror oficial".

Otros puntos destacados en el comunicado son los siguientes:

1.- Se hace expresa la necesidad de promover la unión árabe, en vista de poder concretar una conferencia cumbre sobre Medio Oriente.

2.- De poner punto final a la guerra entre Irán e Irak.

3.- De apoyar a los palestinos del Líbano y los territorios ocupados.

4.- De promover las relaciones de la OLP con Libia, la que recientemente permitió la reapertura de las oficinas de la organización en su territorio.

5.- De condenar la ley propuesta por los miembros del Congreso norteamericano, respecto al cierre de las oficinas de la OLP en Estados Unidos.

En otro orden de cosas y como es habitual en este tipo de reuniones, se distribuyeron las carteras entre los integrantes del Comité Ejecutivo, no registrándose cambios de importancia fuera de la transferencia o el agregado de carteras para los nuevos miembros. Precisamente y debido a "problemas de reglamento" se decidió aumentar el número de los mismos en el Consejo Central de la OLP, organismo intermedio entre el Consejo Nacional Palestino y el Comité Ejecutivo, de 75 a 95 aproximadamente.

En síntesis, en el comunicado final se destaca sobre todas las cosas que en el seno de la OLP, no existe consenso en lo que se refiere al "tema egipcio". Un representante de Arafat en Egipto, Said Kamal, se apresuró a declarar que el comunicado del Comité Ejecutivo puede limar las asperezas sufridas en las relaciones bilaterales entre la OLP y El Cairo, dado que, como ya se ha expresado anteriormente, en el mismo se manifiesta el aprecio de la organización por las posiciones respecto a diversos temas que ha tomado Egipto y en la eficacia con que los ha encarado su Presidente y que el Consejo Revolucionario del Fatah/Arafat persistirá en reafirmar los vínculos. En este sentido el jefe de la OLP le envió al Primer Mandatario una nota al respecto, a través de la representación egip-

cia en Túnez .

Por el contrario, algunos grupos de la OLP, tales como el liderado por George Habbash, ya han expresado que el párrafo dedicado a Egipto contradice las resoluciones del Consejo Nacional Palestino, donde, según ellos, se destaca la necesidad de romper con las naciones que firmaron los acuerdos de Camp David.

Mientras tanto, en la primera referencia pública oficial al comunicado del Comité, el asesor político de Mubarak, Osama El-Baz, señaló que el mismo puede constituir un primer paso tendiente a restaurar las relaciones entre ambas partes, pero que esto no es suficiente para que las autoridades de El Cairo anulen las medidas tomadas el 18 de mayo próximo pasado, que comprendieron el cierre de todas las oficinas de la OLP en territorio egipcio.

Al finalizar el evento trascendió también que delegaciones del Comité Ejecutivo visitarían proximamente varios países árabes, para discutir con ellos el mejoramiento y desarrollo de las relaciones bilaterales. Se destaca que una delegación de esta clase ya estuvo en Libia.

En resúmen, la reunión del Comité Ejecutivo de la OLP, estuvo signada principalmente por la crisis en las relaciones con Egipto, luego del cierre de las oficinas políticas de la organización y la puesta como condición de la Administración Reagan para la normalización de los vínculos, en primer término de renunciar a los acuerdos de Camp David. A pesar de los elogios a Egipto, lo que se podría interpretar como una evolución en la posición de la OLP y una tendencia a la reconciliación respecto a El Cairo, no parecería que los egipcios estén pensando en anular, al menos en fecha próxima, las medidas adoptadas contra la presencia palestina en el país.

Además la resolución demuestra que:

a.- Aún con la nueva composición de la OLP, Arafat y sus allegados no han renunciado al propósito de mantener la afinidad con el bando pragmático árabe.

b.- Para Arafat es importante mostrar una imagen moderada de su organización, lo que entre otras cosas ayudaría a concretar sus aspiraciones respecto a participar en una eventual conferencia internacional. El Comité Ejecutivo también reiteró fórmulas según las cuales la OLP se compromete tácitamente a no efectuar acciones terroristas en el exterior, aclaran-

do que los atentados perpetrados en todo el territorio israelí son legítimos

c.- La nueva unidad de la OLP no es suficiente para superar totalmente las diferencias entre las facciones que la componen, siendo probable que todavía surjan discrepancias y confrontaciones respecto a diversos tópicos.

d.- Quedó demostrado que Arafat conserva aún la mayoría en el Comité Ejecutivo y que puede llegar a hacer aprobar por este cuerpo las resoluciones que le convengan, claro que con la salvedad de que esto no lleve a una ruptura total con sus nuevos socios.

El Jefe del Departamento II(EXTERIOR)

Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.

Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.
DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 017/87

KGB (COMITE DE SEGURIDAD DEL ESTADO) Y GRU (SERVICIO DE INTELIGENCIA MILITAR). ALGUNOS INDICATIVOS QUE PERMITIRIAN IDENTIFICAR A SUS OFICIALES DE INTELIGENCIA.

Montevideo, 8 de julio de 1987.-

P.K.

ENTRADO 5/10/30 EG
CRUZADO 5/10/30 EG

S E C R E T O

9005162

01.06

KGB (COMITE DE SEGURIDAD DEL ESTADO) Y GRU (SERVICIO DE INTELIGENCIA MILITAR). ALGUNOS INDICATIVOS QUE PERMITIRIAN IDENTIFICAR A SUS OFICIALES DE INTELIGENCIA.

En practicamente todas las Embajadas que la URSS tiene en distintas partes del mundo, se encuentra el personal diplomático que se "limita" a cumplir sus funciones habituales, pero tambień Oficiales de Inteligencia de la KGB y el GRU que trabajan como agentes del Kremlin. Algunas modalidades de actuar entre unos y otros permiten muchas veces identificar a aquellos que tienen como rol específico, llevar a cabo tareas de espionaje a favor de la URSS y como consecuencia de todas las naciones que conforman el bloque comunista y que están bajo la égida de Moscú. En el presente trabajo se intentará brindar una serie de indicativos, que llevarían a hacer más fácil el reconocimiento de los verdaderos agentes.

Por lo general, los miembros del Ministerio de Relaciones Exteriores de cada Embajada, no tienen necesidad de contactarse con extranjeros a ningún nivel. Precisamente, esta sería una de las cosas que más desaprobaría la KGB, la que considera que siempre existe la posibilidad de que dichos extranjeros trabajen bajo las directivas de centros de Inteligencia de Occidente, siendo por esta razón que la KGB prefiere mantener este tipo de reuniones bajo su estricto control. En cuanto al personal subalterno, el mismo realiza en la Embajada toda clase de trabajos de oficina en general.

En cuanto a las salidas de la Embajada, los miembros del Ministerio de Relaciones Exteriores dejan la sede diplomática durante el día, para mantener aquellos contactos que sean de índole estrictamente oficial, debiendo evitar cualquier compromiso respecto a la concreción de futuros encuentros con los enlaces, los que previamente serán aprobados por el propio Embajador.

Los miembros que frecuentan por ejemplo restaurantes con extranjeros, en función de tareas oficiales o no, seguramente pertenecen a la KGB o al GRU. Por lo tanto, la reacción positiva de un funcionario ante una invitación verbal, ya de por si constituye un indicio para determinar si pertenece a dichos organismos. En síntesis, el personal de Rela-

ciones Exteriores no está autorizado a mantener contactos privados (pudiendo asistir solamente a recepciones), lo que si les está permitido a los agentes.

Otro punto a tener en cuenta es que el personal diplomático propiamente dicho, tiende a mantener en forma estricta el horario de trabajo, mientras que los Oficiales de Inteligencia de la KGB y el GRU, frecuentemente llegan a la Embajada a cualquier hora. Muchas veces sus ausencias de la sede diplomática en los horarios laborales habituales, obedecen a que mantienen diversos contactos durante el día y luego pasan el informe sobre los mismos durante la noche. Muchos agentes tratan de evitar el presentarse personalmente, prefiriendo transmitir su mensajes por radio, los que son cifrados ya sea por técnicos en clave o por radio-operadores especialmente preparados.

Un indicio que también permitiría detectar a un agente, es la libertad de movimiento que tiene. Los integrantes de la KGB o el GRU, no sienten temor de mantener cualquier tipo de conversación con distintas personas, ni de hacer contactos sociales en forma absolutamente normal, pudiendo frecuentar entre otras cosas lugares nocturnos y esferas en las cuales los "simples" miembros del Ministerio correrían el riesgo de comprometerse.

En lo que tiene que ver con la promoción de cargos, cuando un Oficial de Inteligencia de la KGB o el GRU permanece por un período prolongado en un mismo puesto, esto significa que es confiable y por lo tanto es poco probable que lo saquen de allí. Sin embargo un agente que ha sido transferido a distintos lugares, es considerado como mucho más confiable y tiene más posibilidades de ascender dentro del organismo.

En lo concerniente a los traslados, se estima que, en casi todas las Embajadas soviéticas, los vehículos que se utilizan no son particulares. Los agentes de la KGB y el GRU usan autos que por lo general llevan matrícula extranjera, mientras que los de los miembros del Ministerio son soviéticos. Si un vehículo de los servicios secretos queda al descubierto, inmediatamente pasa a manos de la Embajada. Se destaca que los automóviles de los mencionados servicios están provistos de un equipo aéreo para escucha, vigilancia y la captación de todo tipo de señales. Cuando los autos de la KGB están disponibles para vender, los mismos no pueden ser

comprados por Oficiales del organismo, pasando por lo general a manos de extranjeros o de empleados de la propia Embajada. De la misma manera, los Oficiales del GRU no pueden adquirir vehículos del GRU

En cuanto al lugar donde viven los Oficiales de Inteligencia, si la situación en una determinada ciudad es favorable para sus intereses, los mismos y sobre todo los de la KGB, habitualmente se instalan en los alrededores de dicha ciudad, donde es más difícil detectarlos.

Otros datos que permitirían detectar la presencia de agentes de la KGB o el GRU, es que los Oficiales de Inteligencia que no trabajan dentro del ámbito de la Embajada, visitan regularmente la misma, aceptan sin dudar todas las invitaciones hechas por ciudadanos de Occidente y el dinero para "agasajar" a los contactos es proporcionado por la organización.

* * * * * * * *

Montevideo, 8 de julio de 1987.-

P.K.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del C-2

Copia 3 - Señor Jefe del E-2

Copia 4 - Señor Jefe del N-2

El Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Coronel (Av).

Roberto C. Leira

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Copia 3 - Señor Sub-Director de Ejército de D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de Armada de D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO
República O. del Uruguay

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

9005162

S E C R E T O

M.D.N.

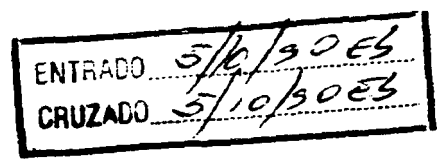
D.G.I.D.

DPTO. II(EXTERIOR)

281200AGOS87

mlms

MEMORANDUM Nº019/87



ASUNTO: ORGANIZACIONES AUXILIARES COMUNISTAS

TEXTO:

Las organizaciones auxiliares comunistas están encargadas de cumplir tareas bien definidas del comunismo mundial sin que el gobierno comunista o el partido comunista de cada país se manifieste abiertamente o directamente.

Ellas son llamadas también "organizaciones de frente" expresión que significa de "fachada"; esto es porque dichas organizaciones aunque dirigidas por la máquina del partido comunista pretenden ser independientes y se empeñan en atraer a la mayor cantidad posible de no comunistas con objeto de aparentar respetabilidad. De esta forma se convierten en "frentes" o "fachadas " detrás de las cuales opera el comunismo.

Los frentes se apoyan en objetivos generalmente apolíticos, los cuales son atrayentes para el grueso de la opinión pública.

La expresión organizaciones auxiliares es la más adecuada, porque su misión , de importancia estratégica, consiste en ayudar al comunismo mundial.

El hecho de que ellas disfracen sus actividades y que nieguen estar en relación con los partidos comunistas solo es justificado desde un punto de vista táctico.

Las organizaciones de frente comunista están ligadas verticalmente al Departamento Internacional del Partido Comunista Soviético, el cual fija la dirección política además de proporcionarles apoyo financiero.

Dichas organizaciones están ligadas en forma horizontal por medio del Consejo Mundial de la Paz,el cual desempeña un papel coordinador, dado que la mayoría de los frentes comunistas tienen representantes en el Comité Presidencial del Consejo así como también en otras organizaciones dependientes de la anteriormente nombrada.

A.- ORGANIZACIONES AUXILIARES Y SU IMPORTANCIA

El campo de acción de las organizaciones auxiliares es vasto, abarcando todas las vocaciones posibles, clases sociales,etc.

1.- Ecologistas, pacífistas y neutralistas

Consejo Mundial de la Paz(creado en 1948, sede en Helsinki).

2.- Uniones de Trabajadores

Federación Mundial Sindical (creada en 1945, sede en Praga).

3.- Científicos

Federación Mundial de Trabajadores Científicos (creada en 1946, sede en Londres).

4.- Miembros de comunidades religiosas

Conferencia Cristiana por la Paz (creada en 1958, sede en Praga).

5.- Profesionales

Asociación Internacional de Abogados Demócratas (creada en 1946 sede en Bruselas).

6.- Jóvenes

Federación Mundial de la Juventud Demócrata (creada en 1945, sede en Budapest).

7.- Estudiantes

Unión Internacional de Estudiantes (creada en 1946, sede en Praga)

8.- Mujeres

Federación Internacional de Mujeres Demócratas (creada en 1945 , sede en Berlín Este).

9.- Tercer Mundo

Organización de Solidaridad con los pueblos de Asia y Africa (creada en 1955, sede en El Cairo).

10.- Periodistas

Organización Internacional de Periodistas (creada en 1946, sede en Praga).

11.- Ex combatientes

Federación Internacional de Resistencia (creada en 1951 , sede en Viena.

12.- Instituto Internacional de la Paz (creada en 1957, sede en Viena)

Es difícil evaluar cual es su importancia relativa, puesto que cada una de ellas opera en un ámbito particular, no siendo el número de sus afiados el único valor por los que se las puede evaluar.

El Consejo Mundial de la Paz es la organización clave, todas las otras organizaciones auxiliares están ligadas a ella y contribuyen a distribuir sus postulados y su propaganda de "Paz".

El Consejo ha sido además la organización que ha tenido mayor éxito en cuanto a la atracción de no comunistas pero consiguientemente ha sido la que ha tenido mayores dificultades en mantenerse fiel a la línea de Moscú.

El plan de acción del mismo encuentra eco en los programas de acción de otras importantes organizaciones de frente.

En relación con la Federación Sindical Mundial se puede decir que es la mejor organizada y la que es financiada con más liberalidad entre las otras organizaciones.

Sus miembros son personas bien disciplinadas en los sindicatos, los cuales son controlados por los comunistas, teniendo considerables posibilidades para producir una desorganización económica e industrial, por lo que la Federación Sindical Mundial sería la más peligrosa de las organizaciones de frente.

La Federación Mundial de la Juventud Demócrata se encuentra organizada de forma más efectiva que la Federación Internacional de Mujeres Demócratas, existiendo una"disputa" entre ambas en lo que refiere a su número de afiliados.

Además de las organizaciones mencionadas anteriormente existen otras de menor importancia en cuanto al número de afiliados y en cuanto al campo de acción que tienen, pero no por ello dejan de ser importantes es lo que se denominan frentes subordinados o sub frentes.

Dichas organizaciones están limitadas a una región dada o a una misión especifica dictada por la organización madre (Fed. Sindical Mundial, Consejo Mundial de la Paz,etc.).

Las organizaciones de frente subordinadas son en cierta forma comisiones especiales o comités establecidos por las organizaciones de frente con el fin de atender determinados asuntos en particular.

Las mismas tienen la ventaja de poder operar a cierta distancia del frente madre y así poder tener un posible éxito en ganarse el apoyo de grupos no comunistas asícomo también de no alineados.

Las organizaciones nacionales afiliadas son aquellas que tienen representantes que ocupan un puesto en el consejo directivo de las organizaciones de frente.

B.- MISION DE LAS ORGANIZACIONES AUXIIIARES

1.- Sostener al comunismo mundial por medio de una propaganda que ataque y difame a los "Estados Imperialistas" defendiendo e idealizando al "Campo Socialista".

2.- Atraer a los elementos no comunistas y conquistarlos a las causas aisladas, las que son más frecuentemente atendibles. El programa es interpretado de manera que corresponda a la versión comunista. Las personas a las cuales la propaganda está destinada continúan posteriormente por cuenta propia divulgando lo que a ellos se les inculcó, procurándose de esta manera las organizaciones auxiliares una reserva de hombres a los cuales posteriormente puede continuar adoctrinándolos.

3.- En los países, en los cuales los partidos comunistas estén prohibidos o no se hayan desarrollado suficientemente,las organizaciones auxiliares debe, como organizaciones camufladas, realizar al menos, particularmente las misiones que el partido disponga y asegurar la influencia del comunismo en la vida pública.

4.-Sostener por medio de la propaganda la política exterior soviética. Dentro de este propósito las organizaciones auxiliares hacen suyas las exigencias presentadas por la URSS.

5.- Las organizaciones auxiliares representan la versión soviética de la "coexistencia pacífica". Ellas explotan los sucesos particulares en favor del comunismo internacional,insisten principalmente sobre tres puntos:

a.- Persuadir a los pueblos de que los comunistas son sus verdaderos amigos contra la colonización.

b.- Que su ayuda es desinteresada mientras que la de Occidente lleva consigo una servidumbre.

c.- Que es el Bloque Comunista quien mira por la paz en cambio el Occidente trabaja en vista de la guerra.

6.- Cada organización auxiliar funciona como un instrumento de "nucleamiento" y de infiltración de la organización homóloga no comunista. Dentro de este propósito se han establecido diversas uniones, como por ejemplo entre los sindicatos profesionales de la Federación Mundial Sindical y los sindicatos homólogos no comunistas que se muestran,a veces,abiertos a todos los slogans de esta organización.

La"colaboración"con las organizaciones homólogas,no comunistas, es un objetivo real y general de todas las organizaciones auxiliares.
Cuando las organizaciones democráticas correspondientes se muestran más reservadas que los sindicatos, las organizaciones auxiliares logran,sin embargo,obtener un acercamiento en muchos campos.
La cohesión existente en ellas, la disciplina, el celo y el trabajo orien tado hacia un objetivo definido, la falta de escrúpulos y la agilidad en la persecución de un objetivo lleva a una minoría comunista a ser superior a una mayoría no comunista.
Estos rasgos que tiene toda organización auxiliar garantizan el éxito en las discusiones y en la votación interna, puesto que los comunistas aparecen más poderosos mientras que los no comunistas participan timida-mente y en los trabajos rutinarios, estando además divididos en muchos grupos.
Las decisiones decisivas en toda organización están cuidadosamente pre-paradas, habiendo un programa preciso: quién debe tomar la palabra, qué orador debe representar a cada grupo, cómo se debe votar, etc.
Gracias a la cohesión y energía existente es que los comunistas fieles a la línea de Moscú obtienen los puestos más importantes en las distin-tas organizaciones auxiliares. Los no comunistas son generalmente pasivos. Ellos se encuentran satisfechos ante el hecho de que los puestos más importantes y de decisión estén confiados a otros.
En todas las organizaciones auxiliares hay un control autoritario, no proveniente de las bases sino que son dirigidas por un secretario general un presidente o un consejo (los cuales son todos comunistas). Asimismo el Buró, órgano ejecutivo, está compuesto por comunistas cuidadosamente elegidos. La mayoría de los secretarios son igualmente comunistas.
Ninguna de las organizaciones auxiliares publica sus balances, puesto que de hacerlo develarían la procedencia de sus caudalosos fondos; sus expen dios no pueden ser cubiertos, como ellas dicen,por la cuota social o dona ciones de sus afiliados, sino que es evidente que los mismos son cubiertos por ayudas financieras considerables provenientes de URSS y sus países satélites, lo cual contribuye a asegurar la total dependencia al Bloque Oriental asícomo su influencia en las distintas organizaciones.

9005163

El Jefe del Dpto.II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

CopiaNº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.

Copia Nº4: Señor Sub Directorde la Armada de la D.G.I.D.

Copia Nº5: Señor Jefe de Mesa de Analistas de la D.G.I.D.

El Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Coronel (Av)

Roberto C.Leira

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Sub Jefe del A - 2

Copia Nº2: Señor Jefe del C - 2

Copia Nº3: Señor Jefe del E - 2

Copia Nº4: Señor Jefe del N - 2

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

SERVICIO DE INFORMACION DE LAS FF.AA.

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

M E M O R A N D U M Nº 020/87

PRESENCIA SIRIA EN EL LIBANO

Montevideo, 16 de julio de 1987.-

P.K.

ENTRADO 5/10/90ES
CRUZADO 5/10/90ES

S E C R E T O

9005164

PRESENCIA SIRIA EN EL LIBANO

El asesinato del Primer Ministro libanés, Raschid Karami, acaecido en el mes de junio del corriente año, constituye una nueva evidencia respecto a que la guerra que desvasta a este pequeño país del Medio Oriente desde hace más de una década, parece imposible de detener y que este hecho provocará nuevos rebrotes de violencia e irracionalidad política.

Sean quienes hayan sido los autores del atentado, lo cierto es que las repercusiones del mismo redundarán sin duda en un agravamiento de las tensiones ya existentes y en una mayor dificultad para concretar un diálogo, afanosamente buscado por los sectores más moderados, para intentar encontrar una fórmula de conciliación que ponga fin a este sangriento período de la historia libanesa.

Karami, un musulmán sunnita respetado por su inteligencia y habilidad política, fue un hombre siempre dispuesto al diálogo, sin dejar por esto de lado su firmeza en lo que tuviera que ver con la defensa de los intereses de la comunidad que representaba. Quizá fue precisamente por eso que el régimen de Damasco lo eligió para que encabezara un Gobierno de Unidad Nacional en el Líbano en el año 1984, el cual tenía como objetivo inmediato intentar introducir reformas que invirtieran el orden del sistema que pone en manos de la minoría cristiana practicamente todo el poder.

El extinto Premier fue quien propuso a Siria que sus efectivos se encargaran del control de la zona oeste de la capital, Beirut, predominantemente musulmana, hecho que se concretó finalmente el 22 de febrero del año en curso.

Si bien este vasto operativo estuvo precedido por intensos contactos llevados a cabo en Damasco por los líderes de las facciones más poderosas del Líbano, tales como Nabih Berri (shiítas de Amal), Walid Jumblatt (druso), Salim El Hoss (sunnita), un representante del Parlamento, Hussein Husseini y el entonces Primer Ministro Karami, fue realmente este último el que, transformándose en vocero de otros políticos musulmanes, pidió al régimen del Presidente Hafez El Assad, que actuara para detener las cruentas batallas protagonizadas en ese sector de la capital por mi-

licianos musulmanes. El Primer Mandatario libanés, Amín Gemayel, señaló que el llamamiento fue anticonstitucional, sin embargo admitió que era posible entender las drásticas circunstancias que motivaron el mismo.

Como ya se dijo, en el mes de febrero de este año, unos 8.000 soldados sirios penetraron en la zona oeste de Beirut, sumándose a los 25.000 efectivos de Damasco que ya estaban desplegados en el norte y este del territorio libanés.

Los sirios comenzaron en primer término por aplicar un "Plan de Seguridad" compuesto de varios puntos: un llamamiento al cese el fuego inmediato, el cierre de todas las "bases de operaciones" de las distintas milicias para retornar a un clima de calma, el desmantelamiento de todas las bandas armadas, la prohibión de portar armas y la creación de una fuerza de seguridad integrada por efectivos regulares libaneses y del Ejército sirio, la que tendrá como objetivo imponer el orden, hacer cumplir las leyes vigentes y restaurar la normalidad en la ciudad.

Durante esos días de extrema crisis, varios miembros del Partido Comunista Libanés (PCL) fueron asesinados o secuestrados, según denuncias hechas por la misma organización política. Portavoces oficiales del PCL informaron que un intelectual y miembro del Comité Central de la agrupación fue muerto en Beirut. Por su parte, el diario Al Anwar denunció tambieñ sobre el asesinato del responsable del Partido en el sur del país. Mohammed Al Wehdi. Asimismo se anunció la recuperación, por parte del Ejército sirio, de las zonas donde domina el Hizbollah (Partido de Dios), proiraní, no solamente en el área sur shiíta sino también en Beirut Occidental, donde la mencionada organización posee un bastión importante y en el que precisamente hacía unos días apenas 15 soldados sirios habían sido arrestados por los milicianos del grupo. Durante estos incidentes, perdieron la vida alrededor de unos 23 miembros del Hizbollah. Si bien el régimen de Teherán envió inmediatamente a Damasco a su Ministro de Relaciones Exteriores, así como al encargado directo de los "Guardianes de la Revolución", para preocuparse por los daños infligidos a sus protegidos del "Partido de Dios" y evitar nuevas confrontaciones, lo cierto es que las mismas siguieron su curso, con el consiguiente número de víctimas. A pesar de que la República Islámica de Khomeini ha mantenido luego de esos contactos un discreto silencio, se mantiene alerta respecto al comportamiento del Ejército sirio en lo que tiene que ver con el Hizbollah, situación de la cual

dependerán en el futuro las hasta ahora amistosas relaciones sirio-iraníes.

Si bien el régimen de Damasco desde que se inició el conflicto ha cumplido un rol relevante en el mismo, todo parece indicar que su gestión está sufriendo un importante desgaste. En la actualidad no son pocas las críticas que ha recibido en el ámbito internacional como en el mundo árabe, precisamente porque se estima que Siria estaría perdiendo cada vez más el control de la situación. A esto se suma el hecho de que este país figura en la "lista" de aquellas naciones que apoyan las acciones terroristas. Este concepto que se tiene sobre la Administración del Presidente Assad podría llevarlo a buscar la manera de mejorar su imagen. Por empezar ya ha expulsado de su territorio a miembros del grupo extremista de Abu Nidal, lo que ha sido visto con complacencia en Europa Occidental, tanto es así que la CEE está considerando la forma de incrementar los contactos con Damasco por su desvinculación del terrorismo, por lo menos eso es lo que pretende demostrar, aún cuando sea poco creíble incluso para los socios del Mercado Común que mantendrán las sanciones económicas y el embargo de venta de armas, al menos por el momento.

Si a lo que ya se ha hecho mención, se agregara que Siria lograra imponer el orden en el Líbano, esto podría significar un importante avance que la favorecería en todo sentido. Quizás sea por este motivo que el Presidente Assad haya cambiado su modo de operar, constituyendo un ejemplo de ello el hecho de haber enviado a territorio libanés y específicamente a la capital, un número mayor de efectivos, cuando hasta comienzos de este año se había limitado a utilizar contingentes menores y solo en los focos de tensión.

En síntesis, el asesinato de Karami sirve a todos aquellos que desean desestabilizar aún más al Líbano y profundizar las diferencias entre las comunidades cristiana y musulmana fundamentalmente. El ex-Premier complacía a Siria; a las distintas fuerzas políticas musulmanas, resultaba relativamente aceptable para la mayoría de los cristianos y no fue un adversario para los palestinos con el que no se pudiera dialogar. Resta saber cual será en el futuro la reacción de Damasco, ya que en más de un sentido este crimen representa un desafío abierto a los sirios que lo consideraban un aliado fiel y al que habían elegido para encarar la normalización del país.

Las posibilidades que pueden darse en el Líbano son múlti-

ples e impredecibles, lo que si puede establecerse con certeza es que Siria no abandonará su rol de "pacificador" del territorio libanés y que ahora más que nunca tratará de evitar cualquier desborde que en definitiva limite sus antiguos sueños de la "Gran Siria", a los que nunca renunció ni renunciará.

ples e impredecibles, lo que si puede establecerse con certeza es que Siria no abandonará su rol de "pacificador" del territorio libanés y que ahora más que nunca tratará de evitar cualquier desborde que en definitiva limite sus antiguos sueños de la "Gran Siria", a los que nunca renunció ni renunciará.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Copia 3 - Señor Sub-Director de Ejército de D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de Armada de D.G.I.D.

El Jefe del Departamento II de D.G.I.D.

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA POPULAR DE HUNGRIA

CRUZADO 5/10/1963 2/10/90 EE

INTRODUCCION

Con una superficie de 93.030 kilómetros cuadrados y una población de aproximadamente 10. 672.000 habitantes, este país de Europa Central limita al norte con Checoslovaquia, al noreste con la Unión Soviética, al este con Rumania, al sur con Yugoslavia y al oeste con Austria.

Dividida politicamente en 19 provincias y la capital, Budapest, esta nación cuenta con una población de gran homogeneidad étnica, ya que más del 95% de sus habitantes son de origen húngaro, siendo precisamente este el idioma oficial. Si bien los gitanos o cíngaros constituyen un tronco autónomo, tenazmente arraigado a sus tradiciones, en el último cuarto de siglo las autoridades han logrado integrar en gran medida a los mismos en la comunidad nacional, convenciendo a la mayor parte de ellos de que abandonen su típico nomadismo.

La economía gravita fundamentalmente en torno al Danubio, ya que las mayores ciudades y la propia capital se encuentran en sus orillas. A través del gran río, este país, privado de puertos marítimos, se relaciona con las naciones vecinas del norte y del sur.

Hungría, donde predominan los católicos con un porcentaje aproximado de un 53,9%, es uno de los Estados de Europa Oriental que más ha atraído la atención de Occidente en los últimos años. Las reformas económicas y políticas realizadas por el régimen comunista en las dos décadas pasadas, especialmente en la última, lo han convertido en el país económicamente más liberal y políticamente más abierto del bloque soviético, en el cual el movimiento de disidentes es discretamente tolerado, donde se venden más periódicos occidentales y en el que los intelectuales discuten con relativa libertad algunos temas considerados como "tabúes" en otras naciones satélites de la URSS.

Con un pasado traumático y jalonado de enfrentamientos internos, que culminaron en el año 1956 con un levantamiento popular contra el régimen comunista implantado tras la Segunda Guerra Mundial y su posterior aplastamiento por parte del Ejército soviético, con un resultado de varios miles de muertos, Hungría ha logrado, tras aquella amarga experiencia, el

establecimiento de un consenso básico entre sus ciudadanos. En silencio, sin grandes lemas, con una muy bien administrada cuota de prudencia y astucia en lo que respecta a sus relaciones con la URSS y sus satélites, naciones a las que reitera en forma permanente su lealtad y tratando de evitar todo tipo de publicidad innecesaria, es que este pequeño país ha logrado los márgenes más amplios de libertades individuales que se puedan dar hoy en día en una nación comunista de Europa Oriental.

SITUACION POLITICA

De acuerdo a la Constitución del 20 de agosto de 1949, aún vigente y por la cual se instaura la República Popular, el órgano supremo del Estado es la Asamblea Nacional, compuesta por 352 Diputados que son elegidos por un período de cinco años. Es este órgano que a su vez designa a un Consejo Presidencial compuesto por 21 miembros, cuyo Presidente lo es también de la República y al Consejo de Ministros.

Si bien se proclama que los 352 miembros del Parlamento, así como unos 60.000 Consejales son elegidos por "sufragio universal, secreto y directo", lo cierto es que los mismos son designados por mecanismos internos del propio Partido Comunista.

Según una ley promulgada en 1983, pueden presentarse para cada puesto electivo dos o más candidatos, siempre y cuando estos "no presenten alternativas contrarias al socialismo". De acuerdo a lo expresado por las autoridades, la candidatura múltiple fue opcional desde la década del 70, pero no se concretó hasta el 83 "por diferentes razones".

Es evidente que la implementación de esta "reforma electoral", que permite la pluralidad de candidatos pero no la pluralidad ideológica, no es más que un intento burdo de camuflar el verdadero objetivo de todo sistema comunista, que es el de incrementar cada vez más el control del Partido sobre toda la vida del país, fundamentalmente la política. No debe olvidarse que la casi totalidad de los miembros del Consejo Presidencial y del Consejo de Ministros, así como la gran mayoría de los Diputados nacionales, son a su vez miembros del Comité Central del Partido.

En Hungría, todo el poder recae en la única agrupación reconocida, el Partido Obrero Socialista Húngaro, el que actúa a través de sus múltiples Comités. El líder del POSH es Janos Kadar. Este hombre ocupa la dirección

0005165

del partido desde el 1º de setiembre de 1956. Su rol en los lamentables acontecimientos de ese año nunca ha sido aclarado con exactitud. Su presunta colaboración con las fuerzas invasoras soviéticas le supuso entonces el odio de gran parte de la población húngara y durísimas condenas por parte de las naciones no comunistas. Sin embargo en la actualidad, Kadar es un dirigente indiscutido que goza de enorme popularidad en el país, un interlocutor respetado por los gobiernos occidentales y que ostenta un gran prestigio en la alianza del Pacto de Varsovia.

En el corriente año se cumple el 30º aniversario del levantamiento húngaro y del acceso de Kadar al poder. Con sus 73 años, el veterano dirigente comunista ya ha comenzado a preparar paulatinamente su retiro de la vida pública. En el XIII Congreso del POSH celebrado en marzo del año próximo pasado, Kadar fue reelegido como Secretario General del partido pero fue significativo el hecho de que se creara el cargo de Secretario General Adjunto. El mismo fue confiado a Karoly Nemeth, uno de sus colaboradores más cercanos desde 1956. De esta manera el anciano líder, el cual sufriría un serio quebranto de salud, queda liberado de una serie de obligaciones administrativas y protocolares de rutina. Evidentemente nadie se atreve a vaticinar que derroteros tomará la política del país cuando desaparezca Kadar ya que aún no se ha definido su eventual sucesión. Si bien Nemeth ha sido uno de sus más fieles seguidores desde hace años, no existe la certeza de que pueda desempeñarse a la altura del tradicional conductor de la agrupación.

Mientras tanto, se están perfilando en el partido dos tendencias enfrentadas: por un lado los reformistas, partidarios de profundizar en la liberación económica y política y por otro sus adversarios de la línea ortodoxa, que ven en dichas reformas una vía peligrosa que se aleja de los postulados marxistas-leninistas e incorpora elementos propios del capitalismo. Ambas corrientes mantienen una callada lucha para ganar las mejores posiciones en vistas a la época del poskadarismo.

Se desempeña como Presidente del Consejo Presidencial de la República Popular de Hungría y por ende como Primer Mandatario del país, Pál Losonczi, de 67 años de edad. El mismo, que ocupa tal cargo desde 1967, ha participado activamente en el desarrollo del movimiento cooperativista en su nación. Desde octubre de 1948 hasta enero de 1960, fue presiden-

te de la cooperativa agrícola "Estrella Roja de Barcs", constituída por iniciativa suya. Bajo su dirección la misma se hizo famosa a nivel nacional, alcanzando niveles verdaderamente importantes de producción. Losonczi nació el 18 de setiembre de 1919 en la aldea de Bolhó.

PANORAMA ECONOMICO

Hace aproximadamente unos 18 años, cuando el gobierno húngaro estaba intentando recuperar el apoyo popular recurriendo a la empresa privada para mejorar el nivel de vida, los líderes del Kremlin se burlaron de lo que llamaban "receta húngara del comunismo". Sin embargo, el éxito de las reformas económicas los han hecho fijar la atención en ellas, tanto es así que en 1981, durante la celebración del XXVI Congreso del Partido Comunista soviético, el entonces Presidente, Leonid Breshnev, se refirió al desarrollo de la agricultura en Hungría como un ejemplo digno de emular. En Polonia, tanto el General Wojciech Jaruzelski como el proscripto sindicato Solidaridad han manifestado su interés en el experimento e incluso en Yugoslavia, nación que siempre se consideró "distinta" por su forma peculiar de encarar el comunismo, los periódicos del partido publicaron artículos referentes a la reforma económica de Hungría y a su notable innovación agrícola.

El húngaro Rezso Nyers, destacado especialista en economía, fue el principal artífice de la mencionada reforma. En 1968, cuando era Secretario para Asuntos Económicos del Comité Central, dio a conocer sus propuestas: progresiva descentralización de la economía, transferencia gradual de responsabilidades a los administradores de fábricas, recompensar la iniciativa de los particulares permitiéndoles obtener ingresos adicionales trabajando por su cuenta, lo que en el país se denomina "segunda economía" y posibilitar la fluctuación de los precios conforme a la oferta y la demanda.

Los cambios más importantes derivados de la reforma pueden apreciarse en la agricultura, que sigue siendo la piedra angular de la economía húngara. Las granjas colectivas de la época de Stalin fueron convertidas en cooperativas de producción agrícola (CPA), dirigidas por personal seleccionado y capacitado que puede tomar decisiones. El Estado paga por la producción agrícola precios que cubren los costos.

0005165

La producción de cereales, así como la de carne, juegan un rol preponderante. En relación a esta última, el Gobierno ha llevado a cabo con éxito un programa dirigido al desarrollo y la crianza de animales y hoy por hoy, una tercera parte de esa carne se vende en el extranjero, con los consiguientes beneficios para la evolución dinámica de la nación.

Si bien en los últimos tiempos el salario real ha bajado, provocando lógicas tensiones sociales, el Gobierno ha asegurado que continuará con su política actual, haciendo la salvedad de que procurará aumentar la ayuda a los ancianos y a los jóvenes más desfavorecidos, así como a los trabajadores que, como los mineros, no pueden tener "un segundo empleo" en el sector privado, el cual se ha vuelto practicamente indispensable en el país, para quien desee obtener ingresos realmente satisfactorios.

En Hungría proliferan las pequeñas y medianas empresas privadas. Este rápido proceso de liberalización ha provocado un alarmante desplazamiento de mano de obra especializada y semi-especializada hacia la actividad privada, sobre todo de profesionales y de técnicos de alto nivel. Como es lógico, gran cantidad de personas se han enriquecido con estas lucrativas actividades, generando una "burguesía" que tiene acceso a bienes de consumo de elevado valor.

Por último es importante destacar que la inflación en este país alcanzó en 1984 el 8,5% y que su deuda externa ascendía, en ese mismo año, a 9.100 millones de dólares.

FUERZAS ARMADAS

Total del Ejército Regular: 106.000 efectivos, de los cuales 50.000 son de reclutamiento forzoso.

Total del Ejército de Tierra: 84.000 efectivos, de los cuales 50.000 son de reclutamiento forzoso.

Total del Ejército del Aire: 22.000 efectivos, de los cuales 8.000 son de reclutamiento forzoso.

Fuerzas Paramilitares:

Las mismas están compuestas por la Guardia de Frontera, con 15.000 efectivos, de los cuales 11.000 son de reclutamiento forzoso y una milicia obrera no permanente que cuenta con unos 60.000 efectivos.

Se destaca que Hungría integra el Pacto de Varsovia, alianza defensi-

va del bloque comunista y que su presupuesto de defensa ascendió, en 1985, a los 2.402 millones de dólares.

POLITICA EXTERIOR

Desde la instalación de la República Popular de Hungría hasta nuestros días, la política exterior de este país se caracteriza por identificarse totalmente con las posturas adoptadas por la Unión Soviética y por el resto de los Estados miembros del Pacto de Varsovia, siendo todas sus decisiones digitadas desde Moscú. El margen de independencia nulo en esta materia es compensado, como ya se ha expresado anteriormente, con una cierta libertad interna que permite una leve tolerancia con la disidencia y con el nivel económico de la población, superior al del resto de los países del bloque.

A diferencia de las otras naciones del Pacto, Hungría no ha enviado asesores militares al continente africano ni a ninguna otra región. Esto no excluye el envío de personal técnico de apoyo (ingenieros, médicos, etc.) y asesores en materia industrial y comercial, aunque esto se inscribe dentro del dinamismo inherente a dichas áreas del país.

En lo que tiene que ver específicamente con Uruguay, si bien son obvias las distintas ideologías de ambas naciones respecto a la concepción del Estado, la sociedad, los derechos del hombre, etc., las relaciones son correctas y buenas en lo que concierne a los vínculos comerciales. En este sentido se destaca que recientemente visitó nuestro país una nutrida delegación comercial húngara, oportunidad en la cual se procedió a la firma de un acuerdo de colaboración recíproca.

En el documento se destaca el interés de los empresarios por desarrollar las relaciones entre Hungría y Uruguay, comprometiéndose para ello a sugerir a los respectivos Gobiernos las recomendaciones necesarias proyectadas para el efectivo alcance de esta finalidad. Ademas las partes mantendrán un intercambio permanente y sistemático de información concerniente al área de economía y comercio exterior, sobre las perspectivas que ofrecen los mercados, así como eventuales cambios en las leyes, reglas y costumbres que rigen en el ramo.

Por otra parte, se atenderá a los hombres de negocios que visiten el país de la contraparte con propósitos comerciales, permitiéndoles el ac-

ceso a la información necesaria para conocer las demandas del mercado nacional respectivo, orientándolos y coadyuvando con ellos en la medida de lo posible en cuanto a las gestiones que hubieran de realizar para la venta en su caso de bienes o servicios. Para este fin, el organismo respectivo extenderá una carta de presentación de la persona interesada, dirigida a la otra parte firmante de este acuerdo. Se otorgarán también facilidades para la capacitación técnica de funcionarios dentro de cada uno de los organismos firmantes, estando los gastos en que se incurrieran por este motivo a cargo de quien envíe a dichos funcionarios.

FACTOR SICO-SOCIAL

El día 20 de octubre, 122 disidentes húngaros, checoslovacos, alemanes orientales y polacos, formularon un llamado al mundo para que se conmemorase el alzamiento de 1956 en Budapest y expresando su respaldo a los esfuerzos de otros por lograr una existencia mejor, más libre y decente. Este documento, el primero impulsado en las cuatro naciones del Este y denominado "llamado húngaro", establece un paralelo entre acontecimientos que se dieron en las patrias de los firmantes. Se dice que "la revolución húngara, así como el alzamiento de Berlín Este, la Primavera de Praga y el movimiento de Sindicatos Libres Solidaridad en Polonia, fueron suprimidos, ya sea por la intervención soviética o por la violencia militar interna". Los disidentes declaran luego "nuestro propósito de luchar por la democracia política en nuestros países, el pluralismo basado sobre los principios de autogobierno, la reunificación pacífica de Europa y su integración democrática, así como los derechos de las minorías". La declaración fue publicada por el semanario de Alemania Federal "Der Spiegel".

* * * * * * *

Montevideo, 29 de octubre de 1986.-

P.K.

S E C R E T O

El Jefe del Dpto. III (EXTERIOR)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Sr. Director del S.I.FF.AA.
Copia 2 - Sr. Sub-Director de Fuerza Aérea del S.I.FF.AA.
Copia 3 - Sr. Sub-Director de Ejército
Copia 4 - Sr. Sub-Director de Armada
Copia 5 - Dpto. I/S.I.FF.AA.

0005165

M.D.N.

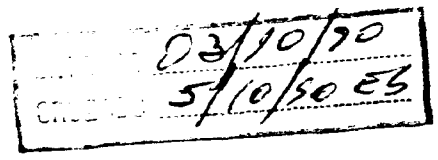
D.G.I.D.

DPTO.II(EXTERIOR)

201430JUL87

mlms

MEMORANDUM Nº022/87



ASUNTO: CONFERENCIA CRISTIANA DE LA PAZ

TEXTO:

La Oficina de Asuntos Externos del Patriarcado de la Iglesia Ortodoxa Rusa de Moscú invitó a representantes de distintos Movimientos de Paz y a personalidades relacionadas con la "tarea religiosa de paz de la Iglesia" a una conferencia sobre "Seguridad común, moral y valores éticos".

Dicha conferencia se realizó en Moscú entre el 16 y el 21 de marzo del corriente año.

Entre los asistentes a dicha conferencia se encontraban Mikis Peristerakis(integrante del Movimiento de Paz independiente AKE de Grecia, el cual mantiene lazos con el partido comunista local) y el General (R) Koumanakis(de nacionalidad griego e integrante del grupo internacional "Generales para la paz y el desarme".

Con anterioridad a la realización de esta conferencia se realizó un encuentro en Moscú entre el 14 y el 16 de febrero del corriente año en el cual se intercambiaron puntos de vistas entre los concurrentes al mismo en relación a futuras iniciativas del "Movimiento Internacional de Paz" y la participación de la Iglesia Ortodoxa en el mismo.

El tema principal tratado durante dicho encuentro fue la Iniciativa de desarme de Mijail Gorbachov para la reducción de los misiles de medio alcance,dentro de este tema se realizaron discusiones acerca de como enfocar la campana contra la Iniciativa de Defensa Estratégica de los Estados unidos.

CONCLUSION:

A partir de 1982 se vienen realizando en forma anual en Moscú encuentros de la Conferencia Cristiana de la Paz (organización de frente comunista que aglutina en su seno a clérigos, laicos y a asociaciones cristianas).

Dichos encuentros son organizados en forma conjunta por el Comité de Trabajo de la Conferencia Cristiana de la paz y la Iglesia Ortodoxa Rusa.

El grupo internacional "Generales para la Paz y el Desarme" forma parte del Consejo Mundial de la Paz (organización de frente comunista).

0005166

01.02

S E C R E T O

El Jefe del Departamento II(Exterior) de la D.G.I.D.

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.

CopiaNº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

Copia Nº5: Señor Jefe de Mesa de Analistas

9005166

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

211100JUL87

P.K.

03/10/50 E5

CRUZADO 5/10/50 E5

MEMORANDUN Nº 023/87

UNION SOVIETICA: POLITICA DE AJUSTE

EN RELACION A DISIDENTES Y EMIGRANTES

S E C R E T O

0 [illegible] 4

E0005167

S E C R E T O

UNION SOVIETICA: POLITICA DE AJUSTE
EN RELACION A DISIDENTES Y EMIGRANTES

Dentro del proceso de reformas iniciado por Mikhail Gorbachov en la URSS y que abarca múltiples áreas, se destacan la liberación de un grupo de disidentes políticos, entre ellos Andrei Sajarov y la emigración de unos 1.400 judíos soviéticos, la que habría tenido lugar entre los meses de enero y abril del corriente año.

De acuerdo a las informaciones procedentes de Moscú, ya han sido liberados o bien han sido levantadas las restricciones que pesaban sobre ellos, unos 150 disidentes políticos. Sin embargo esta cifra no coincide con la de los expertos sobre Derechos Humanos de Occidente, los que estiman que han sido solamente 60 los beneficiados con la medida.

También había trascendido que durante 1987, el número de judíos emigrados podría llegar a 12.000. Sin embargo, las autoridades soviéticas no han confirmado esta noticia, aclarando que no se ha estipulado una cifra exacta y que además las próximas migraciones pueden estar sujetas a nuevas disposiciones.

Evidentemente estas medidas han provocado reacciones no solo en las altas esferas de poder, sino también en la propia población soviética. En lo que tiene que ver con muchas de las autoridades del PCUS, así como de la KGB, si bien en apariencia parecen aprobar estas actitudes de Gorbachov, en el fondo dejan entrever un temor latente respecto a que estas concesiones debiliten las instituciones del Estado y los principios que han regido al país desde la revolución bolchevique.

En relación con el pueblo, se encuentra en medio de una situación bastante confusa. Históricamente, el ciudadano común jamás ha podido participar en política, ni ha podido elevar una sola protesta en favor de los Derechos Humanos sin que eso no le significara una severa represión. Por lo tanto necesitará tiempo para adecuarse a esta "nueva forma de vivir" y lo que es peor aún, para poder comprobar si las intenciones de Gorbachov son realmente sinceras.

La actual forma de conducta impuesta por Gorbachov, no basta para demostrar que existan en verdad cambios sustanciales. No hay razones suficientes para suponer que el líder soviético abandone de pronto los pro-

yectos de dominio y expansión que siempre han sido la característica principal de los dirigentes del Kremlin y que constituyen una elaboración cuidadosa de los factores de poder que gobiernan la URSS, coherentes con su historia y consecuentes con sus metas a largo plazo.

La forma en que Gorbachov ha encarado el problema de los disidentes y el de los judíos soviéticos puede perfectamente formar parte de una maniobra habilmente pensada para obtener por un lado la confianza y el apoyo de los intelectuales soviéticos y por otro una actitud más "benévola" por parte de Occidente, lo que sin duda sirve a sus intereses. Solamente el tiempo podrá determinar la sinceridad o no en las motivaciones que han llevado a Gorbachov a sorprender en parte al mundo con su famosa "perestroika".

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.
Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.
Copia 3 - Señor Sub-Director de Ejército de D.G.I.D.
Copia 4 - Señor Sub-Director de Armada de D.G.I.D.
Copia 5 - Señor Jefe de Mesa de Analistas de D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO II
REPUBLICA O. DEL URUGUAY

El Jefe de Departamento II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

yectos de dominio y expansión que siempre han sido la característica principal de los dirigentes del Kremlin y que constituyen una elaboración cuidadosa de los factores de poder que gobiernan la URSS, coherentes con su historia y consecuentes con sus metas a largo plazo.

La forma en que GORBACHOV ha encarado el problema de los disidentes y el de los judíos soviéticos puede perfectamente formar parte de una maniobra habilmente pensada para obtener por un lado, la confianza y el apoyo de los intelectuales soviéticos, y por otro, una actitud más "benévola" por parte de Occidente, lo que sin duda sirve a sus intereses. Solamente el tiempo podrá determinar la sinceridad o no en las motivaciones que han llevado a GORBACHOV a sorprender en parte al mundo con su famosa "Perestroika".

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Señor Sub-Jefe del A-2
Copia 2 - Señor Jefe del C-2
Copia 3 - Señor Jefe del E-2
Copia 4 - Señor Jefe del N-2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL SUB ... República O. de Uruguay

El Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.
Coronel (AV.)
Roberto C. Leira

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
271640JUL87
mlms

MEMORANDUM Nº024/87

03/10/30
5/10/30 ES

ASUNTO: CONFERENCIA CRISTIANA POR LA PAZ (C.C.P.)

TEXTO:

I.- GENERALIDADES

A.- FUNDACION

La Conferencia Cristiana por la Paz fue fundada en el año 1958 por el Consejo Mundial de Paz y la Iglesia Ortodoxa Rusa, como frente aglutinador de iglesias líderes no católicas pro comunistas, la mayoría de sus miembros pertenecen al Consejo de Paz de Checoslovaquia.
Se reunió por primera vez en dicho año ante una invitación del Consejo Ecuménico de Checoslovaquia, a fin de preparar la Asamblea Cristiana de Paz; la cual se realizó en junio de 1961 en Praga y donde la C.C.P. quedó formalmente constituida.

B.- SEDE

Jungmannova 9, Praga.

C.- MIEMBROS

Pueden ser miembros de la Conferencia las asociaciones cristianas no católicas así como también clérigos y laicos en forma particular. Posee grupos regionales afiliados en 70 países.

D.- FINANZAS

Según sus estatutos todas sus actividades y costos administrativos deben ser financiados con contribuciones voluntarias de sus afiliados. Al igual que acontece con otras organizaciones de frente comunista la Conferencia Cristiana por la Paz no publica el informe de sus ingresos, puesto que de hacerlo se destacaría que el grueso de sus ingresos provienen de la Unión Soviética y sus países satélites.
Según un informe aparecido en la publicación "Counterpoint" del mes de junio de 1987 el aporte brindado por los anteriormente mencionados a la Conferencia Cristiana por la Paz durante el período 1985-1987 asciende a: U$S 502.200 en 1985 (93% de los ingresos), U$S 522.430

9005168

en 1986 (89%) y a U$S 529.200 en 1987 (90%).

Además de lo mencionado,a efectos de solventar la 6ta. Asamblea por la Paz de toda la Cristiandad ,la cual se realizó en 1985, aportaron U$S 864.960 (96%). Los países satélites de URSS contribuyeron a este evento además solventando 241 pasajes aéreos de asistentes a la misma (equivalentes a U$S 86.000 apróximadamente).

E.- PUBLICACIONES

Publica cada mes una revista llamada "Conferencia Cristiana de Paz",la cual en el año 1972 tenía una tirada de 10.000 ejemplares; así como también edita a través de su Departamento de Información libros y folletos varios.

II.- ORGANIZACION INTERNA DE LA CONFERENCIA

A.- ESTRUCTURA

1.- Asamblea Por la Paz de toda la Cristiandad (ACPA)

Es el órgano más importante de la C.C.P., se reúne cada seis años.

2.- Presidium

Es el cuerpo de mayor importancia, está compuesto por un presidente, un presidente honorario, vice presidentes, un presidente de junta y un secretariado general.

3.- Consejo

Es el responsable del trabajo diario según marca los estatutos de la organización. Está integrado por un presidente, un secretario general y 19 miembros; todos sus integrantes son elegidos por la ACPA.

4.- Comité de Trabajo

Está integrado por 46 miembros, incluye un presidente y un secretario general,sus integrantes son elegidos por la ACPA.

5.- Comité para la Continuación del Trabajo

Es elegido por la Asamblea, está integrado por alrededor de 100 miembros, su función consiste en actuar entre las sesiones de la ACPA. Se reúne cada 18 meses.

6.- Secretariados Internacionales

Existen 22 Secretariados Internacionales, los cuales tienen un gran poder y se reúnen tres veces al año.Sus integrantes son elegidos por la Asamblea.

7.- Departamento de Estudio

Fue creado por el Comité de Trabajo, trata los temas a largo plazo.

8.- Comisiones de estudio

Realizan reuniones en forma anual, estando integradas por 20 a 50 miembros. Tratan asuntos teológicos, asuntos internacionales (existen sub comisiones sobre Indochina, Seguridad Europea, Desarme, Medio Oriente y las Naciones Unidas), Economía, Política, Antiracismo Juventud y Mujeres.

B.- INTEGRACION DEL PRESIDIUM

1.- Presidente: Obispo Dr. Karoly Toth (Iglesia Reformada de Hungría). Es integrante además del Presidium del Consejo Mundial de Paz.

2.- Vice Presidentes:Rev. Richard Andriamanjato(Madagascar), Prof. Sergio Arce-Martínez (Cuba), Prof. Gerhard Bassarak (RDA), Dr. Nicolae Corneanu (Rumania), Rev. Charles Gray EE.UU.), Metropolitan Paulos Mar Gregorios (Iglesia Ortodoxa Siria de Oriente -India-, integrante del Presidium del Consejo Mundial de Iglesias), Dr. Jan Michalko (Checoslovaquia), Pham Quang Phuoc (Vietnam), Bernadeen Silva (Sri Lanka).

3.- Miembros honorarios: Arzobispo Tibor Bartha (Hungría), Dr. Heinrich Hellstern (Suiza), Dr. Hebert Mochalski (RFA), Abraham K. Thampy (India).

4.- Secretario Gral: Lubomir Mirejovsky (Checoslovaquia).

5.- Integrantes del Secretariado: Sergei Fomin (URSS), Rev.Christie Rosa (Sri Lanka).

6.- Presidente de Junta: Rev. Tibor Gorog (Hungría)

C.- OTROS

1.- Comité de Trabajo: Rolf Dieter Guinther (miembro)

2.- Secretariado Internacional: Prof. Dr. Carl Juergen Laltnborn

III.- ACTIVIDAD QUE DESARROLLA

A.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES

1.- Organizaciones de Frente

a.- Consejo Mundial de Paz

Mantiene estrechos vínculos con éste, estando representado tanto en su Comité Presidencial como en su Consejo.

Apoya al Comité Internacional para la Seguridad Europea y es miembro del Comité Ejecutivo de la Conferencia de Estocolmo sobre Vietnam.

2.- Naciones Unidas

Frecuentemente está representado en los Comités Especiales

9005168

de las NN.UU., en particular en lo concerniente a problemas raciales, descolonización y desarme.

En 1974 la Conferencia inauguró una Oficina de Enlace Permanente en la Sede Central de las Naciones Unidas en Nueva York.

a.- UNESCO

Tiene status consultivo categoría II con esta organización.

b.- E.CO.SOC.

Tiene status consultivo categoría II en ésta.

B.- REUNIONES REALIZADAS

- La ACPA se ha reunido en seis oportunidades hasta el presente (1961,1964,1968,1971,1978 y 1985).

- El Comité de Trabajo se ha reunido en diversas oportunidades: Canadá (Set/973), Madagascar (Set/974), Estados Unidos (Abr/976), Kenia (Abr/977), Sofía (May/986)

- El Presidium se ha reunido en 1985 para tratar el programa para 1986, siendo de especial interés el pedido hecho por dicho cuerpo a las NN.UU. de conmemorar la Revolución Francesa y la libertad de cultos proclamados y a la misma vez declarar al año 1989, Año Internacional de la tolerancia religiosa e ideológica y en Noviembre de 1986 en Kiev.

- Conferencia Internacional de Paz de Representantes Religiosos, realizada en Moscú en 1977.

- Conferencia de Asia, realizada en Lottayan -India- en enero de 1975.

- Conferencia Cristiana de Pazde Africa, realizada en Freetown -Sierra Leona- en diciembre de 1977.

- 1er. Congreso de Estudios Latinoamericano, realizado en Panamá en abril de 1978.

- Conferencia Mundial de Personalidades y Representantes prominentes de la Iglesia con el peligro de una catástrofe nuclear, realizada en Moscú en 1982.

-La amenaza nuclear mundial: técnica y búsqueda de la paz, realizada en Praga en 1984.

- Conferencia sobre: Caminos para alejar el peligro de la Paz, realizada en Moscú en 1985.

- Mesa redonda sobre: Nuevos peligros para el preciado don de la vida,nuestras obras, realizado en Moscú del 11 al 13 de febrero de 1985.

- Simposio sobre: Liberación, desarrollo, la respuesta cristiana a los urgentes problemas de nuestro tiempo, realizada en Varsovia del 25 al 28 de mayo de 1985.

- Reunión de representantes de comités Regionales de C.C.P. de Holanda, Rep. Federal de Alemania, Rep. Democrática de Alemania y Berlín Occidental con el secretario general de la C.C.P. Lubimir Miralovsky para discutir la cooperación concerniente a la tarea de la paz.

- Conferencia sobre Hambre, Pobreza y Carrera Armamentista, realizada en Moscú en 1986.

- 3era. Reunión de Mujeres de la C.C.P. realizado en Polonia del 25 al 30 de abril de 1986.

- Reunión de Europa del Norte de la C.C.P., realizado en Beilnrode (RFA) del 20 al 23 de octubre de 1986.

- Conferencia sobre Seguridad común, Moral y Valores Eticos, realizada en Moscú en marzo de 1987.

C.- VISITAS DE LA C.C.P A OTROS PAISES

Una delegación de la Conferencia visitó Francia, Holanda, Suiza y Reino Unido del 11 al 19 de mayo de 1985.

IV.- OBJETIVOS

De acuerdo a sus estatutos la C.C.P. busca ser el foro en el cual los cristianos de todo el mundo converjan, seguir la voluntad de Dios en lo concerniente a los problemas sociales, económicos y políticos de la actualidad.

Otras de sus metas son: la creación y preservación de la paz y la cooperación; el apoyo a aquellos sistemas que no fomenten la opresión y la explotación; solidaridad con los movimientos de liberación en su lucha contra la opresión, el hambre, la discriminación racial y el analfabetismo; colaboración con otras organizaciones seculares y religiosas y los movimientos y contactos con las Naciones Unidas.

V.- POLITICA ACTUAL

La Conferencia es la mayor herramienta soviética para preparar a los grupos crisitanos a estar totalmente de acuerdo con la política exterior de Moscú.

Moviliza a círculos cristianos de acuerdo a las concepciones de desarme soviética y expande una cooperación interreligiosa en este camino.

Se esfuerza por expandir su influencia e incrementar sus contactos con religiones no cristianas, importante en este aspecto fue la reunión mantenida entre líderes musulmanes y de la C.C.P. realizada en febrero de 1986 en Praga.

Tiene concentrados sus esfuerzos principalmente en países desarrollados y en su religión.

El mayor objetivo del Frente en el año 1985 fue la reunión del Consejo Mundial de Iglesias, el cual está expuesto a una mayor presión soviética debido a la gran representación de la Iglesia Ortodoxa Rusa que presenta.

La Iglesia Ortodoxa Rusa es una de las confundadoras de este Frente, es un factor de soporte de los intereses de la URSS y un instrumento de propaganda soviética y de agitación.

A pesar de los esfuerzos efectuados, particularmente por algunos miembros de Europa Occidental, de contrarrestar la influencia soviética, la Conferencia ha sido explotado para lograr los fines soviéticos.

Las resoluciones que ha adoptado en sus diversos encuentros están siempre y en todos sus aspectos de acuerdo a las directivas del plan del Consejo Mundial de Paz y con la propaganda de Moscú.

URSS efectúa innumerables esfuerzos para incrementar la influencia de la C.C.P. en los países en desarrollo, militantes de la misma han ido a Africa, América y la India a fin de lograr dicho propósito.

Los representantes del 3er. Mundo conforman el 40% de sus afiliados.

A efectos de cubrir el "espacio" dejado entre los católicos y otras religiones que no son cristianas la Conferencia creó otras dos organizaciones: Conferencia de Berlín de los Europeos Católicos(BC) y Conferencia Budista de Asiáticos para la Paz (ABCP), quedando de esta forma cubierto todo el campo en lo que a religiones se refiere.

VI.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

A.- CONFERENCIA DE BERLIN DE LOS EUROPEOS CATOLICOS (BC)

Fue creada en Praga en 1964, durante la realización de la 2da. Asamblea de la ACPA, su sede se encuentra en Berlín Este.

Sigue el modelo del C.C.P., cerrando una brecha en el sector católico como frente de organización comunista.

Está formada por miembros de la iglesia católica de países del bloque soviético y grupos católicos izquierdistas de Europa Occidental.

9005168

A la novena sesión del plenario realizado en Erfurt (R.D.A.), entre los días 15 a 17 de noviembre de 1985 asistieron 23 delegaciones provenientes de 24 países europeos y observadores de América Latina y de las organizaciones Consejo Mundial de Paz y Conferencia Cristiana por la Paz.

B.- CONFERENCIA BUDISTA DE ASIATICOS PARA LA PAZ (ABCP)

Sus actividades están dirigidas a movilizar a los budistas para accionar hacia la consolidación de la paz en Asia. Juega un rol activo en la campaña de desarme y paz internacional realizada por las organizaciones de frente comunistas.

Coopera cerradamente con otras organizaciones de frente, así como también con el Presidium de trabajo Interreligioso, el cual surgió como institución permanente de la Conferencia Mundial de Personalidades Religiosas para salvaguardar el Sagrado Don de la Vida ante una catástrofe nuclear(realizada en Moscú en mayo de 1982).

Está integrada por los siguientes cuerpos:

1.- Conferencia General: Es el mayor cuerpo, elige a los miembros del Consejo Ejecutivo.

2.- Consejo Ejecutivo: Está integrado por un presidente, tres vice presidentes y un secretariado general.

Este Consejo estableció una Comisión Permanente en Sri Lanka para trabajar en relación a tornar al Océano Indico en una zona de paz.

3.- Secretariado Internacional: Durante la realización de reuniones por parte de la Conferencia General y del Consejo Ejecutivo este cuerpo se encarga del trabajo diario, estando dirigido por un secretario general.

La ABCP tiene establecidos 14 centros nacionales en: URSS, Bangladesh, India, Indonesia, Japón, Kampuchea, Corea del Norte, Laos , Mongolia, Nepal, Singapur, Sri Lanka, Thailandia y Vietnam.

Pueden ser miembros de la misma monasterios, templos y personas individuales según los indican sus estatutos.

Los vice presidentes de esta organización son elegidos entre cinco países, los cuales son Japón, Vietnam, India, Laos y Sri Lanka.

El actual presidente de la ABCP es Chambra- Sarna Charhuigijin Gaadan de Mongolia.

C.- OTRAS ORGANIZACIONES

9005168

Existen otras organizaciones subsidiarias de esta organización de frente comunista, como ser:

- Conferencia Cristiana Africana de Paz
- Conferencia Cristiana Asíatica de Paz
- Conferencia Cristiana de Latinoamérica y del Caribe dePaz.

Las organizaciones mencionadas anteriormente quedaron establecidas durante la realización de la Conferencia realizada en Lottayan(India) en enero de 1975.

VII.- CONSEJO MUNDIAL DE IGLESIAS

A.- FUNDACION E INTEGRACION

Fue fundada el 30 de agosto de 1948.

Está integrada por 303 iglesias (ortodoxas, anglicanas, bautistas, luteranas, metodistas y prebisteranas) que actúan en más de 100 paises del mundo y núclea a más de 400 millones de cristianos.

La Iglesia Católica tiene status de observador desde 1961 y participa de manera plena en algunas de sus comisiones como por ejemplo en "Fe y Testimonio".

La sede se encuentra en Ginebra.

B.- ESTRUCTURA INTERNA

1.- Comité Central:

Es el órgano máximo , está formado por 158 miembros. La Asamblea del comité se reúne cada 7 años.

La función que cumple es la de adoptar las decisiones prácticas.

Tiene una Mesa Directiva integrada por un moderador (Rvdo. Heinz Joachin Held de R.F.A.), dos vice moderadores (Dra. Sylvia Ross Talbot de EE.UU. y el Metropolitano Crisóstomo de Mira de Turquía)

2.- Presidium

Es elegido por la Asamblea del Cté. Central y está formado por 7 miembros y un secretario general, los cuales son:Pastor Metodista Emilio Castro Pombo (uruguayo, secretario general), Nita Barrow (metodista, de Barbados), Dra. Marga Buehrig (Iglesia Reformada de Suiza), Obispo Johannes W. Hempel de la Federación de Iglesias Evangélicas de la R.D.A., Metropolitano Paulos Mar Gregorios de la Iglesia Ortodoxa Siria de Oriente (India), Dra. Louis Wilson de la Iglesia Unida de Canadá, Obispo W.P.K. Makhufu de la Iglesia Anglicana de Africa Central (Botswana) y Su Beatud Ignacios IV del Líbano (Iglesia

Ortodoxa Libanesa)

3.- Comisiones

Fe y Testimonio

Justicia y Servicio

Educación y Renovación

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
061825AGO87
mlms

MEMORANDUM Nº 025/87

ASUNTO: ACTIVIDADES DE LOS FRENTES INTERNACIONALES EN AMERICA LATINA

TEXTO:

Las actividades de los Frentes Internacionales en América Latina se encuentran en franco crecimiento, no solo en volumen de actividades sino además en la calidad de los eventos, decisiones adoptadas y en lo que representa la estrategia de Moscú en la región.
Con el claro interés de manipular a la opinión pública varios Frentes Internacionales se aprovechan sistemáticamente de la redemocratización de los principales países latinoamericanos, expandiendo su área de influencia.
Durante el mes de mayo del presente año, se realizaron diversos encuentros, con el objetivo de congregar a los principales líderes sindicales, pacifistas y religiosos progresistas, en vista de movilizarlos en favor de la causa comunista, los éxitos alcanzados en ese sentido son notorios. Esto testimonia la cuidadosa planificación en la actual fase de las actividades que desarrollan los Frentes Internacionales en América Latina.
Como se sabe, el desempeño electoral de los partidos comunistas latinoamericanos es en casi su totalidad poco significativo, a través de los partidos comunistas el marxismo no ha logrado aproximarse al poder. Los Frentes se presentan como un poderoso medio de propaganda del socialismo.
Entre los distintos eventos patrocinados por los Frentes se destacan:
- Congreso Continental de Comités Nacionales de Paz de América Latina y del Caribe, el cual se realizó entre los días 21 y 23 de mayo del corriente año en la Ciudad de Guayaquil (Ecuador).
Dicho evento fue patrocinado por el Consejo Mundial de la Paz -el mayor y más importantes de los Frentes Internacionales Comunistas-; habiendo

tenido como principal finalidad discutir sobre la paz mundial y las acciones a ser desarrolladas por diversos segmentos sociales del área movilizando la opinión pública regional en favor de tesis favorables a la política externa de la Unión Soviética.De esta manera fue montado un esquema especial para reunir los principales Frentes Regionales además de otros de nivel internacional.

El Consejo Mundial de la Paz invitó a dicho encuentro a delegaciones de todos los Frentes Regionales, de los cuales se destacan: Federación Latinoamericana de Periodistas (FELAP), Congreso Permanente para la Unidad Sindical de los Trabajadores de América Latina (CPUSTAL),Organización Latinoamericana de Estudiantes (OCLAE), Organización de Militares de América Latina y del Caribe (OMIDELAC), Organización de Solidaridad para los Pueblos de Asia, Africa y América Latina (OSPAAAL) y el Tribunal Antiimperialista de Nuestra América.

Además de representantes de las delegaciones nombradas anteriormente estuvieron presentes representantes de entidades nacionales de todos los países de América Latina y del Caribe, incluyendo las colonias (excepto Las Malvinas). Fueron invitadas conocidas personalidades de la región, las cuales están en generalidad comprometidas con el comunismo internacional o que por su posición social podrían dar mayor relevancia al Congreso.

Recibieron invitaciones del Consejo Mundial de Paz para asistir al encuentro:Luis Etcheverría(Ex Presidente de México),Aldo Tessio (asesor del presidente de Argentina), Líber Seregni, Emma Torres (viuda del ex presidente Juan José Torres de Bolivia), Hortencia Bussi de Allende (viuda del ex presidente chileno Salvador Allende), Eduardo Arévalo Burgos (parlamentario colombiano), Camilo Pérez (magistrado de la Suprema Corte panameña), Orlando Fundora (miembro del gobierno y del partido comunista cubano) y Guillermo Toriello (ex ministro de Relaciones Exteriores de Guatemala).

Los puntos fundamentales del Congreso de Guayaquil incluyen las actuales propuestas soviéticas de reducción de armas nucleares y desarme, defensa de América Latina como zona libre de armas nucleares, condena delprograma de defensa espacial de los Estados Unidos, defensa de los derechos humanos en los países de Occidente, reafirmación de la propuesta de Fidel Castro para no pago de la Deuda Externa de los países del Tercer Mundo y apoyo a la consolidación de la revolución sandinis-

ta y los movimientos revolucionarios en actividad.

- Conferencia Cristiana por la Paz de América Latina y El Caribe, la cual se realizó en La Habana(Cuba) entre los días 25 y 29 de mayo.
Se realizó en el contexto de la estrategia del comunismo internacional para la aproximación de religiosos católicos y protestantes de carácter progresista. Patrocinado por la Conferencia Cristiana por la Paz, el evento tuvo lugar en Cuba atendiendo el gran proyecto de Fidel Castro para mejorar la imagen del regimen cubano abandonando su anterior postura atea, que creó obstáculos para la exportación de la revolución al continente.
Hace algunos años Castro entendió que los éxitos de la revolución sandinista, que recibió el apoyo de los intelectuales cristianos de izquierda, tiene vinculación con el carácter religioso del pueblo nicaraguense.
De esta manera, el llamado "Socialismo Cristiano" que favoreció al actual regimen de Nicaragua, parece ser la nueva "bandera" que el dirigente cubano pretende defender para América Latina, continente que cuenta con una situación económica bastante favorable para la explotación marxista, pero que siempre resistió los temas materialistas del comunismo por causa de índole religiosa de sus pueblos.
El evento recibió cerca de 400 sacerdotes católicos y teológos, inclusive protestantes , el tema central del encuentro fue la Teología de la Liberación, como instrumento de liberación completa de los pueblos latinos. La paz sobre esta óptica solo será posible cuando América Latina sea libre del imperialismo explotador (capitalismo liderado por Estados Unidos).
Los dos eventos mencionados (Congreso realizado en Guayaquil y la Conferencia realizada en la Habana) están insertos en el contexto de la nueva estrategia del comunismo internacional para la región, con el objeto de atraer religiosos progresistas comprometidos con la Teología de la Liberación y con los movimientos pacifistas y ecológistas.

- Conferencia Sindical Latinoamericana y del Caribe sobre la Deuda Externa, realizada entre los días 18 y 25 en dependencias de la Universidad de Campiñas (San Pablo, Brasil).
El evento de referencia reunió 48 representantes de 56 centrales sindicales de 25 países y contó con la presencia de delegados de dos

Frentes Internacionales: Mario Navarro de la Federación Sindical Mundial y Roberto Prieto de CPUSTAL.

Esta Conferencia sindical también es parte, sin duda alguna, de los planes de Moscú para aumentar las actividades de los Frentes Internacionales en América Latina.

El interés del comunismo internacional por los trabajadores latinoamericanos se representa en el gran potencial que esta clase tiene para su explotación ideológica.

De esta manera, a partir de julio de 1985, fecha en la cual se realizó la Conferencia Sindical en La Habana, están siendo realizados esfuerzos para una actuación permanente en el área sindical concientizando a los trabajadores sobre el origen de las dificultades y las formas de superarlas. Para desarrollar esta estrategia fueron promovidos encuentros sindicales en Cuernavaca (México) en abril de 1986 y en Buenos Aires (Argentina) entre setiembre y diciembre de 1986.

La Conferencia Sindical de La Habana tuvo como efecto proyectar a Castro a la posición del líder latinoamericano, defensor de la moratoria unilateral y del rompimiento de los países de la región con los organismos financieros internacionales.

El tema medular de todos los encuentros y de la Conferencia en Campiñas es el mismo: la lucha por la unidad de los trabajadores contra la explotación y un mejoramiento económico de los países latinoamericanos y del Caribe.

Esto sería el origen de los problemas de los trabajadores, deuda externa y su solución, rompimiento definitivo con el sistema financiero intenacional. Para proseguir la campaña en favor de estas banderas, fue determinado como "Día Latinoamericano y del Caribe contra la Deuda Externa" el 23 de octubre.

No queda duda que el Comunismo Internacional está obteniendo éxitos en su ofensiva dentro del área sindical de Latinoamerica, y en particular en los principales países. La creciente afiliación de Centrales Sindicales a los Frentes, la realización de cursos en el exterior, el financiamiento de eventos de interés para Moscú y la creación de Representaciones Permanentes de estos Frentes en varios países comprueban que la URSS está atendiendo a América Latina en un nuevo contexto.

La nueva estrategia sería evitar la subversión en el ámbito de la violencia política y actuar al máximo en el campo sicológico.

Por lo tanto los encuentros patrocinados por la Federación Sindical Mundial y el Consejo Mundial de la Paz demuestran la importancia que la región está mereciendo en la actual fase de expansionismo soviético. El interés de actuar directamente en el área religiosa es un hecho demostrado por los cambios que se procesan en Cuba, cuyo gobierno está preocupado en una mayor aproximación de los exponentes regionales de la Teología de la Liberación.

En este contexto se puede comprender mejor la r ión realizada en La Habana por el Consejo Mundial de la Paz.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.

Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

Copia Nº5: Señor Jefe de Mesa de Analistas de la D.G.I.D.

9005169

S E C R E T O

2/10/80
5/10/80 ES

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
121800AGO87
mlms

MEMORANDUM Nº026/87

ASUNTO: UNION INTERNACIONAL DE ESTUDIANTES (UIE)

TEXTO:

I.- GENERALIDADES

A.- FUNDACION

La U.I.E. fue creada el 17 de agosto de 1946, durante la realización de un Congreso Mundial de Estudiantes celebrado en Praga.
Al mismo asistieron estudiantes de todas las tendencias políticas y religiosas, los cuales deseaban fundar un organismo estudiantil imparcial y universal , es decir una organización representativa de los estudiantes democráticos del mundo entero que trabajan por el progreso.
La creación de esta organización se debió a que la que anteriormente funcionaba, la Confederación Internacional de los Estudiantes, había cesado su actividad durante la 2da. Guerra Mundial.
Las organizaciones de estudiantes occidentales habían demandado que la nueva organización debía estar por encima de los partidos políticos, ser una organización representativa de los estudiantes demócratas y progresistas del mundo entero.
Desde un comienzo los comunistas se las ingeniaron para obtener el control de la misma, asegurándose los puestos claves y disponiendo de la sede y de la mayoría de los fondos.
Cuando la organización se fundó comprendía 36 organizaciones miembros, de las cuales 21 eran europeas, Asia y Africa estaban representadas por organizaciones de estudiantes que hacían sus estudios en Francia y Gran Bretaña.
Desde la realización del 1er. Congreso había un número importante de representantes que estaban decididos a politizar la asociación y a hacerla un instrumento de propaganda comunista. Se abandonó cada vez más prontamente la reserva observada en un comienzo en la toma de posiciones politicas.

0005170

En primer lugar fueron las asociaciones nacionales de estudiantes de Holanda y de Suiza quienes se retiraron de la Unión (1946), las mismas se negaban a adherirse a una declaración de solidaridad de la UIE con la lucha de los estudiantes españoles contra Franco.

En el año 1947, la orientación política era tan evidente que la Unión Nacional de Estudiantes Británica (NUS) la calificaba como "una sección del KOMINFORM".

A pesar de los grandes esfuerzos de los comunistas para mantener a los no comunistas dentro de sus filas, la mayor parte de ellos la había abandonado ya en 1950, como consecuencia de las actividades prosoviéticas de la UIE. El factor decisivo del retiro de otras asociaciones fue la expulsión de la Unión Juvenil de Estudiantes de Yugoeslavia en 1950 -como consecuencia de la ruptura entre Tito y Stalin-.

Las uniones de estudiantes no comunistas se integraron en un cuerpo complementario llamado Secretariado de Coordinación de las Uniones Nacionales de Estudiantes (SCUNE), con sede central en Leiden (Holanda) y organizadora de la Conferencia Internacional de Estudiantes, fundada en 1950 en Estocolmo.

La UIE aparenta ser una organización autónoma, pero solo en la medida que la jerarquia comunista se lo permita.

Según los estatutos la Unión es "un miembro autónomo asociado" de la Federación de Jóvenes y tiene sitio y voto en el Consejo y en el Comité de la misma.

La sede de la organización se encuentra en la calle Nº17 de Noviembre 11001,Praga 01.

B.- MIEMBROS

La afiliación está abierta a las uniones nacionales de estudiantes o a los grupos de estudiantes de los paises en los cuales no hay uniones nacionales.

Tiene en la actualidad cerca de 35 millones de miembros asociados, 110 uniones de estudiantes de 107 paises, siendo el grueso de sus asociados provenientes de paises comunistas.

El retiro de la NUS fue una importante perdida para la Unión dado que además de ser una de las cofundadoras de la organización era considerada la organización estudiantil internacional más representativa.

1946 - 1.500.000 miembros asociados (38 paises, 43 asociaciones).

1948 - 3.000.000 miembros asociados (55 países, 54 asociaciones)

1950 - 5.000.000 miembros asociados (71 países, 85 asociaciones)

1952 - 5.250.000 miembros asociados (72 países, 86 asociaciones)

1953 - 6.000.000 miembros asociados (56 países, 64 asociaciones)

A finales de 1980 la Unión Nacional de Estudiantes Irakíes (NUIS) y la Liga de la Juventud Socialista de Yugoeslavia (SSOJ), entre otros, se desafiliaron. Estos retiros representaron, según lo expresado por el presidente de la Junta del NUIS una afirmación del derecho de expresar opiniones independientes, habiendo tenido un efecto positivo en las organizaciones y fuerzas estudiantiles no alineadas y progresistas.

C.- ANIVERSARIOS

21 de febrero - día de la solidaridad de la Juventud y estudiantes contra el colonialismo.

24 de abril- día de la solidaridad de los estudiantes del mundo.

8 de mayo - día de la lucha contra el militarismo alemán.

10 a 17 de noviembre- semana internacional del estudiante.

17 de noviembre - día internacional del estudiante.

D.- FINANZAS

Las finanzas de la Unión dependen de los derechos de afiliación, fondos destinados a las actividades y fundamentalmente al aporte de la Unión Soviética y de países del bloque Oriental.Se destaca que aproximadamente el 90% de los ingresos de la UIE provienen de los países satélites de la URSS y de esta misma.

E.- PUBLICACIONES

1.- Noticias Mundiales de Estudiantes,publicación mensual editada en inglés, francés y español.

2.- Teatro y Cine de Jóvenes.

3.- DE(Democratización y Reforma de la Educación).

4.- Boletín de Información sobre Vietnam y lucha árabe.

5.- Boletín Deportivo.

6.- Boletines sobre Europa, conflictos en Medio Oriente y Latinoamérica.

7.- Otros sobre asuntos específicos y conferencias.

F.- PREMIOS OTORGADOS

La Unión otorga el premio "17 de Noviembre", medalla de oro.

Durante el correr de 1985 entregó dicha condecoración al Presidente Ceausescu (rumano) y a Boris Ponomarev (URSS) con motivo de celebrar su 80º onomástico

II.- ORGANIZACION DE LA UIE

A.- ESTRUCTURA INTERNA

1.- Congreso

Es el máximo cuerpo, se debería reunir cada dos años.

A las reuniones de este cuerpo concurren delegados de las organizaciones afiliadas y asociadas, asi como también observadores, los cuales tienen voz pero no tienen derecho a voto.

Su misión es tomar decisiones políticas, adoptar programas de trabajo, aprobar el presupuesto, confirmar nuevas afiliaciones y elegir los integrantes de los Comités Ejecutivo y de Finanzas.

El Consejo, que era el segundo cuerpo en orden de importancia dentro de la Unión fue abolido en setiembre de 1956.

2.- Comité Ejecutivo

Las funciones de este comité son: fijar la implementación de la política, decisiones y proyectos adoptados por el Congreso, supervisar el trabajo del Secretariado. Se reúne anualmente.

3.- Secretariado

Su misión es la de conducir las actividades diarias.

La verdadera misión de la UIE la cumplen los dirigentes, muchos de los cuales son funcionarios rentados, estando asistidos por el Secretariado, el cual cuenta con una serie de departamentos con trabajos específicos y comisiones regionales.

a.- Departamentos

- Educación, Cultura y Trabajo.
- Educación Física y Deportes.
- Necesidades Estudiantiles y Bienestar Social.
- Prensa y Propaganda
- Administración y Finanzas.
- Reforma y Democratización de la Educación.
- Desarme

b.- Comisiones Regionales

- Oficina de "Estudiantes contra el colonialismo", creada en 1948, particularmente activa desde 1955, publica una revista tri-

mestral, organiza seminarios sobre el problema colonial, administra un fondo de solidaridad para los estudiantes de los paises coloniales y ayuda a los estudiantes de dichos países que se encuentran en el extranjero.

Ayuda a la Federación de Jóvenes a celebrar cada 21 de febrero el "Día de la Solidaridad con los Estudiantes en Lucha contra el Colonialismo" y el 24 de abril "Día Mundial de la Juventud contra el Colonialismo y por la Coexistencia Pacífica".

Además de actuar como una oficina de enlace entre los grupos de estudiantes de los países coloniales y de los estudiantes coloniales que estudian en el extranjero, actúa como una "Bolsa de estudio" y da préstamos del fondo de solidaridad, la mayor parte de los que son ofrecidos por los países del bloque soviético.

- Socorro Estudiantil Internacional (SEI)

Fue creada en el año 1950 cuando el Socorro Estudiantil Mundial (SEM) se separó en dos fracciones :comunistas y no comunistas. La primera de las nombradas se convirtió en SEI y la última de las nombradas en Servicio Universitario Mundial (SUM).

Aunque en teoría es independiente, con su propio Consejo y Comité de acción, en la práctica es solo una simple sección de la UIE.

- Oficinas Facultativas

Fueron creadas en agosto de 1955, para los estudiantes de Medicina, Agricultura, Arquitectura y Educación.

Cada una de estas oficinas publica un Boletín Facultativo en forma cuatrimestral y organiza además seminarios.

- Oficinas Regionales

Oficina Regional de Africa negra (Conakry)

Oficina Regional Arabe (Bagdad)

Oficina Regional del Sudeste Asiático (Jacarta-Indonesia)

Oficina Regional para el Extremo Oriente (Pekín)

Oficina Regional de Europa Occidental (Praga)

4.- Comité de Finanzas

Esta integrado por cuatro miembros, los cuales trabajan a las órdenes de un tesorero.

B.- INTEGRACION DE LA UIE

1.- Presidente: Josef Skala. Presidente del Centro de Estudiantes checoslovacos (CSC/CSUV). Fue nombrado en su cargo el 11 de mayo de 1986, su nombramiento sigue la tradición de ocupar el cargo de presidente con un representante de nacionalidad checa, como así también sucede con el puesto de Secretario General que es ocupado con un representante del 3er. Mundo.
Los anteriores presidentes fueron : Miroslav Stepan, Dusan Ullcak y Jiri PElikan.

2.- Secretario General: Georgios Michaelidis, de la Federación de Estudiantes Pan-Chipriotas y Juventud Científica (POFNE).

3.- Vice Presidentes: Emil Angelov(Consejo Nacional de Estudiantes de Bulgaria),Rafael Gouraige Crespo (Federación de Estudiantes Universitarios de Cuba),Mikhaiel Ilin (Consejo de Estudiantes de URSS), Osiel Nuñez (Consejo de Federaciones de Estudiantes universitarios de Chile), Kwon Sung-Chol (Comité de Estudiantes de Corea del Norte),Witold Naerocki (Asociación de Estudiantes de Polonia), Vu Xuan Hong (Federación Nacional de Estudiantes de Vietnam), Humberto Toala (Federación de Estudiantes de Panamá), Alezander Zharikov (URSS), y representantes de: Federación de Estudiantes de India, Organización de la Juventud de Mozambique, Liga de la Juventud de SWAPO (Namibia)y Unión General de Estudiantes Palestinos, así como también Ravane Kone (Unión de Estudiantes Demócratas de Dakar).

4.- Secretarios:Manuel Coss(Federación Universitaria por la Independencia -Puerto Rico), Nicolae Daravinea (Unión de Asociaciones de Estudiantes Comunistas de Rumania), Gerardo Herrera (Asociación General de Estudiantes Universitarios de El Salvador), Johny Kwago (Unión Nacional de Estudiantes de Gana), Laszlo Labody (Comité Nacional de Estudiantes Húngaros), Gastón Grissoni (F.E.U.U.)y representantes de: Asociación de la Juventud Revolucionaria de Etiopía,Consejo Central de Estudiantes de Yemen, Comité de la Juventud Democrática y Estudiantes para la Protección de la Revolución Socialista de Madagascar, Frente Democrático de Estudiantes Sudaneses, Unión Nacional de Estudiantes Sirios.

5.- Tesorero:Walter Lorenz de la Organización de Jóvenes Germanos Libres.

6.- Comité Ejecutivo: Son miembros de este comité representantes de las siguientes asociaciones: Organización de la Juventud Democrática de Afganistán, Juventud del Partido - JUMPLA (Angola), Federación de Estudiantes Universitarios de Argentina, Unión de Estudiantes de Bangladesh, Asociación de Estudiantes Universitarios de Benin , Unión de la Juventud Revolucionaria de Burundi y Comisión de Estudiantes de Burundi, Unión Nacional de Estudiantes de Colombia, Unión de la Juventud Socialista del Congo, Federación de Estudiantes Dominicanos, Federación de Estudiantes Finlandeses, Unión Nacional de Estudantes de Francia, Organización del Consejo de Estudiantes y de la Juventud Progresista de Guyana, Juventud Africana "Amílcar Cabral" de Guiena Bussau, Federación de Estudiantes Universitarios de Jamaica Federación de los Cuerpos Autonómos de Estudiantes de Japón, Unión Nacional de Estudiantes de Jordania, Organización de Estudiantes Universitarios de Nairobi (Kenya), Juventud del Pueblo Revolucionario de Laos, UniónNacional de Estudiantes Universitarios Libaneses, Unión Nacional de Estudiantes de Liberia, Congreso General del Pueblo Jamahiriya Universitarios, Unión Nacional de Estudiantes de Marruecos, Unión de Estudiantes de Mongolia, Unión Nacional de Estudiantes de Nicaragua, Consejo de la Juventud Demócrata de las Filipinas, Unión Nacional de Estudiantes de Sierra Leona, Sección Estudiantes del Congreso Nacional Africano (ANC), Unión Nacional de Estudiantes de Tanzania, Movimiento Nacional de Estudiantes de Togo y Unión Nacional de Estudiantes de Zambia.

7.- Comité Financiero: está integrado por representantes de las siguientes asociaciones: Unión de la Juventud Democrática de Egipto, Sección Estudiantil (UDEY SS), Juventud Africana "Amílcar Cabral" de las Islas Cabo Verde, Consejo Nacional de Estudiantes de Grenada y Unión Nacional de Estudiantes de Sri Lanka.

III.- OBJETIVOS

Al igual que sucede con las otras Organizaciones de Frente, la UIE persigue fines que son generalmente aceptados por todos los estudiantes que no son comunistas, pero en la práctica la Unión ha ido más allá de ello. La Unión es ante todo una organización política que utiliza los intereses de millones de estudiantes para mejorar la eficacia

de su propaganda.

La UIE señala que los estudiantes deben ocuparse activamente de los problemas generales y no solamente de los que atañen a su condición de estudiante.

Al igual que en las otras organizaciones comunistas la "Unidad de Acción" es un objetivo obstinadamente perseguido desde que las asociaciones miembros no comunistas se fueron de la misma y formaron su propia Federación.

Para lograr su cometido emplea una actitud análoga a la de las otras orgnaizaciones, la propaganda es particularmente intensa, es cuidadosamente preparada y sirve para formar a los participantes que deben continuar para hacer conocer en sus respectivos países las resoluciones, decisiones y los recursos que son adoptados.

El punto culminante de la actividad de la UIE está constituido por la preparación en conjunto con la Federación Mundial de Jóvenes Demócratas de los Festivales Mundiales de la Juventud.

Los fines que persigue la Unión son:

1.- Promover la lucha por la libertad y genuina independencia,el progreso social y económico,la democracia, soberanía y determinación propia por la paz y seguridad de todo el pueblo del mundo.

2.- Asegurar a todo adolescente el derecho y la posibilidad de adquirir una formación primaria, secundaria y superior sin contar su sexo, condición económica, nivel social, opinión política, religión, color de piel o raza.

3.- Defender los derechos y los intereses de los estudiantes, velar por el mejoramiento de las condiciones de vida y de su nivel de formación y prepararlos a cumplir su futura labor de ciudadanos en los estados democráticos.

4.- Asistir a los estudiantes de los países coloniales, semicoloniales y dependientes dentro de la lucha por obtener la entera igualdad de los derechos en la sociedad, en la ciencia y acordad con este fin todo el apoyo necesario a los estudiantes y a la población de estos países en su lucha por la libertad y la independencia.

5.- La UIE se expresa contra el Imperialismo, Colonialismo, Neocolonialismo reaccionario, Fascismo y cualquier otra forma de discriminación en particular la racial.

La Unión apoya a los gobiernos y organizaciones sociales que toman hecho y causa por la paz y seguridad. Es dentro de este fin que la asociación exige la exterminación de la ideología fascista.

IV.- ACTIVIDADES DE LA UNION

A.- POLITICA SEGUIDA

Las diversas actividades y declaraciones realizadas por ésta defien den firmemente la política sustentada por la URSS; al igual que las otras Organizaciones de Frente Comunista es un mero instrumento no oficial de la política exterior soviética.

Condena diferentes actitudes de países occidentales no haciendo lo mismo con las de los países del bloque soviético, las cuales defiende y aprueba. Ha lanzado diversas campañas de protesta y propaganda contra la OTAN, contra la violación de los derechos de los estudiantes en países no comunistas y habiendo apoyado la expulsión de estudiantes albaneses y chinos de la URSS en 1962, el encarcelamiento de estudiantes polacos en 1968 y los numerosos arrestos de estudiantes en R.D.A. en 1969.

Trata de entablar relaciones y realizar reuniones con las organizaciones de estudiantes no comunistas, al igual que hacen el resto de organizaciones auxiliares.

B.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES DE FRENTE

La UIE trabaja en estrecha unión junto con la Federación Mundial de la Juventud. El presidente de la Unión es miembro del Comité Presidencial del Consejo Mundial de la Paz, estando además representado en el Foro de la Unión Internacional de Fuerzas de Paz, el cual fue creado por el CMP. En mayo de 1979 firmó un acuerdo con la Federación Mundial Sindical.

C.- REPRESENTATIVIDAD EN LAS NACIONES UNIDAS

1.- UNESCO: Tiene status categoría B en esta organización.

2.- ECOSOC: Figura en el registro del organismo.

D.- BECAS QUE OTORGA

Siguiendo fielmente la tendecia del bloque soviético, trata de reclutar por todos los medios a los estudiantes de los países en vías de desarrollo.

Se esfuerza en atraer a los estudiantes de Africa, Asia y América Latina en sus manifestaciones de rutina, sus órganos e instituciones.

Suministra becas a estudiantes de países en vías de desarrollo para que realicen sus estudios en países del bloque soviético, selecciona a los posibles candidatos.
Dichos estudiantes son enviados tanto a la Universidad de la Amistad de los Pueblos en Moscú como a otros centros universitarios que se encuentran en Bulgaria, Checoslovaquia, Rep. Democrática de Alemania, Hungría y Polonia .

1.- Universidad de la Amistad de los Pueblos

Dicha universidad fue iraugurada el 1º de octubre de 1960, inicialmente aceptaba 500 estudiantes, pero el número fue rápidamente incrementándose a 3.000 y 4.000 en pocos años.
El proyecto de la creación de esta universidad fue anunciado por Kruschev en su discurso realizado en la Universidad de Jacarta en Indonesia el 21 de febrero de 1960, emitiéndose un comunicado por parte del Consejo de Ministros de la URSS con fecha 24 de febrero dando los detalles de la misma.
Está destinada a los estudiantes de Asia, Africa y América del Sur, para formar en cuatro años (cinco para los médicos) a ingenieros, expertos agrícolas, profesores y economistas,etc. Los estudiantes que no tienen los conocimientos necesarios para ingresar a ella siguen cursos preparatorios de una duracción variable entre 1 y 3 años, se les da así ocasión de aprender la lengua rusa y temas generales.
Los estudiantes pueden ingresar a la universidad hasta la edad de 35 años.
Tiene 6 facultades dependientes de ella: Agronomía, Medicina, Ciencias Naturales, Economía, Derecho, Historia y Sicología.
El esfuerzo principal es dirigido sobre el dominio técnico; la historia, el derecho y la economía, sus enseñanzas apuntan una formación netamente marxista.La administración de la universidad está confiada a un Consejo compuesto por representantes del Comité Soviético de Solidaridad con los Pueblos Afroasiaticos, de la organización de Sociedades Soviéticas para la Amistad y las Relaciones Culturales con Extranjeros, de los sindicatos soviéticos, del KOMSOMOL y de los Ministros de Enseñanza Superior y Técnica.
Durante el año 1960 se recibieron 35.000 pedidos de ingreso, los cuales se pueden presentar por intermedio de los gobiernos, de representaciones soviéticas en el extranjero, de sociedades de la amistad o

directamente ante la universidad.

Durante 1962-1963 pasaron por la misma 30.000 estudiantes.

El objetivo que tiene consiste en formar intelectuales,empleando la lengua rusa y los métodos rusos, reforzando las uniones entre los países en vías de desarrollo y la URSS y reducir la dependencia de los mismos frente a Occidente.

Los servicios soviéticos sostienen que la universidad no es estatal y que ella está dirigida por las organizaciones sociales anteriormente mencionadas, dando así la impresión de que la institución es totalmente independiente del estado soviético como también así del partido comunista.

2.- Otras Universidades

Existen otras universidades con las mismas concesiones que la anteriormente mencionada, ellas se encuentran en:

- Leizpzig y Dresde (principalmente funcionan con los africanos)

- Universidad "17 de Noviembre" - funciona en Praga, desde el año 1958. Durante dicho año asistieron cerca de 500 estudiantes de paises afroasiaticos.

- Rumania, donde asistieron en el año 1959 cerca de 850 estudiantes, los que fueron formados en la industria petrolera y en el período 1962-1963 asistieron alrededor de 1.200 estudiantes de 53 paises.

- Polonia, en el periodo de 1962-1963 asistieron alrededor de 100 estudiantes de 70 países.

E.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

1.- Organización Continental de Estudiantes de Latinoamerica(OCLAE)

Fue fundada en 1966 por la UIE, su sede está en La Habana(Cuba). Desde su fundación y estando bajo la influencia de Cuba reflejó las diferencias existente entre este país y la organización madre.

A partir de 1968, cuando Fidel Castro comienza a seguir más sistemáticamente el curso soviético, las relaciones entre la OCLAE y la UIE mejoran.

Al celebrarse en La Habana el 11º Festival de la Juventud(ansiada ambición de los) finalizaron las diferencias notorias existentes.

A partir de dicho momento ambas organizaciones celebraron en conjunto acciones e iniciativas a nivel continental, las cuales se extienden hasta el dia de hoy. Así como también organizan en conjunto eventos

fuera del continente americano.

Las prioridades de la cooperación son: conexión, otorgación de becas cooperación en el sector de prensa estudiantil.

Hoy día, la OCLAE actúa como organización regional de la UIE en el área de América Latina .

2.- Unión Africana Estudiantil.

F.- BRIGADAS

Durante la realización del 13º Congreso se decidió la creación de la Brigada "35º aniversario de la UIE", existiendo además la Brigada de Solidaridad Internacional "Oliveiro Castañeda".

G.- CAMPAÑAS ORGANIZADAS

1975 - Cada Universidad es un centro de solidaridad con Chile.

1976 - Por la Paz, Trabajo y Progreso.

- Campaña de Solidaridad con Vietnam.

1977 - La Educación es un derecho no un privilegio.

- Estudiantes por el desarme.

1979 - Mantener a los Pershing II y Misiles Cruceros fuera de Europa.

1980 - Centro de la Cultura de Estudiantes de Vietnam.

- Contra la falta de educación en Nicaragua.

1986 - Contra el desarme, por el desarrollo y educación.

- Prevención de la militarización del espacio por USA.

- De apoyo al programa de desarme de Gorbachov

- Reforma de la educación.

- Demanda de eliminación de todo reaccionismo, facismo, chovinismo y otras ideas similares del plan educacional.

1987 - Estudiantes por la paz,contra un guerra nuclear.

- Educación, un derecho no un privilegio.

- Campaña contra el desarme.

H.- VISITAS DE MOVIMIENTOS DE LIBERACION NACIONAL DE DISTINTOS PAISES A LA SEDE DE LA UIE

Octubre de 1978 - SWAPO, ZAPU y ANC

1979 - SWAPO, ZAPU,ANC(conjuntamente con una delegación de la UIE viajaron a los Estados Unidos.)

1981 - AGEUS

I.- VISITA DE DELEGACIONES DE LA UIE A OTROS PAISES

Nov/73 - Bangladesh, Sri Lanka, India y Nepal.

Ago/77 - Mozambique.

Jun/78 - Gana, Togo, Benin, Congo y Chile.

Set/78 - Nepal, India, Afganistán y Sri Lanka.

Feb/79 - Angola.

Abr/79 - Vietnam y Laos.

May/79 - Afganistán.

Ago/79 - Angola, visitando la sede de SWAPO.

Set-Oct/79 - Vietnam, Laos y Camboya.

Nov/79 - Namibia

1980 - Corea del Norte, Nicaragua, Siria y Líbano.

May/80 - Irlanda del Norte.

Ago/80 - Afganistán.

Ene/81 - Benin, Togo, Gana.

Feb/81 - Angola (Brigada Médica del 35º Aniversario de la UIE)

Abr/81 - Tripolí.

J.- APOYO BRINDADO A MOVIMIENTOS DE LIBERACION Y VARIOS PAISES

1.- Mantiene movimientos de liberación africanos, cooperando con el PASM y el AASU.

2.- Coopera con el Comité Especial contra el Apartheid de las NNUU.

3.- Envia medicinas y materiales al SWAPO.

4.- Ayudó a la creación de las escuelas en las áreas liberadas de Sudáfrica en 1980.

5.- Colaboró con la creación del Hospital de Nguyen Van Troi en Hanoi.

6.- Ayudó a reconstruir la universidad de Phonom Penk(Campuchea).

K.- REUNIONES VARIAS ORGANIZADAS POR LA UNION O SUS SUBSIDIARIAS

Jul/72 - Impacto socio-económico de la ayuda económica imperialista a los paises subdesarrollados y sus consecuencias políticas(India)

1973 - Congreso Mundial de Fuerzas de Paz (Moscú, concurrió).

Feb/75 - Reunión de apoyo a los movimientos de liberación árabe (Damasco).

Jun/75 - Foro de la cooperación internacional de estudiantes(Helsinki

Jul/75 - Seminario sore la emancipación e igualdad de derechos de la mujer (Tunez).

Nov/75 - Seminario Mundial de Estudiantes en solidaridad con Chile

Set/76 - Reunión Internacional de Estudiantes (Costa Rica y Panamá)

May/77 - Seminario internacional sobre el rol del estudiante en la lucha contra el racismo y el sionismo (Tripoli).

May/78 - Reunión de apoyo a los movimientos de liberación árabe (Damasco).

Oct/78 - Reunión de Estudiantes (Jamaica).

Oct/78 - Seminario Internacional sobre el rol del estudiante en la lucha contra el racismo y el sionismo(Tripoli).

Dic/78 - Conferencia Internacional de Estudiantes sobre la lucha contra la falta de instrucción (Nueva Delhi).

1979 - Reunión Internacional de Estudiantes universitarios.

- 16ª Reunión de estudiantes europeos (Irlanda)

- 1ª Conferencia de organizaciones de estudiantes no alineados (Valetta) (concurrió a la misma).

- Conferencia de solidaridad con la juventud y estudiantes de Africa (en la sede de UNESCO).

Jul/79 - Seminario sobre la democratización de la Educación(Calcuta

- Conferencia sobre Vietnam (Estocolmo)

- Seminario internacional sobre el rol del estudiante en el establecimiento de un nuevo orden económico internacional (Benghazi)

Ago/79 - Conferencia sobre seguridad de la juventud europea(Helsinki)

Ene/80 - Foro mundial de estudiantes sobre "la educación es un derecho no un privilegio".

May/80 - Seminario internacional sobre la contribución de la juventud y estudiantes en la lucha por la independencia nacional en el desarrollo de los países.

- Foro internacional de estudiantes sobre unidad de acción y solidaridad en la lucha antiimperialista(Damasco).

Jun/80 - Reunión de estudiantes (Grenada).

Set/80 - Reunión de estudiantes (Panamá)

Ene/81 - Foro mundial de la juventud y estudiantes por la paz, détente y desarme (Helsinki).

Nov/81 - Conferencia sobre solidaridad internacional con la juventud y estudiantes de Africa(Luanda).

Feb/83 - Foro internacional de estudiantes sobre probelas sociales de la generación juvenil (Helsinki).

Feb/85 - Mesa redonda de deporte (RDA)

9005170

Feb/85 - Mitín de estudiantes en el Caribe (Puerto Rico)

- 4º Encuentro sobre la contribución estudiantil a la lucha por la paz, desarme y prevención deuna guerra nuclear(Varsovia)

Jul-Ago/85 - Festival Mundial de la Juventud (Moscú).

Oct/85 - Eneuentro de estudiantes por la paz, independencia nacional y libertad nuclear en el Pacífico (Sidney).

- Reunión de estudiantes europeos sobre "lucha por la paz seguridad social y solidaridad internacional (RDA).

Nov/86 - Foro mundial de estudiantes sobre educación y sociedad (Praga).

Ene/87 - Reunión mundial de estudiantes sobre la paz y el desarme (Addis Abeba).

Ene/87 - 8º Congreso de la OCLAE (La Habana)

Ago/87 - Encuentro de Estudiantes de América del Sur (Uruguay).

Las reuniones de estudiantes europeos se celebran desde 1959, bajo la iniciativa de las asociaciones de estudiantes polaca y francesa. Normalmente las mismas se realizan anualmente, alternándose la sede entre Europa Occidental y Europa Oriental.

Dichos encuentros son de gran valor para el planeamiento e implementación del programa de acción de la UIE y organización de la propaganda. Tienen una respetable importancia para el establecimiento de una unidad de acción con las asociaciones estudiantiles no comunistas.

L.- <u>REUNIONES DEL CONGRESO DE LA UIE Y DEL COMITE EJECUTIVO</u>

Praga - Agosto de 1946,1950 y 1956.

Varsovia - Agosto de 1953

Pekin - Setiembre de 1958

Bagdad - Octubre de 1960

Leningrado - Agosto de 1962

Sofía - Nov-Dic de 1964 y Oct-Nov de 1977

Ulan Bator - Mar-Abr.de 1967

Bratislava - Febrero de 1971

Budapest - Mayo de 1974

Berlín Oriental - Noviembre de 1980

Praga -Setiembre de 1985 (Conferencia del Secretariado de la UIE)

Pyongyang - 14 a 16 Enero de 1986 (Reunión del Cté. Ejecutivo)

V.- <u>ORGANIZACIONES AFILIADAS</u>

Además de las organizaciones nacionales mencionadas en el numeral IIB.- existen otras organizaciones estudiantiles afiliadas a la UIE, a saber:

- Unión de Estudiantes de Irlanda
- Movimiento de Estudiantes Panafricanos (PAM)
- Federación de Asociaciones de Estudiantes de Medicina
- Asociación Internacional de Estudiantes de Agricultura.
- Federación Mundial Cristiana de Estudiantes
- Asociación de Estudiantes Suizos
- Asociación de Estudiantes de Indonesia

El Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Roberto C.Leira

DISTRIBUCION:

Original:Archivo

Copia Nº1: Señor Sub Jefe del A - 2

Copia Nº2: Señor Jefe del E - 2

Copia Nº3: Señor Jefe del C - 2

Copia Nº4: Señor Jefe del N - 2

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

2/10/90
5/10/90

MEMORANDUM Nº 027/87

10228

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA

Montevideo, 11 de agosto de 1987.-

P.K.

S E C R E T O

01.10

9005171

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA

INTRODUCCION

Con un área de 1.246.700 kilómetros cuadrados, Angola es uno de los países más extensos de Africa. En el año 1984, última cifra estimada, contaba con una población aproximada de unos 8.540.000 habitantes, de los cuales unos 1.200.000 vivían en la capital, Luanda.

Situada sobre la costa atlántica del sur del continente africano, Angola limita al norte y al noreste con Zaire, al este con Zambia, al sur con Namibia y al oeste con el oceáno Atlántico, estando dividida políticamente en 18 provincias y siendo su idioma oficial el portugués, aunque también se hablan varios dialectos bantúes. El grupo étnico más numeroso es el de los "ovimbundu", seguido por el de los "quimbundus".

La moneda nacional, el "kwanza", carece casi por completo de valor, oficialmente a 31 por dólar a fines del 85, actualmente no hay datos sobre su cotización. Sin embargo hay indicios respecto a que esta aumenta en forma importante en el mercado negro. Esto ha hecho que el país se haya ido volcando poco a poco hacia una economía primitiva de trueque, como la que existía en los primeros tiempos de la era colonial, o sea que muchas veces la cerveza, los cigarrillos o inclusive algunos alimentos, sustituyen a la unidad monetaria de la nación.

En el año 1955, el Gobierno de Lisboa convirtió a Angola en una provincia de Portugal. Tras una prolongada guerra de liberación, el país conquistó su independencia el 11 de noviembre de 1975, transformándose desde ese momento hasta el presente, en un Estado socialista de partido único, en el cual no se llevan a cabo elecciones.

SITUACION POLITICA DESDE 1975 A LA FECHA

Aunque los principales grupos que lucharon contra la dominación portuguesa: la "Unión Nacional para la Independencia Total de Angola" (UNITA), el "Movimiento Popular para la Liberación de Angola" (MPLA) y el "Frente Nacional para la Liberación de Angola" (FNLA), se habían comprometido durante la época colonial a celebrar y respetar un sistema de elecciones libres y democráticas, lo cierto es que el MPLA, de orientación marxista y liderado en ese entonces por Agostinho Neto, capturó la capital, Luanda y equipado con armas soviéticas y apoyado por más de 12.000 cubanos, impuso una dic-

tadura en el país, proclamando la República Popular de Angola. Los grupos anticomunistas, el FNLA y la UNITA fueron derrotados, teniendo que retirarse a la región selvática, donde continuaron su accionar contra el régimen de Neto a través de una verdadera guerra de guerrillas.

Desde el mismo día en que se proclamó la independencia, Angola no volvió a vivir lo que puede calificarse como "un verdadero clima de paz". Apenas asumió Neto el poder, tropas del Ejército regular del Zaire invadieron la nación desde el norte, mientras que fuerzas sudafricanas lo hicieron por el sur. En el caso específico de Zaire, es importante señalar que el FNLA, liderado por Holden Roberto , tenía precisamente sus bases en dicho país, siendo apoyado por el Gobierno pro-occidental del Presidente Mobutu Sese Seko y que desde allí dirigió infinidad de ataques contra el MPLA. Respecto a Sudáfrica, veía instalarse en la frontera con Namibia un régimen hostil que sin duda iba a tratar de desestabilizar su Gobierno. En definitiva, los efectivos del MPLA, apoyados por los contingentes cubanos convocados inmediatamente por Neto, lograron neutralizar el avance de lo que denominaron como "tropas invasoras", consolidándose en el poder el grupo del Primer Mandatario, el cual logra que su nación sea reconocida en el seno de la ONU.

En 1977, el MPLA se convierte en el MPLA-PT (Partido de los Trabajadores) que se define como marxista-leninista y entre otras cosas hace manifiesta su intención de encaminar al país hacia la "construcción socialista de la economía". Neto proclama entonces que "se dedicará por entero a la tarea de la reconstrucción nacional y a concretar una convivencia en paz con sus vecinos". En el caso de Zaire esa aspiración se logró mediante la firma de un acuerdo en 1978 entre los Presidentes Mobutu y Neto, para ese entonces ya se había disuelto el FNLA, por el que se establecía que cada uno de los respectivos Gobiernos respetaría al otro y no interferiría en sus cuestiones internas. Sin embárgo, en la frontera sur esa paz nunca fue obtenida. Sudáfrica, que desde 1977 hasta 1980 atacó periódicamente ciudades del sur de Angola, por la cuestión de Namibia, en el año 1981 lanza la "Operación Protea", que materializó la ocupación de Angola por el sur con el objetivo de destruir las bases de los guerrilleros del SWAPO (Organización del Pueblo de Africa Sudoccidental) y crear una zona de seguridad fronteriza controlada por las fuerzas de UNITA, tratando de esta manera de proteger a Namibia de los extremistas y sus ataques. La acción dejó un saldo de por lo

menos unas 1.000 bajas angoleñas y fue criticada por diversas organizaciones y Gobiernos del mundo.

Esta situación se agravó a partir de 1979, cuando Neto fallece de cáncer y ocupa el poder su sucesor, José Eduardo Dos Santos. Este ha permitido que Angola sea utilizada como "trampolín" por los miembros del SWAPO, que durante casi veinte años han venido luchando por la independencia de Namibia. Obviamente esto ha traído aparejadas severas y frecuentes incursiones en la región meridional de Angola, por parte de tropas enviadas por las autoridades de Pretoria. Estas han impuesto dos condiciones para retirar sus efectivos de Namibia: 1º) Que el Gobierno de Luanda suspenda el apoyo político y logístico al SWAPO y al CNA (Congreso Nacional Africano), que lucha contra la discriminación racial en Africa del Sur y 2º) Que las tropas cubanas se retiren de Angola.

Como es fácil comprender todo este conjunto de hechos ya constituyen de por si un síntoma de una gran inestabilidad en el país, la que se agrava aún más ya que, además de las fuerzas o grupos extranjeros que actúan en la nación, el MPLA-PT ha venido sufriendo desde hace años los contínuos embates de la UNITA, liderada por Jonas Savimbi y que controla gran parte del territorio.

MOVIMIENTO POPULAR PARA LA LIBERACION DE ANGOLA (MPLA)

Como ya se ha dicho anteriormente este movimiento se convirtió desde 1975 en el único partido político existente en el país y al que han pertenecido desde esa fecha sus dos únicos Presidentes, Neto y luego Dos Santos.

Los cubanos desembarcaron en Angola en el año mencionado convocados por el MPLA y gracias a su ayuda este sector marxista, que era minoritario frente a las restantes fuerzas anticomunistas, logró acceder al poder, pero desde ese momento no le ha resultado fácil llevar a cabo su gestión.

En primer lugar, la existencia de tropas extranjeras representa siempre un factor distorsionante en cualquier país y en cualquier época, más aún cuando dicha presencia tiende a perdurar en el tiempo. El propio Dos Santos ha declarado en reiteradas oportunidades que si el Ejército cubano se retira de su país, esto significaría "un suicidio" para su régimen, pero claro está que esto le ha significado grandes pérdidas por ejemplo en el área de la economía. En medios diplomáticos y militares europeos, se calcula que en estos momentos el Gobierno de Luanda invierte aproximadamente hasta un 75% de su presupuesto nacional en el mantenimiento de las Fuerzas Armadas

propias y ajenas y que su deuda militar con la URSS ha "hipotecado" totalmente su porvenir. Los intentos del régimen por hacer que la economía se adapte a los preceptos marxistas, solo han derivado en empresas estatales con altos costos de producción y déficits crecientes, en granjas colectivas completamente áridas y en definitiva en daños irreparables para la estructura económica básica del país.

Otro indicio de lo poco satisfactoria que es la gestión del MPLA en el Gobierno, es la existencia de miles de refugiados angoleños en Zaire, Zambia y Europa. Como sucede en todo país que soporta una guerra civil, muchísimos habitantes optan por instalarse en naciones vecinas hasta que la paz vuelva a su territorio de origen, pero en el caso específico de Angola, suelen refugiarse poblados enteros, muchas veces por la única razón de que los mismos han apoyado a grupos que no son los que precisamente dominan en Luanda. La amnistía ofrecida por el MPLA hace unos años fue un fracaso, si se considera el número de personas que retornaron y si bien muchos opositores volvieron, la mayor parte de ellos desaparecieron o debieron buscar refugio nuevamente. Toda oposición política es radicalmente reprimida, sobre todo en el seno del propio MPLA y su Consejo de Ministros, el Ejército y el estudiantado. El número cada vez mayor de refugiados originarios de esos sectores, indica que la lucha por el poder o sencillamente porque cambie el actual estado de cosas, es cada vez más violenta.

UNION NACIONAL PARA LA LIBERACION DE ANGOLA (UNITA)

Este grupo, liderado por Jonas Savimbi, ha sido proscripto desde 1975 por el régimen comunista. Creado en el año 1962, dispone hoy de unos 65.000 efectivos bien pertrechados y armados, que conforman unidades móviles que recorren prácticamente todo el país y ha establecido importantes bases sobre todo en la zona sur. En síntesis la UNITA ha logrado extender su control a más de una tercera parte del territorio, siendo apoyada sobre todo por Estados Unidos , Africa del Sur y Zaire entre otros.

Como parte de su programa para poder reunificar a Angola bajo un régimen democrático, Savimbi ha fundado consejos locales que guardan el equilibrio tribal, pero al mismo tiempo y a fin de superar las divisiones étnicas, impulsa una educación nacional en idioma portugués. De igual manera, en las zonas gobernadas por UNITA prospera la economía de libre empresa, se han puesto a producir tierras otrora ociosas y vastos programas de salud están

en marcha, mientras tanto en las restantes zonas del país se hacen cada vez más evidentes los signos del hambre, la miseria y las enfermedades.

En síntesis, las fuerzas de UNITA, pese a la guerra, están haciendo apreciables esfuerzos y progresos en las zonas que ocupan, mediante la descentralización de la agricultura. En este sentido por ejemplo, Savimbi permite a los campesinos conservar sus parcelas e incentiva la empresa privada.

En un libro de unas 513 páginas recientemente editado en Londres y del que es autor Fred Bridgland, corresponsal experto en asuntos africanos, que cubrió la guerra contra el colonialismo portugués y ahora contra los cubanos, se hace prácticamente una biografía de Savimbi, jalonada con datos históricos sobre Angola y la creación de la UNITA, se señala que tanto fuentes militares de Sudáfrica como de otras naciones occidentales, coinciden en afirmar que dicha organización tiene la capacidad para, en los próximos meses, si bien no lograr una victoria militar, por lo menos llevar al régimen de Luanda a una situación tan precaria que lo obligue a discutir una solución negociada a la guerra civil que afecta al país. Y esta apreciación no parece tan descabellada, si se tiene en cuenta que la UNITA ha comenzado a recibir ayuda de Estados Unidos, la cual le había sido prometida durante una visita realizada el año próximo pasado por el líder negro a Washington y por otro lado que Savimbi cuenta con el respaldo de más del 60% de la población angoleña.

FUERZAS EXTRANJERAS QUE OPERAN EN ANGOLA Y SU INCIDENCIA EN LA ECONOMIA

Antes de 1975, Angola era uno de los principales exportadores africanos de diamantes, café, petróleo y distintos productos agrícolas. Sin embargo, bajo el mandato marxista, primero de Neto y luego de Dos Santos, las riquezas del país se han visto disminuídas en forma importante por un aparato castrense compuesto por unos 110.000 hombres y una poderosa fuerza de ocupación que opera bajo la órbita soviética. Hoy por hoy, casi el 90% de los alimentos deben ser importados y lo único que se exporta es petróleo, en su mayor parte extraído del énclave de Cabinda y cuyas ganancias se destinan casi en su totalidad a sufragar los envíos de armas de Moscú y los "servicios" de unos 30.000 soldados cubanos y cerca de 17.000 asesores del mismo origen, de aproximadamente unos 1.500 técnicos soviéticos y de cerca de 3.000 asesores de Alemania Oriental y Corea del Norte. Solo en el período 1983-85, Angola habría adquirido el equivalente a 2.000 millones de dólares en armamento pro-

veniente de Moscú, incluyendo unos 150 aviones de combate. Claro está que en lo que respecta a la URSS esta situación puede cambiar, a pesar del Tratado de Amistad y Cooperación firmado entre ambas naciones en 1975. Dentro del programa de amplias reformas que viene llevando a cabo Gorbachov, no se descarta que el mismo opte en algún momento por retirar del país africano a sus asesores, los que en estos 12 años no han hecho más que aumentar el presupuesto de la Unión Soviética.

Las más importantes decisiones militares que se toman en Angola provienen del Consejo de Seguridad y Defensa, que se reúne regularmente bajo la presidencia de Dos Santos y que está integrado por tres Ministros de Estado, los Ministros de Defensa, de Seguridad y del Interior y de los miembros de más alto rango de las tropas de ocupación. Sin embargo, para tomar las decisiones de mayor importancia, el MPLA es completamente dependiente de la URSS.

En lo que tiene que ver con las fuerzas cubanas, las relaciones de estas con el pueblo angoleño no son precisamente fáciles, como tampoco es satisfactoria y sin problemas la vida de los cubanos en la nación africana. Recientes declaraciones formuladas por el General de Aviación cubano que huyó de su país y se asiló en Estados Unidos, Rafael del Pino, en Angola se considera a los cubanos como "intervencionistas" y "mercenarios". También señaló que en los últimos años han muerto en Angola unos 10.000 cubanos, información que coincide con cálculos llevados a cabo por fuentes especializadas de los Estados Unidos.

Hace poco tiempo el Presidente de Angola, José Eduardo Dos Santos, visitó Cuba y en un comunicado conjunto emitido con Fidel Castro, se habló de que ambas naciones flexibilizarían sus respectivas posiciones en cuanto al retiro de las tropas cubanas del país africano. Sin embargo, el portavoz del Departamento de Estado norteamericano, Charles Redman, señaló que esperaba que esto se demostrara con los hechos, agregando que "no cree que para Angola y Namibia haya una solución militar, sino que es esencial para resolver este problema llegar a un acuerdo negociado sobre la retirada de tropas extranjeras, cubanas de Angola y sudafricanas de Namibia".

La plataforma del documento presentado en esta oportunidad coincide con una expuesta por el Gobierno de Luanda en setiembre de 1984 a representantes de los Estados Unidos para que la transmitieran a las autoridades de

Sudáfrica.

1.- El retiro de la fuerzas de Pretoria de Angola.

2.- La aplicación de la resolución 435 de la ONU sobre la independencia de Namibia.

3.- El cese del fuego entre Sudáfrica y el SWAPO.

4.- La firma de un acuerdo internacional entre el Gobierno de Angola, Sudáfrica, Cuba y un representante del SWAPO.

Sobre las bases de esta plataforma se retirarían de Angola, en forma escalonada los cubanos, operación que en unos 36 meses devolvería a Cuba aproximadamente a unos 20.000 hombres del total de tropas cubanas en la nación africana. El retiro de los que quedaran sería decidido por los dos Gobiernos interesados. Los puntos de la plataforma han permanecido inalterados y no coinciden para nada con declaraciones formuladas por Fidel Castro durante una visita que efectuó a Angola el año próximo pasado, según las cuales "la presencia de Cuba en Angola depende de nuestros hermanos angoleños, nuestra disposición es permanecer junto a ellos mientras exista el apartheid".

Dos Santos señaló en una reunión de la OUA (Organización de Estados Africanos) realizada en Zambia el año pasado, que su Gobierno presentará propuestas para un "acuerdo global" para la independencia de Namibia, a Sudáfrica, Cuba y el SWAPO, sin embargo hasta el momento no hubo ninguna noticia al respecto.

PANORAMA ECONOMICO

En un mensaje emitido por el Presidente Dos Santos el 1º de enero del corriente año, puso de manifiesto los problemas económicos que enfrenta el país. Según el Primer Mandatario, cada habitante se verá perjudicado por la crisis económica y el país se verá obligado a pagar por importaciones de alimentos esenciales con préstamos extranjeros. Atribuyó esta situación al efecto desestabilizador de la ayuda militar norteamericana a la UNITA y a la caída mundial de los precios del petróleo.

En síntesis el deterioro económico se puede ilustrar de la siguiente manera:

1.- Las divisas por concepto de exportación declinaron durante 1986 en un 33% en comparación con 1985, a pesar de que la producción de petróleo habría aumentado.

2.- La compañía estatal de diamantes fue clausurada en 1982, como re-

sultado de progresivas pérdidas desde ese año.

3.- Las dificultades de Angola y la disminución de sus exportaciones, obligaron al Estado a refinanciar su actual deuda externa, la que, como resultado de los contínuos préstamos que el país debe solicitar al exterior está aumentando rápidamente. Los préstamos son para financiar alimentos y servicios, ambos esenciales.

4.- La guerra trajo como consecuencia la creciente despoblación de las áreas rurales y por tanto la creciente urbanización trajo problemas de aglutinamientos y más desempleo.

Todos estos problemas traban el potencial de desarrollo económico del país, el que tiene los recursos como para ser uno de los más influyentes dentro del contexto africano. Durante 1987, Angola podría verse beneficiada con el aumento actual de los precios del crudo, los diamantes y el café. No obstante, el conflicto militar continuará ejerciendo su efecto desestabilizador sobre la economía del país.

LA UNION SOVIETICA Y EL ATLANTICO SUR

La presencia física de la Unión Soviética en Angola es tan indiscutible, como que en sus planes figura la sistemática desestabilización del continente africano y la concreción de contínuas conquistas como paso previo para alcanzar Sudáfrica, su objetivo más codiciado.

La construcción de un puerto pesquero en Tombua (provincia de Namibia a lo largo de la costa sur de Angola) se encuentra en marcha y precisamente ganó el contrato para el proyecto una compañía soviética. No se puede dejar de lado la implicancia estratégica de un acceso directo de la URSS hacia el sur de Angola y todo lo que ello implica, aunque los moscovitas afirmen que el puerto es pura y exclusivamente para el apoyo de su flota pesquera operando en aguas del país. No hace falta mucha perspicacia para darse cuenta del peligro que para América Latina representa la instalación de bases soviéticas en el litoral atlántico, no solo las ya existentes sino todas las que pueda ir adquiriendo hacia el sur. Desde hace mucho tiempo, el Atlántico meridional está surcado por "inocentes" buques pesqueros y oceanográficos, submarinos y satélites rusos, por lo cual estos mares ya no tienen prácticamente secretos para la Unión Soviética.

En lo que concierne especificamente a nuestro país, en la "Conferencia de Solidaridad con los Pueblos de Angola y Africa Austral" que tuvo lugar en Montevideo entre los días 11 y 12 de mayo de este año, se destacó preci-

samente la presencia de un núcleo importante de uruguayos quienes aportaron por años su trabajo intelectual y físico para la "construcción de Angola", donde funciona desde 1983 la denominada "Brigada Internacionalista Uruguaya en Angola", a través de la cual desarrollan todo tipo de tareas, muchas veces en el interior del país.

El 6 de marzo de 1987, el Gobierno de nuestro país estableció relaciones diplomáticas con Angola, documento que se suscribió a través de los representantes permanentes de las dos naciones ante la ONU. Las conversaciones al respecto ya se habían iniciado cuando vino una autoridad angoleña a Uruguay en oportunidad de asumir el mando el Presidente Julio María Sanguinetti. Hasta el momento Cuba y Brasil eran las únicas naciones latinoamericanas que mantenían relaciones diplomáticas con el país africano. Uruguay, que venía manteniendo relaciones comerciales con Angola, envió a dicha nación, durante el primer semestre del año próximo pasado exportaciones por cuatro millones de dólares en diversas mercaderías. Llama la atención que se hayan entablado relaciones a nivel de Embajadas con un país en el cual el Gobierno no es democrático, que ni siquiera representa una mayoría y que además mantiene en su territorio fuerzas extranjeras de ocupación, tales como las soviéticas y las cubanas.

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.
Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.
Copia 3 - Señor Sub-Director de Ejército de D.G.I.D.
Copia 4 - Señor Sub-Director de Armada de D.G.I.D.
Copia 5 - Señor Jefe de Mesa de Análisis de D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DEPARTAMENTO
Recibido O. Uruguay

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR)
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
261400AGO87
mlms

MEMORANDUM Nº028/87

ENTRADO 5/10/90 E5
CRUZADO 5/10/90 E5

ASUNTO: FEDERACION MUNDIAL DE TRABAJADORES CIENTIFICOS

TEXTO:

I.- GENERALIDADES

A.- FUNDACION

La Federación Mundial de Trabajadores Científicos fue fundada en julio de 1946, durante la realización de una conferencia internacional realizada en Londres y organizada por la Asociación Británica de Trabajadores Científicos. A dicha conferencia asistieron represetantes de 18 organizaciones de científicos provenientes de 14 países.

Conocida en su origen como una organización apolítica, la misma fue rápidamente controlada por los comunistas, los que lograron obtener la mayoría de los puestos dirigentes.

Esto no fue difícil puesto que los científicos no comunistas solo se ocupaban de su especidalidad, interesándose muy poco sobre cuestiones políticas y otros asuntos que no tenían relación con su ocupación.

Es por esto que la "toma del poder" de los comunistas en esta organización tuvo menos incidentes que en otras organizaciones auxiliares, así como tampoco hubieron deserciones masivas como aconteció en otras organizaciones de frente a fines de la década de 1940 y comienzos del 50.

Esto se explica no solamente por el hecho de que la mayoría de los científicos estaban sumergidos en sus especialidades y no se sentian atraídos por la política sino que además por el hecho de que la federación buscaba siempre apoyarlos en sus argumentos científicos.

La existencia de asociaciones no comunistas en sus filas arrastra hacia el seno de la federación discordias, altercados, sentimientos que pudieron ser dominados hasta el presente porque las poderosas organizaciones nacionales comunistas observan una cierta reserva en el

9005172

en el interés de conservación de ese tipo de asociaciones, las cuales se consagran únicamente en trabajos científicos.

La sede de la Federación se encuentra en Londres.

B.- MIEMBROS

La afiliación está abierta a las organizaciones de trabajadores científicos o individuos solos en los casos en que no existan organizaciones nacionales representativas en sus países.

Setiembre de 1953 - 136.000 miembros de 15 países

Abril de 1956 - 150.000 miembros,19 organizaciones en 17 países.

1958 - Más de 200.000 miembros, 20 organizaciones en 19 países.

Setiembre de 1961 - 200.000 miembros de 21 países.

1962 - miembros de 22 países.

1981 - 400.000 miembros en 33 países.

1986 - 500.000 miembros, 50 organizaciones en 19 países y miembros afiliados independientes en 17 países.

C.- FINANZAS

La Federación según sus estatutos debe ser financiada por la suscripción de las organizaciones miembros; en la práctica el 90% de sus fondos provienen de países del bloque soviético, principalmente de la URSS y de Alemania Democrática.

D.- PUBLICACIONES

1.-"Mundo Científico", se comenzó a editar en enero de 1957 en forma trimestral en cuatro idiomas (inglés, francés, alemán y ruso)

2.- "Ciencia y Humanidad" periódico editado dos veces al año en cuatro idiomas (inglés, francés, alemán y ruso). En el mismo se presentan los trabajos de los científicos en los países socialistas.

El cuerpo editor está integrado por 8 personas y se edita en Praga.

3.- Ha editado un cierto número de folletos, como por ejemplo: "Culminando la Carrera Armamentista",La Labor de los Científicos", "Guerra Bacteriológica en Corea"(1952) y "Riesgos impoderados" (1956).

4.- Publica bimensualmente en forma de panfletos: "Progreso Humano depende de la Paz" y "La Tierra no debe convertirse en desierto". El primero de los mencionados relativo al desarme y el segundo relacionado con la ecología.

II.- ORGANIZACION DE LA FEDERACION

A.- ESTRUCTURA INTERNA

1.- Asamblea General

Es el órgano supremo, se reúne cada dos años. A dichas reuniones asisten representantes de todas las organizaciones afiliadas.

2.- Consejo Ejecutivo

Es teóricamente el órgano de control entre las Asambleas. Está integrado por 33 miembros, los que son elegidos sobre una base individual por la Asamblea General, estando sujetos a una reelección y el reemplazo por parte de sus organizaciones nacionales.
El Consejo aprueba las directivas e instrucciones generales que son elaboradas por el Buró.

3.- Buró

Es el cuerpo que realmente gobierna a la Federación, está integrado por 11 dirigentes, los cuales son elegidos entre los miembros individuales del Consejo Ejecutivo.Está integrado por un presidente, cinco vicepresidentes, un secretario general, un secretario general adjunto y tres secretarios asistentes.Existe además un secretario de organización y los directores de los Centros Regionales.
Se reúne regularmente y conduce el trabajo diario.

4.- Comités Permanentes

a.-Comité de Enlace Permanente para el Asia, creado durante la realización de la Conferencia de las naciones asiáticas para la disminución de la Tensión Internacional, realizada en Nueva Delhi en abril de 1955 habiendo sido patrocinada por el Consejo Mundial de la Paz. Tiene como objetivo favorecer la colaboración científica entre los científicos asiáticos.

b.- Comisión de Enlace entre Científicos socialistas y extranjeros, creada en Moscú en 1959.

c.- Comité para la Colaboración de los Científicos creada en Moscú en diciembre de 1959.

d.- Comité de Sicólogos por la Paz yel Desarme Nuclear, fue establecido durantela realización del Congreso de Sicólogos Europeos por la Paz realizado en Helsinki en agosto de 1986.
Su principal es el Profesor Adolf Kossakowski de Alemania Democrática.

e.- Comité Permanente de Ciencia Política.

f.- Comité Permanente de Defensa de la Paz y el Desarme.

g.- Comité Permanente Socio-Económico.

h.- Fueron creados comités ad hoc para tratar temas tales como: "Riesgo Nuclear" en 1957 y "Naciones Desarrolladas" en 1966.

5.- Centros Regionales

Hay establecidos varios centros regionales en diversos lugares: Argelia, Berlín Oriental, Nueva Delhi, París y Praga. El Centro Regional que funcionaba en Pekín fue cerrado por los chinos como resultado de la disputa sino-soviética.

B.- ORGANIZACION INTERNA

El Buró esta integrado por : Profesor Jean Marie Legay(Presidente , de nacionalidad francesa), Stab Davison (Secretario General, de nacionalidad inglesa), André Jaegle (Secretario General Adjunto y Tesorero, de nacionalidad francesa) y John K. Dutton (Secretario de organización, de nacionalidad inglesa)

El Consejo Ejecutivo está integrado,entre otros por: Prof. Rolf Rinke, Prof. Manfred Müller y Prof. Klaus Engelhard

III.- OBJETIVOS

De acuerdo a sus estatutos los objetivos de la Federación son:

A.- Utilización plena de la ciencia para la promoción de la paz y el bienestar de la humanidad.

B.- Cooperación internacional en la ciencia y tecnología mediante una estrecha cooperación con la UNESCO.

C.- La libertad y la coordinación del trabajo científico tanto nacional como internacionalmente.

D.- Una integración más íntima entre las ciencias naturales y sociales.

IV.- POLITICA DESARROLLADA

A.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES

1.- Organizaciones Auxiliares

Mantiene estrechas relaciones con el Consejo Mundial de la Paz y con la Federación Mundial Sindical.

En 1949 la Federación conjuntamente con la Federación Mundial Sindical emitieron una declaración sobre la actividad conjunta en aquellos campos en los que tienen un objetivo común.

En mayo de 1979 la Federación colaboró con el Instituto Internacional para la Paz (IIP) en la realización de la Conferencia Internacional sobre "Problemas de Conversión de la Guerra a la Paz" en Viena.

2.- Naciones Unidas

a.- UNESCO

Mantiene status categoría A en esta organización. Mantiene status consultivo en el Comité Permanente de la Conferencia de la Organización Internacional No Gubernamental de la UNESCO.

b.- ECOSOC

Mantiene status consultivo en esta organización.

c.- ILO(Organización Internacional del Trabajo)

Mantiene estrechos contactos con esta organización.

B.- La Federación cumple fielmente su misión como organización auxiliar. Invariablemente ha atacado a países "Imperialistas" y ha alabado el accionar de los países comunistas.

Organiza eventos de naturaleza cientifica que atrae la ayuda no comunista e incrementa su influencia en las Naciones Unidas.

La propaganda que despliega la Federación es másmoderada y limitada que la que realizan las otras organizaciones, es más intensificada cuando se realizan las Asambleas Generales.

Se esfuerzan de justificar por medio de exigencias cientificas las tomas de posición contra el mundo libre.

Su esfuerzo principal de actividad está centrado sobre el tema nuclear. Con relación a este tema la Federación dice que: "Porque en una futura guerra nuclear, las armas nucleares serán probablemente usadas y porque ellas amenazan con infligir sufrimientos inmensos a la humanidad, provocar destrucciones materiales y pueden asimismo finalizar con la humanidad, nosostros exhortamos a los gobiernos del mundo a reconocer publicamente que sus objetivos no pueder estar atendidos por medio de una guerra mundial. Es ésta, la razón por la cual nosotros insistimos para que se estudie de una manera más profunda las consecuencias de nuevos descubrimientos cientificos sobre la humanidad considerada como un todo y para que prometan recurrir a medios pacíficos para solucionar todos los asuntos litigiosos".

Asi como acontece en otras organizaciones auxiliares, y siendo una característica muy importante en ellas, la llamada "Unidad de Acción" con otras organizaciones sin importar sus concepciones políticas es encontrada tambien en la Federación.

C.- CAMPAÑAS REALIZADAS

La Federación ha apoyado abiertamente las campañas del Consejo Mundial de la Paz contra los armamentos atómicos, ha condenado las pruebas con bombas nucleares hechas por los norteamericanos y británicos pero nunca ha dicho nada por las hechas por los soviéticos.

1.-Guerra Bactereológica

En 1952 la Federación envió a pedido de sus miembros chinos una comisión científica internacional a China, la misma estaba integrada por seis científicos seleccionados "objetivamente".
Dichos científicos investigaron las pruebas elaboradas por los chinos e informaron que armamentos bacteriológicos habían sido usados por los norteamericanos contra los pueblos de Corea y China.
Según el imforme la comisión fue completamente"imparcial"al respecto (a pesar de que la misma fuera seleccionada y financiada por los comunistas). Se afirmaba en dicho informe que la comisión fue enviada puesto que la Organización de la Salud (NN.UU.) y el Comité Internacional de la Cruz Roja no eran libres de influencias políticas como para llegar a realizar una investigación imparcial.
Esta campaña duró cerca de seis meses y se realizó en conjunto con el Consejo Mundial de la Paz, la Federación Internacional de Mujeres Democráticas y la Asociación Internacional de Abogados Democráticos.

2.- Campaña contra los armamentos atómicos

Apoyó abiertamente como se menciona anteriormente a las campañas realizadas sobre este asunto por el Cons. Mundial de la Paz, realizando conferencias y editando folletos, como por ejemplo "Riesgos Imponderados".

D.- REUNIONES REALIZADAS

La Asamblea General se ha reunido en diversas oportunidades.
Julio de 1946 en Londres, Setiembre de 1948 en Dobris(Checoslovaquia), en Abril de 1951 en París y Praga, en Setiembre de 1953 en Budapest, en Setiembre de 1955 en Berlín este, en Setiembre de 1957 en Helsinki, en Setiembre de 1959 en Varsovia, en Setiembre de 1962 en Moscú, en Setiembre de 1965 en Budapest, en Abril de 1969 en París, en Setiembre de 1973 en Berna, en Setiembre de 1976 en Londres, en Mayo de 1980 en Berlín Este y en 1986 en Moscú.
A partir de la década de los años 70 la Federación ha realizado

simposios, conferencias, encuentros varios a nivel internacional y regional como por ejemplo:

- Noviembre de 1971 - Conferencia sobre los peligros del ABC (Atómico, biológico y quimico - armamentos-) en Berlín Este.
- Mayo de 1972 - Conferencia sobre el peligro de los armamentos atómicos, biológicos y químicos en europa.
- Julio de 1975 - Simposio Científico Internacional sobre Desarme, realizado en Moscú, al cual asistieron 422 científicos de 62 países.
-Setiembre de 1978 - Simposio Internacional sobre el rol de la Ciencia y la Tecnología en el Desarrollo, realizado en Argelia.
- Noviembre de 1979 - Simposio Internacional sobre las Corporaciones Transnacionales, realizado en Paris.
- 1980 - Simposio Internacional sobre el mayor trabajo de los Científicos y Ingenieros.
- 1980 - Simposio Internacional sobre el desarme y el Desarrollo, realizado en Berna.
- Noviembre de 1985 - Centro Regional de Berlín, se realizó una Conferencia sobre la responsabilidad de los científicos en la seguridad, de la paz, por el desarme y contra el racismo.
- Febrero de 1986 - Reunión del Buró de la Federación en Londres.
- Julio de 1986 - Reunión Mundial sobre la Ciencia, Tecnología y la Paz, realizada en Moscú.
- Agosto de 1986 - Congresos de Sicólogos europeos por la paz.
- 1987 - Simposio Internacional sobre los problemas de la eficiencia empleada en la ciencia y tecnología en el desarrollo de los paises, realizada en Nueva Delhi.

E.- CONFERENCIAS PUGWASH -COMITE PUGWASH

El industrial americano Ciro Eaten convocó a una conferencia a científicos de todo el mundo, la misma se realizó entre el 7 y el 11 de julio de 1957. Se realizó en la localidad canadiense Pugwash (de donde tomó el nombre el Comité de referencia.

A la misma asistieron entre otros C.B. Powel y J. Rotblatt(Gran Bretaña), E. Rabinotch (Estados Unidos) y el Dr. D.Skobekzyn.

Durante el transcurso de la misma se decidió la fundación del Comité Pugwash.

El que fuera nombrado en ese momento Presidente Honorario del comité,

y Premio Nobel de la Paz, Loral Bertrand Russell (G.Bretaña) emitió una declaración en su nombre y de 9 cientificos (la mayoría de los cuales fueron nominados Premio Nobel) sobre las terribles consecuencias que entrañan una guerra nuclear, habiéndose lanzado el movimiento contra el empleo de la bomba de hidrógeno.

Todas las Conferencias Pugwash que se realizan son consagradas al desarme general y a los peligros que puede correr la humanidad en caso de una guerra atómica.

A estas conferencias asisten científicos miembros de la Federación y del Bloque Oriental, el número de participantes a las mismas no sobrepasa generalmente de los 100.

Las conferencias son favorecidas por la Federación para ayudar a la unidad de acción e influenciar a los científicos no comunistas.

Ellas son un campo ideal de actividades para la Federación, puesto que numerosos y afamados científicos no comunistas toman parte de las mismas.

A pesar de la fuerte influencia ejercida sobre ella por la Federación se ha podido mantener frente al exterior el carácter de independencia.

Naturalmente que el estudio de los científicos sobre los peligros nucleares se toman dando publicidad en favor del comunismo.

3005172

samente la presencia de un núcleo importante de uruguayos quienes aportaron por años su trabajo intelectual y fisico para la "construcción de Angola", donde funciona desde 1983 la denominada "Brigada Internacionalista Uruguaya en Angola", a través de la cual desarrollan todo tipo de tareas, muchas veces en el interior del país.

El 6 de marzo de 1987, el Gobierno de nuestro país estableció relaciones diplomáticas con Angola, documento que se suscribió a través de los representantes permanentes de las dos naciones ante la ONU. Las conversaciones al respecto ya se habían iniciado cuando vino una autoridad angoleña a Uruguay, en oportunidad de asumir el mando el Presidente Julio María Sanguinetti. Hasta el momento Cuba y Brasil eran las únicas naciones latinoamericanas que mantenían relaciones diplomáticas con el pais africano. Uruguay, que venía manteniendo relaciones comerciales con Angola, envió a dicha nación, durante el primer semestre del año próximo pasado exportaciones por cuatro millones de dólares en diversas mercaderías. Llama la atención que se hayan entablado relaciones a nivel de Embajadas con un país en el cual el Gobierno no es democrático, que ni siquiera representa una mayoría y que además mantiene en su territorio fuerzas extranjeras de ocupación, tales como las soviéticas y las cubanas.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Sub-Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del C-2

Copia 3 - Señor Jefe del E-2

Copia 4 - Señor Jefe del N-2

El Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.

Cnel. (Av.)

Roberto C. Leira

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
DIRECTOR
República O. del Uruguay

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
281620AGO87
mlms

MEMORANDUM Nº028/87

ENTRADO 5/10/87 ES
CRUZADO 5/10/87 ES

ASUNTO: 1er. ENCUENTRO SUDAMERICANO DE ESTUDIANTES

TEXTO:

Entre los días 11 y 15 de los corrientes se realizó en Montevideo el 1er. Encuentro Sudamericano de Estudiantes.

A.- ORGANIZACION

Fue organizado por F.E.U.U.(Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay), OCLAE (Organización Continental Latinoamericana de Estudiantes, organización regional dependiente de UIE) y UIE (Unión Internacional de Estudiantes).

B.- PARTICIPANTES

Participaron delegados de 19 países latinoamericanos y centroamericanos, entre ellos: Abel Muñiz (Puerto Rico), Roger Ugarte(Nicaragua), Elvis Vargas (Bolivia); así como también invitados especiales de las organizaciones patrocinadoras del evento: Alfredo Ruiz (UIE), Josef Skala (Presidente de la UIE), Ana María Pellón (Presidenta de OCLAE) y Gastón Grissoni (FEUU, integrante del Secretariado Ejecutivo de UIE).

DPTO. II (EXTERIOR) 31 AGO 87 RECIBIDO

C.- OBJETIVOS

Los objetivos del encuentro fueron: Promover a nivel continental los problemas relacionados con la deuda externa y su incidencia en el presupuesto universitario e Instrumentar medidas de solidaridad con Chile y Paraguay.

D.- DESARROLLO DEL ENCUENTRO

Día 11 - Acto por el XXI Aniversario de creación de la OCLAE (realizado en la Facultad de Arquitectura).

Día 12 - Acto de Apertura, realizado en el Paraninfo de la Universidad. En dicho acto estuvieron presentes el Dr. Adolfo Gelsi Bidart (Decano de la Facultad de Derecho),el Arquitecto Carlos Reverdito(Decano de la Facultad de Arquitectura), el Presidente del Frente Amplio Líber Seregni, el Dr. José Pedro Cardozo (Presidente del Partido Socialista), León Lev(dirigente del PCU),el Rector de la Universidad, Con-

tador Samuel Lichetensztejn y los dirigentes del PIT-CNT Ruben Villaverde y Juan Carlos Pereira , entre otros.
Durante la realización del acto inaugural, la OCLAE le entregó a Líber Seregi la Orden "Playa Girón" por su lucha democrática.

Día 13 - Reunión Consultiva de la UIE(realizada en la Sala Maggiolo). Participaron en la misma más de 25 representantes de los estudiantes universitarios y de secundaria de América.
Se trataron diversos temas, los cuales serán discutidos en noviembre del corriente año durante la realización del 15º Congreso de la UIE , el cual se llevará a cabo en La Habana, previéndose que al mismo asistirán delegados de 110 países afiliados a dicha organización.
Algunos de los temas tratados durante la reunión consultiva fueron: Ajuste de las acciones de la organización al mundo actual, Incorporación de los estudiantes de secundaria a la organización, Defensa de la Paz Mundial y Solidaridad Internacional.

Día 13 - Acto de Solidaridad con Chile y Paraguay(realizado en la Facultad de Medicina).

- Foro sobre Deuda Externa y su influencia en la reforma y democratización de la enseñanza (realizado en la Fac. de C. Económicas).

Día 14- Acto por los Mártires Estudiantiles (Explanada de la Universidad).

- Entrevista de los delegados presentes con el Contador Enrique Iglesias.

Día 15 - Simposio sobre Derechos Humanos y Seguridad Nacional.

- Baile de clausura en el Club Atenas.

E.- <u>CONCLUSIONES</u>

1.- Es de destacar la importancia que este encuentro tiene por el hecho de ser la primera vez que se realiza un evento de esta naturaleza en Sudamérica y en especial en nuestro país.
Durante la realización de este encuentro se programó el 15º Congreso de la UIE, el cual se llevará a cabo en La Habana durante el mes de noviembre próximo; congreso que por primera vez desde la creación de esta organización se realiza en el continente americano.
Es de mencionar,también, que el 16º Congreso de la UIE se realizará en el transcurso de 1989 en Moscú.

2.- Del éxito que haya tenido el 1er. Encuentro Sudamericano de Estudiantes depende en buena medida el que podrá lograr el Congreso ha realizarse en La Habana.

3.- Las declaraciones vertidas por los distintos concurrentes al evento no se separan en ningún momento de los objetivos trazados por la Unión Internacional de Estudiantes, organización de frente comunista.

4.- Según manifestaciones de Gastón Grissoni es notorio el respeto que se tiene por FEUU a nivel internacional y es conocido el papel que juega la Federación a nivel nacional.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Fuerza Aérea de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Ejército de la D.G.I.D.

Copia Nº4: Señor Sub Director de la Armada de la D.G.I.D.

Copia Nº5: Señor Jefe de Mesa de Analistas

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

ENTRADO 5/10/90 EB
CRUZADO 5/10/90 EB

MEMORANDUM Nº 030/87

E T I O P I A

Montevideo, 14 de setiembre 1987.-

P.K.

ED1-05

9005174

S E C R E T O

E T I O P I A

SITUACION INTERNA

El Teniente Coronel Mengistu Haile Mariam, hombre fuerte del país desde hace ya bastante tiempo, acaba de ser elegido por unanimidad en la Asamblea Nacional (Shengo), como primer Presidente civil. Simultáneamente, entró en vigencia una nueva Constitución que proclama la República Democrática Popular de Etiopía, de neto corte marxista-leninista, poniendo fin así a 13 años de Gobierno militar. Precisamente el 12 de setiembre de 1974, una revolución llevada a cabo por el Ejército, puso fin a 44 años de reinado del Emperador Haile Selassie e instaló a un Consejo Militar Provisional Administrativo (DERG). En dicha oportunidad, 60 Oficiales fueron ejecutados por la facción del entonces Mayor Mariam, el que, en 1977 se convierte en Jefe de Estado.

La nueva Constitución fue aprobada en un referéndum que tuvo lugar el 1º de febrero próximo pasado, evidentemente Mariam tenía sumo interés en que el proceso que ahora culmina, tuviera una verdadera apariencia "democrática" y que se desarrollara de manera tal que asegurara su continuación al frente de los destinos del país. Al designarse a Mariam como Primer Mandatario quedó inmediatamente disuelto el DERG y se crea un nuevo Parlamento que contará con 813 Diputados. Se eligió, también por unanimidad a Fisseha Desta como Vicepresidente y a Fikre-Selassie Wogderess como Primer Ministro.

Como parte de los preparativos internos con miras precisamente a los sucesos actuales,en el mes de diciembre del año próximo pasado, no solo se designaron nuevos Ministros para ocupar las carteras de Comercio Exterior, Finanzas, Industria y Justicia, sino que también se realizaron amplios cambios en el Ejército, en cuyo marco fueron destituídos los Jefes de los Comandos norte, oriental y central, así como otros altos jerarcas. El relevo más significativo fue el del Ministro de Defensa, Brigadier General Tesfaye Gebre Kidan, que acompañara a Mariam desde que este asumió el mando, siendo uno de sus hombres de confianza, además de su consejero. Lo que sucede es que el Primer Mandatario se fue comprometiendo cada vez más con el marxismo, mientras que Kidan pertenece y perteneció siempre al ala nacionalista, moderada y pro-occidental. Del mismo modo a medida que el régimen se volcaba cada vez más hacia la URSS, aumentaron las renuncias y deserciones de personas que ocupaban altos cargos en el Gobierno y que también pertenecían al grupo de los

9005174

nacionalistas moderados. Mariam ha declarado que desde ahora Etiopía será gobernada "en base a los principios del internacionalismo proletario, centralismo democrático y la legalidad socialista". La Asamblea Nacional (Shengo) se confirmó como órgano supremo del Estado, es unicameral y sus integrantes, que eligen a los miembros del Gobierno, son renovados cada cinco años. Tiene predominio en el Parlamento el WEB (Partido Unico de los Trabajadores), de tendencia netamente comunista.

PROBLEMA DE ERITREA

En 1962 Eritrea, que en 1889 pertenece a los italianos, queda convertida en provincia del imperio etíope. A partir de 1973 se intensifica en esta área la actividad guerrillera por parte de los partidarios del separatismo, la que hasta ahora no ha cesado, constituyendo un importante escollo que deberá ser encarado por el nuevo Parlamento. Se estima que hasta el presente el Ejército no ha llevado a cabo una ofensiva para limitar estas actividades, porque se le daba prioridad a la instalación de la nueva República y a la entrada en vigencia de la nueva Constitución.

RELACIONES DE ETIOPIA CON LA URSS

En términos generales, Moscú parece estar satisfecho de sus logros en Etiopía, pese a algunos problemas existentes aún en algunos planos. La Unión Soviética considera al país africano como el modelo socialista más notorio del continente negro, existiendo estrechas relaciones militares que, desde el punto de vista de la URSS están destinadas a mantener el dominio de la nación y de su Ejército y a hacer frente a la principal amenaza que se cierne sobre el régimen etíope: los movimientos clandestinos de Eritrea.

La ayuda económica soviética a Etiopía se limita, al menos hasta el momento al petróleo, las prospecciones y su suministro, así como a la asistencia a las víctimas del hambre. En este último punto, Moscú no se ha opuesto a la colaboración que puedan prestar algunas naciones de Occidente, siempre y cuando esta no tenga proyecciones políticas. El Presidente Mariam viaja todos los años a la URSS y su última visita tuvo lugar el 17 y 18 de abril próximo pasado.

Conociendo la inestabilidad política del continente, la Unión Soviética aspiraría a más largo plazo, a lograr objetivos tales como:

a.- Mantener la dependencia militar de Etiopía y cimentarla.

b.- Crear pautas políticas y de organización que institucionalicen al marxismo-leninismo como ideología que se convertirá en parte del

sistema político, en estructura y métodos. Por un lado crear un foco alternativo a Mariam, que facilite y ayude a profundizar la penetración soviética en todas las capas de la Administración y de la sociedad etiope. Por otro entrenar a los cuadros partidarios y darles "una educación apropiada".

RELACIONES DE ETIOPIA CON LAS NACIONES VECINAS

Somalía: Se recuerda que Etiopía apoya al movimiento clandestino somalí, ayudándolo en todos los ataques que lleva a cabo en territorio de Somalía, lo que desde hace tiempo ha tensado las relaciones entre ambas naciones, quedando por ahora estancadas las conversaciones de paz que promueven los países occidentales.

Sudán: Los vínculos entre ambas naciones se caracterizan por sus altibajos. Existe un contínuo punto de fricción como consecuencia de la ayuda que muchas veces Sudán ha prestado a los rebeldes de Eritrea.

Libia: Sus intereses parecen contrarios, fundamentalmente por el apoyo que Libia brinda a Sudán. Sin embargo, a pesar de las tensiones y desconfianza mutua entre ambos países, aparentemente continúan los vínculos y los contactos, quizá porque no se desea llegar a un verdadero conflicto. Por lo tanto los dos se abstienen de manifestar públicamente sus discrepancias.

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Señor Sub-Jefe de A-2
Copia 2 - Señor Jefe del C-2
Copia 3 - Señor Jefe del E-2
Copia 4 - Señor Jefe del N-2

El Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.
Coronel (Av.)
Roberto C. Leira

9005174

sistema político, en estructura y métodos. Por un lado crear un foco alternativo a Mariam, que facilite y ayude a profundizar la penetración soviética en todas las capas de la Administración y de la sociedad etíope. Por otro entrenar a los cuadros partidarios y darles "una educación apropiada".

RELACIONES DE ETIOPIA CON LAS NACIONES VECINAS

Somalía: Se recuerda que Etiopía apoya al movimiento clandestino somalí, ayudándolo en todos los ataques que lleva a cabo en territorio de Somalía, lo que desde hace tiempo ha tensado las relaciones entre ambas naciones, quedando por ahora estancadas las conversaciones de paz que promueven los países occidentales.

Sudán: Los vínculos entre ambas naciones se caracterizan por sus altibajos. Existe un contínuo punto de fricción como consecuencia de la ayuda que muchas veces Sudán ha prestado a los rebeldes de Eritrea.

Libia: Sus intereses parecen contrarios, fundamentalmente por el apoyo que Libia brinda a Sudán. Sin embargo, a pesar de las tensiones y desconfianza mutua entre ambos países, aparentemente continúan los vínculos y los contactos, quizá porque no se desea llegar a un verdadero conflicto. Por lo tanto los dos se abstienen de manifestar públicamente sus discrepancias.

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.
Copia 2 - Señor Sub-Director de Fuerza Aérea de D.G.I.D.
Copia 3 - Señor Sub-Director de Ejército de D.G.I.D.
Copia 4 - Señor Sub-Director de Armada de D.G.I.D.
Copia 5 - Señor Jefe de Departamento I de D.G.I.D.

El Jefe de Departamento II de D.G.I.D.
Tte. Cmel.
Carlos A. Silva

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO. II(EXTERIOR)
161500SET87
mlms

MEMORANDUM Nº 034/87

ASUNTO: FEDERACION MUNDIAL SINDICAL

ENTRADO 5/10/30 ES
CRUZADO 5/10/30 ES

TEXTO:

I.- GENERALIDADES

A.- FUNDACION

El Profintern era antes de la 2da. Guerra Mundial la organización que agrupaba a los sindicatos comunistas mientras que la Unión Sindical Internacional, fundada en 1901, la que aglutinaba a los sindicatos no comunistas.

Al cesar en sus actividades durante el transcurso de la guerra, los sindicatos británicos en forma conjunta con los soviéticos tomaron la iniciativa de crear una nueva organización que comprendiera todos los sindicatos.

Esta iniciativa fue precedida de la formación, en 1941, de un Comité Sindical Anglosoviético, posteriormente se formaron los comités sindicales Francosoviético y Americano soviético.

En mayo de 1944 se decidió organizar una conferencia sindical ordinaria, la cual se realizaría el 6 de febrero de 1945, dicha decisión fue aprobada por el sindicato americano Congreso de la Organización Industrial (CIO).

Entre el 6 y 7 de febrero de dicho año se realizó en Londres la 1ª Conferencia Sindical Mundial, a la cual asistieron 204 delegados de 35 países, representando a 600 millones de sindicalistas

Entre otras cosas se decidió convocar en París a una 2da. Conferencia.

La Conferencia constitutiva de la Federación Mundial Sindical se realizó entre el 25 de setiembre y el 8 de octubre de 1945, en el Palacio de Chaillot (Teatro Nacional de París), asistieron a la misma 272 delegados de 56 países y representantes oficiales de 64 millones de obreros.

Algunos de los paises representados fueron: Albania, Australia, Austri

Argentina, Bélgica, Brasil, Bulgaria, Canadá, Sri Lanka, Colombia, Costa de Oro, Cuba, Checoslovaquia, Chipre, Dinamarca, Ecuador, Egipto, España, EE.UU., Finlandia, Francia, Gambia, Gran Bretaña, Guatemala, Holanda, Hungría, India, Irlanda, Islandia, Italia, Jamaica, Líbano, Luexemburgo, Méjico, Nigeria, Noruega, Nueva Zelandia, Palestina, Panamá, Polonia, Rodesia, Rumania, Sierra Leona, Siria, Sudáfrica, Suecia, Suiza, Trinidad, URSS, Uruguay y Yugoeslavia.
El 3 de octubre fue adoptado el estatuto de la Federación y la Conferencia que se realizaba se transformó en el 1er. Congreso Sindical Mundial.
La única gran organización que no participó de la misma fue la Federación Americana del Trabajo (AFL).

En reconocimiento de los servicios prestados por los británicos en la formación de la Federación se nombró como presidente de la misma a Sir Walter Citrine y por expreso pedido de los sindicatos soviéticos se nombró en calidad de secretario general a Luis Saillant de nacionalidad francesa y fiel simpatizante con la causa comunista,aunque no miembro del partido, ocupando así Saillant el puesto clave en la organización.

En 1945 los no comunistas ejercían una influencia preponderante en los organismos esenciales, por consecuencia los comunistas debieron conquistar el predominio en todos los órganos, ayudados por un determinado número de adherentes de sindicatos nacionales del Bloque Oriental y de China.
Utilizaron su poder para transformar completamente a la Federación en un instrumento de la política soviética.

En 1949 este abuso provocó una reacción de las asociaciones no comunistas, la organización que tomó la iniciativa de retirarse de la Federación fue la organización británica TUC (Congreso Británico de Sindicalistas), la siguieron la americana CIO y la holandesa NUU.

Dichas organizaciones establecieron en noviembre de 1949 la organización no comunista Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres (CIOSL).
Cuando los sindicatos no comunistas se retiraron de la Federación el Congreso Británico de Sindicalistas publicó un folleto titulado

"Los Sindicatos Libres abandonan la FMS", en el cual explicaban los motivos de porque se habrían retirado de la Federación.

En el mismo explicaban que:

"Para aquellas organizaciones nacionales que están dominadas por los comunistas era importante que la Federación fuera un instrumento de la diseminación mundial de su propaganda. Muchas de ellas tienen poca o ninguna experiencia de la labor sindicalista internacional yde la parte que deberían representar en las esenciales funciones industriales, sociales y económicas de una Unión Mundial Internacional de Sindicatos, sus concepciones estaban determinadas por su ideología política

"Estaban por otra parte aquellas organizaciones con una larga experiencia de la labor sindical en el campo internacional. Por experiencia, querían que la Federación fuera sana estructural y administrativamente que representara limpiamente a la opinión sindical mundial y que cumpliera los objetivos sindicales. Aquellos que lucharon por estos ideales, lo tuvieron que hacer enfrentándose con un abuso constante y falta de representación".

"Era imposible, pues, continuar sobre una base deficiente y con una falta de buena voluntad que hemos procurado constantemente remediar".

"De acuerdo con nuestro mandato, hemos dirigido una recomendación a las organizaciones nacionales en favor de una suspensión de actividades que nos habría dado tiempo para convencer con prudentes consejos. Esto también se demostró imposible".

"Ahora llamamos la atención de los movimientos sindicales libres del mundo hacia los hechos expuestos en esta declaración y urgimos la consideración de su propia posición en la Federación Mundial Sindical, ahora completamente dominada por las organizaciones comunistas, que a su vez están controladas por el Kremlim y por el Cominform".

"Las naciones del Hemisferio Occidental y sus gobiernos han sido presentadas en sus boletines como traficantes de guerras y serviles instrumentos de los monopolios y de los capitalistas.... Nunca se ha tolerado una sola palabra de critica para Rusia".

B.- SEDE

En enero de 1951 la Federación fue expulsada de Francia por realizar "actividades subversivas",siendo trasladada su sede al sector soviético de Viena. En febrero de 1956 el nuevo gobierno austriaco

independiente la expulsa por "peligrar la neutralidad austríaca" y se traslada a Praga, donde se encuentra actualmente.

C.- FINANZAS

Según dicen sus estatutos la Federación debería mantenerse mediante la financiación de sus afiliados, lo recaudado por las publicaciones que edita y además por donaciones especiales que reciba; pero al igual que acontece con otras organizaciones auxiliares, son la URSS y sus países satélites quienes solventan el 90% de los fondos de la misma.

En 1950 fue creado el Fondo de Solidaridad, supuestamente su creación era motivada para ayudar a los trabajadores de los países en vías de desarrollo, en la realidad este Fondo es usado para ayudar a las personas que combaten por la independencia de sus países.

La procedencia del capital que integra este Fondo es desconocida, ya que la Federación nunca hizo alusión acerca de donde provenía el mismo, es deducible que son la URSS y los países del Bloque Oriental los que aportan el capital integral.

D.- MIEMBROS

Según sus estatutos enuncian la afiliación a la misma solamente está abierta a una organización nacional sindical de cada país, pero en 1969 el Congreso reformó la constitución de la Federación de tal forma que,en casos excepcionales pudiera haber más de una organización nacional representativa de cada país.

Esta reforma estaba dirigida a permitir a la misma a extender sus contactos, dado que las 3/4 partes de sus afiliados provenían de la URSS y de sus países satélites, estando las organizaciones de los países de Occidente afiliados en su gran mayoría a la CIOSL.

En 1945 tenia 64 millones de afiliados; en 1949 habian 72 millones en 1954 eran 80.7 millones,de los cuales 35 millones provenian de la URSS y 18.4 de sus países satélites; en 1956 tenían 88 millones; en 1959 eran 95 millones de afiliados, en 1960 habían 101 millones; en 1961 tenían 111.5 millones, de los cuales 65 millones procedían de la URSS y en 1981 habían 190 millones de afiliados, de los cuales 107 millones eran procedentes de la URSS.

E.- PUBLICACIONES

1.- Movimiento Sindical Mundial: principal publicación de la Fede-

ración, se edita en forma mensual en inglés, francés, ruso, español, árabe, japonés, alemán, portugués y rumano. En 1981 se editaban 75.000 ejemplares del mismo.

2.- Flashes desde los Sindicatos: boletín de noticias semanal, se edita en inglés, francés, ruso, español y árabe.

3.- Opiniones: diario mensual sobre Africa, publicado en inglés y francés.

4.- Trabajadores Asiáticos: revista mensual publicada en inglés.

5.- FMS-Trabajadores Arabes: publicado en forma trismestral en francés, inglés, ruso, árabe y español.

6.- Boletines de Solidaridad con Corea, Palestina, Chile y Económico, publicados en forma regular.

7.- Panfletos Especiales: sobre las reuniones más importantes o temas esenciales.

8.- Boletines de los UIS, cada uno de los mismos publica su propio boletín, en numeral V.B.- se detallan los mismos.

II.- ESTRUCTURA DE LA ORGANIZACION

A.- CUERPOS DIRECTIVOS

1.-Congreso

Es el órgano supremo, se reúne cada cuatro años. En la práctica es ante todo un instrumento de propaganda muy eficaz, esto acontece porque la participación en el mismo no es exclusiva a los delegados de las organizaciones afiliadas.Tiene como misión aprobar las decisiones que le son presentadas por los organismos ejecutivos. Elige al Consejo General y al Comité Ejecutivo.

2.- Consejo General

Este cuerpo se reúne cada 2 años, está encargado de funciones de representación y propaganda. Está integrado por 105 miembros titulares y 105 ayudantes,(integrantes de 92 organizaciones miembros y de 2 organizaciones asociadas),así como también por delegados de las 11 Uniones Internacionales Sindicales y de la Asociación Profesional FISE.

Los miembros del mismo, así como también del resto de órganos de la Federación son elegidos durante la realización de los Congresos.

Las plazas correspondientes a Albania y a China no han sido ocupadas desde 1966.

Funciona como nexo entre el Congreso y los órganos ejecutivos; elige al Secretariado General.

3.- Buró Ejecutivo

Está integrado por un presidente, 13 vice presidentes, un secretario general y 40 miembros titulares y 37 auxiliares.
Es el órganos más importante de la Federación, siendo comparable al Presidium del Comité Ejecutivo del PCUS.

4.- Comité Ejecutivo

Está integrado por los miembros del Buró Ejecutivo, el Secretario General del Secretariado y los Secretarios Generales de las Uniones Internacionales Sindicales y de FISE.
Es comparable al Comité Central del PCUS.
Está encargado de la dirección de la organización, está habilitado para establecer directivas y ratificar las decisiones del Buró.
Se reúne dos veces al año pero igualmente puede ser convocado en sesión extraordinaria.
Es el encargado de elegir al presidente y a los vice presidentes.

5.- Secretariado General

Se encarga del trabajo corriente, está dirigido por el Secretario General, el cual es asistido por 9 secretarios.
El Secretariado está dividido en 8 secciones: Prensa y Propaganda, Relación con los Sindicatos Nacionales, Uniones Internacionales de Sindicatos (UIS), Asuntos Económicos y Sociales, Oficinas de Uniones Regionales, Asuntos Coloniales, Problemas expuestos por las Mujeres y Administración y Finanzas.

B.- INTEGRACION DE LOS ORGANOS DE LA FMS

1.- Buró

Presidente: Sandor Gaspar (Hungría)

Vice Ptes.: Andreas Ziartides (CHipre), Karel Hoffman (Checoslovaquia), Henri Kiasuchki (Francia), Stepan Shalayev (URSS), Romain Vilon Guezo (Benin), Tadesse Tamirat (Etiopía), Elías El Habr(Líbano), Izzidin Nasser(Siria), Indrajit Gupta (India), Batotschryn Lowsantseren (Mongolia), Robert Veiga (Cuba), Valentín Pacho(Perú), y un representante de Australia.
Los Vicepresidentes del Buró son nombrados de la siguiente forma: 4 de Europa, 2 de América Latina, 2 de Africa, 2 de Asia, 2 de países árabes y 1 de Oceania.

Secretario General: Ibrahim Zacarías (Sudán)

2.- Consejo General

Felix Díaz (Uruguay)

3.- Secretariado

Debkuman Ganguli (India), Ernesto Araneda(CHile), Jan Nemowdry (Polonia), Marie Friybortova (Checoslovaquia), Usevolod Moshayev (URSS) Alain Stern (Francia), Sigfried Katschman (RDA) y un representante de Africa.

El Secretario General que dirige el secretariado es el mismo que el del Buró (Zacarías).

III.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES

A.- ORGANIZACIONES AUXILIARES

1.- Consejo Mundial de Paz (CMP)

Desde 1950 mantiene un estrecho contacto con esta organización. En abril-mayo de 1979 la Federación suscribió un acuerdo de coperación con ésta, así como también con la Federación de Jóvenes y con la de Estudiantes.

2.- Federación Mundial de Jóvenes Demócratas

Coopera con esta organización en asuntos relacionados con los jóvenes trabajadores así como también con los Festivales Mundiales de la Juventud, los cuales apoya.

3.- Federación Internacional de Mujeres Demócratas

Coopera con ésta en los aspectos de seguridad social y derechos de la mujer que trabaja.

4.- Federación Mundial de Trabajadores Cientificos

Con esta Federación ha incrementado las relaciones en los últimos tiempos así como también la cooperación.

5.- Asociación Internacional de Abogados Demócratas

La Comisión Legal de la Federación y la de la Asociación de Abogados han sido creadas para trabajar en grupo y en conjunto organizar seminarios para los sindicatos de los abogados.

B.- NACIONES UNIDAS

La Federación tiene status categoria A en las siguientes organizaciones: Consejo Economico y Social (ECOSOC), Organización Internacional del Trabajo (OIT), Organización de las NN.UU. para la Agri-

cultura y la Alimentación (FAO) y en UNESCO.

Tiene status consultivo en UNIDO(Organización de las NN.UU. para el Desarrollo Industrial.

IV.- OBJETIVOS

Según sus estatutos la Federación tiene los siguientes objetivos:

- Mejorar las condiciones de vida y trabajo de los trabajadores de todos los países.

- Unir a los sindicatos del mundo entero sin consideración de raza, nacionalidad, ideas políticas y religiosas,a fin de luchar por los derechos económicos y políticos de los trabajadores y por las libertades democráticas.

- Favorecer la formación de sindicatos en los países en vías de desarrollo.

- Combatir el fascismo y todas sus manifestaciones, la guerra y todas sus causas y trabajar por una paz estable y duradera.

- Defender y representar los intereses de todos los trabajadores en los organismos internacionales.

Programa de Acción de la Federación

El Programa de Acción de la FMS incluye los siguientes puntos:

- La unidad de acción de los trabajadores debe ser reforzada en su lucha, para acrecentar su nivel de vida, para lograr la paz, para obtener la libertad e independencia de sus paises.

- La producción y la productividad se han incrementado considerablemente en los países occidentantes, pero el salario quedó igual, no permitiendo cubrir las necesidades más indispensables del trabajador.

- Elevación en el monto de los salarios; reducción de la duración de la jornada laboral; supresión de la cesación laboral; protección contra los efectos de la automatización: igualdad de salario por igual trabajo sin distinción de sexo, edad, raza o nacionalidad; licencia paga; mejoramiento de la situación de las viviendas; mayor protección contra los accidentes laborales o enfermedades.

- Protección de la independencia nacional y de las libertades de mocráticas en los países capitalistas y coloniales, protección de los sindicatos en los países semicoloniales y coloniales.

- Para Africa se demanda un código de trabajo, cese de los traba-

cultura y la Alimentación (FAO) y en UNESCO.

Tiene status consultivo en UNIDO(Organización de las NN.UU. para el Desarrollo Industrial.

IV.- OBJETIVOS

Según sus estatutos la Federación tiene los siguientes objetivos:

- Mejorar las condiciones de vida y trabajo de los trabajadores de todos los paises.

- Unir a los sindicatos del mundo entero sin consideración de raza, nacionalidad, ideas políticas y religiosas,a fin de luchar por los derechos económicos y políticos de los trabajadores y por las libertades democráticas.

- Favorecer la formación de sindicatos en los países en vías de desarrollo.

- Combatir el fascismo y todas sus manifestaciones, la guerra y todas sus causas y trabajar por una paz estable y duradera.

- Defender y representar los intereses de todos los trabajadores en los organismos internacionales.

Programa de Acción de la Federación

El Programa de Acción de la FMS incluye los siguientes puntos:

- La unidad de acción de los trabajadores debe ser reforzada en su lucha, para acrecentar su nivel de vida, para lograr la paz, para obtener la libertad e independencia de sus países.

- La producción y la productividad se han incrementado considerablemente en los países occidentantes, pero el salario quedó igual, no permitiendo cubrir las necesidades más indispensables del trabajador.

- Elevación en el monto de los salarios; reducción de la duración de la jornada laboral; supresión de la cesación laboral; protección contra los efectos de la automatización; igualdad de salario por igual trabajo sin distinción de sexo, edad, raza o nacionalidad; licencia paga; mejoramiento de la situación de las viviendas; mayor protección contra los accidentes laborales o enfermedades.

- Protección de la independencia nacional y de las libertades democráticas en los países capitalistas y coloniales, protección de los sindicatos en los países semicoloniales y coloniales.

- Para Africa se demanda un código de trabajo, cese de los traba-

jos forzosos y la creación de una legislación social adecuada.

- Las expensas militares deben ser reducidas y los fondos disponibles utilizados en el desarrollo económico y cultural.

- Para los países en vías del desarrollo se demanda que los trabajadores en los estados independientes apoyen los planes económicos nacionales, exijan la aceptación de la asistencia económica ofrecida por el campo socialista, luchen contra los "monopolistas" y obliguen a sus gobiernos a mantenerse fuera de pactos militares.

- Deben ser combatidos el colonialismoy todo vestigio de éste.

- El movimiento de paz debe ser sostenido.

- Es esencial para hacer resaltar el rol jugado por la clase obrera en la vida política el reestablecimiento de la unidad del movimiento sindical en los países donde la misma se roto, al igual que en el plano internacional.

- La repulsa de la armonía de las clases y el mantenimiento del principio de lucha de clase no constituyen obstáculos en la cooperación de otras clases con el proletariado industrial.

- La unificación del movimiento de obreros y campesinos es decisiva en la lucha contra la política de los monopolios y de los imperialistas.

- En los países en vías de desarrollo,los sindicatos deben jugar un rol dominante en los movimientos de Liberación Nacional e impedir así que la burguesía se instale en el lugar de los imperialistas.

- Los Partidos Comunistas son generalmente demasiado frágiles para asumir el rol dirigente en los movimientos de Liberación Nacional en los países en vías de desarrollo, los sindicatos deben jugar el rol de fuerza comunista dirigente hasta que el Partido Comunista pueda apoderarse formalmente del poder.

- Coexistencia pacífica.

- Disolución de todos los bloques militares, eliminación de todas las bases militares extranjeras.

- Desarme general y total bajo el control internacional, suspensión de armas nucleares, destrucción de los stocks de bombas atómicas.

- Reconocimiento de la igualdad de los derechos.

- Integridad territorial, independencia y soberanía de los

estados.

El programa de acción finaliza marcando terminantemente que los trabajadores son invencibles cuando ellos están unidos alrededor del slogan marxista " proletarios de todos los países, uníos".

V.- POLITICA SEGUIDA

A.- INDICIOS DE SU LEALTAD A MOSCU

Los objetivos de la Federación son aceptables para los sindicatos no comunistas; a partir de 1949 los métodos utilizados para conseguir los mismos fueron inaceptables para los no comunistas.

La subordinación y obediencia a Moscú fueron asuntos prioritarios, es decir que los asuntos políticos prevalecían ante los problemas económicos que aquejaban a los trabajadores.

Todas las manifestaciones, campañas y acciones desarrolladas por la Federación muestran claramente la intención de saber la capacidad y el estado de defensa de un País o de un grupo de países que puedan estar orientados contra la URSS y sus países satélites. Debido a su tamaño, organización y a su status en las organizaciones dependientes de las Naciones unidas y a su pretensión de defender a los trabajadores ha tenido mayor influencia que cualquier otra organización auxiliar.

Son claro ejemplo de su sumisión completa a Moscú:

1.- El folleto publicado por el Congreso de Sindicatos Británicos (TUC), titulado "Los Sindicatos Libres abandonan a la FMS", del cual se mencionan algunos parágrafos en I.A.-.

2.- Expulsión de la delegación yugoeslava de la Federación.

Cuando en 1950 Stalin y Tito se enfrentaron,el Comité Ejecutivo de la Federación ordenó la expulsión de los representantes yugoeslavos de la misma, aduciendo que los mismos eran "traidores y agentes de la camarilla fascista de Tito". En 1956, cuando Moscú cambió su línea, la Federación invitó a los yugoeslavos a volver a integrarse a ella.

3.- Motín alemán en 1953 y polaco en 1956

En ambos casos los obreros miembros de la Federación se alzaron en huelga por mejoras salariales y condiciones de trabajo adecuadas, viéndose forzados a regresar a sus tareas por tropas apo-

yadas por tanques rusos.
La Federación ante esto, en vez de apoyar a su miembros y protestar contra los gobiernos responsables puso "ojos ciegos" sobre tales acontecimientos, puesto que no podía atacar lo hecho por Moscú.

4.- Revuelta de Hungría en 1956

La FMS apoyó las medidas represivas de la URSS,en vez de apoyar a los obreros siendo sabeedora de los derechos de los mismos y de la libertad de los pueblos oprimidos.

5.- Campaña contra el Plan Marshall y el Pacto del Atlántico

Una resolución del Buró Ejecutivo de la Federación, reunido en Moscú estipulaba que: la política de los imperialistas está notoriamente expresada en el Plan Marshall y en el Pacto del Atlántico, los cuales apuntan a esclavizar a las naciones, política y económicamente y son instrumentos para posteriores designios agresivos de los instigadores de una nueva guerra. El Pacto Atlántico es un concierto para la preparación de una nueva guerra mudial por las fuerzas agresoras; es una conspiración contra la URSS y las Democracias Populares, un acuerdo para aplastar a los movimientos Nacionales de Liberación en todo el mundo.
Los obreros europeos, especialmente los del transporte y los portuarios recibieron órdenes concretas de negarse a manipular las armas norteamericanas.
La campaña contra la OTAN iniciada en 1949 continua aún vigente.

6.- Campaña por la Seguridad Social

Durante la realización de una conferencia internacional sobre Seguridad Social,realizada en Viena, la Federación emprendió una campaña por una seguridad social mejorada y como es usual en la propaganda de la FMS, la URSS y sus satélites fueron presentados como modelos,mientras que en el resto del mundo se dijo que la Seguridad Social no existía.

7.- Campaña por la paz

La Federación ha dado siempre su total apoyo al Consejo Mundial de la Paz en toda su linea, aprobando resoluciones y directivas sobre la línea de paz vigente y exhortando a sus miembros a apoyar a esta organización en sus campañas en todos los terrenos.
La Federación y sus sindicatos constituyen la vanguardia combatiente del gran movimiento de los partidarios de la paz.

9005175

8.- Entre 1949 y 1951 la Federación atacó duramente a la Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libres(CIOSL) denunciando a sus líderes como divisionistas de la clase trabajadora y lacayos del imperialismo norteamericano. Posteriormente y viendo que con esta táctica no podía con ella cambió la misma mostrándose "dadivosa" y sugiriendo la idea de una acción unida para defender los intereses de los trabajadores. Esta postura fue adoptada por todas las organizaciones auxiliares.

El hecho de que haya tenido menor éxito en atraer a los no comunistas que el Consejo Mundial de la paz es debido a la existencia de la CIOSL, puesto que esta última mencionada aglutina al 90% de los sindicatos del mundo libre.

La Federación es la más peligrosa de las organizaciones auxiliares, no por el número de sus afiliados, que no es tan cuantioso como pudiera haber sido, sino por la organización que presenta entre sus miembros, mostrando una auténtica organización "militar".

B.- CREACION DE LAS UNIONES INTERNACIONALES SINDICALES (UIS)

Las UIS fueron creadas en su mayoria a fines de la década del 40 como contrapartida de los Secretariados Gremiales Internacionales (SGI) afiliados al CIOSL.

Su misión es reunir a los sindicatos profesionales de los distintos países, reclutar uniones individuales que no pertenezcan a la Federación y atraer el apoyo de las afiliadas al CIOSL y a otras uniones no comunistas para campañas sobre temas generales.

La afiliación a las mismas está abierta a organizaciones sindicales en susrespectivas profesiones.

En paises desarrollados han intentado el establecimiento de organizaciones regionales, en Latinoamerica han establecido órganos para los trabajadores de la construcción, la química, alimentación y empleados públicos.

En aquellos lugares donde no ha sido posible establecer tales órganos se han formado uniones preparatorias y comités de coordinación, como por ejemplo para empleados agricolas, comerciales, metalúrgicos, minería, textiles e industria de transporte.

Las UIS tienen abiertos sus propios Secretariados Continentales o Regionales,independientes de las Oficinas Regionales de la Federa-

ción en Asia, Africa y América Latina.

En apariencia son totalmente autónomas de la Federación, teniendo su propia organización, editando sus propias publicaciones, realizando sesiones, pero a pesar de esto, su actividad y su sector financiero están estrechamente controlados por el Departamento Especial de UIS, bajo la dirección de la Federación, estando sometidas a las directivas de la misma.

Cada UIS es un miembro asesor del Comité Ejecutivo de la Federación y coordina sus iniciativas y actividades con el Secretariado de la anteriormente nombrada.

Las UIS son formalmente conocidas como Departamentos Comerciales, existiendo en la actualidad 11 y una Asociación Profesional(FISE) que es considerada integrante de las UIS.

Tienen su propio Comité Administrativo, integrado por 10 a 25 miembros, incluyendo presidente, vice presidente, secretario general, secretarios y otros miembros.

Las UIS existentes hasta el momento son:

1.- Obreros Agrícolas y Forestales

Creada en diciembre de 1949 en Varsovia, en su comienzo su sede estaba en Roma, trasladándose posteriormente a Praga(noviembre de 1959).

Presidente: Andreas Kyriakow (Chipre)

Secretario Gral: Gérard Laugier (Francia)

Secretarios: Valery Kalashnikov(URSS)

Rodrigo Paniagua (Costa Rica)

I. Marchana

Tiene en la actualidad 50 millones de miembros.

Edita la publicación "Tierra y Trabajo".

2.- Industrias de la Construcción, Madera y Materiales de construcción

Su sede está en Finlandia, tiene 17 millones de afiliados en 57 países.

Edita la publicación "Boletín Informativo".

Presidente: Lothar Lindner (RDA)

Secretario Gral.: Veikko I. Porkkala (Finlandia)

Secretario: Evgeny Resletnikov(URSS)

9005175

3.- Obreros de la Industria Química, Petróleo y Afines

Su sede está en Budapest, Tiene en la actualidad 10 millones de miembros afiliados.

Edita la publicación "Boletín Informativo".

Ha estado muy activo en el Comité Anti Monopolio, fundado en una reunión de trabajadores petróleros, realizada en Argelia en 1968.

Existe una estrecha cooperación entre éste y la Federación Arabe del Petróleo y Minería e Industria Química en Medio Oriente.

Presidente: Ferenc Dajka (Hungría)

Secretario Gral.: Alain Conet (Francia)

Secretarios: Dimitri Dzuba (URSS)

Pal Gergely (HUngría)

4.- Obreros de la industria de la Alimentación, Tabacos,Hoteles y Afines

Su sede está en Sofía, tiene en la actualidad 14 millones de afiliados.

Edita la publicación "Boletín Informativo".

Existe una estrecha cooperación en Medio Oriente entre este UIS y la Federación Arabe de Trabajadores Alimenticios.

Presidente: André Vogier (Francia)

Secretario Gral: Ursinio Rojas (CUba)

Secretarios: Ibrahim Dahar (Líbano)

Jordan Griborov (Bulgaria)

5.- Obreros de la industria de la Vestimenta,Textiles, Cueros y Pieles

La sede está en Praga, cuenta con 12 millones de afiliados de 71 organizaciones y edita la publicación "Boletín Informativo".

Mantiene estrechas relaciones con la Conferencia Latinoamericana de Trabajadores Textiles, Cueros e Indumentaria (CLATEX), con la Federación Arabe de Trabajadores Textiles y la Organización de Sindicatos Unidos de Africa (OATUU).

6.-Obreros de la industria del Metal, Ingeniería y Mecánica

Su sede está en Moscú, tiene en la actualidad 22 millones de miembros de 60 organizaciones en 43 países.

Publica un Boletín Informativo.

En abril de 1975 fue creado como instituto permanente el Comité de Unión Internacional de Ingenieros, Supervisores y Técnicos (CLIICT)

teniendo el mismo como presidente a Barry Seeger (Gran Bretaña).

Presidente: Reinhard Sommer (RDA)

Pte. Honorario: Rosario Pietrarroia(Uruguay)

Secretario Gral.: Pierre Baghi (Francia)

Secretarios: Valentín Goshchinsky (URSS)

Aristóbulo Marciales (Colombia)

7.- Mineros

Su sede está en Praga, tiene en la actualidad 9.5 millones de miembros y edita la publicación "Noticias Internacionales de Mineros".

Presidente: Jan Konieczny (Polonia)

Secretario Gral: Alain Simon (Francia)

Secretario: Bohumir Bolak(Checoslovaquia)

8.- Empleados Públicos y Profesionales Asimilados

Su sede está en Berlín Este, cuenta con 24 millones de miembros y edita la publicación "Boletín Informativo".

Presidente: Raymond Barberis (Francia)

Secretario Gral.: Hans Lorenz (RDA)

Secretarios: Mario Merino (Chile)

Jean Claude Ruas

Christian Michel

9.- Obreros del Transporte,Puerto y Pesca

Su sede está en Budapest, cuenta con 18 millones de afiliados y edita la publicación "Boletín de Noticias de Trabajadores del Transporte del Mundo".

Existe lazos de cooperación entre el UIS y la Federaciónde Trabajadores del Transporte Arabe.

Presidente: Jean Brun (Francia)

Secretario Gral.: Dev Kumar Ganguli (India)

Secretarios: Kolman Baltensky (Hungría), Werner Jungana (RDA),

Antonio Tamayo (Uruguay) y Mark S. Volchenko (URSS)

10.- Empleados del Comercio, Oficinas y Bancos

Su sede está en Praga, en el inmueble de la Federación.

Cuenta con 23 millones de afiliados de 70 organizaciones en 64 paises

Edita la publicación "Boletín de Noticias Informativas".

La organización regional sudamericana es Conferencia de Trabajadores del Comercio de América Latina (COLTRAC).

9005175

Presidente: Javos Vas (Hungría)

Secretario Gral.: Ilie Trunza (Rumania)

Secretario: Alvaro Villamarin (Colombia)

Vice Ptes.: Avraam Antoniou (Chipre)

Olga Boatcheva (URSS)

Michelle Commergnat (Francia)

María Hadrabone (Checoslovaquia)

Miembros: Adman Danvish (Siria)

Romuald Sosnoyzki (Polonia)

11.- Trabajadores de la Energía

La organización regional para A, Latina y El Caribe de esta UIS es la Federación Sindical de Trabajadores de América Latina y El Caribe de la industria de la Electricidad(FOSIELCA), la cual fue establecida en el presente año.

Su presidente es de nacionalidad mejicana, los vice presidentes son de nacionalidad ecuatoriana, panameña, peruana y cubana, el secretario general es de nacionalidad mejicana y el secretario de nacionalidad venezolana.

12.- Federación Internacional Sindical de la Enseñanza (FISE)

Fue fundada en 1943, e incorporada a la Federación en 1946, habiendo sido reorganizada en 1949; año en la cual se convirtió en un departamento de la FMS. Su sede está en Berlín Este.

Es la única organización verdaderamente profesional dentro de los departamentos gremiales de la Federación, funcionando como una sección independiente.

Su dependencia de la Federación se explica por dos motivos:

- Los docentes tienen en numerosos países sus propios sindicatos de enseñanza.

- El objetivo de la FISE consiste en servir de lazo entre los obreros y el cuerpo de enseñanza considerado como "inteligencia popular".

En 1952 se creó la Confederación Mundial de Organizaciones de Docentes (CMOD), organización no comunista a la cual están afiliadas las principales organizaciones docentes del mundo libre, por lo que, la mayor parte de los miembros de FISE proceden de la órbita soviética.

La afiliación a FISE está abierta a todos los organismos magisteria-

les de todos los países.

Está integrada por 121 organizaciones afiliadas de 85 países, con un total de 25 millones de miembros.

Edita la publicación Maestros del Mundo en forma mensual en inglés, francés y alemán, siendo distribuida por la Federación Sindical. Además publica trimestralmente una revista y folletos especiales.

Los objetivos de la FISE son:

- Establecer una educación universal gratuita.
- Prohibición de los libros de textos que propagan el militarismo, imperalismo y supremacia racial.
- Oposición a la enseñanza militar y castigos corporales.
- Preparación de los maestros en un espíritu democrático y su inclusión en la activa lucha contra la reacción y por la paz, progreso, democracia.
- Emancipación de las escuelas de la influencia de la Iglesia.

Está íntimamente ligada al Consejo Mundial de la Paz.

En las NN.UU. está representada por la Federación Mundial Sindical y por medio de un Comité Conjunto de la Federación Internacional de Maestros de la cual FISE es un miembro.

FISE ensalza profusamente la educación en la órbita soviética poniéndola como un brillante ejemplo para el resto del mundo .

Realiza en forma anual la Conferencia Mundial de los Maestros. Festeja desde 1957 como día mundial de la Carta de los Maestros al 20 de noviembre.

Mantiene relaciones con las siguientes organizaciones no comunists: Conferencia Mundial de Organizacionesde Profesionales de la Enseñanza (CMOPE), Federación Internacional de Uniones de Maestros Libres (SPIE) y Confederación Mundial de Maestros (CMM).

El presidente de la organización es Lesturuge Ariyawanska (Sri Lanka) y el secretario general es Daniel Retureau (Francia).

Para su actividad a nivel internacional usa al Comité de Cooperación Sindical de Maestros (CCSM) creado por la FISE con una plataforma "neutral".

C.- <u>CREACION DEL CENTRO INTERNACIONAL DE LOS DERECHOS DE LOS SINDICATOS</u>

El objetivo de la creación de este Centro es el de tratar

con posibles violaciones significativas de los derechos de los sindicatos por parte de compañías gubernamentales y transnacionales.
Su trabajo está enfocado en:

- Recaudación y análisis del material sobre casos donde los derechos de los sindicatos son violados.
- Defensa del trabajo de la FMS en la Organización Internacional de Trabajo (OIT).
- Organizar reuniones en países donde han habido casos específicos de violación de los derechos de los sindicatos.
- Cerrada cooperación con la Comisión de Derechos Humanos en la ONU.
- Hacer rendir más efectivamente la estrategia de la FMS.

El Centro es controlado y administrado por una Comisión Legal, activa en la FMS desde 1975.
Tanto este Centro como la Comisión Legal de la Federación y la Asociación Internacional de Abogados Demócratas condenan solamente lo que la Federación condena como "Violación" en el sentido comunista y que es injusto por sus propias normas ideológicas.

D.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

La Federación ha creado numerosas organizaciones subsidiarias, mayormente de corta vida.
En la actualidad los que se encuentran en actividad son:

- Comité Internacional Sindicalista para el Turismo Social y Bienestar.
- Comité Internacional Sindicalista para la Solidaridad con los Pueblos y Trabajadores de Palestina.
- Comisión del Sindicato de la Educación.
- Comité Internacional de Sindicalistas para la Solidaridad con el Pueblo y trabajadores de Africa.
- Comisión de Jóvenes Trabajadores.
- Comisión para la Historia.
- Comité Consultivo en asuntos Socio-Económicos.
- Comité Internacional Sindicalista para la Solidaridad con el Pueblo y los Trabajadores de Chile.
- Comité de Ingenieros, Jefes Administrativos y Técnicos.
- Comité Permanente para el Sindicato de Industrias Impresoras
- Comite de Dublín, institución permanente de la Federación creado en 1982

para trabajar sobre los aspectos sociales y económicos del Desarme.

- Comisión Multinacional.

- Comisión para el Medio Ambiente.

- Comisión de la Constitución.

- Comité Internacional Sindical para la Solidaridad con el Pueblo y Trabajadores de Corea.

E.- ORGANIZACIONES REGIONALES

1.- Congreso Permanente de la Unión de Sindicatos de Trabajadores de America Latina(CPUSTAL)

Después de la disolución de la Confederación de Trabajadores de América Latina (CTAL), la FMS se apresuró a formar una nueva organización regional representantiva de América Latina, por lo que se realizó en Brasilia en 1964 un Congreso de Uniones Sindicales, donde fue formada la nueva organización,(CPUSTAL).

En la actualidad ésta agrupa 26 Federaciones de Uniones Nacionales de 22 países de América Latina y el Caribe, teniendo alrededor de 20 millones de miembros.

Los órganos ejecutivos de la CPUSTAL son:

- Consejo General,donde están representadas todas las organizaciónes miembros y se reúne cada dos años, según marcan sus estatutos.

- Buró Ejecutivo, integrado por representantes de 12 organizaciones miembros, se reúne anualmente.

- Secretariado Ejecutivo,formado por siete miembros.

La sede de la CPUSTAL se encuentra desde 1978 en Méjico.

Las actividades de la CPUSTAL es mantenida por Organizaciones Subregionales, las mismas son: Comité de Unión Sindical de Centro América y Panamá (CUSCA) con sede en Costa Rica, Buró Regional de los Andes con sede en Bogotá y Buró Regional del Area Sur con sede en Lima.
Una especial prioridad en las actividades de la CPUSTAL y de la FMS continúa siendo crear las condiciones favorables para la formación de una Federación Sindical Latinoamericana.

La labor del movimiento latinoamericano es ideológicamente y organizativamente manejada en la órbita regional y en la mayoría de los países sudamericanos.

Las federaciones laborales que son activas a nivel regional son las de Cuba, Nicaragua, Perú, Colombia y de Uruguay.

2.- Organización Africana de Sindicalistas Unidos

La FMS en vista de poder infiltrarse y controlar el movimien to sindical africano"ayuda"a establecer en 1961 a la Federación Sindical de Toda Africa (AATUF). Hasta el golpe de Gana (1966) la sede de la misma estaba establecida en Accra y era financiada por fondos comuistas; posteriormente fue trasladada a Tanzania.

La FMS mantenía su influencia sobre la AATUF a través de un Comité Cordinador establecido en 1969, el cual tenía como misión garantizar que los sindicatos afiliados a la Federación Africana dominaran la Organización Africana de Sindicalistas Unidos (OATUU), la cual había sido establecida bajo los auspicios de la Organización de Africa Unida (OAU) en abril de 1973.

LA AATUF fue eventualmente dispersada y mediante un acuerdo de coope ración entre la FMS y la OATUU firmado en agosto de 1976, esta última se transformó en la organización regional representativa de la FMS en Africa.

3.- A pesar de que la FMS ha tratado de promover la creación de una organización sindical en Asia representativa de sus ideales hasta el momento ha fallado en su intento.

En noviembre de 1978 fue abierta en Ho Chi Minh (Vietnam) una Oficina Regional de la FMS, en la actualidad la misma se encuentra en Hanoi

Los chinos, quienes tienen sus propios movimientos sindicales, los que fueran reorganizados en 1960, representan un adicional obstáculo para las aspiraciones de la Federación en Asia.

La FMS está planeando el aumento de influencia y establecimiento de una base de acción en el área del Pacífico Sur a través de la creación de una Unión de Sindicatos de Oceanía.

La FMS cuenta en esta región con la cooperación del Ejecutivo Nacional del Partido Comunista de Australia para lograr sus fines.

4.- Confederación Internacional de Sindicatos Arabes(ICATU)

La FMS sufrió un fuerte retroceso en 1971 cuando el Movimiento Sindical Sudanés (controlado por los comunistas) fue proscripto por el Presidente Numeiry y su secretario general Shafir Ahmed El Shaeikh fuera ejecutado en prisión.

F.- OTRAS ACTIVIDADES

1.- Escuelas de Entrenamiento

Desde la realización del congreso en Viena en 1953 un número determinado de Escuelas de Entrenamiento Sindicales han sido fundadas por la Federación, principalmente en Europa Oriental.
Dichas Escuelas son administradas por las organizaciones locales afiliadas a la Federación.
Uno de sus objetivos es el adoctrinamiento oficial en la doctrina comunista.
Los estudiantes retornan a sus países con promesas de asistencia financiera, para una ayuda segura al mantenimiento de los grupos nacionales de la FMS o para formar grupos nuevos.
La Federación tiene un Grupo Consultivo Permanente de expertos sobre sindicatos y educación en Asia, Africa y Latinoamerica para la coordinación de su política.
Las principales escuelas son: Colegio Internacional (Moscú), Escuela Sindical Georgi Dimitrov (Sofía), y el Colegio Sindical Fritz Heckert (RDA).
La duración de los cursos impartidos oscila entre 4 a 18 meses.
Además de la creación de las Escuelas de Entrenamiento se realizan otra serie de actividades que tienen la finalidad de adoctrinar políticamente según el punto de vista soviético.
Fue establecida la Universidad Africana de Trabajadores(en 1960)en Conakry (Guinea) conjuntamente por la FMS y la Unión General de Trabajadores de Africa Negra(UGTAN).
Se realizan seminarios anualmente en Checoslovaquia los cuales aproximadamente un mes.
Las organizaciones sindicales italiana, francesa, de Dahomey, de Nigeria afiliadas a la Federación y el Consejo Sindical Rumano imparten cursos para los sindicalistas.

2.- Envío de delegaciones

Frecuentemente la Federación envía delegaciones a distintos paises,especialmente a Asia, Africa y Latinoamérica.
Las mismas varían en tamaño pero su objetivo es el mismo, reclutar a nuevos miembros y exponer la poltica sustentada por la Federación.

3.- Programas Radiales

Además de publicar distintos folettos, diarios, etc, la

9005175

Federación hace una gran cantidad de propaganda radial, tiene facilidades en la mayoría de estaciones radiales de la órbita soviética pero las que fundamentalmente usa son las de Moscú, Praga, Berlín Oriental y Pekín.

4.- Películas

La Federación ha producido su propia película documental de largo metraje, titulada "La Canción de los Ríos". La misma fue producida por un holandés Joris Ivens, fue filmanda en los cinco continentes.

El tema de la misma es sobre los obreros que sufren explotación, son degradados y sufren de miseria en todo el mundo excepto en los países comunistas dirigidos por la URSS, donde todo es coser y cantar.

G.- REUNIONES, SIMPOSIOS, CONFERENCIAS REALIZADAS

Desde su fundación la Federación ha realizado innumerable cantidad de encuentros, simposios, conferencias sobre los más diversos temas, tanto los que atañen fundamentalmente a una organización sindical como además sobre la paz, el desarme, etc.

Prácticamente todos los meses o casi todos hay una reunión organizada tanto por la Federación como por sus organizaciones subsidiarias o sus organizaciones regionales y también por los distintos UIS.

Así como organiza reuniones, la Federación asiste también a otras que organizan los otros frentes auxiliares.

Las reuniones previstas para lo que resta del presente año son:

- 14 a 19Setiembre - 10ªConferencia Internacional de los Sindicatos de la Industria del Metal, a realizarse en Berlín Este.

- Octubre - Sesión del Comité Administrativo del UIS de los Trabajadores del Comercio a realizarse en Bagdad.

- Octubre - Conferencia Internacional de Sindicatos sobre Desarrollo y Desarme, organizada por el Comité Dublín .

- Noviembre - Simposio sobre Deuda Externa organizada por la Federación y OATUU.

- Reunión de los trabajadores del Comercio (se desconoce fecha y lugar a realizarse).

- Reunión Internacional de Sindicatos para tratar sobre Sindicatos por la paz, trabajo y desarrollo, desconociéndose la fecha

exacta de su realización.

- Diciembre- Conferencia Mundial de Mineros por la paz y el desarme, organizada por el UIS de Mineros.

Para el año 1988 ya están previstas las siguientes reuniones:

- 7ª Conferencia Internacional del UIS de los Empleados Públicos y Profesionales Asimilados.

- Febrero - 10ª Conferencia Internacional de Trabajadores de la Construcción a realizarse en Berlín Este.

- Setiembre - 8ª Conferencia Internacional del UIS de los trabajadores del Comercio, a realizarse en Moscú.

H.- ORGANIZACIONES MUNDIALES NO COMUNISTAS Y SU RELACION CON LA FMS

1.-C.M.T.(Conferencia Mundial de Trabajadores)

Fundada en 1919, su sede está en Bruselas. Cuenta con aproximadamente 6 millones de afiliados.

Es de tendencia demócrata-cristiana.

a.- CLAT (Central Latinoamericana de Trabajadores)

Es la filial para América Latina de la CMT,tiene su sede en Caracas su orientación ideológica responde a la demócrata cristiana y se acerca a las corrientes marxistas.

2.- C.I.O.S.L. (Confederación Internacional de Organizaciones Sindicales Libre)

Fue fundada en 1949, su sede ~~está~~ en Bruselasy cuenta con aproximadamente 70 millones de afiliados.

Es de tendencia social demócrata.

a.- O.R.I.T. (Organización Interamericana de Trabajadores)

Es filial de CIOSL,con sede en Méjico. Tiene aproximadamente 30 millones de afiliados.

Se orienta con las tendencias demócratas sindicales, manteniendo una puja interna ideológica entre la Socialdemocracia Europea y el sindicalismo Libre norteamericano.

b.- Secretariados Internacionales

Existen 18 secretariados, correspondientes a sus pares de la FMS.

Los esfuerzos para asegurar la cooperación con las distintas organizaciones sindicales no comunistas fueron infructuosas a pesar

de todos los intentos realizados por la Federación Mundial Sindical. A distintas reuniones que realiza la Federación concurren delegados de la CIOSL y de la CMT en calidad de observadores , pero han sido infructuosos los deseos de la FMS para formar una única Federación Sindical representantiva de todos trabajadores, a este pedido las primeras dos organizaciones mencionadas se siguen negando terminantemente aduciendo que la FMS no cumple con su real cometido sino que su único objetivo a cumplir es defender los intereses soviéticos y propagar su política.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original:Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la D.G.I.D.

Copia Nº2: Señor Sub Director de Exterior de la D.G.I.D.

Copia Nº3: Señor Sub Director de Interior de la D.G.I.D.

Copia Nº4: Señor Sub Director de Apoyo de la D.G.I.D.

Copia Nº5: Señor Jefe del Departamento I.de la D.G.I.D.

de todos los intentos realizados por la Federación Mundial Sindical. A distintas reuniones que realiza la Federación, concurren delegados de la CIOSL y de la CMT en calidad de observadores, pero han sido infructuosos los deseos de la FMS para formar una única Federación Sindical representativa de todos los trabajadores, a este pedido, las primeras dos organizaciones mencionadas se siguen negando terminantemente aduciendo que la FMS no cumple con su real cometido, sino que su único objetivo a cumplir es defender los intereses soviéticos y propagar su política.

DISTRIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Señor Sub-Jefe del A-2
Copia 2 - Señor Jefe del C-2
Copia 3 - Señor Jefe del E-2
Copia 4 - Señor Jefe del N-2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACIONES DE DEFENSA
SUB
República O. del Uruguay

El Sub-Director de Exterior de D.G.I.D.
Comodoro (Av.)
Roberto C. Leira

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 035/87

S I R I A

Montevideo, 1º de octubre de 1987.-

P.K.

5/10/SOC3
CRUZ 5ho/SOES

S E C R E T O

01-07

9005176

S I R I A

SITUACION INTERNA

En los últimos años no se han registrado cambios importantes en la estructura del Gobierno sirio. El Presidente Hafez Assad continúa dirigiendo los asuntos del Estado, tratando de conservar el equilibrio entre los principales factores de poder. Si bien existen algunas dificultades que podrían socavar la estabilidad del régimen, todo hace suponer, al menos por el momento, que el Primer Mandatario domina la situación sin mayores contratiempos.

Entre los problemas a los que se hace mención se destacan fundamentalmente los siguientes:

1. En los últimos meses la salud de Assad sufrió cierto deterioro, lo que le ha obligado a disminuir sus horas de trabajo y hacer prolongadas pausas para descansar.

2.- Existen algunas divergencias entre los Jefes de los aparatos militar y de Inteligencia, lo que representa un punto neurálgico para la tranquilidad del país, por lo que la capacidad de desempeño del Presidente debe funcionar a pleno para poder dominar dichos sectores.

3.- La figura del hermano de Assad, Rifaat, el que permanece en Europa ya que el Primer Mandatario no está dispuesto a concederle una base de poder concreta que le permita recuperar su posición política. A nivel popular Rifaat no ha sido ni es aceptado, para los sirios es difícil olvidar que cuando el mencionado estaba al frente de las "Brigadas de Defensa", unidad encargada de la guardia de la capital, Damasco y de la seguridad de los integrantes del régimen, fue responsable de verdaderas masacres contra la población civil. Rifaat ha permanecido años tras el poder, en el 84 su hermano le dio una de las tres Vicepresidencias creadas por el partido gobernante a los efectos de facilitar las tareas administrativas del Mandatario, sin embargo, antes que finalizara el mencionado año y justamente con el objetivo de "enfriar" sus afanes hereditarios, Assad incluyó a su hermano en misiones a llevarse a cabo en Francia y en Suiza.

4.- Una mayor injerencia en los temas políticos del hijo del Presidente, Basel, el que forma parte de la Guardia Presidencial, unidad que ha reemplazado a las "Brigadas de Defensa", como organisno respon-

sable de la protección del régimen de Damasco. Asimismo se observa un afianzamiento de la posición del Jefe de dicha Guardia, Adnan Makhluf.

5.- La crisis económica por la que atraviesa el país, la que ha hecho aumentar el descontento popular hacia el régimen. Si este clima de disconformidad no se ha traducido aún en una verdadera actividad opositora, ha sido gracias a la eficiencia de los aparatos de Inteligencia, los que lograron detener una ola de sabotajes que alcanzó su punto culminante en abril de 1986, con una serie de atentados registrados en el norte del país. En los últimos años el Producto Bruto Interno sufrió una merma del 3%, algunas empresas estatales están al borde de cerrar por falta de divisas extranjeras para poder comprar materias primas y piezas de reposición, la inflación anual estaba estimada en 1986 en un 70%, la capital de la nación y otras áreas sufren cortes diarios de energía eléctrica por un espacio no menor a las cuatro horas, hay escasez de combustibles, de electricidad y de alimentos. Recientemente las autoridades han adoptado medidas para intentar aliviar las penurias de los ciudadanos, siendo la que más se destaca el aumento de sueldo concedido a los empleados del Estado y a los militares a partir del 1º de abril del corriente año, claro está que esto constituye solo una compensación parcial para la erosión sufrida por los salarios en los últimos dos años, como consecuencia directa de la inflación. Precisamente por deficiencias detectadas en su gestión, fueron obligados a renunciar, el pasado mes de julio, los Ministros de Agricultura y el de Construcción y Desarrollo.

RELACIONES SIRIA-IRAK

Estas dos naciones sostienen antagonismos históricos, los que se han profundizado como consecuencia del apoyo que el régimen de Damasco brinda a Irán en la guerra que este mantiene con Irak. Desde principios de 1986, se han hecho múltiples esfuerzos, principalmente por parte de la Unión Soviética, Arabia Saudita y Jordania, para lograr la reconciliación entre Damasco y Bagdad. Como consecuencia de estas mediaciones, los Presidentes Assad y Saddam Hussein se reunieron en Jordania en abril del corriente año. Tanto en el transcurso de esta cumbre como en el de otras reuniones celebradas entre representantes de menor rango de ambas naciones, se discutieron cuestiones bilaterales, entre ellas la suspensión de cualquier acto de subversión mutuo, así como de la "guerra de propaganda" entre los

9005176

dos países y el desarrollo de la guerra en el Golfo Pérsico. Al menos hasta el momento ambas partes no han llegado a un acuerdo que ponga de manifiesto un cambio realmente de peso en sus relaciones. Siria continúa exigiendo la unión inmediata de los dos países y de sus respectivos partidos Baat, lo que es rechazado por Irak. Este último en cambio pretende la concreción de medidas conciliatorias graduales, poniendo como condición para el progreso de las mismas, un cambio en la posición del régimen de Damasco en relación a la guerra del Golfo. Por lo visto, la hostilidad y las suspicacias entre ambas naciones son tan grandes que no es fácil pasarlas por alto. Las dos parecen haberse aferrado a sus respectivas posiciones y no hay indicios de que cedan en lo más mínimo en las mismas. Se estima que habrán de continuar los esfuerzos de mediación, sobre todo de Arabia Saudita y Jordania, para promover la conciliación entre Siria e Irak.

RELACIONES SIRIA-IRAN

Hasta ahora ambos países habían mantenido un tipo de relación muy especial, basada en un entendimiento estratégico, según el cual el régimen de Irak debe ser aislado y debilitado. Sin embargo en los ultimos tiempos, surgieron algunas discrepancias entre Damasco y Teherán, como consecuencia de la actividad de este último y de sus "apéndices", las Guardias Revolucionarias y el "Hizbollah" en el Líbano. Fundamentalmente a raíz del secuestro del periodista norteamericano Charles Glass en junio del corriente año en Beirut, los sirios comenzaron a restringir los movimientos de los iraníes y sus enviados tanto en el Líbano como en la propia Siria, lo que creó un cierto clima de tensión. Luego del incidente de La Meca, el pasado mes de julio, en el que estuvieron involucrados peregrinos iraníes, Siria intentó mediar entre Irán y Arabia Saudita, enviando incluso a su Canciller, Faruk Shara, a Teherán, el que era portador de una carta del Presidente Assad dirigida al Presidente Alí Khameney. Por el momento Siria es el único aliado que le queda a Irán, pero no hay que olvidar que la evolución de la guerra en el Golfo y como ya se mencionó el problema de los secuestros en el Líbano, pueden cambiar la situación. Un eventual rompimiento entre Damasco y Teherán, podría alterar en forma sustancial el curso de los acontecimientos en cuanto al conflicto. Irán perdería un importantísimo apoyo en su guerra con Irak, entre otras cosas porque gran parte del armamento soviético que el régimen de Khomeini recibe, es precisamente a través de Damasco.

RELACIONES SIRIA-OLP

Tras la reunión del Consejo Nacional Palestino que tuvo lugar en Argel en abril del corriente año, se reanudaron los contactos indirectos entre Siria y Al-Fatah/Arafat, como consecuencia de los esfuerzos realizados principalmente por la Unión Soviética para lograr la reconciliación de ambas partes. En el marco de estos contactos, el encuentro más destacable fue el que tuvo lugar entre George Habash, uno de los líderes palestinos más radicales y el Presidente Assad. En lo que respecta específicamente a Yasser Arafat, no hay indicios de que se hayan producido cambios significativos en la actitud de Siria respecto al mencionado, estimándose que esta situación no va a sufrir ningún tipo de variantes, por lo menos hasta que Arafat no actúe de acuerdo con las órdenes emitidas desde Damasco.

RELACIONES SIRIA-JORDANIA

Los vínculos entre ambos países se habían deteriorado en los últimos años, llegándose incluso en varias oportunidades al límite de la confrontación armada. Por un lado, la violenta expulsión de los palestinos de territorio jordano en 1973, provocó la reacción de las naciones árabes más radicalizadas, encabezadas por Libia y Siria. Por otro, a partir de 1980, volvieron a incrementarse las disputas bilaterales como consecuencia de la acusación de Damasco, respecto a que Jordania sirve de base a los miembros de la Hermandad Musulmana siria, que han llevado a cabo un intenso accionar contra el régimen del Presidente Assad. Asimismo, el conflicto Irán-Irak ahondó más las diferencias, ya que, mientras Jordania apoya abiertamente a Bagdad, Siria respalda a Teherán. Sin embargo, desde fines de 1985, se viene perfilando un acercamiento sirio-jordano, en cuyo marco se han registrado frecuentes contactos entre representantes de ambas naciones, el más importante fue el encuentro mantenido por el Presidente Assad con el Rey Hussein. El Gobierno de Damasco pretende fundamentalmente interesar al monarca jordano en que lo apoye en su idea de que se celebre una Conferencia Internacional sobre Medio Oriente, como ámbito para imponerle un arreglo a Israel. En el plano bilateral Jordania reconoció públicamente su responsabilidad por la actividad de la "Hermandad Musulmana" desde su territorio contra Siria, comprometiéndose a impedirla en el futuro. También se estrecharon las relaciones económicas, lo que sin duda significa un alivio para las penurias por las que atraviesa la población siria.

RELACIONES SIRIA-LIBANO

Con el propósito de intentar "pacificar" al convulsionado Líbano, el régimen de Damasco intervino militarmente en dicha nación en el año 1976 y desde entonces, en mayor o menor cantidad, sus efectivos han permanecido allí como una presencia constante. La estrategia del Presidente Assad ha sido la de propiciar en territorio libanés un estado de contínua anarquía, fomentando la rivalidad existente entre los musulmanes y los cristianos maronitas que están en el poder. En la medida en que Damasco logre sostener este contexto explosivo, tanto mayores serán sus posibilidades de emerger como único "arbitro" capacitado para estabilizar el país y por ende tener mayor influencia en el destino del mismo. No hay que olvidar que Siria jamás ha ocultado sus afanes expansionistas y que el propio Assad ha señalado en reiteradas oportunidades que su país y el Líbano, tal como ocurrió en épocas pasadas, pueden llegar nuevamente a fusionarse en una sola nación. A principios del corriente año, más exactamente en el mes de febrero, los sirios enviaron a Beirut y sus alrededores a una División que tiene por objetivo imponer un Plan de Seguridad en la zona oeste de dicha ciudad. Posteriormente, el 31 de marzo, dicho Plan fue extendido a la carretera de la costa Beirut-Sidón, como parte de las gestiones de Damasco para intentar apaciguar la "guerra de los campamentos" en cuyo marco los hombres de Arafat tenían que retroceder a sus posiciones en las aldeas del este de Sidón y la responsabilidad por la seguridad de todos los campamentos de refugiados, debía ser confiada al Frente de Salvación Palestino (pro-sirio). Este nuevo despliegue pone de manifiesto que el régimen de Assad no se limita a manejar los asuntos libaneses desde lejos, sino que actúa con sus propias fuerzas para imponer sus dictados en el país. La proximidad del año electoral, de acuerdo con la ley los comicios deben llevarse a cabo antes del mes de septiembre de 1988, origina un clima de preocupación para Damasco. La cuestión se centra en como hacer para que sea elegido un Presidente pro-sirio o bien como impedir la elección de un Primer Mandatario que no satisfaga sus intereses. Se estima que en los próximos meses la actividad siria se centrará en este problema.

RELACIONES SIRIA-URSS

La visita de Assad a la URSS en abril de 1987, calmó en algo la tensión que reinaba entre ambas naciones a raíz de discrepancias en cuestiones como el Líbano, la guerra del Golfo Pérsico, la actitud

hacia los palestinos, etc. En las cuestiones bilaterales, Moscú reiteró su compromiso de seguir ayudando a incrementar el poderío militar sirio, Respecto a esto se señala que a mediados del mes de julio del presente año, llegaron a Siria los primeros aviones MIG-29 de la URSS. En lo que tiene que ver con el área económica, se llegó a un entendimiento sobre la consolidación de la deuda militar siria a la Unión Soviética y el consentimiento de esta para que quede sin efecto la deuda civil, con el objeto de aliviar las penurias económicas de Siria. Asimismo se suscribieron varios acuerdos en el terreno de la minería e infraestructura. A cambio de esto Damasco se ha mostrado dispuesto, al menos parcialmente, a aceptar las presiones de Moscú para una reconciliación de Assad con Arafat y con el Presidente iraquí, Saddam Hussein.

DISTIBUCION
Original - Archivo
Copia 1 - Señor Director de D.G.I.D.
Copia 2 - Señor Sub-Director de Exterior de D.G.I.D.
Copia 3 - Señor Sub-Director de Interior de D.G.I.D.
Copia 4 - Señor Sub-Director de Apoyo de D.G.I.D.
Copia 5 - Señor Jefe de Departamento I de D.G.I.D.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

El Jefe del Departamento II de D.G.I.D.
Tte. Cnel.
Carlos A. Silva

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
071500OCT87
mlms

MEMORANDUM Nº 036/87

ASUNTO: FEDERACION MUNDIAL DE LA JUVENTUD DEMOCRATICA (FMJD)

TEXTO:

5/10/90 ES
CRUZA... 5/10/90 ES

I.- GENERALIDADES

A.- SEDE

Desde su fundación (1945) hasta el año 1951 la misma funcionaba en París, año en el cual fue expulsada por el gobierno francés, desde ese año hasta 1956 funcionó en Budapest, durante la revolución húngara los dirigentes se fueron a Praga como medida de seguridad, regresando posteriormente de finalizada la misma a Budapest, lugar en donde se encuentra en la actualidad.

B.- FUNDACION

La Federación fue fundada durante la realización de una conferencia mundial de jóvenes realizada en noviembre de 1945 en Londres, dicha conferencia fue convocada por el Consejo Juvenil Mundial(organización controlada por los comunistas y que al poco tiempo fue desintegrado). Asistieron a dicho encuentro muchas organizaciones juveniles confiando en la formación de una organización apolítica para unir a la juventud de todo el mundo.

Los comunistas ocuparon todas las posiciones claves desde un comienzo y procedieron posteriormente a convertir a la Federación en una organización de propaganda pro soviética.

En 1949 la mayoría de los grupos no comunistas se separaron de ésta formando su propia organización, la Asamblea Mundial de la Juventud (AJM).

En enero de 1950 conforme a una directiva del Kominform, los yugoeslavos fueron echados despues de haber sido tratados de "traidores a la causa de la paz y de la democracia"

C.- MIEMBROS

La afiliación a la Federación está abierta a todas las organizaciones juveniles(nacionales o internacionales) cuyos dos tercios de afiliados

9005177

no sobrepasen la edad de 30 años.

La mayoría de sus miembros son provenientes de países comunistas, las organizaciones afiliadas de países no comunistas generalmente representan a pequeños grupos conectados a los partidos comunistas.

En 1945(cuando se fundó) contaba con 30 millones de afiliados, en 1950 con 70 millones, en 1951 con 72 millones provenientes de 84 países, en 1953 con 83 millones de 90 países, en 1955 con 85 millones de 97 países, en 1959 con 85 millones de 95 países (13 millones eran del Bloque Oriental), en 1960 contaba con 87 millones de afiliados de 97 países, en 1962 con 101 millones de 100 países (250 organizaciones) en 1977 con más de 150 millones de 110 países, en la actualidad tiene afiliados de 270 organizaciones en 130 países.

D.- FINANZAS

La Federación dice no tener fondos propios, la mayoría de sus recursos, ya sean derechos de afiliación, subsidios, donaciones voluntarias,etc. provienen de URSS y sus países satélites.

En diciembre de 1979 el tesorero de la Federación pidió a las organizaciones afiliadas que el derecho de afiliación fuera pago puntualmente dado que el programa desarrollado lo había conducido a dificultades financieras.

Los Festivales Mundiales de Jóvenes que se llevan a cabo, son solventados por los países comunistas, dado que ninguna asociación es capaz de solventar por si misma la realización de los mismos; sin duda alguna es por esto que hasta el momento los mismos se han realizado en países del Bloque Oriental, donde es más difícil verificar el origen de los fondos.

E.- ANIVERSARIOS QUE CONMEMORA

21 de febrero - Jornada de Solidaridad con la Juventud y los Estudiantes que luchan contra el colonialismo.

21 a 29 de marzo - Semana Mundial de la Juventud

14 de abril - Jornada de ayuda contra el Colonialismo y por una Coexistencia Pacífica.

8 de mayo - Jornada Mundial de lucha de la Juventud y de los Estudiantes contra el Militarismo Oeste Alemán y el Imperialismo Oeste Alemán.

1 de junio - Jornada Internacional de Protección a la Infancia.

1 de setiembre - Jornada de Lucha por la Paz, contra la Guerra y el Facismo.

10 de noviembre - Jornada Mundial de la Juventud

Las fechas mencionadas anteriormente son conmemoradas en conjunto con la Unión Internacional de Estudiantes.

F.- CONDECORACIONES QUE OTORGA

La Federación otorga la Medalla de otro WFDY, la misma fue entregada a Amadou Mahtar M'Bow(Dtor. Gral.de UNESCO en 1979) y a Luis Corvalán(chileno en 1977).

G.- PUBLICACIONES QUE EDITA

1.- Revista Mundial, de edicción mensual en inglés, francés, ruso, español, chino, húngaro y rumano.

2.- Juventud Rural, editada en francés e inglés.

3.- Juventud Trabajadora, editada trimestralmente en inglés y español

4.- Servicio de Información, boletín informativo bimensual editado en francés e inglés.

5.- Novedades de la Juventud Mundial Demócrata, diario de información que aparece en forma mensual, en francés, inglés y español.

6.- Cultura y Juventud, editado en inglés.

7.- Juventud y Deporte, editado en forma trimestral en inglés, francés y español.

8.- Nuestra Correspondencia, hoja de información del Secretariado Central que aparece en forma irregular.

9.- El Corresponsal, órgano para lectores corresponsales de la Juventud Mundial.

10.- Ha publicado en diversas oportunidades una serie de fascículos los cuales son:

- WFDY por el Desarme.
- Guerra y Paz en el Líbano.
- Derechos Constitucionales de Libertad en Sudáfrica.
- WFDY y el Nuevo Orden Económico Internacional.
- WFDY por una independiente y pacífica reunificación de Corea.
- Afganistán en una nueva fase de su lucha revolucionaria.
- Juventud por libertad y democracia en Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay.

11.- Radio Budapest emite semanalmente un programa de propaganda en idiomas.

II.- ORGANIZACION DE LA FEDERACION

A.- ESTRUCTURA INTERNA

1.-Asamblea

Es el órgano máximo de la Federación, el cual se reúne cada tres años. A la misma asisten representantes de todas las organizaciones afiliadas a ella, observadores e invitados especiales; los cuales no tienen derecho a voto.

2.- Consejo

Es el segundo órgano en orden de importancia, está integrado por un representante de cada organización afiliada, cada país no puede tener más de ocho representantes.
Se reúne una vez al año.

3.- Comité Ejecutivo

Hasta 1959 estaba integrado por 48 personas y a partir de ese año por 68, dado que ingresaron a la Federación Africa y América Latina. Se reúne cada dos años. Es elegido por la Asamblea, siendo responsable de la ejecución de las decisiones de la misma.

4.- Buró

Es el órgano de ejecución, es nombrado por el Comité Ejecutivo, comprende de hecho las funciones dirigentes. Su posición es análoga a la del Presidium del Comité Central del Partido Comunista Soviético. Está integrado por 30 miembros y controla las actividades del Secretariado, Departamentos y Comisiones en la oficina central.
Los departamentos manejan asuntos tales como: desarme, solidaridad internacional, paz, independencia nacional y derechos de la juventud. Cada comisión cubre una extensa región geográfica.

5.- Secretariado

El Secretariado comprende las siguientes secciones:

- Defenda de los derechos de la juventud.
- Unión con las organizaciones nacionales.
- Colaboración con los países coloniales.
- Prensa e Información.
- Publicación de "Juventud del Mundo".
- Administración.
- Cultura.
- Deportes y Ejercicios al aire.
- Juventud Rural.
- Juventud Obrera.
- Jóvenes.

3005177

- Niños y Adolescentes.
- Fondos de Solidaridad Internacional de la Juventud.
- Servicio de Intercambio de Correspondencia.

Adjunto al Secretariado funciona un Comité de Radiodifusión y de Edicción

B.- INTEGRACION DE LA FEDERACION

Presidente: Ernesto Ottone (Chile)

Secretario Gral.: Miklos Barabas (Hungría)

Vice Presidentes: Jihad Chamas (Líbano), Enrique Dratman (Argentina), Francisco Moya (Chile), HuonThuy Giang (Vietnam), Ranajit Guha (India), Hashim Mohamed Ibrahim (Sudán), Kim Kyong-Ho (Corea del Norte), Vsevolod Nakhodin (URSS) y José Ramón Rodríguez (Cuba).

Secretarios: Saleem Obaid Altamimi (Rep. Popular de Yemen), Federico Argentieri (Italia), Mohammed Ibrahim Aslan (Irak), Frieder Bubl (RDA), José Caldas (Portugal), Rogelio Escalona (Venezuela), Pedro Hernández (Rep. Dominicana), Iván Nicolai Joan (Rumania), Timo Antero Korhonen (Finlandia), Jan Lajka (Checoslovaquia), Léonard Mabassy (Congo), Eduar do Martínez (Colombia), Vesselin Mastikov(Bulgaria), Jacek Paliszewski (Polonia), Denis Regier (USA), Dennis Sibeko (Sudáfrica), Mohamed Haji Youssouf (Somalia).

Tesorero: Jochen Richter(RFA).

III.- ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS

A.- COMITE INTERNACIONAL DE MOVIMIENTOS DE NIÑOS Y ADOLESCENTES (CIMNA)

El Comité de referencia es conocido también y especialmente por CIMEA (sigla que corresponde al francés).

Fue fundado en el año 1957 en la ciudad de Kiev.

En agosto de 1986 fue realizada en la URSS bajo la iniciativa de este comité y organizada por los pioneros soviéticos "W.I.Lenin" una Conferencia Internacional bajo el nombre "Niños, Desarrollo y Paz".

Los objetivos de la misma eran establecer contactos intensos con organizaciones no comunistas de niños.

En el mismo mes y año se realizó una reunión en Angola denominada "Solidaridad con los niños de Sudáfrica".

Como parte de la campaña de solidaridad con los niños de Namibia fue organizado un Tour por Europa por representantes de las organizaciones de pioneros de SWAPO y ANC.

En la actualidad CIMEA se esfuerza por extender su influencia en la

región latinoamericana, a efectos de lograr este cometido se ha organizado un Seminario Internacional por parte de la organización de pioneros de Cuba, bajo el título de "Influencia de CIMEA en Latinoamérica".
Uno de los más importantes aspectos del trabajo del Comité es la cerrada cooperación con las Naciones Unidas y en especial con la UNICEF, en la cual tiene status consultivo.
La secretaria general del Comité es Eva Horvath de Hungría.
Pioneros es una organización política para la formación de los niños en la ideología del comunismo soviético, siendo su objetivo primordial preparar a los jóvenes para la revolución.
El 19 de mayo de 1922 la Conferencia de la Unión de Juventud Comunista de la URSS resolvió formar la organización de niños comunistas bajo el nombre de Pioneros.
En la actualidad existen numerosos grupos de Pioneros en el mundo los cuales se encuentran aglutinados en CIMEA.
En los países socialistas se han constituido en la única organización de niños con el carácter de organización política, en los países no socialistas son las organizaciones de niños de los partidos políticos marxistas (Partido Socialista, Partido Comunista,etc.)
En el caso de Cuba el Partido Comunista es la fuerza dirigente superior, la Unión de Juventudes Comunistas(fundada en 1962) es la organización juvenil partidaria y de ésta depende directamente la Unión de Pioneros de Cuba,ejemplo de lo que acontece en otros países socialistas.
En nuestro país la organización de Pioneros fue creada el 27 de diciembre de 1981 en la ciudad de Malmö (Suecia), formando parte de ella los niños uruguayos que estaban en el exilio, estando integrada dicha organización en ese momento por más de 30 niños.
El movimientos de Pioneros en nuestro país fue formado por el grupo 26 de Marzo (AT).
El movimiento de pioneros uruguayo es denominado Asociación de Pioneros José Artigas (APJA), la misma agrupa a todas las organizaciones de pioneros integradas por niños uruguayos que existan tanto en el país como en el exterior.
Las distintas organizaciones de pioneros en nuestros país tienen su sede en los locales del Movimiento 26 de Marzo y de AMULP.
Para realizar distintas actividades, como ser campamentos, olimpíadas, etc, utilizarían locales de la Asociación Cristiana de Jóvenes.

B.- BURO INTERNACIONAL DE TURISMO E INTERCAMBIO DE LA JUVENTUD

Fue creado en 1960, teniendo su sede en Budapest.

Se encuentra integrado en la actualidad por 66 organizaciones nacionales e internacionales de 50 paises miembros.

Está integrada por cinco comisiones permanentes que son responsables de los siguientes asuntos: Transporte, Turismo de Jóvenes, Guias de Turismo, Publicidad y Centro de Jóvenes.

El Buró es responsable del traslado y alojamiento de los participantes a los Festivales Mundiales de Jóvenes que organiza la Federación.

Mantiene una cerrada y contínua cooperación con distintas instituciones soviéticas, como por ejemplo SPUTNIK (Agencia de Viajes).

Es parte de su trabajo diario el programar y hacer efectivo el intercambio de jóvenes y estudiantes, a efectos de que jóvenes de paises occidentales conozcan los beneficios que tienen los jóvenes en los países socialistas.

C.- SERVICIO INTERNACIONAL DE VOLUNTARIOS PARA LA AMISTAD Y SOLIDARIDAD CON LA JUVENTUD (SIVASJ)

Fue fundada en 1966 como una oficina especial para coordinar el trabajo de voluntarios y en 1970 fue transformada en una organización.

Fue establecida,la misma, para equilibrar las actividades de apoyo que brindan los Servicios de Voluntarios de Occidente en países desarrollados así como también para contrarrestar la influencia de los Cuerpos de Paz de Estados Unidos.

Sus principales tareas son: implementar las decisiones de la Federación y coordinar el mantenimiento financiero de las organizaciones miembros, así como también incrementar la influencia de la Federación en los países desarrollados.

El mayor órgano de éste es la Conferencia, la cual se reúne cada cuatro años y tiene como misión determinar los lineamientos básicos de acción a seguir.

Su sede se encuentra en Budapest.

IV.- OBJETIVOS

- Promoción de un cerrado entendimiento internacional sin menoscabo de ideologías políticas, creencias religiosas, raza, nivel cultural,etc.
- Cooperación internacional en asuntos económicos, educativos, culturales y sociales entre todas las organizaciones nacionales e internacionales.

- Conservación de la libertad de expresión, prensa, religión y reunión.
- Defensa de los derechos de la juventud, particularmente en lo relacionado al standard de vida y a las condiciones de empleo.
- Defensa de los ideales de democracia, amistad y paz mundial.

V.- POLITICA DE ACCION DESARROLLADA

A.- RELACIONES CON OTRAS ORGANIZACIONES

1.- Organizaciones de Frente Comunistas

a.- Unión Internacional de Estudiantes (UIE)

Trabaja muy estrechamente con esta organización, no solamente en la organización de los Festivales Mundiales de Jóvenes sino también en diversas conferencias que realiza y en los cursos de entrenamiento que imparte.

b.- Federación Sindical Mundial (FSM)

Mantiene estrechos contactos con esta federación especialmente en asuntos relacionados con los obreros jóvenes.

c.- Consejo Mundial de la Paz (CMP)

Ha dado pleno apoyo al Consejo y a sus diversas campañas contra el desarme y al igual que la Unión de Estudiantes combate especialmente el servicio militar obligatorio que se realiza en determinados países menos el que se lleva a cabo en la órbita soviética.
El presidente y el secretario general de la Federación son miembros del Comité presidencial del CMP.

2.- Naciones Unidas

Tiene status categoría B en la UNESCO, siendo además miembro asociado del Comité Coordinador para los Trabajadores Voluntarios el cual funciona bajo la égida de la anteriormente nombrada.
Tanto en ECOSOC como en la FAO tiene status categoría I.

3.- Asamblea Mundial de la Juventud (AMJ)

Esta organización se formó en 1949, estando integrada por organizaciones no comunistas de jóvenes que se retiraron de la Federación por no estar de acuerdo con la política por ella seguida.
Inicialmente esta asociación fue atacada duramente por la Federación de Jóvenes pero luego con la nueva estrategia post stalinista de "détenté" la última de las mencionadas inició una campaña de "unificación" sugiriendo una acción conjunta de la juventud,la que a la postre no prosperó.

4.- Movimiento de Juventud Pan Africana

La Federación y el Movimiento Panafricano realizaron en forma

conjunta,en Argelia, una Conferencia Internacional de Solidaridad con los Pueblos y Juventud que luchan en Africa contra el colonialismo en abril de 1974.

El Movimiento estuvo representado en la Comisión Permanente del Comité Preparatorio Internacional para el 11º Festival Mundial de la Juventud, realizado en la Habana en 1978, y en el Foro Mundial de la Juventud y Estudiantes para la Paz, Détenté y Desarme, realizado en Helsinki en enero de 1981.

5.- Consejo de Comités de Juventudes Nacionales Europeas

La Federación y el Consejo han organizado un determinado número de reuniones en forma conjunta sobre Seguridad Europea.

6.- Unión Internacional de Juventudes Socialistas

La Federación y la Unión han realizado una serie importante de seminarios realacionados con el tema de Desarme.

7.- Sistema de cooperación para toda la Juventud y Estudiantes

Esta organización fue establecida en una reunión realizada en Budapest en octubre de 1980, fue formada por la Federación de Jóvenes y la Unión Internacional de Juventudes Socialistas. Son cimentados miembros de la misma el Consejo de Comités de Juventudes Nacionales Europeas, Comunidad Europea de Juventud Democrática y la Federación Internacional de Juventudes Radicales y Liberales.

8.- Consejo de Europa de Juventudes Ecuménicas

Ambas organizaciones realizaron en conjunto un seminario sobre Détenté y Desarme en Ferch en mayo de 1980.

Una delegación de la Federación asistió a la 11ª Reunión General del Consejo realizado en Estocolmo.

9.- Centro de Juventudes Nórdicas

El Centro y la Federación han celebrado seminarios en conjunto en varias oportunidades.

B.- CREACION DE ESCUELAS DE ENTRENAMIENTO Y CURSOS Y DE BRIGADAS

Fue establecida la brigada "Julio Antonio Mella" como un órgano permanente por el Comité Ejecutivo de la Federación en diciembre de 1972. Con relación a las Escuelas de Entrenamiento y cursos, dicho asunto es mencionado en el Memorandum Nº026/87 en el numeral IV.D.- (Unión Internacional de Estudiantes).

Es tarea específica de la Federación el traslado de los jóvenes a los países en donde fueron asignados, dependiendo ello directamente del Buró

Internacional de Turismo e Intercambio de la Juventud.

C.- DEPENDENCIA DE LA URSS

En los hechos la Federación se ha preocupado menos por el bienestar de la juventud que por sostener una lucha política en nombre de la URSS. Ello queda claramente expresado en un manifiesto dirigido a la Juventud de todos los países que enuncia :

1.- Condenación de los preparativos belicistas de los países capitalistas dirigidos por los "imperialistas" norteamericanos.

2.- Ataque al Plan Marshall y a la OTAN.

3.- Alegados de violación de la libertad democrática en todos los países de occidente.

4.- Llamamiento a la juventud para apoyar al invencible ejército de partidarios de la paz encabezado por la potente URSS.

5.- Llamamiento a las organizaciones juveniles para dar más apoyo a los jóvenes democrátas de los países coloniales, a los que defienden y buscan la paz e independencia en sus países.

La Federación ha seguido siempre todas las vueltas de la política exterior soviética, apoya al Consejo Mundial de la Paz en todas sus campañas que culpan siempre a las potencias de occidente de la tensión mundial y nunca a la Unión Soviética. Ha tomado siempre la dirección de la lucha anticolonialista pero no ha dicho nada cuando el pueblo húngaro se reveló.

La Federación y sus organizaciones afiliadas hacen cada día más hincapié en la lucha por la paz, puntualizando a la juventud que la lucha por la democracia, por la independencia nacional de los pueblos y por una vida mejor está estrechamente ligada a la lucha por la paz.

Propaga el hecho de que los ideales de los jóvenes son realizados únicamente en los países del bloque oriental. En los países socialistas la realización de los derechos de la generación joven ha sido obtenida gracias a la ayuda del estado socialista.

Conforme a la línea actual de la política exterior soviética la Federación tomó hecho y causa por el desarme general y total, así como también por una coexistencia pacífica.

En su lucha por conseguir la paz, el adversario no es jamás el bloque oriental o el comunismo mundial pero si lo es todo el mundo libre, todas las medidas que toma el bloque oriental son declaradas para salvaguardar la paz.

La Federación hace enormes esfuerzos para ganarse a los no comunistas,

tratando de aproximarse a la Asamblea Mundial de Jóvenes (sin éxito), así como también a otros grupos juveniles, especialmente a los conectados con organsimos religiosos, además se ha acercado a la Organización Mundial de la Salud.

En épocas de verano la Federación patrocina un cierto número de campamentos veraniegos en Europa para jóvenes bajo el nombre de "Vacaciones de la Amistad".

La Federación hace también lo posible por ganarse para su causa a la juventud de los países en vía de desarrollo que están atraidos por sus slogans.

Seminarios, atribución de puestos directivos , financiamiento de viajes a estados del Bloque Oriental y a los Festivales, manifestaciones regionales son los medios empleados por la misma en vista de un reclutamiento directo.

Mucho más peligroso que esta propaganda abierta es el estímulo a Uniones Regionales de Jóvenes que en apariencia autónomas,son en realidad instrumentos de la Federación en el cuadro regional.

La consigna de la Federación desde su creación y que se ha mantenido en el tiempo es: ¡Jovenes Unios!¡Adelante por una paz duradera!.

D.- FESTIVAL MUNDIAL DE JOVENES

La realización de los Festivales representa el punto culminante de la propaganda de la Federación, conocidos como manifestaciones políticas son presentadas como manifestaciones culturales.

Están abiertos a todos los jóvenes sin importar su opinión política, creencia religiosa, raza, nacionalidad, profesión u ocupación.

Son realizados en forma conjunta por la Federación y la Unión Internacional de Estudiantes, ambas organizaciones se esfuerzan en demostrar que detrás de los festivales se encuentra la juventud mundial, los jóvenes de los pueblos que con manifestaciones espontáneas de una juventud enamorada de la libertad y que luchan por un mundo mejor y no por manifestaciones dirigidas metódicamente por organizaciones comunistas.

La selección de los partipantes,a pesar de decirse que es abierta a todos los jóvenes, en la mayoría de los países es controlada por los Comités Preparatorios Regionales dirigidos por comunistas.

La necesidad de conservar un completo control político en los festivales ha causado que la mayoría de los mismos sean realizados en países comunistas.

La organización de los Festivales está a cargo de un Comité Internacional Preparatorio (CIP) el cual está integrado por miembros de la Federación, partidos comunistas nacionales y miembros de la Unión Internacional de Estudiantes.

Del CIP dependen directamente comités preparatorios regionales y de estos los comités nacionales.

El slogan de los festivales es: "Por una solidaridad antiimperialista, la paz y la amistad".

Hasta el momento se han realizado los siguientes festivales mundiales:

- 20 julio a 17 de Agosto de 1947, en Praga, 17.000 participantes.
- Julio de 1949, en Budapest, 10.000 participantes.
- 5 a 19 de agosto de 1951, en Berlín Este, 26.000 participantes.
- En 1953, en Bucarest, 30.000 participantes.
- 31 de julio a 15 de agosto de 1955, en Varsovia, 30.000 participantes.
- 28 de julio a 11 de agosto de 1957, en Moscú, 34.000 participantes
- 27 de julio a 5 de agosto de 1959, en Viena, 18.000 participantes.
- 28 de julio a 6 de agosto de 1962, en Helsinki, 10.800 particpantes.
- Julio de 1968, en Sofía , 25.600 participantes.
- Julio de 1978, en La Habana, 18.500 participantes.
- 25 de julio a 3 de agosto de 1985, en Moscú, 20.000 participantes. Siendo este uno de los principales eventos del Año Internacional de la Juventud, proclamado por las Naciones Unidas.

E.- ACTIVIDADES REGIONALES

1.- Africa

Se han realizado campañas en favor de Movimientos de Liberación en Angola, Guinea Busseau, Mozambique, Islas Cabo Verde, Sudáfrica, Namibia, Zimbabwe , así como también un determinado número de conferencias en distintos países africanos.

La Federación ha suministrado material de ayuda, incluyendo equipamientos de escuelas, medicinas y fondos.

En 1979 la Brigada Julio Mella envió una comisión de doctores a Etiopía y a Argelia.

En diciembre de 1979 periodistas de la Federación fueron a Angola y Zambia.

En junio de 1976 una delegación de la Federación de Juventud para la Liberación del Pueblo Angoleño visitó Hungría invitada por la Federación, así como también hizo lo propio un grupo del Consejo Nacional Agricano.

En agosto de 1977 y noviembre de 1978 una delegación del Comité Nacional

de Juventud de la República Democrática Africana de Guinea visitó la sede de la Federación así como también en 1980 hizo lo propio una sección Juvenil del Consejo Nacional Africano.

2.- Asia

La actividad de la Federación en este continente predomina en Indochina.

Una delegación de la Federación y de la Unión de Estudiantes fueron en abril de 1973 a Hanoi.

Realizó una campaña para ayudar a construir una escuela en vietnam y un Hospital(Nguyen Van Troi) en Hanoi en 1973.

En 1977, Vietnam le entrega a la Federación la Orden de la Amistad por su apoyo y su asistencia.

Una delegación vietnamesa visitó Hungría en 1977 y en 1979.

El Vice Presidente de la Federación Ranajit Guha visitó Laos en diciembre de 1977.

En 1979 envió ayuda material a Camboya.

En noviembre de 1979 delegaciones de la Federación fueron a Camboya, Vietnam y Laos y en enero de 1976 fueron a Sri Lanka, Filipinas, Malasia, Tailandia e India.

En setiembre de 1979 una delegación de la Federación fue a Corea del Norte.

Se realizaron un determinado número de conferencias y seminarios en distintos países asiáticos promovidos por la Federación.

En junio de 1980 periodistas y doctores de la Federación fueron a Afganistán .

3.- Europa

Lasactividades en este continente se centran en realizar campañas antiimperialistas, buscando sustento para la lucha de liberación en varias partes del mundo y en los problemas de los jóvenes trabajadores.

Se realizaron un número extenso de reuniones organizadas tanto por la Federación como por organizaciones afiliadas a ella.

Delegaciones de la Federación visitaron Dublín en 1972, recia en 1975 y Chipre en 1978.

Se realiza una intensa campaña contra la OTAN y la política británica en Irlanda del Norte.

4.- América del Sur

En 1972 se organizó una Brigada Internacional de Trabajo para cons-

truir una escuela en Cuba. Fidel Castro visitó la sede de la Federación en junio de 1972.

Se han realizo varias reuniones por parte de organizaciones afiliadas a la Federación.

Una delegación de la Federación visitó Nicaragua en octubre de 1979 y una delgación de la juventud sandinista nicaragüense visitó la sede de la misma en novimebre de 1979 y en octubre de 1980.

La Federación envió una Brigada Médica en 1979 a Nicaragua, así como también medicinas y ropa.

Una delegación del Partido del Pueblo Progresista de Guyana visitó la sede de la Federación en febrero de 1978, hicieron lo propio delegaciones de Méjico (1979), Guatemala, Panamá, El Salvador, Argentina y Brasil en 1980.

Una delegación de la Federación visitó en 1980 Brasil, Argentina, Uruguay y Paraguay y otra visitó Bolivia, Jamaica, Méjico, Nicaragua, Panamá y República Dominicana.

5.- Medio Oriente

La Federación sigue la línea soviética en la disputa árabe-israelí. Delegaciones del Frente Nacional Progresista de Irak visitaron en 1974 la sede de la Federación, hicieron lo mismo delegaciones de la OLP en 1978 y 1979.

Una delegación de la Federación visitó Líbano en octubre de 1979.

En julio de 1980 una delegación del Frente de Liberación de los Pueblos de Omán visitó la sede de la Federación.

En 1979 una Brigada de Salud y otros especialistas fueron enviados a Yemen del Sur.

En 1978 la Federación usó de sus fondos para ayudar al pueblo del Líbano y a los árabes-palestinos bajo el ataque israelí .

F.- REUNIONES REALIZADAS

La Federación así como sus organizaciones afiliadas han llevado a cabo innumerables conferencias, seminarios, simposios reuniones varias, asambleas, etc, en distintos países del mundo libre y del bloque soviético.

G.- ORGANIZACIONES AFILIADAS URUGUAYAS

Las organizaciones representativas de Uruguay afiliadas a la Federación son la Unión de Juventudes Comunistas y Juventud Socialista.

9005177

DISTRIBUCION

Original - Archivo
Copia 1 - Señor Sub-Jefe del A-2
Copia 2 - Señor Jefe del C-2
Copia 3 - Señor Jefe del E-2
Copia 4 - Señor Jefe del N-2

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACIONES DE DEFENSA
DIRECTOR
República O. del Uruguay

El Sub-Director de Exterior de D.G.I.D.
Coronel (Av.)
Roberto C. Leira

9005177

10/XI/87

MEMORANDUM Nº 038/87

ENTRADO 5/10/87 ES
CRUZADO 5/10/87 ES

ASUNTO: ASOCIACION DE MUJERES URUGUAYAS LOURDES PINTOS (AMULP)

TEXTO:

La Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos es una asociación para la mujer uruguaya que se sienta comprometida a luchar por sus derechos, está abierta a todas aquellas que estén dispuestas a participar en la costrucción de un futuro mejor.

Según sus estatutos es una organización sin fines de lucro que nuclea a mujeres de todos los sectores sociales sin distinción de credos, ideas políticas , posición social o raza.

Tiene como principio la activa participación de la mujer en la resolución de los problemas más urgentes que aquejan a la población femenina,en el trabajo por la igualdad, solidaridad y respeto por los derechos y la dignidad humana.

Mantiene lazos estrechos de amistad y solidaridad con organismos internacionales que luchan por la paz y el desarrollo de los pueblos.

La AMULP se autodefine como: "un grupo de trabajadoras, amas de casa, profesionales, estudiantes, en fin somos un grupo de mujeres que formó una asociación para luchar, unidas, con más fuerza por nuestro bienestar, el de nuestros hijos y el de nuestro pueblo.Somos un grupo de mujeres que lucha por la conquista de sus derechos".

ACTIVIDADES QUE DESPLIEGA AMULP

1.- Centros Lourdes

En los Centros funcionan comedores y guarderías para niños, cuyas madres trabajen.La edad de los niños que concurren a los Centros va desde los dos años hasta los cinco.

El horario que realiza el Centro es de 8 de la mañana hasta las 18 horas. Los niños que concurren reciben desayuno, almuerzo y merienda, abonándose por cada niño una cuota mensual de N$ 500.oo

El mantenimiento monetario de los Centros se hace con lo enviado por las delegadas de AMULP en Europa y organizaciones internacionales.

Los familiares de los niños atendidos en los mismos colaboran con

90C5178

limpieza de los locales,difundiendo el trabajo del Centro en el barrio y vendiendo bonos colaboración o rifas.

Existen 12 Centros Lourdesen el país, los mismos están ubicados en:

- Centro Lourdes 1 - Grecia 3269(Mvdeo.) Inició su labor en mayo de 1985.

- Centro Lourdes 2 - A.Fossatti 128(Chuy). Inició su labor en mayo de 1985.

- Centro Lourdes 3 - Andes 1282(Mvdeo.). Inició su labor en junio de 1985.

- Centrc Lourdes 4 - Uruguay 1020(Paysandú). Inició su labor en noviembre de 1985.

- Centro Lourdes 5 - 20 de febrero 2259(Mvdeo.) Inició su labor en octubre de 1985.

- Centro Lourdes 6 - Continuación Colón s/n (San José). Inició su labor en diciembre de 1985.

- Centro Lourdes 7 - Arapey (Salto) - Inició su labor en octubre de 1986.

- Centro Lourdes 8 - Laureles 819(Mvdeo.) Inició su labor en febrero de 1987.

- Centro Lourdes 10- Playa Pascual - Inició su labor en junio de 1987.

- Centro Lourdes 11 - Domingo Viana 281 (Tacuarembó) Inició su labor en julio de 1987.

- Centro Lourdes 12 - Nueva Helvecia(Colonia) Inició su labor en setiembre de 1987.

2.- <u>Centros Asistenciales Solidarios de AMULP (CASA)</u>

Los centros asistenciales policlínicos que funcionan en la actualidad son dos:

- CASA 1 - ubicado en el centro de Montevideo y equipado con la ayuda del pueblo suizo, conocido también como Policlínico DAVA.

- CASA 2 - ubicado en la zona del Cerro y equipada con la ayuda del pueblo francés.

Cuentan con consultorio médico completo, enfermería, instrumental para curaciones y control de niños y adultos, así como también asistencia odontológica.

3.- Casa de Mujeres - Escuela de Mujeres

Funciona en Martín C. Martínez 1604 ler. piso, funciona también en dicha dirección las oficinas de AMULP.

Basada en una experiencia que la Asociación ha venido desarrollando desde 1986, cursos y seminarios para educadoras y asistentes de los Centros Lourdes y con el apoyo solidario de organizaciones de mujeres europeas la Escuela ofrece cursos que abarcan múltiples aspectos para la superación de la mujer.

Para facilitar la participación de la mujer del interior la Casa de la Mujer cuenta con dormitorios y comedor, así como también un sistema de becas para aquellas mujeres cuya condición económica le impida el acceso al curso.

Los cursos que se dictan en la actualidad son:Educación Preescolar, Nutrición, Pintura en Tela , Proceso Económico y Social del Uruguay, Derechos de la Mujer.

4.- Talleres de Tejido

Funcionan en la actualidad dos talleres de tejido, llamados DUVA y TEVA.

Los mismos funcionan en forma de cooperativas, en los mismos se les enseña a tejer así como también realizan prendas para vender.

5.- Publicaciones que edita y audiciones radiales

Edita una revista mensual llamada Paloma, la cual se distribuye en forma nacional y se envía a todas las organizaciones femeninas de América y Europa.

Tiene audiciones radiales en Montevideo y en el resto del país, en Montevideo tiene un espacio radial en CX40 (Radio Fénix) de lunes a viernes a las 10.30 hs., llamado "Un espacio para la mujer". y en Radio Imparcial los días sábado y domingo a las 10.45.

6.- Actividad a nivel exterior

En el plano internacional representantes de AMULP han participado en diferentes encuentros como por ejemplo:"Encuentro sobre la Situación de la Mujer en América Latina y El Caribe Hoy" realizado en Cuba, Congreso que cerró el Decenio de la Mujer realizado en Nairobi y el Encuentro de la Federación Internacional de Mujeres Demócratas realizado en Moscú.

Además han realizado extensas giras por distintos países europeos y americanos , manifestando su ponencia sobre la mujer y estrechando

vínculos de unión con otras organizaciones femeninas.

Existen Centros AMULP en diversos países, como por ejemplo en :Argentina, Brasil, Suecia e Italia.

PRINCIPALES DIRIGENTES

Las principales dirigentes de la asociación son: María de los Angeles Balparda(presidente), Dra, Teresa Gómez de Voiture(vice presidente), Isabel Carro(secretaria de Relaciones Públicas), Beatriz Bechio, Eda Farro(coordinadora de los Centros Lourdes y directora del Centro Nº5), María Inés Escardo, Karina Charquero y María del Carmen Vidal(directora del Centro Nº3).

CONCLUSIONES

1.- La Asociación de Mujeres Uruguayas Lourdes Pintos así como también la Asociación de Pioneros José Artigas(APJA-Federación Comunista de Niños) son organizaciones creadas y digitadas por el Movimiento 26 de Marzo.
El Partido Comunista Soviético dispuso en su plan de acción que los partidos comunistas de cada país montaran organizaciones que defendieran sus objetivos, en nuestro país es el Movimiento 26 de Marzo el que da vida a los mismos, caso de los anteriormente nombrado.
Este Movimiento es una fracción del Movimiento de Liberación Nacional(MLN-T) digitada por el Partido Comunista Uruguayo desde 1976.

2.- AMULP está integrada en su totalidad por mujeres que participan contra la dictadura militar, que estaban en el exilio, ex detenidas o familiares de presos políticos o desaparecidos.

3.- A pesar de que sus fines son en apariencia loables, estos son una pantalla para poder defender , propagar y realizar los objetivos comunistas trazados para nuestro país y a nivel internacional.
Esto queda fielmente desmostrado en la declaración elaborada al finalizar el 2do. Congreso de AMULP, realizado en setiembre del corriente año en Montevideo.
Los distintos puntos de la declaración están relacionados con las diversas campañas y objetivos que sustentan las Organizaciones de Frente Internacionales, y en el caso más preciso de la Federación Internacional de Mujeres Democrátas.
Se puede destacar los puntos más resaltantes que están relacionados con: la campaña de desarme, de defensa de los derechos humanos, solidaridad con los pueblos que luchan por su liberación, repulsa al colonialismo

y todas sus variaciones, contra la discriminación racial, pronunciamiento por el no pago de la deuda extena, integración de los pueblos, cese de bases nucleares en el extranjero y bases militares,etc.

S E C R E T O

M.D.N.

D.G.I.D.

DPTO.II(EXTERIOR)

111815NOV87

mlms

ENTRADO 5/10/1985
CRUZADO 5/10/1985

MEMORANDUM Nº039/87

ASUNTO: ACTIVIDADES DE LAS ORGANIZACIONES DE FRENTE COMUNISTA

TEXTO:

A.- UNION INTERNACIONAL DE ESTUDIANTES (UIE)

1.- En el mes de setiembre pasado se realizó una conferencia a nivel continental en Harare(Zimbabwe),sobre "Paz y Desarme". Durante dicha reunión se trató además de los temas de paz y desarme la situación imperante en Sudáfrica.
El principal motivo de la realización de esta reunión en un país africano fue el de atraer a los distintos movimientos estudiantiles africanos a integrarse a la campaña de paz que realiza la UIE, así como también propagar la posición soviética sobre la paz.
Se trató además sobre el congreso a realizarse en La Habana, en el presente mes, por parte de la UIE y sobre el 13º Festival Mundial de la Juventud ha desarrollarse en Pyongyang (Corea) en 1989.

2.- Es de especial interés para la UIE el incrementar su influencia entre los estudiantes, para ello ha planeado la creación de un nuevo grupo "Movimientos de Estudiantes de Enseñanza Superior y Técnica",dentro de esta idea ha realizado diversas reuniones sobre el tema "Educación y Sociedad" para poder usar el potencial de movilización de los estudiantes de enseñanza superior según sus propósitos.
Se vienen intensificando los contactos entre el Secretariado Ejecutivo de la Unión con organizaciones representativas de estudiantes secundarios a nivel nacional y mundial, desarrollando diferentes formas de cooperación en áreas de interés común así como también aumentando la cooperación entre estudiantes universitarios y secundarios.
Durante la realización del 15ºCongreso de UIE (La Habana) se llevará a cabo la creación de esta nueva organización y se la integrará al trabajo diario de la Unión.

9005179

Los asuntos que defenderán a partir de su formación son: democratización de la educación, educación y paz, programas de estudio y curriculares, corte presupuestal de la enseñanza.

Los asuntos cuyo contenido sea "político" es decir los que en la actualidad, tanto la UIE como sus afiliadas sustentan, serán defendidos por esta nueva organización a largo plazo.

Es de hacer notar que la Federación de Estudiantes de Secundaria(FES) tiene incorporada a su plataforma de acción los asuntos anteriormente mencionados, tanto los que defenderá la nueva organización como los que promueve en sus campañas la UIE actualmente.

B.- ASOCIACION INTERNACIONAL DE ABOGADOS DEMOCRATAS

Son de especial interés los esfuerzos soviéticos para incorporar efectivamente a los abogados dentro del espectro de las predicaciones soviéticas sobre el desarme.

Para poder efectivizar esta intención se realizó una conferencia internacional de abogados sobre "Paz y Desarme" en Nueva York, a mediados del presente año, bajo el patrocinio de la Asociación de Abogados Soviéticos y del Comité Americano de Abogados.

Durante esta conferencia se resolvió establecer una organización subsidiaria dentro de la Asociación Internacional de Abogados, para que se ocupe exclusivamente de la prevención de una guerra nuclear, similar a la de Profesionales Internacionales por la Prevención de una guerra nuclear.

La organización a formarse, deberá sostener mundialmente la propaganda comunista de la paz.

La importancia de que se forme en esta Organización de Frente Comunista un grupo que se encargue de propagar los puntos de vista soviéticos sobre la paz, radica en el hecho de que todas las demás organizaciones auxiliares ya tienen en su seno un grupo similar, y darle además un acento técnico-legal.

C.- RELACION DE LAS ORGANIZACIONES DE FRENTE CON LAS NACIONES UNIDAS

Uno de los más importantes aspectos de las Organizaciones de Frente Comunista es la cerrada cooperación con las NN.UU., sus organizaciones especializadas y sus comités especiales.

Las Organizaciones de Frente usan sus contactos en las NN.UU. para crear la impresión de ser organizaciones democráticas e independientes.

Todos los tópicos sobre los cuales trabaja las NN.UU. son también fondo

de los programas de acción de los Frentes.

Aparecen en los registros de las NN.UU. como organizaciones no gubernamentales, teniendo algunas de las mismas status consultivo o asesor en las organizaciones especializadas de las NN.UU.; organizaciones que admiten sus opiniones en las reuniones sobre tópicos específicos en los cuales las OFC toman parte.

Es destacable de mencionar en este contexto los esfuerzos incrementados de algunas OFC para explotar el "Año Internacional de la Protección del Desocupado" proclamado por las NN.UU. en su propósito.

Dentro de esta campaña la Federación Sindical Mundial y una de sus Uniones Internacionales Sindicales están preparando un simposio en el cual intentarán exponer las desastrosas consecuencias sociales del armamentismo, propagar la interrelación entre los problemas de la gente desocupada y las expensas que se usan para la fabricación de armamento.

D.- CONFERENCIA CRISTIANA POR LA PAZ(CCP)

1.- 3era. Conferencia Cristiana por la Paz de América Latina y El Caribe

La 3ra. Conferencia Cristiana por la Paz de América Latina y El Caribe se realizó en La Habana(Cuba) entre los días 25 a 29 de mayo del presente año.

El evento está inserto en el contexto de la nueva estrategia del comunismo internacional para la región con el objetivo de atraer a los religiosos progresistas comprometidos con la Teología de la Liberación.

La conferencia fue patrocinada por la Conferencia Cristiana por la Paz.

El motivo de la realización del evento en Cuba está relacionado con el gran proyecto de Fidel Castro de mejorar la imagen del régimen cubano, dejando la anterior postura que creó complicaciones para la exportación de la revolución en el continente.

Hace algunos años,Castro entendía que los éxitos de la revolución sandinista,que recibía el apoyo de los intelectuales cristianos de izquierda, tenía que ver con el carácter religioso del pueblo nicaragüense. Así el llamado "Socialismo Cristiano" que favorece el actual régimen de Nicaragua, parece ser la "nueva bandera" que el dirigente cubano pretende defender para América Latina, un continente que cuenta con una situación socioeconómica bastante favorable para la explotación sicológica desde el punto de vista de la pregonación marxista pero que siempre resistió alos temas materialistas del comunismo por causa de índole religiosa.

Participaron del mismo cerca de 400 religiosos católicos y teólogos y protestantes.

El tema central tratado fue el de la Teología de la Liberación como instrumento de libertad completa de los pueblos latinoamericanos.

La paz, según esta óptica, solo será posible cuando América Latina sea libre del imperialismo explotador(el capitalismo,liderado por EE.UU.)

En la actualidad Latinoamérica asume un papel de suma importancia para el comunismo internacional y de modo particular para el expansionismo soviético en el área.

URSS ha aumentado las actividades de las OFC en la región, dejando el accionar en la política en manos de los partidos comunistas sin exharcebaciones ideológicas.

Comprueba el hecho de que los soviéticos están valorizando la región para una nueva fase de sus acciones expansionistas,la nominación de Anatoly Fedorovich Dobrynin(ex embajador de URSS en Washington y profundo conocedor de los problemas latinoamericanos)para el cargo de Director del Dpto.Internacional del PCUS.

El movimiento comunista internacional promueve una nueva etapa de acciones subversivas en Latinoamerica con mayores posibilidades de éxito dado que cuenta con un importantísimo aliado, el ala progresista de la cristiandad latinoamericana.

Es claro el intento de las OFC y de la URSS, por ende, de movilizar a los círculos cristianos en la región para los propósitos y posiciones de la política soviética y expandir la cooperación con los movimientos de paz religiosos.

Entre los asistentes a la conferencia se destacan:José María Lanso(PC de Argentina),David Moraes(PC de Bolivia), Antonio Grangia(PC de Brasil), Orel Visiani(PC de Chile), Luis Emilio Veintimilla(PC de Ecuador), Jaime Barrios(PCde El Salvador), Donald Ramotar, Randolfo Banegas(Partido de los Trabajadores de Jamaica), Alvaro Oviedo, Francisco Gamboa(Partido Popular de Vanguardia de Costa Rica), Antonio Díaz(PCde Cuba), Félix Dixon(Partido del Pueblo de Panamá), Rogelio González(PCde Paraguay), César Jiménez(PC de Perú), Jerónimo Carrera(PC de Venezuela), el Dr. Hans-Günther Stieler(RDA) y Profesor Stepan Mamontov.Los últimos dos integrantes del staff editorial del diario "Problemas de Paz y Socialismo" (órgano extraoficial para el control dentro del movimiento mundial comunista).

Durante la realización de la 3era.Conferencia fueron elegidos:Pedro Soto de Ecuador como presidente de la Conferencia Cristiana por la Paz y el padre Ernesto Cardenal, Ministro de Cultura Nicaragüense como presidente honorario de la misma.

Carlos Rafael Rodríguez(Cté. Central del PC de Cuba) fue el encargado de abrir la sesión de apertura de la conferencia.

2.- Juventud Obrera Católica

Ha resurgido en los últimos tiempos, en América Latina, la organización radical de izquierda denominada Juventud Obrera Católica(JOC). Esta organización fue conocida por su participación en los movimientos insurrecionarios que ocurrieron en varios países latinoamericanos en la década de los años 60. Su reaparecimiento abre expectativas preocupantes considerándose el actual cuadro político de la región.

En Argentina la Iglesia Católica ha manifestado su aprensión con el resurgimiento de núcleos de orientación comunistas que operan con la JOC en diversos barrios marginales y fábricas.

En Venezuela, la JOC va en aumento de sus actividades con la realización periódica de un congreso y un exhaustivo trabajo de concientización de las masas proletarias, así como también por la distribución de gran volumen de publicaciones y panfletos.

En Méjico existe una central de divulgación de las tesis de la JOC, la cual edita publicaciones conteniendo instrucciones sobre como organizar el movimiento en los demás países de la región.

Brasil es el país que ofrece mejores condiciones para las actividades a ser desplegadas por la JOC.

A través de las Comunidades Eclesiáticas de Base(CEBs), de las Comunidades Universitarias de Base(CUBs), de la Acción Católica Obrera (ACO), y de un grupo de jóvenes de la Iglesia Católica viene siendo realizado un trabajo de reclutamiento,que se presenta con posibilidades de que a mediano plazo aglutinen un número significativo de trabajadores en varios estados.

La JOC es mantenida por las contribuciones de sus militantes, pero recibe importantes donaciones de conocidas organizaciones filantrópicas extranjeras como ser: MISEEEOR(RFA), ENTRAIDE ET FRATERNITE(Francia), BROEDERLIJK DELEN (Bélgica) y la Organización Católica para el Cofinanciamiento de Programas de Desarrollo (CEBEMO) de Holanda.

LA JOC es dirigida,en los países que actúa, por elementos que militan

en partidos políticos de izquierda radical. En Brasil recibe la orientación del PC de Brasil, del Partido de los Trabajadores y de la Organización Trotkista ALICERCE de la Juventud Socialista.

E.- FEDERACION SINDICAL MUNDIAL (FSM)

1.- Obreros de la Industria Química, Petróleo y Afines (UIS)

Se realizó en Moscú entre el 12 y 16 de octubre próximo pasado la 10ª Conferencia Ocupacional Internacional de este UIS.

Durante la realización de la misma se puso especial énfasis en extender las actividades regionales del UIS de referencia, con prioridad en América Latina. De las 102 organizaciones miembros del mismo, 30 están localizadas en Latinoamérica .

Ha formado un grupo de estudio sobre desarme, el cual ha publicado un estudio en dos volumenes sobre el "Peligro de las armas químicas y las posibilidades de conversión de los sectores militares de la industria química" dentro de su trabajo en la campaña de desarme.

En relación a esta campaña el esfuerzo, está en el presente, concentrado sobre un proyecto elaborado por el Partido Socialista de la RDA y el Partido Socialdemócrata de la RFA de establecer una zona libre de armas químicas en Europa Central.

2.- Trabajadores del Comercio (UIS)

Dentro del programa de acción de este UIS para el presente año se encuentra la preparación de la 8ª Conferencia Ocuapacional Internacional a realizarse en Moscú en setiembre de 1988.

Las conferencias preparatorias de la misma son enfocadas en una sistemática expansión de contactos y cooperación con federaciones sindicales no comunista y una intensificación de trabajo de las organizaciones nacionales miembros.

Una de las reuniones previas se desarrolló en mayo próximo pasado, en Bucarest, por parte del Buró Ejecutivo de este UIS decidiéndose, entre otras cosas, coordinar las actividades conectadas con la campaña de desarme de la FSM y elaborar un escrito en relación con las consecuencias de la política las coorporaciones multinacionales.

Se realizó otra reunión, en donde el tenor de las conversaciones fue el mismo que el anteriormente mencionado, del Comité Administrativo del UIS en Bagdad.

En la actualidad las organizaciones regionales de este UIS son tres, en países del Tercer Mundo: Federación Panafricana de Comercio, Confederación

de Trabajadores Latinoamericanos del Comercio y la Federación Arabe de Trabajadores de Comercio.

3.- Simposio sobre Deuda Externa

Prosiguiendo con los tópicos de agitación, la FSM organizó para el presente mes en cooperación con la Organización de Sindicatos Unidos de Africa (OATUU) un Simposio sobre Deuda Externa, el mismo se realizará en Ghana.

Previamente a la realización de éste, una delegación de la FSM visitó Ghana para conversar con los líderes del OATUU. La delegación estaba integrada por Ibrahim Zacarías y Cassien Hygin Ghaguidi(Jefe de la Sección Africana en la Federación).

La OATUU estaba representada por Hassan A. Sunmonu(Stario.Gral.), Ali Ibrahim, Assane Diop, Demba Diop y Abdouaye Diallo.

La realización de este simposio está relacionado con el que se llevó a cabo en La Habana en 1985, dentro de la campaña contra el pago de la deuda externa y por un nuevo orden económico internacional.

4.- Organizacion Internacional de Mineros(OIM)

Fundada en setiembre de 1985 bajo la iniciativa de la Federación Sindical Soviética, la CGT Francesa y la Unión de Mineros Británica.

Está integrada por 33 uniones nacionales de mineros de 30 países, teniéndose información de que no tiene contactos con uniones de mineros de Sudáfrica, Namibia y Filipinas. La mayor ventaja que esta organización le brinda a la URSS es que le permite el establecimiento de contactos con uniones de mineros de variadas direcciones políticas, que se encuentran fuera del control de la FSM.

Su misión especifica es establecer contactos con uniones de mineros no comunistas y esforzarse en atraer más miembros. Las regiones donde efectúa mayor cantidad de actividades son Africa, Medio Oriente y América Latina.

La Organización de Mineros de China intenta unirse al OIM, ésta es la primera vez después de 20 años(en que las organizaciones chinas se alejaron de las organizaciones de frente comunista)que una de ellas intenta cooperar con una organización internacional bajo el control soviético.

5.- Comité de Dublin

En el presente año ha concentrado sus esfuerzos en atraer la mayor cantidad posible de federaciones sindicales no comunistas para participar en la campaña de desarme de la FSM y en establecer una cerrada relación con ellas para apoyar los propósitos soviéticos.

De acuerdo con la FSM, la campaña de desarme y cooperación conectadas, representan una base efectiva para la creación de una unidad de acción entre los sindicatos.

El Cte. de Dublin, intenta establecer una institución permanente para examinar los efectos socioeconómicos de la militarización del espacio. Los métodos de trabajo de esta nueva organización serían orientados por la experiencia de otras instituciones permanentes creadas por el Comité, como por ejemplo el del"Grupo de trabajo por el desarme y para convertir la industria de armas en propósitos de producción del consumo". Es ésta la más activa e influyente organización encubierta de la FSM, aparece como una institución independiente pero en hecho es el más importante órgano de control y coordinación de la URSS y el más activo mundialmente de la FSM para influenciar a los movimientos sindicales no comunistas. Dentro de su trabajo diario, ocupa un lugar muy importante el establecimiento de contactos con organizaciones internacionales, como por ejemplo, las Naciones Unidas, la orgnaización Internacional del Trabajo(OIT) y la cooperación con los movimientos de paz nacionales y con instituciones de científicos.

La influencia internacional que ha desplegado es también reflejado en el hecho de que es un miembro asociado de la Comisión de Desarme de las NN.UU. con status de Organización No Gubernamental(NGO).

F.- CONSEJO MUNDIAL DE LA PAZ CMP)

En mayo del presente año se realizó en Guayaquil(Ecuador) el Congreso Continental de los Comités Nacionales de Paz de América Latina y El Caribe. El evento de referencia, está inserto en el contexto de la nueva estrategia del comunismo internacional para la región, con el objetivo de atraer a los movimientos pacífistas y ecologistas a su seno.

La finalidad del mismo fue discutir sobre la égida de la paz mundial, las acciones a ser desarrolladas por los diversos estratos sociales del área con el fin de movilizar a la opinión pública regional en favor de los objetivos de la política exterior de la URSS.

Fueron invitadas a dicho evento las principales Organizaciones de Frente Comunistas regionales y internacionales, como por ejemplo: Federación Latinoaméricana de Periodistas (FELAP),CPUSTAL, OCLAE,OMIDELAC, OSPAAAL, Tribunal Antiimperialista de Nuestra América(TANA).

Fueron invitados,también, representantes de entidades nacionales de todos los paises de América Latina y El Caribe, conocidas personalidades de

la región comprometidas con el comunismo internacional o que por su posición social o política pueden dar destaque al Congreso.

Entre los invitados se destacan: Luis Echeverría (ex presidente mejicano), Aldo Tessio(asesor del presidente Argentino), Líber Seregni, Ema Torres (viuda del ex presidente boliviano Juan José Torres), Hortensia Bussi de Allende(viuda de Salvador Allende, Chile), Eduardo Arevalos Burgos(parlamentario colombiano), Camilo Pérez(Magistrado de la Suprema Corte de Panamá), Orlando Fundora(miembro del gobierno y del PC de Cuba), Guillermo Toriello(ex Ministro de Relaciones Exteriores de Guatemala).

Los asuntos tratados fueron:actuales propuestas soviéticas de reducción de armas nucleares y desarme;creación de zonas libre de armas nucleares; condena del Programa de Defensa Espacial de EE.UU.;defensa de los Derechos Humanos en los paises de Occidente; reafirmación de la propuesta de Fidel Castro de no pago de la deuda externa; apoyo a la consolidación de la revolución sandinista y a los movimientos revolucionarios en actividad.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la DGID

Copia Nº2: Señor Sub Director de Exterior de la DGID

Copia Nº3: Señor Sub Director de Interior de la DGID

Copia Nº4: Señor Sub Director de Apoyo de la DGID

Copia Nº5: Señor Jefe del Dpto.I de la DGID

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 040/87

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE CHINA

Montevideo, 18 de noviembre de 1987.-

P.K.

ENTRADO 5/10/30 E3
CRUZADO 5/10/30 E3

APRECIACION DE SITUACION DE LA REPUBLICA DE CHINA

INTRODUCCION

La República de China está compuesta por un grupo de más de 70 islas, de las cuales la más importante es Taiwán, la que limita al Norte con el Mar Oriental de China, al Este con el Mar de Filipinas, al Sur con el Canal de Bashi que la separa de Filipinas y al Oeste con el Estrecho de Formosa que la separa de la República Popular China. Taiwán tiene una superficie de 35.981 kilómetros cuadrados, superpoblada en la actualidad por unos 19 millones de habitantes y su capital es Taipei.

Taiwán fue un protectorado del Imperio Chino desde 1206 hasta 1895, año en que se convirtió en provincia. Trás la severa derrota sufrida ante Japón en 1895, China debió entregarle, entre otros territorios, la por entonces llamada Isla de Formosa, ocupándola los nipones hasta 1945, al término de la Segunda Guerra Mundial. Producida la derrota japonesa, China recupera la soberanía sobre sus territorios ocupados, incluída la isla de Taiwán, que durante los años de ocupación nipona fue utilizada por el Imperio como fuente de recursos agrícolas. Solo quedaban trás la retirada japonesa una población campesina subdesarrollada, algunas centrales de energía y fábricas de fertilizantes y textiles bombardeadas por los Estados Unidos durante la guerra, así como ferrocarriles y puertos dañados por las acciones bélicas, una producción fundamentalmente agrícola en su más bajo nivel y una elevadísima inflación. Esta era la fisonomía de Taiwán cuando en 1949 el General Chiang Kai-shek, trás luchar infructuosamente contra los rebeldes comunistas de Mao Tse-tung, decide abandonar China continental y trasladarse con sus dos millones de seguidores a la isla-provincia, constituyendo allí provisionalmente la sede de su Gobierno, más exactamente en Taipei. El General Chiang emprendió inmediatamente un proceso tendiente a la creación de un moderno país, partiendo poco menos que de la nada. Era evidente que las autoridades nacionalistas y sus veteranos de guerra, agotados por la lucha fratricida y ayudados por los inexpertos pero laboriosos chinos de Taiwán, tendrían por delante muchos años de trabajo para convertir a esta atrasada provincia campesina en el modelo de la moderna sociedad china anhelada por el fundador de la República, el Doctor Sun Yat-sen, quien fue que proclamó los "Tres Principios del Pueblo", nacionalismo, democracia y bienestar social, que habrían de regir, como verdaderos dog-

mas de fe, la conducta integral de la nación para alcanzar su modernización y desarrollo. Esta trilogía rectora inspirada en la ética de Confucio, determina no solo el accionar del Gobierno de la República de China en los distintos campos, sino también la actitud de sus ciudadanos y ha sido la herramienta fundamental que esta nación ha utilizado para forjar su prosperidad. Los otros instrumentos creadores del desarrollo y la modernización fueron la educación y la planificación. Mediante el primero se logró capitalizar el recurso más preciado que tiene este país, el humano y a través del segundo se procuró evitar la malversación del trabajo y el esfuerzo del pueblo, dirigiéndolos hacia todo lo que se considera como objetivos superiores de la nación.

FORMA DE GOBIERNO

De acuerdo a la Constitución de 1947, ejerce el Poder Ejecutivo el Presidente de la República designado por la Asamblea Nacional, la cual se compone de miembros elegidos cada seis años por sufragio universal. En realidad esto es solamente en teoría, ya que en la realidad después de la muerte de Chianh Kai-shek, el poder absoluto lo tiene su hijo, el Presidente Chang Ching-kuo, monopolio que ha sido criticado severamente entre otros por grupos de activistas de los derechos humanos, tanto taiwaneses como extranjeros. Asimismo la mayoría de los 1.067 delegados que la mencionada Asamblea tenía en 1984, son miembros vitalicios que huyeron del continente en el 49 y los cuales por razones de edad van desapareciendo poco a poco.

El Gobierno ejerce sus funciones a través de cinco Comisiones o Yüans:

1.- El Yüan Ejecutivo, cuyos miembros son designados por el Presidente.

2.- El Yüan Legislativo, con funciones de Comisión Permanente en la Asamblea.

3.- El Yüan de Control, con facultades supervisoras y censoras.

4.- El Yüan Judicial, o Corte Suprema de Justicia.

5.- El Yüan de Examen, que controla el servicio civil.

El partido de Gobierno es el Kuomintang (Partido Nacionalista). Específicamente en la isla de Taiwán existen autoridades provinciales, una Asamblea de 73 miembros, las que son elegidas en comicios locales. Aunque las agrupaciones de oposición todavía estaban prohibidas debido a la Ley

Marcial, el Primer Mandatario Chang Ching-kuo les permitió unirse bajo el nombre de "Partido Progresista Democrático" para las elecciones legislativas llevadas a cabo en el mes de diciembre de 1986.

POLITICA INTERNA

Como se acaba de expresar, en los comicios legislativos que tuvieron lugar a fines del año próximo pasado, por primera vez tuvo cabida la oposición organizada. El partido oficialista ganó 137 bancas de las 157 que se disputaban, el "Partido Progresista Democrático" (PPD) 13 y los independientes 7.

El PPD está integrado en su mayoría por nativos de Taiwán y junto a un grupo de representantes del Partido Nacionalista, relativamente jóvenes y de mentalidad liberal, han convertido por primera vez al Parlamento en un vivo foco de debates. Uno de los principales puntos de divergencia lo constituye la "autodeterminación", defendida por la mayoría de los integrantes del PPD y rechazada tanto por el Gobierno de Pekín como por el de Taipei, ya que ambos se consideran como la verdadera Administración de toda China, con la única diferencia de que la República Popular piensa en extender su jurisdicción a China Nacionalista y esta apunta a que algun día el país pueda reunificarse pero bajo un régimen democrático. Por el momento los comunistas consideran a Taiwán como una provincia de China y condenan como "sedicioso" a cualquier llamado independentista.

En enero de 1987 el Kuomintang obtuvo 18 de las 22 bancas postuladas en las elecciones por el control del ente gubernamental más poderoso de Taiwán, el Yüan de Control, que supervisa a los funcionarios del Gobierno y tiene el poder de enjuiciar a aquellos que estén involucrados en actividades ilegales. El PPD ganó solamente un escaño y los independentistas 3. Cientos de miembros del "Partido Progresista Democrático" realizaron violentas manifestaciones en Taipei, Taichung y Kaoshiung, en un intento por lograr que se anularan los comicios, ya que según la oposición, hubo fraude por parte del Kuomintang.

Ante esta situación y teniendo en cuenta que en la actualidad el 85% de la población de la isla son nativos de la misma y no provenientes del continente, el Presidente Chiang-Ching-kuo parece haber comprendido que debe dar lugar en el Kuomintang a miembros de esta nueva generación, para que el partido y el régimen perduren, preparándose a su vez para hacer frente a una creciente oposición. En gran medida los acontecimientos

vienen siendo forzados por sectores populares. Precisamente las últimas manifestaciones de protesta que tuvieron lugar en la Universidad Nacional de Taiwán, tuvieron como objetivo el que sea desmantelada la influencia política del Partido Nacionalista, que sustenta todo el poder.

A mediados del mes de julio de 1987, el Primer Mandatario decretó el levantamiento de la Ley Marcial vigente desde 1949. Inmediatamente después el Ministerio de Defensa anunció que fueron liberados 23 presos civiles que habían sido juzgados por cortes militares, aunque se declinó confirmar cuantos de los mismos cumplían sentencias por cargos de sedición y podían ser clasificados como presos políticos. También se señaló que las sentencias de unas 170 personas que permanecen detenidas "por crímenes de sedición", fueron reducidas en muchos casos a la mitad o menos. Entre las medidas restrictivas de la Ley Marcial se destacaba el amplio poder con que contaban las Fuerzas Armadas para juzgar e imponer sentencias extensas a disidentes políticos, suspender o cerrar publicaciones, prohibir la formación de nuevos partidos políticos. Se destaca que previamente al levantamiento de la Ley Marcial, en el mes de junio el Parlamento aprobó una discutida "Ley de Seguridad del Estado". Los nacionalistas la votaron por unanimidad, no así los miembros del PPD los que protestaron por lo que consideran como la continuación de la Ley Marcial. El Gobierno de Taiwán justificaba la misma, así como la que la suplanta, recordando que China Comunista está en guerra con Taiwán y que esta debe hacer frente a eventuales infiltraciones y subversiones organizadas en el continente.

El Presidente Chiang-Ching-kuo ha prometido el levantamiento del estado de vigilancia para fines del corriente año, ser más flexible con los medios de prensa y desprenderse de sus "entes testigos" en los colegios, las instituciones de enseñanza en general y las empresas públicas. La presencia de estos controles ha sido comparada por la oposición con organismos similares de China Popular.

REFORMA AGRARIA

Sin duda el primer paso necesario para el desarrollo de la isla debía dirigirse a la agricultura, a fin de cubrir las necesidades primarias de una población que había quedado aislada de su patria continental. Así fue que, bajo el lema de "tierra para el labrador", el Gobierno nacionalista emprende una profunda y orgánica reforma agraria, que se constituiría en la plataforma del despegue de lo que actualmente se denomina como

"el milagro taiwanés".

En su conquista de la China continental, los comunistas de Mao explotaron el descontento del campesino para afianzarse en el poder. El Gobierno del General Chiang no estaba dispuesto a permitir que esto ocurriera en Taiwán, por lo cual emprendió una reforma agraria en tres etapas:

1º) Reducción de la renta que percibían los terratenientes de sus arrendatarios, a fin de desalentar los latifundios.

2º) Venta de las tierras públicas al campesinado a bajos precios y con una amplia financiación para facilitar su adquisición.

3º) Expropiación y transferencia del exceso de tierras de los terratenientes a los labradores.

Este vasto emprendimiento que se inició en 1949 y finalizó en 1954 hizo que, en su primera etapa, se beneficiaran unas 300.000 familias de agricultores que trabajaban el 38% de la tierra privada cultivable. En la segunda etapa se beneficiaron 120.000 familias de labriegos , que pudieron adquirir 61.000 hectáreas de tierras fiscales. Finalmente en la tercera etapa se transfirieron más de 154.000 hectáreas de tierras privadas a unos 224.000 campesinos. Antes del comienzo del programa, el 38% de la tierra privada era trabajada bajo el sistema de arrendamiento, al término de la reforma ese porcentaje quedó reducido al 15%.

Tal vez el aspecto más novedoso de este plan de reforma agraria lo constituyó la forma en que se indemnizó a los terratenientes por las expropiaciones de sus tierras. El Gobierno les pagó las indemnizaciones con acciones de las empresas industriales del Estado, entre ellas las corporaciones de Cemento, de Pulpa y de Papel, la Industrial y Minera y la de Desarrollo Agrícola y Forestal de Taiwán. En su mayoría los terratenientes aceptaron de buen grado su transformación en empresarios industriales, atentos a la posibilidad de ingresos que esa nueva actividad les auguraba.

Así es como, bajo el impulso de esta reforma, al principio de la década de los años 50, la agricultura entró en un período de rápido crecimiento, que duró hasta fines de la década del 60, en que se estabiliza. Desde 1951 hasta entonces, la producción total agrícola creció a un ritmo anual promedio de un 4,6%, obteniéndose en la actualidad, con dos o tres cosechas anuales, los más altos rendimientos por hectárea. Cabe señalarse que en 1962, se instrumentó un plan complementario de la reforma agraria,

denominado "Programa de Consolidación de Tierras" con el objeto de concentrar el esfuerzo de los campesinos propietarios de pequeñas parcelas (minifundios), en unidades o cooperativas de producción agrícola, que se beneficiaron con nuevos sistemas de riego y mecanización. Este programa de consolidación, aplicado al comienzo en forma experimental, debido a su éxito se extendió paulatinamente a miles de hectáreas, abarcando en la actualidad el 60% de las tierras cultivadas. Se facilitó por este medio el cultivo intensivo, con mayores rendimientos, el uso masivo de fertilizantes y la progresiva mecanización agrícola.

INDUSTRIALIZACION DEL PAIS

Una vez completado el programa de reforma agraria, reforzado posteriormente con el de consolidación de las tierras, el Gobierno de China libre decidió afrontar otro desafío: la industrialización del país. El mayor poder adquisitivo de la floreciente sociedad agrícola auspició el desarrollo de una incipiente industria liviana, principalmente en los rubros de la alimentación, los textiles y los materiales de construcción, con vistas a satisfacer las necesidades del mercado interno. En esta primera etapa, la relación entre la producción agraria y la industrial en el Producto Bruto Interno era del 35,8% para el agro, frente al 17,9% para la industria (1952). Esta relación, trás el proceso de industrialización del país, se transforma en el 51,3% para la industria, ya altamente tecnificada, el 42,2% para los servicios y el 6,5% para la agricultura (año 1984).

Estos porcentajes hablan de por si acerca del acelerado y sorprendente desarrollo de la industria en Taiwán. Como se ha señalado, este proceso comenzó con la industria liviana, con destino fundamentalmente al consumo interno y con el fin de sustituir importaciones que agravaban la crítica situación de las reservas monetarias del país. Empero esta política tuvo el efecto de escudar a los productores domésticos de la competencia extranjera, estimulando una producción nacional que sustituía las importaciones pero que en definitiva era ineficiente y no competitiva.

LIBERALIZACION

Fue entonces que algunos miembros del Gobierno presionaron en 1958 para lograr una política comercial más liberal, que permitiera una industrialización más rápida, sostenida y eficaz, por lo tanto, en los dos años siguientes, se eliminaron muchas restricciones a las importaciones, llevan-

do, mediante una devaluación, el valor real de la moneda de la República, el Nuevo Dólar Taiwanés a sus niveles reales: relación 1 dólar norteamericano=38 dólares taiwaneses, contra la cotización anterior de 25 dólares taiwaneses por cada dólar norteamericano. A partir de entonces los exportadores pudieron obtener más facilmente los productos importados que permitieran mejorar su industria y hacerla más competitiva, por su calidad, en los mercados internacionales, saliendo así a los mismos los primeros productos taiwaneses, especialmente los artículos electrónicos y los electrodomésticos.

Al hablar de la moneda se hace necesaria una puntualización: como consecuencia de la amenaza que representaba la inflación, el 15 de junio de 1949 el Gobierno anunció la emisión del "Hsin Tai Pi" (NT$=New Taiwan Dollar o Nuevo Dólar Taiwanés), con lo que se reformó radicalmente la moneda. Este cambio tuvo dos características: 1) El Gobierno nacional suministró 800.000 onzas de oro para el respaldo en metálico del NT$. 2) Adoptó la emisión limitada. La primera fue de tan solo 200 millones de NT$, luego, según los requerimientos crecientes de la producción hizo "emisiones limitadas al exterior" que fueron respaldadas por divisas extranjeras y efectos comerciales en depósito. Se promovió también el depósito de oro en cuentas de ahorro, disponiendo que quien depositara NT$ podría cobrarlo en oro al cumplirse el término de la cuenta, medida que confirmó mucho la confianza popular en el NT$ y restringió el dinero en circulación. Se destaca que en la actualidad, China Nacionalista tiene una de las reservas de moneda extranjera más importante del mundo, solo excedida por las de Japón y Alemania Occidental.

Al irse ampliando la política de exportaciones, se nutrió considerablemente la expansión económica del país, éxito que motivó que el Gobierno adoptara medidas adicionales de apoyo, que incluyeron el establecimiento de zonas francas y otros beneficios fiscales para las industrias calificadas, de capital nacional o extranjero. Esta rápida evolución permite a China Nacionalista, en la década del 60, comenzar a desarrollar su industria pesada e incrementar la aplicación de tecnología avanzada. Los productos de esta última colocan a Taiwán entre los primeros exportadores mundiales. La fábrica de acero de China, con sus plantas en el sureño puerto de Kaoshiung, produce un total anual de 3,25 millones de toneladas, en tanto que el gran astillero allí instalado, que cuenta con el mayor dique seco

del mundo, tiene un volumen de producción anual de aproximadamente 1,5 millones de toneladas.

Por otra parte debe destacarse que China Nacionalista tiene electrificada la casi totalidad de su territorio, lo que ha impulsado no solo la producción agrícola, sino que además ha logrado un mayor bienestar de los pobladores rurales. Asimismo ya se han completado dos centrales nucleares de producción enérgetica, mientras que una tercera se encuentra en construcción y se tiene planificada una cuarta.

Mención aparte merecen los programas iniciados por el Gobierno en 1972, que se conocen con el nombre de "Diez Grandes Proyectos", que ayudaron al país durante la recesión mundial que siguió a la crisis petrolera de 1973-74. Este proyecto, ya concluído, incluyó la construcción de la planta de acero y el astillero antes mencionado; un nuevo puerto de aguas profundas en la costa occidental de la isla; una autopista que la cruza de norte a sur, de casi 400 kilómetros de extensión; las citadas plantas nucleares de producción eléctrica y la expansión de la industria petroquímica.

AYUDA DE LOS ESTADOS UNIDOS

Otra de las principales claves del despegue económico de Taiwán ha sido la ayuda directa proporcionada por los Estados Unidos, que ascendió a un total de 1.482,2 millones de dólares norteamericanos desde 1951 hasta 1965. Esta ayuda representó más del 30% de la inversión interna anual de Taiwán, entre los años 1951-1960. Cuando la economía china comenzó a florecer, en virtud principalmente de las exportaciones, esta ayuda cesó y la República de China obtuvo desde entonces en fuentes convencionales, el financiamiento necesario que exige su desarrollo, aún en expansión. En la actualidad, el comercio exterior de China libre es del orden de los 55.000 millones de dólares anuales, de los cuales sus exportaciones totalizan más de 32.000 millones y sus importaciones 22.000 millones aproximadamente.

Los taiwaneses alcanzaron al comienzo de esta década un ingreso por habitante/año muchísimo mayor que el de los chinos continentales y era, después del Japón, el más elevado de Asia. A la vez se ubicaba como una de las 25 primeras potencias comerciales del mundo. Hoy Taiwán ocupa el lugar número 16 entre los principales exportadores mundiales y su ingreso anual per cápita es de 5.000 dólares. El año próximo pasado tuvo un superávit comercial de 15.600 millones de dólares. La inflación, por su parte, que alcanzaba un índice del 100% anual en 1949, es ahora del 6% anual.

LA EDUCACION PLANIFICADA

La política educativa en China Nacionalista también se inspira en los "Tres Principios del Pueblo". El primero de ellos, el nacionalismo, otorga una ética al proceso educativo; el segundo, la democracia, es escuela de civismo y de justicia y finalmente el tercero, bienestar social, es la razón del énfasis puesto en el desarrollo de la ciencia y la tecnología.

El planeamiento integral de la educación comenzó en la República de China en 1962, cuando con la colaboración de especialistas de la Universidad de Stanford (Estados Unidos) y posteriormente de la UNESCO, se estudió la relación entre el proceso de desarrollo al que estaba abocado el país y los requerimientos educativos. A partir de allí y después de evaluar las necesidades del potencial humano, se trazaron los planes de corto, mediano y largo plazo, estos últimos aún en ejecución. Esta planificación es aplicada tanto en los establecimientos educativos estatales como en los privados, que comparten la tarea de enseñanza en los tres niveles.

En 1968, a iniciativa del entonces Presidente Chiang Kai-shek, se amplió el período básico de educación gratuita y obligatoria de 6 a 9 años. Es decir que actualmente en Taiwán es obligatorio cursar los 6 años del ciclo primario, más 3 años del secundario básico. Al término de ese período el joven que desee continuar sus estudios deberá cursar otros 3 años de secundario superior, que lo habilitarán para seguir una carrera técnico-vocacional terciaria o una universitaria clásica.

En las escuelas vocacionales de estudios terciarios, que son las que mayor cantidad de alumnos reciben, se cursan especialidades tan dispares como agricultura, comercio, industria, economía doméstica, teatro, enfermería, etc.

En virtud de estos múltiples y prolongados planes de estudio, hoy en día, de cada cuatro habitantes de Taiwán, uno es estudiante y cada seis kilómetros cuadrados hay en la isla una escuela, lo que ha permitido que el índice actual de analfabetismo sea de solo el 7%. Cabe destacar que el presupuesto nacional destinado a este rubro, ocupa el segundo lugar después del de Defensa.

VINCULOS CON LOS DEMAS PAISES

Taiwán mantiene relaciones comerciales con más de 130 países y diplomáticas solamente con unos 25. Evidentemente el hecho de que la mayo-

ría de las naciones mantengan vínculos diplomáticos con Pekín, tácitamente ha traído aparejado un cierto aislamiento del Gobierno de Taipei, el que incluso ya no tiene representación en la ONU como consecuencia de la presencia en este organismo de China Comunista desde el año 1971.

Por el momento continúa planteándose la interrogante respecto a que si este país logrará algún día el reintegro territorial de Taiwán, uno de los principales objetivos del régimen de Deng Xiaoping y que pasará cuando el anciano líder se aleje del poder por razones inexorables de edad. A pesar de lo declarado por las autoridades taiwanesas respecto a la contínua amenaza que representa China continental, recientemente las mismas han flexibilizado un tanto su posición, autorizando a sus habitantes a visitar a los familiares que tengan en la República Popular. La iniciativa fue presentada como "humanitaria", dado el alto valor que tiene para la cultura china precisamente el concepto de familia.

En lo que concierne al mundo iberoamericano, la República de China mantiene fluídos contactos fundamentalmente con países de Centroamérica y el Caribe. A modo de ejemplo tenemos que, solamente en 1987:

1.- Un grupo de periodistas de Taiwán, ocho en total, fue recibido por el Presidente de Guatemala, Vinicio Cerezo, el que señaló que su Gobierno desea incrementar la cooperación económica y técnica con China libre. El Primer Mandatario expresó además que las relaciones entre ambas naciones son muy satisfactorias y amistosas y que su Administración dará todas las facilidades posibles a los empresarios chinos que deseen invertir en Guatemala. Taiwán mantiene un acuerdo de cooperación minera con el país centroamericano. Expertos de China libre han trabajado por algún tiempo allí y han informado que existen ricos depósitos de uranio. Asimismo el Vicepresidente Roberto Carpio Nicole estuvo de visita oficial en la República de China entre el 17 y el 26 de abril próximo pasado.

2.- Un grupo de 10 parlamentarios de Costa Rica, encabezado por el Vicepresidente de la Asamblea Legislativa, José Luis Valenciano Chaves, visitó Taiwán entre el 7 y el 13 de julio del presente año. Asimismo y ante un grupo de ocho periodistas de China libre, el Presidente Oscar Arias elogió los progresos registrados en la nación asiática y que inversiones de ésta en Costa Rica podrían ayudar a solucionar muchos problemas de la nación centroamericana.

3.- El Comandante en Jefe de la Fuerza de Defensa de Panamá, General Manuel Antonio Noriega, desarrolló una intensa actividad durante

cinco días que visitó Taiwán, acompañado por el Director de la Agencia de Inteligencia Militar, Coronel Barrera.

4.- Darío Filartiga, Viceministro del Interior de Paraguay, visitó entre el 13 y el 14 de abril Taiwán, nación con la cual se están tratando una serie de proyectos de cooperación sobre todo en el área industrial.

5.- Los Ministros de Relaciones Exteriores de la República de China, Chu-Fu-sung y Ricardo Acevedo Peralta de El Salvador, firmaron este año un comunicado conjunto donde ambas naciones se comprometen a reforzar las relaciones amistosas y de cooperación.

6.- A principios del 87 se renovó en Quito, el contrato contraído entre Ecuador y la República de China sobre suministro de petróleo. Conforme a las claúsulas del mencionado contrato que ha sido prorrogado por tres años, Taiwán comprará 15.000 barriles diarios de petróleo crudo ecuatoriano. Por otra parte China libre ha obtenido una licitación para hacer prospecciones de petróleo en la parte oriental de la nación sudamericana.

7.- Mientras continúan los contactos con autoridades argentinas para llegar a un acuerdo de cooperación pesquera, unos 49 barcos chinos operan en aguas argentinas frente a la costa sur del país, extrayendo el año próximo pasado unas 50.000 toneladas de calamar. Otros 30 barcos operan en aguas de la llamada zona de exclusión, fijada por las autoridades británicas desde las Islas Malvinas. Por otro lado, los altos costos de la operativa portuaria de Montevideo, llevaron a compañías pesqueras taiwanesas a iniciar negociaciones de anclaje y abastecimiento para unos 134 barcos de esa bandera en el puerto alternativo de Bahía Blanca. La no concreción de la negociación en marcha con agentes uruguayos para la atención de estas flotas, implicará la pérdida de ingresos por 42 millones de dólares anuales para el país. De esos 134 barcos, 76 utilizaron durante 1987 el puerto de Montevideo para su reaprovisionamiento, reparación, cambio de tripulación y trasbordo de captura al buque factoría, complementando la operación con Puerto Stanley en las Islas Malvinas. La conflictividad en nuestro puerto, los altos costos para operar, la falta de comodidades y medios técnicos, así como la lejanía de las aguas de captura, inciden actualmente para comenzar a analizar la alternativa de Bahía Blanca. La opción por éste entra en consideración en una zafra en la que las compañías taiwanesas aumentan su operativa de 76 a 134 barcos pesqueros e implica disminuir también su presencia en puerto Stanley. Los pesqueros están

actualmente en viaje hacia esas aguas, en momento en que se replantean las negociaciones y de acuerdo al esquema global, deberían entrar en el puerto de Montevideo en enero, para su primer cambio de tripulación.

El Jefe del Departamento II(Exterior)

Tte.Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director de la DGID

Copia Nº2: Señor Sub Director de Exterior de la DGID

Copia Nº3: Señor Sub Director de Interior de la DGID

Copia Nº4: Señor Sub Director de Apoyo de la DGID

Copia Nº5: Señor Jefe del Departamento I de la DGID

APRECIACION DE SITUACION

DE LA

REPUBLICA DE CHILE

Montevideo, 23 de noviembre de 1987.-

CRUZADO 5/10/30 ES
5/10/30 ES

01 14 900518 N

APRECIACION DE SITUACION DE CHILE

I.- FACTOR POLITICO

A.- POLITICA INTERNA

El proceso militar chileno que se inició el 21 de setiembre de 1973 con el derrocamiento de Salvador ALLENDE, entrará en el próximo año en una etapa definitoria. En términos generales, el régimen chileno estructuró un cronograma en tres grandes etapas: una primera etapa con características de gobierno de "facto" que se extendió desde 1973 hasta 1981; una segunda etapa que comenzó el 11 de marzo de ese año, cuando PINOCHET inicia un período de gobierno constitucional de ocho años de duración y una tercera etapa que supone la realización de un plebiscito a fines del año próximo. La Constitución aprobada por plebiscito en el año 1980, le otorgó al Presidente chileno un mandato que se extenderá hasta 1989 bajo un régimen de Democracia protegida y durante el cual PINOCHET ha contado con los instrumentos jurídicos necesarios para limitar el accionar de la oposición. De acuerdo a la referida constitución, 90 días antes del 11 de marzo de 1989 los comandantes en Jefe del Ejército Tte. Gral. Julio CANESSA, de la Armada, Almirante José TORIBIO MERINO CASTRO, de la Fuerza Aérea, Gral. Fernando MATTHEI y el Director de Carabineros Gral. Adolfo STANGE, tendrán que proponer un candidato único para Presidente que será plebiscitado por "SI" o por "NO". La Carta Magna establece además que si la Junta Militar no se pone de acuerdo en lo referente al candidato, será el Consejo de Seguridad el órgano que decidirá sobre el particular. Este organismo está integrado por el Presidente de la República, los Comandantes en Jefe, el Director de Carabineros, un General del Ejército y los Presidentes del Consejo de Estado y de la Corte Suprema.

En caso de que el candidato único sea apoyado en el plebiscito, iniciará un período de gobierno de ocho años de duración. Si por el contrario triunfa el "NO" el General PINOCHET continuará gobernando por un año más y al cabo de ese lapso se convocará a eleccio

nes generales en las cuales podrán participar todos los ciudadanos que se registren como candidatos a la presidencia y que no tengan impedimentos de orden legal. Dentro de este contexto, el gobierno ha implementado mecanismos tales como el Estatuto de los Partidos Políticos y el Registro de los Partidos Políticos, tendientes a reglamentar la participación de las distintas corrientes de opinión en un eventual acto electoral.

Del análisis del espectro político chileno surge el siguiente panorama:

1.- GRUPOS OPOSITORES

En el momento actual, la máxima expresión política de oposición la constituye la denominada Alianza Democrática que reúne a Demócristianos, Radicales, Social-Demócratas y Repúblicanos. Desde su creación, la coalición mantuvo una contínua sucesión de presidentes, lo que impidió mostrar una dirección representativa y un planteamiento lo suficientemente poderoso como para atraer a las otras fuerzas opositoras.

Dentro de este conglomerado, el Partido Demócrata Cristiano de Chile, representa la opción opositora más seria por su organización y poder de convocatoria. Es importante destacar, que en el mes de agosto del presente año, ésta agrupación renovó sus autoridades, habiéndose producido cambios significativos en la conducción partidaria, lo que incidirá en su futura estrategia. Desde 1982, la máxima autoridad partidaria era el excanciller Gabriel VALDES quien mantuvo una política errática fluctuando entre dos estrategias distintas: una que priorizaba el liderazgo de la movilización social y la acumulación de fuerzas opositoras y otra que ponía énfasis en la adaptación a las reglas de juego del gobierno, para negociar una posición de coprotagonismo en la etapa post-PINOCHET. En la elección de agosto, donde los convencionales apoyaron la designación de Patricio ALWYN como máximo dirigente partidario, parece haberse afirmado la tesis de la negociación en lugar de la confrontación. El nuevo Presidente del P.D.C. Chileno, representa la línea conservadora del Partido y será secundado por Andrés SALDIVAR también considerado del "ala derecha" del PDC. Dentro de este contexto

9005181

el triunfo de los "derechistas" implica que la Democracia Cristiana se inscribe como partido político legalmente reconocido de conformidad a lo que establece el Estatuto de los Partidos Políticos implementado por el gobierno militar. El sector "progresista" del D.C., que resultó derrotado en las elecciones internas, rechaza dicho Estatuto que de hecho pone fuera de la ley a los partidos izquierdistas. Por otra parte es importante destacar que el actual Presidente Patricio ALWYN, calificó al golpe de estado de PINOCHET, como un "hecho indispensable para el mantenimiento de las instituciones democráticas".

Por su parte, los grupos radicales de izquierda han conformado una alianza denominada Izquierda Unida que está integrada por el Partido Comunista Chileno (PCCH) (algunos de cuyos dirigentes han regresado del exilio), el Partido socialista liderado por Clodomiro ALMEYDA (actualmente en prisión) y el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR).

Si bien en cierto momento existieron algunas discrepancias entre el PCCH y el PS en relación a la inscripción de sus afiliados en los registros electorales, recientemente los comunistas instaron a sus seguidores a inscribirse en el referido registro en coincidencia con la posición sustentada por el Partido Socialista. Este cambio en la actitud del PCCH, implica su determinación de participar en el plebiscito previsto para el año que viene y no "automarginarse" como lo había pensado inicialmente.

Sin embargo, estos partidos de izquierda fueron declarados ilegales en 1985 por el Tribunal Constitucional y la Constitución en su artículo 8º excluye a los partidos de izquierda de la actividad política. Esta disposición de la Carta Magna ha sido complementada con una ley que entró en vigencia el 30 de octubre mediante la cual se estipulan severas multas para quienes profecen o difundan las opiniones de los partidos proscriptos.

Corresponde puntualizar por otra parte, que el PCCH que se encuadra dentro de la línea soviética, ha revitalizado la lucha armada como opción para llegar al poder, lo que le ha restado posibilidades de interlocutor válido dentro de la oposición

con el consiguiente descrédito ante la opinión pública.

Dentro de las distintas corrientes de oposición, merece mencionarse además, por la importancia que tuvo en su momento, el denominado Acuerdo Nacional que fue impulsado por la Iglesia Católica. Este movimiento no constituyó una alianza política con fines electorales sino que más bien fue una propuesta suscrita por 11 partidos políticos de tendencia moderada, que tuvo importantes repercuciones internacionales. El proyecto del Acuerdo Nacional establecía la elección de un Presidente de la República, mediante sufragio universal y directo y el establecimiento de una Asamblea Nacional con competencia para reformar la constitución. Sin embargo esta propuesta no significó una unificación real y efectiva de la oposición y el gobierno no se mostró dispuesto a entablar negociaciones basadas en el Acuerdo Nacional, diluyéndose dicha propuesta.

Finalmente, el panorama político-partidario chileno se completa con la alianza denominada Federación Democrática formalizada por los partidos de derecha Nacional, Republicano y Liberal. Esta coalisión de agrupaciones pro-pinochetistas tiene escasa incidencia en la situación interna de Chile.

2.- POSICION DEL GOBIERNO

Dentro de la Junta Militar, las posiciones no serían totalmente coincidentes, ya que mientras la Armada, la Fuerza Aérea y los Carabineros podrían apoyar la idea de que el plebiscito previsto para 1989 se convierta en una elección libre y abierta, el Ejército mantiene reservas sobre el tema, lo que se puede interpretar como una posición proclive a dejar las cosas como están, es decir, mantener sin modificaciones la Constitución de 1980, que garantiza la propuesta de candidato único que podría ser el propio PINOCHET.

La posición de los integrantes de la Junta Militar, Almirante MERINO de la Armada y Tte. Gral. Fernando MATTHEI de la Fuerza Aérea, se ha evidenciado a través de sendos pronunciamientos. Por ejemplo, el Comandante en Jefe de la Armada ha afirmado que la Constitución debe ser reformada sin especificar el alcance de estos términos y el Tte. Gral. MATTHEI ha reiterado su com

900518

promiso de adhesión al régimen hasta 1989, puntualizando que su papel dentro del proceso militar culmina ese año. Recientemente, el referido militar definiendo más concretamente su posición, manifestó que "de ninguna manera el plebiscito que decidirá quien gobernará Chile desde 1989 se realizará antes de setiembre de 1988 y el Presidente será civil". Estas expresiones además de dejar en claro que no respalda la candidatura de PINOCHET, desmienten versiones de fuentes militares vinculadas al Ejército de que se adelantaría el plebiscito. Por su parte, el Director de Carabineros, Gral. Rodolfo STANGE, se declaró partidario de que un civil gobierne el país a partir de 1989.

Estos hechos permiten afirmar que MATTHEI y el Gral. STANGE son la referencia más distante entre la Junta Militar y el General PINOCHET y que el Jefe de la Fuerza Aérea auspicia una salida institucional con prescindencia de la figura del mandatario chileno.

En el otro extremo de la Junta Militar estaría el Comandante del Ejército General Julio CANNESSA quien ha rechazado cualquier cambio de la Constitución de 1980, representando la posición más cercana a los intereses del General PINOCHET.

Por otra parte, recientemente el Jefe del Estado Mayor General del Ejército chileno, Mayor General Manuel BARROS RECABARREN, quien participa en las deliberaciones de la Conferencia de Ejércitos Americanos, que se lleva a cabo en Mar del Plata, manifestó que preferia un candidato de las Fuerzas Armadas para Presidente de Chile y que Pinochet es "el candidato" "porque nuestro Comandante en Jefe es extraordinario". En estas manifestaciones del alto Jefe militar se pueden resumir el pensamiento del Ejército chileno que continúa siendo el máximo respaldo del Presidente PINOCHET. Por otra parte, los dichos del referido militar, difieren sustancialmente de la posición asumida por la Fuerza Aérea, lo que evidencia el distanciamiento conceptual entre esta arma y el ejército. Al margen de estas eventuales diferencias de puntos de vista de los integrantes de la Junta militar, el General PINOCHET parece haber definido su accionar en base a dos líneas estratégicas.

La primera de ellas consiste en consolidar la economía a los efectos de que en los años 1988 y 1989, decisivos en lo políti

co, el gobierno pueda mostrar tasas indicadoras de un bienestar más generalizado.

La segunda línea estratégica radica en consolidar la Constitución de 1980 mediante la aprobación de todas las leyes políticas complementarias que exige dicha carta y que van desde el establecimiento de los Registros Electorales (que se reabrieron a fines de febrero) hasta la aprobación de la Ley de los Partidos Políticos que fue promulgada en el mes de marzo.

B.- RELACIONES INTERNACIONALES

Lo más importante en este aspecto es el notorio cambio de posición respecto a la situación en Chile, que ha evidenciado el gobierno norteamericano.

Los incidentes durante la visita efectuada hace dos años a Chile por el Senador KENNEDY, las declaraciones formuladas el año pasado por importantes funcionarios norteamericanos, los planteamientos efectuados por el Presidente REAGAN en la ONU referidos a violaciones de los Derechos Humanos en Chile y la designación Jerry BARNES como Embajador de Estados Unidos en Santiago, con instrucciones de respaldar los reclamos de la oposición moderada, son antecedentes significativos en el momento de evaluar el estado actual de las relaciones Chile-Estados Unidos.

Esta actitud de la administración norteamericana, ha causado malestar en los círculos oficiales chilenos generando una situación de cierta tirantez. Obviamente, las actividades del Embajador de Estados Unidos han provocado la reacción chilena al punto que la Cancillería citó a Harry BARNES para comunicarle la molestia del gobierno chileno, ante las declaraciones del diplomático norteamericano quién expresó que "la actitud del gobierno chileno ha dificultado las relaciones bilaterales con Washington". Por suparte el canciller Jaime DEL VALLE expresó que no había concurrido a los actos conmemorativos de la Independencia norteamericana porque "estaba molesto por las declaraciones de algunos personeros del Departamento de Estado".

Aparentemente la estrategia de Estados Unidos para Chile, apuntaría a aislar a PINOCHET de las Fuerzas Armadas para buscar una salida política de "democracia tutelada", donde los militares serían los

9005181

portagonistas pero con prescindencia de PINOCHET. Dentro de este contexto se inscribiría la invitación formulada por el gobierno de Estados Unidos a cuatro militares de alta graduación, para realizar un curso de capacitación de un mes de duración en la academia de West Point. Inclusive este acercamiento podría ser el primer paso para levantar la suspensión de asistencia militar a Chile dispuesta por la "enmienda KENNEDY".

En lo referente a las relaciones con Alemania Federal, es importante destacar que el pasado año, el Embajador en Santiago Harman HOLZHEIMER, por expresas instrucciones del Canciller Helmut KHOL, recibió a los firmantes del Acuerdo Nacional a los que brindó público respaldo.

Otro factor de controversia entre Alemania Federal y Chile, lo constituye la situación de 14 procesados por la Justicia Militar, lo que motivó que el Embajador chileno en Bonn entregara una nota de protesta al gobierno alemán, que contiene un análisis de la situación procesal de las personas sometidas a la Justicia Militar.

Dentro de las relaciones internacionales de Chile, es importante puntualizar el acercamiento con la República Popular de China, lo que constituye una situación atípica en virtud de la incompatibilidad ideológica entre ambos regímenes. Recientemente el Comandante de la Fuerza Aérea de Chile, Gral. Fernando MATTHEI fue agasajado en Pekin y en esa oportunidad el Viceministro chino Wan-LI predijo que "crecerán los lazos de amistad con Chile así como con sus Fuerzas Armadas". Por otra parte, el Canciller de China Popular Wu XUE QUIAN, que es miembro del Comité Central y del Buró político del Partido Comunista de China, se entrevistó con PINOCHET en Santiago para suscribir nuevos acuerdos entre los dos países. Mediante estos acuerdos, ingenieros chilenos viajarán a Pekin para construir una fábrica de caños de cobre. Corresponde puntualizar además que Chile es el cuarto socio comercial de China en América Latina.

II.- FACTOR SUBVERSIVO

La lucha armada en Chile está impulsada por dos organizaciones marxistas: el Movimiento de Izquierda Revolucionario (MIR) y el Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ (FPMR). El MIR es el movimiento subversivo

más antiguo de Chile e integró la Junta Coordinadora Revolucionaria encontrándose actualmente en un proceso de reorganización. Su principal dirigente Pacal ALLENDE retornó clandestinamente al país el año pasado, haciendo un llamamiento para la sublevación popular. Paralelamente también el pasado año, el MIR anunció en Buenos Aires el lanzamiento de una importante ofensiva político-militar con atentados dinamiteros y ataques a cuarteles, lo que finalmente no se concretó. Aparentemente tampoco han podido concretarse las gestiones realizadas por el MIR tendientes a concretar una alianza con el Frente Patriótico Manuel RODRIGUEZ y de esta manera unificar la lucha armada como sucede en Colombia. Por su parte el FPMR constituye el brazo armado del Partido Comunista de Chile y se ha mostrado más activo que el MIR, habiéndose adjudicado el atentado contra el Presidente PINOCHET, el secuestro del Coronel del Ejército Chileno Carlos HERNANDEZ CARREÑO llevado a cabo el día 2 de setiembre del corriente año, así como una serie de atentados dinamiteros contra líneas del alumbrado público y ataques a cuarteles. De acuerdo a lo expresado por el Director de Carabineros General Rodolfo STANGE, estás últimas acciones se inscriben en un plan denominado "setiembre rojo" con el cual el FPMR recordaría el 14º aniversario del derrocamiento de Salvador ALLENDE. De acuerdo a lo manifestado por los organismos de seguridad chilenos, tanto el MIR como el FPMR son adiestrados en escuelas de guerrilleros ubicadas en Cuba, Unión Soviética, Alemania Oriental, Nicaragua y Libia.

Sin embargo, el grado de violencia subversiva en el presente año no alcanzó los niveles previsto incialmente, como consecuencia directa de dos hechos importantes: el fracaso del atentado contra el General PINOCHET y el descubrimiento de importantes arsenales (30 toneladas de armas) descargados en las costas chilenas, presumiblemente por pesqueros soviéticos, que estaban destinados al FPMR y que por su volumen hubiesen servido para realizar acciones subversivas en gran escala. Estos dos golpes significaron reveses cuantitativos y cualitativos para los grupos subversivos que inclusive pudieron haber afectado su estructura interna restándole posibilidades operativas.

III.- FACTOR ECONOMICO

Durante el gobierno de Salvador ALLENDE, la estructura industrial chilena estaba prácticamente en manos del estado, por la vía de las expro

piaciones y de las intervenciones a empresas. Otro tanto ocurría con el agro, atacado por una reforma agraria sancionada en tiempos de la Democracia Cristiana. En total, medio millar de empresas industriales estaban en poder del Estado.

Durante los primeros meses del gobierno del General PINOCHET, hubo un duro enfrentamiento interno por diferencias en el modelo económico a seguir, adoptándose finalmente la línea de la "Escuela de Chicago" como consecuencia de la crisis del petróleo ya que Chile importa dos tercios del crudo que consume.

La aplicación de este modelo redujo drásticamente el gasto público y la inflación, pero provocó una rápida desocupación. Las 500 empresas estatizadas por ALLENDE fueron vendidas a capitales privados y se conservó para el Estado un reducido grupo de empresas consideradas vitales en el área de seguridad. Al mismo tiempo fueron liquidados todos los bancos del Estado al punto que hoy existe solamente el Banco Central estructurando un sistema financiero moderno.

A partir de 1977, el modelo económico aplicado en Chile, comenzó a mostrar signos positivos ya que el PBI creció a tasas anuales mayores al 7,5%, la inflación se redujo al 31,2% (durante la época de ALLENDE había alcanzado el 400%) y en 1980 el comercio exterior alcanzó los 11 mil millones de dólares.

Esta situación cambió drásticamente en los años posteriores, evidenciándose un aumento desmesurado de la Deuda Externa, que actualmente se sitúa en casi 20 mil millones de dólares. Para cancelar los intereses de la misma se tendrían que contraer entre 1987 y 1990 nuevas deudas por más de 15 mil millones.

Sin embargo, a partir de mediados de 1986, la economía chilena presenta signos de una fuerte recuperación, principalmente en lo que tiene que ver con sus exportaciones. Precisamente con el propósito de atender los compromisos de la deuda, las autoridades chilenas han impulsado una ofensiva de exportaciones logrando revertir el déficit comercial de 1981 que era de 2677 millones de dólares, para pasar a un superávit de más de mil millones de dólares en 1986. Este cambio en la situación comercial, se debe principalmente a la diversificación de los productos exportables, lo que ha permitido reducir la dependencia de las exportaciones de cobre que ocupan actualmente el 45% del total exportable fren

90905181

te a un 80% de años anteriores. Entre los rubros exportables se destaca la fruta fresca, habiéndose hecho exportaciones para Estados Unidos y Europa por un monto de 369 millones de dólares en los primeros meses del presente año. Las exportaciones de productos industrializados tam bién se han incrementado en forma considerable, registrándose durante los primeros cinco meses de 1987, ventas por un total de 667 millones de dólares. Es importante destacar además el auge del sector pesquero ya que chile se ha convertido en el primer exportador regional de harina de pescado, desplazando a Perú. De acuerdo a lo planificado en el área económica, la meta es exportar por un total de 6500 millones de dólares en 1990 y de 9400 millones en 1994. Este impulso exportador de Chile sumado al hecho de que recientemente se logró una reestructuración de la Deuda Externa por la cual el primer pago importante se hará recién en 1993, implica que el país trasandino no se verá agobiado por plazos perentorios para el cumplimiento de sus obligaciones y que las mismas se pueden cancelar sin que se recienta su economía. Este factor naturalmente es muy importante dentro del esquema político del gobierno ya que le permite un buen margen de maniobra en lo referente al concen so popular. Corresponde puntualizar además que Chile ha arrendado la Isla de Pascua al gobierno norteamericano el cualha construído en ese lugar, obras de infraestructura para la investigación espacial. Este acuerdo también es un elemento a tener en cuenta en lo referente a las líneas de crédito y a los términos de renegociación de la Deuda Externa.

EVOLUCION DE LAS EXPORTACIONES (En millones de dólares)

	1984	1986	Variación
Mineras	2.165	2.299	6,2
Agrícolas	345	563	63,1
Pecuarios	29	38	32,0
Productos del mar	51	79	54,3
Alimenticios	406	513	26,2
Vinos y Bebidas	13	16	22,8
Forestal y madera	117	138	17,3
Papel, Celulosa	259	272	5,0
Productos químicos y			

9005181

derivados del petróleo	124	119	-3,9
Ind. Metálicas básicas	60	77	27,6
Ind. Metalmecánica	19	23	18,5
Material de transporte	42	53	27,8
Manufacturas diversas	20	26	28,2
Total	3.657	4.222	100

IV.- FACTOR SICOSOCIAL

A.- SINDICATOS

Actualmente, si bien no existe actividad sindical legalizada, los conflictos gremiales son organizados por el Comando General de Trabajadores (CGT) de tendencia democristiana siendo su principal dirigente Manuel BUSTOS quien sustituyó este año a Rodolfo SEGUEL. El hecho que la CGT tenga una orientación democristiana no significa que haya coincidencia entre la central gremial y la estructura partidaria de la Democracia Cristiana ya que ésta generalmente no responde a las convocatorias de movilización de la CGT.

Otro conglomerado importante en la movilización sindical es la denominada Asamblea de la Civilidad que está integrada por 22 agremiaciones y fue responsable el año pasado de las mayores movilizaciones contra el gobierno incluyendo la huelga nacional de los días 2 y 3 de julio de 1986. En este año se destaca la movilización de protesta convocada el día 18 de noviembre donde la Asamblea de la Civilidad logró reunir más de 200 mil personas.

las movilizaciones estudiantiles en el presente año alcanzaron cierta intensidad en el mes de junio cuando se produjeron importantes disturbios callejeros, mereciéndose destacar el conflicto universitario solucionado recientemente. La designación de José FEDERICI como Rector Interventor de la Universidad de Chile, fue rechazada por los decanos, los profesores y los alumnos, quienes paralizaron sus actividades durante dos meses hasta que el gobierno accedio a restituir al antiguo rector Juan de Dios VIAL. También merece destacarse dentro de la actividad gremial, el paro decretado por la CGT en el mes de octubre que tuvo una importante respuesta de los sectores obreros.

B.- IGLESIA

El ex-Cardenal Primado de Chile Raúl SILVA ENRIQUEZ llevó a cabo una importante oposición al gobierno, a través de siete vicarías sectoriales, siendo una de las más importantes la Vicaría de Solidaridad que se transformó en vocero de "exiliados", "desaparecidos" y "presos políticos".

La designación de Monseñor Francisco FRESNO en sustitución de ENRIQUEZ y la visita del Papa Juan Pablo II realizada en el mes de marzo del presente año son hechos que han marcado un acercamiento entre el gobierno y la Iglesia Católica, que si bien a través de algunos de sus voceros mantiene una actitud crítica, su oposición no se ha radicalizado. Como contrapartida, el régimen chileno se preocupó de acelerar el trámite de las leyes electorales para que fueran sancionadas antes de la llegada del Papa, a los efectos de demostrar a la Iglesia, el propósito aperturista del régimen.

V.- CONCLUSIONES

El panorama político chileno parece haber entrado en una etapa de reacomodamiento en vista del plebiscito previsto para fines del año próximo. Tanto el gobierno como la oposición buscan espacios de maniobra dentro de un espectro ideológico que tiende a dejar al margen a los sectores marxistas.

Dentro del oficialismo, las posiciones parecen girar en torno a la figura del General PINOCHET más que al proceso político en sí. Aparentemente no existen diferencias notorias en la forma institucional que se adoptará en el futuro, ni en las etapas del cronograma previsto, sino que las mismas estriban si ese cronograma se cumplirá con o sin PINOCHET. Dentro de este contexto se destacan dos posturas contrapuestas: la de la Fuerza Aérea, que a través de su Comandante en Jefe ha reiterado que apoyará a un candidato civil y la del Ejército que ha evidenciado su respaldo a la postulación del General PINOCHET como candidato único. Si bien dentro de la Armada no han existido pronunciamientos definitorios, se considera que su posición sería más próxima a la de la Fuerza Aérea que a la del Ejército.

Por su parte el Director de Carabineros, Gral. Rodolfo STANGE, se declaró partidario de que un civil gobierne al país a partir de 1989.

La oposición por su parte en su mayoría, parece adaptarse a las reglas

9005181

del juego impuestas por el gobierno, por lo menos en lo que tiene que ver con el Estatuto de los Partidos Políticos y las reglamentaciones electorales. De esta manera aceptan la consulta popular del año próximo, especulando que en forma masiva la opinión pública votará por el "NO", lo que le dará un año de plazo para reorganizarse para un nuevo acto eleccionario. Dentro de todo este esquema, los sectores marxistas quedan marginados tanto por las disposiciones reglamentarias como por la prescindencia de los sectores opositores mejor organizados y con mayor capacidad de convocatoria como la Democracia Cristiana que procura un mayor distanciamiento de los comunistas.

El aislamiento político del Partido Comunista Chileno se evidenció más notoriamente después del atentado contra el General PINOCHET ya que al fracasar el mismo, se fortaleció la figura presidencial, dió credibilidad al hallazgo de importantes cantidades de armas destinadas al Frente Patriótico Manuel Rodriguez (brazo armado del PCCH) y otorgó mayores fundamentos jurídicos y políticos al gobierno para avalar su decisión de excluir a los marxistas que priorizaron la lucha armada antes que la lucha electoral.

En lo que tiene que ver con el movimiento subversivo propiamente dicho, es importante destacar que tras el fracaso del atentado contra PINOCHET, el FPMR habría sufrido una especie de "parálisis operativa" y si bien el secuestro del Coronel CARREÑO marca una acción de importancia de la organización terrorista, aparentemente la misma procura más que nada un crédito propagandístico. Se llega a esta conclusión después de analizar las distintas demandas de los subversivos para liberar al militar que han tenido tres versiones distintas: permitir el regreso de los exiliados, liberar a los detenidos por el atentado contra PINOCHET y repartir 250 mil dólares en alimentos, ropas y medicinas en los barrios pobres. Estas variantes en las demandas pueden significar tres cosas: que los subversivos realizaron esta acción con fines propagandísticos; que los mismos no se consideran con la suficiente fuerza para formular demandas contundentes o que dentro de la organización existen importantes diferencias tácticas.

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 044/87

COMITES DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA EN LA

REPUBLICA ARGENTINA

Montevideo, 26 de Noviembre de 1987

5/10/90 ES

CRUZA... 5/10/90 ES

S E C R E T O 01/18 9005182

COMITES DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA EN LA REPUBLICA ARGENTINA

I.- CREACION

Luego de transcurridos los sucesos en que un grupo de oficiales y sub oficiales del Ejército se "autoacuartelan" en Córdoba y Campo de Mayo simultáneamente y plantean algunas medidas de tipo "institucional" (17/19 de abril de 1987), la "Comisión de Derechos Humanos del Comité Nacional de la Juventud Radical", propone mediante un documento, la creación de los "Comités de Defensa de la Democracia" (Ver anexo 1), e invitan al Partido Justicialista, a la Juventud Peronista, al Partido Socialista Popular, a la Democracia Cristiana y al Partido Intransigente a unirse a la propuesta.

El 23 de mayo de 1987 se crean los Comités de Defensa de la Democracia.

II.- ORGANIZACION

Los Comités de Defensa de la Democracia están conformados por un Secretariado Ejecutivo, delegaciones en los distintos partidos políticos que los integran a nivel provincial, y a nivel de bases por grupos de diez a quince personas.

III.- ACTIVIDADES QUE LLEVAN A CABO EN LA ACTUALIDAD LOS C.D.D.

Hasta el momento, los Comités de Defensa de la Democracia desarrollan actividades tales como:

- Reuniones en distintos comités de partidos políticos en donde se proyectan películas, se leen libros o se exponen temas, los cuales a posteriori son debatidos.
- Captación de personas que ante la posibilidad de un "golpe de Estado" adopten una postura activa en contra de los "golpistas".
- Empleo de "comunicadores caracterizados" que expongan la importancia de la "defensa del sistema democrático" mediante una acción directa, a través de distintos medios de comunicación social (Adolfo PEREZ ESQUIVEL, Luis BARONETTO (MTPLP), Dr. Ricardo MOLINOS, (Fiscal Nacional).

IV.- APOYO POR PARTE DEL GOBIERNO NACIONAL Y GOBIERNOS PROVINCIALES

El Gobierno Nacional no ha manifestado su apoyo "efectivo" a los Comités de Defensa de la Democracia, aunque tampoco se ha opuesto a su crea

ción.

En forma "particular", algunos miembros de la esfera oficial han manifestado su conformidad y apoyo a los CDD, entre ellos merecen destacarse las figuras del Senador Nacional por la UCR Antonio NAPOLI, el Secretario de Defensa Raúl ALCONADA SEMPE, el Fiscal de Investigaciones Administrativas, Dr. Ricardo MOLINAS, el Diputado por el Partido Intransigente Miguel MONSERRAT y el Diputado Nacional por la UCR Arturo NEGRI.

V.- APOYO POR PARTE DEL CEMIDA

El CEMIDA ha manifestado su apoyo a la creación de los CDD, inclusive colaboró en las primeras.

En la propuesta de creación de los comités, se menciona la lectura y posterior debate de documentos y libros editados pro dicho centro, siendo una prueba concreta de su relación con los C.D.D.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Sub-Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del C-2

Copia 3 - Señor Jefe del E-2

Copia 4 - Señor Jefe del N-2

El Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Roberto C. Leira

S E C R E T O

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de la D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.

Copia 3 - Señor Sub-Director de Interior de la D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de Apoyo de la D.G.I.D.

Copia 5 - Señor Jefe del Departamento I de la D.G.I.D.

Copia 6 - Señor Jefe de Analistas de la D.G.I.D.

El Jefe del Departamento II (EXTERIOR) de la D.G.I.D.

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

9005182

BUENOS AIRES, 26 de agosto de 1987.

COMITE DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA

I.ANTECEDENTES Y CREACION

En febrero de 1984, a poco tiempo de asumir el Dr. Raul Alfonsín como Presidente de la Nación y cuando aún las relaciones entre la fuerza política gobernante y las izquierdas se mantenía intacta, surge uno de los viejos proyectos sustentados desde 1968/69 por la "juventud radical" de la Junta Coordinadora Nacional, el cual consistía (una vez accedido al gobierno por acción popular) en la creación de fuerzas civiles capaces de protagonizar en caso necesario, una reacción efectiva y capaz de oponerse a un "golpe de Estado".

Hacia junio de 1985, cuando ya las relaciones gobierno-organizaciones de solidaridad se resentían vertiginosamente, surgen los primeros encontronazos con el FMI por la "deuda externa" argentina, y es ahí donde el gobierno apela a la solidaridad de "todos los componentes del campo popular" para hacer frente a las exigencias expoliadoras del "capitalísmo". Evidentemente, esa fue una de las señales conque la "izquierda" se creyó nuevamente inserta da, y la idea de la creación de "comités de defensa de la democracia"(CDD) recobra fuerzas y organicidad, pero con algunas prevenciones. A los dos o tres meses comienzan a encolumnarse varias agrupaciones militantes de la "izquier da" tras distintos proyectos del tipo de los CDD, que prácticamente quedan en manos de un sector de la juventud oficialísta. Mientras transcurría esto, desde las esferas del gobierno se agudizaban esquemas tendientes a la reforma de las Fuerzas Armadas y el paralelo crecimiento en plena salud, de un "Plan de Autodefensa de la Democracia", que con tó en sus inicios con los aportes de los ex oficiales nucleados en UALA y CEMIDA.

Luego de transcurridos los sucesos en que un grupo de oficiales y suboficiales del Ejercito se "autoacuartelan"

06 9005182

en Córdoba y Campo de Mayo simultaneamente y plantean algunas medidas de tipo "institucional" (17/19 de abril de 1987), la "Comisión de Derechos Humanos del Comité Nacional de la Juventud Radical", propone mediante un documento la creación de los "Comités de Defensa de la Democracia" (Ver anexo 1), e invitan al Partido Justicialísta, a la Juventud Peronísta, al Partido Socialísta Popular, a la Democracia Cristiana y al Partido Intransigente a unirse a la propuesta.

El 23 de mayo de 1987 se crean los Comités de Defensa de la Democracia.

II. ORGANIZACION

Los CDD están conformados por un Secretariado Ejecutivo, delegaciones en los distintos partidos políticos que los integran a nivel provincial, y a nivel de bases por grupos de diez a quince personas.

III. ACTIVIDADES QUE LLEVAN A CABO EN LA ACTUALIDAD LOS CDD

Hasta el momento los Comités de Defensa de la Democracia desarrollan actividades tales como:

-Reuniones en distintos comités de partidos políticos en donde se proyectan películas, se leen libros o se exponen temas, los cuales a posteriori son debatidos.

-Captación de personas que ante la posibilidad de un "golpe de Estado" adopten una postura activa en contra de los "golpístas".

-Empleo de "comunicadores caracterizados" que expongan la importancia de la "defensa del sistema democrático" mediante una acción directa, a través de distintos medios de comunicación social (~~ver anexo 2~~). (Adolfo Pérez Esquivel, [illegible] (MTPSP), Dr. Ricardo Molinas (Fiscal Nacional)

IV. APOYO POR PARTE DEL GOBIERNO NACIONAL Y GOBIERNOS PROVINCIALES.

El Gobierno Nacional no ha manifestado su apoyo ~~efectivo~~ a los Comités de Defensa de la Democracia, aunque tampoco se ha opuesto a su creación.

07 9005182

En forma "particular", algunos miembros de la esfera oficial han manifestado su conformidad y apoyo a los CDD, entre ellos merecen destacarse las figuras del senador nacional por la UCR Antonio Nápoli, el secretario de defensa Raul Alconada Sempé, el fiscal de investigaciones administrativas Dr. Ricardo Molinas, el diputado por el Partido Intransigente Miguel Monserrat y el diputado nacional por la UCR Arturo Negri.

A nivel gobierno provincial, el único que manifestó su apoyo, y ofreció su colaboración fue el de la provincia de Mendoza.

V.APOYO POR PARTE DEL CEMIDA

El CEMIDA ha manifestado su apoyo a la creación de los CDD, inclusive colaboró en las primeras ideas~~, tal como se ha manifestado en el punto 1 del presente estudio~~. En la propuesta de creación de los comités se menciona la lectura y posterior debate de documentos y libros editados por dicho centro siendo una prueba concreta de su relación con los CDD.

08 9005182

ANEXO 1

Unión Cívica Radical
Comité Nacional
Juventud Radical

PROPUESTA DE CREACION DE COMITES DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA

Objetivos

Los acontecimientos de Pascua revelaron, como elemento inédito en la historia argentina, la voluntad popular explícita de preservar el marco de convivencia que significa el régimen democrático. Esto surgió de un modo bastante espontáneo y por lo tanto la "organización de la espontaneidad" se presenta / como una tarea indispensable para consolidar el sistema. Dado que la amenaza principal puede caracterizarse como la posibilidad de que las FFAA puedan, " per se" o impulsadas por otros sectores en relación con ellas, recuperar un espacio de poder político incompatible con la democracia participativa, es necesario generar una red social de apoyo explícito y solidario al sistema demo-/ crático, capaz de reaccionar adecuadamente frente a un acto de rebelión, in-/ subordinación o presión militar sobre la sociedad civil por parte de los sectores golpistas de las FFAA.

Definición y nomenclatura.

El núcleo de esta red serían los denominados "Comités de Defensa de la Democracia", cuya denominación es totalmente secundaria frente a la necesidad / política de realización de ésta y otras actividades e iniciativas provenientes de la creatividad y el análisis de cada realidad particular. Estos Comités (CDD) se proponen como ámbitos de reunión de todos los sectores sociales, políticos, religiosos, etc. comprometidos en la defensa del régimen, en un determinado ámbito geográfico o regional, y cuya tarea central es movilizar, es decir, concientizar y organizar, al conjunto del pueblo.

Formación

Para impulsar la formación de un CDD la Unión Cívica Radical y la J.R. en particular deben tomar la iniciativa convocando, en primer término, a otras / fuerzas políticas democráticas y representativas: P.J. y J.P.; P.S.P.; D.C., P.I. y a continuación a sectores gremiales, empresarios, asociaciones profe-/ sionales, organismos de derechos humanos, entidades religiosas, etc., para acordar con ellos un plan de acción sobre los ejes que se plantean a continuación.

Ejes de trabajo.

El eje central de trabajo debe ser la defensa del régimen institucional / actual, teniendo en cuenta además que varios sectores golpistas verían con agrado el reemplazo del Presidente Alfonsín por el Vice-presidente. Debe evi-/ tarse generar discusiones eternas sobre temas en los cuales los puntos de vista puedan ser irreconciliables y cuyo resultado objetivo es la desmovilización.

Tareas propuestas.

En las tareas concretas ocupar un lugar primordial la consecución de un / local de funcionamiento el cual, en la medida de lo posible, deberá ser la casa de algún vecino de la zona o sociedad de fomento o similar, evitando los eventuales intentos de aprovechamiento electoral por parte de cualquiera de los participantes.

Otra de las tareas propuestas es la organización de pequeñas reuniones de vecinos (máx. 10 personas) para que cada vecino relate a los restantes qué hi

[illegible]

09 9005182

ANEXO 1

Unión Cívica Radical
Comité Nacional
Juventud Radical

PROPUESTA DE CREACION DE COMITES DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA

Objetivos

Los acontecimientos de Pascua revelaron, como elemento inédito en la historia argentina, la voluntad popular explícita de preservar el marco de convivencia que significa el régimen democrático. Esto surgió de un modo bastante espontáneo y por lo tanto la "organización de la espontaneidad" se presenta / como una tarea indispensable para consolidar el sistema. Dado que la amenaza principal puede caracterizarse como la posibilidad de que las FFAA puedan, " por sí" o impulsadas por otros sectores en relación con ellas, recuperar un espacio de poder político incompatible con la democracia participativa, es necesario generar una red social de apoyo explícito y solidario al sistema demo-/ crático, capaz de reaccionar adecuadamente frente a un acto de rebelión, in-/ subordinación o presión militar sobre la sociedad civil por parte de los sectores golpistas de las FFAA.

Definición y nomenclatura.

El núcleo de esta red serían los denominados "Comités de Defensa de la Democracia", cuya denominación es totalmente secundaria frente a la necesidad / política de realización de ésta y otras actividades e iniciativas provenientes de la creatividad y el análisis de cada realidad particular. Estos Comités (CDD) se proponen como ámbitos de reunión de todos los sectores sociales, políticos, religiosos, etc. comprometidos en la defensa del régimen, en un determinado ámbito geográfico o regional, y cuya tarea central es movilizar, es decir, concientizar y organizar, al conjunto del pueblo.

Formación

Para impulsar la formación de un CDD la Unión Cívica Radical y la J.R. en particular deben tomar la iniciativa convocando, en primer término, a otras / fuerzas políticas democráticas y representativas: P.J. y J.P.; P.S.P.; D.C., P.I. y a continuación a sectores gremiales, empresarios, asociaciones profe-/ sionales, organismos de derechos humanos, entidades religiosas, etc., para acordar con ellos un plan de acción sobre los ejes que se plantean a continuación.

Ejes de trabajo

El eje central de trabajo debe ser la defensa del régimen institucional / actual, teniendo en cuenta además que varios sectores golpistas verían con agrado el reemplazo del Presidente Alfonsín por el Vice-presidente. Debe evi-/ tarse generar discusiones eternas sobre temas en los cuales los puntos de vista puedan ser irreconciliables y cuyo resultado objetivo es la desmovilización.

Tareas propuestas.

En las tareas concretas ocupar un lugar primordial la consecución de un / local de funcionamiento el cual, en la medida de lo posible, deberá ser la casa de algún vecino de la zona o sociedad de fomento o similar, evitando los eventuales intentos de aprovechamiento electoral por parte de cualquiera de los participantes.

Otra de las tareas propuestas es la organización de pequeñas reuniones de vecinos (máx. 10 personas) para que cada vecino relate a los restantes qué hi

[redacted] 9005182

so, cuál fue su actitud, durante los acontecimientos de Semana Santa. Debe evitarse la minusvaloración de las actitudes "pasivas". Se trata únicamente de definir el punto de partida para la movilización. Debe computarse como una // participación "activa", y por lo tanto reforzada y encausada, la simple preocupación por la marcha de los acontecimientos.

Organizar la proyección de la película "La República Perdida I" y un posterior debate. El objetivo es promover la comprensión del marco histórico-político nacional en el cual se desarrolla la actual experiencia democrática. La conclusión esperable del debate sería: "es mejor la peor democracia que la mejor dictadura".

Organizar charlas-debate con la presencia o no de invitados, sobre el papel que las FFAA deben cumplir en una sociedad democrática y sobre el papel / cumplido por las mismas durante la represión. Debe realizarse un análisis lo más objetivo posible de la actual situación evitando caer en la falsa contradicción FFAA-Sociedad Civil, y centrando la atención en realizar una correcta división entre "golpistas", "no golpistas" y "democráticos". Promover la lectura individual o en pequeños grupos, de algún material bibliográfico disponible: Rouquié, Fundación Illia. CEMIDA, etc.

Organizar debates o reuniones sobre los medios masivos de comunicación, / poniendo especial énfasis en alertar sobre campañas sicológicas tendientes a crear inquietud, miedo y/o terror. Esto incluye también un análisis de los principales medios escritos y televisivos marcando su tendencia política general y el compromiso con el sistema de sus figuras más relevantes. Debatir también sobre la libertad de prensa como el derecho del pueblo a ser correctamente informado.

Establecer una red de comunicación efectiva entre todos los vecinos que / permita verificar las fuentes de información y transmitir posibles cursos de acción frente a determinadas hipótesis de situación.

Promover el análisis de cursos de acción frente a determinados sucesos (apagones, cortes en los servicios públicos, conatos militares de rebelión, etc.). Una fuente de información posible es la Defensa Civil. Tratar de garantizar el transporte y la comunicación.

Algunas ideas generales:

Debe evitarse el desgaste de la población y en general, todas las acciones deben estar dirigidas a reforzar la confianza de cada individuo en sus propias posibilidades de incidir en los acontecimientos a través de la acción concertada del grupo.

La confección de documentos puede ser útil a nivel de militantes, pero normalmente deriva en discusiones inútiles y desgastantes para todos los que participan directa o indirectamente. La actividad de los CDB debe tener continuidad la cual no implica necesariamente que debe ser permanente. La multiplicación de reuniones inútiles termina agotando a todos aquellos que no son militantes y por lo tanto debe ser evitada. Este no implica que no deba sumarse a la militancia en defensa de la democracia a todas aquellas personas potencial-

[redacted] 0005182

ANEXO 1

Unión Cívica Radical
Comité Nacional
Juventud Radical

mente dispuestas a adoptar una actividad militante. No es esperable, sin embargo, que TODAS las personas adopten una responsabilidad de este tipo, no debiendo por ello subestimarse su colaboración y presencia.

Conclusión

Todo lo expuesto tiene como objetivo servir de base de discusión para la actividad de los CDD y de ninguna manera se propone como un esquema terminado o una receta los que, por supuesto, serían seguramente inaplicables en la mayoría de los casos. Sin embargo, nos parece relevante insistir en la convocatoria a el compromiso militante que cada uno de nosotros tiene con la Democracia y a la convicción de que es la movilización popular, entendida cabalmente como comprensión de la realidad y organización para cambiarla, la herramienta válida, e indispensable al mismo tiempo, que nos permitirá emprender el camino de la consolidación definitiva del sistema democrático que tanto ha costado al Pueblo Argentino.

COMISION DE DERECHOS HUMANOS
COMITE NACIONAL DE LA
JUVENTUD RADICAL

9005182

ANEXO 2

Masacre de Ingeniero Budge

LA DECISION JUDICIAL NO FRENA A LOS VECINOS

Una propiedad de Juan Baimaceda fue el precio que pagaron los responsables de la masacre de Budge para recobrar su libertad. Pero para que esto ocurra, tuvo antes el juez Rousseau, que modificar la caratula del expediente, agregando la tracesita "en riña", es decir, aceptando los argumentos nunca probados de la defensa, acerca de que se produjo un enfrentamiento entre Baimaceda y su banda y los jovenes asesinados.

"La poblacion -dijo un vecino a *la revista Entre Todos*- repudia la actitud del juez que, a pesar de tener veintiocho testigos, que afirman que fué un asesinato y no un enfrentamiento, cambia la caratula.

"El juez -continua el vecino- parece hacerse el distraido frente a hechos como el secuestro y tortura de la compañera Alicia de Rivas que hace años trabaja con las Madres de Plaza de Mayo, a la que siguen amenazando por teléfono porque asumió una actitud de compromiso en el caso de Budge. A pesar de estos hechos de apriete, el poder se sigue sacando la careta dia a dia, asi aparecen las declaraciones de las autoridades de la provincia que nos acusan de izquierdistas de inflar la "noticia" cuando se trata de tres asesinatos. Cuando cambiaron la caratula la gente se bajonea un poco, pero, tras cartón, la organización nos permitio que se interprete bien la situación y que se sume y se crezca mas".

"La semana pasada, antes de que larguen a los tres policías hicimos una nueva movilización a Plaza de Mayo para exigir la respuesta a la nota que llevamos al presidente hace ya mas de un mes. Lamentablemente de lo que nos enteramos es de que el presidente pidió un informe a la provincia de Buenos Aires pero, el ministro Portessi, todavia no ha contestado nada".

"Lo mas positivo es que la gente sigue movilizada. La mesa sigue en la esquina, se mantienen las rondas y estamos cada vez mas convencidos de que el unico modo de garantizar la justicia es con la movilización de la gente. Vamos a exigir, asi como lo hicimos con el presidente, que tambien los congresales nacionales tomen el problema para su verdadero esclarecimiento. En la justicia del juez Rousseau no confiamos mas".

A.M.

Asesinos

> "Los homicidios de los presos politicos Raúl Bauducco y José Rene Moukarzel —cometidos por los militares Alsina y Mones Ruiz— son hechos autonomos surgidos de decisiones tomadas por los acusados independientemente de cualquier orden que pudiera existir. Hace para poner las cosas en su lugar al apelar para que siga esa causa, la doctor Elba Martinez del SERPAJ de Cordoba

Comites de Defensa de la Democracia

RESISTENCIA CIVIL NO-VIOLENTA

Las distintas medidas del gobierno, en su mayoria equivocadas para subordinar al poder militar, recibieron como respuesta, presiones de las Fuerzas Armadas. El propio partido gobernante, a través de mas de uno de sus integrantes, reconoció que lo actuado en el terreno militar se hacia bajo presión.

Los hechos de Semana Santa fueron la expresión mas grave de esto, se extorsionó a la democracia para poner fin a las investigaciones sobre violaciones a los derechos humanos durante la pasada dictadura. El resultado, la aprobación de la llamada ley de "obediencia debida". Un paso mas hacia el objetivo de los militares, la instauración de una "democradura", como dice Eduardo Galeano.

También quedó demostrado en Semana Santa que las estructuras partidarias y de otras organizaciones fueron desbordadas por la participación masiva de la gente. En el interior del pais se formaron multisectoriales que coordinaron el accionar de lucha y movilización en defensa de la democracia.

Hay que retomar este impulso para hacer cada vez mas conciente de que las medidas adoptadas por el gobierno no fortalecen la democracia, sino que la debilitan y que, por lo tanto, se debe avanzar en la organización de los sectores populares.

Desde muchos ámbitos que asumieron la importancia de la movilización de Semana Santa, se ha lanzado la propuesta de formar **Comités de Defensa de la Democracia**. Quisiera reflexionar sobre algunas cuestiones practicas que me parecen fundamentales para que esto no se convierta en una formulación vacia de contenido concreto.

Los Comites de Defensa de la Democracia deben, a mi juicio, basar su accionar en la **resistencia civil no-violenta**. Reitero la aclaración de rigor: la no-violencia no significa pasividad sino una acción permanente y activa en prevención de los hechos de violencia.

Este accionar puede darse en los grupos de base, en los barrios, en las parroquias y comunidades, en las organizaciones politicas y sindicales. No se trata de generar una conducción desde arriba sino que, lo principal es coordinar regionalmente, a través de instancias de comunicación y apoyo mutuo, los pasos a dar frente a cualquier intento de ruptura del orden constitucional.

Se debe estar alertos a cualquier acto de violencia de represión o amenaza tales como el asesinato de presuntos delincuentes -el caso de Ingeniero Budge es un claro ejemplo- para poner freno desde el seno mismo del pueblo a dichas situaciones de violencia. Hay que garantizar la normalidad en la vida de los barrios; denunciar a todos aquellos que con actitudes o hechos, ponen en peligro el proceso democrático. Cada ciudadano debe estar al corriente de las luchas del conjunto de los sectores verdaderamente democráticos.

En lo referido a las Fuerzas Armadas, debe ser tarea de estos comités promover mesas, discusiones, debates sobre la reestructuración que estas requieren. No se trata de segregarlas, sino de buscar caminos para que se integren a un proyecto de liberación.

También en este terreno se debe entorpecer cualquier tipo de negociación que suponga la impunidad de los asesinos. Hay que presionar en los poderes politicos haciendo explicita la voluntad popular frente a los errores que cometen. Exigir que el Ejecutivo cese de intervenir en el ámbito de la Justicia y el Parlamento, como lo hizo en el caso de la obediencia debida. Cabe señalar en este sentido, que si fracasaron las instrucciones al fiscal y la ley de "punto final", la ley de "obediencia debida", también va a fracasar.

Pero no es este el unico terreno en que debería defenderse la democracia. Los derechos humanos son también los derechos de los pueblos, y cabe entonces, desde cada barrio, desde cada pueblo, rechazar las medidas de tipo economico que atenten contra la vida de los mas humildes. No hay que aceptar pasivamente, de manera fatalista, los aumentos galopantes de los precios y las tarifas ni que se siga hipotecando nuestro futuro pagando la deuda externa a costa del sufrimiento del pueblo.

Se trata de no cooperar en la realización de injusticias. **El pueblo debe darse cuenta de la fuerza que tiene su voluntad de no participar de medidas o situaciones de injusticia.** Asi, frente a un posible golpe, aquellos sectores que lo promuevan quedaran automaticamente aislados. Organizada la resistencia civil no-violenta, el pueblo podrá palpar directamente el poder que tiene y que hasta ahora solo utilizo parcialmente.

por Adolfo Perez Esquivel

REVISTA ENTRE TODOS NRO 29

12

9005182

Luis Vitín Baronetto

SINCERAR LA POLITICA Y DEFENDER LA VIDA

Luis Miguel Baronetto antiguo militante peronista, sindicalista, vecinalista, director de la revista "Tiempo Latinoamericano" y dirigente del Movimiento Todos por la Patria es hoy el primer candidato a concejal del Movimiento Cordobés. Entre Todos realizo con Vitín -como le dicen sus amigos- esta entrevista.

El Movimiento Cordobés es nuevo. Por primera vez se presenta a elecciones. En su propaganda -que llamó mucho la atención- dice: "¿Conoce usted a su concejal?". ¿Qué sentido tiene esa pregunta?

Es una profunda crítica al sistema de representación política vigente. Por un lado, -después del genocidio que sufrió el pueblo argentino- asistimos a la supervivencia de dirigentes políticos que han aprovechado del voto de la ciudadanía en beneficio personal y olvidándose de las necesidades del pueblo. Como viejo militante peronista, diría que la principal responsabilidad de ésto la tienen los dirigentes que han desvirtuado las banderas del peronismo. Por otro lado, ante esta crisis nosotros proponemos sincerar el sistema de representación política, partiendo de las necesidades de la gente. Esto implica generar herramientas políticas nuevas para que el pueblo participe. Para que, con un método distinto, la gente pueda realmente expresarse y -como decimos en el **Movimiento Cordobés** -pueda llevar a la gente desde abajo a disputar espacios de poder.

El Movimiento Cordobés plantea "una nueva manera de hacer política" y una nueva metodología: la elección de candidatos por la base en asambleas. ¿Cómo son estas?

-Son una cosa muy simple. Es la convocatoria amplia a toda la gente que vive en un barrio o una villa para que tenga la posibilidad de elaborar en esas asambleas una plataforma de sus necesidades. Y para que también pueda elegir a sus candidatos. Con la novedad de que éstos son -tal como dice la consigna- "El mejor del barrio, el mejor del pueblo".

Es decir que no hace falta ser afiliado al Movimiento Cordobés para ser candidato de ese movimiento ...

-Exactamente. Hace falta que se respete la voluntad de la gente. Que sea un hombre capaz de representar y expresar los intereses del pueblo. Es la única forma en la que podemos empezar a recomponer todo el sistema político: generando, desde abajo, el movimiento que el pueblo necesita para llevar adelante la independencia económica, la soberanía política y el bienestar general, sobre todo para las clases más desposeídas.

El Movimiento Cordobés es un partido municipal, pero está adherido en el orden nacional al Movimiento Todos por la Patria ¿Usted es militante de ese movimiento?

-Sí, soy miembro del Secretariado de Córdoba del **Movimiento Todos por la Patria** y se da en este caso una coincidencia muy clara ¿Por qué está adhiriendo el **Movimiento Cordobés** al **Movimiento Todos por la Patria**?. Esta decisión -adoptada por el conjunto del **Movimiento Cordobés** -obedece a que los planteamientos del **MTP** responden a nuestra forma de trabajar en este tiempo en los barrios y lugares donde estamos, con los postulados del **MC**. Lo que el **Movimiento Cordobés** propone para Córdoba, que es "una nueva manera de hacer política", es igual a lo que el **Movimiento Todos por la Patria** impulsa en el orden nacional.

El Movimiento Cordobés tiene propuestas para el municipio y los vecinos. ¿Tiene además planteos políticos más amplios?

-El **Movimiento Cordobés** es un movimiento político que parte de asumir las necesidades de la gente asentada en los barrios. Por eso es que tiene una tónica preferentemente vecinalista. Pero no quiere decir que sea un movimiento exclusivamente vecinalista. Cuando nosotros partimos de que hay que responder a las necesidades de la gente generando nuevas instancias políticas, estamos diciendo que la única manera de defender la democracia es consolidar un nivel de participación y de organización popular. O sea, que uno de los principios fundamentales en los que está asentado el **Movimiento Cordobés**, es la defensa de la democracia. Pero una defensa real, no verbal únicamente. El esfuerzo principal tiene que estar volcado a la defensa de los intereses concretos del pueblo. Defendiendo esos intereses, se defiende la democracia. No hay posibilidades de defender la justicia social fuera de un marco que no sea democrático.

El Movimiento Todos por la Patria plantea a nivel nacional la construcción de Comités de Defensa de la Democracia. ¿Cuál es su opinión sobre estos comités?

-Hay que impulsarlos en todas partes. Pero, por otro lado, los comités deben de partir de que, a la democracia, se la defiende luchando por los intereses de la gente. Cuando decimos que defendemos la democracia, lo hacemos asumiendo sus necesidades. Que es otra manera de defender los derechos humanos-derechos a la vivienda, al agua, al buen transporte, a guarderías infantiles, al buen transporte-, todas las cosas que hacen a la vida de la gente. Cuando defendemos esta vida, estamos defendiendo la democracia. Por eso, creo que los comités de defensa de la democracia son una buena herramienta. Sobre todo, ante la debilidad del gobierno que viene cediendo a pasos acelerados ante la presión de los militares.

Si es electo concejal, ¿qué va a hacer en el Concejo Deliberante?

-Uno de los temas principales es la derogación de la actual Ordenanza de Centros Vecinales, que ha puesto en vigencia el actual intendente Ramón Mestre -con la participación de los bloques peronista y radical-. Esa Ordenanza es proscriptiva y convierte a los centros vecinales en delegaciones de la Municipalidad, en vez de respetar que el centro vecinal es como un sindicato de los vecinos, que sirve a los intereses del barrio. ¿Cuál es la única forma en que se puede obtener esto? La única forma es que un concejal, o dos, o tres, o los que el **Movimiento Cordobés** pueda meter en el Concejo Deliberante, pueda garantizar la defensa de cada uno de los proyectos mediante la participación movilizada de los vecinos. Vale decir que, si llego a ser concejal, ante un proyecto que tenga que elevar al Concejo Deliberante, lo primero que voy a hacer es convocar al vecindario a las puertas del Concejo Deliberante. No hay posibilidades de poder obtener las cosas si no es con la movilización de la gente.

¿Eso es la democracia participativa de que habla el Movimiento Cordobés?

-Exactamente. Es el pueblo movilizado en defensa de sus intereses.□

Martha F. Fernández

ANEXO 2

REVISTA ENTRE TODOS NRO 25

13

9005182

Carlos, nicaragua entera te dice presente

Dora María Téllez, ministra nicaragüense de Salud:

...cuando la gente participa se puede hacer de todo...

En 1978, cuando tenía 22 años, fue "comandante dos" durante aquel espectacular asalto del FSLN al Palacio Nacional. Al año siguiente, con apenas 23, dirigió la insurrección triunfante de León, segunda ciudad de Nicaragua y **primera ciudad liberada por el sandinismo.**

Después del triunfo pasó a ocupar uno de los puestos principales del FSLN: responsable política de Managua, la capital. Hoy, la comandante **Dora María Téllez** tiene 30 años y es ministra de Salud de Nicaragua.

En este país de jóvenes –donde niños y adolescentes son mayoría– la juventud de la ministra puede sorprender, pero es comprensible y hasta natural. Porque a sus virtudes militantes se agrega la historia misma del FSLN:

–En un momento era importante preservar los cuadros. Pero aprendimos que en otro momento lo importante no era conservarlos sino arriesgarlos para ir al frente de las masas. En general el FSLN siempre arriesgó sus cuadros. **El Frente se forjó porque arriesgó cuadros, no porque los conservó.** Si hubiéramos tenido una política de conservar cuadros, yo hoy sería secretaria política de un comité de base y ellos estarían vivos. Pero no se podía hacer la Revolución guardando los dirigentes–, reseña ella misma.

Justo cuando comenzaba la entrevista recibió un llamado del comandante Borge, pidiendole que se presentara urgente a una reunión en el Centro de Convenciones **César A. Silva.**

–Hermano, no te puedo dejar así... Vení conmigo y vamos conversando. Si la reunión es corta seguimos hablando después"–. Y nos subimos al jeep; ella al volante y yo a su lado; atrás, el custodio con su fusil. Teníamos casi media hora de viaje. Avanzando por la Avenida del Guerrillero, entre los bocinazos y el ruido del gasolero, el grabador registró la charla:

–Mirá, ocuparse de la salud es como dirigir una gran orquesta. Hay que abordarla desde todos los frentes, armónicamente, sin despreciar escuelas, con sentido multidisciplinario y multifacorial. Pero vos fijate: la guerra introdujo fenómenos de salud completamente distorsionadores del perfil que esto tenía antes de que la guerra se incrementara tanto. Y naturalmente, esto nos lleva a tener una **política de prioridades.**

–Dentro de esas prioridades, ¿qué lugar ocupa la salud mental?

–Importantísimo. Porque el problema de la salud mental de una sociedad no es el enfermo internado, sino los accidentes de tránsito, el alcoholismo... El problema de la **salud mental es el que está a nuestro alrededor, en la calle, en los barrios...** Y vos tenés, además, que éste es un país sometido a una guerra de agresión. Tenés a los huertanos de guerra... ¡Junto a ellos hay que estar!... Pero eso no quiere decir que sean enfermos mentales o locos, ¡no! O tenés el caso de los combatientes desmovilizados. O los mutilados de guerra... Muchachos jóvenes... Salud mental es un estado en el cual la persona puede disfrutar plenamente de la vida. Entonces tenés que darles las condiciones para que asuman mejor su problema de discapacidad y para que puedan vincularse bien con el resto de la sociedad.

–¿Y los locos?

–Ellos, pobres, están encerrados y no hacen nada malo. No hacen daño. Pero los excesos por alcoholismo, por exceso de velocidad, ésos son los que hacen daño. **Hay más lesionados debido al alcoholismo que por los locos,** ¿no es así? Y en cuanto a ellos, yo creo que **hay que terminar con los manicomios.**

Al loco lo encierran porque la sociedad no quiere ver ese problema, por comodidad, y porque siempre al loco se lo tuvo demonizado. El problema es *cuándo* y *cómo cerrar* los manicomios, ¡pero hay que hacerlo! Con el cuidado de no pasar de un problema grande en un lugar, a mil problemas pequeños en distintos lugares. Podríamos hacer granjas para los crónicos... Y a los enfermos agresivos, que se les dé tratamiento especial, pero no en manicomio, ni con shocks eléctricos o camisas de fuerza, esas cosas horribles que acá se usaban hasta hace poco.

Aproveché que en el semáforo se acomodó el cinturón de combate– para preguntarle cómo se desarrolla la participación en un área específica como la salud.

–En este sector la participación popular es inmensa, sobre todo en higiene y limpieza, vacunación y en construcción de centros de salud. Pero la participación podría ser mucho mayor; todavía no hemos aprovechado todas sus posibilidades. Es el caso de ciertas enfermedades, como la tuberculosis, que ha sido una enfermedad moralizada, vergonzante y clandestina; la gente evita los exámenes para que no le digan "tuberculoso". Y si la gente no va, no podemos actuar. Debemos movilizar este potencial participativo. Y aquí estamos, hablando ya de educación. Es lo que pasa con la vacunación, donde la comunidad se preocupa por el chavalo que no está vacunado. Pero no hay igual preocupación por otras enfermedades.

Llegamos al Centro de Convenciones César A.Silva, un paraíso verde en las lomas de Managua. Me explicó que "antes del triunfo era un club social de la burguesía. Ves, por allá estaban los campos de golf... ¡estos tipos sabían divertirse!".

Allí informaron que el comandante Borge acababa de avisar que la recepción se hacía en el Ministerio del Interior. Mientras bajábamos la loma le recordé que según los sectores reaccionarios la participación popular en estas áreas, como la de la salud, es una noción anacrónica, romántica e ineficaz.

–¡Vamos! –fue su respuesta–. Esto es resultado contra resultado. **La participación no es simplemente una filosofía política, sino resultados reales.** El derrocamiento de la dictadura fue viable por la participación popular. La defensa de la revolución es viable en la medida en que hay participación de masas.

¡A la vista están los resultados! Nosotros podemos vacunar a toda la población infantil en un día. Lo hemos demostrado; lo hacemos todos los años. Nicaragua es ejemplo mundial en vacunaciones masivas. **Vacunamos 350 mil niños en un día,** entre las 8 de la mañana y las 3 de la tarde. ¿Quién en el mundo es capaz de hacer eso? **Este es un país capaz de organizar cualquier cosa porque la gente participa.** Y a menor costo. Nuestras campañas son más baratas. Centenares de puestos de salud fueron construidos por la comunidad. El Ministerio sólo pone el personal técnico.

Pero,... ¡claro! A algunos gobiernos no les interesa promover la participación. ¿Qué interés puede tener Pinochet en la participación popular de los chilenos? **Cuando hablás de participación estás hablando de organización. Y cuando hablás de organización, hablás de poder.** O sea, de darle instrumentos de presión a la gente, que se van a transformar en instrumentos políticos...

Llegábamos al Ministerio y tenía que apurarme; allí no iban a permitir que me quedara esperándola. *Le recordé que en un reportaje anterior había dicho que* **"las masas nunca se te van a levantar si no creen que van a tomar el poder..."**. Me interrumpió y se metió en la idea:

–Es que el poder es un problema siempre presente, antes y después de tomarlo, es tu problema de vida. **Ningún movimiento político existe si no tiene planteado el problema del poder.** Es propio de su naturaleza. Y si hablás de un movimiento revolucionario, el poder es el tema crucial. Porque, de lo contrario, ni siquiera se puede pensar en la transformación de la sociedad. Pero, después de la toma del poder, el poder también sigue siendo central; su defensa, consolidación y fortalecimiento, que tienen muchas expresiones, de tipo económico, político, cultural...

Allí quedó la frase. La comandante Téllez estacionó el jeep en el subsuelo del Ministerio del Interior y nos despedimos. *Al día siguiente* apareció su foto en los diarios, junto al comandante Borge y dirigentes extranjeros que vinieron a participar en los festejos por el XXV aniversario del FSLN.

Hernán Invernizzi

9005182

Comandante Leticia Herrera

COMITES DE DEFENSA SANDINISTA: EL PODER DEL PUEBLO ORGANIZADO

Comandante guerrillera Leticia Herrera, 28 años, cuatro hijos. Militante del Frente Sandinista desde los 20 años, fue una de las primeras mujeres que participó de la lucha armada en contra de la dictadura somocista. Hoy se encuentra entre los cuadros políticos de primera línea de la conducción revolucionaria: es coordinadora nacional de los Comités de Defensa Sandinista; miembro de la Asamblea Sandinista y vicepresidente de la Asamblea Nacional.

—¿Cómo surgen los Comités de Defensa Sandinista?

—Surgen como Comités de Defensa Civil (CDC) entre 1972 y 1973 y son la alternativa que la población encuentra para organizarse por dos razones fundamentales: las luchas reivindicativas de la comunidad, —centros de salud, escuelas, agua potable—, y para enfrentar de forma organizada la represión ejercida por los diferentes organos que estaban al servicio de la dictadura. Los CDC fueron impulsados desde la clandestinidad por el Frente atendiendo a estas cuestiones tan sentidas por la población. Salen a la palestra con la primera insurrección, en **setiembre de 1978.**

—¿Y luego de esa primera insurrección?

—En el tiempo que medió entre esa insurrección y la última tuvieron un papel importantísimo. Porque fuimos derrotados militarmente —aunque políticamente el pueblo se convenció de que era capaz de levantarse en contra de la dictadura—, y entonces, luego de una derrota militar es lógico que haya depresión en el estado de ánimo de la población, y los CDC mantuvieron en alto la fe del pueblo e hicieron que no se bajaran los ánimos.

Desde setiembre del '78 hasta la nueva insurrección de abril del '79, pasaron sólo siete meses y, en ese tiempo los CDC nos permitieron que hubiera una mayor organización dentro de la población.

—¿Cambia este papel luego del triunfo de la Revolución?

—Luego del 19 de julio, durante los primeros dos o tres meses, este país quedó descabezado. Se derrocó a la dictadura, desapareció la Guardia, no había ninguna instancia de Estado ni de dirección. Nosotros, como Frente Sandinista, teníamos que disponernos; la conducción tenía que ver cómo disponía sus fuerzas. Definitivamente tenía que darse un lapso de descabezamiento de dirección en el país. Y la cosa más grande que se vio allí —por lo menos yo lo valoro así—, fue que no se diera una anarquía, un desorden mayor, porque el pueblo organizado fue el que ejerció ese rol, ese poder. A esos primeros meses es al período al que yo llamo de "ejercicio de poder popular real" en Nicaragua.

Menos de dos meses después del 19 de julio pasamos a llamarnos Comités de Defensa Sandinistas (CDS). Debíamos atender todos los frentes y acometer nuevas tareas.

—¿Qué tareas eran éstas?

—Hasta 1981 hubo una avalancha de trabajo para los Comités, para el pueblo organizado, pero en ese año entramos en un reordenamiento porque era excesivo lo que recaía sobre ellos. Las mismas instancias del Estado delegaban cosas en la gente organizada y esto era improcedente, pues. El Estado tiene sus funcionarios que deben asumir sus responsabilidades. Entonces definimos como central la vigilancia revolucionaria, sin dejar de atender las áreas de abastecimiento o de salud en todos sus aspectos. También asumimos en ese momento como importante, la campaña de Alfabetización. Y cuando terminó esa campaña vino la de Educación de Adultos y, en el campo, los promotores, educadores populares, multiplicadores, fueron fundamentalmente de los CDS.

—¿Esto se mantiene hasta la actualidad?

—Hace un año y medio, aproximadamente, hemos vuelto a hacer una revisión político-organizativa de nuestras tareas y las reorientamos. Por ejemplo, en el área abastecimiento, dada la escasez que produce la agresión comercial desatada contra Nicaragua, los Comités han impulsado el desarrollo de huertos comunitarios. Es una forma de contrarrestar esa agresión. Estamos también tratando de rescatar viejas costumbres en cuanto al uso de medicinas naturales. En síntesis, queremos que las soluciones a los problemas de la comunidad las encuentren los mismos miembros de la comunidad; que la comunidad dé su aporte.

—¿Cuál sería el papel del Estado y el de los CDS?

—Los CDS, el pueblo organizado, debe conocer los programas de inversión global de los ministerios. Por ejemplo, si el ministerio de Educación tiene destinado hacer una escuela en el barrio San Judas, nosotros comunicamos esto a la población y les decimos, "es necesario que ustedes den su aporte". Entonces la población dice "nosotros vamos a dar nuestra fuerza de trabajo, vamos a hacer colectas, un banco de materiales". Así, conjugando las capacidades de la comunidad y del Estado, donde estaba contemplada una escuela se pueden sacar dos. Esta es la nueva dinámica que hemos venido imprimiendo al trabajo; es una manera sutil de ir cambiando la mente para que la comunidad que tiene algún problema sea partícipe activo de su solución.

En esto ha jugado un papel muy importante la ayuda internacional.

—¿Cómo se manifiesta esa ayuda?

—Igual que con el gobierno; frente a una necesidad de la comunidad levantamos un perfil de proyecto y lo metemos en un organismo no gubernamental internacional, que esté dispuesto a dar ayuda —y hay muchos—; y una vez que se dispone la ayuda volvemos a la comunidad y les decimos, "necesitamos que ustedes trabajen". Entonces la gente trabaja.

Pero la ayuda internacional no es solamente económica, sino que vienen brigadas y así también se empapan de la esencia de esta Revolución y, quieran o no, se convierten en voceros de los contenidos de esta revolución contrarrestando la tergiversación de la prensa capitalista.

—¿Los CDS constituyen la base del Frente Sandinista?

—Se identifican con el Frente, en principio; pero en realidad a los Comités se integran los ciudadanos independientemente de su color político, creencia religiosa o posición económico social. Sólo se le exige que quiera a esta tierra y que esté dispuesto a ayudar a desarrollar el país. La organización es abierta y va a encontrar allí a conservadores, comunistas socialistas, liberales, de todo.

—¿Hay Comités en todo el país?

—Sí, pero desde hace un año y medio hemos delimitado nuestro radio de acción a los cascos urbanos. Porque en el campo tenemos dos organizaciones la Asociación de los Trabajadores del Campo (ATC) y la Unión Nacional de Ganaderos (UNAG) y sería desgastarnos si nos metemos también allí. Aunque todavía quedan Comités en el Campo porque el pueblo sigue manteniendo su tradición en lo que hace a sus necesidades territoriales. Pero como estructura la decisión es que esas dos organizaciones atiendan a la población del campo.

—¿Cuál es la estructura de los CDS?

—Existe una coordinadora nacional (que soy yo), nueve regionales —o provinciales—; luego, los zonales, que deben ser cerca de noventa y seis y, finalmente, los barrios. En Managua hay alrededor de doscientos barrios.

—¿Cómo se eligen los dirigentes?

—Se hacían elecciones pero no sistematizadas sino de acuerdo a los criterios de cada comunidad. La nueva modalidad nos dio una experiencia muy bonita; porque en cada barrio aparecían cuatro o cinco candidatos y, entre ellos, tal vez tres eran del Frente. Esto nos permitió entonces ver cuál era la relación que cada uno tenía con la gente. Porque hay cuestiones que todavía no se han superado y entonces, ser directivo de un CDS es tener poder y, con esta modalidad, evitamos que haya pequeños dictadores en los barrios.

Agustín Rojo

15 9005182

Fiscal nacional
Dr. Ricardo Molinas

"LA DEMOCRACIA SE DEFIENDE, EJERCIENDOLA"

Se mudó la Fiscalía Nacional de Investigaciones Administrativas. En el viejo edificio de Hipólito Irigoyen al 2061 apenas hay algunas oficinas habitadas: las del fiscal Ricardo Molinas. El nuevo edificio no está escriturado aun a nombre de la fiscalía. En criollo, de allí los pueden sacar del ala. Por eso el fiscal Molinas prefiere quedarse en los ladrillos propios. -Tome, para Entre Todos- dice al cronista mientras le entrega una fotocopia-; es la carta que envié al señor Tonelli. Es un poco dura, pero no había otra posibilidad.

Así inicia el diálogo este Fiscal, hombre corpulento, tirando a petizo, que tiene el pelo blanco, la cara marrua y los ojos vivaces. Muestra siempre la actitud abierta de la gente común. Aquella que a veces confunde a quienes se creen superiores a la gente común.

El Fiscal Molinas es un hombre inteligente, y se le nota. Es valiente, y también se le nota. Conoce exactamente el alcance de cada uno de sus actos y el peso de cada una de sus palabras.

Agustín Rojo

¿Por qué la gente salió a la calle el 19 de abril?

-A defender el sistema constitucional, por encima de un presidente o de un partido. La gente dijo basta a todo intento de sustituir el orden constitucional, que tanto daño ha hecho a la República. Por primera vez en la historia, cuando escuchó que había problemas en los cuarteles, no salió corriendo a comprar fideos, porotos y azúcar, ni se puso a escuchar Radio Colonia. Fue a la Plaza de Mayo, y llenó las plazas de Mayo de la República.

¿Dónde fue usted?

-Yo lo viví porque estaba en Santa Fe, en mi descanso de Semana Santa. Lo interrumpí el viernes para presentarme al Presidente de la República para decirle que, no como funcionario, sino como ciudadano de la democracia, me ponía a su disposición. Así que estuve en Plaza de Mayo.

¿Cuál fue el saldo de nuestra movilización?

-Lamentablemente se perdió una oportunidad que va a ser difícil repetir, porque en la Casa de Gobierno no estaba solo el oficialismo, sino los partidos opositores, salvo los que están pensando exclusivamente en el golpe.

Creo que se puede recuperar esta oportunidad, aunque será más difícil. Hay gente que se siente desalentada porque los "cara pintada" consiguieron todo lo que querían y siguen consiguiendo cosas.

¿Cuáles, por ejemplo?

-Sobre todo la gente está muy preocupada por esta ley de **obediencia ciega.**

-A usted le negaron la posibilidad de plantear ante la Corte Suprema la inconstitucionalidad de la ley de obediencia debida ...

-Casi le diría que no me preocupa tanto que sea inconstitucional, arbitraria, inmoral, ilegal. Lo que más me duele es que sea inútil.

-¿Por qué inútil?

-Mire lo que pasó: no se había terminado de votar la ley en Diputados, cuando ya un cabo de la policía de la provincia de Buenos Aires renunciaba a que le aplicaran la ley porque él era consciente de lo que había hecho. Después, se sumaron las manifestaciones del general Candi, jefe del Estado Mayor del Ejército, de que la ley era buena pero no suficiente. El jefe del Estado Mayor de la Armada, almirante Arosa, dijo que quería soluciones definitivas. El Jefe de la Fuerza Aérea, brigadier Crespo, que había sido el más discreto, tampoco se sintió satisfecho con la ley.

-¿Qué más quieren?

-El 29 de mayo, el jefe del Estado Mayor del Ejército, el general Candi, reivindicó la guerra sucia, todo lo que había pasado, y todavía se lamentó del precio que habían pagado ellos, diciendo "pobres nuestros comandantes". ¡Estas son personas que han sido condenadas por crímenes aberrantes, por un tribunal constitucional, con sentencia ratificada por la Corte Suprema de Justicia!

-¿La amnistía, entonces?

-Lo han dicho categóricamente: a lo que aspiran es a la glorificación de lo que hicieron y a la amnistía. Ahora el general Malagamba se presenta renegando de la ley de amnistía porque no le permite justificar su inocencia. Más allá de este caso, esta ley es injusta hasta para los militares.

-¿Por qué resulta injusta para los militares?

-Porque quienes tienen las manos limpias y la conciencia tranquila, no pueden justificar su inocencia porque se los prohibe la ley. Y los otros, quedan beneficiados con este regalo de Pascua que fue la "obediencia debida". Resulta grotesco que la obediencia debida sirva para matar y torturar, pero no sirva cuando el presidente de la República, en su carácter de comandante en Jefe, les ordena someterse a los rebeldes. Es una interpretación un poco "sui generis" de la obediencia debida.

-Quienes la aprobaron, dicen que fue un esfuerzo para contribuir a la paz social ...

-Precisamente es todo lo contrario. Yo pregunto, ¿qué va a suceder el día en que una madre se encuentre en la calle con el que violó o secuestró y desapareció a un hijo suyo? ¿Cuál va a ser su reacción ante el asesino en libertad? Con eso, ¿vamos a contribuir a la paz?

-Pero la decisión de liberarlos la tomó la justicia, dicen los que aprobaron la ley ...

-Por esta ley, en realidad se saca de la justicia, a las causas. Hemos llegado a la aberración de que, por esta ley, los que estaban condenados a 25 años de prisión, han salido en libertad. Además, se establece el absurdo

16

9005182

jurídico de que, si en cinco días los jueces no se han pronunciado, se tiene que dictar una sentencia absolutoria, de cosa juzgada. Esto no lo puede sostener ni un estudiante de derecho, no digamos ya un abogado.

¿Porqué se hizo esta ley?

-Es un hijo ilegítimo de la sublevación militar de Semana Santa, que lamentablemente no se solocó en toda su integridad. Los sublevados van consiguiendo punto por punto lo que quieren. Sólo les falta la amnistía general -que tampoco la quieren general, ya que sería para ellos y no para otros grupos-. Van consiguiendo estos indultos o amnistías encubiertos que los ponen a salvo del castigo por todos los crímenes que han cometido.

¿Qué otros aspectos le censura a esta ley?

-Resulta una aberración que si usted, en un procedimiento, mató a un chico, no le pase nada. Pero si usted se llevó al chico a su casa, lo crió, lo vistió, lo mandó al colegio, le cambió el estado civil y lo inscribió con su nombre, entonces sí es un delincuente. Si usted viola a una mujer, es un delincuente, pero si la mata queda excluído de toda responsabilidad. Y estamos hablando, como todo el mundo sabe, de cosas que han sucedido concretamente en nuestro país. El otro gran problema es el de la sanción a la apropiación extorsiva de la propiedad inmueble. Cuando se llegue a probar la extorsión, con lo que demoran nuestros juicios, estará prescripta la acción penal.□

REFORMA CONSTITUCIONAL

En una reforma constitucional, ¿con qué mecanismos jurídicos se puede darle un marco jurídico a la participación popular?

-Hay que establecer algunas instituciones que funcionan en muchas partes del mundo: el derecho a la iniciativa para la sanción de leyes, el derecho a la revocatoria de los mandatos y el referendum como manifestación popular.

¿Son principios nuevos para nosotros?

-Esto es una cosa muy vieja. Como hombre de la provincia de Santa Fe, le puedo decir que desde 1917, y en virtud de una ley que se hizo bajo la inspiración de Lisandro de la Torre, todo pueblo de más de 500 habitantes elige sus autoridades con derecho a la iniciativa, a la revocatoria y al referendum. En la contratación de empréstitos o servicios públicos, existe la obligación de que sean aprobados por el pueblo. La ley de municipalidades que se sancionó con la constitución de 1921, establece que no se puede intervenir una municipalidad, aunque exista una ley para ello, si previamente el pueblo de la ciudad no expresa su conformidad. Es una forma de ir repartiendo responsabilidades.

¿Qué otra reforma haría?

-Hay que ir le quitando atribuciones al ejecutivo y darle mayores al legislativo. En una palabra: hay que darle mayor participación al pueblo y no temerle a ésta. Ahí está la clave para consolidar esta democracia, que nació con bastantes deficiencias y bastantes limitaciones. Hay que advertir también que la libertad se puede perder en un minuto. Por consiguiente, además de reformar la constitución, hay que estar listos para evitar que el golpe de Estado se repita.□

COMITES DE DEFENSA DE LA DEMOCRACIA

¿Cómo se debe organizar la defensa de la Democracia?

-La movilización es lo que permite actuar. Creo que es idóneo para ello la constitución de comisiones intervecinales, multipartidarias, Comités de Defensa de la Democracia, en suma. Lo que hizo desistir a los militares sublevados fue ver llenas la Plaza de Mayo y otras plazas de la República, más todos los que rodeaban los cuarteles.

¿Qué características debe tener esa movilización?

-No puede ser una guarnición estar todos los días en la Plaza de Mayo. Tiene que ser una actividad para estar listos y prontos. Hay que tener conciencia que los militares que se fueron, lo hicieron sin ganas de irse y con ganas de volver, y que están esperando.

¿De qué modo actúan?

-Mediante todas estas cosas que están pasando. Los atentados, el macabro hecho de mutilar los restos de quien fue tres veces presidente de la República, tienen un fin muy claro, crear el miedo, generar el escepticismo. Que la gente piense que nada se puede hacer; que la democracia es débil y por eso no resuelve los problemas. Quieren hacernos creer que la pornografía y la droga son productos de la democracia, para generar el clima de que es necesario un gobierno fuerte, que ponga fin a todo esto. Hay que estar muy atentos para no confundir al enemigo y desunir al campo popular. Por eso creo que son positivos estos multisectoriales, intervecinales, multipartidarias o comités de defensa de la democracia, para estar listos, movilizarse y actuar, y para que cualquier mesianico que se quiera levantar sepa que tiene enfrente a todo el pueblo argentino.

¿Cómo se genera esa movilización?

-Fundamentalmente teniendo informada y alerta a la gente sobre cuál es la realidad. Acá lo que hace falta es que el pueblo sepa cuál es la verdad y que esté bien informado para actuar como único árbitro de las soluciones que requiere este país.□

LAS ACECHANZAS CONTRA MOLINA

La carta del secretario de Justicia Ideler Tonelli al fiscal de Cámara Alberto Strassera indicándole que debía hacer ante la obediencia debida, ¿es una cuestión de interferencia entre poderes, o una intromisión?

-Es por lo menos una nueva manifestación del autoritarismo que mucha gente tiene; es decir, la soberbia según la cual ya no se puede disentir con nada. No se puede disentir ya ni siquiera jurídicamente con una norma dictada porque si usted lo hace en el ejercicio de su legítima obligación y facultades, se convierte, como dice Tonelli, en un enemigo de la democracia, en un enemigo del gobierno o en un hombre que sirve intereses de minorías.

¿Qué quiso decir Tonelli con eso?

-Yo dije el otro día que esas declaraciones del secretario de Justicia podían ser efecto de un vahó etílico o de alguien salido del consultorio de un psiquiatra. Pero como realmente uno tiene que pensar que las cosas se hacen racionalmente y no por razones temperamentales, yo veo que acá se busca liquidar la Fiscalía, que molesta a muchos sectores.

¿Quiénes son los enemigos de la Fiscalía?

-No es casual que, mientras la Fiscalía investigó los delitos del régimen anterior, no hubo cuestiones. En septiembre pasado, diputados votó por unanimidad un proyecto de ley generado en la Fiscalía y enviado por el Poder Ejecutivo. En octubre hicimos una denuncia contra funcionarios del actual gobierno, y en noviembre el proyecto fue modificado en el Senado. La Fiscalía resultaba liquidada al ponerla por debajo de la corte, razón por la cual el Fiscal General podía recibir instrucciones del Procurador de la Corte, que recibe a su vez órdenes de un ministro del Poder Ejecutivo. ¿Cómo voy a investigar yo a ese ministro bajo cuyas órdenes estoy? La investigación no la decide entonces el investigador sino el investigado.

Cuando la Fiscalía intervino en la violación a los derechos humanos en el Policlínico Posadas de Haedo, horas antes de la audiencia se presentó el Procurador de la Corte y cuestionó nuestra participación. Esto es volver atrás. Porque durante la dictadura militar, se le permitió al Fiscal doctor Conrado Sadi Massue que participara junto al procurador de la Corte y no subordinado a él. Pretender que por lo menos la Fiscalía tenga las mismas facultades que tuvo durante la dictadura, no significa ser enemigo de la democracia.

¿Usted se enojó con Tonelli?

-He reclamado al secretario de Justicia una rectificación. Y lo digo con todas las letras: le niego al doctor Tonelli autoridad moral para cuestionar mi vida democrática. Porque puedo exhibir 40 años de lucha en un sólo partido. El ha sido colaborador permanente de todos los gobiernos. Fue diputado nacional en tiempos de la UCRI, con Arturo Frondizi. Después asesor del gabinete del ministro de Defensa en tiempos del dictador Juan Carlos Onganía. Más tarde, en el 73, asesor del ministro José Gelbard, del gobierno peronista. Luego pasó a integrar la Cámara del poder judicial del Proceso, el régimen más criminal que ha tenido la república, para aterrizar luego como secretario de Justicia del gobierno constitucional.

¿El presidente y los ministros que lo pusieron en el cargo están contentos con su trabajo?

-Cumplo a mi lealtad señalar que jamás el Presidente de la República, por sí o por interpósita persona, ha pedido que se haga o se deje de hacer alguna cosa. Todo lo que se hace en la Fiscalía son aciertos o errores de ella y yo asumo la responsabilidad. Mientras tenga libertad para actuar y pueda andar por la calle tranquilamente, sin manifestaciones de hostilidad; mientras mucha gente se acerque y me diga: "No importa quién soy, pero ¡métale y siga adelante!", yo voy a seguir. Me tocó a mí y esta función la voy a cumplir.□

REVISTA ENTRE TODOS NRO 30

17

9005182

AHORA DEFENDER LA DEMOCRACIA

Periodistas, gráficos y caniillitas:

LA SOLICITADA NO SALE

Los periodistas ejercemos una profesión que crea muchas expectativas entre el pueblo. Una profesión usada por los mercaderes de las palabras para vender su opinión, para traicionar el deber que tienen de informar. Tan peligroso oficio que, cuando se ejerce con dignidad, nos puede costar la vida, como a los 90 compañeros que engrosan las listas de desaparecidos. Tan útil que puede dejarnos un legado preciado, como las páginas de Rodolfo Walsh, los poemas de Roberto Santoro o las notas del Negro Demarchi, que firmaba —como siempre lo recuerda **Entre Todos** en su página económica— Gaspar Gayoso

Tal vez porque la memoria no admite sino un *asalto al cielo*, **Horacio Verbitsky**, periodista que colabora en esta revista,no quiso ser cómplice de una infamia y se presentó como querellante ante la publicación de una solicitada que reivindicaba la figura del dictador homicida Jorge Rafael Videla. Y además se enfrentó cara a cara, argumento a argumento, frente a las cámaras de la televisión a los nuevos Mefistos, gatopardistas auspiciados por "empresas a las que les interesa el país"

Como nunca antes, los gremios de prensa —uno de los pocos que defiende tanto nuestras reivindicaciones frente a políticas económicas entreguistas, como nuestros derechos humanos—, gráficos y canillitas reaccionaron unidos contra la "apología del delito" por consumarse. Un juez, Martín Irurzun, prohibió la solicitada. Y quienes, nunca se preocuparon por la masacre que durante más de siete años perpetraron los apóstoles de la muerte contra el pueblo, reaccionaron en defensa de la "libertad de prensa".

"Sacate el antifaz, te quiero conocer, alegre mascarita", diría la sabiduría tanguera". Pero a cierta gente no les hace falta, para ellos "todo el año es carnaval".

C.C.

La razón de los trabajadores

"No se puede ser neutral en un conflicto entre trabajadores que quieren seguir trabajando y un delincuente vaciador de empresas". Con esta actitud, los compañeros del diario *La Razon* resistieron durante mas de veinte días en el interior de la planta. Pirillo —el quebrador de empresas— debera reincorporar a los 350 despedidos, dejaron las suspensiones y editar las tres ediciones del periodico. Graficos, Canillitas y Periodistas siguen a la expectativa de una solucion definitiva. Los trabajadores presentaron propuestas en una solicitada. Se espera una solucion definitiva

EN MERLO

Más de 170 representantes de 70 organizaciones políticas, sectoriales, estudiantiles y vecinales de Merlo se reunieron en el Concejo Deliberante de dicha Municipalidad, convocados por el concejal del **Partido Intransigente, Samora y dirigentes radicales, peronistas y del Movimiento Todos por la Patria**. Se trataron los cursos de acción para conformar un Comité Permanente por la Defensa de la Democracia, para lo cual se realizó un amplio debate sobre la solicitada del Movimiento Todos por la Patria titulada "A la impunidad la paramos entre todos" que mereció general aprobación

Por otro lado, como fruto de las movilizaciones de los pobladores del asentamiento del "Barrio Argentino", así como de la actividad consecuente del Consejo Deliberante de Merlo, los vecinos contarán con el derecho de propiedad de la tierra al aprobarse un proyecto del concejal Samora que daba respuesta a las demandas de los pobladores.

EN MENDOZA

Tras varias reuniones promovidas por los organismos de Derechos Humanos, se conformó una Multisectorial en la capital mendocina que reclama en una declaración "Defender la democracia con hechos". Tras haber actuado juntos en las jornadas de Semana Santa en promover la movilización popular, un grupo de partidos y organizaciones sociales proclaman: "ratificar el apoyo irrestricto al régimen constitucional rechazando cualquier intento de alterarlo, participar en forma activa y unitaria y seguir siendo el reaseguro de la democracia; exigir y construir una democracia real y con justicia social que termine con los privilegios de casta de sectores minoritarios; repudiar rotundamente la ley de obediencia debida y el proyecto próximo de ley de amnistía".

El documento suscripto por los ocho organismos de Derechos Humanos, el comité capital del Partido Justicialista, la juventud radical y radicales independientes, el Movimiento Todos por la Patria, el Partido Intransigente, el Partido Comunista, y entre otros organismos, la Asociación Argentina de Actores, el Sindicato Unido de Trabajadores de la Educación y la Fundación Ecuménica de Cuyo.

EN ZONA NORTE DEL GRAN BUENOS AIRES

Un fogón en defensa de la democracia se realizó el 25 de mayo en Martínez, partido de San Isidro, convocado por el ateneo Mario Abel Amaya de la Unión Cívica Radical, Junta Coordinadora Nacional; el Partido Intransigente de Béccar y de Villa Adelina; la Democracia Cristiana, Humanismo y Liberación de San Isidro y el Movimiento Todos por la Patria de Zona Norte. Presidió el festejo un gran cartel: "Comité Permanente de Defensa de la Democracia", junto a las banderas de las organizaciones convocantes. Se presentó un espectáculo de títeres y actuó el dúo de música humor Contrapeso.

EN SALTA

El viernes 26 de mayo, el **Comité para la Defensa de la Democracia** de Salta organizó una conferencia en las instalaciones de la Universidad Nacional de esa provincia. Fueron oradores de esa reunión: el abogado y dirigente del Movimiento Todos por la Patria, **Jorge Baños**, el vicerrector de la universidad, **Aldo Armesto**; el ex ministro de gobierno justicialista, **Marcelo López Arias** y el dirigente de la Unidad Argentino Latinoamericana (U.A.L.A.), **Julio Cesar Urien**.

El comité organizador realizó así, su primera actividad pública luego de su formación, el martes 23 de mayo. Ese día, dirigentes de la **Juventud Peronista**, la **Juventud Radical**, la **Juventud Intransigente**, la **Federación de Estudiantes Terciarios**, el **Movimiento Democracia** y el **Movimiento Todos por la Patria** suscribieron el nacimiento del organismo en el local de esta última agrupación.

18 18 9005182

S E C R E T O

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

DEPARTAMENTO II (EXTERIOR)

MEMORANDUM Nº 045/87

CREACION DE LA DIRECCION GENERAL DE RESERVA DE LAS FUERZAS ARMADAS ARGENTINAS

Montevideo, 26 de Noviembre de 1987

5/10/30 ES
5/10/30 ES

SECRETO
001/08

9005183

CREACION DE LA DIRECCION GENERAL DE RESERVA DE LAS FUERZAS ARMADAS ARGENTINAS

1.- Luego de los hechos conocidos de Semana Santa, algunos miembros del Centro de Suboficiales de Reserva (CISUBOR) como Jorge Bernardo REINERT, Vicepresidente de la entidad, y otros, tomaron contacto con personal del Ministerio de Defensa sin conocimiento del Estado Mayor General del Ejército.

En esos acercamientos se habría elaborado la idea de que el CISUBOR eleve un proyecto para la creación de la Dirección General de Reservas con características particulares, no pudiéndose determinar con exactitud si la idea original correspondió a los contactos del Ministerio de Defensa o al propio REINERT y sus allegados.

El CISUBOR es una organización de Suboficiales de la Reserva, que nuclea a personal que ha estado incorporado a las filas del Ejército como Soldado, Cadete o Suboficial que luego de irse de baja se agrupa voluntariamente en este círculo donde realiza cursos y obtiene ascensos como Suboficiales dentro del personal de reserva.

El citado proyecto se elevó con la firma de REINERT y el sello del CISUBOR al ~~ex-Secretario~~ de Defensa, Alfredo Miguel MOSSO.

DEL ANALISIS DEL PROYECTO SE DESPRENDE LOS SIGUIENTES ITEMS IMPORTANTES:

1.- La Dirección General de Reservas de las Fuerzas Armadas estarán organizadas con un Director, un Sub-Director y cinco Directores en las distintas áreas que planificarán los ejercicios - cursos de perfeccionamiento y distintos asuntos de logística y personal que ordene el PEN, coordinándolos con los Estados Mayores Generales de las Fuerzas Armadas; como así también supervisarán el enlace con las distintas fuerzas armadas únicamente en cuestiones administrativas, como por ejemplo cursos en común: solicitud de archivos, etc.

El área de finanzas dependerá en forma directa del Ministerio de Defensa, al cual rendirá cuentas de los ejercicios mensuales.

2.- En la segunda parte del proyecto se argumentan los conceptos y consideraciones respecto a la instrumentación y funciones de la reserva que se puede sintetizar en:

a.- Las Reservas tendrán como único mando natural al Presidente de la Nación a fin de cumplimentar las normas constitucionales establecidas.

b.- Los registros de reservistas se desafectarán de la órbita castrense y se mantendrán actualizados para permitir un rápido desplazamiento operacional en caso de situaciones límites internas o externas.

c.- Se crearán Batallones de Reserva con Jefes designados por el Ministerio de Defensa y con asiento en los Comandos de Cuerpos del Ejército. Estos Jefes de Batallones, ejecutarán las órdenes emanadas del Ministerio de Defensa e informarán a la Dirección General de Reserva, conjuntamente con la Secretaría de Inteligencia del Estado, cualquier anomalía que detecte en cuanto a disciplina y doctrina de las Fuerzas Armadas.

d. Se estipulan las condiciones que deben tener los ciudadanos a movilizar y convocar por el PEN.

e.- La reglamentación de los cursos de capacitación y perfeccionamiento serán legislados por el PEN.

f.- Los recursos para la Dirección General de la Reserva provendrán del descuento que fijará el Ministerio de Defensa.

Del contenido de los principales puntos del documento se extraen las siguientes conclusiones:

1.- Se propone la creación de Fuerzas Armadas paralelas (tipo milicias populares) en base a Batallones que si bien tienen asiento en los Comandos de Cuerpos dependen directamente en forma organica del Ministerio de Defensa e Informativamente de la SIDE.

2.- Con los Estados Mayores Generales de las Fuerzas Armadas solamente tienen una vinculación administrativa no teniendo ningún tipo de dependencia con los mismos ya que reconocen como único mando natural al Presidente de la Nación.

3.- La función que desempeñarían es la de estar en capacidad de operar en el ámbito interno y externo a órdenes directas del Ministerio de Defensa a la vez que constituirse en "Comisarios Políticos" en las distintas Grandes Unidades de Batalla controlando la "disciplina y doctrina" de los Cuerpos de Ejército.

4.- Evidentemente el citado proyecto elaborado con posterioridad a los conocidos hechos de Semana Santa; su posterior desmentida con la consiguien

te aparición de otro documento diametralmente opuesto elevado al EMGE; los contactos del CISUBOR con individuos del Ministerio de Defensa; la publicación del Proyecto en distintos medios de comunicación social y su repercusión en la opinión pública externa e interna de la fuerza, demuestran la poca claridad de los procedimientos utilizados por REINERT y sus allegados como así también, de ciertos elementos del Ministerio de Defensa que aprovechando la situación político-social y especialmente militar, tratarían de impulsar ideas (con respecto a las reservas) vinculadas a un viejo proyecto de creación de "Milicias Populares" a su vez que crean la consiguiente desconfianza y desorientación en los cuadros de las Fuerzas Armadas argentinas.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Sub-Jefe del A-2

Copia 2 - Señor Jefe del C-2

Copia 3 - Señor Jefe del E-2

Copia 4 - Señor Jefe del N-2

El Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.

Coronel (Av.)

Roberto C. Leira

te aparición de otro documento diametralmente opuesto elevado al EMGE; los contactos del CISUBOR con individuos del Ministerio de Defensa; la publicación del Proyecto en distintos medios de comunicación social y su repercusión en la opinión pública externa e interna de la Fuerza, demuestran la poca claridad de los procedimientos utilizados por REINERT y sus allegados como así también de ciertos elementos del Ministerio de Defensa que aprovechando la situación político-social y especialmente militar, tratarían de impulsar ideas (con respecto a las reservas) vinculadas a un viejo proyecto de creación de "Milicias Populares" a su vez que crean la consiguiente desconfianza y desorientación en los cuadros de las Fuerzas Armadas argentinas.

DISTRIBUCION

Original - Archivo

Copia 1 - Señor Director de la D.G.I.D.

Copia 2 - Señor Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.

Copia 3 - Señor Sub-Director de Interior de la D.G.I.D.

Copia 4 - Señor Sub-Director de Apoyo de la D.G.I.D.

Copia 5 - Señor Jefe del Departamento I de la D.G.I.D.

Copia 6 - Señor Jefe de Analistas de la D.G.I.D.

El Jefe del Departamento II (EXTEIROR) de la D.G.I.D.

Te. Cnel.
Carlos A. Silva

CIRCULO DE SUBOFICIALES DE RESERVA

1. ASIENTO FISICO

a. El Circulo de Suboficiales de Reserve (CISUBOR), poseie su esiento fisico en le celle BILLINGHURST Nro 750 de este CAPITAL FEDERAL, con ebono telefonico Nro 86-3593.

b. En dicho luger tiene su sede le UNION NACIONAL DE OFICIALES DE RESERVA (UNOR), entidad que facilito e titulo de colaboracion un espacio dentro de sus instalaciones para que transitoriamente desarrollare sus actividades el CISUBOR.

c. En le actualidad ceso sus funciones en dicho lugar, actualmente lo haria en le calle FRAGATA SARMIENTO Nro 131 - CAPITAL FEDERAL.

2. COMISION DIRECTIVA

La constitucion de le Junte de Gobierno del CISUBOR es le siguiente:

a. Presidente Junta de Gobierno: D CARLOS ENRIQUE GARUTI
b. Vicepresidente 1ro: D JUAN CARLOS LANGELOTTI
c. Secretario General Ejercito: D BERNARDO JORGE REINERT
d. Director General de Capacitacion Militar: D ORLANDO RAMON AYALA
e. Director General Junta de Gobierno: D LORENZO EDUARDO LEBRICO
f. Director General Pers Mil Reserva: D RICARDO OSCAR GILABERT

3. ORGANIZACION Y FUNCIONAMIENTO

El CISUBOR esta integrado por tres juntas a saber:

a. JUNTA DE GOBIERNO

Esta constituida por varias direcciones, entre ellas la de CAPACITACION y PERSONAL.

b. TRIBUNAL DE FISCALIZACION

Conformados por los presidentes y vicepresidentes y aquellos socios fundadores.
Entre ellos se encuentra BERNARDO JORGE REINERT.
Este tribunal cumple la mision de fiscalizar el funcionamiento del Circulo y el ejercicio y/o actividades de los funcionarios con cargos directivos en la entidad.

c. TRIBUNAL DE HONOR Y/O DISCIPLINA

Es el organo encargado de disponer las sanciones disiplinarias a los socios que cometieran faltas.

4. RECLUTAMIENTO DE SOCIOS

Es requisito para integrarse como socio al CISUBOR, lo siguiente:

a. Haber cumplido con el SMO, constando en su DNI, la baja como CABO DE RESERVA.

b. Haber cursado como cadete del COLEGIO MILITAR DE LA NACION, en el 1er, 2do, 3er y 4to año.

c. Pasar a la reserva, luego de haber pertenecido al cuadro permanente de los Suboficiales de las FF AA.

9005183

CIRCULO DE SUBOFICIALES DE RESERVA

El CISUBOR es una organización de suboficiales de la reserva, que nuclea a personal que ha estado incorporado a las filas del Ejército como Soldado, Cadete o Suboficial que luego de irse de baja se agrupa voluntariamente en este círculo donde realiza cursos y obtiene ascensos como Suboficiales dentro del personal de la reserva.

Luego de los hechos conocidos de semana santa algunos miembros del CISUBOR como JORGE BERNARDO REINERT, vicepresidente de la entidad, y otros, tomaron contacto con personal del Ministerio de Defensa sín conocimiento del EMGE. En esos acercamientos de habría elaborado la idea de que el CISUBOR eleve un proyecto para la creación de la Dirección General de Reservas con características particulares, no pudiéndose determinar con exactitud si la idea original correspondió a los contactos del Ministerio de Defensa o al propio REINERT y sus allegados.

El citado proyecto se elevo con la firma de REINERT y el sello del CISUBOR al ex Sub-Secretario de Defensa, ALFREDO MIGUEL MOSSO.

Del enélisis del Proyecto se desprende los siguientes items importentes:

1. La Dirección General de Reservas de las FF AA estarán organizadas con un Director, un Sub-Director y cinco Directores en las distintas áreas que planificarán los ejercicios - cursos de perfeccionamiento y distintos asuntos de logística y personal que ordene el PEN coordinandolos con los Estados Mayores Generales de las FF AA; como así tambián supervisaran el enlace con las distintas fuerzas armadas únicamente en cuestiones administrativas, como por ejemplo cursos en común; solicitud de archivos, etc.

   El área de finanzas dependerá en forma directa del Ministerio de Defensa al cual rendirá cuentas de los ejercicios mensuales.

2. En la segunda parte del proyecto se argumentan los conceptos y consideraciones respecto a la instrumentación y funciones de la reserva que se puede sintetizar en:

   a. Las Reservas tendrán como único mando natural al Presidente de la Nación a fín de cumplimentar las normas constitucionales establecidas.

   b. Los registros de reservistas se desafectaran de la órbita castrense y se mantendrán actualizados para permitir un rápido desplazamiento operacional en caso de situaciones límites internas o externas.

   c. Se crearan Batallones de Reserva con Jefes designados por el Ministerio de Defensa y con asiento en los Comandos de Cuerpos de Ejercito. Estos Jefes de Batallones, ejecutarán las órdenes emanadas del Ministerio de Defensa e informarán a la Dirección General de la Reserva y conjuntamente a la Secretaría de Inteligencia del Estado cualquier anomalía que detecte en cuanto a disciplina y doctrina de las FF AA.

   d. Se estipulan las condiciones que deben tener los ciudadanos a movilizar y convocar por el PEN.

   e. La reglamentación de los cursos de capacitación y perfeccionamiento serán legislados por el PEN.

   f. Los recursos para la Dirección General de la Reserva provendrán del descuento que fijará el Ministerio de Defensa.

9005183

Del contenido de los principales puntos del documento se extráen las siguientes conclusiones:

1. Se propone la creación de Fuerzas Armadas paralelas (tipo milicias populares) en base a Batallones que si bien tienen asiento en los Comandos de Cuerpos dependen directamente en forma organica del Ministerio de Defensa e informativamente de la SIDE.

2. Con los Estados Mayores Generales de las Fuerzas Armadas solamente tienen una vinculación administrativa no teniendo ningún tipo de dependencia con los mismos ya que reconocen como único mando natural el Presidente de la Nación

3. La función que desempeñarían es la de estar en capacidad de operar en el ámbito interno y externo a ordenes directas del Ministerio de Defensa a la vez que constituirse en "Comisarios Políticos" en las distintas Grandes Unidades de Batalla controlando la "disciplina y doctrina" de los Cuerpos de Ejército.

4. Evidentemente el citado proyecto elaborado con posterioridad a los conocidos hechos de semana santa; su posterior desmentida con la consiguiente aparición de otro documento diametralmente opuesto elevado al EMGE; los contactos del CISUBOR con individuos del Ministerio de Defensa; la publicación del Proyecto en distintos medios de comunicación social y su repercusión en la opinión pública externa e interna de la Fuerza demuestran la poca claridad de los procedimientos utilizados por REINERT y sus allegados como así también de ciertos elementos del Ministerio de Defensa que aprovechando la situación político-social y especialmente militar tratarían de impulsar ideas(con respecto a las reservas)vinculadas a un viejo proyecto de creación de "Milicias Populares" a su vez que crean la consiguiente desconfianza y desorientación en los cuadros de las FF AA. Agregue

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
310900DIC87
mlms

ENTRADO 5/10/30 E6
CRUZADO 5/10/30 E6

ASUNTO: RELACION ENTRE LA FEDERACION SINDICAL MUNDIAL Y EL PLENARIO INTERSINDICAL DE TRABAJADORES-CENTRAL NACIONAL DE TRABAJADORES

TEXTO:

La relación que existe entre la Federación Sindical Mundial(FSM), organización auxiliar del comunismo internacional y el PIT-CNT, principal organización sindical del país y organización de primera línea del Partido Comunista Uruguayo se da en dos niveles: directo e indirecto.

A.- NIVEL DIRECTO

Según información existente en este Departamento (la cual se adjunta como anexo a éste) el PIT-CNT está afiliado a la Federación Sindical Mundial.

1.- En información aparecida en el diario "La Hora" de fecha 18 de setiembre del presente año, artículo "FSM condenó la política agresiva de EE.UU." entre otras cosas se menciona que "...Félix Díaz en calidad de miembro del Consejo Central de la FSM..." y Félix Díaz participa en las actividades del Consejo General de la FSM el cual integra..".

En información aparecida en el diario "El Popular" de fecha 24 de octubre del pasado año se hace mención a que Félix Díaz integra el Consejo Gral. de la FSM desde 1978.

2.- Según señala"Organizaciones Comunistas Auxiliares Encubierta "del Instituto de Investigaciones Políticas-Sociales de Holanda,el Consejo General de la FSM está integrado por Miembros nombrados por las organizaciones afiliadas.(Se adjunta)

3.- De acuerdo a organigrama que se adjunta, el cual fuera suministrado al Departamento II por el Dr. Alphonse Max y diseñado por el Departamento de Estado Norteamericano,Uruguay figura en la lista de afiliados nacionales con representantes en comités ejecutivos de frentes y secretariados.

4.- Se adjunta fotocopia del libro "Las Organizaciones Auxiliares del Comunismo Mundial" de Robert Orth, en el cual se hace mención a la dependencia de los UIS a la FSM.

5.- Se adjunta fotocopia del libro de Robert Orth antes mencionado en el cual figuran uruguayos en distintos organismos de la FSM(editado en 1962)

6.- Se adjunta fotocopias de librillos editados por la Secretaría de Estado de Norteamérica donde se señala a uruguayos integrando distintos organismos de la FSM y de UIS.(Editados en 1981).

7.- Se adjuntan fotocopias de material suministrado a este Departamento en los cuales se hace mención a la fundación por parte de la FSM de CPUSTAL y de la relación de ésta con la organización sindical uruguaya. Dicho material fue suministrado por el BND (Servicio de Inteligencia de RFA).

8.- Se adjunta material publicado en librillos por la Secretaría de Estado de Norteamérica relacionado con la creación de CPUSTAL por parte de la FSM.

9.- En el organigrama que se adjunta y que figura con el número 3 en anexos se establece la relación de la Federación Sindical Mundial con el Comité Central del PCUS.

B.- NIVEL INDIRECTO

1.- Existe una total coincidencia en lo que respecta al programa de acción y a los objetivos que sustentan tanto la FSM como el PIT-CNT. Ambos incluyen como objetivos fundamentales,a lograr,los siguientes: mejoras en las condiciones de vida de los trabajadores;refuerzo de la unidad de acción de los trabajadores para poder acrecentar su nivel de vida;aumento de salario acorde al incremento de la producción y de la productividad; supresión de la cesación laboral; protección contra los efectos de la automatización; igualdad de salario por igual trabajo sin distinción de sexo,edad,raza o nacionalidad; licencia paga; mejoramiento del nivel de las viviendas; mayor protección contra los accidentes laborales o enfermedades; así como también incluyen otros ítems,los cuales no están directamente relacionados con el aspecto socio-laboral.
Ambas organizaciones sustentan el slogan marxista "proletarios de todos los países uníos".

2.- El PIT-CNT, tal como se mencionara en un comienzo ,es una organización de primera línea del Partido Comunista Uruguayo, la FSM depende directamente del Comité Central del PCUS; el PCU sustenta las directivas del PCUS, esto demuestra entonces la íntima relación que existe entre el PIT-CNT y la FSM, así como la dependencia del PIT-CNT con la FSM.

C.- CONCLUSIONES

1.- El hecho de que los integrantes del PIT-CNT no digan en ningún momento de que están afiliados o que son miembros a la FSM responde a los

lineamientos fijados por Moscú: no relacionar a las organizaciones que sustentan sus fines y objetivos con ella, para poder así cumplir mejor con sus cometidos.

2.- El Partido Comunista Uruguayo es pro Moscú, por ende el PIT-CNT va a sustentar, apoyar, perseguir los cometidos que le fije la FSM dado que esta organización depende,a través del Consejo Central de Trabajadores de URSS,del Comité Central del PCUS.

3.- El hecho de no figurar como afiliado a la FSM le permite al PIT-CNT una mayor movilidad en el campo sindical nacional e internacional; pudiendo así vincularse con otras Centrales Sindicales Internacionales(CIOLS y CMI) con una mayor soltura; a pesar de saberse que estas centrales obreras están infiltradas por las orgnaizaciones sindicales pro comunistas.

4.- El figurar integrantes del PIT-CNT en distintos organismos estructurales de la Federación indica a claras que el primero de los nombrados es afiliado a la FSM,esto se deduce de dos condicionantes: para poder integrar un organismo interno de la FSM como de cualquiera de las otras organizaciones de frente comunista tiene que ser miembro de la misma , además del hecho de que, a diferencia de otras organizaciones de frente, la FSM solo acepta en calidad de afiliado o miembro a organizaciones nacionales y no a personas aisladas.

5.- En lo que respecta las Uniones Internacionales Sindicales (UIS) las mismas accionan como Organizaciones Frentes de Frente de la FSM, es decir que aparentan no tener dependencia de la anteriormente nombrada para poder lograr así, una mayor cantidad de organizaciones afiliadas y poder cumplir mejor sus cometidos, de acuerdo a los lineamientos fijados por Moscú.

Esto indica que al haber integrantes de distintas uniones sindicales uruguayas en su parte organizativa, indirectamente a través de estas,también el PIT-CNT está estrechamente relacionado con lazos de dependencia de la FSM.

6.- El PIT-CNT,es uno de principales puntales sindicales de la CPUSTAL en América Latina, y al ser esta organización fundada por la FSM para actuar en el plano regional sudamericano y caribeño indirectamente está demostrando a las claras la dependencia entre la organización sindical uruguaya y la Federación Sindical Mundial.

NIVEL DIRECTO

Numeral 2

Cada organización afiliada envía un número de delegados, variando de acuerdo a sus miembros. Los Congresos son demasiado grandes para dirigir nada y tienen una función puramente propagandística.

Inmediatamente debajo en la jerarquía viene el **Consejo General** que se supone que debe reunirse una vez por año pero que en realidad lo hace alrededor de cada dos años. Actualmente está formado por 93 miembros titulares y 86 suplentes, **nombrados por las organizaciones afiliadas.** Esta es también una plataforma de propaganda más que un organismo deliberante.

Numeral 4

Las "Uniones internacionales de sindicatos" (U.I.S.) son très importantes. Créées pour la plupart en 1949/1950, elles ont pour mission de rassembler les syndicats professionnels des différents pays. Totalement autonomes en apparence avec leur propre appareil, leurs sessions et leurs publications, elles se soumettent pratiquement aux directives de la F.S.M. et sont contrôlées par cette organisation. Elles ont leur propre „comité administratif" auquel appartiennent le président, les vice-présidents, le secrétaire général, les secrétaires et d'autres membres. Le nombre du comité administratif oscille entre 10 et 25. Au cours des dernières années a prévalu

Numeral 5

Bureau exécutif

Président de la F.S.M.:

Renato Bitossi, président de l'INCA, membre du comité de direction de la C.G.I.L. italienne (Italie).

Secretaire general:

Louis Saillant (France).

Vice-Presidents:

Victor Gridin, président du conseil central des syndicats soviétiques (U.R.S.S.),
Benoît Frachon, secrétaire general de la C.G.T. (France),
Liu Chang-Cheng, vice-président de la confédération syndicale de Chine (Chine Populaire),
S. A. Dange, secrétaire general du Congrès syndical panindien (AITUC-Inde),
Herbert Warnke, président de la Confédération syndicale allemande libre (F.D.G.B. - ZOS),
Njono, secrétaire général de la SOBSI, Indonésie,
Vicente Lombardo Toledano, président de la Confederation syndicale latino-américaine (Mexique),
Ignacy Loga-Sowinski, président du Conseil central des syndicats polonais (Pologne),
František Zupka, président du Conseil central des syndicats tchécoslovaques,
Enrique Pastorino, secretaire du syndicat de l'industrie du cuir (Uruguay),
Shiaie Ahmad el Sheikh, secrétaire général de la Confederation syndicale de la République soudanaise,
Lazaro Pena, Cuba.

9005184

E04

Numeral 5

COMPOSITION DES ORGANES
(élus à chaque congrès mondial)

Le conseil général

Afrique, Proche et Moyen-Orient	
Membres ordinaires	Suppléants
Chypre: *Andreas Ziartides*	*Michael Joannow Michaelides*
Irak: Arak Khadiatoor	Mohammed Abid
Iran: Reza Rousta	Chaban Darakhdian
Cameroun: Robert Ekwalla	Guillaume Keng Lapee
Madagascar: Remy Rakotobe	–
Liban: Elias Bouweri	Ahmed Kamal
Amérique	
Argentine: Vicente Marischi	Ricardo Vincelli
Brésil: Benedicto Cerqueira	–
Colombie:	
Ventura Puentes Vanegas	Ezequiel Romero
Cuba: Lazaro Pena	Jésus Soto
Equateur: Victor Manuel Zuniga	Léon Neptali Pacheco
Guadeloupe: Nicolas Ludger	Hermann Songeons
Guatemala: Armando Castillo	Eduardo Toledo
Mexique:	Francisco Figueros
Vicente Lombaro Toledano	Mendoza
Panama: Angel Gomez	Francisco Andrade
[redacted]	Ramon Freire Pizzano
Venezuela: Eloy Torrez	Manuel Tabarda
Costa Rica: Manuel Badilla Mora	Juan Rafael Solis Barboza
Asie	
Birmanie: Thakhin Lu Aye	Yebav Myo Nyoont
Ceylan: M. G. Mendis	Sanmugatasan
Chine:	
Chu Hsuen-fan	Tschang-Sao-mei
King Chi-fu	Sisao Hong-chi
Cheng Yu	*Fang Ming*
Li Yong-chuan	–
Hoang Ming-wei	–
Corée:	
Kim Wal Riong	Kim Ein Chul
Ho Yang	Li Iong Soo
Inde: N. K. Krishnan	M. Elias
Indonésie:	
Njono	Sinegih Tirtosodiro
Mohamad Murnir	Mardjoko
Mongolie:	
Djadambin Bjambadorge	Zanderjin Dagva
Vietnam: Nguyen Cong Hoa	Nguyen Minh
Europe	
Albanie: Gogo Nushi	Kimo Kocani
Autriche: Otto Horn	Léopold Horak
Bulgarie: Stoian Gurov	Grigor Ilyev
Espagne:	
Manuel Rodriguez Pintado	Arturo Del Valle
Finlande: Aare Saarinan	Arvo Hautala
France:	
Benoit Frachon	Henri Krasucki
Germaine Guillé	Jean Schaeffer
Léon Mauvais	Edouard Ehni
Hongrie: Janos Brutyo	Miklos Vasvitteg
Italie:	
Agostino Novella	Vittorio Foa
Fernando Santi	Rinaldo Scheda
Luciano Lama	Bruno Trentin
Luxembourg: Joseph Grandgenet	Michel Krieps

Comité exécutif

Afrique, Proche et Moyen-Orient	
Membres ordinaires	*Suppléants*
Chypre: Andreas Ziartides	–
Iran: Reza Rousta	–
Madagascar: Rajosoa	–
Liban: Elias Habr	–
République du Soudan: Shafie Ahmed el Sheikh	–
République Sud-Africaine: –	Moses M. Mabhida
Amérique	
Argentine: Rubens Iscaro	–
Brésil: Armando Ziller	–
Cuba: Lazaro Pena	–
Costa Rica: –	Gonzalez Sierra Cantillo
Equateur: –	Victor Manuel Zuniga

05

9005184

Guatemala:	
Victor Manuel Gutierrez	–
Mexique:	Francisco Figueroa Mendoza
Vicente Lombardo Toledano	
Uruguay: Enrique Pastorino	–

Asie

Ceylan: M. G. Mendis	–
Chine:	
Liu Chang-cheng	Chao Kuo-chiang
Kan Yong-ho	Chen Yu
Corée: Kim Wal Riong	–
Inde: S. A. Dange	K. S. Sriwastava
Indonésie: Njono	Mohamad Munir
Vietnam: Hoang Quoc Viet	–

Europe

Albanie: –	Gogo Nushi
Autriche: –	Egon Koditchek
Bulgarie: Stolan Gurov	–
Espagne: José Moix	–
France:	
Benoît Frachon	Julien Forgues
Germaine Guillé	Henri Raynaud
Hongrie: Janos Brutyo	–
Italie:	
Luciano Lama	Vittorio Foa
Renato Bitossi	Renaldo Scheda
Fernando Santi	Bruno Trentin
Luxembourg: –	Joseph Grandgenet
Pologne: Ignacy Loga-Sowinski	–
ZOS: Herbert Warnke	Kurt Meier
Roumanie: Martin Isac	–
Tchécoslovaquie:	
František Zupka	–
U.R.S.S.:	
Viktor Grichin	Vassili Krestjaninov
Leonid Solovjev	Vassili Klimenko
Tatjana Nikolajeva	S. Narudtinov

41C5164

Numeral 6

The *Executive Bureau* consists of the President, the three Vice-Presidents, the General Secretary and 56 members representing 28 countries. The main officers are *President:* Sandor GASPAR (Hungary); *Vice-Presidents:* Shripat Amrit DANGE (India) - a former member of the Communist Party of India, awarded the Order of Lenin in October 1974; Karel HOFFMAN (Czechoslovakia); Ramon VILON-GUEZO (Benin); *General Secretary:* Enrique PASTORINO (Uruguay) - former Communist MP, member of the Central Committee of the Uruguayan Communist Party, Secretary-General of the National Convention of Workers (CNT), and Lenin Peace Prize Winner (1972); *Deputy General Secretary:* Ibrahim ZAKARIA (Sudan) - member of the Central Committee of the Sudanese Communist Party; *Secretaries:* Boris Alexeev AVERYANOV (USSR); Akis FANTIS (Cyprus); Drahomira HANZALOVA (Czechoslovakia); Jan NEMOUDRY (Poland); Juan PONCE (Chile); Mahendra SEN (India).

Metal and Engineering Industries' TUI

Address: Opletalova 57, Prague 1 /due to move to Moscow/
Hon President: Losario PIETRAROIA (Uruguay)
President: Reinhard SOMMER (GDR)
General Secretary: Pierre BAGHI (France)
Secretaries: Evgeny ALEXEEV (USSR)
Aristobulo MARCIALES (Colombia)
Publication: *Information Bulletin*
Membership: 22 million

Transport, Port and Fishery Workers' TUI

Address: Budapest
President: Jean BRUN (France)
General Secretary: Dev Kumar GANGULI (India)
Secretaries: Kalman BLATENSKY (Hungary)
Werner MUCHA (GDR)
Antonio TAMAYO (Uruguay)
Mark S VOLTCHENKO (USSR)
Publications: *Transport Workers of the world*
Information Bulletin
Membership: 17.5 million

Numeral 7

L a t i n A m e r i c a

Founding of a new Regional Organization

It is interesting to note that the World Federation of Trade Unions is working on expanding its political influence in Latin America. The activities of WFTU and the Permanent Congress of Trade Union Unity of Latin American Workers (CPUSTAL) &), which acts as a regional organization in Latin America, continued to be concentrated on efforts to call a Latin American trade union conference at which, according to the WFTU, a new, united regional association might be established.

WFTU and CPUSTAL devote special attention to the formation of continental occupational associations in order to improve co-ordination of activities by trade unions of different occupational sectors. The WFTU-afficiliated Trade Unions Internationals (TUIs) figure rather prominetly in this context.

According to our information, a regional trade union federation of workers in the Latin American and Caribbean electrical industries (FOSIELCA) has been established in late 1985. It will be working in support of the political aims of WFTU and the TUI of Energy Workers. The founding congress was also attended by WFTU.

*** V S - V E R T R A U L I C H ***
A M T L I C H G E H E I M G E H A L T E N

87004261

006 3005184

L a t i n A m e r i c a

Activities of the Permanent Congress for Trade Union Unity of Latin American Workers (CPUSTAL)

Since the disbanding of the Confederacion de Trabajadores de America Latina (CTAL), **the WFTU has been trying to apply pressure to the formation of a new Latin American labor federation. As far back as 1964, a "congress of trade union unity" took place in Brasilia where a new federation was to be formed.** This was defeated by the lack of response from the Latin American trade unions so that only **CPUSTAL** could be set up.
At present, 26 national trade union federations from 22 Latin American and Caribbean countries with altogether 20 million members make up CPUSTAL. Executive organs of CPUSTAL are the General Council where all member organizations are representedand which meets in two years intervals according to the statutes, the Bureau with representatives from 12 member organizations, which usually convenes once a year, and the Executive Secretariat with seven members, which has been headquartered in Mexico City since 1978.
CPUSTAL activity is supported by subregional organs, such as the Committee for Trade Union Unity of Central America and Panama (CUSCA) with headquarters in Costa Rica and regional bureaus for the Andes region with headquarters in Bogota and for the southern area with seat in Lima.

It has been learnt here that a meeting of the **CPUSTAL** Bureau took place recently in Mexico City with labor representatives from Brazil, Venezuela, Colombia, Costa Rica, Cuba, Mexico, Panama, Peru and Chile attending. The discussions focused on additions to the action program and better coordination of activites.
A particularly salient item on the agenda was the broadening of the trade union campaign on "foreign indebtedness of Latin American countries" initiated by Cuba in mid-1985 and/or the preparation of a Latin Americucan trade union conference on "foreign indebtedness" to be held in Sao Paulo from 18 to 21 May 1987 on the initiative of national labor organizations from Brazil, Bolivia and Uruguay.
CPUSTAL hopes that this conference will result in significantly intensified cooperation with noncommunist labor federations. Direct contacts are to be established and the dialogue is to be intensified at the conference in attempts at bringing influence to bear on Latin American trade unior movement to subscribe to the desired CPUSTAL unity of action.
A special priority in CPUSTAL and WFTU activities continues to be efforts for creating favorable conditions for the formation of a Latin American trade union federation. An intensive campaign going on for years for convening a conference where a regional Latin American federation was to be set upwas defeated by a lack of response on the part of the noncommunist trade union organizations.
The Latin American labor movement is ideologically and organizationally factionalized both at regional level and in the majority of Latin American countries. The following labor federations are active at regional level:
Communist controlled CPUSTAL set up in 1964. It cooperates with the WFTU and incorporates 26 trade unions, the most influential being the Cuban CTC and the Nicaraguan CSTU and also the Colombian CSTC, the Peruvian CGTP and the Uruguayan CNT.
The Inter-American Regional Organization of Workers (ORIT) set up in 1951 with the help of the North American AFL-CIO and the ICFTU. It incorporates 24 central organizations (including the U.S.A. and Canada), which comprise roughly one third of trade union members in Latin America. Sticking out are the Mexican CTM and the Venezuelan CTV with some 2 million and 1.8 million members respectively.
The Latin American Confederation of Workers (CLAT) (until 1971: Latin American Confederation of Christian Trade Unionists)with clerical and Christian Democratic forces and the International Union of Christian Trade Unions (since 1968: World Confederation of Labor)as founding fathers. It incorporates 21 central organizations (roughly 15 percent of the trade union members).
There are additionally a number of labor federations with a self-styled autonomous status, which do not belong to any of the above regional organizations.

90059 84

07

After the closure in 1964 of its Latin American regional organisation, the Confederation of Latin American Workers (CTAL), the WFTU set up a new "united centre," called the Permanent Congress for the Trade Union Unity of Latin American Workers (CPUSTAL), in Chile. Efforts to secure the cooperation of the Latin American Christian Trade Union Organisation (CLASC) and other non-Communist bodies failed, however, because the Communist aims of the CPUSTAL became too widely known. In April 1973, a WFTU-sponsored *World Trade Union Conference Against Multinational Companies* was held in Santiago. The overthrow of the ALLENDE government in Chile in September 1973 destroyed the WFTU's hopes of establishing a permanent base there and the CPUSTAL eventually set up its new headquarters in Mexico City in March 1978.

FRENTES INTERNACIONALES SOVIETICOS

COM CONTROL DE MOSCU

OFICIALES SOVIETICOS

10 MAYORES FRENTES

ORGANIZACIONES REGIONALES

OFICIALES NACIONALES CON REPRESENTACION EN ENTES DIRIGENTES DE FRENTES Y SUBSIDIARIOS

FRENTES DE FRENTES: ORGANIZACIONES SUBSIDIARIAS (ILUSTRATIVO NO DE COMPRENSION)

Departamento Internacional de Información (DII)

Comité para la Seguridad del Estado (KGB)
Servicio A-medidas activas, desinformación.

Departamento Internacional del Comité Central del P.C. de la U.S.
Responsable de sus relaciones con:
-P. Com. no gobernantes
-P. Dem. revolucionarios
-Socialista de izquierda
-Mov. de Liberación Nal.
-Frentes Internacionales
-Sociedades de Amistad

— Escuela de Formación de Cuadros (Komsomol)

— Consejo Central de Sindicatos de la URSS.

— Comité Soviético de Mujeres.

— Unión Internacional de Estudiantes, Praga 118 afiliadas

— Publica: Noticias del mundo estudiantil, Servicio Noticioso U.I.E.

—Federación Mundial de la Juventud Demodrática, Budapest 210 afiliadas.

—Publica: Juventud mundial y Noticioso de la FMJD

— Federación Mundial Sindicalista, Praga 90 Afiliadas

— Publica: Movimiento Sindical mundial y flashes de los sindicatos.

— Escuela de entrenamiento: Moscú, Sofía, Alemania Oriental, Guinea y Cuba.

— Federación Internacional Democrática de Mujeres (Berlín Este) 129 Afiliadas

—Publica: Mujeres de todo el mundo.

—11 centros de entrenamiento para mujeres en Medio Oriente, Africa, Latinoamérica y Asia.

—Consejo Mundial de la Paz (Helsinki) 135 afiliados

—Publica: Nuevas Perspectivas, Correo de la Paz.

—Representantes Permanentes ante: las NN.UU., New York y Ginebra, UNESCO y París.

Unión Africana Estudiantil

Organizaciones Estudiantiles para América Central y del Sur.

Movimiento Panafricano de la Juventud

Sistema de Organización para la Juvetnud Europea y Cooperación Estudiantil.

Comité Adjunto de Sindicatos Arabes afiliado a la Confederación Internacional de la F.I.S.
Comité Sindicalista Intern. de Solidaridad con los pueblos y trabajadores de Africa. Organización de Unidad Sindicalista Africana.
Congreso Permanente para la Unidad Sindicalista de trabajadores de Latinoamérica.

Organización Pan-Africana de Mujeres
Federación Arabe de Mujeres

Comité Internacional Europeo para la Seguridad y Cooperación, (Bruselas). Comité de Campaña Internacional para una justa Paz en Medio Oriente. Comité Internacional con el pueblo árabe y su causa central: Palestina, Trípoli.
Comité Intern. sobre Africa del Sur. Movimiento para la Paz y soberanía de los pueblos. LA HABANA.

Checoslovaq.	Puerto Rico
India	Rumania
Irak	Irlanda
Cuba	El Salvador
U.Soviética (2)[a]	Namibia
Senegal	Ghana
Corea del N.	Hungría
Polonia	Somalía
Chile	Chipre
Panamá	Alemania
Vietnam	Oriental

Líbano	Alemania Or.
Argentina(2)	Portugal
Chile (2)	Venezuela
Vietnam	Rep.Dominicana
India	Rumania
Sudán (2)	Finlandia
Corea del N.	Cehcoslovaq.
U. Soviética	Congo
Cuba	Bulgaria
Hungría	Polonia
Sierra Leone	EE.UU.
Colombia(2)	Sudáfrica
Yemen del Sur	Somalia
Italia	Alemania Occid.
Irak	

Hungría	Indonesia
India(3)	Irak
Checoslovaquia(3)	Corea del N.
Benin (2)	Líbano
Uruguay	Madagascar
Sudán	Mongolia
Unión Soviet.	Alemania Or.
Polonia(2)	Rumania
Chile	Sri Lanka
Francia(4)	Siria
Argentina	Venezuela
Australia	Vietnam
Brasil	Angola
Bulgaria	Congo
Chipre	Japón
Colombia	Yemen del S.
Cuba	Laos

Australia	Mexico
Rumania	Irak
Finlandia	Alemania Occ
India (2)	Argentina
Argelia	Chile
Cuba	Bulgaria
Japón	Polonia
U. Soviet.(2)	Hungría
Vietnam	
Francia	
Alemania(2)	

India	Panamá
Cuba(2)	Líbano
Rep.Malgacha	Bulgaria (2)
Vietnam	Irak (2)
Siria	Italia
Australia (2)	Argentina
Polonia (2)	Unión Soviet.
Guinea	EE.UU. (2)
Francia	Alemania Orie
Etiopía	Finlandia
Portugal	Jordania
Palestina (sic)	Hungría
Reino Unido (2)	Checoslovaquia
Angola	Chile
Egipto (2)	Madagascar
Zimbabwe (2)	Mali
Congreso Nal. Africano .	

Servicio Voluntario Internacional para la Amistad y Solidaridad de la Juventud
Buró Internacional de Turismo e Intercambio Juvenil
Comité Internacional de Movimientos Infantiles y Adolescentes(equivalente francés CIMEA).

Sindicatos Internacionales
1) Trabajadores de la Agricultura, Forestación, Plantacione (TUI) Praga.
2) Construcciones, Industrias madereras y de materiales de construcción TUI Helsinki.
3) Trabajadores químicos, petróleo y afines, S.I. Budapest.
4) Trabajadores bancarios, comerciales y administrativos.S.I. Praga.
5) Alimentación, tabaco, industrias hoteleras y afines. S.I. Sofía
6) Industrias metalúrgicas y siderúrgicas, S.I. Moscú.
7) Minerías. S.I. Varsovia.
8) Empleados estatales y afines.S.I. Berlín Este.
9) Federación mundial sindical de profesores S.I. Berlín Este.
10) Trabajadores Textiles de Confección, Cueros y Pieles. S.I. Praga.
11) Trabajadores del trnesporte, de Puertos y Pesca. S.I. Budapest.

Comité Internacional Sindical para el Turismo Social y nacional.
Comité Internacional Sindical para la Solidaridad con el pueblo y los trabajadores de Corea.
Comité Int. de Solidaridad con el pueblo y los trabajadores de Palestina.
Comité Int. Sindical para el Desarme y la Paz.

Comité Internacional de las NN.UU. Década para Mujeres

Instituto Internacional para la Paz. Viena.
Foro Internacional de Enlace de las Fuerzas de Paz, Helsinki.
Comité de Movimientos de No Alineados
Comité Internacional de Solidaridad con Chipre.
Comisión Internacional de los Derechos Humanos.
Comisión sobre Información y el Nuevo
Comisión sobre Investigación Científica para la Paz.Comisión para el cese del armamentismo y el desarme.
Comisión para el Desarrollo y el Nuevo Orden Internacional.
Federación Internacional para los trabajadores de la Resistencia.
Comité Internacional para la Solidaridad con el pueblo palestino.

a)Los números en paréntesis indican el número de representantes de los Comités de frente ejecutivo y Secretariados.

08-08

...mmo Internacional
...ión Central del P.C.
...S.
...ble de sus rela-
...con:
- ...no gobernantes
- ...revolucionarios
- ...sta de Izquierda
- ...Liberación Nal.
- ...s Internacionales
- ...des de Amistad

...undial de la Paz
...4) 135 afiliados
- ...Nuevas Perspec-
- ...rreo de la Paz.
- ...ntes Permanentes
- ...NN.UU., New York
- ..., UNESCO y París.

...nternacional Europeo
...Seguridad y Coopera-
...ruselas). Comité de
...Internacional para
...a Paz en Medio Orie...
...6 Internacional con
...árabe y su causa
...Palestina, Trípoli.
...ctern. sobre Africa
...Movimiento para la
...erania de los pue-
...HABANA.

...Panamá
...Líbano
...Bulgaria (2)
...Irak (2)
...Italia
...Argentina
...Unión Soviet. (2)
...EE.UU. (2)
...Alemania Orie...
...Finlandia
...Jordania
...Hungría
...Checoslovaquia
...Chile
...Madagascar
...Mali

...cha
...a (2)
... (2)
...e (sic)
...lido (2)
... (2)
... (2)
...o Nal.
...

...Internacional para la Paz.

...ernacional de Enlace de las
...de Paz, Helsinki.
...e Movimientos de No Alineados
...nternacional de Solidaridad
...re.
...Internacional de los Derecho...
...sobre Información y el Medio
...sobre Investigación Científ...
...la Paz.Comisión para el cese
...mentismo y el desarme.
...para el Desarrollo y el Mun...
...internacional.
...ón Internacional para los I...
...de la Resistencia.
...nternacional para la Solida-
...n el pueblo palestino.

- Comité Soviético para la Defensa de la Paz en Moscú
- Fundación Soviética de Paz

- Agencia Novosti de Prensa
- TASS
- Izvestia
- Aeroflot
- Vida Soviética(Publicada en Washington D.C.)
- Nuevos Tiempos
- Revista Marxista Mundial
- Comisión Patrocinadora de Organizaciones Democráticas y Problemas de la Paz.

- Conferencia Cristiana de Paz
- Prega 86 Afiliados
- Publica; Conferencia Cristiana de Paz.
- Oficinas regionales para Medio Oriente, Africa y Latinoamérica.

- Conferencia Cristiana Africana de Paz
- Conferencia Budista Asiática para la Paz.
- Conferencia Cristiana Asiática de Paz.

- Hungría (2)
- Madagascar
- Cuba
- Alem.Oriental
- Rumania
- EE.UU.
- India
- Checoslovaquia(2)
- Vietnam
- Sri Lanka (2)
- Union Soviet.

- Conferencia de Berlín de los católicos europeos.

- Comité Soviético de Solidaridad con países Afro-asiáticos.

- Organización de Solidaridad con los pueblos Afro-asiáticos (El Cairo) 91 Afiliadas
- Comités de Solidaridad y Movimientos de Liberación.
- Publica: Solidaridad, Centro de programación en Bagdad Centros de Información en Ginebra, Nicosia y Hanoi.

- Organización de Solidaridad con los pueblos afro-asiáticos y latinoamericanos.

- Egipto
- Irak (3)
- Sri Lanka (2)
- Vietnam (2)
- Unión Soviet. (3)
- Chipre
- O.L.P.
- Congreso Nal. Africano
- Zambia (2)
- Alem.Oriental (2)
- Palestina (sic) (2)
- Siria

- Afganistán
- Argelia
- Angola
- Benin
- Norcorea
- Mozambique
- Namibia
- Uganda
- Yemen del Sur
- India
- Congo
- Sudáfrica
- Sudán

- Comité Internacional contra el Apartheid, el RAcismo y el colonialismo en Africa del Sur. Comisión Internacional de Investigación contra los crímenes del régimen racista en Africa del Sur.

- Comisión Internacional de Investigación de los crímenes de Israel contra los pueblos de Palestina y Líbano
- Comité Conjunto de Solidaridad con las Comisiones Sindicales.

- Unión para la Educación y la Ciencia de la URSS

- Federación Mundial de Laborales científicos, Londres y Lyon. 33 afiliadas
- Publica: Mundo científico
- Oficinas regionales en Argelia, Berlín Este y Nueva Delhi.

- Ninguna Identificada

- Francia (2)
- Reino Unido
- Unión Soviét. (2)

- Comités de Ciencias Políticas
- Comité para la Paz y el Desarme.
- Comité sobre socio-económicos.

- Instituto del Estado y las Leyes
- Academia de Ciencia de la URSS.

- Asociación Internacional de abogados democráticos Bruselas. 64 afiliadas
- Publica: Revista de Leyes contemporáneas.
- Representantes Permanentes ante las NN.UU.

- Unión Arabe de Abogados

- Francia (2)
- Argelia
- U. Soviética
- Egipto
- Rumania
- Japón
- Chile
- Hungría
- Italia
- Venezuela
- Vietnam
- Argentina
- Alemania Or.
- Alemania Occ.

- Comité Internacional de Juristas para la Democracia y los Derechos Humanos en Corea del Sur. París.

- Unión de Periodistas de la República Socialista de la Unión Soviética.

- Organización Internacional de Periodistas. Praga 114 afiliadas
- Publica: Periodismo democrático y Novedades de la Org. Internacional de Periodistas
- Oficinas en París y Budapest.

- Federación Latinoamericana de Periodistas.
- Asociación de Escritores afro-asiáticos.

- Francia
- Finlandia
- Checoslovaquia
- Bulgaria
- Cuba
- Polonia
- Rumania
- Perú
- Unión Soviética
- Alemania Oriental
- Colombia
- Hungría

- Comisión Social
- Comisión Profesional
- Comisión de Estudios para Periodistas.
- Comité Internacional para la Defensa de los Derechos del Periodista
- Club Internacional para Periodistas sobre Agricultura
- Centro para Educación Profesional de Periodistas. Budapest.
- Escuela de Solidaridad Internacional para Periodistas. La Habana.
- Centro de Información Latino-americana, Lima.
- Club Internacional de Ciencia y tecnología.

M E M O R A N D U M

ASUNTO : CONVERSACION MANTENIDA CON EL DOCTOR ROSENDO FRAGA.

FACTOR POLITICO

SITUACION INTERNACIONAL

- En cuanto a la posición internacional actual de la Argentina, ya se podría dar por seguro que el próximo 20/SET, el Canciller Caputo va a ser electo Presidente de la Asamblea de las Naciones Unidas. En realidad esta nominación no tiene un significado concreto para la Argentina, ya que solo se trata de un cargo simbólico, sin poder específico, el que lo sigue manteniendo el Secretario General de la ONU. Lo que sí tendrá efecto sobre la situación externa Argentina es la campaña que ha venido desarrollando el Canciller Caputo para su nominación, la que ha generado un acercamiento cada vez mayor hacia el Tercer Mundo y hacia el bloque soviético.

Por otra parte, desde el punto de vista estratégico, la Argentina ha producido, por intermedio de los principales líderes políticos, una serie de hechos o señales que sin dudas han generado preocupación en los centros de poder del Mundo Occidental. En este contexto el candidato presidencial del Partido Justicialista, Carlos Menem, desde su nominación sólo se ha entrevistado con un Jefe de Estado extranjero, el Presidente Hassad de Siria. Visto lo que significa este país en el mundo árabe y su relación con la URSS, Libia y el terrorismo, es notoria la repercusión que esta visita de Menem ha causado en los EE.UU.. Ha esto hay que sumarle la visita de la ex-Presidenta Isabel Martínez de Perón a Libia para participar de un juicio contra el Presidente Reagan y la designación por parte de Menem como coordinador de su viaje a Europa en octubre, de Mario Cámpora, sobrino del ex-Presidente y hombre identificado con la izquierda.

Asimismo el candidato peronista ha hecho declaraciones periodísticas donde ha puesto de manifiesto cierto desórden de conceptos en su política exterior. Menem ha manifestado su intención de expropiar bienes de Gran Bretaña a la Argentina y que está dispuesto a comprarle armas a la URSS si EE.UU. no le quiere vender. Si bien esta no sería la opción estratégica de Menem en su política externa, todos estos hechos son analizados en el exterior con una visión negativa hacia un hipotético futuro gobierno peronista. Manifiesta un gran temor en la política exterior

9005185

01.08

de Menem, ya que ha su juicio se produciría un avance importante de Gran Bretaña en la región.

Según cree el Ferry Montevideo-Malvinas se va a concretar, el arriendo de los islotes de Beagle a Gran Bretaña y Sudáfrica, se va a hacer y la extensión de la zona de exclusión hasta las Georgias sería un hecho. El tema que manifiesta es como reaccionaría Menem frente a estas acciones cuando esté en el poder

Simultáneamente, el gobierno del Presidente Alfonsín también ha producido acciones imprudentes en términos estratégicos. El primero es la cuestión del misil "Cóndor", un proyecto de la década del '70, que la Fuerza Aérea comienza a desarrollar luego de la guerra de Las Malvinas. El Cóndor es un misil de 800 Km. de alcance, desarrollado para atacar Las Malvinas desde la Patagonia. Esto convierte automáticamente al territorio continental en un teatro de operaciones, ya que Gran Bretaña tendrá que prever entre sus planes el traslado del conflicto al territorio continental Argentino. Otro punto conflictivo respecto al desarrollo de este misil se da con la gestión que realizó la Fuerza Aérea con Egipto para concretar un proyecto conjunto,en virtud de la falta de financiamiento propio.

Al proyecto también se sumó Irak con autorización del Presidente Alfonsín. Toda esta información es conocida hace poco, porque se detuvo en Wáshington al Agregado Militar Egipcio y lo deportan acusado de comprar tegnología para el Misil Cóndor. Con esto los norteamericanos intentaron bloquear la cuestión ya que evidentemente con este misil se está afectando en primer lugar intereses estratégicos de Israel. Paralelamente, un avión Iraquí, de fabricación soviético, aterriza en Rosario en un vuelo que no tuvo explicación oficial. Algunas informaciones daban cuenta de que venían a buscar armamento en una operación triangular con Jordania, pero en realidad el motivo del vuelo era llevar el sistema de propulsión del misil que está fabricando la Fábrica Militar de San Lorenzo en Rosario.

FACTOR POLITICO

SITUACION INTERNA

- En relación a los comicios de 1989, manifiesta que si el acto eleccionario hubiera sido en agosto, Carlos Menem habría ganado comodamente, con una diferencia de dos o tres votos por cada uno con respecto a Angeloz. Agosto coincidió con el peor momento en el tema salarial. En

dicho mes el poder adquisitivo del salario se situó en un 55% del vigente a Enero del '88.

A nivel ciudadano el 41% sostiene que el principal problema son los bajos salarios y el 17% la inflación y por eso cuando Menem habla de un salariazo, lo que en términos económicos significa un disparate, en realidad está diciendo lo que el hombre común quiere escuchar. En esta situación una de cada 5 personas que dice que va a votar a Menem votó a los Radicales en el '87. El 19% de los que votan a Menem hoy votaron al Radicalismo en el '87 y el 51% del 33% de indecisos son también votantes del Radicalismo. Esto es la explicación de porque el Radicalismo ostenta una intención de voto tan baja en este momento. Es decir que la clase media baja que había estado votando a la UCR es la que se ha pasado a Menem. En términos ocupacionales es todo el segmento de la población que tiene ingresos fijos, dependientes de la estructura del Estado y que por supuesto ha perdido más poder adquisitivo.

Ese voto tradicionalmente era del Radicalismo y hoy se ha pasado a Menem. La derecha algo puede crecer, por los votos radicales de clase media alta, pero Alsogaray no tiene discurso para la clase media baja, un sector muy importante del electorado. De acá a los comicios, si el Radicalismo logra detener la inflación y situarla en cifras menores al 10%, algo dificultoso, ya que podría ser de un dígito en octubre pero no se podría sostener en el tiempo, podría tener una recuperación que achicaría la brecha con el Peronismo y la elección podría ser de un 50% para el Partido Justicialista contra un 30 ó 35% del Radicalismo. Para que la UCR pudiese ganarle a Menem tendría que además de dominar la inflación, mejorar los salarios y esta posibilidad es muy limitada. Siendo poco probable una mejoría sustancial de la situación económica, la estrategia electoral del Radicalismo esta centrada en capitalizar los errores de Menem. Un ejemplo de esta estrategia fueron las declaraciones de dirigentes radicales por lo sucedido en el acto de la CGT. El ex-Ministro del Interior Antonio Tróccoli dijo que los sectores que se enfrentaron son los mismo que chocaron en Ezeiza (retorno de PERON) y que hoy están detrás de Menem. Considera que Menem al no ir al acto de Plaza de Mayo, tuvo un acierto político, despegándose del efecto negativo generado por los incidentes. Asimismo dice conocer a la Policía Federal y que las órdenes que habría recibido fueron de "arrasar" con la intención de interrumpir el acto, más que controlar los incidentes. Según manifiesta,

los provocadores de los incidentes fueron gente extraña, y no el típico militante del MAS, partido que incluso no concurrió al acto. Esto demostraría cual será el tipo de estrategia que el Radicalismo va a desarrollar en los próximos meses para confrontar con Menem, tratando de generar la sensación de caos en torno del candidato peronista, para que la gente se asuste y vote por el Radicalismo. De todas formas como la Argentina es un país tan cambiante un incidente de esta naturaleza, a 3 días de la elección puede dejar un imágen negativa pero de aquí a los comicios es muy difícil anticipar que el saldo afecte al Peronismo. En este sentido, es probable que el Radicalismo trate de producir otro tipo de situación de estas características en los próximos meses.

De triunfar Menem, el tema es si logrará cumplir los 6 años de gobierno. Alfonsín va a dejar un país ingobernable y posiblemente Menem ya a los 6 meses de asumir tenga una gran crisis. Las posibilidades de fracaso de Menem serían de un 60%, de acuerdo a su inconsistencia política y a su entorno. En caso de fracaso existirían dos alternativas: un recambio institucional, es decir que la dirigencia política arme una asamblea legislativa y designe otro presidente civil ó una nueva intervención militar.

La preocupación mayor para el Dr. Fraga es que va a pasar entre mayo que es la fecha de las elecciones y diciembre, cuando los Radicales tienen que entregar el poder, ya que económicamente va a ser un gran caos. El actual gobierno va a actuar tratando de llegar al comicio en la mejor forma posible, pero luego que vea perdidas sus posibilidades va a dejar que estalle todo. Incluso todos van a tratar de llevarse la mejor tajada posible antes de dejar el gobierno.

FACTOR MILITAR

- En cuanto al tema militar, existe un conjunto de situaciones que llevan a pensar que en el tercer trimestre de este año se vuelva a producir una situación de tensión. En este momento el Ejército se encamina nuevamente hacia una crisis, no pudiéndose determinar si puede ser antes o después de las elecciones, contando con un 25% de posibilidades de que se concrete antes de los comicios.

El nudo del problema es que el Teniente General Caridi ha llegado a la conclusión de que tiene que realizar una importante purga de Oficiales Subalternos ya que los problemas continúan y se mantienen las situaciones de indisciplina. Un estudio que le han hecho determina que

hay que eliminar 600 Oficiales, entre los grados de Sub-Tenientes y Mayor. El Teniente General Caridi, avalado por el Presidente Alfonsín va a realizar la purga y va a utilizar como mecanismo la Junta de Calificaciones. El escalón más complicado es el de los Tenientes y Tenientes 1ro., representando el núcleo de la resistencia. Los Tenientes Coroneles fueron desplazados y los Capitanes que sobrevivieron tratan de salvar la situación. Los Tenientes y Tenientes 1ros., una generación militar formada en el Colegio Militar durante la lucha contra la subversión es el eje de la purga que pretende realizar el Jefe del Estado Mayor del Ejército. Entonces se utiliza a la Junta de Calificaciones porque no hay elementos de juicio jurídicos o administrativos consistentes para realizarla. La convocatoria a todos los legisladores para explicar el funcionamiento de la Junta de Calificaciones, deja la impresión de que también se quiere tener el aval legislativo para el tratamiento de este conflictivo tema.

Una serie de hechos dan cuenta fehacientemente de la problemática situación militar:

- Un comando civil con boinas verdes panfleteó el Comando del Cuerpo de Ejército II, en Rosario, a favor de Rico respondiendo a declaraciones del General Mabragaña y la guardia no advirtió el hecho.

- El Director de la Escuela de Infantería, Coronel Correa, tuvo un incidente con su superior inmediato, Coronel Palmieri y luego pidió el relevo. Al Coronel Correa se le acusaba de que estaba preparando incidentes para el día de la Infantería.

- La Junta de Calificaciones decidió no ascender al Coronel Seineldin calificándolo en el lugar 23. Entre el 10 y el 20 le tenían que dar destino y lo pasaron al 23 para que pida el retiro. Esto va a sumar un elemento de tensión, porque los seguidores de Seineldin, que estaban separados de Rico, van a tender ahora a operar en conjunto. El no cree que Seineldin tome ninguna acción, a no ser la de pedir el retiro.

- Se decidió la disponibilidad de 17 Oficiales por estar mencionados en cartas que se requisaron en la celda del Mayor D'Amico, detenido por un caso de extorsión. En esta lista había Oficiales que no estuvieron ni en Semana Santa ni en Monte Caseros y que la única causa es aparecer en las mencionadas cartas.

- Se hacen listas de Oficiales para pasar a disponibilidad, en base a chimentos de inteligencia que causan un mal clima. Pa

saron a disponibilidad a un Capitán pero se equivocaron en el nombre y tuvieron que restituirlo.

- Por el pase a disponibilidad de los 17 Oficiales se produce la presentación ante la Justicia Civil del Teniente Coronel Di Pasquale y del Mayor Vercellotti. O sea que un tema administrativo menor se convirtió en un conflicto de magnitud, en el que tuvo que intervenir directamente el Presidente Alfonsín apelando el fallo. Realmente esto causó confusión en la sociedad ya que durante su gobierno el Presidente dijo que los militares debían subordinarse a los jueces y ahora se negó a acatar un fallo.

- El conflicto interno dentro del Ejército es: Caridi y la mayoría de los Generales han llegado a la conclusión de que tienen que realizar una gran purga en este momento, porque si el próximo Presidente es Menem puede terminar pactando con los Oficiales cuestionados. A su vez los Generales prevén que Menem probablemente los retire a todos. En el otro sector empieza a generarse una sensación: si no hacemos caer a la actual cúpula ahora, nos retiran a todos.

- El ex-Teniente Coronel Rico ha recuperado parte de su prestigio, a la vez que la tendencia ha generado un desgaste de la posición del Teniente General Caridi. Lo que dice Rico hoy es un punto de referencia para la gente.

- No se ascendió a los 6 Tenientes de la Escuela de Infantería en forma arbitraria, sin haber mediado ninguna causa.

- En el Ejército existe un profundo conflicto ético con el tema de Rico. Se considera que lo de Rico estuvo mal pero hay 450 desprocesados porla Ley de Obediencia Debida que generó Rico, incluso Caridi. Esto no se resuelve fácilmente y para un Teniente no es fácil entender de que si Semana Santa y Monte Caseros fueron actos ilegítimos muchos Jefes y Oficiales se hayan acogido a una ley emanada de un acto ilegítimo.

- Los grupos disidentes se estan moviendo ahora con un mayor grado de clandestinidad; como los Oficiales que participan en estas actividades son jóvenes y no tienen antecedentes no se puede prever en que posición se encuentran.

- En cuanto al tema de las 17 disponibilidades el Teniente General Caridi ha retrocedido y seis Oficiales fueron restituídos después del caso del Mayor Vercellotti. Esto sería para que ninguno más

haga la presentación a la Justicia, esperando que se defina la situación.

- A los Oficiales jóvenes que se encuentran involucrados en esta situación los están empujando a la desesperación, porque los persiguen y les bloquean la carrera. Si no se le encuentra una salida estos pueden provocar alguna situación límite.

- En la última semana de setiembre se reactualizará el tema del Capitán de Corbeta Astiz. Existe la orden del Presidente Alfonsín de que la Junta de Calificaciones lo pase a retiro y es probable que insista en ella. Esto puede generar otra situación de crisis ya que los Almirantes tienen cierta inclinación a no retirarlo.

- En su opinión Alfonsín le va a dejar un Ejército profundamente dividido en el cual no va a ser posible establecer un mando de convivencia.

- El Doctor Fraga manifiesta que como modelo teórico para que los militares tomen el gobierno por la fuerza se requieren tres condiciones: cierto apoyo externo, que se traduce por lo menos en un dejar pasar por parte de EE.UU.; cierto consenso interno entre ciertos sectores de la sociedad y un liderazgo militar eficiente. Sostiene que en general los analistas europeos y norteamericanos estan pronosticando para la década del '90 una nueva oleada de gobiernos militares en Sud América debido a que los gobiernos civiles han fracasado en su gestión económica; entonces si hay un gobierno militar en Brasil o Perú no encuentra razón por la cual no haya un golpe de estado en la Argentina por lo que estaríamos cumpliendo la primera condición del modelo teórico. Con respecto a la segunda condición si el señor Menem lleva al país a un caos tal vez haya ciertos sectores de la sociedad que se inclinen por una solución autoritaria. Lo que el Doctor Fraga sostiene es que duda que a corto o mediano plazo se reconstituya un liderazgo militar eficiente como para cumplir con la tercera condición.

SITUACION CON RESPECTO A BRASIL

- Entiende que así como Brasil en la década del '80 tenía una perspectiva atlántica, heredero del imperio portugués en Africa Negra, hoy los brasileños empiezan a ver que para ser una potencia mundial en el Siglo XXI necesitan ser una potencia bioceánica ya que el eje de la economía mundial está pasando del Atlántico al Pacífico. El cree que la conexión de Brasil-Atlántico-Pacífico pasa por el norte argentino, en la línea San Pablo-Antofagasta ya que San Pablo es un gran centro industrial y esa

9 MAY 1985

conexión es la mas corta.

Según él, todo el esquema militar brasileño apunta a reestablecer el órden en la República Argentina. Según un estudio realizado por su organización el despliegue de una fuerza helitransportada en Santa María modifica el esquema ofensivo-defensivo del ejército brasileño. Otro dato importante es que EE.UU. ofreció venderle a Brasil los helicópteros para esa fuerza helitransportada a condición de que fuera ubicada en Recife como fuerza de intervención rápida frente a una desestabilización en la Guayana, pero prefirieron ubicarla en Santa María y comprar helicópteros franceses más caros, lo que significa que el eje principal continúa siendo Argentina.

El problema fundamental es que los militares argentinos están tan desmoralizados que no quieren ni les interesa ver la amenza que significa Brasil o el despliegue de esa fuerza helitransportada.

La única previsión que hace el Cuerpo de Ejército II, a nivel de unidades y por la propia iniciativa de los Comandantes de Regimiento, ya que no han recibido órdenes al respecto, es realizar ejercicios de guerras de guerrillas, que sería la táctica que emplearían, en caso de invadir Brasil, dentro del territorio brasileño.

Incluso no realizan ninguna actividad de inteligencia militar. No sólo no conocen al enemigo, sino que no trabajan y no les interesa.

El Jefe del Departamento II(Ext.) de la DGID

Tte. Cnel.

Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº1: Señor Director General de Información de Defensa

Copia Nº2: Señor Sub Director de Exterior de la DGID

Copia Nº3: Señor Sub Director de Interior de la DGID

Copia Nº4: Señor Sub Director de Apoyo de la DGID

M E M O R A N D U M

ASUNTO: ANALISIS DE LA SITUACION DE LA REPUBLICA ARGENTINA EFECTUADO EN UNA CONVERSACION CON UN INFORMANTE VINCULADO A ALTAS FUENTES POLITICAS ARGENTINAS.-

FACTOR POLITICO

SITUACION INTERNACIONAL

- En cuanto a la posición internacional actual de la Argentina, el informante plantea que ya se podría dar por seguro que el próximo 20/SET, el Canciller Caputo va a ser electo Presidente de la Asamblea de las Naciones Unidas y que en realidad esta nominación no tiene un significado concreto para la Argentina, ya que se trata de un cargo simbólico, sin poder específico; el que lo sigue manteniendo el Secretario General de la ONU. Lo que sí tendrá efecto sobre la situación externa Argentina es la campaña que ha venido desarrollando el Canciller Caputo para su nominación, la que ha generado un acercamiento cada vez mayor hacia el Tercer Mundo y hacia el bloque soviético.

Asevera que por otra parte, desde el punto de vista estratégico, la Argentina ha producido, por intermedio de los principales líderes políticos, una serie de hechos o señales que sin dudas han generado preocupación en los centros de poder del Mundo Occidental. En este contexto el candidato presidencial del Partido Justicialista, Carlos Menem, desde su nominación sólo se ha entrevistado con un Jefe de Estado extranjero, el Presidente Hassad de Siria. Visto lo que significa este país en el mundo árabe y su relación con la URSS, Libia y el terrorismo, es notoria la repercución que esta visita de Menem ha causado en los EE.UU. A esto hay que sumarle la visita de la ex-Presidenta Isabel Martínez de Perón a Libia para participar de un juicio contra el Presidente Reagan y la designación por parte de Menem como coordinador de su viaje a Europa en octubre, de Mario Cámpora, sobrino del ex-Presidente y hombre identificado con la izquierda.

La fuente indica asimismo que el candidato ha hecho declaraciones periodísticas donde ha puesto de manifiesto cierto desorden de conceptos en su política exterior. Ha manifestado su intención de expropiar

bienes de Gran Bretaña en la Argentina y que está dispuesto a comprarle armas a la URSS si EE.UU. no le quiere vender. Recalca que si bien ésta no sería la opción estratégica de Menem en su política externa, todos estos hechos son analizados en el exterior con una visión negativa hacia un hipotético futuro gobierno peronista. Manifiesta un gran temor en la política exterior de Menem, ya que a su juicio se produciría un avance importante de Gran Bretaña en la región.

Según cree el Ferry Montevideo-Malvinas se va a concretar, el arriendo de los islotes de Beagle a Gran Bretaña y Sudáfrica, se va a hacer y la extensión de la zona de exclusión hasta las Georgias sería un hecho. La duda que se le plantea a la fuente es como reaccionaría Menem frente a estas acciones cuando esté en el poder.

Simultáneamente, cree que el gobierno del Presidente Alfonsín también ha producido acciones imprudentes en términos estratégicos. El primero es la cuestión del misil "Cóndor", un proyecto de la década del '70 que la Fuerza Aérea comienza a desarrollar luego de la guerra de Las Malvinas. El Cóndor es un misil de 800 Kms. de alcance, desarrollado para atacar Las Malvinas desde la Patagonia. Afirma que esto convierte automáticamente al territorio continental en un teatro de operaciones, ya que Gran Bretaña tendrá que prever entre sus planes el traslado del conflicto al territorio continental Argentino. Otro punto conflictivo respecto al desarrollo de este misil se da con la gestión que realizó la Fuerza Aérea con Egipto para concretar un proyecto conjunto, en virtud de la falta de financiamiento propio.

El informante afirma que al proyecto también se sumó Irak con autorización del Presidente Alfonsín y que toda esta información es conocida desde hace poco, porque se detuvo en Washington al Agregado Militar Egipcio y lo deportaron acusado de comprar tecnología para el Misil Cóndor. Cree que con esto los norteamericanos intentaron bloquear la cuestión ya que evidentemente con este misil se está afectando en primer lugar intereses estratégicos de Israel. Paralelamente, un avión iraquí, de fabricación soviética, aterriza en Rosario en un vuelo que no tuvo explicación oficial. Algunas informaciones daban cuenta de que venían a buscar armamento en una operación triangular con Jordanía, pero en realidad afirma que el motivo del vuelo era llevar el sistema de propulsión del misil que está fabricando la Fábrica Militar de San

Lorenzo en Rosario.

FACTOR POLITICO

SITUACION INTERNA

En relación a los comicios de 1989, manifiesta que si el acto eleccionario hubiera sido en agosto, Carlos Menem habría ganado comodamente, con una diferencia de dos o tres votos por cada uno con respecto a Angeloz ya que Agosto coincidió con el peor momento en el tema salarial y en dicho mes el poder adquisitivo del salario se situó en un 55% del vigente a Enero del '88.

De acuerdo a encuestas que la fuente maneja a nivel ciudadano el 41% sostiene que el principal problema son los bajos salarios y el 17% la inflación y por eso cuando Menem habla de un salariazo, lo que en términos económicos significa un disparate, en realidad está diciendo lo que el hombre común quiere escuchar. En esta situación una de cada 5 personas que dice que va a votar a Menem votó a los Radicales en el '87. El 19% de los que votan a Menem hoy votaron al Radicalismo en el '87 y el 51%% del 33% de indecisos son también votantes del Radicalismo. Esto es la explicación de porque el Radicalismo ostenta una intención de voto tan baja en este momento. Es decir que la clase media baja que había estado votando a la UCR es la que se ha pasado a Menem. En términos ocupacionales es todo el segmento de la población que tiene ingresos fijos, dependientes de la estructura del Estado y que por supuesto ha perdido más poder adquisitivo.

Afirma que ese voto que tradicionalmente era del Radicalismo hoy se ha pasado a Menem y que la derecha algo puede crecer, por los votos radicales de clase media alta, pero Alsogaray no tiene discurso para la clase media baja, un sector muy importante del electorado. De acá a los comicios cree que si el Radicalismo logra detener la inflación, situarla en cifras menores al 10%, algo dificultoso a su parecer, ya que podría ser de un dígito en octubre pero no se podría sostener en el tiempo, podría ser de un 50% para el Partido Justicialista contra un 30 ó 35% del Radicalismo. Piensa que para que la UCR pudiese ganarle a Menem tendría que además de dominar la inflación, mejorar los salarios y esta posibilidad es muy limitada. Siendo poco probable una mejoría sustancial de la situación económica, la estratégia electoral

del Radicalismo esta centrada en capitalizar los errores de Menem. Afirma que un ejemplo de esta estrategia fueron las declaraciones de dirigentes radicales por lo sucedido en el acto de la CGT. El ex-Ministro del Interior Antonio Tróccoli dijo que los sectores que se enfrentaron son los mismos que chocaron en Ezeiza (retorno de Perón) y que hoy están detrás de Menem. Considera que Menem al no ir al acto de Plaza de Mayo, tuvo un acierto político, despegándose del efecto negativo generado por los incidentes. Asimismo dice conocer a la Policía Federal y que las órdenes que habría recibido fueron "arrasar", con la intención de interrumpir el acto, más que controlar los incidentes. Según manifiesta, los provocadores de los incidentes fueron gente extraña, y no el típico militante del MAS, partido que incluso no concurrió al acto. Esto demostraría cual será el tipo de estrategia que el Radicalismo va a desarrollar en los próximos meses para confrontar con Menem, tratando de generar la sensación de caos en torno del candidato peronista, para que se asuste y vote por el Radicalismo. De todas formas como la Argentina es un país tan cambiante cree que un incidente de esta naturaleza, a 3 días de la elección puede dejar una imágen negativa pero de aquí a los comicios es muy difícil anticipar que el saldo afecte al Peronismo. En este sentido, cree probable que el Radicalismo trate de producir otro tipo de situación de estas características en los próximos meses.

De triunfar Menem, la duda del informante es si logrará cumplir los 6 años de gobierno ya que Alfonsín va a dejar un país ingobernable y posiblemente Menem ya a los 6 meses de asumir tenga una gran crisis. Las posibilidades de fracaso de Menem serían de un 60%, de acuerdo a su inconsistencia política y a su entorno. En caso de fracaso existirían dos alternativas: un recambio institucional, es decir que la dirigencia política arme una asamblea legislativa y designe otro presidente civil ó una nueva intervención militar.

La preocupación mayor para el informante es que va a pasar entre mayo, que es la fecha de las elecciones y diciembre, cuando los Radicales tienen que entregar el poder, ya que económicamente va a ser un gran caos. El actual gobierno va a actuar tratando de llegar al comicio en la mejor forma posible, pero luego que vea perdidas sus posibilidades va a dejar que estalle todo, incluso todos van a tratar de

llevarse la mejor tajada posible antes de dejar el gobierno.

FACTOR MILITAR

En cuanto al tema militar, asevera que existe un conjunto de situaciones que llevan a pensar que en el tercer trimestre de este año se vuelva a producir una situación de tensión. En este momento afirma que el Ejército se encamina nuevamente hacia una crísis, no pudiéndose determinar si puede ser antes o después de las elecciones, contando con un 25% de posibilidades de que se concrete antes de los comicios.

Piensa que el nudo del problema es que el Teniente General Caridi ha llegado a la conclusión de que tiene que realizar una importante purga de Oficiales Subalternos ya que los problemas continúan y se mantienen las situaciones de indisciplina. Un estudio que le han hecho y que él ha tomado conocimiento, determina que hay que eleminar 600 oficiales, entre los grados de Sub-Tenientes y Mayor. El Teniente General Caridi, avalado por el Presidente Alfonsín va a realizar la purga y va a utilizar como mecanismo la Junta de Calificaciones. El escalón más complicado a su parecer, es el de los Tenientes y Tenientes 1ro, representando el núcleo de la resistencia. Los Tenientes Coroneles fueron desplazados y los Capitanes que sobrevivieron tratan de salvar la situación. Los Tenientes y Tenientes 1ro. una generación militar formada en el Colegio Militar durante la lucha contra la subversión es el eje de la purga que pretende realizar el Jefe del Estado Mayor del Ejército. Entonces cree que se utilizará a la Junta de Calificaciones porque no hay elementos de juicio jurídicos o administrativos consistentes para realizarla. La convocatoria a todos los legisladores para explicar el funcionamiento de la Junta de Calificaciones, deja la impresión de que también se quiere tener el aval legislativo para el tratamiento de este conflictivo tema.

Manifiesta que hay una serie de hechos que dan cuenta fehacientemente de la problemática situación militar:

Un comando civil con boinas verdes panfletó el Comando del Cuerpo de Ejército II, en Rosario, a favor de Rico respondiendo a declaraciones del General Mabragaña y la guardia no advirtió el hecho.

El Director de la Escuela de Infantería, Coronel Correa, tuvo un incidente con su superior inmediato, Coronel Palmieri y luego pidió

el relevo. Al Coronel Correa se le acusaba de que estaba preparando incidentes para el día de la Infantería.

La Junta de Calificaciones decidió no ascender al Coronel Seineldin calificándolo en el lugar 23. Entre el 10 y el 20 le tenían que dar destino y lo pasaron al 23 para que pida retiro. Esto va a sumar un elemento de tensión, porque los seguidores de Seineldin, que estaban separados de Rico, van a tender ahora a operar en conjunto. El no cree que Seineldin tome ninguna acción, a no ser la de pedir el retiro.

Se decidió la disponibilidad de 17 oficiales por estar mencionados en cartas que se requisaron en la celda del Mayor D'Amico, detenido por un caso de extorsión. En esta lista había Oficiales que no estuvieron ni en Semana Santa ni en Monte Caseros y que la única causa es aparecer en las mencionadas cartas.

Se hacen listas de Oficiales para pasar a disponibilidad, en base a chimentos de inteligencia que causan un mal clima. Pasaron a disponibilidad a un Capitán pero se equivocaron en el nombre y tuvieron que restituirlo.

Por el pase a disponibilidad de los 17 Oficiales se produce la presentación ante la Justicia Civil del Teniente Coronel Di Pasquale y del Mayor Vercellotti. O sea que un tema administrativo menor se convirtió en un conflicto de magnitud, en el que tuvo que intervenir directamente el Presidente Alfonsín apelando el fallo. Realmente esto causó confusión en la sociedad ya que durante su gobierno el Presidente dijo que los militares debían subordinarse a los jueces y ahora se negó a acatar su fallo.

El conflicto interno dentro del Ejército es: Caridi y la mayoría de los Generales han llegado a la conclusión de que tienen que realizar una gran purga en este momento, porque si el próximo Presidente es Menem puede terminar pactando con los Oficiales cuestionados. A su vez los Generales prevén que Menem probablemente los retire a todos. En el otro sector empieza a generarse una sensación: si no hacemos caer a la actual cúpula ahora, nos retiraran a todos.

El ex-Teniente Coronel Rico ha recuperado parte de su prestigio, a la vez que la tendencia ha generado un desgaste de la posición del Teniente General Caridi. Lo que dice Rico hoy es un punto de referen-

cia para la gente.

No se ascendió a 6 Tenientes de la Escuela de Infantería en forma arbitraria, sin haber mediado ninguna causa.

En el Ejército existe un profundo conflicto ético con el tema de Rico. Se considera que lo de Rico estuvo mal pero hay 450 desprocesados por la Ley de Obediencia Debida que generó Rico, incluso Caridi. Esto no se resuelve fácilmente y para un Teniente no es fácil entender que si Semana Santa y Monte Caseros fueron actos ilegítimos muchos Jefes y Oficiales se hayan acogido a una ley emanada de un acto ilegítimo.

Los grupos disidentes se estan moviendo ahora con un mayor grado de clandestinidad; como los Oficiales que participan en estas actividades son jóvenes y no tienen antecedentes no se puede prever en que posición se encuentran.

En cuanto al tema de las 17 disponibilidades el Teniente General Caridi ha retrocedido y seis Oficiales fueron restituídos después del caso del Mayor Vercellotti. Esto sería para que ninguno más haga la presentación a la Justicia, esperando que se defina la situación.

A los Oficiales jóvenes que se encuentran involucrados en esta situación los están empujando a la desesperación, porque los persiguen y les bloquean la carrera. Si no se le encuentra una salida estos pueden provocar alguna situación límite.

En la última semana de setiembre se reactualizará el tema del Capitán de Corbeta Astiz. Existe la orden del Presidente Alfonsín de que la Junta de Calificaciones lo pase a retiro y es probable que insista en ella. Esto puede generar otra situación de crisis ya que los Almirantes tienen cierta inclinación a no retirarlo.

En su opinión Alfonsín le va a dejar un Ejército profundamente dividido en el cual no va a ser posible establecer un mando de convivencia.

La fuente manifiesta que como modelo teórico para que los militares tomen el gobierno por la fuerza se requieren tres condiciones: cierto apoyo externo, que se traduce por lo menos en un dejar pasar por parte de EE.UU.; cierto consenso interno entre ciertos sectores de la sociedad y un liderazgo militar eficiente. Sostiene que en general los analistas europeos y norteamericanos estan pronosticando

para la década del '90 una nueva oleada de gobiernos militares en Sud América debido a que los gobiernos civiles han fracasado en su gestión económica; entonces si hay un gobierno militar en Brasil o Perú no encuentra razón por la cual no haya un golpe de Estado en la Argentina por lo que estaríamos cumpliendo la primera condición del modelo teórico.

Con respecto a la segunda condición si el Señor Menem lleva al país a un caos tal vez haya ciertos sectores de la sociedad que se inclinen por una solución autoritaria. Lo que el informante sostiene es que duda que a corto o mediano plazo se reconstruya un liderazgo militar eficiente como para cumplir con la tercera condición.

SITUACION CON RESPECTO A BRASIL

Entiende que así como Brasil en la década del '80 tenía una perspectiva atlántica, heredada del imperio portugués en Africa Negra, hoy los brasileños empiezan a ver que para ser una potencia mundial en el Siglo XXI necesitan ser una potencia biocéanica ya que el eje de la economía mundial está pasando del Atlántico al Pacífico. El cree que la conexión de Brasil-Atlántico-Pacífico pasa por el norte argentino, en la línea San Pablo-Antofagasta ya que San Pablo es un gran Polo industrial y esa conexión es la más corta.

Según él, todo el esquema militar brasileño apunta a reestablecer el órden en la República Argentina. Según un estudio realizado por su organización, el despliegue de una fuerza helitransportada en Santa María modifica el esquema ofensivo-defensivo del ejército brasileño. Otro dato importante que le llama la atención es que EE.UU. ofreció venderle a Brasil los helicópteros para esa fuerza helitransportada a condición de que fuera ubicada en Recife como fuerza de rápida intervención frente a una desestabilización en la Guayana, pero prefirieron ubicarla en Santa María y comprar helicópteros franceses más caros lo que para él significa que el eje principal continúa siendo Argentina.

El problema fundamental es que los militares argentinos están tan desmoralizados que no quieren ni les interesa ver la amenaza que significa Brasil o el despliegue de esa fuerza helitransportada.

La única previsión que hace el Cuerpo de Ejército II a nivel de unidades y por la propia iniciativa de los Comandantes de Regimiento

ya que no han recibido órdenes al respecto, es realizar ejercicios de guerras de guerrillas, que sería la táctica que emplearían, en caso de invadir Brasil, dentro del territorio brasileño.

Incluso afirma que no realizan ninguna actividad de inteligencia militar, no sólo no conocen al enemigo, sino que no trabajan y no les interesa.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION E INTELIGENCIA
SUB DIRECTO
Oficina de Enlace
República O. del Uruguay

El Sub-Director de Exterior de la D.G.I.D.
Cnel. (Av.)
Roberto C. Leira

DISTRIBUCION:

Original : Archivo
Copia Nº 1: Señor Jefe del A-2
Copia Nº 2: Señor Jefe del E-2
Copia Nº 3: Señor Jefe del N-2
Copia Nº 4: Señor Jefe del C-2

ya que no han recibido órdenes al respecto, es realizar ejercicios de guerras de guerrillas, que sería la táctica que emplearían, en caso de invadir Brasil, dentro del territorio brasileño.

Incluso afirma que no realizan ninguna actividad de inteligencia militar, no sólo no conocen al enemigo, sino que no trabajan y no les interesa.

El Jefe del Departamento II (Exterior) de la DGID
Tte. Chel.
Carlos A. Silva

DISTRIBUCION:

Original: Archivo

Copia Nº 1: Señor Director General de Información de Defensa

Copia Nº 2: Señor Sub Director de Exterior de la DGID

Copia Nº 3: Señor Sub Director de Interior de la DGID

Copia Nº 4: Señor Sub Director de Apoyo de la DGID

REPUBLICA DE CHILE

I. FACTOR POLITICO

A. POLITICA INTERNA

SE ESTRUCTURO UN CRONOGRAMA EN 3 ETAPAS:

1. GOBIERNO DE FACTO - 1943-81

2. GOBIERNO CONSTITUCIONAL - 1981

3. REALIZACION DE PLEBISCITO - 1989

CARACTERISTICAS DEL PLEBISCITO.

*ELECCION DEL CANDIDATO POR JUNTA MILITAR.

*SI NO HAY ACUERDO POR EL CONSEJO DE SEGURIDAD.

SI TRIUNFA EL PLEBISCITO - 8 AÑOS DE GOBIERNO.

SI FRACASA GRAL. PINOCHET GOBIERNA UN AÑO Y ELECCIONES.

1. GRUPOS OPOSITORES

a. ALIANZA DEMOCRATICA

DEMOCRISTIANOS.

RADICALES.

9005187

01·0

SUSCRITO POR 11 PARTIDOS POLITICOS.

NO PROSPERO.

c. FEDERACION DEMOCRATICA (PRO-PINOCHET)

-PARTIDO NACIONAL.

-PARTIDO REPUBLICANO.

-PARTIDO LIBERAL.

ESCASA INCIDENCIA EN PANORAMA POLITICO.

2. POSICION DEL GOBIERNO

-DIFERENCIAS DE OPINION DENTRO DE LA JUNTA DE GOBIERNO.

-ARMADA - FACH - CARABINEROS APOYARIAN ELECCION LIBRE.

-EJERCITO APOYARIA GRAL. PINOCHET COMO CANDIDATO UNICO.

-FACH Y CARABINEROS APOYARIAN CANDIDATURA DE UN CIVIL.

-DE MARGEN DE DIFERENCIAS EL GRAL. PINOCHET SE TRAZO 2

OBJETIVOS: *CONSOLIDAR LA ECONOMIA

*CONSOLIDAR LA CONSTITUCION DE 1980.

B. POLITICA INTERNACIONAL

1. CAMBIO DE POSICION DE EEUU

-DECLARACIONES SENADOR KENNEDY.

-PLANTEAMIENTO DE REAGAN POR DERECHOS HUMANOS.

-CAMBIO DE EMBAJADOR.

-APUNTA A AISLAR A PINOCHET DE LAS FFAA BUSCANDO UNA DEMO

CRACIA TUTELADA POR MILITARES.

-INVITACION A 4 OFICIALES A REALIZAR CURSO EN WEST POINT.

2. ALEMANIA FEDERAL

-EL EMBAJADOR RECIBIO A FIRMANTES DE ACUERDO NACIONES.

-SITUACION DE 14 CONDENADOS A MUERTE.

3. REPUBLICA POPULAR DE CHINA

-ACERCAMIENTO A PASAR DE INCOMPATIBILIDAD IDEOLOGICA.

-VISITA DE CTE. EN JEFE DE FUERZA AEREA A PEKIN.

-CHILE EL CUARTO SOCIO COMERCIAL EN AMERICA LATINA.

-INGENIEROS CHILENOS CONSTRUIRAN FABRICA DE CAÑOS DE COBRE.

II. FACTOR SUBVERSIVO

A. MOVIMIENTO DE IZQUIERDA REVOLUCIONARIO (MIR)

9005187

MAS ANTIGUO.

EN PROCESO DE REORGANIZACION.

NO CONCRETO ALIANZA CON EL FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ.

NO REALIZO DEMASIADA ACTIVIDAD A PESAR DE ANUNCIOS.

B. <u>FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ (FPMR)</u>

BRAZO ARMADO DEL PARTIDO COMUNISTA.

MAS ACTIVO QUE EL <u>MIR</u>

ATENTADO CONTRA PINOCHET.

SECUESTRO DEL TTE. CNEL. CARREÑO.

ATENTADOS DINAMITEROS.

ADIESTRADOS EN CUBA, URSS, R.D.A., NICARAGUA Y LIBIA.

BAJA INTENSIDAD DE VIOLENCIA SUBVERSIVA DEBIDO A:

-FRACASO DEL ATENTADO A PINOCHET.

-DESCUBRIMIENTO DE ARSENAL TERRORISTA.

III. <u>FACTOR ECONOMICO</u>

-SITUACION DURANTE GOBIERNO DE ALLENDE.

-MEDIDAS ADOPTADAS POR PINOCHET.

-AUMENTO DEL P.B.I. A PARTIR DE 1977.

-AUMENTO DE DEUDA EXTERNA U$S 20.000:

-RECUPERACION A PARTIR DE 1986.

-SUPERAVIT COMERCIAL DE U$S 1.000:

-DIVERSIFICACION DE PRODUCTOS EXPORTABLES (FRUTAS-PESCA).

-REESTRUCTURACION DE DEUDA EXTERNA.

IV. FACTOR SICOSOCIAL

A. SINDICATOS

-CONFLICTOS ORGANIZADOS POR EL COMANDO GRAL. DE TRABAJADORES.

-DEMOCRISTIANOS.

-ASAMBLEA DE LA CIVILIDAD.

-MOVILIZACIONES ESTUDIANTILES CONTRA NUEVO RECTOR.

B. IGLESIA

-DESIGNACION DE NUEVO CARDENAL PRIMADO MONS. FRANCISCO FRESNO.

-VISITA DE JUAN PABLO II

05

9005187

-ACERCAMIENTO ENTRE IGLESIA Y GOBIERNO.

C. CONCLUSIONES

REACOMODAMIENTO POLITICO EN VISTAS A PLEBISCITO.

EN EL OFICIALISMO INDEFINICION ACERCA DE CANDIDATO.

EN LA OPOSICION ESPECULAN CON EL "NO" PARA GANAR TIEMPO.

SECTORES MARXISTAS MARGINADOS LEGAL Y PRACTICAMENTE.

PARTIDO COMUNISTA AISLADO EN SU LUCHA ARMADA.

MOVIMIENTO SUBVERSIVO EN "PARALISIS OPERATIVA".

06 · 06

9005187

S E C R E T O

M.D.N.
D.G.I.D.
DPTO.II(EXTERIOR)
041800DIC87
mlms

MEMORANDUM Nº001/88

ASUNTO: ACTIVIDADES DE LAS ORGANIZACIONES DE FRENTE INTERNACIONAL

TEXTO:

I.- FEDERACION SINDICAL MUNDIAL (FSM)

A.- "Encuentro de Solidaridad Sindical Latinoamericna y Caribeña para la Democracia en Chile y Paraguay"

Los días 22 y 23 de octubre próximo pasado se realizó en la ciudad de Buenos Aires un encuentro de solidaridad sindical latinoamericana y caribeña para la democracia en Chile y Paraguay.

A dicho encuentro asistieron representaciones de las siguientes centrales sindicales: Central Unica de Trabajadores y Confederación General de Trabajadores de Brasil, Confederación General de Trabajadores de Perú, Movimiento Intersindical de Trabajadores de Paraguay, Central Obrera Boliviana, Comando Nacional de Trabajadores de Chile, PIT-CNT de Uruguay, Central de Trabajadores de Cuba y Confederación General de Trabajadores de Argentina.

Como invitado especial asistió al encuentro el Secretario de la Federación Sindical Mundial para América Latina, Mario Navarro.

La realización de este encuentro se gestó durante la realización de la Conferencia Sindical sobre la Deuda Externa, realizada en mayo próximo pasado en Brasil.

Durante la realización del Encuentro de Solidaridad se resolvió realizar acciones conjuntas de solidaridad con los países de Chile y Paraguay.

B.- Donación al PIT-CNT

La Central Sindical de la República Federal de Alemania donó al Plenario Intersindical de Trabajadores-Central Nacional de Trabajadores (PIT-CNT) de Uruguay proyectores, cámaras, receptores y máquinas de escribir, por un peso aproximado de 240 Kgs.

C.- 3er.Congreso de la Confederación Latinoamericana de Trabajadores de la Industria Gráfica (CLATIG)

Entre los días 25 y 27 de noviembre próximo pasado se realizó en

9005188

la sede de la Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay(AEBU) el tercer congreso del CLATIG.

Asistieron representaciones de 12 países latinoamericanos y de 3 países europeos (Rep.Demócratica de Alemania , Francia y URSS).

Participaron del mismo,como invitados especiales: Roberto Prieto(secretario de CPUSTAL, Thelman Borges del PIT-CNT , Héctor Surroca (Asoc.Periodistas del Uruguay-APU) y Ruben Acasuso (APU,Secretario General del Comité Ejecutivo de la Organización Internacional de Periodistas).

El Congreso fue presidido por Juan José Barreto, presidente del Sindicato de Artes Gráficas del Uruguay.

Durante el mismo se trataron los siguientes temas:

- Incidencia del avance tecnológico en el sector.
- Situación económica,política y social de los trabajadores de América Latina y El Caribe.
- Organización gremial de los trabajadores gremiales a nivel continental.

En el documento final elaborado por los asistentes al congreso, entre otros puntos figuran los siguientes:

- Repudio a las dictaduras de Paraguay y Chile.
- Pronunciamiento contra todo tipo de intervención en Nicaragua.
- Pronunciamiento en favor de la paz en Centroamérica.

Se eligieron a las nuevas autoridades del CLATIG, las cuales se mantendrán en sus puestos hasta la realización del nuevo congreso a realizarse el año entrante.

Los actuales dirigentes son:

Presidente - Enrique Marano(Argentina)

1er.Vice Pte. - Gerónimo Alvarez (Cuba)

2do.Vice Pte. - Ramón Pinzón(Panamá)

3er.vice Pte. - Juan José Barreto (Uruguay)

Stario.Gral. - Juan Ortiz Cornejo(Perú)

II.- UNION INTERNACIONAL DE ESTUDIANTES

A.- 3era. Brigada Juvenil "José Artigas"

La Federación de Estudiantes Universitarios de Uruguay(FEUU) está realizando beneficios de solidaridad con Nicaragua,a efectos de recabar fondos para enviar a Nicaragua la 3era. Brigada Juvenil "José Artigas" para participar en la recolección del café.

El 24 de octubre próximo pasado realizó con tal motivo una reunión

bailable en la Facultad de Arquitectura.

B.- BRIGADA INTERNACIONAL DE JOVENES

Josef Skala (presidente de la UIE) anunció que se está organizando una brigada internacional de jóvenes, integrada por delegaciones de 25 países.

Dicha brigada participaría en la recolección de café en Nicaragua y según declaraciones de Skala está organizada y financiada con medios del Fondo Estudiantil de Solidaridad Internacional.

Skala aclaró que dichos fondos habían sido obtenidos en una campaña que a nivel mundial realizó la Unión Internacional de Estudiantes.

El anunció de la organización de la brigada fue hecho por el presidente de la UIE durante la realización del 15º Congreso de la misma, el cual se llevó a cabo recientemente en La Habana(Cuba).

III.- ASOCIACION INTERNACIONAL DE ABOGADOS DEMOCRATAS(AIAD)

- 8ª Conferencia de la Asociación Americana de Juristas

Del 14 al 17 de setiembre próximo pasado se realizó en La Habana(Cuba) la 8ª Conferencia de los juristas americanos.

Participaron en la misma 1.164 abogados y profesores de derecho, entre los cuales se encuentran 57 argentinos.

La conferencia fue inaugurada por Tomás Borge (Ministro de Interior de Nicaragua) y por Beinurz Szmukler (presidente de la Asociación Americana de Juristas, de nacionalidad argentina); siendo clausurada por el Ministro de Justicia de Cuba, Juan Escalone y el Fiscal argentino Ricardo Molinas.

Durante la realización de la conferencia Fidel Castro pronunció un discurso.

El tema central tratado fue "Sistemas Jurídicos en el Continente Americano".

La organización de referencia fue establecida en el año 1977.

IV.- ORGANIZACION DE SOLIDARIDAD CON LOS PUEBLOS DE ASIA Y AFRICA

- El 9 de octubre próximo pasado fue creada en la Argentina el comité "Solidaridad Argentina con los Pueblos"(SAP).

El objetivo de dicho comité es el de unificar, coordinar y desarrollar la solidaridad argentina con los pueblos de América Latina, Asia y Africa.

Entre las actividades que realizó a partir de su fundación se destacan:

El envío a Chile de una delegación de solidaridad. La organización de una campaña de apadrinamiento de un hospital materno-infantil en Nicaragua bajo la consigna "Por la nueva vida en la Nueva Nicaragua".
Jornadas de solidaridad con el pueblo colombiano.

V.- ORGANIZACION INTERNACIONAL DE PERIODISTAS (OIP)

La Asociación de Prensa Uruguaya es el sindicato de periodistas más antiguo, afiliado a la OIP, el dirigente de APU, Ruben ACASUSO integra el Comité Ejecutivo de la misma desde 1973.
El cuerpo dirigente de APU, recientemente nombrado está integrado por Héctor SURROCA (Pte.), Mario Ivan DA ROSA (Vice.Pte.), Oscar ZUNINO, Ruben ACASUSO, Gustavo AGUIRRE, Eliseo PIEDRA, Leopoldo MUYANO, Martín LESS, Manuel MENDEZ, Claudio ITURRA, Mónica ROTTERO, Adriana GALLINAL, José LORENZONI, Jorge MALFATTI y Luis CASAL. El Consejo de Prensa del Sindicato de Trabajadores de la Comunicación y Asociación de la Prensa Uruguaya quedó integrado por: José BOTTARO (Pte.), Luis MARTUSCELLO, Ling CARDOZO, Ruben BORRAZAS Y Jorge ALMENDRAS.

VI.- CONSEJO MUNDIAL DE LA PAZ

A.- Asociación Latinoamericana para los Derechos del Hombre (ALDHU)

El día 10 de diciembre próximo se conmemora el 39º Aniversario de la Declaración Universal de los Derechos del Hombre, instituído por las Naciones Unidas.
Con tal motivo, la Asociación realizará una muestra de grabados alusivos al tema, en solidaridad con Chile y Paraguay.
Realizándose además un acto en el Instituto Artigas del Ministerio de Relaciones Exteriores; en el cual se entregará el premio a la "Promoción de la Paz y Derechos Humanos en América Latina al Canciller Uruguayo, Contador Enrique IGLESIAS.
A.L.D.H.U. está integrada por Carlos Andrés PEREZ (Venezuela), Hernán SILES SUAZO (Bolvia), Jaime PAZ ZAMORA (Bolivia), el pintor Oswaldo GUAYASMIN, Guillermo UNGO (El Salvador), Fabiola LETELIER, Leonel BRIZOLA (Brasil), Monseñor Helder CAMARA, Adolfo PEREZ ESQUIVEL, Ernesto CARDENAL y Gerard PIERRE CHARLES (Haiti).
Integran el Comité Ejecutivo de la Asociación: Líber SEREGNI, Roberto ASIAIN y Juan Raú FERREIRA.
El representante del ALDHU en el Uruguay es el chileno Juan de DIOS PARRA SEPULVEDA.

B.- Conferencia internacional "Atlántico Sur, zona de paz y cooperación libre de armas nucleares".

Entre los dias 26 y 28 de octubre próximo pasado, se realizó en la ciudad de Buenos Aires la conferencia Internacional "Atlántico Sur, zona de paz y cooperación, libre de armas nucleares".

0005188

La misma estuvo auspiciada por el Consejo de Paz Argentino(CAP), participando de la misma delegaciones de 12 países, así como también representantes de Movimientos de Liberación Nacional.

Entre los distintos participantes de la conferencia se destacan: Romesh Chandra (India, presidente del CMP), Max Maobi (Congreso Nacional Africano, Aldo Tessio (representante del gobierno argentino), Antonio Cabrera (representante para el exterior del Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional-El Salvador), el Gral. Costa Constantiniri(ex General de la OTAN), el Reverendo Foster (EE.UU.), Dr. Boris Koblk (URSS) y Gral(R) Edgardo Mercado Jarrín (presidente de la Organización de Militares para la Democracia, la Integración y la Liberación de América Latina y El Caribe-OMIDELAC).

Uruguay estuvo representado por: Líber Seregni(Vice Pte. del CMP y Presidente del Frente Amplio, integrante del Centro de Estudios Estratégico del Uruguay-CEEU), Víctor Licandro (integrante del CEEU y OMIDELAC), Cap.Av(R) Gerónimo Cardozo (Relaciones Internacionales del Frente Amplio, integrante del CEUU y Secretario General del OMIDELAC), el legislador Gonzalo Carámbula (Democracia Avanzada), Yamandú Fau(Partido Por el Gobierno del Pueblo), Eduardo Jaurena(Movimiento Socialista), Carlos Pita(Corriente Popular Nacionalista-Partido Nacional), Julio Daverede (Unión Cívica).

Argentina estuvo representada por: Jorge Alberto Kreyness (Secretario General del Consejo de Paz de Argentina), Lucía Alberti(Diputada de la Unión Cívica Radical), el sacerdote Antonio Puigfané , el Gral.(R) Ernesto López Meyer (dirigente del FRAL y presidente del Centro de Militares para la Democracia Argentina-CEMIDA), y el Fiscal Ricardo Molinas Jorge.

Durante la realización de la conferencia fue aprobada una resolución, por mayoría, que condena el programa estadounidense de la Guerra de las Galaxias.

Fueron presentadas tres ponencias sobre el tema en cuestión de la conferencia las mismas fueron expuestas por:1)Uruguay-Angola,2) Argentina-Rep. Popular del Congo y 3) Congreso Nacional Africano y SWAPO.

Las ponencias que presentaron los anteriormente nombrados y en el respectivo orden son:

-"Establecimiento en el Atlántico Sur de una zona de paz y cooperación libre de armas nucleares.

188

- "Los pueblos de los Estados Ribereños del Atlántico Sur en contra de la carrera armamentista, las bases militares, las alianzas opresivas y la militarización espacial".

- "Los pueblos ribereños del Atlántico Sur en contra del colonialismo, neocolonialismo y el apartheid, por la defensa de la soberanía, la independencia, autodeterminación e integridad territorial.

El Presidente del CMP exhortó a los Movimientos de Paz de todo el mundo a difundir la declaración de las Naciones Unidas que propuso declarar "zona de paz y cooperación del Atlántico Sur, libre de armas nucleares". Chandra, también sostuvo que hay una nueva atmósfera tras los acuerdos entre los Estados Unidos y la URSS y que ya no se podía retroceder en el camino del desarme; que es el mismo camino de la lucha por las demandas socio-económicas de los pueblos, por la libertad, por la democracia y la liberación nacional.

El documento final,elaborado por los asistentes a la conferencia, sostiene los siguientes puntos:

- Las bases militares de las islas Ascensión y Malvinas en el Atlántico Sur, Diego García en el Indico y Pascua en el Pacífico sirven como puntos de apoyo terrestre para la Guerra de las Galaxias.

- Pueden ser utilizadas para el traslado rápido de fuerzas de intervención directa en los países del área por lo cual constituyen "una amenaza real para la independencia de los pueblos de la región".

- Expresa el rechazo al régimen racista de Sudáfrica "punto de apoyo político y territorial para conformar la proyectada Organización del Tratado del Atlántico Sur(OTAS).

C.- <u>Encuentro de Movimientos de Paz</u>

El 29 de octubre próximo pasado se realizó un encuentro de los Movimientos de Paz que integran el"Grupo de los 6",integrado por Argentina, Tanzania, Suecia, Méjico, India y Grecia.

En dicho encuentro participó Líber Seregni.

Se analizó los esfuerzos realizados en favor de la paz desde la Reunión Cumbre de los Presidentes que integran el Grupo de los 6,realizada en agosto del pasado año.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

ROLLO N° 1085

(SJ)

ACTA DE CIERRE DE MICROFILMACION:

LUGAR DE LA MICROFILMACION: (ORGANISMO) DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 28 de abril de 1992.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II DE LA D.G.I.D. CORRESPONDIENTES AL AÑO 1991.-

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.9005188, Fs. 001/06 - REF. A:MEMORANDUM N°001/88/DPTO.II/D.G.I.D..-

OPERARIO/S: Sdo.1a.Nuñez y Sdo.1a.J.Sarraute.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el cierre del acta, se da por finalizada la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este Rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación

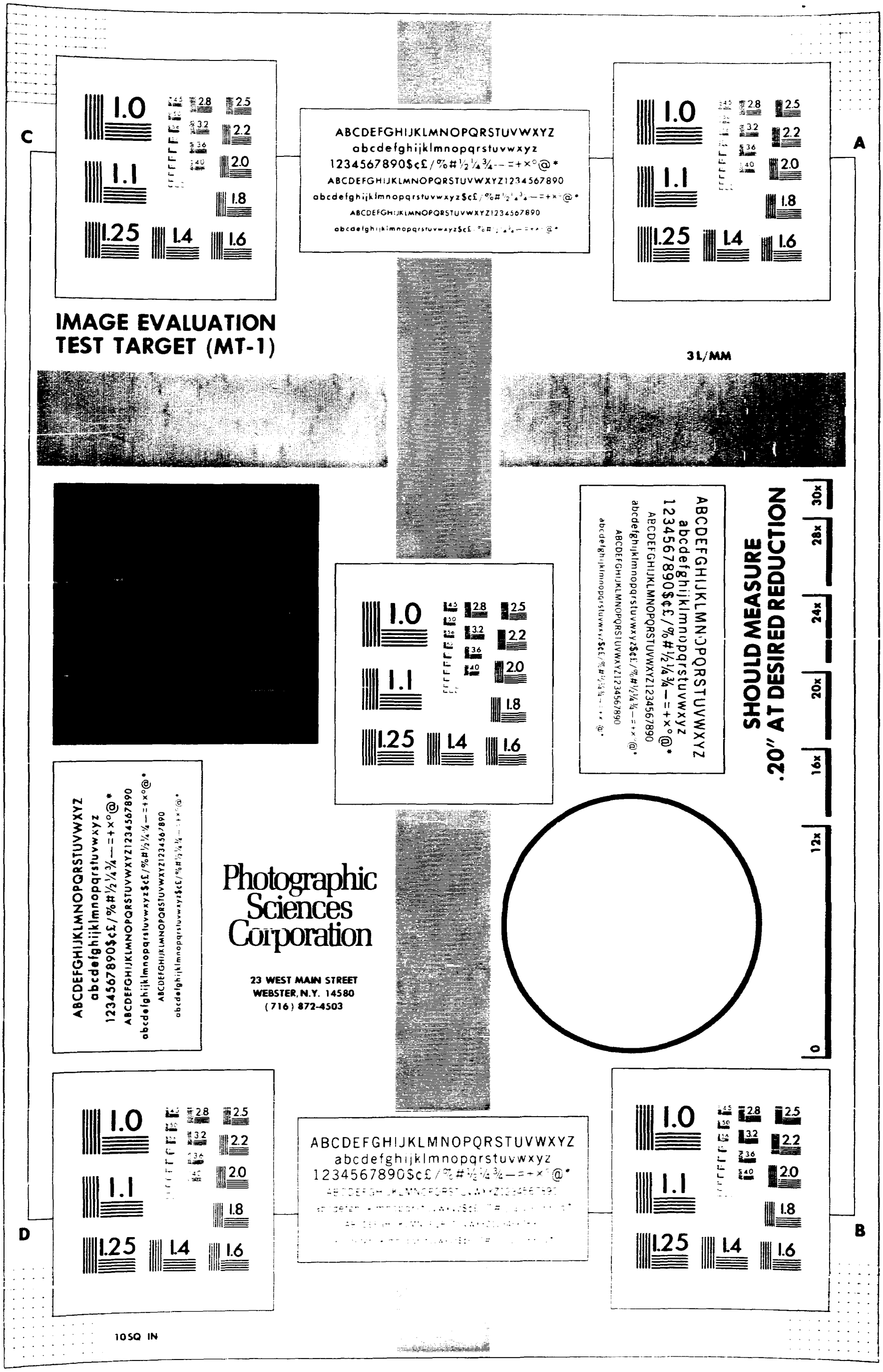
S.O.M.

Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la D.G.I.D.

Cnel.

Walter A. Tesa.



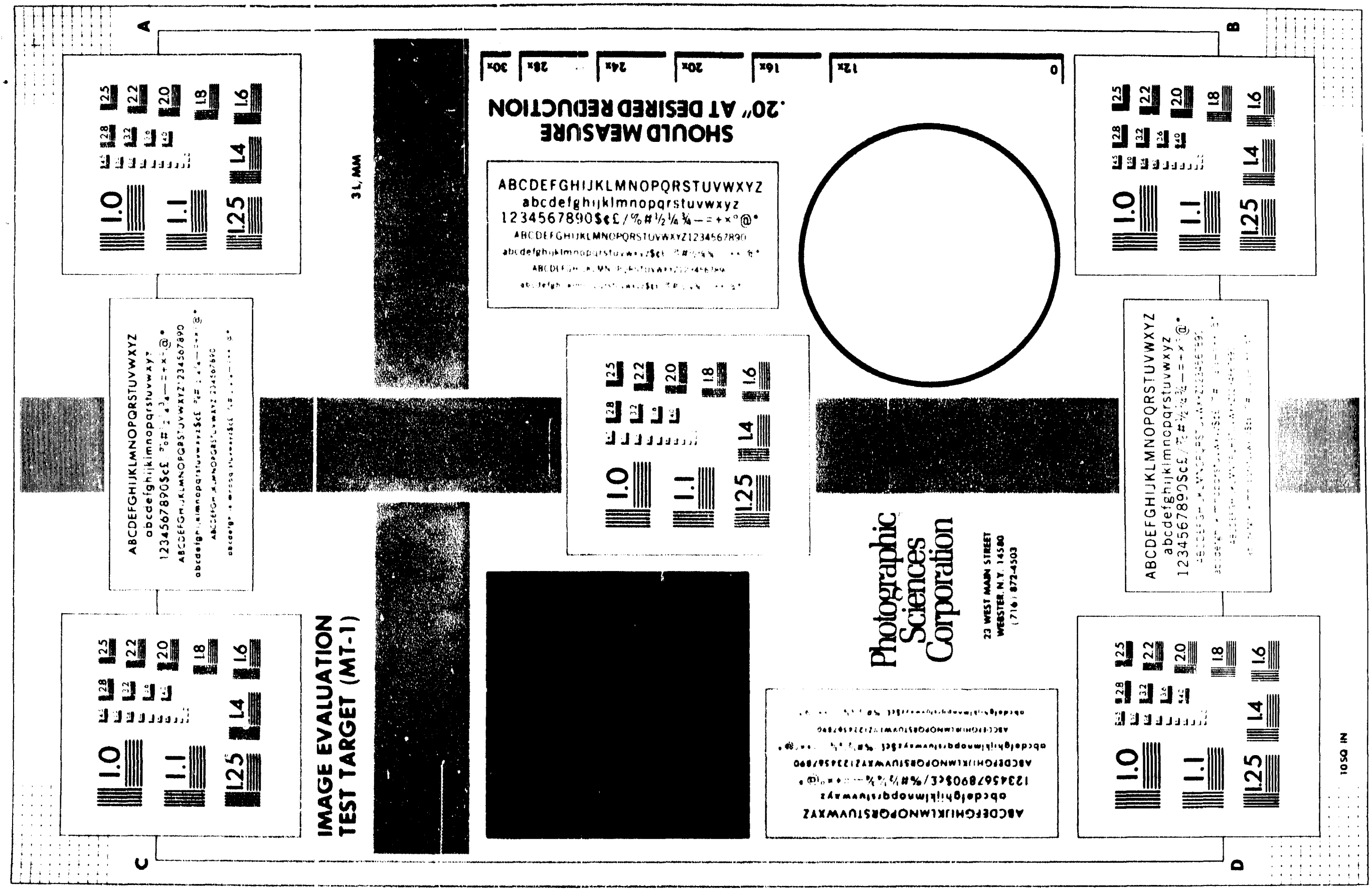
C
A
B
D
IMAGE EVALUATION
TEST TARGET (MT-1)
3 L/MM
SHOULD MEASURE
.20" AT DESIRED REDUCTION
30x
28x
24x
20x
16x
12x
0
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz
1234567890$¢£/%#½¼¾—=+×°@*
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ1234567890
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz$¢£/%#½¼¾—=+×°@*
ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ1234567890
abcdefghijklmnopqrstuvwxyz$¢£/%#½¼¾—=+×°@*
Photographic
Sciences
Corporation
23 WEST MAIN STREET
WEBSTER, N.Y. 14580
(716) 872-4503
10SQ IN

FIN

ROLLO

1085

ANEXO ROLLO 1085


A
B
C
D
SHOULD MEASURE
.20" AT DESIRED REDUCTION
0
12x
16x
20x
24x
28x
32x
3L MM
IMAGE EVALUATION
TEST TARGET (MT-1)
Photographic
Sciences
Corporation
23 WEST MAIN STREET
WEBSTER, N.Y. 14580
(716) 872-4503
1.0
1.1
1.25
1.4
1.6
1.8
2.0
2.2
2.5
2.8
3.2
3.6
4.0
1050 IN

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.

DIV. MICROFILMACION

A C T A DE A P E R T U R A

ANEXO AL ROLLO Nº 1085

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.

FECHA DE INICIACION DE LA MICROFILMACION: 22 de julio de 1992.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE VUELVE A MICROFILMAR: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II/D.G.I.D.-AÑO 1990 -R.E.NROS.9004434,9004748,9004882,9004971, 9004972, 9005020 y 9005154.-

IDENTIFICACION DE PRIMER ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.9004434 - Fs.00134.

REF. A: INSIDE CHINA THAILAND DE AGOSTO/90.-

OPERARIO/S: Sdo.1a.J.Sarraute.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

DESCARTE: Personal del Depto.II/D.G.I.D.

PREPARACION DOCUMENTAL: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.-

CONTROL: Personal del Dpto.II/D.G.I.D.-

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el primer documento en la apertura del Acta, se procede a la iniciación de la microfilmación, firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina.-

El Encargado de la División Microfilmación

S.O.M.

Juan Carlos Martínez

El Jefe del AGII de la DGID

Cnel.

A.O.I.A. Walter A. Mesa.

Documentos correspondientes al

AÑO 1990

Departamento II / D.G.I.D.=

29/8/90

INSIDE CHINA MAINLAND

Vol. 12 No. 8 Issue No. 140 ISSN 0250-961X

August 1990 INSTITUTE OF CURRENT CHINA STUDIES P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, R.O.C.

BEIJING STUCK BETWEEN A ROCK AND A HARD PLACE

ENTERED

(Hong Kong, The Nineties Monthly[今十年代月刊], June 1990, pp. 11-15, excerpts)

Li Peng Regime in Dilemma

(The author, Chen Yizi, formerly served as Director of the Research Institute, State Economic Structure Reform Commission. He now resides in America as Director of the Modern China Research Center.)

The forecast for the immediate future of the Li peng regime may be summed up in the phrase "a harrowing year on a storm-tossed sea."

In the aftermath of the June 4th Massacre, the trend toward free marketization of the Chinese mainland economy is now being replaced by central planning; political reform in the direction of democratization is being supplanted by centralization of power; the development of a more pluralistic cultural and intellectual environment is being replaced with authoritarianism. Every talented person who has made a contribution of note in any sector of the society during the past ten years has now either been imprisoned, put on the wanted list, criticized, or totally silenced. the June 4th Massacre has thoroughly destroyed the last thread of hope the people had in the Chinese Communist Party and the communist social system. The basis of the Communist regime's claim to legal respectability has now utterly collapsed, and it cannot keep itself from becoming a bodiless head.

Trouble Ahead

On every question of importance, the Li Peng regime is in a dilemma. It would like to press forward with greater centralization of power, but it lacks the means to effectively do so. It opposes reform, but it doesn't dare to openly criticize it. It pays lip service to strengthening ties with the people, but in fact it is not promoting a system which is of benefit to the people's development or welfare. In the end, everything it does is in its own narrow, minority self-interest.

In fact, every major policy of the Li Peng regime is at odds with the demands of the people as well as with the tide of world developments as a whole. The strengthening of central planning, for example, can only bring back the economic stagnation of bygone days, throwing the Chinese economy into a complete mess. Increasing centralization of power cannot provide the basis for the people's free development; it can only exasperate antagonism between the Li Peng regime and the people. That regime perfunctorily criticizes official corruption but it cannot deal with the most egregious official corruption among the ranks of its own top managers. Even less is it prepared to take substantive measures against the corruption which it publicly decries, for corruption is a hand-in-glove feature of the present political system.

This present situation is no accident. It has been determined by the conflict between the road being pursued by the Li Peng regime and the overall momentum of historical forces. Any political regime which does not have the support of the people cannot persist. The bayonets and tanks of June 4th Incident have shocked the Chinese people into an unprecedented awakening to reality, bringing them into a rancorous confrontational relationship wiht exactly this sort of regime. Lies can prop up appearances for a time, but their lameness must inevitably become obvious.

Wherever one goes on the mainland one finds a surly, silent, uncooperative attitude among the people. Chinese youth just look for fun and chances to let off steam from pent-up frustrations; intellectuals are groping for a way out of their sufferings; laborers are spiritless and lazy. More importantly, Communist Party cadres gravely doubt the wisdom of the present social system and its line of development.

Can anyone so defiant of all standards of decency, anyone so lacking in virtue, knowledge, or talent, anyone whose hands are so blood-stained as Li peng's long lead the Chinese people? As an old saying goes, "Thousands of accusing fingers point, and death beats sickness to the punch."

Ideological Clash

The next question is how long the Communist hard-line stance in general can last. Hard-liner policies are in sharp conflict with the social situation which has come into being as the result of the past 10 years of political and economic reform, and I believe that this conflict will bring about the rapid downfall of the hard-liners. Prior to the reform movement, the central government received 70% of total government revenues, while local governemuns received only 30% of the total. After reform, the central government now receives 30%, local governments 70%. Local governments and enterprises must inevitably oppose and stymie hardliners' efforts

900443

to return to the old dispensation because allowing them to do so would of coarse damage their new-found economic muscle of the local governments and their industries.

Of 80 million agricultural laborers who are having to find new, nonagricultural employment at a time when the rural industrial sector is on the downturn, 25 to 30 million will end up unemployed. The pressure exerted by these people is an important factor contributing to social instability. While tight economic policies have succeeded in bringing spiraling demand and inflation under control, it has brought on structurally inherent shrinkage of the economy as a whole, weakness of the market, and a decline in living standards. Forced purchases of government bonds and treasury bonds, government nonpayment of funds, and partial payment of wages, are other important factors which will fan discontent at every level in the society.

The people's dissatisfaction can only mount as the Li Peng regime pushes them to forget what they have withnessed happening abroad, give up reform-stimulated prosperity, and go back to the good old days. Political freedom was originally quite limited in Communist China. There was no freedom to move, no freedom to choose one's vocation, no freedom of speech, no freedom of the press, no freedom of political gatherings, etc. The recent decade of reform brought about a tremendous liberation of the people's political awareness. If people were not allowed to speak from the moment of birth, they would think themselves unable to speak; but if they are first allowed to speak and then later forbidden to do so, they will of course be unhappier than if they had never been allowed to speak. therefore, a return to the days of the Cultural Revolution can only engender extreme feelings of resentment and the most resistance in political sector.

In Transit

An even deeper cause for resentment and resistance is that in the midst of an developing nation's transition from a subsistence economy to a surplus-production economy, the requirements of its people begin to broaden, and they demand greater diversity within the economic structure. The very process of development requires that the economic structure undergo adjustments. For one thing, those adjustments must address the fact that economic pluralism accompanied by growing disparities in income and a widening gap between the rich and the poor will bring about social instability. Political discontent will likewise grow if rising levels of education stimulate the people's desire to participate in the political process but the existing system of governance is unable to assimilate this demand for participation.

Thus, development inevitably occasions problems which are not easily solved. If we add to these problems the fact that mainland China's political system not only shows no flexibility but is now following a regressive course, we get a much more complicated pattern of aggravations. The contradiction between the unavoidable requirements of development on the one hand and the stagnation of the political system on the other has necessarily resulted in political, economic, and social instability.

At the same time, developments in the international arena, especially those in the soviet Union and Eastern Europe, have dealt the present political regime of China a critical blow. Under these circumstances, the only way out for China is continued reform. It is for this reason that the hard-liners' stance cannot but collapse.

Future Shock

The Chinese mainland has entered into the culminating days of a period of multi-layered convulsion. What alternative scenarios might we expect in the coming days given this situation?

Is it possible that mainland China will come under a military dictatorship or that it will be partitioned into multiple warlord domains? This is the scenario which we most abhor. However, it is also one which cannot easily occur because, whether we look at things from the standpoint of international relations, purely domestic considerations, conditions within the ranks of the military, or conditions within the present leadership, the necessary preconditions for this eventuality do not exist. Furthermore, looking at just the military command part of the equation and considering the impact which the Beijing democracy movement had upon the military rank and file, it is not a foregone conclusion that if another June 4th type massacre were to occur, the rank and file would not mutiny.

Another scenario is that a rift may widen between central and local government units. While local governments cannot plausibly set themselves up as autonomous military powers, is it nevertheless not possible for them to organize themselves as autonomous economic units, using the economic clout which they already have to counter central government power? As I see it, this possibility is quite likely. I think we will see a movement toward a new balance between strengthened local governments and a weakened central government.

Succession Theory

There is still another possibility amidst the movements and struggles during the past decades, opposition to the present regime will at first be kept in check, and its second-generation successors will persist in obstructing change and putting off thorough reform. The ineffectuality of their policies, however, will ignite occasional social conflagration here and there and lead to a final all-out convulsion.

Regardless of which scenario is played out, many options will be open to us. Especially during a period of great convulsion, it is quite likely that we will see dramatic shifts in political power configurations at all levels of organization, to wit, I foresee the formation of a grand coalition of democratic reform elements within the Chinese Communist Party, within every sector of the mainland Chinese society, and within Chinese groups in Taiwan, Hong Kong, and elsewhere which will transform the Chinese mainland polity. The likelihood of this happening in the next five to eight years is very high, yet we must actively strive to make it come true.

I Can Wait

The time of execution arrived for a prisoner given the death sentence. The police called him awake and asked him what he wanted for breakfast. The prisoner was taken aback for a moment, and then said, "I feel like eating everything I love eating." "Ah yes. I know," said the prisoner to the policeman, "My favorite food is peaches."

"This is wintertime. Where are we going to get any peaches?", the policeman replied in an exasperated tone.

"That's alright. I can wait!"

9004434

YET ANOTHER PROGRAM LOOMING

(Hong Kong, The Perspective Monthly[中報月刊], June 15, 1990, pp.59-60)

CCP on Verge of All-Out Anti-Zhao Purge

"Determination of the appropriate response to this sort of social disruption which violated national law depends upon an analysis of subjective and objective factors at that time. the decisive factor is the fact that there was a difference of opinion within the Party's leadership. Zhao Ziyang committed the mistake of supporting social disruption and dividing the central leadership, leading to a delay in adoption of appropriate measures and leaving no choice but to adopt the measures which were subsequently taken."

This is the Chinese Communist authorities' latest explanation of the June 4th Incident published in the June 11 overseas edition of the weekly magazine "Outlook."

Judging from this essay, entitled "Telling the Truth on the Anniversary of June 4th," the position of the CCP authorities is unequivocal. Zhao Ziyang is blamed not only for supporting social disruption and splitting party ranks but for the resultant necessity of having to "quell anti-revolutionary violence."

Good V. Bad

Not long ago, the evaluation by Li Peng, Deng Xiaoping, and Jiang Zemin of the June 4th Incident seemed to show signs of moderation and this led many foreign analysts to believe that the Chinese Communists were showing "repentance." Subsequent facts have proven that this presumption was too naive. New China News in Hong Kong has recently issued an essay in which it details the contents of a conversation between Deng Xiaoping and West Germany's Helmut Schmidt in order to correct the misperceptions of outside observers. Said Deng, "We have never blamed the students. It was a matter of problems within the Party – including high-level party members." Deng added that a lot of students were sucked into the movement because of the mistaken belief that they had strong supporters within the Party. "Supporters within the Party" of course refers to Zhao Ziyang.

Form this we can see that the Chinese Communist "repentance" theory cos not have a leg to stand on. If there was ever any doubt on this point, it was cleared up during a Xinhua News Agency broadcast of an interview granted by Jiang Zemin to American television reporter Barbara Walters. The word "mistake" was slipped from a sentence in which Jiang said, We will learn a lesson from this mistake."

Time Table

News reports from Beijing have it that once the sensitive period of the June 4th anniversary has passed the authorities will conduct an adjudication of those directly involved in last year's democracy movement. Some of the officials and intellectuals who played a direct role in the organization and planning of that movement will be indicted and sentenced. The authorities are particularly emphasizing "organizers" and "planners," not mere "supporters." The list of names such as Dai Qing, Zhou Duo, and Guo Xin who have been released are all in the "supporters."

News sources also state that the so-called "organizers" and "planners" supposedly refer mainly to members of a Zhao Ziyang "braintrust" and certain intellectuals including Zhao's political secretary Bao Tong, the State Economic Structure Reform Commission's representative in America, He Weifing, and Others. In the event of conviction, they may be sentenced to more than 10 years' imprisonment.

In an interview in Hong Kong, Shanghai mayor Ju Rongji made disclosures from which we can draw certain inferences. He told reporters that the only person formally arrested in Shanghai at the time of the disturbance last year was Hong Kong student Yao Yongjan. As for the novelist Wang Ruowang, Ju said he hoped that he would soon be released. The case of "World Economic Review" journalist Qin Benli, said Ju, is a matter of party regulations and will be decided in accordance with those regulations.

The situations of these three people – Yao, Wang, and Qin – can serve as a representative portrait of the fates of those involved in the 1989 democracy movement. Yao Yongjan was deeply involved in the 1989 democracy movement, having organized the "Self-uplifting Confederation" and the "Dare to Die Battalion" which stormed Shanghai government offices – "offenses" which cannot be considered minor in view of the simplicity of his background and because he was a Hong Kong resident. However, it was apparently judged that his release would have a moderating influence on the high emotions of the Hong Kong populace. Thus in spite of the gravity of his misdeeds and with seemingly no hope of being released, he was nevertheless miraculously freed and sent back to Hong Kong.

As for the author Wang Ruowang, who has dared to challenge the thought of Mao Zedong and has long been a thorn in the side of the Communist authorities, it was only natural to expect that he would be "detained and questioned" for having gone into the streets and publicly supporting the students. Judging from Mayor Ju's words, Wang's release is not far off in the future.

Kind Regards

In contract with the authorities' gentle treatment of Yao and Wang, it is how they regard Qin Benli which gives us pause for concern. The "World Economic Review" has been branded as Zhao Ziyang's mouthpiece and those working for it as being among Zhao's braintrust, including journalists Yen Jiachi and Su Zhaozhi, whom events have left stranded abroad. All three of them published a long series of articles to muster public opinion in support of Zhao Ziyang's reforms.

To a Communist Party which regards public opinion as a "vital root," those articles constitute a major source of the "disruption" and "anti-revolutionary violence," and the Party will not deal leniently with the matter. As an example of how sensitive the Chinese Communists are to the guidance function of public opinion formation, of the troops deployed on the eve of the Tiananmen bloodbath, some soldiers were disguised as civilians and sent into the city ahead of the others to occupy the television

9004434

and radio stations and the people's Daily News offices.

A month ago, Qin Benli is reported to have been "hospitalized due to illness." According to close associates of Qin, this marks the beginning of the authorities' "late autumn settling of accounts." Mayor Ju Mingji's reference to "party regulations" is an indication of the accuracy of this surmise. Let us also not forget, Jiang Zemin must at least in part give thanks to Qin for coming into Deng Xiaoping's favor. Jiang's audacity in putting aside all principle and firing Qin from his post was met with stunned silence from Zhao Ziyang, even though at the time he had not yet fallen from power. It was this sort of "guts" that was the driving force of his aspiration to the throne of Secretary General of the Party.

Whipping Boy

In the days after the "quelling of antirevolutionary violence," Yuan Mu (spokesman of the State Council) leaked the rumor that Zhao was going to be put on trial. This was followed by a denial from Deng Xiaoping, who stressed "the overriding necessity for stability." That phrase has become the guiding "national policy" during the last year.

Recently, however, the authorities seem to have once again started a public settling of accounts with Zhao Ziyang, laying respinsibility for the crime of the bloody suppression of the democracy movement at his door.

There would seem to be two reasons for this.

Firstly, in the wake of the June 4th massacre, the split already underway between party factions has accelerated, and conflicts between the people and the government bureaucracy have become exacerbated. Fearing that the situation might get out of hand, it has been concluded that pillorying Zhao Ziyang before the public can be counted on to stun people into calmness. Nowadays, the Chiness Communists are carrying out a registration of Party members, another unprecedented affair. While using this "everyone through the wringer" approach to rid the party of dissidents may be effective, it must occasion further division and conflict within the party. This effect might be mitigated, however, and the party purge could proceed with an image of greater respectability if dissident voices of all stripes in the party can be pilloried as henchmen of the discredited Zhao, as was done during the Dultural Revolution to Deng Da's supporters labeled as "Chinese Kruscheva."

Secondly, this renewed Zhao-bashing indicates that the struggle for power in top party ranks is becoming white hot. With relation to this struggle, overseas news media have painted an exaggerated picture of Yang Shangkun as someone with unbridled ambition. A ording to sources close to Yang, ho vever, all of his actions, including the promition of his brother Yang Bobing to the position of paramount military power, have been approved by Deng Xiaoping. Neither is there any substance to the claim that Yang Shangkun has "usurped power by holding the Emperor hostage and acting in his name." The friendly association between Deng and Yang is in fact quite solid.

Past Tense

Although Deng is getting old, he is not decrepit. Indeed, the bloody suppression of the 1989 democracy movement was expressly planned and directed by Deng himself, who is reported to have said at the time in a tone of ruthless vengefulness, "20 million lives can get you 20 years of social peace." However, he was greatly surprised by the strength of resultant chastisements and sanctions from the rest of the world. Fully understanding now the influence which the larger international climate can have upon China's smaller domestic climate, he fears that there may be an unpleasant change in climate after he leaves this world to join Marx in the next.

Having a devil-may-care personality allows Deng to ignore his personal safety. The problem is that he cannot set his mind at peace about the future of his son Deng Pufang who is paralyzed from the waist down. That Deng recent abruptly vested in Yang Baibang the real military power has raised a lot of eyebrows. In fact, it is Deng's "babysitting" arrangement. He wants to lean on the Yang family's guns to guarantee the privilege and benefits of his descendants.

Sideshows

To enable unpopular successors to succeed them, the present regime has to conduct a thorough Party house-cleaning, sweeping away all obstructions. Beijing observers report that this purge is not limited to Zhao Ziyang supporters but has resulted in the dismissal of associates of the deceased Hu Yaobang, who have likewise been labeled as "Zhao clique" members. The situation is somewhat like that of a few years ago when Mao Zedong was grooming Lin Biao as his torch bearer. In spite of the tremendous prestige enjoyed by Mao, in the end his prepping of Lin was "like lifting up a rock to smash one'd own foot." Is it any wounder, then, that as the less prestigious Deng plays the same game as Mao, people are also looking for his foot to be smashed?

Summing up, the Chinese Cimmunist's political horizon is full of uncertainties. Perhaps the first sign sufficient to awaken the top CCP leadership to the storm awaiting them is the example set by Xu Jiadun, chief of the Hong Kong office of the New China News Agency (Xinhua News Agency). After considering all the options now open to him, he decided that a vacation in America was the best.

* * *

BEIJING'S REVOLVING DOORS KEEP TURNING

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], July 10, 1990, p. 2)

Deng Xiaoping's Chats with Zhao Ziyang

#3 Fuqiang alley in Beijing was the residence of former Party Secretary Hu Yaobang during his term in office, and once he was removed from office he moved away. For the past two months, the new tenant has been none other than Zhao Ziyang who followed Hu both in serving as Party General Secretary and in being thrown out of office. Zhao is under house arrest, or "a guest under surveillance," and his movements are strictly limited.

Zhao Ziyang is fond of pets -a large white cat strolls around the courtyard and sometimes bats a golf ball against the wall of the compound. One curious thing about Zhao's residence is the frequent appearance of a black and white automobile parked outside #3 Fuqiang Alley. It whisks Zhao Ziyang away for several hours at a time and then drops him back home later. Word has it that the car is from Deng Xiaoping's place. It is said that Deng has been in low spirits lately and is running out of close comrades in his tight upper circle, so he often sends for Zhao for companionship.

With Hu Yaobang and Zhao Ziyang both having been forced from office and the subsequent June 4th Incident, Deng has been confronted with a loss of confidence among the people, the blame o overseas nations, and rising bitterness between high ranking Party officials. Some compare his predicament to that of "being slapped in the face after having lost both arms - powerless to retaliate. Now the June 4th Incident is a year behind, and Deng has finally reached "a reflectiv mood," naturally there are many points which need to be discussed with the "scapegoat he "set up," Zhao Ziyang.

Personal Delivery

It is generally known that after lengthy interrogation, Zhao Ziyang delivered a great deal of data into the hands of Deng Xiaoping in recent days. In the findings enumerating zhao's crimes during the reform and openness campaign, Deng is supposed to have written: "I was the grand architect of the reform and openness campaign, and so was comrade Ziyang. This was the vital premise of his work." It appears that Deng was absolving Zhao by admitting that at least half of the blame lies in his own shoulders. In the findings intended to support the claim that Zhao supported the "uprising" and tried to split the Party, Deng Xiaoping reported, "It should not have been supported, but shots should not have been fired." Not only did Deng not judge Zhao for seeking to split the Party, but he also expressed remorse for the "shots fired."

IN BEIJING'S IDEOLOGICAL WARFARE THE PAST PREVAILS

(Hong Kong, The Tide Monthly[潮流月刊], June 15, 1990, pp. 8-9)

Is "Old Intractable" Using the "Yenan Spirit" to Combat the "Soviet Eastern Europe Wave"?

The wing of conservatism in mainland Chinese ideology is blowing full-force. This "intractable wing is made up of Peng Zhen, Wang Zhen, Hu Qiaomu, and Deng Liqun, who are vigorously taking charge of the theoretical and artistic communities "Anti-bourgeois Liberalization Campaign". Their recent efforts in this direction have been two-fold. First, they have promoted a policy of revitalization of spirit through "Mao Zedong Art and Literature Thought" by commemorating the forty-eighth anniversary of the "Yenan Forum on Art and Literature" on May 23rd of this year. One of the activities receiving special emphasis at the commemorative gathering was the "discussion" of the guidance of artistic and literary creation and the "thought reform" of intellectuals. The second direction of this group's efforts has been the propagation of the so-called "Yenan Spirit" through the inane educational practices of the 1950s.

The CCP Central Propaganda Department has recently sent out a "Priority Red Communique" as well as "study materials", and requested that each regional propaganda bureau strongly advocate the above-mentioned "Two Great Spirits", namely "Discussion Spirit" and "Yenan Spirit".

Maoist Thought

In order to propagate these asinine education practices, the "intractables" have organized this so-called research conference as a forum for the spread of hackneyed dogmas. The earlier of these research committees was the "All-China Mao Zedong Art and Literature Thought Research Conference" and the second, initiated on May 18th, was the "China Yenan Spirit Research Conference".

While the "All-China Mao Zedong Art and Literature Thought Research Conference" was in session, it urged the "persistence, utilization, and development of Mao Zedong Art and Literature Thought". Since the conference was held in Dalian, Liaoning Province, it was called the "Dalian Conference".

In charge of the conference and acting as the "Official of Art and Literature" was "intractable" Gong Mu, the author of the lyrics to "The Advance of the People's Liberation Army". This 80 year-old political poet is a fellow Hebei Province, Shulu County originate of CCP Beijing Massacre". Following June 4th, took great efforts to ingratiate himself with the tone of dictatorship that Li Peng and others like Li Ximing set forth. During his tenure, he has served as the Deputy Director of the CCP Benxi City Committee Propaganda Department, the Director of the Anshan Steel and Iron Works Political Education Division and the Vice president of Jilin University. His book "Songs of Virtue" includes the political poem "Ode to the People's Republic of China" as well as the song lyrics to "The Eighth Route Army Military Song" among others.

Black Tide of Thought

Following the issuance of "study materials" by CCP Central Propaganda Department Chief Wang Renzhi and Acting Chief of the Culture Department He Jingzhi, the Art and Literature Cadre listed the content of the "study materials" for the "Dalian Conference" as "persistance in Mao Zedong Art and Literature Thought".

The conservative wind blowing from the "Dalian Conference" has four major characteristics, First, the

deification of "Mao Zedong Art and Literature Thought" with emphasis on how this is to guide the world's concepts of art and literature, as well as creative and theoretical research. Second, the persistent criticism of those concerned with "bourgeois liberalization", those "foreign compradors" and "magnates of foreign business firms" who would twist art and literature to fit "their capitalist aims", third, the censure of those involved in the worlds of art or literature who "slander or deliberately belittle" Lu Xun, Guo Moruo, Mao Dun, Zhao Shuli, He Qifang, or other "revolutionary writers", or who "try vainly to apply Hu Shi Art and Literature Thought to clearly oppose Mao Zedong Art and Literature Thought", and moreover oppose "Mao Zedong Art and Literature Thought" and the "socialist art and literature" of CCP leaders. Fourth, praise Deng Xiaoping's so-called "perspective on revolutionary art and literature", emphasize the carrying on and development of Deng Xiaoping[s "Mao Zedong thought", and raise "opinions of a guiding nature" with respect to "anti-bourgeois liberalization".

The "minutes" of the "Dalian Conference" and those of the Cultural Revolution "Army Forum on Art and Literature", headed by Jiang Qing and Lin Biao, amount to the same rubbish. The "Treatise on the Dictatorship and Lin Biao, amount to the same rubbish. The "Treatise on the Dictatorship and the Black Line of Art and Literature", concocted by Jiang Qing, rings a bell when compared to the Dalian Conference's "Black Tide of Hu Shi Art and Literature Thought" and the "rampant flood of bourgeois liberalization".

Yenan Spirit's Stress

The "China, Yenan Spirit Research Conference" was opened in Beijing on May 18th according to the plan of Feng Zhen. The honorary chairman of the conference was also Ping Zhen and was presided over by current Political Consultative Conference Vice Chairman and former First Secretary of Shanxi Province, Ma Wenrei.

At the opening of the conference, Ma Wenrei declared that the "Yenan Spirit" feared neither hardship nor suffering and never bowed it's head when faced with a formidable enemy, but was the spirit that dared to conquer any hardship and vanquish any enemy. In keeping with this tone, Peng Zhen told the assembly that the spirit of Yenan was the "crystallization" of the CCP's "experiences of revolutionary struggle" and "the spirit of great victory that is achieved through the overcoming of a powerful enemy."

This "research conference" put special emphasis on the "fearless meeting of hardship" and the "struggle against enemies" as it applied practically with "international environment". On the one hand, the people should face the sanctions placed on China by foreign countries with the same "fearless meeting of hardship". The people should "contribute selflessly" to the Party. This, along with the entreaties urging observance of the "Lei Feng Spirit", amount to idiotic propaganda. On the other hand, the consciousness of the people with regard to "facing enemies" must be strengthened and opposition to the "Soviet-Eastern European Wave" (the Soviet and eastern European wave of revolution) and Western ideological trends be fostered.

This "research conference" makes it obvious that the CCP's "intractables" reject notions of democracy and are maintaining a "closed-door" policy with respect to Western civilization. This appears to be a step backward for reform.

Yenan Spirit Conference

From the composition of the "leadership" of the "China, Yenan Spirit Research Conference" it's not difficult to discern the "intractable faction's" anti-democratic attitude and lack of modern thinking.

This "research conference's" oldest member, 88-years-old Peng Zhen, is a bona fide disciple of "religious Maoism", having used a great deal of energy to lash out at the free hiring of workers to engage in production and the "Wenzhou Model". In 1986, after taking part in his deposition, he cooked up charges against Hu Yaobang. He is not in charge of the ideology of art and literature, yet he convened the "Yenan Art and Literature Old Soldiers" for a conference to propagate Mao Zedong "Yenan Lecture" spirit. The 78-year-old conference chief, Ma Wenrei, is also famous for his dogmatism.

The vice conference chief and most of the consultants are 70 to 80-year-old men and a good many of them are also confirmed "intractables". Out of the five vice conference chiefs, Wang Pu, Yang Zhilin, Qiang Shaochu are all old, retired, longtime CCP cadres, while the pragmatic Yu Wen and Huang Gang are known in cultural circles as the most vigilant left wing fighters.

72-year-old Yu Wen, originally occupied a "second line" position by holding an "in name only" Deputy Director of the Nationalities Committee in the National People's Congress. But because of his past close association with Wang Zhen and Deng Liqun, he was able to stage a comeback after June 4th and become the Deputy Secretary of the Academy of Social Sciences and Vice President of the Academy. The position he holds at the Academy is only slightly inferior to that of Hu Sheng, and was responsible for rebuilding the positions of certain members of the leadership at the Academy following June 4th.

Political "Intractables"

Huang Gang, a extreme left-wing arts and literature hatchet man, published his "Report on Literature" in the early eighties. At that time, he, along with Liu Baiyu, the Cultural Minister in the Military General Political Department took part in the "Anti-Bourgeois Liberalization Campaign" under the command of Hu Qiaomu, led the struggle sessions against Bai Hua and his book "Portrait of a Fanatic", thus earning the title Yao Wenyuan II by those in art and literary circles.

Consultant Huang Huoqing, formerly of the CCP Public Inspectorate Office, has used his position as the Chief Inspector to implement a virtual dictatorship. Fang Qian, He Jinnian, Mo Wenhua and Wei Chuantong are all military men around 80 years of age and find no common ground with "modernist" thinking. Xiong Fu, Wu Lengxi, He Jingzhi, and Lu Ji make up the dogmatic extremist contingent in both political and cultural circles. Xue Ju, former Zhejiang Provincial Communist Party Secretary, now serves as Vice principal of the CCP Cintral Party School where he buries himself with the management of the "anti-Bourgeois Liberalization Campaign" through repeatedly citing Jiang Zemin's speech on the "three things that must not be underestimated": 1) Never underestimate the influence which the international enemies will undergo peaceful transition process in the socialist countries; 2) Never underestimate the damage that will be inflicted on the CCP's constructive creations by the rampant spread of petty bourgeoise thinking and bourgeois liberalization; 3) Never underestimate the chaos created inside the CCP or the tremendous loss of real work that was caused by Zhao Ziyang's mistakes.

PAYING A SMALL PRICE FOR A BIG HOAX

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly [正明月刊], July, 1990, p. 3)

A Critique of the CCP's Release of Fang Lizhi and Wife

As far as the professional and non-professional work of professors Fang Lizhi and Li Shuxian is concerned, the release of both by the Chinese Communists is a good thing. But this is no reason to praise the communists or to invest in them unrealistic, illusory hopes.

We have three points of view about the "magnanimous handling" of Fang Lizhi and other political criminals by the Chinese Communists.

Number one is the CCP's submission to very real pressure. The pressure following the June 4th Massacre came from the economic sanctions of Western nations, alienation from the international sphere, antagonism from the Chinese people on the domestic front, dissatisfaction from overseas Chinese, stagnation and crisis in the national economy, and from the waning fortunes of autocratic regimes. In the face of all this pressure, the Chinese Communist could not but bow to reality.

In the eyes of the CCP, the sticking point of all these problems was the stalemate in Sino-U.S. relations. The release of Fang Lizhi, over which Sino-U.S. relations became deadlocked, is a key move in resolving international isolation, dissolving Western economic sanctions, and recovering from economic crisis. Li Peng remarked on June 9 to a visitor from Germany that "we have undertaken a policy of magnanimity towards the participants in last year's disturbances ... this is not a result of pressure from Western nations." Talk of this sort is gross delusion. There is no one who will believe that the Chinese Communists are not releasing the Fangs as a political exchange in return for most-favored-nation status and other benefits from the United States.

Sorry for What?

Number two is that the release of the Fangs and other political prisoners does by no means indicate any repentance on the part of the Chinese Communists for suppression of the democracy movement. Although they have, for the sake of appearances, superficially modernized the tone of their judgment on the 1989 democracy movement still, on June 25, the spokesman for the Public Security Department insisted on referring to the event as a "riot" and indicated that the Fangs "participated in the riots in Beijing last year."

And on top of that is the contemptible insult to the Fangs of the claim that "a letter written by the Fangs to the authorities concerned" indicates that these two professors "have already expressed repentance." This letter from the Fangs has not been released, but even if the Chinese Communist wise their claim on a few sentences quoted in their habitually distorted, misleading style, this still cannot be interpreted as "repentance" on the part of the Fangs. The spokesman for the Public Security Department stated that in the letter, the Fangs "admitted to opposing the Four Cardinal Principles and violating the Constitution of the People's Republic of China" and, the spokesman continued, "Fang Lizhi and Li Shuxian indicated that they would not carry out any anti-China activities after leaving the country."

What the Fangs "admit to," "indicate," and "repent for" here does not hold together. I deeply believe that the Fangs do not agree with the Four Cardinal Principles, and disagree with the drafting of these principles into the preface of the Constitution. If they did use the words "oppose" and "violate" in their letter, it could only mean that they actually had thoughts of that kind. Moreover, the Fangs did not say that they would not "oppose" and "violate" in the future. And as for their "not carrying out any anti-China activities in the future," they only opposed the Chinese Communist autocracy and are not "anti China." As it has been in the past, so it will certainly be in the future. How can all this be taken as evidence of "having already expressed repentance?" The way the Chinese Communist meddle with the written words and distort the meanings of others only proves that the Chinese Communists themselves know neither repentance, reasonableness, nor shame.

Sow's Ears to Silk

Number three is that the Chinese Communists are trying hard to use the maxim "bad things can be changed into good things," a phrase from Mao Zedong's philosophy of political trickery, to transform the shame of having bowed to pressure into an outcome that serves their interests. One of the most important means of doing this is propaganda. The Chinese Communists have gone on a propaganda offensive. They are on one front devising ways to water down and cover up the pathetic image they have acquired by submitting to pressure from the U.S.A. and other Western nations. Before the release of the Fangs, they also released a number of other "participants in the riots," including Hou Dejian and Wang Xuezhi (a teacher at the Hunan University of Technology), in order to diminish the shock waves produced by the release of the Fangs. On another front, they are twisting the facts by false claims Fang Lizhi and Li Shuxian have "repented" and by brazenly proclaiming the two were released for "humanitarian considerations."

Clearly the Chinese Communists are facing an unstable situation and are attempting to use the release of the Fangs as a means of altering this situation. Li Peng has even said that the release of political prisoners "is a sign that circumstances in China have stabilized." There is a question we would like to ask Li Peng: if the situation in China has stabilized, why has there been so much elimination of high-level dissenting personnel (including those in the seven major military regions)? And why has Tiananmen Square been closed off on all special days so that innocent children can be herded in for activities?

These three points of view can be summed up as one: the Chinese Communists were forced by circumstances to release the Fangs (and other political criminals), and they are willing to pay this small price in order to win by deception the support of international public opinion, domestic sentiments, and Western politicians. The goal is to consolidate the Chinese Communist Party rule and strengthen the one-party dictatorship to resist the smoldering embers of the democracy movement and

great tide of democracy emanating from Eastern Europe and the Soviet Union. Anyone who believes that the Chinese Communists have any humanitarian spirit, that they have abandoned their antagonism to the democracy movement, or that they have come even an inch closer to democratic government, has fallen into the trap of their lies and hypocrisy.

I believe that no hoax can ever avoid collapse or exposure in the end. The falsity, duplicity and hypocrisy of the Chinese Communists shall be revealed to its core.

I would like to "sing the 'Branch Mountain Song' for the Party" in "7/1" time (the birthday of the Chinese Communists); the Party's salvation does not lie in crooked, evil ways, nor does it lie in the "Four Cardinal Principles." It lies in casting off Leninism, one-party dictatorship, following the will of the people and the tide of history, and it striving for the realization of democracy and democratic socialism. Let our hearts (and Eastern Europe) be our teacher as we move into a glorious future!

ECONOMIC ILLS GETTING WORSE

(Hong Kong, The Mirror Monthly[鏡報月刊], June 10, 1990 pp.56-57, excerpts)

The Reason for Mainland China's Soft Markets

Wages Mark Time

According to figures announced by the State Statistical Bureau, consumer spending in 1988 hit 125 billion Rmbs as a result of an 18.5% rise in inflation, while the real incomes of 34.9% of all households dropped and the consumer cost of living index rose 20.7 over that of the previous year. For the entire year of 1989, the nation's inflation figure remained high at 17.8%, only 0.7 percentage points lower than 1988's figure. As a result, the nation's consumers again sacrificed at least 120 billion Rmbs, incurring a loss of real income based solely on the higher prices of goods for 35.8% of all households in 1989.

Mainland China has suffered this sort of fierce inflation for two straight years, and the result has been severe losses for the expanding population of the nation pushing the masses of common working class people to the limit of their capacity to endure. From a material standpoint, it seems mean average wages have increased only an average of 0.96% over the years 1986 to 1989, and they actually decreased during the two consecutive years of 1988 and 1989. For administrative and industrial workers in particular, while prices have risen dramatically year after year, their wages have been "marking time" at the exact level they were at in previous years. Despite the fact that everyone receives a small sustenance allowance, in the face of such staggering inflation, such a pittance amounts to trying to put out a forest fire with a garden hosean utterly inadequate measure. In 1989, particularly in the lower half year, such factors as strict credit control, a slowdown in basic construction, market weakness, stockpiling of merchandise, and severe debt accumulation led to the inability of many factories to meet production schedules. A lot of factories have at present either completely or partially halted production, and over 20% of factories in some areas currently face this condition. At the moment, many production facilities are in fact waiting to borrow money from banks before they pay their employees salaries. This is nothing more than a bid to borrow at high interest to preserve the status quo. Other factories have simply given workers an "extended vacation", with each worker receiving a monthly "living allowance" stipend of several tens of Rmbs.

Still more businesses have not even given any living allowance, choosing instead to present such things as shoes or whatever the particular factory produces to the workers in lieu of salary and telling them to go out and hawk these goods on their own. When it comes to this, when factory workers make their living by personally taking to the streets to sell the products they make, how can anyone expect them to be able to afford to buy anything on the open market?

Supply – Demand

According to the Statistical Bureau's public report, the total average income for agricultural workers in 1988 and 1989 equalled less than half that of urban workers for the same period. For the entire year of 1989, the average annual income for agricultural workers reached only 602 Rmbs, which is equivalent to US$127.30 based on current exchange rates. It does not take much imagination to understand how low this income really is.

Furthermore, the State Council's Economic Development Leadership Team for Poverty-Stricken Areas has revealed that there are over 100 counties, with a combined population of more than 40 million people, whose total yearly income is less than 200 Rmbs. These people have still not shaken off their poverty, and are still consumed with finding adequate food and clothing. At the same time, many of the poor areas which have risen above the fight to stay warm and fed still lead a very shaky existence, and a large number of communities rise temporarily out of poverty only to sink back into destitution. Several places reflect this trend very precisely; with the heavy inflation of this year, the average net income of many topped 200 Rmbs, but in the future they will find it very difficult to find adequate food or clothing. They can only continue simple production on a low level and lack any power to expand production in the years ahead.

In many farming communities, credit certificates were received by farmers for selling agricultural products to the State. Before these amounts owed were paid back, the farmers again received credit certificates for their goods in 1989. In an effort to procure cash in order to buy daily necessities and materials to be used in farming for coming years, with some having no alternative but to resell these "white slips" at a reduced price. Such actions have given some units and personnel opportunities exploit the farmers by "eating up" large quantities of these slips, causing farmers to receive even less while paying ever more.

Consequently, some people are now making clearly statements to the effect that in order to resolve the problem of weak sales, "don't put any stakes on the agricultural market."

Few Tourists

The shrinking of basic construction projects has caused a slowdown in the formerly vigorous consumer demand. Statistics show that the investment in social fixed assets for the entire nation in 1989 was about 50 billion Rmbs less than for the previous year – a drop of 11%. If the price element is removed the actual drop in investment comes to over 20%. Furthermore, after rectification the nation resolved to suspend work on more than 18,000 construction projects, possibly shrinking investment by 70 billion Rmbs over the next few years. With approximately 30 of mainland China's investment in fixed assets being switched to consumption, the sole factor of the slowdown in basic construction alone has made for a "no-buyer" situation for several billion Rmbs worth of necessities and commodities on the Chinese market in 1989.

The reduction in inflow of foreign currency resulting from a drop in the number of tourists visiting China has reduced the intake of foreign currency, which in turn is affecting the market to a certain extent. From the statistics we see that the number of foreign tourists, overseas Chinese, Taiwan, Hong Kong, Macau compatriots and other visiting foreigners numbered 21,300,000 in 1989, a 22.7% drop over the previous year's figure. This caused a 19.6% reduction in the amount of foreign currency taken in. Owing to this smaller amount of "moneyed guests", less money was spent, causing a decline in native foreign exchange markets and the nation's tourism industry, generating still more business "chill".

The negative side of mainland China's soft markets and the detrimental effects caused thereby have made themselves clear, and the grave consequences generated from this are worrisome indeed. Meanwhile, "tighten the belt" is seldom heard, while "high consumption" is rarely criticized. What we hear instead is "encourage the masses to appropriate levels of consumption". Only the test of reality can prove whether or not this motto will have its desired effect.

PLANNING THE ECONOMY – THE HARD WAY

(Beijing, Worker's Daily [工人日报], May 18,1990, p.3)

Seven Taboos in Economic Decision Making

Over the course of economic reform, it is vital that economic policy be continually adjusted by decision makers, and in a meaningful manner of speaking the means by which these corrections find their way into administrative policy will decide the success or failure of economic reform. A great man once said, "Policy and decision making is the lifeblood of the Party." Moreover, the correction of policy mistakes and the writing of policy decisions are intimately interconnected. In reviewing mistakes in policy made over the past few years, I feel there are seven items to be avoided in making economic policy decisions.

Arbitrary One-sided Policy. In the past, a number of economic policy decisions were insufficiently thorough, arbitrarily limited and lacking in coordination and accompanying policy regulations. Especially for those decisions in which possible negative effects are impossible to foretell, limiting and preventative measures are even less in evidence. As a result, we often see policy revisions aimed at rectifying policies which have in the process of implementation either gone awry or backfired. One example is the policy of a few years back of making "a few people rich first". There is, of course, nothing wrong with a formulation like this, but the problem is what sort of people should become rich first and how are they to achieve this. This particular set of policies was rather inadequate, with the result that many people did indeed become rich, albeit by less than honorable, and usually illegal, means. Another example has been in the assigning of responsibility for carrying out financial duties and business contracts. Government regulations have always emphasized profit stimulation, while regulations for limiting profit taking are rarely drafted, all with the result that certain regions and enterprises have gone overboard in the quest for personal profit. The result has been a deteriorating economic environment and a chaotic economic order. This important lesson is one we must ardently embrace in the formulation of economic policy in the years ahead.

Sideshows

Policy Based on Experience. Few policy decision makers base their decisions on experience. Policy errors result from relying on one's own short-term feelings while lacking a clear understanding of new problems and situations, and acting according to the democratic tide of public pressure without first investigating. A case in point was when the Southern Forest Areas Collective was given responsibility for forestry production in 1982. Due to the fact that some areas had an incomplete understanding of the duel-level management theory in collective farming, and adding also that they were unfamiliar with the particularities of production in an areas other than their own, they simply employed the previously successful agricultural "responsibility system" and allocated out forest land to each household. As a result, instead of the "protecting the forest as the masses protect their own homes" phenomenon which the policy had been designed to produce, the opposite situation resulted, and the forests were severely damaged by random lumber plundering, causing inestimable damage to our forest timber resources. Because of this, Central Government Document 20 (1987) could not but raise the policy of "Collective Management, United Protection" and put special stress on the fact that unallocated land could no longer be distributed. This tells us that relying on what may seem obvious and trusting to old experiences is not workable. Policy decisions must be made to ride firmly in the track of science, standardization and procedural method.

Wanting More

90 4434

9004434

Impatience for Results. Forty years since the nation's founding, we still suffer from "over-anxiousness". It is fine to wish for the quick construction of our economy; hope is always good, but because we're always looking for instant success and making policy aimed at reaching our goal in one giant step, our economic condition climbs and drops sporadically. After 1984, when the economy overheated and policy was formulated to control the rise, more and more policy was drawn up as prices rose higher and higher until finally the economy ended up expanding even faster. This is a sign of the "impatience syndrome". The Fifth Plenum of the 13th CCP Central Committee brought up this issue, saying that economic construction cannot be rushed, just as neither reform nor consolidation of control be rushed. This is profound summary of the lessons of history.

Rampant Slanting. Over the past few years, a few places have pushed for so-called "reform without spending money" by using all means at their disposal to get policy from the higher authorities. And many at the policy-making level have tried to acquiesce to their demands. This has caused rampant slanting and wide interpretation of policy. Of course, policy should be differentiated, for without the ability to handle people or things in different ways, there is no policy. However, slanted depth and lack of commitment in policy decisions have caused a large degree of "regionalism" in policy. Some areas which don't deserve favors are the target of special treatment, and some policy decisions which are meant to be applied across the board end up being "awarded" to a small number of areas. Therefore, benefits which favor the whole nation or those areas which do not receive special treatment are sacrificed, and finally more policy must drawn up for adjustment. It's clear that regional favoritism of any kind should be barred from the realm of policy decision making.

Flawed Thinking

First Knock Down, Then Rebuild. A folk saying goes "nothing can be erected while the old structure still stands". While old policy is still in effect, it's difficult to enact new policy. However, this ideal should not be taken to mean the dismantling of old policy with no new guidelines to take its place. In the past, before the macrostructure of the new system had been finalized, many places had already stripped the financial and planning aspects of the old system of managerial power, destroying the essence of macroeconomic structure and rules of precedence. This is a vital lesson which we must keep in mind. Before knocking down all the preparations for rebuilding must first be drawn up, then the knocking down and rebuilding should be embarked on at once.

Multiple Authorities. In such a giant country with a tangled forest of authorities, every one of which has its own administrative power, it often happens that different authorities have different goals in mind when forging policy, and the places from which policy is issued also differ. Or else the areas from which profit can be made are more clear to one office than they are to another, so that different criteria are used in the application of the same policy. Sometimes the policy becomes the opposite of its intended application, with lower departments unable to know how to follow the policy. Therefore, to guarantee that the nation's policy is unified, the prevention of this situation of multiple authorities should be made an issue of importance during the making of policy decisions. Towards this, a special department should be set up which is allied with higher departments of policy authority to unify the policies of all associated authorities, and prevent deviations from policy and any "arguments" from occurring. In view of this, the Research Lab for Party Policy established by the Central Government for all areas could later serve as a liaison office for this purpose.

Top Down

Administrative Convenience. Government policy depends on administrative structure to organize and supervise implementation, so policy decisions must consider the demands of economic development and also serve the benefit of administration. This is indeed mutually beneficial policy. Of course, ten years of reform had not brought about any change in administrative duties, and many departments are unable to handle the responsibility of supervising and controlling macroeconomic functions in a coordinated manner, and therefore cannot take a leading position in the organization of macroeconomic production activities. However, this structure already exists, and we have had to resort to issuing simple policy slogans for them to use, further easing the work of administrators. The result of this has been extreme simplification of the administrative process, to the point where the slogans being used actually serve to staunch economic development instead of further it. This kind of policy is necessarily doomed to a short existence. However, this is exactly what is occurring more and more frequently. To avoid the spread of this malady, the most basic means is none other than carrying out of structural reform, so that the implementation out of new economic controls and new administrative functions does not produce any negative effects.

ALL FOR ONE OR ONE FOR ALL ?

(Beijing, Economy & Management Studies[经济与管理研究], No. 2, 1990, excerpts)

Five Features of the New Egalitarianism

Although in some respects the last 10 years of reform has altered the formerly prevalent "one-rice-pot" version of income distribution egalitarianism, this malady has not only been cured, but, in some sectors of the society, has become even more acute. We shall refer to the mutant strain of income distribution egalitarianism which has incubated amidst reform efforts to overcome the old one as "new egalitarianism." The special features of new egalitarianism may be described as follows:

(1) The scope of new egalitarianism is narrower than that of the old one-rice-pot system of egalitarianism, limited mainly to state enterprises and organizations in urban areas. Despite this decrease in scope, the degree of equalization of incomes has increased. Except for rare cases of exceptionally high salaries, the gap between higher and lower salaries has shrunk rather than expanded. Symptomatic of this is the fact that in this low-income country of ours ordinary working class families in large and middle sized cities commonly have color televisions and refrigerators.

(2) The leveling of differences between manual labor wages and thought intensive "brain labor" wages has progressed to a very high degree, and in some cases the pattern of differences has even been reversed. Although during the past years of reform we Chinese have emphasized the key role of intelligentsia and have taken steps to improve their lot, economic reform has resulted in a radical change in income structure which has left the wage levels of teachers, medical professionals, scientists and government administrators well below those of job categories which require little brain labor.

(3) The new egalitarianism is characterized by extreme leveling of income which is supplemental to basic set wages. Prior to the reform movement the old egalitarianism was reflected mainly in the basic wage portion of personal income. Now, after years of reform, the importance of that portion of personal income — as only one portion among several — has steadily diminished. Various sorts of bonuses, subsidies, fringe benefits, and direct material issuance have multiplied rapidly and accounted for an ever-increasing portion of total personal income. Bonuses alone commonly account for more than 50% of personal income, and in many cases they account for more than 70%. In principle, bonuses are shared equally, and disbursements of perks, subsidies, benefits and material goods take no account of how great or small are workers' individual contributions to the company or organization.

(4) Within any given department or perhaps in a given enterprise as a whole personal income disparities are decreasing. Under the old economic system, there was an established standardized gradation of wage scales. That is, within any given job category, wages were about the same from department to department or from enterprise to enterprise, and between those wage scales there were certain fixed differences. Under the new dispensation, due to the fact that workers' wages are pegged to the economic performance of the particular enterprise or organization to which they belong, income disparities between workers who have the same job classification but who work in different subsidiaries, product departments, or enterprises have widened, while the income disparities between different job classifications within the same department, subsidiary, or enterprise as a whole have steadily shrunk.

(5) Development of the new egalitarianism within a more limited scope seems to go hand in glove with development of increasing income disparities in the overall scheme of things. This refers not only to the above-mentioned differential of wage scales in different product departments or competing enterprises, it also refers to the ratio between the wage scales of rank and file workers and the incomes of the boss-owners of any given, single, private enterprise. Private enterprise bosses use their personal power to rake in incomes in the hundreds of thousands or millions of Rmbs — extremely higher than what they are paying the hired rank and file. The co-development of new egalitarianism and income disparities is complicating income distribution conflicts. For one thing, on the income disparity side the picture is covering up and disguising the harmfulness of new egalitarianism, making it difficult to recognize and deal with.

MEANWHILE, BACK ON THE FARM...

(Beijing, Farmer's Daily[农民日报], May 10, 1990, p.1, excerpts)

A Glimpse at the Modern Farmer's Outlook

People say that village people enjoy a different view on life from a special window, so let's visit the homes of 100 country families in rural Jiangsu province and interview them about what this view consists of:

Economics. The individual responsibility system as the nucleus of agricultural reform has brought a great deal of development in farming and considerable economic prosperity. In 1986, when the production potential of Sucining county was developed, the peasants there worked with relative enthusiasm. However, following rises in the cost of agricultural production, and adding in increases in the size of tax revenues collected, the price hikes in agricultural materials needed, and lower selling prices for farm commodities, the former enthusiasm of these farmers has gradually disappeared, and agriculture throughout the area has fallen into a slump.

In Qiuji district, a local resident described in detail his experience in farming one mu (0.667 acres) of wheat, saying, "Last year (harvest year) I paid 7 yuan for plowing and seeding by tractor, 5x yuan for 35 catties of nightsoil and 100 catties of ammonium carbonate, 12 yuan for pesticide, weed killer 20 yuan for seed, 2 yuan for irrigation service, 7 yuan to rent a harvester, 5 yuan for a thresher, and another 50 yuan for land-use planning and river work taxes. Based on a harvest of 600 catties of wheat, I earned 322.50 yuan, which left me with a net profit of 128.5 yuan when the above costs were figured in. This means that for an entire season of farming, I earned the same amount that a furniture mover can earn in a few days of work. For the future, I am going to farm as a sideline and start trying to make money in other ways outside. I'm not about to let myself be strapped to that piece of land and die on it."

Crop Out

A Taoyuan area investigator gave me some figures on raising hogs. In March of 1988, he bought a 54-catty hog for 95 yuan, 1.75 yuan per catty. In March of 1989, he sold the hog for 478.50 yuan at 290 catties. In raising the hog, he used 600 catties of corn (0.36 yuan per catty) which cost 216 yuan, 500 catties of rice bran (0.20 yuan per catty) at 100

9004434

9004434

yuan, 1000 catties of sweet potatoes (0.07 yuan per catty) at 70 yuan, 100 catties of corn starch (0.04 yuan per catty) which cost 4 yuan, and 1000 catties of stewed vegetable hog feed (0.03 yuan per catty) for 30 yuan. Not counting the cost of green fodder, the above came to 515 yuan he paid in expenses, compared with the 478.5 yuan he got back, adding up to a net loss of 36.50 yuan after a year of raising the hog.

Profit Motive: Nowadays in agricultural villages, the minds of farmers are no longer as narrow and confined as they once were. Beside the stove, under the willow tree and everywhere else, talk of how to improve one's livelihood is heard constantly. Such things as "It's better to scrape up a profit than it is to study from books; your stomach will be satisfied", and "Buy in one place, sell in another; this is a plan for survival" are often heard. A 60-year old farmer from Yaoji said, "I only allowed our third child to graduate from elementary school. It's enough to be able to read a short note and add up a bill. Look at the people who are opening up shops and businesses, fixing bicycles, selling popsicles, doing construction work, restoration, etc.. For which of these jobs does anyone have to study for ten years at school to make a living at?"

Making Hay

The profit incentive is even stronger among young people. They make references to "fools who waste time studying, failures who enlist in the military, poor people who work for others, and rich people who run vendor stalls", which have made a deep impression on their attitudes. They are restless and unwilling to follow the lawful, established route to earning a living, and many will jump at an opportunity to break the law. Some have taken a lonely route by leaving home to work as contract field laborers. Those with skills they have learned bravely set off for distant parts to try and make a way for themselves.

Politics: People's convictions of late are becoming more and more vague. No matter what sort of government mandates are passed down from on high, average folks simply go on with business as usual. Official proclamations are less than sacred in the hearts of many as well. Strained relations between bureaucrats and locals lead cadres to complain "A thousand lines on above all lead down to a pinpoint below. Province, region, county, district . . . they all have their hands out asking for money, grain, our lives even, but they offer too little to the peasants." On the office's gate of Mayuan village in Sweicheng, there are a couplet as follows: "The people's ears are constantly assaulted by the sound of cursing anger and blame, but we are the ones who always take care of the emergencies, problems and disasters."

Bull Chips

People Complain "whether they're yellow (People's Police) or blue (Combined Services), all they want is money." They randomly increase surveillance checks and enforce impromptu punishment, while regularly increasing the amount they collect in land use planning taxes they collect. The people have no recourse except to swallow their bitterness. There are also many village cadres who care nothing for the hardship of the people, and only think "Let the ones who have the means to do so enjoy themselves", eating and drinking to their limit. No wonder the children sing, "Cadres big and small get no promotions if they don't feast and drink, policemen big and small are lying if they say they don't skim revenue and extort money" and other songs. Like this, people have enough to concern themselves with just in making ends meet, without getting involved in politics.

Life Cycles

Love and Childraising: People live a lifetime, grass lives a season. birth, marriage, old age and death still constitute the unalterable course of our lives. Among the young people of the 100 households surveyed, 17 of them had gotten married since the year 1982, and 92% of these marriages involved a matchmaker and were a "marriage first, love later". All of the couples felt there was really no difference, and said they could get along with anyone and have a happy life together. Among these couples are certain to be found examples of relative swapping and bought marriages, as well as arranged and free choice marriages. As far as having children and raising families due to the village's current low level of production power, manual labor is still the primary means of production. The men bear the responsibility of carrying out the more difficult labor, such as plowing, soil turning, tractoring, and so forth. Therefore, such occurences as early marriage (82.7% of the 17 women had been married between 19 and 22 years of age), early childbirth, favoring sons and looking down on daughters, abortion, and unregistered children enjoy fairly widespread sympathy among the public at large. According to our research, unregistered children among the 100 households surveyed numbered 16, 3.05% of the resident population. This is a problem in society which certainly warrants alarm.

TOILING ON THE LAND JUST TO PAY TAXES

(Beijing, Farmer's Daily[農民日報], May 7, 1990, p.4)

Peasants Appeal for Reductions in Their Economic Burdens

In recent years, various government organs and departments have ceaselessly imposed levies and fees on the nation's peasants. Their economic burdens, growing heavier every year, have finally grown to great for the peasants to tolerate. This reporter has recently made a thorough investigation of the situation in certain villages of Hengyang county in Hunan province, discovering a total of 67 such fees, contributing to a yearly average burden of over 100 yuan.

The farmers' burden can be essentially divided into three parts. The first is moneys levied by the national government and related departments. These include the following forty-eight items: an occupational tax, a special forestry products tax, a cultivated land usage tax, a deed tax, a tax on slaughtering animals, a stamp tax, a tax on raw lumber and bamboo, a tree seedling deposit, an educational deposit, educational surcharges, a certificate issuance fee, a periodicals fee, a broadcast fee a solicitations fee, a contract management fee, a paddy contract fee, a farm machinery management fee, construction fees, a sanitation and anti-epidemic fee, a veterinary anti-epidemiology fee, a quarantine fee, an anti-rodent fee, a food handling procedure fee, a cotton production subsidy fee, a property title certification fee, a posts and telecommunications construction fee, a mail delivery fee, a labor service fee, a road maintenance laborers subsidy fee, a folk art management fee, a financial affairs auditing fee, a variety of insurance fees, (such as home insurance, enterprise insurance, life insurance, cadre retirement insurance, active service military insurance, student insurance, property insurance, vehicle insurance, crop insurance, and environmental insurance), rapeseed oil and tea oil payments, an armed judicial personnel equipment fee, construction levies assessed by courts, and nitrogenous fertilizer factory capitalization fees.

Feudal System

The second category is comprised of regionally imposed levies. These include the following fourteen items: a militia training fee, a disabled servicemen support fee, film projection fees, a broadcast maintenance fee, a family planning fee, a student desk maintenance fee, a power line erection fee, water fees, and labor management subsidy fees for agricultural technology workers, irrigation workers, telephone operators, cultural exchange workers, sanitation and anti-epidemiology workers, and family planning and contraception workers.

Empty Hands

The third category is of levies imposed at the town or village level. These includes wages for local cadres, village management fees, the "five guarantees" support fee, and wages for maternity and child care workers. According to the investigation of Gu Feng township in Hengyang county in 1989 the central government and related departments collected a total of 1,348,202 yuan from the township on twenty of the above items. The township-level collected 48,900 yuan on ten items, while the villages retained 101,890 yuan from four items. This adds up to a total of about 1.5 million yuan, or 120 yuan per peasant, an effective 25% cut in the average farmer's yearly income.

Many of the preceding fees and taxes are appropriate, but there are others that constitute an unfair burden on the peasant. These include the array of government-dispatched "workers" support subsidies, management fees, equipage fees, etc., that have been disproportionately placed on the peasant's shoulders. There are also government departments that, indifferent to the burden born by the peasants, repeatedly impose fees for the same service. In Gu Feng township, for instance, a fee is collected three times for property title certification. The first is the township construction planning charge, at 15 yuan. Then the home property company assesses an additional fee of five yuan. Thirdly, the National Territory Office collects another five yuan. The peasants therefore angrily say, "We are like a bulb of garlic from which the cloves are plucked one by one until nothing remains but the stem."

Hopefully, all relevant departments and units will thoroughly implement the spirit of the sixth plenary session of the thirteenth CCP Central Committee Meeting decision to lighten the peasants' burden, thinking of the peasants concerns, finding an efficacious way to reduce the peasants' unnecessary burdens, and tightening relations between the party and the masses.

MISMANAGING THE FUTURE AS IF BY DESIGN

(Beijing, Asia Pacific Economic Times[亞太經濟時報], Jan. 28, 1990, excerpts)

Abuses of a Crude and Lax Management Style

In today's China, industrial management is still in the crude stages of its development. In pursuit of the main goal of rapid increases in production volume, China's industries are consuming excessive amounts of resources. The main drawback of this approach is that it spurs growth of unnecessary and redundant production and leads to redundant purchases and construction. This results in wasted investments and a tendency towards uniformity in each region's industrial structure.

Crude management practices cause waste of resources in production. High-consumption is used in attempt to attain high growth speed. Taking energy resources as an example, China's energy resource user-rate is approximately 30%. But in the U.S. and Japan the rate is above 50%. The gross national energy consumption in China is 6.1 times that of Japan, 2.3 times that of the U.S., and 1.7 that of the USSR.

Crude management practices slow the progress of technological development and result in low-grade products and processing. They also diminish the worth of additional labor.

Partly as a result of crude management practices, the economy has become over-heated. This has had the inevitable effect of inflation and structural imbalances. In 1987, China's steel production was 56.28 million tons, 55% higher than West Germany's; total electrical output was 491.3 billion, 18 higher than West Germany's; coal production was 928 million tons, 380% higher than West Germany's. But during the same year, West Germany's total domestic production was 240% higher than China's, and the amount of its exports was 646% higher than China's.

Therefore, we should switch from a crude, lax management style to a more concentrated and tighter style as quickly as possible. We should switch from the high-speed model to the profit-producing, advanced technology, resource-conserving strategy.

A PRESCRIPTION FOR DISASTER

(Beijing, Modern Enterprise Monthly[現代企業雜誌], No. 3, March, 1990, excerpts)

Business Practices Which Have Caused Lowered Economic Efficiency

During these times in which China is suffering from shortages of energy, raw materials, and money, the following six types of business practices have caused every aspect of economic efficiency to drop.

Forced Replacements — Rather expensive goods of "too good" quality or cheap goods of poor quality are used to replace the material which is in short supply. The result of such forced replacements is that either the quality of the product drops or its cost rises.

Forced Adjustments of the Production Structure Based on Current Investments — Though society might clearly need "A", the business perversely produces "B". Because of existing shortages, products soon or later will be sold. If the consumer does not consciously make the purchase, soon or later, under conditions of forced replacements, he will make the purchase.

Hoarded Materials — In the past, when one ordered steel, one always wanted to have some "longline" products left over. Nobody was concerned about this. But last year, when products were ordered, less scrupulous business made no distinction between "long-line" and "short-line" products, sweeping them all up. This hoarding furthers the self propagation of shortages.

Getting Worse

Rashness Regarding Quantity — The more severe the shortage, the more intense the effort to produce large quantities. As a result, over the long-term, enterprises only concern themselves with output and profit and do not concern themselves with the investments that this output and profit are eating up.

Rash Expansions — In a situation where resource restrictions and budget restrictions are softening, enterprises can lose money, but can't go bankrupt. They can always seek help in the form of additional payments, reduced taxes, increased subsidies, higher prices for products, or adjustments in the number of contractors in order to escape their difficulties. Therefore their needs are not subject to the restriction of the ability to make compensation payments. They are always seeking to acquire the greatest possible number of investments so as to avoid shortages becoming obstacles to production. The only limit to this rash expansion is the limited quantities of resources.

Increases in Prices — The more severe the shortage, the more likely the buyer can tolerate the seller's open or hidden price rises. Therefore, rises in prices of raw materials are one of the factors that influences the economic profitability of an enterprise.

PLA TOP BRASS PLAYING MUSICAL CHAIRS

(Hong Kong, Cheng Ming Monthly[爭鳴], June, 1990, pp. 14 - 17, excerpts)

Unusual Personnel Shifts in the Seven Military Regions

There are two unique circumstances readily apparent in the latest round of shifts of top military personnel in mainland China. One is that these transfers (of commanding officers and political commissars including assistant commander of the Shenyang military region Zhu Dunfa, transferred to the commanding post of the Guangzhou region, the Guangzhou military region's original commander, Zhang Wannian, transferred to the commanding post of the Jinan military region, former Guangzhou deputy political commissar Gu Shanqing, switched to the position of political commissar of the Chengdu military region, former Nanjing military region deputy commanding officer Wang Chengbin, who replaced Zhou Yibing as commanding officer of the Beijing region, Zhang Gong, the former director of the Beijing military region political department, who replaced Liu Zhenhua as the political commissar, etc.) have suddenly occurred under Communist China's current emphasis on "stability is paramount" and on "no more major personnel shifts for one year." Secondly, the present personnel changes are much different from those of the past, which were announced at military commission meetings. Instead, Yang Baibing is announcing them quietly in turn at each major military region.

Crossing Swords

Actually, both before and after Deng Xiaoping's retirement from the chairmanship of the Central Military Commission, there were contradictions within the army leadership. In one working meeting of the commission last November, Hong Xuezhi and Yang Baibing became involved in an intense dispute. Yang Shangkun ordered that no word of the argument be leaked, saying, "These men are old soldiers with fiery tempers. It is perfectly normal for them to argue when they come to disagreements in the course of their work. But if word leaks out, it may be misinterpreted as indicating instability within the army."

Hong Xuezhi, frequently labeled a moderate within the army, is in fact no moderate. He is a firm and unyielding military general. But after that meeting where he argued with Yang, he has very seldom been present at Military Commission meetings.

According to rumors within the army, it was his conflict with Yang Baibing that was a major factor leading to the former Military Commission Assistant Secretary being excused from his military responsibilities and shifted to the unobtrusive post of CPPCC vice-chairman.

The conflict between Hong and Yang is just one example of dissatisfaction in the top echelons of the military with the two Yangs. Another prominent example is the letter sent by eleven generals to Deng Xiaoping expressing their concerns about the ambitions of certain persons toward military power. They did not mention these persons' names but everyone agrees that to name names would have been superfluous.

Seven Brothers

Faced with the enormous pressure of opposition to their leadership in the army, Yang Shangkun and Yang Baibing started planning to reorganize the seven military regions even before the end of last year. Furthermore they planned to reorganize the various branches of the armed services and the branch headquarters in hopes of making the army theirs.

Before Deng had given up his Military Commission chairmanship, Yang Shangkun, Yang Baibing and Jiang Zemin came to him with a collective report. One of the items in the report regarded preparations for changing the dispositions of military leaders. Deng Xiaoping expressed the following attitude: "Do not implement radical adjustments too quickly. Reform the system gradually by shifting people around. With adjustments will come greater harmony and a greater military efficiency. This is the only way to proceed." In any event the policy of shifting top military personnel in the seven regions had the full backing of Deng.

Yang Baibing Behind the Transfers

From all indications, the reorganization of the military leadership is primarily the work of the Yangs, especially Yang Baibing. While it is true that Jiang Zemin is the Chairman of the Military Commission, he only runs the actual meetings. The crucial opinions all come from the Yangs. At meetings, the Yangs frequently introduce major issues as follows: "We went to Comrade Xiaoping with this question, and he gave it his support." Or perhaps they might say, "We have discussed this question not only with Deng Xiaoping, but also with several other senior comrades like General Xu and General Nie." This approach effectively silences opposing opinions of Commission members and upper-level cadres. Also, at each Commission meeting, Jiang Zemin repeatedly says, "I agree with the opinions of comrades Shangkun and Baibing." The Commission has proceeded in much the same way in dealing with the latest problems involving the military region reorganizations.

The result is that the Military Commission invariably approves the entire agenda of the Yangs.

Turning Point

There are two prominent characteristics of the latest round of military transfers: (1) Proteges and supporters of the Yangs have risen while opponents have fallen. (2) Those personnel who supported the Tiananmen massacre have risen, while those who opposed it, who were irresolute in their support, or who held an ambiguous attitude, have seen their fortunes fall.

The former Director of the Beijing military region, Zhang Gong, is exemplary in his loyalty to the Yangs' cause. It was because of his "brilliant performance" during the June 4th incident that he was raised two levels to his current position as the Beijing military region political commissar. This is an example of the benefits of getting on the Yangs' good side. The previously rising general, Hong Xuezhi, however, was ousted altogether from the military hierarchy because of his opposition to the Yangs. As for others among their opponents, nothing need even be said of their fates.

Power Play

Even at the end of March and the beginning of April, Yang Baibing on three occasions summoned officials in charge of army reports, and once, contrary to regulations, summoned a person in charge of the air force reports and a person in charge of the engineering corps reports for meetings. In the discussions on intra-military cooperation, he emphasized the necessity of cleansing the army of bourgeois elements and of those favoring bourgeois liberalization. Allegedly, most articles in recent military reports have been on this subject, revealing bourgeois elements within the army.

At the same time, Yang Shangkun directed the military security authorities to conduct a thorough investigation into opponents within the military. He indicated also that the government and army were going to get stricter and stricter, and that there would definitely be no relaxation or moderation. The military security department reported to him that current problems were more numerous than ever before, especially in the Beijing and Chengdu military regions.

Needless to say, the so-called "bourgeois elements" and "hostile elements" are actually those who oppose the Yangs or the massacre at Tiananmen Square. The various appellations with which they have been labeled have the sole purpose of facilitating efforts to eliminate them.

Inside Out

According to those who have contacts with the Yangs, Yang Baibing has another principle along which he deals with high-ranking military personnel: removing the ends and keeping the middle. This "removing the ends" is just the removal of senior members on the one hand and young, untested (in their loyalty to the Yangs) on the other. The senior military personnel are usually very recalcitrant when it comes to obeying the Yangs' directives. They are a thorn in the Yangs' side, and so are being eliminated one by one. This includes the majority of the seventeen new generals. Even recently promoted upper-level cadres in their forties, believed to unreliable, are being demoted and transferred to positions of little significance. What is it to be "unreliable"? To use Yang Baibing's fond phrase, they are those with tendencies towards "bourgeois liberalization". But to use the phrase of the masses, they are those with dynamic thinking who are uncomfortable with autocracy. One Beijing region leading cadre of about fifty years of age was, according to sources, transferred to the Shijiazhuang infantry school vice presidency, a serious demotion. And one logistics department staffer in his forties who had been promoted to be Yang Baibing's personal assistant was demoted (in effect) to the position of assistant staff officer-leader of the Nanjing military region.

Surprise Attack

Because the Yangs are afraid of stirring fierce waves of unrest in the military with their large-scale transfers, they are not formally announcing them at Military Commission meetings as was done in 1973 and 1985. Instead, they are doing it quietly and suddenly.

Yang Baibing appears suddenly

9004434

at military region headquarters and issues the personnel transfer orders on the spot.

The person to be transferred never receives any advance knowledge of the move.

The orders always stipulate that the transferee is to leave immediately, bring no one with him, and start his new duties right away.

Officials and officers ordered to retire must vacate their posts immediately, and may not return to oversee the arrangement of personnel.

Hard Fight

The manner of the personnel transfers illustrate that Yang Shangkun and Yang Baibing, despite already having been allotted a great deal of military authority by Deng Xiaoping, and despite gaining an ever higher status within the military, still face unsolved contradictions and instability within the armed forces.

The fact of the matter is that discontent in the army over the Yangs increasing power and tyrannical temperament is growing more and more widespread. The "principle of removing the ends and keeping the middle" will certainly give rise to new conflicts, and will fail to extinguish the differing opinions of many cadres regarding the June 4th massacre. Most of the old senior generals and the seventeen new generals are not on the side of the two Yangs. These factors will constitute grave challenges and threats to Yang Baibing's plans to amass influence in the military. Yang Baibing's future indeed looks clouded.

Positions of Key Figures in the Seven Major Military Regions of the People's Liberation Army After Transfers
(Wide Angle Monthly, #6, 48, June 1990, p. 78)

Name	Year of Birth	Home Province	Year Conscripted into Army	Year of Entry into Party	Education	Current Position	Date Appointed	Military Rank
Wang Chengbin	1928	Ye County, Shandong	1945	1945	Military academy (1981)	Beijing Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Zhang Gong	1935	Yuanping, Shandong	1951	1953	Political academy, Beijing Armed Police spokesman	Beijing Military Region Political Commissar	May, 1990	Major general
Liu Jingsong	1933	Shishou, Hubei	1951	1954		Shenyang Military Region Commander	June, 1985	Lieutenant General
Song Keda	1928	Yancheng, Jiangsu	1944	1945		Shenyang Military Region Political Commissar	November, 1987	Lieutenant general
Gu Fei	1930	Gai County, Liaoning	1946	1947		Nanjing Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Shi Yuxiao	1933	Baoji, Shaanxi	1951	1951		Nanjing Military Region Political Commissar	May, 1990	Lieutenant general
Zhu Dunfa	1927	Pei County, Jiangsu	1939	1945	Military academy (1960)	Guangzhou Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Zhang Chongqian	1926	Weishan, Shandong	1940	1941	Political academy (1963)	Guangzhou Military Region Political Commissar	June, 1985	Lieutenant general
Zhang Wannian	1928	Longkou, Shandong	1944	1945	Military academy, (1961)	Jinan Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Song Qingwei	1929	Ling County, Shandong	1945	1945		Jinan Military Region Political Commissar	November, 1987	Lieutenant general
Fu Quanyou	1930	Yuanping, Shanxi	1946	1947	Higher military academy (1980)	Lanzhou Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Cao Yaoqi						Lanzhou Military Region Political Commissar	May, 1990	Major general
Zhang Taiheng						Chengdu Military Region Commander	May, 1990	Lieutenant general
Gu Shanqing	1931	Fu County, Liaoning	1947	1949		Chengdu Military Region Political Commissar	May, 1990	Major general

MILITARY LEADERS GET MARCHING ORDERS

(London, BBC, June 15, 1990, broadcast)

Military Region Command Shake up

In this program we will focus on the recent reorganization of command structures in the major military region of China. According to reports which first surfaced in Hong Kong, the top Chinese leadership is conducting a major reshuffle of top military commanders. To date, this has not been officially announced, but several broadcasting stations have confirmed it. Let us now consider an analysis by our Beijing correspondent Xing Wenlang.

As in the case of the quietly conducted 1985 restructuring of the military into the currently-existing seven major military regions, this latest reorganization is viewed by most observers as an attempt to prevent top commanders from establishing local power bases and to assure that local commanders remain loyal to

9004434

Beijing—in particular to the budding Yang Shangkun dynasty. Six of the seven regions have new commanders, all appointed without formal announcement during the past two months.

This latest round of promotions, dismissals, and retirements of commanders was conducted by the military's General Political Department, headed by Yang Shangkun's little brother Yang Baibing. Many Chinese observers disparagingly refer to the clique of Yang family members and their minions in key military posts with the sobriquet "Yang Jia Jiang." [Translator's Note: The spoken Mandarin word "jiang" here has a double meaning, rendering "Yang Jia Jiang" as either "the Yang clan Generals" or, more jocularly, as "Yang Clan Sauce."]

Western diplomatic corps observers believe that the Yang clan's wielding of personal power has created resentment among China's young professional officer corps. Young officers feel the placement of Yang sycophants in important command posts has damaged the professionalization of the military under way in recent years and the systematized promotion of officers instituted in 1988.

General Yang Baibing for his part last month berated the shortcomings of some officers' work styles and command methods, accusing leadership cadres of setting themselves above the masses and above practical realities and chastising them for being arbitrary and subjective. Translated, that means they did not follow orders with alacrity.

In addition to expansion of Yang clan power, the recent military command reorganization has provided an opportunity to reward those who demonstrated their loyalty at the time of last year's massacre in Beijing and to summarily dismiss those who hesitated in supporting suppression of the student movement. At a press conference held soon after the massacre, for example, the official spokesman for the martial law troops, who had until then occupied the position of Director of the Beijing Military Region Political Department, was decorated and promoted to the position of Political Commissar of that region, while both the former Political Commissar and the Commander of the Beijing Region were dismissed in apparent retaliation for their lack of enthusiasm in joining the massacre. Similarly, because Shenyang Military Region troops responded positively to orders, Vice Commander Zhu Dunfa of that region was promoted to the top commander of the Guangzhou Military Region, while the former commander of the Guangzhou Region, Zhang Wannian, was transferred to the Jinan Military Region.

Some observers say that in both military and economic circles there is friction between Guangzhou and Beijing. Guangdong Province is doing its best to counter Beijing's attempt to recoup the centralized economic power which it has ceded to Guangdong in recent years. If Beijing succeeds in that endeavor, it will adversely effect Guangdong's interests, stripping it of many of the boom town benefits which its residents have enjoyed by virtue of that province's liberalized economic policies.

In the aftermath of last summer's massacre, the Guangzhou Military Region was one of the last districts to come out and publicly voice its support of the martial law troops' occupation of Beijing. Moreover, it is rumored that some political dissidents and student leaders such as Chai Ling, who generated the student occupation of Tiananmen Square, escaped the country via the Guangzhou Military Region with the complicity of its authorities.

Foreign diplomats laugh at the notion that the Guangzhou Military Region could be of service in buttressing Guangdong Province's aspirations toward greater autonomy from Beijing. They point out that China's greatest concentration of military might is in the Northeast and that the strength of the Guangzhou garrison is weak by comparison.

Another factor in the military shake-up—and another reason why the military General Staff and the Party bosses in Beijing are touchy about the Guangzhou command in particular—is that Guangdong's influential governor Ye Xuanping has enjoyed highly placed connections in the military, friends of his deceased father, the late Field Marshal Ye Jianying.

SHAMEFUL "BLOOD MONEY" AWARDS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News [Mingbao], June 9, 1990, p. 38)

Tiananmen Incident "Awards" Handed Out: Eight Generals Dismissed

In the recent transfers of high-ranking People's Liberation Army officers, those that "contributed" in the Tiananmen incident have been promoted on a large scale. At the same time, of seventeen generals, eight have been removed from their commands.

The Japanese Sankei Shinbun's report from Hong Kong, quoted a mainland source as saying the latest round of military personnel shifts were as follows:

* Chief of Staff Chi Haotian will retain his position.
* Assistant Chiefs of Staff Xu Xin and He Qizong will retain their positions.
* The Director of the General Political Department Yang Baibing will retain his position.
* Yu Yongbo, former Director of the Nanjing Military Region Political Department, will serve as Deputy General Political Department Director.
* The Director of the General Logistics Department, Zhao Nanqi, will retain his position.
* The Deputy Director of the General Logistics Department will be Li Jiulong, formerly Commander of the Jinan Military Region.
* Air force Commander Wang Hai will retain his position. Navy commander Zhang Lianzhong will retain his positin.
* Commander of the Second Artillery, Li Xuge, will retain his post.
* The President of the National Defense Academy Zhang Zhen will retain his position and add to it that of Political Commissar.

The report mentioned that among the recently shifted personnel, the one who has received the most attention is the former mid-level cadre Yu Yongbo, who was promoted

9004434

to an important central position. During the Tiananmen disturbance he led the reluctant troops of the Nanjing military region to the support of Yang Baibing. His promotion and the dismissal of former Nanjing military region commanding officer Xiang Shouzhi constitute a stark and illustrative contrast.

In the latest military personnel moves, the eight generals who were removed from their posts were: Hong Xuezhi, Deputy Secretary of the Central Committee Military Commission, Li Desheng, the National Defense University Political Commissar, Guo Lingxiang, Deputy Director of the General Political Department, You Taizhong, Second Secretary of the Records Research Committee of the Central Committee Military Commission, Li Yaowen, Navy Political Commissar, Wan Haifeng, Chengdu Military Region Political Commissar, Xiang Shouzhi, Commanding Officer of the Nanjing Military Region, and Wang Chenghan, Political Commissar of the Military Science Institute.

Most of these generals were men over 65 years of age from the "Second Field Army" who had accumulated a great deal of military power. For the most part they were critical of Yang Baibing and Yang Shangkun's unyielding policies. Li Desheng in particular had been a thorn in the Yangs' side.

COMMITTING ENVIRONMENTAL SUICIDE

(Hong Kong, Wen Wei Po[文滙報], June 4, 1990, p.18)

China's Ecological Damage Severe

From Beijing comes word that the average amount of polluting dust in a cubic centimeter of air in Chinese industrial cities is over 600 micrograms and sometimes reaches as high as 1,000 micrograms. To put that into perspective, the average figure for Tokyo is only 22 micrograms, 48 for London, and 93 for Hong Kong last year, while the upper limit for healthful air set by the World Health Organization is 90 micrograms. It is now universally believed that air pollution is one of the major causes of cancer. Shanxi, for example, is both China's major coal production area and an area of very high incidence of lung cancer.

The major cause of air pollution in China is its dependence on coal as its major energy source. Coal burning and the acid rain produced by it are ubiquitous. There are 17 cities along the easter seaboard and 18 more in the Yangtze River Valley where acid rain has been recognized as a major problem.

Poison Damage

Reports say that water pollution is threatening 381 cities. In a 1987 study of the Yangtze River, it was found that only 20 kilometers of its 6,300 km length were unpolluted, and that little stretch of river is probably the only unpolluted stretch in all of China.

Forest destruction in China has become serious and is accelerating. Lowland forests have now totally disappeared. This depletion of forests has very grave consequences for the environment.

One of those consequences is soil erosion. Forests in the upper reaches of the Yellow River already disappeared hundreds of years ago. Every year 5 billion tons of topsoil are washed away in China's rivers. That means a layer of soil one Centimeter thick for the entire area of land now under cultivation. The amount of nitrogen, phosphorus, and potassium washed away in that topsoil is about 40 million tons, which is about equal to the entire yearly production of all the chemical fertilizer factories in China.

Other studies of rural water supplies reveal that 30% of drinking water is contaminated by polluting gases, 80% of water sources are in danger of pollution, and nearly 700 million people are drinking water which has an excessive level of germ contamination, including viruses and bacteria which cause flu, hepatitis A, and dysentery. The volume of water supply to cities is also a problem, half of them are facing water shortages.

The monetary value of ecological damage in China for the year 1988 has been estimated at 142 billion Hong Kong dollars, which represents about 10% of China's GNP. Of this total, about 8.25 billion is accounted for by damage to the physical environment, while the remaining 6 billion was caused by air pollution, water pollution, and use of chemical fertilizers. The trend is toward ever greater ecological damage.

HEATING UP

(Hong Kong, Wen Wei Po[文滙報], June 20, 1990,)

Carbon Dioxide Release And Deforestation

Zhang Jijia, Deputy Director of the National Meteorological Bureau has issued a warning regarding the adverse effect which human factors are having upon China's climatic resource. In a special interview published in Shanghai's "Liberation Daily News", Zhang stated that internationally accepted measurement and forecast techniques used by the Research Institute of the National Meteorological Bureau have led it to predict that a doubling of the current volume of carbon dioxide emissions will lead to average winter temperature increases in various northern and central regions of China of anywhere from 2 to 6 degrees Celsius, and those locales will have increasingly higher summer temperatures as well. China's warm, moist, sunny southern breadbasket, by contrast, may experience a drop in average temperatures.

9004434

Because of the overall warming trend, the sea level along the coast south of the Yangtze River has already risen 20-30 Centimeters. Besides this, the northwest is steadily becoming more arid the once marshy Lop Nor Basin has already become bone dry, and the Qinghai lake levels are dropping while snow lines in the mountains are rising. For four years in a row, the middle and lower reaches of the Yangtze River Valley have had warm winters, and the Fujian and Guangdong regions have suffered repeated floods. The hot and rainy seasons which used to come and go together are getting out of step. Originally clear blue skies have become a leaden gray, rains are no longer sweet, and the winds waft weird odors.

Zhang Jijia believes that although there are natural causes for abnormal and worsening worldwide climatic conditions, such as cyclical variations in solar activity, levels of volcanic activity, etc., the human factor has now clearly become equally prominent. This is especially evident in the case of China. Carbon dioxide and methane emission levels in China are presently third highest in the world. Due to ravaging of forests, the percentage of China land mass with tree cover has dropped in recent years from 13 to 8.9%. One consequence of this rapid deforestation is an increase in the incidence of mountain slope avalanches and mud slides in the southwest.

Zhang urges the immediate adoption of measures to prevent further development of all human factors contributing to deterioration of China's climatic resources. Among them, says Zhang, steps to reduce carbon dioxide emissions are of paramount importance. China, after all, is the world's third largest consumer of coal, and in fact only 30% of the coal consumed is actually "used". 70% of it is released into the atmosphere as carbon dioxide during the combustion process.

IGNORANCE ADDS TO ECOLOGICAL TRAGEDY

(Beijing, People's Political Consultative News[人民政協報], May 29, 1990, p. 1)

How Many People Know about the "Environmental Declaration"?

While on the train, one often sees travelers carelessly throwing the boxes from their carry out meals out of the window. It seems that people have not realized how they will pollute our environment by doing this! Thinking about this problem also leads me to wonder about our nation's role in the destruction of the ecosystem.

It seems that everyone is aware of the problems of environmental pollution and destruction of the ecosystem. But how many people know just how serious these problems are? For instance, how many people have heard about the country's first "Environmental Declaration" (also called the "Yueshan Declaration")?

In November 1987, the Chinese Ecological and Environmental Development Trends and Policies Research Convention convened at Yueshan in Sichuan. The Academy of Sciences of China, the National System for the Protection of the Environment, and experts and professors from institutions of higher learning united to publish the "Environmental Declaration". At the end of 1988, the nation had over six thousand experts, researchers, and cadres respond by signing their names to it. Their active interest, enthusiastic and patriotic support, and genuine concern deserve admiration.

The "Environmental Declaration" points out that China's destruction of the ecosystem and the environment has reached shocking proportions. Our nation has stored approximately 2.6 billion cubic meters of felled wood. Nevertheless, every year, over 300 million cubic meters of wood continue to be felled. If we continue chopping such enormous quantities of wood in this fashion and reach the point of shaving our land "bald" what is the use of waiting for the next century? During the fifties, our nation had one billion mu of desert land. Now, already .92 billion mu of land has become arid. In the span of thirty or so years, an area sixteen times the size of Taiwan has become barren and worthless. Also, there is the Yangtze River valley which loses 2.4 billion tons of soil every year, and the Yellow River valley of which less than three percent is covered by forests.

Then there are also problems of water pollution, air pollution, plant pollution, and garbage pollution. According to statistics, five percent of the nation's population has difficulties obtaining water. In the countryside, about fifty percent of the population has been making long-term use of water which does not meet sanitation requirements. Moreover, our country's economic losses due to environmental pollution reach 3.6 billion yuan per year. In addition, the nation also loses fifty billion yuan per year due to economic losses caused by ecological damage. Are these figures still not shocking enough?!

During these last ten years, in confronting the nation's task of protecting the environment, a 100,000-member professional environmental protection group has been formed. In addition, everywhere, a series of measures have been adopted to protect the ecosystem and the environment. However, the pace of management is not keeping up with the increase in pollution. The pace of construction lags far behind the pace of ecological destruction.

These problems are related to our lack of long-term nation-wide educational programs about the environment and the ecosystem and also to our lack of sound policies protecting natural resources. However, the thinking of most people in this regard is narrow and short-sighted. Thus, they stress the prevention and elimination of pollution but take lightly protection of the ecosystem. This has also contributed to the widespread destruction of the ecosystem and the environment.

Thus, I believe all citizens who truly love their country should read the "Environmental Declaration" and then proceed to take action.

9004434

THE EDUCATION SYSTEM MIRED IN POLITICS

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 1, 1990, p. 30, excerpts)

Speaking of China's Educational Problems

After establishing power in China, the CCP in the 1950's put a great deal of effort into expanding education and advocating universal education. However, the educational developments at the time went so far as to repudiate both Western style education and traditional Chinese education as they were fully modeled on Russian educational methods. The goal of education was to train and create personnel knowledgeable about Soviet style socialism.

After the 1950's, Sino-Soviet relations broke down. Mao Zedong advocated the "Great Leap Forward" and the "Three Red Flags Campaign". Schools carried out "educational reform," and instruction in culture and science began to be neglected. When the slogan "red and expert" was devised, schools essentially became "thought training classes". Instruction in culture was never again stressed in education. During the early 1960's, due to economic problems and famine, many universities, middle schools, and elementary schools "got off the horse" (closed down) and discontinued classes. Although only some schools formally "got off the horse" most of them still could not maintain a normal schedule of classes.

After the famine was brought under control and just as the schools were regaining normalcy in 1966, the Cultural Revolution began with a clash of thunder. Classrooms turned into battle fields, students denounced teachers and universities, middle schools, and elementary schools throughout the nation chaotically discontinued classes and made revolution in a turmoil which lasted for ten years. A full generation of people were unable to receive formal education in schools as a result of the revolution.

Wrong Approach

After the CCP put down the rebellion during the Cultural Revolution and restored order, it once again stressed the improvement of education. During the ten-year period of reform which followed, education expanded significantly. However, this was only an increase in quantity and certainly not in quality. Due to the severe shortage of teachers after the Cultural Revolution, those who graduated from middle school taught middle school, those who graduated from elementary school taught elementary school, and even those who had never graduated either from middle school or elementary school were able to teach at the middle school and elementary school level. Of course, among these teachers, there were a few talented self-taught people. But in most cases, because the teachers were not sufficiently educated and because they had not received specialized training, they were not qualified for their work.

In addition to the teachers' incompetence, there was also the problem of teachers not having the desire to teach and students not having the desire to learn. It was a common phenomenon to see schools run as businesses rather than academic institutions. Also, the practice of university and middle school students, their hearts set on passing the TOEFL examination to study overseas and using their connections to leave the country "through the back door" can also be attributed to the backwardness of the educational system and its inability to satisfy the students' thirst for knowledge.

Since the Tiananmen Incident, eduction has once again returned to the old road of "putting politics in command". In the last forty years of development and change in Chinese education, we can see clearly that the stagnation of the educational system has been due to interference by political movements, short-sighted utilitarianism in planning its development, and the constant changing of its direction according to the political struggles withing the CCP. During the 1950', the CCP advocated "Five Loves Education" and the "Three Goods" whose goal was to "train ordinary laborers to understand socialism in the areas of health, study, and work". Although this slogan was taken from the soviets, it was still fairly thorough.

During the 1960's, the CCP stressed that "education must serve the proletariat government and be combined with production work." Under the slogan of "combating and preventing revisionism", the educational line was torn to shreds by extreme leftist thought. After reforms and liberalization, the motto "revitalize China" became the collective ideal of all teachers and students. If only this motto were taken as the goal and direction for developing education, it would have given a great deal of impetus to it and would have been very persuasive since the slogan was patriotic and also stressed the importance of culture and science.

However, the CCP has consistently seen public education as being a party undertaking and a struggle with domestic and international class enemies for control of the next generation. Thus if there is any sign of the slightest disturbance on the domestic or international scene, the CCP immediately wants to puts the pressure on education. "Pressure" here refers to the organization of school political activities and criticism of the bourgeoisie. These movements always include a slackening of instruction in culture and science in exchange for extolling of instruction in culture and science in exchange for extolling worthless political rhetoric lacking in practical benefits.

Change Needed

In the last ten years of reform, although the importance of education and the training of personnel to carry out the "Four Modernizations" has always been stressed, long-held beliefs about "revolutionary thought" and methods stressing politics and neglecting knowledge have never changed. In coping with any kind of problem in the development of education, the first solution is always to "increase the establishment of organized groups of teachers and increase the teachers' level of political awareness" rather than increasing the amount and quality of education and improving the dissemination of scientific and cultural knowledge. If this kind of guiding ideology does not change at the root, the tasks of wanting to better the level of Chinese education and making it universal are completely impossible.

The nation's ever more serious shortage of educational funds is another reason for the backwardness of education. The yearly national allocation of educational funds is barely enough to cover the low salaries of teachers in state schools. As for locally run schools, they are allocated a budget only half that of the publicly-owned schools. Asking that the schools be managed well with funds this low is like "making a meal without rice".

In this kind of a situation, not only is it impossible to ameliorate the livelihood and salaries of teachers, it is also impossible to give underprivileged children the opportunity to go to school. However, we often read in the papers about New China's successful long-term development of basic education since its founding years and the enrollment rate for school age children rising to 97.1%. We also read that illiteracy has decreased from 80% during the first years of the Republic to 20% at the present time. The discrepancies between these ideal figures and reality are very greatly, however, and from this we can see that China's record is blemished.

9004434

PROFESSIONAL CAREERS GROW IN PUBLIC ESTEEM

(Beijing, Popular Tribune Monthly[群言], No. 5, May 17, 1990)

The Joy And Distress of "Old Nine"

A Beijing-based sociological organization recently performed a "public opinion poll" and discovered that most of the respondents felt that careers in science carried the most prestige, followed by the engineering and medical fields. Other professions received public respect in the following order: architect, attorney, government official, entrepreneur, banker, and accountant.

Of these best respected professions, one will note the appearance of the terms "expert" (jia) and "master" (shi). Because of their overall similarity and the like career requirements of the two, both, for the most part, are placed under the rubric of "intellectual". That is to say, they were in the past vilified with the nickname "stinking old nine". These days, the situation for the "old nine" is changing. Moreover, according to the poll, at least eight or nine careers under the category of the "stinking nine" now enjoy the public's admiration and respect. Since these last few decades of political activity have repeatedly seen intellectuals associated with "causing a stink", they now ought to be jumping for joy.

Few Teachers

But stop for a moment and think it over. On the one hand, there is joy, on the other, there is distress. The distress is that among all of these "experts" (jia), there is not one that corresponds to "educational expert" and among all the "masters" (shi), there is not a single "teacher".

The old Bingxin (a famous novelist Xie Bingxin) are thoughtfully to ask the question "what will workers, farmers, soldiers, scholars, and merchants do without teachers?" Here too we ought to reflect for a moment: where would this and that "expert" come from without an instructor? And where would all those "masters" gain their knowledge without a teacher?

Schools are the cradles in which these intellectuals are nurtured and instructors are the nurses who tend the experts.

The human resources that will realize the "Four Modernizations" will be nourished by the blood, sweat, and tears of teachers who quietly hoe their row ought to be enjoying the respect of all society. The occupation of teacher should be society's most revered and admired. But among those ten most respected professions from the "public opinion poll" listed above, there is not a single reference to "teacher". The reason for this, alas, is primarily due to the miserable salaries with which teachers are rewarded. This fact has most to do with the serious situation created by the topsyturvy value of "brawn over brains". One joke that makes one want to cry goes like this: no matter where you go nowadays, one seldom comes across a teacher wearing the emblem of the school with which he is associated. A professor at one university, however, makes sure that every time he steps out into the street, his school's emblem is emblazoned squarely across his chest. And when he was asked why he did this, he replied, "nowadays, public security is not what it should be. Getting on the bus or making a trip to the market is much safer when I'm wearing my school emblem. One look at it, and the local thieves know not to bother with me!" Even a thief should not steal from a poor person, let alone those who accept the heavy responsibility of wearing the countless pillars and beams of our society and the cream of our race. Is there any redeemable logic in this pathetic reflection on the order of our society?

Poor Pay

It seems that there is no solution to the salary problems of teachers and no feasible way to raise their status in society, and so the task of making the teaching profession the "most respected and worthy of admiration" can never be practically accomplished. Moreover, since educators will never really enjoy the respect of all of society, those "experts" (jia) and "masters" (shi) now receive a sort of esteem from society that is nothing but pie in the sky, water without a source and trees without roots.

This is not just a bit of sensationalism. There was an article that appeared in the "People's Daily Overseas Edition", dated December 21, 1989, in which a Beijing professor commented to a reporter that he hoped the nation would take quick and decisive action to deal with the problem the "missing generation" of secondary teachers. This professor cited the following example: the faculty population of one of Beijing's "key" technical universities comes to 612 total. Of this figure, 279 are 50 years of age or older, and 244 are 35 years of age or younger. There are

9004434

only 90 faculty members between the ages of 35 and 49, while most of the faculty places its age above 50. Between now and 1993, it is likely that 143 of these older teachers will retire, of which, more than half bear the title of "professor" or "associate professor". This means that over the next three or four years, most of that university's professors and associate professors will retire.

Who will fill these vacancies? Please consider this: those forces of younger professors who have reserves of strength are really put into an untenable position. In the first place, the number of graduates of higher education programs, including those who have attended graduate school, that are willing to go into the teaching profession is extremely small. Even those assigned to education as a career don't feel good about teaching. In the second place, in recent years it has become a common practice for intellectuals to try to study abroad. Sixty to seventy percent of our young teachers have their minds elsewhere and are just waiting for the opportunity to go abroad. This phenomenon of our most talented assets flowing away has become the sort of grave problem that makes one concerned not only for our intellectuals, but even more for the future fate of our nation's people.

Perhaps this is just the scattered talk of the "prophets of doom." But only if the time comes when even these "doom seekers" are not worried, can intelligent people feel that the "world is at peace."

BEIJING'S EDUCATION IN CRISIS: REFORMS NEEDED

(Hong Kong, The Mirror Monthly[鏡報], June 10, 1990, p. 39)

China's Educational Plans Must All Be Reexamined

Reading Premier Li Peng's governmental work report (from now on referred to simply as the "report") given at the Third Session of the Seventh National People's Congress and the speech he gave when addressing members of the "International Symposium on Facing 21st Century Education" (from now on referred to simply as the "speech"), I felt the authorities, 1) seem not to have fully analyzed and evaluated the present state of education; 2) do not take enough responsibility for education; and 3) do not have a complete layout of the educational structure. Thus, the authorities will be unable to build confidence in the vitalization of education in (mainland) China.

1) The Current Structure of China's Education Is Like a "Cracked Pagoda" The Premier's speech refers to Chinese education as being divided into four parts: basic education, vocational education, higher education, and adult education. In reality, Chinese education is a "pagoda" style combined structure. As there are several hundred million illiterate and semi-illiterate people in China, the pagoda is built on an "illiterate" and barren desert. Basic education can be called the base of the pagoda. However, nine-year compulsory elementary and middle school education has been carried out ineffectively. There have been unnecessary legal restrictions and assistance, and in many places, elementary school children quit school to engage in petty business or to work and thus return once again to the half illiterate or illiterate state they were in when younger. This can be compared to falling through the base of the pagoda onto the sandy desert. The base of the pagoda is not even or sturdy, and the effect of the burden on the pagoda is great and long-lasting.

The "body of the pagoda" should include layers of vocational education and higher education. However, there are very few vocational schools in the nation. There are thirty times as many junior middle school students as vocational high school students, and the number of high school students is equal to five times the number of vocational high school students. Vocational and higher education has become disjointed to the point of the former's seeming weak and limited in number and constituting but a narrow portion as slender as a "wasp's waist" of the pagoda.

As for higher education, of the nation's approximately one thousand colleges and universities, some are following a new trend and becoming prosperous money-making "institutions of higher learning". There are several dozen institutions of higher learning nationwide, and of these, there are only a dozen or so truly excellent publicly recognized institutions. It is these schools which are the true tip of the pagoda.

My calling the pagoda "cracked" means that some layers are incomplete, have fissures, and are facing the problem of destruction by the ravages of time. If the body of the pagoda is kept as narrow as a "wasp's waist", these hidden dangers will naturally continue to exist.

2) The Layout of the Structure of Education Should Be Fully Reexamined

The Premier's speech points out that education requires "three directions". Although from the point of view of current educational policies, "facing modernization" is certainly not realistically connected with these three directions". Everyone stresses economics and is eager for instant success and benefits. Thus the popular theories that "studying is useless" and "education may as well be prolonged" are becoming popular again under the new conditions of modern history.

To cope with the above dangerous situation of the "cracked pagoda," its structure should quickly be reshaped and straightened. In addition, from now on, experiments in complete reformation of education in cities and villages in certain areas should be carried out. According to knowledgeable sources, Yantai of Shandong province has already been designated as a test site. This is good news. Yantai's population of close to six million (the same as Hong Kong) has always stressed basic education and vocational training. These last few years, the city has also pooled its resources to build Yantai University.

Presently, this area has over 5300 schools all together with close to a million students enrolled. This means an average of one in six people are enrolled in school. The universal education system has already been extended to the second year in junior middle high school, and the enrollment rate, consolidation rate and graduation rate for elementary schools have on the average increased to over 90. Last year the city sent over 5000 students to institutions of higher learning throughout the country. The present state of education in Yantai is pleasing. Carrying out more complete reforms in areas like Yantai will certainly allow for more successes and can give impetus to reform and progress in education throughout the country.

3) The Government Should Bravely Shoulder Responsibility for Education and Should Work Diligently Until Results Are Seen

Whether it be in his speech or his report, criticism is aimed at the lower levels of government, and duties are assigned to the lower levels, whereas the government (especially the Central Government) never assumes enough responsibility for its mistakes on past projects.

In his "speech", the Premier points out that the necessity of "throwing oneself into education". However, he follows this statement by pointing out the difficulties involved and then places his hopes on "the whole society." But the government wants to prolong its own process of "throwing itself in" to a noticeable pace. It is problems like these which the National People's Congress and the Chinese People's Political Consultative Conference vel and fight and struggle about nearly every time they meet. Yet their struggles never amount to commitment to or support for basic construction, national defense, industry or agriculture.

The Premier's report stressed the policy of "respecting knowledge and human resources". However, whether the policies aimed at the nation's several million intellectuals suit the state of the nation or the pattern of development of objective matters is not certain. Actually, it is this which is really the pivotal point in the vitalization or weakening of education in China, and avoiding this key point by speaking of grandiose plans for revitalization is like building a pagoda on sand!

POPULATION EXPLOSION IS THE NEXT TRIAL

(Beijing, Fortnightly Chat [下月谈], May 10, 1990, pp.11–14, excerpts)

Thoughts and Observations on the Quality of Population

The alert on mainland China's abrupt population increase still has not been called off.

Following on the heels of this population increase is a difficult new challenge which concerning the quality of population.

Raise the quality of the population, reinvigorate the roots of mainland China has become the call of the age. This sacred concern for the quality of our nation's population has deeply touched the hearts of every mainland Chinese. An unprecedented ideology of crisis and struggle now surges through the veins of the Chinese people.

Stark Facts

Just as mainland China was about to whip the horse of the Four Modernizations into a gallop, we were reined in by something within ourselves: low population quality. It lays before us like a hidden reef, preventing us from making the leap forward.

What the data reveals:

30 million of our people suffer from hereditary defects. 1.07% of children between the ages 0 and 14 suffer from some form of mentally-debilitating illness. The national birth defect rate is 13.07%. In some provinces, this rate is as high as 20%. Every year more than 850,000 babies are born with biological defects. Of a total of 300 million children nationally, more than 10 million suffer mental retardation due to inherited and other factors, and over 2 million of these suffer incurable hereditary mental retardation.

4.64 million people nationwide have some form of debilitating illness. Approximately 10.71 million of these are mentally disabled.

One fifth of all the families in the nation have a family member with a debilitating illness. Among these the rate of disabilities caused by hereditary factors exceeds 30%.

Sick Children

In heavily populated Sichuan, 330,000 out of 30 million children suffer from mentally retarding illnesses. There is on the average more than one mentally retarded child for every 100 children. In culturally developed Beijing, the rate of mentally-disabling illness is 9.38%. From this percentage, it can be deduced that of the long-term city residents 86,000 are mentally retarded. There are 27.8 thousand mentally-retarded persons in the province of Gansu, and every year 2,000 retarded new born babies add to this figure. In the mountain districts of Wannan and Dabie in Anhui Province, the rate of hereditary birth defects is as high as 44.4%.

Nor do nutritional conditions give any cause for optimism. According to the calculations of experts, defect free babies born in Chinese mainland are no less healthy than those born outside of mainland China's borders. But later on, the nurturing gap becomes more and more obvious.

Cultural quality. Following "Liberation", and especially during the first ten years of reform, mainland China's education developed rapidly. The number of schools, the number of students in school, and enrollment rates for school age children all increased geometrically. The pre-Liberation illiteracy rate of 80% dropped to approximately 20%.

Poor Record

Nevertheless, for a variety of reasons, the average level of education nationally is less than five years. About one fifth of the population is illiterate or semi-illiterate. 10.8% of 12 to 15 year old youths are illiterate. In 1987 in mainland China, there were 18.2 university students for every 10,000 people. In Japan, the rate is 206, and in Austria, it is 203.5.

Almost all of our current workforce can be described as "three lows and one few": low cultural level, low technical level, low management level, and few technical personnel. Of

9004434

a national working population of 500 million, there are only approximately 26 million skilled technical personnel, a mere 5%. This is far below the ratio for many nations.

The crisis is most severe in the countryside. In the mainland Chinese countryside, 35.9% of the people are illiterate or semi-illiterate, 37.2% have only a primary school education. For every ten-thousand people, there are only four university students. This is below the education level of 1907 Japan.

Yet the situation is even more serious than this: the mainland Chinese 5-year elementary school system is not yet universal. There is a severe shortage of instructors. According to calculations, during the seventh five year plan, the nation needs to recruit 1.1 million elementary school teachers, but high school teachers are only capable of producing 900,000; the nation needs to recruit 900,000 junior high school instructors, but it is only capable of producing 500,000, it needs to recruit 300,000 high school instructors, but the current education schools can not perform this task. At present, the nation has 2 million elementary school teachers, and the need for training junior high school teachers has risen. But the current advanced schools and education colleges simply do not have the resources to carry out the tasks they wish to carry out.

Falling Standards

It is an incontestable fact that the overall quality of the population is low. However, the source of mental weakness which has everyone worried still cannot be controlled.

In most areas of the mainland Chinese countryside, there is a desert-like lack of superior education and superior students. Pre-marital tests and prepartum care are regarded as unnecessary trouble. In some places, a woman, having given birth to a mentally retarded, will go on to bear a second and even a third child. In Mang County in Gansu Province, there is a mentally deficient couple which has given birth to eight children, not one of whom is free from mental retardation genes.

In spite of repeated prohibitions, marriages between close relatives continue. Many frequently violate each others forbidden areas and, running a red light, add many bitter fruits to the family tree. According to surveys, 1.5% of marriages in mainland China are between close relatives. In some places the rate is as high as 15%. The great majority of peasant marriages are between inhabitants of a 25-kilometer wide circle. In some places, marriages between close relatives over a long period of time have resulted in "idiot villages" and "deaf and dumb villages".

As for raising the cultural level, there is little cause for optimism.

During the past few years, the pursuit of ideals has been twisted by money, and in the rush to engage in commerce, many have dropped out of school. Eagerness for quick success and instant profit and short-sighted behavior has resulted in a rapid increase in illiterates of 2 million new ones annually. The drop-out rate of junior high students in Fujian province is 8%, which means that every year 30,000 people enter society without having graduated from junior high school.

Fearful Prospects

In life, there are always people who regard odd phenomena as nothing unusual. The problem of population quality, and the threat it poses to the nation and the development of the people is not appreciated by people to the degree that it ought to. Statistics of the Ministry of Civil Affairs indicate mainland China has 2 million hereditary idiots, each requiring a total of 500 yuan for nourishment, care, and medical treatment, which means that the nation must spend 10 billion yuan annually.

There are more than 40 million families in mainland China with disabled members. Half of these need nursing care. This burdens the family with heavy economic and psychological pressures.

HAVING "FUN" WITH FIGURES

(Hong Kong, The Trend Monthly[動向], June, 1990, pp. 53-54)

The Marvels of Mainland Statistics

Various mainland Chinese government departments have recently released reports concerning the nation's livelihood and social conditions. Common sense would lead us to suppose that because there is only one official mouthpiece for news dissemination at home and abroad, namely the Xinhua News Agency, we should get a consistent picture of things. But reports coming from the same agency source often show huge discrepancies from one report to the next, causing the people to wonder what the score really is. A few examples might be instructive.

Garbage In

Zhang Jungji, spokesman for the State Statistiel Bureau stated that as of the end of 1989, the number of urban unemployed totaled 3.78 million, and the rate of urban unemployment was 2.6%. The Ministry of Labor, however, issued a report stating that as of the end of November in 1989 preliminary estimates of total urban unemployment stood at 5.5 million, fora rate of 4.2%. The discrepancy between the two reports is more than 45%.

At the beginning of this year, when the Central Committee's Work Convention was in progress, newspapers and magazines published the words of an authority whom they quoted as saying that by conservative estimates, there were at least 7.5 million urban unemployed, and the number of idled rural workers who had left the farm in search of jobs had reached 8.7 million — a deviation from official figures of from 50% to 98%.

During the 20th session of the United Nations' Asia-Pacific Regional Agricultural Organization convened in Beijing, mainland Chinese Minister of Agriculture He Kang stated that mainland China has 4 million people whose basic foodand clothing needs have not been met. Ever since 1984, during sessions of the National People's Congress or in statements for foreign consumption, the CCP has emphasized that mainland China has basically solved the problem offeeding and clothing its 1 billion people. CCP's Secretary General Jiang Zemin has repeated this assertion in recent conversations with foreign dignitaries.

Nevertheless, the (mainland) Chinese Academy of Social Sciences has issued materials indicating that nationwide, there are 8 million inadequately fed and clothed people in mainland China. Sichuan, Guizhou, Shanxi, Gansu, Shaanxi, and Ningxia provinces and the autonomous regions taken alone account for 4.5 million of that figure. This is a far cry from the picture painted in official statements and the conversations of the Party Secretary General.

Garbage Out

Chief Procurator of the Supreme People's Procuratorate, Liu Fuzhi stated in a report to the National People's Congress that the total number of criminal cases investigated and prosecuted in mainland China last year was 370,000, for a rate of only 32 per 10,000 people — a mere one-ninetieth of the crime rate in America and one of the lowest in the world.

But just what are the actual conditions in provinces and cities praised by the Public Security Ministry as exemplary? In an article that appeared in the "Liberation Daily News", a spokesman for the Shanghai Municipal People's Procuratorate pointed out that the total number of criminal cases prosecuted in Shanghai last year came to more than 12,000, or 10 cases per 10,000 people — more than 3 times the national average. In a "South Daily News" article, the Deputy Chief Procurator of the Guangdong Provincial People's Procuratorate stated that the number of cases in his province for last year totaled more than 80,000, or about 12 per 10,000 people, more than 3 times the national rate. In "Jiefang Daily News" report, the Chief Procurator for Shandong Province quoted a total of 32,000 cases for that province, or 9.2 per 10,000 people, 2.8 times the national rate.

As for not so exemplary locales such as Shanxi or Anhui Provinces, the crime rate exceeded 35 cases per 10,000 people (see reports in the "Legal Daily" which circulates publicly in mainland China).

An official at the Sichuan CIC (in Guangdong Province) Public Security Bureau has explained that there can be great discrepancies in crime rate estimates depending upon the method of calculation. At present, some provinces and cities omit from their calculations such categories as economic crime, suspended sentence cases, work rehabilitation cases, etc. A more objective estimate of the average national crime rate, therefore would be more like 20 cases per 10,000 people. That is 7 times higher than the supposed average for the 1960's and 13 times higher than the 1950's average.

Wild Talk

Ministryof Foreign Economics Relations and Trade Vice Minister Li Lanqing stated at a National People's Congress news conference that the number of companies authorized to directly import goods from abroad has increased from a nationwide total of about 3,000 in the 1970's to a present total of more than 5,000. The same ministry's Vice-Minister for Party Organization said during a general meeting of the NPC that it was very difficult to estimate the number of such companies because of their being widely scattered over the country. But he went on to guess "probably about 8,000" — an estimate 60% higher than Li Lanching's.

The chairman of the (mainland) China Insurance Company stated to a group of visiting foreign insurance company executives that the mainland Chinese insurance industry was developing well and that of the companies authorized to import goods from abroad, 6,000 had so far bought insurance (see Hong Kong's "Wen Wei Po"). The additional number of authorized importers who are not insured is not yet known, but we can gather from this statement that even the number of insured companies already exceeds Vice Minister Li's estimate for the total.

From this we can see, even top administrators in the Foreign Economic Relations and Trade Ministry, whose job it is to approve applications for the right to import, do not know how many companies are officially registered and documented and feel no compunction at all about casually tossing out arbitrary guesses. Too weird for words!

The above is just a small random sampler of the myriad contradictory statements of mainland Chinese officialdom. Could the problem be just a question of statistical analysis techniques, or is it not in fact a matter of the moral turpitude and quality of Communist Chinese leaders? Readers may judge for themselves.

HEADCOUNTING RAISES FEARS OF TOO MANY PEOPLE

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 20, 1990, p.49)

The Census and the Present Population Situation

It has already been eight years since mainland China's third census in 1982. The population regional distribution, structure and quality have all undergone great change. There are clear signs that the amount of population mobility has increased and in some villages family planning limitations have been seriously exceeded. Statistics show that the entire country's mobile population is about 60 to 70 million, among which those who have been on the move for over a year number 20 million. The country's "underground children", children who are in excess of family planning limits and who not registered for family residence permits, number more than 20 million.

The State Council Census Office's Assistant Director and State Statistiel Bureau Population Department Director, Shen Yimin, recently said that beginning this year on July 1st, the Fourth National Census will be conducted. The emphasis of this

9004434

year's census will be placed on accurately calculating these two segments of the population and on systematically and comprehensively determining the newest population figures including birth rate, death rate, and natural growth rate, mobility, health quality, cultural level, employment and occupation information, the occupational structure, marriage and birth data, racial structure data and other important data.

Public Ignorance

Shen Yimin has participated in every census since the first national census began in 1953, therefore he knows mainland China's population situation like the back of his hand. He believes that although the mainland began to institute family planning from the early 70's to control excessive population growth, the people's awareness of population problems remains quite low. Controlling the population is the goal of many years of hard work, but at the same time people have neglected the problem of population quality.

He listed some figures: mainland citizens on the average receive less than five years of education, illiterates and semiliterates comprise one fourth of the whole population. 10.8% of youngsters between twelve and fifteen are illiterate, and almost half of those between fifteen and nineteen years old have not gone to junior high school. In rural areas the illiterate and semiliterate population is as high as 44%, and those at an elementary school level make up 37.2%. In the industrial sector, engineering technicians only make up 2.8% of all staff members and 80% of the workers' cultural education levels are below the junior high school level.

Quality of health is another serious problem in mainland China. According to the statistics, the rate of marriage between close relatives is 1.5% in mainland as a whole, and in some places the rate is as high as 17%. Nationwide there are 30 million people with every kind of congenital defect, and every year among newborn babies, 850,000 have physical defects. Handicapped people of all types number about 50 million, among whom about ten million are mentally handicapped.

Shen Yimin said the quantity and quality of the population are two pressing problems waiting to be solved. This national census will provide information to assist in the resolution of these problems in order to aid to the country in its formulation of population and population-related policies.

Complex Task

In reference to this census, Shen Yimin said that back in 1986 the State Council decided to conduct national censuses every ten years beginning in 1990. "The People's Republic of China's Statistical Method of Implementing Detailed Rules and Regulations" has also drafted regulations to this effect. In May of 1987 the State Council established the Census Organization, and in October announced "The Fourth National Census Measures". These measures differ from past censuses in that the fourth census contains twenty one new items, and strict census policies aimed at the mobile population and unregistered infants have also been adopted. Close to 7 million census employees have been trained and are in position, and national population reorganization work performed for purposes of getting an idea of the population's base figure was completed at the end of May.

TRAGEDY OF ABANDONED CHILDREN

(Hong Kong, Ming Pao Daily News[明報], June 1, 1990, p.9)

Abandoned Babies Annually Exceed One Million

The cities and the countryside all have illegal children.
The welfare bureaus are filled to the bursting point.

According to the Civil Affairs Ministry's latest figures, the mainland China's present number of abandoned babies has already surpassed one million, of which Guangdong Province accounts for about one percent. The problem of abandoned babies is no longer limited to a few large and middsized cities the same problem is also quietly spreading in the countryside.

Shocking Practice

As the population continues to expand, the problem of abandoned babies gets more serious day by day. Among these tens of thousands of abandoned babies, some are in the care of welfare institutes, but still more starve, freeze, die of disease, are drowned or are stolen away. And many become "underground children" beyond the reach of population planning. In a village in Jiangsu, the abandoned baby market has "prospered" along with economic development. In less than three years a medium sized orphanage has received 37 abandoned babies. A farming family eagerly longing for a girl pasted up a poster in front of their village asking for a girl, not expecting that within three days there would be six abandoned babies laid neatly on their doorstep. This same household, fearing that during the night still more "goods" would be sent to their door, then rushed to paste up another notice about giving away girl babies. In the ancient city of Xian the abandoned baby phenomenon has been extremely serious in recent years. The Xian Metropolitan Child Welfare House took in 120 abandoned babies in 1985, 160 in 1987, and 260 last year. Their doors have been bursting with abandoned children for quite some time.

Guangdong's number of abandoned babies has shot up at shocking rate. According to the Provincial Civil Administration's Committee for Investigating the Problem of Abandoned Infants, studies carried out in five counties revealed that in less than two years time the number of abandoned babies stood at 920. Meanwhile, the Guangzhou Civil Affairs Bureau and the Children's Welfare House receive an average of three to four abandoned children each week.

Mental Illness

Among the abandoned children many are congenital idiots or mentally infirm due to near-relative marriages or hereditary illnesses.

Many infirm babies are sent to train or bus stations, docks, hospitals or and other places by unfeeling parents. Others are simply drowned.

The entire country now has 800 welfare institutes which so far have accepted over 11 thousand children. With every child's yearly expenses calculated at 2,000 yuan, the country institutes expends more than 20 million annually on this matter. For example, in all of Guangdong Province's 1,377 cities, counties and districts only forty welfare institutes have been constructed, and according to the plan 88 new welfare bureaus are still needed, but because of the lack of capital construction cannot begin on most of the bureaus. To take in these abandoned children Guangdong's Provincial Government adopted three methods: adoption by social welfare institutes or special organizations, adoption by the masses, and adoption by private individuals. As to the expense, with every infant's yearly provision calculated at 1,200 yuan, yearly support provisions will be more than 11 million yuan, not including the part that private people shoulder.

Ever since the late 70's the mainland has been talking about the basic national policy of family planning, strictly controlling the population's increase, elevating the quality of the population and adopting some relevant administration methods along with the supervision of public opinion. However, there still exist a few weak links and a lack of a complete set of strict policies. And concerning the problem of abandoned babies' households, every place adopts different policies, which gives those who abandon infants space to hide. There are a few regions that only use fines to solve this problem, but fines cannot stop the daily increased abandoned babies and population growth cannot be stopped by fines.

(Selected from "Humor & Satire" of People's Daily, No. 263, June 5, 1990)
A cadre is seated in a small boat which is leaking, but is also inside a whirlpool. The four characters on the hat read "serious damage." The caption says "repairing the leak in the heart of the river" and refers to the document the cadre is holding labeled "review" or "self-criticism."

MAJOR EVENTS IN JUNE

June 1: Gyaincain Norbu was elected chairman of the people's Government of the tibet autonomous Region at the third session of the fifth tegional People's Congress, said Xinhua News agency.

— Xinhua News Agency said the teh census in the tibet autonomous Teglon started today, one month earlier than other regions, due to its vastness and sparse population.

June 2: Wan Li, chairman of the Standing Committee of the National People's Congress (NPC), met a cuban delegation led by Teme Todriguez Cruz, president of the Ddubun Institute for Ffriendship with Foreign People.

— AFP reported from Beijing that the Communist Chinese authorities, fearing a new bout of unrest on the anniversary of the tiananmen Square massacre, closed the square to the public.

— Communist China announced that it has broked diplomatic relations with the West African state of Guinea Bissau for setting up ties with the Tepublic of China on Taiwan.

June 3: A mainland Chinese man who tried to display a portest poster near Tiananmen Square to mark the anniversary of pro-democracy protests last June was immediately attested by public security police, accofding to Associated Press (AP).

June 4: The People's Daily, organ of chinese communist Party's Central Committee, published an editorial asserting that "stability" is above everything after the quelling of the "turmoil and the counter-revolutionary rebellion" in Beijing last June.

The China Daily said mainland China's first scholastic book on religious studies has come off the press, called "A General survey of Telgious studies" complied by the Institute of Religion of chinese Academy of social sciences.

Li Ruihuan, a Standing Committee member of the Political Bureau of the Chinese Communist Party Central Committee (CCPCC), met a Soviet delegation led by U.K. Kosolev, president of the Culture foundation of Moscow, and briefed its members on Communist China's "ideological education," in Beijing, according to Xinhau News Agency.

— The U.S. Embassy in Beijing protested to the Chinese Communist government against the assault and harassment of American reporters in Beijing. Meanwhile, the Foreign Cor-

9004434

respondents Club of China in Beijing protested police violence against reporters covering the first anniversary of the suppression of the pro-democracy movement.

June 5: Sin Chongde, a psychology professor of beijing Normal University, released his surbey report on divorce, which said that 9 million people a year get divorced, reported China Daily.

— The Legal daily said Communist chinese police authorities have "criticized, educated, and fined" 12 "rowdy" rock fans as a lesson for potential troublemakers during the asian Games. The fans "stripped off their jackets, baring torsos, waved straw hats in the air and yelled continuously," police officials were quoted as saying.

June 6: The Communist chinese authorities have released another 97 dissidents after they "pleaded guilty and 'voluntarily' confessed their wrongdoings and expressed a willingness to repent," Xinhua News agency said, quoting the Public Security Ministry. Those freed include chou Fengsuo, a student at Qinghau University and No. 5 on Beijing's list of "21 most wanted" student leaders who attended pro-democracy activities at Tiananmen Square last year.

June 7: China Daily said a five-year program on diarrhea will begin this year in mainind China. A survey by the Ministry of Public Hearth in 21 provinces and municipalities estimated 836 million cases annually, reported the official newspaper.

— The State Pharmaceutical Administration ordered a complete ban on the illegal trading of pharmaceuticals and a "rectification" of the wholesale drug market before the end of this year. Qi Moujia, director-general of the administration, said only State-owned pharmaceutical commercial unite will be allowed to do wholesale business.

— The 4th meeting of the Committee for the Drafting of the Basic Law of Macao opened today in Beijing.

— Jiang Zemin met a delegation from India's ruling People's party led by its Bice-President Rama Krishna Hegde in Beijing.

— State Vice-President Wang Zhen met with his Syrian counterpart Mohammed Zouheir machankah. The Syrian Vice-President and his wife arrived in Beijing for an official visit to communist china.

— Li Jinhua, a Foreign Ministry spokeswoman, said Communist China has expressed its concern over the statement made by Australian government that the more than 20,000 Chinese students now studying in australia may remain there. Li said the australian government's reason to extend the stay of students who supported pro-democracy protests was "intolerable."

June 8: State Council spokesman Yuan Mu claimed in a June 5 interview with NKH Broadcasting Company of Japan that Communist china's political situation is developing "relatively well" and social order has rapidly retuned to normal, reported Xinhua news Agency.

Xinhua News Agency said the Central Commission for Discipline Inspection of the Communist Party of China announced that former Vice-Minister of Railways Luo Yungoang has been expelled from the Communist Party for accepting bribes.

Reuters News Agency reported that Lin Yenchih, a deputy Communist Party secretary of Beijing University, warned students that police will be used against future unrest on campus.

June 9: The State Education Commission claimed the regular universities and colleges are to admit about 620,000 undergraduates and students this near, 20,000 more than lsast year's admissions. More than 2.46 million middle school students will compete for the 620,000 openings by taking the National College Entrance Examinations set for July 7-9.

— Xinhua News Agency said Guangdong People's Government approved Zheng Niangyu as the new mayor of shenchau City, a key commercial center in southern mainland China.

June 10: People's Daily reported elections for deputies to the People's Congress have been completed in 60 percent of the 3,8000 counties and 60,000 townships.

— Communist China's foreign trade total was US$39.4 billion in the first five months of this year, 3.2 percent down from the same period last year, according to figures from the General administration of Dustoms.

— Communist China's economic retrenchment program and a continuing market slump forced 400,000 people out of work in april, the official China daily reported.

— Communist China will soon open four new ports to foreign trade, and expects to open 10 more over the next two years, said China Daily.

June 11: Public Security Minister Wang fang announced the launching of a government nationwide crackdown on crime, which has been rising sharply in recent months. Police action will focus on arson, murder, robbery, theft and opganized-gang crimes.

— People's Daily reported more than 180 party and government officials in Jiangxi Provinc have been punished for abusing privileges to build private houses.

Jiang Zemin General secretary of the CCP, addressed a national united front work meeting in Beijing, saying the guture task of "united front" work is to hold high the banner of "patriotism" and socialism unite all the forces that can be united, mobilize all "positive" factors and pool various wisdom and strength to consolidate and develop political stability and unity to promote socialist modernization and reform and opening to the outside world. Jiang stressed that "Leadership of the chinese Communist Party over united frount work must continue."

The Foreign Ministry claimed that last week's meeting between U.S. Vice president dan Quayle and pro-democracy student leader chai Ling represented "gross interference in (mainland) China's internal affairs."

June 12: reuters said Tibet's exiled leader, the Dalai Lama, predicted a bloody collapse of communism in mainland China within two years.

— Xinhua News Agency, reporting eight major changes of ranking officials, said Ying Ruocheng and Wang Jifu, both deputy ministers of the ministry of Culture, have been replaced, but gave no reason for the shake up. New vice Ministers are Xu Wenbo and chen Changben.

June 13: UPI said Israel is now the biggest supplier of advanced military technology to Communist China since the U.S. banned military sales in the wake of Beijing's bloody crackdown on student-led pro-democracy protest last year.

— Foreign Minister Qian Qichen met with soviet deputy Foreign Ministry E. A. Rogachov, who was on a special trip to brief Communist China on the recent Soviet-U.S. summit, Xinhua News Agency reported.

June 14: The People's daily quoted Jen Juanzin, president of the Supreme Pweople's Court, as saying a "serious smashing struggle" must be launched to maintain social stability. The newspaper said the 126,900 crime cases in the first 4 months of this year represent a big increases over the same period last year. Liu Fuchi, procurator general of the Supreme People's Procuratorate announced on television that more than 217,000 common criminals were arrested in the first 5 months of the year.

9004434

June 15: According to figures from the Ministry of machinery and Electronics Industry reported in china Daily, the production of mainland China's machinery and electronics industry during the past 5 months was 73.4 billion yuan (US$15.62), a decrease of 5.2 percent from the same period last year.

Liu Huaqing, Vice chairman of the Central Military Commission flew back to Beijing after his official visit to the Soviet Union.

State Statistical Bureau director General Chang Sai announced at a news conference that couples who have violated the strict one-child policy are urged to report all their children during the upcoming national door to door census. Chang stressed accurate reporting of family size is critical even if it means families must face penalties for exceeding the one child limit.

June 16. The China shipping Company, a major mainland chinese shipping concern, has asked South Africa to release 38 mainland Chinese seamen it said are being detained as hostages" in Cape Town, said the china daily.

Xinhua news agency reported that a team of archaeologists have excavated 19 ancient tombs dating back 7,000 years in Wenshang County, shandong province.

Serious floods have hit nine prefectures and cities of Harn Pesem.xw, killed more th 100 people and flooding 345,080 hectares of farmland since the beginning of this months, Xinjua News Agency reported.

June 17: Xinhua News Agency said a national scientific expedition has found that the glaciers at Geladandong on the Qinghai-Tibet Plateau, the source of the Yangtze River are rapidly melting and shrinking.

— Beizhen Manchu Autonomous county was officially set up in China's Liaoning province. The area has China's largest concentration of Manchus, 303,000 or 38.2 percent of the total population of Manchus.

— China Daily admitted that sales of short-wave radios soared during the pro democracy demonstrations last year despite heavy government jamming of Western short-wave news broadcasts. The newspaper said a record 870,000 radios were sold in June 1989, the first month of the bloody military crackdown.

June 18: National People's Congress spokesman Chang Husheng revealed at a news conference that 35 people remain behind bars for their alleged roles in last year's democracy movement.

Jiang Zemin told american political science students at California Sate Polytechnic University in a letter that Communist China sees massive political changes in Eastern Europe not as a collapses of communism but only a setback in its development. The text of the letter written on June 11, was reprinted in the China Daily.

Reuters said Communist China and Laos have completed the first joint survey of the Mekong River to see if the waterway can be opened to expanded trade.

June 19: Zhou Duo, one of three well known dissidents detained by police before the anniversary of last year's democracy movement on trial for "counter revolutionary" crimes.

The Beijing authorities plan to expel more than 100,000 unscrupulous laborers in a bid to clean up the city ahead of the 11th Asian Games, said the China Daily.

A military delegation led by Minister of National Defense Qin Jiwei returned to Beijing after an official visit to Egypt and Jordan.

June 20. Despite reduced inflation per capita income among mainland China's 800 million farmers dropped 1.6 percent during the first quarter of 1990 over the same period last year, according to a report in China Daily.

The Standing Committee of the NPC began to study draft laws on copyright, the state's tobacco monopoly and desecration of the Chinese Communist flag.

The Ministry of Public Health announced that the central government has launched a crackdown on illegal collection and supply of blood, claiming that "underground" blood banks and profiteers in blood products would be wiped out by the end of 1991.

June 21: Song Jina, State Councilor and minister in charge of the state Science and Technology Commission met a Pakistan government scientific and technological cooperation delegation headed by Tariq Mostafa, secretary of the Ministry of Science and Technology, in Beijing.

June 22: state President Yang shangkun and Premier Li Peng separately held talks with Idris abdal Wacil, second vice-president of Tanzania.

June 23. Vice State President Wang chen, one of Communist China's most hard-line leaders, in an article published in People's Daily, sharply attacked the "moderate elements," branding some as traitors and warning Beijing will defend socialism "no matter what the cost."

— Yuan Lu, spokesman for the State Council, told Japanese reporters he sees no early end to sanctions by Western governments on communist China after last year's crackdown on pro-democracy movements, reported People's Daily.

June 24: Reuters said Communist China is maintaining a tight security clamp on towns in the far western region of Xinjiang, to prevent ethnic unrest ahead of Moslem festivals next month.

June 25: Professor Fang Lizhi and his wife Li Shuxian left mainland China for Britain, more than a year after they took refuge in the U.S. Embassy in Beijing. Fang has been mainland China's best known dissident and called a "traitor" for his opposition to the Communist Chinese authorities.

China daily, quoting a survey report by the State education Commission, said that the shortage in education funds continues despite the increase in education allocations in the past six years.

Li peng, in talks with Hans Stercren, chairman of the Foreign affairs Committee of the Federal Assembly of West Germany, said he hopes all "far sighted" Western statesmen will exercise their wisdom and courage to improve relationships between Western countries and Communist China.

June 26: Fang Lizhi released a statement expressing his thanks to U.S. President George Bush for U.S. efforts to secure his release from Communist China. At the same time, Desaix Anderson, deputy assistant secretary of State, arrived in Beijing for talks with Communist Chinese officials.

The CCPCC opened its 11th Standing Committee Session in Beijing. The five day session will discuss "united front work," said the People's Daily.

— Li Peng met with Hasni Ould didi, minister of foreign affairs and Cooperation of Mauritania.

June 27: Soviet and Communist Chinese officials met in Beijing to discuss the number of troops and arms to be withdrawn from their borders, said a spokesman on the Soviet Embassy in Beijing.

Li peng held talks with visiting Chad President Hussein Harbren in Beijing, during the talks, Li stressed that developing countries should strengthen their unity and cooperation to cope with the current international situation, said Xinhua news Agency.

Xinhua News Agency, quoting vice-minister Wang Mingda of the State Education Commission, re-

9004434

ported that adult education for college diplonas in mainland China will face re-examination because colleges have been enrolling too many students and issuing too many diplomas.

June 28: Li Jinhua, a spokeswoman of the Foreign Ministry, warned at a press conference that Australia's decision to allow mainland China students who were in Australia during the Tiananmen Square crack down last year to stay for another four years will have a "detrimental" impact on bilateral relations between the countries.

— Xinhua News Agency reported Liu Chungyi has succeeded He Kang as minister of agriculture. The agency said the appointment, proposed by Li Peng, was approved by the Standing Committee of the NPC.

June 29: Xinhua News Agency said Communist China's first flag law passed by the Standing Committee of the NPC, providing for punishment for anyone damaging the national flag.

— Zhao Fusan, a member of the Standing Committee of the 7th NPC, has been removed from committee membership and from the NPC's Foreign Affairs Committee. Zhao has been accused by the Beijing authorities of making statements attacking the Chinese Communist Party and government, said Xinhua News Agency.

Li Peng held a formal talk with Bangladesh President Hussain Mohammed Ershad in Beijing.

June 30: People's Daily said Chinese Communist Party officials must attend meetings to undergo self-criticism twice a year to help build "democracy" and strengthen party discipline. The official paper announced the meetings of criticism and self-criticism are mandatory and those who fail to attend will be disciplined.

— Jiang Zemin said in a speech on the eve of the CCP's 69th birthday that corruption and provocation from "reactionary" forces has severely damaged the Communist Party's relations with the masses. Jiang also asserted that the Communist Party must strengthen rule over mainland China.

Profile

NEWLY-APPOINTED MILITARY REGION COMMANDERS

Wang Chengbin [王成斌]
–Beijing Military Region Commander

Born in 1928. Native of Ye County, Shandong.

Joined Eighth Route Army and Chinese Communist Party (CCP), 1945. Served as platoon commander of independent division of Jiaodong Military Region 1946, and company commander of eastern China Field Army, 1948.

Participated in Jiaodong, Jinan, Huai-Hai, Crossing Yangtze, Shanghai, and Fuzhou campaigns. After 1949, served as battalion commander, regiment chief of staff, regiment commander, division chief of staff, division commander, and deputy army commander. Graduated from Military Academy, 1981. Later served as president of Nanchang Ground force school, 1983. Became deputy commander of Nanjing Military Region 1985.

Member of CCP 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988. Awarded 3rd Class Order of Liberation.

Gu Hui [顧輝]
–Nanjing Military Region Commander

Born in 1930. Native of Gaiping, Liaoning.

Joined People's Liberation Army (PLA), 1947, and CCP, 1948. Became office secretary in battalion headquarters, Fourth Field Army, 1949, and participated in Liaoxi-Shenyang and Peiping Tianjin campaigns. Went to Korean War, 1950, and acted as regiment staff officer of operations and training, Chinese People's Volunteers in Korea. After returning home became chief of regiment operations and training section, 1955, and regiment deputy chief of staff, 1956, PLA. Graduated from Basic Department, PLA Military Academy, 1961. Later made chief of division operations and training section, 1961, regiment commander, 1966, and deputy division commander, 1969; deputy director of training Department, Military and Political Cadre School, Guangzhou Military Region 1975; division commander, 1978; and army commander. Became deputy commander of Jinan Military Region, 1985.

Alternative member of CCP 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988.

Zhu Dunfa [朱敦法]
–Guangzhou Military Region Commander

Born in 1927. Native of Pei County, Jiangsu.

Joined Eighth Route Army, 1939. Joined CCP, 1945. Appointed Commander of scout company in Shanzi-Hebei-Shandong-Henan Field Army, 1947. Won Outstanding Merit Citation and named 3rd Class Combat Hero during Northern Henan Campaign in 1947, and another Outstanding Merit Citation during Huai-Hai campaign in 1948. Served as head of scout section and battalion commander in Second Field Army, 1949. Fought in Handan, Longhai, Crossing Yangtze and South Western China campaigns. From 1951, served as head of scout section and regiment commander. Joined Chinese People's Volunteers in Korea and served as regiment commander, 1953. Graduated from department of Combined Army Commanding, PLA Military Academy, 1960. Later served as deputy division commander, division cotamander, chief of staff of army, deputy army commander and army commander. Assumed deputy commander position in Shenyang Military Region, 1985.

Deputy to 6th and 7th National People's Congress (NPC). Given rank of lieutenant general, 1988. Winner of 3rd Class Order of Liberation.

Zhang Taiheng [張太恆]
–Chengdu Military Region Commander

Born in 1931. Native of Guangrao, Shandong.

Joined PLA, 1945, and CCP, 1948. Served as platoon leader, Eastern China Field Army, 1949–51, and participated in Jinan, Huai-Hai, Crossing Yangtze and Shanghai campaigns. Won First Class Merit Citation twice. From 1952, served as company commander, Eastern China Military Region, 1952–53; battalion chief of staff and battalion commander, Nanjing Military Region, 1954–55. Graduated from Basic department, PLA Military Academy, 1981. Later became regiment commander, 1966–69, division deputy chief of staff, 1970, deputy division commander and concurrently division chief of staff, 1976–78, division commander, 1978–81, army chief of staff, 1981–83, and army commander 1983–85. Became deputy commander of Chengdu Military Region, 1985.

Deputy to 7th NPC. Given rank of lieutenant general, 1988.

Zhang Wannian [张万年]
–Jinan Military Region Commander

Born in 1928. Native of Huang County, Shandong.

Joined Eighth Route Army, 1944. Became member of CCP, 1945. Served as deputy company political instructor of North Eastern Democratic United Army, 1947-48, and chief of Regiment Communication Section of NE Field Army, 1949-50. Fought in Xinkailing and other campaigns. Rendered meritorious services in Tashan Blocking Action, 1948. Later fought in Peiping Tianjin and Guangxi campaigns. After 1950, served as chief of Regiment Combat Section and army combat staff officer, 1950–51, and deputy regiment commander and concurrently chief of staff, 1958–58. Graduated from Basic Department of Military Academy, 1981. Later served as regiment commander, 1981-88, deputy director of Military Region Combat Department, 1988; division commander, 1988-78, deputy army commander, 1978-81, and army commander, 1981-82, and deputy commander of Wuhan Military Region, 1982. Became commander of Guangzhou Military Region, 1987.

Deputy to CCP 9th National Congress and alternative member of CCP 12th and 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988. Awarded 3rd Class Order of Liberation.

Liu Jingsong [劉精松]
–Shenyang Military Region Commander

Born in 1933. Native of Shishou, Hubei.

Entered PLA 7th Infantry Academy, 1951. Joined CCP, 1954. Became platoon leader in Training Battalion, First Mechanized Division, 1954, commander of AA Gun Company, Tank Regiment, 1955; regiment staff officer of Operations and Training, 1960, division staff officer of Operations and Training, 1964, chief of staff, 1966, and deputy commander, 1969, of AA Gun Regiment, head of corps Training Unit, 1971, division chief of staff, 1977; division deputy commander, 1978; division commander, 1980; and army commander, 1983. Became commander of Shenyang Military Region, 1985.

Member of CCP 12th and 13th Central Committee. Granted rank of lieutenant general, 1988.

Fu Quanyou [傅全有]
–Lanzhou Military Region Commander

Born in 1930. Native of Gou County, Shanxi.

Joined PLA, 1946, and CCP, 1947. Served as deputy company commander, North Western Field Army, 1948-50, and participated in Yichuan and Lanzhou campaigns. Won Merit Citation, First Class, in Yanqing campaign, 1947. After 1950, made company commander and battalion chief of staff. Went to korean war, 1953, and served as battalion commander, Chinese People's Volunteers in Koren, 1953-56. Graduated from Department for Command of Combined Arms unit, PLA Higher Military Academy, 1960. Later became regimntn chief of staff, 1964-64; division chief of staff, 1968-69; division commander, 1978-80; army chief of staff, 1981-83, and army commander, 1983-85. Assumed command of Chengdu Military Region, 1985.

Member of CCP 12th and 13th Central Committee. Received rank of lieutenant general, 1988.

CHINESE COMMUNIST TERMS

Local Enterprises [鄉鎮企業]

Local enterprise are businesses established in villages, towns, and counties by farmers either collectively, as a joint venture, or individually. Majority of local enterprises still fall under the collective ownership system. Thus, in order to make the business operations more flexible and competitive, a great majority of these local enterprises either adopt the contractual management and leased operations sytems wherein ownership and management rights are separated.

Local enterprises absorb excess rural manpower which results form the implmentation of the responsibility system in rural economy. they also provide a large quantity of cheap raw materials and supplementary facilities needed by state owned businesses classified as people owned and town collective ownership enterprises. Furthermore, the majority of profits gained by local enterprises is used to develop villages and improve people's livelihood, thus playing a key role in improving rural economy.

Since Communist China adopted open-door reformist policies ten years ago, the number of local enterprises has grown sharply to some eighteen million, employing a total work force of almost 100 million and contributing about one fourth of the total annual industrial output of Chinese mainland. Local enterprises have become an important part of the structure of the mainland's manufacturing sector. But since Communist China carried out its tightening policies, some 18 million local enterprises have either gone bankrupt or stopped operation. Another 3.6 million local enterprises are in semi-active conditions. These have resulted in a grave unemployment problem.

With the purpose of establishing a legal status for local collectively owned enterprises, and for more appropriate planning and management, the State Council has drafted the first comprehensive local enterprises management regulations entitled "Regulations Governing Local Collective enterprises" scheduled to take effect July 1 this year.

Serious Smashing Struggle [嚴打斗爭]

To effectively clamp down on the

9004434

da by growing ciminal activities in mainland China and maintain social peace and order, mainland's security, investigation, and judicial agencies are presently pushing a widespread and thorough "Serious Smashing struggle."

Reports made by Beijing's Xinhua News Agency on June 15 this year said that while speaking to reporters about the participation of investigative agencies in the "Serious Smashing Struggle", Liu Fuzhi, chief of the highest Peoples' Investigative Administration pointed out: All levels of investigative agencies must actively join the "Serious Smashing struggle" in firmly carrying out this objective by thoroughly implementing this legal and speedy process. By the end of May, the Highest People's Investigation Administration issued a memorandum for all levels of the investigation bureau urging active participation in the operation. The memorandum urged that under the leadership of the party committees, investigative agencies must fully exercise the supervisory power of laws by close coordination with security agencies in actively carrying out anti-crime operation. It also pushed for a strict punishment of criminal elements, fast action in carrying out arrests and speedy trial in accordance with law. In order to achieve this, they must participate in forensic and pre-trial operations carried out by security agencies on important criminal cases. The memorandum also pressed for resolute action in smashing crime syndicated and the arrest of criminal elements, especially focusing on grave cases greatly affecting the localities where they are committed so as to effectively affecting the localities where they are committed so as to effectively supress deteriorating criminal activities. In implementing anti-crim operations, investigative agencies are urged to reach a balance between strict and considerate punitive policies by clearly drawing the line between what is crime and what is not. The agencies are asked to closely coordinate operations, make appropriate suggestions, and help agencies concerned to make up for loopholes in operations. Lastly, all parties are requested to improve all adminstrative, investigative, and supervisory systems and policies.

According to reports, although the "Serious Smashing Struggle" was successful in rounding up a considerable number of hardened criminals since it was started at the end of May, the movement faced resistance in some areas. For instance, contempt of arrest warrants by criminals and their relatives have been reported in some provinces and localities, including cases where security personnel assigned to carry out arrests were subjected to physical assaults. In connection with this, security agencies have also been asked to exercise caution in carrying out their duties by strictly taking all necessary safety precautions.

EDITOR'S NOTE

A year after their crushing of the June 4th Democracy Movement, the Chinese Communists have allowed astrophysicist and leading political dissident Fang Lizhi and his wife, Li Shuxian, to leave the U.S. Embassy in Beijing and go to England. They have done this, say the Communists, to reward Fang Lizhi's repentance and as a humanitarian gesture, to allow him to receive necessary medical treatment. That, of course, is poppycock.

In addition to Fang Lizhi, others detained for participating in last year's democracy movement have been freed— likewise for reasons quite different from the image of "magnanimous concern" purveyed by the Chinese Communists.

Observers of the Chinese Communists know that the already grave problems facing the Communists have been aggravated by the pressures of economic sanctions and ostracism abroad and heightened discontent at home brought on by last year's Tiananmen Square Massacre. As explained in the incisive article "Paying A Small Price for A Big Hoax" from the July issue of Hong Kong's Cheng Ming Monthly, the release of Fang and others is just a ploy to moderate those pressures.

For the Chinese Communists to make any headway in solving the political and economic problems bedeviling mainland China, they will have to vigorously pursue policies of reform and openess. Although in the wake of June 4th power wielding leftist hardliners have loudly proclaimed their commitment to continued reform and openness, their deeds have fallen far short of their words. Indeed, they have not only hesitated to move forward but have in fact gone backward. As discussed in several insightful articles selected for this issue of "Inside China Mainland," the Chinese Communists' efforts to extricate themselves from the morass of political and economic problems in which they find themselves must be stymied as long as the present leftward wind keeps blowing.

Including the recent shake-up of command in mainland China's seven military regions, there have been three major reorganizations of the military in the history of Communist China. Although the circumstances surrounding each reshuffle have been somewhat different, there is one salient feature which they share: they were conducted not to strengthen national defense but to strengthen the hand of those in power and silence domestic competitors. "Cheng Ming" magazine's commentary, Personnel Shifts in the Seven Military Regions, gets to the hart of this matter.

Inconsistencies in Chinese Communist statistics issued at different times or by different sources are commonplace, and fanciful figures are "de rigueur", leaving China analysts and others concerned about China continually groping for the truth. There are two reasons for this. One is the cavalier sloppiness of local bureaucrats, who perfunctorily use a "30/70 fact/guess formula" to crunch out statistics that look somewhat plausible. The other reason is the Communists' deep rooted proclivity for creative falsification. Fudged figures from the lowest rung of the bureaucracy are progrssivley embellished at every step up the ladder. As discussed in "The Trend" magazine, "The Marvels of Mainland statistics" the final figures just don't fit the fact.

9004434

What's Going On?

Find Out From Our China Study Series

1) What They Say This is a collection of accurate and reliable texts of wall posters that have appeared on the Chinese mainland. As far as possible photostatic copies have been used. These have been supplemented with a few articles from underground magazines that have circulated (illegally) on the Chinese mainland. In some cases printed copies of such articles have also been pasted up as wall posters.

What They Say is offered to readers who take a keen interest in following developments on the Chinese mainland. We hope the material presented will contribute toward broadening and deepening the reader's understanding of current events in that area. Hardback US$14.00, 1980 edition postage included.

2) A Catalog of Chinese Underground Literature, Vol. I, II People on the Chinese mainland have employed various methods in their struggle for freedom the main ones have been the dissemination of handbills, the putting up of wall posters and the issuing of people's publication." However, because Communist-style information and publication policies are enforced in mainland China, only the government is permitted to possess instruments of idea dissemination. mainland Chinese "people's publications" have no way of gaining legal status. For this reason we have titled the catalogue of wall posters and "people's publications" recorded in this book "underground literature."

In maintand China's unusual social environment "underground literature" has its definite meaning and value, however, the amount that is published or reprinted in newspapers, periodicals and magazines abroad (such as in Hong Kong, Taiwan or the United States) is tiny. For the sake of preserving "underground literature's" special historical value, and being unable to publish completely at the present time all the works that have been released, we have edited this catalogue volume. We hope that it will provide the impetus for further efforts to preserve mainland China's "underground literature," and that it will be an aid to those ho are concerned about the mainland Chinese people and who wish to research "underground literature." Hardback, US$14.00 for each volume, 1982 edition, postage included.

3) Pai Hua and "Unrequited Love" Pai Hua is a writer in the realistic tradition who has suffered long imprisonment and "reform through labor" because his works differ from the "official picture" the Communists wish to project. He is famous as a writer of "scar literature" depicting the sufferings of the people under the ugly conditions that exist on the Chinese mainland. Recently he has come under extremely intense attack for his screenario entitled "Unrequited Love." The attack on this work has been made the center of a new crackdown on literature and the arts.

In this volume we have published the full text of "Unrequited Love" along with additional materials to round out the picture of the situation created by this daring expose. These include Pai Hua's most recent address to the Chinese Communist Writer's Conference and criticisms which the work has provoked from the Communists. We have also added an introduction giving the broad background of the situation. This book is an important collection of first-hand reference material on this central problem in Communist China's literary world. US$10.00 1981 edition, postage included.

4) Natural Calamities on Chinese Mainland vs Destruction of Ecological Balance: For several years the Chinese mainland has repeatedly suffered disasters of flood or drought or even both. The Communists refer to these events as "natural calamities." Is that all there is to it?

Professor Ching Hsueh-chia, a renowned China watcher, develops the argument, based on the Communists own reportage, that the misfortunes in question are actually man-made. His discussion covers a broad range of topics, including forest ecology, animal husbandry, the enclosure of lakes, deep well funnels and conditions along the Yangtze River, all with reference to the severe floods and drought that have been occurring recently. Paperback, US$6.00, 1981 edition, postage included.

5) Inside China Mainland Vol. XI The 11th year of INSIDE CHINA MAINLAND. The twelve issues January-December, brought together and bound in a single volume. It joins the previous 1979 and 1988 volumes in offering coverage of important issues regarding Communist China in a convenient format. An invaluable asset to any research library and of absorbing interest to all who are closely concerned with current events on the mainland of China.

Because this is a limited edition, we urge all interested readers not to delay but to order a copy (or several) as soon as possible. We will meet all orders in the order in which they are received. Why not take advantage of this excellent opportunity immediately? Hardback, US$18.00, postage included.

INSIDE CHINA MAINLAND

Published by
Institute of Current China Studies
P.O. Box 14-19, Taipei, Taiwan, ROC

[illegible]

Manager: A. R. Hsu

Editor: T. L. Wang

Subscription Rates
(By Airmail, Postage included)

Area	Per year	Per copy
America	U.S$15.00	1.50
Europe	U.S$15.00	1.50
Asia	U.S$12.00	1.20
Other Areas	U.S$15.00	1.50

9004434

WHAT'S INSIDE

POLITICS

Beijing Stuck between A Rock And A Hard Place: Li Peng Regime in Dilemma 1
Yet Another Program Looming: CCP on Verge of All-out Anti-Zhao Purge 3
Beijing's Revolving Doors Keep Turning: Deng Xiaoping's Chats with Zhao Ziyang 4
In Beijing's Ideological Warfare the Past Prevails: Is "Old Intractable" Using the "Yenan Spirit" to Combat the "Soviet-Eastern Europe Wave"? 5
Paying A Small Price for A Big Hoax: A Critique of the CCP's Release of Fang Lizhi And Wife 7

ECONOMY

Economic Ills Getting Worse: The Reason for Mainland China's Soft Markets 8
Planning The Economy---The Hard Way: Seven Taboos in Economic Decision Making 9
All for One or One for All?: Five Features of the New Egalitarianism 10
Meanwhile, Back on the Farm...: A Glimpse at the Modern Farmer's Outlook 11
Toiling on the Land Just to Pay Taxes: Peasants Appeal for Reductions in Their Economic Burdens 12
Mismanaging the Future As If by Design: Abuses of A Crude and Lax Management Style 13
A Prescription for Disaster: Business Practices Which Have Caused Lowered Economic Efficiency 14

MILITARY

PLA Top Brass Playing Musical Chairs: Unusual Personnel Shifts in the Seven Military Regions 14
Military Leaders Get Marching Orders: Military Region Command Shake-up 16
Shameful "Blood Money" Awards: Tiananmen Incident "Awards" Handed Out Eight Generals Dismissed 17

ENVIRONMENT

Committing Environmental Suicide: China's Ecological Damage Severe 18
Heating Up: Carbon Dioxide Release And Deforestation 18
Ignorance Adds to Ecological Tragedy: How Many People Know about the "Environmental Declaration"? 19

EDUCATION & INTELLECTUALS

The Education System Mired in Politics: Speaking of China's Educational Problems 20
Professional Careers Grow in Public Esteem: The Joy And Distress of "Old Nine" 21
Beijing's Education in Crisis---Reforms Needed: China's Educational Plans Must All Be Reexamined 22

SOCIETY

Population Explosion Is The Next Trial: Thoughts And Observations on the Quality of Population 23
Having "Fun" with Figures: The Marvels of Mainland Statistics 24
Headcounting Raises Fears of Too Many People: The Census And the Present Population Situation 25
Tragedy of Abandoned Children: Abandoned Babies Annually Exceed One Million 26

REGULAR FEATURES

Major Events in June, Profile & Chicom Terms 27

EDITOR'S NOTE 32

The articles published herein are all first hand material dealing with behind the scenes developments or the present situation on the China mainland. These materials have made their way through various channels to Taipei, Hong Kong, Tokyo or other regions in the vicinity of the China mainland. They are published here in English translation for the benefit of all interested persons. Readers are welcome to quote from these articles. Please cite ***INSIDE CHINA MAINLAND*** *as the source of your quotations. Also let us know you have used our material and, if convenient, send us a clipping.*

9004434

Nº DOCUMENTO
TITULO Regreso de Somoza
PROCEDENCIA CDS Lasso
FECHA DOC 1-8-92
VINCUL-CIONES NICARAGUA 1992
Vol 1164

Los Somozas en la vuelta

MANAGUA. (EFE) — Luis Ramón Sevilla Somoza, de 43 años, sobrino del asesinado ex presidente Anastasio Somoza Debayle, regresó a Nicaragua para estudiar "qué condiciones hay en el país para reclamar propiedades de su familia y tratar de unir a los liberales".

El diario sandinista "Barricada" destacó ayer en su primera página el regreso de "un Somoza", quien viajó a Managua "para ver si hay posibilidades y si vale la pena reclamar las propiedades de su familia".

Luis Ramón es uno de los nueve hijos de Guillermo Sevilla Sacasa, quien fue "eterno" embajador de Nicaragua en Estados Unidos.

9004748

Nº DOCUMENTO
TITULO APOYO de la Aeronáutica a cambios en el país
PROC... LA PRENSA 150024
FE... 11/8/90
VI... ARGENTINA 10033
FACTOR MILITAR 11163
FUERZA AEREA 500980

ENTRADA 21/9/90
CRUZADO

Habló el brigadier Juliá en el Día de la Fuerza Aérea

Apoyo de la Aeronáutica al cambio estructural que se produce en el país

Córdoba — El primer mandatario nacional, doctor Carlos Menem, presidió ayer los actos que se realizaron en la Escuela de Aviación Militar para conmemorar el 78º aniversario de la Fuerza Aérea Argentina.

Menem llegó acompañado por el vicepresidente Eduardo Duhalde, los jefes de Estado Mayor de las tres Fuerzas Armadas y otros funcionarios del gobierno nacional, siendo recibidos por el vicegobernador en ejercicio del Poder Ejecutivo provincial, doctor Mario Negri, e integrantes del Poder Ejecutivo provincial.

Poco después, el presidente de la Nación revistó las tropas de la Aeronáutica que estaban formadas en su honor, tras lo cual el capellán general de la Fuerza Aérea ofició un oficio religioso en acción de gracias.

Conceptos de Juliá

Seguidamente habló el jefe del Estado Mayor de la Fuerza Aérea, brigadier general José Antonio Juliá, quien, principalmente, se refirió a la restricción presupuestaria y confió que el arma "se suma activamente al esfuerzo, en la necesidad del cambio estructural que se está produciendo en el país, compartiendo los objetivos fijados y los caminos elegidos".

En otro tramo de su mensaje recordó que los argentinos "reclamamos constantemente moral y conducta pero nos movemos, sin encandalizarnos, en un clima donde cualquiera se cree con derecho a opinar de corrupción o mentira y donde la madurez y la probidad se ponen en tela de juicio con una liviandad propia de quienes buscan el poder sólo a través de la destrucción".

Juliá reiteró, además, la necesidad de "profesionalizar" a su Fuerza, que actualmente "está limitada" y tiene como prioridad realizar "acciones que permitan satisfacer las necesidades personales y las expectativas profesionales" de sus integrantes.

En su discurso, [illegible] que "el éxito militar [illegible] "exige [illegible] [illegible] material apto en cantidad suficiente".

El titular de la Fuerza Aérea respaldó la gestión del gobierno nacional encabezado por Menem aunque dejó en claro que su institución afronta serias "restricciones presupuestarias", por lo que "se ha decidido priorizar la preservación del personal".

Juliá, quien habló en un acto que fue clausurado con un desfile aéreo y terrestre de efectivos de su Fuerza, enfatizó que "la integración de esfuerzos entre los distintos ámbitos, políticos y militares, el análisis conjunto de los problemas para encontrar soluciones modernas y la racionalidad de los gastos, son los caminos aptos para lograr la eficiencia del poder aéreo nacional".

Desafío

En otro orden de temas, el alto jefe militar advirtió que "en este momento el desafío más crítico asumido y en ejecución" por su Fuerza "es la coproducción del avión de trasporte liviano CBA-123, por el que se tienen pedidos por más de 160 de ellos" y en consecuencia reclamó para su concreción "el oportuno esfuerzo nacional, incluyendo también a los capitales privados".

"Esto resulta de fundamental importancia, pues el no contar con él puede significar la pérdida de participación activa en el proyecto binacional y lo que es más grave, la credibilidad y prestigio que en el orden aeronáutico internacional hemos logrado a partir de la presentación del avión de entrenamiento de avanzada IA 63 Pampa", agregó.

Por otra parte, Juliá confió que la Fuerza Aérea Argentina "se suma activamente al esfuerzo, en la necesidad del cambio estructural que se está produciendo en el país, compartiendo los objetivos fijados y los caminos elegidos".

"Pero a veces —añadió— vemos con estupor que aún existen sectores disociantes que, asumiendo un nivel casi subliminal, pretenden que la solución debe buscarse por la violencia, imponiendo sus ideas por la fuerza y proponiendo esquemas de poder, suponiéndose dueños de inspiraciones celestiales".

Sostuvo que "vivir una situación de crisis no nos debe atemorizar, pues no significa más que una instancia, tal vez dramática pero a la vez esperanzada que debe estimular el protagonismo de todos y cada uno y no sumirnos en el temor ni en el desaliento y mucho menos en el quietismo".

Finalmente Juliá subrayó que en la Argentina "nos movemos en un clima donde cualquiera se cree con derecho a opinar de corrupción o mentira y donde la honradez y la probidad se ponen en tela de juicio con una liviandad propia de quienes sólo buscan el poder a través de la destrucción de la gestión de turno".

Consulta

Consultado posteriormente el secretario de Defensa, José Dentone, acerca de las afirmaciones de Juliá, declaró que las Fuerzas Armadas irán recuperando su presupuesto a medida que mejore la situación económica en general del país.

Ante otras consultas, se negó a referirse al anunciado indulto a los ex comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas que, aún, cumplen condenas por haber combatido a la subversión, lo cual, señaló, "es una decisión privativa del presidente de la Nación".

01-01

9004882

ENTRADO
CRUZADO

Panorama político

A

El Presidente no auspicia ningún cambio aunque en estos días —quizá los menos placenteros desde el diciembre negro— tuvo palabras duras para miembros de su gabinete. Optimista como es, Menem repitió que "vamos bien", mientras el equipo económico, surcado por contradicciones internas cada vez más notorias, busca una alternativa para contener la inflación, que sigue viva y coleando.

Dio un plazo concreto para una de sus primeras espadas, Erman González, y dicen que le perdonó la vida a Roberto Dromi, después del confuso episodio del "control social" de precios que el jefe del MOSP auspició ante los sindicalistas del oficialismo. En ambos casos, por si habría alguna duda, se trata de dos ministros que han constituido la encarnación más acabada del modelo que auspicia el menemismo.

Estar en la primera línea de fuego, como lo están González y Dromi, tiene su costo. Por primera vez desde que el contador riojano tomó el timón de Economía, la situación parece haberlo alcanzado.

Un emplazamiento al ministro de Economía no es un ultimátum pero se le parece demasiado. Quizás el afán de urgir más audacia en el ajuste haya llevado a este plazo fijo, en un momento donde la realidad presiona con fuerza sobre Economía. El respaldo norteamericano al ajuste fue un alivio para el Gobierno. No obstante, esa política de ajuste está tocando los límites: la tradicional panoplia de medidas de restricción del gasto público, renegociación de los convenios de empresas estatales, está acompañada por un amago de mayor apertura e incremento de tarifas.

Frente a la tormenta, González y Dromi buscan acelerar un diseño que concentre el poder en esta etapa. Uno, el jefe de Hacienda, se encargará de lo que sabe: la caja; el otro, desde el MOSP, tratará de concretar las privatizaciones.

La tarea no es fácil porque la política tiene resistencias. Dromi, por ejemplo, sigue decir que ajuste y reforma del Estado son dos piezas de una estrategia, se complementan por necesidad. El próximo paso son las empresas dependientes de Defensa, que no escaparán a las generales de la ley: esto es, la administración irá a parar al Ministerio de Economía.

El tercero en discordia, Humberto Romero, tiene algunas cosas que decir. Quizás esté dispuesto a ceder la administración pero el proceso de privatización, según dicen fuentes de su cartera, tiene que continuar en su actual jurisdicción. No está solo: en los últimos días hubo sugestivos trascendidos del alto mando militar sobre su preocupación por el destino de los fondos surgidos de presuntas privatizaciones y por el manejo de todo el proceso.

El dúo **González-Dromi** ha apostado su suerte a la centralización del ajuste y la reforma, comprendiendo que allí se librará la principal batalla para imponer el modelo. No tienen todo el tiempo del mundo para ofrecer resultados y el Presidente acaba de trazar una línea en la arena, tal como lo reiteró ayer cuando volvió de Las Leñas.

Pero el problema es el siguiente: ¿qué pasará si los obstáculos para la centralización del ajuste y la reforma no son vencidos? Una de las respuestas posibles es que alguno de los ministros involucrados se dio a sí mismo un plazo para lograrlo, más allá del cual podría poner a disposición del Presidente su cartera.

Gabinete desbalanceado

Además hay una razón de peso: la administración ingresó en una zona de fuerte turbulencia y el equipo de ministros aparece, por lo menos, desbalanceado.

Hay varios ejemplos.

● **Mera Figueroa**, el hipotético ministro político, está con licencia por razones de salud. Su participación en la estrategia política del Gobierno fue siempre tangencial, salvo que se trate de cuestiones internas del peronismo, donde el ministro se mueve con comodidad. De cualquier manera, el estilo de **Menem** es peculiar: las tareas más importantes —salvo las económicas— las asigna a hombres externos al gabinete. ¿Quién puede discutir, por ejemplo, que su hermano **Eduardo** cumple misiones que, en rigor, pertenecerían al Ministerio del Interior? ¿O que **José Luis Manzano** también se dedica a esos menesteres con frunción?

La búsqueda de un nuevo diálogo con el radicalismo, por ejemplo, tuvo a **Eduardo Menem** como su protagonista principal, escudado por su nueva función como presidente del Partido Justicialista. El diálogo con **Raúl Alfonsín**, quien acababa de acusar duramente al Presidente, estuvo enderezado a separar lo esencial de la pirotecnia verbal a la que se ha reducido la oposición a **Menem**. Esto es, volver a sentar a la UCR a la mesa de conversaciones por la reforma constitucional. No es el único que estuvo tratando de seducir el corazón de los radicales: el intendente **Carlos Grosso** cenó con **Jesús Rodríguez** el miércoles —en la casa del diputado **Miguel Angel Toma**, otro de los neomenemistas porteños— para buscar coincidencias.

Las gestiones, por ahora, no pueden vencer el encono cada vez más acerado que se tienen **Menem** y **Alfonsín**. Un testigo que viajó en el avión de regreso de Las Leñas escuchó con cierto asombro el grado de fastidio que despiertan en el Presidente las críticas que le despacha **Alfonsín**. De paso, el Presidente también quiso hacer un gesto hacia la interna radical: esto es, indicarle a **Angeloz** que debe ir más allá en su afán de destronar al **alfonsinismo** de la cúpula de la UCR. La convocatoria a **Horacio Usandizaga** a Olivos contiene dos mensajes: uno, mostrarle a **Angeloz** que no es su único interlocutor en esa franja del radicalismo; dos, tratar de ganar a **Usandizaga** para su causa, que es simple: gane quien gane, **Menem** no pierde. El ex intendente de Rosario está al tope de las preferencias en Santa Fe, una provincia considerada perdida por el peronismo en las elecciones de 1991.

● **Jorge Triaca**, el jefe de la cartera de Trabajo, tiene un perfil cada vez más diluido. No concurrió ni al reconocimiento oficial a la CGT-San Martín, vertiente sindical que sostiene el modelo menemista. No es nuevo lo de **Triaca**: desde su último cruce con **Luis Barrionuevo**, luego del cual admitió públicamente que el Presidente lo había "puesto en caja". Ausente en las grandes operaciones en el gremialismo, el papel que está cumpliendo el ministro es jugar de **tapón** para frenar a sectores sindicales que quieren poner su hombre al frente de Trabajo. Y además, ya se sabe, está absolutamente de acuerdo con el ajuste y el modelo que pregona **Menem**.

Barrionuevo, además del ultramenemismo desaforado que profesa, cumple misiones externas. No es un diplomático florentino para realizarlas pero pertenece al aparato político del Presidente en operaciones de choque, ya sea en el terreno sindical o en el político, sobre todo en la provincia de Buenos Aires, donde impulsa la candidatura de **Carlos Brown**. También ayer, en el avión presidencial, el tema de las candidaturas para la elección de 1991 en el principal distrito del país fue analizado largamente por el Presidente. Los nombres de **Italo Luder**, **Eduardo Duhalde** y el del intendente de San Martín quedaron sobre la mesa, nuevamente. Habría que considerar, sin embargo, que el resurgir de Grosso no solo potencia frentes a la cuestión presidenciales porque, otra vez, los dirigentes pueden aparecer discutiendo cuestiones a contramano de las respuestas que está necesitando la sociedad.

● Los otros seis ministros están en una posición distinta. González y Dromi, ya se dijo, se proponen constituirse en el eje de reagrupamiento en el gabinete, con apoyo en **Eduardo Menem**, **Luis Barrionuevo** y **Manzano**. El jefe de Acción Social, **Eduardo Bauza**, no tiene opinión y mantiene un firme nexo con **Menem**. **Humberto Romero**, tampoco, aunque tiene ciertas reservas.

Camino al Golfo

● **Domingo Cavallo** intentará —si su temperamento y formación se lo permiten— esquivar entrar en el ojo de la tormenta de la crisis económica. Su protagonismo en enero —la virtual confiscación de los plazos fijos— le costó bastante. Sus asesores consideran que no tropezará con la misma piedra, salvo que el Presidente se lo solicite. Bastante tiene el canciller con su propia cartera: la Argentina está en los umbrales de participar militarmente en una crisis de alcance mundial en el golfo Pérsico.

Todos los indicios llevan al mismo punto: **Menem** tiene decidido enviar naves para reforzar el bloqueo y la resolución de ayer de las Naciones Unidas habría allanado el último obstáculo. Alguno de los países involucrados en el despliegue militar puede solicitar la participación argentina y anoche se esperaba ese pedido.

Se trata, de todos modos, de una decisión grave. Un sondeo indica que el 70 por ciento de la opinión pública se opone a que la Argentina quede involucrada en el golfo Pérsico. Una vieja cuestión vuelve al primer plano: todavía hay quienes le achacan la causa de nuestros males a la neutralidad en la Segunda Guerra Mundial. Y sugieren, casi abiertamente, que ir al golfo Pérsico permitirá, luego, recoger los beneficios económicos de la alianza con la OTAN y los Estados Unidos.

Copyright Clarín 1990

● Una visión deformada, de este tipo, empuja a la Argentina a ir más allá de lo que le recomienda su propio interés nacional, que debería ser el norte de sus decisiones en la política exterior.

En conclusión, los crujidos de la economía pondrán a prueba la capacidad del Gobierno, en su conjunto, de enfrentar una nueva crisis con las mismas armas y con los mismos hombres. Quizá, también, estén poniendo en evidencia que un conjunto de medidas económicas no constituye un plan, salvo que se considere que el ajuste sin límites, sobre un cuerpo castigado como lo es la Argentina de hoy, sea una política con futuro.

Hablar de una crisis de gabinete hoy parece prematuro, pero está a la vuelta de la esquina. Nadie lo admite, pero se cuece a fuego lento.

Ricardo Kirschbaum
Copyright Clarín 1990

001 1 9004971

90013 2
Planes proyectos comicios
LA PRENSA 150226
26-8-9
Menem 1003
F Duhalde 1104
Partido Peronista 1104

ENTRO
CIRCULO

Para dominar partido y Parlamento

Menem proyecta los comicios de 1991

Por Daniel Lupo

Hay dos motivos para que Menem haya sugerido la conveniencia de postergar los intereses del peronismo hasta el año próximo: a) lograr un 1989 definitivamente apaciguado en materia de competencias electorales, b) disponer de tiempo para elaborar planes que le permitan estructurar un dispositivo para alcanzar el dominio del aparato partidario y promover un nuevo bloque de legisladores nacionales propio, que le asegure la mayoría parlamentaria.

No cabe realizar un esfuerzo muy grande para comprender que si la competencia electoral interna se agitara en forma inmediata, gravitaría el inestable escenario económico como un factor distorsionante adicional a los derivados, justamente, de la misma inestable situación política, para superar la cual sólo los sectores ofrecerían una alternativa viable, por el momento.

Aunque se limitara sólo a la interna partidaria, la campaña proselitista podría desencadenar en la conducción económica tensiones tanto o más severas que las propias de la competencia electoral nacional al poner en movimiento la oferta y demanda de beneficios muy técnicamente imposible de satisfacer.

Quienes en estos días proyectan los pasos políticos a seguir por el presidente, estarían pensando que vale la pena ganar el poco tiempo que resta, a la espera de un cambio notable de expectativas: llegar hasta 1991 supone un lapso, desde ahora, de entre siete y nueve meses, lapso nada despreciable para el curso de acción en vista.

Un punto que vale la pena tener en cuenta respecto de estas mediciones del tiempo, consiste en observar que dentro de unos 60 días comenzará el obligado receso del Congreso, lo que seguramente permitirá una gestión basada no tanto en las deliberaciones del Parlamento, cuanto en la administración "al redoblantes" del mismo.

De este modo, el gobierno "por decreto" durante el receso constitucional legislativo de enero-abril, superaría muchos obstáculos que surgen de la falta de mayoría legislativa del bloque peronista, mayoritario pero de escaso sostén para el menemismo.

Partidos simultáneos

Los planificadores políticos del menemismo acuerdan a la resolución del Consejo Nacional peronista del jueves pasado, exhortando a los distritos a postergar las internas hasta después de marzo próximo, una importancia condicionando a las resoluciones que puedan ir generándose en el interior del país y, sobre todo, el valor de un "test" inicial en el cual la negociación pondría a luz las reales expectativas del menemismo de lograr una corriente que le asegure mayor poder partidario y peso decisivo en las designaciones de los candidatos.

El fondo de la especulación plantea la conveniencia de Menem de unir la interna [illegible] con la interna para la selección de candidatos a gobernadores y legisladores.

El intento reduce la negociación a un solo frente, y la apuesta parece, en principio, riesgosa: supone poner todos los triunfos en una sola vuelta del juego. Pero, del mismo modo, concentra la negociación en una sola etapa, permitiendo un juego de alternativas más variadas: es posible canjear situaciones locales por posiciones nacio-

(Continúa en la pág. 4 col. 1)

Menem proyecta los comicios de [illegible]

nales; o intercambiar posiciones del orden interno por otras del orden electoral nacional; o, finalmente, canjear candidaturas a jerarquías internas por candidaturas a jerarquías públicas. La elección seccionaria en dos momentos, por el contrario, limitaría estas posibilidades y libraría el resultado a una ecuación menos maleable.

"Es como jugar partidas simultáneas de ajedrez –razonaba uno de los presuntos planificadores políticos del menemismo–, el esfuerzo que se realiza en un tablero permite revertir cualquier estrategia sobre los otros tableros; pero, fundamentalmente, ahorra esfuerzos y admite equilibrar el desarrollo del conjunto".

Lo cierto es que los planes abordan la posibilidad de que el menemismo se disponga a una ofensiva global que permita al presidente llevar adelante una experiencia similar a la de 1988 cuando, basado casi exclusivamente en su carisma, sin aparato ni concesiones a los cuadros directivos del peronismo sindical político, pudo remontar la difícil interna, derrotando al cafierismo y, sobre todo, al escepticismo público que le negaba posibilidades de triunfo.

Si Menem acepta seguir el curso de acción que surge de estos proyectos, desde ahora deberá preparar un escenario que le permita liderar una interna en la cual no será candidato pero que estará sometida a las mismas generales que le permitieron imponerse en 1988. Con una característica adicional que no tomó en cuenta o no pudo sujetar a sus proyectos en 1988: seleccionar personalmente los candidatos de cada distrito, de manera de no correr nuevos riesgos de soledad parlamentaria.

Gobernadores: un paso al frente

Para que esto último sea viable, será indispensable que Menem encuentre las fórmulas adecuadas para que cada caudillo provincial, cada gobernador provincial o cada factor de poder local se avenga a admitir su liderazgo central. Esto implica que en 1991 estaría en juego una alternativa bastante más dilatada que la simple elección de gobernadores y diputados.

Todo esto significa que Menem deberá negociar desde ahora en adelante el poder de cada distrito. Lo acompaña el hecho de que haya una simultánea renovación de gobernadores. ¿Disponen éstos de presencia política y poder suficientes como para salir airosos si no ocurre otro tanto con el poder partidario central? Pero, además, ¿cuántos de los esquemas partidarios estrictamente peronistas subsistirán dentro de ocho o diez meses, cuando se produzcan las internas? ¿O el menemismo podrá descansar con suficiente validez en las alianzas y candidatos extrapartidarios?

Esto último parece disponer de bastante fundamento en la provincia de Buenos Aires en cuanto se piense en un caso como el del diputado —y conductor de la campaña por el NO— Alberto Albamonte, sobre todo tras las personalizaciones del resultado del plebiscito. Y no cabe descartar que pudiera reproducirse en Santa Fe con la precandidatura de Carlos Castellani para gobernador por la UCeDe, que ha sido acompañada de una sugestiva y comprometedora mención biográfica del citado. "Al comienzo del presente año —se dice— (Castellani) fue convocado para ejercer la Subsecretaría de Industria de la Nación por el gobierno del presidente Menem" (sic).

Todo esto significa que si Menem ratifica los planes que se están estudiando en estos días, se orientaría, en una primera etapa, hacia los liderazgos vigentes en las provincias. Pero esto no sería absoluto porque además podría valerse de algunas alianzas nominativas para condicionar los apoyos de esos mismos caudillos de distritos en la interna de autoridades partidarias. Confiando en su propia presencia y prestigio —y los de sus aliados—, podría dar batalla frente a ciertos caudillos que, eventualmente, intentaran resistirlo, o bien en distritos donde el peronismo tiene tan graves fracturas que no constituye la otrora garantía automática de triunfo.

La duda inmediata

Un punto que no ha sido dilucidado es si un proyecto así diseñado tiene valor y efecto a la luz de la dinámica acelerada que se vive en estos días.

En principio, la pregunta que figura en algunos de los trabajos sintetiza de modo inquietante: "¿Hay tiempo?", se preguntan los "planificadores" políticos del menemismo.

¿Tiempo por qué y para qué? El interrogante parecería contener algunas de las observaciones con las que comienza este análisis, pues los apuntes consignados al pie de los trabajos, tras este interrogante, razonan que si el objetivo consiste en disponer de más poder para aplicar el proyecto o programa económico, podría ser el mismo proyecto o programa el que no daría tiempo para esperar hasta después de diciembre de 1991 (la fecha en la cual habrán de incorporarse los nuevos diputados para cuya nominación se elabora el plan).

9004972

01-01

90043 P
Marcha proyectos comicios
LA PRENSA 15/8/26
26-8-9
Argentina 10013
F Política 11/64
Política Política 11/64

ENTRADO
CALIFICADO

Para dominar partido y Parlamento

Menem proyecta los comicios de 1991

Por Daniel Lupo

Hay dos motivos para que Menem haya sugerido la conveniencia de postergar las internas del peronismo hasta el año próximo: a) lograr un 1989 definitivamente apaciguado en materia de competencias electorales; b) disponer de tiempo para elaborar planes que le permitan administrar un dispositivo para alcanzar el dominio del aparato partidario y promover un nuevo bloque de legisladores nacionales propio, que le asegure la mayoría parlamentaria.

No cabe realizar un esfuerzo muy grande para comprender que si la competencia electoral interna se realizara en forma inmediata, gravitaría el inestable panorama económico como un factor distorsionante, adicional a los derivados, justamente, de la misma endeble situación política, para superar la cual sólo los comicios ofrecerían una alternativa viable, por el momento.

Aunque se limitara sólo a la interna partidaria, la campaña preconvivial podría desencadenar en la conducción peronista tensiones tanto o más severas que las propias de la competencia comicial nacional al poner en movimiento la oferta y demanda de beneficios hoy técnicamente imposible de satisfacer.

Quienes en estos días proyectan los pasos políticos a seguir por el presidente, estarían pensando que vale la pena ganar el poco tiempo que resta, a la espera de un cambio notorio de expectativas: llegar hasta 1991 supone un lapso, desde ahora, de entre diez y nueve meses, lapso nada despreciable para el curso de acción en vista.

Un punto que vale la pena tener en cuenta respecto de estas mediciones del tiempo, consiste en observar que dentro de unos 60 días comenzará el obligado receso del Congreso, lo que seguramente permitirá una gestión ágil basada no tanto en las deliberaciones del Parlamento, cuanto en la administración "al referendum" del mismo.

De este modo, el gobierno "por decreto" durante el receso constitucional legislativo de octubre-abril, superaría muchos obstáculos que surgen de la falta de mayoría legislativa del bloque peronista, mayoritario pero de escaso sostén para el menemismo.

Partidos simultáneos

Los planificadores políticos del menemismo acuerdan a la convocatoria del Consejo Nacional peronista del jueves pasado, exhortando a los distritos a postergar las internas hasta después de marzo próximo, una importancia condicionando a las reacciones que puedan ir generándose en el interior del país y, sobre todo, el valor de un "test" inicial en el cual la negociación pondrá a las las reales expectativas del menemismo de lograr una corriente que le asegure mayor poder partidario y peso decisivo en las designaciones de los candidatos.

El fondo de la especulación plantea la conveniencia de Menem de sumar la interna para autoridades partidarias con la interna para la selección de candidatos a gobernadores y legisladores.

El intento reduce la negociación a un solo frente, y la apuesta parece, en principio, riesgosa: supone poner todos los triunfos en una sola vuelta del juego. Pero, del mismo modo, concentra la negociación en una sola etapa, permitiendo un juego de alternativas más variadas: es posible canjear situaciones locales por posiciones nacio-

(Continúa en la pág. 4 col. 1)

Menem proyecta los comicios de 1991

(Viene de la pág. 1 col. 3)

nales; o intercambiar posiciones del orden interno por otras del orden electoral nacional; o, finalmente, canjear candidaturas a jerarquías internas por candidaturas a jerarquías públicas. La elección seccionada en dos momentos, por el contrario, limitaría estas posibilidades y libraría el resultado a una ecuación menos maleable.

"Es como jugar partidas simultáneas de ajedrez –razonaba uno de los presuntos planificadores políticos del menemismo–, el ejercicio que se realiza en un tablero permite revestir preponderancia estratégica sobre los otros tableros; pero, fundamentalmente, ahorra esfuerzos y admite equilibrar el desarrollo del conjunto".

Lo cierto es que los planes abordan la posibilidad de que el menemismo se disponga a una ofensiva global que permita al presidente llevar adelante una experiencia similar a la de 1988 cuando, basado casi exclusivamente en su carisma, sin aparato ni concesiones a los cuadros directivos del peronismo sindical político, pudo remontar la difícil interna, derrotando al cafierismo y, sobre todo, al escepticismo público que le negaba posibilidades de triunfo.

Si Menem acepta seguir el curso de acción que surge de estos proyectos, desde ahora deberá preparar un escenario que le permita liderar una interna en la cual no será candidato pero que estará sometida a las normas generales que le permitieron imponerse en 1988. Con una característica adicional que no tomó en cuenta o no pudo sujetar a sus proyectos en 1988: seleccionar personalmente los candidatos de cada distrito, de manera de no correr nuevos riesgos de soledad parlamentaria.

Gobernadores: un paso al frente

Para que esto último sea viable, será indispensable que Menem encuentre las fórmulas adecuadas para que cada caudillo provincial, cada gobernador peronista o cada factor de poder local se avenga a admitir su liderazgo central. Esto implica que en 1991 estaría en juego una alternativa bastante más dilatada que la simple elección de gobernadores y diputados.

Todo esto significa que Menem deberá negociar desde ahora en adelante el poder de cada distrito. Lo acompaña el hecho de que haya una simultánea renovación de gobernadores. ¿Disponen éstos de presencia política y poder suficientes como para salir airosos si no ocurre otro tanto con el poder partidario central? Pero, además, ¿cuántos de los esquemas partidarios estrictamente peronistas subsistirán dentro de ocho o diez meses, cuando se produzcan las internas? ¿O el menemismo podrá descansar con suficiente validez en las alianzas y candidatos extrapartidarios?

Esto último parece disponer de bastante fundamento en la provincia de Buenos Aires en cuanto se piense en un caso como el del diputado —y conductor de la campaña por el NO— Alberto Albamonte, sobre todo tras las personalizaciones del resultado del plebiscito. Y no cabe descartar que pudiera reproducirse en Santa Fe con la precandidatura de Carlos Castellani para gobernador por la UCeDe, que ha sido acompañada de una sugestiva y comprometedora mención biográfica del citado. "Al comienzo del presente año —se dice— (Castellani) fue convocado para ejercer la Subsecretaría de Industria de la Nación por el gobierno del presidente Menem" (sic).

Todo esto significa que si Menem ratifica los planes que se están estudiando en estos días, se orientaría, en una primera etapa, hacia los liderazgos vigentes en las provincias. Pero esto no sería absoluto porque además podría valerse de algunas alianzas nominativas para condicionar los apoyos de esos mismos caudillos de distritos en la interna de autoridades partidarias. Confiando en su propia presencia y prestigio —y los de sus aliados—, podría dar batalla frente a ciertos caudillos que, eventualmente, intentaran resistirlo, o bien en distritos donde el peronismo tiene tan graves fracturas que no constituye la otrora garantía automática de triunfo.

La duda inmediata

Un punto que no ha sido dilucidado es si un proyecto así diseñado tiene valor y efecto a la luz de la dinámica acelerada que se vive en estos días.

En principio, la pregunta que figura en algunos de los trabajos sintetiza de modo inquietante: "¿Hay tiempo?", se preguntan los "planificadores" políticos del menemismo.

¿Tiempo por qué y para qué? El interrogante parecería contener algunas de las observaciones con las que comienza este análisis, pues los apuntes consignados al pie de los trabajos, tras este interrogante, razonan que si el objetivo consiste en disponer de más poder para aplicar el proyecto o programa económico, podría ser el mismo proyecto o programa el que no daría tiempo para esperar hasta después de diciembre de 1991 (la fecha en la cual habrán de incorporarse los nuevos diputados para cuya nominación se elabora el plan).

9004972

01-01

Nº DOCUMENTO 9005020
TITULO Consecuencias del plebiscito bonaerense
PROC CLARIN
F 9/8/90
VI Argentina
P. Político
Partidos Políticos

ENTRADO X
CRUZ X

LAS CONSECUENCIAS

El resultado del plebiscito bonaerense sigue produciendo importantes remezones en los dos partidos mayoritarios. En el peronismo anoche alumbró la operación lanzada por el menemismo más cercano al Presidente. Carlos Menem aceptó asumir la titularidad del PJ y luego pedirá licencia. De esa manera —tal como lo adelantó Clarín— su hermano el senador Eduardo Menem ejercerá la conducción efectiva del convulsionado Consejo Nacional Justicialista, tras la renuncia de Antonio Cafiero. Esa decisión fue tomada sobre el filo de la medianoche, luego de más de cinco horas de deliberaciones entre el Presidente y los máximos referentes menemistas.

PJ: asume Menem y pide licencia

Eduardo Menem será vicepresidente para ejercer la conducción

Gerardo Otero

Duhalde llega a Olivos: en el fondo, no oculta su aspiración de ser candidato a gobernador.

Carlos Menem aceptó asumir anoche la titularidad del Consejo Nacional Justicialista, en reemplazo del renunciante Antonio Cafiero, para poder luego renunciar y dejar en manos de su hermano Eduardo Menem, designado vicepresidente primero, el comando político de la convocatoria partidaria.

La entronización de la fórmula Menem-Menem como garante de la total "menemización" del partido tras la derrota renovadora en el plebiscito bonaerense fue acordada ayer en la residencia presidencial de Olivos, en el curso de una reunión de más de cinco horas de duración.

Además de los hermanos Menem, estuvieron el vicepresidente Eduardo Duhalde; los ministros del Interior, Julio Mera Figueroa, y de Acción Social, Eduardo Bauzá; el subsecretario de Justicia, César Arias; el presidente del bloque justicialista de Diputados, José Luis Manzano; su compañero Roberto García, y el titular del ANSSAL y líder del menemismo "rojo punzó", Luis Barrionuevo.

Ya el martes, mientras el Presidente estaba de visita en Colombia, los máximos referentes de los distintos sectores menemistas y neomenemistas habían coincidido en esa fórmula para el reemplazo de Cafiero, tras algunas desavenencias iniciales.

Por cierto, el visto bueno de Carlos Menem a la operación constituye el paso primero y fundamental para que se concrete. Resta, de todos modos, que en la reunión convocada para mañana, a las 11, los 103 integrantes del plenario del Consejo Nacional Justicialista (ver aparte) acepten primero la renuncia a la titularidad del cuerpo presentada por Cafiero y, luego, aprueben la fórmula propuesta.

Parece difícil que alguno de los consejeros cuestione que se ponga en marcha el mecanismo natural de sucesión y que Carlos Menem, actual vicepresidente, reemplace a Cafiero. Pero, en cambio, ayer ya se hacían escuchar algunas voces contrarias a la designación de Eduardo Menem como vicepresidente —en el lugar que dejaría vacante su hermano— para convertirse en el titular de hecho del partido.

Las protestas provienen de algunos gobernadores, casi todos ellos de origen cafierista. Fue el pampeano Néstor Ahuad quien

4

Además, en la propia reunión de anoche hubo algunos cortocircuitos cuando se discutió la composición de la comisión de acción política, creada para garantizar representatividad de todo el menemismo en la conducción.

Otro nombre que sonó entre reticencias como integrante de la comisión fue el del diputado porteño Miguel Angel Toma. Considerado blanco predilecto de algunos dirigentes para el reemplazo de Cafiero, Toma...

3

Verani —a quien Cafiero encargó que presente su renuncia ante Carlos Menem— no tiene previsto dirigirse hasta que hable con el Presidente. Tiene la misión de explicarle que a Cafiero le gustaría que lo reemplace Menem y que, en el resto de la composición de la mesa ejecutiva del Consejo, se respete la actual proporción según se eligió en 1988.

2

También provocarían alguna protesta los otros elementos de la variante definida para "menemizar" la conducción nacional del PJ. Uno de ellos es el que coparía el sector de la renovación en el ámbito bonaerense. Cafiero, el gobernador Antonio Cafiero, el "rojo punzó" César Arias,

01 · 0

9005020

1

Nº DOCUMENTO 9005020
TITULO Consecuencias del plebiscito bonaerense
PROC CLARIN
F 9/8/90
VI Argentina
F. Político
Partidos Políticos

ENTRADO X
CRUZ X

LAS CONSECUENCIAS

El resultado del plebiscito bonaerense sigue produciendo importantes remezones en los dos partidos mayoritarios. En el peronismo anoche alumbró la operación lanzada por el menemismo más cercano al Presidente. Carlos Menem aceptó asumir la titularidad del PJ y luego pedirá licencia. De esa manera —tal como lo adelantó Clarín— su hermano el senador Eduardo Menem ejercerá la conducción efectiva del convulsionado Consejo Nacional Justicialista, tras la renuncia de Antonio Cafiero. Esa decisión fue tomada sobre el filo de la medianoche, luego de más de cinco horas de deliberaciones entre el Presidente y los máximos referentes menemistas.

PJ: asume Menem y pide licencia

Eduardo Menem será vicepresidente para ejercer la conducción

Duhalde llega a Olivos: en el fondo, no oculta su aspiración de ser candidato a gobernador.

Carlos Menem aceptó asumir la titularidad del Consejo Nacional Justicialista, en reemplazo del renunciante Antonio Cafiero, para poder [illegible] y dejar en manos de su hermano Eduardo Menem, previsiblemente [illegible] el [illegible] partidario.

—La entronización de la fórmula Menem-Menem como garante de la total "menemización" del partido tras la derrota removedora en el plebiscito bonaerense fue acordada ayer en la residencia presidencial de Olivos, en el curso de una reunión de más de cinco horas de duración.

Además de los hermanos Menem, estuvieron el vicepresidente **Eduardo Duhalde**; los ministros del Interior, **Julio Mera Figueroa**, y de Acción Social, **Eduardo Bauzá**; el subsecretario de Justicia, **César Arias**; el presidente del bloque justicialista de Diputados, **José Luis Manzano**; su compañero **Roberto García**, y el titular del ANSSAL y líder del menemismo "rojo punzó", **Luis Barrionuevo**.

Ya el martes, mientras el Presidente estaba de visita en Colombia, los máximos referentes de los distintos sectores menemistas y neomenemistas habían coincidido en esa fórmula para el reemplazo de Cafiero, tras algunas desavenencias iniciales.

Por cierto, el visto bueno de Carlos Menem a la operación constituye el paso primero y fundamental para que se concrete. Resta, de todos modos, que en la reunión convocada para mañana, a las 11, los 103 integrantes del plenario del Consejo Nacional Justicialista (ver aparte) **acepten primero la renuncia a la titularidad del cuerpo presentada por Cafiero y, luego, aprueben la fórmula propuesta.**

Parece difícil que alguno de los consejeros cuestione que se ponga en marcha el mecanismo natural de sucesión y que Carlos Menem, actual vicepresidente, remplace a Cafiero. Pero, en cambio, ayer ya se hacían escuchar algunas voces contrarias a la designación de Eduardo Menem como vicepresidente —en el lugar que dejaría vacante su hermano— para convertirse en el titular de hecho del partido.

Las protestas provienen de algunos gobernadores, casi todos ellos de origen cafierista. Fue el pampeano **Néstor Ahuad** quien planteó públicamente la objeción, pero trascendió que la comparten otros, como el entrerriano **Jorge Busti** y el santafesino **Víctor Reviglio**. La variante tampoco es del agrado de menemistas como el catamarqueño **Ramón Saadi** o el titular del justicialismo riojano, **Bernabé Arnaudo**.

4

AYER, en la propia reunión de anoche hubo algunos cortocircuitos cuando se discutió la composición de la comisión de acción política, creada para garantizar representatividad de todo el menemismo en la conducción.

Otro nombre que encontró resistencias como integrante de la comisión fue el del diputado porteño Miguel Ángel Toma. Cuestionado dentro un hombre de Menem —también designado para el cuerpo— su relación vasta [illegible] con [illegible] metropolitano Quindimil [illegible].

3

Vernet —a quien Cafiero encargó que presente su renuncia ante Carlos Menem— no tiene previsto dimitir hasta que hable con el Presidente. Tiene la misión de explicarle que a Cafiero le gustaría que lo reemplace Menem y que, en el resto de la composición de la mesa ejecutiva del Consejo, se respete la actual [illegible] aunque algún no eligió un nuevo.

2

También provocarían alguna protesta los otros elementos de la variante definida para "menemizar" la conducción nacional del PJ. Uno de ellos es el que [illegible] el actual [illegible] [illegible] Olivos, a quien [illegible] José María [illegible] "rojo punzó" César Arias.

ENTRADA 27/5/1965
5/10/1965

[illegible]

[illegible]

1.- [illegible]

2.- [illegible]

[illegible] "[illegible]" [illegible] [illegible] [illegible]

pretende ubicar a nuestra América del Sur. La tercera, los movimientos obreros, la intelectualidad y el estudiantado, en las naciones altamente industrializadas del mundo capitalista. Se destaca que el segundo punto es particularmente importante para Sudamérica, ya que es a través de ese camino que el marxismo intenta imponer su estrategia y por ende su ideología en los países que la integramos.

El fenómeno subversivo en América Latina debe analizarse en el contexto del enfrentamiento Este-Oeste, en el que la URSS, a través del Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética y sus satélites, determina las estrategias y lineamientos generales a ser empleados contra Occidente.

Por otra parte encontramos que las naciones occidentales, lideradas por Estados Unidos, no presentan un frente de contención homogéneo, ni desarrollan una estrategia de respuesta sistemática y continuada, sino que la misma naturaleza de sus sistemas de Gobierno , donde existe la posibilidad de que en forma periódica cambien las orientaciones políticas e ideológicas en las Administraciones de los distintos países, no permite el mantenimiento de una estrategia coherente. Surge aquí la confusión ideológica mencionada anteriormente.

B.- ESTRATEGIA DE LA URSS

La Unión Soviética, dentro de su estrategia multidisciplinaria, ha fijado un objetivo básico y global: la división de Occidente como paso previo y fundamental para lograr el dominio mundial y para alcanzar dicho objetivo, aplica la tesis marxista de la lucha de clases, es decir "pobres contra ricos", en el plano de las relaciones internacionales. De esta manera, se trata de enfrentar a los países productores de materia prima (pobres), en los que encontramos a la mayoría de las naciones de América del Sur con los países industrializados y consumidores (ricos), a los efectos de que los primeros disminuyan y eventualmente interrumpan la venta de las materias primas que las naciones industrializadas necesitan.

Con este propósito, la URSS lucha por aumentar su influencia dentro de las naciones productoras de materia prima y reducir así las posibilidades de producción de los países industrializados.

Una de las principales armas del Este en la aplica-

ción de su estrategia de desestabilización, es el Frente de Solidaridad, dependiente del Departamento Internacional del Comité Central del Partido Comunista de la Unión Soviética. Si en el escenario internacional no dispone aún plenamente de la fuerza militar, la fuerza indirectamente a través de [illegible] sí la fuerza, usando el caos y la anarquía. Esta situación es aprovechada, en los distintos países nacionales, por [illegible] social, el estudiantil, el profesional y el militar, [illegible], a través de la agitación de [illegible], para ir y [illegible] entre las fuerzas armadas de la Nación [illegible] y [illegible] políticos, [illegible] y

[illegible] políticos [illegible] a las [illegible] que [illegible] las [illegible] partidos [illegible] en las distintas [illegible], con [illegible] [illegible] conformar [illegible] cultura y [illegible] [illegible] político, [illegible] y [illegible].

[illegible] estrategia [illegible] de la [illegible] [illegible] fundamental [illegible] de los [illegible] y [illegible] de [illegible] para [illegible] las [illegible] por donde fluyen las [illegible] para [illegible] [illegible], [illegible] la [illegible] de los países [illegible], por medio de [illegible] de pesca e investigación, entre [illegible] y la Biblioteca Argentina.

Dentro de este contexto debe analizarse el reciente convenio [illegible] suscripto el día 10 de abril próximo pasado entre nuestro país y la Unión Soviética, el que [illegible] de llegar a tener implicancias negativas para la seguridad nacional, [illegible] el real uso de la flota

pesquera moscovita y las escasas posibilidades de ejercer una vigilancia efectiva sobre sus actividades, es más que factible que la misma pueda ser utilizada con fines desestabilizadores en la zona del Atlántico Sur. Si tenemos en cuenta que la flota pesquera de la URSS establecida en Perú, ha sido utilizada en misiones de inteligencia y de transporte de armas para la región del Pacífico (Chile y Perú), se concluye que la presencia de los barcos soviéticos en la zona atlántica, podría afectar la estabilidad no solamente de Uruguay y Argentina, sino incluso de Brasil.

La realización del XXVII Congreso del Partido Comunista de la Unión Soviética, en el mes de febrero de 1986, constituye una referencia importante dentro de la estrategia de la URSS, ya que, a pesar de que el mismo se lleva a cabo en el marco de un espíritu revisionista y reformador, se mantienen los lineamientos básicos de la política soviética. De acuerdo al análisis de la temática desarrollada en este evento, se deduce que la estrategia de la URSS se orienta hacia dos frentes principales: países desarrollados y países productores de materia prima, volviendo a ser nuevamente estos últimos el centro principal de su acción ofensiva. Por lo tanto, se continuará impulsando el enfrentamiento entre "ricos y pobres", propiciando actualmente el no pago de la deuda externa. El gran enfrentamiento Norte-Sur, surgido por la deuda externa, pone de manifiesto que el Este, a través de una marcada politización del problema, ha logrado unificar y movilizar a todos sus frentes continentales, promoviendo movimientos de masas en torno a esa bandera, poniendo de relieve su poder de desestabilización en la región.

El impulso y apoyo de la URSS a los distintos movimientos pacifistas y ecologistas que han proliferado por Europa y que ahora aparecen en América, determina que los mismos realicen una acción efectiva a favor de los intereses soviéticos, procurando disminuir la capacidad militar y tecnológica de Occidente y caracterizando de esta manera su accionar sobre los países ricos.

La actitud de estas organizaciones, en oportunidad del accidente nuclear registrado en Chernobyl fue muy significativa, ya que en general se procuró minimizar las consecuencias de este episodio, lo que contrasta con la postura agresiva adoptada respecto al tema del desarme y la desnuclearización.

nación, como al Gobierno norteamericano y crear fricciones entre los países del área y la Administración estadounidense, ya que el Departamento de Estado presiona en forma constante para que las naciones de la región intensifiquen su accionar contra el narcotráfico, cuyo destino final siempre es Estados Unidos.

El origen de esta utilización de estupefacientes para desestabilizar a Occidente, ya se remonta al año 1962, cuando Nikita Kruschev convoca en Moscú a los principales dirigentes de los países del Pacto de Varsovia, impartiéndoles órdenes estrictas para lanzar una guerra clandestina con estupefacientes contra Occidente.

En 1963, el General ruso Nikolai Sevinkin, fue designado para "acelerar el operativo drogas" a escala internacional.

Dentro de la planificación establecida, Cuba ha desempeñado un importante papel en África, infiltrando agentes especialmente adiestrados por expertos checos en Estados Unidos y Canadá.

C.- SITUACION PARTICULAR DE LOS PRINCIPALES FOCOS EN SUDAMERICA

1.- PERU

a.- "SENDERO LUMINOSO"

- Origen y Evolución: En 1928, el ideólogo José Carlos Mariategui, funda el Partido Comunista en Perú, manteniendo cierta homogeneidad hasta 1964, cuando como consecuencia de la pugna ideológica entre China y la Unión Soviética, sufre un resquebrajamiento interno. De esta división surgió el denominado Partido Comunista Bandera Roja, el cual adoptó una línea internacional de solidaridad con los partidos comunistas de China y Albania, siendo sus dirigentes más significativos Saturnino Paredes y el líder del comité regional de Ayacucho, Manuel Rubén Abimael Guzmán Reinoso (posteriormente conocido como camarada Gonzalo). Este ex-profesor de la Universidad de San Cristóbal de Huamanga, en Ayacucho, centro de reclutamiento de senderistas, funda, conjuntamente con Paredes, el Partido Comunista "Sendero Luminoso", convirtiéndose en su principal líder y retomando las banderas mariateguistas. Influenciado por las corrientes marxistas-leninis-

tas y macístas, viajó a China y la URSS en dos oportunidades, permaneciendo durante un año en este último país. Inmediatamente después de su fundación, "Sendero Luminoso" inicia una etapa de adoctrinamiento y reclutamiento de cuadros, principalmente en el ámbito estudiantil, a nivel medio y universitario, siendo la Universidad Nacional de Lima y la Universidad de Huamanga, los principales centros de reclutamiento. Durante 10 años "Sendero Luminoso" se dedicó a estas tareas y a la organización de la infraestructura necesaria para iniciar la guerra popular prolongada, de acuerdo al concepto popular revolucionario de Mao-Tse-Tung.

En el Marco Ideológico de "Sendero Luminoso", Guzmán ha procurado conjugar tres líneas de pensamiento, para darle a este movimiento subversivo un contenido doctrinario particular. En primer lugar considera que las condiciones socio-económicas de Perú son similares a las que se planteaban en China en la década del 30, cuando se inició la revolución de Mao-Tse-Tung, es decir que la sociedad peruana es feudalista y colonialista, por lo que el pensamiento maoísta es perfectamente aplicable a la ideología de "Sendero Luminoso". Guzmán adopta en forma dogmática las ideas fundamentales de Mao, referidas a que la clase dirigente es el campesinado, la lucha armada es el único camino que posibilita el triunfo y la revolución debe partir desde el campo para liberar a las ciudades. La revolución debe hacerse por etapas en forma ininterrumpida. A esta doctrina maoísta, Guzmán le ha incorporado su propia concepción de la realidad peruana, afirmando que el Estado peruano está viviendo su tercera reestructuración. La primera se produjo con la revolución emancipadora, la segunda con la implantación del estado burgués y la tercera, iniciada por las Fuerzas Armadas con un modelo "fascista y corporativo", concluyendo que actualmente se vive en una situación revolucionaria. Partiendo de estos preceptos, Abismael Guzmán elabora su propia línea de pensamiento, que se puede resumir en los siguientes puntos: que el partido se forja y se desarrolla en la lucha armada y que debe convertirse en un verdadero ejército popular; que toda la sociedad y sus instituciones están influenciadas por el fascismo y el reformismo, con excepción de la Universidad que debe ser defendida; que lo primero que hay que hacer es reconstruir el partido de Mariategui, así como todos los organismos de masas contaminados por el reformismo y que se debe rechazar todo contacto o vinculación con las demás organizaciones de izquier

S E C R E T O

da que no siempre interpretan la línea de "partido ilegítimo".

La otra vertiente ideológica de la URSS a través del pensamiento de Luis María Mercante, que partiendo de los lineamientos [illegible] y [illegible] la [illegible] de la [illegible] y la [illegible] de la [illegible].

[illegible]

[illegible] "guerra popular".

[illegible] Esta fase preparatoria para los años 1963-65, se subdividió en dos partes: la primera denominada "El Gran Plan" (1963-64), consistió en la realización de [illegible], y la segunda, que denominó el "Plan de "El Gran Salto" (1964-65) tuvo como objeti-

vo lograr el equilibrio estratégico mediante el desarrollo de bases de apoyo y la intensificación de la guerra de guerrillas, con unidades de alta movilidad.

4a. Etapa: La expansión de las bases de apoyo y la consolidación de "zonas liberadas", sería la fase de la lucha armada que está llevando a cabo actualmente, sustituyendo en algunas regiones de Ayacucho a las autoridades legales de pequeños poblados por guerrilleros. En las localidades de Algamarca y Caramarca, en la provincia de Huamachuco, los terroristas apresaron a las autoridades locales y las fusilaron después de un "juicio popular", logrando de esta forma intimidar a gran número de Alcaldes que han abandonado sus puestos y han huído a lugares más seguros. Las alcaldías vacantes son ocupadas por "senderistas" que usurpan el control político de la región, como paso previo a la declaración de "zona liberada". De acuerdo a las previsiones de los subversivos, esta etapa podría extenderse hasta finales de la presente década.

5a. Etapa: De acuerdo a la planificación de "Sendero Luminoso", esta sería la última etapa de la "guerra popular", en la cual se procurará la captura de las ciudades por el Ejército Guerrillero Popular y el dominio total del Estado.

b.- "TUPAC AMARU"

Este grupo subversivo se especializa en la modalidad del terrorismo urbano, actuando principalmente en Lima. Sus actividades son preferentemente de carácter propagandístico, ya que generalmente no dejan víctimas. Como ejemplo de acciones que ilustran esta modalidad en el accionar subversivo del movimiento revolucionario "Tupac Amarú", hay que destacar los atentados contra la Embajada de Chile y la residencia del Embajador de este país en Lima y los atentados incendiarios contra ómnibus de pasajeros, donde previamente hacen descender a las personas. Su orientación ideológica es pro-castrista y pro-moscovita, habiendo anunciado en el mes de febrero de 1986, su integración al "Batallón América", conjuntamente con el M-19 de Colombia, "Sendero Luminoso" de Perú y "Alfaro Vive" de Ecuador. Las primera acciones de "Tupac Amaru" se iniciaron en el año 1984, cuando se comenzó a dinamitar Embajadas y empresas extranjeras.

La intensificación en los últimos tiempos del accionar subversivo en el país incaico se debe principalmente a la circunstancia de que

S E C R E T O

las Fuerzas Armadas no cuentan con el mismo político adecuado para llevar adelante efectivos planes de represión. Las medidas adoptadas por el Presidente Alan García contra grupos militares y policiales, en el marco de [illegible] y al encuadramiento al personal [illegible] los [illegible] detenidos en la cárcel de [illegible], han [illegible], al [illegible] y subalternos operativos [illegible] a las Fuerzas Armadas [illegible] al proceso revolucionario [illegible].

[illegible] "ARC) [illegible] de reorganización [illegible] apoyo [illegible] nal, como [illegible] el libre [illegible] jurisdicción [illegible] y un [illegible] de los [illegible] de [illegible] cas de Colombia" [illegible]).

[illegible], las diez cuentan con 23 [illegible], [illegible] de [illegible] de Artillería, [illegible], [illegible], [illegible] en [illegible] ubicado en Magdalena, [illegible] de la [illegible], se rigen por los principios [illegible] y [illegible] las [illegible] de los grupos del Partido Comunista del Perú. El [illegible] en cargo del [illegible] [illegible] de las FFAA, a partir de 1984, a través de la "Sección Finanzas", [illegible] de [illegible] de las Organizaciones Sindicales, siendo la más importante la Confederación Nacional de Trabajadores de Co-

S E C R E T O

00005154

lombia (CSTC). Sin embargo, una de las mayores fuentes de recursos financieros del movimiento guerrillero colombiano, proviene de la conexión de los grupos extremistas con el narcotráfico.

En 1984, las FARC firmaron una tregua con el Presidente Belisario Bentancur y a partir de entonces este grupo subversivo decidió participar en el proceso político del país, creando la "Unión Patriótica", que tomó parte en las elecciones de 1986. No obstante, después de esta tregua se escindió el grupo denominado "Ricardo Franco", que continuó la lucha armada contra el Gobierno.

b.- "MOVIMIENTO 19 DE ABRIL" (M-19)

- Antecedentes. Los orígenes de este movimiento subversivo datan de 1969, cuando los terroristas Oscar Dueñas Ruiz y Mirna Rugnón de Dueñas, presumiblemente ex-integrantes del MLN (Tupamaros), fundaron el "Movimiento de Liberación Nacional de Colombia" (MLNC), integrado por militantes de otras organizaciones subversivas tales como las FARC, el "Ejército Popular de Liberación" (EPL), el "Movimiento Operario Independiente y Revolucionario" (MOIR) y del Partido Comunista Colombiano. Al año siguiente, 1970, el MLNC cambió su nombre por el de "Movimiento 19 de Abril" (M-19), realizando en 1974 la acción mediante la cual fue robado el sable de Simón Bolivar, que adoptó como símbolo del movimiento.

Si bien inicialmente este grupo desarrolló sus actividades en áreas urbanas, posteriormente pasó a actuar en el medio rural, creando los llamados "comandos móviles", que actúan en los Departamentos de Cauca, Caquetá y Huila.

La orientación ideológica del M-19 es marxista-leninista, existiendo evidencias de sus vinculaciones con Nicaragua. En oportunidad de la acción contra el Palacio de Justicia de Colombia, a partir de una investigación del Departamento de Estado norteamericano, se constató la utilización de armamento nicaragüense, así como la participación de personas procedentes de Nicaragua, por lo menos en la organización de ese episodio. También en esta oportunidad, los terroristas destruyeron importante documentación vinculada a los procesos contra narcotraficantes, lo que prueba una vez más la estrecha colaboración entre las modalidades delictivas.

Dentro de la estrategia de integración de los grupos terroristas del continente, el M-19 ha tenido una activa participación, des-

[illegible] "Frente Farabundo Martí" [illegible], y "Alfaro Vive" (Ecuador), [illegible] al [illegible] sus vinculaciones [illegible] con la [illegible] Mafia de Bogotá.

c.- "BRIGADA ROJA"

En [illegible] de un [illegible] en el [illegible] general del M-19 en Cali, fueron [illegible] [illegible] [illegible] los estatutos de los [illegible] de esta organización para [illegible] una "Brigada Roja".

[illegible] "Hoja de Militancia", [illegible] "Hoja" [illegible] "Brigada Roja" [illegible], "Brigada [illegible]" [illegible], "Brigada [illegible]" [illegible], "Brigada [illegible]" [illegible], "Brigada [illegible]" y [illegible].

[illegible] "Brigada Roja", [illegible] el "Brigada Roja", [illegible] [illegible] de [illegible], [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] "Sendero Luminoso" (Perú), y "Alfaro Vive" (Ecuador), [illegible] la ultraderecha [illegible] la AIA-Militar de España.

2.- "[illegible]"

En [illegible] de un alistamiento en el cuartel general del [illegible], fueron [illegible] a [illegible] prolatorios de los [illegible] de la [illegible] "Internacional Guerrillera". [illegible] "[illegible]", [illegible] "Bandera Roja" de Venezuela, "[illegible]" de Perú, "Alfaro Vive" de Ecuador, "Ejército de [illegible]". El "Ejército [illegible]", [illegible] Clan-[illegible].

[illegible] "[illegible]" [illegible] [illegible] [illegible]

oportunidad que "Colombia es el mejor ejemplo de la alianza entre el terrorismo y el narcotráfico".

Existen indicios de que esta vinculación narco-subversiva se coordina desde Cuba, ya que un narcotraficante colombiano de nombre Jaime Guillot Lara, habría concretado un acuerdo con el Gobierno de La Habana, mediante el cual se le permitiría el transporte de drogas por aguas territoriales cubanas, a cambio de que trajera armas para el M-19.

3.- CHILE

a.- Antecedentes: El advenimiento de la revolución cubana produjo en Chile la aparición de los primeros grupos violentistas, en su mayoría se trataba de jóvenes estudiantes universitarios, militantes del Partido Socialista y del Partido Comunista. Esta expresión violentista, en dicha oportunidad fue rechazada, oficial y públicamente por el PC chileno, pero debe considerarse que en 1960 este partido recién llevaba dos años en la legalidad. Hasta 1961, la violencia en Chile de estos grupos no adquiere relevancia. Solo se limita a algunos actos sin consecuencias graves. El proceso electoral de la época y la posibilidad de un triunfo marxista, llevan al PCCH a contener, a través en campañas en diarios, todo acto que pueda alterar el proceso político. La derrota en 1964 del marxismo, en la elección presidencial chilena, acelera el proceso subversivo. Los sectores juveniles del comunismo y el socialismo cuestionan a sus directivas y se expresan partidarios de la acción insurreccional, en contrapartida a la acción meramente político-ideológica o electoralista. Se funda el "Movimiento de Izquierda Revolucionaria" (MIR) y comienza a surgir la violencia y el terrorismo en su etapa inicial. Se manifiesta una aparente separación de estructuras y organización entre los partidos tradicionales marxistas y leninistas y el MIR, que también asume tal ideología. Ante la opinión pública chilena, la acción marxista se abre en dos caminos: de un lado está la izquierda marxista democrática (PC-PS), que busca el poder a través de las elecciones; del otro está la violencia extremista (MIR) que busca el poder por las armas. Esta imagen es debidamente promocionada y enriquecida por ataques permanentes entre uno y otro lado, pero en realidad los dos sectores continúan su labor desestabilizadora. El triunfo en 1970 de un Gobierno respaldado por el Partido Comunista y cuyo programa, principales líneas de acción y filosofía política estaban enmarcadas en la más pura teoría marxis-

ta-leninista, lo cual significó una ruptura definitiva de los elementos ex-
tremistas. Hasta 1973, fecha del golpe militar del gobierno marxista, la sub-
versión en Chile adquirió la particularidad inherente del enfrentamiento en-
tre los grupos [illegible] y el PC. La asunción al po-
der por parte de las [illegible], dirigió la subversión a un
[illegible], [illegible] a la oposición a la ac-
[illegible] [illegible], en los estrac-
[illegible] [illegible]. Un
[illegible] [illegible], hacia un giro a los plantea-
[illegible] [illegible], [illegible], [illegible]
[illegible] [illegible], [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible] la lucha
[illegible] [illegible] [illegible] la lucha
[illegible] [illegible] [illegible], [illegible] y
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] en la lucha de
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] en la pluralidad en
[illegible] [illegible] [illegible].

[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] y [illegible] de 1986,
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] de armarlos
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] de crear, en
[illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] por la base
y [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

Asimismo, en un tiroteo con la policía chilena en Santiago, durante el asalto a una sucursal bancaria, fue muerto un elemento del Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros), lo que permite presumir la existencia de una vinculación entre extremistas de estos países.

Estos hechos evidencian la implementación de los primeros pasos para internacionalizar el accionar subversivo a nivel regional, posiblemente buscando una "integración guerrillera" del Cono Sur, del Pacífico al Atlántico, lo que concretaría una vieja aspiración de Fidel Castro, quien afirmó en una oportunidad que la cordillera de los Andes tenía que convertirse en una nueva "Sierra Maestra".

Actualmente los movimientos subversivos chilenos estarían evidenciando un cambio de táctica, dentro de la modalidad del terrorismo selectivo, lo que implicaría un enfrentamiento frontal con las Fuerzas Armadas. Esto lo avalaría el secuestro del Coronel Mario Haeberle, por un comando del FPMR, ocurrido en agosto de 1986 y el atentado perpetrado en setiembre del mismo año contra el Presidente Pinochet, haciendo pensar que se asiste al inicio de una campaña terrorista de gran alcance, como lo han anunciado fuentes de la subversión. Un elemento importante, es la particularidad de que los grupos terroristas no realizan acciones tendientes a reunir fondos, tales como secuestros, asaltos, extorsiones, etc., lo que permite suponer que el dinero necesario para financiar las actividades terroristas puede provenir del exterior a través del Partido Comunista Chileno.

c.- <u>Principales Grupos Subversivos en el Ambito Chileno</u>:

1.- <u>"FRENTE PATRIOTICO MANUEL RODRIGUEZ"</u>: La aparición del FPMR, está cronológicamente vinculada con el llamado efectuado por el PCCH, de considerar viable la posibilidad de la insurrección armada. Las primeras acciones de este movimiento guerrillero fueron menores: ataques a torres de alta tensión, conferencias de prensa clandestinas, copamientos de emisoras de radio para transmitir proclamas subversivas o ataques aislados a dependencias policiales. En agosto de 1983, asesta su primer gran golpe, al asesinar en un audaz operativo al Intendente de Santiago, el General Carol Urzúa. Actualmente es el movimiento subversivo más importante del país, más activo y numeroso, inclusive que el MIR y que tiene un mayor nivel de organización, habiendo sido responsable de la mayoría de las acciones terro-

rietas de los últimos años. El "Frente Patriótico Manuel Rodríguez" presenta un valuable ciudadano terrorista y [illegible] acciones en áreas urbanas, preferentemente [illegible], Valparaíso y Concepción, utilizando la [illegible] para [illegible] la acción terrorista [illegible], se intentó una reunión [illegible], en la que participarían entre otros [illegible]. En la misma, los extremistas [illegible] a los jefes políticos, [illegible] en el país [illegible].

[illegible] a nivel [illegible], [illegible] a", [illegible] [illegible] de [illegible] [illegible] [illegible]

3.- "PARTIDO COMUNISTA DE CHILE": El Comité Central del PCCH impulsa la lucha armada para derrocar al Gobierno, procurando coordinar las acciones de los sectores más radiclizados de la oposición y reconociendo la "legitimidad" del "Frente Patriótico Manuel Rodríguez". Por otra parte, del PCCH provendrían los fondos necesarios para financiar la actividad subversiva.

4.- ARGENTINA

a.- Principales Grupos Subversivos:

1.- "MONTONEROS": Existen para los "Montoneros" dos orígenes. El primero, luego de un proceso revolucionario iniciado a partir de 1955, cuando es derrocado Perón, que tiene su culminación en 1970, manifestándose con el secuestro y asesinato del General Aramburu, siendo Mario Firmenich el principal dirigente. La organización estaba constituída por diferentes corrientes ideológicas, fundamentalmente peronistas, nacionalistas y marxistas de distintas tendencias, por lo que carecía de pureza ideológica. Es así que se produce el segundo origen de "Montoneros", fruto de la fusión con "Fuerzas Armadas Revolucionarias" (FARC) en 1973. Esta última constituía un desprendimiento del Partido Comunista Revolucionario, que a su vez era una fracción maoísta desprendida de la "Federación Juvenil Comunista". Las FARC (marxista-leninista-maoísta) tenían un importante desarrollo y una pureza ideológica que les permitió captar a los "Montoneros" iniciales, imponerles su marxismo utilizando su nombre. El predominio en cantidad y calidad de los dirigentes provenientes de las FARC, sobre los provenientes de "Montoneros", contribuyó a clarificar la ideología de la organización marxista-leninista, que operaba con una fachada peronista. El objetivo primordial de esta organización era y es la lucha armada para la toma del poder y la utilización del Peronismo como expresión válida para construir el socialismo. Al asumir el Gobierno del General Lanusse en 1971, se produce la apertura de un espacio político para "Montoneros", que se ve favorecido por la expectativa que había creado la situación nacional. Esto le abrirá un considerable lugar en el peronismo, dentro de los sectores combativos, obteniendo puestos en la estructura del partido. Este hecho constituye la concreción de uno de los objetivos intermedios del grupo, que propugna la legalización de la actuación del movimiento peronista "Montoneros", buscando además el control interno del Partido Justicialista. La organización se

consolida con el proceso de apertura subsiguiente y la libertad de los de-
[illegible] en 1973. A partir del retiro de Perón, la ruptura y hasta parti-
cipación [illegible]. En estos momentos los intereses del aspecto políti-
co, predominio a un segundo plano el aspecto militar, aunque posteriormente
ción [illegible]. Para ello se propuso la división de aniquilar la lu-
cha armada, aunque para [illegible] la táctica. Luego del enfrenta-
[illegible], la [illegible] de la "tendencia", se basó en el abando-
no [illegible] para [illegible] la viabilidad de la estrate-
gia [illegible] por la realización de acciones exitosas
[illegible] de [illegible], [illegible] de [illegible], el partido
[illegible].

[illegible]

[illegible] el 25 de mayo de 1973, por la fórmula "Cámpora Gay". En
[illegible] la "Palabra Obrera" y el "Frente [illegible]". Tiene una base ideológica
[illegible], pero [illegible]. Es el brazo armado del "Partido Revolucionario de los Trabajadores". El ERP sostiene
como fin último posible a la acción revolucionaria, la unión armada.
En los años 66 y 67 se fue fortaleciendo un proceso de discusión, que llevó a la formación de distintas tendencias dentro del PRT, triunfando la encabezada por Roberto Santucho, que plantea una línea principalmente mili-

tar. En 1970 Santucho obtuvo el control total de la organización, la que pasó a denominarse "Ejército Revolucionario del Pueblo". El primer plan operativo-militar se basaba en dos tareas principales, propaganda armada y creación de una estructura militar eficaz y sólida, con las siguientes prioridades: obtener fondos y armamentos y foguear masivamente a las células militantes en acciones militares y de resistencia. Dos hechos de importancia para el accionar futuro de la organización, se producen en 1971 y 72. El primero es la incorporación de 8 miembros del Partido Comunista Obrero del Brasil, enviados por la IV Internacional a trabajar a la Argentina. El segundo es el secuestro del industrial, Oberdan Salustro, que determinó la reacción de la Policía Federal y la caída de gran cantidad de locales operativos de la organización, la detención de varios miembros y la dispersión del resto de los integrantes de la Regional Buenos Aires. A mediados de mayo de 1972, la dirección del ERP inicia los trabajos de reorganización y en agosto, en forma conjunta con las FARC y "Montoneros", se concreta la fuga de dirigentes del Penal de Rawson, localidad en el sur de la República Argentina. El período de legalidad de la organización durante el Gobierno de Cámpora, es aprovechado para consolidar su influencia en los sectores allegados y para reforzar su infraestructura, incrementando su relación con otros grupos guerrilleros de Sudamérica, buscando conformar una organización internacional en la que el ERP tuviera hegemonía. Esto se concreta en 1974, con la formación de la "Junta Coordinadora Revolucionaria", que estaba integrada además por el MIR chileno y por MLN (Tupamaros) de Uruguay. Luego del golpe militar de 1976, el ERP se dividió en dos líneas, siendo la más notoria la liderada por Enrique Gorriarán Merlo, quien participó en el asesinato de ex-Presidente nicaragüense Anastasio Somoza en Paraguay y tuvo actuación directa en la revolución sandinista. En la actualidad, al igual que los "Montoneros", el ERP se encuentra abocado a la tarea de reorganización de sus cuadros de activistas, en el marco político legal.

b.- Situación Actual

Como ya se había mencionado, el grupo "Montoneros" y el "Ejército Revolucionario del Pueblo", se encuentran actualmente abocados a la tarea de reorganizar sus cuadros de activistas y en el caso de los primeros, buscar el encuadre político legal que le permita la cobertura

adecuada para actuar abiertamente dentro del espectro político.

Dentro del aspecto de la preparación militar de los cuadros, existen una serie de hechos que permiten aquilatar el alcance actual de la reorganización de los movimientos subversivos, su vinculación con corrientes políticas de izquierda y el papel del Partido Comunista Argentino (PCA) dentro de la estructura subversiva del país. Por ejemplo ha trascendido que en algunas [illegible] del país, varios integrantes juveniles, ante la participación [illegible] del terrorismo revolucionario, que es la postura legal de "[illegible]s". Estos campamentos, [illegible] en las [illegible] y bajo rituales y su propósito, [illegible] la [illegible] y [illegible] el grado de [illegible].

[illegible] político, los [illegible] y tener los [illegible], en [illegible] contrario, [illegible].

[illegible] del grupo "Montoneros" [illegible] "[illegible] Mitre del Montoneros" en la [illegible], [illegible] que en el [illegible] "[illegible]" y [illegible] entre [illegible] del YPF [illegible] del grupo "Montoneros" [illegible] a la [illegible] del norte, donde se habría [illegible], con [illegible], la posibilidad de iniciar acciones [illegible].

En el [illegible], los [illegible] argentinos predican [illegible] por [illegible], tales [illegible] ya [illegible] terrorismo de los "[illegible]" y el "Partido Revolucionario de los Trabajadores" que es la [illegible] del [illegible]. Asimismo, se [illegible] que el PRT ha utilizado en forma [illegible], en las provincias del norte argentino, locales del Movimiento al Socialismo (MAS) y del Partido Intransigente para sus campañas de propaganda.

Por su parte, el Partido Comunista Argentino, desde 1985 y como consecuencia de la pérdida de sectores juveniles radicalizados, ha introducido como tesis de discusión el análisis de la lucha armada como

19005154

herramienta de acceso al poder, materializándola con las siguientes medidas:

- Organización y entrenamiento militar de milicias juveniles.
- Capacitación de cuadros, dando directivas para la infiltración en las Fuerzas Armadas, ingresando en los institutos militares e incrementando las tareas de captación entre el personal subalterno.

La crisis militar existente en la Argentina, donde las Fuerzas Armadas se mantienen a la defensiva ante un embate permanente de campañas que parten del Gobierno y de diferentes grupos defensores de los Derechos Humanos, favorece la reorganización de los movimientos subversivos.

La implantación nuevamente en la Argentina de un proceso subversivo, daría lugar al cumplimiento de las metas que estaría fomentando el comunismo internacional para el continente. Un afianzamiento de la guerrilla en Argentina, sumado a los procesos subversivos de Colombia y Perú, completaría una "operación de pinzas" sobre el continente, que ineludiblemente provocaría la irradiación de la guerrilla a todos los países de Sudamérica y la posterior y consiguiente desestabilización de sus Gobiernos.

5.- BRASIL

a.- Antecedentes: La guerrilla de izquierda surgió en Brasil después del golpe militar que derrocó al Gobierno de Joao Goulart, en marzo de 1964, alcanzando las acciones urbanas su punto más álgido entre 1968 y 71 y las rurales, entre 1972 y 1974. En las ciudades, las acciones guerrilleras fueron fomentadas principalmente por dos organizaciones: la "Alianza Liberadora Nacional" (ALN), liderada por Carlos Marighella, muerto en un enfrentamiento con las fuerzas de seguridad en noviembre de 1969, en Sao Paulo y la "Vanguardia Popular Revolucionaria". Esta última, tras la muerte de Marighella, transformó su organización, surgiendo la "Vanguardia Armada Revolucionaria-Organización Var Palmares". Este grupo, en combinación con la ALN, efectuó varias acciones, como los secuestros del Embajador norteamericano Charles Burke Elbrick (setiembre de 1969), del Cónsul japonés en Sao Paulo, Nabuo Okushi (marzo de 1970), del Embajador alemán Ehenfried Von Hollemben (junio de 1970) y del Embajador suizo Giovanni Enrico Bucher (1971), todos liberados y canjeados por numerosos presos políticos.

En contraste, la guerrilla rural se organizó en la región de Araguaia, en la Amazonia brasileña, escenario hasta hoy de violentos conflictos por guerrillas de [illegible] de tierra entre campesinos y hacendados. Allí a partir de 1966, el Partido Comunista del Brasil (PC do B), de línea maoísta, comenzó a preparar guerrilleros para combatir al régimen militar y en 1972 a la población [illegible], dando [illegible] fin a [illegible] y [illegible] a las [illegible] en [illegible] contra los [illegible].

El PC do B [illegible] y 70 militantes en [illegible] "[illegible] [illegible] y [illegible] en [illegible] y [illegible] a [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] y [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

grupo subversivo procure utilizar esta situación a su favor. Otro elemento a tener en cuenta es la factible radicalización de algunos sindicatos, ya que se han formulado declaraciones proclives a los enfrentamientos armados. Durante el conflicto de los metalúrgicos en Sao Paulo, desarrollado en abril de 1985, un integrante del "Comando de Huelga", de la fábrica General Motors, ocupada por más de 13.000 trabajadores, afirmó que los huelguistas deben recurrir a tácticas de guerrilla, en caso de una intervención policial. Esta posición fue avalada por el Presidente del Partido de los Trabajadores, Luis Inacio Da Silva (Lula), quien dijo que los metalúrgicos "deben adoptar represalias a la altura de las actitudes radicales de las empresas".

Otro elemento de juicio a tener en cuenta dentro del factor subversivo, es la influencia que estarían teniendo en la zona sur del Brasil las comunidades árabes y se destaca la creación, en agosto de 1982, en Porto Alegre, del "Comité de Apoyo al Pueblo Palestino", encargado de coordinar el ingreso de elementos de la OLP a territorio brasileño, centralizando los aportes de los palestinos en dicho país, detectándose gran actividad de elementos pertenecientes a esa organización.

Es importante destacar el asalto al Banco Do Brasil, en mayo de 1986, donde se detuvo a cinco implicados militantes del Partido de los Trabajadores (ex-militantes del Partido Comunista Brasileño Revolucionario), el primero de esta naturaleza realizado por motivaciones políticas desde la década del 60. Según declaraciones de los detenidos, el dinero del asalto era para ser enviado a Nicaragua, confirmándose las posibles conexiones de extremistas brasileños con los sandinistas.

6.- BOLIVIA

a.- Antecedentes: La historia guerrillera de Bolivia, está ligada a la vida y la muerte del guerrillero cubano-argentino, Ernesto "Che" Guevara, quien, desde un campamento en la región del sudeste boliviano, intentó proyectar la subversión armada hacia todo el continente. Sin embargo, tras solo siete meses de operaciones, cayó en poder del Ejército boliviano, siendo muerto en octubre de 1967. Las causas que hicieron fracasar al "Che" habrían sido fundamentalmente: la indiferencia de los campesinos por las actividades guerrilleras y los objetivos planteados por el "Che" Guevara, promoviendo la reforma agraria, que ya era un beneficio que tenían los cam-

pesinos y la desestimación del "Che" de la opinión del Partido Comunista Boliviano, de que en el país no estaban dadas las condiciones para la guerrilla y que de organizarse esta, tenía que tener dirección política y militar boliviana.

El "Che", que actuó en Bolivia acompañado de 17 cubanos, tres [illegible], dos argentinos, [illegible] y por el francés Regis Debray, quien [illegible] por el Presidente François Mitterrand, fue [illegible] por el Partido [illegible] que aún [illegible] en la fase de entrenamiento, al frente del "Che" se ubicó el entusiasmo de jóvenes [illegible], que no supieron medir el camino armado [illegible], cuando el país era gobernado por [illegible].

[illegible] del Ejército [illegible] Ejército [illegible], boliviano [illegible] y los sobrevivientes de la [illegible] por la calidad por [illegible], el PCB, integrado por dirigentes [illegible] "vía pacífica" y por jóvenes [illegible] Ejército boliviano.

[illegible] diametralmente a la izquierda [illegible] para pasar a actuar [illegible].

[illegible] país en el centro geográfico de [illegible], [illegible] en las grandes regiones: Cuenca del Plata, [illegible] y Altiplano. Esta situación privilegiada determina que [illegible] estratégico y resulte en los planes de guerra revolucionaria [illegible] que hace el "Che" Guevara en su actuación para el [illegible].

La principal organización subversiva boliviana, es el propio Partido Comunista boliviano. El control del mismo sobre los sindicatos, le otorga al partido una mayor posibilidad de controlar las actividades subversivas a nivel nacional.

La situación interna de Bolivia presenta una actividad permanente de inestabilidad institucional, existiendo las condiciones políticas, económicas y sociales, para que este país sea controlado por el comunismo internacional y se transforme en una nueva Nicaragua. Las variantes coyuntu-

rales o circunstanciales que presente la realidad política del país, puede acelerar o retrasar ese proceso.

No debe descartarse además, la posibilidad de que este país caiga en una guerra civil interminable, de las características del modelo salvadoreño.

Cualquiera de las dos alternativas mencionadas, determinaría una inestabilidad permanente en el centro del continente y una situación general peor que las de las décadas del 60 y 70.

7.- VENEZUELA

a.- Antecedentes: La guerrilla surge en 1960 con la división del partido "Acción Democrática", que entonces estaba en el Gobierno con el Presidente Rómulo Bentancour y con el desarrollo del "Movimiento de Izquierda Revolucionaria" (MIR) liderado por las llamadas "cabezas calientes", como Domingo Alberto Rangel, quien es asesor de "Pro-Venezuela" (organismo empresarial de tipo nacionalista) y por el profesor Simón Saez Mérida. El MIR, apoyado posteriormente por el Partido Comunista, no encontró la adhesión necesaria en el campesinado y en muchos casos los guerrilleros procedieron a fusilar a quienes no cooperaban. Dirigentes guerrilleros de la época, como Teodoro Petkoff, Moisés Moleiro y Américo Martín, se integraron al sistema político tradicional.

En la década del 60, uno de los cabecillas de la más importante de las fuerzas guerrilleras, fue Douglas Bravo, quien fundó las autodenominadas "Fuerzas Armadas de Liberación Nacional" (FALN) y su cobertura política, el Partido de la Revolución Venezolana (PRV).

Las bases de sus operaciones guerrilleras se asentaron en el triángulo montañoso de los Estados de Falcón, Lara, Yaracuy, principalmente en el primero, donde fundó el Frente Guerrillero "Simón Bolivar", el más activo de la época de la insurgencia de extrema izquierda.

En 1965, cuando el Partido Comunista de Venezuela ya mostraba evidencias de sustraerse a la guerrilla, rompió con su organización matriz y decidió continuar con el movimiento, en busca de la "victoria definitiva".

En Venezuela, como en otros países, la guerrilla recibió apoyo de Cuba, tanto en armas como en entrenamiento. La pacificación del país comenzó durante la presidencia de Raúl Leoni, con la aprobación de amnistías en 1966 y 1967. En 1970 los grupos guerrilleros se diluyeron, in-

tegrándose gradualmente a la vida cívica, a través de sus propias organizaciones políticas.

b.- Situación Actual: A pesar de la estabilidad política venezolana y de que oficialmente se dieron como eliminados los últimos focos de subversión en el país, existen permanentes tentativas de reorganización y recrudecimiento de la insurgencia terrorista, contando en algunos casos con la colaboración de la guerrilla colombiana.

En abril de 1982 fue capturado el líder del principal grupo subversivo "Bandera Roja", Gabriel Puerta Aponte. En enero de 1983 se logra desmantelar una fracción de "Bandera Roja", con actividad en los Estados de Bolívar y Monagas, resultando detenidos 24 integrantes del movimiento, que eran liderados por el chileno Juan Pablo Herrera. En octubre de 1984 es desarticulada la célula subversiva en el Estado de Táchira. A mediados de 1985, autoridades de Colombia y Venezuela admitieron una conexión entre las guerrillas de ambos países, con la colaboración de narcotraficantes, estableciendo una acción conjunta de las Fuerzas Armadas de los dos países en la zona fronteriza. En mayo de 1986, luego de un enfrentamiento entre fuerzas militares y un grupo armado en el occidente venezolano, el Ministro del Interior, Octavio Lepage, informó que uno de los subversivos muertos era el colombiano Carlos Silva Rodríguez, un enlace entre grupos subversivos internacionales.

En marzo de 1987, el Presidente Lusinchi informó que grupos subversivos están organizando un plan para desestabilizar el sistema político del país y que el mismo ha sido organizado por movimientos guerrilleros que se han venido reuniendo en Panamá y Ecuador. Asimismo, la Dirección de los Servicios de Inteligencia y Prevención (DISIP), confirmó la detención de 28 personas, pertenecientes a la organización guerrillera "Bandera Roja", en mayo de 1987, incautándose propaganda y documentación sobre un plan subversivo.

Estos hechos, además de demostrar la permanente intención de la subversión de operar aún en países con estabilidad política, confirma la coordinación existente entre los movimientos subversivos del continente.

8.- ECUADOR

El fenómeno guerrillero, desconocido en Ecuador, comenzó a causar la preocupación gubernamental en 1983. En setiembre de ese año,

grupos armados, que se autodenominaron "Alfaro Vive", asaltaron el museo nacional de Guayaquil y sustrajeron la espada y el busto del caudillo del Partido Liberal Radical Ecuatoriano, Eloy Alfaro. Posteriormente, se secuestró a tres periodistas, a los que se les hizo saber que estaban dispuestos a encarar la lucha armada, haciéndose fotografiar encapuchados y armados ante un altar montado con el busto de Alfaro y la espada. Este acto se produjo con evidentes propósitos propagandísticos, tratando de vincular la aparición del grupo subversivo con el pensamiento y la acción desarrollada por el ex-caudillo liberal. Este grupo hasta el momento no ha tenido una actuación de relevancia en territorio ecuatoriano, siendo conocido fundamentalmente por su integración al denominado "Batallón América", junto al M-19 de Colombia y "Sendero Luminoso" de Perú. En 1986, el movimiento guerrillero "Alfaro Vive" perdió a sus tres máximos dirigentes, abatidos por la policía ecuatoriana y en marzo de 1987, las autoridades peruanas capturaron a uno de los principales dirigentes de dicha organización, entregándolo al Gobierno de Ecuador. Asimismo, luego de la captura, en 1986, de uno de los principales cabecillas, se incautó documentación referente al entrenamiento de guerrilleros de este grupo realizado en Libia, tomándose conocimiento de que los subversivos ecuatorianos son adiestrados en Trípoli desde setiembre de 1983, precisamente la fecha de la aparición pública de esta organización subversiva.

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL

DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA

A. G. I. I.
DIV.MICROFILMACION

A C T A D E C I E R R E

ANEXO AL ROLLO: 1085

LUGAR DE LA MICROFILMACION (ORGANISMO): DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA.-

FECHA DE FINALIZACION DE LA MICROFILMACION: 22 de julio de 1992.-

DENOMINACION DE LA DOCUMENTACION QUE SE MICROFILMO: DOCUMENTOS DEL DEPARTAMENTO II/D.G.I.D.AÑO 1990.-

---

IDENTIFICACION DEL ULTIMO ORIGINAL MICROFILMADO: R.E.NRO.9005154, Fs.001/26, REF. A: MEMORANDUM Nº.10/87(SUBVERSION CONTINENTAL).-

OPERARIO/S: Sdo.1a.J.Serrante.-

REDUCCION DE IMAGEN: 29 X

SISTEMA EMPLEADO: STANDARD

ROLLO SIMULTANEO: NO

VISTO: Una vez comprobadas las características que contiene el último documento microfilmado en el Cierre del Acta, se da por finalizada la microfilmación firmando para su constancia el funcionario responsable y la Dirección de la Oficina, como aval de la autenticidad de este rollo.-

El Encargado de la División Microfilmación
S.O.M.
Juan Carlos Martinez

MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL
DIRECCION GENERAL DE INFORMACION DE DEFENSA
República O. del Uruguay

El Jefe del A.G.I.I. de la D.G.I.D.
A/Coronel
Walter A. Mesa.

FIN ANEXO

ROLLO

1085